



Encontro da Rede de Estudos RURAIS

DESENVOLVIMENTO, RURALIDADES E
AMBIENTALIZAÇÃO: PARADIGMAS E ATORES EM CONFLITO

03 a 06 de junho de 2012.



ANAIS

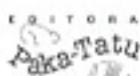
Edição: Volume 5 - 2012

ISSN 2764-3891

REALIZAÇÃO:



APOIO:





APRESENTAÇÃO

O 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais tem como objetivo reunir pesquisadores para apresentar trabalhos relacionados ao tema, Desenvolvimento, ruralidades e ambientalização: atores e paradigmas em conflito. Para tanto, foram organizadas palestras, mesas de discussão e grupos de trabalhos que tratarão o tema a partir de diversos ângulos, definidos pela organização do evento e pelas propostas de grupos de trabalhos apresentadas pelos associados. Considerou-se central abordar o tema geral do evento considerando duas perspectivas: a dos atores sociais e a das políticas públicas.

No caso dos atores, os pesquisadores discutirão trabalhos sobre diversos grupos sociais do mundo rural, como camponeses, agricultores familiares e povos tradicionais de modo geral, trabalhadores assalariados, mas também do setor empresarial e do Estado e organizações não governamentais. No que se refere às políticas públicas, o debate levará em conta sua avaliação e resultados, bem como os aspectos relacionados ao papel dos mediadores.

O evento pretende atualizar o debate sobre as questões pautadas na agenda do encontro, publicar os resultados de estudos e pesquisas e, conseqüentemente, contribuir com a formulação de políticas públicas orientadas aos atores privilegiados no debate.



COORDENAÇÃO

COMISSÃO ORGANIZADORA LOCAL

COORDENADOR

Gutemberg Armando Diniz Guerra (Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural/UFPA)

PARTICIPANTES

Dalva Maria da Mota (Embrapa Amazônia Oriental e Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas/UFPA)

Sonia Maria Simões Barbosa de Magalhães Santos – Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural/UFPA

João Santos Nahum - Faculdade de Geografia/UFPA- Programa de Pós graduação em Geografia/UFPA

APOIO

Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural/UFPA

Núcleo de Meio Ambiente/UFPA

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA

Instituto Socioeconômico/UFPA

Embrapa Amazônia Oriental

IPHAN-PA

Oficina de Criação da Faculdade de Comunicação/UFPA

Escritório Modelo de Turismo/Faculdade de Turismo/UFPA

APOIO

Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural/UFPA

Núcleo de Meio Ambiente/UFPA

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA

Instituto Socioeconômico/UFPA

Embrapa Amazônia Oriental

IPHAN-PA

Oficina de Criação da Faculdade de Comunicação/UFPA

Escritório Modelo de Turismo/Faculdade de Turismo/UFPA

DIRETORIA DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

Coordenadora Presidente: Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ)

Coordenadora Primeira Secretária: Renata Menasche (UFPel e PGDR/UFRGS)

Coordenadora Primeira Tesoureira: Claudia Job Schmitt (CPDA/UFRRJ)

Coordenador Segundo Secretário: Gutemberg Armando Diniz Guerra (UFPA)

Coordenador Segundo Tesoureiro: Osvaldo Heller da Silva (UFPR)



SUMÁRIO

GT1. TECENDO O FUTURO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS	
SÍNTESE DOS TRABALHOS	20
“BELO MONTE” E RACISMO AMBIENTAL: ESTUDO DE CASO SOBRE OS ATINGIDOS.....	21
A ENGENHARIA DE PESCA NA EXTENSÃO RURAL: FERRAMENTAS PARA DIVERSIFICAR E FORTALECER O TRABALHO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PAJEÚ.....	39
A LUTA SIMBÓLICA E A RESISTÊNCIA FAXINALENSE	54
A TRAJETÓRIA DE UMA FITOTERAPEUTA CAMPONESA: NOTAS ACERCA DO USO DE PLANTAS MEDICINAIS ENTRE COLONOS POMERANOS DE SÃO LOURENÇO DO SUL	62
COMUNICAÇÃO E SOCIABILIDADE NA AMAZÔNIA: O USO DO CELULAR EM SANTA ROSA DO PURUS/AC	69
EDUCAÇÃO EM DOIS TEMPOS NAS TERRAS DO BELA VISTA: USINA DE CANA-DE-AÇÚCAR E ASSENTAMENTO EM ARARAQUARA/SP	85
ENTRE DUAS ORIENTAÇÕES: A FORMAÇÃO POLÍTICA NO CURSO DE EXTENSÃO\ESPECIALIZAÇÃO ENERGIA E SOCIEDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	103
MEMÓRIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTA A PARTIR DE NARRATIVAS ORAIS: IDENTIFICAÇÃO E (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL	109
NOÇÕES DE HONRA E RELAÇÕES DE GÊNERO: FAMÍLIAS DE MIGRANTES	117
O AVANÇO DAS MONOCULTURAS: IMPLICAÇÕES PARA A ECONOMIA CAMPONESA NO LESTE MARANHENSE	129
O PROCAMPO CONHECENDO AS POLITICA PUBLICAS NA COMUNIDADE KM 55, TRAVESSÃO DA 20 NO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO - PARÁ.....	135
O PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL (PNPB): CENÁRIOS E PERSPECTIVAS DO (DES)ENVOLVIMENTO DO BRASIL DA AGRICULTURA DE ENERGIA	148

OS AGRICULTORES FAMILIARES SEM-TERRA E A CADEIA PRODUTIVA DO ARROZ ECOLÓGICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: SEUS IMPACTOS E SUAS INTERAÇÕES COM A COMUNIDADE E O MEIO-AMBIENTE	164
OS DESAFIOS DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E OS “MITOS DA BIOTECNOLOGIA”	170
OS PROJETOS DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA (PAE): COMO TENTATIVA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: O CASO DO PAE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – ABAETETUBA-PA	179
OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS DE PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU: UM OLHAR SOBRE AS QUESTÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS	194
POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE JANDUÍ (RN)	209
RESEX CHAPADA LIMPA: RESISTÊNCIA, TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA- MA	224
RIBEIRINHOS DA AMAZÔNIA E SEUS ANSEIOS AMBIENTAIS	229
TECENDO DIÁLOGOS E CONSTRUINDO GESTÃO PARTICIPATIVA EM UMA COMUNIDADE AGROPESQUEIRA DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA TRACUATEUA, TRACUATEUA-PA.....	242

GT2. CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TRANSIÇÕES SOCIOTÉCNICAS..... 258

(AGRI)CULTURA TERENA: A PRODUÇÃO DE MANDIOCA E DE SEUS DERIVADOS NO DISTRITO DE TAUNAY, PANTANAL (MS)	259
A INOVAÇÃO AGROECOLÓGICA SOCIAL: DISCUSSÕES ACERCA DA COLETIVIZAÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO NUM RECORTE REGIONAL	270
AGROECOLOGIA E EMANCIPAÇÃO POPULAR: A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA DA TEORIA CRÍTICA DA TECNOLOGIA	284
AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO PÓLO OLEIRO-CERÂMICO DE IRANDUBA-AM.....	298
CAMINHOS E ALTERNATIVAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: UMA REFLEXÃO SOBRE AS ESPECIFICIDADES DA AMAZÔNIA	312
CONHECIMENTO COMO PRODUTO SOCIAL: O DESENVOLVIMENTO DO ALGODÃO NATURALMENTE COLORIDO NA PARAÍBA	331
MODERNIDADE E A CIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO: O DISCURSO AGROECOLÓGICO DA REDE “SEMENTES DA PAIXÃO”	352
O MINEIRO, O QUEIJO E OS CONFLITOS (NADA POÉTICOS) EM TORNO DOS ALIMENTOS TRADICIONAIS PRODUZIDOS ARTESANALMENTE NO BRASIL	371

O PAPEL DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PARADIGMAS – ALGUNS APONTAMENTOS PARA O ESTUDO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NO BRASIL.....	386
O SABER PLANTAR E O SABER COLHER: SABERES QUE EMERGEM DA PRÁTICA DO FAZER FARINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE	408
RELACIONANDO AS REDES SÓCIO-TÉCNICAS E OS SISTEMAS DE INOVAÇÃO: FORTALECENDO O CONTEXTO PARA A GERAÇÃO DE INOVAÇÕES	423
TÉCNICA E ATIVIDADE AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL: BREVE APROXIMAÇÃO A PARTIR DA FIGURA DO PEQUENO PRODUTOR RURAL	438
TRADICIÓN, INNOVACIÓN Y CONFLICTO ENTRE ACTORES: PRODUCCIÓN DEL JAMÓN IBÉRICO DE BELLOTA EN ESPAÑA.....	448

GT3. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO RURAL..... 463

A AGROECOLOGIA COMO PAUTA E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM UM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA	464
A EMERGÊNCIA DO NOVO RURAL NO TERRITÓRIO DA CACHAÇA: ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE FARTURA NO MUNICÍPIO DE MORRETES/PR	481
A IDEOLOGIA DA SUSTENTABILIDADE.....	499
AGRICULTURA DE CORTE E QUEIMA E RESPOSTAS ADAPTATIVAS DE AGRICULTORES FAMILIARES COMO MEIO DE TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA DA PAISAGEM EM BIGUAÇU/SC.....	512
ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DA PARAÍBA SOB A ÓTICA DE RISCOS E VULNERABILIDADES	527
COMUNIDADES DE FUNDOS DE PASTO: DESENVOLVIMENTO, CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E TERRITÓRIO.....	545
CONFLITOS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DE CASO ENTRE A MINERADORA “MINEROS S.A.” E A COMUNIDADE RURAL DE SABALITO, MUNICIPIO EL BAGRE, COLÔMBIA	560
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E ORDENAMENTO TERRITORIAL EM CONTEXTO DE GESTÃO FLORESTAL NO PARÁ.....	573
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS VISTOS A PARTIR DA PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA DA TRADUÇÃO:UM CASO EMPÍRICO NO SUDESTE DO PARÁ (AMAZÔNIA ORIENTAL).....	588
CULTIVOS ILÍCITOS, ESTADO E TRABALHADORES RURAIS NA AMÉRICA LATINA: O CASO DA OPÇÃO PELA ERRADICAÇÃO DAS PLANTAÇÕES DE COCA E A VERSÃO DOS CAMPONESES ATINGIDOS.....	602
DE QUE TERRITÓRIO SE FALA? ANÁLISE SOCIAL DO MOSAICO EXTREMO SUL DA BAHIA	613

DIAGNÓSTICO DA QUALIDADE AMBIENTAL DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO: BARATINHA, ENGENHO VELHO, HOLANDA E VILA BOA (GO), USANDO BACIA HIDROGRÁFICA COMO UNIDADE DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL.....	629
DIVERSIDADE AMBIENTAL E ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE LOCALIDADES RIBEIRINHAS DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AMANÃ-AM.....	644
DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS AO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS AGRICULTORES DO RIO MANICORÉ.....	658
ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE O SISTEMA DE PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DO CARVÃO VEGETAL PRODUZIDO POR AGRICULTORES FAMILIARES DA MICROBACIA DE SÃO MATEUS (BIGUAÇU-SC).....	673
ETNICIDADE, CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DIREITOS TERRITORIAIS EM ÁREAS DE INCIDÊNCIA DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SUSTENTÁVEL.....	688
FAXINAL DO SALSO: EMBATE DOS FAXINALENSES COM CHACAREIROS E O PODER PÚBLICO LOCAL ACERCA DA TERRITORIALIDADE, MEIO AMBIENTE, IDENTIDADE ÉTNICA, SUSTENTABILIDADE E SAÚDE.....	702
GESTÃO DE RESERVAS FLORESTAIS: O CASO DA FLORESTA ESTADUAL DO ANTIMARY (AC).....	717
HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: LUTA E RESISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA TRANSAMAZÔNICA-PA.....	732
MUDANÇAS NAS PRÁTICAS DE GESTÃO DOS ELEMENTOS DO MEIO NATURAL PELOS AGRICULTORES FRENTE À PROBLEMÁTICA AMBIENTAL DA REGIÃO DA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA, SUDOESTE DO PARÁ.....	749
MULHERES RURAIS, COTIDIANIDADE E PRÁTICAS ECOLÓGICAS: A PRODUÇÃO DO VIVER FRENTE À EXPROPRIAÇÃO DA MONOCULTURA DE SOJA NO MUNICÍPIO DE BREJO NO MARANHÃO.....	762
O EXTRATIVISMO DO PINHÃO E SITUAÇÕES DE CONFLITO NO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL.....	776
O SINDICALISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR E A CONSTRUÇÃO DA PAUTA AMBIENTAL NO SUL DO BRASIL.....	795
PROCESSO DE VULNERABILIZAÇÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL: DO DISCURSO À PRÁTICA NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS - RESEX ALTO JURUÁ/AC.....	811
SOJICULTURA E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SUL DO MARANHÃO.....	828
UM ESTUDO DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DE AGRICULTORES FAMILIARES.....	844
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO NO CERRADO BRASILEIRO.....	865

USO DE INDICADORES SÓCIOAMBIENTAIS PARA AVALIAÇÃO DO ASSENTAMENTO SANTA RITA, EM JATAÍ-GO.....	874
VÃO DE ALMAS: AS DIVERSAS COLONIZAÇÕES NO FIM DO MUNDO.....	890

GT4. CULTURA E COMUNICAÇÃO NO MUNDO RURAL..... 910

A CULTURA COMO INSTRUMENTO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA REGIÃO DO PANTANAL DO PARAGUAI – MS.....	911
A PRIVAÇÃO DAS OPORTUNIDADES DE CULTURA E LAZER PARA O TRABALHADOR MANUAL NO CORTE DE CANA.....	927
COMIDA E IDENTIDADE: HISTÓRIAS, SABERES E PRÁTICAS ALIMENTARES ENTRE COLONOS DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS	942
CONFIGURAÇÕES DO TRADICIONAL E DO NOVO RURAL NO VALE HISTÓRICO DO RIO PARAÍBA.....	956
IDEOLOGIA E INTERDISCURSIVIDADE NOS EMBATES DOS JORNAIS IMPRESSOS DO PARÁ SOBRE A USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE	974
NARRATIVAS IMAGÉTICAS EM ÁREAS DE CONFLITO FUNDIÁRIO.....	990
NOTAS SOBRE O CONCEITO DE COMUNIDADE, COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E DIALOGIA.....	1007
O SERTÃO DAS ÁGUAS: GENTE BARRANQUEIRA DA COMUNIDADE RURAL DE BARRA DO PACÚÍ-NORTE DE MINAS GERAIS	1022
O TEMPO E A PESSOA: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E COMUNICAÇÃO NA CANTORIA DE PÉ-DE-PAREDE DA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA	1037

GT5. DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E REDES DE COOPERAÇÃO: PERSPECTIVAS DIFERENCIADAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL TERRITORIAL 1051

A AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA: O CASO DOS AGRICULTORES ASSOCIADOS À COOPERATIVA COOESPERANÇA E AO PROJETO ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA, RS	1052
A CADEIA PRODUTIVA DA MANDIOCA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE CAPÃO DO CIPÓ/RS.....	1067
A COOPAEXPA E PARTICIPAÇÃO NOS SEUS NÚCLEOS DE PRODUÇÃO.	1083
A DINÂMICA COMUNITÁRIA E OS AGENTES EXTERNOS: BLOQUEIOS E PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	1099
A IMPLEMENTAÇÃO DO PAA LEITE NOS TERRITÓRIOS POTIGUARES: AS “REDES” DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA COMO ESPAÇO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	1116
A PERFORMATIVIDADE DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA.....	1130

AGRICULTORES FAMILIARES EM REDES DE COOPERAÇÃO: ENRAIZAMENTO TERRITORIAL E CONSTRUÇÃO DE MERCADOS DIFERENCIADOS EM SANTA CATARINA	1144
AGRICULTURA FAMILIAR E AGREGAÇÃO DE VALOR AOS PRODUTOS ...	1160
ASSENTAMENTOS RURAIS EM SÃO PAULO: ESTRATÉGIAS E MEDIAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO.....	1173
AUTOCONSUMO E AS ESCALAS DE DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA EM UM ASSENTAMENTO RURAL	1198
CONFORMAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA ALIMENTAR EM GOIÁS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA	1213
COOPERAÇÃO E ATUAÇÃO FEMININA: FLORES QUE LIBERTAM E PROMOVEM DESENVOLVIMENTO NA PARAÍBA	1229
COOPERATIVAS VIRTUAIS E O DIFÍCIL CAMINHO DA LEGALIDADE: O CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO DO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	1244
DISPARIDADES TERRITORIALES Y ESTRATEGIAS DIFERENCIADAS DE DESARROLLO LOCAL: UN ESTUDIO DE CASO COMPARATIVO ENTRE LAS MICRORREGIONES DEL VALLE DEL ASSÚ Y DEL	1259
DIVERSIFICAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA PRODUTIVA NO CONTEXTO NA PEQUENA AGRICULTURA DA REGIÃO DE ARARAQUARA	1276
DIVERSIFICAÇÃO, AGRO INDUSTRIALIZAÇÃO E ASSOCIATIVISMO: AS ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO ALTO URUGUAI GAÚCHO	1289
FINANÇAS SOLIDÁRIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS, CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO SEMIÁRIDO DA PARAÍBA	1303
GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER NO CONTEXTO DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE UM GRUPO DE ARTESÃS NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AMANÃ – MÉDIO SOLIMÕES	1318
GESTÃO E PRÁTICA ASSOCIATIVA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO PEDRO EZEQUIEL: A FORMAÇÃO CONTINUADA COMO ESTRATÉGIA NECESSÁRIA.....	1329
INTERAÇÕES RURAL-URBANO: PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE EM CIRCULAÇÃO EM PORTOS, FEIRAS E MERCADOS DE BELÉM-PARÁ	1344
O ENREDO DA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA NO RURAL DE ARROIO DO TIGRE/RS.....	1362
O IMPACTO DO PAA NA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR	1378
O TERREIRO NO PA CHE GUEVARA: ESPAÇO DA CRIAÇÃO E DA EXPRESSÃO DE SABERES*	1394

PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS EM ASSENTAMENTOS: PERSPECTIVAS DE UM MODELO DIFERENCIADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL.....	1411
ROMPIMENTO DA INVISIBILIDADE DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS FEMININA: UM ESTUDO EM ASSENTAMENTOS DA REGIÃO DE ARARAQUARA/SP ...	1430
SABERES DA EXPERIÊNCIA E PRODUÇÃO DA VIDA SOCIAL: O QUE NOS ENSINAM AS TRABALHADORAS E OS TRABALHADORES ASSOCIADOS DO ASSENTAMENTO CHE GUEVARA?	1443
SABERES E PRÁTICAS ARTICULADAS EM VISTA DE UM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ASPECTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REDE BRAGANTINA.....	1459
SEGURANÇA ALIMENTAR E ASPECTOS PRODUTIVOS NA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS EFETIVIDADES DE PROGRAMAS DE REFORMA AGRÁRIA CONCEBIDOS EM UM MESMO TERRITÓRIO RURAL	1475

GT6. EDUCAÇÃO INCLUSIVA, PROPOSTAS DIFERENCIADAS E AVALIAÇÃO: DESAFIOS DA INTERCULTURALIDADE À EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO 1490

A CAMINHO DOS (DES) ENCONTROS ENTRE A CANETA E A ENXADA: A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA DA ESCOLA AVANI DE LIMA CUNHA	1491
A FORMAÇÃO CONTINUADA REALIZADA PELO PROGRAMA SABERES DA TERRA DA AMAZÔNIA PARAENSE COMO PROPOSTA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO/NO CAMPO	1500
A INTERVENÇÃO DO LOCAL PARA A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO	1513
A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA AMÉRICA LATINA PELO ACESSO À EDUCAÇÃO UMA QUESTÃO DE AUTONOMIA	1526
A PROPOSTA PEDAGÓGICA DAS CASAS FAMILIARES RURAIS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL	1539
CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ABORDAGEM GEOSISTÊMICA DA PAISAGEM DO CÓRREGO MARIA CASIMIRA NA COMUNIDADE RURAL DE ANDRÉ DO MATO DENTRO - SERRA DO GANDARELA, MG	1553
EDUCAÇÃO DO CAMPO E A CONCEPÇÃO ÉTICA EM ENRIQUE DUSSEL: REFLEXÕES CRÍTICAS NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO SOCIAL	1572
EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: LIMITES E POSSIBILIDADES DA CONSTRUÇÃO DE E UMA PROPOSTA DE ESCOLA INCLUSIVA PARA OS TRABALHADORES DO CAMPO	1582
EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO SUPERIOR PARA TRABALHADORES DO CAMPO: DESAFIOS E POTENCIALIDADES	1596

OS DESAFIOS DE CAPACITAR: A CONSTRUÇÃO PEDAGÓGICA NA CAPACITAÇÃO EM BOVINOCULTURA LEITEIRA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA.....	1608
PRÁTICAS EDUCATIVAS ESTRUTURANTES DO HABITUS DA JUVENTUDE RURAL NO CAMPO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA	1622
PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA: UMA NOVA PROPOSTA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS/UFC	1636
UMA ANÁLISE DO PRONERA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA: A REALIDADE NO ESTADO DE SÃO PAULO	1648

GT7. ESTADO E INTERESSES PATRONAIS AGROINDUSTRIAIS NA AMERICA LATINA 1664

"ESTADO E AGRICULTURA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA"	1665
A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO (ABAG) E A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO SOB O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE: AS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ANTECIPADA DA CONTESTABILIDADE COMO BASE DA HEGEMONIA E DA RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE CIVIL E SOCIEDADE POLÍTICA	1695
A FLORESTA COMO NEGÓCIO: HISTÓRIAS DO SETOR INDUSTRIAL MADEIREIRO DO PARANÁ.	1710
DEMANDA MUNDIAL POR TERRAS: "LAND GRABBING" OU OPORTUNIDADE DE NEGÓCIOS NO BRASIL?.....	1726
ENTIDADES PATRONAIS AGROINDUSTRIAIS E A POLÍTICA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA NO BRASIL (1963 -2003).....	1748
FRONTEIRA AGRÍCOLA OU AMBIENTAL: PERSPECTIVAS EM DISPUTA... ..	1763
HEGEMONIA EM AÇÃO: INTERESSES PATRONAIS E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL (1948-1975).....	1780
O IMPEDIMENTO AO REAL DESENVOLVIMENTO: A TESSITURA TERRITORIAL PROMOVIDA PELA AÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÁRIAS SUBSERVIENTES A AGROINDÚSTRIA EM ALAGOA	1795
TENSÕES E CONTRADIÇÕES DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	1807

GT8. PESCADORES ARTESANAIS NA GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA: POTENCIALIDADES E LIMITES 1829

"DESAFIOS À GESTÃO COMPARTILHADA DA PESCA ARTESANAL NO RIO SÃO FRANCISCO, MG"	1830
"O MANGAL FICA MUITO BATIDO": VISÃO DA UTILIZAÇÃO DO MANGUEZAL PELO PESCADOR EXTRATIVISTA DA VILA SORRISO, SÃO CAETANO DE ODIVELAS/PA	1841

A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DOS PESCADORES DE OSTRAS EM ÁREAS DE RESEX'S: O CASO "MÃE GRANDE"	1856
A PARTICIPAÇÃO LEGAL E A PARTICIPAÇÃO REAL NA GESTÃO COMPARTILHADA DA PESCA ARTESANAL: COMO CONSTRUIR ESSE DIÁLOGO?	1871
BALANÇO HISTÓRICO DAS LUTAS DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS EM PERNAMBUCO: ALGUMAS QUESTÕES PARA O DEBATE	1888
DA PRÉ-HISTÓRIA AOS DIAS ATUAIS: ALGUMAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DO HOMEM NO AMBIENTE PANTANEIRO	1904
DERROTA E RECOMEÇO NO MANGUE: TRANSFORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO ENTRE OS RIBEIRINHOS DE ARACRUZ-ES.....	1920
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE AÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS E PESCADORES ARTESANAIS (RIBEIRINHOS E AGROEXTRATIVISTAS) NAS TERRAS E ÁGUAS DO BAIXO TOCANTINS (PA)	1935
FATORES QUE FAVORECEM E LIMITAM A PARTICIPAÇÃO DE PESCADORES EM PROCESSOS DE GESTÃO COLABORATIVA DE RECURSOS PESQUEIROS: O EXEMPLO DA COMUNIDADE DE TRINDADE, SUL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1951
GÊNERO E PESCA NUMA PERSPECTIVA DE METODOLOGIA PARTICIPATIVA	1968
GESTÃO AMBIENTAL EM ÁREA PESQUEIRA – EXPERIÊNCIA RENAS/LAMAQ	1975
GESTÃO DE TERRITÓRIOS DE USO COMUM: A RECÍPROCA É VERDADEIRA	1987
NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE CONFLITO DE PESCA E CO-MANEJO NA VÁRZEA DO RIO SOLIMÕES – MUNICÍPIO DE MANACAPURU - AMAZONAS	2005
O MAR É MASCULINO? RELAÇÕES DE GÊNERO NA PESCA ARTESANAL EM JURUJUBA, NITERÓI/RJ.	2015
O PAPEL DAS PESCADORAS DE BRASÍLIA TEIMOSA NA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	2026
O PROCESSO DE GESTÃO DE PESCADORES ARTESANAIS A PARTIR DO TRABALHO FEMININO NA COMUNIDADE SEGREDINHO/CAPANEMA-PA..	2035
PARTICIPAÇÃO E TRAJETÓRIA DE LIDERANÇAS POLÍTICAS FEMININAS EM CURUÇÁ - AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	2047
PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO AMBIENTAL E SEU IMPACTO NO PERÍODO DO DEFESO DO CARANGUEJO: O CASO DOS TIRADORES DA VILA DO BACURITEUA, BRAGANÇA – PA	2062

PROBLEMATIZANDO A QUESTÃO DE GÊNERO NA GESTÃO COMPARTILHADA DA PESCA: REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO DA PESCA ARTESANAL DO ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS/RS	2078
RESEX DA PRAINHA DO CANTO VERDE: A COMUNIDADE CONCRETIZANDO UM SONHO	2092
VIRANDO SOMENTE PESCADOR?	2102

**GT9. AS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS E O
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO.....2118**

A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.....	2119
A IDENTIDADE TERRITORIAL DA TRANSAMAZÔNICA: POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO.....	2135
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA SUDESTE PARAENSE	2147
DESAFIOS DA POLÍTICA PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO TERRITORIAL: O CASO DO TERRITÓRIO ÁGUAS EMENDADAS NO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA	2155
DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO TERRITORIAL: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS TERRITÓRIOS DO LITORAL NORTE E DO ALTO SERTÃO DE ALAGOAS	2169
DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA MANAUS E ENTORNO – AM, BRASIL	2185
GESTÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS.....	2198
GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA SERTÃO DO APODI (RN)	2214
IDEIAS E PRÁTICAS NA GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO DA BORBOREMA, PB.....	2229
O ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA (ICV) DO TERRITÓRIO RURAL ZONA SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: PRIMEIRAS ANÁLISES	2244
O ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA (ICV) E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (IDS) COMO SUPORTES PARA A COMPREENSÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ATORES DO TERRITÓRIO RURAL ZONA SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ..	2259
O PAPEL DO LOCAL DENTRO DO TERRITORIAL: CAPACIDADES INSTITUCIONAIS E A GESTÃO DOS COLEGIADOS NO TERRITÓRIO DO PONTAL DO PARANAPANEMA	2273

O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO VALE DO MUCURI – MINAS GERAIS.....	2282
O VALE DO ITAPECURU NA PERSPECTIVA DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	2297
POLÍTICA PÚBLICA TERRITORIAL: O CASO DO PRONAF INFRAESTRUTURA NO TERRITÓRIO BAIXO PARNAÍBA – MA	2313
POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DA GESTÃO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA AÇU-MOSSORÓ (RN)	2324
REPENSANDO O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: CONTRIBUIÇÕES DA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E DA PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR PARA REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS TERRITORIAIS	2339
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E AGRICULTURA FAMILIAR NO COLEGIADO TERRITORIAL MATO GRANDE/RN.....	2355
TERRITÓRIOS DA CIDADANIA DA TEORIA À PRÁTICA: PRIMEIRAS IMPRESSÕES A PARTIR DE TRÊS TERRITÓRIOS POTIGUARES	2370
TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NA AMAZÔNIA: DESAFIO PARA UMA GOVERNANÇA AMBIENTAL	2386
TRANSPORTE HIDROVIÁRIO, TERMINAIS INTERIORES E PORTOS NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE SOBRE SEUS PAPÉIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS.....	2395

GT10. Quadros institucionais de políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento..... 2412

A EMERGENTE POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS E A AFIRMAÇÃO DE TERRITÓRIOS SOCIAIS INDÍGENAS EM CONTEXTOS NÃO AMAZÔNICOS	2413
A MEDIAÇÃO SOCIAL EM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO: OS ADRS E A CAPRINOCULTURA LEITEIRA NO CARIRI PARAIBANO	2430
AGRICULTURA FAMILIAR ECOLÓGICA URBANA E PERIURBANA EM NOVA IGUAÇU (BRASIL) E RIO CUARTO (ARGENTINA)	2446
ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: PERSPECTIVAS EM TORNO DO CONSELHO GESTOR DA APA CORUMBATAÍ EM SÃO PAULO.....	2462
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO RURAL O CENTRO AGROAMBIENTAL DO TOCANTINS (CAT): UMA NOVA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SOCIOAMBIENTAL PARA A REGIÃO DE MARABÁ.....	2476
CONSELHOS CONSULTIVOS LOCAIS: IMPERATIVO DE EXPRESSÃO EMPÍRICA DAS COMUNIDADES RURAIS EM MOÇAMBIQUE	2491

DIÁLOGO GOVERNO – SOCIEDADE CIVIL NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS TERRITORIAIS O DIFÍCIL CAMINHO DA DEMOCRACIA	2505
DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MEIO RURAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE	2520
GESTÃO AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL NO BAIXO RIO NEGRO-AM	2535
INCRA COMO ATOR-REDE: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE OS SERVIDORES DA SR-27	2552
MORADA À BEIRA DO RIO: CONFLITO AGRÁRIO E ESTRUTURA DE PARENTESCO EM UMA COMUNIDADE AMAZÔNICA	2568
MUDANÇA SOCIAL EM DEBATE: ESTUDO DE CASO DO P.A. CHE GUEVARA (CAMPOS DOS GOYTACAZES)	2583
NAS REDES DO MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA (MOC): UM ESTUDO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NA REGIÃO SISALEIRA DA BAHIA.....	2594
O MODO DE VIDA CAMPONÊS E AS NORMAS DA POLÍTICA PÚBLICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: CONFRONTOS DE RACIONALIDADES.....	2609
O OLHAR DA APRENDIZAGEM NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: PROCESSOS, INTERAÇÕES E ALTERNATIVAS – A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)	2624
POLÍTICAS AGRÍCOLAS E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL	2638
POLÍTICAS PÚBLICAS E CONFLITOS INSTITUCIONAIS EM ASSENTAMENTOS RURAIS: UM ESTUDO DE CASO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE RIBEIRÃO PRETO	2654
PRONAF: DIMENSÕES DESTA POLÍTICA PÚBLICA DIRECIONADA À AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL COM ÊNFASE AO ESTADO DO PARÁ – REGIÃO NORTE	2669
PROTEGENDO A FLORESTA, RECONFIGURANDO ESPAÇOS: ASSENTAMENTOS RURAIS E POLÍTICAS AGRÁRIAS NA AMAZÔNIA	2684
QUADROS INSTITUCIONAIS CONSTRUÍDOS ENTRE AÇÃO COLETIVA E AÇÃO PÚBLICA: CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA A PERMANÊNCIA E REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO NA TRANSAMAZÔNICA	2699
TRABALHO FEMININO EM COMUNIDADES RURAIS DE ABAETETUBA E AS POLÍTICAS DE CRÉDITO RURAL PARA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO DO PRONAF MULHER	2714
GT11. O RURAL NA HISTÓRIA DO BRASIL	2730
"JUSTIÇA SEJA FEITA": REIVINDICAÇÃO DOS AGRICULTORES NA INTERVENTORIA PARAENSE (1930-1935)	2731

"LUGARES ONDE PUDESSE TER NOTÍCIAS": MULHERES E AS MULTAS NO DECRETO 1.318 DE 1854 NA PROVÍNCIA DO PARÁ	2747
A ABRA E A CONSTITUIÇÃO DE UM DEBATE ESPECIALIZADO SOBRE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	2756
A ATUAÇÃO DE MILITANTES COMUNISTAS NOS CONFLITOS DE TERRA NA ZONA RURAL DO RIO DE JANEIRO: 1945-1964	2767
A CONQUISTA DA AMAZÔNIA E A MEMÓRIA DOS MASSACRES NAS TERRAS DOS CARAJÁS	2783
A CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DO AMAZONAS E A QUESTÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL IMPÉRIO, 1843	2798
A FINAME RURAL E O NOVO PADRÃO DE FINANCIAMENTO NO GOVERNO COLLOR	2812
A JUSTIÇA E OS DISCURSOS DA INTRANSIGÊNCIA NAS TERRAS DOS ASSECAS -1729/1745. (NOTAS PRELIMINARES DE UMA PESQUISA)	2828
ALDEAMENTOS E COLÔNIAS AGRÍCOLAS NO PARÁ, DÉCADAS DE 1840-1880: DEBATE HISTORIOGRÁFICO E DOCUMENTAL	2843
ALDEAMENTOS TARDIOS NO RIO DE JANEIRO E A OCUPAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS	2856
CONFLITOS FUNDIÁRIOS E AÇÃO ESTATAL NO CENTRO SUL DO PARANÁ	2865
CONFLITOS SERTANEJOS E DIREITO: BACHARÉIS E RÁBULAS DURANTE DA GUERRA DO CONTESTADO (1912-1916)	2880
DIREITO À TERRA EM CASA NOVA/BAHIA: FUNDOS DE PASTO CONTRA A GRILAGEM OU "RESISTIR PARA EXISTIR"	2895
INDÍGENAS E CONFLITOS AGRÁRIOS NA ÁREA CENTRAL DA MATA MINEIRA (1767-1800)	2911
INTERAÇÕES E CONTRADIÇÕES ENTRE URBANO E RURAL: AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NA CIDADE E NO CAMPO	2927
JOSUÉ DE CASTRO: REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA DE SUSTENTAÇÃO	2941
LEIS, MATAS E TERRAS NO BRASIL IMPÉRIO: O CASO DA ILHA DE SANTA CATARINA	2955
O BOI, O CAPIM E A CERCA HISTÓRIA AMBIENTAL DA PECUÁRIA NO SERTÃO MINEIRO	2970
O RURAL NA HISTÓRIA. EUCLIDES DA CUNHA, JOSÉ VERÍSSIMO E FERREIRA DE CASTRO: TRÊS NARRATIVAS AMAZÔNICAS	2987
OS CONFLITOS OCUPACIONAIS DA COLONIZAÇÃO DE ASSIS CHATEAUBRIAND NO ESTADO DO PARANÁ	3002

PECUÁRIA BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA. ENTRE HISTORIA, ECONOMIA E CIÊNCIA: OUTROS ESCRITOS DE ROBERTO SIMONSEN ...	3009
RECURSOS NATURAIS E POSSE DA TERRA: ZADRUGARI E FAXINALENSES	3020
UM ESTUDO DIACRÔNICO DA RECUPERAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS PELA UNIÃO ATRAVÉS DE MOVIMENTOS SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE FORMAS DE GRILAGEM	3035

**GT12. SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL:
PRÁTICAS E PROJETOS COMO ESTRATÉGIA DE
FORTALECIMENTO DO CAMPESINATO BRASILEIRO 3043**

A DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA COMO ESTRATÉGIA PARA A CONSECUÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: O CASO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS DO HORTO VERGEL MM/SP.....	3044
A RESSIGNIFICAÇÃO DA QUALIDADE DOS ALIMENTOS NA CONSTRUÇÃO DE MERCADOS LOCAIS: O CASO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	3059
AGRICULTURA FAMILIAR COMO FATOR PREPONDERANTE DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL	3075
AGRICULTURA FAMILIAR E A SEGURANÇA ALIMENTAR NACIONAL: REALIDADES E LIMITAÇÕES DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2006	3096
AGROECOLOGIA, SOBERANIA ALIMENTAR E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA NA FEIRA AGROECOLÓGICA DE MOSSORÓ-RN: O ENLACE DA SUSTENTABILIDADE	3107
COMIDA E TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO ENTRE FAMÍLIAS RURAIS ASSENTADAS	3120
CONTROVÉRSIAS ENTRE O PROJETO E AS AVALIAÇÕES EM UMA ESCOLA DO CAMPO	3133
DESENVOLVIMENTO E TRANSIÇÃO ALIMENTAR EM POPULAÇÕES CABOCLAS DA AMAZÔNIA.....	3147
EM BUSCA DA SOBERANIA E DA SEGURANÇA ALIMENTAR: PERSPECTIVAS SUSTENTADAS PELO CAMPESINATO ATRAVÉS DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA.....	3158
ETNOECOLOGIA E SEGURANÇA ALIMENTAR EM QUINTAIS AGROFLORESTAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	3165
O CONSELHO E O EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DO SISTEMA E DA POLÍTICA SOCIAL PÚBLICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SAN EM PERNAMBUCO	3179
PROJETO AGROECOLÓGICO E SOBERANIA ALIMENTAR: O CASO DO ASSENTAMENTO JOSÉ UNALDO DE OLIVEIRA - SE	3194

QUEBRA DE DORMÊNCIA DE BAUHINIA FORFICATA LINK E SUA UTILIZAÇÃO NA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADA	3209
RECONFIGURANDO CENÁRIOS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO BRASILEIRO: MULHERES E NOVAS TECNOLOGIAS.....	3222
REDE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA-SP: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADE	3231
REDE INSTITUCIONAL NA POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM GOIÂNIA-GO: EMBRIÃO PARA EFICÁCIA DOS PROGRAMAS E EFETIVIDADE SOCIAL PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES?	3249
REPENSANDO O PAPEL DA AGRICULTURA E DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM CENÁRIO DE AQUECIMENTO GLOBAL E DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	3263
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA CHAPADA DOS VEADEIROS	3280
SEGURANÇA ALIMENTAR E SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA	3286
SEGURANÇA ALIMENTAR EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: A BUSCA PELA RE-CONSTRUÇÃO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES	3303

GT13. TRABALHO AGRÍCOLA, MIGRAÇÃO SAZONAL E MUDANÇAS TECNOLÓGICAS NA AGRICULTURA.....3319

A EDUCAÇÃO POPULAR E A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO BRASILEIRO: BREVES CONSIDERAÇÕES.....	3320
A MECANIZAÇÃO DO CORTE DE CANA E AS TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	3334
AGRICULTORES OU ASSALARIADOS? OS TRABALHADORES DIARISTAS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	3352
AS MIGRAÇÕES SAZONAIS DE NORDESTINOS PARA A LAVOURA CANAVIEIRA NO SUDESTE BRASILEIRO: RESULTADO DE UMA MÁ DISTRIBUIÇÃO DA TERRA E DE UM MERCADO DE TRABALHO RESTRITO?	3368
CAMPESINATO: VISÕES DE MUITO TRABALHO E FORMAÇÃO HUMAN....	3376
CAMPONESES E CANAVIEIROS: RAZÕES E SIGNIFICADOS DA MIGRAÇÃO DO SEMIÁRIDO PARA A ZONA DA MATA ALAGOANA	3392
CORPOS EM TRANSIÇÃO (CAMPESINATO, TRABALHO ASSALARIADO, MEIO AMBIENTE DE TRABALHO, DISCIPLINAMENTO E RESISTÊNCIA, EM EMPRESAS AGROPECUÁRIAS NOS CERRADOS PIAUIENSES)	3404
DESENVOLVIMENTO RURAL TRABALHO AGRÍCOLA E NATUREZA DAS OCUPAÇÕES DOS RURAIS DO CEARÁ	3421

DIMENSÕES SOCIETÁRIAS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: ESTRATÉGIAS DE TRABALHADORES RURAIS FRENTE À MECANIZAÇÃO DO CORTE DA CANA EM BARRINHA - SP	3437
ESPAÇOS E TEMPOS CRUZADOS – TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORAS NO INTERIOR PAULISTA	3448
MECANIZAÇÃO DO CORTE DA CANA E MUNICÍPIOS CANAVIEIROS PAULISTAS: EFEITOS SOBRE OCUPAÇÃO E AÇÕES PÚBLICAS	3464
O AVANÇO DA SOJA NO ARAGUAIA: IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS.....	3478
O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO DA CANA-DE-AÇÚCAR E A FRAGMENTAÇÃO DO TRABALHO E DA LUTA PELA TERRA NO NORDESTE BRASILEIRO	3493
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM ÁREA DE FRUTICULTURA IRRIGADA: OS TRABALHADORES RURAIS DO PROJETO BAIXO-AÇU (RN/BRASIL).....	3509
RELAÇÃO ENTRE DISPONIBILIDADE E NECESSIDADE DO FATOR TRABALHO EM UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR NA REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI	3523
TRABALHO INFANTIL NO CAMPO: DO PROBLEMA SOCIAL AO OBJETO SOCIOLÓGICO	3536



Encontro da Rede de Estudos **RURAIS**

DESENVOLVIMENTO, RURALIDADES E
AMBIENTALIZAÇÃO: PARADIGMAS E ATORES EM CONFLITO

03 a 06 de junho de 2012.

GT1

TECENDO O FUTURO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS SÍNTESE DOS TRABALHOS

COORDENAÇÃO

ÂNGELA DUARTE DAMASCENO FERREIRA

CIMONE ROZENDO DE SOUZA

ELLEN F. WOORTMANN

MARCO ANTÔNIO VERARDI FIALHO



GT 1 – Tecendo o futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos

“Belo Monte” e racismo ambiental: estudo de caso sobre os atingidos

Patricia Guitti Polastri¹

¹ Graduanda em Ciências Sociais/ UFSCar, patricia.guitti@gmail.com

Resumo:

“Belo Monte” é uma hidrelétrica projetada para acontecer no rio Xingu, no estado do Pará, prevista para se tornar a terceira maior do mundo, e que atualmente está em fase inicial de construção. O objetivo deste trabalho é estudar os impactos socioambientais no cotidiano de pessoas “atingidas” pelo empreendimento. A pesquisa de campo se dá em três municípios “afetados” pelo projeto, ao longo de seis semanas, com observação participante e inserção em diferentes grupos da categoria de “atingidos”: indígenas, pescadores, garimpeiros, agricultores, moradores da área urbana de Altamira. Além de apresentar um histórico sobre o projeto Belo Monte, o presente trabalho faz diálogo teórico com autores como Philip Fearnside e Tania Pacheco. A análise do estudo de caso mostra semelhanças de impactos socioambientais com outra hidrelétrica paraense, a de Tucuruí, e confirma a prática de racismo ambiental na região afetada pelo projeto Belo Monte.

Palavras-chave: Hidrelétricas; Belo Monte; Tucuruí; impactos socioambientais; racismo ambiental.



Introdução

Parte de uma política nacional de geração energética, “Belo Monte” é um projeto de hidrelétrica em um dos rios mais importantes do estado do Pará, o rio Xingu. Localizado entre os estados do Pará e Mato Grosso, o rio Xingu tem extensão de aproximadamente 1870 km e 900 km são navegáveis. Autorizadas as obras em janeiro de 2011, o projeto hidrelétrico Belo Monte é questionado por várias frentes, nacionais e internacionais – tratando-se assim, de uma obra polêmica.

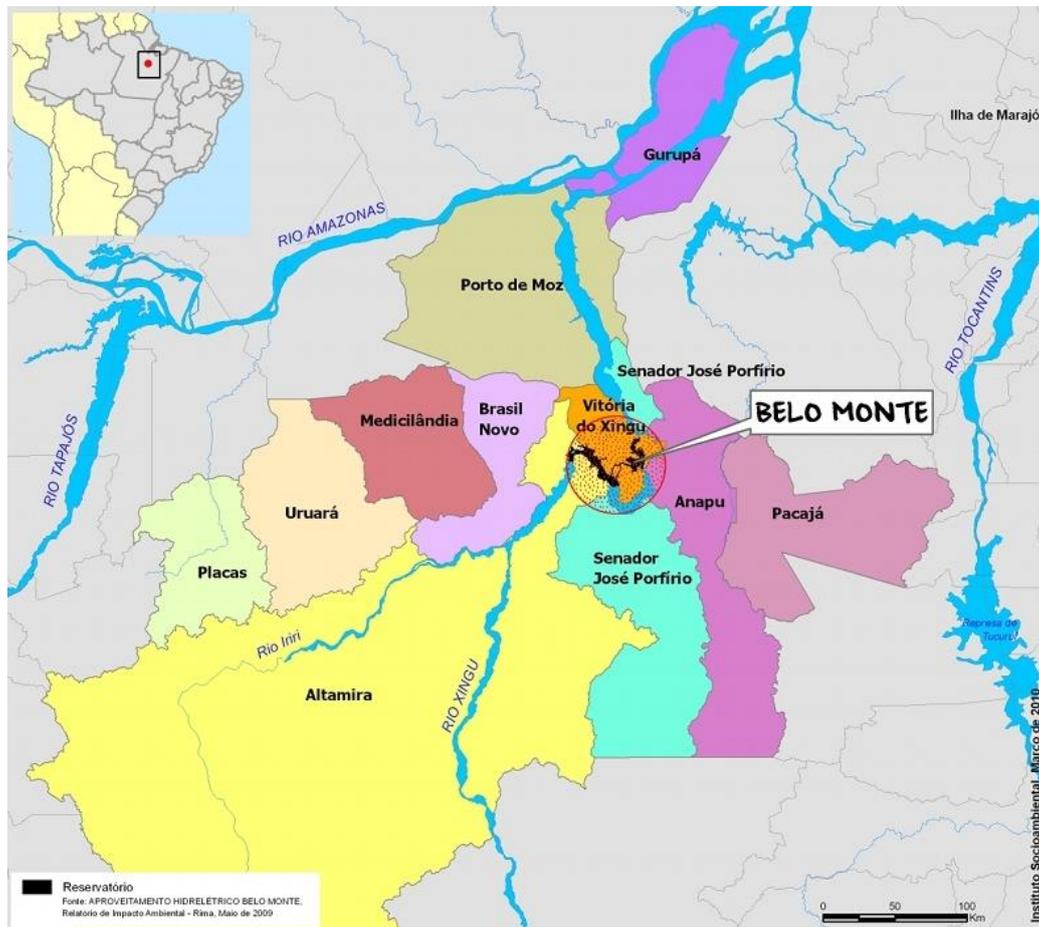
Este trabalho discute os impactos socioambientais no cotidiano de grupos considerados “atingidos”¹ pelo projeto hidrelétrico de Belo Monte. Com método qualitativo e observação participante, a pesquisa de campo compreende seis semanas de inserção e vivência em três municípios da região afetada, entre setembro e novembro de 2011. Os teóricos que mais contribuem para a discussão são os pesquisadores Philip Fearnside, na temática sobre a hidrelétrica de Tucuruí, também no estado do Pará, em que seus estudos da década de 1990 revelam semelhanças com o atual projeto Belo Monte; e Tania Pacheco, com a ideia do racismo ambiental, praticado a grupos vulnerabilizados que sofrem com injustiças socioambientais.

O artigo que segue é basicamente disposto desta forma: apresenta-se um histórico de Belo Monte, um estudo de caso contemplando dados da pesquisa de campo e análises, comparação com impactos socioambientais da hidrelétrica paraense de Tucuruí, considerações finais. Abaixo, o mapa localiza o projeto Belo Monte com relação ao território brasileiro como um todo e com o contexto local, apontando municípios da região afetada.

¹ Ao longo do texto, o termo “atingidos” justifica-se pelo uso corrente da expressão, de forma oral e informal, bem como parte do próprio documento que viabiliza o projeto Belo Monte, o Relatório de Impactos Ambientais, de 2009, em que o termo é utilizado para identificar os grupos de populações que vivem em áreas direta ou indiretamente afetadas pelo projeto da hidrelétrica de Belo Monte.



Mapa 01- Municípios afetados pelo projeto “Belo Monte”



Fonte: ISA, Instituto Socioambiental.

“Belo Monte”- Histórico

-Altamira é o centro da Transamazônica, tem gente do Brasil inteiro indo pra lá, pra trabalhar na estrada e depois comprar terra. O abacaxi lá é do tamanho de uma jaca, e as árvores, do tamanho de um arranha-céu.

-Que exagero.

-Não, tô falando sério. Tem minério, pedra preciosa, tudo ali, a flor da terra. Floresta Amazônica, nunca ouviu falar?

-Sim, mato puro, né? E os índios, tem muito índio lá?

-Tinha, mas a maioria o pessoal já acabou com eles. Tinha vez que o pessoal enchia o saco, perdia mesmo a paciência, aí pegava um avião, jogava umas bananas de dinamite em cima da aldeia dos índios, aí a caboclada saía tudo pro meio do mato, mão na cabeça, pensando que era o fim do mundo. (...) Depois que fizeram a estrada, aquilo lá virou lugar de branco, dinheiro pra todo mundo, todo mundo é rico.



-Morando no meio do mato, eles não devem ter muito onde gastar tanta riqueza, né? (Bye, Bye Brasil, 1979)²

O trecho transcrito acima é de um diálogo presente em um filme que traz aspectos relevantes para reflexão, entre eles: o problema histórico na relação do Brasil com seus povos indígenas; o imaginário popular sobre a Amazônia e sua riqueza infinita, influenciado por discursos do próprio governo, responsável pelo estímulo a processos migratórios de ocupação da região Norte do país.

Em 1965 acontece um atentado conhecido como “Massacre do Paralelo 11”, em que bombas foram lançadas sobre aldeias indígenas - episódio sob acusação de ter a participação do SPI, Serviço de Proteção ao Índio, órgão institucional da época (KRAUTLER, 2009). Em 1972, é inaugurada a rodovia Transamazônica (BR-230), originada de um projeto de estrada que cortaria a Amazônia de leste a oeste, com mais de 3 mil km. Derrubar a floresta vira sinônimo do desenvolvimento que seria levado à região, e trabalhadores migrantes de todas as regiões do país são chamados para a Amazônia, sob incentivo de criação de pastos para pecuária e uso do solo para agricultura, motivados pela promessa de que lá seria uma “terra sem homens para homens sem terra”. Dá-se início a novos conflitos, já que como nos diz a escritora Binka Le Breton:

"A Amazônia nunca esteve vazia, sempre sustentou pequenas populações espalhadas: indígenas, garimpeiros, seringueiros e povos ribeirinhos." (LE BRETON, p.65)

Quadro 01- Transamazônica, trecho paraense -novembro/2011



Fonte: Arquivo pessoal

“Belo Monte” é um remodelamento do projeto Kararaô³, da década de 1970, que previa seis grandes usinas no rio Xingu, mas foi congelado no final de 1980 devido a grandes pressões locais e internacionais. Foi em um evento em 1989, conhecido como o 1º Encontro das Nações Indígenas do Xingu, que acontece o famoso gesto da índia Tuíra colocando um facão no rosto do presidente da Eletronorte⁴, tornando-se um grande símbolo da luta dos povos indígenas contra a inundação de suas terras. Para uma aproximação do que significa a importância dos rios para a região, o trecho abaixo destaca a relação intrínseca da água para o contexto amazônico:

² “Bye, Bye, Brasil”, Cacá Diegues. Embrafilmes: 1979.

³ Kararaô é uma palavra indígena Kayapó que se refere a um grito de guerra.

⁴ Muniz Lopes é considerado pelo pesquisador Osvaldo Sevá como o verdadeiro “pai” dos projetos de construção de barragens no rio Xingu.



“Os habitantes da Amazônia vivem sob os ciclos dos rios e igarapés. Esse aspecto exige uma compreensão cada vez mais profunda da questão. Na Amazônia não há como não lembrar que somos água, rios. Que nossa vida segue sob o ritmo de enchentes e vazantes. Que parte de nossa alimentação típica brota dos rios com uma variedade imensa de peixes e frutos das águas.” (CASTRO, 2009 apud CORTES, 2010, p.93)

São mais de 30 anos de estudo sobre a possibilidade de uso hidrelétrico no rio Xingu. Com raízes no período autoritário da história brasileira, o projeto Belo Monte vira parte do PAC, Programa de Aceleração de Crescimento, no governo Lula, e antes já tinha sido incorporado ao governo Fernando Henrique, em um plano chamado Avanço Brasil, dos anos 2000 a 2003. Em 2005 um deputado federal apresenta um projeto de Decreto Legislativo a favor de Belo Monte que, aprovado, dá sequência à autorização do Congresso Nacional para que a Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras S/A) atualizasse os estudos sobre o aproveitamento hidrelétrico no rio Xingu. É a Eletronorte quem fica responsável pelo RIMA, Relatório de Impacto Ambiental, e contrata as empresas Leme Engenharia, Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Odebrecht, sendo acusada de não ter realizado licitação para a escolha dos grupos. Mesmo assim, o documento é aprovado, pelo Ibama, em fevereiro de 2011, através da Licença de Instalação, LI nº 795/2011. Este é o meio legal de permissão para o início das obras, com licença para 6 anos –com a imposição de condicionantes que deveriam preceder a execução do projeto. No próximo mês é realizado o leilão, concedendo o projeto Belo Monte à empresa Norte Energia, do Consórcio Construtor Belo Monte, CCBM.

Com previsão para se tornar a terceira maior usina hidrelétrica do mundo⁵, “Belo Monte” corresponderá a uma inundação de 500km² de área. Segundo a empresa construtora, o empreendimento terá capacidade para produzir anualmente uma quantidade suficiente para abastecer 40% do consumo energético residencial de todo o país. Entretanto, há críticas de que o principal foco da energia produzida será o atendimento a grandes empresas, que comprarão essa energia com um valor muito barato e investirão em seus produtos que têm finalidade a exportação. Segundo Antonio Canuto, da Coordenação da CPT (Comissão Pastoral da Terra), uma das principais razões para a hidroenergia no país está ligada a satisfação de interesses de empresas, e não para o bem público:

“A Amazônia é vista como essencial para a geração de energia em nosso país. O grande número de hidrelétricas planejadas fala dessa importância. (...) Os argumentos sobre o desastre ecológico que essas obras podem trazer para a região simplesmente são descartados (...) o objetivo principal das mesmas é o de fornecer energia suficiente e barata para as indústrias eletrointensivas, para que elas possam exportar seus produtos com preços mais competitivos” (CANUTO, 2010, p.41-42)

Há uma polêmica sobre a opção hidrelétrica ser ou não considerada uma fonte de energia “limpa”, ligada às ideias de recursos renováveis e sustentabilidade. O pesquisador Philip Fearnside retoma um dado de pesquisa do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) e do IC3 (Instituto Catalão de Ciências e Clima) que afirma que a hidrelétrica de Belo Monte poluirá quatro vezes mais do que o declarado, um dos

⁵ Sua capacidade de instalação será de 11.233,1 MW de energia elétrica, com uma média anual de 4.571 MW.



dados que contrariam o RIMA de Belo Monte, relatório este que, meses após ser divulgado, foi seriamente questionado. Através de um trabalho conhecido como “Painel de Especialistas”, o documento de 230 páginas e assinado por 39 cientistas, especialistas em diversas áreas, adverte sérias lacunas no RIMA aprovado pelo Ibama, desde falta de estudos a erros grosseiros. A primeira parte do Painel tem como título “Omissão e falhas na análise de situações e dados sociais, econômicos e culturais”, e ao final do documento há 68 questionamentos sobre o Relatório e o projeto Belo Monte, que ainda aguardam por respostas.

O pesquisador Osvaldo Sevá⁶ critica a relação do projeto no impactar das realidades dos moradores afetados, e argumenta sobre as consequências para a democracia, que estaria em xeque na medida em que interesses privados ultrapassam os direitos de populações inteiras:

“Ignoram a existência de atingidos, de expulsos, de gente que precisaria ser reassentada, de fazendeiros, sítiantes, colonos, meeiros, pescadores, castanheiros, que teriam de ter um programa de reorganização de sua atividade agrícola, extrativista, pecuária. (...) Quanto mais poderosas as grandes empresas, quanto menos freios tiverem, mais longe estará a sociedade da justiça e da democracia.” (SEVÁ, 2011)

Vale lembrar que em 2002 o Brasil ratifica a “Convenção 169” da OIT (Organização Internacional do Trabalho), resolução criada em junho de 1989. A assinatura brasileira significa um comprometimento do país em adequar os termos da Convenção à sua legislação e suas práticas nacionais a favor da garantia dos direitos dos povos indígenas e tribais. Basicamente, é dado aos grupos indígenas o direito de definir suas próprias prioridades de desenvolvimento, e garantindo que, diante de propostas de mudança que os atinjam, haja consultas livres, prévias e informadas. É esse o contexto que permite que hoje o projeto Belo Monte seja fortemente questionado, diante da ausência das “oitivas” indígenas, visto que as comunidades indígenas foram excluídas do processo de aprovação do projeto. Frei Betto, frade dominicano e escritor, se manifesta sobre o assunto, questionando o modelo de desenvolvimento: “Por que essa resistência em consultar os povos indígenas do Xingu? (...) Em nome do progresso, sacrificam-se nossos povos originários.” (BETTO, 2011)

⁶ É este professor da Unicamp quem organizou o seguinte livro: SEVÁ, Osvaldo (org.) **Tenotã-Mõ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: International Rivers. 2005.



Em abril de 2011 é enviado um documento à presidenta Dilma, da Comissão de Direitos Humanos da Organização de Estados Americanos (Comissão da qual o Brasil faz parte) pedindo a suspensão imediata das obras de Belo Monte. O Brasil vai para julgamento, na OEA, em Washington, em 27 de outubro de 2011, mas não envia representantes. Assim, o Procurador Federal Felício Pontes interpreta:

“Nos últimos anos o governo tem tido um comportamento dúbio. Em um momento alega que os povos indígenas foram ouvidos. Em outro, alega que a usina não afetará povos indígenas. Ambos os argumentos são falsos. (...) Até hoje o Congresso Nacional jamais promoveu a *oitiva* das comunidades indígenas do Xingu. (...) Diz que não é necessária a *oitiva* porque nenhuma terra indígena será inundada. É verdade. Na “Volta Grande do Xingu” não haverá inundação. Haverá quase seca, já que a maior parte do rio vai ser desviado, levando ao desaparecimento de 273 espécies de peixes nos 100 quilômetros que passam em frente às Terras Indígenas Paquiçamba e Arara do Maia.” (PONTES, 2011)

Estudo de caso

Para alcançar o objetivo deste trabalho, a análise dos impactos socioambientais no cotidiano de pessoas “atingidas” pelo projeto hidrelétrico de Belo Monte, optou-se por uma inserção em ambientes de vivência de diferentes grupos dessa categoria ampla de “atingidos”. Com método qualitativo e observação participante, a pesquisa de campo ocorreu ao longo de seis semanas, em três municípios, Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio. Aliada à prática de foto documentação, as experiências foram descritas em diário de campo, e durante algumas conversas com os interlocutores, trechos de suas falas foram transcritas à mão, sem o uso de aparelho gravador. Nenhum dos encontros se deu de maneira formal ou no estilo de entrevistas, com roteiro prévio de perguntas. Sempre ficou clara a minha posição como estudante, alguém que estava lá fazendo uma pesquisa, e que para isso ficaria quase dois meses na região de Altamira, conhecendo e acompanhando as rotinas de pessoas das áreas afetadas por Belo Monte. Esse estudo de caso traz alguns depoimentos, quadros com imagens de campo e consequentes análises.

Em Altamira, a pesquisa compreendeu a área urbana, na região central do município. Acompanhei a rotina de trabalho do Movimento Xingu Vivo para Sempre⁷,

⁷ Mais conhecido como “Xingu Vivo” (e em siglas, MXVPS) pode ser considerado um pool de organizações não governamentais, que recebe apoio de mais de 250 grupos, entre entidades, movimentos sociais, ONGS etc., nacionais e internacionais. Tem sede na área central do município de Altamira, mas sua equipe não se fixa apenas lá. A própria definição do movimento é de que se trata de: “um coletivo de organizações e movimentos sociais e ambientalistas da região de Altamira e das áreas de influência do



um dos movimentos sociais mais atuantes na oposição ao projeto Belo Monte, e através desta convivência foi possível a aproximação da complexidade das diversas realidades impactadas pelo empreendimento. Lá se deram momentos como: audiências, reuniões e eventos abertos ao público; conversas com moradores e lideranças de movimentos sociais; descrições pessoais de observações sobre características da cidade.

Em 22 de setembro de 2011 o movimento Xingu Vivo organiza uma audiência popular, evento aberto à sociedade civil, convidando representantes ligados à temática “Belo Monte”, entre representantes do Direito (como Defensor do Ministério Público) e da empresa Norte Energia. O microfone foi passado diversas vezes para pessoas da platéia, que puderam dar seus depoimentos diversos de como o projeto tem afetado suas vidas - falas muito intensas. Em contrapartida, os convidados da mesa tiveram discursos pouco significativos, não dando respostas precisas a perguntas básicas como “Se essa barragem for mesmo alagar o bairro onde eu moro, para onde é que vocês vão me mandar?”.

Outro movimento muito presente na região é o MAB, Movimento dos Atingidos por Barragem. Moisés da Costa Ribeiro faz parte da coordenação do movimento, e diz que o movimento tem acompanhado reuniões da empresa Norte Energia com a população. Um questionamento comum da população atingida de Altamira é “onde nós vamos morar, e quando vamos ter que sair de onde moramos hoje?”. Sua análise é de que são contraditórias as declarações do Consórcio Belo Monte, pois a cada encontro as afirmações se alteram, não existindo um clima de certezas sobre o futuro da população atingida.

Durante a minha estada em Altamira, os hotéis e pousadas estavam sempre lotados, e os valores mais acessíveis das diárias giravam em torno de cem reais, além do que, os alugueis de imóveis na cidade aumentaram devido à chegada do empreendimento Belo Monte. Através de conversas informais, geralmente em comércios na área urbana, moradores de Altamira manifestam suas opiniões e se indignam, falando de experiências de sofrimento ligadas a esse projeto hidrelétrico. Um exemplo é a nova rotina turbulenta da cidade, que teve seu ritmo alterado

projeto da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que historicamente se opuseram à sua instalação no rio Xingu. Além de contar com o *apoio* de mais de 250 organizações locais, estaduais, nacionais e internacionais, o MXVPS *agrega* entidades representativas de ribeirinhos, pescadores, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas, moradores de Altamira, atingidos por barragens, movimentos de mulheres e organizações religiosas e ecumênicas”.

Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/quem-somos/>>. Visualização em: 10/09/2011.



significativamente, muito pelos trabalhadores empregados nas obras, uma maioria de migrantes. Altamira apresentou um trânsito intenso, e em torno de 18h os ônibus chegavam do canteiro de obras, fazendo paradas em frente a um posto de gasolina e espalhavam-se pessoas com o uniforme cinza com símbolo “CCBM”. Também era visível a diária movimentação em frente a prédios da Norte Energia, empresa responsável pela contratação de novos empregados. Pessoas que tinham feito viagens para chegar ali, às vezes de outros estados, sem a certeza de que sairiam dali com um trabalho, formando filas e encostando-se a muros de casas próximas.

Tive acesso a uma declaração contra más-condições de trabalho, de uma ex-funcionária⁸ do CCBM, parte do início de uma denúncia formal à Justiça, apoiada pelo movimento Xingu Vivo e pela CPT, Comissão Pastoral da Terra. Em 18 de outubro de 2011, essa mesma mulher faz um ato em Altamira. Acontecia a exibição de um filme, próximo ao Cais da cidade, com vários moradores sentados assistindo um documentário⁹ sobre Belo Monte. Sua manifestação chama tão ou mais atenção do que o próprio filme, já que em um dado momento ela aparece próxima ao telão do filme e, em silêncio, coloca fogo no antigo uniforme do CCBM.

Em 27 de setembro de 2011 acompanho uma entrevista do jornalista do movimento Xingu Vivo com um recente morador de Altamira e ex-agricultor, que há seis meses havia vendido sua propriedade para a Norte Energia - menos de 400 mil reais para um lote de 20 alqueires. Este é dos casos que representam muitas outras famílias do processo de indenização para que suas terras sejam utilizadas em função do projeto Belo Monte. Durante a conversa, muito sensível, ele nos conta sua história, com expressão de desesperança quanto ao futuro marcado pela incerteza. Antonio “Totô”, nascido em 1933, mora com sua esposa Raimunda e um dos 8 filhos em uma casa simples na área urbana de Altamira. Emocionado, diz que seu sonho seria poder voltar para a casa que morava, lugar onde passou quarenta anos de sua vida. A “Vila Santo Antonio” é uma área projetada para fazer parte do canteiro de obras, e ali a família tinha gado e lavoura, plantava mandioca (macaxeira), arroz, banana e levava alguns alimentos para vender em Altamira, transportados por um caminhão.

⁸ Como não houve o contato direto com a ex-funcionária do Consórcio, seu nome não está aqui divulgado.

⁹ Aquele era o dia de inauguração do filme em Altamira, já que as filmagens aconteceram ali na região, entre o fim de 2009 e início de 2010: “À margem do Xingu: vozes não consideradas”, direção de Damiã Puig.



“Desde que eu cheguei aqui, meu coração não tem alegria. (...) E o meu sentimento, eles vão pagar? (...) Eu saí de lá, mas não foi bom, não. (...) Saí chorando de lá. (...) Como vou lutar contra o governo? (...) Contra a força, não há resistência” (Antonio “Totô”, ex- agricultor)

No município de Vitória do Xingu, conheço uma das vias de acesso utilizadas para o canteiro de obras, caminho que percorri no sentido para o lote de um agricultor e sua família, onde por alguns dias acompanhei suas rotinas. A cerca de 60km do centro de Altamira, paisagens de desmatamento, muito pasto para pecuária, ausência de postes de transmissão de energia elétrica, e muitos veículos de funcionários circulando com o símbolo CCBM.

Lucimar Barros Silva mora com a esposa Clarice Gouveia Silva e os dois filhos. Com mais de 5 mil pés de cacau plantados, a família ainda fabricava queijos para vender na área central de Altamira. Em outubro de 2011 presencio uma tarde em que duas equipes do Consórcio Belo Monte fazem visitas ao lote da família. A primeira veio pedir assinatura do casal para dar início do cadastro socioeconômico, em que o valor da propriedade seria calculado, através de medições e análises dos funcionários. Clarice nega a assinatura, em resistência, não permitindo que naquele momento fosse iniciada a inspeção de seus lotes. A segunda visita daquele dia foi para que confirmassem o nome do proprietário dos lotes -esta última conversa dura aproximadamente uma hora. Notei que a insistência das equipes é algo que perdura nas “negociações” diretas com os moradores. As etapas das obras são realizadas por diferentes empresas, fazem parte do Consórcio Construtor, mas não necessariamente dialogam entre si, pois fica a critério de cada equipe o diálogo com os “atingidos”, o que colabora com possíveis contradições de discursos. Lucimar e Clarice me dizem que só saem dali “na marra” – embora um mês depois, ouço falar que a família havia desistido e tinha se tornado mais uma das que estão no processo de indenização e venda da terra para as obras da hidrelétrica de Belo Monte.

Outro casal que conheci na região, Valdir e sua esposa Luzia, me dizem que gostam de morar ali e não desejam sair. Eles conquistaram o registro do lote pelo INCRA em 1979, e desde aquela época dizem já ouvir sobre o projeto de Belo Monte, desde quando ainda possuía outro nome. Migrantes do estado de Goiás foram atraídos para o Pará em busca de trabalho com agricultura - hoje a renda vem do plantio de cacau. A casa em que moram está com rachaduras, e me mostram dizendo que aquela



casa é nova, tem apenas quatro anos, mas as mudanças vieram há alguns meses, desde o início das obras de alargamento da estrada, que utilizam veículos de grande porte.

As imagens do quadro abaixo são referentes a um dia de folga do trabalho dos funcionários do Consórcio, devido a um feriado local. Havia 15 caminhões estacionados em fileira, uma pista larga de terra, tratores, troncos de madeira empilhados, que segundo o Valdir, fazem parte do seu lote, mas que foram retiradas para o aumento da estrada. Quando ele questionou sobre o futuro da madeira, o encarregado da obra lhe disse que seriam vendidas e o valor seria revertido para a comunidade, fato desacreditado por Valdir, “mas eu vou fazer o quê?”.

Quadro 02- Via de acesso para o canteiro de obras de “Belo Monte- Outubro/2011



Fonte: Arquivo pessoal

Em outro município, Senador José Porfírio, conheço três categorias de atingidos, todos ribeirinhos do Xingu: pescadores, indígenas, garimpeiros. Vivencio alguns momentos de trabalho, de garimpeiros do ouro, no povoado Ressaca, e de pescadores de peixe ornamental, na Ilha da Fazenda. O contato com indígenas se deu entre os Arara da Aldeia Maia, local que será extremamente afetado pelo projeto, com a previsão de que se torne reduzida a vazão de águas do rio no trecho da comunidade.

“Ressaca” é um povoado que pertence ao município de Senador José Porfírio e conhecido pelos garimpos de ouro. Vice-presidente da associação de



garimpeiros, Valdemir Nascimento argumenta que Ressaca é considerada área de risco de acordo com o projeto Belo Monte. Quanto à área em que mora hoje, ele lembra as condicionantes prometidas pela Norte Energia, elementos básicos como: motor gerador de energia elétrica, que estava há 8 meses sem funcionar; investimentos em saúde, educação, segurança. Acredita que cerca de 90% das pessoas de Ressaca sobrevivem do garimpo, e agricultura é uma parcela muito pequena. Apesar dos migrantes, o senhor diz que há muitas pessoas que nasceram e se criaram ali, mas que agora têm se perguntado “pra onde a gente vai?”. Morador há 17 anos, calcula que apesar dos problemas, a condição de vida local tem melhorado, “se desenvolvido”, como ele diz. Este senhor ainda relata sua experiência de vida ao redor de outra barragem, Tucuruí, dizendo que já morou lá e acompanhou de perto as mudanças relativas à hidrelétrica.

Em maio de 2008 acontece em Altamira o “Encontro Xingu Vivo para Sempre”, com a presença de mais de 600 indígenas, de mais de 24 etnias. Dom Erwin, que trabalha na Amazônia há mais de 40 anos, e é presidente do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) diz que neste evento houve um momento final em que as pessoas deram as mãos à beira do rio Xingu e manifestaram sua intenção de lutar contra o projeto Belo Monte:

“Não acabou a luta em defesa desse rio maravilhoso e dos povos do Xingu. Foi lido o documento final, em que os índios fazem questão de manifestar-se como “cidadãos e cidadãs brasileiras” (KRAUTLER, 2009, p.125).

Três anos depois, em outubro de 2011, acontece outro evento semelhante. De 25 a 27 de outubro, Altamira é sede do Seminário “Territórios, ambiente e desenvolvimento da Amazônia, a luta contra os grandes projetos hidrelétricos na bacia do Xingu”. O último dia é considerado histórico na luta popular contrária a Belo Monte, marcado por uma manifestação de 15 horas, em que cerca de 400 pessoas ocupam um canteiro de obras do Consórcio, decisão votada em assembléia entre indígenas e pescadores.

No dia 26 de outubro, durante o Seminário “contra Belo Monte”, acontece uma mesa de discussão para a temática dos pescadores atingidos, e são eles próprios quem falam. Uma das preocupações é relativa à pesca no rio Xingu de peixes ornamentais, alguns já são atualmente proibidos para comercialização por serem espécies em extinção, mas os pescadores alertam que após a construção da usina, estarão fadados a sumir de vez. Nesta mesa os convidados compartilham, em suas falas,



experiências de perdas e incertezas, e falam também da necessidade de união entre os ribeirinhos, pescadores e indígenas.

“Nós não vamos aceitar Belo Monte, não (...) pra onde é que vai a população de Altamira quando alagar isso tudo aqui? (...) eu queria que meu neto tivesse o prazer de sobreviver da pesca, como eu (...) são 10 mil reais de multa se eu derrubar uma seringueira; quantas seringueiras vão cair com essa barragem? (...) Eu vou ser obrigado a mudar de profissão. Dentro do Xingu o peixe vai morrer.” (Raimundo Braga, pescador)

Quadro 05- “Seminário contra Belo Monte”, Altamira- Outubro/2011



Fonte: Arquivo pessoal

A Hidrelétrica de Tucuruí e o Projeto Belo Monte

No início do ano de 2009, na capital paraense acontecia o Fórum Social Mundial, resgato este momento aqui pois à época acompanhei uma mesa de discussão que tinha o projeto Belo Monte como temática. Ficou muito visível nesse evento a reação indignada do público, que assistia a apresentação de uma equipe de engenheiros sobre o então projeto da hidrelétrica, e o mais marcante foi a reação de alguém apontando o dedo em direção ao palco, dizendo “você são mentirosos”. De um lado estava colocada a defesa de um projeto que se propõe parte do desenvolvimento brasileiro, de outro, depoimentos de quem se viu no meio do caminho do progresso, e vivenciou os impactos de projetos semelhantes, como havia sido o caso de moradores atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí.

Este é um tema relevante que apareceu por diversas vezes ao longo da pesquisa de campo, mostrando “Tucuruí” como parte da memória de moradores hoje impactados por “Belo Monte” na região de Altamira. Finalizada em 1984, o processo como foi instaurada a hidrelétrica apresenta semelhanças com o atual projeto Belo Monte no rio Xingu. Philip Fearnside também participou do “Painel de Especialistas”, documento de crítica ao RIMA (Relatório de Impactos Ambientais) de Belo Monte, e na



década de 1990 estudou os impactos de Tucuruí. Ele alertava para os impactos de hidrelétricas para os povos indígenas:

“O impacto sobre povos indígenas é um dos aspectos mais polêmicos de Tucuruí, assim como é o caso para outras barragens existentes e propostas na Amazônia.” (FEARNSIDE, 1999, p.229)

Quadro 6- A hidrelétrica de Tucuruí –Novembro/2011



Fonte: Arquivo pessoal

Tratando-se de uma política energética nacional, Fearnside argumenta que apesar da necessidade de garantir benefícios para o país como um todo, “Tucuruí” é exemplo de um projeto que teve sua aprovação ligada a interesses contrários aos sociais, do bem público, mas a interesses políticos. Pouco da energia gerada pela hidrelétrica tinha como destino a população local, calculava-se que quase dois terços da energia era fornecida a indústrias de alumínio da região, sob tarifas altamente subsidiadas pelo governo brasileiro. Com alumínio barato, os principais países consumidores preferiam exportar esse produto a cobrir os custos de grandes barragens, com dimensões financeiras, ambientais e sociais.

De acordo com os estudos de Fearnside sobre Tucuruí, foram vários os impactos na questão de saúde humana: foi detectada a presença do mosquito transmissor da malária; aumentou o número de insetos, chegando a estimular a mudança de residentes para outros locais; a prévia contaminação de mercúrio nas águas dos rios atingiu os reservatórios, prejudicando peixes e os ribeirinhos consumidores dos mesmos, e ampliou outros riscos de doenças, como a esquistossomose e a doença de Chagas. Como o fator geralmente associado aos surtos da doença de Chagas é a pobreza, o estudo confirmou a evidência da pobreza em Tucuruí, a maioria da população atingida foi reduzida à condição de indigência, apesar do sistema de ressarcimento e indenizações.



Ao longo dos anos, muito tem sido destacado e questionado sobre o padrão de construção de hidrelétricas no país e os custos humanos, diante das graves alterações nas vidas dos atingidos. Na polêmica de “Belo Monte” são vários os trabalhos que vêm à tona: jornalísticos; pesquisas científicas; denúncias no Ministério Público Federal; ações civis públicas ligadas a irregularidades do projeto Belo Monte. Para pensar os impactos de Belo Monte, trago uma declaração do Movimento dos Atingidos por Barragem:

“Os custos sociais e ambientais das usinas hidrelétricas estão sendo pagos pela população das áreas atingidas, pelos trabalhadores explorados nos canteiros de obras e pela sociedade brasileira em geral, obrigada a arcar com os altos preços da energia elétrica e com as consequências das mudanças ambientais. Os atingidos ficam com uma pesada herança: inundação de florestas, redução da biodiversidade e morte de muitos dos nossos principais rios e bacias hidrográficas, que dão lugar a imensos lagos artificiais.” (MAB, 2010, p.100-101)

Pensando em quem são os grupos considerados “atingidos” pelo projeto hidrelétrico de Belo Monte, é evidente que esta categoria relaciona-se também a quem já está cotidianamente na condição de grupos vulneráveis. Trago para a discussão a ideia de racismo ambiental, uma noção atrelada à prática de injustiças sociais e ambientais destinadas a populações vulnerabilizadas. Segundo Tania Pacheco, racismo é algo que “transcende a cor”, não restrito a negros ou afrodescendentes, por exemplo, sendo presente também no modo como populações tradicionais têm sido consideradas “descartáveis”, como indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores.

São exatamente estes os grupos de seres humanos que estão sendo impactados pelo projeto da hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu. Não é de maneira aleatória que ali, naquela região de Altamira é que se planeja a construção da terceira maior hidrelétrica do mundo, o local é escolhido pela perspectiva racista, é ali que têm sido praticadas injustiças socioambientais. Indígenas que não têm seus direitos legais respeitados; agricultores sendo indenizados e saindo de suas próprias terras, perdendo o vínculo com o modo de vida tradicional; moradores de Altamira que terão suas casas alagadas, e que são em grande maioria migrantes vindos de outros processos de expulsão em seu próprio país.

Considerações Finais



O projeto hidrelétrico de Belo Monte é resultado de décadas de estudo sobre a possibilidade de aproveitamento energético do Rio Xingu. Com herança no regime autoritário da recente história brasileira, em 2012, Belo Monte encontra-se em fase inicial de construção. O que estes dois momentos da política nacional revelam em semelhança é a ausência de democracia no processo pelo qual são planejadas grandes obras de infraestrutura, neste caso, hidrelétricas. Se num primeiro momento, a hidrelétrica de Tucuruí é projetada e construída durante a ditadura no Brasil, Belo Monte é pensada para ser a terceira maior hidrelétrica do mundo, impactar dezenas de milhares de pessoas, e nunca foi dada às populações locais a possibilidade de escolha sobre a mesma, apesar do Brasil se considerar um país democrático.

Prioridade no atual governo, parte do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, o projeto hidrelétrico Belo Monte é defendido como essencial para o desenvolvimento brasileiro. Ao contrário dos benefícios proclamados, este estudo de caso revela, entretanto, que para a região de Altamira, “Belo Monte” é um desastre anunciado, previsto, que, em contexto amazônico, virá a contribuir decisivamente para a destruição dos meios atuais de vida de seus moradores. Em uma área extremamente cobiçada por seus valiosos recursos naturais, os impactos socioambientais deste projeto também se traduzem em perdas imateriais para a população atingida, criando vários ambientes de incerteza social constante, de desespero quanto ao futuro próximo, de desamparo, para os quais nem a Norte Energia nem o governo têm dado respostas positivas concretas.

O estudo de caso da presente pesquisa confirma a prática de racismo ambiental na região afetada pelo projeto Belo Monte. Os impactos negativos do empreendimento recaem sobre os grupos mais vulnerabilizados sob vários aspectos da vida social: indígenas que travam lutas constantes para terem seus direitos respeitados, pescadores e outros ribeirinhos, pequenos agricultores, todos compartilhando uma condição de pessoas que tiveram suas vontades desconsideradas quando da decisão de construção de uma hidrelétrica no rio Xingu que circunda suas vidas.

Em termos práticos, de acordo com o projeto Belo Monte, a usina prevê que áreas sejam alagadas, como é o caso de grande extensão da área urbana de Altamira, hoje densamente habitada. Em outras áreas afetadas, os rios terão radical mudança para uma vazão reduzida, que é interpretada por pesquisadores e moradores locais como “seca”, interferindo negativamente, por exemplo, na atividade pesqueira e



no deslocamento com barcos. Algumas áreas já estão sendo utilizadas como canteiro de obras, e para que tal situação exista, antigos moradores já sofreram o processo compulsório de migração. O termo amplamente usado no processo de deslocamento da população atingida é “remoção”, expressão que por si só desconsidera o caráter humano das vivências e relações criadas ao longo das vidas das pessoas, que ultrapassam o plano material.

“Belo Monte” é cotidiano na vida das pessoas direta ou indiretamente atingidas, e a indignação torna-se elemento constante, sendo observado em depoimentos sobre a atuação da Norte Energia e sobre o governo. Com base em algumas declarações, é evidente que ainda existe uma forte tentativa popular de barrar o projeto - mobilizações de quem se nega a buscar consenso com a Norte Energia. Diante da prévia falta de opção das populações locais atingidas, se a decisão pela usina Belo Monte não aconteceu de maneira democrática, formal ou transparente, a recusa a este projeto se demonstra um direito a ser reivindicado. “Justiça” é uma palavra que se mostra unânime nos discursos dos atingidos e dos movimentos sociais que têm atuado em meio às lutas que envolvem a temática “Belo Monte”. Apenas as leis do país e acordos internacionais (como é o caso da Convenção nº 169 da OIT assinada pelo Brasil), não têm evitado injustiças socioambientais.

Referências Bibliográficas

BETTO, Frei. Brasil e OEA: Atritos. Adital. 27 maio 2011. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=5583>> Acesso em: 11 set. 2011

CANUTO, Antonio. Amazônia: colônia do Brasil. **Direitos Humanos no Brasil 2010: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.** (p.41-47) Disponível em: <<http://www.boell-latinoamerica.org/downloads/relatorio-DH-2010.pdf>> Acesso em: 08 set. 2011

CONVENÇÃO Nº169 DA OIT DE 7/6/1989 DENOMINADA: CONVENÇÃO RELATIVA AOS POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS EM PAÍSES INDEPENDENTES, Em vigor em 5 de setembro de 1991. Aprovado pelo Congresso Nacional 25/8/1993. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/pub/convenção%20169_2011_292.pdf> Acesso em: 10 set. 2011.

CORTES, José. O Baixo Amazonas entre conflitos. **Conflitos do Campo 2010: Caderno da CPT.** p.88-93.



ELETRONBRAS. **Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**: Relatório de Impactos Ambientais. 2009. Disponível em: <<http://www.eletronbras.com/elb/main.asp?View=%7B46763BB8-3B05-432F-A206-C8F93CC3BA90%7D>> Acesso em: 28 jan. 2012.

FEARNSIDE, Philip. Impactos Sociais da barragem de Tucuruí. HENRY, Raoul. (Org.) **Ecologia de reservatórios**: estrutura, função e aspectos sociais. Botucatu: Fapesp, 1999. p.221-244.

_____. Entrevista. 10 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2011/08/10/hidreletricas-construidas-em-areas-tropicais-emitem-mais-gases-de-efeito-estufa-entrevista-especial-com-philip-fearnside/>> Acesso em: 10 set. 2011

LE BRETON, Binka. **Vidas Roubadas**: a Escravidão Moderna na Amazônia Brasileira. São Paulo: Loyola, 2002.

KRÄUTLER, Erwin. **Servo de Cristo Jesus**: Memórias da luta e esperança. SUESS, Paulo (org.) São Paulo: Ed. Paulinas. 2009. 280p.

MAB. Modelo energético brasileiro e as violações de direitos humanos. **Direitos Humanos no Brasil 2010**: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. (p.97-101) Disponível em: <<http://www.boell-latinoamerica.org/downloads/relatorio-DH-2010.pdf>> Acesso em: 08 set. 2011.

MAGALHÃES, Sonia; HERNANDEZ, Francisco (org.) **Painel de Especialistas**: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Disponível em: <[http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20\(3\).pdf](http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20(3).pdf)> Acesso em: 10 set. 2011.

PACHECO, Tania. Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor. *Development in Practice*, 2008, v. 18, n. 6. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/tania-pacheco/desigualdade-injustica-ambiental-racismo/>> Acesso em: 10 out. 2011

PONTES Jr, Felicio. Belo Monte e o último ritual indígena. Xingu Vivo. 19 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2011/04/19/belo-monte-e-o-ultimo-ritual-indigena/>> Acesso em: 19 ago. 2011.

SEVÁ, Oswaldo. Grandes e polêmicas obras serão chamadas, no Brasil, a ‘salvar’ o capitalismo global. Entrevista. 11 ago. 2011. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6161:manchete110811&catid=34:manchete> Acesso em: 20 ago. 2011.



GT 1 – Tecendo o futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos

A Engenharia de Pesca na Extensão Rural: ferramentas para diversificar e fortalecer o trabalho da Agricultura Familiar no Pajeú

Caio de Meneses Cabral¹

Genival Barros Júnior²

Laeticia Medeiros Jalil³

¹ Graduado em Engenharia de Pesca e estudante do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas na Universidade Federal Rural de Pernambuco UAST-UFRPE, e-mail: caiodemeneses@gmail.com.

² Professor adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UAST-UFRPE, e-mail: genival@uast.ufrpe.br.

³ Professora assistente da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UAST-UFRPE, e-mail: laeticiajalil@gmail.com.

Resumo

Este trabalho é parte da experiência vivida pelo autor no seu Estágio Supervisionado Obrigatório – ESO junto ao Centro de Educação Comunitária Rural – CECOR¹ para conclusão do curso de graduação em Engenharia de Pesca pela Universidade Rural de Pernambuco na Unidade Acadêmica de Serra Talhada– UAST/UFRPE. Para tal, foi realizado um diagnóstico durante três meses (Setembro, Outubro e Novembro) de 2011 em três Assentamentos de Reforma Agrária – Carnaúba do Ajudante, Poço do Serrote e Santa Rita, no município de Serra Talhada, na região do Sertão do Pajeú Pernambucano - que são assessoradas pelo CECOR, com os objetivos de conhecer o interesse das famílias agricultoras em cultivar organismos aquáticos em suas propriedades, seus conhecimentos sobre Aquicultura Familiar e a capacidade hídrica dessas localidades para gerir esta atividade produtiva. Durante o estágio diversas questões surgiram, o que demonstra a necessidade de um aprofundamento e maior problematização, principalmente no que tange a discussão sobre o modelo de Extensão Rural que está sendo desenvolvido na região e a possibilidade de inserção de uma nova atividade produtiva, como a Aquicultura Familiar, que pode contribuir efetivamente para construção da Segurança e Soberania alimentar e nutricional e o fortalecimento da autonomia das famílias camponesas. Outra questão que aqui se apresenta é como estas ações conjugadas, podem levar a um desenvolvimento local sustentável na região. Neste sentido, o artigo se propõe a apresentar alguns dados que foram sistematizados no diagnóstico realizado com o ESO, bem como iniciar uma discussão sobre a Extensão Rural que está sendo implementada entre as famílias agricultoras camponesas no Sertão do Pajeú e a possibilidade de diálogos com a Engenharia de Pesca, contribuindo para pensar outro modelo de desenvolvimento local.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Aquicultura familiar, Extensão Rural.

¹ Para saber mais sobre a ONG CECOR, acessar: www.cec.org.br.



Introdução

O Sertão do Pajeú – PE, segundo o Sistema de Informações Territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SIT/MDA (2004), abrange uma área de 13.350,30 Km² e é composto por 20 municípios². A população total do território é de 389.580 habitantes, dos quais 164.559 vivem na área rural, o que corresponde a 42,24% do total. Desta porcentagem, 33.804 são agricultores/as familiares, 1.810 famílias assentadas, 16 comunidades quilombolas e 1 terra indígena. O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH médio é 0,65, baixo para um país que está entre as dez economias mais capitalizadas do mundo, demonstrando a divergência da distribuição dos recursos no país.

Cabe destacar que o sertão do Pajeú esta inserido na região do Semiárido nordestino, que segundo dados da Embrapa de 1991, se estende por uma área que abrange a maior parte dos estados da região Nordeste (86,48%), a região setentrional do estado de Minas Gerais (11,01%) e o norte do Espírito Santo (2,51%), compreendendo um total de 1.113 municípios cuja área total é de 974.752 km². Em termo de população, vivem nessa região cerca de 26 milhões de pessoas, que representam 46% da população nordestina e 13% da população brasileira.

Segundo dados do IBGE (2010), 43% da população do Pajeú vivem na zona rural. Demograficamente comparando, apenas 15% da população brasileira estão no campo segundo (IBGE, 2010), o que significa que a concentração média de pessoas vivendo e convivendo no ambiente rural pajeuzeiro é bem mais elevada, o que exige do Estado e dos municípios uma atenção ainda maior para a Agricultura Familiar de base camponesa.

A Agricultura Familiar do Sertão do Pajeú se caracteriza por ser uma agricultura de subsistência com escasso apoio do Estado, poucas políticas de crédito e incentivo produtivo, e pela falta de reconhecimento de sua potencialidade como setor produtivo e econômico para a região.

O Semiárido pernambucano goza de diversas experiências que questionam este “lugar da Agricultura Familiar camponesa” para o Estado e para a sociedade, o que muda tanto a forma como os/as agricultores/as são percebidos/as, bem como as metodologias de projetos que são levadas a cabo para o desenvolvimento da região. É inverter o olhar. Olhar o semiárido a partir de suas potencialidades e de uma proposta de convívio e não mais percebê-lo como “um território de miséria e fome”, como um problema.

Neste sentido, destaca-se trabalho da Articulação do Semiárido – ASA, do Projeto Dom Helder Câmara – PDHC e o trabalho de diversas Organizações Não Governamentais que atuam na região, tais como o Centro de Educação Comunitária Rural – CECOR , a Casa da Mulher do

² Afogados da Ingazeira, Igaraci, Quixaba, Santa Terezinha, São José do Egito, Serra Talhada, Sertânia, Tabira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Itapetim, Mirandiba, Santa Cruz da Baixa Verde, São José do Belmonte, Solidão, Triunfo, Tuparetama e Ingazeira. In: http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/sertodopajepe/one-community?page_num=0.



Nordeste-CMN, o Centro Sabiá, a Diaconia, dentre outras, em que a Agricultura Familiar camponesa é reconhecida como um “sujeito político”.

Esta confluência de organizações e projetos faz com que o Sertão do Pajeú seja reconhecido como um território da Agricultura Familiar Camponesa em que diversas experiências produtivas e políticas bem sucedidas estão sendo desenvolvidas, que levam ao fortalecimento deste setor, em diversas dimensões, tais como econômico-produtiva, cultural e política.

Para tal, diversos “instrumentos políticos” são utilizados. Aqui se discute a Extensão Rural como parte do conjunto de ações e políticas públicas que podem ser implementadas e fortalecidas para a Agricultura Familiar, incluindo a proposta de inserção de uma nova atividade produtiva - a Aqüicultura Familiar.

Os caminhos da Extensão Rural: desafios para o Sertão do Pajeú

No âmbito da Extensão Rural, a diversificação e criação de novas atividades e metodologias participativas sempre serão uma necessidade e um desafio a ser enfrentado, dada a complexidade da ação e a forte demanda por um desenvolvimento pautado na liberdade da ação e na sustentabilidade, e a Engenharia de Pesca surge como uma ciência capaz de inovar e contribuir para o fortalecimento e o desenvolvimento da Agricultura Familiar no Pajeú.

Cabe ao/a Engenheiro/a de Pesca as funções de supervisão, planejamento, coordenação e execução de atividades integradas para o aproveitamento dos recursos naturais aquícolas, o cultivo e a exploração sustentável de recursos pesqueiros marítimos, fluviais e lacustres e sua industrialização (UFRPE, 2010). Sendo assim, a aqüicultura é uma forte alternativa para ser implementada no Semiárido brasileiro.

Entretanto, segundo Callou (2009) no que se refere à Extensão Pesqueira, pouco se tem a dizer sobre o tema. Mas ele afirma que considerando a emergência dos problemas socioambientais vivenciados pelo setor pesqueiro e aquícola no Brasil e diante dos conhecimentos atuais a respeito de pesca e aqüicultura sustentáveis, a abordagem da pesca com a agroecologia no âmbito da Extensão Pesqueira torna-se indispensável ao desenvolvimento rural da Agricultura Familiar. Pois, em última instância, é esta dimensão da Engenharia de Pesca, o lugar, por excelência, para realizar essa aproximação, na medida em que vão acontecendo as intervenções sociais para o desenvolvimento local das comunidades pesqueiras e aquícolas.

O trato com a água no Semiárido brasileiro deve ganhar mais atenção e força, pois se caracteriza por ser uma região onde os índices pluviométricos são mal distribuídos e as características fluviais estão danificadas (rios poluídos e/ou secos, matas ciliares devastadas), o que se faz necessário ter mais cuidado com esse recurso natural. Por ser a água fator



determinante para a manutenção da vida neste local, tratar desse recurso hídrico é fundamental para que ajam condições de permanência com o mínimo de dignidade possível no Semiárido, e fazer deste recurso uma ferramenta para a geração de alimentos e renda através da aquicultura e também de preservação ambiental, mesmo com sua escassez, através de um projeto de desenvolvimento que seja sustentável, torna-se decisivo para o povo desta região, onde segundo Albinati (2006), a média pluviométrica não ultrapassa 750 mm anuais.

A aquicultura é uma atividade milenar e segundo Oliveira (2009) espalhada em várias culturas pelo mundo, havendo registros históricos evidenciando a técnica em documentos e manuscritos chineses datados de séculos remotos, chegando a ser mencionada até em hieróglifos egípcios. Neste tempo acontecia o confinamento de exemplares imaturos de diversas espécies de peixes, gerando um desenvolvimento controlado, que mesmo sem utilizar muita tecnologia de cultivo, gerava uma produção significativa de alimentos. Atualmente, por definição a aquicultura é considerada uma atividade multidisciplinar, referente ao cultivo de diversos organismos aquáticos, sejam moluscos, crustáceos, peixes, ou também plantas aquáticas, onde o manejo apropriado do processo de criação é imprescindível para o aumento da produção (Oliveira, 2009).

Segundo a FAO (2010) os Estados devem considerar a aquicultura, incluindo a pesca cultura de base, como um meio para promover a diversificação de renda e de dieta. Deste modo, os Estados devem assegurar que os recursos sejam usados com responsabilidade, bem como os impactos negativos no ambiente e nas comunidades sejam minimizados.

A partir do discutido, acredita-se que o Semiárido brasileiro tem grande potencial para o desenvolvimento desta atividade e isso ajuda a romper com a ideia de que esta é uma região de pobreza, castigada pelas secas e que a disponibilidade de água é insuficiente. Sendo assim, a aquicultura deve ser vista como uma alternativa para potencializar o desenvolvimento da Agricultura Familiar de base camponesa, criando mais uma alternativa de renda, de produção de alimentos e de convivência com o Semiárido.

Dando exemplo de um país Semiárido que vem intensificando seu uso da água, AQUACULTURE (2003) apud Albinati (2006) cita Israel com grande potencial produtivo no setor, mesmo sem possuir grandes rios, lagos ou aquíferos subterrâneos de expressão e possuindo uma média anual pluviométrica de 500 mm, distribuída em quatro ou cinco meses do ano.

A potenciação criada por Israel, segundo Albinati (2006), é a integração da agricultura irrigada com a aquicultura, entre a fonte de água e a área de irrigação, de forma que a mesma água é utilizada duas vezes, primeiro para a produção de peixes e depois para a irrigação. Isso originou uma aquicultura altamente produtiva, a despeito das condições climáticas e da pouca disponibilidade de água, contando com novos métodos de utilização da água, inspirados na sua



maximização e recirculação, sem despejo de dejetos no meio ambiente, mostrando que dar para produzir com pouca água, mas que o manejo correto é indispensável para tal.

Em 2009, a FAO mostrou que a produção de organismos aquáticos atingiu o número de 145,1 milhões de toneladas de pescado, 90 milhões advindas da pesca (industrial e artesanal) e 55,1 milhões advindas da aquicultura (industrial e familiar). O crescimento da atividade está focado agora na aquicultura, uma vez que os estoques pesqueiros nos lagos, rios e oceanos no planeta estão comprometidos.

Os índices de crescimento produtivo de pescado mostram os países desenvolvidos liderando o ranking de produção e consumo de pescado e países em desenvolvimento evoluindo no setor. Referente a isto, o Brasil aumentou sua produção aquícola de 732.000 toneladas em 1997, para 1.000.000 toneladas em 2006, segundo o IBAMA (2006). Mas para que o crescimento se enraíze, tecnologias alternativas vêm sendo desenvolvidas para garantir a produção de peixes em cativeiros em larga e pequena escala.

Neste sentido acredita-se que o que pode ser feito para a Agricultura Familiar é converter tecnologias mais sofisticadas para o uso em pequena produção, para que assim se possa alcançar o domínio e aplicação da aquicultura mesmo que com pouca água no Pajeú pernambucano, o que passa a ser reconhecida como tecnologias socioalternativas, dando alternativas de utilização de tecnologias para a sociedade.

As instituições de ensino e as propostas de financiamento por parte do Estado devem abraçar essa causa de democratização do uso das tecnologias, para que os setores de menor visibilidade, como a Agricultura Familiar, também possam usufruir o que vem sendo construído com o dinheiro público dos impostos, nos centros de tecnologia do país.

Por possuir características nutricionais essenciais à saúde humana, propõe-se, assim como já se percebe no Plano Nacional de Alimentação na Escola – PNAE, que o consumo de pescado no Brasil cresça em todas as classes sociais, étnicas, etárias e de gênero.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho a metodologia utilizada foi a realização de um Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, aplicado junto a lideranças de cada comunidade. Aproveitaram-se os dias de reunião das comunidades com o CECOR, para que esta conversa a respeito da aquicultura pudesse ser agendada e envolvesse o maior número de famílias possível. Cabe destacar que a escolha metodológica levou em consideração o diálogo entre os técnicos do CECOR e a UFRPE/UAST, na medida em que o ESO foi possibilitado em parceria com a ONG, o que possibilitou visitar diversas comunidades. Foram realizadas três visitas, uma no Assentamento de Carnaúba do Ajudante, uma no Assentamento Poço do Serrote e outra no Assentamento Santa Rita, todos localizados no município de Serra Talhada – PE.



Como material de pesquisa tem-se o levantamento bibliográfico, diários de campo, planilhas de anotações, documentos fotográficos, relato das visitas técnicas e reuniões internas. Também buscou-se com as visitas sistematizar o potencial de recursos hídricos de cada propriedade, bem como o conhecimento de cada família a respeito da aquicultura, o interesse na prática de cultivar organismos aquáticos (peixes, camarões), e o potencial hídrico das propriedades para esta finalidade produtiva.

Desafios e Possibilidades

Entende-se que o processo de educação participativo e dialógico, bem como seu constante aprimoramento é fator determinante para que quaisquer objetivos de desenvolvimento rural e fortalecimento da Agricultura Familiar sejam alcançados, uma vez que este é percebido aqui, como parte integrante e formadora dos projetos de Extensão Rural em si, assim modificando as práticas e as ações dessa ferramenta nos ambientes de trabalho, bem como ampliando os objetivos das ações de extensão mesma, contribuindo para uma “mudança de valores e de forma de perceber tais processos”, um grande desafio que deve ser assumido nos processos educativos, tais como a Extensão Rural.

Leff apud Jacobi (2001) afirma que a sociedade tem um problema de valores adquiridos e só dará conta de mudar esse contexto se mexer em sua base elementar, o pensamento/conhecimento. Só abandonando verdades absolutas e abdicando de preconceitos teóricos e práticos e acessando novos conhecimentos, novas formas de estudar e novas formas de pensar, poder-se-á mudar também a forma de agir.

Desta forma, as instituições de ensino devem refletir sobre suas práticas educativas; as empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural devem de fato seguir o que propõe a nova PNATER (2004)³; o Estado deve contribuir para esse desenvolvimento e principalmente, a Agricultura Familiar deve ser reconhecida como parte integrante do processo de aprendizado, sendo percebida como um “sujeito político” deste processo.

Desta forma, a Extensão Rural é uma estratégia para tal, levando em conta as características de sua ação e seu poder de mobilização junto à sociedade civil rural em seu ambiente, como pode ser observado em toda a sua história de intervenções no Brasil e no Mundo. A extensão tem o poder de fazer dialogar conhecimentos acadêmicos, dito técnicos, com os conhecimentos tradicionais ou empíricos das populações locais, para utilizar os recursos endógenos de uma região para fortalecer a busca do desenvolvimento da Agricultura Familiar no Pajeú.

Outra questão é que novas estratégias devem surgir, no intuito de diversificar cada vez mais a multifuncionalidade da Agricultura Familiar e fortalecer a sua convivência com o

³ PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural



Semiárido, bem como demonstrar a capacidade deste setor de inovação e adaptação às mudanças da sociedade. A aquicultura surge como uma dessas alternativas de diversificação da produção e torna a Engenharia de Pesca uma ciência indispensável para o desenvolvimento dessa atividade, bem como um dos instrumentos que a Extensão Rural pode utilizar para contribuir com a construção de um “outro” projeto de desenvolvimento local sustentável.

Segundo DELGADO (2001) *a idéia de desenvolvimento local expressa, por definição, o papel crucial que as iniciativas locais desempenham para o desenvolvimento das comunidades. Essas iniciativas tornam esses lugares/locais/territórios em ambientes de inovação (de criatividade) e, em consequência, representam fatores fundamentais de competitividade (Veiga, 2000). Ou seja, a associação iniciativas-criatividade é um processo de criação de vantagens competitivas em um determinado local e, portanto, de geração de virtuosidades indispensáveis ao seu desenvolvimento sustentável.(p.64)*

Havendo o interesse em diversificar as atividades da Agricultura Familiar a partir da aquicultura, a região do Pajeú deve procurar acessar políticas e programas públicos (que já existem), como o Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola e as políticas públicas criadas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, voltadas para o apoio à Pesca Artesanal e a Aquicultura Familiar.

Através de agentes mediadores entre a Agricultura Familiar e as políticas públicas, que são as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, sejam elas governamentais como o Instituto Pernambucano de Pesquisa Agrária – IPA ou não governamentais, como o próprio CECOR e outras ONGs que atuam nessa perspectiva, o potencial produtivo do Pajeú deve ser identificado e criadas propostas de desenvolvimento que levem em conta os recursos hídricos para a produção de alimentos *in situ*. Para isso, os espaços de disputa devem estar preenchidos e as organizações que trabalham com orientação técnica assumir a atividade de Aquicultura Familiar como parte de suas ações e como um potencial evidente de desenvolvimento para a Agricultura Familiar no Pajeú.

Pelo o que é praticado com êxito em Israel, nota-se que há certa semelhança pluviométrica com o Semiárido brasileiro. Sendo assim e corroborando e tomando por ideia o uso duplo da água que lá acontece para maximizar o uso de um recurso que não tem a abundância como adjetivo, esta iniciativa israelense pode servir de base para que se pense também para o Brasil atividades produtivas que envolvam a água em atividades que se complementam.

O consórcio entre a aquicultura e a irrigação se mostra muito capaz de ser efetuado, levando em conta que se certa propriedade possui potencial hídrico capaz de irrigar uma pequena produção, mesmo que ainda não o faça, ela pode inserir a aquicultura em seu sistema produtivo, diversificando sua atividade no campo e conseqüentemente criando mais um meio de



geração de alimentos e renda. A Extensão Rural é fundamental para facilitar o início desta atividade, fazendo a mediação entre a oportunidade e a ação. A aquicultura cresce cada vez mais no Brasil e no mundo e já mostra que será uma alternativa indispensável para a produção de alimentos e o abastecimento de comida no presente e no futuro.

Dada também a necessidade de haver a maior diversidade possível nas atividades da Agricultura Familiar, tanto a fim de alcançar produtividades que possibilitem que esse sujeito possa se inserir nos espaços de comercialização para escoar suas produções excedentes e conseqüentemente alcançar autonomia financeira, como também para fortalecer a sua busca pela segurança e soberania alimentar, tendo em vista que diante de uma produção diversificada de alimentos o leque amplo de opções possibilitará uma segurança produtiva confortável para as famílias agricultoras se alimentarem de mais um ingrediente em sua dieta, a Engenharia de Pesca se lança como uma ciência capaz de intensificar essa luta.

Através do uso correto da água, maximizando suas funções e otimizando seus potenciais, a Agricultura Familiar Pajezeira pode deter o conhecimento necessário para adquirir mais uma peça para o mosaico de atividades de sua pequena propriedade. Esta arte milenar de cultivar peixes para a produção de alimentos atrelada ao sistema produtivo familiar se torna uma potente ferramenta de desenvolvimento, podendo esta ser ainda incorporada em diálogo com outros sistemas de produção, como a criação de patos, a suinocultura, a horticultura, dentre outras, tudo envolvendo um pequeno reservatório de água que ao invés de servir apenas para uma determinada função, interligará e potencializará diversas atividades já existentes na região semiárida.

A possibilidade de desenvolver e somar à Agricultura Familiar Pajezeira a atividade da Aquicultura Familiar, seja ela em pequenos açudes subutilizados, seja ela em viveiros escavados artesanalmente pela própria comunidade e abastecidos por poços subterrâneos ou pela água de chuva, em consórcio ou não, ganha mais destaque quando o desenvolvimento parte de uma atividade com a máxima redução de custos, que aperfeiçoe o uso da água disponível e utilize-se dos recursos existentes na própria área para satisfazer as demandas da atividade e da mão-de-obra familiar para o cultivo e haver sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Assim, o camponês/sa acresce mais uma alternativa de geração de alimento e renda na sua propriedade ao mesmo tempo em que retém o conhecimento do trato com a água no mínimo necessário para quem convive com o fenômeno das secas nordestinas. Vale salientar que para haver uma redução nos custos de produção e uma maior sustentabilidade, o alimento oferecido ao pescado deve ser proveniente da própria cadeia produtiva existente na propriedade rural, como o esterco animal para adubação/produção do alimento natural no viveiro e a massa vegetal (para formulação de ração) proeminente das culturas estabelecidas pela própria família em sua área, tradicionais de sua região. Assim, os custos de produção são reduzidos e o Arranjo



Produtivo Local – APL é acionado, um dos alicerces para o Desenvolvimento Local Sustentável.

O cultivo de pescados (peixes e crustáceos preferencialmente) no modo semi-intensivo em viveiros escavados é aconselhado para a produção da Agricultura Familiar, pois ao mesmo tempo em que não demanda muita mão-de-obra do agricultor/a, dando-lhe tempo para outras atividades em sua área, pode funcionar utilizando os recursos já existentes na propriedade rural. Os viveiros de cultivo, que podem variar de tamanho, podem ser construídos pela própria comunidade ou em parceria com uma EMATER para a aquisição de máquinas que facilitem este trabalho, por exemplo. Paralelo ao sistema de cultivo, a orientação técnica é indispensável ao bom desenvolvimento da atividade da aquicultura, pois o acompanhamento profissional se faz necessário dada a complexidade que há em iniciar atividades de aquicultura e a certeza de que unindo o conhecimento científico e o empírico, o desenvolvimento ocorre com mais facilidade.

Para isto, o Governo Federal criou o Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola, juntamente com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP⁴, sabendo da necessidade de orientar as comunidades no que se refere ao acompanhamento de atividades de cultura aquática. Desse plano foi criada, a Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola, com o serviço de acompanhamento, orientação técnica, discussão, organização e articulação dos/as técnicos/as com comunidades pesqueiras e aquícolas, objetivando seu desenvolvimento integral e melhoria na qualidade de vida, através da geração de alimentos, empregos e renda no campo. O objetivo principal é promover e apoiar iniciativas de desenvolvimento local sustentável e solidário vislumbrando a inclusão social das comunidades envolvidas, seguindo os princípios da agroecologia, como eixo orientador das ações.

Sendo assim, se já existe um campo de trabalho, política pública específica para essa temática e empresas que trabalham no setor de ATER no Pajeú, a aquicultura deve ser incorporada o mais breve possível nas propriedades rurais que tenham interesse e potencial para esta atividade produtiva, visto que pela a especialidade do cultivo, a Agricultura Familiar poderá tanto acessar um alimento de ótima qualidade, como também se inserir nos espaços de comercialização com maior facilidade.

Vale dar um destaque para metodologias que vem sendo aplicadas em projetos de extensão e que de forma participativa, têm explorado de maneira dialógica os conhecimentos de todos os sujeitos envolvidos e alcançado o sucesso de seus objetivos, podendo também orientar essa iniciativa prática de Aquicultura Familiar no Pajeú. São elas: a apreensão da realidade de Freire (1983); a pesquisa-ação de Thiollent (1997); a abordagem sistêmica de Khatounian, 2001; unidades experimentais agroecológicas de Claro (2001); e o diagnóstico rural rápido participativo de Altieri (2002).

⁴ A SEAP se tornou em 2009, o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA.



Resultados e discussão

Do resultado do diagnóstico, vinte propriedades se interessaram. Elas se diferenciam quanto ao acesso à água e à terra, havendo a necessidade de planejamento individual para cada propriedade. A relação (nome e endereço) das famílias interessadas em dialogar mais sobre a introdução da aquicultura em suas propriedades se encontra no CECOR para evitar a exposição destas pessoas e assim, seus nomes não estão divulgados nesse relatório.

No Assentamento Carnaúba do Ajudante⁵ cinco famílias se mostraram interessadas. O potencial hídrico dessa comunidade está centrado no Riacho Cachoeira⁶, que é um rio sazonal (sem fluxo de água nos períodos secos), mas que na época de estio permanece com água em poços que são utilizados para fins de irrigação e de consumo animal.

Dois desses poços são de origem natural e segundo as pessoas do assentamento permanecem com água durante o tempo de estio, sendo utilizados há vários anos para irrigação, nunca tendo secado. O outro poço é artesiano, foi construído/cavado pelas pessoas do assentamento e serve para irrigação de hortas e pomares. Segundo os/as moradores/as este poço também nunca secou, mesmo com a retirada intensa de água para fins produtivos. A água que é consumida pelas pessoas é de origem de cisternas, sendo estes poços instrumentos utilizados apenas para a produção, podendo assim ser explorados também para a criação de pescado.



Fig. 1: Imagem do Riacho Cachoeira, que banha os Assentamentos Carnaúba do Ajudante e Santa Rita em Serra Talhada - PE. **Fonte:** acervo do CECOR.

No Assentamento de Santa Rita uma família ficou interessada na proposta e vai dialogar mais a fundo com o CECOR a possibilidade de está inserindo a aquicultura em sua propriedade. O potencial hídrico de Santa Rita é o Riacho Cachoeira, já descrito no contexto da proposta de Carnaúba do Ajudante.

⁵ Localizado a 21 km da sede do município de Serra Talhada-PE, constituído por 24 famílias, sendo 04 agregadas, ocupando, cada uma, um lote de 28 hectares, totalizando 92 pessoas.

⁶ O Riacho Cachoeira é o principal afluente do Açude Cachoeira I, que abastece a cidade de Serra Talhada, construído pelo DENOCS de 1971 a 1979. Retirado de www.denocs.gov.br.



Outro assentamento interessado foi o Poço do Serrote⁷. Catorze pessoas se mostraram envolvidas com a ideia. Todo o assentamento é banhado pelo Rio Pajeú, principal rio da região. Mesmo possuindo características fluviais sazonais, ocorre com este rio o mesmo que ocorre com o Riacho Cachoeira e a maioria dos mananciais do Semiárido, a água fica empoçada em reservatórios naturais e o leito desses rios serve para a escavação de poços artificiais, sendo esta uma das alternativas para ter acesso à água durante o período seco para as famílias agricultoras.

As atividades praticadas com a água dos poços do Rio Pajeú é a irrigação e a oferta de água para os animais de criação, sendo este recurso usado para o auto consumo apenas quando a sua qualidade de água permite. Esses poços representam um grande potencial para a atividade de Aquicultura Familiar para o Poço do Serrote, que se utiliza dessa água para outros fins e poderá diversificar mais sua produção agrícola.

Existem nas intermediações do assentamento vários açudes de pequena expressão (chamados também de barreiros) que também podem ser aproveitados para a produção animal. Estas estruturas segundo os/as moradores/as do assentamento foram construídas pelo Instituto Pernambucano de Pesquisa Agrária - IPA para contenção de enxurradas e consequente preservação ambiental e poderão servir também para a produção de alimentos e geração de renda para as famílias do Poço do Serrote através da aquicultura.



Fig. 2: Imagem do Rio Pajeú, que banha todo o Assentamento do Poço do Serrote em Serra Talhada - PE. **Fonte:** http://albertinomeioambiente vivo.blogspot.com/2008_10_01_archive.html, acessado em 05 de Dezembro de 2010.

Um estudo técnico mais aprofundado sobre a disponibilidade de água para que haja segurança na proposta de aquicultura em viveiros escavados é necessário para o início da atividade, pois em apenas três meses, que foi o período de duração do trabalho, não é possível ter precisão a respeito do potencial hídrico dessas comunidades. Como os corpos d'água que

⁷ A comunidade do Poço do Serrote localiza-se no município de Serra Talhada, a 11 km da sede municipal, com acesso principal pela margem esquerda da BR 232 Km 413 (sentido Serra Talhada/Salgueiro) e acesso secundário pelo bairro da Caxixola. Sua área total é de 1324 hectares (incluindo a reserva legal de 20%) divididos em 57 lotes de 17 hectares aproximadamente, ocupados por 57 famílias.



foram identificados são sazonais, um estudo anual será necessário para saber quanto tempo no ano essa atividade poderá acontecer e enfim, construir o projeto propriamente dito.

Toda a atividade necessita de estudos prévios, como a construção dos viveiros, que necessitará análises de área e de solo, de qualidade de água, dimensionamento de canos e bombas, disponibilidade de energia elétrica na fonte de água, disponibilidade de alimentos para os peixes na própria propriedade, densidade de estocagem dos animais no viveiro, cálculos de produção, orçamento inicial, ou seja, antes do peixe estar na água, deve haver um trabalho entre a família e a orientação técnica para cada etapa do projeto ser concluída e de fato a atividade poder ser iniciada.

A ONG vai analisar as propostas demandadas pelas comunidades e em diálogo com elas decidirá uma política para orienta-las em suas produções. Será feito um novo diálogo com os/as interessados/as e um estudo mais aprofundado em cada propriedade, a fim de identificar e mapear todas as potencialidades e dificuldades de cada área e juntamente com as famílias traçar um caminho para que a aquicultura faça parte de seu leque de ações e principalmente fortaleça a Agricultura Familiar do Pajeú.

Conclusão

Com os serviços de ATER, a Agricultura Familiar pode se mostrar produtiva tanto para a sua autoafirmação, como para sua inclusão social e também para sua participação nos espaços de comercialização. Além disso, o empoderamento desta categoria é imprescindível para sua libertação, para que a torne guardiã de suas próprias riquezas e dona de suas opiniões, tornando-a enfim, ferramenta esclarecida do desenvolvimento que trás para a sociedade brasileira, nordestina, pajeuzeira.

A demanda atual do CECOR na execução de suas programações e projetos impossibilita que sua equipe técnica de desdobre para orientar tecnicamente novas famílias e/ou atividades, sendo a sua inserção no acompanhamento da Aquicultura Familiar algo a ser analisado internamente, para que não corra o risco dos/as técnicos/as não conseguirem prestar a orientação necessária para essa nova tarefa. Mas com a descoberta do interesse das famílias agricultoras em cultivar pescados bem como a identificação de seu potencial, o CECOR espera que a Aquicultura Familiar se torne uma ferramenta que fortaleça a agricultura na região do Pajeú e que surja a possibilidade de inseri-la em suas diretrizes de trabalho.

Está se descobrindo cada vez mais que numa pequena parcela de terra e água dar para estabelecer uma alta produtividade de alimentos. No que se refere à Engenharia de Pesca voltada para a Agricultura Familiar, vários trabalhos comprovam essa linha de pesquisa que precisa agora ser executada, para o paradigma de que no sertão a única atividade produtiva é a agricultura de sequeiro (nos anos bons de chuva) ser derrubado e mais alternativas serem



acessadas, apoiando a complexidade e a capacidade de produção que o conhecimento tradicional da Agricultura Familiar pode gerar em conexão com o conhecimento técnico das instituições para um melhor convívio dos/as sertanejos/as com o Semiárido.

Através do uso correto da água, maximizando suas funções e otimizando seus potenciais, a Agricultura Familiar Pajezeira poderá deter o conhecimento necessário para adquirir mais uma atividade em sua pequena propriedade que é a aquicultura. As comunidades interessadas em iniciar a atividade de aquicultura tem um potencial hídrico suficiente em suas propriedades, porém os poços e açudes investigados durante este trabalho devem passar por um estudo de capacidade hídrica para que o dimensionamento do projeto esteja de acordo com sua capacidade de suporte.

Esse número de 20 famílias interessadas na aquicultura, além de demonstrar que existe a possibilidade de inserir mais uma atividade na categoria familiar de agricultura no sertão do Pajeú, mostra a nobreza de um número de pessoas que poderá esta iniciando uma atividade numa perspectiva inovadora e multifuncional, que contribuirá tanto para a segurança e soberania alimentar e para a geração de renda, como para um melhor entendimento das pessoas para com os recursos hídricos do sertão e a importância de preservá-los, além de gerar o empoderamento de uma categoria que por si só deve escolher os caminhos por onde quer seguir.

Sendo assim, é imprescindível que estas famílias estejam esclarecidas de como querem e podem trabalhar em suas propriedades e a importância da sustentabilidade produtiva, para que os grandes projetos de desenvolvimento que batem na porta dessa região, como a Transnordestina e a Transposição do Rio São Francisco, não tragam modelos de desenvolvimento em que a Agricultura Familiar novamente é apenas objeto das metas de crescimento sem fazer parte decisiva como sujeita da ação dos objetivos traçados para desenvolver a sua própria região.

Referências Bibliográficas

ALBINATI, R. C. B.; **Aquicultura em pequenos açudes no Semi-árido**. Bahia Agríc., v.7, n.2, abr. 2006.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592p.

CALLOU, A. B. F.; **Extensão Pesqueira e Agroecologia no XVI Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca**. Natal – RN, 2009.



CLARO, S. A.; **Referenciais Tecnológicos para a Agricultura Familiar Ecológica: a Experiência da Região Centro-Serra do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EMATER/RS-ACAR, 2001.

DELGADO, Nelson. **Desenvolvimento local e Extensão Rural e Pesca: Algumas reflexões metodológicas.** In: Rio de Janeiro, Revista *Estudos Sociedade e Agricultura*, 16, abril 2001: 62-73.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. **El Estado Mundial de la Pesca y la Acuicultura.** Roma, 2010. Acessado em 24/04/2011. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/013/i1820s/i1820s.pdf>.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira.** Brasília, Novembro de 2009. Acessado em 30/03/2011. Disponível em: https://www.fao.org.br/download/Seguranca_Alimentar_Portugues.pdf.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Estatística da pesca 2006.** Brasil, grandes regiões e Unidades da Federação. 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acessado em 25/03/2011. Disponível em: www.ibge.gov.br.

JACOBI, P.; **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189 – 205, Março/2003.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura. Botucatu: agroecológica, 2001.**

OLIVEIRA, R. C.; **O Panorama da Aquicultura no Brasil: a Prática com Foco na Sustentabilidade.** Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade, vol.2, nº1, p.71-89, fev, 2009.

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater. Brasília, Maio - 2004.

PNEPA - Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola. **Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola.** Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP. 2004.



SIT/MDA - Sistema de Informações Territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
2004. Acessado em 24 de Abril de 2011. Disponível em:
<http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&informe=s>.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-Ação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Acessado em 01 de Dezembro de 2011.
Disponível em www.ufrpe.br.



GT 1 – Tecendo o futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos.

A Luta Simbólica e a Resistência Faxinalense

Luiz Felipe de Castro Henning¹

¹Graduando do Curso de Ciências Sociais da UFPR- E-mail: fishernaluta@gmail.com

Resumo

Neste trabalho abordaremos alguns problemas de pesquisa em torno das comunidades faxinalenses. No campo científico pudemos encontrar posições que foram dominantes, por um longo período, que apontavam para análises que estas comunidades deveriam ter se desagregado por completo. O que se constata é que estas ainda existem e se fortalecem em torno de sua identidade. Observamos a emergência de novos estudos e interpretações no que se refere a estes sujeitos que possam dar conta deste fenômeno que é sua resistência e luta. Neste trabalho buscaremos respostas a cerca da reprodução social das comunidades faxinalenses. Por meio da observação e de estudo bibliográfico, encontramos nos aspectos que se referem ao “campo da produção simbólica” elementos suficientes para atribuir a este importância, no que tange a busca por respostas a resistência faxinalense. Ainda abordaremos neste as questões que se referem a agroecologia e seu papel e lugar neste “campo de produção simbólica”.

Palavras-Chave: Faxinalenses, Luta, Campo, Simbólico, Agroecologia



Introdução

Este trabalho é resultado dos estudos possibilitados pelo projeto de Iniciação Científica “A Agroecologia nos Faxinais: Saber Tradicional e Saber Científico associados no desenvolvimento de Redes de Abastecimento Alimentar”, realizado sob orientação do professor doutor Osvaldo Heller da Silva. As observações ocorreram em três comunidades (Bom Retiro, Salso e Marmeleiroe) das cinco pertencentes ao projeto. As três comunidades observadas se encontram no estado do Paraná nos municípios de Pinhão, Quitandinha e Rebouças.

Primeiramente se faz necessário introduzir sucintamente o que são os faxinais e quem são estes sujeitos, trazendo uma definição mínima do que caracteriza uma comunidade faxinalense, nesse sentido recorreremos a obra de Bertussi :

“Os povos de faxinais são povos tradicionais cuja formação social se caracteriza principalmente pelo uso comum da terra e dos recursos florestais e hídricos disponibilizados na forma de criadouro comunitário. Com uma territorialidade específica, além de uma tradicionalidade na ocupação da terra, os povos de faxinais são importantes sujeitos da preservação ambiental do Bioma Floresta com Araucária, no Estado do Paraná. A crescente desagregação de seus territórios e os conflitos fundiários impulsionou iniciativa política de auto-reconhecimento desses povos atinada com a busca pela garantia de seus direitos étnicos, coletivos e territoriais. Nasce assim, em 2005, a Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais, um movimento social de representação dos povos faxinalenses.” (BERTUSSI, 150, 2009).

Notamos que a autora destaca os conflitos nos quais se encontram mergulhados os faxinalenses, em especial com aquilo que podemos denominar o “agronegócio” e a expansão da fronteiras agrícolas sobre os territórios tradicionalmente ocupados.

Os faxinalenses têm suscitado pesquisas acadêmicas desde meados dos anos 80, estas primeiras produções apontavam para o prognóstico de uma inevitável desagregação destas comunidades justamente em decorrência da “modernização” do meio rural, estas visões foram dominantes por mais de 20 anos. Porém dos anos 2000 em diante temos encontrado interpretações bem distintas das que dominavam o campo acadêmico até então. Estas novas perspectivas são em grande medida, a demanda gerada pelo aparecimento dos faxinalenses como sujeito coletivo, quando estes no I Encontro dos Povos de Faxinais ocorrido em agosto de 2005, fundam a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF), movimento social que tem até o presente dia coordenado o esforço das comunidades faxinalenses em sua luta pelo reconhecimento de sua



identidade e principalmente pelo reconhecimento de seus territórios, fundamentais para a sua reprodução social. A ação do movimento se destaca e aparece nos resultados de suas lutas, a exemplo temos a lei nº 15.673 de dezembro de 2007 na qual o Estado do Paraná reconhece sua territorialidade ¹, o que comprova o poder mobilizatório e potencial político da APF.

O trabalho se inscreve no esforço de buscar respostas para os aspectos que permitiram estas comunidades se reproduzirem socialmente, mesmo que enfrentando a “modernização” do meio rural, ou seja a expansão do agronegócio sobre seus territórios, bem como o não reconhecimento por parte do Estado de seus territórios tradicionalmente ocupados. Procuramos elaborar problemas de pesquisa em nosso trabalho, de forma que possibilitassem compreender parte deste processo de resistência que permitiu a reprodução deste grupo. Temos por objetivo responder que lugar e importância têm os aspectos “simbólicos” para a formação destes agentes que são os faxinalenses como sujeitos coletivos e políticos. Em segundo plano, devido nossos trabalhos em específico, as oficinas que durante o projeto de Iniciação Científica auxiliamos que tinham como tema a agroecologia o que instigou debates sobre os temas nas comunidades, onde desta maneira podemos observamos as representações dos faxinalenses sobre esta, desta forma buscamos entender que relação estabelece as práticas da agroecologia na construção das representações de mundo faxinalense.

Destacamos a importância deste trabalho em dois sentidos. A nível acadêmico sua importância se dá justamente pela escassez de análises que abordem o tema da resistência faxinalense e sua reprodução social. Estes estudos são relevantes também porque colocam em evidência o esforço político destas comunidades em resistir e manter-se em sua forma social. Esforço este que por tanto tempo esteve invisibilizado na academia devido uma série de pesquisas que apontavam para prognósticos negativos para estas comunidades.

Metodologia

A metodologia que baseou nosso trabalho foi a da observação de campo. Esta teve como função dar suporte e levantar problemas de pesquisa, bem como fornecer dados para análise. As observações foram realizadas nas oficinas e algumas reuniões junto aos militantes da APF e membros das comunidades em comunidades localizadas



nas já referenciadas comunidades e nos já referenciados municípios do Estado do Paraná. Ao todo foram 6 momentos de observações entre oficinas e reuniões. Sustentados por bibliografias específicas, e também por autores que nos forneceram arcabouço teórico conceitual para complementamos nossas análises e interpretações daquilo que foi observado no trabalho de campo. Cabe ressaltar que nossas observações se deram restritas aos espaços de reuniões e oficinas em parceria com a APF, assim sendo contemplavam os elementos das comunidades que no mínimo tem proximidade com a APF, pois como trataremos na sequência do texto existem elementos contrários a ação da APF no interior das comunidades, mesmo entre membros originários dos territórios faxinalense.

Discussão

Introduzido o tema podemos passar a discussão dos problemas colocados neste trabalho. Como bem já evidenciamos por um longo período as pesquisas acadêmicas apontavam para o fim próximo da existência de comunidades organizadas de acordo com os valores faxinalenses. Estas obras que são as primeiras no campo de produção acadêmica são denominadas com obras “referência”, estas são responsáveis pela formação do “habitus” intelectual estruturando as produções acadêmicas no campo, os autores que escreveram estas obras são Carvalho (1984) Chang (1985), Gevaer (1986) e Gubert (1987), seguidas destas obras temos as obras que Souza denomina de “reafirmação” justamente por reforçar os argumentos das obras que inauguraram as pesquisas em faxinais (SOUZA, 2010). Como bem observa Souza nestas obras aparecem em comum a argumentação “objetivista”

“Em que pese à importância dos trabalhos de ambos os autores para a visibilidade dos faxinais no Sul do Brasil, a insuficiência dos esquemas interpretativos e das categorias comumente usadas como referencia- “sistema faxina”; “criador comunitário”; “pequena burguesia agrária” e “camponeses”- repousa em conceitos e definições estritas e objetivas porque trata da ação coletiva apenas no nível das estruturas da ação das classes trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade. Por isso, estes esquemas não dão conta de explicar as ações que advêm de outros campos, tais como o político e, fundamentalmente o cultural. O que ocorre é uma subjugação desses campos ao domínio do econômico, matando o que existe de inovador: a ação do agente social, a possibilidade de mudança a partir da ação do coletivo, independente dos condicionamentos das estruturas. Tais



interpretações marxistas clássicas encontram seus limites teórico-metodológicos na análise da categoria social “faxinalenses”, justamente por estes não apresentarem os identificadores dos antagonismos de classe centradas nos conflitos entre capital e trabalho.” (SOUZA, 38, 2009).

De acordo com Souza e seus estudos, ficam claras as prenoções, ou “insuficiências dos esquemas interpretativos”, que fizeram com que os autores “referência” apontassem para um prognóstico de não mais de dez anos de existência para comunidades faxinalenses. As produções dos autores inspiradas no “marxismo clássico”, se atem aquilo que Bourdieu define “objetivismo”, ou seja as “estruturas objetivas” que determinam os sujeitos, isto é sua posição no sistema produtivo, no caso os faxinalenses são parte da classe dos camponeses, ou proprietários parcelares ou ainda pequena burguesia, logo nesta linha de pensamento estes não poderiam estabelecer laços de solidariedade justamente pela consciência individualista formada por sua posição objetiva na estrutura social. Existe um segundo elemento que levava a este prognóstico negativo que é a ideia de sucessão dos meios de produção, ou seja, um evolucionismo das forças produtivas onde aquilo que é denominada como agronegócio é entendido como forças produtivas mais avançadas, frente à expansão destes modelos, a “modernização” do campo as comunidades faxinalenses não poderiam resistir devido seu atraso e arcaísmo. Desta forma de acordo com os autores “referência” estes não teriam como sobreviver, pois não podem se organizar como classe e ainda estão condenados pela história a ficar no passado e serem derrotados pela inexorável marcha do progresso. É importante observar que este tipo de pensamento carrega consigo elementos ideológicos onde as formas produtivas desenvolvidas aparecem como “modernas” e o modelo tradicional dos faxinalenses “atrasados”.

Tanto em Souza, como em nossos estudos de Bourdieu encontramos a pista para os elementos que podem explicar a resistência faxinalenses. Estes estão justamente nos aspectos negligenciados pelos autores “referência”, isto é nos campos simbólicos. Podemos buscar nos elementos simbólicos que compõem as comunidades faxinalenses estes políticos, culturais, étnicos e ideológicos. Nesse sentido é no campo da lutas simbólicas que pode se organizar a resistência faxinalense enquanto sujeito político coletivo, tendo seu marco na fundação da APF. Esta mobilizou as comunidades em torno de seus aspectos identitários para enfrentar seus antagonistas, isto é em torno de seus elementos étnicos-culturais, principalmente em torno dos valores faxinalenses que



organizam as comunidades de forma que a posse dos recursos naturais e das áreas de criação de animais sejam de posse comum.

O que percebemos é que os faxinalenses puderam efetivar sua organização em movimento social e sua resistência por meio de elementos que se encontram no campo simbólico. Podemos em Thompson buscar elementos que propiciem elementos interpretativos para este fenômeno social. Thompson também refuta os esquemas “objetivistas” (os quais este denomina estruturalistas), para ele a classe não pode ser entendida como uma estrutura objetiva, mas sim em sua ação de classe, e para compreendê-la em sua ação. Para este autor não podemos deduzir a ação de classe das estruturas objetivas. Nesse sentido nosso esforço de pesquisa deve dedicar-se a observar o processo de “fazer-se” da classe, este fazer-se se faz em um contexto cultural, político e também econômico, logo este último é somente mais um dos definidores da ação de classe. Desta maneira aliamos as interpretações de Bourdieu e Thompon para buscar os aspectos que podem servir de fonte de explicação da organização, luta e resistência faxinalense.

Buscamos uma bibliografia que pude-se dar um pouco de entendimento do que é a agroecologia. Em Bradenburg e Almeida encontramos em seus textos informações pertinentes para compreensão do papel social da agroecologia e qual contexto de seu surgimento e quais seus objetivos. Em ambos os textos encontramos pontos significativos para a nossa análise, pois os autores afirmam que esta determinada técnica de cultivo agrícola que busca a sustentabilidade produtiva, tem forte relação com os movimentos da “agricultura alternativa” e aos movimentos contestatórios ao agronegócio. Podemos ainda encontrar em Altieri, autor de grande reconhecimento na área da agroecologia, a veiculação desta com o conhecimento tradicional mostrando que estas são compatíveis. O que observamos aqui é que ao mesmo tempo que aparecem técnicas ligadas a grande produção de monocultivos e commodities, aquilo que ao longo do texto denominamos agronegócio, as quais carregam junto componentes ideológicos que desvaloriza e subjugam os valores tradicionais. Nesse sentido as técnicas aparecem como portadoras e representantes de uma determinada ideologia que correspondem aos valores de um determinado grupo social.

Resultados



Podemos observar que o embate entre comunidades faxinalenses e “agronegócio” não se dão somente em termos de conflitos de ordem econômica, isto é “estruturais”, mas também em torno das representações de mundo. Nesse sentido, ao abordar os temas dos conflitos em torno da posse “tradicional” e do “agronegócio” nos remete a uma “luta simbólica” pela representação de mundo. As representações de mundo que atestaram a emergência da “modernização” no sentido do “agronegócio” e que lhes atribuíram um valor positivo intrínseco foram dominantes não somente no meio acadêmico, mas também no senso comum e nas próprias comunidades faxinalenses, os submetendo a condição de “dominação simbólica”, segundo Bourdieu.

Nesse sentido, os faxinalenses como segmento de uma classe e sustentados sobre valores construídos por meio de sua identidade tradicional aparecem envolvidos em uma disputa pela representação de mundo. “As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta directamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar- instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários- embora ignorados como tais- da realidade social.” (BOURDIEU, 2010). A militância faxinalense da APF aparece como elemento que leva as comunidades uma nova definição de mundo, divergente daquela que lhes era imposto, capaz de valorar sua cultura de contrapor as representações a cerca dos faxinalenses propagados pelas classes dominantes.

Neste contexto a agroecologia (técnica que se pauta pela produção agrícola em sistemas ecológicos e sustentáveis) quando apresentada as comunidades faxinalenses, aparece como uma técnica compatível com os conhecimentos, as formas de produção e as ocupação do solo destes. Desta maneira, a agroecologia acaba por afirmar as formas de existência faxinalense. Em contrapartida as técnicas e formas do agronegócio acabam por fomentar a individuação da posse da terra, demandando o uso de agrotóxicos e agroquímicos que acabam por degradar os recursos naturais das comunidades faxinalenes.



¹ Lei aprovada pelo Estado do Paraná que dá direito a comunidades acessarem e assegurarem seus territórios tradicionais por meio do autorreconhecimento enquanto faxinalense.

www.constitucional.mp.pr.gov.br/docs/isad/faxinal/leg01.doc

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Jalcione. Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente?, In: **Revista desenvolvimento e Meio Ambiente** n°6. 1 ed. Curitiba: Editora UFPR, 2002

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Et al. **Terras de Faxinais**. 1 ed. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas, 2009

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 ed. Porto Alegre: Editora UFRS, 2004

BERTUSSI, Mayra Lafoz. Faxinais: Um Olhar sobre a Territorialidade, Reciprocidade e Identidade Étnica in ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Et al. **Terras de Faxinais**. 1 ed. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas, 2009

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

BOURDIEU, Pierre. **A economia das Trocas Simbólicas**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009

BRADENBURG, Alfio. Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas in: **Revista desenvolvimento e Meio Ambiente** n°6. 1 ed.. Curitiba: Editora UFPR, 2002

SOUZA, Roberto Martins. “Na Luta Pela Terra, Nascemos Faxinalense”: Um Reinterpretação do Campo Intelectual de debates Sobre os Faxinais. Tés de Doutorado ao Programa de Pós Graduação do Departamento de Ciências Sociais.2010

SOUZA, Roberto Martins. O Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná in: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Et al. **Terras de Faxinais**. 1 ed. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas, 2009

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.



GT 1 – Tecendo o futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos

A trajetória de uma fitoterapeuta camponesa: notas acerca do uso de plantas medicinais entre colonos pomeranos de São Lourenço do Sul

Maurício Schneider ¹

Renata Menasche ²

Lorena Almeida Gill ³

¹ Graduando do curso de Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas. Membro do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA/UFPel. Bolsista de Iniciação Científica/FAPERGS. mauriciodschneider@gmail.com

² Doutora em Antropologia. Professora do curso de Bacharelado em Antropologia e dos Mestrados em Antropologia e em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA/UFPel. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: renata.menasche@pq.cnpq.br

³ Doutora em História. Professora dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História, dos Mestrados em Ciências Sociais e História. Coordenadora do Núcleo de Documentação Histórica e do Laboratório de História Oral da UFPel. Tutora do PET Diversidade e Tolerância. lorenaalmeidagill@gmail.com

Resumo

Entre os camponeses pomeranos do interior de São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul, são tradicionalmente utilizadas inúmeras plantas, de reputado efeito curativo e a respeito das quais o conhecimento é transmitido de geração em geração. Esse saber, além de integrar um conjunto de concepções êmicas sobre saúde e doença, também pode manter relação com cosmologias religiosas, ritos de passagem e práticas mágicas próprios do grupo. Neste trabalho, buscou-se apreender alguns dos usos costumeiros e significados culturais atribuídos às plantas medicinais pelos camponeses pomeranos. A metodologia de pesquisa empregada teve dupla inspiração. De um lado, o método etnográfico, próprio da antropologia, e de outro, a história oral. Foi, assim, realizada história oral temática com uma interlocutora privilegiada, uma senhora de origem pomerana que trabalha com a fitoterapia e cultiva em sua propriedade uma mandala de ervas. Também foram realizados observação participante, registro fotográfico e registro em diário de campo. Buscou-se, a partir da análise de uma narrativa, apreender um pouco da memória coletiva do grupo, bem como traços de seus componentes culturais e identitários, bem como dos processos históricos vividos por eles.

Palavras-chave: História oral, etnografia, plantas medicinais, pomeranos, São Lourenço do Sul



Introdução

Na região da Serra dos Tapes no Rio Grande do Sul, compreendida pelos municípios de Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul encontram-se, em diversas comunidades, camponeses de origem pomerana. O povoamento dessa região deu-se em meados do século XIX a partir do estabelecimento de pequenas unidades familiares policultoras, em núcleos coloniais constituídos por imigrantes europeus (não-portugueses) de diferentes nacionalidades – alemães, franceses, italianos e pomeranos –, em um processo histórico de colonização que, apesar de ter demarcado identidades étnicas diferenciadas, pode ser caracterizado como referente a uma *cultura camponesa compartilhada*, tal como discutido em Seyferth (1994).

Até o século XIX, a Pomerânia pertencia à província da Prússia, sendo formada pela região que, após a constituição do Estado Alemão, seria repartida entre os domínios da Polônia e da Alemanha. Os migrantes que vieram para o Brasil estabeleceram-se, no Rio Grande do Sul – especialmente na região da Serra dos Tapes – e também em Santa Catarina e no Espírito Santo. Apesar de, no novo contexto colonial, compartilharem uma mesma identidade camponesa (Seyferth, 1992) com demais grupos de migrantes, os pomeranos vêm constantemente construindo também uma identidade étnica, a partir da referência de sua origem na Pomerânia¹. Percebe-se que algumas das práticas culturais mantidas pelos pomeranos guardam certa similaridade em diferentes contextos para os quais migraram no Brasil, como é o caso do uso da língua pomerana², a culinária tradicional e as práticas mágicas e religiosas, também observadas entre os pomeranos do Espírito Santo, por exemplo.

Nesse sentido, o uso das plantas medicinais³ ganha um significado especial na medida em que possui relação com outras práticas mágicas e religiosas do grupo, constituindo assim um ponto de observação interessante de suas visões religiosas e cosmológicas. A temática do uso de plantas medicinais relacionado à cultura dos colonos pomeranos no Brasil foi analisada por Joana Bahia (2011), ainda que indiretamente. A autora, em belo trabalho etnográfico realizado entre os pomeranos de Santa Maria de Jetibá, interior do Espírito Santo, observa a existência de inúmeras práticas mágicas, ritos de passagem e relatos de bruxaria coexistindo com a presença da Igreja Luterana como religião oficial. Embora o foco de seu estudo não seja especificamente o uso de plantas medicinais, este não está alheio a todas as outras práticas – o que fica claro quando se trata dos rituais de cura e das ações das benzedoras.

A respeito dos pomeranos do Rio Grande do Sul, os estudos referentes ao tema são ainda poucos, sobretudo no que concerne às temáticas das práticas de cura tradicionais, e aos aspectos mágicos e religiosos dessa cultura. Em vista disso, tentou-se com este estudo inicial discutir, a partir do trabalho de campo, algumas questões referentes aos usos e significados das plantas medicinais entre os pomeranos. Embora

¹ Sobretudo nos últimos anos, essa identidade tem sido revalorizada na região colonial da Serra dos Tapes, com destaque para o município de São Lourenço do Sul. A esse respeito ver Ferreira e Heiden (2009).

² Existem divergências entre pesquisadores ao que concerne em considerar o Pomerano um dialeto do Alemão, ou uma língua autônoma. Essas divergências se dão muito em função da raiz eslava que compõe, juntamente com a raiz anglo-saxônica, a matriz dessa língua/dialeto. Optamos neste texto por empregar o conceito de língua, como alguns linguistas capixabas defendem. A esse respeito ver Kuster *et al.* (2009).

³ Fernandes (2004), além de pesquisar sobre as comunidades científicas brasileiras que se dedicam ao tema das plantas medicinais, analisa historicamente o seu uso no Brasil.



compreendendo que o uso das plantas medicinais faz parte de um conjunto mais amplo de saberes e práticas, relacionados a toda uma cosmologia pomerana, neste trabalho abordará apenas questões referentes ao uso de plantas medicinais.

Construindo o campo

Este estudo toma o tema da utilização de plantas medicinais entre colonos pomeranos da Serra dos Tapes – mais especificamente do município de São Lourenço do Sul – a partir de uma dupla abordagem. De um lado os aportes teóricos e metodológicos da história oral e de outro, aqueles próprios da etnografia, relacionados a uma perspectiva antropológica. O foco de interesse recai assim sobre os processos históricos e os aspectos culturais relacionados a essa prática no interior do grupo pesquisado.

Sabe-se que o uso das plantas medicinais é uma prática compartilhada por muitas das famílias pomeranas do interior do município. Contudo, para a realização deste trabalho, foi escolhida uma única interlocutora, a qual por sua inserção pessoal e profissional no assunto contribuiu de forma suficiente, com sua rica narrativa, para a análise inicial do tema, aqui proposta. Dona Inêz é uma senhora pomerana, filha de agricultores, que se dedica ao trabalho com a fitoterapia. Ela dedica sua vida ao trabalho com as plantas e é reconhecida na comunidade por esse trabalho.

Tal escolha deu-se também no sentido de estabelecer o início de uma “rede”, que futuramente congregasse mais pessoas dispostas a compartilhar suas narrativas sobre essa temática. Meihy e Holanda (2007) recomendam que a definição do grupo de pessoas a serem pesquisadas deva começar pelo estabelecimento de três recortes: a “comunidade de destino”, a “colônia” e a “rede”. Assim que para a “comunidade de destino” foi definido genericamente os colonos pomeranos de São Lourenço do Sul; para a “colônia”, aqueles pomeranos que compartilhavam diretamente da prática da utilização de plantas medicinais; e, por fim, para a “rede”, aquelas pessoas que poderiam ser entrevistadas de fato, as quais preferencialmente fossem sendo indicadas umas pelas outras e que, nesse caso, constitui-se pela narrativa de Dona Inêz.

Realizou-se, assim, uma história oral temática. Segundo a definição de Delgado (2010, p.22), as histórias orais temáticas “se referem a experiências ou processos específicos vividos pelos entrevistados”. Nesse tipo de história oral, dá-se menos atenção aos detalhes da trajetória biográfica do entrevistado e mais às questões específicas de sua experiência com o tema abordado. Mais do que querer estudar a entrevistada, tentou-se “aprender um pouquinho” com ela, buscando minimizar a relação de poder que, a princípio, se instaura a partir da presença de um pesquisador oriundo da Universidade, conforme ensinam Caldeira (1981) e Portelli (2007).

Além da utilização da história oral, que privilegia a construção de narrativas, foi também utilizado, no trabalho de campo, o método etnográfico. Conviveu-se com a interlocutora em seu espaço de trabalho, em sua casa e com sua família, observando um pouco de sua rotina e conversando com outros membros de seu grupo familiar. Foi realizada, dessa forma, observação participante e registro fotográfico, assim como registro em diário de campo. O esforço foi no sentido de “olhar, ouvir e escrever”, como recomenda Roberto Cardoso de Oliveira (1998), quando anuncia o mote do trabalho etnográfico. As duas abordagens mostraram-se complementares, uma vez que o foco de interesse, como já mencionado, recaiu sobre as práticas culturais e os processos históricos que dizem respeito aos pomeranos, tomando-se como ponto de partida a trajetória de uma “nativa” do grupo.



A trajetória no trabalho com a fitoterapia

Dona Inêz trabalha com fitoterapia já há quase trinta anos. Ela trabalha todas as segundas-feiras na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SMECD) em São Lourenço do Sul, onde desenvolve um projeto denominado de “Jardim Medicinal”, o qual visa ensinar os escolares do município a identificar as propriedades medicinais das plantas. Também realiza oficinas de identificação nas próprias escolas e integra a Associação do “Caminho Pomerano”, um empreendimento turístico que visa abrir as propriedades dos colonos pomeranos para visitação. Em sua propriedade, recebe visitantes interessados na cultura pomerana e no uso tradicional das plantas medicinais. Ela cultiva uma mandala de ervas, em torno da qual realiza energizações com os visitantes (pedindo que todos fechem os olhos e proferindo palavras de estímulo), além de ensinar sobre as propriedades curativas de cada planta.

Sua atuação profissional, entretanto, começou como professora de séries iniciais, lecionando em escolas do município. S  mais tarde   que começou a trabalhar com as plantas medicinais.

Assim  , eu era professora... fiz uma horta de verdura. E aí eu comecei a... – conforme minha mãe dizia, minha avó – que o alcanfor era repelente, que era bom pra isso, bom pra aquilo, que cravo de defunto era repelente, atraente de mosquito, aí eu comecei a consorciar a horta, n , com as plantas medicinais e um dia veio o pessoal da Educação (Secretaria de Educação, da 5^a CRE) e aí viram aquela horta totalmente consorciada, n , aí como tinha técnicos junto – tinha o técnico agrícola – aí as secret rias tiveram assim, conversando entre eles, aí me disseram assim “Inêz, segunda-feira tu passa na Educação”. (...) E dali me abriu um leque sem tamanho, n , daí eu fui fazer curso em Santa Maria, na Universidade...

Eu trabalhei os primeiros dez anos com alimenta o alternativa⁴, aí me usaram com as plantas medicinais na alimenta o. Aí depois eu fiquei oito anos l  [em outro prédio da SMECD]. A  depois faz três anos agora que eu estou aqui. Mas só segunda feira.

Tanto em sua propriedade quanto em seu projeto no “Jardim Medicinal”, Dona Inêz cultiva plantas como a cânfora, a arruda, a carqueja, o poejo (também conhecida como erva de São Lourenço), o milho-em-rama, a insulina vegetal, entre outras, as quais depois são transformadas e utilizadas nas formas de infusões, xampus, xaropes, pomadas e cremes. Além desse emprego das plantas medicinais, Dona Inêz – como muitas outras famílias da região também o fazem – produz uma bebida composta de ervas, conhecida como cachaça de maio, ou *maishnaps*, cuja origem entre os pomeranos, ao que se sabe, remonta ao período anterior   coloniza o da região estudada. A feitura da cachaça de maio se d  a partir da macera o e da introdu o em cachaça, ao longo do mês de maio, de trinta diferentes ervas (as que se têm disponíveis na propriedade). A bebida matura durante o período de um ano, quando   considerada pronta para o consumo.

Costumeiramente, eram preparados dois distintos tipos de *maishnaps*: enquanto que o comum encontrava lugar cativo sobre as portas das casas pomeranas, sendo utilizado, sobretudo, para tratar problemas associados   digestão, o outro era

⁴ Na alimenta o alternativa, ela fazia pudins com erva cravo, maioneses naturais com capuchinha, temperinhos com manjerição e s lvia. “Tudo que   tempero que se tinha de verde na fitoterapia tu fazia pra distribuir na junção   alimenta o das escolas”, diz ela.



confeccionado com plantas ativantes, que confeririam energia àqueles que ingerissem o preparado. Dona Inêz conta que a bebida possuía vários destinos curativos:

o maishnaps não deixa, depois de um trago, te fazer mal. Tu sai numa boa. Se tu toma, vamos dizer, uma cervejada, uma coisa assim, e como é muito forte, tu toma no fim um cálice de *maishnaps*. (...) isso é digestivo, tu pode ter certeza.

Assim, parece que foi um... tipo uma olina... Parece que foi um... que tu tomou um epocler, alguma coisa assim. Parece que te faz a digestão. (...)

Né, a questão deles [dos pomeranos mais antigos], o *maishnaps* era pra uma eterna juventude e pra digestão, digestivo. (...) O *maishnaps*, assim, nas casas, né, e nas portas, tinham um buraquinho [algo como um nicho] em cima da porta e lá sempre tinha uma garrafinha de *maishnaps*, que era o remédio. Sentia mal, corria lá. Lá tá o remédio. (...) Lá ta o remédio. Lá tá a olina, lá tá o epocler. Que nem tu tem no teu armariozinho, um lugar...

No âmbito familiar, o trabalho desenvolvido por Dona Inêz não encontra muita acolhida junto ao marido e ao filho, segundo conta. Seu marido também é pomerano e, assim como ela, mantém o uso da língua de seu povo. Seu filho também compartilha de muitos dos costumes tradicionais. Os dois, entretanto, não dão muita atenção ao cultivo das plantas curativas.

Do individual ao coletivo

Dona Inêz dá muito valor ao conhecimento adquirido nos cursos que faz em outras cidades, em Universidades. Também compartilha o que sabe através de oficinas que ela própria ministra para grupos de pessoas interessadas no trabalho com a fitoterapia, no aprendizado da manipulação das plantas. Entretanto, a origem de seu conhecimento com as plantas é de casa. Obteve com sua mãe – que hoje, aos 90 anos, ainda cultiva em sua horta algumas plantas curativas – os primeiros aprendizados. Da mesma forma, Dona Inêz procura compartilhar o que aprendeu sobre as plantas com sua nora⁵, uma vez que não possui filhas mulheres.

Percebe-se assim que o conhecimento tradicional sobre as plantas medicinais é passado de geração em geração no interior do grupo e, sobretudo, é sabedoria que circula pelas mãos das mulheres. Como aponta Bahia (2000, p.160), entre os pomeranos do Espírito Santo, são “as mulheres [que] se circunscrevem à esfera mais próxima da tradição, da manutenção da germanidade”. São elas as responsáveis pela “transmissão das línguas sagradas (o alemão e o pomerano), do saber das orações e das práticas mágicas”. O mesmo pode ser observado em nossa região de estudo, no Rio Grande do Sul.

A interlocutora desta pesquisa é uma das expoentes no assunto, por ter feito dessa sabedoria parte de sua ação profissional. Mas, como já dito, longe de ser restrito à esfera de conhecimentos de Dona Inêz, o saber sobre plantas curativas faz parte das tradições dos camponeses pomeranos de São Lourenço do Sul. Assim como Ginzburg (2006) que via – apesar das diferenças – entre Cristóvão Colombo e os marinheiros de sua caravela ou entre Menocchio e seus contemporâneos certos elementos que os interligavam, por partilharem de um mesmo contexto temporal ou espacial, também

⁵ Enquanto Dona Inêz trabalha na SMECD, a nora também é responsável pela manutenção do empreendimento no “Caminho Pomerano”, cuidando sobretudo da preparação do café colonial típico que é oferecido na propriedade.



assim entendemos que o conhecimento de Dona Inêz está relacionado com os saberes tradicionais do grupo de colonos pomeranos estudado.

O uso do *maishnaps* e das plantas medicinais é assim entendido como parte de um conjunto de concepções sobre saúde/doença que diz respeito às particularidades dessa cultura. As representações sociais de saúde/doença, como aponta Minayo (1988), distintas das concepções estritamente biomédicas, possuem um caráter muito mais pluralista, ecológico e holista, relacionado a outros aspectos culturais do grupo.

Considerações Finais

Pode-se pensar a memória de Dona Inêz a respeito dos conhecimentos tradicionais e da trajetória que eles tiveram no interior da história de migração e colonização pomerana como parte de uma “memória coletiva” (Halbwachs, 2004), que é conformada a partir de sua inserção na comunidade, como membro de uma coletividade. Ou, alternativamente, como prefere Portelli (1997), como uma “memória social” que, ao mesmo tempo em que é partilhada também por outros membros da sociedade, é individual porque pertence aquele indivíduo e a nenhum outro.

De todo modo, percebe-se que a memória de Dona Inêz, nossa interlocutora, passa constantemente referindo-se ao grupo ao qual ela pertence, conformando assim sua identidade social (Candau, 2011). Lembrar de acontecimentos e processos vividos pelo grupo (como a história da migração e da colonização, nesse contexto) significa pertencer a esse grupo. Da mesma forma, compartilhar tradições, costumes, hábitos e práticas, torna-se também formas de pertencimento, na medida em que essas tradições são, como diria Halbwachs (1968 *apud* Pollak, 1989, p.3) “pontos de referência que estruturam nossa memória e que nos inserem na memória da coletividade a que pertencemos”. Desse modo, podemos tomar a história de Dona Inêz como uma narrativa capaz de nos dizer muito sobre os pomeranos, sua forma de vida e seu percurso histórico.

Referências Bibliográficas

- BAHIA, Joana. Práticas mágicas e bruxaria entre Pomeranos. **Ciências Sociais e religião**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 153-176, 2000.
- _____. **O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Uma incursão pelo lado "não-respeitável" da pesquisa de campo. **Ciências Sociais Hoje**, I. Recife/Brasília: CNPq/Anpocs, 1981.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- DELGADO, Lucília. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- FERNANDES, Tânia. **Plantas Mediciniais, memória da ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.
- FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi; HEIDEN, Roberto. Políticas patrimoniais e reinvenção do passado: os pomeranos de São Lourenço do Sul, Brasil. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n.30, p.137-154, 2009.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.



KUSTER, Sintia Bausen *et al.* Programa de educação escolar pomerana – Proepo. In: II Congresso Consad de Gestão Pública, 2009, Brasília. **Anais do II Congresso Consad de Gestão Pública.**

MEIHY, José; HOLANDA, Fabíola. **História oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Saúde-doença: uma concepção popular de Etiologia. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.4, n.4, p.363-381, 1988.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo.** São Paulo: UNESP/Paralelo 15, 1998.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.3-15, 1997.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto história**, São Paulo, n.14, p.13-50, 1997.

_____. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto história**, São Paulo, n.15, p.7-24, 2007.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.7, n.18, p.78-95, 1992.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Org.). **Os alemães no sul do Brasil.** Canoas: ULBRA, 1994.



GT 1 - Tecendo o futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos

**Comunicação e Sociabilidade na Amazônia: o uso do celular em Santa Rosa
Do Purus/Ac**

Uriens Maximiliano Ravena Cañete¹
Ivânia Neves²
Voyner Ravena Cañete³

¹ Graduado/ Bolsista de IC - CNPq/Universidade da Amazônia, E-mail: uriensmax@gmail.com

² Doutora/Professora/Universidade da Amazônia, E-mail: ivanian@uol.com.br

³ Doutora/Professora/Universidade Federal do Pará, E-mail: ravenacanete@ufpa.br

Resumo

Este trabalho faz uma análise de como o celular, enquanto instrumento de mídia, vem transformando as formas de sociabilidade em uma cidade no interior da Amazônia, especificamente o município de Santa Rosa do Purus. Usa como método a observação direta, realizada a partir de duas viagens a campo, a aplicação de entrevistas semi-estruturadas entre os moradores do município lócus deste trabalho. Utiliza como categoria teórica para análise dos dados a sociabilidade e comunicação. Os dados evidenciam que o celular vem alterando as formas de sociabilidade desta peculiar região, marcada pelo isolamento e modo de vida ainda bastante orientado por uma lógica rural.

Palavras-chave: celular; sociabilidade; comunicação; Amazônia



Introdução¹

Este trabalho trata da chegada do celular a Santa Rosa do Purus, um município brasileiro fronteiro entre o Brasil e o Peru que apresenta aproximadamente 50% de sua população composta por indígenas e a outra metade por uma população heterogênea, formada por remanescentes dos seringalistas e suas famílias, que em sua maioria são nordestinos vindos mais especificamente do Ceará.

O trabalho descreve como o celular, enquanto instrumento de mídia, vem transformando o modo de vida da população desse município, perfilando novas práticas de sociabilidade entre seus moradores. Ele possibilita a inserção de indivíduos excluídos do mundo digital e comunicacional, em um espaço que antes era limitado ao acesso exclusivo de outros veículos de mídia e comunicação. Nesse sentido, o trabalho evidencia como o uso do celular vem transformando as formas de sociabilidade no município de Santa Rosa do Purus.

A televisão e o rádio transformaram profundamente as práticas culturais do ocidente no século XX, e neste início de século, além destas formas de comunicação, as possibilidades da comunicação digital diminuiram distâncias e relativizaram o tempo, criando um novo universo de mediação que ainda está começando a ser revelado. Dentre os objetos eletrônicos contemporâneos, o celular certamente aparece como uma das ferramentas mais acessíveis, dado o seu valor de mercado e a sua condição multifinalitária. O uso do aparelho viabiliza o contato interpessoal através da conversa telefônica, consolida-se como um instrumento de multimídia e de acesso a internet.

A comunicação globalizada do mundo contemporâneo perfila espaços urbanos, rurais e mesmo de fronteiras. Do ponto de vista das interações interétnicas, ainda não é possível avaliar exatamente o resultado da chegada destas novas mídias entre as variadas culturas, dentre elas as sociedades indígenas.

Este trabalho descreve, portanto, a cidade de Santa Rosa do Purus como cidade de área de fronteira, marcada por uma sociabilidade peculiar da Amazônia, orientada por valores rurais, mas que, com a inserção do celular, altera as práticas de sociabilidade que normalmente norteiam as relações sociais de seus habitantes. Para tanto, na primeira seção é apresentada a cidade de Santa Rosa do Purus a partir de seu aspecto físico e

¹ Este trabalho corresponde parcialmente aos resultados do Trabalho de Conclusão de Curso do primeiro autor e está inserido em um projeto maior intitulado “Gestão das Águas na Amazônia: peculiaridade e desafios num contexto político e regional da Bacia do Rio Purus” financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq/PPG7.



socioeconômico. Em seguida serão descritas as peculiaridades que compõe o seu cenário social, ou seja, sua população marcada por aspectos amazônicos, assim como o cenário onde o celular adentra o cotidiano de sua população. Na terceira seção são tecidas algumas reflexões sobre a categoria sociabilidade e sua aplicação no contexto do município. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

Santa Rosa do Purus: uma cidade amazônica em área de fronteira internacional.

O imaginário mundial construído sobre a Amazônia mostra-se marcado pela concepção de que essa área constitui-se em um espaço vazio, além de ser vista como uma área de fronteira (BECKER, 1998). Tal visão conserva-se até os dias atuais, tanto na compreensão dos indivíduos que migram para essa área, movidos pelos grandes projetos instalados na região, assim como pelos gestores públicos presentes na esfera local, regional e federal (LIMA & POZZOBON, 2005). Por outro lado, a Amazônia desponta como uma das áreas do planeta com maior diversidade e disponibilidade de recursos naturais. A qualidade desses recursos, todavia, encontra-se em situação de risco, já que o crescente uso desordenado dos mesmos avilta a diversidade ambiental. Esse contexto estabelece uma interdependência de políticas públicas que enseja desenhos institucionais específicos e apropriados para as peculiaridades regionais. Nesse cenário de realidades diversas, a Amazônia necessita ser vista e pensada a partir de realidades locais.

Marcada pela forma peculiar que ressalta a relação entre os indivíduos e os recursos naturais, a Amazônia diferencia-se como uma região única no planeta. A compreensão das dinâmicas sociais resultantes dessas interações e do impacto que essas imprimem ao cenário amazônico é de fundamental importância, tanto no nível regional quanto no ambiente global. A calha do Rio Purus delinea-se como mais uma destas áreas de situação particular.

Caracterizada por um isolamento geográfico marcante, a bacia do Rio Purus certamente configura-se como uma das últimas fronteiras do planeta do ponto de vista da presença humana e da exuberância ambiental. O Rio Purus possui um aspecto sinuoso que lhe confere uma dinâmica marcada pelas conhecidas terras caídas que formam no rio áreas de várzea e praias, tomando uma área extensa da Amazônia. A imagem abaixo expressa tal gigantismo.



Imagem 01: Vista área do rio chegando a Santa Rosa do Purus.
Fonte: Uriens Cañete.

A imagem permite visualizar a exuberância da floresta, a ausência de antropização na área e o isolamento da cidade de Santa Rosa do Purus.

Na área da bacia do Rio Purus, órgãos federais, como a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI), oferecem serviços de saúde e educação proporcionando uma estrutura para as aldeias, na maior parte das vezes, de melhor qualidade quando comparada aos serviços oferecidos pela gestão dos municípios à população das localidades distantes das sedes municipais.



Imagem 02: Embarcação da FUNASA que atende às aldeias da TI Alto Purus .
Fonte: Uriens Cañete.

Na imagem, o barco da FUNASA funciona como uma clínica móvel de saúde que, segundo os indígenas e a população tradicional, pouco navega para atender as aldeias como era a sua proposta inicial, atendendo em grande maioria apenas os indígenas que vão a Santa Rosa do Purus.

Deste modo, este cenário mostra um baixo investimento em infra-estrutura por parte do poder público local para os moradores do município, especialmente para a população tradicional que vive às margens do rio Purus. Assim, ser indígena torna-se uma identidade atraente, ainda que antes vista como menos importante por não ter grande influência na sociedade maior. A identidade indígena, agora se mostra como uma via de acesso para os recursos naturais nas TIs², assim como para as políticas públicas exclusivas que beneficiam esse segmento social. As unidades de conservação que margeiam o rio e fazem fronteira com o município limitam ainda mais o acesso dos recursos naturais para essas populações ribeirinhas.

² TI - Terras indígenas, esta sigla será utilizada no decorrer do texto.



Santa Rosa do Purus³ encontra-se bastante isolada, mais precisamente no estado do Acre na divisa entre o Brasil e o Peru. Divide a bacia do Rio Purus com outras oito cidades que compõe o estado do Acre e o Amazonas. A extensão dessa bacia e sua baixa antropização faz dessa área uma parte peculiar da região amazônica e mesmo do planeta. Com dimensões gigantes, a bacia do Purus tem a cidade de Santa Rosa do Purus como ponto limite entre território brasileiro e peruano.

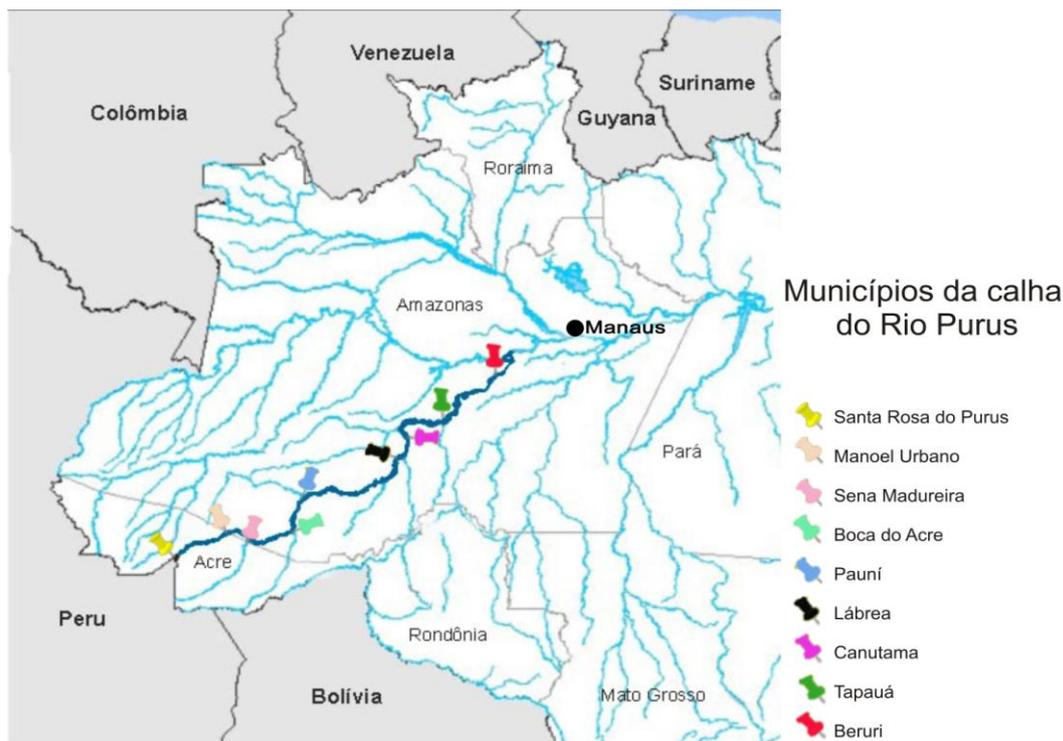


Imagem 04: Ilustração da calha do Rio Purus e seus municípios.
Fonte: RAVENA-CAÑETE et al, 2010, p. 133.

De seu total populacional de aproximadamente 4000 habitantes (IBGE, 2010), mais de 50% é constituído por indígenas, e a sede municipal encontra-se próxima à Terra Indígena Alto Purus onde as etnias Kulina e Kaxinawá compõem as 34 aldeias que integram essa TI. As políticas públicas específicas para os indígenas, amparados pela Constituição Federal de 1988, constrói a possibilidade de ocupação de cargos públicos de professores, agentes de saúde e sanitários dentro das aldeias, promovendo o deslocamento de várias famílias indígenas para a cidade de Santa Rosa do Purus, objetivando receber o pagamento do salário mensal, assim como os recursos da bolsa família aos quais essas etnias têm acesso.

³ Santa Rosa do Purus localiza-se na fronteira entre Brasil e Peru. As etnias indígenas que ali habitam não reconhecem a divisão geopolítica da sociedade maior.



Esse contato dos indígenas com a cidade tem sido um problema segundo o atual prefeito de Santa Rosa do Purus. O interesse pela facilidade que a cultura do não indígena oferece está tomando conta das práticas culturais mais presentes nas aldeias e que se perdem gradativamente no acesso freqüente à vida na cidade.

Desde 1988 a Constituição Federal tem leis específicas para os indígenas, que garantem ou que pelo menos deveriam garantir sua saúde, educação, cargos públicos nas aldeias como agentes indígenas sanitários e de saúde (AISAN, AIS) professores, entre outros, podendo estender-se até a parteiras e técnicos de enfermagem.

Os benefícios da constituição são atrativos para os kaxinawá e kulina que vivem em território peruano. Além disso, programas do governo como bolsa família e auxílio maternidade, aguçam o desejo de obter tais benefícios. Portanto, ser indígena no Brasil significa ter acesso a um recurso que permite relacionar-se com o mercado de forma mais direta. Segundo o agente da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), o atendimento ao indígena no Brasil é diferenciado do atendimento garantido pelas políticas públicas em território peruano. Segundo a fala desse informante o número de atendimentos cresce fortemente e seu depoimento é esclarecedor: “Por isso só vem aumentando a imigração mais e mais, do jeito que tá daqui uns 2 ou 3 anos estaremos com a metade da população kaxinawá do Purus no Brasil.” No relato fica claro, ainda, que os programas de redistribuição de renda e mesmo de assistência do governo federal influenciam muito na vinda desses indígenas para o Brasil.

Essa perspectiva de recursos materiais da sociedade maior traz conseqüências para a cultura dos indígenas. Se antes os kaxinawá valorizavam o coletivo, agora valores consumistas e individualistas tomam conta da vida dos indígenas nessa área. Portanto, cada família quer ter a sua própria aldeia para receber os benefícios que ela proporciona. No entanto, no Brasil existem diversos requisitos impostos pelo governo para ser beneficiado pelos programas, como: identificação de nacionalidade brasileira, vacinação, declaração da FUNAI, entre outros. Isso faz com que os indígenas que já estão no Brasil interajam com parentes no Peru, a fim de trazê-los para o Brasil e criar assim suas próprias aldeias.

Do ponto de vista da estrutura técnica para gestão local, Santa Rosa do Purus vive um problema permanente tanto no poder legislativo quanto no executivo. A prefeitura é marcada por um corpo técnico carente de preparo, já que é uma cidade, do ponto de vista histórico, jovem e não apresenta órgãos ou instituições preparadas com



indivíduos capacitados para exercer os cargos públicos. Logo, as pessoas que assumem tais cargos são indivíduos vindos de fora do município e que também têm baixo nível técnico.

A estrutura dos órgãos públicos também é um tanto quanto precária. Já que as salas dos vereadores não dispõem de equipamentos mínimos para exercer a função, como: computadores, assistentes, lápis, papel, caneta, cadernos, protocolos, entre outras necessidades mínimas

Não há estrutura física, nem equipamentos capazes de promover condições mínimas para o trabalho do executivo e mesmo do legislativo.

A câmara dos vereadores é composta por alguns indígenas e moradores locais. O nível escolar desses representantes do povo comumente corresponde apenas ao nível médio, com algumas exceções alcançando o nível superior⁴. Segundo o presidente da câmara dos vereadores, Sr Antonio dos Santos, as condições de trabalho para exercer o cargo são precárias, tanto do ponto de vista físico, como da própria qualificação desses vereadores. Estes não são capacitados a desenvolver projetos para a administração pública e a prefeitura tampouco impõe iniciativas para capacitação dos mesmos. Assim, recursos federais⁵ que deveriam ser destinados à implementação e desenvolvimento de política pública permanecem ou sem aplicação ou fluindo para um cenário clientelista num executivo local, ou seja, nas atividades efetivadas pelo prefeito.

A vida política em Santa Rosa do Purus apresenta um caráter fortemente clientelista⁶. O programa bolsa família ajuda a perpetuar tal contexto, pois os indígenas de etnia Kulina que estão mais alheios à lógica política da sociedade do entorno e apresentam baixa participação política, votam exclusivamente nos brancos por achar que a bolsa família vai acabar se um indígena entrar no poder. Dessa forma, ajudam na manutenção do domínio da sociedade do entorno na política do município.

Os indígenas da etnia kaxinawá que têm interesse na política e apresentam maior compreensão sobre a lógica da sociedade envolvente, mesmo quando eleitos para vereador ou vice-prefeito não conseguem exercer seu cargo, pois o governo do branco

⁴ Como é o caso dos indígenas que integram os programas de graduação oferecido pelo Governo Federal.

⁵ Ravena-Canete (2009) apresenta de forma mais detalhada a capacidade institucional dos municípios da calha do rio Purus.

⁶ Articula-se neste texto o conceito de clientelismo à coronelismo, como evidenciado por Victor Leal (1975): "... o coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais..."(p.20).



blinda qualquer atitude que possa beneficiar os indígenas e comprometer o mando local no poder. Portanto, o papel do indígena kaxinawá é de apenas compor o corpo da legenda do partido para a vida política do município, já que como mencionado anteriormente, os mesmos apresentam uma compreensão da vida política que pouco se aproxima daquilo que é efetivado nos processos da gestão local.

Como já mencionado, a peculiaridade deste município se expressa pelo elevado número de indígenas no total de sua população, já que o município localiza-se próximo à Terra Indígena Alto Purus, portanto, os conflitos para que as políticas públicas e novos projetos sejam implementados é grande. Segundo o presidente da câmara dos vereadores, Sr. Antonio dos Santos, uma das maiores dificuldades para o desenvolvimento do município é a falta de comprometimento política da parte do prefeito e a discriminação que os indígenas sofrem.

O governo federal é responsável pela maior parte da verba direcionada exclusivamente para os indígenas, entretanto a maior parte desse recurso não é aplicada para tais fins. Com o intuito de solucionar tal problema foi criada no município uma secretaria indígena com a finalidade de dar uma melhor assistência aos indígenas que chegam ao município e também ter uma influência maior no gerenciamento das verbas destinadas a eles.

Outra questão importante a ser mencionada relaciona-se à falta de informações, recursos técnicos e apoio governamental para desenvolver projetos voltados à gestão pública, por parte da gestão local. A fala de um vereador indígena, Sr. Bane⁷, evidencia a falta de aproximação e entendimento da política, "nós somos novos nisso né, não criamos projetos, só aprovamos os que a prefeitura repassa pra gente." Entretanto, nos últimos dois anos, houve uma grande mudança no cenário da informação e tecnologia, já que aparentemente metade da população que vive exclusivamente no município tem aparelho celular, incluindo indígenas e não indígenas. Essa nova tecnologia permitiu uma inserção ainda maior da etnia Kaxinawá na vida política local. Tal situação se expressa na tentativa de trilhar trajetórias independentes por parte das lideranças Kaxinawá. O último processo eleitoral evidencia esse novo movimento participativo, como mostra a imagem a seguir.

⁷ Nome Hunikuin.



Imagem 06: cartaz da campanha eleitoral de 2010 em Santa Rosa do Purus.
Fonte: Uriens Cañete.

Lançando-se além dos limites locais, as lideranças Kaxinawá começam a aventurar-se e arriscar-se fora de suas regiões nativas. Certamente os processos comunicacionais contribuem para esse novo movimento, assim como altera o modo de vida indígena vivido.

O celular na floresta.

Em 2009, na primeira viagem a campo⁸, o celular ainda não havia chegado em Santa Rosa do Purus. A cidade permanecia com um forte aspecto de isolamento, assim como mantinha formas de sociabilidade fortemente orientadas pela reciprocidade. Na segunda viagem que campo, em setembro de 2010, com a instalação de operadora de celular no município, foi possível verificar em tempo real as mudanças desencadeadas por essa nova forma de mídia que adentrava a vida dos moradores de Santa Rosa do Purus.

Práticas recorrentes de sociabilidade marcadas por reciprocidade, como favores entre vizinhos, trocas entre famílias indígenas, mostraram-se alteradas no discurso dos moradores após a chegada do celular. Por outro lado, foi evidenciado também o

⁸ A pesquisa que originou este trabalho contou com um total de mais de trinta dias em campo, caracterizando a pesquisa pela observação direta, além da utilização de questionários e entrevistas semi-estruturadas na coleta de dados.



fortalecimento entre as comunicações nas relações parentais mais próximas, entre irmãos e familiares de municípios diferentes, tanto no caso dos brancos como entre os indígenas, pois, no caso destes, o celular substitui o uso do rádio transmissor de uso exclusivo da FUNASA. Atividades simples, mas complexas pela distância e dificuldade de acesso que marcam o cotidiano do município, passam a ser simplificadas através do celular.

Ao mesmo tempo, o relato do encurtamento de distância proporcionado pela comunicação através do celular, mostra-se presente e constante no relato dos entrevistados. Este aparelho, no entanto, aparece no discurso dos moradores não indígenas como um instrumento que confere status social, especialmente na relação comparativa entre os indígenas. As diferentes hierarquias entre os variados modelos de celular: os que dispõem de internet, os que oferecem recursos musicais, e como essas alternativas interferem e forjam processos de sociabilidade e status social. De toda forma, as entrevistas evidenciam a ausência de dificuldades no uso do aparelho, tanto entre indígenas como entre não índios.

Sociabilidade: tecendo considerações.

O conceito sociabilidade usado neste trabalho, repousa na abordagem sociológica de Georg Simmel, somada à proposição de Durkheim sobre solidariedade. No texto “Georg Simmel: sociabilidade e moderno estilo de vida” de Leopoldo Waizbort, a questão central desenvolvida evidencia as formas de sociabilidade contemporâneas que exigem compreender aquilo que poderia ser circunscrito como a Teoria do Moderno de Simmel. A teoria do moderno é trabalhada inicialmente na *Filosofia do Dinheiro* (Philosophie des Geldes, 1900) escrita por Simmel, o qual discorre de uma “infinitude de nexos entre desenvolvimentos e a difusão de uma economia monetária e o impacto múltiplo e variado que esse desenvolvimento tem no mundo e na vida” (WAIZBORT, 1996, p. 25).

Dessa argumentação e reflexão surge um conceito mais complexo e elaborado de moderno, que para Simmel se expressa em uma economia monetária específica, onde o moderno ou modernidade não se limitam exclusivamente à passagem do século XIX ao século XX, nas grandes construções, industrialização, entre outros fatores, mas sim qualquer tempo na história que tenha tido um destaque em sua economia monetária. Entretanto, utilizando o raciocínio de Simmel, regiões que não se desenvolveram ou



apresentaram baixo desenvolvimento econômico monetário não são sociedades modernas.

A definição de moderno para Simmel possibilita, então, uma análise peculiar, já que à época em que o mesmo vivia, a realidade caracterizada se consolidava na transição inicial e efetiva do campo para a cidade, o que por consequência aquecia o mercado e a economia da Europa, mudando o mundo moderno em dimensões jamais vistas antes. A construção do conceito de modernidade possibilitou, portanto, um estudo aprofundado nas formas de sociabilidade e socialização que esse período passava. Seguindo tal raciocínio também lhe foi oportuno estudar os casos em que a o mundo moderno se instalou, ou seja, espaços onde o domínio monetário não penetrou, como o mesmo utiliza, populações ou cidades “ainda-não-modernos” (WAIZBORT, 1996, p. 26).

Durkheim utiliza dois conceitos para trabalhar essas duas sociedades colocadas por Simmel. A sociedade pouco moderna e que pouco se desenvolveu na economia monetária é marcada por uma *Solidariedade mecânica* (1981), que para ele são sociedades “primitivas” (1981), sociedades com baixa complexidade social, como pequenos vilarejos, tribos e cidades de pequeno porte. Os indivíduos que as habitam compartilham dos mesmos valores sociais, ideais, costumes e crenças. Os seus interesses sociais são semelhantes e eles têm o senso comum de que a própria sociedade irá mediar qualquer tipo de conflito e são esses valores sociais que perpetuaram a coesão social.

Por outro lado, em uma sociedade mais *moderna* as características sociais e o modo social que rege tal sociedade é a *Solidariedade Orgânica* (1981), que distintamente da mecânica, tem uma complexidade social muito maior. Durkheim faz uma comparação e relação entre a sociedade e um organismo vivo, no qual cada órgão apresenta uma função.

Recapitulando a obra, *Filosofia do dinheiro*, já que a compreensão do moderno se consolida pela difusão da economia monetária, é de suma importância entender o papel e a caracterização do dinheiro em Simmel. Waizbort define e estabelece uma análise do dinheiro a partir da obra do autor. O dinheiro é descrito como um agente social que tem um papel duplo, um que afasta e outro que aproxima os indivíduos. Afasta porque se tornou um membro intermediário em uma relação de troca, não permitindo mais aos indivíduos a interação simples e direta que antes era estabelecida.



Aproxima porque a partir dele é oportunizada vastas e abrangentes redes de trocas. O dinheiro para Simmel torna-se, então, um elemento circulante que não pára, e está o tempo todo entre os homens e objetos caracterizando o moderno com uma *mobilidade e maleabilidade*. O dinheiro, dessa forma, aparece como um único ponto fixo em um mundo em movimento, onde tudo e todos circulam sem parar, sendo que o ponto fixo (dinheiro) é o mais importante.

O dinheiro, então, passa a ser visto como um foco único e principal na vida de uma sociedade. Para entender sociabilidade, de acordo com Simmel, necessita-se pensar como esse componente monetário repercute na vida das pessoas, o que o autor denomina como *moderno estilo de vida*. Na primeira metade do século XIX o dinheiro era visto apenas como um mero meio de obtenção de finalidades, entretanto vai se transformando e tomando força compondo um processo onde a modernidade e o capitalismo imperam. Para Simmel o dinheiro passa a constituir um objetivo em si mesmo, ou seja, a mera e simples glória de tê-lo, sem nem ao menos desfrutá-lo. Ele está envolvido em todo e qualquer tipo de ação ou reação em uma sociedade, das mais primitivas, até as mais complexas consolidadas nas grandes metrópoles. Logo, na análise do autor, o que antes era valorado e percebido como fim é rebaixado a um simples meio. A partir de tal raciocínio, há, portanto, uma mistura entre os valores que norteiam as ações, de modo que a vida na modernidade torna-se um labirinto preso aos valores anteriormente apresentados.

Em conclusão, para Simmel, o *estilo de vida moderno* promove diversos pontos específicos na relação homem e dinheiro. Coloca em questão o individualismo, já que a divisão do trabalho promove uma mudança nas relações usuais entre o homem e as coisas e do todo com as partes, ou seja, a divisão do trabalho altera a relação impessoal entre consumidor mercadoria, trabalhador e produto de trabalho e assim por diante. Analisando Simmel, Waizbort (1996, p. 28) infere que (...) “O dinheiro promove o individualismo quantitativo, na medida em que facilita a igualdade entre os homens no livre mercado da livre concorrência (p. 28)”.

O uso do dinheiro na sociedade produz um fato social que é colocado por Simmel como *interação*. A interação por mais simples que seja desencadeia uma rede de reciprocidades, que em uma sociedade passa a desenvolver as diversas formas de sociabilidade, como a criação de leis, normas, regras, sanções, entre outros. Portanto, é a partir das relações sociais que a sociedade é constituída. Cada sociedade tem o seu



modo de sociabilidade, já que cada uma desenvolveu um tipo de interação diferente entre os seus habitantes. Logo, a sociabilidade é mutável e se modifica de acordo com seus agentes sociais e seu ambiente.

Portanto, a sociedade é organizada e estruturada por uma complexa rede de atores sociais, onde cada um é capacitado e tem uma função específica a desempenhar na sociedade em que vive. Logo, a mesma é perfilada pelos arranjos sociais desenvolvidos em sua história. Por assim dizer, “as formas de socialização expressam-se nas sociabilidades prevaletentes num dado meio social concreto” (ALCANTARA JÚNIOR, 2009, p.35). Concluindo este capítulo, sociabilidade nada mais é do que o “resultado das qualidades integrantes das interações sociais e é gestora das formas de estruturação, em razão de viabilizar a fluidez da existência desses elos sociais” (ALCANTARA JÚNIOR, 2009, p.37).

Nesse caso, um exemplo originado no cenário de Santa Rosa do Purus seria um grupo étnico indígena, a partir deste estudo pode-se exemplificar a etnia Kaxiawá, Kulina e a dos não indígenas. Eles se distinguem e se identificam de diversas maneiras, uma das características mais marcantes seria a aparência e a linguagem. A comunicação distancia e/ou aproxima grupos, e com o domínio da ferramenta comunicacional, pode-se ter vantagens num cenário político, identitário entre outros. Ou seja, as diferenças e semelhanças de um grupo podem aproximá-lo ou distanciá-lo de outrem, e finalmente com os outros.

Novas sociabilidades marcam o cenário social e Santa Rosa do Purus e o celular é a ferramenta de mídia que protagoniza essa mudança.

Considerações Finais

O celular e as novas tecnologias da comunicação surgem entre os moradores de Santa Rosa do Purus como instrumentos que parecem reforçar o individualismo alterando as relações de sociabilidade entre os indígenas e os outros moradores da cidade. O celular potencializa a lógica do sistema: o comerciante usa para negociar, o adolescente para conversar e usufruir de diferentes ferramentas de multimídia, etc. As práticas de sociabilidade entre os moradores da cidade vêm alterando-se após a chegada do aparelho, pois relações de reciprocidade que se materializam em favores entre vizinhos, em decorrência das dificuldades de comunicação e contato, passam a ser menos frequentes.



No caso dos indígenas, o celular mostra-se de fato como uma possibilidade de acesso e inserção aos significados do mundo ocidental, mas, sobretudo, evidencia-se como um instrumento de integração territorial. Ao encurtar distâncias, fortalece relações sociais e, ao contrário do cenário vivido entre os outros moradores, o aparelho reforça processos de reciprocidade. Ao que parece, é possível atestar que o uso do celular interferiu decisivamente no processo de comunicação em Santa Rosa do Purus. Essa nova ferramenta de mídia vem produzindo mudanças céleres na sociabilidade e identidade de seus habitantes, sobre essas categorias e essas mudanças trata o capítulo a seguir.

O trabalho mostrou como a comunicação e os instrumentos midiáticos impactam grupos humanos mesmo em áreas remotas, como o interior da Amazônia. A tecnologia vem inovando esses instrumentos tendo destaque para o uso do celular, que possibilita, no caso deste trabalho uma pequena cidade amazônica, uma forma de comunicação e interação com o restante do mundo de forma nunca antes vista ou imaginada por seus habitantes.

Considerando que a comunicação apresenta-se como um dos elementos determinantes da vida deste município, na medida em que “todos os homens, num determinado momento ou noutro, se encontram na situação de procurar mensagens, e isto é em qualquer sociedade” (BURGELIN 1970, p. 32) os instrumentos e estratégias de comunicação devem atender as necessidades de cada grupo social seja através da linguagem ou de imagens e até mesmo na criação e transmissão de novos símbolos aos quais tais sujeitos tenham a possibilidade de compreensão e melhoria de sua própria realidade.

O uso do celular modificou as formas de sociabilidade antes perpetuadas pela interação face a face e no máximo o uso de rádios. A realidade dos mesmos foi expandida e possibilitou uma complexidade social, inovação na comunicação, encurtou distâncias e trouxe facilidades para o município lócus deste estudo. Dessa forma, conclui-se que as novas tecnologias na mídia e o celular, como uma nova ferramenta de mídia, possibilitam uma inserção social que permite aos indivíduos que usufruem da mesma, novos conhecimentos e formas de interação social.

Tanto na sociedade não indígena como na sociedade indígena o celular se mostrou como uma ferramenta que de forma imediata transforma o cotidiano da cidade. Os dados evidenciaram as mudanças nas formas de sociabilidade, tanto do ponto de



vista comunicacional como de sociabilidade. Mesmo dentro do município as distancias foram encurtadas, sua portabilidade, eficiência e o barateamento dessa comunicação, tanto no próprio município quanto na sociedade maior.

Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA-JÚNIOR, José O. A. A sociabilidade na mobilidade urbana. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=218&Itemid=171

BECKER, Bertha, K. **Amazônia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

BURGELIN, Olivier. **A Comunicação Social**. Lisboa – Portugal: edições 70. 1970

DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. Lisboa: Presença, 1981.

LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia Socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade cultural. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p.45-76, ago. 2005.

RAVENA-CAÑETE, Voyner; Et al. Rios Transfronteiriços na Amazônia: recursos naturais e conflito socioambiental no rio Purus. IN: **Ciência e Ambiente**. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. V1. Santa Maria. 2010.

WAIZBORT, Leopoldo. Georg Simmel: sociabilidades e moderno estilo de vida. In: **Sociabilidades**. Universidade de São Paulo: Laboratório de Análises de Sociabilidade Contemporânea – LASC, 1996.



GT 1 – Tecendo o futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos

Educação em dois tempos nas terras do Bela Vista: Usina de cana-de-açúcar e assentamento em Araraquara/SP

Ana Flávia Flores ¹
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante ²
Maria Cristina dos Santos Bezerra ³

¹ Graduanda em Pedagogia da Terra na UFSCar. Pesquisadora bolsista I.C.- Funadesp - Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural). Uniara (Centro Universitário de Araraquara). Email: anaflaviaflores@hotmail.com

² Professora Doutora e Coordenadora do Mestrado em desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Uniara e do Nupedor. Email: vbotta@techs.com.br

³ Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos. Pesquisadora do GEPEC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo) da UFSCAR. Email: cbezerra@ufscar.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar os processos educacionais vivenciados no Assentamento Bela Vista do Chibarro em Araraquara/SP. Distinguimos o processo que permeou a construção pedagógica da Escola do Campo “Prof. Hermínio Pagotto” em dois momentos distintos: quando as terras da fazenda eram de uma usina de cana-de-açúcar e, depois, enquanto assentamento rural. No período da usina de cana-de-açúcar, a escola tinha como objetivo servir ao crescimento do capital da usina, com uma concepção de ensino-aprendizagem que valorizasse a formação do amor ao trabalho e respeito às autoridades. Já no período do assentamento a escola toma novo rumo para os filhos dos trabalhadores, passando a contemplar uma formação que valorize e contribua na formação de uma consciência mais crítica, possibilitando uma autonomia reflexiva sobre as experiências vivenciadas na comunidade e na sociedade. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, com o aprofundamento histórico daquele local, bem como a investigação dos processos históricos da transformação de um Grupo Escolar para uma Escola do Campo e observação direta da realidade.

Palavras-chaves: Grupo Escolar e Escola do Campo.



Introdução

O Assentamento Bela Vista do Chibarro está localizado no município de Araraquara e é próximo a duas importantes usinas da região: a Usina Zanin Ltda. e à Açucareira Corona S/A¹. Esta região é considerada um grande centro agroindustrial, fazendo parte da macro-região de Ribeirão Preto. Segundo Ferrante (1990) e Silva (1995):

A região é conhecida como Califórnia Brasileira em função do grande potencial econômico que as agroindústrias da cana e da laranja trouxeram para a região, o que gerou a verticalização da produção e uma grande concentração de renda, em contrapartida, gerou a expropriação dos pequenos produtores e péssimas condições de vida aos bóias-frias [...] Mudando o panorama das cidades próximas às usinas, transformando-as em *cidades dormitórios* (FERRANTE; SILVA, Apud BAÚ, 2001, p.7).

Este assentamento teve, em seus momentos históricos, diferentes rumos em relação à região centro-oeste do Estado de Paulo, na qual está inserida, pois segundo Mascaro (2003), está constituído nas terras de uma antiga fazenda de café, chamada Bela Vista, estabelecida no fim do século XIX. Em agosto de 1934 a fazenda foi agrupada às terras de uma usina de açúcar (Usina Tamoio²), sendo aumentada e utilizada como vila operária (prédios, habitações, mão-de-obra) que acabaram servindo à produção do açúcar. Com a decadência da usina, as áreas da fazenda foram desapropriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – para reforma agrária, no ano de 1989.

Nessas terras surgiu um grupo escolar, em terras de uma usina e, depois, este mesmo grupo tem uma nova configuração na sua história. Atualmente as terras foram destinadas à reforma agrária e a escola passou a atender filhos de assentados com uma nova caracterização e organização.

¹Atualmente as duas usinas foram compradas pela Cosan S/A Indústria e Comércio, que vem promovendo a monopolização da produção sucroalcooleira no estado de São Paulo. Sob seu comando, estão dezesseis usinas, além de terminais privativos no porto de Santos.

²Usina Tamoio era o nome fantasia da empresa, a razão social era Refinadora Paulista S/A. E Tamoio vem do termo "*tamuya*" que em língua tupi significa "os velhos, os idosos, os anciãos", os que mais prezavam os costumes tradicionais.



Usina de cana-de-açúcar e o grupo escolar

Fundada em 1917, com o nome Engenho Fortaleza (propriedade na qual se iniciou a Usina Tamoio³), foi adquirida pelo Grupo Morganti. Na década de 1950, se tornou uma das maiores usinas do Brasil, (FERRANTE, 1984). A fazenda Bela Vista é marcada pela intensificação da produção açucareira, dentro de uma usina que foi pioneira na instalação da primeira moenda de cana do mundo e na utilização da vinhaça como fertilizante agrícola.

O Engenho Fortaleza nasceu com status de usina, pois “além de um prédio industrial, apresentava benfeitorias que compreendiam a construção de algumas casas em torno da planta fabril. A área da propriedade girava, na ocasião, em torno de dois mil alqueires” (CAIRES, 1993, p.55).

A transformação do Engenho em usina sucedeu através de investimentos em capital constante e com a incorporação de tecnologias e, principalmente, em virtude da aquisição de fazendas cafeeiras localizadas nas proximidades, que devido à crise do café eram vendidas a baixos custos. Entre os anos 1920 a 1930 a usina Tamoio respondia por aproximadamente 12% da produção total de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo.

E em 1946 a usina se transformou na maior indústria sucro-alcooleira do país e da América do Sul. Segundo Caires (1993) os trabalhadores da usina eram divididos entre trabalhadores da agricultura e trabalhadores da industrialização, compostos de: colonos de cana (ficavam nas seções agrícolas), assalariados agrícolas, operários de fabricação, manutenção, empregados da administração, escritórios, inclusive os trabalhadores do transporte ferroviário que transportava a matéria-prima até as moendas⁴. Foram construídas na época 1.500 casas que serviam de residência para as famílias moradoras da usina. Essas casas eram construídas nas fazendas de café que Pedro Morganti ia adquirindo. Ao redor da usina foram compradas 5.278 alqueires e “abrigava um contingente de moradores que variava entre 7.000 a 10.000 habitantes” (CAIRES, 1993, p.65).

³Usina Tamoio era o nome fantasia da empresa, a razão social era Refinadora Paulista S/A. E Tamoio vem do termo "*tamuya*" que em língua tupi significa "os velhos, os idosos, os anciãos", os que mais prezavam os costumes tradicionais.

⁴As estradas de ferro estavam estendidas por todas as seções da usina.



Pedro Morganti organizou na usina toda uma infraestrutura para atender às demandas sociais dos trabalhadores que incluíam construções de lazer e assistência para manter os trabalhadores ligados ao local. A usina possuía estruturas como:

Oficinas mecânicas, um ambulatório médico localizado na Seção Bela Vista, ambulância, prédio do Circulo Católico, um campo de pouso para aviões de pequeno porte, pelo menos uma capela em cada seção, uma biblioteca, sala de projeção de filmes e peças teatrais, um grande estádio esportivo, armazém, açougue, farmácia, padaria, loja de ferragens, loja de tecidos e armarinhos, torrefação de café, fábrica de sabão, leiteira, sorveteria, instituto de beleza, gabinete dentário, agência postal, serviço telefônico, um serviço de ônibus que ligava a cidade de Araraquara à estação de trem Tamoio, uma Catedral religiosa, além de uma hospedaria similar a um hotel citadino (TEIXEIRA, 2010, p.24).

Ao que tudo indica, o dono da usina garantia que todas as demandas sociais de seus empregados fossem satisfeitas no interior da usina.

No que diz respeito à organização social, podemos destacar o setor educacional na usina, pois desde 1930 existiam seis escolas isoladas⁵ nas seções da usina, e um Grupo Escolar D. Giannina Morganti. Destas seis escolas isoladas, duas foram elevadas à qualidade de Grupo Escolar.

O Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti (construído em 1942) estava situado na seção Bela Vista, que possuía aproximadamente 150 casas, um posto de saúde, uma igreja católica, uma estação de trem. (TEIXEIRA,2010).

Este grupo escolar foi construído para atender colonos residentes nas terras da usina. Como as seções às vezes eram muito distantes da sede, não possibilitava que todos os filhos dos trabalhadores tivessem acesso à escola, uma vez que só na sede tinha o Grupo Escolar D. Giannina Morganti e só as crianças das seções mais próximas conseguiam frequentar a escola. A instalação de um grupo escolar na seção Bela Vista, uma das maiores da usina, possibilitou que fossem atendidas crianças de 13 seções próximas ao Bela Vista.

⁵Desde a implantação dos grupos escolares no final do século XIX, o projeto republicano de difusão da escola graduada encontrou na “dispersão” geográfica do meio rural um grande obstáculo. Neste período, grande parte da população encontrava-se em regiões afastadas dos centros urbanos onde, muitas vezes, dada a distância e as dificuldades materiais encontradas, a instalação e manutenção dos grupos escolares tornavam-se inviável. Dessa forma, para atender o meio rural a alternativa encontrada para a difusão da instrução primária foi a implantação de escolas isoladas, o que não era muito favorável. Localizadas em casas adaptadas e com poucos recursos, falta de material escolar, providas por professores em início de carreira e sem a presença do diretor e de outros professores com os quais pudessem trocar experiências, restava-lhes pedir remoção ou afastamento (SILVA, s/d).



Um fator importante de destaque é que em uma usina do interior paulista existam três Grupos Escolares, o que era considerado um símbolo da modernização educacional paulista. Conforme dados colhidos em sua pesquisa, Souza (s/d) mostra que “a superioridade organizacional e material dos grupos escolares fez com que fossem considerados estabelecimentos escolares arquetípicos do que melhor havia no ensino primário” (SOUZA, s/d, p.01). Os Grupos Escolares eram “vistosos prédios públicos que rivalizam com a igreja, a câmara municipal e as mansões mais importantes tanto da capital como das principais cidades do interior” (SAVIANI, 2004, p. 3).

Os grupos escolares foram uma implantação dos republicanos no Estado de São Paulo como forma de acabar com o passado Imperial, e instalar um sistema de ensino moderno, cuja organização pedagógica servia como modelo para outros Estados brasileiros. Isto significou um progresso oposto ao atraso do regime Imperial, “uma nova expectativa de vida, um novo projeto social e a educação foi estabelecida como condição primeira para a ordem e o progresso necessário ao desenvolvimento do país” (JESUS; FOERSTE, s/d, p.1).

A Reforma de 1892-1893 viabilizou a idéia de ajuntar várias escolas preliminares e montá-las em um único prédio (os grupos escolares). Em 1894, esses grupos vão ampliar seus trabalhos de forma integrada, na qual, haverá um professor responsável para cada classe.

Como podemos observar, os Grupos Escolares foram pensados para o meio urbano, mas segundo dados encontrados no relatório de ensino de 1936, o grupo escolar da Usina Tamoio foi um prédio construído no meio rural para ser cedido ao Estado:

O grupo escolar da Usina Tamoyo funciona em prédio construído especialmente para esse fim pelo Sr. Cavalheiro Pedro Morganti, proprietário da Usina, que o cede gratuitamente ao Estado. Além disso, fornece o Sr. Morganti inteiramente livre de qualquer pagamento, casa ao director e professores do grupo. Estas habitações foram também especialmente construídas e dispõem de todo o conforto moderno (DELEGACIA REGIONAL DO ENSINO DE ARARAQUARA, 1936, p. 43).

Mas, qual seria a função educativa presente naquele sistema educacional? Segundo Souza (s/d) a concepção de ensino nos grupos escolares tinha como princípio essencial a formação do caráter e a aprendizagem da disciplina social, ou seja, a “obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades – virtudes morais e valores cívico-patrióticos necessários à formação do



espírito de nacionalidade” (SOUZA, s/d, p.3). E é com o princípio de amor ao trabalho e respeito à autoridade que a usina sustentava um complexo sistema educacional, que levou a pensar em um:

Sistema integrado à formação de um aparelho ideológico com a utilização de práticas pedagógicas, que tinha por objetivo socializar as crianças, futuros trabalhadores, inculcando-lhes valores éticos de apego ao trabalho, à modernização e arranjos implantados pela direção da empresa (CAIRES, 1993, p.69).

Em leituras feitas sobre os valores de apego ao trabalho da educação na usina, encontra-se a valorização do trabalho e a chamada cooperação, com finalidade de sair homens conscientes, livres, operários, lavradores e obreiros que não decepcionam a organização que conta com trabalhadores dedicados para seu sucesso (CAÍRES, 1993).

Desde muito cedo, as crianças eram inseridas no trabalho, ajudando em plantações de subsistência⁶, elas eram treinadas para se tornar trabalhadores da lavoura. No Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti da seção Bela Vista, o currículo escolar incluía aulas práticas de corte e plantio de cana, desenvolvidas durante o ano letivo. Esta seção concentrava o maior número de trabalhadores agrícolas, em particular colonos. Conforme o depoimento de um colono apresentado por Caíres (2008):

O Grupo Escolar era rural! (grupo escolar seção Bela Vista). Então tinha uma área de cana no grupo escolar que os alunos, todos os alunos do grupo tinha que trabalhar meia hora de serviço, como rural. Tinha horta, tinha pomar [...] Chegou uma época engordava até porco no grupo escolar. E tinha uma ordem ali dentro: “Todos os alunos trabalhar meia hora por dia!” Porque era rural! O nome do grupo era: “Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti”, é o que está lá até hoje e [...] Pra nós era até interessante isso daí! Os professores também tinha que ser prático, ser professor rural, o grupo tinha uma área grande, e fora da área do grupo tinha uma área de cana que pertence ao grupo escolar. Essa cana segundo se ouvia falar, essa cana era posto na usina e o dinheiro era revertido em material para os alunos, essas coisas. Se é que era né? (CAIRES, 2008, p.170).

Como mostra o depoimento, o currículo escolar visava uma educação que ensinasse como trabalhar na terra, na qual a educação tinha que ser para rural, o espaço era rural e até os professores deveriam entender o rural. Isso demonstra o que o período estava vivendo no plano da educação que vai ser o “Ruralismo Pedagógico”. A década

⁶Realizadas em lotes cedidos aos colonos as plantações de subsistência baseavam-se fundamentalmente em milho, feijão, arroz e pasto em menor escala, que atendia as necessidades básicas das famílias.



de 1930 foi importante para o plano educacional no país que partiu de uma tomada de posição de rearticulação do ideário educacional com base no nacionalismo. Para a efetivação de uma nova “ideologia educacional, que proclamava a importância da escola como via de reconstrução da sociedade brasileira, advogando para tal a necessidade de reorganização do ensino” (BRITO, s/d, p.12). O que estava presente no currículo escolar no Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti, com aulas práticas de corte e plantio de cana, e a valorização do trabalho e os chamamentos a cooperação estavam vinculados a uma organização do ensino em nível nacional do país, com base no nacionalismo, na ordem e no progresso do país.

Outro diferencial para o período foi o discurso do “Ruralismo Pedagógico” que tinha por objetivo promover a fixação do homem no campo:

A escola do campo teria então a função de proporcionar o desenvolvimento das populações tirando-as da situação de miséria econômica e intelectual e, mantendo-os no campo [...] Educar para o progresso seria manter o homem no campo na roça, com uma educação mínima e pautada nos ideais urbanos (JESUS; FOERSTE, s/d, p. 2).

A idéia de fixação do homem no campo devia-se ao fato que a sociedade brasileira da época estava vivenciando um movimento migratório interno no país, nos anos de 1910-1920, quando grandes números de pessoas deixaram o campo em busca das áreas urbanas. Segundo Leite (1999) o ruralismo “contou também com o apoio de alguns segmentos das elites urbanas, que viam na fixação do homem no campo uma maneira de evitar a explosão de problemas sociais nos centros citadinos” (LEITE, 1999, p. 29).

Ao mesmo tempo, a idéia de fixação do homem no campo era defendida como forma, para disfarçar a preocupação com o esvaziamento populacional das áreas rurais, diminuição social e político do patriarcalismo e demonstrar oposição ao movimento progressista urbano (LEITE, 1999). Diante do esvaziamento do campo e início de urbanização, Morganti percebe na escola uma das formas de manter os trabalhadores na usina. Caíres (1993), em seus textos traz informações sobre chamamentos educacionais que estimulavam os trabalhadores a desenvolver uma visão positiva e perceber a usina como parte de suas vidas. Esta visão funcionava tanto para atrair trabalhadores como para mantê-los ali, vivendo e trabalhando para garantir a produção e o avanço da usina.



Outro marco importante para justificar o Ruralismo Pedagógico aconteceu em 1942⁷, quando, houve uma atribuição a uma educação que “ruralizasse o rural”, por meio da construção de uma escola que considerasse às exigências do homem rural e o prendesse à terra, cultivando ainda o amor à pátria e a serviço da produção:

Uma escola que desperte e forme uma consciência cívica e trabalhista [...] alicerce da nossa produção e da nossa riqueza [...] que faça desaparecer o ferrete da humilhação e desprestígio impresso no trabalho rural desde os tempos da escravatura [...] que extinga os resquícios doentios de uma aristocracia falida e inoperante, herdada dos colonizadores; que represente uma reação [...] contra o doutorismo, o diplomismo [...]; que engrandeça as atividades no campo e da lavoura; que faça do trabalho organizado e produtivo o código social do Estado (CALAZANS, Apud, JESUS; FOERSTE, s/d, p. 3).

A educação no Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti, foi organizada nos moldes do “Ruralismo Pedagógico”, sem deixar de lado a base no nacionalismo, que valorizava a ordem, a disciplina, o amor ao trabalho, virtudes morais e valores cívico-patrióticos. Os chamamentos educacionais que estimulavam os trabalhadores a desenvolver uma visão positiva em relação à vida na usina.

Esta idéia compactua com Mészáros (2005) que define educação como mercadoria de alienação, na qual, através de condições de legitimação do sistema, se explora o trabalho como mercadoria, para induzir as pessoas à aceitação passiva, utilizando também o processo de “internalização” dos valores capitalistas, neste caso, os valores dessa empresa usineira. Mészáros (2005) faz uma análise da educação e seus processos de dominação, que a educação deve ser de libertação humana e não de dominação. Uma educação emancipatória em que os indivíduos possam entender e interpretar os fenômenos econômicos, sociais e políticos que acontecem dentro da sociedade. De acordo com o autor a educação, pode dar conta de fazer a diferenciação entre explicar e entender um fenômeno social.

O sistema ideológico que permeava a educação dentro da usina era para garantir a permanência da mão-de-obra conforme o posto que cada um devesse ocupar no processo de produção. Outro diferencial é que os objetivos deste Grupo Escolar foram além dos conhecimentos curriculares, pois também transmitiam ensinamentos destinados ao meio rural.

⁷Ano que também foi construído o Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti, na seção Bela Vista.



A escola estava atrelada a um processo, como agência educativa, ligado às necessidades do progresso da usina para socializar os trabalhadores e hábitos civilizados, que correspondessem à vida e ao trabalho (SAVIANI, s/d). Assim, podemos dizer que a função da escola naquele período era a de formar trabalhadores obedientes e que valorizassem o trabalho na usina, ou seja, ela era um instrumento para que a família Morganti pudesse exercer sua dominação sobre os trabalhadores.

Os primeiros sinais da crise começam a aparecer em 1957 com os atrasos nos pagamentos salariais dos trabalhadores e se agravaram a partir de 1965 e 1966. A década de 1960 foi marcada por mudanças na legislação trabalhista com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural – E. T. R. – em 1963, regulando as relações de trabalho no campo, que até então estavam à margem da legislação trabalhista como também a política do Instituto de Açúcar e do Alcool – I. A. A. – que limitava a cota de fabricação e regulação dos preços do açúcar, em favor das usinas do nordeste e causando prejuízo aos usineiros paulistas. Muitos usineiros, ansiosos por recuperar a rentabilidade de suas empresas, optaram por aumentar a capacidade de suas lavouras de cana, e capacidade de suas máquinas. Isso teria provocado um endividamento que levou cerca de duas dezenas de usina do estado a enfrentarem sérias dificuldades financeiras (CAÍRES, 1993).

Neste processo, os colonos foram os primeiros a serem atingidos pela racionalização do trabalho. Conseqüentemente ficou difícil continuar a arcar com a manutenção desses colonos e operários presentes tanto na sede quanto nas seções, nos antigos moldes assistenciais, que incluíam casa, salários, escola, saúde, lazer, etc. Com a modernização da usina e a ocupação de todas as terras disponíveis com plantações de cana, eliminando assim toda a área que servia para pastos e culturas de subsistência dos colonos, acelerou-se o processo de expulsão dos colonos.

Desta forma, em abril de 1969 a usina foi vendida ao Grupo Silva Gordo, o que permitiu uma relativa tranquilidade para o grupo durante cinco a seis anos. Como também significou a ruptura com as antigas formas de trabalhos, ou seja, ampliação da mecanização total das lavouras de cana, o que modificou as relações de trabalho. Novos trabalhadores são contratados para os mais diversos cargos. Este novo grupo era para os trabalhadores em geral, uma figura distante ou, até mesmo, inexistente. Todas as funções executivas e de direção da empresa passaram a demandar, exclusivamente, trabalhadores assalariados.



O Grupo Silva Gordo começou um processo de expulsão dos poucos trabalhadores estáveis que ficaram desde a época da antiga administração. Segundo Ferrante (1984) o novo grupo preparara armadilhas para banir esses trabalhadores:

Com prática já rotineira de não pagamento dos salários, vencer os trabalhadores pelo cansaço e afastar definitivamente da Usina os moradores que, na verdade, representam uma incômoda pedra no seu caminho, 700 famílias, aproximadamente 2.500 pessoas vivem nesta usina (FERRANTE, 1984, p.31).

A crise vivida pela usina atingiu também o Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti, localizado na seção Bela Vista, com a diminuição do número de alunos matriculados que, segundo Teixeira (2010), foi reduzido em cerca de 39%, pois mostrava que o novo grupo Silva Gordo, pautava sua administração no novo modelo de desenvolvimento, mais pautado na mecanização da cana-de-açúcar em razão da perda da mão-de-obra dos trabalhadores agrícolas. As mudanças nesse modelo administrativo foi sentido em todos os setores de trabalho na usina e a escola sofreu esse processo chegando, em 1980, com apenas 37 alunos matriculados, uma redução de 52% dos alunos que atendia. Teixeira declara que:

A quantidade decrescente de alunos está intimamente ligada, às ações postas em práticas pelo novo modelo organizacional e operacional adotado na Usina Tamoio durante os anos 70. O enxugamento do corpo de empregados, provocou o acelerado esvaziamento do corpo discente do grupo escolar. Ainda conforme dados registrados no Quadro de Matrículas, essa instituição de ensino iniciou o ano de 1980 com 37 alunos, em 1985 possuía 17 alunos, em 1986 haviam 14 alunos e nos dois anos seguintes o número de 11 alunos matriculados (TEIXEIRA, 2010, p.35).

A usina não resistiu à crise vivida e suas terras foram divididas. Alguns pedaços foram vendidos, outros hipotecados para saldar parte das dívidas contraídas no momento de crise. “O império do açúcar estava acabado. A imensa propriedade que a família Morganti construiu e que o grupo Silva Gordo havia adquirido não existia mais” (ROSIM, 1997, p. 46).

Assentamento de reforma agrária e a escola do campo

A luta pela terra na região de Araraquara, através do movimento que vinha acontecendo em Guariba/SP em 1984, mostrou que a organização da categoria de bóias-



frias estava em plena mobilização por direitos trabalhistas. Esse movimento refletiu nas terras da usina alguns anos depois, mais precisamente na seção Bela Vista que havia sido arrendada pela Caixa Econômica do Estado de São Paulo (CEESP).

Pode-se afirmar que a Greve de Guariba foi o grande movimento impulsionador da luta pela terra e pela Reforma Agrária na região central do Estado de São Paulo. A reivindicação por terras na região de Araraquara, articuladas pelo sindicato e pelos trabalhadores participantes da grande Greve de Guariba, foi uma luta que resultou nos primeiros assentamentos da região, o Monte Alegre em 1984 e o Bela Vista do Chibarro, em 1989.

Ferrante (1984) afirma que aquele foi o momento dos trabalhadores rurais assalariados conseguirem escapar das armadilhas que lhes eram impostas pelo próprio sistema de produção adotado pelos usineiros de São Paulo, “os cortadores de cana da região de Ribeirão Preto têm demonstrado, na prática, a possibilidade de desfazer os “nós” e os passa-moleques dos patrões por uma ação coletiva de resistência” (FERRANTE, 1984, p. 39).

O objetivo de fazermos esta contextualização da luta pela terra na região, especificamente nas terras da Usina Tamoio, é apontarmos os vários movimentos que transformam essas terras em um assentamento. A formação do assentamento Bela Vista do Chibarro é caracterizada por seis grupos pioneiros: o Grupo dos Antigos Moradores da fazenda, o Grupo que veio de acampamentos de Sertãozinho/SP, o Grupo organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara, o Grupo que veio de acampamentos de Sete Barras, no Vale do Ribeira/SP, o Grupo que veio de acampamentos de Promissão/SP e o Grupo dos 36.

Esses grupos vão ocupar a Bela Vista em 1988 e depois de um ano de ocupação aquelas terras foram declaradas de interesse social para fins de reforma agrária, pelo Decreto nº 97.660, em 13 de abril de 1989, classificada como latifúndio por exploração. Segundo Rosin (1997) a luta pela terra e sua realização para reforma agrária teve um significado todo especial, pois se tratava de realizar um assentamento encravado no meio de grandes latifúndios rurais.

Os assentados do Bela Vista contaram com uma infra-estrutura pronta, na qual já existam casas, posto de saúde, campo de futebol e principalmente o prédio do grupo escolar. O Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti tomou novos rumos após a falência da Usina Tamoio. A escola ficou fechada no período de legalização das terras



do assentamento para fins de Reforma Agrária de 1988 a 1990. Depois da homologação do assentamento em 1989, em 1990 a comunidade começou um processo de reivindicação para reabertura da escola, apresentando à Delegacia de Ensino de Araraquara uma demanda real de crianças em idade escolar (TEIXEIRA, 2010). As aulas iniciaram no mesmo ano, sendo multisseriadas, ou seja, duas salas com alunos de 1ª e 2ª e outra de 3ª a 4ª. Funcionou assim por um ano. Em 1994, passa a ser chamada Escola Estadual de Primeiro Grau Rural Profº Hermínio Pagotto e, em 1996, ficou sobre a responsabilidade da Escola Estadual Antonio Cunha Soares.

Mas, a tentativa de multisseriar as quatro séries iniciais entraram em cena novamente, em 1997 quando houve uma tentativa de agrupamento em que o governo do Estado de São Paulo, pressionou para que fossem implantadas as séries multisseriadas, utilizando como argumentos o pequeno número de alunos por classe (BASTOS, 2006).

Essa tendência de redução de classes por causa dos números reduzidos de alunos é histórica no país, que desvaloriza a educação no meio rural (BASTOS, 2006). As escolas multisseriadas foram consideradas como de segunda categoria. O que se esperava das escolas multisseriadas era que desaparecessem naturalmente.

Mas o fato é que a comunidade do assentamento Bela Vista conseguiu reverter à tentativa de agrupar as séries na escola. Mantendo as salas de aulas separadas para as quatro séries. Como a escola só possuía o ensino de 1ª a 4ª série e, para continuar os estudos as crianças e adolescentes teriam que concluir o ensino fundamental e médio em escolas da cidade de Araraquara. Neste contexto, iniciaram-se as reivindicações junto ao poder local para a ampliação do ensino fundamental, de 5ª a 8ª série. Desencadeando o debate sobre a municipalização da escola, mas para que isso fosse efetivo, a Secretaria Municipal de Educação determinou que a escola construísse um projeto que justificasse esse pedido (OLIVEIRA; BASTOS, 2004).

Assim, o debate sobre a construção de um projeto político pedagógico (PPP) para as escolas rurais de Araraquara, foi realizado no Grupo de Trabalho de Escola Rural no Fórum Municipal de Educação que antecedeu a I Conferência Municipal de Educação “Educação para a Cidadania”, realizada pelo município em 2001 (OLIVEIRA; BASTOS, 2004). O que possibilitou desenvolver a discussão sobre escola do campo no município:

Esse processo garantiu, como assegura o documento final da Conferência, a implantação, em caráter de urgência, de políticas



públicas voltadas para as escolas rurais. Entre essas políticas estavam a municipalização da escola do assentamento Bela Vista (Prof Hermínio Pagôotto), a implantação de uma proposta pedagógica para três escolas rurais da cidade e o desenvolvimento de um programa de formação continuada aos educadores (as) do campo (OLIVEIRA; BASTOS, 2004, p. 153).

Outro fator importante, para a construção do projeto foi examinar na legislação as frestas para a construção de um projeto diferenciado para as escolas do campo no município. Podendo destacar algumas leis: a primeira é a Lei Federal 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e prevê no art. 28 da oferta de educação básica para a população rural, com conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades dos alunos.

A segunda lei para embasar o projeto das escolas do campo foi a Lei Federal 10.172/01 do Plano Nacional de Educação (PNE) que prevê um tratamento diferenciado para as escolas rurais.

E a terceira esta vinculada a proposta de Plano Nacional de Educação elaborado pela Sociedade Civil, que fez a seguinte referência no II Congresso Nacional de Educação (CONED) “prever formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos/as professores/as, considerando a especificidade do alunado e as exigências do meio” (PNE, 1997, p. 57).

Um importante apontamento nesse processo de construção do projeto das escolas do campo para o município foi o aumento do debate sobre a educação do campo e a pressão dos movimentos sociais em esfera nacional, quando em 2002 foi promulgado as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução do CNE/CEB nº 1, 2002), completando as referências feitas às escolas rurais na LDB, o que é importante para “a identificação de um modo próprio de vida social e de utilização do espaço, delimitando o que é rural e urbano sem perder de vista o nacional” (CNE/CEB Nº 1, 2002, p. 32).

Para acompanhar todo esse processo de conquista, de um novo projeto político pedagógico, estavam presentes: representantes da Secretaria Municipal de Educação, de Universidades, de Movimento Sindical, assentados do Bela Vista e do Monte Alegre, entre outros atores, que contribuíram na elaboração de um projeto que justificasse uma educação do campo de acordo com a realidade ao qual a escolas rurais de Araraquara estavam inseridas. Uma contribuição fundamental foi a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pelo avanço que estavam conquistando na luta



pela educação do campo em âmbito nacional⁸. Após várias reuniões foram definidas dez diretrizes gerais distintas do projeto político pedagógico, que garantisse os objetivos gerais e específicos, a justificativa, a metodologia, que concretizou o projeto da “Escola do Campo”, no município:

1) Qualidade social da educação; 2) inserção num contexto global; 3) educação voltada para a valorização do trabalho no campo (teoria e prática); 4) democratização do acesso ao conhecimento; 5) gestão democrática com a participação da comunidade na tomada de decisões; 6) criação de espaços, tempos e práticas alternativas de educação; 7) construção de um novo homem e uma nova mulher a partir do resgate da identidade; 8) resistência e luta do homem no campo; 9) integração e interação com o meio ambiente e conscientização ecológica; 10) concepção de que a história é construída pelas lutas sociais (OLIVEIRA; BASTOS, 2004, p. 157).

O projeto político pedagógico foi implementado na escola no início do ano letivo em 2002, com a municipalização da mesma e a extensão do ensino fundamental, instituindo uma Educação do Campo. A preocupação do projeto político pedagógico partiu da necessidade de se construir com os alunos uma consciência crítica, explorando a criatividade, a partir de conhecimentos vivenciados na escola e na comunidade e de conhecimentos acumuladas historicamente pela ação humana, podendo assim ampliar a percepção dos alunos para uma consciência mais crítica da sociedade (OLIVEIRA; BASTOS, 2004).

Assim, se no início a função da escola era a formação dos trabalhadores da usina, para adaptar os mesmos para o trabalho rural dentro da usina Teixeira (2010), atualmente é previsto no projeto político pedagógico da escola que a função social da mesma é de “ampliar os conhecimentos dos alunos partindo da realidade que ele vive e expandindo esse conhecimento para que ele possa ter acesso aos conhecimentos atualizados, significativos, valorizados pela sociedade ao mundo contemporâneo” (PPP, 2011/2013, p.19).

Saviani (1991) afirma que a questão da eficiência no trabalho escolar é algo que deve ser enfrentado por todos aqueles que estão incomodados com a educação, sendo que a função da escola é a de “dotar a população daqueles instrumentos básicos de participação na sociedade” (SAVIANI, 1991, p. 172). Assim o processo educativo

⁸Para maiores informações sobre essa construção ver os Cadernos de Formação (nº 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7) da Coleção Por uma Educação do Campo publicado por representantes da Articulação Nacional Por uma Educação do Campo (CNBB, MST, INCRA, MDA, UNESCO e UNICEF).



“assegura-se uma compreensão elaborada da realidade mediante a incorporação dos instrumentos teóricos e práticas elevadas à condição de elementos ativos de transformação social (SAVIANI, 2011, p. 7).

A função primordial da escola, segundo Leite (1999) é ensinar, permitindo que o aluno tenha percepções diferenciadas de mundo, de vida, de trabalho e de produção, tendo novas interpretações de realidade. Ensinar é transmitir valores e traços da história e da cultura de uma sociedade, mas sem, perder aquilo que lhe é próprio, que lhe é referência.

Enfim, a nova proposta do projeto político pedagógico da “Escola do Campo”, proporcionou que a escola tomasse um novo rumo para os filhos dos trabalhadores, a sua função social, passou a contemplar uma formação que valorizasse e pudesse contribuir na formação de uma consciência mais crítica e possibilitasse uma autonomia reflexiva sobre as experiências vivenciadas na comunidade e na sociedade.

Considerações finais

Pensar em Educação do Campo é dar um novo significado para o local em que os assentados vivem como espaço de ensino, que proporcione utilizar o meio ao qual a escola está inserida, como espaço pedagógico para utilização de metodologias que envolvam a escola e seu entorno. A Educação do Campo traz uma nova valorização do conceito campo, que é o campo defendido por muitos autores expostos neste trabalho, como lugar do sujeito do campo, como espaço de produção, vida, trabalho, cultura, com qualidade de vida e da família, consumo alimentar. Um campo que se contrapõe ao agronegócio como lugar homogêneo, através da composição uniforme da monocultura se caracterizando pela pouca presença de pessoas. A Educação do Campo valoriza o desenvolvimento de todas as dimensões da vida.

Com isso, é dado um novo valor para função social da escola no assentamento Bela Vista. Se antes, os conhecimentos transmitidos tinham como objetivo construir uma consciência nacionalista e que valorizasse o trabalho dentro da usina, para crescimento da mesma, agora com a Escola do Campo seu objetivo ou sua função é transmitir conhecimentos para o crescimento do sujeito do campo, para torná-lo consciente do seu papel na sociedade e para a transformação social.

A Escola do Campo coloca em pauta a sua função social para conciliar no ensino-aprendizagem que valorize o conhecimento da comunidade com

os



conhecimentos sistematizados pela humanidade. Apesar de a proposta ser relevante, ela encontra amarras que vão além do querer dos seus dirigentes e alunos. A escola esta vinculada às orientações do município, por isso, recebe uma orientação já montada sobre o ensino-aprendizagem que teve nortear a escola. Como saída, a Escola do Campo, procura trabalhar com a valorização de metodologias que aproveitam o espaço da escola e seu entorno, para facilitar o ensino-aprendizagem do aluno e valorizar a vida no campo e facilitar a aprendizagem dos alunos.

Apesar das dificuldades da Escola do Campo, colocar em práticas um ensino-aprendizagem que valorize os conhecimentos tanto da comunidade quanto conhecimentos sistematizados pela humanidade, a escola trouxe um avanço nas discussões de novos caminhos que valorizem um conhecimento que possa proporcionar uma reflexão mais crítica sobre a sociedade e sua conjuntura política, econômica e social. A valorização centra se na resistência vivenciada por seus alunos.

Referências Bibliográficas

ARARAQUARA. **Projeto Político Pedagógico (PPP) “EMEF do Campo Prof. Hermínio Pagotto”**, 2011/2013.

BASTOS, Valéria Ap. de; OLIVEIRA, Tatiana de. *A proposta de educação do campo das escolas rurais de Araraquara-SP: destaque na construção da qualidade de vida*. IN: FERRANTE, Vera L. S. Botta. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP: UNIARA, Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), nº 09, p. 147-166, 2004.

BASTOS, Valéria Ap. de. *A construção da gestão democrática em uma escola do campo*. IN: FERRANTE, Vera L. S. Botta; WHITAKER, Dulce C. A. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP: UNIARA, Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), INCRA, nº 09, p. 97-111, 2006.

BAÚ, Cristina H. R. **Pequenos produtores de cana-de-açúcar na região de Araraquara (SP): uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL/ UNESP. Araraquara, 2001.

BRASIL. Lei Federal 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, 1996.

BRASIL. MEC. **Resolução CNE/CEB 01/2002. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília: Plano, 2002.



BRASIL. **Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira. II**
Congresso Nacional da Educação (CONED). Belo Horizonte/MG, 1997. Disponível
em:

<<http://www.fedepsp.org.br/documentos/PNE%20%20proposta%20da%20sociedade%20brasileira.pdf>> Acesso: 6/10/2011.

BRITO, Sílvia Helena Andrade. **A Educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945).** Disponível em:

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_101.html>

Acesso em: 19/10/2011.

CAIRES, Angela C. R. **Nem tudo era doce no império do açúcar. Vida, trabalho e lutas na usina Tamoio – 1917/1969.** Dissertação de Mestrado. Araraquara: UNESP/FCL. 1993.

_____. *O colonato na Usina Tamoio.* IN: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Ap. de Moraes. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, formas tuteladas de condição camponesa.** Vol. 1, ed. UNESP, NEAD, MDA, p.163-183, 2008. Disponível em:

<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/67/Processos_de_constitui%C3%A7%C3%A3o_e_reprodu%C3%A7%C3%A3o_do_campesinato_no_Brasil.pdf> Acesso em: 18/05/2011.

FERRANTE, Vera L. S. Botta. **Tamoio: Olha! Tem nó na cana.** Perspectivas, São Paulo. 31-40, 1984.

_____. **Retratos de Assentamentos.** Araraquara/SP: UNIARA, Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), nº 09, 2004.

FLORES, Ana Flávia; SILVA, Silvani; FERRANTE, Vera L. S. Botta. *Ausência de políticas públicas e formas de resistência da juventude assentada.* IN: **Retratos de Assentamentos.** Araraquara/SP: UNIARA, Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), nº 14, p. 151-174, 2011.

JESUS, Janinha Gerke de; FOERSTE, Erineu. **Educação do Campo no Brasil: uma aproximação.** Disponível em:

<http://www.ce.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/ii_06.html> Acesso em: 29/10/2011.

LEITE, Sérgio C. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais.** São Paulo/SP: Cortez Editora, 1999.

MASCARO, Luciana. P. **Arquitetura e Modo de Vida no assentamento Rural Bela Vista do Chibarro.** Dissertação de Mestrado. São Carlos: USP, 2003.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

ROSIN, Luís H. **Nas terras da Usina, O Fazer-se de um assentamento.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL/ UNESP. Araraquara, 1997.



SÃO PAULO, **Delegacia Regional de Ensino de Araraquara, 1936**. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.

_____. **A Escola pública brasileira no longo do século XX (1890-2001)**. III Congresso Brasileiro de História da Educação. Sessão de Comunicação Coordenada: “O século XX brasileira: da universalização das primeiras letras ao Plano Nacional de Educação (1890-2001)”. Curitiba, 2004.

_____. **A Pedagogia Crítica e a Defesa do Ensino Público**. Revista Caros Amigos, ano XV, nº 53, p. 07, junho 2011.

_____. **O Trabalho como Princípio Educativo Frente as Novas Tecnologias**. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/go/files/demerval%20saviani.pdf>> Acesso em: 19/10/2011.

SILVA, Denise Guilherme da. **Ilhas de Saber – Representações e Práticas das Escolas Isoladas do Estado de São Paulo (1933-1943)**. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/160.pdf>> Acesso em: 19/10/2011.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Lições da escola primária: um estudo sobre a cultura escolar paulista ao longo do século XX**. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/485.pdf>> Acesso em: 18/04/2011.

TEIXEIRA, R. A. **Grupo escolar Comendador Pedro Morganti: estudo histórico sobre a cultura escolar de uma escola primária do meio rural-1942/1988**. Dissertação de mestrado. FCL/UNESP-Araraquara, 2010.



GT 1 - Tecendo o futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos

Entre duas Orientações: A Formação Política no Curso de Extensão\Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo

Tarcio Leal Pereira ¹

¹ Graduando em Ciências Sociais/Bolsista de Iniciação Científica FAPERJ / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tarciolealpereira@hotmail.com

Resumo

Este trabalho é resultado do projeto de pesquisa "Movimentos Sociais Rurais, Políticas Públicas, e Formação política da Juventude" que tem como objetivo analisar cursos de formação política em movimentos sociais rurais, tendo como foco a contribuição destes cursos para a formação e atuação dos militantes desses movimentos. Busca-se olhar com maior atenção o modo como se constroem estes processos de formação a partir dos conteúdos teóricos trabalhados e a forma como são transmitidos em espaços de aula, levando em conta as orientações políticas e ideológicas, bem como as maneiras com que elas são desenvolvidas no processo educativo\formativo. Este trabalho se constrói com base na análise de caso do Curso de Extensão\Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, realizado a partir de uma parceria entre o Movimento dos Atingidos por Barragens e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, e busca discutir como se apresentam neste curso diferentes matrizes e concepções acerca do fazer formação em movimentos sociais.

Palavras-chave: Formação Política, Movimentos Sociais, Movimento dos Atingidos por Barragens.



Introdução

Os apontamentos trazidos neste trabalho se dão com base na observação participante feita nas etapas presenciais do Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, que é oferecido na Universidade Federal do Rio de Janeiro, seguindo o modelo da alternância entre o tempo escola e o tempo comunidade¹. Este curso é resultado de uma parceria feita entre o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que se estabeleceu a partir de um longo período de atividades e pesquisas desenvolvidas pelo instituto com o movimento. A Turma Internacionalista Simon Bolívar, que está sendo acompanhada por mim desde seu início em julho de 2010, é a segunda deste curso e é constituída por um grupo de sujeitos oriundos de diferentes movimentos populares do Brasil e da América Latina.

A questão da formação e da educação são atualmente muito discutidas no MAB, que possui um coletivo específico dentro de seu quadro organizativo que trata da articulação e organização de ações formativas\educativas para os militantes de todo o país. Em busca da criação de um padrão particular para manter e reconstruir sua cultura e seus saberes acumulados, as populações camponesas de todo o mundo se articularam em torno de ideais comuns, buscando também estabelecer uma nova perspectiva de vida e desenvolvimento que seja diversa do modelo defendido pelos setores hegemônicos das grandes cidades e empresas. Nesta busca por vivenciar modos de vida e produção próprios o campesinato brasileiro se esforça no sentido de garantir a manutenção e a propagação dos seus modelos familiares bem como de sua autonomia produtiva. A necessidade de agregar novas tecnologias ao modo produtivo da família do campo é fundamental para assegurar sua manutenção e subsistência em um mundo voltado para a

¹ Este trabalho pôde ser desenvolvido graças à pesquisa coordenada pelos Professores Elisa Guaraná de Castro e Marco Antonio Perruso na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ): Juventude e Práticas Políticas na América Latina – análise da construção e reordenação da categoria “juventude” como representação social e política nos movimentos sociais em países da América Latina, onde participo enquanto bolsista de iniciação científica orientado pelo segundo e financiado pela FAPERJ na pesquisa Movimentos Sociais Rurais, Políticas Públicas e Formação Política da Juventude, que constitui uma das frentes investigativas da primeira.



produção de alimentos. Isto, porém deve ser feito respeitando a diversidade de sua constituição e distribuição territorial, visto que o campesinato se apresenta de modo bastante diverso em suas realidades sociais, culturais e produtivas. Neste processo de lutas desenvolvido pelos movimentos sociais do campo em busca de sua autonomia, enquanto atores ativos no processo de construção social, algumas conquistas de grande relevância foram alcançadas. A tomada de consciência da necessidade de expandir os campos de abrangência de sua luta pode ser apontada como um dos principais propulsores que levaram movimentos como o MST, agindo pioneiramente e o MAB a alcançar reconhecimento internacional. Compreender a multiplicidade das realidades camponesas e articular um esforço de unificá-las a partir de um conjunto de ideologias e projetos comuns foi um passo fundamental para que estes movimentos conseguissem estabelecer uma organização que pudesse fazer frente aos interesses dos grandes proprietários de terras e das camadas dominantes da sociedade. A compreensão da realidade social, econômica e política do mundo contemporâneo são apontadas como um diferencial para a constituição de um movimento que possua força política para lutar por suas necessidades e demandas. Neste sentido para que possa se auto representar social e politicamente se faz necessário um grande investimento em políticas de formação\educação dentro dos movimentos do campo. A partir disto são elaboradas no interior destes movimentos estratégias para que todos os seus militantes possam ter acesso a uma bagagem conceitual que transcenda aos conhecimentos adquiridos no cotidiano de suas lutas.

O camponês enquanto ator social e integrado em um determinado movimento, no caso o MAB em sua luta maior por soberania energética, possui uma identidade que lhe é peculiar. Neste contexto os processos educativos\formativos desempenham um papel decisivo na estruturação deste processo de construção e reelaboração de identidades e também de posicionamentos políticos e ideológicos, que estão diretamente relacionados com o papel desempenhado por eles na sociedade brasileira contemporânea. De acordo com uma pauta comum estabelecida pelo movimento são formados os sujeitos e as lideranças políticas que estão ainda mais aptos a reivindicar por um projeto de sociedade que possa ser mais favorável aos seus projetos e concepções de sociedade, onde a família camponesa possa viver com melhores condições de saúde e bem estar, respeitando as particularidades de cada comunidade e grupo social.



O processo de educação em movimentos sociais se estabelece de modo distinto do modelo escolar aplicado nas instituições de ensino regular. A concepção do conhecimento e da relação ensino-aprendizado está intimamente ligada aos aspectos sociais, culturais e políticos do sujeito, em uma direção que aponte para a auto-determinação dos educandos e para a formação de indivíduos melhor preparados para fazer articulações entre si. Os processos educativos abrangem toda a dimensão da vida do militante, seja o trabalho, o estudo e a ação política. A integração destas bases são pontos fundamentais a partir dos quais podemos diferenciar o modelo de educação formal e o projeto desenvolvido a partir das iniciativas de educação/formação desenvolvidas por movimentos sociais, mais especificamente aqueles que têm suas bases constituídas por camponeses. Esta noção de um processo educativo diferenciado e abrangente pode ser comparada a noção da Paidéia grega que “busca explicitar os nexos entre a ação de educar e a preparação cívica para viverem os homens de acordo com as regras racionais e políticas da pólis. Educação, Sociedade e Política estão, pois, intimamente vinculadas entre si” (Pereira, 1999, p. 3).

Da mesma forma em que se apresentam de formas distintas as realidades e demandas dos setores populares ao longo da história as noções acerca do fazer educação/formação popular também se alteram de acordo com as variações políticas e ideológicas da esquerda. Durante o período da redemocratização brasileira, diferentes visões de mundo e perspectivas acerca do papel do homem, bem como os variados modelos e métodos relacionados ao processo de ensino e aprendizagem se apresentavam com suas diversas escolas e propostas. Neste sentido é apontada relevância de se discutir a formação/educação dentro dos movimentos populares que se desenvolviam com grande veemência durante aquele período, de modo a construir e consolidar uma base fixada dentro da noção de um projeto classista de transformação da realidade social.

A noção de formação política e dos processos educativos desenvolvidos em movimentos sociais pode ser apresentada enquanto uma prática sistemática desenvolvida por um conjunto de atores engajados em torno de um projeto comum, onde de maneira intencional desenvolvem-se ações formativas/educativas que visam a ampliação das visões de mundo por parte dos educandos, aperfeiçoando assim seu potencial crítico e reflexivo para a atuação em uma determinada frente de luta (Pereira, 1999, p. 4). Este trabalho de formação não se desenvolve ou encerra apenas com o



espaço de aulas, mas se aplica em todo o cotidiano de vida e militância do educando. Neste sentido pode-se conceber que diferentemente do ensino formal este processo pedagógico não conta com apenas um espaço privilegiado de aprendizado, mas sim é desenvolvido também de acordo com a realidade e a vivência dos sujeitos.

De acordo com o modelo apontado acima são desenvolvidas as ações formativas desenvolvidas pelo MAB. Este modelo é aplicado no Curso de Extensão\Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, onde existe a integração do movimento com uma instituição pública de ensino superior, a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Neste curso participam sujeitos ligados a movimentos que integram a Via Campesina internacional e também membros de sindicatos e movimentos sociais urbanos do Brasil. Dentro da organicidade do curso apresentam-se alguns aspectos organizativos e pedagógicos que podemos relacionar a duas importantes matrizes que constituíram durante o período da reabertura democrática expoentes fundamentais para as ações de educação e formação política da esquerda brasileira. São elas a matriz desenvolvida pelo PCB e chamada Educação popular que podem ser classificadas resumidamente da seguinte maneira:

A proposta de formação política do PCB, dominante na esquerda brasileira na década de 50, apresentava um caráter tradicional, no sentido de formação livresca, centrada na figura do professor como transmissor de conhecimento, dirigida, disciplinadora e teórica. A proposta da Educação Popular, criação “de intelectuais que se declaravam a seu serviço (das classes populares), comprometidos com suas causas, solidários com seus destinos e, principalmente, com a construção da autonomia dos longos segmentos da população representados como subordinados, dominados, etc.” (Lovisoló, 1990 *apud* Pereira, 1999, p. 4)

O curso em questão apresenta de maneiras distintas características das duas propostas, podendo ser percebidas em sua organização a valorização da teoria e dos conhecimentos historicamente acumulados, que devem ser dominados pelos educandos enquanto base para a compreensão da realidade social, e ao mesmo tempo existe a valorização da participação dos estudantes na construção dos espaços, considerando sua agência enquanto fundamental para o desenvolvimento do processo educativo\formativo. Existem no curso outros elementos que apontam para o prevailecimento em diferentes momentos de uma das matrizes apontadas. Este pequeno



esforço teórico limita-se, porém apenas a indicar a existência de duas concepções distintas atuando de forma complementar em um espaço de formação.

Referências bibliográficas

PEREIRA, Eduardo Tadeu. (1999) “Educação e Formação Política: um estudo histórico-analítico e institucional da Fundação Nativo da Natividade”. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. (2006) “Campesinato Autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo” in *Lutas & Resistências*, v.1, p.146-162. Londrina.



GT 1 - Tecendo o futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos

**Memórias do município de São João da Ponta a partir de narrativas orais:
identificação e (re)construção da identidade social**

Walter Luiz Jardim Rodrigues¹
Wellington Augusto Andrade Fernandes²
Márcia Aparecida da Silva Pimentel³

¹ Graduando em Geografia/Bolsista PROEXT-MEC/ Universidade Federal do Pará, E-mail: jardim-rodrigues@ig.com.br

² Graduando em Geografia/Bolsista PROEXT-MEC/ Universidade Federal do Pará, E-mail: wellingtonfernandes@yahoo.com.br

³ Doutora em Geografia Física/ Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia/ Universidade Federal do Pará, E-mail: mapimentel@ufpa.br

Resumo

O presente trabalho faz parte do desdobramento do Programa “Educação Ambiental nas Resex Marinhas de São João da Ponta e Mãe Grande de Curuçá-PA” aprovado pelo Edital n° 5 - Programa de Extensão Universitária - PROEXT 2010 – MEC/SESu, coordenado pela Profª. Drª. Márcia Aparecida da Silva Pimentel do Grupo de Estudos Paisagem e Planejamento Ambiental – GEPPAM da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará. Os moradores de São João da Ponta ao se darem conta da importância e da necessidade da preservação de sua história e de sua cultura, viva somente nas memórias de seus moradores mais antigos, e seriamente ameaçada de desaparecer devido a falta de identificação entre a cultura e história local e seus moradores, principalmente os mais jovens, propôs que se pensasse algum projeto, dentro do citado Programa, que assegurasse a preservação e valorização das memórias do município para às gerações futuras.

Palavras-chave: Memórias, Identidade, História Oral, Populações Tradicionais.



Introdução

O município paraense de São João da Ponta foi criado em 1995, a partir do desmembramento do município de São Caetano de Odivelas e conta com aproximadamente 5.265 mil habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010. Seus primeiros moradores de fato foram os senhores João Ferreira Campos e Manoel Inácio Ferreira, que ocuparam uma área correspondente hoje à sede do município às margens do rio Mocajuba.

A origem e a evolução história do município de São João da Ponta, nordeste paraense, remonta ao ano de 1894 quando o senhor Casimiro Antônio Freitas teve a ideia de fundar um povoado à margem esquerda do rio Mocajuba. Na época, a área se encontrava sob a jurisdição do município de São Caetano de Odivelas. Uma determinada área às margens do citado rio foi habitada pelos senhores João Ferreira Campos e Manoel Inácio Ferreira, tal área era conhecida, “desde tempos remotos” como “ponta”. (RODRIGUES, 2011)

Segundo relatos dos moradores Zacarias Monteiro Bandeira e Raimundo Monteiro Coelho (Entrevista oral, 2011), o nome São João da Ponta deriva-se de uma denominação dada pelos moradores do município como “pontas de abas” aos terrenos formados junto aos meandros do rio, nesse caso, o rio Mocajuba que banha a frente da cidade. O nome então surgiu da união entre o nome do santo de devoção local, São João Batista, a essa “ponta de terra” onde se instalaram os primeiros moradores.

Logo após um ano de instalação de seus primeiros moradores, São João da Ponta, passou a condição de povoado através do projeto de Lei nº 324, que foi aprovado no dia 06 de julho de 1895. Em 22/10/1900, o povoado de São João da Ponta, pertencente ao município de São Caetano de Odivelas, passa a condição de vila através do projeto de Lei nº 797. Como vila, São João da Ponta permaneceu durante 95 anos. Nesse sentido, em trabalho recente sobre a origem e evolução histórica de São João da Ponta:

A luta pela emancipação da Vila de São João da Ponta começou no ano de 1986, onde foi criada a primeira comissão com o objetivo de criação do município de São João da Ponta. Em 1994 houve a organização de um segundo movimento para criação do município. Por fim, após muitas reivindicações dos moradores da vila de São João da Ponta de São Caetano de Odivelas, foi realizado no ano de 1995, mais precisamente na data 06/08/1995, um plebiscito que convocou a população a votar SIM ou NÃO pela emancipação da vila. Votaram 1.814 eleitores. O SIM venceu com 46 votos de diferença em relação ao NÃO. Houve 26 votos em branco e 16 votos nulos. (RODRIGUES, 2011)

E assim,

O município de São João da Ponta foi criado por meio da Lei Estadual nº 5.920, de 27 de dezembro de 1995, sancionada pelo governador Almir José de Oliveira Gabriel. Sua criação ocorreu do desmembramento do município de São Caetano de Odivelas. No dia 1º de janeiro de 1997, foi instalado com a pose do prefeito, Sr. Aurélio Calheiros de Melo, juntamente com os vereadores e vice, eleitos em 03 de outubro de 1996. (RODRIGUES, 2011)



A população de São João da Ponta está concentrada em sua maior parte na área rural, e isso se observa nos dados do último censo realizado em que tínhamos um total de 500 endereços urbanos contra 1.652 de endereços rurais do total de 2.522 dos endereços do município, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010.

Sendo que a parte urbana corresponde à Sede do município de mesmo nome. Não é por acaso que a maior parte da renda dos moradores do município vem da Reserva Extrativa Marinha de São João da Ponta, criada por meio do Decreto S/N de 13 de dezembro de 2002, abrangendo uma área de aproximadamente três mil, duzentos e três hectares e vinte e quatro centiares (3203,24 ha) e um perímetro aproximado de cento e trinta e um mil, duzentos e sessenta e oito metros e oitenta e oito centímetros.

Possuindo na sua dominialidade territorial, a predominância do ecossistema de manguezal. Este ecossistema, segundo a Lei 4.771/65 (Código Florestal), representa áreas de preservação permanente (APP), não edificante. As comunidades usuárias moram no entorno, nas áreas de terra firme. Para essas comunidades, a unidade de conservação representa uma grande área de produção. No total são 18 comunidades que fazem parte da RESEX, divididas em 5 pólos. (ICMBIO, 2010 *apud* RODRIGUES; FERNANDES, 2011).

Objetivos:

1. Colher informações junto aos moradores mais antigos e/ou que possuam grande conhecimento a respeito das memórias do município.
2. Identificar e registrar os nomes, idades, endereços e contatos dos mesmos para o posterior processo de entrevistas.
3. Colher informações paralelas, que juntamente aos relatos, digamos mais centrais, possam vim a ampliar a compreensão dos enfoques elevando para um plano de análise multifacetada em que teremos a oportunidade de observar uma mesma realidade através de variados pontos de vistas.
4. Definir o número de colaboradores objetivando atingir o maior número possível de comunidades. Sempre focando nas temáticas referentes à origem e evolução histórica do município, narrativas orais que visem o reconhecimento e



preservação da cultura local, como, por exemplo: mitos, lendas, festividades, danças, folguedos, representação mental do mapa de São João da Ponta a partir das memórias dos moradores mais idosos e etc.

5. Disponibilizar em mídia eletrônica (blog do Grupo de Estudos Paisagem e Planejamento Ambiental – GEPPAM: <http://geppam.blogspot.com>) as descrições dos resultados das entrevistas: informações, foto e nomes dos narradores/colaboradores entrevistados.
6. E finalmente, partir para focalização/construção de um ponto específico: as memórias do município de São João da Ponta a partir das narrativas orais de seus moradores em formato de livro a ser distribuído para as escolas das comunidades além da disponibilização de todas as gravações coletadas em campo para compor o acervo de memórias digital do município.

Material e Método

Para as entrevistas realizadas em campo foram usados gravadores de voz, câmeras digitais, laptops, questionários com perguntas distribuídas em eixos-temáticos, além de autorizações para o uso das informações prestadas pelos entrevistados. Conforme os seguintes pressupostos:

Pode-se, em nível material, considerar que a história oral consiste em gravações premeditadas de narrativas pessoais, feitas diretamente de pessoa a pessoa, em fitas ou vídeo, tudo prescrito por um projeto que detalhe os procedimentos. (...) O projeto prevê: planejamento da condução das gravações; transcrição; conferência da fita com o texto; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, publicação dos resultados, que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (...) Atualmente, a história oral já se constitui em parte integrante do debate sobre a função do conhecimento social (...). (MEIHY, 2005, p. 17-19).

Quanto ao método utilizado, partimos para as seguintes abordagens:

a) Abordagem indireta

Desenvolver uma planilha com nomes, idades e endereços para ser passada durante as palestras e oficinas realizadas nas comunidades visando à identificação dos moradores mais antigos do local para uma possível entrevista.

b) Abordagem direta

Informar-se por meio da Associação dos Usuários da RESEX sobre os moradores mais antigos, identificá-los e entrevistá-los em datas pré-estabelecidas e em concordata com os mesmos.

Depois de todos os colaboradores identificados, daremos início ao processo de entrevistas dos moradores que possam colaborar através da memória e da oralidade, uma vez que documentos sobre as temáticas, possivelmente, se faça praticamente ausente. Desse modo, estaremos objetivando um levantamento de fonte de dados que,



devidamente registrados, preservem e valorizem a memória local, permitindo assim, a apreensão de fatos e informações acerca do funcionamento da estrutura sócio-histórico-cultural da comunidade em questão (RODRIGUES, 2006).

Após o levantamento dos moradores mais antigos e dos moradores com conhecimentos sobre a memória e a cultura do município, partimos para o trabalho de campo objetivando as entrevistas nas comunidades onde os mesmos residiam.

Os trabalhos de campos foram realizados nos seguintes momentos:

1º Momento de Entrevistas

Foram realizadas nos dias 28, 29, 30 e 31 de julho de 2011 e ocorreram nas comunidades Açú, Bom-Fim e Sede do município. No total se entrevistou 8 moradores com idades entre 43 a 86 anos.

2º Momento de Entrevistas

Foram realizadas nos dias 15, 16, 17, 18, 19 e 27 de agosto de 2011 e ocorreram nas comunidades Açú, Campina Grande, Deolândia e Sede do município. No total se entrevistaram 10 moradores com idades entre 58 a 96 anos.

3º Momento de Entrevistas

Foram realizadas nos dias 26 e 27 de agosto de 2011 e ocorreram nas comunidades São Francisco e Sede do município. No total se entrevistou 11 moradores com idades entre 43 a 94 anos.

Resultados e Discussões

As entrevistas coletadas em campo foram catalogadas e gravadas em mídia digital (DVD) o qual será retornado para o município visando à criação de um acervo digital das memórias do município para a consulta dos moradores e demais interessados.

Um livro de memórias ilustrado e estruturado nos seguintes eixos: **Prefácio, Introdução, São João da Ponta na História, São João da Ponta na Memória, São João da Ponta na Atualidade, São João da Ponta e seus mistérios e assombrações.**

Numa abordagem discursiva, segundo HALL (2011, p.106), observamos a identificação “como uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre ‘em processo’. Ela não é, nunca, completamente determinada – no sentido de que se pode, sempre ‘ganhá-la’ ou ‘perdê-la’; no sentido de que ela pode ser, sempre, sustentada ou abandonada”.

A identificação é, pois, um processo de articulação, uma saturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco” – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao “jogo” da *différance*. Ela obedece a lógica do mais-que-um. E uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. Para consolidar o processo,



ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui. (HALL, 2011, p. 106).

Nesse sentido, entendemos que tal “distanciamento” das raízes culturais, neste caso usaremos como exemplo a manifestação cultural Carimbó, representada pelo “Grupo de Carimbó Frutos da Terra”, por parte dos moradores mais jovens, principalmente, mas não exclusivamente, das comunidades de São João da Ponta, poderia se explicar a partir desse entendimento. Ou seja, segundo HALL (2011, p. 108), “As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação”.

O Carimbó de outrora “perdido” entra no “jogo” da *différencere* querendo o que foi deixado de fora, ou seja, o exterior que o constitui. (HALL, 2011, p.106). “Assim, o grupo de Carimbó Frutos da Terra”, nessa busca de reassumir a identidade a partir dessa manifestação cultural, muito cara no passado e que hoje se vê em processo de desaparecimento seja por falta de identificação de muitos moradores do município; e/ou, seja por falta de incentivos de políticas públicas, estaria sustentado nessa “falta” de junção entre o sujeito às estruturas de significação (HEATH apud HALL).

Isto é, as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora “sabendo” (...), sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustada – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos. (HALL, 2011, p.112).

Essa busca de reafirmação da cultura popular através do Carimbó está intimamente ligada à necessidade de reconhecimento/pertencimento por parte dos moradores do município no sentido da identidade, ou seja, do “somos pontenses”. No nosso entendimento, esta “falta” de junção entre o sujeito às estruturas de significação (HEATH apud HALL), esta diretamente relacionada à efetivação do processo emancipatório de São João da Ponta, o que, de alguma forma, atingiu não apenas as manifestações culturais locais, mas também a história do município, que ainda não foi escrita.

Ao chegamos ao município de São João da Ponta e partirmos para nossas primeiras entrevistas constatamos receio e descrença dos moradores em responder as nossas perguntas, e isso se evidenciou de sobremodo nas entrevistas para o livro de preservação e valorização da memória e cultura do município.

Um dos principais motivos percebidos fora o fato de que os mesmos já estavam cansados de responder perguntas a pesquisas que não viam resultados. As notícias descrevendo os resultados das entrevistas no blog GEPPAM surgiu então como uma forma de disponibilizar o conhecimento e as informações prestadas pelos entrevistados de forma instantânea através da Internet, gerando, nos mesmos, os sentimentos de valorização, respeito e importância. Os moradores já não se veem mais usurpados em seus conhecimentos, muito pelo contrário, se veem como parte integrante na formação desse conhecimento.

A resistência em manter a cultura local é um fato notável. A busca pela uma identidade genuinamente “pontense” demonstra-se principalmente por parte dos mais idosos, que temem que a cultura local venha se perder com o passar dos anos. Nesse sentido, o Programa “Educação Ambiental nas RESEXs Marinhas de São João da Ponta e Mãe Grande-Curuçá-PA” coordenado pela Prof.^a Dr.^a Márcia Pimentel, a partir do Grupo de Estudos Paisagem e Planejamento Ambiental, criou-se um eixo-temático específico para



os estudos de Paisagem, Cultura e Conservação, a fim de atender as necessidades reivindicadas pelos moradores atendidos pelo Programa no município de São João da Ponta referente à preservação, valorização e divulgação da memória e cultura local, seja por meio de artigos, palestras, documentários, livros e cartilhas, mídia eletrônica entre outras ferramentas.

Conclusão

Desse modo, acreditamos está contribuindo com as comunidades do município de São João da Ponta ao disponibilizarmos os resultados dessas pesquisas junto aos moradores para que os mesmos possam usufruir desse conhecimento resultante do trabalho conjunto entre Universidade e sociedade, além de preservar e valorizar os conhecimentos dessas comunidades, assim como para disponibilizar seus saberes, tradição, cultura, história para consultas de pesquisadores, estudantes, professores e demais interessados do Brasil e do mundo seja através da Internet, livro impresso e mídia digital (DVD) contribuindo para a construção e fortalecimento da identidade local.

Referências Bibliográficas

- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.
- GEPPAM - Grupo de Estudos Paisagem e Planejamento Ambiental. Disponível em: <http://geppam.blogspot.com/>. Acesso em: 25 set. 2011.
- HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. IN: Da diáspora: Identidade e mediações culturais. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HALL, Stuart. Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. IN: Quem precisa de identidade? Org. Tomaz Tadeu da Silva. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 103-133.
- RODRIGUES, Alcir de Vasconcelos Alvarez. **Narrativas orais da Ilha de Mosqueiro: memória e significado**. TCC.UNAMA, Belém, 2006.
- RODRIGUES, W.L.J. **Origem e evolução histórica de São João da Ponta (PA)**. Programa Educação Ambiental nas Resex Marinhas de São João da Ponta e Mãe Grande Curuçá-PA, coord. Prof^aDr^a Márcia Pimentel. Belém: PROEXT/MEC/SESu, 2011.
- RODRIGUES, W.L.J.; FERNANDES, W.A.A. **Reserva Extrativista Marinha de São João Da Ponta (Pa): Compartilhando Saberes com o Mundo**. Jornada de Extensão 2011 Meio Ambiente e Responsabilidade Social. Belém: PROEX/UFPA, 2011.
- RODRIGUES, W.L.J.; FERNANDES, W.A.A. **Manifestações da Cultura Popular: O Carimbó como Resistência e Identidade no Município De São João Da Ponta (PA)**. 17º Fórum Paraense de Letras e 15º Semana Acadêmica de Pedagogia. Letramento e Educação: todos os fonemas são mágicos sinais... Universidade da Amazônia. Programa de Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura da UNAMA. Belém: UNAMA, 2011.
- PIMENTEL, F.R.; RODRIGUES, W.L.J. **A Cultura popular através de narrativas orais de “tiradores” de Carimbó em São João da Ponta/PA**. I Simpósio Nacional Linguagens e Saberes na Amazônia. Mercados globais, saberes locais. Programa de Pós-Graduação Linguagens e Saberes na Amazônia. Mestrado em Letras de Bragança,



Universidade Federal do Pará. Bragança: 2011. Disponível em:
<http://simposiolinguagenssaberes.files.wordpress.com/2011/11/flavio-reginaldo-pimentel-walter-luiz-jardim-rodrigues.pdf>. Acessado em: 31/01/2012.
ICMBIO, Caracterização dos aspectos socioambientais e econômicos da Reserva extrativista de São João da Ponta e proposta de estudos complementares, São João da Ponta: 2010.



GT 1 : Tecendo o futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos

Título: Noções de Honra e Relações de Gênero: famílias de Migrantes

Jaqueline Michele França Martins¹

Marilda Aparecida de Menezes²

¹ Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) fmartins@yahoo.com.br

² Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) menezesmarilda@gmail.com

Resumo

A honra é uma categoria social importante para a compreensão de determinados contextos sociais, sendo estabelecida na antropologia e sociologia através dos estudos de família, gênero e divisão do trabalho. Segundo Peristiany (1988:4) todas as sociedades sancionam suas próprias regras de conduta, sendo a honra um fenômeno universal, presente em espaços e tempos diferenciados. Nesse sentido, a honra possui uma estrutura geral que se revela nas instituições e juízos de valor de cada cultura em particular. Nossa proposta nesse artigo é analisar os *Significados de honra e relações de gênero em contextos rurais*, com base em pesquisa de campo em áreas rurais fortemente marcadas por migração temporária de homens no Sertão Paraibano. Tomamos como estudo de caso famílias de migrantes – mulheres que ficam e homens que migram – no município de São José de Piranhas, Paraíba.

Palavras chave: Família, Migração, Honra, Gênero e Fofoca



Introdução

No nosso estudo de caso, diante da impossibilidade de emprego no município, muitos homens migram no período de março a abril para trabalharem no corte de cana em usinas do Estado São Paulo e retornam no mês de dezembro, ausentando-se de suas casas durante cerca de nove meses. Algumas mulheres entrevistadas relataram que durante o período de ausência em que os homens estão no trabalho em usinas em São Paulo, são responsáveis pelas atividades domésticas, educação dos filhos e cuidados com o roçado e as namoradas e noivas de trabalhadores migrantes ficam na cidade a espera do retorno de seus namorados e noivos. Diante desse contexto de presença e ausência da figura masculina, pretendemos compreender como os significados de honra, tomando como base relações de gênero, são construídos, utilizados e incorporados nas práticas do cotidiano e redes de sociabilidade dos homens e mulheres no município de São José de Piranhas- PB.

Honra é um fenômeno freqüentemente analisado por pesquisadores em contextos rurais, na medida em que se observam nesse espaço práticas do cotidiano perpassadas por códigos culturais de conduta. Peristiany (1988:5) em pesquisas sobre Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrâneas destaca que *“Honra e vergonha são preocupações constantes de indivíduos em sociedades pequenas e fechadas onde as relações pessoais face- a -face, por oposições anônimas, são de extrema importância e em que a personalidade social do actor é tão significativa como o papel que tem a desempenhar”*.

Na intenção de compreender os significados das ações dos indivíduos nas suas práticas do cotidiano utilizaremos o método da etnografia. Além das técnicas da observação participante, etnografia e entrevistas semi estruturadas, analisaremos a fofoca como um mecanismo comunicativo carregado de significados morais. Em entrevistas com famílias de trabalhadores migrantes observamos a fofoca como um fenômeno social presente nas práticas cotidianas. Como ressalta Fonseca (2004:29) *“A fofoca serve para informar sobre a reputação dos moradores de um local, consolidando ou prejudicando sua imagem pública”*.

Noções de Honra e Relações de Gênero

O município de São José de Piranhas, micro-região do sertão de Cajazeiras, Paraíba, possui uma população de, aproximadamente, 19.566 habitantes, segundo Censo de 2000



do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e é caracterizado pela migração de trabalhadores rurais para o corte de cana em São Paulo. Pesquisas realizadas por (ALVES, 2007; MENEZES, 2009; NOVAES, 2007; SILVA, 2007) identificaram o aumento do número de trabalhadores migrantes rurais saindo de estados do Nordeste para o trabalho na área canavieira da região Sudeste a partir da década de 1990.

Na pesquisa realizada no período de 2009 e 2010¹ verificamos que a maioria da população ocupam áreas rurais. Das famílias entrevistadas 66% residem em áreas rurais enquanto 34% em área urbana.

A migração de homens para o corte de cana em São Paulo ocorre entre o mês de abril e maio, quando começa a safra, retornando em dezembro. Assim ficam em média 9 meses ausente de suas famílias e de sua localidade. As vidas das famílias, especificamente as mulheres, são marcadas pela ausência e presença dos homens. Em conversas informais, entrevistas e observação participante nos sítios Cacaré, Boa Vista e Antas e outros espaços do município de São José de Piranhas, observamos que algumas noções como fidelidade, respeito, responsabilidade, liberdade, dentre outras, estavam nas narrativas das mulheres e homens do município. Entendemos que essas noções podem ser compreendidas como categorias nativas que expressam os significados de honra nas relações de gênero.

As discussões sobre relações de gênero no Brasil surgem em paralelo aos movimentos feministas, anos de 1970, ganhando legitimidade no campo acadêmico nos anos 80. A própria Teoria Feminista, sob denominação inicial “estudos de mulheres” e posteriormente “estudos de gênero”, proporcionou visibilidade, denunciou as condições de desigualdades, rejeitou a explicação de subordinação via determinismo biológico e atestou as diferenças e desigualdades como construção social (BEAUVOIR, 1980;

¹ Projeto de Iniciação Científica- PIBIC-UFCG: A Migração Temporária como Estratégia de Reprodução Social de Famílias Camponesas: Um Estudo no Sertão do Estado da Paraíba. Vigência de 2009 -2010. Foram aplicados 59 questionários. Orientador: Edgard Afonso Malagodi



RUBIN, 1989; SCOTT, 1989; ROSALVO, 1994; FONSECA, 1996; PISCITELLI, 1998
apud, MENDES, 2008).

Segundo Louro,

“É através das feministas anglo-saxãs que *gender* (gênero) passa a ser usado como distinto de *sex* (sexo). Visando “rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual”, elas desejam acentuar, através da linguagem, “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOOT, 1995, p.72, *apud* LOURO, 2010, p. 21)”.

Assim, ao direcionar a análise para o campo social, não significa negar a biologia, mas enfatiza a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. Como destaca Louro (2010) é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros.

A categoria gênero, de forma analítica como ressalta (SCOTT, 1989, *apud* MENDES, 2008) é entendida como uma construção social e campo de significação das relações de poder. Neste sentido, os indivíduos através do processo de socialização, linguagem, símbolos, práticas sociais do cotidiano incorporam no “habitus” estruturas de dominação e desigualdades de gênero, que diferem conforme a sociedade ou grupo.

Em relação aos estudos sociológicos de alguns clássicos sobre desigualdades de gênero, como por exemplo, Spencer, Weber, Durkheim e Parsons. Estes autores não tinham como categoria central em suas perspectivas teóricas questões sobre mulher, quando aparecia era de forma conservadora. Segundo (PARSONS, 1954, *apud* MENDES, 2008) a estabilidade e eficácia da família, estavam associadas à divisão sexual do trabalho, cujo papel dos homens era expressar ações de mando, ambição e autocontrole e das mulheres era cuidar dos filhos e maridos, serem gentis, amáveis e afetivamente abertas. Há, ainda, as teorias de Karl Marx que explicava a subordinação feminina à masculina com relação a economia capitalista, na forma da divisão social do trabalho.

Surgiram nos anos 80 inúmeras críticas a esses estudos clássicos, no qual evidenciaram que a categoria mulher era insuficiente para uma compreensão das



relações e representações sociais que envolvia homens e mulheres. Nesse sentido, ocorre a emergência da categoria gênero, que explica as diferenças no sexo como construções sociais e históricas, constituídas em contextos específicos, questionando, assim, o seu sentido universal e generalizado (SCOTT, 2002, 1989; FONSECA, 1996, *apud*, MENDES, 2008). Assim, rejeitando a dicotomia entre masculino e feminino, optou-se por uma compreensão dessas esferas por uma relação de interdependência, tomando também outras esferas para análise, como classe, etnia, raça, religião dentre outras. As desigualdades entre os sexos não se referem apenas as ideias, mas, também, às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, rituais e tudo que constitui as relações sociais (SCOTT, 1998, *apud* MENDES, 2008).

Analisando a categoria gênero a partir de outras esferas sociais, buscamos nesse artigo relacionar relações de gênero com a noção de honra, percebendo como o estudo de gênero além de buscar compreender as relações sociais baseadas entre os sexos e as relações de poder nelas incrustadas, diz respeito, também, a um conjunto de referências que estrutura a percepção e a organização simbólica da vida social (SCOTT, 1991, *apud*, MENDES, 2008).

Honra é um fenômeno social e cultural que fornece uma conexão entre os ideais da sociedade e a reprodução destes no indivíduo. Discutindo os paradigmas interpretativos sobre os códigos sociais e morais, SILVA (2001:2) destaca vários autores como (Pitt-Rivers, 1961, 1988; Campbel 1964; Baroja 1988; Tolosana 1983; Peristiany, 1988) que partilham a ideia central de que na base dos comportamentos das famílias e dos indivíduos pertencentes a sociedades tradicionais e, em particular, mediterrâneas, situar-se-iam os padronizados códigos culturais da honra e da vergonha.

Pierre Bourdieu em sua pesquisa sobre “O sentimento da honra em sociedades Cabília, apresenta alguns elementos que perpassam o sentimento de honra, como a guerra, vingança, dádiva, respeito, vergonha, vigilância e divisão do trabalho entre os sexos. O sentimento de honra é o código comum e íntimo em que o povo cabílio julga as suas ações e as dos outros. Portanto, podemos discutir a honra como um fenômeno individual e ao mesmo tempo coletivo, que é construído, vivido e manipulado nas relações cotidianas. Nesse sentido:

“O ponto de honra é o fundamento da moral próprio de um indivíduo que se mede sempre sob o olhar dos outros, que tem necessidade dos outros para existir, porque a imagem que forma



de si próprio não pode ser diferente da imagem de si que lhe é devolvida pelos outros. O homem de honra é ao mesmo tempo o homem virtuoso e o homem de boa fama. A respeitabilidade, reverso da honra, é definida essencialmente pela sua dimensão social, deve, portanto, ser conquistada e defendida diante dos outros” (BOURDIEU apud PERISTIANY, 1988: 172).

Tomando como base as relações de gênero, os sentimentos de honra são analisados por Bourdieu, a partir de um sistema de representações e valores em dois princípios que são complementares e antagônicos. Segundo Bourdieu, O haram (tabu) é essencialmente o sagrado esquerdo, isto é, a intimidade, o universo feminino, o mundo do segredo, o espaço fechado da casa, por oposição ao mundo aberto reservado aos homens. Assim,

“A oposição o dentro e o fora, modo de oposição entre o sagrado direito e o sagrado esquerdo, exprime-se concretamente na distinção traçada entre o espaço feminino, a casa e o seu jardim, lugar por excelência do haram, espaço fechado, secreto, protegido, ao abrigo das intrusões e dos olhares, e o espaço masculino, a *trajma’th*, sítio de assembleia, a mesquita, o café, os campos ou o mercado”. (BOURDIEU apud PERISTIANY, 1988: 179).

Já em estudos sobre honra Pitt- Rivers mostra:

“que esta se coloca em oposição ao princípio de cidadania, definindo-se como um código em conflito com a legalidade. Se o código de honra é um valor aristocrático, o princípio da honra não se restringe aos aristocratas, manifestando-se em diferentes épocas históricas, em diferentes espaços sociais, de acordo com as tradições culturais particulares a cada época e espaço, tendo em comum a contraposição à lei” (PITT- RIVERS, 1988; apud SARTI 1996, p. 70).

Os significados de honra, antes de tudo, são construções sociais incorporadas pelos indivíduos a partir do processo de socialização. Assim, a interiorização de normas, valores e crenças se constitui nas relações de gênero. É na infância que interiorizamos as propriedades ligadas à posição de nossos pais no espaço social. Assim, podemos destacar a família como uma ordem moral, na qual as obrigações morais são a base fundamental (SARTI, 1996:63).

Portanto, os significados morais parecem ser incorporados pelos indivíduos inicialmente na família. Como ressalta Corrêa (1981: 1), a família no Brasil é marcada por um determinado tipo de organização - ‘família patriarcal’-, um tipo fixo onde os



personagens, uma vez definidos, apenas se substituem no decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, e um tronco de onde brotam todas as outras relações.

Nesse sentido, podemos discutir que a organização da família na sociedade brasileira foi pautada no modelo patriarcal, como mostra bem os trabalhos de Gilberto Freyre, Casa Grande e Senzala (1933), no qual a expressão “família patriarcal brasileira” foi bastante difundida, e o ensaio ainda clássico de Antonio Candido “The Brazilian Family” (1972) sendo estas obras clássicas tanto para os estudos de família, como também para refletirmos sobre a formação nacional do Brasil.

Apesar das mudanças ao longo dos anos na forma de organização familiar no Brasil, tendo a emergência de novos arranjos familiares, modelo de família que, ainda, prepondera é representado pela família nuclear, constituída por marido, esposa e filhos. Nas famílias de trabalhadores migrantes, o modelo de família nuclear, em que o pai, mãe e filhos compartilham uma vivência cotidiana, é transformado com as migrações temporárias dos homens durante nove meses do ano. A presença do homem na família não é permanente, os homens migram para o corte de cana em São Paulo no período de março a abril, retornando em dezembro. Em pesquisa realizada no município de São José de Piranhas (MENEZES & MALAGODI, 2010) verificou-se, a partir das narrativas das mulheres, que os homens chefes de família, mesmo não estando fisicamente presente na família, o seu lugar de provedor, de prestígio e autoridade se mantém simbolicamente na família, conectando os distanciamentos entre espaço e tempo.

Ausência dos homens e os significados da honra locais

Embora a mulheres que ficam são responsáveis pelo trabalho agrícola, doméstico e cuidados dos filhos, os homens continuam presentes na vida econômica. Esposas de cortadores de cana relatam.

“na ausência do marido é muito difícil, além das atividades domésticas, educação dos filhos, trabalho no roçado, colho arroz, feijão e milho, do que colho, tiro uma parte para alimentação e o resto guardo, quando meu marido chega vendo.

Observa-se nesta fala como a mulher mostra o seu esposo como detentor das finanças da família, principal provedor da família.

Esposa de cortador de cana sítio Lagoa de Dentro



“Quando ele sai de casa, eu fico pra colher arroz, milho e feijão. Fico sozinha com meus filhos e dou de conta do roçado, eu batalho por tudo, quando ele chega tá tudo colhido”.

Nessa segunda narrativa, visualizamos uma desconstrução de uma ideia da mulher como um sexo frágil, aparecendo uma mulher forte e na posição de chefe da família.

Menezes (2002) verifica que além da posição da mulher como chefe da família durante a ausência dos homens, o trabalho familiar na agricultura também significa que as crianças são incorporadas muito cedo na produção e no trabalho doméstico.

Algumas mulheres de cortadores de cana relataram que não costumam passear ou sair de casa para atividades de lazer na ausência dos companheiros, saindo apenas para fazer a feira e em situações de extrema necessidade. Esposa de cortador de cana, sítio catolezinho relata:

“É uma vida de prisão, a de esposa de cortador, somos apontadas na rua como ladrão, o povo fala: lá vem a mulher do cortador de cana o marido trabalhando e ela passeando”

O cotidiano das esposas na ausência dos homens chefes de família é perpassado por uma vigilância familiar e social. Sendo esse controle de conduta um viés de mão dupla, pois estas mulheres controlam seu comportamento em relação aos outros e a elas mesmas. Como forma de manter uma posição de mulher “honrada”, admirada e respeitada, resguardando na ausência do homem, uma família” honrada”.

As mulheres em suas relações do cotidiano oscilam como ressalta Foucault *apud* Cordeiro (2006) entre a moralidade dos comportamentos, que se refere ao comportamento dos indivíduos em sua relação com as regras e os valores; e o sujeito moral, ou seja, a maneira como é preciso conduzir-se e constituir a si mesmo como sujeito moral. Menezes (2002) já havia identificado em suas pesquisas que a obediência, fidelidade, respeito, cuidado pelo marido e bem-estar das crianças parecem sintetizar as regras e valores centrais atribuídos à posição social da esposa.

Em entrevistas e conversas informais com esposas, namoradas e vizinhos observei a fofoca como uma prática discursiva recorrente entre os indivíduos. Uma mulher de 17 anos que é noiva de cortador de cana, nos relatou:



“não saio de casa para evitar que as pessoas inventem coisas, muitos ligam para São Paulo para falar e inventar coisas”. “Os comentários rolam soltos das namoradas e mulheres que botam chifre”. “Meu noivo diz se eu trai ele, não volta mais para cidade”.

Muitas mulheres parecem evitar sair de casa para não ser alvo de fofoca. A fofoca em São José de Piranhas é vista pelos moradores de forma negativa. Como já ressaltava (ELIAS, 2000) em sua pesquisa sobre Os Estabelecidos e os Outsiders, os indivíduos se inclinam a tomar por “fofocas”, as informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas umas às outras. Para o grupo, fugir da fofoca é uma estratégia de manter uma imagem de mulher “direita”, respeitada, fiel e também uma forma de preservar e manter o casamento ou o namoro. A traição nas falas dos homens e mulheres parece ser o alvo de maior fofoca. A preocupação dos homens e familiares perpassa a sexualidade das mulheres e conseqüentemente a fidelidade das mulheres. A infidelidade parece ser o ápice de uma transgressão da honra, assim a vigilância sobre a sexualidade é rígida e percorre diversos espaços da sociabilidade nas localidades. A expectativa de valores como fidelidade, respeito, dentre outros aspectos, são orientadores da conduta individual e social.

Como ressalta Fonseca (2004), a fofoca serve para informar sobre a reputação dos moradores de um local, consolidando ou prejudicando sua imagem pública. Um cortador de cana de 28 anos, relata o caso de um fiscal da usina, que estando em São Paulo recebeu um telefonema informando que a esposa estava com outro homem no município.

“nosso fiscal aconteceu com ele, tava mais lá com nós e soube a notícia que a mulher não esperou ele, aí já tava com outro. O cara trabalhando lá, ele mandava o dinheiro pra ela que eu via tudo isso, e ela fazer isso aí, eu acho uma covardia muito grande”.

Os significados de honra como aparece no discurso relaciona o papel do homem como provedor e a expectativa de fidelidade da mulher, o homem está trabalhando e mandando dinheiro para a família, ou seja, cumprindo seu papel de provedor da família, a mulher não está no “direito” de traí-lo com outro homem, mas parece ter o dever de esperar a volta dele na família de forma íntegra, ou seja, o resguardo sexual parece ser o ponto principal. Como relata Cordeiro no contexto rural:



“Pesam sobre as mulheres mais três acusações: são vadias, ou seja, não têm um comportamento moral adequado às normas de gênero, nas quais o recato feminino, a obediência aos pais e o marido, a discrição dos afetos e da sexualidade e a conformação dos limites corporais e das condutas são traços importantes num sistema prescritivo de gênero”. (CORDEIRO, 2006: 7-8).

No sítio Boa Vista, a esposa de um cortador de cana me relata a história de uma ex-esposa de um cortador de cana que tinha da idade 15 anos.

“tem uma menina que vivia junta com um rapaz, quando ele tá aqui, ela fica com ele, quando vai pra São Paulo, eles termina e ela fica com os outros, quando ele volta, ela volta pra ele de novo. Eu pergunto: o que acha dela fazer isso:” eu acho feio demais, porque se ela quisesse, ele tava só com ela. Quando ele tá aqui, fica com um e outro, quando tá em São Paulo não respeita ele. Acho que ela não gosta dele, quem gosta espera”. “Aqui ninguém né amiga dela e nem nada, todo mundo tem ciúmes dela, ela fica com todo mundo dando em cima de todo mundo, até com os homens casados, com todo mundo. Tem de amiga só as que parecem com ela, que anda com ela. As pessoas dizem que ela fica com todo mundo, chama de rapariga”.

Eu pergunto o que você acha do ex esposo dela:

“é um besta, todo mundo chama ele de corno”.

Esse caso nos mostra uma jovem de apenas 15 anos tendo uma relação conjugal não validada pelo grupo, que desperta “falação” e distanciamento de um grupo de mulheres que se posiciona como “honradas”, por serem boas donas de casa e fiel a seu companheiro. As mulheres a vêem como uma ameaça às suas relações, por ela ser bonita e dar em cima dos homens comprometidos. Daí é excluída do grupo das mulheres que se auto-definem como honrada e incorporada a outro grupo, ou seja, ao grupo de mulheres “:não honradas”, que tem comportamentos reprovados morais e sexuais não aprovados pelo grupos.

Um cortador de cana sitio Boa Vista, diz sobre a jovem

“Ela é uma raposa”, com risos, “ aqui todo mundo já pegou ela”.



Considerações Finais

Este trabalho apresentou resultados iniciais sobre os significados de honra e relações de gênero no município de São José de Piranhas, Paraíba. Os significados de honra como respeito, fidelidade, responsabilidade são reproduzidos socialmente, nas relações do cotidiano. Nas análises das entrevistas, observamos a fofoca como uma prática discursiva recorrente no cotidiano dos homens e mulheres, sendo esta carregada de significados morais. A fofoca parece ser utilizada como uma forma de controle de possíveis transgressões de valores morais da comunidade. Muitas mulheres parecem evitar sair de casa para não ser alvo de fofoca no grupo, fugir da fofoca é uma estratégia de manter uma imagem de mulher “direita”, respeitada, fiel e também uma forma de preservar e manter o casamento ou namoro. Os significados de honra estão relacionados com aspectos sociais, culturais, econômico, religioso e dentre outros fatores que devem ser investigados. Como apareceu em um discurso, como o homem está trabalhando e mandando dinheiro para a família, ou seja, cumprindo seu papel de provedor da família, a mulher não está no “direito” de traí-lo com outro homem, mas parece ter o dever de esperar a volta dele na família de forma íntegra, no qual o resguardo sexual parece ser o ponto principal.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre, A dominação masculina/Pierre Bourdieu, tradução Maria Helena Kühner. -3ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CASCUDO, Luis da Câmara. A família como universo moral. In: SARTI, Cynthia Andersen. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.p. 35-64.
- CLAUDIA, Fonseca. Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares/ Claudia Fonseca. - 2.ed.- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- CORDEIRO, Rosineide de LM Cordeiro. Gênero em contextos rurais: a liberdade de ir e vir e o controle da sexualidade das mulheres no Sertão de Pernambuco. Simpósio-Gênero e sexualidade: história, condições e lugares. 2006.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. Notas para o estudo das formas de organização familiar do Brasil. Cad. Pesq. São Paulo, (37): 5-16, Mai. 1981.
- ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade/ Norbert Elias e John L. Scotson,; tradução, Vera Ribeiro; tradução do pós-fácio à edição alemã, Pedro Sussekind:Neiburg- Rio de Janeiro: Jorge Zarar. Ed. 2000.



- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista / Guacira Lopes Louro. 11. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MALAGODI, Edgard A. MARTINS, Jaqueline M. F, MENEZES, Marilda Aparecida de. Relatório final: A migração temporária como estratégia de reprodução de famílias camponesas: um estudo em pequenos municípios do Sertão Paraibano. Projeto de iniciação científica- UFCG. 2009-2010.
- MENDES, Alves, Mary. Gênero e poder no âmbito da chefia feminina: uma proposta teórica de análise. In: Veredas Favip. Revista Eletrônica de Ciênciasv. 1, n. 1- Janeiro a Junho de 2008.
- PERISTIANY, J.G. Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrânicas. Tradução: José Cutileiro.Fundação Calouste Gulbenkian/Lisboa. 2ª edição. [1988 (1965)].
- ROHDEN, Fabíola. Honra e Família em algumas visões clássicas da formação nacional. In: BIB, Rio de Janeiro, n.º 48, 2.º semestre de 1999, pp. 69-89.
- SILVA, Carlos Manuel. Honra e Vergonha: um código cultural mediterrânico ou forma de controle sócio-político das mulheres? In: 1º Congresso de Estudos Rurais-Sociedade, Conhecimento e Políticas. 2001, p. 1-15.



GT 1 – Tecendo o futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos

O avanço das monoculturas: implicações para a economia camponesa no Leste Maranhense

Erinaldo Nunes da Silva¹
Diana Patrícia Mendes²

¹Graduando em Ciências Sociais pela UFMA, e-mail: socopoeta@gmail.com

² Graduanda em Ciências Sociais pela UFMA, e-mail: dipatriciamentes@gmail.com

Resumo:

O trabalho baseia-se em resultados de pesquisa de iniciação científica ainda em andamento. Desde as décadas 1970, assiste-se à implantação dos chamados grandes projetos: agropecuários, industriais e florestais, transformando as estruturas agrárias nessa região. Propõe-se lançar um olhar sociológico para os vários aspectos sociais e ambientais relativos ao processo de expropriação camponesa e ao avanço das monoculturas de soja e eucalipto. Foram coletadas informações sobre conflitos socioambientais por meio de trabalho de campo, observação direta, entrevistas, marcação com GPS, fotografias e vídeos. Registrou-se o desmatamento das chapadas, a redução das áreas de cultivo, além do impedimento do acesso aos recursos hídricos e ao extrativismo sustentável, favorecendo a insegurança alimentar das famílias.

Palavras-chave: Monoculturas; Economia camponesa; Conflitos socioambientais.



1 - Introdução

O presente trabalho aborda as consequências da implantação das monoculturas de soja e de eucalipto na região conhecida como Leste Maranhense³. A apresentação baseia-se em resultados da pesquisa intitulada “CAMPELINATO E CRISE ECOLÓGICA - Impactos sociais da sojicultura para segmentos camponeses do Leste Maranhense”, sob a coordenação da Professora Dr^a. Maristela de Paula Andrade (PPGSoc/UFMA).

Neste artigo colocamos em questão a destruição dos recursos básicos necessários à reprodução camponesa e aos diferentes modos de apropriação dos recursos naturais pelas famílias de trabalhadores que vivem e cultivam, nos vários municípios da mesorregião Leste Maranhense. Esta é uma extensa área de cerrado, com grande diversidade de fauna, flora e recursos hídricos, onde milhares de grupos camponeses e agroextrativistas, inclusive de grupos de *quilombolas*, vivem nesse espaço, apropriando-se e manejando os recursos naturais de forma sustentável.

Tais grupos, classificados também como *populações tradicionais*⁴, encontram-se ameaçadas pelo plantio de soja e, principalmente, do eucalipto, o que vem provocando sérios conflitos socioambientais. Conforme Paula Andrade (1995), este processo se estende desde as décadas de 1970, nas quais se assistiu a implantação dos chamados *grandes projetos* – agropecuários, industriais e florestais – transformando a estrutura agrária dessa região.

A implantação da monocultura – o caso da soja e do eucalipto

A silvicultura na região é gerenciada principalmente pelo Grupo Suzano Papel e Celulose, enquanto o cultivo da soja tem sido empreendido, sobretudo, por grandes grupos empresariais ou por proprietários conhecidos por *gaúchos*, denominação válida não apenas para quem veio do Rio Grande do Sul, mas que engloba produtores rurais

³Segundo classificação do IBGE, o Leste Maranhense é uma mesorregião, constituída por seis microrregiões, quais sejam: Baixo Parnaíba Maranhense, Chapadinha, Coelho Neto, Chapadas do Alto Itapecuru, Codó, Caxias. Dessas, apenas a primeira nos interessarão neste trabalho, pois diz respeito à expansão da silvicultura ali implantada.

⁴A expressão *populações tradicionais* indica uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza. Para aprofundar os estudos sobre a categoria recomenda-se ler “*Terras Tradicionalmente Ocupadas*” de Alfredo Wagner Berno de Almeida de. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V. 6, n. 1, p. 9-32, 1999. Neste texto utilizaremos itálico tanto para as categorias nativas camponesas quanto para aquelas de uso oficial ou consagradas em textos acadêmicos.



oriundos de diversos lugares do Sul, Sudeste e Centro Oeste do país (PAULA ANDRADE, 1982 e 2007; GASPAR, 2010)⁵.

Nessa região, secularmente, esses *camponeses*⁶ utilizam recursos com os quais mantêm uma relação *de troca não mercantilizada com a natureza*, (VAN DER PLOEG, 2008, p. 19) reproduzindo suas relações sociais e culturais, assegurando a conservação da biodiversidade e da produção de alimentos.

Por outro lado, o modo de vida das famílias daqueles que lavram a terra, tal como verificado em situações específicas nos povoados do Leste Maranhense, é visto pelos planejadores econômicos, como *atrasados, conservador*, em contraste com aquele tido como *moderno*.

Atividades econômicas das famílias de trabalhadores rurais e o ciclo agrícola

Essa economia dos pequenos produtores de alimentos, que também estão sendo chamados aqui de *trabalhadores rurais*, se caracteriza pela apropriação e manejo de distintos recursos naturais, principalmente de dois ambientes – as áreas chamadas localmente de *baixo*⁷ e aquelas de *chapada*⁸. Segundo os entrevistados, *baixo* ou *baixões* são áreas que podem estar ou não próximas dos rios, tendo geralmente suas árvores mais altas do que naquelas classificadas por eles como *chapada*, com predominância do buriti na parte mais alagada e na parte mais seca o babaçu. Área bastante usada para fazer roças no local onde não alagada.

Nessas áreas, as famílias desenvolvem diferentes atividades econômicas importantes para a manutenção de seu grupo familiar, como: a agricultura (arroz, milho,

⁵Ver também, para a expansão dos chamados *gaúchos* PALMEIRA E HEREDIA. **Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil**. 33º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu – MG, 2009. p. 01-35.

⁶Segundo Moura, “camponês é o trabalhador que se envolve diretamente com os segredos da natureza. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos e quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa.” (1988, p 9). A discussão sobre o conceito de camponês é ampla e não cuidaremos dela neste texto. Veja-se, também outros autores nas referências deste artigo.

⁷ Observações anotadas no caderno de campo, durante uma conversa com seu Veríssimo, no povoado Coceira.

⁸Segundo relatos dos informantes locais, a chapada é uma grande área com uma vegetação baixa com um capim rasteiro entre as árvores. É na chapada onde se encontram diversos tipos de plantas frutíferas, principalmente o bacuri e o pequi. Essas áreas abrigam uma diversidade de plantas medicinais, além de ser lá que os animais domésticos pastam soltos e comem os frutos que caem árvores. (observações anotadas no caderno de campo).



mandioca, feijão, abóbora, quiabo, melancia e etc.) e pequena criação de galinhas, porcos, caprinos e bovinos, voltadas tanto para o consumo próprio, como para a comercialização.

Impactos causados pelos empreendimentos econômicos na região

Os problemas que esses empreendimentos vêm ocasionando, incidem, sobretudo, sobre o ambiente e, em consequência, sobre a vida das famílias em questão. Os agrotóxicos, utilizados para eliminar a vegetação rasteira que resiste à ação dos chamados *correntões* vem sendo aplicado em grandes quantidades, por terra e por aviões agrícolas e acabam indo em direção aos córregos próximos e contaminando os recursos hídricos superficiais.

Desemprego no campo, desmatamento, perda de biodiversidade, contaminação das águas, dos solos, concentração fundiária e violência são alguns dos muitos problemas trazidos pelo crescimento acelerado e totalmente à margem das disposições legais que deveriam regular o cultivo de plantas como soja e eucalipto nestas regiões.

Outro aspecto a ser analisado em torno da implantação das monoculturas é o processo de expropriação pela qual a vida dessas populações vem sendo submetida.

Esse pequeno trecho de depoimento de trabalhador do povoado Coceira, em Santa Quitéria, ilustra muito bem a situação:

“Aí o Demerval que é irmão do Lourival, que é o gerente, veio aqui em casa, trouxe um fardo assim de documentos das pessoas que venderam pra Margusa, tá entendendo? Aí me mostrou nome de gente que nunca vi e nem ouvi falar”.⁹

Pode-se compreender através do relato de Seu Nanê que as famílias que descendiam desses primeiros ocupantes são surpreendidas por atos de compra e venda de parte de estranhos a esses grupos, que se apresentam como proprietários de áreas secularmente ocupadas. Esta situação se desenrola há décadas, desde a chegada à região da empresa. Maranhão Reflorestadora Ltda. (MARFLORA), braço florestal da siderúrgica Maranhão Gusa Ltda. (MARGUSA).

Considerações Finais

No que tange aos impactos ambientais e sociais provocados sobretudo pela Suzano Papel e Celulose e suas contratadas, se destaca o desmatamento feito por

⁹Entrevista realizada em Janeiro de 2011, na casa de Seu Nanê, por Maristela de Paula Andrade.



tratores com o uso de *correntões* e a diminuição das áreas de cultivo das famílias, que desencadeia outra série de problemas como diminuição da produção local e o risco à saúde dos moradores, pois a utilização de agrotóxicos é constante. Foi possível identificar que as famílias que ocupam esses espaços há gerações são forçadas a modificar drasticamente seu modo de vida, com repercussões negativas em seus espaços culturais, de trabalho e de sociabilidade. Nesse sentido, “*a arte local é quase completamente invisível, valorizando habitualmente a gente implicada como ignorante*” (VAN DER PLOEG 2000, p. 362).

Como se vê, o cerrado maranhense encontra-se ameaçado de desaparecer em função do *agronegócio*, facilitado com a concentração de terras nas mãos de empresários, que desmatam grandes extensões de terras planas para dar lugar à plantação de eucalipto. Famílias tradicionais vêm sofrendo com o desmatamento das chapadas, que reduzem suas áreas de plantio, além de impedir o acesso aos recursos hídricos e ao extrativismo sustentável, favorecendo a insegurança alimentar.



Referências Bibliográficas

ANDRADE, Maristela de Paula. A produção de carvão e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense. In. Francisca G. da Conceição (org.). **Carajás: Desenvolvimento ou destruição?** São Luis: CPT-MA, 1995, pp. 20-21.

_____ - **Os gaúchos descobrem o Brasil.** São Luís: EDUFMA, 2008.

CARNEIRO, Marcelo S. **A expansão e os impactos da soja no Maranhão** In: CARNEIRO, Marcelo S. (coord.). A agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo da soja no Brasil. Rio de Janeiro, FASE, 2008.

CHAYANOV, A.V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: **Questões Agrária.** São Paulo, Brasiliense, 1981, pp. 133-163.

GASPAR, Rafael Bezerra. **O Eldorado dos Gaúchos: Deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense.** – São Luis, 2010.

HEREDIA, Beatriz *et alli.* **Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil.** 33º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu – MG, 2009. p. 01-35.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1988.

PLOEG, J.D. van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In. **Camponeses e Impérios Alimentares.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SANTOS, Murilo; PAULA ANDRADE, Maristela de. **Fronteiras: A expansão Camponesa na Pré-Amazônia Maranhense.** São Luís, Ed. EDUFMA, 2009.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituação – o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Revista Nera.** V. 7, n. 8, pp. 1-21

SHIRAIISHI NETO, J. 1995. Grilagem de terra no leste maranhense. **In: ANDRADE, M. P. et al. Carajás: destruição ou desenvolvimento?** São Luís: Comissão Pastoral da Terra, p. 67- 77.

WANDERLEY, Maria de N. B. Paulo Peterson (org.). **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro.** Rio de Janeiro, AS – PTA, 2009, p. 38.

WOLF, E. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____ Explicando a vida rural. In Feldman-Bianco, Bela e Ribeiro, Gustavo Lins (orgs) **Antropologia e Poder.** Brasília: Editora da UNB, 2003, pp. 117-183.



GT 1 - Tecendo o futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores
seniores e graduandos

**O PROCAMPO conhecendo as política publicas na comunidade KM 55, Travessão
da 20 no município de Brasil Novo - Pará**

Dercilia Schmidt Zeferino¹
Márcia Adriana De Faria Ribeiro²
Adelmar Alves Aviz Junior³

¹ Educanda do Curso PROCAMPO – IFPA Campus Altamira, E-mail: derciliazeferino@hotmail.com

² Especialista em comunicação, sociedade e meio ambiente/Professora do Curso PROCAMPO – IFPA
Campus Altamira, E-mail: adriana.ribeiro@ifpa.edu.br

³ Mestre em Informática/Coordenador Local do Curso PROCAMPO – IFPA Campus Altamira, E-mail:
adelmar_jr@hotmail.com

Resumo

O presente artigo vem mostrar o resultado dos trabalhos de pesquisas feito a partir dos conhecimentos adquiridos durante as aulas da turma de Licenciatura em Educação do Campo do IFPA- Campus Altamira, onde foi vivenciado durante o 4º tempo acadêmico com o eixo temático Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas no campo. Assim é fundamental evidenciar a realidade do campo frente à ausência de políticas públicas que contemplem as dificuldades e como os sujeitos se articulam diante da realidade entre Estado, educação e políticas públicas. Diante da problemática a pesquisa teve como norte as seguintes questões como: Quais as políticas do Estado para o campo são encontradas na comunidade? O Projeto Político Pedagógico (PPP) atende a diversidade educacional local e enfatiza sobre sujeito do campo? Os movimentos sociais participam da construção implementação das políticas públicas para o campo? A pesquisa realizada no município de Brasil Novo, km 55 Travessão da 20 (comunidade), tem como objetivo conhecer as políticas públicas voltadas para o campo, compreendendo a sua importância para a realidade local e sua interface no contexto da educação do campo. Partindo deste objetivo, foi identificada as políticas públicas existentes na comunidade pesquisada; se o PPP atende a legislação pertinente da Educação Básica no contexto local; compreender os movimentos sociais e discutir a atuação e a importância dos mesmos para comunidade

Palavras chave: Educação do Campo, PROCAMPO, Políticas Públicas.



Dialogo sobre Políticas Públicas

As políticas públicas são ação do Estado, para atender a uma determinada situação ou problema existente em uma localidade. E o dever do Estado é articular essas políticas públicas, que são direitos dos cidadãos(ãs) para que sejam atendidos em suas necessidades sociais. Para que uma necessidade social se torne uma política, é preciso ser assumida pelo Estado. Quando o governo incorpora as demandas populares esses direitos estão sendo garantidos por lei. E isso permite ao cidadão fazer as cobranças e exigir do estado que se cumpra a lei.

As políticas públicas estão voltadas ao *locus* de interesse e preferências e idéias do governo. Souza (2003, p.13) resume o que seja política pública, “em que deve colocar o governo em ação”. Sabendo-se que os cidadãos e cidadãs têm direitos e deveres garantidos por lei, conforme afirma Bauman (2010) “a combinação de direitos e deveres é o que faz do indivíduo um cidadão do Estado”. Pois o cidadão e cidadã têm o dever de pagar impostos, cedendo parte de sua renda ao Estado, o qual deve aplicar-nos mais variados fins como: escola, saúde, agricultura e outros, cumprindo assim seu papel. Porque pagar impostos é a primeira coisa que aprendemos a respeito de ser cidadão como afirma Bauman (2010).

A primeira coisa que aprendemos a respeito de ser cidadão é que, por mais que não gostemos disso, temos que pagar impostos sobre a renda, impostos municipais ou sobre o valor agregado.(BAUMAN, 2010, p.217)

Para atender as necessidades do povo do campo foram criadas políticas públicas, promovendo a inclusão social dessa população, assim elas deveriam reduzir as desigualdades existentes, principalmente nas áreas voltadas para a educação, saúde e agricultura, porém o que acontece é uma política pública voltada aos interesses, preferências e idéias dos governos, onde os programas e as ações são para produzir resultados imediatos para os problemas sociais. E que deveriam ser o contrário conforme Souza (2003) em que resume a:

Política Pública é aquela através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirá resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. (SOUZA, 2003, p. 13)

Para que isso realmente aconteça, as ações e os programas surtirão resultados o governo criou os ministérios para executar ações voltadas para educação, saúde e



agricultura. Esses ministérios vão organizar os programas que venham mudar a realidade, diminuindo assim as exclusões sociais. As organizações e os movimentos sociais exercem um papel importante na comunidade, especialmente para os agricultores e agricultoras do campo que são sindicalizados, pois estes defendem a categoria reivindicando melhorias, elaborando projetos para os agricultores (as) poderem ter acesso às políticas públicas sociais, agrícolas e agrária para o homem do campo e apoiando a agricultura familiar.

Movimentos de agricultores (as) e trabalhadores(as) rurais: Contag, Fetraf, MPA, organizações que tem resgatado o papel da agricultura familiar dentro da sociedade e sua importância na construção de um modelo de desenvolvimento para o país. Suas lutas e reivindicações por políticas públicas sociais agrícolas e agrárias têm introduzido mudanças, significativas na política do país. (SILVA, 2006, pg. 184).

Os movimentos sociais, são imprescindíveis para que as políticas públicas aconteçam, são lutas coletivas por diferentes atores sociais que lutam pela efetivação dos direitos sociais. As políticas públicas são respostas aos desejos da população que só se efetivam após muita luta. Para que o Estado assuma sua responsabilidade, é preciso acompanhar sua execução para que não fiquem só no papel, é aí que entra a função dos cidadãos(ãs) organizados.

Sabemos que os serviços públicos são deveres do Estado e direito da população, para que se concretize é preciso que a população esteja organizada em movimentos sociais, não permitindo a omissão do Estado.

Metodologia aplicada na pesquisa

O método de pesquisa utilizado para realizar a atividade proposta no 4º Tempo Comunidade, que é de analisar as Políticas Públicas locais referentes ao campo. Para isso será necessário dirigir-se novamente ao estabelecimento agrícola do Sr. Rudinei no km 55 Travessão da 20, localizado no Município de Brasil Novo – Pará, o qual já foi pesquisado no 3º Tempo Comunidade, dando continuidade a pesquisa de campo, a fim de obter informações sobre políticas públicas referente a comunidade do Travessão da 20. A opção epistemológica escolhida foi a pesquisa de campo de acordo com Severino (2007, p. 123) “na pesquisa de campo, o objetivo fonte é abordado, é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim observado sem a intervenção e manuseio por parte do pesquisador”.

Para realizar o estudo sobre políticas públicas locais referentes ao campo a proposta epistemológica escolhida foi a dialética, segundo Severino (2007, p. 116) “a dialética vê a reciprocidade do sujeito eminentemente como interação social que vai ser formado ao longo do tempo histórico”. O levantamento das informações sobre as



políticas do campo, de forma dialogada com a família pesquisada, em que o pesquisador dirigiu-se ao estabelecimento no mês de março de 2011.

A pesquisa e análise sobre o tema Estado, Movimentos Sociais e políticas do campo, no km 55 Travessão da 20, na propriedade agrícola do Sr. Rudinei se deu de forma qualitativa, pois durante o período da coleta de dados houve uma maior aproximação entre o pesquisador e o campo de observação a fim de coletar dados fundamentais e significativos à pesquisa. Também para melhor entender como a família identifica as políticas públicas na comunidade. Para realizar essa pesquisa qualitativa, como afirma Deslandes (1994):

Quando tratamos de pesquisa qualitativa, frequentemente as atividades que compõem e a fase exploratória (...) muitas vezes, por exemplo, é necessária uma aproximação maior com o campo de observação para melhor delinear outras questões (...) (DESLANDES, 1994, p. 22).

Para compreender sobre as organizações e movimentos sociais do município de Brasil Novo, qual o seu papel de atuação na comunidade, foi utilizado um questionário contendo perguntas sobre a organização do STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Brasil Novo), para entender seu histórico de criação e como atua nas comunidades do município. Conforme Severino (2007) em que diz “o sujeito pode elaborar a resposta com suas próprias palavras, a partir de sua elaboração pessoal”. A entrevista aconteceu no Brasil Novo na sede do Sindicato com a Presidenta Jiovana Lunelli no dia 8 de abril de 2011.

Para analisar o PPP (Projeto Político Pedagógico) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha do km 55 Travessão da 20, buscando entender se a escola vem cumprindo a Legislação da Educação Básica e se o currículo escolar atende as especificidades do sujeito do campo, foi tomada como base a pesquisa explicativa que irá analisar e registrar, pois não tem como explicar algo que não se conhece. Segundo Severino (2008, p. 223) “a pesquisa explicativa é aquela que além de registrar e analisar os fenômenos estudados busca identificar suas causas”.

A pesquisa ação foi utilizada para compreender os movimentos sociais e as políticas públicas referentes ao campo no município de Brasil Novo, pois esta não vem apenas compreender e analisar, mas intervir na realidade, se necessário, com vista a mudar algumas situações e maneira de agir:

A pesquisa-ação é aquela que, além de compreender, visa intervir na situação com vista a modificá-la. O conhecimento visado articula-se uma finalidade intencional de alteração da situações pesquisada. Assim ao mesmo tempo em que realiza um diagnóstico e a análise de uma determinada situação a pesquisa-ação propõe ao conjunto de sujeitos envolvidos mudança que levem a um aprimoramento das práticas analisadas. (SEVERINO, 2007, p. 120)

Em relação a partilha de saberes, a mesma é uma ação interventiva que aconteceu no dia 10 de junho de 2011, na Escola Bom Menino, na comunidade do Pitinga, km 55, Travessão da 20. As educandas do curso de Licenciatura em Educação do Campo: Dercília e Cristina, partilharam os saberes apreendidos no 4º Tempo Acadêmico.

Resultados



Políticas Públicas Referentes ao Campo

A propriedade pesquisada foi no município de Brasil Novo, localizada na Rodovia Transamazônica km 55, travessão da 20, sendo que o agricultor Rudinei, chegou na região no ano de 1979, vindo do Estado do Paraná, pelo motivo que sua família não tinha terras para plantar, e lá se quisesse plantar para alimentar a família precisava arrendar terras para fazer os cultivos anuais. Diante disso, seus pais resolveram vir para o Estado do Pará, com o objetivo de adquirir um lote para plantar, e assim poder sustentar sua família.

Quando a família chegou na região o lote era todo de mata, precisaram fazer a casa, tiveram que derrubar a mata, queimar para poder fazer o plantio, e encontraram muita dificuldade, pois na época não tinha estrada, escolas, transportes, precisando andar a pé ou a cavalo para chegar até a Rodovia Transamazônica para conseguir transportes e ir até à cidade de Altamira e fazer suas feiras, ir ao médico e vender seus produtos.

Atualmente tudo está mais fácil, a comunidade da 20 já possui transportes, escolas, posto de saúde, estrada que não se encontra em bom estado, pois ainda não é asfaltada.

Na década de 1970 muitas famílias vieram para a região norte em busca de adquirir um pedaço de terra, para plantar, colher e sustentar suas famílias. Com a abertura da Transamazônica e o incentivo dado pelo governo em povoar a Amazônia, fez com que facilitasse a chegada de pessoas na região para poder ocupá-la para iniciar uma exploração agrícola, de mão de obra familiar, voltada para o consumo familiar como afirma Herrera (2001).

A abertura de novas áreas a exploração agrícola e os produtores de outras regiões (migrantes) e mais a situação de descaso a pressão que, agricultores sofriam nas outras regiões, proporcionaram o deslocamento de muitos agricultores para os limites da Amazonia, primordialmente com o objetivo de adquirir porções de terra para a subsistência da família (HERRERA, 2011 p. 7)

Segundo o agricultor Rudnei as políticas públicas voltadas para o campo são: escola que atende desde a educação infantil e se estende até o ensino Médio, sendo que na Escola tem merenda, as famílias de baixa renda recebem bolsa família, tem transporte escolar para os alunos. Na agrovila Duque de Caxias, no Travessão da 20,



além de possuir uma Escola, posto de saúde para atender a comunidade, conta com o trabalho do agente comunitário que faz visitas nas famílias, passando orientações sobre prevenções de doenças.

O Agricultor diz em seu relato que no campo, as políticas públicas deveriam ser melhoradas principalmente no que diz respeito ao acesso aos créditos. Para ele o Banco deveria aprovar os projetos de financiamento oferecido pelo governo. No município de Brasil Novo esses créditos são difíceis de serem aprovados, não podendo investir em sua propriedade para assim melhorar a sua produção.

No entanto, observa-se segundo os relatos do agricultor que na comunidade existem políticas públicas para o campo. Porém, no caso de conseguir créditos como: PRONAF (Programa do Fortalecimento da Agricultura Familiar) o banco não aprova e não libera os créditos aos produtores, para os mesmos investirem em suas propriedades e melhorar sua produção e sua renda familiar.

Análise do Projeto Político Pedagógico e o Decreto 7.352/2010 e o Decreto 5.626/2005.

Ao analisar o PPP (Projeto Político Pedagógico) da Escola Santa Terezinha, localizada na Agrovila Duque de Caxias – km 55 – Travessão 20 no município de Brasil Novo – Pará observa-se que apresenta deficiência sobre o papel do aluno no processo educativo; o papel do professor no processo educativo; a avaliação no processo ensino aprendizagem; qual tendência pedagógica que norteia o PPP e a política educativa dos professores(as) do campo.

Conforme estabelece o Decreto nº 7.352/2010, sobre a política de Educação do Campo. Com base nesse Decreto foi possível analisar se a Escola Santa Terezinha vem cumprindo a legislação da Educação Básica, destinada as populações do campo.

A Escola atende desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Reduzindo o número de analfabetismo e dando oportunidade para as pessoas que não concluíram seus estudos. Como estabelece o Decreto de nº 7352 de 4 de novembro de 2010 no art.3º do inciso I que:

Reduzir os indicadores de analfabetismo com a oferta de políticas de educação de jovens e adultos, nas localidades onde vivem e trabalham, respeitando sua especificidade quanto aos horários e calendários escolares (Brasil, 2010).

A EMEF Santa Terezinha oferece transportes para os alunos do Travessão da 20, esses alunos vem de longe para estudar, com idades diferentes, carros cheios, até



mesmo além do permitido. Porém falta uma política voltada para que eles tenham um transporte mais digno, como estabelece o Decreto nº 7352 de 4 de novembro de 2010 no art.4º no inciso IX.

Oferta de transporte escolar, respeitando as especificidades geográficas culturais e sociais bem como os limites de idades e etapas escolares. (BRASIL, 2010).

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha, situada no KM 55, travessão da 20, para atender a Educação do Campo, não apresenta uma pedagogia da alternância, nem políticas voltadas para o campo e esta escola apresenta políticas de educação urbanocêntricas com calendários e currículos urbanos conforme estabelece o Parecer (NE/CEB nº 23/2007).

A preocupação com a educação do campo é recente no Brasil embora o País tenha tido origem e predominância agrária. Por isso as políticas de educação, quando chegaram ao campo, apresentaram-se com conceito urbanocêntrico. A escola rural nada mais foi do que a extensão no quanto aos currículos aos professores à supervisão. (Brasil, 2007, p. 66).

Para que a Escola do Campo se enquadre na legalidade, seria preciso construir uma política nacional de educação do campo, voltada e comprometida com esse público, levando em conta a especificidade de cada localidade. Conforme Parecer CNE/LEB nº 23/2007 em que relata:

Que o processo educativo deve criar oportunidades de desenvolvimento e realização pessoais e sociais, trata-se, entretanto de trabalhar sobre as demandas e necessidades de melhoria sob vários aspectos: acesso, permanência, organização e funcionamento das escolas rurais, propostas pedagógicas inovadoras e apropriadas, transportes reflexão e aperfeiçoamento das classes multisseriadas, enfim, construir uma política nacional de educação do campo.(BRASIL, 2007, p. 66).

Conforme estabelece o Decreto 5.626/2005 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e com base neste Decreto, observou que no PPP da Escola não ressalta em nenhum dos seus textos sobre a inclusão de alunos surdos, porém a Escola Santa Terezinha tem aluno surdo, e que os professores e professoras não sabem como ensinar e avaliar. Pois os mesmos nunca tiveram uma formação, segundo o Decreto: “Deve ser proporcionado ao professor acesso à literatura e informações sobre as especificidades lingüísticas do aluno surdo”. (BRASIL, 2005).



A lei 5626/2005, está voltada para garantir o à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, nesse sentido o PPP da Escola Santa Terezinha não diz como a Escola pode atender esse educando. (Conforme em anexo).

Na reelaboração do PPP que a Escola está fazendo, é preciso acrescentar sobre o deficiente surdo para garantir a inclusão destes alunos ao acesso à comunicação à informação e à educação.

Currículo Escolar e as Especificidades dos Sujeitos do Campo

No PPP da escola e na matriz curricular não foi encontrado a legislação e as diretrizes para a Educação Básica, visto que o PPP da Escola Santa Terezinha tem muitas falhas e está pobre na sua elaboração. Por esse motivo a Escola começou reelaborar seu PPP neste ano de 2011. Almeja-se que seja contemplado no currículo escolar, conteúdos voltados as peculiaridades locais e o reconhecimento e valorização das diversidades dos povos do campo. (Conforme anexo).

Organizações e Movimentos Sociais

No dia oito de abril de dois mil e onze às nove horas, a Presidenta do STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Brasil Novo) Jiovana Lunelli respondeu a uma pesquisa, feita através de questionário. Dialogando sobre o Sindicato de Brasil Novo, para ajudar a entender como essa organização funciona e trabalha no município.

A Presidenta Jiovana Lunelli, relatou que o STTR de Brasil Novo nos anos de 1988 até 1992 era uma Delegacia ligada ao Sindicato de Altamira- Pará. Com a emancipação do Município, começou a discussão, para que Brasil Novo tivesse sua sede Sindical, junto com Organização como a FVPP (Fundação Viver Produzir e Preservar) juntamente com a Igreja Católica para que a Delegacia Sindical tornasse independente de Altamira. Foi então no dia 16 de julho de 1993 que foi criado o Sindicato de Brasil Novo, tendo como participações importantes de pessoas que faziam parte das Pastorais como: catequistas, dirigentes de comunidades e grupos de jovens.

A Igreja Católica que na época discutia a Teologia da Libertação que era um novo jeito de ser igreja como relata Silva (2006):

As comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que tinham sido criadas no início da década de 1960, baseada na Teologia da Libertação, se tornaram importantes espaços para os trabalhadores rurais e urbanos se organizarem e lutarem contra a



injustiça e por seus direitos, quer de mediação para o surgimento e desenvolvimento dos movimentos sociais populares, quer para a renovação interna da igreja(...) “nova forma de ser igreja”, (SILVA, 2006, pg. 76).

Atualmente o STTR de Brasil Novo está estruturado internamente com um presidente, vice-presidente e secretário. Esse sindicato atende todas as vicinais do município e conta com 4.200 sócios, em média 45% destes sócios são mulheres. 20% de jovens na faixa de 16 à 28 anos de idade. A participação dos sócios depende muito do interesse que ele tem pelos projetos que o sindicato desenvolve. Para a realização das atividades os recursos vem das mensalidades dos sócios, projetos e convênios.

De acordo com a presidenta o STTR de Brasil Novo tem como objetivo e bandeira de luta o “Fortalecimento da agricultura familiar”, As principais atividades que o STTR coordena são:

- Roça sem queimar, onde já foram aprovados os projetos para este ano de 2011, para 20 famílias;
- Criação de piscicultura e avicultura para diversificar a produção da agricultura familiar;
- Viveiro de mudas, para reflorestamento de áreas degradadas, em parceria com a IDEFLOR (Instituto de Desenvolvimento Florestal), foram produzidas no ano de 2010, 110 mil mudas de: cacau, açai, acapu, ipê-roxo, etc.
- Produção de grãos.
- Incentivo à produção de produtos orgânicos, juntamente com a cooperativa de cacau orgânico, que o STTR dá total apoio, e é o único sindicato da região que discute a produção orgânica. (Conforme apêndice).

A Presidenta Jiovana Lunelli, relatou que trabalha em parceria com a Paróquia Santíssimo Corpo e Sangue de Cristo- Brasil Novo; CFR (Casa Familiar Rural); Rádio Comunitária; Cooperativa de Cacau Orgânico; EMATER (Empresa de Assistência Técnica Rural) e FVPP (Fundação Viver Produzir e Preservar);

A Paróquia Santíssimo Corpo e Sangue de Cristo de Brasil Novo, vem apoiando o STTR a desenvolver as festas que acontecem todos os anos em comemoração do “ Dia do Agricultor”, evento promovido pelo sindicato. O Sindicato também acompanha nas visitas as comunidades para discussão da Campanha da Fraternidade.



Na Casa Familiar Rural de Brasil Novo, o STTR vem apoiando nas atividades da CFR, acompanha fazendo visitas às propriedades dos alunos, junto com monitores e técnicos. Incentiva e ajuda a desenvolver e para que sejam aprovados os projetos PRONAF JOVEM.

Com a Cooperativa de Cacau Orgânico, vem apoiando e incentivando os agricultores a produzir, discutir junto com os cooperados da importância de produzir sem uso de qualquer tipo de química, e é o único sindicato da Região que discute produção orgânica nas comunidades.

A Rádio Comunitária de Brasil Novo, o STTR é sócio fundador. Tem um programa (Espaço Sindical) que vai ao ar todos os sábados para transmitir os acontecimentos, eventos e informar sobre os trabalhos do sindicato.

A EMATER de Brasil Novo eles oferecem apoio de transportes para as visitas sindicais, apresenta projetos para serem encaminhados ao banco, tem apoio técnico para os sócios sindicalizados.

A FVPP coordena e dá assessoria ao (STTR) como também todos os movimentos e organizações da região. Junto com a FVPP, planejam as ações a nível regional.

Para atuar no município a Presidenta Jiovana Lunelli relatou as principais dificuldades: *“Distância para atender as vicinais por falta de estradas; falta de recursos financeiros; falta de transportes, para levar o material até as comunidades; falta de interação da AMTBRAM (Associação de Mulheres trabalhadoras de Brasil Novo)”*. (Conforme apêndice).

De acordo com a entrevista feita com a Presidenta Jiovana Lunelli, observou que o STTR de Brasil Novo vem trabalhando para valorizar e incentivar o agricultor com projetos e atividades voltadas para agricultura familiar, que é a bandeira de luta, criando possibilidades para que os agricultores (as) do município tenham uma vida digna nas suas propriedades.

Partilha dos Saberes

As treze horas do dia dez de junho de dois mil e onze, na EMEF Bom Menino, km 55 Travessão da 20 as alunas de Licenciatura em Educação do Campo, Dercília e Cristina se reuniram com a comunidade do Pitinga para fazer a Partilha dos Saberes.



A partilha dos saberes iniciou com a educanda juntamente com os seus alunos, onde fizeram uma apresentação encenada sobre a historinha da Dona Baratinha. Após a apresentação ela falou aos pais e mães presentes sobre o calendário escolar e o encerramento do primeiro semestre na escola.

Em seguida as educandas Cristina e Dercília fizeram uma explanação sobre políticas públicas, assunto do IV Tempo Acadêmico. Porque as políticas Públicas existem?; Quais são as políticas públicas existentes na comunidade e também da importância dos Movimentos Sociais para que estas políticas públicas aconteçam na sociedade.

As educandas do PROCAMPO Cristina e Dercilia fizeram uma demonstração que aprenderam com a professora Helena no tempo acadêmico. Convidaram uma pessoa para representar o desemprego e também algumas para ficarem ao redor da pessoa que estava representando o desemprego para representarem as Políticas Públicas. Fizeram esta demonstração para explicarem que as Políticas Públicas são na maioria das vezes criadas para camuflar o grande problema que existe no país chamado de “desemprego”.

As educandas do PROCAMPO fizeram um comentário da pesquisa de campo, do questionário que foi realizado no STTR com a Presidenta Jiovana Lunelli, reforçando para a comunidade da importância de serem sindicalizados e dos projetos que o sindicato realiza no município.

Terminaram suas falas com uma citação de Caldart 2002 a qual falava sobre os movimentos sociais e sua importância. Ao finalizar a partilha as educandas agradeceram a presença de todos e todas e foi servido um delicioso vatapá com arroz.

Considerações Finais

Diante da problemática em analisar as políticas públicas voltadas para o campo, referente a pesquisa realizada neste quarto Tempo Comunidade. Constatou-se que na comunidade do km 55, travessão da 20, existem políticas públicas como : bolsa família, posto de saúde, escola e merenda que atende desde a educação infantil e se estende até o ensino médio.

A partir da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Santa Terezinha, o mesmo apresenta muitas falhas, e por esse motivo a Escola junto com a comunidade começou neste ano de 2011 a reelaboração de um novo PPP, pois ele não atende a Legislação para Educação Básica para o Campo.



A Escola trabalha com calendários e currículos sem especificidades para os alunos do campo. No PPP que está sendo construído faz-se necessário a inclusão dos surdos conforme Decreto 5.626/2005, para garantir a esses alunos o acesso à comunicação, a informação e a educação. A escola é bem estruturada fisicamente com: sala de aula, biblioteca, sala de informática e uma casa para os professores de Ensino Médio.

Na entrevista realizada com a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Brasil Novo (STTR), observou-se que o sindicato tem uma grande atuação no município e nas comunidades, principalmente com projetos voltados para o incentivo da agricultura familiar, onde o STTR busca discutir com a comunidade sobre projetos que venham beneficiar os sócios sindicalizados, projetos que o próprio STTR coordena com várias atividades para o fortalecimento da agricultura familiar, incentivando os agricultores a diversificar a produção no seu lote, e assim aumentar sua renda.

Porém é importante que as famílias da comunidade estejam sindicalizadas, e possam ser beneficiadas com os projetos que o sindicato realiza no município, pois só é através das organizações que os agricultores conseguem forças para realizar os seus projetos e conseguir ter uma renda melhor, na propriedade em que moram.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Z. **Estado nações e Nacionalismo**, In: Aprendendo a Pensar, com a Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar 2010, p.p. 213 2 232.

BRASIL, **Resolução nº2, de abril de 2008, Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. In: Legislação e Diretrizes Educacionais. Apostila Procampo. Mimeo.

_____. **Dec. 5.626** de 22 de Dezembro de 2005.

_____. **Dec.7. 352** de 4 de Novembro de 2110.

_____. **Parecer, CNE;CEB nº 232007. Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo**, In: Legislação e Diretrizes Educacionais. Apostila Procampo. Mimeo.

DESLANDES, Suely Ferreira, **A Construção do Projeto de Pesquisa**. In: MINAIO, Maria Cecília de Souza (org.) Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. P. 22.



HERRERA, José Gerra, Gutembergue Amando Diniz. **Exploração Agrícola Familiar e o processo de ocupação da Região da Transamazônica.** Texto do NEAF. Texto Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, v.14 ,p. 1, 2006

SEVERINO, Antônio Joaquim, **Metodologia de trabalho científico**, 23ª Ed. Ver. E atualizada São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria do Socorro. **Da raiz a flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo.** In: Molina Mônica Castagna. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Questões temáticas e de Pesquisa.** In: caderno CRH, Salvador nº 39, p. 11-14-24 Julho/dezembro 2003.



GT 1 - Tecendo o futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB): cenários e perspectivas do (des)envolvimento do Brasil da Agricultura de Energia.

Leonardo Lima Vieira¹
Luiz Augusto Soares Mendes²
João Santos Nahum³

¹Graduando de geografia, IFCH, FGC- Universidade Federal do Pará, E-mail: leonardoly@oi.com.br

² Graduando de Geografia, Bolsista PIBIC, IFCH, FGC- Universidade Federal do Pará, E-mail: lasmgco@hotmail.com

³Professor, Doutor/ IFCH, PPGEO, FGC- Universidade Federal do Pará, E-mail: joaonahum@ufpa.br

Resumo

A Política Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, é um dos campos mais dinâmicos e principal alvo das políticas nacionais de incentivo ao biocombustível. Visto que é desde o ano 1975, que se registra o desenvolvimento de pesquisas, estudos, de tecnologias para a produção de biodiesel e a difusão do seu consumo, por parte do Estado Brasileiro. Esta realidade é fruto das políticas de incentivo que qualifica este setor, como estratégico ao desenvolvimento do país. No processo de desenvolvimento destas políticas de produção de biocombustível, temos os anos de 2004/2005, anos de lançamento e regulamentação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Assim, conduziremos nossa pesquisa, buscando desencadear a problemática pela noção de desenvolvimento territorial rural, que burla e remove a autonomia produtiva do produtor familiar e da pequena propriedade rural.

Palavras-Chave: Biodiesel; Política Nacional; Agricultura de Energia; Desenvolvimento Territorial Rural.



Introdução

A partir das conferências mundiais sobre o meio ambiente, principalmente a de Estocolmo em 1972, temos a intensificação do debate acerca do futuro do planeta no que se refere à preservação do meio ambiente e partindo deste pressuposto, várias diretrizes foram lançadas com o intuito de formalizar leis de preservação e de desenvolvimento, que fossem caracterizados como um crescimento e um “economicismo sustentável”. Assim temos a criação de um plano intitulado de Agenda XXI criado na Eco-92¹, que traz ao debate a implantação de um desenvolvimento sustentável em todo o mundo.

“Desenvolvimento Sustentável” é uma palavra, que nos induz a traçar um paralelo com a atual conjuntura no que se refere à produção e uso de Biodiesel, uma vez que não fugindo a regra o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, (o PNPB), tenta inserir-se no bojo deste debate, de forma que seu desenvolvimento seja pautado no discurso da sustentabilidade; uma sustentabilidade não só do meio ambiente, mas como também do homem, principalmente o homem do campo, o pequeno produtor familiar, que têm as piores condições de reprodução da vida, visto que os índices que mensuram a qualidade de vida de nossa sociedade são percebidos em piores números, no meio rural.

É meio a esta realidade de uma necessária mudança das características sociais do espaço rural e das condições de vida desta população, associada à urgência de uma mudança nas formas como o meio ambiente é tratado, que uma “política” é implementada no Brasil, estando associada às diretrizes do desenvolvimento territorial rural. Assim dizemos que o Proálcool (Programa Nacional do Álcool), de 1975; os incentivos e fomentos a pesquisa com biocombustíveis, que resultam no PNPB; e o próprio Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) de 2004/2005, são fundamentais ao entendimento do que aqui fomos tentados a pesquisar e discorreremos, a seguir.

Ao tratarmos dos bicombustíveis no Brasil, precisamos ressaltar a importância que esta fonte de energia tem na mudança do cenário nacional e mesmo mundial afirmamos que, o mundo e o Brasil vive, uma esquizofrenia, esta pós-modernidade, aclamada por muitos teóricos é marcada por este mundo doente, apontado pela moléstia

¹ A ECO-92, Rio-92, Cúpula ou Cimeira da Terra são nomes pelos quais é mais conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre [3 e 14 de junho](#) de [1992](#) na cidade do [Rio de Janeiro](#).



dos problemas ambientais, da ausência de discussões, sobre a política, a democracia, da predominância do economicismo puro e “desomemficado”². Tendo em vista este aspecto nos perguntamos neste artigo, se as “sociedades locais” foram respeitadas, quando da elaboração destas políticas, se os aspectos da autonomia produtiva e da necessidade do agricultor são realmente satisfeitas, procurando assim desvendar o verdadeiro conteúdo político da produção de biodiesel.

A Política Brasileira de Agricultura e de Energia

O Brasil está há cerca de 40 anos desenvolvendo políticas para a produção e difusão do uso de biodiesel e a primeira ação neste sentido data do ano de 1975, com a implantação na matriz energética brasileira do Programa de desenvolvimento do bioetanol como substituto da gasolina, este programa ficou conhecido como Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), que é considerado pelos críticos e cientistas em desenvolvimento de oleaginosas, conforme (PAULA e SILVA, & SAKATSUME, 2007), a maior experiência mundial em exploração comercial de biomassa como fonte de energia.

O Proálcool foi regulamentado na matriz energética nacional em 1975, através do Decreto Nacional Nº 76.593, de 14 de novembro de 1975, pelo presidente Ernesto Geisel, depois de consultas e amplas discussões com o setor envolvido na produção de combustíveis. O uso efetivo deste programa ocorreu após a observação e elaboração, em setembro de 1975, do relatório “*Etanol como combustível*”, pela Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) do Ministério da Indústria e Comércio. Neste documento a abordagem aludindo o desenvolvimento independente de tecnologias de produção para a utilização de biomassa, como combustível, ocupava a centralidade da discussão.

Enfatizando as vantagens oriundas das características excepcionais da exploração da cana-de-açúcar e promovendo ao mesmo tempo a exploração de outras fontes, como o uso da mandioca, por razões de política de desenvolvimento, vai ser resultado deste aspecto, a proliferação de estudos que vão desencadear no manejo e na chamada produção sustentável de oleaginosas à produção de biodiesel, como o babaçu, a palma, a soja, o girassol, o amendoim, o pinhão-manso e o dendê, vegetais estes que vamos nos deter nas suas realidades e políticas de produção à frente deste artigo.

² Desomemficado consistiria em um neologismo dos autores para identificar como o homem é despolitizado, e tratado como objeto no capitalismo, vigente em nossa sociedade, sendo que a despolitização e retirada das condições de trabalho deste homem é a causa dessa desomemficação



No cerne, o Proálcool teve duas fases distintas, que são aspectos ímpares para entender o desenvolvimento da produção e a entrada de outros vegetais oleaginosos, nos itens de culturas reguladas pela agroindústria nacional nos últimos 10 anos, de forma contundente. Assim as duas fases do Proálcool consistem na fase de implantação em 1975, em que o bioetanol era utilizado como aditivo à gasolina, e a “fase II”, iniciada em 1979, utilizando-se do E100, bioetanol puro, em substituição à gasolina, quando se fazem o financiamento à automóveis flex, que funcionam à biodiesel e gasolina.

O Proálcool foi um sucesso em todo o território nacional, visto que relacionou a superação e fortalecimento das necessidades de diversos setores econômicos. Não foi devido apenas à garantia da oferta de um combustível alternativo à gasolina à população, mas também como um programa para a indústria automobilística e para o investimento dos recursos acumulados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool no *boom* do açúcar, anterior ao ano 1975.

O desenvolvimento das indústrias e da população brasileira também pode ser confirmado através do consumo de combustíveis líquidos. O consumo de bioetanol hidratado mais anidro deslocou, em 1989, quase 50% do consumo de gasolina. Este deslocamento ocorreu em um período de 11 anos, desde o início da “fase II” do Proálcool. A frota de carros movidos somente a bioetanol hidratado, E100, aumentou continuamente a partir de 1979, e já em 1985, a participação nas vendas alcançou 96% da frota comercializada. Configurou-se toda uma articulação histórica acerca da evolução e difusão da produção de biodiesel, tanto a nível internacional quanto nacional, assim com relação à produção e políticas, ações e execuções da difusão do biodiesel, temos ações anuais desde 1975, conforme (SOUZA, 2006 *apud* PLÁ 2002; KNOTHE 2001; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA 2005; ANP 2005):

[...]1975: Lançamento do PROÁLCOOL, objetivando diminuir progressivamente a importação de petróleo; - 1980: Depósito da 1ª Patente de Biodiesel no Brasil – Dr. Expedito Parente (Fortaleza-CE). - 1988: Início da produção de biodiesel na Áustria e na França; também primeiro registro do uso da palavra “Biodiesel” na literatura; - 1997: EUA aprovam biodiesel como combustível alternativo;- 1998: Setores no Brasil retomam os projetos para o uso do biodiesel; - 2002: Alemanha ultrapassa a marca de 1 milhão ton./ano de produção; - 08/2003: Portaria ANP (Agência Nacional do Petróleo) 240 estabelece a regulamentação para a utilização de combustíveis sólidos, líquidos ou gasosos não especificados no País; - 12/2003: Decreto do Governo Federal institui a Comissão Executiva Interministerial (CEI) e o Grupo Gestor (GG), encarregados da implantação das ações para a produção e uso do biodiesel; - 24/11/2004: Publicadas as resoluções 41 e 42 da ANP, que instituem a obrigatoriedade de autorização deste órgão para a produção de biodiesel, e que poderá ser adicionado ao óleo diesel, na proporção de 2% em volume; - 06/12/2004: Lançamento do Programa de Produção de Uso do Biodiesel pelo Governo Federal; - 13/01/2005: Publicação da Lei 11.097 que



autoriza a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; - 22/02/2005: Instrução Normativa da SRF nº 516, a qual dispõe sobre o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores e os importadores de biodiesel, e dá outras providências; - 24/03/2005: Inauguração da primeira usina e posto revendedor de Biodiesel no Brasil (Belo Horizonte, MG); - 19/04/2005: A medida provisória foi à sanção do presidente; - 02/08/2006: Petrobrás prevê produzir 85% de todo o biodiesel brasileiro; - 01/10/2006: Brasil exporta tecnologia biocombustível à Europa. Peugeot amplia testes com biocombustível no Brasil; - 03/10/2006: Agência Nacional do Petróleo (Brasil) e Empresa de Pesquisa Energética firmam acordo para troca de informações sobre matriz energética; - 05/10/2006: Volkswagen já testa 5% de biodiesel em caminhões. (SOUZA, 2006. pp. 3 e 4)

Já em relação ao Programa Nacional de Uso e Produção do Biodiesel (PNPB), resultado da ação consequencial de produção de combustíveis alternativos ao petróleo, em escalas internacionais e nacionais, voltados a demandas “mercadófilas”, a produção de biodiesel, entra na matriz energética brasileira em 2005, vai ser difundida, financiada e voltada à agroindústria, firmando cada vez mais a política de agricultura de energia construída no Brasil, desde 1975. Como consta, no quadro II, da tabela acerca das “plantas de biodiesel autorizadas para operação/operação e comercialização”.

Destarte, em janeiro de 2005, no Governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi promulgada a Lei Federal nº 11.097, que incrementa na matriz energética brasileira o biodiesel, sendo fixado em 5% (cinco por cento), em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional. Sendo regida pelo Conselho Nacional de Política Energética – (CNPE), e cabendo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e biocombustível (ANP) a regulação e controle da produção e administração, em que observação da disponibilidade de oferta de matéria-prima e a capacidade industrial para produção de biodiesel, bem como a participação da agricultura familiar na oferta de matérias-primas serão regidas como políticas de desenvolvimento econômico, afim de reduzir as desigualdades regionais e as mazelas sociais vividas no campo.

Depreende-se que a produção de biocombustíveis, para o atual governo é um campo estratégico, nas políticas de desenvolvimento e geração de renda no território nacional, visto que a população rural e o produtor rural, são envolvidos para produzir oleaginosas, isso em números elevados, sendo que são todos voltados a demanda de produção de biocombustíveis no Brasil. Os grandes latifundiários por conta da monocultura que é necessária, também são beneficiados na produção de biodiesel, na verdade os principais beneficiados.



O agricultor familiar hoje desempenha um importante papel na cadeia de produção de energia renovável, o que é até previsto no Inciso II, do parágrafo 2º do Art. 2, da referida lei, mesmo estando na ponta de baixo da cadeia produtiva, designado para este uma “política ideológica” em que pesa mais o desenvolvimento da “descaracterização”, e essa descaracterização é realizada pelos órgãos responsáveis pela política nacional de produção de biodiesel, órgãos como o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e a ANP (Agência Nacional do Petróleo) que participam da gestão do (PNPB) [Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel](#), por meio do qual, além de estimular a produção do novo combustível, procura apoiar a participação da agricultura familiar na cadeia de produção, usam instrumentos como crédito, zoneamento, [fomento](#), benefícios fiscais ([Selo Combustível Social](#)), como estímulo e a produção.

São instrumentos que além de “promoverem o fortalecimento da agricultura familiar” na produção de biodiesel segundo o discurso, servem para desalojar as estruturas agrárias das mais diversas regiões inseridas na produção do biodiesel, servindo também para modificar o papel que tem a agricultura familiar na produção de alimentos e suas dinâmicas locais. O discurso que se tem é que o (PNPB) implementa de forma sustentável, a produção e uso do biodiesel, tendo como princípios a inclusão social e o desenvolvimento regional, com geração de emprego e renda, a toda à família, tirando a autonomia do produtor familiar, pois se antes ele tinha sua vinculação à produção e a dinâmica endógena, agora está assentado à demandas externas ao território e ao local.

São as leis de mercado, que regulam a produção de oleaginosas, é uma espécie de “mercadofilia” da produção familiar, a desarticulação do ser, de seu espaço produzido, tirando sua autonomia na produção espacial, em termos ontológicos. Uma total massificação do homem camponês, ele passar a ser regulado, através da regulação do seu trabalho, seus meios de produção e seu modo de produção, o homem é desapropriado de ator social, não sendo mais produtor do seu espaço geográfico. Vemos assim estas ações, como atos para a despolitização do espaço, sendo que a própria lei de regulamentação da Produção e uso do Biodiesel no território nacional, não corrobora para a construção da discussão política, acerca das demandas sociais, há na verdade a despolitização do homem do campo, e sua “economicização”, o domínio do economicismo e de aspectos apenas mercadofílicos na produção familiar de oleaginosas.



Há nestas características uma ampliação da política brasileira de produção do biodiesel, o quadro I, mostra a evolução da capacidade nominal de produção e a produção anual e a demanda compulsória de biodiesel nos últimos seis anos, desde a implementação da Lei federal nº11. 097, que no Brasil estão associados ao agronegócio e a agricultura de energia, em que se compõe como ramo da economia nacional, sendo contabilizados no PIB (produto Interno Bruto) anual da federação brasileira.

QUADRO I

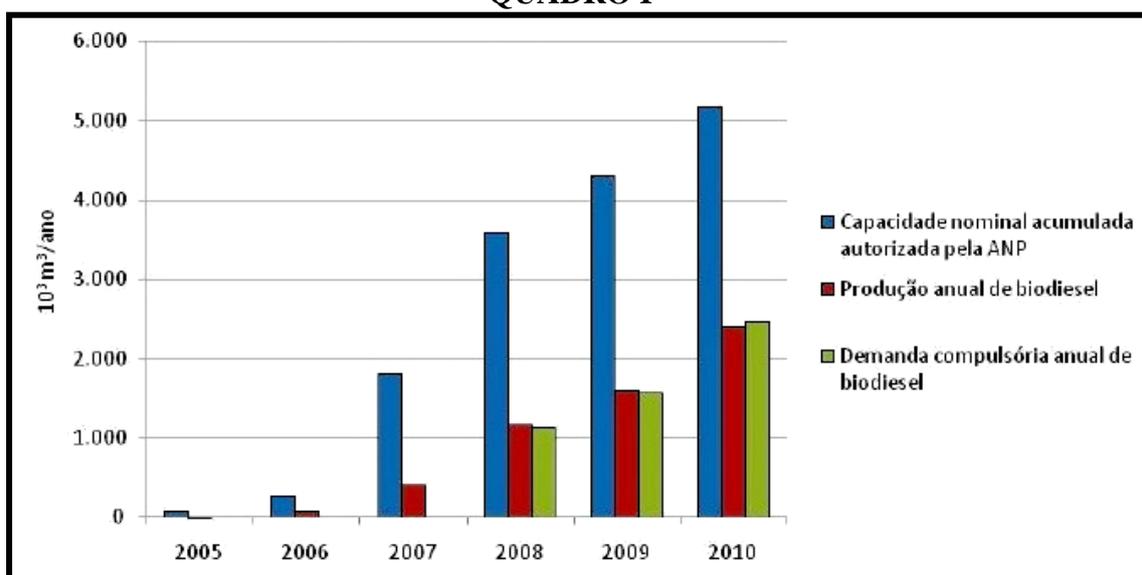


Gráfico da evolução anual da Produção, da Demanda Compulsória e da Capacidade Nominal Autorizada pela ANP de 2005-2010.

Fonte: NEVES, 2011. Boletim Mensal de Biodiesel de Outubro de 2011, ANP.

Percebemos que o gráfico evolui no decorrer dos anos devido às políticas de fomento para a entrada cada vez maior no agronegócio, da agricultura familiar, com a produção de biodiesel, pois as ações da ANP, com o PNPB têm como fundamentos: Implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social; Garantir preços competitivos, qualidade e suprimento; Produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas. Assim a participação dos agricultores familiares na produção de biodiesel acontece em diferentes etapas, tais como 1 - produzindo sementes e mudas de oleaginosas; 2 - fornecendo os grãos das oleaginosas (mamona, dendê, girassol, soja, etc.) para as indústrias processadoras; 3 - extraíndo o óleo vegetal dos grãos e separando-o do farelo. 4 - organizando suas próprias usinas para a produção do biodiesel.

A atual conjuntura da produção e difusão no consumo de biodiesel



A palavra “Desenvolvimento Sustentável” nos induz a traçar um paralelo com o atual conjuntura no que se refere a produção e uso de Biodiesel, uma vez que não fugindo a regra a (PNPB) na atualidade tenta inserir-se no bojo deste debate, de forma que seu desenvolvimento seja pautado no discurso da sustentabilidade.

A importância de se pensar em fontes de energias renováveis em nossa atual conjuntura torna-se uma regra, as fontes de produção de combustíveis não renováveis não só possui tal característica de exaurir-se como também se torna para algumas realidades inviáveis economicamente, para tanto a partir da implementação da Lei Federal nº 11.097, o Brasil delinea um possível cenário inserindo-se nesta perspectiva e associando tal cenário ao debate sobre desenvolvimento e sustentabilidade do território bem como de responder as exigências da (ANP) no que se refere a produção.

Para responder a tais exigências e a uma respectiva repercussão no que se refere a produção do biodiesel existem hoje 65 plantas³ produtoras de biodiesel autorizadas pela ANP em todo território nacional, correspondendo a uma capacidade total autorizada de 17.862,95 m³/dia. Onde das 65 plantas que possuem autorização para a produção, 60 são autorizadas para comercialização do biodiesel produzido em território nacional, quando a razão de sua comercialização corresponde a 17.175,25 m³/dia.

No que se refere a expansão da produção e da comercialização de biodiesel existem mais 10 novas plantas de biodiesel que foram autorizadas para construção e 8 plantas de biodiesel autorizadas para ampliação de capacidade. Com tal autorização e posterior finalização das obras a razão da capacidade pode ampliar-se em cerca de 4.727,79 m³/dia.

É importante ressaltar que no bojo do debate de ampliação da capacidade de produção do biodiesel, foram outorgadas duas autorizações no mês de outubro de 2011, sendo uma para operação referente à instalação de caldeira e tanques da *Petrobras Biocombustível* e outra para Comercialização referente à ampliação de capacidade da *Amazonbio*, que demonstram como hordienamente está sendo alterada e ampliada a produção de biodiesel .

³ Consiste no parque tecnológico do desenvolvimento químico e científico do biodiesel desde a transesterificação da matéria-prima até a transformação dos resíduos, que não foram transformados em combustível, em adubo, ração animal etc.



No território brasileiro a atuação da produção de biodiesel bem como de suas plantas de produção que se encontra em plena atividade não só para a operação como também para a sua comercialização, tem fundamental importância no índice de produção anual que é exigida pela ANP, diversos municípios encontram-se inseridos no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) bem como nas próprias plantas autorizadas pela ANP.

MAPA I



Fonte: Boletim Mensal de biodiesel, de Outubro/2011. Adaptado pelos autores.

Assim é de suma importância evidenciar alguns dos resultados e até mesmo traçar perspectivas sobre o desenvolvimento territorial e das monoculturas ligadas a produção de oleaginosas com destino a obtenção de bicomcombustível.

A expansão da produção de oleaginosas no Brasil para atender o mercado do bicomcombustível possui características singulares na atual conjuntura, pois, exigem alto nível de progresso técnico em meio rural como acima já foi evidenciado, bem como da tentativa de gradativamente diminuir a utilização do petróleo, tendo em vista que o mesmo não é um recurso natural renovável. A esquizofrenia do mundo pós-moderno, sobre a égide de uma cultura neoliberal globalizada nos remete a algumas questões que são cruciais para o entendimento destas singularidades como: a inserção de forma plena



de uma minoria ao processo, e a inserção precária da maioria, gerando a partir daí os primeiros impactos sociais em evidência.

As políticas de desenvolvimento territorial que acima foram caracterizadas acabam por reafirmar a concepção de que as mesmas não passam de políticas segregatórias em meio a um processo de tecnificação irracional do campo, que gera impactos tanto positivos para quem é inserido no processo, e negativos para quem é precariamente inserido, tais impactos sendo de ordem social ou ambiental possuem íntima relação com a fraca legislação ambiental e o território é pensado “de fora” de sua escala, na dimensão do capital além da escala de próprio Brasil.

Sendo assim a fraca legislação ambiental associada a uma gestão exógena do território, otimiza ainda mais a expansão da produção de oleaginosas sem que se tenha um real controle dos impactos ambientais e sociais gerados a partir da utilização de grandes extensões de terras. Tais impactos também só podem ser analisadas a partir do momento que traçarmos uma relação com a transformação do pequeno produtor antes ligado a uma policultura em um pequeno empreendedor ligado a monocultura. A expropriação da autonomia deste pequeno produtor possui peculiaridades e gera também o nosso terceiro ponto do eixo de discussão que é a insegurança alimentar, ou seja, até que ponto repercutirá no cotidiano da sociedade a substituição de uma agricultura preocupada com o abastecimento de alimentos que fazem parte da dieta da população pela produção que subsidiará o agronegócio ligado a produção de biodiesel.

Os cenários e as perspectivas da produção e uso do biodiesel

Hoje território não é mais compreendido em sua concepção clássica, ou seja, como “denúncia”, mas como território do desenvolvimento com sinônimo de progresso⁴. O grande questionamento a ser feito a partir desta concepção é a que nos mostra (DUPAS 2006 *apud* RAMBO & *et ali*, 2008), à quem esse progresso serve? Quais seriam os seus impactos para o desenvolvimento social e ambiental? De que maneira isso poderia interferir na perpetuação da população local? Que impactos esse progresso poderia causar e quais os objetivos de quem conduz tal desenvolvimento territorial?

Desta forma passa-se a entender como as políticas de desenvolvimento territorial configuram uma possível “segregação sócio-espacial do camponês”, visto que

⁴ Concepção de território, pautada nas aulas da disciplina de Política e Organização do Espaço Agrário, proferidas pelo Prof. Dr. João Nahum, no Curso de Geografia, da Universidade Federal do Pará.



em meio a um elevado índice de tecnificação do campo, que pode gerar resultados muito diversificados no que se refere ao desenvolvimento social. Entre tanto esse desenvolvimento em prol de uma expansão está intimamente ligada (RAMBO & *et ali*, 2008) a uma gestão do território, gestão essa exógena à escala local, cria possibilidades de se perpetuar uma fraca legislação ambiental, bem como o não atendimento da demanda local, gerando assim severos conflitos.

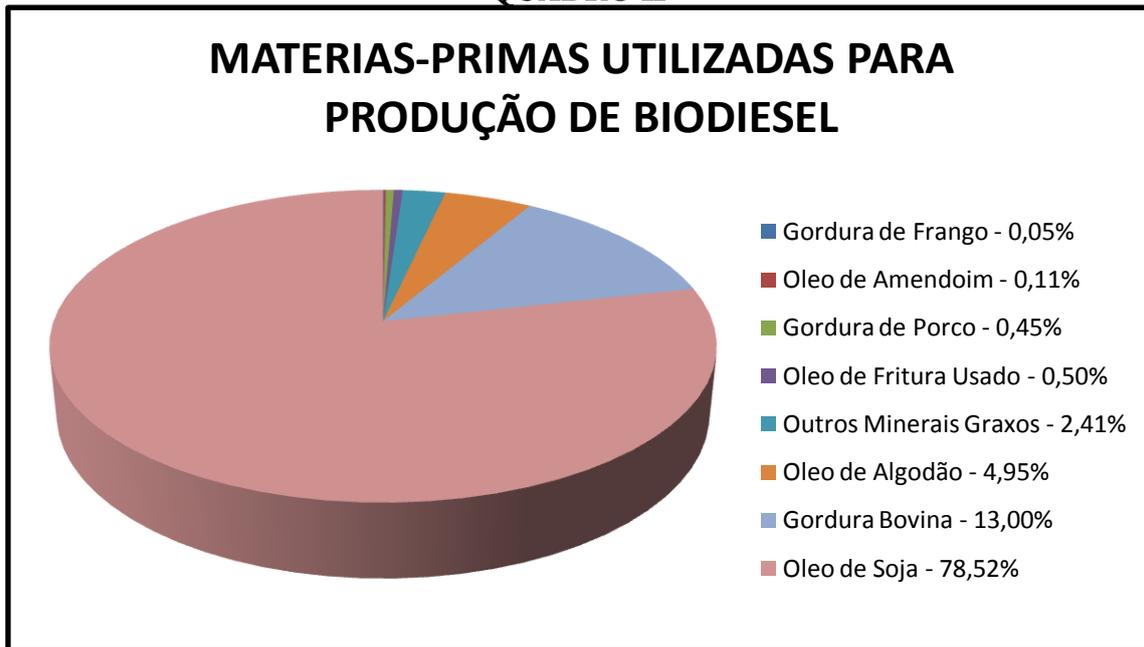
Estando fundamentalmente atrelada as “necessidades” e aos discursos que se impõe na sociedade global, no que perpassa a realidade de nosso planeta, acerca do meio ambiente, as políticas de produção e consumo de biodiesel, ano após ano, ganharam força, e se consumaram fazendo corpo até mesmo nas demandas do agronegócio, concebidas como uma forma de desenvolvimento do meio rural brasileiro e da economia nacional.

Assim como foi apresentado no mapa I, a realidade nacional de produção de biodiesel é presente de forma dispersa e em todas as regiões brasileiras, os 14 estados e os 65 municípios que assentam “plantas de produção” de biodiesel, apresentam as mais variadas oleaginosas e também gordura animal, como matéria-prima, fazem da agricultura familiar, das cooperativas de produtores agropecuários as suas reservas, às grandes transformadoras e refinadoras de óleo vegetal.

As principais biomassas, da base de produção de biodiesel são, em destaque, o óleo de soja, em segundo os óleos de dendê, o algodão, a gordura bovina e a palma, e terceiro lugar, temos a canola, o girassol e o pinhão-manso, conforme o quadro II, observe. Todas essas matérias primas contam com sistemas e espécies de “fundos” de financiamento, sendo que a estratégia do governo é associação dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), o de Minas e Energia (MME) e da Agencia Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).



QUADRO II



Fonte: Boletim Mensal de biodiesel, de Outubro/2011. Adaptado pelos autores.

A evolução e importância da produção de biodiesel é tamanha, que temos que destacar o crescimento das plantas produtoras de biodiesel, visto que segundo informação do Boletim Mensal do Biodiesel, mês de outubro/2011, foram solicitadas 15 autorizações para construção de novas plantas produtoras de biodiesel e 11 solicitações de autorização para construção, referentes à ampliações de capacidade de produção já existentes, ou seja, um processo evolutivo envolvendo uma quantidade enorme de capital.

O exposto acima se confirma, quando no decorrer da pesquisa encontramos que a maior empresa produtora de biodiesel da América Latina, é brasileira, a “BS BIOS Energia renovável”, situada no município de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul. A permissão para a construção da planta da empresa foi concedida em novembro de 2005, pelo então presidente Lula, hoje recém inaugurada a planta é responsável por 10% de toda a produção nacional de biocombustível e 8% da produção de grão de soja, do total do Estado em questão.

São vários os ramos e atividades que sustentam a política nacional de uso e produção do biodiesel, a entrada ou anúncio de construção de “plantas industriais” de biodiesel em municípios é controlada arrisca pela ANP, por atrair renda a população rural e dinamizar a economia municipal, pois não é somente a população da zona rural, que se beneficia com a implantação da planta, todo o município ganha, pois serão necessários técnicos, engenheiros, motoristas e tantos outros tipos de serviços à base de



produção de biodiesel, que o município verá sua dinâmica alterada e um “desenvolvimento”. E temos somado a estes aspectos o Governo, agro-empresários, produtores de álcool e biodiesel e institutos de pesquisa do Brasil engajados num verdadeiro rali nacional e internacional.

Existem hoje ações e financiamento de pesquisas que visam transformar o álcool combustível e o biodiesel em produtos facilmente comercializáveis no mercado global, ou seja, segundo os economistas, em *commodities*; para serem comercializados hodiernamente com tantos outros países e sendo cotado na bolsa de valores, aumentado de forma contundente a realidade nacional da produção e firmando a política de produção de biodiesel, com sua demanda “*para fora*”, ampliada.

Assim a perspectiva do crescimento cada vez maior de incentivo e da implementação de plantas de produção de biocombustível é claro, principalmente os originários das plantas oleaginosas, pois é cada vez maior os centros de ciência e tecnologia, pesquisando e desenvolvendo matrizes de estudos que melhorem e dinamizem a produção; o Estado financiando; mais empresas surgindo neste setor e maior número de agricultores familiares inseridos nestas políticas, sendo seduzidos pelo discurso da modernidade e do desenvolvimento territorial rural.

Assim podemos dizer que essa forma de pensar o meio rural, transformando o produtor familiar, a agricultura família em agronegócio é o futuro do Brasil traçado e voltado ao “economicismo” do mundo globalizado, o problema se pautará na perda da autonomia que este agricultor acarretará, pois quando de uma crise, no setor de Biocombustíveis, o primeiro a quebrar, será o pequeno produtor que vive do arrendamento de suas terras, e uma pergunta que ficar é; como vai ficar o produtor rural, que tinha um leque de produção, e agora é um monocultor- vinculado apenas ao biodiesel, quando de uma crise nesse sistema?. Perdeu sua autonomia produtiva, vai viver como? Sendo que o antigo produtor que arrenda a terra vai para a cidade, (realidade do município de Moju⁵), passando a desenvolver atividades paralelas na cidade, para complementar a renda que lhe é dada, pelo arrendamento da terra, eis a questão. Se a tendência é desenvolver o campo, a agricultura familiar aqui a preocupação é como ficará esse produtor em momentos que a economia do “agrocombustível e da agricultura de energia”, passarem por crise?

⁵ Moju é um município localizado na região de integração Paraense do Tocantins, as informações aqui acerca de Moju, sobre o agronegócio do biodiesel, são de conversas paralelas, com membros de famílias que estão vinculados à empresas produtoras de biodiesel no município; como a Agropalma e a BioVale.



Considerações

As atuais políticas de implementação de programas voltadas para o desenvolvimento a expansão do agronegócio e suas tecnologias, evidenciam pelo menos duas perspectivas que precisam ser trabalhadas de forma indissociável, uma vez que na atual conjuntura podemos perceber uma clara espacialização do agronegócio em uma parte considerável do território brasileiro, bem como de sua atuação no desenvolvimento territorial rural, entretanto é pertinente que tal perspectiva como tentamos ressaltar no decorrer deste texto, deva ser refletida com as “externalidades”, que a lógica do agronegócio pode causar. Externalidades essas que não só podem gerar impactos em escala local como também a nível global se levarmos em consideração os impactos ambientais.

A indissociabilidade entre as duas perspectivas norteou os resultados aqui evidenciados, assim podendo concernir que o desenvolvimento em ambas as partes são apenas o denominador comum de um (des)envolvimento. Para a ordem vigente desenvolver é sinônimo de tecnificar, implementar, construir, industrializar, gerar emprego e renda, levando em conta o que é preciso, onde é preciso e porque essas coisas se fazem necessárias. No que se refere a sua abrangência territorial de sua atuação e também a todas as políticas que partem do pré-suposto de que é necessário desenvolver o território, tentamos aqui responder questionamentos, tais como: para quem esse desenvolvimento foi direcionado?, Quais atores estão envolvidos?, e que implicações sociais esse tal “desenvolvimento” gerou não só para o presente como também para as gerações futuras das populações atingidas?. Logo o que e tratado como desenvolvimento para o agronegócio não e o mesmo para as populações locais.

Tão logo no limiar destas indagações, concluímos que o (des)envolvimento aqui trabalhado possui externalidades no sentido de não gerar o desenvolvimento social com sinônimo de justiça no campo, expropriando a autonomia do camponês e uniformizando-o, mesmo que inconscientemente sobre o que plantar, como plantar, e para quem plantar.

Sendo que não podemos deixar de mensurar que os cenários, se assim continuarem vão agravar a realidade camponesa e agrária do Brasil, pois existe um consenso e as leis foram postas e regulamentadas, o camponês, o trabalhador rural, o agricultor familiar, agora são agro-empresários, sócios do grande capital e “base importante do mercado”, será mesmo?



Referências Bibliográficas

- AGENCIA PARÁ. **Reportagem Simão Jatene e o presidente Lula visitam plantio de dendê em Moju e inauguram usina de biodiesel em Belém.** Edição de 27/04/2005. Disponível em: <http://www.agenciapara.com.br>. Consulta realizada em 30/11/2011.
- AMAZÔNIA JORNAL. **Reportagem da visita do Presidente Lula visita projeto de agricultura familiar em Moju.** Edição de 27/04/2005. Belém-Pará: Agencia Pará. Disponível <http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=noticiaImprimir&id=158776>. Consulta realizada em 30/11/2011.
- ARANDA, D. A. G.; FURTADO, N. C. C. P.; CRUZ, Y. R.; ENCARNAÇÃO, A. P. G.; Vantagens e Desvantagens das Rotas de Produção de Biodiesel para o Brasil. In: **Cadernos de Estudos Estratégicos. Centro de Estudos - Estratégicos da Escola Superior de Guerra (Brasil) - N. 09 (jul.2010) – Rio de Janeiro: CEE-ESG, 2010. pp 200- 236.**
- LEI nº 11.097, **Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira:** altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências. De, 13 de janeiro 2005.
- NEVES, L. P. Boletim Mensal de Biodiesel. In: **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.** Superintendência de refino e processamento de gás natural – SRP, mês de Outubro de 2011. Disponível em www.anp.gov.br
- OLIVEIRA, A. U. Palestra Estado e a Questão Agrária na Pan-Amazônia. In: **“V Encontro Internacional de Geografia Agrária e VI Encontro Nacional de Geografia Agrária”**, Belém- Pará, Novembro/2011.
- ONG Reporte Brasil- Org. O Brasil dos Agrocombustíveis: Impactos das Lavouras sobre a Terra, o Meio e a Sociedade - Gordura Animal, Dendê, Algodão, Pinhão-Manso, Girassol e Canola. **Quinto relatório do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA).** 2009
- PAULA e SILVA, E. de & SAKATSUME, F. A Política Brasileira de Biocombustíveis. In: **Public Policies: The Brazilian Agriculture and Agro-Energy Policies.** Tema 3: The Brazilian Biofuels Policy da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2007.
- Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel: Inclusão Social e Desenvolvimento Territorial. In: MDA-BRASIL (**Ministério do Desenvolvimento Agrário**)- Secretária da Agricultura Familiar, 2011. Disponível em www.mda.gov.br/biodiesel
- RAMBO, A. G.; FILIPPI, E. E.; WA LIMA, S. K.; Desenvolvimento Territorial: Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel X Projeto Microdestilarias. In: **Anais do SOBER: (XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural).** Rio Branco-Acre, 2008.



- RODRIGUES, R. A. Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: uma referência para a análise da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. In: **Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**. Res Pvblica/Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Brasília. Vol. 6 – nº. 1, Jan/Jun. ANESP, 2007. pp 9-26.
- SALES, J. C.; SOMBRA, A. S. B.; FURTADO FILHO, A. F. G.; O Biodisel produzido a partir da mamona e suas conseqüências para o desenvolvimento do Ceará: aspectos ambientais, sociais e econômicos. In: **Anais 2º Congresso Brasileiro da Mamona: Canário Atual e Perspectivas**. Aracajú, 2006.
- SOUZA, M. T. B. de Análise da utilização do biodiesel como alternativa para o desenvolvimento sustentável. In: **Anais do I Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica**, Natal-RN, 2006.
- <http://www.biodieselbr.com>, Consulta em 05/12/2011



GT 1 – Tecendo o futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores
seniores e graduandos

**Os Agricultores Familiares Sem-Terra e a Cadeia Produtiva do Arroz Ecológico
na Região Metropolitana de Porto Alegre: seus impactos e suas interações com a
comunidade e o meio-ambiente.**

Joel Luís Melchiors ¹
Rosa Maria Vieira Medeiros ²
Douglas Machado Robl ³

¹ Graduando em Geografia / Bolsista do PBIC / NEAG / Instituto de Geociências / UFRGS, E-mail: joelmelchiors@yahoo.com.br

² Pós- Doutora / Professora do Departamento de Geografia / Instituto de Geociências / UFRGS, E-mail: rmvmedeiros@yahoo.com.br

³ Licenciado em Geografia / Instituto de Geociências / UFRGS, E-mail: dourobl@hotmail.com

Resumo

Este artigo sintetiza a etapa inicial da análise territorial da cadeia produtiva do arroz ecológico dos assentamentos rurais, em municípios da região metropolitana de Porto Alegre, que foi desenvolvida como parte do projeto do PPG-Geografia da UFRGS aprovado junto ao PNPd, iniciado em 2010. Esta cadeia produtiva, que vem se construindo na última década, tem sido responsável por uma série de transformações territoriais e ambientais nos assentamentos da região, uma vez que ao participarem as famílias assentadas rompem não apenas com um padrão de produção agrícola dependente de insumos externos, mas constroem novas relações socioespaciais. A produção do arroz, orientada pelos princípios agroecológicos, transforma radicalmente o papel dos/as agricultores/as que deixam de ser meros consumidores de pacotes tecnológicos e se tornam efetivamente produtores de alimentos e de conhecimento. Os/as produtores/as membros da cadeia contribuem diretamente na tomada de decisões tanto no processo de produção, quanto de armazenamento, beneficiamento e comercialização e ampliam a rede de relações com atores públicos e privados em múltiplas escalas – local, regional e nacional – tanto para negociar investimentos, ampliar mercado, quanto para trocar experiências e produzir inovações tecnológicas. Neste artigo será analisada a mudança no papel do/a agricultor/a, a partir de depoimentos de produtores/as do Assentamento Filhos de Sepé, no município de Viamão, que se inseriram na cadeia produtiva do arroz ecológico nos últimos anos e estão vivenciando as transformações que a transição agroecológica impõe.

Palavras-chave: Assentamentos rurais, Região Metropolitana de Porto Alegre, cadeia produtiva do arroz ecológico, relações socioespaciais.



Introdução

Na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) grande parte da produção do arroz orgânico (ou ecológico) está localizada nos assentamentos rurais. Este fato evidencia a importância que os agricultores sem-terra têm neste contexto e como eles podem transformar o meio no qual vivem através da produção limpa do arroz. A organização deles em cooperativas ajuda na comercialização e distribuição da sua produção, além do aumento nos lucros na divisão dos participantes, pois nem todos os assentados são cooperativados.

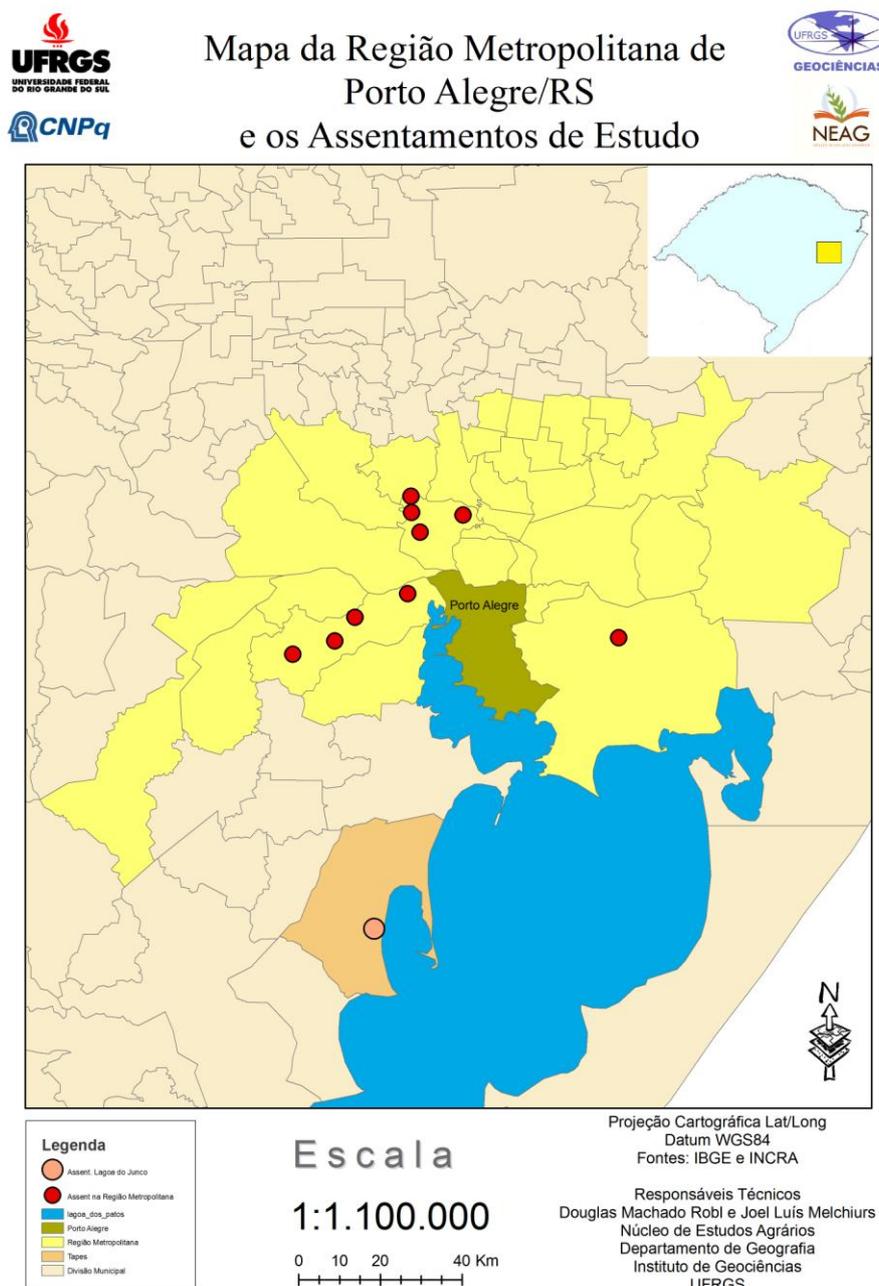


Imagem 1: Segundo o IBGE (2012), o município de Tapes não integra a RMPA; ele está representado neste mapa devido a COOPAT também produzir o arroz orgânico. Mapa: NEAG / UFRGS.



A organização, o desenvolvimento e a atual expansão da cadeia produtiva do arroz ecológico começou no final dos anos 90, quando a Cooperativa dos Assentados de Tapes (COOPAT) começou a produzir o arroz orgânico. Logo depois, a Cooperativa dos Assentados de Nova Santa Rita (COOPAN) e a Cooperativa dos Assentados de Charqueadas (COOPAC) também iniciaram a produção do arroz orgânico. Estas três cooperativas, localizadas em pontos distantes um dos outros, foram muito importantes para a criação do Grupo Gestor do Arroz Ecológico, que as coordena e está submetido à Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região Metropolitana de Porto Alegre (COOTAP).

Uma das grandes contribuições da produção do arroz orgânico é que, como destacam Medeiros e Laurent (2008):

A agricultura orgânica prega, também, a rotação de culturas e mantém a biodiversidade dos espaços naturais no seio da paisagem agrícola. Essas unidades constituem os habitats favoráveis à fauna auxiliar, o que, por sua vez, reduz a invasão de parasitas.

Assim sendo, o controle das pragas que antes era realizado por herbicidas pelos agricultores, hoje é em grande parte efetuado pela própria fauna (seja por reptéis ou aves).

Análise Territorial

Atualmente, os assentados que produzem o arroz ecológico só podem comercializá-lo atendendo às exigências internacionais porque uma empresa suíça de certificação ambiental, a IMO Control, garante que a sua produção segue exatamente os padrões internacionais dos produtos orgânicos. Graças a isso, as cooperativas da região metropolitana podem exportar parte da produção, além de enviarem outra parte do que é colhido para outros estados do país. Para que a certificação ocorra, diversos profissionais trabalham no Sistema de Controle Interno; são eles inspetores internos (agrônomos ou técnicos agrícolas) e o Comitê de avaliação dos projetos de certificação.



Imagem 2: Plantação de arroz orgânico no Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão/RS. Foto: Joel Luís Melchiors

A Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul (COOCEARGS) é responsável em Porto Alegre por uma banca no Mercado Público da cidade, na qual são vendidos todos os tipos de produtos dos assentamentos, entre eles o arroz ecológico. Esta iniciativa é muito importante, pois aproxima o que é produzido nos assentamentos do mercado consumidor urbano e oferece-lhe uma opção ao arroz convencional.

A tecnificação cada vez mais crescente na agricultura moderna, levou a um esvaziamento do campo no Brasil nas últimas décadas. Filippi(2005) é categórico ao afirmar:

...o “esvaziamento” humano do meio rural brasileiro deve-se não somente à maior oferta de trabalho em atividades urbanas...mas também ao aumento de tecnologias poupadoras de mão-de-obra nas atividades agrícolas.

As entrevistas com os produtores do Assentamento Filhos de Sepé foram realizadas no final de 2011, e a maioria deles mostrou-se satisfeita com o seu trabalho e mais preocupada com as questões ambientais do que na época em que plantavam o arroz convencional. Também relataram que atualmente o retorno financeiro é maior, embora trabalhem mais tempo na lavoura do que antes (segundo eles, o manejo da lavoura deve ser constante e o controle da irrigação nos arrozais também). Além disso, os descendentes deles, em sua maioria, não pensam em deixar os lotes que receberam dos seus pais.

Os assentados também expandiram a produção agroecológica para outras culturas (milho, feijão, aipim, fruticultura, entre outros). Foi relatado que o único adubo utilizado foi o adubo orgânico gerado nos próprios lotes.



A participação dos produtores na tomada de decisões da cooperativa é de grande importância para o funcionamento e a continuidade do ciclo de produção. As reuniões contam com a presença de vários produtores e há espaço para eles votarem e externarem as suas opiniões sobre os rumos das cooperativas. O papel do Comitê Gestor do Arroz Ecológico como centro de discussão entre as diversas cooperativas também é muito relevante.

Considerações Finais

Ao serem perguntados se a paisagem mudou no assentamento depois da introdução do arroz orgânico, vários assentados responderam que foi sensível a melhora nas pastagens para o gado, cabras e cavalos e os peixes aumentaram em quantidade também, o que indica que a qualidade da água melhorou. Segundo eles, a área plantada diminuiu, assim como a produtividade em comparação com o arroz pré-germinado convencional; a grande mudança foi o preço, que é bem maior para o arroz orgânico, o que contrabalança essa perda de área.

Em geral, os assentados disseram que a vida deles melhorou muito e o estresse diminuiu depois que adotaram a produção do arroz ecológico. Há uma escola no assentamento, e vários ressaltaram a importância disso para a sua comunidade. Sem dúvida, a qualidade de vida destes produtores foi sensivelmente melhorada em pouco mais de uma década da opção do arroz ecológico.

Graças a essa nova alternativa, hoje os produtores de arroz ecológico dos assentamentos da Região Metropolitana conseguiram escapar do modelo convencional e estão conseguindo trabalhar de maneira menos agressiva ao meio ambiente e podendo receber mais por isso. Sua união nas diversas cooperativas atuantes na RMPA também é um fator decisivo para tal sucesso.

Referências Bibliográficas

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> . Acesso em 18, jan, 2012.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Reforma Agrária: Experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.



MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. LAURENT, François. **As redes de agricultores em favor do meio ambiente na França.** In MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais (Orgs.). Uberlândia: Assis Editora, 2008.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira . **Camponeses, cultura e inovações,** Uberlândia, v. 1, p. 01-19, 2006.



GT – 1 – Tecendo o futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores
seniores e graduandos

Os desafios da produção agroecológica e os “mitos da Biotecnologia”

Diógenes Rabello¹

José Aparecido Lima Dourado²

¹ Graduando do curso de Geografia da FCT/Unesp. Membro de Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGeT – P. Prudente. Bolsista do Projeto Práticas groecológicas no Pontal do Paranapanema (SP), financiado pelo CNPq, referente ao Edital nº 58/2010. E-mail: diogenes.rabello_dr@ymail.com

² Doutorando em Geografia pela FCT/UNESP Membro de Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGeT – P. Prudente. E-mail: joephdourado@yahoo.com.br

Resumo

A necessidade de ampliar a produtividade tem como desdobramento significativos investimentos na área da biotecnologia, com o propósito de manipular geneticamente os organismos (OGMs) de modo que estes possam atender as demandas de mercado. Nesse universo surge um debate extremamente pertinente acerca de quem são os reais beneficiados com esses avanços, visto que as tecnologias e conseqüentemente os resultados das pesquisas estão sob o domínio dos conglomerados agro-químico alimentares, que utilizam do discurso da soberania alimentar para justificar suas ações e assim camuflar os prejuízos sociais e ambientais que o uso indiscriminado da biotecnologia pode acarretar.

Palavras-chave: Agroecologia. Biotecnologia. Soberania alimentar. Prejuízos sociais e ambientais.



Introdução

A elaboração deste trabalho parte das discussões realizadas no âmbito do Projeto de Pesquisa “Práticas Agroecológicas no Pontal do Paranapanema (SP), financiado pelo CNPq e coordenado pelo professor Dr. Antonio Thomaz Junior. Trata-se de atividade integrante das ações do Grupo de Pesquisa de Geografia do Trabalho (CEGeT) que tem centrado suas pesquisas na relação capital x trabalho, com ênfase na expansão do agrohidronegócio em seus diversos setores (hidrelétricas, agrocombustíveis, fruticultura irrigada, saúde do trabalhador, agroecologia, entre outras).

Com este trabalho, pretendemos abordar algumas discussões que envolvem a produção agroecológica no contexto da agricultura familiar nos dias atuais, de modo a considerar ainda os “Mitos da Biotecnologia” (ALTIERI e NICHOLLS, 2000). Nas discussões que envolvem o mundo do trabalho, observamos que a agricultura familiar acaba submersa às imposições que capitalismo, levando cada vez mais a população do campo a migrar para a cidade, fato que acaba por fortalecer o poder de classe do capital e, em contrapartida, interfere na autonomia dos camponeses. Presencia-se a intensificação da exploração do trabalho tanto no campo quanto na cidade, mediante a expansão do setor agro-exportador baseado na produção monocultora. Como forma de contestação a esse modelo agrário/agrícola, muitos camponeses buscam centrar sua produção a partir da agroecologia. O caminho percorrido para a elaboração deste trabalho envolve visitas as a assentamentos no Pontal do Paranapanema (SP), a saber: Assentamento Che Guevara, Assentamento São Bento, Assentamento Margarida Alves (ambos situados no município de Mirante do Paranapanema) e Assentamento Rodeio (Presidente Bernardes). Tomou-se como base bibliográfica para a elaboração deste trabalho os estudos de Carvalho (2007), Altieri e Nicholls (2000).

A Agroecologia como estratégia para o desenvolvimento rural.

Tomando como conceito aquele trazido por Alessandra Bernardes Faria Campos (2006) o modelo agroecológico busca reduzir a dependência que o agricultor apresenta aos insumos químicos, mantém a conservação do Meio Ambiente e resgata os saberes tradicionais dos camponeses, além de reduzir os custos da produção.

Outros autores ainda apresentam definições, que julgamos necessário mencionar, considerando que o modelo de produção familiar pautado nos princípios da Agroecologia vem assumindo relevância nas discussões no âmbito das políticas



públicas de desenvolvimento rural. Para Guzmán (1999) a Agroecologia propõe o desenho de métodos de desenvolvimento endógeno para o manejo ecológico dos recursos naturais. Altieri e Nilcholls (2003) prescrevem que a agricultura orgânica refere-se a um sistema de produção cujo objetivo é manter a produtividade agrícola, evitando ou reduzindo o uso de fertilizantes sintéticos e pesticidas. Susanna B. Hecht considera que a Agroecologia incorpora um enfoque mais ligado ao Meio Ambiente “*más sensible socialmente*”, centrada não só na produção mas também na sustentabilidade ecológica deste sistema de produção. SICARD (2009) aponta a Agroecologia como uma ciência ambiental, apoiado na idéia de que a Agroecologia se pode definir como a ciência que estuda a estrutura e a função dos agroecossistemas tanto do ponto de vista ecológico quanto cultural.

Portanto podemos observar que muitos são os pontos de vistas, muitas são as perspectivas que buscam explicar o modelo agroecológico. A maioria das abordagens converge para a reflexão de que este modelo representa uma ruptura paradigmática, cujas pretensões são minimizar, ou erradicar o uso de insumos químicos, para assim frear a degradação ambiental. Há, também, uma preocupação em relação a questões como a ecologia, a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, além de considerar o aspecto cultural envolvido no que tange a produção agroecológica. Outro aspecto interessante que abrange a agroecologia é a valorização dos saberes-fazeres dos povos tradicionais, adquiridos historicamente, em contato diretamente com o natural, e que são passados de geração em geração, em uma relação que caracteriza genuinamente o camponês.

A Agroecologia surge neste contexto propondo uma nova forma de agricultura, que não se reduz apenas na modificação das bases técnicas, mas que englobe também a busca de melhorias na qualidade de vida da população do campo, fazendo com que esta se integre novamente a sociedade como componente participante e atuante na construção de uma sociedade melhor e mais justa. (CAMPOS, 2006, p. 06)

A proposta de modernização da agricultura se desenvolve tendo como perspectiva transformar os saberes-fazeres camponeses em algo sem importância, devendo estes serem desconsiderados. O momento de intensa modernização passa a esconder toda esta tradição, uma vez que propõe métodos que afasta o produtor de sua produção, acaba com a relação do agricultor com a terra e suas atividades. Com estes novos processos surgindo, que vão pouco a pouco tomando conta das pequenas áreas



agricultáveis, e desta forma os camponeses acabam por submeterem-se a estas atividades mais tecnológicas. O resultado disso é que toda a cultura e tradição passam, hora, a ser esquecido pelos produtores, o que nos afirma, o nos anima a seguir confiante que uma proposta de produção agrícola pautada nos princípios da Agroecologia. Para Guzmán (2011) “Portanto, não se trata de levar soluções prontas para a comunidade, mas de detectar aquelas que existem localmente. Trata-se de animar as comunidades para este processo de transformação para assim também poder proporcionar um acompanhamento.

Podemos ainda propor o modelo agroecológico como uma forma que pode levar o produtor rural à auto-suficiência, pois entre suas características estão a diversificação de culturas, em sua propriedade o produtor pode desenvolver diversas culturas, tendo uma maior diversificação, assim poderá voltar-se novamente aos princípios básicos e fundamentais de uma pequena propriedade familiar, que é o de produzir para o sustento familiar, próprio, e vender o excedente.

Desafios para o modelo agroecológico

A expansão do capitalismo no campo traz novos elementos para se pensar a agricultura camponesa, visto que para fazer girar a *roda do capital*, os camponeses ante à exploração de sua força de trabalho e da despossessão dos meios de produção pelo capital começam a se distanciar das práticas camponesas. Em muitas situações, o camponês perde seu *território da vida*, valendo-se das lutas travadas no âmbito dos Movimentos Sociais (MST, MCP, Via Campesina, entre outros) e de todo um histórico de vida na terra para conseguirem, por meio do engajamento político, lutar por um pedaço de chão e, assim, viver com dignidade. Atraído pelo discurso capitalista de que a monocultura gera renda e emprego, o camponês passa a ser refém das políticas públicas de desenvolvimento rural, visto que estas priorizam criar as condições políticas e de infra-estrutura para a reprodução do capital. A partir daí, o camponês passa a desenvolver certa dependência, ante as inovações implementadas no campo com a tecnificação das atividades agrícolas bem como as políticas públicas que privilegiam as monoculturas voltadas à produção de *commodities*. É importante destacar que, como afirma Busch (1990) “são as motivações econômicas, ao invés da preocupação com o meio ambiente e a saúde que determinam os modos de produção agrícolas que prevalecem em todo o mundo”.



Podemos ainda, citar outro importante aspecto que se coloca como empecilho ao sistema de produção agroecológica. A idéia de alavancar a produção agrícola para de esta forma atingir o mercado externo traz para o campo a modernização, inovações tecnológicas que acabam por fomentar o uso de agroquímicos, a exemplo de fertilizantes e pesticidas. Interfere também no modo de produção, já que este de forma cada vez mais mecanizada acaba por cortar as relações culturais criadas ao longo do tempo entre o camponês e a terra, e ainda, não menos importante, tem relação direta com a qualidade dos alimentos. Quando o objetivo de *modernizar* o campo é expandir a produção para o mercado externo, criando monoculturas para atender suas necessidades, há que se criar mecanismos que possibilitem a adequação dos produtos, suas características, seus sabores, para atender as exigências de um mercado específico. Aqui surge um questionamento: “convencido” pelos encantos da produção em larga escala, que de certa forma pode gerar algum tipo de lucro, cabe ao camponês ainda a idéia de agricultura familiar primeiramente como auto-sustento? Para esse questionamento temos apenas, elucubrações, visto que a realidade exige o aprofundamento teórico para que a interpretação da realidade aconteça de maneira totalizante.

A expansão das monoculturas por áreas de lavoura camponesa coloca um entrave para a produção agroecológica assim como para a produção de alimentos, pois não há uma produção parcialmente agroecológica, ou que recorra a determinados tipos de agrotóxicos. Este entrave está pautado nos estudos de Altieri e Nicholls (2000) sobre os mitos da biotecnologia. Questiona-se quem será beneficiado com a biotecnologia. Ao apreendermos esse tema vinculado ao contexto atual do espaço rural, ou à necessidade de uma alimentação saudável, podemos facilmente constatar que a biotecnologia, que procura alterar a estrutura genética dos alimentos acaba servindo muito mais ao grande capital, cuja produção está direcionada ao mercado exterior. A biotecnologia como sendo um instrumento para adequar a produção de alimentos às exigências do mercado internacional na maioria das vezes, resulta no encarecimento dos produtos, portanto, a população do campo que dispõe de poucos recursos, acaba por ser excluída dos possíveis ganhos que a biotecnologia pode gerar.

Ao se recorrer aos mais diferentes artifícios para alavancar a produção em larga escala, utiliza-se técnicas e tecnologias que acabam por interferir diretamente nas condições de reprodução natural das espécies (vegetais e animais), de tal modo que seus desdobramentos, mesmo que a longo prazo, têm repercussões na saúde humana. Por



outro lado, ignoram-se as alternativas que poderiam frear o aumento no uso de agrotóxicos.

Nesse sentido, a Agroecologia transforma-se uma alternativa para melhorar as condições de produção de alimentação saudáveis, com respeito ao meio ambiente, respeitando os modos de vida e os *saberes-fazeres* camponeses, respeitando o tempo da natureza, a dinâmica natural na qual os processos de produção se desenvolvem sem estarem determinados pela lógica do capital. Assim, a Agroecologia constitui-se uma alternativa ao modelo agroexportador adotado para o campo brasileiro.

Os mitos da Biotecnologia

Neste momento julgamos importante trazer para o debate a reflexão suscitada por Altieri e Nicholls (2000), pois estes autores defendem que os tipos de pesquisa e os modos de produção que prevalecem em todo o mundo são movidos por motivações econômicas, e não por preocupações com o meio ambiente ou a soberania alimentar. Outro grande desafio dos agroecologistas hoje se trata da necessidade de combater os discursos falseadores que atestam ser a agricultura moderna livre de insumos químicos, possuidora de elevada produtividade e com baixos custos de produção. Alguns questionamentos devem fundamentar as reflexões sobre o desenvolvimento da biotecnologia, pois esta tem se transformado num instrumento de dominação das classes sociais menos favorecidas. Ante ao exposto, Altieri e Nicholls (2000) suscitam as seguintes reflexões: devemos alterar a estrutura genética dos seres vivos inteiros em nome utilidade e lucro? A composição genética de todas as coisas vivas é um patrimônio comum de todos ou pode ser adquirida por empresas e, assim, tornar-se propriedade privada de alguns? Quem deu às empresas o direito de monopolizar determinados grupos de organismos? É esta uma ilusão construída sobre a arrogância científica e econômica convencional, cego para a complexidade dos processos ecológicos? É possível minimizar as preocupações éticas e redução dos riscos ambientais mantendo os benefícios?

Uma vez que movidos por critérios puramente econômicos, as inovações tecnológicas que interferem na estrutura genética dos alimentos não são desenvolvidas a fim de resolver os problemas agrícolas, ou somar-se positivamente a produção agrícola, mas sim ampliar a capacidade de acumulação por parte dos conglomerados agro-químico-alimentares. A biotecnologia exige um custo de investimento elevado, portanto



quem se beneficia dos bônus desta tecnologia são as países mais desenvolvidos, além se concentrar a produção nas mãos de grandes corporações transnacionais (ALTIERI e NICHOLLS, 2000).

Podemos analisar que o interesse maior existente acerca da implantação de novas tecnologias no meio rural traz um viés explicitamente econômico, uma vez que a produção visa atender os interesses do mercado internacional. De fato, não há uma preocupação com o local, com o saudável ou com o ecológico, pois esta tecnologia tem como propósito modificar a estrutura genética das espécies, podendo ocasionar a extinção de algumas espécies (Fowler e Mooney, 1990). Não se trata apenas de modificar alguns tipos de alimentos ou plantas; há, de fato, mudanças significativas em toda a cadeia ecológica natural, cujos desdobramentos podem ser imprevisíveis para a sociedade. A discussão adquire um pano de fundo ético porque nos leva a repensar os caminhos pelos quais tem trilhado a ciência e conseqüentemente o pensamento humano, por entender que os avanços tecnológicos e científicos muitas vezes não estão disponíveis a todos enquanto que os seus malefícios são socializados.

Um dos maiores mitos que corresponde à biotecnologia agrícola é o de que ela beneficiará os países menos desenvolvidos e erradicará a fome da população mundial. O custo do desenvolvimento com pesquisas no campo tecnológico para a biotecnologia agrícola é elevado, o que acarretará o aumento nos preços dos alimentos que serão repassados aos consumidores. Vale considerar que outra discussão em torno dos mitos da biotecnologia agrícola trata-se da idéia, ou da promessa, de que essa tecnologia não atinge de forma negativa a natureza. Quando mudamos a estrutura genética de uma espécie corremos o risco de comprometer, seja de forma moderada ou acentuada, o ciclo biológico das espécies, eliminando e/ou comprometendo a biodiversidade natural.

Considerações Finais

Pensar as práticas agroecológicas significa considerar e valorizar os saberes tradicionais, a cultura e tradições dos camponeses/agricultores familiares que sempre tiveram uma história com a terra, ocupando-se da produção de alimentos mais saudáveis, fazendo frente à lógica de mercado. A biotecnologia não conservará e nem deixará de atentar contra a biodiversidade, e ainda, não contribuirá para a luta contra a fome, posto que ela encontra-se envolta em um ideário ideológico motivado por questões econômicas em detrimento das questões sociais e ambientais.



Embora os princípios e práticas aqui apresentados já são de conhecimento dos camponeses, como já discutido, propor um novo modelo de produção requer certo cuidado, levando em conta que cada produtor já desenvolve suas atividades agrícolas. Estas atividades agrícolas são resultado de anos de práticas que perpassaram gerações inteiras, onde presenciamos um certo cuidado não apenas no que tange à produção para o sustento familiar, mas também no sentido de preservar uma cultura que foi construída ao longo dos tempos. Como proposta defendemos que o modelo agroecológico de produção familiar deve ser uma alternativa para aqueles que ainda esperam por seu pedaço de terra, introduzindo desta forma, uma base teórica de conhecimentos sobre esse modelo de produção agrícola para que ao tornar-se dono de sua terra, o camponês/agricultor familiar possa fundamentar-se nos princípios e bases da Agroecologia. No âmbito dessa discussão é importante diferenciar a agricultura familiar e o modo de produção agroecológico, visto que pode haver agricultura familiar que não produz com bases nos princípios da Agroecologia, fazendo uso que agrotóxicos e insumos químicos, além de usar grandes áreas com monocultivos e repudiar os conhecimentos tradicionais de produção.

Não nos colocamos contra as forma de tecnologia de produção, pois se utilizadas com compromisso social e ambiental são muito úteis na produção agrícola. Nosso intuito é contribuir com o debate sobre a apropriação por parte dos conglomerados transnacionais das pesquisas e dos resultados destes estudos que passam a ser utilizados em sua busca desenfreada pela reprodução ampliada dos lucros. Acreditamos que qualquer tipo de tecnologia que seja criada com a finalidade de substituir ou subsidiar as formas de produzir, causando o distanciamento do produtor com o seu produto deve ser tratada com cautela pelo fato destas ocasionar a perda do contato com a terra, e até mesmo o esquecimento de práticas sócio-culturais fruto do trabalho familiar e comunitário.

Referências Bibliográficas

- ALTIERI, M. e NICHOLLS, C. I., Agroecología, teoría y práctica para una agricultura sustentable. **Los mitos de La biotecnología** agrícola: algunas consideraciones éticas, 2000, p. 135-143.
- ALTIERI, M. e NICHOLLS, C. I., Agroecologia: resgatando a agricultura a partir de um modelo industrial de produção e distribuição, 2003
- CAMPOS, Alessandra Bernardes Faria, **Agroecologia: Uma alternativa para a agricultura familiar**, Universidade Federal de Viçosa, 2006



CARVALHO, H. Martins de, **Desafios para o Agroecologista como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato**, 2007

GUZMÁN, E. SEVILLA, **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia**. 2001 Disponível em: <http://www.uel.br>. Acesso em 26/09/2011.

HECHT, Susanna B., **Agroecología: Bases científicas para una agricultura sustentable**, Capítulo 1: **La evolución del pensamiento agroecológico**

SICARD, Tomás Enrique León, **Agroecología: Desafíos de una ciencia ambiental en construcción**, Agroecología, v. 4, Facultad de Biología Universidad de Murcia 2009



GT 1 - Tecendo o futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos

Os projetos de assentamento agroextrativista (PAE): como tentativa de promoção do desenvolvimento territorial rural: o caso do PAE Nossa Senhora do Livramento – Abaetetuba-PA

Mayany Soares Salgado¹
João Santos Nahum²
Sérgio Cardoso de Moraes³

¹mayany_salgado@yahoo.com.br

² Professor da Universidade Federal do Pará nahum@ufpa.br

³scmoraes@ufpa.br

Resumo

O presente trabalho partiu da necessidade de desenvolver pesquisas referente a modalidade de Assentamento de Reforma Agrária denominado de Projeto de Assentamento Agroextrativista, com intuito de apresentar a forma como esta iniciativa do estado objetiva promover a Reforma Agrária, e com isso relacionando com a nova forma de planejar e executar as ações do Estado que nada mais é fruto da tendência de uma nova ruralidade, ou seja da nova funcionalidade atribuída ao meio rural. Nesse sentido escolhemos o Projeto Agroextrativista Nossa Senhora do Livramento, localizado na Ilha Tabatinga, município de Abaetetuba- Pa, essa escolha é bastante pertinente pelo fato de ser um Projeto que consideravelmente já se encontra perante as fases mais elevadas no que tange a operacionalização e execução do PAE.

Palavras – Chave: Reforma Agrária, PAE, Nova ruralidade, Abaetetuba.



Introdução

A presente pesquisa visou analisar a contribuição da elaboração e execução do Projeto Agroextrativista Nossa Senhora do Livramento na tentativa de promover o Desenvolvimento Territorial Rural. Essa aspecto se manifesta através da nova perspectiva de descentralizar as políticas públicas no Brasil que parte do pressuposto de superar aspectos relacionados com o elevado déficits de pobreza historicamente concentrado no espaço rural; a necessidade de promover o processo de desenvolvimento através da inserção das atividades produtivas do meio rural em mercados dinâmicos(regionais, nacionais e internacionais); inserção de tecnologias produtivas e organizacionais através da criação de novas estruturas que visem a criação de estruturas de governança local compatível com a nova proposta de desenvolvimento rural, disponibilizando um pacto territorial objetivando o desenvolvimento endógeno.

A discussão de Desenvolvimento rural passou por vários momentos distintos, e dentre essa periodização podemos identificar a presença de dois modelos antagônicos, o desenvolvimento exógeno e endógeno. A partir da 2ª guerra mundial o desenvolvimento rural estava centrado a alcançar o objetivo de suprir a demanda alimentar da população europeia, posteriormente com o processo de modernização do campo ocorreu uma reconceitualização do conceito, atribuindo ao campo além da função de aumentar a disponibilidade de alimentos, também ser uma importante ferramenta para o desenvolvimento econômico.

Posteriormente, em meados do fim dos anos de 1970 e início de 1980 as discussões foram sendo encaminhadas para um viés voltado para a ideia de que era difícil incorporar o agricultor a lógica capitalista, pois o mesmo não possuía um pensamento economicamente racional da produção agrícola atribuindo aos mesmos um posicionamento passivo no processo de desenvolvimento econômico, ou seja, numa concepção de fornecedores de matéria-prima para o moderno setor da economia, com isso é disseminada então a ideia da grande extensão das propriedades com o objetivo de intensificar a produção.

Na década de 1960, há uma quebra do paradigma da revolução verde através da disseminação da ideia de que as pequenas propriedades agrícolas demonstravam maior eficiência e por isso foi caracterizada como fator de fundamental importância para o crescimento econômico, mas foi em meados da década seguinte que essa abordagem passa a ser de fato incorporada pelos países desenvolvidos. Podemos identificar essa



questão foi responsável pela integração da agricultura de pequena escala com a dinâmica de desenvolvimento a partir da abertura de créditos e assistência técnica com o intuito de integrar os pequenos agricultores às pequenas propriedades juntamente aos preceitos da revolução verde. Nesse momento a pequena produção passa então a fazer parte dessa cadeia de crescimento econômico global.

A tendência de uma nova ruralidade

Atualmente, a tendência de uma nova ruralidade presente no campo se manifesta cada vez mais firme, estando vinculadas as transformações existentes nos territórios rurais ocorridos nos últimos trinta anos, Favareto (2006) demonstra essa idéia de que essas transformações estão atreladas a própria transição do capitalismo consequentemente demonstrando essa tendência, esse autor demonstra em seus estudos como se promoveu os conhecimentos a respeito das bases do desenvolvimento rural, apoiando-se o caráter multifacetado desse processo:

“(...) este traço marcante da nova ruralidade não é, obviamente, um processo homogêneo. Não é preciso ir muito longe para encontrar realidades onde conflitos agrários, no seu sentido mais tradicional, se mostram presentes. E muitas vezes de maneira cruel. Este caráter multifacetado, onde formas de integração a mercados dinâmicos, novas práticas sociais e novas formas de uso dos espaços rurais coexistem com situações de forte estagnação econômica e degradação social, coloca ênfase nas múltiplas possibilidades de construção da ruralidade, numa composição de identidades e conflitos potencialmente bastante diversa e cujo sentido dependerá sempre das heranças políticas e culturais e das formas de inserção na economia e na sociedade envolvente (...)” (FAVARETO, 2006, p. 11)

Diante disso, é possível destacar que segundo Abramovay (2007) essa tendência de racionalização rural proposta pelo autor a partir do desenvolvimento de uma primeira vertente proposta através de Lenin, se materializam nos conceitos de diferenciação social a partir da tentativa da heterogeneidade dos agricultores presentes naquela época disponibilizando as ferramentas necessárias para então identificar quais deles poderiam apresentar características de evolução ao pólo capitalista daqueles que tenderiam a vender sua mão-de-obra, mesmo preservando a posse da terra, paulatinamente passariam por um processo de proletarianização até a perda completa de autonomia e consequentemente a sua força de trabalho seria a única propriedade que o mesmo teria.

Abramovay (2007) destaca o caso de Kautsky, nesse caso materialização dessa tendência se procedeu através da industrialização da agricultura, visto que os pequenos estabelecimentos não conseguiriam incorporar as novas técnicas, as novas formas de organização e formas econômicas de acumulação de capital igualmente nas produções



capitalistas, por isso essa integração à indústria estaria reservada aos capitalistas e os camponeses restaria a condição de uma paulatina subordinação até a inviabilização da reprodução do mesmo enquanto grupo social, ou seja o progresso das forças produtivas desencadearia o desaparecimento do camponês.

Diante disso, Favareto (2006) mostra o que há em comum entre esses dois autores que fazem parte da primeira tendência de racionalização do mundo rural, bem como identifica a fragilidade nas proposições atribuída por eles.

O que é comum a ambos é esta idéia geral de que a agriculturas e o mundo rural devem ser vistos como parte do desenvolvimento capitalista. Parte da fragilidade destas teses está no fato de que elas tinham mais a ver com embates políticos e os dilemas que precisavam ser teoricamente equacionados à época do que, propriamente, com análises econômicas e sociológicas. E, na análise econômica, prevalece uma ênfase econômica e setorial. Outro problema está nos limites históricos mesmo destas teorias. O que nem estes autores nem seu maior inspirador, Karl Marx, poderiam prever é que a realidade dos países do capitalismo avançado, sem falar, portanto, nas formações periféricas, iria apresentar um grande desmentido histórico às suas teses. As formas familiares de produção não só negaram a inevitabilidade de sua mera transformação em proletariado confirmaram-se mesmo como a forma predominante na maior parte dos principais países capitalistas. (FAVARETO, 2006, P.16).

Contudo, o autor demonstrou a fragilidade que essa primeira tendência demonstrou possuir, no sentido de que não previu o quanto se tornaria importante a presença da pequena produção no próprio desenvolvimento do capitalismo e por isso a tendência de proletarização proposta por Lenin e Kautsky foram inviáveis, esse fator pode ser identificado através da necessidade da presença das pequenas unidades de produção nos países capitalistas. Ou seja, essa característica da coexistência das formas familiares de produção juntamente com o capitalismo é de fundamental importância para o desenvolvimento das estratégias políticas de otimização de lucro estruturadas por esses países e conseqüentemente são de fundamental importância para o sucesso financeiro dos mesmos.

Outra característica presente nesse processo de modernização do campo é que em países identificados como subdesenvolvidos ou em desenvolvimento possui uma tendência de expansão do agronegócio e ao contrário dos países desenvolvidos, não tenderiam possuir pequenas unidades de produção familiar, visto que a forma de apropriação do território brasileiro se deu a partir do intuito de colônia de exploração e com isso o latifúndio possui maior representatividade e expressão na visão desenvolvimentista por isso não seria interessante para os proprietários dessas vastas áreas que a pequena produção fosse vigorantes no país. Nesse caso, aparentemente as teses dos autores da primeira vertente (Lenin e Kautsky) seriam então aplicáveis a



realidade do Brasil, pois possui todas as vantagens locais para que a teoria fosse implementada de fato, no entanto, o que pode ser identificado na realidade é que mesmo com a tendência de proletarização do camponês e conseqüentemente o desaparecimento do mesmo através da própria “era da globalização” a pequena produção consegue de fato resistir a esse processo “homogeneizante” mas que ao mesmo tempo possui um caráter de “diferenciação” através da reprodução das formas de vida comunitárias e tradicionais e por isso ao mesmo tempo que resistem a esse processo criam novas formas de adaptação

“Onde parece haver uma uniformização crescente e irreversível, podemos estar diante, também, de uma crescente diferenciação de formas culturais de vida e modos sociais de trabalho no campo. Comunidades indígenas ampliam suas áreas de espaço-reservas homologadas e, pouco a pouco e perigosamente, algumas delas se integram a uma economia regional de excedentes. Comunidades negras rurais quilombolas (bem mais do que contamos ou imaginamos até agora) conquistam o direito de existirem em suas terras ancestrais de pleno direito. Comunidades camponesas reinventam estratégias para preservarem, transformando todo necessário para que o essencial de suas formas de vida não se perca. Acampamentos dos movimentos sociais da reforma agrária cobrem de lonas pretas tanto os espaços estritos das beiras de estradas, quanto as terras de fazenda improdutivas e ocupadas. Um campesinato modernizado, em parte cativo, mas em parte ainda livre diante do poder do agronegócio, não apenas sobrevive, mas se reproduz com sabedoria.” (BRANDÃO, 2007 P. 42)

A partir da década de 1970 com a revolução tecnológica que autentica a modernização da agricultura representa a modificação do quadro agrário brasileiro, no entanto, não modificou a estrutura agrária no Brasil. Esse processo evidencia o caráter multifacetado existente no campo brasileiro, pois mesmo que a realidade tenha sido diferente de países desenvolvidos capitalistas, já que a concentração de terras e de riquezas no campo e na cidade, o predomínio de certos cultivos, visando o mercado externo se mantiveram, se mantém e reproduz, fortalece as distorções estruturais agrárias presente na realidade brasileira, as pequenas produções conseguem se destacar também e se adaptar a essas mudanças, criando estratégias de permanência no campo, ou seja reconfigurando o seu gênero e modo de vida. E com isso é possível identificar essa perspectiva de resistência a homogeneização proposta pelo processo de globalização por parte do camponês, principalmente no que tange a realidade da região amazônica.

Segundo Brandão (2007) essa resistência pode ser entendida como anti-racionalidades, pois diante do espaço expropriador e uniformizante do capital flexível, todas as supostas anti-racionalidades que ele se opõem podem ser compreendidas como



diferentes alternativas de outras racionalidades, esse aspecto se expressa na atual realidade no Brasil e principalmente na região amazônica como um todo.

É importante destacar esse aspecto, para mostrar que a contribuição de Lenin e Kautsky não foi o suficiente para explicar a realidade do agrário tanto numa escala global, quanto na escala nacional, já que nas duas escalas é possível identificar a presença da produção familiar, o que difere é que nos países capitalistas o sucesso econômico é evidenciado e sustentado pela pequena produção, ou seja, deve existir para que a boa desenvoltura econômica do país seja garantida. No caso dos países em processo de desenvolvimento como o Brasil, o espaço agrário é híbrido, pois frente ao agronegócio denominado como racional existem as anti-racionalidades que são as formas de resistência que atuam no agrário brasileiro, evidenciadas através das permanências de tradições e culturas que comunidades denominadas de tradicionais manifestam através das práticas de suas territorialidades que dependerão principalmente do meio em que vive, ou seja, o meio irá influenciar nessas manifestações.

Na segunda tendência, é possível destacar a presença de argumentos de Tepicht e Chayanov que já se aproximam mais da realidade do rural abordada, visto que esses autores iniciam a interpretação das possibilidades e condições de permanência do campesinato no campo a partir do desenvolvimento das forças produtivas com a sua participação como tal e não contra elas, ou seja, já havia a tendência de que esse ator não perderia sua autonomia ou desaparecer.

Para Chayanov a estrutura social do campo será moldada através da existência do campesinato, pois essa abordagem não o reduz como um grupo social em transição, próxima a ser extinta através do desenvolvimento, mas sim é possível identificar que dentro da estrutura familiar camponesa existem elementos potencialmente importantes para a manutenção de sua existência que estão inseridos nos preceitos do capitalismo.

“O objetivo da produção capitalista é a acumulação. Enquanto o da unidade de produção familiar é buscar sua sobrevivência através de um recurso interno, que a sua própria força de trabalho. A variável dependente, nessa ótica, é o consumo materializado pelo trabalho. Para CHAYANOV, o capitalismo e o campesinato formariam mundos paralelos, ambos se relacionando através das trocas mercantis, porém, com lógicas diferentes. CHAYANOV partiu de um ponto oposto ao de LÊNIN: mesmo atribuindo importância ao trabalho assalariado, ele analisou a dinâmica especificamente capitalista da unidade camponesa. O autor não descarta a existência de um campesinato diferenciado, principalmente no que se refere à concentração de terras e de capital, como também à proletarianização de pequenas unidades de produção. O que há, segundo ele, em maior evidência (é talvez isso, em parte, explique a grande tendência à integração à agroindústria) é uma verticalização crescente das relações econômicas dependentes do capital tanto industrial quanto comercial e bancário.” (TEDESCO, 1994, P.98)



Nesse sentido, é possível identificar esse paralelismo que o autor propõe através das trocas mercantis que tanto os capitalistas quanto os camponeses desenvolveriam, o elemento diferenciador será evidenciado a partir dos objetivos a serem alcançados por cada um deles, e no caso das unidades camponesas Chayanov destaca a preocupação em demonstrar a dinâmica das mesmas e com isso a afirmação de um campesinato vinculado ao modo de produção capitalista e com isso uma maior probabilidade de integração a agroindústria.

Abramovay discute também a contribuição de Tepicht visto que o último resgata conceitos de Chayanov, mas com uma adaptação referente às novas abordagens marxistas percebendo o campesinato como um conjunto coerente apresentando simultaneamente forças produtivas e relações de produção diferentes, ou seja, é possível identificar a presença de um forte individualismo externo e antagonicamente coletivismo interno à unidade familiar, e com isso a terra e o trabalho passam a ser substituídos pela característica do capital e conseqüentemente gerando a diferenciação de classes. Essa característica pode ser identificada como principal pilar para sustentar a teoria de Tepicht relacionando com o próprio marxismo. No entanto, essa relação mercantil que a unidade familiar passa a exercer se dá de maneira parcial, através da presença de uma maior utilização de recursos internos durante o processo produtivo e mesmo assim a baixa remuneração camponesa e a auto-exploração ainda sim são vigorantes, isso no mostra que a família camponesa ainda oferta produtos agrícolas com preço baixo se comparado as grandes empresas, pelo fato de não ter o objetivo de alcançar taxas de lucros elevadas.

O que há de relevante em seu modelo é que a unidade familiar de produção camponesa pode até racionalizar as decisões econômicas, porém essas decisões partem da subjetividade de primeiramente suprir as necessidades básicas de subsistência, ou seja, possuem um caráter endógeno para determinação econômica e com isso proporciona uma dupla função a unidade familiar que está pautada na questão de que a mesma não é apenas uma produtora de criações e safra, mas também produz pessoas, relações sociais que produzirá a identidade de cada lugar simultaneamente. E é nesse contexto que atualmente entende-se que a modernização da agricultura não determinou o desaparecimento total da unidade familiar ao contrário esse processo demonstrou uma tendência de multiplicidade das formas organizacionais do camponês e por isso que se



tornou necessário de ser elaborada uma nova definição do produtor familiar tanto com a tendência de ir de encontro ao capital quanto ir ao encontro do mesmo.

Contexto da elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural

A nova definição atribuída ao produtor familiar pautada, é essa dualidade de funcionalidade que o mesmo possui a partir da coexistência produtiva ora por um modelo vinculado as formas de produção capitalistas, bem como a presença de uma resistência por parte de camponeses que não aderiram plenamente esse modelo, nesse sentido podemos destacar a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária que ocorreu no ano de 2003 como a manifestação mais importante no que tange ao desenvolvimento dessa tendência numa escala nacional, foi apresentado durante a Conferência da terra, entende-se que é uma proposta inédita pelo fato de ter sido elaborado por uma equipe de especialistas interdisciplinar, bem como propôs atingir algumas metas não apresentadas no I PNRA proposto no ano de 1985, por isso antes de tudo deve ser apresentado o devido reconhecimento de um avanço significativo na discussão do rural brasileiro

O Plano previa para o ano de 2006 alcançar a meta de 400 mil novas famílias assentadas; 130 mil famílias com acesso a terra por meio do crédito fundiário e 500 mil teriam suas terras regularizadas. Outra meta a ser alcançada é 1 milhão de famílias beneficiadas e mais de 2 milhões de novos postos de trabalhos gerados, prevendo também outras ações como por exemplo o melhoramento da produção, geração de renda, além do acesso a direitos fundamentais, como saúde, energia, educação e Saneamento, assistência técnica, acesso ao conhecimento e as tecnologias apropriadas.

Todas essas ações possuem um objetivo a ser alcançada a integração numa dinâmica de desenvolvimento territorial com Projetos produtivos adequados às potencialidades regionais e as especificidades de cada bioma brasileiro.

Outro elemento que o plano prioriza é a diversidade dos segmentos sociais no meio rural através da implementação de políticas que visam valorizar a cultura, tradição de cada grupo social do rural brasileiro, reconhecendo a importância da implementação da Reforma agrária para que o desenvolvimento sustentável, pois será através dessa política que a geração de trabalho, renda e produção de alimentos no meio rural será potencializada. Por isso que o Zoneamento Ecológico e Econômico é visto no Plano



como uma ferramenta eficaz no que tange o reordenamento do espaço territorial do país, pois a partir desse processo será possível então potencializar e dinamizar as economias locais e regionais e conseqüentemente a geração de emprego e renda a ocupação soberana e equilibrada do território, garante a segurança alimentar, a preservação das tradições culturais e o meio ambiente impulsiona a economia local e o desenvolvimento regional.

O PNRA prevê variados instrumentos que deverão ser utilizados de forma integrada e complementar, de acordo com as características de cada região e dos diversos públicos. São instrumentos de redistribuição de terras, regularização de posses e reordenamento agrário de fornecimento dos meios indispensáveis à exploração racional da terra aos beneficiários da reforma agrária e aos agricultores familiares, propondo um novo padrão de desenvolvimento para o meio rural assentado na Reforma agrária e no fortalecimento da agricultura familiar e com isso exaltando a ação compartilhada do Estado e da sociedade civil, sendo capaz de desconcentrar a terra, alterar a estrutura fundiária brasileira. Esse é um dos pontos mais importantes evidenciados no Plano e o mais difícil de ser alcançado, visto que mesmo com a presença de significativo avanço nas metas, ainda é difícil identificar essa modificação na estrutura agrária brasileira.

Além disso, discute os impactos gerados pela concentração fundiária existente no campo e do processo de mecanização do campo como fator que intensifica a precarização da agricultura familiar, pois esse processo tende em “expulsar” o camponês de seu habitat, e conseqüentemente o êxodo rural se manifesta com maior intensidade. Então a geração de renda é um ponto que apresenta destaque e por isso o documento apresenta alguns meios para a obtenção de renda que são: a disponibilização de crédito agrícola, assistência técnica: apoio a comercialização e agregação de valor, construção de infraestrutura produtiva, econômica e social (água, saneamento básico, energia, via de escoamento de produção).

Outra política muito valorizada é a regularização fundiária como elemento de fundamental importância, pois a partir da promoção do cadastro das terras no território brasileiro é que pode ser possível superar algumas dificuldades encontradas nos territórios rurais que possam impedir e dificultar ações do PNRA. O obstáculo de acesso ao crédito, políticas de fomento e comercialização, instabilidade quanto ao seguimento pacífico de posse: ausência de indenização quando a área é objeto de desalojamento por



obra ou afetação pública e por isso a necessidade de se construir um Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNRI) resultará um mapa fundiário do país com o intuito de facilitar a formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural. O órgão público que terá a incumbência de verificar a regularização desses imóveis é o INCRA através da regularização de pequenas posses, arrecadação e incorporação de terras devolutas ao patrimônio público, para destiná-las para o assentamento de trabalhadores rurais, bem como promover ações anulatórias sobre ocupação de terras com registros irregulares.

Todas essas proposições feitas no Plano demonstram a influência da discussão de modernização agrícola que foi proposta anteriormente pelos clássicos apresentados nesse trabalho, ou seja, nesse sentido, entende-se que essas políticas apresentadas através do Plano são uma extensão de materialização da contradição existente no rural e da tendência de multifuncional do camponês.

O projeto agroextrativista Nossa Senhora do Livramento

A discussão dessa modalidade de assentamento agroextrativista surge no estado do Acre a partir da reivindicação de reforma agrária provinda dos movimentos sociais vinculados a extração do látex, pois esse tipo de atividade é reconhecida como modelo de utilização dos recursos naturais através do extrativismo. A ideia foi incorporada no estado do Pará através do INCRA que nesse caso é o órgão responsável pela implantação do Projeto Agroextrativista, e por isso estabeleceu alguns critérios para implantação desse tipo de assentamento, pode-se destacar que o critério de maior relevância é que essa modalidade de assentamento é destinado para áreas insulares levando em consideração as características da população local (os ribeirinhos) de determinada ilha.

Desde o início deste ano, o INCRA Belém criou 73 projetos de assentamento agroextrativistas em municípios sob sua jurisdição, em benefício de 11.222 famílias ribeirinhas. Ao todo, são 172.544 hectares de terras de várzea e ilhas regularizadas e destinadas à Reforma agrária.

A atuação do INCRA nas áreas de várzea e de ilhas se manifesta através de um termo de cooperação técnica com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) órgão responsável pelas terras de patrimônio da União e como o Projeto é destinado para as áreas em que esse órgão dispõe de jurisdição o mesmo transferi ao INCRA o domínio de responsabilidade da concessão de uso gratuito. O trabalho de criação de



assentamentos agroextrativistas é executado em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Cepac), o Pro-Várzea/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), as colônias de pescadores, associações e sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios envolvidos.

A implantação do Projeto obedece algumas etapas que devem ser seguidas. Inicialmente a comunidade junto com o Sindicato deve protocolar uma solicitação para implantação do Projeto, ou seja, é essencial que a reivindicação parta da comunidade a ser beneficiada, em seguida é analisada a solicitação e sendo favorável a avaliação do departamento responsável é emitida uma ordem de serviço para que o técnico se desloque até o imóvel para realizar uma avaliação a respeito da realidade se o imóvel é realmente caracterizado como ribeirão através da realização de um levantamento das informações da ilha a respeito das políticas públicas e o produto desse contato do técnico do INCRA com a comunidade é a confecção de um relatório técnico e de um relatório ambiental simplificado. Posteriormente para iniciar ao processo do licenciamento ambiental objetivando a implantação do Projeto é necessário da cópia do documento que transferi da SPU ao INCRA o domínio da concessão de uso gratuito e o relatório ambiental simplificado produzido pelo técnico do INCRA, em seguida é comunicado a FUNASA a implantação da política de estado para ser possível adquirir informações a respeito da existência de alguma endemia na ilha. O próximo passo refere-se ao tipo de Licença ambiental, nesse caso o órgão responsável pela avaliação da licença ambiental é Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), estabelecida para esse tipo de Projeto que é a Licença de Instalação e Operação sendo dispensada para esse tipo de assentamento destinado para populações tradicionais a Licença Prévia.

A partir de a Licença ambiental ter sido alcançada é criado um processo administrativo da criação do Projeto Agroextrativista com a inclusão de informações dos relatórios (técnico e ambiental simplificado); Planta do imóvel; Memorial descritivo; Mapa de uso do solo; Mapa de localização; Resposta da SPU em relação ao domínio. Após esse procedimento encaminha-se para o setor de cartografia para avaliação a respeito da existência de sobreposição de imóveis, é encaminhado para o setor de meio ambiente, posteriormente é direcionado para o setor de Divisão de



Desenvolvimento que é responsável pelo crédito de instalação do recurso do INCRA, para estar ciente do aporte de recurso necessário para a implantação do Projeto e com isso ocorrer o planejamento para utilização do recurso; Encaminha-se para a Procuradoria Federal especializada analisar o conteúdo do processo a respeito das informações contidas no processo; Nesse momento o processo é direcionado para o Conselho de decisões regional composto pelos Chefes das divisões para avaliação do Projeto e para assim ocorrer avaliação final e conseqüentemente o parecer favorável para a deliberação; Se aprovado a partir de então é criado uma portaria de criação do Projeto para ser publicada no Diário Oficial da União e, por conseguinte o Projeto pode ser considerado como criado.

Quando um Projeto Agroextrativista é divulgado no Diário Oficial, passa a fazer parte de um banco de dados referente às informações de Reforma Agrária do país, o Sistema de Informações de Projeto de Reforma Agrária (SIPRA) é um sistema de controle do Governo Federal importante para informações referentes aos dados de políticas de Reforma Agrária já executada, por isso todo e qualquer tipo de assentamento promovido pelo INCRA é contabilizado nesse sistema, pois como foi enfatizado no II PNRA existem algumas metas a serem alcançadas pelo Governo Federal e por isso a necessidade de manter os dados do SIPRA sempre atualizados.

Nessa perspectiva a discussão a respeito da criação do Projeto Agroextrativista na ilha se iniciou no ano de 1999 e, por conseguinte foi nesse ano que se procedeu a todos encaminhamentos expostos anteriormente, portanto a portaria foi divulgada de fato no ano de 2004 e por isso a partir dessa data que o Projeto Agroextrativista Nossa Senhora do Livramento é considerado como mais um assentamento de Reforma Agrária. Inicialmente a comunidade obteve o conhecimento da necessidade da existência de uma instituição que os representasse juridicamente perante a lei, que fosse registrada e legalizada para assim ser possível a implantação de fato do Projeto.

“Quando tomamos conhecimento do Projeto Agroextrativista, criamos muitas expectativas de melhoria para nossa comunidade e por isso fizemos de tudo para que as coisas fossem sendo encaminhadas certas, o MORIVA foi quem trouxe para nós a informação de que a nossa ilha poderia ser contemplada com o Projeto e nós mediante isso, reunimos com o moradores da ilha e explicamos a importância desse benefício para a melhoria da vida das pessoas na nossa ilha, daí por diante ficamos sabendo que era necessário criar uma Associação de moradores para representar nós juridicamente e só conseguiríamos os benefícios através dessa Associação e foi no ano de 2004 que criamos Associação do Assentamento Agroextrativista PAE Nossa Senhora do livramento que atualmente sou Presidente.



Então, podemos considerar que a comunidade conseguiu se organizar para conseguir trazer o benefício do Projeto para a ilha através de reuniões realizadas juntamente com os moradores da ilha e a discussão da diretoria necessária para compor a organização social da referida ilha, bem como a elaboração do estatuto necessário para a legalização da Pessoa jurídica, nesse caso a APANSLI. No ano da divulgação da portaria também foi atribuída aos assentados a concessão de uso gratuito das terras não sendo possível atribuir a titulação fundiária definitiva pelo fato de existir uma legislação que dispõe desse recurso para os terrenos de marinha esse procedimento acarreta numa maior segurança no que tange a utilização das terras, seja para a construção do direito de morar ou da produção de produtos agroflorestais, entende-se que esse é o primeiro passo atribuído ao Projeto. É necessário deixar claro a escolha da denominação que foi atribuída a esse assentamento foi estabelecida a partir de uma reunião com os membros da diretoria e da comunidade e foi decidido que a denominação Projeto Agroextrativista Nossa Senhora do Livramento seria a mais cabível para o assentamento, no entanto deve-se deixar claro que a ilha Tabatinga possui três comunidades a Nossa Senhora do Livramento, Furo do boto e São Paulo, não quer dizer que somente a comunidade Nossa Senhora do Livramento foi contemplada mas sim as demais comunidades existentes na ilha como um todo.

O projeto passa a atuar nas três ilhas e com isso os moradores da comunidade criam várias expectativas. O primeiro benefício a ser disponibilizado foi o crédito de instalação de apoio inicial referente a R\$ 3.200,00 destinado para atender os pescadores com a compra de utensílios necessários para os mesmo desenvolverem as suas atividades pesqueiras. O segundo benefício foi o crédito habitação disponibilizado para os moradores da ilha o valor de R\$ 5.000,00 esse valor é destinado para a compra de material necessário para a construção das moradias, bem como a remuneração da mão de obra necessária para construir o empreendimento. No entanto, para possuir o direito de moradia, dentre essas condições pode-se destacar a questão de não possuir nenhum vínculo empregatício nas esferas municipais, estaduais, federais, por isso nem todos os moradores foram beneficiados pela moradia por não atenderem os requisitos necessários para obtê-la.

Além disso, a ilha dispõe de algumas oficinas oferecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através de uma empresa contratada pelo órgão para efetivar a realização das atividades a serem desenvolvidas na ilha, nesse caso



a empresa IDATAM foi a responsável em realizar as referidas atividades: A elaboração do diagnóstico socioeconômico e ambiental da ilha; da execução das oficinas; e a elaboração do Plano de Desenvolvimento da ilha, esse documento dispõe da informação referente aos recursos naturais e das potencialidades da área, na tentativa de equacionar a infraestrutura física mínima presente na ilha como: saúde, educação, lazer, produção, agroindústria.

Outra questão relevante que o Plano visa é o estímulo de ações voltadas para o desenvolvimento de organizações de cooperativas, associações e sindicatos. Além disso, deverá estimular as práticas florestais, agrícolas, e artesanais, com ênfase em produtos regionais e atividades como o turismo ecológico.

Considerações Finais:

Portanto, a modalidade de Assentamento de Reforma Agrária Agroextrativista pode ser compreendida como uma ferramenta de fundamental importância para efetivar as políticas públicas propostas pelo estado voltadas para o rural e mais especificamente para áreas insulares, de maneira geral esse tipo de assentamento é identificado como de fundamental importância no que tange a tentativa de pôr em prática o II Plano Nacional de Reforma Agrária, que nada mais é a concretização da nova tendência de uma nova ruralidade discutida por alguns autores destacando-se a contribuição de Abramovay.

E nesse caso, é de fundamental importância destacar a Secretaria de Desenvolvimento Territorial como ferramenta essencial criada através do Ministério de Desenvolvimento Agrário em se promover estratégias que possibilitem a fortificação do caráter territorial para o desenvolvimento rural com o intuito de promover as ações descentralizadas possibilitando a valorização das potencialidades locais, através de uma maior articulação das políticas públicas federais, estaduais e municipais.

No entanto, não devemos esquecer que no Brasil as tentativas de Reforma Agrária possuem um caráter mais direcionado para números, ou seja, a preocupação maior na execução dessas políticas está voltada para a quantidade, na maioria das vezes deixando a qualidade desses assentamentos de lado. Por isso é necessário que a abordagem setorial o desenvolvimento rural seja abolida e que a tentativa voltada para uma abordagem territorial seja de fato implementada, através da fortificação da população local e conseqüentemente proporcionando a autonomia para decidir os direcionamentos e os encaminhamentos de sua comunidade para que os Projetos, Planos



voltados para o meio rural se manifestem com um caráter direcionado para o desenvolvimento endógeno.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3ª ed. São Paulo. Edusp, 2007

BRANDÃO, C.R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Rurais I**, Vol 01.nº01, Março 2007

FAVARETO, A. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em questão**. São Paulo: Fapesp/ Edusp, 2007

TEDESCO, J.C. A Relatividade Conceitual e os Paradigmas da Pequena Produção Familiar no Pensamento Sócio-econômico. **Teoria e evidência econômica**, Ano 2, nº 4. Novembro de 1994.



GT 1 - Tecendo o futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos

Otimização de recursos de propriedades rurais do município de Biguaçu: um olhar sobre as questões sociais e ambientais¹

Lilian de Pellegrini Elias¹

Luis Augusto Araújo²

Fernando Vieira de Luca³

¹ Graduando em Ciências Econômicas. Bolsista de Apoio Técnico em Extensão no País do CNPq - Nível B. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, E-mail: lilianpellegrini@gmail.com.

² Engenheiro Agrônomo, Especialista em Administração rural e Mestre em Economia Aplicada. Coordenador de projetos na Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina e professor na Universidade do Sul de Santa Catarina, E-mail: laraujoguto@gmail.com.

³ Engenheiro Agrônomo. Bolsista de Desenvolvimento Tecnológico Industrial do CNPq - Nível C. Epagri, E-mail: fernandovdeluca@gmail.com.

Resumo

Existem problemas complexos de alocação de recursos em pequenas propriedades rurais no município de Biguaçu – SC, envolvendo questões ambientais e sociais conjugadas a problemas econômicos. Admite-se que muitos destes problemas poderiam ser facilmente corrigidos apenas com o melhor entendimento sobre o sistema produtivo ali efetivado. A partir deste cenário buscamos por métodos que nos auxiliassem a identificar o melhor uso dos recursos nas propriedades rurais de modo a solucionar os problemas percebidos de forma ampla e efetiva. Encontramos então um modelo de otimização da produção através da Programação Linear, porém, por este modelo tratar apenas das questões técnicas e econômicas decidimos por tornar sua análise mais abrangente, para isso, faremos uma formulação teórica do aprimoramento de um modelo de otimização da produção na busca de melhor alocação de recursos, seguindo preceitos envoltos no conceito de desenvolvimento.

Palavras-chaves: Sistemas de produção, município de Biguaçu, estudos de caso, programação linear.

¹ Este trabalho conta com recursos do Projeto Nosso Carvão (CNPq 558703/2009-7), da Rede Sul Florestal (CNPq 562862/2020-2 e FAPESC 5287/2011-6) e do Projeto de Pesquisa Participativa da Epagri (Capes/Finep 02575/09-4).



Introdução.

O trabalho surge da observação e envolvimento de pesquisadores com agricultores familiares do interior do município de Biguaçu/SC, localizadas na comunidade de São Mateus, na localidade de Três Riachos, onde se encenam exemplos de conflitos socioambientais envolvendo a questão da produção de carvão vegetal.

Ao observarmos as propriedades da região surgiram questionamentos a respeito do aproveitamento sub-ótimo dos recursos disponíveis nas propriedades rurais e no contato precário com os mercados potenciais para seus produtos, ou seja, má alocação de recursos. Surge assim o interesse de estudar a fundo o funcionamento destas propriedades, pois, conhecendo as causas das deficiências podemos encontrar soluções em busca da ótima alocação de recursos, ou seja, otimização da produção.

O método escolhido como base para chegarmos à otimização é um modelo econômico simples de alocação de recursos cujo foco é a questão econômica ligada à renda das propriedades agrícolas. Porém, este modelo se apresentou insuficiente por não considerar aspectos peculiares das propriedades de Biguaçu, pois, entendemos que a renda é apenas um dos fatores determinantes da decisão do agricultor.

Torna-se necessário se fazer adequações no modelo, e definir quais objetivos, além da renda, são relevantes aos agricultores. Para isso utilizamos conceitos abrangentes de desenvolvimento econômico que incluem questões ambientais, culturais, sociais, econômicas, entre outros, gerando soluções completas, e, portanto, não correndo o risco de agir de forma contraproducente na tentativa de atacar questões pontuais.

Para tornar clara a exposição discorreremos em quatro partes, a primeira trata do escopo do estudo, a segunda pormenoriza os conceitos utilizados como base; a terceira expõe o modelo de otimização limitado a questões econômicas; e a quarta discorre sobre a proposta reformista do modelo exposto.

Contextualização – a situação particular de Biguaçu.

Através do projeto de pesquisa-ação envolvendo o tema da produção de carvão vegetal por agricultores familiares a partir de florestas nativas – Projeto “Inovações de base ecológica na produção de carvão vegetal dos agricultores familiares na região da grande Florianópolis/SC” (FANTINI, 2009) – projeto “Nosso Carvão”, iniciou-se o envolvimento dos pesquisadores com uma comunidade de agricultores em Biguaçu.



O projeto “Nosso Carvão” foi executado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) a partir de 2009 com recursos do Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/Dater Nº033/2009 que visa à melhoria nas condições de produção de carvão vegetal realizada por agricultores familiares, de modo a promover a conservação das florestas e a melhoria na qualidade de vida desses agricultores. A integração dos pesquisadores do Projeto Nosso Carvão com pesquisadores de outras instituições deu lugar a um projeto maior, REDE SUL FLORESTAL – PD&I em Sistemas Florestais e produção de energia na Agricultura familiar (RECH, 2010), coordenado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), vinculada ao Edital Repensa CNPq 22/2010, e tem como intenção formar uma rede entre instituições de pesquisa, ensino e extensão e agências ambientais no Sul do Brasil, com objetivo de estudar e responder a produção de carvão, mantida por agricultores familiares, e sua conseqüências social e ambiental. Dos projetos de pesquisa referidos surge a viabilidade de proposição de projetos correlatos, como é o caso do projeto ‘Es

- - *u-SC* (ULLER-GÓMEZ, 2011), aprovado pelo CNPq em dezembro de 2011, e do presente artigo. Os projetos em andamento e já finalizados nos favorecem por criarem subsídios de dados e informações referentes ao local de estudo, particularmente das duas propriedades de agricultores familiares, envolvidas numa situação complexa bastante peculiar, em que se encerram conflitos socioambientais de gestão de recursos florestais, relacionados principalmente à produção de carvão vegetal.

Dados preliminares dão conta de que a produção de carvão no local estudado consiste, na maioria das vezes, de um sistema de uso da terra em que os agricultores familiares se valem dos recursos florestais nativos como matéria-prima. Para este fim é realizada a supressão de florestas nativas em estágios médio e avançado de regeneração cujo corte raso é proibido pela legislação ambiental. (BRASIL, 1993)

Particularmente no caso da comunidade estudada em Biguaçu/SC, historicamente as pessoas dependeram dos recursos florestais nativos, – inclusive no bioma Mata Atlântica – quando entendemos a necessidade que tinham antigamente de lenha para o fogão da casa e para a produção de gêneros alimentícios no engenho de farinha e no engenho de açúcar. A dependência dos recursos florestais é ainda presente, porém de maneira distinta daquela antiga, e se expressa como uma nova forma de se



produzir a terra: o carvão vegetal. É preciso entender que a produção de carvão na comunidade estudada em Biguaçu está atrelada a uma forma tradicional de uso da terra e dos recursos florestais, que caracterizam um sistema de uso da terra que consiste numa das muitas variações da agricultura de corte e queima (agricultura itinerante, agricultura de coivara), ou sistema de roça-de-toco (LUCA, 2011)

A agricultura de corte e queima é prática comum em diversos povos que vivem em ecossistemas tropicais. Este tipo de uso da terra está atrelado ao manejo florestal, pois são as florestas, em diferentes tipologias e estágios sucessionais, que servem de subsídio base para o estabelecimento dessas roças-de-toco. É, portanto exercida por comunidades que possuem uma relação singular do trabalho da terra, e particularmente ligado as florestas.

No sentido de que as florestas são a base para o estabelecimento de roças-de-toco argumenta-se que a intenção dos agricultores das propriedades estudadas em Biguaçu é obter, de forma generalizada, dois produtos: apim e lenha. Esta singular forma de se trabalhar a terra por meio de manejo de florestas nativas tem como consequência problemas que envolvem conflitos socioambientais, entendidos quando levamos em consideração a restrição legal em se manejar florestas nativas.

Além disso, percebe-se a insalubridade das atividades desenvolvidas de carbonização, que influenciam diretamente na qualidade de vida dos agricultores, apesar do conhecimento acerca das tecnologias e métodos utilizados na produção são pouco esclarecidos. Soma-se a isso a condição de clandestinidade em que trabalham os agricultores e a sujeição de seu produto a condições de preços estabelecidas por intermediários (atravessadores) (CARRIERI, 2010).

1. Conceitos

1.1. Desenvolvimento – conceito abrangente.

Como fundamentação à formulação do que entendemos por melhorias na situação complexa das propriedades rurais estudadas procuramos por conceitos abrangentes de desenvolvimento, e encontramos no livro ‘Desenvolvimento Econômico’ de Todaro e Smith que seguem nos próximos parágrafos.

O desenvolvimento econômico, segundo Todaro e Smith, deve se preocupar com questões econômicas, culturais e políticas, incorporando o meio rural como parte relevante, para proporcionar transformações estruturais e institucionais rápidas e



efetivas em sociedades inteiras, como forma de colher os frutos do progresso econômico da forma mais eficiente e equitativa possível, ou seja, bem formular uma estratégia de desenvolvimento. Portanto, vai além dos conceitos tradicionais da economia e da política econômica, se opondo à idéia de que desenvolvimento como apenas produção e produtividade continuamente crescentes; de custos continuamente decrescentes; e de defesa aos interesses de elites políticas e econômicas, ou seja, como termo correlato ao aumento do Produto Interno Bruto (aumento da quantidade de bens e serviços passíveis de serem consumidos e investidos *per capita*); e ao declínio da produção e do emprego na agricultura como contrapartida da ascensão da manufatura e dos serviços industriais.

Porém, essa visão de desenvolvimento não se traduziu em melhorias à sociedade como um todo, problemas como pobreza, discriminação, desemprego e distribuição de renda se mantiveram² ou se agravaram à medida que o PIB per capita aumentava³. Para solucionar tais problemas, gerados pela histórica ineficiência dos conceitos formulados, houve na década de 1970 uma reformulação do conceito de desenvolvimento com a intenção torná-lo multidimensional e mutável em seu escopo, buscando combinação de novos conceitos e modelos.

Esse fracasso conceitual se deu por conta da heterogeneidade dos países em desenvolvimento, pois, em determinados locais e momentos históricos questões outras como conflitos étnicos, ambientais, religiosos, familiares, etc. são pré-requisitos ao desenvolvimento econômico⁴. A necessidade de reformulação conceitual, ou seja, da busca por concepções amplamente aceitáveis, do desenvolvimento econômico se torna evidente. Os principais obstáculos são os conflitos de interesses políticos e sociais, entre grupos de pessoas, políticos, acadêmicos e a sociedade em geral, que incluem julgamentos de valor que obscurecem as discussões.

Como tentativa de esclarecer o debate Todaro e Smith tomam as concepções de valores de Goulet – sustenance, self-esteem, and freedom – e a abordagem sobre as

² “Looking back over these years, it is now clear that, in their preoccupation with growth and its stages and with the provision of capital and skills, development theorists have paid insufficient attention to institutional and structural problems and to the power of historical, cultural, and religious forces in the development process.” Soedjatmoko, *The Primacy of Freedom in Development* (Lanhan, Md.: University Press of America, 1985). (TODARO e SMITH, p.11).

³ “Some social scientists occasionally make the mistake of confusing their theories with universal truths, so they also sometimes mistakenly dismiss these noneconomic variables as “nonquantifiable” and therefore of dubious importance. Yet these variables often play a critical role in the success or failure of the development effort”. (TODARO e SMITH, p.14).

⁴ “In addition to being concerned with the efficient allocation of existing scarce (or idle) productive resources and with their sustained growth over time, it must also deal with economic, social, political, and institutional mechanisms, both public and private, necessary to bring about rapid (at least by historical standards) and large-scale improvements in levels of living for the masses of poverty-stricken, malnourished, and illiterate peoples of Africa, Asia, and Latin America. (...) In many cases, economic calculations are dominated by political and social priorities such as building a new nation in Africa, replacing foreign advisers with local decision makers, resolving tribal or ethnic conflicts, or preserving religious and cultural traditions. At the individual level, family, clan, religious, or tribal considerations may take precedence over private, self-interested utility or profit-maximizing calculations.” (TODARO e SMITH, p.9).



'capabilities' de Amartya Sen como forma de chegar a três objetivos básicos para o desenvolvimento, que são: melhorar a disponibilidade e ampliar a distribuição de bens básicos à sustentação da vida; elevar o nível de vida e por consequência a auto-estima individual e nacional através de educação, emprego e valorização dos valores culturais e humanos; e ampliar o âmbito de alcance das escolhas econômicas e sociais individuais.

As conseqüências da boa formulação do desenvolvimento tornam possível um melhor entendimento dos países em desenvolvimento como forma de por em prática os objetivos da economia como ciência social, ou seja, organizar as ações humanas e dos sistemas sociais de modo a satisfazer necessidades materiais e não-materiais básicas.

Em relação ao desenvolvimento rural, analisam os países em desenvolvimentos, em especial da América Latina, e suas respectivas formações agrárias e situações atuais, e chegam a levantar evidências empíricas sobre o aumento do empregos, do lucro e da quantidade de alimentos produzidos através da redistribuição de terras. Portanto sugere que propriedades de pequeno e médio porte dentro do cenário brasileiro ainda possuem vantagens sobre a produção de larga escala, vantagens que são possíveis de explorar.

1.2. Otimização

Temos então a delimitação sobre qual a perspectiva que adotamos para a melhoria das condições de vida nas propriedades rurais abrangidas, nos falta agora discorrer sobre o conceito de otimização, que é o arcabouço que utilizaremos como meio de formular um planejamento para alcançarmos os objetivos traçados na busca pelo desenvolvimento.

A otimização é a busca do ponto ótimo de alocação de recursos, portanto, a otimização da produção das propriedades da zona rural de Biguaçu se refere à alocação mais eficiente dentro de cada propriedade diante da comparação com alternativas viáveis e experiências em propriedades com características semelhantes. A análise de otimização utiliza como subsídio para sua viabilidade informações sobre a área da propriedade, mão de obra, presença de sistemas agro-florestais, entre outras questões relacionadas às decisões tomadas pelos agricultores.

Pretende-se por em prática as conclusões teóricas através de pesquisa em duas propriedades apenas, e no decorrer do projeto será analisada a possibilidade de abranger mais propriedades e incluir outros aspectos. Sempre tendo em conta que os agricultores de melhor desempenho servem de benchmarks para os demais na busca de otimização.



2. Descrição do modelo convencional [otimização restrita].

Para a formulação da análise de otimização utilizamos um modelo estritamente econômico como base, cujo objetivo é modelar os sistemas de produção agrícolas dispondo-se das evidências empíricas a partir do tratamento de dados cross-section das propriedades rurais. Pretendemos gerar conhecimentos e informações que auxiliem os agricultores na gestão da propriedade e na maior compreensão do processo decisório.

Especificamente, pretende-se assim (i) identificar as referências técnicas e econômicas de sistema de produção agrícola, que podem servir de subsídio para a identificação do problema e para a realização do presente estudo; (ii) caracterizar a situação do sistema de produção atual das empresas estudadas em termos econômicos, técnicos e de disponibilidade de recursos; (iii) analisar as alterações necessárias para melhorar a eficiência econômica do portfólio de alternativas de produção agrícola para o modelo de propriedade escolhido; e (iv) estudar o impacto esperado sobre o retorno (margem bruta) do modelo de propriedade quando da flexibilização do(s) recurso(s) limitante(s).

2.1. O Modelo Empírico de Programação Linear

Para obtermos os resultados esperados utiliza-se um modelo para maximizar uma função objetivo linear, sujeita a um conjunto de restrições também lineares, apresentadas nas expressões (1), (2), (3).

	$\text{Maximizar } \pi = \sum_{j=1}^n f_j x_j \quad (1)$	
sujeito a:	$\sum_{j=1}^n a_{ij} x_j \leq b_i \quad (2)$	(para todo $i = 1, \dots, m$)
	$x_j \geq 0 \quad (3)$	(para todo $j = 1, \dots, n$)
onde:	x_j é o nível da j -ésima atividade; f_j é a Margem Bruta esperada da j -ésima atividade; a_{ij} é o coeficiente técnico da j -ésima atividade para o i -ésimo recurso (ou restrição); b_i são os níveis de fatores limitantes ou da i -ésima restrição; n número de atividades; m número de restrições.	



2.2. Especificação de Dados e Procedimentos

Os dados a serem utilizados, do tipo cross-section, serão obtidos a partir de acompanhamentos já realizados para uma amostra de duas empresas agrícolas do município de Biguaçu acompanhadas por membros da Rede Sul Florestal, e por instituições parceiras. Através do software CONTAGRI, obtém-se os índices técnicos e econômicos, por empresa, para fins de diagnóstico e planejamento.

2.3. Processo de Análise dos resultados

Os resultados da aplicação empírica do modelo proposto serão obtidos a partir de dois relatórios emitidos pelo Solver do Excel: relatório de resposta e de sensibilidade. Na primeira seção, caracterizaremos a situação do sistema de produção atual das empresas estudadas. Na segunda seção, analisaremos as alterações necessárias para melhorar a eficiência econômica do portfólio de alternativas de produção agrícola para o modelo de propriedade do município de Biguaçu. Na terceira seção, estudaremos o impacto esperado sobre o retorno (margem bruta) do modelo de propriedade quando da flexibilização do(s) recurso(s) limitante(s). Por último, apresentaremos as contribuições do estudo, limitações e sugestões para pesquisas futuras.

3. Proposta reformista

Escolhemos duas propriedades de agricultores familiares, representativas na comunidade rural de Biguaçu, para utilizarmos suas peculiaridades como base para elaboração da análise de otimização. Essas peculiaridades nos incentivaram a buscar abordagens alternativas para formular uma visão geral da dinâmica das propriedades com concomitante uso dos conceitos de desenvolvimento como forma de definir os objetivos a serem alcançados.

3.1. Necessidade de reforma da análise convencional

Entendemos que o caso das propriedades de Biguaçu não pode, como já foi dito, ser tratado de maneira estritamente econômica. Primeiro, por incluir questões sociais, econômicas e ambientais complexas. E segundo, por encontrarmos nos estudos de caso um ponto de partida para a aplicação do conceito de desenvolvimento em seu âmbito mais abrangente. Para tanto nos empenhamos a buscar complementação ao modelo de otimização base de modo a torná-la mais eficaz no seu intuito de melhorias amplas às



propriedades, em específico, à comunidade em geral, e servindo como reflexão à sociedade como um todo.

3.2. Descrição do novo modelo [otimização abrangente]

A reforma do modelo tradicional de análise de otimização inclui o estudo sobre os problemas gerais que afligem a classe dos pequenos produtores familiares no Brasil, de maneira generalista, colocados como problemas de natureza econômica, ambiental e social, que se formam como entraves ao desenvolvimento. E o entendimento de que a partir de mudanças em propriedades mesmo que parcialmente isoladas a solução de problemas tendo como preceito o desenvolvimento faz com que esta propriedade promova externalidades positivas para a sociedade como um todo.

Ao tratarmos as propriedades rurais como sistemas complexos, compomos este projeto de análises pontuais que se entrelaçam formando uma gama de conhecimentos que permite a busca por um modelo alternativo de gestão de recursos e de desenvolvimento rural. Tal modelo surge, então, como uma proposta reformista que parte de um modelo convencional de planejamento agrícola.

A metodologia a ser empregada na “otimização” de sistemas de produção agrícola de Biguaçu inclui a construção do modelo e a análise do sistema agroflorestal existente, da interação do agricultor com o meio e das características peculiares da produção. A partir de dados sobre as principais alternativas de mercado e os padrões de desempenho técnico e econômico existente, poderemos indicar aos agricultores como e com que atividades poderiam compor um sistema de produção que proporcionasse máxima margem bruta de acordo com a ótima utilização do ecossistema local.

a) Descrição das ferramentas que constroem uma proposta de método de otimização para as propriedades estudadas, com a intenção de busca pelo desenvolvimento.

Entre as análises pontuais estão os conceitos de adaptabilidade, valoração ambiental, técnicas de produção, assim como os conflitos socioambientais, relação dos proprietários com o mercado, extensão do mercado para os produtos.

A adaptabilidade é um conceito associado a Ecologia Humana e diz respeito a diferentes interações entre seres humanos e o meio em que residem (MORAN, 1994). Os agricultores do local de estudo interagem com o seu meio ambiente de uma maneira



bastante singular, o que pode ser representado como um caso de sustentabilidade de meios de produção, no sentido de potencialidade de reprodução dos meios de produção em função de um tempo suficientemente estável, desde que o agricultor não exceda um ótimo de pressão sobre o ecossistema florestal a tal ponto que o mesmo não possa se regenerar.

Os agricultores no local de estudo praticam um tipo particular de agricultura, representativo na região, que consiste na produção de aipim em roça-de-toco, como dito anteriormente. Este tipo de agricultura é considerado compatível com preceitos ecologicamente aceitáveis, no sentido de demandar quase que nenhum subsídio externo à propriedade, o que figura como um potencial de produção do que se tem chamado de produtos orgânicos. Porém, percebe-se um recente aumento do uso de agrotóxicos nas propriedades da região, o que pode ser entendido como uma transformação evidente no sistema de agricultura utilizado tradicionalmente – roça de toco.

É a partir do entendimento da adaptação de agricultores aos seus meios, que pretendemos chegar a uma proposta de desenvolvimento local que conceba a complexidade das interações entre seres humanos e meio ambiente.

A valoração ambiental é a atribuição de valor econômico aos bens e serviços ambientais, que segundo João Fernando Marques, pesquisador da Embrapa, é abordado por duas áreas de conhecimento distintas, a economia do meio ambiente e a economia ecológica. Escolher entre os métodos ou pela mescla mais eficiente entre eles, para o desenvolvimento em sua forma mais ampla, é o resultado ótimo a ser alcançado.

Em relação às técnicas de produção é preciso buscar, na otimização, alternativas de gestão de recursos que incluam múltiplas combinações entre o nível técnico, voltado a agricultura convencional ou à técnicas alternativas de produção. Entre as alternativas estão a produção tradicional e a produção orgânica, ambas existem ou existiram de forma ampla na região e são passíveis de estudo para re-incorporação produtiva.

Os conflitos socioambientais causados pela produção carvoeira representativa da região estão relacionados com a condição de ilegalidade das práticas produtivas, por dependerem da supressão da vegetação nativa – encerradas no bioma Mata Atlântica – em estágio de regeneração médio e avançado, como prevê a legislação florestal (BRASIL, 2003). Como visto anteriormente a produção de carvão está associado ao sistema agrícola de roça de toco, onde a supressão da vegetação se faz necessário. Nesse



sentido, compreende-se que o impedimento legal na continuidade de uma forma tradicional de fazer agricultura, nesse caso associado também com a produção de carvão, figura como uma situação de natureza complexa onde consequências sociais e ambientais se fazem presente.

Implicações desses conflitos podem ser percebidos quando se constata a situação de fragilidade por parte dos agricultores, ao trabalharem receosos devido a fiscalização ambiental e quando entendemos o impedimento de reproduzirem sua maneira tradicional de trabalhar a terra. Outra consequência relacionada está na substituição dessa maneira de se trabalhar a terra – roça de toco – ao se empregar o uso de subsídios externos a propriedade, como o uso de adubos e agrotóxicos, no sentido de não mais reproduzirem a prática do pousio. Além disso, percebe-se na paisagem a contínua substituição de remanescentes florestais nativos por monocultivos de espécies florestais exóticas, possíveis de serem manejados.

Observamos também que a questão mercadológica é bastante rudimentar na comunidade em que as propriedades estudadas estão inseridas. Primeiramente percebemos que há pouca interação com os mercados, a maioria das vendas é feita com produtos in natura para intermediários. O nível de auto-suficiência das propriedades em relação à comercialização, que envolve o processamento dos produtos, embalagem e venda, é pouco ou inexistente. Observamos também a pouca valorização dos produtos regionais e orgânicos já produzidos na comunidade.

b) Possíveis consequências da aplicação do novo modelo

Este novo modelo de otimização vêm com a intenção de auxiliar de forma efetiva o agricultor, através de melhorias no sistema de produção; de melhoria de renda; oportunidade de inclusão social; aumento da competitividade da propriedade; e abertura de vias de acesso a novas possibilidades de comercialização. Todas estas questões se conjugam a questões culturais, sociais e de sustentabilidade dos recursos naturais em benefício do agricultor, da comunidade e da sociedade, isso, a partir de ações práticas como com o fornecendo informações sobre a realidade técnica, econômica e ambiental de sistemas de produção agrícolas e de suas atividades; e a disponibilizando ferramentas e métodos que possam apoiar a tomada de decisão da agricultura familiar de Biguaçu.

Ou seja, Pergunta-se:



i) Quais são as alterações necessárias para melhorar a eficiência econômica do portfólio de alternativas de produção agrícola, levando em consideração pressupostos sócio-ambientais, para um modelo de propriedade do município de Biguaçu?

ii) Qual o impacto esperado sobre o retorno (margem bruta) do modelo de propriedade quando da flexibilização do(s) recurso(s) limitante(s)?

Para responder a essas perguntas isso quanto ao desenvolvimento da propriedade em seu âmbito mais amplo pretende-se entender qual a relevância dos tipos de produção gerada (agrícola, silvicultural, agroflorestal, pecuária, etc.); da relação do agricultor com o meio que tradicionalmente provê sua subsistência; e do nível do envolvimento do agricultor com acesso a informação, com a preocupação com a salubridade do processo produtivo e do produto em si, entre outras questões relevantes. Esse entendimento nos proveria de informações úteis para a ponderação da importância econômica da produção.

4. Desdobramentos do debate

O propósito de formularmos teoricamente um modelo reformista de análise de otimização é de pô-lo em prática através de um projeto. Este projeto, que iniciou em meados de 2011 e será finalizado ao fim de 2012, consiste numa proposta de pesquisa-ação sustentada no âmbito da agricultura familiar.

Ele surge ao concluirmos que informações sobre o funcionamento da propriedade e sobre ações alternativas para sua melhoria, respeitando a condição específica das propriedades e do contexto em que estão inseridas, incluídas no planejamento agrícola formulado a partir da análise de otimização, tem utilidade na busca por alcançar preceitos do desenvolvimento econômico.

Para por em prática a análise de otimização é necessária a coleta de dados minuciosos, isto será feito nas duas propriedades já descritas e que foram utilizadas na formulação teórica do novo modelo, com possibilidade de incorporação de outras propriedades no desdobramento do projeto. A coleta de dados ocorrerá de janeiro e dezembro de 2012 nas duas propriedades foco, e em meados de 2012 em outras propriedades da comunidade e em outros municípios com características similares, através do questionário da Rede Sul Florestas. São coletados dados em duas fontes por



conta da necessidade da comparação para a formulação da análise de otimização e são coletados dados de três momentos históricos nos produtores foco (históricos, do momento da abordagem e dos dados diários) por ser relevante a compreensão das diferenças que ocorrerão nas propriedades no decorrer do ano em que esta será acompanhada através do planejamento agrícola.

A partir da coleta de informações ocorrerá a proposição de um projeto em forma de pesquisa-ação, ou seja, forneceremos dados periódicos aos agricultores estudados, a partir de um trabalho junto aos agricultores com proposição de alternativas e observando a evolução do projeto de perto durante todo ano de 2012, sem desconsiderar a possibilidades de prorrogação. A rede de referências revelará qual é o desempenho de cada propriedade agrícola familiar acompanhada e as informações dissipadas, de forma que os agricultores de melhor performance servem de *benchmarks* para os demais na busca por uma melhoria de seus sistemas produtivos, contribuindo para que “os de baixo se aproximem dos de cima”.

Ao fim do ano de 2012 pretendemos ter:

- (i) Modelos elaborados em planilhas do Excel contendo índices econômicos e técnicos para as principais atividades e sistemas agrícolas para agricultores familiares de Santa Catarina.
- (ii) Artigo técnico-científico e relatório de pesquisa para serem usados em eventos como palestras, oficinas de trabalho, seminários e congressos (difusão dos resultados da pesquisa).

5. Contribuições do projeto

A principal contribuição científica deste projeto está na identificação de um modelo de otimização que indicará a composição do sistema de produção de forma eficiente, e tendo em vista aspectos além de apenas a rentabilidade, incorporando inclusive aspectos qualitativos da relação entre o agricultor e sua propriedade. O que é particularmente importante para o agricultor familiar.

E existem contribuições pontuais como: entender e mensurar o potencial energético e monetário das florestas e de sistemas agro-florestais, sempre com vista no manejo florestal como um sistema aberto, cujos recursos são renováveis e que podem ser analisados através dos preceitos da economia ecológica; utilizar as lacunas de mão de obra para diversificação da produção ou melhorar a distribuição entre os usos



vigentes; evitar o desperdício de insumos dentro da propriedade e mesmo na comunidade; entender as potencialidades da propriedade como meio de promover sustentabilidade e melhor uso dos próprios recursos, dentro da propriedade ou na comunidade como um todo; incentivar a integração comunitária, para obter vantagens como o uso conjunto de equipamento de grande porte ou construção de indústria comum; e estudar os recursos monetários ao longo do ano, para evitar empréstimos desnecessários e possibilitar o aproveitamento de descontos e transações vantajosas, etc.

Assim tornam-se evidentes resultados positivos tirados deste projeto para o agricultor e para o pesquisador. O agricultor passará a compreender o fluxo de recursos, pois, em meio às tarefas cotidianas a noção global do funcionamento do estabelecimento acaba por se perder; e a repensar a alocação dos seus recursos, buscando possíveis soluções para melhorias pontuais, como, por exemplo, repensar a utilização de insumos nocivos. O pesquisador compreenderá a dinâmica de uma propriedade típica da região, o que o permite analisar problemas com maior proximidade, assim como fazer surgir questões que *a priori* seriam inimagináveis ao pesquisador; poderá implementar um planejamento e outros projetos auxiliares, como projetos de financiamento agrícola, aplicação de tecnologias mais eficientes, implementação de novas culturas, que caso surtir bons efeitos ao agricultor, pode se tornar perene e se alastrar para o restante da comunidade, servindo como exemplo de aplicação exitosa de projeto de planejamento agrícola; e entender se existe espaço para uso de cálculos de valoração ambiental no caso de Biguaçu.

Conversa em uma das propriedades foco do estudo

No dia 23 de novembro visitamos duas propriedades rurais e convidamos os agricultores a participarem do projeto de otimização de produção, mesmo com alguma resistência de um deles, por aparente descrença nos resultados ou má compreensão do que foi exposto, ambos aceitaram começar as anotações diárias sobre o funcionamento das propriedades. No dia 20 entregamos o caderno de anotações, explicamos como as anotações devem ser feitas e qual a utilidade delas para o projeto, assim como foram levados produtos processados como exemplo de alternativas de venda. No dia 27 tiramos dúvidas, sobre o caderno e sobre o projeto e sobre as intenções dos pesquisadores e corrigimos equívocos no caderno de anotações, dos agricultores em relação.



Referências Bibliográficas

BRASIL, 1993. Decreto nº. 750, de 10 de fevereiro de 1993: Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de Vegetação Primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica. In: Santa Catarina (Ed.). Coletânea da legislação ambiental aplicável no estado de Santa Catarina. FATMA, Florianópolis, Brasil, p.433-434.

CARRIERI, M. Análise da cadeia produtiva do carvão vegetal produzido pelos agricultores de Biguaçu/SC TCC (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias 2010

FANTINI, A.C. **Projeto “Nosso Carvão”** Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/Dater N° 033/2009.

LUCA, F. V. “Botar a roça”: agricultura de corte e queima e manejo de bracatingais em Biguaçu/SC, TCC (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias 2011.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA. O que são Alimentos Orgânicos. Disponível em <<http://www.prefiraorganicos.com.br/oquesao.aspx>>. Acessado em 6 de janeiro de 2011.

MORAN, E. F. **Adaptabilidade humana : uma introdução a antropologia ecologica.** São Paulo: EDUSP, 1994.

RECH, T.D. Rede Sul Florestal: PD&I em sistemas florestais e produção de energia na agricultura familiar. Edital CNPq Repensa 2010.

TODARO, Michael P; SMITH, Stephen . Economic development. Boston: Addison Wesley, 2003. 829p.

ULLER-GÓMEZ, C. Estratégias para integração de agricultores, pesquisadores e gestores públicos nabusca de mercados diferenciados para os produtos da roça-de-toco de Biguaçu-SC. EDITAL CNPQ UNIVERSAL 2011.



GT 1 – Tecendo a Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores
seniores e graduandos

**Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: O caso do Município de
Janduís (RN).**

Gerlânia Maria Rocha Sousa¹

Jéssica Samara Soares de Lima²

Emanoel Márcio Nunes³

Maria de Fátima Rocha Gondim⁴

¹ Graduanda do Curso de Economia e Bolsista ITI – A do CNPq/ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. gerlaniarocha@gmail.com

² Graduanda do Curso de Economia e Bolsista ITI – A do CNPq/ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. E-mail: jessiksamara@hotmail.com

³ Economista. Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/ UFRGS). Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). Pesquisador CNPq. E-mail: emanoelnunes@uern.br

⁴ Socióloga pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FAFIC/UERN). Bolsista EXP-1 do CNPq. fatimagondim@gmail.com

Resumo

O trabalho apresenta uma análise dos benefícios das políticas públicas inseridas no contexto da agricultura familiar e suas contribuições para o desenvolvimento rural no município de Janduís (RN). A pesquisa foi baseada na análise do grau de importância e assistência de programas de empréstimos e crédito rural e os benefícios recebidos do governo como o programa Bolsa Família e Seguro Safra. O método utilizado é um estudo de caso e o trabalho de pesquisa foi realizado através da aplicação de questionários equivalente ao ano agrícola 2010 a 11 famílias de agricultores familiares do município no período de maio a agosto de 2011. O trabalho foi desenvolvido junto às atividades do grupo de pesquisa *Desenvolvimento regional: agricultura e petróleo* da Faculdade de Ciências Econômicas – FACEM da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. O resultado foi um reflexo da inserção de políticas públicas e sociais para o apoio aos agricultores e suas contribuições para impulsionar o desenvolvimento rural sustentável local.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural, Políticas Públicas.



Introdução

A agricultura familiar tem como base a inserção da família na produção, a qual por meio dessa, procura tanto produzir para sua própria subsistência como para comercialização. Tentando obter dessa forma uma receita que possa gerar um lucro positivo, tornando-o produtor e gerador dos seus próprios ganhos, excluindo-o da condição de empregado.

Mas, muitos conseguem apenas produzir para sua própria subsistência e muitas vezes só conseguem isso com muita dificuldade. A comercialização e ganho sobre isso é a principal dificuldade para esses produtores. Tal situação está associada algumas vezes as dificuldades de financiamento rural, ao tamanho da área de produção, a pouca diversidade produtiva e também, as limitações climáticas e de infraestrutura disponíveis. Essas adversidades, por vezes, atrapalham a comercialização da produção familiar.

Um fator emblemático no processo de produção e comercialização da agricultura familiar é o acesso ao financiamento rural, que acontece através de bancos, cooperativas entre outros, mas o principal meio é através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o qual tem como finalidade subsidiar os agricultores familiares em suas atividades de produção, que oferece uma linha de crédito especial para produtores, com condições de pagamento mais atrativas do que outras disponíveis no mercado, a depender da categoria que o produtor se enquadre os juros do empréstimo chegam a ser negativo, os números de contratos e de valores são distribuídos entre todas as regiões do Brasil e apresentam números distintos.

A região Sul do Brasil é a que concentra os maiores números de contratos e maiores valores de recursos do PRONAF, apesar de ser no Nordeste a região que agrega o maior número de estabelecimentos familiares. As regiões Centro-Oeste e Norte são relativamente pouco beneficiadas pelo programa.

Além das políticas de crédito rural de instituições públicas e privadas temos atualmente já aderido por alguns estados do Brasil o Seguro Safra ou Programa de Garantia safra que ampara os pequenos produtores que obtiveram perdas em suas plantações. Esse seguro indeniza os agricultores para que os mesmos não fiquem no prejuízo e não passem necessidades com as perdas o campo.

Além do Seguro Safra, temos o programa de transferência de renda Bolsa Família que abrange a população de baixa renda como forma de um complemento na renda mensal. De maneira indireta, esse programa também ampara o pequeno produtor



rural, pois o dinheiro recebido mensalmente atua como um subsídio para os gastos com as lavouras.

Portanto, o presente trabalho tem como proposta analisar essas políticas públicas e programas citados anteriormente adotados no município de Janduís-RN, como forma de promoção ao Desenvolvimento Rural da região. Dessa forma, esse artigo está dividido da seguinte forma: no item um tem a presente introdução, no item dois tem a metodologia, posteriormente fala-se acerca do Desenvolvimento Rural, depois sobre o Financiamento Rural, segue-se falando sobre Programas de Transferências de Renda, logo depois são apresentados os resultados e discussões, seguido pelas considerações finais e por fim apresenta-se a bibliografia utilizada.

Metodologia

O método utilizado é o estudo de caso que consiste em dados primários do município de Janduís (RN) que tem como unidade de análise 11 famílias de agricultores familiares que residem neste município. Para analisar o objeto da pesquisa foram utilizados questionários contendo informações sobre as políticas públicas implantadas no município, no ano agrícola 2010. Esse estudo faz parte de um trabalho desenvolvido pelo grupo de pesquisa “Desenvolvimento Regional: Agricultura e Petróleo” do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural

Nos dias atuais, sobretudo no meio acadêmico, tem se realizado pesquisas que buscam analisar e compreender as ações das políticas públicas direcionadas para o meio rural. Até o início da década de 90, praticamente não existia nenhum tipo de política pública com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas para o segmento da agricultora familiar.

Deve-se destacar que nesse processo, a ação das associações, sindicatos e federações rurais, por meio da organização e lutas sociais, desempenharam um papel decisivo na reivindicação para a elaboração e implantação de políticas voltadas para o campo.

Segundo BONNAL (2009), a evolução das políticas públicas durante a última década, aponta a continuidade entre os governos de FHC e de Lula na preocupação de



fortalecer os agricultores familiares mediante políticas diferenciadas de crédito rural. Nesta análise é possível observar que nos últimos cinco anos ocorreram mudanças no Brasil com a elaboração e implementação de políticas gerais de desenvolvimento nas instancias federais, estaduais e municipais.

Ainda há um espaço abundante para agregar-se valor nos cultivos e criações desenvolvidas pelos agricultores familiares dessa forma expressando uma participação ainda mais significativa das cadeias produtivas articuladas com os agricultores familiares. O reconhecimento da importância econômica da agricultura familiar não esgota, pois é uma forma de produção diferenciada e caracterizada pela integração da mão-de-obra de indivíduos que compõe uma família, assim como unidades produtivas que se organizam com base em relações de parentesco. Para uma conceituação geral, Lamarche, explicita que “A exploração familiar, tal como a concebeu, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. (Lamarche, 1993, p. 15).

Por muitas décadas tem sido comum caracterizar a agricultura familiar como uma economia primitiva vista como um setor atrasado do ponto econômico, tecnológico e social voltado para uma lógica de produção de subsistência predominantemente em países subdesenvolvidos. Porém, é notória a eficácia da experiência de países desenvolvidos apresentando um traço em comum: a agricultura familiar como essencial para combater as desigualdades sociais.

Em uma perspectiva de desenvolvimento rural, o desenvolvimento local no Brasil moderno são hoje temas em debate na comunidade acadêmica, organizações sociais e responsáveis pelas políticas públicas voltadas para a agricultura e ao meio rural. Para a conceitualização sobre desenvolvimento rural Frank Ellis (2001; 2000; 1998), privilegia o que denomina de estratégias de sobrevivência familiares e a diversificação dos modos de vida rurais (*household strategies and rural livelihood diversification*). Dessa forma mostrando que as iniciativas e ações que geram impactos significativos na melhoria das condições de vida da população residente no meio rural ampliam suas perspectivas de vida ou até melhorias nas localidades em que vivem.

O crédito rural tem possibilitado a manutenção dos padrões de produtividade alcançados pela agricultura brasileira permitindo a sua contínua expansão, além de ter se constituído uma fonte de estímulo à implantação e desenvolvimento de uma importante indústria interna de insumos e equipamentos agrícolas, e à formação de



complexos agroindustriais hoje predominantes no país. Surgem novas relações no campo – a preocupação com a produção orgânica de alimentos, o manejo sustentável de áreas produtivas, a segurança alimentar familiar, entre outros, maior intimidade entre a agricultura e indústria - uma união que permite grandes avanços para economia nacional.

Ao longo dos anos, os valores de contratos de financiamento rural foram diminuindo ao mesmo tempo em que a quantidade foi aumentando. O aumento do número de pequenas propriedades que participam deste processo e que necessitam de pequenas quantias de crédito cresceu, como se percebe na tabela abaixo:

Tabela 1 - Valor Médio dos Contratos de Crédito Rural por Regiões (R\$ de 2000)

Regiões	1993	1994	1995	1996	...	2001	2002	2003	2004
Norte	5.822	35.112	8.448	6.897	...	16.448	6.465	9.228	6.348
Nordeste	10.866	16.042	5.301	3.661	...	3.388	2.644	2.398	1.816
Centro - Oeste	44.231	68.448	34.038	23.319	...	35.073	38.652	38.840	46.632
Sudeste	33.855	44.237	21.573	13.654	...	15.728	15.991	14.962	15.629
Sul	18.767	18.902	9.466	7.001	...	8.987	9.143	9.971	10.134
Brasil	21.785	28.163	11.504	7.533	...	10.923	10.761	10.676	9.735

Fonte: Banco Central do Brasil – www.ipeadata.gov.br – Organizado pelo Autor.

Uma explicação a isso se dá ao fato de que muitos financiamentos estão ocorrendo por meio do setor privado que evoluiu em grande proporção quanto a esse segmento. Segundo Padilha et al. Medeiros (2010), o padrão de financiamento da agricultura brasileira mudou a partir da crise do crédito rural subsidiado no fim da década de 1980. A política de financiamento agrícola já não é prioridade para o Estado, e o mercado passa a controlar o sistema de crédito.

Um fator que condiciona a este constante movimento modernizador é a ligação da agricultura com o agronegócio, que busca irradiar pelo país as formas modernas de produzir, sendo o agronegócio o principal beneficiado disto, trazendo para si novas áreas e produtos, que possam de alguma maneira render-lhe lucro. Porém, a consequência disso é a discriminação de muitas propriedades e produtores que não se encaixam nos modelos produtivos apresentados pelo agronegócio. No entanto, a partir

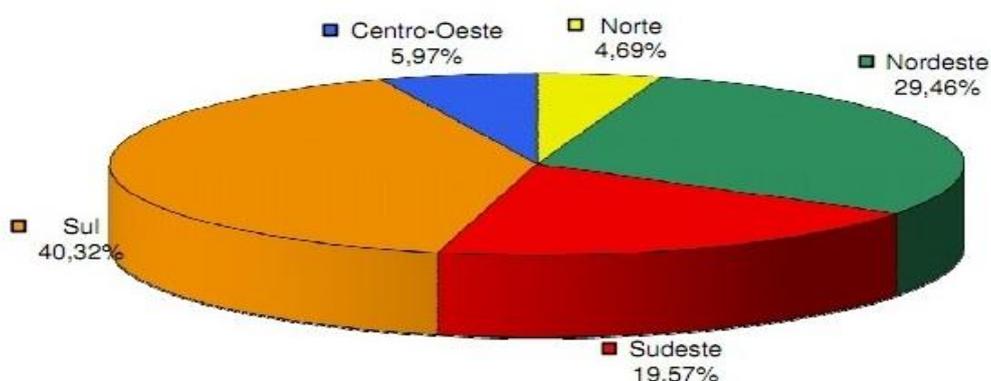


do PRONAF¹ houve a tentativa de reestruturação das propriedades, passando a significar novas oportunidades do crescimento econômico sobre outra categoria, a da agricultura familiar, que antes não tinha acesso ao crédito.

O PRONAF tem como objetivo subsidiar os agricultores familiares de todo o país para que esses possam desenvolver suas aptidões agrícolas e impulsionar o seu desenvolvimento. Entretanto, de acordo com pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a quantidade maior de contratos e de recursos se destinam a região sul do Brasil, como observado nos gráficos abaixo.

Um aspecto que suscita preocupação e tem provocado um longo debate pelos agricultores familiares, associações, sindicatos e federações ligadas ao campo é fato de que, enquanto a região Nordeste concentra a maior quantidade de estabelecimentos familiares, a região Sul tem o maior volume de recursos e consequentemente de contratos do PRONAF.

Gráfico 1 - Números de Contratos por Região



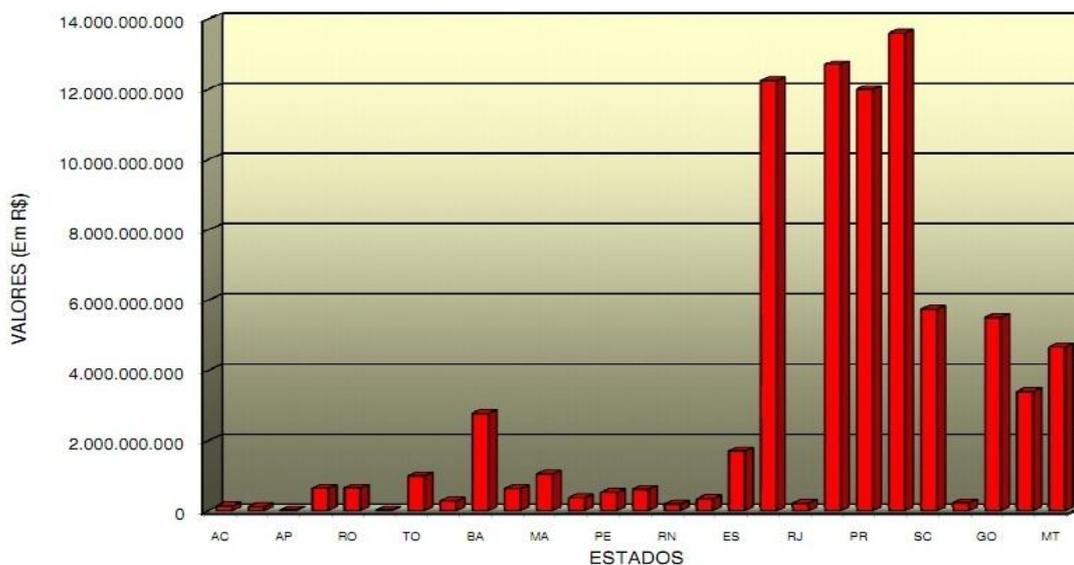
Fonte: anuário IBGE, 2010

Verifica-se que na região Sul predomina em números de contratos, com 40,32% do total, já a região Nordeste toma o segundo lugar, com 29,46% e a região Sudeste com 19,57%. As outras duas regiões brasileiras têm números pouco expressivos, sendo apenas 5,97% e 4,69% para as regiões Centro-Oeste e Norte, respectivamente.

¹ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF, tem como finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural formado pelos agricultores familiares.



Gráfico 2 - Valores de Financiamento – Unidades da Federação

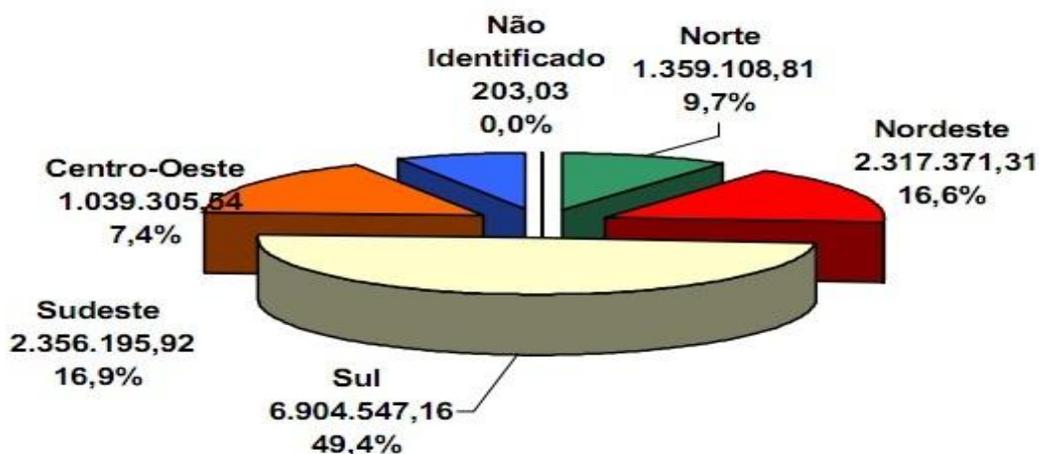


Fonte: anuário IBGE, 2010.

De acordo com o gráfico acima, percebe-se que os valores destinados ao Rio Grande do Norte assim como os demais estados da região Nordeste ainda são muito baixos, com exceção do Estado da Bahia que é o que apresenta um aumento, porém, ainda não muito expressivo quando comparado aos da região Sul, mas é um valor maior que os demais da região. Isto aponta para os desafios que a agricultura familiar tem enfrentado para a promoção de um ambiente de desenvolvimento contínuo, sendo que as dificuldades com o pouco acesso as linhas de crédito, na análise aqui feita, o PRONAF especificamente, é um dos fatores fundamentais que interrompe o desenvolvimento dos agricultores familiares. Essa análise pode ser verificada melhor no gráfico abaixo:



Gráfico 3 - Montante (R\$ mil) do Crédito rural do PRONAF no Brasil, por região – 2001 a 2004.



Fonte: BACEN, 2004.

Segundo Corrêa et al Cabral (2011),

“(…) a maior parcela dos recursos liberados pelo Pronaf foram direcionados para a região Sul do Brasil, enquanto coube às regiões Norte e Centro-Oeste as menores participações no total liberado nos três anos de existência do Programa.” (Corrêa et al Cabral, 2011, pg. 450).

Isto reforça a necessidade de se repensar em estratégias que possibilitem condições de acesso as linhas de crédito numa relação menos desigual aos estabelecimentos familiares em todo o Brasil.

Nesse sentido, é necessário enfatizar que a promoção de políticas públicas que vislumbram o desenvolvimento regional em um formato mais horizontal irá corroborar com a construção de ferramentas para a introdução de uma política de crédito rural mais dinâmica, menos burocrática, que responda as singularidades locais e dinamize a produção e a economia regional.

Assim, a política de crédito rural é um dos instrumentos mais relevantes de impulso ao desenvolvimento rural e o PRONAF, apesar de não ser tão forte em todas as regiões do país como no caso da região Sul, ainda é a principal política que os agricultores familiares utilizam para produzirem e comercializarem.



Os Programas de Transferência de Renda Bolsa Família e Seguro Safra

O programa bolsa família surgiu a partir do caos que entrara os sistemas de renda condicionada até o ano de 2003. Na época existiam quatro tipos de bolsa auxílio (PETI, bolsa escola, bolsa alimentação e cartão alimentação) que atendiam as famílias de baixa renda em grande parte pequenos agricultores familiares. Essas bolsas não abrangiam todo o país e eram coordenadas por diferentes setores gerando uma ineficiência em sua aplicação, pois algumas famílias eram contempladas pelos quatro benefícios e outras com a mesma renda não eram contempladas por nenhum.

Como nenhum dos programas abrangia todo território nacional, surgiam ainda alguns programas estaduais e municipais, como por exemplo, o vale gás que surgiu inicialmente em Minas Gerais. Todos esses programas tinham como público alvo o setor pobre da população, porém faltava uma melhoria na gestão administrativa.

Em 2003, o governo unificou todos os programas incluindo o vale gás, gerando assim o programa Bolsa Família que é administrado pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC e tem como órgão operador e pagador a Caixa Econômica Federal - CEF. Com isso, foi criado um cadastro único, o mesmo é responsável pelo censo da população pobre do país e repassa as informações para a SENARC que faz a análise do cadastro de cada família.

O programa Bolsa Família não é um direito, ele está ligado à renda *per capita* da família, sendo o valor da bolsa estabelecido de acordo com essa renda familiar e quantidade de filhos registrados e na escola. Esse programa abrange principalmente as famílias pobres do campo e os pequenos agricultores familiares que tem a bolsa como uma renda extra para ajudar nas despesas da família e da agricultura.

Esses programas de renda não-agrícola colaboram com a manutenção de algumas despesas das famílias e beneficiam indiretamente os pequenos produtores a produzirem mais, pois tem ajudado no planejamento da produção quando flexibiliza a renda destinada para compra de sementes, equipamentos, entre outros produtos utilizados na lavoura.

O seguro safra, mais conhecido atualmente como garantia-safra foi criado durante a safra 2002/2003 e é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que tem como principal proposta o amparo financeiro para agricultores que tiveram perdas de safras por conta de secas ou enchentes



(principalmente na região do semi-árido brasileiro). Esse seguro age como uma garantia de renda para esses agricultores que costumam viver constante perdas em suas produções, ajudando a suprir a falta de lucro e melhorando a qualidade de vida das famílias. Uma das principais fontes de eficácia e sucesso do programa é a parceria entre município, estado e governo federal, os três trabalham juntos para obter uma melhor eficiência.

O Comitê Gestor do Garantia-Safra se reúne uma vez por ano, em primeiro de julho que é quando se inicia o ano agrícola, para tomar as decisões necessárias para implementação do seguro no ano agrícola seguinte. As principais decisões do Comitê Gestor são ligadas à quantidade de cotas a ser disponibilizada para os Estados, o valor a ser pago aos agricultores e alterações no calendário de plantio, que serve de referência para todas as etapas e procedimentos do programa.

O processo de adesão do seguro safra ocorre inicialmente através dos estados que assinam um Termo de Adesão junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em seguida, os municípios assinam o termo de Termo de Adesão junto ao governo do estado em que o município está localizado. Com isso, o município se compromete a cumprir todos os requisitos estabelecidos pelo programa, assegurando, inclusive, a transparência do processo de inscrição e homologação dos agricultores e a realização das contribuições financeiras ao Fundo Garantia-Safra (FGS), conforme um cronograma pré-estabelecido. Após a adesão do município e a definição da quantidade de agricultores familiares que poderão participar, inicia-se o processo de inclusão dos agricultores.

O pagamento aos agricultores só é realizado após a prefeitura realizar todas essas etapas e o seguro é pago em até 06 parcelas mensais por meio de cartões eletrônicos (Cartão Cidadão ou Cartão Bolsa Família) disponibilizados pela CEF.

Esse seguro serve como um amparo ao pequeno agricultor e ajuda a reerguê-lo em momentos de crise durante a produção. Dessa forma, o mesmo pode continuar trabalhando para plantar novamente, sem precisar recorrer a outros tipos de ajuda, ou parar a produção por tempo indeterminado por conta de falta de recursos.

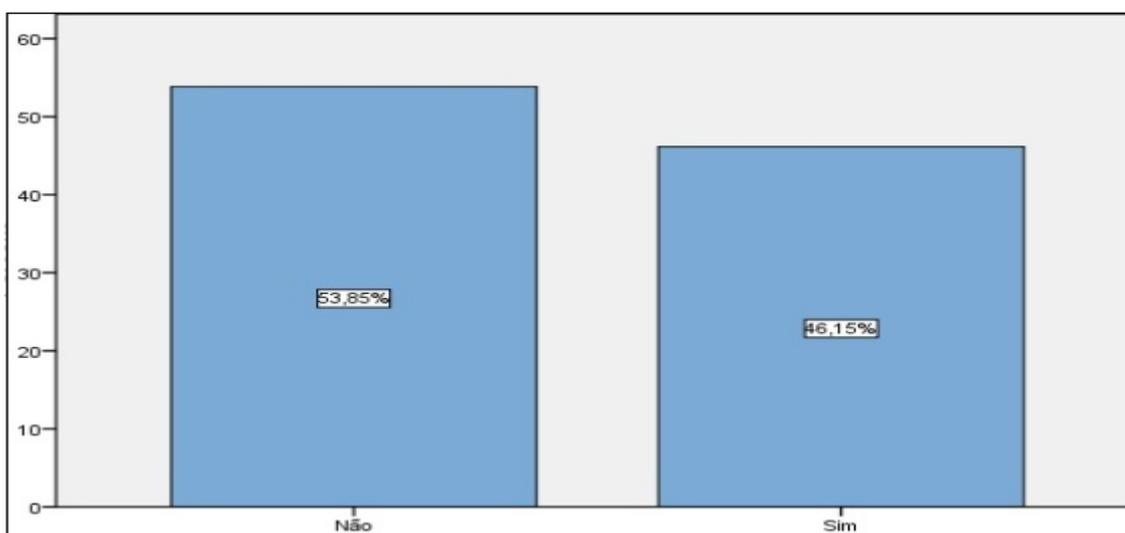


Resultados e Discussões

A pesquisa de campo referente ao ano agrícola 2010 foi realizada no município de Janduís (RN) com 11 famílias de agricultores familiares da região. Os questionários aplicados continham informações a respeito das fontes de financiamento e crédito aos agricultores familiares, finalidade do financiamento e benefícios recebidos pelas famílias.

De acordo com o gráfico 4, 46,15% das famílias obtiveram financiamentos ou empréstimos em 2010 isso indica que cada vez mais os pequenos agricultores estão tendo acesso a políticas de crédito que incentivam a produção rural. O gráfico 5 mostra que 66,67% das famílias obtiveram financiamento através de cooperativas e 33,33% através de bancos. O PRONAF que é uma das principais políticas públicas de financiamento para o desenvolvimento rural do governo não obteve ponto na pesquisa, mostrando assim, que as políticas públicas governamentais estão atuando de forma ineficaz no município. Entretanto, a atuação das cooperativas de crédito está cada vez mais forte na região e o setor privado na forma dos bancos estão investindo cada vez mais nas políticas de crédito rural concedendo empréstimos vantajosos aos agricultores.

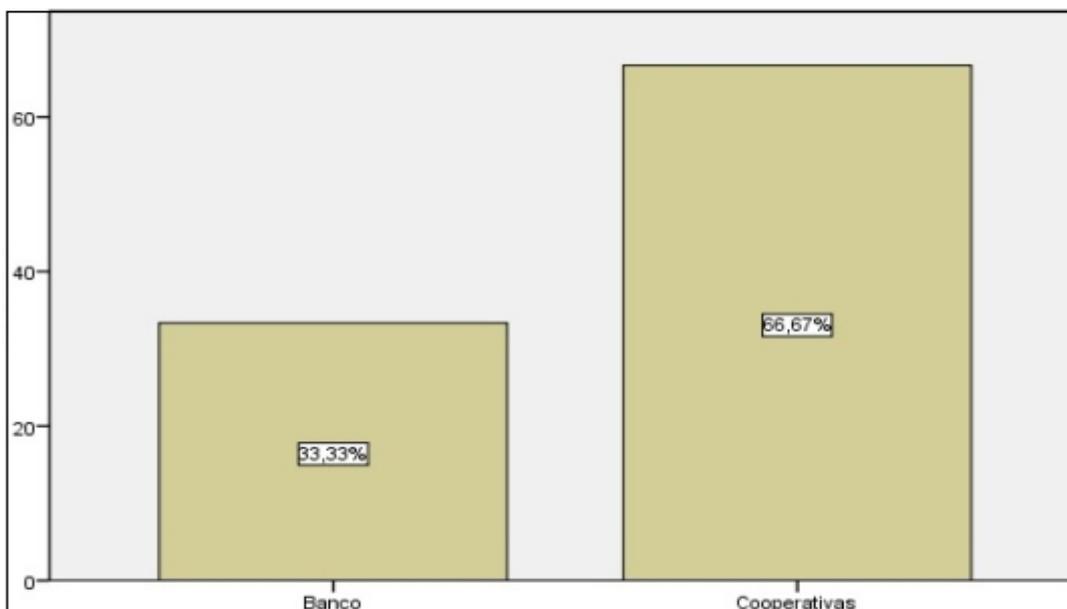
Gráfico 4 – Obteve financiamento ou empréstimo no ano agrícola 2010?



Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.



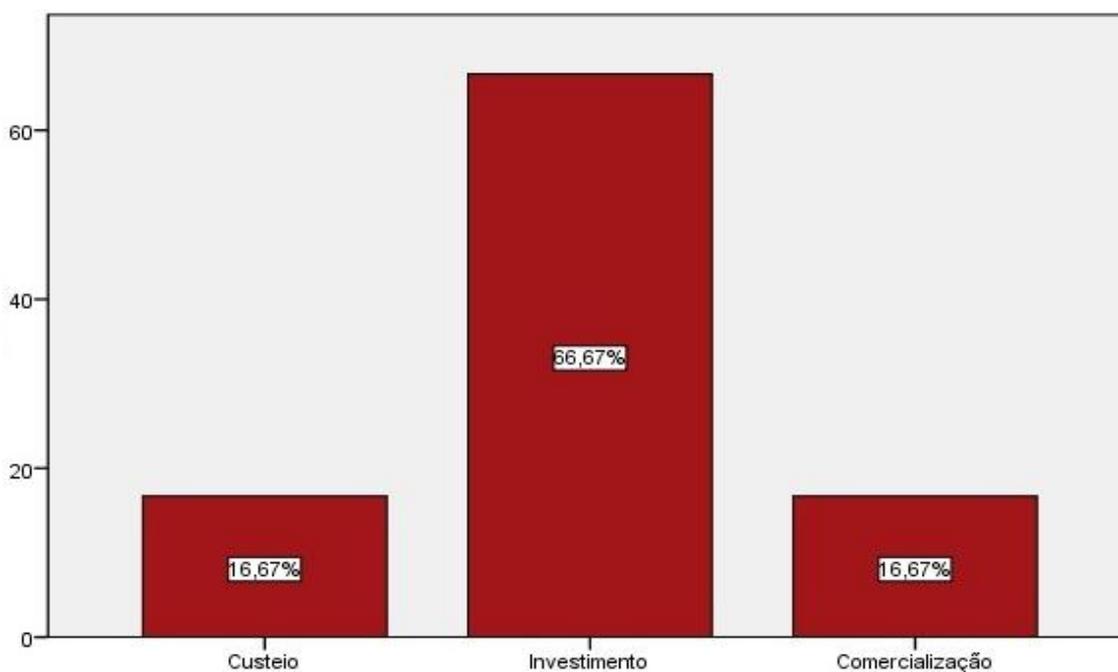
Gráfico 5 – Formas de Financiamento



Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

A partir do gráfico 6, percebe-se que a maioria dos empréstimos e financiamentos tem como finalidade o investimento, ou seja, 66,67% dos agricultores usam o dinheiro para investirem na propriedade com o propósito de melhorar a estrutura física e elevar a produção obtendo assim uma renda agrícola maior.

Gráfico 6 – Finalidade para crédito ou financiamento



Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.



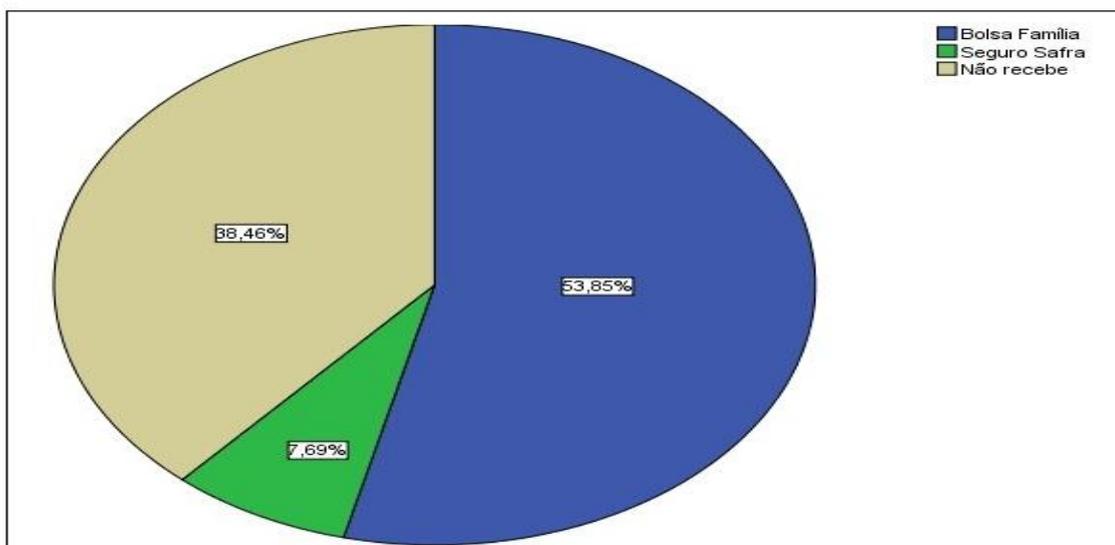
Em relação aos benefícios recebidos, na qual engloba bolsa família e seguro safra, de acordo com o gráfico 7 verifica-se que 53,85% das famílias entrevistadas recebem bolsa família e apenas 7,69% é contemplada com o seguro safra. Com isso, é perceptível a grande abrangência e eficácia do PBF no município, sendo que a maioria das famílias que recebem o benefício usa-o como um complemento para a produção agrícola. Em relação ao seguro safra, é notável o número reduzido de famílias que recebem o benefício. Isso se dá principalmente por o mesmo ser uma política nova implementada recentemente no campo e que abrange somente os agricultores que plantaram e obtiveram perdas por conta de fatores naturais (no caso da região: estiagem).

Os poucos que foram beneficiados com o seguro puderam cobrir grande parte de suas perdas durante o ano e receberam duas parcelas de R\$ 300,00, sendo 1% do valor para o Fundo Garantia-Safra – FGS.

Também se pode notar no gráfico abaixo que uma parcela considerável de agricultores entrevistados nesse município (38,46%) não recebeu nenhum tipo de benefício, isso se deve principalmente aos números de bens que os mesmo possuem. Algumas dessas famílias que vivem na zona rural possuem uma renda mensal boa, não recebendo dessa forma o direito de adquirir os benefícios. Isso se deve principalmente por alguns (ou todos) os integrantes da família possuírem uma renda extra, ou seja, trabalham fora da unidade de produção, alguns em tempo integral fora contribuindo apenas nas despesas da casa e outros em tempo parcial fora e tempo parcial da unidade de produção.



Gráfico 7 – Benefícios Recebidos



Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

O exposto acima demonstra alastramento da chamada agricultura em tempo parcial no município e em grande parte das zonas rurais pouco desenvolvidas. Os membros da família necessitam obter uma renda extra para complementar as despesas e ainda ajudar nos gastos com a produção.

O município de Janduís (RN) ainda encontra-se um pouco deficiente em relação às políticas públicas governamentais. Como se pôde observar nos gráficos e considerações acima, ainda há falhas na implementação principalmente das políticas de crédito (o caso do PRONAF não apresentar números na pesquisa). É necessário uma organização na gestão pública municipal e estadual para melhorar a eficiência das políticas e programas no município.

Considerações Finais

Além da mensuração dos dados disponíveis, deve-se ressaltar, igualmente, a significação dos programas públicos e privados para o meio rural. Percebe-se que as políticas públicas adotadas no município de Janduís não apresentam a eficácia completa, pois o financiamento através de órgãos públicos ainda mostra-se frágil, visto que nessa região predominou o financiamento através do setor privado (bancos) e cooperativas de crédito) os mesmos mostraram uma grande abrangência em relação ao crédito rural no município, demonstrando a ineficácia de algumas políticas públicas.



Todavia, em relação aos programas de transferência de renda como o bolsa família e seguro safra pode-se ressaltar a grande predominância do primeiro entre os agricultores, ajudando-os de forma indireta no investimento e custeio da produção. Em relação ao seguro safra, os dados mostram poucas famílias que receberam o benefício em 2010, porém o mesmo ainda é uma política nova que está se fortalecendo na região.

Por fim, é notório o avanço das políticas públicas e do crédito rural no município alavancando o desenvolvimento rural na região. Porém, ainda é preciso políticas estruturais que possam dar um suporte necessário para que esses programas governamentais possam atuar de forma mais eficiente, apoiando e fortalecendo os agricultores familiares em sua produção.

Referências bibliográficas

BONNAL, P.; MALUF, R. S. *Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil*. *Revista Política & Sociedade*. n. 14, p. 211-250, abr, 2009.

Carneiro, M. J. *Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf*. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/carneiro8.htm>. Acesso em: 25. jan. 2012.

Duarte. B. G. et al Neto. R. M. S. *Avaliando o Impacto do Programa Bolsa Família sobre a Frequência Escolar: O Caso da Agricultura Familiar no Nordeste do Brasil*. Disponível em: http://www.bancodonordeste.com.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/avaliando_o_impacto.pdf. Acesso em: 22 jan. 2012.

ELLIS, F. BIGGS, S. *Evolving themes in rural development – 1950s-2000s*. *Development Policy Review*, 19 (4): 437-448, 2001.

ELLIS, F. *Household strategies and rural livelihood diversification*. *The Journal of Development Studies*, 35 (1): 01-38, 1998.

Garantia – Safra. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/> Acesso em: 25. Jan. 2012.

PTDRS. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Açú/Mossoró*. Brasília: MDA/SDT, 2010.

Carneiro, M. J. *Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf*. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/carneiro8.htm>. Acesso em: 25. jan. 2012.



GT 1– Tecendo o futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos

**RESEX Chapada Limpa: resistência, territórios e territorialidades na
Microrregião de Chapadinha- MA**

Richard Oliveira Jardim¹
Juscinaldo Goes Almeida²
Roberta Maria Batista de Figueiredo Lima³

¹ Graduando/Geografia/ UFMA, E-mail: richardjardim@hotmail.com

² Graduando /Geografia/ UFMA, E-mail: juscinaldogoes@hotmail.com

³ Doutora em Geografia / Professora Adjunta II / UFMA, E-mail: robertabflima@gmail.com

Resumo:

O município de Chapadinha-MA, localizado na Microrregião de Chapadinha, Mesorregião Leste Maranhense, vem passando nos últimos anos por um intenso processo de (re) ordenamento espacial, sobretudo em função avanço da sojicultura. Tal modificação pode ser percebida quando analisamos o processo de expropriação pelo qual grupos camponeses têm sido submetidos na região. A criação da Reserva Extrativista (RESEX) Chapada Limpa no município de Chapadinha-MA é resultado do movimento de resistência por parte dos agroextrativistas em função do avanço da agricultura moderna da soja sobre o seu território. Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo identificar e analisar como se deu o processo da criação da RESEX, bem como caracterizar a forma como se processa interação entre a população residente no lugar e fatores naturais da área, em face da condição de usuários de uma unidade de conservação. Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do trabalho foram levantamento e revisão bibliográfica, realização de trabalho de campo em três das cinco comunidades que fazem parte da RESEX Chapada Limpa a saber: Juçaral, Chapada Limpa I e II.

Palavras-chave: RESEX Chapada Limpa, Territorialidade, Resistência, Microrregião de Chapadinha-MA.



Introdução

O surgimento das primeiras reservas extrativistas tem sua origem no Acre, Amapá e Rondônia no final da década de 1970. O movimento seringueiro liderado por Chico Mendes e os povos da floresta, protagonizaram uma extensa pauta de reivindicações, com pontos que iam desde a autonomia frente aos fazendeiros, à conservação do ambiente relacionado ao exercício de suas atividades (ALEXANDRE, 2002).

Tal processo representa para a população extrativista uma resistência contra a ameaça de perda de seu território e de suas territorialidades. Ambos analisados aqui tendo por base a concepção de Raffestin (1993) para quem o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. Já a territorialidade para este mesmo autor, adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do *vivido* territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral (RAFFESTIN, 1993).

Na visão de Figueiredo (2008), resistência se refere às reações de determinados grupos sociais a possíveis mudanças que possam vir a ameaçar a expressão de suas territorialidades, entendidas como resultado das interações espaciais entre grupos sociais e os agentes externos, que promovem as mudanças.

A criação da Reserva Extrativista (RESEX) Chapada Limpa no município de Chapadinha-MA é resultado do movimento de resistência por parte dos agroextrativistas em função do avanço da agricultura moderna da soja sobre o seu território.

O presente trabalho tem como objetivo principal identificar e analisar como se deu o processo da criação da RESEX, bem como caracterizar a forma como se processa interação entre a população residente no lugar e fatores naturais face a condição de usuários de uma unidade de conservação.

Metodologia

Para realização do presente trabalho foi lançado mão de procedimentos metodológicos como: levantamento e revisão bibliográfica sobre o processo de criação das RESEX no Brasil, expansão da soja no Leste Maranhense e mais especificamente na Microrregião de Chapadinha-MA; trabalho de campo nas três das cinco comunidades que fazem parte da RESEX Chapada Limpa, como Chapada Limpa I e II e Juçaral, onde



foram feitas entrevistas formais e informais a cerca do processo de resistência e luta pela garantia do território.

Do sul ao leste maranhense: breve abordagem sobre a expansão da sojicultura no estado

A expansão do cultivo da soja no cerrado maranhense, mas especificamente na região de Balsas se dá a partir da década de 1970, após a mesma ter percorrido estados do Sul, Sudeste e região central do País por agricultores provenientes do sul do Brasil conhecidos por “*gaúchos*” (FERREIRA, 2008).

Conforme Carneiro (2008), a expansão da agricultura moderna da soja, enquanto cultivo de larga escala no Maranhão, é um processo bem recente. Remontando a 1978 o primeiro indicador de produção de soja a constatar nas estatísticas da Produção Agrícola Municipal do IBGE. Será, no entanto, nos anos 1990 que a produção sojicultora ganhará impulso definitivo (CARNEIRO, 2008, p.80) no território maranhense, concentrando inicialmente na mesorregião sul do Maranhão, especialmente nos municípios de Balsas, Riachão, Tasso Fragoso, São Raimundo das Mangabeiras e Sambaíba.

Em fins do século XX, assiste-se à consolidação da produção de soja no sul do Estado e seu conseqüente avanço para outras regiões, principalmente para o centro e leste maranhense (CARNEIRO, 2008, p. 81).

Quanto à produção de soja na Mesorregião Leste Maranhense, a Microrregião de Chapadinha se destaca como a principal produtora, merecendo destaque os municípios de Anapurus, Brejo, Chapadinha, Buriti, Mata Roma e Milagres do Maranhão, que apresentam a maior área plantada (CARNEIRO, 2008).

A derrubada do “Bacuri de sessenta galhas” e o processo de criação da RESEX Chapada Limpa

No Maranhão, o avanço da sojicultura tem proporcionado um acelerado processo de cercamento das áreas consideradas de uso comum – as áreas de chapadas e babaquais – onde se tem fortemente um vínculo entre aqueles moradores da região ao lugar de coleta desses produtos, configurando assim um espaço de extrativismo. Para fazer a frente a este processo de cercamento, grupos de camponeses têm se organizado e proposto a criação das unidades de conservação de uso sustentável, como foi o caso da criação, em 26.09.2007, da RESEX da Chapada Limpa que possui área de 11. 971, 24 hectares (CARNEIRO, 2008).



Para Carlos (2007) o lugar é o mundo do vivido, onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo onde se produz a existência social dos seres humanos. A existência desses agroextrativistas está completamente associada com a vegetação existente no local, pois devido esta a população extrai frutos o que configura a existência social daqueles que vivem na reserva.

No período anterior ao ano de 2005, a população residente tinha livre acesso as terras e as utilizavam por meio de estratégias de uso comum entre todas as comunidades agroextrativistas, que por gerações vivem naquele lugar. Possuíam uma dinâmica diferenciada da que hoje é exercida naquele espaço. Isso mediante os fatores internos que propiciavam que o “proprietário” exigisse uma porcentagem de toda produção do extrativismo e produtos da agricultura.

O processo de resistência que culminou com a criação da RESEX Chapada Limpa, se iniciou a partir de 2005. Neste período, segundo depoimento de alguns moradores, as terras onde está localizada a RESEX foi vendida aos chamados *gaúchos* por uma pessoa de nome Evaldo que se dizia dono da área. A partir desse momento os sojicultores iniciaram o processo de desmatamento. Posteriormente os moradores foram impedidos de colocar suas roças e também ameaçados de despejo.

Um evento emblemático ocorrido durante no início das ações de desmatamento da área foi a derrubada de um grande bacurizeiro, conhecido pelas famílias extrativistas como “Bacuri de sessenta galhas”. Essa derrubada motivou os extrativistas a efetivarem uma denúncia ao ministério público e ao IBAMA. Tal fato parece ter contribuído para chamar atenção para a devastação provocada pela cultura da soja, sensibilizando técnicos de governo, que passaram a mediar e auxiliar no processo que viabilizou a criação da RESEX.

A coleta do bacuri faz parte da economia dos povoados, onde são coletados e vendidos a vinte reais o cento, por meio de um sistema de comercialização para o estado do Piauí. Os produtos da atividade agrícola são o arroz, mandioca e o milho que são cultivados nas chamadas áreas de *carrasco*.

A atividade da caça que contribui na alimentação das famílias, se tornou restrita, no entanto a prática mesmo que menor, ainda é realizada, e as principais caças obtidas são veado, tatu, cutia, caititu peba.



Considerações finais

A criação da RESEX Chapada Limpa foi uma ação das famílias agroextrativistas pela garantia, defesa e manutenção do seu território frente à ameaça de expropriação pela sojicultura. Além da possibilidade de perda de seu espaço de produção e reprodução tanto material como simbólica. Como salienta Porto Gonçalves (2007, p. 395), quando há um desmatamento não só se perde biodiversidade. Perde-se, também, diversidade cultural e, assim, a humanidade fica mais pobre quando aqueles e aquelas que detêm esses saberes se vêem obrigados a abandonar a floresta (o mesmo se pode dizer de outros *habitats*).

O evento da derrubada do “Bacurizeiro de sessenta galhas” parece ter tido mais relevância do que a possibilidade de grande quantidade de famílias ficarem sem seus locais de coleta. O apelo ecológico do evento ressignificou as perdas ambientais pelas quais a sociedade e o poder público fechavam os olhos diante da expansão da soja.

Referências bibliográficas

ALEXANDRE, A. **A política que se aprende:** Avaliando o processo de implementação das reservas extrativistas no Brasil à luz do ideário da etnoconservação. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado, 2002.

CARNEIRO, Marcelo S. A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In: SCHLESINGER, S; NUNES, S.P; CARNEIRO, M. S (org). **A agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão:** duas faces do cultivo da soja no Brasil.- Rio de Janeiro: FASE, 2008.

CARLOS, Ana F. Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 2007.

FERREIRA, Maria da Glória Rocha. **Dinâmica da Expansão da Soja e as Novas Formas de Organização do Espaço na Região de Balsas – MA.** Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2008.

FIGUEIREDO, Roberta Maria Batista de. **Ações de resistência de famílias extrativistas no Maranhão em face do uso industrial de carvão de coco babaçu por usinas de ferro gusa.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2008.

PORTO GONÇALVES, Carlos W. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

RAFFESTIN, Claudie. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.



GT 1 – Tecendo o futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos

Ribeirinhos da Amazônia e seus anseios ambientais

Cássio Rogério Graças dos Santos ¹
Fabrício Yukió Rosa de Castro Yokoyama ²

¹ Graduando em Geografia, Universidade Federal do Pará, cassiogero@hotmail.com

² Graduando em geografia, Universidade Federal do Pará, fyrcy@hotmail.com

Resumo

A Amazônia vem passando desde a década 1960 por intensas mudanças em sua base econômica e política, onde a “modernização” chegou com a abertura das estradas, aí começa o que muitos chamam da integração nacional, pautada nas atividades urbano-industrial, porém ainda existem lugares com o modo de vida ainda visto como “atrasados” ou “tradicionais”. Este texto irá tratar do modo de vida das populações ribeirinhas na comunidade Tabatinga no município de Abaetetuba, no estado do Pará, com o objetivo desse artigo e expor e analisar a sua reprodução social no território. Foi realizadas leituras sobre a temática ribeirinha na Amazônia entrevistas e ida a campo no local do estudo.

Palavras Chave:

Populações ribeirinhas, Amazônia, modo de vida, cultura



Introdução

A dinâmica das populações ribeirinhas é objeto de estudo de várias ciências, entre elas aparece como destaque à geografia. Sendo que, na Amazônia é possível encontrar ao longo dos rios tais populações, as quais são vistos como ainda vivendo em um modo de vida “primitivo”, principalmente pelas populações citadinas, pelo fato de sobreviverem a partir da pesca, extrativismo vegetal e pequenas plantações de subsistência, onde a vida e dinâmicas são regidas pelo tempo da natureza, o rio. Diferente dos que moram nas cidades com sua rotina ditada pelo tempo “rápido”, visto principalmente como irradiador de tecnologia, conforto, educação e até mesmo com certa “superioridade”.

Após a década de 1960 a Amazônia, passou por muitas mudanças em sua estrutura, a região passou a ser comandada pelo tempo rápido, traduzido pela grande vontade de integrar ao restante do país, principalmente as áreas onde já a atividade industrial esta em processo de consolidação. Percebe-se uma mudança nas relações na Amazônia, a urbanização das cidades é vista como principal ação do capital Estatal, grandes frentes de expansão adentram na região, vista como uma grande fronteira a se explorada, principalmente pela baixa densidade demográfica. Como assim nos aponta Cruz (2008, p. 57)

Assim, para compreendermos as diferenças e as identidades na Amazônia precisamos levar em conta os espaços produzidos estruturalmente pelo desenvolvimento desigual e combinado do processo de expansão territorial dos atores hegemônicos da economia, da política e da cultura que imprimem uma nova temporalidade e espacialidade após a década 1960 na região, o ritmo da produtividade, o tempo de modernização que incide de forma desigual e diferenciada em densidade e intensidade nos diferentes lugares. Contudo, precisamos igualmente reconhecer outras temporalidades e espacialidades, aquelas dos sujeitos não hegemônicos, ou subalternizados, partir da recriação de singularidades culturais próprias de cada lugar através dos diferentes modos de vida, dos ritmos vividos cotidianamente que implicam em experiências, vivências, identificações com o espaço.

O objetivo desse estudo é observar o modo de vida das populações ribeirinhas da Amazônia, apresentar os diferentes olhares sobre as tais e a sua reprodução social no



território, sua relação com a natureza e a sua identificação cultura que as caracteriza como tal, assim apresentar as demandas de tais populações, haja vista que os moradores da comunidade estudada procuram realizar as suas ações de acordo com o desenvolvimento sustentável, para isso é importante a participação da própria comunidade para a elaboração das políticas e ações que se desejam realizar para o planejamento e a gestão ambiental. Pegou-se a comunidade de Tabatinga no município de Abaetetuba, localizada na mesorregião de Cametá.

A metodologia buscou-se fundamentalmente em trabalho de campo, como o que foi realizado na comunidade Tabatinga, no período de Fevereiro do ano de 2010, leituras e pesquisa bibliografia que serviram de apoio para o estudo. As entrevistas orais e as observações da configuração paisagística local foram de relevância imprescindível na construção dos dados para compor este trabalho. Os nomes citados nas entrevistas são fictícios.

Os diferentes olhares sobre as populações ribeirinhas

“Historicamente se sedimentou no imaginário social, um conjunto de representações, imagens e ideologias sobre a Amazônia, em particular, sobre as populações que tradicionalmente se territorializaram na região, como as populações ribeirinhas. Diferentes “olhares” vão de um extremo ao outro...” (CRUZ, 2008, p. 52)

Neste tópico serão expostos os diferentes olhares sobre o que se chama de populações tradicionais, enfocando as que vivem nas beiras dos rios, ora conhecidas como ribeirinhas, ora conhecidas como varzeiros e até mesmo pescadores artesanais. Dessa forma três olhares se destacam o olhar naturalista, o tradicionalista ou romântico e o moderno.

O olhar naturalista vê Amazônia, como sinônimo de natureza, a diversidade é vista como a biodiversidade da flora e fauna, uma grande fonte de recursos naturais a ser explorada, essa visão é a mais comum nos meios de comunicação de massa, que mostra apenas o quadro natural, a selva que precisa ser vencida, com moradores extremamente exóticos onde homem e natureza convivem em harmonia. Assim percebe-se a ausência de políticas públicas para atender a demanda de tais populações,



principalmente nas áreas da educação, saúde e principalmente na área ambiental e conservação de recursos naturais e hídricos. O maior problema desse olhar é a desconsideração dos processos históricos constituídos a partir da territorialização dos diferentes grupos e por consequência produz a invisibilidade das populações ribeirinhas. (CRUZ, 2008, p.52)

O olhar tradicionalista ou romântico é aquele que está atento somente à cultura, a mera descrição do modo de vida, onde o fato de morar ou viver na beira do rio é visto como simbólico, e também como a visão naturalista, o olhar tradicionalista descarta o processo histórico de formação da territorialidade do lugar. “Essa idealização vê o ‘caboclo ribeirinho’ como o ‘ bom selvagem’ que ainda não cometeu o ‘pecado original da modernidade’ – é como se a cultura e a história pudesse ser congelado” (CRUZ, 2001, p.53). Assim entende-se que a cultura e o modo de vida devem ser mantidos a qualquer preço, deve ser “preservado” ou “resgatado” e ser mantido em sua essência original. Evitar o contato com a modernidade, pois essa corrompe o homem e muda suas características culturais.

O olhar moderno por sua vez, é tratado como uma visão preconceituosa, que está atenta em pensar os fatos como uma fila histórica, saindo do estagio da selvageria para o estagio civilizado. As populações ribeirinhas são vistos como atrasados, improdutivos ou ainda são regidos pelo “tempo lento”, ligado a dinâmica da natureza onde o tempo é caracterizado principalmente pelo fluxo dos rios da região, as cheias ou as secas. Também são vistos como a expressão do passado, ou seja, um estágio que é necessário ser superado. Essa é a visão mais preconceituosa, pois nega os conhecimentos empíricos de tais pessoas, como se a vivencia nessas localidades fossem apenas um estágio evolutivo, que muitos ainda não superaram, ou seja, não evoluíram.

Tais visões revelam o preconceito que muitos sobre a região amazônica, pois tais comunidades estão conectadas tanto na esfera local, quanto na esfera internacional, sofrendo influencias endógenas e exógenas. Daí a necessidade de estudos sobre a temática para dar uma visibilidade diferente, no sentido de mostrar a realidade de tais populações, as suas necessidades, desejos, anseios e mostrar possíveis caminhos a partir dos conhecimentos empíricos de cada comunidade para se chegar a uma gestão ambiental democrática e participativa.



Populações ribeirinhas: uso da terra e a identidade cultural

O município de Abaetetuba está localizado na microrregião de Cametá, no estado do Pará, e é formada por dez municípios: Barcarena, Abaetetuba, Igarapé-Mirim, Limoeiro do Ajuru, Cametá, Mocajuba, Baião, Breu Branco, Tucuruí e Mojú. Onde a colonização remonta desde o século XVII, fruto da política dos descimentos e fortins, que visava defender a região dos interesses espanhóis e franceses, que já estavam instaladas em localidades da Amazônia.

A comunidade Tabatinga, localizada em Abaetetuba, está situada mais especificamente na região das ilhas deste município, as quais são formadas pelo ecossistema de florestas tropicais pluviais heterogêneas, compostas principalmente por açaiçais e buritizais, caracterizando assim as várzeas amazônicas. Além disso, existe uma variedade de árvores frutífera, introduzida pela própria população no período colonial. As ilhas também são cortadas por furos e igarapés, que servem de divisa entre as propriedades fundiárias e as comunidades, podendo ser observado na imagem abaixo.



Fig. Lote de famílias ribeirinhas (Fevereiro, 2010)

“O ser ribeirinho” ou “caboclo amazônico”



A população amazônica é constituída basicamente por negro, indígenas e brancos, predominando o “caboclo amazônico”, o fruto da miscigenação das raças, que em tupi significa “tirado da mata”. A população ribeirinha é composta por trabalhadores que se ocupam do extrativismo do açaí, buriti e cacau, mas também da pesca e confecções de produtos artesanais, como a peneira, e olaria na fabricação de telhas de barro e vaso de cerâmicas. Onde o rio também é elemento central na definição da vida econômica, social e cultural das mesmas.

Sobre a alimentação das populações ribeirinha Josué de Castro, faz uma análise a respeito de a dieta alimentar, que consiste basicamente em derivados da mandioca, da pesca, do açaí entre outras coisas que a própria floresta lhes oferece, assim ele escreve:

Com a massa da mandioca bem amassada preparam uma infinita variedade de pastas conhecidas pelo nome de *beijus*, variando em sua forma, tamanho, consistência, tempero e gosto, tomando em cada caso um nome diferente de beiju - açu, beiju - cica, beiju - membeca, beiju - peteca, beiju - toteca e muitos outros, conforme encontra documentado em trabalho de Nunes Pereira sobre a alimentação da Amazônia. (CASTRO, 2007, p. 45)

E ainda escreve:

Com esses poucos recursos constitui-se o tipo de alimentação do homem da Amazônia. Alimentação pouco trabalhada e pouco atraente, apresentando até hoje em suas características uma predominância manifesta da influencia cultural indígena sobre a das outras culturas, a portuguesa e a negra, que também participaram da sua formação. (CASTRO, 2007, p. 43-44)

Conhecido como lavrador- pescador, o caboclo é tido como o “guardião da floresta”, sendo aquele que detém os saberes nativos sobre a região, reconstituindo-se assim, como originário do lugar herdeiro dos antepassados indígenas e totalmente adaptados à natureza (SARILLANT & FORLINE, 2001, p. 148-149). Desse modo, é nesses limites e fronteiras conceituais, políticas e étnicas, que se abre o espaço para se pensar a questão do caboclo ou ribeirinho como uma identidade ou uma cultura de “resistência”. Posto que seja sobrevivente de um processo aniquilador, mas que não os destruiu por inteiro.



As construções das identidades, tal como reveladas pelas análises sociais, apontam um paradoxo, onde em quanto os analistas sociais reconhecem que as identidades não são categorias ontológicas, essenciais ou primordiais, os grupos promovem, cada vez mais, a essencialização e a retificação das identidades, apresentando-as como fixas primordiais, promovendo o retorno à etnia e exigindo o direito a diferença. Essa marca pode ser múltipla e flexível, podendo ser apropriadas ou destacadas, vestidas ou despidas em um processo incessantemente de construção, criação e inovação (AGIER, 2001), articulando-se dentro e através das fronteiras étnicas (BARTH, 2000), ultrapassando os limites políticos, locais e culturais.

A categoria também se torna um problema teórico e ético, tanto quanto político: uma identidade reificada pela negação como alguém que está fora do lugar (da modernidade contemporânea); ao mesmo tempo é aquele que pensa pelas representações e estereótipos construídos pelos outros. A politização das populações ribeirinhas é algo que vem ganhando força, várias associações estão sendo criadas, ou foram criadas principalmente pela igreja católica que criou uma consciência política dos seus direitos. As colônias de pescadores são outro exemplo de mobilização, pois através da organização dos pescadores já conseguiram privilégios do Estado e também “fiscalizam” contra a pesca predatória realizada por grandes embarcações chamadas de “geleiras” que conseguem a partir da pesca uma grande quantidade de pescado para revender até em outras localidades fora do Pará. Porém outro movimento que está ganhando visibilidade é o dos atingidos por barragens, não apenas em nível local, mas principalmente em nível nacional, movimento que luta pela dignidade e direitos que são perdidos quando há a construção de barragens.

Modos de vida

Quando se fala em populações ribeirinhas, pensa-se logo em pessoas que vivem na beira do rio, com uma economia fraca advinda da pesca rudimentar, criação de animais para completar a escassa alimentação (principalmente porcos, galinhas e patos) e uma pequena agricultura familiar de subsistência. A comunidade Tabatinga foi o exemplo utilizado como referência, onde a maioria dos moradores são pescadores da comunidade Z14, além de pequenos extrativistas, vivendo basicamente da coleta do açaí, típico dos ecossistemas de várzeas da Amazônia. Sobre tudo com sua cultura



rudimentar simbolizados pela grande dependência dos fatores naturais, climáticos, biológicos e hidrológicos, para a sua sobrevivência e reprodução social.



Fig. 2 Família ribeirinha (Fevereiro, 2010)

No Baixo Amazonas e denominação ribeirinha é relativizada, pois existe outra categoria, que muitos usam e se identificam como tal, “o varzeiro” (CANTO, 2007); deve-se também avaliar se tais populações se identificam como ribeirinho, já que no Baixo Amazonas em algumas comunidades se identificam como varzeiro, embora vivam e desempenham atividades ao longo do rio Amazonas, que a nosso ver, nos levaria a caracterizá-los como em uma única categoria ou grupo social, os ribeirinhos.

... E aquele que vê na diversificação da produção, em que ocorre a combinação da agricultura, criação de gado, extrativismo, pesca e a cultura de auto consumo e auto – sobrevivência. Esta concepção pode ser utilizada para caracterizar o **ribeirinho** que mora isolado, isto é, distantes dos núcleos de povoamento e vilas nas margens dos rios, tanto na várzeas como na terra - firme. Deste modo todo o varzeiro é ribeirinho, mas nem todo ribeirinho é varzeiro. (CANTO, 2007, p. 18)

As famílias são pobres e numerosas, onde os filhos também utilizam da sua força de trabalho para ajudar na economia familiar, na roça ou pescando junto com o pai, assim, raramente conseguem chegar ao ensino superior, mas principalmente pela



falta de uma rede de transporte eficiente, existência de poucas escolas nas proximidades, a respeito disso diz Sr. Manuel:

Aqui eu, minha mulher e os meus filhos trabalham ou na terra ou pescando comigo, ainda tem o percurso pra ir pra escola, que eles vão de canoa, encosta na frente e desce por terra de pé eles caminham uma hora pra chegar lá na escola. Também falta professor, eu acho que é por que aqui é difícil de chegar.

Além da falta de professores, o que é algo corrente, afinal, não é muitos os que estão dispersos a ir para áreas muito afastadas das cidades, em virtude da escassez de serviços como transporte, energia elétrica, saúde e mesmo, de instrumento como transportes para a realização de seu trabalho.

As habitações são simples, predominando construção a base de madeira, palha ou barro, sem muito conforto, porém o modo de vida urbano já está chegando à localidade, mesmo que de forma tímida, através de serviços como energia elétrica, o que conseqüentemente leva os moradores a consumirem produtos típicos da vida da cidade, como é o caso da televisão um fogão e uma geladeira, o que pode ser observado na residência de um morador da comunidade que afirma:

Aqui em casa tem uma televisão que eu comprei na cidade, depois de chegar aqui a energia elétrica, né? Por antes só era movido a motor ai gastava muito óleo diesel. Ainda não temos fogão e nem geladeira, por causa de ser muito caro, principalmente a geladeira, ai guardamos tudo no isopor com gelo e pra comer agente usa o fogão de barro, já que o que não falta é lenha para alimentar o fogo e também não precisar gastar com gás. (Sr. Raimundo, morador da comunidade)

Mas isso se vê na maioria das casas da comunidade, pois como percebemos nas falas de outros moradores terem geladeira e fogão, pois não é uma necessidade primordial e também pelos custos que tais equipamentos trazem para a comunidade, já que o fogão precisa de gás e a geladeira consome, na visão deles, muita energia.

As paredes são geralmente ornamentadas com fotografias de familiares e imagens de santos, o que vem revelar a religiosidade dessas populações, que tem na fé, a forma de amenizar ou resolver suas aflições e problemas, em virtude da escassa atuação do Estado. As casas geralmente possuem no máximo três compartimentos entre eles: a sala que é um grande salão para receber visitas e também o local onde muitos



dormem e a cozinha onde são preparados as refeições e um quarto que geralmente é do casal.

A proximidade com a cidade de Abaetetuba percebe-se dois fatos; o primeiro a influencia, os costumes e os valores da cidade passam a ser inseridos na comunidade devido à televisão que muitos compram na cidade e também pelas viagens a cidade para estudo ou trabalho, que muitos da comunidade realizam. O segundo pela questão do lixo que a correnteza do rio leva, vindo da sede municipal, para a região das ilhas e também pelo próprio lixo produzido na comunidade já que não há coleta, causando assim um grande acúmulo de dejetos sólidos, como o plástico que é um material de difícil decomposição, principalmente nas áreas de várzeas depositados pela subida e descida da maré.

A organização da comunidade

O rio pode ser considerado como uma extensão dos lotes das famílias, pois há uma interação e complementação de espaços ecológicos, econômicos e principalmente cultural. Desse modo, as populações que habitavam e habitam as margens do rio, precisam ter a sua identidade preservada e reconhecida. É necessário reconhecer a sua capacidade de produzir instrumentos para tornar eficaz sua relação com o meio: é preciso ainda entender os padrões de comportamento socialmente transmitidos que embasam essas comunidades humanas, do ponto de vista do embasamento físico, ambiental e ecológico.

Os ribeirinhos e o seu político-delegado exaltam a convivência secular dos habitantes da Amazônia com agentes externos que por ai se integram e se integraram, em nome de objetivos mercantes, missionários ou científicos, pensando-se subjugados a diferenciadas, mas contínuas formas de colonização.

Tratando da organização política, os moradores da ilha desejam arrecadar verbas do poder público para montar projetos com o objetivo econômico e socialmente as comunidades envolvidas. Os projetos reivindicados baseiam-se no apoio a piscicultura, manejo florestal e aprimoramento da atividade pesqueira.

Para a realização de tal objetivo, são formadas parcerias com instituições que possam contribuir com o aparato técnico - científico, como a Universidade Federal do Pará, e a EMATER e também a Igreja Católica. Mas, como qualquer circunstância o



saber do produtor deve ser considerado, pelo fato de os ribeirinhos reivindicarem a legitimidade e a prevalência de seu saber, considerando-se capazes de assegurar manejos e reproduções pautadas pela sustentabilidade, o que reforça o fato deles serem tidos como os “guardiões da floresta” herdeiros dos conhecimentos de antepassados indígenas e tantos que se aventuraram no meio da região amazônica, usufruindo da natureza de maneira responsável, pois é dela que provêm não apenas o seu ganho, mas também o sustento.

E uma das possíveis soluções para o seu anseio seria elaborar projetos com base na agroecologia que em simples palavras, representa a integração de idéias ambientais e sociais acerca da agricultura. Uma vez que emprega um maior numero de pessoas em razão do uso de recursos técnicos simples, sendo poupadores de matéria – prima. Assim a agroecologia seria uma alternativa que poderá contribuir para o desenvolvimento econômico das áreas ribeirinhas.

A geógrafa Bertha Becker coloca de seguinte forma em um dos seus trabalhos:

A maioria das iniciativas desse setor, contudo, está associado ao extrativismo de produtos florestais não madeireiros implementados em projetos de comunidades, financiados por organizações religiosas, ONGs e, hoje, também pelo setor privado. Envolvem frutas, oleaginosas, seringa, produtos para fins medicinais e cosméticos – óleos vegetais, seivas, cascas -, fibras naturais, resinas, produtos artesanais, plantas ornamentais e sementes. O mel de abelha e a pesca melhorada assumem expressão crescente nos projetos comunitários. O grande mote para os pequenos eco negócios é agregar valor aos produtos extrativos e/ou agroflorestais. (Becker, 2009, p.50)

Considerações finais

Ao longo deste estudo sobre a comunidade Tabatinga, foi se atentando para o modo de como eles se definem, se organizam e se (re) produz enquanto unidade espacial. A comunidade se define como ribeirinha, ou seja, além de viver as margens e sintonia com o rio, que lhe dá a condição de ribeirinho, ocupa e produz a sua subsistência numa área de várzea. A natureza e comunidade fazem parte de uma única estrutura social.



Tal população que tem um modo de vida próprio é vista por muito como atrasadas ou primitivas, como indolentes por não estarem inseridos em uma lógica capitalista intensa e não participarem de modo ativo do mercado de trabalho. Essas visões preconceituosas devem ser banidas de imaginário social que por vezes é criado pela mídia por isso há a necessidade de estudos a respeito dessa temática para mostrara a realidade.

As populações ribeirinhas, no ambiente amazônico são capazes de sobreviverem através do extrativismo do açaí, buriti, de outras árvores frutíferas que estão disponíveis na região e também da pesca, pois como se sabe há um grande número de rios e também uma grande variedade de peixes na Amazônia. Por isso a questão ambiental também deve ser pensada para essa localidade e para as demais, pois na Amazônia está acontecendo um grande índice de desmatamento para pastos ou para a agricultura, causando em alguns casos o assoreamento dos rios e a perda de árvores que são importantes para tais populações.

Assim, percebe-se que a comunidade de Tabatinga, no município de Abaetetuba, está ocorrendo uma grande valorização da identidade ribeirinha, devido aos novos agente políticos e sociais que estão se inserindo na comunidade. Também observar-se que a comunidade está procurando certo grau de desenvolvimento, econômico, para isso estão buscando órgãos Federais e religiosos que são capazes de auxiliá-los em seus projetos, principalmente relacionados ao desenvolvimento sustentável e agricultura familiar.

O rio mostra-se como importante para a cultura, história e geografia da região, pois é utilizado como via de transporte, lazer, referencial simbólico através de suas lendas e divindades que ali estão e a obtenção para a sua subsistência e para a reprodução social de todas as comunidades ribeirinhas. Pensar políticas publica para atender tais populações se mostra como um desafio para todas as feras do podes publico já que há uma grande particularidade e peculiaridade na região amazônica.

Referências Bibliográficas

AGIER, M. Distúrbio Identitários em Tempo de Globalização. In **MANA**, vol. 7. N°2, 2001.



BARTH, F. Os Grupos Étnicos e Suas Fronteiras. In: **O Guru, o Iniciador e outras Variações Antropológicas**. Org. Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BERCKER, B. K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Gramond, 2004.

CANTO, O. **Várzeas e Varzeiros da Amazônia**. Belém: MPEG, 2007

CASTRO, J. **Geografia da Fome o Dilema Brasileiro: Pão ou Aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COSTA, G. S. **Desenvolvimento Rural Sustentável Com Base no Paradigma da Agroecologia**. Belém: NAEA, 2000

CRUZ, V. C. O Rio Como Espaço de Referência Identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C. (Org.); TAVARES, Maria Goretti da Costa (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. 1. Ed. Belém: EDUFPA, 2008. P 49-69.

SAILLANT, F e FORLINE, L. Memória Fugitiva, identidade, Flexível: caboclos na Amazônia. In: **Devorando o Tempo: Brasil, país sem memória**. LEIBING, A (Org.) e BENNINGHOFF-LÜHI (Org.). São Paulo: Mandarim, 2001. P. 143-156.



GT 1: Tecendo o futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos

Tecendo diálogos e construindo gestão participativa em uma comunidade agropesqueira da reserva extrativista marinha Tracuateua, Tracuateua-PA

Cássia Rafaela da Silva Gomes¹

Ariadne da Costa Peres²

¹ Graduanda em Pedagogia, Universidade Federal do Pará, Campus Bragança.

E-mail: rafinha_ped@hotmail.com

² Prof^a. Adjunto I-ICB/IEMCI – Doutora em Ciências Sociais/Antropologia

E-mail: ariadne@ufpa.br

Resumo

Este trabalho foi desenvolvido junto aos moradores da comunidade Chapada (zona de amortecimento da RESEX Tracuateua), localizada a 18 km da sede do município de Tracuateua, Zona de Integração do Rio Caeté, Nordeste paraense. Tendo como objetivos compreender a percepção que os comunitários têm sobre a Unidade de Conservação (UC), o espaço onde vivem e o território por eles utilizado; problematizar junto aos sujeitos sua realidade local, a fim de construir reflexões em grupo e subsidiar a criação de espaços de competência que ampliem e qualifiquem a participação comunitária no processo de gestão participativa da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Tracuateua. Com relação à metodologia foram adotados os seguintes procedimentos: visitas de reconhecimento; observação participante e entrevistas semiestruturadas. Utilizou-se ainda a metodologia participativa dos temas geradores com base na perspectiva de Freire (1987). Os resultados demonstram que a base da comunidade está na agricultura familiar e de subsistência, pesca artesanal (água doce e água salgada), e na pecuária com a criação de gado bovino e bubalino. Mostram ainda que apesar do movimento de criação da RESEX ter iniciado na comunidade, atualmente nota-se a tímida participação da mesma nas discussões referente a essa UC. Durante as entrevistas percebeu-se que a concepção de RESEX trazida pelos sujeitos estava fortemente atrelada aos créditos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ao longo do processo formativo passaram a evidenciar a necessidade de construir representatividade dentro dos espaços de discussões da RESEX. Nesse sentido, o diálogo com o grupo foi permeado de discussões sobre o universo temático do lugar, através das seguintes atividades: linha do tempo, alfabeto significativo, temas geradores e eixos temáticos. Nesse sentido, buscou-se construir o fortalecimento da participação comunitária no processo de gestão da RESEX e subsidiar o estreitamento das relações entre comunidade – AUREMAT e ICMBio, a fim de construir com os sujeitos um processo de cogestão.

Palavras – chave: Espaços de Diálogo, Gestão Participativa, RESEX Marinha.



Introdução

Este artigo é resultado do meu Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido em finais de 2011, junto aos moradores de uma comunidade agropesqueira, localizada no município de Tracuateua, entorno da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Tracuateua, que objetivou estabelecer espaços de diálogo entre a comunidade, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha Tracuateua (AUREMAT). Construindo esclarecimentos e o fortalecimento da participação da população local na gestão da RESEX Marinha Tracuateua.

A categoria Reserva Extrativista¹ (RESEX) surgiu em meados dos anos 80 na Amazônia e são áreas utilizadas por populações tradicionais² que apresentam uma proposta alternativa ao modelo de desenvolvimento vigente, indicando a participação ativa das populações no gerenciamento desses territórios. Em decorrência disso, as RESEX's caracterizam-se, como áreas de interesse tanto ecológico como social.

As RESEX's de Marinha como subcategoria das RESEX's de Florestas, surgiram pela necessidade de proteção dos recursos dos ecossistemas costeiros, área em que se desenvolve o extrativismo pesqueiro e que vem sendo alvo de grandes pressões antrópicas. São Unidades de Conservações (UC's), legalmente reconhecidas e regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC, 2000), agrupada na categoria de UC's de uso sustentável.

Por Tracuateua encontrar-se em uma região litorânea a RESEX Marinha Tracuateua compreende ambientes de mangues e rios. Por isso, tem como características principais o uso dos recursos pesqueiros (peixes, crustáceos e moluscos). Apresentando ecossistemas como: campos naturais alagados, praias, dunas, restingas e manguezais. Na região bragantina, os manguezais constituem-se como espaços de grande relevância, “[...] pois, tem função não apenas ecológica, mas também econômica e social. Ao

¹ “Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos, proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (SNUC – LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000, Art. 18º, p. 7).

² “Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (DECRETO Nº. 6.040 DE FEVEREIRO DE 2007).



mesmo tempo que a dependência dos mangues para fins de subsistência é importante para a sustentabilidade social” (GLASER, 2005, p.47).

O Lugar

Chapada³ é constituída por aproximadamente 120 famílias e localiza-se em uma área intercortada por campos naturais⁴ (Figuras 01 e 02), uma espécie de ilha, que no inverno transforma-se na principal paisagem do lugar. Uma comunidade agro pesqueira, onde a principal fonte de sobrevivência das famílias esta na pesca artesanal (água doce e água salgada), agricultura familiar e de subsistência e na pecuária com a criação de gado bovino e bubalino.

A base econômica da comunidade esta vinculada à pesca, produção de farinha de mandioca e o fumo. Assim, desenham-se formas distintas de uso e produção do território⁵, valores e representação do espaço que compõem a construção da identidade do homem do campo.



Figura 01: Chapada no inverno.

Fonte: Arquivos do autora.



Figura 02: Chapada no Verão

Procedimentos metodológicos

A organização metodológica estruturou-se com base na pesquisa qualitativa, por tratar de elementos particulares e subjetivos. Trabalhando com um nível de realidade não quantificável, como o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos

³ Segundo relatos colhidos durante o trabalho de grupo o nome “Chapada” se originou da construção de uma casa em um terreno alto. Logo abaixo desse terreno encontrava-se uma grande área coberta por água.

⁴ Os campos naturais cobrem cerca de 20% do território do município de Tracuateua. Ver: ZYTKUEWISZ, 2009.

⁵ “O território é o espaço ao qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle dos recursos e sua disponibilidade no tempo” (CASTRO, 2000, p.166).



processos e dos fenômenos (MINAYO, 2010). A pesquisa qualitativa também é a que melhor se apropria ao estudo do cotidiano, pois, volta-se para as experiências e vivências dos indivíduos e grupos que participam e constroem o cotidiano (LUDK e ANDRÉ 1986).

Nesse sentido, o trabalho foi norteado a partir dos seguintes questionamentos: Qual a compreensão que os moradores da comunidade Chapada têm sobre a UC? De que forma a Comunidade vem participando do processo de gestão da UC? Quais fatores têm influenciado nessa participação? Como envolver a Comunidade na construção de um processo de gestão participativa? E quais mecanismos podem ajudar a viabilizar esse processo?

Para isso, adotou-se os seguintes procedimentos: visitas de reconhecimento, observação participante, entrevistas semiestruturadas e diálogo de grupo, com uso da metodologia participativa de temas geradores (FREIRE, 1987). Nesse sentido, o processo formativo assume um caráter libertador e emancipatório, que permite considerar os sujeitos como agentes de produtores do conhecimento.

Resultados e discussões

A pesquisa foi desenvolvida junto aos moradores⁶ da comunidade Chapada objetivando promover discussões que pudessem contribuir para com o fortalecimento da participação da referida comunidade no processo de gestão participativa da RESEX Tracuateua. Para que assim fosse construída uma sólida parceria entre Associação, órgão gestor e comunidade, através de um intercâmbio entre diferentes saberes; que dialoguem entre si e que fomente esclarecimentos a fim de oportunizar e formar espaços de competência onde as informações possam circular.

A preocupação com relação à oferta dos recursos naturais faz emergir um novo paradigma da conservação e o ser humano é transformado no principal agente da conservação. Nessa perspectiva faz-se necessário a construção de instrumentos que possibilitem incorporar a participação das comunidades locais no gerenciamento desses territórios, a fim de garantir não só a perenidade dos recursos naturais, mas também sua territorialidade e o modo de vida a eles vinculados.

⁶ Serão usados nomes fictícios na identificação dos sujeitos a fim de preservar a identidade dos mesmos.



Temas geradores e a construção do processo formativo

Os temas geradores⁷ se constituem a partir das experiências de vida dos sujeitos e também de uma reflexão crítica sobre sua relação com o mundo e as relações tecidas entre si, mediatizadas pelo mundo. Isso expressa uma pedagogia popular construída nas vivências, que educa ao construir e reinventar novos espaços públicos desencadeando a cultura política de participação e emancipação. Pois, quanto mais conscientização mais se desvela a realidade dos sujeitos (FREIRE, 1979).

Nessa perspectiva toma-se como ponto de partida a realidade dos sujeitos, configurando-se enquanto um processo delineado e protagonizado por homens e mulheres. Constituindo-se em um território fértil de ensino-aprendizagem dos direitos e de participação democrática, difundindo novas concepções acerca da construção de cidadania, políticas públicas, educação e desenvolvimento na Amazônia paraense.

A construção do processo formativo se deu a partir da dialogicidade e problematização da realidade dos sujeitos, que desde 2005 foram inseridos no contexto de moradores do entorno de uma Unidade de Conservação (UC) e que juntamente com o poder público são responsáveis pela conservação dos recursos naturais.

A primeira atividade desenvolvida na dinâmica de grupo foi a construção da *linha do tempo da comunidade*, pois ao longo dos trabalhos de entrevistas foi identificado a necessidade de se construir o histórico do lugar. O momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. É o momento em que se realiza a investigação do que chamamos de *universo temático* dos sujeitos ou o conjunto de seus *temas geradores*. (FREIRE, 1987, p. 50).

Antes de iniciar o trabalho de grupo foi realizada uma reunião com os sujeitos da pesquisa, onde foram apresentados os objetivos do trabalho e o caminho metodológico a ser percorrido. Nesse sentido, as atividades foram planejadas e desenvolvidas em oito encontros, durante dois meses. Ao longo desse período foi desenvolvido: Dinâmica da linha do tempo, alfabeto significativo, temas geradores e por fim a construção e debate dos eixos temáticos.

Por meio da **linha do tempo** foi possível perceber que a comunidade surgiu em finais do século XIX, durante o período monárquico. Já no século XX, em decorrência

⁷ “Estes temas se chamam geradores porque, qualquer que seja a natureza de sua compreensão como a ação por eles provocada, contém em si a possibilidade de desdobrar-se em outros tantos temas que, por sua vez, provocam novas tarefas que devem ser cumpridas” (FREIRE, 1987, p.53).



do movimento migratório que aconteceu da região Nordeste do país para a região Amazônica, um grande número de pessoas oriundas do estado do Ceará chegaram e se instalaram na comunidade formando vários núcleos familiares. Hoje a comunidade é resultado da confluência entre nativos, portugueses e nordestinos.

Com relação ao trabalho foram identificadas várias atividades, dentre elas destaca-se: pesca artesanal, agricultura familiar e de subsistência, caça e pecuária. Antigamente cultivava-se mandioca (produção de farinha), malva, maxixe, fumo, feijão, melancia, batata doce e cana de açúcar, esses produtos eram utilizados em sua maioria para fins de subsistência, e uma pequena parte era comercializada, com destaque para o fumo, o feijão e a farinha de mandioca.

O fumo produzido na comunidade é para fins de comércio e uma pequena quantidade é consumida internamente pelos próprios produtores. Já a produção de melancia e maxixe possui fins de subsistência e de fortalecimento das relações sociais entre vizinhos, amigos e parentes de dentro da própria comunidade e de comunidades vizinhas. “Esses arranjos subsistem e são permeados por uma extensa teia de relação de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intra-grupal” (DIEGUES, p.98, 2001).

São relações de reciprocidades que estão alicerçadas na centralidade que assumem os atos generosos, quando indivíduos e grupos efetivam suas trocas em sociedades. Sob estas, são estruturadas as obrigações recíprocas contraídas pelos sujeitos e as formas de solidariedade entre vizinhos, amigos e parentes (RADOMSKY, 2006).

Atualmente desenvolve-se na comunidade a pesca artesanal, agricultura, caça e pecuária. Na pecuária tem-se a criação de gado bovino e bubalino, a criação de animais de pequeno porte (porco, pato, peru e galinha), o cultivo de árvores frutíferas e de hortaliças que acontecem no fundo dos quintais.

Até a década de 1990 a pesca de água salgada era uma atividade desenvolvida por quase todos os moradores da comunidade, pois havia uma “- fartura muito grande” (Pedro, 58 anos), e de acordo com o diálogo tecido no grupo, hoje com a escassez de peixe, em decorrência principalmente da pesca predatória (malhadeira, rede ferreada, fuzarca, timbó, etc.) e embora a pesca seja a principal fonte de alimentação das famílias, a mesma vem se transformando em uma atividade secundária por conta da escassez.



A **paisagem** da comunidade tem como principal característica os campos naturais. Porém, a abertura de estradas e a chegada da energia modificaram significativamente a paisagem da comunidade. “Em maior ou menor intensidade, existe a ideia de que os recursos naturais devem ser usados com parcimônia, pois deles dependem a reprodução social e simbólica do grupo” (DIEGUES, 2001, p.98).

É notória a preocupação dos moradores com impactos negativos gerados pelas atividades que vem sendo desenvolvida na área de campo e com isso, denunciam práticas que ferem as regras instituídas implicitamente pela comunidade e que hoje começa a comprometer sua sobrevivência e sua territorialidade. Esses são impasses resultantes das relações estabelecidas em espaços de uso comum, pois, as formas de apropriação de um território são, ao mesmo tempo, uma relação com a natureza e uma relação entre os homens, através de um processo que garante seus meios de subsistências e suas relações sociais e simbólicas (GODELIER, 1989).

Com relação à **educação**, identificou-se o período em que foi implantada a escola na comunidade e segundo Dora, professora aposentada e integrante do grupo, isso ocorreu em finais do século XIX e as aulas aconteciam na casa dos professores e tinham como estrutura uma mesa para o professor e bancos grandes para os alunos. Onde a sala de aula é a sala da residência do professor. Atualmente a única escola que existe na comunidade oferece Ensino Fundamental do 1º/9 até a 8ª série.

Na **saúde** a comunidade dispõe de um posto médico que foi construído no ano de 1998, que também atende as comunidades vizinhas. A unidade de Saúde dispõe de um técnico em enfermagem e uma auxiliar de serviços gerais que também trabalha como secretária. Apesar de o posto médico ter sido uma grande conquista para a comunidade, hoje convive com a falta de assistência médica.

Com relação à **moradia** notou-se que o padrão das moradias que antes eram feitas de barro, pau-a-pique ou tábua, começou a se modificar a partir da década de 1990 quando passou a se construído as primeiras casas de alvenaria na comunidade; hoje poucas famílias moram em casa de tábua. Grande parte dessa mudança nos padrões de moradia da comunidade se deu em decorrência do auxílio do Governo Federal através do PNRA/INCRA⁸ que beneficiou inúmeras famílias através do crédito moradia.

⁸ Plano Nacional de Reforma Agrária. Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985. Que veio através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.



Com relação ao **lazer** notou-se que as principais atividades dos moradores são as partidas de futebol (tanto para quem joga, como os homens, quanto para quem assiste, como mulheres e crianças), as novelas e os programas televisivos (lazer das mulheres) e as reuniões nos fins de tarde para jogar partidas de dominó e tomar café.

O Alfabeto Significativo da Comunidade

Após construir a linha do tempo da comunidade, elaborou-se o alfabeto significativo (Figura 03), possibilitando compreender questões de grande relevância que permeiam o cotidiano dos moradores. Montou-se um alfabeto de A – Z, após construir o alfabeto, com as palavras significativas, ou geradoras, discutiu-se o que cada palavra representa para os sujeitos e para a comunidade e após essa análise construiu-se pequenas frases, denotando o significado de cada palavra para a comunidade.

Essa atividade permitiu identificar não apenas o universo vocabular dos sujeitos, mas também a relevância de cada palavra que constituiu o alfabeto. O mesmo foi permeado de palavras que demonstram as praticas sociais, preocupações ambientais, fonte de alimentação, religiosidade, valores, saúde educação, organização social, lazer e trabalho, essas questões foram tratadas acima na caracterização do lugar.

Figura03



Construção do Alfabeto significativo com palavras e frases geradoras
Fonte: Arquivos da autora.



A RESEX na visão dos moradores da comunidade Chapada

Ao discutir sobre questões referentes à RESEX foi possível traçar a trajetória de como se deu o processo de criação da UC. A primeira reunião para articular a formação de um grupo que pudesse encaminhar o movimento de criação da RESEX, aconteceu na comunidade Chapada. Nota-se o papel que a mesma teve na articulação para a criação tanto da RESEX quanto da Associação de Usuários. Após a criação da UC e da Associação mãe (AUREMAT), a participação da comunidade nas reuniões e nas questões da RESEX ficou enfraquecida. Pessoas que fizeram parte da primeira diretoria, por diversos fatores, dentre eles: conflitos de ordem política e ideológica culminaram com o afastamento da comunidade de reuniões e discussões. Havia representante comunitário, mas isso não se refletia em representatividade.

Em decorrência disso, percebeu-se a necessidade de compreender de que forma se delineou esse processo. Com isso, buscou-se compreender a concepção de RESEX trazida pelas lideranças comunitárias. Ao longo das entrevistas foi possível identificar na fala da maioria dos entrevistados a seguinte concepção:

“- A RESEX primeiramente é uma associação e outra é que eu acho que ela veio pra ajudar muitas pessoas. Auxiliando no auxílio moradia, o crédito apoio [...] e na preservação do meio ambiente” (Perez, 51 anos).

“- [...] a Resex, ela [...] já ajudou muitas pessoas, famílias pobres, carentes. A RESEX tá sempre do lado ajudando quem precisa e é muito importante os projetos que foi elaborado né! [...] das casas, dos apoio até agora muito importante ...” (Cristina, 25 anos).

Percebe-se nessa fala que a concepção de RESEX está fortemente atrelada aos créditos do PNRA/INCRA, pois “- Quando se fala em RESEX o povo pensa logo que é casa [...] e nos benefícios” (Felícia, 43 anos). Outros relatam não saber o que é a RESEX Tracuateua. É provável que essa mentalidade desenvolvida pelos moradores seja resultado da forma como as políticas do PNRA⁹ foram implementadas, sem promover qualquer tipo de esclarecimento para a população que justificasse o recebimento dos benefícios¹⁰.

Por lado, algumas pessoas demonstraram outra compreensão: “- Resex representa a comunidade [...] a marinha, a pesca, o mato...” (Pedro, 58 anos). “- A RESEX é essa

⁹ Plano Nacional de Reforma Agrária. Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985.

¹⁰ Crédito apoio e crédito moradia, que beneficiou cerca de 2.500 famílias (AUREMAT, 2011).



proteção aí [...] que a gente deve ter esse cuidado com meio ambiente” (Felícia, 43 anos). Nota-se uma visão de que os recursos precisam ser utilizados de maneira correta.

Notou-se que o processo de criação da RESEX Tracuateua se deu de forma muito rápida e com isso, muitas pessoas não participaram desse movimento, isso fica perceptível quando um dos entrevistados tece o seguinte comentário:

“- Olha [...] quando eu soube que a RESEX foi fundada já tavam fazendo o prédio, já tavam querendo fazer o projeto das casas [...] não participei de nada da questão da criação [...] da fundação” (Paulo, 25 anos).

Essa foi uma afirmativa que se fez presente na fala de outros sujeitos. O que se justifica pelo fato de que o Decreto de criação da RESEX é do dia 20 de maio de 2005; a Associação mãe (AUREMAT) foi criada em 27 de agosto de 2005 e o cadastro para receber os créditos do PNRA/INCRA iniciou em dezembro do mesmo ano.

Isso demonstra a rapidez com que transcorreu todo o processo e a inviabilidade de se construir um processo de discussão onde se envolvesse não somente as lideranças mais a sociedade como um todo. Pois, a criação da AUREMAT foi mais uma exigência governamental que uma iniciativa das populações locais.

As entrevistas também permitiram identificar a compreensão dos entrevistados sobre a participação da comunidade em espaços de discussões referente ao processo de gestão RESEX Tracuateua e que fatores condicionam essa participação.

“A comunidade não participa! por quê? por falta de informação [...] porque eles não sabem [...] às vezes a gente nem sabe se tem reunião ou não lá. Devia ter uma pessoa mais bem engajada na Resex, pra gente saber das informações ...” (Marlene, 23 anos). “- [...] Pra saber o que é o que significa participar [...] é a falta de participação nossa que faz a gente não ter esclarecimento” (Dora, 56 anos).

“- [...] se eu participasse eu sabia detalhar tudo agora, falar tudo sobre a Resex. Então, se a comunidade passar a participar [...], ou seja, através de ter pessoas da comunidade envolvida ou ter pessoas repassando o que é pra gente aqui...” (Dora, 56 anos).

Nesse sentido, fica claro na fala da maioria dos entrevistados que é necessário superar essa falta de esclarecimento e fortalecer a participação da comunidade, para que as pessoas possam se inserir em espaços de discussões e assim, melhor compreender as questões que permeiam sua realidade. E para isso faz-se necessário,



“- [...] fazer palestras sobre o papel da Resex, por que essa área foi transformada em Resex? Prestar esse tipo de esclarecimento [...] e envolvendo a comunidade [...] quando começa assim, tendo conhecimento ela começa a ter interesse em participar...” (Felicía, 43 anos).

O Diálogo: construindo esclarecimentos e gestão compartilhada

Figuras 04



Figura 05



Construção do Alfabeto Significativo e das palavras geradoras; Dinâmica da Teia
Fonte: arquivos da autora.

Esse debate muda a percepção dos atores em seu preparo para ação trazendo posições mais sofisticadas e informadas sobre o mundo. O debate e/ou análise definem as mudanças necessárias para se produzir melhorias e procurar motivar as pessoas a agir para implantar as mudanças necessárias (PIMBERTY e PRETY, 2000).



Diante de todas essas informações os sujeitos foram instigados a propor alternativas que contribuíssem para ampliar a participação da comunidade no processo de gestão da Resex Tracuateua. Nesse sentido, apontou-se: que para haver participação era necessário ter conscientização. “- Eu acho que tá faltando uma conscientização pro povo” (João, 42 anos). De acordo com Freire (1999) ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão, quando partilham suas vivências, saberes, expectativas e experiências.

“- Eu acho que é a comunidade participando [...] Por que como é o meu caso: eu sei por quê! Por que eu não participo! se eu participasse eu sabia detalhar tudo agora, falar tudo sobre a RESEX [...] então se a comunidade passar a participar, ou seja, através de ter pessoas da comunidade envolvida ou ter pessoas repassando o que e pra gente aqui” (Dora, 56 anos).

“- [...] Essas pessoas vão se formar [...] com conscientização. E vão repassar pros seus vizinhos, parentes, amigos e oque tá se passando dentro da Reserva e dentro da Associação” (Paulo, 25 anos).

A importância de construir representatividade dentro da comunidade como uma forma de auxiliar nos esclarecimentos dos moradores sobre o papel da RESEX também se fez presente e muitas outras falas. “- Tem que ter um representante muito bom aqui pra representação, pra tá mobilizando” (Francisco, 42 anos). Isso se faz importante pois:

“- [...] As pessoas da comunidade eles têm muito mais conhecimento de que as vezes pessoas que vem as vezes até de fora. Por que a comunidade é que sabe o que é o certo e o que não é [...] o que há de necessidade [...]” (Dora, 56 anos).

Percebe-se na fala de todos os entrevistados que a busca de esclarecimentos possibilitará às pessoas construir esse processo de gestão participativa, tendo a participação como um fator altamente relevante para a superação dessa situação. Pois, quando as ideias das pessoas e seu conhecimento são valorizados elas têm o poder de tomar decisões independentemente de agências externas (PIMBERTY e PRETY, 2000).

Essas questões foram levantadas durante o trabalho de entrevistas e discutidas no diálogo com o grupo onde se enfatizou a necessidade da construção de espaços formativos para homens e mulheres que necessitam construir condições elementares para o exercício de sua cidadania. Perspectivando o desencadear de um processo construtor de criticidade, onde conscientização política e leitura crítica do mundo caminhem junto com o processo de construção e reconstrução do conhecimento, o que implica em ação e intervenção no mundo (PALUDO, 2008).



Nesse sentido, a participação popular precisa ser entendida como um processo que legitima a gestão da UC. Para a população local, cogerir seria similar à conquista, significa a valorização de seus saberes e a conquista de espaços crescentes na administração de seu próprio destino (DEMO, 1999). Pois, participar é ter consciência das responsabilidades e direitos na gestão do espaço público (BORDENAVE, 1994).

O envolvimento e a participação democrática e qualificada desses atores sociais são fundamentais para que seja incorporado maior legitimidade e eficiência às políticas públicas a serem implementadas em UC como as RESEX's. E dessa forma criar espaços efetivamente representativos e atuantes no processo de gestão participativa.

Materialização e Discussão dos Eixos Temáticos

Todas as discussões tecidas no diálogo com o grupo desde a linha do tempo até a construção dos temas geradores foi organizada em eixos temáticos. A ordem dos eixos se estrutura de acordo com o que o grupo compreendeu ser mais significativo para a comunidade. Foram estas as questões que permearam o desenvolvimento de todo trabalho de grupo.

Eixos Temáticos

Meio ambiente (RESEX)	Trabalho	Família	Organização social
Desmatamento	Agricultura	Origem familiar	AUREMAT
Mangue	Pesca	Saúde	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Queimada	Criação de animais de pequeno porte (galinha)	Diálogo	Associação dos Pequenos Agricultores
Caça	Tiração de caranguejo	Respeito	Resex
Pesca	Pecuária	Religiosidade	Festivais (camarão e caranguejo)
Violência	Comércio	Projetos sociais	Festa do círio
	Zelo	Lazer	Política
	Educação		Pastoral da Juventude
	União		Pastoral da Criança
	Projetos: créditos (apoio e moradia) e bolsa verde.		

Apontou-se a necessidade de se estabelecer o estreitamento das relações entre ICMBio – AUREMAT - Comunidade. Criando espaços de diálogo que possam contribuir para o esclarecimento e empoderamento dos sujeitos, a fim de garantir efetivamente a participação da comunidade no processo de gestão da UC. Assim,



observa-se que o diálogo permitiu ao grupo melhor compreender o processo de criação da RESEX, possibilitando aos mesmos refletir sobre o importante papel que a comunidade exerceu nesse processo, perceberam-se enquanto sujeitos construtores dessa nova realidade e o quanto a falta de participação limitou o acesso às informações.

Perceberam que o desconhecimento é reflexo da falta de informação. E para operacionalizar mudanças nesse sentido faz-se necessário que todos os atores (Comunidade – Associação – ICMBio) estejam envolvidos em um processo contínuo de dialogicidade. Pois, foi no delinear do diálogo que os sujeitos passaram a refletir sobre sua realidade e sobre a pouca participatividade da comunidade na gestão da UC. Assim, foi proposto pelos sujeitos tanto durante as entrevistas quanto durante o trabalho de grupo, possibilidades de fortalecer a participação da comunidade da gestão da UC.

Considerações Finais

Estabelecer um processo de gestão participativa em RESEX's tem sido um dos maiores entraves para a gestão e controle desses espaços pelo poder público. Pois, o fato de muitas UC's terem sido criadas "de cima para baixo", com pouca mobilização, ou até mesmo sem a participação social em sua definição, tem dificultado o sentido de pertencimento que auxilia na criação de um espaço de tomadas de decisões em que se faz necessário a inserção das comunidades locais no processo (WEID, 2009).

Entre os desafios e possibilidades que se colocam para a construção de um processo de gestão participativa da RESEX Tracuateua estar: possibilitar a esses sujeitos (moradores do entorno dessa UC) formação política a fim de que possam melhor compreender sua realidade para assim agir criticamente sobre a mesma; fortalecer a atuação dos comitês comunitários e esclarecer às comunidades o papel dos comitês, pois o mesmo tem uma importante função no processo de esclarecimento, das comunidades. Outra forma de se construir um trabalho de base, junto às comunidades seria inserir a temática RESEX na estrutura curricular das escolas municipais.

Acredita-se que essa formação não é um fim em si; mas o desencadear de novas perspectivas que possibilite a (re) leitura de suas vivências cotidianas e por meio desse processo ampliar os horizontes de sua percepção acerca do mundo, onde estão inseridos e de onde emergem seus "temas geradores". Pois, pensar um processo formativo que subsidie o estreitamento das relações entre diferentes sujeitos é permitir à população que



tradicionalmente vivem do extrativismo pesqueiro e da agricultura protagonizar essa nova realidade e utilizar a dinâmica construída na relação com a natureza, como ferramenta de conservação da biodiversidade e de sua diversidade sócio cultural.

Referências Bibliográficas

- BORDENAVE, Juan E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRASIL. **Decreto Presidencial 6.040/2007, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- BRASIL. Sistema Nacional de Unidade de Conservação, **Lei N° 9.985** de 18 de Julho de 2000.
- CASTRO, Edna. **Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais**. In: DIEGUES, A.C. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: NAPAUB – USP, 2000.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noção de política social participativa**. São Paulo, Cortez, 1999.
- DIEGUES, A. C. **Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais**. In: MOREIRA, A. C. C. (Org.). Espaços e recursos naturais de uso comum. 1 Ed. v. 1, p. 97-124. São Paulo: NUPAUB, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa/ 36ª**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e Prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire** / Paulo Freire; [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- GODELIER, M. **Lo ideal y lo material: pensamiento, economías y sociedades**. Madrid: Tourus, 1989.
- GLASER, M. Interação **Homem Natureza em áreas de manguezais**. In: Marion Glaser, Neila Cabral e Adagenor Ribeiro. Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal /; organizadores – Belém: NUMA/UFGA, 2005.
- LITTLE, P. E. **Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, 322. Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília DF, 2002.



LUDKE, M. & ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa.** São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, M.C.S. **O desafio da pesquisa Social.** In: Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade/ Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes, Maria Cecília de Sousa Minayo (org). 29. Ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigação em psicologia social.** 8. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes 2011

PALUDO, Conceição. **Movimentos Sociais e Educação Popular: atualidade do legado de Freire.** In: STRECK, Danilo *et al.* (Org.). Leituras de Paulo Freire: contribuições para o debate pedagógico (II). Brasília, 2010, p. 39-55.

PIMBERTY, M.P E PETRY, J.N. **Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo “Participação” no Manejo de Áreas Protegidas.** In: DIEGUES, A.C. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: NAPAUB – USP, 2000.

RADOMSKY, G. F. W. **Redes sociais de reciprocidade e de trabalho: as bases histórico sociais do desenvolvimento na serra gaúcha.** 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

WEID, Nahyda Franca Von Der. **Conselhos Deliberativos em Resex/RDS da Amazônia: uma experiência de capacitação participativa em processo.** Brasília: ICMBio, 2009.

ZYTKUEWISZ, L.C. **Produto n° 2 Caracterização da Unidade Reserva Extrativista Marinha Tracuateua.** Projeto PNUD BRA/08/002. Gestão de Reservas Extrativistas Federais da Amazônia Brasileira. ICMBio (2009).



Encontro da Rede de Estudos **RURAIS**

DESENVOLVIMENTO, RURALIDADES E
AMBIENTALIZAÇÃO: PARADIGMAS E ATORES EM CONFLITO

03 a 06 de junho de 2012.

GT2

CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TRANSIÇÕES SOCIOTÉCNICAS

COORDENAÇÃO

MARIA JOSÉ CARNEIRO

FLÁVIA CHARÃO MARQUES



GT 2 Ciência, Inovação e Transições Sociotécnicas na Agricultura e no Mundo Rural

(Agri)Cultura Terena: a produção de mandioca e de seus derivados no distrito de Taunay, Pantanal (MS)¹:

Margareth Fialho Candido²
Icléia Albuquerque de Vargas³
Ana Paula Correia de Araujo⁴

²Geógrafa/Aluna de pós-graduação/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, E-mail: margafckaxe@hotmail.com

³ Doutora/Professor de 3º Grau/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, E-mail: icleiavargas@yahoo.com.br

⁴ Doutora /Professor de 3º Grau/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, E-mail: anapaula_rj@yahoo.com

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo central analisar o sistema tradicional de produção da mandioca e de seus derivados no Distrito de Taunay, município pantaneiro de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul. Os procedimentos metodológicos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa foram: revisão bibliográfica, trabalho de campo e integração e síntese. Os resultados indicam que a forma organizacional e modo de produção artesanal da mandioca somados aos pratos da culinária cujo ingrediente principal é a farinha de mandioca, desvendam a territorialidade Terena e representa um componente de identidade territorial. Entende-se por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou um conjunto de atributos culturais (CASTELLS, 1999, p. 22). A cultura da a cada indivíduo e ao grupo a possibilidade de identificar, de afirmar e de constituir. Sua legitimidade só se define em relação a outras identidades e implica, necessariamente, uma busca de reconhecimento (HAESBAERT, 1999). Neste aspecto, o plantio, a colheita, o descascamento, a ralagem, a prensagem e a peneiragem da mandioca, e a produção do HIHI, do LAPAPÉ (BOLO), do POREÚ (MINGAU), do YUMA (POLVILHO) revelam sabores, odores, sentidos e significados que embutem o sentimento de pertencimento e de valorização do lugar, entendido como espaço da vida cotidiana, do vivido.

Palavras-chaves: Agricultura Terena, Identidade Territorial, Pantanal, Fronteira.

¹ Apoio Fundect-MS



O Pantanal se constitui enquanto área de fronteira, em diferentes territorialidades, que levam a construção de uma identidade que contém influências da cultura indígena, portuguesa e espanhola em suas múltiplas interações. É um lugar dotado de especificidades, marcado por um comportamento territorial que vai além de limites político-administrativos.

Entende-se por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou um conjunto de atributos culturais (CASTELLS, 1999, p. 22). Para Claval (2001) a cultura é feita de atitudes e gestos cotidianos, incutidos desde muito cedo aos membros de uma sociedade que partilham o mesmo conjunto de referências transmitidas de uma geração a outra e que se repetem indefinidamente. A cultura dá a cada indivíduo a possibilidade de identificar, de afirmar e de constituir, ou seja, de ter uma identidade social. Ela legitima a identidade de um grupo, que só se define em relação a outras identidades e implica, necessariamente, uma busca de reconhecimento (HAESBAERT, 1999).

Esta identidade social tem no território uma das referências para a sua construção, assim a identidade social é, também, uma identidade territorial, com os lugares sendo carregados de sentidos e significados para aqueles que os habitam e os frequentam (CLAVAL, 2001; HAESBAERT, 1999). Yázigi (2001, p.24) afirma que a identidade territorial é a “personalidade do lugar”. Vargas (2009, p. 77) menciona que Paul Claval é mais enfático ao afirmar que território e identidade são produtos da cultura.

A cultura pantaneira é marcada pelas tradições da vida rural. O espaço rural comanda a geoeconomia pantaneira. A exceção de Corumbá, centro da organização do espaço regional, as cidades pantaneiras são extensões do rural.

A principal atividade econômica do Pantanal é a pecuária bovina de corte, desenvolvida na região há mais de 300 anos e responsável pela ocupação, povoamento e definição de limites. O sistema de produção variou, ao longo deste tempo, de ultra-extensivo (com os animais criados soltos nos vastos campos de pastagem natural, com pouca intervenção humana) para o sistema extensivo (caracterizado pelo cercamento dos campos, com internadas de até 2000 hectares, separação do gado, cuidados sanitários, introdução da raça nelore e de pastagem plantada em áreas não alagadas).



O ambiente é marcado por secas prolongadas e inundações que se alternam, nem sempre com a regularidade que se espera. Vargas (2009, p. 78) afirma que o Pantanal veiculado pela mídia apresenta uma paisagem simbólica, acessível às pessoas, que se contrapõe ao real, representada por um acesso extremamente difícil e condições naturais que dificultam a permanência. A autora cita as palavras do poeta Manoel de Barros (1992. In: VARGAS, 2009, p. 79) para revelar o além das “porteiras do paraíso”: “*no Pantanal as coisas acontecem paradas*”.

Por outro lado, Araujo e Bicalho (2010) destacam que nos últimos vinte anos a região e, sobretudo, o rural pantaneiro, passa por um movimento de reestruturação espacial, com um processo de modernização da pecuária bovina de corte e de desenvolvimento da atividade turística. Em consequência, o espaço regional é reorganizado para atender as exigências do capital na era da globalização, isto inclui a valorização e a valoração da natureza e da cultura pantaneira, promovendo dois movimentos divergentes: processos mundialização da cultura (IANNI, 1997) associados a processos de valorização das diferenças.

Há, portanto, subsistemas técnicos de diferentes épocas presentes na organização do espaço rural (ARAUJO e BICALHO, 2010), o que indica aquilo que Bernardes (1995) chamou de sistema espacial com estrutura hierarquizada de diferentes níveis técnicos, com um desenvolvimento desigual em termos de modernização.

Assim, pode-se afirmar que o espaço rural pantaneiro é formado por sistemas técnicos de diferentes idades, hierarquizados por distintos níveis de produtividade formando, internamente, subespaços produtivos igualmente hierárquicos e com funções distintas.

Neste trabalho nos interessa compreender a permanência do sistema tradicional de produção da mandioca desenvolvido pelos Terena, aqui identificado como um componente da identidade territorial dessa população e, no universo das relações que constroem a região pantaneira, parte integrante da cultura regional.

Como a identidade territorial não é fechada, isolada das transformações do mundo, sofre influências diversas, adaptando-se a lógica da diferenciação (seletividade) e da padronização (competitividade) que caracteriza o mundo atual. O **objetivo central** foi, pois, analisar os sistemas tradicionais de produção da mandioca e da farinha de mandioca como componentes da identidade territorial Terena e pantaneira, e a resistência frente aos processos de universalização que incidem sobre o espaço rural.



A metodologia e os procedimentos operacionais que nortearam o desenvolvimento da pesquisa foram: revisão bibliográfica e trabalho de campo. A base de dados da pesquisa é de natureza primária, onde foram aplicados questionários, em um nível de investigação mais geral, e entrevistas, em nível mais específico. Os dados primários foram interpretados à luz do corpo teórico estabelecido e enriquecidos com dados estatísticos e de imagem. O método de análise deste trabalho é integrado e sistêmico enfocando a realidade pesquisada como uma unidade de relações e o objeto de estudo inserido em uma situação de contexto de inter-relações. Como afirma Morin (2003) o pensamento que compartimenta e separa em vez de unir e contextualizar obscurece uma realidade cada vez mais complexa. Assim, para ser integrada, a abordagem da pesquisa deve conceber a totalidade como sistêmica, isto é, fundada na consciência do estado de inter-relação e interdependência, dos fenômenos físicos, biológicos, psicossociais e culturais (CAPRA, 1999).

A área de estudo é a reserva indígena de Taunay, selecionada para observação e análise em função da significativa presença de índios Terena. A reserva é composta por sete aldeias: Bananal, Imbirussú, Água Branca, Morrinho, Lagoinha, Ipegue e Colônia Nova, e conta com, aproximadamente, 900 famílias de etnia Terena⁵. Cada aldeia corresponde a um território político, com liderança própria. Entretanto, o território simbólico, dotado de sentido e de significado para aqueles que o habitam, se sobrepõe, e envolve toda a reserva. A mandioca é o principal produto da culinária e base da economia.

Taunay corresponde a um dos quatro distritos rurais do município de Aquidauana (MS). Fica a 75 km da cidade de Aquidauana e 205 km de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul. O acesso principal é a BR 262 no sentido Aquidauana/Miranda, porção oeste do estado. Localiza-se na planície pantaneira, entre os paralelos 20°13'05''S e 20°17'17''S e os meridianos 56°00'56''W e 56°07'52''W (figura 1).

⁵ Deve-se destacar que o Estado de Mato Grosso do Sul abriga a segunda maior população indígena do país, contando, segundo dados do IBGE (2010), com 53 900 pessoas. As seguintes nações são encontradas no estado: Ofayé Xavante, kadiwéu, Guató, Guarani, kaiowá e os Terena.

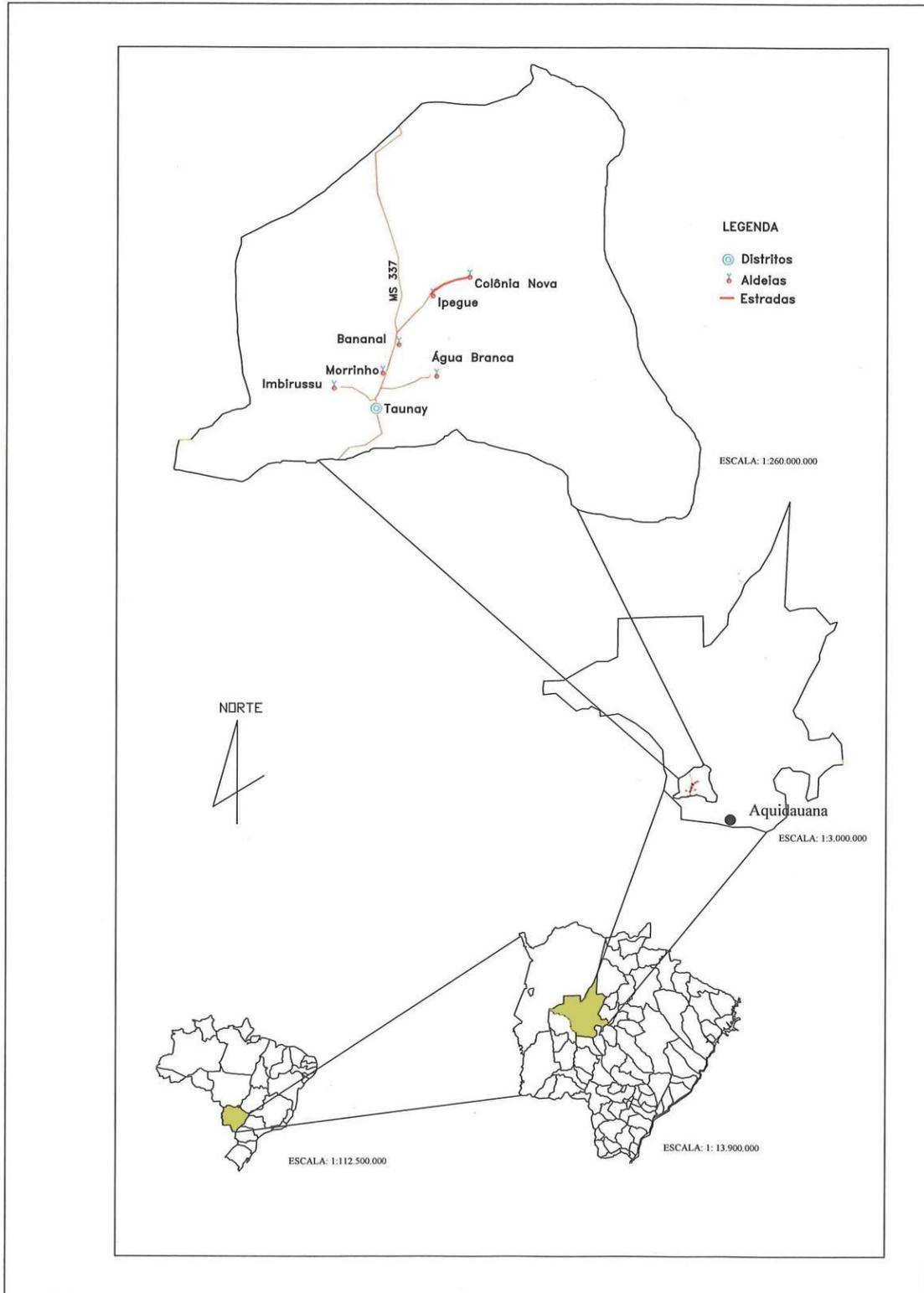


Figura 1: Reserva Indígena de Taunay – Município de Aquidauana / Pantanal (Ms)

Fonte: Candido, 2011.



A área de produção da mandioca, em todas as aldeias que formam a reserva, corresponde ao quintal das casas. O sistema de produção é tradicional, com pouca ou nenhuma utilização de tecnologia. Após o plantio, o único cuidado é a limpeza da área cultivada, como relata um dos entrevistados da pesquisa:

O cultivo da mandioca possui o processo de produção mais fácil, o plantio não precisa ser cuidando todo dia, é só não deixar o mato tomar conta e mantê-la sempre limpa que no período de seis a sete meses pode iniciar a colheita. O produto não se perde, podendo durar até durar um ano plantado. Aqui na aldeia são conhecidos dois tipos de *XUPÚ* (mandioca): a *SUVÁITY-XUPÚ* (mandioca brava) - usada para fabricação da *RHAMOKÓ* (farinha), e seus derivados *POREÚ* (mingau), *LAPAPÉ* (bolo), *HIHI* (bolo de mandioca embrulhado com folha de bananeira) e *YUMA* (polvilho); e a *ÉXOTY-XUPÚ* (mandioca mansa) - usado para a alimentação da seguinte maneira: *HOYEÉUTIKE* (cozida) ou *HOSSOYUTIKE* (assada). (Entrevista realizada com um índio Terena na Aldeia Bananal, distrito de Taunay – trabalho de campo, 2011).

Através desse sistema técnico tradicional, a observação da paisagem da reserva de Taunay permite uma leitura e uma interpretação do lugar, do seu ritmo e do seu tempo, que se determina no cotidiano Terena e contrasta com a modernidade (figura 2).



Figura 2: sistema de produção da mandioca na reserve indígena Taunay. Colheita realizada pelos homens com auxílio de enxadas, carrinho de mão, sacos e carroça para transportar o produto



retirado da área de cultivo. Trabalho de campo, 2011. Foto:
Margareth Fialho Candido.

Esse processo exerce influencia nas ações dos Terena, e se reflete nos mecanismos de organização e dominação do espaço. A construção do território revela, pois, uma interação fortíssima entre o homem e o seu ambiente, marcado pela terra, pela água e pela produção agrícola de subsistência.

A produção da farinha de mandioca é igualmente tradicional. Inicia-se com o “descascamento” da mandioca, um trabalho realizado por toda a família.

Para se descascar a mandioca é utilizada uma faca boa, com auxílio de um pedaço de pano, para não sujar a mandioca já descascada. Depois vem a “ralagem” e a “prensagem” da massa para poder tirar a água da massa. Depois de passar por este processo a massa fica sequinha pronta para se esfarelada. O esfarelamento é feito para deixar a massa mais soltinha, mais leve, e pronta para ser torrada. (Entrevista realizada com uma índia Terena na Aldeia Colônia Nova). Trabalho de campo, 2011.

Os equipamentos utilizados em todo o processo são construídos pelos índios na reserva e ensinados através de gerações. Esse aspecto legitima o existir social, possibilita a inserção dos indivíduos no grupo e contribui para a construção da identidade territorial.

Para a “ralagem” da mandioca utiliza-se o *RAYÓ* (uma espécie de ralo feito de madeira). A prensa também é de madeira e a peneira (*KOMOKEXOPETI*) é feita de palha. A farinha é torrada em fogão à lenha (figuras 3 - 6)



Figura 3: “Ralagem”



Figura 4: “Prensagem”



Figura 5: “Esfarelamento”



Figura 6: “Torrefação”

Fonte: Trabalho de campo – Reserva indígena de Taunay, 2011. Fotos Margareth F. Candido

Sobre o assunto, Giddens afirma que a idéia de tradicional contrasta com a modernidade.

Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contém e perpetua a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espaial da comunidade (1991, p. 44).

A singularidade do processo de produção e das relações sociais de produção permite que as relações sócio-territoriais na reserva sejam mais humanas do que técnicas, característica que possibilita a interpretação dos fenômenos naturais e contribui para a identificação entre o “nós” e os “outros”.

Apesar das interferências externas, o território é produzido pelos índios terena, fruto das relações indígenas, criando as condições necessárias para a sobrevivência e manutenção do povo e de sua cultura. Os objetos são artesanais e as ações se contrapõem a racionalidade técnica.

A identidade territorial e o sentimento de pertencimento a ela vinculado são importantes na conservação desta paisagem configurada na contramão dos processos de universalização e padronização que caracterizam o mundo atual.

A mandioca é à base da culinária indígena. Além da farinha, faz parte da gastronomia dos índios Terena o *POREÚ* (mingau), o *LAPAPÉ* (bolo), o *HIHI* (bolo de mandioca embrulhado com folha de bananeira) e o *YUMA* (polvilho) (figuras 7 e 8).



Figura 7: HIHI - bolo de mandioca embrulhado em folha de bananeira. Trabalho de campo, Reserva Taunay, 2011. Fotos Margareth F. Candido



Figura 8: LAPAPÉ- (bolo de mandioca sendo preparado pelas índias Terena). Trabalho de Campo, Reserva Taunay, 2011. Fotos Margareth F. Candido

Os cheiros, os sabores, as cores, contidos na culinária Terena da reserva Taunay, retrata aquilo que Bachelard (2000) chamou de “*A poética do espaço*” uma vez que reporta as lembranças de vida e as relações pessoais. Os hábitos alimentares tecem raízes profundas na identidade sócio-territorial. A importância do produto é novamente legitimada e revela o *modus vivendi* dos Terena na reserva de Taunay.

Considerações finais:

Na reserva indígena de Taunay, a produção da mandioca e de seus derivados é realizada através de um sistema tradicional, com técnicas simples, construídas nas aldeias e mão-de-obra familiar. A produção é voltada para a subsistência e



comercialização dos excedentes. O processo é cultural, transmitido por gerações, e revela a identidade territorial dos Terena. Pode-se citar como exemplo, o fato de que somente os homens podem trabalhar no cultivo. As mulheres são responsáveis pela produção de derivados da mandioca, como bolos e polvilho. A comercialização é uma tarefa feminina, na Aldeia e nas cidades.

Através de um olhar para a produção da mandioca e derivados observa-se que as tradições são mantidas e valorizadas, ressaltando o sentido de diferenciação e particularismo.

Referências bibliográficas:

- ARAUJO, Ana Paula C de. e BICALHO, Ana Maria de S. M. O rural em movimento: a pecuária nas transformações espaciais do pantanal. Campo Grande: UFMS, 2010.
- BACHELARD, Gastón. A Poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BERNARDES, Júlia. A. Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação. In:
- CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CANDIDO, Margareth F. A organização especial da Aldeia Banana: um olhar para a agricultura Terena. CPAQ/UFMS, 2011. Monografia.
- CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1999.
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CLAVAL, Paul A geografia cultural. Florianópolis: UFSC ed., 2001.
- GIDDENS, Antony. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP ed. 1991.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim” dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: ed. UERJ, 1999.
- IANNI, Octavio. A sociedade global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- IBGE – Censo Demográfico 2010. Disponível na internet via: www.ibge.gov.br
- MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, F. M.;



SILVA, J. M. (Orgs.). Para navegar no século XXI – Tecnologias do Imaginário e Cibercultura. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2003. p. 13-36.

VARGAS, Icléia Albuquerque de. Porteiras assombradas do paraíso: embates da sustentabilidade socioambiental no Pantanal. Campo Grande: Ed. UFMS, 2010.

YÁZIGI, Eduardo. A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001.



A Inovação Agroecológica Social: discussões acerca da coletivização do conhecimento agroecológico num recorte regional

Luciano Ricardio de Santana Souza¹
José Eloízio da Costa²

¹Doutorando em Geografia/NPGEO/UFS, E-mail: luciano.phd.npgeo@gmail.com

²Doutor em Geografia/NPGEO/UFS, E-mail: oziolecosta@yahoo.com.br

Resumo

A forma de produção do conhecimento inovativo social abrangeu, na última década, não apenas as áreas urbanas, porém ressurgiu no espaço rural, de onde se observa os impactos da junção entre o saber produtivo ancestral e as bases de decodificação coletivo-científica das técnicas de produção ecológicas. De igual modo, a agroecologia emerge como prática de concretização da junção entre o agrícola tradicional e o conhecimento científico, tendo nas inovações sociais agrícolas o seu ícone de continuidade. Desta forma, a inovação social agroecológica encontra-se, na trama das redes produtivas regionais, os elementos ideais de sua propagação.

Palavras-chave: Regionalização, Agricultura, Coletivização do Conhecimento, Inovação Social e Agroecologia.



Introdução

A busca por melhoria nos processos de produção agrícola, por parte das famílias agricultoras, permitiu o surgimento de novas técnicas de cultivo e de trato da terra, permitindo uma maior diversificação de ocupações e fontes de renda para os produtores rurais. A expressão da engenhosa capacidade de atualizar estratégias para permanecer na atividade agrícola, frente a contextos desfavoráveis, possibilitou a transmissão de conhecimento através da valorização dos saberes ancestrais.

Em vez de trilhar caminhos que os subordinam progressivamente a uma lógica mercantil estranha aos seus modos de vida e incompatível com os meios de produção, buscam a construção de crescentes níveis de autonomia por meio da combinação de atividades agrícolas, do conhecimento científico e da sabedoria produtiva popular. Ao mesmo tempo em que permitem reforçar a sua identidade de agricultor, os produtores rurais conseguem manter a sua sobrevivência e reprodução social.

A noção de que o progresso social e econômico no campo parte de novas inserções tecnológicas sociais, constituindo uma *ruralidade* de múltiplas facetas, resgata e reafirma a importância do conjunto de criações coletivas dos produtores rurais. Estas criações coletivas dos produtores rurais concebem a difusão técnico-produtiva social e solidária através da regionalização da inovação social agrícola. Esta discussão, no artigo em foco, pretende contribuir teoricamente para o entendimento acerca da coletivização do conhecimento e da inovação agroecológica num recorte regional.

1. As Formas de Produção na Transição Agroecológica

As estratégias agroecológicas propostas apontam deliberadamente para os agricultores pobres, não somente para aumentar a produção e conservar os recursos naturais, mas também para gerar emprego, promover a formação da renda e oferecer oportunidades de acesso aos mercados locais. Qualquer tentativa séria para desenvolver tecnologias agrícolas sociais sustentáveis, a partir das experiências e saberes dos próprios agricultores e da sua inserção à transição agroecológica, associa-se à formação e ao planejamento das técnicas de produção convencional ou ancestral. Assim, a preocupação em conceber os elementos sócio-produtivos mais condizentes com as potencialidades locais promove uma forma autônoma de atividade agrícola bem distinta da agricultura absorvida pelo agronegócio. Daí, não há espaço para a monocultura



comercial, mas apenas para as formas produtivas agrícolas e pecuárias mais integradas com a natureza e com as necessidades e particularidades culturais das comunidades camponesas.

Para Petersen et al. (2009, p.117), a disjunção entre produção e as especificidades ambientais e socioculturais, que compõem os territórios rurais, deu-se à medida que, na modernidade, os mercados assumiram papel preponderante como componente de regulação da sociedade. A modernização da agricultura retirou do agricultor o controle do conhecimento associado ao seu próprio trabalho, criando um mecanismo que ao mesmo tempo expropriou o saber-fazer das comunidades rurais e transferiu esse poder para as corporações do agronegócio transnacional. Dessa forma, a dependência tecnológica converteu-se em invasão cultural, imobilizando as capacidades autônomas de inovação local e promovendo a desconexão da agricultura com relação aos ecossistemas, às comunidades e ao consumo de alimentos. (PETERSEN et al., 2009, p. 123)

O saber das comunidades agrícolas tradicionais foi por muito tempo subestimado pelos cientistas, que negligenciavam outras formas ou sistemas de conhecimento não estritamente científicos ou confinados nas academias. A valorização do saber tradicional, por parte dos etnobiólogos e etnoecólogos, tem produzido alternativas tecnológicas sociais e ambientais no campo, seguindo os paradigmas correntes de autonomia camponesa, com efeitos benéficos para o conhecimento científico-acadêmico e coletivo. (PERTERSEN, 2007, p.15)

Segundo Marques (2009, p. 58), o processo de inovação e disseminação tecnológica agrícola social, através de metodologias de produtor a produtor, que estão baseadas no compartilhamento das experiências, nas redes de experimentação, no fortalecimento das capacidades da investigação local e na resolução dos problemas, garante a prevalência do processo agroecológico, proporcionando o melhoramento do nível cultural ecológico dos agricultores no decorrer de suas explorações agrícolas e de manejo dos recursos naturais. Tais práticas ocorrem centradas nas bases de potencialização, de constante inovação rural coletiva e inclusiva e de dinamização das



alternativas de autofinanciamento das comunidades rurais (a exemplo dos Fundos Rotativos Solidários¹).

Para Petersen et al. (2009, p.145a), a agroecologia possui uma dimensão integradora, pois pode potencializar-se pela junção entre as práticas agrícolas e não-agrícolas como a agroindústria e o turismo rural, em que as variáveis sociais ocupam um relevante papel a partir da dimensão técnica, em nível de análise da superação das formas de dependência (tecnológicas, produtivas e financeiras). Assim sendo, a agroecologia não apenas insere um novo padrão produtivo agrícola, mas interliga-se a outras formas de reação a exemplo da economia solidária. Como tal, a produção agroecológica social “tem outros níveis de análise” (para além do nível técnico ou concentracionista), “que consideram a prática agrícola ecológica como central a matriz sócio-cultural, predispondo uma práxis intelectual e política à sua identidade local e à sua rede de relações sociais, econômicas e produtivas” (Ploeg, 2009, p.24a).

Em síntese, os processos agro-produtivos de transição da agricultura convencional para a agricultura ecológica camponesa devem desenvolver-se nos contextos sócio-culturais das unidades familiares, supondo propostas coletivas e auto-gestoras de transformação da estrutura rural. (PLOEG, 2009, p.25)

No contexto teórico estabelecido pelo conceito de agroecologia, aqui utilizado, permite caracterizá-lo como prática produtiva onde as “comunidades rurais tradicionais” constituem um grupo de formas de cultivo social onde se organizavam e se organizam, até hoje, as atividades agrárias daquelas que tem sido denominada “sociedades de base produtiva natural ou sociedades orgânicas”, as quais motivam uma nova proposta econômica (Ploeg, 2009, p.58a). As economias de base orgânica somente poderiam funcionar com um tipo de produtor rural que possuíssem as determinadas características: economia de base familiar e mobilização de todo o pessoal disponível para o trabalho agrícola (os mutirões). A existência de relações de apoio mútuo, mediado por relações de parentesco ou por amizade com os vizinhos, em um contexto cultural em que prevalecesse a ética, inseriria táticas novas de usos múltiplos do

¹O Fundo Rotativo Solidário (FRS) é um mecanismo de mobilização e valorização social da poupança comunitária, constituindo uma forma de gestão compartilhada de recursos coletivos. (ROCHA; COSTA, 2005, p.13)



território rural (Vanderley, 2009, p.89a). Assim, a forma de resistência e solidariedade social emerge como uma estratégia de diversificação de ações diante de riscos climáticos², econômicos, mercadológicos e produtivos.

Para Marques (2009, p. 60), a economia sócio-orgânica e solidária, que surge com o fortalecimento das ações e convivência nas comunidades rurais tradicionais, é, em termos agroecológicos, uma forma de relacionamento social com a natureza ao ser considerado parte desta em um processo de co-evolução, o qual se configura num modo de uso dos recursos naturais ou numa forma de manejá-los de maneira sócio-ambiental coletiva, tirando o produto e promovendo formas técnicas sociais baseadas na renovação contínua dos elementos naturais do solo e da vegetação do entorno e na redistribuição dos seus resultados (os rendimentos).

Na opinião de Petersen (2007, p. 45a), a prática agroecológica é uma consequência de uma opção teórica por uma abordagem sistêmica e *holista* de produção agrícola ecológica, que carrega consigo os pressupostos naturalistas, a partir dos quais a sociedade pode ser estudada pelos mesmos métodos, *démarches* e processos empregados nas ciências da natureza. Diante de tal perspectiva, concebe-se um caminho distinto, tratando a agroecologia como uma prática social mobilizada como instrumento no conflituoso universo das relações em que os produtores rurais estabelecem contra o capital comercial e industrial no campo. Neste sentido, a forma de reação dos camponeses ao capitalismo será tomada como referência fundamental para o entendimento das práticas agroecológicas enquanto estratégia de busca por autonomia e como mecanismo de resistência política. Deste mecanismo de resistência política, da qual surge o uso da agroecologia como forma produtiva vinculada às estratégias e vivências sociais, produtivas e econômicas do agricultor agroecológico, percebe-se as formas discordantes de construção dos territórios rurais: uma sobre a lógica socioambiental e outra oriunda da agricultura de precisão. (PETERSEN, 2007, p. 45b)

²A exemplo das formas camponesas de convivência com os desníveis climáticos, pode-se observar o contexto de surgimento da Articulação com o Semiárido Brasileiro (ASA) que redefiniu novas estratégias de convivência entre os sertanejos nordestinos e mineiros e as secas severas, retirando do entorno novos significados e identidades.



Então, a sociologia agroecológica, no tocante a concepção de Ploeg (2006, p. 59a), deve servir para identificar o produtor agroecológico na história através de sua forma de trabalhar o território rural e desenvolver o conhecimento que sustenta cada forma específica de trabalho e de manejo dos recursos naturais. Dessa forma, o produtor rural pode ser considerado, em uma perspectiva agroecológica, como “uma categoria histórica” que sabe manter “as bases de reprodução biótica dos recursos naturais”. Nessa perspectiva, é possível falar de “reconstrução” ou grau de “reinvenção” social do Espaço Rural em termos supremacia, solidariedade e autonomia dos grupos de produtores agrícolas sob a predominância da transição agroecológica.

A cultura e a criatividade no desenvolvimento da Agroecologia Social

A cultura converte-se em formas, conteúdos, símbolos, crenças e identidades. Em resumo, transforma-se em valores, sobre os quais as pessoas produzem ou idealizam os lugares. A capacidade criadora da cultura potencializa os arranjos produtivos locais, quando converte os valores sociais em valores produtivos.

Segundo Amaral Filho (2009, p.1a), a economia da cultura apresenta-se como produção social, atribuindo conteúdo aos lugares, dependendo das dotações humanas e materiais. As dotações humanas e materiais oriundas da cultura potencializam as capacidades criativas endógenas dos atores locais. Estes concluem a sua atividade criativa com a articulação, organização e manifestação dos saberes locais. Amaral Filho (2009, p.1b) discute que a criatividade pode “estar em todos os indivíduos, em todo lugar, pois não obedece a nenhuma determinação física ou natural para emergir, e se apresenta como potencializador da capacidade dos atores produtivos”. Tudo o que surge dos processos criativos sociais é disposta gratuitamente como inovação coletiva, colocando em ênfase todas as perícias coletivas nas ações produtivas, originando novas adaptações e objetos oriundos da habilidade dos indivíduos e suas formas de idealização do seu entorno.

De acordo com Scott (2010, p. 119a), a criatividade ressurgem com formas distintas de aprendizagem através do elo entre a criação e a inovação. Assim, a aprendizagem fornece informações importantes para a atividade criativa, promovendo a produção de novas ideias e novas percepções que podem ser destinadas a diferentes finalidades. O



elo entre a criação e a inovação possibilita que novos objetos sejam gerados e diagramados seguindo uma gama de necessidades específicas.

A relação entre a agroecologia social e a criatividade resulta na forma de propagação regional da inovação na produção agrícola, colocando ênfase no saber das comunidades rurais e as suas estratégias de sobrevivência mesmo em ambientes e contextos desfavoráveis. Este fato interliga a agricultura às atitudes autônomas de difusão do conhecimento ativando as próprias regiões agrícolas segundo um novo aparato criativo e ancestral das formas de produção agrícola dos pequenos agricultores. (FREIRE et al., 2006, p. 10-11)

Dimensões regionais da inovação social agroecológica

A dimensão de alcance de novos objetos e ações nas regiões agrícolas prende-se aos princípios de localização e extensão (Gomes, 2010, p.53). No âmbito da localização, pretende-se observar onde ocorrem as formas produtivas agrícolas socialmente viáveis, incorrendo para a difusão das formas inovativas sociais de cultivo. Quanto à extensão, observa-se a abrangência da difusão do conhecimento social agrícola.

Weid (2009, p.59a) propõe a análise sobre um novo “lugar” para a agricultura no tocante à superação dos fatores de insustentabilidade que caracterizam o sistema agrícola comercial baseado nos princípios da Revolução Verde. Daí os novos estilos de produção agrícola deverão ser econômico nos recursos naturais e nos usos de insumos técnicos. Para Weid (2009, p. 59b), as inovações de base agroecológica demonstram sua adequação para as dimensões e formas de gestão do trabalho da agricultura familiar.

Segundo Almeida (2009, p. 75a), a centralidade das experiências de inovação local, no fomento da agroecologia familiar, tem primado por situar as descobertas técnicas sociais como ponto de partida e de chegada para a iteração entre as práticas sociais de transformação do meio, a produção compartilhada de conhecimentos e os processos político-organizativos dos quais provém toda uma gama de criatividade produtivas dos agricultores agroecológicos. Assim o enfoque inovador da agroecologia concebe a difusão num recorte regional das experiências concretas, refundamentando estratégias de produção e compartilhamento de conhecimento altamente ajustado aos respectivos contextos e reproduzindo métodos comercialização e discussão de



resultados, que fortalecem a capacidade de dinamismo das organizações e redes locais de arranjos produtivos agrícolas sustentáveis.

Como ciência da agricultura sustentável, a Agroecologia se expressa regionalmente como uma ciência dos lugares. Seu conceito geral só ganha, assim, plena significação, na difusão regional, quando é objetivada em condições específicas, aprimorando-se e se reconstruindo permanentemente no confronto com a própria realidade. Ao se objetivar as condições biofísicas e socioculturais peculiares em que se desenvolvem as experiências inovadoras, o conceito de Agroecologia se torna concreto e adaptado a situação criativa dos produtores rurais.

A formação da cultura inovativa dos produtores agroecológicos e sua difusão numa escala regional

No processo atual de difusão do sistema produtivo agroecológico social, a ambiência regional das experiências produtivas de agricultores familiares compreende o espaço rural como um lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais. As redes sociais envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar).

Os processos de revalorização do mundo rural consolidam atividades rurais e técnico-científicas, reduzindo o êxodo e o desemprego nas áreas rurais e implantando ações locais baseadas na consolidação do planejamento e da gestão social dos arranjos produtivos locais ligados à agroecologia social.

De acordo com Moreira (2007, p. 90), a compreensão dos aspectos culturais inovativos nas áreas rurais conduz a hegemonia das forças sociais e do interesse de projeção dos lugares através da emergência da formação da cultura inovativa dos produtores agroecológicos.

A influência dos valores associados às iniciativas tecnológicas sociais promoveu a difusão espacial das novas técnicas de produção sustentável através da transmissão do saber, criando-se programas e relações inovativas verticalizadas por meio da interação das famílias agricultoras. Além de apresentar suas inovações, esses instrumentos dão visibilidade às histórias de vida das famílias agricultoras ou à trajetória de um



determinado grupo de produtores, sinalizando seus problemas e dificuldades práticas, as soluções encontradas e, sobretudo, os caminhos percorridos para o desenvolvimento da inovação focalizada. Assim concebidos, esses instrumentos procuram evidenciar as capacidades criativas dos indivíduos e grupos locais no enfrentamento dos obstáculos do cotidiano. (FREIRE et al., 2006, p. 12a)

Para que os agricultores e as agricultoras experimentadores se apropriem efetivamente do material produzido é necessário que a concepção inovativa final seja fiel às suas ideias, falas e pensamentos e que sua cultura e valores sejam respeitados. Quando a produção agrícola retorna aos agricultores e às agricultoras para que possam conhecer e ajustar o conteúdo, os procedimentos produtivos são sistematizados pela experiência, pois serão os próprios conhecimentos adquiridos de geração a geração que farão a distribuição dos saberes numa dinâmica produtiva e inovativa regional. (HERNÁNDEZ; HERNÁNDEZ, 2010, p.36)

Em destaque, as trajetórias das pessoas e/ou grupos em seus processos de inovação agroecológica são aspectos centrais das narrativas apresentadas. Em muitas situações, as inovações apresentam alta aplicabilidade em contextos distintos dos quais foram desenvolvidas. No entanto, ao explicar os princípios e fundamentos associados à inovação agroecológica, estimula-se que outros grupos ou indivíduos situados em outras localidades se ajustem às suas realidades específicas ao conduzirem suas próprias experimentações. Ao apresentar a inovação agroecológica sistematizada no contexto no qual ela foi desenvolvida e experimentada, o material técnico social agrícola realça o potencial criativo e as formas de experimentação e organização adotadas por famílias agricultoras tradicionais. Esse realce exerce um papel importante ao elevar a auto-estima dos inovadores sociais e ao motivar outras pessoas e grupos a também ingressarem nas redes regionais de inovação local agroecológica. (SOUZA, 2010, p. 20-25)

Enriquez (1997, p. 33) apresenta a existência de duas teorias principais que fazem referência às inovações em relação às organizações: uma que indica que as inovações emanam das grandes organizações, centrais, difundindo-se para a periferia; e outra que afirma que as inovações são produzidas pelas pequenas organizações, “que, menos organizadas, podem dar um curso mais livre a seu imaginário motor, a sua capacidade inventiva, e só são retomadas bem mais tarde pelas grandes organizações centrais”. No espaço de redes relacionais da inovação social agroecológico, o confronto entre



singulares (inovações na grande e a confluência para a pequena organização) exige a reconfiguração de cada um dos atores envolvidos para se processar um ambiente de negociação organizacional em escala regional de difusão do conhecimento. Quando Enriquez (1997, p. 35) fala de organizações em ambientes locais, refere-se a uma “organização dinâmica como um agente de mudança na cultura local”, o que, certamente, leva à construção de novas racionalidades e práticas, que atravessam as diferentes identidades e montam novos arranjos organizativos e identários no espaço regional.

A produção do “novo” comumente difundido pelas políticas agrícolas, enquanto um singular criativo ou inovador, situa-se num contexto avesso à mera reprodução de um sistema social de difusão do conhecimento agroecológico. Para Hernández e Hernández (2010, p.38), “as multiplicidades são a própria realidade, e não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito”. Para eles, as multiplicidades são o que caracteriza a existência social. Assim, por mais que haja subjetivações dominantes, sempre se estão produzindo subjetivações múltiplas, com maior ou menor autonomia para negociar a propagação da multiplicidade de meios técnicos oriundos da agricultura sustentável.

A fim de auxiliar a socialização dos conhecimentos acumulados no decorrer do processo preparatório dos cultivos ecológicos e fomentar as capacidades interativas dos agricultores durante o processo de difusão regional da inovação agroecológica, foi elaborado um conjunto de instrumentos de comunicação, o qual se configura nas associações e organizações promotoras da divulgação da produção agrícola.

As experimentações das famílias agroecológicas ou mesmo de um grupo de agricultores (as) que têm suas inovações sistematizadas são levadas a descrever e interpretar suas realidades por meio de uma conversa informal articuladas pela assessoria ou pelas lideranças que integram as comissões de divulgação social das inovações e práticas agrícolas sociais. Essas conversas auxiliam a preparação das pessoas que apresentarão suas experiências em encontros e fornecem as informações necessárias para que as técnicas inovativas sociais geradas circulem numa capilaridade social mais intensa entre as regiões. (SOUZA, 2010, p. 26a)



Testemunha-se hoje a afirmação de um movimento social de inovação na forma agrícola de produção com base no intercâmbio, na troca horizontal de saberes e na constituição e estímulo às redes de conhecimento. Estas formas só são possibilitadas quando se integra o conhecimento produtivo agrícola ancestral à própria “ciência” praticada e desenvolvida por agricultores (as), que vem na sua criatividade do dia a dia, convertendo-se na forma de engendrar a difusão dos conhecimentos produtivos ancestrais e constituindo campo para a propagação regional dos elementos produtivos da agroecologia social.

Considerações Finais

O debate em torno do desenvolvimento no meio rural, no contexto atual, a partir de abordagens, que permita avançar além da antiga e ultrapassada concepção economicista de desenvolvimento, predispõe um novo enfoque de desenvolvimento, que parte da revalorização dos saberes, tendo na agroecologia uma estratégia de promoção de técnicas e ações coletivas no meio rural.

As mobilizações sociais, com base nas inovações agroecológicas permitiram que os produtores rurais de pequeno porte mantivessem os sistemas de cultivo ancestrais. Estas formas de cultivo ancestral traziam elementos mais condizentes com a realidade sócio-ambiental das comunidades rurais.

No contexto de emergência da produção social agroecológica, os agricultores desenvolvem a sua capacidade de lidar com as intempéries da baixa produção nos cultivos através de um incremento criativo, do qual cada produtor utiliza o seu conhecimento ancestral e desenvolve conhecimentos técnicos específicos e aplicáveis em qualquer contexto ambiental.

Todo o processo advindo das melhorias produtivas agrícolas através da emergência da aprendizagem coletiva estabelece uma rede de difusão dos conhecimentos agroecológicos ampliando a capilaridade das inovações sociais agrícolas às comunidades distantes. Esta forma de criação das redes de difusão do conhecimento



agroecológico particulariza uma gama de atitudes afirmativas através dos experimentos agrícolas sociais locais.

No ambiente de aprendizado agroecológico, a regionalização das inovações técnicas sociais organiza o espaço no tocante a superação do impedimento idealizado pela expressão geográfica do agronegócio e da agricultura de precisão, gerando novos focos de autonomia produtiva e tecnológica social sem preciso submeter-se as políticas governamentais.

Destarte, na difusão espacial do conhecimento agroecológico social, as possibilidades criativas reduziram os gargalos técnico-inovacionais, estabelecendo os instrumentos ideais à autogestão coletiva da regionalização da produção agrícola sustentável. Desta feita, corresponde ao retorno das heranças culturais e das expectativas, das quais os pequenos produtores rurais edificam o seu presente e projetam o seu futuro.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Sílvio Gomes de. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: PERTERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

AMARAL FILHO, Jair do. Cultura, Criatividade e Desenvolvimento. In: **Políticas Culturais em Revista**, vol. 2, nº 1, 2009.

ENRIQUEZ, E. Como estudar as organizações locais. In: FISCHER, T. (org.). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

FREIRE, Adriana Galvão et al. A sistematização no fortalecimento de redes locais de inovação agroecológica. In: **Agriculturas**, nº 02, julho, 2006.



GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2010.

HERNÁNDEZ, Jaime Morales; HERNÁNDEZ, María de Jesús Bernardo. Agricultura sustentável e a construção de conhecimentos locais: uma experiência em Jalisco, México. In: **Agriculturas**, v.7, março, 2010.

MARQUES, Flávia Charão. Aprendizagem e inovação: as várias faces do trabalho de produtores de plantas medicinais do Sul do Brasil. In: **Agriculturas**, outubro, 2009.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

PERTERSEN, P. **Construção do Conhecimento Agroecológico: novos papéis, novas identidades**. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, 2007.

PLOEG, J.D. van der. Sete teses sobre agricultura camponesa. **PERTERSEN, Paulo (org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

_____. O modo de produção camponês revisitado. SCHNEIDER, S. (org.). In: **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ROCHA, José Camelo da; COSTA, José Waldir de Sousa. Fundo Rotativo Solidário: instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável no semi-árido. In: **Agriculturas**, outubro, 2005

SCOTT, A. J. Cultural economy and the creative field of the city. In: **Geografiska Annaler**, Series B, Human Geography, 92(2), 2010.



SOUZA, Maria Valdênia Santos de. Tecendo a rede e construindo dinâmicas territoriais em Itapipoca. In: **Agriculturas**, v.7, março, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, nº 02, 2009

WEID, Jean Marc Von der. Um novo lugar para a agricultura. In: PERTERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.



GT 2 - Ciência, Inovação e Transições Sociotécnicas na Agricultura e no Mundo Rural

Agroecologia e emancipação popular: a contribuição teórica e prática da Teoria Crítica da Tecnologia

Wilson Mazalla Neto¹

Sonia Maria P.P. Bergamasco²

¹Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável; Feagri/UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), E-mail: wmazalla@yahoo.com.br

²Professora Doutora da Faculdade de Engenharia Agrícola/UNICAMP, E-mail: sonia@agr.unicamp.br

Resumo:

A Agroecologia, na última década, tem avançado em suas bases teóricas e práticas na construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Tendo como base a luta pela terra e agricultura familiar busca a preservação ambiental, justiça social e equilíbrio econômico. A Agroecologia traz, então, a lógica de permanência na terra, a autonomia da comunidade e as práticas produtivas de conservação ecológicas ancoradas numa abordagem que integra conhecimentos acadêmicos variados, saberes tradicionais e a cultura local. Como a Agroecologia em grande parte é construída em torno da agricultura, fica evidente que as dimensões dos processos de trabalho e da tecnologia são extremamente relevantes. Neste sentido a Teoria Crítica da Tecnologia, ao analisar a divisão do trabalho, o desenho tecnológico e suas estruturas de poder, vêm contribuir na busca de alternativas produtivas para agricultura familiar com base na participação democrática, na organização autogestionária, na conservação ambiental e na promoção da saúde dos trabalhadores.

Palavras-chave: Agroecologia; Tecnologia; Agricultura familiar.

Introdução

Ficaram evidentes os problemas sociais e ambientais que se consolidaram no campo brasileiro na segunda metade do século XX construídos no bojo da revolução verde e no que hoje se denomina agronegócio, que traz a mesma forma produtivista e concentradora para o mundo rural. Neste contexto de agravamento dos problemas sociais e ambientais no campo a agricultura familiar, os assentamentos de reforma agrária e os movimentos sociais do campo em sua resistência histórica se fortalecem como pilares de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável para o campo. A luta pela terra, principalmente representada no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) se torna instrumento desses trabalhadores rurais expropriados para reconquistar a terra onde sempre viveram. Ainda no “campo”, surge o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Na cidade, o “novo” sindicalismo, o PT, e assim uma conjuntura de ascenso dos movimentos anti-hegêmonicos.

Para Mançano (1999) a gênese do MST se dá no cotidiano das famílias camponesas na luta pela terra.

“O movimento social se configura em uma forma de organização da classe trabalhadora, tomando-a por base os grupos populares, ou as camadas populares, ou ainda os setores populares. É essa forma de desenvolvimento do processo de construção da realidade, produzida pela materialização da existência social, que entendemos como espaço social.” (MANÇANO, 1996)

Para Bergamasco e Norder (2003) o movimento sem-terra tem atraído muito a atenção na América latina, com uma articulação, no plano discursivo, de conceitos marxistas, religiosidade popular, práticas comunitárias, princípios de cidadania e radicalização do pensamento democrático, militantes latino-americanos que dão eficácia e facilitam a adesão da população à organização.

Ainda segundo Mançano (1999) o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro se dá de forma desigual e contraditória causadora de expropriação e exploração, a luta pela terra então passa, não apenas pela distribuição de terras, vai em direção a construção de novas formas de organização social, a construção de outras experiências de trabalho e relação com a terra.

Neste sentido, além do cotidiano na luta pela terra como espaço de construção de novas relações sociais no mundo rural, a construção histórica desses trabalhadores do campo se consolida em grande parte na agricultura familiar, que através de sua

morfologia social traz uma relação ampla com o campo como espaço de vida, das relações sociais, da expressão da cultura, do laço com a terra, da educação e da família.

Segundo Chayanov (1974) a unidade econômica familiar é aquela, onde a remuneração vem do trabalho familiar, e mede seus esforços de acordo com os resultados materiais obtidos. Desta forma, o balanço entre a quantidade de esforço físico e mental a ser empregada na atividade produtiva, e os rendimentos obtidos para assegurar sua reprodução social e manutenção do patrimônio produtivo, parte de si mesmo para si mesmo. Essa condição histórica da agricultura familiar, construiu formas de produzir no campo menos produtivistas e ambientalmente preservadoras nos locais onde ela se localiza, explicitando a terra como local da vida do agricultor, muito além da acumulação de capital, ou até contrariando a acumulação de capital.

Assim, analisando o contexto global do sistema produtivo capitalista de alta desigualdade social, fome, miséria e degradação ambiental a agricultura familiar desponta como um espaço social fértil para um novo paradigma produtivo e de organização social. Pode, então, sustentar um novo paradigma baseado na busca de qualidade de vida através da geração de renda, segurança alimentar garantida na própria propriedade; produção de alimentos saudáveis, limpos e acessíveis para a população, atendendo o mercado interno; equilíbrio com os ecossistemas e produção sustentável e ecológica locais. (CAPORAL e COSTABEBER, 2007).

Nesse sentido a Agroecologia vêm se destacando, na última década, como base teórico-metodológica de um novo paradigma de organização social para o campo e têm alimentado muitas reflexões, espaços de formação e experiências práticas no âmbito da extensão rural junto a agricultura familiar. Vêm, também, fortalecendo iniciativas de enfrentamento à degradação ambiental e a exploração dos trabalhadores rurais. Para aportar o desenvolvimento sustentável, a Agroecologia traz embutida a lógica de permanência na terra, a autonomia comunitária e as práticas de conservação ecológicas, ancorada na ciência que integra conhecimentos acadêmicos de diferentes disciplinas e saberes tradicionais.

De forma complementar e entendendo a tecnologia como processos de trabalho, organização e gestão da produção e artefatos tecnológicos que são construídos num processo assimétrico de luta de classes e frações de classes, acredita-se que uma maior interface entre Agroecologia e os estudos da Teoria Crítica da Tecnologia possam contribuir no fortalecimento da Agroecologia no campo brasileiro tendo em vista a

grande importância da tecnologia como mediadora da agricultura enquanto espaço da produção.

2. Bases conceituais da Agroecologia

Para Sevilla Guzman (2001) a Agroecologia tem sido colocada comumente nas esferas de debate teórico como um mero instrumento metodológico para compreender a dinâmica dos sistemas agrários e resolver problemas técnico-agronômicos que as ciências agrárias convencionais não têm dado resposta. Nessa abordagem relegam-se a resolver questões relativas às unidades agrícolas especificamente e da técnica aplicada pontualmente. O autor chama essa perspectiva de “Agroecologia fraca” que pouco se diferencia da agronomia tradicional e uma ruptura parcial com as visões tradicionais da ciência ao invés de dialogar com soluções globais e comprometidas sociambientalmente.

Para superar essa abordagem instrumental e pontual se torna essencial o diálogo entre teoria e práxis, pois só através dele a dimensão social da Agroecologia se consolida nas propostas técnicas materializadas na ação social concreta dos agricultores. Então, traz uma crítica do pensamento científico modificando-o na prática como uma perspectiva epistemológica. Se a análise do agroecossistema é permeada obrigatoriamente pelas variáveis sociais, o pesquisador tem que dialogar em pé de igualdade com conhecimento local gerado pelos agricultores derrubando desde um processo epistemológico a natureza de objeto estudado dos agricultores, sendo esse assim, o núcleo central do desenho e tomada de decisões dos agroecossistemas. SEVILLA GUZMAN (2001).

Do ponto de vista da solução dos problemas ambientais a ciência ecotecnocrática reivindica a objetividade, a neutralidade cultural, e a natureza universal como elementos centrais na pesquisa. Porém, quando aplica as práticas generalistas de artificialização dos recursos naturais na agricultura pouco pode responder a essa questão que se refere a inter-relação com a natureza o contexto biofísico específico e a cultura.

Esse contexto esta presente nos sistemas de conhecimento local, mas os donos da estrutura global de poder político e econômico que financiam a pesquisa e extensão através dos argumentos da universalidade o negam como válidos. A Agroecologia, então, se entende neste processo de construção de mecanismos de

defesa do conhecimento local, que não consiste apenas em investigar os aspectos técnicos do potencial endógeno, mas também envolver-se na lutas políticas e éticas dos grupos locais que buscam controle dos recursos sobre sua identidade. SEVILLA GUZMAN (2001).

Para Sevilla Guzman (2001) a Agroecologia passa, também, pela crítica à apropriação privada das terras e sua mediação como mercadoria que levou a concentração em grandes agentes agroindustriais deslocamento das propriedades da agricultura familiar e a implementação da agricultura industrializada a base de insumos sintéticos externos e energias não renováveis.

“a lógica da natureza e substituída pela industrial regida pelo mercado e a obtenção de lucro por parte das empresas multinacionais e dos bancos especuladores, que adquirem uma dimensão hegemônica através da globalização” SEVILLA GUZMAN (2001).

Para o autor em relação estruturas sociais a análise da Agroecologia parte da unidade produtiva de onde se pretende entender as múltiplas formas de dependência sobre o agricultor, porém também na sua matriz comunitária, ou matriz sócio-cultural que se compõe moldada por um praxis intelectual e política da sua identidade local e rede de relações e a partir dessas relações um processo de transformação das formas de dependência anteriormente estabelecidas.

A Agroecologia se coloca, assim, como a utilização de experiências produtivas para elaborar propostas de ação social coletiva que desvelem a lógica depredadora do modelo produtivo agroindustrial hegemônico para outro que aponte para uma agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada.

A Agroecologia pode ser então definida

“...formas de ação social coletiva que representam alternativas ao atual modelo de manejo industrial dos recursos naturais, mediante propostas, surgidas de seu potencial endógeno, que pretendem um desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e circulação alternativa de seus produtos, buscando estabelecer formas de produção e consumo que contribuem para enfrentar a crise ecológica e social e como ele enfrentar o neoliberalismo e a globalização econômica. SEVILLA GUZMAN (2001).

Sua abordagem apresenta uma natureza sistêmica na medida em que parte da área familiar, da organização das comunidades rurais em torno dos marcos de ação social das comunidades rurais na sociedade, articulados em torno da dimensão local. Assim, temos os sistemas de conhecimento local dos agricultores e agricultoras como potencializadores das biodiversidades ecológica e sócio cultural em suas experiências produtivas. Pode-se entender então esse movimento como um processo de ações político- produtivas. SEVILLA GUZMAN (2001).

Altieri e Toledo (2011) defendem que as iniciativas agroecológicas buscam superar os sistemas de produção agroindustrial de biocombustíveis e cultivos de exportação baseados em combustíveis fósseis. Estabelecer, então, bases para a agricultura local de produção nacional de alimentos por camponeses e agricultores familiares a partir dos recursos naturais locais e energia solar.

Para Altieri (1998) a Agroecologia busca através da gestão e análise de técnicas e tecnologias, aplicadas a agroecossistemas como unidade fundamental, abarcar os campos ecológico, sócio-cultural e econômico.

Com base na preservação e ampliação da biodiversidade pode-se construir unidades saudáveis, produtivas, equilibradas e com baixo consumo energético externo, onde interações ecológicas geram um equilíbrio complexo e dinâmico, protegendo as culturas e gerando fertilidade no solo.

Para Gliessman (2000) a Agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessária para desenvolver uma agricultura ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. *“A Agroecologia é definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis.”* (GLIESSMAN, 2000).

Para Caporal et. al. (2005) a Agroecologia se propõe a ser uma nova matriz disciplinar, uma área científica de construção do conhecimento concebida de forma complexa, integrando e interagindo a concepção do conhecimento a partir das várias ciências já existentes e ainda dos saberes sociais e populares não reconhecidos pelo saber acadêmico.

Uma nova perspectiva onde o reducionismo científico, atualmente vigente, não consegue responder as questões da realidade “objetiva”, e assim seria necessário expandir a concepção científica para a perspectiva complexa da interrelação dos fatores na busca da inter, multi e transdisciplinaridade. Neste sentido contribuições de vários campos teóricos seguem integrando-se em torno do rural e compondo o conhecimento

em Agroecologia como já se observa na Física, Economia Ecológica, Ecologia Política, Agronomia, Ecologia, Biologia, Educação, Comunicação, História, Antropologia e Sociologia. (CAPORAL et. al., 2005)

3. Bases conceituais da Teoria Crítica da Tecnologia

Partindo de um conceito mais genérico de tecnologia, essa pode ser entendida no processo de trabalho entremeados por artefatos tecnológicos que fazem parte os homens e mulheres num ambiente de produção material e de serviços que materialize as características da forma de produzir funcionais a um contexto sócio-econômico específico e ao acordo social que ele engendra. (DAGNINO, 2004).

Segundo Feenberg (2010) a tecnologia se coloca como construção social que incorpora os valores e interesses do contexto no qual são desenvolvidas. O indeterminismo então se coloca como um fato político, a tecnologia tem muitas potencialidades inexploradas e possibilidades de trajetórias tecnológicas. O desenvolvimento tecnológico não aponta para um caminho particular, abre ramificações. Qualquer atitude imprevisível em torno de um objeto técnico se cristalizam e influenciam seu desenho, não extrínsecas ao dispositivo e sim a própria substância na condição de um fenômeno histórico em desenvolvimento. A tecnologia enquanto objeto social não somente serve a propósito social predefinido; é um ambiente dentro do qual um modo de vida é elaborado. *“Em suma, as diferenças do modo como os grupos sociais interpretam e usam os objetos técnicos não são meramente extrínsecas, mas produzem uma diferença na própria natureza destes objetos”* (FEENBERG, 2010).

O que o objeto significa para os grupos ao seu redor vão definir seus destino e aquilo que se tornara com o redesenho ao longo do tempo, de maneira que o desenvolvimento tecnológico pode ser entendido a partir do estudo da situação sociopolítica dos vários grupos envolvidos no processo.

Nesses termos Andrew Feenberg politiza o debate do construtivismo, fazendo pontes entre os “grupos sociais relevantes” que interferem na conformação tecnológica e a teoria das elites, classes e frações de classe. Numa situação de hegemonia do poder do capital, este passa a imprimir seus valores e interesses no desenvolvimento tecnológico. (FEENBERG, 2010)

A tecnologia passa a ser entendida como um espaço da luta social no qual o desenvolvimento tecnológico esta, sim, delimitado pelos hábitos culturais enraizados na

economia, na ideologia, na religião e na tradição, mas também na disputa de projetos políticos diferenciados.

“O fato de esses hábitos estarem tão profundamente arraigados na vida social a ponto de se tornarem naturais, tanto para is que são dominados como para os que dominam, é um aspecto da distribuição do poder social engendrado pelo capital que sanciona a hegemonia como forma de dominação.” (DAGNINO, 2004).

Nesse sentido a tecnologia tem um duplo aspecto por um lado a construção da tecnologia se orienta por códigos sociais estabelecidos nas lutas culturais e políticas, mas ao mesmo tempo quando introduzida a tecnologia oferece um uma validação material do horizonte cultural para o qual foi preformada. Assim as formas modernas de opressão as quais a hegemonia escolhe para defender os sistema sóciopolítico. *“Enquanto a escolha permanece escondida, a imagem determinística de uma ordem social justificada tecnicamente é projetada”* (FEENBERG, 2010)

Os sistemas técnicos trazem consequências à todas as dimensões da vida social tendo muito mais controle sobre os padrões de crescimento urbano, o desenho das habitações, dos sistemas de transporte , a seleção das inovações, sobre nossa experiência como empregadores, pacientes e consumidores do que o conjunto de todas as instituições governamentais da sociedade. A tecnologia, então, é uma das maiores fontes de poder da nas sociedades modernas e torna a democracia política obscurecida pelos senhores dos sistemas técnicos: líderes de corporações, militares e associações de grupos profissionais. (FEENBERG, 2010)

Neste sentido segundo Feenberg, (2010), a funcionalidade universal do desenvolvimento tecnológico que busca cegamente eficiência e efetividade traz intrinsecamente uma violência aos seres humanos e a natureza destruindo sua integridade enquanto conceitos da vida social. O senhor da tecnologia capitalista é o empresário que busca apenas produção e lucro, assim, a empresa é uma plataforma radicalmente descontextualizada voltada para a ação, sem responsabilidades com os indivíduos e lugares. Portanto a tecnologia não é uma condição metafísica, mas responde a uma hegemonia particular, que destrói e descontextualiza. Assim, essa dada hegemonia tecnológica e não a tecnologia em sim se coloca como uma ameaça ao meio ambiente e a vida do trabalhador.

Dagnino (2009) definiu a tecnologia como resultado da ação de um “ator social” sobre o processo de trabalho que permite uma modificação no produto gerado passível

de ser apropriada segundo o seu interesse. Daí decorrem duas questões relevantes à crítica a tecnologia convencional que a inviabilizaria para a construção alternativas mais democráticas e populares. Uma delas seria como o trabalhador não tem a propriedade dos meios de produção, as decisões sobre o processo de trabalho são tomadas externamente, alheias ao trabalhador e ainda são construídos elementos de controle, hierarquização e desapropriação do conhecimento do processo produtivo como um todo impostas como “internalidade” ao ambiente produtivo. (DAGNINO, 2009).

A tecnologia convencional ao botar em marcha seu interesse primeiro, maximizar a produtividade para acumular capital, manifesta consequências na sociedade como as catástrofes ambientais, pobreza e desemprego tanto quanto engendra conformações nos processos de trabalho e nos artefatos de modo a garantir a realização de seus objetivos.

Nesse contexto, o trabalhador não tem a propriedade dos meios de produção, as decisões sobre o processo de trabalho são tomadas externamente, alheias a ele. Na medida que demanda escalas ótimas de produção sempre crescentes sob redução da mão-de-obra aumenta a exploração da força de trabalho e suas implicações físicas e mentais sobre o trabalhador. Se constitui de forma segmentada o que inviabiliza o controle do produtor direto sobre a produção e também alienante, não permitindo a manifestação da criatividade direta do produtor.

Essa concretização da tecnologia capitalista se dá com base no controle coercitivo da cooperação do trabalhador forjada na superestrutura política ideológica que naturaliza a condição de submissão junto a pressão de um contingente de desempregados dispostos a assumir o posto de trabalho. Há também a hierarquização e desapropriação do conhecimento do processo produtivo como imposição criada do poder tecnocrático estabelecido pela especialização e pela separação do trabalho manual e intelectual. (DAGNINO, 2009).

Segundo Feenberg (2010) em nossa sociedade a tecnologia se configura como meio de obter lucro e poder. Uma compreensão mais totalizante da tecnologia engendra uma noção de tecnologia baseada na responsabilidade da ação técnica quanto aos contextos humanos e naturais. Chama isso então de racionalização subversiva, pois emerge da experiência e das necessidades daqueles que resistem a uma hegemonia tecnológica específica que leva aos trabalhadores, por exemplo, a destruição das suas mentes e corpos nos locais de trabalho.

Nesse sentido as formas de hegemonia da sociedade se localizam na mediação técnica de uma variedade de atividades sociais, seja na produção, na medicina, na educação, ou no exército, portanto a democratização em nossa sociedade requer tanto mudanças políticas quanto mudanças técnicas radicais. (FEENBERG, 2010)

4. Reflexões a cerca dos pontos de contato entre Agroecologia e Teoria Crítica da Tecnologia

Como a tecnologia social o campo teórico da Agroecologia se alimenta em parte da crítica a forma organizativa capitalista imposta no campo amplamente implementada pela revolução verde. Em sua proposta busca estabelecer para o campo um paradigma que supere os interesses da acumulação capitalista, buscando uma forma autônoma para os agricultores auto-organizarem a produção e a vida no campo.

Entendendo, então, que a Agroecologia se propõe a refletir tanto a dimensão produtiva, a agricultura, que diz respeito ao campo tecnológico, quanto a dimensão da vida social uma vez que funde os espaços do trabalho com outras esferas como a moradia a relação de vizinhança, o lazer e o descanso, nos ateremos aqui a dimensão produtiva que constrói a interface com o campo da Teoria Crítica da tecnologia.

É possível identificar alguns elementos relevantes na construção do pensamento agroecológico. É notável que grande parte da reflexão a cerca da Agroecologia se funda na crítica ao movimento da revolução verde e as conseqüências do desenvolvimento do capitalismo agrário. No bojo dessa crítica é possível identificar uma posição de apoio a agricultura familiar e camponesa e a reforma agrária como sendo as bases sociais da Agroecologia. Essa ancoragem na agricultura familiar, na luta pela terra e na reforma agrária do ponto de vista tecnológico desconstrói a cisão entre o trabalhador e o meio de produção, também desconcentra o poder do capital agrário através da reforma agrária na mesma medida que entende o processo de dominação-exploração do trabalhador rural como elemento constitutivo dessa reconstrução tecnológica.

Nota-se então, alguns elementos que mostram uma orientação política na construção da Agroecologia, componentes ético valorativos que questionam a racionalidade hegemônica capitalista e trazem outros fundamentos para pensar as relações sociais no campo e organização da produção.

A construção científica da Agroecologia reconhece então como base uma orientação ideológica e a crítica ao reducionismo universalizante da ciência moderna. Reconhece elementos condicionantes específicos, naturais e humanos a um momento

histórico e um recorte territorial. Ao mesmo tempo rompe em alguma medida com a estrutura acadêmica ao reconhecer e incorporar os conhecimentos tradicionais populares dos agricultores em suas formulações. Entendendo o campo com um universo complexo busca, então, concatenar e estabelecer diálogos mais concretos com as disciplinas convencionais da Ciência.

Sem uma análise muito profunda nota-se traços de reconhecimento da não neutralidade da ciência na construção da Agroecologia e uma proposta de ocupação e produção no campo que não apenas valorize a produção de valores agrícolas para a exportação e a acumulação concentrada em empresas rurais. A Agroecologia se opõe ao argumento da neutralidade da ciência que embasa a defesa da construção tecnocrática industrial do modelo agroindustrial. Constrói por outro lado, junto a resistência histórica camponesa, uma outra relação homem natureza, interessada em produzir alimentos saudáveis, em presar pela saúde do agricultor, em preservar os recursos naturais, em priorizar a identidade e cultura camponesa e garantindo a terra ao trabalhador, produzindo valores de uso e porque não valores culturais.

Não reconhece sua convivência pacífica com o capitalismo agrário, enxerga disputas de poder e interesses antagônicos. Parece sim ser possível ocupar espaços marginais, de pouca rentabilidade do capital, mas é difícil pensar na consolidação da agricultura familiar e camponesa com base na Agroecologia dentro deste sistema hegemônico. São sim, projetos políticos diferenciados de uso do território, que disputam, terra, recursos materiais, e a ciência. Por isso, não há como separar a construção da Agroecologia como estratégia de ocupação do campo despregada das lutas políticas o que muitas vezes é conduzido cegamente pelas Universidades e instituições de pesquisa, mas carregado nas reivindicações dos movimentos sociais, fazendo da tecnociência um campo de luta também.

Com relação a construção concreta de técnicas e artefatos na agricultura e no trabalho no campo é possível pensar que os agricultores já passaram pelo uso e uma certa apropriação da tecnologia capitalista, o que não pode ser olhado de uma forma totalizante. Em geral os recursos financeiros dos agricultores são reduzidos, tendo acesso limitado e as tecnologias capitalistas mais simples. Por outro lado, muitos destes agricultores passaram por experiências de trabalho assalariado em fazendas de produção da agroindústria capitalista. Essas experiências de interface com a tecnologia convencional são, assim, submetidas à lógica de organização de trabalho do camponês.

Nessa experiência camponesa de resistência novos desenhos tecnológicos são engendrados num sentido desejado da emancipação social.

A matriz do construção tecnológica centrada, então, no agricultor e em seu conhecimento local dialoga com a teoria crítica da tecnologia de Feenberg no que se refere a resistência tecnológica. Feenberg (2010) aborda essa questão quando diz que

As pessoas afetadas pelas mudanças tecnológicas, as vezes, protestam ou inovam de maneira a lhes permitirem maior participação e controle democrático no futuro. Onde era possível silenciar toda oposição a projetos técnicos, apelando para o progresso, hoje as comunidades se mobilizam para fazer seus desejos conhecidos (FEENBERG, 2010, p. 64).

As práticas de reciclagem de nutrientes e matéria-orgânica apontam maior controle popular sobre o processo produtivo uma vez que o conhecimento necessário a fertilização da terra é domínio do agricultor.

Em relação a incorporação de conhecimento científico-tecnológico parece que há um diálogo com os saberes populares, mas parece sempre haver uma tradução para os códigos acadêmicos. Explicando: os pesquisadores e extensionistas parecem dialogar com o conhecimento dos agricultores, mas num segundo momento traduzem para os códigos acadêmicos, realizam experimentos científicos e voltam com novas repostas para os agricultores, que novamente são traduzidas para sua linguagem.

Desta forma a sistematização do conhecimento ainda permanece restrita as universidades, talvez seja necessário, então pensar códigos comuns para uma sistematização do conhecimento realmente apropriável pelos agricultores.

Por outro lado a base do conhecimento tradicional e popular são o ponto de partida para elaboração tecnológico de novo tipo quando a agroecologia reconhece no agricultor o portador do conhecimento e da autonomia para controlar os processos de concepção, desenho e implementação das alternativas tecnológicas.

A Agroecologia se coloca como uma estratégia de desenvolvimento alternativo e sustentável para o campo, pois envolve a construção concreta do campo, do trabalho e do agricultor. Também diz respeito a processos de luta social e resistência, a relação homem-trabalho-cultura-natureza parece central para pensar o papel do campo numa sociedade para além do capital. Neste sentido A Teoria Crítica da Tecnologia consegue trabalhar a divisão social do trabalho e a crítica ao desenho tecnológico em diálogo às estruturas de poder e dominação capitalistas, o que muito pode contribuir para uma construção mais efetiva entre teoria e prática dentro do campo da Agroecologia.

5. Referências Bibliográficas

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: As bases científicas da agricultura alternativa**; tradução Patrícia Vaz; rio de Janeiro 1989.

ALTIERI, M. **Agroecologia** - a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **A Alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. III Congresso Brasileiro de Agroecologia. Florianópolis, 2005.

CHAMBERS, R. **Rural development: putting the last first**. London: Longman, 1983.

CHAYANOV, A. V. **La organizacion de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión.1974.

DAGNINO, R. **Em direção a uma teoria crítica da tecnologia**. In: Dagnino, Renato Peixoto. (Org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. Brasília: Companhia de Comunicação, 2009.

FEENBERG, A. Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia. In: NEDER, Ricardo T.. **A teoria crítica de andrew feenberg**. Brasília: Observatório do Movimento Pela Tecnologia Social Na América Latina / Cds / Unb / Capes, 2010. p. 90-93.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2000.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (Coord.). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi- Prensa, 2000.

HARWOOD, R. R. **Small farm development – understanding and improving farming systems in the humid tropics**. Boulder: Westview Press, 1979.

MANÇANO, B. F. **MST: Formação e territorialização**. São Paulo: HUCITEC Ltda, 1999.

MARTINE, Gerorge. **Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira**. Revista Planejamento e Políticas Públicas. V.1 – n.1 Brasília, 1989.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. Disponível em <www.mst.org.br> . Acesso em 03/01/2007.

NORGAARD, R. A Base Epistemológica da Agroecologia. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989Aurora da humanidade

SEVILLA GUZMÁN, E. **De la Sociología Rural a la Agroecologia**. Barcelona: Icairia editorial, s.a.2000.

SIMÓN FERNÁNDEZ, X.; DOMINGUEZ GARCIA, D. **Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica**. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 2, n.2, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo fundo, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A sociologia rural na américa latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. In: Congresso Latino Americano de Sociologia Rural. Porto de galinhas, 2010.



Grupo de Trabalho 2: Ciência, Inovação e Transições Sociotécnicas na Agricultura e no
Mundo Rural

As inovações tecnológicas no Pólo Oleiro-Cerâmico de Iranduba-AM

Cleiton Ferreira Maciel¹;
Maria Izabel de Medeiros Valle²;
Jeanne Mariel Brito de Moura³

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Email: cleiton.keto@hotmail.com

² Professora doutora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas- UFAM. Email: izabelvalle@ufam.edu.br

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG. Email: jeanne_brito@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem por objetivo evidenciar e discutir a natureza das inovações tecnológicas no Pólo oleiro-cerâmico de Iranduba, apontando a relação entre processos de adoção de inovação tecnológica e controle do trabalho. Caracterizada como sendo uma dimensão da produção flexível, as inovações estão ganhando um sentido estratégico na configuração industrial das olarias daquele município, constituindo-se, portanto, em práticas empresariais sistemáticas que buscam a racionalização da produção em face de uma maior produtividade e qualidade diante de um mercado de tijolos em expansão.

Palavras-Chave: produção flexível, inovação tecnológica, controle do trabalho.

Abstract

This article aims to highlight and discuss the nature of technological innovations in the Southern pottery-ceramic Iranduba/AM, pointing to the relationship between processes of adoption of technological innovation and job control. Characterized as a dimension of flexible production, innovations are gaining a strategic direction in the configuration of the industrial potteries of that town, being, therefore, systematic business practices that seek to rationalize production in the face of increased productivity and quality before an expanding market for bricks.

Key Words: flexible production, technological innovation, job control.



Introdução

Este artigo é resultado de um estudo realizado em uma empresa representativa do ramo oleiro-cerâmico de Iranduba no ano de 2010, período em que elaboramos um projeto de pesquisa para fins de defesa de monografia⁴. Naquela etapa foi possível delinear considerações teóricas e fazer uma delimitação de um setor industrial importante para a economia do Amazonas. Alguns estudos⁵ já tinham traçados apontamentos sobre o Pólo oleiro cerâmico de Iranduba. Contudo, esses trabalhos datavam até ao ano de 2004, sendo, portanto, importante procedermos a uma investigação da configuração recente daquele ramo industrial, bem como indicarmos os possíveis desdobramentos em que os processos de reestruturação produtiva no setor poderiam gerar.

A produção de cerâmica vermelha (tijolos e telhas) é uma atividade importante para a economia do Brasil, respondendo por cerca de 4% do PIB nacional dentro de um mercado que fechou o ano de 2010 com crescimento de 12%. Trata-se de uma atividade produtiva com diversas cerâmicas espalhadas pelo Brasil, e que produz anualmente 2,5 bilhões de peças. Contudo, diante da existência de um mercado consumidor que por razões históricas é o maior do Brasil, a concentração nacional das indústrias ceramistas está localizada na região sudeste (ANICER, 2010).

Em face dessa configuração da indústria ceramista nacional, a região Norte emerge como um importante ator dentro desse cenário de fabricação de tijolos e telhas, tendo uma participação considerável na produção mensal, a qual está estimada em 114 milhões de peças e que gera, segundo dados do SEBRAE, cerca de 10 mil empregos diretos e indiretos (SEBRAE, 2010).

No que diz respeito ao estado do Amazonas, a produção de cerâmica vermelha está concentrada nos municípios de Manacapuru e Iranduba. Entretanto, este último, tradicionalmente apresenta-se como o principal pólo oleiro-cerâmico do estado, com um

⁴ O projeto de teve por título: "A natureza das inovações tecnológicas no Pólo Oleiro-Cerâmico de Iranduba-AM: um estudo de caso", sob orientação da Professora Dra. Maria Izabel de Medeiros Valle.

⁵ CHAVES, Saile Wastran Queiroz. Estudo de Mercado da Produção de Tijolos no Município de Iranduba. Monografia, Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas, 2001.
ABREU, Suelen. A empresa oleiro-cerâmica do município de Iranduba. Monografia, Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas, 2004.



total de 25 olarias instaladas e associadas a ACERAM⁶. As olarias estão localizadas às margens da AM-070, rodovia que liga Manaus à cidade de Manacapuru. Segundo Trindade (1999), esta concentração deve-se à relação de proximidade que o município tem em relação à capital amazonense⁷. Acresce-se a isso, segundo o autor, a grande disponibilidade de argila de alta qualidade que é a principal matéria-prima desse ramo de atividade econômica. Outro fator que contribuiu para que Iranduba se tornasse o maior produtor de cerâmica vermelha do Amazonas, foi o não pagamento de ICMS⁸ quando do ingresso do produto na cidade de Manaus, principal mercado consumidor da produção oleira amazonense.

A primeira fábrica de tijolos do município de Iranduba data de 1946, época em que a cidade ainda era distrito de Manaus, tendo sido pioneira a Cerâmica Marajó, que ainda hoje opera na fabricação desse tipo de produto. Em 10 de dezembro de 1981, a Vila de Iranduba tornou-se um município autônomo, sendo elevada a categoria de cidade do mesmo nome.

Em um primeiro momento, o município teve sua base econômica centrada no setor primário, como o cultivo de hortaliças, criação de bovinos de corte e de leite e cultivo de frutos (ABREU, 2004). Contudo, com a expansão imobiliária ocorrida em meados dos anos 80 por conta do estímulo dado à construção civil através do Sistema Financeiro de Habitação, ocorreu uma explosão na demanda por produtos da indústria oleira-cerâmica, fazendo com que os empresários de Manaus passassem a vislumbrar uma oportunidade de obter lucros no emergente mercado imobiliário, e iniciassem um processo de investimento na aquisição de terrenos e máquinas para a instalação de novas indústrias ceramistas no município de Iranduba (CHAVES, 2001).

Hoje, o município de Iranduba é responsável por cerca de 75% de toda a produção de cerâmica vermelha do Estado do Amazonas, o que representa em termos quantitativos, 35 toneladas de tijolos por mês (SEBRAE, 2010). Além disso, o Pólo Oleiro-Cerâmico de Iranduba movimenta, em média, 80% da construção civil amazonense, gerando no município, cerca de 2.000 empregos diretos e indiretos e abrangendo um total de 6.000 trabalhadores, entre prestadores de serviço e fornecedores (ACERAM, 2009).

⁶ Associação dos Ceramistas do Estado do Amazonas.

⁷ A cidade de Iranduba fica distante 20 km de Manaus, fazendo parte da sua Região Metropolitana.

⁸ Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.



Contudo, o setor oleiro de Iranduba vinha enfrentando desde o início da década de 1990 problemas na sua estrutura produtiva, o que impedia uma maior produtividade das empresas ali instaladas. Segundo Trindade (1999), essas empresas oleiras tinham uma excessiva concentração da oferta em um único produto⁹, fato este que acirrava a concorrência e afetava a lucratividade do setor. Aliado a isto, existia a dificuldade de transporte de matéria-prima (argila) e lenha através das estradas vicinais não asfaltadas. Esses fatores engendraram o aumento do custo do transporte da argila, a impossibilidade de abastecimento de algumas olarias durante o período de chuvas (janeiro a maio) e a elevação no prazo de produção e entrega dos produtos.

Outro problema que o autor ressalta eram as multas aplicadas por órgãos governamentais, como o IBAMA e IPAAM, por conta da legislação ambiental. A maioria das empresas comprava lenha dos pequenos produtores rurais, os quais não tinham permissão desses agentes para desmatar e transportar esse produto. A consequência dessas ações, segundo Trindade (1999), eram as paralisações por falta de lenha, a elevação dos custos de produção e o consequente aumento no preço do milheiro de tijolo¹⁰.

Foi diante desse contexto de crise no setor oleiro-cerâmico de Iranduba que veio à tona nas olarias um conjunto de incrementações de novas tecnologias. Segundo a pesquisa realizada (MACIEL E VALLE, 2010), há seis anos emergiu no Pólo oleiro-cerâmico daquele município um processo de reestruturação produtiva baseado na implantação de inovações tecnológicas, como a introdução de modelos gerenciais de origem japonesa, parcerias com outros setores industriais (Pólo Industrial de Manaus) e mecanização e sistematização do processo de fabricação dos tijolos.

02. Processo de inovação tecnológica no mundo

Tendo como objetivo dar ensejo ao modo como as inovações tecnológicas foram sendo implementadas nas empresas em um nível mundial, apresentaremos aqui os processos de inovação que ocorreram no Japão (modelo japonês) e a implantação desses processos no Brasil.

A reestruturação produtiva que começou a delinear-se a partir da segunda metade da década de 1970 induziu várias estratégias de redimensionamento da produção industrial mundial. A primeira tendência dessa evolução organizacional diz respeito à

⁹ Tijolos de oito furos.

¹⁰ Mil tijolos são vendidos, em média, por R\$ 350,00 em Iranduba.



transição do modelo de produção em massa, à produção flexível, ou do fordismo ao pós-fordismo. Diante disso, as inovações tecnológicas constituíram-se elementos estratégicos no processo de transição de uma base industrial rígida para um sistema de produção onde a flexibilidade tornava-se a norteadora da *nova economia global* (CASTELLS, 1996). O processo de inovação tecnológica mais visível nesse contexto mundial ocorreu no Japão, configurando uma conjuntura econômica que Halal (1986) *apud* Harvey (1993) caracterizará como o *novo capitalismo*, em face da nova forma de acumulação que estava surgindo no cenário global.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Japão necessitava reconfigurar-se industrialmente, já que havia saído arrasado do conflito. Amparado pelas forças aliadas, o Japão fez uma corrida de recuperação e evoluiu mais rapidamente do que os demais países (FLEURY, 1995). Num primeiro momento, os países avançados não acreditavam no desempenho promissor que o Japão vinha delineando. Pensava-se, assim, que a recuperação das empresas japonesas refletia o aspecto cultural daquele país, do “trabalhar além do normal”, ou da preponderância do coletivo sobre o individual, própria das religiões orientais (VALLE, 2007).

No entanto, a partir da década de 1970, o Japão emergiu como uma nova potência mundial, e apresentava um padrão de organização industrial distinto dos demais países líderes, como Estados Unidos e Alemanha. Segundo Coriat (1994), esse novo contexto econômico-produtivo era resultado do investimento tecnológico japonês em várias frentes. O autor sintetiza da seguinte forma essas inovações na indústria japonesa, constituindo-se em pilares ou “estatuto coordenador”:

- raciocínio sistêmico;
- orientação estratégica;
- colaboração na competição;
- uso inteligente e objetivo da informação;
- integração dos processos de decisão na empresa;
- aprendizagem por parte dos empregados.

O primeiro passo para a implantação dessas inovações foi dado pela Toyota (Sistema Toyota de Produção). A Toyota inovou seu sistema de fabricação com a filosofia de que a produção deveria ser *puxada* e não *empurrada*, ou seja, o processo de fabricação tinha que ser determinado pela demanda, não formando estoque final, nem estoque intermediário. Para isso, capacitou os trabalhadores através de programas de



aprendizado sobre qualidade e produtividade, criando uma nova forma de organizar o processo de trabalho, que se transformou no *Programa 5S*, representando assim as idéias de *utilização, ordem, limpeza, asseio e disciplina* dentro da organização produtiva da empresa¹¹.

Em face disso, a Toyota revolucionou ao introduzir no processo de fabricação o “*estoque zero*”, proposta bem diferente do Sistema de produção Taylorista/Fordista, que trabalhava com uma quantidade enorme de estoque nas suas fábricas. No modelo de produção toyotista, a matéria-prima deveria ser entregue somente “no momento certo” (*just-in-time*). O objetivo era a redução total das perdas ou desperdícios, visando a “perda zero” (CASTELLS, 1996).

Em face disso, a organização da mão-de-obra e da gestão do processo de trabalho passou a ter como norteador a desespecialização dos trabalhadores qualificados transformando-os em operários “polivalentes”, “plurioperadores” e “multifuncionais” (VALLE, 2007). Trata-se, assim, de um direcionamento rumo à racionalização do trabalho, onde cada etapa do processo de produção é pensada tendo em vista a diminuição das perdas e a intensificação dos ganhos em qualidade e produtividade.

O que é inovador neste aspecto é que, ao identificar uma perda, a Toyota desenvolveu todo um processo de trabalho para a sua resolução, gerando uma aprendizagem em grupo, que por sua vez criou os chamados *CCQs*¹² nos quais os trabalhadores aprendiam sobre questões de qualidade produtiva e como eliminar os defeitos no processos de produção, formando aquilo que Coriat denominará de *uma nova escola de gestão de produção* (CORIAT, 1994, *apud* VALLE, 2007). Nos CCQs os “colaboradores” passaram a “ter voz e vez”, dando idéias de como melhorar continuamente a produção.

03. Processo de inovação tecnológica no Brasil

No que diz respeito ao Brasil, a incorporação de inovações tecnológicas irrompe de forma efetiva a partir dos anos de 1990, face à configuração político-econômica neoliberal que levou os governos a abrirem suas economias para o capital internacional. Contudo, é importante que se observem as etapas anteriores que conduziram esse processo de reconfiguração da produção industrial brasileira, tendo em vista que é

¹¹ Os termos em japonês são: *Seiri*, *Seiton*, *Seiso*, *Seiketsu*, *Shitsuke*, respectivamente.

¹² Círculos de Controle de Qualidade.



diante do contexto de estagnação econômica e crise produtiva nas empresas brasileiras que emerge de forma efetiva a estruturação de um “modelo brasileiro”.

O primeiro momento será delineado entre o final da década de 1970 e início dos anos de 1980, quando os CCQs tornaram-se o principal instrumento de organização da gestão do trabalho, sem que a indústria nacional, no entanto, se preocupasse em alterar substancialmente a base técnica das empresas ou investir de maneira maciça em novos equipamentos microeletrônicos.

A temática “Qualidade” emergiu no cenário brasileiro de forma muito específica. Com o processo de democratização em curso, e com o fim do milagre econômico do início da década de 70, os sindicatos e trabalhadores estavam reivindicando maior participação nas empresas. Estas, estrategicamente, ofereceram os Círculos de Controle de Qualidade como uma forma moderna de participação dos operários. Essa manobra das empresas visava solucionar dois problemas com uma só ação, ou seja, incorporar as técnicas japonesas de gestão do trabalho, dando, dessa forma mais “poder de decisão” aos “colaboradores”, aumentando, nessa perspectiva, a produtividade (FLEURY. 1995). Contudo, os sindicatos detectaram essa movimentação das empresas, e passaram a combater esses programas de melhoria e qualidade, paralisando a produção nas fábricas, e acabando, em face disso, por desestimular a adoção dos CCQs por outras empresas.

O segundo momento diz respeito ao ano de 1984, quando se retoma o crescimento econômico, e vai até o final da década de 1980 (Fleury, 1995). Esse período se caracteriza por uma inovação tecnológica mais no plano técnico, com a rápida difusão de equipamentos: robôs, máquinas de controle numérico (MFCN). Também foi visível a implantação de inovações tecnológicas organizacionais, destacando-se a propagação do *just-in-time*. Para Valle (2007), a forma como o *just-in-time* estava sendo empregado no Brasil, longe de estar promovendo o emprego do trabalho multiquificado, exercido por equipes de trabalhadores, estaria levando a uma padronização do trabalho, com a prescrição individual das tarefas, e não aquela baseada nos grupos de trabalhadores.

Finalmente, o terceiro momento se inicia com os anos de 1990 face à inserção da economia brasileira na lógica neoliberal, quando vai se moldando a transição para um contexto de organização industrial marcado pelos parâmetros de competitividade, onde as empresas passam a concentrar seus esforços nas estratégias organizacionais, bem como na adoção de novos modelos de gerência de mão de obra. Segundo Ruas (1994)



apud Valle (2007), dois fatores empurraram as empresas na direção da implementação de estratégias inovadoras mais efetivas: por um lado, a crise econômica de 1990, que reduziu drasticamente o mercado interno, fazendo com que as empresas se voltassem para o exterior; e por outro, a política de abertura adotada pelo governo Collor, que obrigou as empresas a melhorarem as estratégias de produção e de qualidade para fazer frente à concorrência do mercado internacional.

Nesse novo contexto, as empresas viram-se pressionadas a investir de forma mais intensa no processo de modernização, incorporando inovações tecnológicas que por sua vez levarão o projeto industrial brasileiro a uma nova dinâmica nas relações industriais, adquirindo, portanto, as características de uma reestruturação produtiva baseada em estratégias inovadoras articuladas dentro de uma nova forma de acumulação do capital.

04. A natureza das inovações tecnológicas na indústria ceramista de Iranduba/AM e o controle do trabalho

A adoção de inovações tecnológicas nas olarias do município de Iranduba configura-se em um processo de reestruturação produtiva em curso. Como apontamos no início do artigo, o Pólo oleiro-cerâmico constituía-se até meados da década de 2000 enquanto um setor produtivo tido como atrasado técnica e economicamente. A queima de lenha nativa, por exemplo, caracterizava a base fabril da produção de tijolos, estabelecendo, assim, um problema estrutural em face da pressão ambiental exercida por parte do IPAAM e IBAMA. A própria oferta de um único tipo de tijolo produzido por todas as olarias levou o ramo a tornar-se obsoleto frente à concorrência de cerâmicas de outros estados brasileiros, que ofereciam tijolos variados, de acordo com a necessidade dos clientes.

Diante desse cenário o setor precisou reconfigurar a sua estrutura produtiva. Como que iniciando esse processo de reestruturação, no ano de 2005 o SEBRAE selecionou 3 empresas oleiras para que fossem pioneiras na introdução de inovações de produto, inovações de processo e inovações gerenciais. No planejamento delineado pelo SEBRAE, esse conjunto de elementos industriais seria implementado em outras olarias à medida que fosse se estabelecendo uma *nova cultura organizacional* no ramo oleiro-cerâmico de Iranduba (MACIEL E VALLE, 2010). Tratava-se, portanto, de um



momento de transição em que a inovação tecnológica adquiria contornos-chaves no remodelamento da organização produtiva de tijolos das olarias.

Diante disso, as empresas selecionadas iniciaram um processo de *racionalização* do trabalho, estabelecendo metas de produtividade, busca por qualidade e controle do processo produtivo. Uma dessas formas de racionalização do trabalho na empresa pesquisada diz respeito à adoção de inovações organizacionais de origem japonesa, que, como já abordamos anteriormente, são chamadas de CCQ. A estratégia desses programas consiste em identificar os problemas na fonte antes que eles comprometam o desempenho de um setor da empresa, ou da empresa como um todo.

Na pesquisa realizada observamos que a empresa objeto da investigação realizou a apresentação do projeto de melhoria contínua para os trabalhadores do setor de administração da olaria e, depois, para todos os “colaboradores”, tentando, nesse sentido, detectar os principais problemas que afetavam o desempenho industrial da mesma. Assim, buscou-se conscientizar os trabalhadores sobre a importância do *trabalho em equipe* no processo de desenvolvimento das inovações, além de disponibilizar o projeto impresso para cada um deles, na perspectiva de despertá-los para a busca da melhoria sistemática da produção enquanto um objetivo a ser alcançado.

Os trabalhadores em conjunto com a liderança se reuniam de 15 em 15 dias. Era nessas reuniões efetuadas dentro do período de trabalho dos funcionários, que os líderes e colaboradores avaliavam a execução de cada etapa do projeto e traçavam as novas metas a serem alcançadas pela empresa, mapeando todas as etapas do processo de fabricação.

Nosso interesse em mostrar o resultado dessa pesquisa está em trazer à lume a perspectiva de que a natureza das inovações tecnológicas implantadas nas olarias de Iranduba visa ter, sistematicamente, o controle sobre o trabalho. A mudança na forma de organização da produção implicou no reordenamento industrial que, por sua vez, levou à empresa a estabelecer parâmetros de racionalização produtiva.

A primeira dessas alterações diz respeito à própria contratação dos trabalhadores que irão preencher o quadro de funcionários das olarias. A partir da adoção das inovações organizacionais e da emergência da ideia de que o trabalho em equipe é o cerne do ganho de produtividade, as cerâmicas passaram a estabelecer uma *política de contratação* baseada no critério do grau de escolaridade. Se o processo de trabalho tradicionalmente executado nas olarias não exigia domínio de tecnologias ou o uso de



ferramentas tecnicamente avançadas, no momento em que se implementaram a introdução de inovações a empresa buscou uma mão-de-obra operacional de escolaridade e formação mais elevada (MACIEL e VALLE, 2010).

Esse processo de contratação tem em vista uma espécie de *domesticação* do trabalho, uma vez que na filosofia empresarial da cerâmica pesquisada os trabalhadores que possuem capital cultural superior estão aptos a se envolverem com maior afinco às tarefas determinadas pelo Círculo de Controle de Qualidade. Nesse contexto, portanto, a escolaridade assume um papel interessante na análise do setor oleiro, na medida em que é ela quem estrutura a base de contratação da empresa nessa *transição industrial* que emerge em Iranduba. Mão de obra qualificada torna-se um elemento chave para se pensar na superação da crise de produção que as olarias vinham enfrentando desde a década de 1990, sendo que a construção de escolas de treinamento dentro da própria planta industrial configurar-se-á enquanto uma estratégia decisiva na gestão da produção.

Além disso, a empresa pesquisada está buscando uma mão de obra qualificada em face da tentativa de se atingir a estabilização de uma força de trabalho diante de um processo anterior de contratação com altos índices de absenteísmo. Posicionando estrategicamente diante desse fato, a empresa estabeleceu que se o trabalhador não faltar nenhum dia da semana, ele receberá uma bonificação em dinheiro no final de semana. Assim, ela cria parâmetros para se alcançar maiores índices de produção, buscando aquilo que Valle (2007) designará de *flexibilidade funcional*, quer dizer, a ação contínua sobre o trabalhador envolvendo a cultura do “comprometimento” com a empresa, sendo o absenteísmo considerado um mal a ser erradicado.

A segunda perspectiva de controle do trabalho é concernente a introdução dos Círculos de Controle de Qualidade na empresa. Fazer reuniões dentro do período de trabalho fez parte de uma estratégia para mostrar que as inovações organizacionais passaram a ter centralidade no novo contexto produtivo. Assim sendo, a introdução dos CCQs buscou aprofundar a extração do trabalho, capturando a força de trabalho não somente no plano técnico, mas na própria subjetividade do trabalhador. Pretende-se, dessa forma, “envolver” o operário com a política organizacional da empresa, seja



oferecendo cursos sobre a importância da *qualidade*¹³, seja introduzindo a bonificação como um modo de mostrar para o trabalhador que ele é “peça fundamental”.

Nessa perspectiva, o discurso da cerâmica passa a estar voltado para a ideia de que os ganhos da empresa giram em torno do trabalho feito em equipe, no qual todos precisam de todos, formando um *corpo produtivo* bem ajustado. Destarte, aflora-se a “pedra de toque” da ação empresarial moderna (VALLE, 2007), ou seja, a filosofia de que o que mobiliza a empresa na adoção dessas inovações é a *valorização do ser humano*, introduzindo, em face disso, o espírito de cooperação entre trabalhador e empresa.

Deste modo, a responsabilidade da fabricação de tijolos nessa nova forma de gestão é colocada sobre o “colaborador”. Croquis indicando como se deve proceder em cada máquina ou que não fazer em determinado processo são espalhados pela fábrica, como uma tentativa de controle invisível sobre as etapas da produção. Podemos dizer que nessa organização da produção de tijolos em Iranduba, o papel de supervisionar a produção, ou de inspecionar as etapas do processo de fabricação sai do plano tradicional, para uma dimensão do trabalho flexível, onde o inspetor não existe, mas está “bem ali”, em cada canto do chão da fábrica, criando, assim, uma mentalidade favorável à concentração no trabalho, e estabelecendo o não-desperdício com distrações e fantasias.

A terceira configuração de controle do trabalho diz respeito ao papel que a busca por ISOs¹⁴ adquirem nesse momento de transição produtiva. Quando uma empresa persegue a certificação dada pelo ISO, ela precisa cumprir algumas cláusulas estabelecidas em parâmetros internacionais de normas fabris (MACIEL E VALLE, 2010). Uma dessas cláusulas se refere ao processo em que as auditorias exigem que os trabalhadores demonstrem conhecimento sobre os procedimentos de diversas etapas da produção de determinado bem.

Dessarte, a cerâmica objeto de investigação tem como meta obter a certificação ISO 9000 e 14000 até o ano de 2013, sendo crucial a fixação de padrões de produção que possam garantir a aprovação na avaliação realizada por partes dos auditores que fazem visitas periódicas à olaria.

¹³ Os cursos são oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI, na própria empresa, uma vez que foi construída no ano de 2009 uma sala de aula voltada para a oferta de cursos de capacitação dos trabalhadores oleiros.

¹⁴ *International Organization for Standardization*. Os ISOs 9000 e 14000 se referem a certificações dadas às empresas que buscam cumprir norma de segurança do trabalho e legislação ambiental, respectivamente.



Logo, cada procedimento necessário para a integração entre qualidade e produtividade precisa estar articulado no processo de produção, constituindo-se, assim, numa forma de criar mecanismo de controle do trabalho, fixando metas a serem alcançadas a cada mês, avaliando os resultados da produção nas reuniões quinzenais, em face de uma visão sistemática e racional sobre os ganhos e perdas na produção.

Considerações finais

Diante daquilo que analisamos a partir dos dados de campo, podemos dizer que o processo de inovação na empresa pesquisada ocorreu em dois momentos distintos, mas interligados.

Em um primeiro momento, observa-se que o novo direcionamento rumo à inovação tecnológica e a sua conseqüente implantação, foi condicionada por um cenário de pressão por parte dos órgãos ambientais que deflagraram, nesse sentido, a construção desse quadro de crise no setor oleiro-cerâmico. O ramo cerâmico operava de forma ilegal, derrubando a floresta e contribuindo, portanto, para o desmatamento. Vilões à parte, o que queremos mostrar é que o setor vivia um momento de crise, sendo necessário encontrar soluções que engendrassem a alteração do perfil das empresas do pólo. Assim, era crucial abandonar as práticas predatórias antigas e investir em outras formas de obtenção de material de queima. Era esse o pano de fundo em que o momento inicial estava inserido.

Em um segundo momento, vemos que a empresa pesquisada buscou inovar não mais em face de uma pressão ambiental latente, mas por entender que todas as empresas do setor cerâmico estavam em patamares similares no que concerne à produção de tijolos (rudimentarização) e, quem implementasse mudanças estruturais, radicais em certo sentido, alcançaria a liderança nesse novo cenário que estava nascendo.

Contudo, diante desse quadro de reconfiguração produtiva, pode-se afirmar que, longe de estabelecer sistematicamente um processo de aprendizado e adoção de políticas produtivas que valorizem o trabalho enquanto parte fundamental do viver do operário, as estratégias empresariais da indústria ceramista pesquisada, combinadas à adoção de inovações tecnológicas vêm se mostrando uma forma de racionalizar a produção, tendo em vista o controle do trabalho.

Nas reuniões dos Círculos de Controle de Qualidade realizadas quinzenalmente, por exemplo, não são discutidas temáticas que envolvam diretamente o real interesse



dos trabalhadores do setor oleiro, como jornada de trabalho, salários e condições de trabalho. Nesses *meetings* são tratados os problemas da empresa que dizem respeito à busca pela qualidade e produtividade. Não há espaço para a discussão em torno da questão da própria adoção das inovações tecnológicas, ou seja, se elas são uma estratégia de organização industrial que realmente precise ser ancorada às empresas do setor oleiro-cerâmico de Iranduba.

O que fica patente nas reuniões são as apresentações de resultados produtivos positivos alcançados por diversas empresas, como a Toyota, ao adotarem determinadas inovações organizacionais e de processo, tornando ausente, assim, o questionamento dos trabalhadores oleiros sobre o papel que essas estratégias organizacionais tiveram na desarticulação, por exemplo, dos sindicatos das fábricas do ABC (KREIN, 1997) e, mais recentemente, no Pólo Industrial de Manaus (VALLE, 2007).

O controle sobre o trabalho assume, portanto, contornos pragmáticos, ou seja, a tentativa de organizar os trabalhadores em torno da empresa, não em torno de si mesmos. O número, por exemplo, de pessoas que podem participar das reuniões do Círculo de Controle de Qualidade é definido pela gerência, ou seja, uma decisão vertical que visa horizontalizar resoluções tomadas pelo próprio setor administrativo, embora o discurso seja de que “não existe hierarquia na empresa”. Ela, de fato, fica invisível quando se olha a primeira vez para a organização produtiva oleira, contudo, torna-se patente quando analisamos os contornos das estratégias empresariais adotadas, uma vez as temáticas discutidas nas reuniões, a formulação de metas a serem alcançadas e os mecanismos de integração do trabalhador adotado pela olaria são direcionadas para a busca de produtividade e qualidade, em detrimento do interesse dos trabalhadores.

A empresa tem o objetivo de fazer com que o trabalhador não se sinta à margem do processo produtivo, mas que ele veja a si próprio como parte imprescindível do corpo na lógica empresarial. Observa-se, assim, que no limiar dessa nova configuração industrial baseada na adoção de inovação tecnológica aflora o controle do trabalho em face da racionalização do mesmo. Interessante destacar, nesse sentido, que, embora seja um processo recente, essa racionalidade do trabalho já assume contornos semelhantes a outras configurações industriais quando da adoção de novas tecnologias em indústrias brasileiras, quer dizer, busca por produtividade e a intensificação estratégicas de mecanismos de controle do trabalho.



Referências Bibliografia

ABREU, Suelen. A empresa oleiro-cerâmica do município de Iranduba. Monografia, Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas, 2004.

ACERAM (Associação dos Ceramistas do Estado do Amazonas). Relatório da APL de Base Mineral: “Central de Resíduos”, 2009.

ANICER (Associação Nacional da Indústria Cerâmica) – Curso: “A implantação de controles para melhoria da qualidade de produto cerâmico”. Rio de Janeiro, 2008.

_____. Perspectivas para o ano de 2010. <http://www.anicer.com.br>. Às 15:30 horas. Manaus, 20 de setembro de 2010.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura; vol 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAVES, Saile Wastran Queiroz. Estudo de Mercado da Produção de tijolos no Município de Iranduba. Monografia, Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas, 2001

CORIAT, Benjamim. Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994.

FLEURY, A; Fleury, M.T. Aprendizagem e inovação organizacional. As experiências do Japão, Coreia e Brasil. São Paulo: Atlas, 1995.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. Do fordismo à acumulação flexível. São Paulo: Loyola, 1993.

KREIN, José Dari. Reestruturação produtiva e sindicalismo. In: Carleial, Liana e Valle, Rogério. *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil* (orgs). São Paulo: Hucitec- ABET, 1997.

MACIEL, Cleiton Ferreira; VALLE, Maria Izabel de Medeiros. As inovações tecnológicas no Pólo oleiro-cerâmico de Iranduba-AM: um estudo de caso. Universidade Federal do Amazonas. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica. Relatório Final. Manaus, 2010.

TRINDADE, Pedro. Análise do desempenho da economia oleiro-cerâmica do município de Iranduba. Monografia, Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas, 1999.

VALLE, Izabel. Globalização e reestruturação produtiva: um estudo sobre a produção *offshore* em Manaus / Izabel Valle. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.



GT 2 – Ciência, Inovação e Transições Sociotécnicas na Agricultura e no Mundo Rural

Caminhos e Alternativas da Produção Agrícola: uma reflexão sobre as especificidades da Amazônia

Voyner Ravena Cañete¹
Thales Maximiliano Ravena Cañete²

¹Doutora/Professora/Universidade Federal do Pará, E-mail: ravenacanete@ufpa.br

²Mestrando/Bolsista CNPq/Universidade Federal do Pará, E-mail: thales_canete@yahoo.com.br

Resumo:

Este ensaio tem por objetivo refletir sobre algumas questões que envolveram as alternativas construídas na superação dos limites que caracterizaram a imperiosa busca de obtenção de alimento pela humanidade, especialmente, pela sociedade capitalista e de que forma a Amazônia se insere nesse contexto. Usando reflexões sobre a capacidade de suporte faz uma abordagem sobre os movimentos apropriacionista e substitucionista impostos pelo capital industrial à produção agrícola. Descreve a organização social como orientadora nos processos de produção e relação agrárias evidenciando a Amazônia e suas peculiaridades socioculturais frente aos novos impasses da produção na agricultura.

Palavras-chave: Capacidade de Suporte, Apropriação e Substitucionismo, Organização Social, Amazônia.



Introdução

Este ensaio tem por objetivo refletir sobre algumas questões que envolveram as alternativas construídas na superação das limitações que caracterizaram a imperiosa busca da obtenção de alimento pela humanidade, especialmente, pela sociedade capitalista e de que forma a Amazônia se insere nesse contexto. Para tanto, este trabalho dividi-se em quatro partes: a) teorias sobre a capacidade de suporte (Malthus e Ester Boserup); b) apropriacionismo e substitucionismo como movimentos do capital industrial sobre a agricultura; c) organização social como condicionante na produção e relações agrárias; d) a Amazônia diante dos novos impasses da produção agrícola.

Teorias sobre a capacidade de suporte

A busca pelo alimento sempre foi um imperativo para a manutenção de todas as espécies. Para o ser humano isso não foi e nem é diferente. Na longa história evolutiva da humanidade, no entanto, essa busca teve como diferencial em relação às demais espécies a utilização da cultura como alternativa para o êxito. Agregada a um conjunto complexo de atividades que compõem o comportamento humano, a agricultura forjou a transformação do meio ambiente a partir das necessidades e desejos do homem. Dessa forma, à medida que ele aprendeu a desenvolver recursos para produção de alimentos, o afastamento do espectro da fome possibilitou a expansão da sociedade (Hoebel & Frost, 1995), mas esta enfrenta paulatinamente as dificuldades com o aumento populacional e as limitações tecnológicas impostas na interação com a natureza.

Sobre as limitações presentes na relação crescimento populacional x produção de alimentos a ciência moderna produziu reflexões importantes e que devem ser apresentadas.

A teoria malthusiana afirma que a taxa de crescimento populacional estaria definida a partir das condições objetivas de produção agrícola. Ainda que aceita por algum tempo essa teoria demonstrou limites na sua análise explicativa. O movimento realizado na proposta de outra compreensão para a temática, pode ser encontrada nas análises de Esther Boserup (1987). A característica principal do trabalho dessa autora recai na utilização de um movimento inverso para a problematização estabelecida para a questão, ou seja, as perguntas que norteiam sua teoria caminham em sentido oposto às indagações realizadas até então: "Pode-se perguntar de que maneira mudanças nas



condições agrícolas afetam a situação demográfica. Inversamente, podem-se investigar os efeitos de mudanças populacionais sobre a agricultura” (BOSERUP, 1987, p.7).

Como a própria autora enfatiza, a primeira pergunta caracteriza a abordagem malthusiana sobre a questão, ao passo que a segunda indagação reflete não apenas uma nova pergunta, mas a possibilidade de se chegar a explicações inversamente distintas.

Para a primeira indagação, no caso o questionamento defendido por Malthus e aqueles que seguiram seus pressupostos, a taxa de crescimento populacional, como já explicitado, estaria definida a partir das condições objetivas de produção agrícola de um determinado grupo. A teoria de Boserup, no entanto adota a segunda pergunta, o que possibilita chegar á uma conclusão inversa, ou seja, demonstrar que o crescimento populacional é o fator definidor das alterações na produção agrícola. Dessa forma, portanto, enquanto em Malthus população aparece como variável dependente, para Boserup ela é o fator causal das mudanças na agricultura, logo configura-se como variável independente.

A importância conferida à frequência do cultivo presente na teoria de Boserup caracteriza a necessidade de compreensão e desconstrução das teorias elaboradas pelos clássicos. De fato, a realidade histórica vivida, logo as informações por ela fornecida, possibilitou uma perspectiva simplista baseada na relação campos e terras cultivados x não cultivados (BOSERUP, 1987, p.9). Para Boserup, no entanto, a adoção do conceito de frequência de cultivo possibilita uma ampliação do espectro de possibilidades explicativas sobre a capacidade de suporte: condição do solo, tipos de plantio, tipos de uso e, sobretudo, tecnologia.

Revedo as formas de uso da terra a autora demonstra que populações em crescimento, ao contrário do que defendia Malthus e os Neomalthusianos, frequentemente conseguiram encontrar mecanismos, muitas vezes alterando seus métodos de produção, para aumentar e preservar a fertilidade da terra. Dessa forma, na construção de sua teoria, a autora vislumbra as possibilidades que as técnicas modernas oferecem para recuperação de solos e aumento da produção agrícola.

Prosseguindo na revisão sobre as análises malthusianas, a relação uso da terra e mudança tecnológica recebe uma vez mais um tratamento inverso da forma como normalmente havia sido proposta. Assim, dentro de uma perspectiva mais relativista, a autora demonstra que a estreita relação entre uso da terra e tecnologia pode apresentar



uma infinidade de alternativas de consórcio para a manutenção e aumento da produtividade agrícola.

Na forma característica da construção de sua teoria a autora elabora a indagação sobre produtividade do trabalho de forma a colocá-la como mais um dos pontos centrais de sua proposição teórica: “Em que direção o produto por homem-hora será afetado por alterações do sistema de uso da terra?” (...) “Deve-se esperar que o produto por homem-hora de uma dada população, em uma dado território diminua, em prazo relativamente curto, quando ocorre redução do pousio acompanhada de mudanças correspondentes de instrumentos e métodos?(BOSERUP,1987, p.29,30).

O número de horas despendido em cada tipo de agricultura aparecerá como outra questão de análise na correlação entre os outros pontos centrais de sua teoria: pressão demográfica, intensidade de uso da terra e mudança tecnológica. Para esse conceito, o esforço mínimo aparece como regra na conduta dos grupos. Afirmar quando uma comunidade abandonará sistemas de corte e queima, para adotar o arado¹ somente é possível quando considerada a disponibilidade de animais para esse tipo de cultivo e a possibilidade eminente de queda de produtividade. A introdução do arado significa inevitavelmente a competição por terras entre cultivo e pastoreio. Isso envolve, ainda, a capacidade de suporte da terra e sua relação com a agricultura intensiva. Como sugere a própria autora:

(...) por muitos séculos não teria compensado aos agricultores europeus a produção de leguminosas e outras forrageiras porque o incremento do produto total, tornado possível pelo sue cultivo, não compensaria a adição de trabalho necessária para produzi-las e alimentar com elas os animais. (BOSERUP, 1987, p.41).

Através da revisão sobre as formas de cultivo e suas variações no decorrer da história da produção agrícola da humanidade, Boserup propõe a tecnologia como a resposta para a pressão populacional. Quando a densidade demográfica diminui há o retorno às práticas que envolvem menor esforço, ainda que a regressão tecnológica seja descartada de seu quadro explicativo.

Ainda que contribuindo com um modelo explicativo que parece dar conta da relação pressão populacional x capacidade de suporte, a autora não demonstra de que forma o mercado se relaciona e influencia a produção de alimentos, ou o uso da terra. Essa variável exógena somente aparecerá em Netting (1993) demonstrando que além da

¹ Deve-se ressaltar que a adoção do arado não representa uma possibilidade de crescimento da produção homem-hora segura. Usar um arado primitivo significa manter animais, o que envolve ainda mais tarefas que por sua vez consomem energia do camponês. Dessa forma, na relação cultivo através de queima sumária e arado, a lógica do esforço mínimo aponta a primeira como mais adequada.



relação população/meio ambiente existe ainda uma organização social que compõe as formas de apropriação dos recursos ambientais.

Apropriacionismo e substitucionismo: movimentos do capital industrial

As variáveis descritas por Boserup devem ser observadas dentro de um quadro específico como o da sociedade ocidental capitalista. Quando inserida nesse contexto um novo formato pode ser observado: em um sistema econômico no qual tempo e espaço foram dominados dentro do processo de produção de bens industrializados, a tecnologia é o instrumento que propiciará o mesmo processo na agricultura. Todavia, este tempo e espaço, enquadrados dentro das necessidades do processo de construção e consolidação do capitalismo industrial, não podem ser tão facilmente manipulados quando considerada as necessidades e imposições da produção agrícola. Explica-se. A industrialização forjou-se limitando a ação do tempo e do espaço dentro do processo produtivo, ou seja, estabelecendo a divisão social do trabalho, a especialização da produção e a concentração espacial da mesma, diminuindo custos de transporte além de outras variáveis que poderiam retardar a confecção de bens. Todavia, o mesmo movimento não conseguiu tanto êxito no processo produtivo agrícola. Dessa forma, uma categoria teórica é criada para possibilitar a explicação desse fenômeno no processo produtivo da agricultura: o *apropriacionismo*. A sua conceituação evidencia a incapacidade histórica do “capitalismo industrial em transformar o sistema agroalimentício, da produção agrícola até o consumo final do alimento, como um todo unificado” (GOODMAN et al., 1989, p. 5).

Dessa forma, a produção de alimentos, ainda que com suas imposições limitativas ligadas à agricultura - tempo, espaço e natureza orgânica - vem sofrendo limitações ao longo da história do sistema capitalista industrial e dos avanços tecnológicos inseridos nesse processo. À medida que a tecnologia forjada no capitalismo encontrou meios para reproduzir elementos da produção rural na indústria, tais elementos, ao serem incorporados pela produção industrial, foram reincorporados à agricultura. Nesse sentido, inicia-se um processo de ampliação das fronteiras que limitam a produção alimentícia.

Ao apropriacionismo agrega-se então um novo conceito que descreve mais um movimento do capitalismo na direção do controle sobre a produção agrícola: o substitucionismo. Este revela a capacidade do capital industrial em substituir o produto



rural através da produção da indústria química. Nesse sentido, dois movimentos podem ser identificados na trajetória de esforços para dominação capitalista da produção rural: o primeiro, representado pela indústria mecânica, quando a abundância de terra e escassez de mão de obra fizeram-se presentes, como foi o caso dos E.U.A; o segundo, resultante de um quadro situacional onde solos exauridos, e mão de obra mais disponível, operou em direção a uma reconstrução através da indústria química das condições ideais do solo. Essas duas estruturas agroindustriais, no entanto, caracterizaram-se por trajetórias independentes, considerando o quadro histórico e social no qual se originaram.

De qualquer forma, tempo e espaço foram as primeiras limitações a sofrerem intervenção no movimento de apropriação e substituição do processo produtivo de alimentos. Diminuição do tempo de transporte, refrigeração no processo de conservação dos produtos, corantes, fibras artificiais – estas responsáveis pela aparência dos produtos – proporcionaram à indústria alimentícia maior autonomia quanto aos ciclos biológicos impostos pela natureza ao processo de produção dos alimentos (GOODMAN et al., 1985, p.51).

Assim, metamorfoseando as tentativas de imprimir a especialização e divisão social do trabalho no processo de produção agrícola, o capitalismo industrial foi apropriando-se do processo produtivo rural e substituindo seus elementos integrativos na intenção de eliminar os limites estabelecidos pela natureza para essa produção. Mas enquanto os avanços tecnológicos da indústria mecânica e química caracterizaram os primeiros movimentos de apropriação e substituição, é a bioindústria, através da incorporação e incentivo da biologia molecular, a responsável pelo salto qualitativo fundamental nas possibilidades de manipulação da natureza pelo capital industrial. Dentro da perspectiva de Goodman a questão que já vinha estabelecendo-se desde o início desse processo consolida-se de forma clara e definitiva: a produção agrícola está submetida à lógica produtiva do capital industrial. Os limites impostos pelo tempo, espaço e ciclos biológicos foram, por fim, rompidos e domesticados. A tecnologia, em especial aquela que proporciona a domesticação e alteração dos ciclos biológicos, como a biologia molecular, por exemplo, transforma-se em força produtiva forjando aos seus detentores o controle sobre a produção agrícola contínua.

Mas se os limites para a produção agrícola foram rompidos pelo capital industrial, outra questão ainda se coloca: como substituir as relações sociais rurais? Se



natureza, espaço e tempo constituíram-se como os limites a serem superados para a apropriação do capitalismo industrial sobre a produção agrícola, a lógica dos grupos sociais vinculados à produção na agricultura, no caso o campesinato, também percorre o mesmo caminho, permanecendo como mais um elemento a ser domesticado nesse movimento apropriacionista.

Organização social como condicionante na produção e relações agrárias

Enquanto à ciência coube superar as condições materiais objetivas para a incorporação da produção rural pelo capital industrial, ao Estado coube subverter a lógica das relações e estruturas rurais que compunham a organização social responsável pela produção agrícola.

A trajetória das teorias explicativas sobre o campesinato é fator central para a compreensão dessa questão. Explica-se. A visão econômica clássica argumenta que a economia camponesa daria lugar às relações econômicas capitalistas da sociedade envolvente, ou seja, o camponês sofreria um processo de proletarianização, todavia a história não confirmou essa inferência e mostrou que o Estado foi o responsável pela inserção do camponês no mercado quando este não conseguia fazê-lo com seus mecanismos próprios.

Assim, da absorção do camponês pelo sistema capitalista na visão de Lênin, ou na industrialização da agricultura através da transformação da pequena produção rural em grandes propriedades industrializadas, foi a visão de Chayanov (1974) que possibilitou demonstrar como a transformação do camponês em proletário não é um movimento mecânico. Para esse autor a mão-de-obra é o elemento técnico organizador de qualquer produção, sendo mais importante que o mercado, que a extensão da terra, ou que a disponibilidade dos meios de produção. No caso do campesinato a composição e o tamanho da família determinam o montante da força de trabalho, logo, ela seria um dos fatores mais importantes para a organização da unidade econômica camponesa. A força de trabalho da unidade doméstica depende dos membros capacitados da família, assim é ela quem define os limites máximo e mínimo de atividade econômica, exercendo uma influência não só quantitativa como qualitativa para essa atividade do grupo. Diante de tal perspectiva o autor é enfático ao apontar o estudo do trabalho da família como fundamental para se compreender o campesinato.



Segundo Chayanov existe uma grande variedade de estruturas familiares; todavia ele assevera que o conceito de família para o grupo camponês pouco tem a ver com a vida biológica. Na visão camponesa os integrantes de uma família são todos aqueles que “*comem sempre na mesma mesa e da mesma panela*”. A definição de uma família não obedece, portanto, a uma lei estabelecida mas sim a escolhas sociais realizadas pelo grupo. A família, nesse sentido, pode ser de vários tipos mas sempre é composta por membros de várias gerações e, o que é mais importante, o seu ciclo perfaz aproximadamente 25 anos, logo, ela possui uma configuração cíclica. Isso quer dizer que nos seus primeiros anos de existência ela vai aumentando o número de seus integrantes através do nascimento dos filhos, levando a uma maior proporção de consumidores em relação aos produtores. Essa realidade é modificada quando é chegado o décimo quinto ano de existência da família. A partir daí o filho mais velho já pode ajudar os pais nas atividades produtivas dentro do grupo, alterando, por fim, a proporção consumidor/trabalhador.

Dentro dessa lógica, quando chega-se aos vinte e cinco anos de existência a família já cumpriu o seu ciclo. Todavia, essa relação consumidor/trabalhador pode variar conforme a história de cada família. (CHAYANOV, 1974, p. 53-58).

Explorando essa definição outros autores devem ser tratados. Teodor Shanin (1976), configura-se como o outro referencial importante na compreensão dos grupos camponeses. Esse autor indica a necessidade de se estabelecer, de forma mais específica, o que se quer dizer quando se fala em campesinato, e para tanto aponta quatro facetas essenciais que caracterizam esses grupos. A primeira delas seria o que já foi explicitado por Chayanov: a exploração agrícola familiar constituindo-se como a unidade básica e multifuncional dentro da organização social camponesa; a segunda está relacionada ao trabalho na terra e à atividade pecuária como principais meios de vida; em terceiro lugar estaria a tradição específica ao modo de vida camponês; a quarta e última característica essencial ao campesinato seria a subordinação à direção de agentes externos. No entanto, essas características podem ser encontradas em um amplo espectro de grupos sociais. Dessa forma, segundo o próprio autor, para definir campesinato, deve-se considerar que o mesmo necessita ser entendido como um processo (SHANIN, 1976, p.8).

Assim, para Shanin, o campesinato constitui-se e é constituído simultaneamente. Sua caracterização seria dada pela relação que estabelece com o entorno social.



Falar sobre campesinato significa, portanto, falar de grupos organizados que possuem semelhanças em suas formas de reprodução e que são encontrados em todas as partes do mundo, (REDFIELD, 1960). Dessa forma, a configuração de campesinato enquanto categoria analítica envolve uma comparação entre grupos camponeses, ainda que tais grupos estejam inseridos em contextos históricos diversos. Essa comparação possibilita encontrar um perfil aproximado para o que seria campesinato. A exploração agrícola familiar dentro dos moldes colocados por Chayanov, no entanto, continua sendo o fator chave que caracteriza o modelo camponês.

Shanin, aponta a socialização do trabalho como elemento que reforça os laços familiares. A agricultura baseada no modelo camponês, portanto, está fortemente atrelada à família como unidade de reprodução do conhecimento e das técnicas agrícolas.

Ainda dentro da perspectiva da família como unidade fundamental do grupo doméstico, deve-se considerar as inferências de Meyer Fortes(1958) sobre essa questão. Fortes(1958) mostra as diferentes fases que compõe o ciclo de vida do grupo doméstico - formação e crescimento, dispersão, e dissolução - e a estreita relação entre a unidade de produção e família(FORTES in GOODY;1982).

Dessa forma, a família aparece como a fator elementar da unidade de produção, podendo em alguns casos configurar-se como o próprio grupo doméstico. De qualquer forma os laços que unem o grupo doméstico nem sempre são os mesmo que unem a família. Todavia, a questão que permanece diante desta discussão refere-se à lógica que orienta esses grupos produtores. Esta se constrói a partir de critérios diferentes daqueles que orientam a prática produtiva do capitalismo industrial. É nesse sentido que as formas de reprodução do grupo doméstico, ainda que alteradas pelas diferentes formas de acesso ao uso da terra – arrendamento, posse, uso, propriedade - persiste utilizando como critério orientador uma lógica não afeita às práticas do sistema capitalista.

Nesse sentido, pode-se inferir que o capesinato preza, para a sua reprodução, por uma prática onde a sociabilidade aparece como o elemento orientador da produção.

Essa prática não se combina com a lógica do capital. O indivíduo no entanto pode ser mantido como fonte de produção através da intervenção do Estado. Dessa forma, políticas públicas são estabelecidas para suprir mais esse limite apresentado na produção agrícola frente as necessidades de um mercado orientado pela lógica do capital (ABRAMOWAY, 1994, p.253).



Portanto, se a lógica e as práticas camponesas não se alteraram, e mesmo não possuíam condições objetivas para suprir as necessidades de funcionamento imposto pela lógica do capital industrial, coube ao Estado aparar as arestas para que os limites fossem, se não superados, contornados.

Perversidades das inovações capitalistas sobre a agricultura: a busca de alternativas

A sociedade ocidental, portanto, com sua opção pela forma capitalista de desenvolvimento buscou na tecnologia e na alteração das relações produtivas no campo as bases para a sustentação de um nível de produção agrícola capaz de prover a população mundial da necessidade imperiosa do alimento. Mas a história mostra que a busca incansável para romper os limites da auto-suficiência de alimentos está longe de encontrar seu fim. O domínio da ciência e da tecnologia sobre a natureza, de fato, não se efetivou. Quando aparentemente isso se processa em uma instância, um outro movimento é desencadeado em outra esfera, dificultando e muitas vezes inviabilizando o novo processo criado. Dominar tempo e espaço e dentro deles os movimentos dos corpos orgânicos e inorgânicos encontrados necessita de sintonia, mas, sobretudo, critérios que vão além do domínio do conhecimento específico produzido pela ciência moderna.

Ainda não se sabe exatamente os resultados e respostas dos processos atuais de apropriação e substituição na agricultura. A utilização de transgênicos é um exemplo para essa questão. A incerteza gira em torno tanto de pontos relacionados aos efeitos para a saúde do homem, ou dos problemas para o equilíbrio ambiental. Mas a história já pode contar sobre os resultados obtidos através desse processo. Fenômenos como a vaca louca, ou os distúrbios orgânicos decorrentes do uso de agrotóxico, entre tantos outros exemplos, refletem, as conseqüências originadas pela tentativa de manipulação da natureza, respondendo às exigências da lógica capitalista de produção. O problema abordado, na tentativa de legitimar o processo de incorporação da produção rural ao capitalismo industrial, permanece: como interagir com a natureza na produção agrícola? O capital mostrou-se inábil para gerir essa questão. A agricultura parece obedecer a uma lógica que caminha em sentido oposto àquela que norteia a produção capitalista.

Vislumbrando os limites impostos pela agricultura e pela natureza, quando tratadas a partir da lógica do capital industrial, fica explícito que outras formas de



compreensão e organização para a produção de alimentos na interação com a natureza devem ser repensadas e consideradas. Uma dessas alternativas refere-se à agroecologia como opção para a agricultura sustentável². Quanto a essa questão uma rápida retrospectiva histórica para a utilização do termo faz-se necessária.

Segundo Hecht (1989, p.25) “o uso contemporâneo do termo agroecologia data dos anos 70, mas a ciência e a prática da agroecologia têm a idade da própria agricultura”. Isso se dá em decorrência das diferentes formas de manejo da natureza na intenção de produzir alimentos no decorrer da história da humanidade. Essa produção para caracterizar-se como agroecologia, no entanto, deve obedecer a determinados critérios relacionados. Ainda segundo Hecht, as “acomodações das culturas às variações do ambiente natural e proteção das mesmas contra predadores e competidores. Estes mecanismos lançam mão de recursos renováveis e disponíveis na região e de características ecológicas e estruturais do campo agrícola, de terras de pousio e da vegetação circundante” (HECHT, 1989, p. 25).

Descreve Hecht que nessas situações outros elementos são considerados e não apenas o cultivo de uma cultura específica como acontece na agricultura mecanizada. Nesse sentido, os riscos relacionados ao meio ambiente e a fatores econômicos devem ser manipulados obedecendo a um equilíbrio que garanta a produção agrícola ao longo do tempo. Pensar em agroecologia, portanto, significa pensar em um tipo de agricultura que obedeça a esses critérios: equilíbrio ambiental, econômico e cultural.

A lógica do sistema capitalista, no entanto, como já visto, caminha no sentido oposto a esses critérios. É importante ressaltar que as práticas agrícolas construídas no decorrer da história da humanidade, em sua maior parte, garantiram um manejo do meio ambiente capaz de manter o seu equilíbrio. A imposição pela via capitalista de desenvolvimento para o mundo ocidental findou por destruir um arcabouço de conhecimentos que poderia garantir alternativas produtivas que obedecessem a uma lógica de sustentabilidade na agricultura. Da colonização da América com a destruição das práticas nativas de relação com a natureza, à imposição da mecanização e utilização dos recursos da indústria química na lavoura já no século XX, o capital industrial aniquilou as possibilidades de interface entre ciência e tecnologia x saber local. Para agravar ainda mais as situações originadas nessa imposição de desenvolvimento, os

² Segundo Altieri *apud* Veiga (1994) “a sustentabilidade refere-se à habilidade de um agroecossistema em manter a produção através do tempo, face a distúrbios ecológicos e pressões sócio-econômicas de longo prazo”.



sistemas culturais que poderiam forjar alternativas de manejo agrícola foram destruídos. Os saberes oriundos desses sistemas normalmente são passados através de práticas sociais que, no entanto, foram destruídas no processo de colonização.

Atualmente a agroecologia pode ser compreendida como:

(...)uma tendência que integra as idéias e métodos de vários subcampos em vez de uma disciplina específica. A agroecologia pode ser um desafio normativo aos temas relacionados à agricultura que existem nas diversas disciplinas. Ela tem raízes nas ciências agrícolas, no movimento ambiental, na ecologia, nas análises de agrossistemas indígenas e em estudos de desenvolvimento rural. Cada uma destas áreas em questão têm diferentes objetivos e metodologias, ainda que tomadas juntamente, todas têm influência legítima no pensamento agroecológico. (HECHT, 1989, p. 30,31).

A ciência moderna não conseguiu construir um saber capaz de garantir a sustentabilidade agrícola. A autoridade de seus pressupostos não foi suficiente para apresentar soluções duradouras no trato da agricultura sobre a natureza. Os saberes originados em outros sistemas culturais, ainda que não reconhecidos pelos testes da ciência, suportarem o teste do tempo. O manejo agrícola se firma como uma possibilidade aos limites da tecnologia originada na ciência moderna.

A Amazônia e os novos impasses da produção agrícola

As transformações da agricultura praticada pela via de desenvolvimento capitalista têm se espalhado por toda a sociedade ocidental. A Amazônia não escapa a esse movimento. Nesse sentido, revisitar sua história representa um caminho importante para percebê-la dentro de um contexto econômico mundial mais amplo, o que não limita a abordagem a uma visão unicamente economicista, mas sim como o início de um exercício interpretativo que aponta para a possibilidade de concebê-la a partir de outras matrizes de conhecimento. É nesse sentido que se deve repensar questões como a estrutura econômica na Amazônia, campesinato e saberes locais.

O desenvolvimento do sistema capitalista em esfera mundial, já no final do século XIX apontava para a formação de um capital monopolista caracterizado por grandes corporações delineando o mundo por um binômio onde suas partes se contrapõem: de um lado os países altamente capitalizados; do outro lado os países



produtores de matéria- prima, representando também um mercado importador para os produtos manufaturados nos países de centro.

No que se refere à colônia como um todo, as duas primeiras décadas do século XIX foram de aparente prosperidade. Tal aparência deve-se a fatores que influenciaram tal configuração, sendo esta de origem externa marcada por condicionantes transitórias, e menos caracterizada por uma estruturação mais adequada da economia.

No Pará, esse período de prosperidade também se fez sentir com o aumento das exportações de cacau, principal produto da região. Somando-se a todos esses fatores está a abertura dos portos em 1808, trazendo um clima de otimismo à colônia.

O Brasil finaliza o século XIX em um ritmo de crescimento que muito se diferenciava daquele que caracterizou o início do século, entretanto não há nenhuma mudança na estrutura econômica. Apesar do processo de modernização pelo qual passava o país, a cultura cafeeira sentenciava-o ao prosseguimento da dependência agrícola da economia nacional aos mercados consumidores externos.

A Amazônia é dona, todavia, de uma especificidade única que a diferencia, não só pela utilização da mão de obra indígena como principal força de trabalho, rompendo assim com a tendência das demais regiões do país que utilizaram os braços africanos³, mas também através de um modelo econômico que fugiu à *plantation* que caracterizou a colônia desde a economia da cana-de-açúcar até o ciclo aurífero. É o extrativismo, praticado inicialmente no século XVIII e XIX com as drogas do sertão e posteriormente tendo o látex como extração principal, que irá caracterizar as atividades econômicas da região.

No entanto, o modelo extrativista, como forma de produção de mercadorias e estrutura econômica construída na Amazônia, traz consigo uma contradição que põe em risco sua viabilidade econômica. Ele reflete o modelo adotado por uma economia possuidora de um monopólio da produção de ecossistemas específicos (COSTA;1992), sendo que essas mercadorias possuem uma demanda possivelmente garantida dentro do mercado mundial. Em várias situações tal demanda pode atingir níveis superiores ao dos estoques do produto na natureza, acarretando uma elevação de preços dessas mercadorias. Essa situação acaba por gerar uma tensão que busca soluções na

³ A presença da mão-de-obra negra na Amazônia é um fato. Vários trabalhos publicados sobre essa temática podem ser consultados (“A Presença Africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica” de Anaíza Vergolino-Henry, por exemplo). Todavia, pode-se inferir que a mão de obra indígena foi a que viabilizou economicamente a região, logo a que foi usada, e disputada, prioritariamente na então Província do Grão Pará e Maranhão.



domesticação desses produtos - que nem sempre se dá na região originária do mesmo - viabilizando, assim, a queda de seu preço. Dessa forma, o extrativismo mostra-se enquanto forma de produção de mercadorias extremamente frágil, deixando a economia que o adota como base em uma situação de suscetibilidade às oscilações de mercado internacional.

É nesse sentido que a história da região amazônica é forjada em uma estrutura de exploração dos recursos naturais que em nada contribui para a inversão da lógica produtiva que dominou o país. Para contribuir com esse quadro de expolição dos recursos naturais, a elite local não consegue apontar saídas para a região. De todo o capital interno, mas, sobretudo, externo direcionado para a Amazônia quase nada foi revertido para a promoção de melhoramentos para a região. Dentro de um cenário onde a corrida para as matérias primas estava instalada, face ao avanço do sistema capitalista e de suas necessidades, alguns condicionantes foram estabelecidos para o êxito do período gumífero na Amazônia: “larga oferta de capitais; incorporação de novas áreas produtoras às já existentes; um acréscimo de mão-de-obra ao processo produtivo” (MARTINELLO, 1988).

De fato, o capital estrangeiro foi o que mais intensamente forjou as condições de exploração de látex na Amazônia, fomentando até mesmo os requisitos fundamentais para a ampliação de áreas de exploração, condição básica para o aumento da produção. À escassez de mão-de-obra, problema crônico na região, os braços nordestinos vieram colocar a solução, mais em uma perspectiva de enriquecimento pessoal, por parte dos migrantes, que em uma inversão da situação regional. A esse quadro de plena instabilidade, dependência e debilidade frente a fatores externos, criaram-se relações de produção que forjaram o aviamento como forma perversa de comércio na região. As condições impostas aos migrantes nordestinos de vinda para a Amazônia, caracterizada por uma teia de endividamento sem fim da qual dificilmente um seringueiro se desvencilhava, já traziam consigo as determinantes para a dívida perpétua com o patrão. Este, por sua vez, findava por representar o feitor que detinha o seringueiro prisioneiro do trabalho.

Assim, a fronteira descrita por João Pacheco de Oliveira Filho, que utilizava mão de obra local, força de trabalho familiar capaz de conferir uma diversificação de funcionalidade, inclusive com a subsistência do grupo doméstico envolvido com a coleta, havia ficado para a história (OLIVEIRA FILHO, 1979).



A 2ª metade do século XX proporcionou um novo cenário para a Amazônia, ainda que permanecesse privilegiando a lógica desenvolvimentista na qual se encontrava o Pará. As transformações na agricultura, praticadas pela via de desenvolvimento do capitalismo espalhando-se por toda a sociedade ocidental, iniciam nas décadas de 60 e 70 do século XX seu período na Amazônia. A partir dos grandes projetos veiculados pelo governo federal para a região através de isenção de impostos e incentivo à grande propriedade, inicia-se um processo de desvalorização do saber e das práticas locais na agricultura. As formas de manejo agrícola forjadas nas mãos dos caboclos em séculos de interação com as características ambientais da região são substituídas paulatinamente às práticas do capital industrial.

Mas a característica da Amazônia como área de fronteira permite uma realidade de coexistência entre dois mundos: o rural e o urbano. Essa especificidade a caracteriza, não apenas na instância econômica, mas também na esfera cultural. Nas capitais da região, por exemplo, a massa dos socialmente excluídos é composta em grande parte por pessoas oriundas do campo. Estas possuem uma visão da relação homem/natureza baseada em suas experiências anteriores e em suas histórias de vida, ou seja, a história e o conhecimento de camponeses que são, ou um dia foram. Essas pessoas, portanto, detém o domínio sobre dois universos econômicos e simbólicos: o do campo e o da cidade (Carneiro, 1998).

A conquista desse domínio, mas, sobretudo, sua manutenção e manejo e seu poder adaptativo, corresponde à necessidade de se compreender uma estratégia de reprodução habilmente construída. Isso implica dizer que as especificidades encontradas na produção e reprodução socioeconômica dessa área estão, de um modo geral, inseridas em um processo de incorporação, logo substituição, das mesmas pelo sistema abrangente.

Assim, a realidade da região não é composta somente pelas questões que envolvem o campesinato. Uma característica específica pode ser verificada na concentração populacional, cada vez maior, em pequenas parcelas territoriais, isto é, os centros urbanos. O crescimento dessa concentração urbana vem se acelerando nas duas últimas décadas onde as cidades “ são o lugar privilegiado para criar um espaço para aquela mercadoria que é imprescindível no processo de transformação das riquezas naturais em valores de troca, isto é, uma mão-de-obra móvel e livre” (MITSCHIN, 1989, p.18). É de se notar que a população das periferias de Belém é em grande parte



oriunda da zona rural. Isso não se dá ao acaso. Como foi visto anteriormente, a política para essa fração da atividade econômica privilegiou o grande capital em detrimento de pequenos produtores e camponeses tradicionais. Agregando-se a esse elemento o fato de uma política local para o desenvolvimento de infra-estrutura no campo, ou seja, a educação e a saúde não receberem a devida atenção dos últimos governos locais (MITSCHIN,1989), o quadro obtido mostra uma migração considerável para os centros urbanos.

Nas três últimas décadas a população da região Amazônica saltou de 580.867 habitantes para aproximadamente 12% da população nacional⁴. Isso indica que a densidade populacional para essa região caracterizou-se por um ritmo de crescimento muito maior do que o de outras regiões do país. O valor econômico da Amazônia foi estabelecido a partir de suas riquezas naturais. Dessa forma, o Estado Nacional estabeleceu um modelo de desenvolvimento para a região priorizando os grandes projetos que buscam atender a demanda do mercado externo. Em última instância, estes projetos não reverteram para a região suficiente geração de emprego de forma a compensar os prejuízos causados ao ecossistema decorrentes de suas atividades de extração de riquezas, sejam elas minerais ou hídricas. O ônus maior dessa escolha de modelo de desenvolvimento e inserção da região no cenário econômico internacional recaiu sobre as atividades produtivas específicas da região. Isso significa dizer que é a área rural que se vê excluída de uma política de desenvolvimento, pois os recursos que poderiam ter sido utilizados no desenvolvimento de infraestrutura foram concentrados para a execução dos grandes projetos. Não é de se estranhar, portanto, que o fluxo do campo para a cidade seja, tendencialmente, cada vez maior na Amazônia. Mas a consequência mais perversa dessa realidade é a incapacidade, já anteriormente citada, dos mercados de trabalho dos centros urbanos absorverem os indivíduos que chegam da zona rural. A resultante final dessa situação é a formação de cidades como Belém, marcada por bolsões de pobreza, pois empurra os imigrantes de origem rural para as periferias. Estas, caracterizadas pela ausência de habitabilidade.

O problema referente à exclusão social nas cidades brasileiras tem sido objeto de investigação de diferenciadas áreas acadêmicas. Os estudos demonstram que os elementos que caracterizam essa exclusão podem ser ocasionados pela relação estabelecida entre governo regional/estado nacional. Considerando que a Amazônia,

⁴ Fonte: IBGE, Anuário Estatístico 2010.



como já aqui colocado, possui uma especificidade que a caracteriza, não apenas na instância econômica como na cultural, tais especificidades tomam importantes proporções pois, à medida que na cidade a massa dos socialmente excluídos é composta em grande parte por pessoas oriundas do campo, é possível perceber que esses mesmos indivíduos constroem uma visão da relação homem/natureza também baseada em suas experiências anteriores e em suas histórias de vida.

É comum encontrar pessoas vivendo em um constante ir e vir dentro do espaço campo/cidade, quase sempre aproveitando os intervalos de trabalho dentro do ciclo agrícola. Dessa forma, passam uma parte de seu tempo em Belém e, quando sua força de trabalho se faz necessária para as atividades agrícolas de sua região de origem, deslocam-se rumo à zona rural. Todavia, permanece em Belém uma parte da família, ocupando uma casa normalmente conseguida em uma área de ocupação⁵. Essa, portanto, parece ser uma alternativa econômica que garante a reprodução do grupo, pois a ela se agregam outros elementos de instâncias diferentes da econômica, como, por exemplo, o parentesco. É comum encontrar famílias que se deslocam inteiras dentro desse circuito campo/cidade e que se valem dessa estratégia, constituída a partir de valores camponeses, para garantir a manutenção do grupo.

É importante perceber que essa sazonalidade permite três situações distintas, porém integradas e capazes de constituir uma estratégia de reprodução do grupo: 1) Inserção no mercado de trabalho através de atividades ligadas à prestação de serviços. As mulheres como empregadas domésticas, o homem como mão de obra barata em áreas da construção civil, por exemplo, permitem uma inserção momentânea no mercado de trabalho que finda em uma possibilidade, inexistente no campo, de captação de renda. 2) O acesso a serviços na área rural, sobretudo os relacionados à saúde, é precário. Dessa forma, o percurso para a cidade é o caminho procurado como alternativa para a inexistência de atendimento médico adequado. 3) A ausência periódica de integrantes do grupo proporciona uma pressão menos intensa sobre os recursos naturais dos quais os grupo dispõe. Dessa forma, portanto, essas pessoas detêm o domínio sobre dois universos econômicos e simbólicos: o do campo e da cidade.

A discussão sobre a existência de dois mundos que se contrapõem formando uma dicotomia, ou da presença de um *continuum* que teria como variável a intensidade

⁵ Não se está afirmando que essas pessoas são invasores, mas sem dúvida é nessas áreas que elas se estabelecem, pois somente aí o valor de um terreno, ou casa se torna acessível às suas condições aquisitivas no decorrer do processo de ir e vir entre campo e cidade.



entre características de dois universos cognitivos é ampla⁶, e este pequeno texto não seria suficiente para tratá-la. Todavia, a perspectiva de que o fator central da questão refere-se às relações sociais e às escolhas dos grupos, compõe um consenso na discussão. Isso por fim, remete as análises à priorização de estudos que possibilitem demonstrar a necessidade de rever padrões, saberes e práticas locais. Em um momento onde as práticas do capitalismo industrial não apresentam o êxito esperado na produção agrícola, rever práticas e repensar conceitos representam a lógica do fazer científico.

A intenção deste texto relaciona-se diretamente com a necessidade de se lançar um olhar sobre essa questão demonstrando sua importância para a compreensão das especificidades da Amazônia, mas, sobretudo, suscitando um diálogo que possibilite perceber como essas especificidades podem significar o caminho encontrado pelo camponês amazônico em um exercício constante de originalidade para a manutenção da reprodução social do grupo respeitando a lógica camponesa, ainda que em constante contato com a sociedade envolvente.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R.. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.**_Hucitec-ANPOCS, Campinas, 1992.

BOSERUP, Esther. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica.** Editora Huicitec, São Paulo, 1988.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, out.1998, p. 53-75.

CHAYANOV, Alexander. **La Organización de la Unidad Económica Campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COSTA, Francisco de Assis. **Ecologismo e questão Agrária na Amazônia.** Belém: SEPEQ/NAEA/UFGPA,1992.

GOODMAN, D. e SORJ, B. e WILKINSON, J. **Da Lavoura às Biotecnologias. Agricultura e Indústria no Sistema Internacional.** Editora Campus, 1989.

HECHT, S. - **A Evolução do Pensamento Agroecológico. In: Altieri, M. A. - Agroecologia: As Bases Científicas da Agricultura Alternativa.** FASE, Rio de Janeiro, 1989.

⁶ Consultar CARNEIRO (1998). O Artigo representa uma descrição sobre as diferentes abordagens relacionadas à questão.



HOBBELINK, H. As novas biotecnologias para o terceiro mundo: novas esperanças ou falsas promessas? In: Hobbelink, H. (Org.). **Biotecnologia: muito além da revolução verde**. SE, Porto Alegre, 1990. p. 105-168.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Censo 2010.

MARTINELLO, Pedro. A Batalha da Borracha durante a Segunda Guerra Mundial. Rio Branco: cadernos UFCA, **Série Estudos e Pesquisas** n1,1998, p.23-61.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.

MITSCHEIN, Thomas. **A Urbanização Selvagem e Proletarização Passiva na Amazônia: o caso de Belém**. Belém: CEJUP,1989.

NETTING, Robert McC. **Smallholders, Householders: Farm Families and the Ecology of Intensive, Sustainable Agriculture**. Stanford: Stanford University Press, 1993.

NORGAARD, Richard B. - A Base Epistemológica da Agroecologia. In: Altieri, M. A. - **Agroecologia: As Bases Científicas da Agricultura Alternativa**. FASE, Rio de Janeiro, 1989.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O caboclo e o bravo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. V. 11. pp.101-140.

REDFIELD, R. **The little Community, Peasant Society and Culture**. University of Chicago Press – Chicago, 1960.

SHANIN, Teodor. **Naturaleza y Lógica de la Economía Campesina**. Editorial Anagrama, 1976.

VEIGA, J. E. Da. Problemas da Transição à Agricultura Sustentável. In: **XXII Encontro Nacional de Economia**. Anais, 1994.



GT 2 – Ciência, Inovação e Transições Sociotécnicas na Agricultura e no Mundo Rural

Conhecimento como produto social: o desenvolvimento do algodão naturalmente colorido na Paraíba

Valesca Marques Cavalcanti¹

¹ Mestre em Ciências Sociais/UFCG, E-mail: valescacavalcanti@gmail.com

Resumo:

As mudanças que acompanham a problemática ambiental na agricultura em suas práticas produtivas e o seu desenvolvimento como elemento estratégico na transformação dos mercados. A importância das redes de produção, disseminação e apropriação de conhecimentos tornou estratégica a reflexão sobre ciência, natureza e política na modernidade e suas repercussões na vida econômica, social e cultural. O desenvolvimento da tecnologia do algodão colorido por pesquisadores vinculados a Embrapa Algodão, localizada no município de Campina Grande (PB), apresenta-se como caso privilegiado para a investigação dessas repercussões. Nosso objetivo, aqui, é apresentar um conjunto de debates sobre essa temática, que remete à relação entre produção, natureza e política e sua construção e usos e as possibilidades de inclusão de novos atores nesse debate. Para analisar a relação entre ciência e tecnologias para o desenvolvimento da agropecuária da Paraíba, recorreremos aos trabalhos de Bourdieu e sua noção de campo científico.

Palavras-chave: Algodão Colorido, Paraíba, Conhecimento Científico e Natureza



Introdução

“O sucesso da agricultura moderna deve-se, principalmente, aos avanços científicos e às inovações tecnológicas empregados na produção de alimentos e fibras. No entanto, esse sucesso poderá tornar-se insustentável, em longo prazo, devido à deterioração das condições que o tornaram possível, com efeitos negativos sobre a natureza, elevados custos sociais para a humanidade e perda de competitividade.” (BELTRÃO et al., 2009, p. 09) É com esta frase que Napoleão Esberard de Macêdo Beltrão, atual chefe geral da Embrapa Algodão, inicia (em coautoria com outros cinco pesquisadores) artigo intitulado “Algodão agroecológico: opção de agronegócio para o semiárido do Brasil, publicado no número 222 da Série Documentos, em agosto de 2009. A frase e o título do documento nos ajudam a apreender as principais tensões que marcam o campo técnico-científico em que a tecnologia do algodão colorido tem sido desenvolvida a partir de finais da década de 1980.

Outro trecho, retirado da apresentação do texto acima mencionado, de autoria de Carlos Alberto Domingues da Silva, chefe adjunto de PD&I da Embrapa Algodão, ajuda a definir melhor essas tensões:

O manejo inadequado dos solos, aliado à destruição quase que completa da biodiversidade observada em áreas de monocultura em larga escala, são os principais responsáveis pela ruptura de processos ecológicos que levam à degradação das condições de produção, muitas vezes resultando em abandono da terra e busca de novas áreas. Na década de 1980, por exemplo, as áreas cultivadas com algodão na região semiárido do Nordeste apresentaram uma redução significativa devido ao surgimento do bicudo do algodoeiro (*Anthonomus grandis* Boheman), ao aumento dos custos de produção e às inconstâncias climáticas da região. O retorno dos investimentos, mesmo dentro de programas específicos como o da agricultura familiar, não foram capazes de soerguer o algodoeiro na região. Por isto, a Embrapa algodão resolveu unir grupos de pesquisadores de várias áreas do conhecimento que compõem a cadeia produtiva do algodoeiro, visando disponibilizar informações que possibilitem substituir de forma gradativa a agricultura convencional praticada na região pela agroecológica, a qual poderá contribuir para a formação de uma nova cadeia produtiva de algodão que seja ecologicamente sustentável. (SILVA, 2009, p. 05)

Nestes dois excertos, podemos identificar, de um lado, a associação entre sucesso da agricultura moderna e avanços técnicos científicos, ao mesmo tempo em que se realiza uma crítica desta mesma agricultura moderna, que poderá tornar-se insustentável no longo prazo em virtude de seus efeitos negativos sobre a natureza. A crítica ambiental da agricultura moderna, porém, é feita da perspectiva humanista (custos sociais para a humanidade) e liberal (perda de competitividade). A agricultura



moderna, ainda numa perspectiva crítica, aparece associada à monocultura em larga escala, vilã da degradação da natureza. O título do documento expressa a tentativa de reconciliar estas tensões, ao unir num mesmo quadro de referência agronegócio e agroecologia.

Podemos, assim, identificar duas principais tensões: 1) entre as demandas da modernização agrícola e as demandas da preservação da natureza e 2) entre as alternativas sociais oferecidas pelo agronegócio e pela agroecologia (ainda que tenham em comum a crítica à agricultura convencional). A produção de ciência e tecnologia aparece, nos dois excertos, numa chave positiva, como instância de mediação e de reconciliação (a Embrapa une pesquisadores responsáveis por avanços científicos e inovações), capaz de contribuir para a formação de uma nova cadeia produtiva do algodão. Em termos gráficos:

agricultura convencional → crise da monocultura → degradação ambiental

em oposição a

inovação técnico-científica → sustentabilidade (do agronegócio ou agroecológica) →
nova cadeia produtiva do algodão

As disputas geradas no espaço de produção científica na Embrapa Algodão estão dispostas por suas estruturas de relações objetivas (podemos falar também no quadro de tensões que acabamos de identificar) que, segundo Bourdieu (2004), é o que vai comandar os pontos de vista, as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas escolhidos e os objetos pelos quais os cientistas se interessam. Nos termos de Bourdieu, os princípios do campo.

As tomadas de posição dos pesquisadores da Embrapa ao longo do desenvolvimento do algodão naturalmente colorido podem ser compreendidas ao inseri-los nos campos aos quais estão vinculados. Esse esforço metodológico e analítico, livremente inspirado na obra de Bourdieu, será realizado em etapas cumulativas: 1) uma primeira aproximação que toma a própria Embrapa Algodão como campo em que as práticas científicas são realizadas e uma segunda aproximação em que o campo científico encontra os outros campos ligados à cadeia produtiva do algodão colorido.



1. O espaço de produção científica como espaço socialmente construído

Chama a atenção, logo numa primeira observação sobre os pesquisadores envolvidos, na Embrapa Algodão, com o desenvolvimento da tecnologia do algodão naturalmente colorido, os cargos que têm ocupado na empresa nas duas últimas décadas. O pioneiro nesta linha de pesquisa, Eleusio Curvelo Freire, coordenador do grupo que lançou a primeira variedade de algodão colorido em 2000 era, no mesmo ano, chefe geral da Embrapa Algodão². Napoleão Esberard de Macêdo Beltrão e Luiz Paulo de Carvalho, coautores do artigo “Algodão colorido no Brasil, e em particular no Nordeste e no estado da Paraíba”, publicado em 2004, na série Documentos da Embrapa Algodão, número 128, também ocuparam ou continuam a ocupar cargos importantes na instituição. Naquele ano (2004), Luiz Paulo de Carvalho era chefe adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento, importante cargo na hierarquia da empresa. Napoleão Beltrão foi chefe geral entre 1994 e 1999, retornando ao mesmo posto em 2008, entre outros cargos assumidos.

São pesquisadores que apresentam uma trajetória exemplar no que diz respeito ao aproveitamento das vantagens iniciais na formação científica e acadêmica, redes de relações sociais e altos postos ocupados na empresa. Podemos citar como exemplo o próprio Napoleão Beltrão. Ele formou-se engenheiro agrônomo pela Universidade Federal Rural de Pernambuco em 1972 e ingressou na Embrapa em 1974, tendo defendido dissertação de mestrado em agronomia pela Universidade Federal do Ceará, em 1976, na área de fitotecnia, com especialidade em fisiologia de plantas cultivadas. Concluiu doutorado em fitotecnia, área de concentração em fisiologia da produção, pela Universidade Federal de Viçosa (MG), em 1982. Fez ainda pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, da Universidade Federal de Campina Grande (PB). Tem três cursos de pós-graduação em gerenciamento de pesquisa e gestão de processos e gerência de competências, e um curso sobre a construção de cenários. É professor e orientador colaborador no Programa de Pós-Graduação em Agronomia, na UFPB, campus de Areia. Além de chefe geral, ocupou ainda na Embrapa Algodão os postos de coordenador do Programa Nacional do

² Eleusio Freire aposentou-se em 2005.



Algodão, Chefe Adjunto Técnico, Chefe Adjunto de P&D e Secretário Executivo da Comissão de Programa 07 (Matérias-Primas) por dois períodos³.

O que pudemos observar é que os pesquisadores que gozam de um prestígio científico e de um elevado capital de relações sociais participam de espaços sociais influentes que definem a distribuição do capital. Bourdieu (2004) afirma que o capital científico é um tipo particular do capital simbólico que incide no reconhecimento imputado por pares concorrentes no interior do campo científico.

Eleusio Curvelo Freire tem graduação em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal da Paraíba, em 1971; mestrado em Agronomia (Fitotecnia) pela Universidade Federal do Ceará, em 1976 e doutorado em Agronomia (Genética e Melhoramento de Plantas) pela Universidade de São Paulo, em 1985. Foi pesquisador da Embrapa no período de 1974 a 2005. Em 2006, após a aposentadoria, passa a atuar como consultor técnico-científico no programa de melhoramento do algodoeiro do Mato Grosso e abre sua própria empresa de consultoria. Entre 1997 e 2002, Eleusio Curvelo Freire trabalhou com melhoramento genético do algodoeiro colorido no Nordeste. Foi a partir desse projeto que a primeira variedade BRS 200, de cor marrom, foi desenvolvida. Inicialmente através de uma avaliação da produtividade e das características das fibras dos onze acessos de algodão arbóreo colorido existente no Banco de Germoplasma, assim, uma cultivar originária de algodoeiros arbóreos recolhidos na região Nordeste que mostravam fibra na cor marrom claro que é determinado por um par de genes dominante.

Conforme Freire (1999), no período de desenvolvimento da pesquisa da BRS 200, foram aplicados, aproximadamente, sessenta mil reais provenientes do CNPq e cem mil reais de recursos disponibilizados pela própria Embrapa, num montante total de cento e sessenta mil reais, concernente ao custeio de pesquisa. A esses recursos devem ser adicionadas as despesas relativas aos salários do pessoal envolvido, o que majora o custo total da pesquisa para trezentos e cinquenta e cinco mil reais, num período de dez anos.

A equipe, técnicos agrícolas e pesquisadores, envolvida na pesquisa da BRS 200 era formada por: Francisco Pereira de Andrade (pesquisador), João Cecílio Farias de Santana (pesquisador), Napoleão Esberard de Macedo Beltrão (pesquisador), Murilo Barros Pedrosa (estagiário), Antônio Rocha Guedes, Maurício José Rivero Wanderley,

³ As informações sobre trajetórias acadêmicas foram recolhidas nos currículos dos pesquisadores mantidos no Sistema de Currículos Lattes, do CNPq.



José Henrique de Assunção (técnico agrícola), Elenilson Saulo Batista Dantas (assistente de pesquisa, hoje supervisor do campo experimental de Patos) e Sergio Cobel da Silva.

Quadro 4 – Trajetórias acadêmicas dos pesquisadores envolvidos com o desenvolvimento da tecnologia do algodão colorido na Embrapa Algodão

Pesquisador	Graduação curso	Graduação Instit./ano	Mestrado Instit./ano	Doutorado Instit./ano	Ingresso na Embrapa
Napoleão E. de M. Beltrão	Eng. Agrônomo	UFRPE/1972	UFC/1976	UFV/1982	1974
Eleusio Curvelo Freire	Eng. Agrônomo	UFPB/1971	UFC/1976	USP/1985	1974
Joaquim Nunes da Costa	Eng. Agrônomo	UFPB/1978	UFPB/1989	----	1984
Luiz Paulo de Carvalho	Eng. Agrônomo	UVF/1975	UFV/1977	UFV/1992	1975
Francisco P. de Andrade	Eng. Agrônomo	UFPB/1980	-----	-----	1982
Odilon Reni R. F. da Silva	Eng. Agrônomo	UFPEL/1977	UFV/1983	Univ. Politécnica de Madrid 1993	1979

Fonte: Sistema de Currículos Lattes, do CNPq.

Nesse primeiro grupo, Eleusio Curvelo Freire possuía expressivo capital, tanto no campo científico como na esfera política. Sua trajetória revela um elevado capital acadêmico, a circulação nacional e sua participação local como chefe geral da Embrapa Algodão e sua inserção na empresa desde a sua criação. Esta concentração dá ao agente um privilégio para a elaboração das deliberações coletivas, da sua ação e avaliação dos resultados. Como também o grupo dominante do espaço de produção científica monta um aparato laboratorial para realizar estudos e pesquisas que será apoiado e alentado com um trabalho simbólico de reconhecimento do objeto de pesquisa pelos seus semelhantes que vai induzir a legitimidade do entendimento por ela produzida. Pois, de acordo com Bourdieu (1983, p. 127), “não há ‘escolha’ científica (...) que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes”.



E nos referirmos ao campo científico na concepção de Bourdieu (1983) ao afirmar que:

(...) é o campo científico, enquanto lugar de luta política pela dominação científica que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa, seus problemas indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, pelo fato de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas científicas constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas. (BOURDIEU, 1983, p. 126).

Esses pesquisadores passam a legitimar o seu objeto de pesquisa e a própria empresa, as alianças e os financiadores passam a auxiliar na divulgação e implantação de políticas públicas para onde as forças vão ser concentradas e de onde pode sair soluções para serem utilizadas junto à sociedade. Este grupo apresenta as lutas no espaço interior de produção científica em torno da definição legítima do objeto pesquisado e permite compreender as trajetórias no ambiente de produção científica que influenciam a formação do poder e no qual se dá pelo uso de propriedades acumuladas de formas distintas e que constituem um modo de dominação.

Quadro 5 – Capital Político e prestígio científico dos pesquisadores envolvidos com o desenvolvimento da tecnologia do algodão colorido

Pesquisador	Pesquisador Nível	Chefe Geral da Embrapa Algodão	Supervisão e chefias	Professor Pesquisador	Prêmios mérito
Napoleão E. de M. Beltrão	III	X	X	X	X
Eleusio Curvelo Freire	III	X		X	X
Joaquim Nunes da Costa	---				
Luiz Paulo de Carvalho	III		X	X	X
Francisco P. de Andrade	---				
Odilon Reni .R. F. da Silva	III		X	X	X

Fonte: Sistema de Currículo Lattes, do CNPq.

Representam formas simbólicas de poder dentro do ambiente de pesquisa científica na Embrapa Algodão os prêmios por mérito recebidos pelos pesquisadores e concedem capital político e prestígio científico. Pesquisamos a titulação e os prêmios dos pesquisadores que constam no Quadro 5. O pesquisador Luiz Paulo de Carvalho recebeu em 2006 o Prêmio FINEP de Inovação tecnológica 2006 – Região Nordeste e destaque individual da Embrapa – Premiação por excelência. O pesquisador Eleusio Curvelo Freire em 1994 recebeu o título de Pesquisador do Ano no Centro Nacional de



Pesquisa do Algodão (CNPQ/EMBRAPA), Embrapa; em 1998, o Prêmio Frederico de Menezes Veiga, Embrapa; em 2004 o título de Personalidade do Algodão Baiano, Associação Baiana dos Produtores de Algodão e, em 2006, o título de Personalidade do algodão do Brasil pela Associação Brasileira dos Produtores de Algodão – Abrapa. O pesquisador Odilon Reni R. F. da Silva em 1999 recebeu o prêmio RURALTECH - Mostra Internacional de Tecnologias para o Agronegócio; em 2001, recebeu novamente o prêmio Mostra Internacional de Tecnologias para o Agronegócio - Produtos e Processos, RuralTech; em 2004, o Prêmio Gerdau Melhores da Terra e, em 2005, o Prêmio V Congresso Brasileiro de Algodão. O pesquisador que tem maior acúmulo de títulos e prêmios é Napoleão E. de M. Beltrão, que recebeu em 1987 o Prêmio ANDEF de Manejo Integrado, da Associação Nacional de Defesa Agrícola; em 1992, o título de Pesquisador do Ano, Centro Nacional de Pesquisa do Algodão (CNPQ/EMBRAPA); em 1993 igualmente recebeu o título de Pesquisador do Ano, Centro Nacional de Pesquisa de Algodão (CNPQ/EMBRAPA); em 1996 o título de Cidadão Campinense, Câmara Municipal de Campina Grande; em 1997 o Prêmio Reconhecimento por Excelência, Embrapa e o título de Cidadão Paraibano, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba; em 1998 o prêmio de Melhor Trabalho apresentado na área de Sensoriamento Remoto, Congresso Brasileiro de Meteorologia, Sociedade Brasileira de Meteorologia – SBMET; em 2004 o título de Colaborador da Instrução Militar, 31º Batalhão de Infantaria Motorizado e, em 2008 o Diploma de Reconhecimento: Categoria Técnico-Científica, modalidade Destaque da Unidade, EMBRAPA. Os demais pesquisadores que aparecem no Quadro 5 não apresentaram nenhuma premiação ou titulação em seus currículos e nem ocuparam nenhum cargo de direção e administração na Embrapa Algodão.

De acordo com Luiz Paulo de Carvalho (responsável pelo lançamento de quatro variedades de algodão naturalmente colorido), em entrevista concedida no dia 25 de maio de 2010, quando Eleusio Freire iniciou suas pesquisas foi alvo do descrédito de outros pesquisadores:

Só que ele tava trabalhando com aquilo e a gente[...] e eu não tava trabalhando com aquilo porque a gente[...] eu achava que num... não tinha muito futuro aquilo dali, né, já tava [...] chama algodão ganga, esse algodão, Minas Gerais, Bahia tem muito no interior. A gente achava que aquilo dali não tinha perspectiva.

No ano de 2003, o próprio Luiz Paulo de Carvalho lançou uma nova variedade do algodão naturalmente colorido – o verde, uma cultivar de algodoeiro herbáceo. E, em



2004 ele lançou as variedades BRS Rubi e a BRS Safira - cultivares também de algodoeiro herbáceo que podem ser explorados na região Nordeste, nos locais zoneados para este tipo de algodão.

O pesquisador, em entrevista, ao se referir ao início de sua pesquisa em melhoramento genético com o algodão naturalmente colorido afirma:

(...) eu tinha um projeto já tava selecionando a verde também só que a verde eu demorei um ano, um ano e meio depois dele e lancei a verde. Ele lançou primeiro do que eu a BRS 200. Depois ele não trabalhou mais com o colorido e eu continuei.

Luiz Paulo de Carvalho também apresenta uma posição importante tanto no campo científico como na esfera política. Sua trajetória revela um elevado capital acadêmico, a circulação nacional e sua participação local como Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Algodão e sua inserção na empresa desde a sua criação. Ele foi inserido na Embrapa em 1975 logo após o término da graduação como engenheiro agrônomo e durante o período em que trabalha na empresa fez mestrado e doutorado (QUADRO 4) e ocupou vários cargos de direção e administração na Embrapa Algodão. Vejamos um trecho da entrevista concedida em março de 2009:

Eu terminei meu curso de graduação em 75 lá em Viçosa, eu sou mineiro, e aí eu entrei na Embrapa logo no comecinho de 76. A Embrapa me mandou fazer mestrado, lá em Viçosa mesmo, fiz em melhoramento genético. Aí quando eu terminei o mestrado, a Embrapa, antigamente ela tinha (...), nesse 75/76 a Embrapa tava começando, então ela tava contratando muita gente (...).

Para o desenvolvimento da variedade do algodão BRS Verde os pesquisadores que participaram da definição do manejo cultural foram: Luiz Paulo de Carvalho (pesquisador), Napoleão Esberard de Macêdo Beltrão (pesquisador, atual chefe da Embrapa Algodão), Joaquim Nunes da Costa (pesquisador), Francisco Pereira de Andrade (pesquisador), Odilon Reni Ribeiro Ferreira da Silva (pesquisador, hoje chefe de Comunicação e Negócios da Embrapa Algodão), Gildo Pereira de Araújo (hoje supervisor do campo experimental de Barbalha – CE) e Isaias Alves (apoio técnico).

Na variedade BRS Verde o pesquisador Luiz Paulo era bolsista do CNPq e também tinha parceria com escritório de negócios do Triângulo Mineiro – Embrapa SNT, Uberlândia. E a BRS Safira e Rubi tiveram apoio do Banco do Nordeste e do Ministério da Agricultura.

As variedades do algodão naturalmente colorido lançadas no ano de 2004 foram as BRS Rubi e Safira e os pesquisadores envolvidos eram: Luiz Paulo de Carvalho,



Napoleão Esberard de Macêdo Beltrão, Joaquim Nunes da Costa, Gildo Pereira de Araújo e Robson de Macedo Vieira (pesquisador).

A análise do desenvolvimento do algodão naturalmente colorido nos permite inferir que a estratégia de formação de grupos de pesquisa é importante variável na tomada de posição dos agentes que é conduzida pela disposição deles no espaço de produção. Assim, a posição do pesquisador reconhecido definiria as maiores oportunidades de sucesso na empreitada de legitimar objetos de pesquisa.

Nesse espaço de produção científica, a distribuição de poder entre dominantes e dominados se dá pela detenção, pelos pesquisadores, de capital acadêmico e pela distinção de suas trajetórias na própria Embrapa. Pelo que pudemos perceber, prestígio e notoriedade como pesquisador estão normalmente associados à detenção de capital político. Não é possível afirmar, com os dados que coletamos, se o prestígio acadêmico produz capital político, parecendo mais correto afirmar que capital acadêmico e capital político se reforçam mutuamente. As formas de ingresso na Embrapa definem de partida, prestígios sociais diferenciados. Independentemente de títulos acadêmicos, um pesquisador sempre será hierarquicamente superior a um técnico, mesmo que este tenha conquistados títulos acadêmicos em sua trajetória. Para uma mudança de posição na empresa é preciso que se faça outro concurso para o cargo de pesquisador.

Observemos um trecho da entrevista concedida em julho de 2009 pelo pesquisador José Janduí Soares, atualmente, assessor da chefia geral da Embrapa Algodão:

Eu entrei na Embrapa em 1980, eu já estou velho, já. Faz tanto tempo. É uma história comprida, né. Terminei técnico agrícola, entrei no curso de biologia porque como técnico agrícola é... naquele tempo, acho que ainda hoje você não poderia ter ascensão para o quadro de pesquisador, né. Que é o último, digamos assim, eles consideram como a elite da empresa, né. E eu batalhei e aí fiz o curso de biologia. Eu terminando o curso de licenciatura dava direito de ensinar e também ascender ao pesquisador, né, quadro de pesquisador. Aí eu terminei. Entrei em 1982 e terminei em 1985 e em 1986 passei para o quadro de pesquisador.

2. A aplicação da ciência aos processos produtivos e a inserção dos discursos contemporâneos do desenvolvimento de tecnologia e inovação socialmente justos

A Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura e criada para dinamizar as atividades de pesquisa relativas ao setor rural do país, em um banner exposto no laboratório de fibras, no setor de melhoramento genético da Embrapa Algodão, sobre o seu desenvolvimento, coloca o seguinte:



Ser um dos líderes da região tropical na geração de conhecimento, tecnologia e inovação para a produção sustentável das culturas do algodão, amendoim, gergelim, mamona, pinhão manso e sisal.

Observa-se, neste trecho, o direcionamento do discurso, de modo a fortalecer as vantagens e benefícios da geração de conhecimento, tecnologia e inovação para a produção sustentável das culturas, considerando os fatores sociais, econômicos e ambientais que atuam sobre a questão rural. Assim, se constata que a questão ambiental para a Embrapa Algodão, atualmente, vem acompanhada do discurso da inovação técnico-científica, da sustentabilidade do agronegócio ou agroecológica, formando uma nova cadeia produtiva.

A inovação aparece aqui, como observa Fontan, Klein et Tremblay (2004) como uma construção social, cuja produção e os efeitos dependem dos conflitos socioeconômicos e hierarquias local e global. Neste contexto, o território vai estabelecer a mediação dos arranjos produtivos de atores, organizações e instituições políticas, permitindo o surgimento de culturas específicas de inovação, mas não isolado ou independente de contextos mais globais.

Desse modo, mais recentemente, parte do processo de inovação intrínseco ao conjunto das práticas sociais e produtivas modernas e contemporâneas tem provocado um conflito entre as práticas tradicionais dos agricultores familiares e as novas práticas, não obstante todo o discurso de interação entre os técnicos e os produtores.

Em uma visita ao assentamento Margarida Alves, no município de Juarez Távora, em julho de 2009, acompanhada do técnico da Embrapa Algodão Waltermilton Vieira Cartaxo, supervisor da área de Comunicação Empresarial e Negócios Tecnológicos, e o Sr. Lindemberg Félix, representante da COEP⁴, fui visitar as plantações e ao chegar ao assentamento nos juntamos ao Sr. Rizeldo Nascimento, presidente, na época, do assentamento e, em seguida verificar como estavam as plantações. No primeiro momento houve observações sobre a não autorização de plantação de milho e girassol intercalados junto com o algodão. Em seguida, foi observado que em cada cova que era plantada o agricultor colocava muita semente, fato este que prejudicava o crescimento da planta e era preciso arrancar o excesso, contudo, na visão do agricultor este achava que quanto mais sementes plantadas maiores seriam

⁴ Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida – COEP. Rede Nacional de Mobilização Social.



os benefícios e por isso, resistia, apesar da orientação contrária, a arrancar o excesso de pés em cada cova plantada. Na Figura 1, o representante da COEP mostra aos agricultores que a quantidade de plantas por cova está acima do recomendado e vai retirando o excesso.

Mas, em contraponto às inovações relativas ao melhoramento genético do algodão naturalmente colorido, o preparo da terra e a plantação da lavoura se dão de forma artesanal (Figura 2). Ao se produzir um produto diferenciado, o produtor local irá se interligar ao mundo global ao apresentar um produto que se adéque aos novos discursos agregados ao desenvolvimento sustentável. Segundo o representante da COEP, Lindemberg Félix, esses produtores já tinham parceria com três agentes comerciais que já compravam toda a produção, forneciam os sacos e os envios da pluma para as indústrias e também pagavam os técnicos vinculados às agências internacionais para atestar que o algodão era orgânico.



Figura 1 – Técnico retira excesso de plantas na área cultivada com algodão colorido no Assentamento Margarida Alves



Figura 2 – Inovações técnicas convivem com práticas tradicionais de cultivo em plantios de algodão naturalmente colorido na Paraíba

No Assentamento Margarida Alves, existe uma usina de descaroçamento (Figura 3), que faz parte do “Projeto: algodão, tecnologia e cidadania”. A usina conta com uma máquina de descaroçar de pequeno porte com cinquenta serras e uma prensa enfardadeira desenvolvida pela Embrapa Algodão, cujo objetivo era permitir aos pequenos agricultores produzirem e beneficiar o algodão de forma associada e venderem as fibras diretamente para as fábricas e ficarem com as sementes que podem ser utilizadas para o plantio do próximo ano.

O pesquisador da Embrapa Algodão Odilon Reni R. F. da Silva, chefe de comunicação e negócios e pesquisador no setor mecanização agrícola, em entrevista fornecida em 21 de julho de 2009, afirmou que a pequena usina “possibilita ao pequeno produtor agregar valor a sua produção” e reafirma a importância do equipamento para esses pequenos produtores dizendo que “é uma forma de facilitar a vida do produtor”. Mas, essa usina não é comprada diretamente pelos agricultores. É preciso formar uma cooperativa ou associação e requerer financiamento público. O pesquisador Odilon Reni ainda faz ressalvas para que a aplicação dessas novas tecnologias seja eficaz:

Logicamente que isso precisa de uma nova postura do produtor, ele tem que colher um produto limpo, ter zelo da sua lavoura, cuidar bem das pragas, ter conhecimento das pragas. Porque não se pode plantar algodão como se plantava antigamente. Hoje tem praga, doenças (...) Tem que se ter cuidado e um conhecimento da lavoura se não você está fadado ao insucesso. E o



algodão colorido entrou nesse meio (...). Olha, o algodão colorido é para o pequeno produtor, outro nicho tá, o grande não produz algodão colorido e hoje esse algodão tá se desenvolvendo com possibilidades fortes, mas, tudo é voltado para o pequeno produtor. Os grandes produtores se plantassem algodão colorido tirava o espaço do pequeno.

Na usina (Figura 3) ainda permaneciam armazenados alguns fardos de algodão e sementes. As sementes eram destinadas à alimentação das ovelhas, segundo o assentado que nos acompanhou em toda a visita. A usina necessitava de várias reformas. Os técnicos demonstraram preocupação e discutiram possíveis reformas no local.



Figura 3 – Mini-usina de descaroçamento de algodão no Assentamento Margarida Alves

Em visita a Campal, cooperativa em Patos, e durante uma entrevista com um técnico da Embrapa, questionei o que eles aproveitavam dos costumes tradicionais dos agricultores. Ele relatou que em nada e que trabalhavam com UDs⁵, unidades demonstrativas, para que percebessem que a plantação produzida com as técnicas da Embrapa produzia mais e, desta maneira, apesar da resistência inicial dos agricultores, conseguiam um bom resultado.

A Campal está integrada à cadeia produtiva do algodão naturalmente colorido desde a primeira fase de experimento realizada por pesquisadores da Embrapa Algodão até o mais novo lançamento da variedade BRS Topázio. Em entrevista, o pesquisador

⁵ As UD, unidades demonstrativas, é uma metodologia desenvolvida e aplicada pela FAO na Indonésia. Em 1999 o Ministério da Agricultura estabeleceu uma parceria com a FAO e a metodologia de transferência de tecnologia através dasUDs foi aplicada na cultura de algodão na Região Nordeste do Brasil. Em seguida foi estabelecido uma parceria entre a Embrapa e o Banco do Nordeste no ano de 2000 que substituiu as UD's pelas UTD's, unidades de teste e demonstração/escola de campo e aplicada junto as Emater's, segundo a dados fornecidos pela Embrapa (2004) no documento 131.



Luis Paulo de Carvalho afirmou que a Campal participou de um edital fomentado pelo SNT Embrapa para multiplicar as sementes da nova variedade.

Ney José de Lima, técnico da Campal, ao falar da nova variedade em entrevista concedida em maio do corrente ano, informou que essa nova variedade do algodão naturalmente colorido é a mais produtiva de todas e que poderá no futuro ameaçar as outras variedades que têm produtividade por hectare inferior, ou seja, enquanto a nova variedade produz quatro mil quilos por hectares, às demais produzem apenas dois mil e quinhentos quilos por hectare, além da porcentagem de fibra que também é superior às outras variedades. Ele informou que há uma área plantada na cidade de Bom Sucesso e que “inclusive essa área é da Embrapa. Eles terceirizam pra gente aqui da cooperativa pra gente plantar, colher, beneficiar e passar as sementes pra eles”.

A Embrapa Algodão fornece as sementes pra Campal, através de contrato e a Campal distribui para os agricultores também através de contrato. E compram toda a produção com o preço previamente estabelecido, assim, os produtores fazem o que eles chamam de ‘plantio casado, a quem vender e por quanto vender’. Em seguida, os agricultores entregam a produção a Campal e lá o algodão é beneficiado, ficando a semente para a Embrapa Algodão, que compra da Campal e a pluma fica com a Campal que vende para a indústria têxtil Ervest S/A e para a Malharia Limoeiro.

Quando questionado a respeito do apoio do poder público para financiar a produção do algodão colorido, Mario Lemos, Presidente da Campal, em entrevista concedida no dia 25 de maio de 2010, respondeu que “o banco não financia nada, pelo contrário, dificulta ao máximo o empréstimo para os agricultores” e ele relata também os problemas da burocracia e da morosidade do Estado para fornecer documentos e laudos, inviabilizando a produção do algodão naturalmente colorido orgânico.

Diferentemente do que acontece no assentamento Margarida Alves, os produtores da região do Sertão da Paraíba têm um contrato de parceria com a Campal que realiza todo o beneficiamento da pluma e vende para a indústria. Já no assentamento eles possuem uma pequena usina de beneficiamento e vendem diretamente para as indústrias através da parceria com a COEP, que estabelece os contatos com os compradores.

A Embrapa Algodão, como detentora da patente das variedades do algodão naturalmente colorido BRS Rubi, Marrom, Safira, Verde e Topázio criou a logomarca “Algodão Cor Natural Embrapa” para identificar os produtos que tenham como matéria-



prima a pluma de algodão naturalmente colorido proveniente das cultivares e vai servir como uma espécie de selo de garantia para evitar, no mercado, falsificações do produto. A Embrapa Algodão também criou um Comitê Local de Propriedade Intelectual – CLPI – composto por cinco membros, de acordo com informações retiradas do site da própria Embrapa Algodão. Já estão licenciadas⁶ para utilizar a logomarca as seguintes empresas: Coopnatural / Natural Fashion (Cooperativa de Produção Têxtil Afins do Algodão do Estado da Paraíba), Algodoeiro Eco Fashion, Capuchos, Entre Fios, Rubra Rosa, D'Cotton, Francisca Gomes Vieira, Kairóz, Maria Xique, Virgulino e Casulo Arte Natural.

Visitamos a empresa Coopnatural, com sede em Campina Grande. Percorremos os setores da empresa acompanhados de uma funcionária que nos informou que a cooperativa é composta por vinte oito cooperados e cada cooperada ocupa uma função diferente dentro da empresa. A presidente da cooperativa é a Sra. Maysa Gadelha. Trata-se de uma empresa que é parceira da Embrapa Algodão desde o lançamento da primeira variedade do algodão naturalmente colorido e difunde o discurso do ‘naturalmente social’. Esta cooperativa possui selo de certificação orgânica que a diferencia no mercado.

Em um relato feito pela presidente da Coopnatural, Maysa Gadelha, à TV Sebrae, em 2009, afirmou:

Nós somos a única empresa brasileira que tem a certificação da Embrapa. Foi uma solicitação nossa à Embrapa. A gente dizia sempre “esse selo foi feito para gente”. A gente tem esse contrato assinado com a Embrapa e a certificação do IBD de certificação orgânica e agora o EcoSocial e o Fair Trade. Vamos ter até o final desse ano [2009] quatro certificações.

Também na segunda festa da colheita do algodão agroecológico realizada em dezembro de 2009 na cidade de Remígio (PB), o discurso dominante apresentava o algodão naturalmente colorido como uma inovação tecnológica, produzido por agricultores familiares com práticas sustentáveis, com benefícios ecológicos e vantagens econômicas e sociais. Nessa festa da colheita, a Coopnatural realizou um desfile com suas confecções tendo como modelos as agricultoras locais e também, no evento, foram apresentados repentistas locais num palco adornado com fardos de algodão colorido.

Em João Pessoa – PB, no dia trinta de maio de 2010, visitamos algumas lojas que comercializam os produtos confeccionados com o algodão naturalmente colorido no

⁶A lista de empresas licenciadas pela Embrapa Algodão para utilizar sua logomarca estão no site <http://www.cnpa.embrapa.br/clpi.html>, acesso no dia 26 de julho de 2010.



Mercado de Artesanato e na feirinha em Tambaú. Algumas lojas tinham produto de empresas certificadas pela Embrapa Algodão outras eram de fabricação própria. Quando questionamos o público que mais adquiriam os produtos confeccionados com o algodão colorido, recebemos algumas repostas como “os turistas gostam mais que os paraibanos”; “acham diferente”, “porque é um produto regional da terra”; “ficam encantados, não tem química nenhuma”. Ao analisar o discurso que permeia o algodão naturalmente colorido é possível identificar que o produto é adquirido por ser considerado um produto regional, diferente e para alguns ecologicamente correto e seus maiores consumidores são turistas.

Como pudemos observar faz parte, além da Embrapa Algodão, da cadeia produtiva do algodão naturalmente colorido na Paraíba: agricultores familiares, EMATER, o Governo do Estado, o Projeto Dom Helder Câmara, COEP, SEBRAE, FINEP, AS-PTA, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Campal, indústrias têxteis, artesãos, pequenos empresários, enfim, a cadeia produtiva e os seus diversos atores sociais são muitos.

A Embrapa Algodão é o lugar da produção da inovação como também atua no financiamento e na mediação. Porque os próprios pesquisadores da Embrapa Algodão vão para o campo fazer extensão, ainda que tenha a EMATER como extensionista.

A cadeia produtiva do algodão naturalmente colorido é extensa. Para a produção da semente a Embrapa Algodão, empresa detentora da patente das variedades brasileiras, terceiriza e realiza contrato com alguma cooperativa cadastrada junto ao departamento responsável da empresa, atualmente, a Campal é a fornecedora da semente da nova variedade do algodão naturalmente colorido, a BRS Topázio. O cultivo das variedades do algodão naturalmente colorido é realizado por agricultores familiares no sertão da Paraíba e por pequenos agricultores dos assentamentos Queimadas, localizado em Remígio (PB); e Margarida Alves, localizado em Juarez Távora (PB), dentre outros. O beneficiamento do algodão colorido no Sertão paraibano é feito pela Campal, em Patos; e, em alguns assentamentos, é feito através de uma mini usina de descaroçamento desenvolvida pela Embrapa, em parceria com a COEP. A fiação desse algodão colorido na Paraíba é feita pela Entre Fios (fábrica artesanal cujos tecidos tem um acabamento mais rústico), a Têxtil Ervest S.A, além de outras fábricas como a Malharia Limoeiro, localizada em Pernambuco, YD Confecções, localizada em São Paulo. A fábrica Matesa é uma das poucas malharias na Paraíba que trabalham com o



algodão colorido e a Entre Fios produz tecidos artesanais. A confecção das roupas é realizada por diversas fábricas e cooperativas, como a Coopnatural/Natural Fashion, a Algodoeiro Eco Fashion, Capuchos, Entre Fios, entre outras. E dessas empresas cadastradas apenas a Coopnatural tem a certificação orgânica do IBD, EcoSocial e Fair Trade. Essas empresas vendem seus produtos para os outros Estados brasileiros e algumas exportam para o exterior. Também os produtos do algodão naturalmente colorido são vendidos em feiras de artesanatos, agroecológicas. Em João Pessoa, elas são vendidas na feirinha de Tambaú, no mercado de artesanato de Tambaú e em algumas lojas padronizadas. Essas empresas utilizam como estratégias de venda para o algodão colorido o discurso do regional, o diferente, o novo, o ecológico e o comércio justo⁷.

Em uma entrevista concedida ao programa Globo Rural⁸, no dia cinco de agosto de 2007, a presidente da Coopnatural, Maysa Gadelha, relatou:

A diferença de preço entre o produto no campo e o produto pronto, já a peça pronta, é em torno de 4.000%. Quer dizer, se a gente vende o produto sem ele estar completamente terminado a gente está deixando de ter essa renda aqui para dentro do Estado e para dentro das empresas também.

No debate desse movimento social, o comércio justo, o algodão naturalmente colorido na Paraíba através da cooperativa Coopnatural é acompanhado por uma forma de certificação em que o discurso enfatizado do aspecto social-econômico no processo de produção da inovação tecnológica como algo “moderno” e atrelado a agricultura orgânica é uma forma personalizada de organização do mercado, que procura garantir a vinculação da ética do lucro pela da qualidade do produto e do meio ambiente, contudo, a diferença do valor pago aos agricultores familiares, produtores do algodão naturalmente colorido, parece incompatível com o discurso difundido pelo movimento social do comércio justo e quando o preço cobrado por cada produto vendido pronto pode ter um acréscimo de até quatro mil por cento (mesmo que esse dado seja fantasioso, é importante revelar as contradições do discurso, em que a defesa da agregação de valor choca-se com a bandeira do comércio justo).

⁷ De acordo com Wilkinson (2006) comércio justo é um movimento social com objetivos variados, convergentes e conflitantes, que busca uma equidade no comércio internacional e contribui para o desenvolvimento sustentável. E que está atrelado a várias ONGs, empresas que procuram estabelecer meios para equilibrar e melhorar as condições socioeconômicas dos pequenos produtores e proteger o meio ambiente.

⁸ <http://globoruraltv.globo.com/GRural/0,27062,LTO0-4370-294638,00.html>



O campo da inovação ao que parece é muito mais amplo do que o da ciência e se conectar com várias estratégias de expansão. A publicidade que permeia o algodão naturalmente colorido é acompanhada dos discursos contemporâneos de convivência com o semiárido, do desenvolvimento de tecnologias sociais sustentáveis, ecologicamente prudentes e socialmente justas, e ainda alimenta o imagético dos produtores paraibanos de retomar a grande produção de algodão do século passado. O trecho da reportagem exibido na TV Paraíba, primeira edição, no dia 19 de maio de 2010, nos mostra um pouco desse discurso ao afirmar que “toda produção é feita sem agrotóxico que garante o aspecto ecológico. A expansão do negócio contribui para retomar a tradição da Paraíba em algodão”.

As análises, apresentadas neste capítulo, mostram algumas tensões no campo técnico-científico em que a tecnologia do algodão naturalmente colorido tem sido desenvolvida. E como a atividade científica está interligada dentro de suas próprias instituições e com o mundo exterior. Também a inovação tecnológica vai surgir como uma possibilidade para atender as demandas da modernização agrícola e as demandas da preservação da natureza, mediando a formação de uma extensa cadeia produtiva.

Considerações Finais

A análise do processo de desenvolvimento de cultivares do algodão naturalmente colorido na Embrapa Algodão (sediada em Campina Grande, PB) para fins comerciais expressa as complexas conexões entre desenvolvimento científico e tecnológico e políticas de desenvolvimento rural. Neste artigo, procuramos enfatizar as reflexões sobre a produção da inovação em instituições de pesquisa oficiais como parte do processo social, isto é, as inovações tecnológicas e a ciência não têm autonomia em relação à sociedade.

A experiência de pesquisadores da Embrapa Algodão no desenvolvimento do algodão naturalmente colorido a partir de finais da década de 1980 permitiu apreender a importância das redes sócio-técnicas e do entrecruzamento do campo científico com o campo das políticas públicas para o meio rural, para compreender processos de inovação.

Chama a atenção, principalmente, a influência do discurso ambiental e o papel protagonista dos pesquisadores no caso estudado. Em que pese o debate sobre tecnologias sociais e a compreensão mais refinada sobre processos de inovação nas



sociedades contemporâneas, em particular para fins produtivos no meio rural, pesquisadores vinculados a redes oficiais de pesquisa no Brasil – mesmo quando trabalhando com agricultores familiares – são atores fundamentais, e a análise de suas práticas e dos vínculos com outros atores – humanos e não humanos – que estabelecem em seu fazer científico precisa ainda ser aprofundada.

Tentou-se combinar neste trabalho uma análise que combinou a atenção sobre lutas simbólicas (ou sobre as estratégias de legitimação das escolhas técnico-científicas) com a apreensão da dinâmica de funcionamento de laboratórios; a atenção sobre as escolhas de pesquisa com o desenho da constituição da cadeia produtiva do algodão naturalmente colorido.

A ciência e a tecnologia são instrumentos de desenvolvimento e definição econômica de hegemonias e de formas de vínculos sociais, instituindo interdependências. As inovações tecnológicas como a do algodão naturalmente colorido são construídas socialmente, sendo assim os interesses políticos, econômicos e outros influenciam não apenas a forma final que toma a tecnologia, mas também o seu conteúdo.

Por fim, ficou claro ao longo do desenvolvimento deste trabalho que a aplicação da ciência aos processos produtivos tem não apenas a referência das relações sociais como também da cultura técnica vigente num dado território e reflete os direcionamentos das políticas públicas e, no caso analisado, também as preocupações ambientais.

Acreditamos que o trabalho levanta questões e apresenta caminhos de reflexão e pesquisa produtivos para futuros desenvolvimentos e que, neste sentido, constitui-se uma contribuição para os estudos sobre produção de conhecimento científico e tecnológico no Nordeste.

Referências Bibliográficas

BELTRÃO, N. E. de M. (2003) *Breve história do algodão no nordeste do Brasil*. Embrapa, Campina Grande.

BELTRÃO, N. E.M et CARVALHO, L. P. (2004) *Algodão colorido no Brasil, e em particular no Nordeste e no Estado da Paraíba*. Campina Grande: Embrapa Algodão. (Embrapa Algodão. Documentos 128)

BELTRÃO, N. E.M; SILVA, C. A. D.; BASTOS, C. S.; SUINAGA, F. A.; ARRIEL, N. H. C. e RAMALHO, F. S. (2009) *Algodão agroecológico: opção de agronegócio para*



o semi-árido do Brasil. Campina Grande: Embrapa Algodão. (Embrapa Algodão. Documentos 222)

BOURDIEU, P.(1983) Sociologia. São Paulo: atica.

_____ (2004) *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____.(2004) *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora da Unesp.

_____.(2004) *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70.

CABRAL, J. I. (2005) *Sol da manhã: memória da Embrapa*. Brasília: UNESCO.

EMBRAPA ALGODÃO. (2004) *Algodão colorido no Brasil, e em particular no Nordeste e no Estado da Paraíba* por BELTRÃO, N. E. de M. e CARVALHO, L. P. de, Campina Grande.

EMBRAPA. (2006) *Sugestões para formulação de um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Agropecuária. Disponível em: <http://www.embrapa.br>. Acesso em 2009 e 2010.

FREIRE, E. C. (1999) Algodão colorido. *biotecnologia ciência & desenvolvimento*, v.1, n. 9,p.36-39.

FONTAN, J. M., KEIN, J-L et TREMBLAY, G. (2004) Innovation et société : pour élargir l'analyse des effets territoriaux de l'innovation. *Lavoisier / Géographie Économie Societé*. Vol. 6 , pages 115 à 128.http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=GES&ID_NUMPUBLIE=GES_062&ID_ARTICLE=GES_062_0115. Acesso em 2010.

SILVA, C. A. D. (2009) Apresentação. In: Beltrão et al., *Algodão agroecológico: opção de agronegócio para o semi-árido do Brasil*. Campina Grande: Embrapa Algodão. (Embrapa Algodão. Documentos 222)

WILKINSON, J. (2006) Fair trade moves centre stage; Rio de Janeiro, setembro de 2006.



GT 2 – Ciência, inovação e transições sociotécnicas na Agricultura e no Mundo Rural

**Modernidade e a ciência em construção:
O discurso agroecológico da rede “Sementes da Paixão”**

Jonatta Sousa Paulino¹
Ramonildes Alves Gomes²

¹ Aluno do Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: jonatta.15@bol.com.br

¹ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina grande. E-mail: rnildes@hotmail.com

Resumo

A agroecologia vem sendo cada vez mais incorporada por movimentos sociais como dimensão constitutiva de suas propostas e reivindicações. É a partir da tomada de posição a favor de uma agricultura livre de agrotóxicos, buscando uma alimentação saudável e contra as sementes tratadas que não se adéquam ao sistema produtivo dos agricultores, que os agricultores familiares de vários municípios do semi-árido paraibano têm elaborado Bancos de Semente Comunitários (BSC), que se integram numa rede chamada de Sementes da Paixão. Tais agricultores defendem uma identidade campesina e tradicional, em contraposição à modernidade e ao monopólio do capitalismo, discurso este que pode servir como exemplo e reflexo de uma fala corrente do próprio cenário agroecológico nacional e que está intimamente interligado à produção científica sobre este tema. Destarte, o objetivo deste trabalho é debater sobre o discurso corrente da agroecologia para apresentar a conexão que existe entre os artigos científicos realizados sobre a temática e a fala corrente dos atores que participam do movimento agroecológico, demonstrando que a ciência no contexto da modernidade não é apenas explicativa da realidade estudada, mas que também pode ser performativa sobre ela.

Palavras Chave: Ciência, Modernidade, Sementes da Paixão, Agroecologia.



Introdução

O mundo rural presenciou na segunda metade do século XX duas revoluções: a revolução agrícola contemporânea, que trouxe consigo um alto grau de mecanização e motorização para o trabalho na terra e, na década de 1960, a revolução verde, que prolongou o processo de mecanização além de ter como característica a químificação, que se expressa no uso de fertilizantes, agrotóxicos e sementes selecionadas. Assim, grande parte dos atores³ pertencentes ao mundo rural, principalmente em países subdesenvolvidos, não tiveram acesso aos meios de produção destas revoluções agrícolas e, mesmo em regiões que assimilaram estas revoluções, uma parcela significativa dos atores do mundo rural não puderam adquirir os meios de produção delas provenientes, fazendo com que tais pessoas ficassem em grande desvantagem perante os outros setores agrícolas que conseguiram se desenvolver (MAZOYER, 2010). Pode-se ainda identificar uma terceira revolução a mudar a relação do sistema produtivo com a mentalidade dos atores sociais, a agroecológica. A agroecologia é geralmente suscitada como uma forma de se contrapor principalmente à revolução verde, às práticas referentes ao modelo químico-mecânico, em que as práticas produtivas se baseariam, grosso modo, numa produção de alimentos mais saudáveis (ELICHER, 2008), sem produtos químicos como agrotóxicos e sem o uso de sementes tratadas, os Organismos Geneticamente Modificados (OGM).

A aplicação da transgenia na agricultura tem início em meados de 1970 e o seu uso em sementes se intensifica a partir de 1990, como consequência tanto do alastramento do alcance do progresso científico quanto de pressões comerciais e internacionais para tal. Neste mesmo contexto de aplicação da transgenia, enquanto estratégia comercial, surgem mobilizações organizadas por movimentos sociais e organizações não-governamentais contrárias a este uso (BENTHIEN, 2007). Isto pode ser explicado pelo movimento de crítica à ciência e à tecnologia enquanto produtoras de uma “verdade absoluta” surgido em meados das décadas de 1960 e 1970, caracterizando

³De início, estes atores do mundo rural serão identificados neste trabalho simplesmente como “agricultores”, pelo fato de que são também empreendedores, mesmo que privilegiem o trabalho da família como unidade básica de produção e consumo. Evito assim os atuais referenciais conceituais trabalhados, sejam como camponeses (que não conseguem abarcar a atual lógica moderna dos modos de vida) ou como agricultores familiares identificados pela política do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).



um processo de ruptura na modernidade, consequente do próprio ritmo de transformações e radicalização da modernidade e de seu projeto que vai além da sociedade industrial. Este período é marcado pela conscientização dos riscos ambientais produzidos pelo progresso da ciência e da tecnologia, o que faz com que se desenvolva um duplo movimento: de um lado, evoca-se por parte da ciência a confiança nela mesma e de outro, surgem fortes críticas por parte da sociedade no que se refere à racionalidade técnico-científica, centrada principalmente nos altos níveis de produtividade (BECK, 2010). De tal modo, a transgenia emerge como um problema neste contexto de emergência da preocupação com os riscos ambientais a partir da articulação de atores como a mídia, as ONGs, os movimentos sociais, entre outros.

Assim, ao mesmo tempo em que a transgenia ganha aplicação comercial a sociedade civil se manifesta, possuindo um papel essencial para a construção e transformações de questões ambientais. Tais questões se somam a outras preocupações, como a forma que isto está sendo aplicada no desenvolvimento do setor rural. Vemos então a agroecologia – enquanto conjuntura de vários atores sociais como ONGs, movimentos sociais, técnicos e cientistas que lhe dão base – como um movimento inserido em questões ambientais e que vem ganhando força nos debates e práticas dos atores envolvidos no mundo rural, principalmente aqueles que procuram usar dela como estratégia alternativa para incitar novas formas de lidar com as pressões comerciais e relacionar-se de forma contraposta com os setores mais desenvolvidos, como por exemplo, o agronegócio.

É a partir desta tomada de posição a favor de uma agricultura livre de agrotóxicos, buscando uma alimentação saudável e contra as sementes tratadas que não se adequam ao sistema produtivo dos agricultores, das dificuldades climáticas, além da falha estatal na distribuição de sementes, que os agricultores familiares de vários municípios do semi-árido paraibano têm construído Bancos de Semente Comunitários (BSC), que se integram numa rede chamada de Sementes da Paixão. Cada banco de semente, que serve como uma reserva estratégica para o plantio, alimentação e comércio, é formado por um conjunto de famílias de agricultores a efetuar suas próprias dinâmicas. Para a integração dos agricultores que participam dos bancos de sementes do estado da Paraíba é realizada a Festa Estadual da Semente da Paixão, em que as comissões organizadas pelos agricultores e os líderes das redes de sementes em cada



localidade se mobilizam para a festa com o intuito de trocar tanto experiências, quanto comercializar as sementes⁴ (CLEMENTINO, 2010a).

Assim, os agricultores, ao defenderem práticas agroecológicas, apresentam um discurso de resgate a tradição, em que as sementes por eles cultivadas e estocadas seriam uma forma de reproduzir o conhecimento local, manter a diversidade genética da região, produzir alimentos saudáveis e não quimificados e, não depender inteiramente das políticas governamentais de distribuição de sementes. Alguns artigos científicos foram realizados sobre esta realidade, sendo que estes estão marcados por um discurso militante e presos ao que é postulado pelos agricultores, sem uma análise verdadeiramente científica quanto as motivações, relações e dinâmicas presentes no Sementes da Paixão. Nestes estudos, as sementes da paixão “representam para o agricultor uma forma de libertação no que se refere à dependência ao monopólio do capitalismo sobre os meios de produção” (NASCIMENTO J. M., MOREIRA E., 2008), como uma forma de resistência a subordinação à lógica do capitalismo dominante, fortificando assim, a sua identidade campesina.

Sabemos que a ciência não é completamente neutra, sendo que os trabalhos produzidos sobre as Sementes da Paixão, de certa forma, se posicionam politicamente perante a realidade já que apresentam a defesa de um campesinato que se contrapõe ao monopólio do capitalismo, buscando uma alimentação saudável através do resgate de suas tradições. Vemos então certo modo de fazer ciência meio militante, onde os pesquisadores moldam o fenômeno pela própria interpretação. Destarte, o objetivo deste trabalho é debater sobre o discurso corrente da agroecologia para apresentar a conexão que existe entre os artigos científicos realizados sobre a temática e o discurso comum dos atores que participam do movimento agroecológico, demonstrando que a ciência no contexto da modernidade é não apenas explicativa da realidade estudada, mas também que pode ser performativa sobre ela.

⁴ Até agora foram realizadas cinco Festas Estaduais da Sementes da Paixão, cada uma resultando numa Carta Política a indicar os propósitos e resultados a serem alcançados por parte do movimento. Ao longo os últimos seis anos, a festa tem acontecido de forma itinerante por falta de recursos, mesmo que a proposta inicial fosse para tornar a festa anual. A primeira foi realizada em Soledade que fica no cariri ano de 2004. A segunda foi no alto sertão no município de Cajazeiras em 2005. A terceira na região do Brejo, na cidade de Lagoa Seca em 2007, a penúltima ocorreu na cidade de Patos que fica no sertão, em 2008, e a quinta em Campina Grande, todas no estado da Paraíba (CLEMENTINO, 2010b).



O procedimento metodológico a ser seguido se baseia numa certa análise de conteúdo através de uma revisão bibliográfica de dois quadros de trabalhos: o primeiro quadro versa sobre experiências agroecológicas gerais, com o intuito de abordar a forma que a produção do conhecimento sobre este tema vem sendo construída e exibida; o segundo quadro toma a produção acadêmica paraibana sobre a experiência da Sementes da Paixão como uma versão possível dentre as diversas abordagens e práticas discursivas no que se refere a agroecologia. Deste modo, é possível identificar certo padrão de tratamento de posicionamentos e categorias no campo da agroecologia e como este se desenrola na construção específica dos BSC agroecológicos paraibanos.

Uma caracterização da rede Sementes da Paixão

A partir da década de 1950 leis sobre a venda e distribuição de sementes começaram a ser estabelecidas em países desenvolvidos, chegando aos países subdesenvolvidos entre 1960 e 1980. Estas normas serviriam para a garantia de sementes e mudas de boa qualidade para os agricultores, o que possibilitaria o aumento da produtividade e traria desenvolvimento, tendo, como por exemplo, a Lei Federal nº 9.456 de 25/04/1997 - Lei de Proteção de Cultivares. Esta estratégia mercadológica de pressão de países de grande porte para com os países menos desenvolvidos serviria como uma forma de trazer benefícios para os empreendimentos exteriores, impedindo a comercialização de sementes (também conhecidas como sementes crioulas) por parte dos agricultores de baixa renda. No entanto, no ano de 2003 foi estabelecida a nova Lei de Sementes e Mudas, a Lei 10.711/03, que permitiu aos agricultores produzir, trocar ou vender sementes e mudas entre si sem precisarem se registrar no Registro Nacional de Sementes (RENASEM) e no Registro Nacional de Cultivares (RNC), responsáveis pela fiscalização destas trocas mercantis de sementes e mudas.

Antes da liberação dos agricultores para produzirem, venderem e trocarem as suas próprias sementes, estes estavam, de certa forma, subordinados às políticas de distribuição, que chegavam com atraso para o período correto de plantação e geneticamente tratadas, estas pouco adaptadas para o modo de vida dos agricultores. Com o intuito de não depender inteiramente da distribuição de sementes, os agricultores criaram em vários locais bancos de sementes, que melhor se adequariam aos seus meios



de produção – mais tarde sendo sistematizados, no caso dos agricultores do Estado da Paraíba, em Bancos de Sementes Comunitários, vindos das regiões do Alto Sertão, Médio Sertão, Cariri, Seridó, Agreste, Curimataú, Brejo e Litoral. A interligação dos BSC ocorre com a Sementes da Paixão, sistematização esta representada pela Festa Estadual da Semente da paixão (FESP). A partir da nova Lei de Sementes e Mudas, de 05 de agosto de 2003, os agricultores puderam produzir, estocar, trocar e vender estas sementes entre si, seja em feiras ou nos encontros das FESP (NASCIMENTO J. M., MOREIRA E., 2008) servindo para assegurar o plantio seguinte e parar garantir o consumo em períodos de necessidade e até mesmo para a comercialização (CLEMENTINO, J. O., FERNANDES, M., RAMALHO, A., 2010).

Na Paraíba, os BSC foram sistematizados com o auxílio da AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) com parceria da ASA-PB (Articulação do Semiárido Paraibano), um fórum voltado para a promoção da agroecologia e do desenvolvimento sustentável no Semiárido Paraibano, sendo incluídos no Programa Estadual de Bancos de Sementes Comunitários, ligado a Secretaria de Agricultura Irrigação e Abastecimento, onde a Secretaria de Agricultura Estadual asseguraria recursos para o abastecimento de sementes dos BSC. A AS-PTA, com o intuito de apoiar capacidades organizacionais de agricultores familiares para efetivar melhoras na convivência com o Semiárido, trabalha com a Sementes da Paixão através do Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba, compreendido pela área de abrangência do Polo Sindical da Borborema e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, com participação ativa também da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil). Vale salientar que “em 2002, ano de criação do Programa Estadual de Banco de Sementes, foram catalogados 220 bancos espalhados pelas regiões do Agreste, Brejo, Cariri, Curimataú, Médio e Alto Sertão. Atualmente, a Paraíba possui uma rede formada por 228 BSC” (CLEMENTINO, 2010c).

O discurso agroecológico: categorias e posicionamentos recorrentes

A agroecologia vem sendo cada vez mais incorporada por movimentos sociais como dimensão constitutiva de suas propostas e reivindicações como reflexo debates que ganham força desde as décadas de 1950 e 1960, contexto onde se fortificaram mobilizações em torno das questões do mundo rural. A agroecologia não se retém



apenas a uma manifestação, podendo ser entendida como um campo de expressão nacional que se articula em diversas redes relativamente autônomas, vinculando segmentos da sociedade civil (ONGs, instituições religiosas, etc...) e profissionais de instituições oficiais, sobretudo de pesquisa e extensão que atuam na área de desenvolvimento rural. No entanto, a proposta agroecológica vem se sistematizando e isto pode ser representado pela organização de eventos e conferências, tanto de cunho nacional quanto regional, como por exemplo, o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), o Congresso Brasileiro de Agroecologia, a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) (ALMEIDA, 2009).

O debate sobre agroecologia geralmente é explicado com base em duas vertentes: em primeiro lugar, como um conjunto de práticas produtivas sustentáveis “ecologicamente corretas” e, em segundo lugar, através de uma perspectiva mais abrangente, e, em minha opinião, como tentativa de legitimação e institucionalização, como um enfoque científico que vai além de modelos de agriculturas e que tem como responsabilidade fortificar os pilares de transição para agriculturas e modelos de desenvolvimento rural sustentável. (PETERSON, SOGLIO, CAPORAL, 2009; ALMEIDA, 2009).

Um discurso recorrente nos artigos que tratam sobre a agroecologia pode ser diagnosticado neste trabalho através da base de dados que se constitui em dois quadros de trabalhos: o primeiro deles compõe uma amostra de artigos de cunho geral sobre agroecologia e experiências agroecológicas diversas e, o segundo, um conjunto mais específico de trabalhos que versam sobre os BSC da Sementes da Paixão. Este recurso metodológico tem como objetivo abordar o tema da agroecologia e a forma que a produção do conhecimento sobre ela vem sendo construída e apresentada tomando a produção acadêmica paraibana sobre a experiência da Sementes da Paixão como uma vertente das diversas abordagens e práticas discursivas no que se refere a agroecologia. Deste modo, é possível identificar certo padrão de tratamento de categorias e posicionamentos no campo da agroecologia e como este se desenrola na construção específica dos BSC agroecológicos paraibanos.



Os seguintes trabalhos foram selecionados enquanto representantes da produção científica sobre agroecologia no geral⁵:

Nome do artigo	Autor(es)	Data de publicação	Meio de publicação
Metamorfoses do rural: a vez do meio ambiente	Cimone Rozendo	2011	Artigo apresentado no 35º Encontro Anual da Anpocs
A política de apoio à agricultura familiar na conservação da biodiversidade no Brasil	Rogério Marcos Magalhães	2010	Artigo publicado na Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 21
“Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável	Ghislaine Duque	2007	Artigo publicado na Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 17
Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas	Alfio Brandenburg	2002	Artigo publicado na Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 6
Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências	Renato Linhares de Assis e Adernar Ribeiro Romeiro	2002	Artigo publicado na Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 6
Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia	Renato Linhares de Assis	2006	Artigo publicado na Revista Economia Aplicada, 10(1)
Agroecologia e agricultura familiar na Região Centro-Sul do Estado do Paraná	Renato Linhares de Assis e Ademir Ribeiro Romeiro	2005	Artigo publicado na Revista Economia e Sociologia Rural, vol. 43
A agroecologia nas trajetórias sociais de agricultores assentados na Granja menina dos olhos dos sem-terra: o caso do Assentamento Ceres, RS	Marcos Botton Piccin e Roberto José Moreira	2006	Artigo publicado na Revista Estudos de sociedade e agricultura, vol. 14, no. 2
Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar: os agricultores ecologistas da encosta da Serra Geral em Santa Catarina	Tatiana Ferreira Nobre de Lacerda e Paulo Eduardo Moruzzi Marques	2008	Artigo publicado na Revista Ruris, v. 2, n. 2

⁵ É interessante observar que existe uma gama de trabalhos sobre agroecologia que não se utilizam das categorias e do tratamento dado aos agricultores aqui discutidos. Desta forma, foram selecionados, aleatoriamente, uma parcela de artigos – seleção esta que também deixou vários outros textos de fora – que se enquadrassem no tema proposto, servindo para demonstrar que há sim certa vertente que lida com realidade da forma aqui exposta. Dentro desta parcela, que no total conteve 23 trabalhos, 10 foram escolhidos, também de forma aleatória, para servir de um dos campos amostrais da pesquisa.



Conservação e Manejo da Biodiversidade em um assentamento rural	Felipe Rosafa Gavioli	2009	Artigo publicado na Revista Brasileira de Agroecologia, v. 4 no. 2
---	-----------------------	------	--

A revisão bibliográfica feita permite perceber um discurso recorrente quando se trata de referenciar a identidade dos agricultores agroecológicos em grande parte através dos conceitos de tradição e campesinato. Como exemplo, as seguintes citações:

“Assim, a partir de uma concepção mais ampla de proteção, a tradição, o saber fazer local emergem como atributos igualmente valorizados tanto quanto o meio físico” (ROZENDO, 2011, p. 9).

“Contudo, pode-se sugerir que se estes cursos valorizam dimensões dos conhecimentos adquiridos pela tradição, contrapondo-se a desvalorização realizada pela modernização da agricultura, o fazem num patamar de reinseri-los como alternativas possíveis para a acumulação de capital econômico” (PICCIN E MOREIRA, 2006, p. 283).

“A agroecologia, na medida em que possui como premissa básica uma produção agrícola que não agrida o meio ambiente, resgata a lógica da complexidade presente nas sociedades camponesas tradicionais, integrando propostas agroecológicas com outras voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar, a qual, em função da escala, favorece a conciliação entre a complexidade desejada e a supervisão e controle do processo de trabalho necessários” (ASSIS, 2006, p. 86).

“Nesse entendimento, a agricultura camponesa e a agricultura de subsistência são categorias particulares dentro da agricultura familiar...” (MAGALHÃES, 2010, p. 94).

Os sete artigos a seguir, debruçados sobre a rede Sementes da Paixão, servem como campo amostral de uma ramificação, dentre outras, dos discursos sobre agroecologia:

Nome do artigo	Autor(es)	Data de publicação	Meio de publicação
Sementes da Paixão – estratégia de reprodução da agricultura familiar no Alto Sertão paraibano	Juliano Moreira do Nascimento e Emilia Moreira	2008	Artigo apresentado no II Seminário Luso-Brasileiro Agricultura Familiar e Desertificação



O papel dos assentamentos rurais e dos bancos de Sementes da Paixão na reconstrução do território: das discussões epistemológicas ao caso de Três Irmãos	Juliano Moreira do Nascimento e Emilia Moreira	2008	Artigo apresentado no XV Encontro Estadual De Geografia
Estratégias de comunicação da V Festa da Semente da Paixão na Paraíba e sua relação com a esfera pública	Jurani Oliveira Clementino	2010	Artigo apresentado no XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste
Os desafios dos guardiões das sementes na Paraíba – uma análise das Cartas Políticas da Festa Estadual da Semente da Paixão	Jurani Oliveira Clementino	?	Fonte indisponível
Apropriação de práticas tradicionais nas atuais políticas de desenvolvimento – o caso dos Bancos de Sementes Comunitários da Paraíba	Jurani Oliveira Clementino, Marcionila Fernandes e Ailson Ramalho	2010	Artigo apresentado no VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural
Estratégias de resistência e busca de uma identidade para os agricultores rurais – uma análise da V Festa da Semente da Paixão	Jurani Oliveira Clementino	2010	Artigo publicado na Revista Eletrônica Temática, Ano VI, n. 09
O protagonismo da juventude no Semiárido: a experiência do Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú (PB)	Ghislaine Duque e Maria da Glória Batista de Araújo	2011	Artigo publicado na revista Agriculturas, v. 8, n. 1

Dando seguimento a revisão bibliográfica, os trabalhos debruçados sobre as Sementes da Paixão também apresentam os conceitos de campesinato e tradição⁶:

“Nos últimos as estratégias de resistência dos camponeses/agricultores têm se configurado...” (CLEMENTINO, 2010b, p 1).

“Celebrar e preservar a cultura do plantio de sementes sempre foi motivo de alegria para os camponeses...” (NASCIMENTO E MOREIRA, 2008, p. 2)

“Os ‘guardiões’ das sementes exercem um brilhante trabalho, encabeçam a defesa dos costumes, a manutenção das tradições...” (CLEMENTINO, FERNANDES e RAMALHO, 2010, p. 5)

⁶ O total de trabalhos encontrados sobre a experiência da Sementes da Paixão se encerra nos aqui demonstrados. Se existem outros, infelizmente, não foram identificados.



No geral, a produção acadêmica voltada para a agroecologia não trata criteriosamente as categorias e conceitos e a amostra dos artigos que tratam especificamente dos BSC paraibanos seguem o mesmo padrão, construindo uma posição política e uma identidade sempre referenciadas pela tradição e campesinato.

Assim, os trabalhos até agora produzidos sobre esse tema defendem que as sementes da paixão – assim chamadas, segundo os trabalhos, pelo apego e carinho dos agricultores pelas sementes, digamos, naturais e saudáveis – são uma forma de se libertar do monopólio do capitalismo sobre os meios de produção e se libertar dos programas governamentais, que os fariam dependentes. Um caminho baseado numa insurgência a subordinação para com o capitalismo dominante onde a tradição deve ser resgatada como uma forma de provocar o desenvolvimento regional: o conhecimento popular para a efetivação da autonomia e da independência. Caminho inverso também ao da agricultura “moderna”, exemplificada pelo agronegócio, com suas práticas caracterizadas por alto índice de mecanização e quimificação. A modernização é então vista, neste caso de agricultores agroecológicos, como o inverso da tradição no processo de produção de alimentos, como um fator a impedir o resgate da tradição, o resgate cultural, este último como o que permitiria a conservação da biodiversidade local.

Os cursos de capacitação e feiras organizadas com o auxílio da ASA-PB, em parceria da ASP-TA, demonstram um relacionamento do aparato institucional com os agricultores pertencentes aos BSC, em que o discurso abordado por estas instituições também indicam um posicionamento militante no que se refere as categorias utilizadas para tratar os agricultores em questão, como por exemplo:

“Ao optarem por práticas agroecológicas e de preservação das sementes tradicionais, essas famílias formam um movimento de resistência em defesa da agricultura familiar camponesa, que luta por um modelo de desenvolvimento mais justo e ambientalmente sustentável”⁷

No entanto, não significa que ocorra apenas uma absorção de princípios pelos agricultores através de treinamento proposto pelas instituições favoráveis à agroecologia, tal relacionamento, como em qualquer setor da vida social, se configura

⁷ Encontrado no endereço eletrônico:

http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_NOTICIA=5885 Acessado em: 20 de dezembro de 2011



como um campo de conflito, sendo que apenas experiências que obtiveram bons resultados são trazidas à tona, demonstrando uma rede eficaz e finalizada. Além do mais, não seria de total surpresa se, através de um mapeamento, fosse diagnosticado que pesquisadores que escreveram sobre a temática em questão estivessem envolvidos com este mesmo aparato institucional, demonstrando que a técnica e a ciência estão perpassadas por alinhamentos ideológicos e que na construção deste conhecimento científico, pontos de tensão e experiências contrárias são abafados com a intenção de apresentar uma ciência pronta, conectada com experiências agroecológicas também prontos e acima de tudo, funcionais.

A literatura lida aponta uma tendência para certas oposições (tradição x modernidade; campesinato x agronegócio; etc...) nos discursos e forjando uma mudança identitária, atribuindo a esse agricultor uma visão de mundo que é a do campesinato e não do agricultor familiar tal quais as políticas públicas apontam. De modo geral, no ponto de vista das práticas, a literatura reforça uma lógica simbólica tida como tradicional em oposição a práticas modernas e à racionalização.

Modernidade e a ciência em construção: um breve ensaio teórico

No contexto dos riscos ambientais, por mais que surjam por parte da sociedade críticas à ciência, os cientistas ainda têm fé nela e, a mesma ainda é usada como base para o desenvolvimento tecnológico e como forma de legitimação de estratégias de proteção ambiental. Em outras palavras, a ciência, tanto as naturais quanto as sociais, são meios pelos quais se concretizam e justificam a necessidade de modificação de práticas na relação com o meio ambiente em certos espaços.

Uma característica das sociedades modernas seria a incorporação do conhecimento techno-científico socialmente construído e institucionalizado para interceder à relação do homem com a natureza (SILVA e PAULINO, 2011). Esta relação é mediada pelos sistemas peritos, que nada mais são do que “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam áreas tanto de ambientes matérias e sociais em que vivemos” (GIDDENS, 1991, p. 35).

Os sistemas peritos estão associados ao industrialismo, que pode ser visto como o uso inanimado de fontes de energia material para a produção e circulação de mercadorias, tendo como característica a mecanização da produção e do processo



econômico em geral (GIDDENS, 1991) e que alterou a relação dos homens entre si e com o meio material, englobando a junção do conhecimento científico, da tecnologia e do poder institucionalizado (profissionais e especialistas) (LENZI, 2006).

É interessante observar que os sistemas peritos seriam elementos presentes na criação de riscos e na geração de incertezas, associadas à própria reflexividade da modernidade. Um fator marcante dos riscos modernos estaria na sua origem, marcada pela “infusão de conhecimento humano no ambiente material” (GIDDENS, 1991, p. 127). E estes riscos são fatores que acabam por incitar na sociedade civil um movimento contraditório: a desconfiança para com a ciência apenas no que se refere ao progresso técnico e dominante, e a organização com o auxílio da própria ciência para lidar com tais riscos. Processo similar a este é o que vemos com a agroecologia.

Demonstro então, como a natureza e o homem são conectados, digamos, de forma a constituir uma estrutura e, como o conhecimento científico, somado ao progresso tecnológico proporcionado e constituinte do industrialismo, estão nos pilares da construção desta relação dos homens com o meio ambiente e dos homens uns com os outros, tornando-se impossível escapar deste sistema científico tecnológico. (SILVA e PAULINO, 2011). Assim, não se pode fugir desta constituição característica da vida moderna – resultado do processo de racionalização (PIERUCCI, 2009) característico da modernidade, em que a relação entre meios e fins permeia cada vez mais o pensamento racionalizado dos atores, inseridos cada vez mais em relações burocratizadas (WEBER, 1982) –, onde até mesmo os riscos são resultados da mediação das conjunturas socialmente construídas entre o homem e o mundo material.

A possibilidade do conhecimento científico, neste caso, das ciências sociais, de influenciar a realidade é uma característica inclusive da própria modernidade, a sua reflexividade (GIDDENS, 1991). As ciências sociais são essencialmente reflexivas, isto é, a produção que é feita através da observação da realidade social pode influenciar esta própria realidade. O sociólogo se utiliza de seu objeto para a construção de um conhecimento, que poderá ser utilizado mais tarde pelo próprio objeto para uma reavaliação de suas práticas e mudança comportamental. Isto se relaciona com o conceito de “dupla hermenêutica”, onde os atores sociais se apropriam dos conhecimentos produzidos pelas ciências sociais, modificando suas representações e práticas (GIDDENS, 1978).



As relações entre os homens e o ambiente, mediadas pelo saber científico, são características da modernidade e de seu processo de modernização, que se refere também ao processo de racionalização, uma tendência em todos os setores da sociedade. Modernidade em “uma primeira aproximação (...) refere-se a estilo, costume e vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991, p. 11), referenciado a partir de uma ruptura com um estilo de vida anterior.

Latour (2001) apresenta, através de uma análise de uma série de autores clássicos, que Poder e Razão são uma coisa só – estando o Estado também atrelado nesta conjuntura –, o que pode nos levar à interpretação de que a racionalidade já envolve relações de poder e que no processo de racionalização, elementos políticos são intrínsecos. No mais, a ciência é em si politizada. Desta forma, a produção de conhecimento e o exercício de poder se entrelaçam com as instituições científicas que também são atuantes na vida social (LATOURE, 1994). Nas palavras de Cavalcanti (2010), em diálogo com Porto-Gonçalves “vemo-nos diante de uma intensa politização da ciência e, aqui, não mais somente quanto a seu uso, como se costumava denunciar, mas sim, quanto à sua própria produção”.

Os usos do conhecimento científico e da tecnologia estão acoplados a dinâmica econômica, política e social, sendo ainda uma ilusão tentar isolar o domínio da natureza do domínio da política. (CAVALCANTI, 2010). Assim,

“a tecnologia e a ciência não são forças exógenas do processo social, ou seja, a tecnologia e a ciência não têm autonomia em relação à sociedade em que estão sendo utilizadas e são definidas dentro da realidade existente, portanto, construções sócio-políticas que se entrelaçam num processo dinâmico” (CAVALCANTI, 2010, p. 45).

A discussão em torno da ciência enquanto politizada e atuante nos diversos setores da sociedade serve para demonstrar que os discursos que permeiam a os Bancos de Sementes Comunitários da rede Sementes da Paixão podem estar atrelados de interesses e jogos políticos de acordo com a intervenção e produção científica que os rodeiam.

Segundo Latour (2000), no processo de produção do conhecimento científico existem incertezas, trabalho, decisões e concorrências. Porém, o que nos é apresentado é



apenas uma ciência pronta, em que a mistura caótica que a forma é ocultada para apresentá-la bem definida, tudo isso graças à força da racionalidade científica moderna. As contradições inerentes ao conhecimento científico são postas numa “caixa preta”, isto é, aquilo que se revela por demais complexo e incoerente é posto num recipiente de onde se retiram apenas o pronto, aquilo que é apresentável. Algo semelhante ocorre com o tratamento recebido pelas experiências agroecológicas por parte cientistas e técnicos do aparato institucional envolvente. Justamente por isto, a proposta presente seria a de largar esta concepção de ciência pronta e buscar a ciência em construção, onde contexto e conteúdo se confundem.

A construção de fatos científicos é, acima de tudo, um processo coletivo, que envolve uma rede, uma série de atores sociais que vão desde técnicos a um conjunto de instituições. Na apresentação do conteúdo científico para aqueles que não participam desta rede, a eficiência de certo fato, resultado, instrumento ou máquina é um fator chave (LATOUR, 2000). Assim, a eficiência de um dado resultado é definida por quem tem sucesso, em que o fracasso de resultados semelhantes é ocultado. Portanto, ir até o laboratório, neste caso, o lugar de onde o texto científico saiu, serve para diagnosticar os laços que envolvem a produção deste conhecimento, desvendar esta rede, seus relacionamentos e suas controvérsias. Esta concepção vai além da crença de uma ciência que sofre pressão externa, do contexto, ou de um conhecimento científico objetivo que é influenciado pela subjetividade do pesquisador. O que realmente ocorre é que a ciência em construção possui em seu cerne elementos humanos e não-humanos que dependem do contexto e da rede de atores sociais em questão, tornando indispensável que tanto o universo “de dentro da ciência” quanto o universo “de fora da ciência” e que, em tese, a influencia, sejam acompanhados e analisados.

Portanto, a ciência não apenas reflete a realidade das experiências agroecológicas, mas está em seu cerne e auxilia no seu surgimento, desenvolvimento e apresentação de resultados, através de uma rede que já contém em si, relações de poder, tensões, conflitos e posicionamentos ideológicos.

Os BSC funcionam a partir de coalizões (WOLF, 1970), união de atores do campo com o intuito de enfrentar eventuais dificuldades, que se integram numa rede de diálogo técnico (DARRÉ apud CARON e SABOURIN, 2003), que, grosso modo, se construiu a partir de um conjunto de relações e de trocas de informações que são



disseminadas a partir do sucesso de empreendimentos a níveis mais íntimos, em que os atores locais passam a modificar suas práticas e que ganham a atenção e o auxílio do conhecimento técnico de várias instituições, neste caso, principalmente a AS-PTA. Em outras palavras, formou-se uma rede sócio técnica, mostrando uma correlação de relações sociais e circulação de conhecimentos técnicos construídas pelos agricultores e agentes externos (SABOURIN, 2009). Assim, há uma conexão e troca de informações dos conhecimentos do cotidiano dos agricultores – o que podemos chamar, utilizando Sabourin (2009), de Sistemas Locais de Conhecimento (SLC), ou seja, saberes locais para fins de experimentação ou de produção coletiva com o intuito de inovar, inovação esta que segue principalmente um processo de adaptação, remetendo a área da ação coletiva – com os saberes científicos, estando todos eles interligados e sendo, talvez, fundamentais para se entender o posicionamento e visões dos atores inseridos neste processo.

Considerações Finais

Na modernidade, a ciência – aqui trabalhada através da noção de ciência em construção – é em si politizada e perpassa vários setores da vida social, sendo ao mesmo tempo diagnosticadora e também performativa do mundo social. A minha hipótese aponta que no discurso agroecológico, a ciência não apenas reflete a fala dos agricultores em questão, mas sim, faz parte do processo de construção de tal visão de mundo, envolvendo uma rede de cientistas e técnicos participantes do aparato institucional que envolve o apoio às práticas agroecológicas, como por exemplo, ONGs, movimentos sociais, e etc.

Desta forma, os artigos científicos que versam sobre a agroecologia apontam tendências de posicionamentos e categorias no que se referem à defesa de uma identidade campesina, do resgate a tradição e da contraposição a setores modernos da sociedade, o que pode ser visto no movimento Sementes da Paixão, rede sociotécnica paraibana que funciona através de uma estratégia coletiva de armazenamento de sementes. Tais trabalhos apresentam-se, de certa forma, presos ao que é postulado pelos atores que participam das práticas agroecológicas, sendo feitos de forma a não realizar uma análise verdadeiramente crítica da realidade. No entanto, este fazer científico é aqui



visto não apenas como um resultado de um estudo sobre um dado caso, mas também, como uma prática que também influencia os próprios rumos da vida social.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, S. G. de. (2009) Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: PETERSON, P. (Org.) Revista Agriculturas - Experiências em Agroecologia. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA.
- ASSIS, R. L. de (2006) Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. Artigo publicado na Revista Economia Aplicada, 10(1).
- BECK, U. (2010) Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34.
- BENTHIEN, P. F. (2007) Transgenia agrícola e modernidade: um olhar sobre as disputas simbólicas e práticas conflitivas na sociedade brasileira. In: BRANDEBURG, A. et al. (Org.). Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Brasília: MDA.
- CAVALCANTI, V. M. (2010) Ciência, modernidade, tecnologia e natureza: uma análise sobre o desenvolvimento do algodão naturalmente colorido na Paraíba. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.
- CARON, P., SABOURIN, E. (2003) Camponeses do Sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica.
- CLEMENTINO, J. O. (2010a) Estratégias de comunicação da V Festa da Semente da Paixão na Paraíba e sua relação com a esfera pública. Intercom Nordeste, Campina Grande. Junho de 2010.
- CLEMENTINO, J. O. (2010b) Estratégias de resistência e busca de uma identidade para os agricultores rurais – uma análise da V Festa da Semente da Paixão. Revista Eletrônica Temática, Ano VI, n. 09.
- CLEMENTINO, J. O. (2010c) Os desafios dos guardiões das sementes na Paraíba - Uma análise das Cartas Políticas da Festa Estadual da Semente da Paixão. I Encontro Regional de Estudos Rurais, UEPB, Campina Grande, setembro de 2010.



- CLEMENTINO, J. O., FERNANDES, M., RAMALHO, A. (2010) Apropriação de práticas tradicionais nas atuais políticas de desenvolvimento - o caso dos bancos de sementes comunitários da Paraíba. I Encontro Regional de Estudos Rurais, UEPB, Campina Grande, setembro de 2010.
- ELICHER, M. J. (2008) A agroecologia como crítica ao modelo da “revolução verde”. Disponível em: <http://www.agroecologia.inf.br/conteudo.php?vidcont=149>. Acessado em: 28/09/10.
- GIDDENS, A. (1978) As novas regras do método sociológico. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1991) As conseqüências da Modernidade, São Paulo, Ed. UNESP.
- LATOUR, B. (1994) Jamais formos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- _____. (2000) Ciência em ação. São Paulo: Editora Unesp.
- _____. (2001) A esperança de pandora: ensaios de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34.
- LENZI, C. L. (2006) Para uma imaginação sociológica da ecologia: uma análise do pensamento de Giddens. Ambiente e Sociedade, 9 (1): 105-126, ND.
- MAZOYER, M. (2010) História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DR: NEAD.
- NASCIMENTO, J. M., MOREIRA, Emília (2008). Sementes da Paixão: estratégia de reprodução da agricultura familiar no Alto Sertão Paraibano. In: Semiluso - Seminário Luso Brasileiro, Ano II, 26 a 28 de junho de 2008, João Pessoa, PB. Editora Universitária UFPB, 2008.1 CDROM.
- PETERSON, P., SOGLIO, F. K. D., CAPORAL, F. R. (2009) A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. In: PETERSON, P. (Org.) Revista Agriculturas - Experiências em Agroecologia. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA.
- PICCIN, M. B. e MOREIRA, R. J. (2006) A agroecologia nas trajetórias sociais de agricultores assentados na Granja menina dos olhos dos sem-terra: o caso do Assentamento Ceres, RS. Artigo publicado na Revista Estudos de sociedade e agricultura, vol. 14, no. 2.
- PIERUCCI, A. F. de O. (2009) O desencantamento do mundo. São Paulo: Editora 34.



SABOURIN, E. (2009) Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond.

ROZENDO, C. (2011) Metamorfoses do rural: a vez do meio ambiente. Trabalho apresentado no 35º Encontro Anual da Anpocs – 24 a 28 outubro, Caxambu, MG.

SILVA, T. B, PAULINO, J. S. (2011) Legislação ambiental e semiárido: (des)construindo (in)justiças ambientais. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Internacional da ALAS: 6 a 11 de setembro de 2011, UFPE, Recife-PE.

WEBER, M. (1982) Burocracia. In: Gerth. H. H., C. W. M. (Orgs.) Ensaio de Sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC.

WOLF, E. (1970) Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar Editores.



GT 2 – Ciência, Inovação e Transições Sociotécnicas na Agricultura e no Mundo Rural

O mineiro, o queijo e os conflitos (nada poéticos) em torno dos alimentos tradicionais produzidos artesanalmente no Brasil

Jaqueline Sgarbi Santos¹

Fabiana Thomé da Cruz²

Renata Menasche³

1 Doutoranda em Sistemas de Produção Agrícola Familiar pela Universidade Federal de Pelotas (PPGSPAF/UFPel). E-mail: sgarbijaqueline@yahoo.com.br

2 Doutoranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: fabianathomedacruz@gmail.com

3 Professora do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e pesquisadora do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA/UFPEL). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: renata.menasche@pq.cnpq.br

Resumo

O documentário *O Mineiro e o Queijo*, ambientado nas regiões da Serra da Canastra, Serro e Alto Parnaíba, no estado de Minas Gerais, Brasil, mostra a vida e o trabalho de homens e mulheres que, nessas regiões, produzem queijos artesanais à base de leite cru. Essa prática se reproduz há séculos e está associada a modos de vida específicos, em que técnicas tradicionais de produção se fundem com o jeito de ser e de viver das pessoas do lugar. O artigo toma o filme como “campo” para discutir conflitos e contradições que envolvem a produção de queijos artesanais, atualmente ameaçada por aspectos normativos que regem a produção de alimentos no Brasil. Desse modo, à reprodução dos sistemas tradicionais apresentam-se, grosso modo, dois caminhos: ou se mantêm na informalidade ou se enquadram em legislações que, muitas vezes, levam à descaracterização das formas tradicionais de produção.

Palavras-chave: produtos tradicionais, queijos artesanais, saber-fazer, legislação sanitária



O Mineiro e o Queijo: um documentário político e poético

Em setembro de 2011, o diretor cinematográfico Helvécio Ratton lançou o filme *O Mineiro e o Queijo*¹. Ambientado em Minas Gerais, nas regiões da Canastra, Serro e Alto Parnaíba, o filme mostra o universo que envolve a produção de queijos artesanais daquela região. O documentário aborda a origem da produção de queijos no estado, seus significados para as famílias envolvidas e a importância da preservação dos modos de vida associados ao produto que, como a maioria dos produtos tradicionais, encontra-se em situação de vulnerabilidade, conformada por regimes sócio-técnicos dissociados das realidades em que se constituíram.

O filme inicia contando como a técnica de produção de queijo artesanal saiu da Serra da Estrela em Portugal e se enraizou em Minas Gerais no século XVIII, trazida por portugueses que vieram à região em busca do ouro. Segundo Meneses (2006), a produção agropecuária do estado não está ligada à decadência da produção aurífera, como, em geral se defende. Contrariando essa visão, o autor argumenta que, desde o início do processo de ocupação do território, as regiões mineiras sempre tiveram uma produção rural diversificada. Para este pesquisador, o queijo mineiro “é inerente a um processo de abastecimento alimentar que convive em uma economia diversa, onde agropecuária, mineração, artesanato e prestação de vários serviços são fontes de riqueza interdependentes” (MENESES, 2006, p.20).

Atualmente, o queijo é o produto mais significativo da agricultura familiar em Minas Gerais, com o volume de produção anual de aproximadamente 70.000 toneladas. A atividade é realizada diretamente nas fazendas e se caracteriza pela pequena escala. Estima-se que a produção de Queijo Minas Artesanal envolva 30.000 famílias de pequenos agricultores familiares e mais de 100 mil pessoas.

O presente artigo inspira-se em *O Mineiro e o Queijo* para discutir a questão dos produtos alimentares tradicionais e os conflitos e contradições que permeiam a elaboração destes produtos no Brasil. Por meio do universo empírico desvendado pelo documentário, procurou-se aprofundar e ilustrar a discussão a respeito das possibilidades de reprodução de produtos tradicionais frente às intervenções do Estado na regulamentação desses produtos.

¹ Para saber mais sobre o documentário, ver: <http://www.omineirooqueijo.com.br/>



A perspectiva de utilizar o documentário como “campo” encontra referência em trabalhos que tomam o filme como campo etnográfico². Ainda que o caminho proposto apresente alguns riscos na medida em que o contato com o empírico é mediado pelo cineasta, o caráter documental do filme, a pertinência com que aborda o tema e o fato de ser constituído, em boa medida, a partir da reprodução de depoimentos³ de produtores, técnicos e pesquisadores, possibilita sua utilização nas reflexões aqui propostas.

Embora o fio condutor do artigo seja o filme ambientado em Minas Gerais, as reflexões presentes também se apóiam em estudos realizados nos Campos de Cima da Serra, no estado do Rio Grande do Sul, região onde é produzido o tradicional Queijo Serrano. Assim como os queijos artesanais de Minas Gerais, o Queijo Serrano é elaborado a base de leite cru, a partir de receita transmitida por gerações, há mais de 200 anos. O saber-fazer associado às características naturais específicas de cada uma das regiões produtoras confere aos produtos características físicas e organolépticas únicas, que os diferenciam de outros queijos. Em ambos os casos, trata-se de produtos fortemente ligados à cultura, modo de vida, valores e construções identitárias de homens e mulheres vinculados aos seus territórios de origem.

Analisar os universos do Queijo Minas Artesanal e do Queijo Serrano traz elementos para a reflexão a respeito de outros produtos artesanais tradicionais, como farinhas, doces e vinhos. Seus processos de elaboração e consumo muitas vezes se mantêm por longos períodos de tempo, em alguns casos ocorrendo pouca ou nenhuma alteração nos modos de fazer. São produtos dotados de sabores diferenciados, assim como de significados e identidades únicos para quem os produz e para quem os consome. Entretanto, ainda que tenham seu valor reconhecido, estando inseridos num ambiente institucional representado pelo arcabouço legal que rege a produção e comercialização de alimentos no Brasil, os produtos tradicionais são frequentemente tratados como ilegais por instituições normatizadoras da produção de alimentos, estando, assim, sujeitos a constrangimentos em sua produção e comercialização.

É nesse contexto que, por meio do caso de queijos artesanais, este trabalho busca elucidar a dissonância existente entre as legislações vigentes e as práticas utilizadas nos sistemas tradicionais. Procuramos argumentar que, bem mais do que produtos, não apenas os queijos, como também vários outros alimentos tradicionais, estão inseridos

² A título de exemplo, ver Lima (1996).

³ Na reprodução de trechos de depoimentos, são citados os nomes verdadeiros dos entrevistados, pois assim foi feito no filme.



em um complexo sistema sociocultural: não faz sentido analisá-los e valorizá-los fora de seus contextos de origem, ignorando seus significados e sua dinamicidade.

Tradição, natureza e modos de vida

Na abertura, o filme *O mineiro e o queijo* mostram um produtor tradicional indicando e dando os nomes de cada uma das vacas que serão ordenhadas para a produção de queijo. Desse modo, desde o início do documentário, o cineasta marca a distinção entre produção artesanal e produção industrial – muito forte em Minas Gerais. Ao chamar os animais pelo nome, o produtor evidencia que a produção tradicional envolve valores que não são mobilizados pela grande indústria, como personalidade, cuidado com o produto e com o ambiente natural. Com essa prática, os animais são associados a “membros da família”, como sugerido no depoimento de um produtor:

Isso aí é a mesma coisa dos filhos, né? A gente tem que ter carinho. Eu trato bem delas e elas tratam bem de mim. (Lico, produtor de queijo)

Ao cuidar bem das vacas, Lico considera que elas também cuidarão dele, proporcionando leite, matéria-prima do queijo. Para os produtores, é neste momento que começa a produção do Queijo Minas Artesanal e são as práticas adotadas em sua produção, associadas às características naturais, que o diferem de outros queijos.

Da mesma forma que a tradição secular da produção de Queijo Serrano, que, como argumenta Krone (2009, p. 07), foi passada de geração a geração, de modo que “o saber tradicional perpetuou-se ao longo dos tempos, sem sofrer grandes transformações”, os depoimentos de produtores de Queijo Minas Artesanal evidenciam esta que é uma tradição familiar. De fato, vários produtores e produtoras entrevistados afirmariam que aprenderam a fazer queijo desde crianças e que seus avós e bisavós foram produtores.

Além dos aspectos relacionados à tradição familiar, os produtores entrevistados associam seus produtos às características climáticas específicas das regiões em que vivem, afirmando que, ainda que empregadas as mesmas técnicas de elaboração, não seria possível elaborar o queijo do Serro ou o da Canastra em regiões com características naturais distintas daquelas onde tradicionalmente são produzidos. Os trechos de depoimentos transcritos a seguir elucidam este aspecto.



Meu pai foi fazendeiro em Curvelo e aqui. Levou vacas do Serro, levou queijeiro do Serro e não conseguiu fazer o queijo lá. (...) é uma bactéria, alguma coisa que tem aqui, que dá esse sabor. (Raulzinho, produtor de queijo)

Você pode fazer o queijo aqui, embaixo da árvore ele fica bom. Se você fizer bem caprichadinho, ele fica bom. (...) não sei se é o clima, uma bactéria que fica aqui. (Luciano, produtor de queijo)

Outro entrevistado, cujo depoimento é reproduzido no documentário, faz referência ao que os franceses chamam de *terroir*, que para Dória (2010), refere-se às condições físicas locais, aliadas a processos de trabalho singulares, resultando em produtos diferenciados.

Além disso, o queijo também é associado ao fortalecimento de laços de sociabilidade, não só entre vizinhos, mas também entre pessoas de outras regiões. Segundo depoimentos do filme, desde o início da produção de queijo, era comum presentear alguém de outra localidade levando um queijo da região, contribuindo também para construir a notoriedade do produto. Do mesmo modo, no estudo de Krone (2009) sobre o Queijo Serrano, são mencionados casos em que o queijo não é destinado à comercialização, mas produzido para o consumo próprio, para presentear amigos e vizinhos ou ainda para prover filhos residentes no meio urbano.

A associação do queijo com o modo de vida das famílias rurais fica evidente quando os/as produtores/as de queijo comentam a diferenciação entre a dinâmica das propriedades que comercializam leite *in natura* para as indústrias e aquelas em que o leite é, artesanalmente, transformado em queijo. Segundo alguns relatos, entregar o leite aos laticínios é, na maioria dos casos, economicamente vantajoso. Entretanto, o que está em jogo é muito mais do que o valor monetário aferido pelo trabalho. Afinal,

Quem faz queijo, faz por amor. (Jorge Simões, produtor de queijo)

Os produtores escutados no documentário explicitam alguns dos aspectos subjetivos associados à produção de queijo. Afirmam, por exemplo, que uma fazenda onde se produz queijo é uma fazenda com fartura e que nela o tempo é sempre preenchido: não há um vazio de tempo em que não há o que fazer, é uma fazenda em que há *movimento*. A palavra honra é utilizada para identificar o sentimento que une produtores, produto e lugar.



O documentário apresenta também, sob a ótica dos produtores, as tecnologias empregadas na fabricação do produto nas três regiões destacadas por Ratton. Ainda que com pequenas diferenças regionais, atribuídas principalmente ao meio natural, existe uma unidade no modo de fazer o Queijo Minas Artesanal. A diversidade é relacionada aos produtores, pois mesmo que, grosso modo, seja o mesmo o modo de fazer o queijo, a “mão” de cada um é que vai dar a diferença no produto final. De acordo com os produtores, mesmo comparando a produção de propriedades muito próximas, que utilizam a mesma raça de gado, alimentados do mesmo modo, um queijo nunca será igual àquele feito pelo vizinho.

Aqui em casa todos os quatro fazem queijo (...), mas nenhum queijo é igual ao outro. (Helena, produtora de queijo)

A diversidade é entendida como característica da artesanidade e, poderíamos dizer, como atributo de qualidade, tema também explorado no documentário. Na perspectiva discutida no filme, a questão da qualidade dos produtos incorpora argumentos subjetivos, comumente pouco presentes em abordagens referentes a produtos tradicionais, via de regra, restritas a parâmetros higiênico-sanitários. Em consonância com a discussão apresentada no filme, Meneses (2006) argumenta que a qualidade precisa ser vista sob um prisma mais amplo, que possibilite entender que o queijo, assim como outros produtos tradicionais, sustenta economias, identifica produtores com seus territórios e possibilita que homens e mulheres vivam e trabalhem em seu lugar de origem.

Os elementos apresentados ao longo do documentário indicam que mais do que um produto, a produção do queijo em Minas Gerais é fruto de um saber-fazer fortemente vinculado a modos de vida específicos de cada uma das regiões produtoras. Do mesmo modo que acontece nas regiões mineiras produtores de queijo, nos Campos de Cima da Serra, a produção do Queijo Serrano também está associada ao modo de vida dos produtores, que, muitas vezes, salientam distinções entre Queijo Serrano e outros queijos produzidos na região. As diferenças entre o Queijo Serrano e os demais queijos dizem respeito ao sistema produtivo adotado em cada contexto, mas, mais do que isso, apontam para diferenças culturais e identitárias. Na medida em que os produtores de Queijo Serrano afirmam-se em relação a um modo de vida específico, explicitam-se elementos diacríticos de sua identidade. Nesse sentido, em relação a esta distinção entre produtores de queijo, Krone (2009, p. 105) afirma que



as diferenças não se restringem apenas ao âmbito das dimensões técnicas, produtivas e econômicas relacionadas à produção de queijo. Tampouco diferem apenas a composição química do leite, as raças bovinas ou o manejo diferenciado dos animais, mas igualmente pessoas, valores, práticas, saberes e modos de vida.

Tanto no caso das regiões mineiras quanto nos Campos de Cima da Serra, o modo de produção dos queijos vinculados a essas regiões está fortemente associado ao modo de vida dos produtores, indicando que, de modo geral, as características presenciadas na região de produção se referem, também, ao manejo dos animais e da propriedade, que, via de regra, está associado ao cuidado e respeito à natureza.

Esse modo de vida, de trabalho, de cuidado com os animais e com a terra pode também ser tomado à luz das reflexões de Fonte (2008; 2010), que argumenta que em países ou regiões onde a modernização da agricultura não foi muito intensa, as culturas agrícolas e alimentares e as relações locais nunca foram totalmente extintas, de modo que estratégias para a valorização desses produtos perpassam reconhecimento e legitimação de práticas e modos de produção já existentes. Este é, possivelmente, o caso das regiões produtoras de Queijo Minas e dos Campos de Cima da Serra, regiões onde as práticas de manejo e trabalho seguem lógica própria que, ainda que influenciada por técnicas e práticas convencionais, mantém um modo particular de operar, que integra conhecimento tradicional e recursos disponíveis nas propriedades.

Mobilização institucional e introdução de inovações em um sistema tradicional

A respeito da valorização dos produtos artesanais, prevalecem atualmente duas visões: uma anglo-saxônica, que compreende os países do Norte da União Europeia e Estados Unidos e a visão “mediterrânea”, representada principalmente por França, Itália, Espanha, Grécia e Portugal. A primeira visão relaciona qualidade fundamentalmente às características sanitárias e higiênicas dos produtos. A segunda considera qualidade sobre um prisma mais amplo e a relaciona com aspectos sensoriais, valores éticos, sociais e ambientais, vinculados ao processo produtivo (ACAMPORA; FONTE, 2007).

No Brasil, o debate recente aponta para a necessidade da adoção da segunda visão, ou seja, que os atributos territoriais, locais, sejam preservados e sejam reconhecidos como parte integrante dos produtos alimentares. Todavia, ainda



permanece enraizada na formação acadêmica dos profissionais que atuam e atuarão com esses produtos, assim como em instituições de regulação e pesquisa, a visão sanitária, segundo a qual a qualidade dos produtos deve ser norteada pelas características higiênicas sanitárias dos locais de produção, matérias-primas e produtos finais. Mas, ao adotar parâmetros e critérios legais, elaborados para atender a realidade e escala de produção de indústrias de grande porte, as estruturas e os modos de fazer desses produtos, que operam em escala artesanal, precisam ser alterados significativamente para atender às regulamentações vigentes. O desafio se constitui, então, em conseguir que esses produtos sejam valorizados sem a necessidade de alterações na estrutura e processamento, que impliquem na descaracterização do saber-fazer a eles associado.

No caso do queijo artesanal mineiro, este sempre foi produzido e comercializado na informalidade. No entanto, no ano de 2000, o Ministério Público proibiu que os queijos artesanais mineiros circulassem e fossem comercializados, a menos que seguissem normas de produção industrial, que regulamentam a produção, circulação e comercialização de produtos de origem animal no país. Segundo o Estado brasileiro, da forma como eram elaborados, os queijos representariam uma ameaça à saúde pública. Sobre este tema, o filme deixa clara a visão dos produtores, que explicitam, com humor, sua discordância em relação à visão do Estado, que associa seu produto a uma ameaça à saúde do consumidor.

Eu acho que ninguém nunca passou mal de comer queijo. Acho que isso não faz mal a ninguém, não. (José Mario, produtor de queijo)

O tanto de queijo que o povo come, se isso fizesse mal, nós teríamos uma epidemia de queijo! (Luciano, produtor de queijo)

O Mineiro e o Queijo mostra que, a partir da ação impeditiva do Estado, instaurou-se uma rede institucional, que passou a atuar sobre o sistema de produção. Criou-se, assim, em 2002, a Lei Estadual nº 14.185, que dispõe sobre o processo de produção do Queijo Minas Artesanal. Neste período, a Universidade passou a se dedicar ao estudo do sistema de produção do queijo e, ao mesmo tempo, o serviço de extensão rural iniciou programa para fornecer orientações técnicas para aprimoramento do processo de produção.

As falas de entrevistados associados a instituições de apoio deixam clara a consonância entre os técnicos no intuito de intervir no processo e aprimorar o sistema tradicional de produção de queijo. Contudo, fica também explícita a desconfiança e



difficuldade dos produtores em aderir às propostas de inovação introduzidas pelo Programa Queijo Minas Artesanal⁴. A resistência é compreensível, pois, embora o modo de fazer seja supostamente preservado, são estabelecidas como necessárias alterações na estrutura física das queijarias, no modo de acompanhar o rebanho e nas práticas de higiene.

Cabe lembrar que Minas Gerais possui em torno de 30 mil produtores que, em maior ou menor escala, produzem queijo. Deste total, apenas 190 produtores⁵ atingiram as exigências para cadastrar-se e, assim, ter sua produção legalizada, ainda que apenas dentro dos limites do estado mineiro. Considerando que esse universo de 30 mil produtores seja composto também por aqueles que possuem uma escala mínima e que, possivelmente, não teriam interesse de regularizar a produção, ao visualizarmos que este número representa que menos de um por cento dos produtores se sentiram capazes ou motivados a se adequar aos critérios legais, fica nítida a lacuna existente entre os interesses e possibilidades dos produtores de queijo e as ações que o Estado tem para ofertar a eles.

Diante dessa situação, a questão que se coloca é: uma política dessa natureza, que proporciona que apenas um pequeno grupo possa acessá-la, pode vir a criar espaços privilegiados para uma minoria técnica e economicamente mais apta? E o restante dos produtores, que representam quase a totalidade de produtores de queijo artesanais, estaria condenado à informalidade?

Num primeiro momento, a não adesão à proposta pode ser justificada apenas por questões econômicas, todavia pode conter outras motivações. O apego à tradição, por exemplo, pode ser visto como uma resistência dos produtores às intervenções externas e a reivindicação do direito de viver e trabalhar como sempre fizeram. Numa conjuntura que diz primar pela preservação de um saber, de um modo de vida, parece evidente que os grupos que se mantêm atrelados às práticas originais e mais avessos às inovações são, em geral, aqueles que se transformam em verdadeiros guardiões de práticas, saberes e modos de vida.

⁴ O Programa Queijo Minas Artesanal foi criado em 2000 pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, buscando melhorar a qualidade dos queijos artesanais e tentando gestionar toda a polêmica que se criou a partir da ação do Estado na produção de queijos.

⁵ Dados da lista de produtores cadastrados divulgada pelo Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. Refere-se ao período de 2004 a 2011. Para mais informações, ver: www.ima.mg.gov.br.



Conflitos entre tradição e legislação: a manutenção do saber-fazer tradicional ou a legalização?

O Mineiro e o Queijo apresenta diversas outras questões sobre a produção artesanal de queijos em Minas, que dialogam com estudos sobre valorização de produtos tradicionais. No entanto, privilegiamos aqui olhar mais de perto aspectos relacionados à legislação sanitária, uma vez que ela tem se constituído em impedimento severo à reprodução destes produtos, conflitando diretamente com práticas adotadas há séculos pelos produtores. Para compreender este processo, é preciso entender as mudanças que ocorreram com o passar do tempo e que caracterizam o que se constitui hoje como o Queijo Minas Artesanal.

As narrativas apresentadas ao longo do documentário informam que, antigamente, o queijo era comercializado uma vez por mês, em peças grandes, bem maturadas⁶, uma vez que se fossem transportadas⁷ novas – e, conseqüentemente, macias –, amassariam e perderiam a forma. Com o passar dos anos e as facilidades de transporte e acondicionamento do produto, os consumidores passaram a consumir também o queijo fresco. No entanto, para os produtores, o processo de curagem ou maturação tem relação direta com a qualidade do produto. Segundo alguns relatos, a curagem é a garantia de que o produto está bom, uma vez que, segundo entendem, o queijo ou matura ou apodrece. Se maturar, é porque está em boas condições para ser consumido.

Atualmente, em função de mudanças ocorridas no mercado, o queijo é comercializado duas ou três vezes por semana, de modo que não há tempo hábil para que a maturação se realize. Observa-se aí uma dissonância entre o que seria a preferência majoritária dos consumidores – aferida pela maior demanda, no mercado, por queijos frescos – e a preferência dos produtores, para quem o queijo fresco não passaria de uma massa com soro, que apenas será considerada queijo após o processo de maturação do produto.

Para os produtores de Queijo Minas Artesanal, protagonistas do documentário, o tempo de maturação pode variar de sete a trinta dias, dependendo do gosto do

⁶ Maturação: fase com duração específica para cada microrregião, que objetiva o desenvolvimento do sabor, a desidratação e a estabilização do produto, de modo a atingir a consistência desejada (MENESES, 2006).

⁷ O transporte para longas distâncias era realizado no lombo de burros, dentro de caixotes de madeira.



consumidor e das condições climáticas do período, sendo que é considerado ideal o queijo cuja casca é bem delimitada e amarelada.

No estudo de Cruz e Menasche (2011), sobre o Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra, do Rio Grande do Sul, observou-se que os produtores e consumidores da região mencionada consideram que o queijo está pronto para o consumo quando o mesmo se encontra “amarelinho”, fato que ocorre aproximadamente após quinze ou vinte dias de maturação.

As preferências de consumidores e produtores mineiros – do mesmo modo que, como visto, as dos gaúchos dos Campos de Cima da Serra – estão em conflito direto com a legislação, que normatiza a produção de queijos elaborados a base de leite cru no Brasil. A legislação Federal⁸ exige que o queijo seja maturado por 60 dias, enquanto que a legislação estadual de Minas Gerais adota 21 dias de maturação como prazo a ser cumprido antes da comercialização do produto. Desta forma, o produto feito em Minas Gerais, ainda que esteja dentro das normas estaduais, está proibido de circular formalmente fora do estado.

O documentário deixa clara a dissonância entre as duas legislações – federal e estadual –, como se pode observar nas falas transcritas na sequência.

A lei federal apresentou o número 60. Sessenta dias de maturação e até hoje não nos apresentou uma base científica que fale porque 60 dias. O IMA adotou 21 dias porque ele tem um trabalho com base científica desenvolvido pela Universidade Federal de Viçosa, que dá pra nós a informação de que 21 dias é suficiente para maturação do queijo. (Marcos Vale, técnico do Instituto Mineiro de Agropecuária)

O que aconteceu no Brasil? Não houve pesquisa, foi feita uma adoção de legislação de outros países, onde aquela legislação dava certo. O Brasil é um país tropical, ele tem que ter outro tipo de legislação (...), nós não precisamos de 60 dias para maturar queijo, não. (Célia Lúcia Ferreira, pesquisadora da Universidade Federal de Viçosa)

A visão da pesquisadora da Universidade de Viçosa está em consonância com a discussão apresentada por Cruz e Menasche (2011), em artigo em que a legitimidade da “regra dos sessenta dias” é questionada. Ali as autoras apontam que se trata da adoção

⁸ Em 16 de dezembro de 2011, o Ministério da Agricultura (MAPA) publicou a Instrução Normativa Nº 57, que prevê a comercialização de queijos artesanais com menos de 60 dias de maturação. Feita em gabinete, sem discussão consistente com a sociedade civil, a normativa condiciona a permissão a procedimentos que virão a ser adotados no futuro, sem explicitar, em qualquer momento, como esses procedimentos se realizarão. Dada sua inoperância, a impressão é que se trata apenas de um documento que visa possibilitar ao MAPA a aparência de estar tratando do assunto. Para saber mais, ver: <http://www.in.gov.br/imprensa/16/12/2011>.



de uma regra sanitária difundida pelos Estados Unidos e adotada por diversos outros países sem questionamentos. No caso brasileiro, esta regra não está embasada em estudos e pesquisas que a legitime para as condições de cada região produtora de queijo. Como consequência, a adoção e a reprodução destes critérios, alheios às realidades locais, tornam-se uma ameaça para os produtos tradicionais, visto que muitas vezes, na tentativa de formalizá-los, se criam mais empecilhos à sua reprodução.

No Rio Grande do Sul, o Queijo Serrano sempre esteve à margem de todos os processos formais e se reproduziu livremente por mais de dois séculos. Longe de ser uma condição favorável, esta situação passou a representar uma ameaça para os produtores que, atualmente, podem ter seu produto apreendido. Nesse sentido, é interessante levar em consideração que, no Brasil, até certo período, não havia legislação que regulamentasse a produção e comercialização de produtos alimentares. Assim, podia-se consumir leite em garrafas retornáveis, entregues em casa pelo leiteiro. Era possível comer e produzir queijos feitos de diferentes formas, sem que este ato fosse caracterizado como uma ilegalidade. No entanto, a partir dos anos 1950, com a implantação de legislação pertinente à produção de alimentos em escala industrial⁹, os produtores de queijos, assim como outros produtores tradicionais, passam a se enquadrar na situação de infratores, como é o caso dos produtores de queijos artesanais no Brasil, incluindo-se aí Queijo Serrano, Queijo Minas, Queijo de Coalho e tantos outros queijos produzidos há séculos no país.

Na região dos Campos de Cima da Serra, em uma tentativa de formalização da produção de Queijo Serrano, em dezembro de 2010, criou-se a Portaria nº 214 que dispõe sobre o processo de produção do Queijo Serrano e dá outras providências. No item 2.1.4.10 da Portaria, o processo de maturação está assim descrito: “maturação: Etapa com duração mínima de 60 dias, em temperatura superior a 5 °C, com o objetivo de garantir a inocuidade ao produto, o desenvolvimento do sabor, a desidratação e a estabilização do produto para atingir a consistência desejada” (RIO GRANDE DO SUL, 2010). Observa-se aí a reprodução desta mesma regra, embora já exista conhecimento suficiente para saber que nos Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul, do mesmo modo que em Minas Gerais, não é prática usual comercializar ou consumir queijos com dois meses de maturação. Assim, têm-se uma tentativa de “enquadrar” os

⁹ Referimo-nos a Lei nº 1.283, editada em dezembro de 1950, que estabelece diretrizes sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.



produtores em uma regra ou em leis pré-existentes, enquanto o movimento deveria ser o contrário, conforme a fala de um produtor da Serra da Canastra:

A legislação tem que se adequar a este produto [o queijo] e não esse produto se adequar à legislação feita em gabinete. (Joãozinho, produtor de queijo)

O resultado de todo esse processo controverso é que, só no estado de Minas, toneladas e toneladas de produtos são comercializadas ilegalmente pelo Brasil a fora. Segundo depoimento apresentado no documentário;

Este é um caso típico de burocracia, falta de sensibilidade política, técnica e científica. Hoje em dia esses argumentos nos quais o governo se baseia, nos quais os lobbies dos grandes laticínios se baseiam, não se sustentam mais. (Carlos Alberto Dória, consultor da ONG Sertãoobrás)

A indústria de lácteos, que formalmente abastece o Brasil, está pautada na homogeneização dos processos via pasteurização. O resultado é um queijo padronizado, igual independentemente da região onde foi produzido. Por outro lado, o queijo artesanal está pautado na diversidade e pessoalidade. Mas, apesar de toda a artesanidade que caracteriza a produção de queijos tradicionais e faz com que este seja mais trabalhoso de ser elaborado, os queijos pasteurizados alcançam preço mais alto que os queijos artesanais. Uma das causas do queijo artesanal ter um preço menor é o fato de não poder ser comercializado fora de Minas Gerais, o que ocasiona uma super oferta do produto no estado, baixando seu preço. Desta forma, fica evidente que, embora esses produtos artesanais estejam sendo valorizados, ainda sofrem por não estar formalizados e, ao mesmo tempo, estar sujeitos a regras de mercado que privilegiam a grande indústria ou os processos industriais.

Essa situação de fragilidade pode levar a rupturas nos sistemas tradicionais de produção e na perda de práticas artesanais, como se pode observar no depoimento de um produtor mineiro, entrevistado no documentário.

Eram poucos produtores aqui que vendiam leite para indústria. Era só queijo. Há alguns anos atrás não se via caminhão leiteiro por aqui. Não era fácil ver isso não. Agora, hoje em dia a empresa está aí. Até nós, que estamos cadastrados, estamos com água na boca de largar de fazer queijo para por um “tanquinho” para vender leite. (João Bosco, produtor de queijo)

Para ilustrar essa questão, o filme aborda o caso de um produtor que foi um dos primeiros a realizar as melhorias e o investimento para formalizar a produção e, assim, poder comercializar seus queijos legalmente dentro do estado de Minas Gerais. Após as



adequações, entretanto, o preço alcançado não foi compatível com nível do aumento de custo que o produtor teve que arcar e, em consequência, o produtor deixou de produzir queijo, abandonando as instalações. Nesse caso, é preciso considerar ainda que a produção de queijo está ligada a aspectos subjetivos da vida dos produtores e suas famílias. Desse modo, abandonar a produção significa, antes de tudo, abandonar um modo de vida, um traço cultural marcante de homens e mulheres das Serras de Minas.

Considerações finais

Os desafios à valorização dos produtos locais, tradicionais, artesanais, são muitos e envolvem uma rede tecida por diferentes atores e suas competências: produtores, técnicos, pesquisadores, instituições de fomento e fiscalização e consumidores. Unir os nós, fortalecendo os arcos desta rede é talvez o maior desafio e a condição essencial para que esse processo atinja seu objetivo: impedir que os produtos tradicionais e os modos de vida a eles associados desapareçam.

A qualidade dos produtos, que sempre aparece como questão central nos diferentes discursos sobre produtos artesanais, parece ter significados diferentes para os distintos atores envolvidos nos sistemas tradicionais de produção. Assim, mais do que adequar legislações ou adequar produtos às legislações, é preciso construir legislações. Esta proposta incluiu a construção de pactos com os produtores, onde os aspectos sanitários possam dialogar com o saber-fazer tradicional, modos de vida e, conseqüentemente, com o entendimento que os produtores têm sobre suas práticas.

As diferenças regionais, conformadas pelo ambiente natural e pela cultura daqueles que constroem um território, precisam ser levadas em conta na elaboração de instrumentos regulatórios que realmente contribuam para a manutenção dos sistemas tradicionais de produção de alimentos. Caso contrário, tratar-se-ia apenas da constituição de mais uma lei, decreto ou portaria, que, além de vir de encontro aos interesses dos produtores e consumidores, sempre que possível, não seria cumprida, desperdiçando esforços, recursos e mantendo os mesmo conflitos iniciados há sessenta anos.



Referências bibliográficas

ACAMPORA, Teresa; FONTE, Maria. Productos Típicos, estrategias de desarrollo rural y conocimiento local. **Revista Opera**, n. 7, Bogotá, p.191-212, 2007.

CRUZ, Fabiana Thomé; MENASCHE, Renata. Se o leite é cozido, o queijo não é serrano: tradição, conhecimento e discurso instituído no controverso debate em torno de queijos feitos de leite cru. In: III COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2011, Porto Alegre. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/eventos/2011/III_Coloquio/arquivos_oficinas/Cruz.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2011.

DÓRIA, Carlos Alberto. A resistência do terroir. **Revista Trópico**, 12 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.sertaobras.org.br/queijo/pesquisa-sobre-o-queijo/resistencia-terroir>>. Acesso em: 03 jan. 2012.

FONTE, Maria. Food relocalisation and knowledge: dynamics for sustainability in rural areas. In: FONTE, Maria; PAPADOPOULOS, Apostolos G. **Naming food after places: food relocalisation and knowledge dynamics in rural development**. Farnham: Ashgate, 2010. p.1-35.

FONTE, Maria. Knowledge, food and place: a way of producing, a way of knowing. **Sociologia Ruralis**, v. 48, n. 3, p. 200-222, 2008.

KRONE, Evander Eloí. **Identidade e cultura nos Campos de Cima da Serra (RS): práticas, saberes e modos de vida de pecuaristas familiares produtores do Queijo Serrano**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 146f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

LIMA, Nei Clara de. A Festa de Babette: consagração do corpo e embriaguez da alma. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, 2(4), p.71-83, 1996.

MENESES, José Newton Coelho de. **Queijo Artesanal de Minas: patrimônio cultural do Brasil. Dossiê interpretativo. Vol.1**. Belo Horizonte: Ministério da Cultura, 2006. 139 p.

O MINEIRO e o queijo. Direção e roteiro de Helvécio Ratton. Produção de Simone Magalhães Matos. Fotografia de Gilberto Otero. Montagem de Chico de Paula. Música de Tavinho Moura. Belo Horizonte: Quimera, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio. Coordenadoria de Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal. Portaria nº 214 de 14 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?legislacao=573178>>. Acesso em 16 nov. 2011.



GT 2 – Ciência, Inovação e Transições Sociotécnicas na Agricultura e no Mundo Rural

O papel dos grupos de pesquisa no Brasil: reestruturação produtiva e paradigmas – alguns apontamentos para o estudo da geografia agrária no Brasil¹

Janaina Francisca de Souza Campos¹
Bernardo Mançano Fernandes²

¹ Doutoranda em Geografia/Programa de Pós-Graduação em Geografia/ Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT-UNESP/Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)/ E-mail: janadageo.unesp@yahoo.com.br

² Pós-Doutor em Geografia /Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia/Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT-UNESP/ Coordenador do do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)/ E-mail: bmfunesp@terra.com.br

Resumo

Este texto realiza algumas considerações sobre um enfoque ainda pouco estudado, mas que comparece como elemento importante que atualiza a compreensão da Geografia Agrária praticada no Brasil. Os grupos de pesquisa são concebidos como espaços de pesquisa e extensão responsáveis pela construção de pensamentos, por selecionar temáticas de estudo e por compartilhar paradigmas. Todavia, a partir da década de 1990, os grupos passaram a fazer parte de políticas nacionais que, pautados numa ordem neoliberal e no processo de reestruturação produtiva, foram direcionadas ao Ensino Superior. Tendo em vista este contexto, o debate sobre os grupos de pesquisa é apresentado diante de duas dimensões interpretativas: a da produção do pensamento na Geografia Agrária a partir do conceito de paradigma e a institucional-acadêmica. Para investigar essas duas dimensões, é elucidado, num primeiro momento, as principais temáticas e paradigmas de estudo compartilhados por dois grupos de pesquisa: o NERA e o GEDRA; posteriormente, num segundo momento, é discutido o papel das políticas neoliberais voltadas a educação brasileira, com destaque para o DGPB. Com estas reflexões e longe de apresentar uma visão dualista destes dois grupos, espera-se contribuir com o estudo da História da Geografia a partir do diálogo crítico e reflexivo sobre o papel que os grupos de pesquisa desempenham junto à sociedade, desvendando que tipo de Geografia está se fazendo e, conseqüentemente, qual o debate paradigmático que a Geografia Agrária encontra-se mergulhada.

Palavras-chave: Grupos de pesquisa, Geografia Agrária, Paradigmas e Reestruturação produtiva.

¹ A elaboração desse ensaio textual foi originada a partir de reflexões atinentes ao projeto de doutorado *A produção do conhecimento da Geografia Agrária: o papel dos grupos de pesquisa no Estado de São Paulo* que está sendo desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), *Campus* de Presidente Prudente.



Introdução

Partindo do pressuposto de que os estudos geográficos são veículos capazes de validar determinadas concepções políticas e ideológicas, pode-se afirmar que a Geografia que se faz no Brasil também se configura como um saber eminentemente estratégico (LACOSTE, 1988; PEREIRA, 2005). Na atualidade, essa condição é deliberada pelos projetos de pesquisa e extensão, relatórios científicos, monografias, dissertações e teses que, impreterivelmente, estão alinhadas a paradigmas que expressam concepções políticas e ideológicas. Parafraçando Harley (2005), que concebe o mapa como um instrumento enigmático capaz de transmitir valores, posicionamentos e visões de mundo, o conhecimento revelado pelas pesquisas também merece a devida atenção. Os saberes geográficos se convertem em força política e ideológica e são inerentes à práticas, ações, políticas públicas e projetos e, por isso, possuem papel central junto à sociedade. Assim, conhecimento e poder apresentam-se como estâncias fundamentalmente necessárias para uma interpretação crítica que toda a forma de produção do conhecimento abrange (FOCAULT, 2009).

Para elucidar essa questão, não basta, apenas, elencar aleatoriamente os trabalhos desenvolvidos por geógrafos e geógrafas dentro de uma perspectiva internalista e/ou externalista, isto é, identificar tão somente teorias, métodos, conceitos, períodos, temáticas e contextos históricos-econômicos-sociais, mas entendê-los como estudos que expressam paradigmas e que se inserem numa lógica ampla e complexa, que compartilha, seleciona e direciona as investigações.

Assim, além de um campo de estudos que interpreta a realidade, cujo espaço é a categoria de estudo por excelência, a Geografia viveu um contínuo processo de debate político e ideológico entre positivistas, neopositivistas, historicistas, marxistas e fenomenológicos que permanece até o presente. Hoje, essa pluralidade não pode ser compreendida sem a análise dos papéis que os grupos de pesquisa desempenham, na medida em que, intencionalmente, organizam, selecionam e compartilham temáticas e paradigmas específicos para uma interpretação geográfica da realidade. Luckesi faz algumas considerações sobre a importância da atividade coletiva que os centros universitários realizam e assinala:

“Conhecer o mundo, a realidade, torna-se fascinante quando os “sujeitos” põem em comum suas potencialidades e capacidades para dominar a realidade. Isto é decorrência da qualidade social inerente a nós homens: deixar que as “consciências” se comuniquem na experiência de viver, de dominar o mundo. (...) Isto o fazemos quando, intencionalmente, nos reunimos para refletir, discutir, estudar uma situação, um desafio, uma questão, um problema, ou enfrentar juntos uma luta, uma conquista” (LUCKESI, 1987).

Mais que um agrupamento de pesquisadores que se unem para o estudo de determinadas questões de interesse comum, os grupos de pesquisa selecionam, intencionalmente, posições políticas e ideológicas para a condução de suas reflexões.



Entende-se que o estudo dos temas que influenciam os grupos, possibilita-nos compreender como os pesquisadores alinham-se à paradigmas distintos.

O saber geográfico sempre abarcou a organização coletiva do pensamento, como mostra Sousa Neto (2001), que discute o papel desempenhado pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro – SGRJ – séculos XIX e XX. Esta sociedade, composta por comerciantes, militares, engenheiros e cientistas, se conectou a ações de ordem colonialista e imperialista e, conseqüentemente, justificou histórias, escolhas políticas e projetos nacionais. Ainda, o estudo sobre o papel destas sociedades, sobretudo em países entendidos como periféricos, mostra a relação direta com as questões científicas que encaminharam os estudos geográficos na época e que, posteriormente, constituíram os sistemas universitários, as redes de pesquisa, as publicações e os eventos (SOUSA NETO, 2001).

Hoje, outros tipos de “sociedades” apresentam-se no interior da universidade, destacando-se neste rol os grupos de pesquisa. Até então, os grupos eram entendidos pela informalidade coletiva da produção do conhecimento em que, de acordo com suas afinidades temáticas e teórico-metodológicas, os pesquisadores compartilhavam pensamentos e os materializavam através de pesquisas e estudos. A partir da década de 1990, sob o crivo do processo de reestruturação produtiva, novos sentidos foram atribuídos, e os grupos passaram a incorporar a lógica de um projeto neoliberal proposto para a educação brasileira, atuando como agentes instrumentalizadores. Cooptados por esse processo, a institucionalização dos grupos de pesquisa via Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) faz parte desse projeto, na qual a educação brasileira foi profundamente submetida.

Mesmo corroborando com a imprescindibilidade da realização de estudos que tragam a tona uma História da Geografia para além da periodização tradicional, isto é, aquela instituída na década de 1930 com a implantação do sistema universitário brasileiro - baseado no modelo francês e que converteu tal instituição como portadora de um saber propriamente “científico” - e balizada pelos grandes centros difusores europeus - que relegou todas as formas pretéritas que até então vinham sendo desenvolvidas, encarando-os como uma Geografia “pré-científica” (SOUSA NETO, 2001) - , o presente texto propõe um outro enfoque de interpretação. Tal proposta busca realizar considerações que permitam discutir os grupos de pesquisa na dimensão institucional-acadêmica e na dimensão da produção do pensamento, nos quais paradigmas distintos são deliberados.

Ao contrário do aparente esquecimento feito com o período anterior a institucionalização da Geografia brasileira, é preciso que outros enfoques sejam incorporados ao debate e permitam ser lembrados pelos estudiosos. O que se quer dizer é que, assim como se faz necessário estudar a História da Geografia feita no Brasil anterior à década de 1930, também é impreterível o estudo das novas formas que a transição do século XX e XXI trouxe, considerando, assim, a análise sobre o papel dos grupos de pesquisa.



Tendo em vista este contexto, o debate sobre os grupos de pesquisa será apresentado diante de duas dimensões interpretativas: a da produção do pensamento a partir do conceito de paradigma e o caráter institucional-acadêmico. A primeira dimensão visa evidenciar os grupos como espaços de pesquisa coletivos que aglutinam em seu interior temáticas e princípios de ordem teórico-metodológica que são amplamente compartilhados por seus membros. Tais princípios são capazes de legitimar visões e projetos de mundo que ajudam a repensar os paradigmas nas quais os geógrafos vinculam-se. Para tanto, são destacados dois grupos de pesquisa de Geografia Agrária que assumem concepções paradigmáticas distintas: o GEDRA e o NERA. A segunda dimensão evidencia o estreitamento entre o processo de reestruturação produtiva e a educação superior que, a serviço de uma lógica neoliberal e das demandas do setor produtivo, oficializou, formalizou e institucionalizou os grupos de pesquisa.

A produção do pensamento e o debate paradigmático: uma análise do GEDRA e do NERA

Não obstante, no que diz respeito à questão agrária brasileira, o debate teórico-metodológico apresentado nas pesquisas é permeado de posições políticas e ideológicas bem definidas que legitimam projetos de poder e debates paradigmáticos. Deste modo, o conhecimento geográfico revela-se mais abrangente, pois engloba outras esferas que escapam do que comumente se difundiu por ciência:

“Porém, a ciência está longe de ser só isso e é aqui que muitos cientistas caem num círculo vicioso, numa auto-idealização; eles se apresentam como pesquisadores puros, iguais aos anjos e aos anjos que contemplam o senhor nas reproduções da Idade Média... A ciência não é só isso e, constantemente, ela é submergida, inibida, embebida, bloqueada e abafada por efeito de manipulações, de prática, de poder, por interesses sociais etc.” (MORIN, 2008, p. 57).

O conhecimento baseia-se para além dos fatores embasados pela dita “racionalidade” científica e inclui também outros fatores expressivos, não lhe podendo ser atribuído qualquer condição de superioridade e/ou neutralidade.

“A pesquisa mais elementar parte de uma hipótese (teórica) e mesmo a mais simples descoberta não é gerada pelos fatos, mais resulta de uma interpretação deles. [...] Os fatos da ciência são, pois, fatos selecionados, interpretados, marcados de teoria. Não há, para a nossa apreensão, fatos “brutos”, “puros”, em estado “natural”” (MAIA, 2000, p. 30).

Com isso, Maia (2000) desmitifica que a atividade científica seja fruto de um conhecimento totalizante e universal, já que diante dos fatos, estão imbuídas interpretações e teorizações sobre o objeto de estudo. Instrumentalizados por métodos, conceitos e teorias, os estudos abrigam o potencial de legitimar e (re)orientar o modelo de desenvolvimento rural empreendido pelo capitalismo contemporâneo apoiado pelo



Estado brasileiro. Assim, pesquisadores e pesquisas sempre se alinham a concepções políticas e ideológicas².

Mesmo quando a ação visa à omissão, uma posição também é explicitada perante a situação, ou seja, a ideologia é necessariamente uma tomada de posição, já que o ser humano é sempre motivado por escolhas que o leva a tomar partido sobre o mundo. É em razão desse posicionamento sobre o mundo, que a ideologia sempre foi um fator recorrente na construção do conhecimento científico, pois o pesquisador é sempre levado a adotar um método para encaminhar sua pesquisa e, neste sentido, ele também se posiciona:

“[...] não obstante todos os esforços dos cientistas, a ciência jamais se apresenta como nua noção objetiva; ela aparece sempre revestida por uma ideologia e, concretamente, a ciência é a união do fato objetivo com uma hipótese, ou um sistema de hipóteses, que superam o mero fato objetivo” (GRAMSCI, 1978, p. 71, grifo nosso).

Assim, o posicionamento da qual parte o pesquisador deve considerar, também, a influência do próprio contexto histórico-econômico-social que toda forma de conhecimento abriga, ou seja, é necessário conceber que todo o tipo de pesquisa, inclusive e principalmente a geográfica, está associada às relações sociais:

“[...] a produção científica, em que pese sua especificidade, não pode ser pensada fora do contexto histórico em que foi elaborada. Por mais que queiramos expressar ou colocar o discurso científico como uma “visão” neutra e acima de qualquer outro discurso, ele se inscreve naquilo que Marx chamou de superestrutura. O discurso científico é uma aproximação do real efetivada por indivíduos inscritos em relações sociais, que, no caso da sociedade de classes, é de onde emanam os antagonismos através dos quais a história se move” (PORTO GONÇALVES, 1982, p. 97).

Compreender a o desenvolvimento da Geografia sem investigar seu vínculo com a sociedade e seus interesses, é negar que os fenômenos estudados estão inseridos dentro de um contexto histórico, econômico, social e cultural que vive em permanente processo de transformação.

Assim, além da condição ideológica, as pesquisas também possuem características singulares nos seus propósitos e estão imersas a intencionalidades

² Sobre a ideologia, faz-se necessário elucidar para a abordagem que o conceito incorpora, já que não se reduz ao sentido clássico marxista que o interpreta como um sistema de idéias capazes de ocultar e inverter as relações essenciais da forma social capitalista. A ideologia admite conhecimentos verdadeiros (KONDER, 2002) e é “[...] um fenômeno insuperável da existência social, na medida em que a realidade social sempre possui uma constituição simbólica e comporta uma interpretação, em imagens e representações, do próprio vínculo social.” (RICOEUR, 1983, p. 75). O conceito de ideologia não deve ser apartado do conhecimento, pois é responsável pela concepção de mundo que a sociedade necessita e que se revela a todas as manifestações individuais e coletivas da vida humana (GRAMSCI, 1978).



(FERNANDES, 2008). A intencionalidade é compreendida por ser uma propriedade dos estados ou eventos mentais capazes de dirigir a ação (SEARLE, 1995), podendo atuar de maneira consciente ou inconsciente, já que no caso da última, apesar de poder não estar em vigor no ato de uma situação, ela pode, mesmo assim, exprimir a intencionalidade de um indivíduo, que por alguma circunstância não foi exaltada num dado momento. Assim, “[...] a intencionalidade é compreendida como propriedade do pensamento que o sujeito delibera, planeja, projeta, dirige e propõe a significação [...]” (FERNANDES, 2008, p. 277).

Quando um pesquisador se propõe a investigar, ele delimita e seleciona os conceitos e/ou categorias que serão empregados no seu estudo e, por isso, age com Intencionalidade. “A intencionalidade expressa, portanto, um ato político, um ato de criação, de construção.” (FERNANDES, 2008, p. 277). “[...] Atrás da demanda explícita que recebem, os pesquisadores esclarecem as *intenções subjacentes* e aplicam táticas de pesquisa visando compatibilizar os objetivos de conhecimento e os objetivos de ação.” (THIOLLENT, 1992, p. 94, *grifo nosso*).

Estas ideologias e intencionalidades podem ser subentendidas por intermédio das temáticas de estudo e se aproximam a paradigmas nas quais os grupos se vinculam. No caso do GEDRA, grupo criado em 1999 pelo professor Antonio Nivaldo Hespanhol, os estudos estão alinhados em 3 linhas de pesquisa: “Estratégias de reprodução econômica e social de produtores rurais”, “Os efeitos sócio-espaciais dos sistemas agroindustriais” e “Políticas públicas, dinâmica regional e desenvolvimento territorial”.

A primeira linha de pesquisa prolonga para a temática das rendas agrícolas e não-agrícolas, associativismo e cooperativismo rural, organização e a formação de núcleos urbanos, com destaque para as relações campo/cidade e/ou rural/urbano e a questão do envelhecimento no meio rural. A segunda linha trabalha com o temário das cadeias produtivas, a interação da agricultura com a indústria, as relações de independência, as formas de viabilidade e a adoção de inovações tecnológicas. Já a terceira linha focaliza a questão das políticas públicas.

O grupo também trabalha de uma forma mais esparsa com temáticas referentes a assentamentos rurais, agronegócio e modernização do campo. Ainda, já foram estudadas temáticas que tangenciam a questão da descentralização, com a organização de conselhos municipais, bem como questões que enfatizam a discussão no estudo do desenvolvimento regional e o capital social (Organograma 1).



Organograma 1: Principais temáticas – GEDRA. Organização: Janaina Francisca de Souza Campos (2010)

Para demonstrar a vertente na qual os estudiosos desse grupo se aproximam, a linha *Estratégias de reprodução econômica e social de produtores rurais* é tomada como referência. Moreira e Hespanhol (2004) realizam estudos na compreensão da estrutura produtiva do bairro Aeroporto, no município de Presidente Prudente (SP), cuja localização encontra-se em uma área de transição entre a área urbana e rural. Suas conclusões constataam para o aumento expressivo da diversidade produtiva e econômica do bairro, com a presença de atividades agrícolas e não-agrícolas, ou seja, marcada pela pluriatividade.

Em outro estudo de recorte espacial mais abrangente, Moreira e Hespanhol (2005) propõem entender a relação campo/cidade nos bairros rurais do mesmo município, circunscrita na visão de valorização das atividades essencialmente não-agrícolas que busquem o desenvolvimento rural. Da mesma forma que o trabalho anterior, as pesquisadoras apostam no pluriativismo como estratégia de distanciamento da abordagem dualista para tornar mais íntima as relações entre campo e cidade.

Noronha (2008) apreende a dinâmica pluriativa como estratégia de reprodução de dois bairros do município de Jundiá (SP). Apoiado em Schneider, de acordo com o autor, o conceito de pluriatividade é importante aos estudos rurais, uma vez que favorece a permanência das famílias no campo:

“A partir das contribuições de Schneider (2001), pode-se afirmar que o fenômeno da pluriatividade pode ser compreendido nos dois recortes territoriais de estudo a partir da emergência de um conjunto de atividades, o que revela seu caráter econômico e social com vistas à reprodução social e econômica das famílias no campo. Um ponto de partida é a decadência da agricultura tradicional. Entretanto, salienta-se que esse aspecto, analisado de maneira isolada, não permite caracterizar a complexidade da pluriatividade no âmbito da produção agrícola familiar” (NORONHA, 2008, p. 226).

Direcionando os estudos para essa mesma temática, Silva (2008) investiga as estratégias de reprodução socioeconômica da agricultura familiar em Jacarezinho (PR)



como alternativa que viabiliza a reprodução social e de vínculo com a terra. O trabalho destaca a subalternidade sofrida pelas famílias diante do domínio do agronegócio e o auxílio que as atividades pluriativas (o trabalho acessório, a aposentadoria e o trabalho dos membros da família em diversas atividades na área urbana) representam, já que complementam a renda nos períodos mais difíceis, mas que não garantem o sustento familiar. Ainda, de acordo com a autora, “se, para a agroindústria, a integração é um grande negócio, para o produtor familiar também o é em parte, pois a relação existente é uma alternativa, temporária, devido às reduzidas opções existentes para o produtor no município estudado” (SILVA, 2008, p. 260).

Na busca em discutir questões atinentes ao campo, o GEDRA, juntamente com demais grupos, criou o Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa (ENGRUP) “Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais”, cuja primeira edição aconteceu em 2005. Apesar de acompanhar em seu título a denominação nacional, o evento foi concebido inicialmente como uma forma de aproximar os grupos que possuíam afinidades para o desenvolvimento de um projeto em comum. As principais temáticas reveladas pelo grupo relacionam-se a compreensão do rural/urbano e/ou campo/cidade e as atividades turísticas. Seis grupos de pesquisa fazem parte deste grupo, a saber: GEDRA, Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF), Estudos da dinâmica e de processos rurais (UFSC), Estudo do espaço social e suas transformações, implicações sobre a territorialidade e a gestão territorial (UFRGS) e pelo Agricultura e Urbanização (USP).

Criado em 1998 pelo professor Bernardo Mançano Fernandes, no início, o NERA tinha como objetivo central o estudo sobre os projetos de reforma agrária. Entretanto, hoje, a problemática que envolve a questão agrária, para o grupo, não está restrita a propriedade da terra, a concentração fundiária, a luta pela terra ou pela reforma agrária. A questão deve ser entendida num espectro mais amplo, isto é, calcado no bojo da multidimensionalidade política, econômica, social, cultural e ambiental.

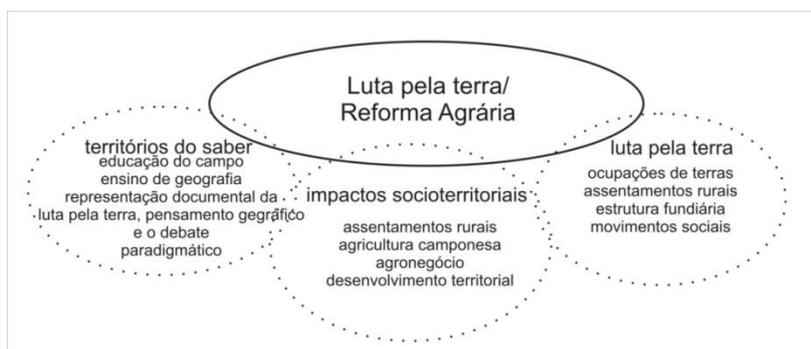
Nos últimos dez anos, o conceito de reforma agrária ganhou novos conteúdos, deixando de ser uma questão setorial para se transformar em uma questão socioterritorial. A reforma agrária deixa de ser apenas um problema político e econômico e se torna também um problema social, cultural, política e ambiental. Tal mudança pode ser compreendida se concebida a idéia de que todas essas esferas compõem as condições de existência das famílias camponesas no processo de destruição e recriação, forjado pelo desenvolvimento do capitalismo e na luta e resistência contra o capital.

A conquista do território camponês, por meio da luta pela terra e na terra, não está restrita a criação de assentamentos rurais. O conceito de reforma agrária hoje precisa ser compreendido a partir das condições de existência e resistência do campesinato e, para essa compreensão, é preciso analisar a conflitualidade dos movimentos socioterritoriais com o latifúndio e com o agronegócio. Da mesma forma, a reforma agrária deixa de ser somente um problema rural e se torna também uma questão



urbana, considerando que a maior parte da população que demanda pela reforma agrária reside hoje nas cidades.

Sob esse contexto, o grupo ampliou seu foco de pesquisa, incorporando outras temáticas para a investigação. Atualmente, o grupo está organizado sob os seguintes temas: luta pela terra, impactos socioterritoriais e territórios do saber (Organograma 2).



Organograma 2: Principais temáticas – NERA. Organização: Janaina Francisca de Souza Campos (2010)

A respeito dessas mudanças temáticas, alguns pesquisadores do grupo trataram de discutí-las. Ramos Filho (2008) avaliou a disputa territorial no Estado do Sergipe no período de 2003-2006 em que o campo assistiu um processo de rearranjo territorial, na qual o acesso à terra ganhou novos conteúdos. Seu estudo traz para o debate o *Projeto Cédula da Terra*, disseminado a países como o Brasil em que a concentração fundiária e a tensão socioterritorial no campo é latente. Fomentada pelo Banco Mundial a partir de 1994, a “Reforma Agrária de Mercado” (RAM) é baseada num pacote de políticas fundiárias neoliberais que visa realizar a reforma agrária por meio da compra de terras, concepção oposta e contrária da reforma agrária reivindicada pelos movimentos sociais, pautada, sobretudo, na desapropriação de terras conduzida pelo Estado.

Com a finalidade de compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária no Brasil, Coca (2008) e Rocha (2008) também se preocuparam em entender tais mudanças. Ambos concentraram seus estudos na definição de uma tipologia para os assentamentos rurais no país na tentativa de desvendar a conflitualidade entre essas diversas formas. De acordo com os autores, hoje, no Brasil, existem pelo menos 18 tipos de assentamentos de reforma agrária e 7 tipos de assentamentos de “Reforma Agrária de Mercado”. Toda essa diversidade de assentamentos deixa clara a nova realidade que permeia a questão agrária brasileira.

Assim como o GEDRA, o NERA celebra parceria com outros grupos de estudos que possuem como denominador em comum a participação no projeto DATALUTA³, intitulada “Rede DATALUTA”. Fazem parte desta rede o Núcleo de

³ Banco de Dados de Luta pela Terra (DATALUTA). Projeto criado em 1998 que coleta, sistematiza e organiza dados referente a luta pela terra em escala nacional: ocupações de terra, assentamentos rurais, movimentos socioterritoriais e estrutura fundiária.



Estudos Agrários e Territoriais (NEAT-UFU), Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS-Unioeste/Marechal Candido Rondon), Núcleo de Estudos Agrários (NEAG-UFRGS), Grupo de Estudos sobre Espaço, Trabalho e Campesinato (UFPB), Laboratório de Estudos Rurais (UFS), Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal (UFMT) e com o Observatório dos Conflitos no Campo no Espírito Santo (UFES).

O grupo esteve presente na elaboração, organização e participação em projetos de implantação de assentamentos rurais, programas de educação do campo e nos estudos sobre os impactos socioterritoriais, como: Plano de Desenvolvimento (PDA) do Assentamento Nova Conquista (Rancharia e Martinópolis-SP), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária (INCRA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Via Campesina, Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronea), Núcleo de Estudos do Desenvolvimento Agrário (NEAD), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Curso Especial de Graduação em Geografia para Assentados e de uma Cátedra, aprovada pela Unesco na área de desenvolvimento territorial e educação para o campo.

Se analisadas as temáticas, instituições, movimentos, redes de estudos e o viés político e ideológico de ambos os grupos, a pluriatividade é uma realidade que os estudiosos do GEDRA selecionam e compartilham e, nesse sentido, é entendida como atividade que possibilita o aumento das opções de renda de inúmeras famílias. Entretanto, corroboramos com Machado e Casalinho (2010), ao considerar que centralizar o papel da pluriatividade relega a reforma agrária um papel secundário, não a desvelando como condição fundante e estrutural para a transformação da sociedade e promoção da equidade social:

“A pluriatividade, conforme definida e entendida pela maior parte dos autores acima citados, tem estreita relação com o processo de descentralização da indústria nos espaços agrários. Dessa forma, a tendência do capital é a de se utilizar do trabalho camponês como mão de obra barata com a finalidade de obter maior acumulação através da mais-valia produzida nessas relações. Assim, o estímulo à pluriatividade nos espaços dos assentamentos da reforma agrária ampliaria a tendência do desaparecimento do camponês e a sua imediata transformação em assalariado fabril, mesmo que se mantivesse como morador, o que geraria uma conflitualidade, e, nesse processo, sua desterritorialização” (MACHADO; CASALINHO, 2010, p.74-75).

Analisando as produções do GEDRA, na maioria das pesquisas relacionadas à compreensão da pluriatividade, embora apresentem interpretações que evidenciam as relações de exploração e subalternidade do campesinato seladas pelo Estado e dirigidas



pelo grande capital, a questão agrária é tratada de maneira conjuntural e sem a perspectiva de transformação dos padrões estruturais. A solução respalda-se na integração da organização camponesa ao sistema capitalista, ou seja, através das atividades pluriativas e na valorização de atividades não-agrícolas como elemento que a reproduz. A pluriatividade é concebida como alternativa que possibilita a recriação social camponesa – embora o conceito camponês não seja empregado nas pesquisas desenvolvidas pelo GEDRA – e os problemas estruturais não são debatidos.

Neste sentido, o GEDRA aproxima-se de um paradigma de estudo que aposta na integração do modo capitalista de produção, entendendo a pluriatividade como estratégia que viabiliza a reprodução social e econômica da agricultura familiar. De acordo com Fernandes (2000), esta visão relaciona-se a uma dimensão política e ideológica que não analisa com a devida profundidade a questão agrária brasileira e, por isso, centra-se numa visão parcial dos problemas que afligem o campo. “Não é possível tentar compreender o campo no Brasil, em sua totalidade, sem compreendermos como se deu e como se dá a apropriação da terra. Não é possível pensar o rural negligenciando os movimentos sociais no campo [...]” (BOMBARDI, 2003, p. 47).

No que diz respeito às temáticas, instituições, grupos estabelecidos e o viés político e ideológico, para o NERA, a conflitualidade mostra-se como elemento inerente ao campo, tendo a luta pela terra, a implantação dos projetos de reforma agrária e a multidimensionalidade como temáticas que expressam a visão política e ideológica. Desta maneira, o paradigma de leitura deste grupo aposta na superação do sistema capitalista através de um desenvolvimento territorial alternativo para o campo.

Ao analisar as Vilas Rurais no Estado do Paraná, Ponte (2004) reafirma essa visão, ao classificar o projeto como um meio “conformista” para solucionar problemas estruturais do campo e da cidade, uma vez que a pluriatividade é colocado como estratégia do capital que garante a permanência das famílias no campo, mas que não altera a estrutura agrária desigual. Idealizado sobre a perspectiva de urbanização do campo, as Vilas Rurais revelam o descaso com o modo de vida rural e a desarticulação dos movimentos sociais, além de solucionar, de maneira precária, o problema habitacional.

Neste mesmo estudo desenvolvidos por Ponte (2004), integrante do NERA, a pesquisadora reconhece a existência de novas ruralidades, mas afirma que a idéia de urbanização do campo, contido no projeto das Vilas Rurais, traz embutida a concepção de desaparecimento do campo e das suas particularidades ao atribuir maior peso as atividades não-agrícolas. As atividades pluriativas mascaram as especificidades do rural, inserindo essas famílias num modo de organização baseado na concepção urbana e sob condições precárias. A urbanização do campo mostra a “negligência com o rural como território, pois, na inviabilidade de políticas que contemplem estas atividades, lançam outras alternativas que, na verdade, mostram que o campo já não mais serve com suas características e singularidades” (PONTE, 2004, p. 220).



Vista as concepções destes grupos, ao contrário da depreciação e desqualificação, é o reconhecimento das distintas formas de pensar que o processo de construção do conhecimento deve ser encarado, analisando, dialogando e, sobretudo, reconhecendo, com coerência e alteridade, as divergências que o saber geográfico abriga quando entendido os interesses e aproximações com paradigmas distintos nas quais os grupos de pesquisa estão conectados. Estas divergências temáticas e paradigmáticas, explica a formação de diferentes grupos de pesquisa e legitima as ações praticadas no território.

Deste modo, pode-se dizer que o GEDRA entende a pluriatividade como estratégia de reprodução econômica e social de produtores rurais⁴, possui uma rede de estudos que compartilha desta temática e integra o camponês dentro de uma lógica de mercado; o NERA entende que a saída para a reprodução camponesa é dada a partir da conflitualidade e da multidimensionalidade, em que a reforma agrária, a ocupação de terras e as manifestações engendradas pelos movimentos sociais são alternativas para a superação do sistema capitalista. O Pronera, MDA e MST são exemplos de organizações e instituições cujo foco volta-se a reforma agrária, a educação formal dos trabalhadores rurais assentados, com a organização social dos camponeses, bem como as suas estratégias e ações.

Grupos de pesquisa: dimensão institucional-acadêmica e o processo de reestruturação produtiva

Atualmente, grande parte dos pesquisadores que se dedica ao estudo da Geografia Agrária nas universidades paulistas se encontra ligado a grupos de pesquisa, um tipo de organização acadêmica formalizada na década de 1990 pelas agências de auxílio e fomento do país. Como já dito, de uma forma ou de outra, pode-se afirmar que os grupos sempre existiram na produção de pensamento realizada na Geografia, todavia, recentemente, as formas de (re)produção capitalista e a ordem neoliberal, atribuíram novos sentidos à pesquisa realizada no país.

Coincidentemente, foi também neste mesmo período que o processo de reestruturação produtiva teve ímpeto no Brasil. Como reflexo do mundo do trabalho, a reestruturação produtiva chega ao sistema universitário através da institucionalização da pesquisa e da extensão, determinando modificações na orientação das políticas públicas para a formação de recursos humanos. Assim, a imposição de metas produtivistas atingiu sensivelmente o meio acadêmico, transformando a idéia de grupos de pesquisa em um conceito funcional e mercadológico. Na tentativa de adequar-se as demandas apresentadas pelo mundo do trabalho, a década de 1990 marca essa nova realidade, em que a educação é mergulhada num conjunto de profundas transformações. O padrão de acumulação fordista é deixado para trás e as políticas públicas educacionais brasileiras

⁴ Uma outra perspectiva que os trabalhos do GEDRA e NERA trazem são os conceitos empregados, em que o primeiro utiliza o conceito produtor familiar e/ou agricultor familiar e o NERA o conceito de camponês.



sintetizam os ideais da Organização das Nações Unidas (ONU) para a América Latina, através de uma educação baseada na transformação produtiva equitativa.

Estas políticas educacionais têm buscado meios alternativos para satisfazer às novas exigências dos mercados nacional e internacional que são apresentadas como demandas pelo setor empresarial. Este processo reformulou, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Básico (PCN) e o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Profissional (PROEP) e estabeleceu novos mecanismos de avaliação, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e as avaliações trienais da Capes sobre os cursos de mestrado e doutorado.

Da mesma forma, na Educação Superior, esta dinâmica também foi instaurada. Sob o auspício de “qualificar” a pós-graduação, em 1973 foi formulado o I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) para o período de 1975-1979. Dentre as metas estabelecidas, estava o incentivo à formação de grupos de pesquisa, bem como o intercâmbio de recursos humanos para propiciar a consolidação de grupos vinculados ao ensino e à pesquisa no país. Sobre a proposição de conformação dos grupos de pesquisa, o I PNPG postulou:

“As instituições de ensino superior devem, a partir de agora, concentrar esforços e iniciativas para a melhoria de qualificação de seus recursos humanos, para poder cumprir, a médio prazo, os objetivos de formação autônoma de grupos e núcleos capacitados a preencher áreas deficientes e abrir áreas novas em seus programas de ensino e pesquisa” (BRASIL/MEC, 1975, p. 138).

O III PNPG (1986-1989) reiterou a importância dos grupos de pesquisa, colocando-o como fator proeminente para o desenvolvimento da capacidade científica do país ao fomentar a “criação de programas de mestrado, com base nos grupos emergentes de pesquisa [...]” (BRASIL/MEC, 1986, p. 205). Instigou-se ainda, a extensão da formação dos grupos de pesquisa para além dos domínios da pós-graduação, através do apoio a grupos emergentes e a participação da graduação.

Neste mesmo documento, a política de continuidade ao financiamento de pesquisadores filiados a grupos de pesquisa, expressou a tendência à formação dos grupos, uma vez que para esta parcela de pesquisadores o apoio à atividade científica tem maior probabilidade de financiamento: “Assegurar a continuidade de trabalho dos grupos de pesquisa consolidados, garantindo-lhes a infraestrutura por meio de programas de apoio de longa duração” (MEC/CAPES, 1986, p. 210). Como o financiamento é um dos fatores determinantes no desenvolvimento das pesquisas, observa-se que já nesse momento a perspectiva de pesquisa para o país é conduzida para a consolidação de grupos de pesquisa.

Acompanhando esta mesma lógica de estímulo à criação de grupos de pesquisa, as diretrizes promulgadas pelo V PNPG (2005-2010) prezaram pelo estabelecimento de grupos de pesquisa em 1) regiões cuja densidade da organização científica era pequena; 2) e em regiões capazes de potencializar o desenvolvimento científico do país. Neste, os grupos de pesquisa também são avaliados como parte das



estratégias de desenvolvimento dos programas de cooperação interinstitucional, com o intuito de tornar mais simétrica a disposição de recursos humanos. Programas de bolsas de estudos para a promoção da interlocução e compartilhamento do conhecimento, bem como para propiciar a mobilidade entre os membros, são instrumentos que visam atender os pesquisadores nucleados em grupos de pesquisa. No que concerne aos processos avaliativos, a participação dos alunos da pós-graduação em grupos de pesquisa constitui-se como um dos índices propostos pelo plano. “A pós-graduação deve ser auferida pela qualidade da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa que a compõem.” (MEC/CAPES, 2004, p. 63). Ainda, o V PNPG ainda propõe a flexibilização do modelo de pós-graduação como uma das metas a serem atingidas. Como proposta, é apontada a substituição do cursamento de disciplinas pela participação dos discentes em atividades de pesquisa, ou seja, junto a grupos de pesquisa.

Um dos parâmetros definidos pelo penúltimo “Critério de Avaliação Trienal” da Capes (2004-2006) para a avaliação dos cursos de pós-graduação em Geografia, a existência de grupos de pesquisa é um dos requisitos – peso 30% – para a atribuição das notas máximas 6 e 7 aos programas. Isso pode ser identificado especificamente no item 2, que aprecia sobre a “consolidação e liderança nacional do programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação” (BRASIL, MEC/CAPES, 2007, p. 25). Este item avalia o “nível de consolidação do programa como formador de recursos humanos e liderança nacional na nucleação de programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa” (BRASIL, MEC/CAPES, 2007, p. 25).

Como exposto, a política nacional de pós-graduação e, conseqüentemente, a oficialização dos grupos de pesquisa adotada, sempre esteve baseada numa avaliação quantitativa e produtivista, em que o mérito dos programas não é mais mensurado pela capacidade de formar bons profissionais, mas pelo volume das publicações. De acordo com Severino:

“O modelo de avaliação pauta-se mais nos produtos do que nos processos da pós-graduação, ou seja, não é capaz de identificar expressão de qualidade na vida acadêmica e científica de um Programa a não ser mediante um balanço positivo de resultados imediatamente palpáveis, como se um Programa que não tiver, a todo tempo, um acervo de produtos para apresentar necessariamente não fosse um programa qualificado, sério e competente. Daí a pressão que o processo avaliativo faz para que todos os envolvidos produzam como se estivessem numa linha de montagem industrial” (SEVERINO, 2003, p. 5).

A respeito do modelo bibliométrico, Polanco (1989) analisou a função dos artigos científicos franceses como objetos empíricos privilegiados. Para o autor, os artigos são indicadores da produção da pesquisa científica, pois são seus produtos finais. Contudo, não se pode reduzir o padrão de avaliação à dimensão quantitativa, isto é, ao fator meramente produtivo, pois o conhecimento extrapola esse entendimento e adentra aspectos cognitivos que a bibliométrica não alcança (POLANCO, 1989). “[...] Não é a



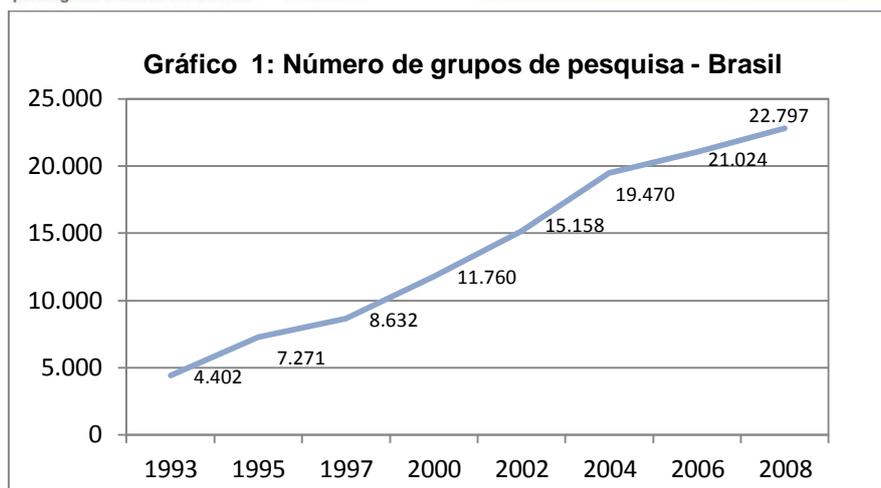
toa que o atual programa da coleta Capes transforma automaticamente toda informação em dado quantitativo e em porcentagens, e o que não for tabulável, quantificável, acaba não sendo levado em consideração.” (SEVERINO, 2003, p. 5).

Tal dinâmica vem levando a sistemática classificação dos programas de pós-graduação, a partir do estabelecimento de *rankings* e a incessante competição pelos melhores patamares. A adoção deste tipo de avaliação tornou-se critério elementar para a atribuição de bolsas e recursos oferecidas pela Capes e pelo CNPq. Sobre esse tipo de avaliação, Severino acrescenta:

“Em se configurando como processo classificatório, vai ganhando um tom punitivo/premiador em detrimento do desejável caráter diagnóstico, como força de apoio ao aprimoramento dos Programas. Vai também perdendo sensibilidade a características específicas das áreas e programas em função de suas peculiaridades, tal a necessidade de uma sempre crescente padronização de formatos. Com efeito, não consegue aferir as especificidades das áreas e acaba baseando-se em critérios homogêneos para julgar situações heterogêneas” (SEVERINO, 2003, p. 5).

Os grupos de pesquisa também estão condicionados à dinâmica engendrada pelo processo de reestruturação produtiva que visa o atendimento das demandas do setor empresarial. Os grupos reproduzem as mesmas metas produtivistas e competitivistas. Esta concepção atribuída aos grupos de pesquisa ganhou intento em 1990, década em que a preocupação com a organização formal da pesquisa efetiva-se no Brasil (ROBL; MENEGHEL, 2003). Em 1992, o CNPq instaurou o projeto denominado *Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil* (DGPB), órgão responsável em oficializar a atividade científica no país. O DGPB possui dois tipos distintos de base de dados: *a base corrente* e *a base censitária*. Na primeira são registrados dados diariamente a partir de uma avaliação permanente, em que grupos podem ser incluídos ou excluídos do diretório, conforme a sua atividade; já o segundo tipo de base fundamenta-se no censo dos grupos de pesquisa, contendo os dados registrados na base corrente, divulgado pelo CNPq a cada dois anos.

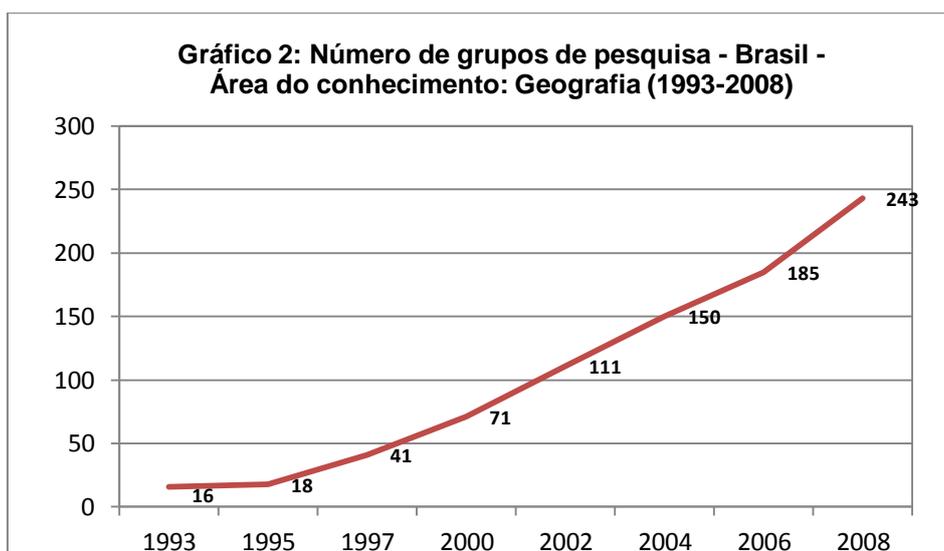
Em relatório divulgado pela Capes, a entidade apontou uma tendência contínua e crescente na formação desses espaços de pesquisa (SOARES, 2002). O penúltimo censo divulgado pelo CNPq, em 2008, levantou a existência de 22.797 grupos de pesquisa distribuídos em todo o Brasil (Gráfico 1).



Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB), 2008. Organização: Janaina Francisca de Souza Campos (2010)

O gráfico confirma essa recente condição da atividade científica no país. O DGPB registrou o aumento contínuo dos grupos de pesquisa: 4.402 (1993), 7.271 (1995), 8.632 (1997), 11.760 (2000), 15.158 (2002), 19.470 (2004), 21.024 (2006) e, por fim, 22.797 grupos cadastrados na base até o ano de 2008. Se comparado a série inicial de 1993 com a última, realizada em 2008, verifica-se um aumento significativo dos grupos de pesquisa de mais de 500%.

No que concerne à Geografia, o DGPB também indicou o crescimento paulatino dos grupos de pesquisa nesta área, registrando apenas 16 grupos em 1993 e saltando para 243 no ano de 2008 (Gráfico 2).



Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB), 2008
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos (2010)



O gráfico 2 demonstra o processo de internacionalização que a Geografia, assim como as Ciências Humanas, vem sendo submetida, cujo crivo das “ciências duras” serve para readequar as “ciências moles”(MAIA, 2000). Além da formalização da pesquisa por intermédio dos grupos de pesquisa, outras questões também poderiam ser aprofundadas, tais como a reformulação da carreira docente e o aumento dos níveis quantitativos da produção intelectual. Tal situação redefine o processo de construção do conhecimento, uma vez que é acelerado e novos ritmos e tempos são impressos no “fazer ciência”. Esta velocidade se assemelha com o “chão” da fábrica e com as linhas de montagem, em que a maximização do tempo, a racionalidade da produção e a alta produtividade são fatores fundamentais.

Segundo o CNPq (2008), o DGPB está centrado em três objetivos:

“1)[...] é um eficiente instrumento para o intercâmbio e a troca de informações. Com precisão e rapidez, é capaz de responder quem é quem, onde se encontra, o que está fazendo e o que produziu recentemente; 2) Seja no nível das instituições, seja no das sociedades científicas ou, ainda, no das várias instâncias de organização político-administrativa do país, a base de dados do Diretório é uma fonte inesgotável de informação. Além daquelas informações diretamente disponíveis sobre os grupos, seu caráter censitário convida ao aprofundamento do conhecimento por meio das inúmeras possibilidades de estudos de tipo survey. *A construção de amostras permitirá o alcance de respostas sobre campos não cobertos pelos dados, como, por exemplo, o financiamento, a avaliação qualitativa da produção científica e tecnológica, bem como o padrão fino das interações entre grupos de pesquisa e o setor produtivo. Desta forma, é uma poderosa ferramenta para o planejamento e a gestão das atividades de ciência e tecnologia;* 3) [...] a base de dados, na medida em que é recorrente (realização de censos bi-anuais), virá a ter cada vez mais um importante papel na preservação da memória da atividade científico-tecnológica no Brasil” (CNPq, não paginado, 2008, grifo nosso).

Estes objetivos demonstram claramente a interação com o setor produtivo, de maneira que o DGPB funciona como uma base de dados que desempenha um papel estratégico, pois revela as condições da atividade científico-tecnológica brasileira e atua como um agente intermediador com o setor empresarial.

Esta mesma concepção é explicitada pelo CNPq, na qual um grupo de pesquisa é definido como:

“[...] um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente em torno de uma ou, eventualmente, duas lideranças: - cujo fundamento organizador dessa hierarquia é a experiência, o destaque e a liderança no terreno científico ou tecnológico; - no qual existe envolvimento profissional e permanente com a atividade de pesquisa; - cujo trabalho se organiza em torno de linhas comuns de pesquisa; - e que, em algum grau, compartilha instalações e equipamentos” (CNPQ, 2008).



Tal concepção centraliza a hierarquia – a diferenciação de líderes, pesquisadores, estudantes e técnicos –, a liderança – líder do grupo –, a flexibilização, a profissionalização e a especialidade – definida pelas linhas linha de pesquisa – no processo de construção do conhecimento. Assim, a relação entre educação e mercado de trabalho constitui-se numa iniciativa que contribui para o estabelecimento de um cenário propício que favorece a construção de um novo padrão de participação político-social. A nova concepção de grupos de pesquisa faz parte de uma política educacional orientada a uma determinada concepção político-ideológica que visa formar uma força de trabalho adaptada às transformações que o processo de reestruturação produtiva exige.

A tabela abaixo (Tabela 1) demonstra, por áreas do conhecimento, o relacionamento dos grupos de pesquisa com o setor empresarial.

Tabela 1: Número de grupos que relataram pelo menos um relacionamento com empresas ^{1/}, segundo a grande área do conhecimento predominante do grupo ^{2/} - 2010

Grande área predominante do grupo	Nº de grupos que relataram relacionamentos (a)	Total de grupos na grande área (b)	a/b x 100
Engenharias	1.068	3.548	30,1
Ciências Agrárias	707	2.699	26,2
Ciências Exatas e da Terra	343	2.934	11,7
Ciências Biológicas	352	3.108	11,3
Ciências Sociais Aplicadas	328	3.438	9,5
Ciências da Saúde	430	4.573	9,4
Ciências Humanas	235	5.387	4,4
Linguística, Letras e Artes	43	1.836	2,3
TOTAL	3.506	27.523	12,7

^{1/}Empresas são entes que possuem no mínimo um registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. ^{2/} Cada grupo possui apenas uma grande área do conhecimento predominante nas suas atividades. Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB), 2008.

No ano de 2010, quase 13% do total dos grupos de pesquisa cadastrados no DGPB possuíam relação com pelo menos uma empresa, destacando-se as Engenharias e Ciências Agrárias, com 30,1 e 26,2%, respectivamente. No tocante as Ciências Humanas, a área ainda se coloca de maneira tímida e ocupa o penúltimo lugar, em que apenas 4,4% dos grupos estreitam relações com o setor produtivo. No que tange a Geografia, dos 313 grupos, 24 estiveram ligados, ou seja, menos que 8% dos grupos registrados. Assim como as demais, as Ciências Humanas couberam se adequar a esta



política, universalizando, padronizando e uniformizando a estrutura na qual a ciência deve ser produzida e alinhada.

Esta integração do conhecimento ao setor produtivo demonstra uma nova lógica que busca formar uma força de trabalho sob os moldes, padrões e competências exigidos pelo mercado, em que a flexibilidade, criatividade e liderança são elementos basilares para esse rearranjo neoliberal. Neste sentido, fica evidente que além de uma afinidade temática, paradigmática, ideológica e política compartilhada pelos geógrafos que compõem grupos de pesquisa, os grupos também estão conectados a um projeto internacional que instrumentaliza o processo de reestruturação produtiva vigente no sistema capitalista.

Considerações finais

O processo de reestruturação produtiva estendeu-se a universidade e colocou os grupos de pesquisa como categorias competitivas, flexíveis, hierarquizadas e produtivistas. Mesmo sabendo do contexto que envolve essa concepção, buscou-se, neste texto, demonstrar a importância do saber produzido por esses grupos, em que ideologias, políticas e intencionalidades são dimensões inerentes aos estudos geográficos e são capazes de legitimar paradigmas de estudo.

Dada a intencionalidade cometida no ato de selecionar as temáticas, os grupos de pesquisa não constroem seu conhecimento de maneira neutra e imparcial, pelo contrário, constitui-se num corpo de conhecimento aceito e organizado que é interpretado de modo particular, nas quais as ideias “circulam” e diversas “geografias” são produzidas e disseminadas. Assim, se de um lado o GEDRA entende e prioriza a pluriatividade como estratégia de reprodução social para o campo, de outro lado, o NERA concebe a luta pela terra como alternativa a essa questão.

Com estas reflexões e longe de apresentar uma visão dualista dos grupos, espera-se contribuir com o estudo da História da Geografia a partir do diálogo crítico e reflexivo sobre o papel que os grupos de pesquisa desempenham junto à sociedade, desvendando que tipo de Geografia está se fazendo e, conseqüentemente, qual o debate paradigmático que a Geografia Agrária encontra-se mergulhada. O que se pretende é iniciar o debate paradigmático e demonstrar a diversidade de leituras que a Geografia Agrária apreende.



Referências Bibliográficas

BOMBARDI, Larissa Mies. Geografia Agrária e responsabilidade social da ciência. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, ano 19, p. 41-53, 2003.

BRASIL, MEC. **I Plano Nacional de Pós-Graduação**. Brasília, 1975.

BRASIL, MEC/CAPES. **III Plano Nacional de Pós-Graduação**. Brasília, 1986.

BRASIL. Câmara de Educação Superior (CES). Resolução nº 2, de 7 de abril de 1998. **Estabelece indicadores para comprovar a produção intelectual institucionalizada, para fins de credenciamento**. Brasília, DF, 15 de abril de 1998. Seção I, p. 32.

BRASIL, MEC/CAPES. **V Plano Nacional de Pós-Graduação**. Brasília, 2004.

BRASIL/CAPES. **Crítérios de avaliação**: Avaliação Trienal 2007 (triênio 2004 - 2006). Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/criterios-de-avaliacao>>. Acesso em: 19 fev. 2010.

CNPQ. **Perguntas frequentes**. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/diretorioc/html/faq.html#3>>. Acesso em: 17 set. 2008.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil: compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira**: estudo dos assentamentos das regiões Norte e Nordeste. 2008. 112f. Relatório científico (Graduação em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A questão agrária no limiar do século XXI**. Presidente Prudente: NERA, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-301.

FOCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 19 ed. São Paulo: Loyola, 2009. 74 p.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 341 p.

HARLEY, John Brian. "Hacia una desconstrucción del Mapa". In: HARLEY, John Brian. *La Nueva Naturaleza de los Mapas*. Cidade do México: Fondo Económico, 2005. p. 185-207

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 279 p.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções científicas**. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. 260 p.

LACOSTE, Yves. **A Geografia. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 3 ed. Campinas: Papyrus, 1988. 133 p.



LUCKESI, Cipriano. et al. **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. 4ª Ed. São Paulo, Cortez, 1987, 231 p.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. Crítica à Pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária. **Revista NERA**, Ano 13, n. 17, p. 65- 80. 2010.

MAIA, Newton Freire. **A ciência por dentro**. 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. 262 p.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. A estrutura produtiva e econômica do bairro Aeroporto, município de Presidente Prudente-SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos**. Gramado: UFRGS, 2004. Disponível em CD-Rom.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. Relação cidade-campo: um estudo dos bairros rurais do município de Presidente Prudente. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2. , 2005, Presidente Prudente. **Anais eletrônicos**. Presidente Prudente: UNESP, 2005. Disponível em CD-Rom.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 350 p.

NORONHA, Elias Oliveira. O espaço rural no contexto da urbanização difusa: o estudo da pluriatividade nos Bairros Rurais Roseira e Toca no Município de Jundiaí (SP). 2008. 262f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp).

PEREIRA, Sergio Nunes. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 112-124, 2005.

POLANCO, Xavier. “Une science-monde: la mondialisation de la science européenne et la création de traditions scientifiques locales.” In: POLANCO, Xavier (dir.) Naissance et Développement de la Science-Monde. Paris, Ed. La Découverte/Unesco, 1989. p. 10-53.

PONTE, Karina Furini da. Uma análise das novas ruralidades e do controle social no programa vilas rurais do Estado do Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos**. Gramado: UFRGS, 2004. Disponível em CD-Rom.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia: Teoria e Crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 93-113.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)**. 2008. 428 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.



ROBL, F.; MENEGHEL, S. M. Produção Acadêmica em Grupos de Pesquisa em Educação – o perfil dos GPs do Sistema ACADE/SC. In: ALMEIDA, Heleuza Carrilho Tuka de et al. (Org.). **Desafios da educação neste século**: pesquisa e formação de professores. Cruz Alta: UNICRUZ, v.2, 2003. p. 262-271.

ROCHA, Herivelto Fernandes. **Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil**: compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira: estudo dos assentamentos da região Centro-sul. 2008. 72 f. Relatório científico (Graduação em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e Ideologias**. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. 172 p.

SEARLE, John. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **A política de pós-graduação no Brasil: avaliando a avaliação**. 2003. Disponível em:

<www.anped.org.br/reunioes/26/.../seantoniojoaquimseverino.doc>. Acesso em: 19 fev. 2010.

SILVA, Dianice Oriane. **Transformações no espaço rural do Norte Pioneiro Paranaense**: Estratégias de resistência e/ou permanência dos agricultores familiares no município de Jacarezinho / PR. 2008. 283f. Dissertação (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp).

SOARES, Maria Susana Arrosa (et al). (org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília: Capes, 2002. 304 p.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma jangada de pedras? São Paulo, **Terra Livre**, n. 17, p. 119-138, 2001.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1992. 108 p.



GT-02-Ciência, Inovação e Transições Sociotécnicas na Agricultura no Mundo Rural

**O saber plantar e o saber colher: saberes que emergem da prática do fazer
farinha na Amazônia paraense**

Cirlene do Socorro S. da Silva – SEDUC/UEPA¹

Maria das Graças da Silva - UEPA²

Darinez de Lima Conceição – UEPA/UFPA³

¹ Socióloga, Mestra em Educação pelo Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Pará - Linha de Pesquisa Saberes e Educação da Amazônia. E-mail: cirlesilva@yahoo.com.br

² Socióloga, Doutora em Planejamento Urbano e Regional, (UFRJ/BRASIL), Professora Adjunto III da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Líder do Grupo de Pesquisa Educação e Meio Ambiente (GRUPEMA). E-mail: magrass@gmail.com

³ Pedagoga, Mestra em educação pelo Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Pará Linha de Pesquisa Formação de Professores. E-mail: darynez@yahoo.com.br

Resumo

O texto objetiva contribuir para a análise e reconhecimento de saberes camponeses historicamente invisibilizados pelo conhecimento acadêmico orientado pelo pensamento cartesiano, mas, que se materializam por meio de fazeres e dizeres em práticas educativas nas casas de farinha de uma comunidade da Amazônia Paraense. É oriundo de uma dissertação de Mestrado em Educação produzida no Programa de Pós Graduação da UEPA - na Linha de Pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia. O caminho metodológico dessa pesquisa qualitativa exigiu o desenvolvimento de técnicas próprias do estudo de caso para a produção de dados como: pesquisa bibliográfica e de campo, entrevista semiestruturada, observação participante e foto-etnografia. Como resultado mapeou-se saberes que originaram uma cartografia composta entre outros, pelos saberes que antecedem o fazer farinha, nas casas de farinha, como o saber plantar, o saber colher, saberes que envolvem complexos processos sócios – educativos e que vem passando por modificações, uma vez que, os agricultores estão substituindo a forma tradicional de plantar adotando produtos químicos que podem causar-lhes um significativo custo social e ambiental.

Palavras – chave: saber plantar – saber colher - fazer farinha - práticas educativas.



Introdução

Este estudo originou-se da vivência enquanto educadora numa escola de Ensino Médio da rede estadual localizada no município de Mãe do Rio, Estado do Pará, integrante da Amazônia brasileira. A necessidade de conhecer os saberes culturais que esses sujeitos jovens agricultores familiares construam fora do espaço escolar, especialmente nas atividades relacionadas ao mundo do trabalho, influenciou-nos e orientou nossa escolha pelas práticas educativas inscritas nos processos do fazer farinha. Essa opção tem sua razão no fato de que muitas famílias mãerienses têm na agricultura familiar, uma das formas, e, em muitos casos, a principal garantia de sua sobrevivência.

Na atualidade, é perceptível um movimento epistemológico inscrito em alguns estudos⁴, que despontam sob a perspectiva de uma produção de conhecimento crítico, ao considerar que há uma educação inscrita no fazer dos sujeitos. Em outras palavras, a construção do conhecimento se faz sob o olhar, a percepção de que as coisas da natureza são transformadas em objetos da cultura por meio dos modos de ser e de viver dos sujeitos, que ao expressarem seus saberes e conhecimentos produzem sentido à vida (BRANDÃO, 2002).

Esses estudos indicam que mudanças vêm se processando no campo da educação, pois, pelo menos, em parte, o território e a história têm sido considerados nas diversas formas de educação, bem como suas contribuições na construção e na afirmação das identidades. Para Brandão (2007, p. 09) “Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece, e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”.

O fazer farinha é um processo que envolve a realização de várias etapas e atividades, como plantar, colher, descascar, ralar, prensar, peneirar, torrar, entre outras, que permitem chegar ao produto final, que é a farinha. Por meio desse produto, historicamente,

⁴ Dentre eles, as dissertações defendidas no Mestrado em Educação da Universidade do Estado do Pará, de João Colares da Mota Neto, das práticas religiosas cotidianas de um terreiro do Tambor de Mina na Amazônia onde se desenvolvem processos educativos de construção e transmissão de saberes culturais. E de José Williams da Silva Valentim, que analisa, entre outros, os saberes quilombolas da comunidade de Murumuru a partir das práticas sociais cotidianas.



grupos sociais, geralmente camponeses, têm construído suas condições de reprodução material de existência.

Por argumentar que em todo processo produtivo a cultura e a educação estão inscritas, pesquisamos o cotidiano de uma comunidade rural camponesa identificada pelos seus moradores como Comunidade Santo Antônio do Piripindeua, localizada no município de Mãe do Rio, no Estado do Pará, a fim de analisar formas de educação praticadas no espaço das casas de farinha. Delimitei meu foco de estudo sobre as relações de (con)vivência e práticas educativas que perpassam a produção da farinha de mandioca, reconhecido neste estudo como um processo eminentemente educativo que possibilita a construção e a difusão de saberes culturais.

A pesquisa caracterizou-se por ser uma pesquisa de campo. Para Minayo (2000, p.105), na pesquisa qualitativa, o campo “é o recorte espacial que corresponde à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação”.

Tomamos como referência Martins (2008) para optarmos por algumas técnicas utilizadas pelo estudo de caso, que é concebido por ele como uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real. Essas técnicas foram: a foto etnografia, que de acordo com Achutti (1997) teve a função de registro, de documentar as ocorrências cotidianas, no fazer da farinha; entrevistas semi-estruturadas que foram realizadas, por se tratar na concepção de Macedo (2010, p. 104) de “recurso metodológico para a apreensão de sentidos e significados e para a compreensão das realidades humanas”; e a observação participante, fundamentada na necessidade de registrar os relatos detalhados e contextualizados (MARTINS, 2008).

2. Saberes e dizeres da teoria: algumas considerações

Na chamada modernidade, o rural, considerado sinônimo de agricultura, foi caracterizado pela oposição campo/cidade, concebido como sujeito aos domínios da natureza e da tradição, a ser transformado pelos processos civilizatórios burgueses em que a



tecnificação, a lógica e a racionalidade do mercado transformariam esse espaço. Com essa valorização econômica, desqualificaram saberes e outras racionalidades distintas da racionalidade técnica científica e do mercado, tais como as camponesas e de outras culturas não hegemônicas que passaram a ser vistas como irracionais e incivilizadas (MOREIRA, 2003).

Dessa forma, é importante esclarecer que estamos tratando aqui de acordo com Moreira (2009) de uma redefinição de espaço rural, não mais apenas como espaço de produção agrícola, mas, entendido, na perspectiva de mundo contemporâneo onde se tem atores com interesses diversos construtores de um campo de forças onde variadas relações de trabalho estão a ele associadas, enquanto campo sociocultural.

Ao assumir, como pressuposto, que a realidade humana é culturalmente construída, torna-se imprescindível reconhecermos a construção de processos sociais que se constituem no campo da cultura e da educação, por considerar que vivemos num processo de resignificação da natureza humana e, no caso, da própria realidade rural (CASTORIADIS, 1992; MOREIRA 2003).

Brandão (2008), afirma não haver grupo humano estável que, além de ter sua vida social, não tenha também a sua memória, a sua história e a sua cultura. Para esse autor, essa complexa teia e trama que envolve esses conhecimentos, consistem na experiência de uma cultura, de sua partilha recíproca e de seu aprendizado, e está contida nas diversas formas dos seres humanos ocuparem o planeta, socializarem a natureza e criarem modos de vida.

Neste sentido, a criação de um produto, como a farinha de mandioca, possui uma história relacionada com um determinado estilo de vida de grupos sociais da região amazônica, configura-se como um produto imbricado em contextos socioculturais e naturais peculiares. Nesse estudo, o fazer farinha é analisado como um ato de criação, pois, nesse fazer se produz não apenas a matéria (farinha), mas também cultura e educação, e, ao produzir cultura e educação, o ser humano está se produzindo enquanto ser multiplicador desse saber camponês.

Perceber a educação enquanto prática social pressupõe compreendê-la numa perspectiva que extrapola o espaço escolar, ou para usar outra terminologia muito conhecida no mundo acadêmico, o saber formal. Para Castoriadis (2002, p. 233) “existe”⁴¹¹



sempre um campo social da significação que está longe de ser simplesmente formal, e do qual ninguém, nem mesmo o mais original dos artistas, pode escapar: ele só pode contribuir para sua alteração”.

O campo de estudos anteriormente classificado como sendo específicos das ciências sociais passa a ser analisado pela ótica da educação. O conhecimento científico sob o recorte da educação projeta-se de modo a refletir sobre as práticas educativas a partir das relações de (con)vivência, como as que acontecem nas festas, nos rituais, nos espaços de lazer, nas casas, nas ruas, nas florestas, enfim, nos espaços onde se produzem aprendizagens, saberes e fazeres.

3- O saber plantar e o saber colher: saberes que antecedem o fazer farinha.

O saber-fazer farinha, que informa as atividades cotidianas dos agricultores, tem se configurado como uma prática social por meio da qual se dinamiza historicamente a socialização de um conjunto de saberes entre as gerações.

As diferentes práticas que fazem parte do processo de fazer farinha são orientadas e orientam saberes. No entanto, este saber-fazer farinha não se inicia nas casas de farinha e incorpora outros saberes, como o saber plantar a maniva e o saber colher.

3.1 - O saber plantar a maniva

Para fazer a farinha, primeiro precisa saber como se planta a maniva, pra poder dá a mandioca pra gente poder fazer a farinha, porque se a gente pensar só de fazer a farinha sem plantar, mais tarde a gente não vai fazer a farinha porque não tem. Você tem que primeiro aprender como plantar a maniva, porque dali é que vem pra gente poder fazer a farinha. Se você só dizer: “ah! Eu vou fazer farinha”, mas se eu não plantar, no próximo ano eu não tenho como fazer a farinha (AFC, 02).

Conforme se pode perceber nesta fala, o saber plantar antecipa o saber fazer farinha, ou seja, configura-se como um saber necessário à realização das demais práticas, uma vez que o fazer farinha depende da matéria prima básica, que é a raiz da mandioca. Ao relatar



que “primeiro precisa aprender como planta a maniva”, o agricultor revela nesse discurso que eles não adquirem a matéria prima necessária de outras comunidades ou mesmo de outros municípios, sendo, portanto, responsáveis pelo plantar, o que possibilita o fazer farinha.

Identifico nesse processo uma relação dialética entre o fazer farinha e o saber plantar, pois um precisa do outro para continuar existindo. Não saber plantar para os agricultores, significa a impossibilidade de não realizar as práticas de fazer farinha.

Ao perguntar sobre a origem desse saber plantar na comunidade, um dos entrevistados revelou que o cultivo de roçados de mandioca é de origem indígena, pois, plantaram o primeiro roçado; “a gente não sabe se eles produziam a farinha, a gente conta a história, que eles (os mais antigos) contavam, sabe que mexiam com o roçado” (AFC, 03).

Assim como o conhecimento local, estudos que abordam a origem da raiz de mandioca (*manihot esculenta Crantz*) no Brasil também afirmam que essa raiz já era cultivada pelo menos há cinco mil anos, numa área que abarcava desde a América Central, as Antilhas e toda a vertente Atlântica da América do Sul (ADAMS, 2006).

O processo que envolve o saber fazer farinha incorpora uma temporalidade e uma relação intergeracional e que não se configura como uma simples relação de ensinar e aprender.

Acho que vem mais dos antigos. De primeiro, foi os mais antigos que começaram, nós já somos os mais novos. Não tem bem explicação não, esse saber a gente aprendeu quando começamos mesmo, os outros já estavam há muitos tempos já fazendo a farinha, já tinha aprendido com outros (AFC,02).

O discurso acima evidencia essa temporalidade no saber fazer farinha, um conhecimento construído que vem sendo socializado de geração em geração e que se aprende na prática cotidiana da comunidade. Neste sentido, o conhecimento prático de fazer farinha se aproxima das considerações de conhecimento tradicional de Diegues (2000, p. 14), que “pode ser definido como o saber e o saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não-urbano/industrial, transmitidos, em geral, oralmente de geração em geração”.



Ao referir-se sobre a importância do fazer farinha para a sua reprodução social e de sua família, um agricultor destaca, ainda que de forma indireta, a importância da roça, ou seja, uma das etapas do processo que antecede o fazer farinha: “eu digo que pra mim (o mais importante) é a roça, porque é daqui que eu vivo, que é como eu estava falando, sem roça é o meu sofrimento” (AFM, 01). Essa fala atribui à existência da roça o sentido da própria vida. Ele concebe a roça como um território de vivência, a base de sua reprodução material e cultural.

Ao relacionar o “sofrimento” à ausência da roça, este discurso remete à concepção de Castro (2000), para quem os seres humanos agem sobre o território a partir de atividades produtivas que contém e combinam formas materiais e simbólicas, ou de Brandão (2002), que considera as relações de produção e reprodução social também como relações simbólicas.

O saber plantar incorpora uma diversidade de saberes dos sujeitos. Esses saberes são construídos na relação com a natureza e nas relações de (con)vivência. São indicados aqui nos diversos tempos que compreendem o saber plantar: o tempo de brocar, o tempo de queimar, o tempo de capinar, entre outros, conforme pode-se perceber nos depoimentos dos entrevistados:

Primeiro a gente prepara a terra, a gente aqui faz é brocar... no tempo de queimar, a gente queima.... No tempo de plantar, a gente planta a maniva... Que é pra produzir a mandioca, a maniva está nascidinha no jeito de limpar, a gente capina, umas duas capinadas (AFC, 02).

O brocar é a gente pega uma foixa e saí no mato, caçando, brocando. Eu acredito que isso se chama brocar, mas é cortar mato né (...). Depois é só esperar secar pra tocar o fogo. Quando queima bem, a gente não ajunta galho, não ajunta nada, nem um mais, queima bem, ficando só a terra. Mas quando não queima bem, a gente tem que ajuntar, fazendo aquele monte que nem caieira, taca fogo, fica só coivara, fica só o chão é só plantar roça (AFM, 01).

Esses procedimentos revelados nesses discursos evidenciam que a diversidade de saberes dos sujeitos indica um acúmulo de conhecimentos que lhes possibilitam perceber



não só a necessidade de manter a sequência das atividades, como também as temporalidades de suas realizações.

Na sequência do desenvolvimento das atividades, a “broca” e a queimada são as duas práticas relacionadas à preparação da terra. Dependendo do resultado da “broca” e da “queimada”, é possível iniciar o plantio. Caso ainda haja muitos restos de madeira, é necessário praticar a “coivara”, processo de limpeza do terreno.

Nesse sentido, é possível perceber que o saber plantar expresso no discurso dos agricultores remete a um saber popular que orienta o cotidiano desses sujeitos. Dito de outra forma, um saber empírico ligado à solução de problemas que transcende o indivíduo e é assumido como certeza básica, é constituído pelos conhecimentos, interpretações e sistemas de compreensão que produzem e atualizam os setores subalternos da sociedade para esclarecer e compreender sua experiência (MARTINIC, 1994).

No caso analisado, o plantar é um saber construído coletivamente na (con)vivência com familiares, vizinhos ou até diaristas:

pra plantar, a gente junta o pessoal do trabalho, junta tudo. Aí vai quatro, cinco abrindo os buracos, e dois, três jogando a maniva dentro da cova, jogando a terra em cima, isso no meio do capim, isso que é o plantar (AFM, 01).



Figura 01 – preparação, ida ao roçado. Fonte: Silva (2010).



A figura acima retrata o momento que antecede a ida ao roçado de uma família.

Com base nas informações e observações locais analisadas neste texto, é possível inferir que esse saber construído e socializado na organização social cotidiana dos agricultores e no fazer farinha, configura-se como uma prática educativa que envolve todos da família, inclusive as crianças, que participam como ajudantes. Elas quase sempre estão acompanhadas de uma pessoa adulta, seja dos pais, ou de demais parentes ou vizinhos.

Contudo, por ser um saber construído na prática, no caso, a de fazer farinha, há uma dificuldade por parte de uma visão determinista de ciência em conceber nesse saber plantar uma dimensão educativa. Segundo Brandão (2002), esta dificuldade ocorre porque temos o costume de associar educação a longínquas determinações sociais e esquecemo-nos de vê-la no seu contexto cotidiano, no interior de sua morada, ou seja, na cultura, considerado o lugar das ideias, códigos e práticas de produção e reinvenção do saber.

Como uma forma de reafirmar que a dinâmica da realidade, na sua relação com outros saberes, pode ser alterada, o saber plantar tradicional, referido nos primeiros depoimentos, vem sendo, nos últimos anos, reconstruído ou modificado com a introdução de produtos químicos para “matar o mato”, sobretudo uma espécie denominada pelos sujeitos de capim furão. De acordo com os depoimentos locais, o uso de veneno ocorre em decorrência da facilidade de manuseio, na perspectiva de aumento da produção, além da diminuição da quantidade de trabalho dispendido. Essa facilidade influenciou seu uso, pois “diziam que era bom o veneno” (AFM, 01), para o plantio.

Para Silva (2008, p. 59) “as formas de manejo dos recursos da natureza utilizados pelas comunidades locais, em alguns casos, têm um custo social e ambiental muito alto”, compromete as condições de reprodução material, uma vez que algumas práticas produtivas sofrem alterações em função, por exemplo, do desgaste do solo.

E melhor mexer com veneno do que com a terra gradeada. Porque com a terra gradeada depois que aquilo sara (...) fica ruim, quebra, e assim não, é só você chegar lá puxa a maniva, puxando e jogando ali, fica macia demais e a mandioca cresce. Porque esse capim, o capim furão que a gente chama, embaixo ele é de fibra, a raiz dele é de fibra, ai colocou veneno, a raiz dele fica tudo chocha, seca, fica fofa a terra. Ai quando o capim volta, a gente tira de enxada, mas num volta



não, ele morre mesmo. Achei bom trabalhar com ele. De primeiro eu não sabia trabalhar com ele não, eu aprendi entre eu mesmo, só. Diziam que era bom o veneno, mas eu não sabia mexer com ele, aí foi me dando ideia, me dando ideia, aí foi botando pra frente e custei aprender, já tem uns cinco anos que eu uso esse veneno. Com milho, com feijão é o mesmo sistema, é só não deixar ele brotar. Custa o cabra aprender, depois que ele aprender... (AFM, 01).

Nessa narrativa o agricultor destaca os benefícios da utilização de produtos químicos, sem que em nenhum momento faça qualquer menção aos prováveis prejuízos ambientais. Este fato demonstra que o uso de produtos químicos ocorre sem acompanhamento ou orientação técnica, uma vez que o agricultor aprende “entre eu mesmo” (AFM, 01). Assim, embora existam diferentes modos de aprender a prática de plantar e de manusear os produtos químicos, o método desenvolvido pelos agricultores no plantio é exportado para outras pessoas da comunidade, insere-se, portanto numa problemática ambiental que requer atenção das agências de formação.

Ao perguntar para um agricultor como ele identificava o momento adequado para utilização deste produto químico no roçado, ele descreveu:

É só esperar o furão crescer, quando ele tá desse tamanho aqui [faz um gesto], aí você já vai e planta a maniva, o capim é que indica você planta no meio dele, fechou a roça, fechou. Quando chegar no dia você pega a bombinha e sai pelo meio, com veneno, aí aquele capim seca, vai arriando devagar, arriando, arriando e a maniva sobe. Quando a maniva tiver por aqui [em torno de uns 10 cm], que você vai dá uma capinada. É assim que é, não tem esse negócio de queimar, depois capinar não, capina já no meio da roça. Quanto mais a terra fica fofa, mais a mandioca dana a crescer. O veneno mata a maniva, se pegar no grelo da maniva, mata (AFM, 01).

O depoimento acima evidencia que, apesar da utilização de determinados produtos, o saber plantar ainda é construído também a partir de uma relação dialética com a natureza, uma vez que “o capim é que indica” o momento adequado para a aplicação do produto e depois de alguns meses é que se inicia o processo de colheita das raízes de mandioca.



3.2 O saber colher

Para colher, a gente colhe com nove mês, conforme, um ano. Às vezes a gente nem espera ela amadurecer, tem que tirar ela verde. Quando a gente quer mexer nela que o verão já acabou, aí acaba o verão e o jeito é entrar na nova aí (...) a roça de verão começa a plantar no mês de maio, junho ou julho, conforme a chuva. Estes três meses é pra colher, é só quando faz ano, no outro ano. É só de ano a ano, mas às vezes não dá tempo porque a de verão está menor. A gente planta mais no inverno. No verão a gente planta menos. No inverno dá mais, produz mais, dá mais trabalho. Quando é no mês de maio ou junho é que é a roça de verão, aí fica mexendo, capinando nas duas (AFM, 02).

A colheita da mandioca geralmente é realizada de dez a doze meses depois de plantada. No entanto, algumas manifestações de alterações climáticas podem alterar e até prejudicar o período da colheita, que ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2010, cujo verão intenso, ocasionou produção insuficiente da farinha em função do tamanho das raízes.

Assim, percebe-se que essa prática da produção de farinha possui uma dimensão educativa, pois não ocorre sem planejamento, sem desenvolvimento e sem avaliação, entre outros motivos. Os sujeitos precisam conhecer o tempo adequado para o plantio, acompanhar seu desenvolvimento e avaliar o momento adequado para colher. Essa percepção remete a Freire (2008), para quem planejar a prática significa ter uma ideia clara das condições em que vamos atuar, dos instrumentos e dos meios em que dispomos, significa saber com quem contamos para executá-la ou prevê os momentos de ação que são avaliados.

Lá você vê se vai replantar de novo ou se vai deixar lá pra plantar com três ou quatro anos de novo, naquele mesmo lugar. Se você não for usar a maniva, você deixa lá e lá mesmo estraga. Agora se você for precisar, você apara, corta, põe numa sombra ou afinca ou deixa ela ali deitada com rama em cima, pra não secar o leite, pois se secar o leite, não nasce de



jeito nenhum [...]. Você tem que escolher pela mandioca a maniva pra poder guardar ela e plantar (AFM, 02).

Esse discurso revela que, saber colher e saber plantar, são atos intercomplementares de um mesmo processo, pois no momento em que se está colhendo o tubérculo da mandioca, as manivas são separadas para posteriormente serem colocadas em lugares adequados para que possam permanecer hidratadas, pois se “secar o leite”, as manivas não servem de mudas para o plantio. Como uma maneira de garantir uma boa produção, as manivas são separadas de acordo com a classificação que recebem, porque precisam ser consideradas como aquelas que dão boas raízes.

Ao realizarem esse processo de seleção das raízes, os agricultores na concepção de FREIRE (1985) não apenas se capacitam tecnicamente, eles constroem o conhecimento que permite a continuidade do fazer farinha, e ao construírem esse conhecimento, educam-se a partir de conteúdo educativo que nasce de suas relações com o mundo.

Na hora de colher, tem a mandioca amarela, né? Conforme o tipo de farinha que quer fazer é a mandioca que vai colher. Se for para fazer uma farinha seca, branca, colhe uma mandioca branca, mas desde o plantio já planta separado a branca da amarela (AFC, 07).

Essa fala revela que o agricultor planeja o plantio das manivas de mandioca, pensando no momento da colheita e no tipo de farinha que irá fazer. De acordo com essas decisões, cada parte do terreno é destinada a um tipo de tubérculo, conforme a cor do produto e o tipo de farinha que ele almeja produzir.

O agricultor identifica na prática da colheita, o tipo de mandioca que pode comprometer a qualidade da farinha e que vai exigir maiores cuidados na hora da produção: “a gente identifica pelo pau da maniva, antes de saber que esse tipo de mandioca amargava, às vezes fazia, quando ia ver, a farinha estava amargando. A gente coloca mais ela pra colocar na água pra ela amolecer” (AFC, 05).

Assim, a colheita do tubérculo da mandioca é feita quando a raiz está madura: “bem no ponto, é que a gente vai trazer pra fazer a farinha, aí a gente traz a mandioca de lá, raspa, bota na água pra gente poder fazer a farinha” (AFC, 02).



Além da preocupação prática com as condições de produção a partir do amadurecimento das raízes, há também a preocupação com o manuseio de ferramentas para que a retirada do tubérculo do subsolo não seja prejudicada e ocasione prejuízo: “na colheita a gente usa o terçado, quando não uma foice. Se tiver muito duro, tem que levar uma foice pra arrancar as pequenas debaixo da terra, pra não quebrar e não deixar” (AFM, 02).

O saber que orienta a prática da colheita, assim como o saber plantar, é construído a partir da convivência familiar, pois: “na colheita é tudo, é mulher, é criança, é homem é tudo” (AFM, 02). A participação das crianças ocorre segundo uma das agricultoras: “se não der pra gente deixar na escola” (AFM, 02). Essa participação, ainda crianças, contribui para que adquiram o conhecimento desta prática e iniciem sua formação como prováveis agricultores.

Dessa maneira, os sujeitos transformam a colheita numa prática educativa, seja na participação direta dos sujeitos no ato de colher, seja pelo desenvolvimento de atividades ou brincadeiras. Essa prática educativa, para Freire (1985, p. 76), ocorre pela interação do ser humano com a realidade que ele sente, percebe e sobre a qual exerce uma prática transformadora. É um fazer educativo que não pode ser realizado a não ser, inserido no mundo histórico e cultural.

Considerações Finais

Uma das intenções da pesquisa foi transgredir a ideia das casas de farinha serem consideradas apenas como espaços de produção material. Nesse sentido, o diálogo com teóricos de várias áreas do conhecimento amparou o estudo sobre as perspectivas de educação nesses espaços e contribuiu para a interpretação e análise de saberes e práticas educativas, que emergem dos processos de apropriação e usos desses espaços e das práticas cotidianas de fazer farinha dos agricultores familiares.

A pesquisa indicou que esses saberes são socializados pelos mais experientes e aprendido na prática, nas vivências dos aprendizes, que buscam seguir o exemplo dos que possuem mais habilidade na execução das práticas de fazer farinha e não são construídos de



forma isolada, mas guardam relações de interdependência entre si, de maneira que o saber colher depende do saber plantar a maniva.

Ao realizarem as práticas coletivamente, os agricultores demonstram a experiência acumulada e promovem a socialização dos saberes, principalmente com os aprendizes, que vão construindo e ampliando o saber inicial, até conseguirem autonomia na realização da prática de fazer farinha.

Ao trazer essas questões, a expectativa é de que elas possam ser o ponto de partida para outros percursos de pesquisas e de reflexões, pois no campo da educação, em contexto não escolar, particularmente em relação à agricultura familiar camponesa amazônica, ainda são pouco os estudos com enfoque nos saberes culturais e nas práticas educativas desses sujeitos.

Referências Bibliográficas

ACHUTTI, Luis Eduardo Robinson. **Fotoetnografia**: um estudo de Antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre. Tomo Editorial; Palmarica, 1997.

ADAMS, Cristina. *et al.* O pão da terra. Da invisibilidade da mandioca na Amazônia. In: **Sociedades caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo Annablume, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo. Brasiliense, 49. Ed. 2007.

_____. **A Educação como Cultura**. Campinas - São Paulo: Mercado da Letras, 2002.

_____. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Criação Histórica**. Trad. Dênis L. Rosenfield. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992. (p.83-107).

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2 ed. HUCITEC, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. Saberes tradicionais e Etnoconservação. In:_____. **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. 2 ed. 421



HUCITEC. São Paulo. 2004.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, Etnopesquisa –Formação.**

Brasília.

Líber Livro Editora, 2 ed. 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso**, uma estratégia de pesquisa. 2.

Ed. São

Paulo. Atlas, 2008.

MARTINIC, Sergio. Saber popular y identidad. In: GADOTTI, Moacyr; TORRES,
Carlos

Alberto (Orgs). **Educação Popular:** utopia latino-americana. São Paulo: Cortez:

Edusp,

1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa
qualitativa em saúde. 7 ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MOREIRA, José Roberto. Cultura política e o mundo rural na
contemporaneidade.

Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro. RJ. abril de 2003, nº 20, p. 112-142



GT 2 – Ciência, inovação e transições sociotécnicas na Agricultura e no Mundo Rural

Relacionando as Redes Sócio-Técnicas e os Sistemas de Inovação: Fortalecendo o Contexto para a Geração de Inovações

Ana Paula Matei¹
José Carlos Gomes dos Anjos²
Flávia Charão Marques³

¹Doutoranda em Desenvolvimento Rural (PGDR-UFRGS)/Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ana.matei@ufrgs.br

²Doutor em Sociologia/Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, jcdosanjos@yahoo.com.br

³Doutora em Desenvolvimento Rural/Professora da Faculdade de Agronomia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, flavia.marques@ufrgs.br

Resumo

Considerando como importante o estabelecimento de redes para a geração de inovações, este trabalho apresenta a abordagem das redes sócio-técnicas, associando-as às compreensões dos sistemas de inovação. Para ambas as abordagens, as articulações entre atores e infraestrutura (elementos humanos e não-humanos) se dão em torno da cooperação para a inovação. As inovações são vistas como processos coletivos advindos da ação estratégica de atores envolvidos em alianças e que tem acesso aos laboratórios e instrumentos capazes de adaptar e conformar a ciência com as demandas imprevisíveis dos mercados. Para demonstrar estas interações, é apresentado o caso de uma empresa de biotecnologia que se constituiu como uma rede sócio-técnica e se consolidou com o apoio dos sistemas de inovação.

Palavras-chave: redes sócio-técnicas, sistema de inovação, inovações em biotecnologia.



Introdução

A formação de redes tem sido um meio recorrente para conectar esforços e interesses comuns para aprimorar e desenvolver uma base de conhecimentos e saberes. Os estudos sobre ciência, tecnologia e inovação abrangem temas relacionados às redes apresentando-as como um mecanismo capaz de favorecer e dar forma ao processo de interação com a sociedade.

Os sistemas de inovação são considerados como uma forma organizada de promover e dar subsídios para que estas redes atuem na execução de políticas de ciência e tecnologia (C&T) nacionais, regionais e setoriais. O intuito é que sejam alcançados resultados significativos para o desenvolvimento social, econômico e tecnológico. A partir desta configuração, não se pode negar as transformações ocorridas a partir dos avanços da ciência e tecnologia e a sua conexão entre a objetividade científica e o interesse social, conforme abordado por Latour e Callon, que discutem a importância e a dinâmica das redes na constituição da ciência, do mercado e da inovação.

A formação de redes, e mais especificamente, as redes sócio-técnicas servem de apoio para que a ciência, a tecnologia e a inovação possam ocorrer de forma estratégica e se transformar, se adaptar e combinar às configurações no âmbito da sociedade. O fluxo de conhecimento em rede permite a ação estratégica entre os atores interessados na ciência ou na técnica, na medida em que, ao atuarem em rede, possuem a possibilidade de contribuir e adaptar as inovações de forma estratégica, garantindo-a como um processo coletivo (CALLON, 2004).

No intuito de apresentar um caso empírico que pudesse exemplificar a relação entre as redes sócio-técnicas e os sistemas de inovação, foi identificada uma empresa que iniciou seu processo de desenvolvimento a partir de uma pesquisa acadêmica, e com o apoio da universidade, de incubadoras de empresas e do apoio governamental pode disponibilizar seu produto ao mercado. Ao testar e verificar a aplicação desta inovação com os consumidores, a empresa foi confrontada com a possibilidade de atender às demandas explicitadas pelos próprios atores consumidores. Com base nessa construção conjunta, foram desenvolvidos novos produtos.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é relacionar as abordagens das redes sócio-técnicas e dos sistemas de inovação, apresentando o caso de uma empresa incubada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil) que vem desenvolvendo produtos biotecnológicos, nutrindo de avanços da pesquisa científica e,



simultaneamente, da construção de mercado, utilizando-se do sistema de inovação para consolidar-se.

Conceituando as Redes Sócio-Técnicas e os Sistemas de Inovação

A noção sobre redes é bastante ampla e permeia todas as disciplinas. A partir do seu reconhecimento nas ciências sociais, as redes “definem sistemas de relações (redes sociais, de poder ou modos de organização)” (MUSSO, 2004, p. 17). Atualmente o conceito de rede abrange três níveis de definições: quanto ao seu ser, sua dinâmica e em sua relação como um sistema complexo. Assim, respectivamente, a rede se configura como uma estrutura composta de elementos em interação; cujas interconexões são instáveis e provisórias; e sua estrutura oculta supõe-se explicar a dinâmica do sistema visível (ibidem, p. 32).

No âmbito dos estudos sobre ciência, tecnologia e sociedade, as redes sócio-técnicas, vistas como uma trama de interações de agentes humanos e não-humanos, diferenciam-se das redes sociais que são uma configuração de pontes e relações identificáveis (NOBRE e PEDRO, 2010; PEDRO, 2011). Callon (2008) ressalta que a diferença entre elas está em identificar as traduções e o que de fato é articulado entre estes pontos, ou seja, compreender o conteúdo que está sendo conduzido entre os elos, como é e como ocorre esta condução.

A representação de conteúdos por meio de um texto científico, por exemplo, são mobilizadas politicamente pelos pesquisadores, que os utilizam como forma de transmitir e estabelecer fatos e objetos, conectando os elementos e formando uma “teia emaranhada” entre a ciência e a política (LISBOA, 2009 apud LATOUR, 2001). A socialização das ciências envolve uma rotina de aprendizado formal e informal, numa ação ativa de agenciamentos entre elementos não-humanos sem, contudo, refletir sua realidade como tal, mas elaborando-a a partir de relatos provisórios obtidos com o auxílio da infraestrutura de análise e organização de dados. Como lembram Premebida et al. (2011, p. 24), o laboratório, de acordo com algumas abordagens sociológicas é o local privilegiado no estudo desta ação.

No entanto, os laboratórios representam apenas um elemento dentre dispositivos mais amplos, e para a compreensão da “dinâmica da produção de conhecimentos e de técnicas”, é necessário compreender o “conjunto de coletivos heterogêneos profissionais e sociais que participam, de uma maneira ou de outra, na concepção, elaboração e



transporte das inovações” (CALLON, 2008, p. 303). Pela Teoria do Ator-rede, não é viável compreender a ação humana e a constituição de grupos sem considerar a materialidade, as tecnologias e os elementos não-humanos (CALLON, 2008). Sendo a interação e vínculo entre estes elementos a própria concepção de rede sócio-técnica, que gradualmente produz efeitos e acaba sendo “sinônimo de fabricação e de ação” (LISBOA, 2009, p. 33).

Na abordagem sobre Sistemas de Inovação, as redes são consideradas a partir de um aspecto mais organizacional e normativo. Freeman (1987) os define como uma “rede de instituições nos setores público e privado, cujas atividades e iniciativas de interação, importam, modificam e difundem novas tecnologias”. A influência do sistema nacional de educação, relações industriais, instituições técnicas e científicas, políticas governamentais, as tradições culturais e muitas outras instituições nacionais são fundamentais para estes sistemas, e conseqüentemente, para a inovação (FREEMAN, 1995).

A abordagem de Nelson (1993) apresenta-os como “um conjunto de instituições cujas interações que determinam o desempenho inovativo de organizações nacionais”. O papel das universidades em um sistema de inovação é destacado como fontes de conhecimentos científicos e de pesquisas que fornecem técnicas úteis para o desenvolvimento tecnológico industrial, além de atuarem como formadoras de cientistas e engenheiros (NELSON e ROSENBERG, 1993).

Para Albuquerque et al (2005, pg. 96) o Sistema Nacional de Inovação (SNI) é definido “como um conjunto de instituições, atores e mecanismos de um país que contribuem para criação, avanço e difusão das inovações tecnológicas”. As instituições envolvidas são de diferentes esferas, com destaque para os institutos de pesquisa, o sistema educacional, principalmente as instituições de ensino superior (IES) e os programas de pós-graduação, as empresas e seus laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, a estrutura do sistema financeiro – com foco nas agências de fomento, as leis de propriedade intelectual e de incentivo a inovação. A importância desse sistema para o avanço tecnológico não está apenas atrelado aos agentes que o compõe, mas principalmente pelas interações que proporcionam a atuação conjunta e coerente desses agentes (ALBUQUERQUE, 2004).

A partir destas perspectivas, verifica-se que as organizações de mercado estão cada vez mais impulsionadas para inovar e estão buscando o conhecimento, a ciência e



a tecnologia como fonte do seu desenvolvimento. Este desenvolvimento é que facilitará o aperfeiçoamento e a eficiência em colocar as inovações a disposição da sociedade, visando à inserção e estabilidade diante de um mercado global que visa, apenas, à competição econômica.

Geels (2004b) traz uma visão diferenciada sobre sistemas de inovação, entendendo-os como grandes transformações no modo de funcionamento da sociedade, tais como nos transportes, comunicações, habitação, alimentação. Neste caso, a tecnologia exerce um importante papel no cumprimento das funções sociais, sendo, todavia, resultado de vínculos entre elementos heterogêneos (não apenas materiais). Em última análise constituem sistemas tecnológicos, definidos em termos de conhecimentos e redes dinâmicas de competências, em vez de fluxos de bens e serviços comuns. Por outro lado, sistemas tecnológicos não podem ser reduzidos a sistemas sociais, pois, além das redes de agentes também contemplam aspectos materiais e infra-estruturas.

Deste modo, as funções sociais são cumpridas por sistemas sócio-técnicos, os quais consistem em *clusters* de elementos, que inclui tecnologias, regulações, práticas dos usuários e mercados, significados culturais, infraestrutura, redes de manutenção e de suprimentos, entre outros. Com isto, um sistema de inovação pode ser entendido como uma mudança de um sistema sócio-técnico para outro, processo que envolve a substituição tecnológica, a co-evolução da tecnologia e da sociedade, e a emergência de novas funcionalidades (GEELS, 2004b).

Dada a complexidade e a dinâmicas dos processos de transformação tecnológica, Geels (2004a) alerta para a necessidade de integrar perspectivas. O autor é um expoente na proposta da Perspectiva Multinível, que propõe basicamente que a análise de tais mudanças contemple regras, percepções e vínculos sociais, integrando abordagens da sociologia e economia de modo a atender o caráter simultaneamente social e técnico das mudanças.

Para Callon (2004), entender e aceitar que os processos da modernização e a inovação sejam condições impostas remete a uma idéia paralisante dos atores. Ao contrário, coloca que os atores possuem flexibilidade e dispõe de estratégias, fato que os proporciona certa margem de manobra e capacidade científica. Para tal, a noção de rede é bastante útil. Conforme Latour (2008, p. 327) “se quisermos remontar o social, é necessário detectar, junto com a circulação e o formato dos vínculos sociais, concebidos tradicionalmente, outras entidades em circulação”.



Os Sistemas de Inovação podem fornecer as condições para que a infraestrutura operacional e logística esteja disponível para os atores das redes, que irão mobilizar-se para a sua estruturação. A inovação será viabilizada pelo processo coletivo, a partir das contribuições e adaptações que a rede conseguirá promover pela sua articulação. Quanto maior o avanço da inovação, mais vínculos serão criados entre aqueles que se identificam, dando maior sustentação às redes sócio-técnicas. Na Figura 01, são sugeridas as possíveis relações entre os sistemas de inovação e as redes sócio-técnicas, demonstrando que as redes estão entrelaçadas e inseridas nestes sistemas, utilizando-se dos mecanismos que dão suporte e viabilizam a implantação e a manutenção da infraestrutura humana e não-humana necessária para as redes.

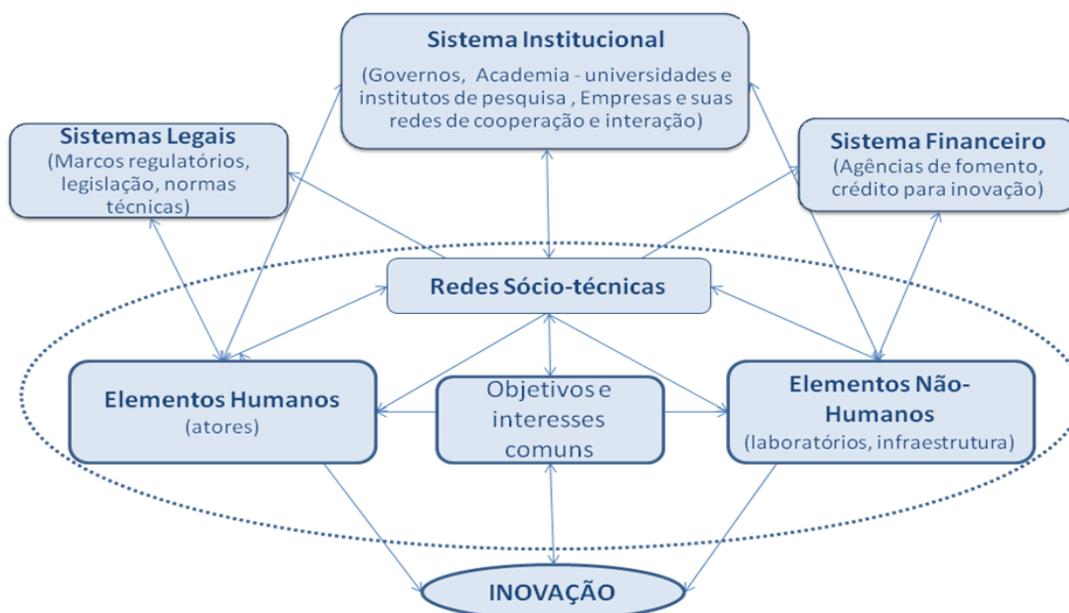


Figura 01 – Relações entre as Redes Sócio-técnicas e os Sistemas Nacionais de Inovação.

As organizações que tendem a inovar procuram realizar estas articulações com o suporte do ambiente institucional acadêmico e governamental. Os laboratórios e elementos não-humanos são disponibilizados tanto pelas universidades ou institutos de pesquisa quanto pelas próprias organizações e suas redes de cooperação, em uma aplicação real de conhecimentos e experiências como soluções técnicas do seu processo de produção de inovações. Os resultados que serão obtidos pressupõe um longo processo de aprendizagem coletiva, desde a aquisição e o uso adequado dos instrumentos, até as competências desenvolvidas na circulação e produção do conhecimento incorporado pelos atores no âmbito das redes. Assim, como abordado por



Latour (2008, p.333), o objeto e o sujeito poderão existir, no entanto, o interessante acontece entre o que flui entre esta corrente, estes vínculos.

A inovação é vista sob diversas formas, como soluções técnicas, organizacionais, mercadológicas. Os atores agem para solucionar problemas e melhorar a condição de inserção de determinado produto, processo ou serviço nos mercados, gerando as inovações. Usam de conhecimentos próprios e de outros atores da rede e de instrumentos e laboratórios para criar, adaptar e gerar as inovações e então disponibilizá-las para o mercado. Estas inovações sem este processo de interação seria inalcançável sem esta combinação de saberes, práticas, métodos e o confronto entre a prática empírica e a científica.

O mercado, segundo Callon (2004), é uma construção social, e suas demandas são resultantes de um processo de aprendizagem e de formatação. O mercado está em construção e reconstrução permanente, de forma coletiva, com negociações, interações e aprendizados. Há uma cooperação mútua no processo de inovação, definição e produção de demandas que interfere nas formas de concorrência. Neste aspecto, as organizações que se articulam em redes sócio-técnicas têm maior probabilidade de amenizar os riscos e as incertezas do futuro, e desta forma, atuarem de forma mais cooperativa.

Com esta perspectiva, as redes sócio-técnicas provêm condições mais adequadas de uma organização ser competitiva e, principalmente, cooperativa, pois nesta interação estará articulada entre o local e o global, de forma híbrida, unirá esforços entre aqueles que individualmente seriam fracos, e ainda haverá entre os integrantes das redes locais, na tentativa de reconciliar a modernização e a tradição e tornar compatíveis a ação individual e o projeto coletivo. Toda esta dinâmica ocorre com o apoio e sob o contexto da organização dos sistemas de inovação.

A formação das redes sócio-técnicas envolve necessariamente a união entre atores que se mobilizarão na estruturação desta rede. Conforme Sabourin (2002), a rede corresponde à estruturação múltipla de relações interpessoais, que reúnem atores individuais e institucionais, em diferentes níveis e em torno de objetos técnicos e de objetivos comuns. Coloca que o novo ambiente institucional é que se configura o nível da ação coletiva dos atores - entre a ação individual (e neste caso ele aborda sobre o agricultor ou uma unidade de produção) e a ação pública (políticas públicas, infraestrutura, educação, crédito, etc.), organizados para o desenvolvimento local.



Este nível da ação coletiva é importante para dar a viabilidade e visibilidade ao individual, e mais consistentemente, mobilizar e constituir as redes necessárias para obter respostas da ação pública. Esta mobilização é necessária para o processo de inovação – tanto para a produção como difusão das inovações adaptadas (sejam econômicas, organizativas ou técnicas), e depende da articulação das ações individuais e públicas (SABOURIN, 2001).

Mapaeando uma Rede Sócio-Técnica Inserida em um Sistema de Inovação

O mapeamento aqui proposto tem como ponto de partida uma empresa, que foi fundada em 2003 por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a partir da dissertação de mestrado de um dos sócios, que trabalhava com detergentes enzimáticos. Sob orientação de um docente da universidade, decidiu participar do edital de incubação de empresas na Incubadora Empresarial Tecnológica do Centro de Biotecnologia da UFRGS (IECBiot).

A empresa foi criada a partir do interesse em fornecer produtos biotecnológicos de alta qualidade e nacionalmente produzidos, considerando que o mercado brasileiro importava microorganismos utilizados em biorremediação. Segundo a empresa, a biorremediação é a utilização de seres vivos ou seus componentes na recuperação de áreas contaminadas no ambiente, por meio de processos que empregam microorganismos ou suas enzimas para degradar compostos poluentes. Suas tecnologias podem ser classificadas como *in-situ* ou *ex-situ*. A biorremediação *in-situ* trata o material contaminado no próprio local, e a *ex-situ* atua com a remoção do material contaminado para tratamento em local externo ao de sua origem. A empresa desenvolve este processo por ser um processo natural, que promove um tratamento adequado ao meio, cujo custo é relativamente baixo quando comparada a alternativas convencionais de tratamento de resíduos sólidos.

A ideia inicial de desenvolvimento de produto era a de um detergente enzimático para ordenhadeiras (de inox) e um segundo produto era de um microorganismo competidor com bactérias patogênicas para aviários. O desenvolvimento do produto iniciou a partir de demandas e necessidades de criadores. Contudo, ao testar os produtos com produtores de aves em Santa Catarina, durante os testes, identificaram um problema mais emergencial, relativo ao tratamento de efluentes destas unidades de produção. A partir da demanda dos criadores de aves, criaram o remediador biológico,



bem como, posteriormente, o produto para atuar sobre efluentes e o despejo de dejetos em frigoríficos.

Todos os produtos desenvolvidos foram demandados por criadores e usuários, incluindo muitas aplicações diferentes das planejadas também foram sugeridas por eles. Assim, esta empresa entende que as inovações em termos de aplicação dos produtos existentes e mesmo o desenvolvimento de novos produtos são advindos do mercado. Devido ao conhecimento técnico e experiência do sócio-pesquisador também favoreceu o desenvolvimento dos novos produtos. A experiência anterior sobre isolamento de microorganismos possibilitou o recolhimento e manutenção de uma “coleção” de 2000 cepas¹.

O sócio-pesquisador é graduado em Medicina Veterinária, possui mestrado em Microbiologia Agrícola e do Ambiente e doutorado em Biologia Celular e Molecular. Além de sócio, é responsável pela área de pesquisa e desenvolvimento, usando de sua experiência na área de microbiologia, com ênfase em Microbiologia Industrial e de Fermentação, atuando principalmente com: detergentes enzimáticos, enzimas hidrolíticas, produção, protease e lipase. Também ele é o responsável técnico perante o MAPA – Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para os moduladores biológicos. A outra sócia é técnica em química e administradora, atua na gestão da empresa, na área mercadológica, em pesquisa e desenvolvimento e é responsável técnica pelos produtos Moduladores Biológicos.

Muitos alunos e bolsistas (de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado) atuam para o processo de desenvolvimento de produtos na empresa. Até hoje, mais de 60 bolsistas já desenvolveram algum tipo de pesquisa na empresa. Atualmente, há 12 pessoas atuando em tempo integral, das quais duas são bolsistas de pós-doutorado, sendo uma pesquisadora na área de novos microorganismos para celulose.

Em relação aos concorrentes, todos possuem produtos de origem estrangeira, sendo que o bioprocessamento não é realizado aqui no Brasil. Com isso, os produtos sofrem com problemas de adaptação (devido às características físicas, do solo, temperatura,

¹ Cepas são linhagens especiais de animais ou microorganismos, desenvolvidas especialmente para serem utilizadas em estudos e pesquisas.



umidade, entre outras que afetam o desenvolvimento dos microorganismos). A maioria dos produtos dos concorrentes é apresentada em versão sólida.

A empresa demanda não apenas conhecimento de especialistas, mas uma infraestrutura e condições ambientais complexas para realizar o bioprocessamento. A empresa conta com uma infraestrutura laboratorial adequada para realizar o controle de qualidade de todo o bioprocessamento, como a contagem de microorganismos e leveduras². Os produtos da empresa não são organismos geneticamente modificados – OGM (sendo este um dos principais diferenciais dos concorrentes), e não atuam com bactérias patogênicas. A matéria-prima é de base biológica, pois são microorganismos extraídos da natureza e por isso são mais resistentes que os produtos dos concorrentes. Em função da baixa qualidade e riqueza de nutrientes do solo brasileiro, os microorganismos coletados neste ambiente já garantem maior eficiência e eficácia na utilização do produto.

Para a montagem do laboratório e obtenção dos equipamentos necessários para realizar o bioprocessamento, os custos para adquirir este capital é bastante elevado. Para que a empresa pudesse montar esta estrutura para poder realizar as pesquisas e desenvolver os produtos, contou com o apoio da Incubadora para a realização de projetos para submissão às agências de fomento governamentais, obtendo a aprovação de nove projetos com recursos financeiros não-reembolsáveis.

Destes projetos, os dois primeiros aprovados (em 2004) é que possibilitaram a obtenção de equipamentos de grande porte e também desenvolver equipamentos específicos para a sua produção. Por meio destes recursos, houve a viabilização da maior parte do capital imobilizado da empresa (Chamada Pública do Ministério de Ciência e Tecnologia e Financiadora de Estudos e Projetos – MCT/FINEP - PAPPE SUBVENÇÃO³).

² As leveduras são mais complexas de se trabalhar do que os bacilos, e serve para a degradação de gordura.

³ O Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas na modalidade subvenção a micro e pequenas empresas - PAPPE SUBVENÇÃO - visa ao apoio financeiro, na forma de subvenção econômica, ao custeio de atividades de pesquisa, desenvolvimento e/ou inovação (P,D&I) realizados por MPEs, individualmente ou em consórcio. Para mais informações sobre os programas de apoio citados, ver: http://www.finep.gov.br/fundos_setoriais/ct_agro/ct_agro_ini.asp?codFundo=11.



Posteriormente, a empresa também obteve recursos via CT-AGRO – Fundo Setorial gerido pela FINEP cujo foco é a capacitação científica e tecnológica nas áreas de agronomia, veterinária, biotecnologia, economia e sociologia agrícola, entre outras; para a atualização tecnológica da indústria agropecuária, estímulo à ampliação de investimentos na área de biotecnologia agrícola tropical e difusão de novas tecnologias (FINEP, 2011). Através deste projeto pelo CT-AGRO a empresa conseguiu desenvolver, em dezoito meses, um dos seus produtos (AVITRAT) juntamente com os usuários (uma integradora de aves focada no agronegócio). Após este desenvolvimento, este produto deu origem aos demais da mesma linha, mas direcionados para a produção de suínos e bovinos.

Em relação aos produtos, a empresa apresenta as três linhas as quais tem impactos positivos na área rural e no meio ambiente. Para cada tipo de produto, existe um perfil diferenciado de consumidor/cliente. A seguir, serão comentados brevemente cada um deles.

1) Linha de Moduladores Biológicos - Sanidade Animal

Estes produtos referem-se a utilização de culturas microbianas em camas e locais de confinamento, buscando uma concorrência destas com as bactérias nocivas existentes. São os produtos da linha “Trat” (Avitrat, Bovitrat e Suitrat). No caso de criadores de bovinos, desde pequenos a grandes criadores, o produto tem sido solicitado, especialmente por produtores de vacas leiteiras, que apresentam maior rendimento do que as aves e suínos. Estes produtos apresentam benefícios para os animais (pela melhoria da qualidade do ambiente de produção – baia, estábulo e aviário), para a produção, para o criador e para o meio ambiente.

2) Remediadores Biológicos

A biorremediação é a utilização de culturas microbianas, enzimas e/ou nutrientes adicionados ao sistema de tratamento, causando significativo aumento na taxa de biodegradação com conseqüente redução nos efeitos de descarga. Este produto tem uma abrangência maior em termos de clientes como, por exemplo, órgãos públicos, prefeituras, órgãos de saneamento, aterros sanitários, tratamento de efluentes em frigoríficos, laticínios, etc. Assim, tem aplicação em diversos segmentos como a indústria de alimentos, de doces, de pescado, em frigoríficos e abatedouros, e ainda é extremamente eficiente quando aplicado em estações de tratamento de esgotos sanitários.



Com o uso destes remediadores, há benefícios no tratamento dos resíduos e dejetos com maior eficiência. Dentre as vantagens está a redução da carga orgânica do efluente; redução de efeitos poluidores sobre o corpo d'água ao qual é adicionado; auxilia na conservação do meio ambiente; aumenta a eficiência em sistemas sobrecarregados; eficiente na eliminação de odores, entre outros.

3) Linha Domissanitária – Área de Compostagem

A compostagem é o conjunto de técnicas aplicadas para controlar a decomposição de materiais orgânicos. Neste caso, o produto aplicado também é o remediador biológico, porém com aplicação diferenciada da aplicação industrial. O produto auxilia na aceleração do processo de decomposição, evita odores, e foi uma descoberta feita pelos usuários do produto.

Esta linha tem uso doméstico e também para pequenas propriedades, uma vez que o material orgânico pode ser transformado em húmus e nutrientes para o solo, sendo um adubo orgânico. Ao inserir o produto para o tratamento do lixo, há muitos benefícios para a sociedade, pois deixa de poluir e contaminar o ambiente.

Todos os produtos não possuem elementos químicos, nem agrotóxicos, melhoram a saúde do trabalhador, melhoram o meio ambiente, pois evita que sejam despejados na natureza os resíduos e dejetos não tratados. A empresa tem constantes parcerias para desenvolver e aprimorar seus produtos interagindo com o mercado e com a academia. Sobre esta linha da compostagem, uma empresa no município de Garibaldi no Rio Grande do Sul está utilizando o produto para acelerar o processo de decomposição do lixo urbano, reduzindo moscas e insetos, cheiros/odores, e na eliminação de bactérias patogênicas. No Estado do Mato Grosso, estão com uma parceria com o Instituto Acácia de Agricultura Familiar, com o qual pretendem atuar com pequenos agricultores familiares.

Atualmente, possuem duas unidades de produção industrial, sendo uma específica para o bioprocessamento e outra para síntese dos produtos finais. A empresa apresenta um grupo de trabalho com alta qualificação técnica e científica e ampla diversificação profissional, qualidades que permitem uma abordagem multidisciplinar das questões envolvendo o desenvolvimento e o rumo de soluções com elevada qualidade técnica. Reúne atualmente uma coleção de mais de 2000 microorganismos, que associada ao conhecimento e domínio da condução de processos biotecnológicos de



produção e as experiências e informações dos usuários, possibilita o desenvolvimento de produtos específicos, sendo esta a base do seu diferencial perante os concorrentes.

Além disso, a rede de relações e estruturas dispostas para a interação e que facilita o processo de desenvolvimento de produtos adequando-os com a própria colaboração dos usuários, é fundamental para que a empresa se consolide no mercado. A descrição deste caso pretende destacar que a empresa por si talvez não alcançasse o atual estágio de desenvolvimento não fosse a sua interação com a universidade, a incubadora, a obtenção dos recursos para formar sua equipe de pesquisadores e sua estrutura de laboratório. Outro fator também destacado pela empresa é a atuação conjunta com os usuários/produtores e a adequação dos produtos de acordo com as experiências e habilidades destes, que levam a diferenciar-se gerando inovações importantes para todos os envolvidos.

Considerações Finais

As redes de forma geral e, especificamente, as redes sócio-técnicas são uma forma de agregar os atores e a infraestrutura necessária para uma interação que almeja um objetivo comum. Na discussão sobre ciência, tecnologia e sociedade esta abordagem é essencialmente uma realidade que traz a interdisciplinaridade como um elemento fundamental para a criação de inovações.

Para as organizações de mercado, da academia e do governo, as redes sócio-técnicas viabilizam e materializam as ações que visam ao desenvolvimento de inovações para a sociedade, de uma forma dinâmica e cooperativa. A sistematização institucional, legal e financeira voltada para a inovação, por meio dos sistemas de inovação, são mecanismos que favorecem ao arranjo e operacionalidade das redes e dos resultados de sua interação.

Para exemplificar, pode-se analisar o caso da empresa como a constituição de uma rede sócio-técnica, na qual houve a interação com os elementos humanos (sócios, pesquisadores, usuários, produtores) e elementos não-humanos (equipamentos para a constituição dos laboratórios, recursos de agências de fomento, legislações específicas, experiências e informações).

Certamente, os resultados alcançados em termos de desenvolvimento de novos produtos e as novas aplicações não se concretizariam não fosse a interação entre os atores envolvidos no processo. A consolidação destas iniciativas dependeu



consideravelmente dos meios fornecidos pelo sistema de inovação que propiciou a base estrutural para as iniciativas coletivas que geraram as inovações.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta. **Apresentação do artigo "The National System of Innovation in Historical Perspective"**. Revista Brasileira de Inovação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 9-13, 2004

ALBUQUERQUE; Eduardo da Motta; SILVA, Leandro Alves; PÓVOA, Luciano. **Diferenciação intersetorial na Interação entre empresas e Universidades no Brasil. São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 95-104, jan./mar. 2005.

CALLON, Michel. **Dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos**. Entrevista a Antonio Arellano Hernández e Ivan da Costa Marques, em 21 de agosto de 2007. Sociologias, Porto Alegre, ano 10, nº 19, jan./jun. 2008, p. 302-321.

CALLON, Michel. **Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado. O papel das redes socio-técnicas**. In: PARENTE, André (org.). In: Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 64-79.

FREEMAN, Christopher. **Technology and economic performance: lesson from Japan**. Londres: Frances Pinter, 1987.

FREEMAN, Christopher. **The national system of innovation in historical perspective**. Cambridge Journal of Economics. Cambridge, v.19, n.1,p. 5-24, 1995.

GEELS, Frank W. **From sectoral systems of innovation to socio-technical systems Insights about dynamics and change from sociology and institutional theory**. Research Policy nº 33, 2004, p. 897-920 (a).

GEELS, Frank W. **Understanding system innovations: a critical literature review and a conceptual synthesis**. In: System innovation and the transition to sustainability: theory, evidence and policy. ELZEN, Boelie; GEELS, Frank W.; GREEN, Ken. MPG Books Ltd, Bodmin, Cornwall. 2004 (b), p. 19-47.

LATOUR, Bruno. **A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. São Paulo: EDUSC, 2001.

LATOUR, Bruno. **Tercer movimiento: conectar sitios. In : Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red**. 1ª. Ed.. Buenos Aires: Manantial, 2008, p.311-365.

LATOUR, Bruno; HERMANDT, Emilie. **Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções**. In: PARENTE, André (org.). In: Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 39-63.

LISBOA, Débora do Prado. **Análise de prática educativa Configurada por uma Metodologia de Projetos: Diálogo entre a Teoria de Atividade e a Teoria Ator Rede**. Dissertação apresentada no Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais/ CEFETMG, 2009.



MUSSO, Pierre. **A filosofia da rede**. In: PARENTE, André (org.). In: *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 17-38.

NELSON, Richard. **National Innovation Systems: A Comparative Analysis**. Oxford University Press, New York/Oxford, 1993.

NELSON, Richard; ROSENBERG, N. “**Technical Innovation and National Systems**”. In: Nelson R. R.(ed.) *National Innovation Systems- a comparative analysis* Oxford University Press, 1993, p. 3-21.

NOBRE, Júlio Cesar de Almeida; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. **Reflexões sobre possibilidades metodológicas da Teoria Ator-Rede**. Cadernos UniFOA. Edição nº 14, dezembro/2010.

PARENTE, André (org.). **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

PEDRO, Rosa. **Ciência, tecnologia e sociedade – pensando as redes, pensando com as redes**. Liinc em Revista, v.4, n.1, março 2008, Rio de Janeiro, p.1-5. Acesso em 17 jun 2011. Disponível em <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/248>.

PREMEBIDA, Adriano; NEVES, Fabrício Monteiro; ALMEIDA, Jalcione. **Estudos sociais em ciência e tecnologia e suas distintas abordagens**. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 26, jan./abr. 2011, p. 22-42.

SABOURIN, Eric. **Agricultura familiar, coletividade territoriais e construção dos territórios no nordeste semi-árido**. In : Sabourin Eric (ed.), Teixeira Olivio Alberto (ed.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: Conceitos, controvérsias e experiências**. Petrolina: EMBRAPA, 2002, p. 197-217.

SABOURIN, Eric. **Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba**. Estudos Sociedade e Agricultura, 16, 2001, p. 37-61.

SEGATTO-MENDES, Andréa Paula. **Teoria de Agência à Análise de Relações entre os Participantes dos Processos de Cooperação Tecnológica Universidade-Empresa**. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo: 2001. Tese de doutorado.

SOUSA, Francisco José Batista de; MELLO, José Manoel Carvalho de. **Redes Tecno-Econômicas e a Gestão da Inovação Tecnológica em Institutos de Pesquisa Tecnológica: Um Estudo de Caso no CEPEL**. Revista PRODUÇÃO. Vol. 10 n.2, maio, 2001, p.41-5.

VASCONCELOS, Maria Celeste Reis Lobo de; FERREIRA Marta Araújo Tavares. **A contribuição da cooperação universidade/empresa para o conhecimento tecnológico da indústria**. Perspect. cienc. inf., Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 167 - 182, jul./dez.2000.



GT 2 – Ciência, Inovação e Transições Sociotécnicas

**Técnica e atividade agrícola sustentável:
breve aproximação a partir da figura do pequeno produtor rural.**

Daiene Kelly Garcia¹

Silvio Marques Garcia²

Jorge David Barrientos-Parra³

¹ Mestranda em Direito pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Campus de Franca-SP / Advogada / daienegarcia@adv.oabsp.org.br

² Mestrando em Direito pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Campus de Franca-SP / Procurador Federal da Advocacia Geral da União / silvio.garcia@agu.gov.br

³ Doutor em Direito pela Université Catholique de Louvain – Bélgica / Professor assistente doutor da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” / barrientos@fclar.unesp.br

Resumo

Este estudo tem por escopo realizar uma análise da política de modernização agrícola que se desenvolveu no Brasil nos últimos anos, bem como os efeitos socioeconômicos e ambientais da tecnicização da agricultura. Pretende-se, a partir da figura do pequeno produtor rural, questionar a inviabilidade de sua participação no mercado agrícola, decorrente da marginalização do pequeno produtor e, após, analisar a compatibilidade entre a técnica e a atividade agrícola sustentável.

Palavras-chave: política de modernização agrícola, tecnicização da agricultura, pequeno produtor rural, atividade agrícola sustentável.



“Lamento não ter eu, e nem ser possuidor, de palavras melhores, para expressar o que sinto, em relação a tudo que não vingou neste século, repleto de colheitas escassas; muita praga, pouca verdura. Foi aquele gafanhoto que, quem o conhece não é preciso mencionar aqui, pousou numa planta já mais do que fraca e débil, para ali plantar a mordida da morte e deixar o veneno das excretas espalhar-se pelo chão. Foi este vírus voador, nascido do útero humano, com suas idéias de suposta descoberta, de suposta inteligência de animal evoluído, ousadia nenhum pouco aconselhável, plausível ou digna de ovações públicas; que, num estalar de dedos, tocou com as unhas, a ferida escancarada dos acadêmicos, dos ditos doutores, e inseriram o néctar viral no cérebro amofinado destes tipinhos; provocando espirros em toda a filosofia moderna”. (Henrique de Shivas)

A preocupação com os efeitos socioeconômicos e ambientais da tecnicização da agricultura exige a análise da política de modernização agrícola que se desenvolveu no Brasil nos últimos anos, o que se pretende alcançar, neste trabalho, a partir da contextualização da temática à realidade da região nordeste do Estado de São Paulo e as regiões sul e sudoeste do Estado de Minas Gerais, em que predomina a técnica da monocultura, cultivando-se principalmente café e cana-de-açúcar.

O filósofo e sociólogo francês Jacques Ellul, que já no início da segunda metade do século XX alertava, em tom profético, para os problemas advindos da técnica, ao discorrer sobre a influência da técnica na economia, assim explica:

Enfim, não é possível desprezar um último elemento da vida econômica: a produção agrícola. Também nesse setor a transformação operada pelas técnicas é radical. Já observamos o perigo em relação ao próprio solo (...). Devemos, no entanto, insistir em um ponto: observa-se, em virtude da influência das técnicas, uma espécie de “desobstrução da vida e da mentalidade camponesas”. Durante muito tempo, a tradição resistiu à inovação. Os velhos sistemas agrícolas conservaram sua estabilidade. Atualmente, a transformação está realizada, a revolução camponesa está feita ou esboçada, e sempre na mesma direção. Ora, nesse setor, o grau de progresso importa pouco: o que conta é o primeiro passo que permite transpor as barreiras da tradição.

As tradições tomam consciência de sua inferioridade, as justificações habituais são desenhadas; o mundo camponês passa do irracional ao racional. Mais uma vez encontramos a idéia de



que a técnica destrói as formas tradicionais de civilização e representa por si mesma um mundo global.

Mas, que significa essa desobstrução? – Nos próximos anos, assistiremos a uma aceleração do progresso técnico nesses domínios, e portanto, durante algum tempo, a uma aceleração dos fatos já percebidos: emigração camponesa, especialização agrícola, cultura intensiva, desmatamento, crescimento da renda geral. Êsses fatos são de grande importância se levarmos em conta que a produção agrícola permanece, apesar de tudo, na base da vida econômica, e que os países mais industrializados do mundo, a Grã-Bretanha e o Japão, não puderam alcançar um nível de vida muito elevado por falta de área suficiente de terras aráveis. Foram então percebidas as repercussões econômicas dessa progressão técnica.

A análise histórica da agricultura no Brasil possibilita a compreensão da estreita relação entre a técnica e a economia. O progresso foi impulsionado, inicialmente pela economia cafeeira. Com a industrialização, para que o progresso continuasse associado à agricultura, tornou-se necessária sua adaptação ao novo cenário econômico.

O desenvolvimento agrícola do Brasil fundou-se na monocultura destinada à exportação, concedendo ao país destaque no cenário internacional como exportador de diversos produtos agrícolas, dentre os quais, o café, a cana-de-açúcar, a soja, o milho, o tabaco, frutas como a laranja e o cacau, a celulose e a carne bovina, suína e de aves.

Esses produtos que se destacam no mercado internacional têm sua história ligada à política de modernização da agricultura (conservadora), iniciada nos anos 50, principalmente por meio do subsídio para o uso de máquinas agrícolas e, a partir da década de 60, do subsídio para o uso de fertilizantes e defensivos agrícolas e da concessão de crédito agrícola subsidiado.

A referida política de modernização agrícola incentivou a produção destinada à exportação e às matérias-primas para a indústria e beneficiou os grandes produtores rurais – em especial aqueles cujas propriedades se localizavam em regiões industrializadas –, que receberam maior parcela da renda transferida à agricultura. Dessa forma, a política agrícola proporcionou aos grandes produtores melhores condições de desenvolvimento econômico no exercício da profissão e participação mercado agrícola internacional.

O incentivo à produção de produtos específicos, que suprissem as necessidades do mercado agrícola internacional e da divisão internacional do trabalho, aliado à



relutância em se efetivar políticas públicas de reforma agrária que efetivassem a igualdade de condições entre os produtores, reforçou as desigualdades econômicas, sociais e políticas, ampliando o abismo socioeconômico entre os grandes e os pequenos produtores.

Ellul afirma que todo progresso técnico se paga (1988, p. 96). De fato, a tecnicização agrícola tem um preço: impactos sociais e ambientais. Os projetos de ciência e tecnologia agrícola, voltados para a exportação, ofereceram produtividade em detrimento da força de trabalho humano e do meio ambiente.

A técnica intensificou o crescimento econômico dos grupos que dela se beneficiaram – os grandes produtores rurais –, mas esse crescimento proporcionou a desigualdade e promoveu a exclusão do pequeno produtor rural. Isso porque o avanço tecnológico, que tanto favorece a mais-valia almejada pelo capitalismo, não alcança o pequeno produtor.

As políticas públicas de concessão de subsídios e vantagens econômicas para o incentivo ao agronegócio não beneficiam o pequeno produtor, que permanece, pois, sem capacidade de competir dentro do sistema capitalista.

O pequeno produtor, à margem do progresso técnico, enfrenta, ainda, dificuldades para armazenar e transportar sua produção e para utilizar técnicas de adubação e plantio e maquinários, defensivos e insumos diferenciados. Com isso, a qualidade de seus produtos resta prejudicada quando comparada a dos produtores que têm acesso a diversos recursos tecnológicos. Além disso, devido às dificuldades de acesso ao crédito bancário, aos recursos tecnológicos e às orientações técnicas, a produção dos pequenos produtores agrícolas é inferior àquela estimada se considerado o potencial de suas propriedades.

Tais dificuldades se colocam como obstáculos para a participação do pequeno produtor no mercado agrícola internacional e também a participação no mercado interno. O pequeno produtor se vê obrigado a aceitar o preço ditado pelos compradores, que, ao os produtos agrícolas para o consumidor, retiram do produtor todo o lucro que lhe era de direito; ou, para manter sua renda, sucumbem aos grandes produtores, mediante o arrendamento de suas terras.

Os senhores da terra, por sua vez, passam a se dedicar ao cultivo de produções economicamente vantajosas e, com isso, não apenas rompe eventuais parcerias com os



pequenos produtores, como, a partir da mecanização, dispensa o trabalhador rural assalariado.

A técnica proporciona a minimização do trabalho humano e a maximização da produção. Por outro lado, a minimização do trabalho humano pela tecnologia leva à redução do emprego, inclusive na seara agrícola. Tal fato pode ser compreendido a partir do tradicional exemplo da mecanização no cultivo da cana-de-açúcar e do café.

O uso de máquinas e equipamentos e fertilizantes químicos e defensivos ocasiona prejuízos sociais, citando-se o desemprego e o êxodo rural, e ambientais, dentre os quais os riscos à saúde do trabalhador rural e do consumidor final, decorrentes de substâncias químicas tóxicas; as enchentes e os desabamentos decorrentes da degradação do solo e das matas ciliares; o desmatamento e a extinção de espécimes do reino animal e vegetal.

As consequências socioambientais decorrentes da técnica constituem um problema social de ordem global, principalmente face à tutela ambiental (incluindo-se o bem estar humano e de todos os seres vivos), ao desenvolvimento econômico e à divisão internacional do trabalho. Por outro lado, os avanços tecnológicos se mostram necessários para o crescimento econômico.

Revela-se, assim, a importância do desenvolvimento econômico sustentável, que concilie os aspectos sociais e ambientais. O paradigma do desenvolvimento econômico sustentável se traduz em uma economia compatível com qualidade do meio ambiente e a sustentabilidade dos recursos.

Embora a expressão “desenvolvimento sustentável” não esteja presente na Constituição Federal, não resta dúvida de que a sua proteção multidimensional foi consagrada no sistema constitucional. Essa constatação é flagrante no âmbito rural. Basta atentar para os requisitos da função social da propriedade privada dispostos no artigo 186, que, além de procurar ser compatível e até legitimar a tutela do direito de propriedade (artigo 170), exige expressamente a integração simultânea das dimensões do desenvolvimento qualificado.¹

A nova ruralidade é construída a partir da atividade agrícola que possibilite o desenvolvimento socioeconômico sem prejuízo da proteção ambiental, alcançando-se maior rentabilidade para os pequenos agricultores, melhor aproveitamento dos recursos

1 CASTRO, 2008, p.184.



naturais, aumento da produtividade com vistas à suficiência alimentar e garantia da segurança alimentar.

A discussão acerca do modelo de atividade agrícola sustentável deve, pois, ultrapassar visão de uma dimensão puramente técnica, alcançando uma visão global que inclua os aspectos de equidade social e desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

O que se verifica, todavia, é a banalização do conceito de desenvolvimento sustentável, que acaba por se tornar um discurso maniqueísta utilizado para acobertar interesses protecionistas e lucrativos, servindo, assim, à manutenção da política agrícola conservadora a que, paradoxalmente, visa combater.

Nesse sentido, os projetos de cultura da soja e da cana-de-açúcar, que, por serem interessantes para o Governo e para uma minoria por ele favorecida, foram apresentadas pela propaganda como alternativas economicamente sustentáveis.

A realidade, porém, é de prejuízos ambientais e sociais: a monocultura da soja e da cana-de-açúcar ocasiona o empobrecimento do solo e a vulnerabilidade da lavoura, fazendo-se necessário o uso de agrotóxicos; esses, por sua vez, têm causado a mortandade de animais domésticos, silvestres e da fauna aquática, bem como graves consequências para saúde da população, tais como intoxicações, cegueira, patologias renais, má formação fetal, aborto e maior incidência de câncer.

Ainda com relação aos equívocos decorrentes da banalização do conceito de desenvolvimento sustentável, Moreira (1999, p. 177) afirma que a agricultura familiar, condicionada à marginalização, na concepção dominante, vincula-se à noção de garantia da subsistência e manutenção da propriedade, “como se a exclusão do progresso fosse uma de suas características *naturais*”, e que, à esta concepção dominante, a contemporaneidade ecológica vem adicionando um novo elemento, qual seja: “gerar uma renda suficiente para manter a família e usar os recursos naturais de forma sustentável”.

O alerta que faz Moreira (1999, p. 177-178) é de fundamental relevância:

Uma série infindável de conceitos de sustentabilidade tem sido desenvolvida desde então. A noção geral, no entanto, está associada ao uso, equilíbrio e dinâmica dos recursos da biosfera no presente e no futuro, que trás (sic) implícita a idéia de que a solução por meio da técnica é possível. E mais, que a questão é



apenas a questão do desenvolvimento de tecnologias adequadas.
(...)

Nesse quadro [uma nova ordem capitalista internacional associada às revoluções tecnológicas], a concepção da agricultura ganha um novo sentido na competição intercapitalista. A sustentabilidade, associada a estas discussões, aponta para a questão de uma nova adequação tecnológica e não para um questionamento da ordem social no interior destes países.

Se adicionarmos apenas o novo qualitativo da sustentabilidade à concepção dominante, a questão da agricultura familiar – agora “sustentável” – continuará carregando seus elementos conservadores, ao não se constituir como um questionamento da ordem social. Carregará ainda uma concepção tecnicista. A concepção tecnicista, ao colocar a solução do problema no campo da ciência e da técnica, passa a visão ideológica de que a solução técnica carrega consigo o progresso social.

Fato é que a técnica, por sua vez, embora não deva ser considerada como elemento diferencial no qual serão concentradas as expectativas de sucesso do desenvolvimento sustentável, se coloca como fator de inclusão do pequeno agricultor no mercado agrícola e viabilização do trabalho e do crescimento social e econômico.

A técnica se mostra fundamental para o aumento da produção e da rentabilidade do pequeno produtor, uma vez que, dentre outros benefícios, permite a adequação do solo e do clima para o cultivo, a melhoria do material genético e do tratamento fitossanitário dos cultivares.

Ademais, pesquisas científicas e tecnológicas têm demonstrado que é possível conciliar técnica, proteção ambiental e desenvolvimento econômico:

Like other Latin American countries, Brazil's research base is heavily skewed toward agriculture, ecology, and infectious diseases—it is first in the world in publications related to sugar, coffee, and orange juice. Brazil's cattle industry produces 33% of the world's cow embryos.

Once a sideshow, such research is increasingly well placed to address global preoccupations over food production, climate change, and conservation.²

The biggest corporations already run world-class operations, but many of the country's farmers in remote rural areas are desperately poor and are using equipment that seems to date from the nineteenth century. Improving rural agriculture thus

2 REGALADO, 2010, p. 1308.



involves expanding access to information and reducing social inequities. It will require a change in attitudes as well. Although researchers have signed up to sustainable growth policies, many ranchers and farmers are not yet on board. Agricultural interests prevailed over environmental concerns this month when a special congressional commission approved a proposal to scale back Brazil's landmark forest-protection code, which lays out minimum standards for protecting native habitats. Scientists and environmentalists are gearing up for a prolonged battle against the legislation, and it is not at all clear that any radical changes will survive the broader congressional debate. But the very tone of the discussion strikes many as a setback.³

Retomemos o exemplo da mecanização no cultivo da cana-de-açúcar. A técnica, nesse caso, leva à extinção de vários postos de trabalho. Refutar a mecanização, por outro lado, causa degradação ambiental e prejuízos para os trabalhadores e moradores da região.

Nos julgamentos das ADINs n. 125.132-0/4 e 124.976-0/8, em que se discutia a inconstitucionalidade da proibição, mediante lei municipal, da queima da palha da cana, respectivamente nos municípios de Americana e Ribeirão Preto, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para além da inconstitucionalidade formal e/ou material, ao ponderar os princípios socioambientais em questão, entendeu que a queimada, embora cause a emissão de gases poluentes, mantém postos de trabalho e, indiretamente, favorece a movimentação da economia nas regiões de cultivo.

A preocupação com o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado levou o mesmo órgão a proferir decisão oposta nos julgamentos das ADINs n. 126.780-0/8, 146.999-0/3 e 129.132-0/3, que confirmou a constitucionalidade da proibição da queimada nos municípios de Paulínia, Botucatu e Limeira, respectivamente.

As decisões dos tribunais evidenciam que desenvolvimento do agronegócio se curva, tradicionalmente, ao interesse lucrativo da elite agrícola. Mesmo as decisões com respaldo ambiental prejudicam o pequeno agricultor, que, excluídos da tecnicização da agricultura e do rentável mercado sucroalcooleiro, se veem compelidos a arrendar suas terras para os grandes produtores da monocultura canavieira.

³ TOLLEFSON, 2012, p. 556.



Verifica-se, com isso, o embate entre o modelo de atividade agrícola sustentável, constitucionalmente resguardado, e a implementação de políticas públicas que viabilizem sua efetivação.

Nesse ponto, a reflexão que passa a se fazer, retomando a preocupação de Moreira, é que a adequação da atividade agrícola ao conceito de sustentável não pode estipular a tecnicização apenas para o grande produtor, impondo ao pequeno produtor a subsistência decorrente da marginalização.

Considerações Finais

O questionamento da ordem social a que está submetido o pequeno produtor deve ser feito a partir do reconhecimento da política de modernização da agricultura, fortemente ligada aos interesses capitalistas; porém, é preciso considerar as benesses que a técnica pode oferecer para a melhoria de vida do pequeno produtor e sua inclusão de fato no Estado Democrático de Direito. Compreende-se, dessa forma, que, sendo inevitável a presença da técnica na sociedade moderna, essa deve ser efetivada em todas as camadas sociais. Porém, para contornar os efeitos negativos da tecnicização da atividade agrícola, é necessário que essa se desenvolva de modo inclusivo e sustentável.

A conclusão a que se chega é no sentido de que a efetivação da atividade agrícola sustentável, assentada na Constituição Federal e na Lei de Política Agrícola (Lei n. 8.171/1991), encontra-se ameaçada não pela técnica, mas pela política de modernização agrícola conservadora, que, mesmo superada no âmbito legal, subsiste, tradicionalmente, nas medidas implementadas pelo Estado e favorece a competição intercapitalista em detrimento da ordem social.

Urge, pois, a superação prática do tradicional modelo de política agrícola pela atividade agrícola sustentável, por meio de uma atuação estatal que considere as diferentes realidades dos produtores agrícolas, proporcionando condições de desenvolvimento econômico e rentabilidade para os pequenos agricultores e em consonância com o equilíbrio e a salubridade do meio ambiente.

Referências Bibliográficas:



BACCARIN, José Giacomo; MARTINS, Maria Inêz Espagnoli Geraldo; ALEIXO, Sany Spínola. Le Brésil, exportateur de produits et technologies agropastorales. In: BARRIENTOS-PARRA, Jorge David. L'Aube du Brésil. **Agir**. Paris: Société de Stratégie, n. 47, set. 2011, p. 87-95.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. (Org.). **Direito constitucional ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CASTRO, Marcos Pereira. **A política agrícola no estado contemporâneo: obrigações jurídicas atinentes ao desenvolvimento rural sustentável**. Dissertação de Mestrado. Franca: UNESP, 2008.

COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (Org.). **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso: ou o progresso como ideologia**. São Paulo: UNESP, 2006.

ELLUL, Jacques. **A técnica e o desafio do século**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

_____. **Le bluff technologique**. Paris: Hachette, 1988.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

PROCÓPIO, Argemiro. **Subdesenvolvimento sustentável**. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

REGALADO, Antonio. Brazilian Science: Riding a Gusher. **Science**, News Focus, 3 dec. 2010, n. 330, p. 1306-1312.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

TOLLEFSON, Jeff. The Global Farm. **Nature**, News Feature Food, 29 jul. 2010, n. 466, p. 554-556.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ZELEDÓN ZELEDÓN, Ricardo. **Derecho agrario y derechos humanos**. Curitiba: Juruá, 2003.



GT 2 Ciência, inovação e transições sociotécnicas na Agricultura e no Mundo Rural

Tradición, innovación y conflicto entre actores: producción del jamón ibérico de bellota en España

Santiago Amaya Corchuelo¹

¹Santiago Amaya Corchuelo es doctor en antropología social y profesor en la Universidad de Cádiz. Su trayectoria laboral se ha desarrollado entre las consultorías sobre patrimonio cultural, la docencia y las investigaciones en el seno del grupo de investigación “Territorio, Cultura y Desarrollo” (TECUDE). Estos trabajos se han llevado a cabo fundamentalmente en Andalucía, Extremadura y México. Actualmente se centra en la dinámica social sobre producciones agroalimentarias con indicaciones geográficas. E-mail: santiago.amaya@uca.es

Resumo

La creciente desconfianza de los consumidores hacia el sistema alimentario está favoreciendo la demanda de productos de calidad. La certificación de determinadas producciones agroalimentarias constituye la fórmula que garantiza esta nueva demanda social. La Denominación de Origen es una de las certificaciones más importantes. Está basada en factores ambientales, territoriales y humanos. De este modo, el uso y las tradiciones productivas locales determinan en gran parte la calidad de dichas producciones. En este texto analizamos el caso del jamón ibérico de bellota, para demostrar cómo la creación de su calidad se basa en una adecuada articulación entre tradición e innovación, es decir entre unos saberes locales, asociados al patrimonio cultural de territorios concretos y los nuevos requerimientos técnicos ligados a la producción de alimentos de calidad.

Palavras-chaves: Producción de Calidad, Denominación de Origen, Patrimonio Cultural, Tradición e Innovación, Jamón Ibérico de Bellota.



Introdução

El aumento de las llamadas indicaciones de calidad constituye uno de los fenómenos ligados a las nuevas demandas de los consumidores de las sociedades post-industriales. Esta nueva tendencia del consumo se ha visto agudizada por las últimas alarmas alimentarias, lo que ha propiciado una mayor necesidad por conocer la procedencia de los alimentos e informarse del proceso seguido por el producto desde su origen hasta la mesa del consumidor. De otro lado, la búsqueda de la diferenciación de productos en un mercado cada vez más homogéneo y globalizado, que busca el valor añadido de la distintividad, resulta otro de los imperativos que explica este proceso de calidad alimentaria.

Este fenómeno ha sido abordado desde la literatura socioantropológica (Mauleón, 2001; Calle, Soler y Vara, 2009; Lozano y Aguilar: 2010). Uno de los enfoques analíticos sobre esta realidad, es el que, además de variables económicas, territoriales y ambientales, toma en consideración las pautas culturales, señalando la importancia de factores patrimoniales en la implantación de las indicaciones de calidad. Son variables que repercuten poderosamente a la hora de elaborar determinadas producciones de calidad asociadas a territorios concretos (Eloí y Menasche, 2010). En esta línea de investigación se inscribe este texto, que es el resultado de un proyecto, actualmente en curso, sobre las producciones de calidad diferenciada ligadas al mundo rural. En concreto se centra en las Denominaciones de Origen Protegida (DOP) del jamón ibérico, un producto con cierto peso económico y un extraordinario significado social y cultural en España.

Las cadenas agroalimentarias están constantemente en transformación y la tendencia actual hacia una mayor especialización en la calidad supone, tal como hemos señalado, el progresivo incremento de marcas de calidad, desde las Denominaciones de Origen Protegidas (DOP) o Indicaciones Geográficas (IGP), a las de Especialidad Tradicional Garantizada (ETG) o las de Agricultura Ecológica (AE) (Lozano y Aguilar, 2010: 126-139), que además tienen reconocimiento europeo (Tregear, Arfini, Belletti y Marescotti, 2007). Básicamente se trata de un tipo de sello de calidad que se aplica a un producto agrícola cuyo procesamiento está vinculado a determinadas características que residen tanto en el medio geográfico donde se genera como en los saberes y conocimientos de sus elaboradores para conferirle especiales cualidades frente a otras producciones.



Las figuras más consolidadas en este sentido son las DOP. España se incorporó a este proceso a partir del Decreto de 1932 mediante el que se reguló la figura de la Denominación de Origen, en principio sólo aplicable al vino, para finalmente, a partir de 1970¹, extender esta calificación al aceite de oliva, el queso y el jamón curado (Gómez Muñoz y Caldentey, 2000). En 1992 la reglamentación europea unificó la normativa y estableció el marco legal y un sello común para los estados miembros de la Unión Europea.

El incremento paulatino de estas figuras ha ido de la mano, por lo que a Europa se refiere, de la progresiva aplicación de la PAC y con ella de una nueva dinámica rural que busca el desarrollo territorial anclado en la potencialidad de la cultura local (Esparcia 1999, Mardens 2003, Aguilar y Amaya 2007). De este modo y en las últimas décadas se han multiplicado las indicaciones de calidad.

Estos sellos de calidad que originalmente surgieron para intentar frenar las copias de productos, hoy se caracterizan sobre todo por constituir un método para valorizar dichos productos localizados territorialmente mediante una elevada calidad diferencial. Son producciones generalmente de pequeña escala que ocupan nichos específicos de mercado. Siguiendo a Deaton y otros (2010, 99-110), podemos denominar a estas producciones como una economía de valor o de calidad, más que una economía de cantidad².

Es muy interesante analizar cómo se manifiesta esta tendencia en casos concretos, de qué manera se está vinculando la demanda de nuevos productores con esta emergente economía de valor que reside en las indicaciones de calidad. Las modalidades de certificación de productos agroalimentarios no dejan de ser estrategias del mercado que cubren la demanda de los nuevos consumidores. Pero ahora en estas nuevas estrategias la construcción de la tradición ocupa un destacado lugar. Esta necesaria articulación entre tradición e innovación, constituye uno de los elementos claves en este proceso de distintividad productiva. Esta es la contribución de este texto que aborda tal premisa desde el caso concreto de las producciones del cerdo ibérico y particularmente del jamón ibérico.

¹ Ley 25/1970 del estatuto de la viña, del vino y de los alcoholes y su reglamento aprobado por Decreto 835/1972, de 23 de marzo

² Estos autores utilizan el término de economía de las calidades y cualidades para subrayar las diversas dimensiones de la calidad presentes en los productos certificados en contraposición a lo que sería la economía dominante o economía de cantidad. Según ellos, la economía de calidad se basa sobre todo en las prácticas de producción a las que se someten a los productos agroalimentarios, no el tamaño u otras características físicas como el caso de los huevos que ellos investigan.



Las denominaciones de origen protegidas del Cerdo ibérico

Las DOP del sector ibérico en España comienzan a gestarse en la década de los 80 del siglo pasado y actualmente existen cuatro: *Guijuelo*, *Dehesa de Extremadura*, *Jamón de Huelva* y *Valle de los Pedroches*.

La creación de estas certificaciones de calidad supone la valorización de dos de las partes fundamentales del cerdo ibérico, conocidas como *jamones* y *paletas*³, característicos del sur y suroeste de la Península Ibérica. Las funciones explícitas de estas cuatro DOP son a) proteger legalmente los jamones y paletas que se producen y/o elaboran en unas zonas determinadas, contra aquellos productores de otras zonas que quieran aprovechar la reputación que han creado los originales; b) mantener la calidad de los productos y conservar usos y manejos tradicionales de producción; c) garantizar al consumidor un nivel de calidad y unas características específicas diferenciales.

De esta manera se da una vinculación del producto, del jamón, con su territorio de origen, con un medio ecológico determinado y unos usos y manejos que forman parte de la historia y la cultura local, son los que lo dotan de sus características específicas y le otorgan el valor añadido que lo diferencia y le permite abrir un nicho específico en un mercado cada vez más competitivo.

Pero no olvidemos que este proceso de construcción de la calidad no está exento de contradicciones. Por ejemplo el incumplimiento de la vinculación del producto con el territorio (desde el nacimiento del animal hasta el momento de la comercialización), porque dos de las cuatro DOP obtienen un porcentaje importante de su materia prima fuera del territorio de elaboración⁴. No es ilegal en tanto en cuanto sus respectivos reglamentos así lo permiten. Por tanto es un contrasentido de una regla básica de estas certificaciones: producir, transformar y elaborar en el mismo territorio; lo cual hay que entenderlo en el marco global de la producción del cerdo ibérico.

Caracterización del sector ibérico y su problemática actual

El denominado sector productivo ibérico español está sufriendo actualmente una profunda y particular crisis que comenzó antes de la crisis económica general, y que

³ Los jamones son las patas, los cuartos traseros del animal. Las paletas son los cuartos delanteros, más pequeñas que los jamones. Son las cuatro piezas de mayor valor económico del animal, cuya específica y prolongada elaboración les confiere significativos valores culturales.

⁴ Son las DOP Jamón de Huelva y la DOP de Guijuelo



aunque agudizada por ésta, muestra una serie de características propias. Siguiendo a Diéguez (2011:35) podemos resumirlas en: constante cierre de explotaciones, notable reducción censal, falta de recursos financieros, altos costes de producción, acumulación de stocks, equiparación de los precios a los del *jamón serrano*⁵, escasas e ineficientes ayudas públicas, cierre de líneas de capital bancario por el alto riesgo del sector, falta de respuestas de las administraciones, absorción del mercado por pseudo productos ibéricos elaborados por industrias de cerdos de capa blanca, etc.

España ocupa la cuarta posición como productora de cerdos y sus derivados, precedida de China, EEUU y Alemania. En este país existía en 2010 una cabaña porcina de 25.704.039 cerdos. De este número, los cerdos ibéricos en 2010 en todo el país fue de 2.577.975, lo que supone poco más del 10% de la producción porcina. La cabaña porcina ibérica se concentra en las comunidades de Extremadura, Castilla y León y Andalucía. Además, sólo 613.423 cerdos ibéricos se engordaron con bellotas, el fruto que proporciona especiales características organolépticas a la calidad suprema del jamón. De todos estos animales un pequeño porcentaje que no llega al 10% fueron los cerdos ibéricos de bellota amparados por una DOP. El descenso continuado de cerdos ibéricos en las tres últimas campañas es una constante. Por todo ello, podemos concluir que los cerdos ibéricos españoles engordados con bellota no son económicamente relevantes en la balanza global de las producciones porcinas.

Tanto como estos datos, es muy esclarecedor sobre la dinámica del sector referirnos a la falta de cumplimiento de las regulaciones existentes, fundamentalmente de los dos factores básicos reglamentados como son la raza y la alimentación del cerdo. El criterio vigente para denominar y etiquetar estas producciones combina el origen racial con el tipo de alimentación recibida, unido al sistema de engorde, bien intensivo o extensivo: ibérico puro, ibérico, de bellota, de recebo y de cebo, en campo o en granja⁶.

Desde los años 80 y sobre todo en los 90, se solicitaba la creación de una ley que homogeneizara y clarificara el sector. De esta manera surgió en 2001 la denominada Norma de Calidad del Ibérico⁷. Su sistemático incumplimiento ha sido la tónica que está caracterizando la implementación de la Norma. Se reclama sobre todo que realmente se

⁵ Socialmente se denomina así a los jamones de cerdo blanco

⁶ Existe una campaña publicitaria que explica al consumidor que para comprar con seguridad una paleta o jamón, la pieza debe contener *nombre y apellidos*. El nombre sería jamón o paleta, mientras que el primer apellido sería la raza y el segundo el tipo de alimentación. Por ejemplo el producto de mayor calidad sería *jamón ibérico-puro de bellota*.

⁷ Real Decreto 1083/2001, de 5 de octubre, por el que se aprueba la norma de calidad para el jamón ibérico, paleta ibérica y caña de lomo ibérico elaborados en España.



reconozca por ley al cerdo ibérico, de modo que se pueda llamar y etiquetar como producto ibérico aquel que sea exclusivamente ibérico. Puede parecer paradójico, pero la *Norma de Calidad del Ibérico* admite que se denomine y etiquete como ibérico⁸ el cruce del ibérico puro con otras razas⁹. Lo que nos resulta más interesante, sin entrar en otro tipo de análisis, es que esto supone legalizar la apropiación del valor añadido del término “ibérico” a producciones que no lo son.

Parte de estos problemas obedecen a la complejidad de proceso de elaboración y a la variabilidad de los agentes implicados en la misma: ganaderos o productores, industriales y elaboradores, distribuidores, empresas de inspección y certificación, administraciones –locales, comarcales, provinciales, autonómicas, estatales y europeas-, consejos reguladores de las DOP, organizaciones agrarias, organizaciones del sector, centros de investigación, hasta el propio consumidor.

Por otro lado, el mercado de productos agroalimentarios el jamón de bellota posee un nicho específico con un altísimo reconocimiento de acuerdo a su calidad. De este modo, estamos afirmando que es un tipo de producción que *a priori* no necesitaba de la concurrencia de las DOP para su implantación o difusión comerciales.

En este sentido las reglamentaciones de las DOP y la Norma de Calidad del Ibérico bajo las que se amparan la mayor parte de jamones y paletas han supuesto un cambio importante en el funcionamiento de este circuito productivo del ibérico. Como decimos, la aplicación de la *Norma de Calidad del Ibérico* lleva aparejado una serie de controles (calificación de reproductores, control de raza, edad y alimentación, trazabilidad...). Las entidades encargadas de esta tarea son las denominadas *certificadoras*¹⁰, empresas de carácter privado, que básicamente realizan un seguimiento del proceso de cría y elaboración del producto, a partir de inspecciones en campo o en granja, para certificar el correcto tratamiento y elaboración de los derivados en mataderos, secaderos y bodegas de las industrias transformadoras.

⁸ Racialmente el cerdo ibérico no constituye un genotipo único sino que tiene diferentes estirpes que adoptan nombres específicos en función de su lugar de origen. Algunas de las estirpes más conocidas son los *Lampiónes* (*Negro de la Serena, Vegas del Guadiana*), *Entrepelados* (cruces entre *Retintos* y *Lampiónes*), *Lampiónes* (*Negro de la Serena, Vegas del Guadiana*), *torbiscal* u otras como *Rubio andaluz, Cano campiónés, Manchado de Jabugo*, etc.

⁹ Concretamente se podrá denominar *Ibérico Puro* el animal de padre y madre 100% raza de tronco ibérico, e *Ibérico* aquel que tenga hasta un 50 % de las razas Duroc y Duroc Jersey y el otro 50% ibérico puro.

¹⁰ Estas empresas son conocidas popularmente como *certificadoras*, aunque realmente se distinguen empresas certificadoras, que son las que supervisan los procesos industriales durante la elaboración de los derivados del cerdo, y las empresas inspectoras, que se encargan de la fase de cría y engorde, la producción de los animales.



Si bien esta normativa se creó con el firme propósito de ordenar el sector del cerdo ibérico, actualmente hay distintas interpretaciones sobre su contribución, achacándose el desatinado funcionamiento al hecho de que las *certificadoras* sean de carácter privado. Algunos autores (Martín, 2006:89) equiparan la certificación de calidad agroalimentaria a través de estas empresas privadas con los sistemas de control y certificación de las DOP (Lozano, 2011). Aunque nosotros hemos comprobado en esta investigación, que en el caso del jamón ibérico son diametralmente distintas.

En el sector ibérico, la naturaleza y alcance de la certificación llevada a cabo por las *certificadoras* es muy distinto al de las DOP. Dicho de otro modo, la mayoría de industriales y ganaderos del sector ibérico contratan a una empresa *certificadora*. Esta realiza unos servicios tanto en campo, como en industria, que deben pagar ganaderos e industriales. Y lo que es al final realmente importante en esta cadena, el valor de cada pieza está asociado al prestigio derivado de distintos nombres como *ibérico*, *dehesa* o *montanera*¹¹, nombre que exclusivamente pueden utilizarse en las piezas amparadas bajo la *Norma de Calidad del Ibérico*¹². Esta nomenclatura que encierra el valor simbólico de la tradición, es de uso exclusivo para las piezas, los productos que están amparados por las *certificadoras* en su proceso de trazabilidad. De esta manera permanecen al margen de la Norma de Calidad únicamente aquellas empresas de gran prestigio cuyas marcas son reclamos altamente valorizados en el mercado, sin necesidad de utilizar señuelos como el término *ibérico*.

Por tanto, someterse al control de la Norma de Calidad es imprescindible para la mayor parte de productores e industriales, que aunque critican duramente la aplicación de la normativa, les sería muy complicado operar al margen de la misma. Aquí radica la base del principal conflicto del sector, el sometimiento del mismo a una norma que no les facilita su trabajo ni mejora el reconocimiento efectivo de los productos realmente ibéricos, con la calidad asociada.

Trabajar al margen de la Norma de Calidad no es un requisito imprescindible para contados ganaderos e industriales (marcas como Joselito, Cárdeno, Consorcio de Jabugo, Sánchez Romero Carvajal o Lazo) que pueden operar al margen de ella. Son los

¹¹ Temporada de maduración de las bellotas y fase de engorde del cerdo mediante bellotas.

¹² En el artículo 14 dedicado al etiquetado se dice literalmente “Queda prohibido el empleo de los términos “Ibérico puro” “Ibérico” así como cualquiera de las estirpes del “Ibérico”, “montanera”, “recebo”, “bellota”, “pata negra” y “dehesa” en los productos regulados por esta norma que no se ajusten a la misma. Para el resto de productos tendrán que cumplir los requisitos de las normas específicas que los regulen para poder utilizar estos términos.”



reducidos espacios de poder de las producciones ibéricas de calidad, ámbitos externos a certificadoras o indicaciones de calidad. De este modo, certificar bajo la *Norma de Calidad del Ibérico* igual que certificar mediante una DOP es un proceso teóricamente voluntario, pero de naturaleza muy distinta.

El resultado es el beneficio de grandes operadores industriales y la pérdida gradual de pequeños productores tradicionales, que realmente continúan con prácticas productivas basadas en la cría extensiva del cerdo ibérico, su cría en montanera y la posterior elaboración en territorios especialmente aptos para ello.

El cerdo ibérico como paradigma de la gestión de las dehesas

Tal y como venimos afirmando el sector porcino ibérico es cuantitativamente poco representativo respecto al sector porcino español. Además, dentro del ibérico, los animales alimentados con bellota y criados en régimen extensivo son a su vez porcentualmente minoritarios, por tanto, ¿en qué se basan la industria y el prestigio de lo “ibérico”? Existe el binomio socialmente extendido *ibérico-bellota*, o lo que es casi igual, *ibérico-dehesa*, y éste es un estereotipo común en cuanto que relaciona las producciones de ibérico de bellota con un agroecosistema¹³, la dehesa¹⁴. Este binomio encierra la máxima de que este producto está indisolublemente unido a un territorio antrópico que es el tipo de bosque mediterráneo que conocemos como dehesa, uno no existiría sin el otro. De hecho, actualmente la dehesa es rentable fundamentalmente gracias al cerdo ibérico de bellota en extensivo. El manejo de los cerdos es prioritario en la mayor parte de explotaciones adehesadas, aunque sea uno de los usos y manejos de este agroecosistema. Estos manejos ganaderos constituyen un modo de gestión de un territorio basados en prácticas agronómicas tradicionales que giran sobre la montanera y la producción del cerdo.

Estamos señalando así, que las producciones de jamón ibérico de bellota son inherentes a la identidad cultural de las sociedades locales, cuya actividad fundamental radica en la

¹³ El concepto agroecosistema surge y forma parte de los planteamientos teóricos del ecodesarrollo. Se trata de un enfoque del conocimiento de los aspectos abiótico, biótico y social de un medio ecológico de manera simultánea. Así estudia e investiga el conocimiento de la realidad en sí misma, y las iniciativas para modificarla, identificando aquellos aspectos que se orienten hacia el manejo sostenible y ecológico de los recursos.

¹⁴ La dehesa es un sistema agrosilvopastoril con árboles (sobre todo encinas y alcornoques) en grado variable de densidad, pastos herbáceos, cultivos y ganado en una interacción generalmente sostenible mediante prácticas y conocimientos agrícolas y ganaderos. Para abundar en su conocimiento se puede ver la obra de Acosta, Díaz y Amaya (2001) o la de Campos (1984).



explotación de la dehesa y en la transformación de los cerdos¹⁵. La dehesa es el paradigma de la base de la calidad que vincula a un territorio (adehesado) con un producto (jamón ibérico de bellota).

La tradición en las producciones del cerdo ibérico de montanera nos remite a ganaderos de distinto tipo¹⁶, que hasta los años 60 del siglo pasado aprovechaban la montanera con partidas de cerdos de acuerdo a un sistema de gestión que perseguía la optimización del aprovechamiento de este recurso. Básicamente suponía una especialización de pastoreo, la guía de la piara por un porquero, un experto que conducía el grupo de animales de número adecuado al tipo y extensión de la finca de dehesa.

Por su parte, similares, los procesos tradicionales de elaboración de los cerdos estaban escasamente mecanizados. Se manejaban materias primas de alta calidad (carnes, grasas, sal, pimentón y ajo sobre todo), características meteorológicas concretas (vientos, temperatura y humedad) y una especialización productiva basada en un profundo conocimiento y control de todas estas variables. El factor humano era el que determinaba estas producciones.

Entonces, hoy podríamos decir que los procesos de indicaciones geográficas representados por las DOP en el sector del cerdo ibérico de bellota, constituyen claros procesos de patrimonialización. La respuesta a esta hipótesis se encuentra en la demanda de productos ibéricos de alta calidad, de alimentos percibidos y valorados como parte de un pasado que ya no existe, pero que nos ha legado determinados saberes y procesos mediante los que obtener chacinas, embutidos y jamones de primera calidad que evocan sabores, territorios y tradición (Aguilar y Lozano, 2008: 170-173).

Es la caracterización de un modelo de producción que se considera y estandariza como tradicional. Es esta la tradición que pasa ahora a patrimonializarse a través de un proceso social selectivo que entiende y maneja esta tradición como innovación y que encuentra sus principales representantes en las DOP. Son fórmulas de innovar consistentes en el rescate de fórmulas tradicionales, pero ¿mediante qué mecanismos?

¹⁵ La dehesa como sector productivo se caracteriza por proporcionar cantidades constantes y discretas de ganadería fundamentalmente. Sólo los cerdos como materia prima procedente de la ganadería de dehesa se transforma y se comercializa en o desde las zonas de producción. Como se señala más adelante, una explicación radica en la transferencia de saberes desde las matanzas caseras a pequeñas industrias.

¹⁶ Para una visión completa de las producciones de dehesa a mediados del siglo pasado, así como de los distintos tipos de productores, véase la obra *Memoria de la tierra, campos de la memoria. Los agroecosistemas tradicionales de Tentudía. Vol. I. La dehesa y las tierras calmas.*, de Acosta R., Amaya, S. y Díaz, A.L.(2002).



Indicaciones geográficas como procesos de patrimonialización

Las DOP se rigen por reglamentos. Todos ellos estipulan y mencionan las características de la raza del cerdo, la edad de los animales, la alimentación de los mismos, el periodo de curación de sus derivados y los métodos de elaboración permitidos. En este sentido lo que se produce es una selección de determinadas características del modelo tradicional de producción del cerdo ibérico de montanera. Los elementos elegidos son aquellos que mejor se adecuan a los parámetros reglamentarios de las Unión Europea para las DOP. Y es en esa precisa combinación entre tradición- de usos, manejos y saberes locales- con innovación y requerimientos tecnológicos- de higiene y salubridad- en la que radica la construcción de la calidad que ahora se oferta bajo la fórmula de marca protegida. Es una fórmula donde “los productos tradicionales dejan de ser percibidos como restos del pasado, condenados a desaparecer en la modernidad, para pasar a ser demandados en procesos que remiten a la valorización cultural y a la dinamización de economías locales” (Menasche y Krone, 2010).

El reconocimiento social del producto más destacado del cerdo ibérico de bellota es sin duda el jamón. Varios son los términos que condensan la riquísima polisemia sobre la calidad y propiedades de este alimento. Términos que resumen su universo simbólico, desde los clásicos *jamón ibérico*, *ibérico de bellota*, *pata negra*, hasta otros contemporáneos como *oro graso*, *tres encinas*, *cinco jotas*, etc. Son expresiones en constante disputa y que la reglamentación actual intenta normativizar, aunque es el mercado el que asiduamente se apropia de estos nombres, los convierte en marca y los coloca como sello distintivo en sus producciones de jamones y/o paletas aunque estén desvinculadas de la dehesa, de la bellota y poco relacionadas racialmente con el ibérico. El reconocimiento de este simbolismo está basado en la legitimidad de prácticas tradicionales de producción de los jamones ibéricos de bellota, prácticas que diferencian y proporcionan valor añadido a este alimento respecto a todos los demás jamones, tanto los ibéricos que no son de bellota como, sobre todo, los no ibéricos. Las prácticas tradicionales y el saber hacer en la producción del jamón ibérico constituyen el verdadero factor de innovación, prácticas ganaderas y prácticas industriales. Estas prácticas las implementan ganaderos e industriales fundamentalmente bajo las certificaciones de las DOP.



Entre la variedad de agentes implicados en los procesos productivos del jamón ibérico de bellota, se encuentran quizás el colectivo menos adaptado a las normativas, un elevado número de pequeños y medianos productores. Son precisamente éstos los más cualificados para garantizar las producciones tradicionales, de hecho nunca han abandonado estas prácticas, ahora institucionalizadas por las DOP a través de los reglamentos. Son los depositarios de la elaboración de la materia prima, del complejo proceso de cría y engorde del cerdo en montanera. Tal como señalan, son los primeros dispuestos a continuar con estas prácticas. Y ello a pesar de que son estos mismos productores los que están abandonando la certificación de la DOP, por la sencilla falta de relación entre los altos costes de producción y el bajo precio final del producto, que se equiparan progresivamente con los precios de venta final del resto de productos ibéricos no amparados por una denominación de origen.

En este caso, a favor de los productores tradicionales y de sus sistemas de producción, juegan precisamente otros valores no institucionalizados, como el conocimiento directo y la confianza de sus compradores, el reconocimiento de su labor diferenciada y de sus prácticas tradicionales. Son estas cualidades no formalizadas, ni certificadas bajo ningún mecanismo institucional las que proporcionan buena parte del valor añadido que estos productores demandan que se les reconozca. Esta falta de reconocimiento de los valores característicos de determinados alimentos, ha sido tratado en otros casos de estudio como el de los quesos brasileños de las sierras en los estados de Santa Catarina y Rio Grande do Sul (Cruz y Menasche, 2011). Como en nuestro trabajo, una de las conclusiones de dichas investigaciones, consiste en afirmar que una solución para ganaderos e industriales de estos sectores productivos está en el reconocimiento legal y administrativo a estos valores cualitativos, lo que permitiría que se posicionaran en condiciones ventajosas para la comercialización de sus producciones.

En gran medida estos saberes tradicionales han sido apropiados desde las DOP del ibérico y regulados mediante sus reglamentos, como hemos dicho antes. Pero el principal problema para estos productores del sector ibérico de calidad, es la competencia agresiva que están actualmente sufriendo desde las grandes empresas del sector agroalimentario, en ese caso las del sector cárnico de cerdo blanco. Se trata de una competencia facilitada legalmente por la *Norma de Calidad del Ibérico*, promulgada en 2006. Una ley que permite la utilización de términos como “ibérico” en su etiquetado. De ese modo usan el valor añadido vinculado con la simbología propia



del término *ibérico* y lo aplican a una producción intensiva de miles de piezas de cerdos ibéricos o cruzados alimentados con piensos en régimen intensivo en cualquier parte de la geografía del país. Se consolida así y por vez primera, la desvinculación entre producto y territorio, una relación que, tal y como hemos explicado, es consustancial a la calidad final del producto. La lógica de estas multinacionales del sector cárnico porcino, mejor adaptadas a las lógicas mercantiles, se impone y se adueñan legalmente de un patrimonio cultural propio de grupos de productores e industriales locales.

Desde un punto de vista de la ética en cuanto a la propiedad intelectual de estos saberes, la tradición productiva y transformadora del jamón ibérico de bellota, han residido históricamente en ganaderos e industriales de los territorios adeshados. En los ganaderos con sus manejos, en las tradicionales matanzas domésticas e industriales de estas zonas se ha depositado un saber hacer, un patrimonio compartido y público entre los habitantes de las zonas de procedencia del jamón ibérico de bellota. Vemos cómo su altísima calidad, el hecho de ser un producto de alta gama entre los alimentos de las cadenas actuales, la fama y prestigio acumulados durante siglos y condensado simbólicamente en términos como el de “ibérico”, se arrebató a estas sociedades y se aplica sistemáticamente a producciones que no comparten el universo socioeconómico, medioambiental ni cultural de las producciones tradicionales.

Conclusiones

En este texto hemos tratado de demostrar que la producción de alimentos de calidad como el jamón ibérico, debe ponerse en relación con los diversos procesos de producción tradicionales asociados a territorios concretos. Este proceso se materializa mediante las indicaciones de calidad, fundamentalmente las Denominaciones de Origen Protegidas, fórmulas que relacionan producciones tradicionales con sociedades postindustriales. Aunque esto sea así en teoría, en la práctica diaria no se da una correlación absoluta entre procesos tradicionales de producción de jamones ibéricos de bellota con los sistemas productivos de las actuales DOP. Existe un proceso selectivo de la tradición que se adapta a la normativa europea de certificación de alimentos. Es la nueva fórmula de innovar basada en la tradición.

Así, frente a la pérdida de referentes que conlleva la producción a gran escala, encontramos alimentos como el jamón ibérico de bellota certificados que garantizan a los consumidores mayores niveles de calidad, fiabilidad y seguridad alimentaria. Este



proceso actual podría permitir a ganaderos e industriales inmersos en una economía de valor, espacios de relativa fortaleza frente al poder de las multinacionales de la agroalimentación de productos industrializados.

Hemos visto, por otro lado, que las producciones de jamón ibérico de bellota son inherentes a la identidad cultural de las sociedades locales cuya actividad fundamental radica en la explotación de la dehesa. La dehesa es el paradigma de la base de la calidad que vincula a un territorio (adhesado) con un producto (jamón ibérico de bellota). Este proceso de diferenciación productiva contribuye así a la conservación de un paisaje cultural y a la continuidad de prácticas ganaderas.

Finalmente hemos caracterizado lo actuales procesos de certificación de calidad, representados por las DOP, como espacios de interacción entre la tradición y la innovación. Ámbitos de poder, en la medida que seleccionan y reglamentan las características inherentes a los productos bajo su protección. A partir de ahí se produce la patrimonialización de los elementos locales de este tipo de producciones, que constituyen además la base de numerosos conflictos entre ganaderos, industriales, certificadores y Consejos Reguladores.

Referências bibliográficas

Acosta Naranjo, Rufino (Santiago Amaya Corchuelo y Antonio L. Díaz Aguilar)
2002 *Memoria de la tierra, campos de la memoria. Los agroecosistemas tradicionales de Tentudía. Vol. I. La dehesa y las tierras calmas*. Mesto, Cuadernos monográficos de Tentudía. Número IIa, Zafra (Badajoz), Centro de Desarrollo Comarcal de Tentudía.

Aguilar Criado, Encarnación (y Santiago Amaya Corchuelo)
2007 “El patrimonio cultural como activo de desarrollo rural”. Sanz Cañada, J. (ed.) *El futuro del mundo rural*, Madrid, Síntesis: 103-124.

Aguilar Criado, Encarnación (y Carmen Lozano Cabedo)
2008 “El territorio y las producciones de calidad como factor de desarrollo sostenible en el medio rural”. *Agricultura Familiar en España*, Madrid, Fundación Estudios Rurales: 170-173.

Bowen, Sarah (y Kathryn De Master)
2011 “New rural livelihoods or museums of production? Quality food initiatives in practice”. *Journal of Rural Studies*, nº 27 73- 82.

Calle Collado, Angel (Marta Soler Montiel e Isabel Vara Sánchez)



2009 “La desafección al sistema agroalimentario: ciudadanía y redes sociales”. Texto resumen Mesa 1: Consumo alimentario y cambio social, I Congreso Español de Sociología de la Alimentación.

Campos Palacín, Pablo

1984 *Economía y energía de la dehesa extremeña*. Madrid, Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentarios.

Cazes-Valette, Geneviève.

1997 “La vache folle. Cultures, nourritures”. Arles, Internationale de l’imaginaire: nouvelle série, nº 7, 205-233.

Cruz, Fabiana (y Renata Menasche)

2011 “Se o leite é cozido, o queijo não é Serrano: tradição, conhecimento e discurso instituído no controverso debate em torno de queijos feitos de leite cru”. III Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, Porto Alegre.

Deaton James (y otros)

2010 “A note on the economy of qualities: attributing production practices to agricultural practices”. Journal of Rural Social Sciences, nº 25(3), 99–110.

Dieguez Garbayo, Elena. 2005 “El cerdo ibérico. Una imagen de calidad”. La Habana, Texto original del II Taller de Cerdos Criollos de Origen Ibérico (inédito).

-----, 2011. “Análisis y opciones para una segura y duradera recuperación del sector ibérico”. Solo Cerdo Ibérico, Zafra (Badajoz), 33-54.

Esparcia Pérez, Javier (y Joan Noguera Tur). 1999 "Reflexiones en torno al territorio y al desarrollo rural". Ramos Real, E., (ed.), *El desarrollo rural en la Agenda 2000*, Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 9-44.

Gómez Muñoz, Ana Cristina (y Pedro Caldentey) .2000 “Signos de calidad en productos agroalimentarios”. Tierra Sur, nº 7, 30-35.

Eloí Krone, Evander (y Renata Menasche) 2010 “Políticas públicas para produtos com identidade cultural: uma reflexão a partir do caso do queijo artesanal serrano do sul do Brasil”, Anais do congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia Rural. <http://www.alasru.org/pernambuco-brasil-2010>

Langreo Navarro, Alicia. 2004 “La posición de los productos con calidad diferencial en el sistema alimentario del siglo XXI”. Cuadernos de la Tierra, nº 3, 24-30.

Lara Vélez, Pablo. 2011 “Evolución de los datos RIVER 2008-2001”. Solo Cerdo Ibérico, Zafra (Badajoz), nº 26, 55-71.

Lozano Cabedo, Carmen (y Encarnación Aguilar Criado). 2010 “Natural, tradicional y de la tierra. La promoción de la calidad agroalimentaria en los nuevos espacios rurales andaluces”. Soler, M. y Guerrero, C. (Coords.), *Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza*, Sevilla, Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico, Consejería de Cultura, 126-139.



Lozano Cabedo, Carmen 2011 *El sabor de la naturaleza*. Sevilla, Fundación Blas Infante.

MARM:http://www.marm.es/es/alimentacion/temas/calidad-agroalimentaria/INFORME_FINAL_VINCULADO_A_EXCEL_2009_tcm7-152858.pdf

Mauleón Gómez, José Ramón 2001 “Los canales cortos de comercialización alimentaria como alternativa de los pequeños agricultores ante la globalización: el caso español”. Actas XXIII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología.

Martín Cardeño, Víctor 2006 “Denominaciones de origen: una revisión en el mercado alimentario español”. *Distribución y Consumo*, 87-112.

Renting, Henk (Terry Marsden y Jo Banks) 2003 "Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development". *Environment and Planning A*, nº 35, 393-411.

Rodríguez, Marcela. Los Sellos de Calidad en Alimentos... ¿Qué Hay Más Allá de la Seguridad Alimentaria?.
<http://www.cegesti.org/exitoempresarial/publications/publicacion14.pdf>

Ruiz Avilés, Pedro (y otros) 2007 “La calidad y las denominaciones de origen en los aceites de oliva andaluces.”. *Distribución y Consumo*, nº 96, 42-51.

Tregear, Angela (y otros) 2007 “Regional foods and rural development: The role of product qualification”. *Journal of Rural Studies*, nº 23, 12-22.



Encontro da Rede de Estudos **RURAIS**

DESENVOLVIMENTO, RURALIDADES E
AMBIENTALIZAÇÃO: PARADIGMAS E ATORES EM CONFLITO

03 a 06 de junho de 2012.

GT3

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO RURAL

COORDENAÇÃO

LUÍS HENRIQUE CUNHA (UFMG)

ALFIO BRANDENBURG (UFPR)



GT 3 - Conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais e desenvolvimento rural

A Agroecologia como pauta e estratégia de desenvolvimento local em um assentamento de reforma agrária

Sérgio Botton Barcellos¹

¹ Doutorando no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: sergiobbarcellos@hotmail.com

Resumo:

Por meio desse trabalho será buscado compreender quais são as disputas e os conflitos acerca da consolidação da agroecologia como uma das alternativas e iniciativas de desenvolvimento local em um assentamento de reforma agrária. Dessa forma, o objetivo desse trabalho, que é um dos resultados apresentados como trabalho de dissertação do autor, é identificar as disputas e os conflitos que ocorrem em meio a iniciativas locais relacionadas à agroecologia. O assentamento Santa Rosa está localizado em uma das regiões de maior densidade de assentamentos e assentados no Rio Grande do Sul (RS). As fontes de pesquisa utilizadas para coletar os dados e as referências nesse trabalho foram obtidas em: bibliografias temáticas pesquisadas; artigos acadêmicos; e percepções de vivências do autor em alguns assentamentos de reforma agrária. Por meio da pesquisa considerou-se que as iniciativas e ações em agroecologia no assentamento estudado podem ser estratégicas e possibilitar a potencialização das relações sociais para a ocorrência de experiências em desenvolvimento local distintas das que ocorrem junto ao agronegócio.

Palavras-chave: agroecologia; experiências; desenvolvimento local; assentamentos.



Introdução

Paralelamente com o desenvolvimento histórico do modelo agrícola, hegemônico pelos pacotes tecnológicos e o difusionismo agroindustrial capitalista, existiram diversos movimentos em sua contraposição. Os inúmeros problemas socioambientais causados pelo atual sistema de produção agrícola se destacam e são cada vez mais notáveis. Nesse contexto, também deve ser considerada a manutenção das grandes extensões de faixas territoriais (como no caso do Brasil), para a sustentação desse tipo de cultivo agrícola (monocultura de base agroexportadora). Cabe considerar, que esse modo de produção agrícola propicia e vem acentuando cada vez mais a concentração e a posse de terras no Brasil. Sob esse ponto de vista, segundo Altvater (2007), os conflitos sociais não necessariamente são apenas centrados em torno da estrutura, conflitos e interesses de classes em uma sociedade capitalista, mas também pelas relações sociais entre o homem e a natureza, o meio-ambiente construído, as condições gerais de produção e a provisão de bens públicos. Diante disso, em âmbito nacional, estão ocorrendo disputas, conflitos e iniciativas na área socioambiental² em diversas localidades, como aldeias indígenas, comunidades ribeirinhas, assentamentos rurais, dentre outros.

Nesse cenário complexo, em que a temática ambiental está em evidência, ocorrem no Brasil discussões e experiências em relação à agroecologia nos mais diferentes contextos. Nesses, essas experiências são mediadas e desenvolvidas por diversos grupos de interesse social, em contraposição ou favoravelmente as empresas que participam da cadeia produtiva do agronegócio, tanto no mundo rural, quanto urbano.

Em um campo permeado por disputas e conflitos acerca da ocupação e acesso da terra no Brasil, os Movimentos Sociais mobilizados em torno da questão fundiária também estão passando por determinadas mudanças e ampliações tanto no seu repertório de pautas, quanto em suas formas de organização e atuação política. Perante a realidade na qual é debatida a reforma agrária no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupou historicamente lugar de destaque como mediador desse processo. No que se refere ao conjunto de suas pautas e lutas políticas, os chamados movimentos camponeses, dentre eles, o MST incorporou, como uma das

² O termo “socioambiental” ao qual me refiro, está relacionado às formas de produção e reprodução social, econômica, política e cultural da sociedade em interação com os ecossistemas e biomas.



suas questões centrais, temas relacionados à questão socioambiental. Dentre eles destaca-se o enfoque em temas relativos à preservação ambiental, à defesa da biodiversidade, culturas locais e à agroecologia (Piccin & Picolotto, 2007).

A agroecologia foi constantemente mencionada em muitos espaços de discussão e organização política do Movimento. Uma das justificativas para a temática ser pautada no movimento, foi a necessidade de seus integrantes adotarem uma outra estratégia de experiência sócioprodutiva, capaz de suprir as necessidades de desenvolvimento local respeitando a diversidade socioambiental dos assentamentos no Brasil. Dessa maneira, ao longo da história do MST é possível perceber, conforme Vendramini (2007), que as ações do Movimento são produzidas em um emaranhado de relações sociais contraditórias. Sob esse aspecto as propostas de produção do MST, mesmo a Agroecologia, constituem-se em um contexto conflituoso e permeado por dificuldades de viabilização socioeconômicas em meio as suas experiências de desenvolvimento local e iniciativas de caráter endógeno por parte dos assentados nos assentamentos.

Assim, nesse trabalho será abordado, como problema, a compreensão de quais são as disputas e os conflitos acerca da consolidação da agroecologia como uma das alternativas e iniciativas de desenvolvimento local em um assentamento de reforma agrária. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é compreender as disputas e os conflitos em iniciativas de desenvolvimento local relacionadas à agroecologia. Considera-se que essas atividades tanto no aspecto da produção agropecuária nesse assentamento, como no modo de vida dos assentados (as) são experimentadas e planejadas em um campo social considerado conflitivo, disputado, o qual influencia e é influenciado por relações sociais, históricas e políticas de poder protagonizadas por esse Movimento. Assim, os aspectos relacionados às posições políticas, os papéis assumidos e o contexto social cotidianos do assentamento pesquisado podem oferecer um plano de análise que possibilite observar essas iniciativas.

A escolha desse assentamento justifica-se por ser em Tupanciretã um dos locais onde, em pesquisa exploratória, foi observada a ocorrência de experiências, técnicas e tecnologias vinculadas aos preceitos da agroecologia e por ter sido estruturado pelo programa estadual de reforma agrária, intitulado “Novo Modelo de Assentamentos” durante o governo estadual - gestão 1999 a 2002 (Governo Olívio Dutra – Partido dos Trabalhadores, PT). Esse programa tinha como um dos seus princípios a proposta de desenvolver nos assentamentos a produção agropecuária nos preceitos da agroecologia.



As fontes de pesquisa utilizadas para coletar os dados e as referências usadas nesse trabalho foram obtidas em: bibliografias pesquisadas para elaboração do anteprojeto de doutorado; artigos acadêmicos; percepções de vivências do autor em alguns assentamentos de reforma agrária. Como fonte primária nessa pesquisa de campo foi realizada a coleta de dados por meio dos seguintes instrumentos: a observação participante, a realização de entrevistas (2) e a coleta de documentos.

Assim, o trabalho será apresentado em dois tópicos principais: A chegada do discurso da agroecologia no MST e o assentamento Santa Rosa nesse contexto; As bases agroecológicas para o desenvolvimento local dessas iniciativas.

1. A chegada do discurso da agroecologia no MST e o Assentamento Santa Rosa nesse contexto

Em interface com o desenvolvimento capitalista no meio rural brasileiro o qual também permeia as relações socioeconômicas nos assentamentos de Reforma Agrária, os agentes políticos como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outros, responsáveis por organizar e coordenar ações coletivas junto a trabalhadores rurais, especialmente nas áreas de assentamentos têm inserido, em suas agendas, a necessidade de criação de novas tecnologias sociais, conforme Paiva (2009). Dentre elas, estão às práticas agrícolas vinculadas ao debate ambiental e à sustentabilidade, consideradas como agroecológicas³.

Dessa forma, a Agroecologia como experiência nos assentamentos tem realce, tanto em documentos e publicações acadêmicas, como em expressões de dirigentes, mediadores técnicos e militantes do MST. Ela aparece como uma alternativa viável na perspectiva de ser uma possibilidade que visa estabelecer autonomia socioeconômica e de estabelecer outras formas de organização no processo produtivo⁴ desses espaços. Ressalta-se que essas iniciativas e disputas pelo processo de desenvolvimento são

³ Nesse campo político, de constituição de pautas e temáticas em relação a esse caso existem outros movimentos sociais, tanto do ramo sindical e rural, associações, articulações e ONGs que também se destacam nesse processo, e que inclusive, na pertinência de haver uma rediscussão e redimensionamento dessa pesquisa, possam também ser enfocados ou considerados.

⁴ Sistema produtivo nos assentamentos se refere às estratégias e opções de produção agropecuária por parte dos assentados, equipe de assistência técnica e coordenação política do MST.



observadas e a agroecologia é indicada não somente como alternativa para a organização produtiva dos assentamentos. A temática socioambiental aparece como reivindicação em manifestações públicas em contraposição as ações das multinacionais do agronegócio e do ramo da mineração.

Contextualizando a temática da agroecologia no MST, Martins (2004) aponta que esta alternativa de organização produtiva seria uma possibilidade de superação em relação às experiências coletivizadoras que reconhecidamente foram pouco exitosas na organização do sistema de Cooperativas de Produção Agrícola - CPAs. Nesse aspecto, Carvalho (2007), também ressalta a agroecologia como uma nova matriz tecnológica definindo-a como uma relação entre homem e natureza sustentável na produção agropecuária e florestal, sendo uma espécie de síntese mais desenvolvida das iniciativas de geração e implementação de tecnologias sustentáveis tanto do ponto de vista social, quanto agroecológico.

Nas fontes acadêmicas disponíveis, descreve-se que a perspectiva da agroecologia passa a ser introduzida na pauta do MST após a realização do 3º Congresso Nacional, realizado em 1995, em Brasília. Desse ano em diante, o discurso do MST intensificou seu conteúdo em favor de um modelo de desenvolvimento pautado pelos princípios da sustentabilidade (Costa Neto & Canavesi, 2002). Nesse mesmo ano o MST passou a integrar a Via Campesina⁵ cuja atuação ocorreu de forma destacada em relação à agenda socioambiental e buscou cumprir um papel de aglutinação dos movimentos sociais rurais no Brasil.

A partir de 1999, ano em que a seção brasileira da Via Campesina foi formada, as pautas socioambientais passaram a ser debatidas de maneira mais efetiva no repertório de proposições e ações das entidades que a compõem, como o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

Outro marco em relação a esse tema no MST foi a divulgação, em 1999, do Projeto de formação e educação ambiental. O Movimento esperava, com isso, adotar “uma reforma agroecológica” em seis assentamentos do Rio de Janeiro, criando “um

⁵ A Via Campesina é um movimento internacional criado em 1992, que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, de trabalhadores rurais sem terra, mulheres camponesas e comunidades indígenas, em cerca de 175 países da América, Ásia, África e Europa (Fian; Via Campesina, 2004).



novo modelo de agricultura que seja produtivo socialmente, não excludente e que assegure a preservação ambiental” (MST, 2000;7).

A partir de 2000, o MST revelou em seu quarto congresso que adotaria a Agroecologia como principal modelo de produção e desenvolvimento sob esses preceitos nos assentamentos rurais. A aproximação com essa proposta conferiu ao MST a necessidade de iniciar um processo de transição aos preceitos agroecológicos na produção agropecuária e no manejo ambiental junto aos assentamentos, bem como de levar esta proposta de discurso à sua base social, junto com outros diversos assuntos que merecem atenção como a violência no campo e o combate a política neoliberal do Estado (MST, 2009).

Mais um fato que explicita a presença das pautas socioambientais, dentre elas a agroecologia, foi a importância dada a esse tema em seu último Congresso Nacional (realizado em 2007), no qual o Movimento a assumiu como um de seus compromissos (MST, 2007). Dessa forma, a percepção acerca do processo de constituição de um discurso político, em um determinado movimento social (no caso MST), também estimulou reflexões acerca das estratégias de organização das experiências em agroecologia e as formas de disputa política realizada em meio ao desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária.

Estes fatos evidenciaram que o discurso relativo à agroecologia por parte do MST constituiu-se articulado com outras pautas socioambientais. Nesse aspecto não só no sentido de abranger e consolidar experiências e iniciativas locais de produção agropecuária junto aos assentamentos, mas também como uma das pautas políticas centrais do Movimento nos últimos tempos, na produção de um discurso e de uma simbologia, tanto para sua base social, movimentos e organizações sociais aliadas, como para o Estado e o conjunto da sociedade que acompanha suas mobilizações. Trazer tais aspectos à tona pode contribuir para essa análise em um assentamento, pois esses fatores conjunturais influenciam e podem determinar as disputas, conflitos e acordos na constituição das iniciativas e experiências locais em agroecologia, como no caso do assentamento Santa Rosa que será discutido a seguir.

1.2. O Assentamento Santa Rosa e as experiências locais em Agroecologia

O assentamento Santa Rosa que foi escolhido como universo de pesquisa, foi um dos assentamentos estruturados durante o governo estadual de 1999-2002, pelo programa “novo modelo” de assentamentos. O assentamento foi formado ao final do ano de 1998, após a ocupação da área e o estabelecimento de um acampamento em



1996. Esse programa estadual de reforma agrária também tinha como uma de suas diretrizes o estímulo à agroecologia como alternativa de modelo agrícola e proposta de sistema de produção para os assentamentos.

Um dos aspectos marcantes na percepção daquele espaço social é que o município de Tupanciretã destaca-se no RS por ter umas das maiores produções de Soja do estado, bem como um grande número de assentamentos de reforma agrária e de pequenas propriedades que são responsáveis pela diversificação da produção agrícola local, nas quais plantam soja, milho, feijão, mandioca, arroz, dentre outros produtos agropecuários, e que também ao longo dos anos foram intensificadas atividades agropecuárias como a leiteira, a piscicultura e a suinocultura. Assim, nesse contexto Tupanciretã é considerado como o município que detém a maior produtividade de soja do estado por hectare, com média de 40 sacas/ha⁶ (dados da assessoria de imprensa da EMATER, 2009). Ainda cabe destacar que em 2006, conforme dados da Federação de Economia do Rio Grande do Sul (FEE-RS), o município esteve entre os 10 maiores em produção de Valor Agregado Bruto (VAB) para a agropecuária no RS.

O município está localizado na região centro-oeste do estado do RS, com aproximadamente 22.556 habitantes, em 2007, segundo estimativa do IBGE (2006), dentre os quais, aproximadamente 5000 pessoas residem em área rural e das quais 706 famílias (2600 habitantes) vivem em assentamentos rurais. Este dado representa que 57,63% da população rural do município está em assentamentos de reforma agrária, conforme dados da EMATER (2001). No município estão instalados dezessete projetos de assentamentos, sendo 11 considerados sob coordenação política do MST.

Nesse assentamento, existem aproximadamente 129 famílias assentadas, com cerca de 370 habitantes. O assentamento tem 2200 hectares de extensão, com média de 15 hectares por lote/família. O assentamento Santa Rosa foi dividido em quatro bolsões, cada um considerado uma comunidade (Bolsão 1, 2, 3 e 4). Neste assentamento, segundo os assentados, as famílias são oriundas das mais diversas regiões do RS e de aproximadamente 50 municípios do estado. As fontes de pesquisa consultadas não oportunizavam em seu conjunto de dados uma especificação no aspecto supramencionado.

No município também se destacam as cooperativas, as quais agregam os agricultores a elas associados. São mobilizadoras de recursos financeiros na economia local e ocupam posições de destaque no campo social observado. Em Tupanciretã há duas cooperativas vinculadas aos sistemas de produção agropecuária dos assentamentos,

⁶ A região, a qual abrange os municípios de Tupanciretã, Jarí e Quevedos, possui uma área de 137 mil hectares cultivados com soja.



considerados sob coordenação do MST. Uma delas é a Cooperativa Mãe Terra (COOPERTERRA) que é uma cooperativa de produção agropecuária formada em 2001, vinculada ao MST e possui cerca de 300 associados. Sua principal atividade é o apoio à produção de leite nos assentamentos (MDA, 2006). A cooperativa é dirigida e gerenciada pelos próprios assentados e as gestões tem sucessão bianual⁷.

Outra Cooperativa inserida neste contexto é a organizada pelos técnicos que atuam junto ao MST: a COOPTEC – Cooperativa de Prestação de serviços Técnicos Ltda. A COOPTEC foi fundada em 1996, em meio à realização do Projeto LUMIAR, e tem como finalidade principal desenvolver atividades de elaboração e coordenação de projetos de fomento técnico e crédito, bem como atividades cotidianas de assistência técnica. A COOPTEC em Tupanciretã realiza assistência junto aos onze assentamentos sob a coordenação política do MST. A cooperativa é atualmente composta por oito técnicos: um veterinário, um agrônomo, uma farmacêutica, uma técnica em enfermagem, uma professora formada no magistério, dois técnicos em agropecuária e um em agroecologia, uma secretária e um historiador⁸.

Os agentes sociais os quais compõem estas cooperativas foram observados e entrevistados no decorrer desta pesquisa. Assim, foi percebido que os mesmos ocupam papel de destaque como agentes atuantes e formadores de opinião junto aos assentados e a direção do MST, bem como na comunidade do município. Este reconhecimento e legitimidade das cooperativas e por parte de seus técnicos, justifica-se principalmente pelo auxílio na viabilização e no escoamento da produção agropecuária dos assentados, e pela prestação de serviços técnicos nos assentamentos.

Cabe ainda destacar que existem algumas outras formas de atuação técnica que foram percebidas em conversas junto aos assentados e a direção do MST que compõem aquele campo social que podem apoiar ou não as experiências locais diferenciadas de desenvolvimento, como a da agroecologia, organizadas pelos assentados nesses espaços. Dentre elas, foram citadas algumas ações da EMBRAPA sob os preceitos do agronegócio e as ações de fiscalização e regularização de lotes, realizadas esporadicamente por parte do INCRA. Há também nos assentamentos a influência e a intervenção das granjas presentes no município, as quais estimulam e auxiliam o

⁷ A sua infraestrutura conta com uma agroindústria de armazenamento e distribuição de leite, um escritório administrativo e uma loja para a venda de produtos e utensílios agropecuários. O corpo técnico da cooperativa é composto por técnicos em agropecuária, um agrônomo e um Médico Veterinário os quais prestam assistência técnica.

⁸ Por meio da COOPTEC foram viabilizados e efetivados diversos convênios com entidades governamentais, principalmente junto ao INCRA, e não-governamentais os quais possibilitam apoio e fomento técnico, captação de recursos para viabilização de projetos junto aos assentamentos e para a realização das atividades técnicas por meio da aquisição de equipamentos para o seu corpo técnico.



escoamento da produção de soja no interior dos assentamentos. No assentamento Santa Rosa esta realidade também está presente.

Diante desse contexto, a seguir serão problematizadas no trabalho as possibilidades e as limitações das estratégias de fortalecimento das iniciativas e experiências em agroecologia no assentamento Santa Rosa, como propulsoras de desenvolvimento local.

2. As Bases agroecológicas para o desenvolvimento local dessas Iniciativas

A realidade pesquisada, conforme já descrito anteriormente, apresenta uma série de aspectos sociais que podem possibilitar a observação e a compreensão do campo social e das experiências vivenciadas pelos agentes assentados na constituição das experiências e iniciativas locais em agroecologia nesse assentamento. Os agentes sociais enfocados nesta pesquisa foram os assentados, a equipe de assistência técnica vinculada a COOPTEC e os dirigentes locais do MST.

Na constituição dessas iniciativas produtivas e socioambientais em agroecologia o conjunto de experiências vivenciadas ao longo da história dos agentes sociais aqui enfocados a partir da formação recebida junto à vivência no MST tem destaque, mas não necessariamente nas ações realizadas junto ao contexto vivenciado na realidade, certamente influenciando no desenvolvimento dessas ações. Portanto ao remeter-se à realidade do assentamento Santa Rosa a enunciação do discurso da agroecologia, por parte dos agentes atuantes no MST, referente às questões relativas às tradições, a família e a formação escolar-acadêmica assumem relevância, quando equiparadas as trajetórias de participação destes agentes junto ao movimento. Essas experiências geralmente estão associadas à participação em cursos, eventos, à leitura de materiais de formação e a realidade vivida nos assentamentos, o que garante uma característica peculiar ao MST e a sua base social junto às experiências em agroecologia nos assentamentos.

Do mesmo modo, os entrevistados, mesmo que sem uma intencionalidade explícita nesse sentido, projetam na agroecologia uma ferramenta de disputa de poder e associada ao debate ambiental aliado ao discurso nacional do MST, por meio da sua direção política, da conformação local estabelecida nos assentamentos e junto aos centros de formação educacional e política no RS. Desse modo, em relação a como os agentes percebiam as suas atuações e dos outros ao enunciarem o discurso da Agroecologia no assentamento Santa Rosa, assentados, técnicos e dirigentes expuseram



suas opiniões e observações. Assim, para o dirigente W. as suas observações em relação aos assentados e técnicos apontam no sentido de que

A gente vê que o técnico tem várias atividades né, na região tem várias oficinas sobre isso, é colocado isso né. O que a gente sente um pouco... os assentados no geral né... tem vários desinteresse por isso né, dentro da nossa região que é uma grande região da monocultura da soja né... O pessoal de repente deixa de preservar a agroecologia pra planta soja e a gente sabe que a cultura da soja destrói a natureza né, só a base de veneno e coisa né...

Já o técnico R.C. percebe a atuação dos demais agentes dessa maneira

Acho que não existe na realidade dos assentados a agroecologia, existem tratamentos alternativos, mas não tem agroecologia pura aqui. O que se entende por agroecologia é transição e ruptura, aqui não está em discussão nenhuma dessas duas coisas.

Fica também claro que os agentes sociais atuantes junto ao assentamento Santa Rosa, em meio à realidade do município de Tupanciretã, ao desenvolverem iniciativas e ações em agroecologia, dão a elas a conotação de questionamento, de resistência exercida e vivenciada em relação ao agronegócio. Da mesma forma, essas experiências também proporcionam a estes agentes ocuparem outros espaços sociais como a feira de comercialização de produtos considerados “orgânicos” ou coloniais⁹ no município e outras localidades, ou mesmo buscarem novas formas de financiamento para projetos de fomento da assistência técnica. Portanto, as iniciativas e ações em agroecologia impõem-se nesse espaço como uma possibilidade da base social do MST, com uma produção agropecuária de pequeno porte e com uma marca reconhecida como colonial, orgânica ou agroecológica, mesmo com limitações, para viabilizarem-se socioeconomicamente em um contexto municipal e regional com uma correlação de poder desfavorável a essas experiências.

Sob essa perspectiva pode ser percebido neste assentamento que essas experiências em agroecologia ocorrem associadas a modos de produção agropecuária possíveis de serem relacionados aos preceitos da Agroecologia¹⁰, como algo contra-hegemônico e “alternativo”. Mas, da mesma forma, para os agentes sociais enfocados na pesquisa empírica, a produção agropecuária praticada nos preceitos da agroecologia

⁹ Produtos de origem vegetal ou animal produzidos de forma caseira, artesanal em instalações de pequeno porte, em agroindústrias familiares, caseiras, artesanais e de produtos coloniais. Ver mais em Prezotto (1999).

¹⁰ Esses modos de produção a serem possivelmente relacionados a agroecologia seriam técnicas como a horticultura e a fruticultura orgânica, a utilização da homeopatia e da fitoterapia no manejo agropecuário e alguns preceitos da permacultura para a projeção e construção de instalações junto aos lotes das famílias assentadas.



unicamente não é capaz de viabilizar social e economicamente uma família assentada em um lote de assentamento em Tupanciretã - RS.

Durante as entrevistas foram registradas algumas ações e iniciativas relacionadas à agroecologia, por membros integrantes da direção do MST. Segundo ele, foram desenvolvidas, durante um longo período, experiências relacionadas à permacultura, agricultura orgânica e fitoterapia nos lotes onde residiam, no assentamento Santa Rosa. Isso pode ser percebido na entrevista com um dos dirigentes do assentamento ao declarar que

Eu acho que aqui no Santa Rosa tem uma experiência que é no Instituto Padre Jovino né... que só teve ali... os frei ficaram seis anos ali, (...) onde tinha aquele bosque em roda da quadra ali, que tem em torno de 3 a 4 hectare que tem um projeto de preservação ali. Tem vários tipo de árvore né 300 e poucas espécies, daí a gente vê que a agroecologia dá certo né, e que bom se nós conseguisse que todos os assentado tivesse um hec. , meio Hec. de preservação né.

Contudo, em alguns lotes do assentamento Santa Rosa pôde ser observada a produção de soja de forma isolada por lote ou como produção integrada entre lotes vizinhos. A produção de soja transgênica ocorre nos assentamentos na maioria das vezes por intermediação da ação política e produtiva dos grandes produtores do município aliados ao agronegócio. Esta intermediação acontece na forma de auxílio tanto na produção, quanto no escoamento da produção no próprio lote do assentado. Outra forma que ocorre comumente é uma espécie de locação informal da área agricultável do lote para a produção de soja no qual o assentado é pago pela cedência da terra com uma porcentagem da produção colhida.

Ainda, mais uma forma de acordo observado em Balen e Silveira (2005) em relação à realidade estudada nos assentamentos de reforma agrária em Tupanciretã é o fato das empresas locais financiarem as lavouras de muitos assentados, ou seja, fornecerem os insumos para o plantio de soja e estes pagarem na safra. Porém faz parte deste acordo comprar todos os insumos recomendados pela empresa e comercializarem a produção por meio da empresa.

Nos lotes do assentamento Santa Rosa, também pode ser observada, em algumas visitas em meio à realização da pesquisa, a existência da produção de horticultura, fruticultura, lavouras de milho e mandioca, produção artesanal de biscoitos, pães e artesanatos, por parte de alguns assentados. Nestes também pôde ser observada a criação de animais como suinocultura, avicultura, bovinocultura de corte e de leite. Isso pode ser evidenciado inclusive na fala do assentado P. em relação a outro assentado.



Ele produz o alface, a melancia tudo no processo agroecológico e ele vende na feira. Aquilo que o Movimento prega ele ta fazendo [...]... é o sonho do Movimento, ele ta fazendo [...]

Assim, foi constatado que no assentamento Santa Rosa, ocorrem por parte dos assentados, tanto experiências vividas em produção agropecuária associadas em algum grau ao discurso da agroecologia, quanto a produção de soja transgênica. Portanto podem ser observadas e vivenciadas entre estes assentados experiências produtivas associadas a sua sobrevivência e não somente vinculadas à cadeia produtiva do monocultivo da soja que é hegemônico no município, nem a da agroecologia que é fomentada pelo MST.

Porém, neste campo social há agentes sociais que desenvolvem ações e iniciativas em agroecologia que destacaram-se durante a pesquisa empírica realizada. Estes agentes seriam os técnicos vinculados a COOPTEC, os quais demonstraram serem dotados de um determinado reconhecimento social junto aos dirigentes e assentados no assentamento, bem como por estarem dispostos em disputar, sob os preceitos da agroecologia, uma proposta de desenvolvimento socioambiental para os assentamentos. Os técnicos demonstraram em seus depoimentos e durante a observação realizada em pesquisa estarem dotados de atuar tecnicamente no assentamento Santa Rosa, reconhecendo as leis intrínsecas ao jogo em questão, que é o da sobrevivência e reprodução socioeconômica das famílias assentadas junto aos seus lotes. Outros agentes que também se destacaram nesse sentido foram alguns assentados que comercializam produtos advindos da produção agropecuária associada aos preceitos da agroecologia durante a feira semanal que acontece no centro de Tupanciretã.

2.1. Os possíveis impasses e desafios para o desenvolvimento das iniciativas em agroecologia

Em relação a como os agentes sociais percebiam as suas atuações e a dos outros ao enunciarem o discurso e interagirem em relação à Agroecologia no assentamento Santa Rosa, assentados, técnicos e dirigentes expuseram suas opiniões, observações e críticas. Assim, para o assentado R. sua percepção seria

É que a questão é que nós temo o movimento dum lado, pregando a agroecologia e nós temo o assentado tentando sobrevive. Essa é a principal coisa... Nós temo a base teórica no movimento e daí nós temo a realidade no assentado. Porque a gente chegar, falando como dirigente, chegar e impor uma coisa, tem que ver o contexto, ver o que tem por de trás né, tem toda uma sobrevivência... Tem gente que se adapta melhor, vai tentando trabalha nesse processo, não de rompimento, de transição, ajeitando um processo, aliás, tem



aquela cultura, já vem oriunda da cultura de produção alternativa, tem sua junta de boi, e já tem essa cultura. E daí tem pessoas que não, que já vem de outro processo... Ah eu era trabalhador lá da granja, da fazenda, eu vou fazer daquele processo que eu sei né...

A técnica J. também considera algumas questões de difícil concretização no debate relativo à agroecologia no interior dos assentamentos

A gente hoje tem uma grande dificuldade em implementar algo na área da Agroecologia. A própria organização mesmo pensa em diversificar a produção, devido o avanço do agronegócio para dentro dos assentamentos. Práticas isoladas é mais tranquilo, mas questões gerais é mais complicado, tanto entre técnicos, dirigentes e assentados a dificuldade é maior ainda.

Na realidade do assentamento pesquisado em Tupanciretã o técnico R.C ainda ponderou que em relação às iniciativas e ações em agroecologia no assentamento

Os dirigentes tem um distanciamento, a coisa é difícil. Ele (o assentado) no lote fica muito envolvido naquela coisa dele. A maioria do discurso acerca da agroecologia que fomenta a produção é a equipe técnica.

Ainda, além das dificuldades comumente mencionadas em relação a questão da sobrevivência dos assentados foram também observadas dificuldades em iniciar estas práticas por fatores socioambientais, pois devido os vizinhos de lote ou os outros assentados produzirem cultivares transgênicos com a utilização de agrotóxicos¹¹. Nesse sentido o técnico R.C relatou que

Dependendo aonde o cara for querer fazer Agroecologia não consegue devido à monocultura da soja a, até pelos venenos e a contaminação da transgenia nos lotes vizinhos. Não tem escolha aqui só tem que usar transgênico, aqui em Tupanciretã não se tem essa liberdade de trabalhar com soja não-transgênica.

Apesar de serem demonstradas pelos assentados, técnicos e dirigentes em suas falas ações contraditórias às diretrizes políticas do MST realizadas no assentamento Santa Rosa, estas contradições estariam associadas com a dificuldade das ações e iniciativas em agroecologia tornarem-se uma ação política principalmente junto aos assentados em seus lotes, por parte dos técnicos e dirigentes. Isso também pôde ser evidenciado não só no assentamento pesquisado, mas no conjunto de assentamentos de reforma agrária localizados no município que também foram observados.

Essa dificuldade evidenciada pelos assentados em desenvolver ações e iniciativas nos preceitos da agroecologia estaria vinculada às dificuldades estabelecidas em sua realidade para viabilizar-se economicamente e ter uma produção agropecuária

¹¹ Cabe destacar que há várias publicações, como as de Görgen (2004) e de Schlesinger (2006) que alertam para os efeitos e os impactos ambientais causados pela produção de cultivares transgênicos, tais como a ocorrência de hibridismo genético com espécies de plantas nativas, contaminação ambiental dos agrotóxicos utilizados e demais insumos que afetam grandes extensões territoriais em um ecossistema.



que proporcione a sobrevivência socioeconômica das famílias sobre os lotes de terra. Para os técnicos a contradição em desenvolver ações sociais e técnicas sob os preceitos da agroecologia junto ao assentamento seria imposta pela dificuldade em realizar ações educativas de manejo, cultivo, sanidade e terapia agropecuárias nos preceitos da agroecologia justificada, muitas vezes, pela pouca aceitabilidade dessas por parte dos assentados.

A pouca aceitação dos assentados em relação às ações e práticas agroecológicas teria referência, segundo os técnicos e dirigentes, as dúvidas e desconfiâncias acerca da eficácia da agroecologia em viabilizar a sustentabilidade econômica dos lotes e a sobrevivência das famílias. Em relação aos dirigentes as suas dificuldades em ter uma ação cotidiana nas ações e iniciativas em agroecologia estariam vinculadas ao distanciamento do lote e com isso das práticas agropecuárias neste, devido a suas tarefas de coordenação política no MST, o que também o desvincula de debates mais cotidianos e locais sobre a agroecologia no MST. Essas relações que foram expostas são caracterizadas por relações de dominação, que, conforme Romano (2002) são situações onde existem – ainda que por vezes seja difícil de delimitar claramente – relações de dominação voluntárias ou involuntárias tanto no contexto local, por agentes externos aos assentamentos e ao MST, até mesmo internos.

Isso estaria inter-relacionado entre estruturas, processos e valores que introduzem também o lugar da *experiência*, no qual o agente se insere e faz uma determinada história (Thompson, 1981). Sob esse enfoque, considera-se que a dinâmica social dos assentamentos pode ser um desafio para a materialização dos sistemas de produção e comercialização. Nesse sentido, os assentamentos e o contexto que os cercam são passíveis de serem entendidos como um espaço social marcado por relações de força, de disputa e de conflito por parte dos diferentes agentes que trabalham material e simbolicamente no sentido de produzir sentidos nesse local (Bourdieu, 1989).

A partir disso é possível analisar que cada grupo social em função das condições objetivas que caracterizam sua posição na estrutura social constitui um sistema específico de disposições, conforme Bourdieu (1997), para algum tipo de ação e tomar iniciativas. O acúmulo histórico de experiências, de êxitos e de fracassos no MST em relação às CPAs consolidou um tipo de conhecimento prático (não plenamente consciente) relativo àquilo que é possível ou não de ser alcançado dentro da realidade social dos assentamentos na qual o Movimento age. Com isso, determinada posição política adotada por um movimento social, bem como suas estratégias de intervenção política e ao propor um plano de desenvolvimento para os assentamentos sob os preceitos da agroecologia junto à sociedade seriam mais seguras e possíveis e outras



seriam menos viáveis, tanto por parte da direção política do MST, como da sua base social.

Nesse sentido, Fox (1996) salienta que os fatores históricos influenciam na forma como os agentes respondem aos incentivos positivos e negativos para o desenvolvimento de iniciativas e ações locais, mas não de forma automática ou unidirecional. Cabe considerar, segundo o autor que em meio a esse espaço social também podem ocorrer à disputa acerca de idéias contingenciais, lideranças, e ações no contexto local e esses aspectos também influenciam nos rumos a serem trilhados pelos agentes, inclusive se essas vivências/disputas irão ser compartilhadas e interpretadas como razão para a mudança. Assim os agentes sociais que estão engajados em um campo têm um certo número de interesses em comum, em suma, tudo aquilo que vincula-se a própria existência do campo. Daí a cumplicidade objetiva subjacente a todos os antagonismos (Bourdieu, 1983).

Para Fox (1996), essa abordagem de construção política é um processo no qual estão contidos ciclos recursivos de conflito, bem como a cooperação entre os agentes. Em Tupanciretã e no Assentamento Santa Rosa o conflito principal é entre os promotores e os inimigos da ação coletiva horizontal, ambos contidos no Estado (EMATER, EMBRAPA, INCRA, Prefeitura) bem como da sociedade (COOPTEC, COPERTERRA, membros do MST). O desenvolvimento de ações e iniciativas locais sob os princípios da autonomia e emancipação dos agentes sociais junto com as organizações sociais locais podem, tendencialmente, crescer e espalharem-se em contextos inóspitos, como em Tupanciretã em meio ao agronegócio que é hegemônico na região. Dessa forma perante a um tipo de dominação como essa discutida, a qual abarca as formas de produção agropecuária e desenvolvimento socioambiental nos assentamentos, ao questionar essa dominação os agentes sociais (assentados, técnicos e dirigentes) podem criar condições de produzir ciclos interativos de conflito que ora podem enfrentar ou reproduzir essa dominação.

Percebeu-se que a conversão ou a possibilidade de colocar em voga outra possibilidade de desenvolvimento agrícola para o assentamento Santa Rosa e o município de Tupanciretã só seria possível mediante o acúmulo de outras espécies de capital (organização política, cultural, econômica e social) sob certas condições de disputa as quais ainda não estão constituídas, a não ser em iniciativas e ações políticas endógenas e pontuais desenvolvidas, em sua maioria no assentamento Santa Rosa, pela equipe técnica vinculada a COPTTEC.

Assim, observou-se que a constituição de iniciativas e ações sob os preceitos da agroecologia no assentamento Santa Rosa ocorrem como uma forma de continuar



legitimando a pauta política da agroecologia como alternativa de produção, mas não como uma única forma de relação homem-ambiente ou como um tipo de produção agropecuária que fosse prioritária ou exclusiva a ser seguido. Estas ações ao materializarem-se naquele espaço assumem uma conotação de ruptura relacionada, inclusive por causar estranhamento nas redes de filiações históricas ao agronegócio e aos agentes sociais que discursam sobre a inviabilidade produtiva e econômica da pequena produção agrícola.

Referências Bibliográficas

BARCELLOS, S.B. (2010). *A Formação do Discurso da Agroecologia no MST*. Rio de Janeiro-RJ. CPDA/UFRRJ. Dissertação de Mestrado.

BOURDIEU, P. (1997) *Les usages sociaux de la science. Pour une sociologie clinique du champ scientifique*. Paris: INRA.

BOURDIEU, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Trad.: Tomas, Fernando. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BOURDIEU, P. (1983). *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero.

COSTA NETO, C. (2004). *Discutindo referencias para a construção de saberes socioambientais. Sociologia e desenvolvimento rural sustentável: a alternativa agroeco-sociológica*. In: CANUTO, J.C.; COSTABEBER, J.A. (org.) *Agroecologia: conquistando a soberania alimentar*. Porto Alegre: EMATER/RS; Pelotas: EMPRAPA clima temperado,

COSTA NETO, C.P. L.; CANAVESI, F. (2002). *Sustentabilidade em assentamentos rurais. O MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil?* In: ALIMONDA, Héctor (Org.). *Ecologia Política: Naturaleza, Sociedad y Utopia*. México: Clacso, p. 203-215.

EMATER-RS. (2001). Escritório Municipal de Tupanciretã. *Relatório de Ações e Resultados 2001*. Tupanciretã,

FEE – Banco de Dados Fundação de Economia e Estatística. (2009). Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp, acesso maio – dezembro de 2006. Acessado em 16 de Dezembro de 2009.

FOX, Jonathan. (1996). *How Does Civil Society Thicken? The Political Construction of Social Capital in Rural Mexico*. *World Development*, Vol. 24, Nº 6, pp. 1089-1103.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL. FEE-RS. (2006). *Agropecuária, estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB), Produto*



Interno Bruto (PIB) per capita e população dos 10 maiores municípios segundo o VAB da agropecuária do RS.

GÖRGEN, S. (2004). *Os novos desafios da agricultura camponesa*. Porto Alegre,

MARTINS, A.F.G. (2004). *Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: as comunidades de resistência e superação no MST*. São Paulo. PUC-SP. (Dissertação de Mestrado).

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Assentamentos no RS iniciam nova etapa de assistência técnica*. (2006). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/20057>. Matéria de: 16/01/2009.

MST. *Carta do 5º Congresso Nacional do MST*. Carta Maior, (2007). Disponível em: <www.cartamaior.com.br>. Acessado em: 18 de Junho de 2007.

MST. *Sobre o MST in Quem somos; Nossa história; Últimas Notícias*. Disponível em: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/324>. Acessado em: 14 de Dezembro de 2009.

PAIVA, I.A. (2009). A ação dos atores sociais na formação de grupos em Assentamentos Rurais/RN. Artigo apresentado no GT18. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Disponível em: <<http://www.sbs2009.sbsociologia.com.br/>>. Acessado em: 10 de agosto de 2009.

PICCIN, M.B.; PICCOLOTTO, E.L. (2007). *A luta e o processo de gestação de novos conhecimentos: agricultores sem-terra e Agroecologia*. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, SBS.

PREZOTTO, L.L. (1999). *A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária*. Dissertação – Curso de Pós - Graduação (Mestrado) em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

ROMANO. J.O. (2002). *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil.

SCHLESINGER, S. *O grão que cresceu demais – a soja e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente*. Rio de Janeiro: FASE, 76 p. 2006.

SEN, Amartya. (2001). *Desenvolvimento como liberdade*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras.

THOMPSON, E.P. (1981). *A Miséria da Teoria ou Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad. Waltelsir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar.

VENDRAMINI, C.R. (2007). *Pesquisa e movimentos sociais*. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1395-1409, set./dez.



GT 3 - Conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais e desenvolvimento rural

A Emergência do Novo Rural no Território da Cachaça: estudo de caso da Comunidade Fartura no município de Morretes/PR

Ezequiel Westphal¹
Antonio Márcio Haliski²
Álfio Brandenburg³
Oswaldo Heller da Silva⁴

¹ Aluno do Programa de Pós-graduação em Sociologia (Doutorado) da Universidade Federal do Paraná. E-mail: ezequiel.westphal@ifpr.edu.br.

² Aluno do Programa de Pós-graduação em Sociologia (Doutorado) da Universidade Federal do Paraná. E-mail: antonio.haliski@ifpr.edu.br.

³ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Professor e pesquisador do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Doutorado em Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente é coordenador do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR. E-mail: alfio@onda.com.br.

⁴ Pós-Doutor pela Université de Paris X e doutor em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales. Professor associado e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Doutorado e Mestrado) e da Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná. E-mail: osvaldohsilva@gmail.com.

Resumo:

Esta pesquisa contempla análise das mudanças ocorridas no meio rural em Morretes/PR, no estudo de caso da Comunidade Fartura, no intuito de compreender o sentido de permanências e rupturas da cultura popular e de novos saberes, dos pequenos produtores rurais, dado ao contexto de crescimento da agricultura moderna e dos impactos ambientais nas comunidades tradicionais de zona rural. O enfoque territorial evidencia como um território se constitui, quais são os seus atores e mostra como é a sua dinâmica. Isso propicia a possibilidade de elaboração de projetos de desenvolvimento que contemplem as reais necessidades sociais, econômicas e ambientais. Neste sentido, o meio rural espelha hoje, o perfil social de cada uma das sociedades modernas avançadas, nele predominando, conforme o caso, a classe média, os operários, ou ainda certas categorias especiais, tais como os aposentados. Portanto, se as relações com a vida urbana na Comunidade Fartura não permitem que se fale mais em situações de isolamento e oposição, parece evidente que a residência no meio rural expressa cada vez mais uma escolha que não é outra senão, uma escolha por um certo modo de vida.

Palavras-chave: novo rural, território, ator social, desenvolvimento, sustentabilidade.

Introdução

A permanência dos agricultores no campo evidencia uma reconstrução das relações sociais em territórios rurais conformados dentro de uma trama de relações socioeconômicas, políticas e ambientais ao longo do tempo. Tais relações podem ser percebidas pelas práticas dos agricultores.

Neste enfoque, esta pesquisa visa mostrar as rupturas, continuidades e desafios do rural brasileiro, tomando por base o território da cachaça no município de Morretes/PR. Para tanto, o artigo divide-se estruturalmente em dois momentos distintos e correlatos: primeiramente, caracteriza-se no esforço em relacionar território e desenvolvimento rural valorizando aspectos significativos frente aos avanços científicos e tecnológicos trazidos pela modernidade; posteriormente, particulariza a análise trazendo à tona as modificações que o rural vem sofrendo e as simbologias que estão por detrás do discurso dos novos agricultores. Desta forma, relações entre sujeitos individuais e coletivos, bem como os conflitos sociais, o discurso socioambiental e o papel da religiosidade, aqui, ganham destaque.

Ao se discutir a questão do desenvolvimento territorial verifica-se a necessidade de estudos que mostrem e analisem a sua dinâmica. Isso fica mais evidente quando se fala em territórios rurais, pois os estudos sobre desenvolvimento geralmente são baseados em dimensões de análises com cunho setorial ou aqueles que reduzem o rural a um mero dependente do desenvolvimento urbano.

O enfoque territorial vai além dessas proposições. Ele evidencia como um território se constitui, quais são os seus atores e mostra como é a sua dinâmica. Isso propicia a possibilidade de elaboração de projetos de desenvolvimento que contemplem as reais necessidades sociais, econômicas e ambientais.

É neste contexto que esse artigo busca caracterizar e analisar as alterações no meio rural do município de Morretes, no estado do Paraná. Tal recorte justifica-se pela centenária tradição morretense na produção de cachaça artesanal e pelas alternativas que seus produtores encontraram para permanecer produzindo e morando na área rurais.

5 O município de Morretes conta com mais de quarenta (40) alambiques e produzem cachaça dos mais variados paladares. Vinte e seis (26) engenhos fazem parte da Associação dos Produtores de Cachaça de Alambique. Conforme dados da Prefeitura Municipal, os produtores de cachaça artesanal pretendem produzir mais de 260 mil litros da bebida até o fim do ano de 2010 e movimentar o equivalente a 4 milhões de reais. O preço médio da cachaça é de quinze reais (R\$ 15,00) e serve para abastecer o mercado interno e também para exportação.

O texto procura olhar para além da cachaça, pois não é o estudo da mesma o seu objetivo. Isto sim, as particularidades de um território. Mostra os conflitos pela posse da terra, técnicas de produção, hábitos e costumes locais, atuação/intervenção do Estado, mudanças de concepções sobre o desenvolvimento rural, espaço de lazer e moradia, religiosidade, entre outros elementos indispensáveis em uma abordagem de desenvolvimento territorial.

As modificações que ocorrem nas relações sociais, econômicas e ambientais, no espaço rural, têm suscitado várias análises de pesquisadores das mais variadas áreas de conhecimento. Ar puro, tranquilidade, intensificação das relações diretas com a natureza, descomprometimento com a rigidez dos horários, etc., parecem ser algumas razões para essas alterações. Assim, o meio rural ganha novas funções como espaço de lazer, moradia, turismo, esportes radicais, entre outros, e evidencia o que Wanderley (2000) chama de a *emergência do novo rural*.

Esse fenômeno já vem sendo observado por diferentes pesquisadores. Segundo Vilela (1998, p.2):

Um conjunto de fenômenos relativamente recentes tem chamado a atenção para os novos contornos que tem apresentado o meio rural, levando pesquisadores [...] a problematizarem o seu objeto de estudo. Esse reordenamento se dá a luz de uma certa 'migração de retorno' da cidade para o campo ou para as pequenas e médias cidades, do crescimento da demanda por atividades não-agrícolas no meio rural (principalmente serviços), da revalorização do meio ambiente e da natureza, da ascensão de novos atores/sujeitos no contexto sócio-político, fenômenos estes que são, na maior parte dos casos, surpreendentes do ponto de vista da maioria das perspectivas teóricas clássicas adotadas até então.

A nova dinâmica do rural tem mostrado aquilo que pesquisadores do espaço rural já tinham certeza, ou seja, que ele não é apático, pouco produtivo, dependente do urbano, espaço de pessoas com níveis menores de inteligência ou outras taxações mentirosas que fazem parte da cultura popular. Fica claro que o rural foi, durante muito tempo, deixado de lado por políticas públicas que privilegiaram o setor secundário. Talvez isso tenha ocorrido pela grande leva de textos científicos que previam uma industrialização e conseqüentemente urbanização do rural nos moldes das cidades.

É nesse contexto que o enfoque territorial ganha evidência. Vilela (1998), depois de analisar autores como Souza (1995) e Raffestin (1993) nos mostram que o território é produto da interação do homem com o espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho e depois criando continuamente valor ao modificar

e retrabalhar o espaço social que, a partir daí é também um espaço econômico, porque é valorizado. Neste sentido, ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator/sujeito territorializa o espaço. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho e, por consequência, revela relações marcadas pelo poder; é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*).

Neste sentido, ao aproximarmos as considerações do território ao rural, Wanderley (2000) contempla reflexões sobre as transformações mais recentes deste último, como resultado de fatores externos e internos. No primeiro caso, tratam-se dos efeitos das novas relações econômicas e políticas, dominantes em um mundo cada vez mais internacionalizado sobre as formas de funcionamento e de regulação da produção agrícola e de valorização do meio rural.

Para a autora, internamente, o meio rural sofrerá um profundo processo de diversificação social e suas relações com o meio urbano perderão definitivamente o caráter de antagonismo, em benefício das relações de complementaridade. Internamente, a dinâmica social do meio rural é o resultado da convergência de diversos fatores. Antes de qualquer coisa, *a descentralização econômica*. Com efeito, o desenvolvimento industrial e comercial, bem como a disseminação espacial dos serviços, rompe com a já antiga vinculação entre industrialização e urbanização e cria as condições para que plantas industriais e centros comerciais se instalem em certos espaços rurais, beneficiando-se, precisamente, de vantagens locais, de caráter econômico e social.

Sobre a dinâmica profissional dos agricultores, Wanderley (2000) afirma parecer evidente que, neste novo contexto, a importância e o significado que os agricultores assumem no meio rural dependem, em grande parte, de duas ordens de fatores: por um lado, sua capacidade de adquirir a competência, cada vez mais complexa, exigida pela própria atividade agrícola e, por outro, sua capacidade de ocupar os espaços não agrícolas que se expandem no meio rural. Em consequência, a profissão de agricultor sofre uma profunda transformação, o que constitui um dos maiores desafios, pois implica, na verdade, a reconstrução de sua própria identidade profissional.

Neste sentido, o que caracteriza hoje o perfil da “*categoria socioprofissional*” dos agricultores é a diversidade de situações, tanto quanto de estratégias adotadas; neste

caso, à competência, no que se refere ao campo propriamente profissional, da produção agrícola, imposição crescente da inserção em mercados competitivos, deve-se acrescentar a necessidade frequente de que os agricultores se tornem *polivalentes* e *pluriativos*, capazes, portanto, de estender sua atuação profissional para além da produção agrícola – especialmente nas fases de transformação e comercialização dos produtos – e ampliar a renda, com atividades, agrícolas ou não, dentro ou fora do estabelecimento familiar.

Desta forma, Wanderley (2000) sinaliza que o processo de “modernização rural” é extremamente complexo e não pode ser entendido simplesmente como o “fim da agricultura” ou o “fim do rural”. A modernização da sociedade nos espaços locais/rurais tem como fundamento a crescente “paridade social”, isto é, a similitude entre as condições de vida das populações que vivem nas cidades e no meio rural e a também crescente disponibilidade, no meio rural, daquilo que ainda é definido como o padrão de “conforto urbano”. O meio rural espelha hoje o perfil social de cada uma das sociedades modernas avançadas, nele predominando, conforme o caso, a classe média, os operários, ou ainda certas categorias especiais, tais como os aposentados. Se as relações com a vida urbana não permitem que se fale mais em situações de isolamento e oposição, parece evidente que a residência no meio rural expressa cada vez mais uma escolha que não é outra senão, uma escolha por um certo modo de vida.

É nesse contexto que se pode evidenciar, a partir do estudo de caso da Comunidade Fartura, no território da cachaça, as permanências e as modificações sofridas na agricultura e que foram trazidas pela modernidade. A previsão de uma estrutura empresarial com um grande número de proletários no mundo rural não se efetivou homogeneamente pelo nosso país, assim como, não tivemos o fim do campesinato. É nesse sentido que se afirma que as ruralidades no Brasil devem ser compreendidas.

Portanto, a Comunidade Fartura está localizada na zona rural do município de Morretes/PR, a 15 km do centro da cidade, próxima do vilarejo América de Cima e tendo como barreira natural do seu território o relevo acentuado da cadeia de montanhas da Serra do Mar. No estágio dessa pesquisa, a dificuldade maior foi de encontrar documentação impressa ou oral sobre os primeiros moradores. Segundo relatos das lideranças locais e pessoas mais idosas da Comunidade, seus antepassados (bisavós e avós) já viviam no vilarejo tendo por referência uma história de mais de cem anos.

O nome “fartura” batizando o nome da “Comunidade Fartura” não se sabe ao certo. Acredita-se, que venha da grande quantidade de bananais na encosta dos morros, das roças de mandioca e da extração da madeira no século passado, no qual as famílias tradicionais mantinham um modelo de economia de subsistência, de caça e coletora de alimentos da Mata, no qual possibilitava o sistema de arrendamento das terras e das práticas extrativistas; tais ações representavam considerável “fartura” para se viver bem no lugar.

Sr. Benedito, conhecido popularmente como Dito, nasceu no vilarejo e tem 60 anos de idade. É agricultor e trabalha atualmente na Casa de Farinha e de Balas da Comunidade. Comenta que a *Família A* era proprietária de parte da Serra com mais de 700 hectares de terra (mata), em que sua família, desde seus avós, os pais e ele mesmo trabalharam durante décadas no bananal. No entanto, as terras foram vendidas para a *Fazenda B*, grandes fazendeiros e donos de serrarias do Rio Grande dos Sul. Estes tinham por interesse o desmatamento da Serra do Mar para a expansão da indústria madeireira do Grupo. Ocorre que a partir da implantação da atual legislação ambiental e de ampliação dos órgãos públicos de controle e fiscalização, frustrou-se a expectativa de extração imediata da madeira.

Com o passar dos tempos, o *Latifundiário C*, homem rico e político influente de Morretes, ocupou as terras do Grupo da *Fazenda B*, distribuindo glebas de 20 a 30 hectares para moradores da Comunidade Fartura para a criação de roças de cana de açúcar, mandioca, agricultura de subsistência e a expansão dos bananais, em regime de arrendamento de terras. Com a instalação das roças, a *Fazenda B* abre ação judicial para recuperar as terras perdendo a ação para o *Latifundiário C*. Atualmente, a Serra do Mar passa a ser loteada no território da Comunidade Fartura, atendendo a interesses particulares, no qual, vinte alqueires para um novo proprietário, vindos este a adquirir, posteriormente, mais cinquenta alqueires para o plantio de bananas.

Na Comunidade, não há o mínimo de infra-estrutura possível: não tem água encanada e telefone. A água e o esgoto das casas além das pequenas atividades fabris como a farinheira e a casa de banana misturam-se com as nascentes dos rios, sem nenhum trabalho de conscientização ambiental, de orientação e infra-estrutura dos órgãos públicos.

2 Construindo Caminhos: desafios da pesquisa

Elaborar procedimentos de pesquisa na área das Ciências Sociais é enfrentar desafios cotidianos na construção de instrumentos que possibilitem a explicação e interpretação dos fenômenos. Isso instiga o pesquisador a fazer opções teórico-metodológicas dada à multiplicidade de pressupostos, abordagens diferenciadas, como também de estilos narrativos disponíveis para análise na atualidade. Parafraseando Ianni (2000, p. 30), “[...] quem viaja larga muita coisa na estrada” na medida em que se abre para o desconhecido, mergulhando no próprio desconhecido. Neste ponto, “[...] a inquietação e a interrogação caminham juntas, podendo o pesquisador ser atraído para correr o risco de encontrar o óbvio ou o insólito, o novo ou o fascinante...” Segundo o autor, no processo de construção da pesquisa, são muitas as contribuições dos cientistas sociais que se situam na travessia da viagem. Aos poucos, desenham-se cartografias, geografias, histórias, formações sociais, culturas e civilizações, articuladas em suas configurações e em seus movimentos, abarcando épocas e ciclos demarcados por rupturas ou reviravoltas.

A compreensão da lógica de organização da Comunidade Fartura na zona rural do município de Morretes/PR, na complexidade da realidade local, não se apresenta na simples leitura de documentos oficiais, mas numa configuração de forças diversas e contraditórias em um processo de construção da realidade no qual o mais importante não é “[...] a determinação da verdade, mas a compreensão dos processos formadores de identidades em constante reconstrução e das configurações que permitem e legitimam as ações institucionais” (SILVA, 2000, p. 56). No entanto, trata-se de compreender como que as instituições, os indivíduos e o próprio campo social são tencionados por lógicas diversas que tem significado na sua própria realidade. Neste sentido, a categoria do rural não é “impermeável” ou mesmo os conceitos se mostrem estagnados que não sejam suscetíveis à mudança; ou melhor, o campo social possibilita uma dinâmica de construções e a compreensão de permanências e rupturas na dimensão de uma nova ruralidade a ser compreendida.

Para a realização dessa pesquisa – *em construção* – o procedimento metodológico é de cunho bibliográfico/documental e de pesquisa de campo, pelo contato direto que os pesquisadores podem ter com o objeto de estudo. Nesse sentido, propõe-se estudo de caso da Comunidade Fartura na zona rural de Morretes/PR, no intuito de compreendermos as permanências, mudanças e dinâmicas do novo rural no território tradicional da cachaça. A partir desta compreensão, a pesquisa tem por

finalidade desenvolver análise das implicações das políticas públicas e da ação sindical e de organismos institucionais na práxis dos atores, ilustrada da seguinte maneira:

- a) a percepção e atuação política do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morretes/PR na luta pelos interesses de classe dos trabalhadores rurais;
- b) a ação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) de Morretes/PR;
- c) a representação social dos moradores da Comunidade Fartura, na zona rural de Morretes/PR sobre as políticas públicas locais e o território em que vivem.

Inicialmente foi realizado levantamento de fontes primárias como a leitura de boletins, atas, informativos, panfletos e manuais voltados a orientações técnicas da Região de Morretes pelos órgãos públicos locais, nas esferas municipal e estadual. A partir do levantamento e seleção dos materiais e da bibliografia, o procedimento foi de leitura e discussão do referencial teórico na estreita relação das fontes com a aproximação da realidade, para a compreensão do território a ser estudado. Neste sentido, a preocupação maior foi catalogar informações relacionadas à Comunidade Fartura numa dimensão de totalidade para a aplicação da técnica da pesquisa de campo, a partir do seguinte recorte teórico/metodológico: fases ou momentos históricos; mudança e permanência do discurso dos atores sociais; tensões políticas em torno dessa ruralidade; conflitos de interesses de órgãos públicos, proprietários, sindicato e lideranças da Comunidade em torno da terra; organização religiosa em torno do templo católico (capela), entre outros. Busca-se construir fundamentação teórica partindo do procedimento de análise comparativa de autores e de categorias identificadas, tomando-se cuidado para não tornar a análise um discurso endógeno, mas uma construção que possibilite observar no texto pontos de convergência e divergência entre os autores imbricados com a pesquisa de campo.

A aproximação dos pesquisadores com o campo em estudo, ocorreu entre os meses de janeiro a setembro de 2010. Para tanto, o procedimento utilizado foi, inicialmente, de observação e conhecimento da zona rural por meio de contatos com os agricultores e suas famílias, dialogando também com lideranças do comércio local, sindicais, partidárias, funcionários públicos, religiosas, professores, representantes de ONG's e do Conselho de Desenvolvimento Rural de Morretes. A partir disto, para análise procurou-se construir um referencial que confrontasse as fontes tencionando o

texto para perceber a complexidade das mudanças ou permanências de uma nova ruralidade na zona rural de Morretes/PR.

A Comunidade Fartura, em momento algum foi a intencionalidade da pesquisa; ao contrário, o esforço maior sempre foi o estudo do engenho de cachaça em atividade mais antigo do Paraná com 103 anos, de propriedade da família Gnata, no vilarejo de América de Cima em Morretes/PR. Compreender a importância deste engenho e o contexto histórico que situam as mudanças e permanências provocadas na zona rural de Morretes como fator de centralização nas relações de produção e trabalho, tornava-se o objetivo inicial que motivara os pesquisadores na compreensão maior do novo rural naquele território.

A mudança de trajetória, que é fruto da dinamicidade da pesquisa em Ciências Sociais, nos fez perceber que tratava-se de um falso problema. A complexidade maior apontava um lugar no território da cachaça, muito próximo ao Engenho da Família Gnata, totalmente marginalizado do qual começamos a investigar. Portanto, para a pesquisa de campo a problemática contemplada é a seguinte: a Comunidade Fartura é um território ou um pequeno vilarejo com pouco mais de 20 famílias residentes em índices de desenvolvimento humano (IDH) abaixo da linha da pobreza. Está localizada na zona rural de Morretes/PR no pé da Serra do Mar contemplando a “fartura” da Mata Atlântica na tradição de mais de cem anos de história no lugar, acompanhando as práticas e os saberes dos antepassados. No seu entorno, avança lavouras nas maiores e melhores áreas do Município - de pequenos e médios produtores rurais - com agricultura mecanizada e com forte influência à modernização, financiamentos bancários, uso de insumos, entre outros, garantindo produção em larga escala voltada ao Ceasa, em Curitiba. Além destes, em menor número, sobrevive famílias de agricultores tradicionais com produção de subsistência, em condições de pobreza ocupando novos postos de trabalho na cidade para garantir renda familiar, ocasionando mudanças no modo de viver, trabalhar e na cultura local. Entretanto, estas terras da Serra do Mar sempre foram cobiçadas por famílias tradicionais (Malucelli) e de grandes madeiras (Fazenda Vacaria) com a finalidade atual de ampliação de bananais (burlando à legislação ambiental) e nas relações de compadrio político e de mandonismo local.

A consequência direta é que os moradores da Comunidade Fartura que dependiam da floresta como forma direta de sobrevivência e do trabalho nas roças, na atualidade, vivem no declínio das atividades extrativas, sendo que a legislação ambiental cria empecilhos na falta de oportunidade de trabalho, ocasionando extrema

pobreza e falta de oportunidade na implementação das políticas públicas locais, segundo os atores sociais. Portanto, os interesses em torno da terra no qual está emergida à Comunidade e sua história, configuram relações de poder e de interesses entre grupos econômicos, famílias tradicionais e de capital emergente, sindicato oficioso e conselhos comunitários questionáveis na ação política local, além das tensões entre os próprios moradores da Comunidade.

Para a pesquisa de campo, a opção foi visitar todas às famílias da Comunidade, em um total de vinte e cinco catalogadas, utilizando-se de técnica de pesquisa exploratória e de entrevista semi-estruturada para as lideranças locais, identificadas no contato com os moradores. Nesse sentido, no convívio com os atores sociais, observou-se que a técnica da história oral poderia ser um instrumento importante para o prosseguimento da pesquisa, pois possibilita a construção de reflexões sinalizando lembranças, experiências vividas enquanto indicativos para se conhecer o passado. Segundo Alberti (2003, p. 10), transformadas em linguagem, torna-se realidade à medida que se valoriza *quem* fala e *por que* se fala, no qual o sentido se constrói na própria narrativa, constituindo-se ou produzindo racionalidades. O ato de relembrar insere-se nas possibilidades múltiplas de elaborações das representações e da reafirmação das identidades construídas na dinâmica da história. Cada relato expressa versões do indivíduo sobre o mundo no qual vive ou viveu.

Portanto, optou-se pelas entrevistas como instrumentos de compreensão da problemática, através da visão dos sujeitos envolvidos, das informações da Comunidade Fartura, na tentativa de compreensão da dinâmica do território e a dimensão ou não da nova ruralidade. Neste sentido, para análise das entrevistas, o critério empregado foi à seleção dos sujeitos para a compreensão das relações de poder e de interesses econômicos no lugar, sendo realizado 5 entrevistas. A necessidade de aplicar a técnica da entrevista é pela coerência com o objeto de estudo sem perder a dimensão de totalidade. Busca-se, aqui, a compreensão do campo social no intuito de entender a noção de identidade da Comunidade Fartura.

Portanto, o procedimento do uso de entrevistas, por meio de critérios definidos, possibilitou a identificação e análise de elementos voltados aos campos de conflito, de poder e simbólico. Neste caso, o cotidiano da Comunidade Fartura pode ser indicativo de uma das realidades para a compreensão sobre o sentido da nova ruralidade, seus contrastes e conflitos na zona rural de Morretes.

Com a preocupação de não utilizar a técnica da análise de maneira indevida anulando os significados ou simplificando os dados da pesquisa optou-se por considerar os aspectos fundamentais identificados nos discursos, observando as contradições do sujeito e entre sujeitos, suas semelhanças e diferenças, na relação com o referencial bibliográfico e as outras fontes. Os procedimentos utilizados para a análise da pesquisa estão em construção, sendo aqui sistematizados: compreensão dos dados coletados na pesquisa de campo; classificação do discurso dos entrevistados e articulação dos dados específicos com as categorias gerais na idéia de aprofundar as contradições; compreensão do significado dos conteúdos (entrevistas, documentos, referenciais); decomposição das fontes primárias e das entrevistas; articulação entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, entre outros. Portanto, as técnicas e os fundamentos teórico-metodológicos utilizados ajudam a investigar fenômenos latentes no cotidiano das práticas dos atores, situações contraditórias, de mudança ou de consenso presentes nas estruturas do campo social.

3 Ruralidades e território: resultando tensões locais

A Comunidade Fartura vive à margem do processo de produção, seja no modelo da agricultura familiar ou mesmo de pequenos produtores com inclinação ao processo de mecanização e modernização da propriedade rural sinalizando para o setor de agronegócio. As chácaras e sítios próximos da Comunidade caracterizam pequenos e médios produtores rurais que abastecem o Ceasa em Curitiba, com produtos diversos: hortaliças, frutos, mandioca, banana, entre outros.

A partir das entrevistas, os depoimentos dos moradores da Comunidade Fartura sinalizam a ausência de orientações sobre os programas governamentais de incentivo ao crédito agrícola. Além disso, não há comércio local: padaria, farmácia, posto de saúde, posto de gasolina, mercado ou venda, loja, nada! A carência de infraestrutura é tamanha que cria um círculo vicioso: de um lado, não há produção voltada a atender uma lógica de mercado, como também não há oportunidades e profissionalização educacional para estimular jovens e adultos a permanecerem na terra implementando novas técnicas somadas aos saberes adquiridos por gerações; de outro, não há renda pessoal ou familiar suficiente para a dinâmica do comércio local e a prestação de serviços na Comunidade e adjacências. Nesse sentido, “[...] a gente vive do jeito que dá”, afirma dona Rosalina. Tal mentalidade também é percebida na afirmação do Sr. Benedito: “[...] na

Comunidade, algumas famílias plantam para sobreviver; nem todas”. No entanto, “[...] é preciso pouco para viver”.

As entrevistas e o levantamento de fontes no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morretes/PR apontam alguns indicadores significativos. As lideranças sindicais não têm o controle do número de famílias rurais do Município, somente o total de pessoas filiadas ao Sindicato que corresponde a 2.693 pessoas. A maior parte delas reside nas Comunidades de Sambaqui, Central e no Assentamento do Pantanal. Quando indagados sobre a característica das propriedades e o modelo de agricultura desenvolvido entre os sindicalistas, a informação é que “[...] a maioria dos agricultores praticam agricultura de subsistência”.

Politicamente, o presidente do Sindicato é advogado liberal, político da Região e possui representação como líder sindical dos trabalhadores rurais, dos produtores de cachaça em nível municipal e estadual. Neste sentido, a militância do Sindicato restringiu-se a organização de processos para a aquisição de benefícios de aposentadoria e demais auxílios previstos pelos órgãos estatais. Ao entrevistarmos os moradores da Comunidade Fartura, percebe-se no discurso das lideranças que o Sindicato não possui expressão entre os mesmos. O Sr. Benedito afirma que “[...] eles nunca vieram aqui” e, o filho, Cleverson, complementa: “[...] o Sindicato é quando precisa pra aposentar”.

O Sindicato Rural de Morretes possui dois funcionários. Estes, por sua vez, estão matriculados em cursos à distância oferecidos pela Federação Estadual de Cachaças do Estado do Paraná, tendo por objetivo principal a capacitação dos funcionários “[...] para atrair produtores”, informa a Secretária. Outro objetivo imediato é o fato do sindicato não possuir registro no Ministério do Trabalho, no qual se justifica a dificuldade na concessão de benefícios aos filiados, mas o Presidente “[...] pretende reunir outros presidentes de associações para ajudar na adesão de mais filiados ao sindicato”, afirma uma das funcionárias.

Desta forma, o Sindicato não possui um veículo de comunicação na aproximação dos filiados como a produção de jornais, boletins, informativos, revistas, panfletos ou qualquer outra forma de informação. Além disso, as lideranças não se lembram de enquetes realizadas com as comunidades rurais para o mapeamento da realidade do município e conhecimento das demandas dos agricultores. Quando questionados por que tal iniciativa não ocorria, a justificativa foi que “[...] os produtores não vão em reuniões”. Para as lideranças sindicais, “[...] o povo não tem união...

Preferem consultar um advogado; nas reuniões, para explicar os direitos e deveres vão (participam) poucas pessoas”. [...]

Para a secretária do Sindicato Rural de Morretes, “[...] quem ajuda ver o que a comunidade quer é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR)”. Cabe aqui salientar, que o CMDR é constituído por vários órgãos e entidades públicas, associações, ONG’s, como os representantes do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), a vigilância sanitária do município, associações de moradores, assessoria da Emater, cooperativas de leite, do palmito entre outros, reunidos uma vez ao mês. Com público e representação tão díspare oscilando entre o pequeno agricultor ao proprietário rural mais rico da Região, o CMDR faz encaminhamentos exercendo papel deliberativo, aprova projetos, fornece a declaração de aptidão ao Pronaf (DAP), além de assegurar os caminhos para o acesso ao crédito.

Para a técnica da Emater de Morretes, “[...] as pessoas que melhoram de vida passam pela deliberação para classificá-los ou não como familiares”. Sr. Dito, ao ser perguntado sobre o papel da Emater na Comunidade Fartura exclama: “a Emater participa, mas o povo tem que querer!”. A visão do morador corrobora a opinião endógena do Técnico em Agropecuária da Emater: “[...] nossos agricultores tem confiança nos técnicos nascidos aqui; [...] muitas pessoas ainda tem vergonha de serem agricultores”.

Na comunidade, a maior parte das terras da União é herdada, trocadas ou vendidas. O sistema de arrendamento das trocas e valoração dos terrenos é atribuído por uma lógica própria: vende-se o lote, pois se acredita que não haverá despejo, em que os moradores reconhecem a permuta e a venda das propriedades legitimando a ação dos proprietários.

O modo de vida é simples; quase todas as casas possuem antena parabólica, mas nem sempre uma horta no quintal. A Comunidade usufruiu de uma Casa de Farinha e um tacho para produção de balas de banana, com cozinha comunitária, estando desativada no momento ou de uso esporádico. Nesse sentido, acrescenta-se o problema ambiental do lugar: desmatamento das encostas da Serra do Mar, economia extrativa da madeira, casas construídas em área de preservação ambiental, avanço do plantio de banana e roças de mandioca na zona da Mata, além dos problemas do lixo e sanitárias. Sr. Dito ilustra a situação do lugar: “[...] Na Região, o proprietário do Ceasa possui uma chácara com mais de 100 mil pés de banana”.

Para o Sr. Francisco, é importante ter consciência ambiental; já plantou mais de 150 mudas de árvores diferentes próximo à sua propriedade repovoando a vegetação retirada no auge da extração da banana. As iniciativas se estendem a outros moradores: Cleverson trabalha na Casa de Farinha da Comunidade e tem o sonho de ter uma roça de banana para produção de balas. Acredita que o “[...] desenvolvimento do turismo rural na Comunidade Fartura” pode ser uma das alternativas à juventude como guias de turismo ecológico na indicação de trilhas, cachoeiras, mostra da vegetação e do relevo, entre outros.

A religiosidade local também é expressiva, manifestando-se o rito católico na tradição do catolicismo colonial de base tridentina na Região. Mas, a influência de novas tendências religiosas como a teologia da esperança e do rito carismático são uma das formas de identificação e ministério pastoral. Exemplo disso é a construção da Capela de Santo Expedito pelo casal Rosalina e Francisco, moradores da Comunidade Fartura. O culto a Santo Expedito não é a tradução do reconhecimento dos fiéis ao Santo de forma eletiva, mas é a crença de Dona Rosalina. “[...] Quem não gosta de Santo Expedito?”, exalta a leiga. Outros moradores não possuem a mesma visão. O Sr. Benedito permaneceu em silêncio quando indagado sobre o culto a Santo Expedito e a centralização da ação religiosa nas mãos do casal. O silêncio de Sr. Benedito, talvez, se traduza no sentido da cooperação, não comunitária, mas de doações de dinheiro e material de políticos da Região, mantendo uma relação jocosa e de júbilo do pároco de Morretes e do casal. Mas também, é notório o esforço da Comunidade nos bazares e bingos para arrecadação de fundos. Passamos a vivenciar, na atualidade, um declínio ou renascimento de formas diferenciadas de religiosidade.

A religião muda sua função social. De acordo com Libâneo, “(...) em vez de manter a unidade da sociedade, ela responde às necessidades das pessoas. Ao desinstitucionalizar-se, não desapareceu, mas privatizou-se, individualizou-se, tornou-se ‘invisível’ na sociedade e muito mais visível na vida privada.” (2002, p.125). Desta forma, presenciamos no processo de secularização o caráter de subjetivação das crenças, ocorrendo uma maior conformidade com a realidade numa prática não tanto vertical do poder religioso, mas num movimento horizontal do fenômeno religioso.

Este crescimento da religião privatizada no processo de secularização subjetiva significa também um processo de expansão das suas formas de expressão religiosa e de representação, provocando a sensação de uma ‘enxurrada da fé’ nos últimos tempos. Assim, a sociedade contemporânea procura na racionalidade uma lógica para

compreender o sagrado, buscando a satisfação pessoal. É uma sociedade que promete a garantia fácil da felicidade na satisfação de suas necessidades, levando a pessoa a uma pseudo-autonomia e liberando um imaginário fértil e descompromissado, por vezes, alienante, irracional.

Uma das questões mais intrigantes na Comunidade Fartura é com relação à escola rural, totalmente abandonada e desativada pela Prefeitura Municipal, tendo por sujeitos uma população adulta semi “e” analfabeta em sua totalidade, uma juventude com poucos anos de escolaridade, sem ocupação profissional e motivação para continuação dos estudos e crianças que se mantêm matriculadas pelos estímulos familiares da bolsa família entre outros programas governamentais.

A afirmação do poder político em períodos distintos da história brasileira faz com que percebamos que este tem sérias implicações para a organização da educação escolar, uma vez que esta, historicamente, mantém uma tradição voltada a atender os interesses das camadas representadas na estrutura do poder. No entanto, mesmo que a educação tenha por objetivo um processo de inclusão social e formação integral para atender os interesses da sociedade como um todo, é inevitável que as diretrizes assumidas pela educação escolar favoreçam mais as camadas sociais dominantes detentoras de maior representação política nessa estrutura. Daí porque, o poder político, a composição de forças nele representadas, tem uma relação direta de responsabilidade na organização do sistema de ensino e nas concepções de mundo que passamos a adotar.

Na educação básica, a atuação do poder político sobre a área educacional, por meio de políticas públicas de ensino, como demonstra a política educacional da Secretaria Municipal de Educação de Morretes, torna-se cada vez mais uma constante dada às dificuldades na implantação de uma filosofia educacional e na implantação de diretrizes que atinjam efetivamente os interesses da maioria. Desta forma, os conteúdos programáticos ajudam também a estabelecer um papel político para a escola, ou seja, esta deve voltar-se para que as classes dominantes devam “consumir” os conteúdos formais, mantendo sua posição dominante pela desigualdade gritante que há entre a inclusão privilegiada dos mais favorecidos e a exclusão social dos menos favorecidos. O controle do poder é representado por cargos estratégicos tendo maior poder de influência e barganha na implantação de diretrizes e/ou programas governamentais em conjunturas históricas distintas.

Há de se perceber, a tendência na composição do poder governamental para que as políticas públicas e os programas sociais na área da educação básica tendem a

inclinarem-se às tendências dos grupos dominantes ou mais fortemente representados, visando o próprio fortalecimento da elite dirigente. Desta forma, as diretrizes das políticas públicas sinalizam diferenças regionais de acordo com os arranjos produtivos locais, para serem asseguradas pelo projeto político pedagógico das instituições escolares e sistemas de ensino. No entanto, a implementação de programas e a construção de uma base de dados que garanta a estatística de resultados – que não compreende necessariamente qualidade de ensino – reafirma a noção de padronização dos processos escolares e homogeneização das ações pedagógicas.

Tal situação é o que traduz a realidade escolar da Comunidade Fartura.

O depoimento do Sr. Francisco de 68 anos, morador antigo da Comunidade, traduz o sentimento de um homem simples e semi analfabeto em relação ao descaso público com o vilarejo: “[...] o fechamento da escola é um desrespeito à Comunidade”. Ou seja, a Prefeitura é responsável pelo transporte escolar na zona rural no princípio de conduzir as crianças para escolas no Centro da Cidade. Neste sentido, o referencial de mundo que os alunos passam a ter a partir de um currículo oficial e padronizado é a convivência e a formação desvinculada das tradições locais, dos valores sociais, familiares, da convivência dos velhos, da relação imediata com a Mata, os saberes e práticas locais, as histórias de vida, as técnicas desenvolvidas historicamente, as crenças, as lendas, o folclore, entre outros, por mais que um educador seja sensível a realidade de seus alunos. Pode ocorrer a perda da identidade e de referência com o lugar e de negação com a cultura local.

No sentido geral da análise, a Secretaria Municipal de Educação de Morretes e o Núcleo Regional de Educação em Paranaguá utilizam políticas de estatísticas que correspondem ao discurso pedagógico de inclusão escolar para justificar o aumento da receita do transporte e da merenda escolar, tornando-se oneroso a manutenção de uma escola rural com poucos alunos. A contradição maior, é que o ônibus escolar faz 4 viagens diárias em dois turnos para buscar e reconduzir os alunos às famílias.

4 Conclusão

Estudos sobre as dinâmicas do desenvolvimento territorial rural parecem estar na ordem do dia. Esse enfoque permite ao pesquisador pensar o território como resultado de uma trama de relações socioeconômicas, políticas e ambientais num lugar complexo. Assim, pode-se pensar o rural sob, pelo menos, dois pontos de vista: o primeiro focado nos novos papéis dos atores locais frente aos novos rumos do desenvolvimento do seu

território; o segundo, de caráter eminentemente econômico, busca potencializar o desenvolvimento local a partir do fortalecimento da agricultura baseada nos moldes industriais.

Neste artigo focamos a análise no primeiro caso. Juntamente com a luta pela terra e as desigualdades sociais no espaço rural pôde-se constatar novas situações típicas de um "novo rural". Referimo-nos especificamente a mentalidade dos agricultores que vêem na conservação ambiental a alternativa para uma vida melhor, seja consumindo produtos de melhor qualidade, respirando ar puro, bebendo água sem poluente, espaço de moradia ou mesmo adquirindo novas funções empregatícias no turismo rural.

Como o rural não é passivo percebem-se resistências e posicionamentos frente às relações estabelecidas com órgãos do governo municipal e estadual. Uma área rural sem espaço de lazer, baixa produtividade, analfabetismo, sem escola, mal assistida pelos órgãos de governo, se manifesta através da construção de uma igreja com mãos de aposentados e recursos de doações, assim como, pela participação dos agricultores, em pequena escala, em reuniões do sindicato rural ou da Emater. Isso não quer dizer que estes órgãos não estão presentes ou que os agricultores não dão importância a eles. Isto sim, que a Comunidade Fortuna marcada pela pobreza, pelos conflitos de terra e pela precariedade técnica de produção e baixa qualidade de vida, resiste.

Referências bibliográficas

- BAUMANN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLKE, Verena. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. [Traduzido por José Bonifácio de S. Amaral Filho].
- IANNI, Octávio. A metáfora da viagem. In: **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 11-31.
- LIBÂNEO, J. B. **A religião no início do milênio**. São Paulo: Loyola, 2002.
- ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**. 2. ed., São Paulo: Ática, 1994.
- SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, Adilson Francelinoi; CORRIJO, Beatriz Rodrigo; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SILVA, Edson Armando. **Identities franciscanas no Brasil: a Província da Imaculada Conceição entre a Restauração e o Vaticano II**. 2000. 467p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2000.

VILELA, S. Luiz de Oliveira. **Uma “nova” espacialidade para o desenvolvimento rural:** sobre meio rural, desenvolvimento local e território. XXII. Caxambu/MG, Encontro Anual da ANPOCS, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, out. 2000. p 87-145.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. In: **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.



A ideologia da sustentabilidade

Michelle Ferreti¹

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ)/ E-mail: miferreti@hotmail.com

Resumo:

Esse trabalho propõe uma análise da apropriação hegemônica do termo sustentabilidade, realizada pelo mercado, e procura demonstrar, amparado na concepção marxista de ideologia, como ela busca legitimar as condições sociais de dominação de classe e exploração da natureza, ocultadas por um discurso de compromisso com a ética, a justiça social e a proteção do meio ambiente.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Ideologia, Mercado, Desenvolvimento.



Segundo Marx (2009), as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. Nesse sentido, a ideologia consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominantes em ideias da sociedade como um todo.

Heilbroner (1998) afirma que as ideologias são sistemas de pensamento e de crença por meio dos quais as classes dominantes explicam a si mesmas, como funciona seu sistema social e que princípios ele subentende. Por conseguinte, os sistemas ideológicos existem não como ficções, mas como verdades – e não como verdades probatórias, mas verdades morais.

De modo complementar, Chauí (1989) coloca que, embora a sociedade esteja dividida em classes e cada qual devesse ter suas próprias ideias, a dominação de uma classe sobre a outra faz com que só sejam consideradas válidas, verdadeiras e racionais as ideias da classe dominante. Para que isso ocorra, é preciso que os membros da sociedade não se percebam como divididos em classes, mas se vejam como tendo características humanas comuns a todos e que tornam as diferenças sociais algo derivado ou de menor importância. Para que todos se identifiquem como essas características supostamente comuns a todos, é preciso que elas sejam convertidas em ideias comuns a todos. Essas ideias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos próprios seres humanos o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia:

“é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros de uma sociedade o que devem pensar, como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da



sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção” (CHAUI, 1989, p. 113-114)

Enquanto corpo teórico e conjunto de regras práticas que se pretendem universais e neutras, a ideologia precisa vir acompanhada de silêncios e lacunas que não podem ser preenchidas, sob pena de destruir sua própria coerência lógica. Nesse sentido, se tomarmos a matriz discursiva e globalmente hegemônica de sustentabilidade, apresentada pelo Relatório Brundtland, segundo o qual é preciso “satisfazer as necessidades das gerações presentes sem afetar a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”, podemos identificar um conjunto de vazios e armadilhas implícitas.

A primeira delas, revelada por Moreira (2007), é de que essa matriz discursiva, na qual o mercado se ancora amplamente, incorpora os domínios privados sobre os territórios ecossistêmicos e não problematiza a distribuição material dos recursos entre toda a sociedade. Ela orienta uma regulação dos usos ambientais planetários e os fluxos do comércio internacional sem deslegitimar o monopólio sobre a propriedade e o domínio dos territórios ecossistêmicos nacionais e privados. E, se as sociedades contemporâneas são fundamentalmente baseadas nas desigualdades da distribuição dessa base de recursos, podemos falar de distribuição ecológica assimétrica, seja no sentido de propriedade sobre um ecossistema, seja no seu uso.

Adicionalmente, o autor demonstra que a distribuição ecológica funda disputas de várias ordens, uma vez que a propriedade da terra, do território, do ecossistema capacita seu proprietário a disputar a apropriação privada dos mais variados conhecimentos utilizáveis naquele ecossistema, bem como das vantagens de localização relativa frente aos mercados transnacionalizados e rotas de comércio. Se, conforme propõe Moreira (1998), a biodiversidade for entendida como elemento componente da cultura – do saber científico e cotidiano, podemos entender sua apropriação privada como uma apropriação mercantil da cultura:

“Saberes locais e investimentos sociais associados à localização, à fertilidade e à biodiversidade – bem como à ecologia e ao ecossistema -, distintos, mas não independentes daqueles associados aos capitais privados empresariais, comporiam assim um caldo de valores sociais comunitários e universalizáveis. Podem ser vistos como patrimônio comum da comunidade, ou mesmo da humanidade [...] No entanto, sob a vigência da propriedade privada capitalista,



tornam-se direitos privados associados à propriedade da terra, do território e do ecossistema: em síntese, da natureza” (MOREIRA, 2007, p. 301).

Nesse sentido, é possível afirmar que, ao não tratar explicitamente da apropriação privada dos territórios ecossistêmicos, essa matriz discursiva hegemônica oculta poderes assimétricos e mecanismos de exploração entre nações e classes sociais. No caso brasileiro, Acserald (2001) vai denunciar que, desde a conquista colonial, o trabalho de muitos fez do território um mundo para poucos. “Por muito tempo, o poder sobre os seres humanos foi condição de poder sobre o território e seus recursos [...] Com o advento da Lei de Terras, em 1850, e a constituição de relações sociais propriamente capitalistas, a propriedade privada sobre o território e seus recursos tornou-se, desde então, condição básica de exploração do trabalho livre” (ACSERALD, 2001, p. 76).

A vaguidão com que o Relatório Brundtland propõe o conceito de desenvolvimento sustentável, fugindo das contradições inerentes a esse debate e deixando de apontar limites e imprecisões, é justamente um dos motivos que tornam a ideia da sustentabilidade tão amplamente aceita e difundida, conforme demonstram Amazonas e Nobre (2002). Esses autores contextualizam o surgimento do conceito de sustentabilidade no âmbito das disputas de interesses entre as nações centrais e periféricas. Diante do lançamento do livro *Limits to Growth* do Clube de Roma que pautou em boa medida as discussões da primeira Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, a grande maioria dos países periféricos tratou de rejeitar veementemente qualquer proposta de imposição de limitações ao crescimento econômico por entender que se tratava de uma ação articulada por países ricos que não enfatizava a dimensão social da problemática ecológica. Isso gerou uma sequência de disputas diplomáticas que impediam a realização de acordos internacionais. A equação era simples: “se há contradição entre desenvolvimento capitalista e meio ambiente, não há por que defender o capitalismo. Se não há contradições entre os dois termos, não há porque impor restrições à utilização de recursos naturais” (AMAZONAS E NOBRE, 2002, p.37).

Por isso, na apresentação do Relatório Brundtland perante a Assembléia Geral da ONU, a presidente da Comissão, Gro Harlem Brundtland, caracterizou o conceito de desenvolvimento sustentável como “amplo para o progresso econômico e social” (Environmental Policy and Law – EPL, 1987, p. 222). Para O’Riordan, a “sustentabilidade” foi utilizada “como termo mediador para lançar uma ponte entre



desenvolvimentistas e ambientalistas, sendo que o conceito é deliberadamente vago e inerentemente contraditório, de modo que correntes sem fim, de acadêmicos e diplomatas, podiam passar muitas horas tentando defini-lo sem sucesso”. (O’RIORDAN, 1993, p. 37). Para Lélé (1991), “o movimento DS” foi incapaz de desenvolver um conjunto de conceitos, critérios e políticas coerentes ou consistentes tanto do ponto de vista interno como do da realidade social e física.

Essa vaguidão revela sua faceta ideológica, na medida em que abarca e oculta as mais diferentes correntes do ambientalismo, tratando-as como se tivessem todas os mesmos pressupostos e funcionassem sob a mesma lógica. A primeira, classificada por Alier (2007) como “culto ao silvestre”, ampara-se cientificamente na biologia conservacionista e defende a preservação absoluta do que resta dos espaços de natureza original situados fora da influência do mercado, ressaltando sua sacralidade em algumas culturas e a incomensurabilidade de seus valores. A segunda, por ele denominada o “evangelho da ecoeficiência”, respalda-se na ecologia industrial e na economia ambiental. Direciona suas atenções para os desdobramentos ambientais ou riscos à saúde decorrentes das atividades industriais, da urbanização e da agricultura moderna. Defende o crescimento econômico a partir da minimização dos impactos da produção de bens e do manejo sustentável dos recursos naturais, termo utilizado em substituição à palavra natureza. A ecologia é reduzida a uma ciência gerencial para limpar ou remediar a degradação causada pela industrialização e pauta-se na utilidade e na eficiência técnica, desprovida da noção de sagrado e do direito indiscutível das diferentes espécies à vida. Por último, há a corrente chamada de “justiça ambiental” ou do “ecologismo dos pobres” que surge a partir dos conflitos ambientais em nível local, regional, nacional e global em decorrência da tensão entre crescimento econômico e desigualdade social. Enfoca a desproporcionalidade com que diferentes grupos humanos são impactados por grandes empreendimentos industriais e compreende a natureza como condição para a subsistência de comunidades pobres que passam a ter sua fonte de sustento vital ameaçada. Sua ética nasce de uma demanda por justiça social e o meio ambiente é tratado como um direito humano, na medida em que todos necessitam de um conjunto de recursos naturais em quantidade e qualidade determinadas para ter uma vida digna assegurada.

De forma semelhante, Acserald (2004) vai analisar duas maneiras diferentes de se compreender a questão ecológica que estão ocultas nessa matriz discursiva de forma



pasteurizada. A primeira, onde prevalece a problemática das quantidades de matéria e energia, postula que, sendo finitos os recursos do planeta, temos que economizá-los. Essa concepção economicista permite que se busque postergar, por medidas de combate ao desperdício e uso racional dos recursos, o momento em que eles se esgotarão. “Uma outra formulação, que compreende e ultrapassa a questão das quantidades, coloca uma outra pergunta: se o mundo e seus recursos são finitos, quais são os fins para os quais nós dele nos apropriamos? [...] Para fabricar armas mortíferas ou para produzir alimentos?” (ACSERALD, 2004, p. 7). Nessa ótica, mais do que a escassez futura dos recursos, está em questão a natureza dos fins que norteiam a própria vida social.

Esse autor vai tentar trabalhar para revelar que a idéia de conflito ambiental, concebida como intrínseca à problemática da escassez, remete à perspectiva evolucionista, relativa às formas de adaptação do homem como espécie e que as estratégias associadas a tais tipos de diagnósticos que se fundam em uma suposta objetividade, tendem a esvaziar o debate político e da diferença entre classes sociais, que é absorvido pela busca do aperfeiçoamento dos indicadores técnico-científicos da crise ambiental. Afirmar que tal concepção supõe, no longo prazo, a inelutabilidade da percepção coletiva do colapso tendencial, expressa numa adesão crescente e potencialmente unânime ao reconhecimento da crise eminente:

“Existiria uma consciência ambiental correspondente a um ambientalismo antecipatório fundando nos indicadores objetivos do colapso ecológico. A tomada de consciência dependeria basicamente da acuidade da observação e da gravidade dos eventos representados pelos indicadores da crise. Nesta ótica, a cooperação e o consenso “supraclassista” seriam as categorias que melhor especificam a problemática ambiental (ACSERALD, 2001, p. 13).

Adicionalmente sobre a temática da construção de indicadores, Moreira (2007) vai denunciar que a produção desses dados, associada às noções discursivas de risco e especulação financeira sobre a natureza e os territórios, deve ser considerada no âmbito das estratégias das disputas econômicas transnacionais e intercapitalistas, pois as classificações que emergem dessas construções estão vinculadas a processos de qualificação e desqualificação de determinadas ordens monetárias, econômicas, políticas e culturais e de nações:

“Indicam hierarquias e assimetrias de poderes socialmente construídos. São também projeções presentes de cenários futuros: de ações, papéis, títulos, moedas, tecnologias, mercados e patrimônios: dentre os quais, os patrimônios



ecossistêmicos. Em diferentes perspectivas metodológicas, os indicadores de risco operam com uma atualização do passado e uma antecipação do futuro, sob a perspectiva do presente. A especulação financeira é assim uma aposta em uma presentificação do futuro, que por sua vez conforma as próprias possibilidades de futuro, como nos ensina o pensamento keynesiano” (MOREIRA, 2007, p. 302).

Harborth (1993) discute que essa matriz discursiva possibilita a incorporação da premissa do crescimento econômico exponencial duradouro e impede, por exemplo, que o superconsumo dos países industrializados seja de fato discutido e avaliado. Nessa direção, Zizek (2011) apresenta uma análise interessante, tomando como exemplo a campanha publicitária da Starbucks, baseada no slogan: “Não é só o que compramos, mas o que acreditamos”. O autor analisa como o “café mais caro do que em qualquer lugar” embute em seu preço “a preocupação com o meio ambiente, responsabilidade social para com os produtores e um lugar onde podemos participar da vida comunitária” (ZIZEK, 2011, p. 54). E isso dá aos compradores a sensação de que não estão apenas consumindo, mas que estão adquirindo junto com o produto a “ética do café”, fazendo algo significativo ao mostrarem sua consciência global, sua capacidade de se preocupar e de participar de um projeto coletivo.

Esse exemplo contribui para revelar as características de *abstração* e *inversão* da ideologia. Pela primeira, entende-se “o conhecimento de uma realidade tal como se oferece à nossa experiência imediata, como algo dado, feito e acabado que apenas classificamos, ordenamos e sistematizamos, sem nunca indagar como tal realidade foi concretamente produzida” e a segunda diz respeito a “tomar o resultado de um processo como se fosse seu começo, tomar os efeitos pelas causas, as consequências pelas premissas, o determinado pelo determinante” (CHAUI, 1989, 104). Assim, o preço mais caro do café associado à uma produção discursiva de sustentabilidade manipula a culpa social e ecológica dos consumidores e resolve supostamente o problema da pobreza, da desigualdade social e da exploração desenfreada da natureza ao longo dessa cadeia produtiva.

Outro traço marcante da ideologia, tal como proposta por Marx e Engels (2009), é de que ela não tem história, na medida em que trata o encadeamento dos fatos no tempo como um ciclo homogêneo, linear e mecânico. “Explica o presente como efeito de passado, o passado pelo presente e o futuro pelo já existente, faz com que este último deixe de ser o possível - aquilo que os homens poderão realizar - para tornar-se o



previsível - aquilo que os homens deverão realizar” (CHAUÍ, 1989, p.120). Ou seja, dito a partir das palavras do Relatório Brundtland, é necessário assegurar que as próximas gerações possam ter garantidas as condições de reproduzir sua existência da mesma forma que a geração atual.

No âmbito de uma disputa simbólica para prefigurar o futuro, essa representação formula uma concepção evolucionista da história, entendida como um ciclo fechado e previamente definido que não coloca em xeque as condições de exploração da classe trabalhadora, não levanta questões relativas à justiça ambiental e nem problematiza o estabelecimento de vínculos com a natureza diferentes daqueles impostos por um processo de acumulação desenfreado que se esforça para aumentar cada vez mais a velocidade de recuperação do capital investido. Adicionalmente, ao projetar o problemática da sustentabilidade como uma questão de sobrevivência das gerações futuras, contribui significativamente para tornar invisíveis as desigualdades do presente que submetem a grande maioria da população mundial a condições insustentáveis de vida todos os dias. E, ao diluir, no tempo e na estrutura social, a responsabilidade por se pensar e implementar soluções para os problemas, deixa de pontuar as assimetrias que criam tarefas diferenciadas para atores sociais distintos.

Para aprofundar ainda mais, é importante destacar também como essa matriz discursiva abarca uma visão de mundo antropocêntrica, marcada fundamentalmente pelo reducionismo e pelo dualismo da ciência clássica que separa corpo e mente, natureza e sociedade. Ao tratar das questões do presente e do futuro, essa matriz explicita sua incapacidade de ampliar a compreensão da problemática da sobrevivência das gerações para além da espécie humana.

Cabe, aqui, retomar a crítica de Benjamin (1985) que se estende, inclusive, ao próprio pensamento marxista. Segundo ele, a vontade de dominar a natureza estaria vinculada a técnicas de dominação social e seria necessário liberar a natureza para libertar os trabalhadores:

“Esse conceito marxista vulgar do que é o trabalho [...] se resume na exploração da natureza, que é, assim, com satisfação ingênua, contraposta à exploração do proletariado” (BENJAMIN, 1985, p. 230)

Dentro dessa abordagem, Benjamin faz uma crítica radical à exploração capitalista da natureza e à sua glorificação pelo marxismo vulgar, de inspiração positivista e tecnocrática. Ele denuncia criticamente a impossibilidade de separar a sociedade da natureza, pois essa relação deve ser pensada a partir de um mundo material



socializado e dotado de significados. Assim, propõe um novo pacto integrado entre humanos e seu meio ambiente que jamais devem ser compreendidos de forma separada. Complementarmente, Acserald (2004) aponta que todos os objetos do ambiente, todas as práticas sociais desenvolvidas nos territórios e todos os usos e sentidos atribuídos ao meio, conectam-se materialmente e socialmente seja através das água, do solo ou da atmosfera. Esse caráter indissociável do complexo formado pelo par sociedade-meio ambiente justifica o entendimento de que as sociedades se reproduzem por processos sócio-ecológicos.

Assim, podemos compreender que os recursos materiais territorializados estão, permanentemente, sendo disputados por distintos projetos que atribuem sentidos não apenas utilitários como também simbólicos relativos às práticas culturais mais amplas que ultrapassam o campo da produção material de existência das sociedades:

“Os diferentes grupos socioculturais integram assim o mundo material a seus diferentes projetos, propósitos e sentidos. O espaço é conseqüentemente composto pela superposição dos múltiplos territórios concebidos, desenhados e experimentados pela diversidade de projetos e atores que compõe a trama social. Um desenvolvimento que se queira democrático será, dessa forma, a expressão da diversidade de leituras e projetos cuja consideração confronta-se com o processo de homogeneização social que tem transformado os recursos materiais em mercadorias e subordinado as diferentes formas socioculturais à dinâmica do mercado e do capital” (ACSERALD, 2001, p. 92)

Frente às disputas de diferentes projetos nos territórios, ocultadas pela ideologia da sustentabilidade, uma parte significativa das empresas tem lançado mão de investir na realização de ações sociais como um dos pilares de sua estratégia para reduzir os danos e conferir materialidade ao discurso de compromisso com a ética, a justiça social e a proteção do meio ambiente. Ao avaliar os potenciais contra hegemônicos da ação empresarial filantrópica, Paoli (2003) analisa que a face mais conservadora da solidariedade privada mostra-se na própria instituição da filantropia empresarial: a de retirar da arena pública e política os conflitos distributivos e a demanda coletiva por cidadania e igualdade:

“Domesticando o alcance político próprio da noção de bens públicos à eficiência dos procedimentos privados de gestão, intervindo de modo pulverizado ao arbítrio das preferências privadas de financiamento, as ações filantrópicas rompem com a medida pública ampliada entre necessidades e



direitos e, portanto, não criam seu outro pólo, o cidadão participativo que comparece no mundo para além da figura passiva do beneficiário, sombra de quem o beneficia” (Paoli, 2003, p. 379-380).

Nesse sentido, Acserald (2004) enfoca o esforço crescente e generalizado de criação, em inúmeros países da América Latina, de projetos voltados para a disseminação de tecnologias de resolução de conflitos ambientais. Em muitos casos, originárias em instituições sediadas em países centrais, voltadas para a capacitação de entidades e comunidades de países periféricos, tais iniciativas pretendem a difusão de modelos de análise e ação que pressupõem que a falta de instituições está na origem dos conflitos ambientais, e que a paz e a harmonia deveria provir de um processo de despolitização dos conflitos através de táticas de negociação direta capazes de prover ganhos mútuos. “Trata-se de psicologizar o dissenso, prevenindo conflitos e tecnicando seu tratamento através de regras e manuais destinados a transformar os pontos quentes em comunidades de aprendizado” (ACSERALD, 2004, p. 9-10). O autor pondera que essas iniciativas coincidem com a crescente especialização globalista de países periféricos na exportação de recursos naturais e com uma certa revalorização – por parte de setores de organismos multilaterais como o Banco Mundial - de experiências bem sucedidas de países latino-americanos, cujo desenvolvimento foi sustentado precisamente pelas exportações de produtos baseados nas suas riquezas naturais.

Ceceñas (2007) e Gudynas (2009) relatam que, apesar do discurso sustentável, as estratégias de desenvolvimento ainda são pautadas em um modelo de intensa apropriação privada dos recursos naturais e de uma externalização dos impactos ambientais nos processos produtivos, dentro de uma perspectiva de re-primeirização dos países latino americanos no comércio internacional. Alertam que muitos investimentos transnacionais no continente estão inseridos em megaprojetos de reordenamento territorial como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) no Brasil, a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) e o Plano Puebla Panamá e denunciam seu caráter de destruição da natureza com consequente desestruturação das condições materiais de existência de grupos socioculturais territorialmente referenciados, inseridos em formas de produção não capitalistas, apresentando-se como justificativa a necessidade de se responder a determinadas demandas de progresso e bem-estar.



Se, em contraposição ao território do mercado, outro território é delineado pelas lutas sociais, esses movimentos organizados que resistem aos processos de monopolização dos recursos ambientais nas mãos dos grandes interesses econômicos, tem pela frente o desafio de fundar uma crise de hegemonia que, para Gramsci, ocorre quando, “além da crise econômica e política que afeta os dirigentes, há uma crise das ideias e dos valores dominantes, fazendo com que toda a sociedade, na qualidade de não dirigente, recuse a totalidade da forma de dominação existente” (CHAUI, 1989, p.111)

Esse desafio se coloca em um contexto de estreitamento do espaço para a politização dos conflitos ambientais, como explica Acserald (2004). Sob o argumento de produzir divisões a qualquer custo, supondo os constrangimentos macroeconômicos como dados, todo esforço de politização desses conflitos que problematize as escolhas de desenvolvimento, são apresentados como obstáculo ao cumprimento das metas referentes às contas externas. Nesse contexto, a ideologia da sustentabilidade conta com o apoio da produção simbólica difundida pelos grandes meios de comunicação de massa para estigmatizar – conforme propõe Elias (2000) - e produzir visões caricatas e/ou criminalizadas desses movimentos sociais envolvidos nas lutas ambientais.

Segundo Elias (2000), um grupo só pode estigmatizar o outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder, das quais o grupo estigmatizado é excluído. Afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo social mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo. Para o autor:

“Marx desvendou uma verdade importante ao apontar para a distribuição desigual dos meios de produção e, portanto, para a distribuição desigual dos meios necessários à satisfação das necessidades materiais humanas. Mas foi uma meia verdade. O choque em torno de objetivos econômicos entre os grupos poderosos e inferiores, pode levar a processos de estigmatização” (ELIAS, 2000, p. 34)

Para tomar o exemplo brasileiro nesse processo de estigmatização, ora os movimentos sociais envolvidos com a luta ambiental são tidos como contra o desenvolvimento nacional, como no caso da resistência à construção de Belo Monte ou à transposição do Rio São Francisco. Ora, são tratados como baderneiros ou até mesmo criminosos, como no caso da cobertura feita pela Rede Globo em relação à ocupação do



MST nas produções de laranja da Cutrale. Em muitas situações, a ideologia da sustentabilidade permite estigmatizar as diferentes populações envolvidas com as lutas por justiça ambiental como portadoras de meras demandas de conservação do verde, desconsiderando a base material e simbólica de suas condições de vida e trabalho. Nesse sentido, esvazia o processo social de construção da crise ambiental, fetichizando o mundo material, tido como relativamente descolado das dinâmicas da sociedade e da cultura.

Entretanto, segundo Elias (2000), a capacidade de estigmatizar diminui ou até se inverte, quando um grupo deixa de estar em condições de manter seu monopólio das principais fontes de poder existentes numa sociedade e de excluir da participação nessas fontes outros grupos interdependentes – os antigos outsiders. Tão logo diminuem as disparidades de força ou, em outras palavras, a desigualdade de poder, os antigos grupos outsiders, por sua vez, tendem a retaliar e apelam para a contra-estigmatização.

Nesse processo de contra-estigmatização, ainda muito desigual em termos de acesso a espaços de poder, concluímos, assim, pela necessária denúncia do caráter ideológico da apropriação hegemônica do termo sustentabilidade, no sentido de tornar visíveis as lacunas e contradições não abordadas e possibilitar a construção e ampla disseminação de outras representações, concebidas segundo uma ética que coloca a cidadania como condição para o desenvolvimento.

Referências bibliográficas:

ALIER, Joan Martínez. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Contexto : São Paulo, 2007.

AMAZONAS, M e NOBRE, M. . *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília: Ibama, 2002.

ACSERALD, H. Políticas ambientais e construção democrática, In: VIANA, G., SILVA, M. e DINIZ, N. (orgs.) *O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. (75-96).

_____. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Heirich Böll, 2004. (07-36).



- BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. In BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas, volume I. São Paulo. Brasiliense, 1985.
- CECEÑAS, Ana Esther. *Territorialidad de la dominación: La Integración de La Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA)*. Buenos Aires, 2007.
- CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. Coleção Primeiros Passos. 29 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ELIAS, N. e SCOTSON, J.L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro Zahar, 2000.
- Environmental Policy and Law*, v. 17, n. 6, 1987.
- ENZENBERGER, H. M. A critique of political ecology. *New Left Review*, V. 84, P. 3-31, 1974.
- HARBORTH, H. J. *Dauerhafte Entwicklung statt globaler Selbstzerstörung. Eine Einführung in das Konzept des sustainable development*. Berlin: Sigma, 1993.
- GUDINAS, Eduardo. *La ecología política de la crisis global y los limites Del capitalismo benévolo*. Iconos. Revista de Ciencias Sociales, Núm. 36, pp. 53-67 : Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Ecuador, 2010.
- HEILBRONER, R. *A natureza e a lógica do capitalismo*. São Paulo: Ática. 1988.
- LELÉ, S. *Sustainable development: a critical review*. *World Development*, v. 19, n.6, 1991.
- MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MOREIRA, R.J. *Terra, poder e território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007
- _____. Terra e Natureza: Um olhar sobre a apropriação privada da biodiversidade. In: R. SANTOS e L.F.C. COSTA (orgs.) *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- O'RIORDAN, T. The politics of sustainability. In: TURNER, R. K. (org.). *Sustainable environmental economics and management. Principles and practice*. Londres, Nova York: Belhaven, 1993.
- PAOLI, Maria Celia. *Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil*. In: SANTOS, Boaventura Sousa. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Civilização Brasileira : Rio de Janeiro, 2003.
- ZIZEK, S. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011.



Agricultura de corte e queima e respostas adaptativas de agricultores familiares como meio de transformação histórica da paisagem em Biguaçu/SC¹

Fernando Vieira de Luca¹
Alfredo Celso Fantini²
Cíntia Uller Gómez³

¹Engenheiro Agrônomo. Bolsista de Desenvolvimento Tecnológico Industrial do CNPq - Nível C da Rede Sul Florestal/Epagri, fernandovdeluca@gmail.com

²Eng. Agr. Dr., Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, afantini@cca.ufsc.br

³Engenheira Agrônoma, Doutora em Ciências Humanas. Bolsista PNPd na Epagri, cintiaug@gmail.com

Resumo

O presente trabalho foi construído a partir da percepção da condição íntima que agricultores familiares do município de Biguaçu/SC mantêm com os ecossistemas que lhes envolvem, o que resultou na seguinte argumentação construída no escopo do texto: o meio de vida dessas pessoas representa um caso de adaptação humana aos meios. Sua adaptação está atrelada, em muitos sentidos, ao sistema de agricultura que exercem atualmente – agricultura de corte e queima ou roça-de-toco –, e como tal sistema foi evoluindo durante o tempo e de que maneira esta evolução transformou a paisagem local. Ressalta-se a necessidade que essas pessoas possuíam dos recursos florestais para manterem seu modo de vida, através dos engenhos de açúcar e farinha, de lenha para casa, e como subsídio para o estabelecimentos de roças-de-toco. e mais particularmente, como esse recurso tornou-se escasso na paisagem e as respostas adaptativas que agricultores tiveram a partir dessa limitação: plantio intencional de espécies florestais que contribuiriam – assim como a diminuição na população local – para a recomposição do remanescente florestal.

Palavras-chave: agricultura de corte e queima, agricultura familiar, manejo florestal.

¹ Este trabalho conta com recursos do Projeto Nosso Carvão (CNPq 558703/2009-7) e da Rede Sul Florestal (CNPq 562862/2020-2 e FAPESC 5287/2011-6).



Introdução

Este estudo foi realizado no município de Biguaçu/SC, nas comunidades de São Mateus, São Marcos, Canudos e Fazenda de Dentro, e está inserido do projeto de pesquisa “Inovações de base ecológica na produção de carvão vegetal dos agricultores familiares na região da grande Florianópolis/SC” (FANTINI, 2009) – projeto “Nosso Carvão” – executado pela UFSC desde 2009 com recursos do Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/Dater N°033/2009 que visa à melhoria nas condições de produção de carvão vegetal realizada por agricultores familiares, de modo a promover a conservação das florestas e a melhoria na qualidade de vida dessas pessoas.

A produção de carvão no contexto do cenário estudado está atrelada a uma forma tradicional de uso da terra e dos recursos florestais que caracterizam um sistema de uso da terra que consiste numa das muitas variações do que aqui está sendo chamado de agricultura de corte e queima, ou roça-de-toco. Os produtos desse sistema, de forma genérica, são o aipim e a lenha. Historicamente o aipim é usado nessa região como matéria-prima para a produção de farinha, sendo a lenha necessária para se realizar essa produção.

A agricultura de corte e queima é prática comum em diversos povos que vivem em sistemas tropicais. Este tipo de uso da terra está atrelado ao manejo florestal, pois são as florestas, em diferentes tipologias e estágios sucessionais, que servem de subsídio base para o estabelecimentos dessas roças-de-toco. É exercida por comunidades tradicionais ou por agricultores familiares que possuem uma relação bastante próxima com as florestas. Pelo fato de as florestas fazerem parte do modo de vida dessas pessoas, enquanto sendo a terra/floresta trabalhada pela família, o conhecimento tradicional que elas possuem sobre o tema é bastante valioso.

Sabe-se que a Mata Atlântica, bioma em que se insere o cenário estudado, teve sua cobertura original reduzida drasticamente. Mas nos últimos anos este cenário tem se alterado devido à legislação florestal que proibiu a supressão das florestas em estágios avançadas e médio de regeneração (BRASIL, 1993).

No entanto, essa legislação também tornou ilegal a forma de se fazer agricultura de algumas comunidades tradicionais o que não figura necessariamente como sendo medida com efetivo impacto conservacionista, pois esta forma de agricultura já respeita o “descanso” da terra, quando as roças-de-toco são abandonadas em pousio até se



reconstituírem em florestas secundárias. Através de conversas informais com agricultores da localidade estudada, percebia-se nestes uma frustração por não poderem mais utilizar-se dos seus meios de produção que caracterizam seu modo de uso da terra. Além disso, percebia-se que, como forma de adaptação a essa limitação legal, os agricultores estão, aos poucos, transformando o uso da terra nas suas propriedades, com conseqüências na paisagem local, estabelecendo plantios de Eucaliptos onde antes deixariam a floresta nativa se regenerar.

Uma alternativa para conter o plantio de monoculturas florestais é promover o uso dos recursos florestais nativos, através de manejo florestal sustentável, o que pode ser executado pelas comunidades tradicionais. Neste contexto, é imperativo conhecer a realidade socioeconômica das famílias de agricultores envolvidas e sua forma de manejar a floresta.

Neste sentido, com este trabalho se propôs a compreender como se deu, nas comunidades de São Mateus, São Marcos, Canudos e Fazenda de Dentro, em Biguaçu-SC, o uso histórico das florestas ao serem utilizadas no sistema de roças-de-toco, bem como o conhecimento tradicional que envolve a prática da agricultura através da floresta, ou da agricultura de corte e queima.

Para tanto se considerou a relação íntima de agricultores com seus meios ambientes a partir da perspectiva das adaptações locais de populações respondendo as limitações e/ou oportunidades de seus ambientes. Moran (1990) utilizando-se da abordagem da Ecologia Humana, e discutindo a cultura como adaptação, elege esta primeira como sendo uma “*estratégia resultante da aprendizagem e do processo de decisão individual*”. Segundo este autor, esta abordagem foi proposta pelo adaptacionista John Bennett, autor que será fundamental para a discussão que será aqui apresentada.

2. Metodologia

Os procedimentos de coleta de dados consistiram, primeiramente, na análise de questionários que já haviam sido aplicados pela equipe do referido Projeto de pesquisa “Nosso Carvão” para identificar agricultores que poderiam contribuir de forma mais significativa ao atendimento dos objetivos estabelecidos.

Foram escolhidas pessoas de mais idade e que conheciam a história da transformação da paisagem e do manejo da roça-de-toco. Além da análise dos



questionários, alguns agricultores foram apontados por colegas da equipe do Projeto “Nosso Carvão” como conhecedores da história da localidade e das formas tradicionais de usar a floresta.

Ao todo foram selecionadas dez pessoas de diferentes comunidades com as quais foram realizadas entrevistas semi-estruturadas embasadas no referencial teórico explicitado a seguir.

3. Constrangimentos sofridos por agricultores familiares e suas respostas adaptativas

Bennett (1982) estudou as influências da tomada de decisão de agricultores, frente a aspectos que podem ser de origens legais ou políticas, que remontam geralmente a instâncias estatais, denominados pelo autor de aspectos macrossociais; de origens que remontam aspectos da comunidade, mão de obra e cultura local, denominados de aspectos microssociais; ou de aspectos de recursos físicos, ambientais. Estes aspectos são chamados, por Bennett, de constrangimentos que podem ser concebidos, como limitações ou oportunidades. Dessa forma, esses fatores são determinantes para as populações elaborarem suas estratégias de adaptação aos constrangimentos sofridos. Esses aspectos, aqui interpretados como limitações aos agricultores – ou “constrangimentos” para Bennett –, influenciam nas respostas dadas por estes tendo em vista a sua adaptação a estas limitações. As limitações, portanto, quando superadas em forma de adaptação, podem transformar-se em oportunidades.

É preciso entender que as estratégias de adaptação, enquanto respostas à imposição dos constrangimentos, são influenciadas diretamente, por aqueles aspectos que caracterizam o modo de vida dessas pessoas enquanto agricultores.

A tomada de decisão influenciada pelos fatores macrossociais, microssociais e pelos recursos físicos, deve ser considerada e bem compreendida. Por exemplo, um observador desavisado, quando deparado com a realidade das comunidades estudadas, poderia conceber a tomada de decisão influenciada apenas por aspectos como melhorias nos procedimentos de produção, infra-estrutura, distribuição, etc, que poderiam ser pensados apenas como reflexo de fatores macrossociais.

Segundo Wolf (1976) a propriedade de um camponês deve ser concebida, ao mesmo tempo, como sendo “*uma unidade econômica e um lar*”.



Entende-se, dessa forma, que ser camponês não é ser meramente um instrumento econômico, ou influenciado apenas por aspectos macrosociais. Podemos compreender os aspectos singulares que tornam essas pessoas camponeses, em maior ou menor grau, a partir da contribuição de Woortmann (1990). Este autor sugere a “campesinidade” como uma característica presente em maior ou menor grau nos grupos de agricultores familiares, que indica uma maneira de conceber a terra, o trabalho e a família, sempre de forma relacionada. Nessa concepção, o valor da terra para os agricultores, ou particularmente dos recursos florestais, não aparece como um mero recurso que, ao ser transformado, retorna em imediatismos econômicos. Particularmente a floresta, como veremos adiante, tem um valor especial para essas pessoas.

Para a compreensão do valor da floresta para essas famílias, é importante destacar, na contribuição de Woortmann, a terra como patrimônio da família e não apenas como meio de vida. A floresta e a possibilidade de fazer uso dela através do saber transmitido de pai para filho, se insere nesse patrimônio familiar

4. Agricultura de corte e queima como adaptação a ecossistemas de florestas tropicais.

Neste trabalho, considerou-se a agricultura de corte e queima – roça-de-toco – como uma adaptação, ou resposta adaptativa, aos constrangimentos experimentados por agricultores que vivem em biomas de florestas tropicais. Ressalta-se que esta adaptação é comum a várias populações espalhadas pelos trópicos úmidos. Há vários trabalhos que discutem a agricultura de corte e queima, bem como sua relação com os remanescentes florestais, nos diferentes continentes em que há regiões de predomínio de florestas tropicais: Sudeste Asiático, América Latina e África.

Para Moran (1994), elegendo a agricultura de corte e queima como uma estratégia adaptativa das populações que vivem nos trópicos úmidos, este tipo de manejo “*é uma das principais técnicas de preparo da terra em 30% dos solos cultivados do mundo, especialmente cobertos por florestas pluviais tropicais*”. Meggers (1977) estudando a agricultura de corte e queima na Amazônia, afirma que esta é realizada na maior parte das florestas tropicais.

A agricultura de corte e queima, em ambiente de floresta tropical, se caracteriza como sendo um sistema ecologicamente eficiente, além de possuir vantagens econômicas para as populações que o realizam (MORAN, 1994)



O mesmo autor ressalta a dificuldade em se manejar áreas de florestas para a agricultura, quando nestas se estabelecem monocultivos. As dificuldades estariam na limitação causada por infestação de pragas e invasão de ervas daninhas. Estas limitações são diminuídas quando se pratica um manejo mais complexo dos sistemas agrícolas, cultivando-se, por exemplo, duas ou mais espécies multienfileiradas, o que se traduz numa aproximação ao ecossistema natural. O mesmo autor saliente que este tipo de agricultura protege o solo contra lixiviação e a erosão e reduz despesas com fertilizantes e pesticidas.

Meggers (1977) faz referência às conseqüências de uma derrubada total da floresta tropical, o que pode ser entendido como sendo uma necessidade na adoção de uma agricultura permanente, em oposição à agricultura de corte e queima. Para a mesma autora a agricultura de corte e queima é a forma de se cultivar a terra mais apropriada a estes ambientes, apondo-se ao manejo convencional da agricultura intensiva, o que predomina nas regiões temperadas. A agricultura convencional caracteriza-se pela limpeza total da área, com a remoção completa da vegetação, o uso do arado e o monocultivo, o que é bastante destrutivo, segundo a autora, nos ambientes tropicais. As conseqüências ambientais estão na piora das condições físicas, químicas e biológicas do solo, decorrentes da exposição do mesmo à radiação solar, à chuva e às altas temperaturas.

Estas condicionantes ambientais dos ecossistemas de florestas tropicais ressaltam a eficiência adaptativa da agricultura de corte e queima a esses ambientes. São as diferentes formas de manejo que garantem a eficiência deste sistema. Particularmente o policultivo e as estratégias de combinação de espécies cultivadas na roça, ou *habilidade de combinação ecológica* (MARTINS, 2005), garantem a otimização da utilização da radiação solar, por exemplo, pelo fato das espécies concordarem em diferentes alturas, tipos de ramificação, composição foliar e diferentes sistemas radiculares, o que garante a eficiência na absorção de água e nutrientes (MARTINS, 2005).

Estas características das roças funcionam como uma *imitação* ao ecossistema florestal, o que sustenta a sua eficiência adaptativa. Mais ainda, a adaptação desse tipo de agricultura às florestas tropicais se sustenta na prática de abandono das terras cultivadas, após o corte raso, a queima, e findo os cultivo, o que é chamado de pousio. Nos primeiros anos de cultivo a produtividade cai rapidamente, devendo o pousio



“devolver a terra a floresta”, recuperando as condições ambientais antes existentes (MEGGERS, 1977).

5. Fatores limitantes da agricultura de corte e queima: consequências da intensificação de cultivo

Boserup (1987) sustenta o argumento de que o aumento da população força os cultivadores a passarem gradualmente para um sistema de uso da terra mais intensivo. O uso da terra, ou intensidade de cultivo, podem ser classificados quanto a quantidade de ciclos seguidos de cultivo. A autora classifica em cinco grupos de graus de intensidade de cultivo, sendo o sistema mais intensivo denominado de *cultivos múltiplos* onde uma mesma área suporta duas ou mais lavouras ano após ano. Em oposição a este, há a classificação *cultivo com pousio longo* que consiste no cultivo por um período de um ou dois anos seguido de um abandono por período longo até a reconstituição de uma floresta secundária avançada. Este último consiste no sistema que mais se aproxima do que aqui está se propondo chamar de agricultura de corte e queima.

Segundo essa autora a intensificação do uso da terra resulta numa maior demanda de produção por homens-hora. Ao contrário do que se pode pensar, segundo Boserup (1987) a intensificação do uso da terra, caracterizada por uma maior tecnificação dos sistemas, particularmente com o uso de instrumento para o preparo do solo como a enxada e o arado, demanda um maior trabalho das populações quando comparadas a populações sobrevivendo do sistema de corte e queima ou de pousio longo.

Para a autora seria menos trabalhoso para as populações que praticam agricultura menos intensificadas trabalhar a terra através do sistema de corte e queima, ao comparar-se a sistemas mais intensivos. Este argumento é sustentado quando se pensa que na agricultura de corte e queima, o fogo faz boa parte do trabalho, pois além de limpar o terreno deposita toda a fertilidade utilizada no sistema, em forma de cinzas através da queima da biomassa acumulada – não foi intenção deste trabalho responder questões sobre a relação entre eficiência de sistemas de produção e o trabalho, no sentido de labor individual, por este demandado. Porém, a afirmação da autora pode ser contestada, quando nos valemos da experiência que tivemos em Biguaçu, esta nos revelou a opinião dos agricultores que dizem ser a roça feita através da agricultura de corte e queima mais trabalhosa do que o cultivo convencional.



Odum (2007) discute que em regiões temperadas, o uso do solo através da agricultura convencional se sustenta, pois nesses ambientes o solo retém nutrientes e mantém sua estrutura, sendo portanto a ciclagem de nutrientes ser um processo mais físico, podendo a terra ser revolvida com arado uma ou mais vezes por ano. Em ambientes dos trópicos úmidos a reciclagem de nutrientes é garantida pela presença de vegetação, sendo dependente do abandono das áreas de cultivo, após o declínio da fertilidade, para a recuperação da vegetação existente.

No entanto, o mesmo autor ressalta que a agricultura de corte e queima pode ser sustentada apenas em situações onde a densidade populacional permanece baixa. Sustenta que o problema deste tipo de uso da terra é a superpopulação que força os cultivadores a intensificarem o uso do solo diminuindo o tempo de pousio.

Dessa forma entende-se que a intensificação do uso da terra, causada pelo aumento da população, pode resultar em transformações na paisagem local, como a diminuição nos anos de pousio – apesar de que este não é o único fator envolvido para a transformação das paisagens. Significa dizer que a própria intensificação do uso da terra já é determinante para a transformação da paisagem

6. Transformação histórica da paisagem local com base visão dos agricultores de Biguaçu-SC

Pretende-se agora construir, a partir da visão dos agricultores e de suas memórias trazidas através de suas falas, como ocorreu a transformação histórica da paisagem no cenário local de estudo, que se insere no município de Biguaçu/SC nas comunidades de São Mateus, São Marcos, Canudos e Fazenda de Dentro.

A partir das entrevistas foi percebido que essas populações dependiam dos recursos florestais para a manutenção do seu modo de vida. A necessidade de lenha para o fogão da casa e para a produção de gêneros alimentícios no engenho de farinha e no engenho de açúcar revela a significância da floresta para essas pessoas.

“Nesses ‘morro’ não se via um pau de lenha, era tudo pelado. Naquele morro lá, fazia uma ‘porrada’ de açúcar por ano, aquele morro era tudo descascado!”. (Agricultor, 80 anos)

Além da obtenção extrativista dos recursos florestas em forma de lenha para consumo interno da propriedade, seja para casa ou para os engenhos, as populações também exploravam esse recurso para vendê-lo.



Exploravam-se ainda os recursos florestais para a produção de madeira, seja para uso interno, como matéria prima para construção de casas e benfeitorias, ou como venda para serraria. De fato, se verifica em Soares (1988) em “História do Município de Biguaçu”, recorrendo ao censo econômico de 1975, afirma que, um dos principais produtos da economia do município era o corte da madeira, através de uma indústria incipiente que contava com engenhos de serra de madeira, além de destaque para produção de mandioca, milho e da pesca.

Sustenta-se assim, amparado na fala dos agricultores, que o impacto causado aos ecossistemas florestais e a diminuição desse recurso na paisagem foi causada em parte devida ao extrativismo de madeira e lenha além da forte pressão exercida pela grande população que compunha as comunidades no passado. O desflorestamento para produção de lenha e madeira aliado à intensidade de cultivos foi determinante para a modificação do ecossistema que ao se tornar impactado foi ocupado pelo capim-melado (*Melinis minutiflora*) que se generalizou na paisagem.

“[todos] tinham seu engenho de cana, engenho de farinha. Um rapaz ia casar, primeiro comprava um terreno, fazia um rancho mais pequeno e botava um engenho de açúcar. Amanhã ou depois... botava um engenho de farinha também”. (Agricultor 3, aproximadamente 80 anos)

Segundo os agricultores a pressão sobre os recursos florestais foram tornando-os escassos nos locais próximos aos estabelecimentos rurais. A indisponibilidade de lenha nas proximidades do estabelecimento forçava os agricultores a se deslocarem por distâncias longas, até os locais onde havia remanescentes florestais, alguns particularmente em topos de morro.

Os agricultores entrevistados ao lembrarem do passado, são unânimes descrevendo a paisagem como que coberta pela presença do capim melado (capim-gordura, capim-graxa), crescendo nos morros. Boserup (1987) discute a intensificação do uso da terra na agricultura de corte e queima, como promotora de impactos aos ecossistemas florestais, causando diminuição no período de pousio e em casos mais intensos a instalação de uma vegetação com predomínio de gramíneas.

É preciso entender que a intensificação do uso da terra tem como característica o encurtamento no período de pousio (BOSERUP, 1987). No cenário estudado neste trabalho, o pousio era tão curto que não havia tempo das florestas se regenerarem, ao



mesmo tempo que o ambiente era paulatinamente degradado, o que causou a ocupação generalizada do capim-melado.

O capim-melado, *Melinis minutiflora*, segundo Klein (1980), é uma espécie que se torna presente devido à forte degradação do ambiente, quando o solo deste “é apenas abandonado, após longos anos de cultivo consecutivo ou quando se encontra em encostas mais íngremes ou demonstrando sensíveis mostras de ‘cansaço’, ou mesmo de esgotamento”.

Estas pessoas que se deparavam com a falta do recurso florestal e posterior ocupação da paisagem pelo capim-melado foram elegendo como *resposta adaptativa* a alternativa de se fazer roças, para produção de alimentos, em áreas ocupadas pelo capim-melado.

“Botava roça daquela terra mais fraca mesmo, do capim, roçava o capim, botava fogo e plantava. Dava rama, não tinha adubo, naquele tempo, não tinha uréia nada”.
(Agricultor 7, 64 anos)

Fazia-se como na agricultura de corte e queima ao se trabalhar na floresta, mas aqui fazendo com a biomassa do capim-melado, sendo incorporada ao sistema na forma de cinzas, após sua queima. Escolhia-se um local e se fazia um aceiro em torno da área compreendida pela roça, que consiste numa amontoa de terra de modo que o fogo não se espalhasse. Nesta área após atear-se fogo, era plantada a rama de aipim e sementes de feijão e milho.

Percebe-se, pelo relato dos agricultores, variações na forma de manejo das roças feitas no capim-melado. Há agricultores que dizem, por exemplo, que não era possível de se plantar feijão e milho, apenas o aipim, e que este último não obtinha boa produtividade. Mas há outros agricultores relatando que a produtividade alcançada era razoável. Segundo Mazoyer & Roudart (2009) para que o nível de nutrientes no solo seja suficiente para assegurar boas colheitas é necessário que o volume de biomassa seja tal que forneça a quantidade de cinzas necessárias. Neste sentido a biomassa adequada só é alcançada em estágios mais prolongados de pousio.

Fazia-se também o uso do capim-melado como pastagem para o gado. As falas dos agricultores fazem referência a queimadas no capim no inverno para renovação do pasto. Segundo Boserup (1987) em áreas de florestas onde ocorreram intensificação do uso da terra, e posterior ocupação por savanas e outros tipos de campos, que consistiam



de forragens naturais, tornaram estes ambientes disponíveis para criação de bovinos e outros herbívoros.

Frente à escassez dos recursos florestais e à sua contínua necessidade para manutenção do modo de vida, os agricultores adotaram como *resposta adaptativa* a seguinte alternativa ao estabelecimento de roças em áreas onde predomina o capim-melado: passou-se a plantar espécies florestais de modo a recompor o recurso florestal, possibilitando aproveitá-lo para a produção de lenha e o estabelecimento de roças.

É pertinente considerar que o fator pressão demográfica pode ter sido o mais determinante para a intensificação do uso da terra e degradação deste ambiente e posterior diminuição do recurso florestal – como assegura Boserup (1987) e se verifica em outros cenários comentados.

Muito provavelmente, a decisão de plantar espécies florestais deve ter variado em cada unidade familiar, pois dependia da disponibilidade de terras florestadas em cada propriedade e da frequência de necessidade de roças e lenha. Mas o fato é que em algumas propriedades se deu a renovação da paisagem através do plantio intencional de espécies florestais. É importante notar que a necessidade do recurso florestal tinha sua utilidade para a produção de lenha, para casa e os engenhos, mas também como fonte de biomassa para se fazer as roças, pois estas eram feitas de capim-melado só enquanto não haviam florestas suficientes.

Para alguns agricultores, apesar da possibilidade de se fazer roça a partir da queima do capim-melado, tinha-se a percepção de que a roça era mais produtiva se fosse feita das áreas com espécies florestais plantadas. Há uma maior quantidade de biomassa no sistema, em comparação ao capim-melado, além de que estas espécies arbóreas que eram plantadas são da família das leguminosas (ingazeiro, espinheiro e bracatinga), capazes de realizar acúmulo biológico de nitrogênio o que leva à otimização do ciclo de nutrientes e mais eficiência no uso dos nutrientes do solo (RÉGIS *et al.*, 2005).

Através das entrevistas se percebe que a recuperação florestal se deu em parte pelo plantio de espécies florestais para a obtenção de lenha e como recurso para roças, e em parte pela diminuição da pressão exercida pela população que se tornou menor.

“Naquela época, todo mundo trabalhava na roça. Um derrubava uma lenha pra rachar, outro fazia farinha, outro fazia açúcar, aí ia derrubando, foi se acabando. Aí um pessoal foi desistindo, outro foi arrumando um empreguinho, aí o mato foi crescendo”. (Agricultor 1, 67 anos)



Não se investigou a fundo o motivo da diminuição da população nas comunidades, mas este fato é comentado por vários dos agricultores entrevistados. Independente da diminuição da população pode-se assegurar, pelos apontamentos dos agricultores, que a modificação da paisagem se deu pelo plantio intencional de espécies florestais leguminosas (ingazeiro, espinheiro e bracatinga), como foi dito acima. Este plantio promoveu a recuperação da floresta secundária pela sucessão ecológica, em áreas antes ocupadas pelo capim-melado.

Podemos conceber a paisagem dominada pelo capim-melado como sendo um ambiente em estágio pioneiro de regeneração da sucessão secundária (SIMINSKI, 2004). Como ressaltado anteriormente, a presença predominante do capim-melado no ambiente deve-se a uma intensificação do uso da terra e sua posterior degradação. As áreas degradadas demoram a ser recuperadas devido a uma pobreza nas condições do solo, causando uma lentidão na evolução dos estágios sucessionais que garantem a recuperação da floresta. Neste sentido, o plantio de espécies florestais, como o ingazeiro, por exemplo, garantiu não apenas a obtenção deste recurso para o estabelecimento de roças e disponibilidade de lenha, como também ajudou na regeneração do ambiente, com o aparecimento de espécies da sucessão ecológica, pois este promoveu a recuperação do ambiente degradado.

7. Respostas adaptativas dos agricultores e consequências na transformação da paisagem

Nas comunidades estudadas a limitação geral que agricultores enfrentavam num passado próximo estava na necessidade do recurso florestal. Este estando distante das unidades familiares, forçou os agricultores a adotarem o plantio de espécies florestais como uma resposta adaptativa.

A limitação foi causada pela super exploração do recurso florestal, de maneira interna ao estabelecimento rural, para uso como combustível para a indústria doméstica e para casa, e de maneira externa, com a venda de lenha e madeira para serraria.

Adotando a perspectiva de Bennett (1990), podemos dizer que a falta de lenha que ocorreu por essa super exploração caracterizou-se como um fator físico que foi responsável por um constrangimento que influenciou a tomada de decisão das famílias em relação ao manejo dos recursos florestais, levando-os a plantar as espécies florestais.



No entanto, antes do plantio de espécies florestais, chegou-se a se estabelecer roças em áreas ocupadas por capim-melado, como forma de estratégia de adaptação ao constrangimento causado pelo recurso físico. Quando isso acontecia, o recurso florestal era conseguido deslocando-se grandes distâncias.

Seguiu-se uma evolução nas estratégias de adaptação, no que diz respeito ao plantio das espécies florestais. Primeiramente foi utilizado o espinheiro (*Mimosa bimucronata*, De Candolle Otto). Vale lembrar que o espinheiro não foi mencionado em unanimidade pelos agricultores entrevistados, devendo ser considerado, o plantio dessa espécie, como uma resposta adaptativa de apenas algumas pessoas.

O desuso do espinheiro foi devido à dificuldade em manejá-lo por causa dos espinhos. A decisão de não mais se utilizar o espinheiro, como resposta ao constrangimento sofrido, foi sustentada por fenômenos microssociais, sobretudo a existência de um conhecimento presente na comunidade, facilmente acessível, que permitia o uso de outra espécie para a produção de lenha. Além disso, as dificuldades de manejar a lenha por causa dos espinhos pode ser considerado no bojo dos fenômenos microssociais já que a comunidade não dispunha e não desenvolveu tecnologia para facilitar o manejo. No mesmo rol podemos mencionar ainda a visão que se estabeleceu de que era insuportável manejar esta espécie.

A próxima estratégia de adaptação ao constrangimento/limitação causado pela falta de recursos florestais, foi o plantio do ingazeiro (*Inga sessilis* (Vell.) Mart). Esta espécie, não tendo espinhos, perdurou mais como resposta adaptativa, devido sua maior facilidade de manejo. O que forçou o desuso do ingazeiro fica evidente, quando o comparamos com a próxima estratégia de adaptação ao constrangimento/limitação: o plantio da bracatinga.

A bracatinga (*Mimosa scabrella*, Benth) tem crescimento mais rápido que o ingazeiro, além do que, o ingazeiro necessita de um novo plantio a cada ciclo de corte. O mesmo não acontece com a bracatinga. Esta, após a roça ter sido manejada com uso do fogo, tem a dormência de suas sementes quebradas, o que garante a germinação destas e continuidade da produção do sistema, após o corte raso.

Também a decisão pela adoção e disseminação da bracatinga só foi possível com base em fenômenos microssociais. A partir da análise das entrevistas, pode-se concluir que a disseminação aconteceu amparada na troca de conhecimento e nos laços de solidariedade existentes entre os agricultores. De acordo com o depoimento dos



agricultores, as sementes de bracatinga chegavam a ser distribuídas na igreja em caixinhas de fósforo e entre vizinhos.

Considerações finais

Constatou-se a necessidade que as populações das comunidades estudadas possuíam, num passado recente, de obterem do recurso florestal a lenha para ser utilizada no engenho de farinha e açúcar, para a manutenção da residência e como base para o estabelecimento de roças-de-toco. Neste sentido, sustenta-se que estas pessoas obtinham do trabalho familiar sobre a terra/recursos-florestais a base que mantinha seu modo de vida.

Sustenta-se que espécies florestais foram plantadas intencionalmente pelos agricultores que acabaram por mesclaram-se as florestas da paisagem local através da regeneração natural do ecossistema florestal. Parte originada pelo próprio plantio de árvores exercido pelos agricultores, parte pela diminuição da população local que gradativamente foi deixando as comunidades, o que fez diminuir a intensidade de cultivo aos ecossistemas locais.

Faz-nos perceber, a partir dessas constatações acima, a importância da perspectiva da interação entre humanos e os ecossistemas que lhes envolvem, e de que maneira esta interação pode figurar como limitações ou oportunidades que merecem ser consideradas em iniciativas que visem ao desenvolvimento rural local.

Referências Bibliográficas

BENNET, J. W. **Of Time and the Enterprise, North American family farm management in a context of resource marginality**. University of Minnesota Press, Minneapolis, 1982.

BOSERUP, Ester. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: HUCITEC: Polis, 1987.

BRASIL, 1993. **Decreto nº. 750, de 10 de fevereiro de 1993**: Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de Vegetação Primária ou nos estágios avançados e médio de regeneração da Mata Atlântica. In: Santa Catarina (Ed.). Coletânea da legislação ambiental aplicável no estado de Santa Catarina. FATMA, Florianópolis, Brasil, p.433-434.

FANTINI, A. C. **Inovações de base ecológica na produção de carvão vegetal dos agricultores familiares na região da grande Florianópolis/SC**. Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/Dater Nº 033/2009.



- KLEIN, R.M. **Ecologia da Flora e Vegetação do Vale do Itajaí**. *Sellowia*, v.32, n.32, p.164-369, 1980.
- MARTINS, P. S. **Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos**. *Estudos Avançados* v. 19, n.53, p. 209-220, 2005
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Historia das agriculturas no mundo: do neolítico a crise contemporanea**. São Paulo: Nead, 2010
- MEGGERS, B. J. **Amazonia : a ilusao de um paraíso**. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 1977.
- MORAN, E. F. **Adaptabilidade humana : uma introdução a antropologia ecologica**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- ODUM, Eugene Pleasants; BARRETT, Gary W. . **Fundamentos de ecologia**. São Paulo (SP): Cengage Learning, 2007
- OLIVEIRA R.R. DE; LIMA, D.F; SAMPAIO P.D; DA SILVA, R.F; TOFFOLI, D.G. **Roça Caiçara: um sistema “primitivo” auto-sustentável**. *Ciência Hoje*, 18 (104): 44-51. 1994
- RÉGIS J; ARRUDA, M. R. **O uso de leguminosas em Sistemas Agroflorestais**. Embrapa Amazônia Ocidental, 2005.
- SOARES, I. **História do Município de Biguaçu**. Florianópolis: AAA-SC, 1988.
- SIMINSKI, Alexandre. **Formações florestais secundárias como recurso para o desenvolvimento rural e a conservação ambiental no litoral de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) Florianópolis, 2004
- WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1976
- WOORTMANN, K. **“Com parente não se neguceia”. O campesinato como ordem moral**. In: Anuário Antropológico/87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990



GT 3 - Conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais e desenvolvimento rural

Assentamentos rurais no estado da Paraíba sob a ótica de riscos e vulnerabilidades

Alan Ripoll Alves¹

João Batista Alves²

¹Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE)/ Estudante/ Universidade Federal do Paraná (UFPR)/ E-mail: alanripoll@gmail.com

²Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE)/ Estudante e Professor Assistente da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)/ E-mail: alvesjb@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo verificar a que riscos, perigos e vulnerabilidades comunidades de assentamentos no Estado da Paraíba estão sendo submetidas e quais ações as mesmas têm tomado, de modo a suportarem e se adaptarem às condições adversas do semiárido. Para tal, partiu-se de diagnóstico realizado sobre os graus de deterioração socioeconômica e ambiental dos assentamentos, avaliando-se as interações entre estes e os aspectos teóricos relacionados a riscos e vulnerabilidades. Constatou-se que os assentamentos analisados encontravam-se social, econômica e ambientalmente vulneráveis. Todavia, observou-se também que eles têm tomado medidas que proporcionaram até este momento sua sobrevivência, mas que, por outro lado, havia uma imprevisibilidade quanto à sua permanência sob as condições atuais, face às mudanças climáticas previstas.

Palavras-chave: Assentamentos; Semiárido; Riscos; Vulnerabilidades.



Introdução

O desenvolvimento da sociedade, nos últimos anos, tem sido marcado por uma série de acréscimos nos campos científico, tecnológico e industrial, atingindo diversas esferas de organização humana, sejam elas locais ou globais.

Essas mudanças, no entanto, trouxeram consigo problemas socioambientais de ordem variada, levando autores, como Beck, na década de 1980, a teorizar que estávamos vivendo a “sociedade de riscos”, criticando o atual modelo de sociedade (BECK, 2010).

Desde então, uma corrente de pensadores tem procurado desenvolver teorias, conceitos e definições associados a riscos e vulnerabilidades, o que Veyret (2007) denominou como Cindínica, uma abordagem do risco que pretendeu ser multidisciplinar e sistêmica. De modo complementar, Acselrad (2002) e Gilbert (2002) escreveram sobre esse tema, apontando outras variáveis.

Saindo dos aspectos globais com que esses autores e outros, como Giddens (2010), tratam a questão dos riscos, percebe-se que é no âmbito das localidades que se inicia o desencadeamento de ações que culminam nos impactos de natureza global. Desta forma, analisar o contexto local, assim como as relações onde se desenvolve a sociedade, suas interações com o meio material – que as levam a viver em ambiente de risco e a se tornarem vulneráveis a ameaças e perigos constantes, bem como analisar as ações de mitigação e enfrentamento dos mesmos – são bastante relevantes para entender a dinâmica que caracteriza a sociedade.

Nesse sentido, uma das questões que mais preocupa a humanidade é o efeito das mudanças climáticas na agricultura, pois este setor é o responsável pela produção de alimentos e muitas matérias-primas de outros campos produtivos. Existe ainda o risco de se agravar a problemática da fome, visto a indisponibilidade e a má concentração de alimentos em vários lugares.

Discutindo sobre os impactos das mudanças climáticas para a agricultura brasileira, Pellegrino *et al.* (2007, p. 144) citam suas preocupações com



“...a maior vulnerabilidade ou a baixa capacidade dos países em desenvolvimento de se defenderem dos impactos das mudanças climáticas. A vulnerabilidade torna-se mais agravante quando trata dos seus impactos sobre a agricultura desses países que são, de maneira geral, fortemente dependentes da atividade agrícola, seja ela de subsistência ou de base da economia nacional “ (PELLEGRINO *et al.*, 2007, p. 144).

O Brasil é um grande produtor de alimentos e uma parte destes vem da agricultura familiar local de pequena escala. Entre as regiões brasileiras em que há maior preocupação acerca dos efeitos das mudanças climáticas neste tipo de agricultura, está o Nordeste.

“Todos os modelos apresentam aquecimento até 2100, variando de 1.5-5.5 °C e um leve aumento de chuvas, aumento de extremos climáticos, perda significativa de biodiversidade, com *aridização*, consequências graves na atividade agrícola e na irrigação” (FRANKE & HACKBART, 2008, p.3).

Desta forma, os pequenos agricultores do semiárido nordestino correm o risco de ampliar ainda mais sua vulnerabilidade em relação à escassez de água e perda de produtividade.

Com base nesse quadro, o presente trabalho objetivou, a partir de diagnóstico realizado sobre as condições socioeconômicas e ambientais de assentamentos rurais do crédito fundiário no Estado da Paraíba, verificar os principais riscos, perigos, vulnerabilidades e ações de enfrentamento a que estas comunidades têm sido submetidas, de modo a sobreviverem e se adaptarem a condições adversas.

2 Panorama da situação agrária na região nordeste

A luta pela terra em nosso país é secular, a começar pelo Nordeste brasileiro, onde se deu o início da colonização. Desde então, a apropriação de terras pelas elites, sejam elas portuguesas ou brasileiras, tem provocado inúmeros conflitos no campo, forçando ao longo da história a migração do pequeno camponês para as cidades, à procura de trabalho nas indústrias ou construção civil, sobrecarregando-as e provocando mais desequilíbrios sociais (PILLETI e PILLETI, 2000; ORDOÑEZ, 2000; BANDEIRA *et al.*, 1997).



Além da luta pela terra, manifestam-se, na Região Nordeste, elementos climáticos que, juntamente com fatores político-administrativos, têm contribuído para o crescimento dos mais variados problemas. As secas periódicas ocupam papel de destaque neste contexto.

Algumas das causas e consequências de fatos associados às secas no semiárido nordestino foram detalhadamente relatadas por Josué de Castro, na década de 1960.

Castro interpreta os problemas socioeconômicos e ambientais naquela região não apenas como aqueles ligados à questão da escassez de chuvas e das bases físicas da região, que agravam tais ocorrências, mas as causas sociais e econômicas relacionadas à estrutura fundiária, à monocultura, ao feudalismo agrário e à subcapitalização da exploração dos recursos naturais (CASTRO, 2007).

Uma das reações às questões tratadas por Castro em suas obras, sintetizadas no livro “Geografia da fome”, foi a dos primeiros movimentos de organização dos trabalhadores do campo: as ligas camponesas. Euclides da Cunha, Gilberto Freire, Jorge Amado e José Américo também contribuíram para a apresentação desta etapa histórica do processo de consolidação fundiária (CASTRO, 2007).

Ao mesmo tempo, o governo brasileiro começou a colocar a questão agrária em pauta política, iniciando os primeiros serviços de assistência técnica rural, no Nordeste brasileiro, mais especificamente no Rio Grande do Norte, depois Pernambuco e Rio Grande do Sul (FERNANDES, 1998).

A formação desse ambiente favorável, segundo o uso e gerenciamento da terra, tornou possível a geração de assentamentos rurais em alguns Estados, dentre eles a Paraíba (FERNANDES, 1998).

“Os assentamentos rurais são áreas criadas a partir de projetos de Reforma Agrária com o objetivo de diminuir a concentração fundiária e a miséria no campo, contudo, de forma geral, as áreas onde esses assentamentos rurais se localizam são ordinariamente associadas à concentração de pobreza e a crises em setores produtivos específicos, que levaram a processos de estagnação econômica no espaço agrário em que se situam “ (LIMA, 2010, p. 2).



Na Paraíba, a luta no campo começou também na década de 1950, contudo, adquiriu maior repercussão entre as décadas de 1980 e 1990, por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ainda que este processo tenha se dado de forma fragmentada, devido a fatores como a relação conflituosa entre este grupo e a Comissão Pastoral da Terra (SILVA, 2000).

Segundo o Painel de Indicadores Gerenciais da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), neste início de século, o processo de reforma agrária vem se intensificando nesse Estado. Até 2007 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) criou 249 projetos de assentamentos, com 12.924 famílias assentadas, em um total de 230.263 ha. Já o programa de crédito fundiário, assentou outras 2.809 famílias, em 62.564 ha, através de 222 projetos (SRA/MDA, 2008).

Essas ações chamaram a atenção pelo fato de renovarem o modo de apropriação da terra no semiárido, rompendo o tradicionalismo de outrora, assim como a forma do homem do campo enfrentar e mitigar suas carências sociais e econômicas.

A capacidade de uso do solo tem se tornado uma ferramenta muito discutida em diversas áreas do conhecimento. Os impactos gerados a partir de desmatamentos, criação de animais, plantações e várias outras atividades relacionadas à utilização da terra está gerando, na atualidade, um entrave ao desenvolvimento social integrado à preservação ambiental (ARAÚJO *et al.*, 2009).

Evidenciou-se através das últimas medidas tomadas a respeito que, em tempos de mudanças climáticas globais, persistir em modelos ortodoxos de uso e ocupação da terra significaria agravar as condições de vida das pessoas da região (FRANKE & HACKBART, 2008).

A participação de empresas, órgãos públicos e da própria população tem contribuído para revelar a alteração dessa realidade, possibilitando novas interpretações acerca da temática do assentamento no Nordeste brasileiro.

3 Metodologia

Este estudo foi realizado como parte da cooperação entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas



para Agricultura e Alimentação (FAO), que atuou como financiadora, o qual ocorreu entre os anos de 2006 e 2007. Contou ainda com o apoio do Ministério do Meio Ambiente – através do Programa Nacional de Florestas (PNF) – e da SOS Sertão¹. Melo Neto (2009) apresenta maiores detalhes acerca deste projeto.

3.1 Caracterização geral dos assentamentos

Os assentamentos utilizados para a coleta de dados se localizam na Paraíba, encontrando-se distribuídos em 6 municípios (tabela 1), os quais abrangem duas mesorregiões do Estado: Cariri e Sertão Paraibano.

Todos se caracterizavam por serem assentamentos com menos de cinco anos de fundação e situados em áreas que ainda conservavam importantes reservas de matas nativas. Além disso, tratavam-se de assentamentos do crédito fundiário, nos quais os assentados compravam os lotes e recebiam alguns anos de carência (geralmente, mais de dez anos) para somente depois começarem a pagar em parcelas.

O total de área abrangido pelos assentamentos é da ordem de 20.826 ha, com um número de famílias assentadas de 480, sendo que destas, 166 propriedades foram visitadas para a pesquisa no ano de 2006 (tabela 1).

A análise das famílias foi efetuada com base em entrevistas junto aos proprietários, assim como avaliação das condições *in loco* por parte do pesquisador.

¹ ONG com sede no município de Patos-PB.

Tabela 1. Dados gerais dos assentamentos estudados na Paraíba em 2006

ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS	ÁREA DO ASSENTAMENTO (ha)	NÚMERO DE FAMÍLIAS ENTREVISTADAS
Brandão I	Cuité	27	1.736,3	10
Brandão	Cuité	26	735,8	10



II				
Brandão III	Cuité	45	1.300,0	15
Cedro	Santana dos Garrotes	30	1.325,2	11
Liberdade	Cacimba de Areia- PB	100	3.943,5	40
São Miguel	Sumé-PB	118	4.384,1	35
Dos Dez	Monteiro-PB	80	2.133,9	25
Estrela D'alva	São Sebastião do Umbuzeiro-PB	54	5.267,2	20
TOTAL	-	480	20.826	166

3.2 Diagnóstico socioeconômico e ambiental

A metodologia utilizada para a análise socioeconômica e ambiental foi adaptada a partir da metodologia citada por Rocha (1997), cuja função está em levantar e analisar os seguintes elementos, todos em nível de identificação do núcleo familiar:

- Questionário em nível de produtor rural

A – Fator social - variáveis: demografia, habitação, consumo de alimentos, participação em organização e salubridade.

B – Fator econômico - variáveis: produção, animais de trabalho, animais de produção e comercialização, crédito e rendimento.

C – Fator tecnológico - variáveis: tecnologia, maquinário e industrialização rural.

D – Fator prioritário - variáveis gerais.

- Códigos e critérios de estratificação



Nesse caso, a cada variável foi atribuído um valor de 1 a 5, 1 a 9, 1 a 6 etc, de acordo com a subdivisão da variável e em atenção à sua importância. O valor maior do código representa a maior deterioração e o valor menor, a menor deterioração.

- Tabulação dos dados

A tabulação consistiu em agrupar os códigos e repetir aqueles de maior frequência (maior ocorrência), ou seja, usar a moda (em análise estatística).

- Apresentação dos resultados de maior ocorrência. Valores mínimos, máximos e totais.

Para essa representação são anotados os valores significativos encontrados (codificação significativa de maior frequência) por assentamento e analisados entre os valores mínimos e máximos de codificação o:

- a – total do fator social: até código 5.3.
- b – Total do fator econômico: códigos 6.1 a 9.7.
- c – Total do fator tecnológico códigos 10.1 a 11.3.
- d – Total do diagnóstico socioeconômico (a + b + c)
- e – Total do fator ambiental

Esses valores, juntamente com as equações das retas, determinadas para cada caso, definirão as Unidades Críticas de Deterioração Social, Econômica, Tecnológica, Socioeconômica e Ambiental. O cálculo das retas de deterioração destas unidades críticas é dado pela:

- Equação da reta $y = ax + b$, onde y = vulnerabilidade ambiental, variando de 0 a 100; a e b = constantes para cada fator; e x = valor significativo encontrado (ROCHA, 1997).

Para realização da pesquisa junto aos assentados, determinou-se um total aproximado de 35% das famílias (tabela 1) por assentamento para serem entrevistadas. Além da entrevista com o proprietário da gleba de terra, o técnico envolvido no trabalho fez uma avaliação *in loco* das condições da propriedade.



4 Resultados e Discussão

4.1 Situação socioeconômica e ambiental dos assentados, riscos e vulnerabilidades

Como se pode observar pelos dados da tabela 1, a situação social, tecnológica, econômica e socioeconômica dos assentamentos estudados estava bastante precária, com aproximadamente 49,6, 78,2, 78,2 e 55,6% de grau deterioração, respectivamente. Já o grau de deterioração ambiental se mostrou bem menor em relação aos primeiros, com 17,3% (tabela 2).

Em adição aos dados apresentados na tabela 2, os assentados foram questionados quanto àquilo que mais os afligia e impedia de obter sucesso com a propriedade em termos de sobrevivência e uma melhor qualidade de vida. As respostas evidenciaram três fatores básicos: a falta de assistência médica- odontológica, água e apoio técnico.

Tabela 2. Indicadores de deterioração socioeconômica e ambiental em assentamentos da Paraíba em 2006

Indicador	Equação usada para achar o grau de deterioração	Grau de deterioração encontrado por assentamento								
		B I	B II	BIII	CE	LI	SM	DD	ED	MÉDIA
Deterioração social	$y = 0,4237x - 21,6053$	53,8	50,4	55,9	52,5	47,5	44,1	46,6	46,2	49,63
Deterioração econômica	$y = 2,1276x - 44,6782$	74,5	85,1	74,5	87,2	87,2	80,9	70,2	65,9	78,18
Deterioração tecnológica	$y = 2,8571x - 48,5700$	77,1	82,9	82,9	80,0	91,4	57,1	88,6	65,7	78,21
Deterioração socioeconômica	$y = 0,3145x - 27,9982$	59,4	59,1	61,6	60,7	58,2	39,6	54,7	51,3	55,58
Deterioração ambiental	$y = 4,76x - 99,96$	4,8	19,0	19,0	14,3	28,6	14,3	28,6	9,5	17,26

Legenda: B I (Brandão I); B II (Brandão II); BIII (Brandão III); CE (Cedro); LI (Liberdade); SM (São Miguel); DD (Dos Dez); ED (Estrela D'alva)



Conforme demonstram os dados acima, a situação socioeconômica dos assentados, representada pelo indicador agregado de deterioração socio-econômica, é muito preocupante. Estes mostram uma média de aproximadamente 56% de deterioração deste indicador. Ao fazer o primeiro rastreamento dos mesmos, cuja composição é dada pelas deteriorações social, econômica e tecnológica, verificam-se graus ainda maiores quando se consideram as deteriorações econômica e tecnológica.

Em que implicam essas informações levando-se em conta a situação de vulnerabilidade dessas comunidades? Segundo Marandola Jr. (2009), para tentar caracterizar a vulnerabilidade de um grupo ou comunidade, é necessário responder a três perguntas básicas, a saber: Quem? Aonde? A quê?

Tentando responder às duas primeiras questões, os grupos pesquisados foram comunidades de assentados rurais, que vivem na região semi-árida do sertão da Paraíba, região tradicionalmente submetida a problemas de secas periódicas, que, em horizontes de tempo entre décadas e séculos, estão sujeitas a episódios catastróficos de estiagem, variáveis de 2 a 3 anos (CASTRO, 2010).

Os assentamentos estudados eram constituídos de moradores provenientes, em sua maioria, do próprio meio rural, onde trabalhavam, sendo que alguns já haviam migrado para pequenas cidades do entorno. Os mesmos, organizados em associação, compraram seus respectivos lotes individuais do crédito fundiário, possuindo alguns anos de carência antes de começarem a pagar as prestações. Todos esses assentamentos tinham menos de cinco anos de formação quando foi realizada a pesquisa. Um aspecto que se destacou no estudo foi o fato de os assentamentos estarem situados em remanescente de Floresta de Caatinga, isto é, em áreas de significativo estado de conservação.

Podemos levantar algumas hipóteses explicativas, na tentativa de se responder à última questão apresentada. A primeira seria a respeito “a que” vulnerabilidade as comunidades pesquisadas estariam submetidas, podendo as mesmas ser constatadas nos dados da tabela 2. Verificou-se, neste caso, que as comunidades estavam profundamente afetadas pelas suas condições econômicas e tecnológicas de produção da propriedade, sendo que ambas as variáveis encontravam-se com graus elevados de deterioração. As



questões sociais também não apresentaram um grau muito favorável de deterioração. Portanto, pode-se dizer que tais comunidades estão vivendo em situações bastante difíceis, tanto do ponto de vista social, quanto econômico e tecnológico.

A segunda hipótese levaria a aprofundar um pouco o significado de cada um dos aspectos tratados, responsáveis por tornar as comunidades vulneráveis. Partindo de uma visão geral, conforme já citado, as comunidades consideradas eram vulneráveis à problemática da seca e suas consequências, ou seja, elas conviviam constantemente com a escassez de água e poderiam a qualquer momento sofrer com o déficit excepcional de proporções catastróficas, segundo o mencionado por Castro (2010) através das secas de 1877/80, 1915 e 1932/33.

Observando-se as possíveis respostas dadas à pergunta inicial, evidencia-se que a falta de água está entre as três causas mais citadas. Desta forma, o risco iminente de ocorrer uma seca extrema poderia afetar a continuidade das atividades produtivas, em várias escalas, provocando dano na interface população-ambiente, conforme asseveram Marandola Jr. (2009).

Uma terceira hipótese que poderia ser discutida encontra-se no âmbito social. O indicador de deterioração social se apresenta com um grau relativamente elevado (aproximadamente 50%, segundo a tabela 2), como é refletido também na resposta à pergunta da entrevista sobre quais seriam os três principais problemas enfrentados pela comunidade, cuja resposta incluiu um tema associado a problemas sociais, que foi a falta de assistência médica- odontológica. Este item revelou outra questão ainda mais abrangente, que é a ausência de políticas públicas adequadas, assim como baixa participação do poder público nesse tipo de problemática.

Por razões metodológicas, não foi citada a falta de escola dentre os principais agravantes observados, fator que permitiria inferir que essas comunidades encontram-se vulneráveis não apenas a problemas de saúde, mas também à má-formação educacional dos seus integrantes.

Uma quarta hipótese explicativa seria em termos da base física (ambiental) destas comunidades. Como os casos considerados se tratavam de assentamentos em áreas remanescentes de Floresta de Caatinga, os quais estavam sendo explorados sem assistência técnica, constatou-se que estava ocorrendo uma deterioração tecnológica da



atividade produtiva. Havia, em um primeiro momento, a derrubada de florestas por meio do uso do fogo, na atividade de limpeza de área (tabela 3), para gerar renda, através da venda de madeira e carvão.

Outro componente que poderia colocar em risco as comunidades, que tem causa na questão do clima, em especial no que tange ao aquecimento global e uso e ocupação da terra, é o processo de desertificação. Tal manifestação vem sendo observada ao longo do tempo não apenas no Estado da Paraíba, mas em todo o Nordeste, com possibilidade de vir a se intensificar ainda mais (PELEGRINO *et al.*, 2007).

Tabela 3 - Ações que podem aumentar a vulnerabilidade dos assentados a médio e longo prazo (em percentuais) em assentamentos rurais na Paraíba em 2006

Danos Ambientais cometidos	%								
Desmatamento	30,0	88,9	80	86,7	84,2	55,0	100,0	91,4	36,4
Caça	0,0	11,1	26,7	13,3	31,6	10,0	40,0	17,1	9,0
Uso do fogo	10,0	33,3	66,7	86,7	94,7	50,0	100,0	94,3	18,2
Destruição de Colméias	0,0	11,1	13,3	13,3	73,7	0,0	36,0	17,1	0,0

A ação de derrubar as florestas para gerar renda ocorria não só por motivos de abertura de área para plantio de culturas agrícolas, mas também porque os assentados não recebiam qualquer assistência técnica, crédito ou qualquer outro apoio que pudesse fazer com que suas atividades produtivas gerassem renda suficiente para sua sobrevivência, bem como melhoria de sua qualidade de vida.

Por outro lado, o grau de deterioração ambiental obtido foi de aproximadamente 17% (tabela 2). A hipótese explicativa para este baixo grau de vulnerabilidade estaria no fato de que os assentados se encontravam no início de suas atividades de exploração da terra. A falta de recursos, assim como de tecnologias



modernas de produção, poderia, neste caso, limitá-los na geração de poluição e em outros tipos de degradação ambiental.

O grande desafio, neste sentido, seria promover o desenvolvimento dessas comunidades, sem aumentar o grau de deterioração ambiental das mesmas, facilitando a implantação de técnicas de produção mais sustentáveis por intermédio da agricultura orgânica e da agroecologia.

Pode-se afirmar que as comunidades analisadas estavam socioeconomicamente vulneráveis devido a motivos de natureza climática, a exemplo da escassez constante de água, com eventos extremos em escala de tempo de médio a longo prazo, os quais poderiam se agravar com as mudanças globais atualmente observadas.

As comunidades também demonstraram vulnerabilidade nos aspectos sociais e tecnológicos, o que as levavam a condições economicamente frágeis, pois a renda gerada não era suficiente para a sua manutenção.

É possível mencionar ainda que as comunidades estavam vulneráveis às perdas das bases físicas ambientais de suas propriedades, que poderiam comprometer o futuro das mesmas. Conseqüentemente, a migração se tornaria uma das soluções adaptativas para esse problema.

Essas hipóteses explicativas demonstraram o grau de interação constatado entre os aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e ambientais estudados nos assentamentos. Isso reforça o que Veyret (2007) e outros autores defenderam na “teoria do risco”, como algo construído historicamente e a expressão de diversas dimensões da vulnerabilidade.

4.2 Fatores que estão aumentando ou diminuindo os riscos, as vulnerabilidades e as medidas de adaptação e enfrentamento

Como expõe a tabela 4, as principais medidas tomadas pelas comunidades avaliadas para convivência com o clima semiárido, consistiram na construção dos tradicionais açudes/barreiros e a cisterna de armazenamento da água de chuva, embora já se use há muito tempo tais recursos. A parceria entre algumas ONGs e o Governo Federal pelo “Programa um milhão de cisternas” e, mais recentemente, o projeto de



adoção do poço artesiano, ambos como fonte de água para uso residencial, corresponderam a duas iniciativas para minimizar esses danos. Sobre o “Programa um milhão de cisternas” consultar Duque (2008).

A tabela 4 revela ainda que os assentados estavam respeitando, em sua maioria, as matas ciliares, mesmo que esta prática não seja comum no semi-árido. Alguns dos mesmos adotaram o uso de sistemas agroflorestais, sendo este também um sistema tradicional, já que criar o gado ou caprinos/ovinos soltos na caatinga é uma medida corriqueira. Esta estratégia vem aos poucos sendo adotada em preferência a culturas agrícolas ou mesmo, pastagens artificiais.

Tabela 4 - Ações de enfrentamento e mitigação dos problemas associados à sobrevivência no clima semiárido, em percentuais de respostas afirmativas, em assentamentos rurais no Estado da Paraíba em 2006

Medidas de convivência com a seca	ASSENTAMENTOS								
	Bran dão 1	Bran dão 2	Bran dão 3	Ce Dro	Liber dade	Estre la D'al va	Dos dez	Man daca ru	São Mi guel
Poço artesiano	100,0	44,4	53,3	66,6	5,3	45,0	84,0	5,7	100,0
Cacimbão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0	4,0	2,8	0,0
Açude/barreiro	0,0	33,3	20,0	100	52,6	90,0	52,0	97,2	100,0
Carro Pipa	0,0	100,0	0,07	0,0	10,5	90,0	76,0	2,8	0,0
Cisterna	100	100	100	0,0	63,2	95,0	20,0	37,1	100,0
Medidas de conservação praticadas									
Respeito à mata ciliar	70,0	88,9	86,7	6,7	10,5	80,0	60,0	74,3	72,7
Prática de sistema Agroflorestral	0,0	55,6	33,3	6,7	10,5	15,0	20,0	37,1	0,0
Reflorestamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0	0,0	0,0	9,0

As medidas adotadas podem ser enquadradas como medidas de enfrentamento aos problemas das secas, bem como ajustamentos e mitigação. Enfrentamento porque fazem frente à hostilidade do ambiente, para desenvolver atividades produtivas, haja vista a escassez constante de água e a necessidade de sobrevivência das comunidades. No que concerne ao ajustamento e à mitigação, ambas podem ser enquadradas como tal, porque na situação de escassez constante acompanhada de secas extremas periódicas, as



comunidades do semi-árido vão criando formas de evitar a falta de água antes que a escassez extrema venha.

Nas ações mostradas na tabela 4, o emprego de barreiros, cisternas e poços artesianos foram medidas de ajustamentos, ao passo que o carro-pipa seria mais um recurso de mitigação, pois é usado após a ocorrência do evento extremo, no qual a falta de água é generalizada. Nesta mesma intenção, após estes eventos, as pessoas iriam construir mais barreiros e cisternas, bem como buscar novas alternativas, a exemplo dos poços artesianos, promovendo um imbricamento entre medidas de mitigação e ajustamentos.

Ao respeitar a mata ciliar, os assentados estariam cumprindo a lei e prevenindo problemas, como o desmoronamento dos barrancos e o assoreamento dos leitos. Somado a essa medida, a utilização de sistemas de produção no formato de agroflorestas estaria minimizando a perda de biodiversidade, mantendo o solo produtivo e evitando erosões. Também o projeto que deu origem a este trabalho, que é o de estabelecer planos de manejo nos assentamentos (MELO NETO, 2009), funcionou como outra forma de ajustamento, no sentido de evitar desmatamentos em larga escala, erosões e perda de biodiversidade, gerando renda de maneira legal, contribuindo assim para a sustentabilidade econômica da propriedade.

Dentro desse contexto, salvo em condições de seca extrema, pode-se defender que essas ações de ajustamento e mitigação seriam formas de resiliência dessas comunidades, na tentativa de manter suas relações sociais, econômicas e sobreviverem de modo contínuo, conservando processos vitais desses sistemas em funcionamento.

A própria aquisição da terra foi uma maneira de tentar sobreviver com maior dignidade no semi-árido nordestino. Mesmo em período de seca extrema, que provoca rompimento em toda estrutura social e de produção do sertão nordestino com reflexos no ambiente, com o tempo, conforme Castro (2010), a estrutura socioeconômica da região volta a funcionar, porém, de forma alterada para a realidade de muitos, mas a economia se reestrutura como um todo.

A prova disto é o volume populacional desta região, considerada a região semiárida mais populosa do planeta. Desta forma, podemos sugerir que todas as ações de ajustamento e mitigação supracitados podem vir a contribuir para esta reestruturação,



então podemos falar de capacidade adaptativa na região, na ótica de Marandola Jr. (2009) e Queiroz e Barbieri (2009), bem como a médio/longo prazo que a população desta região é resiliente às secas extremas.

Por outro lado, numa perspectiva de mudanças climáticas onde os cenários apontam para aumento de temperaturas na região, o que provavelmente irá agravar ainda os efeitos das secas extremas, a pergunta que fica é: será que mesmo a médio e longo prazo estas populações irão resistir aos impactos dos eventos, repovoando a região e fazendo com que os sistemas produtivos voltem a funcionar?

O cenário apresentado pelos assentamentos estudados no Estado da Paraíba reflete, de certo modo, a realidade existente em vários locais sob situações similares.

A indissociabilidade dos elementos sociais, econômicos e ambientais para a compreensão das manifestações organizacionais identificadas deve estar presente em quaisquer análises relacionadas à temática trabalhada.

Os resultados alcançados demonstraram as debilidades político-administrativas, representadas de diferentes formas, que predominam na Região Nordeste em áreas menos favorecidas. Os contrastes verificados, com base nas variáveis observadas, permitiram esboçar um quadro negativo acerca das condições a que se encontram submetidas milhares de pessoas.

5 Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. Justiça e construção social do risco. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba-PR: UFPR, nº 5. p. 49-60. Jan-jun 2002.

ADGER, W.N. Social and ecological resilience: are they related? **Progress in Human Geography**, nº 3, v. 24, p. 347-364, 2000.

ALMEIDA, L. Q. **Vulnerabilidades socioambientais de rios urbanos**: bacia hidrográfica do rio Maranguapinho, região metropolitana de Fortaleza, Ceará. 2010. 278p. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro.

ARAÚJO, E. P.; TELES, M. G. L.; LAGO, W. J. S. Delimitação das bacias hidrográficas da Ilha do Maranhão a partir de dados SRTM. **In: XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Natal. **Anais**. Natal-RN: 2009, p. 4631-4638.



BANDEIRA, L.; MIELE, N.; GODOY, R. (Org.). **Eu marcharei na tua luta**. A vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa: Universitária - UFPB/Manufatura, 1997.

BECK, U [Trad. Sebastião Nascimento]. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo-SP: 34. 2010. 367p.

CARDONA, O. D. Evaluación de la amenaza, la vulnerabilidad y el riesgo. **In**: A. Maskrey. Ed. **Los desastres no son naturales**. Colombia: 1993, p. 51-74.

CASTRO, J. **Geografia da fome, o dilema brasileiro**: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 7ª ed. 2007. 318p.

DUQUE, G. “Conviver com a seca”: uma contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba-PR, nº. 17, p. 133-144. Jan-jun 2008.

FERNANDES, B.M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista Reforma Agrária**, nº 29, v.1. p.1-12. 1999.

Franke, I. L. & Hackbart, R. Mudanças Climáticas: Vulnerabilidades socioeconômicas e Ambientais e Políticas Públicas para a adaptação no Brasil. **In**: Encontro Nacional da ANPPAS. 4, 2008. **Anais**. Brasília.

GIDDENS, A. [Trad. Vera Ribeiro]. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar. 2010. 344 p.

GILBERT, C. O fim dos riscos? **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba-PR: Ed. UFPR, nº 5. p. 13-21. Jan-jun. 2002.

LIMA, A. B. de. Campesinato em movimento: análise da ação do Estado e das estratégias autônomas de desenvolvimento no campo. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo-SP, nº 57, v. 15, 2010.

LOPES, V. L.; AQUINO, F. P. **Recursos hídricos e sua utilização no semi-árido**. Brasília: ABEAS. 1989. 97 p. (Apostila: Curso de Especialização por Tutoria à Distância).

MARANDOLA JR., E. Tangenciando a vulnerabilidade. **In**: HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR. E (Org.). **População e mudança climática**: dimensões humanas das mudanças ambientais globais. Campinas: NEPO. 2009. Cap. 2, p. 29-52.

MELO NETO, J. A.; MARINHO, I. V.; ALVES, J.B.; ARAÚJO, L. V. C. Importância do manejo florestal na caatinga para comunidades rurais beneficiadas pelo programa de crédito fundiário no Curimatau paraibano. 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE FLORESTAS ENERGÉTICAS. Belo Horizonte - MG. 2009.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Painel de Indicadores SRA. Brasília-DF. **Boletim**. Ano 3. Nº 005/08. 2008. 16p.

PELLEGRINO, G. Q.; ASSAD, E. D.; MARIN, F. R. Mudanças Climáticas Globais e a Agricultura no Brasil. **Revista Multiciência**. Campinas-SP, nº 8. p. 139-162. Mai. 2007.

ORDOÑEZ, M. **Brasil: da chegada dos portugueses à independência política**. História do Brasil. Brasil: da chegada dos portugueses à independência política. São Paulo: IBEP, 1ª ed., v. 1. 1999. 180p.

PILETTI, N.; PILETTI, C.. **História e vida**: Brasil do primeiro reinado aos dias de hoje. São Paul: Ática. 16º .ed. v. 2. 2000. 175 p.

QUEIROZ, B. L; BARBIERI, A. F. Os potenciais efeitos das mudanças climáticas sobre as condições de vida e dinâmica populacional no Nordeste Brasileiro. **In**: HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR. (Org.), E. **População e mudança climática**: dimensões humanas das mudanças ambientais globais. Campinas: NEPO. cap. 7, p. 159-186. 2009.

ROCHA, J. S. M. **Manual de Projetos Ambientais**. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1997. 423p.

SILVA, L. H. A história contada: surgimento do MST na Paraíba. CAOS. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. João Pessoa-PB: 2000. 9p.

VEYRET, Y [Trad. Dilson Ferreira da Cruz]. **Os riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 1ª ed., 1ª reimpressão. 2007. 319p.



GT3. Conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais e desenvolvimento rural.

Comunidades de fundos de pasto: desenvolvimento, conservação ambiental e território

Paulo Rosa Torres¹

¹ Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Professor de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Consultor em Regularização Fundiária. Advogado. E-mail: paulortorres@uol.com.br

Resumo

O presente artigo pretende evidenciar a existência de um modelo de comunidade tradicional existente no semiárido baiano, que tem uma forma peculiar de apropriação e uso da terra, além de estabelecer uma forma de convivência com a caatinga, pois dela se utiliza para criar e dela extrair o indispensável para sua subsistência, conservando a natureza. Aqui se pretende demonstrar a existência de um modelo de desenvolvimento surgido da experiência das próprias comunidades, em contraposição aos modelos anteriormente impostos pelos programas oficiais que em nada contribuíram para a autonomia dessas comunidades. Também se quer demonstrar que essas comunidades ocupam territórios definidos e com eles têm relações acima do conceito jurídico de propriedade e que essas relações evidenciam apego, tradição, preservação, pertencimento.

Palavras-chave: fundos de pasto; desenvolvimento; conservação ambiental; território;



Introdução

Após trezentos anos de vigência do sistema sesmarial iniciado com as Capitâneas Hereditárias em 1530, o quadro fundiário, por ele deixado em 1850, ficou composto por

- I – sesmarias concedidas e integralmente confirmadas,
- II – sesmarias simplesmente concedidas,
- III – glebas ocupadas por simples posse,
- IV – terras sem ocupação, não (SODERO, 1990, p. 43).

Apesar da vacância legal entre 1822 e 1850, favorecer àqueles que já possuíam terras aumentar ainda mais suas propriedades, negros libertos, vaqueiros, brancos pobres, também constituíram posses sobre terras públicas e sobre terras localizadas nos fundos das fazendas de gado das sesmarias parcialmente abandonadas, fazendo surgir, em grande parte, a forma de exploração comunal, na região Nordeste da Bahia, que viria a ser conhecida como fundo de pasto.

Entre aquelas sesmarias parcialmente abandonadas se encontravam as da Casa Torre e Casa da Ponte localizadas em grande parte na Bahia, com início no litoral e indo até a região Oeste, o Piauí e o Maranhão, passando por toda a região semiárida do Estado. Essa situação levou Antonil (1969, p. 7) a concluir que essas duas Casas eram donas de quase todo o sertão da Bahia

Porque a Casa da Torre tem duzentas e sessenta léguas pelo rio S. Francisco acima, à mão direita, indo para o sul; e indo dito rio para o norte, chega a oitenta léguas. E os herdeiros do Mestre de Campo Antônio Guedes de Brito possuem, desde os Morros dos Chapéus até a nascente do rio das Velhas, cento e sessenta léguas. E, nestas terras, parte os donos delas têm currais próprios; parte é dos que arrendam sítios delas, pagando por cada sítio, ordinariamente de uma légua, cada ano, dez mil réis de foro (Apud SODERO, 1990, p. 21)

As famílias que ocuparam essas áreas conseguiram sobreviver, dedicando-se principalmente à pequena pecuária, uma vez que a agricultura era sempre de alto risco devido à escassez de água. Essas áreas abandonadas e, posteriormente, ocupadas ou adquiridas de forma precária, voltarão ao Estado em forma de terras devolutas por não atenderem ao disposto na Lei Imperial de Terras e, por não terem nenhum uso público, não eram de propriedade ou posse de particular. Nas palavras de Maia (Apud, ALMEIDA, 2003, p. 313).

Terras devolutas, espécie do gênero de terras públicas, são aquelas terras que, tendo sido dadas em sesmarias, foram posteriormente, em virtude de haverem



caído em comisso, devolvidas à Coroa. Pelo menos, foi esse, originariamente, o conceito que as nominava, evoluindo, ao depois, para a definição contemplada no Decreto-lei nº 9.760/46, art. 5º, i. e., são devolutas as terras que não se acharem aplicadas a algum uso público federal, estadual ou municipal, ou que não hajam, legitimamente, sido incorporadas ao domínio particular.

Após a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, foram dissipadas todas as dúvidas a respeito da natureza jurídica e dominialidade das terras devolutas, uma vez que essa Carta estabelece que esses bens pertencem à União, nos casos ali previstos e aos Estados, conforme arts. 20 e 26.

Por sua vez, a regularização fundiária dos detentores de posses coletivas, em terras devolutas do Estado da Bahia, devem ser feitas através do instituto da Concessão Direito Real de Uso, na forma do art. 178 da Constituição Estadual, uma vez que existe vedação constitucional expressa no Parágrafo Único do mesmo artigo, quanto à transferência do domínio (CEB, 2004, p. 81).

A lógica para tal proibição, inicialmente incompreensível, talvez seja a encontrada em Little, (2002, p. 5) ao falar de uma “ideologia territorial” que quando é confrontada com a existência de “territórios sociais [...] representa um desafio para a ideologia territorial do Estado, particularmente para a sua noção de soberania” Little, (2002, p. 5).

Por sua vez, Ferraro Junior e Bursztyn noticiam que o apossamento coletivo se desenvolveu tanto no período de vigência da concessão de sesmarias, até 1822, quanto após sua extinção e surgimento da Lei de Terras, em 1850; informando que ao final do século XVIII, iniciou-se o “fracionamento das sesmarias das Casas da Torre e da Ponte [...] provocado pela ausência dos proprietários, decadência do açúcar e busca do ouro em Minas” e acrescentando que a “maior parte dos fundos de pasto está em áreas originadas da Casa da Torre (municípios de Monte Santo, Uauá, Curaçá, Canudos, Juazeiro, Jaguarari, Andorinha, Itiúba, Campo Formoso, Sobradinho, Casa Nova, Sento Sé [...]” entre outros (FERRARO JUNIOR e BURSZTYN, 2008b, p. 6).

2 Desenvolvimento e Fundos de Pasto

Até os anos 1970, a ideia, para o Estado de o que seria desenvolvimento era de transformá-la através de grandes projetos de reflorestamento, industrialização, irrigação e de criação de grandes hidroelétricas. Essa lógica fundamentou os programas de desenvolvimento e ignorou os problemas sociais e os conflitos pela posse e uso da terra, agravando essas questões e a própria história de ocupação e lutas da região. Entre outros



estudiosos Pedrão e Nascimento, se posicionaram sobre a questão. Para Pedrão (2006, p. 193)

A visão tecnicista do problema social, que se instalou desde a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), prosseguiu com a Superintendência do Vale do Rio São Francisco (SUVALE), e foi substituída pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (CODEVASF), abandonou o tratamento do conflito, pressupondo um modo social de modernização que harmoniza interesses, sustentando o modelo tradicional de grande propriedade (PEDRÃO, 2008, p. 193).

Por sua vez, Nascimento (2008) evidenciou que as intervenções públicas no semiárido foram sempre de enfrentamento, sobretudo da situação climática, de combate à seca. O mesmo autor ainda afirma que “a estratégia adotada a partir dos anos 60, criou mais problemas do que resolveu”. Em suas palavras

Desde a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909), transformada em Diretoria Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) em 1945, prosseguindo com as políticas de combate às secas do Nordeste (Constituição de 1946), com a criação da Comissão do Vale do São Francisco (SUVALE) (discussão da política de desenvolvimento) e da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) para a produção de energia, em 1948, passando pela criação do Banco do Nordeste em 1952 e, finalmente, pela criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, as políticas públicas voltadas para o semi-árido brasileiro atentaram quase exclusivamente para o combate aos efeitos das grandes secas. (NASCIMENTO, 2008, p. 230-231).

Com essa ênfase, aliava-se à ideia de desenvolvimento à de progresso e crescimento econômico, sem levar em conta que as especificidades do Nordeste e do semiárido, em particular, necessitava de uma outra lógica de outra estratégia que antes de combater, permitisse a convivência com o semiárido. Do ponto de vista oficial, um passo importante foi dado pelo Governo Federal, em 2004/2005, com a reconfiguração do semiárido, o que determinou o surgimento de nova lógica para a região e a possibilidade de “renovar as formas de intervenção, propor novas estratégias, sem esquecer as lições das mais antigas, e favorecer um ambiente de maiores vínculos com os agentes sociais que ali atuam” (NASCIMENTO, 2008, p. 231). Realmente, a reconfiguração da região semiárida ampliou em muito o seu território e o número de municípios que dela fazem parte. Também é de relevante a valorização dos agentes sociais, pois foram eles que desenvolveram a concepção de convivência com o semiárido, como “prática social dos segmentos organizados da sociedade civil que atuam no semi-árido brasileiro” (NASCIMENTO, 2008, p. 223). Assinalou, ainda, a existência de experiências que estão sendo desenvolvidas no semiárido de combate à pobreza e às desigualdades sociais por organizações da sociedade civil e pelo poder público.

Entre as iniciativas da sociedade civil, encontram-se a Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC), a Associação Regional da Escola Família Agrícola do Sertão (AREFASE), a Escola Família do Sertão (EFASE), em Monte Santo, a Central de Fundos de Pastos e a Comissão Pastoral da Terra, em Senhor



do Bonfim que, entre outras, desempenham papel fundamental na elaboração e divulgação de estratégias de convivência na região, fomentando a formação, a resistência, a educação ambiental, a produção, a criação, o beneficiamento e a comercialização de bens coletados e produzidos na região e que serão objeto de referências específicas mais adiante.

A convivência com o semiárido leva forçosamente a se pensar ou repensar o conceito de desenvolvimento. A especificidade da região da caatinga tem levado aquelas entidades a repensar e reinventar o modo de vida e sobrevivência que implica também em uma nova percepção do que seja desenvolvimento, que está mais próximo do que afirma Brandão (2009, p. 153-154).

Entendo que à conceituação de desenvolvimento não se pode imputar as mazelas que em seu nome foram criadas. Por exemplo, ao bom conceito de desenvolvimento não se associa qualquer idéia de progresso ou de economicismo. Estruturar adequadamente a problemática do complexo processo de desenvolvimento não é tarefa fácil. Assim como depurar e hierarquizar determinações teóricas e históricas adequadas para a apreensão desse processo pluridimensional e dinâmico.

Em sentido mais amplo, Favareto (FAVARETO, 2007, p. 84) ao analisar as teorias sobre o desenvolvimento, afirmou que a normatividade está presente na maioria das definições de desenvolvimento, mas que historicamente nem sempre foi assim pois ele também pode ser entendido como processo de evolução histórica de uma sociedade, “evolução que nada tem de linear”, pois ela pode acontecer “em diferentes direções, aproximando-se ou distanciando-se do ideal contido no projeto normativo do desenvolvimento como melhoria dos indicadores econômicos, sociais e ambientais de um dado país, região ou grupo social” (FAVARETO, 2007, p. 84). O esforço das comunidades de fundos de pastos, e suas entidades de apoio, caminham neste sentido: descobrir as riquezas e potencialidades do semiárido, preservá-las e delas retirar o sustento para as famílias, construindo, cada vez mais, uma vida de dignidade.

A complexidade da noção de desenvolvimento, pois em se tratando de comunidades tradicionais com características específicas, requer que as suas peculiaridades sejam consideradas, uma vez que não se pode exigir de tais comunidades os indicadores econômicos e metas de crescimento tão comuns à “elaboração conservadora” de estudos a respeito de desenvolvimento (BRANDÃO, 2009, p. 156).

Negando-se os conceitos economicistas e desenvolvimentistas da maioria dos autores, pode-se dizer que

O termo desenvolvimento se revela como parte de um engodo construído a partir de duas ilusões (ou contradições) básicas. A primeira se baseia na hipótese de que exista um único caminho para atingir esse tão aclamado desenvolvimento, uma única trilha a

ser seguida pelos diferentes países, uns após outros, num a marcha sem qualquer surpresa... A segunda ilusão, derivada da anterior e ao mesmo tempo complementando-



a, leva à suposição de que existam no planeta condições ecológicas para que todos ‘cheguem lá’, para que um dia todos alcancem o início da fila, os louros da vitória, isto é, consigam, antes do que nunca, se encaixar no modelo que se pretende ideal (LEROY, 2002, p. 14).

Por força de sua localização na caatinga, as comunidades de fundos de pastos desenvolveram “como alternativa de produção e reprodução, a caprinocultura extensiva”, em áreas comuns para pastagem. Nos últimos vinte anos vêm se dedicando ao beneficiamento de frutas da caatinga, especialmente o umbu e maracujá, a partir de um trabalho cooperativo.

É possível que o conceito de desenvolvimento mais próximo das comunidades de fundos de pastos seja alcançado a partir da tríade territorialidade-desenvolvimento-questão ambiental (SILVA e SILVA, 2006, p. 28), isso porque, essas comunidades sempre desenvolveram suas atividades produtivas dentro de uma escala local, se relacionando com o regional, o nacional e até mesmo o internacional, preservando o meio ambiente, o que também se aproxima daquilo que assevera Veiga:

O desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a previsão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas... Vai desde a proteção dos direitos humanos até o aprofundamento da democracia (VEIGA, 2005, p. 81).

Conceituar desenvolvimento tendo como referência comunidade camponesa tradicional que produz para a própria subsistência e comercializa o excedente e que aprendeu a agregar renda com produtos extraídos da própria região, é reconhecer que essas comunidades criam sua própria forma de desenvolvimento e mantêm viva.

3 Conservação Ambiental e Convivência

Há mais de um século as políticas públicas para o semiárido brasileiro e nordestino, em particular, foram direcionadas ao combate à seca, ou seja, através de políticas contra as secas e medidas paliativas, como as frentes de trabalho, que segundo Vidal

[...] as ações estatais de médio e longo prazo dizem respeito à criação de uma determinada infra-estrutura, com a prevalência da estratégia de ampliação da capacidade de armazenamento de água (a chamada solução hidráulica), por meio da construção de açudes, aguadas, etc., e capitaneada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Mas o certo é que todos esses tipos de ações contribuem para a manutenção de um inchaço demográfico relativo, o que determina o maior impacto das secas (VIDAL, 1999, p. 199-200).

É possível afirmar o direcionamento das políticas voltadas para o semiárido a partir dos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) outrora coordenado pelo economista Celso Furtado, que “preconizava a superação do elevado grau de desigualdade inter-regional no país, sobretudo pela via de



uma maciça industrialização na região Nordeste”. Para aquele estudo, o Nordeste era “área-problema em decorrência das calamidades climáticas” (VIDAL, p.197-198).

Por sua vez, Melo Filho e Souza afirmam que a região semiárida brasileira se estende “[...] por 11 estados em seu total, abrangendo o norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, os sertões da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e uma parte do sudeste do Maranhão [...]. Informando, ainda que “57% do território da Bahia encontram-se inseridos na zona semi-árida brasileira. São 320.211 km² de área, correspondentes a 254 municípios, sendo 126 totalmente e 128 parcialmente inseridos na zona semi-árida” (MELO FILHO e SOUZA, 2006, p. 50)

A dimensão da região semiárida ficou ainda maior a partir de 2005, quando o Ministério da Integração Nacional ampliou o número de municípios para 1.133, incorporando 102 aos 1.031 constantes anteriormente. Também a área foi ampliada consideravelmente, passando dos 892.309,4km², para 969.589,4km². Em relação à Bahia, também houve ampliação passando de 257 para 265 municípios e uma área de 393.056,1km², representando 69,7% do território, contra os 57% anteriormente fixado (IBGE, 2000; MI, 2005).

As novas medidas acima referidas, vieram acompanhadas de ampliação dos benefícios do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), o que não foi suficiente para modificar a lógica anterior de identificar o semiárido e o Nordeste como “atrasado” habitado por “gente pobre e incapaz” e a manutenção de uma política clientelista e de mandonismo (FAVERO e SANTOS, 2002, p. 9). Assim

De um lado, durante o último meio século, a pobreza rural do Nordeste do Brasil tem sido objeto de muitos estudos, planos, programas, projetos e ações governamentais e de uma multiplicidade de organismos não governamentais e privados. Em torno dela produziram-se análises, tipos de abordagens, teorias, estratégias de intervenção, promessas eleitorais, grandes comoções nacionais, campanhas; enfim, esperanças e sonhos foram provocados. Nesse tempo, foram gastos bilhões de dólares para enfrentá-la.

Os mesmos autores demonstram que a lógica invertida pode levar essas populações a assumirem o controle de sua história, pois ao longo da vida de muitas gerações resistiram e sobreviveram, só com promessas.

Assim como é longa a história dos projetos das elites no semiárido, também é longa a história da resistência e da luta dos pobres da região, querendo construir vida digna.

Através da resistência, de sua invenção e da sua luta, eles falam da pobreza; eles dizem que o problema da pobreza não é técnico e que não se pode resolvê-lo através da criação e da implementação de projetos emanados de sujeitos que não vivem a pobreza e que não sabem o que é a fome. Eles proclamam, ao invés disso, que o enfrentamento da pobreza só será possível com base nos projetos dos pobres (FAVERO & SANTOS, 2002, p. 9/10).



Esses projetos dos pobres estão surgindo. A antiga lógica orientadora de “combate à seca” que orientou as políticas públicas, especialmente da SUDENE, por décadas está sendo substituída pela lógica da convivência cotidiana com o semiárido. Nesse sentido, o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), com sede em Juazeiro e atuação em vários municípios das regiões norte e nordeste da Bahia, inclusive nos municípios de Monte Santo e Uauá, onde se encontram as comunidades pesquisadas, é o grande responsável por essa mudança, na medida que, mais do que levar em conta a questão hídrica, procurou entender todo o semiárido e as relações sociais, culturais e econômicas que se realizam. Daí estabelecer entre seus princípios o conhecimento e a valorização dos sujeitos sociais que nele vivem, deixando claro que a “convivência com o Semiárido tem como um dos princípios, a inclusão social das pessoas, bem como dos saberes marginalizados, com vistas à redução das desigualdades gritantes nessa região” (IRPAA, 2009, p. 3).

As comunidades de fundos de pasto estão promovendo o “enfrentamento da pobreza” na região do semiárido do Nordeste da Bahia através da convivência com as condições climáticas da região, fazendo da natureza uma aliada, tirando dela o essencial para sobreviver e construir uma vida digna, mas ao mesmo tempo protegendo-a e revitalizando-a na certeza de que “o conhecimento do ambiente no seu aspecto natural é um primeiro passo para a discussão de outros elementos que também compõem o semi-árido brasileiro” (IRPAA, 2009, p. 3).

Segundo informações prestadas por Santos, “a agricultura de sequeiro não dá garantia de sobrevivência o que é obtido com a criação de animais” (2010). Para ele, no início do trabalho do IRPAA na região se deu a descoberta da “convivência com semi-árido, pois os posseiros dos fundos de pastos tinham áreas individuais, onde plantavam, mas a sobrevivência era garantida com o criatório nas áreas de ‘solta’”.

Essas informações de Santos (2010) foram confirmadas pelas comunidades, com a constatação que os rebanhos dos associados em várias delas estão sempre entre mil e três mil cabeças de caprinos e ovinos, a exemplo de Sítio Cariri, em Uauá, onde vivem 14 famílias, cujo Presidente da Associação Comunitária Agropastoril da Fazenda Sítio do Cariri, Santana (2010), afirma que “o criatório é de mais ou menos 1.000 cabeças”. Santos, Presidente da Associação Comunitária Agropastoril da Fazenda Testa Branca, também no município de Uauá informou ser o rebanho da comunidade de “mais de 3.000 cabeças de caprinos e ovinos” (2010).

Segundo Ribeiro (2010), Presidente da Associação Comunitária Agropastoril de São Gonçalo, situada em Monte Santo, “atualmente o criatório é mais ou menos de 1.500 cabeças de caprinos e ovinos”. Para Andrade, a Presidente da Associação Agropastoril Varjão Terra Livre, o criatório ali é de mais ou menos 2.000 cabeças de caprinos e ovinos”. Nessa comunidade, segundo ela, aconteceu muita violência e a “conquista aconteceu depois de muita luta e até tiros. Foram três anos de luta”, complementa.



Paralelamente ao criatório extensivo, as comunidades desenvolveram também de forma coletiva, beneficiamento das frutas da caatinga como o umbu, o maracujá, manga e goiaba. A organização coletiva, interligando as comunidades e de formação de lideranças, em Uauá, teve início, em 1986, a partir da iniciativa, principalmente, do padre Paulo Ehle e da irmã Jelda Zorzo, da Paróquia local. Esse trabalho foi desenvolvido durante oito anos, até 1994, quando o IRPAA, chegou ao município “com a proposta de convivência com o Semiárido”, informou Silva (2010), atual Presidente da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC). Além disso, “continuou o trabalho de formação de multiplicadores fortalecendo também, de certa forma, o conhecimento das lideranças comunitárias através do trabalho socioeducativo com as comunidades”, continuou ele.

A partir de 1997, se iniciou a primeira fase de beneficiamento do umbu, que era feito nas próprias cozinhas dos participantes, principalmente pelas mulheres das comunidades. Principiou-se uma fase que seria o primeiro passo para a constituição do projeto cooperativo. Ao se ajuntar as mulheres das comunidades, que se associaram para beneficiar o umbu, criava-se a possibilidade de “complementação alimentar das famílias”, afirma Silva (2010). Entretanto, o resultado foi tão surpreendente que se tornou possível comercializar e complementar também a renda das famílias.

Em 2003, as comunidades já se sentiam suficientemente maduras para aceitarem o desafio de criar uma cooperativa, o que finalmente aconteceu em 2004, com a instalação e registro da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC), com 44 associados. Atualmente são 141 cooperados e cerca de 300 famílias envolvidas no projeto, “com uma infraestrutura de beneficiamento de 16 fábricas”, completa Silva.

Aspecto relevante diz respeito à relação da comunidade com o meio ambiente. Os cooperados descobriram que não basta coletar e beneficiar os produtos da caatinga. Era preciso preservar e, mais do que isso, em muitos casos plantar e replantar o umbuzeiro e demais fruteiras nativas. Assim, a COOPERCUC desenvolveu um trabalho educativo, inicialmente sobre o processo de colheita, para que apenas os frutos maduros fossem tirados, sem prejudicar os demais. Para tanto, foi firmado convênio com a EMBRAPA para plantio e replantio de umbuzeiros nas áreas de fundos de pastos e de maracujá da caatinga, nas comunidades. Para Silva (2010) a preservação da caatinga é muito importante. “O bioma caatinga abriga muita diversidade e permite a convivência da fauna e da flora. Por isso trabalhamos para preservar, plantar e replantar; promovemos todas as formas de educação”, completa.

De modo qualificado, homens e mulheres do semiárido estão reinventando a vida na caatinga, somando à caprinoovinocultura, a coleta e beneficiamento de frutas que antes eram simplesmente comercializadas por preços irrisórios e sem quaisquer cuidados com as plantas geradoras da riqueza da região. Tais atividades, além de proporcionarem um aumento de renda familiar, são praticadas com profundo respeito ao meio ambiente, preservando e renovando as espécies nativas.



A Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE), localizada em Monte Santo desempenha papel de formação educativa, ambiental e produtiva. Conforme seu coordenador, Lopes (2010), a área onde se encontra escola conta com 40 tarefas, tendo sido 20 tarefas doadas pela comunidade do Pimentel e outras 20 pela comunidade da Capivara. Essa área foi conquistada após muita luta e confronto armado entre os posseiros e os jagunços dos grileiros”.

A Escola tem atualmente 284 alunos matriculados, nos cursos fundamental e técnico, sendo que as aulas funcionam em regime de alternância, permitindo que os alunos passem 15 dias em regime de internato e 15 dias nas comunidades, período em que desenvolvem tarefas e são acompanhados pelos professores. Cursos em educação de manejo ambiental, o que preservar, o que recuperar, onde plantar, o que plantar, entre outras coisas, com as comunidades de fundos de pastos. Em convênio com entidades afins e instituições oficiais, estão sendo desenvolvidos programas de beneficiamento do coco ouricuri com a fabricação de doces, óleo, sabão, entre outros, com a participação de 686 mulheres nos municípios de Monte Santo, Cansanção e Nordestina.

A pesquisa realizada nas comunidades dos municípios de Monte Santo e Uauá, considerando a dinâmica do desenvolvimento social, com ênfase nas características tradicionais, ambientais e econômicas, verificou-se a existência de comunidades surgidas há mais de duzentos anos, a exemplo, do Sítio Cariri (Uauá) e São Gonçalo (Monte Santo), onde se desenvolvem o uso coletivo da terra e trabalhos de educação ambiental, e foram encontrados criatórios com mais de 1.500 cabeças de caprinos e permitiu a análise de vários aspectos, como, a história dos fundos de pastos, sobrevivência na caatinga, luta pela permanência na terra, conservação, produção e comercialização.

4 Território e Território Tradicional

A análise feita por Little (2002, p. 5) sobre o território, e o que ele identifica como “ideologia territorial [...] se fundamenta no conceito legal de soberania, que postula a exclusividade do controle do seu território nas mãos do Estado”, o que dificultaria o reconhecimento de outros territórios, como os de comunidades tradicionais. A crítica de Little, talvez, se justifique, pois até o ano da publicação do seu texto, quase nenhuma iniciativa havia sido tomada pelo Estado brasileiro para regulamentar o art. 231 da Constituição Federal e art. 68 de suas Disposições Transitórias, que tratam, respectivamente, das terras tradicionalmente ocupadas e das terras remanescentes de quilombos.

Conforme dados da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, populações indígenas, quilombolas, seringueiros e castanheiros, atingidos por barragens, quebradeiras de coco-babaçu, faxinais e fundos de pasto, ocupam uma área de 176 milhões de hectares, comportando uma população de 4,5 milhos de famílias (CNPCT, 2007; FERRARO JUNIOR, 2008).



Com o Decreto de 27 de dezembro de 2004, a Presidência da República instituiu a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, denominação que foi alterada pelo Decreto, de 13 de Julho de 2006, que acrescentou a palavra “povos”, passando a chamar-se Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), que teria entre suas atribuições “coordenar a elaboração e acompanhar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2006).

Finalmente, após inúmeros encontros, regionais e nacionais, dos povos e comunidades tradicionais, cujas conclusões exigiam seu reconhecimento jurídico, o Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, emitiu o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 que, além de tratar das comunidades tradicionais, conceituou, ainda, no inciso II, do art. 3º, o território em que elas estão localizadas como Territórios Tradicionais, como sendo os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, os preceitos constitucionais.

Os conceitos trazidos pelo Decreto permitem a adoção de conceitos de território e territorialidade desenvolvidos por estudiosos como Santos (2006), Haesbaert (2005), Little (2002), Almeida (2006), entre outros. No caso específico das comunidades de fundos de pastos, elas estão situadas em territórios geograficamente definidos, territórios esses que devem ser vistos sob dois aspectos: como espaço físico, já que se localizam em antigas “fazendas”, cujos limites são por eles perfeitamente conhecidos, e como território tradicional, onde desenvolvem as relações culturais, sociais, familiares, religiosas e econômicas, aproximando-se do conceito exposto por Santos e Silveira (2006, p. 247), segundo o qual o território “inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política”.

Para Haesbaert (2005), o território é, ao mesmo tempo, “funcional e simbólico”, porque nele se realizam tanto “funções” quanto se produz “significados”.

As abordagens acima podem ser perfeitamente aplicadas às comunidades de fundos de pastos em sua relação com a natureza e o uso da terra. Também podem ser percebidas no texto a seguir onde aparecem os conceitos de território e territorialidade, e as dimensões apontadas pelos dois autores que são perfeitamente perceptíveis naquelas comunidades, inclusive nas pesquisadas. Assim,

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence [...]. esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 19).



São nesses territórios, exercendo essa territorialidade que se encontram as comunidades de fundos de pastos em áreas tradicionalmente ocupadas por grande número de famílias na região do semiárido baiano, organizadas em mais de 400 associações, em centrais regionais e articulação estadual, realizando “mobilizações, assembleias, plenárias regionais e seminários estaduais” com o objetivo de favorecer “o intercâmbio de experiências, a solidariedade e o fortalecimento da identidade desses povos, inclusive dando-lhes visibilidade perante a sociedade” (CPT, 2009).

5 Conclusão

A convivência com o semiárido estimulada pelo IRPAA e pela COOPERCUC vem dando a uma nova dinâmica àquelas comunidades onde, principalmente as mulheres desenvolvem atividades produtivas, aumentando a renda familiar com o beneficiamento das frutas da região. Mais do que produzir, entretanto, existe a preocupação com a preservação, com a ampliação das plantas da caatinga como o umbuzeiro, o maracuja, a goiaba, a manga e outras.

Na vivência na caatinga, passando por umbuzeiros, mandacarus, gravatás, catinguerias, pau de rato e aroeiras o posseiros de fundo de pasto descobriu que a seca do semiárido não precisa ser combatida, mas conviver, extrair o necessário para sobreviver, mas tratar a natureza como aliada e não inimiga. A ideia de combater foi substituída pela de conviver, de preservar, de garantir a sobrevivência das futuras gerações.

Também estão lutando para terem as terras que ocupam regularizadas, não apenas para o presente, mas para as próximas gerações, para a garantia da preservação do fundo de pasto como sistema que permitiu a sobrevivência de milhares de famílias até hoje.

Em síntese, conviver, preservar e lutar pela regularização dos territórios que ocupam é a certeza de que o fundo de pasto sobreviverá e garantirá a perpetuação do sistema, do bioma caatinga e das futuras gerações.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Processos diferenciados de territorialização: as terras tradicionalmente ocupadas. Manaus, 2008. Disponível em comunicação@limitedapropriedadeterra.org.br. Acesso em 9 jul 2010.

_____. Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

ALMEIDA, Roberto Moreira de. Sesmarias e terras devolutas. Informação Legislativa, Brasília, a 40, n. 158, p. 309-317. abr./jun. 2003. Disponível em www.revistas.ufg.br, Acesso, 12 mai 2010.



ANDRADE, Mara Pimentel de. Presidente da Associação Comunitária Varjão Terra Livre;

ARTICULAÇÃO ESTADUAL DOS FUNDOS E FECHOS DE PASTO. O fundo de pasto que queremos. Salvador: 2003.

BAHIA. Constituição do Estado da Bahia. São Paulo: RCN, 2004.

BRANDÃO, Carlos Antonio. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais. In RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos Roberto Sanchez. (Org.). Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea – O território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional (MI). Nova delimitação do semi-árido brasileiro, 2005. Disponível em www.integração.gov.br. Acesso em 12.12.2009.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, Brasília/DF. Diário Oficial da União de 8 fev. 2007.

CNPCT – Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007. Disponível em www.planalto.gov.br/consea/static. Acesso em 13 jul. 2010.

CPT-COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no campo, Brasil 2008. Goiânia: CPT, 2009.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA FAMILIAR DE CANUDOS UAUÁ E CURAÇA – COOPERCUC. Disponível em www.coopercuc.com.br. Acesso em 28.fev.2010.

FACHIN, Luiz Edson. A função social da posse e a propriedade contemporânea (uma perspectiva da usucapião rural). Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1988.

FAVARETO, Arilson. Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão. São Paulo: FABESP, 2007

FAVERO, Celso Anotonio; SANTOS, Stella Rodrigues dos. Semi-árido: fome, esperança, vida digna. Salvador: UNEB, 2002.

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio; BURSZTYN, Marcel. À margem de quatro séculos e meio de latifúndio: razões dos fundos de pasto na história do Brasil e do Nordeste (1534-1982). Artigo apresentado no Encontro Nacional da ANPPAS IV. Brasília/DF. 4-6 jun 2008b.. Disponível em www.anppas.org.br/encontro_4/index.php, acesso em 20.mar.2009.

GUIMARÃES, Elias Rodrigues. Presidente da Central de Fundos de Pastos de Senhor do Bonfim



HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos de 2006 e 2010. Disponível em www.ibge.gov.br, acesso 10.out.2010.

IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – 2009. Disponível em www.irpaa.org.br – acesso em 20.mai.2010.

LEROY, Jean-Pierre. et alli. Tudo ao mesmo tempo agora – desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você? Petrópolis: Vozes, 2002.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília/DF: UnB, 2002.

LOPES, Nelson de Jesus. Coordenador da Escola Família Agrícola do Sertão – EFASE;

MELO FILHO, José Fernandes de; SOUZA, André Leonardo Vasconcelos. O manejo e a conservação do solo no semi-árido baiano: desafios para a sustentabilidade. Bahia Agrícola, v 7, nº 3, 2006. www.seagri.ba.gov.br/pdf/socioeconomia04_v7n3pdf – acesso 20.05.2010.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. Desenvolvimento territorial no semi-árido baiano: qual estratégia. Bahia Análise & Dados, v.18, n2. Salvador: SEI, p 223-237, 2008.

PEDRÃO, Fernando. Rever o semi-árido. Bahia Análise & Dados, v.18, n.2. Salvador: SEI, 2008. 193-199.

RIBEIRO, Robervânio Guimarães. Liderança e membro da Associação Agropecuária de São Gonçalo de Dentro;

SANTOS, Cícero Felix dos. Membro da Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Juazeiro (BA). Ex-integrante do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA);

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Jussemar Cordeiro da. Presidente da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC), Uauá;

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. Estudos sobre globalização, território e Bahia. Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2006.

SODERO, Fernando Pereira. Esboço histórico da formação do direito agrário no Brasil. Rio de Janeiro, AJUP/FASE, 1990.



SOUZA, Valdivino Rodrigues de. Coordenação da Articulação Regional das Comunidades de Fundo de Pasto – Canudos, Uauá e Curaçá, Uauá;

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIDAL, Francisco Carlos Baqueiro. A problemática do semi-árido nordestino à luz de Celso Furtado: permanência da pobreza estrutural, 1999. Disponível em www.centrocelsofurtado.org.br.pdf. Acesso em 28 set 2009. p. 107-217.



GT 3 – Conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais e desenvolvimento rural

Conflitos ambientais: uma análise de caso entre a mineradora “Mineros S.A.” e a comunidade rural de Sabalito, município El Bagre, Colômbia.

Juan Camilo de los Ríos Cardona¹

¹ Engenheiro Florestal UNAL Colômbia.MSc. Doutorando em Desenvolvimento Rural, PGDR, UFRGS.
E-mail: camidelosrios@yahoo.com

Resumo

O texto apresenta um conflito ambiental em torno da exploração de ouro numa comunidade rural chamada Sabalito na Colômbia. Identificam-se quatro atores sociais no conflito, eles são: a comunidade tradicional de Sabalito, os mineiros legais representados pela empresa MINEROS S.A., os mineiros ilegais e as instituições públicas que fazem presença esporádica com projetos de investimento que não aportam ao desenvolvimento local. Discutem-se as políticas do governo nacional que outorgam todas as garantias para que investidores nacionais e estrangeiros explorem os recursos naturais de maneira indiscriminada, discute-se também como a legislação e as políticas públicas consideram como “ilegal” a atividade dos mineiros tradicionais nos seus territórios ancestrais. Finalmente, questiona-se o modelo de desenvolvimento da Colômbia através da exploração dos seus recursos naturais, a abertura para multinacionais e a falta de políticas de desenvolvimento local.

Palavras chave: Conflito Ambiental; Mineração, Ouro, Sabalito, Colômbia.



Introdução

A exploração de ouro por mineradoras multinacionais em áreas de importância ambiental e onde habitam populações tradicionais é, talvez, um dos casos mais recorrentes de injustiça ambiental em países em desenvolvimento como a Colômbia. O ouro, que não tem nenhum tipo de relevância ou utilidade para a vida do homem na terra é, paradoxalmente, um dos recursos mais valorados e disputados. Segundo Martinez-Alier (2009; p. 146), “o consumo e o desejo de posição social levam à aquisição de mais e mais ouro, um verdadeiro hábito da espécie humana na qual Oriente e Ocidente se igualam (...) é essa ambição a que leva à abertura de novas minas, não para substituir o ouro que tenha sido gasto, mas para acumular novas reservas”. Além disso, em épocas de crise e incerteza econômica como a atual, o ouro adquire grande importância incrementando significativamente o seu preço nas bolsas de valores, convertendo-se, portanto, numa *commodity* segura e atrativa para os grandes capitalistas, enquanto o mercado se estabiliza e encontram outra possibilidade de gerar lucros.

Assim, na atualidade a febre do ouro está em auge em países como a Colômbia com extensas áreas a serem exploradas que hoje oferecem, infelizmente, as garantias políticas e de segurança para o investimento estrangeiro e exploração dos seus recursos naturais. Nesse contexto, o trabalho discute um conflito ambiental entorno da exploração do ouro na comunidade de Sabalito, município de El Bagre, Colômbia. O texto foi construído para a disciplina Antropologia dos Conflitos Ambientais do curso de pós-graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, Porto Alegre e retoma e analisa dados de uma experiência pessoal numa consultoria na comunidade de Sabalito no ano 2009.

Antecedentes da problemática

No ano 2009 fui convidado para uma consultoria S.A.G. na comunidade rural Sabalito, a qual seria atingida em próximos anos pela mineradora MINEROS S.A., empresa com licença de exploração de ouro nessa região. Devido a minha formação como Engenheiro Florestal com mestrado em Desenvolvimento Rural, fui contratado para dar um parecer sobre as “alternativas” que poderiam ser oferecidas a essa comunidade por parte da empresa MINEROS S.A. para “mitigar” o impacto de uma inevitável exploração do ouro nas áreas onde a comunidade pratica a agricultura e o extrativismo.



A comunidade de Sabalito é consciente do futuro que lhes espera, mas, infelizmente a recente história de guerra e violência que viveu a Colômbia nas suas áreas rurais, com três grupos armados em confronto (guerrilhas, exercito, paramilitares), gerou um ambiente de soçobra e temor nas comunidades locais por defenderem os seus recursos e os seus territórios. Portanto, a argumentação de Acselrad&Becerra (2010) ao considerarem que a origem dos conflitos ambientais na América Latina como região ofertadora de recursos (mineiros, florestais, água, conservação), é a existência nos seus territórios de sujeitos sociais dispostos a dar outros sentidos aos seus territórios, atribuir outros destinos aos seus recursos comunais, é parcialmente certa no caso colombiano, visto que é possível que as populações locais tenham outra visão para o desenvolvimento do seu território, mas é tal o nível de repressão pelos grupos dominantes que a população não consegue exercer algum tipo de pressão contra as injustiças ambientais ali cometidas.

1. A comunidade de Sabalito

A comunidade está localizada na área mineira do Municipio de El Bagre, departamento de Antioquia, no vale aluvial do Rio Nechí e nas suas zonas colinadas. Num contexto regional, o município de El Bagre encontra-se na região conhecida como o *Bajo Cauca* do qual também são parte os municípios de Cáceres, Tarazá, Caucasia, Zaragoza e Nechí. A região do *Bajo Cauca* junto com a região do *Nordeste*² produziam para 2006 o 70% do ouro que se comercializava na Colômbia.

Para acessar à comunidade de Sabalito é preciso chegar até a cidade de El Bagre e posteriormente pegar uma lancha pelo Río Nechi num percorrido de uma hora aproximadamente; posteriormente deve se utilizar uma embarcação local (canoa) empurrada com remo e subir por um pequeno arroio durante uma hora e meia aproximadamente³. Para o ano 2006 a comunidade de Sabalito estava conformada por 98 pessoas, 52 homens e 46 mulheres, com um total de 26 casas, para uma média de quatro pessoas por casa aproximadamente. Com relação às casas, elas são consideradas como “ranchos”⁴ do tipo característico das áreas rurais dessa região do país (Figura 1). Nenhuma casa conta com energia elétrica, aqueduto nem controle de esgotos. Com exceção de uma das casas e da escola que contam com teto de zinco, os tetos são de palha, as paredes de tabuas e o chão de terra. A comunidade conta com uma escola e com um professor, quem se encarrega de educar as crianças em todos os níveis do primeiro grau, já, para o segundo grau, os jovens devem se deslocar para outras comunidades onde oferecem esse nível acadêmico, não obstante, são poucos os jovens

²O *Nordeste* é outra região do departamento de Antioquia, próxima à região do *Bajo Cauca*.

³Descreveu-se detalhadamente o acesso à comunidade, para contextualizar a dificuldade que têm os seus habitantes para chegar até a cidade mais próxima (El Bagre) e fazer, por exemplo, gestões perante a prefeitura, utilizar os serviços de saúde ou levar alimentos que não são produzidos na comunidade.

⁴ Denominação local às casas construídas de forma artesanal e com produtos locais (madeira, barro e palha especialmente)



que continuam os seus estudos, pelos altos custos que significa o seu deslocamento para outras comunidades e, portanto, eles ficam trabalhando nas atividades extrativas, na agricultura ou apoiando as atividades domésticas.

A comunidade de Sabalito é tipicamente dependente dos recursos naturais, suas atividades principais são a extração de ouro, madeira, pesca, caça e a produção agrícola para o auto-consumo. Tanto as atividades extrativas quanto as agrícolas são realizadas de forma artesanal com pouca ou nula utilização de maquinária e insumos externos (sementes melhoradas, fertilizantes, etc.). O rendimento na extração e nos cultivos depende fundamentalmente da produtividade natural dos ecossistemas. O extrativismo não é de um produto específico, portanto, a comunidade de Sabalito poderia ser caracterizada como extrativista diversificada, por terem a possibilidade de escolher entre diferentes produtos a serem extraídos, podendo em épocas se concentrar na exploração de ouro, em outras em madeira, caça de animais ou na pesca. A escolha do produto a ser extraído depende, segundo um dos habitantes, da possibilidade de comercializá-lo nos mercados locais ou regionais. Assim, quando o ouro estiver com “bom preço” concentram-se nesse produto, mas quando o preço cair eles passam a explorar a madeira. Em todos os casos, observou-se que as atividades de pesca e caça são transversais ao tipo de extração, quer dizer, a caça e a pesca, mesmo como a agricultura, não dependem de fatores de mercado, visto que são principalmente para o consumo interno. Não obstante, a intensidade na extração de ouro e madeira está sim relacionada pelos preços no mercado desses produtos.

A partir do depoimento de um habitante de Sabalito foi construída uma linha de tempo com a dinâmica da extração na comunidade (Figura 2) nos últimos 40 anos. Segundo ele, até os últimos anos da década de 1970 o ouro teve um preço muito alto no mercado e era a atividade principal, posteriormente, na década de 1980 o preço de ouro diminuiu e foi a extração de madeira a atividade mais rentável e de maior predominância. Já, na década de 1990, o habitante argumentou que não houve extração significativa de nenhum produto, no entanto, é muito provável que nessa região o cultivo de coca tenha sido a atividade principal para a década, não obstante esses dados não foram confirmados e se converte só numa hipótese. Posteriormente, na década de 2000 e na atualidade é a mineração de ouro a atividade extrativa principal, mas com uma nova dinâmica gerada pela alta presença de mineiros ilegais que não pertencem às populações tradicionais e, pela mineração “legal” representada pela empresa MINEROS S.A. Na atualidade, os habitantes de Sabalito disputam o seu território com pequenos e medianos mineiros ilegais⁵ procedentes de outras regiões do país e de países como o Brasil, mas o seu principal conflito é com a empresa MINEROS S.A.

⁵No texto serão chamados mineiros ilegais aqueles mineiros que não são da comunidade e que entraram posteriormente na região, mas que também não fazem parte de MINEROS S.A.

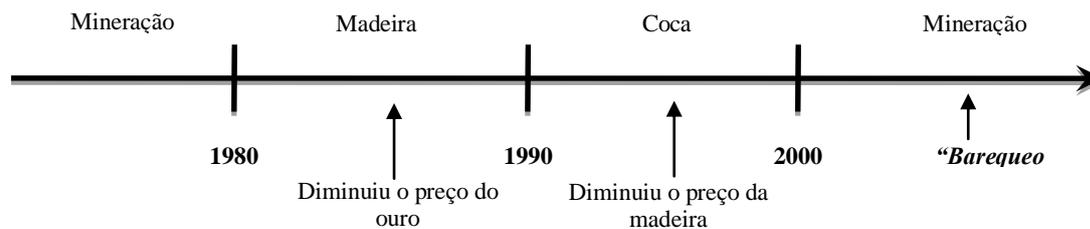


Figura 2. Linha do tempo do extrativismo na comunidade de Sabalito

2. A Empresa Mineros S.A.

A empresa MINEROS S.A. começou a operar no município de El Bagre desde o ano 1974 quando comprou as empresas Pato Consolidated Gold Dredginge Choco Pacific à International Mining Co. Durante as décadas de 1980 e 1990 a empresa sofreu diferentes atentados por grupos ilegais que destruíram uma das suas dragas no ano de 1986, inclusive no ano 1989 a empresa considerou parar totalmente as suas atividades pela pressão desses grupos ilegais.⁶

Na década de 1990 a Colômbia experimentou a pior época de hostilidade dos grupos paramilitares, os quais foram incentivados por muitos empresários e grandes fazendeiros devido à pressão que estavam recebendo das guerrilhas. Os paramilitares assassinaram na década de 1990 um alto número de sindicalistas e camponeses na região do *Bajo Cauca* onde se encontra a comunidade, reprimindo a capacidade de luta dos sindicatos e, conseqüentemente, garantindo uma maior capacidade de controle das empresas sobre os seus sindicatos. Posteriormente na década de 2000, especialmente a partir do ano 2002 quando iniciou o governo de Álvaro Uribe Velez que finalizou oito anos depois, o Estado conseguiu tomar controle militar sobre essas áreas até então “esquecidas”, o que significou maiores garantias para os investimentos estrangeiros e a dinamização de atividades econômicas como a mineração. Dessa maneira, desde o governo de Álvaro Uribe e com atual governo de Juan Manuel Santos, as empresas privadas contam com todo o apoio estatal para trabalhar com segurança e sem pressão dos grupos armados ilegais. Atualmente a exploração de ouro vive, segundo a minha percepção, a sua época dourada na Colômbia e é, segundo o atual governo, uma das suas principais “locomotoras de desenvolvimento”.

No site de MINEROS S.A. aparecem alguns dados que merecem destaque: Em 1990 o Instituto Eutetic - Castolin de Lausana, Suíça, outorga a Mineros de Antioquia S.A. o prêmio internacional “O Conservacionista do Ano”, pelo desenvolvimento tecnológico e a proteção ao meio ambiente. No ano 2005 a empresa obtém o prêmio VIDA, pelos resultados da gestão ambiental por parte das autoridades ambientais do departamento de Antioquia. Posteriormente, no 2006 o Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe Velez,

⁶ Tomado de: <<http://www.mineros.com.co/es/informacion-corporativa/hechos-historicos-relevantes>>. Acesso em: Janeiro 11 de 2012.



entrega a MINEROS S.A. um reconhecimento especial pelo trabalho social e ambiental, e pela contribuição ao desenvolvimento do país.

Essa informação é utilizada por MINEROS S.A. para legitimar as suas atividades de exploração e construir uma percepção de responsabilidade e compromisso ambiental, maquiando os impactos ambientais negativos que estão ocasionando nas áreas exploradas. À medida que a questão ambiental vai se impondo e tomando maior relevância nas esferas políticas e econômicas, “os empreendedores eles próprios, causadores principais da degradação ambiental, também se apropriam da crítica à sua situação e procuram usá-la ao seu favor”. No site da empresa encontram-se imagens que apresentam a suposta “responsabilidade social e ambiental” (Leite Lopes, 2006; p. 32) que contrasta com a realidade que se observa em campo (Figura 3).



Figura 3. Imagens tomadas do site de MINEROS S.A. nas quais a empresa destaca a sua “responsabilidade social e ambiental”.⁷

3. Conflitos Ambientais pela Mineração em Sabalito

A origem da análise dos conflitos ambientais remete-se às lutas por justiça ambiental que tiveram origem, segundo autores como Acselrad (S.D.) e Herculano (S.D.), no ano 1982 nas lutas pela injustiça racial que aconteceu no condado de Afton na Carolina del Norte com depósitos de lixo em bairros habitados especialmente por população negra. Essas lutas foram amadurecendo tanto nos Estados Unidos quanto em outros países, sendo que no Brasil o primeiro esforço real por discutir a “justiça ambiental” foi o primeiro *colóquio sobre justiça ambiental, trabalho e cidadania* realizado em 2001 na Universidade Federal Fluminense (Herculano, S.D.). Com relação à Colômbia, ainda é muito incipiente a literatura acadêmica sobre justiça ambiental.

⁷ Tomado do site de MINEROS S.A.: <<http://www.mineros.com.co>>. Acesso em Novembro 11 de 2011.



Assim, entende-se a *Justiça ambiental*, e que remete à ideia de conflito ambiental, como o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, depolíticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de políticas (Herculano, S.D.). No caso de Sabalito, identificaram-se as seguintes problemáticas que em conjunto configuram um conflito ambiental entorno da exploração do ouro.

5.1 Quatro atores no conflito ambiental

- a) O primeiro ponto é identificar os atores sociais envolvidos no conflito ambiental.

Considera-se que há quatro atores que merecem destaque: **Comunidade de Sabalito**, representada pela população tradicional que habita o território e que tem utilizado ancestralmente os diversos recursos naturais oferecidos pelo ecossistema; **Mineiros “medianos” ilegais** que instalaram pequenas dragas informais em áreas próximas ao Rio Nechí e que restringem a extração do ouro pela população tradicional (Figura 4); **MINEROS S.A.** como empresa com licença para extrair ouro na região, além disso, conta com todo o apoio do Estado garantindo condições de segurança para evitar ações de grupos ilegais e criando normas que possibilitem altos rendimentos econômicos e poucos compromissos ambientais. Finalmente, as **Instituições oficiais** como únicos atores sociais que não fazem presença direta na região, mas que com suas ações

Figura 4. Pequena draga instalada por mineiros “ilegais”

(normatividade, reconhecimento à gestão empresarial de MINEROS S.A., políticas de benefício à empresa, ausência de

políticas de desenvolvimento local, etc.) cria um cenário adequado para que a empresa MINEROS S.A. realize o seu trabalho de maneira tranquila e com altos benefícios econômicos. As instituições oficiais estão representadas pelo governo nacional, as autoridades ambientais nacionais e regionais, prefeituras, etc.

Essas instituições oferecem esporadicamente projetos pontuais desligados de qualquer processo de desenvolvimento local, como: projetos de fomento à pesca, limpeza de arroios, doação de sementes e insumos agrícolas. Neles a comunidade local deve adquirir certos compromissos em troca de recursos econômicos ou insumos. Essas iniciativas são o típico modelo de “projetismo” tão questionado por autores como Little (2006) e Pareschi (2004), especialmente esse último autor quando faz uma interessante análise de dois projetos de proteção florestal desenvolvidos na Amazônia.



5.2 Conflitos identificados na comunidade de Sabalito

a) Conflito pela propriedade e uso da terra

A propriedade da terra é a principal problemática que se observa na comunidade de Sabalito. Observa-se um conflito de interesses entre a população local e MINEROS S.A.. Nenhum habitante possui títulos de propriedade, visto que o Governo Nacional, segundo eles, nunca lhes deu títulos de propriedade por serem zonas de proteção ambiental. Não obstante, a empresa MINEROS S.A. sim tem o direito de explorá-las e, inclusive, desde a percepção dos habitantes de Sabalito: “*MINEROS S.A. são os donos das terras porque isso é o que eles têm manifestado*”.

MINEROS apareceu por aqui há uns 50 anos dizendo que eram os donos de estas terras. Eu tenho uma carta que mandou MINEROS dizendo às pessoas que eles eram donos das minas, ou seja, de tudo por aqui. Que a gente pode ter direito a trabalhar a terra, mas não podíamos vendê-las. Antes que MINEROS entrara a gente negociava as terras, porque achávamos que éramos donos de isso, podiam ser três hectares e nos as vendíamos, mas na atualidade não podemos vendê-las, porque como não somos donos, então já nem o INCODER⁸ nem nada dessas coisas deixam, porque a gente já é como um “possuidor”, um *cuidandero*⁹. (Depoimento de habitante de Sabalito)

As decisões de exploração ou de conservação das florestas naturais são tomadas em outras esferas onde as populações locais não tem nenhuma participação. A propósito, Viana (1999; p. 242) no seu artigo sobre envolvimento sustentável argumenta que “as decisões sobre políticas e estratégias de conservação das nossas florestas não respeitam e nem incorporam as populações tradicionais como atores chave para a construção da sustentabilidade [...] é muito raro que as populações sejam convidadas a compartilhar as decisões de um projeto de intervenção”.

A população local também expressou que atualmente [Ano 2009] há um programa de titulação de terras liderado pelo INCODER e apoiado por MINEROS S.A. Nesse programa cada família teria direito a um máximo de 67 hectares na parte alta do território, quer dizer, nas áreas que não serão objeto de exploração por parte de MINEROS S.A. e que, segundo os habitantes, são as de menor qualidade de solo, visto que os melhores solos encontram-se nas partes baixas, nos vales do RíoNechí.

b) Conflito pela extração do ouro

O principal impacto ambiental em Sabalito é a exploração das minas de ouro. A população local é atualmente o ator social mais prejudicado porque não tem a

⁸ INCODER: Instituto Colombiano de Desarrollo Rural

⁹ *Cuidandero*: Que cuida, mas não é proprietário.



capacidade de lutar legalmente com a empresa MINEROS S.A., a qual conta com todo o apoio político do Estado e, por outro lado, também não tem a capacidade de lutar contra os mineiros ilegais, visto que esse tipo de mineração também é protegido por grupos ilegais que têm incidência na região¹⁰.

A mineira tradicional é conhecida localmente como o “*Barequeo*” (Figura 5), que é uma atividade ancestral transmitida entre gerações, mesmo como as outras atividades extrativas (madeira, caça, pesca) e a agricultura. No entanto, nos últimos anos, especialmente com a chegada à região das empresas com licença de exploração e dos mineiros ilegais, a dinâmica extrativa das populações locais modificou-se substancialmente. Atualmente o *barequeo* é realizado nas áreas onde estão localizadas as dragas ilegais, quer dizer, aquelas que não pertencem a MINEROS S.A., visto que nas dragas de MINEROS S.A. os *barequeros* têm proibido se aproximar por questões de “segurança nas operações”.

Dessa maneira, a única alternativa para os *barequeros* é se aproximar às dragas ilegais e tentar explorar o pouco que essas dragas deixarem. Inclusive, alguns habitantes manifestaram que quando as dragas ilegais não realizavam atividades de extração ou se deslocavam para outras áreas, eles não podiam *barequear*. Por exemplo, o trabalho de campo realizado facilitou-se porque essa semana os *barequeros* não trabalharam visto que a draga La Gorgona (ilegal) não estava em operação. Um dos habitantes manifestou que, o fato do *barequeo* ser realizado perto das dragas ilegais tem gerado conflitos internos entre a população local pela concorrência dos espaços de *barequeo*, além disso, também há conflitos com os donos das dragas, visto que “*eles não gostam de ver tantas pessoas barequeando porque se levam muito ouro*”.



Figura 5. Imagem de um *barequero* na Colômbia.¹

Os habitantes manifestaram que não vale a pena *barequearem* outras áreas onde não há dragas, como as beiras dos rios ou pequenos canos, porque “*já está todo rebuscado, já acabou tudo, já, por exemplo, nos pequenos arroios tudo acabou*”. Assim, observa-se que na atualidade os mineiros tradicionais, além de depender do ouro para a sua subsistência, dependem das dragas ilegais para poderem realizar a sua atividade.

¹⁰ Na realidade, nas áreas mineiras de Colômbia há dois tipos de poderes e de “licenças de operação”. O poder legal representado pelo Estado que outorga as licenças de operação às empresas legalmente constituídas. Um segundo poder com muita incidência na região e, possivelmente, até com maior capacidade de controle que o próprio Estado, está representado pelos grupos armados ilegais, os quais exigem dos mineiros ilegais tributos econômicos para poderem explorar as minas. É um tema bastante complexo.



Apesar dessas dificuldades, no trabalho de campo ficou evidente que o *barequeo* é atualmente a principal atividade econômica para os habitantes de Sabalito, estando acima da agricultura, extração de madeira e pesca. Os *barequeros* dedicam, quando for possível, entre dois ou três dias por semana a essas atividades, ainda que haja temporadas em que trabalham a semana toda.

c) Conflito pela reivindicação de uma atividade ancestral (“barequeo” é considerado uma atividade ilegal)

Num debate no Congresso da Colômbia no ano 2011, o Senador Jorge Robledo, um dos políticos de esquerda mais reconhecidos do País, propôs uma discussão sobre a qualificação que está dando o Governo Nacional aos mineiros tradicionais como mineiros “ilegais”. O Senador assinalou que, entre muitos temas que devem ser discutidos com relação à política mineira na Colômbia e aos benefícios que recebem as multinacionais, é o fato de não considerarem os mineiros tradicionais como “ilegais” e dá-lhe, por enquanto, pelo menos uma qualificação de mineiros “informais”, enquanto se resolve a situação legal dessa atividade. O senador argumenta que na prática “*o que está fazendo o governo, assim diga o contrário, é aplicando-lhe a esse problema [da mineração informal] uma solução militar e de polícia que o único que poderá fazer é agravar os problemas, porque no meio de uma confrontação social, econômica e política é mais difícil arrumar as coisas*”¹¹. O Governo Nacional não tem estruturado uma política que permita a “legalização” da atividade mineira tradicional, pelo contrário, o seu interesse tem se focado em encontrar alternativas para facilitar o trabalho das multinacionais mineiras que têm ou estão solicitando títulos mineiros no país.

Em síntese, esse é o conflito que enfrentam atualmente os mineiros tradicionais de Sabalito e que é extensivo aos mineiros tradicionais da Colômbia. Situação que revela, retomando a análise de Acsehrad (S.D.), a injustiça e a desigualdade social da “economização” do meio ambiente e a apropriação de novas tecnologias ditas limpas, no caso, para a exploração do ouro. Além disso, o conflito em questão é mais uma evidência do interesse dos grupos econômicos dominantes de impor um modelo de desenvolvimento hegemônico (infraestrutura, tecnologia, educação, saúde) que, na realidade, é o sonho de muitas sociedades, especialmente nos países em desenvolvimento e que dificulta, por exemplo, empreender processos de etnodesenvolvimento local como os propostos por Little (2006).

d) Conflito pela diminuição de qualidade ambiental dos outros recursos naturais

¹¹Tomado de: Para Colombia, muy poco de la riqueza minera. Disponível em: <<http://www.moir.org.co/Para-Colombia-muy-poco-de-la.html>>. Acesso em: Janeiro 11 de 2012.



Embora MINEROS S.A. se apresente como uma empresa responsável e com uma gestão ambiental reconhecida com diferentes prêmios nacionais e internacionais, as atividades mineiras geram impactos irreversíveis nos ecossistemas naturais (Figura 6). Assim, além dos conflitos já discutidos sobre a propriedade da terra, a ilegalidade da atividade do *barequeoe* a própria extração de ouro, somasse o conflito pela perda da qualidade ambiental dos ecossistemas naturais locais onde a população local realiza outras atividades de extração de madeira, pesca e caça.

Figura 6.
mineração de
do *Bajo Cauca*.¹²



Impacto da
ouro na região

Como já discutido, a extração de madeira foi durante a década de 1980 a principal atividade extrativista em Sabalito, especialmente nas áreas baixas inundáveis do RíoNechí e os rios que nele tributam. Segundo os habitantes, a extração de madeira caiu consideravelmente em parte porque diminuiu o preço no mercado regional, mas também porque subiu o nível de água normal do rio Nechí, inundando por períodos de tempo maiores as áreas baixas de grande riqueza florestal e gerando, portanto, a morte por podridão de muitas árvores.

A pesca também é afetada pelas atividades mineiras, os habitantes argumentam que com o incremento das atividades mineiras também aumentou a mortandade de peixes e diminuiu a qualidade das águas dos pequenos arroios e pântanos, “*a pesca tem diminuído um pouco porque anteriormente não entrava a água suja que entra agora quando o rio crescer. A água onde está trabalhando a draga baixa por aqui [pelo arroio] e o peixe não gosta dessa água agitada e vai*”¹³.

Finalmente, o solo é o elemento natural que sofre o maior impacto, visto que é alterado totalmente pela atividade mineira deixando as áreas secas e inférteis. Aqui identifica-se mais uma injustiça ambiental, visto que essas áreas inúteis são oferecidas



Figura 7. Áreas já exploradas pela
mineração de ouro em Sabalito. 570

¹² Imagem tomada do vídeo disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=XsU7QubxDDM>>

Acesso em: Novembro 10 de 2011.

¹³ Depoimento de habitante de Sabalito.



aos habitantes para realizarem as suas atividades agrícolas ou estabelecerem os seus locais de moradia. (Figura 7)

4. Considerações Finais

Na Colômbia ainda é incipiente a análise acadêmica sobre injustiças ambientais e lutas desenvolvidas pelas populações tradicionais para a defesa dos seus territórios e os seus recursos. No entanto, a partir da análise de textos como os de Martinez-Allier (2009) aparecem experiências exitosas onde grupos locais conseguiram parar, como diz o autor, pelo menos até a publicação do livro, a extração irracional de ouro por diferentes multinacionais. O autor destaca casos emblemáticos como o de Tambo Grande e Cajamarca (Perú), Oruro (Bolívia), Chubut (Argentina) e outra experiência na Costa Rica, o que oferece perspectivas interessantes para possíveis lutas na Colômbia.

A análise de conflitos em torno da exploração de recursos naturais é um processo tão complexo como a própria realidade social e política do País. A academia colombiana enfrenta muitas dificuldades para analisar esse tipo de situações pelo temor geral que sente a sociedade colombiana por ser “julgada” quando se manifesta em contra dos modelos impostos pelos grandes poderes econômicos e políticos.

É fundamental levar em conta as proposta de Little (2006) com relação à necessidade de identificar processos locais que estejam ligados a escalas nacionais e globais, como médio para garantir a supervivência dos grupos étnicos afetados pelas injustiças ambientais do modelo de desenvolvimento econômico que está sendo implantado em regiões como Sabalito.

5. Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. S.D. **Meio Ambiente e justiça – estratégias argumentativas e ação coletiva.** Disponível em: <<http://homologa.ambiente.sp.gov.br/ea/adm/admarqs/henriacselrad.pdf>>. Acesso em: Novembro 11 de 2011.

ACSELRAD, Henri; BECERRA, Gustavo das Neves. 2010. **Inserção econômica internacional e “resolução negociada” de conflitos ambientais na América Latina.** In: Desenvolvimento e Conflitos Ambientais, Editora UFMG.

HERCULANO, Selene. S.D. **Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambientale sua construção no Brasil.** I Encontro da ANPPAS – Indaiatuba, São Paulo. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/teoria_meio_ambiente/Selene%20Herculano.pdf. Acesso em: Novembro 20 de 2011.



LEITE, José Sergio Lopes. 2006. **Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas de participação.** Horizontes Antropológicos, ano 12, n. 25, p. 31-64, Porto Alegre.

LITTLE, Paul. 2006. **Ecologia política como etnografia: Um guia teórico e metodológico.** Horizontes Antropológicos, ano 12, n. 25, p. 85-103, Porto Alegre.

MARTINEZ-ALLIER, Joan. 2009. **Ouro, petróleo, florestas, rios, biopirataria: o ecologismo dos pobres.** In: **O ecologismo dos pobres.** In: O ecologismo dos Pobres. São Paulo: Contexto.

PARESCI, Ana Carolina. 2004. **Projetismo e Desenvolvimento Sustentável: O caso dos pequenos projetos.** Revista de Direito Ambiental da Amazonia; Ano 2. n. 2; Manaus.

VIANA, Virgílio. 1999. **Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras.** Ambiente & Socieda
Gt



Conflitos socioambientais e ordenamento territorial em contexto de gestão florestal no Pará

Raimunda Monteiro¹

João Ricardo de Vasconcellos Gama²

¹ M.Sc. Planejamento de Desenvolvimento Regional, Dra. Desenvolvimento Socioambiental do Trópico Úmido, Professora e Pesquisadora da Universidade Federal do Oeste do Pará.

² M.Sc. Florestas de Produção, Dr. em Manejo Florestal, Professor e Pesquisador da Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: jrv gama@gmail.com

Resumo

O artigo analisa a estratégia dos grupos e seus pleitos de dominialidade, as alianças e a metodologia de participação social utilizada pelo Estado com vistas à pactuação de destinação de áreas de florestas no Oeste do Pará. As estratégias de territorialização dos espaços por grupos externos se confrontam com a resistência dos grupos que vivem em áreas ocupadas tradicionalmente, deflagrando conflitos que envolvem usos da terra e destinação de florestas. O novo marco legal da gestão das florestas públicas brasileiras, a partir de 2006, demonstrou ser útil para o ordenamento dos recursos florestais, mas também e, no caso estudado, principalmente, como instrumento para o ordenamento territorial de forma mais ampla. O papel exercido pelo Estado como mediador dos conflitos, amparado em mecanismos jurídicos e institucionais e pelo envolvimento das partes nas decisões é analisado como uma possibilidade de pactuação de usos de recursos naturais e de governança pública em que sociedade e Estado podem decidir sobre políticas de desenvolvimento rural em escala e complexidade mais ampla.

Palavras-Chave: Participação social; Políticas públicas; Amazônia.



Disputas territoriais por recursos florestais

O presente trabalho tem por objetivo analisar os conflitos deflagrados com o movimento especulativo do agronegócio e do setor madeireiro sobre uma região do Oeste Paraense e como os instrumentos de gestão dos recursos florestais foram utilizados para promover um ordenamento territorial mais amplo, capaz de pactuar os usos dos recursos naturais, sob marcos legais da Lei de Gestão de Florestas Públicas.³

O caso estudado analisa, numa escala sub-regional, como frentes especulativas agiram na região Mamuru-Arapiuns, na Área de Influência da BR-163, os conflitos deflagrados com as comunidades locais e o papel exercido pelo Estado, utilizando-se de instrumentos de gestão de que se valeram a sociedade e o Estado para planejar, decidir os usos e a destinações das áreas e solucionar os principais conflitos.

Trata-se de um estudo exploratório sobre dinâmicas de uso da terra na Amazônia, por meio do qual se propõe uma sistematização teórica que contribua para a explicação dessas dinâmicas. A metodologia se baseou no registro presencial e documental da experiência vivenciada no ordenamento territorial da região Mamuru-Arapiuns, promovido pelo Governo do Estado, nos anos de 2007 a 2010. É uma reflexão sobre uma experiência de governança pública em torno de conflitos por recursos e por espaços territoriais, com destaque para os mecanismos institucionais que modernizam as relações entre Estado e Sociedade na Amazônia, demonstrando que as políticas públicas podem ser melhor implementadas se utilizarem ferramentas de gestão compartilhadas entre Estado e Sociedade.

Até meados dos anos 1990, o eixo da BR-163, no Oeste do Pará funcionou como área de expansão inercial da pecuária e de empresas madeireiras do chamado Nortão Matogrossense, na medida em que pastos e florestas dos municípios fronteiriços se esgotavam (CASTRO, MONTEIRO, CASTRO, 2005; GEOMA, 2003).

³ Lei 11.284\06 – Lei de Gestão de Florestas Públicas. Regulamentada pelo Decreto Federal 6.063\2007.



A partir da metade dos anos 1990, o agronegócio do Centro-Oeste também vislumbrou nessa região, o espaço para a expansão, onde produtores de grãos protagonizaram um movimento especulativo que ocupou a *franja* da fronteira (MOMBEIG (1998)⁴, e regiões distantes dos acessos por estradas e principais vias fluviais. A substituição da agricultura familiar pelas grandes propriedades produtoras de grãos foi avassaladora (VALBUENA, 2009). Depoimento de dirigentes do STTR de Santarém, em 2005 dão conta de que as “*comunidades do Prata e Paca desapareceram porque os moradores venderam as terras para os sojeiros e vieram para a cidade (...)*” (MONTEIRO, 2004).

Os conflitos territoriais envolvendo florestas estaduais nesta região dos municípios de Juruti, Aveiro e Santarém iniciaram como extensão das frentes que ocuparam o planalto santareno e toda a área de influência da BR-163. Em 2005, os relatos⁵ das comunidades desta região davam conta de uma disputa invisível em torno dos recursos naturais.

A chegada de novos ocupantes nas Glebas Curumucuri e Nova Olinda I for descrita pela autora da seguinte forma: “*Novas estradas são construídas, dando acesso a esta região pelo rio Arapiuns, conseqüentemente a Santarém, com a incorporação dessas áreas ao complexo agroexportador da BR-163. O centro dos conflitos que envolvem os limites de Santarém são mais expressivos da Gleba Nova Olinda, situada no interflúvio dos rios Branco, Aruã e Maró, afluentes do rio Arapiuns*” (Ibid. Ibid).

Os grupos de pretendentes a terras para o agronegócio, para os estoques madeireiros e mineradores entraram por terra, mas também e, principalmente, por meio de uma cartografia econômica feita a revelia dos habitantes antigos que viviam centenariamente nessas comunidades.

⁴ “A *fronteira* (grifo do autor) é analisada pelo método regional, como uma área de transição e relações transnacionais. Há delimitação e demarcação; fatores econômicos e políticos; a jurisdição do estado como poder central; a *franja* (grifo do autor) corresponde a uma área ou zona de ocupação social; é um fenômeno que não depende da autoridade central do Estado, mas de forças marginais” (SAQUET, 2010).

⁵ “*várias comunidades se sentem ameaçadas, entre elas a de Curumucuri, que teriam parte de seu território vendido pelo ITERPA para um madeireiro de D. Elizeu, Sudeste do Pará. (...) ‘Houve quem trocasse a terra por moto, outros entregaram tudo por 20, 30 mil e hoje muitos querem voltar e não conseguem mais’ (...). As migrações para esta área envolvem (...)* desde pequenos agricultores maranhenses até os grupos de sojeiros provenientes do Mato Grosso que estão chegando nas cabeceiras do rios Aruã e Rio Branco (afluentes do Arapiuns), onde já construíram quatro portos particulares. (MONTEIRO, 2004).



A retomada do asfaltamento da BR-163, no início da década de 2000 aconteceu num contexto de vigilância pública contra os impactos ambientais de grandes obras na Amazônia e trouxe à tona o debate regional, seguido de ações da sociedade organizada local e do Governo Federal que resultaram numa novidade de planejamento regional por meio do Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR-163. As premissas e diretrizes do Plano foram estabelecidas pelo PAS - Plano Amazônia Sustentável, concebido em cinco eixos: i) produção sustentável com inovação e competitividade; ii) inclusão social e cidadania; iii) gestão ambiental e ordenamento do território; iv) infraestrutura para o desenvolvimento; e v) novo padrão de financiamento.

A região enfocada neste estudo é um bloco territorial na fronteira do Pará com o Amazonas, envolvendo os municípios de Santarém, Juruti e Aveiro. Trata-se de cinco glebas em áreas contínuas, as quais estavam destinadas no Macrozoneamento do Estado, como “área de consolidação e expansão de atividades produtivas”⁶. A escolha das Glebas Mamuru-Arapiuns como primeira área estadual a ser submetida aos procedimentos preparatórios para oferta de floresta em regime de outorga, considerou também critérios técnicos, como descrito no PAOF - Plano Anual de Outorga⁷ e na interpretação do seu contexto geopolítico. Esta era a maior área estadual de glebas não destinadas no Pará, somando 1.312.244, 006 hectares. Corresponde a 1\4 das glebas estaduais não destinadas identificadas pelo ITERPA - Instituto de Terras do Pará, em 2007.

A região Mamurú - Arapiuns não existia como identificação de uma área homogênea em termos geográficos, antes de 2007. Essa denominação foi criada no âmbito do processo de gestão florestal conduzido pelo Ideflor - Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará⁸, por ocasião da escolha das florestas públicas passíveis de concessão nos termos da Lei 11.284\2006. A escolha foi orientada por cinco critérios básicos: **i)** a área de floresta estar sob dominialidade do Estado; **ii)** ser área não destinada, sujeita a conflitos; **iii)** apresentar grau elevado de integridade dos recursos; **iv)** apresentar conflitos em que os instrumentos de gestão pudessem contribuir para solucioná-los; **v)** representatividade em extensão territorial.

⁶ Conforme Lei Estadual 6.745\2005.

⁷ O Plano Anual de Outorga – PAOF é uma ferramenta de planejamento da oferta de recursos florestais em áreas públicas, instituído como componente do rito de gestão florestal na Lei 11.284, em seu. Capítulo IV, Seção II., Artigos 10º e 11º.

⁸ O Ideflor - Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará foi criado em abril de 2007, respaldado na Lei 11.284\06 que estabelece a criação do SFB-Serviço Florestal Brasileiro e de instituições gestoras de florestas nos Estados. O Pará é o Estado mais avançado na implantação desses instrumentos de gestão.



Nesta região, o Governo do Estado do Pará (gestão 2007-2010) desencadeou medidas para a resolução dos conflitos territoriais envolvendo florestas públicas, sob as seguintes orientações institucionais: **i)** assegurar a titulação das áreas de uso das comunidades tradicionais; **ii)** respeitar os direitos comprovados; **iii)** elaborar planos de desenvolvimento local para fortalecer as economias extrativistas e da produção familiar; **iv)** criar novas unidades de conservação se necessárias e **v)** selecionar as áreas de florestas destinadas ao uso sustentável, por meio de processo concorrencial, como rege a Lei 11.284\2006.

Gestão florestal como estratégia para a resolução de conflitos territoriais

A lei 11.384\2006 estabeleceu um marco de gestão que representa uma ruptura histórica com a concepção de uso de recursos florestais no Brasil, no lastro de outros países que já vinham adotando há algum tempo modalidades públicas de gestão florestal. São inovações relevantes: **i)** que as florestas públicas continuam públicas e florestas; **ii)** que o uso das florestas públicas obedecerá regras concorrenciais como em todos os negócios que envolvem recursos públicos (marco geral da Lei 8.666); **iii)** que o uso privado de matérias – primas florestais das florestas públicas seja pago com preços de mercado, e os recursos arrecadados destinados a fundos de fomento ao manejo e reflorestamento; **iv)** que o controle ambiental sobre as áreas concedidas em regime de concessão, será rigoroso desde o licenciamento até a conclusão dos contratos, com amplo controle social no processo de monitoramento.

A operacionalização das medidas se apoia nos seguintes mecanismos: **i)** obrigatoriedade do planejamento anual das áreas a serem oferecidas ao mercado para exploração florestal, por meio dos PAOFs - Planos Anuais de Outorga, nos quais as florestas devem ser descritas com ampla divulgação; **ii)** obrigatoriedade das Consultas Públicas e de mecanismos orgânicos de participação social nas decisões sobre os usos das florestas públicas por meio das Comissões Nacionais e Estaduais que reúnem representantes de representações de comunidades, empresas e Estado; **iii)** prioridade de destinação das florestas públicas para as comunidades locais, quando habitadas por elas. Nenhuma concessão deve ocorrer sem que as florestas comunitárias no entorno das áreas destinadas a concessões estejam regularizadas; **iv)**



controle social por meio dos Cadastros Nacional e estaduais de Florestas Públicas e por meio de mecanismos públicos de monitoramento dos contratos de concessão.

Por esta via, o processo de ordenamento florestal conduzido pelo Governo do Estado do Pará na região Mamuru - Arapiuns, criou novas instituições de mediação e um regramento jurídico apropriado para a gestão, envolvendo: **i)** a criação da COMEF – Comissão Estadual de Florestas, com representações das comunidades locais, das empresas, do Ministério Público Estadual, das instituições de pesquisa e ONGs de apoio local como criação; **ii)** de medidas jurídicas suplementares para dar segurança ao trabalho de ordenamento (Área de Limitação Administrativa, criação de Reserva Estadual); **iii)** de uma estratégia de liderança do processo de reconhecimento de campo para identificar a situação social, ambiental, econômica e fundiária das áreas previstas para concessões, confluindo os estudos para o processo de licenciamento prévio; **iv)** de identificação dos conflitos de interesse estabelecidos e os atores em disputa pelo território (o lugar ocupado e o lugar pretendido); **v)** de reconhecimento dos direitos adquiridos; **vi)** de desenvolvimento de projetos de diagnósticos participativos e desenho de estratégias econômicas com as comunidades tradicionais da Gleba Nova Olinda **I**.

A COMEF se tornou a principal instância de discussão do ordenamento florestal respaldando o ordenamento territorial (fundiário, econômico, ambiental e sociocultural) mais amplo, sob a liderança do Ideflor. A COMEF decide sobre o PAOF - Plano Anual de Outorga Florestal e o acompanhamento da sua implementação.

A falta de conhecimento sobre a região pelo Estado, a grande extensão territorial em questão e a dispersão dos seus habitantes no interior das Glebas foi um obstáculo no início do ordenamento. Quem eram as comunidades, onde estavam realmente localizadas, sua relação com a área habitada, suas pretensões de regularização e os conflitos desencadeados ou latentes foram objeto de levantamentos de campo da equipe do Ideflor e pela contratação de estudos que também atenderiam aos ritos do Licenciamento Ambiental.

Uma pesquisa participativa na Gleba Nova Olinda I⁹ mapeou as pretensões territoriais das comunidades e suas condições sociais, econômicas e ambientais. As comunidades

⁹ Realizada pelo Ideflor, com apoio da Fundação Ford e executada pelo MPEG-Museu Paraense Emílio Goeldi.



indicaram ações de políticas públicas para o seu fortalecimento.¹⁰ Porém, a crise fundiária assumiu o primeiro plano nas negociações. As organizações comunitárias rejeitaram qualquer apoio governamental de caráter econômico e social antes que a situação fundiária fosse resolvida. Esse impasse exigia do Estado uma capacidade de mediação junto aos segmentos internos de Governo, com vistas a apressar o trabalho de regularização fundiária pelo ITERPA-Instituto de Terras do Pará, num contexto em que outras regiões do estado também registravam conflitos e emergência de ordenamento.

A institucionalização de espaços de construção de propostas foi uma medida adicional, com a criação de um Grupo de Trabalho reunindo a SEMA-Secretaria Estadual de Meio Ambiente, IDEFLOR e ITERPA¹¹, respectivamente os órgãos de meio ambiente, de gestão florestal e de regularização fundiária do Pará. Esta também se constituiu numa instância de negociação, visto que na esfera do poder público, também havia diferenças quanto às extensões de áreas destinadas e aos usos pretendidos: excetuando-se as áreas pertencentes às comunidades tradicionais e aos índios em processo de reconhecimento, toda a área de florestas era disputada para novas UCs-Unidades de Conservação e\ou para concessões públicas e ainda destinações privadas¹².

Tênue fronteira entre os conflitos rurais clássicos e o recorte socioambiental

O caso Mamuru-Arapiuns pode ser retratado teoricamente como um caso clássico de conflitos no campo na Amazônia, com ênfase na disputa por florestas e, por consequência, com repercussões ambientais. BARBANTI (s\d) considera que “*o recorte analítico de conflitos ambientais, ou conflitos socioambientais, não contribui para a correta interpretação de todas as dimensões envolvidas num conflito social, mas sim evita a compreensão teórica mais ampla das características essenciais desses conflitos sociais. Opta-se, então, pelo uso do termo conflitos (sociais) e meio ambiente*”.

¹⁰ Ver PROJETO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: Fortalecimento da economia agroflorestal e extrativista das comunidades na Gleba Nova Olinda, GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ\MPEG, 2009.

¹¹ Portaria Conjunta 001\2008, publicada no DOE 31174\23\05\2008.

¹² Possibilitadas pelo Decreto Estadual 2.135\2010, que regulamenta a Lei 7.289\2009 e o Decreto-Lei Estadual no 57\1969 que trata da regularização das terras públicas pertencentes ao Estado do Pará.



Entre os aspectos que, no entender do autor seriam questões essenciais, estão problemas econômicos e sociais, entre outros, que não podem ser subsumidos na aceção ampla de conflitos socioambientais. Essas ponderações fazem sentido no caso estudado, pois o apego à terra e a defesa da floresta, não pode ser atribuída unicamente ao ideário socioambiental ou ao *ethos* de população tradicional¹³ (extrativismo de subsistência). A própria forma de organização territorial (coletiva, individual ou comunitária), resulta, além de alinhamentos políticos internos, de oportunidades e acesso a informações e a influências de agentes externos que confluem para uma resignificação do cabedal de interesses e de configuração do que se entende *lato senso* como identidade sociocultural.

Em alguns casos, as comunidades foram cooptadas pelas empresas e abdicaram do direito de manter seus vínculos de dominialidade sobre a terra e de sistemas de produção considerados tradicionais. Optaram pela regularização fundiária individual e isto representa uma racionalidade em que, nessa condição, é mais fácil para eles, negociar as terras posteriormente.

No caso Mamurú-Arapiuns está em questão, fundamentalmente, a insegurança fundiária das comunidades tradicionais, sob ameaça e oportunidade de garantir os seus direitos de uso da terra e florestas nas condições em que sempre viveram ou sob relações socioeconômicas que envolve a presença de patrões, salários e novos projetos de vida.

Para efeito teórico e analítico, a questão territorial é tratada a partir da combinação de aportes da geografia e da antropologia dado a complexidade do objeto. O conceito de território empregado neste trabalho se baseia em GOTTMANN (1973\2005), discutido por SAQUET (2010), na seguinte aceção:

“o território designa uma porção do espaço geográfico sob jurisdição de certos povos, ou seja, significa distinção, separação e compartimentação, a partir de comportamentos geopolíticos e psicológicos (p.68). (...)

O território é resultado das ações dos homens em sociedade, demarcando e organizando o espaço, tanto jurídica como cultural e economicamente” (p.69).

¹³ Ver Lei da Política de Povos e Populações Tradicionais.



Os processos de territorialização explicados desta forma contribuem para a compreensão do comportamento dos grupos e os seus pleitos na disputa de territórios na região Mamuru – Arapiuns e possibilita também compreender o mosaico de interesses e as múltiplas escalas de dominialidade resultantes de como esses pleitos se territorializaram ou se re-territorializaram no processo de pactuação.

A complexidade das questões envoltas nos interesses dos grupos pode ser representado como um imbricamento de fatores inter-relacionados, formando um único corpo, um fenômeno orgânico na sua totalidade. A dinâmica territorial como ambiente de conflitos está representada na Figura 1.

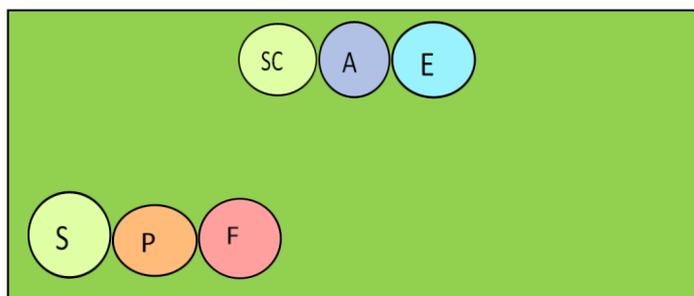


Figura 1 - Aspectos a serem considerados em um conflito. Em que: S-Social, E-Econômico, SC-Sociocultural, F-Fundiária, A-Ambiental, P-Política, I-Institucional.

Esses aspectos todos estão envolvidos no conflito, tornando sua amplitude bem maior que o que se procura explicar pela acepção do que se conhece na atualidade como socioambientalismo. O ambiente será reconfigurado em um recorte territorial que dependerá da correlação de forças e da capacidade de cada grupo externar e construir alianças em torno de seus interesses. Geograficamente, o desenho dependerá desse jogo.

Para uma compreensão mais complexa dos conflitos presentes na região, se considera também que um “ olhar antropológico pode enxergar conflitos latentes que ainda não se manifestaram politicamente no espaço público formal, porque os grupos sociais envolvidos são politicamente marginalizados ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado”. (LITTLE, 2006).



A Gleba Nova Olinda I¹⁴ se destaca na complexidade dos conflitos. As comunidades possuem laços familiares fortes, o que contribuiu para uma certa coesão interna. As 14 comunidades da gleba estão situadas às margens dos rios Maró e Aruã. Trata-se de uma região de grande beleza cênica a com rios de águas claras e longas extensões de praias de areia branca e fina. As florestas são ricas em espécies de grande valor econômico. Pesquisas minerais em curso dão conta da existência de jazidas de bauxita e outros minérios. Logo, se trata de uma região de valor estratégico em termos de recursos naturais, com localização favorável, pois está próximo ao porto de Santarém (PARÁ\MPEG, 2008).

Ao todo são cerca de 105 comunidades, sendo a maior concentração no município de Juruti, na gleba Curumucuri, com aproximadamente 65. Em geral têm suas origens em ocupações derivadas das economias extrativas seculares de borracha, pau-rosa e outros meios de sobrevivência baseadas em escalas familiares de produção e comercialização.

Fora do eixo da dominialidade comunitária, os grupos que conformam as novas frentes de ocupação abriram os acessos por terra, perfazendo cerca de 1.000 km em estradas madeireiras e para fins de controle territorial com vistas a outros usos futuros. O encontro desses novos pretendentes com as comunidades estabelecidas foi, desde o início, em ambiente de conflitos.

Entre os grupos empresariais e\ou especuladores que pleiteiam posses também há conflitos, mas há uma aliança de classe e de interesses setoriais em torno da economia florestal. A partir do rio Mamuru as comunidades relataram frentes de ocupação no interior da Gleba Nova Olinda III, principalmente por madeireiras do estado do Amazonas.

Nessa disputa multifatorial, os interesses econômicos sobre a base de recursos minerais, por terras e florestais da região, produziu-se uma cartografia de iniciativa dos grupos externos à região. Em contrapartida, os grupos locais também produziram uma cartografia que representava a concepção dominante sobre os usos do conjunto dos

¹⁴ “Segundo o relatório do Iterpa (2007), quatorze comunidades ribeirinhas formam a Gleba Nova Olinda I, contabilizando 309 famílias e 1.304 pessoas em uma área aproximada de 172.905,413 ha (Tabelas 3 e 4). A Gleba está localizada na margem esquerda do rio Maró e margem direita do rio Aruã, distando cerca de 93 Km em linha reta da sede do município de Santarém” (IDEFLOR, 2009).



territórios. A COMEF estimulou que todos os grupos expusessem suas propostas de usos para o conjunto das áreas como metodologia de explicitação dos conflitos

Configuração dos grupos e interesses explicitados

O envolvimento dos grupos com o conflito foi mensurado pela escala: alto; médio; indireto. Foram identificados trinta e sete (37) grupos que se alinham com posicionamentos relativamente coesos no conflito, tendo em seus pleitos questões de natureza agrária, econômica, social e cultural primordialmente. O método participativo estabeleceu uma base de confiança ao processo de negociação. Vinte e quatro (24) grupos com alto envolvimento, quatro com envolvimento médio e sete com envolvimento indireto.

A ação política para atingir os objetivos de cada grupo foi marcada por movimentos de afirmação identitária, no caso das populações de habitantes antigos (como os grupos que reivindicam reconhecimento como Terra Indígena), ocorrendo com maior frequência entre aqueles que interagem com mediadores de representação social mais ampla, poder público ou organizações não governamentais, como por exemplo, os STTR-Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e CPT-Comissão Pastoral da Terra.

O recurso do reconhecimento identitário não foi utilizado pelos habitantes das comunidades do rio Mamuru, que se encontravam distantes da influência dos mediadores. Por esta via, se percebe que a afirmação de identidade num processo de conflito pode ter um caráter político mais proeminente do que a defesa de aspectos étnicos ou socioculturais internos. As questões ambientais surgem mescladas nas demais, subsumidas no interesse imediato de assegurar a territorialidade econômica, social e jurídica. Cada grupo desenvolve uma racionalidade própria de defesa de seus interesses, em que um ou outro desses aspectos adquire relevância.

Os pretendentes a novos reconhecimentos territoriais recorreram a outras formas de legitimação como a afirmação de direitos sobre posses e florestas que exploravam antes da Lei 11.284\2006; recorreram também à um programa “modernizante” para o “desenvolvimento” da região e a promessa de que sua presença na área é benéfica por



gerar empregos para as comunidades; defenderam o direito de utilizar as florestas estaduais conforme a nova legislação para o fornecimento de matérias-primas legalizadas. No quadro de interesses desses grupos identificados no conflito territorial da região Mamuru-Arapiuns, a questão econômica têm uma posição central.

Alianças constituídas no processo de ordenamento territorial

Durante o processo de ordenamento territorial, foram formadas várias alianças entre os grupos envolvidos nas discussões, por blocos de grupos ou individualmente. Trata-se de uma movimentação de busca de apoios. Os principais podem ser descritos da seguinte maneira:

- a) **Lineares:** entre os grupos que defendem posições coerentes com seus interesses por todo o percurso das negociações. Por exemplo: *comunidades que defendem titulação coletiva*. Se inclui nessa categoria a aliança com as representações formais como STTRs - Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais dos municípios de Santarém, Aveiro e Juruti; proprietários permutados e as representações das empresas madeireiras, como AIMEX; setor empresarial incluindo portadores de direitos a contratos de transição e, posteriormente, com empresários com direitos a permutas.
- b) **Transversais:** entre os grupos de alianças lineares e apoiadores externos (instituições públicas e/ou ONGs). Caso de alianças com a posição manifesta no processo de negociações pelo Ministério Público Estadual e/ou ONGs como CPT e Projeto Saúde e Alegria. Inclui-se também a aliança manifesta ou velada das prefeituras; ou ainda, a aliança empresarial com setores do Governo que permitiu a decisão de alocar os novos permutados na região Mamuru-Arapiuns, contrariando pactuação contrária na COMEF.
- c) **Assimétricas:** entre grupos por princípio, diametralmente opostos, que se realinham no processo de negociações em torno de novos interesses pactuados entre si. Caso das comunidades que se dividiram¹⁵ em função de possíveis acordos com empresas madeireiras ou outros grupos especuladores¹⁶; caso

¹⁵ Conforme Decreto Estadual 1.592/2009.

¹⁶ Recorreram da decisão do Estado em destinar a elas cerca de 23 mil hectares e solicitaram, após publicação de decreto, pedindo a redução para 5 mil hectares;



também das comunidades que, pelos mesmos motivos, desistiram de titulações coletivas, optando por direitos individuais.

A construção dessas alianças representou um esforço muito complexo por parte dos grupos e repercutiu fortemente nos espaços territoriais institucionalizados no resultado do ordenamento. A Gleba Curumucuri, onde a maior parte da ocupação está concentrada nas várzeas e na zona de transição ao sul da Gleba, deixou fora de suas reivindicações grandes extensões de áreas florestais¹⁷. A questão do reconhecimento pela *dominialidade*, nem sempre presente na essência das reivindicações dos grupos, também tem relevância nessa análise, vistas como: i) *Reais* como da comunidade de Vista Alegre, que abriu mão de uma dominialidade de fato e juridicamente instituída para atender a novos acordos com os vizinhos; ii) *Por direitos culturais e constitucionais* como o reivindicado pelos indígenas em processo de reconhecimento, ao estender suas pretensões sobre as áreas tituladas em nome de empresas de permutados; iii) *Subordinadas* como no caso das comunidades do rio Mamuru, espremidas nas áreas que lhes restaram pelo apossamento de fazendas e ocupações madeireiras, as quais não lhes garantiria espaço de reprodução social. Nesse caso, o processo de ordenamento ampliou suas áreas de dominialidade, a partir do seu reconhecimento como populações tradicionais; *Econômicas pluri-territorializadas*, como o caso dos grupos empresariais que se beneficiarão de toda a área florestal titulada em nome de privados (assentamentos com títulos individual, contratos de transição, permutados e áreas e concessão florestal).

Considerações Finais

O presente trabalho teve por objetivo analisar trajetórias recentes, porém de natureza estrutural, de especulação sobre terras e florestas públicas na Amazônia e o impacto dos marcos legais de gestão de florestas como instrumento na promoção do ordenamento territorial, estabelecendo um novo referencial para o uso sustentável de bens ambientais e de governança de políticas públicas.

¹⁷ Ao final das negociações, 1.762 famílias desta gleba tiveram 122.749ha97a65ca em projeto de assentamento, conforme Decreto Estadual 2.347/2010.



Questões que se configuram como conflitos socioambientais merecem análises mais profundas que captem os problemas de forma mais abrangente. Este artigo analisa a estratégia dos grupos e seus pleitos de dominialidade, as alianças e a metodologia de participação social utilizada pelo Governo do Estado do Pará com vistas à pactuação de destinação de áreas de florestas na região Mamuru-Arapiuns, utilizando como instrumento, a Lei de Gestão de Florestas Públicas e um conjunto de instrumentos que permitem a participação social na resolução deste tipo de conflito. Porém, a solidez das pactuações dependem muito mais da força da organização local, quando se trata de garantir direitos de populações mais vulneráveis, pois o Estado apresenta vulnerabilidade ao conjunto das pressões.

Mesmo com dificuldades, a experiência de ordenamento florestal e territorial da região Mamuru-Arapiuns demonstrou que o Estado e a sociedade dispõem atualmente de instrumentos de gestão que lhes permite acompanhar o desenvolvimento dos acordos pactuados, rever decisões de forma coletiva e repactuar quando necessário. Nesse cenário, setores organizados da sociedade da Amazônia passam a exercer protagonismo local sobre os destinos de seus recursos ambientais e sobre a base econômica florestal oriunda de florestas públicas e comunitárias. O embate de forças econômicas e políticas agindo nas arenas de disputas territoriais continua e cada vez mais forte. A diferença é que se dispõe atualmente de instrumentos jurídicos e institucionais que servem para que Estado e Sociedade encontrem caminhos que beneficiem um projeto de sustentabilidade pactuado entre as principais forças políticas que decidem os usos dos territórios.

Referências Bibliográficas

BARBANTI, O, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: TEORIAS E PRÁTICAS
<http://www.uni-tuebingen.de/egwinfo/susam/download/barbanti.pdf>, acessado em 13\05\2011.

CASTRO, E. MONTEIRO. R. e CASTRO, C. P. Atores Sociais na Fronteira mais avançada do Pará - São Felix do Xingu e a Terra do Meio. Papers do NAEA (UFPA), Belém, 2005.

- . Dinâmica de atores, uso da terra e desmatamento na Rodovia



Cuiabá-Santarém. Papers do NAEA (UFPA), Belém, 2005.

MONTEIRO, R. Dinâmicas Socioambientais e Tendências Urbanas e Rurais na Amazônia: estudo dos municípios de Juruti, Santarém e Brasil Novo no Pará, Relatório de Pesquisa, Fundação Ford, Rio de Janeiro, 2004, 33.p.

LITTLE, P. A ETNOGRAFIA DOS CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS:

bases metodológicas e empíricas, Horiz. antropol. vol.12 no.25 Porto Alegre Jan./June 2006.

MONBEIG, P. Pioneiros, e Fazendeiros de São Paulo, São Paulo, Hucitec-Polis, 1998.

MCT\INPE - PROJETO GEOMA (Modelagem de Usos da Terra e Dinâmica Populacional – LUCC), Dinâmica Territorial Socioambiental das Frentes de Ocupação e Áreas Consolidadas: o Caso da Região de Marabá, Relatório de Pesquisa, MPEG, INPE e UFPA, Belém, 2003.

SAQUET, M.A. Abordagens e Concepções de Território, São Paulo, Expressão Popular, 2010.

VALBUENA, R. Les dynamiques territoriales associées au soja et les changements fonctionnels en Amazonie. Le cas de la région de Santarém, Pará, Brésil, Confins, Revista Franco Brasileira de Geografia, No 5, 2009.



GT 3: Conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais e
desenvolvimento rural

**Conflitos socioambientais vistos a partir da perspectiva da sociologia da tradução:
um caso empírico no Sudeste do Pará (Amazônia Oriental)¹**

Francinei Bentes Tavares¹

José Carlos Gomes dos Anjos²

¹Doutorando em Sociologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) / Professor do Campus Universitário do Tocantins / Cametá – Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: francinei@ufpa.br

²Doutor em Antropologia Social / Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS / UFRGS). E-mail: jcdosanjos@yahoo.com.br

Resumo:

As questões socioambientais podem ser objeto de variadas tentativas de problematização por parte das ciências sociais. Devido à complexidade dos distintos posicionamentos em jogo nesse debate, nesse trabalho será abordada a corrente teórica da sociologia da tradução, que pode ser vista como um conjunto teórico-metodológico que traz luzes diferenciadas, mas igualmente interessantes, sobre essa discussão. Essa corrente e seus principais aspectos serão trabalhados, de forma interligada, como grade de leitura analítica de uma situação concreta que será abordada no decorrer desse trabalho, e que trata justamente da emergência de conflitos socioambientais derivados da ausência de tradução entre “mundos” diferenciados, conforme a leitura teórico-metodológica proposta, no caso do assassinato de um casal de ambientalistas em um Projeto de Assentamento na região Sudeste do Pará (na Amazônia Oriental). Tal fato, que alcançou repercussão nacional e internacional, pode trazer à tona novas luzes analíticas sobre situações sociais conflitivas envolvendo distintas formas de gestão de recursos naturais na região amazônica.

Palavras-chave: Sociologia da tradução, conflitos socioambientais, agricultura familiar, Sudeste do Pará, Amazônia Oriental.

¹ Esse artigo provém de um trabalho de pesquisa que deu origem à tese de doutorado de um dos autores, que foi bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e que contou também com o apoio do IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil) para realizar esse estudo.



Introdução

As questões socioambientais podem ser objeto de variadas tentativas de problematização por parte das ciências sociais, de modo teórico-analítico, principalmente pelo fato de que mobilizam diferentes instituições e indivíduos, que se colocam politicamente como “representantes” das temáticas ambientais nos mais diferentes níveis e locais, podendo servir de motivo para propostas de constituição de novas normatividades na relação da espécie humana com a biosfera como um todo.

Devido à complexidade dos distintos posicionamentos em jogo nesse debate, neste trabalho será abordada a corrente teórica da sociologia da tradução, que pode ser vista como um conjunto teórico-metodológico que traz luzes diferenciadas, mas igualmente interessantes, sobre essa discussão, e que por isso se consideram como importantes para fundamentar as posições teóricas propostas nesse trabalho de pesquisa.

Tendo em vista discutir analiticamente como essa posição teórica escolhida busca problematizar as questões ambientais na atualidade, expõe-se primeiramente uma breve sistematização dos posicionamentos que buscam interpretar os problemas ambientais e discutir sucintamente alguns princípios que embasam a chamada sociologia da tradução, corrente que busca identificar as questões ambientais em um contexto maior que as situam no âmbito de um *continuum* sociedade-natureza.

Essa corrente e seus principais aspectos serão trabalhados, de forma interligada, como grade de leitura analítica de uma situação concreta que será abordada no decorrer desse trabalho, e que trata justamente da emergência de conflitos socioambientais derivados da ausência de tradução entre “mundos” diferenciados, conforme a leitura teórico-metodológica proposta, no caso do assassinato de um casal de ambientalistas em um Projeto de Assentamento na região Sudeste do Pará (na Amazônia Oriental). Tal fato, que alcançou repercussão nacional e internacional, pode trazer à tona novas luzes analíticas sobre situações sociais conflituosas envolvendo distintas formas de gestão de recursos naturais na região amazônica.

2 A sociologia da tradução e a discussão da proposição cosmopolítica

Indo adiante nessa argumentação teórica, para entrar nos questionamentos suscitados nas ciências humanas pela sociologia da tradução, pode-se considerar que esta perpassa as mais diversas disposições ontológicas possuídas pelas sociedades



humanas, fundando o que atualmente se denomina no debate acadêmico das ciências humanas como “proposição cosmopolítica”. Desse modo, tal debate tem por objetivo principal apresentar uma reflexão de cunho teórico-analítico acerca das potencialidades e limitações do conjunto de abordagens dessa perspectiva teórico-analítica, para se compreender o que está realmente em jogo no domínio das complexas e densas relações entre a sociedade e a natureza.

Segundo Stengers (2007), uma das principais autoras da conceituação, a reflexão acerca da possibilidade de tradução entre atores portadores de lógicas de ação distintas e pertencentes a diferentes universos tende a repensar a discussão de “mundo comum” (derivada essencialmente da discussão cosmopolítica proposta por Kant, ainda no século XVIII, mas adotando um outro sentido, a partir de uma perspectiva de tipo antropológico). Assim, o mundo comum não seria apenas um único universo povoado de seres os mais diversos, como um “cosmos” que tenta integrar os estrangeiros, ou seja, aqueles que desempenham o papel de “protagonistas ocultos”, que não possuem seus próprios universos como elementos dotados de sentido para os demais mundos, entre uma grande heterogeneidade de partições ontológicas. Como proposição essencialmente política, o cosmos designaria o elemento desconhecido e multifacetado que abrangeria múltiplos e divergentes mundos, a partir das articulações que seriam capazes de ser realizadas entre esses eles.

No entanto, isso não significa que um mundo sociocultural próprio de um grupo social tenderia a ser incorporado ou integrado a outros universos, em um mesmo conjunto constituído por estes e por suas relações intercambiáveis e recíprocas. Trata-se, em última medida, de estabelecer a proposta de estender as relações essencialmente políticas para as interconexões entre os mundos contingentes e irreduzíveis que povoam o conjunto das realidades constituídas pelas sociedades humanas, em conjunto com os seres não-humanos com os quais estas se relacionam.

Normativamente, o cosmos encontra um sentido de dever-ser na possibilidade de estabelecer operadores de igualdade, que impliquem necessariamente em uma medida comum para os diferentes mundos, e que resultem por fim na construção da condição social de possibilidade que permita a emergência de posições intercambiáveis, sem que isso signifique sua incorporação ou entrada em um mundo comum em que as mesmas proposições fariam sentido para todos.



Já para Latour (2007), que pode ser considerado como um dos co-autores do termo, a proposição cosmopolítica permite passar, simetricamente, entre diferentes universos, de forma que, por meio de múltiplas e complexas traduções entre mundos distintos, se possa ter a possibilidade de constituir um sentido metafísico da política do cosmos. Cada universo seria dotado de sentido aos demais, a partir da consideração de que sua concretude é factual para uma determinada partição ontológica, e não apenas pertence à esfera dos valores. Essa proposta de postular uma simetria entre os distintos universos construídos pelos grupos sociais humanos faz com que seja necessário o trabalho de “diplomacia”, ou seja, os diplomatas seriam aqueles responsáveis por dirimir os conflitos que derivam da interfricção resultante do contato entre diferentes mundos, a partir de um processo explicitamente político de tradução e representação.

O que se poderia chamar de “diplomacia da tradução” (LATOURE, 2004) seria uma tarefa essencial para a constituição da política do cosmos: seria preciso considerar não apenas a realidade factual de um determinado universo levado em conta por um grupo social, mas também não distingui-lo e valorizá-lo como superior a um outro mundo qualquer. Nesse sentido, as cosmopolíticas seriam as políticas que recusariam a distinção sociedade / natureza, tendo como objetivo a constituição de um mundo comum, ou ainda, de um cosmos, em que a co-habitação deve ser realizada com os “outros”, os “excluídos” (ou externalizados) da modernidade política ocidental, os considerados não-modernos (como, por exemplo, as ditas “populações tradicionais”). Ou seja, na construção do cosmos, nenhum ser é, *a priori*, excluído de participar.

Aí entrariam em cena os procedimentos de negociação diplomáticos para garantir a constituição de um mundo comum que leve em conta todos aqueles que a atual realidade moderna (mas estruturada basicamente pelo mundo ocidental) desconsidera. Nesse sentido, a dimensão antropológica da análise é reafirmada, no sentido de que o mundo político que daí resultaria transcende a alteridade, e coloca os estrangeiros no centro de suas práticas (LOLIVE; SOUBEYRAN, 2007).

O processo de construção de elos de inteligibilidade entre “mundos” distintos se daria nas situações em que um ator ou uma força seria capaz de requerer ou contar com determinado modo de pensamento e ação a partir de outro, por meio de uma tradução dos objetivos e valores dos demais “universos” para seus próprios termos, ficando em consonância e fornecendo normas para suas próprias ações, e estabelecendo uma ligação



baseada em vínculos que mantêm, ao mesmo tempo, a autonomia e independência de seus objetos constituintes, sem ser necessariamente coercitivos (CALLON; LATOUR, 1991). Ou ainda, ter-se-ia o início da definição de um pluriverso, em que podem coexistir mundos diferenciados, que não são necessariamente redutíveis *per se* aos demais, podendo se manter em contato a partir da complexidade de suas diferenças (LATOUR, 2004).

Em síntese, a proposição cosmopolítica de Stengers (2007) e Latour (2007) possui uma atitude deliberadamente construtivista, conforme classificado por Corcuff (2001). Mesmo compartilhando a retórica acerca das urgências exigidas pelos imperativos das “crises dos meios ambientes” (LATOUR; SCHWARTZ; CHARVOLIN, 1998), Latour e Stengers recusam o “mononaturalismo”, ou seja, a crença na existência de um único mundo natural (cujo acesso, conhecimento e estruturação caberiam aos cientistas naturais do mundo ocidental), em contraste com aquelas construções sociais que são consideradas “visões segundas”, isto é, culturais, do mundo. Nesse sentido, o pensamento construtivista, conforme aprofundado por Corcuff (2001), poderia ser útil para demonstrar que as diferentes realidades às quais se ligam os seres humanos são dependentes de uma série extremamente diversificada e heterogênea de mediações, que podem variar historicamente e receber diferentes interpretações.

A partir de tal assertiva é que faz sentido o plural apostro à expressão “cosmopolíticas”, isto é, trata-se de inúmeras formas de se praticar política, adaptadas aos contextos de realidade em que são aplicadas empiricamente, ao mesmo tempo em que busca evitar o etnocentrismo, apesar do fato de que a prática de exercício da alteridade proposta pela perspectiva das cosmopolíticas também revelem as dificuldades e limites inerentes ao fato de se poder colocar a partir de pontos de vista diferenciados do nosso, ou seja, “no lugar de outro”.

Isso significaria considerar a dimensão simbólica de cada “realidade” não apenas a partir de sua própria perspectiva, mas em uma dimensão relacional com outros universos diferenciados, em que sejam levadas em conta não apenas os interesses de um determinado “mundo”, mas também o conjunto dos interesses dos universos em contato. Esse seria o principal elo de formulação do trabalho de tradução.

Nessa mesma linha de argumentação, na abordagem sociológica da tradução, as dimensões da sociedade e da natureza podem entrar em um processo explícito de



definição de possibilidades de compreensão que relaciona as diferentes lógicas de forma inteligível a partir de determinadas ações conduzidas por atores sociais, o que implica sobretudo em diferentes tipos de deslocamentos e negociações estabelecidas basicamente a partir dos trabalhos de tradução (CALLON, 1986). Este seria um processo complexo, polissêmico, e que poderia até mesmo fracassar.

Dessa forma, a sociologia da tradução considera que o complexo “natureza-cultura” (DESCOLA, 1997) que constitui realidades múltiplas, e que são vivenciadas pelos diferentes seres, pode ser elaborado a partir de “mundos” heterogêneos, que mobilizam por vezes os mesmos elementos a partir de contingências diversas. Tendo tais pressupostos em conta, existe uma pluralidade de universos distintos mobilizados fundamentalmente pelos atores sociais nos momentos de ação, que podem ser alvo de tentativas de tradução, dependendo da forma como as interações entre os diferentes atores se desenrolam. Caso tal tradução não seja colocada como condição de existência de um ponto de negociação, podem se manifestar formas diversas de conflito e violência. Tais relações de negociação ou conflito são constituintes do que se pode denominar como “cosmopolíticas”, ou seja, as interações, politicamente mediadas, entre diferentes sentidos propostos pelos diversos mundos possíveis (LATOUR, 2007).

Dessa maneira, de uma perspectiva essencialmente cosmopolítica (STENGERS, 2007), “universos” que são separados inicialmente podem ser ligados e unificados, de forma inteligível, pelo trabalho de tradução, que implica, sobretudo em diferentes tipos de deslocamentos e negociações. Assim, faz todo o sentido dizer que determinados atores “traduzem”, através de complexos processos de associação e “alianças”, outros atores que participam desse tipo de processo, em suas diferentes fases.

Abordar a possibilidade de entender as relações cosmopolíticas travadas no limiar de diferentes universos de ação e de constituição de múltiplas realidades possibilita não apenas procurar entender as possibilidades de tradução e o surgimento de conflitos derivados da incompreensão das questões postas por mundos contingentes ao nosso próprio mundo. Significa ainda uma proposta de abordar as relações e interações sociais em sua complexidade e em seus sentidos manifestos. Em síntese, este é o sentido da proposição cosmopolítica (ou “políticas do mundo”): sua dimensão ampliada é assegurada pela complexidade e alcance das relações entre sociedade e natureza, e sua construção teórico-analítica se apóia sobre essa problematização para ampliar o domínio



da política a outros seres constituintes da realidade (LATOUR, 2004). Em suma, tal é a posição da proposição cosmopolítica: a exigência da compreensão de como os diferentes mundos podem ser representados uns em relação aos outros, em um trabalho de tradução explícito e público.

Apesar das limitações desse enfoque, principalmente a adoção de um princípio generalizado de simetria, que corre o risco, reconhecido por Callon (1986), de antropomorfizar os chamados seres não-humanos (atribuindo-lhes qualidades humanas), autores como Hannigan (2009) reconhecem alguns méritos dessa perspectiva, principalmente o esforço conceitual e vocabular construído para tentar superar a “grande separação” identificada entre sociedade e natureza. Nesse sentido, as complexas relações sociedade-natureza podem ser vistas também a partir de uma abordagem que considere sua indissociabilidade, ou seja, a existência concreta de uma “socionatureza”.

3. A emergência de conflitos a partir da ausência de tradução

As discussões relatadas acima tratam de considerações teóricas sobre situações nas quais a problemática política da tradução entre interesses diferenciados estava sendo considerada, ou ainda, na terminologia de Stengers (2007), poderia ocorrer um processo de tradução entre “universos” distintos. Um exemplo concreto dessa problematização pode ser dado a partir do estudo de um caso relativo a agricultores familiares do Sudeste Paraense. Uma organização de agricultoras dessa região, o Grupo de Trabalhadoras Artesanais Extrativistas (GTAE), promoveu uma apresentação durante um evento promovido pelo Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará (FREC / SUPA), a respeito de possíveis arranjos produtivos em torno da agroecologia para a agricultura familiar amazônica: a III Oficina Regional de Agroecologia, realizada no mês de novembro de 2011, no município de Xinguara-PA.

Esse grupo de mulheres foi formado no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Praia Alta / Piranheira, no município de Nova Ipixuna-PA (município próximo à cidade de Marabá, principal município do Sudeste do Pará), um assentamento considerado diferenciado na região, por ser um tipo de assentamento que, em teoria, deveria ser destinado para a realização de uma combinação de atividades agrícolas e extrativistas, tendo em vista que nessa região predomina a pecuária extensiva, mesmo nos sistemas de produção dos agricultores familiares (FELIX, 2008).



Durante a apresentação, vieram três agricultoras do assentamento para explicar o funcionamento do grupo, que explora produtos florestais como a andiroba e a castanha-do-pará, visando a fabricação de fitoterápicos e cosméticos. Elas começaram se referindo a um breve histórico do PAE, que foi criado a partir de ações do antigo Conselho Nacional dos Seringueiros, atualmente denominado Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). No ano de 1997, como estratégia para organizar e fortalecer as famílias que já estavam na área, iniciaram-se as reivindicações e lutas para a desapropriação e criação de um Projeto de Assentamento. Envolvidos nesse processo estavam os agricultores e algumas instituições de atuação regional no que se refere ao apoio e à mobilização da agricultura familiar, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará – FETAGRI (Regional Sudeste do Pará) e a Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Em junho de 1997, os agricultores fundaram a Associação dos Agricultores Agroextrativistas do Projeto de Assentamento Praia Alta / Piranhiera - APAEP e, como resultado desta organização, no dia 22 de agosto de 1997 foi assinado o decreto de criação do Projeto de Assentamento, sendo exigido pelas famílias e organizações sociais locais que este tivesse um caráter de gestão diferenciado dos outros PA's existentes na região. Nesse sentido, a criação do assentamento o caracterizou como agroextrativista pelo domínio coletivo dos recursos naturais existentes na área, não prevendo a distribuição de títulos individuais definitivos de propriedade de terras e tendo, enquanto *status* jurídico, uma Concessão de Uso coletivo. Assim, a associação do assentamento seria responsável pelas ações de distribuição e regularização das formas de uso dos recursos existentes, através de um documento denominado Plano de Uso do assentamento. Dessa forma, esse assentamento foi criado nessa modalidade, se estabelecendo no contexto das propostas realizadas para o fortalecimento das atividades extrativistas feitas por diversos atores sociais, agrupados em torno da noção de “defesa dos povos da floresta” (FELIX, 2008, p. 74-75).

As agricultoras continuaram tratando das ações realizadas no assentamento, sempre se referindo aos aspectos históricos de criação do PAE e em seus regulamentos distintos dos demais PA's, visando justificar formas diferenciadas de lidar com os elementos da floresta e com a gestão dos recursos naturais dos lotes. Apesar disso, grande parte dos agricultores presentes no assentamento não estivesse seguindo as



regras de uso do assentamento, que previam a realização de atividades extrativistas e de valorização dos produtos extraídos da floresta, e estivessem desenvolvendo trajetórias que combinavam a “pecuarização” de seus sistemas produtivos com a exploração madeireira ilegal e com a fabricação de carvão vegetal a partir da vegetação florestal (FELIX, 2008).

A argumentação das agricultoras presentes na III Oficina Regional mesclava tanto a denúncia dessa situação, ou seja, o fato de que uma parte importante dos agricultores do assentamento na verdade não adotavam práticas agroextrativistas, como previsto nas regras de criação do PAE, mas também propunham possibilidades de adotar práticas diferenciadas na relação com a floresta e com os demais recursos naturais do lote. Assim, as agricultoras apresentaram a experiência da constituição do GTAE como um grupo de mulheres que adotavam atividades extrativistas, realizadas de forma “sustentável”, como atestavam diversas iniciativas realizadas no assentamento em torno da gestão dos recursos naturais, a exemplo de um projeto de Manejo Florestal Comunitário (MFC) madeireiro e não-madeireiro realizado por pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2004, a produção de peças de artesanato com resíduos da exploração madeireira, e um inventário não-madeireiro de um produto bastante utilizado localmente como fitoterápico, a andiroba.

Esse exemplo mostra que os elementos presentes na argumentação são tanto os elementos da trajetória do GTAE, como também a sua legitimação por pesquisadores e acadêmicos, fiadores de uma exploração dita “sustentável” dos produtos da floresta, com a consequente geração de renda gerada pela comercialização de produtos fitoterápicos e fitocosméticos para os grupos de mulheres envolvidas com as atividades artesanais no PA. Dessa maneira, nesse espaço social específico, as agricultoras procuraram demonstrar uma forma diferenciada das predominantes na região de se relacionar com a floresta, considerando que as atividades de manejo florestal eram importantes para garantir a viabilidade econômica desse tipo de exploração, sem necessariamente prejudicar ou suprimir a vegetação florestal presente nos estabelecimentos agrícolas familiares. Tratava-se assim de uma tentativa de valorização da floresta, para que as áreas de reserva legal pudessem ser mantidas nos lotes, mas que também fossem geradoras de renda e de trabalho para os grupos de agricultores familiares. Uma outra demonstração utilizada pelas agricultoras para fortalecer esse argumento de que seria possível conseguir conciliar a viabilidade econômica das



atividades extrativistas com a dimensão ambiental da manutenção da floresta nos lotes dos agricultores, seria dada através da extração do óleo de castanha-do-Pará, utilizado na alimentação e também vendido como fitocosmético.

Essa argumentação fazia parte de uma modelização construída para idealizar o que se pretendia para a agricultura familiar regional por parte dos atores sociais considerados como problematizadores na rede de mediação sobre a agroecologia construída pelo FREC / SUPA nessa região, tanto que as agricultoras foram convidadas para falar sobre suas experiências com as atividades de extrativismo, e também já tinham sido implantados vários projetos no PAE, envolvendo formas diferenciadas de manejo dos recursos naturais por parte dos agricultores familiares, como o Plano de Manejo Florestal Comunitário elaborado em conjunto com os pesquisadores da UFPA para aproveitamento de recursos madeireiros e não-madeireiros, e um projeto de extração de óleos vegetais, também executado pela UFPA.

Dessa maneira, esses pesquisadores buscavam construir uma aura de legitimidade em torno dessa argumentação, atestando sua sustentabilidade, ou seja, que os danos causados ao ambiente por esse tipo de exploração dos recursos florestais eram de baixo impacto e reversíveis. Tratava-se, portanto, da constituição de uma “teia” ou ainda uma “rede”, na qual diversos atores estavam sendo traduzidos e aliados em um mesmo dispositivo conjunto (LATOUR, 2004), visando justificar a defesa da adoção de práticas semelhantes de gestão dos recursos naturais por parte dos agricultores familiares da região.

Em suma, o “extrativismo sustentável” era um dos elementos do modelo ideal de agricultura familiar em bases agroecológicas, defendido como sendo a direção que poderia ser seguida pelos demais agricultores, a partir da identificação de experiências promissoras já existentes entre os agricultores. Em uma situação de disputa social com grandes proprietários e empresas mineradoras (como a Vale), que possuiriam “projetos de desenvolvimento” distintos para a região, a defesa de uma lógica extrativista de baixo impacto poderia ser importante para contrapor-se argumentos e experiências concretas às práticas de desmatamento, exploração madeireira e plantio de monoculturas pretendidas pelos setores do agronegócio na região.

Considerando-se que a Amazônia tem sido vista e pautada nacional e internacionalmente como um espaço de disputas, muitas vezes violentas, e no qual as



questões ambientais muitas vezes ficam relegadas a um segundo plano, a estratégia seguida pelos agricultores nesse evento trata de destacar que seria possível uma agricultura familiar no Sudeste Paraense que adotasse e valorizasse práticas de gestão dos recursos naturais que permitisse a exploração sustentável de produtos florestais, permitindo que a floresta permanecesse como elemento importante dos sistemas produtivos locais. Assim, as formas de extrativismo praticadas por grupos como o GTAE seriam uma resposta a críticas que mostrariam a agricultura familiar dessa região como “desmatadora” ou como ator social que agiria de forma semelhante aos grandes proprietários (apenas em escala menor), e para quem a vegetação florestal seria, no final das contas, prescindível.

Todavia, pouco mais de seis meses após a realização da III Oficina Regional de Agroecologia, uma das agricultoras do GTAE que participaram da apresentação realizada nesse evento, chamada Maria do Espírito Santo (tratada aqui por seu nome verdadeiro), foi assassinada juntamente com seu marido, José Cláudio Ribeiro, em uma emboscada efetuada por “pistoleiros”, no dia 23 de maio de 2011, em uma estrada vicinal do PAE Praia Alta / Piranheira, em Nova Ipixuna. Por serem um casal de conhecida atuação ambientalista na região, e por sua participação na representação regional do CNS (mesma ONG a que pertencia o ambientalista Francisco Alves Mendes Filho, o “Chico Mendes”, assassinado no Acre em 1988), esse crime foi bastante noticiado na imprensa nacional e internacional (GUIBU; VARGAS, 2011).

A repercussão do assassinato desse casal de ambientalistas mostra também que houve uma ação violenta, originada pela reação à atuação do casal como militantes de movimentos sociais rurais na região. Nesse caso, para além de uma passagem brusca de uma situação na qual estava em jogo a formulação de uma “visão ideal” sobre a relação entre agricultura familiar e floresta amazônica, para uma outra na qual esses argumentos não apresentam nenhuma validade, a ação violenta mostra que há uma incomensurabilidade entre distintos posicionamentos colocados em jogo: as cosmopolíticas derivadas dos mundos em fricção originam conflitos e violência, em lugar de tradução ou diplomacia (LATOURET, 2007). A perspectiva de uma gestão dos recursos naturais baseada no extrativismo e na manutenção da floresta, aliada a uma territorialização crescente da agricultura familiar regional, entrou em choque com outro ponto de vista, que perdura na região e que considera a resolução dos conflitos por meio da violência um expediente válido e útil para a manutenção da situação social



predominante na região. Não apenas conflitos de perspectivas, mas também sinais de uma disputa no âmbito cosmopolítico, em que universos simbólicos e factuais distintos se encontram e geram consequências como as ações violentas.

A participação da agricultora do PAE Praia Alta / Piranheira em um evento como a III Oficina Regional de Agroecologia promovida pelo FREC/SUPA, seis meses antes de sua morte, que buscava discutir as eventuais formas de agricultura familiar de base agroecológica que poderiam ser constituídas na região, poderia fazer parte dessa possibilidade de ação social constituída a partir do que se considera mais “justo” para o meio rural nessa região. As denúncias sobre o uso considerado inadequado de recursos naturais (como a madeira e o carvão vegetal) também foram formuladas nesse evento, e além disso, a argumentação em torno da atividade extrativista, praticada de forma sustentável, parecia ser parte de um dispositivo de convencimento argumentativo, montado e formulado tanto pelos mediadores, como também por aqueles agricultores familiares que estiveram presentes ao evento. Tratava-se então da tentativa de construção de um aparato que colocasse em confronto diferentes perspectivas, mas com a disputa se dando claramente a partir de pretensões à justiça demonstradas por armas retóricas e fundamentos com base em argumentos formulados a partir de situações sociais concretas, como as vivenciadas pelos agricultores do PAE Agroextrativista Praiaalta-Piranheira.

4 Considerações Finais

Esses são aspectos centrais para uma compreensão diferenciada sobre a configuração atual das dinâmicas que ocorrem nas áreas de fronteira no meio rural regional, porém não se resumem a essa dimensão. Os conflitos e ações violentas, quando vistos como resultados de “guerras cosmopolíticas” (LOLIVE; SOUBEYRAN, 2007), também podem ser encarados como a expressão de diferenças que não puderam ser colocadas em negociação, sendo que, dessa forma, não puderam originar um procedimento de tradução entre diferentes universos sociais.

Nesse sentido, o que se pode analisar quando se discute os procedimentos de tradução em torno da agricultura familiar e da agroecologia são as arenas públicas (CEFAÏ, 2002) nas quais os agricultores familiares e os atores sociais da cadeia de mediação constituída em torno da agroecologia buscam denunciar esses tipos de



conflitos que são encontrados nessas áreas de fronteira agrária. A pretensão de estabelecer novos parâmetros acerca de um modelo próprio de agricultura familiar para essa região, baseado na aplicação de princípios agroecológicos considerados localmente adaptados e na consolidação do processo de territorialização regional da agricultura de base familiar, pode trazer luzes sobre esses aspectos, pois se insere em disputas nas quais muitas vezes o princípio da tradução pode não encontrar eco, sendo que as consequências disso podem ser conflitos sociais ou ações violentas, conforme se pode depreender da grade de leitura analítica proposta neste trabalho.

Nesse sentido, poderia haver uma convergência com as formas de ação coletiva baseadas na deliberação pública, visto que os representantes dos agricultores familiares e os atores sociais que desempenham papéis de mediação, e que trabalham diretamente com a temática da agroecologia pretendem consolidar na região passa pela demonstração da importância da agricultura familiar como ator social crucial para a organização socioeconômica da região, e ainda por uma visão, matizada por perfis ideológicos diversos, de idealização de uma agricultura familiar diversificada, que maneja de forma sustentável os recursos naturais de suas áreas e que possibilita a reprodução socioeconômica desse setor, combinada com práticas produtivas ambientalmente menos impactantes, quando comparadas às do agronegócio e ao “projeto” de desenvolvimento regional defendido pelos grandes atores econômicos, como as empresas dos ramos do agronegócio e da mineração na região.

Essa abordagem mostra ainda que os conflitos socioambientais podem se inserir no âmbito de disputas sociais que envolvem não apenas interesses econômicos, mas também políticos e científicos, entre outros. Portanto, a abordagem desses conflitos através de óticas teóricas diversas pode trazer luzes interessantes para a compreensão da complexidade que os mesmos contêm, e podem ser importantes para construir uma leitura compreensiva sobre os conflitos socioambientais na atualidade.

5 Referências Bibliográficas

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fisherman of St. Briec Bay. In: LAW, J. (Ed.). **Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge?** London: Routledge e Kegan Paul, 1986. p. 196-233.



CALLON, M.; LATOUR, B. **La science telle qu'elle se fait**. Paris: La Découverte, 1991. 390 p.

CEFAÏ, D. Qu'est-ce qu'un arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In: CEFAÏ, D.; JOSEPH, I. (Org.). **L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanités et épreuves de civisme**. Paris: L'Aube, 2002. p. 51-81.

CORCUFF, P. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Bauru: EDUSC, 2001. 205 p.

DESCOLA, P. Ecologia e Cosmologia. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: UFPA; NAEA; CEJUP, 1997. p. 243-261.

FELIX, G. A. **O caminho do mundo: mobilidade espacial e condição camponesa numa região da Amazônia Oriental**. Niterói: Editora da UFF, 2008. 252 p.

GUIBU, F.; VARGAS, R. Família de ambientalistas assassinados deixa assentamento. **Folha de São Paulo**, 30 maio 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/923100-familia-de-ambientalistas-assassinados-deixa-assentamento.shtml>>. Acesso em: 14 jul. 2011.

HANNIGAN, J. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009. 270 p.

LATOUR, B. **Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru: EDUSC, 2004. 422 p.

_____. Quel cosmos? Quelles cosmopolitiques? In: LOLIVE, J.; SOUBEYRAN, O. (Dir.). **Recherches: l'émergence des cosmopolitiques**. Paris: La Découverte, 2007. p. 69-82.

LATOUR, B.; SCHWARTZ, C.; CHARVOLIN, F. Crises dos meios ambientes: desafios às ciências humanas. In: ARAÚJO, H. R. **Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 91-125.

LOLIVE, J.; SOUBEYRAN, O. Cosmopolitiques: ouvrir la réflexion. In: _____.; _____. (Dir.). **Recherches: l'émergence des cosmopolitiques**. Paris: La Découverte, 2007. p. 69-82.

STENGERS, I. La proposition cosmopolitique. In: LOLIVE, J.; SOUBEYRAN, O. (Dir.). **Recherches: l'émergence des cosmopolitiques**. Paris: La Découverte, 2007. p. 45-68.



GT 3 – Conflitos Socioambientais, gestão de recursos naturais e desenvolvimento rural.

Cultivos Ilícitos, Estado e Trabalhadores Rurais na América Latina: o caso da opção pela erradicação das plantações de coca e a versão dos camponeses atingidos.

Ana Maria Motta Ribeiro¹

¹Professora doutora do departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense e Coordenadora do Observatório Fundiário Fluminense - E-mail: anamotta26@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho visa expor a versão dos cultivadores de coca bolivianos, os chamados *cocaleros*, na ocasião dos diversos programas de erradicação do cultivo de coca na Bolívia e como ocorreram as relações entre os agricultores e as políticas governamentais. O texto tem como base depoimentos e levantamentos históricos, apontando como resultados a relação entre *cocaleros* e agentes públicos, entendendo a densidade do fenômeno enquanto uma prática experimentada por trabalhadores rurais latino-americanos envolvidos com o cultivo de plantas criminalizadas - uma agricultura que passou a assumir uma escala comercial em período recente, compreendendo, nesse processo a atuação do Estado e seu impacto sobre esse segmento social.

Palavras-chave: Cocaleros, agricultores, Bolívia



O uso de desfolhantes químicos como opção de erradicação das plantações de coca afetam de modo dramático as populações indígenas que cultivam a planta proibida pelo Estado, porque os produtos utilizados nas aspersões podem chegar a matar ou cegar camponeses. Também contaminam os picos nevados do altiplano andino, os quais ao derreterem abastecem de água potável, inúmeras comunidades que se distribuem montanha abaixo além de poluírem os rios que irrigam plantações e representam fonte de proteína através da pesca. Apesar dessa condição dramática, as aspersões químicas formam na atualidade a maneira principal de erradicação dos cocais, sobretudo na Bolívia e na Colômbia.¹

Naturalmente, essa prática conduz à fortes tensões e internamente, atua como fomento de fontes de divergência entre camponeses e Estado nos países afetados.

A contradição existente entre posições, experiências e interesses envolvendo o poder público e os “cocalers”, aparece principalmente referida na prática de cultivos que passaram a ser criminalizados, o que atua no sentido de potencializar a marginalização de produtores rurais.

Considerando-se este fato pode-se afirmar então que essa realidade cindida pode conduzir a diferentes perspectivas de análise para a compreensão desse tipo de agricultura (ilícita) e dos significados diferenciados que gera acerca do uso da terra e da reprodução cultural dos cocalers.

Minha proposta neste artigo destaca-se no sentido de procurar entender, a densidade do fenômeno enquanto uma prática experimentada por trabalhadores rurais latino-americanos, envolvidos com o cultivo de plantas criminalizadas - uma agricultura que passou a assumir uma escala comercial em período recente, para entender, nesse processo a atuação do Estado e seu impacto sobre esse segmento social. E pretendo desenvolver minha análise com base em textos e documentos do acervo do Observatório Fundiário Fluminense, um núcleo de pesquisa e extensão da Universidade Federal Fluminense.

Fato típico que merece destaque para um entendimento mais geral nesse âmbito, aconteceu na Bolívia, e refere-se à relação desigual e adversa promovida pelo Estado

¹ No Peru as erradicações por desfolhantes químicos ainda não foram utilizadas.



com o campesinato, através do processo de erradicação de cocais, estabelecendo um tipo de legitimidade na qual a autoridade central e os códigos e regras, são expressos por uma fonte que em lugar de servir como parâmetro tácito, se reproduz como desigualdade em conflito, e autoritarismo, não apenas em função do ato ilícito, mas desconhecendo as razões históricas, econômicas e políticas, dessa escolha pelos camponeses.

Através do sistema de identificação no qual o Estado aparece como “adversário”, o senso de alteridade se define para os camponeses indígenas daquele país, na identidade do Nacional, e isso acaba potencializando uma ambiguidade complicada para a construção da cidadania boliviana.²

Na Bolívia, a vantagem de termos como referência comparativa uma cultura indígena como o “tradicional” que se opõe ao Estado supostamente “moderno” em que os cocaleros são parte do sistema étnico reprodutivo do país, e que é diferente do caso brasileiro, é justamente a de que esta singularidade é o que confere à questão do Estado uma maior visibilidade.

A importância da exploração desses fatos e o modo de sua ocorrência na Bolívia está relacionada com a descoberta de um panorama da situação sociológica que nos importa entender: o efeito das políticas públicas e dos projetos nacionais sobre comunidades locais de trabalhadores rurais afetadas pelo cultivo ilícito.

Na Bolívia, a repressão ao cultivo de uma planta nativa, além de ter vindo como uma decisão internacional, exógena, ainda piorou as condições de sobrevivência do campesinato, introduzindo e reforçando duas lógicas explicativas (enfoques) que se transformaram em duas realidades na experiência desses trabalhadores: a deles, que os tornava subitamente proscritos, e a dos “outros”, os mais fortes, internacionalmente, que era aceita como legalidade e situada como hegemônica até dentro de seu próprio país. Na minha opinião, essa divergência de perspectivas entre Estado e população nativa

² Mas nem por isso, no caso do Brasil onde esse campesinato que cultiva plantas proibidas não pertence a um grupo étnico ou faz parte de uma população tradicional, o Estado aparece como menos estranho e duplamente interventor quando se trata desse tipo de agricultura.



atuou de fato no sentido de acirrar as contradições deste segmento com o Estado Nacional e aumentou a sua marginalização dentro da sociedade.³

Finalmente, ao contrário do que se poderia imaginar, o fim da ditadura não representou o fim da opressão contra a população de trabalhadores rurais indígenas, ao contrário, a presença estatal junto às comunidades assumiu feições ainda mais violentas, por causa do processo de erradicação da coca.

As duas regiões que reúnem a maior parte da produção de coca na Bolívia são o Chapare e os Yungas e é através delas que se revela uma outra realidade submersa quando se desce ao testemunho de seus agentes. Essas regiões aparecem diariamente no noticiário nacional configurando um território altamente perigoso e marginal, como no caso do Polígono da Maconha no Brasil.

Segundo a versão de um grupo de apoio aos cocaleros, a mídia é implacável ao falar do Chapare e ao apresentá-lo para o resto do país:

“... pero solo hablan de enfrentamientos, bloqueos, heridos o muertos, Del narcotráfico y hasta de guerrilleros. No hablan de la vida cotidiana en los pueblos, los sindicatos y las sendas, y tampoco hablan de la realidad de la erradicación forzosa y los productos del desarrollo altern ativo, como tampoco explican porqué los cocaleros salen a protestar en defensa del derecho de cultivar la hoja de coca; porque están buscando de qué vivir y no porque sean subversivos o narcotraficantes.”⁴

Na presidência de Victor Paz Estensoro, o governo da Bolívia assinou, em 1961, a Convenção de Viena, comprometendo-se a erradicar o cultivo de coca, e “o costume de

³ Embora, diferentemente do caso brasileiro, essa “marginalização” acompanhada de ganhos reais em termos do desempenho econômico com o comércio da coca, pode ter levado a uma certa independência indígena que atingiu um nível de organização nunca antes visto. Os ‘cocaleros’, que chegaram a fazer um presidente, tiveram um papel central na virada popular na Bolívia, enquanto na região conhecida como “polígono da Maconha” no Brasil a situação, pelo oposto, aumentou o nível de individualismo e fragmentação entre os trabalhadores que décadas antes haviam construído um forte processo de resistência organizada contra a Barragem de Itaparica. Mas aqui o interesse refere-se à relação entre esse tipo de agricultura, seus produtores e as políticas públicas. Ou algo a respeito de como o Estado lida com essa situação. No Brasil só se constituem modalidades de repressão ao passo que na Bolívia se apresentam processos mais articulados. Talvez o Brasil tivesse muito a aprender com a experiência boliviana neste caso, se quisesse evitar a repetição de mecanismos de criminalização e de exclusão social de segmentos subalternizados do campo.

⁴ GRUPO DE TRABAJO ‘EN DEFENSA DE LA HOJA DE COCA’ – “Así Erradicaron Mi Cocal. Testimonio de Campesinos Chapareños en Los Tiempos de Erradicación Forzosa”, Editorial MAMAHUACO, La Paz, octubre de 2003, 1ª ed. (pp. 3) (mamahuaco@unete.com) (Acervo OBFF-UFF)



“mascar a folha” no país em 25 anos, sem qualquer participação das comunidades indígenas tradicionais, praticantes dessa economia e reprodutoras culturais desse costume, além de majoritárias, do ponto de vista populacional.

Durante esse período, a coca não só não foi erradicada, como atingiu seu melhor preço no mercado nacional e internacional (o *boom* da coca ocorreu justamente nos anos oitenta), e deste modo, em 1986, esgotando-se os 25 anos acordados, iniciou-se o processo de erradicação.

Por ter se estabelecido em várias etapas, em cada uma delas a erradicação representou um tipo de relação entre Estado e camponeses, e que foi tornando-se, gradativamente, cada vez mais violenta e, o mais impressionante, sendo também gradativamente deslocada na compreensão do conjunto da sociedade, pelo modo como era “apresentado” o problema, sempre no âmbito da criminalidade e da repressão necessária, e desta forma, tornando-se crescentemente aceita – apesar de suas formas cada vez mais abrangentes e etnocêntricas - como a melhor e mais justa solução.

Na primeira fase, iniciada em 1986, pagava-se uma compensação e estabeleciam-se assim as condições do início do que se chamava um novo desenvolvimento alternativo, e que correspondia ao nível do debate nacional sobre o tema da criminalização da coca pelo mundo.

Tratava-se de uma compensação pecuniária paga ao dono do cocal que era individual e parte em espécie, permitindo ao camponês um acesso pelo menos parcial ao dinheiro. No Chapare a erradicação compensada com indenização começou em 1987 e correspondia à \$US 2000 por hectare (ha), do qual só se pagava \$US 350 em dinheiro e o resto em ferramentas, mudas, e insumos para o novo cultivo.

Nos primeiros anos não avançou porque os erradicadores, não especializados, não entendiam o que faziam nem conheciam bem a folha: cortavam a planta há poucos centímetros do chão, quase no mesmo nível da poda que os camponeses costumavam a fazer a cada cinco ou seis anos. Aparentemente haviam erradicado, e o dono do cocal demandava sua indenização, mas como era uma poda, a planta “erradicada” voltava a crescer.



Existem assim duas visões acerca dessa etapa que oferecia alguma abertura para os camponeses. A do governo que reflete o esforço e a descoberta de que a erradicação não avançava e um certo empenho no sentido de se dificultar o acesso dos produtores à compensação, aumentando a burocracia e encastelando nas entidades meio quase todo recurso enviado pelo Estado; e a versão dos plantadores que de seu lado, sempre que podiam, procuravam fazer o mesmo que os representantes do governo: transformar esse processo numa ação a seu favor, como o caso acima citado.

Naturalmente que esses casos de uso da oportunidade não excluem a situação de marginalização dos cocaleros, os quais enfatizam cada vez mais sua organização e sua luta, além de apresentarem denúncias e queixas embora se admitissem que a forma de “erradicação” até então adotada e entendida como “projeto de desenvolvimento agrícola alternativo”, apesar de agressiva culturalmente, pelo menos se aproximava mais da realidade camponesa.

Outro fato que aparece na narrativa dos cocaleros do Chapare⁵ é que muitas vezes eles mesmos faziam a tal poda e chamavam o escritório de desenvolvimento alternativo responsável – uma ONG ou uma agência ligada ao governo – e mostravam ao engenheiro da entidade como “erradicado” e eventualmente o engenheiro autorizava o pagamento da diária para o corte e ainda a compensação pelo cocal erradicado. Claro que esse cocal podado, voltava a crescer e era supostamente “erradicado” outra vez.

Alguns cocaleros, inclusive, recolhiam a planta recém cortada e a replantavam em outro terreno como se ainda estivessem crescendo e depois de mostrá-la as arrancavam e pediam indenização pela suposta erradicação de mais um cocal. Além disso como qualquer cocal valia a mesma coisa – estivesse limpo e capinado ou cheio de mato, muitos cocaleros conseguiram se beneficiar dessa política do Estado.

O importante a registrar é que a erradicação nesta fase era voluntária, quer dizer, o produtor precisava ir até o escritório de Desenvolvimento Alternativo oferecer seu cocal para ser erradicado. A maioria não ia porque o sindicalismo criticava a erradicação de modo geral. Era possível optar.

⁵ Ver, “Testimonio de Campesinos Chapareños en los tiempos de erradicación forzosa”. Op Cit. e Alison Spedding & Abraham Colque, NOSOTROS LOS YUNGUEÑOS. Testimonios de Los Yungueños Del Siglo XX. Editoriam Mama Huaco, La Paz, 2003 (Instituto Mama Huaco. Investigaciones Antropológicas) Edición Bilingüe: Ayamara – Castellano. (Acervo OBFF – UFF)



A crise agrícola que se instalou nos anos oitenta – provável sintoma dessa política pública - levou à saída de muitos trabalhadores diaristas ou de regime de parceria, do campo. Assim médios e grandes cocais, sem mão de obra, acabaram por erradicar suas plantações. Alguns chegaram a receber, segundo documento do grupo de Trabalho *En Defensa de la Hoja de Coca*⁶ até dez mil dólares ou mais, o que dava para estabelecer um negócio de comércio no *pueblo* mais próximo, outros, a maioria, tentaram o caminho dos cultivos alternativos.

Nestes casos a tragédia parecia anunciada:

“Los productos del desarrollo alternativo nunca llegaron a tener los precios que habían prometido los ingenieros de los proyectos que los traían. Tampoco daban cosechas cada tres meses como la coca.”⁷

Por esta razão (falta de preços competitivos, e período da safra), na sua lógica de sobrevivência, os camponeses voltavam a cultivar coca, outras vezes erradicavam um cocal mais velho, recebiam a indenização e financiavam a plantação de um cocal novo. Assim, a quantidade dos cocais não se reduzia significativamente apesar da política investida pelo governo.

O presidente Banzer então estabeleceu o chamado “Plan Dignidad” que deveria atuar entre 1998 e 2002, aceitando o argumento de sua assessoria de que os cocais não estavam sendo erradicados na quantidade e velocidade pretendida e que defendiam o fim das indenizações individuais sob a alegação enfatizada pela mídia de que o governo estaria subvencionando os camponeses para que não trabalhassem.

Iniciando o que se poderá chamar de segunda fase da erradicação, o Plano começou reduzindo o pagamento individual por ha, de \$US 2.500 para \$US 1.650 e logo para \$US 800, até acabar com o repasse em fins de outubro de 1998. O Estado passou então a pagar “compensações comunitárias”.

Esse tipo de compensação foi estabelecido sob novos critérios. Era necessário juntar todos os cocais a serem erradicados em um sindicato até somarem um total de dez

⁶ Op. Cit. “Testimonio de Campesinos Chapareños en los tiempos de erradicación forzosa”.

⁷ Id. Ibidem. Pp. 7.



ou quinze ha . O governo colocava um preço relativo a esse total que, em 1999 podia ser de \$US 2000 por ha, mas até 2001 já estava cotado em no máximo, \$US 500.

O acontecia? Os sindicatos não recebiam o dinheiro mas o governo se comprometia em fazer melhorias (obras públicas) para a comunidade que teoricamente teriam o mesmo valor, e os camponeses nunca veriam o dinheiro ou saberiam como era calculado o preço da obra em relação ao ganho comunitário obtido com a erradicação de cocais. Isso aconteceu tanto no Chapare como nos Yungas.

A terceira fase será conhecida, e até hoje implementada, como a da “Erradicação Forçada!”. Nesta fase consagrou-se o fim irrevogável de qualquer caráter voluntário relativo à participação dos camponeses no processo, e transformou os “erradicadores” que eram profissionais recrutados entre os engenheiros agrônomos, em funcionários vinculados à força militar, que passaram a ser identificados pelos camponeses como “Lobos” ou “Leos”, os leopardos. E a compensação acabou finalmente sob qualquer forma, em dezembro de 2001.

Desta data em diante os relatos tornam-se mais fortes e a repressão moral e física aos camponeses aumentou. Nos livros da editora do Instituto de Antropologia esses camponeses são apresentados numa foto com a legenda: “ *Desde que se sabe, los yungueños siempre fueron cocaleros, y pasaram toda su vida trabajando en cocales*”.⁸

A ação repressiva tornou-se violenta e indiscriminada, a serviço de uma concepção internacional completamente em desacordo com a experiência local e endossada pelo governo desse país, aparentemente contra sua própria história. E os desfolhantes químicos, antes utilizados como opção secundária ganharam a cena, tornando-se uma forma de ação considerada nociva ao meio ambiente e genocida pelos cocaleros.

Nas falas de alguns produtores do Chapare, ressalta a discrepância dessas lógicas existentes e praticadas entre Estado e campesinato local⁹.

⁸ Op Cit, “Testimonio de Campesinos Chapareños en los tiempos de erradicación forzosa”.(acervo do OBFF-UFF).

⁹ Op. Cit.



“ Yo calculaba que han econtrado apenas tras catus ¹⁰ de coca, pero ellos han hecho parar a uma hectárea y media”. (p. 12)

“ No lo saquen mi coca, ¿con qué vamos a comer? ¿ Con qué vamos a ir a la escuela?” (p. 14)

“ Ustedes también mascan coca y ¿cómo es que quieren hacer desaparecer la coca?” (p. 16)

“Hasta donde nos está llevando este maldito gobierno?” (p. 18)

E num relato sobre os abusos do Estado através da erradicação tornada repressão militarizada, e acompanhada de desfolhantes químicos aspergidos por aviões que assustam as comunidades com o que despejam, se lê a fala de uma adolescente:

-“ Yo tenia diez años, cuando escuché a mi papá y Don Salomon hablar, como habían erradicado el cocal de uno de mis vecinos del fondo. Esse dia estaba jugando cartas com los hijos de Don Salomón enesa casa, cuando mi papá me llamó y entró a la casa de Don Salomón. Ahí Don Salomón ha salido y le ha hablado. Perguntó por mi y el le dijo que estaba jugando com sus hijos. Ahí es donde escuché, y le dijo “¿ Te has enterado que a su hija de Don Lucas le habian violado a noche?” Mi papá asombrado le preguntó como ocurrió. Pues le ha dicho al estar erradicando los ‘Leos’ habían entrado a su casa. Don Lucas y su esposa estaban mareados. Les habían agarrado y les sacaron afuera de su casa. Don Lucas, como estaba tan mareado, no pudo defenderse. A su hija y su esposa las violaron y !los perros! La mataran a tiros [a la hija]. Después de haber hecho eso, quemaran su casa. Nosotros no hemos escuchado nada, ni siquiera para ir a ayudarle. Cuando recién se há sentido el olor a quemado, el vecino de al lado há salido a ayudarle. Esos Leopardos ya habian hecho todo y se levaran algunas de sus gallinas. Revisaron la casa de pies a cabeza y también se llevaron su plata. Cuando ya acudimos en su ayuda, Don Lucas junto com su esposa y hijos se encontraron llorando y Don Lucas juro vengarse. Al dia siguiente cuando Don Lucas fue a levantar la demanda no le hicieron caso, ya que los policías también estaban en complicidad com ellos.” ¹¹(Pp. 21-22).

¹⁰ “Catus” quer dizer moitas.

¹¹ Op. Cit “Testimonio de Campesinos Chapareños en los tiempos de erradicación forzosa”.(acervo do OBFF-UFF).



Os relatos sobre a impotência dos agricultores ao ver um governo que não defende os interesses dos camponeses são os mais frequentes e a tensão das contradições se fazem claras na agenda dos camponeses bolivianos dessa região.

Em outro depoimento um cocalero descreve a reação que tiveram, dando a entender que a resistência começava pela coragem e solidariedade que foram adquirindo gradativamente nesse processo, e pela decisão de contrariar a vontade do Estado, como sindicalizados: erradicação acompanhada de mais plantio da folha!

“Hoy amaneció nublado. Los alqus [homens a serviço da erradicação] llegaron de vuelta. Después de desayunar, Doña Justina, Don Timoteo, Don Lino, Don Roger y yo fuimos a ver qué cocal ahora van a erradicar. Se estacionaron en el cruce. Don Lino se acercó a um alqu, empezaron a conversar y nosotros nos adelantamos. Los niños le pidieron pan y el que estaba conversando com Don Lino ordeno al chofer Del caimán que lês de pan. El chofe saco el pan y lo dio a los niños. Despues de conversar Don Lino com elalqu, don Lino molesto nos cuenta que es lo que le dijo. “Lê pregunté ? hasta cuando iban a erradicar? Y el alqu me respondió que hasta que no haya coca. ?Porqué? le dije, y el alqu me dijo ‘porque tu papá Evo así lo quiere. Nosotros no tenemos la culpa, la culpa la tiene tu papá Evo’.” Sin más que decirle, Don Lino se vino molesto. Llegamos al lote de Don Alejandro que es del sindicato de al lado. Justo hoy lo erradicaron. Com su cara de pena, casi llorando decía “?Y ahora com que voy a vivir, com qué voy a mantener mis hijos?” Doña Justina le decía “No te preocupes, vamos a volver a plantar coca y esta vez más. Peor ellos vienen a erradicar, nosotros vamos a plantar más coca todavía”. Despues que se foron los alqus, empezamos a recoger las plantas, y a cosechar (las hojas que había en las plantas arrancadas) hasta la hora del almuerzo”. (Pp. 17-18)

Como entender hoje a situação política da Bolívia nos marcos da reflexão exposta neste artigo recortada pelo canal da relação entre estado e camponeses?

Em 2003, data da publicação dos textos aqui utilizados como referência empírica da análise, os cocaleros já se encontravam organizados pelo sindicalismo liderado por Evo Morales que, obteve êxito – apesar de forte reação contrária - em trazer à cena nacional a legitimidade das reivindicações desses produtores, tanto como direitos



seculares ou pela “dignidade da pessoa”, quanto como proposta contemporânea de integração na economia mundial.

Diante desses fatos, acredito que para se compreender essa recente virada na Bolívia (com a eleição de Evo Morales, um cocalero, para presidente), seria necessário considerar no processo de reconfiguração política do país, um cenário delineado a partir do acúmulo de humilhações sofridas pelos camponeses e a reação que desenvolveram contra o caráter repressivo estabelecido pelo Estado como conteúdo principal de sua relação com o campesinato cocalero.

A meu ver as atitudes reativas à erradicação da coca que foram sendo desenvolvidas desde o plano individual até a organização sindical que tomou o cenário político do país fazem parte de uma hipótese importante a ser levada em consideração a respeito do atual governo encabeçado por um representante indígena.

Por fim, o interessante nesses relatos, a meu ver, é que retratam uma diversidade de questões, mas entre elas destaca-se a tensão no relacionamento que se estabelece entre esses pequenos produtores rurais e o Estado que se torna, para eles, num adversário que deve ser combatido, mas com as armas do próprio Estado – o sindicalismo!

Referências Bibliográficas

SPEEDDING, Alison & Colque, Abraham. **Nosotros los yungueños. Testimonios de los yungueños del siglo XX**. La Paz: Editorial Mama Huaco, 2003.

GRUPO DE TRABAJO ‘EN DEFENSA DE LA HOJA DE COCA’, “Así Erradicaron Mi Cocal. Testimonio de Campesinos Chapareños en Los Tiempos de Erradicación Forzosa”, La Paz: Editorial Mama Huaco, octubre de 2003.



GT 03 – Conflitos Socioambientais, gestão de recursos naturais e desenvolvimento rural

De que território se fala? Análise social do Mosaico Extremo Sul da Bahia.

Damiana Sousa Campos¹

¹ Mestranda em Ciências Sociais/ UFRRJ/CPDA, damiana.campos@hotmail.com

Resumo:

O presente artigo, parte do projeto de pesquisa do curso de mestrado em Ciências Sociais, tem por objetivo apresentar um primeiro olhar sobre os Mosaicos de Unidades de Conservação, ação que busca a conectividade de áreas protegidas como instrumento de gestão territorial e estratégia para reversão do isolamento de Unidades de Conservação (UC). Esta vem sendo fomentada nos últimos anos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) através do reconhecimento oficial dos “Mosaicos”. Esta categoria, instituída pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000, busca a gestão integrada de UCs, o ordenamento territorial e o desenvolvimento territorial de base conservacionista. Com o olhar voltado à compreensão do processo de construção e implementação do “Mosaico”, no que tange o processo de construção, com base no SNUC, da cartografia oficial do território e seus desdobramentos, apresenta-se uma primeira análise sobre a experiência do Mosaico de Áreas protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES). Tendo como questões-guias como o processo de construção de um território reconhecido por meio de uma cartografia “ambientalizada” dialoga com as diferentes formas coletivas de gestão de recursos naturais de uso comum e, como estes coletivos são afetados pelas ações do MAPES representado pela instancia de governança Conselho Pró-Gestor (CONMAPES).

.Palavras-chave: Mosaico de Áreas Protegidas, Território, Cartografia Social, Extremo Sul da Bahia.



Apresentação

O presente artigo é parte integrante de um primeiro esboço analítico do projeto de pesquisa “De que território se fala? análise social do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia”, do curso de mestrado em Ciências Sociais da UFRRJ/CPDA. Esta pesquisa foi iniciada em outubro de 2011, com visita exploratória Extremo Sul da Bahia e, a partir de então, contemplado com pesquisa bibliográfica sobre o tema.

Versa sobre o processo de reconhecimento e implementação dos Mosaicos de Unidades de Conservação que são entendidos a partir da proximidade de Unidades de Conservação postas, justapostas ou sobrepostas como rege o artigo 26 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) visando fomentar a gestão integrada das diferentes UCs, o desenvolvimento territorial e a integração das “comunidades tradicionais” a este processo.

De acordo com os atores que fazem parte deste processo, a ação coletiva proposta pelos conselhos gestores, com poder consultivo, são consideradas fundamentais para o processo de gestão territorial. Apontado como uma esfera de governança e com atuação em âmbito territorial pode ser um mediador em espaços de conflitos.

Porém, o presente trabalho apresenta alguns questionamentos com relação às decisões e encaminhamentos direcionadas ao processo de reconhecimento e construção do desenho territorial proposto pelo SNUC, tendo como ferramenta principal a cartografia do território com a base cartográfica as respectivas UCs. Buscando caminhos para responder: como se dá este processo de construção de um território, buscando entender como a “cartografia ambientalizada”, materializada na atuação dos gestores das UCs, dialoga com as diferentes formas coletivas de gestão de recursos naturais de uso comum? E, como estes coletivos, representados pelas “comunidades tradicionais”, são afetados pelas ações do MAPES representado pela instancia de governança o Conselho Pró-Gestor (CONMAPES).



Mosaicos de Unidades de Conservação ou Mosaicos de Áreas Protegidas: análise do processo de reconhecimento dos Mosaicos.

Contextualização

A cooperação bilateral para a implementação dos mosaicos de unidades de conservação entre o Brasil (representado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA) e a França (com sua representação no Ministério dos Assuntos Exteriores e Europeus – MAEE) iniciou-se no ano de 2001. Os desdobramentos das “evoluções conceituais” e “práticas desenvolvidas” foram apresentados em eventos internacionais como o Acordo de Durban, de 2003, e, no Brasil, por meio do Programa Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e pelo Memorando de entendimento entre os dois governos, o produto dessa cooperação foi a construção do Plano de Ação de Gestão Sustentável de Áreas Protegidas.

Como acordado entre os dois países, o governo brasileiro, através do MMA, por intermédio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), lançou o edital 01/2005¹ com objetivo de selecionar propostas de “criação” de mosaicos nos biomas brasileiros e fomentar a elaboração de Plano de Desenvolvimento Territorial Conservacionista (TDBC).

Foram aplicados quatro milhões de reais para o apoio financeiro a projetos em duas Chamadas distintas. A primeira, específica para o bioma Amazônia, enquanto a segunda para os demais biomas brasileiros: Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal, Cerrado, Campos Sulinos além da Zona Costeira e Marinha. (MACIEL, 2007: 104)

¹ Seleção de projetos orientados à formação de mosaicos de Unidades de Conservação e outras áreas legalmente protegidas, e à elaboração e implementação de planos de desenvolvimento territorial com base conservacionista, que contribuam para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Fonte: edital 01/2005). Para maior aprofundamento ver MACIEL, Bruno. Mosaicos de Unidades de Conservação: uma estratégia de conservação para a Mata Atlântica. Tese de dissertação. UnB, Brasília. 2007, 182



As propostas de projeto foram baseadas no artigo 26² do SNUC que prevê somente áreas protegidas como parte do Mosaico e como atuação a gestão integrada com as diferentes formas coletivas de atuação e uso do território. Para tal, foram selecionados dez projetos com recursos financiados pelo FNMA para produção das etapas do edital e, a partir da inclusão nas ações da Cooperação Descentralizada Franco-Brasileira, passaram, ao longo de dois anos, a executar as metas estabelecidas no Termo de Referência proposto neste edital. Ao final da execução foram recomendados três produtos: o reconhecimento oficial do território Mosaico por meio de cartas de aceite de instituições que atuam no território seguido de estudos e do mapa do território referendando a homologação do reconhecimento pelo MMA; a formação do Conselho Consultivo e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista que serão melhores detalhados adiante.

De acordo com a publicação da Cooperação sete, das dez experiências contempladas, foram integradas à Cooperação Franco-Brasileira³. Objetivou-se, de acordo com o relatório final da cooperação, pensar os territórios fomentados no edital 01/2005 com viés da “gestão e desenvolvimento territorial em áreas protegidas”, baseados e conceituados pela *expertise* francesa.

Para este feito, o Plano de Trabalho da Cooperação baseou-se em quatro objetivos: i) a criação da “rede de mosaicos”; ii) trabalhar nos territórios a partir do conceito de “governança territorial”, iii) construir e/ou fomentar a “identidade territorial” (a partir do “saber-fazer” e a certificação dos produtos) e o iv) “ordenamento territorial”. Ambos os objetivos seguidos pelos mosaicos do Brasil.

O Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES) e suas especificidades: análise do processo de “ambientalização da cartografia” e conflitos

² “Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.” fonte: Art. 26 da Lei nº 9.985 – SNUC.

³ Fazem parte desta cooperação: Mosaico Baixo Rio Negro (BRN) – Amazonas; Baixo Sul da Bahia (BSB); Mosaico Extremo Sul da Bahia (ESB); Serra Ibiapaba – Sobral (SIS) – Ceará-Piauí; Mosaico Itabira – Minas Gerais; Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu (GSVP)- Minas Gerais; Mosaico Médio Macaé (MM) – Rio de Janeiro; Mosaico Juréia Itatins – São Paulo; Ilhas Marinhas do Litoral Norte de São Paulo (IMLSP) e Mosaico Lagamar - Paraná.



Como explicitado anteriormente cada projeto pleiteado no edital 01/2005 apresentou, além dos produtos listados, um mapa contendo as bases cartográficas das UCs identificado como “Mosaico de Unidades de Conservação”. Para fins de reconhecimento a “mancha verde”, marco oficial desta ação, englobando as UCs de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico de acordo com o artigo 26

O Mapa do Mosaico de Áreas protegidas chama atenção pela sua base cartográfica ser constituída apenas de Unidades de Conservação (UCs) de um dado território. Esta construção, com base no SNUC, é inicialmente analisada tendo o Mosaico de Áreas protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES), como campo analítico. Este abrange três municípios do Estado da Bahia (Porto Seguro, Prado e Santa Cruz de Cabrália) é constituído de 12 áreas protegidas, sendo 5 federais (Parques Nacionais do Pau Brasil, Monte Pascoal e Descobrimento; Reserva Extrativista Marinha do Corumbau e Refúgio de Vida Silvestre Rio dos Frades), 2 estaduais (Áreas de Proteção Ambiental de Caraíva-Trancoso e Coroa Vermelha), 1 municipal (Parque Municipal Recife de Fora) e 4 particulares (Reservas Particulares do Patrimônio Natural Veracel, Mamona, Carroula e Rio Jardim) ⁴. Este território é, também, identificado pela sua diversidade cultural, pela marcante presença das Terras Indígenas da etnia Pataxó e suas lutas, pescadores “tradicionais”, assentados e pelos empreendimentos de grandes empresas de Celulose.

De acordo ACSELRAD o processo de “ambientalização da cartografia”⁵, como indicado no mapa do Mosaico, surge a partir da década de 60 quando ocorre também uma “ambientalização” do próprio Estado. Coloca ainda que na década de 70 observou-se, no Brasil, a montagem sistemas institucionais responsáveis por dimensões

⁴ Esta área é oficialmente reconhecida, de acordo com a portaria ministerial de nº 492, como área do Mosaico. No site oficial do MAPES o nascimento do mosaico se dá pela necessidade de articular as ações desenvolvidas por diversas organizações e lideranças comunitárias em busca da recuperação e proteção da Mata Atlântica e da melhoria das condições de vida das populações locais. Afirmar ainda que “*é uma proposta de gestão territorial coletiva e participativa que busca o fortalecimento de uma cultura voltada para o desenvolvimento socioambiental*”.

⁵ O termo “ambientalização” é usado por Acsehrad, nos termos de Leite Lopes, como neologismo denotando um processo histórico de construção de novos fenômenos, um processo de interiorização pelas pessoas, por diferentes grupos sociais e por discursos institucionais das diferentes facetas da questão pública do meio ambiente, cf Lopes, José Sérgio Leite. Este conceito será também utilizado neste projeto no que diz respeito à “ambientalização dos conflitos”.



ditas ambientais das políticas governamentais. Este olhar cartográfico não reconhece os grupos sociais de terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA: 2004), com isso, causando conflitos ligados a sobreposição de territórios e jogos de interesses.

De acordo leituras das atas de reuniões do Conselho Pró-Gestor do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (CONMAPES) os conflitos marcados pelo uso e ocupação da terra e pela gestão dos recursos naturais de uso comum são pautas das discussões como um desafio a ser vencido.

Este território demarcado perpassa as UCs e sua história de reconhecimento das populações tradicionais e preservação da Mata Atlântica pode ser percebida na dissertação de BUCCI (2009). O autor mostra como a implementação da RESEX Corumbau, parte do Mosaico, é percebida pelos atores locais. Especificamente no capítulo III o autor trás dois momentos importantes para entender a dinâmica espacial e social de Ponta do Corumbau⁶ e sua relação com o Estado: Fogo de 51⁷ e a criação do Parque Nacional Monte Pascoal⁸. Sobre isso o autor discorre:

“(…) com o chamado Fogo de 51 em aldeia Barra Velha, quando os moradores vivenciaram um massacre envolvendo torturas e mortes por mais de 15 dias pela polícia do Estado da Bahia, fato do qual a memória local tem ótimo registro; com a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, em 1961, e com a vinda de pessoas da região de Porto Seguro e Coroa Vermelha”. (BUCCI: 2009, p.62)

E ainda pontua que:

“(…) considerando que tanto o *fogo de 51* quanto a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal em 61 foram os principais contatos que tiveram com agentes do Estado e, em ambos os casos, foram violentados e retirados à força do local onde habitavam. (Idem).

Assim como apontado grande parte dos deslocamentos e do êxodo rural em Corumbau teve como ponto de partida os dois eventos, coloca-se ainda a criação do Parque Nacional do Descobrimento, vizinho do PARNA Monte Pascoal, que ainda encontra-se em forte conflito com Terras indígenas.

⁶ Distrito de Prado (BA).

⁷ Massacre ocorrido em Barra Velha (BA).

⁸ Unidade de Proteção Integral. De acordo Bucci (2009) com a sua demarcação foi deslocado todos os moradores do Antigo Corumbau, que vieram se estabelecer no Pontal, hoje Ponta do Corumbau.



Sobre os conflitos ligados a sobreposição de territórios existentes o caso mais discutido é entre a existência de Unidade de Proteção Integral, no Bioma Mata Atlântica, e Terra Indígena ocupada pelo Povo Pataxó. Na região, foram estabelecidas duas UC: O Parque Nacional do Descobrimento (PND) e o Parque Nacional Monte Pascoal (PNMP), que se sobrepõem ao território indígena Pataxó. (ABIRACHED; BRASIL; SHIRAIISHI: 2010).

Caminhos a serem percorridos: a descoberta do objeto e a procura do distanciamento

O encontro do objeto de análise tornou-se possível por meio da mudança de rumos na construção do projeto de pesquisa durante o primeiro ano do curso de mestrado. A primeira versão do projeto teve como foco analítico o Mosaico Sertão Veredas- Peruaçu, localizado no Sertão Norte Mineiro, lugar onde a autora vive e atua por meio da ONG Instituto Rosa e Sertão. O processo de mobilização dos atores locais e o sentido da palavra Mosaico – como algo que a partir de diferentes partes transforma o fragmentado em um todo – provocaram a querer compreender melhor todo este processo onde possibilitou fazer parte. Porém a necessidade do distanciamento analítico constituiu-se um novo campo analítico.

A escolha do MAPES como universo empírico deu-se por dois motivos. Sendo elas: a indicação do projeto ao edital referendando a importância da constituição do Mosaico Extremo Sul da Bahia (MAPES) por meio da gestão compartilhada entre UCs e comunidades tradicionais e da “identidade territorial” como elemento indicativo para o reconhecimento do território⁹. E, pelos conflitos surgidos durante o processo de construção coletiva do desenho territorial do MAPES que indicou em seu território, ignorando a legislação, reconhecendo, assim, as Terras Indígenas como parte deste território.

⁹ De todos os projetos encaminhados ao FNMA apenas estes três indicaram a identidade como ponto importante para definir o território. Esta “identidade territorial”, de acordo com o edital, se define como sendo: “fundada na semelhança de problemas e potencialidades de gestão socioambiental e econômica, gera unicidade entre as comunidades componentes do mosaico, bem como a sua capacidade de planejamento e ação coletiva”.



A busca pelo reconhecimento junto ao MMA, de acordo com relatos dos conselheiros do COMAPES, do mapa oficial, em anexo, não foi consolidada. Após várias tentativas frustradas o MMA negou o pedido baseados no artigo 26, solicitando desta forma, que encaminhassem o mapa constando apenas as UCs e, se isso não ocorresse o MAPES ficaria impedido de obter seu reconhecimento. Com isso, segue oficialmente reconhecido o mapa 2, em anexo, referendando toda a política de gestão integrada das UCs e as demandas surgidas no CONMAPES.

O CONMAPES conta hoje com a presidência e a vice-presidência do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMbio), com secretaria executiva do IBAMA. Alguns Mosaicos decidiram manter a cadeira da Secretaria Executiva destinada a uma ONG mantendo assim certa simetria entre governo e sociedade civil dentro do conselho. Sobre isso fui informada, a partir das primeiras aproximações ao tema que empreendi, que no primeiro mandato da gestão tal configuração ocorreu, sendo desfeita na eleição seguinte quando não houve nenhuma representação do terceiro setor para concorrer, assumindo assim, o IBAMA.

Partindo deste processo de construção e da mobilização entorno de que território se fala ao acionar “Mosaico” e os desdobramentos das ações coletivas, este projeto de pesquisa tem por questão central como se dá este processo de construção de um território, buscando entender como a “cartografia ambientalizada” dialoga com as diferentes formas coletivas de gestão de recursos naturais de uso comum e, como estes coletivos, representados pelas “comunidades tradicionais”, são afetados pelas ações do MAPES representado pela instância de governança o Conselho Pró-Gestor (CONMAPES). Para tal busca-se o uso da cartografia social entendendo que um território abarca vivências e significados para além das UCs.

Referenciais teóricos

A noção de “ambientalização dos conflitos” relacionada à “construção de uma nova questão social, uma nova questão pública do meio ambiente”. (LEITE: 2009, p.34). A questão ambiental vem como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos e, são reafirmadas e encontradas nas seguintes instâncias: nas novas áreas jurídicas com os “direitos difusos”; nas escolas no que se refere à questão da Educação Ambiental colocando-a como um manual de etiqueta estudado por Elias; dentro das



empresas através dos selos ambientais, das normatizações nas formas de produzir do tipo ISO 9000, ISO 14.000 – o que repercute nas novas formas legítimas de ser empresário; na sociedade civil organizada, associações de bairros, sindicatos (LEITE: 2006, p. 46).

Este conceito voltado a análise do desenho territorial do MAPES possibilitará percebê-lo como uma “cartografia ambientalizada”, entendida aqui, como uma estratificação do território, possibilitando o olhar e ação do Estado por meio das UCs, possibilitando, desta forma, uma interpretação que aquele é um “território da conservação”. Esta cartografia pode ser utilizada para diferentes ações perante a chancela produzida pelo MMA, referindo aquele território para fins de projetos conservacionista, como exemplo o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e o desenvolvimento de planos estratégicos de desenvolvimento com bases ecológicas ocultando os modos de vida tradicionalmente existentes no território.

Pensando assim o território passa a fazer parte de uma dinâmica voltada a normas e objetivos específicos para conservação. É importante esclarecer que o uso da categoria território é acionada aqui de em diálogo com Carneiro (2009). A autora coloca a necessidade de reconhecer a diferença entre os estatutos da categoria território em diferentes contextos em que ela é acionada ou que recorre. Este destaque permeia duas óticas: uma refere-se à indicação de seu uso enquanto uma categoria analítica como um instrumento de análise. A outra quando ela assume um lugar enquanto categoria operacional que organiza e orienta a ação humana, dando o exemplo, das políticas públicas. Ainda coloca que nesta última assume o sentido de Pecqueur (1996) ao que ele nomeia de “território dado”, ainda que o mesmo institucionalizado também passou por um processo de construção.

Pensar o território Mosaico neste trabalho é trazê-la na perspectiva de Becker (2007) que permite pensar as diferentes perspectivas e escalas de olhar determinando o território. Em seu artigo “A Amazônia e a política ambiental brasileira” contextualiza a inovação tecnológica como elemento fundamental, mas não único, para a evolução no sentido da percepção sobre o planeta.

É na afirmação de Yuri Gagárin ao ver o planeta do espaço, de que a terra era azul a autora provoca o chamamento para a mudança de escala, diminuindo-a



um pouco ou mesmo deixando-a e permitindo olhá-la em outra perspectiva vamos notar a imenso “coração verde”, este a Amazônia. (BECKER: 2007, p.22)

Becker pontua que esta “mancha verde” não é homogênea: *“existe uma diversidade dentro dessa unidade, começando pela diversidade dos ecossistemas e passando pela diversidade cultural”*. É neste ponto que este projeto perpassa o olhar à cartografia da conservação denominada “Mapa do Mosaico Extremo Sul da Bahia”, referenciando o uso da categoria território a partir desta reflexão.

Propõe-se aqui construir a base teórica para território trazendo a categoria “Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul” (MAPES) referindo-se às UCs e sua conectividade – como delimitadas em seu mapa, mas para além da cartografia da conservação. A transformação da categoria em Território Mosaico numa escala menor, ou micro escala, possibilita pensar, também, a diversidade cultural e social existente.

Pode-se pensar que o uso de categorias e a inclusão ou não de Terras Indígenas não impedirão que o trabalho coletivo aconteça ou que os objetivos do MAPES se concretizem. Visualizando os processos de conflitos parte-se da hipótese que o uso de categoria Mosaico de Áreas Protegidas, o desenho territorial do MAPES como homologado pelo MMA e acionamento do Mosaico como mote de mobilização coletiva delimitam estratégias de segmentação das formas coletivas de gestão de uso dos recursos naturais de uso comum enfraquecendo, assim, a história de luta e a busca de reconhecimento de seu território. Sendo estas formas presentes no território: indígenas, pescadores artesanais ou da agricultura familiar.

Por fim, apresenta-se como mote desta análise o conceito de cartografia social pensada por Almeida (1994) em seu trabalho “A guerra dos mapas”, considerado um marco para pensar trabalhos de pesquisa utilizando traços descritos do que se designou a cartografia social como um instrumento de descrição etnográfica (FARIAS JUNIOR: 2010 p. 90).

A cartografia social mostrada no “Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia” (PNCSA) é um instrumento capaz de dar visibilidade as reivindicações dos agentes sociais, o conhecimento tradicional objetivado, ou seja, é a forma como os



agentes representam sua realidade (p. 91). Com isso pretende-se neste estudo entender esta realidade imposta pelo MAPES a partir da perspectiva dos atores sociais.

Na perspectiva dos atores buscará neste projeto identificar os diferentes usos e ocupações do território, possibilitando assim o diálogo com a “cartografia ambientalizada” reconhecida pelo MMA. Este tem por objetivo perceber as dinâmicas sociais existentes e compreender como estas estão sendo percebidas pelo MAPES na sua figura representativa CONMAPES.

Metodologia:

A partir das indagações surgidas ao decorrer da visita exploratória e durante a escrita deste projeto, optou-se pelo método qualitativo (BECKER: 1999), seguido da pesquisa etnográfica. Para esta última Geertz (1978) coloca que “praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar interlocutores, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante” (GEERTZ, 1978, p. 15). Ainda a possibilidade de diálogo entre a cartografia social, apontada por ALMEIDA (2004) como uma etnografia, onde a possibilidade de descrição também é identificada.

Com técnicas de coleta de dados buscam-se informações ligadas à construção da oficina de elaboração do Mapa do Mosaico e as diversas interpretações sobre o plano de trabalho do COMAPES. Para melhor compreensão desta análise aqui proposta busca-se como referência as pesquisas realizadas pelo “Projeto Nova Cartografia Social” (PNCS).

O uso do diário de campo será o “livro falado”, seguido das entrevistas semi-estruturadas e o uso de rodas de conversa em duas comunidades, ainda não definidas, para elaboração de mapas coletivos. Estes ainda terão o uso do GPS e, após o levantamento será realizado um tratamento de imagem com as informações coletadas no Mapa do Território Mosaico. Este último terá a colaboração de parceiros geógrafos para execução e aprendizado.

Referências bibliográficas

ABIRACHED, C. F. A; BRASIL, D.; SHIRAIISHI, J. Áreas Protegidas e Populações Tradicionais. X Encontro da Anppas. 04 a 07 de outubro de 2010. Florianópolis – SC – Brasil.



ASCERALD, Henri. Sobre os usos sociais da cartografia. In: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/?pg=txtAnalitico>

ALMEIDA, A. W. B. “Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum”. In: DELGADO, Nelson Giordano. Desenvolvimento Rural Sustentável.

_____ “Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Conhecimentos tradicionais e biodiversidade: normas vigentes e proposta.

_____ “Uma nova agenda de temas e problemas. Conflitos entre o poder das normas e a força das mobilizações pelos direitos territoriais.”. In: Cadernos de debate Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia/Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs.)... [et al] – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010. 171 p. (Vol. 01, nº 01)

BECKER, Howard S. Métodos de pesquisas em ciências sociais. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999, 4 ed.

BENAKOUCHE, Tâmara. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. *Cadernos de Pesquisa*, nº17, set. 1999.

BRASIL. Lei 9.985. Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC). Publicada em 18 de julho de 2000.

BUCCI. T. M. Implementação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau BA: relações de atores e processos de mudança. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Estadual de Santo Cruz. 2009

CARNEIRO, M. J. *Limites e possibilidades da construção de “territórios de desenvolvimento” na região serrana do Rio de Janeiro*. In: CAZELLA, Ademir A., BONNAL, Phillipe e MALUF, Renato S. (orgs.) Agricultura familiar – multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. R. Janeiro, Ed. Mauad, 2009

CUNHA, Maria Amália de Almeida. O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 503-524, jul./dez. 2007.

DALLABRIDA, V.R e BECKER, D. F. *Governança Territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórica metodológica*. In: Desenvolvimento em Questão.



DELELIS, C. J. REHDER, T., MOTA, T. Mosaicos de áreas protegidas: reflexões e propostas da cooperação franco-brasileira. Ministério do Meio Ambiente, MMA; Embaixada da França no Brasil – CDS UnB, Brasília, 2010.

DELELIS, Caroline. Boletim da Cooperação Franco-Brasileira de Áreas Protegidas. Nº 9 – abril-maio de 2010

_____ Boletim da Cooperação Franco-Brasileira de Áreas Protegidas. Ed. 08. – novembro- dezembro de 2009

GARCIA JR., Afrânio Raul. 1989. O Sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Editora Marco Zero.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978 (1973)

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tamaz Tadeu da Silva e Guarcira Lopes Louro. 4º. Ed. Rio de Janeiro, 2000.

LOPES, José Sergio. “Sobre os processos de ambientalização dos conflitos e sobre os dilemas de participação”. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006

LOPES, José Sérgio Leite. 1976. O vapor do Diabo. Rio de Janeiro: Paz e terra.

MACIEL, Bruno de Amorim, Mosaicos de Unidades de Conservação: uma estratégia de conservação para a Mata Atlântica. Tese de dissertação. UnB, Brasília. 2007, 182 p.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. 1996. O trabalho do Antropólogo. In: O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. Revista de Antropologia, vol. 39, nº 1.

PINHEIRO, Marcos Roberto. Recomendações para o reconhecimento de Mosaicos de Áreas Protegidas. (orgs). Brasília, DF, GZT. 2010.

Relatório do 1º Curso de Gestão de Mosaicos de Áreas Protegidas – 15 a 19 de agosto de 2011 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Academia Nacional da Biodiversidade (ACADEBio). Coordenação: Allan Crema. Relatoria:

RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação social, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: Hector Poggiese; Tâmara Tania Cohen Egler. (Org.). Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires: CLACSO, 2009, v. p.147-156.

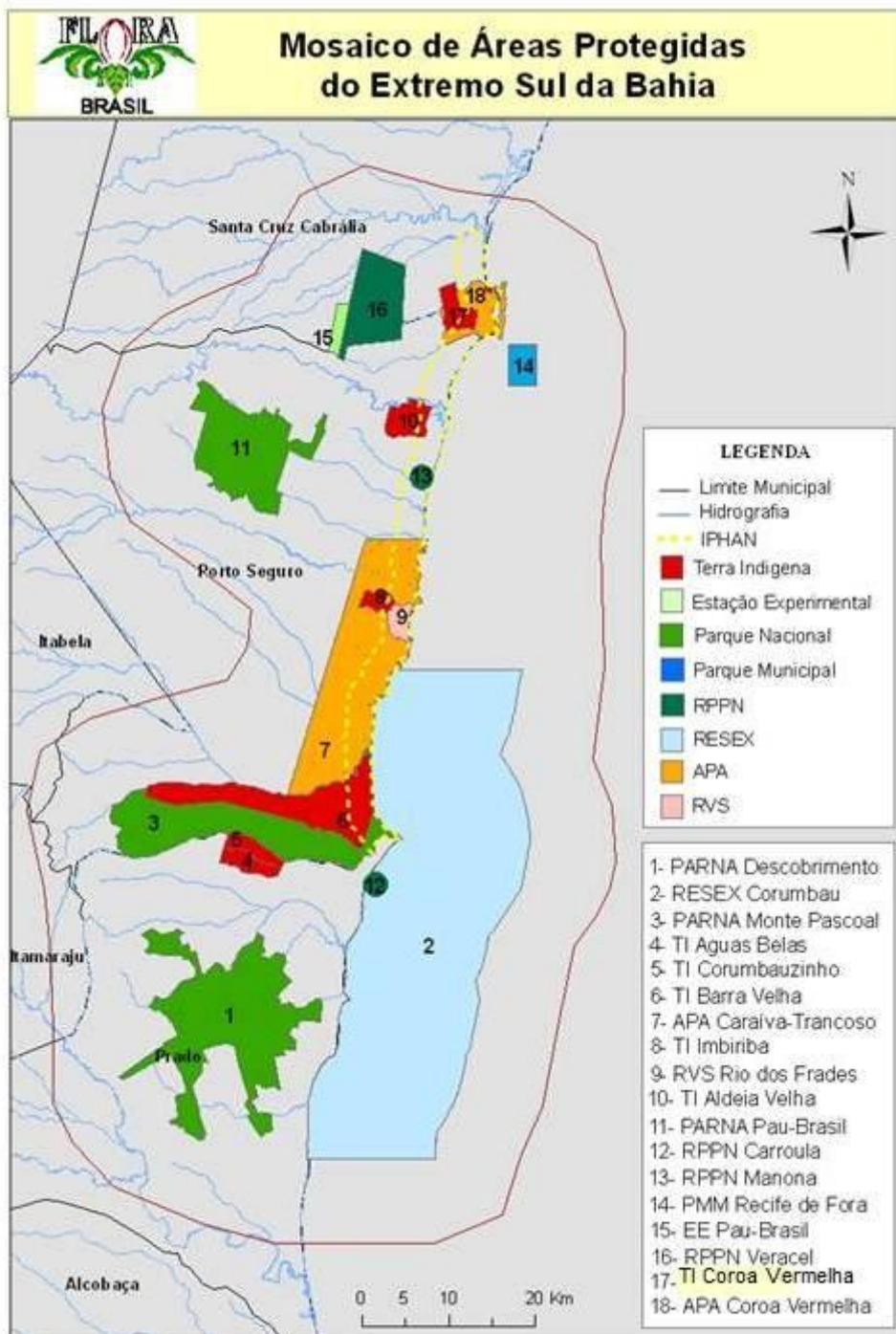
SCALCO. Raquel Faria. Desafios, paradoxos e complexidade na gestão do Mosaico de Unidades de Conservação da área de proteção ambiental Cachoeira das Andorinhas – Ouro Preto. Tese de dissertação. UFMG. 2009.



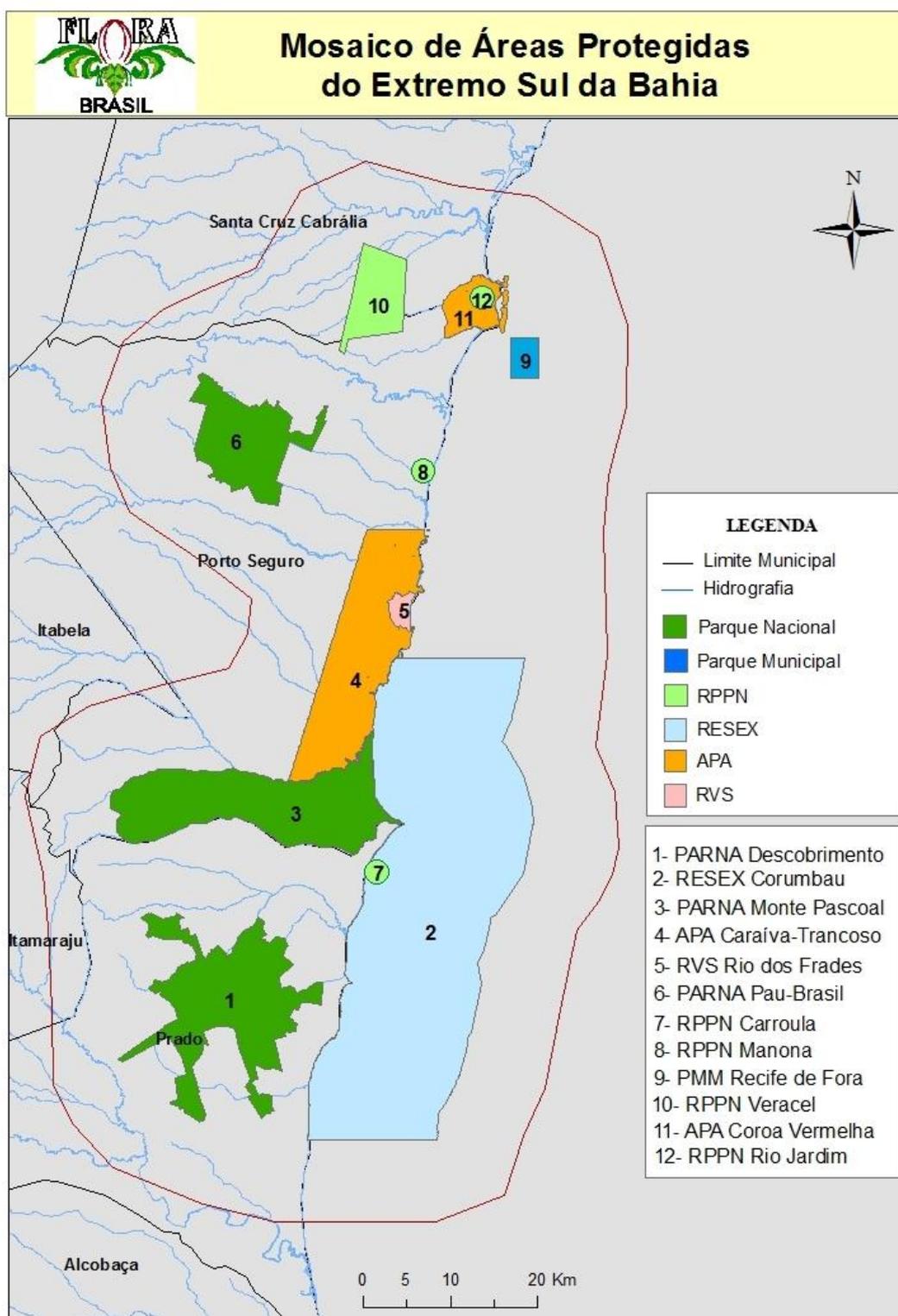
TIMMERS. Jean-François. Respeitar a vida e o ser humano: a preservação do meio ambiente com e pelos índios evita a definitiva condenação da biodiversidade.

VIEIRA. P.F. e CAZELLA. A. Desenvolvimento territorial sustentável em zonas rurais: subsídios para a elaboração de um modelo de análise. Programas de Pós - graduação em Sociologia Política e em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

ZHOURI. Andréia. Texto inspirado na Introdução do livro *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação*. In: Zhouri, A.; Laschefski, K. (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-34.



Mapa construído pelo CONMAPES via ONG Flora Brasil – Indeferido pelo MMA



Mapa do Homologado pelo MMA - Mosaico do Extremo Sul da Bahia – Flora Brasil e CONMAPES – 2009.



GT 3 – Conflitos Socioambientais, Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural.

Diagnóstico da qualidade ambiental das áreas de preservação permanente nos projetos de assentamento: Baratinha, Engenho Velho, Holanda e Vila Boa (Go), usando bacia hidrográfica como unidade de planejamento territorial.

Victor Tomaz de Oliveira ¹
Natalia Cristina Lino ²
Karla Emmanuela Ribeiro Hora ³

¹ Mestrando em Engenharia do Meio Ambiente, Tecnólogo em Geoprocessamento; Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário / Universidade Federal de Goiás - UFG; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA / E-mail: vto.geo@gmail.com

² Mestranda em Engenharia do Meio Ambiente; Tecnóloga em Geoprocessamento / Universidade Federal de Goiás - UFG / E-mail: natalia.c.lino@gmail.com

³ Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Mestre em Geografia, Graduada em Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal de Goiás – UFG / E-mail: karlaemmanuela@gmail.com

Resumo:

A quantidade de assentamentos rurais promovidos pelo governo federal tem aumentado significativamente nos últimos anos. No estado de Goiás, existem mais de 280 projetos de assentamentos rurais criados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A implantação de novos assentamentos traz alterações ambientais nessas regiões, o que desperta uma preocupação com a qualidade ambiental dessas áreas. Por se tratar de um das principais unidades de gerenciamento territorial utilizou-se a área de uma bacia hidrográfica para as análises dos projetos de assentamentos Baratinha, Engenho Velho, Holanda e Vila Boa, onde foram mapeadas as áreas de preservação permanente e quantificados os conflitos do uso do solo, com a intenção de mensurar o índice de degradação da área. Para tal, foram utilizadas técnicas de sensoriamento remoto e sistema de informação geográfica. Os resultados mostraram que os projetos de assentamento analisados ainda se encontram em bom estado de conservação.

Palavras-chave: Projeto de Assentamentos Rurais, Qualidade Ambiental, Bacia Hidrográfica, Sensoriamento Remoto, Sistema de Informação Geográfica.



Introdução

O termo “assentamento rural”, criado no âmbito das políticas públicas para nomear um determinado tipo de intervenção fundiária, unifica e, muitas vezes, encobre uma extensa gama de ações, tais como compra de terras, desapropriação de imóveis rurais ou mesmo utilização de terras públicas. Em geral, tais intervenções visam à regularização de áreas ocupadas, às vezes, há décadas por “posseiros”; a fixação de segmentos de trabalhadores ameaçados de expulsão da terra; a destinação de terras a populações que, desprovidas desse bem e organizadas por movimentos, sindicatos ou outras entidades, acampam e/ou ocupam áreas como forma de pressão sobre o Estado; a preservação de populações e suas tradicionais formas de uso dos recursos naturais; a relocação de populações atingidas pela construção de grandes projetos hidrelétricos, etc (MEDEIROS; LEITE, 2004, p. 17).

No Brasil, a quantidade de assentamentos rurais promovidos pelo governo federal tem aumentado significativamente nos últimos anos. No estado de Goiás, existem mais de 280 projetos de assentamentos rurais criados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), dos quais a maioria foi adquirida na última década. A criação de um projeto de assentamento de reforma agrária, como muitos pesquisadores já explicitaram, desencadeia processos de transformação econômica, política, social e ambiental (CUNHA apud LEITE et al., 2004).

A implantação de novos assentamentos traz alterações ambientais nessas regiões, o que desperta uma preocupação com a qualidade ambiental dessas áreas. Tais mudanças no ambiente podem acarretar problemas quando se trata de conversão de áreas da vegetação nativa em áreas de produção agrícola ou pastagem, principalmente quando não são respeitados os limites impostos por lei para áreas de proteção ambiental, como por exemplo, as APP's (Áreas de Preservação Permanente). Essas áreas de preservação previstas no Código Florestal Brasileiro têm a função de preservar a



paisagem, proteger os recursos hídricos, a fauna e a flora, e ainda servir de dissipador das energias erosivas (BRASIL, 1965).

Quantificar e qualificar essas transformações ambientais que acontecem nas áreas destinadas à reforma agrária segue sendo um desafio. É preciso não apenas mensurar as mudanças na paisagem, mas também analisar se causam conflito de uso nas áreas destinadas à proteção do meio ambiente, principalmente em torno das nascentes e ao longo dos cursos d'água, que têm função de preservar os recursos hídricos. NARDINI (2009) afirma que os conflitos de uso são determinados pelas ocupações inadequadas do solo dentro de APP's.

A bacia hidrográfica tem se configurado atualmente como umas das principais unidades de gerenciamento territorial, sendo modelada pelas condições geológicas e climáticas locais. Visto que todos os componentes de uma bacia hidrográfica estão interligados, uma ação localizada feita em qualquer ponto da bacia pode ser sentida a quilômetros de distância. Desta forma, ela constitui uma excelente unidade de planejamento e gerenciamento (Martins, 2008). Pode-se afirmar então que a bacia hidrográfica reflete sistematicamente todos os efeitos e degradações. A identificação das mesmas como unificadoras dos processos ambientais e das interferências humanas leva à sua adoção como unidade de pesquisa, permitindo a avaliação da qualidade e sustentabilidade ambiental (Lima, 2005).

Assim, este estudo tem por objetivo mapear as APP's dos Projetos de Assentamento (P.A.) Baratinha, Engenho Velho, Holanda e Vila Boa, todos localizados na cidade de Goiás, através de técnicas de sensoriamento remoto e sistemas de informação geográfica. Em seguida, quantificar os conflitos de uso do solo com o intuito de verificar as alterações na vegetação provocadas pela ação dos assentados.

Área de Estudo

O município de Goiás, também conhecido como Cidade de Goiás ou Goiás Velho, está localizado 144 km da capital do estado, Goiânia. Foi reconhecido em 2001 como patrimônio histórico cultural mundial por sua arquitetura barroca e tradições culturais. De acordo com o Relatório de Projetos de Reforma Agrária disponibilizado pelo INCRA (2011), dos 288 assentamentos localizados no estado, 22 encontram-se nesse município.



A bacia hidrográfica analisada compreende uma área de aproximadamente 129,71 km². Os projetos de assentamento objetos desse estudo estão localizados entre as longitudes 50° 10'30" e 50° 04'30" (W) e latitudes 15° 51'00" e 15° 44'30" (S), todos na mesorregião do noroeste goiano, conforme ilustrado na figura 1.

O P. A. Baratinha possui uma área total de 7,63 km² e capacidade para atender 15 famílias, contudo, os dados atuais apontam 16 famílias assentadas. Sua criação ocorreu em 14 de outubro de 2004, através de desapropriação das terras.

O P.A. Engenho Velho possui uma área total de 11,22 km². Distante a 25 km da sede do município de Goiás, possui 30 famílias assentadas, sendo que 28 delas participaram do processo de ocupação da fazenda e as outras 2 são ex-empregados do antigo proprietário. É cortada pelo Rio Engenho Velho, que deu nome ao assentamento (Berti, 2004). Foi criada em 14 de março de 2004.

O P. A. Holanda foi criado em 14 de outubro de 2004, através da desapropriação da área, calculada em aproximadamente 13 km². Tem capacidade de assentar 30 famílias, mas atualmente conta com 29 famílias assentadas.

O P.A. Vila Boa possui atualmente 12 famílias assentadas em uma área de 7,93 km². Foi obtido pela desapropriação das terras e criado em 14 de dezembro de 2001, sendo o mais antigo entre os P. A. estudados.

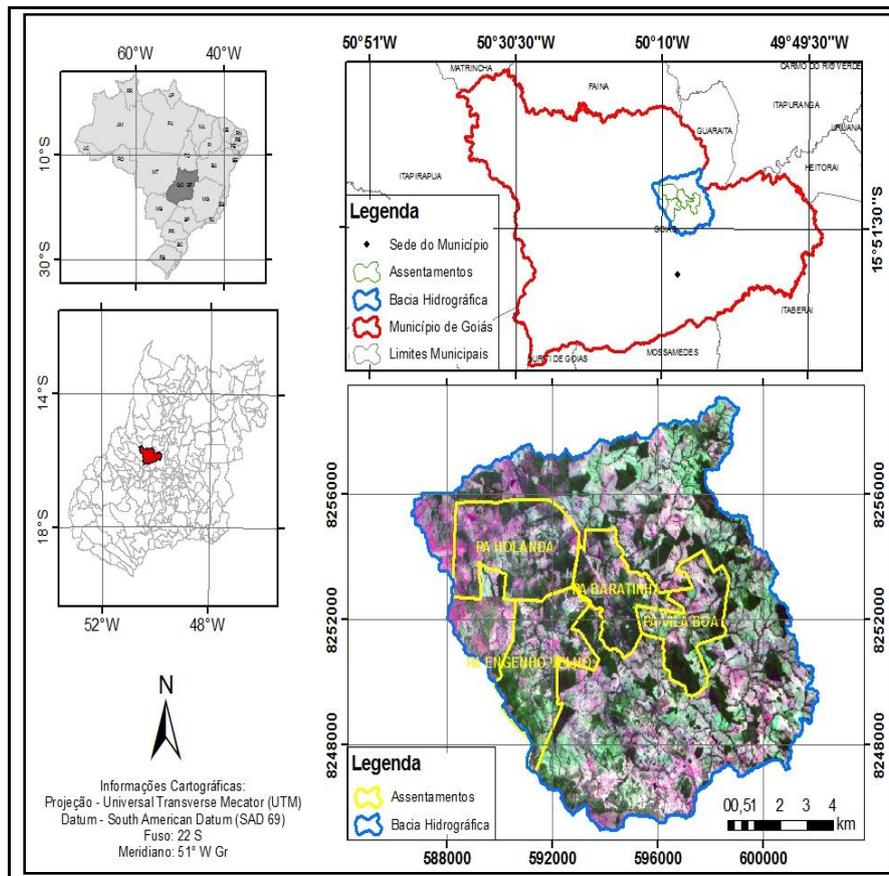


Figura 1 - Mapa de localização dos Projetos de Assentamento estudados.

Materiais e Métodos

A metodologia utilizada para atender aos objetivos propostos compreendeu uma combinação de procedimentos organizados, conforme ilustra a figura abaixo.

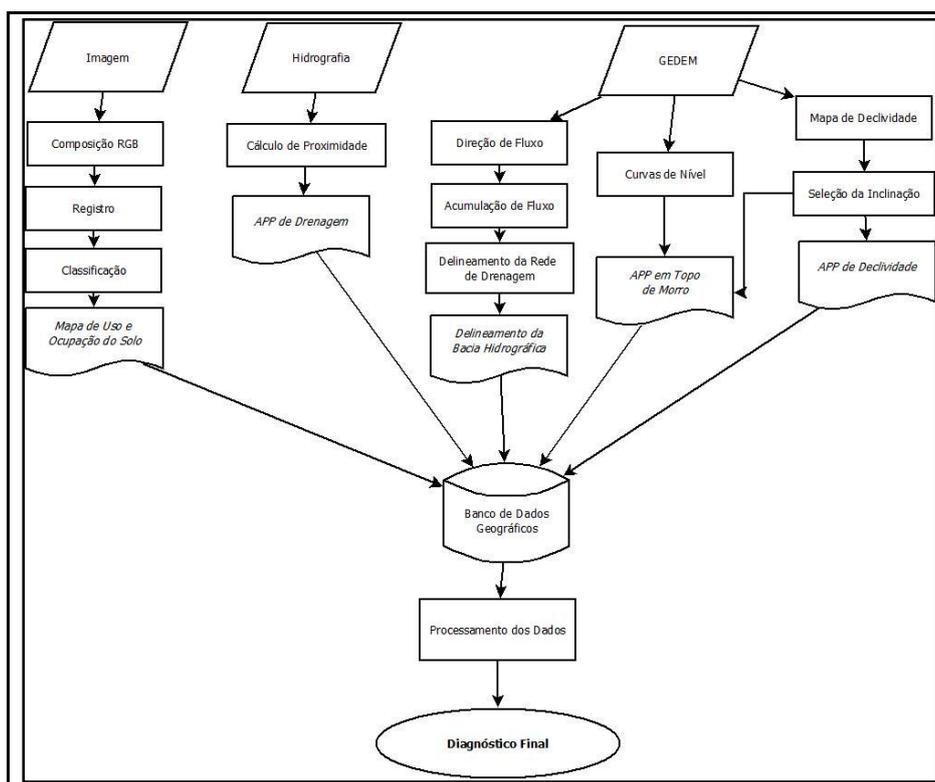


Figura 2 - Procedimentos realizados.

Para a elaboração do mapa de uso do solo, foram utilizadas imagens do satélite indiano ResourceSat-1, através do sensor LISS III, sendo utilizada na composição RGB (Red, Green e Blue) as bandas 3, 4 e 2 respectivamente. A imagem possui órbita/ponto 326/088 e sua data de imageamento é de 14 de maio de 2011. As imagens desse sensor possui resolução espacial é de 23,6 metros e resolução temporal de 25 dias. Para se obter uma melhor resolução espacial da imagem, foi realizado a fusão das mesmas com imagens do sensor HRC, do satélite sino-brasileiro CBERS. A fusão é caracterizada por preservar a informação espectral da imagem original e incorporar a informação espacial da banda pancromática para o produto híbrido. O método de fusão utilizado foi o IHS (Intensity, Hue e Saturation). Esse procedimento fez com que a imagem final possuísse uma resolução espacial de 2,5 metros. Posteriormente, a imagem foi georreferenciada, usando os mapas dos assentamentos oriundos de levantamentos topográficos realizados na área pela equipe de técnicos do INCRA.

Em seguida, foi realizada a classificação automática pelo método de classificação não supervisionada, com algoritmo *k-means* e *isodata*. Após análises realizadas com os resultados obtidos, optou-se pela utilização do algoritmo *k-means* devido ao



refinamento dos dados. Foram geradas duas classes, sendo elas: “vegetação” e “demais usos”.

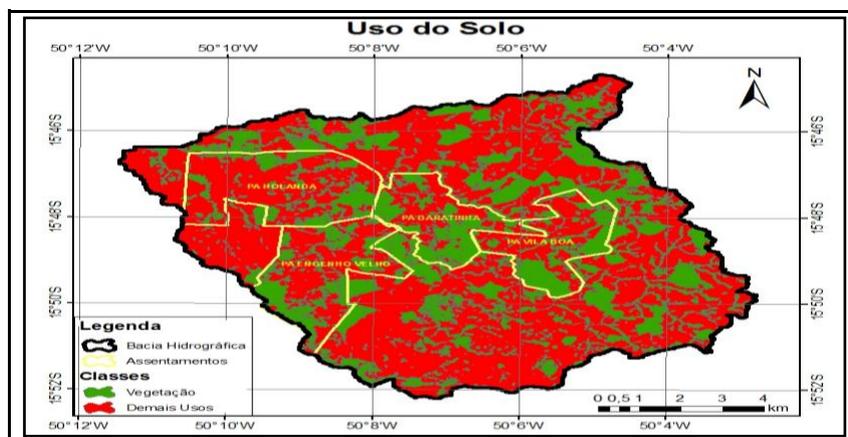


Figura 3 - Uso do Solo

Para a elaboração do mapeamento das áreas de preservação permanente de declividade, topo de morro e ao longo da rede hidrográfica (que foi previamente delimitada através de interpretação visual), foram selecionados critérios citados pela Resolução CONAMA N° 303, de 20 de março de 2002:

- I. Em faixa marginal, medida a partir do nível mais alto, em projeção horizontal, com largura mínima de:
 - a. Trinta metros, para o curso d'água com menos de dez metros de largura.
 - b. Cem metros, para o curso d'água com cinquenta a duzentos metros de largura.
- II. Ao redor de nascente ou olho d'água, ainda que intermitente, com raio mínimo de cinquenta metros de tal forma que proteja, em cada caso, a bacia hidrográfica contribuinte.
- III. Ao redor de lagos e lagoas naturais, em faixa com metragem mínima de:
 - a. Cem metros, para as que estejam em áreas rurais, exceto os corpos d'água com até vinte hectares de superfície, cuja faixa marginal será de cinquenta metros.
- IV. No topo de morros e montanhas, em áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura mínima da elevação em relação a base.



- V. Nas linhas de cumeada, em área delimitada a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura, em relação à base, do pico mais baixo da cumeada, fixando-se a curva de nível para cada segmento da linha de cumeada equivalente a mil metros.

Dando sequência, realizou-se a delimitação automática das bacias hidrográficas da região estudada. Para o processo de delimitação de bacias, foram utilizados dados de elevação de superfície do *Global Digital Elevation Model* (GDEM), obtidos pelo sensor ASTER, vinculado ao METI (Ministério de Economia, Comércio e Indústria do Japão), disponibilizados gratuitamente pelo sítio <http://www.gdem.aster.ersdac.or.jp>, e com resolução espacial de 30 m, no sistema de coordenadas Lat/Long e Datum WGS84. (ANDRADES FILHO et al.,2009).

Essa etapa foi dividida em sub-etapas para a obtenção do dado final, sendo elas: direção de fluxo > acumulação de fluxo> delineamento da rede de drenagem > delineamento das bacias hidrográficas.

As APP's de declividade foram delimitadas a partir das informações de relevo contidas no GDEM. Primeiramente foi gerado o mapa de declividade e em seguida realizado o cálculo a fim de se obter somente as áreas com inclinação com os valores desejados.

O passo seguinte foi mapear as APP's referentes aos topos de morros e linhas de cumeada, sempre considerando a bacia como unidades de gerenciamento territorial (Figura 4). Foram produzidas as curvas de nível com equidistância de 10 metros (em desnível), que, combinadas com o mapa de declividade, possibilitaram identificar os morros, assim como as linhas de cumeada, como define a legislação.

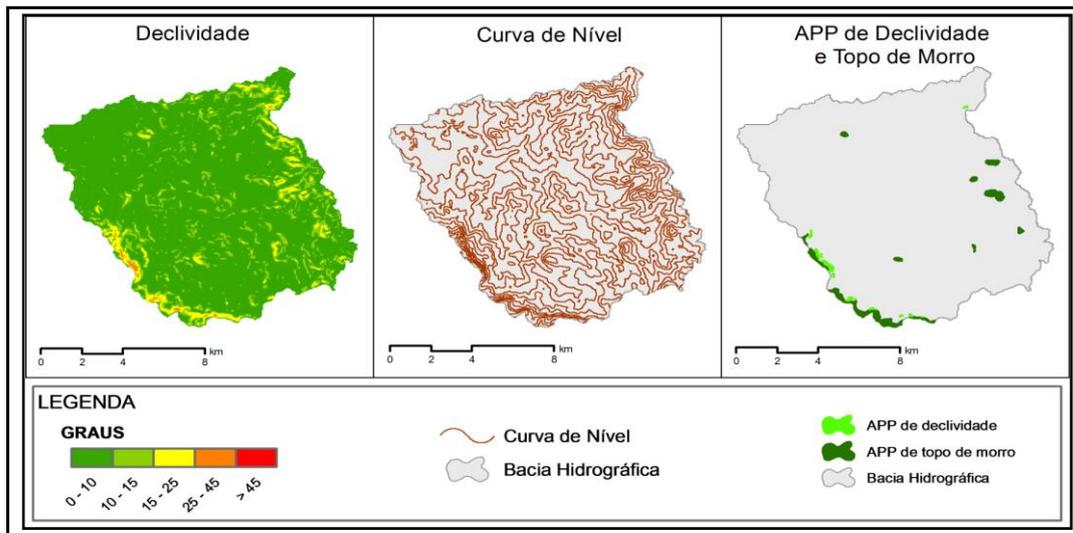


Figura 4 – Mapas de declividade, curva de nível e APP's de declividade e topo de morro.

Na última etapa, os dados gerados foram organizados a fim de se obter uma padronização dos mesmos. Foi considerada a projeção cartográfica UTM, no fuso 22, hemisfério Sul, Datum SAD-69.

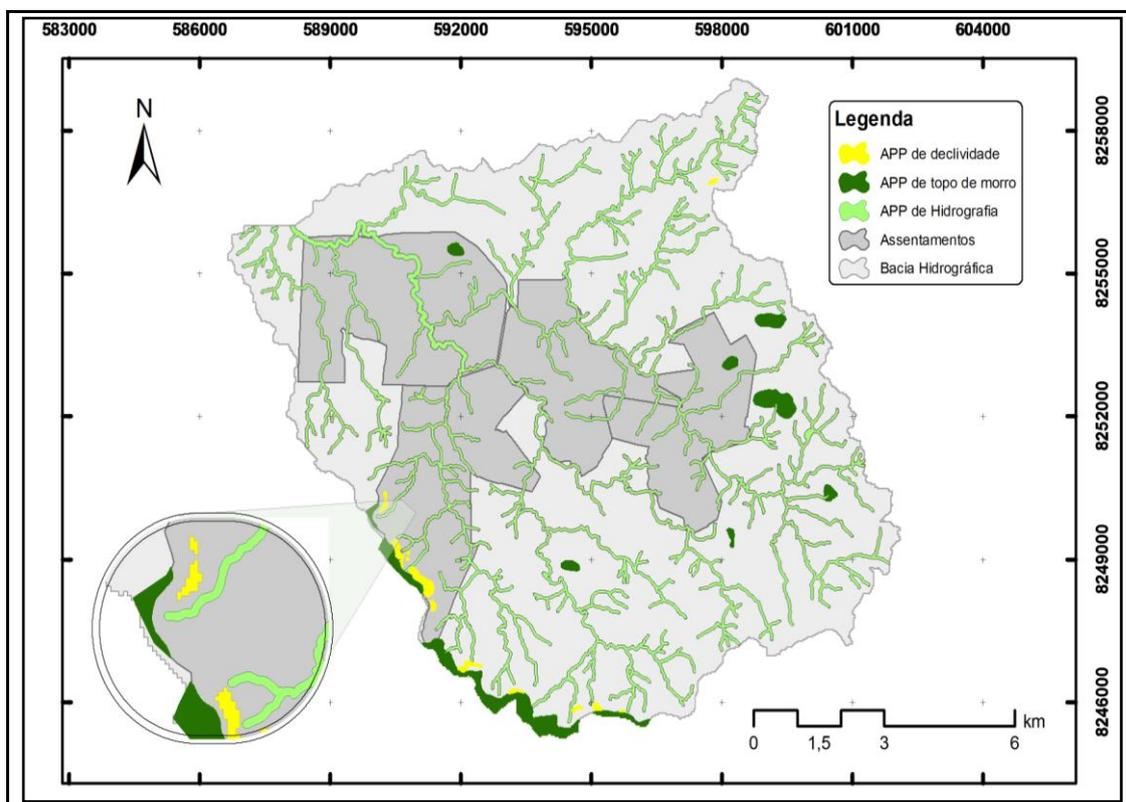


Figura 5 - Mapa das APP's totais.



Resultados

De acordo com os resultados obtidos, verificou-se que aproximadamente 85,62 km² de toda a bacia encontram-se ocupada por outros usos que não a vegetação, o que representa apenas 66,01% da área.

Em relação aos projetos de assentamento analisados, notou-se que o P. A. Baratinha é o que se encontra mais preservado, sendo que aproximadamente 52% da sua área ainda encontram-se coberta por vegetação remanescente.

Apesar de ser o projeto mais antigo localizado na bacia, o P. A. Vila Boa possui quase 50% da área preservada. O P. A. Holanda é o assentamento que possui maior índice de degradação. De uma área total de 13 km², apenas 31% da área encontra-se preservada. O P. A. Engenho Velho também possui um alto índice de degradação. 60% da área encontram-se nesse estado, apesar de ser uma área de topografia bastante irregular, com encostas íngremes, o que dificulta bastante o deslocamento dos assentados e o solo bastante pedregoso, quase inviabiliza a agricultura e dificulta a criação de gado. A tabela 1 apresenta os resultados encontrados nessa etapa do trabalho.

Tabela 1 – Cenário atual do uso do solo na bacia hidrográfica e nos projeto de assentamentos estudados.

Área	Área Total	Vegetação	Demais Usos	Preservação	Degradação
	km ²			%	
P.A. Baratinha	7,62941	3,95653	3,67287	51,86	48,14
P.A. Engenho Velho	11,20996	4,72125	6,48871	42,12	57,88
P.A. Holanda	13,00	4,07836	8,92461	31,36	68,64
P.A. Vila Boa	7,9323	3,72989	4,20241	47,02	52,98
Bacia Hidrográfica	129,71	44,09	85,62	33,99	66,01

A intersecção dos mapas de APP's de declividade, topos de morros, linhas de cumeada e da hidrografia, com os mapas de uso do solo, possibilitou quantificar o conflito de uso na área estudada. Essa análise é interessante por possibilitar a quantificação do nível de degradação na vegetação que é protegida por lei, e tem a função de preservar os recursos hídricos que contribuem para as bacias hidrográficas da região.



Tabela 2 – Quantificação das APP's.

Área	APP (km ²)			
	Declividade	Topo de Morro	Hidrografia	Total
P.A. Baratinha	0	0	0,72884	0,72884
P.A. Engenho Velho	0,21894	0,29068	1,33283	1,84245
P.A. Holanda	0	0,068567	1,51961	1,588177
P.A. Vila Boa	0	0,068066	0,72648	0,794546
Demais Áreas da Bacia	0,103515	1,718876	10,988707	12,811098
Total	0,322455	2,146189	15,296467	17,765111

Ainda de acordo com os dados obtidos, pode-se observar aproximadamente 17,74 km² de APP's. Desse total, 10,21 km² encontram-se preservadas, o que representa 57,55% da área. A partir desses dados, notou-se que as APP's localizadas nos projetos de assentamentos apresentaram menor índice de degradação, se comparada com as demais áreas da bacia hidrográfica. Isso é indicado no gráfico representado pela figura 6. As demais áreas da bacia estudada possuem um total de 53,53% de áreas preservadas. O P.A. Vila Boa foi o que apresentou maior índice de preservação das APP's. Do total de 0,7945 km², 77,51% encontra-se preservada. O P. A. Baratinha, que possui o maior índice de preservação da área total, também apresentou um bom índice de preservação das suas APP's, tendo aproximadamente apenas 28,14% de degradação.

Os P. A.'s Holanda e Engenho Velho, entre os projetos analisados, foram os que apresentaram maior índice de degradação em suas áreas de preservação, representando 38,42% e 32,23% respectivamente.

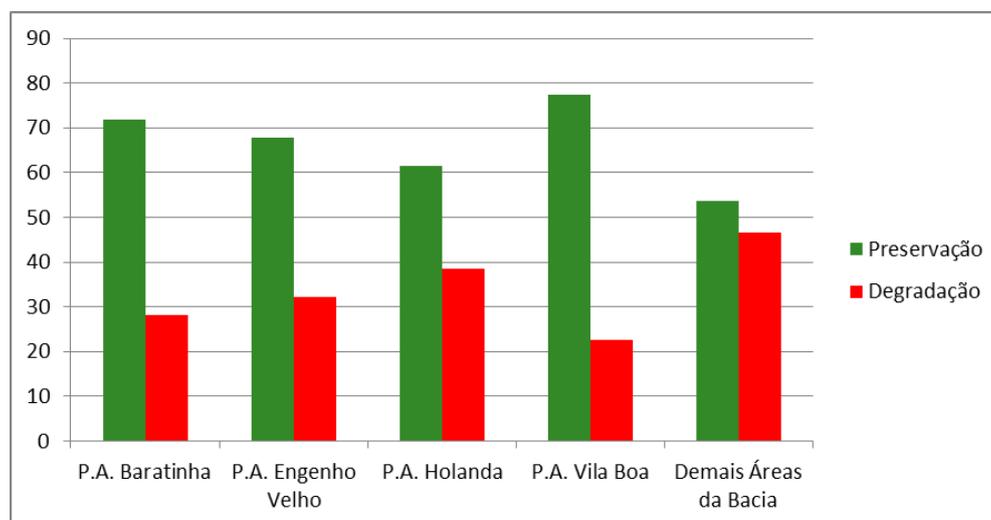


Figura 6 - Percentual de preservação/degradação das áreas analisadas.



O Código Florestal Brasileiro expresso pela lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, no artigo 16º, determina que vinte por cento da propriedade rural em áreas de campos gerais localizadas em quaisquer regiões do país sejam preservadas. São as chamadas áreas de Reserva Legal (R.L). Entretanto, antigamente, apesar de ser obrigatório, o INCRA aprovava a criação de assentamentos mesmo sem a delimitação dessas áreas, fato que passou a ser obrigatório recentemente, pois condiciona a liberação dos recursos financeiros para o projeto.

Se considerarmos como áreas de preservação o total de APP's acrescidos dos 20% de R.L. exigidos pela lei, a bacia hidrográfica em questão deveria ter no mínimo 43,07 km² de área preservada. A tabela 1 aponta que esse índice de preservação encontra-se superior ao valor esperado, apresentando 44,09 km² de área preservada.

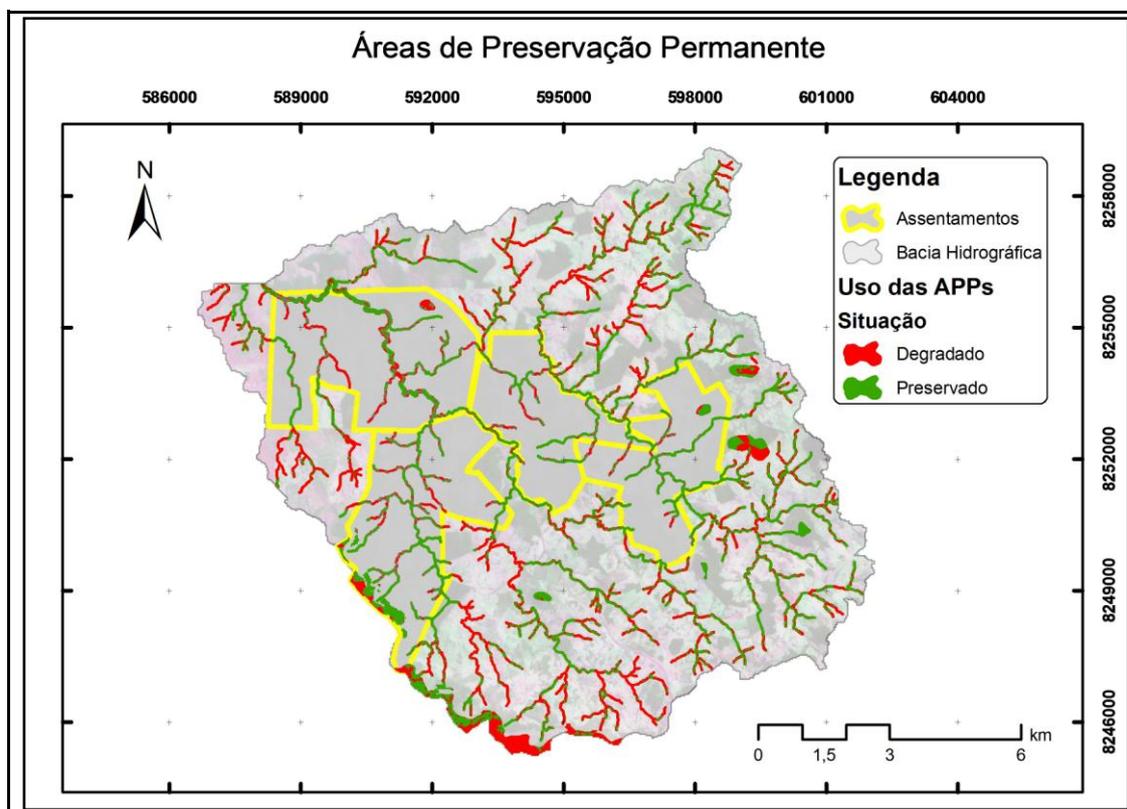


Figura 7 – Situação atual das APP's na bacia hidrográfica analisada.

De acordo com dados disponibilizados pelo Sistema Estadual de Estatística e de Informações Geográficas de Goiás (SIEG), a região estudada possui a maior parte do solo formada por Cambissolos, cujas principais características são pequena profundidade, relevo movimentado e baixa fertilidade. Uma pequena área da bacia é



composta por Argissolos, que são caracterizados pela acidez, baixa reserva de nutrientes e aumento da fração de argila em profundidade. Essas características podem explicar o índice de preservação da área, visto que são considerados solos impróprios para cultivo agrícola. Por ser uma região de terreno bastante acidentado, com presença de serras e morros, a atividade pastoril também se torna inviável.

Conclusões

A análise do conjunto de dados da pesquisa mostrou que as áreas dos projetos de assentamento estudados tiveram pouca alteração com a ocupação das famílias, visto que as demais áreas que compõe a bacia apresentaram um índice de degradação maior do que o revelado no interior dos assentamentos. Os resultados apresentados na análise da Bacia Hidrográfica, nos permite afirmar, também, que a problemática ambiental nos assentamentos devem ser debatidas considerando a sua inserção num território maior do que o seu próprio perímetro. No caso dos assentamentos analisados, os resultados demonstraram que essas áreas contribuem de forma relevante para a qualidade ambiental da própria bacia, uma vez que, apresentam índice de degradação inferior.

Em geral, pode-se considerar que a bacia hidrográfica ainda se encontra em bom estado de conservação. Isso pode ser explicado pelo fato de ser uma região bastante acidentada e com solo pouco propício à agricultura e à criação de gado, sendo interessante realizar uma visita ao local para a validação dessa suposição.

Entretanto, essa não é a realidade apresentada em todo o país. O agravamento de problemas ambientais em áreas de assentamentos rurais tem gerado cada vez mais discussões entre órgãos públicos, sociedade civil e movimentos sociais. Isso resulta em uma certa pressão sobre os governos federais e estaduais, e conseqüentemente sobre INCRA, que cada vez mais se veem obrigados a condicionar os processos de criação dos assentamentos à perspectiva de sustentabilidade. Um exemplo disso é a incorporação do Licenciamento Ambiental como forma de condição para a estruturação de novos assentamentos, antes não previsto.

Em geral, isso acaba sendo um desafio para as famílias que serão assentadas, pois a maioria das terras brasileiras que são desapropriadas, arrendadas ou até mesmo doadas para esse fim já se encontra com alto índice de degradação.

Contudo, ressalta-se que a verificação da qualidade ambiental das áreas de assentamento através da tecnologia de geoprocessamento é um trabalho de baixo custo,



visto que o Brasil é o único país no mundo a disponibilizar gratuitamente imagens de diferentes resoluções espaciais através do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Outro fato que contribui para o baixo custo dos estudos é que já existem vários *softwares* livre e gratuitos que auxiliam nessas análises, tanto para análises de sensoriamento remoto quanto para sistemas de informações geográficas.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa de mestrado para o segundo autor.

Referências Bibliográficas

ANDRADES FILHO, C., ZANI, H., & GRADELLA, F. (2009). Compatibilidade da rede de drenagem obtida através de dados SRTM, ASTER e carta topográfica DSG: estudo de caso no Pantanal de Aquidauana. *Anais 2º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal*. 1, pp. 51-61. São José dos Campos: Embrapa Informática Agropecuária/INPE.

BERTTI, M. S. *Memória Coletiva e Educação em Assentamentos Rurais Goianos*. 2002. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002. Disponível em < http://www.biblioteca-acaoeducativa.org.br/dspace/bitstream/123456789/529/1/Margarete_Sueli_Bertti.pdf> Acesso em 16 dez 2011.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de Setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal. CONAMA Brasília, DF. Resolução Nº 303, de 20 de março de 2002. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 13 de maio 2002.

CUNHA, L. H.; BRANQUINHO NUNES, A. M. Proteção da natureza e conflitos ambientais em assentamentos rurais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 27-38, jul./dez. 2008. Editora UFPR.

INCRA. *Relatório de Projetos de Reforma Agrária – Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação*. 2011. Disponível em < http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=399> Acesso em 16 dez 2011.

LIMA, A. G. (2005). *A Bacia Hidrográfica Como Recorte De Estudos Em Geografia Humana*. Londrina, 2005. Disponível em <



<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6692>>. Acesso em 15 jun 2011.

MARTINS, A. L. P. (2008). *Avaliação da Qualidade Ambiental da Bacia Hidrográfica do Bacanga (São Luis – MA) Com Base em Variáveis Físico-Químicas, Biológicas e Populacionais: Subsídios Para um Manejo Sustentável*. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade de Ecossistemas) – Universidade Federal do Maranhã – UFMA – São Luis, 2008. Disponível em < http://www.tedebc.ufma.br/tde_arquivos/18/TDE-2010-06-14T171938Z-430/Publico/Ana%20Luiza%20Privado%20Martins.pdf >. Acesso em 15 jun 2011.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. *Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. 303 p.

NARDINI, C.R.; Determinação do conflito de uso e ocupação do solo Em áreas de preservação permanente da microbacia Do ribeirão água – fria, bofete (sp), visando a Conservação dos recursos hídricos.

SEPLAN: SIEG. Sistema de Informação Estatística e Geográficas de Goiás. Estatísticas Municipais. Disponível em: <<http://www.sieg.go.gov.br>>. Acesso em 16 dez 2011.



GT 3 Conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais e desenvolvimento rural

Diversidade ambiental e organização socioeconômica de localidades ribeirinhas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã-AM

Ana Claudeise Silva do Nascimento¹
Edila Arnaud Ferreira Moura²

¹ Socióloga, Doutoranda da Universidade Federal do Pará/IFCH/PPGCS, Pesquisadora do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, E-mail: claudaise@mamiraua.org.br

² Socióloga, Doutora, Professora do PPGCS/IFCH/UFPA; Pesquisadora Associada do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. E-mail: edilamoura@hotmail.com

Resumo:

Este artigo analisa aspectos da socioeconomia de famílias ribeirinhas amazônicas, a partir das suas atividades produtivas voltadas para o mercado local e sua relação com o ambiente. Os dados referem-se a 410 orçamentos domésticos de 45 unidades familiares de três localidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, coletados em acordo com uma metodologia de monitoramento de fontes de renda e itens de consumo no período de doze meses consecutivos, maio/2003 a abril/2004. As localidades de Boa Esperança, Samaria e São Paulo do Coraci foram selecionadas por representarem aspectos da sociodiversidade ambiental desse território. O principal objetivo do estudo é a análise da composição dos rendimentos domésticos de três localidades onde foram focos institucionais de investimentos iniciais em atividades de manejo visando o uso racional dos recursos naturais e melhoria de renda e qualidade de vida da população local. O valor da renda média anual da comunidade de Boa Esperança foi de R\$ 3.031,00, para São Paulo do Coraci foi de R\$ 4.968,48 e Samaria foi de R\$ 2.529,01, sendo 57% oriundas da venda da produção combinada entre farinha, peixe, artesanato, extrativismo, caça e frutas, 27% dos rendimentos oriundos dos salários/serviços e 16% oriundos dos benefícios sociais distribuídos pelo governo federal.

Palavras-chaves: Campesinato amazônico, população ribeirinha, orçamento doméstico, Reserva de Desenvolvimento Sustentável.



Introdução

Este estudo trata da socioeconomia de famílias ribeirinhas amazônicas, a partir das suas atividades produtivas voltadas para o mercado local e sua relação com o ambiente. Desta forma, o artigo apresenta uma análise mais detalhada da composição dos rendimentos e poder de compra de famílias que possuem características camponesas (Chayanov, 1966; Shanin, 2005), levando em consideração alguns aspectos importantes, como a diversidade socioambiental em que essas famílias estão inseridas, a composição dos grupos domésticos e o planejamento da produção.

Durante o período de 12 meses entre maio/2003 a abril/2004 foram coletados 410 orçamentos domésticos distribuídos em 45 unidades familiares de três localidades ribeirinhas pertencentes a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã¹, localizada no médio Solimões, entre as bacias dos rios, Negro, Solimões e Japurá, no estado do Amazonas.

Este estudo de caso permite entendermos como se constitui a econômica doméstica dentro de ambientes naturais diversos como a várzea e a terra-firme que possuem, de acordo com Moura (2007), um conjunto de referências simbólicas produzidas nas intensas relações com a água e com o ambiente transformado por ela. Também é possível refletir sobre as dinâmicas socioeconômicas de famílias ribeirinhas que moram em uma Unidade de Conservação, onde a permanência da população no local está contingenciada ao cumprimento de normas e regras estabelecidas no instrumento ordenador dos princípios da conservação ambiental chamado de Plano de Gestão.

O principal objetivo do estudo é a análise da composição dos rendimentos domésticos de três localidades onde foram focos institucionais de investimentos iniciais em atividades de manejo visando o uso racional dos recursos naturais e melhoria de renda e qualidade de vida da população local. As localidades de Boa Esperança, Samaria e São Paulo do Coraci foram selecionadas por representarem aspectos da sociodiversidade ambiental desse território e da atividade econômica. O principal

¹ A RDS Amanã foi criada em 1998, com uma superfície de 2.350.000ha que abrange terras dos municípios de Barcelos, Maraã, Coari e Codajás, e tem como objetivos, a promoção do desenvolvimento sustentável das populações que habitam a área da Reserva, com prioridade para o combate a pobreza e à melhoria das suas condições de vida; a garantia da proteção dos recursos ambientais e sócio-culturais existentes na área; e a realização de pesquisas relativas a modelos de desenvolvimento sustentável que possam ser adotados no Estado do Amazonas (Decreto N. 19.021, 1998).



produto comercializado na comunidade de Boa Esperança é a farinha, na comunidade de São Paulo do Coraci é o peixe, e na comunidade de Samaria são os dois produtos, farinha e peixe, além da produção de artesanato.

1. Metodologia

Como diretrizes metodológicas foram utilizados métodos qualitativos através de depoimentos orais registrados durante as visitas domiciliares e métodos quantitativos através da aplicação de questionários.

Foram selecionadas três comunidades amostrais dentre as 69 localidades pertencentes a RDSA, sendo considerados para seleção os critérios de localização, constituição histórica, perfil produtivo, organização social, representatividade com relação ao ecossistema e uso dos principais recursos naturais. As comunidades selecionadas foram: Boa Esperança pertence ao setor Amanã, São Paulo do setor Coraci e Samaria do setor São José. Em todas elas foram realizadas atividades de manejo de recursos naturais, desta forma, será possível fazer comparações ao longo dos próximos anos sobre as mudanças ocorridas nos padrões dos orçamentos domésticos e na vida camponesa, após a implantação da UC.

Durante o primeiro contato com as comunidades foram feitas reuniões para explicação do objetivo da pesquisa e identificação dos domicílios interessados em participarem voluntariamente do estudo. As famílias foram motivadas a participarem do estudo através de esclarecimentos sobre o gerenciamento de suas despesas e do valor da renda doméstica mensal e anual e os possíveis benefícios que o registro dessas informações possa trazer.

Em um segundo momento, foram feitas visitas domiciliares para reforçar os objetivos da pesquisa e também distribuir as cadernetas para registro mensal de todas as compras, produção para venda e outras fontes de rendimentos da unidade domiciliar, por classe, quantidade e valor. As cadernetas ficavam em posse da família e as informações foram passadas para um questionário e, posteriormente, armazenadas em um banco de dados no Access e trabalhadas por categorias no Excel.

Os registros foram feitos em um período de 13 meses, entretanto, para afinar a metodologia, foi destinado o primeiro mês para ajustes conceituais e de unidades de medidas utilizadas tanto para compra como para venda dos produtos. Para efeitos de



análise foi considerado o período de maio de 2003 a abril de 2004. O índice de participação foi de 88% dos chefes de domicílio comprometidos com a pesquisa. No total, foram registrados 419 orçamentos de 45 unidades domiciliares. Esse recurso de coleta de informações, utilizado nesta pesquisa, está sendo replicado de pesquisas anteriores realizadas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Peralta *et al*, 2009).

Tabela 1: Número de domicílios participantes e de orçamentos registrados por comunidade (2003/2004).

	Boa Esperança	São Paulo	Samaria	Total
N. Unidades domésticas	28	11	6	45
N. orçamentos	269	90	60	419

3. Resultados

3.1 Diversidade socioambiental das áreas pesquisadas

As comunidades pesquisadas fazem parte de uma Unidade de Conservação de uso sustentável². Esse modelo foi proposto e implementado em 1998, para fortalecer e dar continuidade as ações experimentadas na vizinha Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, a primeira nessa categoria implementada no Brasil em 1996.

De acordo com Ayres (1993) a maior parte dos terrenos da RDSA é de formação geológica velha, do período Terciário, caracterizado pelas áreas conhecidas como terra firme. Outros terrenos são de formação mais recente e datam do Holoceno e do Pleistoceno. O ecossistema predominante nessa região é o de terra firme, que são áreas compostas por florestas densas e localizadas em terras mais altas sem risco de inundação (Ayres, 2006) e o de várzea, que são áreas anualmente inundáveis por águas brancas. Nessas áreas, o nível das águas chega a subir, em média, 12 metros acima do nível do rio, correspondendo aos períodos de enchente e cheia, entre os meses de janeiro a junho.

²São áreas naturais que abrigam populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações, adaptados às condições ecológicas locais, que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (SNUC, 2000).



Desta forma, as condições das atividades produtivas das famílias ribeirinhas aqui analisadas são fortemente influenciadas pelo estabelecimento que mantêm com os ecossistemas e com o equilíbrio entre combinações variáveis de caça, pesca, agricultura de pequena escala e atividades extrativistas, como a extração da castanha. Nas áreas de terra-firme encontram-se florestas densas e uma grande presença de animais silvestres. Nas áreas de várzea verifica-se a ocorrência de terra caída, que provocam muitas mudanças na área e lagos muito piscoso.

De acordo com Alencar (2007) a maioria das comunidades da RDSA está localizada nas áreas de terra firme, em torno do Lago Amanã e Urini. As demais comunidades estão localizadas ao longo do Rio Tambaqui, e paranás Amanã e Coraci, em ambiente de terra firme e de várzea. A população geralmente faz uso dos dois ambientes, em alguns casos escolhendo um deles para residência e o outro para fazer roças, criar animais, como gado e outros pequenos animais.

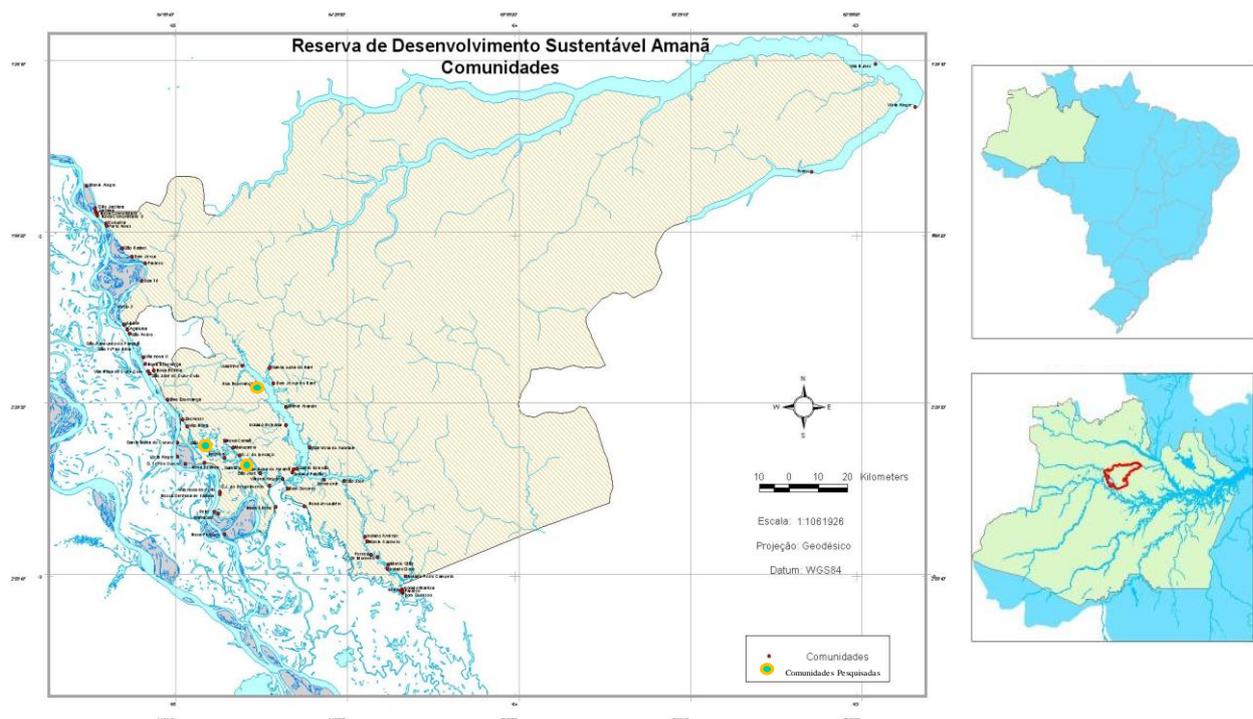


Figura 1: Localização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã

A comunidade de Boa Esperança ($64^{\circ}45'35''W$, $2^{\circ}28'38''S$) possui uma população de 162 pessoas distribuídas em 32 famílias (Censo Demográfico IDSM, 2006). Segundo Alencar (2007) a estimativa de ocupação da área foi na década de 70 (Séc. XX), por migrantes da região do Juruá (Am) que mudaram para essa região por fatores ambientais como a seca do Igarapé Juá Grande e fatores sociais como a queda na



produção da castanha e da sorva e a conseqüente falência do sistema de relações com o *Patrão*. Em sua grande maioria são descendentes de nordestinos vindos para essa região no período de extração de borracha e sorva. Seu território está localizado em áreas de terra-firme que corrobora com uma das suas principais características, de grande produtora de farinha de mandioca da região. No período da pesquisa sua produção foi de aproximadamente 60 toneladas, sendo fevereiro e março, período de cheia na região, os meses de maior comercialização.

Na terra firme, as roças são do tipo itinerante, com o preparo das áreas feito por meio do sistema de derruba e queima, podendo ocupar áreas de capoeira, ou “mata bruta”. Na terra firme, geralmente os roçados são maiores que nas comunidades de várzea, tendo em vista os riscos associados ao cultivo de mandioca neste ecossistema (Pereira, 2002).

A comunidade de São Paulo do Coraci ($64^{\circ}55'18''W$, $2^{\circ}38'11''S$) possui seu território em ambiente de terra-firme e várzea, com uma população de 63 pessoas distribuídas em 12 famílias (Censo Demográfico IDSM, 2006). A estimativa de ocupação da área foi na década de 30 (Séc. XX), mas somente após a década de 70, com os trabalhos da Igreja Católica, é que foi criada a comunidade de São Paulo do Coraci. Sua principal atividade econômica é a pesca, durante o período da pesquisa chegaram a comercializar mais de sete toneladas de peixes.

O perfil produtivo desta comunidade foi determinado pelo ambiente de várzea e também pela forma de ocupação da área que foi estimulada pela Igreja Católica na década de 70, através dos trabalhos de preservação de lagos e sensibilização na organização política feita pelo irmão Falco. Esses trabalhos foram determinantes nas estratégias de produção econômica das famílias, através de um novo modelo de ordenamento do território e de uso dos recursos naturais, com propostas de manejo de lagos. De acordo com os moradores da comunidade, eles *guardavam* lagos para procriação, manutenção da família e para comercialização.

A comunidade de Samaria ($64^{\circ}47'34''W$, $2^{\circ}42'30''S$) também está localizada em ambiente de várzea, com uma população de 35 pessoas distribuídas em sete famílias (Censo Demográfico IDSM, 2006). A estimativa de ocupação da área foi na década de 90, a partir dos trabalhos de organização política das comunidades feitas pela Igreja Católica (Alencar, 2007). Mesmo sendo uma comunidade de várzea não possui a pesca como principal atividade produtiva, pois outros fatores como a estrutura etária



determina esse perfil produtivo da comunidade. As distribuições percentuais da composição dos rendimentos de Samaria são muito próximas entre pesca, agricultura, extrativismo e artesanato, isso quer dizer que cada atividade realizada é fundamental para a manutenção da família, não havendo uma especialização excessiva em determinado setor ou recurso natural.

Tabela 2 – População total, ano de criação, zona ecológica e número de domicílios.

	Ano de criação	Ecossistema	N. de domicílios	População
Boa Esperança	1980	Terra Firme	32	162
São Paulo do Coraci	1970	Várzea/Terra Firme	12	63
Samaria	1990	Várzea	7	35

3.2 Estrutura etária

Considerando os dados obtidos sobre a população dessas comunidades, apresenta-se como principal característica demográfica ser uma população jovem, conforme pode ser observado na tabela 3. É possível perceber que mais da metade da população (59%) concentra-se nas faixas etárias mais jovens, sendo 33% de crianças de 0 – 9 anos e 26% de adolescentes de 10 a 19 anos. O intervalo de 20 a 59 anos representou 37% no computo total e o intervalo de 60 anos e mais representou 3%. Esses dados representam uma base larga na pirâmide etária destas comunidades, que é composta por uma população jovem e no período produtivo do ciclo de vida doméstico.

Tabela 3 – População total por grupos de idades

Faixa Etária	Boa Esperança	%	São Paulo	%	Samaria	%	Total	%
0 – 9	68	33	28	31	15	36	111	33
10 – 19	50	24	27	30	12	29	89	26
20 – 59	85	41	28	31	13	31	126	37
60 e +	3	1	6	7	2	5	11	3
Total	206	100	89	100	42	100	337	100

Fonte: Censo Demográfico RDSA-IDSM, 2006

A pirâmide etária dessas comunidades representa uma maior concentração de mulheres jovens nas faixas etárias de 0 a 9 anos (36%) e 10 a 19 anos (28%), enquanto que a presença do sexo masculino é maior nas faixas etárias de 20 a 59 anos (40%), período do ciclo reprodutivo que exige uma maior força de trabalho dos homens,



principalmente com a produção da farinha ou do pescado, dependendo do ambiente em que a comunidade estiver inserida ou da sua composição do grupo doméstico.

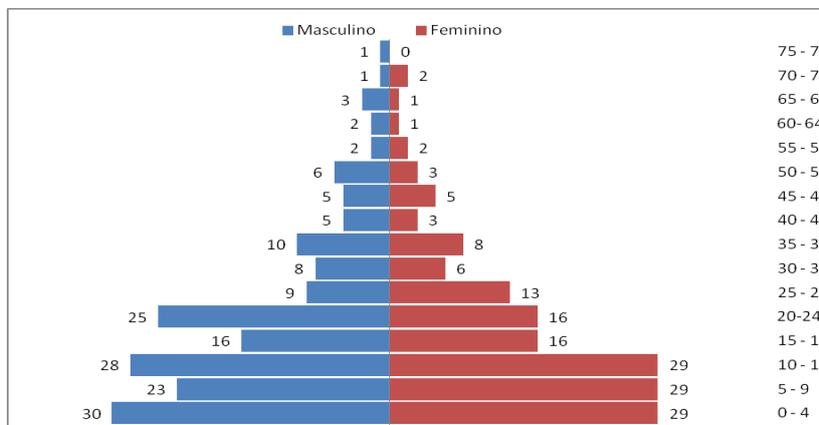


Figura 2: Pirâmide etária das comunidades de Boa Esperança, São Paulo do Coraci e Samaraia da RDS Amanã - 2006 (N= 337 moradores)

3.3 Atividades produtivas

As atividades produtivas dessas populações são fortemente estruturadas por laços de parentesco, especialmente em nível doméstico. Os trabalhos são feitos comumente com o uso de técnicas rudimentares (ralador, tipiti, forno de barro). A produção é destinada principalmente para o consumo familiar, entretanto, parte dessa produção vai para o mercado dos municípios da região, principalmente para aquisição de produtos manufaturados, voltados para manutenção do domicílio, reposição de equipamentos de trabalho, aquisição de patrimônio, reforçando a idéia de “balanço”, proposto por Chayanov (1966).

O detalhamento da composição dos rendimentos permite-nos identificar a sua origem, totais anuais e valores médios por família. Em termos médios, a composição dos rendimentos destas famílias possui três fontes principais, uma oriunda dos ganhos com a produção combinada (57%), entre, agricultura (36%), pesca (18%), artesanato (2%), extrativismo (2%), criação de pequenos animais (0,4%) e caça (0,04%). Seguida pelos ganhos com salários e prestação de serviços (27%) e através dos programas de benefícios sociais do governo federal (16%), como pensões, aposentadorias e programas de redistribuição de renda.



**Tabela 4 – Distribuição percentual da composição dos rendimentos na RDSA.
N= 45 famílias, 2003/2004.**

	%
Produção combinada	57
Salários/serviços	27
Benefícios sociais	16

O conjunto dos rendimentos correspondeu a uma renda média anual familiar nas três comunidades da Reserva Amaná no período de 12 meses entre 2003/04 de R\$ 3.437,68 (n=45 famílias). Essa composição mostra-se diferenciada entre as comunidades. O valor da renda média para comunidade de Boa Esperança foi de R\$ 3.031,00 (n=28 famílias), para São Paulo do Coraci foi de R\$ 4.968,48 (n=11 famílias) e Samaria foi de R\$ 2.529,01 (n=6 famílias).

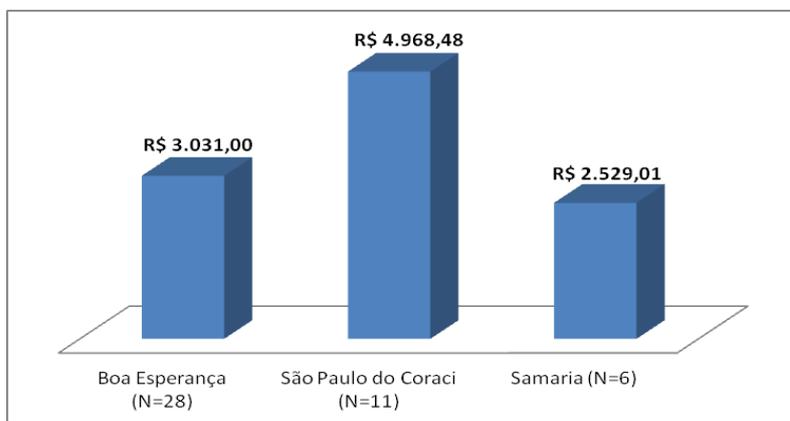


Gráfico 1: Renda média anual domiciliar por comunidade na RDSA, 2003/2004.

A renda média da comunidade de Boa Esperança foi composta por 62% da venda da produção econômica, 14% com benefícios sociais do governo como pensões, aposentadorias e bolsas e 24% de ganhos com salários e prestação de serviços. A composição da comunidade de São Paulo do Coraci foi de 55% da venda da produção econômica, 32% de benefícios sociais do governo e 13% oriundos de salários e serviços. Na comunidade de Samaria a composição é de 39% com a venda da produção familiar, 32% com benefícios sociais e 29% oriundos de salários e serviços.

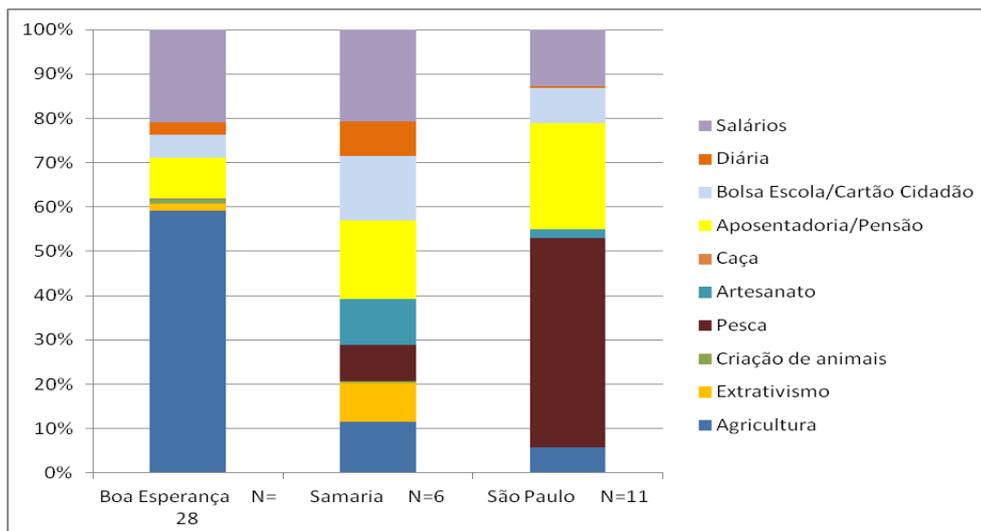


Gráfico 2: Composição percentual dos rendimentos médios por comunidade na RDSA

Nas comunidades de várzea a pesca é a principal atividade de geração de renda, correspondendo 39% da renda total, já na comunidade de terra firme a agricultura é a principal atividade econômica, principalmente com a produção de farinha de mandioca, correspondendo 59% da renda total. Ocorre também a comercialização de artesanato, caça, extrativismo e pequenas criações de animais. Essa venda ocorre na própria comunidade, em outras comunidades próximas e oportunisticamente em alguns centros urbanos como Tefé e Marã. Os produtos de origem animal mais comercializados são: a carne de porco, seguidos de galinha, pato e ovos.

Ao segmentarmos a composição da renda por comunidade (Gráfico 2) é possível destacar um conjunto de informações que compõe o perfil dos rendimentos de cada comunidade. Na comunidade de Boa Esperança existem três aposentados que contribuem com 9% da renda, 12 famílias que recebem bolsa escola representando 5% da renda, um professor, um zelador, um agente de saúde, quatro assistentes de campo ligados ao IDSM³ representando 21% da renda oriunda de salários, além de ganhos através de diárias de capina da roça e diárias de serrador de madeira, representando 3% .

Na comunidade de Samaria cada família possui pelo menos um ganho fixo mensal oriundo de salários/serviços ou benefícios sociais, através de dois aposentados (18%), uma professora (31%), um agente ambiental voluntário e três assistentes de

³ O IDSM contratou moradores das comunidades para participarem de atividades de pesquisa e extensão como assistentes de campo e coletores de dados.



campo que recebem regularmente diárias pelo serviço prestado, um serrador profissional (8%) e todas as crianças, que frequentam a escola, recebem bolsa família (15%). O conjunto desses ganhos determina um perfil diferenciado para essa comunidade, influenciando no padrão de consumo e ocupação da área. Na comunidade de São Paulo do Coraci existem nove famílias que recebem Bolsa Escola (8%), quatro famílias recebem aposentadoria e/ou pensão (24%), um professor (13%), e outros ganhos oriundos de serviços como diárias para lavagem de roupa e roçado, (0,3%).

Em todas as três comunidades têm um pequeno comércio paralelo de vestuários e estivas em geral, como, açúcar, café, arroz, farinha, gasolina, entre outros. Durante o período de pesquisa foi contabilizado o ganho total de R\$ 834,00 reais oriundos desse comércio interno na comunidade.

A venda da caça silvestre, mesmo que proibida por legislação, representou 0,1% dentre as atividades econômicas da comunidade de Boa Esperança. O valor ganho no período da pesquisa foi de R\$ 69,00 referentes a 34kg de carne de Queixada (*Tayassu pecari*), comercializada na própria comunidade. Essa comunidade é considerada pelas comunidades vizinhas como grande caçadora da região, entretanto, a quantidade identificada na pesquisa foi baixa por se tratar de uma atividade ilegal e também muito voltada para consumo interno.

Os ganhos com a produção de artesanato e/ou artefatos na comunidade de Boa Esperança foram de R\$ 148,00, ou 0,2% da renda média familiar. Foram comercializados, canoas, vassouras, paneiros e pequenos objetos de decoração. Tradicionalmente essa comunidade não produz artesanatos ou artefatos para venda. Na comunidade de São Paulo esta atividade representou 2% da composição da renda média anual. Os principais produtos comercializados foram cestarias como balaio e paneiro, produzidos principalmente pelo grupo de mulheres artesãs do Setor Coraci. O repertório de artefatos produzidos pelo grupo é: tipiti, tupé, abano, paneiro, peneira, balaio, cesto, vassoura, gamela, alguidar, pote, canoa, remo, entre outros.

Na comunidade de Samaria a produção de artesanato e artefatos foi muito diversificada, essa atividade é realizada principalmente por mulheres que se especializaram em cestarias (paneiros, peneiras, chapéus e vassouras) e artefatos de barro (fogão, fogareiro, pote, assadeira, vasos, etc). A venda foi feita principalmente na cidade de Tefé e representou 10% da renda da comunidade.

Dentre a produção econômica a pesca é a principal atividade nas comunidades



de várzea, representando cerca de 47% na composição da renda familiar da comunidade de São Paulo do Coraci. A produção pesqueira durante o período de pesquisa foi de sete toneladas e meia de peixes, sendo a produção do tambaqui e pirarucu oriundo de manejo sustentável pelo Programa de Manejo de Pesca do IDSM⁴.

Os ganhos com a pesca na comunidade de Boa Esperança representaram de 0,1% da renda, referentes a venda de 35 kg de pirarucu no valor de R\$ 81,00. Na comunidade de Samaraia representou 8% dos ganhos, referentes a venda de 596 kg de peixes (tambaqui, peixe liso, pirarucu, surubim e aruanã) no valor de R\$ 1.236,20. Foram comercializados principalmente na comunidade e uma pequena parte na cidade de Tefé.

Os ganhos com a criação de animais domésticos representaram 1% da renda obtida na comunidade de Boa Esperança, referentes à venda de 160 kg de carne de porco vendidos por R\$ 520,00; 32 unidades de galinhas por R\$ 161,00; um pato por R\$ 5,00; e quatro quilos de carne bovina por 8,00 reais. Na comunidade de Samaria os ganhos com essa atividade representaram 0,3% da renda, através da venda de um carneiro por R\$ 20,00 e cinco galinhas por R\$ 21,00.

O extrativismo também foi identificado como uma atividade importante, tanto para o consumo como para a venda. Os produtos mais comercializados foram: a castanha do Brasil, açaí, mel e sorva. O ganho médio da comunidade de Boa Esperança com essa atividade no período de 12 meses foi de R\$ 1.534,00 e representa 2% da composição da renda familiar. A comunidade de Samaria comercializou 92 sacas de açaí por R\$ 1.269; 33 latas de carvão por R\$ 122,00, representou 9% da renda.

Esses produtos são vendidos a medida em que as famílias se deslocam para os centros urbanos com o intuito de irem ao médico, receber os benefícios do governo como aposentadoria e bolsa família e fazer compras, Desta forma, os deslocamentos são otimizados com a venda da produção.

⁴ O Programa de Manejo de Pesca (PMP) do Instituto Mamirauá foi implementado a partir de 1997, com o objetivo de promover a exploração sustentável dos recursos pesqueiros das Reservas Mamirauá e Amaná. Suas principais linhas de ação são: Atividades de extensão dentro das Reservas; Sistemas de monitoramentos; Capacitações para promoção do manejo e maior envolvimento comunitário; e Pesquisas relacionadas à organização social e uso dos recursos pesqueiros. (<http://www.mamiraua.org.br/pagina.aspx?cod=57&xcod=9>).



4. Considerações Finais

De forma geral nas comunidades da RDSA, no caso das três comunidades estudadas, os sistemas de produção assumem características diferenciadas, na comunidade de terra firme, a agricultura é a principal atividade econômica. Já nas comunidades de várzea, a pesca assume o papel de maior importância na geração de renda. E, nas três comunidades os ganhos oriundos com os benefícios sociais são fundamentais na composição da renda e garantia de reprodução das famílias.

As considerações aqui apresentadas permitem ressaltar os dados encontrados sobre a importância da lógica camponesa ao conjugar as várias atividades produtivas (agrícolas, salários, serviços, pequeno comércio e benefícios sociais) para garantir a reprodução e fortalecimento de estratégias socioeconômicas adotadas pelas famílias. Através da pesquisa de campo foi possível constatar que muitas famílias pesquisadas possuem, pelo menos, um membro que recebe um valor fixo mensal oriundo de salários/serviços ou previdenciários.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Edna Ferreira,. Estudo da ocupação humana e mobilidade geográfica de comunidades rurais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – RDSA. Relatório de campo (não publicado), 2007.

AYRES, José Márcio. As Matas de Várzea do Mamirauá. Brasília: CNPq: Sociedade Civil Mamirauá, 2006.

CHAYANOV, Alexander V. La Organización de la Unidad Económica Campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión. 1974.

Censo Demográfico da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, IDSM, 2006.

LIMA, D. M. A economia doméstica na várzea de Mamirauá. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. S. S.; NEVES, W. A. (Org.). Sociedades caboclas Amazônicas: Modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006. p. 141-168.

MOURA, E. A. F. Práticas socioambientais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá estado do Amazonas, Brasil. 2007. 314 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2007.



PERALTA, N.; MOURA, E.; NASCIMENTO, A. C.; LIMA, D. M.; Renda doméstica e sazonalidade em comunidades da RDS Mamirauá, 1995-2005. Revista UAKARI, v.5, n.1, p. 7-19, jun. 2009

PEREIRA, Kayo Julio Cesar,. Agricultura tradicional e manejo da agrobiodiversidade na Amazônia Central: um estudo de caso nos roçados de mandioca nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Amanã e Mamirauá, Amazonas. Tese de Doutorado. ESALQ, Piracicaba, 2008. 222p.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista., REVISTA NERA – ANO 8, N. 7 – JULHO/DEZEMBRO DE 2005.



GT 3 Conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais e
desenvolvimento rural

**Dos Conflitos Socioambientais ao Processo de Territorialização dos Agricultores
do rio Manicoré**

Maglúcia Izabel de Assis Oneti¹

¹Socióloga/ Doutoranda em Antropologia Social (PPGAS)/ Universidade Federal do Amazonas, E-mail:
magizabelsupernova@hotmail.com

Resumo

Em 2006, as associações comunitárias passam a se identificar não somente com a questão da terra, mas também com todos os recursos que sofrem constrangimentos, adotando a categoria “agroextrativista” e fundando a Central das Associações Agroextrativistas do Rio Manicoré (CAARIM), com o discurso de transformar a área deles em Unidade de Conservação, na modalidade de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), culminando no encaminhamento em 2009, ao Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), instituto do governo do estado responsável pela criação de UC's. A formação do projeto de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável passou a envolver um processo de interação e correlação de interesses, onde esses agricultores, agora se reconhecem como agroextrativistas, perceberam a necessidade de interferir nos direcionamentos políticos e econômicos a fim de garantir suas reivindicações e direitos. Como esse processo envolve interesses diversos e conflitantes, a criação de uma RDS não é aceita favoravelmente por agentes de comercialização, como os regatões, que compram a produção dos agricultores por preços irrisórios e os incita a não concordarem, justificando que os agricultores não poderão fazer roçados ou coletar a castanha. Entre alguns agentes do poder municipal a RDS representa uma forma de imobilizar o crescimento ou o “desenvolvimento”. Todos estes posicionamentos refletem nas relações intracomunitárias, pois alguns poucos afirmam não concordar com a criação da UC devido o relato dos comunitários que residem em outras unidades em Manicoré, sobre a falta de fiscalização dos órgãos responsáveis por elas; pelo fato dos líderes das UC's não prestarem contas dos recursos advindos para a manutenção destas. Não se trata de um processo harmonioso. As próprias relações no âmbito da comunidade são conflituosas seja pela vivência familiar, religiosa, política; seja pela relação dos agricultores com agentes antagônicos que avançam sobre as suas áreas coletivas. Neste processo que também pressupõe mudanças e transformações na organização política e cultural dos agentes sociais envolvidos torna-se importante compreender e elucidar se os agricultores tomam para si este modelo de Unidade de Conservação e como estes percebem a implementação e o impacto das políticas ambientais, pois o município é esquadrihado por políticas territoriais da União e Estado.

Palavras-chaves: Agroextrativista, Unidade de Conservação, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, políticas territoriais.



Introdução

O Rio Manicoré é um dos principais rios que perpassam o município de Manicoré¹, assim como o Rio Madeira e o Rio Marmelos. Em seu percurso se concentram trinta e nove comunidades², perfazendo uma população de mais ou menos 1.120 habitantes, em torno de 224 famílias. A área rural deste município está dividida por núcleos e cada localidade, além de possuir um nome específico, também é denominada por uma nomenclatura numeral. Assim, o Rio Manicoré é o *Núcleo Nove* da área rural do município.

Das trinta e nove comunidades concentradas neste rio foram escolhidas nove³ para a realização das entrevistas e aplicação do questionário, a saber: Barro Alto, Dantas, Três Estrelas, Lago dos Remédios, Terra Preta, Parintintins, São Pedro Cardoso, Esperança e Estirão. As comunidades se organizam em agrupamentos entre vinte e trinta comunitários, dividindo seu tempo entre as atividades de agricultura, criação de animais, extrativismo vegetal madeireiro e não madeireiro (coleta de castanha) e o extrativismo animal (caça e pesca).

A realização destas atividades é possível pela experiência familiar e comunitária vivenciada pelos comunitários. Segundo os dados do trabalho de campo, o trabalho familiar é utilizado no plantio (56,0%), na colheita (34,0%) e também nas formas de trabalho associativas como o mutirão (52,0%), a parceria (10,0%) e a troca de dia (24,0%). Suas atividades produtivas estão voltadas principalmente para o consumo

¹ Manicoré encontra-se na microrregião geográfica do rio Madeira e na mesorregião geográfica do sul do Amazonas, limitando-se ao norte com Beruri e Borba; a leste com Novo Aripuanã; a oeste com Humaitá e Tapauá; e ao sul com o estado de Rondônia. Sua sede municipal se localiza à margem direita do rio Madeira, a 50m de altitude média acima do nível do mar, estando distante de Manaus 333 km em linha reta e 421 km por via fluvial (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEPLAN, 2006).

² O termo comunidade foi introduzido pelas Igrejas Católicas na década de 1970, século XX, pelos Movimentos Eclesiais de Base (MEB), incentivando as famílias que viviam dispersas a se juntarem em povoados e formar uma organização política com forte viés comunitário, com uma liderança comunitária, praticando atividades mais independentes dos recursos naturais (ALENCAR, 2009).

³ A escolha das comunidades foi realizada no ato da entrevista da equipe de pesquisa com a líder da Central das Associações Agroextrativistas do Rio Manicoré (CAARIM), Manicoré/AM, janeiro de 2009. O projeto foi realizado no âmbito do Programa de Gestão em Ciência e Tecnologia no Amazonas (PGCT/AM), onde o ITEAM enviou uma proposta para a elaboração de um estudo sociológico para a implantação de assentamentos rurais nestes municípios. O Programa estava vinculado a Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado do Amazonas (FAPEAM). A pesquisa discorreu entre os anos de 2008 e 2009. A equipe era formada por estudantes da graduação do Curso de Ciências Sociais e por mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGAS), sob a coordenação do Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski (DCiS/ PPGAS).



interno e familiar e o produto mais comercializável é a farinha, proveniente das suas roças temporárias; assim como a castanha e o pescado.

A avaliação destas atividades pelas famílias dos agricultores não obedece somente a um cálculo objetivo mais também subjetivo, baseado no trabalho agrícola das gerações anteriores a ser passado as futuras gerações tal como expõe Woortman (2001), sobre o modelo de grupo doméstico de Chayanov. Nestas comunidades há a ocorrência de relações de parentesco e compadrio, padrões de herança e religiosidade que definem as regras entre os que estão dentro e podem continuar na comunidade e para os que vem de fora, de outras regiões.

Nestas comunidades há certa infraestrutura comum a todas elas, ou seja, a existência de equipamentos sociais tais como a escola, igrejas (majoritariamente católica), sede comunitária, campo de futebol. Saneamento básico e abastecimento de água por empresa privada ou pública é inexistente, onde os moradores utilizam a água do rio para as atividades cotidianas e para o consumo.

Além da canoa (conhecida também como *rabeta*) o *barco de linha* ou *recreio* é o principal transporte que leva os moradores das comunidades do rio Manicoré para a sede municipal, para receber benefícios do governo, aposentadorias, fazer compras, vender suas produções agropecuárias e resolver demais problemas. Este tipo de embarcação se divide em proa, casa de comando, convés, casa de máquina e popa. É um barco de pequeno porte, não possui andares e os passageiros vão sentados durante a viagem. O preço da passagem varia conforme a distância das comunidades da cidade de Manicoré. Os barcos de linha fazem linhas regulares com capacidade média ente 15 e 30 pessoas (POR UMA POLÍTICA ESTADUAL DE REFORMA AGRÁRIA, 2009).

O lugar de entrada e saída dos transportes fluviais das comunidades se dá pelos portos, com grandes escadarias, em torno de cem degraus, paisagem comum também aos municípios do Rio Madeira, como Borba, Novo Aripuanã e Manicoré. Os portos são por excelência o lugar de mobilidade das comunidades, não somente da entrada e saída das pessoas mais também o lugar onde se dão as relações comerciais (compra e venda de produtos), políticas (visita do prefeito e/ou vereador, assim como representantes de instituições não governamentais; encontros das associações), religiosas (chegada do santo e de outras comunidades para os festejos religiosos) e culturais (eventos desportivos).

Todas as comunidades relacionam-se com a sede municipal, Manicoré,



principalmente para atendimentos de serviços, como foi anteriormente mencionado, como benefícios, ida a hospitais, compra e venda de produtos e escoamento da produção agrícola e não agrícola. Com relação a longos deslocamentos para busca de demais serviços preferem a capital Porto Velho (RO), pela proximidade e interligação por estrada a Manicoré, do que Manaus (AM).

Esta ligeira caracterização das comunidades nos mostra, num primeiro momento, o modo de vida singular no Rio Manicoré e das relações que ali se desenrolam. Torna-se importante perceber a comunidade e suas estreitas relações econômicas e políticas, bem como outras relações com o restante das comunidades, com a sede municipal, com o país (GLUCKMAN, Análise de uma situação social na Zululândia moderna, p. 238), sobretudo quando pensamos em políticas públicas e políticas ambientais.

As relações sociais no Rio Madeira

Os grupos sociais que estão no Rio Manicoré relacionam-se de certa forma histórica e culturalmente com os grupos disponíveis no Rio Madeira. O contato interétnico na região do Madeira se deu desde o século XVII e XVIII, quando os portugueses organizavam as “expedições punitivas”, que como o nome diz, puniam os indígenas que se mostravam hostis ao domínio português, tais como os Torá e os Mura.

Toda área ao longo do Rio Madeira e seus afluentes (Rio Marmelo, Rio Maici, Rio Manicoré) era habitada pelo grupo que se autodenominam Kagwahiva (etnia Parintintin, na região do Alto e Médio Rio Madeira; etnia Tenharim, entre os municípios de Manicoré e Humaitá, no Rio Madeira-Tapajós; etnia Jiahui, no Médio Madeira), os Torá (localizados ao longo do Rio Marmelo, afluente da margem direita do Rio Madeira), os Mura (na região do Rio Tapajós e Madeira), os Hiaitsiíhi (mais conhecido como Mura-Pirahã, localizados as margens do Rio Madeira, entre Humaitá, Manicoré e nas cabeceiras do Rio Marmelo) (ISA, 2009).

A relação destes grupos étnicos com os não-indios foi marcada por conflitos territoriais no século XVII e XVIII. Guerras internas, resistência contra os não-índios, doenças, desestruturação da organização social promoveu a migração de alguns grupos étnicos e, os que resistiram, chegaram próximo a dizimação. A Igreja Católica em consonância com o domínio português também promoveu a dizimação cultural de



alguns grupos, como a língua dos povos Mura⁴.

No século XIX, em plena expansão da economia da borracha, da intensificação do fluxo migratório para a Amazônia, Manicoré por dispor em sua área grandes seringais e castanhais nativos torna-se um município estratégico, com uma economia baseada no aviamento⁵. Casas aviadoras e infra-estruturas modernas foram instaladas na cidade acompanhando a dinâmica do crescente sistema econômico. Lima (2002) expõe que o sistema de crédito, próprio do aviamento, formou a base dos negócios no comércio amazônico, e se mostra presente na memória e nas relações comerciais dos moradores de Manicoré e dos comunitários do Rio Manicoré. Segundo Lima (2002):

O aviamento, nome dado às negociações inerentes ao seringal, ou melhor, à economia extrativista, consistia em fornecer ao seringueiro, via *Casas Aviadoras*, 'tudo' – instrumentos como machadinhas e tigelinhas e alimentação, principalmente, mas não somente – o que este necessitasse em troca do produto de seu trabalho. [...] Pelo *aviamento*, o migrante chegava à Amazônia já com a dívida da viagem, das despesas com sua 'colocação', com os instrumentos de trabalho e com a alimentação. Dessa dívida seria eternamente e único dono (2002, p. 52).

Após a queda da economia gomífera na região as terras de seringais e castanhais foram abandonadas por seus antigos “donos”, ficando disponíveis para as comunidades e grupos indígenas que permaneceram nas localidades. No entanto estes “donos” atualmente ainda reivindicam o direito à terra mesmo não tendo documentos comprobatórios, levando os comunitários a darem metade da produção para os primeiros, como pagamento pelo trabalho e moradia na terra.

Outro agente a ser destacado neste processo comercial foi o regatão. Segundo Lobo (1999), com a abertura do rio Amazonas ao comércio exterior na segunda metade do século XIX, os primeiros regatões, a maioria judeus, quebraram o monopólio dos meios de transporte, dos aviadores portugueses e dos coronéis de barranco, cearenses e

⁴ Márcia Pereira (2009) mostra em seu trabalho, lembrando Faulhaber, indícios de autodenominação entre os Mura registrados por Curt Nimuendaju, quando este realizou trabalhos nos anos 1920 entre este grupo étnico: Bohu`rá (rio Manicoré), Bhu`rai-ãda` = língua Mura (Rio Manicoré) e Bohuarai; Bohua`rai-arasé = língua Mura, nahi Buxw a`ra araha = aquele é Mura; yane abahi araha Buxarái = nós todos somos Múra. No entanto são dados passíveis de críticas devido ao próprio posicionamento de Nimuendaju (PEREIRA, 2009).

⁵ Sautchuk (2008) mostra que o termo aviamento designa um sistema de crédito sem dinheiro e dirigido simultaneamente à produção e ao consumo. O *aviador* (ou patrão) seria que fornece mercadorias a crédito. Quem as recebe seria o *aviado* (ou freguês). No entanto um aviado pode vir a ser aviador de um terceiro, desdobrando a hierarquia de credores e devedores. É um sistema, segundo o autor, que inclui não apenas a díade produtor/credor, mas também outros intermediários.



outros nordestinos que constituíam as elites dominantes que fechavam os rios e que monopolizavam o comércio. Isto se dava porque os regatões vendiam seus produtos mais barato que os aviadores e compravam os produtos diretamente dos seringueiros a preços mais altos. Os regatões eram malvistos pela oligarquia local, pelos jornais e pelas Associações Comerciais, que reclamavam a concorrência desleal na região (1999, p. 131).

Atualmente os regatões fazem parte da economia local da região do Rio Manicoré e muitos agricultores da região dependem deles para escoar a sua produção e para se deslocar para outras cidades. A dependência é maior quando as comunidades se encontram mais distantes da sede municipal, ficando os comunitários a mêrce dos preços impostos pelos regatões, que se disponibilizam a pegar a produção de farinha, castanha entre outros, na “porta ” destes mas por preços ínfimos, revendendo em Manicoré ou Manaus a preços superiores a compra nas comunidades.

Estas relações descritas acima são relevantes por ainda ocorrerem nas comunidades, por estarem presentes nas memórias dos comunitários mais velhos e por expressarem uma das faces da prática extrativista amazônica. Quando a atividade gomífera decaiu, tanto as populações indígenas quanto os não indígenas, para complementação de renda, trocavam castanha, óleos de andiroba e copaíba, pescado por alimentos e mantimentos com os patrões e regatões. Este processo perdurou mesmo após a derrocada da economia da borracha, na primeira metade do século. Ainda houveram tentativas de recuperar a produção de borracha, com o Projeto da Borracha (Probor), incentivado pelo governo federal mas que não obteve resultados esperados.

Sem a grande venda da borracha passaram a se concentrar na pequena produção familiar e na coleta de produtos da floresta. A organização que representava os seringueiros, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) passou a focalizar seus objetivos para a coleta dos produtos da floresta, como a castanha, as oleaginosas, trabalhadas tradicionalmente pelos agentes locais.

Aqueles que moravam nos seringais passaram a trabalhar com a produção de farinha, milho, extração de castanha e açaí, tanto para o consumo quanto para a venda, realizada pelos regatões. Alguns se deslocaram para a Manaus ou Porto Velho a procura de melhores recursos como trabalho e educação.

No governo militar, com a construção da BR – 319, os municípios do sul do Amazonas são impactados pelas políticas territoriais, pois as áreas por onde passaria a



BR ficaram sob responsabilidade da União. Os desdobramentos atuais como os conflitos por terra e por recursos naturais são decorrentes também das políticas governamentais, que nesta época nem poderiam ser chamadas de públicas pois atenderam a uma demanda e a grupos específicos, desprezando a vivência dos comunitários e indígenas que reivindicam a terra no Rio Manicoré.

Situação Fundiária, Políticas territoriais e conflitos

Manicoré está esquadrihada pelas políticas territoriais⁶ da União e do estado, cortada pela AM – 464, que se interliga a BR- 319. Sendo assim o município dispõe de dez glebas de dominialidade da união e do estado. Matupiri, Juqui, Baetas, Sepoti e M-2 são glebas da União; enquanto Bom Futuro, Mundo Novo e Felicidade são glebas estaduais. Ainda há duas glebas em fase de arrecadação e matrícula, a saber, Marmelos Atininga e Luna (cortada pela AM 464), onde está sendo estudada uma proposta de Unidade de Conservação, a partir do Mosaico Matupiri. Próximo a este mosaico e a RDS Amapá, existem áreas não matriculadas sob jurisdição do estado (ONETI, 2010).

As áreas de propriedades privadas, ou seja, títulos definitivos estão dispostos no rio Madeira, Mariepavá, rio Mataurá, rio Manicoré, rio Juqui, rio Marmelos, lago do Capanã, igarapé Salvaterra. As terras de Manicoré, mesmo estando subdivididas, ainda ocorrem sobreposições.

Segundo os comunitários, os problemas recorrentes estão relacionados a questões territoriais (herança indivisa; limites entre as Terras Indígenas; compra de terras por estrangeiros) e conflitos socioambientais (retirada de madeira, pesca ilegal). Tais conflitos de fundo sociocultural tornam-se “ambientalizados”, principalmente nos discursos dos comunitários e de agentes governamentais ou não (LOPES, 2006).

No Rio Manicoré os conflitos tem como escopo a não titulação das posses dos comunitários, ou seja, eles não têm o título da terra. A titulação das propriedades muitas vezes não possui validade ou não existe, sendo que as famílias que ocupam a terra podem ser consideradas proprietárias dessas áreas em função da quantidade de tempo que trabalham e produzem nelas. Em geral, são as famílias fundadoras das comunidades que detêm grande parte das terras, sendo que estas terras são divididas entre os seus descendentes e transitam entre as gerações. Contudo, grande parte dessas famílias não possui a titulação de suas terras (47,0%) e apenas 8,0% afirmaram possuir titulação das

⁶ Ver anexo 01.



terras (POR UMA POLÍTICA ESTADUAL DE REFORMA AGRÁRIA, 2009).

Entre os que afirmaram não possuir titulação das terras foram destacados os seguintes motivos: herança indivisa, contendo apenas um título em nome da primeira unidade familiar (15,0%); 10,0% definiram-se como donos da terra mais não possuem documentos comprobatórios, mesmo morando há muito tempo na área; alguns agricultores afirmaram morar em propriedades que pertencem a outros donos (7,0%) com os quais não possuem nenhuma relação de parentesco, definem-se, portanto, como arrendatários (7,0%) e posseiros (5,0%). Das famílias que afirmaram possuir documentação concedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (25,0%), ITEAM (8,0%) e prefeitura (8,0%), sendo que a documentação expedida pela prefeitura não tem validade quando a área regularizada está localizada em terras pertencentes à União ou ao estado (Ibidem, 2009).

Grande parte das famílias afirmou possuir uma situação estável com relação à terra, ocupando propriedades de parentes ou proprietários distantes, considerando-se na condição de posseiras⁷. O tempo de ocupação destas famílias é significativo, pois cerca de 25,0% destas famílias afirmaram ocupar as terras no período de 36 a 45 anos; 18,0% ocupam há cerca de 50 anos; 14,0% no período de 11 a 25 anos; e, por fim, 29,0% dos entrevistadores que se definiram como posseiros afirmaram ocupar a área há até 10 anos. Outro dado relevante para se pensar a entrada e saída das famílias das comunidades refere-se à mobilidade, onde verificou-se que 88,3% dos agricultores nasceram na própria comunidade ou em comunidades próximas ao município de Manicoré; outras, 3,3%, vieram de outros estados e localidades como Rondônia e rio Madeira; e ainda de Parintins com 1,6% de pessoas que migraram para as comunidades do rio Manicoré.

Esta situação diversa suscita comumente desentendimentos familiares e intracomunitários. Como nos foi relatado, surgiram disputas entre os descendentes devido ao aumento das unidades familiares, logo levando a um aumento das terras para trabalho. Outros, devido aos limites entre comunidades tanto não indígenas quanto

⁷ Mesmo vivendo e trabalhando na terra estas famílias que são “posseiras” pagam aos proprietários com uma parte de sua produção, seja a farinha, castanha ou outros. Tal prática assemelha-se a chamada renda fundiária pré-capitalista (corvéia), uma relação extra-econômica, ou seja, o tributo tem como base outras razões não econômicas como o princípio da lealdade (WANDERLEY, 1996) e/ou amizade (WOLF, 2003).



indígenas⁸. Contudo tais desentendimentos são dissolvidos de forma mais branda do que os embates com outros grupos de fora do Rio Manicoré. O que está em disputa entre os que estão de “fora” e os agricultores é o uso das áreas de coleta de castanha, dos lagos de pesca e das áreas de caça, tido pelos agricultores como áreas coletivas.

Os considerados pelos agricultores como os de “fora” são os outros comunitários assentados na estrada AM-464, paralela a BR-319, que corta o município. Dentro desta categoria estão também os pescadores comerciais advindos do estado de Rondônia, assim como as empresas madeireiras. Os primeiros, por haver um esgotamento dos recursos naturais próximos a estrada, adentram as áreas coletivas gerando uma sobrecarga de exploração nestas áreas; os segundos praticam a pesca de “arrastão” no Rio Manicoré, levando os grandes pescados e descartando os pequenos, prejudicando assim a pesca artesanal; já os madeireiros, assim como os grileiros, avançam sobre as terras com fins de retirar madeira expulsar os agricultores que moram e trabalham na terra mais que não dispõe de documentos.

Como forma de colocar empecilhos legais para a pesca comercial desordenada que ocorria no Rio Manicoré as associações de moradores de cada comunidade buscaram consolidar junto ao antigo IBAMA um acordo de pesca, mas que por conta da burocracia do instituto não foi realizado. A solução encontrada pelos agricultores, de forma provisória, foi o fechamento dos lagos de pesca e das áreas de coleta de castanha, o que não impede de forma eficaz.

Outra medida foi demandar a regularização das áreas sem titulação ou criação de assentamento no Rio Manicoré, junto ao INCRA, o que não ocorreu devido à área ser de domínio do estado. Esta demanda foi formalizada pelas associações de moradores que havia em cada comunidade para conter o avanço dos agentes das madeireiras, grileiros, supostos donos que poderiam vir a reivindicar a terra, assim como conter os conflitos intercomunitários com relação ao limite de cada uma. Contudo, as associações atomizadas não tinham força política, como foi relatada por uma liderança comunitária.

⁸Este episódio foi relatado pelos agricultores da Comunidade do Lago dos Remédios, que entraram em litígio pelas terras de sua comunidade com outros grupos familiares que passaram a reivindicar as terras evocando sua identidade étnica Mura, não confirmada pelas entidades governamentais que tratam da questão indígena e pela Organização Indígena da etnia Mura-Pirahã existente no município. Isso não significa que não há grupos da etnia Mura no município, tendo áreas demarcadas e homologadas. O resultado dessa questão, com a realização de uma audiência pública na Câmara Municipal de Manicoré com as partes interessadas, decidiu que as terras requeridas deveriam permanecer com os agricultores da Comunidade do Lago dos Remédios (Trabalho de campo, Manicoré, 2009).



Não somente as comunidades do Rio Manicoré como as outras dentro do município de Manicoré passaram a se aglutinar em formas de associações agroextrativistas dentro de grandes conselhos “macros” ou centrais de associações⁹, num movimento de defesa de seus territórios, haja vista o município ser fronteiriço com Rondônia, onde há grandes conflitos fundiários e também pela venda de grandes hectares de terras a proprietários estrangeiros¹⁰.

As associações comunitárias passam a se identificar não somente com a questão da terra, mas também com todos os recursos que sofrem constrangimentos, adotando a categoria *agroextrativista*¹¹. Mediante este processo em 2006 foi fundada a Central das Associações Agroextrativistas do Rio Manicoré (CAARIM), aglutinando todas as associações agroextrativistas do Rio Manicoré, agora com o discurso de transformar a área deles em Unidade de Conservação (UC)¹², na modalidade de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)¹³, onde em 2009 foi encaminhado ao Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) o pedido para a criação desta.

A partir do que foi exposto, questiona-se se com a criação da RDS a mobilização e o associativismo teriam fim ou, ao contrário, colaborasse para união dos laços comunitários, reforçando a Unidade de mobilização política por meio da CAARIM, produzindo uma identidade *agroextrativista*.

As políticas ambientais e a identidade

O contexto de reivindicações pelo uso dos recursos naturais e pelo direito ao território foi impulsionado pelos conflitos sociais já existentes na região do rio Madeira

⁹ Ver anexo 02.

¹⁰ Como no caso do empresário sueco Johan Eliasch, que comprou a madeireira Gethal Amazonas SA e grandes hectares de terras próximas à comunidade Democracia, no Rio Madeira, município de Manicoré. Ver também: <http://www.noticiasdaamazonia.com.br/2882-incra-investiga-terras-de-estrangeiros-no-amazonas/>

¹¹ Seria uma categoria que agrega as atividades extrativistas não “predatória” da coleta, da pesca e da caça associada a agricultura, como é realizada nas comunidades, onde se utilizam desses recursos somente para o consumo.

¹² As Unidades de Conservação são porções delimitadas do território nacional protegidas por lei por conter elementos naturais de importância ecológica ou ambiental. Ao se definir uma área a ser protegida são observadas suas características naturais e estabelecidos os principais objetivos de conservação e o grau de restrição à intervenção humana. Esta área será, então, denominada segundo uma das categorias de Unidade de Conservação previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), das quais as principais são: Parque Nacional, Estação Ecológica, Reserva Biológica, Reserva Ecológica, Área de Proteção Ambiental, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Área de Relevante Interesse Ecológico (EMBRAPA, 2011).

¹³ As áreas a serem incorporadas pela RDS do Rio Manicoré seriam as das comunidades associadas a CAARIM, pois são áreas sob domínio do estado (ITEAM, 2008).



e Manicoré. Tais conflitos seriam relacionais, de como as comunidades se relacionam com outros níveis de poder.

Para Weber, o conflito seria uma forma de interação social entre agentes dotados de intencionalidade, onde os elementos do processo são extremamente diversificados, indo desde a força física até as capacidades intelectuais ou organizacionais dos atores (THEODORO, 2005).

Bourdieu (2007) argumenta que os agentes sociais em situações de embate, falam a partir de sua posição no espaço social, ou seja, toma como referencial suas vivências anteriores para modificar ou estabilizar uma realidade. O conceito de *habitus*¹⁴ do autor nos leva a pensar que as ações dos agricultores são marcadas pela sua luta diária na terra, pelas suas relações familiares e pelo ambiente que o cercam. Quando ameaçados por um outro *habitus* impositivo, como o relacionado aos agentes da pesca comercial ou as empresas, forjados na lógica do lucro, os agricultores reagem agressivamente ou permitem a entrada deste por um processo em que o *habitus* conforma-se a situação ou a modifica.

Theodoro *et al.*(2005), lembrando Simmel (1973), expõe que o conflito seria uma das formas de interação, constituindo um processo de associação. Além disto, poderia resolver estes dualismos divergentes, reconstruir uma unidade perdida, ainda que por meio da destruição de uma das partes envolvidas. Para Simmel, os conflitos, são tão diversos quanto as diversidade sociais e devido a isso, eles podem ser mais objetivos ou mais subjetivos, mais pessoais ou mais sociais, mais circunstanciais ou mais estruturais. Nem sempre conduzem à conciliação, podendo, por vezes, ser responsável pela desagregação (THEODORO *et al.*, 2005, p. 54).

Assim, o conflito mobiliza a discussão entre os comunitários do Rio Manicoré para a implantação da RDS do Rio Manicoré, que apesar de ser uma política governamental, pode vir a ser uma bandeira ativa de mobilização e participação por uma territorialidade específica. Não é uma política desejável por todos e ainda é vista com certas ressalvas por alguns comunitários, devido algumas experiências negativas relatadas pelos moradores das outras UC's no município e reafirmadas por agentes de

¹⁴ [...] o *habitus* como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a hexis, indica a disposição incorporada, quase postural – mas sim o de um agente em ação. [...] a noção serve para referir o funcionamento sistemático do corpo socializado (BOURDIEU, 2007)



comercialização.

Nas primeiras reuniões realizadas no ano de 2008, estiveram presentes representantes do ITEAM, CEUC, representantes dos outros assentamentos e comunitários do rio Manicoré para expor quais as modalidades de Unidades de Conservação existentes e qual a melhor para a área pretendida. Estas reuniões explicativas estão vivas nas memórias dos comunitários que foram entrevistados, representando para eles a possibilidade de permanecer na terra e repassar para as futuras gerações, pois não havia grande ocorrência de mobilidade das famílias, visto até um movimento contrário, ou seja, as pessoas que chegaram a se deslocar para a sede municipal e retornaram por não haver trabalho, dentre outros motivos.

Nesse ínterim, estaria ocorrendo o processo que Leite Lopes (2006) aponta como sendo uma “ambientalização” dos conflitos sociais, indicando que há uma interiorização pelas pessoas e grupos sociais das diferentes facetas da questão pública do meio ambiente, tanto pelos grupos locais quanto pelos agentes estatais ou não estatais, o que influi consideravelmente na implementação das políticas públicas para o meio rural.

Como demonstra Almeida (1994):

A nova classificação, verificada na alteração das nomeações e num conjunto de práticas organizativas, traduz transformações políticas mais profundas na capacidade de mobilização destes grupos sociais face ao poder do Estado. ‘Seringueiros’, ‘castanheiros’, ‘juteiros’, ‘barranqueiros’, ‘assentados’, ‘colonheiros’, ‘posseiros’, ‘colonos’ e pescadores sugerem denominações de uso local e de condições econômicas que se derramam naquelas categorias de mobilização de pretensão abrangente como ‘povos da floresta’ e ‘ribeirinhos’ (ALMEIDA, 1994, p. 523).

A CAARIM além de regularizar e organizar as associações comunitárias também criou uma cooperativa para lidar somente com o beneficiamento e com a comercialização da castanha. Com o crescimento da demanda e dos trabalhos a cooperativa se desvincula da Central, tornando-se a Cooperativa Verde de Manicoré (COOVEMA), que com o apoio do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) transferiu a sede para a cidade de Manicoré e passou a estabelecer parcerias para a compra da farinha e da castanha dos agricultores das áreas do Projeto Agroextrativista Genipapo, com a Reserva Extrativista Capanã Grande, com o Projeto Agroextrativista



Onças e com as associações do Rio Manicoré, com grande aceitação no mercado externo.

A Central também atua com assessoria para a consecução de projetos em parceria com o CNS, Banco do Brasil, prefeitura, SEBRAE, CONAB, e também com o Programa de Apoio a Agricultura Familiar (Pronaf).

Neste sentido a CAARIM trabalha para a manutenção e para o projeto agroextrativista almejado pelos comunitários do Rio Manicoré. Não se configura como um projeto totalmente governamental, porque os que estão a frente são os próprios comunitários, que se apropriaram da legislação ambiental vigente para fazer valer seu direito a terra e aos recursos naturais nela existentes.

Daí se mostra os primeiros passos para a construção de uma identidade: sentimento coletivo, onde os agentes se apropriam de sua história e definem o que realmente é importante e significativo para a sua manutenção sociocultural.

Considerações

Neste trabalho apresentou-se como os agricultores, aglutinados em torno da CAARIM e movidos pelos conflitos socioambientais passaram a reivindicar a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) no Rio Manicoré. A partir de um histórico extensivo das relações sociais que permeiam o Rio Madeira e o Rio Manicoré esperamos ter oferecido dados “bons para pensar” em como os agroextrativistas se apropriam de sua história para resolução de conflitos atuais. Vale ressaltar que os aspectos mostrados são aqueles que eram relevantes para as comunidades, que estão na memória e na vida diária dos moradores do Rio Manicoré.

Referências bibliográficas

ALENCAR, Edna C. O tempo dos **patrões “brabos”**: fragmentos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM (2009). Disponível <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/viewFile/148/228>> Acesso jun. 2011.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Universalização e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: **A Amazônia e a Crise da Modernização**. COED/MPEG, 1994, p. 521-537.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.



CARLOS, E. Sautchuk. **Comer a farinha, desmanchar o sal: ecologia das relações pescador - (peixe) - padrão no aviamento amazônico** (2008). Série Antropologia Vol. 420, Brasília: DAN/UnB. Disponível < <http://vsites.unb.br/ics/dan/serie420empdf.pdf>> Acesso jun. 2011.

EMBRAPA. Disponível

<<http://www.apadescavado.cnpm.embrapa.br/unidade.html>> Acesso mai. 2011.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. In: **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987, p. 227-267.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO AMAZONAS. Site <<http://www.iteam.gov.br>> Acesso: Jun. 2008.

INSTITUTO SOCIO-AMBIENTAL (ISA) <<http://www.isa.org.br>> Acesso em janeiro de 2009.

LIMA, Eli Napoleão de. A inserção compulsória da Amazônia na *belle époque*. In: MOREIRA, Roberto José (Org.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 46-72.

LOPES, José S. L. Sobre Processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. In: **Horizontes Antropológicos**, ano 12, nº 25, Porto Alegre, 2006, p. 31-64.

MARTIN, Alejandra. **De colheitadeiras subsistência aos agentes de mercado: A evolução da produção no Brasil porca Manicoré, Estado do Amazonas, Brasil**. Disponível <<http://74.125.47.132/search?q=cache:hgpB5HKIRUJ:www.rightsandresources.org/french/documents/index.php%3FpubID%3D292+Central+das+Comunidades+Manicor%C3%A9+CAAM&cd=5&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso mai. 2009.

ONETI, Maglúcia I. de A. **Políticas para o campo no Amazonas: o papel político do Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2010.

POR UMA POLÍTICA ESTADUAL DE REFORMA AGRÁRIA: UM ESTUDO DE SUA VIABILIDADE A PARTIR DOS MUNICÍPIOS DE UARINI, ANORI, ITACOATIARA/SILVES, MAUÉS e MANICORÉ. Relatório. Departamento de Ciências Sociais (DCiS), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM), 2009.

SOARES, A. P. *et al.* Transformações econômicas e sociais. In: SWITKES, Glenn (Org.). **Águas turvas: alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas**. São Paulo: Patrícia Bonilha Ed. International Rivers, 2008, p. 140-159.



THEODORO, Suzi H. *et al.* Uma crise anunciada. In: **Mediação de conflitos socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamound, 2005, p. 23-30.

WANDERLEY, Maria de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Outubro, 1996

WOLF, Eric. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. In: **Antropologia e Poder**. FELDMAN-BIANCO, B. e RIBEIRO, Gustavo L. (Orgs.), Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003, p. 117-144.

WOORTMANN, Klaas. **O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins**. Série Antropologia, n° 293, Brasília, 2001, p. 1-28.



Estudo exploratório sobre o sistema de produção e a comercialização do carvão vegetal produzido por agricultores familiares da Microbacia de São Mateus (Biguaçu-SC)¹

Cíntia Uller-Gómez¹
Marina Carrieri²
Alfredo Celso Fantini³
Márcio Antônio de Mello⁴
Luiz Toresan⁵

¹ Eng. Agr. Dra. Bolsista PNPd na Epagri, email: cintiaug@gmail.com .

² Eng. Agr. Mestranda em Agroecossistemas (CCA/UFSC), Bolsista CAPES da Rede Sul Florestal, email: marina_carrieri@hotmail.com .

³ Eng. Agr. Dr. Professor da UFSC, email: afantini@cca.ufsc.br .

⁴ Eng. Agr. Dr. Pesquisador da Epagri, email: marcio.antonio.mello@gmail.com .

⁵ Eng. Agr. Dr. Pesquisador do Epagri/Cepa, email: toresan@epagri.sc.gov.br .

Resumo:

Este trabalho teve como objetivo compreender o sistema de produção e de comercialização de carvão vegetal no município de Biguaçu-SC. A produção de carvão vegetal nesse município é uma atividade realizada tradicionalmente e representa uma das principais fontes de renda para muitos agricultores familiares. A produção é clandestina, os agricultores não têm assistência técnicas e estão sujeitos a multas e apreensões. Esta pesquisa foi realizada em todos os macrosssegmentos da cadeia de produção: produção de matéria-prima, carbonização e comercialização. A coleta de dados foi feita, em 2010, através de observação participante, análise de questionários socioeconômicos com agricultores e entrevistas semi-estruturadas com produtores, intermediários, empresas distribuidoras, comerciantes e consumidor. O carvão de Biguaçu chega ao mercado consumidor de duas maneiras: vendidos em embalagens registradas ou em embalagens sem especificação. O carvão sem especificação é vendido a intermediários que revendem o carvão aos consumidores em estabelecimentos comerciais. O carvão em embalagem registrada é vendido pelos produtores a microempresas na comunidade que embalam e revendem o carvão. Os intermediários são também agricultores, normalmente produtores ou ex-produtores de carvão e possuem uma relação de confiança e reciprocidade com os produtores. O carvão produzido em Biguaçu é reconhecido na comunidade e também por estabelecimentos consumidores da grande Florianópolis como carvão de boa qualidade e com características específicas. Concluímos que ao se planejar a regularização da comercialização do carvão de Biguaçu os intermediários devem ser incluídos no processo e que a associação da origem, sistema de produção e qualidade do carvão devem ser explorada na criação das novas embalagens e formas de comercialização.

Palavras-Chave: carvão vegetal, agricultura familiar, cadeia produtiva.

¹ Este artigo está baseado, sobretudo, no trabalho de Carrieri (2010) e conta com recursos do Projeto Nosso Carvão (CNPq 558703/2009-7) e da Rede Sul Florestal (CNPq 562862/2020-2 e FAPESC 5287/2011-6).



1. O contexto sócio-ambiental de produção vegetal de carvão em Biguaçu-SC

Este artigo tem como objetivo apresentar o processo de produção e de comercialização do carvão vegetal produzido por agricultores familiares na Microbacia de São Mateus, em Biguaçu, no litoral de Santa Catarina. A população dessa microbacia é multiétnica, formada por descendentes de africanos e de imigrantes açorianos e alemães.

Os dados foram obtidos em pesquisa realizada durante o ano de 2010, no âmbito do Projeto Nosso Carvão (FANTINI, 2009) que tem como objetivo desenvolver e validar tecnologias apropriadas ao contexto da agricultura familiar para a produção sustentável de carvão vegetal na Grande Florianópolis, visando à conservação das florestas nativas e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores.

Embora o carvão vegetal seja amplamente consumido e comercializado, os consumidores em geral desconhecem os processos e os caminhos necessários para que esse produto chegue até eles e as problemáticas que estão geralmente associadas ao sistema de produção. Por outro lado, a sua matéria-prima, que é a lenha, tem estado em evidência nas discussões polêmicas acerca do uso de recursos florestais.

Na prática a atuação dos órgãos de fiscalização ambiental se intensificou e a autuação e multa de pequenos proprietários rurais se tornou freqüente, principalmente depois da década de 1990. Essa intensificação da fiscalização aconteceu desarticulada de estratégias para auxiliar os agricultores a enquadrarem as atividades realizadas tradicionalmente – necessárias para produção de produtos como o carvão vegetal que são requisitados e amplamente consumidos nos centros urbanos – à legislação florestal vigente e auxiliá-los a produzir estes produtos de forma mais eficiente e tão menos causadora de degradação ambiental o quanto é possível.

Pesquisas no município de Biguaçu/SC dão conta de que a pressão dos órgãos fiscalizadores tem levado à existência de uma atividade clandestina de produção de carvão e à substituição de um sistema tradicional de manejo e manutenção da mata nativa pelo plantio homogêneo de eucalipto (*Eucalyptus sp.*) nas áreas antes ocupadas pela mata nativa (ULLER-GÓMEZ & GARTNER, 2008; FANTINI, *et al.* 2010).

A produção de carvão vegetal em Biguaçu é realizada por agricultores familiares e, constitui-se em uma das principais atividades geradoras de renda para essas famílias. (CARRIERI, 2010; FANTINI *et al.*, 2010; ULLER-GÓMEZ & GARTNER, 2008).



Acredita-se que esta situação possa ser encontrada também em outros municípios da região da Grande Florianópolis (FANTINI et al., 2010).

Esses mesmos autores afirmam que a clandestinidade da atividade carvoeira gera inúmeros conflitos, os agricultores trabalham sujeitos de multas e apreensões, sentem que não tem autonomia sobre a gestão dos recursos de sua propriedade e sentem-se como criminosos, com medo e baixa autoestima (CARRIERI, 2010; FANTINI *et al*, 2010; ULLER-GÓMEZ & GARTNER, 2008).

A clandestinidade é fator determinante das estratégias e vias de comercialização do carvão vegetal em Biguaçu. A pesquisa aqui relatada foi realizada no sentido de entender de que forma o carvão, apesar de clandestino, chega aos mercados consumidores sendo vendido e comprado sem maiores dificuldades por comerciantes e consumidores. Procurou-se entender também quem são os atores envolvidos, qual a relação entre esses atores e o que determina essas estratégias.

Este trabalho está inserido no Projeto de Pesquisa “Nosso Carvão” do Núcleo de Florestas Tropicais da Universidade Federal de Santa Catarina² que vem sendo realizado desde 2009 e tem como meta propor avanços na forma de produzir e na legalização da produção de carvão. Como objetivo prático pretende-se dar subsídios para a discussão de novas formas de comercialização para o carvão produzido no município, já que o Projeto Nosso Carvão tem trabalhado no sentido de regularizar a produção e as formas atuais de comercialização estão estabelecidas em uma situação de clandestinidade.

2. Enfoque teórico-metodológico

Inicialmente cabe dizer que a presente discussão está embasada no conceito de agricultura familiar cunhado por Wanderley (2001) como aquela em que a família ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Para avaliar as estratégias de comercialização do “carvão vegetal” reporta-se a Batalha (1997), segundo quem, para a avaliação da comercialização de um produto, é necessário estender o conceito de comercialização de modo a incorporar a transmissão do produto pelos vários estágios do processo produtivo.

² Esse projeto é coordenado pelo professor Alfredo Celso Fantini, conta com recursos do CNPQ, e está inscrito sob o nr 558703/2009-7 do edital CNPq 33/2009.



Com base na discussão de Batalha, acredita-se que não seja possível discutir e planejar formas de comercialização sem conhecer as características que influenciam no processo produtivo. Assim, se faz importante estudar os processos ocorridos desde a produção de matéria-prima até a chegada do produto no mercado.

Neste sentido, o conceito de “cadeia de produção” nos ajuda a pensar e organizar este estudo. Segundo Parent (1979) *apud* Batalha (1997, p.39), a cadeia de produção é a soma de todas as operações de produção e de comercialização para passar de uma ou várias matérias-primas de base a um produto final, até que um produto chegue as mãos de seus usuários.

De acordo com Batalha (1997) a cadeia de produção pode ser dividida em três macrosegmentos: Comercialização, Industrialização e Produção de matéria-prima. As unidades que asseguram o funcionamento da cadeia de produção, ou seja, cada estabelecimento que seja responsável por um ou mais processo dessa cadeia é denominado pelo autor de unidade-socioeconômica de produção.

Complementarmente ao enfoque da cadeia de produção, utilizou-se a noção de “circuitos de proximidade” sugerida por Silva (2009). Conforme este autor, os circuitos de proximidade compreendem os fluxos direcionados para os mercados locais e regionais, cujas características estariam vinculada a uma maior proximidade com seu local de origem e uma grande participação de pequenos agentes.

Embora Silva (2009) refira-se especificamente a cadeias agroalimentares, sua noção de circuitos de proximidade é útil para analisar a situação do carvão vendido clandestinamente em Biguaçu.

Com base neste enfoque teórico, foram consultados representantes dos três macrosegmentos da cadeia de produção de carvão vegetal em Biguaçu, trazendo desta forma, elementos de cada um deles, possibilitando a compreensão dos caminhos atuais de comercialização.

Para identificação e abordagem dos agentes responsáveis pela produção e comercialização do carvão vegetal, realizou-se um intenso trabalho exploratório, através da participação em oficinas realizadas junto aos agricultores pela equipe do projeto Nosso Carvão e o acompanhamento de atividades de campo em propriedades rurais realizadas pelos membros da equipe. Esse trabalho foi importante, pois permitiu a aproximação com os agricultores, já que se tratando de uma atividade clandestina a abordagem do assunto com os agricultores é bastante delicada.



A coleta de dados se deu por meio de diferentes estratégias: conversas informais, aplicação de questionários e de entrevistas semi-estruturadas junto aos agricultores da microbacia de São Mateus; entrevistas semi-estruturadas com representantes de estabelecimentos que comercializam carvão, um estabelecimento consumidor e uma grande empresa distribuidora.

A abordagem aos informantes na Microbacia de São Mateus foi feita com o auxílio de dois agricultores da comunidade que apresentaram as demais famílias. O número de questionários e entrevistas foi determinado pela quantidade de agricultores dispostos a participar da pesquisa, dentro do tempo estabelecido para a pesquisa de campo.

Um primeiro levantamento feito por Uller-Gómez (2008) indicava 33 famílias com atividade carvoeira na microbacia de São Mateus. Até o momento em que se realizou a presente pesquisa, a equipe do Projeto Nosso Carvão havia conseguido aproximação e aplicado questionários com 17 delas para coleta dos dados de caráter sócio-econômico. Cada um desses questionários, para os efeitos desta pesquisa, representa uma unidade técnica de trabalho, onde podem trabalhar uma ou mais famílias. Dentre essas unidades:

- Três são ex-produtoras, já que pararam de produzir, há, no máximo, um ano;
- Sete são produtoras de carvão e vendem sua produção para intermediários dentro da comunidade que levam o carvão até os comerciantes ou consumidores;
- Seis produzem e intermediam o carvão;
- Uma é produtora, tem uma empresa marca registrada de carvão vegetal e informou vender apenas o carvão produzido na sua propriedade, vendendo-o diretamente aos consumidores ou estabelecimentos comerciais;
- Uma é apenas intermediária, possui uma marca registrada e embala carvão de outros agricultores; é também ex-produtora, sendo que não produz há 9 anos.

Para a compreensão dos caminhos percorridos, dos processos envolvidos e da relação entre os agentes responsáveis pela produção e comercialização do carvão vegetal foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com:



- 08 agricultores (produtores e intermediários³);
- 01 gerente de grande empresa distribuidora de carvão vegetal da Grande Florianópolis;
- 07 comerciantes e;
- 01 gerente de Churrascaria consumidora.

Com o propósito de conhecer o preço do carvão vegetal ao consumidor realizou-se levantamento de marcas e preços nas seguintes regiões do município de Florianópolis: Sul da Ilha, Praias do Norte, Centro e Continente⁴ e também nos municípios de Biguaçu e São José.

No mês de setembro de 2010, foram visitados 103 estabelecimentos que comercializam carvão vegetal, que foram separados nas categorias: supermercados; mercados; sacolões; açougues; peixarias; postos de gasolina; bares e outros (disk água, e vídeo locadora). Os estabelecimentos foram escolhidos de forma aleatória e as coletas foram feitas por observação direta nos locais.

Tabela 1: Estabelecimentos que comercializam carvão visitados em Florianópolis, por região e categorias:

	Centro	Praia Norte	Sul da ilha	São José	Biguaçu	TOTAL
Açougue	3	1	3	0	2	09
Bar	1	0	1	0	1	03
Outros*	2	0	0	0	0	02
Mercado	5	9	5	1	9	29
Padaria	6	3	5	1	3	18
Peixaria	0	1	0	1	1	03
Posto	2	6	2	1	5	16
Sacolão	0	0	0	1	4	05
Supermercado	4	3	6	1	4	18
TOTAL	23	23	22	06	29	103

Fonte: Pesquisa de campo realizada por Carrieri (2010) em setembro/2010.

Com base no enfoque teórico de “cadeia de produção” e de “circuitos de proximidade”, passaremos a abordar, a seguir, os dados coletados em campo.

³ Chamou-se de intermediários os indivíduos que compram carvão de produtores e revendem aos consumidores e comerciantes

⁴ Consideramos-se os seguintes bairros por região: **Centro**: Itacorubi, Trindade, Carvoeira, Santa Mônica, Córrego Grande e Coqueiros. **Sul da ilha**: Pantanal, Aeroporto, Rio Tavares, Costeira e Lagoa da Conceição. **Norte**: SC 401, Daniela, Jurerê, Canasvieiras, Jurerê, Santo Antônio de Lisboa e Cacupé.



3. Perfil dos produtores e vendedores de carvão da Microbacia de São Mateus

O perfil dos agricultores e vendedores de carvão foi traçado com base na análise dos questionários. As unidades técnicas de trabalho dos agricultores questionados são compostas na maioria das vezes por apenas uma família, onde as propriedades não ultrapassam a **área** de 50 ha.

Dentre os indivíduos que trabalham na **produção** de carvão 68,4% tem idade entre 41 e 70 anos. Dados semelhantes foram encontrados para os que trabalham na **intermediação** do carvão: 61,5% têm entre 41 e 60 anos.

No entanto, notou-se que os **intermediários** ocuparam uma faixa de idade que não foi ocupada pelos produtores, de 71-81 anos, o que pode ser relacionado com o excesso de esforço físico necessário para a produção de carvão, revelando que a venda de carvão é uma possibilidade para os agricultores que já não tem condições físicas de realizar as etapas de produção⁵.

A maior parte (82,5%) dos agricultores consultados estudou no máximo até a 4ª série do ensino fundamental.

As atividades agrícolas encontradas nos estabelecimentos consultados foram “produtos para o mercado”: aipim, banana, arroz, batata doce; e “produtos somente para o consumo da família e dos animais dentro do estabelecimento”: feijão, milho, cana, banana, café, batata-doce, amendoim entre outros. As culturas agrícolas com maior predominância são aipim e banana.

A produção de aipim está estreitamente relacionada à produção de carvão, já que é feita num sistema tradicional de manejo da floresta – a roça-de-toco (roça de pousio) – em que pequenas parcelas de mata nativa são derrubadas para dar lugar a culturas agrícolas, sendo deixadas em pousio depois de alguns anos até que a floresta se regenere. A lenha oriunda desse tradicional, além da produção de carvão, é muitas vezes destinada aos engenhos de farinha que ainda existem na localidade.

Em nove das 17 unidades de produção (53%), existem um ou mais membros que exercem atividades não-agrícolas para geração de renda, são elas: faxina, trabalho em bares e mercados da comunidade, confecção de pães e bolos, e serviço de frete, no caso dos vendedores de carvão; além destas atividades alguns agricultores recebem

⁵ Esta divisão foi feita por indivíduos, já que em um mesmo estabelecimento pode ocorrer divisão das funções entre eles. Os indivíduos que trabalham nas duas funções (produtor e vendedor) foram incluídos em ambas as categorias.



aposentadoria como trabalhador rural. Esse fato é resultante da proximidade das comunidades com a zona urbana e também evidencia a dificuldade dos agricultores de se manterem somente com a renda advinda das atividades agrícolas.

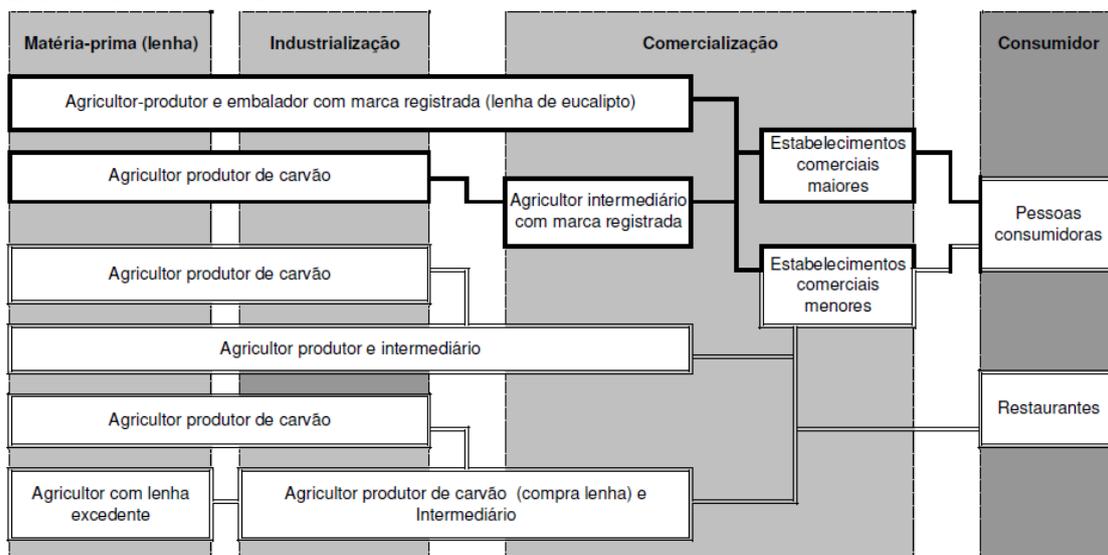
Nas maiorias das unidades consultadas o carvão é a atividade de maior importância na renda anual, sendo que em 52% delas o carvão representa entre 70-80 % da renda.

4. Destaques sobre a cadeia de produção

O carvão produzido na microbacia de São Mateus pode chegar ao consumidor sob duas diferentes formas de apresentação: vendido em embalagens de cimento reutilizadas, sem denominação de origem, ou em embalagens convencionais com marca registrada de carvão vegetal. Essas diferentes formas de apresentação determinam diferentes caminhos a serem percorridos pelo carvão até sua chegada ao consumidor. Esses caminhos estão apresentados na Figura 1, onde o traço duplo representa o caminho do carvão em embalagem em saco de cimento reutilizada e o traço simples mais escuro, o caminho do carvão embalado com marca registrada.

Cada retângulo representa um tipo de unidade sócio-econômica de produção. Nesta figura estão representados apenas os caminhos percorridos pelo carvão produzido na Microbacia de São Mateus, portanto não inclui o carvão distribuído por grandes empresas distribuidoras.

Figura 1: Organograma dos canais de comercialização do carvão produzido na Microbacia de São Mateus.



Fonte: Carrieri (2010).



Existem unidades que participam do processo nos três macrosssegmentos; elas representam os agricultores que retiram a lenha de sua propriedade, produzem o carvão e o vendem diretamente aos comércios ou consumidores.

Note-se (Figura 01) que o carvão em embalagens de cimento possui um mercado consumidor específico, sendo vendido em pequenos comércios ou em restaurantes consumidores. Note-se também que o carvão embalado pelas microempresas não é vendido diretamente para restaurantes. Isso ocorre porque suas embalagens são de pequeno porte (3kg e 5kg) e o custo dessas embalagens não é compensatório para esses consumidores, já que o produto não será comercializado e a embalagem é dispensável.

A dinâmica da comercialização do carvão em embalagens de cimento pode ser compreendida através da noção de circuitos de proximidade, já que por falta de embalagem apropriada para ser transportado e vendido em comércios maiores, esse carvão costuma ser vendido nas proximidades de onde é produzido, nos municípios de Biguaçu e no vizinho São José.

Segundo Silva (2009), a proximidade física/espacial do consumidor com o local onde é produzido o alimento, pode proporcionar que ele tenha maior consciência a respeito da qualidade do produto que está comprando. Neste trabalho este aspecto foi confirmado, percebemos em conversas informais com donos de estabelecimentos menores que vendem carvão em embalagem de cimento, que eles têm maior conhecimento da origem, da qualidade e de aspectos da produção do carvão comercializado, do que os gerentes de compra dos supermercados consultados.

Merece destaque o fato de que a relação entre os comerciantes e consumidores do carvão em embalagens de cimento com os produtores e intermediários é uma relação que envolve proximidade e confiança. Essa relação deve ser considerada ao se planejar novas formas de comercialização, pois nela existe a possibilidade de se explorar positivamente a associação da origem do carvão de produzido em Biguaçu com sua qualidade.

4.1. Produção de matéria-prima

Na maior parte dos casos consultados a lenha para a produção de carvão era obtida na mesma propriedade rural onde ocorria a produção; em apenas um dos casos o agricultor comprava a lenha de vizinhos.



Os três tipos de matéria-prima para produção de carvão identificados na Microbacia de São Mateus foram: mata-nativa, bracatinga (*Mimosa scabrella*, Benth) e eucalipto. Dentre estas, a com maior representatividade é a mata-nativa, seguida pela bracatinga.

O sistema tradicional de manejo da terra que permite a retirada de lenha para a produção de carvão é o sistema de roça-de-toco ou coivara, que consiste em derrubar a floresta e utilizar a área por três ou quatro anos com lavouras de mandioca, milho, feijão, batata-doce, etc., destinados ao mercado ou ao consumo da família. Depois, a terra é deixada em pousio e a floresta volta a se regenerar por períodos de 10 a 15 anos, em alguns casos por períodos muito mais longos, de até 30 anos (FANTINI *et al.*, 2010).

Quando a mata nativa deixada em pousio atinge o “ponto de lenha”, existe uma proibição de legal de corte porque ela já se encontra no estágio médio de regeneração. Essa proibição tem levado a substituição do sistema tradicional pelo plantio de eucalipto, em que a cultura é plantada ao invés de se permitir a regeneração natural da floresta. Todos os agricultores produtores de carvão consultados nesta pesquisa possuem área com plantio de eucalipto.

No que diz respeito a qualidade de carvão vegetal, o tipo de matéria-prima é um fator determinante, já que influencia diretamente no peso do carvão, que é apontado pelos produtores e intermediários como uma das características observadas para se determinar a qualidade do carvão vegetal. O carvão de maior peso é considerado pelos produtores e intermediários como sendo de melhor qualidade pois possui tem a capacidade de queimar por um período de tempo maior. Segundo os agricultores, o carvão de bracatinga e o de mata-nativa são de boa qualidade. A qualidade do carvão de eucalipto é, normalmente, inferior pois o eucalipto utilizado na produção de carvão é o eucalipto jovem, já que o eucalipto mais velho normalmente é utilizado para outros fins.

Com base nas entrevistas com intermediários e com o gerente de uma churrascaria consumidora de carvão, constatou-se que existe uma associação positiva entre qualidade e o carvão em embalagem de cimento que é oriundo da Microbacia de São Mateus. Como já foi anteriormente mencionado, esta associação é possibilitada pela proximidade do consumidor com o local onde o carvão é produzido e é um aspecto a ser explorado em novas embalagens para comercialização do carvão de Biguaçu.



4.2. Industrialização

A produção de carvão na microbacia de São Mateus é realizada em fornos do tipo oca ou iglu e o número de fornos por unidade de trabalho varia de um a três fornos, com capacidade de 6 a 12 m³ de lenha.

As etapas do processo de produção de carvão são: corte e transporte da madeira; abastecimento ou enchimento do forno; carbonização; esvaziamento do forno ou retirada do carvão; ensacamento e transporte.

O período médio necessário para realização dessas etapas é de 15 dias, porém a frequência de produção varia conforme a dinâmica da propriedade rural, pois os agricultores se envolvem também em outras atividades. Além disso, a produção de carvão é dependente do preparo da terra para outras culturas agrícolas no sistema de roça-de-toco, que resulta na produção de lenha. Além dos fatores relacionados à dinâmica da propriedade, a frequência de produção do carvão também é afetada por fatores que climáticos; o tempo úmido dificulta o acesso aos locais de trabalho e interfere na qualidade da lenha.

A produtividade e o tempo de produção também são afetados pelos fatores qualidade de lenha e clima. A produtividade média informada pelos produtores de Biguaçu é de 10,5 embalagens de cimento (de 50kg) cheias de carvão por m³ de lenha. O peso do carvão embalado dessa forma varia conforme a idade e espécie florestal, sendo a média 10 kg, pelo que o produtor recebe R\$ 4,50. Já o preço pago pelo consumidor ou comerciante ao intermediário, segundo informação do intermediário, é de R\$ 6,00.

Considerando a média mensal de sacos produzidos (150 sacos) e o preço recebido (R\$ 4,50/ saco), a renda bruta média mensal desses produtores é R\$ 600,00. Porém existe uma variação muito grande entre as quantidades produzidas, em um dos casos o agricultor produz 4-5 fornadas mensais com rendimento de aproximadamente 80 sacos/fornada, o que daria uma renda bruta mensal de R\$ 1.800,00.

Após o término da carbonização, os agricultores de Biguaçu aguardam de três a quatro dias para proporcionar o esfriamento do carvão e do forno. Segundo informação de agricultores de Biguaçu, em outros Estados do Brasil, esta espera é substituída pela utilização de água, que é jogada no carvão para possibilitar um esfriamento mais rápido. Ainda segundo os agricultores, esta pratica diminui a qualidade do produto já que a umidade prejudica a combustão do carvão e pode provocar o descolamento da parte



inferior das embalagens de papel no qual são vendidos. Esta prática de esfriamento com o uso de água foi descrita por Dias *et al.* (2002) para o Estado de Minas Gerais.

Na etapa de ensacamento o carvão é retirado dos fornos de forma manual ou com o uso de pás, no segundo caso o agricultor utiliza peneiras para fazer a separação do carvão, do pó e dos fragmentos. O ensacamento é normalmente realizado pelo agricultor e o embalagem é fornecida previamente pelo intermediário que comprará a produção. O intermediário é quem busca o carvão na propriedade do produtor.

Como carvão produzido é de qualidade heterogênea porque provém de várias espécies arbóreas, no ensacamento, os produtores tomam o cuidado de uniformizar os sacos, de modo que fiquem todos aproximadamente com o mesmo volume e mesmo peso. O balanceamento é feito sem a pesagem dos sacos, somente pela percepção dos produtores.

4.3. Comercialização

Quando o carvão passa pelas microempresas que absorvem parte da produção da Microbacia, chega a elas em embalagens de cimento e posteriormente é peneirado novamente e embalado em embalagens comerciais, de aproximadamente 3kg ou 5kg. Nessas microempresas, o ensacamento e peneiramento do carvão são feitos com o auxílio de uma máquina projetada por um dos proprietários.

Os agricultores não tem dificuldade de encontrar intermediários que comprem a sua produção. Constatou-se -se que os produtores não têm compromisso de quantidade nem de frequência de produção para com os intermediários. Como os intermediários precisam suprir a necessidade de seus clientes (churrascarias e pequenos comércios), às vezes, lançam mão da estratégia de “pegar carvão emprestado” de outros intermediários quando a produção de seus fornecedores não é suficiente.

Por outro lado, também constatou-se que a relação entre os produtores e os intermediários é regida por normas implícitas de confiança e de reciprocidade. Entre essas normas está o fato de que a busca do produto na propriedade rural pelo intermediário deve ser feita rapidamente após o produtor comunicar ao intermediário que o carvão está pronto – manter o carvão clandestino estocado em sua propriedade representa um grande risco ao produtor que teme a autuação por parte dos órgãos ambientais.



Faz parte dessa relação também a valorização do trabalho dos intermediários pelos produtores que reconhecem que o alto risco que os primeiros correm de serem autuados pela fiscalização, e a valorização da logística específica que envolve, por exemplo, o conhecimento dos clientes, possuir caminhonete e carteira de habilitação.

Pelos dados encontrados, acredita-se que os trabalhos de planejamento de formas de comercialização que visem a substituir a comercialização irregular deve ser pensada de forma a incluir esses intermediários, pois eles também são agricultores, estão inseridos na comunidade, precisam da renda gerada pela atividade e, sobretudo, possuem importante papel no funcionamento atual da comercialização do carvão.

4.4. Marcas e preços de carvão disponível em Florianópolis

Através do levantamento de marcas e preços de carvão vegetal foram encontradas 27 marcas de carvão: 23 oriundas do Estado de Santa Catarina; três do Estado do Paraná. Dentre as marcas de Santa Catarina, 15 pertencem à mesorregião de Florianópolis e provém dos municípios de Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, São José e São Pedro de Alcântara.

Nos municípios de Biguaçu e São José encontramos estabelecimentos comercializando carvão em embalagens de cimentos (de 50kg), sem nenhum tipo de identificação ou informação de peso ou origem do carvão.

Em Biguaçu, dos 29 estabelecimentos consultados, 10 comercializavam carvão em embalagem de cimento, sendo que, dos 09 mercados consultados, 06 comercializavam.

Relacionando os valores médios **recebidos** ao longo da cadeia de produção do carvão em saco de cimento e do carvão embalado por microempresas temos, aproximadamente:

- Carvão em embalagem de cimento: Agricultor recebe R\$ 0,45/kg; Intermediário recebe R\$ 0,60/kg; o consumidor paga R\$ 0,87/kg no comércio. O preço da embalagem é de R\$ 0,10 a R\$ 0,20.
- Carvão embalado por microempresas: Agricultor recebe R\$ 0,45/kg; Intermediário recebe R\$ 1,20/kg; o consumidor paga R\$ 1,89/kg no comércio. O preço da embalagem é de R\$ 0,30 centavos, com custos adicionais como linha e alça para a embalagem, código de barra e impostos.



Nota-se, desta forma, que o preço recebido pelas microempresas é superior ao dos intermediários que vendem em embalagens de cimento. Porém a este preço deve-se diminuir os custos adicionais da microempresa. Além do que, esse valor pode estar superestimado já que para esse cálculo foi considerado o valor descrito nas embalagens (3kg), mas segundo informado pela microempresa embalagem é enchida com aproximadamente 3,5kg. Considerou-se que o peso do carvão em embalagens de cimento é de 10kg, porém esse peso também pode variar conforme a lenha utilizada na produção do carvão.

5. Considerações finais

O tema produção de carvão vegetal é normalmente associado a idéias de exploração social e destruição da natureza. Porém, um olhar crítico e desprendido de preconceito à atividade carvoeira no município de Biguaçu nos remete a outro tipo de realidade, onde a produção de carvão faz parte de um sistema tradicional de uso da terra, o sistema de roça-toco. Em decorrência da legislação atual e ação dos órgãos fiscalizadores este sistema, que permite o descanso das áreas agrícolas e ao mesmo tempo a utilização de lenha de espécies nativas, vem sendo substituído por plantios de eucalipto.

Esta substituição implica em perda de diversidade florestal e também de conhecimento dos usos da floresta por parte dos agricultores. Além disto, no que diz respeito à qualidade do produto, o carvão de bracinga e de lenha nativa é considerada superior ao de lenha de eucalipto.

A associação positiva que os consumidores do carvão vegetal produzido em Biguaçu fazem com a sua origem pode ser explorada no planejamento de novas embalagens e de comercialização, permitindo também uma maior aproximação dos consumidores à origem do produto e às questões sociais envolvidas na sua produção.

Na mesma direção, a relação entre os intermediários e os produtores de carvão da Microbacia de São Mateus, ambos moradores da mesma comunidade, e que desenvolvem entre si uma relação de confiança e reciprocidade, merece atenção em eventuais estratégias de agentes públicos que visem a legalizar a produção e comercialização dessa produção.

Acredita-se, assim, que estes intermediários devam ser envolvidos no planejamento de novas formas de comercialização da produção, não só pela relação de



confiança descrita, mas também por considerar que eles também necessitam da renda gerada pela atividade detém um conhecimento sobre o mercado e a comercialização que os produtores não possuem. Somente incluindo todos os agentes da comunidade nos aproximaremos de uma forma de comercialização que seja justa e adequada aos anseios e necessidades dos envolvidos.

Vale, por fim, ressaltar que nesta pesquisa encontrou-se uma grande dificuldade de se obter dados precisos sobre a produção e a comercialização do carvão, o que está associado à falta do hábito de anotar estes dados, por parte dos agricultores. Esta falta de hábito de anotar dados dificulta o planejamento e a gestão das atividades da propriedade. Sugere-se, então, que também esse aspecto seja trabalhado por agentes públicos em eventuais atividades dirigidas às comunidades.

Referências Bibliográficas

BATALHA, M.O. **Gestão Agroindustrial**. Vol 1. São Paulo: Atlas, 1997.

CARRIERI, M.. **Estudo exploratório sobre o sistema de produção e a comercialização do cavão vegetal produzido por agricultores familiares da microbacia de São Mateus (Biguaçu/SC)**. TCC (Curso de Agronomia), Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

DIAS, E. C. *et al.* Processo de trabalho e saúde dos trabalhadores na produção artesanal de carvão vegetal em Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ)**, Rio de Janeiro-RJ, v. 18, n. 1, p. 269-278, 2002.

FANTINI, A.C. **Projeto “Nosso Carvão”**. Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/Dater N° 033/2009.

FANTINI, A.C. *et al.* Produção de carvão e de saberes na agricultura familiar de SC. **Revista Agropecuária Catarinense**, Florianópolis/SC, 2010 (no prelo).

FANTINI, A.; ULLER-GÓMEZ, C.; GARTNER, C. VICENTE, N.R.; SCHLINDWEIN, S.L.; BAUER, E.; MENEZES, G.T.C. Produção de carvão e de saberes na agricultura familiar de SC. **Revista Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 23, n 3, p. 13-15, nov 2010.

SILVA, C. A. . La configuración de los circuitos de proximidad en el sistema alimentario: tendencias evolutivas. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, v. 54, p. 11/1-32, 2009.

ULLER-GÓMEZ, C. & GARTNER, C. **Um caminho para conhecer e transformar nossa comunidade**. Relatório final de pesquisa vinculada ao TOR 23/2006. Florianópolis: EPAGRI/MB2, 2008. 111p.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J.P. (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3ª ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.



GT 3 Conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais e desenvolvimento rural

Etnicidade, conservação ambiental e direitos territoriais em áreas de incidência de programas de desenvolvimento social e sustentável¹

Renata Medeiros Paoliello²

²UNESP/FCLAR E-mail: paoliello@fclar.unesp.br reluz8@uol.com.br

Resumo

O Vale do Ribeira, região recoberta pela última área contínua de Mata Atlântica, portanto alvo da legislação preservacionista e do controle ambiental, recortada por mosaicos de áreas de preservação sobrepostas a diferentes modalidades correntes de ocupação e uso da terra e dos recursos, apresenta-se como *locus* privilegiado de emergência de conflitos de interesses, orientações e práticas quanto à atividade econômica, agrícola e não agrícola, particularmente nas distintas áreas de incidência de políticas de reconhecimento de direitos territoriais – remanescentes de quilombos, terra indígena e assentamento PDS. O objetivo da pesquisa é o de entender, em cada contexto, como e se está-se incorporando uma visão conservacionista como valor e como estratégia, articulada à etnicidade e à tradicionalidade, para atualizar esses espaços sociais.

Palavras-Chave: desenvolvimento sustentável, novo paradigma do desenvolvimento, conflitos ambientais, políticas de reconhecimento.

¹. Trabalho apresentado ao V Encontro da Rede de Estudos Rurais, Belém-PA, junho de 2012.



O Vale do Ribeira de Iguape, onde se inserem os contextos aqui em foco – as áreas remanescentes de quilombos, o assentamento PDS do Guapiruvu e a terra indígena de Piaçaguera -, região considerada sempre em crônico descompasso com o desenvolvimento do agro paulista, (MULLER, 1980), marca-se pela recorrência de tensões e conflitos em virtude da indefinição histórica de seu perfil fundiário. Em meados dos anos 80, ocorrem intervenções estaduais e do INCRA para a regularização fundiária e a aplicação do novo Plano Nacional de Reforma Agrária. Simultaneamente aí incidem duas novas injunções: a retomada dos projetos de construção de quatro hidrelétricas no Ribeira², já aventados nos anos 60, e a incidência da legislação e das novas agências preservacionistas, nesta que é a região que contém a última e maior área contínua de Mata Atlântica do país. Com relação à primeira, ela motivará a articulação do Movimento dos Ameaçados por Barragens –MOAB-, organizado a partir da ação da Pastoral da Terra (ROSA, 2007), que agregará as demandas dos remanescentes nas áreas que se concentram precisamente onde se construirão as hidrelétricas. Com relação à segunda, a partir dela se consolida uma nova ordenação do território, clivada pela legislação ambiental, conformando a gama de áreas protegidas, que confinam o território quilombola do médio Ribeira.

Ao longo de um trajeto, assim, a região do Ribeira se configura em momentos distintos de incidência de políticas de desenvolvimento, de interesses mineradores, energéticos, imobiliários, conservacionistas e turísticos. Sempre marcada por uma percebida carência, em particular por parte dos pequenos produtores, de acesso legal à terra, de alternativas produtivas, de mercado, especialmente o de trabalho, e de acesso aos bens disponíveis para o conjunto social, como educação, saúde e participação política, constitui-se como um contexto de relações marcado pela presença recorrente e sobreposta de múltiplas agências, públicas e privadas. Coloca-se, nesse contexto, a demanda de políticas especiais vistas como capazes de abrir possibilidades e alternativas, entre essas, a de incorporação de critérios culturais e/ou étnicos.

Os quilombolas

² . Estão envolvidos aí interesses da Companhia Energética de São Paulo, empresa pública, e da Companhia Brasileira de Alumínio, do Grupo Votorantim, instalada na região. Hoje, o projeto de barragem é conduzido pela CBA. As barragens são quatro: Batatal, Funil, Itaoca e Tijuco Alto.



As áreas que integram o “território quilombola” do médio Ribeira encontram-se em diferentes momentos do processo de reconhecimento, identificação e titulação, nos termos do artigo 68 das ADCTs e do Decreto estadual 9757/97, que impõe a titulação coletiva da terra em nome das associações de moradores, constituindo um direito indivisível e inalienável³.

O problema empírico que motiva a reflexão é o da recorrência, nesses contextos, de disputas entre moradores, relacionadas a tomadas de posição distintas, em particular quanto a direitos territoriais diferenciados, envolvendo inclusive o parcelamento e a negociação da terra, especialmente nas áreas ainda não tituladas. Emergem, assim, tensões entre o novo direito e práticas jurídicas “costumeiras”. A incidência desse novo direito, interpretado pelos mediadores externos como fundamentado na “terra comum”, sobre a territorialidade corrente, maleável, organizada na linguagem do parentesco, que distribui diferencialmente os direitos, vem, então, fazendo re-emergir uma conflitividade entre moradores, cuja origem está na venda de parcelas de posses herdadas a estranhos que, em virtude da imprecisão das divisas, em vários casos introduziram processos de grilagem. O novo direito, ao esvaziar, do ponto de vista legal, disputas fundiárias anteriores, assegura a retomada da terra, e, ao mesmo tempo, para ser efetivado, demanda a ação das agências de mediação, públicas ou privadas, cujas práticas organizativas e discursivas veiculam o modelo comunitário e associativo (ROSA, 2007).

Tal modelo, a ser identificado a partir da auto-atribuição, é acionado nos confrontos entre moradores para desqualificar pretensões e direitos daqueles que são considerados negociadores da “terra de herança”, introdutores de grileiros e descomprometidos com a comunidade e com os projetos coletivos. Nessas situações, pode-se lançar mão da aliança externa, em particular com a agência religiosa ligada à Pastoral da Terra, para reivindicar o território, ou, por outro lado, contar menos com seu apoio para o reconhecimento. Esse conflito pode se manifestar agudamente, chegando a determinar a reabertura dos trabalhos de identificação, como no caso dos vizinhos São

³ . O Decreto estadual nº 9757, de 1997, em seu artigo 2º, estipula que o direito territorial dos remanescentes é coletivo e titulável em nome das associações de moradores, sendo ainda indivisível e inalienável. As áreas reconhecidas e tituladas são Ivaoporunduva, São Pedro e Pedro Cubas, em Eldorado, Pilões e Maria Rosa, em Iporanga. As reconhecidas, mas ainda não tituladas, são Galvão, Sapatu, André Lopes, Pedro Cubas de Cima, em Eldorado, Nhunguara, entre Eldorado e Iporanga, Praia Grande e Porto Velho, em Iporanga. Na baixada, encontram-se na mesma situação Mandira, em Cananéia, e Morro Seco, em Iguape. No alto Ribeira, Cangume, em Itaoca.



Pedro e Galvão, cujas terras pertencem a parentelas ligadas por ascendência comum em relação ao fundador de seus direitos. O conflito precede a incidência do artigo 68, tendo origem na venda de uma parcela, por um morador do Galvão, que introduz um “fazendeiro”. No processo de identificação, os moradores do São Pedro indicam como a eles pertencentes áreas de expansão de lavouras e sítios, que os do Galvão entendem como deles. Questionados, os primeiros alegam que o patrimônio é coletivo, não cabendo mais a individualização de parcelas, recusando o conjunto de direitos “costumeiros”. Excluem também da associação de moradores, que agrega a princípio os dois bairros, os moradores do Galvão, apontados como “palmiteiros”, não agricultores, interessados apenas em usufruir os benefícios do esforço e dos projetos comuns (CARVALHO, 2006).

A incidência legal fixa, portanto, as fronteiras de um território “móvel”, até então regularmente organizado por práticas que combinam uso comum e apropriação individual e familiar, cuja gênese se refere ao ancestral que funda o grupo de parentes e herdeiros (GODOI, 1999). Essas fronteiras se fecham, ainda, pela inserção dessas áreas entre três Parques Estaduais⁴, limitando não só a expansão das áreas, mas também os usos correntes dos recursos naturais e as técnicas de cultivo. Diante dessa nova situação conflitiva, cabe problematizar as articulações entre a emergência do critério étnico como condição de acesso a um território coletivo e uma ruralidade cujas fronteiras com os processos urbanos são presentemente difíceis de demarcar, em face da intensificação das trocas, econômicas, políticas, culturais, permeabilizando fronteiras, e reconfigurando a relação rural/urbano (CARNEIRO, 2008; FAVARETTO, 2007). A auto-identificação étnica tende a tornar-se estratégica, não só para a garantia dos direitos territoriais, mas à do conjunto dos direitos que a acompanham. Este é o contexto propício à emergência de uma multiplicidade de práticas que podem expressar projetos individuais, familiares ou coletivos distintos, quanto a cada uma das demandas acima apontadas, e muitas vezes em confronto, configurando processos políticos cujo alcance ultrapassa o local, redefinindo constantemente alianças e oposições, e re-tecendo redes sociais (BARNES, 1987; BOISSEVAIN, 1987; PAOLIELLO, 2007). A redefinição dessa “ruralidade” liga-se, em suma, ao fato de que esses contextos negros incorporam novas práticas e valores, ao agirem através de instituições complexas de regulação de

⁴. São eles o Parque Estadual de Jacupiranga, o Parque Estadual Intervales e o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira.



seus territórios e de novas formas de acesso e uso dos recursos, e ao reorganizarem suas relações ampliando seus circuitos. A tendência, assim, é à pulverização dos interesses e conflitos até recentemente ligados basicamente à posse e ao uso da terra. A revalorização das tradições e das relações com o meio ambiente adquire novas significações e se converte em capital político, num contexto de relações heterogêneas.

Tendo em vista essas relações ampliadas, cabe discutir brevemente a etnicidade que concretamente se incorpora. Ou melhor, trata-se da conversão do direito à terra em direito territorial de grupos que, se “tradicionalmente” enunciam suas relações pela linguagem do parentesco, agora agregam a estas relações o critério étnico. Em suma, a partir do reconhecimento legal do direito à terra, a pertença étnica auto-atribuída por um grupo que se pensa como ligado por parentesco, define-se um processo de reorganização social, ou seja, de territorialização, implicando na re-configuração de uma unidade sócio-cultural pelo estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora, na constituição de mecanismos políticos especializados - as associações de moradores e as articulações ao Movimento dos Ameaçados por Barragens -, na redefinição do controle social sobre os recursos ambientais, na re-elaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998, 26). Mais uma vez então se coloca, na ordenação do território, a presença do Estado, em concreto do Instituto de Terras – ITESP-, que ao mesmo tempo assegura a demanda e fecha a terra. Em outras palavras, trata-se de uma nova situação em que se devem traduzir dinâmicas locais que operam com territórios maleáveis para um sistema legal que exige fronteiras fixas (ANJOS, 2005). É precisamente nessas situações concretas de efetivação do direito previsto no dispositivo constitucional que os conflitos se objetivam, envolvendo interesses em concorrência.

Os índios⁵

Entre Itanhaém e Peruíbe situa-se uma grande área vegetada, que já foi alvo de mineração de areia, e cujo domínio é reivindicado por um espólio. É onde se localiza a aldeia de Piaçaguera. Peruíbe, em particular, contendo em seu território boa parte da área da Estação Ecológica Juréia-Itatins, é alvo de controle ambiental, de modo que em

⁵ . As considerações aqui desenvolvidas sobre a Terra Indígena Piaçaguera, localizada nos municípios de Peruíbe e Itanhaém, baseiam-se no estudo complementar ao relatório de identificação de 2002, realizado pela equipe coordenada pelo antropólogo Edmundo Peggion, em 2008.



oposição a isto ali se aglutina uma parte dos interesses locais “desenvolvimentistas”, a partir de 2006, aliando-se à empresa LLX, interessada na construção do chamado Porto Brasil, destinado ao atracamento de super-cargueiros e armazenagem de containers. O porto consistiria num enorme píer adentrando o mar, precisamente a partir da área de Piaçaguera. A atuação dos prepostos dessa empresa, objetivando a retirada das famílias indígenas, explorou o faccionalismo e os conflitos entre parentelas, acirrando-os. Em Piaçaguera, onde o posto de cacique não é hereditário, sua escolha envolvendo jogos de prestígio e influência, vários índios aceitaram as negociações com os empresários precisamente por se oporem a outros neste jogo, alimentados pela insegurança em relação à mediação da FUNAI e à crença de que serão expulsos. A autorização para a construção do porto não foi concedida. No entanto, o questionamento do direito dos índios permanece em curso, decerto visando, se não mais liberar a terra para o porto, fazê-lo para as imobiliárias.

O ponto central da controvérsia, no que toca à institucionalização da terra indígena, é relativo, portanto, à natureza, tradicional e permanente, da ocupação, nos termos do artigo constitucional 231. Segundo Oliveira (1998), a atribuição do território, conforme a legislação indigenista contemporânea, anti-assimilacionista, ao lado de propiciar afirmações culturais diferenciadoras, padroniza o modo de vida “tradicional” de índios em reservas, como condição do reconhecimento e da tutela, independentemente da diversificação histórica dos grupos, nos moldes de uma “indianidade” genérica, cujos componentes são a estrutura política e o ritual, definindo-se três papéis organizativos: chefe, pajé e membros do conselho, e exigindo-se a expressão de descontinuidades culturais relativamente à população regional. Pode-se notar que essa estruturação política, tal como apropriada pelos índios de Piaçaguera, influi na dinâmica do grupo em situações de disputa territorial e, inferindo-se dos argumentos do autor, entender que este padrão de tradicionalidade e continuidade é incorporado pelos índios nos termos da dinâmica histórica de suas relações com o conjunto social, re-significada em situações como a de Piaçaguera. Para analisar o processo presentemente vivido, então, cabe abordar como isso ocorre a partir da reconstrução de uma identidade étnica que se expressa por uma “mistura” específica: “tupi-guarani”, que justifica a reivindicação territorial, e que para isso relê um passado.

Em meados dos anos 1980, a reserva de Bananal, de onde vieram os índios de Piaçaguera, era constituída por índios tupi-guarani, mbya, mestiços e brancos. A saída



de algumas famílias da aldeia do Bananal para Piaçagüera aconteceu após conflitos políticos e religiosos, envolvendo a disputa pelo posto de cacique. O chefe da aldeia do Bananal foi confrontado pelo ex-chefe porque este entendia que ele queria impor a religião evangélica na aldeia, fator responsável pela divisão dos grupos. Foi em decorrência desses conflitos que em 2001, um grupo, acrescido dos que viviam em bairros periféricos da cidade desde sua primeira expulsão de Piaçagüera pela empresa mineradora, saiu para re-ocupar o antigo território considerado indígena, formando assim a atual aldeia de Piaçagüera. Reconhecida como uma terra indígena, chamada de “aldeia velha”, Piaçagüera é referência para os índios que vivem na região. A Terra Indígena de Piaçagüera, com 2795 hectares, é composta por duas glebas, A e B, a primeira próxima à orla, e a segunda, do outro lado da rodovia. As glebas são habitadas por quarenta e cinco famílias, apenas duas delas na gleba B, para onde se transferiram, também por divergências com relação à homologação da terra. Os índios se identificam como tupi-guarani, porque resultam de casamentos entre as duas etnias. A “mistura” acontece também com outras etnias e com brancos, mas são os casamentos entre tupi e guarani aqueles que fundam a etnia tupi-guarani.

A identidade tupi-guarani diz respeito a parentelas específicas do litoral que se consideram descendentes dos tupi da costa. A formação de aldeias tupi-guarani, nos últimos anos, configura-se como uma retomada de territórios considerados de ocupação tradicional por grupos que reivindicam sua ascendência tupi ⁶. Os guarani são vistos pelos tupi-guarani como índios mais conservadores, que preservam melhor sua cultura evitando a mistura com os não-índios. Também apontam que os guarani migram mais, diferente dos tupi-guarani, que não mudam de aldeia em aldeia como os mbya. Os tupi-guarani apresentam uma dinâmica particular, que interliga suas aldeias por vínculos genealógicos, incluindo aqueles que vivem nas cidades. Estabelecer-se em Piaçaguera, então, parece carregar o sentido de constituir, a partir da re-territorialização institucionalmente aberta, um território específico para aqueles que têm vivido no

⁶. Até pouco tempo as aldeias do Estado de São Paulo eram conhecidas como compostas por guaranis, divididos em dois subgrupos: mbya e nhandéva ou xiripá. (SCHADEN, 1962, 2). Segundo Schaden, nhandéva é a autodenominação de todos os guarani, significa “os que somos nós”, “os que são dos nossos”. Nhandéva é, dessa forma, um termo genérico utilizado por todos os guarani. Já xiripá é a designação da qual fazem uso principalmente os mbya, quando se referem ao outro grupo guarani habitante do litoral (LADEIRA, 2001). Xiripá é o nome dado à antiga veste de um grupo guarani, feita de embira, diferente da dos mbya que era de algodão. Hoje, xiripá ganhou um novo significado, o da mistura, e é empregado de maneira depreciativa. Assim, alguns índios com ascendência guarani não se identificam com o termo nhandéva e se valem de outra designação, tupi-guarani.



trânsito entre a vida urbana, suportada pela inserção precária no mercado de trabalho, particularmente produzindo e vendendo artesanato aos turistas ou fazendo “bicos”, e o trabalho agrícola, em especial nos bananais da região. Território este que potencialmente assegura o acesso a direitos não só culturais, mas a saúde, transporte, escolarização, etc.

Os assentados do Guapiruvu

O antigo bairro do Guapiruvu, hoje o assentamento nos moldes de reserva de desenvolvimento sustentável – PDS ⁷, tem em comum com as áreas de remanescentes, não a condição étnica, mas o fato ter-se constituído, já no século XIX, como área de posse. Além disso, situa-se, como aquelas, vizinho ao Parque Estadual Intervales, e dentro da APA Serra do Mar. Desse modo, a solução institucional para os intensos conflitos ali vividos também com “fazendeiros” que se introduziram a partir da compra de posses como estratégia de grilagem sobre terras devolutas, foi a desapropriação para reforma agrária e sua re-configuração territorial como assentamento PDS em 2005 (BERNINI, 2009). As presenças do INCRA e do ITESP, além de agências ambientalistas, entre elas a Vitae Civilis, e da Pastoral da Terra, que já apoiava a organização dos moradores na luta pela terra antes da desapropriação, e a inserção de algumas lideranças da associação e da cooperativa na política municipal, remodelam as relações locais, no que toca à particularidade de um assentamento agroambiental pautado por um projeto de desenvolvimento sustentável cujos pilares são a agroecologia e o manejo dos recursos florestais, o extrativismo regulado aliado à agricultura familiar. Incide sobre ele, assim, o discurso institucional, configurando-o como “comunidade tradicional”, termo que supõe o vínculo entre esta e seu ambiente natural pela via de um saber que é considerado o fator da conservação deste ambiente e, portanto, é a justificativa de seus direitos territoriais.

⁷ . Nos termos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC -, criado pelo Decreto nº. 9985/00, definem-se duas categorias de unidades, as de conservação integral (Parques, Reservas, Estações Ecológicas), e as de uso sustentável, que admitem populações humanas (reservas extrativistas e reservas de uso sustentável, caso do Guapiruvu, além das APAS, áreas de proteção ambiental que se conformam como unidades de gestão). A constituição desse projeto piloto de assentamento no Guapiruvu tem como base legal o Decreto 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e o Decreto 477/1999, que define nova estratégia de reforma agrária para a Amazônia, considerando comunidades em relação diferenciada com o meio ambiente.



No entanto, tal como para os remanescentes, essa “tradicionalidade”, em concreto, define-se num processo histórico em que se incorporam às práticas dos moradores tanto a agricultura comercial, com todos os problemas com que esta se apresenta aos pequenos agricultores do Ribeira – ausência de créditos de custeio, baixa produtividade e escoamento deficiente -, como a atividade complementar às rendas insuficientes, a extração ilegal do palmito Jussara. Ela envolve ainda a movimentação dos moradores em busca de outras atividades (VINCENT, 1997), delineando redes de relações que ultrapassam o espaço local e a atividade agrícola (BARNES, 1997; Boissevain, 1997), configurando expectativas e demandas, em parte frustradas na condição de assentados, que não se conformam à orientação institucional que entende a autonomia na terra em termos de diversificação produtiva, auto-consumo, trabalho familiar, segurança alimentar, e geração de renda a partir da inserção em âmbitos específicos do mercado. No caso específico de um projeto piloto de assentamento agroambiental, tudo isto feito de acordo com os princípios e técnicas agroecológicos, sem insumos químicos e defensivos.

Como mostra Bernini (2009), os problemas para a execução do modelo vão desde limites climáticos e de solo ao cultivo dos produtos convencionais, como a banana, carro-chefe da produção regional, em moldes agroecológicos e de manejo, gerando descrença nas inovações, queda de produtividade e renda, levando a recaídas na extração do palmito, até rearranjos da organização territorial, com a retomada da divisão em lotes, reconfigurando as “posses” de antes do assentamento, atualizando-se assim o modo corrente de organização territorial⁸. É nesse processo que, formulando estratégias, em resposta à ordenação institucional do espaço, que veta as derrubadas para boa parte da área do assentamento, os “históricos”, posseiros nativos ou antigos, localizam-se em suas próprias “posses”, convertidas em lotes, já abertas, restando aos “extras”, assentados novos, áreas de mata, de uso ainda mais restrito, só passíveis de manejo. Quem pode, porque dispõe de terra agricultável em seu lote, diante da insuficiência na implementação do plano de uso sustentável, persiste nas práticas agrícolas convencionais. A “comunidade” se reinventa, portanto, nessa tensão entre a

⁸ . Esta é uma adaptação significativa, já num segundo momento de implantação do PDS, em relação ao modelo de Reserva de Desenvolvimento Sustentável, pensado para populações amazônicas, cuja relação com a terra é diversa da dos sítiantes do Ribeira, não demandando a individualização de parcelas.



incorporação local do plano de desenvolvimento sustentável e as definições institucionais de como deve operar.

Conclusões

O contexto histórico em que se inserem quilombolas e índios é de incorporação na economia e na sociedade regionais, e de permeabilização de suas fronteiras principalmente em razão de distintas e sucessivas intervenções reordenando o território. Diferentes fluxos culturais, anteriores à atual tutela político-administrativa, afetam seus processos culturais e conformam um conjunto de problemas, fundiários, de desenvolvimento econômico e social, e ambientais, constituindo o contexto de relações inter-étnicas que expressa o processo de territorialização, no caso dos negros rurais, com base na raça, distintiva de uma origem escravizada, e para escapar à condição de “cativos” da terra, e, no dos índios, de desterritorialização/reterritorialização. Territorialização, de acordo com Oliveira (1998) é a atribuição estatal de um território fixo a um grupo, a demarcação de fronteiras (BOURDIEU, 1989). Nesse processo, produzem-se territorialidades específicas, como conjuntos de práticas que entrelaçam parentesco e terra. Não são fixas, ao contrário, são dinâmicas territoriais que se exprimem como mobilidade, e, como tal, são enunciadas – afirmadas ou negadas situacionalmente - em alguns discursos. Do ponto de vista da condição histórica desses grupos, ela tem sido a condição de sua existência e atualização, já que a precariedade de seus direitos torna decisiva a capacidade de deslocar-se, sustentada pelas redes faladas na linguagem do parentesco, e de suas ligações com outras redes sociais e políticas, abrindo possibilidades de reconstrução recorrente de seus espaços físicos e sociais.

Os quilombolas a compartilham com outros grupos rurais, atualizando o ato fundador do patrimônio: não é só a herança no lugar já ocupado, mas o direito, como membro de um grupo genealogicamente referido, de avançar para o “comum”, o “sertão”, a área de expansão que integra esse patrimônio. Incorporando a nova identidade, instauradora de tensões ao fixar o território, organizam seus conflitos pela oposição entre esta e sua territorialidade móvel (ANJOS, 2005). Os tupi-guarani especificam seu modo de mover-se, tanto como um retorno à “aldeia velha” como enquanto uma dinâmica periódica de visitas a parentes, reforçando laços e unindo o grupo, que se pensa como resultado da aliança entre duas etnias. O privilegiamento dessa aliança assume caráter político preciso, configurando-se como uma troca



envolvendo vários planos da vida sociocultural: a busca de solução para sua desterritorialização histórica encontra resposta a partir do contato com os guarani, que torna possível diminuir tanto as uniões endogâmicas como as exogâmicas, com os brancos, que tendem a desterritorializá-los. A reposição dessas uniões preferenciais atravessando gerações parece controlar, assim, a “mistura”, definindo o pertencimento étnico específico, e assegurar ao mesmo tempo uma mobilidade que permite refundar seu território.

Essas territorialidades maleáveis, móveis, não podem ser pensadas, portanto, como singulares, atemporais, essenciais (OLIVEIRA, 1998, 22, nt.11). Elas reorganizam as relações e reiteram vínculos culturais, lingüísticos, morais e emocionais entre pessoas cujos interesses podem ser muito diversos, na relação com o macro-contexto, conformando a teia de micro-relações de força localizada. Índios e quilombolas subjetivam, assim, a construção político-administrativa de si como objeto étnico, apropriado e re-significado nos termos de seus valores morais e políticos, seja incorporando-o, seja, no limite, recusando-o. A etnicidade está perpassada por escolhas, nas quais pode construir-se e exprimir-se a experiência de si, eventualmente traduzida em discursos coletivos: aceitação do território comum, ou reivindicação de gestão autônoma do próprio direito, assunção de uma unidade ético-política tupi-guarani, ou sua recusa, inclusive para fundar outro território. É a partir dessas possibilidades de subjetivação que se tece o diálogo com a institucionalidade político-jurídica, que se expressam as relações com as lutas sociais em curso (GOLDMAN, 1998, 74-75).

Nessas redes sócio-políticas localizadas, pudemos observar conjuntos de relações, faladas na linguagem de categorias que organizam alianças e oposições em movimento. Entre elas, a “comunidade tradicional” articulada à conservação ambiental, que se conforma como capital político e elemento de distinção nas relações com as agências institucionais e com outras agências. A nova configuração territorial é percebida como espaço de conflitos e de relações desiguais, neste contexto regional impactado pela agenda conservacionista, cujas prescrições levam à redefinição das expectativas quanto à produção agrícola, já antes percebida como precária, especialmente para os pequenos agricultores. A pauta da sustentabilidade se articula à etnicidade. O discurso do desenvolvimento sustentável é incorporado, então, como justificativa do direito à terra convertida em território, e do acesso aos demais direitos que o acompanham. Este não é, assim, espaço de consenso, como se nota nas



apropriações assimétricas do poder que circula nas redes, inclusive na rede movimentalista, e esta parece ser uma das razões pelas quais as demais se refazem.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. 1999. “Os quilombos e as novas etnias” In LEITÃO, Sérgio (org.). Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais. São Paulo. Documentos do ISA, nº 5

ANDRADE, Tânia (org.). 1997. Quilombos em São Paulo. São Paulo. ITESP
_____. 2000. Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território. São Paulo. ITESP.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. 2005. “Remanescentes de quilombos: reflexões epistemológicas” In LEITE, Ilka Boaventura (org.). Laudos Periciais Antropológicos em Debate. Florianópolis. ABA/NUER, pp. 89-112

ARRUTI, José Maurício. 2007. “Uso comum, regularização fundiária e mercado de terras – estudo de caso na comunidade do Cangume (Vale do Ribeira – SP)” In Prêmio Territórios Quilombolas. Brasília. MDA/NEAD. pp. 230-269

BARNES, J. A. 1987. “Redes Sociais e Processos Políticos” In BIANCO, Bela F. Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo. Global/Universitária, pp. 159-193

BERNINI, Carina Inserra. 2009. De Posseiro a Assentado: a reinvenção da comunidade do Guapiruvu na construção do Assentamento Alves Teixeira e Pereira, Sete Barras-SP. São Paulo. FFLC/USP, pp. 167, dissertação de mestrado em geografia.

BOISSEVAIN, Jeremy. 1987. “Apresentando amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões” In BIANCO, Bela F. Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo. Global/Universitária, pp. 195-223

BOURDIEU, Pierre. 1989. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região” e “A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico” In O Poder Simbólico. Lisboa/Rio de Janeiro. DIFEL/Bertrand Brasil, pp. 107-132 e 209-254

_____. 1987. “Campo do Poder e Habitus de Classe” In A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo. Perspectiva, pp. 3-25.

CARNEIRO, Maria José. 2008. “‘Rural’ como categoria de pensamento”. *Ruris*. Campinas. Ed.UNICAP/MDA/NEAD, 02 (01), pp. 09-38



CARVALHO, M. Celina Pereira de. 2006. Bairros Negros do Vale do Ribeira: do “escravo” ao “quilombo”. Campinas. IFCH/UNICAMP, pp. 199, tese de doutoramento em ciências sociais, antropologia social.

CUNHA, L. H.. 2004. Da “tragédia dos comuns” à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. Raízes (23) 1-2. Campina Grande. UFCG, pp. 10-26.

CUNHA, Manuela Carneiro da. 1992. “Introdução a uma História Indígena”. In: História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

FAVARETTO, Arilson. 2007. “A Longa Evolução da Relação Rural-Urbano – para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural”. Ruris. CERES/IFCH/UNICAMP, 01(01), pp. 157-190

FAVREAU, L. 2002. Théories et Stratégies de Développement au Sud: itinéraire de 1960 à aujourd’hui. Cahiers de la Chaire de Recherche du Canadá en Développement des Collectivités, série pratiques économiques et sociales n. 32, 1-29, janvier.

GODOI, Emília Pietrafesa de. 1999. O Trabalho da Memória – cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas. EDUNICAMP.

GOLDMAN, Marcio. 1999. “Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa” e “Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões” In Alguma Antropologia”. Rio de Janeiro. Relume Dumará, pp. 21-37 e 93-122

LADEIRA, Maria Inês. 2001. Espaço Geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso. São Paulo. USP, tese de doutorado

LAMARCHE, Hughes. 1997. A Agricultura Familiar. Campinas. EDUNICAMP.

LA VALLE, Adrian. 2003. “Cidadania, igualdade e diferença”. Lua Nova, nº 59.

LEACH, Edmund. 1995. Sistemas políticos da alta Birmânia: um estudo da estrutura social Kachin. São Paulo. Edusp

MARTINS, Rodrigo C. 2009. “Descrição e Prescrição no Desenvolvimento Rural”. Ruris. CERES/IFCH/UNICAMP, 03 (01), pp. 71-101.

MONTEIRO, John Manuel. 1992. “Os Guarani e a História do Brasil Meridional – Séculos XVI-XVII”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org) História dos índios do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

MULLER, Geraldo. 1980. “Estado, Estrutura Agrária e População: Ensaio sobre Estagnação e Incorporação Regional”. Cadernos CEBRAP. Petrópolis. Vozes/CEBRAP, nº 32.



NIMUENDAJÚ, Curt. 1954. “Apontamentos sobre os Guarani”. Revista do Museu Paulista, Nova Série, v.8, São Paulo.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 1998. “Uma etnologia dos índios misturados? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais”. *Mana*, 1(4).

PAOLIELLO, Renata Medeiros. 2007. “Remanescentes de Quilombos: redes sociais e processos políticos”. *Perspectivas*. São Paulo. EdUNESP, v. 32, pp.127-159.

ROSA, Leandro da Silva. 2007. Os quilombos do Vale do Ribeira e o movimento social: o movimento dos ameaçados por barragens do Vale do Ribeira (MOAB). 168 pp. Araraquara. FCL/UNESP, dissertação de mestrado em sociologia.

QUEIROZ, M. Isaura Pereira de (org.). 1967. Vale do Ribeira: Pesquisas Sociológicas. São Paulo. DAEE/USP. Relatório de Pesquisa.

SCHADEN, Egon. 1962. Aspectos fundamentais da cultura Guarani. São Paulo. Difusão Européia do Livro.

_____. 1962. “Caracteres específicos da cultura Mbya-Guarani”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.11, n. 1e2.

SCHNEIDER, Sérgio. 2003. A Pluriatividade na Agricultura Familiar. Porto Alegre. UFRGS/PGDR

SEN, Amarthia. 2000. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo. Companhia das Letras

SIGAUD, Lígia. 1992. “Para que serve conhecer o campo” *In* MICELI, Sérgio (org). *Temas e Problemas da Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo. Ed. Sumaré/IDESP, pp. 30-42

VINCENT, Joan. 1987. “A Sociedade Agrária como Fluxo Organizado: Processos de Desenvolvimento Passados e Presentes”. *In*: BIANCO, Bela. *A Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo. Global/Universitária, pp375-402.



Faxinal do Salso: embate dos faxinalenses com chacareiros e o poder público local acerca da territorialidade, meio ambiente, identidade étnica, sustentabilidade e saúde.

Emanuel Meni¹

¹ Graduado em Ciências Sociais e mestrando em Sociologia, ambos pela UFPR. E-mail: emanuelmenim@gmail.com

Resumo

Este artigo propõe a análise dos conflitos socioambientais existentes no Faxinal do Salso, localizado em Quitandinha, Paraná. A construção do sujeito mobilizado em movimento social nos faxinais do estado alcançou essa comunidade e trouxe à tona conflitos antes latentes, mas que desde então se manifestam de modo crescente. Os objetivos da discussão estão primeiramente focados em entender o que são os faxinais, quem são os faxinalenses e o que é a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF). A seguir, busca-se perceber a atuação dos faxinalenses por meio do movimento social, ou seja, da APF, e também como esta organização está ligada a construção de sua identidade étnica – propulsora do acirramento do conflito entre estes e os chacareiros e autoridades públicas locais. Através de entrevistas, de observações de campo, dentre outras fontes, como também de uma bibliografia disponível busca-se retratar de modo específico a configuração dos conflitos atuantes no faxinal do Salso em relação à territorialidade, identidade étnica, meio ambiente, sustentabilidade, saúde, bem como os anseios, lutas e conquistas deste povo tradicional.

Palavras-chave: faxinalenses, conflito socioambiental, movimento social, identidade étnica, territorialidade.



Introdução

O objetivo deste artigo é divulgar resultados de pesquisa realizada no Faxinal do Salso, em Quitandinha, Paraná. Basicamente se verificam os conflitos existentes em torno da territorialidade, identidade étnica, saúde, meio ambiente e sustentabilidade. De um lado, faxinalenses, e de outro lado, chacareiros e autoridades locais. O objetivo dos primeiros é a continuidade de seu modo de vida e a manutenção e ampliação de seus espaços físicos de reprodução social e animal. Os demais buscam a desativação do faxinal e o cercamento das terras, ou seja, a individualização dos espaços físicos de reprodução social e animal.

Faxinalenses são povos tradicionais de formação social que tem como característica principal o criadouro comum, o uso coletivo da terra e dos recursos hídricos e florestais disponíveis em seus territórios. Os animais, privados, são criados a solta e em espaços comuns. Neste espaço, apesar de guardar variações de uma comunidade para outra em sua composição, há moradias cercadas em pequenas áreas de terras, os quintais, lugar onde cultivam a policultura alimentar de subsistência que são separadas do criadouro e que são muitas vezes compostas de milho, feijão, arroz, fumo, dentre outros. Assim, um território composto e complexo que combina uso comum de recursos e apropriação privada da terra é característica marcante dos faxinais.

A questão central dos conflitos que acontecem nos Faxinais gira em torno da territorialidade. Há décadas que o modelo da agricultura convencional e a mercantilização das terras avançam gradualmente sobre os territórios faxinalenses. Além disso, há também os chacareiros que na ótica daqueles são pessoas aposentadas que não dependem da vida na cidade e procuram um pedaço de terra encontra-a em meio aos faxinais. Os chacareiros não compreendem o modo de vida faxinalense e por isto cercam suas terras diminuindo o território do faxinal, diminuindo o espaço físico de reprodução social. Este é o recorrente motivo de conflito entre faxinalenses e chacareiros.

Este cenário de ameaça aos territórios tradicionais pelo avanço da agricultura convencional e dos chacareiros nas últimas décadas foi motivo suficiente para que em agosto de 2005 fosse realizado em Irati, Paraná, o 1º Encontro dos Povos de Faxinais. Neste encontro a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF) surgiu como um movimento social que tem como proposta a valorização cultural e social juntamente



com o direito de existir destes, bem como a busca da luta pela terra e por um modelo sustentável de produção adaptado ao seu modo de vida.

Há avanços conquistados pela APF tanto em relação ao poder público como no reconhecimento da territorialidade faxinalense por Leis Estaduais, Municipais e Federais. Há vitórias também no âmbito organizacional, na mobilização de novas comunidades e na divulgação da **Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil**. No entanto, apesar destes avanços, o maior conflito continua sendo, em grande medida, a perda de territórios para os chacareiros e para o agronegócio. Desta forma, o espaço físico de reprodução cultural diminuiu drasticamente nos últimos anos.

É considerado faxinalense aquele sujeito que se identifica como tal, num processo de autodefinição. Quando uma comunidade tem em seus membros - que por suas práticas particulares e comuns, tanto econômicas, sociais, quanto culturais - um sentimento que os põe ligados, e quando o indivíduo identifica no outro semelhanças referentes à origem, costumes, tradições e práticas, é então que temos uma comunidade, ou o sentimento de comunidade entre seus participantes. Portanto, não é a cultura deste ou daquele produto da terra, como a erva mate ou a criação de animais a solta, por exemplo, que define as comunidades que são ou não faxinalenses, e sim os símbolos que norteiam as relações compartilhadas no grupo, os traços comuns que os identificam uns com os outros dentro deste grupo, além do reconhecimento das diferenças marcantes assumidas em comparação aos de fora da comunidade. Dessa forma, é o sentimento de pertença a uma comunidade e não o encaixe em categorias pré-determinadas que os define. É através das relações sociais das quais participa que o ator social faxinalense se representa. Touraine diz que

(...) o apelo à identidade apóia-se no recurso a um garante metassocial da ordem social, em especial a uma essência humana ou simplesmente à pertença a uma comunidade, definida por valores ou por um atributo natural ou ainda histórico. (...) O apelo à identidade torna-se um apelo, contra os papéis sociais, à vida, à liberdade, à criatividade. (...) o apelo individual ou coletivo à identidade é o reverso da vida social, enquanto esta é uma rede de relações, o espaço da identidade é ao mesmo tempo o dos indivíduos, das comunidades e dos Estados. (TOURAINÉ, 1996, p. 113 - 114)

Cada comunidade, em virtude da criatividade a que se refere Touraine, tem suas características próprias, marcadas pelas suas vivências e sua história baseada na tradição oral, onde os costumes são passados de geração em geração e mesmo que haja mudanças neles - pois não são estáticos, mas vivos - são estes construídos socialmente e



muitas vezes percebidos como algo que os diferencia dos que não participam da sua comunhão étnica. Não podem as comunidades de faxinais serem todas iguais, pois, apesar de alguns traços mais ou menos comuns, não são todas a mesma comunidade, mas várias delas espalhadas por vasto território.

Territorialização, Identidade Étnica e o Acirramento dos Conflitos no Faxinal do Salso, em Quitandinha, Paraná.

O Faxinal do Salso pertence à cidade de Quitandinha – parte da Região Metropolitana de Curitiba que dista 71,1 km da capital paranaense – que está situada na bacia hidrográfica do Rio Iguaçu. Ela é resultado de um desmembramento dos municípios de Contenda e Rio Negro no início da década de 1960. Em sua área territorial, 446,396 km², a população se divide em 3.046 moradores em zona urbana e 12.226 em zona rural, totalizando 15.272¹ habitantes. Portanto, esta é uma cidade predominantemente rural.

Habitam no Faxinal do Salso aproximadamente 50 famílias das quais 25 se auto-reconhecem como faxinalenses, e a maioria tem criações. Práticas consideradas tradicionais que ainda persistem são as do mutirão para cercas e para o preparo da erva-mate, a criação do animal a solta, assim como a partilha da carne e as trocas de produtos das hortas, que continuam existindo em todos os quintais. No entanto, a lavoura é coisa rara, pois são poucos os que ainda lidam com ela. A maioria das pessoas que têm emprego formal ou informal são homens. Estes, solteiros ou casados, encontram emprego atualmente fora do faxinal, seja na construção civil, no funcionalismo público ou na iniciativa privada. Apesar disso, contudo, retornam à comunidade todos os dias os que trabalham por perto, ou sempre nos dias de folga os que exercem suas profissões longe de casa, pois lá residem e continuam vivendo muitas de suas práticas e costumes.

Foi a partir da década de 1980 que os chacareiros foram se instalando na região. Estes usam a terra para plantar roças, para criar animais fechados ou cultivar pinus para vender às serrarias. Segundo os faxinalenses é comum que eles desmatem para dar lugar as suas práticas. Em princípio o relacionamento entre os moradores que gozavam desses dois modos de vida distintos era pacífico, contudo não tardou para que os antigos moradores percebessem mudanças em relação ao território, pois era comum o novo

¹ FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 2000. Porém, o IBGE lançou em 2009 as “estimativas das populações residentes”, onde Quitandinha aparece com uma população estimada em 16.608.



morador cercar sua terra, gerando descontentamento do povo tradicional. Os conflitos entre faxinalenses e chacareiros não eram alarmantes, e embora estes agissem como achassem melhor, aqueles não protestavam publicamente diante das mudanças que aconteciam a sua volta. O encurtamento dos espaços de reprodução dos animais através do cercamento de parte das terras e da construção de novos mata-burros e a consequente superpopulação de bichos – quando a mata não é mais suficiente para alimentar os animais – foi o que chamou a atenção dos faxinalenses e os deixou cada vez mais descontentes. O desmatamento também foi motivo de preocupações. Estas questões quase geraram a desativação do criadouro, e com certeza engendraram o temporário enfraquecimento da coesão do grupo. Segundo a entrevista cedida pelo Faxinalense A2 (2009, o povo tradicional não se manifestava porque não havia organização entre eles e nem o conhecimento de leis e direitos que os amparassem – instrumentos necessários para a luta.

Também, na ótica desse povo, a forma de resolver os problemas advindos da invasão dos seus animais nas hortas e lavouras dos chacareiros não estava certa. Estes não entendiam, e ainda não entendem que a única forma de manter os animais fora de suas terras é cercando corretamente o espaço, ou seja, com 8 a 12 fios de arame, como era costume no local. Mas, ignoraram o costume e procuraram agir da forma como lhes aprouvesse, portanto, o que habitualmente acontecia era que prendiam o animal invasor e cobravam um resgate, alegando que o bicho havia comido parte de seus produtos da terra. O faxinalense, silencioso ainda, pagava os danos. Ou, em outros casos mais graves, os chacareiros machucavam e até aconteceram casos de matarem animais.

Em 2005 a APF iniciou o processo de organização do movimento social no Paraná. Nesta época os moradores do Salso receberam a visita de Luis Almeida Tavares que trouxe um trabalho que atingiu toda a comunidade, a começar pelos faxinalenses que passaram a ter conhecimento da importância do seu modo de vida, e que este é entendido como tradicional, objeto de leis específicas, portanto, que eles tinham direitos referentes a esta forma de viver que os possibilitava sair da condição de invisibilidade diante da sociedade, e de vizinhos passivos para os chacareiros.

2 Em virtude dos conflitos que tendem a um acirramento ainda maior na região estudada, acreditamos ser necessário que os nomes tanto de faxinalenses como de chacareiros sejam poupados. Por isso, usaremos outra forma de nominá-los, como Faxinalense A, Faxinalense B, Faxinalense C, e Chacareiro X, Chacareiro Y. Os secretários municipais e o vereador entrevistados serão citados de maneira formal porque são pessoas públicas, por isso torna-se desnecessária a ocultação de seus nomes.



Parece que desde a chegada de Tavares que se fizeram sentir mudanças sensíveis nas relações dentro do Faxinal do Salso. Apesar da discordância entre os antigos moradores da comunidade que tinham relacionamentos estáveis há décadas, e em alguns casos grau de parentesco – e que ocasionou divisão entre o grupo –, aconteceu o fortalecimento da coesão entre os remanescentes. Havia uma grande dificuldade de representação dos interesses dos faxinalenses no Salso, e a unidade havia sido abalada nas últimas décadas em virtude das mudanças que os chacareiros empreenderam no local. Contudo, a partir da APF, há uma mudança sensível na maneira de perceber e lidar com os conflitos cotidianos, com a luta em prol de direitos territoriais, nas questões referentes à organização e coesão do grupo, como destacado pelo faxinalense do Salso.

Ah, mudou muita coisa. Principalmente a organização. Se organizar o povo luta. O povo tem o conhecimento das leis e busca na Articulação Puxirão. Aí, nós podemos chegar perante o poder público cobrar e saber se defender, porque sem isso aí o faxinalense não tem força, não tem conhecimento. Então, pra mim, acho que é isso, cada vez mais se organizar e estar participando. Sempre participando de reuniões, de encontros e debatendo, e, então, acho que esse é o fato fundamental para o faxinalense buscar resistência. Buscar um conhecimento que vai criando as leis estaduais, as leis federais (...). Então, como nós não temos a lei municipal, estamos querendo buscar mais faxinais para consegui-la, porque sem mais faxinais nós não vamos conseguir reivindicar esta lei. (FAXINALENSE A, 2009)

Os conflitos da região na atualidade variam desde o problema da territorialização até o dos discursos. Há muita contradição entre o que dizem as partes sobre muitos assuntos. Apesar disso, tanto faxinalenses quanto chacareiros acreditam que antes da APF não existiam conflitos. Isso pode ser percebido na fala a seguir.

Conflito foi de pouco tempo que começou. Foi meio depois [da APF]. Antes não havia esses conflitos. Quando os chacareiros vinham, cercavam e pronto. Nós achávamos ruim, mas não conhecíamos direito nenhum (...) Nunca ninguém ia falar, pois não adiantava ir falar. Só de boca eles (...) nem iriam escutar. Eles diriam: não, mas eu comprei aqui e faço o que quero (...) daí, se prendessem [o animal] e eles avisassem, vinham para cobrar o dano (...) Mas, isso não era motivo de briga. Ninguém encrascava por aí por causa disso. (FAXINALENSE B, 2009)

Concordando com a fala da entrevistada acima, a mesma impressão tem o Chacareiro Y sobre a questão, quando diz que “comparando o antes da chegada dessa idéia [APF], a comunidade era muito mais harmoniosa.” (2010)

Ora, a fala da faxinalense revela que havia certa passividade dos moradores da comunidade em relação às atitudes dos chacareiros. Eles não reclamavam e não exploravam os conflitos latentes de modo a deixar evidente o que queriam. Tal atitude



pode ser entendida como reflexo da falta de coesão do grupo, da ausência de uma organização que os dirigisse no sentido do atendimento de suas demandas referentes à administração dos espaços territoriais em que viviam, da falta de ciência no que tange as leis. Também, é possível perceber que embora houvesse conflitos concretos – pois o descontentamento era sentido entre os membros da comunidade e é possível que os faxinalenses entre si se queixassem uns aos outros manifestando suas opiniões contrárias as dos chacareiros e desagradadas com o que estava acontecendo dentro do Faxinal – não há o reconhecimento da maioria sobre a existência destes conflitos, pois parece que para muitos moradores esta palavra é sinônimo de brigas, desavenças e discussões diretas. É a falta desses tipos de interações conflitantes que gera nos moradores do Faxinal do Salso tal sentimento. Os chacareiros, como não estavam sendo incomodados pelas vozes e ações do povo tradicional, não percebiam que existiam pendências além da invasão dos animais em seus territórios, sempre resolvidos à vossa maneira. No entanto, a simples oposição já comprova a existência dos conflitos, que mesmo que não fossem aparentes eram latentes. Vejamos a fala a seguir.

Já existia [conflito], mas não sabíamos nos defender, não tínhamos conhecimento das legislações que nos amparam (...) quando chegou ao nosso conhecimento o movimento [social], a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, já estávamos sofrendo muitos conflitos pelos chacareiros estarem comprando terras [e] fazendo dentro do nosso território áreas de lazer, individualizando a terra quando era para uso comum de todos, desmatando, ou seja, descaracterizando o nosso modo de vida. (FAXINALENSE C, 2010)

Para Souza (2009), nos faxinais a identidade étnica manifestada também é reforçada através dos conflitos na relação com os antagonistas, o que aguça o sentido de pertença ao grupo e o reconhecimento de uma apropriação específica dos recursos naturais.

Subjetivamente, as expressões identitárias de pertencimento a um faxinal, ou seja, a uma modalidade de uso e apropriação dos recursos naturais, determinada pelo uso comum, informam distintas expressões territoriais de um mesmo agente social que se articula visando o acesso aos recursos naturais para o exercício de suas atividades produtivas, sociais, culturais e ambientais, consoante um certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas num cenário de conflitos e tensões que historicamente impelem os faxinais e seus agentes sociais a estágios diferenciados de territorialização e por ora não se resumem a uma forma única e estática de modalidade de uso comum da terra descrita pela literatura. (2009, p. 51)

O conhecimento das leis levou ao acirramento dos conflitos e, por conseguinte, os faxinalenses passaram a ser ouvidos, conseguindo em muitos casos impor suas demandas.



Dentre as reivindicações dos faxinalenses organizados do Salso destaca-se a busca pelo reconhecimento de seus territórios como ARESUR. A importância disto é o direito de receber o recurso do ICMS Ecológico para melhoria da qualidade da área protegida no tocante a preservação ambiental. A comunidade tem conhecimento do funcionamento da lei, que determina ser a Prefeitura responsável por receber o recurso e aplicá-lo na comunidade da forma que achar mais conveniente, ou necessária, através de diálogos com os moradores da ARESUR. Esta questão gera polêmica entre os lados opostos do faxinal do Salso, pois ela é vista pelos chacareiros como a propulsora do interesse dos moradores da comunidade em se definirem como faxinalenses. Vejamos o seguinte relato sobre o Tavares.

Teve um outro pesquisador que veio também fazer uma tese de doutorado e ele acabou ouvindo só um lado da comunidade e na verdade acabou denegrindo a forma como o processo foi conduzido e foi prometendo que esse pessoal iria reativar o faxinal e iria receber o ICMS ecológico em cima disso. (CHACAREIRO X, 2010)

Os antagonistas acreditam que parte da comunidade aceitou as propostas da APF de olho no ICMS Ecológico. Percebemos reincidência na fala de outro chacareiro.

A impressão que dá é que eles acham que se oficializar um faxinal aqui eles vão receber algum tipo de verba. A realidade, na minha opinião, é essa. (...) e o ICMS Ecológico não é assim que funciona. Vai para um fundo da prefeitura e a prefeitura vai decidir o que ela quer fazer com aquele recurso. (CHACAREIRO Y, 2010)

Essa percepção de identidade étnica forjada com vistas unicamente a vantagens econômicas é contraditória, pois o ator faxinalense não se mobilizou em virtude do ICMS Ecológico, mas em razão da organização política em torno de seus direitos sobre o território. O ICMS Ecológico é um importante recurso que diz respeito aos seus direitos territoriais, mas não é a única demanda referente a eles. Ademais, a identidade faxinalense se refere a uma cultura, a um modo de vida baseado em práticas e costumes tradicionais, e também a territórios tradicionais.

O debate acerca da saúde, meio ambiente e sustentabilidade

As questões da saúde do povo e da degradação do meio ambiente têm sido os principais argumentos dos entrevistados não-faxinalenses contra a continuação dos criadores em Quitandinha. Há, no município, várias comunidades que vivem com criação extensiva de animais, mas, apenas no Faxinal do Salso o povo assumiu a identidade étnica faxinalense pelo auto-reconhecimento. As demais têm sofrido com a pressão dos chacareiros para seu encerramento, e a falta de coesão e organização dos



grupos, além da falta de conhecimento referente às leis, tem tornado cada vez mais precária a continuação do modo de vida tradicional nessas comunidades. Algumas já foram desativadas e outras ainda persistem, mas há cada vez mais dificuldades para a permanência delas.

As Secretarias municipais da Saúde e da Agricultura e Meio Ambiente, dirigidas por Jaqueline Ribas e por Norlon Paulo Gabardo, respectivamente, são as que se envolvem com essas questões nos faxinais, cada qual em sua especialidade. Os secretários, quando solicitados por alguma região em que há divergência entre seus moradores por causa dos animais a solta, dão palestras buscando esclarecer aquilo que do ponto de vista destas secretarias é o melhor para a saúde, agricultura e meio ambiente no município. Segundo Jaqueline Ribas

Nós, da secretaria da Saúde, vamos à comunidade não para dizer façam ou não façam, está certo ou está errado, porque essa não é nossa função. Nós vamos para levar informações acerca de saúde pública, onde nossa preocupação é com relação à contaminação por conta de fezes de animais ou de como é trabalhado essa questão dentro do faxinal, se há cercas nas hortas, entende? Pra que não haja uma contaminação pelas fezes para os moradores da comunidade. (2010)

Sobre a contaminação de rios e a transmissão de doenças por meio dos animais, Jaqueline acrescenta que gatos, ratos, cães, dentre outros, também transmitem verminose pelas fezes, portanto, o gado a solta apenas soma ao contingente de bichos que podem transmitir doenças. A carne do porco e a água contaminada não são os únicos que acarretam possíveis males à saúde, pois a próprio alimento da terra, quando não lavado corretamente, pode gerar doenças em virtude das fezes dos animais.

Norlon Paulo Gabardo não quis gravar entrevista. Entretanto, diz que apesar de não ser a favor da continuidade dos faxinais pelos inúmeros conflitos que existem no município por conta deste modo de vida, sabe que as leis são a favor dos faxinalenses, e ele, como funcionário, deve respeitar a lei independente da sua opinião. Contudo, acredita que a criação a solta é prejudicial, pois os animais urinam e defecam nos rios, causando riscos à saúde, e ademais, o gado pisoteia ou come as novas mudas impedindo a renovação de espécies florestais, o que é prejudicial ao meio ambiente.

Loir Esconiscki, presidente da Câmara dos Vereadores de Quitandinha, ex-faxinalense, corrobora com os discurso dos secretários quando diz que

Eu sei que existe a lei dos faxinalenses. (...) Por um lado nós temos muitas famílias no nosso município que são de pequenas posses. Elas não têm onde por o porco, o cabrito, o cavalo, a vaca deles. Então eles dependem de terreno de outros vizinhos que estejam em aberto para essa (...) criação poder ter o pasto. Mas, por outro lado, já que eu sou funcionário da saúde, e isso posso te



falar de cadeia, é um pouco complicado porque o porco é uma vítima da neurocisticercose. E se nós formos fazer um levantamento hoje, em nível de saúde, aonde existe o criadouro nós temos vários casos de epilepsia. Algum caso diagnosticado, outro pode ser que ainda não. (2009)

Mas parte deste depoimento contradiz a fala da secretária da saúde.

Nós não temos nenhum levantamento feito com relação à contaminação em faxinais. Nós só vamos para orientar o que pode acontecer de uma forma geral. [Falamos sobre] a contaminação de seres humanos por fezes de animais, quais são as doenças que são transmitidas (...) [como] a hepatite, que pode ser [transmitida] por conta da água contaminada, pois o animal pode defecar na água. Tem a leptospirose (...) várias doenças que a gente relata para comunidade para a prevenção. (RIBAS, 2010)

A preocupação em relação à saúde e ao meio ambiente, por um lado, está limitada ao animal dos faxinalenses a solta pelos motivos já explicitados, e pela degradação do meio ambiente por causa da forma extensiva da criação animal. No entanto, em nenhum dos entrevistados não-faxinalenses vemos a preocupação com agrotóxicos, largamente utilizados pelos agricultores na região e que são, de modo incontestado, muito mais prejudiciais ao ser humano e à natureza. Há conhecimentos mais ou menos esperados e administráveis sobre a convivência de animais e seres humanos no mesmo espaço, haja vista que isso acontece desde o surgimento dos seres humanos no mundo. No entanto, há poucos conhecimentos sobre as consequências da convivência entre estes e agrotóxicos, ou entre o contato da natureza física e esses componentes químicos. No site da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), há algumas informações sobre as doenças e acidentes que podem ser provocados por agrotóxicos. Vejamos.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde - [OMS](#), as intoxicações agudas por agrotóxicos são da ordem de 3 milhões anuais, com 2,1 milhões de casos só nos países em desenvolvimento. O número de mortes atinge 20.000 em todo o mundo, com 14 mil nas nações do terceiro mundo. Mas, acreditam os especialistas, as estatísticas reais devem ser ainda maiores devido à falta de documentação a respeito das intoxicações subagudas, causadas por exposição moderada ou pequena a produtos de alta toxicidade, de aparecimento lento e sintomatologia subjetiva, e intoxicações crônicas, que requerem meses ou anos de exposição, e tardiamente revelam danos como neoplasias. (<http://www.ufrj.br/institutos/it/de/acidentes/vene3.htm>, em 1/12/2010)

Apesar disso, quando entrevistamos os secretários locais e o vereador, observamos uma louvável preocupação e cuidado da Prefeitura Municipal de Quitandinha referente à água que a população utiliza. Era costume, até poucos anos, que os moradores das zonas rurais fizessem uso das águas de rios e arroios, pois não tinham acesso ao fornecimento padrão da Sanepar, como acontece com o centro da cidade.



Segundo a secretária da saúde entrevistada, Ribas (2010), há alguns anos um surto de hepatite deixou em alerta os técnicos da Saúde, que acreditam que o motivo da disseminação da doença tenha sido o uso das águas sem o devido tratamento, águas que ficam expostas, inclusive, às fezes dos animais. A prefeitura, então, elaborou um projeto aprovado pela Sanepar e, com recursos próprios, investiu na construção de sistemas alternativos de águas para atender as comunidades que não tinham o serviço padrão prestado pela empresa estatal.

Nem todos os moradores do Salso usam o sistema alternativo de águas. Perguntamos aos faxinalenses se havia problemas de doenças por causa do animal a solta, ou por meio da contaminação das águas, e foi unânime a resposta: nenhuma dessas doenças aconteceu a ninguém dos moradores do Salso.

Pelo contrário, nós somos um povo que pouco visita o posto de saúde. Pra você ter uma idéia nós temos aí vizinhos e parentes que já chegaram a uma idade de 103 anos. Foi o caso do Alípio, que foi um tio meu. Ele viveu tomando água do rio, andando de pé no chão, comendo carne de porco crioulo, e tomando banho nesse rio. Nunca a gente soube que esse homem tivesse qualquer tipo de doença que precisasse ir e vir dos postos de saúde. (FAXINALENSE C, 2010)

Permeia, portanto, as falas dos entrevistados que não são faxinalenses as questões da saúde, meio ambiente e sustentabilidade, como destacados até aqui. As críticas à permanência da comunidade de Faxinal com animais a solta pode ser resumida na fala do chacareiro.

Eu sou neto de criadores de sistemas extensivos numa época, num período de quarenta anos atrás, aonde o que existia? Uma baixa densidade populacional no meio rural, uma alta densidade de frutas nativas e de alimentos pros animais e também uma baixa densidade de população de animais. (...) o que está acontecendo hoje aqui? Alta população de pessoas morando na comunidade, alta população de animais, quer dizer, o aspecto sanitário... Não existe preservação ambiental porque esses animais ficam (...) degradando nascentes, fazendo as necessidades nas nascentes (...). Eu tenho um outro colega [Chacareiro Y] que mora ha uns 800 metros daqui, também é técnico da EMATER, é biólogo, e ele fez a pós-graduação dele. A monografia que ele fez foi em cima, justamente, da recuperação de algumas espécies nativas aqui, dentro da comunidade do Salso, onde ele constatou que, em função da criação de animal solto, algumas espécies não estavam tendo recuperação natural nenhuma. Zero. Então, quer dizer, morreram as árvores velhas, acabou-se. (CHACAREIRO X, 2010)

É possível observar, levando em consideração a fala acima, um desequilíbrio ambiental na região pelo aumento da população, mas não concordamos com a ideia de precarização do meio ambiente pelo aumento da criação a solta da forma como foi dita. O chacareiro Y, quando entrevistado, disse que desde que chegou ao Faxinal do Salso, há dez anos, não percebeu que tenha aumentado significativamente o número de



criações na comunidade. O que acontece é que os espaços de reprodução animal foram encurtados com a chegada dos chacareiros que impuseram seus limites espaciais em meio a um território tradicional que há séculos mantêm as criações livres. Então, as condições necessárias para a manutenção do modo de vida tradicional foram prejudicadas por fatores externos a comunidade faxinalense e não internos. Com isso, é necessário relativizar as questões da saúde e do meio ambiente na comunidade pensando que elas existem por causa de uma combinação de fatores: o aumento populacional em virtude da reprodução natural das famílias e da chegada de pessoas de fora da comunidade, e a diminuição dos espaços de reprodução social por causa da instalação de chacareiros no Faxinal do Salso.

Em campo, também, observamos a renovação de várias espécies de plantas na comunidade em questão, mas parece haver certa concordância entre as partes sobre a dificuldade de regeneração de parte da mata. O Faxinalense C diz que a mata “ainda se renova, mas não como nós gostaríamos de ver: um território muito bem potencializado pela diversidade de árvores frutíferas dentro do nosso território” (2010).

O Decreto n. 6040, de 7 de fevereiro de 2007, refere-se a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que no Art. 3º define algumas questões, dentre elas o que se entende por desenvolvimento sustentável. Para o Estado é “o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras”. (BRASIL, 2007).

Deste modo, é possível, sem uma análise mais profunda dos fatos, concluir que o Faxinal do Salso não tem atendido a esse quesito. É o que pensam os entrevistados que não são faxinalenses. Entretanto, apesar dessas críticas, os moradores da comunidade acreditam que seu modo de vida tem sido prejudicado pelo que discutimos nas linhas acima, ou seja, pelo encurtamento dos espaços de reprodução social que engendra o desequilíbrio ambiental. Foi-nos contado que antes da chegada dos chacareiros cada criador tinha espaço mais que suficiente para a criação de animais, e embora hoje vivam em um número maior de famílias num espaço muitíssimo menor, acreditam que o ideal é que cada família tivesse pelo menos 20 alqueires de terra destinados à criação para equiparar as condições que tiveram outrora, guardando ainda as devidas proporções do aumento populacional. A crítica e defesa dos faxinalenses podem ser resumidas na fala do Faxinalense C.



Eles não conhecem a nossa realidade, não sabem nem mesmo o quanto de terra cada família precisa para se desenvolver dentro do território faxinalense, nem mesmo quanto de terra de planta cada faxinalense precisa. Então, não sabem da realidade que nós temos, da pouca terra pra desenvolver uma vida sustentável dentro do território faxinalense e com as terras de planta também. (...) Eles fazem olhares pelo sistema dominante que nós vivemos hoje, de grandes empresas, de grandes quadros urbanos, e dizem pra nós que vivemos um sistema atrasado. Mas, o que é esse sistema atrasado pra eles? Quem causou esse atraso em nós? Foi a própria política que não trouxe uma educação de qualidade, não construiu nenhuma escola técnica voltada a nós do campo. (...) Mas, nós não somos um povo atrasado. Nós somos um povo muito inteligente. (...) O que precisa pra nós é que funcione uma política específica de territórios, de modo de vida, pra nós desenvolvermos a nossa cultura. Não precisa destruir essa natureza linda, cheia de árvores, cheia de rios pra dizer que somos adiantados. (...) É só respeitar que somos cidadãos, seres humanos normais iguais a eles. O que precisa é de uma oportunidade, de uma política de fortalecimento, e uma educação de qualidade pro nosso povo. Educação profissional pro nosso povo. Nós também temos capacidades iguais às deles. (2010)

A PNPCT, no Art. 3º, define também territórios tradicionais como sendo “os espaços **necessários** (grifo meu) a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais” (BRASIL, 2007).

Sendo assim, a grande questão a ser observada e trabalhada no Faxinal do Salso não é apenas a da saúde ou da sustentabilidade, tão criticada pelos antagonistas dos faxinalenses, pois ela nunca será ideal enquanto a territorialidade não for ideal. A grande questão é a do território tradicional. Então, é necessário que as autoridades busquem providências cabíveis para que a lei federal seja cumprida. A situação no Faxinal do Salso tende a se agravar tanto em aspectos ambientais e de saúde pública quanto em relações sociais enquanto o poder público em Quitandinha ignorar a existência dessa comunidade, e ignorar um território tradicional, de um povo tradicional. Por outro lado, será a justa legislação municipal que impulsionará o projeto de estabelecimento das garantias territoriais asseguradas pela legislação federal.

Considerações Finais

Os territórios dos faxinalenses vêm sendo diminuídos e expropriados nas últimas décadas. As comunidades restantes precisaram se organizar para enfrentar o problema da diminuição de seus espaços de reprodução social. A organização elevou o reconhecimento e fortalecimento da identidade étnica, deu maior coesão ao grupo, e eles estão mais informados sobre seus direitos e lutam por eles. A questão da territorialização nos faxinais sofreu mudanças desde que as comunidades se organizaram com a APF. O que consolidou a mudança foi, em princípio, a organização



do povo em torno de um objetivo comum: a luta pela terra. Em consequência, legislações favoráveis, federal (PNPCT) e estadual (ARESUR) surgiram – dentre outras nas mesmas instâncias, além de algumas leis advindas de iniciativas particulares de determinados municípios. As leis mudaram as relações entre os faxinalenses, os chacareiros e o poder público.

No Faxinal do Salso não têm surgido novas cercas que impeçam a passagem livre dos animais e não há mais construção de mata-burros nas redondezas. Os faxinalenses desta comunidade têm esperança no ICMS Ecológico e estão se organizando para viabilizar este recurso. Eles ainda acreditam poder recuperar suas terras por meio da lei de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), mas é necessário muito trabalho e organização, além da documentação reconhecida sobre seus territórios atuais e os de outrora para que possam retomar parte do que já lhes pertenceu.

Há conflitos entre faxinalenses e chacareiros. Os primeiros têm um modo de vida que é pouco entendido pelos segundos que querem usar suas terras como acharem melhor. Certamente as leis estão do lado dos faxinalenses, porém elas não estão sendo cumpridas de maneira ideal. A fiscalização do município é pífia, principalmente por causa de interesses econômicos, pois como pudemos perceber por meio da entrevista realizada com o vereador Loir Esconiski, os chacareiros têm um poder aquisitivo maior do que o dos faxinalenses que vivem de uma economia de subsistência. Por isso é interessante ao município manter os chacareiros nos territórios ocupados, pois há um impulso ao comércio local. Os não-faxinalenses entrevistados também acreditam que as práticas tradicionais do faxinal revelam um modo de vida atrasado, e que acarreta riscos à saúde do povo. Esse tem sido o principal argumento dos políticos e secretários envolvidos com a questão em Quitandinha a favor da desativação dos criatórios. No entanto, todos reconhecem que se os faxinalenses não aceitarem seus argumentos nada poderá ser feito, pois a legislação garante os direitos sobre territórios e modos de vida dos povos tradicionais.

É importante pensarmos que a chegada dos chacareiros no faxinal representa mais do que uma desestruturação física do espaço tradicionalmente constituído e utilizado. Esta presença também funciona como um catalisador de enfraquecimento de práticas e usos culturalmente constituídos e presentes no cotidiano destas famílias há séculos. Dessa forma, se eles conseguiram, legalmente, o reconhecimento como povos



tradicionais, é necessário que os órgãos responsáveis lhes garantam a continuidade de seus modos de vida.

Portanto, é fundamental nos municípios aonde existem comunidades de faxinais, inclusive em Quitandinha, que haja uma conscientização do poder público local sobre a importância desses povos para que o preconceito que persiste em categorizá-los como povos atrasados seja superado, e que o símbolo dessa superação seja a criação de leis municipais para assegurar de maneira eficaz os direitos outorgados pela lei federal aos povos tradicionais, detentores de territórios tradicionais.

Fontes

Entrevistas

CHACAREIRO X. Entrevista concedida a Emanuel Menim no dia 5/6/2010.

CHACAREIRO Y. Entrevista concedida a Emanuel Menim no dia 5/6/2010.

ESCONISCKI, Loir. Entrevista concedida a Emanuel Menim no dia 25/10/2009.

FAXINALENSE A. Entrevista concedida a Emanuel Menim no dia 3/6/2010.

FAXINALENSE B. Entrevista concedida a Emanuel Menim no dia 29/08/2009.

FAXINALENSE C. Entrevista concedida a Emanuel Menim no dia 13/11/2010.

Paulo Norlon Gabardo. Entrevista concedida, mas não gravada, a Emanuel Menim, em 2/6/2010.

RIBAS, Jaqueline. Entrevista concedida a Emanuel Menim no dia 2/6/2010.

Legislação

PARANÁ. Lei do ICMS Ecológico (Lei Complementar n. 59/1991)

BRASIL. Decreto Federal 10.408/2006

BRASIL. Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007

Referências Bibliográficas

SOUZA R. M. Mapeamento social dos faxinais no Paraná. In: ALMEIDA, A.W. B.;

SOUZA R. M. (org.). **Terras de Faxinais**. Manaus: UEA Edições, 2009.

TOURAINÉ, Alain. **O retorno do Actor**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996



GT 03 – Conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais e desenvolvimento rural

Gestão de Reservas Florestais: O caso da Floresta Estadual do Antimary (AC)

Michele de Azevedo Pinto¹
Mário Vasconcellos Sobrinho²

¹Mestranda do PPGEDAM/ NUMA/UFPA, E-mail: michazevedo@gmail.com

²Doutor em Estudos de Desenvolvimento / Coordenador PPGEDAM/NUMA/UFPA, E-mail: mariovasc@ufpa.br

Resumo

O artigo faz uma análise histórico-descritiva da implantação do sistema de gestão de reservas florestais do estado do Acre, em especial da Floresta estadual do Antimary. O Estado do Acre foi pioneiro no estabelecimento de uma política florestal na Amazônia focada para a promoção do desenvolvimento sustentável a partir da valorização da floresta. A Floresta estadual do Antimary, por sua vez, representa a primeira experiência brasileira em gestão direta de floresta pública. O artigo demonstra que, embora ainda muito se tenha a avançar em termos de eficiência e eficácia do modelo de gestão adotado, a Floresta Estadual do Antimary representa um exemplo concreto, ainda em construção, de manejo e certificação florestal em áreas públicas. Entretanto, o artigo aponta que os avanços até então realizados estão alicerçados em apoios de órgãos externos, em especial organizações internacionais. O artigo questiona até que ponto a unidade de conservação tem condições de estabelecer sua autogestão sem o apoio das organizações externas.

Palavras-chaves: Gestão direta, concessão florestal, políticas públicas.



Introdução: contexto histórico da atividade rural no Acre

A atividade extrativista de produtos florestais, sobretudo a borracha, foi a principal base da economia do Estado do Acre no período de 1850 a 1970 (GARRAFIEL, 2004), praticado através do sistema conhecido como “aviamento” (GARRAFIEL, 2004; ELLER; FUJIWARA, 2004), sistema de exploração da força de trabalho, definido por Eller e Fujiwara *et al.* (2004) como “escravidão branca”, derivada do endividamento do seringueiro com o seu patrão.

Com a criação de seringais de cultivo no Leste Asiático a borracha tornou-se cara, perdendo espaço no mercado internacional (ELLER; FUJIWARA *et al.*, 2004). Como resultado, alguns seringueiros começaram a diversificar a sua base produtiva, incorporando a produção extrativista da castanha-do-Brasil, óleos e resinas, além de passar a produzir culturas de subsistência (NOBRE *apud* GARRAFIEL, 2004).

Outro fator preponderante para o declínio da borracha foi o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo militar para a Amazônia, abrindo espaço para atividades madeireiras e agropecuárias no Estado do Acre. É nesse contexto, como afirma Antunes (2002) que a economia extrativista, considerada atrasada, perde espaço e se torna incompatível com o “novo modelo” de acumulação capitalista em curso no país. Novo modelo que, segundo Garrafiel (2004), promoveu profundas transformações socioeconômicas com reflexos nas relações sociais, na estrutura administrativa e de poder no Estado do Acre.

Os seringais nativos passaram por rápido processo de desativação, muitos deles foram negociados por seringalistas endividados para empresários de fora do Estado atraídos pela política de incentivos fiscais do governo para empreendimentos na Amazônia que tinham como foco especulação de terras, exploração de recursos madeireiros e implantação de projetos agropecuários (COSTA SOBRINHO, 1992; ANTUNES, 2002; RODRIGUES; PAIVA, 2009).

Essa situação levou ao surgimento de conflitos, em que seringueiros se postavam a frente do maquinário, de armas e motosserras, para impedir a invasão de suas terras e o conseqüente desmatamento da floresta, os chamados “empates” (ANTUNES, 2002; LOPES, 2006; ELLER; FUJIWARA *et al.*, 2004), que para Sandri (2003) significou a protagonização de uma reinvenção de resistência popular na floresta.

A partir da década de 70 com o apoio da Igreja e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, como destaca Antunes (2002), dá-se início a



uma fase de militância sociopolítica do movimento social, a partir da criação de sindicatos rurais nos municípios de Sena Madureira, Brasiléia, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Xapuri e Feijó.

No final da década de 80 o movimento ganhou força e apoios de diversos grupos nacionais e internacionais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Organização das Nações Unidas - ONU, além do apoio dado por jornalistas, sociólogos e organizações ambientalistas.

Em oposição ao modelo de desenvolvimento estabelecido na região, o movimento social passa a discutir uma proposta de modelo de desenvolvimento para o Estado, uma proposta de reforma agrária na idéia de reservas extrativistas, pelo qual a floresta e o homem que nela vivem seriam preservados, de maneira que a natureza não fosse reduzida a recurso mercadológico (SOUZA, 2008).

De um modo geral, como afirma Feitoza (p. 7, 2003), o movimento dos seringueiros gerou diversas mudanças nos critérios de financiamento internacional, na posição do Brasil em questões globais, nas políticas públicas para o meio ambiente e a educação e, nos incentivos fiscais para o desenvolvimento regional. Pela complexidade e amplitude do conjunto de idéias de desenvolvimento discutido e defendido pelos seringueiros - que incluía não só a defesa ao meio ambiente, mas a economia, a política, a ética, a cultura nas formas mais variadas de vivência pelos povos da floresta -, o movimento ultrapassou fronteiras surpreendendo ideólogos do desenvolvimento e contrariando a tese de que a Amazônia era um vazio demográfico a ser colonizado.

A história de resistência e as ideologias do movimento social foram a base do governo do Estado do Acre a partir de 1999, o qual tentou trazer no seu bojo os ideais deste movimento que, aliado à agenda 21, buscou traduzi-los em políticas públicas com foco no desenvolvimento sustentável (GARRAFIEL, 2004). A partir de então se inicia uma nova fase política no Acre.

Em 2002 tem início o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, financiado pelo BID, tornando o Estado pioneiro no estabelecimento de uma política florestal na Amazônia focada para a promoção do desenvolvimento sustentável a partir da valorização da floresta, ou seja, promover o crescimento econômico aliado a conservação dos recursos naturais e valorização da diversidade sociocultural.

Visando cumprir os objetivos propostos pelo Programa o Estado estabeleceu o Programa Estadual de Florestas Públicas com a premissa de promover o uso racional e



sustentado dos recursos florestais através do manejo florestal, proporcionando para as comunidades que vivem nas florestas públicas melhores condições de vida. O Programa Estadual tem como estratégia a criação de florestas públicas para manejo florestal, a partir das modalidades previstas pela lei Federal nº 11.284/2006.

Contextualização e Marco Regulatório da Gestão de Florestas Públicas no Brasil e no Acre

Hoje a Amazônia vive o grande desafio de conciliar o desenvolvimento econômico com a subsistência das populações tradicionais e a conservação dos recursos naturais. Para Viana (2006), a vocação da Amazônia é o manejo florestal e a industrialização de produtos florestais. O autor acredita que se manejadas de forma correta as florestas nativas podem produzir mais do que a agropecuária, pois elas possuem enorme potencial para produzir madeira, cipós, plantas medicinais, essências aromáticas, frutos e tantas outras riquezas, além do papel importante para a conservação da biodiversidade, regulação do clima global e a conservação dos recursos hídricos. Apesar da idéia simplificada de Viana (2006), que apresenta uma perspectiva homogeneizante da região, esta perspectiva tem sido visão dominante no estado do Acre.

Schulze *et al.* (2008) complementam que apesar das grandes diferenças quanto à visão que cada setor da sociedade possui em relação à essa forma de silvicultura, todos concordam que uma floresta explorada com zelo atende melhor os objetivos de conservação e desenvolvimento do que uma floresta sujeita aos caprichos do progresso desgovernado.

Nesse contexto, segundo Viana (2006), as florestas públicas de produção, passam a ter uma importância muito grande como estratégia de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, em especial para o estado do Acre, servindo, assim, como freio contra atividades não sustentáveis e como estímulo para atração de investimentos empresarial e privado comunitário.

Neste cenário o manejo florestal em áreas públicas tem sido apontado como uma alternativa viável para o desenvolvimento sustentável, apesar dos desafios que precisa avançar em relação à aplicabilidade da legislação e monitoramento ambiental. Diante dessa potencialidade que as florestas públicas possuem, em 2006 foi sancionada a Lei Federal nº 11.284, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção



sustentável, além de instituir o Serviço Florestal Brasileiro - SFB na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, e criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. A Lei tem como objetivo primordial proteger as florestas pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios, e regulamentar o acesso a essas áreas, gerando benefícios sociais e ambientais (SFB, 2006). Alves (2009) complementa que a Lei visa a conciliação da sustentabilidade ecológica com a viabilidade financeira das florestas públicas.

Com o marco legal fica estabelecido modelos de gestão para as florestas públicas, podendo ser realizada a partir da concessão florestal, destinação não onerosa às comunidades locais e através da gestão direta (SFB, 2006; BALIEIRO *et al.*, 2010). A lei ainda prevê concessão florestal em três categorias de unidades de conservação de uso sustentável, (1) as florestas nacionais/estaduais/municipais, (2) reservas extrativistas e (3) as áreas de proteção ambiental.

A concessão florestal é um modelo de gestão de florestas públicas, segundo o qual pessoas jurídicas, selecionadas por licitação, têm permissão para desenvolver atividades voltadas para a produção de madeira, produtos não madeireiros e outros serviços, mediante pagamento contratual, entre outras obrigações (FERRAZ; MOTTA, 2002; GODOY, 2006; BALIEIRO *et al.*, 2010).

Vale ressaltar que antes mesmo de promulgada, a lei gerou debates relacionados à privatização das florestas públicas, internacionalização da Amazônia, legalização das explorações ilegais de madeira, aumento do desmatamento, entre outros. Balieiro *et al.* (2010) destacam que o tema concessão florestal foi alvo de intensos debates durante vários anos que precederam a elaboração e a aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas. A principal preocupação estava relacionada à privatização de terras na Amazônia e à destruição desse patrimônio público.

Essas preocupações acabaram sendo incorporadas no texto da Lei, como destaca Araújo (2008), que em resposta às críticas de que a implantação do sistema de concessões florestais poderia levar à internacionalização da Amazônia, previu-se que somente poderão ser habilitadas nas licitações para concessão florestal empresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no País.

No final da década de 80, a Constituição Federal, ao definir as atividades dos entes da federação, não incluiu as florestas públicas no rol das competências do Estado de fazer a sua gestão direta. Dessa forma, o poder público não poderia atuar diretamente



na produção florestal, com exceção das unidades de conservação de uso sustentável, restando ao Estado duas alternativas para promover o uso sustentável das florestas públicas: privatizar as áreas, passando-as através da titulação a entes privados, ou trabalhar a gestão indireta por meio de mecanismos de cessão e concessão (AZEVEDO; TOCANTINS, 2006).

Para Ferraz e Motta (2002), a transferência do direito de propriedade de exploração através de uma concessão, cobrando um royalty pelo recurso natural explorado poderia ser, por outro lado, uma alternativa à privatização que permite a captura, por parte do governo, de parte da renda associada à exploração do recurso natural em terras estatais.

De fato, nenhuma das alternativas era interessante no momento, se de um lado as privatizações no geral acabam ocasionando mais desmatamentos, por outro, o Brasil por não possuir um mecanismo regulatório de concessão, acabou tendo que enfrentar os desafios impostos pela Lei de Licitações, que não previa a concessão florestal.

As primeiras propostas formais a respeito de uma lei regulando a possibilidade da União conceder à iniciativa privada a exploração de florestas em áreas de seu domínio surgiram no âmbito do Programa Nacional de Florestas - PNF do Ministério do Meio Ambiente e diziam respeito apenas às Florestas Nacionais (ARAÚJO, 2008).

Somente a partir de 2003 é que se começa a discutir numa proposta de lei para regulamentar as concessões florestais, levantando em consideração as experiências em curso em outros países, que acabaram por subsidiar outros debates, agora relacionados à essas experiências, onde haviam registros de que esse sistema proporcionou um maior desflorestamento nos países Africanos e Asiáticos.

Godoy e Alves (2005) afirmam que se por um lado, como aspectos positivos a lei de gestão de florestas permitirá o desestímulo à grilagem, o respeito às comunidades tradicionais e a abertura de um canal para o financiamento do manejo sustentável das florestas, por outro lado, e como ponto duvidoso, não há experiências de concessão florestal que possam se constituir como um parâmetro positivo.

No contexto internacional, as mais antigas experiências com concessões florestais encontram-se nos países que integram a África Central e Ocidental. Nas Filipinas e na Indonésia, por exemplo, o governo coletou somente 16.5% e 38% respectivamente, das rendas associadas à extração da madeira (Repetto *apud* FERRAZ;



MOTTA, 2002), e segundo Alves (2009), os estragos provenientes da má gestão acarretaram desastres ambientais.

No geral para Ferraz e Motta (2002), essas experiências em sua maioria não foram bem sucedidas por problemas associados a falhas no desenho da concessão, quando o sistema não era compatível com uma exploração sustentável; e as falhas nas políticas de implementação, problemas relacionados à falta de políticas de regulação e monitoramento por parte dos governos. Eles destacam outro possível fator para os insucessos: a preocupação pela preservação ecológica e sustentabilidade dos serviços associados à floresta não eram objetivos incorporados nos contratos de concessões florestais.

Os fracassos e os desafios encontrados por essas experiências serviram para balizar os debates no Brasil em torno na concessão florestal, dessa forma a Lei de Gestão de Florestas Públicas procurou estabelecer mecanismo que viessem garantir a viabilidade das concessões. A licitação, por exemplo, definiria o concessionário com base nos critérios de melhor preço, menor impacto ambiental, maior benefício socioeconômico, maior eficiência e maior agregação de valor local (AZEVEDO; TOCANTINS, 2006).

Hoje a regulamentação específica para concessão florestal ainda não é uma garantia de uso sustentável dos recursos naturais. O Brasil ainda enfrenta um grande problema relacionado ao monitoramento das atividades econômicas que utilizam esses recursos, ficando a dúvida quanto ao futuro das concessões no país, por ser um processo recente.

Azevedo e Tocantins (2006) complementam que o novo sistema, sozinho, não será completamente eficaz, requerendo ações complementares de política pública, como o zoneamento, o ordenamento do avanço de obras de infraestrutura, a implantação de unidades de conservação em áreas com grande importância biológica e sob forte pressão antrópica, dentre tantas outras.

A Lei 11.284/2006 trouxe uma visão sem dúvida inovadora sobre a gestão das florestas públicas, considerando as concessões florestais uma opção governamental pela atuação junto ao mercado, porém com um risco grande, de que se a fiscalização ambiental não funcionar a contento haverá uma concorrência desleal entre os produtos gerados pela concessão florestal, especialmente a madeira, e os produtos retirados ilegalmente das outras áreas florestadas. O investidor não se sentirá estimulado a



participar das concessões se tiver que competir no mercado com infratores (ARAÚJO, 2008).

Mas, como já falado anteriormente, a Lei 11.284/2006 prevê outro modelo de gestão: a gestão direta, que segundo Alves (2009) e Balieiro *et al.* (2010) acontece quando o próprio estado realiza o manejo florestal sustentável, utilizando equipes próprias para a execução de algumas atividades, ou recorrendo à terceirização dos serviços, com contratos de até 10 anos e uso de critério tipo técnico na seleção da melhor oferta. Essa modalidade foi incluída na lei tomando como base a experiência que vem sendo realizada no Acre desde 2003, com a gestão da Floresta Estadual do Antimary, a ser discutida mais adiante.

O marco regulatório para a gestão no Estado do Acre veio em 2001 com a promulgação da Lei Estadual nº 1.426, que dispõe sobre a preservação e conservação das florestas do Estado, institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – SEANP e cria o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas (ACRE, 2001). Esta lei veio para disciplinar o uso das florestas nativas ou cultivadas e demais formas de vegetação nativa do Território do Acre, tornando as unidades de conservação como um dos instrumentos da política florestal do Estado. Na lei, o termo concessão florestal é definido como sendo um mecanismo legal através do qual uma determinada área de floresta ou quantidade de recurso florestal é destinada pelo Governo do Estado a ser explorada pela iniciativa privada, através de leilões públicos do volume de madeira em tora ou em pé e através de concessões florestais:

No Art. 36 da Lei nº 1.426 estão previstas as formas de exploração dos recursos florestais contidos em reservas extrativistas pelas populações que vivem no interior dessas unidades de conservação que poderão ser realizadas pelos próprios beneficiários através de cooperativas e associações ou através da participação na extração da madeira, de outras pessoas jurídicas, mediante autorização do Estado.

A Lei 1.426/2001, como já citado anteriormente, criou o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, outro mecanismo para instrumentalizar a gestão das florestas públicas no Estado. O sistema deveria ser composto pelo conjunto de unidades de conservação federais, estaduais, municipais e as terras indígenas do Estado do Acre (ACRE, 2001). Apesar de ainda não regulamentado, tem como finalidade apoiar as tomadas de decisão, gestão e controle de atividades sustentáveis de bens e serviços ambientais nas unidades de conservação e áreas protegidas do Estado.



A partir de 2010 o Estado do Acre iniciou a implantação de uma política de valorização dos serviços e produtos ambientais das florestas com foco na conservação da biodiversidade e na redução das emissões de gases de efeito estufa, de forma a consolidar as estratégias de gestão territorial em diferentes escalas e esferas administrativas (NEVES; LIMA, 2010).

A gestão das Florestas públicas se torna um programa componente da política de valorização da floresta à medida que o Programa de Valorização do Ativo Ambiental Florestal - PVAAF busca fomentar o uso adequado dos recursos naturais do Estado, bem como a adoção, pelo Governo, do mecanismo de Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação-REDD como uma alternativa à redução do desmatamento no Estado. Entretanto, essa política vem gerando intensos debates e questionamentos no Acre tanto quanto a política propriamente dita, quanto ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado. Em 2011 o Estado foi alvo de várias críticas de movimentos políticos, sociais e de organizações não governamentais, principalmente contra o manejo florestal em decorrência de denúncias realizadas contra o manejo da Floresta Estadual do Antimary e contra o REDD.

Gestão Direta da Floresta Estadual do Antimary

Diante as discussões, a Floresta Estadual do Antimary assume um importante papel neste cenário, além de influenciar nas discussões do marco legal da Gestão das Florestas Públicas no Brasil, orientou a estruturação do Programa Estadual de Florestas Públicas, que teve origem nas primeiras experiências de manejo realizadas nessa área, durante a década de 90, através do Projeto de Manejo Sustentável de Uso Múltiplo em florestas públicas do Estado do Acre, financiado pela Organização Internacional de Madeiras - ITTO. Inicialmente englobava a área da Floresta Estadual do Antimary e mais as áreas de dois projetos de assentamento, Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) Canary e Limoeiro, anexadas a área de atuação da Fundação de Tecnologia do Acre – FUNTAC, através de convênio firmado com o INCRA por um período de 30 anos (FUNTAC, 2002).

O projeto proporcionou à elaboração de um plano de manejo de uso múltiplo em 1995; realização de levantamentos socioeconômicos e pesquisas; construção de um ramal de acesso aos projetos de assentamento; construção de dois acampamentos operacionais, um em cada projeto de assentamento, e; as atividades de exploração



florestal, no período de 2002 a 2005, no Projeto Agroextrativista Limoeiro. Para a FUNTAC (2002), o projeto do ITTO representou um passo importante para o desenvolvimento de técnicas para a utilização dos recursos florestais sob regime de rendimento sustentado e integrado envolvendo as populações tradicionais no processo.

O Estado por não poder comercializar a madeira explorada, doava-a a cooperativa local, ficando a comunidade com o lucro integral da venda, ou seja, não havia uma destinação do recurso para a gestão da unidade.

A partir de 2005 a unidade passou a ser gerida com recursos do Programa Estadual de Florestas Públicas, componente do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre, financiado pelo BID. Ainda nesse ano, o Antimary se tornou a primeira floresta pública com certificação florestal pelo Forest Stewardship Council - FSC.

O Programa Estadual proporcionou a construção de infraestruturas, criação do conselho consultivo, elaboração do plano gestor da unidade, elaboração de planos operacionais anuais - POA e realizou o primeiro leilão público de madeira em pé, para solucionar os problemas enfrentados na comercialização do produto florestal (SEF, 2009).

A Floresta Estadual do Antimary já possui os dois instrumentos de gestão definidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei nº 9.985/2000), o conselho gestor e o plano de manejo da unidade. O conselho enquanto um canal de diálogo cumpre o papel de instrumento mediador nas relações entre a sociedade civil e o estado (MUSSI, 2007; IBAMA, 2003).

Dessa forma, o conselho enquanto espaço público de discussão e deliberações se constitui uma ferramenta para a busca de uma gestão mais democrática. Para Weid (2009), os espaços públicos de gestão e de participação nos colocam diante de um novo modo de governar, pois atores sociais não estatais exercem junto aos poderes públicos o denominado controle social das políticas que estão sendo implementadas nas áreas públicas, além do que a prática da gestão compartilhada pressupõe a mediação de conflitos e o conselho é, segundo Weid (2009), por definição, um espaço de mediação de conflitos.

O Conselho Consultivo da floresta estadual foi criado em 2004 envolvendo inicialmente 16 instituições representantes da sociedade civil, da esfera governamental, instituições de pesquisa, movimentos sociais locais e representantes da indústria. Por



quase três anos (2009 a final de 2011), conselho ficou sem atividades voltando a se reunir em outubro de 2011. Isto pode ser um indicativo da baixa importância que este espaço possui enquanto mediador de conflitos para os gestores da unidade de conservação.

O outro instrumento de gestão, o plano de manejo, é definido como documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias (MMA, 2006; ARAUJO, 2007).

O plano gestor da Floresta Estadual do Antimary foi aprovado em 2008 pelo conselho consultivo da unidade (SEF, 2009), contendo diretrizes gerais, sendo necessário elaborar estratégias de ação para cada programa.

O manejo florestal na unidade iniciou em 2008 com o leilão público de 20.000 m³, correspondente à exploração de 2 mil hectares. E, de acordo com o Plano Gestor a área de produção definida no zoneamento é de 37.094,3 hectares, dessa forma, considerando o ciclo de corte de até 35 anos estabelecido em lei (IN nº5, MMA/2006) o manejo na unidade poderá se sustentar por 18 anos, o que significa dizer que o manejo terá que ser suspenso após esse período.

Um estudo que vem sendo realizado pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (USP/Esalq) – a ser ainda publicado - e o IMAZON, desde 1993 em uma área na Amazônia Oriental, mostrou que as espécies com maior interesse comercial não conseguem repor o volume retirado dentro do ciclo de corte estabelecido pela lei, reduzindo seu valor mesmo com a adoção de práticas de manejo de impacto reduzido, dentre as espécies florestais estudadas estão o ipê roxo (*Tabebuia impetiginosa*), maçaranduba (*Manilkara huberi*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), freijó cinza (*Cordia goeldiana*) e o cedro vermelho (*Cedrela odorata*) (SCHULZE *et al.*, 2005; GLOBO RURAL, 2011; BERNARDES, 2011).

Outro fato interessante a se observar no processo de gestão da unidade de conservação é que ao longo dos anos a floresta estadual vem sofrendo pressões externas ligadas ao desmatamento ilegal e invasões que culminaram numa redução gradativa dos limites da área. A floresta foi criada oficialmente em 1997, através do Decreto Estadual de nº 46/97, com uma área de 57.629 hectares, mas desde a década de 80 ela já era conhecida como uma reserva florestal de 76.832 hectares (SEF, 2009).



Uma alteração no traçado da Linha Cunha Gomes, que faz a divisa do Estado do Acre com o Amazonas, em 1998, fez com que a área da unidade fosse reduzida (SEF, 2009). Em 2003 a unidade passou por um forte processo de pressão e invasão, oriundas das fazendas no seu entorno, mais precisamente dos posseiros residentes nestas fazendas. Como consequência principal deste processo, em 2005, houve o desmembramento de parte da área originando os PDS's Edilza Carneiro e Wilson Lopes, reduzindo a extensão para 47.064,67 hectares através do Decreto Estadual nº 13.321 de 1 de dezembro de 2005 (SEF, 2009a).

Dentro da Floresta Estadual do Antimary residem 53 famílias cadastradas. A construção do ramal de acesso facilitou a aproximação do estado com a comunidade. Através do programa estadual de florestas públicas foi construída infraestrutura, como escolas e ramais de acesso para a população além da disponibilização de dois caminhões que facilitaram o transporte para escoamento da produção comunitária (SEF, 2009).

O Governo desenvolve junto as famílias a concessão não onerosa, cujo objetivo além de promover o manejo florestal, tem como princípio a garantia da permanência da população na unidade, melhorias das condições de vida das famílias e o fortalecimento das organizações locais. Essa população teve reconhecido, pelo Estado, o direito a terra, através da concessão de direito real de uso de até 100 hectares por família, a partir do marco legal fundiário, instituído pela Lei nº 1.787 em 2006 (ACRE, 2006).

No geral, com a criação das Florestas Públicas para produção, a SEF, desde 2004, vem atuando na gestão direta das Florestas Estaduais, desenvolvendo mecanismos para a gestão destas áreas através da elaboração e implantação dos Planos de Gestão das Florestas Estaduais.

Considerações Finais

Como foi relatado, as experiências de gestão da Floresta Estadual do Antimary vêm sendo realizadas com apoios de órgãos externos, diante de um quadro político florestal favorável. Porém, ainda não se tem clareza se as diretrizes estabelecidas no Programa Estadual de Florestas Públicas, conselho consultivo formado e plano gestor aprovado da unidade, são efetivos para o desenvolvimento das famílias residentes na floresta estadual, para conservação dos recursos naturais, bem como para o estabelecimento do processo de autogestão da unidade, sem apoios externos.



Outra questão que tem se observado é um crescente descontentamento da sociedade no geral e movimentos sociais em torno da política florestal no Estado. Em outubro de 2011 foi elaborado e divulgado um documento intitulado “Carta do Acre”, assinado por cerca de 30 organizações sociais, o qual critica a política do “governo da floresta”. Essa situação questiona a política ambiental defendida pelo Governo do Acre há 13 anos, por outro lado, para se analisar a efetividade de uma gestão florestal, deve se estabelecer um tempo mínimo de 30 anos, duração mínima de um ciclo de corte no manejo florestal.

Referências bibliográficas

ACRE. Lei N° 1.426 de 7 de setembro de 2001. **Coletânea de Normas Ambientais do Estado do Acre**, Rio Branco: PGE, 2ª ed., p. 42-47, 2009.

ACRE. Lei N° 1.787 de 3 de junho de 2006. **Coletânea de Normas Ambientais do Estado do Acre**, Rio Branco: PGE, 2ª ed., p. 42-47, 2009.

ALVES, Bruno Moraes. **Lei de Gestão de Florestas Públicas: Concessão de Florestas Nacionais na Amazônia, FLONA Jamari/RO**. Trabalho de conclusão de curso em Direito. Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2009.

ANTUNES, Paula. Alguns traços da trajetória de Chico Mendes. **Revista Universidade Rural**. Série Ciências Humanas. v.21, n. 1-2, p. 173-192, jan./jun. 2002.

ARAÚJO, Marcos Antônio Reis. Unidades de Conservação: importância e história no mundo. In: _____. **Unidades de Conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. cap.3, p. 25-52.

ARAÚJO, Suelly Mara Vaz Guimarães. **Lei de gestão das florestas públicas: polêmicas e perspectivas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

AZEVEDO, Tasso Rezende; TOCANTINS, Maria Alice Corrêa. Instrumentos econômicos da nova proposta para a gestão de florestas públicas no Brasil. **MEGADIVERSIDADE**, v.2, n. 1-2, Dezembro, p. 13-17, 2006.

BALIEIRO, Mariana Ribeiro; ESPADA, Ana Luiza Violato; NOGUEIRA, Octávio; PALMIERI, Roberto; LENTINI, Marco. Entendendo a Concessão Florestal. In: _____. **As concessões de florestas públicas na Amazônia Brasileira: Um manual para pequenos e médios produtores florestais**. Piracicaba: IMAFLORA; Belém: IFT, 2010. cap. 1, p. 15-59.

BERNARDES, Júlio. **Corte de madeira tira valor produtivo de floresta na Amazônia**. 2011. Disponível em: < <http://www.usp.br/agen/?p=67004>>. Acesso em: 24 de nov. 2011.



COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre.** Rio Branco: Universidade Federal do Acre/São Paulo: Editora Cortez, 1992. 189p.

ELLER, Estevão; FUJIWARA, Luís. Desenvolvimento florestal sustentável na Amazônia Brasileira: o programa Floresta Estadual do Antimary. In: TEIXEIRA, Marco A. Carvalho *et.al.* **20 experiências de gestão pública e cidadania – Ciclo de premiação 2004.** São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2004. P. 63-71.

FEITOZA, Júlia (org.). **Povos da Floresta: Chico Mendes Vive!** MMA, 2003.

FERRAZ, Claudio; MOTTA, Ronaldo Seroa. **Concessões florestais e exploração madeireira no Brasil: Condicionantes para a sustentabilidade.** Brasília: MMA/PNF, 52p., 2002.

FUNTAC. **Floresta Estadual do Antimary: Manejo Florestal de Uso Múltiplo.** Rio Branco: FUNTAC, 2002. 27p.

GARRAFIEL, Denise Regina. **As políticas públicas de desenvolvimento sustentável no Estado do Acre, de 1999 a 2002. 2004.** 77 f. Dissertação (Mestrado em ecologia e manejo de recursos naturais) – Departamento de Ciências da Natureza, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2004.

GLOBO RURAL. **Corte de madeira tira valor produtivo de floresta na Amazônia.** Globo Rural On-line, 2011. Disponível em: < <http://revistagloborural.globo.com/Revista/>>. Acesso em: 15 de ago. 2011.

GODOY, Amália Maria Goldberg. A Gestão sustentável e a concessão das florestas públicas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 10, n° 3, p. 631-654, set/dez. 2006.

GODOY, Amália Maria Goldberg; ALVES, Alexandro Florindo. A gestão sustentável e a concessão das florestas públicas. In: **XLIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL.** Ribeirão Preto, jul., 2005.

IBAMA. **Roteiro metodológico para elaboração de plano de manejo para florestas nacionais.** Brasília: IBAMA, 2003. 56p. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/18028144/Plano-de-Manejo-Em-FLONAS?query=conselhos>>. Acesso em: 14 de mai. 2011.

LOPES, Margarete E. P. de Souza. A representação da luta dos seringueiros e dos empates na literatura acreana: historicidade e regionalismo. In: PAULA, Elder A.; SILVA, Silvio S. (org.). **Trajетórias da luta camponesa na Amazônia Acreana.** Rio Branco: EDUFAC, 2006. 308p.

MMA. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** Brasília: MMA, 2006. 6ªed.

MMA. **Instrução Normativa Nº 5 de 11 de dezembro de 2006.** Disponível em: < <http://amazonia.org.br/guia/>>. Acesso em: 07 de ago. 2011.



MUSSI, Sultane M. **O processo de gestão participativa e educação ambiental em conselhos de unidades de conservação: o caso do Parque Nacional Serra dos Órgãos – Teresópolis – Rio de Janeiro.** 2007. 199f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

NEVES, Rodrigo Fernandes; LIMA, André. **PSA e REDD na Política Ambiental Acreana.** 2010. Disponível em: < <http://www.planetaverde.org>>. Acesso em: 10 de jan. 2012.

RODRIGUES, Ecio; PAIVA, Aurisa. **Do Acre:** 100 artigos. Associação Andiroba, Rio Branco, Acre, 2009. 94p.

SANDRI, Sinara. A assustadora década de 70. In: FEITOZA, Júlia (org.). **Povos da Floresta:** Chico Mendes Vive! MMA, p. 24-27, 2003.

SCHULZE, Mark; GROGAN, VIDAL, Edson; GORGAN, Jimmy; ZWEEDE, Johan; Zarin, Daniel. Madeiras nobres em perigo. **Ciência Hoje**, v. 36, n.214, p. 66-69, abril, 2005.

SCHULZE, Mark; GROGAN, Jimmy; VIDAL, Edson. O manejo florestal como estratégia de conservação e desenvolvimento socioeconômico na Amazônia: Quanto separa os sistemas de exploração madeireira atuais do conceito de manejo florestal sustentável? In: BENSUSAN, Nurit; ARMSTRONG, Gordon (Org.). **O Manejo da Paisagem e a Paisagem do Manejo.** Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2008. cap.7., p. 163-213.

SEF. **Programa Estadual de Florestas Públicas.** Rio Branco: SEF, 2009. 27 slides.

SEF. **Relatório da situação fundiária da Floresta Estadual do Antimary - FEA.** Rio Branco: SEF, 2009a.

SFB. **Gestão de Florestas Públicas: Lei N° 11.284, de 2 de março de 2006.** Brasília: SFB/MMA, 2006. 24p.

SOUZA, João J. Veras. **O “programa de desenvolvimento sustentável do acre”: uma análise à luz do discurso do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional.** 2008. 188 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

VIANA, Virgílio. **As Florestas e o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia.** Manaus: Editora Valer, 2006. 144p.

WEID, Nahyda Franca Von Der (Org.). **Conselhos deliberativos em Resex/RDS da Amazônia:** uma experiência de capacitação participativa em processo. Brasília: ICMBIO, 2009. 148p.



GT 03: Conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais e desenvolvimento rural

Hidrelétrica de Belo Monte: luta e resistência dos movimentos sociais na Transamazônica-PA

Juliete Miranda Alves¹

¹Doutoranda de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG. Professora da Universidade Federal do Pará- UFPA- Campus de Altamira. E-mail: Juliete110@yahoo.com.br

Resumo:

O município de Altamira está situado no sudoeste do Estado do Pará e deve abrigar grande parte do empreendimento hidrelétrico (AHE) Belo Monte, obra aprovada pelo Programa de Aceleração do Crescimento- PAC do governo Federal, a ser executado no rio Xingu. Nos últimos trinta anos, esta hidrelétrica, tem sido um dos projetos mais discutidos no Brasil, gerando opiniões diferenciadas, e mobilizando distintos atores sociais, defendendo ou desaprovando a sua construção. Este artigo tem como objetivo central destacar as lutas e as formas de resistência empreendidas pelos movimentos sociais contrários a construção da barragem, representado principalmente pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre. Este movimento é composto de diferentes atores sociais: movimento de mulheres, índios, ribeirinhos, trabalhadores rurais, religiosos pertencentes à Prelazia do Xingu e Organizações não governamentais. Procuo também analisar algumas falas dos militantes deste movimento e de moradores de uma comunidade intitulada Santo Antônio que será remanejada pela construção da usina, na intenção de compreender o sentido atribuído pelos atores à expressão desenvolvimento.

Palavras- chave- Movimentos Sociais, Desenvolvimento, Representação.



Introdução

Este artigo tem como objetivo central, primeiramente destacar as lutas e a resistência dos movimentos sociais contrários a construção da barragem Belo Monte através da atuação do Movimento Xingu Vivo para Sempre, uma articulação de diversos atores em torno de um movimento social que abriga outros movimentos sociais: mulheres, índios, ribeirinhos, trabalhadores rurais, religiosos pertencentes à Prelazia do Xingu e Organizações não governamentais. Este movimento, constituído em 2008, questiona o desenvolvimento que trará esta barragem, principalmente pelos impactos socioambientais que esta provocará sobre as áreas indígenas e comunidades tradicionalmente estabelecidas. Segundo uma das lideranças do movimento, “Belo Monte será um dos maiores crimes ambientais da história do Brasil”. Em um segundo momento, procuro compreender através das narrativas, tanto dos militantes do Movimento Xingu Vivo, quanto dos moradores da Comunidade Santo Antônio, apreender o sentido que esses atores sociais atribuem a expressão desenvolvimento. Termo insistentemente citado em suas narrativas.

A comunidade Santo Antônio foi fundada em 1973, está localizada no município de Vitória do Xingu a 30 km de Altamira, e terá sua população completamente remanejada com a construção da usina. São 65 famílias moradoras, e todas foram entrevistadas. As principais atividades de renda da área vêm da pesca e da agricultura.

A Hidrelétrica de Belo Monte é uma obra em execução prevista pelo Programa de Aceleração do Crescimento- PAC do Governo Federal, a ser executado no rio Xingu. Esta hidrelétrica tem capacidade para gerar 11 mil megawatts de energia e demandara investimentos na ordem de 19 bilhões de reais. A usina é alvo de protestos de organizações ambientalistas, indígenas e ribeirinhas na região do Xingu. A polêmica chegou à Organização dos Estados Americanos (OEA), que exigiu do governo brasileiro esclarecimentos sobre o processo de licenciamento de Belo Monte.

Até o presente, foram liberadas a construção do canteiro de obras e outras ações preparatórias, como abertura de estradas de acesso ao local da hidrelétrica. As obras iniciais foram autorizadas por uma licença parcial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que chegou a ser derrubada pela Justiça e, em seguida, revalidada por decisão do Tribunal Regional Federal (TRF).



Os dados¹ que subsidiaram as reflexões deste artigo foram baseados principalmente em narrativas orais e entrevistas gravadas com representantes dos grupos sociais do Movimento Xingu Vivo para Sempre, e comunidades atingidas diretamente e indiretamente pela barragem. Procurei compreender também a atuação do Movimento Xingu Vivo, em eventos públicos significativos ocorridos em Altamira, como: passeatas, audiências públicas e encontros. Analisei estes espaços como cenários que deram visibilidade às formas de resistência do movimento.

Foi também a partir das entrevistas e narrativas que algumas concepções se destacaram na fala dos atores sociais pertencentes a este movimento, e as comunidades atingidas. Refiro-me a expressão: desenvolvimento, que aparece valorizada e resignificada a partir da vivência e engajamento de seus militantes.

1- A Hidrelétrica de Belo Monte: outra forma de ocupação?

Em muitas literaturas (Santos, 1997, Tamer, 1971) sobre a Amazônia, é ainda comum tratar as ocupações como “ciclos”, ou “surto”. Esta noção, baseada somente em indicadores econômicos e na fixação de populações em áreas novas, omite a importância de outros modos de vida existentes como camponeses, indígenas e ribeirinhos.

A idéia de ciclos ou surtos repousa na concepção preconceituosa de uma população acomodada a fartura dos rios e florestas que precisa ser inserida na modernização, através de programas e projetos. Esta foi a marca das ocupações na Amazônia, ocorridas principalmente nos anos 1970 e 1980, com os programas desenvolvimentistas: a expansão da fronteira agropecuária, a constituição de pólos minerais e siderúrgicos, a exploração madeireira, a construção de hidrelétricas e a construção de ferrovias. O Estado também concedeu grandes incentivos fiscais. O crédito governamental incentivou a destruição da floresta por projetos agropecuários. Os Estados mais atingidos foram o Pará, Mato Grosso e Rondônia.

¹ O trabalho a que me refiro é a pesquisa em desenvolvimento intitulada “Mapeamento das dinâmicas socioambientais em populações tradicionais em Altamira-PA”, financiada pela Fundação de Amparo a pesquisa do Estado do Pará- FAPESPA. A quem agradeço o apoio. Esta pesquisa contou também com o apoio de vários bolsistas voluntários e uma bolsista do Programa de Iniciação Científica da UFPA.



Essas formas de ocupações caracterizaram-se por serem decisões tomadas fora do alcance das populações tradicionais e marcadas principalmente pelo controle geopolítico. A cada etapa intervencionista na história da Amazônia ocorria uma leva demográfica em direção às novas oportunidades, gerando a expropriação de ribeirinhos e agricultores, invasão de terras indígenas, ilusão de emprego urbano, violência e conflitos de terra.

Na década de 1990, com a discussão ambientalista no cenário internacional e repercutindo no encontro ocorrido no Rio de Janeiro, a ECO 1992, voltaram-se os olhos para o “tradicional”, como oposto a modernização. Neste cenário, outros grupos e organizações emergiram: ONGs, grupos de pesquisa voltados para a pesquisa desenvolvimento e para a pesquisa-ação. O tradicional foi valorizado através da participação comunitária: criou-se associações de moradores, bairros, centros comunitários, regulamentações e formas de controle na apropriação de recursos escassos, especificamente a pesca dos lagos em determinados períodos do ano.

Neste período muitos pesquisadores e ambientalistas, questionaram a noção de ocupação procurando entender as características das sociedades locais e sua sociabilidade, sob outra expectativa, voltada para a preservação dos recursos naturais. Mesmo sendo esta concepção mais avançada, ainda se encontrava presa ao exótico, ou ao mito da natureza intocada (DIEGUES, 1999). Para Diegues, esta forma de pensar a natureza, se caracteriza por manter as áreas preservadas, removendo as populações, ou no máximo permitindo que elas conservem faixas de entorno. Essa é uma das críticas dos ambientalistas sociais aos conservacionistas clássicos. A crítica de Diegues dirige-se a muitos desses projetos que não consideram a diversidade cultural das populações com suas especificações, relações com os recursos naturais e os sentidos de pertencimento.

A hidrelétrica de Belo Monte, será construída no Rio Xingu. O Xingu é um rio que nasce a oeste da Serra do Roncador e ao norte da Serra Azul, no leste do Mato Grosso. Corre na direção sul-norte, paralelo aos rios Tapajós e Tocantins, deságua após percorrer mais de dois mil quilômetros, ao sul da Ilha de Gurupá (PA), na margem direita do Amazonas, do qual é um dos maiores afluentes. Esta hidrelétrica com capacidade para gerar 11 mil megawatts de energia, demandará investimentos na ordem de 19 bilhões de reais – valores oficiais iniciais, porém discutíveis.



A bacia hidrográfica do Xingu se estende por 450 mil km² e tem um potencial hidrelétrico de 22 mil megawatts, um dos maiores do país (ELETRONORTE, 2008). A Volta Grande do Xingu foi o local escolhido para construção da hidrelétrica, pela sua queda de 96 metros formando diversas cachoeiras e ilhas, portanto, local privilegiado pelo seu potencial hidrelétrico. O impacto desta hidrelétrica e seus efeitos atingirão diretamente e indiretamente, segundo dados do Instituto Socioambiental (2011), várias áreas indígenas na bacia do Xingu. Diretamente serão atingidas 28 etnias, 29 terras indígenas (12 em Mato Grosso e 16 no Pará). Duas terras indígenas serão diretamente afetadas pela diminuição da vazão do rio: Paquiçamba e Arara na Volta Grande. A área Indígena Juruna do km 17 da Rodovia PA 415, será afetada pelo aumento da tráfegabilidade na estrada. População total das três áreas, 226 pessoas (ELETROBRÁS, 2009).

Quanto às terras indígenas e a população indiretamente afetada, somam-se: em terras indígenas na Trincheira do Bacajá, 673 pessoas; Koatinemo, 144 pessoas; Arara, 236 pessoas; Kararaô, 39 pessoas; Cachoeira Seca, 81 pessoas; Araweté, 398 pessoas; e Apyterewa, 411 pessoas. No total, aproximadamente dois mil indígenas (ELETROBRÁS, 2009).

A população total direta e indiretamente atingida nos municípios de Altamira, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Anapu, Vitória do Xingu, Medicilândia, Gurupá, Brasil Novo, Placas, Uruará e Pacajá, chega a 317.472 habitantes e 350 famílias de ribeirinhos que vivem nas RESEX do Rio Iriri, Riozinho do Anfrísio, Verde para Sempre e Médio Xingu. E mais vinte e uma comunidades quilombolas (ELETROBRÁS, 2009).

Além do Movimento Xingu Vivo para Sempre, outro grupo destaca-se defendendo a construção da barragem, o FORT- Xingu, criado em maio de 2008, é segundo seu estatuto configura-se como um Fórum que congrega mais de cento e setenta entidades da sociedade civil de Altamira, destacando-se empresários, comerciantes, prefeitos, profissionais liberais e integrantes, também, de movimentos sociais. Este grupo evidencia-se mais recentemente por se comportar como mediador dos interesses locais. Apoiar-se principalmente na concepção de que esta construção trará desenvolvimento econômico e benefícios sociais para a população da Transamazônica.



1.1. Os municípios atingidos pela construção da barragem

Os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu foram os municípios definidos pela Eletrobrás como a área de abrangência da UHE Belo Monte, locais que contam com floresta de terra firme e floresta de várzea. Nestas cidades, mais de 300 mil pessoas vivem nestes locais. Altamira é o maior centro urbano local, e conta com aproximadamente 100 mil habitantes (IBGE, 2009).

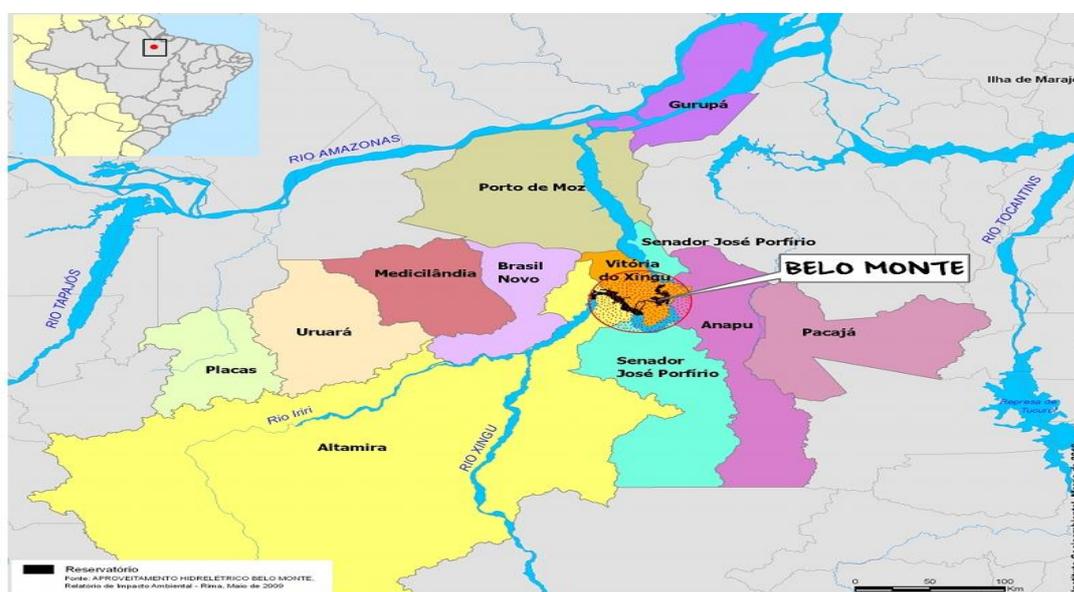


Figura 01 – Localização da UHE Belo Monte.

Fonte: Instituto Socioambiental, 2011.

Nos últimos trinta anos, Belo Monte tem sido um dos projetos hidrelétricos mais discutidos no Brasil. Nesse longo processo de discussões, várias formas de resistência configuraram-se como práticas de grupos sociais que foram muito discriminados e negados em sua condição de cidadania, tais como: as mulheres, índios, ribeirinhos, extrativistas, agricultores familiares. A resistência a esse projeto foi marcado por momentos importantes, tomarei como marco de representação simbólica de contestação o I Encontro dos Povos da Floresta, em 1989. Naquele encontro, a índia Tuira, passou o facão no rosto do então representante da Eletronorte, e foi graças a ação dos Kaiapós que o Banco Mundial - BIRD retirou qualquer apoio financeiro a novas usinas na



Amazônia. O projeto antes intitulado Cararaô (grito de guerra em tupi guarani) mudou de nome para Belo Monte.

Nesse longo processo de discussão da usina Belo Monte, os grupos sociais disputaram (e ainda disputam) o espaço público em forma de passeatas, audiências públicas e eventos. E procuraram evidenciar, ou os aspectos positivos na construção da barragem, ou o lado destrutivo deste empreendimento. Neste cenário de confronto, resgatarei a atuação do Movimento Xingu Vivo para Sempre, que por meio de uma série de práticas constituíram-se como o movimento representativo dos grupos sociais que fazem oposição a construção da usina. Os significados desses atos podem também ser compreendidos como força teatral e *performance*² simbolizadas por eventos, construídos pelos participantes, como canal de comunicação e convencimento de suas propostas.

A *performance* dos grupos analisados em Altamira expressaram um momento de luta acirrada, negação e disputa de um projeto de hidrelétrica questionado a mais de trinta anos. Cito dois momentos que caracterizei como significativos e ocorridos em Altamira. Em 2008, vários eventos foram realizados como demonstração de poder e mobilização por diferentes grupos sociais. Em um destes momentos ocorreu em maio, o Encontro dos povos do Xingu, onde se reuniram em um ginásio de Altamira várias entidades governamentais e não governamentais, tribos indígenas, movimento de mulheres, religiosos da Prelazia do Xingu. Organizações de direitos humanos e ambientalistas. Este evento tinha como um dos seus objetivos discutir as consequências da construção da Hidrelétrica Belo Monte para as populações atingidas. Contudo, no segundo dia, um dos diretores da Eletrobrás em seu discurso de apresentação foi ferido por um índio Kaiapó, gerando polêmicas e conflitos, levando inclusive a população local a se posicionar, a comentar positivamente ou negativamente sobre o ato praticado.

A reação local e da imprensa nacional e internacional, apontou este ato como de extrema selvageria, alguns justificando inclusive que a construção da barragem traria a modernidade, o progresso e relações mais civilizadas.

² A expressão teatral será entendida como “espetacular” no sentido atribuído por Pradier (1998), como “uma forma de ser e falar, de cantar e de se enfeitar distinta do cotidiano” (PRADIER, 1998, p. 24.). Nos estudos sobre *performance*, Victor Turner (1982) o define a partir do teatro. Nesta situação as pessoas ou grupos representam, simbolizam papéis que correspondem a uma posição invertida em relação ao status ou condição que ordinariamente possuem na estrutura social. Para este autor “todo tipo de *performance* cultural, incluindo ritual, cerimônia, carnaval, teatro e poesia, é explicação da vida” (Turner, 1982).



Este encontro resultou na articulação dos grupos sociais formando o Movimento Xingu Vivo para Sempre e em uma carta dirigida à sociedade civil e ao Governo Federal, pedindo pela não construção da usina e por mais discussões com as populações atingidas.

Este evento traduz muito bem como o espaço público é o lugar privilegiado das manifestações e representações sociais. As representações sociais expressam formas de visões do mundo que têm por objetivo explicar e dar sentido aos fenômenos. Esses sentidos se manifestam em ações especialmente aquelas evidenciadas no espaço público, que por excelência é o local do jogo político, portanto, lugar privilegiado das representações sociais.

O outro momento foi uma reação ao Encontro dos Povos do Xingu. Empresários e comerciantes locais promoveram no mesmo ano uma grande passeata, mobilizando muitas pessoas na cidade de Altamira. Esta passeata fechou o comércio local, paralisou atividades em instituições municipais, estaduais e federais, e encerrou com um show e sorteios de muitos prêmios no ponto turístico mais importante da cidade.

O Movimento Xingu Vivo para Sempre, ao articular vários segmentos sociais que na Amazônia historicamente foram renegados em seus direitos, construiu um espaço de ação, socialmente elaborado e compartilhado. Nos estudos sobre representações, Jodelet (1991) compreende as representações sociais com um duplo movimento: são, por um lado, sistemas que registram nossas relações com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Por outro, interferem nos processos, diversificando a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e transformações sociais.

Nos eventos ocorridos, o Movimento Xingu Vivo, procurou mobilizar expectativas, representações de si e do outro. Os eventos em Altamira foram decisivos, enquanto demonstração de poder, força e mobilização deste grupo. Várias passeatas foram realizadas, com uma força teatral composta de símbolos contra a barragem, cartazes expressivos “fora belo monstro”, os participantes vestidos de preto, músicas entoadas. Nestes eventos as imagens do passado foram evocadas, utilizadas e



comparadas como exemplos negativos, citando insistentemente a construção da barragem de Tucuruí e as formas intervencionistas dos projetos na Amazônia. Essas imagens foram articuladas ao presente, criando outros significados.

A história nos mostra que essas barragens (citando como exemplo, Tucuruí e Sobradinho), foi um desrespeito aos direitos dos cidadãos, até hoje tem pessoas sem indenização, foram expulsas de suas terras sem direito a nada. Agora dizem que humanizaram esses projetos para a Amazônia, fizeram estudos de impactos ambientais, etc;. Que nada, esta energia não servirá para nós, acabam com nossas riquezas naturais, destroem o meio ambiente em nome de uma barragem que irá atender mais ao sudeste do que aos moradores da região. Não queremos “este tipo de progresso e desenvolvimento” (Liderança do Movimento Xingu Vivo para sempre. Entrevista gravada em maio de 2010).

Não há nada que me convença de que será diferente esta barragem. Conseguimos por mais de duas décadas impedir esta construção. A história neste país é reveladora. Os grandes projetos para a Amazônia foram para atender a elite, desrespeitaram a constituição, não respeitando a cultura indígena, dos caboclos. Não há desenvolvimento social nem justiça em uma construção como esta. Há interesses de grupos econômicos. Os direitos humanos - dos mais pobres - serão novamente negligenciados. (Padre da Prelazia do Xingu. Entrevista gravada em maio de 2010).

A expressão desenvolvimento é citada insistentemente em várias narrativas. No discurso acima, aparece como um processo de intervenção, em que a discussão e o debate foram negligenciados, destruindo as relações entre povos indígenas, seus territórios e culturas. Neste discurso, desenvolvimento e direitos civis são indissociáveis.

Em outra fala observou-se,

Para mim, todo projeto que vai interferir na vida de muita gente, precisa ser muito discutido. É importante ouvir as pessoas que estão diretamente envolvidas, para mim isto é desenvolvimento. Tantos anos de debate sobre esta usina, e quantos grupos sociais foram ouvidos? Tudo é uma encenação de democracia. Que desenvolvimento é este



sem democracia. (Representante do Movimento de mulheres.
Entrevista gravada em maio de 2010)

Nesta fala de uma liderança, o desenvolvimento está relacionado a democracia e pode ser positivo desde que discutido suas implicações nas transformações das relações econômicas e sociais de todos os segmentos atingidos, para principalmente proteger os interesses de populações locais que historicamente foram expropriadas de seus direitos.

No caso dos diferentes atores pertencentes ao Movimento Xingu Vivo, seus participantes não necessariamente partilham uma experiência ou significados comuns, mas uma posição comum quando negam a construção da hidrelétrica. Esta diferença transpareceu nas falas de outros militantes deste grupo, representado pelas organizações não governamentais e professores de instituições de ensino superior. Apresentaram um discurso sobre o desenvolvimento baseado principalmente na conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais, para estes, esta é a condição básica para o desenvolvimento.

Como falar em desenvolvimento quando muitas espécies deixarão de existir. Teremos um desequilíbrio ecológico sem precedentes. Recentemente foram desmatadas áreas com florestas preservadas, com alta densidade de árvores com troncos de mais de um metro de diâmetro. Muitos animais morreram como os tamanduás-mirins (Ambientalista. Entrevista gravada em novembro de 2011).

Observa-se, que as opiniões, os sentidos atribuídos a expressão desenvolvimento não são consensuais, contudo são socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação. Exercem, funções simbólicas e ideológicas servem de comunicação onde circulam (Jodelet, 1991).

O FORT-Xingu destaca em seus discursos que a sociedade civil da região da transamazônica obteve uma grande vitória ao “conseguir que o edital de licitação da hidrelétrica de Belo Monte obrigasse o consórcio vencedor a investir 500 milhões de reais no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) da região” (Folder de divulgação, 2009). O PDRS trata-se de um amplo programa construído por comerciantes, empresários locais, representantes dos governos municipais, estadual e



federal, setor produtivo e por entidades da sociedade civil. É composto de um roteiro e de uma série de metas para alcançar o desenvolvimento sustentável. Entre estas ações estão: a regularização fundiária, agilidade nos processos de licenciamento ambiental, incentivo as atividades produtivas, melhoria de infraestrutura urbana, etc. Para os representantes do FORT-Xingu, a inclusão desta obrigação no edital é uma garantia de que os recursos serão investidos para melhorar a qualidade de vida da população que mora na área de influência da hidrelétrica, trazendo com isso desenvolvimento.

Para mim direito é uma palavra muito usada de forma indevida. Esta barragem vai trazer benefícios e desenvolvimento econômico, vamos ter dinheiro para fortalecer nossas instituições, melhorar nossos postos de saúde, de vigilância, hospitais. Todos terão mais acesso a direitos fundamentais. Para mim temos mais justiça e qualidade de vida quando o cidadão tiver acesso a educação. Nossa cidade com a barragem pode melhorar a educação de todos. (Prefeito. Entrevista gravada em junho de 2010).

Para o Movimento Xingu Vivo, o desenvolvimento é para poucos:

O FORT- Xingu, fala em desenvolvimento, mas é a defesa dos interesses dos empresários, querendo expandir seu comércio, seu capital. Desde quando os grandes projetos para a Amazônia trouxeram desenvolvimento, progresso? (Liderança do movimento de mulheres. Entrevista gravada em maio de 2010).

Para Diegues (2003), o conceito de desenvolvimento é fundamentalmente político, cada grupo de interesse ou classe social o define segundo suas próprias perspectivas. No caso dos discursos do FORT-Xingu, a construção da hidrelétrica é um meio eficiente de alcançar o desenvolvimento e o crescimento econômico. A barragem então é valorizada como instrumento, obra eficiente para se chegar a uma melhoria na qualidade de vida da população. Nas narrativas dos militantes do Movimento Xingu Vivo, impedir a construção da hidrelétrica é também um ato de justiça histórica com o passado, resgatando os direitos fundamentais do ser humano perdidos em outros momentos de conflitos, a exemplo da hidrelétrica de Tucuruí.



Na comunidade Santo Antônio, grande parte dos moradores (são 65 famílias), são pescadores e as entrevistas revelaram a baixa escolaridade das famílias entrevistadas, 85% não completaram o ensino fundamental de 1º as 4º séries, a infraestrutura na área é deficiente; não há saneamento básico, posto de saúde e não há escola de ensino médio. Apesar de a localidade datar de 1973 e esta situada próxima as estradas principais que dão acesso a Altamira e Vitória do Xingu, os moradores se sentem “esquecidos e abandonados” como revelaram diversas entrevistas. Um dado interessante é quanto a renda de grande parte dos pescadores ser proveniente da venda ilegal de tartarugas e tracajás. Esta informação não foi revelada nas entrevistas com os moradores, mas pela observação e fontes de outros informantes compradores das tartarugas. O IBAMA, segundo um dos moradores, fiscaliza o local, por inúmeras denúncias de pesca predatória. A comunidade Santo Antônio, apresenta escassez dos recursos naturais e desmatamento acelerado.

A maioria das entrevistas com as famílias revelou a falta de informação sobre o empreendimento e seus impactos, bem como sobre a mudança que a comunidade sofrerá. Contudo, esta área foi visitada por pesquisadores. A Eletronorte realizou o cadastro das famílias. Mesmo com toda a movimentação a respeito do assunto, muitos moradores não compreendem as mudanças radicais as quais sofrerão.

Têm sempre muita gente passando aqui e falando desta barragem, dizem que vamos sair daqui e vamos ser indenizados, se for assim vou comprar uma casinha em Altamira. Mas não sei o que vou fazer, na cidade. Há muita gente falando sobre esta barragem e poucas explicações. (Morador da comunidade Santo Antônio. Entrevista gravada em junho de 2010).

Para mim, tanto faz, não tem nada neste local, moro aqui desde a fundação e se não fosse este pequeno comércio para sobreviver morreria de fome. Quando cheguei tinha muito peixe e tartaruga, eu era pescador. Os peixes diminuíram e proibiram a venda de tartarugas, querem que a gente viva do que?. Aqui não tem nada. (Morador da comunidade Santo Antônio. Entrevista gravada em junho de 2010).

Moro na área que será remanejada para a construção de uma das casas de força da barragem. Moro desde a fundação da comunidade em 1973,



tenho meu gado e meu comércio. Nós disseram em uma das reuniões da comunidade que receberemos um bom dinheiro para sairmos, que ficaremos melhores. Que nosso município vai desenvolver. Perguntei, em que lugar a construção de uma barragem melhorou a vida das pessoas? Se sair daqui não sei o que fazer. Vão nós dar dinheiro, mas quem ensina a gente a ter o que fazer. (Morador da comunidade Santo Antônio. Entrevista gravada maio de 2010).

As narrativas mostraram que o sentido atribuído destes moradores a expressão desenvolvimento se diferencia tanto a do Movimento Xingu Vivo, quanto do FORT-Xingu. O desenvolvimento é uma expressão sem peso social em suas vidas, esta mais relacionada a algo que é dado por outro. Ou ao drama de quem pergunta enfaticamente, o que “irá fazer?”, “que emprego terá?” quando toda a sua atividade de sobrevivência está voltada, ou para a agricultura, ou a pesca. No momento das entrevistas (quase todas realizadas em 2010) a comunidade inaugurava a sede nova da Igreja Católica, com uma grande festa e churrasco para seus moradores e visitantes, como se nada fosse acontecer e a vida seguisse seu curso.

Toda a área da comunidade será inundada, com a construção da barragem, contudo o seu isolamento e a falta de informação sobre a hidrelétrica é algo contraditório com toda a pujança do debate e dos discursos presentes no cotidiano das cidades que serão impactadas por esta construção. Outros não desejavam sair, por que lá construíram suas vidas, criaram os filhos, organizaram o vilarejo e lá estão os seus entes queridos enterrados, contudo, também não apresentaram uma opinião formada sobre o empreendimento e suas consequências. Expressões como desenvolvimento, progresso, não estão presentes nos discursos dos moradores entrevistados. Por outra esta é uma análise que não pode ficar restrita as entrevistas. Os moradores da comunidade Santo Antônio são pescadores sem pesca, pois várias espécies desapareceram. É uma comunidade com escassez de recursos naturais, solos compactados, etc.

A baixa escolaridade das comunidades é uma barreira dentro do campo do desenvolvimento. As regras, a formação de consórcios de empresas, os relatórios de impactos ambientais, são instruções escritas, fundamentada no planejamento de um projeto, portanto excluem populações não escolarizadas, mesmo a competência comunicativa que caracteriza muitos militantes não é um recurso suficiente de



convencimento. Portanto, a apropriação do projeto por parte dos moradores é altamente improvável.

As narrativas selecionadas são em sua maioria representativas de grupos sociais que negam a hidrelétrica como um projeto de desenvolvimento planejado. Os eventos citados foram momentos de um processo de relações de poder que se configuraram com a perspectiva da construção da Hidrelétrica Belo Monte. O conflito, o drama social, as expectativas foram elementos da experiência, da vivência dos participantes destes grupos que tanto influenciaram (e continuam influenciando) a construção da realidade social como ao mesmo tempo são por ela influenciados.

Finalmente, a discussão sobre a energia baseada em hidrelétricas é fundamental, pois estes são projetos que de forma profunda mudam relações sociais e econômicas na Amazônia. Afinal, tivemos períodos não tão distantes, refiro-me principalmente às décadas de 1980 e 1990 em que imperaram os grandes projetos para a Amazônia sem qualquer critério de debate. Naqueles períodos conflituosos, restava à sociedade civil, acatar ou resignar-se, o que nem sempre aconteceu, pois foi emblemático a construção da hidrelétrica de Tucuruí e os grupos sociais que se formaram em torno desta barragem contestando a sua construção.

Ao longo de sua história, a Amazônia tem gerado sempre mais recursos para fora do que tem recebido como retorno; tem sido um lugar de exploração, abuso e extração de riquezas. Os equívocos dos planos, projetos e programas federais nas últimas décadas encontraram resistência nas classes mais pobres e contraditoriamente fortaleceram organizações de mulheres, camponeses, índios, etc.. São esses grupos que penalizados em seu poder de decisão, construíram uma representação em torno da barragem que foram compartilhadas e contribuíram para a construção de um discurso comum de reação a este projeto. As representações sobre os modelos de desenvolvimento econômico e social, mais fortemente devem ser discutidos com amplos setores da sociedade diretamente e indiretamente impactados pela construção da Belo Monte.

O diálogo entre o conhecimento científico e o conhecimento dos povos tradicionais é fundamental para a produção de novos conhecimentos e transformação das práticas científicas e políticas de conservação. Diegues (2003) destaca em seu livro



“O mito moderno da natureza intocada”, quando se fala em modelos importados de desenvolvimento não está se referindo apenas a aspectos estruturais dos parques e reservas, mas também à própria forma de pensar a relação do ser humano com a natureza. Isto passa necessariamente em valorizar saberes tradicionais, passa por uma revisão da própria comunidade científica em relação à imagem da ciência que desprezou estes saberes, das instituições que herdeiras dos momentos autoritários do regime militar, valorizaram o desenvolvimento econômico como uma discussão reservada à esfera institucional.

O debate, as discussões são ainda necessários mesmo com a construção, que após o leilão definiu o consórcio de empresas que esta construindo a usina. As representações sobre os modelos de desenvolvimento econômico e social, mais fortemente devem ser discutidos, socializados e simbolizados principalmente para aqueles moradores atingidos diretamente e não integrados a racionalidade dos planejamentos evidenciados nestes projetos.

A construção da Hidrelétrica de Belo Monte, trará muitas mudanças, modificará a geografia do lugar, várias comunidades serão removidas. As cidades entorno da barragem receberão um contingente humano, a qual não estão preparadas, pois estas cidades apresentam deficiências de saneamento básico, de infraestrutura, de escolas, hospitais, postos de saúde e péssimas estradas. Esta construção, por certo, modificará o modo de vida dos moradores e as suas relações sociais e econômicas.

Considerações Finais

O sentido atribuído dos diferentes atores que compõem o Movimento Xingu Vivo para Sempre, revelam o quanto são diferentes as compreensões sobre a expressão desenvolvimento. Se comparadas aos discursos dos representantes do FORT-Xingu, estes últimos são reveladores de uma percepção de desenvolvimento pautado principalmente por dois indicadores: a idéia do progresso econômico como alavancador do progresso e da qualidade de vida como expressões de conquista que serão garantidos com a construção da barragem Belo Monte.

Para o Movimento Xingu Vivo para Sempre, o desenvolvimento assume sentidos diferentes, dependendo de seus participantes, ou assume o sentido de ser



somente um discurso, usado para encobrir a negligência histórica que destruiu o território, as relações culturais de populações tradicionais. Ou no sentido da preservação de espécies, e das reservas naturais. Ou ainda, a busca de um desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente incluyente.

Para os moradores da Comunidade Santo Antônio, o sentido de desenvolvimento esta relacionado a sua vivência e atividades exercidas na comunidade. Vivenciam a multiplicação de problemas, gerados pela proibição da pesca, pelo desmatamento e ausência do poder público. Alias como relata um morador “em todos estes anos desde a fundação de nossa comunidade, nunca fomos tão procurados como agora. Agora se interessam por nós”

São sentidos diferenciados sobre a expressão desenvolvimento, mas reveladores de vivências e de diferentes experiências

Para Ignacy Sachs, a idéia de desenvolvimento no debate contemporâneo precisa estar baseada na convergência entre [economia](#), [ecologia](#), cultura e espaço. A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais e não apenas através do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico. A ecológica pode ser intensificada pelo uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, diminuindo os danos dos sistemas de sustentação da vida. O cultural inclui a valorização dos diferentes saberes, de um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área. A espacial deve ser dirigida à ocupação mais planejada e equilibrada na configuração rural-urbano. Distribuindo melhor territorialmente a infraestrutura, as atividades econômicas. Para ele, com esses fatores reunidos será possível estabelecer as bases para uma economia justa e com compromissos em relação às gerações futuras.

Ainda para este autor, outro preconceito precisa ser rompido, muito freqüente nos meios ambientalistas, a da importância das reservas naturais. Para Sachs. Esta não deve servir para manter o mito da natureza intocada que tão fortemente impregnou o pensamento conservacionista.



Referências Bibliográficas

- 1- DIEGUES.A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2003.
- 2- ELETRONORTE. **Relatório técnico sobre o Empreendimento Belo Monte**. 2008.
- 3- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara KOOGAN, 1989.
- 4- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Especial Belo Monte: Cronologia Histórica**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>>. Acesso em: 17 set 2011.
- 5- JODELET, D. Représentations sociales: um domaine em expansion. In: JODELET, D. (org.). **Les representations sociales**. 2.ed. Paris: PUF, 1991.
- 6- MALUF, Sônia. **Antropologia, narrativas e a busca de sentido. Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre. PPGAS/UFRGS, ano 5, n.12, dez.1999.
- 7- MENEZES, Marilda Aparecida de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação. In: **Revista Raizes**. Vol. 21, N° 1, jan-jun/2002
- 8- OLIVEIRA, M. Representação social e simbolismo: os novos rumos da imaginação na Sociologia brasileira. IN: **Revista de ciências humanas**. Curitiba: Editora da UFPR., n. 7\8, 1999.
- 9- SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.
- TAMER, Alberto. **Transamazônica. Solução para 2001**. Rio de Janeiro: APEC, 1970.
- TURNER, Victor. **The Anthropology of performance**. 2 ed. New York: PAJ Publications, 1987.



GT 03 – Conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais e desenvolvimento rural

Mudanças nas práticas de gestão dos elementos do meio natural pelos agricultores frente à problemática ambiental da região da rodovia Transamazônica, sudoeste do Pará.

Carla Giovana Souza Rocha¹

¹ Mestre/Agrônoma e professora da Universidade Federal do Pará/E-mail: crocha@ufpa.br

Resumo:

O objetivo do artigo é apresentar as principais mudanças nas práticas de gestão dos elementos do meio natural dos agricultores familiares do sudoeste do Pará e a relação destas mudanças com as estratégias familiares de permanência em seu estabelecimento rural e a pressão para cumprimento da legislação ambiental. Foram estudadas três localidades rurais, denominadas por vicinais, nos municípios de Brasil Novo, Medicilândia e Pacajá, realizando entrevistas com uso de roteiros semi-estruturados a 60 famílias. As operações de fiscalização do IBAMA em 2008 e 2009 marcam o início do período de incertezas, pois dentre as causas do desmatamento se tem o sistema de corte da floresta primária e o uso do fogo, características da agricultura tradicional desta região. Apesar de mudanças percebidas nas práticas de gestão do espaço e do meio natural nestes últimos três anos, considera-as como mudanças temporárias, reações imediatas às restrições legais e fruto do senso prático das famílias para garantir seus sistemas, e que ainda dependem de mudanças estruturais dos sistemas de produção, do meio socioeconômico e institucional para se tornarem transformações duradouras e sustentáveis do ponto de vista socioambiental.

Palavras-chaves: Desmatamento, Amazônia, percepções ambientais



A região denominada de Transamazônica¹, a Sudoeste do estado do Pará, está localizada na bacia hidrográfica do Rio Xingu, tradicionalmente ocupada pelos grupos indígenas Kayapó, Kayapó Xicrim, Assurini-do-Xingu, Araueté, Arara e Parakanã, e posteriormente constituiu um dos centros das políticas de expansão territorial na Amazônia pelo extrativismo da borracha e depois pela colonização agrícola iniciada na década de 1970 pelo governo militar.

Os diagnósticos regionais enfatizam a importância das políticas públicas, principalmente a de crédito, do meio biofísico e das oscilações dos preços dos produtos agrícolas na evolução dos sistemas de produção da Transamazônica. Por exemplo, na década de 1970, predominou o plantio de cultivos temporários, principalmente o arroz, como atividade incentivada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a partir de assistência técnica, programas de financiamento pelo Banco do Brasil, além do Governo oferecer a garantia de preços e de compra no período de 1973 a 1978 (CASTELLANET *et al.*, 1998). Muitos agricultores familiares já começaram a implantar pastos desde 1974, expandindo a área ainda mais na década de 1980 como tática de valorização da propriedade e na década de 1994 com a aquisição de crédito para pecuária bovina.

Em meados da década de 1970 já se vê a implantação de cacau, pimenta-do-reino e café em algumas áreas da região. O cultivo do cacau foi incentivado nos solos de melhor fertilidade química da região (terra roxa estruturada). Entre 1980-84 ocorreu forte diminuição nos preços da amêndoa de cacau, reforçado pela crise financeira nacional, o que desestimulou muitos agricultores a continuar na atividade, levando-os à pecuária bovina.

O final dos anos da década de 1980 e a década de 1990 foram marcados pela crise dos cultivos perenes devido aos baixos preços no mercado destas *commodities* e pela disseminação de doenças na pimenta-do-reino, o que praticamente levou à extinção deste cultivo. Por outro lado, a pecuária bovina de corte passou a ser o principal produto, apresentando preços mais estáveis. Vários agricultores passaram a expandir suas áreas de pastagem e investir na pecuária de corte. As fases de vantagem relativa à

¹ Não se refere a toda extensão da rodovia Transamazônica no estado do Pará, mas ao trecho compreendido entre os municípios de Pacajá e Rurópolis, área de influência do Projeto Integrado de Colonização Altamira.



pecuária bovina (por exemplo, 1981-83 e 1988-96) são caracterizadas pela tendência à acumulação de terra, pela aceleração da implantação de pastos e, conseqüente aumento do desmatamento, e pela estagnação da implantação de cultivos perenes.

A forma desordenada de ocupação deste território levou a diversos problemas fundiários, ambientais e sociais, dentre eles, a falta de regularização fundiária e ambiental nas áreas de colonização oficial, nos projetos de assentamento e áreas de posse. A continuidade da expansão das áreas ocupadas pela atividade agropecuária extensiva traz evidente impacto no desmatamento da região, mesmo com a diminuição das taxas de incremento anual nos últimos dez anos, verifica-se que a taxa de desmatamento continua bastante influenciada pelas ocupações mais recentes em áreas de floresta no município de Altamira e Pacajá.

Em 2005, a ineficiência da ação pública fica evidenciada com o assassinato da freira irmã Doroty Stang, em Anapu, grande liderança da luta contra o latifúndio e defensora da conservação da floresta. Como resposta governamental foram desencadeadas ações contra a exploração madeireira e desmatamentos ilegais na região. As medidas de controle de desmatamento foram intensificadas nos últimos três anos pelas ações de fiscalização do Programa de Controle do Desmatamento na Amazônia e pela Operação Arco de Fogo como forma de pressão para mudança de atitudes dos agricultores, pecuaristas e madeireiros, além de arrolar o poder público municipal e estadual para desencadearem ações de controle e fiscalização nos municípios e evitar ações restritivas à comercialização dos produtos agropecuários.

Observa-se desde o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) iniciado em 1994, vários projetos que visam à diminuição do desmatamento na Amazônia brasileira. A partir de 2004, o Ministério do Meio Ambiente dá início ao Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e orienta seus objetivos para o aprimoramento dos sistemas de monitoramento, controle e fiscalização ambiental, e mais timidamente e às vezes em conjunto com outros ministérios, implementa programas e projetos que incentivam iniciativas de manejo sustentável das florestas, várzeas e sistemas agrícolas em caráter experimental ou demonstrativo.



Apesar da hipótese de que a ação coercitiva do poder público está influenciando nas práticas agrícolas, este trabalho dá ênfase às capacidades ativas dos sujeitos, não os vendo como meros receptores de uma ação, contrapondo-se às perspectivas estruturalistas que colocam os sujeitos como vítimas de forças que eles não controlam, desta forma é considerada a capacidade de agência, isto é, a capacidade de agir e interferir nos processos, mesmo que sejam nos microprocessos, essenciais para consolidação ou não de programas de conservação ambiental.

Giddens (1984: 9,14) citado por Long e Ploeg (1994) destaca que a agência não diz respeito às intenções que as pessoas têm para fazer determinadas coisas, “mas primeiramente à sua capacidade de fazer essas coisas [...]. A ação depende da capacidade do indivíduo de causar uma mudança em relação a um estado de coisas ou curso de eventos pré-existente”. Isso implica que os atores (agentes) exercem determinado tipo de poder, mesmo aqueles em posição de extrema fragilidade, mesmo que este poder seja o de não cooperar.

Analisar as mudanças sociais remete a pensar em três elementos, a diferença, o nível (macro, meso ou micro) e o tempo. Strasser e Randall (1961) citado por Sztompka (2005) definem mudança social como algum processo que se concretiza passado algum tempo, ou seja, a diferença entre o que pode ser observado antes de determinado instante e o que vemos depois. A intensidade da mudança pode ser analisada pelo seu nível, de mudanças na práxis individual a alteração nas relações capitalistas de produção, desde o nível das micromudanças às outras mais profundas que alteram o modo de operar da sociedade em sua totalidade. O caso deste trabalho, a unidade de análise será as práticas relacionadas ao sistema de corte-queima antes e depois de 2009, ano considerado como marco da pressão pela diminuição do desmatamento na região. Dentre estas práticas estão as relacionadas à gestão dos elementos do meio natural como a escolha do tipo de vegetação a ser cortada para instalar a roça anual, o uso do fogo para queima da vegetação antecedente da roça e para limpeza dos pastos.

Este artigo tem o objetivo de identificar possíveis mudanças nas práticas de gestão dos elementos do meio natural dos agricultores familiares do sudoeste do Pará e a relacioná-las com a pressão institucional para cumprimento das leis ambientais.



Metodologia

A partir da contribuição de agricultores, técnicos e lideranças sindicais foram identificadas três localidades rurais em três municípios que foram tomadas como representações dos processos em curso, notadamente que apresentassem características socioambientais, do meio biofísico e dos sistemas de produção ilustrativos da realidade rural da região. Assim, foram escolhidas a Vicinal da 10, no município de Brasil Novo, com área de abrangência de 53 quilômetros de vicinal; a Vicinal do 85 Norte, no município de Medicilândia, com área de abrangência de 38 quilômetros de vicinal e a Vicinal do 338 Norte, no município de Pacajá, com área de abrangência de 40 quilômetros de extensão. Nestas localidades rurais são identificadas três zonas de ocupação: zona de ocupação oficial, zona de ocupação espontânea e zona de projeto de assentamento.

A zona de colonização oficial se deu logo após a abertura da rodovia Transamazônica, no início década de 1970, trata-se da faixa de 8 a 12 quilômetros da margem da rodovia. Na Vicinal do 338 Norte, a ocupação se inicia a partir de 1973-1974 até 12 quilômetros da rodovia para lotes de 100 hectares e após este trecho foi destinado à concessão de glebas de 500 hectares. Nas Vicinais da 10 e 85 Norte foi dado apoio governamental para instalação das famílias (cestas básicas nos primeiros meses, casa de madeira para quem morava nas margens da rodovia), construção de agrovilas, apoio técnico e crédito nos primeiros anos da colonização. Verifica-se atualmente nesta zona maior concentração de médias e grandes fazendas fruto de processo de concentração fundiária e êxodo rural.

A zona de ocupação espontânea (não direcionada pelo poder público) tem início anos 80, trata-se da expansão da zona de colonização e com instalação das famílias nas áreas de floresta primária, sendo que os primeiros ocupantes tiveram que abrir manualmente as estradas. Estas propriedades geralmente são de 100 hectares e apresentam paisagem ainda com presença de floresta.

A zona mais recente de assentamento constitui as ocupações espontâneas iniciadas na década de 1990, com posterior definição como projeto de assentamento pelo INCRA, apesar de que ainda não foi demarcada fisicamente. Na Vicinal da 10 se tem o Projeto de Assentamento Penetecaua, parte da área a partir do 30º quilômetro da



estrada; na Vicinal do 85 Norte se tem o Projeto de Assentamento Surubim a partir do 16º quilômetro; no 338 Norte se tem o Projeto de Assentamento Bom Jardim, apesar da maioria das famílias não ter nenhuma documentação emitida pelo INCRA que garanta a posse da terra. Originalmente foram definidos lotes de 50 hectares, no entanto, o processo de compra e venda trouxe diferenciação na estrutura fundiária da zona.

Foram entrevistadas 60 famílias, cuja escolha foi guiada pelo interesse de se ter casos ilustrativos das diferenciações observadas no conjunto das famílias desta região. Dentre os critérios tem-se: tipos de atividades predominantes nos sistemas de produção e nível de renda (cacau, pecuária bovina de leite ou de corte, lavoura branca), qualidade de solos, disponibilidade de floresta, ciclo familiar (casais jovens a idosos), tempo de moradia no lote (recém-instalados a pioneiros).

A agricultura familiar regional e mudanças nas práticas de gestão dos elementos do meio natural

A agricultura familiar da região estudada sempre foi caracterizada pela sua diversidade social, produção agropecuária caracterizada pelo baixo uso de insumos externos, uso predominante da força de trabalho familiar, produção diversificada para o consumo familiar e para o mercado (não apenas do excedente, mas mantém atividades exclusivamente para comercialização, destacando-se as *commodities* agrícolas e a carne bovina) e predominância do sistema de corte-queima como técnica de renovação da fertilidade do meio. No entanto, nesta pesquisa já se verifica mudanças nos sistemas de produção como a queda na produção para o consumo familiar e a dependência do mercado local para compra dos produtos básicos da alimentação (como o arroz, feijão, farinha de mandioca e milho), o aumento do uso de insumos químicos externos, principalmente de herbicidas para controle das ervas espontâneas nas pastagens.

A diferenciação da agricultura familiar regional se dá pelas mudanças nas formas de organização social e de seus sistemas de produção. Dentre os elementos de diferenciação dos agricultores familiares, destacamos: a gestão do sistema de produção familiar, organização social e de mercado, o valor e composição da renda familiar, a gestão dos elementos naturais, a qualidade do meio biofísico e histórico das condições de acesso às infraestruturas sociais. Até o momento, a região tem no corte-queima a



base de seu sistema técnico, com diferenciações na qualidade do conhecimento local e de suas práticas.

Preliminarmente, foram identificadas três tipos de mudanças nas práticas de gestão do espaço decorrentes da limitação do uso da floresta e do fogo².

A primeira mudança é a restrição ao corte de floresta primária para instalação das roças de arroz. As famílias que anualmente implantavam roças justificam que a diminuição do uso da mata se deve à pressão do IBAMA para não desmatar, e outras enfatizam a inviabilidade econômica de seu plantio (famílias com pouca disponibilidade de força de trabalho), a existência de renda familiar que pode assegurar a compra do produto e a área de floresta abaixo do limite de 50% do lote. As famílias que mantiveram a produção de arroz estão utilizando táticas como: plantio em intervalo de 2 anos em área de floresta, mantendo estoque para o consumo familiar; uso de áreas de vizinho ou parente que tem maior quantidade de floresta ou que ainda fazem uso da mesma, dividindo a produção ou trocando em serviços. Observa-se que o arroz é o principal produto para segurança alimentar das famílias mais extensas, que junto com o capim predominava nas paisagens locais na época de plantio. Fazem parte das roças de aberturas (na mata) e antecedem à formação da pastagem. Observa-se que para algumas famílias o que também está em questão é a identidade de agricultor em sua tradição de cultivar o arroz e por se sentirem impedidas de plantar na mata³.

“Somos da roça e não podemos colocar roça; agora moramos na roça e temos que comprar de tudo de comer na cidade”.
(entrevistado)

² As famílias entrevistadas geralmente destacam conhecerem duas regras da legislação ambiental: manter reserva florestal em 50% do estabelecimento e não desmatar margens de igarapés e nascentes. Sobre a reserva florestal legal na Amazônia, esta regra já tinha sido modificada para 80% na Amazônia e sofrerá alteração no novo código ambiental brasileiro em votação (PL 5367/2009), ambos muito pouco conhecidos pelos entrevistados. No Pará, o Decreto nº 7.130 de 11 de março de 2010 autoriza a redução, para fins de recomposição, da área de reserva legal para até 50%, dos imóveis situados nas áreas produtivas (Zonas de consolidação e expansão) definidas pela lei estadual que dispõe sobre o zoneamento ecológico-econômico das áreas de influência das rodovias BR-163 e BR-230.

³ Nas condições de tecnologia utilizada na região (sem uso de motomecanização, tração animal e adubos), o arroz desenvolve melhor em área de mata porque a queima da vegetação disponibiliza de imediato os minerais e controla as ervas espontâneas, diminuindo a concorrência entre espécies e o uso de mão-de-obra na limpeza.



Com o abandono da produção de arroz, ocorre a manutenção da implantação anual de roça milho e mandioca na capoeira (juquira) acima de 4 anos de pousio, sendo que alguns utilizam capoeira de até dois anos, com experiências iniciais de mecanização e uso consecutivo de uma mesma área fazendo utilização de herbicidas para controle das ervas espontâneas.

Outra mudança observada é a diminuição do tamanho das roças anuais seja implantada na floresta ou na capoeira, em que a maioria das famílias relata que os primeiros anos de instalação e depois com a priorização da pastagem eram feitas roças bem maiores. Anteriormente a medida mencionada para as roças era em alqueire e agora se fala em linhas ou tarefas (um alqueire são 4,89 hectares e um hectare equivale a 3,33 tarefas).

A terceira mudança é a limitação ao uso do fogo em algumas situações que podem significar perigo de fogo acidental nos plantios definitivos no lote ou para seus vizinhos. Foram feitos vários relatos de ocorrência de fogo acidental e consequente conflito com vizinhos, incluindo o temor de ser denunciado no IBAMA pela prática da queimada. Com isto, vê-se maior cuidado ao atear fogo, buscando avisar aos vizinhos, fazer aceiros e escolher o momento do dia para efetuar tal operação.

Para as famílias que trabalham com gado bovino a maior crítica está na restrição ao uso do fogo e não poder implantar outras áreas de pastagem. Existem vários casos em que houve aumento do intervalo de tempo para queima da pastagem, passando de um ano para dois ou mais anos.

“O IBAMA deveria melhorar para o agricultor, liberar a queimada para limpar os pastos; preciso de pelo menos 200 hectares de terra para manter a família”. (entrevistado)

No sistema técnico atual, o temor de ser multado pelo uso do fogo é mais enfatizado pelas famílias porque a queimada é o elemento mais central em seu sistema. O fim da prática da queimada altera a base do fornecimento de nutrientes minerais às plantas cultivadas, pois no sistema tradicional de cultivo se depende dos recursos disponibilizados pela vegetação queimada e das práticas manuais de preparo de área, plantio, limpeza e colheita.



"O maior impacto deste *negócio de meio ambiente* é não fazer queimada, para as famílias é difícil acabar com roça com fogo; antes as famílias colocavam sempre as rocinhas e agora só com terra *aradada* que tem custos para mecanizar e comprar adubo".
(entrevistado)

Estas mudanças nas práticas podem ser apenas respostas momentâneas e temporárias à pressão para adequação das famílias às leis ambientais e, por conseguinte não estão articuladas com as estratégias de reprodução social de longo prazo. Verificam-se mudanças duradouras nos sistemas quando estas ocorrem por necessidades estruturais, como no caso de casais idosos que não tem sucessores no lote e modificam de forma duradoura o sistema, diminuindo o uso da floresta para cultivos e direcionando a renda advinda da aposentadoria para garantia das necessidades básicas, limitando a própria função de produção.

As mudanças destacadas são guiadas pelo senso prático das famílias enquanto agentes que atuam, dotados de um senso prático, de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de gostos, de estruturas cognitivas e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada (BOURDIEU, 2011). A motivação principal à mudança nas práticas recorrentemente explicitada pelos entrevistados é a de evitar constrangimentos e multas do IBAMA. Em outros casos, por não terem floresta ou a mesma se restringir a pequena reserva poupada para utilização de madeira e outros produtos de interesse de uso. Não se quer aqui adotar a perspectiva de que todos são atores conscientes e informados e que obedecem a razões e agem com pleno conhecimento de causa, conforme a teoria da ação racional. Ao contrário, são muitas formas de reagir ao contexto atual e às condições sociais, emergindo diversas práticas.

O IBAMA e os ambientalistas são vistos pelas famílias entrevistadas como corretos em termos de defender as leis ambientais, mas que erram em sua atuação, pois "tratam os agricultores como bandidos". Assim, ao mesmo tempo em que se defende a lei, reivindica-se tratamento especial em contraposição aos grandes fazendeiros, tidos como os que trazem destruição ambiental em larga escala.



“O que critico é chegar na minha casa me chamando de delinquente, bandido. O cacau não é para todos, não sei trabalhar com lavoura; os meus pais trabalharam com cana, feijão e milho, e ninguém nunca enricou”. (entrevistado)

Nenhum entrevistado se declarou contra as leis e proteção ao meio ambiente, no entanto, se poderia dizer que é unanimidade o discurso de que os governos deveriam pagar ou indenizar as famílias para proteger a floresta e que deveriam subsidiar a implantação de sistemas mecanizados para plantio de alimentos e recuperação de pastagens, visto como a única tecnologia capaz de substituir o sistema de corte-queima, apesar de que 90% dos entrevistados não tem experiência com nenhum tipo de mecanização agrícola e uso de adubos químicos e calcários. Ou seja, até que ponto a questão ambiental pode se transformar em oportunidades.

"Não deviam privar o povo da mata de fazer sua rocinha, deveriam tabelar a quantidade por ano para garantir a alimentação"; "Não querem que se queime mais, não sei como o povo vai plantar. O povo não pode ficar sem roça, tem que fazer como bandido [escondido], plantar pouco (1 a 2 hectares); se multar, como pagar? ". (entrevistado)

As percepções quanto às restrições ambientais são quase sempre ligadas às águas, sejam decorrentes da quantidade e frequência das chuvas ou da quantidade de água disponibilizada nas fontes de água do lote, ou então, em relação à temperatura e a retirada da floresta. Não se tem o interesse de polemizar em torno do que seja mais importante, as necessidades humanas ou a conservação da natureza, pois o que importa é que se consiga analisar como as duas questões não são dissociadas e não estão em contraposição (LATOURET, 2004). Na visão dos agricultores o meio natural tem a utilidade de garantir as necessidades humanas. A partir desta visão, se poderiam incentivar ações de troca de conhecimentos em torno do valor de uso dos elementos do meio natural, sensibilizando as famílias para práticas que levem à melhor conservação ambiental.



Agricultores expuseram também suas preocupações ao perceberem as consequências de suas ações nos “desastres ambientais” identificados por eles próprios em seus lotes e ou na localidade, tais como, a diminuição da água dos igarapés ocasionada pela erosão nos leitos dos igarapés, nascentes e córregos que tiveram suas margens desmatadas; a perda de área e de animais pelas erosões nos terrenos muito inclinados nos quais foram plantado capim; dificuldade de tráfego nas estradas devido o desmatamento nas margens dos rios causarem desmoronamento de barrancos e assoreamento nos leitos dos igarapés e, o assoreamento dos igarapés após o rompimento de barragens. Este processo de relacionar as suas práticas e o impacto no meio natural são exemplos do processo de aprendizado social em um contexto ambiental, mas que ainda depende da criação de visões de um mundo alternativo e de instituições sociais que possam traduzir e convergir para a esfera pública (BRULLE, 2000, citado por HANNIGAN, 2009).

Existem também outras formas desencadeadas pelos próprios agricultores para lidar com as limitações no uso de terra, que neste momento de pressão da legislação ambiental atendem também ao interesse de reajuste de seus sistemas de produção. Destacaremos a estratégia de aquisição de lotes rurais incorporando novas terras ao patrimônio familiar através da venda de terra em solos menos férteis e a compra de área menor próxima aos centros urbanos, ou em agrovilas, que tenham solos de melhor fertilidade, visando o plantio do cacau. Este processo vem ocorrendo principalmente nos municípios de Medicilândia e Brasil Novo, no qual os proprietários de lotes de 100 hectares ou mais estão preferindo vender estes lotes para comprar chácaras ou lotes menores de 50 hectares que possuam o tipo de solo classificado como terra roxa estrutura para trabalharem apenas com o cacau, tido como a alternativa regional para a agricultura familiar.

Outro processo antigo e que retoma seu “fôlego” é a ocupação novas áreas de floresta (a chamada “invasão” de áreas da União ou Estado) em regiões mais distantes, sem infraestrutura, mas que possibilita aumentar a quantidade de terra de floresta para instalação dos filhos, aumentar o patrimônio e acessar solos relativamente melhores, também para investir no plantio de cacau.



Há também casos de compra de terra na própria vicinal ou vicinal próxima para incorporação de novas áreas de pastagens para expansão da pecuária.

Estas dinâmicas fundiárias e as mudanças nas práticas de gestão dos elementos do meio natural e nas percepções ambientais, mesmo ainda consideradas temporárias, indicam possibilidades de novos caminhos. Um dos caminhos muito valorizado e propalado por grande parte sociedade rural regional é o da modernização agrícola, pois a ideia dominante é que a tecnologia moderna é a única forma para viabilizar a agricultura regional. No entanto, existem experiências localizadas que preconizam a agricultura orgânica, apesar de não se observar redes sociais com ampla capilaridade que oportunizem efetivo envolvimento, poder de atuação, troca de conhecimentos e acesso a informações aos agricultores da base para geração e consolidação de alternativas.

Questões para debate

A ação coercitiva influenciou as decisões das famílias e efetivamente diminuiu a área das roças anuais, diminuiu o corte de floresta mesmo considerando que a área de reserva florestal já está em seu limite e diminuiu o uso de fogo para limpeza das pastagens. Entretanto, as mudanças são reações que podem ser momentâneas, fruto do aperto da fiscalização ambiental e de uma resposta imediata ao temor da multa e suas complicações, não existindo redes sociais que tenham organicidade na base (os agricultores) para geração e apoio na construção de alternativas.

As famílias estão desinformadas quanto às mudanças no código ambiental e dos procedimentos a serem adotados para licenciamento ambiental e a instalação do cadastro ambiental rural (CAR) e de georeferenciamento das propriedades rurais, vistos como burocracia e restrições à atividade. A ausência do debate mais qualificado desencadeia circulação de informações incorretas, dado que algumas famílias dependem das redes de relações sociais locais para terem acesso às informações.

Os processos de reorganização fundiária organizados pelos próprios agricultores e outros atores locais deveriam ser acompanhados e debatidos em suas dinâmicas e consequências, no intuito de dificultar a concentração fundiária e a ocupação de novas áreas de florestas.



Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação; tradução Mariza Corrêa. 11 ed. Campinas: Papyrus, 2011.

CASTELLANET, Christian, SIMÕES, Aquiles e CELESTINO, Pedro. **Diagnóstico preliminar da agricultura familiar na Transamazônica**. Indicações para pesquisa e desenvolvimento. Belém: Embrapa-CPATU. 1998.

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**; tradução de Annahid Burnet. Petrópolis: Vozes, 2009. 270p.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru: EDUSC, 2004. 411p.

LONG, Norman e PLOEG, Jan Douwe Van der. **Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura**; Tradução Daniela Garcez *et al*; Revisão técnica Sergio Schneider. In: BOOTH, G.(ed) Rethinking social development: theory, research and practice. England, Longman, 1994, p 62-90.

SZTOMPKA, Piotr. **A Sociologia da mudança social**; Tradução de Pedro Jorgensen Jr. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.



GT 3- Conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais e desenvolvimento rural

Mulheres rurais, cotidianidade e práticas ecológicas: a produção do viver frente à expropriação da monocultura de soja no município de Brejo no Maranhão

Silvane Magali Vale Nascimento¹

¹ Doutora em Políticas Públicas, Professora, Universidade Federal do Maranhão, e-mail: magalisilvane@bol.com.br

Resumo

A monocultura de soja e os impactos na vida das agricultoras familiares camponesas, a expropriação que elas vivenciam e a sua participação na reprodução do campesinato no contexto dessa monocultura no município de Brejo no estado do Maranhão.

Palavras-chave: desenvolvimento, agricultura familiar camponesa, agronegócio, agricultoras familiares e ecologia.

Abstract

This of soy monoculture and this impact in the life family farmers, the expropriation what shis always live and your participation in the reproduction of peasant farmers in the context of the monoculture in the town of the Brejo in state Maranhão.

Keywords: development, peasant family agriculture, agribusiness, family farmers e ecology.



Introdução

Conforme Paula Andrade (1995), a monocultura de soja no Maranhão remonta ao final da década de 1970, decorrente da instalação de projetos de desenvolvimento instalados no Brasil, na perspectiva desenvolvimentista. Para a referida autora, é no processo de internacionalização da economia brasileira vivenciado na década mencionada que estão as explicações para a expansão da soja em terras maranhense nos períodos posteriores. Iniciada na região Sul do estado, a introdução da soja pode ter sido uma alternativa à baixa produtividade obtida com a produção do arroz mecanizado introduzido nesse mesmo período (PAULA ANDRADE, 1995). O propósito era inserir o Brasil no processo de industrialização e, por conseguinte na modernização. Modernização essa que consistia em acumular, concentrar e centralizar sem alterar as estruturas de produção, distribuição e circulação de mercadorias, ou seja, mantendo o modo de produção.

Nesse sentido, a ação do governo voltou-se para romper o dito atraso em que se encontrava a economia brasileira. Os chamados Grandes Projetos de Desenvolvimento constituíram-se estratégias para alcançar tal propósito, dentre esses, destaca-se a monocultura de soja. A lógica eminentemente produtivista não considerou os impactos negativos sobre o meio ambiente e sobre a vida das populações atingidas por tais projetos cujas instalações ocorriam com base na expropriação dos recursos naturais e de outros meios de trabalho a exemplo da terra, tal como ocorriam com camponeses, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e outros.

A projeção que a soja passa a ter no mercado internacional nas décadas de 1990 e 2000, devido à economia globalizada, e a consolidação do agronegócio como o modelo de produção por excelência para a retomada de expansão do capitalismo no campo, foi determinante para que as áreas planadas de soja se multiplicassem expressando o fenômeno da territorialização do capital (PAULINO, 2008). Contudo, é mister ressaltar que essa dinâmica não ocorre sem conflitos, por essa razão não deve ser considerada como um total domínio do capital nos territórios, pois como afirma Martins apud Nascimento (2011), diante dos impactos desses projetos, “existe também a resposta da vítima. Na realidade o processo não é unilateral. Há uma reciprocidade de conseqüências, o que não quer dizer equidade” .



A monocultura de soja constituiu durante as duas últimas décadas, o ícone da produtividade no Brasil, ainda que condicionada pelos revezes do mercado internacional. Ainda assim figura como a produção de ponta na pauta de exportação do país, além de expressar o agronegócio em todo o seu conjunto com atividades a montante e a jusante. A soja congrega múltiplas atividades e segmentos que vão desde sementes, insumos, maquinários e pesquisas até a circulação do produto para chegar ao consumidor. Essa cadeia compreende distribuição desigual dos sujeitos inseridos, com poder de decisão conseqüentemente diferenciado, a exemplo das empresas transnacionais em que algumas controlam várias atividades nesse processo (a exemplo do monopólio de sementes e do capital financeiro).

Mas independente da distribuição desses sujeitos na cadeia produtiva da soja, eles encontram-se vinculados ao projeto do agronegócio no qual a soja se insere, logo, o produtivismo, a desresponsabilização com os recursos naturais e com as vidas humanas e de outras espécies, caracterizam o projeto de desenvolvimento do qual a monocultura de soja faz parte.

Embora a prática discursiva do agronegócio se assente em uma retórica “politicamente correta”, as ambigüidades e contradições estão presentes na prática dos seus representantes em várias instâncias da sociedade, sendo talvez, o Congresso Nacional, o exemplo mais “publicizado”, onde “as diferenças” entre os representantes da bancada ruralista afloram, sem, contudo se mostrarem profundamente adversos, pois conforme Bruno,

...por mais diferenciada que seja a atuação desses parlamentares, cada um e todos fazem parte de um feixe de relações e de pertencimento – acima das disputas, divergências e vaidades – em que cada um e todos se (re) encontram e se (re)conhecem nos mesmos pleitos, na mesma atividade profissional, os mesmos cargos públicos, nas mesmas homenagens e nos mesmos privilégios constitutivos de uma certa visão e condição de classe – o que os torna ruralistas (2009, p. 35).

Diante da lógica de acumulação do capital, a monocultura de soja, como parte do agronegócio, aparece nos eloqüentes discursos dos seus representantes como uma das alternativas viáveis de desenvolvimento para o país. Em relação ao rural, as monoculturas aparecem como únicas alternativas para o propalado desenvolvimento rural, e nesse caso, a imagem da modernidade é referenciada na tecnologia que tal cultura utiliza e cria. Dessa forma se constrói a representação social do moderno e do atrasado, personificando tais representações no agronegócio e na agricultura familiar respectivamente.



A agricultura familiar de característica camponesa fica ainda mais estereotipada no discurso dos porta-vozes do agronegócio. Pronunciando um discurso autoritário, e revelador de profundo desconhecimento da realidade agrária e agrícola na sua essência, os senhores e senhoras do agronegócio reduzem a agricultura familiar camponesa à condição de subsistência, como produtores incapazes de se inserirem no mercado. Dessa forma, mostram não perceberem que aqueles sempre estiveram inseridos na dinâmica desse mercado sob diversas condições. E por outro lado, não admitem a importância da produção para autoconsumo como uma das condições fundamentais para que as famílias camponesas consigam se reproduzir diante das condições adversas nas quais têm se encontrado ao longo da história (GARCIA JR, 1994). Menos ainda conseguem identificar e analisar a diversidade que constitui os segmentos daqueles(as) agricultores(as) que não se inserem na condição de produtores do agronegócio ou de latifundiários improdutivos no Brasil contemporâneo.

O Censo Agropecuário de 2006 mostra que a agricultura familiar é produtora de alimentos e geradora de empregos e ocupações no campo. E essa produção de base familiar, mas que se recria e se reproduz de diversas maneiras no país, continua tendo em regiões como o Norte e Nordeste, seu fundamento na relação família-trabalho, ou seja, a unidade de produção continua expressando uma relação de produção e consumo (CHAYANOV, 1985; GARCIA JR, 1983; HEREDIA, 1979).

E as mulheres têm um papel importante nessa relação que é de produção e reprodução e se manifesta de forma indissociável. As mulheres agricultoras familiares camponesas estão inseridas nas mais diversas atividades produtivas. Para Pacheco (1997) as mulheres estão presentes em diversos sistemas de produção e é na análise de tais sistemas que devemos buscar a evidência e compreensão da participação feminina na unidade de produção familiar.

As práticas de desmatamentos, contaminação dos recursos hídricos, mortes de espécies animais etc., realizadas por meio da monocultura de soja, impactam fortemente os ecossistemas, e conseqüentemente a vida das famílias que vivem nas localidades onde esses projetos se instalam. As mulheres por trabalharem cotidianamente com tais recursos, sofrem bastante com os impactos e sentem progressivamente o processo de expropriação imposto pela monocultura.



No presente trabalho apresentamos as consequências da monocultura de soja na vida das mulheres agricultoras familiares de povoados atingidos pela monocultura de soja o município de Brejo no estado do Maranhão. As mulheres na faixa etária de 35 a 55 anos aproximadamente nesses povoados continuam inseridas em vários sistemas de produção, em especial naqueles voltados diretamente ao autoconsumo, a exemplo dos quintais, porém a sua participação continua ocorrendo nos roçados, e mesmo que estejam na condição de beneficiária do programa de transferência de renda Bolsa-família, a participação feminina na unidade familiar de produção é um fato. Analisamos o significado da invisibilidade do trabalho das mulheres nesse contexto. As reflexões deste texto constituem parte das questões trabalhadas na minha tese de doutorado intitulada “A reprodução do campesinato em Brejo(MA) e a participação das agricultoras camponesas frente à expansão da monocultura de soja: duas lógicas de desenvolvimento”, do Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) no ano de 2011. A pesquisa foi realizada em cinco povoados do município mencionado.

2- A Monocultura de Soja no município de Brejo

O município de Brejo localiza-se na Mesorregião Leste do Maranhão e pertence à Microrregião Homogênea de Chapadinha. Representa o município com maior área plantada de soja na microrregião e também com maior produção, correspondendo a 7.920 hectares e a 26.611 toneladas, respectivamente (IBGE/2006). Tem uma população de 32.453 habitantes (IBGE/2009), é distante 349 km de São Luís, e possui área de 1.074,500 Km², com densidade de 28 hab/km², pertence ao semi-árido brasileiro. Os limites de Brejo são os seguintes: ao Norte, o município de Milagres do Maranhão; ao Sul, município de Buriti de Inácia Vaz; ao Leste, o estado do Piauí; e ao Oeste, município Anapurus.

A monocultura da soja no município de Brejo começou no final da década de 1990, embora o primeiro sojicultor que chegou ao município indique a sua chegada nos anos de 1980 (NASCIMENTO, 2011). A soja não foi a primeira monocultura a ser implantada no município. Na década de 1990, Brejo vivenciou conflitos sociais e ambientais decorrentes da monocultura de eucalipto (PAULA ANDRADE, 1995). A monocultura do eucalipto tal qual a soja foi implantada nas áreas de chapada. De acordo



com Nascimento (2011), a expansão da soja se deu sobre as áreas de chapadas que são terras de uso comum de agricultores (as) familiares camponeses (as). Os sojicultores (popularmente denominados de “gaúchos” pelos nativos, pelo fato de os primeiros que ali chegaram serem oriundos do Rio Grande do Sul), se apropriaram dessas terras que se caracterizam geograficamente como área de Cerrado. A apropriação da terra apresenta várias características inadequadas que apontam irregularidades; dentre elas, a grilagem, como expressam pesquisas realizadas sobre a questão (SHIRAISHI NETO, 1995) e de acordo com relatos de moradores(as) locais:

Pesquisadora: Antigamente, quais eram os donos de terras daqui do São Raimundo e quantos tinham documentos?

M.G: O documento origi (original) da terra?

Pesquisadora: É ...esses que se diziam os donos. Eles tinham documentos?

M.G: Não senhora. Do meu saber aqui que tinha documento de terra só era...só era...só era...o genro do seu Lourival (Loura) que era o Valdemiro. Esse tinha o documento da terra origi. Mas ou outo (outros)... Entonce do meu entendimento era só ele. Essas outa (outra) terra não tinha documento origi.

Pesquisadora: E como eles diziam que eram os donos?

M.G: Bom...porque se apossaro da terra (M.G – agricultor familiar camponês – povoado São Raimundo/ Brejo- entrevista realizada em janeiro de 2011)

As terras apropriadas pelos sojicultores foram prioritariamente as chapadas que constituem parte da vegetação do Cerrado, sendo considerada por alguns como o próprio cerrado, conforme explica o entrevistado: “A chapada é o Cerrado pra nois”. “O carrasco é o mato intanguido”, cheio de capim fechado. Também lá dá bacuri, tiririca... Afirma o senhor L.N. (agricultor familiar camponês do povoado São Raimundo – entrevista realizada em 16 de setembro de 2010).

Essas áreas são de uso comum das populações que ali vivem desde antigas gerações. A chapada é um reservatório de recursos naturais compondo um mosaico de diversas espécies vegetais e animais. Da chapada são retiradas frutas para alimentação humana e animal, ervas medicinais, produtos para confecção de utensílios caseiros, além de ser espaço para animais buscarem alimentos. As frutas da chapada servem como alimentação complementar das famílias e em muitos casos como complemento da renda monetária por meio da venda de polpas e frutas in natura, atividades quase sempre realizadas pelas mulheres.

A monocultura de soja desorganizou essa relação entre as famílias agricultoras camponesas e os recursos naturais existentes. Além da devastação e poluição ambiental,



foram impostas regras de comportamentos que contrariam os processos de sociabilidades dessas populações.

3 - Trabalho das mulheres rurais: a produção do viver não é somente produção para comer

As mulheres rurais em todo o Brasil se inserem de diversas formas no processo de trabalho. Algumas se encontram inseridas nas relações salariais, outras na denominada pluriatividades, outras em interseções entre atividades rurais e urbanas de acordo com a dinâmica da sazonalidade agrícola. Dessa forma, percebe-se que não há uma redução do trabalho feminino no campo ao autoconsumo. Contudo, é importante atentar para a prática do autoconsumo como trabalho substancial de reprodução do campesinato e como geradora da renda de autoconsumo, entendida como aquela renda gerada pela atividade de consumo de sua própria produção, “trata-se da renda que o agricultor obteria se vendesse ao invés de consumir esta parcela da produção” (ROMEIRO, 1995, pp. 75-6). Afrânio Jr (1994) chama a atenção para o tratamento dado à renda de autoconsumo na agricultura familiar, ressaltando que ao insistirem em concebê-la no Brasil à luz de referências estatísticas européia do início do século XX, reduzem as suas reais potencialidades.

Pereira de Melo e Di Sabbato (2006) analisam que a invisibilidade do trabalho das mulheres rurais está associada à concepção que se tem do trabalho feminino no campo, especialmente quando voltado ao autoconsumo, considerando-o como extensão das atividades domésticas e classificando-o como “ajuda” ao invés de trabalho. Essa concepção é reforçada pelas mulheres que comumente não se identificam como trabalhadoras e sim como donas de casa, ou domésticas.

Tal identificação não é um dado natural. Tem determinações nas relações de gênero e na concepção do trabalho que é representada para homem e para mulheres. Evidentemente que tais relações apresentam particularidades entre campo e cidade, singularidades entre regiões e estados, porém, considero que a fundamentação da ideologia patriarcal responde em última instância pela divisão sexual do trabalho que classifica e opera as relações de trabalho entre homens e mulheres e que reforça as desigualdades decorrentes da divisão sexual do trabalho. Ressalto, no entanto, que tais



categorias de análise são históricas e, portanto, devem considerar as particularidades e singularidades nas quais se inserem, além do movimento do real.

Nesse sentido, reafirmo que o patriarcado é uma categoria de análise histórica. A sua expressão não se resume à esfera privada. O patriarcado como observa Saffioti (2004), é reproduzido também pelas mulheres. Logo, parece correto afirmar que tal ideologia tem capilaridade que penetra nas esferas públicas, nas instituições e no Estado. E nesse sentido, Pereira de Melo e Di Sabbato (2006), afirmam que as estatísticas oficiais são fundamentadas no patriarcado quando analisam o trabalho feminino no campo, daí a indiferença e mesmo a reprodução das desigualdades em relação ao trabalho feminino na prática do Estado.

Na pesquisa realizada no município de Brejo, observei que a representação social dos papéis orienta os comportamentos de homens e de mulheres. As mulheres entrevistadas afirmam que alguns homens ajudam nos serviços domésticos, tal qual as mulheres “ajudam” na roça. O conceito de ajuda é representativo dos lugares e papéis de homens e mulheres, sinaliza que o trabalho ali realizado não lhes “pertence” efetivamente. No caso das mulheres na roça, a interpretação é a de que ali não é “lugar de mulher”. O inverso se observa na relação homens e trabalhos domésticos.

Para Heredia (1979), a unidade familiar de produção e consumo expressa a oposição casa, roçado. “É justamente no *roçado* onde o grupo se materializa como unidade de produção, enquanto na *casa* o faz em termos de unidade de consumo” (HEREDIA, 1979, p.78). Nesses termos, Heredia observa que o roçado é o lugar do homem, enquanto a casa é o lugar da mulher. “Cabe à ela a organização e o controle das atividades vinculadas à *casa* que são as que possibilitam o consumo” (1979, p.78). Heredia afirma que,

Se as atividades do *roçado*², em oposição às atividades da *casa*³, são considerados *trabalho*, dentro do âmbito das tarefas agrícolas, nem todas são tidas como tal. Desta forma, o que a mulher faz no *roçado*, não é caracterizado como *trabalho*⁴, este se limita às tarefas realizadas especificamente pelos elementos masculinos [...] Considera-se assim que a

² - destaque da autora

³ - destaque da autora

⁴ - destaque da autora.



mulher não *trabalha*⁵, e este princípio é mantido mesmo quando ela, em certas ocasiões realiza tarefas no roçado (1979, p.80).

Tal oposição organiza as experiências dessas famílias no âmbito da produção e da reprodução compreendendo toda a vida cotidiana. Contudo, a depender da inserção das mulheres na cotidianidade, algumas vão reelaborando a concepção de trabalho por elas realizado e constroem a identidade de trabalhadoras rurais, ainda que muitas contradições sobre tais entendimentos continuem a permear o cotidiano dessas mulheres, conforme o que segue:

D.Graciousa: É. Porque olha: a dona de casa, ela bota água, ela limpa a casa, ela cuida do menino, ela cuida de tudo, faz almoço, faz tudo e ainda vai pra roça, eu acho que é mais.

Pesquisadora: A senhora acha que o seu trabalho na roça é ajuda ou trabalho de verdade? A senhora considera trabalho?

D.Graciousa: É... ajuda...é um trabalho mesmo, porque ajuda direto, né?

Pesquisadora: Então pra senhora é trabalho?

D.Graciousa: É.

Pesquisadora: Os homens ajudam nas coisas de casa?

D.Graciousa: Ajuda não.

Pesquisadora: No interior, sempre os homens trabalham menos nas coisas de casa do que as mulheres?

D.Graciousa: É sim...

Pesquisadora: E por que será que é assim?

D.Graciousa: É porque eles não têm... **não consideram as mulheres**, porque se fosse outro que não...soubesse da luta das mulheres, eles ajudavo.

Pesquisadora: E qual é a luta das mulheres?

D.Graciousa: É lutando em casa (D.Graciousa – agricultora familiar camponesa povoado Pacuti/Brejo – agosto de 2010).

Conforme Nascimento (2011, pp.2002-2003), apreender a dinâmica da vida cotidiana permite a compreensão da articulação entre esfera produtiva e reprodutiva, o mesmo valendo em relação às esferas pública e privada, percebendo-a como parte de um todo, isso implica ultrapassar os elementos estruturais da vida cotidiana quais sejam: **a heterogeneidade** que possibilita a “explicitação normal” (destaque da autora) da cotidianidade, **a imediaticidade** que implica em aprender as formas de comunicação da sociedade (normas, valores etc.) como condição para o funcionamento da cotidianidade e a coexistência entre particularidade e singularidade que permite aos indivíduos praticarem as ações cotidianas sem que necessariamente faça a relação entre as mesmas.

⁵ - destaque da autora



Dessa forma, as mulheres vivenciam as sua vida cotidiana de forma heterogênea e hierárquica, no que diz respeito ao seu conteúdo, significação e importância (HELLER, 1970). O trabalho das mulheres rurais em vários subsistemas é significativo da sua participação como produtora. Mas a interpretação das suas atividades como “ajuda” compromete a análise efetiva da produção e reprodução da unidade familiar de produção e consumo camponesa.

Na pesquisa mencionada, pesquisei 115 (cento e quinze) quintais distribuídos nos seguintes povoados: Santa Teresa (38), Pacuti (23), Criulis (23), São Raimundo/Boa Esperança (29) e Vila das Almas (02). Nesses quintais existem fruteiras, cujos frutos são utilizados no autoconsumo em forma de sucos e doces, além do consumo *in natura*. Em alguns quintais realizei um breve levantamento através de questionário sobre a participação da mão de obra adulta por sexo no trabalho das fruteiras. Embora sendo uma pequena amostra aleatória, evidencia que a maior frequência de participação nos trabalhos é das mulheres cujas atividades consistem em varrer o quintal (contando quase sempre com a participação de filhas e às vezes filhos, quando crianças), molhar as fruteiras, colocar defensivos agrícolas caseiros, adubação, retirar pragas, insetos e preparar remédios caseiros (NASCIMENTO, 2011, p.2010).

As mulheres nessas unidades de produção familiar têm papel importante no subsistema de quintais. Conforme Pacheco, “é recorrente associar este espaço, no qual as mulheres desempenham um significativo papel [...], como espaço do trabalho doméstico e, portanto, secundário, do ponto de vista do conjunto das atividades produtivas (1997, p.36). Também a avicultura e a criação de outros rebanhos desempenham papel importante na economia doméstica, conforme o depoimento que segue:

Pesquisadora: Tu achas que aquilo que é plantado no quintal, ajuda na alimentação e manutenção da casa?

Maria Guerreira: O dinheiro que a gente recebe é só do bolsa-família. Então se a gente criar, a gente já vende aquele objeto pra comprar outro, é assim.

Pesquisadora: E se não vender, só tiver pra comer, ajuda?

Maria Guerreira: Ajuda sim. (Maria Guerreira - Agricultora familiar camponesa – povoado Saco das Almas/Brejo – janeiro de 2010).

Além de desmatar a chapada, a monocultura de soja polui os rios e igarapés, reduzindo o acesso à alimentação e colocando em risco a saúde humana e animal, também impuseram a criação de rebanhos domésticos presos, onerando o orçamento



doméstico com a exigência da alimentação para os animais, alimentos esses antes adquiridos na chapada. A recusa a tais regras por parte das populações locais resulta em diversos conflitos entre sojicultores e moradores dos povoados pesquisados. Esses conflitos se expressam de diversas formas, e a forma de organização dos(as) agricultores(as) familiares camponeses(as) necessariamente não assume as características das tradicionais mobilizações e organizações de base, fato que não torna tal organização menos consistente.

4 - Ecologia: o “Pão Nosso de cada Dia”?

Como nos ensina Heller (1970), “a vida cotidiana é a vida do homem inteiro”, significa que ali os homens e mulheres vivenciam todas as suas habilidades, emoções, capacidades, ideologias e contradições. E a imediaticidade é uma das marcas desse cotidiano. E ali se realiza a produção da vida material que determina a forma de ser, a consciência do homem e da mulher em sociedade. A necessidade imediata da produção material das famílias rurais colocou as mulheres rurais em contato cotidiano com os recursos naturais, daí a aprendizagem no manuseio sustentável desses recursos. Essa não é uma prática natural às mulheres. É um processo que se constrói nas práticas sociais entre as gerações.

As mulheres não são essencialmente “defensoras da natureza”. Nesse sentido reafirmo Santos, Meneses e Nunes (2005) quando se referem às condições de classe, raça/etnia e classe social como determinante na defesa do meio ambiente. As mulheres dos povoados pesquisados desenvolvem uma concepção e relação de sustentabilidade com os recursos naturais em função das atividades de autoconsumo que desenvolvem: o roçado, o extrativismo, a pesca, as criações e plantios de quintais são trabalhos que as colocam em contato constante com os recursos naturais com vistas à sustentação familiar. Essas necessidades de produção da vida (MARTINEZ ALIER, 2007; CARRASCO, 2003), colocam a necessidade premente de práticas ecológicas por parte dessas mulheres sem ao menos serem ecologistas ou ambientalistas.

Essas mulheres não proferem discursos em defesa do meio ambiente, apenas entendem que a natureza é condição para viver bem e deixar para filhos(as) e netos(as) um ambiente saudável onde possam conhecer o que é um bacuri, um pequi (comumente expressam essa preocupação). Nesses povoados, o conhecimento de práticas ecológicas



propriamente ditas como conhecimento e prática sistemática é algo que se inicia, contudo, realizam práticas cotidianas de preservação e recuperação dos recursos naturais em meio às adversidades da monocultura de soja.

Por fim, importa ressaltar que tais famílias estão inseridas na lógica de acumulação capitalista no campo, que tem no Estado capitalista e na sua estrutura (governos) a garantia da sua reprodução. Nesse caso, aliadas à economia internacional que organiza a monocultura de soja existem os governos na sua forma de Estado que lhe dão sustentação. Assim conforme ressaltávamos no início desse texto, a soja resulta de um processo mais amplo no qual os governos do Maranhão ao longo da História (com destaque para a oligarquia Sarney) fizeram a opção pela modernização conservadora.

Conclusão

A soja é apresentada à sociedade como símbolo da modernidade, contudo, a sua efetivação como produto de exportação realiza-se à custa de expropriação, exploração e violência de que fala o sociólogo José de Sousa Martins. A modernidade da monocultura de soja expropria as populações das áreas de onde vivem e trabalham há anos. Mas o discurso de desenvolvimento e mais ainda, o discurso de desenvolvimento rural, deixa transparecer apenas os aspectos fenomênicos da monocultura de soja.

A pobreza e dificuldades em que as famílias ficam submetidas não aparecem à sociedade. Mas as famílias constroem estratégias de reprodução e de recriação das suas relações sociais e relações de produção. Assim, nem todas as famílias agricultoras camponesas transformaram-se em assalariadas expulsas pela soja, integradas às empresas capitalistas etc. Nesses povoados, as famílias desenvolvem condições de reprodução em meio a muitas dificuldades. O governo (nas três esferas) secundariza a agricultura familiar camponesa em que predomina o autoconsumo em prol da agricultura familiar “empreendedora” cujo vetor é o desenvolvimento rural numa imbricação entre atividades agrícolas e não-agrícolas. Mas o autoconsumo dessas famílias cuja participação das mulheres é fundamental tem dado mostras de recriação do jeito de ser camponês e da viabilidade da agricultura familiar que não seja integrada às empresas capitalistas, precisando para tanto, de políticas estruturais para tal segmento.



Referências Bibliográficas

BRUNO, Regina. Redes de sociabilidade, redes de poder: sobre os deputados federais da Bancada Ruralista no Congresso Nacional (Legislatura 2007-2011) In: CARVALHO, Abdias V. de Carvalho; BORDALO, Caroline Araújo; SEVÁ, Janaina Tude et. Al. (orgs.). Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro, Mauad X, Serópedica, RJ; EDUR, 2009.

CARRASCO, Crisina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu e NOBRE, Mirian (orgs.) A produção do viver. São Paulo, SOF, 2003.

CHAYANOV, Alexandre. V. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires. Nueva Visión, 1985.

De MELO, Hildete P; Di SABBATO, Alberto. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas in: **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no MERCOSUL**, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

GARCIA Junior. Raul Afranio. Geração de rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989): Comentários sobre um estudo da FAO In: ROMEIRO, Adhemar; GUANZIROLI, Carlos; PALMEIRA, Moacir et all (orgs.). **Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate**. Vozes/ibase/FAO, Rio de Janeiro, 1994. p.87-98.

GARCIA Junior. Raul Afranio. **Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1983.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a História. São Paulo, Paz e Terra, 1970

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

IBGE. PNAD/2009. Disponível em WWW.ibge.gov.br. Acesso em junho de 2010

IBGE/SIDRA. Censo Agropecuário 2006 disponível em WWW.ibge.gov.br. Acesso em junho de 2010

MARTINEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo, Contexto, 2007.

MARTINS, Jose de S. A chegada do Estranho. São Paulo, Hucitec, 1993.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário**, Brasília, 2006.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale. A reprodução do campesinato em Brejo (MA) e a participação das agricultoras familiares camponesas frente à expansão da monocultura de soja: duas lógicas de desenvolvimento. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA, 2011.



NETO SHIRAIISHI, Joaquim. Grilagem de terras no Leste Maranhense In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves. da. **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** (relatório de pesquisa). CPT, São Luís, 1995. p.67-77.

PACHECO, Maria Emilia. Sistema de produção: uma perspectiva de gênero. In: **Revista Proposta**, RJ, nº 71, nov-dez /1997.

PAULA ANDRADE, Maristela de A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** (relatório de pesquisa). CPT, São Luís, 1995. p.15-44.

ROMEIRO, Adhemar R. Renda e emprego: a viabilidade e o sentido da reforma agrária In: ROMEIRO, Adhemar; GUANZIROLI, Carlos; PALMEIRA, Moacir et all (orgs.). **Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate.** Vozes/ibase/FAO, Rio de Janeiro, 1994. p.87-98.

SAFIOTTI, Hieleieth. I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** SP, Ed, Fund Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura. de. S; MENESES, Maria Paula de G, NUNES, João Arriscado. Para ampliar os cânones da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, Boaventura. de S. (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** RJ, 2005. P.21-121.



GT 3 – Conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais e desenvolvimento rural

O extrativismo do pinhão e situações de conflito no nordeste do Rio Grande do Sul

Camila Vieira-da-Silva¹
Gustavo Martins²
Rumi Regina Kubo³
Lovois de Andrade Miguel⁴

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora voluntária do Laboratório de Gestão Ambiental e Negociação de Conflitos (GANECO/UERGS). E-mail: camivs@gmail.com

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, Pesquisador do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA). E-mail: gustavo.martins@ufrgs.br

³ Professora do Departamento de Economia, Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA)/UFRGS.

⁴ Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS

Resumo

Há uma revalorização do debate sobre extrativismo, agora referente às novas possibilidades de integração de seus produtos aos mercados. Isso se dá por meio de duas mudanças nos cenários atuais. De um lado, a denúncia dos fracassos de planos de desenvolvimento e de conservação que eram planejados e implementados de forma dissociada. De outro lado, consumidores estão valorizando novos produtos e novos padrões de produção, que visam uma maior proximidade com a natureza. Assim, o extrativismo de produtos florestais não madeireiros (PFNM) passa a ter uma mudança de *status*, no qual ele se torna cada vez mais valorizado. No entanto, associado a esta revalorização aumentam os conflitos por acesso ao recurso, e, portanto, alguns grupos sociais que tinham sua segurança alimentar assegurada por meio do extrativismo hoje estão sendo impedidos, ou tendo seu acesso dificultado a estes recursos. Estas questões são analisadas a partir do exemplo específico do pinhão, *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze.

Palavras-chaves: extrativismo, produto florestal não madeireiro, pinhão, *Araucaria angustifolia*



Abstract

There is a revaluation of the debate on extraction, now referring to the new possibilities of integrating their products to markets. This is achieved through two changes in current scenarios. On the one hand, the denunciation of the failures of development plans and conservation measures that were planned and implemented in a decoupled. On the other hand, consumers are promoting new products and new patterns of production, to achieve greater proximity to nature. Thus, the extraction of non timber forest products is replaced by a change in status, in which it becomes increasingly valuable. However, this revaluation increase associated with conflicts over resource access, and therefore, some social groups that had ensured their food security by means of extraction are now being prevented, hindered or having access to these resources. These issues are addressed from the specific example of the pinion, *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze.

Key words: extractivism, non timber forest products, Brazilian-pine nuts, *Araucaria angustifolia*



Introdução

A década de 1970 foi profundamente marcada por uma mudança de cenário mundial no que tange à questão ambiental. Um dos principais marcos desta mudança de perspectiva foi a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972 (ACSELRAD, 2001). Os debates suscitados por aquele evento compreendiam um discurso de contestação pautado nos fracassos do projeto de desenvolvimento vigente e na preocupação com a conservação da natureza.

No entanto, decorrente desta mudança de paradigmas, também o extrativismo passou a ter um *status* diferenciado. Conforme LESCURE (1992, p. 192) um “novo paradigma rompe, assim, com as utopias conservacionistas daqueles anos”, quando o extrativismo era visto como uma atividade economicamente não rentável, associada à pilhagem e à destruição dos agroecossistemas. Algumas formas de extrativismo, associado à categoria de produtos florestais não madeireiros (PFNM), passaram, assim a ser valorizadas como forma de conciliação entre renda e conservação.

As ideias correntes, até então partindo de uma perspectiva de extrativismo como um processo de retirada indiscriminada de produtos do ambiente natural, como as de HOMMA (1993), pregavam o fim do extrativismo diante da concorrência dos produtos sintéticos, das redes arcaicas de comercialização e/ou por extinção de algumas espécies de interesse. Nesta lógica, é forçoso constatar que a atividade extrativista se extinguiu em algumas áreas, conforme previsto; agoniza em outras; mas também persiste como possibilidade de reprodução social de populações rurais que desenvolvem sistemas produtivos onde a agricultura e o extrativismo se complementam (ALMEIDA, 2000 *apud* MOTTA *et al.* 2007).



Além disso, novas questões emergem no cenário atual, segundo MURDOCH & MIELE (1999), o setor contemporâneo de alimentos está se bifurcando em dois modos principais de produção: de um lado o convencional que está ligado a redes globais de alimentos - industrializados e padronizados - e de outro as redes alternativas ligadas a processos de produção especializados e localizados. Nesta linha de abordagem segundo estes autores, a globalização garantiu o surgimento de uma variedade de novos padrões ligados ao modelo convencional de produção. Estes novos padrões têm sido dirigidos pelo alto grau de externalidades e comandados por indústrias transnacionais, que reduziram a qualidade a um jogo de interesses estreitos entre a eficiência e o custo. Entretanto, em contraponto, se constata a emergência de conjuntos alternativos de padrões, preocupados com a proximidade à natureza.

Nesta última perspectiva, ressalta-se também a grande visibilidade que ganha, no cenário da conservação, a ideia de populações tradicionais ou locais. Os sistemas produtivos destas populações, por apresentarem uma forma de interação mais harmônica com o meio natural, poderiam constituir estratégias de apropriação mais sustentáveis (DIEGUES, 1996). A partir da contribuição dos seringueiros e dos povos da floresta, o extrativismo, associa-se definitivamente à conservação ambiental (CUNHA, 1999; ALMEIDA, 2004). Decorre deste contexto que as associações dos produtos com grupos e espaços específicos representam novas oportunidades de reprodução social para as populações locais e tradicionais (MOTTA *et al.*, 2007).

Associado a esta nova mudança de cenário e a valorização do extrativismo está o aumento dos conflitos por acesso ao recurso (LITTLE, 2001). O extrativismo do pinhão, semente da *Araucaria angustifolia*, o pinheiro brasileiro, insere-se plenamente neste contexto. Sendo – juntamente com a erva-mate - o principal PFM da Floresta Ombrófila Mista (FOM), o extrativismo do pinhão acarretou um acirramento de conflitos, em grande medida pela valorização deste como recurso nas últimas décadas.

Neste capítulo, temos por objetivo realizar uma breve reconstituição histórica da importância do extrativismo do pinhão nos municípios de São



Francisco de Paula e Cambará do Sul (Rio Grande do Sul), evidenciando algumas das suas características e identificando situações de conflito.

2. Materiais e Métodos

2.1. Área de Estudo



Estudos acerca do cunho social e econômico em áreas de FOM exigem extrema cautela na proposição de qualquer generalização, devido à amplitude da área de abrangência desta formação no Estado do Rio Grande do Sul e consequente diversidade de situações encontradas. No caso do pinhão, é importante ter presente que a disponibilidade do recurso, a sua distribuição, a sua importância relativa na economia de diferentes grupos sociais, a dinâmica de coleta e comercialização, estão diretamente relacionadas à forma de ocupação das terras e às diferentes formas de desenvolvimento da agricultura.

Partindo destas premissas, este estudo concentra-se nos municípios de São Francisco de Paula e Cambará do Sul, localizados na região nordeste do Rio Grande do Sul, na divisa com o Estado de Santa Catarina. Estes municípios destacam-se na produção de pinhão segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e inserem-se num território com fisionomia semelhante (Campos de Cima da Serra), possuindo um padrão de estrutura fundiária com ocorrência de 33% e 44% de propriedades rurais acima de 100 ha, respectivamente (IBGE, 2006). Ademais, abrigam diferentes categorias de áreas protegidas, o que também, indica a importância no cenário da conservação no Estado do Rio Grande do Sul.

2.2. Coleta de dados

As considerações tecidas neste capítulo resultam da análise de dados de duas fontes de pesquisa: a) projeto¹¹ que visava ampliar a compreensão sobre o contexto socioprodutivo em torno da produção/extrativismo do pinhão no Rio Grande do Sul, realizando uma pesquisa de campo com entrevista semi-estruturada junto a 34 informantes envolvidos na coleta do pinhão nos municípios de São Francisco de Paula e Cambará do Sul entre os anos 2008 e 2009; b) projeto de doutorado, intitulado, provisoriamente: “A (in)visibilidade de uma atividade praticada por todos: o extrativismo de pinhão e seus canais de comercialização em São Francisco de Paula”. Entre 2009 e 2011, foram realizadas revisões

bibliográficas e entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave, num total de 24 entrevistas abertas e semi-estruturadas, incluindo: donos de restaurantes (n=3), comerciantes atuantes nos pontos

¹¹ Este foi um sub-projeto do projeto “Promoção do desenvolvimento rural sustentável na região Nordeste do Rio Grande do Sul: extrativismo, saberes e fazeres locais e conservação ambiental” Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SESAN - Nº 36/2007 – Seleção Pública de Propostas para Apoio a Projetos de Extensão Tecnológica Inovadora para Agricultura Familiar (processo nº. 552144/2007-0).



de venda de pinhão (n=5), catadores proprietários de terra (n=8), catadores não proprietários de terra (n=5), técnicos da prefeitura (n=1)¹² e técnicos da Emater (n=2), além de agricultores que detinham conhecimento a respeito da história de São Francisco de Paula.

3. Resultados e discussão

3.1. A origem histórica dos conflitos

O pinhão era o principal elemento da dieta dos indígenas da região, segundo dados arqueológicos, etno-históricos e etnográficos (MABILDE, 1988; METRAUX, 1946 *apud* IRIARTE & BEHLING, 2007). Para os Kaingangs, os limites entre os territórios das aldeias eram sinalizados através de sinais nas cascas dos pinheiros. Embora estes territórios tivessem regras comunais que permitissem a circulação de todos por diferentes aldeias, a única exceção feita era para o pinhão, recurso que se considerava de usufruto exclusivo da aldeia que habitava um determinado território.

Segundo (MABILDE, 1983, p. 127)¹³ : “A invasão de outra tribo para este fim era

motivo de extermínio, para o qual eram convocados todas as demais tribos”. Pode-se inferir que uma das razões para isto relacionava-se ao fato de que, além do pinhão ser um recurso alimentar importante, ele também atraía a fauna, acarretando maior quantidade de animais para caçar.

Para os sesmeiros que se instalaram na região sul durante o século XVIII, o pinhão era o principal alimento para a engorda dos animais durante o inverno e o alimento do peão que os levava para as internadas nas roças de serra (BARBOSA, 1978). A principal atividade econômica realizada nestas sesmarias era a criação extensiva de bovinos e muares.

Com a independência do Brasil no início do século XIX, o regime de



sesmarias extingue-se e tem início ao sistema de posse, no qual qualquer morador poderia ocupar terras de forma pacífica. No entanto, as dificuldades para os lavradores nacionais não eram menores. Segundo ZARTH (2002, p.77):

¹² De forma a estabelecer um destaque entre as categorias de catadores não proprietários e proprietários ao longo do texto, optamos por adotar o termo **catador** ao primeiro caso e **catador proprietário** ao último.

¹³ O engenheiro belga Pierre François Alphonse Booth Mabilde atuou como engenheiro e agrimensor das colônias (no noroeste do Estado) entre os anos de 1848 e 1854, período em que manteve contato com grupos Kaingang, tendo deixado registros de sua experiência em um texto e em um conjunto de notas.



“...as terras iam sendo ocupadas a partir de um centro, ao redor das poucas vilas nas quais se encontrava segurança (...), mercado para os produtos agrícolas e condições de transportes e comunicação. Nessas áreas é que os moradores influentes, do ponto de vista político, militar ou financeiro, adquiriam grandes extensões de terras em detrimento dos lavradores pobres. Estes deveriam sujeitar-se à condição de agregados, peões ou, então, emigrar para áreas inóspitas onde a lei de posses lhes permitia ocupar terras”.

A Lei nº 601 de 1850, conhecida como “Lei de Terras” acabou com o sistema de posse, através do qual o acesso à terra em termos jurídicos era facilitado. Esta lei passou a servir como instrumento de controle da propriedade da terra (MARTINS, 1973). Sua intenção era garantir o acesso à terra somente àqueles que tivessem dinheiro para comprá-la. Mesmo que o preço fosse irrisório, os agricultores pobres nacionais do século XIX dificilmente teriam recursos para pagá-la e, menos ainda, para custear as despesas legais inerentes ao processo de requerer e legitimar seus terrenos (ZARTH, 2002).

Através da Lei de Terras pretendia-se, portanto, impedir o livre acesso ao solo pelos colonos imigrantes e agricultores nacionais¹⁴. Ela foi apontada também como um marco fundamental no processo de transição da escravidão para o trabalho livre no Brasil (ZARTH, 2002, p.47).

O referido autor faz a ressalva de que essas considerações sobre a questão da propriedade da terra e da imigração, supramencionadas:

“ São analisadas a partir do exemplo dos cafezais paulistas que, estando em expansão, depararam-se com o problema da falta de mão-de-obra. No caso rio-grandense, ao contrário, os imigrantes foram recrutados na Europa exatamente para tornarem-se pequenos proprietários. Mas esse fato não nega as teses dos autores citados, pois o espírito do controle da terra, imposto pela lei de 1850, permitiu que as elites do Sul determinassem a política de ocupação das terras florestais, inclusive excluindo lavradores nacionais pobres do acesso à propriedade, em favor da política de colonização (...) “

Portanto, foram os lavradores nacionais que, em muitos casos, servindo de peões para as fazendas, se mantiveram coletando pinhão ao longo dos anos. Mas o pinhão também teve grande importância para os colonos que chegaram ao final do século XIX. Segundo relato recolhido por DE BONI & COSTA (1984, p.4): “se não fossem os pinhões, não sei como teríamos sobrevivido”. Ainda conforme este relato, toda plantação dos colonos recém chegados era ”predada” pelos animais silvestres locais.

Com o passar dos anos e o efetivo estabelecimento das colônias, o pinhão continuou sendo um alimento. Era comido cozido na água, sapecado na chapa, moído



com carne, mas acima de tudo, muito utilizado na engorda do porco que era criado

¹⁴Segundo Zarth (2002) esta é uma questão unânime na literatura brasileira sobre o tema.



solto. Segundo um informante (catador 1) o fazendeiro “ *só largava a porcada no pinhão, como diziam antigamente. Pro fazendeiro o pinhão não tinha valor (...)*”. Entretanto, para algumas famílias o pinhão tinha uma importância ainda maior. Como muitos não tinham condições de comprar café, torravam o pinhão e usavam-no em seu lugar. Demonstrando que enquanto para alguns o pinhão era utilizado para engorda dos porcos, para outros era um recurso de segurança alimentar (BUFFÃO, 2009).

3.2 O pinhão nos dias de hoje

Atualmente, além das mudanças de cenário já mencionadas, tem ocorrido na região de São Francisco de Paula a promoção da cadeia produtiva do turismo. Para tanto, a prefeitura municipal incentiva diversas festas no município. Dentre elas está a Festa do Pinhão, a exemplo da Festa Nacional do Pinhão, que ocorre em Lages (SC). Como consequência destas festas, que hoje tomam proporções nacionais¹⁵, está uma maior valorização do pinhão na região. Segundo alguns informantes, este incremento da valorização do pinhão se iniciou nos anos 2000, por motivos que eles desconhecem. Decorre deste contexto o aumento da procura pelo pinhão, que a partir da análise dos dados históricos do IBGE, tende a aumentar (C. VIEIRA-DA-SILVA, dados não publicados).

Os dados coletados até o presente corroboram com esta análise. Os três donos de restaurantes entrevistados são unânimes em afirmar que, na época da festa do pinhão, os turistas chegam perguntando pelos pratos a base desta semente e que a procura tem aumentado nos últimos anos. Os comerciantes de mercados e supermercados entrevistados (N=5) dizem: “*Agora todo dia aparece gente oferecendo pinhão, pra gente comprar*” (informante do ponto de venda 4). Todos, inclusive os donos de restaurantes, dizem adquirir pinhão de quem passa oferecendo, com exceção de um supermercado que exige nota do produtor. Quando questionados sobre suas vendas, são unânimes em dizer: “*A venda da gôndola é para turista ou gente da cidade que não conhece ninguém do interior*” (informante do ponto de venda 2).

Assim, o pinhão que até então era para muitos agricultores e estancieiros apenas o alimento do peão e dos animais, passa a ser também visto como uma fonte de renda. Segundo o catador 1: “*Agora com essa procura o fazendeiro tá vendo que dá pra tirar*

¹⁵ Atualmente há festas do pinhão até em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.



um dinheiro do pinhão também”. A mudança de postura em relação ao pinhão ocorre associada ao fato de esta ser uma das poucas alternativas econômicas para os agricultores, que ficaram impossibilitados de fazer supressão da vegetação e/ou cortar a araucária para madeira. A fala do agricultor 3 ilustra bem isso: “*tá vendo isto aqui, isso e aquilo [pinus, acácia e eucalipto, respectivamente], eu planto porque se eu deixar o mato vir, eu perco a terra. Naquela área lá de cima, agora só dá pra tirar pinhão ou deixar [o pinhão] pro gado comer*”.

Portanto, o pinhão que até então era fonte de renda apenas para os grupos sociais mais marginalizados¹⁶, passa atualmente a ser também uma alternativa de renda para o médio e grande proprietário de terra. Este cenário está trazendo conflitos de conotação socioambiental para a região. Conflitos estes por acesso ao recurso, nos quais o proprietário diz que tem sua propriedade invadida. Segundo a informante do restaurante 1: “*outro dia fui catar pinhão e fui corrida a tiro da minha própria casa*”. O coletor não proprietário de terra afirma que a araucária está lá antes da cerca e que foi plantada pela gralha. A fala da proprietária 5 ilustra bem o conflito: “*sabe aquelas casinhas ali? Eles são os que mais vendem pinhão aqui no Cazuzá¹⁷, mas eles não tem uma araucária. Eles falam na maior cara de pau, que a araucária foi plantada pela gralha, não por mim. E que portanto não é minha (...) mas nós [os fazendeiros] estamos nos reunindo para ver se acabamos com isso*”. Quando questionados sobre quem eram aqueles catadores de pinhão, aos quais ela se referia, quando eles vieram morar em Cazuzá Ferreira, a informante disse: “*Eles sempre foram daqui. Pelo sobrenome deles, que é o mesmo que o meu, inclusive, acho que o vô dele, ou bisavô, foi escravo do meu avô*”.

Tais relatos ilustram, sobremaneira, o aumento da procura pelo pinhão e os conflitos que estão ocorrendo atualmente na região de São Francisco de Paula.

3.3. Conflitos de acesso ao recurso e as características da coleta

Diferente de outras áreas do Rio Grande do Sul que foram ocupadas pela agricultura familiar na forma de colônias, nos Campos de Cima da Serra a estrutura fundiária foi marcada pela implantação das sesmarias ao longo do século XVIII. Ainda que passados mais de dois séculos, grande parcela das terras permanece concentrada em

¹⁶ Pequenos agricultores descapitalizados, agricultores nacionais e ex-escravos que foram excluídos do acesso a terra, bem como moradores de periferia da cidade, que em muitos casos são fruto do êxodo rural.

¹⁷ Cazuzá Ferreira 6º Distrito de São Francisco de Paula.



fazendas. Estas fazendas, ainda que possam contribuir para a conservação da FOM, concentram os fatores de produção e o pinhão como recurso. As características que marcam estes dois municípios tornam a região relevante do ponto de vista ecológico e ambiental, mas também transferem ao contexto sócio produtivo do pinhão um conjunto de situações das quais emergem conflitos de acesso e uso.

Na medida em que se tem por objetivo entender as diferentes práticas extrativistas, se torna necessário compreender o contexto socioeconômico no qual elas acontecem. As dificuldades de acesso a terra, o êxodo rural, as condições de trabalho precárias, as limitadas oportunidades no meio rural e a marginalidade urbana que caracterizam os municípios de São Francisco de Paula e de Cambará do Sul, demandam novas estratégias de sobrevivência das famílias e grupos ali residentes, os quais lançam mão dos recursos disponíveis para garantir sua sobrevivência.

Isso fica evidente no caso no extrativismo do pinhão naqueles municípios, onde 19 % dos informantes que são proprietários de terra (n= 27) indicam a ocorrência de roubo do pinhão nas suas áreas, ou em outras áreas de coleta. Este fato parece ter íntima relação com aspectos produtivos, na medida em que a atividade clandestina de coleta pode estar sendo realizada por pessoas que não tem conhecimento associado a esta prática, ou, mesmo que o tenham, o grau de marginalização da atividade pode levá-las a uma subversão na forma de manejo, em relação ao que seria a coleta tradicional. A associação destas duas situações é relatada com frequência, ou seja, casos de coleta sem consentimento e derrubada de pinhas em momento impróprio (verdes).

Outra questão geradora de conflitos em torno do extrativismo do pinhão é a prática de coleta de pinhão empregada pelas populações locais. Tradicionalmente, as práticas de extrativismo são a subida no pinheiro e a catação no chão, sendo que a primeira está relacionada à derrubada da pinha e a segunda a coleta do pinhão depois de ocorrer a debulha natural. Dos 34 informantes entrevistados, 42% tinham como prática de coleta predominante a catação, 36 % a subida e 22% associam as duas técnicas. O conflito derivado da coleta do pinhão parece estar relacionado à regulamentação da atividade de extrativismo, a qual se fundamenta na busca de garantias da conservação do recurso. No âmbito da regulamentação legal argumenta-se que a derrubada da pinha ocorre em momento inadequado, ou seja, na fase em que o pinhão ainda não estaria maduro. Além disso, esta prática estaria interferindo em aspectos relacionados à sustentabilidade da espécie (*Araucaria angustifolia*) e suas relações ecológicas, pois na



medida em que ocorre a derrubada da pinha prematuramente, estariam sendo reduzidas as possibilidades de reprodução da árvore, devido a diminuição da dispersão natural das suas sementes. Outra questão ambiental levantada é que a coleta impede que as sementes sirvam de alimento para a fauna nativa associada ao pinheiro.

Do ponto de vista do manejo, alguns conhecimentos etnobotânicos e etnoecológicos relatados pelos informantes deveriam ser reconhecidos e incorporados pelos instrumentos normativos. Por exemplo, os dados de campo até agora demonstram que os informantes identificam pelo menos três etnovarietades de pinhão e as classificam, sobretudo, pelo período de maturação. São elas: o pinhão-macaco, o caiuvá e o pinhão de março, este último de maturação precoce. Entretanto, a única normatização oficial vigente em nível nacional a respeito dos períodos de coleta do pinhão é a Portaria nº 20/1976, ainda do tempo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, extinto em 1989. Ela libera a coleta e venda do pinhão somente a partir de 15 de abril. Em 2011, o Estado de Santa Catarina fez uma nova lei estadual liberando a coleta a partir de 1º de abril (Lei Estadual nº 15.457 de 17/01/2011).

De 33 informantes entrevistados, 24% não percebem variação da oferta de pinhão ao longo do tempo, 45% percebem que há uma maior oferta de pinhão no mês de maio. Os demais (31%) compreendem interseções dos meses de abril-maio e maio-junho como sendo o período de maior produtividade. Um fator que complementa isto é a capacidade dos informantes em identificar o ponto de maturação da pinha. Com grande frequência foi relatado que o ponto de maturação da pinha é o estágio onde esta começa a “pintar” (ficar manchada), o que antecede a debulha natural. Dois informantes associaram a maturação do pinhão com o comportamento de subida do ouriço (*Sphiggurus villosus* Cuvier, 1822) na araucária e do aumento do aparecimento dos papagaios nas árvores (*Amazona pretrei* Temminck, 1830 e *A. vinacea* Kuhl, 1820).

As práticas de coleta também estão relacionadas às dimensões culturais e aos fatores produtivos. De acordo com os relatos, a subida no pinheiro vem decrescendo, devido ao risco que ela oferece; no entanto parece haver um reconhecimento (e conseqüente valorização) da coragem daqueles que praticam a subida.

Quanto aos fatores produtivos, buscou-se levantar o número de pessoas envolvidas no trabalho de coleta, a quantidade de horas diárias empregadas e o rendimento do trabalho. Embora estas três variáveis pareçam ter uma relação de



interdependência, os dados obtidos, não permitiram uma análise estatística robusta. No entanto, a percepção daqueles informantes que trabalham com a derrubada da pinha indica que esta prática oferece um maior rendimento do trabalho empregado. Esta percepção também foi apontada nos trabalhos de SANTOS *et al.* (2002) e VIEIRA-DA-SILVA & REIS (2009). Por esse motivo a coleta do pinhão pela derrubada das pinhas permite compensar a falta de mão de obra familiar, ou mesmo otimizar o tempo disponível entre as diferentes atividades do trabalho cotidiano.

Por outro lado a catação do pinhão, que envolve menor risco em relação à subida no pinheiro, exige um trabalho repetitivo e um condicionamento da postura de trabalho. Pelo fato de normalmente ser feito sem luvas ou qualquer outro equipamento de proteção, o ato de catar o pinhão comumente provoca ferimento nas mãos pelo contato com a umidade e a injúria provocada pelas grimpas¹⁸ que caem dos pinheiros.

A sazonalidade produtiva do pinhão ocorre dos meses de abril a julho. Nos Campos de Cima da Serra este período já é marcado pela forte queda da temperatura e por uma umidade contínua. Estas condições climáticas típicas da região constituem-se em fatores que dificultam o trabalho de coleta do pinhão. Associado a isso está o acesso às áreas de coleta, onde nem sempre se chega de veículo, sendo usado cavalo, mula ou mesmo o transporte braçal do produto coletado. O caráter essencialmente manual e rudimentar do processo produtivo, quando associado a sua realização num período de inverno, aumenta a penosidade do trabalho. Talvez estas condições corroborem para a opção da coleta do pinhão através da subida no pinheiro.

Mesmo com essas dificuldades, em relação a importância do pinhão, de 31 entrevistados que responderam sobre o produto de maior contribuição das atividades produtivas da família, apenas dois destacaram o pinhão como principal gerador de renda. De 33 que responderam sobre as razões da importância do pinhão, 19% destacam que sua maior importância é para a alimentação; 37% para a renda e 44% para alimentação e renda simultaneamente. Note-se que, embora não seja a principal fonte de renda, a grande parcela dos entrevistados identifica sua importância, apontando assim a complementaridade do pinhão e outras atividades para a geração da renda familiar. Inúmeras falas de entrevistados corroboram este fato:

“Eu uso quase sempre para pagar as contas atrasadas. Veja, eu, pelo menos, comprei carro, e tem que fazer revisão e tem as contas do dia a dia. Daí quando chega a época do pinhão, a gente pensa, vou pegar um pinhão para

¹⁸ Nome dado ao ramo seco da araucária.



pagar estas contas, para sair do sufoco. Antes do pinhão a gente paga um conta aqui outra ali.” (Catador 1).

“O dinheiro do pinhão é meu, o dinheiro do queijo é pro rancho, ano passado eu comprei um microondas com o dinheiro do pinhão (...) Eu fecho a cerca escondida do Zé pro gado não entrar e comer meus pinhõezinhos” (Catador proprietário 2).

“Comprei esta torraderinha com os meus pinhãozinho que eu juntei. E esta máquina aqui eu paguei metade dela com o dinheiro do pinhão. Com o dinheiro do pinhão deste ano acho que vou comprar um forno, porque este meu já tá velho” (Catador proprietário 2).

Neste sentido, ressalta-se na fala de um catador a relação entre a valoração do pinhão e a questão legal: “A época que o pinhão dá mais dinheiro é quando não tá liberado. Os pinhões que começam a debulhar em março, quem tira escondido, chega a tirar ali uns R\$5,00/kg.” (Catador 1). Esta fala, demonstra não somente que uma das questões fundamentais associadas a esta atividade relaciona-se aos termos da regulamentação, mas também aponta para outro fato que ressaltamos anteriormente, a identificação, pela perspectiva dos catadores, da existência de variedades com o pico de maturação anteriores ao período permitido por lei para coleta.

4. Considerações finais

O conjunto de atividades e os sistemas sociais e ecológicos em que os PFMN estão envolvidos apresentam algumas especificidades inter-relacionadas, quais sejam: a) uma pequena escala de produção; b) associação a sistemas produtivos caracterizados por uma multiplicidade de atividades, nas quais o extrativismo é apenas uma faceta; c) pequena parcela destes produtos integrando circuitos de comercialização monetária; d) integração à lógica da economia doméstica, tanto na forma de subsistência como com outros significados simbólicos e, neste sentido, muitas vezes, invisíveis sob a ótica dos instrumentos de análise normais, centrados no retorno econômico.

Os aspectos relacionados às técnicas de coleta, às diferentes variedades de pinhão e os períodos de maturação das pinhas, constituem um grande campo para o desenvolvimento de estudos sobre práticas de manejo. Tais estudos precisam considerar os fatores biológicos e ecológicos da *Araucaria angustifolia*, aproveitando o conhecimento ecológico local daqueles que fazem o uso do pinhão como recurso.



Somado a isso, a prática de coleta deveria ser acompanhada pela estimativa de produção de pinhão para a safra seguinte.. São questões que demonstram as tensões e indefinições inerentes ao campo das preocupações relacionadas a sustentabilidade de um produto com uma relevância ecológica, cultural e econômica.

5. Agradecimentos

Agradecemos ao CNPq, a Capes, aos agricultores, catadores de pinhão e todos os informantes dos restaurantes e pontos de venda de São Francisco de Paula, que nos auxiliaram. Ao pessoal das Prefeituras da área de estudo, aos escritórios locais da EMATER de Cambará do Sul e São Francisco de Paula,, à SEMA de São Francisco de Paula e à FLONA São Francisco de Paula.

6. Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, H. 2001. Políticas ambientais e construção democrática, p.75 – 96. *In*: VIANNA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. 2ªed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- ALMEIDA, M.W.B. 2004. Direitos à floresta e Ambientalismo: Seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, **55** (19): 33-52,
- BARBOSA, F.D. 1978. **Vacaria dos Pinhais**. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul.
- BUFFÃO, M.P. 2009. **Muito prazer! Eu me chamo - Rincão dos Kroeff**: mais do que história, uma lembrança. Porto Alegre, CORAG.
- CUNHA, M.C. 1999. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Estudos Avançados** **36** (13): 147-163.
- DE BONI, L.A. & COSTA, R. 1984. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, EST.
- DIEGUES, A.C.S. 1996. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo, Hucitec.
- HOMMA, A.K.O. 1993. **Extratativismo na Amazônia**: limites e oportunidades. Brasília, EMBRAPA/SPI.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2006. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21.



- LESCURE, J.P. 2000. Algumas questões a respeito do extrativismo, p.191-206. In: EMPERAIRE, L. (Ed.). **A floreta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central**. São Paulo, Editora UNESP, Imprensa Oficial do Estado.
- IRIARTE, J. BEHLING, H. 2007. The expansion of Araucaria forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications for the development of the Taquara/Itararé Tradition, *Environmental Archaeology*, v. 12, n. 2, p. 115-127.
- LITTLE, P. 2001. Conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: Bartholo Jr., R. S., Burszty, M. *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond. p. 107 – 122.
- MABILDE, P. F. 1983. Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul – 1836-1866. São Paulo: Ibrasa; [Brasília]: INL / Fundação Nacional Pró-Memória.
- MABILDE, A. 1988. O índio Kaingang do Rio Grande do Sul no final do século XIX. *Documentos, Arqueologia no Rio Grande do Sul, Brasil 2*, 141–72.
- MARTINS, J. S. 1973. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira.
- MOTTA, D.M., SCHMITZ, H. & SILVA JUNIOR, J.F. 2007. O extrativismo em tempos de globalização no nordeste brasileiro. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Trabalho Completo. **Anais....** Recife: UFPE. Disponível em: <http://www.catadorasdemangaba.com.br/publicacoes/texto-9.pdf>. Acesso em: 04/06/2011.
- MURDOCH, J. & MIELE, M. 1999. 'Back to nature': changing 'world of production' in the food sector. **Sociologia ruralis** 39 (4): 465-484.
- SANTOS, A.J., CORSO, N.M., MARTINS, G. & BITTENCOURT, E. 2002. Aspectos produtivos e comerciais do pinhão no Estado do Paraná. **Revista Floresta** 32 (2): 163-169.
- VIEIRA-DA-SILVA, C. & REIS, M.S. 2009. Produção de pinhão na região de Caçador, SC: aspectos da obtenção e sua importância para comunidades locais. **Ciência Florestal** 19 (4): 363-374.
- ZARTH, P.A. 2002. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí, Editora Unijuí.



GT 3 – Conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais e desenvolvimento
rural

O Sindicalismo da Agricultura Familiar e a Construção da Pauta Ambiental no Sul do Brasil

Everton Lazzaretti Picolotto¹

¹Doutor em Ciências Sociais CPDA/UFRRJ. Pós-Doutorado na UFPR. Bolsista do CNPq. E-mail:
evpicolotto@yahoo.com.br

Resumo

As preocupações ambientais têm influenciado os projetos políticos e a construção das pautas das organizações de agricultores familiares. O objetivo deste artigo é analisar como estas preocupações foram assimiladas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul (FETRAF-Sul) na região Sul do Brasil. Com base em pesquisa documental e entrevistas com lideranças de agricultores fez-se uma leitura sobre o processo de construção da pauta ambiental no sindicalismo. Desde meados da década de 1980 o tema ambiental vem se fazendo presente nas preocupações sindicais, entretanto, a forma como ele vem sendo entendido muda ao longo dos anos. Se em um primeiro momento tendia a ser associado com as consequências negativas da modernização da agricultura, no período mais recente o tema ambiental vem sendo colocado no centro do projeto de agricultura do sindicalismo e passa a fomentar uma possível positividade do modelo de produzir da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Sindicalismo, Pauta Ambiental, Agroecologia, FETRAF-Sul.



Introdução

As preocupações ambientais do período contemporâneo têm influenciado organizações de representação de agricultores familiares a incluírem em seus projetos a perspectiva de apoio a formas e técnicas de produção causadoras de menores impactos ambientais, resgate de práticas de produção e de conhecimentos tradicionais, diversificação produtiva, práticas de agricultura sob preceitos agroecológicos, entre outras. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul (FETRAF-Sul), herdeira do sindicalismo rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), é um dos atores que, desde a sua origem, na década de 1980, tem procurado incluir em seu projeto político estas preocupações, ao passo que também tem estimulado e orientado ações práticas desse formato de agricultura entre agricultores.

Para promover novas práticas produtivas, tem sido importante a assessoria de organizações não governamentais (ONGs) que vêm construindo críticas aos efeitos perversos do processo de modernização da agricultura promovido no Brasil desde a década de 1960. A construção da pauta ecológica parte de um diagnóstico sobre as consequências negativas da modernização sob vários ângulos: as ambientais, com a destruição de recursos naturais, a erosão de solos, a contaminação de águas etc.; as socioeconômicas, com o êxodo rural, o empobrecimento e a exclusão dos pequenos agricultores do processo produtivo; e as culturais, com a perda dos conhecimentos tradicionais, do saber fazer e da etnobioidiversidade (Diegues, 2000). Da constatação dos efeitos negativos da modernização surgiram propostas de recuperar formas de produzir e de relação com a natureza do passado dos agricultores, buscando nelas embasamentos para constituir novas formas de produzir mais harmônicas com a natureza.

Essa tentativa de resgate de técnicas de produção e formas de relação com a natureza do passado foi buscada, na região Sul, em especial nas práticas de um grupo específico de agricultores, os chamados *colonos*, que formam a maior parte da base social da FETRAF-Sul (Picolotto, 2011). Os *colonos* são entendidos como os descendentes de imigrantes europeus (alemães, italianos, poloneses, entre outros) que formaram *colônias* a partir de meados do século XIX e início do XX nas regiões de matas não apropriadas pelas grandes explorações. Nessas regiões, desenvolveu-se a pequena propriedade e um formato de exploração agropecuária diversificada, dedicada à subsistência familiar e ao comércio de alguns produtos agropecuários (Roche, 1969).

Com o processo de modernização da agricultura promovido pelo Estado nas décadas de 1960-70, os *colonos* foram incentivados a abandonar as formas tradicionais de produção, a adotar novas técnicas, consideradas mais modernas e eficientes, e acabaram se especializando



na produção de poucas culturas e criações (como soja, trigo, uva, suínos, frangos, entre outras). Com a crise econômica do final da década de 1970 e início da de 1980, que atingiu fortemente a agricultura, muitos destes *colonos* que haviam seguido as orientações do Estado (mesmo que parcialmente) enfrentaram grandes dificuldades para se manter na atividade e muitos foram obrigados a migrar para as cidades ou a entrarem na luta por terra (Brum, 1988).

Foi neste contexto de desgaste do modelo de produção agrícola considerado moderno, de construção de oposição às grandes obras realizadas em nome do desenvolvimento nacional (barragens, estradas etc.), de crise do regime militar, do processo de abertura política e redemocratização do país consolidado com a Constituição de 1988 e de realização da II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil (Eco-92) em 1992, que foram propiciadas as “oportunidades políticas” (Tarrow, 2009) para se constituir no país diversos novos atores questionadores da situação vigente. Dentre eles, o movimento ambientalista e a emergência da pauta ambiental (Alonso; Costa; Maciel, 2007).

Acompanhando estes processos mais amplos e visando gerar respostas às necessidades dos pequenos agricultores, surgiram iniciativas de diversificação da produção, tecnologias alternativas, experiências de agricultura de base ecológica, uso de sementes e insumos próprios etc. Surgiam como uma forma de reação às consequências negativas de modernização da agricultura e como forma de encontrar novos caminhos para os pequenos agricultores. Algumas formas de desenvolver práticas agrícolas de maneiras mais autônomas e harmoniosas com a natureza puderam ser buscadas nas suas experiências do passado, do período anterior à modernização da agricultura. Aparentemente, a partir de uma síntese entre o resgate de práticas antigas, novas preocupações com o ambiente e conhecimentos técnico-científicos, foram formadas as bases do que se chamou de *agricultura alternativa* ou *tecnologias alternativas* na década de 1980 e vêm sendo associadas no período mais recente à *agricultura ecológica* (também chamada pelas organizações de agricultores de *agricultura orgânica* ou *agroecológica*).

Nessa forma de entender, as experiências de *tecnologias alternativas* e de *agricultura ecológica* dos agricultores no Sul do Brasil, na medida em que foram buscar formas de produzir do passado dos *colonos* e são pensadas a partir das dificuldades enfrentadas no período contemporâneo, podem ser lidas como formas de reinterpretar ou dar novos sentidos às formas tradicionais de produzir do grupo social, atualizando-as positivamente. Ao resgatar práticas do passado, ressignificadas com questões do tempo presente (preocupações ambientais), os agricultores buscaram alcançar um espaço na sociedade atual para os *pequenos agricultores* (ou *agricultores familiares* como passaram a ser chamados a partir da



década de 1990) e pensar, a partir de sua “experiência” enquanto grupo social (Thompson, 1987), um novo modelo de agricultura com menores impactos no ambiente.

Da confluência entre a experiência social e produtiva do grupo e as preocupações ambientais contemporâneas constituíram-se articulações entre organizações de representação (como a FETRAF/CUT), setores da Igreja Católica e Luterana e ONGs que buscavam formas de reinserir os *colonos* na sociedade nacional ao mesmo tempo em que se preocupavam com as questões ambientais. Como a FETRAF é herdeira destes processos, nos seus documentos a *agricultura familiar* é apresentada como o setor social que pode constituir uma relação mais harmoniosa entre homem e natureza, produzir alimentos diversificados e com qualidade para o povo brasileiro e conjugar as intenções de desenvolvimento agrícola com o respeito à natureza e às culturas locais (FETRAF-Sul, 2002; 2007; 2010). Para a FETRAF, o *agricultor familiar* passa a ser o personagem que pode consolidar um novo modelo de desenvolvimento para a agropecuária brasileira, onde as preocupações com inclusão social, desenvolvimento agrícola e preservação das culturas locais e do ambiente constituem eixos centrais.

Este artigo visa refletir sobre como a pauta ambiental foi internalizada pelo sindicalismo da FETRAF no Sul do país. Na realização dos investimentos de pesquisa que deram base para este artigo, fez-se uso de consulta a documentos produzidos pelas organizações de agricultores familiares e suas assessorias, entrevistas com lideranças de agricultores e assessores, participação em eventos da Federação, além de consulta à bibliografia já existente sobre o tema.

Crítica à modernização da agricultura e formação de uma rede agroambientalista

Na década de 1970, ocorreram profundas transformações no meio rural brasileiro, conduzidas centralmente pela ação estatal. Segundo Gonçalves Neto (1997, p. 141), se de um lado, ocorreu a “transformação da base técnica em boa parte do setor agrário, no que se convencionou chamar de *modernização desigual*” (p. 224-225, grifos no original), privilegiando os grandes proprietários de terras; as culturas voltadas para o mercado externo; as regiões mais desenvolvidas do centro-sul. De outro lado, este processo promoveu a formação dos complexos agroindustriais, constituídos por um conjunto de empresas de produção de insumos modernos, máquinas, equipamentos, fertilizantes, defensivos, medicamentos veterinários etc. situadas a montante do setor agropecuário; e empresas para compra, transformação e comercialização da produção agrícola, antes de atingir o consumidor, situadas a jusante do setor.



No Planalto Gaúcho, por exemplo, este processo de modernização promoveu grandes mudanças no modo de produzir e de viver dos agricultores, com destaque para a especialização produtiva (principalmente no binômio trigo-soja) e a modernização tecnológica das lavouras com o uso de maquinários, agroquímicos e sementes híbridas. Para impulsionar a modernização da agricultura, o principal vetor utilizado foi a política de “assistência creditícia” (Brum, 1988). O Sistema Nacional de Crédito Rural¹, ao conceder crédito, subordinava o agricultor à fiscalização e à assistência técnica dos órgãos oficiais.

A política agrícola beneficiou, sobretudo, as culturas denominadas dinâmicas, aqueles produtos mais diretamente ligados à indústria e à exportação, em detrimento dos cultivos de subsistência. Muitas áreas destinadas ao cultivo de produtos alimentícios básicos foram substituídas por lavouras de monocultura, para o suprimento de agroindústrias ou do mercado externo. Este formato de agricultura passou a produzir, em grande escala, aquelas culturas cujos preços altos no mercado garantiam lucro certo em tais empreendimentos. O Estado estimulou esses setores competitivos, praticamente abandonando aquelas culturas que se têm constituído, historicamente, na alimentação básica dos brasileiros. Como afirmam Martine e Garcia (1987, p. 83): “O favorecimento de culturas ‘dinâmicas’ para exportação e/ou para as agroindústrias relegou a produção de gêneros de primeira necessidade, particularmente de feijão, mandioca e arroz, essenciais à sobrevivência dos estratos de renda mais baixa, a um *status secundário*”.

Estas orientações produziram a especialização dos agricultores nas culturas consideradas viáveis economicamente. A adoção destes cultivos e dos pacotes tecnológicos a eles associados fez com que os agricultores experimentassem fortes mudanças nas formas de produzir e de viver:

Da enxada, do arado de tração animal e da carroça, passou-se ao trator, à automotriz, ao caminhão, ao automóvel etc. Rompeu-se o ritmo lento do meio rural marcado pela tradição. Aumentou a velocidade do sistema de produção, bem como dos contatos e das informações. A visão do mundo ampliou-se, abarcando não apenas o distrito ou o município, mas o Estado, o País, e o plano internacional (Brum, 1988, p. 122).

O projeto de modernização técnica teve seu auge durante os anos 1970. Após um ciclo de crescimento (onde o PIB cresceu a uma taxa de 8,1% em média entre 1965/80), a economia brasileira enfrentou uma dura crise recessiva a partir de 1981. O custo do endividamento exterior, somado à conjuntura desfavorável da economia mundial, levou a que, no início da década de 1980, se vivenciasse no Brasil uma conjuntura de crise generalizada em amplos setores. O setor agropecuário foi um dos mais atingidos (Delgado, 2004).

¹ O sistema de crédito foi criado em 1965, mas teve maior atuação a partir de 1970.



Este processo de modernização passou a ser fortemente contestado a partir do final dos anos 1970, seja por agricultores dele excluídos e suas organizações de representação, seja por técnicos e estudiosos da questão agrária. Sindicatos, Igrejas, ONGs e academia produziram críticas ao modelo de desenvolvimento autoritário, excludente e insustentável constituído pelas políticas de modernização da agricultura no período do regime militar (Almeida, 1989; Brandenburg, 1999). O modelo de agricultura da modernização mostrava a sua face mais perversa para os agricultores de base familiar do Sul na década de 1980. Schmitt (2002) destaca a situação insustentável e os impasses em que se encontravam: a especialização excessiva, a dependência em relação a insumos externos, a fraca integração entre os diferentes sistemas de cultivo e criação, a perda das variedades localmente adaptadas, a erosão do conhecimento sobre o manejo da biodiversidade local, a degradação da qualidade do solo e da água e a crescente desvalorização das atividades e dos produtos destinados à subsistência das famílias agricultoras.

As ações de questionamento a esta situação também resultaram em iniciativas de construção de alternativas organizativas e formas de produzir para pensar novos horizontes para os pequenos produtores com dificuldades de manterem-se na atividade agrícola e pensar um novo modelo para o campo. Neste sentido, foram importantes as ações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região Sul e um conjunto de ONGs que formaram a Rede de Tecnologias Alternativas/Sul (Rede TA/Sul, 1997; Brandenburg, 1999).

A Rede Tecnologias Alternativas/Sul (Rede TA/Sul) surgiu de uma articulação de ONGs ambientalistas que iniciaram a organização de um “movimento contestatório ao processo de modernização da agrícola” (Rede TA/Sul, 1997, p. 177). A origem dessa articulação se deu com a criação do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE), em 1983². Em 1989, este Projeto deu base para a criação de uma organização independente, a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), realizando trabalhos nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país. Especificamente na região Sul, se criou a Rede TA/Sul como “uma rede de entidades não governamentais, sem fins lucrativos e de caráter não partidário ou religioso, que desenvolve trabalhos de pesquisa, assessoria, formação e difusão na área de tecnologias alternativas para a agricultura.” (Rede TA/Sul, 1997, p. 170). A rede foi formada por conjunto heterogêneo de organizações no três estados do Sul, tais como: a Fundação para o

² A concepção de tecnologia alternativa que teria guiado o PTA, segundo Almeida (1989, p. 208), foi: “aquela que, atendendo aos interesses do pequeno produtor rural, reforça sua capacidade de resistência na terra, de melhorar sua organização, seu poder de enfrentamento das forças econômicas e políticas adversas, de melhorar seu padrão de vida e segurança econômica.”



Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná (RURECO) e a Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR) no Paraná; o Centro Vianei de Educação Popular e Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO) em Santa Catarina; o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e o Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP) no Rio Grande do Sul, entre outras.

As organizações que compõem a Rede identificam-se como construtoras de um “novo modelo de desenvolvimento rural” que priorize os pequenos e médios produtores familiares livremente associados no processo de produção, beneficiamento e comercialização; leve em conta o potencial de cada agroecossistema; regionalize as estruturas de beneficiamento e transformação dos produtos (Rede TA/Sul, 1997).

Ao analisar as ações deste conjunto de ONGs articuladas em uma rede, Brandenburg (2002) chama atenção para a importância do seu trabalho para sobrevivência dos agricultores e a reconstrução de sua relação com a natureza:

Essas organizações desenvolveram um serviço de assistência aos agricultores numa perspectiva política crítica à modernização da agricultura. Sob o ponto de vista técnico, resgatam-se práticas tradicionais e já conhecidas dos agricultores, visando compor um conjunto de estratégias que permitiriam a reprodução social dos agricultores no campo. A agricultura alternativa representa uma opção de sobrevivência para o agricultor familiar e significa a reconstrução de uma relação socioambiental cuja raiz tem origem na condição camponesa (Brandenburg, 2002, p. 2).

Na região do Alto Uruguai do RS, por exemplo, destacou-se a atuação principalmente do CETAP no assessoramento das organizações de agricultores. O CETAP, segundo é apontado pelo seu próprio jornal informativo, *Agricultura Alternativa*, surgiu para suprir as necessidades de “buscar alternativas concretas aos agricultores” em um momento de crise:

É neste contexto de graves consequências geradas pelo processo de modernização e investida do capitalismo no campo e pela necessidade de buscar alternativas concretas aos agricultores que os Movimentos Sociais, sindicatos e entidades ligadas ao meio rural passaram a discutir, em meados da década de 80, a necessidade de se criar um órgão de pesquisa e assessoria aos pequenos produtores. [...] os Movimentos Sociais organizados, durante o I Encontro Estadual de Tecnologias Alternativas, ocorrido em Passo Fundo, de 23 a 25 de janeiro de 1986, decidem criar o CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares (*Agricultura Alternativa*, 1991, p. 3).

Desde o seu surgimento, o CETAP tem por “função desenvolver atividades de resgate, experimentação e difusão de Tecnologias Alternativas que fortaleçam a pequena produção e preservem o meio ambiente” (*Agricultura Alternativa*, 1991, p. 3). O CETAP esteve no centro dos debates e da construção de experiências práticas relacionados à temática da *agricultura alternativa* ou *ecológica* desenvolvida pelo sindicalismo rural da CUT, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) na região.



O sindicalismo rural da CUT tem sua origem articulada com o surgimento dos outros movimentos sociais do campo no final dos anos de 1970 e no início da década de 1980 (como MST, MAB e MMTR, que nasceram no mesmo caldo cultural). Nos três estados do Sul, teve início com a formação de *oposições sindicais* aos sindicatos municipais ligados às Federações Estaduais dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG-RS, FETAEP e FETAESC). Em alguns municípios em que os pequenos agricultores enfrentavam fortes dificuldades relacionadas a preços baixos de produtos agrícolas, falta de terras para as novas gerações, situações de agricultores que seriam atingidos por obras de barragens, entre outras, surgiu um movimento contestador das linhas políticas assumidas pelo sindicalismo e das diretorias dos sindicatos. Conformou-se uma concorrência em torno do sindicalismo, um “campo político” (Bourdieu, 2007) onde os agentes desafiantes, que se articulavam nas chamadas *oposições sindicais*, acusavam as direções estabelecidas de serem *acomodadas* frente aos problemas dos agricultores, de serem *antidemocráticas* por centrarem-se nas figuras dos presidentes sem haver mecanismos de discussão com as bases sobre os seus problemas com a ação sindical, de serem órgãos *assistencialistas* ligados aos governos para prestação de serviços de saúde, previdência, entre outras críticas. Além disso, alguns sindicatos e as próprias Federações eram acusados de serem corresponsáveis pelos problemas causados pelas políticas de modernização da agricultura e que afetavam os pequenos agricultores naquele momento, na medida em que a Federações e seus sindicatos haviam apoiado e/ou continuavam apoiando as políticas de modernização mantendo relações próximas com os governos. As *oposições sindicais*, que viriam a formar a CUT rural, combatiam esse tipo de postura e argumentavam que queriam constituir um *novo sindicalismo* surgido dos interesses coletivos dos agricultores, “um sindicalismo ‘autêntico’, ‘combativo’, capaz de representar efetivamente as ‘bases’” (Schmitt, 1996, p. 193).

A conquista dos primeiros sindicatos pelas *oposições* se deu no início da década de 1980 nas regiões do Alto Uruguai do RS, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, regiões próximas entre os três estados. Com novas conquistas de sindicatos e aproximação de outros considerados mais atuantes, foi se formando um *movimento* de renovação do sindicalismo em outras regiões dos estados, gerando tencionamentos e disputas dentro da estrutura sindical das Federações oficiais. Este movimento de renovação sindical seria chamado de Articulação Sindical Sul a partir de 1984. Após tentativas frustradas de conquistar as direções das Federações, os cutistas decidem formar uma estrutura organizativa paralela nos estados com a formação dos Departamentos Estaduais de Trabalhadores Rurais



(DETRs) no final da década de 1980, seguindo uma orientação nacional da CUT que, em 1988, já tinha formado o seu Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR).

Desde a sua origem, em meados dos anos de 1980, alguns sindicatos cutistas já procuravam tratar não apenas de reivindicações dos agricultores, mas também de problematizar questões relacionadas à produção e às tecnologias usadas na agricultura (alternativas produtivas). Como aponta Almeida:

No Rio Grande do Sul, alguns sindicatos de trabalhadores rurais localizados na região do Alto Uruguai (norte do Estado), iniciaram a discussão sobre a questão tecnológica, colocando o problema da inadequação da pesquisa agrícola, da assistência técnica e da extensão rural, inadequadas que são aos pequenos agricultores e voltadas especialmente para os “produtos de exportação”. Juntamente com essa crítica, fazem a condenação da “agricultura insumista”, ou seja, aquela que usa intensamente corretivos de solo, adubos e agrotóxicos, encarecendo o custo de produção e poluindo o meio ambiente (1989, p. 204-205).

Essa posição mais genérica e difusa de condenação da agricultura insumista pelo sindicalismo foi aprofundada a partir do início da década de 1990. Com a realização do II Congresso estadual DETR-RS, em 1993, foi tomada a decisão política de partir para uma etapa de organização da produção e de formulação de um projeto para o campo com base “no resultado das experiências concretas vivenciadas pelos trabalhadores desde a base e da reflexão política articulada do conjunto da CUT e de seu campo de alianças” (DETR-RS, 1993, p. 11). Com a formulação deste projeto para o campo, pretendia partir para uma tática de ação sindical não mais somente de “caráter reivindicatório e contestatório” (id.), mas tratava-se de elaborar uma “proposta alternativa de desenvolvimento rural” que servisse para “definição de pautas concretas de reivindicação e negociação” (id.). Este novo modelo de agricultura a ser construído, além de ter por metas fortalecer os *agricultores familiares* e apoiar a reforma agrária, implicava em fazer escolhas tecnológicas que levassem em conta preocupações ecológicas e culturais. Nas resoluções do II Congresso já eram apresentados alguns indicativos do que seria esse projeto, que passaria a embasar o seu projeto:

Um Projeto Alternativo de Desenvolvimento que garanta a viabilização da Agricultura Familiar implica em: a) um *novo modelo tecnológico que leve em conta as questões sociais e ecológicas da produção agrícola*; b) novas formas de organização da produção, comercialização, beneficiamento da produção e abastecimento; c) reforma agrária enquanto instrumento para transformação do atual modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira; d) política agrícola diferenciada para o pequeno agricultor; e) pesquisa e extensão rural voltados para o interesse dos trabalhadores; f) *construir as bases culturais de um desenvolvimento alternativo, resgatando valores como a solidariedade, a cooperação e estabelecendo uma nova relação homem-natureza* (DETR-RS, 1993, p. 14-17, grifos nossos, ELP).³

³ Este debate de construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento também ocorria neste mesmo período no Fórum Sul dos DETRs (que abrangia o sindicalismo rural cutista dos três Estados do Sul) e em nível nacional no DNTR/CUT. Maiores detalhes sobre este debate ver Picolotto (2011).



Com a decisão de unificar o sindicalismo rural brasileiro por intermédio da entrada do DNTR na estrutura da CONTAG (e os DETRs dos Estados nas FETAGs) e a filiação da Confederação à CUT em 1995, esta proposta de construção de *projeto alternativo de desenvolvimento rural*, que vinha sendo construída no interior do sindicalismo cutista, passou a ser adotada pelo conjunto do sindicalismo dos trabalhadores rurais em nível nacional. Acompanhando estas mudanças na estrutura do sindicalismo rural brasileiro também ocorreu a emergência de uma nova categoria de identificação, que passou a unificar boa parte do sindicalismo: a *agricultura familiar*.

Para Medeiros (2001) e Picolotto (2011), a afirmação da identidade de *agricultor familiar* como unificadora de boa parte do sindicalismo relaciona-se a uma série de fatores: ao aumento da importância dos *pequenos produtores* no interior do sindicalismo, que vinha ocorrendo desde a década de 1980; à reivindicação destes agricultores por um novo modelo de desenvolvimento; ao aumento do debate intelectual sobre a temática; às atividades de formação e intercâmbios com países europeus visando conhecer suas experiências (promovidas pela Igreja e por ONGs europeias); a realização das grandes mobilizações nacionais chamadas de Gritos da Terra Brasil a partir de 1994; e à criação de políticas públicas específicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996.

O sindicalismo da agricultura familiar e a pauta ambiental

Na região Sul, com a adoção da categoria de identificação *agricultura familiar* e com a conquista do PRONAF, ocorreu um processo de (re)organização e fortalecimento dos atores da agricultura familiar e de novo rompimento com a estrutura sindical da CONTAG na região. No Estado de Santa Catarina, devido a dificuldades dos cutistas trabalharem em conjunto com a federação sindical vinculada ao sistema CONTAG (FETAESC), eles decidiram criar uma organização própria, com a fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina (FETRAFESC), em 1997, como representante específica dos sindicatos de agricultores familiares no estado. A FETRAFESC solicitou filiação à CONTAG, mas não foi aceita. Seguindo esta experiência autônoma, considerada exitosa, e o relativo fortalecimento que a identidade política da agricultura familiar tinha alcançado, o sindicalismo rural da CUT na região Sul decidiu criar em 1999 a Frente Sul da Agricultura Familiar, como uma organização promotora da *agricultura familiar* na região que congregava sindicatos, cooperativas e ONGs). Dando sequência a esse processo de organização, foi



fundada em 2001 a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul), como uma organização sindical específica de *agricultores familiares*.⁴

Da articulação dos esforços das organizações de agricultores, setores de Igrejas e ONGs em prol de um novo modelo de desenvolvimento rural, foi formado um *movimento* para promover a valorização da *agricultura familiar* e a gestação de formas de produzir mais autônomas dos agricultores na região Sul. Como afirma Melucci, os movimentos sociais são como “profetas do presente”, “anunciam aquilo que está se formando sem que ainda disso esteja clara a direção e lúcida a consciência” (2001, p. 21). Nesse sentido, a identidade da *agricultura familiar* dava unidade a este conjunto diverso de atores, ao mesmo tempo em que possibilitava projetar um objetivo comum (uma utopia), que era a busca do reconhecimento da sua importância socioeconômica por meio do fortalecimento da sua identidade social, da organização política e da construção de um *projeto alternativo de desenvolvimento rural*.

Desde a fundação desta nova organização sindical a dimensão ambiental aparece com força em seu programa político. Primeiramente, aparece associada de forma genérica ao tema da construção do *projeto alternativo de desenvolvimento rural*. Neste sentido, nas resoluções do Congresso de fundação da Federação é destacado que um dos seus “principais eixos de atuação” seria: “responder adequadamente à problemática econômica da categoria, por meio de uma intervenção afirmativa na organização da produção, com base em princípios agroecológicos, desde o financiamento até a comercialização.” (FETRAF-Sul, 2001, p.22).

Nos congressos seguintes seria mais detalhado como a Federação incorporaria o tema ambiental no seu projeto de agricultura. No I Congresso, realizado em 2004, foi definido que um de seus temas centrais de atuação seria: “avançar na organização socioeconômica da agricultura familiar como elemento fundamental para a implantação de um desenvolvimento sustentável e solidário” (FETRAF-Sul, 2004, p.29). Neste sentido, foram traçadas diretrizes para que o sindicalismo em conjunto com as organizações parceiras de crédito (CRESOL), as cooperativas e associações de produção, as redes de certificação solidária (EcoVida) e as ONGs de apoio conseguissem ter ações concretas para a realização do projeto de desenvolvimento da Federação, tais como: produção agroecológica, agroindustrialização familiar, comercialização direta e iniciativas de sócio-economia solidária. Para isso, seria preciso construir uma estratégia de “intervenção na organização da produção” com papéis claros e estabelecidos entre a “organização sindical” com papel político e a “organização econômica” da agricultura familiar que teriam papel de trabalhar as alternativas de produção.

⁴ Essa proposta de um sindicalismo exclusivo de agricultores familiares foi nacionalizada com a criação da FETRAF-Brasil, em 2005.



No II Congresso, realizado em 2007, a Federação reafirmou as orientações do Congresso anterior, enfatizando que busca: construir a *agroecologia* como modelo de produção agropecuário; a transformação de produtos através das agroindústrias; a organização da comercialização através de canais institucionais (Programas de Aquisição de Alimentos), da comercialização direta e dos canais da economia solidária e do comércio justo; o estímulo à produção para auto-consumo das famílias, as atividades não-agrícolas e a produção de sementes próprias como fontes de geração de rendas e de diminuição dos custos de produção e, por fim, fazia uma recomendação para que a produção de ciência e tecnologia realizada pelos centros de excelência seja orientada e adequada para a realidade dos agricultores familiares (FETRAF-Sul, 2007).

O depoimento dos dirigentes da FETRAF-Sul também revelam a importância que a dimensão ambiental tem adquirido no seu projeto de agricultura. Altemir Tortelli, coordenador geral da FETRAF-Sul entre 2004-2010, referindo-se à proposta de um novo modelo de desenvolvimento rural afirma ser necessário:

Além de construir um sindicato forte, de construir um grande embate com o Estado, com os governos e avançar nas políticas públicas [...] nós também precisaríamos construir, na vida real, lá na comunidade, na propriedade, *uma outra forma de pensar a produção, de pensar a relação do homem com a natureza*, do homem com o meio, do homem e a família com a propriedade, com a terra, com os meios de produção, com o maquinário, com o mercado, com a transformação daquilo que nós produzimos. [...] Vamos produzir leite, sim, vamos melhorar, *vamos ter uma tecnologia alternativa, vamos produzir de forma agroecológica, vamos fazer equilíbrio ambiental, vamos respeitar a água, o solo, o ar*. Mas vamos ter cooperativas que vão organizar essa produção, que organizar a transformação e que vão organizar o mercado. (Entrevista ao autor, 2010).

Como se percebe, o tema da agroecologia aparece como central na estratégia de organizar a produção desde a fundação da FETRAF (e mesmo antes, como mostrado na seção anterior), entretanto, muda de sentido ao logo dos anos. Se nos primeiros anos de fundação da Federação a agroecologia tendia a ser entendida como uma técnica de produção, onde as orientações nesta área eram: “reforçar os processos que objetivem o avanço de um novo modelo tecnológico que tenha por base a agroecologia e a soberania na qualidade das sementes, de forma articulada com a Rede EcoVida e com as entidades e organizações que atuam diretamente nesta perspectiva” (FETRAF-Sul, 2004, p.34). Com o avançar do debate no interior da Federação ela passou a ser entendida de uma forma ampla e conjugada intimamente com o projeto de agricultura familiar do sindicalismo. Uma definição mais ampla e elaborada aparece nas resoluções do III Congresso:

A FETRAF-SUL/CUT adota a agroecologia como base de um novo processo da agricultura familiar no sentido de construção de um novo modo de fazer e viver a agricultura. *Não apenas como tecnologia sem a utilização de agrotóxicos, mas como nova concepção de agricultura, fundada em uma nova relação dos (as) agricultores (as) familiares com a terra, com a produção, com o ambiente e com a vida*. Buscaremos, nos fundamentos da agroecologia, os princípios para



adotar uma concepção de agricultura familiar pautada na diversificação e na policultura, associando a produção para autoconsumo. (FETRAF-Sul, 2007, p.57).

O depoimento de uma liderança da FETRAF na região do Alto Uruguai do RS aponta a oposição de modelos de produzir entre as grandes empresas do agronegócio e a *agricultura familiar*:

Temos que abrir mais espaços para a produção orgânica, até por que a tendência agora e de que as pessoas cada vez mais valorizam a saúde, então pra mim hoje vai ter muito espaço no mercado hoje de produtos orgânicos pra se vender. Então a relação da agricultura familiar com a agroecologia, eu acho que nós vamos avançar mais ainda é no momento que nós conseguimos produzir mais produtos orgânicos, ecológicos. Por que vai ser o diferencial, senão nós não vamos conseguir competir né... Se eu vou fazer um salame convencional, eu vou comprar da Sadia, da Perdigão, da Seara, de outras empresas, muda o que? Só se vender com preço mais barato né. *Agora se eu produzir um produto diferenciado, colonial, orgânico, eu acho que daí vamos ter mercado, vai ter um mercado muito bom* (entrevista de Adir Lazzaretti ao autor, 2010).

O depoimento ressalta as diferentes qualidades de cada produto e o potencial que os produtos da agricultura familiar podem ter desde que se diferenciem dos das grandes empresas. Neste sentido, a forma de produzir da agricultura familiar se diferenciaria tanto por ser produzida de forma ambientalmente correta, quanto por resgatar positivamente elementos culturais do grupo social dos *colonos*⁵.

Neste sentido, a *agroecologia* é associada ao modelo de produção da agricultura familiar, resgatando e valorizando o saber fazer tradicional que a diferencia das grandes empresas do agronegócio. Seguindo estes preceitos, a Federação propõe, nas resoluções de seu último Congresso de 2010, a *agroecologia* como “um novo modelo de fazer e viver na agricultura” que leve em conta os saberes tradicionais dos agricultores e a sua cultura local, que estimule a diversificação de atividades, a produção para autoconsumo das famílias e para o mercado e que propicie maior autonomia aos agricultores nos processos produtivos frente às corporações transnacionais do setor agropecuário (FETRAF-Sul, 2010).

Para além da construção da agroecologia, a Federação tem incluído em suas demandas recentes outros temas relacionados ao tema ambiental, tais como: reivindicação de pagamentos por serviços ambientais aos agricultores familiares que preservam áreas de matas, nascentes dos rios, recursos da biodiversidade etc.; ações de valorização dos conhecimentos

⁵ A valorização dos produtos elaborados de maneira artesanal (segundo formas tradicionais de produzir herdadas dos antepassados, os *colonos*) evidencia uma das formas de dar valores positivos para a agricultura familiar, para suas raízes e seus produtos típicos que encontram mercados locais e regionais em consumidores que, muitas vezes tem ou tiveram alguma relação com o meio rural e também valorizam ou passam a dar valor a estes produtos. Como destacado por Longhi e Santos (2003, p.8-9): “A importância que os consumidores têm dado aos chamados *produtos coloniais* deve-se, em grande parte, ao fato de uma parcela significativa da população urbana da maioria das cidades brasileiras mantém ainda um forte vínculo com o meio rural, considerando que o êxodo rural no Brasil iniciou a pouco tempo, comparando-se com outras regiões do mundo. Isso faz com que muitos costumes sejam preservados e também, através das feiras ecológicas, muitos hábitos alimentares vão sendo resgatados, ao contrário da artificialização e alienação consumista promovida pelos sistemas de comercialização mercantis. (grifo no original).”



tradicionais e das sementes crioulas; processo de regularização ambiental sem custo para os agricultores familiares; desenvolvimento de pesquisas que aprimorem a produtividade dos sistemas de produção da agricultura familiar de alimentos saudáveis e de qualidade com manejo sustentável dos recursos naturais; criação de uma política nacional de educação ambiental; realização de estudos sobre os impactos dos cultivos transgênicos sobre a biodiversidade e sobre a saúde humana; maior rigor na fiscalização sobre o uso dos agrotóxicos (FETRAF-Sul, 2010; 2011b).

Estas demandas visam fortalecer a *agricultura familiar* e o seu modelo de agricultura, associando-o com práticas de produção consideradas ambientalmente sustentáveis. Nos documentos da Federação, a *agricultura familiar* é apresentada como o setor social que pode constituir uma relação mais harmoniosa entre homem e natureza, produzir alimentos diversificados e com qualidade para o “povo brasileiro” e conjugar as intenções de desenvolvimento rural com o respeito à natureza e às culturas locais (FETRAF-Sul, 2004; 2007; 2010). Para a FETRAF, o *agricultor familiar* passa a ser o personagem que pode consolidar um novo modelo de desenvolvimento para a agropecuária brasileira, onde as preocupações com inclusão social, desenvolvimento agrícola e preservação das culturas locais e do ambiente constituem eixos centrais.

Considerações finais

O tema ambiental não é novo no sindicalismo no Sul do Brasil. Desde a década de 1980, quando se construiu a crítica aos efeitos perversos da modernização da agricultura, já aparecia um esboço de uma pauta ambiental nas elaborações sindicais e das ONGs que colaboravam com o sindicalismo. Entretanto, foi com a elaboração do projeto alternativo de desenvolvimento rural no fim meados da década de 1990 que o tema ambiental ganhou contornos mais claros no projeto de agricultura dos cutistas e depois lavado para dentro da CONTAG. Com a elaboração deste projeto o sindicalismo passaria por uma virada, deixaria de apenas criticar as consequências da modernização da agricultura e passaria a propor um novo modelo de organizar a produção nacional sugerindo medidas de reforma agrária, política agrícola diferenciada para pequenos produtores, escolhas tecnológicas adequadas, estabelecimento de uma nova relação homem-natureza, entre outras.

Este debate sobre o projeto alternativo de desenvolvimento também guiou as elaborações iniciais da FETRAF-Sul sobre agricultura e sobre o ambiente. Com o passar dos anos, a Federação ampliou o debate interno e o tema ambiental acabou ganhando um novo relevo. Neste aspecto, as elaborações da Federação tem estabelecido um espaço importante



para a construção da transição para um modelo de agricultura ecológica e tem incluído em suas pautas de reivindicação demandas relacionadas à busca pela preservação dos recursos naturais e pagamentos por serviços ambientais e para incentivar a preservação de recursos e dos saberes tradicionais pelos agricultores familiares.

Para a FETRAF, da mesma forma, a construção da agroecologia passou a ser um conjunto de princípios gerais para pensar a adequação da agricultura familiar frente às preocupações ambientais contemporâneas. A agroecologia não é vista somente como um conjunto de técnicas de produção agropecuária, mas como base de uma nova concepção de agricultura, como um novo modelo de produzir e viver na agricultura, como base para gestionar os recursos naturais e ação do homem no meio. Neste sentido, a adoção da agricultura ecológica passa a dar um valor positivo para o projeto da *agricultura familiar* que a FETRAF constrói, associando-lhe o qualificativo da sustentabilidade ambiental.

Referências Bibliográficas

- AGRICULTURA ALTERNATIVA. *CETAP, alternativa popular*. Passo Fundo, v.1, n.2, 1991.
- ALMEIDA, J. Propostas tecnológicas “alternativas” na agricultura. *Cadernos de difusão tecnológica*, n. 6(2/3), maio/dez, 1989.
- ALONSO, A; COSTA, V.; MACIEL, D. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos estudos CEBRAP*, n.79, nov. 2007.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.
- BRANDENBURG, A. Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas, *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, nº 6, jul./dez. 2002.
- BRUM, A. J. *A Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- DELGADO, G. *Questão agrária brasileira no pós-guerra e sua configuração contemporânea*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.
- DETR-RS. II Congresso Estadual: organizando a produção e construindo um novo sindicalismo. Passo Fundo, 1993.
- DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza dos trópicos*. São Paulo: NAPAUB, 2000.
- FETRAF-SUL. Resoluções do I Congresso Sindical da Agricultura Familiar. Chapecó, mar. 2001 (Congresso de fundação).
- FETRAF-SUL. Resoluções do I Congresso da FETRAF-Sul/CUT. Chapecó, mar. 2004.
- FETRAF-SUL. Resoluções do II Congresso da FETRAF-Sul/CUT. Francisco Beltrão, 2007.
- FETRAF-SUL. Documento Base do III Congresso da FETRAF-Sul/CUT. Erechim, 2010.



- FETRAF-SUL. Questões ambientais preocupam FETRAF-SUL/CUT. 2011a. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/2011/index.php?option=com_content&view=article&id=1405:questoes-ambientais-preocupam-fetrafsulcut&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=104>. Acesso em: 22 jan. 2012.
- FETRAF-SUL. Agricultores familiares aprovam pauta para a Jornada Nacional de Lutas. 2011b. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/2011/index.php?option=com_content&view=article&id=533:agricultores-familiares-aprovam-pauta-para-a-jornada-nacional-de-lutas&catid=3:destaques>. Acesso em: 24 jan. 2012.
- GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- LONGHI A.; SANTOS, M. S. *O CETAP e a biodiversidade*. Passo Fundo: CETAP, 2003. Disponível em: <<http://cetap.org.br/wp-content/uploads/2008/11/o-cetap-e-a-biodiversidade.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2010.
- MARTINE, G.; GARCIA, R. C. *Impactos sociais da modernização da agrícola*. São Paulo: Ed. Caetés, 1987.
- MEDEIROS, L. S. “Sem terra”, “assentados”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (org.) *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PICOLOTTO, E. L. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado), CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2011.
- REDE TA/SUL. Interconectando ideias e ideais na construção da agricultura do futuro. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (org.) *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.
- ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969 (v. 2).
- SCHMITT C. J. *Transição para a agroecologia na Região Sul*. In: Encontro Nacional de Agroecologia, Rio de Janeiro, 2002.
- SCHMITT, C. J. A CUT dos colonos: história da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Z. (org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (v. 1).



GT 3 – Conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais e desenvolvimento rural

**Processo de Vulnerabilização Social na Amazônia Ocidental:
do discurso à prática no contexto das mudanças climáticas -
RESEX Alto Juruá/AC**

Raquel Duarte Venturato¹

¹ Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural/UFSCar e Doutoranda do PPG Ciências da Engenharia Ambiental, da Escola de Engenharia de São Carlos/USP; E-mail: quelvento@yahoo.com.br

Resumo

A região do Alto Juruá, localizada no Estado do Acre, no Brasil, caracteriza-se pela territorialidade de distintos povos tradicionais. Dentre eles, há as comunidades da Reserva Extrativista do Alto Juruá que, em suas características caboclas, tem como ciclo representativo a produção do autoconsumo. Ocorre que povos tradicionais dessa região vêm sofrendo certos desafios em função de circunstâncias ambientais adversas, tais como os eventos extremos relacionados à água, desafiando seus arcabouços culturais e suas práticas sociais, pois, na última década, a região foi palco tanto de secas e cheias severas. Como o debate científico em torno das mudanças climáticas aponta que estes eventos podem ocorrer com mais frequência, cabe o propósito de investigar sociologicamente, no âmbito microsociai, como tal grupo responderá a tais desafios, seja em termos das representações sociais, seja em relação às práticas balizadas por essas representações, que tanto configuram a vulnerabilidade quanto demonstram resiliência e/ou capacidade adaptativa. Diante deste objetivo, esse estudo empreenderá uma análise exploratória a partir de uma abordagem qualitativa de pesquisa, que toma como centralidade o conceito bourdieudiano de *habitus*.

Palavras-Chave: Vulnerabilidade sócio-espacial; Eventos Extremos relacionados à água; Povos tradicionais, Alto Juruá, Acre.



Introdução

O Brasil possui uma rica diversidade biológica, caracterizada pela formação dos diversos Biomas, tais como, por exemplo, o Cerrado, a Caatinga, a Mata Atlântica, a Restinga, o Amazônico. Por se tratar de constituições distintas quanto à formação vegetal e composição animal, as territorialidades neles contidas pressupõem um arcabouço heterogêneo, os quais agregam variados modos de vida, segundo as características do ambiente ao qual pertencem.

A Amazônia é detentora da maior sócio-biodiversidade do planeta, representando o habitat de 200 grupos étnicos, expressando-se em 170 línguas diferenciadas. Acumula, portanto, um valioso patrimônio cultural de conhecimento ancestral e atual dos produtos regionais sobre plantas medicinais e comestíveis, flores, frutos, sementes, cascas de árvores, extração de resinas, seivas, raízes e agricultura de subsistência (GOODLAND & IRWIN, 1975; BENCHIMOL, 1997).

“Os atributos que definem a categoria social caboclos são econômicos, políticos e culturais” (LIMA-AYRES, 1992; LIMA, 1999, p.3-4), bem como seu conhecimento sobre a floresta, os aspectos dos hábitos alimentares e os padrões de moradia. Seringueiros não são diferentes, os quais manejam recursos naturais de forma a garantir a capacidade de resiliência dos recursos utilizados. A história dos seringueiros é marcada por muitas lutas políticas, não apenas aquelas em que foram empreendidos esforços para reconhecimento oficial das Reservas Extrativistas, mas também pelo direito às condições de trabalho nos antigos barracões, o delineamento comunal dos interesses coletivos (ALMEIDA, 2004) e, sobretudo, a inserção das questões ambientais no planejamento de objetivos estratégicos (ALEGRETTI, 2002).

Esses povos vivem, em sua maioria, à beira de rios, igarapés, igapós, lagos e várzeas. Quando as chuvas enchem os rios e riachos, esses inundam lagos e pântanos, marcando o período das cheias que, por sua vez, regula o modo de vida desses povos. Esse ciclo sazonal rege as atividades de extrativismo vegetal, agricultura e pesca dos habitantes da região (MAYBURY-LEWIS, 1997; ALMEIDA, 2004). Quando começa a cheia torna-se impossível fazer roça, e mesmo a pesca e a caça ficam mais difíceis. Esses caboclos são extrativistas e agricultores que produzem em regime familiar, vendendo o excedente e, frequentemente, em períodos de maior demanda por força do trabalho nas áreas de cultivo de mandioca (roçado), usam o sistema de troca de dias de



trabalho entre vizinhos, denominado Ajuri; ou realizam o pagamento de diárias por serviços prestados (limpa, queima, junta, coivara, beneficia²) (DIEGUES & ARRUDA, 2001; VENTURATO, 2010).

Assim, pode-se afirmar que a constituição dos modos de vida no Alto Juruá, Acre, da Amazônia brasileira está intrinsecamente ligada à sazonalidade das águas, exercendo, em escalas macro e micro social, importante papel sobre as formas de reprodução do grupo. Entretanto, a intensificação de eventos extremos relacionados à água na região do Alto Juruá (secas e cheias severas), como têm sido frequentemente relatado, tem imposto desafios ao modo de vida desses povos. Trata-se da capacidade transformadora que fatores de ameaça exercem sobre a organização social, a ponto de desorganizar as estruturas sociais, romper suas formas de entendimento espacial e desarranjar os atributos de seu território.

O que se pretende neste trabalho não é elaborar prognósticos de cenários futuros com base no discurso das mudanças climáticas. Mas sim de constatar como comunidades lidam com os recursos hídricos da região e como uma série de eventos extremos relacionados à água na região do Alto Juruá, no Acre a afeta diretamente, deixando-a vulnerável a ponto do resultado dessa relação gerar desastres sociais de grandes proporções. Desta forma, as perguntas que norteiam o presente trabalho são: de que forma esses povos percebem os desafios gerados através de secas e cheias severas? Terão a capacidade de suplantar tais desafios? De que forma? Sobre quais circunstâncias?

Diante do problema apresentado, o estudo tem por objetivo descrever e analisar como a organização social e as rotinas sócio-espaciais do grupo respondem às possíveis ocorrências de eventos extremos relacionadas à água.

E, de maneira específica:

- 1.) Caracterizar as representações sociais que correspondem à dinâmica ecossistêmica (biótica e abiótica) referente ao ciclo hidrológico e, particularmente, aos extremos da disponibilidade de água (secas e cheias);

² Processo produtivo da mandioca: limpa - consiste em derrubar as árvores maiores e desbastar o sub-bosque; queima - consiste em atear fogo no material derrubado; junta - consiste em empilhar o material que não queimou; coivara - consiste em atear fogo nos montes empilhados; beneficia - consiste em beneficiar a mandioca em vários subprodutos, tais como goma, tapioca, tucupi, bolo, pé-de-moleque, dentre outros produtos feitos a partir da massa de mandioca.



- 2.) Descrever as estratégias de utilização da água doce na viabilização das práticas produtivas locais relacionadas ao autoconsumo e segurança alimentar;
- 3.) Identificar, num recorte etário e de gênero, as principais técnicas usuais e emergenciais que o grupo utiliza para dar provimento as suas necessidades vitais relacionadas à água;
- 4.) Descrever e analisar a relação sócio-política da comunidade local com os atores governamentais responsáveis pelo apoio e implementação de medidas emergenciais frente aos eventos extremos relacionados à água.

Espera-se que a realização desta pesquisa possa subsidiar o fortalecimento da organização comunitária, através do detalhamento dos desafios enfrentados e da identificação das possíveis medidas de antecipação e atendimento à população envolvida. Da mesma forma, espera-se que a pesquisa auxilie, também, nas ações institucionais de prevenção e resposta aos desastres relacionados à água na região do Alto Juruá.

O Conceito de Vulnerabilidade

Para Adger (2006), seria apreciável que pesquisas sobre a vulnerabilidade humana garantissem espaço para identificar as estratégias de resiliência dos grupos entrevistados. Para a Ecologia, resiliência é a capacidade de um sistema (sócio ecológico) integrar uma perturbação no seu funcionamento, sem perder sua estrutura e funções essenciais, bem como sua capacidade de adaptação às novas circunstâncias (CARPENTER et al., 2001). Essa concepção parte da idéia de que qualquer interrupção nesse sistema é arbitrário o que, então, é conciliável com o conceito de habitus, definido por Bourdieu (1983) como a capacidade humana de herdar “sistemas de disposições duráveis e transponíveis integradas a experiências passadas”, e reproduzir certo conjunto de atividades e ações contínuas nos âmbitos público e privado.

O processo de vulnerabilização estaria, assim, associado à interferência de fatores de ameaça quaisquer sobre os aspectos reprodutivos dos modos de vida susceptíveis (WATSON et al., 1997), o que, para povos tradicionais, como caboclos, que convivem há muitas gerações com a sazonalidade das águas no Alto Juruá – isto é, integram seu modo de vida à dinâmica natural do ecossistema fluvial –, significaria lidar com o



impacto de ameaças excepcionais diante as quais o repositório da cultura tradicional tem que fazer ajustes entre o já sabido e experimentado e as novas circunstâncias, as quais exigem a produção de novas estratégias num ritmo mais acelerado do que essas podem emanar. Tais ameaças podem exercer pressões sobre o *habitus* ribeirinho de tais grupos, desorganizando sua rotina bem como as estruturas sociais delas dependentes e rompendo os quadros de referência sócio-culturais, incluindo os que norteiam a espacialização da moradia e demais atributos de seu território. Episódios de redução extrema da disponibilidade de água, que impõem o isolamento geográfico involuntário, devido as vias de comunicação serem essencialmente fluviais, e ameaça a segurança alimentar de sucessivas comunidades ao longo da bacia hidrográfica resultam num nível tal de susceptibilidade que representam, de fato, ocorrência de desastres.

Tais acontecimentos nos levam a endossar que a vulnerabilidade não está associada somente à exposição aos riscos (perturbações e tensões), mas também reside na arena político-econômica (TURNER et al., 2003; VALENCIO, 2009), pois determinados grupos expostos a dados fatores de ameaça não podem antecipar, lidar, resistir e recuperar-se dos impactos de eventos excepcionais tampouco deflagrar alternativas, por não possuírem situação econômica privilegiada (CONFALONIERI, 2002). Assim, medidas do Estado são requeridas para que o direito à proteção dessas comunidades seja garantido e sejam, ainda, capazes de se fazer ouvir na esfera pública (ACSELRAD, 2006)

Caso contrário, o processo de vulnerabilização social pode gerar desastres de grandes proporções. Desastre é aqui considerado como um fenômeno que imiscui um acontecimento físico com elaborações culturais que o ancoram (QUARANTELLI, 1998). Sendo assim, os subsídios que as Ciências Sociais podem fornecer à mitigação dos desastres nas localidades brasileiras precisam ser enfocados pela perspectiva da vulnerabilidade social e das representações sociais sobre as práticas dos sujeitos envolvidos (SIENA, 2009).

O Conceito de *Habitus* e seus desdobramentos associados à Perda do Território

O conceito de povos tradicionais pode ser compreendido por um conjunto de *habitus* diferenciado, o qual reproduz historicamente as particularidades de seu “modo



de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza” (DIEGUES & ARRUDA, 2001). Sobretudo, que sejam capazes de desenvolver modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos. Caiçaras, sitiantes e roceiros, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, pescadores artesanais, grupos extrativistas e indígenas fazem parte deste arcabouço cultural.

Conforme a contribuição de Little (2002, p.23), o conceito de povos tradicionais contém tanto uma dimensão empírica, de saberes e modos de fazer, quanto uma dimensão política, na legitimação de seus regimes de propriedade comum e das leis que os fundamentam. Já o termo “tradicional”, inevitavelmente, remete a associação com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico. Todavia, na presente abordagem, o conceito de tradicional tem mais afinidade com o uso dado por Sahlins (1997) quando mostra que as tradições culturais se mantêm e se atualizam mediante uma dinâmica de constante transformação, as quais são ajustadas segundo sua capacidade de adaptação.

O sociólogo Pierre Bourdieu elabora o conceito de *habitus* segundo o embasamento em autores como Erwin Panofsky e Robert Marichat, os quais partem da premissa de que o *habitus* é resultado de uma escolha e a expressão de uma estratégia. Ou ainda, que se configura em:

“um sistema de disposições duráveis e transitórias, integrando todas as experiências passadas, os quais funcionam em cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças a transferência analógica de esquemas que permitem resolver os problemas de modo semelhante e graças as correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por estes resultados. (BOURDIEU, 1983, p.53)”

O *habitus*, como “sistema de disposições duráveis”, imprime à vida prática uma ação organizadora da própria vida, que é repassada de geração em geração, através das relações sociais constituídas e constituintes. Significa dizer que as relações sociais são



estabelecidas segundo suas interações com o meio ambiente ao qual estão circunscritos, e os desdobramentos a ele associados.

Em outro trecho, encontra-se a seguinte afirmação:

“As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e estruturados das práticas e representações que podem ser objetivamente <reguladas> e <regulares> sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente” (BOURDIEU, 1983, p.60-1).

Em outra obra (BOURDIEU, 2004, p.158), o autor retoma a discussão e conclui que “o *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de percepções e apreciação das práticas. E nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído.”

Ou ainda em Mauss (1974), quando atribui sentido cognitivo ao conceito de *habitus*:

“*Habitus* não designa os hábitos metafísicos, ou a memória misteriosa. Variam não apenas com os indivíduos e suas intimações, mas, sobretudo com as sociedades, as educações, as convivências e os modos e prestígios. É preciso encará-lo como técnica e como elaboração da razão prática coletiva e individual, onde vulgarmente não se vê senão a alma e as suas faculdades de repetição”.

Os sistemas naturais se referem aos processos biológicos e biofísicos, enquanto os sistemas sociais, ou *habitus*, são constituídos por regras e instituições que media o uso



humano dos recursos, bem como sistemas de conhecimento e ética, que interpretam sistemas naturais a partir de uma perspectiva humana (BERKES & FOLKE, 1998).

Se no contexto destes sistemas, resiliência refere-se à magnitude do distúrbio que pode ser absorvida, bem como a capacidade de se auto-organizar e se ajustar às novas circunstâncias e, se o conceito de vulnerabilidade está associado à susceptibilidade de ser afetada, denotando um sentido pejorativo ao termo (ADGER, 2006), então pode-se afirmar que os povos tradicionais possuem um conjunto de entendimento sobre o ecossistema que habitam que os possibilitam reproduzir histórico, social e simbolicamente diferentes formas de organização social. Assim, rupturas nos sistemas que regulam as funções ecossistêmicas podem desestruturar as formas de entendimento deste mesmo mundo entendido por estes povos tradicionais e a capacidade de se inserir nessa racionalidade. Tais rupturas exigem, portanto, a re-elaboração das organizações em outros patamares e o equilíbrio da dinâmica ecossistêmica dos fenômenos ambientais implica na capacidade de ajustamento ou de resiliência desses povos, sendo este um fator condicionante à reprodução social.

Das situações de normalidade socioambiental ao processo de vulnerabilização social

Comunidades ribeirinhas situadas na região do Alto Juruá no Estado do Acre reproduzem seus *habitus* sociais segundo a influência sazonal das águas e seus desdobramentos na flora e fauna associados.

Os rios de água branca, como o Amazonas, Purus, Madeira e Juruá nascem na região Andina e pré-Andina. Sua coloração branca ou barrenta se deve à alta carga de sedimentos transportados, oriundos dos intensos processos erosivos ocorrente nos Andes. A concentração de metais alcalinos, carbonatos e bicarbonatos encontrados nessas águas é relativamente alta, resultando um pH entre 6,2-7,2, contendo também quantidades altas de sais minerais em solução. São consideradas águas de elevadas produtividades naturais, com alta diversidade na fauna e na flora e suas planícies são formadas por solos argilosos relativamente férteis (SILVA et.al., 2003).



Os ritmos ecológicos da região são muito marcados pelas chuvas que apresentam total anual acima dos 2.200 mm, sendo os meses de dezembro, janeiro e fevereiro o trimestre mais chuvoso e junho, julho e agosto o mais seco (AZIZ AB'SÁBER, 2004).

A dinâmica natural das águas tem influência sobre todas as estruturas sociais, sendo um fator regulador de sistemas reprodutivos do modo de vida ribeirinho. As atividades produtivas de subsistência e os vínculos estabelecidos junto aos mercados locais e regionais são condicionados segundo o funcionamento regular do fluir das águas, adaptados às enchentes e cheias, vazantes e secas. Portanto, pode-se dizer que a consolidação de seus *habitus* está diretamente relacionada à normalidade do funcionamento dessas interações.

Se considerarmos um cenário que possui características sócio-políticas desfavoráveis e a elas forem associadas fatores de ameaça de origem natural, então podemos pressupor a consolidação de uma sociedade vulnerável a desastres sociais (BECK, 2007), pois a vulnerabilidade social é resultado da lógica subjacente aos processos sociais; do risco corrente associado às disparidades da sociedade moderna segundo as políticas de ocupação geográfica; das dificuldades impostas pelas composições biofísicas dos locais de morada; das características da dinâmica demográfica ou à sua situação socioeconômica, ligadas ao ciclo vital, à estrutura familiar ou aos aspectos migratórios do grupo (MARANDOLA & HOGAN, 2009).

Segundo IPCC (2001):

“The degree to which a system is susceptible to, or unable to cope with, adverse effects of climate change, including climate variability and extremes. Vulnerability is a function of the character, magnitude, and rate of climate variation to which a system is exposed, its sensitivity, and its adaptive capacity” (IPCC, 2001).

Os fatores de ameaça e o estado de vulnerabilidade social são de ordem trans-escalar, são riscos associados a um contexto sociopolítico que se manifestam de formas diferentes e em diferentes escalas (KASPERSON & KASPERSON, 2001), envolvendo a possibilidade de ruptura da dinâmica social, que envolve as esferas cultural, política, psíquica e econômica.



No Quadro Esquemático de Turner e colaboradores (2003), a seguir, é possível visualizar as múltiplas escalas que o estado de vulnerabilidade envolve:

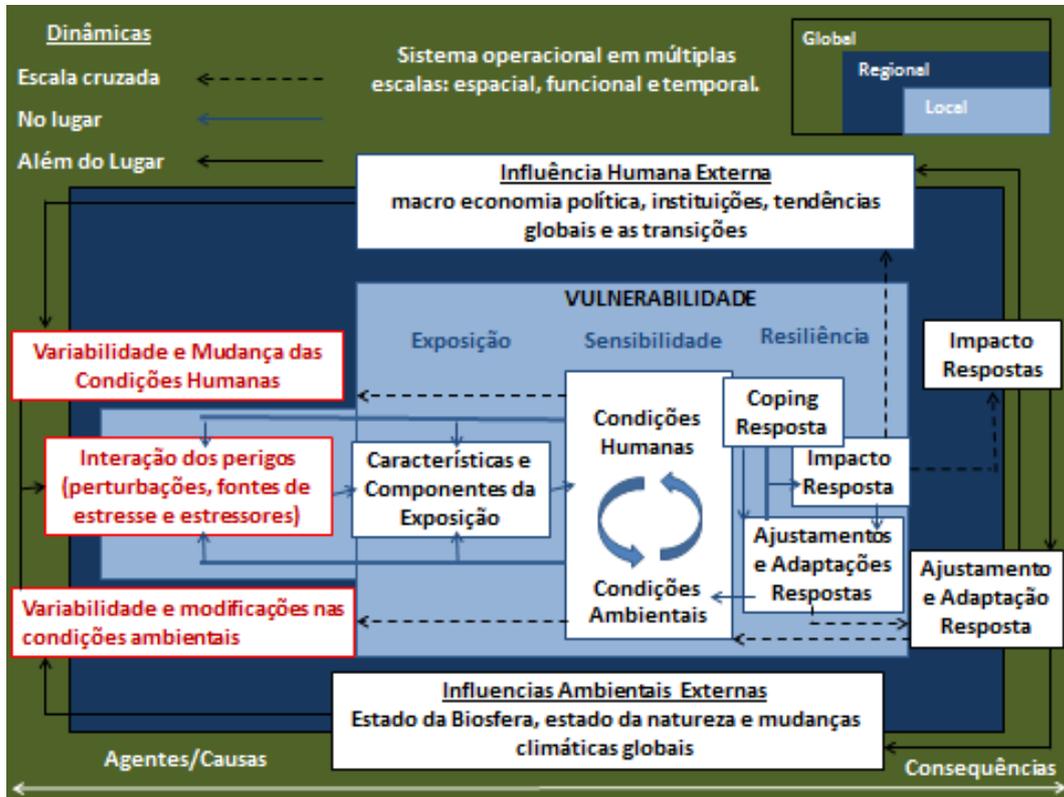


FIGURA 1: Vulnerability framework. Components of vulnerability identified and linked to factors beyond the system of study and operating at various scales (adaptado de TURNER et al., 2003).

A partir das interpretações que se pode fazer dos dados, é possível afirmar que em âmbito local a concepção do estado de vulnerabilidade social está circunscrita segundo a somatória de predicados: às susceptíveis condições humanas e ambientais que, quando expostas a fatores de ameaça, desafiam à capacidade de resiliência de grupos submetidos a situações de anormalidade, exigindo uma resposta adaptativa. Numa escala regional, esses ajustamentos devem considerar os fatores que influenciam mudanças nas condições sociais e ambientais, para, então, calcular os níveis de perturbação e de estresses. Já na escala global, estabelece-se interface entre as causas e consequências dos desastres, apontando as remediativas ações institucionais de atendimento aos afetados (TURNER et al., 2003)



O cerne da questão sobre vulnerabilidade usado pelo IPCC (MCCARTHY et al., 2001) configura-se no grau em que um sistema é suscetível e incapaz de lidar com os efeitos adversos das mudanças climáticas. Tal como abordado por Adger (2006), que entende o estado de vulnerabilidade segundo o grau de exposição e de sensibilidade às perturbações ou ameaças externas; bem como sua capacidade adaptativa frente estes desafios.

À exposição pode-se atribuir o grau de afetação causado por fatores de ameaça ambiental ou a condições sócio-políticas, considerando sua magnitude, frequência, duração e extensão (BURTON, et al., 1993) a estes sistemas. Sensibilidade é o grau em que um sistema é modificado ou afetado por perturbações. Já a capacidade adaptativa está condicionada as autonomias de auto-organização, inclusive com medidas de antecipação aos impactos (ADGER, 2006).

Na revisão feita por Adger e colaboradores (2005), a ideia de que eventos extremos do clima expõem graus de vulnerabilidade subjacentes e que essas afetações podem agir como fatores de dissolução da capacidade de resiliência dos afetados, permite concluir que a construção do termo vulnerabilidade está ligada a inexistência de direitos sociais associadas à susceptibilidade a eventos extremos (ADGER, 2006). Desta forma, pesquisas sobre vulnerabilidade enfrentam significativos desafios, uma vez que devem incorporar as dimensões de antecipação e de respostas a fatores de ameaça e a participação efetiva de órgãos responsáveis pela segurança social.

Não cabe à pesquisa o papel de provar que as ações humanas da era pós-industrial, as quais basearam sua matriz energética na produção de gases do efeito estufa, aceleraram ou modificaram irreversivelmente as condições naturais de temperatura do planeta. O que se pode afirmar, ainda que não seja possível dimensionar imediatamente as causas, é que intensificações em fenômenos naturais, tais como secas e cheias extremas, têm agido como fatores de ameaça sobre grupos vulneráveis do Alto Juruá, e a junção destas ocorrências como possibilidade de se transformarem em catástrofes.

Para lidar com a crise que o desastre proporciona na esfera social, é preciso conhecer as inúmeras organizações sociais; as formas de sociabilidade; o exercício das responsabilidades; a convergência entre interesses públicos e privados para que, então, se possa elaborar medidas para preencher os hiatos dos direitos civis (SENNET, 2004).



O objeto do presente estudo insere-se no atual debate da situação de vulnerabilidade que comunidades ribeirinhas da região do Alto Juruá enfrentam pelos desafios causados pelos eventos extremos relacionados à água. Da mesma forma, estudos desta natureza ainda não foram realizados com grupos tão particulares nesta localidade. Os resultados que serão recolhidos farão o debate avançar devido a identificação das reais necessidades desses grupos, de forma a auxiliar na elaboração de ações preventivas e remediativas em situações causadas por tais eventos. Portanto, a questão da vulnerabilidade será o foco da investigação, uma vez que pontua os potenciais fatores de ameaça, o que possibilita delimitar as reais necessidades e condições dos afetados e elaborar ações preventivas.

Procedimentos Metodológicos

Numa abordagem qualitativa das Ciências Sociais, especificamente na área de Sociologia, este estudo adotará os seguintes procedimentos: a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo de base qualitativa.

A pesquisa terá um caráter exploratório, uma vez que visa coletar, sistematizar e analisar dados originais obtidos em campo para compor a problematização que envolve a organização social e dinâmica da territorialidade de um dado grupo em torno do qual não há literatura disponível. O grupo estudado é formado por comunidades ribeirinhas da Reserva Extrativista do alto Juruá, cujas características preliminares sócio-espacial foram levantadas inicialmente.

A pesquisa bibliográfica permitirá identificar, através de literatura sociológica, as concepções de povos tradicionais referente a representações sociais e suas práticas no contexto de eventos extremos do clima, sobretudo aquelas que elucidam a construção de mecanismos para lidar com as circunstâncias que resultam deste cenário, tais como povos tradicionais que habitam localidades insulares e estão diante o desafio do aumento no nível do mar.

Pretende-se, inicialmente, selecionar quatro comunidades da RESEX Alto Juruá, duas estabelecidas em ambiente de várzea e duas em terra firme. Acredita-se que as características quanto à posição geográfica e os atributos ambientais circunvizinhos das comunidades, fornecem uma rica descrição dos enfrentamentos que terão frente aos



eventos extremos relacionados à água, tal como o fechamento dos canais dos rios, inviabilizando deslocamentos regulares; o isolamento geográfico perante outras comunidades, bem como dos centros urbanos, dentre outros desafios.

A amostra por comunidade será definida por meio de uma base evolutiva, denominada “bola de neve” (TAYLOR e BORGAN, 1992). Este método escolhe, preliminarmente, uma pessoa denominada “piloto” ou “guia”, que fornecerá diversas informações sobre a constituição do modo de vida de sua comunidade, bem como outras questões contidas no roteiro de entrevistas. Em seguida, indicará mais duas pessoas para passar pelo mesmo procedimento. O tamanho da amostra não é definido antecipadamente, pois isso ocorre naturalmente no momento em que as informações obtidas em campo se repetem e nada de novo é acrescentado à narrativa (TRIPOLDI, et al., 1981).. Tal procedimento é denominado de saturação teórica, pois as principais questões sobre o assunto já foram levantadas.

Na ocasião do trabalho de campo, serão realizadas as atividades: Entrevistas semi-estruturadas, coleta de relatos orais (QUEIROZ, 1987) com auxílio de um gravador; Escrita de um diário de campo; bem como o uso da fotodocumentação (DUBOIS, 1993).

O roteiro de entrevistas procurará descrever quais são as práticas, atitudes e representações adotadas pela população atingida por eventos extremos relacionados à água na região do Alto Juruá. Espera-se que a análise sociológica possa subsidiar e alimentar a necessária reflexão das instituições envolvidas no atendimento, antecipação e resposta aos acontecimentos.

Pretende-se, ainda, utilizar-se o método Memória social coletiva (HALWACHS, 2006), uma vez que serão também trabalhadas as lembranças dos tempos passados e dos desafios vivenciados na ocasião pela comunidade. Pode-se fazer uso, também, do método Grupo Focal, organizando reuniões coletivas e colocando em questão o assunto sobre os desafios enfrentados perante fatores de ameaça relacionados à água. Para Caplan (1990), os grupos focais são “pequenos grupos de pessoas reunidos para avaliar conceitos ou identificar problemas”. Essas lembranças são fruto de uma construção social e de um intenso processo de disciplina que confere coesão ao grupo.

Após cada entrevista e/ou reunião, é pretendido redigir um diário de campo, que seja capaz de servir como uma ferramenta para melhor compreender as informações



obtidas, bem como não permitir que nenhum detalhe da rica trama de informações se perca em definitivo, sobretudo aquelas derivadas de relatos orais, da observação direta das práticas dos informantes e das demais linguagens, gestuais e corporais, e aspectos do ambiente que os circundam.

A pesquisa de campo será exploratória, enfocando esse dado grupo frente aos eventos extremos relacionados à água como centralidade. Para tanto, será necessário caracterizar dois ambientes distintos: várzea e terra firme. Embora sejam grupos que vivem os mesmos desafios frente aos extremos do clima, há particularidades em cada categoria que precisam ser destacadas. Desta forma, serão levantadas variáveis que permitirão estabelecer uma análise comparada, de forma a identificar regularidades e padrões comuns no modo de vida em ambos ambientes (SELLTIZ et. al., 1959).

Pretende-se, após as incursões no campo, passar para a pesquisa documental de caracterização das instituições envolvidas no atendimento, antecipação e respostas a eventos extremos provocados pelo clima. Por meio de documentos (plano de contingência, por exemplo) aplicados por institutos como as Prefeituras Municipais, o Governo Estadual, a Defesa Civil e o Exército Brasileiro, será aberta uma amostra do problema real em questão, e a possibilidade de se compreender melhor os procedimentos macrossociais que eventualmente são ou poderão ser adotados em prol da vulnerabilidade do grupo focalizado.

Considerações Finais

Objetiva-se que a coleta, a sistematização e a interpretação de depoimentos oriundos da pesquisa de campo, juntamente com a revisão bibliográfica e documental, possibilitem a descrição e análise das mudanças que os eventos extremos relacionados à água causam na organização e nas rotinas sócio-espaciais do grupo focalizado. Assim, espera-se que ao se visibilizar as dimensões socioculturais desses grupos, a pesquisa dê subsídios que incremente a literatura e as reflexões de questões práticas dos agentes institucionais envolvidos, de forma a ajudar nos arranjos políticos que lidam com vulnerabilidade de grupos tão particulares. Anseia-se que a pesquisa possa subsidiar, com este recorte de pesquisa, uma nova etapa nos debates sobre a questão da segurança frente aos eventos extremos relacionados à água.



Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, H., (2006). Território, localismo e política de escalas. In: ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. *Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 13-32.
- ADGER, W.N., HUGHES, T.P., FOLKE, C., CARPENTER, S.R., ROCKSTRO, M, J., (2005). Social-ecological resilience to coastal disasters. *Science* 309, 1036–1039.
- ADGER, W.N., (2006). *Global Environmental Change* 16, p.268–281.
- ALEGRETTI, M. H. (2002) *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, Tese de doutorado, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental).
- ALMEIDA, M. W. B. (2004) *Direitos à Floresta e Ambientalismo: Seringueiros e suas lutas*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais – VOL. 19, N.º. 55, Junho*.
- AZIZ AB’SABER (2004) *Amazônia: do discurso à práxis – 2.ed.* – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- BENCHIMOL, S., (1997). *Amazônia 96: Fisco e Contribuintes*. Edição Universidade do Amazonas, Manaus-AM. 193pp.
- BERKES, F., FOLKE, C., (1998). Linking social and ecological systems for resilience and sustainability. In: Berkes, F., Folke, C. (Eds.), *Linking Social and Ecological Systems*. Cambridge University Press, Cambridge, pp. 1–25.
- BOURDIEU, P., (1983). Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática (Col. Grandes Cientistas Sociais).
- BOURDIEU, P., (2004). **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense.
- BURTON, I., KATES, R.W., WHITE, G.F., (1993). *The Environment as Hazard*, Second ed. Guilford, New York.
- CAPLAN, S. (1990). Using focus group methodology for ergonomic design. *Ergonomics*, v. 33, n. 5, p. 527-33.
- CARPENTER, S.R., WALKER, B.H., ANDERIES, J.M., ABEL, N., 2001. From metaphor to measurement: resilience of what to what? *Ecosystems* 4, 765–781
- CONFALONIERI, U., (2002). Variabilidade climática, vulnerabilidade social e saúde no Brasil. *Fundação Oswaldo Cruz*, 193-204.
- DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R.S.V. (Orgs), (2001). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 176 p.
- DUBOIS, P., (1993). **Ato Fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Ed. Papyrus.
- GOODLAND, R.& IRWIN, H. (1975). *A selva Amazônica: do inferno verde ao deserto vermelho?* - São Paulo, Ed. Itatiaia, Ed. da Universidade de São Paulo. 156pp.
- HALBWACHS, M., (2006). *A Memória Coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro.
- IPCC, (2001). *Climate Change 2001: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Third Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, J.J. McCarthy, O.F. Canziani, N.A.



- Leary, D.J., Dokken and K.S. White, Eds., Cambridge University Press, Cambridge, 1032 pp.
- KASPERSON, J.X., KASPERSON, R.E. (Eds.), (2001). *Global Environmental Risk*. Earthscan and UNU Press, London.
- LIMA-AYRES, D., (1992). *The Social Category Caboclo: history, social organization, identity and outsider's local social classification of the rural population of an Amazonian region*. Ph.D. Dissertation. Cambridge: University of Cambridge.
- LIMA, D., (1999). *A Construção histórica do termo caboclo. Sobre estruturas e representações sociais no meio rural Amazônico*. *Novos Cadernos do Naea*, V.2, N.2.
- LITTLE, P. E., (2002). *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade*. Brasília, Universidade Nacional de Brasília (UnB).
- KARSFERSON & KARSFERSON, 2001
- MARANDOLA, Jr., HOGAN, D. J., (2009). *Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica*. *Revista brasileira Estatística Populacional*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 161-181, jul./dez.
- MAUSS, M., (1974). *Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In: *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo: [1923-24] Edusp.
- MAYBURY-LEWIS, B., (1997). *Terra e água: identidade camponesa como referência de organização política entre ribeirinhos do rio Solimões*. In: FURTADO, L.G. (org). *AMAZÔNIA, DESENVOLVIMENTO, SOCIODIVERSIDADE E QUALIDADE DE VIDA*. Belém: UFPA/ Núcleo de Meio Ambiente, P.31-69.
- MCCARTHY, J. J.; CANZIANI, O. F.; LEARY, N. A.; DOKKEN, D. J. & WHITE, K. S., (2001). *Climate Change 2001* (Cambridge Univ. Press, Cambridge, U.K.).
- QUARANTELLI, E. L., (1998). *Epilogue: Where we have been and where we might go*. In: QUARANTELLI, E. L.(ed.) *What is a disaster? Perspectives on the question*. London; New York, Routledge, p. 234-273.
- QUEIROZ, M. I. P., (1987). *Relatos Oraís: do "indizível" ao "dizível"*. In: **ENSAIOS**. CERU/Departamento de Ciências Sociais, FFLCH, USP.
- SAHLINS, M., (1997). "O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção". *Mana* 3(1): 41-73 e (2): 103-150.
- SELLTIZ, C., JAHODA, M. DEUTSCH, M. AND COOK, S.W. (1959). *Research Methods in Social Relations*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- SENNET, R., (2004). *Um caráter voltado para fora (Cap. 9)*. In: SENNET, R. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Ed. Record. P. 259-279.
- SIENA, M. (2009). *A dimensão de gênero na análise sociológica de desastres: conflitos entre desabrigadas e gestoras de abrigos temporários relacionados às chuvas*. -- São Carlos: UFSCar, 161 f. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos.
- SILVA, A.J.P.; LOPES, R.C.; VASCONCELOS, A.M.; BAHIA, R.B.C. (2003) *Geologia, Tectônica e Recursos Minerais do Brasil*; In: BIZZI, L.A.; SCHOBENHAUS, C.; VIDOTTI, R.M. e GONÇALVES, J.H. (Eds.) CPRM, Brasília.



- TAYLOR, S.J. & BORGAN, R. (1992). Introducción los métodos cualitativos de investigación: La búsqueda de significados, ediciones PAIDOS, Barcelona, Buenos Aires, México.
- TRIPOLDI, T. et al. (1981). Análise da Pesquisa Social. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- TURNER II., B.L., KASPERSON, R.E., MATSON, P.A., MCCARTHY, J.J., CORELL, R.W., CHRISTENSEN, L., ECKLEY, N., KASPERSON, J.X., LUERS, A., MARTELLO, M.L., POLSKY, C., PULSIPHER, A., SCHILLER, A., (2003). A framework for vulnerability analysis in sustainability science. Proceedings of the National Academy of Sciences US 100, 8074–8079.
- VALENCIO, N.F.L.S., (2009). Da morte de Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO, N.F.L.S.; SIENA, M.. MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. (Org.) Sociologia dos Desastres – construção, interface e perspectivas no Brasil, Vol. I. São Carlos/SP: Editora RiMa, 1ª edição.
- VENTURATO, R.D., (2010). RELATÓRIO TÉCNICO FINAL DAS ATIVIDADES DE BOLSA/CNPq (interno). Processo n.º 680.021/2006-0. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.
- WATSON, R.; ZINYOWERA, M.; MOSS, R.; DOKKEN, D. J. (Eds), (1997). The Regional Impacts os Climate Change: as assessment of vulnerability. Intergovernmental Panel on Climate Change. Disponível em: http://www.mct.gov.br/upd_blob/0004/4343.pdf. Acesso em: 24/05/2011.



Sojicultura e conflitos socioambientais no Sul do Maranhão

Roberto de Sousa Miranda¹

¹ Doutor/ Professor Adjunto I/ Universidade Federal de Campina Grande, e-mail:
robertosmiranda@yahoo.com.br

Resumo:

A expansão da soja no Sul do Maranhão tem sido um processo marcado por contradições e conflitos, apreendidos pelas estratégias dos diferentes atores e grupos sociais se apropriarem do espaço e seus recursos naturais. O estudo dos conflitos socioambientais foi orientado pela ecologia política e partiu da análise intensiva de casos históricos nos Gerais de Balsas, área de maior dinamismo agrícola do município de Balsas, maior produtor de soja do Estado do Maranhão, a fim de elucidar como os atores sociais em disputa, estavam ligados entre si por modos específicos de dependência recíproca, pautados num equilíbrio móvel de tensões, que os ligam, uns aos outros, pelas redes de interesses referentes à figuração social, de modo que a alteração nas estratégias produtivas e modos de apropriação da terra dos sojicultores interferiam na agricultura familiar e vice e versa.

Palavras-chave: Agronegócio da Soja; Conflitos Socioambientais; Sul do Maranhão.



Introdução

Nesse artigo são analisados, à luz da ecologia política¹, os conflitos socioambientais no município de Balsas², Sul do Maranhão, associados ao estabelecimento e desenvolvimento da atividade sojícola. A metodologia de pesquisa adotada se orientou pela realização de entrevistas com sojicultores, agricultores familiares e lideranças sindicais; conversas informais com funcionários de órgãos públicos de inspeção ambiental e vegetal e consulta a documentos e cartas.

Enquanto campo de pesquisa a ecologia política mescla perspectivas da ecologia humana, inter-relações que as sociedades mantêm com os ambientes em que habitam (LITTLE, 2006); da economia política, o foco nas relações estruturais de poder entre sociedades; e da ecologia cultural, em relação às adaptações dos indivíduos ou grupos ao meio ambiente (CUNHA, 2004). A inserção da economia política trouxe à tona o impacto dos sistemas produtivos nas mudanças socioambientais e a importância das relações de poder na determinação do acesso aos recursos naturais (BIERSACK, 1999).

Os maiores avanços da ecologia política se deram em disciplinas como a economia política, a antropologia e a geografia, que pautaram fortemente as agendas de pesquisa e os instrumentos teóricos e metodológicos. Da sociologia, esta abordagem tem tido menor atenção. Ainda que possa contribuir fortemente para seu aprimoramento, em particular no debate sobre o poder enquanto variável explicativa dos conflitos e dos processos de mudança ambiental, cada vez mais presentes.

Neste sentido, incorpora-se, criativa e não dogmaticamente, a abordagem de Norbert Elias sobre o poder, através da utilização do conceito de figurações sociais³ e da noção de dinâmicas figuracionais⁴. Procedimento que servirá como alternativa às

¹ A ecologia política surge em reação a ecologia humana dos anos 1960 e 1970, que negligenciava as dimensões políticas das interações entre seres humanos e o meio ambiente, e preocupava-se com os processos de adaptação e abordavam as comunidades humanas como se fossem unidades bastante homogêneas e autônomas (VAYDA e WALTERS, 1999).

² Está inserido na Amazônia Legal, conhecida como Pré-Amazônia Maranhense, e no Cerrado.

³ Uma figuração social representa uma teia de inter-relações que se aplica "(...) tanto a grupos relativamente pequenos como sociedades constituídas por milhares ou milhões de pessoas interdependentes. Professores e alunos numa aula, médico e doentes num grupo terapêutico, clientes habituais num bar, crianças num infanteiro – todos eles constituem configurações relativamente compreensíveis" (ELIAS, 2005, p. 143).

⁴ Pensar em termos de configuração é, ao mesmo tempo, complexificar o modelo da dominação, não mais concebido como uma ação exercida do exterior e em uma só direção, por um objeto sobre um outro objeto: (...) os inferiores e os superiores, os marginais [outsiders] e os estabelecidos que se constroem como tais, estigmatizando-os, os cortesãos tolhidos pela etiqueta e o soberano obrigado a fazer que ela seja respeitada (HEINICH, 2001, p. 125).



conceituações de poder, de inspiração marxista, com foco mais estrutural em diferenças de classe ou na dinâmica capitalista, muito influente no âmbito da ecologia política na década de 1980 (MIRANDA, 2011).

O estudo dos conflitos pela posse da terra, no município de Balsas, procurou elucidar como os atores sociais em disputa estavam ligados entre si por modos específicos de dependência recíproca, pautados num equilíbrio móvel de tensões. No interior de uma figuração social, todos os indivíduos fazem parte de redes de interdependências, segundo Elias (2001, p. 161) até mesmo um rei “se encontra sempre inserido numa determinada tradição social” e seus comportamentos “são sempre tributários de uma trajetória social específica”, que o coage.

As interdependências entre os indivíduos e as coerções que essa dependência recíproca exerce variam de acordo com as necessidades sociais que, por seu turno, possibilitam o estabelecimento de novos vínculos entre as pessoas (ELIAS, 2001). Com isso quero mostrar que as disputas pela posse da terra entre os sojicultores e os agricultores familiares tiveram momentos de grandes conflitos e situações em que os representantes de ambos os grupos tiveram que formalizar acordos para cumprirem exigências jurídicas, redefinindo assim, as relações sociais e gestão de recursos naturais.

2. A migração gaúcha e o pioneirismo da soja no sul do Maranhão

Os primeiros sojicultores procuravam: (1) terras baratas e aptas ao desenvolvimento de uma agricultura mecanizada, e (2) crédito subsidiado pelo Estado para a modernização das atividades agropecuárias tradicionais e para o plantio de culturas modernas. Essas estratégias representaram novas formas de apropriação do espaço e de seus recursos naturais – mediante o uso das chapadas, áreas subutilizadas pelos pecuaristas e pelos agricultores familiares balsenses – que serão analisadas a partir do caso dos senhores: Leonardus Philipsen e Antídio Sandri.

O senhor Leonardus Philipsen, migrante holandês que chegou em São Paulo no ano de 1949, mudando-se para Não Me Toque (RS), em 1956. Já em 1957 começou a cultivar a terra através de financiamento de custeio junto ao Banco do Brasil. No final da década de 1960 vendeu suas terras, 24 ha, para arrendar uma área de 400 ha no município vizinho de Chapada (RS). No entanto, o falecimento do proprietário das terras, em 1973, mudou o rumo da família Philipsen. Os herdeiros solicitaram a área e a família ficou sem terra para plantio (KAISER SILVA, 2009).



Em 1974, ao se dirigir à agência do Banco do Brasil de Carazinho (RS), o senhor Philipsen foi informado que o banco estava disponibilizando crédito subsidiado, sem correção monetária e sem necessidade de avalista para agricultores interessados em modernizar a agricultura do Sul do Maranhão⁵. No mesmo ano, o senhor Philipsen foi pela primeira vez a Balsas. Depois de algumas viagens à agência do Banco do Brasil de Uruçuí (PI)⁶, em 1976, teve um projeto aprovado para trabalhar em 1.000 ha, no valor de 3,8 milhões de cruzeiros, com 12 anos de prazo, 4 anos de carência e juros de 1% a.a, sem correção monetária e sem necessidade de avalista (KAISER SILVA, 2009).

A primeira lavoura da família Philipsen foi plantada a 180 km da cidade, em terras do Estado, cedidas por uma Carta de Anuência emitida pelo Secretário de Estado da Agricultura do Maranhão, na época o senhor Domingos dos Santos Martins, no governo de Nunes Freire, precedido pelo de José Sarney, criador da Lei de Terras⁷. Sua primeira colheita foi de arroz, em 1976, na presença do Secretário da Agricultura. Contudo, no ano seguinte, a Carta de Anuência foi suspensa pelo governador.

Em 1977, já na Fazenda Santo Isidoro, o senhor Philipsen realizou o primeiro cultivo de soja do Estado do Maranhão. Foram plantados 32 ha. A colheita de soja não foi boa porque a cultivar trazida do Rio Grande do Sul não era adaptado para o Cerrado. No ano de 1978, o senhor Philipsen adquiriu a Fazenda Vargem Limpa, do então pecuarista Eloy Coelho Netto, que ficava a 45 km da sede municipal de Balsas. A nova área de cultivo de 6.000 ha recebeu o nome de Fazenda Boa Vista.

O senhor Leonardus Philipsen ressalta que teve que superar duas dificuldades principais para ter as condições adequadas para desenvolver uma agricultura mecanizada. A primeira era a inexistência de uma revenda de máquinas e implementos agrícolas, que começou a ser superada no dia 12 de julho de 1977, quando em sociedade com Francisco Honaiser, Lírio Braun, Martinus Philipsen e Antônio Carlos Noal, criou a Lavronorte Produtos para Lavoura Ltda., para comercializar implementos agrícolas e, posteriormente, a revenda de tratores e colheitadeiras, nos anos 1980.

⁵ Embora o senhor Leonardus Philipsen em nenhum momento faça menção ao nome do programa federal que financiava terras e atividades agropecuárias no Maranhão, fica claro, pelas características e detalhes apresentados, que se trata do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste (PROTERRA).

⁶ Na época a cidade de Balsas ainda não possuía uma agência do Banco do Brasil, instituição tradicional de financiamentos de lavouras, especialmente, no período de modernização da agricultura brasileira.

⁷ A Lei de Terras, Lei n.º 2.979 de 1969, disponibilizou as terras devolutas do Estado para a implantação de empreendimentos agropecuários empresariais (LIMA, 2008). O que representou um amplo movimento de expulsão de agricultores familiares do Vale do Pindaré e região para o Sudeste de Pará e Sul do Maranhão nos anos 1970.



A segunda era a falta de cultivares de soja adequada, o que o levou, em 1977, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em Londrina (PR), firmar uma parceria que permitisse o desenvolvimento de cultivares de soja adaptados às condições edafoclimáticas do Sul do Maranhão. A parceria trouxe a Balsas o pesquisador Irineu Alcides Bays, que em 1982 desenvolveu a primeira cultivar maranhense, chamada de mina, em homenagem à esposa do senhor Philipsen, Wilhelmina (KAYSER SILVA, 2009).

O senhor Antídio Sandri e seu irmão Delmo Sandri começaram a planejar a saída do Rio Grande do Sul na segunda metade dos anos 1970, em busca de terras que atendessem às necessidades de manutenção da família:

Nós tínhamos 15 ha e não era chão de serra, era o Vale do Alto Uruguai, chão de serra é muito fértil, mas na nossa área só trabalhava manualmente, tração animal, coisa só manual. E nós apostávamos que sabíamos produzir, sabíamos trabalhar, então pegar uma área com mais espaço para poder plantar mecanizado, não é? Então foi o que fez nós sairmos de lá. A gente sofreu demais, deixar todos os parentes e amigos que a gente passou a juventude... a terra da gente sempre é a melhor. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor).

Já com a intenção de vender os 15 ha no Rio Grande do Sul para comprar uma área maior, o primogênito da família, Antídio Sandri, começou a se informar sobre novas áreas de cultivo no Cerrado. Nos anos 1970, muitos gaúchos estavam migrando para o Mato Grosso. Entretanto, um parente da família, que já havia comprado terras no Sul do Maranhão, falou que o solo era bom e que estava disposto a vender sua propriedade. Não perdendo tempo, em 1977, Antídio e Delmo Sandri visitaram Balsas, acharam a região adequada para o cultivo mecanizado. Fechando o negócio com o tio.

A primeira área que a família comprou foi no Rio Coco, totalizando 813 ha, 54 vezes maior do que a posse do Rio Grande do Sul. Lá os Sandri plantavam milho, soja, arroz, feijão e trigo com a força de trabalho da família, às vezes no plantio e na colheita pagavam um trabalhador para ajudar. A grande dificuldade da família ao chegar ao Sul do Maranhão, em termos produtivos, foi ter que plantar apenas arroz:

Lá diversificávamos um monte de cultura, as hortaliças também, todo tipo, aqui ficou só especificamente no arroz e nós no começo sentíamos preocupação em apostar só numa cultura. O arroz é bastante preocupante, porque qualquer veranico que tem se acaba, mas por sorte que no primeiro ano que nos plantamos, colhemos cheio [colheram tudo], atrasou o plantio, porque tudo era mais difícil, mas colhemos safra cheia, vendemos bem, então nós demos uma levantada boa. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor).



O primeiro cultivo de soja realizado pela família Sandri foi em 1980, plantaram 30 ha. A área de soja plantada permaneceu pequena nos anos seguintes, porque a família não conseguia custeio junto ao Banco do Brasil, que considerava uma operação de risco, porque não havia cultivares adequadas para a região, e o arroz continuou sendo a cultura principal para a comercialização. A pequena produção de soja do período era ensacada, não havia caminhões graneleiros, e vendida para São Luís, Fortaleza e Goiânia.

Os casos das famílias Philipsen e Sandri, além de retratarem o perfil dos sojicultores pioneiros de Balsas, mostram-nos também um processo de reconversão produtiva, a passagem de uma agricultura familiar⁸, no Rio Grande do Sul, para uma agricultura patronal, no Sul do Maranhão. Essa é a primeira mudança no interior da figuração social, porque possibilitou às duas famílias a adoção de novos padrões produtivos e, principalmente, de apropriação do espaço e de seus recursos naturais.

A mudança na figuração social, que redefiniu a rizicultura sul maranhense, exemplifica bem as correlações de forças em torno de modelos produtivos, que definiram e definem modos de apropriação do espaço e seus recursos naturais: (1) de um lado, os agricultores locais, que desenvolviam uma agricultura tradicional, e eram considerados pelo Estado nos anos 1970, em sua maioria, inaptos para modernizar agricultura; (2) de outro, os migrantes sulistas, estimulados e subsidiados pelo Estado para desbravarem e modernizarem a agricultura no Cerrado e na Amazônia Legal.

3. A atuação do Estado e estabelecimento da sojicultura no sul do Maranhão

Nos anos 1990, o Banco da Amazônia S.A (BASA) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) estimularam fortemente a expansão da soja no Sul do Maranhão, com a estruturação do Plano de Ação para Potencializar o Desenvolvimento do Pólo de Balsas (PAPDPB), com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), criado em 1974 para viabilizar projetos de desenvolvimento da Amazônia Legal; do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), principal incentivo fiscal do Nordeste, criado em 1974; e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), criado em 1988, para contribuir com o desenvolvimento econômico (FRANÇA E SANTANA, 1997).

⁸ Atualmente os órgãos oficiais classificam como familiares os estabelecimentos agropecuários que a família dirige os trabalhos, que a força de trabalho familiar seja maior que a contratada e a área do estabelecimento seja menor ou igual a área máxima do módulo regional (BUAINAIN, 2007). Entretanto existem propostas contrárias, como a de Carneiro (2008), que propõe uma definição mais qualitativa.



De outro lado, a oferta de crédito para custeio do plantio de soja pelos bancos oficiais de crédito e pela Agro Industrial dos Cereais do Vale S.A (CEVAL), associada à formalização da intenção de implantar o Programa Corredor de Exportação Norte⁹, pelo Governo Federal em setembro de 1990 – para que a soja produzida no Maranhão fosse comercializada no mercado externo – estimularam o aumento do cultivo de soja no município de Balsas. No dia 7 de julho de 1992, o primeiro navio carregado de soja balsense partiu do Porto da Madeira, em São Luís, em direção à Espanha.

Em 1992 havia 118 produtores de soja no Maranhão cultivando uma área de 45.849 ha, destes 45 cultivavam até 150 ha, o que representa 38 % do total, 57 cultivando entre 150 e 600 ha e apenas 17 produtores cultivando áreas acima de 600 ha, representando 14% (CVRD, 1993). Portanto, a soja não era ainda um empreendimento empresarial. Contudo, é impossível negar que o Corredor de Exportação Norte estimulou sobremaneira a sojicultura e a chegada de grandes empresas produtoras e receptoras de grãos, como assinala o senhor Antídio Sandri:

(...) eles [o governo] fizeram o Corredor Norte de Exportação, que deu mais um incentivo e divulgou a nível nacional que a região era viável, que dava para produzir tudo que vem produzindo hoje. Então o Corredor de Exportação na verdade nada mais fez que uma divulgação, porque no momento não tinha ferrovia, não tinha nada, depois que foi chegando a Ferrovia Norte-Sul na Ferrovia Carajás, depois veio para Imperatriz, depois veio para Porto Franco, ai foi melhorando (...).

No campo da pesquisa agropecuária também houve políticas de fomento à sojicultura. A EMBRAPA, nos anos 1990, investia na realização de parcerias com órgãos de pesquisa privados para desenvolver cultivares e tecnologias agrícolas para o Cerrado e para a Amazônia. Em 27 de abril de 1993, os sojicultores de Balsas criaram a Fundação de Apoio a Pesquisa do Corredor de Exportação Norte (FAPCEN), para formalizar uma parceria com a EMBRAPA e representá-los institucionalmente nas áreas de pesquisa e extensão:

A FAPCEN é um órgão que tem os cotistas, que pagam pelas pesquisas à EMBRAPA, que desenvolve as variedades, os cruzamentos necessários, e a

⁹ Escoa a produção de grãos pelas ferrovias Norte-Sul e Carajás até a Ponta da Madeira, no complexo Portuário de Itaqui em São Luís. O programa conta com a participação da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), Banco do Brasil, BNB; BASA; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Companhia Vale do Rio Doce (CVRD); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); EMBRAPA; Governo dos Estados do Maranhão, Tocantins e Piauí; e a Prefeitura Municipal de Balsas.



FAPCEN se encarrega de multiplicar as variedades que a EMBRAPA fez, ai se distribui para cada cotista um percentual, depois de feita a pesquisa... Nós temos diversos cotistas em diferentes regiões (...), tem no Piauí e tem no Maranhão, tem até no Centro-Oeste, tem até em Roraima que é diferente um pouquinho o clima. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor).

As ações da FAPCEN, na área de pesquisa e o recursos da terceira etapa do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)¹⁰, possibilitaram a implementação do Projeto de Colonização Gerais de Balsas (PC-GEBAL), coordenado pela Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO) e executado pela Cooperativa BATAVO, sediada no Paraná, que criou, no dia 9 de maio de 1995, a Cooperativa Agropecuária Batavo Nordeste Ltda., com sede na Fazenda Batavo, nos Gerais de Balsas. Um dos beneficiários do Projeto Batavo, o paranaense Carlos Degger, ressalta que os motivos que o levaram a Balsas foram:

É o que eu sempre digo, até hoje digo: lá no Sul ficaram pequenas as áreas, e lá todo dia praticamente você torce para que o seu vizinho quebrar ou morrer, para sobrar uma área para você plantar. (...) Eu tomei conhecimento dele [PC-GEBAL] lá no Paraná através da cooperativa... como a cooperativa tomou conhecimento eu não sei. Mas a cooperativa foi... diz que foi escolhida, a que apresentou a melhor opção para gerir essa fase do projeto, não é? Daí eu fui um dos que se inscreveu e foi escolhido para vir. (Entrevista com Carlos Degger, colono do Projeto Batavo).

O mineiro Devanir Bazoni, por sua vez apresenta outros motivos:

Eu por acaso fui trabalhar em Paracatu em Minas Gerais, eu trabalhava com mineração. Em Minas, na cidade que eu fui tinha 7, 8 projetos iguais em volta, como eu vinha da área rural, minha mãe, meu pai, eu nasci na roça, depois sai, meu pai continua até hoje. Eu fui conhecer as fazendas lá, conheci as pessoas em volta, conheci o projeto lá em Ribeiro de Paracatu e comecei assim, ai eu resolvi deixar a mineração e fui procurar outra oportunidade. A oportunidade que surgiu foi o PRODECER, ai eu vim para cá [Balsas]. (Entrevista com Devanir Bazoni, colono do Projeto Batavo).

Cada colono recebeu um lote de 483 ha e 1,2 milhões de dólares para: comprar um pivô central de irrigação para 50 ha, dois tratores, uma colheitadeira, uma grade, uma plantadeira, uma pipa para óleo diesel; construir galpões e uma casa na agrovila; e

¹⁰ Fruto de uma parceria entre o governo brasileiro e o governo japonês, em 1974, para estimular o desenvolvimento agrícola no Cerrado e o crescimento da oferta de alimentos no mundo. Em março de 1978, foi criada a holding japonesa Japan-Brazil Agricultural Development Corporation (JADECO), com sede em Tóquio. Em outubro do mesmo ano, foi fundada a holding brasileira Companhia Brasileira de Participação Agro-Industrial (BRASAGRO), com sede em Belo Horizonte. A JADECO investiu 49% e a BRASAGRO 51% do capital necessário para a fundação, em novembro de 1978, da Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), coordenadora do programa (YOSHII, 2000).



desmatar e corrigir o solo. O projeto financiou uma estrutura coletiva formada por: duas agrovilas, um escritório para a cooperativa, uma unidade de secagem de grãos e um silo de grãos com capacidade aproximada de 70 mil toneladas.

O PC-GEBAL abriu as portas para as grandes empresas produtoras e receptoras de grãos se instalarem nos Gerais de Balsas, e modificou a figuração social ao possibilitar a redefinição do perfil dos sojicultores, os produtores particulares passam a dar lugar às empresas produtoras de grãos, iniciando assim, um processo de reconversão produtiva, marcado pela forte presença do capital privado no financiamento das lavouras e na comercialização agrícola, processo que chamo de empresarização da soja.

4. Conflitos socioambientais no sul do Maranhão

Os primeiros conflitos relatados pelos agricultores familiares e lideranças sindicais não remetem à posse da terra, mas a invasão de animais nas lavouras dos agricultores sulistas, sojicultores que começaram a se instalar em Balsas a partir de 1975:

(...) aí começou a matança dos primeiros animais que entravam lá [nas lavouras]. Eles [agricultores sulistas] se baseavam no Código Civil brasileiro e nós [pecuaristas e agricultores familiares] nos baseávamos pela lei do acordo, não era escrito, mas todo mundo respeitava (...). O Dr. Eloy [pecuarista] que vendeu a terra para o seu Philipsen [primeiro sojicultor do Maranhão] foi o primeiro a começar a sofrer as consequências, teve que mudar o gado aqui para os Picos, diminuir lá na Vargem Limpa, fazer cercado para prender e terminou acabando com as fazendas de gado, a criação de gado lá. (Entrevista com João Fonseca, líder sindical).

Os criadores mais prejudicados com o estabelecimento da agricultura moderna em Balsas, no entanto, foram os agricultores familiares, porque não tinham acesso a crédito nos anos de 1970, para adotar o modelo pecuário intensivo: comprar animais adequados ao confinamento, plantar e cercar os pastos. Assim, os rebanhos foram sendo reduzidos com o passar dos anos:

(...) sempre tivemos umas criações, pouca, não muita, só para ir mantendo, cada um tinha dez gados, tinha cinco e quando surgiu esse projeto [grandes lavouras de soja] aí sempre foi criado esse problema para nós, porque acontece às vezes da criação, às vezes uma vaca sai, aí como aqui, em vez de naquela época que não tinha projetos (...) eles têm a liberdade de plantar no



aberto meu cidadão, esse mundo de terra, sem uma pequena liberdade do que é da gente fazer arte lá dentro. (Entrevista com Antônio do Brejo de Raiz).

Percebe-se, portanto, que os conflitos no Sul do Maranhão se inserem no debate sobre a modernização da agricultura brasileira associado ao discurso de que a sojicultura, pelo uso intenso de tecnologia, agride menos o meio ambiente porque não queima a vegetação, como os agricultores familiares, que cultivam em roças de toco, e porque os sojicultores não dependem da caça a animais silvestres para se alimentarem:

Não se pode considerar estas pessoas (e de outras regiões similares) agricultores [famílias do Ferreira] porque jamais cultivaram as terras que ocupam e sim apenas derrubaram a floresta natural e a queimaram, transformando as poucas reservas em desertos e capoeiras; apenas plantam algumas poucas sementes, cuja produção sem qualquer tecnologia, é insuficiente para seu próprio sustento. Vivem de caça predatória, tendo liquidado praticamente todos os animais silvestres na região.

A agricultura sem tecnologia está condenada e não adianta insistir na “roça de toco” que se fazia antigamente. É preciso técnica, dinheiro e crédito, coisas que dificilmente os moradores da região os terão, consequência da exploração a que por centenas de anos são submetidos. (DE CARLI, 1994).

Os sojicultores receberam multas pesadas devido ao descarte inadequado das embalagens de insumos e defensivos agrícolas e desrespeito ao licenciamento ambiental, em 2008, quando a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED/MA), em parceria com o Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), realizaram uma fiscalização. Nos cadastros do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), até maio de 2011, havia 26 estabelecimentos agropecuários de Balsas com áreas embargadas.

O descumprimento da legislação ambiental no Sul do Maranhão não se restringe aos grandes produtores agropecuários, os agricultores familiares são frequentemente autuados pelo IBAMA devido às queimadas para renovar a pastagem natural para os rebanhos bovinos. O Estado do Maranhão é o segundo no Nordeste (atrás apenas da Bahia) com o maior número de focos de fogo e o quinto na Amazônia Legal (depois de Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins). No período de 01 de janeiro a 07 de outubro de 2008, foram registrados 5.935 focos no Estado (IBAMA, 2010).

Os conflitos pela posse da terra começaram em 1979, quando o senhor José Coelho Ribeiro, conhecido como Cana Verde, comprou um direito de posse de 500 ha e, ao solicitar o julgamento da Data Caracol, regularizou 77.005 ha. Menos de 10 anos



após a regularização, toda a área já havia sido vendida para políticos, funcionários públicos e comerciantes locais. Em 1980, o Prefeito de Balsas, José Bernardinho, conseguiu demarcar e legalizar 60.000 ha e o Delegado Regional, Domingos Alves da Silva, aproximadamente 8.000 ha. A primeira grande grilagem no Sul do Maranhão contou exclusivamente com a participação dos grupos sociais dominantes de Balsas.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), no início dos anos de 1980, realizou um estudo sobre a grilagem de terras no Estado do Maranhão e concluiu que o senhor Cana Verde, na verdade, era testa de ferro do comerciante local Joaquim Coelho e Silva e do Deputado Estadual Absalão Coelho (ALMEIDA, 1982). Além disso, os programas governamentais agropecuários dirigidos para o Cerrado e para a Amazônia Legal¹¹, nos anos de 1970 e 1980, contribuíram para que latifundiários e lideranças políticas procurassem regularizar as terras não tituladas de agricultores familiares.

Até 1980, haviam sido regularizados, aproximadamente, 145.005 ha de terra nos Gerais de Balsas, habitadas e cultivadas por agricultores familiares que foram convertidos em moradores, trabalhadores rurais ou prepostos. A partir de 1990, especialmente após a criação do Corredor de Exportação Norte, em 1992, o grileiro Euclides De Carli, natural de São José do Rio Preto (SP), através da Colonizadora De Carli (CODECA)¹² e da empresa Terra Soja passa a regularizar terras na região¹³ e comprar áreas regularizadas nas décadas anteriores, para revendê-las a grandes empresas produtoras de grãos do Brasil.

As áreas adquiridas incluíam a Gleba Caracol que até 1990 tinha 120 famílias e a Gleba Sucupira, que tinha 60 famílias, todas morando e cultivando a terra. Em agosto de 1990, a Terra Soja começou a criar conflitos com João Mineiro, médio produtor com propriedades na cabeceira do Brejo Jacu, sendo atacado por duas vezes. Na última, incendiaram sua casa e destruíram cercas de arame e todo o plantio. João Mineiro e seus trabalhadores, que não se sabe quantos, todos estão desaparecidos.

¹¹ Entre os principais destacam-se: o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Parnaíba (PADAP), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o PRODECER, o PROTERRA, o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), e o Programa Grande Carajás (PGC).

¹² Foi criada em 1988 na cidade de São José do Rio Preto (SP), e o escritório de Balsas foi implantado em 1995 para administrar o projeto de colonização que há nas proximidades da Fazenda Batavo.

¹³ Entre 1990 e 1995, o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (INTERMA) teve um escritório em Balsas. Levantamentos realizados pelo Irmão Bruno Haspinger mostram que, entre 1991 e 1995, foram emitidos 41 títulos para agricultores familiares, totalizando 10.554 ha, e 223 títulos para especuladores e latifundiários, totalizando 40.295 ha, somente nos Gerais de Balsas.



No dia 26 setembro de 1993, as famílias do povoado Ferreira foram surpreendidas pela presença de agrimensores da Terra Soja, que demarcavam suas terras para regularizarem. Imediatamente, as famílias pediram a suspensão da demarcação, mas os trabalhadores informaram que tinham a autorização do INTERMA para realizar a demarcação da área. Dois dias depois chega ao povoado o presidente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e um representante do Movimento de Educação de Base (MEB), e confirmam que já haviam solicitado a demarcação e titulação de lotes aos agricultores familiares junto ao INTERMA.

Enquanto aguardavam a decisão do INTERMA, as famílias do Ferreira eram constantemente ameaçadas pelos funcionários da Terra Soja. Em outubro de 1993, o delegado do STTR, Valdemar da Silva Oliveira, encontrou no caminho dois homens armados com revólveres, punhais e rifles, e o gerente da Terra Soja, senhor Eurico, que foi logo avisando “não se metam, porque vocês podem até ganhar na Justiça, mas de outra maneira vocês não ganham, porque os homens estão bem aí, e se precisar tem mais homens no Mato Grosso, com passagem comprada”.

O senhor Vasco Carlos Busato, agrônomo a serviço da Terra Soja, conseguiu, entre 1993 e 1995, regularizar 9.000 ha de terra na cabeceira do rio Tem Medo em nome de 46 posseiros, nenhum deles da localidade e, logo em seguida, converter todos os títulos em uma única propriedade no seu nome:

Ele usou nome de laranjas empregados dele, vinha com o CPF e imediatamente quando o cabra dava o CPF para fazer aquele título já assinava procuração no cartório para ele com todos os poderes, então ele pegava o CPF e a procuração. Com o título ele registrava no cartório e transferia para ele. Ao todo o De Carli conseguiu naquela região (...) mais ou menos 140 títulos de terra. (Entrevista com João Fonseca, líder sindical)

No Porto Isidoro os agricultores recebiam ameaças de duas direções. De um lado, De Carli se apresentava enquanto proprietário de parte das terras. E de outro lado, a AGROSERRA, que se apresentava como dona da outra metade. A atuação da Associação Camponesa de Balsas (ACA) e do MEB contribuíram para que uma parcela dos agricultores familiares não abandonasse suas terras, mesmo não tendo documentos que comprovassem a posse das terras e com poucas condições de lutar contra as investidas de especuladores e grandes empresários agrícolas.



(...) mandaram que a gente tirasse as coisas de casa porque eles precisavam da terra, a gente não abriu mão (...) a gente achou demarcador dele demarcando dentro dos vãos tirando lote de terra, a gente teve que agir contra eles, não na parte de briga, mas mandando que eles se ausentassem que a terra era nossa e eles voltavam porque os agrimensores, os topógrafos eles tinham muito medo desses conflitos de terra, aí eles saíram. (Entrevista com João Américo, da comunidade Porto Isidoro).

As intimidações não ficavam apenas nas palavras:

A ameaça maior que ele tinha era um grupo de pistoleiro, que diz que era pistoleiro, inclusive tem um que foi até vereador de Balsas [Amauri Carneiro de Sousa], que era uma pessoa que trabalhava para ele, que foi quem nos ameaçou mais, ele mandava nós sairmos e o que ele mais mostrava para nós ter medo era esse grupo de pistoleiro que ele comandava (...). (Entrevista com João Américo, da comunidade Porto Isidoro).

Para continuarem morando e cultivando a terra nos Gerais de Balsas, os agricultores familiares lançaram mão de novas formas de organização social, capitaneadas por um amplo movimento de defesa das famílias expulsas e ameaçadas de expulsão pelo senhor Euclides De Carli. Essas articulações se desenrolaram em diferentes níveis: local, regional e nacional, com a atuação da ACA, do STTR e das Igrejas Católica e Luterana; e internacional, com a participação de movimentos sociais europeus que defendiam o embargo à soja maranhense.

Em 1997, a criação de assentamentos rurais nos Gerais de Balsas assegurou às famílias das comunidades de Boqueirão, Brejo de Raiz, Buritirana, Porto Isidoro e Sucupira a posse legal da terra após a escrituração dos títulos coletivos emitidos pelo INTERMA. No entanto, as famílias das comunidades Águas Claras, Brejo do Rancho, Buritizal, Caracol, Ferreira, Jatobá, Pedra Branca e São Paulo não conseguiram escriturar os títulos emitidos pelo INTERMA, porque no Cartório do 1º Ofício de Balsas não existiam matrículas suficientes, isso ocorreu porque o INTERMA já havia emitido títulos para especuladores na mesma área que emitiu para os agricultores familiares.

Para as comunidades rurais que não conseguiram escriturar os títulos emitidos pelo INTERMA a luta pela terra continua, não com a mesma força e organização de outrora, até porque uma parcela significativa das famílias já conseguiu regularizar suas terras. A principal característica da “nova fase” da luta, nos anos 2000, é a sua relação com a questão ambiental, no que diz respeito às áreas de reserva legal que os grandes



produtores de soja não possuem. À medida que a fiscalização e as multas aumentam, cresce a pressão sobre as terras não tituladas dos agricultores familiares.

Nesse sentido, os conflitos pela posse da terra no Sul do Maranhão passam a ter como pano de fundo a questão ambiental, associada à reformulação do Código Florestal, em pauta no Congresso Nacional, que colocaram as áreas de reserva legal no centro dos debates. As grandes empresas produtoras de soja de Balsas e região estão correndo em busca de áreas impróprias para o cultivo mecanizado, vales principalmente, para que sejam suas áreas de reserva legal. São nos vales que grande parte dos agricultores familiares se encontra, muitos em terras não regularizadas.

5. Considerações Finais

O avanço da soja sobre o Cerrado e a Amazônia foi um processo marcado por disputas pela posse da terra, entre sojicultores e agricultores familiares; mobilização de recursos institucionais para a formalização de modelos de apropriação do espaço e seus recursos naturais, que representou uma ressignificação da grande propriedade. Nos termos de Palmeira (1989) uma modernização do latifúndio em detrimento da propriedade familiar, destacada no Estatuto da Terra; e por mudanças ambientais que acabaram afetando as bases produtivas da agricultura familiar.

No Sul do Maranhão os efeitos da modernização agrícola são tardios, quando comparados com regiões do Cerrado mineiro e goiano, em virtude disso foram alicerçadas, em parte, na incorporação da questão ambiental à agenda do Estado, embora o pano de fundo tenha sido semelhante: desenvolver uma agricultura moderna em “terras mecanizáveis e bem posicionadas geograficamente” (DE CARLI, 1994), gerar empregos, renda e o desenvolvimento econômico.

A análise da figuração social não se pautou nas individualidades dos atores sociais, ligadas umas às outras, mas nas relações de interdependência estabelecidas, que tiveram como elemento central a apropriação do espaço e seus recursos naturais e expressaram as correlações de forças produzidas no seu interior. A alteração do balanço de tensões da figuração, entre sojicultores e agricultores familiares, engendrou uma movimentação no interior da figuração, culminando com o processo de consolidação da sojicultura e criação de assentamentos rurais, ambos na década de 1990.

Apesar da sojicultura, ter se consolidado, há uma interdependência funcional, uma alteração nas práticas produtivas dos sojicultores, exigência de áreas de reservas



legais, por exemplo, podem estimular a pressão sobre as terras dos agricultores familiares, assim como a criação dos assentamentos rurais reduziu as disputas pela posse da terra. Isso nos mostra, que embora as diferenças de poder seja grande, as transformações são possíveis, porque o poder não é um amuleto, que um indivíduo possui e outro não, e sim intrínseco às relações humanas, todas elas (ELIAS, 2005).

6. Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, A. W. B. **Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão**. São Luís: CPT, 1982.
- BIERSACK, A. Introduction: from the “new ecology” to the new ecologies. **American Anthropologist Review**, Arlington, v. 101, n. 1, p. 5-18, Mar. 1999.
- BUAINAIN, A. M. et al. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas: EDUNICAMP, 2007.
- CARNEIRO, M. J. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, L. F. C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Orgs.). **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. p. 255-269.
- CVRD. **Diagnostico do corredor de exportação norte**. São Luís: CVRD, 1993.
- CUNHA, L. H. Da “tragédia dos comuns” à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 01 e 02, p. 10-26, jan./dez. 2004.
- DE CARLI, E. [Carta] 15 jan. 1994, São José do Rio Preto (SP). 7f. [para] HOLZ, J., Alemanha. Conflito pela posse da terra nos Gerais de Balsas.
- ELIAS, N. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005.
- FRANÇA, F. M. C.; SANTANA, G. M. **Plano de ação para potencializar o desenvolvimento do pólo de Balsas**. Fortaleza: BNB, 1997.
- HEINICH, N. Uma sociologia do espaço de interações. In: _____. **A sociologia de Norbert Elias**. Bauru: EDUSC, 2001. p. 101-139.
- IBAMA. **Preocupação com incêndios florestais**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/ma/prevfogo/>>. Acesso em: 13 dez. 2010.
- KAYSER SILVA, C. **Os caminhos da soja até o Maranhão**. Não Me Toque (RS): Gráfica Gapel, 2009.
- LIMA, R. M. **O rural no urbano: uma análise do processo de produção do espaço urbano de Imperatriz – MA**. Imperatriz (MA): Ética, 2008.
- LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: uma guia teórica e metodológica. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.
- MIRANDA, R. S. **Ecologia política da soja e processos de territorialização da soja no Sul do Maranhão**. 2011. 203. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.
- PALMEIRA, M. Modernização, estado e questão agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, set./dez. 1989.



VAYDA, A. P. e WALTERS, B. B. Against political ecology. **Human Ecology Review**, New York, v. 27, n. 1, p. 167-179, marc. 1999.

YOSHII, K. Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER. In: YOSHII, K.; CAMARGO, J. A.; ORIOLI, A. L. (Org.) **Monitoramento ambiental nos projetos do Prodecercer**. Planaltina (DF): Embrapa Cerrados, 2000, p. 27-33.



GT 3- Conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais e
desenvolvimento rural

**Um Estudo da situação de vulnerabilidade socioambiental de agricultores
familiares**

Janice Rodrigues Placeres Borges

Resumo

Este trabalho teve como objetivo central realizar um estudo da situação de vulnerabilidade socioambiental a que se encontram expostos agricultores familiares produtores de cana-de-açúcar em sistema agrícola convencional. Foram realizadas entrevistas e aplicados questionários fechados, formados por blocos temáticos. De porte do conhecimento de que os riscos socioambientais se constituem num dos aspectos das complexas relações e interações homem-natureza, podendo resultar em impactos ambientais que acarretam em riscos, tanto ao homem quanto ao meio ambiente, pode-se concluir que os agricultores familiares do assentamento Monte Alegre se encontram cotidianamente em situação de vulnerabilidade, devido à cotidiana exposição aos riscos advindos da produção convencional de cana. Contudo, quando se toma como base da reflexão o estudo de suas percepções de riscos socioambientais, nota-se, que esses agricultores vivem em permanente estado de risco, pois, não reconhecem a maioria dos impactos produzidos ao longo da cadeia de produção agrícola da cana como algo que ofereça perigo ou dano. Assim, confirma-se aqui que risco é uma construção social, uma vez que, mesmo diante de fatos/impactos, muitos deles visíveis e passíveis de serem sentidos, como a fumaça das queimadas e a dificuldade de respiração, os entrevistados não os percebem como riscos. Pois, não os reconhecem como danoso ou como algo relevante. Aposta-se aqui na falta de conhecimento/informação sobre as agressões à saúde e ao ambiente que esses impactos podem causar – mesmo muitos deles estarem ligados à experiência diária e de vida, visto que, mais da metade dos entrevistados afirmarem não saber se a produção convencional causa danos à saúde humana.

Palavras-chave: Riscos socioambientais. Conflitos socioambientais. Agricultura familiar. Produção de cana-de-açúcar. Percepção Social.



1. Introdução e Justificativa

1.1 Risco como conceito multidisciplinar na compreensão de problemas socioambientais Biodiesel, biocombustível, etanol, canaviais, crise energética, dívida de carbono, práticas de gerenciamento ineficientes, desmatamento, danos ambientais, estão na pauta dos recentes debates, entre os vários setores da sociedade, referentes aos riscos à segurança alimentar e à sustentabilidade, permanência do agricultor familiar no campo, mudanças climáticas, fome, saúde, trabalho e meio ambiente, sistemas de produção sustentável, desenvolvimento territorial, entre outros. Em geral, os resultados desses debates acabam destacando a importância e apoiando os sistemas agrícolas familiares de produção em detrimento dos grandes empreendimentos, responsabilizando o último pelos danos ambientais e à saúde humana. Essa polêmica se repercute também nas políticas públicas destinadas ao meio rural, que buscam o desenvolvimento local através do incentivo à agricultura e logo em seguida estabelecem regras duras de proteção ambiental, que impedem a ação dos agricultores e os excluem deste ambiente. Tomemos como exemplo, o Código Florestal e as dificuldades do pequeno produtor rural em se adequar às normas ambientais vigentes, que acabam sendo, em vários casos, instrumentos muito rígidos, atingindo linearmente todas as unidades de produção, grandes, médias e pequenas, trazendo limitações para as pequenas. Outro exemplo, são os recentes debates acalorados entre os governadores dos estados pertencentes à Amazônia Legal sobre a manutenção dos biomas amazônico e pantaneiro e o desenvolvimento territorial, via projetos de cunho “desenvolvimentistas” e o risco de exacerbação dos problemas ambientais existentes na região.

O termo risco dá margem a diferentes entendimentos. Pois, o conceito é possuidor de definições e nuances em seu em torno, as quais acabam por lhe conferir uma perspectiva para o desenvolvimento de investigações de caráter multidisciplinar e para a formulação de propostas de promoção da saúde humana e ambiental. Seus referenciais teóricos provêm de diferentes campos do conhecimento, com estaque para a geografia, as ciências ambientais e para a saúde pública, devido aos estudos sobre desastres naturais e tecnológicos e seus impactos negativos, e mais recentemente nas ciências sociais, na qual, busca-se analisar como a sociedade os percebe e como essa percepção é constitutiva da própria noção de risco (Guivant, 1998).



Na década de 20, Knight, em uma abordagem positivista, dizia que há risco quando podemos quantificar a incerteza, quando conseguimos colocar um número. Assim, quando não se consegue estabelecer uma possibilidade não há risco, somente incerteza. Giddens (1991), em outro momento histórico, define que “risco é o resultado previsto como consequência de nossas próprias atividades ou decisões em lugar de sê-lo por obra divina, a sorte ou a fatalidade”, corroborando com Beck, afirma que risco é um problema da modernidade. Para ele, o risco ocupa uma posição central na sociedade pós-industrial ou pós-moderna, a sociedade de risco de Beck, que contribui para produzir disfunções e para gerar perigos.

Na agricultura, os riscos dependem “da escolha efetuada pelo agricultor ao cultivar essa ou aquela cultura, ao adotar tal cadeia produtiva ou ao se engajar e um processo de transformação técnica” (Veyret, 2007:72). Ambientalmente, essas escolhas podem ser causadoras dos chamados impactos da agricultura: erosão e salinização dos solos, poluição das águas e dos solos por nitratos (advindos dos fertilizantes) e por agrotóxicos, contaminando o trabalhador no campo e os alimentos, o desflorestamento, a diminuição da biodiversidade e dos recursos genéticos e a delapidação dos recursos não renováveis (Eldin, 1989).

Veyret (2007) e Peres (2002) concluem que risco é uma construção social. Pois, “a percepção que os autores têm de algo que representa um perigo para eles próprios, para os outros e seus bens, contribui para construir o risco que não depende unicamente de fatos ou processos objetivos” (Veyret, 2007:23). Conclui a autora que o venha a ser percebido como risco por um indivíduo, por um grupo social ou o que é risco para uma cultura, pode não existir em outras culturas, para outros indivíduos ou grupos. Ressalta Peres (2002:135), que é “muito mais difícil obter uma definição do que é risco por parte de uma população ‘leiga’ (cujos saberes diferem, em sua origem e construção, daqueles dos avaliadores técnicos que trabalham o conceito de risco)”. De acordo com Wiedermann (1993), para o homem comum, o risco geralmente é percebido como sinônimo de perigo e sua percepção varia de acordo com os danos/impactos que acham relevantes. Hannigan (1995) explica que como os problemas ambientais são frequentemente originados no domínio da ciência, isso implica no fato das pessoas comuns não terem nem o conhecimento, nem os recursos para encontrar novos problemas, pois muitos deles não estão ligados à sua experiência diária. Por outro lado,



outros problemas relacionam-se muito mais de perto com as experiências de vida e/ou conhecimentos acumulados.

Neste trabalho, parte da construção foi realizada conforme a lógica do que é definido por Poltroniéri como risco socioambiental. Poltroniéri (1999:241) define risco socioambiental como: “...tudo o que ocorre no meio ambiente e causa prejuízos à vida humana, sejam prejuízos sociais, materiais, deslocamentos de população ou, até mesmo, perdas de vidas. Os riscos socioambientais constituem um dos aspectos do complexo processo de interação do sistema de eventos naturais com o sistema de uso humano do meio ambiente e, desta interação, resultam recursos e restrições ou riscos para os seres humanos”. Acrescenta-se a essa definição fatores que causam prejuízos à saúde humana e ambiental, ao meio físico e à biodiversidade, e que venham a comprometer, de alguma forma, a sustentabilidade das gerações futuras, como por exemplo, o desgaste do solo e sua infertilidade.

Diante desse quadro, este trabalho tem como objetivo principal realizar um estudo da percepção de riscos à saúde humana e ao meio ambiente advindos dos impactos da cultura canavieira, com destaque aos impactos produzidos pela prática das queimadas, no Assentamento Monte Alegre, SP, por meio da percepção de seus moradores, para ver onde de encontram as situações de conflito socioambiental entre teoria e construção social de risco dos entrevistados.

1.2 A questão ambiental na reforma agrária

A questão agrária brasileira é histórica. Contudo, os assentamentos rurais representam um fato novo e importante na história do Brasil e que, devido a sua natureza sistêmica e interdisciplinar se apresentam como verdadeiros desafios a serem interpretados. Segundo Bitencourt et al. (1998), os objetivos fundamentais da reforma agrária, a qual se implementa basicamente através de projetos de Assentamento Rural, incluem, além da distribuição de terra, necessariamente o acesso a políticas de infraestrutura básicas e agrícolas, que permitam a implantação de um sistema produtivo viável, e o acesso a benefícios sociais, que promovam a justiça social e a cidadania à população deslocada.

O contingente populacional assentado, em sua grande parte, foi deslocado de seus lugares de origem pela modernização da agricultura, produtora, entre outros, de desmatamento, da degradação do solo e dos recursos naturais, ameaçando a



biodiversidade e a qualidade dos recursos hídricos, tornando inseparáveis a questão agrária e a questão ambiental.

Em meio às discussões sobre o desenvolvimento rural sustentável e a geração de sustentabilidade ecológica, ambiental, social e econômica na agricultura, o acesso a terra não é mais a única prioridade, pois, agora, a mudança de prioridade do enfoque produtivista-reducionista para o enfoque da sustentabilidade se faz necessário¹, na tentativa de superar a crise agrícola-ecológica existente hoje, resultante do fracasso do paradigma dominante de desenvolvimento.

Diante desse quadro, a reforma agrária hoje tem um pouco de vários componentes: condições para a ampliação da agricultura familiar, fixação do homem no campo, caminho para o combate à pobreza no campo, inserção de pequenos agricultores de forma competitiva no mercado, preservação dos recursos naturais, produção de alimento, entre outros (Medeiros, 2003).

Contudo, no Estado de São Paulo, em vários assentamentos tutelados pela Fundação Instituto de Terras do Estado (ITESP), despontam experiências de implantação da monocultura da cana-de-açúcar em parceria com usinas. Esse fato é tratado pelos estudiosos especialistas em assentamentos rurais com certo cuidado, pois, se por um lado, os mais radicais, apontam a entrada da monocultura da cana como em na rota contrária aos ideais da reforma agrária, por outro, verifica-se que na região de Ribeirão Preto, SP, “a cana trouxe uma inserção social aos assentados que se viam impossibilitados de permanecer na terra” (Gomes e Ferrante, 2006: 167). De acordo com Ferrante, Barone e Kuranaga (2006:31) no assentamento Monte Alegre, a área de estudo deste trabalho, “as limitações dos solos (bastante desgastados) e a falta de capital acabam por forçar os assentados a aderirem à recém legalizada parceria com as usinas de açúcar e álcool. (...) Um aspecto relevante da forma como foi feita a parceria para plantio de cana no Monte Alegre foi a objeção, de parte dos assentados, em aceitar a tradicional prática da queima da cana para colheita”. Contudo, no pré-contrato assinado pelos assentados não houve a garantia de não haver queimada, somente uma fraca recomendação. Dessa forma, os moradores do Monte Alegre e a área sofrem sazonalmente todos os impactos diretos e indiretos da maior fonte de impactos ao homem e ao ambiente: a queimada.

2. A produção da cana-de-açúcar e seus impactos socioambiental

¹ Sustentabilidade é um conceito cuja abrangência envolve os condicionantes sociais, ambientais, econômicos, políticos, históricos, técnicos, dentre outros (Sevilla-Guzmán e Woodgate, 1995)



Na região de Ribeirão Preto, SP, a degradação ambiental causada pelo setor sucroalcooleiro é enorme, trazendo impactos cientificamente comprovados no solo, na água, na flora, na fauna, à saúde humana, sendo as queimadas, a principal fonte de poluição atmosférica e impactos à saúde.

Uma lei estadual extingue as queimadas somente em 2017, devido ao fato do problema social que será gerado com o fim de postos e trabalho aos cortadores de cana.

Dessa forma, os problemas e conflitos socioambientais causados pela queimada dos canaviais ainda persistirão no interior paulista, dentro e fora dos assentamentos.

2.1 A Queimada da Cana e seus Impactos socioambientais

No Brasil desde o início da colonização as queimadas foram utilizadas para a preparação de áreas para o plantio da cana de açúcar sendo o fogo ateado para a destruição de campos e florestas. Freyre (1957:45-46) afirma que "o canavial desvirginou todo esse mato grosso de modo mais cru pela queimada. A cultura da cana valorizou o canavial e tornou desprezível a mata".

Com a febre da monocultura da cana, a prática das queimadas passou a ser rotineira. Depois da queima inicial da vegetação existente para a implantação dos canaviais, ocorrem as queimas destinadas a despalhar a cana, para facilitar a colheita.

No estado de São Paulo até a década de 70 as usinas eram proprietárias de aproximadamente 30% da área que utilizavam para o plantio da cana. Com o advento do Proálcool (1975) e por causa do extremamente vantajoso subsídio estatal a cultura canavieira avançou com voracidade sobre os campos de outras culturas e em semelhante intensidade o domínio das terras destinadas ao plantio da cana passou para as usinas, por força de aquisição ou de arrendamento. Hoje, com o advento do biodiesel, os canaviais continuam avançando a passos largos sobre outras culturas agrícolas.

Neste quadro, a prática da queimada da cana-de-açúcar foi difundida em larga escala, sendo que, desde então, o controle parcial somente tem ocorrido por força dos movimentos sociais que culminam em legislações específicas, ações do Ministério Público e decisões judiciais.

Recentemente, um estudo do IEA (Instituto de Economia Agrícola), órgão da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, comprova que a dois anos de vencer o primeiro prazo estipulado pelo protocolo agroambiental assinado entre o Estado de São Paulo, usinas e plantadores de cana-de-açúcar, metade da região de Ribeirão Preto, SP está longe de cumprir a meta de redução das queimadas.



A mecanização da colheita da cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto, principal pólo produtor de São Paulo e pioneiro no setor, varia de 36,3%, na área de Araraquara (região do assentamento Monte Alegre), a 66,8%, no caso de Orlandia. O estudo mostra que o Estado, de maneira geral, “está bem aquém do que se prevê para 2010”. Nenhuma das 33 regiões produtoras, hoje, estaria dentro da meta para 2010.

O estudo foi divulgado no mesmo mês em que dados da Secretaria de Estado do Meio Ambiente mostraram que 46% da área colhida na região era de cana crua. As metodologias dos estudos são diferentes (IEA, 2008).

O protocolo agroambiental prevê o fim das queimadas em 70% da área – em 2014, não deve mais haver queimas em áreas mecanizáveis. Em 2007, só 40,7% da cana do Estado foi colhida com máquinas.

Além de Orlandia, que lidera a mecanização no Estado, entre os cinco primeiros também estão os EDRs (Escritórios de Desenvolvimento Rurais) de Ribeirão Preto (52,3%) e Franca (58,4%), mas há áreas com índices inferiores, como Araraquara (36,3%), Barretos (38,1%) e Jaboticabal (41%).

Isto se explica em parte pelo fato de que há áreas com problemas de aquisição de tecnologia e outras por problemas geográficos, como a declividade do terreno. A solução seria diversificar a cultura ou buscar soluções tecnológicas mais adequadas. Outro problema é o investimento. O custo para mecanizar a colheita, segundo o IEA, chega a R\$ 2 milhões, em 2009.

Sobre a relação mecanização/mão de obra, o estudo do IEA, mostra ainda que o cultivo da cana é a atividade que mais contrata mão de obra, principalmente na época da colheita, além de ser a maior geradora do valor da produção e deter a maior área agrícola do Estado.

2.2 As queimadas e a sustentabilidade agrícola: impactos no solo, flora, fauna.

No solo, o fogo altera as suas composições químicas, físicas e biológicas, prejudicando a ciclagem dos nutrientes e causando a sua volatilização.

As queimadas provocam um uso maior de agrotóxicos e herbicidas, para o controle de pragas e de plantas invasoras, sendo que esta prática, agrava ainda mais o meio natural, afetando os microrganismos do solo e contaminando o lençol freático e os mananciais. A contaminação da água pode atingir níveis de difícil ou até mesmo impossível recuperação.



As queimadas causam a liberação, para a atmosfera, de grandes concentrações de monóxido de carbono e dióxido de carbono, que afetam a saúde e reduzem as atividades fotossintéticas dos vegetais, prejudicando a reprodução e produtividade de diversas culturas.

Durante a queimada da palha da cana-de-açúcar a temperatura a 1,5 cm de profundidade do solo chega a mais de 100° e atinge 800° centígrados a 15 cm acima da terra, afetando gravemente a atividade biológica do solo, responsável por sua fertilidade. (Adital, 2007). Verifica-se também o aumento do aquecimento na superfície, pela maior absorção da radiação solar, fato causado não só pela perda da cobertura vegetal, mas também pela cor que fica na terra.

As queimadas eliminam os predadores naturais de algumas pragas, provocando o descontrole dessas pragas e exigindo assim a utilização cada vez maior de agrotóxicos e provocando maior contaminação ambiental e humana.

Sem queimada como prática agrícola, o aproveitamento dos fertilizantes químicos e orgânicos (aplicados em quantidades cada vez maiores) seriam maiores e conseqüentemente a produtividade seria também maior.

A destruição da vegetação florestal nativa do Brasil e, em especial, no Estado de São Paulo, tem ocorrido nos diversos ciclos de implantação de culturas e pastagens sendo o ultimo deles o da monocultura canavieira. Como exemplo, temos a região de Ribeirão Preto que até a década de 1970 tinha 22% de cobertura florestal ativa, sendo que com o estímulo do PROALCOOL essa área foi reduzida para menos de 3% nos dias atuais. Mesmo com essa cobertura florestal irrisória para manter o equilíbrio ecológico da região, o fogo continua invariavelmente atingindo os últimos e pequenos remanescentes de vegetação nativa (Adital, 2007).

Os canaviais não são plantados em áreas distantes, isoladas de outras culturas ou vegetações. Como as queimadas são efetuadas na estiagem, não raro as vegetações limítrofes são atingidas, diretas ou indiretamente, sofrendo danos irreparáveis ou de difícil reparação.

Esses danos não são só causados por fogo provocado pelas fagulhas, mas também pela alta temperatura alcançada na queimada, que destrói a vegetação da borda, dando espaço para ervas daninhas, que se alastram pela área protegida.

No que concerne à fauna, as queimadas dos canaviais também matam os diversos animais que vivem nos canaviais ou estão lá para se alimentarem ou



reproduzirem. Pois, o fogo tem destruído um número ainda incalculável de espécimes da fauna nativa, a saber, desde insetos até mamíferos, devido ao fato de que, por não encontrarem mais as matas nativas que foram destruídas para implantação dos canaviais, tem como único abrigo o próprio canavial, que serve para sobrevivência e a procriação dessas espécies.

2.3 Os impactos das queimadas na saúde humana

Pesquisas na área de Saúde Pública e Medicina Social, têm apontando os efeitos da produção de cana sobre os trabalhadores que são pagos por produtividade. Muito deles têm morrido de exaustão. Freitas (2005) observou num período de dois anos (1999 a 2001) um crescimento relevante entre os registros de acidentes do trabalho na cultura sucroalcooleira, as mais elevadas taxas de incidência acumulada calculada para a população trabalhadora residente no Estado de São Paulo e contribuinte do Instituto de Previdência Oficial. A distribuição geográfica estadual paulista indicou que as áreas que apresentaram as maiores incidências acumuladas foram aquelas próximas a municípios onde se concentram grandes centros agroindustriais, principalmente, os de frutas cítricas e os de cana-de-açúcar, locais onde o trabalho formal está instituído. Outros elementos sobre o estado de saúde dos cortadores foram obtidos com um médico da rede pública de saúde do município e em observações diretas das condições de habitação destes trabalhadores. Os dados coligidos indicam uma intensificação do ritmo de trabalho, tal como acontece em outras áreas do estado de São Paulo. Em síntese, o autor conclui que para estes trabalhadores houve uma degradação nas condições gerais de saúde e uma intensificação da atividade produtiva, além da ameaça crescente de desemprego em decorrência da mecanização da colheita.

A fuligem da cana penetra pela pele do trabalhador e pela respiração circulando na corrente sanguínea do trabalhador. Substâncias cancerígenas presentes na fuligem já foram identificadas na urina desses trabalhadores. Mesmo a substância particulada inalada pelos trabalhadores pode estar associada aos casos de mortes por problemas cardíacos.

As queimadas reduzem o custo do setor canavieiro. Contudo, as pessoas ficam doentes, pois respiram as partículas finas e ultrafinas provenientes das queimadas, que penetram no sistema respiratório provocando reações alérgicas e inflamatórias. Esses poluentes passam para a corrente sanguínea, causando complicações em diversos órgãos do organismo. Aumentam as despesas públicas com atendimento, para o tratamento



dessas moléstias, e a população normalmente tem que arcar com o custo dos medicamentos e outros procedimentos médicos.

Cançado (2003), em um estudo que analisou os efeitos da queima da palha da cana-de-açúcar sobre a população de Piracicaba, SP, afirma que o risco relativo de internações por doenças respiratórias em crianças e idosos se associou significativamente com a variação interquartil dos poluentes. Os resultados de sua pesquisa apontam que o efeito foi 3.5 vezes maior no período da queima, confirmando o impacto deste tipo de poluição atmosférica sobre a saúde da população exposta.

3. Estudo de caso: o Assentamento Monte Alegre, SP.

A escolha do assentamento Monte Alegre se deu, inicialmente, devido sua localização na região de Ribeirão Preto, onde os problemas socioambientais e a degradação ambiental causados pela monocultura da cana de açúcar, via setor sucroalcooleiro, são enormes. Posteriormente, devido ao fato dos assentamentos da região de Ribeirão Preto estarem se rendendo pouco a pouco a monocultura da cana em parceira com as usinas, por motivos variados.

De acordo com Ferrante (2000a; 2000b), Ferrante e Bergamasco (1995) e Borges e Fabbro (2004), os assentamentos paulistas da região de Ribeirão Preto são processos complexos, cuja singularidade está na forte presença em sua composição (em torno de 70%) de ex-bóias-frias, proletários rurais que vêm sendo expulsos do mercado de trabalho por força do desemprego estrutural que se faz na região e o percentual restante formado por desempregados urbanos e migrantes de outros estados.

O assentamento Monte Alegre situa-se nos municípios de Araraquara, Motuca e Matão, região centro-norte do estado de São Paulo. Este assentamento teve seu processo de ocupação e implantação diferenciado. Em maio de 1984, no sistema de cana-de-açúcar, em São Paulo, surge o movimento de bóias-frias, trabalhadores agrícolas temporários expulsos do campo ao longo da industrialização da agricultura regional, que reivindicava condições de trabalho mais justo. O impacto desses movimentos foi intenso em todos os meios sociais, passando o Estado a reagir sob a forma de políticas emergenciais, como resposta ao movimento entre os trabalhadores sazonais rurais (CHONCHOL, 2003).

Em Julho de 1985, famílias de trabalhadores rurais assalariados temporários das grandes empresas agrícolas lutavam para conquistar uma área agrícola do Horto



Silvânia, situado no interior da Fazenda Monte Alegre, pertencente ao Estado (CHONCHOL, 2003). Neste mesmo ano autorizou-se a ocupação das terras. Outros núcleos de habitação surgiram após o estabelecimento desta primeira nucleação no interior do Monte Alegre, com o apoio de um movimento sindical dinâmico que multiplicou o núcleo inicial. Assim, quatro novos assentamentos surgiram nos arredores, num total de 200 famílias de bóias-frias instaladas na área estatal. Um quinto núcleo emergiu em 1987 com a ocupação de 60 novas famílias, passando Monte Alegre a contar com seis núcleos. Estes são organizados em agrovilas, ou seja, aglomerado de habitações e infra-estruturas implantadas em uma pequena área com características urbanas, com exceção do Assentamento Monte Alegre 6, criado em 1997 (ITESP, 1998).

As agrovilas são lotes menores (aproximadamente um hectare), cuja finalidade era a moradia dos assentados e a produção para subsistência. Além das agrovilas, as famílias possuem lotes agrícolas com áreas maiores, destinados ao cultivo de culturas comerciais (ITESP, 1998).

Endividado, com cerca de 60% de suas áreas improdutivas, em 2000, um grupo de famílias do assentamento Monte Alegre, das áreas pertencentes aos municípios de Motuca e Matão, está desenvolvendo desde 2000 um projeto em parceria com usinas da região para o cultivo de lavouras de cana-de-açúcar.

Esse tipo de cultivo foge, porém, do conceito de agricultura familiar (ou de subsistência), a única atividade autorizada a ser desenvolvida, até então, nos assentamentos do ITESP.

Para ser implantado, o grupo precisou de autorização do referido instituto, que também, é parceiro no projeto, ao lado da prefeitura de Motuca.

Assim sendo, o Assentamento Monte Alegre (e suas respectivas áreas 1, 2, 4 e 6, pertencentes ao município de Motuca), foi o primeiro assentamento do Estado com produção agrícola voltada para a cana, ou seja, o primeiro com produção voltada para o lucro. As primeiras lavouras começaram em fevereiro de 2002.

4. Metodologia

A interdisciplinaridade da pesquisa impôs que se refletisse sobre uma metodologia que, respeitando a especificidade de cada campo de conhecimento, conferisse unidade à maneira como a realidade seria pesquisada (Borges, 2002). Baseando-se em Sigaud



(1989) e Borges (2002), optou-se pelo estudo de caso, enfatizando o modo de ocupação sócio-econômica dos lotes que produzem cana.

Do ponto de vista da abordagem quantitativa, foram aplicados, por meio de amostragem, questionários fechados às famílias domiciliares, formado por blocos temáticos. Do ponto de qualitativo, foram realizadas entrevistas gravadas, em que os assentados falaram abertamente sobre a entrada da cana em seus lotes e os impactos percebidos.

5. A Percepção dos impactos à saúde humana e ao ambiente, ocasionados pela produção de cana-de-açúcar no Assentamento Monte Alegre, SP.

Verifica-se na Tabela 1, que dos 179 lotes amostrados, 82 produzem cana-de-açúcar. Observa-se, também, que entre os produtores 32,4 % acham que a entrada da cultura da cana foi “ótima”, para sua atual situação socioeconômica, 13,4% acham que foi “boa” (Tabela 2).

Essa percepção da produção de cana como algo “ótimo” ou “bom” é de fácil entendimento, pois, se trata de uma produção que foge da subsistência, com pequenos excedentes, e passa para uma produção de lucro. Pois, a cana-de-açúcar dá mais lucro que qualquer outra cultura, na região. E ainda, as usinas fazem todo o trabalho de correção do solo, entregam as mudas, etc.

Tabela 1 – Lotes que plantam cana-de-açúcar

	Planta cana-de-açúcar		
	Frequência	Percentual	Frequência Acumulada
Sim	82	45.81	82
Não	97	54.19	179

Tabela 2 – O que acham da entrada da cultura da cana na propriedade

	Entrada da cultura da cana no assentamento		
	Frequência	Percentual	Frequência Acumulada
Ótimo	58	32.40	58
Bom	24	13.41	82
Regular	0	0.00	0
Ruim	0	0.00	0

Quanto ao item impactos ambientais, somente 7% percebem ou tem informações que a produção de cana nos moldes convencionais (com uso intensivo de agrotóxicos, queima, entre outros) causa danos ao meio ambiente (Tabela 3). Defensivos envenenam e matam certos tipos de animais mais sensíveis. A queimada



acaba atingindo aqueles animais que não conseguem fugir do círculo de fogo. Para a biodiversidade nos canaviais a certeza é morte.

Em uma pesquisa da Embrapa Meio Ambiente (2003 a 2004), realizada na Usina Sao Francisco – produtora de açúcar orgânico na região de ribeirão Preto – comprovou-se o aumento da biodiversidade de fauna em diversos habitats associados ao uso e a ocupação de terras: cinco espécies diferentes de anfíbios, treze de répteis, 191 de aves e 38 de mamíferos foram encontrados em uma área de 79 km².

A explicação é que a produção orgânica cria um cenário atípico nos canaviais com a colheita natural do produto, sem a queima, e como manejo sustentável da área, que inclui a preservação das florestas e o plantio de culturas de rotação – como o girassol, feijões, entre as safras. Isso, atrai aves e outros animais, que se alimentam e até se abrigam no local. Ao som das colheitadeiras elas tem tempo de sugirem para as áreas de florestas remanescentes e depois retornarem.

Tabela 3 – Percepção de impactos no ambiente natural

A cultura da cana causa problemas/dano ao ambiente			
	Frequência	Percentual	Frequência Acumulada
Sim	13	7.26	13
Não	63	35.20	76
Em parte	6	3.35	82
Não sabe	97	54.19	179

Na Tabela 4, encontramos o destacado percentual dos que afirmam não saber se a produção convencional de cana causa impactos/danos/males à saúde (54%). Contra o preocupante percentual daqueles que acham que não traz males à saúde (37.4%).

Tabela 4 – Percepção de impactos na saúde

A produção convencional de cana causa impactos à saúde			
	Frequência	Percentual	Frequência Acumulada
Sim	10	5.59	10
Não	67	37.43	77
Em parte	5	2.79	82
Não sabe	97	54.19	179

O solo um dos recursos naturais mais afetados por ações antrópicas, em geral, foi o item que mais dividiu as percepções.

Embora os impactos no solo não sejam visíveis ou imediatamente perceptíveis, seus efeitos podem ser muito nocivos, uma vez que o solo é um compartimento



ambiental que não se move e não se renova rapidamente, ao contrário do ar e da água. (Brasil, 1983).

Tempos atrás, alguns autores consideravam o solo como um meio filtrante que acabava por ‘tratar’ todos os resíduos. Atualmente, já se sabe que o solo é um reservatório de produtos químicos, interferindo diretamente com outros compartimentos ambientais. O solo se comporta como se fosse um organismo vivo: nasce, respira, se alimenta e morre (Carvalho, 1980).

As complexas reações químicas que acontecem no solo são possíveis pela presença de milhares de espécies de microorganismos, como bactérias, fungos e algas, e ainda vermes, protozoários, minhocas, térmitas, entre outros. A grande maioria destes organismos vive no primeiro horizonte do solo, até uma profundidade de 40 cm. Quando substâncias como agrotóxicos, defensivos agrícolas são lançadas/descartadas no solo, os organismos morrem, comprometendo diretamente todo o sistema de respiração do solo – esse fato também acontece quando ocorre a queimada.

Encontramos na Tabela 5 o percentual de 47% para “sim” contra 53% para “não”, para as queimadas como prejudiciais ao solo.

Tabela 5 – Percepção de impactos da queimada no solo entre os produtores de cana

Queimada prejudica o solo			
	Frequência	Percentual	Frequência Acumulada
Sim	38	46.91	38
Não	43	53.09	81

Sobre a percepção dos efeitos deletérios da queimada na saúde humana, como problemas respiratórios e alérgicos, inclusive dermatológicos, 56% não percebem a queimada e suas conseqüências diretas (fumaça, fuligem), como variáveis impactantes. Contudo, observa-se, também, o significativo percentual dos que a vêem como uma causa de dano à saúde, repetindo-se a mesma situação da questão referente aos impactos no solo.

Tabela 6 – Percepção de impactos da queimada na saúde humana

Queimada prejudica a saúde humana			
	Frequência	Percentual	Frequência Acumulada
Sim	35	43.75	35
Não	45	56.25	80



Somente seis entrevistados (7%) afirmaram que algum membro da família teve problemas de saúde, relacionados à queima da cana (Tabela 7).

Tabela 7 – Problemas de saúde referidos, ocasionados pela queimada

Já percebeu algum problema de saúde, na sua família, ocasionado pela queima da cana?			
	Frequência	Percentual	Frequência Acumulada
Sim	6	7.32	6
Não	76	92.68	82

Por outro lado, 97.5% afirmam que é vantajoso plantar cana. E, sabe-se que, economicamente falando, é isso mesmo. Pois, desde o início do plantio no Monte Alegre, o próprio ITESP já afirmava que era “o primeiro assentamento do Estado com produção agrícola voltada para o lucro” (Tabela 8 e Tabela 11).

Sabe-se também que os assentados do Monte Alegre, segundo as falas passavam por “problemas econômicos” de “endividamento”, “nome sujo na praça”. “Com a cana tudo mudou: limpei meu nome, paguei minhas dívidas e até fiz melhorias na casa e umas comprinhas”.

Tabela 8 – Percepção de vantagens em cultivar cana-de-açúcar

Vantajoso cultivar cana			
	Frequência	Percentual	Frequência Acumulada
Sim	80	97.56	80
Não	2	2.44	82

Quanto aos princípios da Reforma Agrária de desenvolvimento da agricultura familiar, sustentabilidade ambiental, segurança alimentar, entre outros, os entrevistados acham que a monocultura não fere os objetivos fundamentais da reforma agrária (ampliação da agricultura familiar, preservação dos recursos naturais, produção de alimentos) (91.4%) (Tabela 9). “O que vocês querem? Reforma agrária com fome, sem dinheiro para comprar um remédio? Agora, não. Tenho dinheirinho no bolso, continuo com minhas galinhas, meu porquinho, uma hortinha”.

Tabela 9 – Percepção da produção da cana, na forma de monocultura, no lote

Introdução da cana nos assentamentos fere os ideais/princípios da reforma agrária			
	Frequência	Percentual	Frequência Acumulada
Sim	7	8.54	7



Introdução da cana nos assentamentos fere os ideais/princípios da reforma agrária

	Frequência	Percentual	Frequência Acumulada
Não	75	91.46	82

Tabela 10 – Tempo de parceria com a Usina

Tempo de parceria com as usinas			
	Frequência	Percentual	Frequência Acumulada
Nenhum ano	16	8.94	16
1 ano	16	8.94	32
2 anos	19	10.61	51
Mais de 5 anos	28	15.64	79
NSA	100	55.87	179

Tabela 11 – Percepção de benefícios

O cultivo da cana beneficia a família			
	Frequência	Percentual	Frequência Acumulada
Sim	78	95.12	78
Não	4	4.88	82

Voltando aos efeitos deletérios da queimada, na Tabela 12, verifica-se que 74% dos entrevistados que plantam cana reconhecem que a queimada polui o ar. O interessante é não perceberem seus efeitos danosos à saúde 56% (Tabela 6).

Tabela 12 – Percepção de poluição do ar

O ar é poluído pela queimada			
	Frequência	Percentual	Frequência Acumulada
Sim	61	74.39	61
Não	19	23.17	80
NR	2	2.44	82

6. Conclusões

De porte do conhecimento de que os riscos socioambientais se constituem num dos aspectos das complexas relações e interações homem-natureza, podendo resultar em impactos ambientais que acarretam em riscos, tanto ao homem quanto ao meio ambiente, pode-se concluir que os agricultores familiares do assentamento Monte Alegre se encontram cotidianamente em situação de vulnerabilidade, devido à cotidiana exposição aos riscos advindos da produção convencional de cana.

Contudo, quando se toma como base da reflexão o estudo de suas percepções de riscos socioambientais, nota-se, que esses agricultores vivem em permanente estado de



risco, pois, não reconhecem a maioria dos impactos produzidos ao longo da cadeia de produção agrícola da cana como algo que ofereça perigo ou dano.

Assim, confirma-se aqui que risco é uma construção social, uma vez que, mesmo diante de fatos/impactos, muitos deles visíveis e passíveis de serem sentidos, como a fumaça das queimadas e a dificuldade de respiração, os entrevistados não os percebem como riscos. Pois, não os reconhecem como danoso ou como algo relevante. Aposta-se aqui na falta de conhecimento/informação sobre as agressões à saúde e ao ambiente que esses impactos podem causar – mesmo muitos deles estarem ligados à experiência diária e de vida, visto que, mais da metade dos entrevistados afirmarem não saber se a produção convencional causa danos à saúde humana.

Em síntese, pode-se afirmar que a percepção dos moradores do Monte Alegre não está totalmente associada ao ambiente natural e particular no qual vivem e com o qual interagem, mas, sim às suas práticas sócio-econômicas e às suas exposições a esses conjuntos. Assim sendo, todo ambiente que envolve esses agricultores não influenciou suas percepções e condutas. Pois, as pessoas se comportam no mundo real não a partir de um conhecimento objetivo desse mundo, mas com base nas imagens subjetivas dele. Daí essa diferença entre o vivido e o concebido.

No caso específico desses moradores do Monte Alegre, os resultados revelaram que a idealização de um futuro melhor, reforçado por uma situação presente que reforça esse ideal, e um passado, que parte de uma percepção pontual e negativa da situação passada, acaba por tornar a produção de cana nos lotes do Monte Alegre como algo “ótimo” e “bom”.

7. Referências bibliográficas

- ADITAL . Disponível em <<http://www.adital.org.br>>. Acesso em 02 de agosto de 2007.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. *O contexto teórico do desenvolvimento dos estudos humanísticos e perceptivos na geografia*. Série Publicações Especiais, nº 5, 1987. Instituto de Geociências – Universidade Federal de Minas Gerais.
- BECK, U. *Risk Society: towards a new modernity*. Londres: Sage Publications, 1992.
- BITTENCOURT, G.; CASTILHOS, D.; BIANCHINI, V.; SILVA, H. – *Os principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Projeto UTF/BRA/051/BRA; INCRA/FAO, Brasília, 1998.
- BORGES, Janice Rodrigues Placeres. *Um estudo da percepção de justiça e equidade, em aproveitamentos hídricos, de grupos sociais do Pantanal Matogrossense – o caso da hidrovía Paraguai – Paraná*. São Carlos, 2002.



- _____. *A Situação de Vulnerabilidade Sócio-Ambiental em Assentamentos da Reforma Agrária - Percepções e Práticas Cotidianas*. São Carlos: RiMa Editora/FAPESP, 2008.
- BORGES, J.R.P. e FABBRO, A.L.D. *Percepção de Riscos Socioambientais no uso de agrotóxicos – o caso dos assentados da reforma agrária paulista*, ABEP, Anais e Cd Rom, Caxambu, 2004.
- BRANDENBURG, Alfio. *Sociologia do Ambiente Rural: Principais Temas e Perspectivas*. Disponível em: www.anppas.org.br e www.eco.unicamp.br . Acesso em: 15, jan., 2005.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. *Diretrizes nacionais ambientais: 1ª. Fase*. 1983.
- BRÜGGER, Paula. *Visões estreitas na educação ambiental*. Ciência Hoje, São Paulo. v. 24, n.141, p. 62-65, 1998.
- _____. *Educação ou adestramento ambiental?* 2. ed. Florianópolis : Letras Contemporânea, 1999. 159 p.
- BUTTEL, Frederick H. *Agriculture change, rural society and the state in the twentieth century*. In: SYMES, D; JANSEN, A (eds). *Agricultural restructuring and rural change in Europe*. Wageningen: Wageningen Agricultural University Press.1994, p. 13-31.
- CANÇADO, J.E.D. *A poluição atmosférica e sua relação com a saúde humana na região canavieira de Piracicaba – SP*. Tese (Doutorado). FM –USP. 2003.
- CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Editora Cultrix, 1996. 256 p.
- CARMO, R.A. A questão agrária e o perfil da agricultura familiar brasileira. Bahia Agrícola, Salvador, v.4, n.1, nov. 2000.
- CARVALHO, B.A. *Ecologia Aplicada ao Saneamento Ambiental*. RJ: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 1980.
- CHAMBERS, Robert. Foreword. In: SCOONES, I.; THOMPSON, J. *Beyond farmer first: rural people's knowledge, agricultural research and extension practice*. Londres Intermediate Technology, 1994.
- CHONCOL, M. E. F. *Assentamento Monte Alegre: Conflitos e Negociações nas Ocupações de Terras*. In: Bergamasco, S.M.; Aubrée, M. & Ferrante, V.L. (eds). *Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo*. Campinas, FEAGRI/UNICAMP; Araraquara, SP: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003, p. 65-78.
- CORDIOI
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. 246p.
- DANIEL, L. D. (1996). *A queima de palha de cana-de-açúcar no município de Matão*, SP. Parecer Técnico.
- DIAS, C. *Pesquisa Qualitativa: características gerais e referências*. <<http://www.geocities.com/claudiaad/qualitativa.pdf>> acesso em 02/02/2007.
- DOUGLAS, M. *Natural Symbols: Exploration in Cosmology*. New York: Pantheon Books, 1970.
- DOUGLAS, M. *Risk and Blame: Essays in Cultural Theory*. London/New York: Routledge, 1990.
- EMBRAPA (1997). **Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa por Atividades Agrícolas no Brasil**. Relatório 02: Emissão de Gases de Efeito Estufa Provenientes da Queima da Cana-de-açúcar. Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental - CNPMA. Jaguariúna. SP.



- FERNANDEZ, R. N. **Efeitos das queimadas de cana-de-açúcar sobre o bem-estar das famílias: uma aplicação do método de avaliação contingente.** Dissertação (Mestrado). FEARP, USP. 2008.
- FERRANTE, V.L.S.B. e BERGAMASCO, S.M.P.P. (Coord.). **Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo.** Araraquara - SP, UNESP, 1995.
- FERRANTE, V.L. B. **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas.** 2005
_____. Nupedor. **Retratos de Assentamentos.** Nupedor, No. 9, 2004
- FERRANTE, V.L.S.B., BARONE, L.A. e KURANAGA, A.A. **Retratos de Assentamentos.** Nupedor, N. 10, 2006.
- FERREIRA, M.E.T. (1991). Aspectos Agrônômicos da Queimada da Cana-de-açúcar. Palestra ministrada aos 22 de outubro de 1991. **Reunião do Centro de Estudos Regionais.** Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto. SP.
- _____. (2006) A queimada da cana e seu impacto socioambientais. In: **Adital**, 2006.
- FRANCO, A.R. (1992). **Parecer Sobre os Efeitos da Poluição Provocada pela Queimada dos Canaviais na Saúde Humana.** Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. SP.
- FREITAS, C.M. A construção dos estudos de percepção de riscos na avaliação e no gerenciamento de riscos relacionados aos resíduos perigosos. Sisinnio, C.L.S. (org.), **Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar.** Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2000.
- FREITAS, C.M. e GOMEZ, C.M. Análise de riscos tecnológicos na perspectiva das ciências sociais. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, 03(03):485-504, 1997.
- FREITAS, R.M.V. **Os registros de acidentes de trabalho no meio rural paulista: as culturas sucroalcooleira e de frutas cítricas entre 1997 e 1999.** Dissertação (Mestrado). FSP – USP. 2005.
- FREITAS, V.P. e FREITAS, G.P. (1997). **Crimes contra a Natureza.** Editora Revista dos Tribunais
- GOMES, T.P.S. e FERRANTE, V.L.B. Sociabilidade e Reforma Agrária: uma questão em debate. **Retratos de Assentamentos**, no. 10, 2006.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 1990, 148 p.
- GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. **Textos em Representações Sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- GUIVANT, Julia. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 14, n.3, p. 412-447, set/dez, 1997.
- GUZMÁN, E.S. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável.** Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 19-33.
- ITESP, Mediação no Campo: Estratégia de ação em situação de conflitos fundiários. **Série Cadernos do ITESP**, São Paulo, SP: ITESP, São Paulo, SP: Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, N. 6, 1998, 128p.
- ITESP, Sítios e 'Situantes': Planejamento territorial e cálculo de módulo para Assentamentos Rurais. **Série Cadernos do ITESP**, São Paulo, SP: ITESP, São Paulo, SP: Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, N. 8, 1998, 144p
- KIRCHHOFF, V.W.J.H. (1991). **As Queimadas da Cana.** Transtec Editorial. São José dos Campos. SP.
- KIRCHHOFF, V.W.J.H.; ESCADA, P.A.S. (1998). **O Megaincêndio do Século.** Transtec Editorial. São José dos Campos. SP.



- MANÇO, J.C. (1992). Efeitos das Queimadas na Saúde Humana: Aparelho Respiratório. Trabalho apresentado no "I Encontro sobre Incêndios Florestais". Universidade Estadual Paulista. Campus de Botucatu. Faculdade de Ciências Agrônomicas. Botucatu. SP.
- MARREY, L.A.G. (1993). **Contra a queimada da Cana e em Favor da Saúde dos Cidadãos e do Respeito ao Meio Ambiente**. Portaria Procuradoria Geral de Justiça nº 34.104/93. São Paulo. SP.
- MAZZILLI, H.N. (1998). Autorização para Poluir. **Jornal Síntese** nº 19. p. 09. Setembro/1998. RS.
- MIRRA, A.P.; WÜNSCH, V.F. (1998). **Parecer Técnico sobre a Exposição aos Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos Presentes na Fuligem Proveniente da Queima da Cana-de-Açúcar e Ocorrência de Câncer no Município de Catanduva**. Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da USP. SP.
- NALINI, J.R. **Ética Ambiental**. Editora Millennium. Campinas. SP. 2001
- LARAIA, Roque Da natureza da cultura ou da natureza à cultura In: **Cultura, um conceito antropológico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.
- LEFEBVRE, H. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa Qualitativa, um instigante desafio. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre identidade (NEPI)**. Veras Editora. São Paulo, 1999.
- MEDEIROS, L. S. de (2003) **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.
- MINAYO, M.C.S. *O Conceito de Representações Sociais dentro da Sociologia Clássica*. In Guareschi, P e Jovchelovitch, S. (orgs.) *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MINAYO, M.C.S. Condicionde de Vida, Desiguald y Salud a Partir Del Caso Brasileño. In: *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões e tendências*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003, 173p.
- OLIVEIRA, Maria Marly de, 1942 - **Como fazer pesquisa qualitativa** / Maria Marly de Oliveira. – Recife: Ed. Bagaço, 2005.
- POLTRONIÉRI, Lúgia Celoria. Percepção de custos e riscos provocados pelo uso de praguicidas na agricultura. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Lúvia de (orgs.) **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 237 – 265
- QUEIROZ, M.I.P. *Variação sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. COLEÇÃO Textos, n.4, 1983, CERU e FFLCH/USP.
- _____ *Relatos Oraís: do "indizível" ao "dizível"*. In: SIMSON, O.M.V. Experimentos com Histórias de Vida. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.
- RAMOS, P. (1999). *Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil*. Editora Hucitec. São Paulo. SP.
- SANTOS, D., BAHIA, V.G.; TEIXEIRA W.G. (1992). Queimadas e Erosão do Solo. Artigo. Revista Informe Agropecuário. Volume 16. Número 176. Belo Horizonte. MG.
- SILVA, C.C. (2002). *Informações de Atividades da Polícia Ambiental*. Companhia da Polícia Ambiental de São José do Rio Preto/SP. Batalhão de Catanduva/SP.
- SOUZA, M.P. (1989). *Dados de Experiências com Cana-de-açúcar da Região de São Paulo*. Escola de Engenharia de São Carlos-USP. SP.



VITTA, H. G. (2000). O Meio Ambiente e a Ação Popular. Editora Saraiva. São Paulo. SP.

ZAMPERLINI, G.C.M. (1997). Investigação de Fuligem Proveniente da Queima de Cana-de-Açúcar com Ênfase nos Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos (HPAs). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Instituto de Química. Departamento de Química Analítica. Araraquara. SP.

RUMIN, C. R. Trabalho Rural e Saúde: um estudo sobre as condições de trabalho e sua relação com a saúde dos cortadores de cana-de-açúcar do município de Pacaembu. Dissertação (Mestrado). FMRP – USP. 2004.

SCHLINDWEIN, Sandro Luis; D'AGOSTINI, Luiz Renato. Sobre o conceito de Agroecossistema. In: III ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 1998, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 1998. CD-ROM.

SIGAUD, L. Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ. 1989.



GT 3: Conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais e desenvolvimento rural

Unidades de conservação e indicadores de desenvolvimento no Cerrado brasileiro

Rodrigo de Jesus Silva¹

Maria Elisa de P. E. Garavello²

¹Biólogo e Doutorando em Ecologia Aplicada, Universidade de São Paulo, Campus de Piracicaba, Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), E-mail: rodrigojsilva@usp.br

²Professora Livre Docente da ESALQ, Universidade de São Paulo, Campus de Piracicaba, Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), E-mail: mepegara@esalq.usp.br

Resumo.

Este trabalho retoma o debate a respeito dos impactos socioeconômicos da criação de unidades de conservação (UC's) sobre as populações locais. De um lado há aqueles que defendem que as UC's podem auxiliar na redução da pobreza através da geração de fontes alternativas de renda e, de outro, aqueles que falam justamente o oposto, devido à política de expropriação de terras. Assim, através de pressupostos contrários, avalia-se através de indicadores de desenvolvimento (IDH e Índice de Gini) a relação entre unidades de conservação e pobreza. Nesta interface, propõe-se um método de análise desagregada pelos grupos de unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável, cujo objetivo é avaliar a eficácia dos seus respectivos pressupostos de uso dos recursos naturais para a manutenção das condições sociais locais.

Palavras-chave: conservação, pobreza, desenvolvimento humano, uso dos recursos.



Introdução

Desde meados do século XIX, com a criação do primeiro parque nacional do mundo – Yellowstone - que unidades de conservação têm sido uma das estratégias mais frequentes para conter o avanço da degradação ambiental (Adams et al., 2004; Bruner, et al., 2001; Rodrigues et al., 2004).

Somando-se à perspectiva de preservação, alguns autores argumentam que a criação de unidades de conservação pode auxiliar na redução da pobreza através da maior geração de renda local (Adams et al. 2004; Bini & Diniz-Filho, 2005). Entretanto, muitos reforçam que tal estratégia de conservação reduz as condições sociais locais ao restringir o acesso aos recursos naturais de subsistência e as fontes tradicionais de renda, gerando assim graves consequências e conflitos às populações locais (Brockington, 2004, Pretty & Smith, 2004; Guimire et al, 1997; Diegues, 2000, Roe & Elliott, 2004, Schmidt-Soltau, 2003).

Diante deste panorama, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil (SNUC), classifica as áreas de proteção em dois grupos: uso sustentável e proteção integral. Quanto à forma de uso dos recursos naturais essas áreas podem ser divididas, respectivamente, nos pressupostos de uso direto, onde é permitida a presença humana e, uso indireto, na qual é proibida (SNUC, 2004). A partir disso, a avaliação socioeconômica das UC's de acordo com os seus pressupostos pretende avançar no entendimento dos impactos gerados por áreas de proteção sobre as populações locais. Além disso, este estudo se justifica uma vez que o cerrado é considerado um dos “hotspots” mundiais de conservação, ou seja, uma das principais zonas de conflito do mundo em termos de preservação ambiental (Myers et al., 2000).

Assim, este trabalho objetivou avaliar: 1) se as condições sociais locais são reduzidas em regiões de proteção e 2) quais formas de proteção ou pressupostos de uso dos recursos mais influenciam os indicadores de desenvolvimento.

Materiais e Métodos

As condições socioeconômicas do total de 1058 municípios do Cerrado brasileiro foram inferidas por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Gini (IG), coletados no banco de dados do ano de 2000 do Atlas do



Desenvolvimento Humano do PNUDBrasil¹ (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Já os dados de unidades de conservação foram obtidos através da base de dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Enquanto o IDH mede as condições socioeconômicas através de três dimensões básicas do desenvolvimento humano - saúde, conhecimento e padrão de vida - o IG mede a distribuição de renda entre indivíduos, sendo que zero (0) representa igualdade perfeita e um (1) desigualdade total (Pnudbrasil, 2006).

Primeiro, os municípios com presença de unidades de conservação foram codificados em um (1) e aqueles sem em zero (0). Segundo, os municípios com áreas de proteção (1) foram recodificados de acordo com os pressupostos de uso dos recursos dos grupos de unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável: uso indireto (UI) e uso direto (UD), concomitantemente. Terceiro, com o objetivo de isolar o efeito e possível impacto socioeconômico de cada grupo e pressuposto de conservação, comparou-se os indicadores de desenvolvimento (IDH e IGini) dos municípios com unidades UI e UD com os daqueles sem unidade alguma (0).

A análise estatística de ambos os tratamentos foi realizada através do software SAS 9.2, utilizando-se o teste não paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney, correspondente ao teste t não pareado, para comparar duas amostras independentes (Sokal & Rohlf, 1995). Vale ressaltar que o nível de significância aqui utilizado foi de cinco por cento ($\alpha = 5\%$).

Resultados e Discussão

Primeiro, os municípios com presença de unidades de conservação (1) apresentaram indicadores de desenvolvimento humano (IDH) significativamente menores do que aqueles sem (0). Porém, quanto à distribuição de renda (IGini), não foi encontrado nenhuma diferença significativa (Tabela 1). Portanto, avaliando apenas os dados brutos de unidades conservação tenderíamos a concluir que unidades de conservação não auxiliam na redução da pobreza, muito pelo contrário, estariam contribuindo para o aumento. Entretanto, ao desagregar os dados de acordo com os grupos de unidades de conservação, verificou-se que as UD são as responsáveis pelos

¹ Última divulgação realizada.



baixos valores de IDH, uma vez que o IDH dos municípios com unidades UD é significativamente menor do que daqueles com unidades UI. Além disso, ao isolar os efeitos, o IDH médio dos municípios com UD foi significativamente menor que o daqueles sem UC (0), o que não ocorreu para aqueles com unidades UI (Tabela 1).

Tabela 1. Análise descritiva das variáveis índice de gini (IGini) e índice de desenvolvimento humano (IDH) com os valores da média, Z da aproximação normal, graus de liberdade (GL), probabilidade (p) e tamanho amostral (n) dos tratamentos com (1) e sem (0) unidades de conservação, UC's de proteção integral (UI) e uso sustentável (UD) e, assim por diante.

<i>Variáveis</i>	1	0	Z	GL	p	n (1)	n (0)
IGini	0,56304	0,57093	-1.6385	1148	0,0507	286	863
IDH	0,72283	0,73174	-1.6536	1148	0,0491	286	863
	UI	UD	Z	GL	p	n (PI)	n (US)
IGini	0,56748	0,55560	-1.7600	285	0,0392	179	107
IDH	0,72860	0,71317	-1.7798	285	0,0376	179	107
	UI	0	Z	GL	p	n (PI)	n (0)
IGini	0,56748	0,57093	-0.4510	1041	0,3260	179	863
IDH	0,72860	0,73174	-0.4303	1041	0,3335	179	863
	UD	0	Z	GL	p	n (US)	n (0)
IGini	0,55560	0,57093	-2.3103	969	0,0104	107	863
IDH	0,71317	0,73174	-2.3654	969	0,0090	107	863

Vários fatores podem explicar tais resultados. Primeiro, os baixos valores de IDH das unidades UD pode ser consequência natural da presença de populações tradicionais e quilombolas em seus limites, cujo sistema de produção está voltado principalmente para a subsistência e não para a economia de mercado (Diegues, 1998;



Arruda, 1999). As categorias Floresta Nacional, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Extrativista são exemplos de unidades UD que permitem a presença de populações tradicionais com o objetivo conciliar conservação à manutenção sociocultural local (SNUC, 2004).

Segundo, a partir da base de dados aqui utilizada, estima-se que até o ano de 2000 havia 205 unidades de conservação no cerrado, sendo 121 de proteção integral em 5.484.680,18 ha e 104 de uso sustentável em 9.950.719 ha. Considerando a premissa de não desapropriação de terras, tamanha diferença em extensão das unidades de uso sustentável dificultaria na articulação social e econômica dos atores sociais envolvidos. Terceiro, a escala utilizada - municipal - talvez não demonstre a real magnitude dos impactos das unidades UI, uma vez que muitos dos expropriados migram para centros urbanos distantes (Diegues, 2004). Quarto, as áreas de proteção menores, no caso as de proteção integral (UI), podem ter sido criadas em municípios mais ricos e com melhores condições de vida, o que possivelmente reflete no IDH (Bini & Diniz-Filho, 2005).

Contudo, ao passo que o pressuposto de presença humana das unidades UD se mostrou ineficaz para a manutenção das condições socioeconômicas locais (IDH), o de expropriação das unidades UI também se mostrou ineficiente em relação à distribuição renda (IGini). Embora não haja diferença significativa entre os tratamentos com (1) e sem (0) unidades de conservação, os municípios com unidades UI apresentaram um IGini médio significativamente maior, ou seja, mais próximo à desigualdade total, que aqueles com unidades UD (Figura 1). Somando-se a isso, ao isolar os fatores no terceiro tratamento constatou-se que o IGini médio dos municípios com unidades UD é significativamente menor, mais próximo à igualdade perfeita, que daqueles sem unidade (0), sendo que o mesmo não ocorreu na comparação entre os municípios com UI e aqueles sem unidade alguma (Tabela 1).

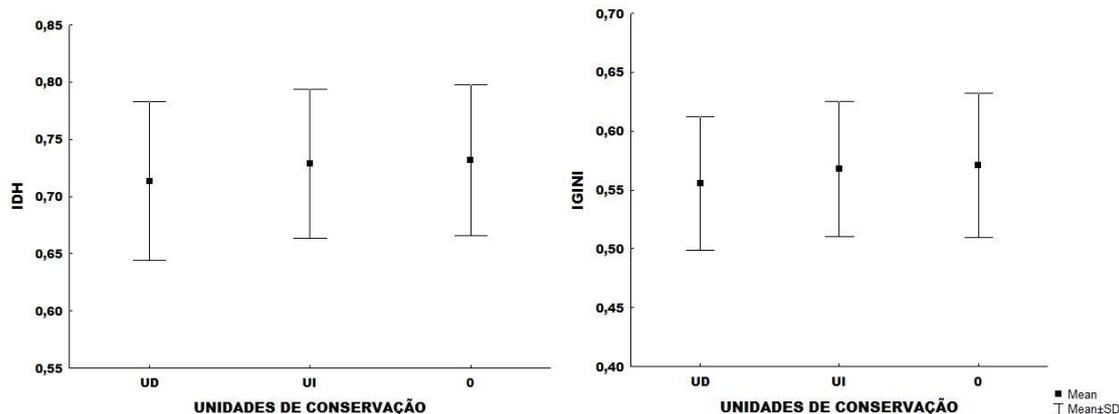


Figura 1. Relação entre as unidades de conservação de uso direto (UD) e indireto (UI) com as áreas sem unidades de conservação (0), usando os dados de IGini e IDH.

Uma vez que o IGini permite elucidar questões de heterogeneidade social quanto à concentração da renda, o IDH proporciona um indicador de desenvolvimento humano mais efetivo do que apenas medidas de renda per capita (UNDP, 2010). Neste cenário, a pobreza deve ser vista como uma privação das necessidades básicas e liberdades individuais, medida através do IDH, e não apenas como baixa renda (Sen, 2000). Brockington (2004), ressalta que não é a simples existência da pobreza ou injustiça que causa problemas para a conservação, mas sim a distribuição destes na sociedade. Com este mesmo enfoque, Rodrigues et al. (2009) usou a base de dados de IDH de 2000 do PNUD para avaliar a relação do desflorestamento na Amazônia com o padrão de desenvolvimento da região.

Dentre os fatores que ajudam a reduzir a pobreza destaca-se o grau de desigualdade social, ou seja, quanto mais igual economicamente for uma sociedade, maiores serão as chances do crescimento econômico de reduzir a penúria humana (Da Veiga, 2001). Assim, considerando a relação entre UC's e pobreza, para um desenvolvimento mais justo e equitativo, além da geração de renda local é necessário investimentos em diversas instâncias sociais, como educação, saúde, seguridade social, etc (Sen, 1998).

Diante do exposto, acrescenta-se que transformar todas as categorias de unidades de conservação no pressuposto de proteção integral não seria uma solução efetiva para a melhoria das condições sociais locais. Neste sentido, há de se considerar os possíveis impactos causados às populações locais, decorrentes da desapropriação de terras,



proibição do uso dos recursos de subsistência e, consecutivamente, perda da fontes primárias de renda (Balmford & Written, 2003; Schmidt-Soltau, 2003).

A partir disso, uma possibilidade para as unidades de uso sustentável seria investir em formas de gestão integrada - público e privado - e mais participativa dos recursos, estimulando a autonomia local e a melhoria das condições sociais básicas como saúde, educação e renda. Entretanto, para que tais investimentos sejam eficientes torna-se necessário mais estudos de caso sobre o conhecimento, atitude e ponto de vista dos povos locais quanto às alternativas práticas de gestão e manejo de suas unidades de conservação (Xu, 2006, Diegues, 1998)).

Conclusão

A avaliação dos impactos socioeconômicos das unidades de conservação sobre as populações locais se torna mais clara quando realizada de acordo com os grupos de unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável. Portanto, a relação entre conservação e pobreza deve ser avaliada sob a luz dos pressupostos de uso direto e indireto dos recursos naturais que direcionam a criação de áreas de proteção no mundo. Nesta perspectiva, pondera-se que as unidades de proteção integral podem auxiliar na manutenção das condições sociais locais, desde que permitam uma maior distribuição da renda gerada com os serviços ambientais, aliando aspectos mais amplos do desenvolvimento humano às políticas de conservação.

Referências Bibliográficas

- ADAMS, W.M. et al. Biodiversity conservation and the eradication of poverty. *Science*, v. 306, p.1146-1149, 2004.
- ARRUDA, R. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. *Ambiente & Sociedade*. n. 5, p. 79-92, 1999.
- BINI, L.M.; DINIZ-FILHO, J.A.F. Conservation does not compromise social development in Brazilian Cerrado, 2005. Publisher E- Letter responses: ADAMS, W.M. et al. Biodiversity conservation and the eradication of poverty. *Science*, v. 306, p.1146-1149, 2004.



- BALMFORD, A.; WHITTEN, T. Who should pay for tropical conservation, and how could the costs be met? *Oryx*, v. 37, p. 238-250. 2003.
- BROCKINGTON, D. Community conservation, inequality and injustice: myths of power in protected areas management. *Conservation & Society*, v.2, p. 1-22, 2004.
- BRUNER, A.G. *et al.* Effectiveness of parks in protecting tropical biodiversity. *Science*, v. 291, p.125-128, 2001.
- DA VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: EduspHucitec/Nupaub, 2004.
- Environmental impact assessment: The point of view of artisanal fishermen communities in Brazil. *Ocean & Coastal Management* v. 39, p. 119-133, 1998.
- Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo; EduspHucitec/Nupaub, 2000.
- GHIMIRE, K. B.; PIMBERT, M. .P Social Change and Conservation: Environmental Politics and Impacts of National Parks and Protected Areas. United Kingdom: UNRISD, 2000.
- MYERS, Norman, et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**. v. 403, p. 853–858, 2000
- PNUDBRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório do Desenvolvimento Humano 2006. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh/destaques/index.php?lay=inst&id=dtq>
- PRETTY, J.; SMITH, D. Social capital in biodiversity conservation and management. *Conservation Biology*, v. 18, 631-638, 2004.
- RODRIGUES, A.S.L. *et al.* Effectiveness of the global protected area network in representing species diversity. *Nature*, v. 428, p. 640-643, 2004.



- RODRIGUES, A.S.L. *et al.* Boom-and-Bust Development Patterns Across the Amazon Deforestation Frontier. *Science*, v 324, p. 1435-1437, 2009.
- ROE, D.; ELLIOTT, J. Poverty reduction and biodiversity conservation: rebuilding the bridges. *Oryx*, v. 38, p. 137-139, 2004.
- SEN, A. K. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, A. K. Human Development and Financial Conservatism. *World Development*. v. 26, n. 4, p. 733-742, 1998.
- SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5º ed. Brasília:MMA/SBF, 2004.
- UNDP. United Nations Development Programme. The Human Development Index. 2010. Available at: <http://hdr.undp.org/en/statistics/indices/hdi>
- SOKAL, R.R.; ROHLF, F.J. *Biometry: the principles and practice of statistics in biological research*. 3º ed. New York: W. H. Freeman and Co, 1995.
- XU, J. *et al.* Local people's perceptions as decision support for protected area management in Wolong Biosphere Reserve, China. *Journal of Environmental Management*. v.78, p. 362–372, 2006.



Uso de indicadores sócioambientais para avaliação do assentamento Santa Rita, em Jataí-GO

Mainara da Costa Benincá¹
Raquel Maria de Oliveira²
Dinalva Donizete Ribeiro³

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Goiás – E-mail: mainaracosta@gmail.com.

² Doutora em Geografia e professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia - Universidade Federal de Goiás - Campus Jataí – E-mail: raquelmo.oliveira@gmail.com

³ Doutora em Geografia e professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia - Universidade Federal de Goiás – E-mail: dinalvadr@gmail.com

Resumo

A finalidade deste trabalho foi aplicar uma metodologia participativa de avaliação ambiental no Assentamento Santa Rita, município de Jataí, Goiás, relacionada às atividades produtivas desenvolvidas no local. A utilização dessa metodologia tem como objetivo a elaboração de uma avaliação ambiental dos lotes desse assentamento com base em indicadores ambientais e socioeconômicos e a indicação de pontos positivos e negativos no manejo ambiental. Fez-se visita prévia de reconhecimento do campo a ser estudado, seguida da elaboração de formulários com questões pertinentes aos objetivos propostos. Foram feitas observações visuais e a aplicação de dois formulários em 21 dos 23 lotes do assentamento para a coleta de informações. Estas informações foram analisadas a partir de uma adaptação do método de Avaliação Ponderada de Impacto Ambiental de Atividades do Novo Rural (APOIA-NovoRural– Embrapa). Com esses formulários foi possível fazer a avaliação de indicadores de desempenho socioambiental que estão agrupados em onze dimensões: I. Manejo das práticas agropastoris; II. Recursos hídricos; III. Rede de esgoto; IV. Destino do Lixo; V. Infra – estrutura; VI. Atividades agrícolas desenvolvidas; VII. Ecologia da paisagem, considerando a vegetação; VIII. Qualidade dos compartimentos ambientais; IX. Dimensão valores sócio-culturais; X. Dimensão Valores Econômicos e XI. Dimensão Gestão e Administração. Dentre os sessenta e dois indicadores propostos na metodologia da Embrapa, foram selecionados quarenta e um para a realização do trabalho, pois o restante não se enquadrava aos objetivos da pesquisa. Esses dados foram tabulados para a construção de gráficos individuais de cada lote. Os lotes. 07, 08 e 17 obtiveram pesos satisfatórios, ao contrário dos lotes 09, 16 e 19, que ficaram muito abaixo da média. Os demais lotes obtiveram pesos médios, sem grandes destaques.

Palavras-chave: Manejo do lote, Projetos de Assentamentos, Recursos Naturais.



Introdução

As modificações ambientais decorrentes da ação do homem, principalmente, a partir do século XIX, provocaram uma forte ameaça aos recursos naturais. Após a Segunda Guerra Mundial, os países desenvolvidos e subdesenvolvidos elevaram suas produções e, conseqüentemente, o consumo, comprometendo grande parte dos recursos disponíveis na natureza.

Esse crescimento na produção provocou conseqüências ambientais de ordem global, redução da biodiversidade, aumento do efeito estufa, redução da camada de ozônio, poluição rural e urbana, fragilização dos solos e muitos outros problemas.

Os principais problemas ambientais no âmbito nacional relacionados à degradação da diversidade biológica ocorrem desde o período de colonização do Brasil, com um modelo de exploração implantado pelos colonizadores. Tais problemas estão ligados ao processo de práticas agropecuárias e de extrativismo vegetal. Processo que perpetua há séculos provocando um total desequilíbrio nos diversos ecossistemas.

Nesse sentido, ao abordar as questões referentes ao campo brasileiro, nota-se que estes problemas também estão presentes e não se explica de forma simples ou de elucidações precisas, visto que, os entraves estão no cerne da história agrícola do Brasil (SILVA, 2004).

Os impactos ambientais são causados pela sociedade que utiliza os recursos naturais como se os mesmos fossem infinitos, transformando os meios naturais em meios extremamente artificiais. Há uma crítica em relação à noção de “recurso natural”, pois esta é justamente a visão de quem vê a natureza como um recurso a ser gasto, visão responsável pelo uso excessivo e abusos cometidos. O homem precisa se sentir como parte integrante do mundo, conforme Junges (2004) “... é necessário superar a concepção do ser humano como espécie dominante e separada do mundo, despojando-se do seu isolamento individualista e colocando-se no ponto de vista de todos”. Dessa forma, pensar que seus atos são conseqüências futuras, que ele mesmo pode vir a enfrentar.

O processo de ocupação de áreas para o cultivo agrícola remonta há vários séculos, com um problema comum para diferentes regiões, a desigualdade no acesso a terra pela população mundial. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) vem implantado um modelo de distribuição de terras para os que não a



possuem; o que ocasiona sérios problemas ambientais nas áreas destinadas a assentamentos agrários. Essas áreas nem sempre são adaptadas ao uso agropastoril, possuem alta declividade, solos pobres, condições climáticas impróprias e como agravante há a dificuldade de acesso a renda e informação por parte das famílias assentadas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a agricultura familiar hoje é a responsável por 10% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) do país, emprega mais de 80% da mão de obra no setor rural e é responsável por até 70% dos alimentos produzidos no Brasil. Apesar de sua significativa importância, passa por sérias limitações, principalmente, quando se trata de questões financeiras.

Partindo desses pressupostos, o trabalho tem como objetivo geral aplicar uma metodologia participativa de avaliação ambiental no Projeto de Assentamento Santa Rita (PASR), localizado no município de Jataí, Goiás, relacionada às atividades produtivas do local. Com o propósito de atingir os objetivos, propôs-se primeiramente a elaboração de uma avaliação ambiental de todos os lotes do assentamento, com base em indicadores ambientais e socioeconômicos. Posteriormente, a indicação de pontos positivos e negativos do manejo ambiental do Projeto de Assentamento Santa Rita.

De forma simultânea com os aspectos sociais, ambientais e econômicos, a proposta desse trabalho de pesquisa é detectar a real situação do Projeto de Assentamento Santa Rita, município de Jataí, Goiás. Por se tratar de uma análise ampla, que considera diferentes vertentes, social, econômica e ambiental, vários elementos foram considerados na análise do assentamento: histórico, quadro natural, infraestrutura, uso e ocupação dos solos, considerando também os diferentes impactos ambientais e problemas existentes e/ou provocados por práticas de manejo inadequadas.

Com a obtenção e análise das informações procurou-se através das dimensões e indicadores adaptados da metodologia APOIA-NovoRural, desenvolvida por pesquisadores da Embrapa Meio Ambiente (RODRIGUES et al., 2003), estabelecer parâmetros, fazer comparações a fim de constatar a situação do assentamento nos aspectos referidos anteriormente.

2.0 Revisão Literária

2.1 Impactos ambientais e a Legislação Brasileira aplicada à avaliação ambiental



No Brasil, a Constituição Federal de 1988, ao dedicar, de forma inovadora, todo um Capítulo ao Meio Ambiente, impôs como obrigação da sociedade e do próprio Estado, a preservação e defesa do Meio Ambiente. Diga-se, no entanto, que pouco antes disso, atividades econômicas das quais pudessem resultar intervenções no Meio Ambiente estavam submetidas ao controle dos Poderes Públicos.

A Legislação Ambiental Brasileira é o conjunto de normas jurídicas que se destinam a disciplinar a atividade humana, para torná-la compatível com a proteção do meio ambiente. No Brasil, as leis voltadas para a conservação ambiental começaram a ser votadas a partir de 1981, com a lei que criou a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938, de 31/08/81). Posteriormente, novas leis foram promulgadas, vindo a formar um sistema bastante completo de proteção ambiental. A legislação ambiental brasileira, para atingir seus objetivos de preservação, criou direitos e deveres para o cidadão, instrumentos de conservação do meio ambiente, normas de uso dos diversos ecossistemas, normas para disciplinar atividades relacionadas à ecologia e ainda diversos tipos de unidades de conservação.

A Legislação Brasileira é dividida por assuntos, sendo o Meio Ambiente um deles. Segue abaixo o conteúdo normativo deste assunto segundo a Presidência da República Federativa do Brasil:

O Direito Ambiental encontra seu conteúdo normativo destacado no Capítulo VI, da Constituição Federal de 1988, em seu único artigo – art. 225 com seus Parágrafos e incisos.

“Art. 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo – se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Outra lei importante na relação ambiente/agricultura é o Código Florestal Brasileiro (Lei Federal nº 4.771, de 15/09/1965). Este código está voltado para a proteção legal das florestas brasileiras. Esta lei, determina que as propriedades rurais devem possuir uma área mínima de florestas e de ecossistemas naturais conservados. Essa área mínima corresponde às áreas de preservação permanente (APP) (como ao redor das lagoas; nas nascentes; nos topos de morros; nas encostas com declividade superior a 45° entre outros) e a área de reserva Legal (RL). As áreas de RL localizam-se no interior de cada propriedade ou posse rural e tem a função de manter uma percentagem mínima de vegetação nativa, sendo destinada ao uso sustentável dos



recursos naturais, bem como à conservação e proteção dos corpos d'água, do solo e à proteção da fauna e flora (COSTA; ARAÚJO et al., 2002).

Pensar na problemática ambiental remete a uma reflexão de origem global para entender o local. A forma de uso do meio é a cada instante intensificada pelo processo de geração de capital, que tem como agente o homem, e o modificado o meio ocupado pelo mesmo.

Os impactos ambientais são causados pela sociedade que utiliza os recursos naturais como se os mesmos fossem finitos, transformando os meios naturais em meios extremamente artificiais. Há uma crítica em relação à noção de “recurso natural”, pois esta é justamente a visão de quem vê a natureza como um recurso a ser gasto e esta visão é responsável pelo uso excessivo e abusos cometidos. O homem precisa se sentir como parte integrante do mundo, conforme Junges (2004) “... é necessário superar a concepção do ser humano como espécie dominante e separada do mundo, despojando-se do seu isolamento individualista e colocando-se no ponto de vista de todos”. Dessa forma, pensar que seus atos são consequências futuras que ele próprio pode vir a enfrentar.

Os diferentes recursos naturais são utilizados de várias formas pelo homem, as terras agricultáveis são as mais procuradas, sendo um dos recursos que possui a maior ocorrência de problemas ambientais. O equilíbrio, ou não, entre a disponibilidade desse recurso e as populações a demandá-lo constitui um dos grandes motores da história humana.

A reforma agrária é de fundamental importância para a distribuição de riquezas em um país desigual como o Brasil. Além de seu potencial em gerar renda e ocupação no campo, ela aumenta a possibilidade de oferta de alimentos mais saudáveis, uma vez que a produção agrícola em pequena escala tende a demandar menos insumos químicos. Um desenvolvimento baseado na reforma agrária e na agricultura familiar deve possibilitar atividades agrícolas mais adaptadas às características naturais dos ecossistemas e a utilização mais racional dos recursos naturais (SAUER, 1998).

Já existem na literatura brasileira relatos de experiências que articulam a reforma agrária e a conservação ambiental. Provavelmente, a experiência mais expressiva é a do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo. Nela, a existência de uma estrutura de incentivos dada por uma rede de trabalho envolvendo organizações não governamentais, órgãos do estado, universidades, cooperativas dos assentados e movimento social está



levando famílias assentadas no entorno do Parque Estadual Morro do Diabo a adotar práticas tais como plantios consorciados de espécies florestais nativas e exóticas, de forma a estabelecer corredores ecológicos e zonas de amortecimento entre os fragmentos florestais da região (BEDUSCHI FILHO, 2003).

A disponibilidade de áreas propícias a utilização agropecuária é intensamente escassa e totalmente concentradora, tendo o poder do maior montante uma pequena parcela da população, restando à mínima porção de áreas a grande maioria da população. Essas áreas são compostas de variados tipos de solos, com granulometria, textura, fertilidade e topografia, que fazem de algumas áreas mais valorizadas do que as demais.

Os solos com maior teor de areia são geralmente os mais suscetíveis ao processo de erosão, assoreamento, lixiviação e outros, devido a grande concentração de areia e por possuir grandes poros, os macroporos, entre os grãos de areia onde a água passa com grande facilidade, impedindo uma melhor absorção da mesma.

Segundo Leite (2004) solos pedregosos agrava sobremaneira as possibilidades de cultivo, rebatendo negativamente nos resultados finais e na produtividade física de uma determinada área. Isso mostra o quanto os problemas ambientais são freqüentes em solos com fragilidade e em locais onde a população não possui acesso aos meios de manejos adequados.

As formas de agir diante dos diferentes problemas ambientais parte do pressuposto de que o homem deve conceber a Terra como um todo, como uma rede complexa de interdependências e não como um simples agregado de partes transformadas em recursos para a exploração de si próprios (JUNGES, 2004).

O uso dos recursos naturais é variável conforme os objetivos dos povos que a habitam, no caso das regiões ocupadas pelo bioma Cerrado existem pequenas, médias e grandes propriedades as quais podem ou não apresentar impactos ambientais semelhantes, a diferença está nas formas de recuperação destes impactos, tendo o médio e pequeno produtor grandes dificuldades financeiras para tal processo.

2.2 A formação dos Assentamentos Rurais.

A questão da propriedade da terra sempre esteve presente na história do Brasil pós-independência. Tentativas de ordenar a ocupação do solo foram uma constante de políticos no século XIX. No início dos anos 60, passou a ocorrer uma espécie de



contraposição entre “desenvolvimento agrícola” e “reforma agrária (propostas de redistribuição da propriedade da terra, como medida de justiça social e exigência do desenvolvimento)”.

O Estatuto da Terra estabeleceu uma sistemática de intervenção, prevendo a realização de estudos para o “zoneamento do país em regiões homogêneas”, capazes de indicar “as regiões críticas que estão exigindo reforma agrária com progressiva eliminação dos minifúndios e latifúndios”. Através do Estatuto da Terra, art. 43, essas áreas seriam identificadas e passíveis de desapropriação por interesse social. (LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, 2004)

Os primeiros anos não foram de grande sucesso, o prevalecimento do “desenvolvimento agrícola” era notável, até mesmo o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, foi substituído pelo Incra. Certa perspectiva de alteração desse quadro ocorreu em 1985, quando a chamada “Nova República” inscreveu a reforma agrária entre suas prioridades.

De acordo com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), até 1990 os projetos de assentamento existentes no Brasil totalizaram 876 núcleos, sendo um valor muito aquém daquilo que estudos técnicos e avaliações dos movimentos dos trabalhadores rurais vêm como sendo o mínimo necessário para caracterizar um efetivo processo de reforma agrária em um país como o Brasil.

A partir dessa realidade, diversas políticas públicas visando a regularização, ordenamento e algumas modificações na legislação agrária, as quais incluíram a desapropriação de terras ociosa à penetração do capitalismo em nossa agricultura, embora a um custo sócio-ambiental elevado. Contudo, a política agrária do Estado brasileiro tem-se constituído historicamente numa resposta limitada à luta dos trabalhadores, consistindo basicamente na desapropriação de terras em conflito ou para resolver conflitos. Fruto dessas lutas camponesas são os assentamentos rurais, que são áreas que foram desapropriadas pelo Estado para fins de Reforma Agrária. Essas áreas geralmente correspondem a latifúndios, minifúndios ou áreas devolutas da União. Um dos maiores e principais objetivos da Reforma Agrária é prover o uso adequado da terra, através da justiça social, empregando um elevado número de trabalhadores rurais e aumentando os níveis de produtividade agrícola (ROCHA, G. J., 2008).

2.3 O desenvolvimento e as paisagens em assentamentos.



O processo de ocupação das áreas de Cerrados se aprofunda principalmente na década de 1970 através de incentivos do governo a fim de desenvolver a região Centro-Oeste. Assim como em demais regiões brasileiras, a concentração fundiária é um dos principais problemas, sendo que grande parte das áreas com suscetibilidade para a atividade agrícola foram ocupadas pela pequena parcela da população que detinha capital, o restante da população não teve acesso a essas áreas.

Segundo Ribeiro (2005), a agricultura contemporânea desenvolvida no Sudoeste de Goiás, pode ser identificada e analisada a partir de dois matizes: um que reconhece a importância e justifica este modelo de exploração, tendo em vista o bônus econômico que gera; outro que percebe os problemas e prejuízos, sociais e ambientais, decorrentes da mesma e, por isso, percebe-a como insustentável.

Essa inserção da região do Sudoeste Goiano no processo de produção agrícola mundial é faz dela o local de desenvolvimento. Dessa maneira a região é sinônimo de atração, pois oferece condições de ascensão econômica.

Portanto o problema de acesso a terra não ocorre somente no estado de Goiás e sim em nível de Brasil. Pode se atribuir a um dos fatores responsáveis por tal situação a desigualdade no acesso à terra no Brasil, que passa a ser pensado quando se propõe o programa de reforma agrária na década de 1930 no governo de Getúlio Vargas. Os assentamentos são formados para solucionar a falta de terras daquela grande parcela de população que vive sem tais condições.

Na década de 50, foram feitos intensos debates a cerca da concentração fundiária, vista como um entrave ao desenvolvimento do setor agrícola por apresentar grandes distorções no campo. Como resposta a este problema, a Reforma Agrária era vista como a solução, visto que, era pré-condição para a expansão da agricultura moderna (ROMEIRO, 1998)

Portanto essa reforma não acontece e o trabalhador permanece sem a posse dos meios de produção, passa a ser um trabalhador assalariado, subjugado pelo proprietário da grande propriedade (latifúndio) a qual oferece a sua mão de obra.

O acesso a terra, que permitisse à produção necessária a reprodução do trabalhador e de sua família, era mediado pela relação com um grande proprietário. A grande plantação aparece, portanto, como excludente de um campesinato livre, isto é, de trabalhadores agrícolas que tenham acesso livre a terra, dela extraindo, mediante o trabalho familiar, o produto necessário à sua existência (GARCIA JR., 1983).



Os camponeses que perpetuam em pequenas propriedades, de bases familiares, vivem marginalizado frente os grandes produtores, comprometendo assim a sua existência e mesma a permanência desse pequeno produtor no campo. A permanência do mesmo está relacionada diretamente com as condições financeiras, as condições naturais o acesso a créditos e assistência técnica.

O tamanho do lote também é um fator a ser mencionado, segundo Leite (2004) o tamanho ao mesmo tempo determina e é determinado pelo número de famílias assentadas numa determinada área. As áreas podem variar, mas em média na região Centro-Oeste estes lotes são de aproximadamente 25 ha, excluindo as áreas de reserva legal.

Refletir sobre a influência do tamanho do lote no desgaste ambiental nos assentamentos. Não creio que a degradação nos assentamentos se dê por falta de conhecimento do manejo correto e sim pelo fato de o lote ser pequeno, logo tem que explorá-lo na sua totalidade e com muita intensidade, senão não produz o suficiente para as necessidades da família.

Um exemplo dessa ausência de recursos é o Assentamento Roseli Nunes, município de São Jerônimo da Serra, Paraná que segundo Silvone (2008), possui uma área extremamente irregular, e que o sucesso de projetos de reforma agrária em locais como este necessita no mínimo, de investimento público e acompanhamento frequente, como assistência técnica, e informação. Além disso, o solo desse assentamento também não muito devido ao fato de apresentar um grau de acidez e necessitar de correção constante, 67% dos assentados afirmaram saber da necessidade de investir em insumos para melhor aproveitamento agrícola da área, porém, a falta de recursos financeiros tem dificultado a compra, principalmente de calcário, o que acarreta índices baixíssimo de produtividade a alguns lotes.

Nesse caso evidencia-se a dificuldade de acesso a créditos, que dificulta manejos corretos (máquinas e recursos para curva de nível, etc.), além da falta de assistência técnica para orientar o manejo mais adequado.

O Assentamento Paulo Afonso, município de Porto do Acre, de acordo com as constatações feitas “in loco” possui os principais problemas: ramais com falta de manutenção, empecilho para escoamento para a produção; falta de escolas de ensino médio; carência de postos de saúde; falta de organização das associações; falta de aproveitamento, dentro do projeto, dos recursos naturais nativos, como açaí, existente



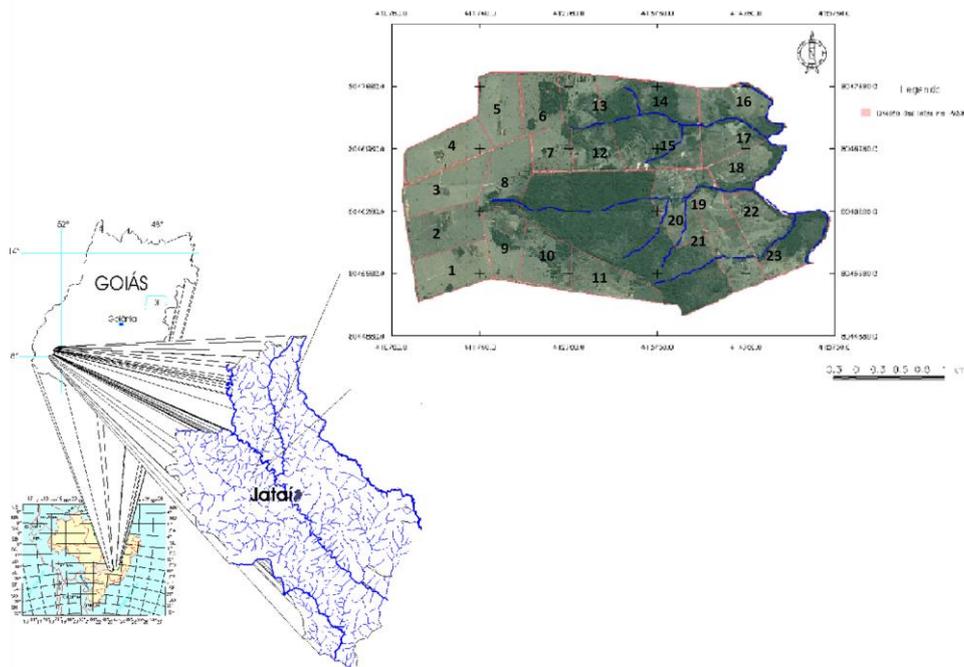
em grande abundância; inexistência de um programa de assistência técnica que beneficie o projeto e a insuficiência na disponibilidade de linhas de crédito (XIMENES, 2008).

Um aspecto presente em muitos assentamentos é a baixa capacidade de geração de renda. O Assentamento Novas Vidas, município de Ocara, possui uma baixa capacidade de renda, tendo em vista a baixa utilização de áreas na produção de culturas, assim como o pequeno número de criações (SILVA, 2004).

As condições de infraestrutura dos projetos de assentamentos são as que refletem mais diretamente a relação específica entre o Estado e os assentados, e tais condições são indispensáveis para a produção e sobrevivência das famílias. Esse acesso é muito distante dos assentados, que muitas das vezes por falta da infraestrutura não conseguem produzir.

3.0 Metodologia

A área de estudo corresponde ao Projeto de Assentamento Santa Rita, localizado no município de Jataí, Mesorregião Sul de Goiás, Microrregião Sudoeste de Goiás. **A posição geográfica do assentamento é pontuada pelas coordenadas Latitude 17° 39' 40''S e Longitude 51° 48' 39''W e altitude de 793 metros, Mapa 01.**



Mapa1. Localização do Projeto de Assentamento Santa Rita
Fonte: Oliveira e Benincá, 2010, adaptado de Ribeiro e Dias, 2006.



Sua principal drenagem é o Rio Paraíso, além de outros três córregos que drenam o assentamento. São eles: o córrego Guerobinha, córrego Barreirinho e o córrego Vertente. A declividade predominante do relevo é acentuada, mas há áreas de relevo suave ondulado e a vegetação típica é a de Cerrado.

O assentamento conta com uma área de 968 hectares, distribuídos em 23 lotes, com área média de 38,7 hectares. Possui uma área comunitária de aproximadamente 12 hectares e área de reserva legal também comunitária de 195 hectares.

Fundado em 1998, hoje com 13 anos, é composto por 23 famílias, sendo que 08 famílias não foram assentadas, compraram os lotes de famílias assentadas. A principal atividade econômica dos produtores é a pecuária leiteira. Este projeto de assentamento apresenta características de agricultura familiar, a saber: mão de obra familiar, pequenas propriedades, com produção agropecuária destinada à subsistência da família, onde as relações de trabalho são mantidas e perpetuadas dentro do núcleo familiar.

A metodologia utilizada neste estudo foi uma adaptação do Sistema de Avaliação Ponderada de Impacto Ambiental de Atividades do Novo Rural (APOIA-NovoRural), das 5 dimensões da Embrapa desmembradas formando onze dimensões para este trabalho: I. Manejo das práticas agropastoris; II. Recursos hídricos; III. Rede de esgoto; IV. Destino do Lixo; V. Infraestrutura; VI. Atividades agrícolas desenvolvidas; VII. Ecologia da paisagem, considerando a vegetação; VIII. Qualidade dos compartimentos ambientais; IX. Dimensão valores socioculturais; X. Dimensão Valores Econômicos e XI. Dimensão Gestão e Administração. Dentre os sessenta e dois indicadores existentes no sistema de Rodrigues et al. (2003) foram selecionados 41 para a realização do trabalho.

Os quarenta e um critérios de avaliação utilizados foram selecionados com base em pesquisas já realizadas no Projeto de Assentamento Santa Rita, tais como: Reaplicação, reprodução e disseminação de sementes de milho crioulo e implantação de um banco de sementes: estratégia para autonomia de agricultores familiares em Jataí (GO) e “Orientação e Instrumentalização de jovens rurais para atuarem como agentes multiplicadores na organização sócio produtiva de seus Assentamentos”, assim como uma análise in loco. Nas visitas realizadas foram aplicados 02 questionários a um morador de cada lote. Os mesmos foram aplicados com o objetivo de levantar dados pontuais sobre as informações pertinentes aos indicadores escolhidos. Dos 23 lotes do



assentamento, 21 foram amostrados, nos outros 02 lotes não foram encontrados moradores em 03 visitas realizadas nos mesmos.

Dessa forma, para cada um dos 41 indicadores avaliados foi estabelecido um critério com seu respectivo peso, entre 0 e 03, numa adaptação do método APOIA-NovoRural.

4.0 Resultados

Através da obtenção e análise dos dados coletados, verifica-se que os lotes possuem atividades agrícolas que as diferenciam, porém a pecuária leiteira é a de maior predominância no Assentamento Santa Rita. As áreas destinadas ao cultivo agrícola são reduzidas em média apenas 06 ha do lote, que possui aproximadamente 38,7 ha. Os cultivos mais comuns são o arroz, o milho, a cana de açúcar e a mandioca, sendo para suprir as necessidades dos moradores, e o excedente comercializado.

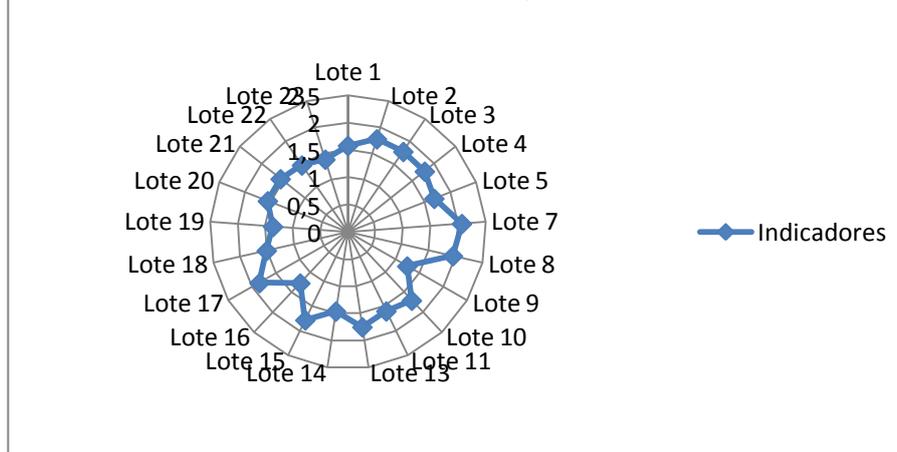
As criações de animais mais comuns são a de porcos, aves, cavalos e boi. A apicultura é uma atividade desempenhada nos lotes 16 e 17, como uma das principais rendas das famílias. Em relação à infraestrutura das residências, a situação é satisfatória, sendo que em todos os lotes as casas são de alvenaria, cobertas com telhas, energia elétrica e em média possuem 06 cômodos.

Diferentes problemas ambientais foram detectados através das visitas feitas nos 21 lotes do assentamento, a saber: lixo a céu aberto, chiqueiros e fossas sépticas em locais inadequados, ausência de curva de nível, pois a declividade do PASR ao contrário da geomorfologia da região, é acentuado, ficando em evidência em alguns dos lotes, erosões, esgoto a céu aberto e a falta de mata ciliar.

A desigualdade social dentro do assentamento não segue uma regra geral, mas de alguma forma implica em conflitos entre os moradores, influenciando negativamente na implantação de mutirões ou lavouras comunitárias. Outra dificuldade observada no assentamento é a declividade acentuada do relevo, a presença de um solo pedregoso, com baixo teor de umidade, que impede o cultivo agrícola em parte dos lotes, a falta de acesso a recursos financeiros, a falta de assistência técnica, provocando a baixa produtividade e outros problemas que serão descritos de forma individual através do gráfico 1.



Gráfico 1: Média dos Indicadores sociais, econômicos e ambientais



As descrições dos lotes evidenciam certa situação homogênea em relação aos 21 lotes visitados, o gráfico 1, representa uma média das 11 dimensões para cada lote. De acordo com o gráfico, verifica-se a situação favorável do lote 07, sendo o que apresenta a maior média, 2,07 em relação ao peso de 0 a 03 e o lote 09 com a menor média, 1,24, considerado a situação mais crítica em relação aos indicadores utilizados. Um aspecto a ser de grande relevância em relação ao lote 09, é a ausência de mão de obra, que dificulta o trabalho, sendo os moradores já idosos, impedindo que realizem tarefas lucrativas, assim como a degradação da mata ciliar e a ausência de matéria orgânica no solo, colaborando para o déficit da dimensão Ecologia da paisagem – vegetação.

Outros lotes que apresentam aspectos positivos é o 8 e o 17, apesar dos problemas devido a redução dos recursos naturais, possui diversidade na produção, mão de obra, sendo que os jovens permanecem no lote, participam de palestras sobre Educação Ambiental e de atividades comunitárias. Segundo os moradores, dentre os principais problemas ambientais do assentamento estão o desmatamento, a ausência de matas ciliares, a erosão e o lixo jogado a céu aberto.

5.0 Considerações Finais

Os resultados desta pesquisa indicaram que há disparidades, principalmente, em termos de infraestrutura, declividade, características de solos e recursos hídricos nos lotes do PASR. Nesse sentido, o trabalho conduziu reflexões teóricas e empíricas voltadas aos diferentes aspectos de grande complexidade e relevância, obtidos na aplicação dos formulários.

Entre os aspectos negativos, têm-se os relacionados, principalmente, as dimensões: Manejo das práticas agropastoris, Qualidade dos compartimentos



ambientais, Valores Econômicos e Dimensão Gestão e Administração. Esses aspectos são provocados pela falta de assistência técnica; solos com baixa fertilidade; falta de acesso a créditos agrícolas; o não conhecimento da legislação no que diz respeito às áreas de preservação permanente (APP) e de reserva Legal (RL); ausência ou má qualidade dos compartimentos para armazenagem dos produtos e da produção; declividade do terreno do Projeto de Assentamento Santa Rita; baixa diversidade na produção dos lotes dentre outros.

Os dados coletados no Projeto de Assentamento Santa Rita, mostram que há muita semelhança com as experiências citadas anteriormente em relação ao Assentamento Roseli Nunes e Iraci Salete. O trabalho feito por Silvone (2008), estudou de forma detalhada dois Assentamentos de reforma agrária no norte do Paraná, em situações diferentes, especialmente quanto a topografia, a pedologia e a situação econômica na região em que se encontram. Constatou a importância do fator localização, que influencia de forma direta do uso e ocupação do solo e, na obtenção de renda dos assentados, na situação socioeconômica e na relação destes com os recursos naturais existentes na área habitada. O solo apresenta um grau de acidez e necessitando de correção constante, sendo que a falta de recursos financeiros tem dificultado, acarretando índices baixíssimos de produtividade a alguns lotes e ainda há a necessidade de maior acompanhamento técnico, no manejo agrícola e na manutenção dos recursos existentes.

Apesar das dimensões demonstrarem uma situação não muito favorável para com o Projeto de Assentamento Santa Rita, aspectos positivos foram detectados: 90% dos lotes apresentam residências com boa qualidade; em apenas 01 lote o esgoto é lançado a céu aberto; a área de Reserva Legal é mantida conforme a legislação; mais de 50% dos moradores já participaram de palestras sobre educação ambiental dentre outros.

Medidas precisam ser tomadas para amenizar alguns problemas do Projeto de Assentamento Santa Rita, a intervenção por parte do poder público é essencial, a fim de oferecer projetos de recuperação de áreas degradadas; construção de curvas de nível, sendo o relevo, um dos problemas detectados; formas de obtenção de créditos agrícolas, para aumentar a renda da família e com isso manter os jovens nos lotes; incentivo a contribuição previdenciária; manutenção das vias de circulação, para facilitar o escoamento de produção e a circulação dos moradores; projetos de educação ambiental,



principalmente, no que diz respeito ao lixo, a manutenção das matas ciliares e, conseqüentemente, da importância dos recursos hídricos e a diversidade das atividades, a fim de aumentar a renda do lote, dando ênfase aos cultivos voltados aos princípios da agroecologia.

Referências Bibliográficas

BEDUSCHI FILHO, L. C.. **Assentamentos rurais e conservação da natureza: do estranhamento à ação coletiva**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2003

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>, acesso em 01 Dez. 2010.

COSTA, R. D. G.; ARAUJO, M. **Planejando o Uso da Propriedade Rural – a Reserva Legal e as Áreas de Preservação Permanente**. *Jornal Agora – Caderno de Meio Ambiente*, Itabuna-Bahia, v. 08, 25 jan. 2002, p.1 – 3.

GARCIA Jr., A. R. **Terra de trabalho – trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

JUNGES, J. R. **Ética Ambiental**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL SOBRE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO - ENTIDADE EXECUTORA: sectma/cprh, ministério do meio ambiente. Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/pnma2/apostila-legislacao.pdf>, acesso em 28 Nov. 2010.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: UNESP, 2004.

RIBEIRO, D. D. **Reaplicação, reprodução e disseminação de sementes de milho crioulo e implantação de um banco de sementes: estratégia para autonomia de agricultores familiares em Jataí (GO)**”. Relatório do Projeto financiado pelo Edital de Programa de Extensão Universitária PROEXT/MEC/SESu/DIPES 2008 nº 9.

RIBEIRO, D. D. **Orientação e Instrumentalização de jovens rurais para atuarem como agentes multiplicadores na organização sócia produtiva de seus Assentamentos**. Projeto financiado pelo Edital MCT/CNPq/CT-AGRONEGÓCIO/MDA - Nº 23/2008 - Programa Intervivência Universitária.

RODRIGUES, G. S. Avaliação de Impacto Ambiental de atividades em estabelecimentos familiares do Novo Rural – **In: Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento – Embrapa** (ISSN 1516-4675), Jaguariúna, 2003

ROCHA, J. G. Análise de degradação ambiental no assentamento rural de Santa Helena/PB com o auxílio de técnicas e ferramentas de sensoriamento remoto e geoprocessamento. In: **IV Encontro Nacional da Anppas**. Brasília, 2008.



ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura.** São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998, 272p.

SAUER, S. 1998. **Reforma agrária e geração de empregos no meio rural.** São Paulo: ABET.

SILVA, C. M. **Agricultura alternativa e sustentabilidade: o caso do Assentamento Novas Vidas em Ocara, Ceará.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

SILVONE, R. B. **Análise socioambiental em assentamentos de reforma agrária no norte paranaense.** Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2008.

XIMENES, I. F. Estudo de impacto ambiental em área de assentamento rural: uma avaliação do passivo ambiental do Projeto de Assentamento Porto Alonso. **In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Universidade Federal do Acre. Rio Branco, 2008.



GT 3 - Conflitos socioambientais, gestão de recursos naturais e desenvolvimento rural

Vão de Almas: as diversas colonizações no fim do mundo

Wilson Madeira Filho¹

¹Prof. Dr. Titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF) Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFFE-mail: wilsonmadeirafilho@hotmail.com

Resumo:

O território Kalunga abrange áreas dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre, no sertão do estado de Goiás, ficando adjacente ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Trata-se de um somatório de comunidades remanescentes de quilombo, “redescobertas” na década de 1980, após mais de dois séculos de isolamento. O difícil acesso às suas comunidades é um fato marcante até os dias atuais, principalmente, no que diz respeito ao lendário Vão de Almas, localizado nos confins do sertão goiano. O presente trabalho pretende abordar diversos modelos de neo-colonização no território e na cultura Kalungas, a começar pelo *lobby* antropológico, que passa a edificar a figura de uma tradicionalidade enquanto estratégia política, seguida da ação demarcatória de terras pelo INCRA que inicia processo de reconhecimento coletivo à titularidade do território, além das políticas ambientais, do ecoturismo, da história afrodescendente e da disputa dos recursos naturais no território.

Palavras-chave: Colonização, Território, Quilombos, Conflitos socioambientais, Populações tradicionais

Abstract

Kalunga's lands includes areas of the local authorities of Cavalcante, Teresina def Goiás and Monte Alegre, in the backwoods of the state of Goiás, being adjacent to the National Park of the Chapada dos Veadeiros. It the question is a sum of leftover communities of hiding-place, "re-discovered" in the decade of 1980, after more than two centuries of isolation. The difficult access to his communities is an outstanding fact up to the current days, principally, what concerns the legendary Vão de Almas, located in the borders of the backwoods from Goiás. The present work intends to approach several models of neo-colonization in the territory and in the culture Kalungas, to beginning for the anthropological lobby, who starts to build the figure of a traditional populations while political strategy, followed by the demarcation action of lands for the Institute of Colonization and Land Reform that begins process of collective recognition of property in the territory, besides the environmental politics, the Ecotourism, the cultural history and the argument of the natural resources in the territory.

Key words: Colonization, Territory, Hiding-places, Socio-environmental Conflicts, Traditional Populations



Conceito de colonização

A questão da tradicionalidade enquanto política pública coloca em foco mecanismos epistemológicos de disputa no campo das ciências sociais. Não é pacífico o tratamento do tema, o qual tem implicado em debates sobre a pertinência de um auto-reconhecimento, no plano do acionamento das ferramentas jurisdicionais de valoração de direitos, e também vem despertando sérias revisões de percursos metodológicos, ao questionar posturas clássicas do iluminismo enquanto controle estilizado em renovadas estratégias de colonização.

Nesse sentido, por exemplo, Boaventura de Souza Santos (2010) observa comparativamente os termos “pós-moderno” e “pós-colonial”, ponderando a reinvenção da emancipação social para além dos ditames de uma modernidade ocidental. Considera o aprendizado com o Sul do planeta elemento essencial, ao referir as corridas colonizatórias anteriores como pretensamente “civilizatórias”, havendo muito que se aprender com os conhecimentos locais e plurais, mas em uma dinâmica onde a construção de um “cosmopolitismo cordial” não nasceria espontaneamente, mas, pelo contrário, seria o resultado de ações políticas, sob uma estrita vigilância epistemológica. Santos, posicionado como um reformador do projeto da modernidade, apresenta quatro desafios básicos; 1) pensar a emancipação social sem uma teoria geral da emancipação social; 2) determinar em que medida a cultura e a filosofia política eurocêntricas são hoje indispensáveis para reinventar a emancipação social; 3) como maximizar a interculturalidade sem subscrever o relativismo cultural e epistemológico; e 4) dar sentido às lutas sociais sem dar sentido à história. E arremata:

A crítica do historicismo e da monocultura temporal em que assenta torna impossível uma metanarrativa de emancipação social (seja ela, o socialismo ou outra), mas fá-lo precisamente para tornar possível a formulação e prossecução de múltiplas narrativas de emancipação social (...) Não há emancipação, há emancipações, e o que as define como tal não é uma lógica histórica, são antes critérios éticos e políticos. (SANTOS: 2010, p. 39)

Em sentido menos revisionista, venho destacando (MADEIRA FILHO: 2010) a emergência de uma colonização democrática, uma vez que a viabilidade comunicacional, despertando interações culturais e sociedades em rede, contribui, seguidamente, para a planetarização de uma plataforma comum de direitos individuais e coletivos, em especial os direitos humanos e uma tecnologia democrática a partir de cartilhas básicas de representatividade e participação. Venho nomeando cientistas sociais, atores políticos e lideranças de movimentos sociais através de termos como



“neo-jesuítas” ou “neo-bandeirantes”, conforme o caso, incluindo-me nesse rol, procurando destacar o que nossas belas bandeiras possuem de barbárie.

Mas se as imagens são cínicas e cétricas, o que mascaram não é. Trata-se de replicar modelos, através de instâncias de tecnologias discursivas, capacitando “multiplicadores” democráticos. Certamente há uma atmosfera *highteck* para esse estágio atualizado das maçonarias humanistas, mas, falando honestamente, outro não tem sido o papel do Direito, em suas melhores performances, no correr da Modernidade.

O presente texto, a partir de uma etnografia no território Kalunga, no sertão de Goiás, irá procurar destacar algumas dessas estratégias de colonização, muitas entre si encontradas, salientando o território do Vão de Almas, considerado, na historiografia quilombola, o de mais difícil acesso, o mais escondido, o fim do mundo.

Vão de Almas

Chegamos ao Vão de Almas após muita caminhada - coordenamos uma equipe de estudantes do mestrado e da graduação da Universidade Federal Fluminense, composta pelos estudantes do mestrado em Sociologia e Direito Ivan Ignácio Pimentel, geógrafo, Tatiana Emília Dias Gomes e Joice Cristina Campos, bacharéis em Direito; e pelos estudantes de graduação Thaís Maria Lutterback Saporetti de Azevedo (Direito), Carlos Amory Affonso Boller (Direito), Daniele Bastilho (Farmácia) e Renato Alves de Carvalho Junior (História). Um guia e um ajudante nos encontraram ainda de madrugada na Escola Municipal Tia Adesuíta em Diadema, comunidade kalunga onde pousáramos nossos colchonetes, após festa de aniversário do presidente da associação de Córrego Ribeirão, em concorrido forró, seguido de estabanada travessia de rio (perdemos câmeras) e forte tempestade. Colocamos as mochilas sobre o valente jumento de carga e iniciamos a caminhada que, tanto pelas leituras e análises no Google quanto pelo trajeto preliminar até a passagem do Funil que eu já havia trilhado no ano anterior, não seria nem um pouco fácil.

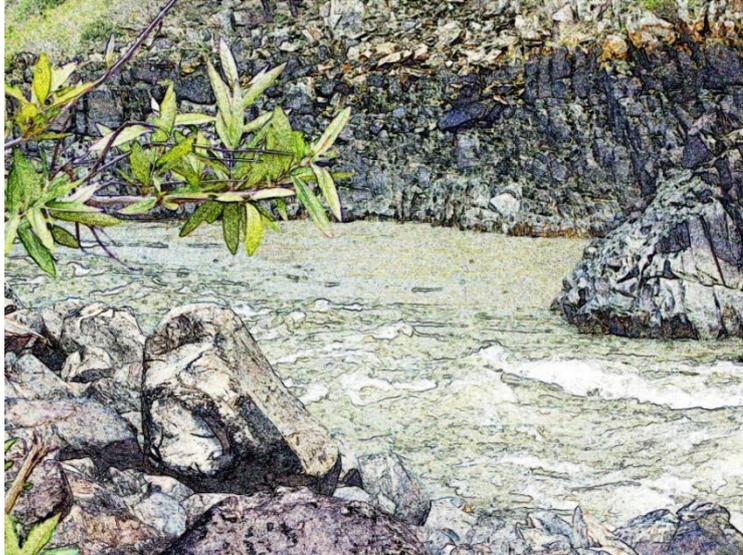


Figura 1. O “funil”. Desenho de Wilson Madeira Filho - Essa imagem e os demais desenhos são fotos trabalhadas no programa Digimax Maxter, como uma forma de parodiar os desenhos e anotações dos primeiros viajantes naturalistas



Figura 2. Local da festa de Nossa Senhora da Abadia

O caminho é uma serra pedregosa, onde o esforço de escalar e descer é prejudicado pela instabilidade do terreno seco, que faz rolar as pedras, e o apoio, constantemente. Enfim, saltando também os obstáculos dos memorialismos, que ficam para outra ocasião - da biografia, da boemia ou do romance -, após cruzar toda a serra e realizar a travessia de três ou quatro rios, em canoas emprestada a moradores esparsos, e cruzar o local da Festa de Nossa Senhora da Abadia, com diversas barracas vazias e o terreno central tomado pelo mato muito alto, à espera do mutirão de preparo para a próxima festa no mês de agosto (conforme também AVELAR e PAULA: 2009), chegamos à primeira parada.

Era uma casa grande, em relação ao que viemos a conhecer como padrão local, com uma família compacta. As paredes eram feitas de barro, os telhados com ripas de



madeira e palha. Havia alguns bancos, talhados em tronco, o que, em seguida, em outras residências visitadas, constatamos ser raro. Muitas peles de aves penduradas nas traves do teto misturavam-se com peças de roupa e o cheiro não era agradável – as peles jogadas para cima seriam, segundo um dos vaqueiros presentes, um hábito para trazer sorte. Havia três “pavimentos” centrais, a casa, a cozinha – do mesmo tamanho que a “casa”, com um grande forno a lenha - e um galpão com um tacho e um pilão. Acompanhamos todo o ciclo do almoço que prepararam para nós, desde a colheita da mandioca, até seu triturar no pilão e o preparo no tacho, enquanto ouvíamos a matriarca, Dona Eva, preparando a massa, a falar de sua imensa experiência como parteira, tendo trazido mais de cem à vida, toda sua família inclusive, contando também do declínio das rezas, substituídas pela *mania* dos remédios. Continua produzindo remédios caseiros e benzendo quem adoce, mas queixa-se da falta de interesse dos filhos em aprender com ela, o que pode deixar de beneficiar a comunidade, no dia em que ela faltar. Dona Eva reconhece o poder das plantas, mas diz que toda cura vem da bondade de Deus.



Figura 4. Dona Eva, preparando o tacho com farinha de mandioca

A alimentação é basicamente a mandioca e o arroz em todo Vão de Almas. Tivemos também, naquele almoço, um pequeno frango – dividido por toda a equipe e por toda a família, com bem uns dez componentes, o que resultou certamente de uma deferência especial de nossos anfitriões. Dois negociantes de gado ainda se arrancharam conosco, levando para Teresina de Goiás algumas cabeças, seis ou sete, que tinham vindo negociar. Havíamos passado por um boi morto amarrado a uma árvore e eles justamente contavam, com tristeza, o mal negócio, em ter apostado em um boi brabo, que não se deixando amansar amarrado, torcera o nó se matando.



Figura 5. O boi “suicida”

As famílias no Vão de Almas não moram exatamente próximas umas das outras e às vezes se anda bastante até chegar à próxima casa. Na parada seguinte, não prevista, fomos abordados por uma família que, em razão da minha aparência física - branco, alto e calvo -, chamaram-me para “ver a mãe”. Supunham-me médico, pensei. A casa, como quase todas que vimos, possuía os ambientes isolados, construídos à parte ou com independência, separando os espaços de dormir dos da cozinha. Em quase nenhuma casa havia camas, apenas traves para pendurar redes. Nessa casa havia uma cama, onde estava a “mãe”. Uma doença acometera toda família, o pai morrera, e dos quatro filhos homens, dois haviam ficado cegos e um, pelado, endoidara, e estava agachado, em silêncio, olhando a parede. Indaguei e o irmão, cerca de 50 anos, o único ainda “são”, mas não sei dizer se bobo ou esperançoso demais, falou que o irmão era assim mesmo, ficava parado, na mesma posição, por dias.

Mostrou-me a mãe, deitada, com uma blusa e uma saia muito puídas e rotas. Fazer o que? Dizer que não era médico, que estudara a vida toda literaturas que, naquele momento, não serviriam para nada? Melhor ficar quieto, e fiquei, de mão dada com a mãe. Achei que ela estava morta, mas, depois de uns dez minutos ela tossiu. O filho se animou e sentando a mãe na cama, postou-se ao lado dela, chamou o irmão cego e pediu para eu tirar uma foto. Tirei. O filho pediu-me para mandar a foto, quando a revelasse. Prometi. Ainda não mandei.



Figura 6. Lucio da Cunha Fernandes, a mãe Rosa Pereira e o irmão, Saviano. Foto de Wilson Madeira Filho

O trabalho da antropóloga Mari de Nasaré Baiocchi (1999) é constantemente referido como marco inaugural na questão Kalunga, emprestando-lhe consistência acadêmica e vindo a propulsionar um *lobby* antropológico ou, o que é equivalente, uma promoção da cidadania para esses grupos, independentemente do fato de não existir, num primeiro momento, completa receptividade das próprias comunidades à classificação proposta. A pesquisadora realizou ampla pesquisa, mapeando as diferentes comunidades no território esparso e isolado por serras pedregosas, por diversos rios, sem estradas e em meio ao calor do cerrado goiano, constatando, através da coleta de depoimentos e de documentos, relações de parentesco, que tornaram possível, inclusive, identificar troncos familiares no Senegal.

Nesse sentido, a constituição do território Kalunga ter-se-ia iniciado, através da fuga bem sucedida de escravos, em torno de 1700, nas chamadas minas dos Goyases, nome de um povo indígena que vivia naquela região, onde havia muito ouro. Estes negros embrenharam-se pelas densas serras e constituíram um modo de viver com base na agricultura, em especial o cultivo da mandioca, e, ao longo dos anos, foram misturando-se com os índios das cercanias.

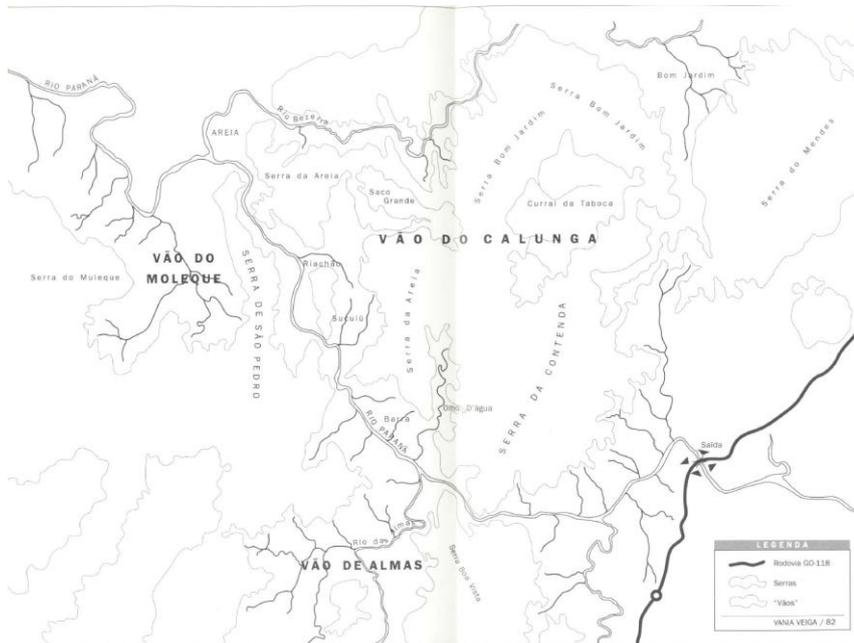


Figura 7. Mapa do território Kalunga, fonte: BAIOCCHI, 1999

A comunidade Kalunga abrange cerca de 4 mil indivíduos em um território com mais de 200 mil hectares, com cinco núcleos principais: em Vão do Moleque, Ribeirão dos Bois, Vão das Almas, Contenda e Kalunga, e por diversas outras localidades que constituem o Sítio Histórico Kalunga, em especial Engenho II, Tinguizal, Ema (1 e 2) e Diadema (AGEPEL: 2009).

O termo kalunga ou calunga teria sido considerado pejorativo por alguns dos supostos afro-descendentes que, em muitos casos, sequer teriam reconhecido os parentescos traçados. A questão teria alcançado momentos polêmicos, como no evento *Fala Calunga*, organizado pela Universidade Federal de Goiás em 25 de janeiro de 1990, onde outros intelectuais teriam acusado ser o trabalho antropológico parte de um “manto preservacionista”, a acionar o discurso identitário para alçar camponeses humildes à condição de patrimônio cultural, em uma rede simbólica que incluiria, entre outros, a resemantização da poeta Córa Coralina e da Guerrilha do Araguaia (CARLOS: 2006).

Mari Baiocchi foi tanto referida para nós como estrangeira, em alguns casos até confundida com a pesquisadora Ana van Meegen Silva (1999), como alguém muito próxima, uma “mãe branca”, martirizada: “O sofrimento desse povo divide o coração da



antropóloga. ‘Dá uma certa angústia em saber se errei colocando eles nessa visibilidade. Quando eu os encontrei, eles viviam com muita felicidade. Hoje eu os encontro um pouco tristes’, observa Mari” (Globo Repórter: 2010).

A questão central foi a promoção da proteção quilombola Kalunga pela via da patrimonialização cultural. Ocorre que o território já possuía dicção ambiental, ou seja, já concorria, em paralelo, no *lobby* ambientalista, para ser territorializado como unidade de conservação.

Todavia, na concorrência dos diplomas legais com inspiração conservacionista, no idos dos final dos anos 1980 e início dos anos 1990, muitas vezes a questão ambiental encontrou na questão cultural, e encontra ainda, uma alternativa política mais viável, mesmo até uma brecha, se assim se queira.

O trabalho de Mari Baiocchi foi certamente determinante para a edição da Lei Estadual de Goiás n.º 11.409, de 21 de janeiro de 1991, que especifica em seu artigo primeiro: “Constitui patrimônio cultural e sítio de valor histórico a área de terras situada nos vãos das serras do Moleque, de Almas, da Contenda-Calunga e Córrego Ribeirão dos Bois, nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, no Estado de Goiás, conforme estabelecem o §5º do art. 216 da Constituição Federal e o art. 163, itens I e IV, §2º da Constituição do Estado de Goiás”.

Essa normatização provoca uma série de conflitos sócioambientais, políticos e jurídicos. Destacaremos três: 1) a disputa do território pelas diferentes falas da modernidade; 2) o controle do discurso “kalunga” nas representações políticas locais; e 3) a disputa do espaço da subjetividade pelos avanços de ações setoriais.

Ao final, cotejaremos os resultados alcançados com recortes propostos nas categorias da reterritorialização e dos conflitos ambientais.

O fim do mundo

O documentário *Kalunga*, de Pedro Nabuco, Luis Elias e Sylvestre Campe, premiado, pelo voto popular, como melhor filme do XI FICA, Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental, que teve lugar na Cidade de Goiás em junho de 2009, aborda o combate à instalação de Usina Hidrelétrica no Rio Paranã por projeto de FURNAS nos anos 1980. Hoje, em drama correlato, se cogita da instalação de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) no Rio das Almas, que atingirá o Sítio Histórico e poderá atrasar a demarcação do território Kalunga, segundo alerta de representantes da SEMIRA – Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade



Racial, em reunião ocorrida na Comunidade de Ema em janeiro de 2009, na qual estivemos presentes.

Na reunião, coordenada pela Secretária estadual, Denise Aparecida Carvalho, esperava-se a presença de representantes do INCRA, que não compareceram. O tema de destaque foi a titulação coletiva das comunidades quilombolas no Sítio Histórico, em especial no território da comunidade de Ema, surgindo a questão relativa à PCH Santa Mônica no Rio das Almas como questão subsidiária.

Delineava-se uma divergência, que só fomos perceber adiante, quando adentramos o Vão de Almas, de que a empresa Rialma Centrais Elétricas vinha cortejando a comunidade de Ema, cedendo viaturas e equipando a sede da Associação Kalunga em Teresina de Goiás.

Ester Fernandes de Castro, líder da comunidade de Ema, ex-vereadora em Teresina de Goiás por três mandatos, ex-presidente da associação Kalunga, e que acabara de concorrer à vice-prefeita de Teresina de Goiás, perdendo por cerca de 50 votos para a chapa encabeçada pelo prefeito Odete Teixeira Magalhães, reeleito, é uma ativista da questão racial e uma militante da causa quilombola. A chapa em que concorrera pelo Partido dos Trabalhadores tivera como candidato a prefeito, Josaquim Miranda, funcionário do Banco Central e proprietário de terras em Teresina de Goiás, inclusive terras no território quilombola. Josaquim, conforme entrevista que fizemos em seguida, estava presente na reunião com vários outros proprietários para promover suas desapropriações em favor da população tradicional, a preço justo.

Entre as solicitações encaminhadas por Ester, enquanto representante da associação Kalunga Teresina, encontra-se o Ofício 28/2008, encaminhado ao INCRA, endereçado ao coordenador técnico fundiário, onde lista as fazendas e propriedades prioritárias para serem desapropriadas e indenizadas dentro da área kalunga no Município de Teresina de Goiás.

A pauta da reunião seguiu em torno da morosidade do INCRA, que sequer se fizera presente naquele momento, e que iniciara, em julho de 2006, o processo chamado Regularização Fundiária do Sítio Histórico dos Quilombolas Kalungas, demarcado desde 1995. Três audiências públicas haviam sido realizadas na ocasião, em parceria com a SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, órgão ligado à Presidência da República), em Monte Alegre de Goiás, em Teresina de Goiás e em Cavalcante, e visavam desapropriar uma área de cerca de 10 mil hectares.



A questão das hidrelétricas surgiu na reunião como um alerta institucional, demonstrando a preocupação da SEMIRA face ao investimento junto ao Rio das Almas. Parte daquele território estaria prestes a ser alagado com a barragem da PCH Santa Mônica, da empresa Rio das Almas Energética S.A. (Rialma), de propriedade de Emival Caiado, irmão do deputado federal ruralista Ronaldo Caiado (DEM/GO). As terras estavam dentro da área Kalunga e o lago da usina deveria inundar cerca de 3 quilômetros quadrados de Cerrado. A obra prometia gerar empregos temporários e a abertura definitiva de estradas no local (O Eco: 2010).

Dias depois, em Vão de Almas, reunidos com uma liderança comunitária, José dos Reis Cunha, recém-eleito vereador por Cavalcante, o primeiro vereador kalunga daquele município, esse criticou fortemente a atuação da Associação Kalunga, que estaria, a seu ver, comprometida com interesses da hidrelétrica. Era a primeira vez que exercia a vereança e, em nossa conversa, em janeiro de 2009, chegou a falar em desistir, a vereança começava a lhe “dar medo”, pois não se acostumava ao jeito de falar próprio da Câmara de Vereadores, com mesuras, ordens do dia e série de “enrolações”. Sua esposa, Marilda, era a diretora da única escola em Vão das Almas. A casa do casal não possuía móvel, apenas o fogão de lenha, feito de barro batido, redes penduradas no teto e tiras de madeira na parte de fora da casa, que faziam as vezes de banco para sentar e conversar.

A escola ficava ao lado da casa e possuía um gerador de energia, único de Vão de Almas, que era ligado entre 18h e 22h, e iluminava apenas uma sala, que possuía televisão e para onde todos os moradores mais próximos acorriam para assistir a programação. A escola propriamente dita funcionava do lado de fora, ao ar livre, com cadeiras em pedaços e lousas improvisadas com sobras de lousas velhas. Os banheiros da escola eram buracos no chão. Não havia água encanada, mas havia um filtro. Para tomar banho era necessário descer a trilha até o rio e banhar-se lá, aproveitando para lavar roupas e louça e trazer água para o filtro.

José dos Reis Cunha e Marilda nos relataram a dificuldade das crianças em chegar à escola, muitas tendo de andar cerca de 2 horas para ir e outras tantas para voltar. Alguns, disse a diretora, saíam até mais cedo, para conseguir sentar nas cadeiras boas, que tinham braçadeira, senão tinham que dividir cadeira ou ficar com uma quebrada. Outros deixavam de vir à aula na época em que a merenda não era entregue, o que era comum ocorrer, só haviam recebido por duas vezes em 2008 e ainda nenhuma



em 2009, devido á dificuldade. “Dizem que aqui é o fim do mundo”, comentaram. (Poucas semanas após nosso retorno, em março de 2009, o **Fantástico**, revista eletrônica da TV Globo, anunciou com alarde que “seus repórteres” haviam conseguido chegar ao Vão de Almas, acompanhando a primeira entrega de merenda escolar do ano).

As declarações de José dos Reis Cunha acabaram consubstanciando uma Ação Civil Pública (ACP), movida conjuntamente pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado de Goiás, em 1º de junho de 2009, na Vara de Luziânia GO, contra a empresa RIALMA, com pedido de antecipação de tutela consistindo em suspensão imediata do processo de licenciamento da PCH Santa Mônica, com paralisação de obras eventualmente em curso.

A petição alude à complacência da SEMARH – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás – que parece não perceber “a magnitude dos riscos” para as comunidades kalungas, havendo substituído a exigência de Estudo de impacto Ambiental por um mero Relatório Ambiental Simplificado (p. 3 da ACP). Além das irregularidades no licenciamento, contrapõe-se ao Estudo Integrado da Bacia Hidrográfica do Rio das Almas, o Laudo Pericial LTPA 001/2009 PRC 01/09, produzido por técnicos do próprio MP de Goiás, o qual demonstra o risco de inundação, além de erros e omissões no Estudo da empresa. A construção da PCH não traria nenhum benefício à população tradicional, pelo contrário estaria afetando “significativamente a realidade sócio-cultural e ambiental desta comunidade” (p. 6), visão corroborada por informações da Fundação Cultural Palmares.

Por sua vez, na Informação Técnica INCRA/DF/DFQ/No. 010/2009 se lê:

Destaca-se que a área prevista para o empreendimento da PCH Santa Mônica incide integralmente no interior do território Kalunga, ao sul do território quilombola. Segundo dados do Estudo de Impacto Ambiental da obra, a área em estudo pelo empreendimento abrange 67.045 hectares (26,5%) dos 253.000 hectares do Sítio Histórico Kalunga. A área de reservatório, corresponde a 2,97 km², 0,11% da extensão total do território quilombola, também está situada integralmente no interior do território Kalunga.

Reuniões públicas haviam ocorrido em Cavalcante, mas não de forma adequada, através da promoção de audiências públicas por parte do Poder Executivo, com garantia de participação dos diretamente interessados, mas encontros promovidos pela própria RIALMA, onde Ester Fernandes teria defendido o direito quilombola a uma parte dos



lucros obtidos pela empresa a partir do uso dos recursos naturais da comunidade. Nessa ocasião;

A maioria dos moradores do território Kalunga que participou da audiência pública que discutiu os impactos ambientais da obra se posicionou a favor do empreendimento e defendeu a concessão da licença prévia para a Rialma Centrais Elétricas, responsável pelo projeto da PCH Santa Mônica. (Ecodebate: 2009)

Informação enfrentada e desmentida pela Fundação Palmares, no contexto específico da comunidade de Vão de Almas, em relatório e abaixo-assinado anexados a ACP:

No dia 28/02/2009, foi realizado em Vão de Almas, a reunião chamada pela RIALMA (...) Ao final da reunião, após apresentação do EIA/RIMA e manifestação dos presentes, os Kalungas decidiram realizar uma votação, onde a maioria absoluta se posicionou contrária ao empreendimento. (MPF/MPE-GO: 2010)

Em carta endereçada ao Procurador de Justiça em Goiás, José dos Reis Cunha denuncia:

Vem a construtora utilizando-se de métodos inadequados e impróprios, pois sabidamente o projeto refere-se a construção dentro do Sítio Histórico Kalunga, na região denominada Vão de Almas, e assim, a Rio Almas (Construtora da PCH) vem deliberadamente provocando a cisão entre as diversas comunidades kalungas realizando promessas de benefícios em comunidades irmãs, porém totalmente distantes da região Vão de Almas. Promessas que estendem em benefícios até mesmo na comunidade kalunga de Teresinha (sic) de Goiás, total absurdo! Notícias de mangueiras para água entregues pela construtora para membros da comunidade kalunga de Congonha, distante mais de 40km da nossa região chegaram ao nosso conhecimento. (MPF/MPE-GO: 2010)

Por sua vez, Valtino Rosa, morador de Vão de Almas, um dos cerca de 200 kalungas levados pela Rialma para conhecer empreendimentos semelhantes ao que a empresa pretende instalar na região, teria declarado: “Precisamos de desenvolvimento lá. Nenhum órgão do governo conhece melhor a comunidade do que quem vive lá. Eu estive em outras PCHs e não vi nenhum problema, nem para o rio nem para as pessoas” (Ecodebate: 2010).

Ester Fernandes, em entrevista conosco em fevereiro de 2009, sugeriu que a empresa poderia se dispor a assinar um termo de compromisso com a comunidade e



órgãos como a Fundação Palmares e o INCRA para garantir o repasse de parte dos lucros diretamente para as associações kalungas.

Colonizações simbólicas

Neopentecostais dominam o espaço urbano de Teresina de Goiás, em amplo processo de colonização, que já disputa espaço com templos evangélicos mesmo nas comunidades Kalunga de Diadema e de Ema. Tivemos oportunidade de assistir teatralizações que empolgavam a criançada quando uma alma condenada por não acreditar no retorno de Jesus era dramaticamente levada por seres vestidos de negro, por mais que implorasse aos gritos, numa curiosa apropriação da clássica cena final do filme *Ghost*.

O catolicismo já praticamente não apresenta mais traços no meio urbano, onde os cultos são diários e frequentes, e resquícios de uma espécie de catolicismo sincrético se fazem timidamente presentes através de práticas culturais, como a dança da sussa.

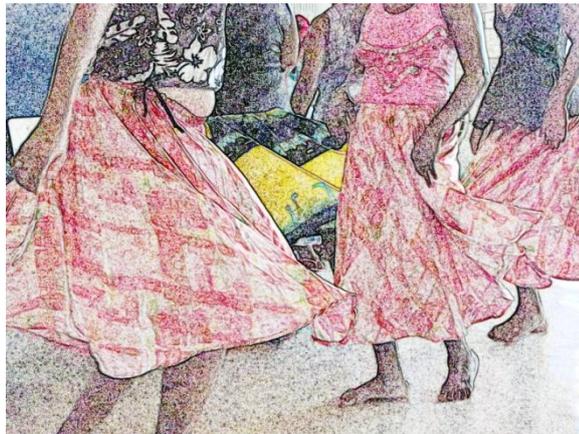


Figura 8. Apresentação de sussa na comunidade de Ema

A dança da sussa traduz certo ritmo galopado, abordando temas como o de vaqueiros tangendo boiadas. As mulheres participam bastante, criando uma espécie de ciranda sapateada e tocando a “buraca” (um caixote de couro aberto em baixo). Os homens acompanham também batucando. Há traços de jongo, como de dança de coco.

A sussa, todavia, parece estar esmorecendo. Já não é uma dança da juventude, caracterizando mais as mulheres mais velhas. A mesma impressão é relatada por Thaís Teixeira de Siqueira, em entrevista com Dona Sinésia, em Teresina de Goiás:

- _ A Sra. acha que a sussa vai acabar?
- _ Pois eles num quer minha fia, chega vai aquelas nova, cadê que elas qué ir dançar, eu vejo dançar só os véi, cá memo nós foi pra lapinha, lá teve uma sussa, só



dançou lá os véi. Agora, já no Vão de Almas não, no Vão de Almas tem um bocado das que dança, daquelas mais nova. Lá tem aquelas mocinha nova que dança, aqui é que elas não gosta, **é dança de véi**. Agora pra elas dançá colado gozando no homi, chega vai mesmo, que nem um quebrado. (SIQUEIRA: 2006)

Acompanhamos outra festa, de menor proporção, com participação restrita á comunidade de Vão de Almas, após o Rio das Almas, a festa de Nossa Senhora das Candeias, em 2 de fevereiro. Curiosamente nesse dia, me solicitaram, enquanto líder daquela minha “família” que tomasse lugar nas rezas no interior da residência anfitriã. Assim o fiz, acompanhando a ladainha, as passagens do terço e as oferendas de fumo á imagem da Santa, tentando correlacionar com a festa de Iemanjá que presenciara em Cairu BA exatamente um ano antes.

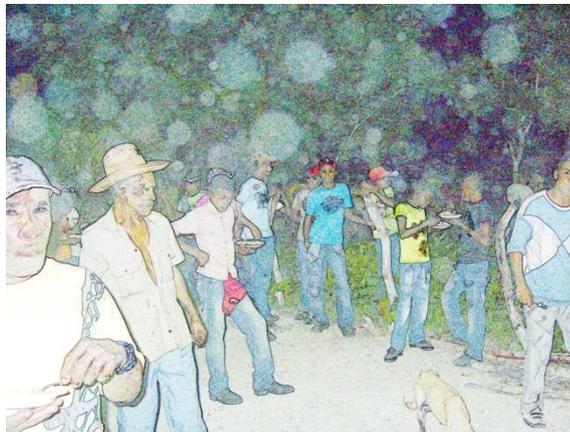


Figura 9. Festa de Nossa Senhora das Candeias

Todavia ali, no chão batido, à luz de lampiões, na noite escura que exigia lanternas para tornar a atravessar o rio a pé, acertando os trechos rasos, para retornar ao local onde acampáramos, o ritual parecia reclamar identidade específica para além de um kalunga “genérico” e mitificado.

Nesse sentido, o povo kalunga talvez tenha sido, nesse período de consolidação de uma política de afirmação racial, aclamada por alguns como retomada de um movimento negro (GARCIA: 2008), um das comunidades mais acionadas simbolicamente. Tratava-se, como muito se noticiou na mídia, de uma dívida histórica e que resultou, em busca de uma facticidade política, nos ciclos de Conferencias Nacionais de Promoção da Igualdade Racial.

É possível, portanto, observar uma engenharia administrativa a especificar demandas de uma “dívida social”, apontando elementos essenciais para uma política de qualificação cívica, em combate à desigualdade estrutural.



O resultado mais expressivo do I CONAPIR (Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial) foi o PLANAPIR – Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que estabeleceu um Plano Plurianual e uma Agenda Estratégica, que originalmente partiu de uma perspectiva transdisciplinar e transministerial, apresentando um leque de ações nas diversas áreas da administração pública. Desse modo, por exemplo, coube ao Ministério da Educação, entre outros, a criação da Agenda Social Quilombola que previu para o período de 2008 a 2011 a alfabetização de 120 mil alfabetizandos, num orçamento de R\$ 109.510.992,00, a distribuição de 280 mil exemplares de material didático para 105 municípios e a capacitação de 5.400 professores, numa previsão orçamentária de R\$19.166.640,00 e a construção de 600 salas de aula em comunidades, com um orçamento de R\$ 69.415.868,00 (SEPPIR: 2008, p. 82-85).

O II CONAPIR ocorreu entre 25 e 28 de junho de 2009 e, entre suas resoluções no campo da Educação, destacamos:

73. Garantir participação dos quilombolas na criação, sistematização e registro da própria história, na construção dos materiais didáticos pedagógicos utilizados nas escolas quilombolas. (SEPPIR-PR: 2009, p.37)

Nos reunimos em Teresina de Goiás com o coletivo de professores da escola pública municipal para aferir a questão relativa ao ensino da cultura negra e, especificamente, da cultura kalunga nas escolas.

Na ocasião, em fevereiro de 2009, falaram sobre um livro “ótimo” que havia sido trabalhado por uma equipe de capacitadores, mas que o trabalho se dera apenas naquele momento, não tivera continuidade e existiriam apenas dois exemplares do livro, um na biblioteca e outro com a diretora. Na biblioteca não encontramos o exemplar, mas com a diretora sabemos que estava com outro professor que procuramos e, enfim, localizamos a obra *Uma história do povo kalunga*, material didático elaborado pelo Ministério da Educação (2001). Trata-se de material muito bem editado, composto também de um encarte para o professor e de um caderno de atividades. O livro didático se anuncia como parte de um projeto mais amplo denominado “Vida e História das Comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil”, apontando para uma pluralidade cultural integrada aos Parâmetros Curriculares Nacionais, e relatando oficinas realizadas com as comunidades kalungas e professores.



Sobre o livro didático e o projeto que o concebeu, comenta Maria Lúcia Anacleto de Souza:

A citação expõe que a comunidade Kalunga vivia, supostamente, isolada e que, diante das lutas engendradas e das relações estabelecidas com a sociedade envolvente pela posse da terra e dos benefícios a que tem direito todo cidadão brasileiro, resultam muitas “portas abertas” para a integração. Se a sociedade envolvente concebe que a comunidade Kalunga vivia isolada de tais benefícios do progresso e que agora há vários caminhos para que seja integrada, qual o significado dessa integração? “Ontem” a comunidade era “isolada” e “agora” está sendo “integrada” à modernidade e à civilização? Como dito anteriormente, a noção de “isolamento”, nesse caso, está ligada à vivência no “atraso” manifesto na valorização da tradição pela comunidade Kalunga, expresso num estar voltada para si, como se o mundo além dos seus limites não existisse.

A partir dessa leitura, nega-se a cultura própria da comunidade Kalunga, concebida como passado e não como processo dinâmico em permanente reconstrução e, nesse sentido, sua integração se dá pela imposição de um modelo de modernidade e civilização desde fora. (SOUZA, A.: 2009, p. 18)

Como se vê, a crítica da autora salienta o fato de que, ao alçar politicamente a história afro-descendente, o livro singulariza a tradição Kalunga em face de um determinismo civilizatório, onde o negro arcaico faria jus à inclusão e à igualdade em relação ao branco, apontando, no fundo, para uma escala positivista de valores.

Em contexto correlato, analisando a educação e a cultura da comunidade Kalunga de Tinguizal, no município goiano de Monte Alegre, Leila Santana Nascimento Souza destaca o conhecimento tradicional em saúde:

As plantas utilizadas para as mais diferentes enfermidades são coletadas em ambientes diversos, desde quintais, roças, e também em áreas de vegetação nativa. A maior parte das espécies utilizadas como medicinais crescem espontaneamente em ambientes naturais, poucas delas são cultivadas e menos ainda são adquiridas fora da comunidade. Essa situação reflete, até certo ponto, a riqueza florística local, e seu maior uso em relação às cultivadas está diretamente ligado à disponibilidade do habitat e ao fato de a comunidade explorar efetivamente o ambiente. (SOUZA, L.: 2008, p. 42-43)

Em seguida, a autora também destaca o declínio do uso fitoterápico entre os jovens, desinteressados das práticas dos mais velhos.

Em diversas oficinas sobre cultura local, cotejamos aspectos relativos ao tema e ao domínio e controle do mesmo via etnofarmacologia e mesmo por via do reforço à merenda escolar. Semelhante ao modelo positivista acima criticado, o conhecimento tradicional sobre remédios e ervas estaria sofrendo a intervenção e o controle por parte do discurso científico.



Considerações finais

A metodologia de interpretação de dados utilizada nesse trabalho encontra ressonância em propostas correlatas, como nos debates relativos aos temas da desterritorialização e dos conflitos ambientais. Em ambas perspectivas, a tríade economia-política-cultura se apresenta como chave estrutural.

Todavia, não se pretende, num caso (desterritorialidade) como no outro (conflitos ambientais), como também aqui, particularizar autonomias de esferas, numa leitura estruturalista *stricto sensu*. Trata-se antes de retomar um painel analítico que aponta para o intercâmbio de seus próprios componentes.

A questão da desterritorialização aponta para a perspectiva da reterritorialização, vale dizer, não se trata de congelar a tradicionalidade num espaço-tempo, mas de observar as dinâmicas econômicas, políticas e culturais que concorrem sistematicamente nas transformações das relações, criando seguidamente novas formas de interação e relacionamento.

Da mesma forma, as distintas formas de apropriação do mundo material relativizam a infraestrutura econômica em acomodações sociais que se apresentam como resultados parcelares das forças em conflito. Não há um “final da História”, onde o capitalismo consagrará o domínio nem, inversamente, a vitória do socialismo através das conquistas de populações tradicionais e de coletivos de trabalhadores, mas conflitos externados nas diversas formas de apropriação de uma natureza convertida em recurso. A dialética da História já não se encaminha para uma homogeneização discursiva, a amadurecer uma razão instrumental. São os discursos, vários, multiformes, que concorrem na conflitualidade, apresentada como dinâmica social.

No contexto da colonização democrática o devir caracterizado pela reterritorialização e pelos conflitos aponta para o quadro sociopolítico contemporâneo onde concorrem projetos públicos, privados, individuais e coletivos, gerando acordos parcelares, muitas vezes circunstanciais. Não se pode, portanto, afirmar que, ao pé da letra, se testemunha a fragmentação do Estado, a pulverização do político e a pleora das culturas, posto que, em todos os casos, se tratam de dinâmicas, em permanente processo de construção e reelaboração. Desse modo, as disputas patrimoniais, as construções dos



discursos e associações políticas e a produção e controle dos elementos simbólicos no território Kalunga, em especial no Vão de Almas, foram analisados a partir da hipótese de modelos concorrentes - e não necessariamente excludentes - de colonização.

O próprio estilo do texto procurou dar ao leitor certo ar “tardo-naturalista”, com jornadas sertanejas, descrições de campo, desenhos-pastiche e tons impressionistas, tentando, pela forma, plasticizar o conteúdo de uma *re-forma* do discurso acadêmico, transcolonizador, apontando para uma necessária perspectiva autocrítica.

Referências Bibliográficas

AGEPEL. (2009) Disponível em: http://www.agepel.goias.gov.br/municipios_goianos/historiadegoias.htm, acesso em janeiro de 2009.

AVELAR, Gilmar Alves; PAULA, Marisa Vicente de. (2009) Comunidade kalunga: trabalho e cultura em terra de negro. Disponível em <http://www.uff.br/peteconomia/pages/textospage/literatura/historia/revistageographia/kalungagilmaremariseframe004.htm>, acesso em janeiro de 2009.

BAIOCCHI, Mari Nasaré. (1999) *Kalunga*: povo da terra. Goiânia: UFG.

CARLOS, Wellington. (2006) GO - Polêmica envolvendo identidade quilombola dos kalungas, em 18/12/2006, tendo como fonte o jornal *Diário da Manhã*, de 03/12/2006. Disponível em http://www.koinonia.org.br/oq/noticias_detalhes.asp?cod_noticia=2645&tit=Not%EDcias, acesso em 15/07/2010.

ECODEBATE. (2009) Ministério Público aponta falhas em estudo para construção de usina em território Kalunga, in <http://www.ecodebate.com.br/2009/04/03/especial-construcao-de-hidreletrica-em-comunidade-quilombola-kalunga-e-tema-de-audiencia-publica>, acesso em 15/07/2010

GARCIA, Januário (concepção, organização e fotografia). (2008) *25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil*. 2 ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares.

GLOBO REPÓRTER.(2010) Os Kalungas, disponível em <http://grep.globo.com/Globoreporter/0,19125,VGC0-2703-232-1-4501,00.html>, acesso em janeiro de 2010.

MADEIRA FILHO, Wilson. (2010) Novas configurações do arcaico: percursos da neocolonização democrática no Município de Pracuúba (AP). In: *Anais do XVIII CONPEDI* (Congresso Nacional dos Pesquisa e Pós-Graduação em Direito). São Paulo SP: novembro de 2009, CD Room.

MEC. (2001) *Uma história do povo Kalunga*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2001.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS. (2010) *Ação civil pública: Vara Federal de Luziânia GO*. Disponível em www.mp.go.gov.br/portaIweb/hp/9/docs/acp_quilombolas_pa.pdf

O ECO. (2010) Caiados inundam kalungas in <http://www.oeco.com.br/salada-verde/38-salada-verde/21432-barrando-o-rio-das-almas>, acesso 15/07/2010

SEPPPIR-PR. (2009) **Resoluções do II CONAPIR**. Brasília: SEPPPIR, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. (2010) Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro. Disponível em : www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf, acesso em 15/07/2010

SEPPPIR - SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. (2005) *Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PLANAPIR*. Brasília: SEPPPIR.

SILVA, Ana van Meegen. (1999) *Kalunga: identidade étnica de uma comunidade remanescente de quilombos*. 102 f. Monografia de conclusão de Curso. Universiteit em Amsterdam-Holanda. Disponível em: a.v.meegen@ubvu.vu.nl.

SIQUEIRA, Thaís Teixeira de. (2006) *Do tempo da sussa ao tempo do forró, música, festa e memória entre os Kalungas de Teresina de Goiás*. Dissertação de mestrado. Brasília: Programa de pós-Graduação em antropologia Social.

SOUZA, Leila Santana Nascimento. (2008) *Jovens kalungas de Tinguizal: cultura, condição juvenil e escola*. Goiânia: Mestrado em educação da Universidade católica de Goiás.

SOUZA, Maria Lúcia Anacleto. (2009) Comunidades rurais negras e educação no projeto “Uma história do povo Kalunga”. *Ruris*. Volume 2, número 1. Março de 2009.



Encontro da Rede de Estudos **RURAIS**

DESENVOLVIMENTO, RURALIDADES E
AMBIENTALIZAÇÃO: PARADIGMAS E ATORES EM CONFLITO

03 a 06 de junho de 2012.

GT4

CULTURA E COMUNICAÇÃO NO MUNDO RURAL

COORDENAÇÃO

ROSEMEIRE APARECIDA SCOPINHO

MARCELO ERNANDEZ MACEDO

WAGNER CHAVES



GT 4 – Cultura e Comunicação no Mundo Rural

A cultura como instrumento de conservação ambiental na região do Pantanal do Paraguai – MS

Denílson Almeida dos Santos¹

¹Biólogo. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços/UFMS/CPAN. e-mail :almeidasantos1971@hotmail.com

Resumo

Através da história o homem tem usado sua cultura para utilizar os recursos naturais que estão em sua volta. Porém, quando falamos em cultura automaticamente estamos falando do homem e de suas identidades e alteridades, considerando as diferenças existentes. Acompanhando o prisma antropológico, podemos considerar que a cultura é o modo como o homem interage com o meio ambiente. O homem, através da ciência e dos conhecimentos “tradicionais” ou saberes locais, é capaz de criar mecanismos que propiciem a conservação ecológica dos sistemas naturais, do qual ele ainda é dependente direta ou indiretamente. Isso pode ser verificado na sub-região do Pantanal do Paraguai, no estado do Mato Grosso do Sul, o qual faz fronteira com a Bolívia.

Palavras-chave: Cultura, conservação ambiental, Pantanal, fronteira, saberes locais.



Introdução

Através da história o homem tem usado sua cultura para utilizar os recursos naturais que estão em sua volta, e segundo Gaesse et al. (2006), com o crescimento da população e com o aumento da demanda, exige-se grande exploração de recursos em diferentes níveis da comunidade natural, causando muitas perdas nos recursos genéticos. Porém, quando falamos em cultura automaticamente estamos falando do homem e de suas identidades e alteridades, considerando as diferenças existentes, conforme o entendimento de Nogueira (2009).

Acompanhando o prisma antropológico, podemos considerar que a cultura é o modo como o homem interage com o meio ambiente. Para Da Mata (1981) a cultura é um conjunto de regras que nos diz como o mundo pode e deve ser classificado. As derrubadas de matas ciliares, semi-decíduais, e a realização de queimadas para plantio de monoculturas ou de culturas rotativas¹ e/ou para a formação de áreas de pastagem, são práticas que persistem desde o início da colonização do território brasileiro, no século XVI. Essa técnica agrícola é denominada “coivara”, e é bastante difundida entre as comunidades ribeirinhas, sendo por elas, ainda utilizadas. Esse fato pode nos permitir considerar tais práticas como tradição, em determinadas regiões e conseqüentemente são identificadas como cultura das populações que nelas vivem. No Pantanal podemos verificar em vários setores da vasta planície, a ocorrência desses tipos de manejo do meio ambiente, visto que a criação de gado em campo aberto, na planície pantaneira, remonta a pelo menos três séculos, quando da efetiva ocupação da mesma por parte da Coroa Portuguesa.

Este trabalho foi realizado utilizando-se a etnografia como principal método de pesquisa. Procuramos também, analisar empiricamente, a relação ecológica homem - natureza ocorrida no sistema natural, sob um viés antropológico, a fim de entendermos como se dá a conservação ambiental no Pantanal através da cultura. Valemo-nos também, da pesquisa bibliográfica para nosso embasamento teórico, acerca do tema proposto. A coleta de dados foi realizada no período de março/11 a agosto/11.

A cultura e a conservação no ambiente pantaneiro

Seguindo os ensinamentos de Geertz (1973), ao interpretar as culturas, devemos então, questionar qual a importância das práticas e ações desenvolvidas e

¹ Arroz, feijão, milho, mandioca etc.



desempenhadas pelo elemento humano em relação à natureza? Qual a representação que estas possuem? O que é transmitido quando da ocorrência destas práticas? O mesmo autor defende o conceito semiótico de cultura, em que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, e a cultura é assumida como sendo essas teias. Para Boas (2009, p.45), todas as formas culturais aparecem, com maior frequência, num estado de fluxo constante e sujeitas a modificações fundamentais. No entendimento de Da Matta (1981), mesmo que cada cultura contenha um conjunto finito de regras, suas possibilidades de atualização, expressão e reação em situações concretas, são infinitas. Entretanto, devemos ressaltar que há uma diferença fundamental entre os dados biológicos e os dados culturais, o que torna impossível transferir os métodos de uma ciência para outra (BOAS, 2009).

Ao pensarmos em conservar determinada região ou área, que engloba um bioma, ecossistema ou ambiente ecológico, o qual apresenta uma diversidade biológica relevante, paisagens, com atributos de monumento natural ou mananciais hídricos, devemos pensar também no desenvolvimento humano, pois não há como desvincular o elemento homem da ecologia e vice-versa, e muito menos desvinculá-lo do ambientalismo. Porém, vale salientar que os problemas da relação do indivíduo com a sua cultura e conseqüentemente com a sociedade na qual ele vive, têm recebido pouca atenção, das autoridades competentes. Torna-se necessário, então, considerar as características sócio-político-econômico-culturais de cada região, visto que estas norteiam as discussões e tomadas de decisões que dizem respeito à conservação ambiental. Segundo Da Matta (1981), há sociedades na Amazônia onde o controle da natureza é muito pobre, porém com uma enorme sabedoria relativa ao equilíbrio entre os homens e os grupos cujos interesses são divergentes.

Algumas ações antrópicas influenciam diretamente na organização ecológica, e neste caso ocasionam descontinuidades no sistema. Havendo a descontinuidade do sistema ecologicamente organizado, há a necessidade de reorganização deste, o que reflete direta ou indiretamente em todas as formas de vida existentes na Terra. Descaracterizar um determinado ambiente conduz certamente à diminuição ou até mesmo à perda da diversidade biológica local, gerando um déficit qualitativo e quantitativo em relação às espécies vegetais e animais que ali estão instaladas, alterando ou às vezes extinguindo nichos ecológicos. Segundo Hutchinson (1957), nicho ecológico é toda a gama de condições sob as quais o indivíduo ou a população vive e se



substitui a si mesma. Odum (1959), diz que nicho ecológico é a posição ou o status de um organismo dentro de sua comunidade e ecossistema, resultante das adaptações estruturais, considerando sua fisiologia e seu comportamento específico.

O Pantanal fronteiriço e suas tradições

Segundo Meira Mattos (apud Andersen, 2008), O Tratado de Madri (1750), foi o grande responsável pelo que hoje são as fronteiras do Brasil, as quais se dividem em fronteiras naturais (89%) e fronteiras artificiais (11%). Para Andersen (2008), as fronteiras naturais são assim consideradas porque formam barreiras naturais de valor humano defensivo, podendo ser cadeias de montanhas, vales, lagos e rios, onde os limites são inquestionáveis e facilmente reconhecidos. Há de se considerar que, as fronteiras estão muito além disso. Na concepção de Backheuser (1926, p.32), as fronteiras deveriam ser ocupadas por assentamentos humanos, “cheios de vitalidade” e subordinadas ao governo central, visto que as autoridades locais “não expressam nenhuma sensibilidade em relação aos problemas nacionais”. Para ele as fronteiras constituíam a “epiderme do organismo estatal”. Rochefort (2002, p. 10-11), considera que ao invés de se entender a fronteira como local de separação, de demarcação ou até como obstáculo, pode-se entendê-la como local de encontro, de reunião, de enriquecimento mútuo e de amizade.

Acompanhando o raciocínio de Costa (2011), teoricamente abordaremos a idéia de fronteira como espaço em movimento, indo além das visões das fronteiras baseadas apenas no dogma da soberania nacional, que a vêem como limite estático e definitivo do Estado. A conservação do Pantanal Sul-Matogrossense, mais precisamente a sub-região do Pantanal do Paraguai, situado na fronteira Brasil-Bolívia é, possivelmente, um exemplo típico dessas afirmações. Segundo Oliveira (2008), esta área fronteiriça é complexa e intrinsecamente ligada por diversos fatores que vão da semi-conurbação das cidades gêmeas de Corumbá-Ladário/Puerto Quijarro-Puerto Suarez à exploração de recursos naturais. O privilégio, por parte do Brasil e da Bolívia, de possuir em seus territórios, uma das áreas ecológicas mais exuberantes do mundo, que é a planície inundável da sub-região do Pantanal do Paraguai, cuja fronteira entre os dois estados nacionais, não apresenta um povoamento intenso e possui aproximadamente 3.400km



conforme Oliveira (2008), no sentido N-S, traz consigo a grande responsabilidade de manter este **hotspot**² para a conservação da biodiversidade (grifo nosso).

Porém, pelo fato do rio Paraguai possuir um considerável estoque pesqueiro e a sub-região do Pantanal do Paraguai apresentar fauna e flora exuberante e diversificada, é possível que pessoas mal intencionadas ou desatentas com o cumprimento das leis ambientais vigentes, venham a cometer infrações e praticar ações degradatórias, que configurem tais ilícitos. Há relatos de alguns ribeirinhos e também registros junto à mídia e às autoridades responsáveis pela fiscalização nessa região, de que nas décadas de 80 e 90, ocorriam em algumas áreas, caça ilegal de animais silvestres³, pesca em períodos de defeso, retirada e transporte de madeiras de lei, etc, atividades estas que discordam das leis ambientais vigentes naquela época e também na atualidade. Sabe-se ainda, que havia a extração de pedras semi-preciosas⁴ de minas existentes na Bolívia, e que por vezes carregamentos destas eram transportados, via rio Paraguai, com destinos variados.⁵ Porém, não temos como afirmar a legalidade ou não, de tais atividades mineradoras na Bolívia, naquela época, o que não nos permite dizer que havia ilícito, neste caso.

Uma das observações mais interessantes, do ponto de vista ecológico, é que essa fronteira tem permeabilidade e porosidade, conforme nos ensina Machado (1996), além de autonomia e fluxo contínuo, apresentando mais de um ponto de ligação entre os dois países, além do convencional entre as Aduanas brasileiras e bolivianas, o que propicia também, a existência de corredores ecológicos através da linha limítrofe. Esses corredores são verdadeiros elos de ligação fronteiriça tanto de plantas e animais, quanto de humanos, os quais interagem entre si, e contribuem com o fluxo de energia e de carga genética, além de outras atividades, nesta zona. A linha limítrofe, que separa o Brasil da Bolívia, apresenta uma paisagem peculiar constituída por lagoas de médio e grande porte, que se ligam ao Rio Paraguai e por uma cadeia montanhosa denominada Serra do Amolar, desde a divisa dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul até a

² Conceito criado em 1988, pelo ecólogo inglês Norman Myers, para definir as áreas mais importantes para a preservação da biodiversidade na Terra. Pode ser definida como área prioritária para conservação ambiental.

³ Caça praticada com outros objetivos que o de subsistência. Caça predatória.

⁴ Mineral ametista, que é uma variedade do quartzo, de coloração violeta.

⁵ Essa informação foi colhida através de relatos de alguns brasileiros que trabalharam na extração de ametista na mina do Anai/BO.



divisa entre as cidades de Corumbá/BR e Puerto Quijarro/BO, formando assim o complexo natural da Bacia do Alto Paraguai (BAP).

As lagoas da faixa fronteira do Brasil e Bolívia, onde massas de água foram represadas nos sinuosos contornos dos maciços residuais e terras firmes da faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai. Já as lagoas de médio porte, no interior do Pantanal, diz respeito ao setor em que o rio Paraguai encosta-se, na Serra do Amolar, cruzando uma planície lacustre do passado e dando origem a numerosas lagoas semicirculares e elípticas (AB'SÁBER, 1988). Para Gonçalves (2002), toda a planície fluvio-lacustre é constituída por “lagoas” de várias dimensões, que possivelmente prendem-se à movimentações tectônicas do final do Terciário, sendo que as mais expressivas são as do Jacadigo, Cáceres, Negra, Castelo e Vermelha. Incluímos, também, como sendo de caráter expressivo as lagoas Mandioré, Gaíva e Uberaba.

Segundo Bezerra et al. (2002), as áreas de inundação são consideradas biologicamente muito produtivas e, portanto, as diversas lagoas distribuídas por toda a planície pantaneira são fundamentais para a manutenção da biodiversidade. O ciclo anual de cheia e seca - “pulso” do rio” - é o fenômeno ecológico mais importante da planície de inundação de um rio, controlando sua estrutura e funcionamento e atuando na ciclagem de nutrientes e disponibilidade de água (WWF, 2001). As espécies aquáticas e terrestres procuram esses ecossistemas ou áreas de inundação principalmente para fins alimentares, reprodução e proteção. Outrossim, as comunidades planctônicas e bentônicas, encontram um ambiente favorável o seu desenvolvimento. Conseqüentemente, essas são áreas ricas em alimento, o que estruturou cadeias alimentares e atraiu o homem durante toda sua existência na região.

Reconhecidamente, a planície intermitentemente inundada pela bacia do Alto Paraguai é denominada Pantanal. Porém, conforme o entendimento de Silva et al. (1998), esse contorno não é claro, principalmente nas áreas de contato entre planalto e planície. Tanto a divisão geopolítica quanto a divisão fisiomorfológica⁶ podem ser utilizados para delimitar o Pantanal.

Situado entre os paralelos 15° e 20° S e os meridianos 55° e 60° W (BEZERRA et al, 2002), o pantanal destaca-se como a maior área úmida contínua do planeta, localizado no centro-oeste do Brasil, região média da América do Sul. Estende-se aproximadamente 600 Km no sentido norte-sul e 300Kml este-oeste e compreende

⁶ Considerando os aspectos ecológicos



140.000Km², numa faixa tropical de terras baixas. Apresenta-se como uma planície sedimentar aluvial quaternária - holocênica, parcial e periodicamente alagável em função da sua baixíssima declividade, que em longas áreas atinge 2 – 5 cm/Km de N a S e 30-50 cm/Km de L-O (BRASIL, 1979). Segundo Leal et al. (2009), a temperatura chega a registrar uma média anual que varia entre 22 e 26 °C. No verão as temperaturas são superiores a 38 °C. No inverno observam-se mínimas de 18 °C, podendo chegar a 0 °C.

Considerando os domínios morfoclimáticos definidos por Aziz Ab'Saber (1992), o Pantanal pode ser considerado como uma área de transição entre Cerrado, Amazônia, Mata Atlântica e o Chaco. Segundo Gonçalves (2002), o Pantanal é formado por várias planícies e leques aluviais que fazem parte da BAP⁷, situando-se em uma área rebaixada da depressão do rio Paraguai. Portanto, trata-se de uma área cronicamente inundável, submetida a inundações de diversas ordens de grandeza e diferentes periodicidades. Para Carvalho (1986), essa bacia sedimentar é parte integrante da bacia do rio Paraguai, sendo que 28% de sua área total pertencem a Bolívia e ao Paraguai – o restante está distribuído entre dois Estados brasileiros: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O rio Paraguai constitui o principal canal de drenagem da bacia e segundo Rondon⁸ (apud PROENÇA, 1997, p. 19), tem como seu principal formador o ribeirão Amolar.

De acordo com a NBR – ISO 14001 de 1996⁹, impacto ambiental é qualquer alteração benéfica ou adversa causada pelas atividades, serviços e/ou produtos, de uma organização, ou seja, é qualquer interferência antrópica no meio (CAMPOS et al., 2005). A impactação de um ambiente natural, normalmente, resulta na modificação de uma paisagem, e conseqüentemente, na produção de um espaço. Para Costa (2008, p. 64) a paisagem é o reflexo da produção do espaço num determinado tempo, sendo estática, mas que possui elementos que só podem ser compreendidos numa perspectiva transtemporal, unindo o velho e o novo, já que o espaço é dinâmico. “A paisagem é o conjunto de forma que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2002, p.83). “O espaço são as formas mais a vida que as anima” (SANTOS, 2002, p. 103). Portanto, é possível considerar que o espaço pantaneiro na fronteira Brasil -Bolívia é animado por

⁷ Bacia do Alto Paraguai.

⁸ Militar do Exército Brasileiro, o Marechal Cândido Mariano Rondon (1865-1954), foi o responsável pela instalação das linhas telegráficas na região, no início do século XX.

⁹ Norma da ABNT que trata dos Sistemas de Gestão Ambiental - Especificações e Diretrizes para uso.



populações biológicas¹⁰ de extrema riqueza e importância, a qual denominamos biocenose, além do elemento humano, e que estes moldam a paisagem através de suas ações e interações. A constância de alteração dessa paisagem dependerá dos tipos de ações e interações desenvolvidas pelo homem e pela biocenose¹¹.

Entendemos que, por ser capaz de expressar-se por meio da linguagem falada, além de outras linguagens e por ser capaz de mudar o meio em que vive, adequando-o ao seu *modus vivendi*, conforme a sua necessidade, o ser humano se torna o principal e, em certos casos, talvez o único elemento responsável pelas degradações ambientais ocorridas e ainda ocorrentes na Terra. Assim é, portanto, o principal elemento no tocante a conservação do meio ambiente. O homem, através da ciência e dos conhecimentos “tradicionais” ou saberes locais, é capaz de criar mecanismos que propiciem a conservação ecológica dos sistemas naturais, do qual ele ainda é dependente direta ou indiretamente.

A partir da vivência deste autor, principalmente junto à comunidade do Amolar, desde o ano de 1990, com visitas constantes e frequentes ao local, e da convivência de ordem familiar com pessoas que fazem ou fizeram parte da comunidade, pudemos verificar inúmeros fatos interessantes de relações homem-natureza, que chamaram a atenção, principalmente pelo caráter conservacionista, representados em tais relações. As comunidades pantaneiro-ribeirinhas do alto rio Paraguai, no estado de Mato Grosso do Sul, na sub-região do Pantanal do Paraguai, se valem de práticas de manejo da vegetação, de animais, do solo, da pesca, etc., que foram herdadas em sua maioria, dos seus ancestrais¹².

Vale salientar que, indígenas pertencentes à etnia Guató, se faziam - e ainda fazem - presentes junto às comunidades pantaneiro-ribeirinhas, principalmente à comunidade Amolar, com as quais realizavam trocas e aquisições de vários materiais, além de participarem de festejos e empreitadas. Em alguns casos chegaram a se unir maritalmente com pessoas dessas comunidades, passando aos seus descendentes vários traços de suas culturas. É possível verificar a aplicação das práticas acima citadas, por exemplo, no relacionamento dos pescadores com o rio Paraguai, o qual resulta numa

¹⁰ Animais, vegetais, fungos, microorganismos, etc.

¹¹ Biocenose é um termo criado, em 1877, pelo zoólogo alemão Karl August Möbius, para ressaltar a relação de vida em comum dos seres, habitantes de uma determinada região ecológica.

¹² Pais, avós, tios, etc.



cultura particular, sob a influência dos mais idosos, conforme nos ensina Leal et al. (2009, p. 1184).

O pantaneiro ribeirinho, por conseguinte, fronteiriço entre o Brasil e a Bolívia, que vive às margens do rio Paraguai - sentido N-S, desde a barra do rio São Lourenço¹³ até a cidade de Corumbá-MS, apresenta uma forma diferenciada em relação ao manejo de animais, vegetais e solo. Conforme os ensinamentos de Malinowski (1984), as regularidades existentes nas instituições nativas são resultado automático da ação recíproca das forças mentais da tradição e das condições materiais do meio ambiente.

Assim como os demais pantaneiros, o ribeirinho sofre as influências relacionadas ao ciclo das águas - cheia e seca - na planície alagável, porém, por estarem fixados em um ambiente cuja paisagem apresenta relevo irregular, vivem entre as águas do rio Paraguai e as elevações rochosas que compõem o complexo da Serra do Amolar. O acesso aos locais – portos - onde são fixadas as moradias se dá, somente, por avião¹⁴ ou embarcações fluviais¹⁵, a maioria dessas, já referenciadas anteriormente por Leal et al. (2009, p. 1181).



Figura 1: Avião monomotor na pista de pouso da Comunidade do Amolar (acervo do autor, 1999), barco de turismo aportado à margem esquerda (sentido N-S) do rio Paraguai (acervo do autor, 1999) e lancha-boiadeira ou freiteira, transportando gado na baía do Castelo (acervo do autor, 2011)

¹³Divisa entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

¹⁴Normalmente monomotor.

¹⁵Barcos-hotéis ou barcos de turismo, lanchas boiadeiras ou freiteiras, chalanas com motor de centro (pucpuc), voadeiras e/ou canoas-de-um-pau-só.



Figura 2: Pantaneiro-ribeirinho em uma “canoa de um pau só” (acervo da ECOA, www.riosvivos.org.br), bote de alumínio com motor de popa ou “voadeira” na Região do Castelo (acervo do autor, 2011) e chalana-pantaneira ou puc-puc (acervo Correio do Estado, www.nationalpark.org.br).

Vale ressaltar que nestas cercanias, existem poucas áreas destinadas ao pouso de aviões, sendo que a maioria está dentro de propriedades particulares. Outrossim, o custo deste meio de transporte ainda é demasiado caro. Isto nos permite dizer que, o rio Paraguai se apresenta como principal via de transporte e a mais viável para o pantaneiro ribeirinho. Além de utilizar o rio para transporte, o pantaneiro ribeirinho utiliza-o também, para a sua subsistência, visto que a pesca é uma atividade cotidiana na vida destas pessoas. No entendimento de Leal et al. (2009, p. 1184), o rio Paraguai representa o sustento e a própria condição de vida para as famílias de pescadores ribeirinhos.

Com relação às moradias, estas são simples, normalmente com apenas dois cômodos anteriores¹⁶ e dois cômodos posteriores¹⁷, e geralmente construídas de barro de varas de taquara (*Bambusoidae*), comumente chamadas de pau-à-pique e barroteadas¹⁸ com um tipo de massa feita de barro e cinzas de madeira, e são cobertas

¹⁶Quartos ou quarto e sala.

¹⁷Cozinha e dispensa.

¹⁸Rebocadas.



com palha¹⁹ folhas de palmeiras, preferencialmente acuri (*Attalea phalerata*). Anteriormente a isso, os esteios²⁰ que são feitos do cerne de árvores, principalmente de aroeira (*Schinus sp.*), após serem lampinados²¹ com instrumentos cortantes²², são erguidos e fixados em buracos feitos no solo, delimitando assim um quadrante pré-definido para a moradia. O piso interno, comumente, é de chão batido.

As canoas de um pau só - canoas monóxilas - são meios de transporte produzidos a partir de um único tronco de árvore (BRANDÃO et al. 2008), normalmente do cambará (*Lantana camara*) ou da ximbuva (*Enterolobium contortisiliquum*), espécies estas ocorrentes na área de estudo, das quais se utiliza a madeira, que segundo Souza (1973, p. 142), é escavada a fogo e entalhada rusticamente, moldando-se uma estrutura apropriada para a navegação leve. Brandão et al. (2008), determinam três etapas no processo de manufatura de tais embarcações: escolha da árvore, derrubada da árvore e determinação do tamanho e forma da canoa - tiração de machado - e, acabamento da canoa - limpeza de ferro fino. Normalmente, para tal intento, usa-se o enxó²³. Os remos e as zingas, instrumentos auxiliares para a propulsão destas embarcações, também são confeccionados a partir de partes mais finas destas madeiras. Pode ser utilizada a madeira de outras árvores, tais como o louro-preto (*Ocotea sp.*), mas são preferidas as espécies acima citadas. É válido lembrar que a arte de confeccionar canoas a partir de um único tronco de árvore, foi desenvolvida pelos índios Guató, exímios canoeiros que dominaram o alto rio Paraguai e as suas lagoas internas, segundo Souza (1973, p.142).

As técnicas desta arte foram absorvidas por ribeirinhos não indígenas, que passaram a habitar a região, e incorporadas na forma de tradição. O ato de fabricar e utilizar a canoa mostra uma forte identidade cultural, revelando-se uma auto-afirmação de ser pantaneiro (BRANDÃO et al., 2008). Nota-se então, o estreito relacionamento entre o homem pantaneiro e a natureza, cercado de uma determinada “sapiência informal” que é transmitida de pai para filho, geração após geração, através das práticas cotidianas e/ou da oralidade. Isso nos permite dizer que é inapropriado se referir às populações que vivem mais afastadas dos centros urbanos, como sendo aculturadas.

¹⁹Folhas de palmeiras.

²⁰Vigas de sustentação da casa.

²¹Aplainados rusticamente.

²²Machados e/ou facões.

²³Instrumento de carpintaria feito de chapa de aço.



Essas populações, na verdade, apresentam maneiras diferenciadas de expressão cultural, em relação às culturas que comumente identificamos.²⁴

Porém, devemos ressaltar que atualmente, também podem ser observadas construções feitas com madeiras aplainadas²⁵ e/ou até mesmo de alvenaria com cobertura feita com telhas de zinco, de cerâmica²⁶ e/ou de amianto, com piso de cimento puro ou queimado com corantes²⁷.

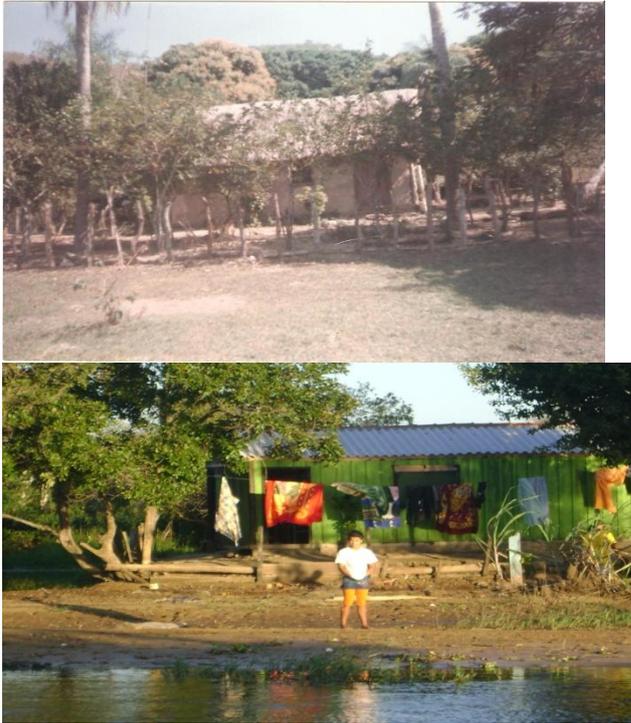


Figura 4: Moradia tradicional (pau-à-pique e palha) pantaneiro-ribeirinha na Comunidade do Amolar (acervo do autor, 1999) e moradia feita com tábuas aplainadas e telhas de amianto na Comunidade do Paraguai-Mirim (acervo do autor, 2011).

Em algumas situações os ribeirinhos já contam com motores geradores movidos a óleo diesel ou gasolina, ou com placas solares, os quais fornecem energia elétrica para as moradias destes. Com tais instrumentos é possível alimentar bicos de luz, freezers e geladeiras e às vezes, outros equipamentos eletro-eletrônicos. Pode-se observar também, que vários ribeirinhos já possuem botes²⁸ com propulsão a motor de popa, o que facilita a locomoção pelas águas pantaneiras, dando-lhes maior mobilidade, entre as áreas rurais e as cidades de Corumbá e Ladário. Entretanto, segundo Brandão et al. (2008), o uso da

²⁴Agradeço ao Prof. Dr. Gustavo Villela Lima da Costa, pelas explanações sobre as culturas, durante a disciplina Culturas e Fronteiras, oferecida no 1º semestre de 2011, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços– nível de Mestrado, do Campus do Pantanal/UFMS.

²⁵Tábuas.

²⁶Telha francesa ou romana.

²⁷Vermelho.

²⁸Barcos de alumínio.



canaoa foi condição essencial para a ocupação do Pantanal pelos povos indígenas no passado, e no presente, mantém a sustentabilidade da vida cotidiana das famílias de baixa renda.

Considerações finais

A sub-região do Pantanal do Paraguai, mesmo não tendo em seus domínios, uma área de proteção integral, apresenta cenários naturais praticamente intactos, em alguns pontos ao longo da linha limítrofe. Consideramos que tal fato ocorre por conta das dificuldades de acesso a esses locais, os quais apresentam relevo geograficamente acidentado e na maioria das vezes são ambientes inóspitos, dada a diversidade da vida silvestre, ali presente. Outrossim, há de se considerar que o elemento humano presente no pantanal, atualmente com menos intensidade, há muito interage com os elementos do sistema natural de forma a manter um aparente e presumível “equilíbrio ecológico”, ao qual preferimos chamar de “organização ecológica” que pode ser notada em determinadas ocasiões.

Porém, devemos evidenciar que nem toda a interação homem-natureza, na área de estudo, está isenta de degradação. Algumas atividades de origem antrópica, sejam elas tradicionais ou não, desenvolvidas na sub-região do Pantanal do Paraguai, podem ser consideradas como de caráter agressivo ao meio ambiente e ocasionam distúrbios ecológicos, os quais têm alta relevância, ao se tratar de conservação ambiental, visto que podem levar à perda da diversidade biológica. Todavia, segundo Peixoto e Arruda (2011, p.9), essa interação ocorre no ambiente pantaneiro a pelo menos 5.500 anos. Surge-nos um questionamento: o homem pantaneiro ribeirinho é um agente degradador ou conservador desse ambiente natural?

Um fator que provavelmente fará o diferencial com relação à conservação ambiental da referida área é o trabalho em conjunto e constante com essas populações, entendendo suas tradições e respeitando o seu modo de vida, o qual poderá produzir uma “nova consciência ambiental”, que possivelmente trará benefícios mais duradouros. Em determinadas localidades já é possível verificar este tipo de trabalho, o qual é realizado por ONG’s²⁹, através de seus colaboradores e suas RPPN’s³⁰. Alguns pesquisadores da UFMS³¹, também, têm desenvolvido pesquisas junto às comunidades

²⁹ Organizações Não Governamentais.

³⁰ Reservas Permanentes do Patrimônio Natural.

³¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.



ribeirinhas ao longo do rio Paraguai. Entretanto, seria interessante a intensificação de tais atividades e a implementação de outros projetos sustentáveis que possam atender tais expectativas, integrando as várias áreas de conhecimento afins, os seus profissionais e acadêmicos, ao cenário pantaneiro.

Referências Bibliográficas

AB' SABER, A. **Domínios da Natureza no Brasil: Ordens de criticidade, o caso da Amazônia**, In: Veloso, R. (Org.) **A Ecologia e o Novo Padrão de desenvolvimento do Brasil**. São Paulo: Editora Nobel, 1992.

AB' SABER, A. N. **O Pantanal Matogrossense e a teoria dos refúgios**. Revista Bras. De Gergr., v.50, nº 2, 1988, p. 9-57.

ANDERSEN, Sigrid. **Dificuldades da gestão ambiental em áreas de fronteira: investigando a origem dos conflitos**. Artigo. IV ENANPPAS, Brasília – DF, 2008.

BACKHEUSER, Everardo. **Problemas do Brasil (Estrutura Geopolítica): O espaço**. Rio de Janeiro –RJ. Editora OMNIA, 1926.

BEZERRA, M. A. de O. et al. **Lagoas do Pantanal: patrimônio ambiental e cultural**. Artigo. Revista Dimensão/CPAN. Edição especial. Campo Grande-MS, Ed. UFMS, 2002, p. 25-39.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. 5ª ed. tradução: Celso Castro. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 2009.

BRANDÃO, A. C., Peixoto, J. L. dos S. e Arruda, A. A. C. de. **Processo de manufatura da “canoa de um pau só” do Pantanal**. IX – Encontro Regional da ANPUH/MS. As linguagens da História e os Ofícios do Historiador. **Resumos** (CD-rom). UFMS/CPAN, Corumbá, MS, 2008.

BRASIL. Ministério do Interior. Estudo de desenvolvimento integrado da Bacia do Alto Paraguai (EDIBAP). **Relatório da 1ª fase – Descrição Física e Recursos Naturais**. Brasília – DF. Tomo II. 1979.

CAMPOS, A. J. M. e Oliveira, M. R. **Práticas de Campo como Ferramenta Didática no Ensino de Ecologia no Ensino Médio**. UFRJ, Rio de Janeiro –RJ, 2005; 12 pg.

CARVALHO, N. **Hidrologia da Bacia do Alto Paraguai**. In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL, 1., 1984, Corumbá, MS. **Anais...** Brasília: EMBRAPA-DDT, 1986. (Documentos, 5)

COSTA, E. A. **Ordenamento Territorial em Áreas de Fronteira**. in: Costa, E. A. e Oliveira, M. A. M (Org) **Seminário de Estudos Fronteiriços**, Ed. UFMS, 2008, p. 64-65.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. **As Fronteiras da Identidade em Corumbá-MS: significados, discursos e práticas**. Artigo. UFMS. Corumbá-MS, 2011.



DAJOZ, R. **Ecologia Geral**. Editora Vozes. Petrópolis – RJ, 1983.

DA MATTA, Roberto. **Você tem Cultura?** Artigo. Rio de Janeiro – RJ, 1981.

GAESSE, Hartmut, et al. **Ecologia e Conservação da Biodiversidade em Áreas Agrícolas no Domínio da Mata Atlântica**. Projeto Blumen. Resumo dos resultados da Equipe Alemão. Institute for Technology in the Tropics; Colônia-GER; 2006.

GONÇALVES, J. C. **Algumas considerações sobre a geomorfologia na região de Corumbá-MS**. Artigo. Revista Dimensão/CPAN. Edição especial. Campo Grande-MS, Ed. UFMS, 2002, p. 40-47.

GUEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. cap. 1 Zahar Editores. Rio de Janeiro – RJ, 1973; p. 13-41.

HUTCHINSON, G.E. **A treatise on limnology**. v.1. Geography, Physics and Chemistry. Wiley. 1957, 1015pp.

<<https://www.educar/ciencias/ecologia>>. **Ecologia: Ecosistema e Cadeia Alimentar**. Centro de Divulgação Científica e Cultural, Universidade de São Paulo - SP, Brasil. acessado em 10 de agosto de 2011.

LEAL, S. P. da S., Ravaglia, A. G. e Costa, E. A. **O fluxo e embarcações no rio Paraguai e a percepção do ribeirinhos nas Unidades de Conservação da Serra do Amolar**. Artigo. XI EREGEO – Simpósio regional de Geografia. Jataí – GO, 2009; p. 1177-1184.

LITTLE, Paul Elliot. **Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico**. UnB, Horizontes Antropológicos, n°: 25, ano 12, Porto Alegre – RS, jan/jun - 2006. p. 85-103.

LOPES, José Sérgio Leite; et alli. **A ambientalização dos conflitos sociais**, Relume-Dumará Coleção Antropologia da Política/UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, 2004, 334p.

MACHADO, Lia Osório. **Limites, Fronteiras, Redes**. in: T. M. Strohaecker et alli (Org) **Fronteiras e Espaço Global**, AGB, Porto Alegre – RS, 1998, p. 41-49.

MALINOWSKI, B. K. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. Prefácio de Sir James George Frazer; recista por Eunice Ribeiro Durham. 3ª edição, São Paulo – SP. Ed. Abril – Cultural, 1984.

MENDONÇA, Francisco. **Aspectos da interação clima-ambiente-saúde humana: da relação sociedade-natureza à (in) sustentabilidade ambiental**. R. RA' EGA, n°: 4, Curitiba – PR, 2000, p. 85-99.

MUNIZ, L. M. **Ecologia Política: O Campo de Estudos do Conflitos Sócio-Ambientais**. Artigo, Revista Pós-Ciências Sociais, vol. 6, n° 12, 2009.

NOGUEIRA, Albana Xavier. **Cultura Pantaneira: aspectos de um modo de ser e de viver**. Artigo; UNIDERP/Anhanguera Educacional, 2009.



ODUM, E. P. **Ecologia**. 1ª edição, Editora Koogan Guanabara, São Paulo – SP, 1988; 434 pg.

OLIVEIRA, T. C. M. **Os Elos da Integração: O Exemplo da Fronteira Brasil – Bolívia**. in: Costa, E. A. e Oliveira, M. A. M (Org) **Seminário de Estudos Fronteiriços**, Ed. UFMS, 2008, p. 26-27.

PEIXOTO, J. L. S. E ARRUDA. A. A. C. de. Pantanal Rupestre. p.6-27; In: **Memórias do Pantanal Rupestre**. 2011. MUHPAN e Fundação Barbosa Rodrigues. Corumbá-MS. 48pp.

PROENÇA, Augusto César. **Pantanal: Gente, Tradição e História**. 3ª edição. Campo Grande-MS: ed. UFMS, 1997,168p.

RICKLEFS, R. E. **A Economia da Natureza**. 5ª edição, Editora Koogan Guanabara, São Paulo – SP, 2003; 498 pg.

ROCHEFORT, N. M. D. de. **Frontera: muro divisorio o tejido de relaciones**. *Estudios Fronterizos*, vol. 3, nº 5, UABC – México, 2002, 42p.

SANTOS, M. A. **A Natureza do Espaço**. São Paulo –SP, Edusp, 2002. Barueri - SP: 2003. Manole, 2. 204 p. (Série Entender o mundo).

SILVA, João Vila da, et al. **Delimitação do Pantanal brasileiro e suas sub-regiões**, *Pesquisa Agropecuária Brasileira*., Brasília, v.33, Número Especial, p.1703-711, out. 1998.

SILVA, Mateus Santos da. **O Ambientalismo e a Contestação da Globalização Contemporânea: Um Estudo de Caso Sobre o Greenpeace Brasil**, Monografia; Escola da Administração/UFB, 2008.

SOARES, Guido Fernando Silva. **A proteção internacional do Meio Ambiente**. 2003.

SOUZA, Lécio Gomes de. **História de uma região: Pantanal e Corumbá**. Editora Resenha Tributária Ltda. São Paulo – SP, 1973; 230p.

TOMASONI, Marco Antonio; Tomasoni, Sônia Marise Rodrigues Pereira. **Ecologia, Ética e Ambientalismo: prefácio de suas ambiüidades**. Artigo. UFBA e UNEB, 2003.

WWF. **Retrato da Navegação no Alto Rio Paraguai**. Relatório da expedição técnica realizada entre os dias 3 e 14 de novembro de 1999, no rio Paraguai entre Cáceres (MT) e Porto Murtinho (MS), 1ª edição;Brasília – DF, p.63.,2001.



GT 4 – Cultura e comunicação no mundo rural

A privação das oportunidades de cultura e lazer para o trabalhador manual no corte de cana

Graziella Aparecida Garcia de Lima Chinali¹
Prof.^a Dr.^a Raquel Santos Sant'Ana²

¹Mestranda em Serviço Social/ UNESP-Franca, E-mail: lima.graziella@yahoo.com.br

²Livre Docente/ UNESP-Franca, E-mail: raquelssfranca@yahoo.com.br

Resumo

Neste artigo apresentamos os resultados parciais de pesquisa em andamento acerca do acesso ao lazer cultural do trabalhador no corte manual da cana-de-açúcar nos municípios de Franca, Batatais e Patrocínio Paulista, situados na região noroeste do Estado de São Paulo. Conforme proposto no projeto, o foco de análise está na relação entre tempo/espaço destes trabalhadores com atividades próprias do lazer cultural, caracterizadas por ações que se contrapõem ao âmbito do trabalho, neste caso, desenvolvido com extremo esforço físico e baixa remuneração. Ressalta-se o aspecto do potencial no âmbito sócio-político-pedagógico advindo destas ações diferenciando-as daquelas atividades que não estão diretamente conectadas ao âmbito cultural, praticadas durante o tempo livre, quer dizer, do não trabalho.

Palavras-chave: cortador manual de cana; trabalho; lazer cultural.



Introdução

O que se procura analisar, em pesquisa de mestrado ainda em andamento é a questão do acesso de trabalhadores do corte manual da cana de açúcar ao tempo/espaço voltado ao lazer cultural. Objetiva-se contribuir com reflexões acerca das relações entre trabalho e lazer, bem como as formas de organização de que o trabalhador rural dispõe para representar-se cultural, social, política e economicamente.

Há que se observar que o desenvolvimento de uma ação para o lazer cultural, principalmente para o trabalhador no corte da cana, se coloca de maneira muito específica, com famílias que apresentam uma nova conformação de “identidade rural”, num processo constante de precarização das condições de trabalho, na ampliação do contingente de reserva de mão-de-obra e do desemprego estrutural, fenômenos que acompanham o desenvolvimento do capitalismo.

Como o assistente social se depara com o desafio de desvendar em seu cotidiano um intrincado jogo de objetividades/subjetividades que se dão na sociedade, torna-se imprescindível ressaltar em sua prática uma forma interdisciplinar de ação, junto a outras áreas de conhecimento das Ciências Humanas. Essa prática deve estar voltada à compreensão do ser humano como um todo, como um ser social, com a percepção de todas as variáveis desta sociabilidade. Destaca-se o papel do Assistente Social em contribuir com o debate sobre o sentido político de sua ação, mas não na acepção político-partidária, e sim no de posicionar-se criticamente diante da reprodutibilidade de preconceitos e da exploração do trabalho, das desigualdades encontradas nos âmbitos objetivos e subjetivos, quer dizer, tanto na esfera econômica como cultural.

A emergência deste debate surge do exame sobre a busca de direitos dos indivíduos no plano econômico, educacional, político e de acesso à cultura e ao lazer. Ocorre que diante do paradigma da “questão social” e sua ampliação, os problemas relacionados ao lazer são resolvidos secundariamente, o que reflete de forma aguda na qualidade da intervenção e na vida dos sujeitos assalariados. Pode-se notar que a realidade cotidiana apresenta outras necessidades além das econômicas. Incluem-se as carências de desenvolvimento das relações sociais, cujo sentimento de “alteridade-



identidade” desempenha um extraordinário papel ao proporcionar o conhecimento de si mesmo através do outro.

É nessas ações demandadas pelas diferentes experiências cotidianas, do desenvolvimento da noção de si mesmo e do outro, que o profissional de Serviço Social deve se pautar em suas intervenções, como um fator indispensável para subsidiar a vida em comunidade e a formação de uma consciência política/crítica. As relações entre estrutura e superestrutura se dão de maneira dialética e a possibilidade de os sujeitos se “educarem” por meio do lazer cultural relaciona-se com certo desenvolvimento de uma formação crítica e não de uma prática alienada. De acordo com a análise de IAMAMOTO,

Essa crítica não é apenas mera recusa ou mera denúncia do instituído, do dado. Supõe um diálogo íntimo com as fontes inspiradoras do conhecimento e busca elucidar seus vínculos sócio-históricos, localizando as perspectivas e os pontos de vista das classes através dos quais são construídos discursos; suas bases históricas, a maneira de pensar e interpretar a vida social das classes (ou segmentos de classe) que apresentam esse discurso como dotado de universalidade, identificando novas lacunas e omissões.¹

É a partir dessa concepção educacional que se devem pautar as intervenções do profissional de Serviço Social, considerando tanto seu caráter interventivo quanto pedagógico, no sentido político-crítico tal como afirmado desde o início. Por outro lado, quando se trata de trabalhadores rurais, deve se considerar suas especificidades, as formas como se organizam o lazer cultural, bem como a diferenciada relação das necessidades distintas que são criadas no cotidiano. Apesar de suas necessidades serem outras, será presumível e até mesmo forçoso observar que a educação organizada, tanto num quanto noutro âmbito, poderá ser crítica ou alienada e, neste item, a questão de a cultura poder ser um produto “alienado” está também retratada.

A atuação do profissional de Serviço Social deve estar inserida nesta realidade a partir da compreensão de que esta sociabilidade abrange, desde as ações individuais do cotidiano do trabalho, até as excepcionais ocasiões em que ocorrem momentos de confraternização em espaços e tempos da atividade de lazer cultural.

¹ IAMAMOTO, M. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos.** Editora Cortez. São Paulo, 1994. (p, 183-184)



Compreender como as formas de sociabilidades estão ligadas às carências estruturais e superestruturais, subsidia a criação de certa consciência crítica, fundamental para o fortalecimento dos sujeitos coletivos.

Desenvolvimento

O interesse na investigação das formas de reprodução e de representação dos trabalhadores rurais ligados ao corte manual de cana, desde a abertura política até a época atual, ocorreu pelo fato de estudos já desenvolvidos a respeito desta temática, tal como o de, SILVA (2006)² e SANT'ANA (2009)³ dentre outros demonstrarem a desumanização da condição em que esses trabalhadores se encontram, após exaustiva jornada de trabalho.

Por serem degradantes tais condições, físicas e emocionais não se coloca qualquer oportunidade para a atividade de lazer cultural, sobretudo quando se constata o desmoronamento de sua saúde, seja pelo fato de muitas horas de esforço físico, em situações ambientais adversas, seja pelas más condições de alimentação, cuidados com o corpo e a mente que lhe são denegados. A partir da ameaça de desemprego que marca a atual conjuntura mundial, busca-se avaliar o efeito deste quadro para o desenvolvimento pleno do trabalhador tanto em sua condição objetiva como subjetiva, abarcando inclusive a relação estabelecida com as necessidades de lazer e representação cultural desse grupo social.

O modelo adotado pelo Brasil para o desenvolvimento agrícola trouxe como consequência a exploração do trabalhador no meio rural intensificada, a partir da integração histórica dos mercados, além da priorização por parte do governo da exportação de produtos agrícolas, tais como café, cana-de-açúcar, laranja, soja e da “Nova Revolução Agrária” ou “Reforma Agrária de Mercado”, principalmente após os anos 90, centralizada no desenvolvimento do agronegócio, incrementado até os dias atuais.

² SILVA, M.A.M. **A Morte Ronda os Canaviais Paulistas**. In. Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Vol. 33 - nº 2. (p, p, 111-141), AGO/DEZ, 2006. (p, 129.)

³ SANT'ANA, Raquel S. **Trabalhar é Preciso, Viver não é Preciso: a desumanização do trabalho no corte da cana-de-açúcar e o Serviço Social**. (Tese de Livre Docência- FHDSS-UNESP-Franca. Departamento de Serviço Social), Franca, 2009.



A análise do desenvolvimento tecnológico mostra-se fundamental na compreensão das relações atuais de trabalho porque este desenvolvimento requer um alto grau de especialização da força de trabalho por um lado, e por outro, neste contexto se acentua a desigualdade, a crise do desemprego estrutural, a ampliação da questão social, a problemática da precarização das condições de trabalho, dos tempos de lazer, alterando decisivamente, a condição de vida, os espaços e tempos, assim como os anseios da classe trabalhadora. Contudo a problemática incide também no debate sobre o desenvolvimento e busca de saltos qualitativos nas formas pedagógicas potencializadas pelos tempos e espaços voltados ao lazer.

De acordo com estudos realizados acerca das relações de trabalho observou-se a importância do tempo do não trabalho para o restabelecimento da força física dos trabalhadores e da questão do lazer cultural, que não se coloca como possibilidade real. Considerando as formas atuais de ocupação do tempo livre, verifica-se que a televisão, o rádio e a convivência com amigos ocupam posição dominante, quando a intensa exaustão decorrente das condições de trabalho permite. No que diz respeito à convivência, para os que residem com a família, deve-se observar que a mesma fica também fortemente comprometida por tal exaustão.

Os tempos de lazer voltados para o entretenimento com a televisão e o rádio acontecem pelo fato de significar um custo baixo para o trabalhador, não havendo nenhuma outra opção para a satisfação das necessidades relacionadas à questão cultural, ficando este espaço de tempo voltado a atividades alienantes, atributos próprios dos meios de comunicação de massa.⁴ Estas questões estão à margem, tanto no âmbito acadêmico, quanto na questão da política pública voltada ao lazer cultural, também inexistente na exploração capitalista, resultando daí o bloqueio da reprodução sociocultural desses trabalhadores. Sobre a conceituação do lazer, há variadas abordagens, mas duas foram propostas ao limitar a temática, que puderam ser resumidas da seguinte maneira: uma que ressalta o lazer como qualquer ocupação realizada no período livre, isto é, do não trabalho; a outra se restringe a enfatizar o modo livre da atividade, quer dizer, qual atividade realizada de forma prazerosa.

⁴ Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, já em 2001, 89% dos 46.507.196 domicílios brasileiros tinham televisores, enquanto 88% possuíam aparelhos de rádio. A PNAD diz mais: 38,6 milhões das TVs são coloridas e 3 milhões são em preto e branco. In: <http://www.ietv.org.br>



Há que se observar que para a compreensão dos conceitos trabalho-lazer, ressaltam-se elementos importantes para ambas as categorias: a) é através do trabalho que o homem modifica a natureza para a satisfação de suas necessidades, transformando através do acúmulo de conhecimentos, a si próprio; b) ao serem atendidas as necessidades primeiras, sobretudo materiais, advém a criação de novas e diversificadas demandas, de acordo com interesses conflitantes presentes em cada grupo ou “classe”, conflitos estes que se dão como resultado da contradição da exploração do capital e da supremacia da classe dos proprietários dos meios de produção em detrimento da classe assalariada;⁵ c) as necessidades criadas também se encontram no plano subjetivo, principalmente no que se refere ao tempo para o lazer, enfatizado numa relação prazerosa com a ação praticada. No que se refere ao lazer, segundo a definição de DUMAZZEDIER (1973),

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.⁶

Deste modo, quando se trata aqui da categoria lazer, esta se remete inteiramente para a relação com o trabalho porque a ideia do tempo livre se dá por contraposição ao tempo do trabalho, pelo menos tal como é concebido hoje no capitalismo. Ocorre que nas condições atuais do desenvolvimento capitalista, ganha importância considerar que, sob este ângulo, do tempo do trabalho e do tempo livre, a maioria dos indivíduos depende do trabalho assalariado para garantir a sua sobrevivência, se opondo àqueles que têm sua sobrevivência garantida independentemente da necessidade de trabalhar. Assim, a observação fundamental para as análises aqui propostas refere-se à crise encontrada no “mundo do trabalho” e seus rebatimentos no desenvolvimento do lazer.

Segundo MARCELLINO (1990), um dos principais estudiosos sobre as demandas do lazer no Brasil, as inquietações a respeito das disponibilidades do lazer geralmente ficam em segundo plano nos debates acadêmicos e governamentais, com os

⁵ BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Trad: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p, 64/65

⁶ DUMAZZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. (Trad.: MACHADO, M.L.S.). Editora Perspectiva, São Paulo, 1973. (Col. Debates). (p, 34.)



temas relacionados à ampliação da “questão social” prioritários, desconsiderando a importância do lazer neste debate, tratado como “perfumaria”.⁷

Os espaços e tempos de lazer são caracterizados por uma importante formação na esfera do imaginário do indivíduo. Quando estão localizados apenas nos meios de comunicação de massa, o conteúdo moldado pela ideologia dominante orienta na conformidade dela a concepção de vida dos sujeitos, que tenderão a se comportar de acordo com o sistema de ideias assim divulgados.

Segundo interesses distintos, essas ideias são difundidas no contato entre os indivíduos, a partir de episódios vivenciados ininterruptamente. A relação entre os indivíduos e os meios de comunicação como principal fonte de lazer e informação, bem como o relacionamento com as instituições acima citadas, “alimentam” a subjetividade e o imaginário destes, com certo condicionamento de “valores” que funcionam no sentido de manter alguma coesão entre os indivíduos e os polos das contradições desenvolvidas pela sociedade capitalista. Na perspectiva marxiana, se considerar-se que existem duas classes fundamentais e que uma se encontra subjugada à outra, a classe dominante trabalha para perpetuar sua dominação, trazendo contraditoriamente à classe dominada, grande identificação com tal ação, prejudicando a criação da chamada consciência crítica.

Neste sentido, há observa-se que o desenvolvimento tecnológico e cultural no Brasil vinculou-se ao sistema globalizado e trouxe conseqüentemente, a ditadura de “estilos de vida” ao trabalhador, bem como seu suporte ideológico, fato que necessariamente deve ser analisado na compreensão da totalidade das categorias que compõem a formação individual/social destes sujeitos.

A criação de novas necessidades, bem como a apreensão das diferentes dimensões da composição humana, a dimensão material/objetiva e a simbólico/subjetiva devem estar relacionadas para se apreender a exata complexidade e as contradições presentes no processo de desenvolvimento do capital e seus efeitos no desenvolvimento da cultura. Além do caráter mercadológico e do nivelamento de interesses imediatos, outra função é a de trazer à tona inúmeras informações que, desconectadas e

⁷ MARCELLINO, N. C. “(...) era o questionamento da validade de desenvolver esforços numa área que sempre foi considerada supérflua; era como se me encarregasse de ajudar a preparar e servir a “sobremesa” para uma população que nem sequer poderia ter a refeição principal.” **Lazer e Educação**. 2ª Edição. Editora Papius, Campinas, SP, 1990. (p, 14)



fragmentadas tendem a produzir uma séria apatia social, naturalizando todas as desigualdades geradas pelo sistema capitalista no sentido de responsabilizar o indivíduo pela condição de vida imposta.

Desta forma, a cotidianidade orquestrada por esta ideologia desfigura, de fato, ambas as esferas de maneira dialética, ou seja, tanto no âmbito econômico como cultural, na esfera estrutural como superestrutural. Com relação à metodologia, a pesquisa bibliográfica foi realizada há mais de um ano e a pesquisa de campo está sendo iniciada nas realidades que estão diretamente ligadas ao trabalho no corte da cana de açúcar no município de Franca, SP e região. Para isso, algumas categorias de análise foram elencadas, dentre elas, as específicas realidades encontradas nos municípios de pequenos, médios e grandes portes, além da relação de cotidianidade diferenciada encontrada na questão da diversidade de faixa etária, de origem e as necessidades de lazer cultural que se colocam de formas distintas.

É a partir desta problemática que esta pesquisa se propõe: afinal como pensar lazer, em especial o lazer cultural, dissociado do trabalho? Se esta dissociação é inviável, qual será então o acesso ao lazer cultural nestas condições de vida e trabalho? Para esta investigação é fundamental uma análise na perspectiva de totalidade.

Aponta-se para a realização de uma pesquisa qualitativa, pois o caráter quantitativo não se mostra suficiente na análise categorial no âmbito do lazer, avaliando-se de forma relevante, inclusive, as necessidades diversificadas de acordo com as condições de exploração do trabalho formal ou volante envolvidos no corte da cana de açúcar. Ainda diante dessas observações, se coloca como pertinente a afirmação de THIOLENT (1987):

(...) Muitas vezes, são selecionadas empresas ou categoria de trabalhadores cuja representatividade é de ordem qualitativa _ isto é, política _ mais do que quantitativa. A importância social ou histórica de certos grupos ou de certas ideias não é apenas dada pelo peso numérico ou pela frequência.⁸

Neste sentido, a pesquisa é realizada com sujeitos de diferentes faixas etárias, residentes ou migrantes envolvidos no corte da cana de açúcar na região de Franca, SP. Para isto, consideram-se sujeitos da pesquisa aqueles trabalhadores que se

⁸ THIOLENT, M. **Crítica Metodológica, Investigação Social & Enquete Operária**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Polis, 1987. (Coleção Teoria e História). (p, 113).



encontram em municípios discriminados segundo definição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Na perspectiva socioterritorial, tem-se em vista as referências da dinâmica demográfica distinta para análise de variados municípios e avalia-se a necessidade de comparação das condições de vida desses trabalhadores, inclusive no acesso ao lazer cultural, quanto aos municípios de grande, médio e pequeno porte.

De acordo com esta caracterização, considerar-se como sujeitos da pesquisa aqueles trabalhadores diretamente envolvidos no corte manual de cana no município e região de Franca. O polo aí considerado, o município de Franca situa-se a 400 quilômetros da capital. Adianta discriminarem-se os municípios deste entorno regional selecionado para a pesquisa: Franca, Batatais e Patrocínio Paulista. O censo realizado em 2007 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta a os seguintes resultados _ Franca: 319.094 habitantes (considerado município de grande porte); Batatais: 53.525 habitantes (considerado município de médio porte) e Patrocínio Paulista: 12.183 habitantes (considerado município de pequeno porte, classificação 1)⁹. Para a pesquisa a amostra de sujeitos constituiu-se de três trabalhadores de cada município. A metodologia de análise circunscreveu-se à teoria marxiana, por esta se relacionar de maneira mais adequada à compreensão do imediato, do movimento real em consonância ao ser social e de todos os elementos relevantes para apreciação da totalidade em questão, considerando inclusive a significativa complexidade das categorias envolvidas.

Procura-se dar visibilidade à problemática do trabalho rural no corte da cana com a participação e apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos em áreas como serviço social, sociologia, ciências sociais, entre outras áreas do conhecimento que contribuirão com a investigação proposta. Além disso, a apresentação final do trabalho será em forma de dissertação de mestrado, considerando a importância do debate sobre a percepção da vivência destes trabalhadores rurais assalariados, migrantes ou não, no que diz respeito à questão do lazer, refletindo em sua organização enquanto

⁹ Segundo o (PNAS), são considerados municípios pequenos com classificação 1 aqueles com população até 20 mil habitantes; municípios pequenos com classificação 2 com população entre 20.001 a 50.000 habitantes; municípios médios entre 50.001 a 100.000 habitantes; municípios grandes com população entre 100.001 a 900.000 habitantes e, finalmente são considerados metrópoles aqueles que apresentam população superior a 900.000 habitantes. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria nacional de Assistência Social. Brasília, 2004. (p, 08)



classe e em sua representação cultural, social e política, especialmente através do desenvolvimento do lazer cultural.

A superexploração da força de trabalho se dá independentemente do fato de ser o trabalhador residente ou migrante de outras regiões brasileiras, mas o que vai diferenciá-los é a presença ou não das famílias no seu cotidiano. Neste ramo de atividade cerca de 70% da força de trabalho é migrante e, em sua maioria, estes são trabalhadores que viajam sós para diferentes regiões, especialmente o Estado de SP. Estes vivenciam maiores dificuldades, pois não se beneficiam dos cuidados com sua alimentação e vestimenta sem os custos financeiros, que caracterizam a situação da convivência familiar.¹⁰

Para além de possíveis diferenciais das situações em que se encontram estes trabalhadores que, é claro, têm suas implicações nas condições de lazer, o que sobressai sejam trabalhadores para os quais a convivência familiar se mantém ou não, sejam residentes ou migrantes, como fator limitador de seu desenvolvimento humano, inclusive no plano do lazer é a intensa exploração sofrida no trabalho.

É esta problemática que esta pesquisa se propõe abordar: afinal, como pensar o lazer, em especial o lazer cultural, dissociado do trabalho? Se esta dissociação é inviável, qual será então o acesso ao lazer cultural nestas condições de vida e trabalho? Ainda aqui se impõe, do pondo de vista metodológico, a consideração de perspectiva de totalidade.

Sobre a pesquisa bibliográfica observou-se que os trabalhadores que exercem atividade no corte e plantio da cana de açúcar são majoritariamente do sexo masculino e chefes de família que por não encontrarem outra forma de inserção no mercado de trabalho formal, são obrigados a se submeter a exaustivas jornadas de trabalho para sua reprodução e a familiar; suas moradias, via de regra, encontram-se nas periferias das cidades, o que sem dúvida reflete negativamente em suas condições de acesso ao lazer cultural.

¹⁰ Estamos considerando aqui a situação concretamente existente, embora seja impositivo considerar o significado do trabalho doméstico não remunerado, por parte das mulheres. É claro que isto é tema para uma discussão ampla, que embora consideremos da maior relevância, ultrapassa os limites desta exposição.



A atuação do Estado mostrou que a efetivação da democracia e cidadania fica prejudicada com relação ao acesso “mínimo” aos direitos sociais, restando apenas sua conceituação democrática e cidadã. Diante deste cenário de precarização das condições de trabalho, falar sobre o desenvolvimento do lazer se coloca como um grande desafio.

A Constituição Brasileira de 1988¹¹ traz propostas portadoras de grande potencialidade transformadora, porém, estas podem ser avaliadas como “elitistas”, não se efetivando a democratização nem “do tempo livre” para o lazer, nem de espaços adequados para o desenvolvimento deste, historicamente restritos às classes mais abastadas.

CAPÍTULO II - DIREITOS SOCIAIS: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o **lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000). Art. 7º São direitos dos **trabalhadores urbanos e rurais**, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, **lazer**, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; (...) Seção III - Do Desporto (...) 3º - O Poder Público incentivará o **lazer**, como forma de promoção social.

CAPÍTULO VII DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO. Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao **lazer**, à profissionalização, à **cultura**, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

As possibilidades de promoção ao lazer que são apresentadas ao trabalhador rural assalariado, não incorporam o acesso a espaços públicos voltados às manifestações artísticas, museus, teatros e exposições variadas, televisão pública e rádios comunitárias que lhe são identitárias. Portanto, as análises acerca das políticas públicas voltadas para a questão do lazer no Brasil devem ser apontadas, tais como a Lei Rouanet e o emprego de recursos públicos para a categoria teatral, por exemplo, no que diz respeito aos critérios na liberação de recursos para que esta forma de manifestação

¹¹ Grifo nosso. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.html



artística abarque qualidade (conteúdos divulgados) e abrangência (inclusive na acessibilidade pelos trabalhadores rurais).

Quando no governo de Fernando Collor de Melo houve a aprovação da Lei Rouanet (dez/1991), como “padrão” de política pública cultural viabilizada pela União, essa legislação se anunciou pela ideia de proteção do conjunto do patrimônio cultural brasileiro. Contudo, também há um consistente monopólio de grupos específicos que impedem o incentivo de desenvolvimento da arte regional e popular, em favor da “cultura de elite” que ocorre no eixo cultural das grandes metrópoles (especificamente Rio de Janeiro - São Paulo).

É exatamente com a intenção de privilegiar este setor da elite que essa legislação cultural está historicamente comprometida. Assim, as políticas públicas culturais implantadas pelos governos brasileiros nas duas últimas décadas explicitaram a clara finalidade de direcionar, quase que totalmente, os recursos para esse seguimento voltando-o para grandes companhias teatrais e, mais precisamente aos artistas já reconhecidos nacionalmente.¹²

No caso das concessões para rádios comunitárias, a realidade se mostra ainda mais perversa, já que são tratadas como “rádios-piratas” e carecem ainda de regulamentação satisfatória às comunidades periféricas. Como a legislação específica para esta categoria se encontra em discussão, é imprescindível que esteja interligada a participação da sociedade civil de forma a democratizá-la, a fim de garantir maior liberdade de expressão à classe trabalhadora como um todo, que é a verdadeiramente responsável pela manutenção das audiências.¹³

Considerando a importância de analisar o tema da democratização e do acesso ao espaço público/cultural que realmente esteja voltado para a classe trabalhadora, esse debate perpassa pelo desenvolvimento das comunicações de massa e como ocorrem as veiculações das informações. Serão mesmo esclarecedoras essas informações à classe trabalhadora? Há que se observar as linguagens utilizadas, e transformá-las em algo que realmente envolva o desenvolvimento crítico do homem, que transcorre também pela formação “simbólico-sensitiva” do indivíduo.

¹² http://www.vermelho.org.br/mt/noticia.php?id_noticia=10517&id_secao=11

¹³ http://www.apropucsp.org.br/revista/r25_r05.htm



Quanto à criação de novas necessidades, bem como a apreensão das diferentes dimensões da composição humana, a dimensão material/objetiva e a simbólico/ subjetiva devem estar relacionadas para se apreender a exata complexidade e as contradições presentes no processo de desenvolvimento do capital e seus efeitos no desenvolvimento da cultura.¹⁴

Um “controle social”, que não advém da violência física, mas a partir da cultura e da propagação de ideias oportunas à permanência do desenvolvimento do capital, se impondo na sociedade como um todo, via-de-regra se dá na forma padronizada e fragmentada, midiática, causando distorções para além dos efeitos nas bases econômicas, dando-se o domínio da esfera da subjetividade, principalmente através dos meios de comunicação, num panorama amplo de justificativas para o surgimento e satisfação de novas necessidades de consumo.

Para as análises dos dados coletados, estabelecem-se relações com as principais categorias examinadas, considerando a realidade dinâmica em que os sujeitos estão envolvidos e o movimento que se dá a partir de tal processo.¹⁵ Partindo da análise da sociedade dividida em classes sociais e que os sujeitos da pesquisa se encontram na situação de superexploração da força de trabalho, devido a sua extenuante carga laborativa, procura-se analisar a condição do acesso aos tempos/ espaços de lazer cultural.

Ainda investigou-se a acessibilidade das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do âmbito cultural, de forma específica a Lei Rouanet e sua abrangência. Observar as configurações de sociabilidades que estão ligadas às carências objetivas e subjetivas, também perpassa nossas análises sob a perspectiva da criação de

¹⁴ Ainda com relação ao termo cultura, segundo SANTOS (1989): Cultura pode por um lado referir-se à alta cultura, à cultura dominante, e por outro, a qualquer cultura. No primeiro caso, cultura surge em oposição à selvageria, à barbárie; cultura é então a própria marca das camadas dominantes da população de uma sociedade; se opõe à falta de domínio da língua escrita, ou à falta de acesso à ciência, à arte e à religião daquelas camadas dominantes. No segundo caso, pode-se falar de cultura a respeito de qualquer povo, nação, grupo ou sociedade humana. Consideram-se como cultura todas as maneiras de existência humana. SANTOS, Luiz dos. **O que é cultura?** EDITORA BRASILIENSE. 8ª Edição. 1989. (col. Primeiros Passos). (p, 34)

¹⁵ Segundo CORDIOLLI (2009): (...) o objetivo do investigador, é recuperar este movimento, mostrando o acontecimento histórico como algo que não é estático ou unidimensional, pois todo acontecimento é resultante de um nexos de articulação tais como desenvolvimentos, desigualdades, disparidades e recomeços - um processo que se constrói numa dimensão temporal. CORDIOLLI, M. **Apontamentos sobre o Método Dialético em Marx**. Curitiba: Ed. A Casa de Astérion, 2009. (P, 17)



identidade, bem como a percepção da formação da “consciência de classe”, considerando os interesses conflitantes presentes na sociedade.

O que se coloca em questão é a forma como o conjunto da classe trabalhadora tem incentivada sua formação para o lazer cultural, e no caso dos trabalhadores rurais ligados ao corte da cana, quais são as alternativas criadas por esse segmento para ter suas necessidades de lazer e cultura atendidas.

Referências Bibliográficas

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CORDIOLLI, M. **Apontamentos sobre o Método Dialético em Marx**. Curitiba: Ed. A Casa de Astérion, 2009.

DUMAZZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. Tradução: MACHADO, M.L.S. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973 (Coleção Debates).

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IAMAMOTO, M. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio Crítico**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

MARCELLINO, N.C. **Lazer e Educação**. 2ª Edição. Campinas: Editora Papiрус, 1990.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS). Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

PORTELLI, H. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Tradução: PERALVA, A. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SANT'ANA, R.S. **Trabalhar é Preciso, Viver não é Preciso: a desumanização do trabalho no corte da cana-de-açúcar e o Serviço Social**. (Tese de Livre Docência-FHDSS-UNESP/Franca. Departamento de Serviço Social). Franca, 2009.

SANTOS, L. **O Que é Cultura?** 8ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos).

SILVA, M.A.M. **A Morte Ronda os Canaviais Paulistas**. In. Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). Vol.33 – nº2. (pp, 111-141). Ago/Dez, 2006.



THIOLLENT, M. **Crítica Metodológica, Investigação Social & Enquete Operária.**
5ª Edição. São Paulo: Editora Polis, 1987. (Coleção Teoria e História).

Sítios Visitados

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.html

http://www.vermelho.org.br/mt/noticia.php?id_noticia=10517&id_secao=11

http://www.apropucsp.org.br/revista/r25_r05.htm



GT 04 – Cultura e Comunicação no Mundo Rural

**Comida e Identidade: histórias, saberes e práticas alimentares entre colonos
descendentes de imigrantes italianos**

Carmen Janaina Batista Machado¹
Renata Menasche ²

¹ Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA/UFPEL). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: carmemachado3@yahoo.com.br

² Professora do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e pesquisadora do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA/UFPEL). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: renata.menasche@pq.cnpq.br

Resumo

Tomando as práticas alimentares cotidianas das famílias rurais estudadas como ponto de observação e conferindo especial atenção aquelas que, em momentos festivos, são tomadas como emblemas da cultura italiana, este estudo busca analisar as negociações em torno do processo de constituição da italianidade nas localidades estudadas. A construção deste trabalho deu-se a partir de pesquisa etnográfica desenvolvida junto às famílias que trabalham nas festas da Comunidade Católica Sant'Ana, moradoras das colônias Maciel e São Manoel, pertencentes ao 8º Distrito Rincão da Cruz, município de Pelotas, Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Campesinato. Alimentação. Etnicidade. Cotidiano.



Introdução

Seu Carlos¹, 71 anos, diz tomar vinho desde menino, mas lembra que antigamente não se fazia isso todos os dias porque a bebida não era produzida em grande quantidade. Sendo assim, costumavam tomar vinho nos finais de semana, às vezes à noite e quando chegavam visitas e/ou clientes para comprá-lo.

Já a nora de seu Carlos, Cíntia, que não possui ascendência italiana, enfatiza a importância de manter a tradição. Ela lamenta que o esposo tenha *perdido muito da tradição*, pois não fala nem compreende italiano; come polenta – preparada pela mãe –, mas não a aprecia; não trouxe da casa dos pais o costume de tomar vinho diariamente. Na interpretação de Cíntia, *tomar vinho todos os dias* é prática associada à *manutenção da tradição*.

*

Podemos afirmar que as negociações em torno do processo de constituição da italianidade, em curso nas localidades estudadas – colônias² Maciel e São Manoel, pertencentes ao 8º Distrito Rincão da Cruz, município de Pelotas, Rio Grande do Sul –, têm como entre seus emblemas o vinho, destacado na Festa do Dia do Vinho³, cuja primeira edição ocorreu em 2006. A festa é realizada à noite, com um jantar caracterizado como típico da cultura italiana, acompanhado de suco de uva e vinho,

¹ Os nomes dos interlocutores foram substituídos por nomes fictícios, visando preservar suas identidades.

² O termo *colono* tem sua origem na administração colonial: “para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização” (SEYFERTH, 1992, p.80). Para esta autora (1992, p.80), “colono é a categoria designativa do camponês [...] e sua marca registrada é a posse de uma colônia [...] a pequena propriedade familiar”. Assim, no sul do Brasil, reconhecem-se e são conhecidos como colonos os agricultores descendentes de imigrantes europeus - aí excetuados os portugueses - que vivem e trabalham na terra em unidade de produção familiar.

³ Esta festa – que foi concebida pelos produtores de vinho da Colônia Maciel e colônias vizinhas com o apoio de entidades como Embrapa, Emater, Universidade Federal de Pelotas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Prefeitura Municipal de Pelotas com o intuito de divulgar a produção local de vinhos, buscando, assim, ampliar as possibilidades de acesso a novos mercados – ocorre sempre à noite, com um jantar. Mas como a proposta está vinculada ao Dia Estadual do Vinho, comemorado anualmente no primeiro domingo do mês de junho, a festa se intitula “Dia do Vinho”.



servido no salão comunitário decorado especialmente com temas que remetem à Itália, preparado para receber cidadãos e turistas.

Como permitem vislumbrar as falas de seu Carlos e de Cíntia, anteriormente comentadas, essas negociações estão presentes também no cotidiano das famílias. É para observar como isso se realiza que o presente trabalho conduz o olhar para as práticas alimentares cotidianas das famílias que trabalham nas festas da comunidade. Assim, se buscará perceber como a comida e o vinho, apresentados nas festas como símbolos da cultura italiana, fazem, no dia-a-dia, parte do cardápio de famílias moradoras das colônias Maciel e São Manoel.

Da pesquisa

A inserção a campo ocorreu entre 2010 e 2011, nos momentos festivos e em casas de famílias. A partir da participação – na cozinha do salão – no grupo de trabalho que organiza e realiza as festas na Comunidade Católica Sant’Ana, foi possível o acesso à cozinha de algumas das mulheres que trabalham nas festas comunitárias e residem nas colônias Maciel e São Manoel, de modo a tentar apreender os significados da comida em seu cotidiano. Na maioria das casas visitadas, houve permanência de duração de um dia de trabalho da família e participação na preparação das refeições, sempre elaboradas pelas mulheres (esposas, mães). Desse modo buscou-se aproximar o olhar do cotidiano das famílias estudadas: em conversas e, em algumas ocasiões, na ordenha das vacas, na transferência das vacas de um pasto para outro, na visita ao pomar de pêssegos, no engarrafamento de vinho, lavando a roupa, alimentando os frangos no aviário ou, ainda e principalmente, na cozinha.

Como já mencionado, o estudo foi realizado nas colônias Maciel e São Manoel, pertencentes ao 8º Distrito - Rincão da Cruz, município de Pelotas, Rio Grande do Sul. A Colônia Maciel foi criada pelo governo provincial entre 1881 e 1882, mas o processo de ocupação teve seu início em 1883 e 1884, sendo a única colônia imperial na região. Por estes núcleos localizarem-se afastados da cidade de Pelotas, com dificuldade de comunicação, neste primeiro momento não ocorreu uma significativa ocupação por parte dos imigrantes na colônia Maciel, sendo que “em 1888, haviam desembarcado em Pelotas 72 imigrantes, chamados por parentes já estabelecidos em núcleos coloniais, e que estes foram instalados em lotes de terras no núcleo Maciel, pois este era o único de



que se podia dispor” (PEIXOTO, 2003, p.10). Segundo a historiografia local, a Colônia Maciel apresenta-se como a mais representativa da imigração italiana na região de Pelotas, abarcando patrimônio (material e imaterial) referente aos imigrantes italianos que possibilitou a criação da Festa do Dia do Vinho e a busca pelo reconhecimento desta como a 5ª Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul⁴. Cabe ressaltar que, além dos descendentes de imigrantes italianos, em sua formação étnico-cultural a Colônia Maciel conta com a presença de alemães, pomeranos, franceses, negros e indígenas (uma família). Já a Colônia São Manoel foi fundada em 1893, tendo se constituído a partir de 79 famílias alemãs e duas famílias italianas e brasileiras (ULLRICH, 1999).

O Cotidiano das Famílias: um olhar a partir da comida

Como já dito, partimos dos momentos festivos para adentrar nas casas das famílias, ou melhor, em suas cozinhas.

Retornando à família de seu Carlos, residente na Colônia Maciel e composta por descendentes de imigrantes italianos, temos que Carlos e Laura possuem quatro filhos, dos quais dois, Guilherme e Cláudia, moram com os pais – o rapaz trabalha na propriedade rural e a moça é professora. Seguindo pelo pátio da casa paterna, chega-se à casa de outro filho, Marcos, casado com Cíntia. E, dali a poucos quilômetros de distância, vive Roberto, casado com Vanessa. Os filhos homens seguem trabalhando na propriedade rural com o pai, dedicando-se à produção de uva e pêsego, à fabricação e comercialização de vinho, ao turismo rural e às demais atividades produtivas da família.

Pensando no significado do vinho no cotidiano desta família, temos que seu Carlos afirma que costuma tomar vinho diariamente, no almoço e na janta. Brinca dizendo que quando recebe “visitas” toma vinho também, isto é, acompanha os turistas na degustação de vinho. Já dona Laura conta que quando morava com seus pais não gostava de vinho, não tomava em nenhum momento. Lembra que seu pai (italiano)

⁴ As outras quatro colônias de imigração italiana no Rio Grande do Sul são: Conde D’Eu (no município de Garibaldi), Dona Isabel (no município de Bento Gonçalves), Campo dos Bugres (Caxias do Sul) e a quarta abrange os municípios de Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Silveira Martins, São João do Polêsine e partes dos atuais municípios de Santa Maria e de Restinga Seca.



também não tomava vinho. Diz, também, que foi *aprender* a tomar vinho com o esposo, pois ele oferecia e ela para não descontentá-lo aceitava: “mas pra mim parecia estar tomando um copo de banha, de tão ruim que eu achava” (Laura), mas depois foi *acostumando* e hoje toma vinho no almoço e na janta. Atualmente a família chega a vender em torno de 400 litros de vinho por semana. Este ano produziram mais de 10 mil litros e a tendência é aumentar a produção, em função da legislação, pois se deparam com elevação de custos em decorrência de impostos e adaptações realizadas em função da normatização da produção.

Na família de Gerônimo, a esposa Inês se intitula *brasileira* por não possuir ascendência italiana ou alemã, enquanto que o esposo é descendente de alemães. Há quase 30 anos residem na Colônia Maciel e dedicam-se à produção de pêssegos, criação de frangos (aviário) e produção de leite. A filha mais nova, Rita, que mora perto da propriedade do casal, é técnica agrícola e seu esposo trabalha na cidade de Pelotas. A outra filha é casada e reside na cidade de Pelotas com o esposo e dois filhos, mas também possuem uma casa próxima à de seu Gerônimo, para os finais de semana. Seu filho reside em Canguçu e trabalha como pedreiro.

A família de seu Gerônimo produz vinho para consumo. Mas este ano ele plantou aproximadamente 400 pés de parreira e ainda almeja completar os 1.000 pés. A intenção é substituir o pêssego pela uva, para não utilizar mais *veneno*. Seu Gerônimo diz ter investido na produção de vinho porque várias pessoas provaram, gostaram e o incentivaram a produzir para venda. O casal, como mencionado anteriormente, tem o hábito de tomar vinho no almoço e na janta, mas dona Inês revela ter exagerado no consumo e diz que está atualmente *meio enjoada* e por isso parou de tomar por um tempo. A decisão de substituir o pomar de pêssego pela produção de uva e vinho parece ser resultante da demanda de amigos e vizinhos, que apreciam seu vinho. Contudo, por que somente agora seu Gerônimo vislumbra a comercialização do vinho como alternativa de renda e/ou substituição do pêssego? Não seria este um reflexo da festa do Dia do Vinho, em que a bebida, antes produzida e valorada pelo colono, é demandada por citadinos e turistas?

Na propriedade de seu Jorge e dona Catarina, na Colônia São Manoel, o pêssego e o tomate são os produtos para comercialização. Ademais dessa renda, vivem da venda do queijo produzido por dona Catarina e da aposentadoria de seu Jorge. O



casal tem duas filhas que optaram por continuar na agricultura, casaram e foram morar com os pais de seus esposos, já que ambos são filhos únicos e, então, tem de cuidar dos pais. Seu Jorge, descendente de alemães, e dona Catarina, descendente de italianos, sempre produziram vinho para o autoconsumo e este ano prepararam em torno de 100 litros. Costumam consumi-lo em certas ocasiões e quando chega visita. Seu Jorge conta que a filha mais velha, Joana, quando morava em casa, era sua companheira de vinho, pois abriam um garrafão e tomavam todas as noites, fazendo com que não durasse sequer uma semana. Dona Catarina diz gostar mais de suco de uva, o qual prepara, guarda em garrafas e *dá um banho maria* para conservar por mais tempo.

No cotidiano destas famílias, pode-se perceber que, embora já não com tanta frequência, a polenta, assim como o vinho, é um prato presente em suas mesas, tanto entre descendentes de imigrantes italianos quanto entre descendentes de imigrantes alemães – o que pode ser atribuído às relações de vizinhança e casamentos interétnicos.

Na propriedade de Ivânia e Henrique, na Colônia São Manoel, a produção de pêssego foi herdada do pai de Henrique. Atualmente possuem 15 mil pés de pessegueiro e necessitaram contratar, somente este ano, 18 pessoas para trabalhar na colheita. O casal tem duas filhas, que quando adolescentes foram morar na cidade de Pelotas para continuar os estudos e por lá casaram e ficaram residindo.

Quando comenta sobre o que comiam na infância, Ivânia diz que comia muita polenta, até hoje ela prepara e coloca em uma tábua, *taier de la polenta*, para cortar ainda morna, com uma linha, como sua mãe fazia. Quando pequena não gostava de comer polenta no café da manhã, gostava de comer pão, mas a mãe não deixava, para economizar, pois a farinha era escassa, então comiam pão só no café da tarde, na lavoura. No Rio Grande do Sul os imigrantes italianos consumiam o pão de farinha de trigo em menor proporção que a polenta, pois o primeiro era considerado “uma comida fraca demais para alimentar o trabalhador agrícola e, especialmente, para economizar o mais caro e vendável produto da colônia, que era o trigo”. (DE BONI e COSTA, 1984, p. 165). Nas colônias Maciel e São Manoel esta realidade não difere, pois as famílias que plantavam trigo priorizavam a venda e as que compravam a farinha economizavam o pão por não ter como comprar farinha com frequência.

Pela manhã, então, comiam polenta aquecida na chapa do fogão (*polenta brustolada*) com toucinho, ovos e linguiça, o café não era acompanhado de leite. O leite



era para fazer manteiga e queijo e depois vender para comprar mantimentos que não produziam na propriedade, como café, açúcar e sal. No almoço comiam feijão e arroz e Ivânia conta que o arroz era comprado na venda e que para economizar – aquilo que era adquirido sempre devia ser economizado – colocavam somente uma xícara de arroz no feijão (produzido na propriedade) e cozinhavam tudo junto. No café da tarde, era café, pão e alguma *schimier* (doce de fruta) – de melancia, abóbora ou uva – e na janta era polenta cortada em fatias com alguma mistura: queijo, linguiça, toucinho, ovos. O que sobrava da polenta seria consumido no café da manhã do dia seguinte. Ivânia se lembra de ficarem na cozinha à noite, a mãe preparando a polenta e eles todos rezando o terço, em italiano. Como não tinham rádio, nem televisão, nesse momento de preparo da polenta estavam todos reunidos na cozinha, conversando sobre a *lida do dia* e rezando o terço. O pai ensinou aos filhos a rezar o terço em italiano, mas com o tempo Ivânia e os irmãos esqueceram a reza nesse idioma. Atualmente somente a mãe de Ivânia fala italiano, já ela e seus irmãos apenas compreendem algumas coisas, mas não falam.

Com o passar dos anos, novas práticas alimentares foram sendo incorporadas ao cotidiano destas famílias, pela convivência e troca com os *brasileiros* (gaúchos), o que permitiu que hábitos e costumes fossem introduzidos e ressignificados. O chimarrão, hoje muito presente, é o momento em que as famílias se reúnem para conversar e assistir televisão, ou seja, não é mais o preparo da polenta e o rezar o terço que reúne a família. Este momento foi substituído, em parte, pela televisão. O churrasco, atualmente considerado nas festas da comunidade o prato principal, é comida valorizada pelas famílias.

Ivânia conta que quando criança o que mais gostava era de chocolate. Lembra de sua madrinha, que morava em Canguçu, vir visitá-la e presenteá-la com uma barra de chocolate. Ivânia recorda que a visita da madrinha era um momento muito esperado. A gemada também era muito apreciada por Ivânia e seus irmãos, mas como o açúcar era escasso e os ovos eram economizados – também aquilo que poderia ser comercializado era economizado – para ser vendidos, sua mãe não deixava que preparassem gemada. Por isso, quando os pais estavam na lavoura, as crianças *roubavam* um pouquinho de açúcar e ovos e corriam para o mato, onde preparavam a gemada, escondidos. Ela diz que sempre deixavam *um rabo para trás*, era o canto da boca sujo, um garfo ou até mesmo a roupa e, por isso, a mãe sempre descobria. Ivânia também conta que quando a mãe preparava uma carne assada no forno ou uma massa com molho, era uma festa,



porque carne era muito escassa, só quando matavam um porco, uma galinha ou animal de caça.

No almoço com seu Gerônimo e dona Inês, ela comentou que o marido tinha comido pouco, então ele contou ter comido muita polenta frita pela manhã e por isso não estava com fome, já que não tinha trabalhado no *pesado*. Eles contam que comem polenta toda a semana e apreciam polenta frita no café da manhã, no almoço ou na janta. Perguntei se compravam a farinha de milho no mercado, pré-pronta e eles disseram que compram a farinha no moinho, de milho branco. Explicaram que as compradas [no mercado] nem tem gosto de polenta e que se é para comer aquela polenta comprada no mercado nem comem.

Outro ponto sempre comentado pelas famílias refere-se à produção, isto é, o que produziam e o que atualmente permanecem produzindo. Seu Jorge e dona Catarina contam que para o seu consumo plantam *de tudo um pouco*: feijão, milho, batata, batata doce, hortaliças, frutas (uva, laranja, bergamota, limão, lima, goiaba, caqui, banana, morango, figo, etc.). Eles lembram que quando as filhas eram pequenas, eles chegaram a plantar arroz (*do seco*) e trigo e levavam o trigo no Moinho do Bachini⁵ para moer e transformar em farinha para o pão. Então na venda compravam açúcar, café e *uma coisinha que outra*. Tinham praticamente tudo na propriedade, matavam porcos e galinhas. A sexta-feira era o *dia do açougue*, então compravam um pedaço de carne de gado e a cozinhavam toda, porque não tinham geladeira. E quando recebiam visitas ou havia uma festinha, colocavam cervejas, vinho e refrigerantes na cacimba (fonte), para gelar. Hoje compram mais coisas na cidade. Dona Catarina diz sempre ter leite condensado, creme de leite e maionese pronta. De vez em quando, carneia um *boizinho*, um porco, repartem com as filhas e colocam o restante no *freezer*.

Algumas famílias mais antigas possuem um olhar de perda em relação à colônia. É o caso de seu Valter e de dona Cecília, residentes na Colônia São Manoel, pais de Henrique. O casal já não planta, em função da idade (ele 89 anos e ela 86). Para seu Valter, a colônia está *quebrada*, pois hoje *ninguém mais produz o que come*.

⁵ O moinho é um engenho em que se mói (origem da denominação moinho) milho, trigo e outros cereais, tendo como força motora a água. O nome “Moinho do Bachini” deve-se ao sobrenome de seu fundador. A família Bachini também deu origem ao nome da “localidade do Bachini”, na Colônia Santo Antonio, 7º Distrito, Quilombo, Pelotas.



Acredita que sai mais barato comprar no mercado, porque as sementes e os adubos custam caro e tem o trabalho de lavrar a terra, plantar e capinar e ainda corre o risco de ter uma *seca* (estiagem) ou *chuvurada* e não dar nada, então o pessoal compra praticamente tudo. Perguntei o que eles plantavam logo que casaram e tiveram seus filhos e dona Cecília relata que plantavam milho pro gasto, para alimentar os bichos (galinhas e porcos) e para a polenta. Comiam polenta todos os dias, mas ultimamente não a comem com frequência, já que ela está com problemas de saúde e não tem como fazer. Por isso, comem somente quando Ivânia (nora) a prepara. Além do milho, plantavam batata para o gasto e para vender, feijão, trigo e cebola. Vale lembrar que tinham chácara de pêssego.

Seu Valter lembra que na época da safra do pêssego tinha que ter mais de uma junta de bois para puxar a carreta com os balaios de pêssego, porque os bois se *estrupiavam*, feriam os cascos e, então, tinha-se que trocar a junta de boi, deixando a outra em descanso. Quanto à comida preparada no dia a dia, eles dizem que sempre comeram feijão, arroz, batata, carne (quando tinha) e polenta. Não eram muito de salada, mas sempre faziam *schimier* no tacho – de melancia, pêssego, abóbora –, para *melar* o pão. Seu Valter também revela que, na época em que não tinham dinheiro para comprar café, torravam batata doce no forno, batiam no pilão e depois coavam num saquinho de pano com água quente. Quando perguntei a dona Cecília com quem aprendeu a fazer polenta, ela respondeu que com o esposo. Ele diz que “a polenta é coisa de italiano e a batata de alemão” e que eles gostam mesmo é de batata. Ele lembra que alguns vizinhos cozinhavam em uma panela pendurada na corrente. Colocavam feijão e arroz juntos ou faziam sopa no fogo de chão. A cozinha era, na maioria das casas, separada dos quartos porque as famílias tinham medo que o fogo atingisse a área utilizada como dormitório.

Para estas famílias, o planejamento de suas vidas está em torno da produção para a comercialização, já que esta demanda a maior parte de seu tempo de trabalho. Isso pode ser evidenciado pelo comentário escutado de uma mulher, que pretende ter mais um filho: contando que havia pensado em engravidar no início deste ano, ela explica que mudou de ideia porque o marido achou melhor deixar para depois da safra do pêssego, porque de outro modo ela estaria *com a barriga já grande* no período de maior demanda de trabalho e, assim, não poderia ajudá-lo. Ou ainda pelo narrado por Ivânia, quando, falando sobre a saúde do esposo, contou que a cirurgia que ele necessita



fazer se realizaria somente após a safra do pêssego. Do mesmo modo, a Festa de Sant'Ana, realizada em fevereiro, ocorre após o final da safra de pêssego, quando os colonos já receberam o pagamento da safra e terão disponibilidade de tempo para ajudar na preparação da festa.

Família: histórias para além da comida

Nas falas de alguns interlocutores, quando recordam a época de infância, é presente a história da trajetória de seus antepassados da Itália para o Brasil. A trajetória destes imigrantes remete a família a suas memórias, como aponta Zanini (2004),

Para construir a identidade de italiano no presente, os descendentes a visualizam como uma trajetória no sentido de que, se hoje são ítalo-brasileiros, isso se deve a uma origem que está assentada no passado. Origem essa que é traçada pela construção dessas memórias. A travessia se tornou o marco inicial das construções e há, sobre ela, um infinito número de construções individuais e coletivas. É desse momento em diante, que as trajetórias familiares adquirem sentido. (ZANINI, 2004, p.58-59).

Em suas lembranças, Ivânia conta a saga de seu bisavô para o Brasil. O barco lotado, com pessoas morrendo e tendo-se que atirar os corpos no mar. Além disso, quando o vento mudava, o barco ficava navegando sem rumo. Levaram muito tempo para chegar ao Brasil. Seu bisavô chegou no porto de Santos e, com esposa e filhos, vieram para a Colônia Maciel. Quando chegaram, não tinham nada, construíram um barracão e começaram a derrubar o mato. Era só mato para todos os lados. Depois foram construindo suas casas com madeira, tudo feito com machado, e começaram a plantar. Ivânia recorda o avô dizer que o povo passou muita fome até ter o milho para fazer polenta. A trajetória destes imigrantes para o Brasil e as dificuldades enfrentadas nestas terras – relatadas por autores como De Boni e Costa (1984), Zanini (2004; 2006) e Lorenzoni (2011) – associam-se ao processo de constituição da concepção do italiano desbravador e vencedor. As histórias são contadas pelas famílias, e em suas narrativas o antepassado representa o herói civilizador que venceu a natureza e refez sua vida, assim, “o pioneiro representa o domínio da passagem de despossuído no país de origem para civilizador e proprietário em terras estrangeiras.” (ZANINI, 2004, p.56).

A fala de seu Geraldo sobre a travessia de seu avô e de seus companheiros também ressalta as dificuldades nos primeiros tempos na Colônia Maciel. Quando perguntado em qual localidade os descendentes de imigrantes italianos estão concentrados, ele revela:



Mais na Maciel, pois quando chegaram já ficaram na Maciel mesmo, ali na casa do lado eles fizeram o barracão, eles viveram três meses ali, todos juntos quando saíram da Itália eles pensavam que viriam para São Paulo, Rio de Janeiro ali naquela zona que tinha café, e quando chegaram no porto de Santos, mandaram eles para Rio Grande, também ficaram contentes porque viram campo e dali de Rio Grande mandaram eles para cá, chegando aqui só viram mato, ai montaram o barracão, me parece que vieram em doze famílias, mas não tenho bem certeza disto. Quando chegaram, ficaram parados três meses porque o governo não tinha acertado uns problemas de terras, aí quando começaram foi só derrubando mato para conseguirem plantar alguma coisa. Meu avô tinha 12 anos quando veio de lá, ele me contava que foi brabo, quando eles chegaram, eles tinham que cortar as árvores, depois queimavam para poder plantar. (Geraldo, janeiro de 2009).

Assim, entende-se que “o passado comum, relatado como experiência pioneira, repleta de dificuldades e lutas, é um dos elementos fundamentais na elaboração da identidade do colono” (SEYFERTH, 1992, p.80). Hoje, para esses colonos, são presentes as lembranças do país de origem de seus antepassados: alguns buscam encontrar parentes na Itália ou nutrem o sonho de visitar esse país – ainda que, como relata seu Geraldo, cientes da indiferença dos que lá estão:

Eu não sei bem, mas tem uma prima da minha esposa que andou se informando e me parece que aqui na Maciel os que vieram da Itália, quando vão visitar os italianos de lá [Itália], eles não querem nem saber, não dão bola e fazem que nem são parentes, por causa da “dota”, a herança, que ficou perdida lá, quem veio pra cá não herdou dos pais que ficaram por lá, eles têm medo que a gente vai querer requisitar alguma parte e por isso não dão bola. Eu gostaria de ir lá, não pela herança e sim para uma visita para a gente conversar como estamos aqui no Brasil, mas eles são ariscos que não tem jeito. (Geraldo, janeiro de 2009).

Na memória de casais mais antigos da colônia, é presente a repressão da Segunda Guerra Mundial. Em relatos, contam que a colônia vivia com muito medo, as famílias destruíram ou esconderam documentos, livros, bíblia, fotos, enfim tudo que pudesse revelar pertencimento à Itália ou Alemanha. Neste período foi estabelecida por lei a obrigatoriedade de falar somente na língua portuguesa. Na escola os professores tinham de cumprir a lei e alfabetizar as crianças em português e em casa os pais, sob repressão, proibiram os filhos de falar em alemão ou italiano e não podiam mais conversar na língua do país de origem. Este período é denominado por Zanini (2004) como “varredura cultural”,

Denominei esse processo de varredura cultural, o qual fez com que muitas famílias, que ainda tinham em suas memórias informações acerca do processo migratório e das histórias dos antepassados, preferissem o silêncio e a omissão dessas informações às gerações sucessivas. A história do grupo passou a estar associada às humilhações sofridas durante o período repressivo. Além disso, ser colono representava ser “grosso” e atrasado, e



mesmo aqueles descendentes que haviam migrado para o mundo urbano e ascendido socialmente carregavam consigo essas representações. (ZANINI, 2004, p.55).

Este fato histórico é, em parte, responsável pela perda do dialeto italiano falado entre as famílias nas colônias: hoje são poucas as pessoas que falam ou compreendem o italiano. Na época, os imigrantes tentavam afirmar-se como brasileiros, pela língua e adotando costumes e hábitos considerados como pertencentes à identidade brasileira. A maioria dos colonos mais velhos, entre 60 e 80 anos, diz compreender e, uma minoria, falar em italiano. Deve-se levar em consideração que nos casamentos entre italianos e alemães, na maioria das vezes, optavam por falar em *brasileiro*.

Contudo, se o enfraquecimento da presença do dialeto pode ser considerado como perda entre algumas famílias, em seu cotidiano estão presentes práticas agrícolas e de preparo das comidas tradicionais: na produção de uva e fabrico de vinho, no consumo da polenta, na manutenção da horta e de animais domésticos.

Considerações Finais

Este trabalho se propôs a entender o processo de construção da italianidade nas colônias Maciel e São Manoel, analisado a partir da observação das práticas alimentares da família. São identificados, a partir da festa, pratos e bebidas considerados emblemáticos da italianidade: polenta e vinho. A partir daí, busca-se perceber como estão presentes no cotidiano das famílias e que significados lhes são atribuídos.

Refletindo sobre o processo específico de constituição de uma identidade étnica italiana e tomando em conta que, nas localidades estudadas, ela se dá em contexto de colonização compartilhada com imigrantes europeus de outras nacionalidades, podemos pensar que a italianidade ali construída reflete o que Seyferth (1994) denominou de cultura camponesa compartilhada. Em estudo realizado na região do Itajaí-Mirim (SC), essa autora (1992) identifica como elementos em comum que acionam uma identidade colona o pioneirismo dos antepassados, a propriedade privada da terra, o trabalho familiar e a policultura.

No contexto do presente estudo, podemos sugerir que a italianidade torna-se um dos elementos de constituição de uma identidade colona compartilhada, em que o vinho e a polenta, símbolos da cultura italiana, tornam-se presentes no cotidiano também de famílias rurais de origem alemã e brasileira nas colônias Maciel e São Manoel.



A comida e o vinho apresentados nas festas como símbolos da cultura italiana estão também presentes na alimentação diária das famílias. Além da produção da horta, o vinho e a polenta são alimentos culturalmente valorizados. O vinho é comumente produzido para o consumo da família, sendo que algumas o produzem em maior escala, para comercialização. Mas o vinho e a polenta, símbolos da culinária italiana, estão à mesa das famílias de descendentes de imigrantes italianos e também de alemães e *brasileiros*, permitindo sugerir que, naquela localidade, a italianidade seja interpretada como elemento constitutivo de uma identidade colona compartilhada.

Neste contexto entendemos que a valorização positivada do rural, da comida, das festas e da cultura italiana conduziu à criação da festa do Dia do Vinho e a novas ressignificações que parecem fornecer elementos para a constituição de uma identidade italiana associada a uma identidade mais ampla, compartilhada. Poderíamos, assim, pensar que a constituição dessa italianidade não se dá relacionada estritamente à origem, mas estaria relacionada a um contexto de idealização do rural, constituindo-se em elemento estratégico de valorização do lugar de viver dessas famílias e dos produtos de origem local.

Referências Bibliográficas

DE BONI, Luis. Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EST, 1984.

LORENZONI, Giulio. **Memórias de um imigrante italiano/memorie d'un emigrante italiano**. Traduzido por Pe. Aldo S. Lorenzoni. Pelotas: Ponto de Vista, 2011.

PEIXOTO, Luciana da Silva. **Memória da Imigração Italiana em Pelotas/RS. Colônia Maciel: lembranças, imagens e coisas**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Pelotas, 2003.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 18, p. 78-95, 1992.

_____. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Org.). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: ULBRA, 1994.

ULLRICH, Carl Otto. As Colônias Alemãs no Sul do Rio Grande do Sul. **História em Revista**. Pelotas, n. 5, 1999, p.137-161.



ZANINI, Maria Catarina Chitolina. A família como patrimônio: a construção de memórias entre descendentes de italianos. **Campos**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 53-67, 2004.

_____. **Italianidade no Brasil Meridional:** A construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS. Santa Maria: Ed. UFSM, 2006.



GT 4 – Cultura e Comunicação no Mundo Rural

Configurações do tradicional e do Novo Rural no Vale Histórico do rio Paraíba.

Valéria Andreatta Whitaker¹

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker²

Marinaldo Fernando Souza³

¹Graduada em Agronomia pela UNESP, mestra e doutora em Ecologia pela U.S.P. São Carlos, Bolsista do Centro Universitário de Araraquara/UNIARA S.P.. Realiza pesquisas sobre meio ambiente no Vale Histórico do Rio Paraíba do Sul e-mail: sil.onofre@uol.com.br

²Graduada em Sociologia, mestra e doutora pela U.S.P., pesquisadora do CNPq em projetos de Sociologia Rural, pós-doutora pela Universidade de Oxford. Professora colaboradora do programa de Pós-graduação em educação Escolar UNESP Araraquara e do Centro Universitário de Araraquara/UNIARA S.P..e-mail: sil.onofre@uol.com.br

³Psicólogo pela Universidade Paulista, mestre e doutorando em Educação pela UNESP Araraquara. e-mail: mfspsi@hotmail.com

Resumo

O Vale Histórico do Rio Paraíba do Sul possui um mosaico de rurais num gradiente espacial que abrange as áreas do vale e da Serra da Bocaina, entre os municípios de Bananal e São José do Barreiro, onde a pesquisa está sendo feita. A região localizada no extremo leste do Estado de São Paulo, entre o sul de Minas Gerais e sul do Rio de Janeiro é separada do litoral pela Serra da Bocaina, na Serra do Mar. O Vale Histórico encontra-se paralelo e a margem do Vale Econômico do Rio Paraíba do Sul, cuja bacia hidrográfica, nesta altura, está compreendida entre as Serra da Mantiqueira e do Mar, e marcada pela presença dos Parques Nacionais do Itatiaia e da Bocaina. A metodologia de História Oral foi utilizada e as entrevistas foram realizadas com descendentes de colonizadores, de proprietários de terras e fazendas históricas, de escravos e idosos que moram no meio rural, através das histórias de vida. Com moradores jovens foi usada a técnica de depoimentos que demonstrou a existência de formas sustentáveis de exploração econômica como a produção de trutas, hortaliças diversificadas, frutas, leite e derivados, doces, geléias, frangos e ovos, excedentes da cultura de feijão, milho e mandioca, em experiências e modelos tanto do rural tradicional como do “novo rural” pluri-ativo e multifuncional. A coexistência de sustentabilidade econômica, preservação do meio ambiente e da memória cultural, assim como configurações sociais articuladas em rede revela um universo de experiências inusitadas. Moradores provenientes de grandes centros, sem experiência no meio rural, e com níveis culturais e sociais diferenciados associam atividades ligadas ao turismo, com produções agregadas de capital simbólico e empreendimentos conectados ao mundo contemporâneo. Estas experiências poderão inspirar novos modelos de desenvolvimento sócio-econômico.

Palavras-chave: Novo Rural, Rural Tradicional, Vale Histórico do Rio Paraíba do Sul



Introdução

A pesquisa está sendo feita na região do Vale Histórico do Rio Paraíba do Sul, tanto nas áreas rurais tradicionais nos vales de rios e encostas, como nas áreas serranas, nos mosaicos ecológicos da Serra da Bocaina. Os municípios que integram o fundo do Vale Histórico, ou seja, Arapeí, Bananal, São José do Barreiro, Areias, Queluz e Silveiras estão localizados numa região tradicional e marginal ao desenvolvimento do Vale Econômico do Rio Paraíba do Sul, no eixo Rio - São Paulo.

Este estudo tem como objetivo enriquecer a discussão sobre a evolução, tanto do rural tradicional como do “novo rural”, numa região de relativo isolamento geográfico e sócio-econômico, o que caracteriza o Vale Histórico e a Serra da Bocaina. A pesquisa pretende contribuir para a revalorização da vocação econômica regional e da cultura local e servir de canal de expressão da população local em relação ao desenvolvimento da região, à sustentabilidade, ao ecoturismo e à preservação ambiental.

A região do Vale Histórico

A região está localizada no extremo leste do Estado de São Paulo, entre o sul de Minas Gerais e sul do Rio de Janeiro e é separada do litoral pela Serra da Bocaina, na Serra do Mar. O fundo do Vale Histórico situa-se paralelamente ao Vale Econômico do Rio Paraíba do Sul, cuja bacia hidrográfica, nesta altura, está compreendida entre as Serra da Mantiqueira e do Mar. A presença dos Parques Nacionais, o do Itatiaia e o da Bocaina, conferem a esta região um grande valor paisagístico e cultural. O acesso ao Vale Histórico se dá através da Rodovia dos Tropeiros, antiga Rio - São Paulo, a partir de vários pontos na Rodovia Dutra, na altura dos municípios de Cachoeira Paulista (SP), Cruzeiro (SP), Queluz (SP) e Barra Mansa (RJ). (DA LUZ, 2002). Os municípios que integram o Vale Histórico, ou seja, Arapeí, Bananal, São José do Barreiro, Areias, Queluz e Silveiras pertencem ao Circuito Turístico do Vale Histórico, constituído por um consórcio (SEBRAE-SP, 2007). A “Associação Roteiro Caminhos da Corte” (ARCCO) do Vale Histórico foi criada com o objetivo valorizar a cultura, a história, a arquitetura, a culinária, o folclore e o meio ambiente, através do turismo de qualidade,



em uma região de natureza privilegiada com vegetação de Mata Atlântica, montanhas, campos nativos, nascentes e cachoeiras, onde foram construídas as primeiras fazendas paulistas produtoras de café (CAMILO, J. s/d). No passado este circuito era rota dos tropeiros, fazendo parte da Estrada Real. A “Estrada Real” foi criada em 1702, para transportar o ouro produzido em Minas Gerais até os pontos fluminenses em Paraty e Angra dos Reis, mas rotas alternativas e clandestinas abertas por tropeiros na Serra da Bocaina remanescentes das usadas pelos índios se constituem em trilhas com uso potencial no ecoturismo e esporte radicais.

Apesar do Vale Histórico situar-se no plano espacial muito próximo ao Vale Econômico do Rio Paraíba do Sul, encontra-se às margens do desenvolvimento sócio-econômico, compondo com ele tempos históricos diferentes. Os municípios integrantes do Vale Histórico estão situados nos contrafortes da Serra da Bocaina, numa região de colinas – “mares de morro” – contidas entre as escarpas das duas serras, na altura em que estas mais se aproximam. Os habitantes moram em locais adjacentes as áreas de reservas de Mata Atlântica, um santuário ecológico de valor inestimável pela presença de remanescentes primários e de nascentes de água pura e cristalina.

A Pesquisa.

A metodologia de História Oral foi utilizada e as entrevistas, do tipo História de Vida, realizadas com descendentes de colonizadores e escravos, proprietários de terras e de fazendas históricas e com idosos que moram no meio rural, através de histórias de vida. Com moradores mais jovens e mais recentes foi usada a técnica dos depoimentos, através de entrevistas direcionadas¹. Atividades auto-sustentáveis em sítios de pequena produção de leite, queijos, ovos e verduras, a criação e a pesca comercial de trutas nas serras, a produção de mel, geléias, licores e doces, assim como as artesanais foram pesquisadas.

A pesquisa foi feita em algumas áreas selecionadas, procurando abranger o “rural tradicional”, onde são encontrados pequenos proprietários dos sítios de subsistência numa região de vales e encostas; o “rural ecológico” na serra da Bocaina, onde coexistem sítios de produção de doces, queijos, criação de gado com atividades de

¹ Para as diferenças entre História de Vida e depoimentos ver Olga de Moraes Von Simson (1988)



ecoturismo e pouquíssima infra-estrutura de camping, pousadas e restaurantes com ecossistemas preservados da Mata Atlântica; e o “rural histórico” na área das antigas fazendas de café ao longo da rodovia dos Tropeiros próximo ao município de Bananal.

Modelos de Rural e Estratégias de Sustentabilidade:

- I. O “Rural Tradicional” nas pequenas propriedades familiares de subsistência nas colinas e nas encostas da Serra da Bocaina.

Observação do Espaço: A região em questão corresponde ao Vale do Rio Piratininga, cujos ribeirões de água límpida e montanhas verdejantes da Serra do Quadro na Bocaina, contrastam com as colinas sem cobertura vegetal e com o solo arenoso, ácido e erodido do local. O rio Piratininga que drena este vale é esverdeado, de águas transparentes, repleto de cascalhos e pedras. Ele desce circundando a serra e as nascentes fluem da Serra da Bocaina, alimentando os pequenos tributários e ribeirões que cortam a região. Todos os cursos de água têm fundo de cascalho e o principal possui pedras grandes, poços e tanques com piscinas naturais. O Rio Piratininga é um dos afluentes principais do Rio Bananal.

A Comunidade Dois Retiros é uma área rural com sítios de pequenos produtores, cujo acesso se dá por uma estrada de terra que atravessa as áreas mais baixas do vale. A comunidade situa-se na subida da serra, sempre contornada pelo rio. A paisagem do local é privilegiada com vista para a Serra da Mantiqueira na altura de Barra Mansa (RJ), mas há poucos remanescentes secundários, mal preservados, de Mata Atlântica neste local.

1. Família ampliada:

Sítio Dois Retiros. O Sr André e sua família são sítiantes que nasceram, foram criados trabalhando na terra e vivem juntos trabalhando e sobrevivendo da roça. Criaram também os filhos que hoje foram morar na cidade por causa de empregos. O sítio atual em que moram e trabalham foi desmembrado de uma fazenda de 110 alqueires do tio do André, a Fazenda Dois Retiros.

Fomos recebidos pelo André, sua esposa Sra Marina, seu irmão e seu primo, um velhinho franzino de 86 anos, simpático e extrovertido, que apareceu no meio da



entrevista carregando dois mourões de cerca pesados e grandes, de aproximadamente 2m de altura. O irmão do André mais retraído e calado apareceu ao final e fez alguns comentários. Fizemos uma primeira entrevista mais direcionada, com informações mais técnicas a respeito da produção de queijos, de hortaliças, de frango e ovos caipiras, da roça de feijão e milho, das variedades de frutas, doces e geléias que são entregues como uma cesta em Bananal.

A entrevista saiu uma mistura de depoimento e história de vida com o André que tem 50 anos, junto com sua esposa, mencionando que trabalham também numa horta comunitária em outro sítio, além de trabalharem na outra propriedade do irmão como meeiros. Ele estava trabalhando, mas não se importou em interromper seus afazeres e conversar espontaneamente sem termos agendado nada. Com o Sr Geraldo, primo mais velho que logo se prontificou a falar com entusiasmo, fizemos uma história de vida emocionante... “aos sons das vacas, de um bezerro mamando, dos patos, das galinhas.

A família toda está muito feliz por morarem no campo expressando que possuem abundância de alimentos, água limpa, paz e tranquilidade. São muito espontâneos durante a entrevista, extremamente abertos, demonstrando confiança, alegria e gratidão por serem entrevistados e escolhidos pela pesquisa. Ao sairmos, passamos por uma capelinha que eles construíram de onde sai uma procissão da festa religiosa de Nossa Senhora da Aparecida e São Sebastião. Nesta festa há solidariedade entre os vizinhos, com participação dos habitantes de Bananal e doações de alimentos das famílias e dos comerciantes com procissões, música, e uma refeição que o André e a família organizam voluntariamente. Ele nos mostra com orgulho uma imagem de mais de 100 anos de São Sebastião que ganhou do pai.

2. Família ampliada e trabalho comunitário:

O Sítio Piratininga fica atrás de uma escola rural, do outro lado de um ribeirão que deve ser o próprio Piratininga, que vem descendo da serra e passa no fundo da escola, fazendo divisa com o sítio. Atravessando uma pinguela de 5m de comprimento e dois metros de altura com um cano de PVC só de um lado para dar sustentação à passagem, subimos e descemos um morro e chegamos ao sítio de D Fiinha, onde encontramos seu marido com uma enxada na mão carpindo. Como a D Fiinha tinha ido para Bananal para vender queijos, fazemos a entrevista com ele, que conta que ela nasceu em Bananal e tem hoje 63 anos.



O Sr José Vicente, de 74 anos, trabalhador rural aposentado, veio de Minas ainda criança para casa dos tios que trabalhavam na fazenda do tio do André do sítio vizinho. Conta que o pai era peão. Aprendeu a cuidar da lavoura e do gado com os tios, trabalhou em outras fazendas da região, ganhando um pedaço de terra do dono da Fazenda Dois Retiros, situada na Serra Indaiá (um local mais alto na Bocaina) onde ainda mora a filha. Através do seu trabalho e da produção desse sítio doado, ele conseguiu comprar o sítio atual, onde mora, com a outra filha Joana, que ajuda a cuidar da horta comunitária que se localiza dentro do sítio.

Esta horta que é chamada de Nossa Senhora de Fátima, situa-se numa área de topografia acidentada, bem íngreme, de solo arenoso e ácido, sendo rica, diversificada e colorida. O solo dos canteiros está bem orgânico devido ao uso de esterco de gado e a irrigação é feita por gotejamento e gravidade por causa da abundância de água, devido à presença de várias nascentes na região que abastecem os sítios. Observamos pelo menos quatro pontos de entrada de água na horta. Registramos alface, brócolis, repolhos, chicória, espinafre, agrião, tomate rasteiro e estaqueado, ervilha torta, jiló, beterraba, cenoura, erva doce, hortelã, abacaxi, mandioca, entre outras hortaliças, flores, pé de palmito. Tem roça de subsistência de feijão e milho para venda do excedente, pés de banana, laranja, laranja lima, pêssego, ameixa. Passamos pelo paiol dividido em duas partes, uma repleta de milho colhido seco e a outra com a picadeira de cana e capim para ração dos animais. Deparamo-nos com o chiqueiro com um casal rosado e imenso de porcos brancos e galinhas e patos soltos no terreiro. As hortaliças, frutas, doces, queijos e ovos e o excedente da roça são comercializados todos os sábados na feira na Praça do Rosário no centro de Bananal. O senhor José Vicente conta que a sogra que mora em Bananal vai fazer 90 anos neste domingo e que vai ter uma missa e festas na comunidade rural, além de um casamento.

II. O “Rural Ecológico” na Serra da Bocaina, em áreas adjacentes às reservas naturais da Mata Atlântica.

Observação do Espaço: O acesso à região da Bocaina é feito por uma estradinha asfaltada que parte de Bananal e segue paralela ao Rio Bananal, o qual desce contornando a serra e formando um vale onde o rio apresenta-se cheio de pedras



grandes, cascalhos e remansos com piscinas naturais, antes de chegar, atravessar a cidade e fluir com os outros tributários em direção ao Rio Paraíba do Sul.

As áreas mais preservadas da Mata Atlântica com a presença de mata primária são encontradas nas encostas mais íngremes da serra, com uma abundância de Acácias e Quaresmeiras que florescem nos meses de março e abril. As áreas mais devastadas com mata secundária ou sem cobertura arbórea ocorrem nos morros e colinas próximos ao vale do Rio Bananal. Há paredões rochosos impressionantes com muitas cachoeiras e filetes de água com mais de 500 m de altura descendo e jorrando pelos paredões, no verão. No inverno, as grandes quedas de água dos paredões rochosos estão secas ou só com um filete fino de água.

1. Sítio de produção de doces e de subsistência.

No km 12 na subida da serra nós encontramos o Sítio da D Ivete, que faz doces artesanais a partir de frutas e do leite produzidos no próprio local, que são servidos no restaurante “Chez Bruna” e vendidos para os turistas na porta da sua casa na estradinha que dá acesso à Bocaina. O sítio tem horta, mandioca e pequenas criações.

Foi feito um depoimento e uma História de vida com Dona Ivete de 52 anos e sua mãe Sra. Laura Nogueira Cobra de 90.

Ivete que estava comprando queijo do Ednilson, um fazendeiro da Bocaina, na frente da sua casa já foi nos recebendo e falando sobre seus doces, sem necessidade de explicações sobre a pesquisa. Vai mostrando com alegria o tacho e o local bem rústico onde são feitos os doces de goiabada cascão, bananada, pessegada e de leite e a água abundante e límpida de um córrego que corre dentro do seu sítio. Conta que o sítio fazia parte de uma grande fazenda que vinha desde o Hotel Casa Grande até o sertão da Bocaina, na Madeireira e que foi comprado por seus antepassados portugueses diretamente de D Pedro II. A casa do sítio foi construída por escravos.

Quando olhamos para fora do local dos doces, em direção ao terreiro nos deparamos surpresas com uma senhora de muita idade segurando um pedaço de bambu e descobrimos por acaso que a sua mãe de 90 anos, nascida e criada na Bocaina, neta de índia e italiano estava ali pronta para nos dar uma História de Vida. Fazemos a entrevista ali mesmo no fundo da propriedade, cercadas pelos pés de frutas e mandiocas, com uma vista linda das montanhas da serra. Ela permanece em pé durante todo o tempo, se ancorando levemente na vara de bambu, com o rosto marcado pelo tempo e



nos relata sua história de vida com uma voz ainda forte. Conta coisas muito interessantes da sua avó índia, do avô italiano de quem herdou os olhos azuis claríssimos, da sua infância na Serra da Bocaina, do trabalho na roça, das festas religiosas, dos bailes e dos inúmeros partos que fez na região. O pai era rezadeiro, descendente de índios originais de Mambucaba (Angra) promovia os bailes e a ensinou a plantar e cuidar da terra. Ela está lúcida e forte, falando com entusiasmo, sem demonstrar cansaço. Suas mãos calejadas e coloridas pela terra evidenciam sua vida de trabalho na roça. Feliz de viver neste paraíso de ar puro, águas límpidas, fartura de alimento e paz, recusa-se a ir morar na cidade porque este é o “lugarzinho” dela.

Observação do Espaço: No km 15 desta estrada há uma bifurcação que leva à Estação Ecológica de Bananal, onde são encontradas espécies em extinção, entre elas o sagüi da serra escuro, a onça parda, o cachorro do mato, a bromélia tigre e orquídeas raras. Dentro da estação há a cachoeira Sete Quedas com cerca de 350 m de altura com rampa deslizante e piscinas naturais para banho. Tem uma trilha do Ouro, caminho antigo feito de pedras pelos escravos, ligando a Serra da Bocaina a Angra dos Reis, que servia para o escoamento de ouro e contrabando de escravos.

Do alto da Serra da Bocaina, contemplam-se os paredões de rochas escarpadas, “as escarpas”, as copas das árvores floridas contra o verde da Mata Atlântica, o vale do Rio Bananal, que desce sinuosamente a serra, em espiral e o vale do Rio Paraíba do Sul, com seus “marres de morro”, as colinas da paisagem física regional, entre as Serras do Mar e da Mantiqueira, ao fundo. O desnível entre o fundo do vale do Rio Bananal e as cotas superiores da serra é muito grande. Ao atingir-se a cota máxima desta estradinha asfaltada, entra-se na Bocaina, através de uma estrada de terra precária cheia de pedras, aí avistamos um paredão que já faz parte do Parque Nacional da Serra da Bocaina, em São José do Barreiro, com a presença de mata primária exuberante.

2. Fazenda de criação de gado e roça de subsistência.

Na estrada que adentra pela região da Bocaina encontramos um “bocaineiro” a cavalo tocando cinco garrotes peludos para um pasto próximo. Paramos o carro e gravamos um breve depoimento.

Ednilson “o bocaineiro” tem 42 anos, nasceu na Bocaina e mora numa fazenda de aproximadamente 100 ha que herdou do pai no sertão da Onça, em São José do Barreiro. Menciona que tem criações, vacas, garrotes, novilhas, porcos e galinhas.



Vende queijo na Bocaina e em Bananal, na cooperativa. Lamenta a falta de apoio político, em relação à precariedade das estradas e do acesso à região e de incentivo para trabalhar e permanecer no campo, das dificuldades criadas pelo governo em relação à intransigência até para construir uma cerca para a roça de feijão e milho, da rigidez da legislação ambiental, neste caso pelo sítio situar-se na vizinhança do Parque Nacional.

Seis meses depois, estávamos subindo a serra e encontramos Ednilson, o bocaineiro e fazendeiro do Sertão da Onça. Desta vez não a cavalo, mas de moto todo arrumado, com jaqueta de couro e gel nos cabelos escuros estava vendendo seus queijos na porta da casa da D Ivete no km 12. Em contraste com a forma rústica de chapéu de palha com o qual nós o encontramos da última vez, quando estava levando os seus bezerros para o pasto da Bocaina, ele já foi falando quando nos viu com gravador na mão que não ia dar entrevistas naquele dia, mas nos concedeu uma foto mostrando seus queijos.

III. O “Novo Rural” na Serra da Bocaina e na região das fazendas históricas no vale do Rio Bananal.

1. Pluriativo e multifuncional:

Observação do Espaço: O Camping e o Restaurante Chez Bruna localizam-se um sítio, num dos vales situados em grande altitude na região do platô da Serra da Bocaina, emoldurado pelas montanhas. O local é ricamente drenado por córregos e riachos e pertence às terras do Sr Rui Paim - já falecido e ex-proprietário da Fazenda Bocaina, que a Bruna administra e seu filho e o Gilmar ajudam a cuidar.

Entrevistamos os empregados Marcio e Valéria. A Valéria é natural da Bahia, veio do Rio de Janeiro com a mãe e o padrasto, através do Sr Rui, para trabalhar na Bocaina. Ela trabalhou na Acqua, o maior “trutário” da América Latina e com a D Nilcéia na cantina arrendada do Sr Rui na Vila da Bocaina. A D Nilcéia tem atualmente um restaurante famoso em Arapeí, indicado pelo Guia Quatro Rodas pela boa culinária. A mãe da Valéria, a “Baiana” tem 58 anos, trabalhou com o Sr Rui durante 30 anos e mora na Vila da Bocaina. O marido trabalhou na “ItaPinus” serraria que segundo ela está fechada. O Marcio veio do Espírito Santo. Os dois trabalham no restaurante e nos contam que o Gilmar que mora numa casa do outro lado da estrada que corta o local, onde tem o curral, cuida do gado, tira o leite e faz o queijo. O Marcio amassa o pão que



é servido junto nas refeições do restaurante. A Valéria é a cozinheira e a comida é feita em panelas de barro no fogão a lenha na vista do próprio cliente, uma vez que a cozinha e o restaurante são uma coisa só.

As prateleiras do restaurante estão repletas de doces, geléias, mel, conservas de pimentas, pastas de truta, pinga de Cambuci. Os doces são feitos de pêra dura, plantada no “Alegre”, de leite, tem a bananada e a goiabada “cascão” feitos pela D. Ivete e pela mãe do Juscilei (garçon e guia turístico em Bananal) que moram no sítio do km 12 da estrada da Bocaina. As geléias são feitas de melancia, laranja, de amora na cozinha do próprio restaurante. Pergunto pela origem da amora e eles dizem que ela foi plantada pelo Sr Emílio da Serraria, que comercializava a fruta e agora abandonou a plantação que pode ser “apanhada”, ou seja, colhida livremente pela Bruna, filhos e empregados.

O mel silvestre é feito pela D Marta que mora num sítio próximo a Pousada do Rio Mimoso do Sr Paulo. A pinga que fica em conserva com o Cambuci - plantado na Bocaina em local secreto e escondido - é deliciosa e única na região e a receita foi ensinada pelo cacique de uma aldeia de índios criada pela Funai dentro da Fazenda Bocaina. Esta aldeia possui hoje 600 membros falando tupi-guarani, ocas, um cacique com mais de 90 anos de idade, rituais indígenas e pajelancias. O cacique veio um dia andando pelo mato até o “Chez Bruna” para conhecê-los e através dele a Bruna aprendeu a fazer a cachaça de Cambuci que parece um licor, onde a fruta é curtida e fermentada. (depoimento do Luiz Alberto, ex-marido da Bruna).

A refeição saborosa é servida como nos restaurantes franceses, à base de um “menu” a preço fixo que inclui salada de azedinha que só dá no local e outras folhas da horta, acompanhada de pão e queijo caseiro ou pastinhas de trutas, truta assada no forno a lenha ou outra opção de carne, arroz, batatas e sobremesa com os doces caseiros e café ou licor. Tem vinhos bons na adega. Tem mesas no jardim do camping com vista para a Serra, bem no estilo dos restaurantes franceses dos Alpes, que parecem ter inspirado o ex-marido da Bruna, que morou na Inglaterra e na França e montou o local para ela com um toque tropeiro local.

Entrevistamos a Bruna que nasceu no Espírito Santo, tem 33 anos e morou no Rio de Janeiro. Lá conheceu o ex-marido Luiz Alberto, carioca e ex - administrador da Fazenda Bocaina, que montou a estrutura do camping e do restaurante e deu o nome de



“Chez Bruna” ao local. Ela está na Bocaina há 13 anos, estando separada há dez. No momento está morando em Bananal e trabalha ali nos finais de semana, feriados e férias. Diz que é feliz com seus bichos e adora a Bocaina. Revela sua consciência ecológica, e diz que o turista que vem para esta região tem um bom nível por causa da dificuldade de acesso ao local, seu perfil é de quem procura esportes radicais e natureza. Não há lixo, nem ponta de cigarro no chão do camping, só as folhas que caem das árvores. Eles plantam árvores, reciclam o lixo orgânico que vai para as galinhas e porcos, separam os plásticos e os litros de garrafa “PET” servem para armazenar o leite. O Gilmar sai a cavalo para vender o leite pela Bocaina num dia e no outro faz o queijo. As latinhas de cerveja são recolhidas pelos filhos que vendem e ganham um dinheiro. Diz que faz doces, as geléias, pastinhas de trutas e uma truta deliciosa com molho de pinhão.

Bruna orgulha-se da sustentabilidade do sítio e fala com seu jeito espontâneo “o porco é meu, o gado é meu, assim como as galinhas, o peru, os patos e os tanques de peixes (Tilápia)”, demonstrando que cria e planta quase tudo que precisa, seja para o sustento da família e agregados, seja para o restaurante. Na entrada do restaurante tem uma cesta de ovos caipiras coloridos nos vários tons de verde, azul, rosa. A truta vem do pesqueiro do Marcelo, um “trutário” novo que também é pesque-pague com tanques no Rio Vermelho. Fala que a Bocaina é bem preservada pela quantidade de bromélias, orquídeas, e quando anda a noite vê veados, tatus, lebres, fala da paca que come o pinhão que cai no chão, dos esquilos e de uma onça que foi encontrada no meio da ponte do Rio Mimoso.

2 Multifuncional e Empresarial.

Observação do Espaço: A Pousada da Quinta dos Bosques situa-se a 1.5 km da cidade de Bananal, na rodovia dos Tropeiros que corta a região ondulada do vale do Rio Bananal e das fazendas históricas de café do século XIX.

Entrevistamos o Dr Hans, engenheiro civil de 84 anos e proprietário da Pousada. Nasceu no Rio de Janeiro, formado pela primeira turma de Engenharia Civil da PUC, sendo que na época só existiam duas Escolas de Engenharia, a PUC e Escola Nacional. Trabalhou com topografia, loteamentos, fez uma pós-graduação em Estradas e



especializou-se em Rodovias. Veio há 25 anos para Bananal para comprar a Fazenda Três Barras para o filho Cláudio que queria sair do Rio de Janeiro e não completou o curso de Engenharia. Os outros dois filhos, assim como os netos se formaram em Engenharia e trabalham juntos como uma equipe na empresa do Sr Hans, a CERPLEX que tem 50 anos, especializada em obras rodoviárias e de infra-estrutura tais como terraplanagem e pavimentação, cuja matriz fica no Rio de Janeiro e presta serviços para as Prefeituras do Rio e do Vale do Paraíba. A filial Rodoplex é uma usina de asfalto que fica dentro da Fazenda Três Barras administrada pelo filho Cláudio.

O Sr Hans comprou a Fazenda Três Barras do seu ex-proprietário César Filho de Mello, então Presidente da “Panair” e amigo do ex Presidente Juscelino Kubichek. A Fazenda Três Barras localiza-se na rodovia dos Tropeiros, na altura do trevo de saída para Angra dos Reis, situado a 3 km da cidade de Bananal. Na época a fazenda tinha 120 alqueires, iniciando com atividade agropecuária, como a pecuária de corte, a cachaça artesanal e o plantio de cana de açúcar, que segundo ele não eram atividades lucrativas. Após alguns anos, houve a transformação da sede da Fazenda Histórica em Hotel Fazenda e a criação das áreas de lazer. Restaurou a casa de estilo colonial da Fazenda e ampliou o Hotel, comentando que a Hotelaria não era o objetivo inicial, mas tornou-se uma atividade complementar para a manutenção e conservação do casario. A fazenda passou a ter atividades múltiplas com a implantação da usina de asfalto e da empresa de Engenharia Rodoplex, há aproximadamente 10 anos. Atualmente ele vendeu uma parte da Fazenda do outro lado do Rio Bananal, que possui áreas de pastos, remanescentes secundários de Mata Atlântica e morros, arrendando o Hotel Fazenda e mantendo só a área correspondente às atividades da usina e a casa do filho. Construiu a Pousada da Quinta dos Bosques, a partir da reforma da casa principal, com uma área para eventos e festas. Quando pergunto se sente saudades das Três Barras, comenta as vantagens da localização mais próxima da cidade, da área menor e da topografia mais plana da pousada em relação ao Hotel Fazenda e da evolução natural das coisas em direção a mudanças. Ao final reconheceu a importância da Natureza como fonte de bem estar e da qualidade de vida da região.

Memória da Fazenda Três Barras: Fazenda Histórica da época do Império e do ciclo do café, onde se hospedaram figuras ilustres (como D Pedro I e Juscelino Kubichek),



situada as margens da Rodovia dos Tropeiros, que era o caminho da antiga Rio-São Paulo. O Sr Hans relatou de forma muito viva como se estivesse presente na época, como deveria ter sido a viagem a tração animal do Imperador D Pedro I pelo Vale Histórico para ir proclamar a Independência. Comenta a evolução dos traçados, do velho (antiga Rio - São Paulo), do atual (Rodovia Pres. Dutra) e do futuro (Trem Bala), evidenciando que está sempre pensando no futuro, de uma forma empreendedora. Explica que o nome Três Barras refere-se à desembocadura dos três rios: Turvo, Piratininga e Água Comprida, sendo que esta barra situa-se na altura do posto policial na rodovia.

O Rio Água Comprida passa dentro do sítio da D Lair, viúva de um dos filhos do ex-proprietário César Pires de Mello, formando cachoeiras e tanques, antes de desembocar no Rio Bananal.

1. Pluriativo e não produtivo.

Entrevistamos a Sra Lair Moura de Oliveira que mora junto com o filho no Sítio Água Comprida de 15 alqueires. Uma parte dele está arrendada, ela diz que não cria nada, mas eu vejo gado por toda parte, inclusive bloqueando a estradinha de acesso a casa. Diz que o filho gosta de roça e cuida do gado de corte, só nos finais de semana, pois trabalha como militar em Barra Mansa. Ela veio para Bananal através do companheiro falecido José Carlos Mello, o qual conheceu no Rio de Janeiro em 1982, aposentado pelo ministério da Fazenda, onde trabalhava como auditor fiscal, emprego conseguido através da amizade com ex Presidente Juscelino. Moraram juntos no Leblon durante 13 anos e vinham a Bananal a passeio na Fazenda Três Barras, onde nunca moraram. Após a morte do marido em 1993, ela vem morar no sítio que pertencia à área correspondente a propriedade dele na Fazenda Três Barras, cuja casa ele já estava construindo para ela. Gosta muito de morar no sítio e tem paixão por Bananal. Fala sobre a tranquilidade e segurança do local, é feliz, gosta do povo, tem amigos, sai para dançar e passear e ressalta a solidariedade das pessoas.

O Dr César Pires de Mello, pai do José Carlos foi o ultimo proprietário da Fazenda Três Barras, antes do Sr Hans. Ele era de origem urbana (Rio de Janeiro), tinha uma Cooperativa de Leite no Rio, era presidente da “PANAIR” e muito amigo do



Juscelino. A Fazenda na sua época era bem maior, incluía o sítio da D Lair, até o posto policial e a Rodovia dos Tropeiros passava no meio dela, tendo sido desmembrada entre filhos e netos.

Perspectivas da Pesquisa.

A amostra de resultados vem demonstrando a existência de formas sustentáveis de exploração econômica como a produção de trutas, hortaliças diversificadas, frutas, leite e derivados, doces, geléias, frangos e ovos, excedentes da cultura de subsistência de feijão, milho e mandioca. A coexistência de sustentabilidade econômica, preservação do meio ambiente e da memória cultural, assim como configurações sociais articuladas em rede já vem revelando um universo de experiências inusitadas. Além da população tradicional local, os moradores provenientes de grandes centros, sem experiência no meio rural, e com níveis sócio-cultural diferenciados, associam atividades ligadas ao turismo, com produções agregadas de capital simbólico e empreendimentos conectados ao mundo contemporâneo.

As experiências e modelos singulares que estão sendo encontradas tanto do rural tradicional como do “novo rural” pluri-ativo e multifuncional, revelam a existência de um mosaico de rurais. A pesquisa aponta não só para a permanência do rural tradicional de economia de subsistência, como para novas formas de economia, dentro de um campo de possibilidades e singularidades. Estas experiências singulares, embora possam parecer invisíveis e não quantitativamente representativas, poderão inspirar modelos novos de desenvolvimento sustentável tanto na dimensão sócio-econômica, como ambiental e cultural, dentro do novo conceito de matriz de sustentabilidade.

Considerações Teóricas.

Estamos vivendo num momento de rupturas e de aceleração em todos os níveis, que é uma característica inerente à vida e ao processo evolutivo, que sofre mudanças lentas e abruptas. A história do planeta demonstra que a evolução se realiza, tanto através de processos lentos e contínuos como através de saltos descontínuos, desde a origem do universo o “big-bang” e o surgimento da vida, nas primeiras células unicelulares e mais tarde as pluricelulares, a reprodução sexuada, os primeiros



vertebrados, o aparecimento dos primeiros hominídeos, do “Homo Erectus” até a evolução do neo córtex no “Homo sapiens”.

As principais transições e o movimento dos coletores e caçadores com o processo de sedentarismo dos clãs e das tribos em aldeias, as revoluções agrícolas, o aparecimento das primeiras cidades, do comércio, a revolução industrial e atualmente a mudança radical no sistema de informação e comunicação, através da revolução causada pela internet, representaram transformações radicais da trajetória dos seres humanos na superfície da Terra. (RUSSEL, P., 2009; PETERSEN, J. L., 2009). O mundo atual é altamente interdependente, conectado e complexo, três conceitos do pensamento sistêmico (CAPRA, F. 1996), aplicáveis não só aos ecossistemas, mas a todos os sistemas físicos e humanos como o sócio- econômico e em especial ao mundo da comunicação.

O isolamento relativo provocado pelas condições topográficas e pela geografia do Vale Histórico do Rio Paraíba do Sul nas áreas rurais e áreas de proteção natural especialmente na Serra da Bocaina, propiciou a preservação do seu meio ambiente e da sua cultura, em relação ao desenvolvimento econômico, modificando sua trajetória histórica. Mas atualmente a conexão desta realidade “a parte” com as outras realidades do mundo contemporâneo acelerado e modernizado ocorre não só pelo “óbvio” sistema de comunicação e tecnologia, mas principalmente porque a região situa-se no eixo Rio São Paulo. O intercâmbio dos moradores que vieram dos grandes centros em busca de modos de vidas alternativos e qualidade de vida que ocorre entre eles e os habitantes locais e tradicionais é retroalimentado pela circulação entre estes novos moradores que alternam sua vida e seu trabalho, mantendo um fluxo constante entre a região e os centros modernizados do país, conforme a pesquisa vem retratando.

O campo de infinitas possibilidades e singularidades dos modelos sugeridos só pode ser compreendido dentro de conceitos não dogmáticos da ciência, para explicar o caráter singular, original e inusitado das experiências que estão sendo encontradas nesta região. Vamos usar o conceito de singularidade de Peter Russel que é definido como o ponto em que uma regra muda e surge algo imprevisível completamente diferente, como acontece quando um número é dividido por zero e o resultado é o infinito que não é um número, mas um campo de possibilidades e da idéia da onda do tempo de Terence



McKenna que inclui a taxa de ingresso constante de novidades no mundo e o aumento da complexidade no processamento das informações.

A substituição dos conceitos de hierarquia por rede, de relações por conexões como sugerido por Fritjof Capra, no livro “A Teia da Vida” podem ser aplicados aos modelos desta pesquisa que não são independentes, mas conectados na rede de comercialização de doces, mel, queijos e leite na Serra da Bocaina, na produção comunitária envolvendo relações de meeiros entre membros da família e da comunidade rural dentro sistema tradicional. As originais configurações do “Novo Rural” surgem com os moradores locais que realizam intercâmbios profissionais e culturais com centros do mundo contemporâneo e com aqueles que são provenientes e não deixaram de morar nestes grandes centros Alternativamente possuem casas também na serra e no vale, como proprietários de sítios, hotéis, pousadas, restaurantes, camping e ateliês que criam não só modos de vida diferenciados e empregos, mas potencializam atividades e vocações regionais como o turismo rural e histórico, ecoturismo, artesanato, esportes radicais e lazer vital entre uma gama infinita de opções de sustentabilidade.

Independentemente do futuro do mundo nos próximos anos, em relação às catástrofes e desastres naturais que são recorrentes na história do planeta e as mudanças globais que estão ocorrendo e sendo aceleradas por ação das atividades humanas, nós temos que pensar em alternativas para o desenvolvimento econômico e novas estruturas e arranjos sociais se quisermos continuar sobrevivendo na face da terra. LASZLO (2009) faz uma crítica às tendências dos relatórios futuristas e as tentativas de mapear um futuro global porque tendências podem ser rompidas e novos processos se originam em diferentes condições e assim surgem novas e imprevisíveis tendências. “Nenhuma tendência opera em um ambiente infinitamente adaptado seja por causa de recursos naturais finitos e dos limites humanos, seja pela mudança nos valores, nas expectativas e no pensamento da humanidade, havendo a criação de novas dinâmicas e a emergência de um mundo novo e imprevisível. LASZLO, que foi um dos idealizadores da “Moderna Teoria dos Sistemas” introduziu a “Teoria do Caos” para substituir a dinâmica linear da extrapolação clássica pela teoria não linear da evolução dos sistemas complexos, devido a não sustentabilidade do mundo atual que vive numa instabilidade social e ecológica, além da instabilidade natural dos sistemas vivos, que são diferentes dos sistemas físicos que se movem em direção ao equilíbrio, e dos seres humanos que



são sistemas dinâmicos super sensíveis permanentemente à beira do caos. Assim, além da questão dos limites dos recursos do Planeta no século XXI, não é possível fazer previsões e prognósticos do futuro, tanto porque vivemos num momento de caos e instabilidade, como porque no caso os sistemas que envolvem o meio ambiente são sistemas complexos (biológicos, sociais, culturais) que alternam períodos de estabilidade com instabilidade, continuidade com descontinuidade. A simples presença da mente e da consciência humana interfere no comportamento das partículas e dos processos subatômicos conforme a Física Quântica já demonstrou, complicando a dinâmica evolutiva por aumentar a complexidade e a instabilidade. Nos limites da estabilidade a sociedade se torna caótica e supersensível às flutuações. Segundo LASZLO (2009), vivemos num momento de não sustentabilidade da própria vida pela dimensão alcançada pela fome, pelos conflitos, pela pobreza, pela deterioração da vida e pela degradação do meio ambiente. Precisamos pensar num mundo de paz e sustentabilidade.

MAZOYER e ROUDART (2009) ao refletirem sobre as origens rurais e agrárias da humanidade desde o período neolítico associam o êxodo rural, a marginalização do homem do campo com a pobreza, a miséria e a deterioração urbana, o que já vem sendo amplamente debatido.

A crise global e multifacetada contemporânea sem precedentes que estamos atravessando poderia ter como uma das soluções o retorno e a permanência do ser humano no campo, mas também temos a emergência de novas opções mais contemporâneas sugeridas pelos modelos do “Novo Rural”, que estão sendo encontrados nesta pesquisa. A associação de atividades complementares dentro e fora das unidades rurais, organizações em rede entre membros, famílias, vizinhos e habitantes do mesmo bairro, o movimento das pessoas entre as comunidades e entre ambientes e mesmo regiões diferentes, o que inclui tempos históricos com realidades distintas no tempo e no espaço e ritmos diferenciados, promovem fluxos de matéria, energia e informação através de uma circulação que vai além da financeira e material e atinge o plano das idéias. Estas infinitas e criativas possibilidades são sugeridas como alternativas a vida caótica do meio urbano, e que pode incluir uma alternância de viver entre o urbano e o rural.



Estas experiências que já são comuns na Europa, especialmente na Inglaterra e na França, onde emergiu o conceito de “Novo Rural”, estão promovendo hoje no mundo todo um movimento de retorno ao campo.

O movimento atual de “relocalização” que envolve mudanças no estilo de vida e nas relações das pessoas para locais mais próximos dos sistemas naturais e de suporte sustentável vai evoluir e amadurecer nos próximos anos (PETERSEN, 2009).

Referências Bibliográficas

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo. Do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: Editora Unesp, 567 p. (2008).

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Cultrix/Amana-Key, 256 p. (2008).

LAZLO, E. **O nascimento de um novo mundo.** In: BRADEN, G. O Mistério 2012: predições, profecias e possibilidades. São Paulo: Geração Editorial, p 117-130. (2009).

RUSSEL, P. **Uma singularidade no tempo.** In: BRADEN, G. O Mistério 2012: predições, profecias e possibilidades. São Paulo: Geração Editorial, p. 29-43. (2009).

PETERSEN, J. L. **Chegando a 2012: grandes mudanças à frente.** In: BRADEN, G. O Mistério 2012: predições, profecias e possibilidades. São Paulo: Geração Editorial, p. 131-142. (2009).



GT 04 – Comunicação e Cultura no Mundo Rural

Ideologia e interdiscursividade nos embates dos jornais impressos do Pará sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte

Josiele Sousa da Silva¹

¹PPGCOM/UFPa. E-mail: josielesousa@gmail.com

Resumo

A polêmica sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu do Pará, voltou a ocupar as páginas de dois principais jornais impressos paraenses, O Liberal e Diário do Pará. Setenta textos publicados no período de 01/10/09 a 16/08/10 foram analisados sob a metodologia da análise do discurso francesa, com a constatação do embate entre as ideologias desenvolvimentista e socioambientalista e a exclusão dos povos da floresta.

Palavras-chave: Amazônia; Belo Monte; Discurso; Jornal Impresso.



Introdução

A escolha pelo tema justifica-se pela necessidade da compreensão das relações comunicativas envolvendo a produção de conteúdos significativos veiculados pelos jornais impressos. Esses tradicionais meios de comunicação ainda são considerados como “um tipo distinto de atividade social que envolve a produção, a transmissão e a recepção de formas simbólicas” (THOMPSON, 1998, p.25). Entender a dinâmica dos discursos a respeito da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte constitui-se algo relevante visto a geração de sentidos controversos a respeito das consequências do empreendimento. Merece atenção a temática não apenas por sua singularidade, mas também por envolver as relações sociais de uma área cuja população habitante ultrapassa a marca de 300 mil pessoas e que serão afetadas pelos resultados negativos advindos com a construção da hidrelétrica, incluindo a inundação de largas extensões territoriais habitadas por ribeirinhos, pequenos produtores rurais e populações indígenas, além da destruição da fauna e flora de parte da Região Xingu.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (2009), a intenção do governo federal é intensificar a geração de energia elétrica no Brasil nas próximas duas décadas, de forma que a produção da Usina de Belo Monte corresponderia a 5,5% do total necessário para manter o desenvolvimento econômico do País nos próximos dez anos. A Usina Hidrelétrica fará parte do Sistema Interligado Nacional (SIN), o qual é responsável pela distribuição de energia a todo o território brasileiro e, desta maneira, estará encarregado de transmitir o que for gerado por Belo Monte às regiões que demandarem maior oferta de energia elétrica no Brasil, em específico à região Sudeste. O empreendimento é considerado o segundo maior no campo hidrelétrico brasileiro, orçado em mais de R\$ 15 bilhões, com potência de 11.233 megawatts (MW) e geração média anual de 4.796 MW. O Movimento Xingu Vivo para Sempre (2010), principal coletivo de entidades opositoras ao projeto, afirma que as obras da hidrelétrica devem atingir 11 municípios da Região Xingu (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu), perfazendo uma área total de 25 milhões de hectares. “Esta área corresponderia a cerca de 20% do Pará, sendo que 70% é composta por unidades de conservação, terras de indígenas e de quilombolas” (MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE, 2010).



Este artigo tem como objetivo geral apresentar a manifestação da interdiscursividade¹ presente nos textos jornalísticos que compõem os discursos dos jornais, além de identificar as principais formações discursivas² presentes nos respectivos discursos e a maneira como elas se materializam nas notícias. Um dos objetivos específicos consiste em apontar o conteúdo ideológico propagado, bem como analisar as estratégias discursivas empregadas pelas fontes e pelo próprio jornal. A metodologia utilizada foi a Análise do Discurso Francesa, por ser capaz de evidenciar a formação dos discursos dos jornais O Liberal e Diário do Pará, a partir da reconstituição do contexto histórico-social da região amazônica e Xingu. Como parte do *corpus* de análise inicial foram selecionados 70 textos jornalísticos pertencentes às duas publicações, sendo 48 de O Liberal e 22 publicados pelo Diário do Pará no período de 01/10/09 a 16/08/10, época em que foram registrados fatos importantes a respeito da hidrelétrica (a qual poderá vir a ser a terceira maior usina geradora de energia elétrica do mundo): liberação de pelo menos três licenças prévias ambientais pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ao Ministério de Minas e Energia para o início das obras e a realização do leilão a fim de escolher as empresas responsáveis pelas obras da Usina. Dos textos publicados no período citado foram extraídos trechos específicos que melhor explicitassem as características ideológicas existentes no discurso jornalístico das publicações.

A natureza discursiva e a rotina de produção dos jornais impressos

Conforme Thompson (1998), os jornais impressos, como meios de comunicação massivos, são produtores de diversos sentidos³, a partir da apropriação e recriação de discursos concorrentes nas relações entre indivíduos. Esses discursos são pré-elaborados

1 “Pode-se chamar interdiscurso um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos, de épocas diferentes...). Assim Courtine chama de interdiscurso *uma articulação contraditória de formações discursivas que se referem a formações ideológicas antagonistas* (1981:54)” (MAINGUENEAU, 2006, p. 86).

2 O conceito de formação discursiva pode ser identificado “no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva” (FOUCAULT, 2008, p.43).

3 *Sentido* “é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas, culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômeno a sua volta” (SPINK & MEDRADO, 2000, p. 41).



segundo ideologias distintas que se fazem presentes a partir das citações indiretas e diretas de declarações. Como resultado dos processos comunicativos de interação simbólica entre os agentes e instituições sociais em diversas esferas, são reconstruídos e potencializados pelos jornais impressos os quais, como produtos de uma sociedade marcada pela disputa do poder simbólico⁴, reconstituem um novo espaço de luta incessante de sentidos. O discurso jornalístico, composto por inúmeros outros, tem como característica fundamental a interdiscursividade, ou seja, a relação inquebrável com enunciações anteriores que persistem em existir, ainda que como reminiscências. Não existem discursos novos veiculados pela mídia, mas sim discursos remodelados, com novos elementos inseridos em um contexto social determinado, mas que ainda assim aludem às mesmas temáticas, a partir do uso de novas figuras, novos personagens.

Consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é conduzida (...) a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior dela própria; a produzir sua redefinição e seu retorno, a suscitar igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar a sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação (COURTINE & MARANDIN, 1981 *apud* BRANDÃO, 2004, p. 91).

A maior exposição de determinados agentes e instituições em detrimento de outros está subordinada a uma série de fatores, inclusive às rotinas de produção jornalística das empresas que são compartilhadas pelos profissionais, os quais sofrem também influências do contexto histórico-social do qual as empresas fazem parte. Entender o processo comunicativo de (re)construções discursivas permanente pelos jornais não é tão simples como pode parecer.

O estabelecimento das práticas cotidianas é um complexo fenômeno influenciado por matrizes diversas de ação reguladas por uma conjunção de fatores que escapam tanto à redução do comportamento à atitude volitiva do sujeito quanto de sua submissão a um contexto espaço temporal determinado (MARTINO & BARROS FILHO, 2003, p. 120).

No momento da elaboração dos textos jornalísticos, quando são processadas as ressignificações pelos meios de comunicação como parte da própria natureza dos meios massivos, são obedecidos os critérios de noticiabilidade dos fatos/acontecimentos sociais, definidos por Wolf (1995) como: o grau e o nível hierárquico dos envolvidos no acontecimento noticiável; o impacto da notícia e o interesse nacional; quantidade de

4 Bourdieu denomina *poder simbólico* “como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo” (BOURDIEU, 2010, p.14).



pessoas que o acontecimento mobiliza; e a relevância do fato quanto a possíveis desdobramentos, ou seja, a rentabilidade de conteúdo. Ao priorizar determinados assuntos em suas páginas, o jornal realiza escolhas, evidencia discursos de algumas fontes em detrimento de outras e utiliza estratégias para validar o próprio discurso e garantir a sua credibilidade institucional com o público.

Conflitos discursivos na Amazônia

A formação social⁵ do espaço amazônico é alicerçada por conflitos de interesses de variados grupos sociais, políticos e econômicos. Conflitos que datam desde o início de sua colonização ibérica no século XVI, quando franceses, ingleses, holandeses, portugueses e espanhóis iniciaram o devassamento da floresta em busca de especiarias (drogas do sertão) cujo destino era o mercado europeu em expansão, como afirma Gonçalves (2001). A Amazônia passou a ser objeto de cobiça estrangeira e nacional por mais de cinco séculos por conta de seus abundantes recursos naturais. O fado da região teve fortes traços determinados por aqueles que não fazem parte naturalmente da realidade amazônica, os chamados “forasteiros”.

Nos últimos 50 anos, segundo Gonçalves (2001), a Amazônia tornou-se cenário da exploração mineral incentivada pela Ditadura Militar a partir do início do projeto Radam-Brasil, o qual fez um levantamento detalhado das potencialidades do solo amazônico. O discurso oficial do governo federal defendia o desenvolvimento da região, vista como “um vazio demográfico” (MONTEIRO, 2001, p. 71). O inventário possibilitou a abertura da Amazônia aos grandes projetos de mineração, entre os quais se destacam a extração de bauxita pela Albrás e Alunorte, no município de Barcarena (PA), além do ferro e outros minérios na Serra dos Carajás, sudeste paraense, pela então Companhia Vale do Rio Doce, atual empresa Vale. O governo também incentivou a construção de hidrelétricas, como a de Tucuruí, para alimentar tais empreendimentos eletrointensivos. Pôs-se em prática um tipo de desenvolvimento extremamente agressivo no qual a população local não possuía, e até hoje praticamente não detém, voz de decisão. Os grandes projetos preocupavam-se com resultados econômicos imediatos,

5 “Caracteriza-se por um estado determinado de relações entre classes que compõem uma comunidade em um determinado momento de sua história. Estas relações estão assentadas em práticas exigidas pelo modo de produção que domina a formação social. A essas relações correspondem posições políticas e ideológicas que mantêm entre si laços de aliança, de antagonismo ou de dominação” (BRANDÃO, 2004, p. 107).



com forte apelo nacionalista, “sem se importar com a população existente que precisava ser assistida” (MONTEIRO, 2001, p. 78). Na Região de Belo Monte, termo criado por Drummond e Nascimento (2003) para denominar a área composta pelos 11 municípios a serem influenciados pelas obras da hidrelétrica homônima, o discurso desenvolvimentista concretizou-se com a abertura da rodovia Transamazônica nos anos 70 e a colonização agrícola às margens da rodovia. Na época, Altamira possuía apenas 15 mil habitantes, recebendo um contingente expressivo de migrantes oriundos de várias partes do Brasil, incentivados pela exploração do garimpo, extração madeireira e a pecuária. No fim da década de 80, surge o projeto da Usina Hidrelétrica Kararaô, no Rio Xingu, renomeada como Belo Monte, cuja viabilização é discutida por mais de 20 anos, envolvendo grupos indigenistas e ambientalistas contrários e autoridades do governo federal visto os graves impactos socioambientais previstos para a Região Xingu a partir das atividades da Usina.

Aproveitando a reabertura política advinda com o fim da Ditadura Militar, a população local deu início ao processo de mobilização em grupos para reivindicar direitos básicos como educação, saúde, emprego e a conclusão dos projetos inacabados, entre eles a Transamazônica. Uma das principais mobilizações sociais da RBM nascida nos anos 80 foi o Movimento de Defesa da Transamazônica e Xingu (MDTX), considerado um dos embriões do atual Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), principal oponente da UHE Belo Monte.

A partir do início dos anos 90 do século XX, a temática ambiental nunca esteve tão em alta nas discussões entre os países do mundo, ainda que desde os anos 60 já existisse a preocupação com o futuro do planeta por conta do crescimento populacional e as consequências advindas com o progresso tecnológico e industrial. A realização da Eco 92⁶, na cidade do Rio de Janeiro, foi um dos marcos para a adoção de políticas voltadas para a preservação do meio ambiente nas chamadas nações em desenvolvimento, com atenção especial à Floresta Amazônica, onde foram visíveis os impactos nocivos da ação predatória do desenvolvimentismo a todo custo. Neste período de *boom* ecológico, surgem também as organizações não-governamentais (ONGs) internacionais e nacionais interessadas em *ajudar* o Brasil a manter a

6 A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento reuniu políticos de diversos países para tratar do futuro do planeta sob a ótica ambiental frente aos desafios advindos com a crescente industrialização e o desenvolvimento tecnológico nos países do globo. De acordo com Costa (2006), a conferência deu origem a quatro importantes documentos: “Convenção sobre a diversidade Biológica”, “Agenda XXI”, “Convenção sobre as Mudanças Climáticas Mundiais” e “Protocolo sobre Florestas”.



Amazônia intacta, a continuar viva com todos os seus recursos para garantir o presente e o futuro dos que habitam na região, e não só deles, mas de todo o planeta Terra. Era preciso desenvolver a Amazônia, com o uso de suas potencialidades de forma sustentável, e não de modo predatório, observando as necessidades locais dos moradores amazônidas. A partir daí, fortalece-se a relação entre os conceitos *Desenvolvimento Sustentável* e *Povos da Floresta*, de forma que desenvolvimento sustentável seria, teoricamente, uma alternativa viável e a ser seguida. Segundo Dutra (2009), a terminologia povos da floresta pode ser confundida com populações tradicionais (índios, negros quilombolas, ribeirinhos e agricultores), definidas como povos dotados de um “saber-fazer” tradicional ou milenar. Porém, o conceito de povos da floresta, é definido como

a posição de grupos que ocupam espaços considerados distantes da cultura urbana, territórios radicalmente distintos em relação ao universo da cultura civilizada, por isso mesmo invisibilizados, esses povos, no processo de sua midiatização (DUTRA, 2009, p.120).

Sob esta concepção, pode-se dizer que compõem os povos da floresta populares nativos da Amazônia (índios, ribeirinhos, lavradores e outros moradores nascidos na região), tanto urbanos como rurais, mas que não são considerados civilizados e capazes de decidir o que é viável ou inviável para eles próprios, na maioria das vezes, pelos grandes centros hegemônicos do poder econômico e político do Brasil e do mundo. São os excluídos das decisões sobre o destino amazônico. Tal imagem ainda é reproduzida em vários produtos midiáticos na atualidade: noticiários de TV, impresso e digital, novelas, documentários e filmes. Dutra (2009) expõe ainda várias definições para a nomenclatura *Desenvolvimento Sustentável*. Uma delas, elaborada nos anos 60, conceitua o termo como a “exigência de compatibilizar o desenvolvimento com a não agressão ao meio ambiente” (COELHO, 1994, p. 381-382 *apud* DUTRA, 2009, p.138). *Desenvolvimento Sustentável* pode ser compreendido como

a auto-manutenção, estabilidade (equilíbrio) e durabilidade do desenvolvimento, pelo menos em três dimensões consideradas fundamentais: social, ecológica e econômica” (COELHO, 1994, p. 381-2 *apud* DUTRA, 2009, p.138-9).

No caso específico do projeto da UHE Belo Monte, cria-se uma expectativa de crescimento econômico e melhorias sociais nas Áreas de Influência Indireta (AII) da construção da hidrelétrica. O Ministério de Minas e Energia (2009) aponta no Relatório



de Impacto Ambiental - Rima sérios problemas de infraestrutura, saúde e saneamento que supostamente deverão ser solucionados com o empreendimento.

A população usa poços, nascentes e rios. O esgoto normalmente é jogado em fossas negras. Nas sedes municipais, os sistemas de abastecimento da água chegam a um número muito pequeno de casas. Vinte e três por cento das casas não têm instalações sanitárias, apenas 13 por cento têm fossas sépticas e somente 1 por cento do esgoto é recolhido por rede de esgotamento ou drenagem. Um grande número de doenças tropicais ocorre na AII, sendo as mais importantes: malária, leishmaniose tegumentar (doença causada por microorganismos), febre amarela silvestre, dengue e outras doenças transmitidas por insetos. (...) a hanseníase, mais conhecida como lepra, é um sério problema de saúde pública na AII. Mais de 2.100 casos foram registrados nos últimos cinco anos. Os municípios com maior número de casos são Altamira, Uruará e Pacajás (...). (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2009, p. 43).

A realidade da Amazônia, em especial a Região de Belo Monte, configura-se de maneira extremamente complexa, com a atuação de vários agentes e instituições sociais em constante embate para validar seus interesses, quase sempre discordantes, e que se materializam por meio dos discursos. Entre os envolvidos na polêmica da UHE Belo Monte estão o governo federal, representado pelo Ministério de Minas e Energia e Eletrobrás; empresas eletrointensivas interessadas na energia abundante a ser produzida pela Usina e grandes construtoras nacionais e internacionais, além de ONGs ambientalistas que não apóiam o projeto. Somam-se aos primeiros envolvidos, institutos de pesquisa energética e a população residente nas áreas a serem atingidas pela barragem da hidrelétrica, incluindo índios e os demais habitantes dos municípios que compõem a Região Xingu, inclusive os moradores que chegaram às localidades durante os grandes projetos de exploração econômica na época da Ditadura Militar. Estes forasteiros naturalizados veriam a construção de Belo Monte como uma boa oportunidade para se conquistar um emprego, de enriquecer (empresários) ou sair da miséria/pobreza a qual estavam relegados nos seus lugares de origem. Este conflito composto por diversos participantes, que faz parte da realidade paraense e da própria Região de Belo Monte, é reconstruído nos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará*, cuja análise dos distintos discursos será apresentada a seguir.

O embate discursivo dos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará*

Nos 70 textos jornalísticos analisados, verifica-se um profundo embate ideológico entre diversos agentes sociais em torno da construção da Usina Hidrelétrica



de Belo Monte. Os jornais veiculam, por meio dos textos, discursos contendo a ideologia desenvolvimentista, apontando a necessidade do desenvolvimento econômico a todo custo e de forma imediatista, bem como a ideologia de caráter socioambiental, nos quais se defende a prática do desenvolvimento sustentável na Amazônia com atenção ao respeito dos direitos dos povos da floresta. Essas duas ideologias confrontam-se permanentemente nos jornais, onde também se fazem presentes fontes com menor visibilidade, como a população nativa da Região Xingu e a Justiça, representada pelo Ministério Público Federal (MPF). Um número considerável dos textos publicados pelos jornais Diário do Pará⁷ e O Liberal⁸ é oriundo de agências de notícias nacionais como a Agência Estado, Portal G1, Folha Press e Agência O Globo, além de serem escritos por correspondentes de sucursais em Brasília (DF).

Os demais foram elaborados por jornalistas residentes em Belém (PA), onde estão sediadas as duas publicações. No total, foram 33 escritos por agências, sete por sucursais e trinta preparados por repórteres locais. O jornal Diário do Pará apresenta notícias em tamanho reduzido sobre a polêmica de Belo Monte, comparado aos textos jornalísticos veiculados por O Liberal. O perfil editorial da primeira publicação privilegia redações curtas, não é rebuscado no uso da linguagem textual, sem apresentar os fatos com tanta riqueza de detalhes. Ao contrário do segundo, o qual tradicionalmente prefere redações mais extensas e complexas que possam atender ao gosto de um público mais exigente e ávido por mais informações. Boa parte dos textos reconstrói sentidos quase sempre vinculados à ideologia desenvolvimentista propagada pelo governo federal e de progresso instantâneo a partir da construção da Usina Hidrelétrica. Do total analisado, pelo menos 48 possuem elementos textuais e ideológicos em defesa do empreendimento, conferindo destaque às declarações de representantes do governo federal, entre os quais, o Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás e Aneel, bem como o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Prejuízo para as comunidades não há nenhum, muito pelo contrário. Nós vamos regularizar completamente a situação da população ao redor da usina e do rio. (...) Nós vamos gerar riqueza na região toda, gerar tributos, ICMS,

7 Fundado em 1982, em Belém (PA), o jornal Diário do Pará pertence ao senador, ex-governador e ex-deputado federal Jader Barbalho, do Partido Democrático do Movimento Brasileiro (PMDB), sendo o principal concorrente de O Liberal na disputa de leitores no estado paraense. A publicação é frequentemente utilizada como meio de propaganda política do PMDB e, em menor intensidade, do Partido dos Trabalhadores (PT), aliado político do PMDB, os quais ocupam a Presidência da República até 2014.

8 O jornal O Liberal é de propriedade da família Maiorana e é considerado um dos “50 maiores jornais da América Latina” (LUFT, 2005, p. 29). As Organizações Romulo Maiorana possuem fortes vínculos com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), opositor do PMDB e PT.



ISS, *royalties* e *tudo mais*. Vamos *criar bem estar* para uma parcela do povo brasileiro que vai trabalhar na hidrelétrica. (...) Enfim, *só existem vantagens*, não existe desvantagem. Não entendo por que toda essa oposição (O LIBERAL, 09/05/2010, Caderno Poder, p.2).

A construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, cujo leilão foi realizado anteontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vai gerar perto de *42 mil empregos*, segundo estimativas da Eletrobrás. A estatal calcula que o empreendimento, orçado em *R\$ 19 bilhões*, vai propiciar a criação de *18,7 mil postos diretos de trabalho* e outros *23 mil indiretos*. Segundo cálculos da Eletrobrás, a operação da usina de Belo Monte proporcionará por ano uma *arrecadação de cerca de R\$ 170 milhões* a título de compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos, os chamados *royalties* sobre a produção de energia elétrica (DIÁRIO DO PARÁ, 22/04/10, Caderno Atualidades, p. A8).

Essas notícias evidenciam sempre os aspectos positivos do projeto, a urgente necessidade de viabilização da Usina, a pressa pela realização do leilão para a escolha das empresas responsáveis pelas obras da UHE e os supostos benefícios à população, incluindo a geração de empregos, o nacionalismo e a riqueza a surgir com os grandes projetos, ideias já difundidas na época da Ditadura Militar.

Esses *brasileiros* que virão para a região virão para trabalhar *numa grande obra brasileira*, virão para ter *emprego*, para *gerar riquezas* para eles, para as suas famílias e para toda a região. (...) Onde não havia infraestrutura passará a haver, *graças à construção da hidrelétrica*. Onde não havia emprego, *haverá emprego*, onde não havia riqueza passará a ter *muita riqueza* (O LIBERAL, 09/05/2010, Caderno Poder, p.2).

A notícia *Lula exalta valor das hidrelétricas*, presente na edição de 14/08/10 do Diário do Pará, confirma o destaque conferido pela mídia paraense ao discurso desenvolvimentista. O uso da palavra *extraordinários* sugere que as hidrelétricas, incluindo Belo Monte, consistem em algo *fora do comum, espetacular*.

Há muitos anos o Brasil não tinha projetos *extraordinários* como esse que nós estamos visitando aqui. Estou visitando Jirau, daqui a pouco vou visitar Santo Antônio e logo estarei em Belo Monte, onde a gente vai construir *uma grande hidrelétrica* (DIÁRIO DO PARÁ, 14/08/2010, Caderno Brasil, p.B1).

Não há um número considerável de textos com conteúdo ideológico relacionado à prática preservacionista da Região de Belo Monte com seus 11 municípios. No total, são nove com esse perfil, sendo sete de O Liberal e dois textos do Diário do Pará. As fontes que propagam essa ideologia são representadas por pesquisadores especialistas de diversas áreas contrários à construção da hidrelétrica (Universidade Federal do Pará e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia). Somam-se a esse grupo, integrantes de ONGs e de entidades representativas da região Xingu. No seguinte trecho, pertencente à reportagem *Licença de Belo Monte é alvo de Batalha*, de O Liberal, escrita pelo



jornalista Felipe Sanches, são destacadas as consequências negativas das atividades de Belo Monte no Rio Xingu, além de caracterizar o discurso contra o governo federal como irresponsável por supostamente esconder o que acontecerá a partir do empreendimento.

Os especialistas afirmam, por exemplo, que o EIA Belo Monte *ignora a dimensão real* dos impactos causados aos habitantes da região e ao ecossistema da bacia do rio Xingu. As populações tradicionais de áreas externas às de onde a estrutura física da hidrelétrica vai ser instalada, estariam *totalmente negligenciadas pelo projeto*. O EIA deixa de fora, por exemplo, comunidades que vivem na chamada Volta Grande do Xingu, trecho cuja vazão será reduzida *drasticamente* durante o ano todo, a níveis permanentes de verão (O LIBERAL, 09/05/10, Caderno Atualidades, p.10).

O retorno das discussões sobre a Usina Hidrelétrica é encarado como uma *novela*, uma estória que nunca chega ao fim e repleta de conflitos no transcorrer da ficção e que, desde meados de 2009, volta a se repetir nas páginas dos jornais paraenses. Essa reportagem é uma das poucas com destaque razoável concedido às vozes contrárias ao projeto de Belo Monte, ocupando a extensão de meia página do principal caderno da publicação. Quase sempre de maneira exagerada/eloquente e com o uso de superlativos, conforme o exemplo a seguir, ainda que sejam ambientalistas ou pesquisadores renomados. Justifica-se a atenção concedida em virtude do perfil das fontes do texto: são sujeitos supostamente dotados de conhecimentos científicos a respeito da viabilidade do projeto e que relativamente reforçam o caráter de seriedade ao jornal, além de legitimar o seu discurso jornalístico.

“Belo Monte é um *equivoco e deve ser abandonado*”, *espeta* Francisco del Moral Hernandez, *engenheiro eletricista e mestre em energia pela Universidade de São Paulo (USP)*. “O Ibama não tem a obrigação de apressar suas análises para oferecer a licença prévia a tempo de atender o próximo leilão de energia. Estaria incorrendo em um problema ético *seríssimo*. Seu papel é avaliar as consequências socioambientais desse projeto que, *no nosso entendimento*, é antigo, remendado e *deve ser abandonado*”, diz Fernandez (O LIBERAL, 09/05/10, Caderno Atualidades, p.10).

O discurso socioambientalista, mais presente em O Liberal se comparado ao Diário do Pará, ganha mais força a partir de vozes de entidades como militantes de causas ambientalistas como o Greenpeace. Em entrevista exclusiva concedida ao correspondente Thiago Vilarins, de O Liberal, no dia 13/06/10, o representante do Greenpeace, Ricardo Baitelo, ratifica o discurso marcado pela ideologia socioambientalista ao ser questionado a respeito da conduta da ONG quanto à construção de hidrelétricas na Amazônia. Ele usa expressões, palavras e frases clássicas ou mesmo consideradas chavões como *precisamos manter a floresta, reduzir o mais*



rápido possível o desmatamento, emissões e de forma sustentável, as quais aludem às práticas de desenvolvimento sustentável, sem apresentar propostas concretas que realmente transformem a realidade de exclusão à qual os povos da floresta são submetidos.

A gente acredita que o grande problema da Amazônica é a questão da fragilidade da região. Nós *precisamos manter a floresta e reduzir o mais rápido possível o desmatamento* para evitar o crescimento das *emissões* nacionais. (...) A proposta do Greenpeace não é interromper o aumento da geração hidrelétrica, mas ser um pouco mais eficiente no que nós temos e tentar fazer esse aproveitamento em outras regiões *de forma sustentável* (O LIBERAL, 13/06/10, Caderno Poder, p.5).

Ao mesmo tempo que revela as vozes socioambientalistas, O Liberal posiciona-se contra os integrantes de ONGs por meio de dois editoriais ao ponto de ridicularizá-las com termos pejorativos como *ecochato* e *xiita ambiental*, além de usar frases jocosas nos textos. O adjetivo *xiita* é frequentemente utilizado para caracterizar árabes vinculados a grupos muçulmanos extremistas e que agem de forma violenta contra aqueles que não são adeptos de suas crenças. Em outro editorial, o jornal defende, em tom autoritário e agressivo, a viabilidade da Usina, ferindo abertamente a tradicional imparcialidade defendida pelos manuais de redação jornalística e no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

Criou-se a figura do *xiita ambiental*, muito mais peculiar do que o *ecochato*: este é apenas um chato que não produz maiores consequências do que a sua chatice; aquele, não: seus impulsos, não raro, são capazes de levá-lo a pendurar-se no galho mais elevado de uma árvore, para evitar que a última minhoca do planeta seja exterminada sem dó e piedade (O LIBERAL, 11/04/10, Caderno Atualidades, p.3).

Repita-se aqui o que aqui já se disse claramente, em comentários anteriores: *Belo Monte é preciso, Belo Monte é empreendimento indispensável, Belo Monte é empreendimento necessário* porque vai mudar a face social e econômica de uma vasta área do próprio Estado do Pará. (...). Mas a vigilância e o monitoramento, o controle não podem se concretizar num ambiente em que o *xiitismo* pretende prevalecer sobre tudo e todos (O LIBERAL, 11/04/10, Caderno Atualidades, p.3).

A Justiça, simbolizada pelo Ministério Público Federal, emerge com visibilidade semelhante em O Liberal e Diário do Pará. Na notícia *Procuradores ainda lutam por suspensão*, produzida pela Agência Estado e publicada pelo segundo jornal em 22/04/10, indica no próprio título, com o uso do advérbio *ainda*, uma possível resistência do MPF contra algo que pode trazer o progresso à população carente da Amazônia, com a geração de empregos e outros serviços capazes de suprir



necessidades. O mesmo enunciado pode ocasionar sentido divergente, no qual o MPF continua confiante em derrubar a licença prévia ambiental que permite o governo federal e parceiros construir a Usina prestes a causar impactos ambientais irreversíveis. Esse tom é marcante no trecho exposto logo abaixo.

Depois da *batalha* de liminares contra o leilão de Belo Monte, vencida pelo governo, *agora* o Ministério Público Federal (MPF) *vai aguardar* o julgamento do mérito de três ações civis públicas, que *se forem acolhidas* pela Justiça, implicará *em nova suspensão* do licenciamento prévio da obra e a anulação do próprio leilão (DIÁRIO DO PARÁ, 22/04/2010, Caderno Atualidades, p. A8).

A população residente na Região de Belo Monte, aqui neste artigo chamada de povos da floresta, praticamente inexistente nos jornais. Em apenas um dos textos analisados é possível visualizar declarações de populares a respeito da viabilidade da construção da Usina. No total de 12 textos jornalísticos, são perceptíveis a presença de lideranças dos movimentos sociais, principalmente do Movimento Xingu Vivo para Sempre⁹, e de alguns representantes de tribos indígenas do Xingu. O tom do discurso dos movimentos sociais é sempre marcado pela eloquência e que também desmente qualquer afirmativa capaz de gerar sentidos favoráveis ao projeto da Usina.

Repudiamos a visita do presidente Lula a Altamira. Essa visita *é uma afronta* ao povo do Xingu, que depois de 20 anos lutando contra esse projeto *maléfico* para os agricultores, ribeirinhos e povos indígenas, o presidente *de forma arbitrária e provocante* vem aqui nos *empurrar esse monstro* que é Belo Monte”, afirmou a coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre, Antônia Melo (DIÁRIO DO PARÁ, 22/06/10, Caderno Política, p. A4).

Na notícia *Protesto contra Belo Monte termina em invasão*, de 12/12/09, escrita pelo jornalista César Modesto, do Diário do Pará, os participantes de um protesto na sede da Eletronorte, em Belém (PA), são chamados de *invasores*, mesmo que indiretamente, um termo pejorativo que indica uma ação provavelmente praticada com violência. O intertítulo *Os manifestantes forçaram a entrada ao prédio da Eletronorte para entregar carta com a construção da hidrelétrica* reforça a imagem pré-constituída de manifestantes ligados aos movimentos sociais de não adeptos ao diálogo, à manifestação pacífica. Situação semelhante é constatada com os indígenas em outra

9 O Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) é um coletivo composto por 250 entidades representativas de diversas categorias (trabalhadores rurais, associação de mulheres, ONGs ambientalistas, sindicatos, etc) engajadas em impedir a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Teve a sua formação iniciada no I Encontro dos Povos Indígenas, realizado no período de 20 a 25 de fevereiro de 1989, em Altamira (PA). Sua concretização efetiva ocorreu em maio de 2008, durante o II Encontro dos Povos Indígenas, também em Altamira. Mais informações em <www.xinguvivo.org.br>.



notícia da mesma publicação. Em *Índios abandonam diálogo com governo*, veiculada no dia 15/08/10 pelo Diário do Pará, o jornal apresenta uma visão negativa dos indígenas como indivíduos incapazes de negociar. O intertítulo *Índigenas ameaçam partir para a luta física para impedir que o governo federal construa a hidrelétrica* ratifica a intenção de uma suposta *luta corporal* a ser iniciada pelas comunidades indígenas em vez do diálogo com o Poder Executivo Federal.

O governo só mente. *Não há mais diálogo e agora temos de partir para a luta física*", disse a liderança indígena Sheyla Juruna, de Altamira (DIÁRIO DO PARÁ, 15/08/10, Cad. Brasil, p.B9).

Considerações Finais

Por meio da análise dos 70 textos foi possível verificar no discurso jornalístico o constante embate entre os que apóiam a construção da UHE Belo Monte, representantes de ONGs ambientalistas e movimentos sociais, o que evidencia o caráter contraditório da atividade jornalística, ainda que de forma desigual e quase sempre tendenciosa. Tal contradição dos jornais tem forte relação interdiscursiva com os discursos propagados durante na História da Amazônia e da Região Xingu, marcada por projetos desenvolvimentistas, repletos de promessas e que não solucionaram as mazelas sociais da localidade, e por intervenções socioambientalistas que assumem o compromisso de defender a região, sem realmente haver a certeza desta intenção como algo primordial. Contudo, as vozes da população amazônica ribeirinha, rural e indígena continuam silenciadas ou não detêm a visibilidade merecida e muitas vezes almejada visto que são os principais afetados por tais empreendimentos de grande porte. Quando surgem em meio às discussões pelos textos jornalísticos, são apresentados como figuras incivilizadas, não aptas ao diálogo democrático. Decidir ou mesmo participar do debate a respeito do próprio destino não cabe aos povos da floresta, pelo menos é o que se conclui por meio da análise do material que indica a exclusão de modo considerável da citada categoria do discurso jornalístico das duas publicações em questão.

De um lado, o governo federal oferece a possibilidade de empregos, melhorias de infraestrutura, de educação e saneamento básico com um projeto grandioso e que deve ter implicações significativas na rotina dos 11 municípios do Xingu. Em direção oposta, estudiosos da área ambiental e especialistas em hidrelétricas se contrapõem a essa oferta duvidosa, apoiados por integrantes de ONGs e movimentos sociais. Cada voz tenta validar a sua respectiva ideologia em uma constante luta pelo poder simbólico



com os seus interesses particulares presentes em cada enunciado declarado a cada reconstrução da imagem do outro contida nos discursos. O combate faz parte rotina dos meios de comunicação massiva, os quais se legitimam como sujeitos *compromissados com a verdade* ao dar espaço às diversas vozes sociais. Mas ainda assim, no caso específico dos jornais impressos, é possível verificar que a prática da democracia, tão alardeada pelos jornais como uma das razões de existência dos meios, praticamente acaba abafada ao se excluírem, muitas vezes, os povos da floresta de seu discurso, relegado-os a um nível de valorização muito inferior aos demais agentes sociais. A própria rotina de funcionamento das empresas jornalísticas, somada à subjetividade dos profissionais, são determinantes para que isso ocorra, assim como as influências históricas de discursos anteriores que continuam existindo na contemporaneidade como reminiscências difíceis de esquecer, inclusive com a reafirmação de antigos estereótipos.

Referências Bibliográficas

BARROS FILHO, Clóvis de & MARTINO, Luís Mauro Sá. **O *habitus* na Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte: relatório de impacto ambiental -Rima**. Brasília: Leme, 2009.

COSTA, Luciana Miranda. **Comunicação e Meio Ambiente: A análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia**. Belém: NAEA/UFGPA, 2006.

DUTRA, Manuel José Sena. **A Natureza da Mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

DRUMMOND, José Augusto & NASCIMENTO, Elimar. Invenção e Realidade da Região de Belo Monte. In: **Amazônia: dinamismo econômico e conservação ambiental**. Elimar Pinheiro do Nascimento e José Augusto Drummond (Orgs.) - Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.



GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

LUFT, Schirley. **Jornalismo, meio ambiente e Amazônia**: os desmatamentos nos jornais. O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas. São Paulo: Annablume, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Tradução de Márcio Venício Barbosa e Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. **Perguntas frequentes**. Disponível em <http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/14/perguntas-Frequentes/>. Acesso em 28 nov. 2010.

MONTEIRO, Benedicto. **História do Pará**. Belém: Delta Publicidade, 2001.

SPINK, Mary Jane P.; MEDRADO, Benedito. Produção de Sentidos no Cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Mary Jane Spink (Org.). São Paulo: Cortez, 2000.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia; tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1995.



GT 4 – Cultura e comunicação no mundo rural

Narrativas Imagéticas em áreas de conflito fundiário

Edimilson Rodrigues de Souza¹

¹ Cientista social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) / Pesquisador associado aos grupos de pesquisa: “Territórios étnicos” (CNPq/UFES) e “Culturas, identidades e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira” (CNPq/UFPA) / E-mail: edimilsonrondon@gmail.com

Resumo

Este estudo etnográfico foi realizado em duas áreas historicamente marcadas por intensos conflitos fundiários ocasionados pelos crescentes fluxos migratórios para a Amazônia, intensificados no Governo Emílio Garrastazu Médici, a partir de 1970, sob promoção do Programa de Integração Nacional (PIN) e busca traduzir a partir de painéis com imagens de lideranças camponesas assassinadas em decorrência de conflitos pela posse da terra, a eficácia da linguagem visual como expressão de pertencimento e materialização da memória de pequenos grupos de castanheiros, seringueiros, garimpeiros, posseiros, colonos e indígenas, entre outros. Para pensar os atos de ritualização e sacralização destes líderes, e as potencialidades das suas imagens e das narrativas dos enfrentamentos em defesa do grupo e dos projetos coletivos.

Palavras-chave: Lideranças Sindicais – Conflitos Fundiários – Antropologia visual.



*“A vida, Senhor Visconde, é um pisca-pisca. A gente nasce, isto é, começa a piscar. Quem pára de piscar, chegou ao fim, morreu. Piscar é abrir e fechar os olhos – viver é isso. É um dorme-e-acorda, dorme-e-acorda, até que dorme e não acorda mais. A vida das gentes neste mundo, senhor sabugo, é isso. Um rosário de piscadas. Cada piscar é um dia. Pisca e mama. Pisca e anda. Pisca e brinca. Pisca e estuda. Pisca e ama. Pisca e cria filhos. Pisca e geme os reumatismos. Por fim, pisca pela última vez e morre.
- E depois que morre – perguntou o Visconde.
- Depois que morre, vira hipótese. É ou não é?” (Memórias da Emília.
Monteiro Lobato, 1936)*

Marcel Mauss em seu ensaio “Efeitos físicos no indivíduo da ideia de morte sugerida pela coletividade” sugere que há uma relação entre o aviso ou anúncio de uma morte, seja ela causada por feitiçaria ou pecado próprio, e a crença do indivíduo e do seu grupo, que colaboram para a sua morte efetiva. Segundo o autor, há indícios que os indivíduos vítimas desses atos mágicos não se creem ou se sabem doentes, mas acabam por serem invadidos por augúrios de origem coletiva (2003).



A consciência é então invadida por ideias e sentimentos de origem coletiva e que não revelam nenhum distúrbio físico anterior. A análise não chega a perceber nenhum elemento de vontade, de escolha ou de ideação voluntária por parte do paciente, ou mesmo de distúrbio mental individual, exceto a própria sugestão coletiva. O indivíduo acredita-se enfeitiçado ou julga-se em pecado, e morre por esta razão. (MAUSS, 2003, p. 350)

Mas é em outro ensaio “Esboço de uma teoria Geral da Magia” em co-autoria com Henri Hubert, que Marcel Mauss elabora uma análise mais aprofundada sobre a definição de magia e seus efeitos para os indivíduos em determinadas sociedades. Neste texto, os referidos autores conceituam atos mágicos como aqueles capazes de produzir algo mais do que convenções, ou seja, são capazes de criar e fazer, através de técnicas e gestos impregnados de eficácia simbólica. (MAUSS & HUBERT, 2003, p. 56).

Chamamos assim [de atos mágicos] todo rito que não faz parte de um culto organizado, rito privado, secreto, misterioso, e que tende no limite ao rito proibido. [...] percebe-se que não definimos a magia pela forma de seus ritos, mas pelas condições nas quais eles se produzem e que marcam o lugar que ocupam no conjunto de hábitos sociais (p. 61)

O leitor deve estar se perguntando: Qual é a relação entre a **teoria da magia** e os **efeitos da ideia de morte sugerida pela coletividade** com os grupos de camponeses que vivem em zonas de conflito fundiário na chamada Amazônia oriental brasileira? Meus argumentos poderão ser melhores esclarecidos a partir dos fatos narrados no documentário “Esse homem vai morrer: um faroeste caboclo” (2008), no qual são apresentadas listas de agentes pastorais e líderes sindicais marcados para morrer, em áreas de conflito no Sul do Estado do Pará, de maneira especial, ativistas de movimentos sociais, seja em cooperativas de assentamentos, Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), Movimentos de Atingidos por Barragem (MAB), Movimentos de Educação de Base (MEB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outros. E nos resultados dos trabalhos de campo realizados entre dezembro de 2010 e julho de 2011 no Sul do Pará e Nordeste do Mato Grosso².

Arisco-me a fazer uma analogia entre estas lideranças e a figura do mágico (ou do feiticeiro), descrita por MAUSS & HUBERT e em outro momento por Claude

² Os trabalhos de campo citados foram realizados especificamente nos municípios de São Geraldo do Araguaia (PA) e Ribeirão Cascalheiras (MT), ambos localizados numa área identificada por intensos fluxos migratórios pós-1964 e eminentes conflitos fundiários, conhecida como “Bico do Papagaio”, na foz do rio Araguaia.



Lévi-Strauss (2003)³. De acordo com a descrição desses autores, ocorre uma espécie de fabricação mítica desses sujeitos. Uma possível tradução destes atos no caso das lideranças sindicais e agentes pastorais mortas em áreas de conflito pode estar ligada à **ritualização** e **sacralização** da luta pela terra (SOUZA, 2011a; 2011b).

O que estou sugerindo é que parece ocorrer um processo de fabricação da imagem dessas lideranças, que percorre toda a trajetória de vida destes presidentes de STRs, agentes da CPT, ativistas do MAB e representantes de tantos outros movimentos ou organizações genericamente conhecidas como camponesas, presentes nestas regiões. Este trabalho-ritual aciona valores extraordinários a situações cotidianas e intencionam funcionar como marca de resistência frente aos órgãos do Estado ou empresas e latifúndios que se instalaram na região, particularmente nos período pós-1964, com o advento do Programa de Integração Nacional (PIN) (HÉBETTE, 2004, vol. I, pp. 333-334).

Retomando MAUSS & HUBERT (*op. cit.*) é possível identificar os elementos presentes nesta elaboração (fabricação) do mágico, e neste caso em particular, das lideranças camponesas das áreas de conflito. Para os autores “a imagem do mágico se infla desmesuradamente de conto em conto, de contador em contador”. Ele é definido pela qualidade de sua alma, que é “essencialmente móvel e desligada do seu corpo” e pelas suas ações, desprendidas de interesses pessoais, ao passo que são sempre pensadas a favor do seu grupo social, que o investe de um poder (ou autoridade) do qual ele é obrigado a crer. E concluem: “é a opinião, portanto, que cria o mágico e as influências que ele libera. É graças à opinião que ele sabe de tudo, que ele pode tudo” (2003, pp. 70-77).

Seguindo este raciocínio, Lévi-Strauss (*op. cit.*) reforça a importância da confiabilidade em certas práticas mágicas; esta peculiaridade, na perspectiva do autor, está instrumentalizada na crença da magia, construída com base em três características:

Existe, inicialmente, a crença do feiticeiro na eficácia de suas técnicas; em seguida, a crença do doente que ele cura, ou da vítima que ele persegue, no poder do próprio feiticeiro; finalmente, a confiança e as exigências da opinião coletiva, que formam a cada instante uma espécie de campo de gravitação no seio do qual se definem e se situam as relações entre o feiticeiro e aqueles que ele enfeitiça. (2003, pp. 194-195)

Outra aproximação possível está relacionada ao sacrifício pessoal, que acaba por construir este “campo de gravitação”. Para Mauss & Hubert, os sacrifícios teriam

³ Refiro-me ao texto “O Feiticeiro e sua Magia, publicado no livro “Antropologia Estrutural”.



como propósito criar “forças utilizáveis”, esta força ou qualidade são advindas de uma espécie de convenção (*ibidem*, pp. 133-137). Reconhecendo nas necessidades coletivas a impulsão que força os indivíduos a operarem a mesma síntese no mesmo momento: “é porque o efeito desejado por todos é constatado por todos que o meio é reconhecido como apto a produzir o efeito” (p. 159).

Não existe razão para duvidar, efetivamente, que os feiticeiros, ou ao menos os mais sinceros dentre eles, acreditam em sua missão, e que esta crença não esteja fundada na experiência de estados específicos. As provas e as privações às quais se submetem bastariam frequentemente para provocá-los, mesmo se se recusa a admiti-los como prova de uma vocação séria e fervorosa (LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 207)

Vejamos um exemplo da fabricação desses “campos de gravitação” a partir de uma narrativa, contada por Pedro Casaldáliga, bispo da prelazia de São Felix do Araguaia (MT), por ocasião da “Romaria dos Mártires da Caminhada”, no município de Ribeirão Cascalheira (MT), referindo-se ao sacrifício do padre João Bosco

Neste lugar, terra sagrada como disse bem Mirim, aconteceu a agonia do padre João Bosco. Era a casa da equipe, uma casa de paz, onde se recolheu muito sofrimento, muitos prantos, muito sangue, muitos sonhos também. E neste dia 11 de outubro de 1976 se recolheu a agonia do padre João Bosco. Ele esteve umas três horas ainda no sínodo, rezando, rezando pelo sínodo, pelo Brasil. Saímos numa caminhonete escoltada por outra caminhonete de posseiros, porque a voz era que nos esperariam na estrada para nos matar. Enterramos por essas estradas do Xingu, e viveu ainda até cinco da tarde do dia seguinte. Foi uma morte muito simbólica. Eu vou recordar que o padre João Bosco era um Jesuíta, de uma família distinta e teve cargos na companhia de Jesus de prestígio, e que **ele havia feito a opção pelos pobres, pelas margens**. Ele havia na verdade deixados os colégios de luxo, deixado as comunidades do Rio, de São Paulo, e vindo para o interior. **Símbolo dos santos dos pobres**, ele foi trabalhar, viver e trabalhar no meio dos povos indígenas, concretamente os Pacaembu, o **santo da causa indígena**; e no meio dos sertanejos, posseiros dessa região do norte do Mato Grosso, o **santo da reforma agrária**, pelo povo sem terra. E é reconhecido também como o **padroeiro das lutas contra da tortura**, porque ele morreu em última instância, porque nós dois fomos tentar libertar duas mulheres que estavam sendo torturadas. Ele morreu por defender da tortura essa duas mulheres, **martírio simbólico de muito outros mártires**. [...] O padre João Bosco, neste sentido também, foi militante lutou pela causa indígena, pela defesa dos pobres e foi místico. **Juntou o que na maioria das vezes fica separado das nossas vidas: a militância e a contemplação**. Ele morreu porque fomos defender essas duas mulheres, mas isso acontecia em Ribeirão Cascalheira, dentro da área da prelazia de São Felix do Araguaia. Tinha toda uma história já de luta entre a igreja de Jesus, que queria ser pequena e pobre; humilde e acolhedora. E o poder do latifúndio, do poder do agronegócio, do poder das multinacionais o poder do consumismo. O contexto é que fez também com que esse martírio fosse o que foi com esse poder simbólico. (Pedro Casaldáliga, 15/07/2011)



Nota-se que a evocação do tempo/espaço do confronto, seguida pela luta e seus antagonismos, se contrapõe ao anseio para a anulação das oposições, num plano de equivalências e analogias. Estas últimas produzidas com a presentificação do mártir, como herói mítico, num trabalho onde símbolos e metáforas articulam sacralização e ritualização.

Importante frisar que neste e noutros atos de violência, a sucessão de fatos lembrados em narrativas e imagens tendem a originar esforços de mediações junto a pequenos grupos de colonos, castanheiros, seringueiros, garimpeiros, posseiros, acampados, assentados e indígenas. Essas tensões culminam em atos de desapropriação, resistência e violência no campo, resultando na maioria dos casos em massacres ou mortes por emboscada.

Uma prática que tem se repetido nestas regiões são os assassinatos por encomenda, executados por jagunços e pistoleiros locais. Ameaças circulam pelas ruas desses povoados, disseminando-se quase que como mantras, que recitam o anúncio dessas mortes. Torna-se comum ouvir “todos já sabem (ou já sabiam): este homem vai morrer!”. No entanto, o fato que aparentemente deveria assustar e acovardar estas lideranças tem apresentado efeitos contrários, posto que, as ações são revigoradas e as ameaças parecem estimular e encorajar sua participação cada vez mais ativa frente aos movimentos de resistência.

Destarte, posso sinalizar que estes elementos aproximam-se da proposta dos efeitos da morte sugerida pela coletividade na perspectiva de Marcel Mauss (com suas devidas distinções), na medida em que experiências etnográficas em regiões de intenso conflito fundiário possibilitaram observar traços do efeito dos grupos sobre os indivíduos em suas trajetórias, não sobre a morte como fim (e aqui está uma distinção importante), mas sobre novos significados para a vida, revivida na memória, e magnificada após a morte física.

Adianto-me em dizer que se os argumentos de Mauss se concretizaram em eventos de “dominações totais das consciências individuais” e se há mesmo uma potencialidade agentiva da ideia de morte, quando esta é sugerida pela coletividade, o oposto, a ideia de vida que não se esgota, parece ser tão verdadeiro quanto a primeira afirmativa. O que me leva a interrogar se estes agentes não estariam imersos em sugestões coletivas de encantamento? Posto que, os “sacrifícios” aos quais eles se



submetem ou são submetidos, levaram os seus pares a classificá-los ou qualificá-los como mártires e encantados.

Um exemplo disto pode ser reconhecido na imagem do cacique Chicão Xukuru, assassinado a tiros na cidade de Pesqueira (PE), no dia 20 de maio de 1998, provavelmente a mando de fazendeiros locais. A narrativa da sua viúva, Zenilda, na Romaria dos Mártires da Caminhada, citada acima, ilustra a trajetória do cacique, tornado encantado, nas memórias do povo Xukuru.

Quero dizer a vocês que não só do povo Xukuru, mas em todos os parente indígena já teve bastante sangue derramado e não só indígena como daqueles que apóia nossa causa. Mas queria dizer a todos vocês, que esse sangue volta pra nossas veias e nos encoraja, porque quem nasceu pra morrer lutando, não vai morrer de braços cruzados.

E aqui eu vou cantar um cântico dos irmãos de luz, dos encantados, porque aqueles nosso que se vai, pra nós eles não morreram, eles continua vivo no nosso meio. [...] Salve os encanto de luz.

Esses encantados estão com nós índios e com todos vocês que lutam por nós. (Zenilda, 17/07/2011)

Há neste ponto um sinal da produção de efeitos simbólicos causados pelas imagens destes homens “marcados para morrer” e da confiança dos seus pares numa vida que se renova constantemente, numa força que não se esgota com sua morte, ocorrendo o oposto do esperado pelos mandantes. Posto que, há indícios de que o grupo reelabora a figura do líder e os enfrentamentos potencializam-se com o advento da sua “morte”.

As imagens dos mártires-encantados e sua potencialidade agentiva



Figura 01: Pannel do “Cristo Libertador”, de Mario Aldighieri, São Geraldo do Araguaia (PA)



Estes atos mágicos, descritos por Marcel Mauss, alhures, encontram-se materializados em painéis que re-apresentam situações cotidianos e articulam diferentes linguagens sobre a “luta pela terra”.

O painel do “Cristo Libertador”, de Mario Aldighieri, encontrado na Igreja Matriz de São Geraldo do Araguaia (PA) reforça os argumentos até aqui apresentados. Nele é possível reconhecer alguns dos mecanismos responsáveis pela fabricação desses mártires-encantados, indicando as potencialidades destas imagens nos atos de circulação de conhecimentos e de produção da memória do grupo. O texto que segue é a descrição do painel, feita pelo próprio autor:

Na parte central domina a figura de Cristo que rompe o arame farpado da cerca do latifúndio.

Em baixo, derrotada, toda a classe dominante da época (ditadura militar). Podem ser reconhecidos: Delfim Netto, o capelão do Exército, Márcia Ferreira cantora da Rádio Nacional.

Na parte superior: o Rio Araguaia, a igreja Matriz (inaugurada em 1983) e Xambioá.

À esquerda estão se aproximando ao Cristo: São João Batista padroeiro da paróquia, Padre Aristides Camio e Padre Francisco Gouriou, Dom José Patrick Hanrahan bispo da diocese da SS. Conceição do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga.

À direita: São Geraldo Majella, Padre Ricardo Rezende, Padre José Maria Cavalcante Costa, Raimundo Ferreira Lima (“Gringo” líder sindical assassinado em 29/05/1980) e sua esposa Oneide.

Os anos de 1972 a 1993 são anos difíceis para a caminhada da igreja na diocese da SS. Conceição do Araguaia.

A causa da Guerrilha do Araguaia (1972-1974) e dos conflitos de terra, ela sofre pressões, prisões, torturas e mortes sob o regime militar. Mas a força da fé e da união derruba o poder opressor e os humildes do povo podem cantar vitória. Os padres (Aristides e Francisco) com 13 posseiros foram presos (1981) e passam mais de dois anos na prisão.

No meio à dor, se construiu e inaugurou, com a solidariedade de muitas comunidades do Brasil e de fora do País, a igreja do Cristo Libertador em São Geraldo (1983).

E se Marcel Mauss estiver certo ao citar Whitnell (1904, p. 06) quando expressa que alguém que “se crê enfeitado salva-se ao entoar o canto sagrado de seu clã, de seu antepassado” (2003, p. 356), tornando-se invencível? Parece ocorrer um movimento parecido entre grupos de camponeses (posseiros, meeiros, acampados, assentados) na crença da figura do líder morto como sinal de resistência e continuidade na e pela luta⁴.

⁴ O termo luta assume de acordo com John Cunha Comerford significados distintos, traduzindo ações tanto do fazer cotidiano, quanto dos espaços rituais e também dos enfrentamentos com o Estado ou com os latifundiários. “o termo luta também é usado por pessoas que se consideram em uma situação excepcionalmente difícil ou que descrevem um período crítico de sua vida. [...] luta é uma noção que qualifica a experiência cotidiana de pessoas que foram atingidas de forma muito desfavorável por



Nestes movimentos, imagem e memória são imbricadas, tornando-se concomitantemente, continente e conteúdo. Deixando de ser apenas ícones da luta, para tornarem-se agenciadoras dos atos de resistência e enfrentamento. São fontes de memória, mas não de uma memória presa ao passado. Ao que tudo indica, a memória e as imagens funcionam como reagentes de um devir instrumentalizado pelas experiências de apropriação da terra num contexto genérico, ao passo que não estão localizadas geográfica ou historicamente, mas sustentadas por uma luta a muito revivida, nas constantes peregrinações desses grupos em busca de terra para plantar e reproduzir-se socialmente.

Reconheço nestes movimentos questões importantes sobre uso das imagens não apenas como ícones ilustrativos, mas como potências narrativas capazes de (re)criar o mundo, na medida em que agenciam novos atores em suas “lutas” (CARMINATI, 2011). E se assim for, poderemos sugerir sobre estas imagens que são formas sempre inacabadas, objetos de constantes atos de recriação e re-apresentação. Portanto, investir na produção destas imagens e nas narrativas sobre elas, objetiva tentar traduzir o significado dos assassinatos de líderes sindicais em regiões de intensos conflitos fundiários, sobretudo no sentido que estas “mortes” têm na fundamentação de narrativas de luta e resistência dos agentes de mediação e dos coletivos rurais.

Cabe ressaltar, que nestas zonas de conflito, onde o Estado é quase sempre omissivo, a violência encontra espaço na ação de pistoleiros, grileiros e agropecuaristas locais. Assim sendo, um investimento na análise destas imagens intenciona dar voz e visibilidade a estes sujeitos, já que as narrativas visuais são uma forma de elaborar a memória desses grupos, seja pelo alto índice de analfabetismo, ou pela possibilidade de escapar da repressão do Estado em períodos de regime militar que tiveram sua



Figura 02: Imagens dos mártires “Dorothy Stang”, “Gringo” e “João Canuto” – Romaria dos Mártires, Ribeirão Cascalheiras (MT). Edimilson Rodrigues, 2011.

processos de transformação no campo e passaram a viver precariamente como assalariados temporários parceiros em situação muito instável ou tiveram uma difícil experiência de migração” (1999, p. 26).



expressão maior durante o episódio que ficou conhecido como “Guerrilha do Araguaia”⁵.

Trata-se de imagens que foram produzidas como mecanismos de denúncia, não obstante, elas passam a fabricar continuamente novos significados e sentidos para a luta. Fazem emergir novos personagens a partir da relação entre sujeito-imagem, traduzida numa relação sujeito-sujeito, estabelecendo aproximações e distanciamentos, na medida em que dão visibilidade aos enfrentamentos cotidianos, constantemente re-apresentados e re-elaborados dentro de contexto histórico-geográficos diversos, acionados pela memória dos grupos.

Thiago Carminati (2011), inspirado por Pinney (2000) formula questões que nos ajudam a clarear estes apontamentos, alertando para a potência das imagens elaboradas dentro de um jogo de operações, que segundo o autor, criam outras relações de sentido, aproximando objetos e pessoas na construção de formas de ver o seu mundo (p. 03).

O mesmo autor atenta para a capacidade da imagem de revelar sistemas de valores, símbolos e usos da linguagem. Revelando, assim, os modos de produção e circulação de determinados grupos sociais, posto que, através das imagens, é possível reconhecer as ações dos agentes, bem como suas intenções. Assim sendo, elas não só representam os universos sociais, mas agem fundamentalmente como potências criativas, mediando produção de novos sentidos para o mundo, expressos em suas relações com outros sujeitos, e conclui: “Poderíamos dizer, de modo irônico, que o principal poder da imagem fotográfica é de ser „mais real” que a realidade” (pp. 04-07).

É também Carminati (*op. cit.*) citando a obra de Tim Ingold que ressalta a utilização dos conceitos de *skill* e *affordance* em pesquisas com imagens ao reconhecer que ocorrem variações de intenções a partir de um ponto de vista, sobre o qual estas intenções são elaboradas, ou seja, há variações de habilidades (*skill*) nestes atos de reelaboração. Melhor dizendo, “um sistema de práticas incorporadas, compartilhadas, relativas a um contexto prático de aprendizado e execução”.

Nesta direção, a cultura assume um caráter mais (re)ativo e menos determinista ou reprodutor, na medida em que articula “experiência sensorial, gerada no curso da participação corporal e prática das pessoas com o mundo circundante. [...]

⁵ José de Souza Martins trata esta questão de maneira mais aprofundada em **Expropriação e Violência: A Questão Política no Campo**, 1980.



indissociável dos contextos práticos das atividades que produzem.” (CARMINATI, pp. 09-10)

Esta transferência de cópia-ícone (o documento) à fotografia (ou ao painel) como pessoa torna as imagens capazes de

[...] engendrar entre o „eu“ e o „outro“ um movimento circular reflexivo incidindo de maneira irrevogável na caracterização de si. Além disso, as fotografias também assumem a forma de “objetos biográficos” quando utilizadas como recurso narrativo caro à história de vida da pessoa. (p. 15)

O trabalho de campo realizado em julho de 2011, no município de Ribeirão Cascalheira, situado na região Nordeste do Mato Grosso, durante a Romaria dos Mártires da Caminhada, demonstram bem esta relação entre imagem, memória e narrativa. O município citado é centro da topografia sagrada, referencia na celebração dos mártires-encantados; sendo sede da “Galeria dos mártires da América Latina”.

A experiência etnográfica aqui descrita é uma tentativa de aproximação deste ritual reconhecido como “Romaria dos Mártires da América Latina”, e dos romeiros, tomando como foco as narrativas em tornos dos mártires-encantados que motivam esta peregrinação, sob a perspectiva dos painéis que figuram estas lideranças, geralmente assassinadas em áreas de intenso conflito pela posse da terra, que se configuram como defesa de projetos de vida e do direito de permanecer.



Figura 03: Camponeses do Araguaia e Cristo ao fundo, retratados por Ricardo Rezende, São Geraldo do Araguaia (PA). Edimilson Rodrigues, 2010.

Neste espaço sacralizado, imagens de vários mártires-encantados confeccionadas artesanalmente são carregadas pelos romeiros, sempre ao som de cantos e narrativas, que revivem suas experiências de vida e seu engajamento político.

As imagens apresentam o trabalho realizado pelo mártir-encantado, momentos de sua vida doada pelas vidas, re-afirmando que o “suor e sangue do mártir fecundam o chão”. A caminhada carregando as imagens totêmicas dos líderes mortos



reitera a celebração da memória e dos motivos da luta, para ela continuar enquanto houver sofrimento, desigualdade, marginalidade.

Conquanto, aquilo que parece um ponto final, a morte do líder, traduz-se em fabricação (reinvenção) da vida, agora potencialmente mistificada, capaz de agenciar todo o grupo. O que eu estou querendo dizer, é que para estes coletivos a morte tem assumido novas configurações, imprevistas pelos seus algozes.



Figura 04: Romaria dos Mártires da Caminhada e Galeria dos Mártires, Ribeirão Cascalheiras (MT). Edmilson Rodrigues, 2011.

O encontro com os painéis produz uma sensação de que estes líderes estão ainda presentes entre os camponeses, seja através da sua imagem que acompanha toda a peregrinação, ou das narrativas sobre suas trajetórias, que começam no momento do engajamento político e da sua formação enquanto liderança, mas não terminam com o advento da morte.

Esta presentificação permite não apenas o acesso à história desses grupos, mas potencializa a continuidade dos seus projetos de vida, alicerçados pela memória da líder, materializado nestes painéis. Transforma-os em intercessores (Deleuze, 1988, *apud* Gonçalves & Head, 2009, pp. 21-22), na medida em que se colocam em relação a, e motivam (mobilizam) possibilidades de criação.



Arrisco-me a dizer que estas ações no (e em) conflito criam imagens reativas como mecanismo de re-apresentação do “eu” e do “outro”, que se manifestam em variadas formas de resistência, onde intervir ao que tudo indica, significa produzir múltiplas visões sobre o conflito em formas de agenciamentos, ao passo que, produzem fronteiras de alteridade e legitimidade ou “zonas de cruzamento que movimentam o pensamento no sentido de emergir daí uma configuração de outra ordem que não se reduz à ficção/realidade, representação/apresentação.” (Gonçalves & Head, *loc. cit.*).



Figura 05: Painel “Batismo de Jesus com agentes pastorais” ao fundo e cruz com fotos de alguns mártires à direita, na Igreja de São João Batista, Ribeirão Cascalheiras (MT). Edmilson Rodrigues, 2011.

A morte vista de outro ponto de vista

Recuperando as indagações e os dados até aqui apresentados, reconheço que a análise destas imagens, tenta articular possibilidades de tradução e descrição de possíveis trânsitos (apropriações) das almas destes mártires-encantados, que parecem provocar uma trajetória do corpo ao coletivo (CICCARONE & SOUZA, 2011). Indicando uma possível fabricação da imagem do líder “morto”, que (re)elabora, como afirmei alhures, a alma como agente mediador na luta, numa tentativa de inscrição destes corpos nos movimentos de resistência pelo ponto de vista dos mártires-encantados. Esta oscilação me dá condições para pensar com Eduardo Viveiros de Castro, quando nota oportunamente, que entre os ameríndios a diferença não está inscrita nas almas, mas nos corpos.

Uma perspectiva não é uma representação porque as representações são propriedades do espírito, mas o ponto de vista está no corpo. Ser capaz de ocupar o ponto de vista é sem dúvida uma potência da alma [...]; mas a diferença entre os pontos de vista – e um ponto de vista não é senão diferença – não está na alma. Esta, formalmente idêntica através das espécies, só



enxerga a mesma coisa em toda parte; a diferença deve então ser dada pela especificidade dos corpos. (2002, pp. 379-380)

Trata-se de utilizar o conceito de perspectivismo (com suas devidas ressalvas) na análise das imagens e narrativas sobre estes líderes, tentando reconhecer de que forma é elaborado (fabricado) um mártir-encantado, para tracejar o entendimento acerca das diversas bifurcações desses atores, ainda em construção, numa zona de conflito de racionalidades, interesses e identidades.

Todos estes elementos me levam a questionar se não haveria em outras cosmologias, sentidos diversos para a morte que não apenas a descontinuidade entre materialidade e imaterialidade? E se isso for reconhecido, quais seriam as possibilidades de pensar novos caminhos para descrever o *continuum* entre lideranças sindicais mortas em zonas de conflito e os grupos que eles representam? Talvez o maior equívoco esteja no giro do compasso, para parafrasear Viveiros de Castro, e o exercício deveria concentrar-se na tentativa de pensar um compasso capaz de mover as duas pernas ao mesmo tempo, articuladas apenas no vértice

Um compasso deve ter uma de suas pernas firmes, para que a outra possa girar-lhe à volta. Escolhemos a perna que corresponde à natureza como nosso suporte, deixando a outra descrever o círculo da diversidade cultural. Os índios parecem ter escolhido a perna do compasso cósmico correspondente ao que chamamos „cultura”, submetendo assim a nossa „natureza” a uma inflexão e variação contínuas. A ideia de um compasso capaz de mover as duas pernas ao mesmo tempo – um relativismo finalizado – seria assim geometricamente contraditória, ou filosoficamente instável.

Mas não devemos esquecer em primeiro lugar que, se as pontas do compasso estão separadas, as pernas se articulam no vértice: a distinção entre natureza e cultura gira em torno de um ponto onde ela ainda não existe. Esse ponto, como Latour (1991) tão bem argumentou, tende a se manifestar em nossa modernidade apenas como prática extra-teórica, visto que a Teoria é o trabalho de purificação e separação do “mundo do meio” da prática em domínios, substância ou princípios opostos: em Natureza e Cultura, por exemplo. O pensamento ameríndio – todo pensamento mitoprático, talvez – toma o caminho oposto. Pois o objeto da mitologia está situado exatamente no vértice onde a separação entre natureza e cultura se radica. Nessa origem virtual de todas as perspectivas, o movimento absoluto e a multiplicidade infinita são indiscerníveis da imobilidade congelada e da unidade impronunciável. (2002, p. 398)

Esta topologia é uma tentativa de organizar uma lógica de pensamento que reconheça a transição entre vida e morte, articulada pela mediação, tradução e movimentação, expressos e presentificados sob a forma de painéis e fotografias. Aqui já aparece um indício relevante para questionar, se a diferença é de fato relacionada ao



mundo, como poderia sugerir o pensamento ocidental⁶, ou de pensamento. Usando as palavras do próprio Viveiros de Castro, de perspectiva ou de pontos de vista.

O mundo real das diferentes espécies depende de seus pontos de vista, porque o „mundo“ é composto das diferentes espécies, é o espaço abstrato de divergência entre elas enquanto pontos de vista: não há pontos de vista sobre as coisas – as coisas e os seres é que são pontos de vista. (pp. 384-385)

Nesse ínterim, as imbricações da memória reconhecidas nas narrativas desses grupos e delineadas nas imagens de seus mártires/heróis tencionam transmitir suas experiências de conflitos e enfrentamentos, que perpassam o direito de permanecer em territórios historicamente ocupados e apropriados por estes sujeitos. Espaços legitimados pelo tempo vivido, baseado nas relações que os indivíduos estabelecem com a terra e com recursos advindos dela, pela extração ou pelo trabalho (PIETRAFESA DE GODOI, 1998; WOORTMANN, 1990).

Estas relações poderiam ser qualificadas como de domínio ou maestria, opondo-se à racionalidade oficial, expressa pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), grandes projetos de extração e exploração de recursos naturais e minerais e latifundiários locais. Para os quais, somente a titularidade provisória ou definitiva é instrumento de comprovação da propriedade.

Neste escopo, a figura do mártir-encantado é reconhecida como agenciadora da ideia de propriedade, que se baseia no trabalho investido sobre a terra e no projeto de vida desses grupos. São por excelência mestres-donos⁷, pela sua capacidade de ação eficaz sobre o mundo, podendo assim ser definidos como mediadores, o que também envolve uma relação de controle e proteção (FAUSTO, 2008, pp. 330-331).

Essa topologia envolve também um jogo entre singularidade e pluralidade: o dono é uma singularidade plural [...]. O mestre é, assim, a forma pela qual uma pluralidade aparece como singularidade para outros. É nesse sentido que o chefe é um dono. [...] Nesse sentido, mais do que um representante (i.e., alguém que está no lugar de), o chefe-mestre é a forma pela qual um coletivo se constitui enquanto imagem; é a forma de apresentação de uma singularidade para outros. (*ibidem*, p. 334).

Em tese, estas imagens transcendem seus grupos e alcançam outras formas de entendimento sobre o conflito, transformadas em tônica do enfrentamento pela terra e pelos projetos de vida desses grupos. Neste movimento, seus líderes são então

⁶ Uma leitura mais aprofunda sobre a constituição do pensamento ocidental pode ser encontrada em Bruno Latour (2009).

⁷ Esta categoria foi analisada por Carlos Fausto (2008) em contextos ameríndios, contudo, mostram-se bem apropriada para pensar as relações de propriedade e domínio encontradas entre camponeses e lideranças sindicais assassinadas em áreas de conflito fundiário.



sacralizados e ritualizados, transfigurando-se em imagem singular de um coletivo, isso implica na transformação do grupo numa “coleção-anônima sem capacidade de ação própria” para que se reconheça no mártir-encantado uma singularidade magnificada (FAUSTO, 2008, p. 335).

Referências Bibliográficas

CARMINATI, Thiago Zanotti. **Os poderes da imagem fotográfica vistos de Juazeiro do Norte**. In: Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais. Vitória: UFES, 2011.

CICCARONE, Celeste; SOUZA, Edimilson Rodrigues de. **Trânsito das almas**: Ritualização de lideranças sindicais e peregrinações como forma de resistência camponesa. In: Encontro Internacional de Antropologia e Performance - EIAP, FAU- FCCHL-USP, São Paulo, 2011.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

GONÇALVES, Marco Antonio e HEAD, Scott. Confabulações da Alteridade: imagens dos outros (e) de si mesmos. In: _____ (orgs). **Devires Imagéticos**: a etnografia, o outro e suas imagens. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

FAUSTO, Carlos. Donos demais: Maestria e domínio na Amazônia. In: **MANA**: Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro 14 (2), 2008.

GALLO, Emilio. **Esse homem vai morrer**: um faroeste caboclo. [Filme-vídeo]. Direção de Emilio Gallo. Brasil, 2008. 75 min.;

HÉBETTE, Jean. Fluxos migratórios decorrentes da política de desenvolvimento para a Amazônia. In: **Cruzando a Fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vols. I. Belém: EDUFPA, 2004.

LATOURETTE, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O feiticeiro e sua magia. In: _____ . **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**: A Questão Política no Campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MAUSS, Marcel. Efeitos físicos no indivíduo da ideia de morte sugerida pela coletividade. In: _____ . **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

_____; HUBERT, Henri. Esboço de uma teoria geral da magia. In: _____ . **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

PIETRAFESA DE GODOI, Emília. O sistema do lugar: História, território e memória no sertão. In: NIEMEYER, Ana Maria de; PIETRAFESA DE GODOI, Emília (orgs.). **Além dos territórios**: Para um diálogo entre etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercado das Letras, 1998.



SOUZA, Edimilson Rodrigues de. **“Ficção” e “Realidade” na construção da autoimagem em filmes (quase) etnográficos.** *In:* Anais do I Seminário Nacional da Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2011a.

_____. **Sacralização da luta pela posse da terra e ritualização de lideranças sindicais como estratégia de mediação entre camponeses e Estado na Amazônia brasileira.** *In:* Anais da III Reunião Equatorial de Antropologia (REA) e XII ABANNE, Boa Vista-RR, 2011b.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Perspectivismo e multiculturalismo na América indígena.** *In:* _____. **A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2002.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral.** *In:* **Anuário Antropológico 87.** Brasília: EDUNB, 1990.



GT 4 – Cultura e Comunicação no Mundo Rural

Notas sobre o conceito de comunidade, comunicação comunitária e dialogia

Marcelo Hernandez Macedo¹

¹ Doutor em Ciências Sociais pelo PPCIS/UERJ; Professor Adjunto da Faculdade de Comunicação Social da Uerj; E-mail – marcelo.ernandez@gmail.com

Resumo

De caráter exploratório, a proposta deste artigo é discutir algumas questões relacionadas à comunicação e à cultura nos meios rurais. Para tal, parte-se de uma breve revisão e de algumas aplicações do conceito de comunidade, demonstrando-se como este é central para a compreensão dos processos de comunicação desenvolvidos hoje, tanto em meios rurais como urbanos. Ao longo desse percurso, são levantadas considerações sobre os desafios, limites e possibilidades da comunicação comunitária hoje no Brasil; e discutidas as relações entre comunicação, cultura e política. O artigo aponta e articula algumas das principais questões que vem sendo discutidas no GT Cultura e comunicação no mundo rural.

Palavras-chave: Comunidade; comunicação comunitária; comunicação dialógica; democratização da informação.



Há 12 anos realizo pesquisas antropológicas nos meios rurais. Mais especificamente, tenho estudado os processos de mobilização social para a reivindicação de terras. Venho utilizando como uma das principais ferramentas para desenvolver e comunicar esses estudos a linguagem audiovisual. Durante este período, venho realizando filmes sobre as minhas pesquisas e a de outros colegas que também pesquisam processos de mobilização social.

Há dois anos venho lecionando a disciplina “Comunicação Comunitária”, obrigatória para a habilitação em Relações Públicas no curso de Comunicação Social da Uerj e, há um ano, coordeno um grupo de estudos sobre o tema. Além de discutir a bibliografia relacionada ao tema, temos entrado em contato com diversos grupos da região metropolitana do Rio de Janeiro que promovem este tipo de comunicação, seja exercendo-a efetivamente, seja formando pessoas para tal.

Aparentemente, não há muito em comum entre as pesquisas antropológicas nos meios rurais e o trabalho com comunicação comunitária. Poderíamos dizer que se trata de uma trajetória marcada pela descontinuidade, por uma inflexão. Mas, só aparentemente. Um dos objetivos deste texto é demonstrar as relações entre o conceito de comunidade, tão caro à bibliografia de sociologia rural, as características da comunicação que se desenvolve nos meios rurais e o que a bibliografia vem qualificando como “comunicação comunitária”. Muito mais do que dar sentido à minha trajetória como pesquisador, veremos que o caminho teórico a ser trilhado para alcançar esse objetivo explica a própria existência deste GT tal qual está sendo proposto. Vale ressaltar que, devido ao caráter recente das pesquisas sobre comunicação comunitária, trata-se de um texto eminentemente exploratório, que pretende, acima de tudo, levantar questões para o debate.

Nosso ponto de partida será o debate sobre o conceito de comunidade. Uma das principais referências para tal são as compilações de Florestan Fernandes, que tratam da definição, diferenciação e aplicação dos conceitos de comunidade e sociedade. Em um primeiro volume (1973), o autor reúne a contribuição teórica dos diversos autores brasileiros e estrangeiros que tratam da diferenciação entre estes dois conceitos. Em outro volume (1975), Fernandes reúne breves etnografias de grupos comunitários e



societários brasileiros que utilizam como base teórica os autores clássicos estudados no primeiro volume.

Por meio dos autores reunidos por Fernandes, percebi que a idéia de comunidade remete ao sentimento de vida em comum fundado nas relações de parentesco e vizinhança, norteadas por laços afetivos que ligam indivíduos que convivem em um mesmo espaço físico e nele adquirem os recursos básicos para a sua subsistência. Cada um dos autores apresentados por Fernandes atribui valor a um ou outro destes atributos. Mas, se pudéssemos identificar um tipo ideal de comunidade no sentido weberiano do termo (Weber, 1991), esta teria: base territorial comum, autonomia política e econômica, subordinação do individual ao social.

Já uma sociedade seria definida por relações voluntárias e contratuais. Na medida em que compartilham determinado interesse, indivíduos podem se associar para alcançar objetivos relacionados ao mesmo, embora não necessariamente tenham outros aspectos de suas vidas compartilhados, tais como relações de parentesco, interdependências econômica ou convívio numa mesma base territorial. Portanto, o conceito de sociedade é mais amplo e inclui o de comunidade (Wirth, 1973:83).

Essa diferenciação conceitual vem à tona a partir do aprofundamento do processo da divisão social do trabalho. A fragmentação das atividades laborais, a prevalência do contrato sobre o *status*, a multiplicação dos grupos formais, a passagem da família para o Estado como forma de organização social predominante, a ampliação e internacionalização das trocas comerciais são algumas condições sociais que promovem modos de vida societários e fundamentam a separação conceitual entre comunidade e sociedade (Wirth, 1973:84-85); e, mesmo, sugerem a passagem da primeira forma à segunda, como modo predominante de agrupamento social, embora a bibliografia seja quase unânime em afirmar a coexistência entre as duas formas sociais ao longo da história e, aquela mais recente, afirme o desejo e a ampliação dos movimentos de retomada de estilos de vida comunitários, os quais proveriam o cidadão contemporâneo de maior segurança nas suas relações sociais (Bauman, 2003).

Mas, afinal, como o conceito de comunidade pode contribuir e se articula com os modos de comunicação desenvolvidos nos meios rurais? No que tange à comunicação de massa, podemos dizer que, tanto os habitantes das cidades como os que vivem nos meios rurais, estão submetidos a um mesmo tipo de informação. Os veículos de comunicação hegemônicos nos obrigam a conviver com linguagens e conteúdos



padronizados produzidos de acordo com interesses que não são exatamente os nossos, mas sim de grupos de comunicação estrangeiros relacionados a empresas e agentes do próprio Estado. E, o fato é que a grande maioria da população não tem acesso a outros tipos de informação além da veiculada na TV, presente em 98% dos lares brasileiros. Portanto, já não se pode separar com tanta clareza os modos de vida no campo e na cidade. Mas, admitindo que essa tendência à homogeneidade cultural é lenta e encontra fortes resistências, podemos voltar ao espaço das trocas culturais que se dão ao lado da comunicação de massas. E, aí, ao analisarmos seus limites e possibilidades, podemos verificar que há muito mais semelhanças do que diferenças entre os âmbitos rural e urbano.

Ao analisarmos as etnografias reunidas por Fernandes para aplicar o conceito de comunidade, percebemos que todas se referem a grupos que vivem em meios rurais. Tanto os caipiras paulistas (Candido, 1975), como os baianos e alagoanos de Santa Brígida (Queiroz, 1975), e também os índios Tenetehara (Wagley & Galvão, 1975), tratam-se de grupos que têm na agricultura sua principal fonte de subsistência. O senso de vida em comum a partir da afetividade das relações de parentesco, vizinhança e compadrio; o pertencimento a um mesmo território e a prevalência das relações de reciprocidade são características das comunidades rurais. Portanto, é nos meios rurais onde verificamos com mais facilidade a presença dos atributos que qualificam um grupo social como comunitário, de acordo com as principais referências bibliográficas sobre o tema.

Embora mais adequado aos grupos rurais, o conceito vem sendo largamente aplicado como uma forma politicamente correta de designar os grupos que vivem nas favelas dos grandes centros urbanos, independente da presença dos atributos que identificamos para o conceito. No Rio de Janeiro, especialmente, comunidade é sinônimo de favela. Mas, seria possível comparar os grupos sociais que vivem em favelas com os grupos que vivem no campo? Aqueles que não conhecem a nossa história poderiam dizer que não, pois tratam-se de contextos totalmente distintos e, portanto, os modos de vida entre estes seriam também bastante diferentes, não sendo possíveis de serem relacionados. Mas, não precisa conhecer muito sobre a nossa história recente para saber que a maior parte das pessoas com mais de 40 anos que vive nas favelas dos grandes centros urbanos tem origem rural. Nossas favelas foram formadas acima de tudo a partir do êxodo rural que inverteu a situação habitacional no Brasil ao



longo do último século. Se, em 1920, tínhamos 80% da população morando no campo e apenas 20% nas cidades, em 1980 estas porcentagens estavam invertidas. Nosso processo de industrialização, alavancado a partir de 1930, é resultado do processo de expropriação dos meios de produção sofrido por grandes contingentes de trabalhadores rurais que se instalaram em favelas dos grandes centros e que passaram a constituir os “exércitos de reserva” para a indústria e o comércio (Marx, 2002). Portanto, parte significativa dos favelados tem origem nos meios rurais, conhece seus modos de vida e podemos dizer que, mesmo passado o tempo e alterado drasticamente o contexto, carrega ainda alguns atributos e alguma coisa do “ethos” (no sentido de Bateson, de relações de afetividade) característico dos meios rurais. Portanto, sem querer, sem saber, o senso comum acaba acertando em parte quando chama uma favela de comunidade. Em certo sentido, se há locais nos grandes centros que se aproximam do “ethos” comunitário, a maior parte desses locais são favelas. De certo modo, o termo hoje está na moda, como afirma Bauman (2003), pois parece oferecer a sensação de proximidade social, afetividade e segurança que tanto necessitamos em um mundo marcado pela imprevisibilidade, pelo caos.

E, não é uma coincidência que favelados, “caipiras” e indígenas sejam hoje as populações mais discriminadas em nosso país, vítimas de esteriótipos diariamente reforçados pelos meios de comunicação de massa. Assim, pode-se já perceber que há muito mais em comum entre a comunicação que se exerce nas favelas e a aquela que se exerce nos meios rurais do que a princípio parece. Comparemos alguns aspectos e desafios da comunicação nesses dois contextos para continuar a verificação da nossa hipótese.

Em primeiro lugar, é difícil marcar com clareza grandes diferenças entre os processos de mobilização para a criação de movimentos alternativos de comunicação no campo e nos grandes centros. Tanto em um contexto quanto em outro, estes movimentos surgem da percepção que os veículos de comunicação de massa não tratam das principais questões locais e, quando o fazem, geralmente adotam uma perspectiva que não contribui para a integração comunitária. A partir dessa percepção, realizam-se esforços para a criação de canais alternativos. Pensando especificamente nas rádios comunitárias, em geral estas surgem a partir da experiência pregressa no meio radiofônico por parte de algum membro da comunidade que, ao verificar as potencialidades desse veículo, tenta recriar a experiência em sua comunidade. Muitas



vezes estes veículos alternativos são criados a partir do incentivo de alguma instituição, em geral ONGs, que trabalham ou passam a trabalhar naquela localidade.

No que se refere aos recursos necessários para estes tipos de comunicação, tanto nas cidades como no campo são raros os incentivos governamentais para a criação de veículos alternativos. Infelizmente, no Brasil estamos engatinhando em termos de políticas públicas voltadas para a democratização da informação. Esse é um tema que aparece de modo bastante tímido na agenda política. A partir do governo Lula, avançamos um pouco nas políticas no âmbito do chamado “cultural”, por meio dos Pontos de Cultura – que apóia instituições que vem demonstrando atuação cultural local significativas – e do Cine Mais Cultura – que apóia a criação de cineclubes em associações civis sem fins lucrativos. Sem dúvida, essas políticas representam avanços em relação quase nada que existia até então. Mas, no que tange à área específica reconhecida como “comunicação”, não há qualquer incentivo significativo para a transformação do estado atual de grande concentração da produção e circulação das informações. A não ser indiretamente - pelos próprios Pontos de Cultura - não há qualquer incentivo para a criação de rádios, jornais ou TVs comunitários. E, aí, valeria a pena uma pesquisa que verificasse o impacto dos Pontos de Cultura sobre a criação de veículos alternativos.

Ao invés de incentivos, o que temos hoje é uma legislação extremamente restritiva no que se refere às concessões governamentais para a operação desses veículos. Tanto as rádios como as TVs Comunitárias sofrem grandes entraves jurídicos e burocráticos para legalizarem suas atuações. Em relação às TVs, o espaço para a programação de cunho comunitário é praticamente inexistente. Além das TVs de rua - tais como a Maxambomba, que operou na década de 1980, em Nova Iguaçu/RJ – hoje raridades, há somente o espaço aberto a partir da legislação para as TVs a cabo, que as obriga a cederem espaço para um canal comunitário. No Rio de Janeiro, temos a TV Rio, cuja programação é formada a partir das decisões de um conjunto de diversas instituições que administram o canal e trazem suas respectivas produções. Ou seja, na verdade, trata-se de um canal fechado e com a programação muito pouco coordenada, pois formada a partir de interesses diversos. Há ainda a iniciativa do Canal da Cidadania, que será regulado a partir de convênios entre o Ministério das Comunicações e os Estados e Municípios, ainda a ser implantado. Portanto, no que se refere às TVs, os espaços alternativos são quase nulos.



O mesmo não se pode dizer das rádios. Mesmo sem qualquer incentivo governamental e perseguidas pelos órgãos de regulação, as rádios comunitárias se consolidaram nos últimos anos como o principal espaço para a mídia contra-hegemônica. A grande maioria das rádios no Brasil opera de modo clandestino, sem autorização governamental.

A grande quantidade de rádios em operação no Brasil pode ser explicada pelo baixo investimento necessário para esse empreendimento, assim como pela efetividade desse veículo enquanto espaço de formação e valorização das culturas e dos problemas locais. O rádio é um veículo que pode possuir alto grau de interatividade com a população local, tanto pela simplicidade das tecnologias adotadas, como pela proximidade física entre os radialistas e o público. Além disso, o rádio é um veículo que possui grande alcance de público, pois, ao trabalhar somente com o som, permite que sua audiência ocorra em paralelo com o exercício de outras atividades.

Nos grandes centros, ao apresentarem-se como ameaça econômica e/ou ideológica aos grandes grupos de comunicação, as rádios vêm sendo duramente perseguidas pela ANATEL, agência reguladora do setor. São freqüentes as notícias de fechamento de rádios comunitárias no Rio de Janeiro, com a prisão dos seus dirigentes e o confisco dos equipamentos. E, nesse quesito, parece que o Governo Lula, por mais incrível que possa parecer, foi o grande campeão. De acordo com dossiê elaborado pela ABRAÇO – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – junto com outras entidades que participam do movimento de democratização do rádio e da informação do país, estima-se que o governo do PT tenha fechado mais de 4.000 rádios comunitárias em 2004 (Bahia, 2008:123). Nossa experiência tem demonstrado que a perseguição é proporcional ao vigor político das rádios. Quanto mais efetiva é a rádio no papel de fazer circular informação alternativa à programação das rádios comerciais, maior a ameaça. Por exemplo, este ano foi fechada, numa favela da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, uma rádio que exercia um importante papel de questionamento aos métodos adotados pela Polícia Militar para a implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora. Próximo dali, em uma favela também “pacificada”, onde rádios comerciais não têm bom sinal, continua a operar uma outra rádio comunitária que trabalha uma programação mais “suave”, menos comprometida, digamos assim.

Nos meios rurais, onde as distâncias são maiores, talvez este veículo tenha um papel ainda mais importante. Especialmente na região amazônica, onde se pode chegar a



alguns locais somente por vias fluviais, o rádio exerce um papel fundamental de integração comunitária. Nas três primeiras vezes em que este GT funcionou (duas na Rede Rural e uma na ALASRU), prevaleceu o rádio como veículo de comunicação sobre o qual os pesquisadores apresentaram o maior número de trabalhos. Pensando que a ALASRU reuniu pesquisadores de diferentes países da América Latina, me parece que esta prevalência pode ser generalizada para toda essa região.

Nesse cenário, destaca-se o papel que as rádios vêm exercendo nos assentamentos rurais no sentido de integrar as famílias e, em especial, contribuir para evitar a evasão de jovens dos meios rurais. Sabe-se que o trabalho com música, arte e cultura constitui-se um grande atrativo para os adolescentes, especialmente em áreas onde o acesso a alternativas de expressão cultural são mais reduzidos (Figueiredo, 2010; Osorio, 2010; Fernandes & Araujo, 2010).

E, pode-se também lançar a hipótese que esse veículo nos meios rurais não sofre a mesma perseguição que nos meios urbanos. Nos meios rurais, as possibilidades de regulação tendem a ser menores, assim como os interesses comerciais a serem contrariados. Talvez, no campo, as rádios tenham menos inimigos a enfrentar e estejam ainda mais próximas de seus públicos, o que favorece a sua atuação.

No que se refere à comunicação escrita, à mídia impressa, poderia-se dizer que, nos meios rurais, a princípio, a relação custo-benefício não seria vantajosa. Valeria a pena produzir um jornal para um número reduzido de famílias? Se pensarmos em estruturas mais artesanais de produção, tais como as adotadas para a produção de fanzines, a resposta pode vir a ser positiva. Um bom exemplo disso foi apresentado aqui neste GT por Freire et alli (2008), que mostrou como um boletim informativo produzido em um assentamento no estado da Paraíba, a partir da interação entre extensionistas de uma ong e trabalhadores rurais, pode contribuir para o estreitamento das relações entre os assentados e a introdução de técnicas agrícolas baseadas na agroecologia. Uma das vantagens dos meios impressos é a possibilidade de trabalhar com mais calma os conteúdos a serem veiculados, valorizando-se mais o próprio processo de produção em si mesmo, como educativo para uma cultura participativa. Outras vantagens são as possibilidades de retornar ao registro várias vezes e de levá-lo a diversos fóruns sem a necessidade de aparatos tecnológicos.

Em relação à comunicação eletrônica e, mais especificamente, à internet, que vem atraindo a atenção de quase todos os jovens, tanto nas cidades como no campo,



ainda é difícil avaliar o seu alcance e os seus impactos, especialmente, no mundo rural. A bibliografia que discute o conceito de comunidade indica que as redes virtuais eliminam o atributo território como base para a formação comunitária. Segundo estes autores, a rede possibilita a formação de comunidades entre pessoas que vivem em localidades distantes entre si, seriam as chamadas “comunidades virtuais” (Paiva, 2003; Peruzzo, 2006). Tendo a discordar dessa posição por acreditar que, naquilo que se reconhece como tal, na maioria das vezes, falta não só o atributo território, mas quase todos os outros. Poderíamos dizer que, nas chamadas “comunidades virtuais”, há sentimento de vida em comum ou interdependência econômica? Acredito que estamos tratando de grupos de interesse, de pessoas que se associam para tratar de determinados em comum e, nesse sentido, seria mais correto chamá-los de “sociedades virtuais” (Fernandes, 1973).

Essa discussão, que parece meramente conceitual, tem implicações bastante concretas. Sabemos que os meios eletrônicos de comunicação exercem grande influência sobre os jovens dos meios rurais que, deslumbrados pelos prazeres anunciados na televisão e na internet, muitas vezes são levados a deixar suas verdadeiras comunidades, em busca daquelas que o mundo virtual lhes apresenta, e que no mundo real não existem.

Mas, voltemos à nossa questão inicial. Já vimos como o conceito de comunidade é central para a compreensão das dinâmicas sociais nos meios rurais. Permanece ainda a questão: o que seria comunicação comunitária? Como este conceito pode contribuir para compreendermos a comunicação nos meios rurais?

Segundo Dewey (apud Wirth, 1973:85), “há mais do que um laço verbal entre as palavras comum, comunidade e comunicação. Os homens vivem em comunidade em virtude das coisas que têm em comum; e comunicação é a maneira pela qual passam a possuí-las em comum”. A partir daí, poderíamos dizer que toda forma de comunicação seria, em si mesma, comunitária, na medida em que apresenta posições em comum entre os envolvidos? O que o termo comunitário acrescentaria como qualificativo de comunicação? O termo não sugere uma redundância?

Paiva (2003), que dedica sua tese de doutorado ao tema, realiza esforços significativos para diferenciar os veículos de perfil comunitário dos demais. Associando-se a Marcondes (1986), a autora destaca dois atributos que poderiam qualificar um processo comunicativo como comunitário. O primeiro destes atributos



está relacionado aos conteúdos comunicados. Segundo a autora, este tipo de comunicação surge da percepção sobre o caráter viesado e deslocado dos conteúdos veiculados pelos canais convencionais de massa e, a partir daí, do desejo de produzir informações que tratem de problemas locais e o faça de modo mais fidedigno. Outro atributo destacado pelos autores seria a participação da comunidade na elaboração da programação a ser veiculada. Por mais que o veículo seja de propriedade particular, só poderia ser caracterizado como comunitário caso as pessoas da localidade tenham uma participação ativa na definição dos conteúdos e dos enfoques a serem adotados (Paiva, 2003:139). Portanto, um veículo comunitário seria aquele que trata de temas relevantes à comunidade, de modo formativo (e não meramente informativo), e que conta com a participação da própria comunidade em seu funcionamento cotidiano.

Em relação à questão dos conteúdos, vale destacar que estes podem incluir também todo o leque de manifestações reconhecidas como culturais, e não somente as informações de cunho jornalístico. A recorrente e artificial separação entre as áreas da comunicação e da cultura está baseada na prevalência do discurso científico sobre outras formas de expressão, o que no caso em questão se materializa na crença sobre a centralidade do discurso jornalístico como produtor de verdades. Outras formas de expressão, como a poesia, a música, o teatro, o cinema, tendem a ser reconhecidos pelo senso comum como pertinentes à esfera do entretenimento, da arte e classificadas como atividades culturais, secundárias à economia e à política.

Em nossos estudos, temos trabalhado a partir de concepções mais amplas de cultura, próprias da antropologia, que, mesmo extremamente diversas entre si, partem do pressuposto que a cultura refere-se a padrões de atitudes, comportamentos, crenças, valores, linguagens e tecnologias compartilhados por grupos sociais. Portanto, entendemos que cultura não se resume às manifestações artísticas ou mesmo a estoque de conhecimento sobre o que é reconhecido como artístico ou como outros tipos de discurso, mas sim diz respeito a todo tipo de ação e/ou significação padronizadas por um grupo social. Esses padrões de ação e simbolização são transmitidos de geração a geração, que em parte os mantém e em parte os transforma, imprimindo dinâmica à vida social e nos permitindo falar em mudança cultural. Como já dissemos, esse processo de transmissão cultural, de compartilhamento sobre o que há em comum, ocorre por meio da comunicação. Portanto, não há como separar as áreas da comunicação, da cultura e,



poderíamos também dizer, da educação, pois as três tratam de um mesmo processo social, qual seja, o de troca de significados.

Por essa razão, temos dado especial atenção nesse GT aos diversos tipos de manifestação da cultura popular, tais como rituais, festas, cerimônias e comemorações. Percebemos essas manifestações como dimensões importantes da vida política. Não só os conteúdos por estas expressas, mas os modos de organizá-las, o envolvimento dos indivíduos e grupos nesses eventos e os sentidos oferecidos aos mesmos, os trazem ao centro da vida social. A letra de uma música, a participação coletiva na preparação de uma festa, os modos de decidir em um cineclube, são fenômenos que traduzem modos de participar na *pólis*, podem significar inovações nos processos de organização social e, por isso, estão no âmbito da política. Como diz Coutinho em sua tese que diferencia as idéias de tradição e tradicionalismo na cultura popular e, mais especificamente, na música:

“Partindo do reconhecimento de que não existe ideologia socialmente neutra, pode-se dizer que a canção popular é política na medida em que expressa um conteúdo ideológico que age ética e politicamente na transformação da história ... Uma canção pode ser política por desviar a atenção das massas das contradições sociais, realizando aquilo que Lukács chamou de “apologia indireta do existente” (pense-se nas canções sentimentais de Custódio Mesquita nos anos 1930/1940 ou nas de Roberto Carlos durante a ditadura militar), ou ainda por reproduzir o modelo de comportamento, aspirações, e ideais hegemônicos (consumismo, individualismo e exaltação da vida privada), como a maioria das canções ditas de massa, ou, inversamente, por exprimir idéias, valores e significações não hegemônicos.” (Coutinho, 2011:41)

Portanto, mais do que apresentar essas manifestações em si mesmas, nos interessa ver em que condições ocorrem em cada contexto social, como são organizadas, que modos de vida estes tipos de expressão social afirmam, quais os seus impactos, como se transformam ao longo do tempo e como se articulam com as outras esferas da vida social.

Mas, voltando ao debate sobre o conceito de comunicação comunitária, a defini, num primeiro momento, como um modo de comunicar que funciona à margem do mercado, ou seja, que não tem como objetivo principal a obtenção de lucros para alguma das partes envolvidas, mas sim o desenvolvimento humano de indivíduos e grupos sociais.

No entanto, ao longo dos nossos estudos, percebi a fragilidade dessa definição. Se, por um lado, tem o mérito de ser centrada em um dos pontos nevrálgicos da questão, por outro, reforça a dicotomia economia (lucro) x política (desenvolvimento social) na



análise da mobilização social, o que a bibliografia sobre o tema já demonstrou ser equivocado (Quirós, 2006). É muito difícil separar a dimensão econômica das outras esferas nos processos de tomada de decisão. Raramente as pessoas tomam decisões pensando somente em um aspecto, mas em geral contrapõem os diversos lados envolvidos nessa decisão. Sabe-se que a motivação para mobilização social depende de um conjunto de condições sociais que muitas vezes é contingencial (Sigaud, 2001; Macedo, 2006).

Além disso, é difícil determinar o que é lucro e o que é remuneração pelo trabalho realizado. Nas sociedades capitalistas, a remuneração pelo trabalho não guarda relação com a contribuição social oferecida pelos resultados do mesmo. A variação salarial para exercer uma mesma função pode ser muito grande de uma organização para outra, e mesmo dentro de uma mesma organização. Um radialista pode receber a simbólica quantia de R\$300,00 para manter o seu programa em uma rádio comunitária e se ver satisfeito com isso, pois sua esposa e seu filho mais velho recebem recursos considerados por ele suficientes para manter a família dignamente. Para outro, em outras condições sociais, mesmo um salário de R\$ 2.000,00 seria insuficiente. Isso não quer dizer que o primeiro possa ser visto como mais altruísta ou solidário que o segundo. Vejamos outro exemplo. Digamos que três jovens recém-formados resolvam montar uma TV de rua em determinada localidade. Uma TV que informe os moradores sobre os principais acontecimentos no bairro, que discuta os problemas locais, que promova a cultura regional, que ofereça abordagens alternativas às mídias convencionais para os problemas nacionais. Enfim, que realize tudo o que se espera de uma TV comunitária. Para tal, buscam e obtêm o patrocínio de alguns comerciantes, que nada mais recebem em troca além de anunciar seus produtos e se vincular às qualidades e problemas daquela TV, ou seja, não interferem na suas decisões. Seria legítimo que cada um dos sócios retirasse, ao final do mês, R\$3.000,00 como remuneração do trabalho que realizam e da contribuição social que oferecem? Que valor seria legítimo? Ou essa própria atividade não seria legítima?

O fato é que as pessoas precisam sustentar as suas necessidades e desejos de alguma forma e há enormes variações de caso para caso sobre o que é necessário, o que é desejável e sobre o que é suficiente para satisfazer esses desejos e necessidades. Portanto, o caráter “voluntário” das iniciativas comunitárias não pode ser definitivo como critério de conceituação.



Talvez, mais adequado seja o argumento de Paiva que, concordando com Shenkel (1984), afirma que o fundamental para a comunicação comunitária é o fornecimento de subsídios para promoção da participação e da dialogia no processo comunicativo. Parece que este é o grande diferencial desse tipo de comunicação.

Do ponto de vista da teoria da comunicação, poderíamos dizer que este tipo de comunicação contrapõe-se ao modelo cibernético, que prevê o fluxo de informações a partir de um emissor, que transmite mensagens por um canal, com a interferência de ruídos, para um receptor, que pode ou não oferecer um retorno. Nesse modelo está implícita a pressuposição de que alguém tem algo para informar a outrem, que alguém tem conhecimentos a serem transmitidos a outros que não o possuem e, portanto, que há uma diferenciação hierárquica entre os envolvidos. O que me parece sugerir, acima de tudo, o termo comunicação comunitária, é a ênfase ao caráter de troca que envolve o processo comunicativo; é a acentuação do caráter horizontal desse processo. Em última instância, é a percepção do fluxo informacional a partir de uma perspectiva democrática. Toda a teoria de Paulo Freire foi construída a partir dessa perspectiva. Segundo o autor:

“... o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se ao ato de depositar idéias de um sujeito no outro, ... () Porque é encontro de homens que pronunciam o mundo, não deve ser doação do pronunciar de uns a outros. É um ato de criação. Daí que não pode ser um manhoso instrumento de que lance mão um sujeito para a conquista do outro. A conquista implícita no diálogo é a conquista do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro. Conquista do mundo para a libertação dos homens.” (Freire, 1987,79)

A partir desse percurso teórico, concluimos que o termo que melhor qualifica e expressa o tipo de comunicação que estamos estudando e promovendo é “dialógica”. Todos os outros termos – “comunitária”, “popular”, “crítica”, “alternativa” - trazem em si alguma imprecisão ou desgaste, seja pelo debate teórico ou pelo próprio uso pelo senso comum. Por isso, o laboratório que estamos criando na Uerj para estudar, pesquisar e desenvolver atividades de extensão sobre esse tema terá como nome “Laboratório de Comunicação Dialógica”. E, acredito que “dialogia” é também o termo que melhor expressa as trocas realizadas neste GT.



Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max (2006). A indústria cultural – o esclarecimento como mistificação das massas. In: Dialética do Esclarecimento. Zahar – Rio de Janeiro;
- BAHIA, Lilian Mourão (2008). Rádios comunitárias: mobilização social e cidadania da reconfiguração da esfera pública. Coleção Comunicação e Mobilização Social. Autêntica, Belo Horizonte.
- BAUMAN, Zygmunt (2003). Comunidade – a busca por segurança no mundo atual. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro;
- CANDIDO, Antonio (1975). O caipira e sua cultura. In: Comunidade e Sociedade no Brasil. FERNANDES, Florestan (org.). Primeira parte, cap. 1.1, pp. 46-60. Nacional, São Paulo;
- COUTINHO, Carlos Nelson (1992). Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Campus, Rio de Janeiro.
- COUTINHO, Eduardo Granja (2011). Velhas histórias, memórias futuras: o sentido da tradição em Paulinho da Viola. Editora UFRJ, 2ªed., Rio de Janeiro.
- FERNANDES, Florestan (org.) (1973). Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. Nacional, São Paulo.
- FERNANDES, Ivanete Ferreira & ARAUJO, Liana Brito de C. (2010). Educação e Comunicação: Rádio Cultura uma experiência no Assentamento Rural de Santana, no Ceará-Brasil. Trabalho apresentado no Encontro da ALASRU, em Porto de Galinhas.
- FIGUEIREDO, Thiago (2010). Projeto Rede Ribeirinha de Comunicação. Trabalho apresentado no IV Encontro da Rede Rural, Curitiba-PR;
- FREIRE, Adriana Galvão et alli (2008). Comunicação social e construção do conhecimento agroecológico: engendrando redes de experimentação. Trabalho apresentado no III Encontro da Rede de Estudos Rurais, em Campina Grande-PB;
- FREIRE, Paulo (1987). Pedagogia do oprimido. Paz e Terra, 17ª Ed., Rio de Janeiro;
- MARCONDES FILHO, Ciro (1986). Quem manipula quem – poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil. Vozes, Petrópolis-RJ;
- MARK, Karl (2002). O capital – crítica da economia política. Civilização Brasileira, 19ª Ed., Rio de Janeiro;
- OSORIO, Arturo Guerrero (2010). Radios Comunitarias en Oaxaca: procesos de identificación y diferenciación en la lucha política. Universidad de la Tierra, Oaxaca – México. Trabalho apresentado no Encontro da ALASRU, em Porto de Galinhas.



- PAIVA, RAQUEL (2003). O espírito comum – comunidade, mídia e globalismo. Mauad, Rio de Janeiro

- PERUZZO, Cecília (2006). Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. Trabalho apresentado na Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, UnB, Brasília;

- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira (1975). O povoado de Santa Brígida. In: Comunidade e Sociedade no Brasil. FERNANDES, Florestan (org.). Primeira parte, cap. 2.2, pp. 60-66. Nacional, São Paulo;

- QUIRÓS, Julieta (2006). Cruzando la Sarmiento: uma etnografia sobre piqueteros em la trama social del sur del gran Buenos Aires. Antropofagia, Buenos Aires;

- SHENKEL, Peter (1984). La integracion Latino A mericana y el desarrollo. Cuadernos de Chasqui, Ciespal, Quito;

- SIGAUD, Lygia (2000). "A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana". In Novos Estudos, CEBRAP, nº58, pp. 73-92, novembro, São Paulo;

- WAGLEY, C. & GALVÃO, E. (1975). Caboclição das comunidades Tenetehara. In: Comunidade e Sociedade no Brasil. FERNANDES, Florestan (org.). Primeira parte, cap. 1.2, pp. 13-20. Nacional, São Paulo;

- WEBER, Max (1991). Economia e sociedade. Editora UNB, Brasília.

- WIRTH, L. (1973). Delineamentos e problemas da comunidade. In: FERNANDES, F. (org.). Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. Nacional/ Edusp, p. 82-99, São Paulo.



GT 4 – Cultura e Comunicação no mundo rural.

O Sertão das Águas: Gente barranqueira da comunidade rural de Barra do Pacuí-Norte de Minas Gerais

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula¹

¹ Professora no Departamento de Ciências Sociais na UNIMONTES- Universidade Estadual de Montes Claros. Integrante do Grupo de pesquisa OPARÁ- Estudos e Pesquisas sobre comunidades ribeirinhas do São Francisco. Pesquisadora da FAPEMIG e do CNPq. E-mail: andrapirapora@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo tem o objetivo de etnografar uma comunidade de pessoas barranqueiras nas margens do Rio São Francisco, no sertão do norte de Minas Gerais. Mostrar o cotidiano do viver na roça, o conviver com rio, o estar no lugar e a compreensão dos moradores do seu modo de vida. Através dos depoimentos dos moradores, foi possível compreender os símbolos, os lugares, os caminhos, os mitos, que formam e delimitam as normas de uso comum do território e definem a produção e reprodução social e simbólica do modo de vida das pessoas no lugar. Na atribuição da identidade somos os sujeitos que em nossas histórias fazemos e atribuímos valores e sensações no/ao lugar e no tempo que vivemos e que na Barra do Pacuí é representado na forma de cultivar a terra, na comida dos moradores baseada em grande parte dos alimentos cultivados na própria comunidade, nos momentos do sagrado, nas partidas e chegadas de seus habitantes que fazem que o lugar e o tempo sejam no correr da vida o significado e o significante no estar aqui e ser daqui.

Palavras-chaves: identidade, cultura, comunidade, memória, sertão norte-mineiro, rio São Francisco.



O sertão é uma espera enorme

Sertanejos, mire e veja; o sertão é uma espera enorme.

(JGROSA, 1986, p.509).

Quando adentramos no cerrado norte mineiro somos acometidos de variadas impressões. Da solidão perante a imensidão dos chapadões, do encantamento pelas águas límpidas e profundas dos rios, da exuberância da beleza na manifestação da natureza nos detalhes que vão das pequenas e coloridas flores em meio à vastidão da terra com poeira aos frutos e cores nas árvores e animais nos caminhos e trilhas. Essas impressões se intensificam pelo calor intenso que molha o corpo, no azul que toma conta do céu no “*dião de dia*”² e nas inúmeras estrelas que com a lua enorme e clara fazem o céu nas “noites do sertão”. Sertão tem cor, cheiro e sabor. Cor de terra, de poeira e de vermelho de urucum. Cheiro de fogo ardendo em fogão de lenha de alguém “passando” um café e o sabor de um “gole” de café ou de um cozido em panela de *alumínio arreado*.

As impressões descritas estão presentes no momento dessa travessia entre a cidade de Pirapora para a comunidade da Barra do Pacuí. Faremos o trajeto, a mudança de espaço em um tempo de no máximo três horas em carro pequeno. Mas a diversidade na paisagem entre o urbano da pequena cidade de Pirapora até o rural na comunidade da Barra do Pacuí nos revela espacialidades e temporalidades de uma geografia do sertão. Lembramos que a diferença entre a paisagem e matéria bruta é reconhecida pela nossa percepção como ensina Simon Shama (1996, p.17): “[...] Paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas.”

O tempo está quente, *abafado* como dizemos aqui no sertão, faz calor e ainda não choveu, “*mas vai chover, se não ventar muito, porque muito vento é sinal de pouca chuva,*” dizem os mais velhos. Estamos nos adentrando no cerrado, indo para terra de sertão em beira de rios, no encontro do Rio Pacuí com o São Francisco.

Depois de uma curva acentuada e com um grande pé de Baru para nos recepcionar, chegamos à comunidade. A paisagem mistura arbustos com galhos retorcidos e com raízes

² [...] Amanhã é que ser mesmo a festa, a missa, o todo do povo, o dia inteiro. Dião de dia! (JGROSA, 1984, p.187).



profundas, a flor vermelha conhecida aqui como ciganinha aparece em todos os cantos do caminho. Observamos que em frente ao pé de Baru tem a praça com a igreja de Nossa Senhora Aparecida. A pequena distância entre o lugar e a cidade se mostra grande na visualização do povoado.

Sensações distintas nos avassalam ao nos aproximarmos dos homens e das mulheres que vivem no interior do sertão. Sensações que variam do sentimento de impotência e de injustiça em percebermos famílias vivendo com tão pouco ao sentimento de compreender a diversidade dos mundos, em observar um modo de vida diferente do nosso, onde a concepção do que consideramos pouco é muito para as famílias que vivem na comunidade. Natureza e homem se confundem. As pessoas se misturam ao ambiente, entre a vastidão e o cercamento das terras. Homens, mulheres, velhos, adultos, jovens e muitas crianças que nos olham como se pudessem ver nossa alma.

Aqui estamos. Observamos as ações que se desenvolvem na paisagem, compreendendo que “a paisagem é dentro de nós, enquadrada por nosso olhar particular, por nossa memória individual, por mais coletiva que possa ser”. (BEZERRA E HEIDEMAN, 2006, p.4)

Várias crianças estão brincando com a bola, outras pessoas nos olham e nos cumprimentam com um sorriso e um aceno de cabeça. Mulheres conversam nas portas das casas. À cavalo passa um senhor de chapéu, mais ao longe podemos ver alguns homens em uma mesa de bar. São vários os sons, alguns próximos e outros mais distantes. Uma televisão está ligada e noticia a greve da USP(Universidade de São Paulo) em São Paulo, de outro lugar vem um som de música que não conseguimos perceber qual é, apenas o ritmo é conhecido, forró. Mais ao longe, em uma casa com a porta entreaberta, escutamos vozes femininas e masculinas e mais próximo de nós o barulho do vento nas folhas das árvores de baru e do jatobá. Já ao nosso redor, a algazarra das crianças.

Lembro que avisaram que o vento afasta a chuva, mas o frescor que traz ao corpo refresca e anima. Por alguns instantes ficamos em silêncio, contemplando o diferente, o estranho, o outro. Observamos em um campo de chão batido, sem grama, um jogo de futebol com homens com camisas do Flamengo (time carioca) e do Corinthians (time paulista). Confirmamos a influência da mídia, através das antenas parabólicas da televisão, os times de Estados distantes são aclamados aqui no sertão de Minas. Percebemos que ainda estávamos na



entrada da comunidade. Lembramos João Guimarães Rosa através do jagunço Riobaldo nos dizendo: “Regra do mundo é muito dividida”, (1986, p.53). Com as impressões e as sensações do ambiente e das pessoas do lugar vamos conhecer a Barra do Pacuí.



Figura 1- Gente Barranqueira

Fonte: Carlos Brandão e Andréa Narciso de Paula/2007/2008/2009.

Gente barranqueira

As pessoas na Barra se identificam como *barranqueiros*, em todas as entrevistas que fizemos e nas prosas e conversas que acompanhamos ficou evidente a autodenominação:

Somos barranqueiros, gente que cresceu na margem desse rio, que viveu e criou os filhos aqui nessas terras de barranco, somos do sertão, somos tudo gente barranqueira. Os nossos primeiros que desceram o rio procuravam terra na beira do rio, antes já viviam em Pirapora em fazenda perto do rio, outras pessoas que tem aqui, veio de São Romão, São Francisco, Ponto Chique, também beira de rio, e tem pouca gente dos gerais, gente de mais longe, foi sempre na beira do rio que a gente viveu. (Seu João Bento)



Vários autores utilizaram o termo *barranqueiro* para designar as populações nas margens do Rio São Francisco.³ Para Mata-Machado (1991), significa o “lavrador de vazante, conhecido como *barranqueiro*” (p.38). Para Pierson (1972), o termo equivale ao *lameiro*, populações que plantam em áreas de *lameiros* e que serve para descrever: “[...] pessoas que conhecem bem o rio e outros detalhes físicos da região e estão com eles intimamente associados. (p.305). *Barranqueiro* é caracterizado por Neves (2004) como termo da linguagem regional da região do Médio São Francisco:

[...] Até os anos de 1960, designava o homem ribeirinho - em geral, o camponês e o pescador, à beira do rio. A partir daquela década, intensificou o processo de urbanização regional, sendo a população urbana atualmente maior que a rural. Assim *barranqueiro* passou a designar indistintamente todos os habitantes da ribeira, sejam do campo ou das cidades. (p.8)

A relação profunda e rotineira dos habitantes com o rio e a terra faz com que a identidade dos moradores aconteça no estar no rio e na dependência do rio. Ao se afirmarem *barranqueiros* estão se diferenciando de outros povos e comunidades próximas e distantes e conjugando entre eles e com eles e o ambiente natural um laço de pertença e de dependência caracterizado no ser daqui e viver aqui. Povo dos gerais, do cerrado, são denominações atribuídas as pessoas de longe, de fora, mas que vivem no interior, em pequenas comunidades ou povoados. Quando falam de pessoas vindas de cidades maiores referem-se aos *chegantes* quando esses vieram e ficaram e aos *forasteiros* quando só ficaram por um tempo, de passagem, como explicam. A explicação dos moradores confirma os estudos de Martins (1997, p.18) quando classifica o *chegante* como alguém que chega para ficar, para compartilhar e partilhar o destino.

“*Somos agricultores e depois pescadores*”. Repetem e confirmam as práticas de trabalho realizadas no cotidiano. A tradição no trabalho coletivo, na partilha e na reciprocidade, no estar na comunidade, no viver e produzir seus alimentos, no conflito e no confronto com costumes rurais e urbanos que transcorrem a vida de agora, os identificam como homens e mulheres que tem a vida ligada à terra e ao rio. Raízes que fazem que terra e água sejam indissolúveis e responsáveis pela sobrevivência humana no lugar. Como relatam:

³ Diegues e Arruda (2001) utilizam o termo *varjeiro* para designar as populações tradicionais das margens do São Francisco: “*Varjeiros* ou *varzeiros* são aquelas populações tradicionais que vivem às margens dos rios e várzeas, sobretudo às margens do rio São Francisco” (p.51). Ressaltamos que em nenhum dos relatos, entrevistas ou contato com os moradores da Barra os mesmos citaram para o grupo ou para grupos próximos o termo *vazanteiro*, mas citaram agricultura de vazante para designar o trabalho na roça.



Vivemos da terra, é ela que dá o de comer, a água traz o peixe, que hoje em dia não tem muito e quando tem a gente tem medo de comer. O que a gente planta sem veneno nenhum a gente sabe que é bom. Mas a gente sabe que não tem terra sem água. Então minha filha posso dizer para você eu sou camponês, eu vivo aqui no campo. A gente tem raiz, vincada aqui, e isso não tem jeito é para sempre, ninguém arranca então é cuidar, regar para ter sempre.” (Seu João Bento, agricultor, 68 anos, morador da Barra do Pacuí/depoimento em julho de 2011)

Na atribuição da identidade somos os sujeitos que em nossas histórias fazemos e atribuímos valores e sensações no/ao lugar e no tempo que vivemos e que na Barra do Pacuí é representado na forma de cultivar a terra, na dieta dos moradores baseada em grande parte dos alimentos cultivados na própria comunidade, nos momentos do sagrado, nas partidas e chegadas de seus habitantes que fazem que o lugar e o tempo sejam no correr da vida o significado e o significante no estar aqui e ser daqui.

A maioria das pessoas que moram aqui são daqui. Só tem um moço que veio. Ele ficava e tinha uma casinha na ilha, mas não essa aqui não, outra ilha, aí veio e construiu aqui. Aqui era tudo mato. Agora o terreno da Barra é da Prefeitura de Ibiaí, e o herdeiro, Seu João Bento, vendeu. Agora tá loteado. Para conseguir espaço tem que ver na prefeitura, foi assim com forasteiros que construíram lá perto do rio, foi assim com chegantes da cidade e acontece agora com todos”. (Relato de Dona Terezinha, 67 anos, entrevista para Andrea M. N. R. de Paula, junho de 2008, moradora da Barra do Pacuí).

O ciclo da vida dos moradores é feito no ciclo da natureza entremeado na relação ambiente e sociedade que fazem do sertão físico um sertão sentido. Gente barranqueira camponesa que tem no trabalho e na terra o sustento.

A Barra é uma pequena comunidade, em formato de vila, dividida visualmente em dois grandes círculos, que são denominados pelos moradores como: *parte alta e parte baixa*. Esses amplos espaços são cercados por fazendas por todos os lados, menos de um lado que leva ao rio. As representações dos espaços definidos pelos moradores na Barra do Pacuí geram a delimitação e a interligação através dos costumes, preceitos e do modo de vida no lugar.



Crôqui da **Comunidade de Barra do Pacuí**
Autor: Mateus N. Rocha de Paula- Fevereiro 2008.

Sertão sentido: o cotidiano do fazer a vida.

O cotidiano dos moradores da Barra do Pacuí é marcado pelos “ciclos” do trabalho e da vida, definidos pelos moradores nos *tempos de cheias* e *tempos de secas*. A fartura das águas proporciona boa lavoura, boa pesca e a permanência dos elementos da família na comunidade. As secas das águas proporcionam perda das lavouras, diminuição de peixes no rio e a mobilidade dos elementos da família para outros espaços na região e fora dela para o trabalho temporário a principio. O dia-a-dia é marcado pela vida rural camponesa com a solidariedade centrada nas relações de trabalho na pequena lavoura e na pesca. A troca de produtos é bastante freqüente entre os moradores. O escambo acontece na troca de verduras, animais domésticos, milho, feijão, frutas, mandioca e farinha de mandioca e derivados (beiju, polvilho). Não são tão comuns os escambos de peixes, destinados mais à venda. É comum a troca de ervas, remédios caseiros, raízes, óleos, paus, folhas que são utilizadas pelas famílias como medicamentos.

Percebemos distinções de espaços da natureza, espaços do trabalho, espaços da casa e da família, espaços do sagrado e do lazer que constituem o território e fazem a territorialidade



da Barra. Todos sabem onde termina e começa a propriedade do vizinho, as populações nativas organizam, através das percepções, observações, ações e atividades individuais e coletivas, uma cartografia dos espaços e dos lugares delimitando limites e demarcando fronteiras simbólicas, provocando identidade e identificação nos moradores com o lugar representados através dos locais e suas regras, símbolos, valores sociais e de conduta.

A comida

Os relatos das mulheres e dos homens retratam que as tradições do grupo e em grupo perpassam o fazer diário, entre elas a elaboração da comida, em consonância com as atividades diárias de vida no trabalho e na convivência familiar.

A dieta dos moradores é baseada naquilo que é cultivado na comunidade. Feijão, hortaliças, quiabo, abóbora e maxixe são alguns dos alimentos que compõem a alimentação dos moradores no dia-a-dia. Peixe e aves são comuns nas refeições. *“Picadinho de tomate verde, é bem comum aqui. Você faz assim, refoga óleo, alho, sal, tomate verde e deixa cozinhar um pouco e desliga e coloca tempero verde por cima. É muito bom.”* (Dona Terezinha, moradora da comunidade, 68 anos)

Os moradores gostam de relatar que a alimentação é *boa e saudável* em função de consumirem poucos produtos industrializados. Consideram *estranhos* os produtos vindos da cidade. O arroz, feijão e a *mistura*⁴, o *“de comer do dia- a- dia”* é considerado simples, mas forte, e não faltam na mesa dos camponeses. Não plantam arroz, explicam que o *“terreno é pouco demais pra plantar arroz.”*

As mulheres são responsáveis pela preparação da alimentação diária da família e tem geralmente o auxílio das filhas. Os homens sabem cozinhar, mas só o fazem em situações de *“muita necessidade”* como relatam. As refeições são feitas sempre em família e o chefe da família, os homens em sua maioria, são os primeiros a serem servidos. A mulher faz o *“prato”* que é bem *farto* (ou seja, bem cheio) com um bom pedaço da carne do dia, se tiver. Depois do homem, os filhos e filhas vão servir os alimentos diretamente nas panelas e por último é a mulher que irá fazer seu prato de comida. O almoço acontecia no quintal, em volta das árvores, e hoje como o jantar acontece na sala, geralmente assistindo televisão. O café da

⁴ Arroz e feijão (implicitamente, farinha, que raramente os larga) são, por excelência, a comida; o resto, se chama *mistura*, de modo significativo. Aquela permanece; esta falta muitas vezes, ou aparece em quantidade insignificante (CANDIDO, 2001, p.170, grifos do original).



manhã e os pequenos lanches durante o dia são realizados entre um trabalho e outro e não são considerados refeições e sim um “*descanso para a barriga agüentar a hora da comida*”. Quando existem visitas nas residências, são essas pessoas as primeiras a “*fazerem o prato*” nas panelas e sempre é oferecido um café com biscoitos (biscoito de polvilho e também biscoitos industrializados como os de maizena) para os visitantes, independentemente do horário.

A comida diária vem quase toda da própria comunidade e obedece o calendário da natureza entre cheias e secas. Os moradores consideram que “*não comem tão bem como antigamente*”. Segundo eles, os alimentos de hoje são “*mais fracos e com muita coisa estranha que nem dá pra saber o que você tá comendo*”. Os relatos dizem respeito às modificações na dieta das famílias, entre elas citam a diminuição do consumo de carnes de gado, de porco, o consumo quase diário de macarrão e a substituição da gordura de porco pelo óleo de soja refinado no preparo dos alimentos.

O momento da refeição é também momento de agradecimento, a comida tem valor simbólico e real para os moradores. Gestos como o sinal da cruz, o nome do pai, e o agradecimento pelo alimento a Deus são rotineiros no início da refeição, principalmente no almoço. A escolha dos alimentos para determinada refeição é resultado de quem são as pessoas que fazem parte daquela refeição e o dia da mesma. Se houver visitas é comum ter frango, que é a maneira de mostrar que aquela pessoa é bem vinda, “*recebemos com um franguinho daqui bem feito e gostoso, é nossa comida mais fina, de domingo ou de dia de festa*”.

O cultivo, a colheita, o preparo e o saborear os alimentos fazem parte do cotidiano das famílias com divisões de funções e com a partilha da refeição em grupo. A comida do dia-a-dia (arroz, feijão, macarrão), as comidas de festas (carnes de frango e porco), comidas de trabalho (farofa e arroz), comidas de viagens (paçocas), comidas das épocas do ano (beiju, pamonhas, doce de buriti) e das fases da vida como na gravidez (couve refogada com feijão), após o parto (caldo de frango e pirão de peixe), a infância (leite com rapadura e farinha com rapadura) e na reabilitação da saúde (caldo de carne com mandioca) são pré-determinadas pelos mais velhos e feitas e servidas com regularidade pelas famílias em suas casas no lugar.

Os casamentos



Os laços familiares entre os principais troncos que habitam o lugar são fortalecidos pela existência de casamentos entre primos. Segundo Woortmann. E. (1995), o casamento entre camponeses é um acordo entre famílias e promove a preservação da comunidade: “a rigor, não são apenas dois indivíduos que se casam, mas duas famílias que entram em acordo. Trata-se de um “affaire de famille” (p.57). Hoje apenas duas famílias são “*de fora.*” Os demais moradores são descendentes das famílias que originaram a comunidade. “*Aqui é quase todo mundo família. É primo que casou com primo e foi rendendo*”, diz Seu Euclides.

Com um número pequeno de moradores e com a dificuldade de deslocamento, as famílias crescem com os relacionamentos acontecidos dentro da própria comunidade. As festas e danças religiosas que eram organizadas na comunidade funcionaram como local de encontros e de namoros. Reuniam moradores das proximidades como posseiros e trabalhadores das fazendas, viajantes que chegavam pelo rio através das lanchas; dessa maneira, várias famílias se formavam. “*Ali, quando batia o olho se gostava e dava casamento, ali tinha as danças, que também ajudava a gente*”. Dona Messias conta que foi assim também que conheceu o seu esposo, que veio de uma fazenda próxima.

Seu João Bento, neto de Francisco José Soares (um dos fundadores da comunidade) é casado com Dona Isabel, que é filha de Dona Ana, que hoje vive em Pirapora. Dos cinco filhos do casal, três moram na Barra e já constituíram famílias. A filha Edinéia se casou com Nivaldo, que é filho de Sebastiana, que é filha de Dona Tazinha, neta de Benedito Siqueira, um dos fundadores da comunidade. Seu Antonio Verde, (primo de Seu João Bento) se casou com Dona Antonina, que é neta de Anacleto Pereira de Matos. Tiveram sete filhos. Cinco deles agora vivem na Barra depois de idas e vindas a outras cidades da região e do país.

Os tempos passaram e os casamentos entre os membros da mesma família ou com algum grau de parentesco consolidaram a estrutura familiar da comunidade. Os habitantes casavam e ganhavam um pedaço de terra, construam suas casas, plantavam, colhiam, tinham seus filhos e ali permaneciam.

Quando inteirou 50 anos que eu casei, eu voltei a casar com mesmo marido, nos fizemos uma festa que todo mundo gostou. As pessoas dançaram das sete horas da noite ate sete da manhã, farreando. Eu adorava dançar, eu era dançadeira, dançava sapateado, carneiro, até o padre ficou satisfeito, por que ficar juntos cinqüenta anos não era cinqüenta dias. Meu marido era muito bom, não bebia pinga, mas eu bebia e ele não importava. (Dona Tazinha, 82 anos).



Hoje na Barra este tipo de casamento endogâmico não é tão freqüente, mas continua a ocorrer. Observamos muitos homens e mulheres que estão na sua segunda união com membros pertencentes e residentes na comunidade e eles e elas convivem bem com os filhos e ex- parceiros/ras da primeira união.

As alianças matrimoniais e de compadrio consolidou a tessitura da comunidade através da terra como patrimônio e, portanto, não sendo vendida ou negociada com estranhos e ao mesmo tempo distinguindo os que são da comunidade daqueles que não pertencem a ela.

As ajudas no cotidiano entre vizinhos, amigos e familiares são corriqueiras, incidem nos favores, nas atenções para com os outros, ou seja, socorrem-se uns aos outros pontualmente, quando a ajuda é solicitada. Em “Os Parceiros do Rio Bonito”, Antonio Cândido (2001), distingue o compadresco, a escolha dos compadres conforme a afinidade espiritual dos compadres, e o compadrio, conforme suas relações afetivas. Na Barra do Pacuí os padrinhos são escolhidos de acordo com a afinidade espiritual e as relações afetivas entre os compadres.

Os ciclos do trabalho entre o *plantar, o colher e o comer*⁵, intercalam as ações e as estações que provocam e fazem o conviver solidário entre os homens, as mulheres, as famílias nos ciclos do trabalho e da vida, fazendo os tempos e espaços da vida da Barra do Pacuí. Os saberes populares, passados de geração para geração, sempre tiveram no saber da natureza a sobrevivência. Fases da lua, tempos de chuvas e secas, épocas de plantio e de colheitas, bem como formas de plantio, são as referências dos ciclos da vida que fazem do sertão físico o sertão sentido.

⁵ Conferir em Brandão, 1981.

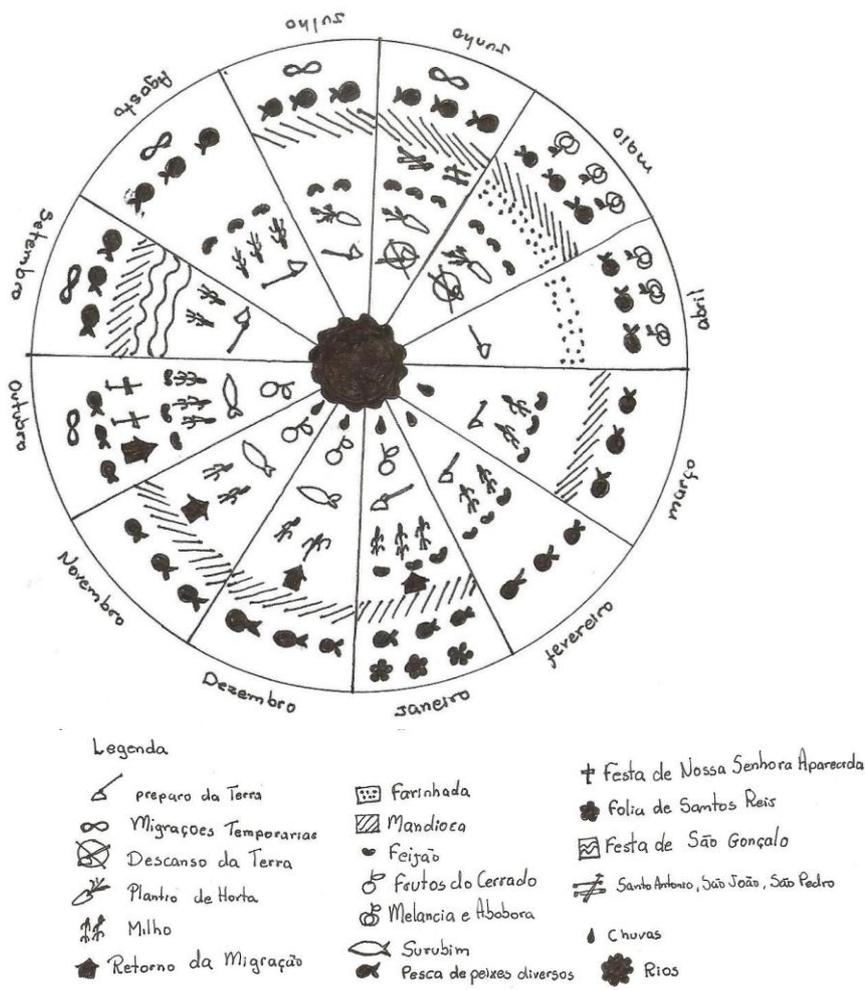


Figura 2: Representação do calendário da comunidade.
Fonte: RAMOS, Paola. 2009.

Os sonhos

Os projetos e sonhos dos moradores que conhecemos e que nos relataram um pouco das histórias de suas vidas na comunidade, apontaram para *viver no lugar em paz, o estudo dos filhos* e o desejo de *saúde para a família* como critérios de uma vida digna. Nos relatos dos mais velhos aparecem sempre a referência que -“*Nunca falte o prato de comida nem para a família e nem para quem chegar em nossa casa e que a gente tenha logo a comunidade reconhecida como RESEX pra poder ficar em paz e tranqüilo agora por muito tempo*”(Seu João Bento). *Que não falte comida na mesa* diz Seu Euclides, *Que a gente possa viver em paz e com os nossos*, diz Seu Tonhão. “*Que Deus proteja sempre a gente pra gente continuar vivendo*” fala Dona Terezinha.



Os sonhos estão sempre relacionados com o ambiente, com o modo de vida, com constância da vida e com a simplicidade do estar.

Travessando...

De acordo com o Decreto presidencial nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, são comunidades tradicionais:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (2007, s. p)

Podemos afirmar considerando a literatura de estudos de comunidade⁶ que temos uma comunidade tradicional rural na Barra do Pacuí. Um lugar que os moradores vivem em estreita dependência do mundo natural, para a manutenção de seu modo de vida. A unidade familiar produz para sua sobrevivência e depois comercializa o excedente. O conhecimento sobre os ciclos da natureza e a oralidade na transmissão são fundamentais e marcantes para o grupo. Os símbolos, lugares, caminhos, mitos, lendas são também formas de delimitar e definir normas de uso comum do território e exercem papel fundamental para a produção e reprodução social e simbólica do modo de vida.

De acordo com Bauman (2003), a comunidade nos provoca um sentimento de coisa boa, o estar na comunidade seria um aconchego e a sociedade é estar fora. A percepção que temos da comunidade da Barra perpassa o sentimento de comunidade imaginária estudada por esse autor. Para Redfield (2003), citado por Bauman, temos três características na comunidade que promovem a proteção para os seus membros: a distinção, a pequenez e auto-suficiência. Encontramos essas características na Barra. Distinção na divisão entre nós e eles. Pequenez na densa comunicação entre os de dentro. Em relação a auto-suficiência essa esta cada vez mais ameaçada, mas ainda é existente na relação com os outros.

Diferentes de outras comunidades rurais, na Barra do Pacuí todos tem acesso a terra para o plantio, portanto os deslocamentos da população são atribuídos as necessidades e anseios de melhoria de condições de vida que perpassam a melhoria da qualidade da moradia, da saúde, da educação e da aquisição de bens de consumo.

⁶ Martins (1975), Brandão (1988, 2000), Diegues e Arruda (2001)



O grupo que constituiu e fez e faz a tessitura do lugar tem as relações sociais baseadas na reciprocidade que envolve ritos que se transformam em normas, regras e valores que fazem as coletividades. As ações e condutas dos indivíduos são feitas nas relações interativas entre as pessoas, entre pessoas e a natureza, entre pessoas e coisas. As técnicas do fazer, a ética do agir e uma lógica do pensar são formados nos costumes (que fazem o modo de ser, agir e pensar) e no viver (códigos e sistemas sociais) que construímos e que são institucionalizados e legitimados nas teias, redes tecidas de símbolos, sentidos e significados. Assim a população nativa possui um cotidiano que é feito nas ações de cada um e uma externalizada nos universos do simbólico e do material, nas práticas de trabalho, na unidade familiar e na obtenção de alimento e recursos que possibilitem a sobrevivência.

Afirmamos que a Barra do Pacuí é uma comunidade de mínimos vitais e sociais, de acordo com a categorização de Antônio Candido (2001, p.35). Asseguramos também que a sociabilidade caipira, do mesmo modo estudada por este autor, está presente na comunidade através da proximidade das famílias vinculadas “[...] pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas (ibidem, p.81)

As histórias vividas em uma comunidade de beira de rio e a descrição do seu dia-a-dia são os elementos essenciais na concepção que os moradores têm do tempo social e das relações com os outros e outras e com o mundo. As transformações ecológicas e sociais que atingiram a região Norte Mineira afetaram diretamente a comunidade e seus moradores. As diminuições do território, a degradação das terras e águas, modificaram e seguem modificando o estar - junto no lugar.

Observamos modificações na representação do tempo e na concepção do espaço. O espaço foi modificando ao longo do tempo, e essas modificações construíram novas relações entre o homem e o meio. Temos diferentes tempos na comunidade: o tempo vinculado à natureza e o tempo vinculado ao trabalho na cidade e à obtenção de bens de consumo. Concepções de tempo e espaço são modificadas. Os Tempos e os espaços naturalizados decompõem-se. Tornam-se "outros".

Os espaços são definidos pelos moradores como: o espaço de vida, feito e vivido no lugar comunidade e o espaço do trabalho, vivido fora da comunidade. Nessa mediação é o processo migratório compreendido pela população local como sendo estratégia de reforço do



orçamento familiar e como forma de resistência e de permanência na terra e na comunidade. Deslocamentos geográficos acompanham deslocamentos da subjetividade. Invocamos o personagem Riobaldo, para confirmar: “Mas o sertão está movimentante todo tempo... rodando por terras tão longas” (1986, p.483).

Referências Bibliográficas:

BAUMAN, Zygmunt. **COMUNIDADE: a busca por segurança no mundo atual.** Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2003.

BEZERRA, Marily da Cunha & HEIDEMANN, Dieter. **Viajar pelo sertão roseano é antes de tudo uma descoberta.** Estudos Avançados. 20 (58) 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Tempo e Espaço na Comunidade Rural: A visita de um antropólogo à geografia,** In: II Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – agricultura e desenvolvimento. Uberlândia, Instituto de Geografia. UFU, 2006.

BRASIL. **Constituição da Republica federativa do Brasil.** Brasília, DF, 1988, Decreto Presidencial, 6040.2007.

CANDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida.** 6 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

DIEGUES, Antonio Carlos & ARRUDA, Rinaldo S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2001.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1997.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. 1991. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1690-1930).** Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

NEVES, Zanoni. **Os remeiros do Rio São Francisco.** São Paulo: Saraiva, 2004.

PIERSON, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco.** Rio de Janeiro: SUVALE, 1972. Tomo I e II.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas.** 33 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória.** Companhia das Letras, São Paulo, 1996.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros Parentes e Compadres.** São Paulo: Hucitec; Brasília: EDUNB, 1995.



O tempo e a pessoa: o processo de construção e comunicação na cantoria de pé-de-parede da Zona da Mata Pernambucana

Simone Silva¹

¹Doutora em Antropologia Social/Professora adjunta/Departamento de Ciências Sociais – UFF (Campos dos Goytacazes), simonesilvabr@gmail.com

Resumo

O objetivo central desta comunicação é refletir sobre o modo como a cantoria ajuda a compor a ideia de tempo na zona da mata, assim como pensar sobre a construção social da pessoa nesse tempo e espaço do ambiente poético. Concebida como ‘brincadeira’, a *cantoria*, é uma reunião de fim de semana, que tem maior incidência no segundo semestre do ano, e congrega amigos, vizinhos e parentes no quintal de uma casa ou em um estabelecimento comercial semelhante a um bar, para escutar uma dupla de poetas-cantadores. O material utilizado aqui é fruto de uma pesquisa etnográfica de um ano e três meses na zona da mata de Pernambuco. A região é economicamente a mais importante do estado, uma das maiores do Brasil quanto ao fornecimento de cana de açúcar e é reconhecida nacionalmente como uma das mais ricas em termos de ritos populares. O postulado teórico central deste texto é de que a poesia cantada no ambiente da cantoria permite aos convidados do evento uma oportunidade singular de reconstrução social. E como tal, a poesia-cantada será objeto de análise, sobretudo, através da apropriação feita pelas pessoas no evento, tal como os seus versos serão entendidos mais como categoria, ou seja, como um instrumento de pensamento, do que pelo seu valor estético ou rigor poético. Entendendo o tempo-espaço da cantoria como um momento de reconstrução social da pessoa, a ideia subjacente é de analisar os aspectos envoltos no processo de invenção da narrativa poética-etnográfica.

Palavras-chave: cantoria, repente, etnografia, tempo, pessoa



A cantoria, o tempo e a pessoa

A cantoria de pé-de-parede, na zona da mata de Pernambuco, é uma reunião organizada em casa ou em um bar/barraca¹ por um chefe de família ou por um dono daquele estabelecimento comercial para ouvir os versos improvisados por uma dupla de cantadores. O universo da viola é dominado por homens, mas há “poetisas de nome” como é o caso de Mocinha da Passira, que vive em Fortaleza e, de vez em quando, é convidada a realizar cantorias na região. O pé-de-parede, assim chamado pelo fato de a dupla cantar rente à parede, é realizado aos sábados à noite e aos domingos à tarde, reunindo amigos, parentes e vizinhos, que são convidados pelo organizador e/ou pelo cantador responsável pelo evento.

O processo de realização da cantoria é composto por três momentos: **a abertura**, no qual os poetas cantam, sobretudo, para agradecer o dono da casa/barraca pelo apoio à realização do evento, e também para fazer a propaganda da dupla enquanto bons cantadores; **o elogio**, que consiste no momento dos versos que louvam o nome de todos os convidados adultos presentes no ambiente, que por sua vez, devem pagar aos cantadores pelas estrofes enaltecedoras; e, por fim, a hora dos **pedidos**, momento em que os convidados são autorizados a solicitar modalidades poéticas e canção. Essas três etapas são intercaladas por pequenos intervalos de cerca de 10 a 15 minutos, durante os quais, se houver cantador profissional ou amador como convidado, continua a ter produção de versos. Na região, o pé-de-parede, tal como o coco-de-roda, o maracatu rural, o cavalo marinho e o pastoril², é considerado uma *brincadeira*.

No jogo incessante da repetição dos nomes e das relações por meio dos versos, o improviso temporário reafirma laços atemporais, sob o testemunho de amigos, parentes e vizinhos. Os versos criados na negociação entre cantador e convidado destacam a dimensão da vida das pessoas que lhes interessam apresentar. Dessa forma, narra-se incessantemente sobre o “bom chefe de família”, “o homem respeitado”, “o pai excelente”, “a mãe protetora”, “o amigo de confiança”, “a mulher fiel”, “a pessoa de

¹ Barraca é um estabelecimento comercial onde é possível comprar bebidas, alguns produtos alimentícios, por exemplo, arroz, café, ou ainda, produtos de limpeza e doces, balas, bombons e biscoito. Algumas delas só vendem cerveja, refrigerante, aguardente e doces. Na região estudada, quase todas estão acopladas à estrutura arquitetônica da própria casa do dono do estabelecimento.

² O cavalo marinho e o pastoril são folguedos natalinos, já o coco e o maracatu rural são ritmos musicais. Todos envolvem dança.



cartaz”, “o lugar bom para cantoria”, entre outras coisas. As estrofes também podem destacar alguns assuntos que a rigor seriam delicados de serem comentados no cotidiano, mas que não o é em “ambiente” de cantoria e, sobretudo, sendo narrado pelo cantador – a pessoa autorizada para fazer graça com a questão. E isso só foi possível de identificar a partir de um estudo etnográfico sobre a relação das pessoas com a poesia e no evento. Além disso, a análise etnográfica da cantoria permite ir além da construção tipológica que, em certa medida, é útil para uma definição enciclopédica do evento, mas pouco diz sobre os sentidos, valores e significados dados pelas pessoas que dele fazem parte.

A proposta para a realização de uma cantoria pode nascer de um convite do dono da casa/barraca ou da oferta do próprio cantador. Uma vez que ambas as partes estejam de acordo com a realização da brincadeira, surge o “trato”, ou seja, o compromisso estabelecido entre um dos cantadores da dupla e o dono da barraca e/ou da casa. Os locais onde se realiza o pé-de-parede são considerados, pelos cantadores, como “ambiente de cantoria”. Cada poeta tem os seus próprios ambientes, que podem estar em sua atual vizinhança, no local onde foi criado ou tenha trabalhado, ou ainda, em uma região onde ele tenha parentes e/ou amigos apreciadores de poesia, ou como são chamados, fãs de cantoria. Esse domínio de ambiente marca o caráter agonístico do evento, onde sempre há um “cantador local”, ou seja, o dono do ambiente - aquele que fechou o trato, e o outro que é o parceiro convidado – o de fora. O conjunto desses ambientes forma uma extensa e complexa geografia da cantoria, a partir da qual, entre outros fatores, cada cantador é legitimado enquanto “profissional”. Essa geografia poética tende a se expandir, à medida que o cantador vai tendo mais anos “na profissão”, contudo, ao se tornar idoso, mesmo que já tenha alcançado o ápice enquanto cantador e, desse modo, seja um “profissional de nome”, a tendência é ter o seu território reduzido.

A cantoria, como gênero poético, é muito apreciada em alguns estados do Nordeste (PE, RN, CE e PB) e tem como característica central a produção de versos improvisados no momento da apresentação. A qualidade repentina dessa criação tem mais relação com uma agilidade na articulação das idéias do que com uma produção impensada daquilo que está sendo dito. Os poetas sabem e acreditam no que cantam. A melodia produzida pelo som da viola serve para marcar se o verso foi metricamente bem construído, ou seja, se o poeta não excedeu o número de sílabas



poéticas. Ela é uma referência rítmica para o diálogo: enquanto um cantador está cantando os seus versos, o outro, além de prestar a atenção no que está sendo cantado, dedilha a viola e pensa em sua próxima estrofe. É nesse sentido que, em conformidade com o que foi dito por Maria Ignez Ayala (1987), entendo que “cantar” no pé-de-parede não esteja relacionado à musicalidade propriamente dita, e sim ao sentido de convencer o outro – já que o grande trunfo do evento é o embate entre os dois cantadores.

Hoje em dia, em Pernambuco, esse gênero é propagado em eventos como o pé-de-parede, em festas da cidade, em palanques de comício político, em programas de rádio e em competição de duplas de cantadores por meio dos festivais regionais ou estaduais, realizados em grandes palcos em todo o estado. Além disso, a cantoria se faz presente na vida das pessoas mesmo quando o ambiente não é o da brincadeira ou da apresentação de cantadores, por exemplo, através dos versos cantados ao longo da jornada no corte da cana ou no processo do preparo da farinha, nas tarefas de casa através dos programas de cantoria do rádio, em comemorações de aniversário, nos eventos organizados pelo sindicato para a reivindicação salarial dos trabalhadores rurais.

No estado de Pernambuco, o gênero poético cantoria está presente em várias regiões: na capital, na zona da mata, em alguns municípios do agreste, por exemplo, Passira, Gravatá, Feira Nova, Bezerros e Caruaru, e no sertão do Pajeú, sobretudo, no município de São José do Egito, a 412 quilômetros de Recife. Vêm desse município os mais afamados cantadores pernambucanos: Antônio Marinho, os irmãos Lourival Batista (o Louro do Pajeú), Dimas Batista e Otacílio Batista, Job Patriota, Bil de Crisanto e Pedro Leite. Em relação à zona da mata, a cantoria se estende por todo o seu território, entretanto, este estudo etnográfico concentrou-se nas cidades da Mata Centro-Norte, mais especificamente nos seguintes municípios: Vitória de Santo Antão, Paudalho, Lagoa de Itaenga, Carpina e Glória de Goitá.

A área privilegiada para a realização desta etnografia não costuma ser contemplada nos estudos sobre repente, porque o agreste e o sertão foram desde sempre consagrados enquanto regiões poéticas por excelência, inclusive nos demais estados do nordeste. Ao litoral são atribuídas, como formas poéticas típicas, a embolada e o maracatu rural, no caso pernambucano. Ou ainda, as danças dramáticas



como os pastoris, os reisados e bumbas-meu-boi, presentes nas antigas festas religiosas, sobretudo, naquelas que celebravam os padroeiros das grandes propriedades (Carneiro, 1971). Hoje, num contexto rural modificado pela falência dos engenhos, substituídos pelas usinas, essas manifestações perderam seu espaço no cotidiano da população do campo. Apesar da tradição bibliográfica, que vem, por exemplo, desde os estudos da década de 1920 do folclorista Leonardo Motta, a zona da mata é uma região especialmente interessante para estudar a cantoria porque, por um lado, ela, ao contrário dos demais eventos, é uma constante no dia-a-dia das pessoas e, por outro, porque nos permite investigar a gênese dos poetas-cantadores enquanto profissionais numa região dominada pelo mundo do trabalho rural.

Além disso, a relação entre o cotidiano na cana e a brincadeira foi se apresentando cada vez mais imbricada em questões que, se analisadas mais de perto, percebia-se que seria possível trazer apontamentos mais esclarecedores sobre os dois mundos. Um deles, por exemplo, e sobre o qual vamos discutir aqui, é a ideia do “tempo”. O trabalho de campo nas cantorias, desde o início, foi marcado pela persistente e objetivada ideia do tempo, que ao longo da pesquisa foi se congeminando em muitos sentidos. Quando cheguei à zona da mata, em março de 2006, fui informada de que aquele período não era “tempo” de cantoria. Os cantadores com os quais trabalhei me fizeram compreender que o evento segue o calendário agrícola da região. Ou seja, é no segundo semestre, “tempo” do corte e moagem da cana, que os tratos de cantoria são mais recorrentes. A explicação, como se pode notar, é simples de entender, uma vez que a maior parte da população trabalha na monocultura canavieira e é dela que tira a base do sustento da família. Como a cantoria é um evento que demanda um investimento, ainda que mínimo, seja para solicitar versos e pagar o elogio ou mesmo para comprar cerveja, aguardente ou refrigerante, a realização da brincadeira fica bastante comprometida nos primeiros seis meses do ano. Para usar um termo nativo, poderíamos dizer que “o período da tranca³” estanca o fluxo da brincadeira e, dessa forma, o que parecia ser cíclico, repetitivo e certo abre espaço para um momento de incerteza quanto à sua continuidade.

O “tempo da cantoria”, período este que, à primeira vista, é circunscrito e garantido pelo calendário agrícola, na realidade, não está assegurado por nenhuma

³ A época da paralização do serviço no período da entressafra.



instituição ou celebrações festivas. É um tempo que, como o próprio conceito utilizado, não existe em absoluto. Recuperando as indagações de Edmund Leach (1974:204), podemos dizer que o tempo da cantoria, nós o experimentamos, “...mas não com os nossos próprios sentidos. Nós não o vemos, nem o tocamos, nem o cheiramos, nem o degustamos, nem o ouvimos. Como, então?”. A sua materialização, se é que podemos assim chamá-lo, emerge do hiato iniciado com o período da tranca, ou seja, a partir daquilo que Leach denominou como “oscilação de opostos”: sem trabalho - com trabalho. Entretanto, o hiato provocado pelo período da tranca não garante automaticamente a realização das brincadeiras no quintal das casas dos fãs de cantoria. Nada garante que um chefe de família ou o dono de um bar que tenha colocado cantoria em casa num verão, repetirá o ato no ano seguinte. Ao longo do trabalho de campo, fui percebendo que o tempo da cantoria havia passado por um longo processo de transformação em decorrência do fim da “morada⁴”. Os nativos com mais de 50 anos assinalaram diversas vezes que, na época dos sítios, o tempo da cantoria era muito mais cheio de pratos e muito maior. A população da mata pernambucana, há 20 anos, tinha verões mais longos, que alcançavam em pleno vapor o mês de março. Em dezembro de 2006, ao contrário, o tempo da cantoria, se não tinha chegado ao seu fim, já se encontrava em condições moribundas.

Por exemplo, as pessoas com as quais trabalhei só colocaram cantoria uma única vez no verão que passei com eles e, assim o fizeram, depois de um longo intervalo sem organizá-la. O senhor Raimundinho do Sítio Uruba, por exemplo, marcou uma depois de seis anos; dona Maria, de Araçoiaba, levou três anos para voltar a colocar brincadeira em casa. Vale ressaltar que nem todos os fãs podem colocar cantoria no quintal de casa, seja por uma questão econômica, seja por um não reconhecimento do seu domínio do universo poético. As casas onde a brincadeira pode acontecer são reconhecidas e legitimadas como ambiente de cantoria, não importando se lá a brincadeira é identificada como boa ou ruim, segundo os critérios nativos. Então surge aqui uma incerteza: aonde haverá cantoria? Quem colocará cantoria após o hiato da tranca? Essas questões só podem ser respondidas a cada fim de semana e sem garantia nenhuma de uma resposta positiva. Porém, o hiato entre o tempo com trabalho e o sem trabalho não compromete a ordenação das experiências cotidianas, se considerarmos que :

⁴ Morador é aquele que trabalha e mora no engenho em pequenas propriedades chamadas de sítio.



“..O intervalo entre dois festivais sucessivos do mesmo tipo é um “período”, geralmente um período que tem nome, por exemplo, “semana”, “ano”. Sem os festivais, tais períodos não existiriam, e toda a ordem sairia da vida social. Falamos na medida do tempo, como se o tempo fosse uma coisa concreta à espera de ser medida; mas de fato nós *criamos o tempo* através da criação de intervalos na vida social. Até que tivéssemos feito isto, não havia tempo para ser medido.” (Leach, 1974:207)

Desse modo, o tempo da cantoria é uma criação que se faz por meio de outro tempo: o tempo ritualístico de realização da brincadeira. Se continuarmos com a hipótese de que a função do evento é a ordenação do tempo – o período cíclico dito em termos de semana, mês, ano - ainda assim restaria investigar, no caso da cantoria, sobre o tempo “ristualístico”, que emerge no e do quintal de uma família ou no saguão de um bar. Uma vez que o trato é fechado, cabe ao cantador e o dono da casa/bar convidar os amigos, parentes e vizinhos. Aos últimos cabe honrar o convite ou, ao menos, dar uma satisfação diante da impossibilidade de não cumpri-lo. O trato é um instante curioso porque se determina ali o dia da brincadeira, mas nunca o tempo de sua durabilidade. Sabe-se que se for sábado é à noite, sendo iniciada por volta das 20h, e se for no domingo, com poucas exceções, por volta das 16h. Apesar de não haver um acerto quanto à duração do evento, o trato, já em seu acerto, anuncia uma espécie de fim temporário da brincadeira naquele ambiente. As pessoas quando avisadas do evento já sabem que após o término daquela brincadeira, o período seguinte será de um hiato indeterminado, podendo durar anos. Tomamos noção da gravidade do que está sendo exposto aqui, quando sabemos que em todo um bairro pode haver somente uma única casa que coloca cantoria. A própria ideia sugerida pelo vocábulo brincadeira já nos fornece uma imprecisão temporal. É bem verdade que algumas brincadeiras da mata pernambucana, o maracatu rural, por exemplo, ganharam espaço no calendário festivo oficial, mas a sua realização nos espaços domésticos ainda é circunscrita por um tempo singular e bastante diferente do acima citado.

O espaço do tempo ritualístico é constituído pelas pessoas, bancos, cadeiras, as violas, os versos e o prato do dinheiro da dupla de cantadores. Começa-se a contar o tempo, em direção ao fim da brincadeira, quando os poetas dão início a improvisação. A organização do espaço prioriza as crianças, os idosos e especialistas de cantoria na linha mais próxima à dupla; as mulheres são protegidas no ceio do grupo sentado diante dos



poetas; aos jovens cabe o espaço dos fundos, afastado dos bancos, de modo que a sua conversa não interfira no andamento da criação dos versos. Uma vez que a abertura foi feita, passa-se a contar o tempo ritualístico, mas sem determinação de hora, compromissos externos, etc. É o tempo da invenção de inúmeras narrativas, cada qual nascida do pedido de um convidado ou da própria improvisação da dupla. Semelhantemente à dinâmica daquilo que A.R.Radcliffe-Brown denominou como “parentesco por brincadeira”, em que a gozação é a forma encontrada para combinar a amizade e o antagonismo, os versos em dia de cantoria revelam uma série de dados importantes para se entender as regras, as interdições e as afinidades entre os amigos, parentes e, sobretudo, entre os familiares.

As estrofes que compõem a etapa do elogio, talvez a mais importante de todo o evento, são todas dedicadas a inserir as pessoas na brincadeira. Elas constituem a concretização da promessa de que todos os convidados terão as suas pessoas cantadas individualmente, tal como anunciado em um dos versos da sextilha de abertura. Essa inserção se dá por um jogo incessante de repetição do nome do convidado, acompanhado de uma exaltação de sua “atitude moral”, às vezes de suas características físicas, de sua atividade profissional e também de suas relações familiares. A motivação por trabalhar com a ideia de inserção para explicar o elogio se deu porque essa é a etapa em que não só se anuncia o nome dos convidados, mas, sobretudo, porque o ambiente de cantoria lhes permite pôr em evidência as dimensões da vida que lhes interessam destacar, da mesma forma que lhes autoriza a fazer parte do círculo em torno da dupla, que se configura como um reduto de especialistas ou pessoas que tem gosto por cantoria. Ainda que todos saibam que os versos produzidos nessa etapa deverão ser pagos, o elogio é iniciado com um jogo sutil de avisos de que é chegada a hora de contribuir com uma dada quantia para a dupla e, para garantir o seu caráter desinteressado, o cantador dono do trato inicia esse anúncio pelo nome do dono da casa.

Vejamos a cantoria do senhor Raimundinho:

Severino

Eu vou mudar de caminho
De vereda e de estrada
Comecei cedo na noite
Para atender da madrugada
É hora de Raimundinho
Me dá a bandeira forrada

Heleno

Canção para a namorada



Oferecer para alguém
E na casa de Raimundinho
Só tem pessoa de bem
E por ter tanta gente honesta

Não vai escapar ninguém

O dono da casa é o único que não participa efetivamente da prática da inserção por meio do pagamento, uma vez que a sua pessoa já vem sendo cantada desde as sextilhas de abertura e, em especial, porque a sua relação com a dupla se dá por outra via - a da concessão do ambiente. Entretanto, o anúncio de sua pessoa é imprescindível uma vez que ele é o único responsável em determinar o teto de pagamento de sua cantoria, o que é refletido no ato da entrega da bandeja, que já vem forrada com uma toalhinha e com a quantia ofertada.

Severino

Zé de Zuza se apresenta
Na nossa festividade
A gente faz o convite
E ele tem boa vontade
Para fazer como Raimundo
Com a mesma integridade

Heleno

Zé de Zuza é de verdade
Tenho consideração
Sofri quando o acidente
Ele sofreu, meu irmão
Hoje veio para cantoria
Para dar a colaboração

No caso das estrofes acima, há dois aspectos importantes e bastante ilustrativos da dinâmica que compõe o elogio ao homem, o primeiro a ser cantado na brincadeira. O anúncio de seu nome quase sempre é associado ao de sua esposa, por exemplo, Zé de Zuza, que quer dizer Zé marido de Zuza. De acordo com as cantorias que eu acompanhei, a relação entre marido e mulher é a mais comum de não ter explicitado em seu anúncio o laço que os une. Então, além de Zé de Zuza, tem Biu de Rita, entre outros casais, competindo com as relações de parentescos que são freqüentemente anunciadas: “Luís da Kombi, genro de Raimundinho”, “Neguinho, filho de Zé Bala”, “Nel, filho de Raimundinho”, “Lula, filho de Biu”, “Adelino, irmão de Neuza”, “Biu, amigo de Léia”, “Adelina, mãe de Manoel barbeiro”, etc. Considerando o fato de que cantoria de pé-de-parede é uma brincadeira que reúne vários familiares, é possível se perguntar o porquê de um parente ser privilegiado em relação aos demais no momento do anúncio de sua



pessoa, tal como o é a figura do pai, por exemplo, frente à pouco expressiva figura do cunhado ou, sobretudo, a inexistente menção ao tio. Na cantoria do senhor Raimundinho estavam presentes, por exemplo, as suas filhas, netos, genros, a sua esposa, irmãos, os amigos convidados do cantador dono do trato - Heleno Fragoso, que por sua vez tinha os irmãos, a irmã e a esposa presentes, além de alguns vizinhos. Desse modo, os versos improvisados naquela cantoria são bem ilustrativos desse ponto, visto que os irmãos do senhor Raimundinho, por exemplo, poderiam ter sido cantados em relação aos seus vários sobrinhos, mas, ao contrário, o seu elogio foi associado à figura do irmão que, depois da figura do pai, configura no parente mais citado na brincadeira.

No que concerne a associação à figura do pai, vale a pena lembrar que, durante muito tempo, nesse contexto, tal como descrito nos estudos de Palmeira (1977) e de Sigaud (1979), a condição para ser um “morador com sítio”, ou seja, um morador privilegiado, já que o sítio era interpretado como uma concessão do senhor e, desse modo, não constava como direito do trabalhador, era de que o homem proponente tinha que ser casado e ter filhos. Além da relação entre pai e filho ter se configurado por décadas em um requisito essencial para obtenção do sítio, ela ainda hoje sustenta a própria dinâmica da economia familiar das pessoas desse universo, uma vez que são os filhos, ao lado dos pais, os responsáveis pelo fomento da roça que, muitas vezes, é a base da economia familiar, tal como é o caso do senhor Raimundinho, com o seu roçado de mandioca, coentro, salsa e cebolinha, ou da própria família do cantador Heleno Fragoso.

Além dessa associação parental entre pai e filho, genro e sogro, entre irmãos, cunhados, há uma explicitação de caráter moral em relação ao homem, que está ligado ao fato de ele ser “pessoa verdadeira”, “de fé”, “de confiança”, “gente boa”, “com cartaz”, “cidadão excelente”, “senhor bem garantido”.

Heleno

Zé de Zuza está de lado
Pessoa de garantia
Meu amigo de verdade
Que tanto me prestigia
Admiro Zé de Zuza
Que é fã de cantoria

Há em todas essas categorias, que são utilizadas para anunciar a pessoa dos homens, um grande apreço em destacá-los como honestos, donos de incomparável integridade.



Severino

Negrinho é de garantia
Uma paga bela faz
Nós temos Cara de Gato
Que é um íntegro rapaz
Em toda festa que vem
Nos mostra a glória e a paz

A honestidade ressaltada no anúncio da figura masculina está relacionada ao fato de a pessoa em questão ser um bom pagador, ser um homem de palavra, aquele que nunca deixa de honrar os seus compromissos. Muitas vezes quando compartilharam comigo histórias de pessoas locais ou mesmo fatos sobre algum outro cantador em relação a certo “desvio de conduta”, as reprovações estavam quase sempre relacionadas ao fato de a pessoa não ter agido conforme o padrão local de honestidade e, com isso, ter perdido a confiança dos demais. A própria expressão “pessoa de cartaz” (pessoa de confiança), que apareceu abundantemente nos elogios das cantorias das quais participei, demarca o apreço pela honestidade.

Conforme observado, o elogio feito às mulheres, tal como aquele feito aos homens, também assinala os laços de parentesco para exaltar a sua pessoa. Entretanto, no caso específico do elogio feminino, a figura familiar que ganha mais destaque é o marido. Essa ênfase na figura do marido quase sempre associa a mulher ao mundo privado da casa. Essa associação é feita dando destaque à característica principal da composição do elogio feminino: o fato de a mulher ser “mãe/esposa zelosa”, “mulher de essência”, “viver dentro da morada”, “ser protetora”, “fiel”, “não prostituída”. A mulher casada é sempre louvada como aquela que garante a felicidade do seu marido, que com ela “tem tudo”. A mulher, sendo a responsável direta pela felicidade do marido, é também cantada como aquela que trabalha para a manutenção de um lar harmônico.

Podemos ver que a inserção dos convidados por meio dos versos se dá pela concretização do espaço criado pela audiência no ambiente da cantoria. A consolidação desse espaço assinala uma ordem diferente, que é própria do ambiente do pé-de-parede, no qual tanto os homens quanto as mulheres têm as suas pessoas destacadas pelas características que lhes são próprias em seu cotidiano, mas que aqui ganham uma forma diferenciada pelo modo como elas são apresentadas e, sobretudo, pelo caráter provisório proporcionado pela brincadeira. Tal como destacado por Afrânio Garcia em “Senhores e moradores: a dependência personalizada” (Garcia Junior, 1989), a relação instaurada pela *morada* entre aqueles que não têm terra e o grande proprietário estabelece uma condição de dependência permanente dos



primeiros em detrimento do último e desse contexto emana um conjunto de categorias que reforça a condição desfavorável e vulnerável daqueles que dependem do “dom generoso” do senhor. Desse modo, o senhor-de-engenho é o único falado, no cotidiano, em termos de “homem”, enquanto o morador é simplesmente “cabra”.

Derrida (2004), refletindo sobre a parte de “Tristes Trópicos” (1955) dedicada à questão da proibição da revelação do nome entre os nativos, contraria a afirmação de Lévi-Strauss dizendo que o jogo de coibição quanto à menção do nome próprio está relacionado a uma não revelação de um dado sistema classificatório do que com a interdição do nome em si. Essa interpretação nos permite pensar quanto ao jogo de nomes próprios que ocorre em uma cantoria de pé-de-parede, que contraria a análise daqueles estudos que retratam tanto os poetas quanto os seus fãs como um aglomerado de analfabetos. Ao contrário do que ocorre entre os Nhambiquara, segundo a descrição de C. Lévi-Strauss (1955), em uma cantoria de pé-de-parede, a revelação do nome próprio é obrigatória e compreende, assim, o cerne da reunião que tende a destacar e a distinguir. Assim, a exposição do nome, feita de forma incisiva e repetitiva, revela um momento de classificação e reafirmação daquelas pessoas. Seguindo em harmonia com a análise de Derrida, é possível pensar que, se o nome próprio não sustenta um sistema de diferenças, o seu jogo, por meio de uma “impressão dos sujeitos”, constitui em si um exercício de violência, e, sendo assim, não é possível relacionar aquelas pessoas a uma ação naturalmente inocente e espontânea.

O tempo ritualístico é moldado por narrativas que essencialmente tornam o conglomerado presente na cantoria em figuras singularizadas. Para usar um termo em voga na antropologia contemporânea, podemos falar de invenção. Entendendo aqui que o ato inventivo não se opõe ao realismo característico do grupo, mas sim é a própria habilidade de identificar/fantasiar os personagens que nascem do confronto do diálogo que ele mesmo estabelece. A singularidade desse tempo ritual é que pelo fato de ele não ter o seu encerramento previamente negociado, acaba sendo um tempo de incerteza. Lembremos também que o tempo da cantoria, emergido e finalizado a partir de um período de hiato, acentua a gravidade do fim da brincadeira. É nesse aspecto que a pessoa inventada pela narrativa poética depende diretamente do tempo ritualístico, mas ao mesmo tempo é ele quem vai lhe esvaír. Se o tempo, tal como defendido por Leach, é uma criação nossa através de intervalos na vida social, o tempo ritualístico da cantoria é um tempo dentro do tempo e circunscrito por um período de incertezas.



Referência Bibliográfica

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. Recife: Editora Unoversit'ria da UFPE, 1998.

ARANTES, Antônio Augusto. **O trabalho e a fala**. São Paulo, Campinas: Editora Kairós, FUNCAMP, 1982.

AYALA, Maria Ignez Novais. **No arranco do grito. (aspectos da cantoria nordestina)**. São Paulo, João Pessoa: Ática, UFPB, 1988.

BATISTA, F. Chagas (org.). **Cantadores e poetas populares**. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura; Editora Universitária, UFPB, 1997.

BERND, Zilá e Jacques Migozzi (orgs.). **Fronteiras do literário. Literatura oral e popular Brasil/França**. Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 1995.

BENJAMIN, Roberto Câmara. "Literatura de cordel: expressão literária popular". In: **Brasil Açucareiro**. Ano XXXVIII, vol. LXXVI, Rio de Janeiro: IAA, agosto de 1970.

CARNEIRO, Renato Campos. "Folhetos populares na zona do açúcar de Pernambuco." In: **Literatura de cordel**. Cavalcante Proença & outros (orgs). São Paulo : ECA/USP, 1971.

CASCUDO, Luis de Câmara. **Vaqueiros e cantadores**. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1939.

COUTINHO, Nelson. "Ascenço Ferreira, o poeta dos canaviais." In: **Brasil Açucareiro**, ano XXXIII, vol. LXV, número 6, Rio de Janeiro: IAA, junho de 1965.

DERRIDA, J. "A violência da letra de Lévi-Strauss a Rousseau". In: **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GARCIA Júnior, Afrânio Raul. "Senhores e Moradores: a dependência personalizada". In: **O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Editora Marco Zero, Brasília: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.

GOODY, J. "Oral composition and oral poetry", "Literacy and the non-literate: the impact of European schooling", "Memory and learning in oral and literate cultures: the reproduction of the Bagre", In: **The interface between the written and the oral**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

LEACH, Edmund. **Repensando a antropologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

LÉVI-STRAUSS, C. "Nambikwara". In: **Tristes trópicos**. Lisboa: Edições 70, 1955.



OSÓRIO, Patrícia Silva. “Cantoria de pé-de-parede: a atualização da cantoria nordestina em Brasília”. In: **Cadernos de Campo**, n.14/15, p.65-81, São Paulo: USP, 2006.

PALMEIRA, Moacir. “Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional”. **Contraponto**, II(2):103-114, 1977.

RADCLIFFE-BROWN, A.R. “Parentescos por brincadeira”. In: **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

RODRIGUES, An Augusta. “Poesia do trabalho na agroindústria do açúcar. Campos – São João da Barra.” In: **Brasil Açucareiro**. Ano XXXVII, vol. LXXIV, agosto 1969/2. Rio de Janeiro: Ministério da Indústria e do Comércio do IAA.

SAUTCHUK, João Miguel Manzollilo. “A prática do improviso: prática e habilidade no repente nordestino”. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

SIGAUD, Lygia. “Se eu soubesse: quando os dons tornam-se mercadorias”. Comunicação apresentada no Colóquio Internacional Quantificação e Temporalidade: perspectivas etnográficas sobre a economia. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2005.

------. “As vicissitudes do “Ensaio sobre o dom””. In: **MANA**, 5(2), PPGAS-Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 1999.

------. **Os clandestinos e os direitos. Estudo sobre trabalhadores da cana- de- açúcar de Pernambuco**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

------. “Expropriação camponesa e trabalho assalariado em áreas de *plantation* e fronteira”. In: “Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste”. Moacir Gracindo Soares Palmeira (coordenador). Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1977.

------. “A percepção do salário entre os trabalhadores rurais”. In: **Capital e trabalho no campo** (Jaime Pinsky (org.)). São Paulo: Editora HUCITEC, 1977, p. 49-66.

YACCINE, Tassadit. **Poésie berbère et identité : Qasi Udifella héraut des At Sidi Braham (Poésie)**. Paris: Maison des sciences de l'homme, 1987.

Lírica profana galego-portuguesa. Corpus completo das cantigas medievais, com estudo biográfico, análise retórica e bibliográfica específica. Volumes I e II. Centro de investigacions lingüísticas e literárias Ramón Piñeiro. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1996.



Encontro da Rede de Estudos **RURAIS**

DESENVOLVIMENTO, RURALIDADES E
AMBIENTALIZAÇÃO: PARADIGMAS E ATORES EM CONFLITO

03 a 06 de junho de 2012.

GT5

DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E REDES DE COOPERAÇÃO: PERSPECTIVAS DIFERENCIADAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL TERRITORIAL

COORDENAÇÃO

VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE

SONIA MARIA P. P. BERGAMASCO

LUIZ MANOEL DE MORAES CAMARGO ALMEIDA



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

A Agricultura Familiar e suas estratégias de permanência: o caso dos agricultores associados à cooperativa Cooesperança e ao Projeto Esperança no município de Santa Maria, RS.

Kelly Perlin Cassol¹

Carmen Rejane Flores Wizniewsky²

¹Aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências - Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: kellyperlin@hotmail.com

² Professora Dr.^a do Departamento de Geociências – Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. E-mail: carmenrfw@terra.com.br

Resumo

O caso dos agricultores familiares integrantes do Projeto Esperança e associados à cooperativa Cooesperança, e sua relação com a economia solidária é o centro de interesse deste trabalho, que objetiva compreender como as famílias de agricultores familiares, associados à cooperativa Cooesperança desenvolvem suas atividades produtivas e como estas se inserem na perspectiva da economia solidária, suas relações com a produção e comercialização e suas condições de vida, são os pontos a serem analisados. Destaca-se a economia solidária, como uma forma de permanência e resistência da agricultura familiar, à medida que proporciona a sociedade produtos de melhor qualidade e com preços acessíveis.

Palavras-chave: agricultura familiar – cooperação – economia solidária – inclusão social.



Introdução

Vive-se em uma sociedade fortemente marcada pelo capital e pela exploração dos recursos naturais, onde as questões sociais não encontram muito espaço e as massas de pessoas excluídas social e economicamente só cresce. A permanência dos agricultores familiares no campo tem sido bastante dificultada devido à introdução de diversas tecnologias, que visam acelerar o processo produtivo, mas acabam por excluir uma grande parcela de trabalhadores menos favorecidos economicamente. Para tanto, buscam-se alternativas como o Projeto Esperança ao qual a cooperativa Cooesperança está vinculada. O Projeto Esperança é uma das entidades de destaque em relação ao tema na perspectiva da economia solidária.

Os cooperadores da Cooesperança buscaram esta alternativa de vida, para manter-se no campo, pois a agricultura comercial utiliza insumos agrícolas e mecanização pesada, o que gera altos custos para a produção além de degradar o meio ambiente e reduzir as áreas produtivas. Devido a isso também se buscou alternativas agroecológicas que visam um equilíbrio socioambiental no contexto da agricultura familiar.

Portanto, este trabalho trata de uma pesquisa cujo objetivo central é analisar a organização produtiva e alguns aspectos socioeconômicos dos agricultores familiares associados ao Projeto Esperança, participantes da cooperativa Cooesperança, de Santa Maria, RS, no âmbito da Economia Solidária.

No que se refere ao aspecto metodológico, a pesquisa tem seu desenvolvimento baseado em uma abordagem qualitativa, mais precisamente ao estudo de caso dos agricultores familiares associados ao Projeto Esperança/ Cooesperança do município de Santa Maria, RS, e sua relação com a Economia Solidária. Para isso foram aplicados instrumentos qualitativos, com a utilização de entrevistas semi-estruturadas aplicadas a cinco agricultores familiares (informantes qualificados) da região central do Rio Grande do Sul, e associados da Cooesperança.

A revisão de literatura, realizada visa fornecer o aparato teórico a respeito do tema, e é a base que contém as informações necessárias ao entendimento do assunto, com destaque neste caso para a agricultura familiar, o cooperativismo e a economia solidária.



2. Algumas Definições acerca da Agricultura Familiar

A preocupação com a agricultura familiar vem crescendo no Brasil nos últimos anos. Primeiramente devido a sua importância, indispensável para a produção de alimentos básicos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destaca que 70% dos estabelecimentos agrícolas em nosso país, são do tipo familiar e respondem a 75% da produção de alimentos. Soma-se a estas características o fato de empregar mais de 80% da força de trabalho ocupada no meio rural, sendo assim, este segmento indispensável para a fixação da população rural. O termo agricultura familiar, está sendo atualmente muito recorrente para se referir a empreendimentos de pequeno e médio porte que de alguma forma se vinculam com as proposições de política de governo em apoiar atividades rurais desvinculadas e/ou em transformação do modo produtivo convencional para um que valorize a ecologia.

Para Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e para o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) são três as características que definem a agricultura familiar no Brasil, que são: 1^a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são executados por indivíduos que mantêm laços de parentesco ou matrimônio; 2^a) a maior parte do trabalho é igualmente proporcionando pelos membros da família; 3^a) as propriedades dos meios de produção pertencem a família. Sendo assim a agricultura familiar é gerenciada pelos membros da família, que por sua vez traça os objetivos e as ações em busca de sua reprodução social e econômica no meio rural. Segundo Spanevello (2008, p.35) “a tentativa de ampliar o debate e mesmo a construção de um conceito referente à agricultura familiar torna-se uma tarefa complexa dada a diversidade social e econômica vividas pelos agricultores nas diversas regiões brasileiras” (decorrentes das distintas etnias, das formas de trabalho agrícolas e não agrícolas, das relações sociais entre os membros e com os demais agricultores das comunidades rurais, das condições econômicas e produtivas). Neste sentido, a produção familiar é um mundo diferente, formado por elementos com características próprias e capaz de estabelecer um padrão de relações sociais distintas do restante da sociedade. A produção familiar é autossuficiente em sua organização interna e se define em função do consumo, da produção e também do grau de sociabilidade e ajuda econômica mútua dos membros da família.



A expressão agricultura familiar é usada por alguns autores para explicar o processo de diversificação do trabalho que ocorre dentro das unidades familiares de produção. De acordo com Schneider (2006) a agricultura familiar é responsável principalmente pela produção de alimentos. Além disso, observa-se a agricultura familiar como geradora de empregos favorecendo o processo de acumulação do capital, e se apresentando hoje como um setor multifuncional, porém a mesma não deve ser analisada somente pela sua eficiência produtiva, mas também pela sua contribuição à preservação ambiental e a dinamização do espaço rural.

Tendo em vista as diversas formas de contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento da sociedade sob todos os aspectos e a complexidade que envolve o tema, pode-se inferir que existe a necessidade de um maior reconhecimento, tanto por parte dos governos quanto da própria sociedade em relação à valorização da agricultura familiar, bem como um maior incentivo ao desenvolvimento das atividades da mesma, pois a agricultura familiar desempenha um papel fundamental dentro da organização de uma sociedade, especialmente em países como o Brasil, onde as relações sociais apresentam um alto grau de exclusão social e requer cada vez mais de alternativas de geração de renda e de inclusão das camadas menos favorecidas à sociedade.

3. Cooperativismo e Cooperativas: uma breve conceituação

A cooperação tem origem nos primórdios da humanidade, quando o homem percebeu a necessidade de viver em grupos para caçar, se defender e cultivar, estando sempre associada às lutas pela sobrevivência, e posteriormente às mudanças e crises econômicas. Com o advento da industrialização, ela organizou-se de modo a buscar alternativas para enfrentar as condições precárias de trabalho decorrentes do sistema econômico capitalista de livre concorrência, e atualmente busca o desenvolvimento econômico e social através de grupos estruturados e visando minimizar as altas taxas de exclusão social e desemprego que assombram nossa sociedade, em função da estrutura conjuntural do sistema capitalista vigente.

Cooperativismo, de acordo com Brezolin (1988), consiste na filosofia da busca do social através do econômico, com o objetivo de resolver os interesses comuns com base na participação efetiva dos indivíduos que integram esse processo. Estes indivíduos, os cooperativados, são os verdadeiros responsáveis pela sustentação teórica e prática do cooperativismo.



A cooperativa é considerada por muitos uma sociedade de pessoas, organizadas em bases essencialmente democráticas, que visam não só o suprimento de necessidades, impostas pelo mercado, como bens e serviços, mas também, buscam realizar determinados programas educativos e sociais que sejam formadores para a cooperativa e para a sociedade. Em alguns casos o cooperativismo passa a ser uma alternativa, principalmente aquele voltado a atender ou representar a pequena produção, visando a solução para inúmeros problemas inerentes a escala de produção capitalista, verificada no atual sistema econômico.

O cooperativismo no Brasil, para Rios (1989), surge como uma promoção das elites (econômicas e políticas) numa economia predominantemente agro-exportadora. Não se trata de um movimento vindo de baixo, como foi o caso europeu, mas sim imposto de cima, descaracterizando um movimento social de conquista e enfatizando uma política de controle social e de intervenção estatal. Aqui o cooperativismo localiza-se principalmente no meio rural, opondo-se mais uma vez ao movimento cooperativista europeu, que teve sua maior expressão urbana.

O cooperativismo brasileiro, segundo Pedó (2007), vem sofrendo fortes mudanças devido a fatos políticos, culturais, jurídicos e socioeconômicos, além de transformações que causam impactos estruturais em razão das transformações ocorridas no cenário mundial, especialmente no início do século XXI. Podem-se citar mudanças estruturais no Brasil, como por exemplo, o desconhecimento da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), como órgão técnico do governo-consultivo e representante do sistema de cooperativismo brasileiro tanto pelas cooperativas das chamadas vertentes sindicais quanto as de economia solidária.

As características básicas da organização cooperativa são: a igualdade de direitos dos associados, a solidariedade e a gestão participativa. No entanto, a distribuição de tarefas introduz elementos de hierarquização entre os associados. No Brasil há inúmeros casos de setores que passaram a atuar por conta própria, aliados em torno dos ideais cooperativistas.

Muitas pessoas podem não perceber, mas no dia-a-dia usam serviços e produtos que têm como origem as cooperativas. Num país como o Brasil, carente de empregos, que precisa crescer a uma média alta para permitir a colocação e a recolocação de profissionais no mercado de trabalho, estimular o cooperativismo deveria ser uma grande opção para acelerar o desenvolvimento.



4. Economia Solidária

Com a supremacia do sistema capitalista de produção e suas práticas neoliberais, ocorre exclusão de grande número de trabalhadores do mercado, o que requer o surgimento de formas alternativas de economia, como um novo cooperativismo, muito mais próximo de suas origens históricas. Novas formas institucionais de autogestão são criadas e passam a ser conhecidas como “Economia Solidária”. A Economia Solidária surge como uma das alternativas à pobreza e à questão social. Ainda que as pesquisas na área não sejam vultuosas, já é possível conceituar esse novo campo de conhecimento, ainda que na literatura, o tema não esteja sendo totalmente contemplado e nem mesmo haja um consenso dentre os autores a respeito do tema.

No âmbito do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES), a Economia Solidária é compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores familiares sob a forma coletiva e autogestionária. Nesse conjunto de atividades e formas de organização destacam-se, segundo o SIES, quatro importantes características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade.

Além disso, a Economia Solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se projetam no espaço público, no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável.

Singer (1999) entende a economia solidária como um conjunto de experiências coletivas de trabalho, de produção, de comercialização e de crédito, organizados por princípios solidários, que se apresentam sob diversas formas: cooperativas, associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de trocas, bancos do povo e diversas organizações populares urbanas e rurais. Estas desenvolvem principalmente atividades econômicas como: plantio, beneficiamento e comercialização de produtos primários, prestação de serviços, confecções, alimentos, artesanatos, entre outras. Ainda sob o ponto de vista econômico, a economia solidária não é uma ideologia, mas uma saída possível, uma esperança de desafogo para a atual situação de exclusão social.



No Brasil, o crescimento da Economia Solidária, está cada vez mais se orientando rumo a uma articulação nacional, configurando redes locais e uma plataforma comum. Um salto considerável se dá a partir das várias edições do Fórum Social Mundial, espaço privilegiado onde diferentes atores, entidades, iniciativas e empreendimentos puderam construir uma integração.

Os empreendimentos solidários abrangem as diversas formas concretas de manifestação na Economia Solidária, que são de uma riqueza e diversidade consideráveis. Como exemplos de empreendimentos solidários temos: cooperativas, associações populares e grupos informais (de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nos âmbitos rural e urbano); empresas recuperadas de autogestão (antigas empresas capitalistas falidas recuperadas pelos trabalhadores); agricultores familiares; fundos solidários e rotativos de crédito (organizados sob diversas formas jurídicas e também informalmente); clubes e grupos de trocas solidárias (com ou sem o uso de moeda social, ou moeda comunitária); redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas solidárias; lojas de comércio justo; agências de turismo solidário; entre outras.

5. O Projeto Esperança e a cooperativa Coesperança¹

O Projeto Esperança é um dos Setores do Banco da Esperança da Diocese de Santa Maria, integrado com a Cáritas Regional, RS (Confederação Humanitária da Igreja Católica). A ideia inicial surgiu do estudo do livro: “A Pobreza e a Riqueza Dos Povos” do autor africano Albert Tévoèdjeré, tal estudo iniciou em 1982 e, em 1985 foram criados os primeiros Projetos Alternativos Comunitários (PACs). O Projeto Esperança foi criado em 15 de agosto de 1987, com o objetivo de proporcionar a articulação e congregação de experiências de Economia Popular Solidária (EPS), no meio urbano e rural e na prestação de serviços autogestionários na região central do estado.

Este projeto vem construindo o associativismo, o trabalho, a solidariedade, a cidadania, um novo modelo de cooperativismo autogestionário, a economia popular solidária e a inclusão social, através de alternativas concretas de radicalização da democracia, do desenvolvimento humano solidário e sustentável e a “reinvenção da

¹ As informações estatísticas, bem como dados históricos do Projeto Esperança/Coesperança utilizados neste capítulo foram retiradas do site do projeto: <http://www.esperacacoesperanca.org.br>



economia”, que coloca o trabalho acima do capital, formando sujeitos para o pleno exercício da cidadania e inclusão social, com dignidade e trabalho.

A Cooesperança é a Cooperativa Mista de Pequenos Produtores Rurais e Urbanos vinculados ao Projeto Esperança. É uma central que congrega e articula os grupos organizados da região central do estado do Rio Grande do Sul e viabiliza a comercialização direta dos produtos originários dos empreendimentos solidários do campo na cidade e que fortalecem juntos, com todos os grupos, um novo modelo de cooperativismo.

A cooperativa foi fundada em 29 de setembro de 1989, e tem trabalhado desde então juntamente com o Projeto Esperança na busca da articulação dos empreendimentos solidários da região central do Rio Grande do Sul, dentro de uma proposta alternativa, solidária, transformadora, autogestionária e do desenvolvimento sustentável.

O Projeto Esperança/Coesperança, que congrega 30 municípios, possui em torno de 4.500 famílias associadas, em 230 grupos e que somam mais de 20 mil pessoas formando um público muito grande nas diferentes áreas. O Projeto Esperança também possui mais de 40 espaços fixos de comercialização direta nos diversos grupos nos municípios da região. Sendo que o ponto de articulação e integração é o Terminal de Comercialização Direta, hoje denominado Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, localizado no município de Santa Maria, RS, onde se dão as trocas de experiências e de produtos, todos os sábados no conhecido Feirão Colonial Semanal.

Ainda destaca-se que o Projeto Esperança/Coesperança é um dos maiores projetos do país em relação ao desenvolvimento da economia solidária como um meio eficiente de inclusão social, valorizando o comércio justo, ético e solidário, a agricultura familiar e a produção ecológica. Ainda é uma entidade atuante, em todas as escalas, na organização e articulação dos movimentos referentes à economia solidária, sendo a principal responsável pela Feira Internacional de Economia Solidária, caracterizada por ser um dos maiores eventos da América Latina na área, além de atuar na criação das políticas públicas referentes ao setor. Sendo assim o projeto representa um grande avanço da economia solidária e uma importante entidade dentro do município de Santa Maria, RS.



Os principais eixos que o Projeto Esperança/Coesperança trabalha atualmente, de acordo com o site do projeto, são: a organização, a formação dos agricultores, a agroindústria familiar, a agricultura familiar agroecológica, o trabalho dos catadores (as), o artesanato e confecção, a economia popular solidária, a comercialização direta, a reforma agrária, o consumo justo, ético e solidário, o tabaco zero, o resgate das sementes crioulas, as políticas públicas, sempre com a certeza de que outro mundo é possível.

Um dos eixos de destaque do projeto consiste na agricultura familiar agroecológica, que trabalha junto aos agricultores familiares associados, formas alternativas de produção, enfatizando técnicas de plantio e manejo sustentáveis. Produzir produtos orgânicos e de boa qualidade é um dos principais objetivos deste eixo da cooperativa, onde os grupos associados são os responsáveis por todo o processo de produção contando sempre com o auxílio do projeto, que atua na parte da formação agroecológica em parceria com outras entidades ligadas ao tema.

A agricultura familiar e a agroecologia são pontos de grande atuação do projeto desde sua criação. A agroecologia é trabalhada como processo de transição, investindo especialmente na conscientização dos agricultores e consumidores. O trabalho desenvolvido junto aos agricultores familiares associados ao projeto se dá de forma a estabelecer processos educativos na perspectiva de alcançar a conscientização e a motivação para o exercício da agricultura agroecológica, apostando que a agricultura familiar é o caminho para erradicar a fome e a miséria no Brasil.

5.1 Os agricultores familiares associados ao Projeto Esperança/Coesperança e sua relação com a economia solidária

Em julho de 2011, durante a 7ª Edição da Feira do Mercosul e 18ª Feira Estadual do Cooperativismo Alternativo, realizada no município de Santa Maria, RS, foram realizadas as entrevistas que deram origem a este trabalho. O referido evento conta com a participação de 435 municípios, de 27 Estados do Brasil e 15 países (América Latina, Europa e África). Os cinco produtores selecionados para entrevista são de municípios próximos a Santa Maria, RS. A escolha dos mesmos se fez em razão destes participarem do Projeto Esperança/Coesperança no município, além de participar todos os sábados do feirão semanal no Centro de Referência de Economia



Solidária Dom Ivo Lorscheiter, também localizado em Santa Maria, RS, onde comercializam grande parte de sua produção.

As entrevistas realizadas com os produtores participantes do projeto Esperança/Coesperança visam compreender a necessidade dos mesmos na busca por alternativas para um desenvolvimento urbano e rural sustentável, para a construção de uma sociedade justa, economicamente viável, ambientalmente sadia, organizadamente cooperativada e politicamente democrática. Dentre as questões que nortearam as entrevistas busca-se também verificar o que levou os agricultores a associarem-se a uma cooperativa, e quais vantagens os mesmos vêm nessa forma de organização.

De uma forma geral, durante as entrevistas, pode-se observar que todos os agricultores entrevistados, buscaram se associar à cooperativa principalmente pelo fato de melhorar suas vendas, e conseqüentemente sua renda. A aproximação com a Coesperança se dá também devido a busca de mercado diferenciado para a comercialização dos produtos, uma vez que um dos objetivos do projeto Esperança/Coesperança é a articulação dos produtores e consumidores para motivar o comércio justo e o consumo ético e solidário através de pontos de comercialização direta dos municípios da região centro do estado do Rio Grande do Sul.

Grande parte da produção proveniente da agricultura familiar é comercializada no feirão semanal do Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, e o restante, cada grupo ou cada família separadamente, escolhe a forma e o local de venda adequados a sua necessidade. Os pontos de venda desta parte da produção são os demais pontos da Teia Esperança, ou até mesmo pontos fora da economia solidária ou nas propriedades dos agricultores, conforme a escolha dos agricultores ou do grupo.

Os produtos comercializados são cultivados pela maioria dos produtores de forma orgânica, ou fazendo o menor uso possível de agrotóxicos e insumos químicos. Outro ponto de grande importância é a preocupação demonstrada pelos entrevistados em relação a sustentabilidade da produção, onde todos demonstraram preocupação em utilizar técnicas de plantio que não agridam o meio ambiente visando a preservação do mesmo. Os principais produtos que são comercializados pelos agricultores familiares entrevistados são os hortigranjeiros, frutas, produtos agroindustriais, principalmente derivados do leite, como por exemplo, queijo e doce-de-leite, derivados da cana-de-açúcar, como melado, açúcar mascavo e rapaduras, além de geléias e ovos.



A aceitação dos produtos comercializados, na opinião dos agricultores é muito boa, pois os consumidores da economia solidária procuram os produtos pela qualidade, na forma de produção e preparo. A forma de produção orgânica proporciona um melhor sabor aos produtos e não causa danos à saúde, e assim demonstra uma qualidade superior dos produtos comercializados na cooperativa, em relação aos produtos comercializados no mercado convencional. A garantia na oferta de produtos frescos, de qualidade e sem o uso abusivo de produtos químicos, usando apenas os produtos necessários para realizar a correção do solo e garantir a produção, é determinante na qualificação destes produtos. A produção orgânica, de acordo com Schimaichel (2007) se enquadra no que se entende por modelo de produção alternativo de alimentos e insumos. Schimaichel (2007) destaca que:

“O sistema de produção orgânico é considerado uma forma de manejo sustentável do meio ambiente, devido a suas práticas levar em consideração a promoção da qualidade ambiental, a não utilização de compostos sintéticos (agrotóxicos e fertilizantes), componentes que causam desequilíbrios e são agressivos ao meio ambiente. Os produtores orgânicos ocupam uma posição de crescimento dentro do quadro da produção mundial de alimentos e seus produtos são extremamente procurados, devido à conscientização dos consumidores nas últimas décadas. Obviamente, quando se considera o setor produtivo como um todo, os produtores orgânicos são considerados uma minoria ainda pouco significativa no contexto do agronegócio.” (SCHIMAICHEL 2007, p.2).

A não dependência ou a diminuição da dependência de insumos externos de acordo com Schimaichel (2007), aliados à melhoria da qualidade do solo gerada pelas práticas orgânicas, qualifica a agricultura orgânica como sustentável, dando ao pequeno produtor condições de produzir a um custo menor. Essa diminuição do impacto ambiental e da despesa do produtor, para Darolt (2002) é capaz de proporcionar melhoria na renda familiar e conseqüentemente na qualidade de vida do agricultor.

Em relação ao significado de cooperativa os agricultores associados a Coesperança o vêem de diferentes formas. Para alguns ela é sinônimo de democracia e união de pessoas, o que vem de encontro com o que descreve Zanluca (2011), no Manual de Sociedades Cooperativas, onde destaca que cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns, economicamente organizadas de forma democrática, e contando com a participação livre de todos, prestando serviços sem fins lucrativos. Porém, alguns associados entrevistados acreditam que ultimamente não é o que esta ocorrendo na cooperativa da qual participam, pois existem interesses diversos dentro da mesma e apenas alguns são privilegiados, mas de uma forma geral, destaca-se que o projeto Esperança/Coesperança está conseguindo ajudar muitos produtores a ter mais



sucesso em suas vendas, principalmente na venda de produtos orgânicos e, outro ponto a ser destacado é que o projeto está unindo os produtores cada vez mais.

Quanto ao significado das mudanças na qualidade de vida dos agricultores associados e suas famílias após o ingresso na economia solidária, as respostas foram positivas em relação a melhorias na qualidade de vida das famílias associadas, como exemplos, temos, aumento de convívio social, devido a encontros e reuniões realizadas, aumento da produção, facilidade de venda dos produtos, aumento da renda mensal, lazer, segurança, alternativas de produção, maior aceitação dos produtos e a conquista de novas amizades, estas são as principais melhorias citadas. Um ponto que merece destaque é a valorização do conhecimento por parte dos agricultores associados ao projeto, pois estes demonstram interesse em aprofundar seus conhecimentos e valorizam muito as reuniões dos associados do grupo para a realização dos estudos referentes às formas de produção ecológicas e demais assuntos.

Ao serem questionados sobre ter filhos, e a possibilidade destes continuarem no meio rural, os entrevistados, foram unânimes em afirmar que incentivam seus filhos a estudar e buscar outras alternativas de trabalho que não estejam ligadas a vida no campo. Este fato se deve, muitas vezes a falta de incentivos às atividades no meio rural, a desvalorização dos produtos, entre outros fatores.

O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) apresenta uma linha de crédito destinada aos jovens rurais, porém esta medida não é suficiente para manter grande parte dos jovens no meio rural, e ainda de acordo com Castro (2009, p. 6) “a juventude rural não se apresenta como foco prioritário para as políticas públicas de juventude”. Isto leva, então, muitos filhos de agricultores a buscar uma nova vida no meio urbano, escolha esta, que está fundamentada em distintas razões, entre as quais, de acordo com Brumer e Spanevello (2008), podemos citar a penosidade do trabalho agrícola e a questão de renda. A questão da renda é, segundo os entrevistados, o fator de maior relevância, uma vez que a renda no meio rural sofre muitas variações de acordo com mercado e também com as mudanças climáticas.

Quando indagados sobre os problemas enfrentados antes do ingresso na economia solidária, os agricultores argumentaram que os principais problemas eram o preço baixo de seus produtos no mercado convencional e o isolamento social das famílias, que ficavam muito tempo trabalhando em suas propriedades sem terem convívio com outras pessoas. Atualmente, os entrevistados destacam que os maiores



problemas que tem enfrentado são os problemas climáticos, como por exemplo as geadas no inverno e as secas. O fato de não fazer uso de agroquímicos também tem consequências na produção, pois as plantas são muito vulneráveis a ataques de insetos e pragas, e muitas vezes há grandes perdas na produção. Um ponto de extrema importância destacado pelos entrevistados é o uso indevido do “selo orgânico”, pois muitos utilizam agrotóxicos na produção e comercializam seus produtos como orgânicos juntamente com o restante dos produtores da feira. A falta de assistência técnica também é visto como uma deficiência pelos agricultores entrevistados.

Por fim, quando questionados sobre as perspectivas futuras os agricultores que participam do projeto Esperança/Cooesperança afirmam ter o desejo de diversificar e ampliar a produção de alimentos orgânicos, objetivando assim uma maior renda e melhor qualidade de vida. Um ponto de destaque entre as perspectivas futuras é o desejo de parar com o plantio de fumo e arroz. O desejo de parar com esses cultivos está associado ao seu elevado custo de produção e baixo preço na comercialização, além disso as duas culturas fazem uso de grande quantidade de agrotóxicos, o que dentre outros danos leva a autocontaminação dos produtores, acarretando assim muitos problemas de saúde. Aqui nota-se novamente a preocupação com o meio ambiente e com a qualidade de vida dos próprios agricultores e também dos consumidores.

6. Considerações Finais

Como resultado desta pesquisa obteve-se informações sobre as formas de produção e comercialização da agricultura familiar no âmbito da economia solidária, vale destacar os impactos positivos que a economia solidária proporcionou na vida das famílias de agricultores associados ao Projeto Esperança/Cooesperança, com destaque para o aumento de convívio social, os estudos realizados, os encontros e as reuniões realizadas, o aumento da produção, a facilidade de venda dos produtos, o aumento da renda mensal, as alternativas de produção, a maior aceitação dos produtos e a conquista de novas amizades são os principais pontos valorizados pelos agricultores familiares associados a cooperativa. Outro ponto de grande importância é a relação mantida entre os associados com a forma de produção e consumo solidário, onde ocorre uma transformação na forma de pensar das pessoas envolvidas, passando gradativamente do individualismo para as formas coletivas de organização. Este novo setor do conhecimento é caracterizado por ser uma nova forma de produção desatrelada do



mercado convencional, onde a busca pela inclusão social é seu maior objetivo, esta forma de produção visa fornecer alternativas ao desemprego, busca formas de produção sustentáveis, autogestionárias e solidárias.

Os resultados da pesquisa apontam que outra realidade é possível frente ao desemprego e a exclusão social que assola as sociedades modernas principalmente em países subdesenvolvidos como é o caso do Brasil. E, por fim, pode - se inferir, que frente a todas as implicações deixadas pela modernização da agricultura uma das propostas mais avançadas para superar os diversos entraves deixados pela modernização é a valorização da agricultura familiar e de seu potencial. Outra proposta é a valorização da agroecologia, como forma de produção agrícola voltada para a produção sustentável, onde se incorporam os conhecimentos tradicionais e técnicos dos agricultores, valorizando o meio ambiente e uma comercialização solidária reforçando assim as relações tanto dos agricultores entre si e destes para os consumidores, caracterizando assim novas relações de mercado.

7. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios.** Brasília: Unesco, 1994.

BALSAN, R. **Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em < <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/archive.php>>. Acesso em 04 de junho de 2006.

BREZOLIN, T; RIESGO, J. S. **Introdução ao Cooperativismo.** Universidade Federal de Santa Maria. Cadernos do CCSH. Rio Grande do Sul, 1988.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil.** Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008. Relatório de Pesquisa.

CASTRO, E. G. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de ciencias sociales, niñez y juventud**, 2009. v. 7, p. 179-208.

DAROLT, M. R. **Agricultura Orgânica: inventando o futuro.** Londrina. IAPAR, 250p, 2002.

FERNANDES, B. M. **MST: espacialização e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.



GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campobrasileiro. In: STÉDILE, J.P. (org.) et al. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, n°22, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO) E INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília 1995.

PEDÓ, J. C. J. **O cooperativismo na perspectiva da economia solidária: evidências locais a partir da COOPAL**. 2007.142f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

Projeto Esperança/Coesperança. Disponível em <http://www.esperancacoesperanca.org.br>. Acesso em: 10 de junho de 2011.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 2° ed, 1989.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SHIMAICHEL, G. L. & RESENDE, J.T.V. **A importância da certificação de produtos orgânicos no mercado internacional**. Disponível em: <web03.unicentro.br/especialização/revista_pos/paginas/2%20edicao/agrarias/pdf/1-ed2-CA-impporta.pdf>. Acesso em 30 de outubro de 2011.

SCHNEIDER, S. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Rio Grande: UFRGS, 2006.

SINGER, P. **Uma Utopia Militante: repensando o socialismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SPANEVELLO, R.M. **A Dinâmica Sucessória na Agricultura Familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ZANLUCA, J.C. **Manual de Sociedades Cooperativas**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/obras/cooperativas.html>>. Acesso em 30 de outubro de 2011.



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

A Cadeia produtiva da mandioca nos Assentamentos de Reforma Agrária do município de Capão do Cipó/RS

Vilson Flores dos Santos¹
Paulo Fernando Righes dos Santos²
Beatriz Deprá Rosso³
Cícero Malmam Genro⁴
Paulo Roberto Cardoso da Silveira⁵

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, UFSM, pesquisador do Grupo NEMAD/ NEPALS - Universidade Federal de Santa Maria

² Engenheiro Agrícola, professor estadual, RS, pesquisador e agente de campo do grupo NEPALS/ UFSM, e-mail: pfrighes@hotmail.com

³ Mestranda do programa de pós graduação em geografia da UFSM, pesquisadora do grupo NEPALS. E. mail: bd_rosso@hotmail.com

⁴ Mestrando, Eng. Florestal, especialista em educação do campo e agricultura familiarcamponesa e pesquisador do grupo NEPALS/UFSM. cicerogenro@gmail.com

⁵ Prof. Dr. Pesquisador do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, UFSM/ Coordenador do grupo NEPALS. e-mail: prcs1064@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho tem como base um relato de experiência sobre o projeto de implementação da cadeia produtiva da mandioca nos assentamentos de reforma agrária no município de Capão do Cipó/RS. Esta pesquisa trás como objeto principal de estudo uma análise a partir dos agricultores e atores envolvidos neste processo de construção e organização da cadeia produtiva em questão. A metodologia do estudo envolve uma revisão bibliográfica a cerca do tema em estudo, bem como o trabalho de campo, onde foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com agricultores que iniciaram este processo de estruturação e qualificação da cadeia produtiva da mandioca no município. Como importante ponto de apoio utilizou-se da observação participante durante as reuniões com o grupo gestor para discussão e elaboração do projeto de uma unidade de processamento de mandioca. Verifica-se que este processo passou por três fases distintas: a) o interesse e necessidade dos agricultores em apostar na cultura e beneficiamento da mandioca como alternativa de renda familiar; b) organização do grupo gestor e negociação do apoio técnico; c) elaboração do projeto da unidade agroindustrial e ações para execução do projeto, envolvendo toda cadeia da mandioca; Nesse sentido, a reflexão que se trás é a reflexão sobre um processo de organização de um grupo de famílias assentadas para implantação e gestão coletiva de um empreendimento agroindustrial. Percebe-se que este processo alcançou seus dois primeiros pontos supracitados de forma satisfatória que se chegou em nível de execução do projeto, a ponto de que apenas a construção material e execução ampla da agroindústria esta sendo provocada, no sentido da



ampla busca de apoio governamental para a continuação deste processo. A perspectiva dos assentados e público envolvidos é de expectativa em ver a cadeia da mandioca em funcionamento, desde seu plantio até sua comercialização.

Palavras-chave: cadeia produtiva, mandioca, assentamentos rurais, atores, processo, desenvolvimento rural.



Introdução

O relato que segue é fruto da experiência de um grupo de extensionistas da Universidade Federal de Santa Maria, pertencentes ao grupo de trabalho NEPALS (Núcleo de Extensão e Pesquisa Alimentação e Sociedade), vinculado por sua vez ao departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da UFSM. O trabalho apresenta o relato de experiência sobre a ação desta equipe junto a um grupo de famílias assentadas no processo de reforma agrária no município de Capão do Cipó- RS, visando à estruturação e qualificação de uma cadeia produtiva de mandioca.

Este trabalho tem uma trajetória de mais de três anos e inicia pelo interesse na cultura da mandioca e de seu processamento como alternativa de renda. Neste sentido, a ideia de desenvolver a cultura da mandioca surge através do extensionista Vilson Flores dos Santos que atuava como professor estadual na escola Chico Mendes, localizada no assentamento Sepé Tiaraju¹. A opção pela produção da mandioca justifica-se por tratar-se de um produto que teria custo baixo de produção e que poderia ser comercializada a um preço relativamente compensador se implantada uma unidade de beneficiamento da mandioca (envolve a limpeza da raiz, descasque, embranquecimento e embalagem a vácuo).

Deste modo, passa-se a ofertar um produto com grande aceitação junto ao consumidor pela facilidade de preparo e com longa vida útil, permitindo uma comercialização escalonada. Isto sem desconsiderar a comercialização na forma com casca e apenas descascada sem embalagem a vácuo, vistas como formas complementares. No entanto, a unidade de processamento agroindustrial permite a produção de subprodutos da mandioca, o que agrega mais valor na comercialização.

Nesse sentido, a concepção desenvolvida durante a elaboração do projeto envolveu o aproveitamento por inteiro da matéria-prima, onde se busca também o aproveitamento da parte aérea da rama de mandioca, visando o processamento para confecção de ração, o que se torna fundamental para aumentar a oferta de alimentos para o rebanho leiteiro, vítima de vazios forrageiros. Tal parte da matéria-

¹ O município de Capão do Cipó possui quatro assentamentos em uma área contínua Assentamento Federal Nova Santiago, Assentamento Federal Sepé Tiaraju, Assentamento Federal 14 de Julho, Assentamento estadual Nova Esperança.



prima apresenta grande teor de proteína e, normalmente, fica desprezada na lavoura como resíduo.

Buscou-se, também, envolver o aproveitamento do resíduo do processamento, onde a parte sólida pode ser utilizada para compostagem (ofertando adubo orgânico para utilização na melhoria da fertilidade do solo), atendendo uma preocupação ambiental. A parte líquida também passa por tratamento, visando o re- aproveitamento do efluente na limpeza de instalações, visando economia de água, um elemento com problemas de oferta e qualidade nos assentamentos envolvidos.

A experiência aqui sistematizada envolve os assentamentos rurais que constituem em novos espaços agrários e tem proporcionado uma outra fase na agricultura gaúcha e na região das missões, ao promoverem mudanças no panorama econômico e social local e assumirem o desafio de construção de uma agricultura de base camponesa, mas que, ao mesmo tempo consiga relacionar-se de forma vantajosa com os mercados mundializados. Este duplo desafio aponta como necessário novas práticas extensionistas coerentes com novas formas de fazer agricultura, sustentada em processos ecológicos de produção e valorizando a segurança alimentar.

No que tange aos agricultores familiares assentados em Capão do Cipó observa-se um histórico constituído de períodos diferenciados. O primeiro grupo de assentados chegou a localidade com a instalação do Assentamento Federal Nova Santiago, onde foram assentadas 43 famílias em 18/02/1987, em uma área de 1000,57 ha. O segundo grupo veio com a instalação do Assentamento Federal Sepé Tiarajú, onde foram assentadas 25 famílias em 18/05/1992, em uma área de 480 hectares. Já o terceiro grupo veio para o Assentamento Federal 14 de Julho, onde foram assentadas 32 famílias em 18/05/1992 uma área de 530 hectares. E o quarto e ultimo grupo é formado com a instalação do Assentamento Estadual Nova Esperança, onde foram assentadas 100 famílias, em 11/12/2001, com uma área de 1830,77 hectares.

Em todos os grupos que vieram para esta área estava presente a ilusão da produção monocultura, especialmente a soja, razão principal que levou uma grande maioria de assentados ao endividamento, motivado pela quebra de safras e mau gerenciamento da lavoura (utilização dos créditos para consumo). Tendo como consequência principal a inadimplência com o CPF ficando na condição de irregular e a ausência de acesso aos créditos de custeio nos mais diversos setores.

Desta forma, quando o autor principal era professor na escola Chico Mendes no assentamento Sepé Tiarajú, buscou junto aos assentados construir um processo que pudesse



auxiliar a estes produtores a sair desta situação incômoda. Então se levantou os seguintes questionamentos: que alternativas de produção trabalho e renda pode ser viável para auxiliar estes produtores endividados.

Surge como projeto a estruturação e qualificação da cadeia produtiva da mandioca: a) produzir uma cultura de pouco investimento de custeio e boa fonte de renda; b) agregar valores a esta produtividade através do processo de agro industrialização; c) oportunizar a participação de todos os agricultores assentados por mínima que seja sua produção. Desta forma, unindo a ciência ao conhecimento dos agricultores, chegou-se a um consenso que deveria ser produzida a cultura da mandioca como alternativa de produção, trabalho e renda para estes agricultores assentados. Este trabalho acabou despertando o interesse dos agricultores familiares tradicionais pertencentes ao município de Capão do Cipó, que mais tarde iriam se juntar ao processo e também do poder público municipal. Quando o INCRA- RS fecha convênio com a UFSM em 2008 para acompanhamento das unidades agroindustriais dos assentamentos de reforma agrária, criando o programa SOMAR, a equipe formada passa a auxiliar na elaboração do projeto da unidade de processamento de mandioca, passando a atuar junto ao grupo gestor (grupo de famílias interessadas). Estas famílias Interessadas viram uma forma de buscar uma nova alternativa de renda, e o mais importante, tiveram a ousadia de tentar e se dedicar a este processo que inicialmente poderia ser incerto, ou seja, participaram de toda uma construção inicial e de acompanhamento de todo o processo, este processo que intervêm diretamente em suas vidas.

Inicialmente, resgataremos algumas noções importantes sobre a cultura da mandioca, suas características e potencial, dando significância para ela como elemento carregado de historicidade referente à cultura da região missioneira e o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Em um segundo momento, abordamos alguns elementos centrais da experiência aqui relatada e encaminha-se, após, a reflexão sobre o processo vivenciado.

2. As práticas de produção agrícola e a cultura da mandioca

São tão antigas quanto a vida do homem em sociedade, sem elas os seres humanos provavelmente não teriam chegado ao estágio atual de desenvolvimento, pois de uma forma ou de outra esta contribuição aumentou as expectativas de vida e permitiu a ampliação dos contingentes de seres humanos em uma mesma região geográfica, abandonando a cultura do nomadismo.

Assim, estas características podem-se observar nos trabalhos de Franco Junior & Pan Chacom (1987), em que as práticas de produção agrícola são atividades de trabalho



encontradas em todas as formas sociais, modo de produção comunal, primitivo, escravista feudal, capitalista e socialista.

Sociologicamente, as práticas de produção agrícola têm influenciado nas mais diversas economias do mundo, e direcionado os rumos que estas seguem. Portanto, as práticas de produção agrícola fazem parte do universo humano, quando de sua vivência em sociedade. O que tem variado ao longo dos tempos, dentre outros aspectos, é a intensidade, as formas de produção, as finalidades sociais de cada época e os atores envolvidos.

Para Porro (2005) e Mertz *et al.* (2005) na atualidade existem mudanças significativas nas práticas agrícolas e nas estratégias de subsistência que têm caracterizado a situação atual de populações pobres rurais ao redor do mundo.

Na região missioneira, onde este trabalho se desenvolve, não é diferente do restante do mundo, os diversos processos econômicos e sociais vivenciados pelas populações que ali habitaram dão conta que ao longo do processo histórico muitas foram as praticas de produção sendo estas diferenciadas em cada época e em Cadam povo.

Assim, desde as *datas e as sesmarias*, cuja diferença estava na extensão de cada uma e na finalidade. Enquanto as *datas* (216 hectares aproximadamente) eram destinadas a agricultura com a chegada dos açorianos. As *sesmarias* (1300 hectares aproximadamente) eram destinadas a criação de gado, as práticas de produção estão marcadas por um conjunto de fatores que, com exceção de alguns processos de agricultura familiar, dificilmente irão se sustentar por um período mais prolongado.

Bandeira (2003), explica que as perdas de produtividade e as questões de degradação do solo estão relacionadas às técnicas de produção agrícolas agressivas e ao uso intenso do solo, gerando um processo de enfraquecimento levando este a ser mais sensível a determinadas culturas.

É neste contexto que a mandioca arbusto teria tido sua origem mais remota no oeste do Brasil (sudoeste da Amazônia) por tribos e clãs que andavam vagando como bandos gregários, ainda em um processo pré-histórico. E mesmo antes da chegada dos europeus à América, em 1494, estaria disseminado como cultivo alimentar até Mesoamérica pelos povos indígenas olmecas, toltecas, teotihuacanos, zapotecas, mixtecas, astecas e maias e dos Andes os incas, moches, chibchas, cañaris, se insere na culinaria local como uma alternativa de consumo (Guatemala, México).

Cultivada também por várias nações indígenas da América Latina que consumiam suas raízes, tendo sido exportada para outros pontos do planeta, principalmente constituindo-se em uma das culturas principais em Java, Filipinas, Ceilão, Tailândia e parte da África e Madagáscar África, onde se constitui, em muitos casos, a base da dieta alimentar. De grande



relevância econômica como principal fonte de carboidratos para milhões de pessoas, essencialmente nos países em desenvolvimento. (INSTITUTO CAMPINEIRO, 1973).

No Brasil, a mandioca constitui uma das principais fontes alimentares. As suas raízes são destinadas à alimentação animal e humano, cujo consumo per capita é de 70 kg/ano, dos quais mais de 85% são consumidos na forma de farinha e o restante nas formas de raízes frescas (mandioca de mesa, macaxeira) e outros derivados. (ALVES et al 2009).

O Brasil possui aproximadamente dois milhões de hectares e é um dos maiores produtores mundiais, mais precisamente o segundo produtor em escala mundial, com produção de 23 milhões de toneladas de raízes frescas de mandioca. Possui muitos sinônimos, usados em diferentes regiões, tais como aipi, aipim, candinga, castelinha, macamba, macaxeira, mandioca-doce, mandioca-mansa, maniva, maniveira, moogo, mucamba, pão-da-américa, pão-de-pobre, pau-farinha, uaipi, xagala.

De acordo com Gomes e Leal (2003), pesquisadores da EMBRAPA, relatam que a Mandioca e a Fruticultura estão distribuídas entre os principais estados produtores no Brasil que são a Bahia (21,92%), Pará (21,58%), Paraná (19,99%), Rio Grande do Sul (6,86%) e Amazonas (5,06%), que respondem por 75,41% da produção do país. A Região Nordeste sobressai-se com uma participação de 34,76% da produção nacional, porém com rendimento médio de apenas 11 t/ha, as demais regiões participam com 25,71% (Norte), 25,03% (Sul), 9,22% (Sudeste) e ,28% (Centro-Oeste). As Regiões Norte e Nordeste destacam-se como principais consumidoras sob a forma de farinha.

Neste cenário, o Rio Grande do Sul, que tem na região em pauta tradição no consumo deste produto, desde um tempo mais recuado da história humana, quando descendo pelos grandes rios desde a Amazônia os indígenas guaranis na época em que nasceu Jesus Cristo, cerca de 2012 anos, alcançaram o rio Uruguai e chegaram ao coração da selva meridional, tomando assim o lugar de outros grupos aborígenes que viviam neste local entre 10 e 12 mil anos. (VENTURINI 2001; SANTOS et al 2010)

Estes traziam consigo o cultivo da mandioca entre outros produtos que já conheciam. Assim, ao longo de seu processo histórico, as civilizações que ali viveram praticaram o cultivo deste arbusto, sendo que mais recentemente tornou-se uma iguaria de acompanhamento do churrasco, muito consumido pelos gaúchos da região.

Desta forma, a mandioca destaca-se como uma cultura importante para esta região, quer seja no aspecto econômico bem como no tocante a segurança alimentar das famílias assentadas, com um grande percentual de famílias produtoras (81,7%) sendo esta produzida para o consumo com raros processos de encaminhamentos do excedente. Sua parte aérea vem sendo utilizada apenas como alimento



fresco fornecido aos animais no momento da colheita.

Assim, sendo, apesar da grande diversidade, o sistema produtivo da cadeia da mandioca apresenta três tipologias básicas: a unidade doméstica, a unidade familiar e a unidade empresarial. Essa tipologia leva em consideração a origem da mão de obra, o nível tecnológico, a participação no mercado e o grau de intensidade do uso de capital na exploração. (TOMICH et al 2006)

3. Método de Trabalho

Para o presente trabalho, partiu-se da relevância que os assentamentos rurais da reforma agrária no Brasil vêm alcançando nas últimas décadas. Por este tema apresentar particularidades em relação aos demais públicos relacionados com a agricultura, optou-se por relatar esta experiência como um desafio proporcionado por novos espaços rurais criados a partir dos assentamentos da reforma agrária na região das missões no sul do Brasil.

Elegeu-se a região considerada das missões, por ser esta ser palco de diversos processos econômicos onde a ideia de coletividade, presente na ocupação inicial do território (as missões jesuíticas) e a concepção socialista da república Guarani, criaram um sentimento hegemônico de organização e união em torno do compromisso em relação ao desenvolvimento local/regional (SANTOS et al 2010).

Utiliza-se a pesquisa qualitativa, a qual, no entendimento de Creswell (2007), ocorre em ambiente -natural|| (onde não se artificializa um momento de investigação) e permite ao pesquisador desenvolver um nível de detalhes sobre o local. Já para Lakatos & Marconi (1991), quanto mais complexa interativa e abrangente a narrativa, melhor o estudo qualitativo. Sendo essa emergente em vez de pré- configurada (construída no processo investigativo) e, fundamentalmente, interpretativa.

Lança-se mão de dados colhidos no escopo da vivência dos autores nos assentamentos da região e na efetivação dos projetos de extensão: *A ação da universidade na reconstrução sócio-ambiental das práticas alimentares em assentamentos rurais – o caso dos assentamentos do município de Capão do Cipó/RS* desenvolvido pelo NEPALS (Núcleo de Estudos e Extensão sobre Alimentação e Sociedade) da UFSM, desde 2009 e na ação da equipe do Programa.

Utiliza-se para coleta de dados, as entrevistas semi-estruturadas com atores envolvidos no processo extensionista e da observação participante durante as ações extensionistas de debate e elaboração do projeto da unidade agroindustrial. Complementa-se com o resgate histórico da experiência pregressa do grupo gestor, através de um processo de sistematização de experiências que atualmente



desenvolvida junto ao Instituto Federal Farroupilha – Campus de São Vicente do Sul, onde se desenvolve o Projeto Experiências Inovadoras em Extensão Rural na agricultura familiar na região.

Através dos procedimentos metodológicos utilizados, estabeleceu-se uma relação entre a teoria e a prática, esta analisada via discursos instituídos dos atores sociais envolvidos e aquela trazida para a arena de investigação, segundo as necessidades do processo de reflexão.

4. Resultados e Discussão

O relato deste trabalho pode ser dividido em duas fases distintas: A primeira fase que data do período de 2008/2009, quando da busca por alternativas para melhorar as condições em que se encontravam os agricultores assentados, onde foram propostas alternativas, entre as quais a produção de mandioca como alternativa de renda.

Período este em que foram canalizadas através de integrantes da COPTEC, variedades de mandioca trazidas do Instituto Federal Farroupilha unidade de São Vicente do Sul para serem testadas neste ambiente geográfico no sentido de ver qual que melhor se adaptam, sendo este experimento realizado no lote do agricultor assentado Claudio (hoje coordenador do grupo gestor), onde foram plantadas 21 variedades de mandioca (Figura 1 e 2) em testes até o presente nesta propriedade. Também, nesta fase, assume relevância a ação empreendida pelo autor principal deste trabalho, o qual buscou junto aos representantes regionais do SEBRAE Santiago a realização de um curso de capacitação de produtores rurais assentados. Este curso foi realizado na propriedade do senhor Claudio no assentamento Nova Esperança, e constituiu-se em um curso de 40 hs realizado durante uma semana no mês de janeiro de 2009.



Figura 1: Propriedade do Agricultor Claudio, onde foram introduzidas as primeiras experiências com ramas de mandioca. Fonte: Trabalho de campo, 2011.Org. autores.



Figura 2: Propriedade do Agricultor Claudio, onde foram introduzidas as primeiras experiências com ramas de mandioca Fonte: Trabalho de campo, 2011. Org: Autores.

Estes esforços iniciais propiciaram um aumento no cultivo da mandioca neste ambiente geográfico, entretanto, devido a distancia dos centros consumidores Santiago a 50 km, Santa Maria, centro consumidor regional a 200 km, Santo Ângelo a 200Km, o projeto teve seu inicio prejudicado no que tange a comercialização do produto. A diversidade de variedades plantadas até então também foi fator a considerar neste inicio, além da exigência de entregas sistemáticas e regulares de produtos que seriam exigidas pelos compradores. Todos estes fatores terminaram por fazer com o processo sofresse um revês já em seu início, resumindo-se ao comércio de algumas centenas de quilos do produto de forma in natura.

A segunda fase que data de 2010/2012, acontece com a retomada deste processo a partir de ações de extensão do Grupo SOMAR/UFMS, focada em um moinho colonial no Assentamento Santa Rita, o qual permitiu o reencontro dos extensionistas com o agricultor Claudio, quando tendo início novamente a discussão de um projeto de estruturação e qualificação da cadeia produtiva da mandioca nesta realidade (Figura 3 e 4).



Figura 03. Reunião de retomada do projeto
Fonte: Trabalho de campo, 2011.Org: Autores.



Figura 04: Fonte: Trabalho de Campo, 2011. Org:
Autores.

Desta forma, marcou-se então os primeiros encontros, os quais foram muito promissores no sentido de uma nova estruturação do trabalho com base na experiência anterior, desta vez contando com mais apoio das autoridades locais, órgãos ligados à atividade rural e empresas constituídas de extensão rural e, principalmente, com a experiência dos integrantes do grupo SOMAR/INCRA/UFSM. Assim tomou corpo a nova proposta que resultaria em um projeto de uma unidade de processamento da mandioca inserido em uma estratégia de consolidação da cadeia produtiva de mandioca.

Esta nova proposta seria então dividida em três partes distintas e interligada entre si. A primeira parte seria a constituição de uma associação de produtores



assentados, e através dela, com apoio da COPETEC e extensionistas da UFSM a estruturação da produção (assistência técnica, área a ser plantada, variedades, gestão e encaminhamento da produção) e a, a aquisição de maquinário para preparo do solo e coleta da matéria prima, recursos estes advindos de emendas parlamentares.

A segunda parte é constituída da construção do prédio e a instalação de equipamentos da unidade de processamento. O local já foi definido, sendo junto ao lote de um agricultor assentado, próximo a faixa de acesso a Capão do Cipó, no assentamento Nova

Esperança e próximo a captação de água para os assentamentos. Para tanto, foram feitos todos os encaminhamentos de cadência de terreno, quando o agricultor com apoio da prefeitura de Capão do Cipó providenciou toda a documentação necessário

Esta parte da experiência já esta pronta e aguardando recursos para sua efetivação, recursos estes que viriam de emendas parlamentares já negociadas em Brasília pelo prefeito municipal de Capão do Cipó. E por fim, a terceira e última parte que é constituída pelo treinamento de pessoas deste grupo gestor para administrar, receber e pagar produtores, comercializar através de contratos com o comercio regional. Para esta fase é previsto a aquisição de um caminhão frigorífico que irá fazer o escoamento da produção até os centros consumidores, sendo que estes recursos devem vir através de projetos específicos para o desenvolvimento de projetos de assentamentos.

4.1 Perspectivas da implementação do projeto

Cabe ressaltar que parte da análise do processo de implementação de qualquer atividade agrícola em uma determinada área geográfica habitada, passa por processos de construção com os diferentes atores, desde a fase inicial até a fase final que é a destinação da produção. Nestes assentamentos, a fase inicial se consolida a partir da iniciativa de determinados agricultores, que viram a necessidade de não ficarem somente subordinados a monocultura da soja que é tão presente no município dêem foco. Nesse sentido, cabe ressaltar que na atual fase em que se encontra o projeto, onde já foram testadas as ramas, o qual já foi aprovado o projeto e as emendas para destinação dos recursos, vê-se o grande



entusiasmo por parte destes agricultores com o início das obras da agroindústria e o início da produção.

Observou-se que ao entrevistar estes agricultores que o entusiasmo é grande, mas ainda aos olhos de muitos têm a crença do -ver para crer||, assim, espera-se que quando a obra se concretize, mais agricultores se insiram neste processo de diversificação da produção voltada para a mandioca, alguns legumes e frutas².

O agricultor A, em sua fala demonstra bem esta questão quando enfatiza que

“Eu tenho uma grande expectativa, primeiro que vamos reduzir o impacto ambiental nas lavouras dos assentamentos, a segunda é a geração de renda, onde foi até nos apresentado até o calculo do que é possível nos termos como renda dentro de 1 ha, o que isso trará de renda pra uma família, e isso é excelente, pra nós da agricultura familiar que não queremos ficar rico, mas sim queremos ter uma vida de qualidade, eu vejo isso tudo com enorme alegria e faço de tudo para que não haja nenhuma frustração. Aqui muitas famílias estão aderindo, mas ainda temos muito o processo cultural do ver para crer, então temos a ponta da lança se desafiando, e o grupo gestor é que ta abrindo o caminho, e a perspectiva das famílias se envolvem no processo.”

Já um dos agricultores envolvido desde o começo do processo da mandioca trás a sua perspectiva ao enfatizar que;

–Nós não vamos desistir, vamos fazer os órgãos governamentais assumirem um compromisso com nós... o pessoal daqui a maioria sai trabalha fora, porque o arrenda não dá dinheiro, e planta o assentado não tem condições, pois da uma seca o cara perde tudo e se individa todo e ai se obriga também a trabalha fora... e mandioca planta 1 ou 2 ha tira o sustento para a família, e ainda pode diversifica podendo planta batata doce, abobora...||

Este entusiasmo e essa preocupação que os assentados permaneçam trabalhando nos próprios assentamentos não fica restrito apenas na produção, que muitas vezes fica restrito apenas no plantar ou produzir, mas sim devemos levar em conta a geração de empregos para ~~muitos assentados e assentadas~~ que poderão trabalhar nesta agroindústria. E nos assentamentos visitados vimos muito o entusiasmo principalmente das mulheres que poderão adquirir uma renda extra para a família. A assentada B nos diz que:

² É interessante ressaltar que este projeto da agroindústria, não foi pensando apenas na transformação da mandioca, e sim a agroindústria tem o aporte para a transformação de aboboras, morangas e alguns tipos de frutas. Neste sentido pode se dizer que dá mais oportunidades de produção aos agricultores.



“Eu tava acompanhando as reuniões e tudo mais, e a reuniões mesmo foram proveitosas, foi um processo bem discutido, no começo o valor foi achado meio alto, mas mais nas questões de conseguir nas ementas... Mas será muito bom para o assentamento, vai ter uma renda pros assentado muito importante. Pois aqui a maioria do pessoal nosso vai pra fora trabalha como em vacaria na colheita da maçã, eu sou uma que tenho que sai pra longe da família pra tentar ganhar um dinheiro, as mulheres com criança pequena tem que sai pras granjas trabalha, assim essas mulheres poderiam ficar dentro do assentamento trabalhando...”

Percebe-se que esta agroindústria ao passar por todo processo desde o seu pensar até a sua efetivação, vem a calhar com a expectativa dos assentados em buscar novas formas de geração de renda, trazendo todo um processo que implicaria todo o envolvimento da comunidade. Dessa forma, esta experiência vem a enriquece para que outras experiências possam ser pensadas em conjunto agricultores/Universidade.

Neste contexto a ação da Universidade tem se constituído, de fundamental importância na efetivação do processo, que embora tenha se constituído de grandes avanços até o presente, enfrenta muitas dificuldades, uma vez que a ação dos atores estão interligadas as questões políticas locais e regionais, ou seja cada grupo de atores pensa com base em suas convicções partidárias, além de que trata-se de um novo processo político em curso (ano eleitoral para as prefeituras), gerando assim conflitos que tem influenciado de alguma maneira ao desenvolvimento do projeto. Também tem lugar neste cenário algumas lideranças locais de parte dos assentados, se sentirem menos privilegiados na medida em que não estão na esfera de decisões do projeto.

Assim embora existam as contradições políticas, que geram determinados conflitos e causam dificuldades, a ação extensionista por parte da UFSM, tem se constituído em uma excelente ferramenta na busca de conciliar estes fatores e a partir daí promover os avanços necessários.

Desta forma a busca da viabilidade econômica e social deste processo que julga trazer uma grande contribuição regional, satisfazendo assim os objetivos de todos os atores envolvidos, reflete ser este um processo que tem todos seus elementos necessários para efetivação que irá beneficiar um grande grupo de agricultores familiares assentados e tradicionais, bem como irá promover um avanço considerável no desenvolvimento regional e aumento de renda destes agricultores e por consequência uma melhoria na qualidade de vida desta região.



5. Considerações Finais

Esta experiência se constitui em um trabalho impar nesta realidade e muito tem motivado os produtores assentados e agricultores familiares tradicionais que não tem medido esforços no sentido da efetivação deste projeto.

O projeto ganhou importância e passou a figurar como uma importante ferramenta no desenvolvimento rural deste espaço geográfico, e uma ótima alternativa de renda para estes agricultores, aumentando assim a auto-estima e a participação dos produtores em processos coletivos de cooperação.

Constituem-se assim, a partir desta experiência, novos grupos de trabalho que estão buscando novas alternativas que possam de forma coletiva gerar trabalho e renda. Assim, a agroindústria movimenta todo um setor que vai desde a produção que possibilita a diversificação na produção e também na geração de empregos para muitos assentados e assentadas que irão trabalhar diretamente na agroindústria.

Este projeto se configura como uma experiência positiva, que no seu alicerce esta a vontade própria de agricultores que tentam fugir do sistema exploratório e monocultor da soja, que como muito bem lembrado por alguns entrevistados, *“a monocultura da soja antes de tudo esta destruindo nosso ambiente e contaminando nossa água”*.

Nesse sentido, este relato de experiência vem como uma ferramenta a propiciar que há possibilidades efetivas de novas formas de produção em assentamentos rurais, estes assentamentos que atualmente tentam fugir da lógica em que sempre lutaram contra, lógica esta da monocultura e do uso intensivo de agroquímicos.

Estas experiências em níveis locais nos mostram também a abrangência e o dinamismo que se pode tomar quando a universidade e projetos como supra citados anteriormente podem contribuir na lógica para a melhora de vida de agricultores que no seu dia a dia buscam novas formas de reprodução.



6. Referências

ALVES, M.C.S, Moreira M.A.B; CHAGAS, m.c.m; HOLANDA , j, s, SILVA j .
RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS PARA O CULTIVO DA MANDIOCA, 2009.

BANDEIRA, P. Origens, evolução e situação atual das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul. *In*: Maria Flora GONÇALVES, M. F., BRANDÃO, C. A., e GALVÃO, A.C. F. (Orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões-O desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

CRESWELL. J. W. **Projeto de pesquisa** – Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Ed. Artemed. Porto Alegre. 2007. 248 pg.

FRANCO JÚNIOR, Hilário & CHACON, Paulo Pan. **História Econômica Geral**. São Paulo: Atlas, 1987.

GOMES J.C; LEAL E.C. **Cultivo da mandioca para a região de tabuleiros costeira**. EMBRAPA. Mandioca, fruticultura revista eletrônica ISSN 16788796. Jan 2003

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 3ª edição, Ed. Atlas. São Paulo. 1991

MERTZ *et al* l citado em **A casa e a roça: socioeconomia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas, 2005.Brasil.

PORRO, R. Palms, Pastures, and Swidden Fields: The Grounded Political Ecology of "Agro-Extractive/Shifting-cultivator Peasants" in Maranhão, Brazil. *Human Ecology*, v. 3 n. 1, p. 17-56, 2005.

SANTOS, Vilson F. SILVEIRA, Paulo R.C. HAAS, Jaqueline M. **A agricultura da erva-mate e sua influência no desenvolvimento territorial da região das missões do RS-Brasil**. *In Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural - América Latina: realineamientos políticos y proyectos en disputa*. Porto de Galinhas, Pernambuco—Brasil. 2010.

TOMIC, R. G.T; CURADO T.R; PELLEGRIM A.O; MORAIS G; BARBOSA E.F.
Sistemas de produção e utilização da mandioca em assentamentos rurais de Corumbá. MS. EMPBRAPA – Pantanal, Corumbá boletim de pesquisa 2006.

VENTURINI, Sérgio, **Inhacurutum e as Missões Jesuíticas**. 2001. Ed.Borck. São Luiz Gonzaga. RS. Brasil.



GT 05 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

A COOPAEXPA e participação nos seus núcleos de produção.

Deusimar Miranda Rodrigues¹

Iran Veiga²

Noemi Sakiara Miyasaka Porro³

¹ Mestre, Engenheira Agrônoma da Secretaria de Estado de Agricultura do Pará, e-mail deusimar_miranda@superig.com.br

² Doutor, professor, NCADR/UFPA, e-mail iveiga@ufpa.br

³ Doutora, professora, NCADR/UFPA, e-mail noemi@ufpa.br

Resumo

Este artigo discute as dificuldades do cooperativismo no meio rural através da análise da participação de agricultores familiares nos núcleos de produção de uma cooperativa do nordeste paraense, a COOPAEXPA (Cooperativa de Produção Agroextrativista Familiar do Pará), que operou entre 2001 e 2007, quando faliu. Esta cooperativa, criada por sindicalistas rurais, estabeleceu núcleos de produção de 10 a 50 famílias em comunidades rurais visando facilitar a participação dos agricultores cooperados na gestão da cooperativa, bem como a organização e o escoamento da produção. Apesar de ter sido concebida visando não somente a produção e comercialização de frutas para a agroindústria, mas também a aprendizagem social da ação coletiva, a COOPAEXPA, de uma maneira geral, não conseguiu lograr estes objetivos. A análise dos dados coletados em trabalho de campo mostra que a participação dos cooperados se efetivou principalmente no planejamento e execução das ações nos núcleos de produção. A sua participação nas assembleias gerais, e mais amplamente na vida política e na gestão da cooperativa, resumia-se em referendar as decisões dos dirigentes e assessores. O grau de controle dos cooperados sobre as questões mais importantes restringia-se a uma “consulta obrigatória” formalista, pois as decisões eram apresentadas prontas em assembleias gerais e os cooperados não tinham condições de um voto efetivamente informado. As razões deste fracasso parecem encontrar-se em duas contradições presentes no seio mesmo da COOPAEXPA. Por um lado os recursos atraídos pela cooperativa levaram a um aumento de sua produção e do seu número de sócios em um ritmo demasiado rápido, não permitindo o bom andamento, entre os agricultores dos núcleos de produção, dos processos de aprendizagem social e técnica necessários a produzir e organizar o escoamento da produção, assim como a participar efetivamente da gestão da cooperativa. Por outro lado, a oposição de lógicas de ação social muito



diferentes dentro da cooperativa, quais sejam uma lógica de dependência personalizada presidindo relações de patronagem e uma lógica de relações contratuais tentando instaurar uma ação coletiva organizada, aumentou os obstáculos a que estes processos de aprendizagem social ocorressem.

Palavras-chave: agricultura familiar, participação, cooperativismo, núcleo de produção, ação coletiva.

Introdução

A Central de Cooperativas Nova Amafrutas foi um empreendimento cooperativo iniciado em 2000 na região nordeste do Pará para atuar no ramo de processamento de suco concentrado de maracujá e outras frutas. Ela era constituída por três cooperativas singulares - a COOPAGRI (Cooperativa de Produção Agroindustrial, responsável pela gestão financeira, administrativa, industrial e comercial da central), a CAMP (Cooperativa Agrícola Mista de Produtores, inicialmente responsável pela produção agrícola de médios produtores e agricultores familiares) e a COOPAEXPA (Cooperativa de Produção Agroextrativista Familiar do Pará, responsável pela produção agrícola de agricultores familiares) - e fora criada a partir da retomada das instalações de uma agroindústria de processamento de suco de maracujá falida em 1999, a Amafrutas Ltda. Após uma rápida expansão inicial da produção e do número de cooperados, a Central Nova Amafrutas começou a apresentar problemas financeiros e teve sua falência decretada em 2007. A COOPAEXPA, objeto de estudo deste artigo, havia sido criada por iniciativa de sindicalistas rurais na perspectiva de se contrapor àquele cooperativismo associado aos processos de precarização do trabalho o qual deveria ser combatido e de representar o cooperativismo “autêntico” que o sindicato deveria fomentar, isto é, “as cooperativas que são autogestionárias e que têm por objetivo realizar os interesses dos trabalhadores segundo os princípios da gestão democrática” (PARRA, 2002, p. 182). Um dos mecanismos para assegurar a participação dos agricultores na cooperativa era sua organização em núcleos de produção. Com o fracasso da Nova Amafrutas e da COOPAEXPA, constatou-se que esta participação não aconteceu como o previsto (RODRIGUES, 2010).

A discussão da trajetória da COOPAEXPA que ora realizamos busca analisar o processo de participação dos agricultores nos núcleos de produção e na cooperativa de maneira geral, identificando suas diferentes formas no planejamento, organização e escoamento da produção agrícola, e discutindo as razões das dificuldades encontradas



para que esta participação efetivamente se realizasse. Através deste exemplo procuramos discutir de maneira mais geral as dificuldades da ação coletiva organizada no meio rural amazônico.

O caso da COOPAEXPA é particularmente interessante para se analisar as dificuldades da ação coletiva no meio rural pois trata-se de um empreendimento pensado, ao menos em parte, justamente para lidar com estas dificuldades (RODRIGUES, 2010).

A COOPAEXPA foi criada e dirigida por sindicalistas da FETAGRI-PA (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará) com uma larga experiência de organização e mobilização política, os quais desde o início deram ênfase à participação dos agricultores da base através da introdução da idéia de núcleos de produção (com a idéia de se estimular um processo de aprendizagem do cooperativismo, assim como de se construir bases políticas em uma região onde o sindicalismo rural não era particularmente forte). Ela também contava com a experiência de formação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), à qual a FETAGRI-PA é vinculada, e com seus assessores e redes políticas. Desde sua criação, a COOPAEXPA e a Nova Amafrutas nascem com o apoio do poder público estadual e federal, o qual aumentará mais tarde com o início do primeiro governo Lula, e que se traduzirá em um fluxo considerável de recursos para a agroindústria e para os agricultores. Além destas condições favoráveis ao empreendimento, a região onde ele se estabeleceu, o nordeste paraense e regiões próximas à capital estadual, Belém, tinha uma ampla base produtiva e uma longa história na fruticultura, além de contar com uma infraestrutura e recursos humanos relativamente boa.

Face a estas condições auspiciosas sob vários pontos de vista, cabe indagar o porquê do fracasso desta experiência cooperativa. São bem conhecidas as dificuldades do cooperativismo rural, e da ação coletiva de uma maneira geral (SCHMITZ et al, 2006; REIS, 2002), em situações onde predominam relações sociais ditas de dependência personalizada, por exemplo relações de tipo clientelista (GEFFRAY, 2007; D'INCAO, 2000; VEIGA & ALBALADEJO, 2002). Para discutir estas dificuldades a partir do estudo do caso proposto, este artigo utilizará dois eixos de análise. Por um lado abordaremos os conflitos entre “tempos” diferentes: o tempo da organização que tem que competir no mercado, e o tempo dos processos de aprendizagem, pelos agricultores na sua base, da ação coletiva e do mercado. Por outro também discutiremos a



convivência entre lógicas de ação social diferentes presentes no interior da Nova Amafrutas e da COOPAEXPA: o clientelismo nas relações entre atravessadores/comerciantes e agricultores (particularmente representado na CAMP, cujos núcleos de produção foram incorporados posteriormente na COOPAEXPA), e a lógica da ação coletiva e do movimento social promovida pelas lideranças da COOPAEXPA, elas mesmas misturadas a um certo clientelismo político dos sindicatos locais.

A trajetória da Central Nova Amafrutas e da COOPAEXPA

A empresa Amafrutas Ltda., a partir da qual foi montada a Central Nova Amafrutas, construiu ao longo de sua existência uma rede de atravessadores que eram seus fornecedores e que atuavam na nordeste paraense na comercialização do maracujá para o mercado *in natura* e para a indústria. Ao final de 1999, quando inicia-se o processo falimentar da empresa, os trabalhadores da agroindústria juntamente com os fornecedores de matéria-prima viram como alternativa para continuar suas atividades (das quais dependiam os empregos dos primeiros e o recebimento dos pagamentos atrasados dos últimos) a organização de uma cooperativa, sobre a qual começaram a discutir em 2000.

Nessa mesma época, a CUT e a FETAGRI-PA haviam decidido criar uma central de comercialização da agricultura familiar no nordeste paraense, e iniciado um debate sobre a consolidação da cadeia produtiva da agricultura familiar na região. Este debate foi levado para dentro da Amafrutas Ltda., então em processo falimentar, iniciando em 2000 uma negociação visando a recuperação da viabilidade econômica da empresa pelos trabalhadores remanescentes da indústria. Essa negociação envolveu os produtores/atravessadores da região que forneciam a matéria-prima (na época unicamente o maracujá) à Amafrutas Ltda. - e que tinham um volume considerável de recursos a receber da empresa falida -, e os sindicalistas da CUT/FETAGRI-PA que, aliados a outros parceiros, construíam a perspectiva de um empreendimento cooperativo solidário. Desse modo, entre 2000 e 2001, os trabalhadores da fábrica criaram a COOPAGRI, os fornecedores de maracujá criaram a CAMP e os sindicalistas rurais criaram a COOPAEXPA.

A partir desta junção de interesses diversos, e em certa medida contraditórios, fundou-se a Central de Cooperativas Nova Amafrutas, a qual assumiu a gestão da antiga



Amafrutas Ltda, e que nasce então como uma curiosa mistura de diferentes lógicas de ação social. Por um lado os sindicalistas da FETAGRI-PA, operando a partir de sindicatos de trabalhadores rurais e associações nos diferentes municípios da região de atuação da central e trazendo suas ideias de transformação política e social, assim como suas redes de influência na política estadual e federal; por outro uma rede de agricultores e atravessadores ligada à antiga empresa, e de maneira geral ao mercado de frutas *in natura* de Belém, a qual trazia uma significativa expertise na produção e comercialização de frutas, mas ao mesmo tempo estava baseada em lógica de ação social clientelista bastante diferente da estimulada, ao menos no discurso, pelos sindicalistas. A COOPAEXPA, cuja intenção original de seus fundadores era aproximar agricultores familiares do nordeste paraense de seus consumidores da aglomeração de Belém (ou seja, eliminar ou diminuir a influência dos atravessadores), nasce umbilicalmente ligada a uma organização com forte presença destes mesmos atravessadores (a CAMP). Esta irônica situação simboliza bem a contradição que está na origem da Central Nova Amafrutas.

Na perspectiva de se pensar um projeto estratégico de desenvolvimento sustentável para o meio rural do nordeste paraense baseado na agricultura familiar, a Nova Amafrutas e suas cooperativas singulares, em parceria com a ICCO (Organização Intereclesiástica para a Cooperação e o Desenvolvimento, organização não governamental holandesa), criaram a Escola DENSA, cuja missão era “desenvolver as cadeias produtivas e o programa sócio-educacional e ambiental da Central e constituir-se em centro de capacitação e apoio técnico acessível aos empreendimentos econômicos comunitários da região” (NOVA AMAFRUTAS, 2005, p.15). Fica claro o interesse, mais além do fomento à produção e comercialização da agricultura familiar, de se estimular um processo de formação amplo desta categoria.

Em função deste projeto, a estratégia da Nova Amafrutas passou a ser diversificar sua linha de produção de polpa de frutas (para apoiar a diversificação da agricultura familiar da região), passando a atuar no desenvolvimento das cadeias produtivas da laranja, abacaxi, acerola, manga, mamão, melancia, carambola, melão e goiaba. Com a conclusão do plano de diversificação da Nova Amafrutas, em 2003, a fábrica de suco concentrado de maracujá foi transformada em uma unidade industrial de concentrados “multi-fruta”, o que viabilizou a criação do Pólo de Fruticultura da centra



de cooperativas, com atuação em 24 municípios do nordeste paraense e da região metropolitana de Belém (NOVA AMAFRUTAS, 2005).

Ao longo de sua existência, a COOPAEXPA viveu dois momentos distintos: da sua fundação em 2001 até 2003, período no qual são criados os núcleos de produção com o nome de “grupos de produção e mobilização social” (GPMS); e o segundo de 2003 até o encerramento das atividades da cooperativa em 2007, período em que os núcleos passaram a ser denominados simplesmente “núcleos de produção”. No primeiro momento da cooperativa, o próprio nome dos núcleos ressalta o seu duplo caráter (de organização da produção e comercialização, assim como de aprendizagem social), enquanto no segundo momento a mudança de denominação parece indicar uma mudança de ênfase na cooperativa como um todo.

Quando de sua fundação em 2001, a COOPAEXPA tinha somente 20 cooperados, todos sindicalistas dirigentes da FETAGRI-PA e dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais de 7 municípios do nordeste paraense e da região metropolitana de Belém. A falta de uma real base de cooperados fez com que, no final de 2000, quando foi negociado com o Banco da Amazônia o primeiro custeio para o cultivo do maracujá para 135 agricultores familiares, tenha sido necessário constituir rapidamente esta base. Isto foi feito mobilizando as redes dos fundadores da cooperativa, ou seja, a FETAGRI-PA e os sindicatos de trabalhadores rurais, o que fez com que os primeiros GPMS tenham sido compostos por agricultores escolhidos através das redes de relações sindicais e pessoais destes fundadores. Trata-se de um primeiro exemplo de como o “tempo” e o ritmo do mercado forçaram uma aceleração do “tempo” da aprendizagem social, fazendo com o que as lideranças da cooperativa se apoiassem sobre redes e práticas com as quais estavam familiarizados, mesmo que estas não estivessem particularmente sintonizadas com o “espírito cooperativista” que todos visavam promover.

Os agricultores que compunham estes GPMS criados em 2001 estavam espalhados dentro dos municípios de atuação dos sindicalistas fundadores, o que criava um problema prático para se fazer reuniões entre seus participantes e para a organização da comercialização. Diante desta situação, no final de 2003 a direção da COOPAEXPA passou a reorganizar os GPMS procurando limitá-los ao território de uma comunidade, mudando sua denominação para núcleos de produção.



O início do primeiro governo Lula, em 2003, corresponde a um momento de grande visibilidade da Nova Amafrutas (neste ano a central recebeu a visita do ministro do Desenvolvimento Agrário e do próprio Presidente da República), que levou a um afluxo importante de recursos para a Nova Amafrutas com a consequente pressão para que se aumentasse a produção (a meta de produção de suco concentrado, que era de 3.000 kg em 2003 passou para 6.000 kg em 2004) e o número de sócios (após um crescimento lento até 2002, a cooperativa chegou a 594 sócios em 2004), e que estes fossem organizados de uma maneira mais eficiente para a comercialização da produção. A reorganização dos núcleos de produção, mesmo respondendo a um imperativo logístico, não perdeu de vista o objetivo de aprendizagem social da participação e de autogestão da cooperativa.

A CAMP (a cooperativa dos médio produtores e fornecedores-atravesadores) também ampliou sua base de cooperados a partir de 2003, constituindo vários núcleos de produção nos municípios onde atuava. No entanto, a concepção de organização implementada pela CAMP estava baseada em uma relação tipo cliente-patrão, na qual buscava-se manter uma relação de dependência personalizada do agricultor em relação ao fornecedor-atravesador ou, na melhor das hipóteses, em uma relação puramente comercial (de compra e venda), onde de qualquer modo a ideia da participação dos agricultores na gestão do empreendimento estava ausente. Esta forma de organização da produção da CAMP fora trazida diretamente da Amafrutas Ltda. pelos atravessadores fornecedores da Amafrutas Ltda., como explica um extensionista da Nova Amafrutas quando diz “...que no início da CAMP não existia núcleo, o que existia era que, cada um desses 20 que eram atravessadores e alguns produtores [...] tinham aquele pessoal ligados a eles [...]. Não tinham núcleo [...] a ideia de núcleo era da COOPAEXPA” (Entrevista com T. L. A., extensionista do regional de Igarapé Açu, em 22/02/2009).

Esta maneira de funcionar da CAMP fez com que a Nova Amafrutas chegasse a um impasse em 2005, quando o Banco da Amazônia constatou que estava havendo um desvio de finalidade dos recursos do PRONAF que ele repassava à CAMP, pois uma parte dos beneficiados claramente não se enquadrava na categoria de agricultor familiar. Para resolver esse impasse a Nova Amafrutas decidiu que a CAMP passaria a ser constituída unicamente por médios produtores rurais, e que seus cooperados agricultores familiares migrariam para o quadro da COOPAEXPA. Isto fez com que em 2005 a COOPAEXPA tivesse uma nova grande expansão no número de cooperados e em sua



área de abrangência, passando a atuar em 24 municípios do nordeste paraense e da região metropolitana de Belém, com um total de 125 núcleos de produção.

Esta mudança fez com que a COOPAEXPA crescesse num ritmo bastante acelerado, passando de 594 sócios em 2004 para 1.177 em 2005. Este ritmo de crescimento tornava bastante difícil a organização e o funcionamento dos núcleos de produção em moldes que permitissem o processo de aprendizagem política e social pretendido originalmente pela cooperativa. A própria capacidade gerencial dos administradores da cooperativa e da Nova Amafrutas era colocado à prova por um tal crescimento. Além disso, a inclusão na COOPAEXPA de núcleos de produção compostos por agricultores anteriormente ligados à CAMP trazia para aquela uma lógica de ação social diferente da lógica a partir da qual ela havia sido fundada. Estas diferenças serão abordadas na seção seguinte, a partir da análise do funcionamento de núcleos de produção inicialmente ligados à CAMP e de outros inicialmente ligados à COOPAEXPA.

Análise do funcionamento dos núcleos de produção e da participação dos agricultores na COOPAEXPA

A COOPAEXPA se estruturava da seguinte maneira:

- a) Assembleia Geral - composta por todos os cooperados;
- b) Diretoria Executiva – composta pelo presidente, secretário geral e diretores administrativo e financeiro eleitos pelos cooperados em assembléia geral, mais os oito vice-presidentes dos respectivos conselhos regionais;
- c) Conselho de Representantes – composto pelos oito vice-presidentes regionais e pela diretoria executiva;
- d) Diretoria Regional – composta pelo vice-presidente regional, secretário e tesoureiro, eleitos pelos cooperados da respectiva regional;
- e) Conselho regional – composto pelos coordenadores e coordenadores adjuntos dos núcleos de produção da respectiva regional, mais a diretoria regional;
- f) Núcleo de Produção – composto pelos cooperados do local. Cada núcleo elegia o seu coordenador e um coordenador-adjunto.

A estrutura acima mostra que a COOPAEXPA, além das estruturas clássicas de uma cooperativa, teve a preocupação de criar estruturas regionais (a diretoria e o



conselho regionais) que funcionassem como um intermediário entre os núcleos de produção na base e as estruturas diretivas do conjunto da cooperativa. Estas estruturas regionais deveriam permitir uma participação mais fácil dos núcleos de produção na condução política da cooperativa (com por exemplo a realização de encontros regionais periodicamente para debater temas como a economia solidária e o cooperativismo) e na organização da produção e da comercialização dos agricultores (por exemplo para distribuição de insumos e concentração da produção).

Para a COOPAEXPA o núcleo de produção, que deveria ser formado por no mínimo 10 e no máximo 50 agricultores e suas famílias, significava a união de um grupo de agricultores familiares que viviam e trabalhavam em uma determinada comunidade, onde estavam ligados entre si por relações de parentesco ou interconhecimento, que decidiam livremente participar de forma organizada do processo produtivo integrado à Central de Cooperativas Nova Amafrutas (GANZER, 2003; LEONEL, 2004). A orientação da cooperativa era que cada núcleo elegeisse um coordenador e um coordenador adjunto, os quais fariam a interlocução com as estruturas regionais (do ponto de vista político e da organização da produção) e realizariam a animação política e técnica localmente, visitando regularmente os agricultores do núcleo de produção e organizando reuniões mensal ou quinzenalmente.

Os núcleos de produção deveriam contribuir ao objetivo da COOPAEXPA de fomentar e organizar a produção para a agroindústria através da criação de um vínculo entre a produção, realizada de maneira individual pelas famílias dos agricultores participantes, e a comercialização (ou seja, a organização do transporte para a agroindústria, assim como arranjos para o pagamento do produto entregue), realizada de maneira conjunta pelos agricultores do núcleo. Eles também serviriam como o espaço de interação dos agricultores com a assistência técnica da cooperativa (realizada pelos extensionistas da Escola DENSA), que deveria garantir o planejamento conjunto da produção (de maneira a ter a quantidade certa de produção no momento certo, diminuindo custos de transporte e operação da agroindústria) e a aplicação das recomendações técnicas para a produção (variedades, insumos e técnicas que deveriam ser utilizadas, incluindo a compra e transporte conjunto dos insumos).

O outro grande objetivo do núcleo de produção era constituir-se na unidade política de base da COOPAEXPA, criando um espaço que possibilitasse a discussão, a nível da comunidade, de seu funcionamento e de seus problemas, bem como a



aprendizagem cooperativista e da organização sindical. O núcleo deveria ser o elo entre as formas locais de ação social (o interconhecimento e o parentesco) com a ação coletiva organizada da cooperativa e do sindicato, tornando possível um processo de aprendizagem desta última ao mesmo tempo em que mantinha a produção e a comercialização em andamento. Idealmente, ele deveria então permitir uma transição gradual entre estas diferentes formas de ação social.

A Escola DENSA era responsável pela execução de cursos no que se refere ao desenvolvimento das cadeias produtivas, bem como em educação, meio ambiente e cidadania, trabalhando conteúdos temáticos como cooperativismo e economia solidária, gênero, planejamento da propriedade rural, estratégias organizativas, comercialização, gestão ambiental e outros, com vistas à formação e capacitação das famílias de agricultores familiares (NOVA AMAFRUTAS, 2005; LEONEL, 2004).

A análise do funcionamento dos núcleos de produção apresentada aqui ocorreu em dois municípios: Igarapé-Açu (com núcleos originalmente ligados à CAMP), por tratar-se de uma zona onde havia uma ampla experiência com o cultivo de maracujá, e na qual os agricultores familiares há anos estavam vinculados a uma rede de comercialização para o mercado de fruta *in natura* e para a indústria de processamento de suco concentrado; e Moju (com núcleos originalmente ligados à COOPAEXPA), onde o plantio de maracujá e outras frutas foi incentivado principalmente a partir do trabalho realizado pela COOPAEXPA.

O estudo do funcionamento dos núcleos de produção em Igarapé-Açu mostra que, em nível dos núcleos de produção, as reuniões resumiam-se basicamente a discussões de planejamento da produção (quanto cada agricultor ia plantar), orientação das técnicas de cultivo (preparo de mudas, tratamentos culturais, aplicação de defensivos, polinização) e organização e escoamento da produção. As atividades regulares de formação cooperativista, ainda que previstas para todos os associados, restringiam-se em geral aos diretores, assessores, técnicos e coordenadores de núcleos de produção. Como afirma o diretor regional de Igarapé-Açu: “[...] os associados não tiveram muita capacitação; a capacitação só era mais em nível de diretoria” (Entrevista com J. F. R. diretor regional de Igarapé-Açu, em 02/02/2008).

Já os agricultores dos núcleos de produção de Moju mencionaram que as reuniões de núcleo iam um pouco além das orientações sobre técnicas de cultivo. Um sócio relatou que “[...] fizemos o curso de como se plantava o maracujá. Aqui mesmo



eles vieram dar o curso [...] eles explicavam a importância também de nossos direito, [...]” (Entrevista com J. R. V. membro do núcleo de produção Sarapoí Sucuriçu, em 15/02/2008). Um coordenador de núcleo relatou que “algumas vezes foi sobre cooperativa mesmo e, a maior parte, era sobre o trabalho mesmo: como trabalhar, como adubar, [...]. A maior parte era assim dar explicação de como produzir mais” (Entrevista com F. A. N. coordenador do núcleo de produção Boa Esperança, em 16/02/2008). Percebe-se que, além da busca da eficiência econômica, também ocorria um processo de formação, mesmo que superficial, visando possibilitar aos cooperados uma participação mais ativa na cooperativa. No entanto, ficou claro que, mesmo nos núcleos de produção originalmente ligados à COOPAEXPA, em determinado momento, dado o crescimento em ritmo acelerado do quadro de associados, priorizou-se a assistência técnica no sentido da capacitação para a produção, deixando o debate e a formação sobre o cooperativismo em segundo plano.

Em síntese, os resultados deste estudo apontaram que a participação nos núcleos de produção consistia de discussões de planejamento da produção, orientação das técnicas de cultivo, organização e escoamento da produção, repasse de informações pelos coordenadores sobre as decisões tomadas pela direção da cooperativa, sobre a avaliação pela indústria da qualidade da produção entregue e sobre o preço estipulado para pagamento da produção aos cooperados. Isto situa a participação dos sócios, segundo os conceitos de Bordenave (1985), ao nível de planejamento operativo e execução.

Como diz o diretor regional de Igarapé-Açu:

O coordenador de núcleo sempre tava constantemente com o pessoal. Ele era responsável pra convidar pra reunião, ver como estava o plantio dele, saber quando precisava de adubo, quando tinha fruto. A gente reunia conversava, contava as dificuldades, ouvia o pessoal, trazia notícia de lá: o rendimento do maracujá [do grupo] deu tanto, vai ter um financiamento X, vai vir um trator pra cá, aí ouvia o que o agricultor tava precisando, aí fazia uma ata e levava pra lá, às vezes reunião geral, às vezes reunião de direção, pra tentar resolver alguma coisa do núcleo de produção [...] (Entrevista com J. F. R. diretor regional e vice-presidente da COOPAEXPA, Regional de Igarapé Açu, 22/02/09).

As decisões mais relevantes para a cooperativa eram tomadas pela diretoria executiva e informadas aos sócios em seus núcleos de produção ou simplesmente apresentadas e aprovadas em assembleias gerais. Essas assembleias eram sem dúvida um espaço potencial de participação; todavia, em geral é restrito o número de cooperados que se manifestam e expõem suas ideias nestas assembleias, o que era



certamente o caso nas assembleias da COOPAEXPA. Quase sempre uma minoria lidera, enquanto a maioria é conduzida por essa minoria, ou seja, a maioria participa passivamente concordando com o que é apresentado mesmo porque, muitas vezes, não entende o que é tratado (FOLLMANN, 1980). Nessa linha de argumentação alguns cooperados explicaram o que ocorria nas assembleias gerais da COOPAEXPA:

Existe a assembleia de ano a ano só que na assembleia é tipo assim a Sra. é a majoritária [...]. A Sra. chega lá com o projeto já [...] feito. Diz assim, o projeto é esse, esse... Vocês votam sim ou votam não [...]. Era um negócio estipulado, de 10 horas às 3 horas da tarde, aquilo ali você tem aquele projeto todinho só aprovando que prá poder dá o tempo certo [...].E aí o que acontecia, já chegava com o projeto elaborado [...], aquele projeto, aqueles problemas, o que fosse que seja, os assuntos que fosse colocado na Assembleia, mas já tava feito, [...] ninguém podia nem, ninguém tinha nem como pensar, ou seja, “bora” formar grupo prá nós pensar se isso aqui está certo, se isso aqui está errado [...]. Só tinha: você aprova ou não aprova, aí o que acontece? Muita gente levanta o braço que aprova [...] (P. R. M. membro do núcleo de produção Boa Esperança, em 16/02/08).

Lá era o seguinte, eles já traziam quase tudo pronto: “isso aqui tem que aprovar, levanta tudo a mão e é aprovado no braço, a maioria ganha” não tinha opção de dizer que “não quero isso” aí contava quantos deu aí, [...], tá aprovado. A maioria era metade mais 1, aprovou e pronto [...] (Entrevista com M. O. B. coordenador do núcleo de produção Sarapof Sucuriçu, em 15/02/2008).

A maior parte só ouvia e votava o que já tava pronto [...]. Sempre quando falavam era um ou dois, a maioria ficava calado (Entrevista com coordenador do núcleo de produção Boa Esperança, em 16/02/2008).

Estas falas indicam que os associados tinham uma participação passiva, somente referendando as decisões tomadas pela diretoria da cooperativa. Portanto, o grau de controle dos cooperados sobre as decisões tomadas restringia-se à “consulta obrigatória”, pois as decisões eram apresentadas na assembleia e os cooperados aprovavam ou não.

Considerando o nível de importância das decisões tomadas, segundo a classificação de Bordenave (1985), o que se observou é que os cooperados só tomavam decisões nos níveis de planejamento operativo, como na execução das ações nos núcleos de produção, e de avaliação dos resultados nas assembleias gerais. A formulação e planejamento ficavam restritos aos dirigentes e assessores da cooperativa.

Conclusão

Várias razões contribuíram ao fracasso da Nova Amafrutas e da COOPAEXPA. Uma destas razões, não tratada neste artigo, certamente foram os problemas gerenciais



de um empreendimento complexo e ambicioso, onde a gestão administrativa, financeira e industrial era realizada por uma cooperativa, a COOPAGRI, enquanto a organização da produção e da comercialização era realizada por duas outras, a COOPAEXPA e a CAMP (COOPERATIVA..., 2007a). Parece tratar-se de um caso onde a visibilidade inicial trouxe dinheiro demais, rápido demais, atropelando a capacidade de gerenciamento da central de cooperativas (RODRIGUES, 2010).

No entanto, uma das principais razões que contribuiu a este fracasso foi a incapacidade da COOPAEXPA e da CAMP de suprir a agroindústria com uma produção de frutas na quantidade e qualidade necessárias, ambas as cooperativas nunca tendo conseguido cumprir as metas de produção estabelecidas pela Nova Amafrutas. A rapidez do crescimento da demanda da agroindústria, que pressionou por um crescimento igualmente rápido do número de cooperados da COOPAEXPA, explica em boa parte aquela incapacidade, pelo hiato criado entre o tempo da aprendizagem da ação coletiva e os tempos necessários ao bom funcionamento de uma organização competindo no mercado.

O ritmo acelerado do crescimento da demanda por frutas para garantir a eficiência da agroindústria e da Nova Amafrutas como um todo entrou em descompasso com o tempo necessário para os processos de aprendizagem técnica e social por parte dos agricultores nos núcleos de produção. Por um lado, este crescimento da demanda se fez a partir de uma linha de produção que consistia em um conjunto de espécies frutíferas com as quais a maior parte dos agricultores familiares cooperados não tinha experiência. O tempo disponível para o aprendizagem destas inovações, assim como a prestação de assistência técnica (ela própria incapaz de lidar com o aumento no número dos agricultores que deveria apoiar), não foram suficientes para esta aprendizagem se desse. Por outro lado, o bom funcionamento da COOPAEXPA deveria passar por um processo de aprendizagem social e política de seus cooperados a nível dos núcleos de produção, para o tempo também não foi suficiente. A formação cooperativista não pôde ser realizada de maneira satisfatória, e as discussões nos núcleos de produção, quando ocorriam, foram dominadas pela necessidade de planejamento da produção e da comercialização. Mesmo a aprendizagem deste planejamento conjunto não teve tempo de ocorrer a contento.

Esta situação de descompasso entre o tempo rápido do mercado e do gerenciamento da cooperativa, e o tempo lento da aprendizagem dos agricultores e da



própria equipe de gerência, foi certamente tornada ainda mais difícil pela convivência de lógicas de ação social diferentes no próprio seio da COOPAEXPA.

A cooperativa e particularmente o aparato de formação da Escola DENSA tiveram que lidar com agricultores com lógicas de ação social diferentes. Os agricultores anteriormente ligados à CAMP estavam habituados a uma relação de intermediação entre patrão-cliente bastante diferente da relação cooperado-cooperativa que tentava implementar a COOPAEXPA. No caso destes agricultores, esta relação patrão-cliente, mesmo supondo alguma exploração e uma relação de dependência personalizada, era ágil no pagamento das compras e as relações personalizadas faziam com que em caso de necessidade os agricultores pudessem contar com um certo apoio do patrão, solicitado e retribuído através de uma gramática social com a qual estavam familiarizados (ARAUJO & SCHIAVONI, 2002; GEFFRAY, 2007). A relação com a COOPAEXPA, mesmo que a longo prazo podendo trazer mais vantagens e sendo mais justa, a curto prazo era mais lenta (e esta lentidão era agravada pela própria inexperiência gerencial dos dirigentes da cooperativa) e mais complicada, com a necessidade de muita conversa de planejamento e com pagamentos diferidos no tempo, mesmo que com preços mais justos. Curiosamente, as relações mais contratuais propostas pela cooperativa podiam ser interpretadas como mais “frias”, pois menos personalizadas e a cooperativa como um “mau patrão” (GEFFRAY, 2007; ARAUJO & SCHIAVONI, 2002). Houve, dentro da COOPAEXPA, um conflito entre as relações sociais “modernas”, constitutivas da ação coletiva organizada, propostas pela cooperativa (mesmo que de maneira imperfeita), e as relações personalizadas constitutivas do mundo social destes agricultores. Os agricultores desde o início ligados à COOPAEXPA certamente experimentaram as mesmas dificuldades, mesmo que mais familiarizados com o discurso sindical e com uma relação prévia com as lideranças sindicais da COOPAEXPA, o que facilitava o processo de aprendizagem das novas relações sociais propostas pela cooperativa.

Estas diferenças nas lógicas de ação social com as quais tinha que lidar a COOPAEXPA, associada à rapidez das mudanças às quais ela teve que fazer face e à pressão pelo aumento da produção, fizeram com que a participação dos agricultores nos núcleos de produção deixasse a desejar tanto do ponto de vista político quanto da organização da logística da produção e comercialização, contribuindo ao processo que levou ao fracasso desta experiência cooperativa.



Referências bibliográficas

- ANDRADE, W. D. C. de. **A emergência de processamento de frutas no Nordeste Paraense, Região Metropolitana de Belém e no Marajó:** uma análise do potencial da capacidade produtiva e inovativa sob a ótica de Arranjo de Sistema Produtivo e Inovativo Local – ASPL. 2004. 213 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.
- ARAUJO, R., SCHIAVONI, G. **A ilusão genealógica. parentesco e localidade na fronteira agrária da amazônia.** *Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento.* 1, 3 (2002), 15–40.
- BORDENAVE, J. E. D.. **O que é participação.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção primeiros passos). 81 p.
- COOPERATIVA DA PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA FAMILIAR DO PARÁ. **Planejamento estratégico.** Benevides: s/d. 6 p.
- COOPERATIVA DA PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA FAMILIAR DO PARÁ. **Estatuto Social.** Benevides: 2003. 14 p.
- COOPERATIVA DA PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA FAMILIAR DO PARÁ. **Proposta da COOPAEXPA para negociação com o governo do Estado do Pará.** Benevides: 2007a. 15 p.
- COOPERATIVA DA PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA FAMILIAR DO PARÁ. **Incentivo a industrialização e comercialização da produção como mecanismo para o fortalecimento do cooperativismo e geração de renda para a agricultura familiar do Nordeste Paraense.** Benevides: 2007b. 20 p.
- D'INCAO, M. C. **Clientelismo e democracia nas organizações dos agricultores familiares da região de marabá. a associação dos pequenos agricultores da Consulta.** *Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento* 1, 2 (2000), 113–139.
- FOLLMANN, J. I. **Participação cooperativa e mudança social.** *Perspectiva Econômica: Revista da Universidade do Vale do Rio dos Sinos*, São Leopoldo, ano 15, v. 10, n. 27, p.51-72, 1980.
- GANZER, A. **Diretrizes para organização dos núcleos de produtores/produtoras.** Benevides: 2003, 2 p.
- GEFFRAY, C. **A Opressão Paternalista. Cordialidade e Brutalidade no Cotidiano Brasileiro.** EDUCAM, Rio de Janeiro, 2007.
- LEONEL, M. C.. **Relatório de avaliação do Programa de Produção Integrada – PPI Escola Densa/Nova Amafrutas.** Benevides/Pará: 2004. n. paginado.
- NOVA AMAFRUTAS. **Tempo de cuidar: metas e resultados esperados para o período de 2005 a 2009.** Benevides, 2005. 38p.
- PARRA, H. Z. M. **Liberdade e necessidades: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia.** 2002. 265 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002.



RODRIGUES, D. **A COOPAEXPA e a participação nos seus núcleos de produção.** Dissertação de mestrado em agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável, MAFDS-NEAF-UFGA, Belém, 2010.

REIS, M. N. F. **Dinâmica do cooperativismo alternativo na Bragantina, estado do Pará: agricultores familiares no caminho da participação e da gestão.** Dissertação de mestrado em agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável, UFGA - Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Belém, 2002.

SANDRONI, P.. **Novo dicionário de economia.** São Paulo: Best Seller. 1994. 375 p.

SCHMITZ, H., MOTA, D. M., PRADO, E. S. A. C. **Ação coletiva com fins econômicos: reflexões teóricas a partir de dois estudos de caso no espaço rural.** In *Anais da VII Reunião da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*. SBSP, Fortaleza, 2007.

VEIGA, I., ALBALADEJO, C. **A formação do território a nível local e a emergência da ação coletiva. análises das trocas simbólicas em duas coletividades locais da região de marabá, amazônia oriental.** *Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento. Número temático:;A Construção Local dos Territórios da Agricultura Familiar (Amazônia Oriental). Partes 2 e 3 - Organizações sociais e saberes locais frente à ação de desenvolvimento 1, 3* (2002), 41–77.



GT 5 Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

A dinâmica comunitária e os agentes externos: bloqueios e perspectivas de cooperação nos assentamentos rurais

Marcos Augusto Paladini dos Santos ¹

Alecio Rodrigues de Oliveira ²

¹Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável pela FEAGRI/UNICAMP, Professor do Instituto Federal Catarinense – Campus Videira, Eng^o Agrônomo,. Email: marcospaladini@yahoo.com.br e marcospaladini@ifc-videira.edu.br

²Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus São Roque-SP, Coordenador do Projeto de Extensão. Email: alecioro@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho analisa a dinâmica comunitária e os agentes externos que intervêm nas comunidades rurais, muitas vezes na contratação das suas experiências e perspectivas de empoderamento. A investigação/diagnóstico foi realizada nos Assentamentos Rio Verdinho e Rio Doce, localizados no município de Rio Verde – GO, que demandam políticas públicas de orientação/capacitação profissional formal. Para as famílias assentadas nessas comunidades, a possibilidade de acesso a cursos de capacitação profissional seria a possibilidade de melhorias significativas nas atividades agrícolas e na qualidade de vida da população.

Palavras-Chave: Empoderamento, Extensão, Capacitação Profissional, Assentamentos Rurais.



Introdução

Diante da necessidade do desenvolvimento de práticas de extensão por parte do Instituto Federal Goiano, Campus Rio Verde-GO, considerando-se o perfil agrícola desta unidade de formação educacional e profissional, buscou-se o desenvolvimento de um projeto de extensão que orientasse/estimulasse as atividades agropecuárias familiares. As atividades agropecuárias familiares necessitam do apoio técnico, uma vez que no contexto regional sócio econômico enfrentam a forte concorrência com as grandes atividades monocultoras (região produtora de commodities e processadora de grãos e cana-de-açúcar). Essas atividades voltadas à grande produção agropecuária recebem a maior fatia dos recursos para financiamento e a pesquisa, tanto no que se refere ao setor público quanto privado.

As dificuldades das comunidades de assentamentos rurais são consequências da falta de políticas de aquisição de equipamentos necessários às atividades produtivas, bem como serviços relacionados à comercialização que colaborem para a obtenção de preços mais atraentes (RAMOS 2009).

A escolha pelas comunidades de Assentados Rio Doce e Rio Verdinho, inicialmente foi feita pautada pelas demandas existentes nessas localidades.

As comunidades assentadas pesquisadas no município de Rio Verde, Estado de Goiás, demandam cursos profissionalizantes que podem ser oferecidos *in loco* pelo Instituto Federal Goiano, na área agropecuária, sobretudo para os filhos desses assentados e famílias do entorno. Entende-se que os cursos oferecidos pelo Campus Rio Verde do IFGoiano, seriam um agente facilitador das transformações desejadas pelos membros dessas comunidades, que esperam dos gestores públicos soluções para os problemas enfrentados na administração das atividades agropecuárias, bem como na formação profissional dos filhos dos assentados nas comunidades rurais.

A pesquisa trata de um diagnóstico realizado em março de 2009, sobre as reais demandas e intervenções na comunidade em questão, visando investimentos e identificação real dos anseios desses moradores.

A investigação realizada nos Assentamentos Rio Verdinho e Rio Verde demonstrou que existe uma dinâmica própria das comunidades, frente a seus problemas/demandas e os agentes externos. Estas podem ser virtuosas ou viciosas, mas ambos os aprendizados fizeram na concretude diária das relações de poder com os diferentes agentes que de uma forma ou de outra atuam(ram) no local.



A distância entre a demanda das comunidades, suas expectativas de transformação com o atendimento de seus anseios pelos gestores públicos, assim como a clareza da intervenção dos agentes, podem gerar aprendizados virtuosos ou viciosos com interferência na prática comunitária, gerando identidade de seus membros, possibilitando o surgimento dos diferentes tipos de lideranças, dentre outros.

Os Jogos de Poder no Universo Rural

A educação tem em sua constituição uma dialética de construção, que em alguns momentos perpetua a situação atual, tanto pela reprodução das situações já constituídas, quanto pelo repasse estruturado. Ao mesmo tempo a transformação pelo questionamento da situação vivenciada, abre a perspectiva humana de vida em comunidade (seus membros, famílias, grupos), assim como os agentes externos (públicos e/ou privados), que na busca de soluções para as questões cotidianas, buscam os recursos adequados para melhoria de vida. Ao invés de uma situação limitadora pode ser construída uma possibilidade maximizadora de criatividade e abertura para novas e inovadoras experiências, num espaço essencial para a participação e aprendizado do conhecimento real, sendo os pilares do saber pautado no aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser (DELORS, 2003).

Desta forma a possibilidade de acesso a cursos de capacitação profissional pode acarretar melhorias nas atividades agrícolas e na qualidade de vida das comunidades. Influenciada diretamente pela experiência concreta já vivenciada pela comunidade, pela ação dos agentes externos, nas diferentes formas de troca, reciprocidade, sociabilidade e jogos de poder.

Além das questões metodológicas da educação, as questões tecnológicas, sua utilização adequada e emancipadora, fazem parte desta intrincada rede de relações de poder que definem os caminhos futuros desta comunidade, que já vivenciou vários momentos de ascensão e/ou decadência, realizações e/ou paralisias, ganhos e/ou perdas, em sua trajetória histórica. Muitas vezes esquecidas por estes e/ou pelos agentes externos, que na busca de individuação ou inovação se consideram diferenciados e únicos, na definição de caminhos a serem seguidos.

Muitas vezes nas ações a comunidade aplaude e apóia, concorda e alegra-se, mas se mantém distante do espetáculo, pois não se consideram atores ou estrelas principais, mas sim meros coadjuvantes, não assumindo suas responsabilidades e possibilidades construtivas.



São situações de aprendizados da negação de suas possibilidades, quer por interesse dos agentes que se dizem transformadores, que mais desejam a construção de marionetes, que de parceiros emancipados, com vontade e desejos de seus destinados. Com todas as contradições humanas, que são compostas de idas e vindas, agregações e conflitos, sem “scripts” pré-definidos, mas com a agregação dos laços de reciprocidade e confiança, constituídos no dia a dia nas pequenas ações cotidianas, e não pela ação polarizadora de qualquer agente externo.

A educação emancipadora seguindo os preceitos dialógicos de Paulo Freire (1997), poderá levar a novos caminhos, mas essas iniciativas devem ser trabalhadas dentro de um espaço que possibilite a experimentação organizativa, em que os desejos e ações possam ser vivenciados e revisitados para autoconhecimento e reconhecimento das potencialidades e limitantes.

Universo de Pesquisa

Na região Sudoeste Goiana estão instalados dois assentamentos rurais (Assentamento Rio Doce e Rio Verdinho) e dois acampamentos, sendo um em fase de instalação (Assentamento Rancho Queimado) e outro, aguardando definição do projeto de assentamento (Acampamento das 30 famílias).

No que se refere aos problemas encontrados, tanto os assentados, quanto os acampados esperam o apoio dos agentes públicos para a implementação de ações que facilitem a estruturação destes ou auxílio no desenvolvimento das atividades econômicas entendidas como construção de benfeitorias nestas áreas.

O campo de forças existente, por se encontrarem em estágios diferenciados, tem demandas e expectativas multifacetadas, podendo ser confluentes ou divergentes. Essa disputa pode ser percebida nas discrepâncias entre discursos e posicionamentos dos diferentes grupos. Nessa perspectiva uma das formas de dominação é o controle do espaço/tempo. A dominação representa um processo de resistência e confronto, resultando em conflitos permanentes (FERNANDES, 1994).

Território/Comunidade

As informações sobre o histórico e outros dados não são oficiais e não foram confrontados com outras fontes de informação, quer pela dificuldade de confirmação, como pela inexistência de registros. Foram utilizados registros orais, confrontados entre



os depoimentos dos entrevistados, portanto considerados verídicos e fidedignos (WHITAKER, 2002).

O levantamento do histórico de luta, ocupação e conquista da área é uma informação muito importante, visto que se trata do histórico vivencial e participativo das famílias. Isso constitui um campo de experimentação e construção de valores e referências de luta e organização das famílias. Através deste diagnóstico foi possível identificar as redes e as intrincadas relações intra e inter-familiares. Este histórico, juntamente com outras informações do processo de evolução do assentamento, podem orientar sobre as oportunidades e facilidades que foram vivenciadas pelas famílias, como também suas experiências difíceis e não positivas que ocorreram. Assim será possível entender o nível de organização e os fatores (des)integradores que foram vivenciados pela comunidade nestes 10 anos de existência.

As dificuldades e os conflitos se tornam evidentes nos depoimentos orais, explicitados na concretude de investimentos desabilitados, ou relações de cooperação e/ou competição.

Neste período de existência, várias intervenções foram realizadas no território, muitas delas não tiveram continuidade, outras foram rearranjadas entre as famílias, de forma a se manterem por iniciativas individuais ou de pequenos grupos que hoje polarizam as diferentes ações.

Histórico das Comunidades

Assentamento Rio Verdinho

O Assentamento Rio Verdinho foi oficializado no ano de 1999, quando o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, iniciou a demarcação dos lotes e o assentamento das famílias.

A ocupação pelas famílias pioneiras foi apoiada pelo Sindicato dos Trabalhadores de Jataí-GO.

Não foi possível levantar mais informações sobre o histórico, ou confirmar as poucas que foram verbalizadas, por isso optamos por não registrar. Contudo constatamos que a oficialização do assentamento abriu precedentes, motivando o fortalecimento e a união de outras famílias para ocupação de novas áreas.

No período de 1995 a 2000, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra obteve apoio de muitos setores da sociedade, pois seus trabalhos com cooperativismo e educação eram reconhecidos internacionalmente, refletindo grande credibilidade e



respaldo para ações, como também o momento econômico favorecia a demanda por terras, pois o desemprego urbano era alto. As lutas dimensionam a conquista das condições básicas do desenvolvimento social e econômico, tais como educação, saúde, política agrícola. A realidade dos assentamentos cria novas formas de organização do trabalho, cooperativas de produção, comercialização e moradia (FERNANDES, 1994).

No período em questão, várias organizações e sindicatos independentes de movimentos sociais aderiram à ocupação de terras, ganhando espaço político e presencial. Independente de quais atores e agentes estiveram envolvidos, o fato é que os assentamentos representavam possibilidade de melhoria das condições de vida das pessoas, sobretudo aquelas que se encontram nas áreas urbanas, desempregadas ou sem renda.

Assentamento Rio Doce

No dia 01 de março de 2000, às 23:00 horas ocorreu a ocupação da fazenda que tinha sido abandonada pela AGRINCOR Armazéns Gerais, patrimônio comprometido com pagamento de dívidas. Esta área antes da ocupação era utilizada por Aparecido Cocarelli, sem ônus pelo seu uso.

A ocupação ocorreu sob a coordenação de Manoel Messias Mendes de Souza, juntamente com 06 famílias. Decorridos 30 dias da ocupação inicial, esse acampamento já contava com 25 famílias. Estas buscaram apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí, município originário das primeiras famílias acampadas.

Os trabalhos de vistoria, avaliação e divisão da área se desenvolveram até junho de 2002, quando as famílias foram assentadas definitivamente em seus lotes. A partir do assentamento, as famílias passaram a ser acompanhadas pelo Sindicato Rural de Rio Verde, município em que está localizada a propriedade.

Acampamento Rancho Queimado

O Acampamento Rancho Queimado é formado por um grupo de 05 famílias de produtores que ocuparam parte de uma propriedade de 135 hectares e, se encontram de posse de 21 ha explorados com atividades agrícolas, tendo construído benfeitorias. Contudo essas famílias não possuem a documentação completa e oficial de assentado reconhecida pelo INCRA. Segundo informações dos próprios acampados e vizinhos, a oficialização do assentamento ocorrerá assim que o INCRA conseguir a assinatura do



proprietário no acordo para desapropriação. Esta situação impede o acesso a créditos para investimento nos lotes.

Acampamento das 30 famílias

O denominado Acampamento das 30 Famílias é um núcleo rural que teve início e ocupação em 22 de novembro de 2006, no interior da Fazenda Rio Verdinho da Barra Grande, de propriedade de Mikishok Kamata.

Contando com uma área total aproximada de 876 ha (181 alqueirão mineiro), o Acampamento das 30 Famílias tem como líder José Felipe, um dos primeiros a ocupar a área, juntamente com mais 25 famílias. Esse acampamento chegou a abrigar 30 famílias, sendo atualmente um número aproximado de 27. Estas oscilações, ou alterações de famílias, demonstram simultaneamente fragilidade e instabilidade dos que se vão, além de força e determinação dos que ficam, pois as condições dos barracos de lona e a instabilidade de futuro não são condições simples ou fáceis de serem vivenciadas no cotidiano.

Segundo informações da liderança, o INCRA já realizou a vistoria de fiscalização para desapropriação e a avaliação das benfeitorias, no período entre setembro a novembro de 2008, havendo necessidade apenas da assinatura do proprietário para conclusão e assentamento desta na área definitivamente. Contudo, não houve início dos trabalhos de divisão dos lotes.

A comunidade recebe esporadicamente cestas básicas do INCRA e nesses 30 meses em que estiveram acampados, receberam aproximadamente 6 vezes as cestas básicas.

As famílias moram em barracos de lona plástica, enquanto aguardam a finalização do processo de desapropriação para o assentamento.

Observou-se o isolamento das famílias, por não receberem assistência técnica rural estável ou definida, estas se sentem desamparadas pelo poder público e a sociedade e as informações muitas vezes são contraditórias, permeadas por um jogo de poder entre os envolvidos (FOUCAULT, 1979, 2001).

Equipamentos e Infraestrutura das Comunidades Assentadas

O Assentamento Rio Verdinho possui uma agrovila, com pequena área para exploração individual e uma outra área coletiva; o Assentamento Rio Doce não possui agrovila, apenas a atividades exploratória dos lotes.



Tanto o Assentamento Rio Verdinho, quanto o Rio Doce, possuem habitações com boa qualidade para a zona rural, mas impressionam as construções do primeiro, demonstrando um diferencial entre as duas populações.

O padrão de construção das moradias do Assentamento Rio Verdinho apresenta um nível de desenvolvimento da comunidade local mais avançado, se comparado com o Assentamento Rio Doce. Essas famílias superaram a fase das grandes dificuldades, comuns nos assentamentos rurais e nas comunidades pré-assentadas, onde faltam recursos para infraestrutura e as moradias são ainda precárias. Essas diferenças podem ser visualizadas se considerarmos as realidades dos Acampamentos Rancho Queimado e das 30 Famílias.

Pelo tipo de construção existente é possível verificar que esses assentados poderiam ter seu padrão de vida melhorado ainda mais se dispusessem de orientações técnicas para as suas atividades agropecuárias, bem como o fomento às atividades que demandam maior capital financeiro para serem desenvolvidas.

Em contrapartida, as moradias do Assentamento Rio Doce ainda se encontram em fase de melhorias, com as casas de madeira coexistindo com as de alvenaria ainda em fase de construção ou acabamento. Isso demonstra que embora os Assentamentos Rio Verdinho e Rio Doce apresentam índices promissores, o primeiro encontra-se melhor estruturado, do ponto de vista da infraestrutura e da organização social dos assentados.

Essas diferenciações podem refletir os momentos de constituição e a organização dos grupos, pois na década de 80, as agrovilas eram consideradas ponto fundamental para a organização dos trabalhadores, pois facilitava a comunicação, convivência e articulação.

Com o tempo percebeu-se algumas desvantagens do modelo das agrovilas, pois a proximidade de vizinhança com a atividade rural (criações de pequeno porte) sempre criavam desajustes e pequenos conflitos com o deslocamento dos animais, ou higiene e odores destas.

Outras vantagens da agrovila são as facilidades de investimentos públicos (água, luz, esgoto, arruamento, calçamento), além da proximidade que facilita a organização e convocação de reuniões para discussão de problemas, como também o reconhecimento de questões comuns que surgem no dia-a-dia.

Observa-se, na questão de infraestrutura, as estradas em boas condições, e uma boa ordenação das construções da agrovila, com atendimento de energia elétrica,



conquistas obtidas em fases iniciais e que reafirmam a existência de uma organização forte em outros períodos. Ao observarmos a estrada de acesso às áreas dos assentamentos é possível visualizar os acampamentos, o que nos leva à reflexão das diferentes demandas e fases em que se encontram os grupos (assentamentos e acampamentos).

As condições precárias do Acampamento das 30 famílias podem ser observadas em campo, o que corrobora com a diferenciação dos grupos, exigindo tratamentos diferenciados para cada um deles, como forma de atender suas demandas e anseios.

A escola representa um elemento agregador da comunidade, quer pelos alunos ou professores que exercem função no local ou como símbolo de conquista e efetivação do funcionamento.

Enquanto elemento promotor da organização da sociedade, a educação com sua bagagem constrói pilares na comunidade, recebendo desta uma cota igual à transferência de conhecimentos, de saberes locais e empíricos que proporcionarão uma melhor adequação de suas funções sociais, como construtora do desenvolvimento local e regional.

Para que a missão da escola se concretize e atinja seus objetivos é preciso posicionamento destes como pessoas que adentram a um novo contexto, que podem conhecer teoricamente, mas este é complexo e permeado por uma imbricada rede de inter-relações humanas e inter-institucionais, que devem ser (re)conhecidas e respeitadas, para que ocorra a construção de um novo momento e oportunidade (FOUCAULT, 1979).

Essa experiência exige um auto-questionamento de todas as práticas e vivências já realizadas pelo educador, que, ao mesmo tempo em que utiliza sua experiência anterior, esta não pode ser considerada uma solução pronta para os problemas locais, mas sim um rumo ou norte ou exemplificação, que deve ser a todo momento revisado, pois neste campo de forças o dinamismo dos participantes exige reposicionamento estratégico frente às alterações que vão ocorrendo a todo instante.

A Realidade do Ensino Formal nos Assentamentos

A Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental “Vale do Rio Doce” – EMREF “Vale do Rio Doce”, local em que foi desenvolvido o estudo para construção de parcerias para instalação do Curso Técnico de Agropecuária como ponto avançado a



do IFGoiano - Campus Rio Verde, apresenta um boa estrutura física para as aulas teóricas.

Houve reunião com membros da comunidade com vistas a conhecer e identificar demandas, anseios e necessidades desta para compreender a melhor forma de atender o compromisso institucional assumido pela diretoria do IFGoiano - Campus Rio Verde de instalação do referido curso.

Durante o diagnóstico preliminar foram contatadas várias lideranças e representantes da comunidade e identificados aspectos históricos e de formação do assentamento, formas de produção e organização.

Foi observada uma tentativa de condução da pesquisa pelas lideranças, o que instigou um contato sem referencias com as comunidades, para manter um distanciamento exigido pela pesquisa de campo. Distanciamento que vai interferir nos resultados da análise.

Ocorreram visitas e entrevistas com vários membros dos diferentes grupos do Assentamento Rio Verdinho, Assentamento Rio Doce, Pré-Assentamento Rancho Queimado e Acampamento das 30 famílias. Neste momento puderam ser percebidos diferentes conflitos quer de interesse, ou de disputa nas comunidades, e internamente a estas. Outros problemas sociais também foram identificados como drogas, alcoolismo e prostituição. Agentes desagregantes da comunidade, que antes de qualquer trabalho de transformação devem ser encaminhados e encarados para abarcar futuros desencontros.

O curso a ser implantado no local, deverá atender, em princípio, estas comunidades e outras do entorno que são propriedades que possuem integração com empresas agroindustriais.

Foi constatado o distanciamento das famílias integradas, não havendo representação, nem proximidade nas citações que ocorreram, problema que vai interferir nas conseqüências possíveis de capacitação dessa comunidade.

Projeto de Implantação do Curso Técnico em Agropecuária nos Assentamentos

Em janeiro de 2009, o Diretor Geral do IFGoiano - Campus Rio Verde assumiu um compromisso de parceria com a Prefeitura Municipal de Rio Verde para a instalação de um Curso Técnico em Agropecuária no Assentamento Rio Doce, esse projeto visava atender à demanda de alunos rurais que se deslocam até a Sede do IFGoiano – Campus Rio Verde para acesso à educação técnica formal.



Os alunos que atualmente participam do curso técnico são em número de 45, que se deslocam 40 km, saindo de suas residências por volta das 9:30 horas e retornam às 21:30 horas, para freqüentarem o curso no período diurno, na sede do Campus do IFGoiano na cidade de Rio Verde.

Este deslocamento se faz necessário pelo circuito que o transporte tem que cumprir para “pegar” os alunos em suas residências, espalhadas por toda região. Corroborando com o desgaste físico, emocional destes, o que diminui o rendimento escolar, também aumenta a preocupação das famílias com este percurso e o tempo de viagem. Alguns membros da comunidade manifestam interesse em frequentar esta educação formal, desde que seja realizada no assentamento, próximo de suas residências.

Contudo por questões de ordem burocrática e falta de articulação entre a Prefeitura de Rio Verde e o IFGoiano, até o presente momento (março/2010) o curso não foi implantado e o projeto encontra-se paralisado. Enquanto isso, os adolescentes e jovens residentes nos assentamentos pesquisados continuam se deslocando diariamente para o IFGoiano, situação que culmina numa significativa evasão desses estudantes.

Rede de Integração: entre sonhos e a realidade

A existência de vários agentes e instituições no território em que se pretende instalar o curso técnico, ao mesmo tempo que exige um projeto amplo e bem coordenado, abre uma grande oportunidade de trabalhos inter-institucionais, que possibilitam a ocorrência de sinergias, que ampliem e fortaleçam o desenvolvimento da comunidade e das instituições envolvidas, pois a formação de uma grande rede de integração, base para o desenvolvimento sustentável é a missão almejada por agentes socialmente responsáveis.

As redes não são propriedade, desta ou daquela instituição, mas sim um processo auto-motivador de todos, alicerçado na confiança entre os participantes. Portanto exige lealdade entre estes e um projeto macro de ações coordenadas, construído multilateralmente, com participação de todos os envolvidos, complexo conhecimento das ações em suas diversas dimensões (o que, porque, quem, quando). Somente assim os elementos constituintes poderão desenvolver individualmente seus trabalhos, buscando suas metas, colaborando para sinergia de suas ações com outras dos parceiros participantes (INOJOSA, 2001).



Esta rede é definidora e/ou delimitadora entre os sonhos e realidades, demandas e realizações; concretizadoras de novas possibilidades e oportunidades que irão surgir da sinergia das ações, efetivando a função de cada participante, não apenas no discurso como na prática.

Por tratar-se de assentamentos rurais e acampamentos, há ações do INCRA como regularização de beneficiários e acompanhamento da situação dos titulares e seus familiares nos lotes. No caso dos acampamentos, a ação do INCRA é imprescindível para disponibilização da área por desapropriação/aquisição, seleção dos beneficiários, parcelamento da área e regularização junto aos diversos agentes federais/estaduais/municipais. Há outras situações em que se constata a omissão do Incra.

Podemos observar a importância de todos os agentes locais no projeto, pois a solução de pendência/conflitos minimiza desgastes, reforçando laços de confiança, que sustentam as redes (INOJOSA, 2001).

Outras entidades de formação e treinamento como SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, já desenvolveram trabalhos na área. A identificação de ações dos agentes (anteriores, atuais e futuras) é importante para a compreensão e articulação dos programas de formação e desenvolvimento das atividades produtivas nos lotes e da comunidade, tendo claro que a interação com o curso a ser instalado é de fundamental importância.

Não há como desenvolver ações positivas na sociedade se não houver sustentação do tripé econômico, social e ambiental; formador de um novo cidadão, principal responsável pelo seu próprio destino.

O IFGoiano - Campus Rio Verde também se faz presente nesta área com os trabalhos iniciados por profissionais da área de administração, assistência social e psicologia, com a finalidade de identificação dos elementos produtivos e produções realizadas, composição familiar e anseios dos assentados.

O Banco do Brasil como agente financeiro, tem ação importante na questão de projetos que exijam recursos/financiamentos, como também na regularização da situação creditícia dos beneficiários, que precisa ser estudada e equacionada antes de qualquer ação empreendedora produtiva. Sem uma gestão financeira, os projetos construídos, não passaram de ilusões, deleites, sem a concretude necessária ao avanço social das famílias.



A Agencia Rural é reconhecida como entidade que acompanha (ou) os projetos do PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, emissor das DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF.

Empresas comerciais da área de laticínios, carnes, grãos e cooperativas foram identificadas como parceiras em vários empreendimentos produtivos no território. A participação destas empresas é importante, quer na continuidade ou ampliação e desenvolvimentos de outros empreendimentos produtivos no local.

Os proprietários rurais do território circunvizinho têm importância pela vizinhança e como parceiros em demandas comuns que possam ocorrer no decorrer do projeto. Além disso, muitos dos filhos de seus empregados poderão participar do curso técnico ou da escola rural, possibilitando o desenvolvimento de trabalhos integradores que colaborarão positivamente para a execução dos trabalhos educacionais.

A Prefeitura do Município de Rio Verde tem participação imprescindível como parceira na instalação do curso técnico, bem como na manutenção da escola rural e outras demandas que a este estiverem ligadas diretamente. Esta também realiza o trabalho de saúde através do PSF- Programa de Saúde da Família, contando com uma agente morando na comunidade.

Devido ao grande número de envolvidos nesta rede, há necessidade de uma coordenação para polarizar as ações, este papel terá que ser desempenhado por atores, que tenham bases já atuantes neste território através de diferentes formas de ação, cada qual na sua área. No caso da escola técnica, o IFGoiano – Campus de Rio Verde poderá polarizar, cumprindo o papel educacional que conjuga formação e transformação.

Demandas de Estudos e Projetos

O território em que o IFGoiano - Campus Rio Verde pretende instalar o curso técnico tem grande demanda reprimida de estudos e projetos, havendo necessidade identificação destas e de suas prioridades.

Estas demandas vêm ao encontro com a potencialidade e competência do IFGoiano - Campus Rio Verde, pois possibilita o trabalho de extensão universitária, como uma das contribuições possíveis de retribuição à sociedade, principalmente no entorno em que está instalado, corroborando para o reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento econômico e social regional.



As produções de maior importância existentes no local são de grãos e leite. Outros empreendimentos como produção de doces e artesanato também são desenvolvidos, envolvendo alguns assentados.

A produção de grãos e leite podem ser palco de muitos estudos e projetos na identificação de sua forma de trabalho, organização, custo, otimização e agregação de valores, nesta e em outras atividades inter-relacionadas.

Outras formas de produção como o cultivo de hortaliças orgânicas são demandadas pelos beneficiários, mas há necessidade de estruturação e orientação para minimização dos riscos envolvidos nesta atividade.

O início de estudos para desenvolver novas atividades ou para o melhor entendimento das já realizadas são imprescindíveis, pois o conhecimento científico e o desenvolvimento sustentável planejado, não se faz através de “*rumores ou humores de iluminados*”, mas com dados consistentes, um histórico cultural e social bem estruturado que possibilite a identificação do real ponto do desenvolvimento da comunidade e seus pontos de estrangulamento. Isso fortalece a organização social para a emancipação e empoderamento da comunidade, na manifestação precisa de suas necessidades e demandas, como também a negociação com as instituições competentes para o encaminhamento de demandas e seu atendimento.

Este território é um grande campo de pesquisa científica, experimentação e treinamento para os alunos dos diversos cursos do IFGoiano - Campus Rio Verde, pois estes poderão complementar seus estudos e aprendizado como agentes sociais potencializadores do desenvolvimento local.

Neste ponto há que se valorizar que as ações sustentáveis, necessitam do ingrediente prazer e satisfação, quer como solução de problemas e demandas, também como parte do envolvimento cotidiano que exige persistência, sonhos, metas, que polarizem o trabalho contínuo, motivando parceiros ao investimento não apenas momentâneo, mas como um grande projeto de vida comunitária. A participação que pode existir em muitos níveis deve ser estimulada, para que as expressões de conflitos subterrâneos e disputas de poder venham à tona neste campo de forças, transformando a competição em cooperação, os sonhos em realidade.

Considerações Finais

A intervenção neste território mesmo que apenas com o curso Técnico em Agropecuária, exige o desenvolvimento de atividades preparatórias que assegurem o



sucesso do empreendimento, que vai muito além da escola e dos professores, mas do empoderamento comunitário do conhecimento e saberes da conquista. Apesar de já existirem alunos do local que freqüentam o IFGoiano - Campus Rio Verde, a presença na comunidade como entidade de educação e comprometida com o desenvolvimento, exige uma postura participativa e aberta para que os diversos atores locais atuem na construção conjunta deste projeto, visando exercer o papel educacional com base nos princípios de formação e transformação. Somente assim, a escola será um espaço mediador e libertador da comunidade, podendo auxiliar na convivência dos diferentes dentro da diversidade não como problema, mas como possibilidade criativa de novas estruturas endógenas de desenvolvimento.

Se o projeto de ensino técnico do IFGoiano não for bem sucedido o ônus poderá ser transferido para os agentes intervenientes no território, dificultando assim os trabalhos das instituições que permanecem instaladas e fixas neste local, como a escola e seus cursos técnicos.

A intervenção em uma comunidade exige preparação e planejamento para conhecer a melhor forma de atuação, sem incorporar o caráter paternalista ou não democrático, o que não auxiliaria no processo de emancipação e empoderamento local da comunidade, hoje colocado como premissa de qualquer plano de desenvolvimento sustentável que se queira realizar.

A construção de um DRP – Diagnóstico Rápido Participativo, que mobilize os agentes públicos e privados para elaboração de novas metas pode possibilitar o início da aproximação, reconhecimento e identificação dos anseios desta comunidade e do real compromisso de todos os envolvidos. Pois a distância entre demandas reais e idealizações é grande, não podendo o gestor público se deixar somente levar por sonhos e devaneios.

Algumas observações devem ser analisadas com maior profundidade e melhor compreendidas no seu processo construtivo, alguns pontos merecem atenção especial, tais como: o endividamento dos produtores, projetos já desenvolvidos e abandonados, problemas sociais, organização administrativa, projetos de vida das famílias.

Estas observações devem ser consideradas apenas como sinais de “fumaça” dentro do intrincado contexto das relações sociais e familiares que existem na comunidade, não tratando-se ou devendo ser tratados como problemas, mas sim como elementos importantes do projeto de intervenção.



Ressalta-se a que a intervenção em uma comunidade que possui um histórico de ação de diversos agentes pode dificultar as futuras intervenções, pois toda experiência acumulada, positiva ou negativa será manifestada na relação com os novos agentes. Portanto é necessária a construção de relações de confiança, baseadas em lealdade com a comunidade e seus membros, a constituição numa atuação dialógica e problematizadora, que possa se contrapor às zonas de conflito.

Há uma forte expectativa na comunidade com relação à instalação pelo IFGoiano - Campus Rio Verde do Curso Técnico em Agropecuária, esta muitas vezes dissimula um comprometimento por parte dos envolvidos, encobrendo a existência de diferenças e seus sonhos de vida, não manifestados verbalmente, mas expressos em silêncios que podem ser entendidos como concordância, mas podem representar discordância e/ou descompromisso.

Ouvir a comunidade em suas expressões verbais e não verbais é imprescindível para a construção de um projeto participativo, democrático e emancipatório.

Após o desfecho deste diagnóstico e a não mobilização dos agentes públicos envolvidos, o projeto educacional se mantém suspenso, indicativo dos problemas e do jogo de forças implícito em sua instalação. A dinâmica da comunidade se supõe relações de conflito e de cooperação alimentadas por sonhos entrecortados por decepções e gestação de novas expectativas.

Referências Bibliográficas

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2ed. São Paulo: Cortez Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro**. (Tese de Doutorado em Geografia) - FFLCH/USP, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: A Formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. (Dissertação de Mestrado em Geografia) - FFLCH/USP, São Paulo 1994.

FERRANTE, Vera L.S.B.; WHITAKER, Dulce C. A. (Org.). **Retratos de Assentamentos**. Nº 10-1006. ARARAQUARA-SP: UNIARA. NUPEDOR. 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Raquel Ramallete (Trad.). 24ªed.. Rio de Janeiro: Vozes. 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Roberto Machado (Org. e Trad.). Rio de Janeiro: Graal. 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.



INOJOSA, Rose Marie. **Sinergia em Política e Serviços Públicos:** Desenvolvimento Social com intersetorialidade. Cadernos FUNDAP n. 22, 2001, p. 102-110.

OLIVEIRA, Alecio Rodrigues de. **Gleba Tucano:** A Conquista de um pedaço de chão. (Dissertação de Mestrado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2001.

RAMOS, Pedro. Políticas Públicas e Perspectivas de Viabilização dos Assentamentos Rurais. **In: Retratos de Assentamentos.** N.12, NUPEDOR: Araraquara, 2009.

SANTOS, Marcos Augusto Paladini dos. **Lógica de Cooperação dos Assentados:** Idealizações e Realizações. (Dissertação de Mestrado em Engenharia Agrícola) – FEAGRI, Campinas, 2005.

WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural Questões Metodológicas Emergentes.** Presidente Venceslau-SP: Letras à Margem, 2002.



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial.

A implementação do PAA Leite nos Territórios Potiguares: as “redes” de articulação política como espaço de mobilização social

Denes Dantas Vieira¹

¹ Professor Assistente do Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco/UNIVASF e Doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN
e-mail: denes.vieira@univasf.edu.br

Resumo

Para a compreensão dos processos de desenvolvimento rural em curso, e na intenção de ampliar o leque de explicações sobre as dinâmicas sociais que incidem direta ou indiretamente na execução das políticas públicas, o presente trabalho tem como objetivo analisar as estratégias de mobilização social das redes de articulação política dos representantes da agricultura familiar no Rio Grande do Norte. Nosso recorte metodológico optou pela política pública do Programa de Aquisição de Alimentos modalidade Leite/ PAA Leite, em processo de implementação nos Territórios do Seridó, Potengi e Sertão do Apodi. Além de revisão bibliográfica sobre os conceitos e categorias de estudos relevantes ao presente trabalho, a pesquisa de campo tem ocorrido através da análise de documentos, de observação participante em eventos relacionados ao debate do PAA Leite, e com a realização de entrevistas semi-estruturadas com os principais atores sociais integrantes das redes sociais da agricultura familiar no RN.

Palavras chave: agricultura familiar; instituições; políticas públicas; ator social.



Nas últimas décadas no Brasil, políticas públicas como o Programa de Aquisição de alimentos/PAA, enquanto proposta de construção de um mercado institucional para os produtos da agricultura familiar e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF como crédito fácil, desburocratizado e com juros baixos para esse segmento são identificados como mecanismos importantes para o atendimento de demandas historicamente reprimidas.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, criado no ano de 1996, teve uma expansão significativa a partir de 2003. O PRONAF tem como objetivo facilitar o acesso ao crédito para os agricultores familiares, e , é considerado um marco na conquista de políticas públicas de promoção econômica e social para esse segmento da agricultura brasileira. Já abordamos o PRONAF em trabalhos anteriores, (VIEIRA, 2007). Daremos ênfase ao PAA, em especial a trajetória da modalidade PAA Leite no RN, enquanto política pública como “ pano de fundo” para nossa pesquisa

O Programa de Aquisição de Alimento- PAA¹ foi instituído em 2003 pela Lei nº 10.696, enquanto ação estruturante do Programa Fome Zero. O Programa tem como prioridade atender com alimentos populações em situação de vulnerabilidade social (cestas básicas), comprar produtos da agricultura familiar através de um mercado institucional (ofertar a escolas, creches, instituições filantrópicas e etc.) ou para a formação de estoques.

O PAA Leite tem sua execução originalmente relacionada ao Ministério do Desenvolvimento Social/ MDS, mas desenvolve parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com os Estados nas unidades da federação.

. É objetivo do PAA Leite Fome Zero:

Contribuir para o combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou de insegurança alimentar e nutricional, através da distribuição gratuita de leite; e fortalecer o setor produtivo local e a agricultura familiar, garantindo a compra do leite dos agricultores familiares, a preços mais justos e fortalecendo a cadeia produtiva, (Governo Federal/ MDS).

A proposta do MDS é a de que o Programa adquira o seu leite de pequenos produtores da Agricultura Familiar, que produza uma média diária de 30 litros de leite, podendo chegar até 100 litros/dia. Desta forma, o Governo Federal visa contribuir para auto-sustentação da

¹ O PAA é um programa que adquire alimentos oriundos da agricultura familiar, destinando-os à recomposição dos estoques estratégicos do Governo Federal e a famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio de doações a entidades sociais, (Governo Federal/MDS). Fonte: <http://www.mds.gov.br/>



agricultura familiar no país, gerando renda e garantindo um alimento saudável e de qualidade às famílias expostas aos efeitos da vulnerabilidade social.

No caso do Rio Grande do Norte, como já existe um programa semelhante, Programa do Leite Potiguar, há mais de 20 anos, se faz necessário buscar adequações do Programa local à proposta do MDS. Nessa perspectiva, a grande inovação do PAA leite é unir a proposta de uma política agrícola de fomento a agricultura familiar, a uma política de segurança alimentar e nutricional. Para o RN o desafio é incorporar o PAA Leite a outro Programa já existente.

É nesse ensejo que se trava o debate sobre a necessidade de inclusão dos pequenos produtores ao Programa do Leite, e para que de fato os recursos repassados pelo Governo Federal, através do PAA leite, sejam efetivamente utilizados para aquisição do produto, cerca de 50 mil litros de leite/dia, junto aos agricultores familiares do Rio Grande do Norte.

Para o atendimento das diferentes demandas, o desenvolvimento rural, em face às novas formas exigidas para regulação das políticas públicas na relação - Estado e Sociedade, exige dos grupos organizados novas estratégias políticas. A concertação² montada entre o Estado e a Sociedade Civil organizada em torno da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos, tem requerido de seus protagonistas, habilidades necessárias a resolução das tensões produzidas pelos interesses dos mais variados grupos.

A metodologia de nosso trabalho, além de pretender realizar uma revisão bibliográfica sobre os conceitos teóricos citados anteriormente, também utiliza recursos da pesquisa empírica, através da coleta de dados primários e secundários.

Em nossa pesquisa adotamos as delimitações sócio-espaciais aplicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial/SDT. Os selecionados os Territórios do Seridó, Potengi e Sertão do Apodi. Partimos da idéia de Território enquanto espaço socialmente organizado onde se configura um ambiente político institucional particular à atuação de atores sociais que, através da ação coletiva buscam projetos de desenvolvimento.

² Giovani Alves (2000) em DO "NOVO SINDICALISMO" À "CONCERTAÇÃO SOCIAL" ASCENSÃO (E CRISE) DO SINDICALISMO NO BRASIL (1978-1998), afirma que a expressão "concertação social" foi criada como estratégia propositiva nas relações sociais em meio a ascensão de um sindicalismo de resultado, em vez do confronto, o diálogo para o desenvolvimento de uma capacidade de negociar com os diferentes.



É uma compreensão também compartilhada por Ricardo Abramovay (2003), quando ele afirma que os Territórios “constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais”, (p.3).

Até o momento, já foram sistematizados dados e informações coletadas nos anos de 2009, 2010 e 2011, o que resultou no primeiro espelho do presente trabalho e na proposta de estrutura do que pretendemos desenvolver a partir de agora. Foram realizadas visitas de campo, de caráter exploratório e com o intuito de identificar as problemáticas do estudo, e disso resultou uma caracterização preliminar do ambiente institucional, seus atores políticos e de experiências de ação coletiva de agricultores familiares na construção de suas capacidades de oferta ao PAA Leite.

Para tanto, participamos de eventos do Colegiado Territorial do Seridó, realizado no município de Lagoa Grande e de Reuniões da Rede de Controle Social para implementação do PAA Leite, esfera onde esse debate tem sido mais recorrente. Também realizamos entrevistas com Consultores do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA encarregados no RN do assessoramento das Políticas dos Territórios da Cidadania.

Analisamos documentos e editais públicos sobre os instrumentos normativos para implantação e implementação do PAA Leite e avaliamos as conclusões do Relatório “O perfil dos fornecedores do Programa do leite no RN”, produzido a partir da tabulação das planilhas de prestação de contas das usinas ao Governo do Estado, no período de 2007 e 2008. A confecção do referido Relatório foi de iniciativa do mandato do Deputado Federal Fernando Mineiro e coordenada por nós.

Ainda foram feitas entrevistas com dirigente sindicais do município de Acari, localizado no Território do Seridó, nos municípios de Messias Targino, Janduis e Apodi no Território do Sertão do Apodi. No município de Campo Grande, ainda no Território do Sertão do Apodi entrevistamos a coordenadora da Organização Não Governamental Sertão Verde, integrante da Rede Pardal e Rede XiqueXique.

Ocorreram contatos e entrevistas com lideranças da Federação dos Trabalhadores Rurais – FETARN, Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar-FETRAF/RN e Articulação do Semi Árido- ASA Potiguar. Visitamos experiências de produção de hortaliças e produção e beneficiamento de leite desenvolvidas por Associações



de agricultores familiares nos municípios de Acari e Messias Targino. Em Riachuelo, Território do Potengi, entrevistamos dirigentes da Cooperativa do Assentamento Lagoa Nova – Coolagoanova, única usina de beneficiamento de leite do RN, que tem a gestão, exclusivamente, de agricultores familiares.

Esse momento de nossa pesquisa revela a coleta e avaliação de dados preliminares. Escolhemos 3 municípios, por Território, para a continuidade da coleta de dados. São eles: Caicó, Acari e Jardim do Seridó no Território do Seridó; São Paulo do Potengi, Riachuelo e São Pedro no Território do Potengi; e, Janduís, Messias Targino e Apodi localizados no Território do Sertão do Apodi.

A definição dos critérios para escolha dos municípios foi possível após a primeira etapa da pesquisa, com caráter exploratório, quando identificamos que são esses os municípios mais representativos do ponto de vista da atuação dos atores com visibilidade política e social, presente nas Redes. São, principalmente, nesses municípios onde muitos agentes públicos e privados, Organizações Não Governamentais e sindicalistas, protagonizam conflitos e iniciativas de promoção econômica e social para o segmento dos agricultores familiares com repercussão em todo o Rio Grande do Norte.

No momento atual de nossa trajetória, corroboramos com o Professor Sergio Schneider/UFRGS, coordenador do projeto IPODE “Sementes e Brotos da Transição: Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais do Brasil”, de onde nosso trabalho, também, tem inspiração, e acreditamos que “é preciso ir além do estudo das formas de resistência” dos agricultores familiares aos modelos dominantes de produção.

Além de identificar iniciativas de resistência sobre como os agricultores trabalham e produzem, Schneider (2008) sistematiza os processos sociais apontados em estudos realizados em todo mundo, que vislumbram um horizonte de novos desafios acadêmicos, entre os quais ele destaca:

(...) à emergência das novas formas de governança e regulação que ocorrem no meio rural tanto através da organização dos agricultores na busca de maiores escalas e ingresso em mercados, como por intermédio da ampliação das formas de pressão do Estado e reivindicação de políticas públicas, (SCHNEIDER, 2008, p. 13)

Nesse sentido, também compartilhamos do desejo em defender e colaborar com uma “Sociologia dos Atores e Processos Emergentes” que tem como finalidade além de analisar



“(…) um conjunto de iniciativas, interações e relações que os indivíduos estão elaborando nos espaços rurais (…), (SCHNEIDER, 2008, p. 15)” , tem principalmente o objetivo de ser:

(…) uma sociologia que busca conhecer o sentido e o modo de operar o conjunto das ações de caráter proativo e propositivo que estão construídos pelos indivíduos e suas famílias enquanto estratégias de adaptação e interação, (SCHNEIDER, 2008, p. 15).

Schneider (2008) faz referência aos novos cenários para o desenvolvimento rural, onde os agricultores estão construindo “práticas” de enfrentamento e superação das adversidades oriundas da não inserção aos mercados. No entanto, para maximizar a ótica de novas pesquisas, é papel desta “Sociologia dos Atores e Processos Emergentes” identificar que:

(…) estas práticas implicam em um amplo repertório de ações cuja base espacial é conformada por um território político e culturalmente construído que transcorrem mudanças nas relações com a natureza, no modo de organização da economia e nas formas de sociabilidade, (SCHNEIDER, 2008, p. 15).

Partindo do pressuposto de que nos espaços rurais ocorre a emergência de novos processos sociais, o presente estudo mira seus esforços para compreender as redes de articulação política formadas para potencializar a ação coletiva dos atores sociais, que falam em nome da agricultura familiar no Rio Grande do Norte.

Nosso recorte empírico é a atuação das redes em torno da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos modalidade Leite, PAA Leite, no Rio Grande do Norte. A atuação das redes é analisada a partir de suas ações coletivas e da atuação dos atores sociais nos Territórios do Seridó, Potengi e Sertão do Apodi.

Atores sociais e mobilização social

O modelo de agricultura capitalista, oxigenado pelo preço crescente das commodities agrícolas, tem reforçado o poder de negociação e a inserção cada vez maior dos grandes produtores, (PLOEG, 2008). No entanto, o aumento significativo da produção mundial de alimentos, não se reverteu no aplacamento da fome, no combate a miséria e às mazelas oriundas da persistente desigualdade social.



A superprodução de alimentos, além de custar muito caro ao meio ambiente, devido ao uso intensivo e abusivo de agrotóxicos, atende ao consumo “padrão americano”, impossível de ser suportado pelas reservas naturais do planeta, mas também representa a oportunidade para grandes grupos empresariais praticarem a formação de estoques e manipulação de preços. Nesse cenário os pequenos produtores agrícolas têm sua reprodução social ameaçada, na maioria das vezes, pela dificuldade de acesso aos mercados e pela competitividade desigual.

Nesse contexto, o papel das políticas públicas é singular. Os países pobres e as chamadas economias em desenvolvimento, nações emergentes, onde se encontra o Brasil, necessitam de ações políticas que garantam às populações rurais acesso ao mercado e às políticas públicas: garantia de crédito, promoção econômica e social e acesso a bens culturais. Enfim, a uma qualidade de vida que dignifique a cidadania longe das cidades, até então vista e priorizada como *locus* do desenvolvimento. Superar a dicotomia campo/cidade é um desafio e passa pela promoção e extensão da cidadania às populações rurais, (GOMES DA SILVA, 2002).

Para compreender os processos de desenvolvimento, Long e Ploeg (2011), discutem que é sempre tentador unir análises centradas nas estruturas e análises com foco no papel desempenhado pelos atores, e destacam que há enormes dificuldades conceituais em conciliar esses dois conceitos: “ator e estrutura”.

Recorrer aos textos clássicos para imprimir uma sistemática conceitual sobre essas abordagens, quase sempre tem produzido equívocos, que negligenciam o que seria de fato uma análise que expusesse as contribuições dessa ousadia, Long e Ploeg, 2011.

Na discussão sobre o desenvolvimento, apesar das diferenças ideológicas, as pretensas macro teorias se assimilam ao tentarem responder como ocorrem os processos de desenvolvimento e de mudança social. Essas iniciativas teóricas, quase sempre, apresentam procedimentos com foco no poder de estruturas externas, e na idéia de passividade dos indivíduos perante os acontecimentos.

Long e Ploeg (2011) afirmam que, por um lado a teoria da modernização, de perspectiva liberal, “concebe o desenvolvimento em termos de um movimento progressivo em direção as formas tecnológicas e institucionalmente mais complexas e integradas da sociedade moderna”, (p.22).



Por outro lado, a teoria neomarxista percebe no desenvolvimento processos latentes de desigualdades. Apesar de sua diversidade, ela acredita em uma “tendência expansionista inerente ao capitalismo mundial (...)”, e que “os padrões de desenvolvimento podem ser melhor explicados dentro de um modelo genérico de desenvolvimento capitalista em escala mundial”, (LONG E PLOEG, 2011,p.22) .

Essas duas concepções subestimam os processos de autonomia dos indivíduos, e a complexidade que há nos processos de interação social, ao produzirem laços de confiança, reciprocidade e cooperação, o que consequentemente também resulta em dinâmicas culturais, políticas e econômicas peculiares. Long e Ploeg (2011), para finalizar, lembram que “ambos os modelos são contaminados por visões deterministas, lineares e externalistas das mudanças sociais”, (p.23).

Não podemos negar as contribuições dessas teorias, no entanto também reconhecemos que ao tentar explicar tudo, elas podem acabar não explicando nada. Para enfatizar a importância de um modelo de uma análise alternativa, Long e Ploeg (2011) defendem uma abordagem com foco nos atores:

A base (explícita e implícita) desse interesse nos atores sociais é a convicção de que, embora seja verdade que certas mudanças estruturais resultam dos impactos de forças externas (devido a intromissão do mercados ou do Estado), é teoricamente insatisfatório fundamentar qualquer análise no conceito de determinação externa. (p.23)

Além de tentativas generalizantes de conceber a realidade social, muitas teorias também pecam por não valorizar o papel desempenhado pelos indivíduos, que da mesma forma que são influenciados pelas estruturas, também podem na mesma medida influenciar seus rumos e alterar a dinâmica dos processos sociais.

Nesse sentido, os atores são concebidos como sujeitos ativos da vida social, são dotados de conhecimento e informações, que são utilizadas nos seus relacionamentos e para se colocarem diante das mais variadas necessidades. Assim como Long e Ploeg (2011) , acreditamos que “os diferentes padrões de organização que emergem resultam das interações, negociações e lutas sociais que ocorrem entre os diversos tipos de atores”, (p.24).

A propósito das análises sobre os processos sociais rurais, Menezes e Malagodi(2011, p. 49), refletem que o apego às macro teorias não oportunizaram estudos sobre as “práticas individuais e coletivas de reprodução, inovação e gestão, bem como sobre os laços grupais (...)”.



Em relação a importância de atentarmos para os estudos dos “laços” sociais, eles ainda explicam que:

(...) trata-se de laços que tanto em dimensão local (como as trocas informais, as associações comunitárias e cooperativas), ou articulações mais amplas nos planos regional, estadual e internacional (como sindicatos, polos sindicais, fóruns de entidades, etc.), (MENEZES E MALAGODI, 2011, p. 49).

A ideia de pensar aproximações teóricas entre os conceitos de estrutura e ator, remete ao debate sobre a “agência humana”. Long e Ploeg (2011), afirmam que está por trás da “noção de agência”, o poder que o indivíduo dotado de conhecimento teria de lidar com as adversidades sociais.

Mas, Long e Ploeg (2011) também enfatizam que “ a agência não é simplesmente um atributo do ator individual” (p. 26), ela é sobretudo identificada através do desempenho dos atores em rede: “(...) agência (e o poder) depende crucialmente da emergência de uma rede de atores que se tornam, parcialmente (quase nunca completamente), envolvidos nos projetos e práticas de outro indivíduo ou indivíduos”, (p.26).

Long e Ploeg (2011), também destacam a utilidade da categoria de “agência” na compreensão do ator social. No caso da implementação de uma política pública e das ações de promoção do desenvolvimento rural, a “noção de agência” ou capacidade de agente, talvez seja relevante para “(...) analisar como concepções diferenciadas de poder, influência, conhecimento e eficácia podem modelar as respostas e estratégias dos diferentes atores (...)”, (LONG E PLOEG, 2011, p.27).

Para reforçar a “noção de agente” e como aporte metodológico nos estudos das práticas sociais, Menezes e Malagodi (2011) utilizam os conceitos de “economia moral” e “resistência cotidiana” de James Scott. Menezes e Malagodi (2011) discutem que a economia moral é utilizada por Scott (1976) para compreender uma suposta racionalidade camponesa, “(*safety first* – segurança em primeiro lugar; ou *risk avoidance* – evitar o risco, ou procurar risco mínimo)”.

Com base nessa perspectiva a postura do camponês é questionada na relação com os demais atores sociais: “em que medida e de que forma tais aspectos inerentes à lógica camponesa, de ‘evitar riscos’ e de buscar a sua autonomia, também estariam presentes na relação dos camponeses com esses outros atores”, Menezes e Malagodi (2011, p.60).



Ainda, segundo Menezes e Malagodi(201): “o conceito de economia moral não pretende ser um modelo de interpretação das práticas e modos de pensar do campesinato, mas antes uma orientação metodológica”, (p.60).

Em relação as “práticas cotidianas de resistências”, Menezes e Malagodi (2011) também lembram que “sem desconsiderar a importância dos movimentos sociais, Scott entende que, na maioria das vezes, a resistência às relações de dominação se expressa em práticas rotineiras e através de expressões difusas e fragmentadas”, (p.61). Uma abordagem com base no conceito das “práticas cotidianas de resistência” de James Scott, nos parece interessante, pois possibilita uma ampliação da compreensão do que desejamos em nossa tese, ou até mesmo um contra ponto.

Logo poderemos verificar como aqueles que não compartilham da ação coletiva, através da experiência das redes, lidam e/ou constroem significados em relação aos processos sociais. No caso, por exemplo, de agricultores familiares, que não estão organizados segundo os parâmetros que estudamos: como esses agricultores constroem sua capacidade de oferta? Ou mesmo, em relação aos atores sociais que estão nas redes, mas têm dificuldade de se inserirem no circuito de ganhos e nas estratégias políticas monopolizadas pelos demais atores, que estão mais estabelecidos.

Por fim, Menezes e Malagodi(2011), analisam que a tentativa de conciliar a abordagem de estrutura e ator pode ser útil como forma de caracterizar as diferenças entre os atores sociais na pesquisa empírica: “busca-se na metodologia da análise as particularidades históricas e culturais e as racionalidades dos atores envolvidos em uma rede de atores,” (p.50). A importância dos estudos sobre as redes de atores sociais tornou-se um campo de pesquisa interessante para ampliarmos a compreensão das múltiplas questões inerentes aos processos sociais em curso.

Nas sociedades modernas, Castells (2000) chama atenção para o surgimento e a consolidação da atuação de grupos sociais, através da formação de redes com o objetivo de potencializar suas capacidades de ação e interação. A atuação em rede parte do pressuposto de que a formulação de políticas públicas não é mais entendida como monopólio do Estado, Rocha (2005). Nos Territórios do Sertão do Apodi, Potengi e Seridó, a atuação em rede é uma característica da maioria dos movimentos sociais e organizações não governamentais, que desenvolvem atividades nas áreas rurais.



As redes de articulação política desenvolvem atividades de organização, assessoria para formação política, promoção econômica e fomentam a atuação dos atores sociais nos Territórios. Elas atuam com o objetivo de coordenar ações políticas e elaborar projetos comuns à suas organizações, também funcionam como mecanismo para captação de recursos e enquanto espaço de discussão e visibilidade política na relação Estado/Sociedade.

A rede de Controle Social, que funciona em torno do PAA Leite, é resultado do arranjo institucional erguido para a implementação do Programa no RN; nasceu como espaço de discussão, proposição e fiscalização para o marco regulatório que normatiza o processo de execução do programa. Trata-se de uma rede de articulação, onde representantes da sociedade civil, movimentos sociais, representantes de empresas e de esferas do poder executivo estadual e federal discutem os rumos do PAA Leite.

A vitalidade e o poder de atuação dessas experiências, também é emblemático nos casos da rede Xiquexique e da rede Pardal. As redes são integradas por sindicatos e ONGs com atuação nos Territórios do Seridó, Potengi e Sertão do Apodi, executando projetos e programas com recursos oriundos do financiamento de Governos ou de órgãos internacionais.

As redes Xiquexique e Pardal monopolizam a assistência técnica da reforma agrária e o debate da economia solidária no RN. Elas dividem as áreas de atuação através dos municípios, em que cada ONG desenvolverá determinados projetos e quais os públicos serão alvo de suas ações.

Os espaços “rurais” que estão sob a área de influência dessas redes, são prioritários para execução de seus projetos. Os limites de suas atuações muitas vezes são interpretadas como “espaços privilegiados”, quando comparado com as áreas rurais, em que nenhuma ONG desenvolve atividade.

O sindicalista rural Francisco Edilson, analisa a atuação das ONGs através das redes de articulação, a partir do que ele considera uma experiência importante, mas conflituosa:

O Dom Helder (projeto, executado por ONGs no Território do Sertão do Apodi) é monopolizado pela CONTAG (...) a Rede Pardal é muita gente pensando em se da bem, tem muita gente boa, mas tem muito picareta, o mal da Rede Pardal é que ela quer ser o movimento e ela não é, era o movimento para fazer as coisas e a Rede so apoiar. Não tenho como questionar o Caráter da AACC, da TECNI e outras, mas eles se fecharam muito elas nos querem quando é pra ir pra uma área, querem que a gente legitime a entrada deles.

As entidades que integram as redes disputam recursos e projetos, os Territórios são divididos em áreas bem delimitadas para o desenvolvimento de suas ações, uma ONG não



invade o espaço da outra. O Vereador e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais/FETRAF em Janduís, também faz referência as disputas por projetos nos Territórios:

(...) reconheço que a briga é grande, é briga de foice pelos recursos dentro dessas Redes (...) se seu município tá mais afinado, tá mais organizado, você já pode ter um espelho para as reuniões dos Territórios .

Os editais de captação de recursos, quase sempre apresentam propostas que visam a mobilização social em comunidades rurais. As ONGs propõem o desenvolvimento de ações coletivas com o objetivo de contribuir com o sucesso das iniciativas de desenvolvimento e emancipação econômica de grupos beneficiados por seus projetos.

A mobilização social faz parte do receituário da “propaganda” dos projetos de intervenção em comunidades rurais há muito tempo, ou seja, construir e mobilizar recursos simbólicos como participação, reciprocidade, confiança e solidariedade no interior de grupos que sofrem os efeitos da vulnerabilidade social. É a incorporação do conceito de capital social, algo muito difundido nas décadas de 1980/90 pelo Banco Mundial.

São os recursos manipulados a partir do conceito de capital social, que os financiadores esperam encontrar esboçado direto ou indiretamente nos projetos apresentados e na execução das ações coletivas. A assessora de uma ONG atuante em uma das redes, disse: “ *nem adianta enviar projeto, se não tiver lá dizendo que vai produzir esse tal de capital social, eles não aprovam, não liberam recurso nenhum*”.

As experiências com a Articulação do Semi Árido – ASA Potiguar e com os Colegiados dos Territórios da Cidadania, também reproduzem o modelo de atuação em redes. Essas experiências têm conseguido mobilizar diferentes atores políticos no intuito de promover o debate sobre as demandas nos Territórios e formas de como potencializar ações conjuntas, através da otimização na alocação dos recursos. O sindicalista Pôla Pinto, do município de Messias Targino, faz uma avaliação dessas iniciativas:

(...) temos uma articulação com a ASA, é onde são definidas todas as ações que serão realizadas por seus componentes. Já a experiência do Território da cidadania precisa melhorar muito, ele tem sido um espaço para juntar o poder público e a sociedade civil, mas tem coisas que foram definidas que não chegaram a acontecer (...) têm umas coisas que tão entravadas, apesar de ser um espaço importante, tem alguns resultados, tem as barragens que tão pra sair , tem pra sair a campanha de documentação e outros.

A informação e o poder de convencimento dos atores sociais em rede são utilizados para o alcance de objetivos e metas estabelecidas. Os espaços discursivos são construídos através da rede e se tornam peças chaves para compreensão desse processo. Long e Ploeg



(2011), discutindo o conteúdo da “agência” no debate sobre o papel do ator social, afirmam: “Esses meios ou tipos de discurso variam e não são simplesmente características inerentes aos próprios atores: eles formam uma parte do estoque diferenciado de conhecimento e de recursos à disposição dos diferentes atores.” (p.26).

Em Apodi, o presidente do sindicato, Francisco Edilson, se mostra cético em relação as parcerias com as ONGs e com a atuação das redes:

(...) A ASA perdeu suas características, nos precisamos avançar discutir outras questões hoje só se discute essas cisternas, outro passo é o enfretamento com o agronegócio (...). O caminho pra brigar é o sindicato, mas os recursos são pras ONGs, pra ONGs se darem bem, é importante a gente ter uma ONG não do jeito das outras, mas uma ONG para tentar viabilizar as questões das políticas, é importante a gente ter um agrônomo, um técnico, pra elaborar projetos e disputar os espaços (...).

A atuação das redes nos Territórios não foge as tensões inerentes a ação coletiva. Os discursos e práticas dos envolvidos nas redes revelam mais do que a defesa de interesses coletivos e de consensos harmoniosos, mostram a demarcação dos Territórios pelo poder e a capilaridade social dos diferentes atores. Logo a dinâmica política imposta, confere forma e conteúdo as ações dos atores no sentido de assegurar-lhes visibilidade e reconhecimento social.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O Capital social dos Territórios: Repensando o desenvolvimento rural.** Disponível no site www.nead.org.br. Acesso em 16 de Jan. 2004.
- BASTOS, Fernando. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar.** 1. ed. São Paulo: Editora Polis Ltda., 2006. v. 600. 255 p.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- _____. **O poder da identidade** (a era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2). São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- EVANS, Peter. **Além da monocultura institucional: instituições, capacidade e o desenvolvimento deliberativo.** Revista Sociologias. N° 9, Porto Alegre, 2003.
- GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 1977.
- GOMES DA SILVA, Aldenôr. **Meio Rural: O espaço da exclusão?** In VALENÇA, M. M. & Gomes, R. C.C. Globalização e Desigualdade. Natal: Editores, 2002.



MENEZES, Marilda; Maladodi. Edgar. (2011), **Os camponeses como Atores Sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência**. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011.

MELUCCI, Alberto. (2001), **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes.

MELUCCI, Alberto. (1996), **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University.

MEDEIROS, Leonilde Servulo. **Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos**. In André Chevitaese: **O campesinato na História**, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução: Reita Pereira. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

Portal da Cidadania do Governo Federal. Disponível e <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>. Acessado em 23/08/ 2011.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. **Heterogeneidade, ator social e estrutura: reconstrução do conceito de estrutura**. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e e práticas sociais. Trad. Daniela Garcez, Leandro Krug Wives e Rita Pereira. Revisão de Sergio Schneider. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. “**Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as políticas públicas: algumas observações**”. *Civitas*, Vol. 5, Nr. 1, 2005

SCHNEIDER, Sergio. **Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil (IPODE)**. Projeto Edital MCT/CNPq 15/2007, 2007.

VIEIRA, Denes Dantas. **Identidade Rural e Agricultura familiar: O Pronaf sob a ótica dos beneficiados**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/ UFRN. Natal, 2007, 141



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

A performatividade da sociologia econômica

José Ferreira¹

¹Doutorando / Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Universidade Federal do Rio de Janeiro, E-mail: jos.ferreira@gmail.com

Resumo

Neste trabalho proponho-me a fazer uma revisão da literatura sobre a construção social dos mercados. Tendo em mente uma pesquisa a iniciar-se acerca do desenvolvimento recente do mercado de produtos orgânicos do Rio de Janeiro, procuro identificar dimensões analíticas pertinentes a partir de estudos de caso semelhantes.

Palavras-chave: performatividade, mercados de orgânicos, sociologia econômica, Rio de Janeiro.



1 Gênese do mercado de orgânicos do estado do Rio de Janeiro

O Engenheiro Agostinho Guerreiro, presidente do Conselho Regional de Engenheiros Agrícolas do Rio de Janeiro (CREA-RJ), abrindo a palestra dedicada ao Dia Mundial do Ambiente em 2010, afirmou que o estabelecimento da agroecologia teve duas fases. A primeira, na década de 1960 implicou uma alteração radical nas concepções que os especialistas, os agrônomos, faziam da agricultura. O “defensivo agrícola” passou a ser tomado como “agrotóxico”. Este pioneirismo deu-se nos países do norte da Europa. Somente chegou ao Brasil anos mais tarde, quando um professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) se propõe a estabelecer um campo experimental no campus de Seropédica.

O segundo momento acontece na década de 1990. Graduados da UFRRJ formam um grupo de ativistas para a criação de um sistema de regulação que permitisse distinguir os produtos orgânicos dos produtos convencionais. Maria Fernanda Fonseca torna-se investigadora da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro, na Estação de Nova Friburgo. Posteriormente obtém mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade (CPDA¹) da UFRRJ. Fábio Ramos torna-se sócio-gerente da consultora Agrosuisse e, ao mesmo tempo, obtém um mestrado também no CPDA. Ambos trabalham sobre a orientação do professor John Wilkinson e pesquisam problemas de mercado de produtos orgânicos.

Cristina Ribeiro formou-se em sociologia e, na década de 1990 tinha um pequeno sítio onde produzia agricultura orgânica. Apesar de ter sido obrigada a vender a abandonar a agricultura quando deixou de obter rentabilidade econômica, manteve o lugar de Presidente da Associação de Produtores Biológicos do Rio de Janeiro (ABIO). Atualmente cursa um mestrado em agroecologia na UFRRJ. Aly Ndiaye é angolano, formado em agronomia na UFRRJ. Depois de durante cinco anos trabalhando como extensionista num acampamento de reforma agrária, empregou-se na fazenda Vale das Palmeiras de que veio a ser sócio-gerente.

Estas são quatro pessoas que saíram da universidade e participaram na construção de um marco regulatório que permitisse diferenciar os produtos orgânicos dos convencionais. A dissertação e tese da Maria Fernanda Fonseca debruçam-se sobre o assunto. A dissertação sobre o processo em que ela participou, e que por meio teve a fundação da ABIO. A tese analisa o desenvolvimento da regulação internacional sobre o assunto.

¹ A sigla CPDA corresponde ao antigo nome do referido programa: Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola. O programa mudou de nome mas conservou a sigla.



Não obstante, durante a década de 2000 foi-se tornando claro que isso não bastava. O “movimento agroecológico” – uma expressão nativa que se refere tanto à capacidade de produção dos agricultores orgânicos como à capacidade política destes ativistas – declinou. Por um lado, a regulamentação legal substituiu a anterior regulação associativa. Se, inicialmente, a ABIO certificava os seus associados, a lei passou a ditar que a certificação deve a ser feita por empresas privadas. Em segundo lugar, as dificuldades encontradas em vender os seus produtos fizeram com que muitos produtores orgânicos regressassem à agricultura convencional ou abandonassem a profissão.

Nos últimos anos, o movimento ganhou uma nova dinâmica e estes ativistas assumiram um novo projeto. Dando de barato que a certificação, ou mais exatamente, a diferenciação entre produtos agrícolas convencionais e orgânicos, está estabelecida, o “mercado” é o principal problema como que o “movimento agroecológico” precisa lidar. Nas palavras de Cristina Ribeiro, “precisamos deixar de ser uma ilha”. Em 2009, este grupo obteve a sua primeira “vitória”: o Estado do Rio de Janeiro criou a sua Comissão de Produção Orgânica (CPOrg) que passou a abrigar formalmente este esforço. Embora tenha sido fruto de uma decisão nacional, e comissões semelhantes possam ser encontradas em outros Estados do Brasil, os membros veem-na como uma conquista sua e, em particular, da Presidente da ABIO.

Obviamente, os canais de comercialização que estas pessoas se propõem construir já existem. Mas deve se reconhecer que o número de locais de compra-e-venda de produtos orgânicos cresceu. Em especial cresceu o número de feiras, sobretudo na zona sul da cidade do Rio (Copacabana, Ipanema e Leblon) e em algumas cidades do interior do Estado. E, principalmente, as feiras orgânicas passaram a ser a mais importante forma de comercialização do ponto de vista simbólico. Aly Ndiaye afirma que é preciso ir buscar o consumidor pela mão, e são as feiras que permitem aproximar produtores de consumidores. Assim, embora a empresa Vale das Palmeiras tenha o escoamento garantido pelo mercado Zona Sul, ela reserva um parte da ajudar na fase inicial de feiras cujo número de produtores participantes ainda é baixo.

2 A Construção social do mercado

Uma hipótese que infiro das observações que até agora realizei é que a construção do mercado de agroecologia do Rio de Janeiro está incrustado na sociologia econômica.



Não apenas pelo perfil das pessoas identificadas, mas, sobretudo, também pela lógica desta construção. O mercado é construído (Bourdieu, 1996; Callon, 1998; Garcia-Parpet, 2003) pelo efeito performativo da teoria. Cristina Ribeiro afirma recorrentemente que os mercados não são bons nem maus, mas construções sociais. Além de que esta hipótese indica uma explicação da importância dada às feiras de agroecologia no processo: são elas que permitem construir laços, no sentido de Granovetter, entre produtores e consumidores.

Sem dúvida, o papel desempenhado por Maria Fernanda Fonseca é assinalável. Uma análise das agendas dos seminários que organiza o “movimento agroecológico” mostra que é a Maria Fernanda e a Cristina Ribeiro que se atribui a responsabilidade de produzir o discurso oficial sobre o “mercado” que se quer. Vale então lembrar que aquela foi orientanda de mestrado e doutorado de John Wilkison, pesquisador e professor do CPDA, assumidamente seguidor do trabalho de Mark Granovetter.

Assim, o estudo do mercado de orgânicos do Rio de Janeiro constitui assim uma oportunidade para analisar o mercado incrustado na teoria sociológica. Deste ponto de chegada, neste trabalho, busco rever outras pesquisas sobre o mesmo tema e afins com o objetivo de produzir um roteiro de pesquisa para o estudo deste mercado. O meu objetivo é identificar e extrair exemplos das questões colocadas pelos autores consultados e propor algumas dimensões na analíticas a explorar no futuro trabalho de campo futuro.

2.1 Os construtores da construção social do mercado

Mercado, em economia e, muitas vezes, em sociologia econômica significa uma de duas coisas: mais geralmente, o ponto de encontro entre consumidores e produtores; noutros casos, o lugar da concorrência entre produtores. Não obstante, tomar o mercado como uma construção social implica reconhecer que não é só de produtores e de consumidores que se trata. É preciso encontrar nele também os ativistas que, podendo ser também produtores ou consumidores, se definem em primeiro lugar por seu ativismo.

Quando Garcia-Parpet (2003) estudou o mercado de morangos de Fontaines-en-sologne ela começou por notar, antes de tudo, produto do ativismo de um técnico da Câmara de Agricultura de Loir-et-Chier, portanto, de um técnico do Estado. É também fruto do ativismo de um grupo restrito de produtores que se juntaram ao primeiro para



incentivar, formar e organizar os outros “agentes económicos”. Bourdieu introduz, neste ponto, o conceito de *agente eficaz* – “indivíduos que têm peso bastante para orientar efetivamente” o mercado (1996: 137).

No seu trabalho do segundo a delimitação dos *agentes eficazes* é completamente indutiva. Ela é descrita como um vai-e-vem que, de um lado, identifica os indivíduos que são considerados importantes e, de outro, os “trunfos” detidos por estes para atuar na construção social do mercado. A identificação desses “trunfos” ou fatores atuantes permite, por sua vez, ampliar a lista de *agentes eficazes* introduzindo nela outros participantes detentores desses trunfos, mas não referidos pelos entrevistados.

Esta abordagem parece ser muito mais exaustiva que aquela usada por outros, cuja abordagem parece ir apenas do reconhecimento dos indivíduos considerados importantes para a identificação dos trunfos e nunca no sentido contrário. Garcia-Parpet pergunta-se acerca do que levou cinco agricultores a juntarem-se a um técnico da Câmara de Agricultura e identifica as suas “propriedades atuantes”: maior dimensão; pressão pela sucessão na exploração, o que implicava torna-la viável financeiramente; ocupação de lugares políticos nas organizações de produtores; e, finalmente, uma visão ampla dos problemas da produção local, na medida em que conheciam as técnicas de produção em toda a região.

Apesar de mais exaustiva, a abordagem de Bourdieu faz mais sentido quando combinada com a sua noção de estrutura social. Esse tema será tratado adiante.

2.2 O efeito de teoria ou a performatividade da sociologia econômica

Em qualquer dos casos, o trabalho destes agentes é *enquadrado* pelos valores de que são portadores. Callon (1998) foi pioneiro ao propor que as concepções teóricas que portam os agentes determinam o modo como os mercados são construídos. Por um lado, a teoria permite definir [*frame*] tanto os produtos postos à venda, como os canais de comercialização apropriados para este produto. Por outro lado, ela isola [*disentangle*] as características para a avaliação desses produtos e canais, de modo a que eles possam ser julgados da mesma forma por consumidores, produtores e outros agentes. Numa formulação recente, Callon (2006: 43) oferece um bom exemplo do significado deste duplo processo de definição e isolamento:



The fish were disentangled from the sea in which they always hidden. They were reduced to bar codes, quotas that could be sold and taken advantage of, "stocks" of populations to conserve and develop, a dissuasive weapon in international power struggles

Parece um contrassenso aplicar a proposta de Callon a este mercado de agroecologia. Tendo sido ela feita contra a tese de que os mercados estão incrustados [*embedded*] na sociedade, será possível aplicá-la a um mercado onde o que é valorizado são, afinal, uma relação específica com a natureza e, em muitos casos, uma relação específica com a propriedade da terra e com o trabalho? Onde se busca, precisamente, demonstrar essa incrustação?

Uma possível saída desta ambiguidade é empregar o conceito de espaços de calculabilidade do modo como o faz Timothy Mitchell (2002). A gestão das coisas, e em especial da economia, implica a produção de uma “representação” dessas coisas, a sua reprodução de um modo que possa ser submetido à análise racional. A discussão de Mitchell em torno da criação de estatísticas é muito sugestiva:

The statistical information, as this suggests, did not simply represent a preexisting sphere of economic activity. It helped to bring this sphere, with it anxious participants, into being. (...) The phase ‘the “Egyptian market” was used occasional, although the term market did not have the abstract force it would take on at the end of twenty century (Mitchell, 2002: 103).

Na agricultura orgânica os processos de definição e isolamento são produto da certificação. As relações de produção que acrescentam valor ao produto são transferidas para um elemento simbólico – o selo da empresa certificadora. A certificação, por seu turno, é dada de acordo com uma lista de critérios fechados estabelecidos por lei e por essa empresa. O conhecimento do processo de certificação e desses critérios diz tanto sobre o mercado quanto a incrustação da produção e comércio de produtos orgânico na sociedade. De fato, vale dizer que a análise dessa tensão é, entre incrustação de isolamento, entre *embeddedness* e *disentanglement*, é o elemento teoricamente produtivo para a análise.



Mesmo nos feiras livres que, ao serem reconhecidas como pontos de venda direta, dispensam a certificação, existem critérios para definir venda direta. Que critérios são usados para selecionar os agricultores que participam nas feiras? Que elementos rituais mobilizam produtores e promotores deste mercado para mostras aos consumidores que se trata efetivamente de uma produção orgânica? Obviamente, estes elementos não estão somente no produto, mas em todo o espaço da feira. De qualquer modo eles são sempre reconhecidos e recriados por produtores e consumidores que buscam reproduzi-los de produto para produto, de ponto de venda para ponto de venda.

E apesar disto, precisamente o que se pretende definir e isolar são características reveladoras de um modo particular de incrustação da agricultura na sociedade e na natureza. A teoria da economia performativa proposta por Callon tem, portanto, de deslizar na ambiguidade de analisar a performatividade da sociologia econômica contra a qual se constituiu. Não se deve confundir o debate teórico com a pretensão nativa de mostrar que a incrustação do seu produto em relações com a natureza e sociais muito particulares. Mas para demonstrar essa incrustação, os agentes necessitam de definir e isolar critérios que dispõem à avaliação dos outros.

2.3 Da teoria às teorias (I): a construção do mercado como política (I)

Assim, ao delimitar o que pode ser observado, o discurso dos agentes produz verdadeiramente realidade. Ao definir, por exemplo, que o sucesso de um mercado agroecológico deva ser medido pelas relações que se estabelecem entre produtores e consumidores e não pela rentabilidade econômica que oferece aos produtores, eles produzem o prestígio das feiras de agroecologia. A escolha dos critérios de avaliação determina a hierarquia dos pontos de venda, por exemplo.

Contudo, como afirmam Neiburg (2006) e Cochoy (1998), a “teoria” que enquadra os agentes que constroem o mercado não corresponde à teoria científica enquanto tal. Ela está duplamente inserida na cultura desses agentes e na cultura daqueles indivíduos sobre quem eles agem. Como mostrou o primeiro, analisando os casos do Brasil e da Argentina, políticas anti-inflacionárias elas dependeram não somente dos debates da teoria econômica (nomeadamente, do desenvolvimento da teoria da “inflação inercial”); como também das características institucionais de debate, entre especialistas, a nível nacional (organização e articulação dos centros de pesquisa, existência de revistas científicas, etc.).



Do mesmo modo, Cochoy analisando a performatividade do marketing na organização da economia norte-americana mostra como esta dependeu da reorganização dos interesses dos agentes ali implicados. Segundo este autor, no final da década de 1960, o marketing estava à beira de um impasse. De um lado, em 1950 começa a circular a concepção de que os lucros da empresa estão relacionados como a satisfação do consumidor. Embora esta concepção realizasse a utopia da disciplina, estabelecendo um princípio que subordina toda a produção ao consumidor, tardou até que ela fosse incorporada pelos especialistas. Estes, com formação em economia institucional, não possuíam as competências necessárias para levar a cabo tal transformação.

Somente quando o impossível se tornou possível, a transição ocorreu. De acordo com o autor (1998: 212):

In order to reconcile the irreconcilable, in order to preserve the contradictory interests of their personal career and collective institutions, the seniors realized they should make a little move: renouncing the fields of teaching and research, they migrate towards administrative positions inside their own schools.

Outro exemplo pode ser retirado da pesquisa de Schüll e Zaloom (2011). As autoras analisam a revisão do conceito de *homo aeconomicus* que hoje ocorre na neuroeconomia. Segundo o seu trabalho, existe hoje uma disputa entre um modelo de cérebro duplo e um modelo de cérebro total. O primeiro modelo assume que o cérebro se divide em dois: uma região *delta*, que toma decisões racionais embora lentamente; e uma região *beta* cujas decisões são rápidas, mas impulsivas. Para os segundo essa divisão não pode ser feita. Os primeiros insistem no seu modelo pela sua capacidade de explicação heurística; os segundos teimam que as observações empíricas não sustentam tal modelo.

A despeito da tomada de posição por um ou outro modelo, as investigadoras estão interessadas em explicar as razões da polarização em torno dos dois. Os defensores do primeiro modelo são, sobretudo, os economistas que se embrenharam por este campo híbrido. Enquanto são os neurocirurgiões que defendem o segundo modelo. A explicação para este fato, aventada pelo trabalho, é a formação de base que receberam os participantes no debate. Os economistas estão habituados a trabalhar com modelos



simples, em especial que possam ser traduzidos matematicamente. Por seu turno, os neurocirurgiões recusam-se a “tratar de seres não-totais”.

2.4 A estrutura social: a construção do mercado como política (II)

Estes três exemplos mostram como as concepções teóricas, acerca da economia, que segundo Callon fazem os próprios mercados, dependem não somente dos avanços da teoria em si, mas também, e de forma significativa, das condições sociais dos agentes que constroem esse mercado.

Como mostra o primeiro exemplo, o modelo teórico de combate à inflação foi determinantemente influenciado pela paisagem institucional de onde os economistas produziam as suas teorias. No segundo exemplo, a mudança nas técnicas de marketing estava bloqueada pelo *status quo* incapaz, pela sua formação, de levá-la a cabo. Foi necessário reacomodar os “velhos” experts em marketing para que novos, com novos conhecimentos, pudessem levar a cabo a reformulação necessária à disciplina. O terceiro exemplo mostra como agentes provenientes de diversas trajetórias sociais – no caso, acadêmicas – introduzem no debate diferentes concepções acerca de uma “teoria” comum.

Ao falar de influência das instituições estamos a dizer que os modelos teóricos que orientam os agentes têm condições sociais de produção específicas que devem ser tomadas em conta. Para Callon (2006) essa estrutura é descrita como um *ator-rede*, um dispositivo material, de pessoas e objetos, que ponha a ideia em funcionamento, num processo de ajustamento mútuo.

A formula that progressively discovers its world and a world that is put into motion by the formula describing it. A formula that previously functioned in a paper world, which was perfectly real (for what could be more real than paper or equations?), subsequently functions, after many investments, in a world of computers and silicon, algorithms, professional skills, and cleverly adjusted institutions. (...) The actualization process is a long sequence of trial and error, reconfigurations and reformulations.



Seguindo Callon, portanto, a descrição desse dispositivo material é crucial e o entendimento do modo como este se ajusta à teoria é crucial para a explicação do conteúdo da mesma teoria. Encontramos aqui uma orientação teórica para abordar o que as investigações empíricas mostraram.

Uma proposta alternativa vem de Pierre Bourdieu. Afirmei acima que o sociólogo faz um trabalho exaustivo de identificação dos “fatores atuantes”, dos “trunfos” ou, nos seus termos, dos capitais, que tornam os agentes eficazes. O seu método implica construir uma tabela de dupla entrada, com os fatores atuantes de um lado e os agentes do outro, e indicar em cada célula se o agente possui ou não cada capital. A estrutura social, para Bourdieu, é dada pelas hierarquias que se estabelecem entre os agentes identificados.

O exemplo de Cochoy permite aplicar a noção de estrutura de Bourdieu na sua versão mais simplificada. Os “velhos” experts, formados em economia institucional, que controlavam as instituições de ensino e de pesquisa de marketing se opuseram aos “novos” experts, formados em psicologia e outras ciências do comportamento, com apoio financeiro de empresas privadas.

Não obstante quando o sociólogo francês estuda a construção social do mercado da habitação em França emprega dezanove fatores, alguns dos quais com mais de uma modalidade. Numa opção radicalmente indutiva, ele submete esses dados a uma análise estatística (análise de correspondências múltiplas) que lhe revela três oposições: funcionários públicos versus lobbys; profissionais das finanças versus engenheiros; e renovadores versus administradores do *status quo*. A primeira oposição era esperada, como foi assumido pelo autor. A segunda menos, mas certamente não surpreendeu os pesquisadores por é em torno dela que se configurou o debate. A terceira, certamente mais surpreendente, revelou algumas características secundárias (precocidade; elevada condição social; pertença a grupos de pesquisa) que se tornaram importantes na transformação desse mercado na década de 1970.

A abordagem de Bourdieu é mais sistemática do que a de Callon, mas carrega consigo pressupostos mais fortes. Os agentes do campo sempre se irão opor por alguma razão que o tratamento estatístico vai descobrir. A verdade é que no seu trabalho mais recente Callon introdução a noção de disputas performativas, afirmando que cada programa



teórico entrará em disputa com outros. De certo modo, ambos concordam com a existência real do conflito, portanto na existência de uma dimensão política da construção social do mercado. A diferença é que para Bourdieu o conflito é inerente a qualquer estrutura social (faz parte da ontologia do social que o sociólogo propõe) enquanto para Callon o conflito sinaliza a presença de mais do que um ator-rede em disputa.

Em segundo lugar, a estrutura social é a hierarquia entre os agentes, enquanto para Callon essa hierarquia é matizada por elementos que descrevem a sua natureza. É claro que, em Bourdieu, esses elementos estão igualmente presentes, enquanto fatores atuantes. Mas, por um momento, depois da sua identificação, a sua natureza é posta em suspenso pelo tratamento estatístico, embora para logo retornar para explicar os resultados desse tratamento. E enfim, seria preciso um domínio sobre o procedimento estatístico que eu não tenho neste momento para discutir as implicações ontológicas encerradas em tal procedimento.

2.5 Da teoria às teorias (II): dos experts para os as pessoas comuns e vice-versa (I)

Outra crítica feita por Neiburg a teoria da preformatividade é a univocidade da sua noção de causa. Os experts fazem o real. A sua análise sobre as políticas de inflação no Brasil e na Argentina mostram uma inter-relação entre os experts que fazem a política e os indivíduos sobre os quais a política age mais complexa.

These therapies must be credible in the eyes of 'economic agents'. And to be credible, they must among other things be comprehensible. This is why the communication specialists responsible for translating each new stabilization plan into ordinary language at the plan's launch have been just as important as the technicians who created them (Neiburg, 2006: 267).

Como mostra o trabalho, os agentes que constroem o mercado, para terem sucesso, são obrigados a formular as suas teorias e, sobretudo explica-la (lembrando que é pela sua explicação aos outros que as teorias agem, na medida em que pautam a conduta dos outros), utilizando expressões capturadas da cultura das pessoas cujos comportamentos



pretendem modificar. Assim durante a confecção do Plano Real, para combater a inflação no Brasil, os experts tinham a noção que estavam agindo nos comportamentos dos cidadãos com a pretensão de modificá-los. Para ter sucesso, e eles tinham perfeita consciência disso, tinham de levar tais comportamentos em conta.

Cochoy e Bourdieu também têm a consciência disso, mas a sua abordagem, sobretudo do segundo, centrada na análise das relações entre os agentes, é incapaz de dar conta desse processo. Cochoy descreve como as alterações na economia, induzidas pelo New Deal, permitiram que o marketing se estabelecesse enquanto disciplina de gestão. A desconfiança do livre mercado e o desenvolvimento de métodos de planeamento e informações estatísticas forneceram, por um lado, a legitimidade e, por outro, as informações e o marketing necessitava para o seu sucesso.

Bourdieu, por seu turno, termina o seu artigo afirmando que o sentido como evoluiu o mercado foi determinada por mudanças societárias mais amplas. Infelizmente, dado o seu método, estas estiveram omissas na análise. E, por outro lado, como Cochoy, ele pode observar os efeitos de mudanças macro na cultura económica do país sobre o mercado particular que estudam, mas não os efeitos da cultura dos participantes no mercado enquanto consumidores e produtores. Certamente, isto acontece porque, entre outras razões, o efeito no sentido inverso, isto é, as alterações na cultura dos participantes no mercado pela agencia dos experts, num e noutro caso, são abordados com pouco detalhe.

3 Conclusão

Neste trabalho foram revistas algumas pesquisas empíricas sobre a construção de “mercados”. O significado de mercado aparece como problemático. Na verdade, quando os participantes do processo de construção social do mercado de agroecologia do Rio de Janeiro afirmam que “o principal problema do movimento agroecológico é o mercado”, a primeira questão que se levanta é: o que significam, aos olhos dos indígenas, os termo mercado e movimento?

Esta questão leva a outra: afirma Callon (1998: 2) “que a economia, no sentido mais geral do termo, realiza, forma e formata a economia, ao invés de observar as suas funções”. De modo geral, podemos afirmar que as teorias que portam os agentes que constroem os mercados formatam esses mercados? Sim, mas como essas teorias os



formatam? E o que formata essas teorias e as modifica em relação ao modo como elas se expressão na academia?

Apoiado em Mitchell e num trabalho mais recente de Callon afirmei que as teorias formatam os mercados ao criar uma representação que permita aos agentes que o constroem e aos indivíduos que nele participam geri-lo. Sem essa representação o mercado não existe enquanto tal porque não é algo em que uns e outros possam intervir. No momento em que escrevo, estou a olhar para um folheto produzido pela Comissão de Produção Orgânica do Rio de Janeiro que identifica as feiras de produtos orgânicos; as redes de compras coletivas; as lojas com produtos orgânicos e as distribuidoras de produtos orgânicos com entrega ao domicílio.

Como avisa Mitchell, o mercado não é nem todos os lugares que estão identificados, com nome e endereço, no folheto nem o folheto, mas as duas coisas. Sem o folheto (ou equivalente), as feiras, as lojas, as distribuidoras poderiam existir, mas não representavam “um mercado”, pois não se encontrariam reunidas e não poderiam tratadas como a parte de um todo. É neste sentido que a teoria é performática e altera a realidade – no momento em que a teoria reúne as partes num todo, neste caso, ou classifica um objeto segundo esta ou aquela característica, ela constrói uma nova realidade que passa a ser alvo da atenção e investimento de diversos agentes: Estado, produtores, consumidores e ativistas da agricultura orgânica.

Por outro lado, a teoria é também ela determinada pelo modo como os agentes que constroem o mercado se relacionam com os seus usuários (produtores e consumidores), como também pelo modo como aqueles agentes se relacionam entre si. Dei alguns exemplos desse facto em relação a outros mercados.

O meu conhecimento em relação ao mercado de agricultura orgânica do Estado do Rio de Janeiro não me permite apontar qualquer hipótese sobre o assunto. Com uma exceção. Há cerca de um ano ouvi Aly Ndiaye afirmar: “às vezes tenho medo de falar que a agroecologia tem de ser um negócio que se pague”. Esta afirmação leva-me a varias considerações e, em primeiro lugar, a questionar o modo como iniciei este trabalho. Sendo verdade eu os principais protagonistas do movimento agroecológico consideram que o mercado é o seu principal desafio; sendo verdade que tem havido um



esforço considerável para lhe fazer frente; as afirmações de Aly parecem indicar que estas preocupações não são partilhadas por todos.

Certamente, a “sociologia econômica” dos construtores do mercado orgânico do Rio de Janeiro é diferente daquela que é debatida nas aulas do professor John Wilkinson. Aquela é seguramente influenciada por esta, e, além disso, transformada pelas relações entre os vários agentes e, convém não esquecer, pelas urgências da prática bem como pelo conhecimento acumulado pela prática. O modo como estas duas se articulam é sem dúvida um elemento interessante a ser tomada em conta no andamento da pesquisa.

4 Referência Bibliográfica

BOURDIEU, P. O Estado e a construção do mercado. In: BOURDIEU, P. (Ed.). *As estruturas sociais da economia*. Porto: Campo das Letras, 1996. p. 125-169.

CALLON, M. Introduction: the embeddedness of economic markets in economics. In: CALLON, M. (Ed.). *The laws of markets*. Oxford: Blackwell Publishers/The Sociological Review, 1998. p. 1-57.

CALLON, M. *What does it mean to say that economics is performative?* Ecole des Mines de Paris. Paris, p.58. 2006

COCHOY, F. Another discipline for the market economy: marketing as a performative knowledge and know-how for capitalism. In: CALLON, M. (Ed.). *The laws of markets*. Oxford: Blackwell Publishers/The Sociological Review, 1998. p. 195-219.

GARCIA-PARPET, M. F. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-sologne. *Estudos Sociedade e Agricultura* [S.I.], v. 20, n. pp, p. 5-44, 2003.

MITCHELL, T. *The rule of experts: Egypt, techno-politics and modernity*. Califórnia: University of Califórnia Press, 2002.

NEIBURG, F. Inflation: economists and economic cultures in Brazil and Argentina. *Comparative Studies in Society and History* [S.I.], v. 48, n. 3, p. 604-633, 2006.

SCHÜLL, N. D.; ZALOOM, C. The shortsighted brain: neuroeconomics and the governance of choice in time. *Social studies of science* [S.I.], v. 44, n. 4, p. 1-24, 2011.



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

Agricultores Familiares em redes de cooperação: enraizamento territorial e construção de mercados diferenciados em Santa Catarina

Dilvan Luiz Ferrari ¹

¹ Eng. Agrônomo, Dr., Pesquisador, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri. E-mail: dilvanferrari@epagri.sc.gov.br

Resumo

Este artigo trata da construção social de mercados de qualidade diferenciada pelos agricultores familiares catarinenses organizados em redes coletivas de reciprocidade e mercantilização. Buscou evidenciar a agência dos agricultores e outros atores locais para construção de inovações organizações com objetivo de criação de novos espaços econômicos em regiões geograficamente isoladas e em processos de desertificação social. A riqueza da experiência se encontra na capacidade de mobilização dos atores locais que permitiu construir mais do que uma associação e duas dezenas de agroindústrias no meio rural. Permitiu transformar produtores de fumo e extratores de carvão vegetal em agricultores agroecológicos numa reconfiguração das relações entre o homem e a natureza, fortalecer laços de solidariedade e reciprocidade e vislumbrar perspectivas novas e promissoras para a reprodução social das famílias agricultoras e pluriativas que residem nesse espaço rural.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Cadeias Agroalimentares Curtas, Enraizamento, Mercados.



Introdução

As experiências em termos de construção de mercados através da ação coletiva apresentam uma miríade de formas e configurações nas distintas regiões e nos diferentes espaços sociais e geográficos no Brasil. Contextos que combinam apertos econômicos e relativo isolamento geográfico se colocam prontamente como precursores de situações de êxodo rural e declínio da vida comunitária. Contudo, a agência humana pode determinar importantes mudanças sociais e eco-econômicas a partir da criatividade, do empreendedorismo ecológico, das relações de reciprocidade e da persistência dos atores locais. Neste estudo de caso, buscaremos desvendar aspectos da interação social e dos processos associados à criação e construção de novos mercados a partir da organização coletiva de pequenos agricultores familiares das Encostas da Serra Geral em Santa Catarina, as relações eco-sociais em seu território, a formação de redes e as diversas formas de conexão entre produtores locais e consumidores.

Iniciamos o artigo pelo resgate histórico da iniciativa onde será possível identificar as raízes desse processo, os projetos, os atores e relações envolvidas. Para em seguida identificar os principais marcos e trajetórias que permitiram a construção de uma Associação pautada nas relações de parentesco e reciprocidade e que através da produção diferenciada, da inovação organizacional e do enraizamento territorial se consolidam em um mercado extremamente competitivo. Em seguida focalizaremos a construção social dos mercados, a construção das redes e da cadeia agroalimentar, analisando mais os processos do que estruturas, através da descrição e interpretação da dinâmica mercantil estabelecida dentro da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral.

2. Criando uma cadeia de alimentos sustentável

Ao contextualizarmos os territórios das Encostas da Serra Geral verificamos que no início da década de 1990, a crise ligada à agricultura que estava sendo praticada na região era evidenciada através de problemas econômicos, ambientais e de saúde dos agricultores. Além disso, em consequência desta crise, muitos moradores estavam deixando o município, processo que Schmidt (2004) caracterizou como "desertificação social". A região é caracterizada pelo seu relativo isolamento e difícil acesso, por estar



fora de qualquer eixo viário importante, contando com uma precária infraestrutura de estradas, energia elétrica e comunicação. Durante a realização da 1ª *Gemüse Fest*², em 1991, a preocupação com a falta de alternativas econômicas e o consequente êxodo das famílias em direção aos grandes centros começou a ser mais amplamente debatido. A *Gemüse Fest* tinha por objetivo criar um espaço festivo que (re) aproximasse as pessoas que saíram do município e as que permaneceram na atividade agrícola. Foi nesse espaço de conagração e de recordações que se discutia a necessidade de produção de novas alternativas que minimizassem o crescente esvaziamento social local.

Uma parte crucial para o desenvolvimento sustentável é a criação de riqueza sustentável, ou o que Marsden e Smith (2005) se referem com “captura de valor”. Na esfera agrária, os autores postulam que a captura de valor pelos produtores da cadeia de alimentos tem ao menos três dimensões potenciais. Primeira, se sugere que produtores locais e suas redes tentem capturar mais valor econômico de seus produtos em um contexto prevalente onde mais deste valor está sendo perdido para setores varejistas (ver Renting et al., 2003; Marsden, 2003). Segunda, para se alcançar isto se requer novas inovações nos mecanismos para distribuir valor entre produtores e processadores no nível local, o que envolve novos tipos de organizações socioecológicas. Terceira, estes dois tipos de captura de valor podem levar a novas potencialidades com respeito a forjar sinergias entre práticas agrícolas e diferentes tipos de atividade, o que pode estimular formas multifuncionais de captura de valor. Para tanto, a formação de novas redes locais e novas formas de empreendedorismo ecológico tornam-se decisivos.

A rápida expansão da Agreco trouxe algumas dificuldades e desafios maiores para a Associação. No início, quando havia poucos sócios, as reuniões ocorriam na casa dos agricultores e o clima era de confraternização. Nesse período, o planejamento e a organização da produção eram decididos por todas as famílias (MÜLLER, 2001). As comparações entre o “antes” e o “depois” se referem às discussões e ao processo decisório, que acontecia dentro de um espírito de participação, unidade, democracia e solidariedade. Assim, o ano de 1998 representa aquilo que Boltanski e Thevenot (1999) chamam de “momento crítico”, isto é, exige-se um amplo processo de negociação e, no caso, a instituição é colocada à prova em face de uma nova realidade emergente. A

² Festa tradicional no município de Santa Rosa de Lima, organizada bi anualmente com o objetivo de reaproximar as pessoas que deixaram o município para morar em centros urbanos das pessoas que permaneceram na região. *Gemüse* é um prato típico alemão bastante apreciado preparado com batata inglesa amassada com pele de porco e couve mineira e que ainda faz parte dos hábitos alimentares dos agricultores locais, juntamente com o pão de milho e a rosca de polvilho.



possibilidade de obter facilidades para a construção da agroindústria (projeto Pronaf Agroindústria), somada à promessa de comercialização dos produtos e rápido retorno financeiro, contribuiriam para que houvesse tantas famílias interessadas no projeto.

O ‘projeto’ é que tinha tornado possível a cooperação entre tantos atores com interesses distintos. Ao invés de ser uma oportunidade para formação de redes (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999) havia apenas unido recursos para alcançar um objetivo comum, o de construir agroindústrias para agregar valor e obter melhoria de renda. As redes sociais de reciprocidade que haviam alicerçado a fundação da Agreco estavam sendo substituídas por redes sociotécnicas cuja existência dependeria da formação de ‘compromissos’ entre os diversos atores para construir um sistema de valores em comum. Neste aspecto os mediadores tiveram um papel fundamental. Talvez, faltasse ainda alinhar ideias e expectativas e dar ‘tempo’ para tornar ‘fortes’ os novos laços sociais que o ‘projeto’ permitira construir. Os princípios da produção agroecológica ainda precisavam se enraizar nas heterogêneas práticas dos agricultores da região.

Assim, após um período de relativa instabilidade em torno da Associação para a produção agroecológica, com desistência e fechamento de unidades agroindustriais - no ano de 2006, depois de sete anos da implantação do ‘projeto’ das Agroindústrias, apenas treze das vinte e seis agroindústrias construídas estavam em funcionamento - houve uma retomada do processo em novas bases e estratégias de competitividade e sustentabilidade. Muitas unidades agroindustriais se adaptaram a um novo contexto mercantil tendo que alterar sua atividade inicial, passando de um produto para outro. Construir uma cadeia agroalimentar curta em bases sustentáveis exige mobilizar os recursos naturais e sociais disponíveis no território. Exige ainda combinar estratégias de marketing, governança e enraizamento social e local.

3. Enraizamento e governança da cadeia agroalimentar

Atualmente as vinte e duas agroindústrias rurais familiares ligadas à Associação dos Agricultores Ecológicos estão distribuídas em oito municípios das Encostas da Serra Geral. A possibilidade para a viabilização econômica dessas unidades agroindustriais isoladas parece estar estreitamente relacionada à sua articulação em rede. Essa articulação hoje é feita pela Cooper Agreco (Figura 01).

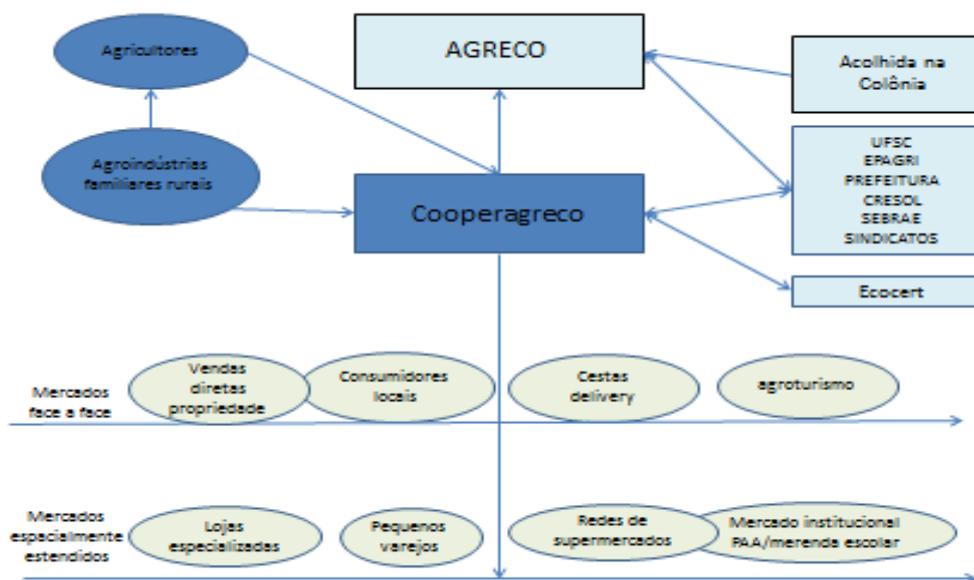


Figura 01 - Agreco e sua rede de relações.

Fonte: Elaboração do autor.

É verdade que muitas experiências isoladas de construção de pequenas agroindústrias para o beneficiamento dos produtos, orgânicos ou não, oriundos da agricultura familiar foram realizadas. A novidade que a Agreco traz é justamente a constituição de pequenas agroindústrias articuladas em rede, como forma de agregar valor à produção orgânica familiar. Através dessa articulação em rede, a Agreco consegue ampliar seu espaço de ação, seja organizando os agricultores familiares em condomínios, em diversas comunidades de diferentes municípios da região das encostas da Serra Geral, seja ampliando seu espaço de ação no mercado tradicional, através da oferta de uma ampla variedade de produtos, primando pela qualidade. Na produção agroecológica a diversificação da produção, além de ser uma necessidade, é um dos seus principais fundamentos. O baixo número de sócios dos condomínios, aliado à ânsia de viabilizar os empreendimentos, forçou os agricultores sócios a uma especialização das suas unidades produtivas.

Para o presidente da Cooper Agreco o principal problema para o não funcionamento da rede ao nível da produção nos estabelecimentos familiares tem um fundo econômico, visto a dificuldade de capital de giro para os associados investirem em mais de uma atividade com o intuito de formar parcerias com outros agricultores que constituíram suas agroindústrias. É natural que a preocupação primeira da Associação se



desse com o fortalecimento da parte comercial da rede, porém, a não preocupação com construção de uma política que fortalecesse as conexões na produção da matéria-prima entre os condomínios, acabou por explicitar outras deficiências acumuladas na implantação das agroindústrias em rede. Assim articular a produção em rede institucionalmente através da Agreco não teve o sucesso esperado, o que não impediu que alguns associados formassem parcerias com seus vizinhos e/ou conhecidos de outras comunidades, gerenciando eles próprios esse processo. Esta prática se estende entre os associados da Agreco nos mais diversos produtos e diferentes unidades agroindustriais, conforme relata VA:

Com o PAA não conseguimos cana-de-açúcar pra atender todo esse mercado. O açúcar produzimos mais pra consumo e atender com venda direta nossos turistas que vem aqui. Mas não se preocupamos em atender aos pedidos da cooperativa que vai pros mercados né, aí eles conseguem de fora. [...] Às vezes um tem uma agroindústria de mel, mas tem uma terra boa que pode plantar cana, então por que não plantar? E a gente tem bastante mato por que não botar umas abelhas e tirar um mel? Então, isso fortalece, essas parcerias existem. Nós produzimos peixe pra vender pro abatedouro, produzimos frango... Essas parcerias são boas, daí a propriedade tem mais fontes de renda.

Assim, a partilha de bens comuns gera a confiança. Os valores humanos, como argumenta Temple (1997, 1998) não são apenas culturalmente dados, mas são também produzidos e reproduzidos por meio de relações de produção, de trabalho, de ação entre pares. Ou seja, as estruturas de reciprocidade são estruturas econômicas. Intercâmbio e reciprocidade constituem dois modelos teóricos ‘ideais’ correspondendo a dois princípios econômicos que coexistem hoje, na maioria das sociedades rurais, gerando complementariedades e tensões (SABOURIN, 2006). Essa articulação em rede seria importante, não só na aglutinação de forças para a conquista de novos espaços no mercado, mas também na produção como forma de viabilização das agroindústrias, através da troca de matéria-prima, já que a diversificação de produtos processados permitia ao agricultor fornecer outros produtos para outras unidades agroindustriais, ampliando a diversificação de sua propriedade familiar.

Novos desafios surgiram à medida que as agroindústrias começaram a entrar em funcionamento. Nesse sentido, simultaneamente à formação da Agreco outras ações foram sendo construídas. O desenvolvimento e a ampliação das atividades ligadas à produção agroecológica abriram novas perspectivas para a região ao mesmo tempo criando uma nova institucionalidade local. A criação, em 1999, da associação de agroturismo “Acolhida na Colônia” é um exemplo desse processo. O agroturismo é uma



experiência desenvolvida pelos agricultores familiares franceses onde criaram a *Accueil Paysan*, uma associação de agroturismo. A exploração da atividade turística como alternativa complementar de renda nas propriedades familiares já fazia parte das discussões da Agreco. Ao mesmo tempo, o crescente número de visitantes (técnicos, agricultores e consumidores) interessados em conhecer as experiências agroecológicas desenvolvidas pela Associação fez nascer à necessidade da criação de uma estrutura que organizasse a atividade.

Seguindo a perspectiva proposta por Marsden e Smith (2005), a criação de riqueza sustentável e desenvolvimento econômico local dentro do amplo contexto do desenvolvimento sustentável requerem novas iniciativas empresariais que focalizem em investimento no ambiente local, criação e fortalecimento de instituições locais e o emprego de pessoas e seus recursos. No caso aqui em análise, pudemos constatar o que os autores denominam “empreendedorismo ecológico”, em que atores chaves nas redes que desenvolvem desempenham um papel decisivo em envolver e mobilizar outros atores até a rede; criar e sustentar suas estruturas e inovar no desenvolvimento de novas interfaces entre produtores e consumidores. Ambos, portanto, empreendedorismo ecológico e a ampla economia social e política das paisagens rurais e regionais, são importantes componentes na formação do espaço rural.

4. Ação coletiva e construção social dos mercados

O relativo isolamento da região e a distância dos grandes centros consumidores foi um dos maiores problemas a ser enfrentado pela Associação, aos quais vieram se somar o aumento da concorrência no setor de frutas, legumes e verduras (FLV) orgânicas no mercado convencional. A entrada no “mercado institucional” através do fornecimento de produtos para a merenda escolar, somado aos fatores das longas distâncias e do aumento da concorrência no setor FLV orgânicos, levou a um processo de discussão para adaptação das agroindústrias de processamento mínimo de hortaliças para produtos “não perecíveis” e com maior valor agregado. O presidente da Cooper Agreco enfatiza que *havia muita oferta de hortaliças folhosas e nós estávamos com um custo alto com pouco retorno e isso estava inviabilizando o produtor*. A proposta de transição dessas unidades significava mais investimento e os agricultores não tinham convicção de que conseguiriam colocar uma linha com novos produtos nos mercados e ficavam receosos em investir sem uma garantia de retorno financeiro.



Assim, foi um período conturbado na Associação. O resultado desse processo foi que algumas agroindústrias de hortaliças conseguiram se adaptar às novas exigências dos mercados para a produção de novos produtos, outras simplesmente tiveram que fechar e encerrar as atividades. De acordo com Schmidt et al. (2003, p.48) a “*Agreco procurou adotar um esquema de comercialização que permitisse o escoamento de quantidades importantes de seus produtos, sempre evitando que eles fossem banalizados*”. Contudo, ao adotar um processo de gestão dos negócios centralizada na direção da Associação, a transparência nas relações mercantis deixava a desejar criando um clima de incerteza e desconfiança entre os associados que não compreendiam o processo em toda sua complexidade. Se para a Associação lidar com os mercados era uma situação nova e complexa que exigia tempo num processo de aprendizagem e ampliação da rede de relações, para os agricultores individualmente muito mais, visto que do domínio da produção agrícola precisam passar a compreender o processamento agroindustrial e a mercantilização crescente que essa nova experiência exige. Afinal, esses pequenos agricultores familiares das Encostas da Serra Geral estavam habituados a participar das cadeias longas convencionais de fornecimento de alimentos como simples produtores de matéria-prima para as grandes agroindústrias integradoras – de suíno e fumo em estufa. Agora, trata-se da construção de uma nova relação com os consumidores através de cadeias agroalimentares curtas, fundada na qualidade, no enraizamento e localização dos alimentos.

Evidentemente essas divergências afloraram com mais intensidade nos períodos de crise por que passou a Associação, sendo que na atualidade a própria recuperação e expansão para novos mercados consumidores têm fortalecido a Associação e permitido um clima de maior confiança e consolidação do projeto de produção agroecológica no território das Encostas da Serra Geral.

Aqui na encosta da Serra Geral, em algumas comunidades quando se fala na organização... Agora que a gente tá aí operando bem, que o pessoal vê que de novo o pessoal tá ganhando dinheiro e tal, as conversas cessaram. Mas, basta qualquer problema acontecer que, oh! Não disse! Aí algumas lideranças faziam questão de alimentar isso, né. [...] Mas, a gente quer realmente crescer com trabalho, demonstrar que é viável, deixar a porta aberta pra quem tiver interesse em voltar (entrevista com AL, presidente Cooper Agreco).

Quando questionado sobre o sistema de comercialização que é centralizado via cooperativa, um dos Associados respondeu que “*no momento eu acho que não é vantagem cada um vender o seu, o pessoal não tem conhecimento e não tem estrutura pra chegar lá nos mercados. O gerente não se interessa em sentar comigo pra comprar*”



açúcar e melado. Agora se ele senta com nosso representante que tem cinquenta itens pra oferecer, aí interessa”. O associado está valorizando a questão de se ter escala e diversidade de produtos pra poder competir em igualdade de condições e poder acessar os mercados das grandes redes localizados nos maiores centros consumidores.

4.1 A dinâmica mercantil da cooperativa dos agricultores - Cooperagreco

A grande distância dos produtores da Agreco em relação aos mercados dos grandes centros urbanos inviabilizava a produção orgânica de hortaliças, produtos extremamente perecíveis e que necessitam chegar aos consumidores frescos. Não era possível competir com agricultores que se inseriram nesse nicho formando um “cinturão verde” próximo a regiões metropolitanas. A estratégia então teria que ser modificada, modificando-se a linha de produtos, saindo dos perecíveis e investindo na produção de agrindustrializados, como conservas, doces, geleias, açúcar mascavo, frango e outros.

A estrutura de agroindústrias deixou a rede com pouca flexibilidade na logística. Nós precisávamos que o comprador passasse um pedido pra semana inteira, aí nos passávamos pros agricultores, eles já colocavam na previsão de colheita, um caminhão passava e recolhia em todas elas, voltava pra central, isso demorava um dia. Num dia o agricultor colhia, jogava na câmara, noutro dia o caminhão vinha e recolhia, noutro dia tava no mercado. Quando chegava em Itajaí, a hortaliça já tava com três dias. Aí foi também um grande marco né, fazer a transição para não perecível. Aí uma quebra muito grande de produtores (entrevista com AL, presidente Cooper Agreco).

Nesse processo de mudança, a linha de conservas que praticamente tinha acabado hoje responde por aproximadamente 20% do faturamento da cooperativa. Alguns produtores que resistiam em modificar sua linha de produtos permaneceram em hortaliças, o que foi possível com a abertura do mercado institucional, especialmente a merenda escolar orgânica, programa que funcionou, com algumas descontinuidades, até o ano de 2007, o que viabilizou algumas agroindústrias e permitiu dinamismo a outros produtos, como o frango, por exemplo. Ademais, ainda em 2003, tentando diversificar produtos e mercados, a Agreco buscou entrar nas redes de supermercados inclusive com expansão para outros Estados, contudo, essas redes começaram a exigir produtos orgânicos com certificação. Foi quando a Associação começou a trabalhar com a Ecocert e novamente alguns produtores não conseguiram se adaptar.

A perda do mercado da merenda orgânica em 2007 foi compensada com a expansão para grandes redes de supermercados em outros Estados, especialmente a rede



Pão de Açúcar, através do programa “Caras do Brasil”³ e com a entrada no PAA do governo federal. Estes foram dois marcos importantes na trajetória da Cooper Agreco, que permitiram a ampliação dos associados, a diversificação de produtos e a melhoria da renda dos agricultores. A construção de mercados com uma grande rede como o Pão de Açúcar selou de vez a interação entre os “mundos domésticos e ecológicos” e o “mundo mercantil” que convivem dentro da Agreco. A organização enfrentou o dilema de enraizar e valorizar a marca Agreco ou aceitar a “ordem mercantil” da grande rede, mantendo a parceria, só que agora como fornecedora de produtos orgânicos (matéria prima) para a elaboração da marca própria Taek da rede Pão de Açúcar. Como justificou AL, se a “*Agreco não faz, outro faz*”, “*é algo que não tem como lutar contra*”. Assim, para não perder esse mercado, a Agreco decidiu ser fornecedora da rede, tendo que adequar às agroindústrias em termos de organização e procedimentos de qualidade. São três conservas (beterraba, brócolis, cenoura) que estão inseridas nesse processo.

Pediram-nos três conservas. Resistimos, topamos, eles também trabalham muito com ameaça né. Então, se tem um mel orgânico Taek, a Agreco sai da linha. Só não sai porque nós estamos num programa lá chamado “Caras do Brasil”. Tem um departamento que cuida disso de modo especial, eles não deixam mexer, porque tem um trabalho social, ambiental. É a imagem do Pão de Açúcar. [...] Mostraram os números, empresas que começam a trabalhar com a marca Taek, explode o faturamento, impressionante. Só que gera um risco bastante grande, nós temos uma linha grande que seria prejudicada. Nosso mel silvestre vende super bem lá, o açúcar mascavo. Alguns produtos vendem bem no “Caras do Brasil”. Caso a Agreco migrasse como fornecedor normal, os produtos similares, a Agreco cairia fora. [...] Se fosse pensar só nas cifras valeria a pena, mas pensar em cada agroindústria que faz parte da rede Agreco, a gente tem que pensar no global e pensar no individual, porque tem agroindústrias que hoje fizeram sua expansão com base nesse histórico de vendas do Pão de Açúcar, então, tirar isso, prevendo um faturamento maior para a Cooper Agreco, a gente pode gerar uma ruptura de vendas muito grande para alguns setores (entrevista com AL, presidente Cooper Agreco).

Nesse depoimento AL mostra como se dão as relações comerciais num mundo mercantil e faz a ‘tradução’ para a relação construída com os associados, quando constrói com a rede Pão de Açúcar uma relação mercantil que permite um equilíbrio em termos de retorno financeiro tanto para a organização em si quanto para os associados, mantendo com estes os princípios de um mundo doméstico que permitiu construir essa organização. O mercado institucional, em especial o PAA, trouxe importantes transformações e um novo dinamismo para a Associação na medida em que esses

³ O Caras do Brasil é um programa de comercialização para pequenos produtores de manejo sustentável, incentivando o comércio ético e solidário, a geração de renda, o respeito ao meio ambiente e a inclusão social (www.carasdobrasil.com.br).



agricultores, em vez de se beneficiarem do PAA apenas como canal de comercialização para seus produtos convencionais, podem fazer o processo de transição para a produção orgânica e desse modo formar a rede de produção enquanto parceiros das agroindústrias, produzindo, por exemplo, pepino e tomate, para serem industrializados. Haveria assim um duplo benefício, com a venda de seus produtos diretamente e através das agroindústrias da rede.

Como resultado desse processo, a Agreco hoje conta com 100 produtores que trabalham com orgânicos. Destes, 55 já estão com certificação regular e os outros vão entrar em breve numa segunda etapa. No total são 370 famílias localizadas em oito municípios (principalmente Santa Rosa de Lima e Anitápolis) do território das Encostas da Serra Geral envolvidas no PAA, sendo que as demais, mais de 200 famílias, estão inseridas num trabalho de conversão. A preocupação é não torná-las “dependentes” do PAA, pois, como argumenta AL, se “*acaba o programa, acaba a organização*”. Assim, o esforço da Cooper Agreco é canalizar todo o trabalho possibilitando aos agricultores se habilitarem a entrar nos demais mercados.

Podemos observar neste estudo de caso os três tipos de cadeias agroalimentares curtas que nos indica a literatura especializada sobre o tema (MARSDEN et al., 2000; RENTING et al., 2003), a saber, face a face, de proximidade espacial, especialmente estendida, os quais são diferentes mecanismos para estender as cadeias curtas no espaço e no tempo. Estas diferenças sublinham a significância de habilitar economias de escopo através do desenvolvimento de redes e as oportunidades financeiras de desenvolver sinergias entre atividades de “captura de valor” dos alimentos, vendas diretas de produtos na propriedade e atividades de agroturismo. As relações *face-to-face* acontecem nas vendas diretas aos consumidores através de quatro processos: ponto de venda na sede da Agreco no centro de Santa Rosa de Lima; vendas diretas aos consumidores nas próprias unidades agroindustriais; rotas turísticas através da “Acolhida na Colônia”; e sistema *delivery* com entrega de cestas de produtos diretamente aos consumidores em Florianópolis. Essa relação mais próxima permite uma troca de informações a respeito da avaliação que esses consumidores fazem do produto, no que se refere ao gosto e qualidades percebidas, bem como transmitir mensagens em relação ao modo de fazer, cuidados com a natureza e elementos da tradição e cultura locais.



As relações de proximidade acontecem especialmente através do mercado institucional, que migrou da merenda escolar para o PAA. Neste segmento são cerca de 100 entidades (restaurantes, escolas, hospitais) atendidas no litoral sul catarinense, principalmente na Grande Florianópolis e mais 20 entidades nas Encostas da Serra Geral, especialmente escolas. A expansão dos mercados espacialmente se tornou possível através de lojas especializadas e de grandes redes de supermercados, numa conexão com os consumidores que é sinalizada através da certificação orgânica dos produtos produzidos nas encostas da Serra Geral com a marca Agreco. Ao comentar esse mecanismo de estender o espaço mercantil, o presidente da Cooper Agreco ressalta:

A gente não tem um mercado local forte. Uma rota de mais de 100 km já fica onerosa [pra sair vender sozinho]. Se o produtor tá no local ele tem mais facilidade porque ele já é reconhecido, fica fácil chegar nas lojas. Se o produtor de Santa Rosa de Lima vai à Tubarão, ele passa trabalho pra colocar o produto dele. [...] O mel tá aqui nas lojas de Gravatal, mas porque foi fácil fazer isso pela proximidade que se tem [AL reside em Gravatal] (AL).

Ele está chamando atenção de que as relações sociais já estabelecidas na localidade facilitam o processo de construção de novos mercados. Dessa forma, as vendas para estes mercados mais distantes acabaram por exigir uma estratégia de se trabalhar com representação. Assim, os 300 clientes que fazem parte desse segmento, que incluem desde pequenos comércios até cinco grandes redes de supermercados, são atendidos através de um “*gestor de vendas*” que é comissionado. Este também fica responsável para negociar promoções, monitorar o sistema, solucionar problemas, contratar repositores, são os “*olhos da Agreco*” no local de venda. No início não funcionava desta forma, as vendas ocorriam diretamente via telefone, com estrutura própria, mas era difícil garantir regularidade no trabalho.

Era o presidente da Agreco que ia lá e fazia reunião com o dono do Angeloni. Era muito na ideia de oh! nós temos um projeto, vamos apoiar, aí os presidentes das redes [mercados] apoiavam (entrevista com AL, Cooper Agreco).

Vemos nesse relato como as relações sociais vão construindo relações mercantis. Já a partir de 2004 se começou a estruturar o sistema atual. As relações mercantis com esses clientes são realizadas através de contratos formais apenas com as redes maiores, cerca de dez, as outras lojas pequenas não exigem essa forma de relação. Essas formas



contratuais em geral são bastante onerosas⁴, o que acaba indo para o preço final ao consumidor. Por isso que Abramovay (2004) insiste que os (alguns) mercados são realmente impessoais, mas que neles os vínculos sociais são concretos e localizados, e influenciam suas dinâmicas, ou seja, mesmo a impessoalidade é construída socialmente. Atualmente o mercado institucional representa 50% do faturamento da Cooper Agreco, o sistema de *delivery* cerca de 2% e as vendas para os mercados convencionais os demais 48%. Deste segmento, as grandes redes de supermercados representam perto de 90% do faturamento. Esta é uma grande preocupação para a sustentabilidade da cadeia, já que seu fortalecimento econômico não passa somente pela diversificação da produção agrícola, mas também em diversificar seus mercados.

Tem produtos que a gente vê uma possibilidade de crescimento muito grande. A gente tá no Pão de Açúcar hoje, eles têm 40 lojas. É uma imensidão que a gente não dá conta de produzir de jeito nenhum. Eles colocam essa possibilidade, tem interesse em dinamizar a linha de orgânicos deles, principalmente com produto que for inovador (Al, Cooper Agreco).

Nestas redes, a impessoalidade e o distanciamento com o consumidor obrigam a adotar estratégias de marketing que façam uma reconexão entre produtores e consumidores. Muitas vezes a marca por si só não garante essa aproximação, assim a diferenciação através da produção orgânica com certificação é uma forma de o consumidor reconhecer e valorizar o produto. Mas, essa conexão se torna mais completa e duradoura a partir de sinais que permitem enraizar o produto a um local, uma forma de produzir, uma tradição. Além disso, estratégias de expositores e degustação no ponto de venda permitem encurtar essa cadeia, a partir da comunicação pessoal e troca de informações entre os produtores e consumidores finais. Contudo, como alerta AL, é um sistema caro que se viabiliza a partir de certa escala mercantil.

As feiras livres, emblemática em sistemas de interface direta entre produtores e consumidores, não representam uma alternativa para os associados da Agreco em face de um mercado local muito pequeno. Nesse contexto, o sistema *delivery* instituído pela Agreco representa uma das poucas experiências em funcionamento no País a partir da iniciativa de agricultores familiares organizados. Atualmente atende cerca de 50 famílias consumidoras residentes em Florianópolis. Aqui, novamente, uma relação que começou a partir de “conhecidos” e que se ampliou pela divulgação. Surgiu a partir de

⁴ Por exemplo, a rede Walmart trabalha com 5% de contrato, o Angeloni e Zaffari trabalham com 16%, Giassi com 3%, o Pão de Açúcar no programa “caras do Brasil” é 0%. Este valor é retido pelo comprador na hora do pagamento.



uma relação de “voluntariado”, pessoas conhecidas do “local” dispostas a participar de uma rede de economia solidária. Apesar de algumas descontinuidades no processo, hoje é um sistema que funciona bem. Por ser um sistema que representa uma parcela pequena do faturamento da Agreco, a questão que se coloca é: qual o interesse em se ampliar isto? A resposta vem do próprio presidente da Cooper Agreco:

É interessante principalmente para grupos que começam uma atividade nova, então, por exemplo, um produtor de fumo quer fazer uma conversão na propriedade, ele tem dificuldade em trabalhar com tomate, pepino, que são culturas que exigem mais tecnologia, mas se for pra plantar rúcula e alface numa área nova, que não precisa ficar um ano de conversão porque aquela área tava em pousio, ele já entra no primeiro mês fazendo faturamento. E o sistema *delivery* coloca todos estes tipos de produtos, o que se planta, o que tem na propriedade, de época. Então, o ponto de chegada desse sistema [a meta], que é de 600 cestas por semana, dá pra bancar bastantes famílias aí, fora os produtos das agroindústrias que também são vendidos aí. (AL)

Essa é a aposta da Agreco, criar alternativas que permitam criar uma cadeia de alimentos sustentável nos territórios das Encostas da Serra Geral, acreditando no potencial de organização e ação coletiva da comunidade local e num sistema produtivo ambientalmente sustentável, que crie espaços para uma economia de qualidade e moral, dentro dos princípios da agroecologia, solidariedade, reciprocidade e justiça social. Há um discurso que se repete entre os diferentes atores locais, agricultores, instituições, poder público, técnicos, lideranças. O alinhamento de ideias nos distintos domínios fortalece um projeto e permite criar-se um espaço protegido o qual permite que a experiência avance e tenha tempo de maturidade, potencializando essas novidades para atingir estabilidade e se fortalecer no tempo e no espaço.

5. Considerações Finais

Construir uma organização como a Agreco nas Encostas da Serra Geral, ao mesmo tempo em que surge de um contexto de “*squeeze*” vivido pela comunidade local, demonstra a agência dos atores locais, as relações de reciprocidade e interconhecimento historicamente construídas pelos moradores da região.

Tem grupos formados, por exemplo, no programa de diversificação de propriedades de fumo, que produzem determinadas matérias primas já com uma relação com as agroindústrias que eles não são sócios, por exemplo, morango, mel. A agroindústria não se limita a processar só matéria prima do seu grupo. Existe essa relação entre os grupos. Assim como vem produto de lá pra cá. Aí eu agrego mais um produto na minha propriedade que vai me dar o esterco, uma renda. [...] As pessoas que vêm visitar se espantam bastante, porque é necessária uma relação de **confiança** grande pra fazer funcionar (entrevista com AL, presidente da Cooper Agreco).



Não se trata somente de um enraizamento territorial, que é fato, mas também de um enraizamento social. Aqueles que saíram, o fizeram apenas materialmente, pois o senso de pertencimento e as relações sociais deram início a uma economia que, portanto, é também moral. A compreensão da abordagem em foco se dá a partir da ideia de território e da ênfase posta sobre as interações entre os seus atores, que formam suas crenças, seus valores, suas tradições, seus costumes. Entretanto, essas interações não são apenas endógenas, uma vez que o território encontra-se aberto ao exterior. O local traça seu caminho através de interações internas e interações com seu ambiente externo. A valorização dos produtos de um determinado território, bem como a valorização do próprio território, encontra-se intimamente ligada à manutenção dos aspectos simbólicos do lugar. Como ressalta Zaoual (2006), são as singularidades do território as responsáveis por sua identidade.

Desde o início da construção dessa cadeia agroalimentar nas Encostas da Serra Geral, essa região vem experimentando talvez a mais significativa e profunda transformação eco-social, econômica e espacial da sua história. As redes sociais de reciprocidade historicamente construídas permitiram a reconfiguração das relações a partir de um 'projeto' que via produção orgânica cimentou uma rede sociotécnica de maior amplitude e buscou firmar 'compromissos' na busca de interesses comuns. A riqueza da experiência se encontra na capacidade de mobilização dos atores locais que permitiu transformar produtores de fumo e extratores de carvão vegetal em agricultores agroecológicos numa reconfiguração das relações entre o homem e a natureza, permitiu fortalecer laços de solidariedade e reciprocidade e vislumbrar perspectivas novas e promissoras para a reprodução social das famílias agricultoras e pluriativas que residem nesse espaço rural. Essas cadeias agroalimentares curtas, portanto, se caracterizam por enraizar práticas alimentares em relações eco-social locais, criando novos espaços econômicos, sendo portadoras das 'sementes de transição' para um desenvolvimento rural e territorial com mais sustentabilidade nas encostas da Serra Geral catarinense.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana em Ciências Sociais. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalismo**. Paris: Gallimard, 1999.



BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. The sociology of critical capacity. **European journal of social theory**, London, v. 2, n. 3, p. 359-377, 1999.

MARSDEN, T. **The condition of rural sustainability**. Wageningen (Netherlands): Royal Van Gorcum, 2003.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MARSDEN, T.; SMITH, E. Ecological entrepreneurship: Sustainable development in local communities through quality food production and local branding. **Geoforum**, London, v. 36, n. 4, p. 440-451, 2005.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, London, v. 35, p. 393-411, 2003.

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 215-239.

SCHMIDT, W.; SCHMIDT, W.; TURNES, V. Desenvolvimento local em espaços rurais: a construção de um território nas encostas da serra geral em Santa Catarina. In: PAULO, M. I. S.; SCHMIDT, W. (Org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2003.

TEMPLE, D. L'économie humaine. **La Revue du MAUSS**, Guerre et paix entre les sciences. Paris, n. 10, p. 103-109, 1997.

ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais**: uma introdução ao pensamento pós- global. Rio de Janeiro: DP&A/Consulado Geral da França/ COPPE-UFRJ, 2006.



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

Agricultura familiar e agregação de valor aos produtos

Antonio Lázaro Sant´Ana¹
Flaviana Cavalcanti da Silva²
Divanir Zaffani Sant´Ana³
Valéria da Silva Modenese⁴

¹ Doutor em Sociologia, Professor da Unesp Campus de Ilha Solteira (SP), E-mail: lazaroz@agr.feis.unesp.br

² Mestranda em Agronomia, da Unesp Campus de Ilha Solteira (SP), E-mail: flaviana_cavalcanti@hotmail.com

³ Graduanda em Geografia, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, E-mail: nyllzaffani@hotmail.com

⁴ Graduada em Agronomia, Unesp Campus de Ilha Solteira (SP), E-mail: lelamodenese@hotmail.com

Resumo

O processo de transformação dos produtos agrícolas é uma importante estratégia dos agricultores familiares, da região noroeste do Estado de São Paulo, para conseguir sua inserção no mercado de forma diferenciada. Foram pesquisados 61 produtores desta região que realizam algum tipo de agregação de valor aos seus produtos. Observou-se que há uma grande diversidade de produtos e que a qualidade, baseada essencialmente na tradição familiar, é reconhecida e valorizada pelos consumidores. No entanto, a grande maioria dos produtores rurais comercializa de maneira informal seus produtos, pois não atendem todas as exigências das leis sanitárias e fiscais brasileiras, e tampouco tem buscado mecanismos formais de certificação de seus produtos. Em alguns municípios em que fiscalização é mais flexível utilizam de feiras-livres e em outros casos vendem seus produtos por meio de redes sociais baseadas no interconhecimento e na propaganda boca-a-boca.

Palavras-chave processamento artesanal, comercialização diferenciada, estratégias familiares, geração de renda, noroeste paulista



1. Apresentação

Este trabalho discute a questão da agregação de valor aos produtos por parte dos agricultores familiares do noroeste paulista. Embora seja uma região em que a tradição em termos de produção artesanal não tem grande visibilidade, esta é uma estratégia importante para parcela dos agricultores familiares.

Os dados utilizados tiveram como base pesquisa realizada em três microrregiões (Andradina, Jales e São José do Rio Preto) do Estado de São Paulo junto a agricultores familiares que realizam algum tipo de agregação de valor e comercializam ao menos parte da produção de forma diferenciada (diretamente aos consumidores ou ao comércio varejista).

2. Estratégias dos produtores, processamento dos produtos e qualidade

Graziano da Silva (1980) ao realizar um quadro histórico sobre a pequena produção mostra como esta sobreviveu em áreas marginais às grandes propriedades exportadoras, produzindo produtos complementares e/ou dirigidos ao comércio local. Wanderley (1995) também menciona que a agricultura familiar no Brasil sempre esteve em luta contra o que denomina bloqueio fundiário, mas a perspectiva de análise adotada por esta e também por outros autores (LAMARCHE, 1998; TEDESCO, 1999; SANT'ANA, 2003) mostra que os produtores familiares não têm aceitado passivamente as condições impostas, desenvolvendo estratégias não somente adaptativas, mas de resistência e de busca de alternativas que aproveitam *fissuras* e áreas ainda não totalmente dominadas pelo grande capital.

Uma destas estratégias é a agregação de valor aos produtos, por meio do processamento artesanal e caseiro dos alimentos. Por muito tempo esta atividade teve como objetivo principal o autoconsumo familiar, associado à comercialização do excedente para mercados locais. A produção, na maior parte dos casos era realizada, pela força de trabalho considerada marginal na unidade familiar, como as mulheres e os idosos (CHAYANOV, 1974), o que acabava subestimando a importância desta atividade em termos econômicos.

Embora a valorização por parte dos consumidores destes produtos típicos de determinadas regiões ou que envolvem processos de produção e fabricação artesanais seja de longa data, foi somente a partir da crescente urbanização e exclusão de grande parte dos



produtores familiares de algumas atividades (como a produção de grãos e do algodão nas regiões Sul e Sudeste) que passaram a exigir maior infraestrutura de máquinas e ganhos de escala, que estes produtores buscaram incrementar a transformação de alimentos, de modo a agregar valor ao produto final. O aumento da produção e a mudança de *status* se deram pela transformação da fabricação caseira em pequenas agroindústrias artesanais ou por meio da associação em grupos de famílias para montar agroindústrias, que embora mantivessem o caráter artesanal da fabricação, permitiram ampliar e/ou diversificar os produtos e comercializar os produtos com maior facilidade. Em outros casos a produção se mantinha caseira, mas foram criadas associações ou cooperativas para facilitar a comercialização dos produtos, em espaços próprios, como as feiras de produtores ou ganhando escala para atender o pequeno comércio varejista e eventualmente supermercados. Gazolla e Pelegrini (2010) em pesquisa realizada no Rio Grande do Sul constataram, em 2006, que a grande maioria das agroindústrias familiares tinha menos 10 anos e esta parece também ser a realidade no resto do Brasil.

No caso de agroindústrias rurais o maior desafio tem sido adequar tais atividades, muitas vezes em condições informais ou clandestinas, às exigências de qualidade mínima e de fiscalização tributária, ao mesmo tempo em que se busca a melhoria nas rendas das famílias diretamente envolvidas (WILKINSON, 2003).

A preocupação com a certificação dos produtos, no entanto, ficou restrita a produtores que visavam nichos de mercado, como os produtos orgânicos, ou somente ocorreu após um período em que novas normas higiênico-sanitária e a maior efetividade em termos de fiscalização¹ colocou a comercialização desses produtos na informalidade.

Esta legislação foi, em grande medida, criada por pressões das grandes agroindústrias e segmentos de consumidores urbanos, resultando em crescentes restrições à comercialização direta do produtor ao consumidor, obrigando o enquadramento dos produtores em rígidos padrões industriais de qualidade, no caso de realizarem a transformação dos produtos (SANT'ANA et al., 2010).

Alguns autores como Maluf (2002) e Schmidt e Byé (2001) apontaram que as políticas públicas brasileiras em relação à qualidade (referiam-se aos produtos orgânicos, mas a observação é válida em outros casos também) davam muita ênfase às normas e

¹ A venda de leite cru, nas cidades paulistas, foi proibida por uma lei de 1950, mas era uma prática comum e tolerada até o final de década de 1980.



certificações por auditoria, numa visão centrada no mercado, não considerando os possíveis efeitos excludentes destes instrumentos.

Estas críticas realizadas por pesquisadores e a ação de entidades ligadas aos agricultores familiares influenciaram as definições legais, pois a regulamentação da produção orgânica de 2009 prevê duas formas de certificação (por auditoria e participativa) e admitir a venda direta sem certificação, quando realizada por produtores familiares organizados em associações. Neste caso a conformidade do produto é realizada por meio do controle social, definido como um processo de geração de credibilidade organizado a partir da interação de pessoas ou organizações e sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança das pessoas envolvidas no processo (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2009).

Cabe destacar que a qualidade é resultado de um processo social e não um atributo pré-existente do produto, portanto a definição de uma qualidade desejável pode envolver o confronto de diferentes lógicas dos atores envolvidos. Ao contrário da idéia que prevalece no senso comum da sociedade e que é utilizada pelas grandes indústrias, o estabelecimento de determinado padrão de qualidade não é mero reflexo de mudanças tecnológicas, mas resultado de disputas de interesses, negociações e imposições dos atores envolvidos (ALLAIRE ET BOYER, 1995; STANZIANI, 2003). O Estado ao instituir legislações e normas de qualidade que em princípio visam regular a concorrência e garantir a saúde pública não está imune em relação às influências desse campo de disputa, pois a regulamentação não é resultado mecânico de uma avaliação técnico-científica, envolve representações simbólicas, práticas sociais, tradições e especialmente diferentes interesses em jogo que não podem ser resolvidos apenas pela abordagem científica (VALCESCHINI, 1995).

Thévenot (1995) mostra que há diferentes coordenações da qualidade: a de *mercado*, que busca incorporar na empresa os desejos dos clientes e identificar as insatisfações em relação ao produto ou serviço prestado; a *industrial*, que adota métodos racionais e de pesquisa das causas, instrumentos de verificação e de medida estatística dos problemas e falhas na fabricação do produto; a *doméstica*, que atua pela mobilização do saber-fazer informal acumulado pela experiência e pode resultar de ligações duráveis com interlocutores exteriores que incitam a confiança e mantém a reputação do produto ligada uma origem e/ou a um modo de produção; a *cívica*, criada em torno de um projeto coletivo do qual seus membros são solidários e engajados; a *inspirada*, que é motivada por



disposições favoráveis à expressão da criatividade e a emergência de idéias originais e inovações; e a de *opinião*, acionada por métodos de comunicação que contribuem para sensibilizar a opinião pública (e também dentro da empresa, se for o caso) sobre as características positivas de um determinado projeto ou produto da empresa.

O exame da legislação brasileira sobre qualidade e certificação nos permite observar que no Brasil estamos iniciando um processo que já encontra-se consolidado em países como França. No entanto, ao mesmo tempo em que emprega a terminologia européia dos selos de qualidade e origem, a legislação brasileira utiliza normas higiênico-sanitárias de concepção anglo-saxã/norte-americana que é mais rigorosa em termos de padrão das edificações, equipamentos e de tolerância em relação aos processos de fabricação, o que pode comprometer a participação da grande maioria dos agricultores familiares nesse processo.

3. Metodologia

Este artigo utilizou dados de uma pesquisa mais ampla que abrangeu 148 produtores, de três microrregiões (classificação do IBGE) do Estado de São Paulo, que estão inseridos em processos de comercialização diretos ou semi-diretos, como a venda ao varejo e/ou ao consumidor de produtos *in natura* ou com algum outro tipo de agregação de valor. As microrregiões pesquisadas foram a de Andradina, com predominância de agricultores familiares assentados; a de Jales, que apresenta áreas com fruticultura diversificada e estrutura fundiária com predominância de pequenos estabelecimentos; e a de São José do Rio Preto que sofre influência deste centro consumidor relativamente vigoroso.

A escolha dos produtores a serem pesquisados foi precedida de visitas às sedes regionais de órgãos públicos que trabalham com assistência técnica e extensão rural e entidades de representação dos produtores, que contribuíram para indicar produtores que realizavam alguma forma diferenciada de comercialização e os roteiros de acesso às propriedades. O número de produtores não foi definido por critério estatístico, portanto não teve a pretensão de representar o conjunto de produtores que realizam este tipo de comercialização diferenciada nas microrregiões estudadas, mas visou apreender qualitativamente a diversidade de experiências existentes.



Foi aplicado um questionário com o objetivo de caracterizar os produtores, os estabelecimentos, a produção, o tipo de comercialização e a agregação de valor por meio do processamento dos produtos. Neste artigo, no entanto, será tratado somente este último aspecto, o processamento dos produtos. Dentre os 148 produtores pesquisados, 74 realizam algum tipo de processamento de um ou mais produtos. No questionário em relação ao processo de agregação de valor aos produtos buscou-se verificar as condições dos locais em que são realizados os processamentos, os procedimentos empregados, as embalagens e as etiquetas utilizadas, as técnicas empregadas e a forma de aprendizado do processo de fabricação/agregação de valor. Foram também incorporadas aos questionários perguntas abertas, visando registrar as impressões dos produtores sobre seus produtos, e assim, obter pistas sobre as estratégias utilizadas para legitimar o processo de agregação de valor.

A observação direta foi utilizada nos casos em que os produtores realizavam beneficiamento dos produtos na própria propriedade, a fim de caracterizar o ambiente no que diz respeito a sua infraestrutura e demais características pertinentes ao trabalho realizado. Também foram realizadas observações dos produtores nos momentos em que estes estavam comercializando seus produtos junto aos consumidores, por meio de visitas às feiras-livres de Ilha Solteira, Jales, São José do Rio Preto, Mirassol e Potirendaba e a outros locais onde os produtores realizavam a comercialização (pontos comerciais na cidade; hortas próximas à cidade; estabelecimentos rurais).

4. Características do processo de agregação de valor

Como já mencionado, do total de produtores pesquisados, 74 produtores realizam algum tipo de processamento de um dos ou mais produtos que comercializa diretamente ao consumidor e/ou ao varejo/pequena indústria/mercado institucional. Dentre estes 13 agricultores realizam apenas processamento mínimo, ligado sobretudo à limpeza, corte e embalagem, em processos de agregação que incluem produtos como a mandioca, o milho verde, o morango, o feijão e o frango. Outros 61 agricultores agregam valor por meio de processos que vão além do processamento mínimo.

Dentre estes 61 produtores pesquisados que processam algum produto de forma mais completa, foram levantadas algumas informações, visando caracterizar como é realizado o processo de agregação de valor (Tabela 1). Observa-se que apesar da relativa diversidade (mais de 20 produtos), o grande destaque é o queijo, produzido por 26



produtores, com predominância do tipo fresco (há apenas um caso de produção de mussarela). Em seguida surgem os produtos farináceos (bolos, bolachas e pães) que são produzidos de forma artesanal (9 produtores), a vassoura *caipira* (feita de uma das espécies de sorgo) e outros derivados do leite como requeijão, doce de leite (5 produtores em cada).

Durante a pesquisa constatou-se que a grande maioria destes produtos são fabricados pelas mulheres e em alguns casos pelo casal, com exceção da vassoura, aguardente e vinagre de cana (um dos outros produtos)².

Tabela 1: Produtos citados pelos agricultores em processos de agregação de valor mais completos.

Produtos	Número de produtores
Queijo	26
Requeijão	5
Outros derivados de leite	3
Doce de leite	5
Carne suína e derivados	3
Filé de peixe	2
Bolos, bolachas e pães	9
Doces	3
Polpa de frutas	2
Mel (processado)	3
Licor e aguardente	3
Molho e conserva de pimenta	3
Farinha	2
Vassoura (de sorgo)	6
Outros produtos	6

Fonte: Dados da Pesquisa 2008/2009

² O vinagre de cana é utilizado para conservar o látex extraído da seringueira, substituindo um produto à base de amônia. Cabe registrar que este produto foi desenvolvido pelo próprio filho do agricultor com a ajuda de pesquisadores da Unesp de São José do Rio Preto.



Verificou-se que, com exceção de dois produtores, os demais realizam o processamento nas dependências do estabelecimento (a casa do produtor na grande maioria dos casos) e em apenas sete casos em local específico, construído para tal finalidade. Com relação às características dos locais onde são realizados os processamentos, notou-se, por meio de observações, que em torno de um terço apresentam características rústicas e estruturas sem revestimento em azulejo, como consta da regulamentação vigente (dentre outras exigências).

Somente três produtores possuem microempresas para comercializar os produtos (um de derivados de leite, o engenho de aguardente e o produtor de vinagre de cana) e um outro estava em processo de abertura da firma (pães e biscoitos), enquanto os demais operam como produtores rurais. Todas as microempresas localizam-se na região de São José do Rio Preto, onde a fiscalização parece ser mais intensa e rígida.

Quanto à mão-de-obra empregada no processo de agregação de valor, em todas as situações foi mencionada a participação do proprietário do estabelecimento (exceto um caso), sendo que apenas quatro produtores contratam empregados para ajudar na fabricação dos produtos e/ou comercialização.

No que diz respeito à procedência da matéria-prima, 47 agricultores afirmaram que esta provém integralmente do estabelecimento, em apenas quatro a matéria-prima é predominantemente comprada e outros 14 produtores empregam tanto matéria-prima adquirida de terceiros, como a proveniente da produção própria. Há ainda dois casos em que os produtos utilizados no processamento somente são comprados em momentos eventuais, quando o número de encomendas assim o exige.

Em relação às embalagens utilizadas, verificou-se que 41 agricultores empregam embalagens plásticas simples, 9 utilizam frascos de vidro (a maioria reaproveitados), em 5 casos são empregadas bandejas de isopor com filme plástico e 11 produtores não utilizam embalagens (vassouras, queijo, doce de leite e amendoim torrado). Já as etiquetas de identificação são empregadas por 18 agricultores, com informações referentes, via-de-regra, ao preço e peso das peças, mas 8 produtores possuíam embalagens mais completas com datas de fabricação, validade e outras informações.

Buscou-se verificar também a origem do “saber” empregado nos processos de produção/agregação de valor realizado pelos agricultores (exceto aqueles que realizam apenas processamento mínimo). Por meio da Tabela 2, é possível observar que os conhecimentos necessários aos processos de agregação foram transmitidos pelos pais e/ou



avós (ou outro ascendente), em 57,4% dos produtores. Nota-se, então, a marca da tradição familiar nos processos de fabricação com base em receitas que, muitas vezes, resistem por gerações e, mesmo, com algumas adaptações, seguem com suas origens impressas no fazer de cada produto, dando-lhes distinção e uma qualidade específica. A segunda forma mais citada foi a experiência própria (21,3%) e somente em seguida aparecem os cursos específicos oferecidos por instituições, como o Itesp, a Cati, o Sebrae e o Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – órgão ligado a Confederação nacional da Agricultura). Estes dados indicam, ao mesmo tempo, o forte peso do conhecimento tradicional dos agricultores e a baixa efetividade de ação das instituições públicas e privadas em relação a esses processos de transformação/fabricação de produtos por parte dos agricultores familiares.

Tabela 2: Formas de aprendizado a cerca dos processamentos realizados.

Formas de Aprendizado*	Nº de Produtores	(%) Produtores
Tradição familiar	35	57,4
Experiência própria	13	21,3
Cursos específicos	11	18,0
Com auxílio de terceiros	6	9,8
Experiência profissional	1	1,6
Observação de outros profissionais	1	1,6
Mídia (televisão)	1	1,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2008/09.

* Total de 61 produtores, mas cada produtor podia indicar mais de uma forma de aquisição do aprendizado (Tabela com repetição).

Buscou-se, também, verificar junto aos agricultores as denominações utilizadas para identificar a forma de fabricação e/ou agregação de valor de seus produtos. Embora a maioria dos processos descritos resulte em produtos diferenciados, nota-se que a região não dispõe de tradição que implique no reconhecimento da importância presente nestes diferenciais impressos nas variadas formas de processamento empregadas. Em função disso, houve uma marcante dificuldade por parte dos agricultores ao se tentar levantar junto a estes uma denominação para a forma diferenciada de fabricação e/ou agregação de



valor aos quais são submetidos seus produtos (14 não conseguiram citar nenhum termo que os identificasse). Além do número dos que não nomearam seus produtos, a Tabela 3 traz as principais denominações utilizadas pelos produtores. As denominações mais citadas foram “caseiro” (13 produtores) e “caipira” (12 produtores). É interessante destacar como este último termo “caipira”, que em outros contextos pode ter conotação negativa, nesse caso é referência de alta qualidade, ligada a um sabor, modo de criação (animais) ou de fazer próprio do interior do Estado de São Paulo. É um termo que se assemelha, em seu sentido geral, ao qualificativo “fermier”, utilizado pelos agricultores franceses (SANT’ANA, 2007), pois ambos buscam expressar a mesma idéia de qualidade ligada ao conhecimento tradicional (em suas mais diversas formas) e que é valorizada pelos consumidores. É a qualidade que Thévenot (1995) denomina “doméstica” que se caracteriza pela mobilização do saber-fazer informal acumulado pela experiência, podendo resultar de ligações duráveis com os consumidores que criam a confiança e mantém a reputação do produto ligada uma origem e/ou a um modo de produção.

Tabela 3: Denominações empregadas pelos produtores aos respectivos produtos submetido a processos de agregação.

Identificação	Nº De Produtores
Caseiro	13
Caipira	12
Denominação referente à origem	6
Marca comercial	6
Denominação pessoalizada (SABOURIN, 2006)	5
Natural	4
Fresco	2
Sem conservantes	1
Integral	1
Artesanal	1
Sem denominação específica	14

Fonte: Dados da pesquisa, 2008/09.



Outros produtores fazem uso de denominações regionais de origem, algumas genéricas (“queijo mineiro” e “rapadura sistema nordestino”) e outras mais específicas (queijo do Pirajá – bairro rural de um município da região).

Os produtores que possuem microempresas, um grupo informal de doces, uma produtora de extrato de cogumelo e um dos produtores de mel utilizam nomes comerciais para identificar seus produtos, com etiquetas mais detalhadas e até logotipos.

Foram constatados também alguns casos de denominação pessoalizada, tal como definido por Sabourin (2006) que remete a um indivíduo específico. Geralmente a identificação se dá pelo nome ou apelido do produtor(a) associado ao nome comum do produto (“Requeijão da Tetéia”).

As demais denominações remetem a supostas qualidades dos produtos que são valorizadas pelos consumidores, como “natural”, “sem conservantes”, “integral”, etc.

Dentre os entrevistados não foram observados agricultores, cujos produtos comercializados possuíssem selos específicos de qualidade.

Buscou-se verificar a importância da participação do processo de fabricação e/ou agregação de valor na renda total das famílias, no entanto, foram observadas dificuldades por parte dos agricultores em mencionar o percentual que os processamentos desenvolvidos representam na renda total do lote/propriedade. Contudo, dentre aqueles que mencionaram tais percentuais (47), foram observados 13 casos nos quais a participação dos produtos processados na renda total da família é maior do que 60%; para outras 7 famílias o valor obtido representa entre 41 e 60% do orçamento familiar; 12 entre 21 e 40%; e em outros 12 casos, a renda obtida representa no máximo 20% da renda familiar total. Em todos os casos, no entanto, os produtores reconhecem a importância, no mínimo complementar, dessas atividades na composição da renda familiar.

5. Considerações Finais

Os agricultores familiares do noroeste paulista têm construído um conjunto de estratégias de permanência na terra, dentre as quais o processamento dos produtos, visando agregação de valor aos mesmos é uma destas estratégias. Por ser realizada pelas famílias individualmente, com base, essencialmente, em um saber-fazer tradicional, repassado, muitas vezes, de uma geração à outra, e por envolver, na maioria dos casos, um volume pequeno de produção, tem pouca visibilidade, mas trata-se de uma estratégia importante



em termos de geração de renda, especialmente quando associada à comercialização diferenciada ao consumidor ou ao pequeno comércio varejista.

Apesar desta relevância para as famílias e do reconhecimento dos consumidores em termos da qualidade dos produtos, grande parte da comercialização envolve algum grau de informalidade, pois o processo de fabricação e a exposição dos produtos (embalagens, rótulos, etc.) não atendem as exigências das leis sanitárias e fiscais, o que torna incerto o futuro da atividade.

Referências Bibliográficas

ALLAIRE, G.; BOYER, R. Regulation et conventions dans l'agriculture et les IAA. In: _____ *La grande transformation de l'agriculture*. Paris: INRA – Ed. Economica, 1995, p. 09-29.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad economica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 339p.

GAZOLLA, M., PELEGRINI, G. A construção social dos mercados pelos agricultores: o caso das agroindústrias familiares. In: VIII CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 8, Porto de Galinhas (PE – Brasil), 2010. *Anais...* Recife: Alasru/UFPE, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. Antecedentes históricos. In: _____. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 15-35.

LAMARCHE, H. (Coord.) *A agricultura familiar: do mito à realidade*. Campinas: Ed. da UNICAMP, v. 2, 1998, 348p.

MALUF, R. S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D. M. A., WILKINSON, J. (Orgs.) *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq/Paralelo 15, p. 301-328, 2002.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO Instrução Normativa N. 19. Disponível em: <http://www.portalagricultura.com.br/Paginas/Agricolas/visDetalhes.as...> Acesso em 03/08/2009.

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. IN: SCHNEIDER, S. *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2006, p. 215-239.

SANT'ANA, A. L. *Raízes na terra: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP)*. Araraquara, 2003. 246p. Tese (Sociologia) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.



SANT´ANA, A. L. Produtos *fermiers* na França: uma abordagem transversal da qualidade? In: In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3, 2007, Londrina. *Anais...*, 2007. Cd-rom.

SANT´ANA A. et al. A inserção diferenciada no mercado como importante estratégia de geração de renda dos agricultores familiares do noroeste paulista. In: REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4, Curitiba, 2010. *Anais...* Curitiba: Rede de Estudos Rurais/UFPR, 2010.

SCHMIDT, W.; BYÉ, P. Agricultura familiar no Sul do Brasil - de uma exclusão produtivista a uma exclusão certificada? *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 104-118, 2001.

STANZIANI, A. (dir.) *La qualité des produits en France (18e.-20e. siècles)*. Paris, Éditions Belin, 2003.

TEDESCO, J. C. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUEP, 1999. 325p.

THÉVENOT, L. Des marchés aux normes. In: ALLAIRE, G. et BOYER, *La grande transformation de l'agriculture*. Paris, INRA Éd. Economica, p. 33-51, 1995.

VALCESCHINI, E. Entreprises et pouvoirs publics face à la qualité: les produits agro-alimentaires dans le marché européen. In: ALLAIRE, G. ; BOYER, R. (Éditeurs.) *La grande transformation de l'agriculture*. Paris: INRA – Ed. Economica, 1995, p. 53-72.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. *Reforma Agrária*, Campinas, v. 25, n. 2/3, p. 37-57, 1995.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. *Estudos- Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 21, p. 62-87, 2003.



GT 5 – Diversificação Produtiva e Redes de Cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento territorial rural

Assentamentos Rurais em São Paulo: estratégias e mediações para o desenvolvimento

Luís Antonio Barone¹
Vera Lúcia S. Botta Ferrante²

¹Pesquisador do CNPq /Assistente-Doutor na FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP, E-mail: labarone@uol.com.br

²Pesquisadora do CNPq / Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), E-mail: ybotta@techs.com.br

Resumo

A partir de pesquisa em duas regiões do Estado de São Paulo (Araraquara e Pontal do Paranapanema) este artigo busca discutir criticamente as principais agências de mediação de possíveis projetos de desenvolvimento dos assentamentos rurais. Enfoca-se os dois órgãos de terra (ITESP e INCRA) e as principais organizações de trabalhadores rurais atuantes nas regiões (MST e FERAESP), numa perspectiva da constituição de uma trama de tensões geradas pelas influências recíprocas que estas exercem umas sobre as outras no contexto mais geral das orientações políticas dos governos estadual e federal. Nas últimas décadas, essa mediação mostra-se incapaz – por mudanças nas orientações políticas dos governos ou falta de estratégias de longo prazo – de apresentar projetos consistentes de desenvolvimento dos assentamentos.

Palavras-chave: Assentamentos rurais, agências de mediação, desenvolvimento.



Introdução: explicitando a perspectiva analítica

Este trabalho busca avaliar as ações e políticas pró-desenvolvimento dos assentamentos rurais em duas regiões bastante diferenciadas do Estado de São Paulo (Pontal do Paranapanema e Araraquara). Objetiva-se estudar os agentes e as agências que se defrontam no campo de disputa dessas políticas - campo de forças gerador de tensões, conflitos, resistências e acomodações, dando especial foco aos mediadores oficiais e políticos da reforma agrária (órgãos públicos de terra e organizações de trabalhadores). A trajetória e os destinos das experiências de assentamentos – e dos trabalhadores assentados – se moldam a partir da dinâmica, impasses e bloqueios gerados, muitas vezes, no interior dessas agências. Trata-se de elucidar os impasses de uma trajetória sustentada pela reavaliação e reapropriação das medidas institucionais, pelas tentativas de mudança de rumos nas suas vidas - mesmo nos casos mais extremos, como o arrendamento de suas terras (Martins, 2003) – pelo redirecionamento de algumas ações dos mediadores que, com frequência, se pautam por modelos acabados e simplistas (MARTINS, 2000), o que contraria a diferenciação e a multidimensionalidade dos processos de assentamentos rurais (Ferrante, 1992).

Se não existem, da parte de todos os agentes que se movimentam neste campo específico, projetos claramente definidos e opostos - até porque o Estado e seus agentes claudicam no encaminhamento das políticas para os assentamentos, muitas delas criadas pelo empuxo das propostas das organizações políticas dos trabalhadores rurais - isto não significa que embates concretos não aconteçam, animando o campo político criado a partir da implantação dos assentamentos e dos dilemas de sua gestão. Tais embates seriam a resultante mais conflitiva de um conjunto de tensões sociais geradas pelas relações entre os distintos agentes que se põem/dispõem nesse campo, como verdadeiros mediadores do desenvolvimento nos assentamentos.

Em meio a todos esses agentes, os trabalhadores beneficiários nos projetos de reforma agrária se apresentam muitas vezes em posição de subalternidade, porém com um relativo poder de barganha e de controle frente aos mediadores. Frente aos constrangimentos estruturais, objetivados nas forças do mercado local/regional ou das imposições mais genéricas do estado, esses trabalhadores buscam desenvolver estratégias ou iniciativas que permitam sua manutenção na terra, embora esse objetivo



maior comporte práticas contraditórias que, em última instância, levam a uma direção exatamente oposta – como é o caso da alternativa de trabalhar fora do assentamento, situação que pode prenunciar o abandono do mesmo, a médio e longo prazos.

A possível integração¹ do assentado, enquanto produtor, nos circuitos econômicos que dinamizam o mercado local/regional apresenta-se problemática. Os territórios dos assentamentos apenas parcialmente atendem às exigências desses circuitos, quando não se apresentam bastante distantes do padrão dominante de acumulação econômica dos respectivos contextos regionais. Falamos de bloqueios dessa integração quando os assentamentos não reúnem condições para a alocação adequada dos fatores produtivos – como é o caso dos financiamentos e assistência técnica – ou quando os mercados locais/regionais não oferecem agentes econômicos dispostos a distribuir a produção dos assentamentos. O assentado se vê, em muitas vezes, reduzido a um produtor de excedentes numa economia altamente mercantilizada e (dependendo do contexto regional) também bastante capitalizada.

Dado os patamares de desenvolvimento econômico das diferentes regiões em estudo (Araraquara e Pontal do Paranapanema), sobressai, em primeiro plano, a polêmica inserção dos assentamentos (sobretudo na região de Araraquara) no circuito de fornecedores de cana-de-açúcar para as agroindústrias. O que poderia ser a solução para os bloqueios do desenvolvimento econômico dos assentamentos tem se revelado cheio de impasses, nos quais uma insegura melhora na renda monetária oculta a possibilidade de perda de autonomia na gestão do lote e, na medida em que essa modalidade de “parceria” acaba por se caracterizar como arrendamento, até mesmo a perda do lote via exclusão oficial.

Por outro lado, o nível inferior de capitalização em geral na região do Pontal aproxima o assentado, via de regra um produtor de leite, de muitos outros produtores que são pequenos proprietários. Esta equivalência, no entanto, não resolve o dilema de baixa remuneração na atividade (comum nos dois grupos, aliás). A implementação de algumas ações oficiais de apoio à produção leiteira, melhora, mas não cria uma situação de boa rentabilidade para os assentados. As alternativas de melhoria da renda e

¹ Entendemos por integração uma situação na qual o assentado tem, através de contrato ou acordo tácito, uma relação direta com alguma agroindústria, enquanto fornecedor de matéria prima (cana, frango, leite) que será entregue à empresa e por ela processada.



agregação de valor, através de organizações de produtores assentados não demonstram lograr sucesso em ambas as regiões, o que demanda uma reflexão acerca de estratégias de formação de associações e cooperativas – no mais das vezes, estimuladas por políticas e agentes oficiais, como também pelas organizações de trabalhadores (MST, Sindicatos etc.).

Num primeiro nível de mediação, consideramos as próprias organizações dos assentados, notadamente as associações (Barone et. al., 2008), sempre presentes nos assentamentos. As organizações cooperativas, um segundo nível de mediação, são estruturalmente mais complexas e, no geral, estão sob controle direto das organizações políticas que tem os trabalhadores assentados como base. É assim nos contextos regionais estudados, casos da COCAMP e Cooperbioeste (Pontal) e Unicampo (Araraquara)², que ora se apresentam com algum grau de proximidade do cotidiano dos assentados, ora propõem ações e se movimentam com um alto grau de externalidade aos assentados, revelando a complexidade e o estranhamento dessas organizações.

O terceiro nível é o dos mediadores oficiais, entendidos como os agentes públicos – sejam os de perfil técnico (como agrônomos) ou político (representantes dos poderes públicos locais e regionais). Estes mediadores têm a formulação de políticas de desenvolvimento dos assentamentos ao seu encargo, mas, muitas vezes, atuam como bloqueios às alternativas mais autônomas dos trabalhadores. Neste trabalho, daremos especial destaque para as agências públicas de mediação (em São Paulo, os órgãos de terras: ITESP e INCRA), bem como para a trajetória recente (governo Lula) dos principais mediadores da luta pela terra nas duas regiões paulistas: MST e FERAESP, sobretudo em sua relação com os governos.

Os assentamentos em distintos contextos: nosso universo empírico

Como um estudo que se propõe a avaliar a implementação e a gestão das políticas de desenvolvimento para os assentamentos rurais, a partir da mobilização dos agentes que compõem esse campo específico, temos como suporte empírico duas regiões do Estado de São Paulo: a região central do Estado, com os assentamentos da microrregião de Araraquara; e o Pontal do Paranapanema. Nelas a ação pública para o

² Respectivamente, Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema, Cooperativa de Produção de Biodiesel do Oeste Paulista e Cooperativa Unificada dos Trabalhadores do Campo.



assentamento de famílias de trabalhadores rurais tem intensidades diferentes, tornando difícil uma comparação *stricto sensu*.

As características socioeconômicas das distintas regiões em estudo revelam uma grande disparidade em termos de desenvolvimento regional. Enquanto a região Central do estado apresenta índices de dinamismo econômico notáveis, a região do Pontal do Paranapanema tem diagnosticado um “esvaziamento econômico”, em favorecimento das regiões fronteiriças de Mato Grosso do Sul e Paraná.

O caráter comparativo deste estudo visa, então, ressaltar os possíveis destinos das experiências de assentamentos, em função das tramas sociais constituídas pelos distintos conjuntos de agentes/atores políticos que animam o cenário regional em cada caso, bem como através das tensões que se expressam no campo das alternativas políticas e econômicas. Assim, pecuaristas ligados à UDR no Pontal e empresários agroindustriais ligados ao setor canavieiro na região de Araraquara são agentes que apresentam posições simétricas no campo de forças em estudo, mas que não têm necessariamente a mesma estratégia frente às tensões geradas a partir do desenvolvimento dos assentamentos.

A região de Araraquara (região central do Estado de São Paulo) conta com três projetos de assentamentos rurais, produtos de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 25 anos, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/ITESP (Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (Bela Vista do Chibarro). Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo ITESP nos anos de 1985 e 1986 em áreas da extinta FEPASA, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado quase dez anos depois. Hoje o projeto de assentamento Monte Alegre conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas. São 418 famílias que ali residem, segundo dados da Fundação Itesp (existe um outro P.A., o de Bueno de Andrade, em área próxima, cuja origem é praticamente idêntica ao do núcleo VI da Monte Alegre). Além desses núcleos do ITESP, existe um Projeto de assentamento promovido pelo governo federal (INCRA) no município de Araraquara: o projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro, com 176 lotes agrícolas e cerca de 210



famílias. Este assentamento se encontra em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação data de 1989.

Em que pesem as conjunturas e as configurações políticas dos órgãos públicos responsáveis pelos assentamentos, a própria política de assentamentos obedeceu estratégias governamentais distintas. Enquanto em Araraquara essa ação reformista teve início como uma resposta às mobilizações dos assalariados rurais após as greves de Guariba, nos anos 1984-5 (BARONE, 1996) assentando em áreas públicas do patrimônio da extinta empresa ferroviária estatal (FEPASA), no Pontal, região marcada pela ocupação fundiária irregular, o Estado realizou ações pontuais voltadas para o assentamento de posseiros (e reassentamento de ribeirinhos), até o período mais recente, notadamente na década de 1990, quando a pressão dos movimentos de trabalhadores rurais (principalmente o MST) teve como contrapartida, sobretudo no governo Mario Covas (1995-2000), a instalação de dezenas de projetos de assentamentos, em áreas consideradas devolutas.

O Pontal do Paranapanema e sua série de irregularidades em relação aos títulos de propriedade das terras, somada à grande ociosidade na utilização das áreas desmatadas, têm assistido, desde há muito, conflitos e lutas pela posse da terra. À supracitada insegurança fundiária e à ação que os governos do período da transição democrática desenvolveram, através de uma tímida política de assentamento, os diferentes agentes sociais dessa região responderam com importantes mobilizações.

Em 1990, já no primeiro ano do governo Collor, o MST inicia o seu mais importante processo de luta pela terra no Estado (FERNANDES, 1996). A partir de então, o conflito entre os sem-terra (tendo o MST como a sua organização mais ativa e representativa) e os fazendeiros pecuaristas (liderados pela UDR) tem pontuado a história recente da região. Nesse cenário, o incremento da política de assentamentos na região aconteceu, sobretudo, na primeira gestão do governador Mário Covas (1995-1998), como resultado de intensas negociações para arrecadação de áreas e o assentamento de milhares de famílias. O Pontal do Paranapanema é hoje a região com o maior número de assentamentos e de famílias assentadas

Claro que a conjuntura política e as forças sociais que conseguiram, mesmo que episodicamente, fazer valer seus interesses na esfera governamental, são as mesmas que



incidiram sobre a política de assentamentos nessas duas regiões. Assim é que a abertura política dos anos 1980, com o fervilhar das demandas sociais e políticas reprimidas, estão diretamente relacionadas com a instalação dos primeiros núcleos de assentamentos nas terras do horto de Silvânia (P.A. Monte Alegre) e com a implantação do maior assentamento do Pontal (a Gleba XV de Novembro, entre os municípios de Rosana e Euclides da Cunha). Neste período, durante o governo André Franco Montoro (1983-1986), todo um arranjo institucional foi montado, com vistas a instrumentalizar uma ação reformista por parte do governo do estado de São Paulo (BARONE, 1996).

Da mesma forma, uma ação mais intensa por parte do governo estadual voltou a ocorrer em meados da década de 1990 (governo Mário Covas). Paralelamente a um programa de arrecadação de terras para assentamentos no Pontal – região mais conflitada do período – o ITESP buscou reorganizar sua atuação e garantir apoio para setores até então desprezados (como os remanescentes de quilombos). Na região de Araraquara, durante o governo Covas, a totalidade das terras da Monte Alegre passou a abrigar assentamentos (hoje são seis núcleos ali instalados).

Neste início de século, a atuação do órgão de terras estadual não logrou manter o ritmo de assentamentos no Pontal. Além disso, a publicação, em finais de 2002, da portaria do ITESP que autoriza as “parcerias” dos assentados com agroindústrias (na prática, uma aceitação da polêmica implantação do cultivo de cana-de-açúcar para fornecimento às usinas) revela claramente uma inflexão na orientação política do órgão estadual – até então resistente às seguidas propostas de consórcio e/ou parceria com usinas de açúcar e álcool que foram discutidas ao longo dos anos 1990 (FERRANTE e SANTOS, 2003).

O contexto político nacional também rebate de forma mais ou menos uniforme nas regiões em estudo. O governo Lula, iniciado em 2003, precisou responder às demandas e expectativas dos setores reformistas que o apoiaram. Em São Paulo, o INCRA descentralizou, neste período, sua atuação e ampliou – sobretudo via terceirização – seu quadro técnico. Destaca-se, também, nesse movimento de fortalecimento do INCRA, a instalação de alguns assentamentos federais no Pontal do Paranapanema – região na qual a ação institucional do ITESP sempre foi mais marcante.



Os mediadores oficiais: os órgãos de terras em distintas conjunturas

A constatada ineficiência na mediação das políticas públicas para os assentados é notória e já discutida (MARTINS, 2003; FERRANTE e BARONE, 2004; Barone, 2000). Essa mediação, que tem nos agentes técnicos (do estado ou contratados) e nas organizações de trabalhadores sua principal realidade social, sofre com diferentes formas de carências. A primeira delas, notadamente no campo da assistência técnica e extensão rural, é a insuficiência de estrutura e recursos (humanos e financeiros) para um atendimento das reais demandas dos assentados. Destacam-se, neste aspecto, a alternância de períodos, desde a constituição de uma política geral de assentamentos rurais, com maior ou menor investimento (político e, portanto, financeiro) nas agências de ATER (ou ATES).

Considerando a existência de dois órgãos públicos de terras distintos – e, às vezes, rivais – atuantes no Estado, constata-se a alternância de iniciativas, de acordo com o governo de turno. Assim é que INCRA³ e ITESP poucas vezes tiveram uma forte sincronia e cooperação. Tal discrepância já existia, embora um tanto velada, nos períodos em que União e Estado tinham governos do mesmo partido (período Sarney/Montoro-Quércia, de 1985 a 1989; e FHC/Covas-Alckimin, de 1995 a 2002). A partir da ascensão do PT ao governo federal e considerando a manutenção dos governos do PSDB em São Paulo (a partir de 2003), as desavenças passam a ter flagrante visibilidade, ganhando nitidamente a dinâmica de disputa partidária entre oposição e situação nos dois níveis de governo.

No entanto, além da circunscrição das ações dos órgãos de terras às políticas de governos com orientações partidárias distintas – já que se tornou difícil, desde há muito, discutir/refletir sobre distinções programáticas profundas entre governos do PSDB e do PT – foram especialmente notáveis as mudanças havidas na condução do órgão estadual (ITESP) a cada período de governo, mesmo que se considere a sucessão das alianças situacionistas tanto nos anos 1980/90 (Montoro, Quércia e Fleury, do PMDB), quanto nos períodos FHC, Lula e Dilma⁴.

³ Nesta parte do texto, sempre que utilizarmos a sigla INCRA estaremos nos referindo à Superintendência Regional 08 (SR-8) do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, que corresponde à jurisdição do Estado de São Paulo – com exceção de menções explícitas no texto de que nos referimos à estrutura nacional do órgão.

⁴ Teremos, ao término do atual período de governo (2011-2014), 20 anos de governos peessedebistas em São Paulo.



A explicação para mudanças, por vezes drásticas, na orientação política do ITESP, apesar de inalteradas as alianças que sustentam os governos estaduais, em pelo menos dois longos períodos, tem, na conjuntura econômica do país (e nas finanças dos governos estaduais), uma causa relevante. Mesmo assim, São Paulo experimentou momentos de maior ou menor ação reformista de seus governos (através de seu órgão de terras), apesar do longo período de crise econômica e limitações orçamentárias do ente público estadual durante todos os anos 1980 e boa parte dos anos 1990.

Por outro lado, o período de maior inação do ITESP corresponde justamente ao de maior incremento econômico do país nas últimas décadas (entre o final do primeiro e durante o segundo governo Lula, durante as gestões Alckimin e José Serra). Sem dúvida, o alegado esvaziamento da pressão popular por reforma agrária, em função do crescimento da oferta de emprego e das demais políticas compensatórias no período, tem um peso a ser ponderado. Isso não exime, no entanto, os últimos governos estaduais de terem adotado uma postura de fraca atuação na política de assentamentos. Isso se torna particularmente flagrante no governo Serra⁵, no qual o ITESP sofre um esvaziamento político. A existência de ações no período se deu quase que por inércia, já que “fechar” o órgão implicaria ônus políticos e orçamentários de grande monta.

Uma clara somatória de motivação política e conjuntura econômica extremamente favorável levou a que o governo Mário Covas, notadamente em seu primeiro período (1995-1998), levasse a cabo uma política de assentamentos que atendeu a milhares de famílias sem-terra, com forte atuação na região do Pontal do Paranapanema, embora não apenas restrita a essa região. Ali, o contexto econômico de paridade cambial e abertura comercial, que ampliou as importações de alimentos (como carnes e leite), levou a uma severa crise financeira no setor pecuário. A chamada “âncora verde do real”⁶ prejudicou o setor agropecuário da região do Pontal (baseado na pecuária de corte), cujos produtores – grandes proprietários ruralistas - ainda enfrentavam a forte mobilização de sem-terras liderada pelo MST.

⁵ Ao que parece, o governador José Serra (2007-2010) foi fiel à sua opinião, manifesta há décadas, de que seria mais viável economicamente “dar um táxi” para cada trabalhador rural, ao invés de assentá-los em alguma terra.

⁶ A âncora verde do real foi justamente a facilidade, ocasionada pela paridade cambial imposta nos primeiros anos da nova moeda, na importação de alimentos para suprir o mercado interno, segurando qualquer tendência de alta da inflação motivada pela crescente demanda de bens da agropecuária.



A chegada de Covas ao governo estadual nesta conjuntura foi uma oportunidade ímpar para que o Estado lograsse arrecadar, mediante pagamento em dinheiro, milhares de hectares na região já então reconhecida como ocupada através de sucessivas grilagens⁷. Os pecuaristas, muitos inadimplentes, assistiam reiteradas ações de ocupação e acampamento nas fazendas. Mesmo a reação da UDR, fortemente implantada na região, não conseguia fazer frente ao MST. A possibilidade de negociar com o governo estadual o pagamento à vista das benfeitorias, num momento em que crescia uma opinião pública favorável à reforma agrária nas “terras devolutas do Pontal”, foi irresistível para muitos pecuaristas. Paralela a essa ação de arrecadação de terras, o governo Covas reestruturou seu órgão de terras (ITESP). Ressalta-se, aí, um empenho de requalificação do corpo técnico, com seminários⁸, mini-cursos e até mesmo a organização de uma revista do ITESP (“Cadernos do ITESP”), sem dúvida um avanço de reflexão e organização de fontes e arquivos.

Tais iniciativas, se não superaram limitações do órgão, como o crônico déficit de recursos humanos para ATER, dotaram o ITESP de um grande poder de interlocução com os movimentos e organizações de trabalhadores rurais (o MST principalmente, mas a FERAESP também). A estruturação da área de mediação de conflitos e de equipes para atuar junto à população remanescente de quilombos fortaleceram sobremaneira o ITESP, um claro sinal de vontade política de Mário Covas, um quadro político comprometido com a bandeira da reforma agrária⁹.

O afastamento de Mário Covas (2000), motivada pela doença que o mataria no início de 2001, durante a vigência de seu segundo mandato (1999-2002), leva ao comando do governo seu vice, Geraldo Alckimin. À saída de cena de um político comprometido com a reforma agrária, se acrescenta a mudança da conjuntura econômica. A quebra da paridade real-dólar, ocorrida desde 1999 e a retomada de um

⁷ Corria, no início da década de 1990, uma ação popular reivindicando do Estado a tomada de posse das áreas devolutas griladas durante décadas na região do Pontal. Essa iniciativa da sociedade civil, liderada pela Comissão Pastoral da Terra, não prosperou, embora tivesse motivado a Procuradoria do Estado a articular processos de averiguação da legitimidade dos títulos fundiários na região. Esses processos se arrastam desde então, com algumas sentenças definitivas a favor do Estado saindo já nos primeiros anos do novo século.

⁸ Como fruto desses seminários realizados com acadêmicos, foi produzido um documento sobre as “Novas diretrizes da assistência técnica e extensão rural nos assentamentos rurais”, adotando uma terminologia mais atualizada com o debate acadêmico da época. Semelhantemente, o órgão, já nos anos 2000, inclui a preocupação com a agroecologia – embora esse tema careça, ainda hoje, de uma perspectiva prática mais abrangente.

⁹ Covas, durante seu mandato de senador no período Constituinte (1987-1988), foi líder da bancada da reforma agrária: grupo de parlamentares que defendiam cláusulas constitucionais pró distribuição de terras no país.



ciclo de prosperidade na agropecuária nacional alteram as condições econômicas outrora ótimas para negociações com os ruralistas. Sem a liderança de Covas e com um cenário de valorização de ativos fundiários, o ritmo de implantação de assentamentos (principalmente no Pontal, região de maior impacto da ação reformista do governo paulista), cai vertiginosamente.

Muda o governador, muda o ITESP. Não só sua diretoria executiva, como também muitos técnicos que ocupavam cargos de confiança na instituição. Além disso, o processo de constituição de uma Fundação própria, como personalidade jurídica do órgão de terras, planejado na gestão Covas e concluído na primeira gestão Alckimin (2000-2002), teve percalços que repercutem até atualmente¹⁰. Quase como um projeto interrompido, a política de assentamentos implementada por Covas sofre reveses e inflexões visíveis. No campo das ações para o desenvolvimento dos projetos de assentamentos implantados sob coordenação do ITESP, a mais visível inflexão talvez tenha sido a elaboração e publicação das portarias (em 2002 e 2003) que autorizam as “parcerias” dos assentados com empresas agroindustriais, o que abriu o ciclo de cultivo de cana-de-açúcar para fornecimento às usinas nos assentamentos¹¹.

De uma “perda de fôlego” durante a gestão Alckimin (2001-2006), a situação do órgão de terras estadual chega, durante a gestão Serra (2007-2010) a uma completa exaustão, uma quase letargia. Afora ações pontuais, as grandes questões levantadas pelos dois últimos governos estaduais foram a defesa da portaria que regulamentou a integração problemática com a agroindústria sucroalcooleira (Barone, Ferrante e Bergamasco, 2008) – talvez o grande “projeto” do ITESP para o desenvolvimento dos assentamentos - assim como o início dos processos de licenciamento ambiental dos P.A.s, sem dúvida uma necessidade (embora cobrada pelo Judiciário, a partir da intervenção do Ministério Público) e um obstáculo, haja vista a demora na obtenção das licenças e os consequentes prejuízos no encaminhamento de projetos produtivos nos assentamentos. Destaca-se, neste último período (novo governo Alckimin: 2011-2014),

¹⁰ Cita-se o questionamento judicial dos concursos para técnicos da nova fundação e a não implementação de plano de carreira dos funcionários, elaborado ainda sob a diretoria executiva nomeada por Covas.

¹¹ Cita-se que, durante a gestão Covas, a diretoria executiva do ITESP se mantinha contrária às diferentes propostas de “consórcio” para plantio de cana nos assentamentos da região de Araraquara (FERRANTE e SANTOS, 2003). Por outro lado, a partir de pressões da base política do governador Alckimin nesta mesma região, a nova diretoria executiva do órgão estabeleceu a portaria que regulamenta as “parcerias negociais” entre assentados e usinas e destilarias.



a perspectiva de retomada de alguma iniciativa do ITESP, como a divulgada proposta de direcionar, nos moldes do PAA, a produção dos assentamentos para as cozinhas das unidades prisionais – bastante numerosas no Pontal do Paranapanema¹².

A expectativa atual dos próprios agentes do órgão fica transparente em depoimentos colhidos de maneira a mais informal possível. Um dos elementos mais citados é o novo diretor executivo do Instituto. Enquanto no governo Serra o posto mais importante do ITESP foi ocupado por um jovem egresso da carreira jurídica, com atuação partidária na capital e um reconhecido interesse em ascender ao posto de Secretário de Estado da Justiça, desde a desincompatibilização de Serra para concorrer à Presidência, no segundo semestre de 2010, assumiu a gestão do ITESP um funcionário da estrutura técnica do órgão, morador da região de Andradina (noroeste do Estado), com perfil muito próximo à média dos técnicos do ITESP. Esse “jeitão de técnico” tem funcionado como um recurso para esse agente, que de interino (em 2010) foi confirmado como diretor executivo pelo governador Alckimin em 2011. A duração desse capital político do novo diretor do ITESP é uma questão que depende da capacidade de retomar um protagonismo perdido em todo o Estado nos últimos anos.

O Papel do Incra: de coadjuvante a protagonista?

Se, na trajetória do ITESP, ao período de grandes realizações do governo Covas se seguiu um esvaziamento político do órgão de terras estadual (governos Alckimin e Serra), seu correspondente federal, o INCRA, ganhou um protagonismo que nunca teve no contexto paulista, notadamente a partir da posse de Lula (2003). Talvez até porque a política da gestão Covas, de arrecadação negociada das terras do Pontal, tivesse atendido bastante bem às demandas por assentamentos durante os anos FHC, o órgão de terras federal teve um papel discreto (como mero repassador de recursos) e coadjuvante no cenário da reforma agrária em São Paulo nesse período.

No entanto, na medida em que o INCRA também assentou muitas famílias entre os anos 1980 e 1990, este se portou – sempre – como uma agência ausente do cotidiano e das necessidades do assentados. Até porque a ATER, durante esses anos, foi sempre prestada pelo serviço estadual - seja ele o DAF (nos anos 1980) ou ITESP (anos 1990).

¹² O Programa de Produção de Alimentos do Estado (PPAES) foi amplamente divulgado no primeiro ano da gestão Alckimin (2011), tendo sido implantado em janeiro de 2012.



Nesses assentamentos federais, por mais que os técnicos de campo do ITESP tivessem sensibilidade e comprometimento, todo o encaminhamento administrativo (benfeitorias nas áreas comunitárias, assentamento ou notificação de ocupação irregular etc.) cabia ao INCRA, cujos técnicos eram lotados em São Paulo, quase sempre centenas de quilômetros distante dos assentamentos, gerando evidentes prejuízos para a celeridade dos processos, mesmo os mais urgentes.

No período mais recente, correspondente aos dois governos Lula (2003-2010), o INCRA, desde há muito criticado como uma autarquia problemática na estrutura do governo federal, passa a ter maior dinamismo – sobretudo no contexto paulista. A nomeação de um militante do Partido dos Trabalhadores para a superintendência de São Paulo levou a que um grupo ligado à temática da reforma agrária assumisse a condução do órgão, dando maior consistência política ao INCRA. A tentativa de diálogo e busca de apoio de diferentes segmentos que gravitam em torno da problemática da reforma agrária em São Paulo foi a tônica dessa gestão, que tentou imprimir uma face mais parceira nas negociações com os movimentos sociais e sindicais rurais, ONGs (como a ABRA) e as universidades.

Duas estratégias complementares foram desenvolvidas pelo INCRA nesse período. Buscando superar o distanciamento crônico do órgão das populações diretamente beneficiárias de suas ações, o INCRA passa a gerir uma política de descentralização, com a abertura de escritórios técnicos em várias regiões do Estado. Dessa forma, se não pudesse atender plenamente demandas como as da ATER, os agentes lotados nas regiões poderiam estreitar o diálogo com os grupos mais organizados dos assentados e seus representantes/mediadores.

Foi assim que, claramente, o INCRA pode “tomar pé” de situações problemáticas em ambas as regiões analisadas. No caso do Pontal, a instalação de um escritório em Teodoro Sampaio (um dos primeiros da “descentralização”) possibilitou uma maior interlocução com a diretoria da COCAMP¹³. Já em Araraquara, a bastante polêmica implantação de canaviais no território do assentamento Bela Vista do Chibarro (iniciativa de assentados e usinas, por fora de qualquer regulamentação, posto não ter

¹³ Particularmente essa problemática situação da Cooperativa do MST em Teodoro Sampaio, por mais que a proximidade de agentes do INCRA tivesse uma intenção de colaborar em soluções, mantém-se como um imbróglgio praticamente insolúvel. O bloqueio judicial das contas da COCAMP, ainda investigada por malversação de recursos públicos, inviabilizou várias tentativas de recuperação política e econômica dessa organização cooperativa.



vigência, para P.A.s do governo federal, as normativas editadas pelo ITESP na portaria de 2002) torna-se a preocupação primeira dos agentes do INCRA, que passam a dialogar com diferentes mediadores (grupos de assentados, FERAESP, grupos acadêmicos) na busca de um plano de ação frente ao chamado “arrendamento para a cana”¹⁴.

A outra estratégia mostrou-se bem mais complexa e problemática. Para reestruturar o órgão do ponto de vista dos seus recursos humanos, além da realização de concursos públicos para contratação de funcionários, o INCRA lançou mão de editais de contratação de entidades sociais formadas por coletivos de técnicos. Essas “organizações sociais” (ONG’s, cooperativas) passaram, então, a fornecer uma importante parcela de agentes ao INCRA, numa modalidade de terceirização que, como face mais polêmica, acabava por contemplar grupos militantes, articulados em organizações que passaram a gerir, por exemplo, toda a política de ATER/ATES do INCRA.

Num movimento de mão-dupla, o INCRA teria incorporado não somente as pautas de diferentes organizações, mas os próprios militantes, tornados funcionários terceirizados do governo federal através do INCRA. Por outro lado, a possibilidade de distribuir postos de trabalho, mais a disponibilidade de recursos e equipamentos de apoio (escritórios, veículos, telefonia móvel) anunciava um virtual aparelhamento indireto do órgão, através das equipes terceirizadas. Esse arranjo foi politicamente buscado, de forma a atender o conjunto de forças sociais de trabalhadores rurais do Estado.

Além desse virtual “aparelhamento”, típico das organizações marxistas-leninistas, o patrocínio de programas de formação técnica e incentivo à produção também foi um instrumento largamente utilizado para a construção de compromissos das organizações de trabalhadores e demais grupos de pressão que gravitam em torno desse campo com o apoio ao governo Lula e suas políticas (em primeiro lugar), mas também do grupo gestor do INCRA.

¹⁴ A obtenção de um consenso entre esses mediadores para a execução de ação de despejo judicial como resposta política contrária à cessão de lotes para plantio de cana agroindustrial foi uma realização dos agentes lotados no escritório de Araraquara, ao longo de alguns anos de negociações. Tal ação impactou bastante os moradores do assentamento que passaram a buscar o rompimento dos contratos de fornecimento de cana às Usinas (Ferrante e Barone, 2011).



O caso mais emblemático dessa prática, bem como de seus limites, estampou as páginas dos jornais em meados de junho de 2011 (já no governo Dilma), quando José Rainha Júnior – o conhecido líder sem-terra de São Paulo – foi preso numa operação da Polícia Federal, acusado de desvio de recursos federais liberados para o desenvolvimento de um grande projeto de produção de oleaginosas para a fabricação de biodiesel. No mesmo dia da prisão de Rainha, o superintendente do INCRA/SP teve que depor numa Delegacia da Polícia Federal, atendendo a um procedimento judicialmente sancionado.

Esse imbróglio político, tornado caso de polícia, não só marcou o fim da gestão desse superintendente como revela os limites dessa ação política, não só do ponto de vista de sua legalidade¹⁵, como também da sua legitimidade. Isso porque mesmo tendo uma certa prodigalidade na distribuição de recursos para diferentes organizações e movimentos sociais, a atuação do INCRA, entendida como as decisões e metodologias políticas de seu núcleo dirigente no Estado, não lograram um consenso duradouro.

Diferentes determinantes podem ter concorrido para esse consenso frágil junto aos movimentos de trabalhadores rurais. Excluindo eventuais idiosincrasias dos dirigentes do órgão, em seus embates com lideranças de trabalhadores, o contexto de disputa muito virulenta por espaço, tanto no partido (PT) quanto nas instâncias de maior poder do governo federal sempre colocou grupos ideologicamente muito próximos em tensão permanente, quando não em uma guerra política pública e aberta¹⁶. Essa disputa por influência acabou por gerar certo isolamento da superintendência de São Paulo na estrutura da autarquia federal INCRA.

Outro determinante, mais evidente, foi a transferência da arena de atuação dos movimentos sociais e organizações de trabalhadores rurais, da rua para os gabinetes. O amplo recrutamento desses setores populares pelo governo federal – celebrado num primeiro momento do governo Lula como “nosso governo” – levou as tensões, contestações e resistências dessas frentes de mobilização para dentro das instâncias governamentais. “Queimar o companheiro” que assumiu posto em alguma instância

¹⁵ Existem ações judiciais questionando a regularidade, dentre outras coisas, dos contratos com as terceirizadas.

¹⁶ As disputas por espaço e por concepção de políticas públicas - quase sempre eivadas de disputas entre grupos de militantes - marcou (e marca ainda, talvez hoje de forma mais pública) diferentes áreas do governo federal sob a presidência de Lula. Cita-se, especialmente, o divórcio entre a estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA (autarquia federal formalmente submetida ao MDA, mas com uma estrutura independente e um tempo de existência de várias décadas).



governamental passou a ser parte recorrente e fundamental da estratégia de pressão – mais até que as mobilizações públicas. Esse “internalismo” dos conflitos foi marca da gestão Lula, verdadeira contraface de uma certa “domesticação” do poder contestador dos movimentos sociais. No caso do INCRA, a tentativa de cooptação das organizações de trabalhadores cumpriu parte da estratégia de internalizar os conflitos com o governo Lula, mas não blindou especialmente o grupo que operava essa política¹⁷.

Como outro determinante fundamental da instabilidade na gestão do INCRA, pesa, sem dúvida, o ônus de gerir uma política de assentamentos que acumulou frustrações em seus números, ao menos para a parcela mais mobilizada dos trabalhadores sem-terra (OLIVEIRA, 2006). Mesmo reconhecendo um descenso das lutas e da pressão pela distribuição de terras, sobretudo em função da conjuntura econômica mais afluyente dos últimos anos, é fato que mobilizações aconteceram ao longo do período Lula (que praticamente coincide com o período de gestão dessa superintendência). Essa demanda – diminuída à montante – recebeu atendimento por parte do governo federal (e do INCRA, seu representante), mas não da forma mais abrangente, o que manteve vivos, durante esses oito anos, pressões e discursos contrários à atuação do órgão, tido como moroso/burocrático e pouco interessado no atendimento dos sem-terra, quando não (na opinião dos setores mais radicalizados, que romperam com Lula), mero implementador de uma política contrarreformista advinda de Brasília (OLIVEIRA, 2006).

Neste quesito, no entanto, é importante destacar as alternativas e os resultados das ações do órgão federal no assentamento de famílias no Estado de São Paulo – até porque, no mesmo período, a atuação do órgão estadual (ITESP) foi mais tímida ainda. No contexto do Pontal do Paranapanema, por exemplo, a equipe do INCRA buscou fórmulas para que a autarquia federal pudesse implantar alguns assentamentos naquela área, cuja situação de irregularidade fundiária sempre elevou à condição de protagonista maior o ITESP. Assim, no Pontal, o INCRA assentou centenas de famílias, superando os números do ITESP no mesmo período. Dando continuidade a uma grande ação de reconhecimento de áreas improdutivas, realizadas ainda no final do governo FHC, o

¹⁷ Nos primeiros meses da gestão Dilma (2011), em depoimento, colhido como desabafo, um agente do núcleo político do INCRA se queixou de que os setores do MST que faziam forte campanha pela substituição do superintendente haviam sido contemplados com ações do órgão. Se esse depoimento revela a fragilidade do grupo, é eloquente também na revelação de que a contestação passou a ser nos corredores do governo e do partido, “queimando” a figura do superintendente.



INCRA terá sua mais intensa ação de assentamento na região Noroeste do Estado (região de Andradina), mais ao norte do Pontal.

Além disso, é digna de nota a busca por alternativas que gerassem o atendimento à demanda dos sem-terra, mesmo considerando-se as limitações econômicas e políticas desse período¹⁸. O exemplo mais evidente disso foi o assentamento de milhares de famílias em projetos especiais, como os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), originalmente concebidos para atender às populações tradicionais (castanheiros, seringueiros) da Amazônia. Ações judiciais tematizando danos ambientais por parte da agroindústria sucroalcooleira, possibilitaram a implementação – neste caso, na região de Ribeirão Preto – de dois PDS. Essa modalidade se repetiu garantindo o assentamento de sem-terras no sul do Estado (Vale do Ribeira) e também no Pontal do Paranapanema. Fica, dessas experiências, a inovação na modalidade de assentamento, como também dilemas específicos desses projetos: como o tamanho dos lotes familiares, muito pequenos, ou a necessidade de recompor, numa atividade que precisa ser economicamente viável, a cobertura vegetal nativa.

Observa-se que, sobretudo no noroeste do Estado (região de Andradina), a ampliação do número de assentamentos garantiu uma base popular bastante estável ao grupo que dirigiu o INCRA no período recente. Na região de Ribeirão Preto (próxima à Araraquara), o segmento do MST que liderou os sem-terra e, atualmente, dirige boa parte dos assentados nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável – mesmo com dissidências - sempre teve uma forte ligação com o grupo gestor do INCRA. Contudo, no conjunto de forças políticas que mobilizam os sem-terras, destacou-se como aliado – sobretudo no segundo período de governo Lula (2007-2010) - a fração do MST sob liderança de José Rainha Jr., há anos desligado da estrutura da organização.

Essa “preferência” pelo dissidente “Zé Rainha”, opôs o MST do Pontal ao INCRA. O apoio dessa regional do MST à ação encetada pelo movimento, em 2009, na fazenda da Cutrale que fica no município de Iaras, numa área originalmente pertencente ao governo federal (Núcleo Colonial Monção), acabou por ser o alegado, embora não o

¹⁸ Talvez a mais importante ação do órgão federal no período foi atuar de forma mais eficiente, sobretudo para garantir uma maior celeridade no processo de liberação dos primeiros financiamentos aos novos P.A.s (SILVA, 2011), verdadeiro gargalo no desenvolvimento sócioeconômico dos assentamentos ao longo de todo o período iniciado com a Nova República.



único, pomo de discórdia e distanciamento entre o movimento da região e o INCRA¹⁹. Divergências com relação ao andamento dos projetos e uma citada recusa, por parte do INCRA, de um grande projeto do MST, teriam sido outros elementos que levaram a que essa relação ficasse completamente esgarçada nos últimos anos do governo Lula²⁰.

Essa rápida panorâmica sobre as conjunturas dos dois órgãos de terras se fecha no ano de troca de governos (2011), embora não dos partidos que encabeçam as coligações governantes (PT e PSDB, nas esferas Federal e Estadual, respectivamente). Os impasses com relação a mudanças na atuação dessas duas agências públicas, que exercem importante papel de mediação junto à população assentada, estão fortemente condicionados às novas direções desses institutos, assim como à prioridade dada, pelos governantes, às temáticas relativas ao assentamento de novas famílias e às políticas de apoio às experiências de assentamentos rurais já em desenvolvimento.

Impasses dos mediadores políticos: cooptação e esvaziamento

Sem dúvida, o MST é a principal referência em termos de organização de luta pela reforma agrária no Brasil, embora, para além de uma multiplicidade de movimentos que se empenham na luta pela terra – sobretudo em atuação no Pontal do Paranapanema (LIMA, 2006) – é também objeto de avaliação, neste trabalho, o movimento sindical rural, notadamente a Federação dos Empregados Rurais Assalariados (FERAESP), bastante ativa na região de Araraquara. As trajetórias dessas organizações, embora tendo origens e estratégias diferentes nos anos 1980-1990, coincidem em postura frente ao Estado no período Lula (2003-2010).

Ensaçando uma avaliação dessa relação entre os movimentos, como atores políticos, frente ao arranjo hegemônico que dirige o Estado brasileiro, temos que tal relação se torna profundamente mais complexa com a chegada ao poder político da frente liderada pelo PT, em 2003. A mais óbvia das observações neste campo diz respeito à inflexão adotada pelas organizações – notadamente o MST - com a chegada de Lula à Presidência da República (2003). Embora com marchas e contramarchas, fica

¹⁹ Esclarece-se que foi do INCRA a iniciativa de mover ação para reaver essas terras da União, processo ainda em andamento. A ação de ocupação da fazenda da Cutrale, com documentada derrubada de pomares da empresa foi fortemente criticada pela mídia e censurada pelo INCRA – que viu nela uma manobra atabalhoada.

²⁰ Cita-se que a regional do MST do Pontal se posicionou publicamente contra a direção do INCRA no início de 2011, inclusive com ocupação do escritório regional do órgão (em Teodoro Sampaio) para “exigir a saída do superintendente”.



evidente, ao observarmos o período todo do governo Lula, que o MST adotou “um lado” na divisão das forças hegemônicas da política brasileira. No entanto, essa trajetória merece ser revista. De um tom celebrativo comedido, do tipo “*chegamos ao governo e não ao poder*” (depoimentos de lideranças logo após a eleição) e da análise de que o governo Lula era um “*governo em disputa*” (reiterada em entrevistas de lideranças a importantes órgãos de imprensa ao longo de 2003), percebe-se, claramente, a elevação do tom crítico a partir da não aprovação, pelo governo, da proposta de II PNRA elaborada sob coordenação de Plínio de Arruda Sampaio (BRANFORD, 2010; OLIVEIRA, 2006), ainda no final de 2003.

Em 2004, parecia desenhar-se, no cenário político brasileiro, uma postura que, a partir da frustrante situação de 2003, dominaria a relação entre governo e as organizações de trabalhadores rurais em tela neste trabalho (FERAESP e MST). Assiste-se a uma tensão crescente no diálogo, acompanhado de um acirramento dos conflitos no campo, a partir do aumento das ações de ocupação, que sempre foram a marca registrada do MST. Tal postura, derivada da frustração das organizações e de parte da esquerda que ajudou a eleger Lula, seria esperada, dadas as decisões que o governo federal tomou, tanto com relação à temática agrária, quanto com relação à gestão macroeconômica do Estado brasileiro (bastante conservadora, reeditando a linha tida como “neoliberal” do governo anterior). No caso específico da FERAESP, cuja natureza institucional a faz especial porta-voz dos interesses dos assalariados rurais, cita-se, como agravante nesta conjuntura de distanciamento, a edição de Medida Provisória que flexibiliza o contrato de trabalho do assalariado rural sazonal, considerada uma burla da CLT para o segmento dos proletários do campo²¹.

Porém, a conjuntura que se desenvolve em 2005 tem um efeito fortíssimo sobre as ações e posturas políticas desses mediadores, no contexto de sua relação com o governo federal. Pesa sobre tais ações a eclosão da principal crise do governo Lula, a denúncia do chamado “mensalão” – que seria a prática adotada pelo executivo para aliciar uma base governista totalmente fisiológica. A ameaça de um processo por corrupção ativa, que poderia chegar até ao impedimento do presidente Lula, faz ocorrer um novo alinhamento dos movimentos, agora sob pressão de um “golpe da direita”.

²¹ Trata-se da MP 410/2007, que criou um tipo de “contrato de trabalho rural por pequeno prazo”, incidente sobre os “safristas”, uma categoria de assalariados rurais sazonais, como os cortadores de cana ou apanhadores de café ou laranja, base dos sindicatos ligados à FERAESP.



Enquanto setores da esquerda, que atuavam no meio sindical e, inclusive, detinham mandatos eletivos pelo PT, rompem formalmente com o partido²², o MST acaba por se tornar um fiador popular de Lula, uma espécie de força de dissuasão política, ao lado de UNE e CUT (à qual a FERAESP é filiada). Inúmeras foram as ameaças não cumpridas de mobilizações massivas, de rua, de ambos os lados – detratores e defensores do governo. No campo da oposição (capitaneada por PSDB e PFL/DEM), evidenciou-se a completa falta de apoio junto aos setores mais organizados das classes populares (justamente aqueles que sempre apoiaram Lula); no campo hegemônico pelo governo, por sua vez, a simples referência a possíveis manifestações de massa, mas sempre a partir de declarações das lideranças políticas das organizações populares (MST inclusive), bastou para definir a vitória de Lula nessa “batalha política nas ruas” que jamais houve.

Uma postura pragmática foi, paulatinamente, assumida e ganhou força desde 2005. A vitória de Lula em 2006, com apoio político do MST (velado no primeiro turno e explícito no segundo), teria ajudado a consolidar isso que está sendo definido como “lulismo” (SINGER, 2009) - que não deixa de ser, de uma maneira atualizada, um novo populismo. O certo é que, enquanto a FERAESP aderiu de forma mais institucional ao governo – via CUT - o MST parece ter mudado substancialmente sua forma de agir frente ao Estado (e ao governo Federal), sem uma reflexão crítica sobre essa relação²³.

Notamos que, para além da adesão institucional via CUT, a FERAESP também desenvolveu uma relação bastante clientelista com distintas instâncias governamentais. Para além de convênios mediados pelo INCRA e MDA, objeto especial de “patrocínio” governamental no caso do MST, a FERAESP executou uma estratégia sindical de pactuação com o setor sucroalcooleiro²⁴, o que lhe garantiu apoio no desenvolvimento de vários programas de capacitação/requalificação, além do esboço de um grande

²² A linha “conservadora” adotada por Lula, mais as denúncias de corrupção, levaram a uma ruptura com o PT de um grupo (do qual fez parte Plínio de Arruda Sampaio) que trabalhou, então, para a formação do PSOL. Movimento que, por afinidade política-programática, o MST tinha tudo para estabelecer forte relação política.

²³ Especificamente com relação ao MST, esta nova postura acaba por envolvê-lo num obscurantismo que ameaça sua autonomia. A adesão à campanha de Dilma, já no primeiro turno de 2010, não se coaduna com a visão de conjuntura que a organização expressa a partir de sua militância de base. O lulismo parece assombrar o Movimento, a partir de uma política de relação pessoal com lideranças, nomeações de militantes (via estratégia do órgão de terras, conforme visto acima) e uma bem executada ação clientelista, muito mais complexa que a ampliação do “bolsa-família”.

²⁴ Trata-se do “Compromisso Nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar”, documento de livre adesão (um pacto), elaborado a partir das discussões entre o setor patronal e o dos trabalhadores ligados ao setor sucroalcooleiro e assinado em julho de 2009 por vários Ministérios do governo federal, a Única (representando o setor patronal), a CONTAG e a FERAESP (representando o setor dos trabalhadores).



projeto de produção de alimentos nos assentamentos para fornecimento aos refeitórios das usinas e destilarias – uma espécie de PAA privado.

Numa escala mais próxima da realidade dos assentamentos, ambas as organizações estimularam a formação de entidades cooperativas, cujos objetivos podem variar, embora sua gestão, via de regra, acaba por ficar fortemente dependente da conjuntura e da tomada de decisões dos movimentos em relação aos governos. Tanto no Pontal do Paranapanema quanto em Araraquara, ao lado de iniciativas associativas mais pulverizadas e, às vezes, de orientação contrária aos principais mediadores (governos e movimentos), MST e FERAESP investiram na estruturação de cooperativas, cujas trajetórias sofreram um declínio muito rápido – às vezes sequer promovendo alguma significativa mudança na realidade dos produtores assentados.

Em Araraquara, a FERAESP chegou a apoiar ativamente a formação de uma grande cooperativa, no início da década de 1990 – a COAPRA (Cooperativa dos Assentados na Reforma Agrária da Região de Araraquara), sediada no P.A. Bela Vista do Chibarro - cujo parque de máquinas não logrou atender aos seus associados no preparo das terras gerando, inclusive, uma inadimplência que a levou ao completo imobilismo (BARONE, 2002)²⁵.

A já discutida retomada das iniciativas do INCRA nesse PA enfrentou esse grupo organizado de assentados, gerando inclusive ações de despejo (Barone, Ferrante e Bergamasco – 2008; Barone e Ferrante, 2011). Como uma estratégia alternativa, a FERAESP patrocina a formação de outra cooperativa – com escopo mais abrangente, já que não atende somente assentados – a UNICAMPO (Cooperativa Unificada dos Trabalhadores do Campo). A partir de parcerias com o INCRA, a Unicampo tem desenvolvido atividades de capacitação em agroindústria familiar e promovido microprojetos produtivos – sobretudo envolvendo grupos de mulheres nos assentamentos de Araraquara.

No Pontal do Paranapanema, dados o patamar de desenvolvimento regional e a amplitude política e demográfica que os Projetos de Assentamentos foram ganhando, o

²⁵ Esse fracasso acabou por fortalecer, em grande parte dos assentados, uma tendência à adesão da proposta de plantio de cana para fornecimento agroindustrial, patrocinada principalmente por uma associação dita “independente” (BARONE e FERRANTE, 2007).



MST - principal mobilizador dos trabalhadores sem-terra na região – funda, em 1994, a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária no Pontal (Cocamp) – um ambicioso projeto econômico para os assentamentos (Ribas e Thomaz Jr., 2000). No entanto, a não consecução de seu projeto industrial, aliado a um frustrante estímulo à fruticultura junto aos seus associados (com promessa de compra da produção para a despoldadeira), determinou o esvaziamento da Cocamp.

A partir dos anos 2000, a Cocamp passou, também, a ser investigada pelo Ministério Público por denúncias de desvio de recursos. Atualmente, o processo encontra-se parado e parece improvável que o apoio político (e material) dado aos muitos acampamentos e ocupações do MST na região não tenha levado, de alguma forma, a um comprometimento da parte produtiva da cooperativa. Sem dúvida, essa situação cria um impasse que se prolonga até os dias de hoje. A cooperativa não concluiu nenhuma das obras de instalação industrial, imobilizando um alto capital sem qualquer perspectiva de retorno. A retomada das atividades da cooperativa continua incerta, mesmo após tentativas envidadas pelo INCRA/SP no primeiro governo Lula (2003-2006). No segundo período Lula, esta cooperativa passou a ser mais um motivo de afastamento entre MST e INCRA. Para o órgão federal, a cooperativa encontrou dificuldades em receber verbas oficiais devido aos processos judiciais que envolvem a sua gestão. Para lideranças do MST, o INCRA abandonou a luta política por esse projeto, em favor de ações mais pulverizadas e de maior visibilidade. O já citado apoio ao projeto de produção de biodiesel na região, defendido pela dissidência liderada por “Zé Rainha”, também afastou a coordenação regional do MST da órbita do INCRA. Em acréscimo, temos que o fracasso do projeto do biodiesel (ainda há alguns cultivos experimentais, mas sem qualquer perspectiva econômica)²⁶ só reforça a perda de legitimidade também da dissidência, lançando os assentamentos num vazio de representação política mais coesa.

Concluindo: por uma nova estratégia de desenvolvimento

O programa de assentamentos rurais, iniciado em São Paulo no empuxo da transição democrática (governo Montoro) e antecipando o próprio I PNRA, chega à

²⁶ Cita-se que acusações de desvio de recursos públicos para o projeto de implantação de cultivos para biodiesel nos assentamentos do Pontal foi o motivo da mais recente detenção de José Rainha Júnior (preso numa operação da Polícia Federal em junho de 2011).



segunda década do Século XXI com uma população beneficiada estimada em mais de 15 mil famílias. Sua gestão, no entanto, se mostra extremamente difícil – e não só pela exiguidade de terras legalmente aptas para destinação aos sem-terra, motivo muitas vezes alegado para os trabalhadores. As dificuldades de inserção plena e autônoma desses “novos agricultores familiares” nos circuitos econômicos regionais – altamente oligopolizados – sem dúvida são relevantes, embora pese, a favor desses agentes, a criação de um pólo institucional de demanda por alimento, materializado nos programas da CONAB (PAA, PNAE etc.). Resta, no entanto, uma deficiente assistência técnica a esses produtores, bem como uma ausência de estratégia clara, consensual e de médio-longo prazo para incrementar o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos.

Essas últimas dificuldades a serem superadas dizem respeito fundamentalmente aos mediadores aqui discutidos (agências estatais e organizações de trabalhadores). Mais de 25 anos após o I PNRA, um serviço de assistência técnica aos assentados da reforma agrária se mostra extremamente dependente do governo de turno, bem como das injunções político-partidárias por ele geradas. O ITESP, que foi importantíssimo no processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema, sofreu um esvaziamento de suas funções nos períodos mais recentes. Este órgão, por outro lado, conta com um quadro de assistência técnica que – se não é suficiente numericamente – tem maior estabilidade e experiência. No caso do INCRA, a contratação de organizações para prestar assistência técnica (o órgão público em si não pode fazer ATER) se mostra muito dependente das mudanças conjunturais de sua superintendência, além de sofrer forte influência político-partidária.

Com relação às organizações de trabalhadores (MST e FERAESP, aqui estudadas), estas padecem de uma falta de visão de longo alcance. Por trás dos discursos mais ou menos radicalizados (como a defesa da agroecologia nos assentamentos), pouco é feito no sentido da construção de consensos e disseminação de práticas que facilitem a vida dos assentados e apontem para um “norte” claro. Observou-se que, sobretudo no período do governo Lula, as oportunidades de mediar recursos (para projetos produtivos ou “de formação”) foi, no mais das vezes subterfúgios para fortalecer as estruturas políticas dessas organizações, não restando muito em termos de mudança no contexto dos assentamentos.



Esses dois tipos de agências se complementam, na medida em que não havendo uma pressão específica por parte dos movimentos, os órgãos públicos não se sentem cobrados para desenvolver programas neste sentido. No caso do INCRA, houve mesmo uma inversão: a capacidade de oferecer projetos (propostas e recursos) acabou por cooptar as organizações de trabalhadores – senão definitivamente, ao menos ao ponto de criar uma letargia na busca por outros caminhos. Os assentados, pelo seu lado, ainda padecem, em muito, de uma postura clientelista, dependentes das iniciativas desses dois conjuntos de mediadores. Sua pressão, por dentro de ambos os conjuntos de agências, deve ser no sentido de se especificar suas demandas e se buscar uma estratégia para os produtores assentados de hoje - e não os “camponeses da reforma agrária de amanhã”, um projeto político utópico, que só se encontra (e se perde) nos discursos radicais. Tornar essas agências mais orgânicas dos seus interesses reais é o desafio que cabe aos assentados, para além da mera pressão por mais recursos, discurso mais comum quando se tematiza o assunto. Sem isto, a perspectiva de pensar em outro modelo de desenvolvimento rural para os assentamentos permanece no campo das utopias e virtualidades.

Referências Bibliográficas

MARTINS, J. S. O sujeito Oculto: ordem e transgressão na reforma agrária. P. Alegre, EdUFRS, 2003.

MARTINS, J. S. Reforma Agrária: o impossível diálogo. São Paulo, EdUSP, 2000.

FERRANTE, V.L.S.B. A chama verde dos canaviais: uma história das lutas dos trabalhadores rurais de São Paulo (Tese de Livre-Docência). Araraquara, FCL/Unesp, 1992.

BARONE, L.A. et. al. “O associativismo como estratégia de ressocialização e gestão nos assentamentos rurais em São Paulo”. Retratos de Assentamentos, no. 11. Araraquara, Nupedor/Uniar, 2008.

BARONE, L.A. Revolta, Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos (Dissertação de Mestrado). Araraquara, FCL/Unesp, 1996.

FERNANDES, B.M. MST: formação e territorialização. São Paulo, Hucitec, 1996.

FERRANTE, V. L. S. B. e SANTOS, M. P. “A cana nos assentamentos: novas roupagens, velhas questões”. Comunicação apresentada no XLI Congresso da Sober, Juiz de Fora/MG, julho/2003.

FERRANTE, V. L. S. B. e BARONE, L. A. “A difícil sementeira: o trabalho na terra e a ressocialização das famílias assentadas em projetos de reforma agrária.” In: Scopinho, R.A. et



al. (orgs.) Velhos trabalhos, novos dias: modos atuais de inserção de antigas atividades laborais, 2004.

BARONE, L. A. A assistência técnica aos assentamentos rurais do Estado de São Paulo: da política reativa ao vazio de projeto. Revista Retratos de Assentamentos. Nupedor/Unesp, Araraquara/SP, no. 7, 2000.

BARONE, L.A.; FERRANTE V.L.S.B. e BERGAMASCO, S.M.P.P. “Os parceiros da cana:dilemas do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo frente à produção agrícola para o etanol”. Texto apresentado na 32ª. Reunião anual da ANPOCS (GT 41: “Transformações sociais e projetos políticos em concorrência: reflexões a partir do rural”). Caxambú/MG, 2008.

OLIVEIRA, A.U. “A ‘não reforma agrária’ do MDA/INCRA no governo Lula”. Trabalho apresentado na reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS entre 7 e 10/03/2006.

SILVA, R. P. “A gestão do INCRA e a questão agrária em São Paulo: período 2003-2010”. Retratos de Assentamentos, no. 14. Araraquara, Nupedor/Uniara, 2011.

LIMA, E. C. **Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): dissidências e dinâmica territorial** (Dissertação de Mestrado em Geografia). Presidente Prudente, FCT/Unesp, 2006.

BRANFORD, S. “Lidando com governos: o MST e as administrações Cardoso e Lula”. In: CARTER, M. (org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo, EdUNESP, 2010.

SINGER, A. “Raízes ideológicas do Lulismo”. Novos Estudos no. 85. São Paulo, CEBRAP, Nov./2009.

BARONE, L.A. Conflito e cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo política num assentamento de reforma agrária (Tese de Doutorado). Araraquara, FCL/Unesp, 2002.

BARONE, L.A. e FERRANTE, V.L.S.B. “**Resistências e acomodações: as tensões sociais presentes na constituição dos assentamentos rurais da região de Araraquara/SP**”. Texto apresentado no XLV Congresso da SOBER (GT: Reforma Agrária e outras políticas de redução da pobreza). Londrina/PR, 2007.

FERRANTE, V.L.S.B. e BARONE, L.A. “Parcerias com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais”. Sociologias, ano 13, no. 26. Porto Alegre, UFRGS, jan./abr. 2011.

RIBAS, A. D.; THOMAZ JR., A. O cooperativismo no raio de atuação do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST): uma contribuição para a geografia do trabalho Revista Geografia em atos, V. 1, no. 2, Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2000.



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

Autoconsumo e as escalas de diversificação agrícola em um assentamento rural

Henrique Carmona Duval¹
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

1 Mestre / Doutorando / Unicamp, E-mail: henriquecarmona@hotmail.com

2 Livre-Docente / Coordenadora Pós-Graduação / Uniara, E-mail: mestrado@uniara.com.br

Resumo

Neste trabalho objetivamos descrever e analisar o autoconsumo alimentar e sua relação com a diversificação agrícola nos lotes de um assentamento rural. Pretendemos apresentar uma proposta metodológica para adentrar 5 escalas de diversificação, que formam mosaicos na paisagem a partir dos sistemas agrícolas específicos que cada família assentada imprime em seu lote. A pesquisa baseia-se em observação direta, registros em diário de campo, questionário, coleta de cardápios, desenhos, inventários e fotodocumentação dos lotes. Também foram utilizadas imagens de satélite e foto aérea (respectivamente, da região e de uma microbacia da qual faz parte o assentamento). O autoconsumo aparece como um aspecto essencial nas estratégias familiares para se viver melhor, por exemplo, em relação a se alimentar daquilo que lhes dá identidade e de ter segurança alimentar. As produções comercial e empresarial convivem, no mesmo lote, com a produção de autoconsumo, no entanto esta é ligada a práticas e princípios agroecológicos. Os sistemas de produção de autoconsumo são responsáveis pela maior diversificação de um lote agrícola, mas nem sempre têm esse valor reconhecido, até pela dificuldade de sua mensuração econômica.

Palavras-chave: Autoconsumo, Segurança Alimentar, Antropologia Rural.



Caracterização do universo empírico

A região de Araraquara é fortemente marcada economicamente pela presença do complexo agroindustrial sucroalcooleiro. A posse da terra é significativamente concentrada, como na maior parte do país, onde poucos proprietários detêm a maior parte dela. Predominam os plantios de *commodities* agrícolas, principalmente cana-de-açúcar e laranja, em monoculturas e com grande aporte tecnológico.

Em meio a isso, os assentamentos rurais da reforma agrária ocasionam uma transformação sócio-espacial. Neste estudo, tomamos como exemplo o assentamento rural Monte Alegre, que possui em torno de 366 lotes, de 14 hectares em média cada. A fazenda tem um total de 6.599,16 hectares, entre lotes agrícolas, agrovilas, áreas de reserva legal e de proteção permanente. Está localizada na tríplice divisa dos municípios de Araraquara, Motuca e Matão.

Os dois primeiros núcleos foram criados em 1985 após luta dos trabalhadores volantes por melhores salários e condições de trabalho nas greves no município de Guariba/SP e outros da região. O início de suas lutas foi o processo de proletarização do trabalhador rural volante, cortador de cana-de-açúcar. As greves, que começaram em 1984, foram momentos de eclosão de um sentimento de revolta frente às péssimas condições de vida pelas quais passavam (BARONE, 1996). A falta de acesso a alimentos e à água foram condições reais dos bóias-frias, que se mobilizaram junto ao movimento liderado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para lutar pela terra. Nas memórias desses trabalhadores rurais residiam elementos de um outro modo de vida, de quando foram sitiante, arrendatários ou outras formas de trabalhador rural mais fixado à terra, que de certa forma motivaram a luta pelo assentamento rural.

Nesse assentamento, conforme dados de Ferrante e Bergamasco (1995), aproximadamente 85% das famílias têm origens no meio rural e, em meio ao fluxo migratório, já estavam ou tinham passado pelo estado de São Paulo, lutando pela terra neste Estado. As principais ocupações eram em atividades urbanas como operários, pedreiros e faxineiras ou em atividades agrícolas como safristas, trabalhadores volantes no corte de cana-de-açúcar. A venda de sua força de trabalho por um salário, no mais das vezes, não garantia ao menos a alimentação básica da família, a aquisição de uma cesta de alimentos satisfatória. Cerca de 70% das famílias assentadas do Monte Alegre passaram por essa experiência de privação do meio de produção fundamental do



agricultor, a terra. Frente à proletarianização, por causa desse processo de quebra das condições para obter seus meios de subsistência, somado à precarização da vida no trabalho temporário das colheitas, que os conflitos fundiários surgiram, causando posteriormente o movimento social que obrigou a intervenção e regulação estatal.

Segundo Roy (1991), sobre os assentados da fazenda Monte Alegre: “Itinerários diferentes é certo, mas bastante idênticos no seu conteúdo, de um lugar no campo onde eles nasceram (...), em direção a um outro lugar no campo do mesmo Estado ou de outros Estados. Depois, do campo em direção à cidade. De uma cidade em direção a outra cidade. E o campo de novo. E de novo a cidade, desta vez por mais tempo” (1991, p.27).

Se a trajetória das famílias, de modo geral, se revelou marcada pela mudança, pelo assalariamento, seja ele rural ou urbano, e pela luta social, nela todos viveram situações muito parecidas com o modo de vida de sítiantes, principalmente em suas origens, onde nasceram e foram criados como agricultores na “lavoura branca”, conforme expresso nos depoimentos a seguir:

O sr. Geraldo é nascido em Santa Bárbara do Monte Verde/MG, seus pais eram meeiros e arrendatários de terras. Tinham apenas atividades agrícolas como plantar milho, arroz, mandioca, cana-de-açúcar e principalmente café. Morava numa fazenda em que o trabalho anual se dividia entre a roça e o pasto, seis meses em cada atividade. A fazenda era voltada a produzir comercialmente café e leite.

Ele se lembra que sua alimentação era à base de angu com sal (tipo de mingau), arroz, feijão, milho, mandioca, coisas da horta e carne de galinha (ovos). De fora comprava apenas carne vermelha, açúcar, sal e óleo. Ele foi o único assentado da amostragem a declarar que na infância teve menor acesso ao alimento. Aos 6 anos ele começou a trabalhar na roça.

Antes de ser assentado rural teve bastantes mudanças de vida. De Minas Gerais ele migrou para o Paraná, trabalhou com roças de milho, arroz, feijão, abóbora, girassol, mamona e soja, na condição de arrendatário. Disse que chegava às fazendas e tinha que desbravar a mata virgem – o desmatamento era feito a foice e machado, depois queimava e plantava. Disse que foram 25 anos sofrendo. Precisava de três homens para “derrubar um pau” das florestas nativas. Daí ouviu seu genro dizer que em São Paulo estava juntando dinheiro de rastelo (instrumento utilizado para vares folhas sobre gramado). Foi quando ele veio para a cidade de Guariba/SP cortar cana. Durante a entressafra trabalhou também como guarda noturno. Nesta trajetória ainda teve um ano em que voltou ao Paraná, mas voltou para Guariba. Depois de mais um tempo como bóia-fria veio ocupar a fazenda Monte Alegre (já faz 22 anos). Lembrou-se que acampado comia palmito de gravatá (extraído da mata), caçava bicho (tiú, lagarto), tinha o prefeito Vando Vitorino que trazia comida para dar ao grupo. Assim foi até conseguirem a terra em 1985.

Ele declarou que quis vir para o assentamento porque não dava mais para comer e comprar remédios com a renda na cidade, precisava melhorar de vida. (Caderno de campo, 23/09/2008).



O sr. Terêncio nasceu na Bahia, numa cidadezinha perto de Feira de Santana, chamada Vila Joanina. Disse que seus pais eram sitiantes e trabalhavam em atividades agrícolas. A principal era criação de gado. Lembrou-se também que plantavam mandioca, feijão, horta, banana, criações de cabrito, carneiro, galinha, galinha de angola, pavão.

A base da alimentação era farinha de mandioca e feijão. Declarou que não compravam nada fora. Havia doces de frutas como laranja, goiaba e abacaxi, produtos de horta, banana, carne de galinha, ovos e leite na alimentação cotidiana.

Aos 8 anos o Terêncio veio morar em Mirandópolis/SP, numa colônia, que ficava numa fazenda onde se plantava 40 mil pés de café. Ele era peão da fazenda e fazia outros trabalhos volantes na colheita de café, principalmente em Araçatuba e região. Depois da colônia passou por muitos outros lugares, sempre procurando um pedaço de terra para cuidar. Ele listou cidades como: Guararapes, Bento de Abreu, Lavínia, dentre outras, pelas quais passou atrás de trabalho. Até que conseguiu um sítio perto de Promissão que tinha 2 mil pés de café. Ficou lá por aproximadamente 12 anos e fez sua família. Nessa época ele entregava na cidade produtos como leite, uva e melancia. Me contou que as terras eram de um ex-patrão dele, o qual teve que vender repentinamente a fazenda e deixou um pedaço para ele. Depois teve que vender e foi morar na cidade de Promissão com a família toda. Começou trabalhando em oficina mecânica, depois conseguiu arrendar uma outra terra por 2 anos, para plantar algodão. Saiu mais uma vez e voltou a trabalhar com café, em Guaiçara, por mais um ano, onde afirmou ter sido expulso pelo dono e teve que ir embora. Contou em torno de 30 anos entre idas e vindas do campo para a cidade.

Por fim, antes do assentamento, estava na cidade de Matão, trabalhando na Marchezan (implementos agrícolas), ia às fazendas medir curvas de nível. Além desse trabalho, pegou outro como vigia da Mandivel (concessionária de veículos Ford), onde finalmente se aposentou.

Um de seus filhos estava, nessa época, acampado em terras da usina Tamoio, trabalhava com o sindicato. Depois desta ocupação o filho ainda foi para outro acampamento em Pradópolis, mas desistiu de ficar lá por causa do eucalipto. Fez inscrição em nome de seu pai e depois de um tempo saiu este lote. (Caderno de campo, 30/09/2008).

Portanto, existe, entre os assentados de maneira geral, um passado na terra, vivido por eles mesmos e também por seus antepassados. O processo de modernização do campo foi o mote da des-territorialização de muitos, perdendo-se sua condição de agricultor familiar, principalmente ao longo das décadas de 1970 e 1980, para serem assalariados rurais e/ou urbanos, vivências nas quais seu conhecimento agrícola foi relegado. A precarização do trabalho daí imposta engendrou um processo de empobrecimento que repercutiu no tipo e regularidade de acesso a alimentos, gerando uma memória de privação dos meios de produção e exercício de habilidades correspondentes que se reflete nas condições físicas do sujeito e sua família.

Naquilo que distingue os assentados de outros agricultores familiares, há a história de destituição da terra e migrações, onde subjaz a experiência de um assalariamento precário no trabalho sazonal. Naquilo que os aproxima, volta a ser no assentamento o cultivo de determinados alimentos conforme seus gostos e preferências,



que foram culturalmente adquiridos e o *habitus* de cada família, do qual seus integrantes se valem para manejar o lote agrícola, na temporalidade própria de um fazer tradicional.

O retorno à terra, como assentado rural, é uma situação na qual as práticas agrícolas inscritas no seu *habitus* cultural (conforme Bourdieu), podem ser resgatadas e reaplicadas pelas pessoas na interação com o lote, ocorrendo, a partir daí, uma reconstrução da identidade do agricultor como tal.

Acredita-se sim, que o fluxo migratório pode alterar certos códigos da cultura, na medida em que as práticas não são constantemente retransmitidas e/ou perdem aplicabilidade no cotidiano, mas isso não se aplica de forma absoluta em relação aos conhecimentos, crenças ou hábitos alimentares que, por exemplo, permanecem os mesmos até na cidade. Em função da memória, diversos outros conteúdos (por exemplo, valores sociais como a cooperação e a reciprocidade, hábitos alimentares, crenças, mitos) de outros tempos, apreendidos na convivência familiar, podem ser reavivados, resultando na prática de mutirões e constituição de redes familiares no assentamento (ANTUNIASSI et.al., 1993). Segundo Ferrante (1994, p.75), mesmo se considerarmos “o fato de os assentados serem ex-bóias frias, em significativa dimensão, muitos de segunda geração, não significa uma relação de estranhamento frente a terra”.

As trajetórias das famílias assentadas são inúmeras e todas marcadas pela ruptura. Conforme Whitaker e Fiamengue (1995, p.47), as origens são rurais, na maior parte, ou já houve passagem pelo rural, portanto “ir ao assentamento é voltar à terra”. Nesse processo “não há perda definitiva de práticas tradicionais, que agora são usadas para compor uma nova identidade, harmonizando-as com as exigências da nova situação” (WHITAKER, FIAMENGUE, 1995, p.63).

Porém, no assentamento rural, essa volta à terra nunca assume uma única configuração. Para Ferrante (1994), isso propicia um caleidoscópio de situações diferentes, que podem envolver situações de trabalho familiar no lote e fora do lote, envolvendo todos os membros da família diferentemente em cada período no assentamento. Esse é, portanto, mais um fator que impede que o tomemos como categoria analítica inflexível.

Se, por um lado, essa discussão fundamentou a transformação social das pessoas, cabe ainda caracterizar o que foi a transformação espacial que a reforma agrária ocasionou. A fazenda Monte Alegre, na época da implantação do assentamento, era propriedade da FEPASA (Ferrovia Paulista S. A.) e administrada pela CAIC



(Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora), foi por quarenta anos uma monocultura de eucalipto utilizada como insumo para a empresa. Era uma terra pública já não tanto utilizada pela FEPASA, que enfrentava dificuldades em ser mantida pelo Estado e foi reivindicada por não cumprir função social. A madeira da fazenda estava sendo utilizada para produção de celulose para empresas privadas.

O uso dessa fazenda passou do interesse em produzir dormentes para a estrada de ferro e posteriormente celulose para empresas privadas. O resultado disso, depois de quarenta anos, foi a homogeneização do espaço, para ser o local de moradia de centenas de famílias. Essas, por sua vez, passaram de uma situação de privação dos meios produtivos de provimento e de precariedade de seus trabalhos, para uma terra com possibilidades de garantir seu sustento alimentar e de lhes devolver a um trabalho digno, numa nova temporalidade.

A terra da fazenda Monte Alegre, devastada pela monocultura intensiva de eucalipto, necessita constantemente de correções de acidez e de controle de pragas para produção familiar. O fato de que foi uma monocultura desestruturou a microvida existente; cupins e formigas tornaram-se pragas, já que seus inimigos naturais foram exterminados e esses insetos tornaram-se resistentes pelos defensivos agrícolas aplicados constantemente.

Conforme comprovado nas idas a campo, a maioria dos lotes de produção ainda não tem todas as áreas destocadas. Os tocos de eucaliptos que estão no solo são empecilhos à produção de diversos cultivos, bem como são focos de cupins e formigas. Vários foram os assentados que relataram que os tocos em seus lotes foram arrancados “no braço”, por falta de um incentivo público para isso. Por outro lado, todo ano agrícola deve começar com a calcarização dos solos para corrigir a acidez, mas isso tem um elevado custo para os produtores assentados. Isso porque também não houve no assentamento um programa para melhorar a qualidade do solo, ao invés dos projetos técnicos. Para os assentados, o solo da fazenda ainda passa por uma “desintoxicação” dos insumos químicos utilizados nos eucaliptos. Essas são algumas dificuldades que os assentados enfrentam com relação ao solo dos lotes. Além do mais, o entorno continua homogeneizado pelo plantio agroindustrial de cana, o que também continua a influenciar os rumos do desenvolvimento das famílias assentadas.



Metodologia

Três autores com estudos (já clássicos) em comunidades agrícolas formam a base teórica da presente comunicação: Cândido (1979), Brandão (1981) e Garcia Jr. (1983). Para estes autores, realizar o estudo de um determinado agrupamento rural, pelos seus modos de vida e formas de reprodução econômica, implica caracterizar os processos históricos de constituição estrutural, marcados por leis e políticas macroeconômicas brasileiras, levando-se em conta as condições históricas (num plano regional) das relações de poder, de trabalho e da estrutura fundiária subjacente. Por outro lado, faz-se necessário um trabalho mais qualitativo e etnográfico de descrever os agrupamentos rurais enquanto categorias sociais e suas especificidades, para analisar os meios pelos quais conseguem a subsistência e as transformações enfrentadas por essas populações tidas como “pobres rurais” frente ao processo de modernização social (e agrícola).

Para Ferrante (1994), as pesquisas em assentamentos rurais devem levar em conta a (re)construção de novos modos de vida. Isto implica, de uma perspectiva histórica, em caracterizar as famílias assentadas em suas origens (principalmente aspectos culturais) e lutas sociais que as levaram ao assentamento. Empiricamente, um olhar atento também sobre o cotidiano e sobre todos os aspectos que envolvem a vida familiar no assentamento.

O presente estudo é centrado nos modos de vida dos sujeitos que possuem perfil de agricultura familiar e produzem parte do que consomem, mas tendo em vista que esse não é o único perfil possível, nem que essa situação não mude a cada momento. Com isso, percebe-se que, mesmo com origens e trajetórias sociais semelhantes, mesmo tempo de assentamento, dependência de assalariado externo, cada núcleo de assentamento tem um desempenho produtivo conforme suas próprias especificidades, que refletem a singularidade de cada sujeito ali inserido.

Segundo Whitaker e Fiamengue (2000), mosaicos são formados na paisagem com o advento dos assentamentos rurais, o que implica a heterogeneidade do espaço. A construção desse espaço heterogêneo, segundo as autoras, se dá em até cinco escalas. Isso em muito se deve à rica diversidade cultural das famílias e ao resgate da tradição de produzir seu próprio alimento (autoconsumo), relacionando-se posteriormente com o aumento da diversidade agrícola nos lotes.

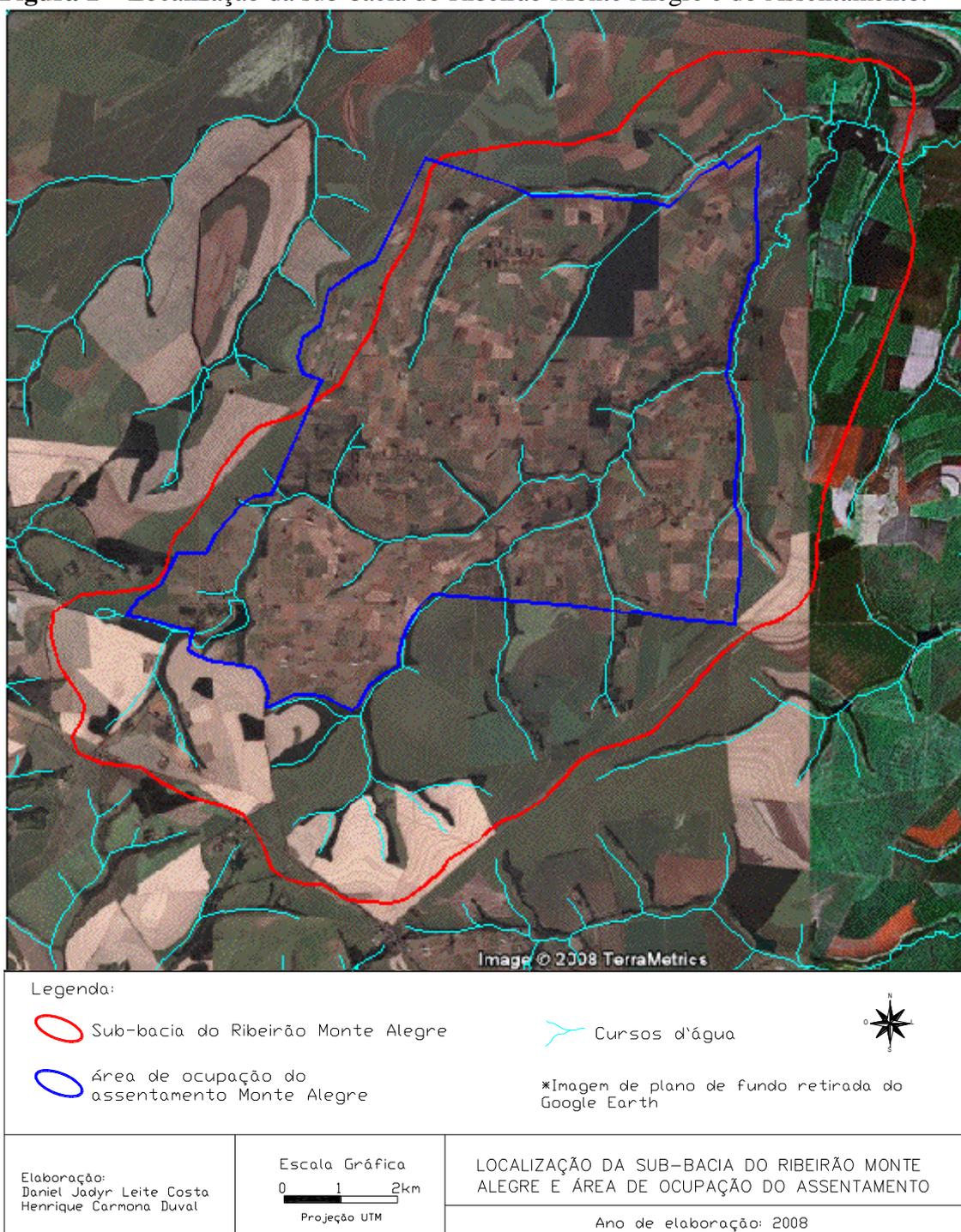


Uma hipótese do presente estudo é que as práticas de produção de autoconsumo trazem benefícios ambientais, sobretudo quanto ao aumento da complexidade do sistema ecológico de espaços que, antes de serem assentamentos, eram monoculturas. O que se tenta demonstrar aqui são essas cinco escalas de diversificação agrícola, mencionadas pelas autoras supracitadas, que estão em relação: 1) ao contraste que os assentamentos fazem com a estrutura fundiária do entorno; 2) ao contraste que cada lote tem entre si; 3) aos diferentes sistemas produtivos no interior de cada lote; 4) à diversificação em cada sistema (explícita, por exemplo, em práticas como consorciamentos de milho, feijão e abóbora, hortas e pomares diversificados); e 5) à diversificação da base genética de cada cultivo e mesmo das criações animais.

Para adentrar nessas escalas de diversificação, foram usadas diferentes técnicas de pesquisa. Imagens de satélite mostram uma primeira escala de diversificação dos assentamentos em relação ao seu entorno espacial, pois eles formam mosaicos numa área homogeneizada pelo plantio de cana. Conforme mostra a figura a seguir, o assentamento está inserido numa paisagem que continua homogeneizada. A influência dos sistemas de poder atribuída a esse modo concentrador da produção, que predomina no entorno, é algo que não nos foge à análise, mesmo porque é a principal das influências na construção do território no assentamento. Porém, tanto o poder local representado pelas administrações municipais, como as esferas estadual e federal de poder político e os padrões de organização econômica regional são fatores altamente presentes nessa construção.



Figura 1 – Localização da sub-bacia do Ribeirão Monte Alegre e do Assentamento.



Percebe-se pela figura que, fora da área do assentamento, a paisagem é homogeneizada, enquanto que em seu interior existem mosaicos, ou as pequenas propriedades. Elas recebem forte influência econômica dos complexos agroindustriais que as envolvem, de forma que a dependência dos trabalhadores com relação às usinas perpassa a relação de trabalho que eles e seus familiares têm ou tiveram com elas.



Existem nessa região municípios inteiros completamente dependentes do funcionamento das usinas no que se refere à geração de emprego e renda à população¹. Mesmo os assentados que não trabalham em usinas, que lutam por autonomia em seus lotes, podem sofrer a influência econômica delas e ter dificuldades na convivência social no assentamento².

Já um mapa sobre fotografia aérea, da microbacia na qual o assentamento está inserido, mostra a diversificação numa segunda escala, que é a heterogeneidade existente na construção interior do assentamento (a diversidade de cada lote).

Figura 2 – Microbacia do córrego Monte Alegre³.



Fonte: Costa, 2006.

¹ Cidades-dormitório expressam bem essa ideia, mas os municípios maiores, como Araraquara, também giram grande parte de suas economias em torno das usinas de cana-de-açúcar.

² Cerca de 80% dos assentados havia assinado, em 2008, contrato de fornecimento de cana-de-açúcar com usinas da região, destinando para esse fim até 50% de seus lotes. Sobre essa relação entre assentados e usinas, ver Ferrante e Barone, 2010.

³ Mapa dos lotes dos núcleos III e VI do assentamento, que estão no município de Araraquara. Mapa sobre fotografia aérea, feito pelo Engenheiro Agrônomo Pablo Carreira Torres.



Nos desenhos feitos por um assentado de seu lote em dois momentos diferentes, existe um claro exemplo do efeito da reforma agrária nesse espaço do lote. Ao estabelecer-se produtivamente no lote, o território passou a servir a diversas funções: local de moradia, culturas diversas comerciais e para o autoconsumo, imprimindo, pois, a terceira escala de diversificação: a existência de vários sistemas num mesmo lote familiar, conforme desenhos a seguir.

Figura 3. Desenho de quando chegou ao lote.

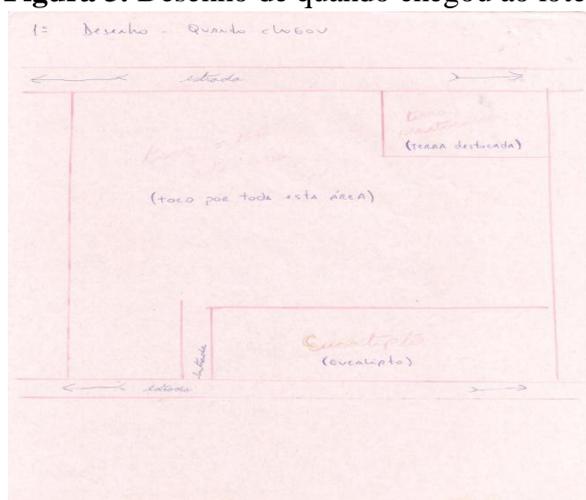
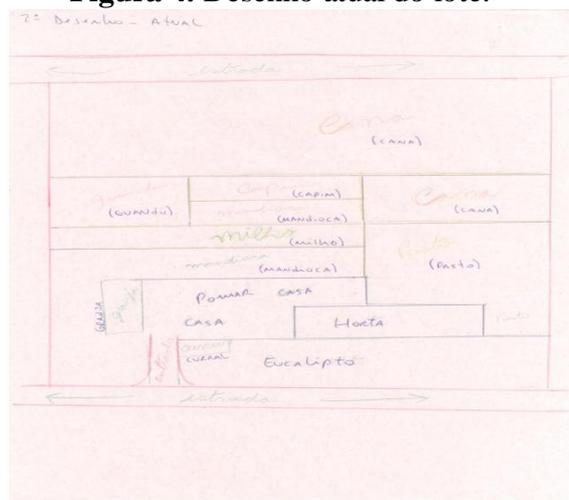


Figura 4. Desenho atual do lote.



Fonte: Duval, 2009.

Comparando-se os dois desenhos, vê-se que a diversificação faz parte da lógica das famílias assentadas e impõem a terceira escala de diversificação ao território, independentemente do uso ou não de insumos externos. As estratégias adotadas se complementam na busca pela sobrevivência econômica da família. Nesse lote há presença de cultivos que podem ser prioritariamente comerciais (como o milho, a mandioca, o feijão guandú e o gado leiteiro), outros advindos de parcerias com agroindustriais (como a cana e a granja), como também há cultivos mais para o autoconsumo. Tirando a cana agroindustrial, que se insere exclusivamente na cadeia produtiva de álcool e açúcar, todos os outros cultivos podem se reverter ao autoconsumo da família. A cana agroindustrial não, porque se a família fizer um caldo de cana, usará uma outra variedade plantada lá mais apropriada para isso. Percebe-se, pelo desenho do assentado, que ele distingue a cana de usina (na parte de cima do lote, ocupando quase a terça parte dele) da cana plantada para as criações, que é aquela



pequena quadra logo acima do pasto. Essa, sim, uma cana mais apropriada para a garapa.

Nos alimentos que as famílias produzem para seu próprio consumo, principalmente nos espaços de horta e pomar (ou o sítio), concentram-se formas de manejo que seguem princípios agroecológicos, embora não estejam restritos a esses espaços, já que os sistemas estão integrados – a cama de frango da granja industrial, por exemplo, é espalhada por todo o lote, como também, a matéria orgânica proveniente do curral e das árvores.

A quarta escala de diversificação refere-se aos cultivos no interior de cada sistema agrícola do lote e é diretamente ligada à presença de cultivos para o autoconsumo familiar. Confere-se essa escala em inventários de lotes, nos quais constam todos os cultivos que se faz uso alimentar, sem importar sua escala produtiva. O resultado é uma exaustiva relação que dá conta da diversificação que existe dentro de cada lote, individualmente.

Quadro 1 – Inventário de lotes⁴.

Cultivos energéticos: milho, mandioca, batata, batata doce e inhame. **Cultivos protéicos:** feijão (carioquinha, favinha, guandu, branco e bico de ouro), criação de galinha e pato (ovos) e de gado leiteiro (queijo, manteiga e requeijão). **Cultivos fontes de vitaminas e sais minerais (incluindo temperos e medicinais):** jaca, goiaba (vermelha e branca), amora, manga (bourbon, espada, haiden e roxa), pitanga, jabuticaba, acerola, banana (nanica, ouro, prata), abacate, uva, morango, alface (roxa, crespinha e lisa), rúcula, mostarda, espinafre, cebola, tomate, almeirão, cenoura, abóbora, abobrinha, chuchu, couve, catalônia, chicória, salsa, cebolinha, coentro, poejo, hortelã, arruda, erva-doce, erva de santa maria, quina, losna e urucum. Capins e pastos para as criações de gado.

Cultivos energéticos: mandioca, milho, batata, batata doce; **cultivos protéicos** – feijão (guandú e catador), criação de frango (agroindustrial), de gado leiteiro e porco; **cultivos fontes de vitaminas e sais minerais (incluindo temperos e medicinais)** – manga (aden, palmer, coquinho, rosa e espada), laranja (pêra, lima e lima da pérsia), acerola, pitanga, castanha do pará, macadâmia, jaca, limão (cravo, galego e taiti), mamão, abacate, goiaba vermelha, banana (nanica, maçã e “de fritar”), abacaxi, maracujá, maçã, guaraná, cajá-manga, nectarina, tamarindo, uva japonesa, morango, cana-de-açúcar (garapa), abil, ingá, gabirova, pequi, alface, couve, almeirão, espinafre, pimenta (doce e ardida), cebolinha, cebolinha japonesa, salsinha, cebola, alho, urucum, vagem, quiabo, abóbora, tomate, pimentão, berinjela, chuchu, maxixe, erva-doce, coentro, arruda, alecrim, hortelã, manjeriço, poejo, sabugueiro, babosa. Capins e pastos para as criações de gado.

Fonte: Duval, 2009.

⁴ Nos inventários, foi solicitado ao assentado relacionar todos os grãos e tuberosas, leguminosas e criações animais, frutas, legumes, hortaliças, temperos e plantas medicinais, dos quais se faz uso familiar. Capins e pastos para as criações animais também foram relacionadas pelos assentados, pois sem eles não haveria proteína animal.



Por fim, a observação direta e o registro fotográfico, junto com os inventários, podem dar conta da quinta escala de diversificação, conforme Whitaker e Fiamengue (2000), expressa nas variedades genéticas de cada sistema do lote. O feijão, por exemplo, é pouco cultivado no assentamento como um todo, mas nos lotes de todos nossos entrevistados apresenta-se cultivado com alta variedade genética. Cada um dos assentados entrevistados declarou ter, pelo menos, duas variedades de feijão cultivadas, mas alguns chegam a ter até sete tipos diferentes, como no caso de um assentado de origem mineira. Ele possui feijão catador, de vara, guandú, fava, preto, orelha de padre e “bourbon”. Esta última, conforme explicou, uma variedade “lá da terra dele”, da qual ele gosta muito e sempre fez uso alimentar porque carregou consigo suas sementes por onde andou. Porém, isso não tira a necessidade deles terem que comprar feijão no mercado ou no vizinho em alguma época do ano. Foi muito comum encontrar grande variedade genética também entre criações (galinha e porco), tubérculos, frutas e verduras: goiaba, manga, banana, laranja, limão, mamão, alface, repolho, cebola, pimenta e outros temperos, em todas havendo mais de uma variedade cultivada e de maneira tradicional, ou seja, tudo misturado e aproveitando os recursos locais para sua consecução.

Conclusões

Muitas vezes a produção de autoconsumo não entra no cálculo de produtividade do assentado rural, bem como de técnicos e pesquisadores, mas representa importante estratégia para a reprodução social e econômica das famílias assentadas. Destacamos primeiramente esse resgate da base genética, que, no assentamento, encontra um lugar no qual terá sua reprodução garantida (ou ao menos possibilitada), pois é lugar de ocupação permanente da família que a cultiva. Isto se relaciona aos gostos e preferências culturais das famílias. A satisfação cultural é tão importante quanto a satisfação nutricional, principalmente para a reprodução social de um grupo que vem de um passado recente de trabalhador volante e passa a assentado rural.

Segundo Queda et al. (2009), a diversificação agrícola e a formação de mosaicos trazem muitos benefícios em termos ecológicos nos assentamentos rurais. Invariavelmente, a lógica de produção do autoconsumo na agricultura familiar leva em conta a produção de uma cesta alimentar diversificada. Como percebido nos desenhos e



no inventário apresentados, em nosso caso é essa produção responsável pela maior diversificação de um lote agrícola.

Com a metodologia empregada, alguns aspectos comumente “invisíveis” do autoconsumo vieram à tona. Além daqueles já mencionados, sobre o aumento da diversificação agrícola, consideramos ainda que a presença de um sistema agrícola de autoconsumo ajuda as famílias assentadas a terem soberania e segurança alimentar; que esse sistema é ligado a práticas e princípios agroecológicos; representa capacidade de poupança à família assentada; e o trabalho da mulher é fundamental nessa produção.

Referências Bibliográficas

ANTUNIASSI, M.H.R.; AUBRÉE, M.; CHONCHOL, M.E.F. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.7, n.3, Fundação Seade, 1993.

BARONE, L.A. **Revolta, Conquista e Solidariedade**: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, Unesp, Araraquara, 1996.

BRANDÃO, C.R. **Plantar, Colher, Comer**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida. 5ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

COSTA, M.B.B. da. **Da Microbacia ao Agricultor Familiar**: uma releitura do agroecossistema. Projeto de Pesquisa, CNPq, 2006.

DUVAL, H.C. **Da Terra ao Prato**: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural. 2009. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.

FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.1, Nupedor/Unesp, p.75-148, 1994.

FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo**. Araraquara: Unesp, 1995. 488 p.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Parcerias com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **Sociologias** (Versão Impressa), v.13, UFRGS, p.262-305, 2011.

GARCIA Jr., A.R. **Terra de Trabalho**. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.



ROY, G. **Do Trabalhador Assalariado ao Pequeno Produtor Livre: qual construção para as experiências de reforma agrária?** São Paulo, julho de 1991. (mimeo)

QUEDA, O.; KAGEYAMA, P.; SANTOS, J.D. dos. Assentamentos rurais: alternativas frente ao agronegócio. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.12, Nupedor/Uniará, p.47-68, 2009.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. (Orgs.) **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.2, Nupedor/Unesp, 1995.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de reforma agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.8, Nupedor/Unesp, p.19-32, 2000.



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

Conformação da agroindústria alimentar em Goiás: uma análise histórica

Rafael Oliveira de Souza¹
Julimária Sousa²
Sônia Milagres Teixeira³

¹ Bacharel em Ciências Econômicas, Mestrando, UFG, rafael-economia@hotmail.com

² Bacharel em Ciências Econômicas, Mestranda, UFG, julimariasousa@gmail.com

³ Doutora em Economia Rural, Professora titular, UFG, soniamilagres@agro.ufg.br

Resumo

Os processos de industrialização das economias são de extrema significância para o desenvolvimento econômico das sociedades. No contexto da economia goiana a agroindústria alimentar viabilizou o ideal do desenvolvimento balizado pelo setor industrial. Este estudo busca realizar o levantamento histórico-econômico a cerca do processo de conformação da agroindústria alimentar em Goiás, bem como dos fatores que podem ter determinado o crescimento e intensificação deste segmento industrial no Estado. Buscando ilustrar, em alguma medida, a dinâmica desta atividade em Goiás, foram utilizados os dados referentes à Pesquisa Industrial Anual para as Empresas, PIA – Empresas, para o período de 1996 a 2009. Foi possível observar que a agroindústria alimentar goiana é fruto da conjugação, tanto dos fatores históricos inerentes a própria formação econômico do Estado, quanto à dinâmica nacional referente à industrialização das unidades da federação. Além de constatar sua significância para a economia estadual, observou-se que o segmento necessita de algumas mudanças que visem ampliar seus resultados.

Palavras - Chave: agroindústria alimentar, desenvolvimento econômico, economia goiana.



Introdução

A partir da década de 1950, a economia brasileira apresentou uma forte tendência ao desenvolvimento do setor industrial. O modelo de crescimento proposto pelos planos de desenvolvimento do país estava apoiado no crescimento esperado, em especial, para o setor industrial. Inicialmente a matriz industrial do país estava inclinada à produção de bens de capital e insumos básicos. Seguindo os passos das políticas econômicas de abrangência nacional o Estado de Goiás determinou objetivos que, em última instância, buscavam consolidar o setor industrial e ampliar a significância da produção estadual no cenário nacional.

Dadas às condições da estrutura industrial brasileira, coube à região Centro-Oeste e conseqüentemente ao Estado de Goiás a alternativa de produzir alimentos e matérias-primas como forma de garantir uma maior inserção da economia goiana no cenário nacional e promover a desconcentração industrial na região sudeste.

No que diz respeito à teoria conceitual de desenvolvimento, há uma forte tendência a se associar desenvolvimento à industrialização, assim, os Estados considerados desenvolvidos seriam aqueles que apresentassem um processo de industrialização avançado. O estabelecimento da agroindústria em Goiás não ocorreu só pela necessidade de desconcentração industrial na região sudeste, mas também por forte influência do viés agropecuário presente no Estado desde o Século XVIII.

A grande representatividade das atividades de natureza agropecuária para a economia estadual foi determinante para a conformação de sua agroindústria como princípio de desenvolvimento econômico, principalmente no que diz respeito à presença de culturas de forte penetração no mercado internacional tais como os produtos oriundos dos complexos de grãos, carnes e lácteos. Dada a relevância desses complexos para a economia estadual é possível perceber que há um papel importante atribuído à agroindústria à medida que ela pode ser capaz de impulsionar o crescimento econômico.

No segmento da indústria de transformação a agroindústria alimentar possui grande representatividade, sendo esta uma das justificativas do estudo em questão. Assim, com base nessa justificativa, o objetivo geral do trabalho é verificar a forma como ocorreu a dinâmica de instalação e conformação da agroindústria alimentar no Estado de Goiás. De maneira específica o trabalho propõe um estudo histórico dessa



conformação com base em análise documental e estudos bibliográficos para demonstrar a significância da indústria alimentar no âmbito da indústria de transformação.

1. Metodologia

Este estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa histórica, viabilizado pela pesquisa documental e bibliográfica. Pela pesquisa documental foram obtidos dados referentes a PIA – Empresa, coletados junto a Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás / Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação Socioeconômicas - SEGPLAN – GO/ SEPIN – GO. A PIA – Empresa é uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para a qual a SEPIN-GO disponibiliza os dados sistematizados para o Estado de Goiás. Pela pesquisa bibliográfica foram definidos os elementos referentes ao processo de formação histórica e econômica do Estado de Goiás, além da discussão da relevância do processo de industrialização e seu reflexo na conformação da agroindústria goiana.

Com o propósito de apresentar, em alguma medida, a dimensão e a representatividade da agroindústria alimentar desenvolvida em Goiás, foi selecionada como ferramenta a Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA – Empresa). Conforme definido pelo IBGE (2009), a PIA – Empresa busca identificar as características estruturais básicas da atividade industrial do Brasil e suas mudanças ao longo tempo. Esta pesquisa teve início em 1966 e apresentou até 1995, resultados em anos intercentenários, com exceção para os anos de 1971 e 1991. A partir de 1996, a PIA – Empresa foi adequada aos parâmetros do modelo de produção das estatísticas industriais, comerciais e de serviços.

Para fins deste estudo será utilizada basicamente a seção C da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, referente à Indústria de transformação, e o subitem denominado Fabricação de produtos alimentícios e bebidas. Cabe destacar que de 1996 a 2006 utilizava-se a CNAE 1.0, onde a encontrava-se a produção de alimentos e bebidas conjugada em uma única conta. A partir de 2007 passou-se a utilizar a CNAE 2.0 onde se observam duas contas que dividem a produção alimentícia e bebidas em: Fabricação de produtos alimentícios e Fabricação de bebidas respectivamente.

Como o objetivo desta pesquisa reside na análise da conformação da agroindústria alimentar, optou-se por estimar uma *proxy* que evidencie o peso da indústria produtora de alimentos no período de utilização da CNAE 1.0. Desta forma



calcula-se o peso da indústria produtora de bebidas no período de 2007 a 2009 e subtrai-se esta porcentagem do período de 1996 a 2006, buscando de alguma forma estimar a significância apenas da indústria alimentar. Nesta pesquisa foi selecionado como intervalo de tempo o período de 1996 a 2009 com foco no Estado de Goiás e na sua indústria produtora de alimentos. Foram consideradas para fins deste estudo cinco variáveis que integram a PIA – Empresa, o número de unidades locais, pessoal ocupado em 31/12, Valor Bruto da Produção, Valor da Transformação Industrial (VTI) e a Produtividade do trabalho na indústria (razão entre VTI pelo pessoal ocupado).

2. Referencial Analítico

Segundo Estácio (2005) a tradicional teoria conceitual de desenvolvimento econômico, considera como países ou Estados desenvolvidos aqueles que apresentam um processo de industrialização avançado. Neste sentido, é possível, de alguma maneira, deduzir que a diferença de desenvolvimento relativo entre os países, ou ainda entre os Estados, pode ser atribuída aos diferentes níveis de atividade industrial. Em sentido amplo o processo de industrialização é o gerador de maior crescimento da economia, em termos de produto e renda. Conforme afirma Botega *et al* (2007), o processo de industrialização de uma dada região se faz necessário para promover o desenvolvimento e a expansão das atividades produtivas, aumentando sua participação no produto interno bruto (PIB) e a qualidade de vida da população local.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), surgiu uma preocupação em relação à questão da discrepância entre os diferentes níveis de desenvolvimento observados entre os países. Com o fim da guerra, constatou-se uma alteração no equilíbrio de forças entre os países do mundo. Cabe citar, como exemplo, a situação de antigas colônias que deram início a processos de independência no mesmo momento em que as suas respectivas metrópoles européias se encontravam enfraquecidas pela guerra. Também a ascensão da URSS e a disseminação do comunismo, que aumentou a importância geopolítica dos países subdesenvolvidos como potenciais áreas de influência no âmbito da Guerra Fria, resultando nesse contexto de instabilidade política e a atenção voltou-se para a problemática do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos (SILVA. R., 2005).

Na discussão acerca dos parâmetros que envolvem o tema desenvolvimento é possível apontar uma série de autores que contribuíram para a formulação de teorias.



Cabendo destacar Paul N. Rosenstein-Rodan, economista filiado a Escola Austríaca, tido com o pioneiro das teorias do desenvolvimento, sendo inclusive o autor do principal artigo deste ramo da ciência econômica: “Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental” publicado em 1943. Conforme registrado por Silva R, (2005) o artigo de Rosenstein-Rodan apresentou a idéia de que a formação de capital bem como o processo de industrialização, principalmente, são sinônimos do desenvolvimento econômico dos países relativamente menos desenvolvidos.

Ao examinar o processo de industrialização nacional num período mais recente é possível perceber os reflexos do desenvolvimento da economia nacional no setor industrial. De acordo com Ariel (2010), até a década de 1970 a indústria brasileira passava por uma concentração produtiva na região sudoeste do país, com destaque para o Estado de São Paulo. A partir desse período começa a acontecer um movimento de desconcentração espacial da indústria, que pode ser verificado em dois períodos com características diferentes. No primeiro momento que compreendeu o início da década de 1960 até o início da década de 1980, o processo foi fortemente estimulado por ações do Governo Federal através de suas políticas de desenvolvimento regional.

Já nos anos de 1980 essas políticas, que até então apresentavam um bom desempenho, são fortemente comprometidas pela crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Nesse novo contexto nasce a segunda fase de desconcentração da indústria brasileira, onde os governos estaduais buscam suprir a ausência do governo federal na promoção de políticas e criam as suas políticas de incentivos fiscais estaduais.

Ao descreverem o movimento de desconcentração industrial a partir de 1970, Diniz e Crocco (1996), relatam outros aspectos determinantes. O aumento dos custos de produção industrial nas regiões metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo e a conseqüente realocação das plantas industriais em áreas onde custos menores de produção fossem possíveis, levaram ao desenvolvimento de novas áreas industriais. Os novos projetos de infraestrutura de transporte, telecomunicações e energia contribuíram também para a integração dos territórios, unificação e crescimento do mercado brasileiro. Com as melhorias crescentes de infraestrutura se tornou possível a instalação de indústrias e fábricas modernas em diversas regiões do país, inclusive em Goiás.

A crise fiscal do Estado brasileiro a partir dos anos de 1980 e a desorganização das finanças de grande parte das unidades da federação prejudicaram a poupança pública e a capacidade de investimento do Estado. Assim, os níveis de investimento e



intervenção por parte do Estado se tornaram menores comprometendo o processo de crescimento e desenvolvimento econômico do setor industrial. Nesse momento boa parte das políticas industrial e regional controladas pelo governo federal foi interrompida (AMARAL FILHO, 1996).

Nessa conjuntura os Estados passaram a desenvolver políticas próprias de promoção do desenvolvimento de suas regiões. Essa atitude se tornou necessária devido ao fato de as políticas nacionais de desenvolvimento voltadas para as regiões estarem comprometidas. A autonomia fiscal dos Estados a partir da constituição de 1988 foi decisiva para o fortalecimento da postura pró-ativa dos governos estaduais brasileiros que buscaram soluções para estimular o desenvolvimento de suas regiões nos aspectos econômicos, financeiros, sociais e outros, mas com uma menor dependência em relação ao governo federal. Apesar de ter contribuído para o seu propósito, essa atitude acirrou uma guerra fiscal entre os Estados da federação, provocando uma desintegração de forças produtivas e estimulando comportamentos não cooperativos (BARRETO *apud* ARIEL, 2010).

A construção do processo histórico e econômico de Goiás inicia-se com a descoberta das primeiras minas de ouro no Estado. No século XVIII, com a chegada da bandeira liderada por Bartolomeu Bueno da Silva, foram encontradas as primeiras minas de ouro. A exploração do ouro em Goiás foi motivada pela presença do mineral nas regiões próximas ao Estado (Mato Grosso e Minas Gerais). Os bandeirantes paulistas descobriram ouro em Minas Gerais, ainda no século XVII, e posteriormente em 1719, em Cuiabá. Dado que se encontrou ouro nas regiões próximas de Goiás, estes exploradores decidiram investir nesta região (PALACIN; GARCIA; AMADO, 1995).

Contudo a exploração da atividade aurífera em Goiás foi efêmera, iniciado por volta de 1725, já em 1760 estava em fase de decadência. Conforme referenciado por Palacin, Garcia e Amado (1995) com a derrocada da exploração aurífera, que se observou a partir da década de 1760, a região de Goiás mergulhou em profunda depressão: “arraiais murcharam, sertões despovoaram-se, rendas governamentais despencaram, impostos antes suportáveis, tornaram-se abusivos”. O Estado passou a passo foi se voltando para o auto-sustento e para agropecuária.

No período pós-crise da mineração, a economia goiana converteu-se em uma economia essencialmente agrária com baixo índice de circulação monetária. Fatores como o isolamento geográfico e a inexistência de meios de transporte e comunicação



debilitaram o desenvolvimento de práticas mercantis até o fim do século XIX. Este quadro permaneceu em vigor na economia goiana até meados de 1930. Assim a agropecuária regional, fundamentada na pecuária de corte e nas lavouras alimentares, passou a se estruturar como atividade complementar urbano-industrial do Sudeste – em especial do Estado de São Paulo (BORGES, 2000).

No início dos anos de 1990 o país se confrontou ainda com o momento da abertura econômica brasileira ao mercado externo. O modelo econômico brasileiro até então adotado entra em crise. A economia brasileira que era caracterizada até esse momento por forte presença governamental no planejamento e financiamento dos agentes econômicos vê a presença do Estado diminuir ao mesmo tempo em que o mercado nacional se abre para a concorrência internacional. Nesse momento foi possível perceber a fragilidade da produção interna e a sua incapacidade de competir com os produtos estrangeiros disponíveis no mercado internacional. A necessidade de rever posturas e comportamentos das empresas nacionais no que diz respeito à sua organização e à produção era evidente.

As mudanças que já vinham ocorrendo no panorama da industrialização no país foram fortalecidas e aos poucos se solidificaram. As mudanças espaciais nos fluxos de produção que antes estavam direcionados basicamente à região sudeste do país continuaram ocorrendo. Os novos espaços produtivos em expansão passaram a ter a possibilidade de ligação direta com o mercado externo. Com a abertura econômica, novas articulações, não só regionais, se tornaram possíveis. O processo de reversão da polarização em São Paulo e em sua região metropolitana se inicia na década de 1970, mas é em 1990 que o processo se acentua. Nesse período as agroindústrias se deslocam para regiões mais próximas de suas fontes de matérias-primas e passam a buscar a especialização industrial (SABÓIA, 2001).

Efetivadas uma série de medidas visando alcançar a industrialização, o país, gradativamente, construiu uma nova realidade para a economia nacional. Contudo, de forma análoga, como é possível observar diferença entre o nível de industrialização entre os países, também é possível observar tal diferença entre as unidades da federação. Segundo Silva (2007) como já na segunda metade de 1950, São Paulo havia consolidado seu parque industrial, encerrou-se a possibilidade de industrialização independente dos Estados na periferia nacional. Restava-lhes a opção de complementaridade à dinâmica da economia paulista, o atendimento às necessidades



locais ou o fornecimento para o mercado nacional de determinados segmentos. Foi nesta estrutura, que Goiás encontrou na agroindústria o elemento capaz de promover seu desenvolvimento.

No início dos anos de 1980 começa a se desenvolver uma importante fase do processo de conformação da agroindústria em Goiás. Os projetos estaduais de incentivos fiscais foram um dos principais aspectos que motivaram o deslocamento de grupos industriais para o Estado. O governo estadual atuou no sentido de promover e articular as políticas de desenvolvimento da economia. O Estado de Goiás fazia parte da “periferia” do capitalismo nacional, assim o objetivo dessas políticas era diminuir as diferenças produtivas existentes entre os principais centros dinâmicos do país e a sua própria economia, para isso era necessário promover o crescimento da economia em bases capitalistas.

Para alcançar tal objetivo o Estado cria em 1984 o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR), cujo principal objetivo era promover a industrialização com foco especial para as culturas de forte penetração no mercado internacional e nas cadeias dos complexos agroindustriais tais como grãos, carnes e lácteos, já que a economia se encontrava inserida no circuito nacional de produção agropecuária (PIRES, 2009).

Em períodos anteriores à chegada das grandes agroindústrias, já existiam no Estado empresas regionais que trabalhavam com o processamento de produtos agropecuários. Apesar de apresentarem limitado dinamismo na economia essas empresas foram importantes para a formação de uma base para que as indústrias que estavam a caminho se instalassem. As empresas regionais foram responsáveis pela mobilização de recursos produtivos regionalmente e a organização local dos mercados, pois já apresentavam alguns sinais de integração tais como as existentes nos setores de grãos e carnes (ARIEL, 2010).

De acordo com Paschoal (2001) *apud* Ariel e Castro (2010), antes mesmo dos grandes programas de incentivos fiscal o governo do Estado já havia tomado algumas iniciativas para fomentar o desenvolvimento industrial. Em 1973 foi editada a Lei 7.700 de 19 de setembro de 1973, que previa a criação do Fundo de Expansão da Indústria e Comércio (FEICOM). Seus recursos combinados com as últimas ações do II Programa Nacional de Desenvolvimento (PND) tornaram possível a instalação de algumas plantas industriais relativamente importantes. Cabe destacar que o II PND pode ser apontado



como responsável pela consolidação da política de investimentos no cerrado, bem como a expansão da fronteira agrícola.

No sentido de promover o desenvolvimento foram implantados outros programas que de maneira direta e indireta promoveram o desenvolvimento do Estado. Entre eles destacam-se o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) em 1975, o Programa de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília em 1979, em 1985 o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Outro fato importante foi à instituição do Fundo Constitucional de financiamento do Centro-Oeste (FCO) que ocorreu em 1989.

Nesse novo contexto as mudanças iniciadas com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, tiveram um papel fundamental, estimulando de forma embrionária, as mudanças que estiveram presentes na estrutura agroindustrial do Estado a partir de 1975 (PIRES, 2009). A grande disponibilidade de crédito subsidiado proveniente do SNCR e do POLOCENTRO propiciou a adoção de insumos e equipamentos modernos nas unidades agropecuárias e nas indústrias.

De maneira geral os programas e incentivos fiscais listados anteriormente, traçaram metas cujo objetivo era atender às demandas necessárias ao desenvolvimento de três grandes segmentos industriais presentes em Goiás. O primeiro deles era o processamento de matérias-primas naturais e suas indústrias acessórias tais como as de embalagens, adubos, rações e insumos; o segundo a indústria química, farmacêutica e automobilística, as estratégias trabalhadas com este grupo estavam voltadas para a tentativa de favorecer a diversificação da economia. O terceiro grupo era composto pelos setores tradicionais como o de calçados, confecções e móveis, com esse grupo o objetivo era promover o adensamento das cadeias produtivas (CASTRO *et al*, 2009).

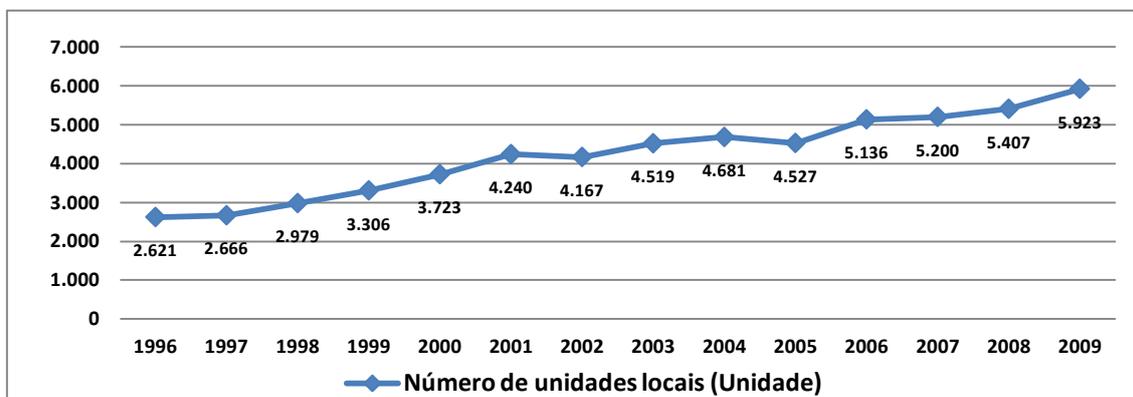
3. Resultados e Discussões

Considerando a atividade industrial de Goiás como um todo, ou seja, a Indústria Extrativa e Indústria de Transformação, observa-se um salto no desenvolvimento deste setor econômico. Sendo possível ilustrar tal situação por meio do número de unidades locais (ver Figura 1). Ao longo do período analisado se observa um aumento constante do número de indústrias em Goiás, a exceção fica por conta apenas dos anos de 2002 e 2005, onde se registrou uma pequena queda. Outro momento que merece destaque, na



série considerada, é representado pelo ano de 2008, mesmo com a instauração da crise financeira mundial, Goiás expandiu o número de empresas industriais, houve uma expansão 723 empresas de 2007 para 2009 sendo 516 empresas de 2008 para 2009.

Figura 1- Número de unidades industriais locais – Goiás (1996 – 2009).



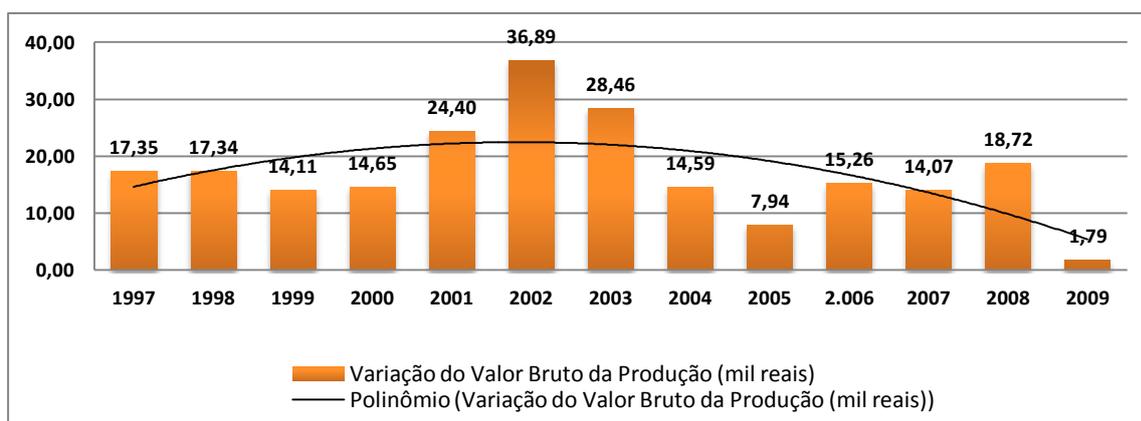
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados PIA – Empresa, organizados pela SEGPLAN-GO.

Para os dois últimos anos da série considerada neste estudo, Goiás figurou no cenário nacional como a sétima unidade da federação com o maior número de unidades indústrias e a primeira da região Centro-Oeste. Quanto à indústria de transformação, esta representou no período analisado, em média 97% da atividade industrial goiana (em número de estabelecimentos). Tratando especificamente da indústria produtora de alimentos, cabe destacar que esta representou em média 24% do total de unidades industriais e empregou 35%, do pessoal ocupado (SEGPLAN-GO, 2011).

Apreciando a variável Valor Bruto da Produção, que segundo o IBGE (2009) representa a soma de vendas de produtos e serviços de industriais, variação dos estoques dos produtos acabados e em elaboração e produção própria realizada para o ativo imobilizado, Goiás apresenta crescimento contínuo desta variável. Atentando para a taxa nominal de crescimento da variável (Figura 2), é possível observar oscilações significativas que evidenciam tendência de queda a partir de 2004 – conforme ilustra a linha de tendência.



Figura 2 – Crescimento do Valor Bruto da Produção Industrial.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados PIA – Empresa, organizados pela SEGPLAN-GO.

Cabe ainda destacar que ao longo do período analisado, a indústria goiana produtora de alimentos foi o seguimento que apresentou o maior valor referente ao Valor Bruto da Produção dentro o setor industrial do Estado. Em 2009, por exemplo, o setor industrial goiano apresentou como valor bruto da produção o montante de aproximadamente 47 bilhões de reais e o seguimento produtor de alimentos contribuiu com mais de 20 bilhões de reais, ou seja, aproximadamente 43%.

Por meio da variável denominada Valor da Transformação Industrial (VTI) definida como diferença entre o valor bruto da produção industrial e os custos das operações industriais (IBGE, 2009), é possível construir uma análise no desempenho das empresas produtoras em relação à eficiência na gestão dos custos.

Como já exposto, o Valor Bruto da Produção apresentou significativas oscilações e evidenciou tendência de queda no período considerado, quanto ao VTI foi possível observar, da mesma forma, tendência de queda, porém com maiores oscilações. Buscando justificar tal resultado foi realizada a subtração do Valor Bruto da Produção pelo VTI, a fim de poder conhecer a dinâmica dos custos operacionais. Desta forma, foi possível constatar que o menor crescimento para o VTI, não se dá necessariamente nos anos de menor crescimento do Valor Bruto da Produção, mas sim, nos períodos onde foi possível observar maior crescimento dos custos operacionais em relação ao crescimento da variável anteriormente citada, ou seja, nos anos de 2000, 2004, 2005 e 2007, conforme ilustra a Tabela 1.



Tabela 1 – Crescimento em percentual: Valor Bruto da Produção, VTI e Custos Operacionais.

Anos	Valor Bruto da Produção	VTI	Custos Operacionais
1997	17,35	20,40	16,10
1998	17,34	17,90	17,10
1999	14,11	20,09	11,57
2000	14,65	-1,66	22,10
2001	24,40	36,53	19,94
2002	36,89	38,60	36,17
2003	28,46	45,27	21,28
2004	14,59	1,45	21,30
2005	7,94	4,95	9,21
2006	15,26	21,42	12,74
2007	14,07	1,24	19,75
2008	18,72	18,86	18,66
2009	1,79	11,61	-1,89

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da PIA – Empresa, organizados pela SEGPLAN-GO.

Considerando a última variável selecionada neste estudo, a produtividade do trabalho, expressa pela razão do VTI pelo pessoal ocupado, constatou-se grande oscilação ao longo do tempo, que acompanha a tendência verificada para as duas últimas variáveis apresentadas. É possível afirmar que esta medida de produtividade representa um indicador de produtividade do trabalho, conforme referenciado também nos estudos da SEGPLAN – GO (2011), sinalizando que cada indivíduo empregado nas indústrias goianas investigadas pela PIA – Empresa gera em média um determinado valor de produção em reais.

Uma análise interessante a ser feita reside na comparação da produtividade do setor industrial em um mesmo ano. Em 2007, por exemplo, a produtividade do setor industrial de Goiás foi igual a 69, ou seja, cada indivíduo empregado nas indústrias de Goiás gerou em média 69 mil reais em valor de 2007. Apesar de a indústria alimentar ser o segmento mais representativo na indústria do Estado, este não é o setor mais produtivo. No ano de 2007 a indústria de alimentos foi mais produtiva do que a média verificada para o setor industrial, apresentado o valor 76, mas foi apenas o oitavo seguimento mais produtivo da indústria do Estado.

Conforme registrado pela SEGPLAN-GO (2011) em geral, a produtividade do trabalho tende a ser elevada em setores considerados de alta tecnologia ou intensivos em capital, ou seja, é gerado um determinado montante de resultado financeiro utilizando



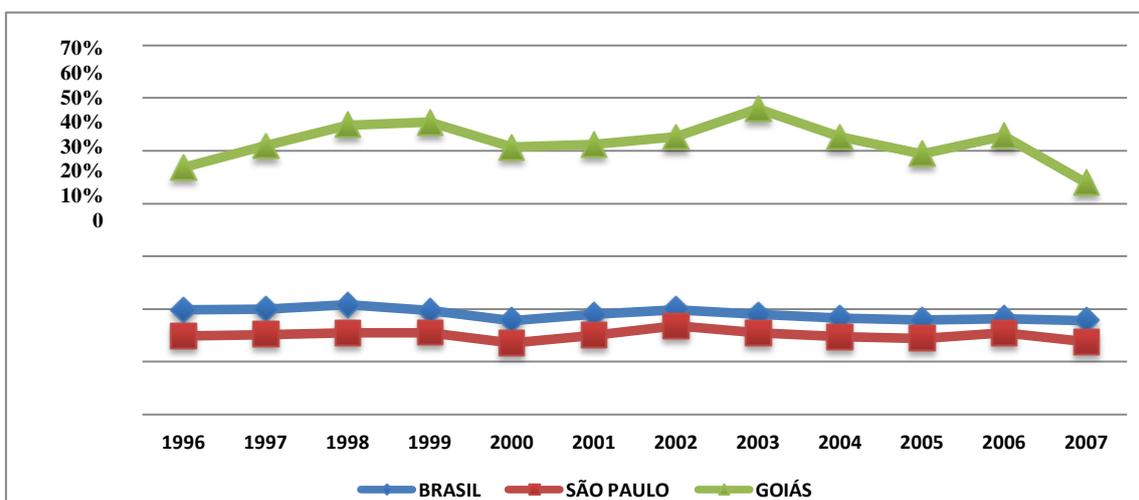
uma pequena quantidade de mão de obra. No caso da indústria alimentar de Goiás, este o seguimento é o que mais emprega dentro da indústria do Estado. Por este fato, a produtividade do seguimento não figura como uma das maiores.

Em sentido amplo, Goiás foi um dos Estados que obteve ganho de participação em todas as variáveis apresentadas pela PIA. O número de pessoal ocupado nas atividades industriais, representava 1,58% na indústria brasileira, passando para 2,35% no ano de 2007, obtendo incremento de 0,78 pontos percentuais. Com referência a unidades locais, em 1996 participava com 2,12% e em 2007 com 2,96%, com ganho de 0,83 pontos percentuais. O montante do VTI também seguiu a tendência de ganho de participação. Em 1996 representava 1,12%, passando para 1,86% em 2007, com incremento de 0,74 pontos percentuais (SEGPLAN-GO, 2011).

É possível levantar a hipótese de que Goiás desenvolveu o setor industrial da economia, expressivamente por meio da agroindústria alimentar. Considerando o VTI, para o Brasil, São Paulo e Goiás é possível expor a representatividade da indústria agroalimentar em Goiás. A Figura 3 evidencia o maior peso da agroindústria alimentar no setor industrial da economia goiana se equiparado a São Paulo e ao Brasil.

Cabe destacar que para esta comparação não foi possível estender a análise até o ano de 2009, nem tão pouco isolar a indústria produtora de alimentos como feita anteriormente, devido à disponibilidade de dados. Mas, de alguma forma, é possível deduzir que a indústria goiana produtora de alimentos possui maior peso no setor industrial do Estado se comparado ao Brasil e de São Paulo. Pois o setor indústria tanto do Brasil, como de São Paulo apresentam maior grau de diversificação do que o mesmo setor da economia de Goiás.

Figura 3 - Representatividade da Indústria produtora de alimentos e bebidas.





Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados PIA – Empresa, organizados pela SEGPLAN-GO.

Cabe mencionar também, que em grande parte, a expressiva representatividade da indústria agroalimentar, pode ser atribuída à histórica vantagem que o Estado possui no desenvolvimento de atividades correlatas à dinâmica do agronegócio. Assim o desenvolvimento da agroindústria alimentar em Goiás, pode ser descrito como um processo de reestruturação das bases econômicas do Estado, que se desenvolve de acordo com a perspectiva do desenvolvimento econômico baseado no processo de industrialização.

4. Considerações Finais

A formação histórico-econômica de Goiás evidencia a acentuada participação das atividades vinculadas à agricultura e pecuária. Tal característica foi, passo a passo, moldando a dinâmica econômica do Estado. Cabendo destacar neste contexto a presença marcante do governo, com ações estratégicas visando promover o desenvolvimento econômico e industrial através de projetos como II PND, em âmbito federal, o Polocentro, FCO, Fomentar e Produzir em âmbito estadual. Devido às diferenças regionais, em termos de desenvolvimento, verificou-se que o Estado de São Paulo, orientou, em certa medida, a trajetória dos demais Estados para o ingresso ao processo de industrialização.

Como consta no arcabouço teórico acerca do processo de desenvolvimento econômico, por muito tempo considerou-se o desenvolvimento como sinônimo de crescimento. Sendo este último termo, derivado, segundo a literatura, do processo de industrialização. Desta forma Goiás, buscando alcançar o desenvolvimento econômico, por meio da industrialização, conjugou seu histórico potencial agropecuário com o ideal de industrialização, ou seja, desenvolveu a agroindústria, em especial a agroindústria alimentar. Tal conjuntura é um reflexo, não só da dinâmica verificada internamente na economia goiana, mas também resultado do contexto econômico nacional.

A indústria agroalimentar goiana pode ser descrita como importante seguimento gerador de divisas para o Estado. Por meio da Pesquisa Industrial Anual para Empresas, PIA – Empresas foi possível observar a dinâmica deste segmento do setor industrial goiano. A análise dos dados selecionados apresentou o significativo desempenho do setor, merecendo destaque a indústria produtora de alimentos.



Contudo, apesar do desempenho da agroindústria alimentar ser relevante para a economia do Estado, foi possível constatar que as variáveis que, em alguma medida, traduzem o desempenho das empresas do setor, expõem certos pontos que necessitam de maior atenção. Como é o caso da variável Valor Bruto da Produção, que se aproxima em termos nominais da receita bruta das empresas, o Valor da Transformação Industrial (VTI) onde se confirma a representatividade dos custos e a produtividade que representa uma medida de eficiência do segmento, em termo de mão de obra.

A presença do setor industrial na economia goiana pode ser apontado como uma condicionante ao desenvolvimento do Estado. Em virtude da representatividade do setor agroindustrial alimentar no Estado, se fazem necessárias discussões acerca de medidas que visem expandir seus resultados. Assim algumas alternativas podem ser utilizadas, tais como: o tradicional apoio institucional do governo ou uma mudança de postura dos agentes do setor almejando, por exemplos, maior eficiência na gestão de custos.

O monitoramento de processos produtivos em diferentes elos das cadeias produtivas poderá confirmar o uso de tecnologias excessivamente dependentes de fatores externos, impedindo melhor controle dos custos, além de limitar a diversificação e uso de tecnologias alternativas. Em sentido amplo, o segmento produtor de alimentos do Estado, pode ser apontado como um veículo de crescimento da economia, mas devido à relativa especialização do Estado nesta atividade são necessárias ações para ampliar sua representatividade e maior competitividade da economia de Goiás.

5. Referências Bibliográficas

AMARAL FILHO, J. do. Desenvolvimento Regional endógeno em um ambiente federalista. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n.14. IPEA, p 35-74, dez. 1996.

ARIEL, M. F.; CASTRO, S.D. O perfil produtivo da indústria goiana. *Conjuntura Econômica Goiana*, Goiânia, n. 15. SEPLAN-GO, p. 14-24, set. 2010.

ARRIEL, M. F. *Perfil Produtivo e Dinâmica Espacial da Indústria Goiana (1999-2007)*. 2010. 102 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2010.

BORGES, B. G. *Goiás nos quadros da Economia Nacional: 1930-1960*. Goiânia: Editora UFG, 2000.

BOTEGA, E. K.; CROVADOR, K. A.; SILVA, K. C. da; OLIVEIRA, G. B. de. Industrialização e desenvolvimento regional: notas para reflexão. *Revista da FAE*, Curitiba, v.9, n.2, p.79-86, jul.-dez. 2007.



CASTRO, S. D. ; ESTEVAM, L.; ARIEL, M.; BRITO, L.; COSTA, W; COSTA L. Análise do balanço de pagamentos do estado de Goiás e a importância dos APLs no fluxo de comércio. In: “Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil”. Florianópolis: UFSC, 2009.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 6, n.1, p.77-103.

ESTÁCIO, V. M. Desenvolvimento Econômico de Goiás. Goiânia: Kelps, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Industrial Anual – Notas técnicas*. Rio de Janeiro, 2009.

PALACIN, L.; GARCIA, L. F.; AMADO, J. *História de Goiás em documentos – I Colônia*. Goiânia: Editora UFG, 1995.

PIRES, M. J. de S. Estrutura e dinâmica industrial: um estudo da região Centro-Sul do Estado de Goiás. *Conjuntura Econômica Goiana*, Goiânia, n.12. Segplan-Go, p.54-66, dez. 2009.

SABOIA, J. *A dinâmica da descentralização industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, jul. 2001, (Texto para Discussão n. 452).

SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS – SEGPLAN – GO. *Dados da PIA – Empresa*. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/>. Acesso em 21 de jun 2011.

SILVA, D. F. R.da. *A construção do objetivo teórico das teorias do desenvolvimento econômico*. 2005. 96 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – FEA, Universidade de São Paulo, 2005.

SILVA, E. R. *A economia goiana no contexto nacional 1970-2000*. Goiânia: Editora da UCG, 2007.



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

Cooperação e atuação feminina: flores que libertam e promovem desenvolvimento na Paraíba

Ivana Milena Sales Rolim de Vasconcelos¹

Alberto Soares de Melo²

Erika Derquiane Cavalcante³

¹ Mestranda em Desenvolvimento Regional- UEPB/UFCG; Especialista em Economia Política Regional-UFCG; Graduada em Economia - UFCG.E-mail: lemina_sales@hotmail.com

² Doutor em recursos naturais-UFCG; Mestrado em ciências agrárias-UFBA;Especialização em MBA Executivo em Gestão de empresas-UFS;Graduado em agronomia-UFV

³ Mestranda em Desenvolvimento Regional- UEPB/UFCG; Graduada em Licenciatura Plena em História-UEPB- E-mail: derkiane@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir algumas questões sobre as relações de gênero e sobre o desenvolvimento promovido a partir da cooperação e das potencialidades locais, mais especificamente aborda as iniciativas da Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba (COFEP), e da Associação de Desenvolvimento Sustentável de Macacos e Furnas (ADESMAF) - as “Flores da Vila Real”-, empreendimentos administrados por mulheres e responsáveis por positivas modificações no contexto sócio cultural da região do brejo paraibano, tanto nas relações de gênero, quanto nas questões relacionadas as transformações econômicas e culturais. Assim, em um primeiro momento, discutiremos algumas principais ideias/visões sobre desenvolvimento e logo depois gênero e cooperativismo/associativismo, que consideramos como sendo construções sociais e históricas. Nesse contexto, vamos relacionando teoria e o caso concreto vivido por essas mulheres, principalmente, mas também pelos homens, visto que a identidade de um se constrói a partir do outro, a partir das diferenças. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica além de pesquisas qualitativas e quantitativas *in loco* a partir do levantamento de aspectos relacionados a estrutura e dos aspectos socioeconômicos e culturais.

Palavras-Chave: Mulheres, Iniciativa,Gênero, Desenvolvimento ,Cooperação.



Introdução

O presente artigo procura mostrar, de forma sintética como o desenvolvimento a partir da cooperação/associação pode se mostrar modificador de realidades e de cenários caóticos. Na ocasião, o desenvolvimento tem a cooperação como cargo chefe das iniciativas que promoveram melhoria da qualidade de vida, emprego e geração de renda para famílias vítimas e excluídas do mercado de trabalho. Característica singular desse trabalho é a identificação de empreendimentos cooperativista/associativista gerido puramente por mulheres.

A pesquisa no campo do desenvolvimento econômico, mais especificamente quanto ao Desenvolvimento Local torna-se de fundamental importância visto que em suas bases essa categoria prioriza um desenvolvimento solidário, promovendo uma maior integração entre os grupos sociais e assim, como consequência, observa-se uma diminuição da exclusão. É nesse cenário que a ação dos atores locais fazem toda a diferença, partindo da ideia de uma conscientização de que outra economia acontece capaz de promover a satisfação das necessidades básicas de cada um desses. A mobilização e a cooperação promotoras dessa dinâmica fazem surgir empreendimentos, a criação e/ou recriação de atividades econômicas em especial naqueles cenários de crise, capazes de propiciar a acumulação local e sadia. Atrelado a essa alternativa está a cooperação e dinâmicas cooperativistas que podem ser identificadas no rural brasileiro, cenário de constantes modificações.

A iniciativa de desenvolvimento dessas atividades pode ocorrer em pequenas localidades como também podem tomar proporções maiores. Na oportunidade o presente trabalho trata da Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba (COFEP) e da Floricultora Flores da Vila Real, atividade - cultivo de flores - anteriormente desenvolvida em quintais de casas e pequenos jardins e que hoje patrocina mudanças na qualidade de vida de muitas famílias no interior do brejo paraibano.

As iniciativas, consideradas alavancas desse desenvolvimento no brejo paraibano, revelam uma alternativa de desenvolvimento econômico que mescla a essência do mundo rural idealizado e as inovações trazidas pela inexistência, agora presente, das delimitações do que é realmente rural e o que é urbano. Ou seja, ao passo que o desenvolvimento de atividades promotoras de desenvolvimento e outras atividades do meio industrial acontecem nesse cenário, acaba-se perdendo a noção



desses limites. Um novo mundo rural surge com características particulares, gerando desenvolvimento e ritmos de vida diferenciados daqueles comuns aos habitantes desse meio de séculos passados.

A realização do estudo foi feito a partir de revisão bibliográfica sobre o tema e verificação *in loco* das atividades promotoras dessa mudança na vida dessas famílias. Pretendeu-se detectar as principais atividades que são desenvolvidas nesse novo rural brasileiro e em particular as características singulares dos empreendimentos COFEP (Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba) e Floricultura Flores da Vila Real.

Desenvolvimento e o Novo Rural

O desenvolvimento e as discussões pertinentes a este assunto tornam-se cada vez mais frequentes, mais ainda diante da preocupação em definir o que seria na verdade desenvolvimento, a partir da ideia de que alguns pesquisadores acreditam na não existência deste. Sendo assim, até mesmo suas consequências, positivas ou não, perderiam a validade de discussão.

A preocupação com a distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico por volta dos anos 1960 não era algo prioritário nem muito menos necessário visto que as poucas nações classificadas como desenvolvidas, eram na verdade as que ficaram ricas com o advento da industrialização. Já os países chamados subdesenvolvidos eram os pobres, aqueles onde a industrialização não aconteceu ou se desenvolveu de forma incipiente (VEIGA, 2010).

O crescimento que ocorreu na década de 1950 revelou que o acesso por parte das populações pobres a bens materiais e culturais continuou inexistindo, a citar educação e saúde. A partir dessa lacuna, passou-se a discutir sobre o que realmente significava o vocábulo desenvolvimento (VEIGA, 2010).

De acordo com Sen (2010) atualmente os direitos humanos e a liberdade política fazem parte das discussões e retórica prevalentes, são problemas novos convivendo com problemas antigos e a superação desses problemas é parte central para se alcançar o desenvolvimento. Percebe-se a necessidade de uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, envolvendo uma multiplicidade de instituições e muitas condições de agente relacionadas de forma interativa.

De acordo com Veiga (2010), é frequente encontrar abordagens para o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Assim também como



existem aqueles que não acreditam que o desenvolvimento exista, que não passa de uma crença, um mito, manipulação ideologia ou uma reles ilusão. Mas no modo de entender o desenvolvimento ainda resta a perspectiva do desenvolvimento atrelado a valorização das capacidades e liberdades individuais, priorizando a qualidade de vida, equidade de renda e eliminação de toda e qualquer privação (fomes coletivas, pouco acesso a serviços de saúde, desigualdade entre homens e mulheres, negação das liberdades política e direitos civis básicos, etc.).

De acordo com Sen (2000) o enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, quando há uma análise voltada para índices puramente econômicos. As liberdades dependem de outros determinantes como as disposições sociais e econômicas, e os direitos civis. O autor revela que: como as liberdades políticas e civis são elementos constitutivos da liberdade humana, sua negação, é em si, uma deficiência.

Na ocasião, além dos estudos que abordam o desenvolvimento, as questões sobre as principais mudanças ocorridas no meio rural devem ser levadas em consideração. Quando o processo de desenvolvimento dessas novas atividades do novo rural brasileiro é discutido ocorre uma revelação de alternativa de desenvolvimento econômico que mescla a essência do mundo rural idealizado e as inovações trazidas pela inexistência, agora presente, das delimitações do que é realmente rural e o que é urbano. Ou seja, ao passo que o desenvolvimento de atividades promotoras de desenvolvimento e outras atividades do meio industrial acontecem nesse cenário, acaba-se perdendo a noção desses limites. Um novo mundo rural surge com características particulares, gerando desenvolvimento e ritmos de vida diferenciados daqueles comuns aos habitantes desse meio de séculos passados.

A pesquisa revela em suas linhas um novo modo de desenvolvimento, características de empreendimentos “repaginados” capazes de promover o desenvolvimento local de algumas regiões, além da geração de emprego e renda permanente e motor gerador de grandes negócios. Dentro desse contexto, o desenvolvimento impulsionado por essas novas atividades torna-se agente modificador e promotor de ações capazes de renovar a vida e o cenário sócio-econômico-cultural de muitas comunidades. Sendo assim, estudar e descobrir os efeitos causados por essas atividades irá agregar mais informações e uma nova visão a cerca desse tipo de promoção de desenvolvimento.



O meio rural a partir dos anos 80 sofreu transformações e passou a ser caracterizado pela presença de atividades que tornou o espaço rural e o espaço urbano dificilmente delimitado. Para Silva (1999), o meio rural brasileiro se urbanizou, principalmente a partir dos “complexos agroindustriais” e pode ainda ser entendido com um *continuum* do meio urbano. Mais que isso. A agricultura integrou-se ao restante da economia ao ponto de que suas relações não poderem mais ser separadas daqueles setores que ora comprava seus produtos e que hora sedia seus insumos para que ela se desenvolvesse.

De acordo com Silva (1999) a urbanização do meio rural brasileiro aconteceu nas duas últimas décadas e isso foi resultado tanto do processo de industrialização da agricultura, quanto do transbordamento do mundo urbano em um espaço que sempre foi definido como rural.

A sociedade que se transforma revela uma alta queda do emprego tanto nos setores agroindustriais quanto nas atividades agrícolas, fazendo com que a sociedade industrial desse aos primeiros passos rumo ao meio rural e surgisse uma grande leva de simples prestadores de serviços. Na verdade o desejo pela estabilidade social deu lugar ao prestador de serviços autônomo e que trabalha em sua própria casa, e isso aconteceu tanto na indústria, quanto na agricultura (SILVA, 1999).

O aumento do nível de escolaridade no meio rural é outra transformação importante a ser citada. No meio rural dos países desenvolvidos encontramos agora o agricultor em tempo parcial que – *o part-time* – combina formas de ocupação resultando em uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas. Existe uma dinâmica das transformações nas atividades agropecuárias visto que a introdução da mecanização nessas atividades reduziu bastante o tempo a ser dedicado a essas atividades, deixando o trabalhador livre boa parte do dia e em consequência há o crescimento das atividades rurais não-agrícolas. Esse mecanismo de dedicação às atividades agropecuárias em tempo parcial acontece também em países subdesenvolvidos fazendo com que a disparidade de renda entre o meio rural e o meio urbano seja quase inexistente.

As novas atividades/ocupações resultam de acontecimentos como a redução da oferta de emprego tanto nas atividades industriais quanto nas atividades agrícolas, além disso, o aumento da mecanização. Tudo isso resulta na prática de atividades vista como *hobbies* pessoais ou atividades “de fundo de quintal”. Mas enxergadas as suas



potencialidades foram transformadas em atividades geradoras de emprego e renda (SILVA, 1999:91).

As principais atividades são as que seguem: piscicultura, criação de “aves nobres”, criação de rãs, criação de animais para corte, produção orgânica de ervas medicinais, produção orgânica para mercado internacional diferenciado, produção de verduras e legumes para as redes de supermercados e de *fast-food*. Ainda mais, floricultura e mudas de plantas ornamentais, fruticultura de mesa, produção de sucos naturais e polpa de fruta congelada, reprodução de plantas extrativas, cultivo de cogumelos, turismo rural, fazenda-hotel, complexos hípicas, leilões e exposições agropecuárias e festas de rodeio. Atividades intensivas agrícolas e não-agrícolas como as supracitadas podem ser encontradas em várias regiões do Brasil. No caso da Paraíba encontramos a Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba – COFEP e a Floricultura Flores da Vila Real pertencente a Associação de Desenvolvimento Sustentável de Macacos e Furnas (ADESMAF), ambas coordenadas unicamente por mulheres.

Atuação Feminina

A história das mulheres é um campo relativamente recente, que ganha força e emerge como uma área de estudo específica na década de 1970, juntamente com o movimento feminista e com a preocupação de historiadoras sobre o assunto. Não se pode esquecer da contribuição dada pela história cultural, que passou a destacar os grupos sociais até então excluídos do processo histórico, como escravos, operários, pessoas comuns e dentre estes as mulheres, que ganham força e espaço. Já que até este momento estavam a margem na historiografia e com a ampliação dos objetos de estudos, tornam-se, também, sujeitos da história.

Nesse contexto, houve uma troca: o movimento feminista e a história das mulheres se ajudaram mutuamente. Para a história social as mulheres tinham uma essência, uma identidade fixa, imóvel, colocando-as em uma “categoria homogênea”. Este discurso favoreceu o movimento feminista e efetivou o antagonismo homens X mulheres. Em fins do ano de 1970 ocorreram tensões no movimento feminista e na disciplina da História das Mulheres, que acabaram por mudar a concepção de que a identidade feminina tinha uma essência levando a um pensamento



que concebe a mulher e o homem como tendo múltiplas identidades (SOIHET, 1997, p.277).

Outra questão muito importante e que não pode deixar de ser citada, refere-se aos rótulos atribuídos às mulheres: ou eram “vítimas ou rebeldes”. Assim, a história das mulheres se limitava a desvendar suas desventuras enquanto indivíduos dominados e subjugados ou então as suas diversas artimanhas para escapar das intempéries de sua vida. Estes rótulos faziam com que os estudos se tornassem limitados não sendo permitido perceber as diversas posições de sujeitos possíveis.

Muitas foram as discussões acerca deste assunto, que resultaram na percepção da necessidade de ir além da mera dicotomia entre os papéis atribuídos as mulheres e procurar ver os variados aspectos de sua atuação. E é o que se coloca em prática atualmente: estudos que não se prendam a estereótipos ou rótulos, a não ser para desconstruí-los, historicizá-los, priorizando, desta forma, a variedade das experiências históricas desses sujeitos. Daí a importância de estudos que questionem as posições de sujeitos femininos impostas socialmente e que são tidas como “naturais”, tornando fundamental se discutir sobre as questões de gênero. Mas, como surgiu e o que vem a ser o conceito de gênero?

O conceito de gênero foi introduzido nos estudos históricos na metade dos anos de 1970 por historiadoras americanas. Dentre elas podemos destacar Natalie Zemon Davies e Joan Kelly, para as quais era necessário “*estudar e compreender os grupos de gênero no passado, a construção dos papéis sexuais, seus sentidos e significações*” (PRIORE, 2005, p. 231).

O conceito de gênero passa a ser visto como um instrumento de análise das relações entre os sexos e não apenas um estudo sobre as mulheres, eles evidenciavam as distinções de ambos os sexos, assim (...) homens e mulheres tornavam-se o produto de um processo de aculturação, eles eram por assim dizer, fabricados e não nasciam como se apresentavam socialmente (...) (PRIORE, 2005, p. 232).

Nesse sentido, o termo gênero refere-se à diferença sexual, evidenciando a relação entre homens e mulheres, visto que não se pode analisá-los separadamente, e rejeita o determinismo biológico, ressaltando as construções dos papéis sociais que são colocados como próprios de cada sexo. Assim, de acordo com Scott apud Soithet (1997,p.64), os estudos sobre gênero enfatizam a necessidade da rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária “masculino *versus* feminino” e a importância de sua



historicização e “desconstrução” nos termos de Jacques Derrida - revertendo-se e deslocando-se a construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como óbvia ou como estando na natureza das coisas.

Desta forma, os estudos sobre gênero enfocam o caráter da construção social das posições de sujeito, das formas de ser homem e ser mulher instituído pela sociedade, com as práticas, valores sociais, representações e normas elaboradas a partir das diferenças sexuais e que passam a ser vistas de forma naturalizada, evidenciando as relações de poder existentes nesse processo de construção das identidades.

Nesse sentido, percebemos uma resignificação das identidades femininas, através da pesquisa realizada na (COFEP) e na Floricultura Flores da Vila Real. A primeira iniciativa adveio a partir das adversidades econômicas sofridas com crise canavieira, ocorrida na década de 80, e que afetou maciçamente a região do Brejo Paraibano.

A Floricultura “Flores da Vila Real”, criada em setembro de 2007, e pertencente à Associação local ADESMAF, surgiu a partir da necessidade de organização de uma atividade que já era praticada entre alguns moradores que, de forma um tanto precária, já faziam a plantação de mudas em latinhas, e vendiam na feira de Areia.

Desta forma, percebemos que as mulheres, que estavam inseridas no trabalho doméstico, no cuidado com os filhos e do marido e na agricultura familiar passaram a ser provedoras de suas famílias. Há, nesse caso, uma modificação nas identidades dessas mulheres, nos papéis sociais historicamente construídos, pois elas, a partir desse momento de dificuldades, saem do âmbito privado, do lar, e adentram o âmbito público tomando a frente no sustento de suas famílias como mulheres empreendedoras e independentes.

No entanto, o que parece ser uma solução para grande parte das famílias passa a causar um mal estar gerado por essa troca dos papéis sociais de gênero, pois agora os homens não detinham mais os meios para serem provedores de suas famílias, fato que resultou inclusive em separações matrimoniais na região em virtude dessa nova condição estabelecida.

Os papéis sociais são construções históricas e que imprimem suas marcas no tempo, então não basta aceitá-las como a norma, mas questionar esses lugares estabelecidos e que são tidos por naturais. Nesse contexto, as identidades femininas



tomam um novo papel social, que é o de provedora do lar e, em contrapartida, destituem os homens de seus lugares “naturais” ocasionando o conflito nas referidas famílias.

Cooperação, Flores e Sucesso

A falência da Usina Santa Maria localizada na cidade de Areia (PB) foi considerada o ápice da crise que se instalou naquela região. Na ocasião, as famílias que tiravam da usina seu único sustento ficaram desoladas. Uma parte dessa população migrou para a cidade, principalmente os jovens. Outra parte foi absorvida na agricultura, no cultivo da banana. Os demais que ficaram desempregados se tornaram vítimas da depressão, do alcoolismo e outras mazelas (ALMEIDA, 2008:22).

Neste contexto de dificuldades, as mulheres criaram, em 1999, a COFEP na zona rural da cidade de Pilões (PB), mais precisamente na Comunidade Sítio Avarzeado, com foco no ramo da floricultura. A iniciativa partiu da necessidade de se obter alguma renda para o sustento de suas famílias, diminuindo assim o grau de pobreza ali existente. (ALMEIDA, 2008:22).

Nesse cenário de barbárie, as mulheres e crianças formavam a parcela da população mais afetada. De acordo com relatos das mulheres que viveram esse caos, as oportunidades de trabalho e geração de renda eram escassas, porém a aquisição de bebidas era facilitada para os chefes de família. Esses encontravam no alcoolismo uma fuga pra aquela situação, e muitas vezes mulheres e crianças eram agredidas sem motivo justo.

O ramo escolhido foi a exploração da Floricultura. Com um projeto orçado em R\$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais) foram construídas 18 estufas em três hectares pertencentes à Diocese de Guarabira. Nessa primeira etapa as mulheres contaram com a ajuda da Prefeitura local, do Projeto Cooperar, além de outras rendas geradas a partir de bingos e rifas (ALMEIDA, 2008:22).

Na ocasião a cooperação entre as moradoras daquela região rendeu bons frutos e renovaram a esperança de melhores dias e promoção de desenvolvimento para sua região. Cooperativismo, de acordo com Ximenes (2001:237), é uma doutrina que propõe a disseminação das cooperativas como forma de solução dos problemas econômicos e sociais. O termo cooperar, neste caso, ressalta a iniciativa de colaborar, ajudar ou auxiliar.



A cooperativa é definida como uma sociedade comercial que visa a desempenhar, em benefício dos seus membros, uma determinada atividade econômica. A cooperação que existe nesse tipo de atividade econômica prioriza as trocas recíprocas e benéficas entre os envolvidos, trata-se de uma relação de colaboração e trabalho mútuo (PINHO,1982).

A elaboração das ideias cooperativistas surgiu a partir das consequências do liberalismo econômico. A ideia principal é a busca pela superação dos malefícios deixados pela Revolução Industrial. Esse cooperativismo que começava a surgir se manifestava na busca pela igualdade e fraternidade (PINHO, 1982).

A atividade econômica desempenhada nesse modelo de produção revela aspectos singulares e específicos. O objetivo de modificação de realidades permeada por problemas financeiros e sociais a partir de atividades cooperativistas e associativistas trás em seu pano de fundo a necessidade de uma divisão igualitária de bens e a possibilidade do funcionamento de atividades que primam pela sustentabilidade.

O acontecimento de uma ação associativa se dá a partir de um direcionamento coletivo priorizando e objetivando o bem comum. Os interesses da coletividade e as estratégias a serem seguidas para o alcance de uma melhor qualidade de vida, melhores colocações profissionais e melhoria social são prioridades, enquanto os fins lucrativos são deixados de lado. De acordo com Gianezini (2009:5), o compromisso é com a educação, com o econômico e o social.

A Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba (COFEP), em sua formação original contava apenas com a participação de mulheres em seu quadro de cooperados. Nos dias atuais já podemos encontrar a participação masculina nas atividades da cooperativa. A Cooperativa conta atualmente com 42 colaboradores, destes 21 são cooperados e os demais atua da cooperativa de forma indireta através de prestação de serviços e fornecimentos de parte dos produtos necessários à movimentação da atividade. As pessoas vinculadas a COFEP de forma indireta, são aquelas responsáveis pela limpeza da área (capinar), é o fornecedor de palha de arroz, o fornecedor de esterco de gado para melhorar a qualidade do solo, os motoristas, entre outros.

Numa amostragem, a partir de da utilização de questionários e considerando 50% dos cooperados efetivos, a mão de obra predominante é a feminina, cerca de 91% e apenas 9% do gênero masculino. A faixa etária está entre 18 e 51 anos. O número de



analfabetos é baixo. Quanto a localização de suas residências, todos os cooperados moram na zona rural. Mais precisamente 72,72% moram na Comunidade Sítio Avarzeado, 9,09% moram na Comunidade Sítio Almecega e 18,18% em outras comunidades vizinhas. Entre os cooperados entrevistados, apenas um não possui casa própria, pois ainda mora com os pais. E apenas um ainda mora em casa de taipa.

Uma preocupação dos cooperados diz respeito a educação dos filhos. Estes estão inseridos em programas de iniciação a internet. Além das atividades escolares, os filhos com idade de 18 anos ajudam os pais em atividades ligadas a agricultura e pecuária, além da dedicação, sempre que possível, a COFEP.

A renda familiar que não alcançava um salário mínimo ou era inexistente, atualmente com a fundação da COFEP chega até dois salários mínimos/mês. A única fonte de renda dos cooperados antes da COFEP era oriunda da agricultura. A geração de renda promovida pela COFEP é considerada a segunda base da cidade de Pilões (PB), sendo superada apenas pela Prefeitura local.

Os cooperados além da casa própria, com exceção de uma cooperada, possuem outros bens, a citar: bois, vacas, aves, cavalos, jumentos. Uma cooperada possui carro próprio e das onze que responderam aos questionários, sete possuem uma moto para facilitar a locomoção entre zona rural e zona urbana, sítios e comunidades vizinhas.

A COFEP atualmente apresenta-se como principal referencial na produção de flores no Estado da Paraíba, segundo Almeida (2008). A Paraíba absorve cerca de 30% de sua produção, enquanto Pernambuco absorve 15% e Rio Grande do Norte 10%. A busca é alcançar o patamar de 60% do consumo na Paraíba, priorizando, claro, a padronização e a qualidade. As estufas climatizadas garantem uma produção contínua. Os revendedores festejam esse tipo de tecnologia utilizada, pois assim a confiança na entrega dos produtos é garantida, ocorre uma redução custos, o frete fica mais barato ou até inexistente além da garantia de um produto de qualidade.

A COFEP pode ser considerada um caso de sucesso, exemplo de inclusão social, geração de renda, combate à pobreza rural, além do destaque de ser um empreendimento administrado por mulheres. No Brasil cerca de 14 milhões de pessoas são consideradas empreendedoras e cerca de 6,44 milhões dessas pessoas são mulheres. A maioria das mulheres empreende por necessidade. A ideia é que o quadro seja revertido e as mulheres desempenhem seu caráter empreendedor aproveitando e criando as oportunidades. No mundo 30% dos novos empresários são mulheres. Elas são



consideradas empreendedoras de sucesso devido a sua sensibilidade, preocupação humanitária e comunitária, além de saber acomodar situações (WIESEL, 2008 *apud* NASCIMENTO, 2008:12).

A Floricultura Flores da Vila Real, criada em setembro de 2007, e pertencente à Associação local ADESMAF, que hoje está composta por 40 pessoas, das quais 8 estão envolvidas com as atividades de floricultura. Outros projetos privilegiam iniciativas diferentes, tais como criação de galinhas, ou plantio de hortaliças.

Segundo os participantes da floricultura, o motivo para a sua criação surgiu a partir da necessidade de organização de uma atividade que já era praticada entre alguns moradores que, de forma um tanto precária, já faziam a plantação de mudas em latinhas, e vendiam na feira de Areia. Tal aspecto indicava uma tendência para o desenvolvimento e êxito do empreendimento. Percebendo todo o potencial que a atividade organizada poderia vir a ter, a partir de uma busca conjunta, articulou-se uma parceria como o SEBRAE que, inicialmente favoreceu a promoção de cursos de capacitação em São Paulo, Fortaleza, Recife, Gravatá, dos quais geralmente participava a maioria dos componentes do grupo. Quando isso não ocorria, havia o repasse daqueles que participavam para os que não estiveram presentes nessas reuniões.

A estrutura física da Flores da Vila Real é formada principalmente por duas estufas, conseguidas através da Universidade Federal da Paraíba – CCA – Areia, e o CNPq e 3 novas estufas adquiridas recentemente através da Embaixada dos Países Baixos. Com relação às iniciativas de ampliação, foi enviado um projeto para o MDA buscando a aquisição de novas estufas, posto que, pela demanda atual, o espaço já está atendendo a necessidade de uma maior produção; e outro projeto enviado ao Banco do Brasil e Ministério da Agricultura, também almeja a melhoria da estrutura física da floricultura.

Com relação ao plantio das culturas, o lisiantus (*Eustoma grandiflorum Shinn.*) é a principal cultura plantada na floricultura em questão. Foi a partir do SEBRAE que o grupo conheceu o lisiantus, em um curso de capacitação na HORTITEC – Holambra-SP. A beleza da planta despertou o interesse para seu cultivo em Areia, mas os técnicos alegavam que o Nordeste era muito seco e que não era um lugar apropriado para seu plantio. Insistindo no projeto, alguns componentes do grupo resolveram trazer para a floricultura algumas mudas. Quando estas se fizeram viçosas e floresceram, tiraram



fotos e enviaram para São Paulo, e aí se teve a confiança de que a região era propícia para esse tipo de cultura.

Resultados e Discussões

A iniciativa para a fundação da COFEP a partir dos atores locais devido à necessidade de gerar emprego e renda para as famílias desempregadas. Para isso foram valorizadas as potencialidades locais, principalmente o conhecimento nato das mulheres; assim como a valorização do território como principal ator no processo de formação do empreendimento. As mulheres ganham destaque visto que se tornaram provedores de suas famílias revelando nessa situação toda a força da construção social do ser masculino, homens educados em uma ordem patriarcal.

A COFEP é atualmente um empreendimento consolidado e referência na produção de flores no Estado da Paraíba, responsável pela melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas que apresentaram evolução dos aspectos sócio-econômico-culturais.

Quanto ao empreendimento Floricultura Flores da Vila Real, além do destaque para o trabalho feminino, revela a promoção do desenvolvimento a partir de uma nova economia baseada nas potencialidades locais, melhor qualidade de vida e desenvolvimento humano.

O trabalho desenvolvido pela associação “Flores da Vila Real” pode ser visto como uma atividade que se desenvolve dentro de uma nova linha de pensamento que viceja nos meios intelectuais e populares, que é a busca de alternativas econômicas capazes de gerar renda a pequenos grupos, muitos deles familiares, percebe-se a busca da viabilidade econômica baseada no uso sem exageros dos recursos naturais.

Referências Bibliográficas

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. Capital social e desenvolvimento local. In: LASTRES H.M.M. CASSIOLATO, J.E. MACIEL, M.L. Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2003.

ALBUQUERQUE, Francisco. Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.p.55-79.

ALMEIDA, Soraya H. Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba: um estudo de caso. Areia-PB: UFPB/CCA, 2008.65f. il.Trabalho de conclusão de curso(Graduação



em Agronomia)-Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Agrárias, Areia, 2008.

AMARO, Roque. A globalização e o desenvolvimento. Desenvolvimento Local. Disponível em: <http://www.consumoresponsavel.com/wp-content/rncr_fichas/RNCR_Ficha_A2_1.pdf> Acesso em 12 dez 2009.

DANTAS, Leiliam C. Desenvolvimento local e valorização de produtos dos engenhos de cana-de-açúcar em base territorial: o caso do Brejo Paraibano, 2003. 204 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. p.23-57.

DEMAZIÈRE, Christophe. L'ê développement économique solidaire en Europe: théorie pratique et perspectives. In: ZAOUAL, Hassan (Ed.). *La socio-économie des territoires: expériences et théories*. Paris: L' Harmattan, 1998. p.205-228.

GIANEZINI, Miguelangelo. 2009. O cooperativismo e o seu papel no processo de desenvolvimento local: a experiência das cooperativas agrícolas no médio norte de Mato Grosso. Artigo apresentado no 47º Congresso SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural), realizado em Porto Alegre no período de 26 a 30 de julho de 2009. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/1319.pdf> Acesso em: 12 dez 2009.

GIDDENS, A. As Consequências da Modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991. 6. IBGE. CIDADES DO Estado da Paraíba. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 12 jan 2010.

MACAIGNE, Pierre. Quelles définitions locales pour l'ê local? In: ZAOUAL, Hassan (Ed.). *La socio-économie des territoires: expériences et théories*. Paris: L' Harmattan, 1998. p.39-58.

MAIA, Isa. Cooperativa e prática democrática. São Paulo: Editora Cortez, 1985.

MOREIRA, E. de R.F. Mesorregiões e microrregiões da Paraíba: delimitação e caracterização. João Pessoa: GASPLAN, 1989. 74p.

PETITINGA, Carolina Santos. Desenvolvimento Local. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinições/DESENVOLVIMENTOLOCAL.pdf> Acesso em 12 jan 2010.

PINHO, Benevides Diva. O Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro. 18ª Edição. São Paulo: Fundação Brasileira de Cooperativismo, 1982.

PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. Marcos Cezar Freitas (org). São Paulo: Contexto, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.



SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. In: SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. 2. ed. revista. Campinas: UNICAMP. IE, 1999, pp. 1-32 (Coleção Pesquisas, 1).

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. 1ª edição. Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estudos avançados, maio/ago.2004, v.18, n.51, p.7-22. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a01v1851.pdf>. Acesso em: 22 set.2008.

SINGER, Paul. Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas. 4ª Edição. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. 1ª Edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOIHET, Raquel. Enfoques Feministas e a História: desafios e perspectivas. In: Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. Eni Mesquita Sâmara (org). São Paulo: EDUSC, 1997.

------. História das Mulheres. In: Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (org). 6ªed. Rio de Janeiro: Campos, 1997

TAPIA, Jorge R.B. Desenvolvimento local, concertação social e governança. São Paulo em perspectiva, v. 19, n.1, p.132-139, jan./mar.2005. Disponível em: <<http://www.sielo.br/pdf/spp/v19n1/v19n1a12.pdf>>. Acesso em 22 set. 2008.

XIMENES, Sérgio. Dicionário da língua portuguesa. 3ª Edição .rev.ampl. São Paulo:Ediouro,2001.



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

Cooperativas Virtuais e o difícil caminho da legalidade: o caso dos Agricultores Familiares da região do sul do estado de Santa Catarina

Dimas de Oliveira Estevam¹

Joelcy José Sá Lanzarini²

Realdino José Busarello³

¹ Doutor/Professor/ Unesc, E-mail: doe@unesc.net

² Especialista /Professor e Extensionista/ Unesc e Epagri, E-mail: joelcy@unesc.net

³ Especialista/Professor e Gerente Regional da Epagri/ Unesc, E-mail: rjbusarello@hotmail.com

Resumo

Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa e extensão em andamento que tem por objetivo “Desenvolver ações para criar uma rede de Cooperativas Virtuais na Região da AMREC (Associação dos Municípios da Região Carbonífera)” desenvolvido pelo GIDAFEC (Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Educação do Campo) durante o ano de 2011. Os agricultores familiares desta Região (A Amrec pertence à região sul catarinense) enfrentam dificuldades para continuarem no campo; se por um lado, a monocultura (arroz e fumo) e a integração (frangos e suínos) - principais atividades da Região - não têm proporcionado renda suficiente para uma vida digna no campo; por outro, a diversificação da produção nas propriedades enfrentam problemas relacionados a legalização da produção e comercialização. Para enfrentar essas dificuldades foram criadas às cooperativas de agricultores familiares (conhecidas localmente por Cooperativas Virtuais), mas após alguns anos de funcionamento, essas cooperativas enfrentam problemas com a sua manutenção. O objetivo do artigo é analisar as dificuldades enfrentadas pelas Cooperativas de Agricultores Familiares da Região Sul do Estado de Santa Catarina. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, com abordagem qualitativa. As informações foram obtidas a partir de anotações e gravações de reuniões realizadas no decorrer do ano de 2011. A primeira cooperativa foi criada em 2004, atualmente são seis cooperativas em funcionamento e outras em fase de discussão. Como resultado se verificou a importância das cooperativas na legalização da produção e da comercialização, possibilitando novas fontes de rendas aos cooperados. No entanto, mesmo sendo cooperativas não patrimoniais, se constatou que o custo operacional mensal de uma cooperativa é de aproximadamente quatro mil reais, em torno de cinquenta mil reais anuais, sem considerar os custos de produção de cada cooperado e os tributos da comercialização. Este custo de manutenção da cooperativa é considerado elevado pelos associados, pois cada cooperativa tem em média vinte e cinco cooperados e a renda de cada associado é relativamente baixa, em torno de dois salários mínimos mensais.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Cooperativismo, Cooperativa Virtual ou Não-Patrimonial.



Introdução

As atividades tradicionais do campo da Região Sul do Estado de Santa Catarina, a monocultura (fumo e arroz) e/ou a integração (frango e suíno) não têm proporcionado aos agricultores familiares uma vida digna no campo. Em contrapartida, os produtos oriundos da diversificação da agricultura familiar enfrentam problemas com a legalização da produção e da comercialização. Desta forma não existe saída para o agricultor familiar ou é um integrado da agroindústria ou é um produtor ilegal. E, ainda, a legislação, principalmente para produtos de origem animal tem se tornado cada vez mais rigorosa e quando os agricultores tentam sair da ilegalidade, os custos inviabilizam a reprodução das famílias.

As consequências destes problemas são bem conhecidas: a descapitalização, a pobreza, êxodo e outras mazelas. Além disso, a estrutura fundiária na região não permite mais a divisão horizontal da terra por meio da herança, porque as propriedades já são muito pequenas. Com pouca extensão de terra para a reprodução da família, nos moldes tradicionais da agricultura e da monocultura, as dificuldades de sobrevivência são cada vez maiores.

Diante deste quadro de incertezas sobre o futuro da agricultura da região, a EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) e as prefeituras municipais tem procurado alternativas que viabilizem estas propriedades em pequenas áreas de terra. A ideia inicial foi resgatar as antigas atividades artesanais desenvolvidas pelos agricultores, muitas das quais haviam sido abandonadas por causa da monocultura do fumo e/ou arroz e da integração, ou devido às exigências legais (sanitárias, ambientais e fiscais) que emperravam a produção e a comercialização de muitos produtos. Diante disso técnicos da Epagri apostaram na possibilidade de resgatar algumas das atividades culturais artesanais, como a produção de queijo, doce de leite, chimias, geléias, açúcar mascavo, melado, garapa, pão caseiro, cucas, salames, embutidos, galinha caipira, ovos, entre outras.

Desta forma, resgatar estas atividades e transformar em novas oportunidades de renda para gerar trabalho e renda no campo era o desafio. O primeiro problema a ser enfrentado era em relação a baixa escala de produção, que não permitia a estas famílias produzir de forma individualizada, pois os custos de produção, comercialização e legalização eram muito elevados e dificultavam qualquer iniciativa numa propriedade



isoladamente. O segundo era relacionado a distância das propriedades, como as comunidades rurais ficam distantes umas das outras, criar uma cooperativa nos moldes tradicionais era inviável.

Todavia, entre tantos problemas enfrentados pela agricultura familiar, o mais relevante é decorrente da falta de legalização dos empreendimentos rurais junto aos órgãos competentes que os tornou ilegal perante a legislação vigente. A vigilância sanitária cada vez mais rigorosa na aplicação da legislação e com isso impede a comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar, sob a alegação de que os mesmos não foram submetidos a inspeção e às normas de fiscalização sanitárias exigidas por lei para serem comercializados.

Para se adequarem as exigências legais, muitos agricultores tentaram legalizar individualmente suas atividades, mas fracassaram devido aos custos com o processo de registro; bem como, a manutenção da legalidade é incompatível financeiramente com a realidade socioeconômica da agricultura familiar. Diante desta situação iniciou-se na região um movimento em busca de alternativas que permitisse a legalidade da produção, mas a um custo compatível com a realidade dos agricultores familiares na Região.

A saída encontrada foi à organização em cooperativas virtuais ou não patrimoniais, como forma de legalizar a produção e a comercialização a um custo mais baixo. As cooperativas virtuais se diferenciam das cooperativas tradicionais por não terem patrimônio. O cooperado utiliza o CNPJ da cooperativa, que é o abrigo jurídico, para poder produzir legalmente em sua propriedade e vender o seu produto de forma legalizada com nota fiscal. A criação destas estruturas cooperativas, segundo Guimarães Júnior (2002), ocorreu em função das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares na comercialização da sua produção, em virtude das barreiras legais, sanitárias e ambientais.

A primeira cooperativa virtual criada na região Sul catarinense foi a Coofanove (Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Nova Veneza). Introduzida na Região por um grupo de agricultores familiares do município de Nova Veneza - SC que contou com o auxílio da Epagri local. A união destes agricultores com os técnicos da Epagri acabou dando origem a criação deste modelo cooperativo na Região. A Coofanove foi fundada no dia 19 de julho de 2004. Em 2005, a cooperativa inaugurou o seu *showroom* para exposição dos produtos dos cooperados, com o objetivo de divulgar e comercializar os seus produtos (MARCOLINO ET. AL., 2010).



Com o bom desempenho desta primeira iniciativa na Região, outras foram surgindo nos municípios vizinhos. Atualmente já são cinco cooperativas virtuais em funcionamento na região que são as seguintes: Coofanove (Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Nova Veneza - SC), Cooperativa Nosso Fruto de Criciúma - SC, a Coopafi (Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Içara – SC), a Coonafor (Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Forquilha - SC), Coofasul (Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Urussanga - SC) e a Coopermilla (Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Lauro Muller – SC).

O presente artigo levanta a seguinte pergunta de pesquisa: Quais são as dificuldades enfrentadas pelas Cooperativas de Agricultores Familiares da Região Sul do Estado de Santa Catarina? E o artigo tem como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas pelas Cooperativas de Agricultores Familiares da Região Sul do Estado de Santa Catarina.

No tocante a metodologia utilizada na pesquisa foi o estudo de caso, com abordagem qualitativa. As informações foram obtidas a partir de anotações e gravações de reuniões realizadas nas reuniões e encontros de trabalho no decorrer do ano de 2011. Quanto aos objetivos, o trabalho foi realizado de forma descritiva, já que se “utiliza de técnicas pautadas em coleta de dados e sua descrição” (GIL, 1991, p. 28).

A técnica utilizada, neste caso, é a de pesquisa de campo, pois se baseia em documentação direta e levantamento de dados realizado no local onde ocorrem os fenômenos, com o objetivo de obter informações sobre um problema, ou confirmar uma hipótese, ou descobrir novas relações entre fatos (TRUGILLO FERRARI, 1998).

A pesquisa de campo, segundo autor citado, “não deve ser confundida com a simples coleta de dados (tipo que corresponde à segunda fase de qualquer pesquisa); ela é algo mais que isso, pois exige contar com controles adequados e objetivos preestabelecidos que discriminam suficientemente o que deve ser colocado” (p. 229).

O presente artigo encontra-se dividido da seguinte forma: a primeira parte trata dos aspectos introdutórios; a segunda faz uma breve revisão da literatura sobre a questão da agricultura familiar; os aspectos referentes as cooperativas virtuais; o terceiro, caso das Cooperativas Virtuais de Agricultores Familiares da Região do Sul do Estado de Santa Catarina e por fim a conclusão.



2. Breve discussão sobre agricultura familiar

Depois de um longo período de descrença sobre o futuro da agricultura familiar, percebe-se na atualidade tentativas de resgate desta categoria, enquanto arranjo produtivo e categoria sócio-cultural de significado relevante. Assim, no tratamento da questão social e econômica do mundo rural. Este fato que reforça é importante, pois o retorno deste debate sob outra perspectiva, uma vez que o rural servia de contraponto ao moderno e como lócus de atraso. O reconhecimento da agricultura familiar se dá sob uma outra dinâmica. Este resgate da importância política da agricultura familiar no país pode ser observado na criação de vários aparatos institucionais, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e outros, comprovando a inclusão da categoria na pauta política. (WANDERLEY, 1996)

Em termos de discussões e reflexões sobre a importância da agricultura familiar no processo de desenvolvimento do país, inúmeras foram às conquistas oriundas de mobilizações sociais de grupos organizados que lutaram para demarcação e definição de uma base social, por meio da unificação dos movimentos sociais em torno de uma categoria da noção de agricultura familiar. (SCHNEIDER, 1999)

Todavia se constata que a agricultura familiar passa por grandes mudanças e diante desta situação, pesquisadores e entidades têm procurado refletir sobre algumas questões advindas deste segmento. Entre as quais se destaca a perda, ou não, de sua identidade rural, se estas mudanças influenciam em seus modos de vida, se há diminuição ou não da dimensão agrícola, se existe a tendência à individualização do campo. Todas estas e outras questões ganham, cada vez mais, importância em termos do futuro da agricultura familiar.

Ao mesmo tempo, atualmente existe uma grande pressão social por alimentos mais saudáveis e por uma vida com maior segurança alimentar, e a agricultura familiar têm um papel importante neste contexto. Desta forma, este segmento antes visto como fonte de problemas reaparece com a possibilidade para solucioná-los, além das oportunidades de emprego e de melhor qualidade de vida (WANDERLEY, 2000).

Além do mais, a agricultura familiar está associada à dimensão espacial demográfica, pois permite melhor distribuição populacional, com mais equilíbrio em termos territoriais, em comparação à agricultura patronal, normalmente associada à monocultura e ao latifúndio. Neste sentido a dimensão territorial do desenvolvimento rural, ganha “novo” sentido, em que as atividades agrícolas e não-agrícolas devem ser



integradas no espaço local, desta maneira a divisão tradicional rural/urbana ultrapassa o enfoque setorial (agrícola) do espaço rural.

Embora haja consenso entre inúmeros autores sobre a relevância da agricultura familiar na atualidade, às concepções em torno do conceito que se deveria adotar são diversos e conflituosos, apresentam inúmeras interpretações e significados entre os intelectuais, técnicos e entidades.

A agricultura familiar, para Abramovay (1997) é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm dos sujeitos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Entretanto, o autor admite que esta definição não é unânime e outras concepções existem dependendo do contexto e que isso é plenamente compreensível, uma vez que diferentes setores sociais constroem suas categorias e representações. Conforme o autor, o importante para caracterizá-la são três os elementos: gestão, propriedade e trabalho familiar. Ainda, segundo Abramovay (1992) a diferença da agricultura familiar nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas é com relação ao campesinato clássico. Se os camponeses podiam ser entendidos como “sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto a mercados” (p. 22), representando um modo de vida caracterizado pela personalização dos vínculos sociais, a “agricultura familiar, [...] é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais” (p. 22). Ou seja, o que antes era considerado um modo de vida, agora converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho.

Já para Wanderley (1995) o ponto de partida do conceito de agricultura familiar, é o entendimento de que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e assume todo o trabalho na unidade produtiva. Neste sentido é importante destacar que o caráter familiar não é um mero acaso superficial e descritivo: o fato de associar família, produção e trabalho têm conseqüências marcantes para a forma como ela age econômica e socialmente. A autora, ainda, destaca que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno no Brasil, constituindo-se num segmento historicamente "bloqueado", impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Desta forma a agricultura familiar não sofreu apenas com a exclusão, mas quase sempre esteve no plano secundário em que se privilegiou a industrialização como força motriz do progresso e da modernização, tendo como contraponto a agricultura familiar



considerada o lócus do atraso. Por isso a história do campesinato no país pode ser definida como a luta para obter um espaço próprio na economia e na sociedade, sob o signo da precariedade, o que se tornou difícil de desenvolver toda a sua potencialidade.

Corroborando com autora acima, Carneiro (1999) descreve que o trabalho fora da propriedade é uma condição necessária para permanência desta população no campo e uma forma de viabilizar as pequenas propriedades que de outra forma não conseguiriam se manter. A autora destaca que vários seriam os motivos, entre os quais o de responder pelas demandas impostas pelo mercado, já que não seria possível depender exclusivamente das atividades desenvolvidas nas propriedades para sobreviver.

Isso decorre da diversidade de formas sociais contidas na agricultura familiar, segundo Carneiro (1999) em que não se constitui numa categoria homogênea e nem representativa de classe:

Não se trata de um grupo social homogêneo, nem de uma classe social, mas incluem diversidade social produzida pelas diferentes condições de produção a que estão submetidas, tais como: tamanho da propriedade, grau de emprego de técnicas agrícolas, acesso a crédito, capital cultural e social (1999, p.340).

Se por um lado, as características formativas da agricultura familiar se inserem na atualidade num debate multidisciplinar em razão de sua grande amplitude, diversidade e complexidade, por outro lado, Wanderley (2000), alerta que a agricultura familiar não deve ser tratada como se fosse uma categoria social recente, nem também corresponde a uma categoria analítica nova para as Ciências Sociais e Política, nem tampouco é um personagem novo, conforme é apresentada muitas vezes pelos formuladores de políticas públicas.

Em que pese às divergências em relação aos princípios e noções da agricultura familiar, é possível verificar consenso em termos gerais entre os autores de que numa propriedade rural, o trabalho realizado é na maioria familiar, a terra e a família estão intimamente interligadas. Estes são os pontos convergentes, mas a partir deste ponto comum, as discordâncias e as nuances levantadas apontam para as limitações desta noção que acaba por englobar num único conceito uma grande variedade de agricultores familiares, não sendo possível reconhecer um referencial empírico homogêneo. Trata-se de um campo amplo demais para incluir um grau de elevada ambiguidade e integrar todos num único rótulo de grupos sociais heterogêneos e princípios definidores divergentes (MOREIRA, 1998).



Neste sentido, não seria adequado identificar o agricultor familiar a uma classe social, como resultado de um processo de diferenciação social em que o termo agricultor familiar seria atribuído à exploração moderna, com base no trabalho familiar, orientada pela lógica empresarial capitalista, em oposição ao camponês tido como uma categoria social do passado e não capitalista. Por isso, não se trata de esgotar o tema e nem de simplificar a discussão tão complexa como o da agricultura familiar, mas de evidenciar o quão complexo é o debate.

De forma resumida, se procurou discutir algumas questões relativas à agricultura familiar, em que o objetivo não foi abarcar todas as suas problemáticas adjacentes, mas apenas incitar alguns temas que são relevantes para este artigo. Entre eles se destacou a sua importância na atualidade, sua heterogeneidade e a relação entre o trabalho familiar e a terra. Assim, ao se definir brevemente a agricultura familiar e sua complexidade, deve-se levar em conta todas as formas que esta categoria social representa, seja baseada no trabalho familiar agrícola e não-agrícola ou com a participação do trabalho assalariado, mas que a força de trabalho é familiar.

Revitalização das atividades socioeconômicas e culturais da agricultura familiar

A Região do extremo sul catarinense, mais especificamente da Amrec, é reconhecida por suas comunidades rurais com forte influência da colonização italiana e alemã. A revitalização desta herança étnico-cultural, através da valorização em vários aspectos da origem das famílias, não deve se restringir a políticas públicas culturais e educativas, a partir da evocação do histórico, das municipalidades em questão. A valorização deve partir tanto do campo quanto da cidade, para uma ressignificação do rural.

Muitos recantos no interior dos municípios, nas mais diversas localidades ou ao largo das sedes municipais, estão se tornando foco de interesse comercial, pecuniário, imobiliário, recebendo a atenção dos setores urbanos e dando novos rumos à antiga história de que o êxodo rural era irreversível, em tantos tratados econômicos (ABRAMOVAY, 2003).

Sobre esta questão da valorização do campo, Rodrigues (2009, p. 2), ressalta os aspectos positivos, bem como os negativos:

[...] assiste-se a um crescente processo econômico que, além de valorizar antigas formas produtivas e sociais do rural, agrega outras práticas econômicas, como o consumo espacial do campo, através de residências de final de semana para os cidadãos, da privatização dos espaços naturais e do consumo das relações sociais do rural, que são vendidos através de



rotas e programas turísticos que integram passeios, festividades e a venda de produtos alimentares e artesanais típicos do rural. A exploração econômica do campo para além das atividades agrícolas, também acarreta consequências negativas; no entanto, a revalorização e a inovação de atividades econômicas no campo, atualmente, têm se consolidado pelo lado positivo de serem importantes alternativas para a manutenção de famílias rurais.

A diversificação das atividades é considerada para o autor acima, como o aumento do potencial do campo no fomento à multiplicação das atividades que possam gerar dividendos às famílias que conduzem a agricultura no interior dos municípios. Pode incluir vínculos do rural e do urbano. Isto porque as atividades que mostram a vida do interior como salutar, assim como seus produtos, e a vinculação do potencial agrícola como fixador do modo de vida do homem do campo, tornam-se políticas de desenvolvimento rural.

Os processos sociais que favorecem a diversificação e a valorização de recursos territoriais específicos, podem contribuir para o reconhecimento dos múltiplos papéis da agricultura familiar. A partir deste ângulo, o rural ganha terreno, com a ideia de que o espaço territorial carrega vida e cultura, com potencial para se desenvolver (MARQUES, 2009).

Evidencia-se, com este retrato que a agricultura familiar, por meio da diversificação da produção como uma possibilidade de permanência do agricultor familiar no campo, porque atualmente lhe permite obter renda, através da valorização seus produtos, agregando valor, e isto em caráter de união com as outras famílias de uma região, em trabalho conjunto de valorização de todo o espaço.

Diante disto, a Lei 11.326/2006, corrobora com as possibilidades de diversificação das atividades do campo. Conforme Heck (2006), a lei foi uma conquista de mais de dez anos de lutas dos movimentos sociais do campo. Com esta lei, os agricultores familiares passaram a ser reconhecidos como uma categoria produtiva, de acordo com os parâmetros do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), sob responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Assim, as políticas públicas da agricultura familiar são institucionalizadas e articulam-se, em todas as fases de implantação, gestão e execução, com as políticas direcionadas à Reforma Agrária. Isto contribui para uma maior descentralização das ações públicas e para a sustentabilidade ambiental e socioeconômica, promovendo a participação dos agricultores na sua formulação e implantação. O agricultor familiar agora é reconhecido, para todos os efeitos, legal e profissionalmente.



Embora os aspectos relacionados à diversificação e à agricultura familiar sejam controversos, para o presente artigo são considerados suficientes, uma vez que o debate permite dar sustentação à pesquisa de campo. Um dos objetivos das cooperativas virtuais ou não patrimoniais sustenta-se no apoio à diversificação e revitalização das atividades nas propriedades rurais para viabilizá-las econômica e socialmente.

Cooperativa virtual ou não patrimonial

O Cooperativismo virtual ou não-patrimonial surgiu no Brasil, segundo Bialokorski Neto (2002, p. 13), em razão dos altos custos de gestão das cooperativas tradicionais, em forma de cooperativas diferenciadas:

[...] não apresentam ativos imobilizados e estruturas de processamento e distribuição próprias. Essas organizações não têm nas economias de tamanho e escala a sua vantagem de custos, mas objetivam a vantagem de custos na ausência de manutenção e investimentos em próprios imobilizados, funcionários e corpo administrativo próprio. Estas cooperativas ditas virtuais são organizações cooperativadas caracterizadas por pequeno número de sócios, entre 20 e 30 na maioria dos casos, que não possuem prédios ou administração e que movimentam pequena quantidade de commodities, mas com altos e diferenciados padrões de qualidade, ainda orientados conscientemente, de forma segura, para nichos internos de mercado.

Uma cooperativa virtual, para Gontijo (2005), ocupa um novo espaço de organização e representação política e comercial, conferindo mais organização aos produtores. Há uma remodelação de todo o seu sistema de operação com a instituição das cooperativas virtuais, de estrutura simplificada, com redução substancial dos custos operacionais e melhoria nas sobras aos cooperados.

As cooperativas virtuais recebem mesmo tratamento legal das cooperativas tradicionais, tais como: o número mínimo de 20 sócios para constituir uma cooperativa; registro em juntas comerciais; inscrição na receita federal e estadual; assim como, todos os demais registros cabíveis em decorrência do ramo de atividade da cooperativa. A grande vantagem deste modelo é não ter a necessidade de uma infra-estrutura para armazenagem e beneficiamento. Basta ter agricultores organizados, uma vez que cada cooperado possuirá a sua própria unidade de produção, levando o produto já pronto para ser comercializado na cooperativa ou diretamente ao mercado consumidor (GUMARÃES JUNIOR, 2011).

Quando comparadas as estruturas do sistema cooperativista tradicional que são pouco flexíveis e inadequadas para atender a agricultura familiar. As cooperativas virtuais, segundo Gontijo (2005), são o oposto porque possibilitam a realização da



compra e a venda direta coloca em contato direto o produtor e o consumidor, com isto elimina a figura do atravessador, tornando o processo mais vantajoso para ambos.

O objetivo da cooperativa virtual, segundo Kalinoski (2009) é fortalecer os cooperados através da união que a cooperativa pode proporcionar. Desta forma haverá a diminuição da intermediação de atravessadores que reduzem os lucros dos agricultores familiares e encarecem o produto ao consumidor no mercado final. A cooperativa tem por objetivo de evitar que isto ocorra.

Através da cooperativa virtual pode-se construir um modelo mais adaptado a realidade do campo. Em que o consumidor por adquirir produtos com melhor qualidade e com preço justo; o cooperado tem a oportunidade de oferecer produtos diversificados com custo menor e com maiores sobras. Feito as considerações a respeito do cooperativismo virtual, passa-se a descrever as cooperativas virtuais da região da Amrec que foi inspirada no modelo de cooperativa virtual.

3. Cooperativas Virtuais e o difícil caminho da legalidade: o caso dos Agricultores Familiares da Região do Sul do Estado de Santa Catarina

Conforme destacado acima, os problemas da falta de legalização dos empreendimentos rurais junto aos órgãos competentes são comuns nos municípios da região, assim como no país. A vigilância sanitária cada vez mais atenta na aplicação da legislação e, com isso, tem impedido a comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar, sob a alegação de que os mesmos não foram submetidos às normas de fiscalização exigidas por lei para serem comercializados livremente junto aos consumidores (BRITO, 2007).

Para atenderem e se adequarem as exigências legais, muitos agricultores tentaram individualmente legalizar suas atividades, mas fracassaram porque o processo de registro dos empreendimentos; bem como, a manutenção são incompatíveis financeiramente com a realidade socioeconômica da agricultura familiar na atualidade. Diante desta situação iniciou-se um movimento em busca de alternativas que permitisse a legalidade da produção, mas a um custo menor dentro das possibilidades dos agricultores familiares na Região.

É dentro deste contexto que vai surgir a primeira cooperativa virtual da Região Sul catarinense. A Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Nova Veneza (Coofanove) foi fundada no dia 19 de julho de 2004. No ano de 2005, a Coofanove



inaugurou o seu showroom para exposição dos produtos dos associados, facilitando a divulgação e a comercialização.

A ideia de criar esta cooperativa surgiu a partir das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares do município em comercializar sua produção numa feira municipal. A feira funcionava semanalmente nos fundos da rodoviária municipal de Nova Veneza. Essa feira teve curta duração, pois depois de dois anos de funcionamento encerrou suas atividades devido a ilegalidade dos feirantes. Dentre os obstáculos na comercialização destaca-se a legislação sanitária e a falta de pagamento de tributos, por estarem ilegais. Diante disso, surgiu a necessidade de buscar outras formas alternativas de organização para sair da ilegalidade.

A proposta inicial de criar uma cooperativa virtual para organizar esses produtores, surgiu de um extensionista da Epagri de Criciúma que conhecia a proposta. A Coofanove se caracteriza dentro do modelo de cooperativa virtual ou não patrimonial, por servir de abrigo aos agricultores familiar cooperados, ao possibilitar a organização da atividade de forma individual sob um único CNPJ, o da Coofanove. A vinculação dos associados à cooperativa deu-se por meio de contrato de comodatos forma que ainda é utilizada na adesão de novos cooperados (MARCOLINO ET. AL. 2010).

Depois desta experiência, outras foram surgindo nos municípios vizinhos. Atualmente já são seis cooperativas virtuais em funcionamento na região que são as seguintes: Coofanove (Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Nova Veneza - SC), Cooperativa Nosso Fruto de Criciúma - SC, a Coopafi (Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Içara – SC), a Coonafor (Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Forquilha - SC), Coofasul (Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Urussanga - SC) e a Coopermilla (Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Lauro Muller – SC). Atualmente estas cooperativas contam com aproximadamente 150 associados diretos.

Cabe destacar que com a criação das cooperativas houve a possibilidade de regatar e revitalizar inúmeras atividades abandonadas devido a monocultura do fumo e do arroz, que agora estão sendo resgatadas como são os casos da produção de pães, bolachas, biscoitos, doces em pasta, conservas de frutas e hortaliças, produtos de origem animal derivados de leite (queijo, ricota, manteiga, bebida Láctea... e derivados de carnes suína (salame, lingüiça, carnes defumadas, copa, torresmo, costelinha defumada,



etc...) para venda aos programas institucionais do Governo Federal (Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA) e no mercado em geral e nas feiras municipais.

Desta forma, estas cooperativas virtuais passaram a ser um marco na trajetória do desenvolvimento rural da região, pois conseguem inserir no contexto de mercado de forma legal a produção feita nas pequenas propriedades rurais, permitindo assim uma distribuição da renda mais equitativa a esta camada da sociedade tão desassistida.

Se por um lado, as cooperativas possibilitaram a resolução do problema da legalização da produção e da comercialização; por outro, as cooperativas enfrentam problemas de manutenção – o custo operacional é considerado alto, mesmo sendo diluído entre os cooperados. No entanto, mesmo se tratando de cooperativas não patrimoniais, o custo operacional mensal de uma cooperativa é de aproximadamente quatro mil reais, em torno de cinquenta mil reais anuais, sem considerar os custos de produção de cada cooperado e os tributos da comercialização. Este custo de manutenção da cooperativa é considerado elevado pelos associados, pois cada cooperativa tem em média vinte e cinco cooperados e a renda de cada associado é relativamente baixa, em torno de dois salários mínimos mensais. Caso fosse somado os custos das seis cooperativas ter-se-ia um custo anual de trezentos e cinquenta mil reais. Caso venha se constituir a rede, o custo poderá ser rateado entre as cooperativas e ficar nos cinquenta mil reais.

No entanto, se o primeiro desafio desses agricultores foi vencido que era criar as cooperativas para legalizar a produção e a comercialização. Agora o segundo desafio é posto é criar a rede; por isso, é preciso dar outro passo importante para o fortalecimento do movimento, que é a criação de uma rede de cooperativas virtuais na Região da Amrec. Na mesma lógica de antes da criação das cooperativas, em que os agricultores trabalhavam isoladamente e sem perspectivas de continuidade no meio rural, com cooperativas tiveram a possibilidade de permanecer no campo. Agora é a vez de fortalecer o movimento, por meio da integração destas cooperativas em rede; pois, se isso não ocorrer às chances de sobrevivência destas cooperativas poderão ser remotas. Além disso, outra preocupação é com a expansão dos negócios da cooperativa para fora de seu município de origem. Este processo pode iniciar a concorrência entre cooperativas, o que seria uma ameaça para todo o movimento.



Diante disso, o Gidafec/Unesc e a Epagri iniciaram em 2011 um trabalho com o objetivo de incentivar os cooperados e suas lideranças para a criarem uma “rede” de cooperativas para diluir os custos operacionais e fortalecer o movimento. Este processo já está bem avançado, espera-se que em 2012 os trabalhos avancem ainda mais.

Considerações Finais

Desta forma conclui-se que a diversificação da produção, associada à modalidade de cooperativismo virtual, é uma forma de legalizar a produção e a comercialização e garantir a sobrevivência dos agricultores familiares, por meio da viabilização da venda dos produtos, bem como da compra em conjunto de insumos para a propriedade. No entanto, mesmo sendo cooperativas não patrimoniais, se constatou que o custo operacional mensal de uma cooperativa é elevado para ser diluído entre os cooperados. Pois os mesmo tem uma renda mensal de aproximadamente dois salários mínimos. Por isso, a criação de uma rede de cooperativas para região é essencial para a sobrevivência das mesmas.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992.

_____. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões**. Brasília (DF): Unesco, 1997.

_____. ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BIALOKORSKI NETO, Sigismundo. **Estratégias e cooperativas agropecuárias: um estudo analítico**. Ribeirão Preto: USP, 2002. Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/~sigbial/insere_out2002/Estrategias_e_Cooperativas_Sig2.pdf>. Acesso em 10 set. 2011.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CONAB**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_papel_conab.html> Acesso em: 10 ago. 2011.

BRITO, Celestino de O. Limites para adequação da agroindústria artesanal familiar aos mecanismos de mercado. In.: BRANDENBURG, Alfio et. al. **Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas**. Brasília: MDA, 2007.

CARNEIRO, Maria J. **Agricultura familiar e pluriatividade: tipologias e políticas**. In: COSTA, L.F.Carvalho; BRUNO, Regina; MOREIRA, Jose R. (orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: MORAD, 1999

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.



GUIMARÃES JUNIOR; José Custodio Santos. **Área de organização rural:** encontro de produtores rurais de Ponta Grossa- PR. Disponível em <<http://www.emater.pr.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

GONTIJO, Jacques. **Cooperativismo** – um caminho mais seguro para os produtores de leite. Revista INFORME AGROPECUÁRIO ITAMBÉ, Itambé/MG, 2005. Disponível em: <<http://www.itambe.com/Cmi/Pagina.aspx?643>>. Acesso em 10 set. 2011.

KALINOSKI, Messias. **Campo Mourão, Roncador.** Cooperativa virtual é a proposta da Emater. Instruções do Campo Roncador - Instituto Emater – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Campo Mourão/PR, 6 jul. 2009. Disponível em:<<http://www.emater.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1613>>. Acesso em 10 set. 2010.

HECK, Selvino. **A força da agricultura familiar.** 2006. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/16496/1/o-perfil-da-agricultura-familiar-brasileira/pagina1.html#ixzz119drUgmZ>. Acesso em 23 set. 2011.

MARCOLINO, Juliana, et. al. **Cooperativa Virtual: o caso da Coofanove de Nova Veneza - SC.** Criciúma – SC: II Seminário das Ciências Sociais Aplicadas da UNESC, 2010

MARQUES, Paulo Eduardo M. Agricultura familiar tem papel multifuncional, contribuindo para desenvolvimento territorial. **Revista Cidadania e Meio Ambiente, Portal EcoDebate, USP.** 2009. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2009/06/25/agricultura-familiar-tem-papel-multifuncional-contribuindo-para-desenvolvimento-territorial/>. Acesso 10 set. 2011.

MOREIRA, Roberto J. **Ruralidades e Globalizações: ensaiando uma interpretação.** In: Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, “Sustentabilidade e democratização das sociedades rurais na América Latina”. Porto Alegre - RS, 2002. Anais...

SCHNEIDER, S. **Desenvolvimento Rural Regional e articulações extra-regionais.** In: Anais do I Fórum Internacional: Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Fortaleza - CE, 16 a 19 de novembro 1999.

TRUGILLO FERRARI, Alfonso. **Metodologia da pesquisa científica.** São Paulo:McGraw-Hill, 1998.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. **Territorialidade e ruralidade no nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural.** In: SABOURIN, E.; TEXEIRA, O. (orgs.) Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 1999.

_____. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo.** *Estudos Sociedade e Agricultura.* Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, n. 15, p. 87-145, out. 2000.

_____. **Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção.** *Abra.* Campinas: n. 2/3, p. 37-57, maio/dez. 1995.



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

Disparidades territoriales y estrategias diferenciadas de Desarrollo Local: Un estudio de caso comparativo entre las Microrregiones del Valle del Assú y del Seridó Oriental en el Estado de Rio Grande del Norte en la región Nordeste de Brasil

Raimundo Rodrigues de França Jr.¹

¹Doctorando en Desarrollo Local y Territorio *Universidad de Valencia – UV/España*
E-mail: rodefra@alumni.uv.es / mundocajunior@yahoo.com.br

Resumen

La pretensión de este artículo es llevar a cabo un análisis comparativo de las disparidades socioeconómicas a escala microrregional, mediante el estudio de las Microrregiones del Valle del Assú y del Seridó Potiguar, en el territorio del Estado de Rio Grande del Norte en el Nordeste de Brasil. El objetivo principal es mostrar las singularidades y contradicciones de cada microrregión analizada, buscando entender el proceso de desarrollo en cada una de ellas. En aras de una investigación más adecuada, se tiene en cuenta no solamente la dimensión socioeconómica, sino también la dimensión político-institucional, teniendo en cuenta las limitaciones que la primera presenta en el análisis de los procesos de desarrollo, tal como ha apuntado Matos (2006).

Palabras llave: Entorno Institucional; Abordaje Multidimensional del Desarrollo; Circularidad en los Procesos de Desarrollo Local.



Introducción

Noguera Tur (1999) defiende que, el origen de los desequilibrios espaciales hay que buscarlo en el complejo proceso que resulta de la interacción de las distintas esferas — económica, social, política, cultural, administrativa, etc. — que componen la sociedad, y en la evolución resultante de esta interacción. Por lo tanto, la noción de lugar es esencial por cuanto se convierte en el elemento territorial básico para comprender la “singularidad y contradicciones” de los espacios. Cada lugar es el resultado de una combinación específica e irrepetible de las distintas esferas mencionadas. Los procesos generales que acontecen en la mayoría de los espacios tienen, en cada lugar, matices particulares que refuerzan el concepto de singularidad y contradicción. Por tanto, surge la necesidad de considerar los desequilibrios y desigualdades regionales como resultado de un proceso complejo e individual, que necesita de un estudio en profundidad en cada caso, que descubra las singularidades y condicionantes de cada lugar.

La pretensión de este artículo es llevar a cabo un análisis comparativo de las disparidades socioeconómicas a escala microrregional¹, mediante el estudio de las Microrregiones del Valle del Assú y del Seridó Potiguar, en el territorio del Estado de Rio Grande del Norte en el Nordeste de Brasil. El objetivo principal es mostrar las singularidades y contradicciones de cada microrregión analizada, buscando entender el proceso de desarrollo en cada una de ellas. En aras de una investigación más adecuada, se tiene en cuenta no solamente la dimensión socioeconómica, sino también la dimensión político-institucional, teniendo en cuenta las limitaciones que la primera presenta en el análisis de los procesos de desarrollo, tal como ha apuntado Matos (2006)².

1 Análisis comparativo de trayectorias de desarrollo

Cuando hablamos de Desarrollo tratamos de un término amplio y complejo, que a lo largo de su formulación ha asumido diversos significados. Todavía, Valcárcel

¹ La escala microrregional es la que más se aproxima a la escala local, y por tratarse de agrupación de municipios, pudiendo dar más representatividad a la investigación.

² “si las limitaciones de los indicadores de renta (como el PIB) constituyen una unanimidad entre los analistas más preocupados con la complejidad del problema del desarrollo, tampoco las tres dimensiones del Índice de Desarrollo Humano (IDH) – salud, educación y renta - parecen satisfacer las exigencias de un análisis más profunda de la cuestión” (Matos, 2006, p. 23);



(2006) al citar Singer (1989) dice ser posible dividir las conceptualizaciones más usuales en dos corrientes: la que identifica desarrollo con crecimiento económico, donde la ausencia de crecimiento económico es lo que caracteriza el subdesarrollo, y la corriente que distingue desarrollo de crecimiento, y que ve el crecimiento como un proceso de expansión cuantitativa, mientras que desarrollo es encarado como un proceso de transformaciones cualitativas de los sistemas económicos. Sobre la segunda corriente, Valcárcel afirma que “la expansión del producto real de una economía durante determinado periodo de tiempo, es condición indispensable para el desarrollo, pero no condición suficiente” (Valcárcel, 2006, p. 34).

Los programas y políticas de desarrollo basados en un modelo de crecimiento económico sin desarrollo social, en la medida en que han reforzado la dependencia y disparidades entre territorios³, son criticados a lo largo de décadas por economistas como Celso Furtado (1996)⁴, Amartya Sen (2000), José Eli da Veiga (2004), entre otros, que en sus análisis han resaltado la importancia de los factores no económicos para explicar el proceso de desarrollo y la necesidad de tener en cuenta el enfoque multidimensional (interdependencia entre los fenómenos económicos, sociales, políticos, culturales e institucionales) en el análisis de ese proceso. Así, para entender las singularidades y contradicciones en los procesos de desarrollo de las Microrregiones analizadas en ese estudio, es necesario tener en cuenta los factores socioeconómicos y político-institucionales de ese fenómeno.

1.1 El abordaje socioeconómico del desarrollo

Inicialmente, durante el periodo colonial en el siglo XVI, la construcción y el desarrollo de estos espacios que hoy comprenden las Microrregión del Valle del Assú y

³ La noción de Territorio aplicada en ese trabajo aproximase a la idea desarrollada por Milton Santos e Silveira (2001), los cuales resumen bien las dificultades y ambigüedades asociadas a ese término, muchas veces confundido por la lenguaje cotidiana, con el termino espacio. El territorio es entendido como “un espacio construido históricamente y socialmente, en el cual la eficiencia de las actividades económicas es intensamente condicionada por los lazos de proximidad y por el sentimiento de pertenencia. El territorio es un resultado y no un dado” (Cirad-Sar, en Sabourain, 2002, p. 28). El territorio es pues producto del entrelazamiento de proyectos individuales y colectivos, en que instituyen procesos de identificación y de negociación de los intereses comunes y conflictivos. De esa forma, el territorio es algo permeado por la lógica de la dominación y de intereses, muchas veces confrontantes, inscritos tanto en un espacio físico cuanto su forma de ocupación. Tenemos así una concepción de territorio como espacio en que se confrontan distintos intereses y estrategias de gestión.

⁴ Ya en los años de 70's, Celso Furtado (1996) habla de un mito del desarrollo, prebendo que la reproducción del modelo de desarrollo basado en el crecimiento económico era limitado e irreal, llevado a efecto por las promesas de la modernidad, más como un dispositivo de manipulación política de lo que como un proyecto comprometido con las regiones periféricas.



del Seridó Oriental, se hizo efectiva a través de la ampliación e interiorización de la cría de ganado, sumado a la producción ya vigente de caña de azúcar, que se desarrollaba en las áreas más próximas al litoral. A partir del siglo XIX surgen otras actividades – en el Valle del Assú se destaca el cultivo de la carnauba para extracción de la cera, y en el Seridó Oriental el cultivo del algodón y la extracción mineral - que van ser cruciales en la configuración de esos territorios, tejiendo una red de relaciones, tanto en el espacio de producción y transformación primario, como en la estructura de comercialización, que vinieron a reforzar sus marcas de singularidad.

Estos fueron los elementos básicos de la estructuración del espacio económico, social y político de las dos regiones objeto de análisis, siendo esta estructura descrita la que subsiste hasta mediados de la década de los ochenta. De manera que aún predominaba un sistema de producción basado en esos grandes complejos⁵, donde las relaciones sociales de producción eran fundamentadas en la aparcería⁶, predominante en la grande y media propiedad. En la pequeña unidad productiva, el trabajo era desarrollado por la mano de obra familiar. El trabajo asalariado era escaso y precario, se encontraba apenas en la fase de transformación de la producción. La población en esa época era eminentemente rural.

Esta estructura productiva sigue vigente hasta la segunda mitad del siglo XX (década de los ochenta), donde la crisis de la economía tradicional (por la baja de los precios de productos exportados como el algodón, minerales y cera de carnauba), y la fuerte migración hacia las ciudades de una parte importante de la población participante en estos dos sistemas productivos, supuso el abandono de las actividades agrícolas.

La distribución espacial, que en los años 50's era caracterizada por una sociedad típicamente rural, con casi 70% de la población habitando en áreas rurales, hoy pone de manifiesto rasgos marcados de una sociedad urbanizada, con más de 60% de los habitantes viviendo en las ciudades, llegando a más de 80% en la Microrregión del Seridó Oriental (datos del IBGE, censo del año 2010).

⁵ En el Seridó Oriental tendríamos el complejo pecuaria/algodón/productos alimenticios - en especial, el maíz, la judía y la mandioca - y la actividad de extracción mineral; y en el Valle del Assú la pecuaria estaba asociada a la extracción de la cera de la carnauba y el cultivo de productos alimenticios.

⁶ El contrato de aparcería es aquel contrato por el cual el propietario (cedente aparcerero) de una finca rústica encarga a una persona física (cesionario aparcerero) la explotación agrícola de dicha finca a cambio de un porcentaje en los resultados. Históricamente esta figura se ha utilizado más en aquellos territorios en los que la explotación agrícola directa era menos rentable. Mediante la aparcería, por tanto, el latifundista se ha asegurado el máximo rendimiento posible de sus posesiones mediante la atomización de la unidad de explotación, y sobre todo mediante el riesgo compartido con un explotador directo absolutamente dependiente de la rentabilidad de dicha explotación.



La economía también cambió su perfil en esos espacios que, acompañando la dinámica del Estado de Rio Grande del Norte, empiezan a registrar el crecimiento de las actividades industriales y de servicios y disminución de la agropecuaria. La tabla 03 muestra la distribución del PIB para los distintos niveles geográficos en el año 2008 (Estado y Microrregiones – el Valle del Assú M1 y el Seridó Oriental M2), según sector productivo. Es válido destacar que en la formación del PIB es sumado también el valor correspondiente a la recaudación de los impuestos.

Tabla 03: Distribución del PIB (a precios corriente y porcentaje) para los distintos niveles geográficos (Estado y Microrregiones – M1 y M2), según sector productivo en el año 2008

Unidad de la Federación, Microrregión y Municipios	Producto Interno Bruto - PIB/2008 (1)										Per capita (R\$*) 2008 (1)
	PIB por sectores de actividades y recaudación de impuestos / precios corrientes (1 000 R\$*)										
	Agropecuaria		Industria		Servicios		Impuestos**		Total		
	R\$*	%	R\$*	%	R\$*	%	R\$*	%	R\$*	%	
Rio Grande do Norte	-	4,00	-	22,33	-	61,58	-	12,08	25.481.449	100	8.202,81
M1 (Valle del Assú)	56.350	5,13	522.358	47,56	453.791	41,32	65.606	5,97	1.098.106	100	8.179,37
M2 (Seridó Oriental)	66.633,00	10,83	47.881,0	12,17	418.823,00	68,08	54.784,0	8,90	615.121,00	100	5.212,71

(1) Datos sujetos a revisión;

*R\$ es el símbolo de la moneda en curso legal en Brasil, el real (plural *reais* en portugués). Su código es BRL;

** ES la suma de los siguientes campos: "Impuesto sobre la Propiedad Edificable y Territorial Urbana - IPTU", "Impuesto sobre Servicios de Cualquier Naturaleza - ISS" y "Otros Tributos".

Fuente: IBGE - en colaboración con Órganos Estatales de Estadística, Secretarías Estatales de Gobierno e Superintendencia de Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) - y elaboración propia.

Como muestran los valores en la tabla, el crecimiento económico en la Microrregión del Valle del Assú está asentado principalmente en la actividad industrial, la cual corresponde a más de 47% de la producción de bienes y servicios finales, seguido del sector servicios (con 41,32%), y por último el sector agropecuario (con 5,13%). A eso es sumada la recaudación de impuestos, que corresponde 5,97% del PIB total de la Microrregión. El fuerte crecimiento de la industria es reflejo de la reestructuración económica por la cual paso la región, cuando se expande la actividad agroindustrial pautada en métodos tecnológicos avanzados, fruto de la inversión de capital público/privado.

Distinto de lo que se ha visto en el Valle del Assú, la reestructuración productiva en la Microrregión del Seridó Oriental ha estado basada en actividades tradicionales caracterizadas por la baja inversión en innovación y tecnología, causa de la baja productividad de la industria en la región, representando apenas 12,17% de su PIB total.



El crecimiento económico en la Microrregión está asentado en actividades ligadas al sector servicios que compone 68,08%, seguido de la industria (12,17%); agropecuaria (10,83%), lo que es sumado a la recaudación de impuestos (8,90%).

El análisis de la tabla nos indica que las Microrregiones no son homogéneas desde el punto de vista económico, las diferencias entre ambas son significativas. De acuerdo con los datos el Estado de Rio Grande del Norte posee marcada desigualdad económica interregional. Para tener una idea, la Microrregión del Valle del Assú contribuyó en el año de 2008 con cerca de 4,3% de toda la producción de bienes y servicios finales realizados por el Estado, y ha presentado un PIB *per cápita* de R\$ 8.179,37 (lo que muestra que el crecimiento del PIB en la Microrregión acompaña la media estatal que es de R\$ 8.202,81). En contrapartida, la Microrregión del Seridó Oriental ha contribuido con apenas 2,4% de la producción interna estatal de bienes y servicios finales y presentó un PIB *per cápita* de R\$ 5.212,71, creciendo por debajo de la media estatal.

Las disparidades entre las dos Microrregiones no se limitan simplemente al Crecimiento Económico (CE), pues al hacer un análisis del Desarrollo Humano (DH) podremos percibir además de distinciones, contradicciones, en la medida en que comparamos el índice que mide el Crecimiento Económico (el PIB - PIB *per capita*) con el que mide el DH (el Índice de Desarrollo Humano – IDH⁷) de cada Microrregión. La Microrregión del Valle del Assú, donde el crecimiento del PIB *per cápita* acompaña a la media estatal, mantiene el crecimiento del IDH (0,677) abajo de la media del Estado (0,705), distinto de la Microrregión del Seridó Oriental, que mantiene un bajo PIB *per cápita*, pero un IDH alto (0,714), comparado con la media del Estado. El análisis de los datos nos indica que las Microrregiones no son homogéneas ni desde un punto de vista económico, como social.

Como es posible observar, hay una relación inversa entre Crecimiento Económico (CE) y Desarrollo Humano (DH), tal como afirma Ranis, Stewart y Ramírez

⁷ El índice de desarrollo humano (IDH) es un indicador social estadístico que mide el desarrollo humano por país o región. Fue elaborado por el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), y es compuesto por tres parámetros (criterios de evaluación): vida larga y saludable (medida según la esperanza de vida al nacer), educación (medida por la tasa de alfabetización de adultos y la tasa bruta combinada de matriculación en educación primaria, secundaria y superior, así como los años de duración de la educación obligatoria) y nivel de vida digno (medido por el PIB *per capita*). De acuerdo con esos parámetros, el país o la región puede estar clasificado en cuatro grandes categorías de desarrollo humano: muy alto (IDH \geq 0,800), alto (IDH $>$ 0,750 y $<$ 0,799), medio (IDH $>$ 0,400 y $<$ 0,749) y bajo (IDH $>$ 0,300 y $<$ 0,399).



(2000)⁸. En las Microrregiones analizadas esa relación se desarrolla en el sentido de que el CE es acompañado de desempeño distintos de DH, debido a que éste está sujeto a un conjunto de factores sociales, políticos e institucionales que determinan la forma en que se asignan los recursos.

Así, el impacto del CE sobre el DH parece ser mayor en la Microrregión del Seridó Oriental, y una posible respuesta estaría en el hecho de que los recursos se distribuyen de manera más igualitaria a nivel social, una vez que, cuando analizamos el PIB *p/c* y el IDH de la Microrregión, podremos observar que, en comparación con el Estado, ella presenta baja renta (PIB *p/c*), pero mantiene un IDH bastante considerable, entando por encima de la media del Estado. De forma distinta, la microrregión del Valle del Assú, donde la concentración de la renta es expresada en sus indicadores de CE (alto PIB *per cápita*) y DH (bajo IDH).

Cuando hacemos el análisis al revés, se percibir que el impacto del DH sobre el CE no se hace sentir con tanta intensidad en ningún de los casos. Eso se explica por el bajo nivel de inversión en capacidades⁹, expresado en el nivel de educación de la población, caracterizado por altas tasas de analfabetismo en ambos los casos. En la microrregión del Valle del Assú el porcentaje de analfabetos (15 años o más) es de 33,4%, un número que crece por encima de la media estatal (23,9%). De forma distinta, pero no menos preocupante, en la Microrregión del Seridó Oriental este índice, a pesar de ser elevado (23,8%), se mantiene abajo de la media del Estado. Los datos evidencian que la mano de obra en las dos Microrregiones presenta baja calificación. Se presume que eso es reflejo de un mercado de trabajo que exige poca mano de obra calificada.

Con todo, lo que se ha evidenciado es que el CE observado principalmente en la Microrregión del Valle del Assú, no promueve la expansión de la base material

⁸ Para ellos la relación entre el CE y el DH se trata, de hecho, de una doble conexión entre ambas. En una, se forma una cadena de factores en la que el primero provee los recursos para permitir mejoras sustanciales en el segundo. En la otra, el mejoramiento en el segundo, constituye el medio a través del cual se crean las condiciones para impulsar el primero. Claro que el crecimiento puede ir acompañado de desempeños distintos en el DH, debido a que éste está sujeto a un conjunto de factores sociales, políticos e institucionales que determinan la forma en que se asignan los recursos. Así, el impacto del crecimiento será mayor sobre el DH si dichos recursos se distribuyen de manera más igualitaria a nivel social. De igual modo, el éxito que pueda tenerse en esto, dependerá de factores considerables del DH, como el nivel de educación de la población. En la segunda cadena, el DH conduce a un mayor CE debido a que el nivel de actividad productiva es influido positivamente por la mejora en las capacidades de las personas, ya que esto representa una mayor productividad de las mismas en su actividad laboral. El impacto del DH sobre el crecimiento será mayor mientras mayor sea el nivel de inversión en capacidades y en tanto la distribución del ingreso sea menos desigual.

⁹ En ese caso, el nivel de la actividad productiva es influenciado negativamente por la baja inversión en las capacidades de las personas.



necesaria para la satisfacción de las necesidades humanas (a ejemplo de las tasa de educación que se mantiene abajo de la media del Estado), pero permitió elevar la productividad (lo que está reflejado en su PIB *per cápita*), generando un fenómeno que se traduce – a su vez - en la concentración de la renta en ese espacio. De forma un poco distinta, el DH observado principalmente en la Microrregión del Seridó Oriental, ha ayudado a promover la expansión (en el sentido de distribución) de la base material necesaria para la satisfacción de las necesidades humanas (eso es reflejado en su índice de educación que se mantiene por encima de la media estatal), pero todavía no conduce a un aumento de la productividad visto que el nivel de inversión en capacidades aún es muy bajo, insuficiente para causar un impacto considerable en el CE.

Eso recuerda el planteamiento teórico de Myrdal (1974), y en un plan más local, el de Ranis, Stewart y Ramírez (2000), a la medida que el CE y el DH se refuerzan mutuamente, ya sea en un sentido positivo cuando aparece un **círculo virtuoso** (reforzamiento positivo) ya sea cuando aparece un **círculo vicioso** (reforzamiento negativo). Además, según esos autores, un mismo ritmo de CE puede traducirse en distintos potenciales de DH y viceversa, por lo que pueden existir regiones con un **Sesgo hacia el CE** (cuando el PIB *p/c* se encuentra por encima de la media del estado, pero el IDH es relativamente bajo) , o con un **Sesgo hacia el DH** (cuando el IDH se encuentra por encima de la media del estado, pero el PIB *p/c* es relativamente bajo) en la medida que ni todas las formas que adquiere el CE promueven el desarrollo y que no todas las formas de desarrollo propician el crecimiento.

1.2 La formación de círculos y sesgos en el proceso de desarrollo de las Microrregiones analizadas

El planteamiento descrito resulta útil para explorar las posibilidades de desarrollo económico en las Microrregiones del Valle del Assú y del Seridó Oriental, identificando en cuál de los cuatro casos citados en el esquema de abajo se encuentran cada uno de ellos¹⁰.

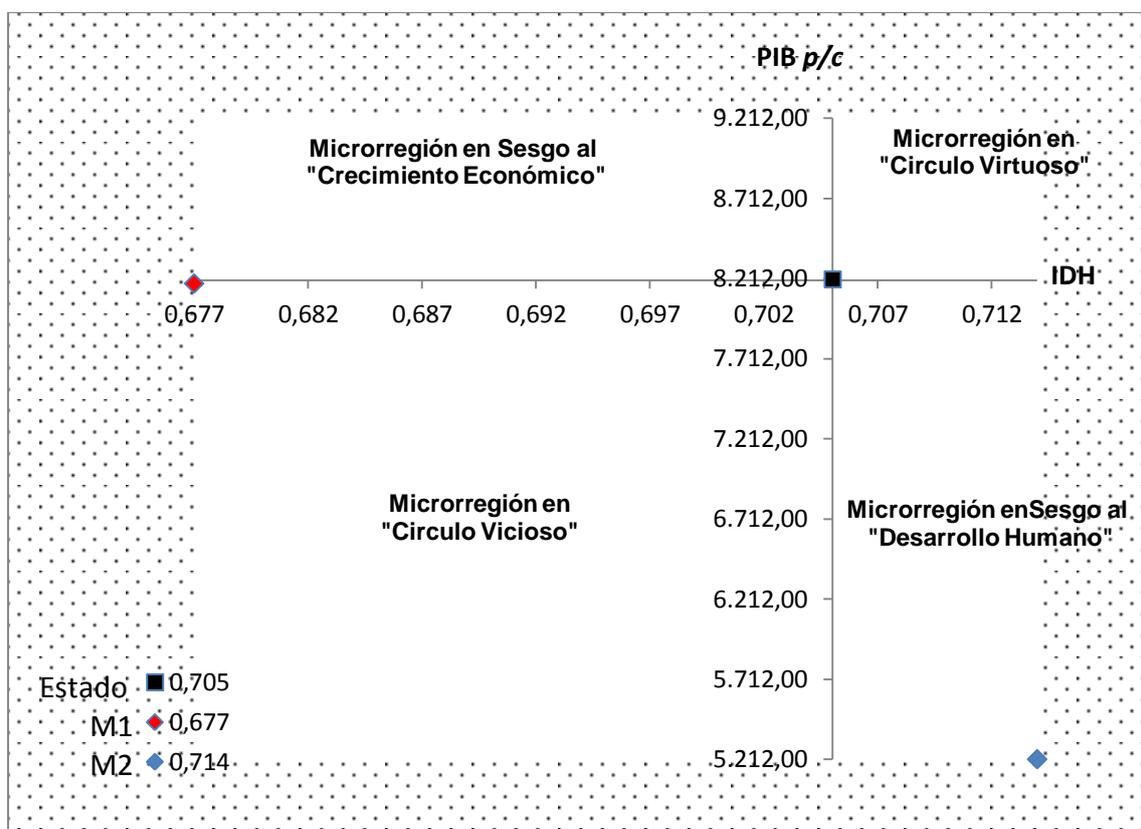
¹⁰ Para realizar este análisis he seguido la metodología propuesta por Ranis, Stewart y Ramírez (2000), para lo cual he comparado el nivel de Producto Interno Bruto per cápita (PIBpc) de cada Microrregión (además de los municipio) y su Índice de Desarrollo Humano (IDH), cada uno con su media estatal. Mediante este procedimiento es posible considerar que los municipios estarán en un **círculo virtuoso**, si el IDH y el PIBpc son superiores a sus promedios estatales. En cambio, estarán en **círculo vicioso** si ambos indicadores están por debajo del valor medio. Si se supera el valor promedio del IDH pero no el PIBpc, se tiene un **Sesgo hacia el desarrollo humano**, y si el IDH es inferior al promedio, pero PIBpc mayor se tiene un **Sesgo hacia el crecimiento**.



Círculo virtuoso, vicioso y sesgos	
<p>Sesgo al Crecimiento Económico</p> <p>El PIB <i>p/c</i> supera el promedio del estado, pero el IDH es relativamente bajo</p>	<p>Círculo virtuoso</p> <p>El PIB <i>p/c</i> y el IDH se refuerzan mutuamente. Los dos están por encima de la media estatal.</p>
<p>Círculo vicioso</p> <p>El PIB <i>p/c</i> y el IDH se debilitan mutuamente. Los dos se encuentran por debajo de la media estatal</p>	<p>Sesgo al Desarrollo Humano</p> <p>El IDH se encuentra por encima de la media del estado, pero el PIB <i>p/c</i> es relativamente bajo</p>
<p>Fuente: Fontanela (2003), p. 5. Elaborado con base en el esquema de Ranis, Gustav, et. al. (2000). "Economic Growth and Human Development", <i>World Development</i> Vol. 28, No. 2, 2000, Great Britain, Pág 198 y Gustav Ranis y Frances Stewart (2002). <i>Economic growth and human development in Latin America</i>, CEPAL.</p>	

En un primer acercamiento al problema, se evidencia que la Microrregión del Valle del Assú se encuentra en un Círculo Vicioso. Ya la Microrregión del Seridó Oriental está situada en un Sesgo al Desarrollo Humano. El gráfico 01 ilustra esa situación.

Gráfico 01: Estado; Microrregión del Valle del Assú (M1); y Microrregión del Seridó Oriental (M2) – Círculos Virtuosos, Viciosos y Sesgos



Fuente: Datos del IBGE/2008 y elaboración propia



Estos datos permiten identificar una problemática de grandes magnitudes, toda vez que las Microrregiones del Valle del Assú y el Seridó Oriental se encuentra en una situación en la cual la pobreza está reproduciendo la pobreza o cuando menos, no existen las condiciones para impulsar el desarrollo económico. Además, como está ilustrado en el grafico 01, ningún de las dos Microrregiones se encuentran en Circulo Virtuoso.

Este factor es reforzado por la fuerte dependencia que los municipios, en esas microrregiones, tienen de los recursos enviados por el gobierno federal. Eso se expresa en el Índice de Dependencia de los Municipios (IDM) en las Microrregiones analizadas, como muestra la tabla 06.

Tabla 06: Finanzas Públicas por área de análisis (Estado, M2 y M2)

Finanzas Publicas / Precios Corrientes (R\$)	Estado (RN)	M1 (Valle del Assu)	M2 (S. Oriental)
	Total	Total	Total
Ingresos Presupuestarios Realizados Corrientes	3.703.962.930,62	182.096.701,97	129.153.911,98
Gastos Presupuestarios Realizados Corrientes	3.484.785.855,45	151.020.446,67	105.004.726,06
Fundo de Participación de los Municipios (FPM)*	-	63.788.636,07	62.913.353,49
Índice de Dependencia de los Municipios (IDM) - %**	-	35,00%	48,7%

* La Unión (Gobierno Federal) repasa presupuestos para los municipios brasileños a través del Fondo de Participación de los Municipios (FPM), cuyo porcentual es determinado principalmente por la proporción del número de habitantes estimado anualmente por el IBGE. La pesquisa del IBGE de "Perfil de los Municipios Brasileños - Finanzas Públicas", sobre recetas y gastos de todos los municipios brasileños de 1998 a 2000, reveló que el FPM es responsable por 57,3% de las recetas disponibles de los ayuntamientos de municipios pequeños con hasta cinco mil habitantes. Case diez años después (en relación a la fecha del censo – 2008) la situación parece se mantener.
**El IDM es la relación establecida entre el valor de los Ingresos Presupuestarios Realizados y el valor del FPM.

Fuente: Datos del censo del IBGE/2008 y elaboración propia

Como es posible observar, el IDM de los municipios de la Microrregión del Valle del Assú suma un total de 35%, lo que representa una dependencia de recursos públicos menor que en la Microrregión del Serido Oriental donde ese índice es de 48,7%, lo que significa que casi un 50% de los recursos recaudados por los municipios que componen la Microrregión del Seridó Oriental es derivado de los envíos del Gobierno Federal.

Por lo cual, se concluye que este análisis confirma la importancia de la disponibilidad de los recursos públicos para impulsar el bienestar social (visto que el IDH del Seridó Oriental crece por encima de la media estatal) y el hecho de que el crecimiento económico por sí mismo no es suficiente para propiciar desarrollo social (para confirmar eso basta comparar el PIB *p/c* del Valle del Assú con su IDH), lo cual



debe, necesariamente, llevarnos a concluir que la acción del Estado – mediante políticas públicas - es indispensable para impulsar el proceso de desarrollo en esas Microrregiones y que es fundamental incrementar los recursos públicos destinados a dicho fin¹¹.

En un intento por explicar la relación entre CE y DH en la formación de círculos y sesgos en el desarrollo de las dos Microrregiones analizadas, en el apartado siguiente se hace un análisis de la estructuración de esos espacios a partir de un abordaje político-institucional con foco en el entorno institucional.

2 El abordaje político-institucional del desarrollo

En las Microrregiones analizadas, el momento de la reestructuración productiva - cuando ambas encuentran formas distintas de superar la crisis de la economía tradicional – es primordial en la construcción de estos espacios, visto que define sus distintos comportamientos¹² en el proceso de desarrollo. Según Bastos (2006)

... el sentido de la trayectoria de los cambios en la sociedad es resultante del desempeño institucional, siendo este último un producto de los patrones de comportamiento de los grupos sociales. Las elecciones realizadas en el contexto de un determinado ambiente institucional, mientras en un extremo potencializan el desarrollo económico, en un otro, pueden impedir cambios significativos, normalmente aquellas que alteren la orden social y política. En ese sentido, la racionalidad de los *pactos institucionales* que apoyan determinadas propuestas de cambio, como son las políticas públicas, queda sometida al desempeño institucional de la sociedad, a la naturaleza de las respuestas que pueden dar los grupos sociales, productos que son resultados de los intereses que se establecen localmente (Bastos, 2006, p 77).

Los espacios analizados, no huyen a esta regla. Esto es percibido durante el proceso de reestructuración productiva acaecidos en estos espacios, a partir de lo cual se forman sus singularidades y contradicciones, características definidas a partir del entorno institucional. El análisis de los datos en el apartado anterior junto a los de

¹¹Según Chavez “el Desarrollo Económico Municipal es resultado de una combinación de recursos públicos canalizados mediante políticas públicas eficientes y de la capacidad del sector productivo para generar riqueza, incluso apoyada por dichos recursos. Es decir, que la acción del Estado y el incremento de los recursos públicos es indispensable para impulsar el Desarrollo” (Chavez, 2002, p. 10), algo que Myrdal (1974) ya planteaba para contrarrestar la tendencia de formación de círculo vicioso de la pobreza, que según ello es a través de la intervención reguladora o redistributiva del Estado.

¹² En el sentido de Ranis, Stewart y Ramírez (2000).



carácter secundario nos lleva a afirmar que Tanto en el Valle del Assú como en el Seridó Oriental, existe un entorno institucional adecuado a la reproducción de sus distintos comportamientos, que se traducen en el círculo vicioso observado en la Microrregión do Valle del Assú, que conducen el crecimiento económico, pero que no lleva en cuenta la dimensión social del desarrollo humano; y en el sesgo hacia el desarrollo observado en la Microrregión del Seridó Oriental.

La dinámica de desarrollo que predomina en el Valle del Assú¹³ llama la atención por la característica concentradora de una transición de modelos de producción agrícola reciente, donde predominan estilos de agricultura altamente mercantilizados, por lo que la actividad de la agricultura irrigada exige de los agricultores conocimientos específicos en tecnologías de precisión, además de recursos financieros. Esa dinámica es caracterizada también por la lógica intensiva de explotación que llama la atención por la preocupación en el retorno social de la región y el carácter insostenible de la actividad económica¹⁴.

En consonancia con Abramovay (2002), se trata de un enclave de modernización en que la prioridad dada al entorno agrícola vuelto para la exportación se da a partir de un modelo del tipo *top-down*¹⁵, el cual es capitaneado por una iniciativa privada vinculada a incentivos del Estado y dependientes de factores exógenos. Este ambiente ha encontrado limitaciones agudas para la emergencia de instituciones y se encuentra fuertemente basado en la necesidad de la ampliación de economías de escala y homogeneización.

De esa forma el sector se presentan como lo que Ploeg (1994) define como altamente mercantilizados¹⁶ y sosteniéndose en bases centralizadas, lo que causa

¹³ Tanto en lo que se refiere a la lógica de producción de la Multinacional Del Monte (allí implantada) como de los productores del Perímetro Irrigado Publico Oswaldo Amorim. Aquí es válido apuntar que la creación del Perímetro Irrigado Publico Oswaldo Amorim fuera una iniciativa del Estado que ha tenido como objetivo implementar un nuevo énfasis dirigido hacia el desarrollo local. Sobre eso ver França Junior (2009);

¹⁴ Como no hay compromiso con la reposición ambiental, y la explotación es productivista y sin la interacción entre los empresarios y la comunidad local, lo que se percibe es una tendencia de agotamiento de los recursos.

¹⁵ **bottom-up e top-down:** Causación ascendente y descendente defendida por Moyano y Garrido (2003), donde dinámicas pueden emerger tanto de “bajo para cima” (bottom-up), mediante la participación de los actores e instituciones locales en la definición de sus estrategias; como pueden venir de “arriba para abajo” (top-down) a partir de las decisiones dirigidas por poderes de un nivel territorial superior al de la comunidad local. La combinación de ambas puede tener efectos diferentes para cada dinámica y generar diferentes niveles de integración y autonomía en el ámbito local/regional.

¹⁶ De manera general, la mercantilización es encarada como un proceso por el cual el pequeño agricultor pasa a tener su reproducción social y económica dependiente del mercado a través de la externalización de los elementos o de las etapas que integran el proceso de producción, haciendo tanto la producción



limitación de los agricultores en la búsqueda de autonomía y en la posibilidad de engendrar estrategias localizadas de desarrollo local. Según França Jr. (2009), lejos de liderar un plan estratégico resultado de la valorización de las potencialidades locales, las empresas (tanto la Multinacional Del Monte como las que actúan en el ámbito del Perímetro Irrigado Público Oswaldo Amorim) limitan al máximo sus relaciones con el local, sin pasar por el refuerzo del tejido social del lugar en que actúan. Con eso, el crecimiento económico no se articula con la perspectiva del desarrollo en lo que concierne a los retornos sociales capaces de fortalecer la dinámica regional y del territorio. A eso sumase el hecho del bajo nivel de cooperación y consenso entre los actores locales, lo que presupone la falta de reciprocidad entre los actores, cuyas causas pueden ser, en buena parte, encontradas en la formación histórica de la sociedad, en el clientelismo, en el patrimonialismo y en otras formas reproductoras de privilegios y de desconfianza mutua que configuran el ambiente de relaciones en la región. De acuerdo con Putnam (1996), supuestamente eso explica, juntamente con el abordaje económico y social, el hecho de que la Microrregión del Valle del Assú esté ubicada en un Circulo Vicioso, visto que las relaciones que se establecen localmente entre los actores públicos y privados - en el campo productivo de la sociedad - están imbricadas de distintos intereses, donde la falta de cooperación y consenso resultan evidentes.

Distinto de lo que se ha observado en la Microrregión del Valle del Assú, en el Seridó Oriental la desarticulación de la economía tradicionales no ha tenido un carácter final, pues la reestructuración productiva experimentada en ese espacio a partir de la mitad del siglo XX se hace con base en sus antiguas actividades económicas articuladas con otras – hasta hoy en proceso de estructuración – que apesar de representativas, aún carecen de una dinámica más específica, como la industria, compuesta de procesos tecnológicos de baja complejidad y, en consecuencia, generadores de escaso valor agregado.

El conjunto de cambios – no siempre favorables – por los que ha pasado el Seridó, con la crisis que afectó a la economía basada en la producción de algodón, la pecuaria y la industria extractiva de mineral allí asentadas, sugiere que la reanudación de su desarrollo iba a depender, en gran medida, de la identificación y utilización de

como la reproducción dependientes del mercado (las dos son dominios integrados e interdependientes) (Ploeg, 1994). De esa forma, el propio mercado con sus relaciones (oscilaciones de precios agrícolas, de los insumos y de las mercancías) acaba de cierta manera, influenciando las decisiones de producción del pequeño agricultor (sea en lo que respecta al que se planta, sean las actividades productivas o aún los medios de producción utilizados).



nuevas tecnologías, en la acepción más cercana de la construcción teórica aportada por Santos (1987), acerca del desarrollo y del progreso técnico¹⁷.

La reanudación de su desarrollo va a depender, cada vez más, de las innovaciones, como las referidas a la introducción de nuevos productos, de nuevos métodos de producción, de nuevos métodos de transporte, de la apertura de nuevos mercados, de la explotación de nuevas fuentes de materias-primas, del uso de la informática y de la biotecnología, así como de la adopción de nuevas formas de organización industrial¹⁸.

Todavía, la dinámica de desarrollo que predomina en el Seridó Oriental llama la atención para el hecho de que, a pesar de sus limitaciones en cuanto a los recursos naturales y físicos (infraestructura física, tecnología etc.), y tal vez por recurrencia de eso, la Microrregión viene desarrollando soluciones para promover dinamismo económico, además de la explotación mineral. Aunque estén localizadas en el semiárido del estado, sometido las condiciones climáticas inadecuadas para la agricultura y para la pecuaria, esas actividades son representativas de la vida local, aunque exploradas a nivel precario, a ejemplo de la agroindustria (con derivados de productos de origen animal¹⁹) – en bases artesanales y modernas. Distinto de lo que se ha observado en el Valle del

¹⁷ Según Santos (1987, 12-13) el progreso técnico envuelve tres etapas importantes, cuáles sean, la invención, la innovación y la difusión, siendo las dos últimas determinantes de los cambios tecnológicos, por responder por la aplicación del conocimiento a la producción. La actuación del Estado, en el contexto de las economías atrasadas, ha sido necesaria para garantizar el acervo de producción científica y tecnológica, hoy disponible. En ese proceso, la empresa capitalista, ha actuado con la fuerza de los subsidios concedidos por el Estado. Es válido destacar además que el concepto de innovación es entendida como una función de producción, o sea, una recombinación de factores productivos. En la práctica, su configuración implica la realización de cambios tecnológicos, según patrones tecnológicos nuevos, cuya adopción depende, por su parte, de la efectivación de cambios estructurales en los diferentes sistemas sociales (económicos, culturales, ambientales, políticos e institucionales). En esa misma línea, “es fundamental tener en cuenta que el concepto más adecuado de innovación es aquel que admite que ni toda innovación es capaz de romper el equilibrio y generar desarrollo”. (Puedas, 1987. En: Santos, 1987, p. 83).

¹⁸ La expectativa es que las nuevas actividades sean pautadas por nuevos patrones tecnológicos, tal como ya era expresado en el Plan de Desarrollo Sostenible del Seridó, elaborado en el año 2000, donde se presume que con la tecnología en ellos embutida se espera poder eliminar la degradación ambiental y la pobreza, provocada por la presión de la propia población sobre los recursos naturales. Esto porque la pobreza ha llegado a caracterizarse, en algunas de aquellas áreas, como fuerte determinante de la degradación ambiental.

¹⁹ Las ventajas de las actividades derivadas de la producción animal exigen calificación. La producción de queso del Seridó, actividad con ancha tradición, además de las fronteras regionales, debe ser objeto de más específica reflexión. El crecimiento de esa producción debe ser pautado por la calidad y competitividad. Según informaciones del Plan de Desarrollo Sostenible del Seridó, la fama de productos como los quesos y carnes del Seridó ha sido, en parte, comprometida, en virtud de la pérdida de su calidad. El crecimiento más rápido de la oferta, sin la absorción de patrones tecnológicos compatibles con las exigencias del mercado, pone en riesgo valores como marca y tradición. Esa tendencia puede ser revista, mediante la implementación de proyectos de racionalización y modernización del proceso industrial, preservándose la imagen y la participación de los productos regionales en los mercados nacional e internacional.



Assí, en el Seridó Oriental es posible visualizar una preocupación del arreglo productivo por el entorno local. Eso ha llevado a presumir que las relaciones que se establecen localmente entre los actores y sus distintos intereses, están asentadas en la cooperación mutua, lo que, para Putnam (1996), puede favorecer a la formación de círculos virtuosos, o mismo sesgos hacia el desarrollo, que es el comportamiento observados en el proceso de desarrollo desempeñado en esa Microrregión.

Sin embargo, debido al limitado acceso de informaciones acerca la Microrregión del Seridó Potiguar, no es posible hacer una afirmación sobre el expuesto - de que las relaciones que se establecen localmente están asentadas en la cooperación mutua - aunque sí una aproximación a la realidad. El planteamiento se hace en la expectativa de que despierte el interés por futura investigación del tema en el referido espacio.

Conclusión

El análisis desarrollado en ese artículo ha demostrado que la conquista del crecimiento económico no garantiza por sí solo el desarrollo. Este depende, fundamentalmente, de la capacidad que el territorio tiene para introducir innovaciones tecnológicas en la actividad productiva. Igualmente, se hace necesario efectuar una serie de intervenciones en el sentido de construir la cooperación entre los actores públicos y privados locales, que deben ser capaces de abrir espacios de negociación estratégica y construir una institucionalidad político-administrativa que apoye el desarrollo. En ese sentido, se puede afirmar que la organización y reorganización de los espacios productivos no dependen solamente de la inversión y de la incorporación tecnológica, pero dependen también de características institucionales, históricas y culturales del sistema local, asociados a la emergencia de nuevos servicios, cambios demográficos y nuevos estilos de vida. En la formación de esos nuevos espacios, se resalta también el papel del estado, por su participación activa a través de inversiones en infraestructura productiva y política de promoción económica.



Referencial Bibliográfico

Abramoway, Ricardo (2002). *Diversificação das Economias rurais no Nordeste*. Brasília: MDA/NEAD (relatório final – 1ª versão);

Bastos, Fernando (2006). *Ambiente Institucional no Financiamento da Agricultura Familiar*. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP;

Chávez, H. Barcelta (2002). *Crecimiento Económico y Desarrollo en Veracruz*. CIAE, Xalapa;

França Jr. R.R. (2009). *Mecanismos Institucionais de Mudanças em Projetos de Desenvolvimento Rural: o caso do Projeto Baixo-Assú/RN*. Natal/RN. Monografia (Graduação) – UFRN;

Fontela, E., et al. (2003). *Círculos viciosos y virtuosos del desarrollo económico*. Estudios de economía aplicada, Vol. 21, pág. 221 – 242;

Furtado, Celso (1996). *O mito do desenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra;

Governo do Estado do RN, Secretaria de Planejamento e Finanças, Instituto de Cooperação para a Agricultura – IICA (2000). *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó*. Caicó (RN): SEPLAN, V. I;

Matos, Aécio G. (2006). *Promessas e desencantos do desenvolvimento*. En, Gomes da Silva, Aldenor (org.). *Da mobilização às mudanças sociais. Dinâmicas das novas ruralidades do Nordeste Brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES, p. 283-312;

Moyano, Eduardo y Fernando Garrido (2003), *Capital social y desarrollo en zonas rurales. Una aplicación a los programas Leader y Proder en Andalucía*. Revista Internacional de Sociología, CSIC, Córdoba, nº 33, pp. 67-96;

Myrdal, G. (1974). *La Pobreza de las Naciones*. Barcelona, Ariel;

Noguera Tur, J. (1999). *Desequilibrios Territoriales en la Unión Europea. Una tipología de desertización socioeconómica*. Universidad de Valencia;

Ploeg, J.D.V.D. (1994). *La reconstitución de la localidad: tecnología y trabajo en la agricultura moderna*. En: *Prácticas ecológicas para una agricultura de calidad*. I Congreso de la Sociedad Española de Agricultura Ecológica. Toledo, septiembre de 1994;

Putnam, Robert D (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV;



Ranis, Gustav. *Et. al* (2000). *Economic Growth and Human Development, World Development*. Vol. 28, No. 2, Great Britain, Pág 198 y sig;

Sabourin, E. (2002). *Desenvolvimento rural e abordagem territorial. Conceitos, estratégias e atores*. In: Sabourin, E.; Teixeira, O. A. (ed.). Planejamento e desenvolvimento dos territorios rurais. Conceitos, controversias e experiencias. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica. p. 21-37;

Santos, M. y Silvera, M. L (2001). *O Brasil – Território e Sociedade no inicio do século XXI*. Sao Paulo e Rio de Janeiro: Record;

Santos, Theotonio dos (1987). *Revolução científico-técnica e acumulação do capital*. Petrópolis-RJ, Vozes;

Sen, Amartya (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Sao Paulo: Companhia de Letras;

Valcárcel, Marcel. (2006). *Génesis y evolución del concepto y enfoques sobre el desarrollo*. Documento de investigación. Universidad Católica del Perú;

Veiga, José Eli (2004). *DNA do neodesenvolvimentismo*. En: Artículos Valor Económico; Disponible en:
http://www.zeeli.pro.br/artigos_valor/040_2004_10_05.htm;

Página Web

<http://www.ibge.gov.br/home/>. Página Web del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IGBE). Censos de los años 1950-2010. Asesado en distintas fechas;

<http://www.ipeadata.gov.br/>. Página Web del Instituto de Investigación Económica Aplicada (IPEA). Censo del año 2000. Asesado en distintas fechas;

<http://www.pnud.org.br/home/>. Página Web del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD/Brasil). Atlas del Desarrollo Humano del Brasil (1991 y 2000). Asesado en distintas fechas;



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

Diversificação e estratégias de resistência produtiva no contexto na pequena agricultura da região de Araraquara.

Ricardo Luiz Sapia de Campos¹

¹ Doutor, pesquisador FAPESP, professor da UNESP/FCL/Ar. Email: sapiacampos@yahoo.com.br

Resumo

O trabalho é parte da pesquisa de pós-doutorado quando buscava entender o funcionamento do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE e sua aplicação na região de Araraquara quando este ainda se constituía em módulo (“módulo Araraquara”). Portanto, a proposta de um programa como “módulo” e sua aplicação nos dezenove municípios² que compunham este quadrante compõe o projeto de estudo elaborado entre os anos de 2006 e 2007, sendo que a pesquisa, e, portanto, todas as referências se reportam a 2008, quando realizamos o trabalho de campo. Neste trabalho busco discutir alguns fatores que considero importantes na definição e constituição de um “local da produção”. O local da produção e o âmbito da aplicação do programa entendidos como espaço de ação do agente produtivo. Busco entender e discutir a diversificação da produção a partir da relação da monocultura canavieira com a alternância de ocorrências localizadas. Neste contexto arrisco definir o perfil do “agente produtivo”, mais entendido no âmbito do estudo como “pequeno” (ou médio) produtor agrícola.

Palavras-Chave: resistência produtiva, capitalismo cognitivo, conhecimento, diversificação, agricultura e desenvolvimento local.

² Os municípios que compunham o “módulo Araraquara”: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga, Trabiju.



Introdução

A pesquisa buscava dentre outras coisas entender a relação entre “duas agriculturas” existentes na região. Sendo uma a da monocultura canavieira para fornecimento ou abastecimento de matéria prima para as usinas de álcool e açúcar, e a outra aquela verificada entre pequenos e médios produtores rurais, conhecida normalmente só por quem é da região. Esta segunda como se sabe, permanecendo a margem da primeira. Ressalto que o foco de interesse estava na relação entre elas, e delas com relação a definição de um “agente produtivo”, ou pequeno produtor.

Sendo assim, buscamos entender a diversidade da região tendo em vista a definição de um agente produtivo. Para isso arriscamos definir ocorrências e características do perfil (ou perfis) deste agente. A rede de Cooperação estabelecida entre os agentes e destes com relação aos dois tipos de agricultura, a qual chamo de cooperação produtiva, orienta-se na discussão da tese do capitalismo cognitivo.

Trabalhamos na pesquisa, portanto, trata-se da referência deste trabalho, com um grupo aleatório de cinco pequenos e médios produtores agrícolas em cada um dos dezenove municípios que compunha á época o “Modulo Araraquara” do SAI/SEBRAE.

Contexto socioeconômico da região e a definição de um local da produção

A região de Araraquara faz parte da antes divisão agrícola de Ribeirão Preto a qual se destaca como região de vocação agrária³. Apesar de ser marcante a presença do assalariamento para atender aos complexos produtivos, principalmente em se tratando da cana-de-açúcar, a região è apontada como das principais do país em vocação para pequenas empresas agroindustriais. O INCRA (1995), aponta que havia só no município de Araraquara, aproximadamente 890 propriedades rurais, sendo que destas 750 tinham uma extensão territorial que variava entre 01 a 50 alqueires. Dados mais recentes do último Projeto LUPA 2007/2008: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo (2009), são atualmente um mil cento e cinqüenta propriedades rurais no município, das quais 47,04% variam entre 10 e 20 hectares, representando um total de 541 propriedades. Percentual alto comparada com outras regiões e municípios do Estado (LUPA, 2009).

³ Em Parceria firmada recentemente entre o município de Araraquara via prefeitura e universidades italianas preocupadas com o tema do desenvolvimento local, como no caso “100 Città per 100 progetti Italia-Brasile” o estudo de território, demonstra e reforça a “vocação” ou “vocacionalidade” do município para o desenvolvimento produtivo local voltado para o setor tido como agroindustrial.



Resulta dos questionários aplicados que a maior incidência relativa aponta uma média de tamanho de propriedade para o que definimos como região de Araraquara, ou seja, com os dezenove municípios que a compõe, da ordem de 10 até 50 alqueires com grande incidência 24% de propriedades entre 1 e 5 alqueires de terra, e 26% de propriedades entre cinco e dez alqueires. Lembrando que o SEBRAE, foco do trabalho de pesquisa, considera pequenos e micro negócios rurais, ou então micro e pequenas empresas agroindustriais o limite de 10 até 50 hectares micro empresas, e de 50 até 100 hectares de terra pequenas empresas, SEBRAE (2006).

Interessantemente há o aumento da área plantada em cana, bem como da produção, sendo São Paulo o Estado o maior responsável pela produção de cana para a indústria, mas já apresentando características de “transferibilidade⁴”.

O Estado de São Paulo, em 2006, responde por 60,7% da área total de cana-de-açúcar para indústria no Brasil. Em 2015, esta participação poderá cair para 54,9% devido, principalmente, à maior disponibilidade e ao menor preço da terra em outras regiões. Além disso, poderá contribuir para a maior expansão no centro oeste brasileiro a melhoria da logística de escoamento da produção, com a possível construção por parte da Transpetro de dutos que interligariam o terminal São Simão em Goiás à refinaria de Paulínia e ao terminal de Guararema em São Paulo. (TORQUATO, 2010, p. 03)

É, portanto, importante considerar estas características do Estado de São Paulo. Um Estado “rico”, conforme é noticiado aos quatro cantos, com monocultura e algumas concentrações de latifúndio, apresentando a melhor logística e desenvolvimento tecnológico do país, e, ao mesmo tempo, com muitas e significativas pequenas propriedades e empresas agrícolas e assim, com vocação produtiva para a agricultura de pequeno porte, ou empresas agrícolas, e até mesmo para “propriedades rurais”.

Considerando a vocação agrícola da região e apontando para a caracterização territorial desta mesma região cristalizada em pequenas propriedades rurais foi que o SAI/SEBRAE buscou atuar principalmente por meio de políticas de capacitação técnica

⁴ Em minha tese de doutorado, apontava o que chamei de “efeito transferibilidade”. Por efeito transferibilidade entendia então (2007) fatores como logística, alto preço da terra em São Paulo comparado a outros estados do país, desgaste natural do solo, custo de mão de obra, dentre outros pontos mais localizados que discuti naquele momento, e que apontavam exatamente para este efeito no qual a “geografia da cana”, naturalmente, (sem levar em conta fatores previsíveis ou não, como os rearranjos da economia que poderiam impulsionar ou frear este processo), se deslocaria para o centro-oeste e centro norte do país. CAMPOS, R. L. S. *Qualificação Profissional e Sindicatos. Entre Estado, Capital e Trabalho: um estudo de casos no meio rural de Ribeirão Preto*. Tese de Doutorado defendida em março de 2007, UNESP/FCL. 2007.



profissional. Sendo assim a caracterização da região de Araraquara ou do chamado “Módulo Araraquara”, para usar a terminologia que o SAI utilizou num primeiro momento.

Perfil do agente produtivo.

Dentre estes trabalhadores ou empreendedores rurais destaco e descrevo, portanto busco definir, pelo menos três grupos com os quais trabalhei por tê-los identificado com maior ocorrência.

O primeiro destes grupos é definido como dos arrendatários, meeiros, ou daqueles que trabalham em sistema de porcentagem⁵. Do que a pesquisa pode revelar este grupo de trabalhadores é o menor ou mais reduzido representando uma fatia ínfima de pouco mais de 2% indicando pouca relevância. Ocorre que quando perguntados ao total de entrevistados, hoje proprietários de pequenas e médias propriedades se já trabalharam sob outro tipo organização de trabalho no meio agrícola, afirmam que sim, dos quais a maioria relativa com relevância de 12,5% dos entrevistados apontarem ter trabalhado no sistema de meação; 9,38% como arrendatários, e apenas 1,04% como assalariados, sendo que 83% indicam nunca terem trabalhado com outro tipo de relação de trabalho na agricultura senão na atual condição em que respondem ao questionário, ou seja, de proprietários. Interessante notar sobre este ponto que 78,1 % dos entrevistados afirmam que todo o histórico de suas famílias é de agricultores, contra 8,33% que afirmam que o histórico de suas famílias não é de produtores agrícolas, tendo migrado de profissão como renda complementar, hobby, necessidade etc.

Em boa parte da literatura sobre os Distritos Industriais italianos (RULLANI, 2002, BAGNASCO, 1988 e 1999, BECATTINI, 2000, e BECATTINI e ZORINI, 2003) dentre outras, o desenvolvimento local de sociedades rurais tem como fator principal a organização do trabalho autônomo em núcleos de produção agrícola independente da condição de propriedade, mas dependente da organização do trabalho.

O desenvolvimento da pequena empresa requer, no início, pequenas acumulações de capital pelo maior número de empresários potenciais: as

⁵ Não parece o caso de apresentar a definição de cada um deles dado que a literatura específica não apresenta sobre tal caracterização pontos de divergência. Meeiros ou parceiros são aqueles que não sendo proprietários da terra detêm a posse, e ainda que sob prescrição contratual estejam obrigados á condição avançada do que produzir, têm a liberdade de decisão sobre a melhor maneira de conduzir o processo de trabalho de determinada cultura. A eles cabe todo o trabalho sendo que metade da renda é destinada ao proprietário da terra. Arrendatários são os que pagam valor fixo pelo desfrute da terra, podendo ou não ser exigida contratualmente a cultura a ser explorada. Trabalhadores por porcentagem, dentre os três do que podemos observar o mais comum, são os que destinam uma porcentagem que sempre varia de caso para caso ou de cultura para o proprietário da terra.



famílias de comerciantes, de artesãos e agricultores, descritas anteriormente, permitem essas acumulações iniciais. O mesmo tipo de família e, em geral a comunidade local fornecem também: as capacidades de gestão (mesmo limitadas, são, todavia, difusas), as qualificações técnicas (bastante tradicionais, mas polivalente e difusas), as estruturas relacionais que permitem uma confiança recíproca e um bom clima social. (BAGNASCO, 1999, p. 39)

Dentro da realidade estudada, “tradicionalmente” (na formação e ocupação da região até final dos anos 60 e início dos 70), a organização do trabalho é mais devedora da relação de meação e porcentagem do que do assalariamento propriamente dito. Ainda que atualmente esta relação seja insignificante na região: 3,13% responderão trabalhar neste sistema.

De qualquer maneira a relação de assalariamento não faz parte da formação do histórico agrário da região de Araraquara. O assalariamento é impulsionado principalmente com o desenvolvimento das usinas de álcool e açúcar na década de setenta. Autores como *Angeli* (2002), e mesmo *Bagnasco* (1999) a seu modo apontam que no caso do desenvolvimento italiano a meação, (*mezzadria*) é o tipo de organização de trabalho mais perfeito que antecede a relação distrital de desenvolvimento local. Os trabalhadores autônomos, dantes meeiros (*mezzadri*) conseguiram desenvolver capacidade de organização cognitiva e de gestão empresarial, típicas do que se pode entender por ação empreendedora.

Todavia quando são perguntados se já trabalharam nalguma outra relação de trabalho que não na condição de proprietário a maior parte dos entrevistados, geralmente aqueles que receberam a terra na forma de herança e ainda quando não haviam recebido, com apenas a expectativa de sê-lo apontam que não, que nunca exerceram atividade alguma noutro tipo de relação de trabalho. Quando perguntados sobre a forma de aquisição da propriedade a maioria 43,75% respondem ter recebido (adquirido) a propriedade como herança, e 36,46% apontam ter adquirido a propriedade na forma de compra.

Ao que os resultados indicam o tipo de relação e organização do trabalho autônomo tanto no caso dos que trabalharam na relação de meação quanto àqueles que o fizeram em propriedade familiar guarda pouca diferença. Ou conforme aponto



anteriormente o tipo de organização do trabalho é de fato mais importante que a condição de proprietário da terra ou não⁶.

O segundo grupo é compreendido como sendo daqueles que por um motivo ou outro iniciaram recentemente atividades no meio rural e que num passado recente não possuíam vínculos de dependência econômica com este tipo de produção. Ou então estavam vinculados de forma secundária, ou seja, esta não era a atividade principal; Ou ainda, no caso de vínculo que de alguma maneira havia se rompido nas últimas gerações, como no caso de filhos e netos de agricultores ou pessoas que viveram em sociedades rurais e que agora voltam a recuperar este histórico. É o caso também em algumas circunstâncias, de pessoas que sempre habitaram os centros urbanos e que partiram em busca de um modo de vida distante das suas realidades uma espécie de experiência lúdica e em certa medida “exótica”. Também “empreendedores” que impulsionados pela possibilidade de ganhos econômicos vão em busca deste tipo de atividade como poderiam ter ido a busca de qualquer outra sem maiores vínculos com a atividade agrícola.

Penso que este segundo grupo de produtores pode ser considerado como típico naquelas atividades econômicas chamadas de “atividades econômicas não agropecuárias” (LUPA, 2009):

Levantou-se a existência, na UPA, de atividades econômicas rurais, porém sem a característica de agropecuária. Geralmente são atividades que complementam a renda agrícola do produtor, mas que, em alguns casos, respondem integralmente pela sua renda (...) consideram-se as seguintes atividades: a)- esporte e lazer (...) b)- Extração Mineral (...) c)- Hotel Fazenda/Pousada Spa (...); d)- Agroindústria (...) e)- Pesque-pague (...); f)- Restaurante/lanchonete (...) g)- Transformação Artesanal (...) h)- Turismo rural/Ecoturismo (...); i)- Outras. (LUPA, 2009, p. 06)

Identifiquei este segundo grupo com maior ocorrência nestes tipos de atividades como estas descritas pelo último LUPA (2009). Na pesquisa identifiquei que quando indicam terem aquele tipo de atividade à qual respondem o questionário como atividade complementar, indago por que motivo o fez, a maioria responde ser por hobby, ou então

⁶ Existe uma interessante e ampla discussão sobre a condição de propriedade da terra que procura partir de *Hannah Arendt*, propondo a terra ou a propriedade da terra em caso de pequenas propriedades rurais, moradias etc, diferentemente da terra ou da propriedade da terra como especulação capitalista em busca do lucro. A terra nas comunidades camponesas tem um efeito material e simbólico ligado a questões vitais e civis (de pertencimento comunitário) sem a qual o camponês não pode viver. Ainda que aqui não estejamos falando propriamente de camponeses há que se considerar o passado recente desta condição dada a própria ocupação da região majoritariamente de imigrantes europeus. Os homens precisam da terra, mas vivem no mundo.” Para esta discussão ver ARENDT, H, *A Condição Humana*, São Paulo: Ed Universitária, 1987.



por possibilidades de ganhos extras (a mais do que a atividade principal que é outra). Ainda que quando indicam as facilidades e a genealogia da opção, 78,13% respondem tê-lo feito por vínculo familiar ou pela posse da terra, geralmente transmitida na forma de herança.

As motivações dos agentes ou trabalhadores deste segundo grupo é apresentada sendo difícil traçar uma única instigação. No mais das vezes a qualidade ou “modo de vida” aparecem junto com as possibilidades de ganhos econômicos. O que define este segundo grupo é o fato de terem iniciado recentemente atividades no meio rural sendo que na maioria das vezes, ou quase sempre, a aquisição da propriedade não ocorreu a partir de ganhos provenientes de atividades agrícolas. Também, quase nunca tem na atividade agrícola a principal fonte de renda ou de dependência econômica.

Mas em se tratando do chamado “vínculo tradicional”, este sugere um tipo de produção e conhecimento facilitado ou proporcionado pelo acesso a terra como capital fixo material. (WEBER, 1979) Sugere também o conhecimento de como produzir, ou de uma certa “nostalgia” destes ou daqueles produtos ou de como produzi-los que ao que parece caracteriza este segundo grupo. São vínculos que foram rompidos (ou interrompidos), mas que se constituem em memória histórica.(também memória afetiva) São pessoas que muitas vezes retornam para os pequenos municípios rurais em busca de um modo de vida e de qualquer forma é preciso considerá-los como produtores-consumidores.

Por fim, este terceiro grupo de trabalhadores como se disse com maior incidência na região de estudo é aqueles que mesmo passando pelos solavancos da formação e transformação da agricultura brasileira, se reproduziram no campo e na maioria dos casos, 43,75% dos entrevistados, apontam ter recebido a terra na forma de herança.

Este terceiro grupo de trabalhadores é definido a partir do fato de terem recebido a terra como herança, ou seja, as atuais propriedades se constituírem em frações de antigas propriedades pertencentes aos pais, avôs e até bisavôs, e também pelo fato de nunca terem rompido seus vínculos com a agricultura. Ainda que este vínculo dependendo do momento tenha sofrido alterações como em casos de arrendamento, parceria, e até o exercício de outras atividades econômicas paralelas, etc., Aqui, é claro, estão sendo considerados apenas aqueles que já são “proprietários” no momento da



aplicação do questionário. Lembrando que em casos que não foram considerados nas estatísticas, a efetiva transmissão da herança ainda não se completou.

A importância e o destaque que damos a este terceiro grupo pode ser justificado em parte pelo fato de sempre possuírem a terra como capital fixo material; por outro lado que sempre de uma forma ou de outra estarem envolvidos com a produção agrícola o que por si só os diferencia dos outros grupos. Este terceiro grupo, pela incidência na região se constitui como sendo a principal chave para entender as características centrais da pequena produção agrícola na região ainda que os outros grupos sejam também considerados.

Os principais motivos que destaco dentre este terceiro grupo de trabalhadores com relação aos demais pode ser compreendido primeiro pelo fato de se reproduzirem, ou então terem se reproduzido como pequenos produtores rurais. A propriedade integral de suas famílias da qual a fração de terra que hoje lhes pertence fazia parte, quase sempre se constituía em pequena ou média propriedade⁷. O que pretendemos demonstrar com isso é que são propriedades originalmente adquiridas por trabalhadores que viviam e se reproduziram na condição de agricultores.

Dada que a maior ocorrência é deste terceiro grupo, pondero, conforme mostrou a pesquisa que a faixa etária incide neste caso entre 45 e 55 anos, com 43,75% dos entrevistados. Diferente daquela do segundo grupo que incide geralmente entre membros com mais de cinquenta e cinco anos em boa medida por grande parte de estes serem aposentados, tendo a atividade como renda complementar ou hobby.

Ao que parece a idade identifica uma geração que estudou sem sair do campo, ou pelo menos mantendo a propriedade como renda principal ou complementar. A média de escolaridade reside entre aqueles que possuem segundo grau incompleto ainda que 19,79% incida entre os que têm segundo grau completo. Lembrando que 30,21%, a maioria dos entrevistados responderam possuir primeiro grau completo.

Mas existe uma característica geral entre parte dos pequenos agricultores e no máximo médios proprietários e produtores rurais que parece importante ponderar. Trata-se de características que normalmente escapam às estatísticas e sendo assim passam despercebidos de boa parte da produção teórica e bibliográfica. Muitos destes

⁷ É preciso atentar para o fato de que faz pouco mais de meio século a região era completamente fatiada por “pequenas” propriedades, com grande incidência naquelas entre trinta e sessenta alqueires mais ou menos, haja vista que muitos dos lotes de terra disponibilizados para venda no final do século XIX terem esta extensão. Dada a extensão do território aliado ao modelo de desenvolvimento agrário brasileiro podem para o momento serem consideradas pequenas ou no muito médias propriedades.



agricultores se organizam “fora” do fluxo de mercado e consumo, sobrevivendo numa organização econômica marginal ou paralela. Compram e vendem, trocam de maneira geral num mercado que “não existe”, é informal e está fora das estatísticas. Em casos muito específicos apresentam pontos interessantes e positivos, como qualidade de alimentos, noutros absolutamente negativos como, por exemplo, o uso indevido de agrotóxicos, a não atenção ao manejo e questões fito sanitárias, etc.

Isso por que:

As famílias de camponeses se movimentam geralmente em contextos os quais os mercados são imperfeitos ou então são incompletos, e sendo assim funcionam esporadicamente, ou então descolados no espaço e no tempo. (...) mercados imperfeitos e incompletos e instituições fracas, realmente limitam fortemente as escolhas de consumo e produção. (MENDOLA, 2006, p. 75 - 76)⁸

Claro que quando se trata da cana-de-açúcar as possibilidades de serem “paralelos” são poucas, uma vez que o gerenciamento ou apenas o padrão exigido pela indústria (usinas) dificulta esta façanha, que é mais comum em pequenas culturas locais em que a produção também gira mais em âmbito local, ou então é abocanhada por mercados distantes.

Indicadores

A pesquisa mostrou que entre estes pequenos estabelecimentos ou propriedades rurais a “troca de diárias⁹” é frequente. Dos entrevistados apenas nalguns casos apesar de não serem freqüente, apontam não fazerem uso desta instituição antiga chamada “troca de diárias”. A totalidade se pode dizer dos entrevistados afirmam utilizar ou então ter utilizado até recentemente

Outra incidência alta, de 48, 96%, afirmam utilizar o trabalho de “diarista”, que em alguns casos, ainda tem a denominação antiga de “jornaleiros” (de jornada de trabalho). O trabalhador “diarista” é contratado no início da jornada (dia) de trabalho e dispensado no final do dia. Isso significa que há facilidade e mobilidade quanto a quantidade e a qualidade do trabalho. Precisando do trabalho faço escolha diante a

⁸ Tradução nossa: “*Le famiglie contadine operano generalmente in contesti in cui i mercati sono imperfetti o incompleti, e funzionano sporadicamente o in modo scollegato nello spazio e nel tempo. (...) Mercati imperfetti e incompleti ed istituzioni deboli, infatti, limitano fortemente le scelte di consumo e produzione.*”

⁹ Trata-se de prática antiga verificada particularmente no contexto europeu, sendo fenômeno sobre o qual muito se escreveu, estabelecendo-se um certo consenso tratar-se de instituição que teve desdobramentos positivos no tocante a cooperação produtiva. Na Itália, por exemplo, esta prática “era” chamada de *aiutarela*, em que trocava-se ajudas formando mutirões de trabalho em períodos excepcionais do ano, sendo mais comuns em épocas de colheita.



demanda de mão de obra disponível, ou, se a experiência do dia anterior me foi vantajosa, volto a contratá-lo no dia seguinte, senão não.

Uma prática bastante comum entre pequenos proprietários de determinados bairros rurais e microrregiões é o empréstimo de implementos agrícolas. A totalidade dos entrevistados que possuem implementos, ou então os utiliza, afirmam fazer uso desta prática, que é bastante conhecida e difundida em pequenos núcleos produtivos, como “troca de implementos”. Trata-se inclusive do principal vetor de sociabilidade. De qualquer maneira, a “troca de implementos” é uma prática, uma “instituição” à qual ninguém se nega em participar. Inclusive por isso é uma instituição. (MARQUES, 1997). De uma maneira ou de outra é bastante comum o fluxo de troca de implementos que para definição e entendimento é melhor chamá-lo de “empréstimo. Diferente da troca de dias em que a retribuição ou restituição é dada na proporcionalidade de horas trabalhadas na “troca de implementos” muitas vezes uma das partes não tem o que trocar, uma por que não possui implementos agrícolas, ou então por aquele de quem empresta não precisar ou ter implemento melhor. Daí resulta pagas em produtos como frangos e porcos, facilitação em negociações como gado, ou então no que chamam de “dever de obrigação” em que um fica “devendo um favor para o outro”.

Todavia, sempre que isso acontece não há proporcionalidade. Trabalha-se na ajuda de determinada tarefa que pode ser colheita, trato, reparo e manutenção de equipamentos, reparo em estruturas como barracões e até casas de moradia etc.

Quando os produtores são perguntados sobre a assistência técnica em suas propriedades a grande maioria 59% indica ser provenientes das cooperativas, seguida em incidência de casos da assistência proveniente da “casa da lavoura”, que como se sabe é órgãos do Estado. Ocorre que quando buscamos saber que “cooperativas” são estas da qual provém grande parte da assistência técnica dispensada aos produtores, descobrimos que todas elas provêm de cooperativas de produtores de cana-de-açúcar, com exceções dos casos raros da COFRUCAR – Cooperativa de Citricultores de Cândido Rodrigues e da COAGROSOL – Cooperativa dos Agropecuaristas solidários de Itápolis.

Estas cooperativas de produtores de cana as quais tive contato estreito no curso da pesquisa mantêm um setor de vendas de insumos e defensivos agrícolas que são impulsionados pela “política de receitas”. Ou seja, o agrônomo ou técnico avia receita para compra que é vendida pela própria cooperativa. A cooperativa de produtores de



cana-de-açúcar que atende desde pequenos até grandes produtores, acaba sendo órgão de assistência técnica integral aos primeiros.

Diversidade, cooperação e resistência produtiva

Dos entrevistados com os quais trabalhamos na pesquisa, algo em torno de 89% apontou possuírem porcentagem de suas terras em sistema de parceria ou então arrendamento¹⁰ com as usinas produtoras de açúcar e álcool.

A porcentagem média das terras destinadas a cana de açúcar por propriedade com relação aquela destinada a diversidade produtiva como frutas (a maior parte das ocorrências), hortaliças, gado de leite e corte, e pequenas fabricas de compotas de doces e processamento de mandioca, polenta e palmito é de oito ou nove para uma.

Como se sabe a agricultura é um tipo de atividade por excelência dada ariscos e incertezas. Por mais que a precisão científica, a intervenção técnica e a regulação ou auto-regulação do mercado tenham diminuído e minimizadas estes riscos ele é impossível de ser eliminado. São riscos naturais bem como aqueles ligados a política agrícola, escoamento da produção em se tratando de produtos perecíveis etc. Por isso tem-se uma hipótese, digamos clássica, atribuída a *Lipton* e *Longhurst* (1989), mas mobilizada por *Mendola* (2006), segundo a qual:

Os riscos da produção agrícola induzem as famílias de camponeses a serem cautelosas em suas decisões (...) não sendo de se espantar que os agricultores (...) sejam avessos ao risco quando fazem uma escolha de produção. (...) *Lipton* sustenta que os pequenos agricultores são necessariamente avessos ao risco, sobretudo quando devem decidir com vistas à satisfação das suas necessidades primárias através da produção agrícola, para não cair em condição de indigência. (...) Se pode concluir que os indivíduos são extremamente sensíveis aos incentivos, particularmente em se tratando daqueles que implicam em ganhos imediatos, mais do que grandes ganhos futuros (p. 81e 86)¹¹

¹⁰ No sistema de parceria o proprietário da terra planta e trata da cana-de-açúcar com o compromisso de entrega anual da produção para determinada usina com quem firma contrato. Usualmente é a própria usina que fornece maquinário e implementos para plantio, trato e colheita, e em alguns casos os próprios insumos que são descontados do pagamento do produto no final; No sistema de arrendamento, arrenda-se a terra proporcional ao valor de tonelada de cana paga por alqueire plantado, e que na região gira em torno de sessenta toneladas por alqueire ano. Vale observar que no primeiro caso, apesar de serem poucos, os produtores correm os riscos da produção; no segundo casos o produtor não corre risco algum. Nos dois casos o contrato é de cinco anos, mas neste segundo, de arrendamento, paga-se sessenta toneladas de cana-de-açúcar por alqueire arrendado no preço de mercado independente da produção ou do que aconteça.

¹¹ Tradução nossa do italiano: “ *La rischiosità della produzione agricola induce le famiglie contadine ad essere “caute” nelle proprie decisioni (...) e non è certo sorprendente ipotizzare che gli agricoltori (...) siano avversi al rischio quando compiono una scelta produttiva. (...) Lipton sostiene che il piccoli agricoltori sono necessariamente avversi al rischio in quanto devono essere inanzitutto certi di poter soddisfare i propri bisogni primari attraverso la produzione agricola e non cadere in una condizioni di indigenza. (Lipton, Longhurst, 1989)(...) Si puo concludere che gli individue sono estremamente sensibile*



Pois bem, a característica ou perfil produtivo da região aponta para este fator donde a grande maioria da produção diversificada se aproveita da “garantia” auferida pelo fornecimento da cana-de-açúcar para as usinas no sistema de parceria ou arrendamento por tratar-se de atividade de pouco risco.

Conclusão

A pesquisa, dentre outras coisas aponta para a intensa relação que chamo de cooperação produtiva entre os agentes, e destes agentes de um tipo de agricultura, que pode ser chamada de alternativa com o outro tipo de agricultura. A ênfase foi de fato na relação entre os dois tipos de agricultura e na intensidade dos desdobramentos interativos próprios do ambiente da cooperação produtiva.

Concluimos que mais do que se repelirem estes dois tipos de agricultura tendem a relação de troca de conhecimento e fluxo de cooperação. Outra vertente possível sobre a qual fizemos rápidas considerações mas que não integra este trabalho, diz respeito aquela na qual os grandes complexos agroindustriais “se aproveitam” do conhecimento gerado pelo ambiente da pequena produção agrícola e das sociedades rurais.

Buscando definir ou estabelecer um “perfil” de agente produtivo local, penso, contribui com o debate acerca da constituição e formação de identidades coletivas, tanto quanto das subjetividades.

Referências Bibliográficas

- ANGELI, L. *Il Ponte*, Ano LVIII, n. 10-11, otb/nov, 2002.
- BAGNASCO, A. *La Construzione sociale del Mercato. Studi sulli sviluppo di Piccola Impresa in Italia*. Bolonha: Il Mulino, 1988.
- BAGNASCO, A. *Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa*, In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. (Org.) *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- BECATTINI, G. *Dal Distretto Industriale allo Sviluppo Locale: svolgimento e difesa di uma Idea*, Torino: Bollati Boringhieri, 2000.
- BECATTINI, G. e ZORINI, L. O. *Identità locali rurali e globalizzazioni*, In *La Questione Agrária*, n. 01, 2003.

alle incentivi, in particolare a quelli che implicano un guadagno mimediato, piuttosto che grandi guadagni futuri(...)”



CAMPOS, R. L. S. *Qualificação Profissional e Sindicatos. Entre Estado, Capital e Trabalho: um estudo de casos no meio rural de Ribeirão Preto*. Tese de Doutorado defendida em março de 2007, UNESP/FCL. 2007.

- INCRA. Relatório de Atividades do INCRA 1995-1999.

LIPTON, M. e LONGHURST, R. *New Seeds and Poor People*. London: Unwin Hyman, 1989.

- MARQUES, E. C. *Notas críticas à literatura sobre estado, políticas estatais e atores políticos*. BIB. Rio de Janeiro, n.43, jan./jul. 1997.

MENDOLA, M. Le scelte di produzione delle famiglie contadine: aspetti istituzionali e comportamentali nella teoria econômica, QA -La Questione Agraria, 2006(2), 75-94.

- PROJETO LUPA 2007/2008: *Censo Agropecuário do Estado de São Paulo*, São Paulo, IEA, CATI, SAA, 2009.

- RULLANI, E. “*Sistemi produttivi locali in Europa: tra governance e competitività*”, Sviluppo locale, 2002.

- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, setor de Capacitação, acesso: <http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/treinamentos.asp>, acesso 30 ag. 2006.

- TORQUATO, S. A. *Cana de Açúcar para indústria, o quanto vai precisar crescer*, Análise e Indicadores do Agronegócio, IEA, acesso http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/cana_industria_000fl7vggq702wyiv80isprrdnmik1s.pdf. Acesso: 03/05/2010.

- WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro: Zahar, 1979.



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

Diversificação, agro industrialização e associativismo: as estratégias para o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares no Alto Uruguai gaúcho.

Jonas José Seminotti¹

Oswaldo Heller da Silva²

¹ Doutorando em sociologia pelo curso de pós-graduação da UFPR. Mestre em História pela UPF. Pesquisa de tese: o perfil do agricultor familiar associado à Fetraf na região Alto Uruguai do RS.

² Doutor e professor titular do curso de pós graduação em Sociologia na UFPR.

Resumo

O trabalho analisa como os agricultores familiares da região Alto Uruguai do RS adotaram uma nova concepção de desenvolvimento, colocando em prática ações que viabilizaram a diversificação da produção, a criação de agroindústrias familiares, a constituição de cooperativas e feiras de produtores, como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento tradicional.

Palavras-chave: Agricultura familiar, desenvolvimento sustentável, pluriatividade, associativismo e políticas públicas.



Introdução

O objetivo deste estudo é analisar como os agricultores familiares da região Alto Uruguai do RS adotaram uma nova concepção de desenvolvimento, colocando em prática ações que viabilizaram a diversificação da produção, a criação de agroindústrias familiares, tendo a mediação da Fetraf.

A organização social e a luta por políticas públicas para os agricultores familiares vai se dar a partir de 1980, quando se dá a conquista de várias direções de Sindicatos de Trabalhadores Rurais na região Alto Uruguai³. O tema sobre o desenvolvimento regional sustentável e a necessidade de intervenção no campo econômico passa a ser debatido no final da mesma década.

Mediado pela Fetraf, os temas sobre à produção, a industrialização e comercialização despertaram muitos debates entre os agricultores familiares e a partir de 1990 foram criadas nesta região cooperativas no ramo do leite, do crédito, de energia e de consumo e a constituição de feiras e agroindústrias familiares. As ações planejadas e implementadas pelos agricultores familiares visavam o desenvolvimento regional sustentável, diante da crise econômica e do êxodo rural, provocados pelo modelo de desenvolvimento neoliberal.

O agricultor familiar passou a ser um protagonista de um processo de mudanças, que mudou a lógica do desenvolvimento regional, onde a agricultura familiar passou a atender mais o mercado local, com a diversificação da produção, em detrimento do mercado exportador. Neste contexto, o agricultor age de modo a mudar o seu meio, pois, segundo Touraine, "ser sujeito" é ter a vontade de ser ator, isto é, atuar e modificar seu meio social mais do que ser determinado por ele.

1 A organização social e política nas décadas de 1980 e 1990.

A organização social entre os agricultores familiares vai ganhar maior expressão na região Alto Uruguai do RS na década de 1980, quando ocorre um aprofundamento sócio-político, tendo a contribuição dos setores progressistas da Igreja Católica na formação de lideranças e na criação de novas organizações sociais populares,

³ Na região Alto Uruguai 88% das propriedades agrícolas são de agricultura familiar, segundo dados do IBGE de 2006.



especialmente a conquista das direções dos sindicatos de trabalhadores rurais com a proposta da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de um novo sindicalismo⁴.

A configuração de elementos do campo religioso, social e político se deu num espaço territorial com a economia centrada na pequena propriedade, com presença predominante do imigrante de origem italiana e, em menor escala, polonesa, alemã, negra e indígena. Dos 31 municípios que compunham a região, apenas Erechim, município pólo, tinha predomínio populacional no meio urbano. Os demais concentravam sua população em comunidades do meio rural caracterizadas pelo espírito religioso, o que contribuiu muito para o trabalho dos setores progressistas da Igreja Católica.

Mapas do Brasil – RS - Região Alto Uruguai do RS



As mudanças que passam a ocorrer no campo social e político do país encontraram na região Alto Uruguai do RS um campo fértil para se desenvolver, propiciado em grande medida por um trabalho de formação e conscientização desenvolvido por lideranças, padres e irmãs do campo progressista da Igreja Católica e da Igreja Luterana nas comunidades rurais. Conforme Piran⁵,

⁴ Entende-se por “Novo Sindicalismo” a organização sindical desatrelada do estado, que a partir do final de década de 1970, com as greves do ABC paulista, constrói um sindicalismo combativo na defesa dos direitos dos trabalhadores em todo o Brasil.

⁵ PIRAN, Nédio. *Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim/RS: EdIFAPES, 2001, p. 59-60.



[...] vindos das Colônias Velhas (a maioria) ou diretamente da Europa (a menor parte), os agricultores familiares cumprem na região, mais uma etapa de sua peregrinação e luta pela própria reprodução. Vale dizer, cumprem mais uma etapa da luta permanente pela terra, elemento constitutivo básico da unidade familiar de produção.

Fruto da articulação de várias organizações sociais e políticas criou-se um identidade comum e um capital social entre alguns movimentos sociais populares e o movimento sindical rural e urbano, capaz de fomentar a criação experiências associativas na região.

2 Desenvolvimento regional e políticas públicas

A formulação e implementação de políticas públicas encontram atualmente novas formas de participação e revelam-se importantes diante da forma clássica de formulação de políticas regionais no Brasil. Buscam promover a articulação social em caráter permanente, visando influenciar o processo de tomada de decisões públicas que se refiram ao desenvolvimento regional.

Os atores sociais articulados regionalmente tornam-se mediadores de processos de conquista e implementação de políticas públicas visando o desenvolvimento regional. A Fetraf, como um ator social da região Alto Uruguai, tem buscado nos últimos anos articular-se com outras organizações sociais, estando a frente de muitas ações que aos poucos foram garantindo a abertura de um espaço junto ao governo federal para viabilizar políticas para a agricultura familiar.

A incorporação do conceito de *governância* à abordagem do desenvolvimento é relativamente recente. Até a década de 70 predominavam, ainda, as abordagens focalizadas na *ação do governo*, que viam na atuação do setor público o motor do processo de desenvolvimento. Na década de 80, essa compreensão ampliou-se, passando a estar focalizada na administração do desenvolvimento, incorporando a avaliação da capacidade do estado para integrar e liderar o conjunto da sociedade.



Esta articulação regional entre lideranças de várias organizações sociais contribuiu para a formação de um conselho de desenvolvimento territorial (CODETER) que tem a função de planejar as políticas para a agricultura familiar da região Alto Uruguai e de desenvolver projetos com recursos do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Mas desde a década de 1990 que a abordagem ampliou-se ainda mais, passando a ser focalizada na capacidade tanto do estado quanto da iniciativa privada e da sociedade civil como atores do desenvolvimento. Passou a ser crescentemente enfatizada a natureza democrática da governância, abrangendo os mecanismos de participação, de formação de consensos e de envolvimento da sociedade civil no processo do desenvolvimento.

3 As transformações na agricultura familiar

A agricultura familiar vem passando por inúmeras transformações com a modernização dos meios de produção das últimas décadas. Vemos um rural heterogêneo que se reconstrói com uma vida social e que reproduz uma relação de complementaridade com o ambiente urbano, apresentando, não apenas um processo de urbanização do campo, mas também de urbanização das cidades. Nessa perspectiva o rural não desaparece, mas ressurgue com formatos sociais e produtivos diversos e aponta para uma modernidade social com a reapropriação de espaços pelos camponeses e agricultores familiares.

Mesmo que os estudos mostrem um rural esvaziado e uma sociedade que se urbaniza, parece evidente que a sociedade brasileira não pode ser representada como uma sociedade onde os espaços socioambientais e estilos de vidas se homogeneizaram em decorrência do processo de modernização. Nesse contexto há um rural que ressurgue caracterizado por espaços diferenciados, sob influência de fatores diversos e que coloca na agenda de pesquisa a reconstrução de um rural agora revalorizado. Enquanto a sociedade sofria um processo intenso de modernização e oferta de emprego nas cidades o rural era secundarizado tido como sinônimo de atraso e de ignorância, mesmo com as políticas de modernização da agricultura.⁶

⁶ BRANDENBURG, Alfio. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas. In: **Sociedade e Ambiente**. vol III, n. 1 jan/ jun; 2005, Curitiba, p. 78.



A questão ambiental parece ser uma das marcas da modernidade contemporânea e que sem dúvida atinge todas as sociedades. Até mesmo onde se acreditava que o rural tivesse relegado a uma espécie de espaço de museu natural, passa a ser rediscutido.

Há uma diversidade de grupo de agricultores com experiências diferenciadas que buscam se realizar mediante projetos e expectativas que nem sempre são as previstas na sociedade. Esses projetos surgem como inovações, mas se apresentam como alternativas às soluções convencionais e ultrapassam o padrão tido como moderno.

3.1 O novo rural em formação

Algumas características marcaram historicamente o rural brasileiro:

a) baixa densidade de população e residências, contribuindo para a predominância de uma paisagem natural; b) uso econômico predominantemente agropastoril; c) os habitantes possuem um modo de vida que se caracteriza pelo pertencimento a pequenas coletividades bem como relações particulares com o espaço; d) a cultura camponesa identifica e representa especificamente o meio rural; e) os habitantes relacionam-se com a natureza por meio de práticas e representações particulares com relação ao espaço, ao tempo, à família e outros; f) a vivência coletiva resulta em relações sociais de interconhecimento; g) menor mobilidade social e espacial; h) posse da terra como o centro convergente do sistema político-econômico.

Provavelmente se identificará aspectos inalterados e ao mesmo tempo grandes mudanças neste rural brasileiro. A Revolução Verde na década de 1970 vai alterar vários aspectos do meio rural brasileiro. A utilização de implementos modernos, o plantio da soja e a produção para o mercado externo provocaram mudanças na paisagem natural, mas modificaram sobretudo as relações no meio rural, estando o agricultor submetido às condições impostas pelo mercado, perdendo alguns traços de sua cultura camponesa.

As atividades agropastoris podem ser consideradas como predominantes no meio rural, mas em termos de uso econômico, além delas, diversas atividades econômicas estão sendo-lhes agregadas. A existência concomitante de atividades agrícolas e não-agrícolas no espaço rural é um fenômeno que muitos autores denominam de pluriatividade, que, segundo Schneider,

[...] refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família em domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez



menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2001, p. 3).

Mesmo sendo um fenômeno antigo, a pluriatividade assume dimensões novas no meio rural brasileiro, por isso existe a possibilidade de novas formas de organização de a produção vir a se desenvolver no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados. Para Graziano da Silva (1999) esse fenômeno é denominado de "novo rural brasileiro".

Não se pode perder de vista que a complexidade da realidade nunca se mostra homogênea, seja no campo, seja na cidade. É exatamente por isso que o mais correto seria falar em "ruralidades" no campo brasileiro.

Falar do rural não é reportar-se apenas a um espaço geográfico, mas às relações que são desenvolvidas ali e como estão inseridas em um todo envolvente. Falar do rural é pensar em "rurais", colcha de retalhos que constitui o mundo agrário brasileiro sujeito às tensões crescentes da competitividade e da urgência de preservação dos recursos naturais. Mas falar do rural é também apontar as pistas que nos conduzam à melhor compreensão do mesmo (MOTA; SCHMITZ, 2002, p. 397).

Dessa forma, opta-se por acreditar que mesmo havendo um "um novo rural", uma "nova ruralidade", o meio rural continuará mantendo algumas funções e agregando outras. É preciso, portanto, que se saiba olhar o espaço rural com outros olhos. "Como em geral a imagem comum do campo é associada ao passado, à tradição, aos costumes humanos e naturais e a da cidade ao futuro, à modernização, ao desenvolvimento, fica faltando o presente [...]" (MARQUES, 2002, p. 104).

Não se pode perder de vista que, mesmo que a população agrícola tenha diminuído em determinadas regiões do País, como é o caso da região Alto Uruguai do RS, o meio rural continua oferecendo oportunidades que fortalecem a luta contra a exclusão social, sobretudo para os jovens, sejam em atividades agrícolas ou não-agrícolas.

4 A intervenção da Fetraf no campo econômico

A criação da Fetraf⁷ em 2001 acompanha a mudança conceitual de "pequena propriedade" para "agricultura familiar", caracterizada por ser uma forma social de

⁷ Os sindicatos da agricultura familiar têm se credenciado junto à população rural, nos últimos anos como uma alternativa de representação dos trabalhadores. Isto pode ser percebido através do aumento do



organização. No I Congresso de 2004 ocorreu a definição do que seria chamado de o “objetivo estratégico” da Federação e dos seus quatro “eixos estratégicos de ação”. (FetraF-Sul, 2004, p.22).

A essa ideia, que já vinha sendo debatida pelo sindicalismo cutista, é agregado o qualificativo *solidário* com o propósito de adicionar a esse debate o acúmulo existente no sindicalismo sobre a temática da *economia solidária*, que inclusive motivou a formação de uma agência no interior da CUT para tratar desse tema também no âmbito urbano: a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS).

Um segundo eixo de ação apontava para o avanço na organização socioeconômica da agricultura familiar como elemento fundamental para a implantação de um desenvolvimento sustentável e solidário. Neste ponto, buscava traçar diretrizes para que o sindicalismo em conjunto com as organizações de crédito as cooperativas e associações de produção, as redes de certificação solidária e as ONGs de apoio conseguissem ter ações concretas para a realização do projeto de desenvolvimento da Federação, tais como: produção agroecológica, agroindustrialização familiar, comercialização direta e iniciativas de econômica solidária.

O terceiro eixo de ação focava na luta por avanços na democratização do Estado e na elaboração, disputa, negociação e implementação de políticas públicas que potencializem a valorização da agricultura familiar.

O quarto eixo refere-se à gestão e relações institucionais da Federação, tendo por objetivo avançar na melhoria e aperfeiçoamento da gestão e organização interna da Fetraf-Sul/CUT e seus sindicatos, na visibilidade da organização sindical da agricultura familiar e nas relações institucionais com organizações parceiras.

O Sutraf Alto Uruguai organizou a sua ação em três grandes eixos:

- a) Políticas públicas;
- b) Organização da produção;
- c) Organização sindical.

Entre os principais projetos estão o Pronaf, a implementação do Seguro da Agricultura Familiar, o Seguro preços, a Habitação Rural, o Programa de Aquisição de

número de associados, chegando em 2011 com 10.000 agricultores associados, nos 31 municípios da região Alto Uruguai do RS.



Alimentos e assistência técnica aos agricultores. Os recursos do pPronaf subiram de 2,4 bilhões em 2002 para 16 bilhões em 2010 em âmbito nacional. Outro importante programa foi a aquisição de alimentos que possibilita a compra direta da agricultura familiar para os consumidores urbanos.

5 A criação de cooperativas entre os agricultores familiares

A perspectiva de intervir no campo econômico foi uma preposição que teve origem ainda no final da década de 1980, quando lideranças entre os agricultores familiares dos STRs municipais ligados a Cut passaram a debater sobre o tema do desenvolvimento regional sustentável. Uma das primeiras iniciativas foi a conquista da direção da Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai (Crerel) em 1990, que atende a 37 municípios da região norte do RS e 85% das 6,5 mil famílias atendidas são do meio rural. A produção de energia através de pequenas usinas hidrelétricas fazia parte da proposta do projeto de desenvolvimento regional, pois não causaria danos ambientais, nem tiraria o agricultor familiar de suas terras.

Alguns anos mais tarde, em 1993, também através de ações direcionadas pelo Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, foi criada a Cooperativa dos Produtores Rurais – COPERAL, que assumiu a estatal COORLAC, que fora privatizada pelo governo do estado do RS, assumindo mais de 2.700 associados produtores de leite de região Alto Uruguai. O leite se transformava na principal atividade da agricultura familiar para a geração de renda e como uma alternativa a crise da produção de soja, devido aos baixos preços e ao alto custo de produção.

Uma outra importante iniciativa na década de 1990 foi a criação de associações de suinocultores em vários municípios da região Alto Uruguai. Através de encontros e debates sobre desenvolvimento, realizados por dirigentes sindicais, os agricultores se organizaram nas comunidades rurais e formaram condomínios, onde adquiriram matrizes de forma coletiva, diminuindo o custo de produção. O complemento do processo, a engorda dos suínos, era realizada nas propriedades.

A diversidade de atividades fomentadas através dos STRs, obedecia as vocações microrregionais. Um exemplo foi a criação de uma cooperativa de produção e industrialização de erva mate, a Copermate, em 2000, que se deu no município de Getúlio Vargas, por vinte famílias de agricultores familiares.

Já no final da década de 1990 um grande incentivo foi dado pelo governo estadual, quando o partido dos trabalhadores venceu as eleições em 1998 no RS. Vários



programas de apoio a agricultura familiar foram criados, seguindo as orientações e diretrizes tiradas nos anos anteriores sobre desenvolvimento regional, realizados pelos STR e por outras organizações sociais, o que levou parte dos agricultores da região Alto Uruguai e constituir agroindústrias familiares com a produção de pães e bolachas, carnes, hortaliças, queijos, frutas. Como o grande problema estava na comercialização, pois não havia mercado para comercializar a sua produção, então foi criada em 2001, em Erechim, a Cooperativa de produção e consumo familiar – NOSSA TERRA, que passou a organizar o produtor e a constituir feiras para a comercialização dos produtos. Também abriu novos mercados consumidores em supermercados e colocou a merenda escolar nas escolas municipais e estaduais da região.

Um dos grandes problemas, tanto das cooperativas ligadas a Fetraf, quanto dos agricultores familiares estava na falta de crédito para produzir alimentos, como capital de giro e a falta de recursos para a melhoria da infraestrutura das propriedades. Este problemas ocasionavam o êxodo rural especialmente dos jovens. Uma das grandes lutas da FETRAF, neste sentido, foi pela criação de um programa de crédito que auxiliasse os agricultores familiares no seu ramo de atividade. Como fruto da pressão que o movimento sindical rural exerceu sobre o governo federal, em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A criação do PRONAF é visto amplamente como um reconhecimento da especificidade da agricultura familiar. Mesmo com a mudança de governo em 2003, ele continuou a ser o principal instrumento de política agrícola direcionado para esse público. No que se refere ao volume de recursos disponibilizados para o Programa entre 2003 e 2010, observa-se uma ampliação de quase três vezes, com redução das taxas de juros, a ampliação do valor passível de financiamento e a diversificação das modalidades, com a criação de várias novas, dentre as quais: Mulher, Jovem, Agroindústria, Agroecologia, Semi-Árido, Floresta, Eco, Turismo Rural, Pesca e Mais Alimentos.

As lutas desenvolvidas pelos STRs na década de 1980 apontavam para a necessidade de crédito para o agricultor, mas quando o crédito era concedido, os altos juros se tornavam uma ameaça, especialmente em anos de estiagem. Uma das ações desenvolvidas, para facilitar o acesso ao crédito e com juros acessíveis aos agricultores familiares foi a criação da Cooperativa de crédito rural com interação solidária – CRESOL, em 1998. Atuando nos três estados do sul, está presente em 15 municípios



da região Alto Uruguai e tem contribuído para o repasse de recursos do pronaf e de outros programas criados pelo governo federal.

Relação de experiências associativas criadas pelos agricultores familiares na região Alto Uruguai:

Organização	Ano de criação	Área	Abrangência
Cooperativa de eletrificação- CRERAL	1990	Eletrificação	30.000 famílias
Cooperativa dos produtores rurais - Coperal	1993	Leite	2.700 familiares
10 associações de suinocultores	De 1990 a 1995	Suínos	200 famílias
Cresol Alto Uruguai	2000	Crédito	15 cooperativas 15.000 famílias
Copermate	2000	Erva Mate	35 famílias
Agroindústrias familiares	De 2000 a 2011	Carnes, pães, frutas, hortaliças, etc	100 famílias
Cooperativa de consumo Nossa Terra	2001	Comercialização de produtos da agric. familiar	50 agroindústrias
15 Feiras de produtores	De 2001 a 2010	Produtos da agric. familiar	150 famílias
Merenda escolar	Desde 2002	Produtos da agric. Familiar	31 municípios 300 famílias
Coperflor	2002	Grãos	40 famílias
UFFS e IFET	2009	Cursos ligados a agric. familiar	31 municípios
Empreendimentos em turismo rural	De 2002 a 2011	Comidas típicas e lidas do campo	5 municípios

Fonte: elaboração do autor

Algumas ações são desenvolvidas em parceria entre a Fetraf e a Cresol, no sentido de orientar o agricultor sobre alguns programas de crédito. Um exemplo é o programa de habitação rural que é desenvolvido em parceria entre as duas organizações. O Sutraf municipal cadastra as famílias e faz um diagnóstico sobre a real necessidade e a Cresol disponibiliza os recursos e acompanha o processo de construção.



Mesmo sendo desafiadas pelas transformações do meio rural e pelo enfraquecimento do poder de mobilização, podemos destacar duas recentes conquistas no ano de 2009: a criação da Universidade Federal e da Escola Técnica Federal no município de Erechim, através de um movimento coordenado pela Fetraf, com apoio de outros setores organizados da região Alto Uruguai do RS.

Considerações Finais

Podemos concluir que, diante da formação do novo rural, o agricultor familiar da região Alto Uruguai implementou ações no sentido de buscar um desenvolvimento auto-sustentável, mesmo diante do mercado globalizado exportador e das conseqüências do processo de modernização capitalista do campo. Neste sentido, agricultor familiar tem buscado atender as demandas do mercado local e a produção agroecológica vem ganhando espaço.

Percebe-se uma nova estrutura na agricultura familiar que, hoje inserida na era da informação, necessita de qualificação técnica para obter maior produtividade. Pelo acesso aos transportes e a comunicação busca preservar algumas de suas principais características e este rural, outrora secundarizado e esquecido, vem se tornando um espaço natural procurado e preservado.

A constituição de cooperativas, associações, agroindústrias, feiras de produtores, é uma demonstração de um novo modelo de desenvolvimento planejado ainda na década de 1990. A pluriatividade, implementada através do crédito (pronaf), tem contribuído para o fortalecimento deste novo modelo, onde o agricultor obtém maior renda, maior qualidade de vida e maior permanência na terra.

Um dos aspectos negativos que merece atenção é o envelhecimento da população residente no meio rural, o que ocasiona a falta de trabalhadores para a diversificação da produção, pois exigem maior mão de obra para sua realização.

Constatamos que mesmo com o aumento das políticas públicas, da renda e da qualidade de vida, o êxodo persiste entre os jovens agricultores familiares, mesmo que seja em menor proporção.

Quanto ao papel da Fetraf junto ao agricultor familiar, podemos concluir que a mesma passou a executar projetos de formação sobre agroecologia, agroindustrialização, saúde preventiva, assistência técnica, substituindo por vezes a



função do estado. Uma nova estrutura organizativa tornou-se necessária e a sustentabilidade passou a se dar, em boa parte, com recursos dos projetos governamentais, criando certa dependência ao estado.

Concluimos também que as políticas criadas pelo governo federal nos últimos anos para o campo têm contribuído para o aumento da renda do agricultor familiar, através de programas de crédito como o Pronaf, plano safra, na habitação, no seguro agrícola, no crédito para investimentos em agroindústrias. No entanto são insuficientes para tornar o agricultor familiar auto-sustentável, ou seja, capaz de produzir uma renda suficiente para que o mesmo quite os financiamentos agrícolas, normalmente prorrogados pelas instituições bancárias e, ao mesmo tempo, garanta a sustentabilidade familiar e a permanência do jovem no meio rural.

A conquista da Universidade Federal e da Escola Técnica foi uma demonstração da preocupação que o agricultor familiar tem com a formação e qualificação em suas atividades.

Os desafios colocados para o agricultor familiar e para a Fetraf devem passar pela conquista de novas políticas, especialmente pela garantia de preços mínimos aos produtos agrícolas e na questão ambiental pela valorização das áreas de matas, previstas pelo código florestal brasileiro. No entanto, as preocupações com o êxodo rural, com a dependência de políticas governamentais e com a perda da cultura da coletividade são temas pertinentes para os atuais e futuros estudos.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Texto para discussão nº 702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1999.

BRANDENBURG, Alfio. *Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas*. In: Sociedade e Ambiente. vol III, n. 1 jan/ jun; 2005, Curitiba.

CARNEIRO, M. J. *Camponeses, agricultura e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998.

FETRAF-SUL/CUT. Resoluções do 1º Congresso Sindical da Agricultura Familiar. Chapecó: FETRAF-SUL, março 2001.

FREYRE, G. *Rurbanização: que é?* Recife: Massangana, 1982.



GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. G. *Velhos e novos mitos do rural brasileiro: implicações para as políticas públicas*. In: ARBIX, G. et al. Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

IBGE. *Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar: primeiros resultados - Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

MARQUES, M.I.M. *O conceito de espaço rural em questão*. Terra Livre. São Paulo: AGB, n.19, jul./dez. 2002.

MEDEIROS, L. S. de. *Trabalhadores Rurais, agricultura familiar e organização sindical*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

MOTA, D. M.; SCHMITZ H. *Pertinência da categoria rural para análise do social*. Ciência e Agrotecnologia. Lavras: UFLA, v.26, n.2, p.392-399, mar./abr., 2002.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese UFRRJ, 2011.

PIRAN, Nédio. *Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim/RS: EdiFAPES, 2001.

SCHNEIDER, S. *A dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: elementos teóricos para análise da pluralidade em situações de agricultura familiar*. In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2., 2001, Campinas: UNICAMP, 2001.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Tradução de Gentil Avelino Titton. 3. ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. *O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1997, Natal. Anais, Brasília: SOBER, 1997.

_____. *A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil*. Desenvolvimento e meio ambiente. Curitiba, n. 2. 2000.



GT 5 – Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial.

Finanças Solidárias e Políticas Públicas: Fundos Rotativos Solidários, caminhos para o Desenvolvimento Territorial no Semiárido da Paraíba.

Paula Lebre Bronzeado¹
Mônica Laura Caroli Ervolino²
Alicia Ferreira Gonçalves³

¹ Jornalista/ Mestranda do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA); bolsista CAPES/ UFPB, E-mail: paula.bronzeado@gmail.com

² Assistente Social/ Mestranda do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA); bolsista CAPES/ UFPB, E-mail: monyervolino@bol.com.br

³ Doutora em Ciências Sociais/ Professora do Departamento de Ciências Sociais/ UFPB, E-mail: aliciafg1@hotmail.com

Resumo

A região semiárida do nordeste brasileiro é um espaço marcado pelo combate a seca e pelas contradições do desenvolvimento. A perspectiva de convivência com o semiárido trata-se de uma reorientação das práticas de produção, referenciais de comportamento e consciência, baseadas na perspectiva da convivência, partindo da valorização e da reconstrução dos saberes da população local sobre as especificidades, fragilidades e potencialidades do território. Os Fundos Rotativos Solidários (FRSs) surgem na Paraíba, através da ASA, e se concretizam como política pública nacional de apoio às organizações produtivas locais. Neste trabalho discorreremos sobre as potencialidades da Economia Solidária e os FRSs como vetor de desenvolvimento territorial no semiárido da Paraíba.

Palavras-Chave: Fundos Rotativos Solidários, Políticas Públicas, Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial.



Introdução

Na década de 80 inicia-se a introdução de princípios e diretrizes de descentralização, participação popular e universalização do acesso para as diferentes políticas sociais, neste momento a ação da sociedade civil organizada passou a ter um papel fundamental na consolidação do novo modelo de política social, definindo um novo paradigma das políticas sociais (RIZOTTI, 2001).

No Brasil, ao longo da década de 80, e principalmente na década de 90, ganham destaque algumas propostas de desenvolvimento local e combate à pobreza e exclusão social por meio de práticas solidárias comunitárias. Inserindo o caráter coletivo no processo de desenvolvimento comunitário na perspectiva do desenvolvimento territorial.

Combater à pobreza requer o desenvolvimento da economia das comunidades pobres em seu conjunto, de modo a beneficiar todos os integrantes. Como seria de se esperar, os projetos organizados por comunidades pobres assumem quase sempre a forma da economia solidária. (SINGER, 2004)

Os Fundos Rotativos Solidários (FRS) têm sido um caminho concreto para o desenvolvimento de pequenas comunidades. São formas de organização sob a forma de auto-gestão obedecendo a uma lógica de solidariedade que permitem as comunidades, constituírem poupanças coletivas a partir de recursos localmente rateados ou de apoio de cooperação externa.

Em linhas gerais, os fundos solidários são formas de financiamento da economia popular solidária na perspectiva de promover a cidadania econômica daqueles que se situam fora da dinâmica convencional de mercado. Além disso, também é uma metodologia de desenvolvimento local que estimula os processos organizativos na vida comunitária que se estendem à realização de formação social e produtiva.

Este artigo é parte integrante das dissertações de Mestrado das alunas autoras, onde analisam os Fundos Rotativos Solidários como instrumentos de Desenvolvimento Territorial no Semiárido da Paraíba. As pesquisas são realizadas no Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

1. Fundos Rotativos Solidários: um instrumento de Economia Solidária para as Políticas Públicas no Semiárido.



1.1. *Perspectivas da Economia Solidária*

O conceito de Economia Solidária tem raiz na teoria de alguns pensadores do séc. XVIII e XIX, como Sainte-Simon, Charles Fourier e Pierre Proudhon: a divisão igualitária das riquezas do trabalho sem luta de classes. A Economia Solidária sendo uma alternativa para amenizar os problemas decorrentes do capitalismo, uma reação às relações de trabalho próprias deste modo de produção, “Recusa ao economicismo e a autonomização do econômico face à sociedade” (LISBOA, 2003, p. 253), possuindo uma forte conotação política, expressa através de um modo de transformação do capitalismo, a partir da auto-organização dos produtores e consumidores.

Na América Latina, segundo França Filho (2002, p. 16), a economia solidária encontra raízes nas diversas iniciativas de organizações econômicas populares, onde representam de certa forma, “um prolongamento das solidariedades ordinárias” (isto é, aquelas que se praticam no cotidiano, no interior dos grupos primários, ex: mutirão).

Para Singer (2002) a economia solidária implica em um “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”, onde o capital tem que estar em função do trabalho e seus empreendimentos são geridos pelo modelo da autogestão, onde todos participam do processo decisório, fortalecendo laços de solidariedade na busca da geração de renda e inserção social.

O questionamento que se coloca neste momento é sobre a possibilidade de coexistência de modos de produção diferentes, e contraditórios, em uma dada sociedade. Este é o ponto mais importante do funcionamento da economia solidária, esta não pode estar separada se seu sentido político de movimento social, ou se esvazia, e passa ser uma formalização do setor informal da economia.

Assim utilizamos em um sentido mais produtivo, Coraggio (2000) e Gaiger (2000), que caracterizam a Economia Solidária como uma alternativa aos setores populares, com a organização associativa/cooperativa dos trabalhadores, buscando uma saída para “sobreviver ao neoliberalismo”, na perspectiva de luta de classes, sem deixar de lado seu caráter de resistência à economia capitalista, de não de subordinação, de emancipação.

Numa forma de sociabilidade superior, o trabalho, ao *reestruturar* o ser social, terá *desestruturado* o capital. E nesse mesmo *trabalho autodeterminado* que tornou *sem sentido* o capital gerará as condições sociais para o florescimento de uma *subjetividade autêntica* e emancipada, dando um novo *sentido ao trabalho* (ANTUNES, 2000).



A emergência do tema da Economia Solidária no Brasil, está associado diretamente com as mudanças no mundo do trabalho (desemprego, flexibilização da legislação trabalhista, economia informal), a partir da década de 1980, e toma impulso na segunda metade da década seguinte (1990), ligado a luta contra o desemprego em massa, agravado com a abertura das importações (SINGER, 2003a).

A realidade brasileira da economia solidária é diversificada e está em constante processo de estruturação, inclusive, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho em Emprego em junho de 2003. Conforme o Atlas (2006), a economia solidária é formada por:

- Entidades e apoio e fomento: Ongs (FASE, IBASE, PACs, IMS), Cáritas e Pastorais, Universidades e incubadoras, Movimentos Sindicais (ADS/CUT);
- Instâncias governamentais: Governo federal, governos municipais e estaduais, Ministério do Trabalho em Emprego/SENAES;
- Empreendimentos econômicos solidários: organizações de finanças solidárias, empresas autogeridas, cooperativismo popular, redes de empreendimentos, associações, clubes de trocas, grupos;
- Ligas ou Uniões: COCRAB/MST, ANCOSOL, UNICAFES, UNISOL, ANTEAG;
- Fóruns brasileiros de economia solidária: rede de gestores públicos, FACES do Brasil, FBES, Fóruns estaduais, Rede de Socioeconomia Solidária.

Quanto à forma de organização, os EES estão divididos em: cooperativas, associações, grupos informais e outros. No Brasil a maior parte dos empreendimentos está organizada em forma de associações (54%), seguida de grupos informais (33%), organizações cooperativas (11%) e outras formas de organização (2%), sendo esse padrão melhor evidenciado na região norte e nordeste (ATLAS, 2006).

Segundo França Filho (2004), a prática da economia solidária, ainda envolve no contexto internacional mecanismos como:

- Comércio Justo: envolve práticas de solidariedade internacionais, articulam consumidores conscientes e contratos com pequenos produtores, cujo objetivo é a conscientização dos consumidores quanto às práticas mais justas socialmente, economicamente e ambientalmente, assim como propiciar melhores canais de distribuição dos produtos de pequenos produtores;



- Finança Solidária: um conjunto de instituições que adaptam ao setor financeiro os princípios da economia solidária. São organismos de financiamento com estatutos específicos que proveem empréstimos ou participações em capital a outras estruturas de economia solidária (ONGs, cooperativas etc.), ou também a pessoas excluídas dos circuitos bancários e financeiros clássicos. Ou seja, linhas de crédito que atende às particularidades e objetivos dos EES.
- Economia sem dinheiro: baseada no sistema de trocas locais, buscando articulação em redes, internacionalmente conhecida como LETS (Local Exchange Trading System), que é a associação de pessoas de pessoas para trocar bens e serviços. Algumas vezes se cria uma moeda fictícia, de forma que as dívidas sejam reguladas e jamais eliminadas (mecanismo da compensação) (FRANÇA FILHO, 2004).

Considerando que o Brasil (e quase todo o mundo) vivencia o sistema capitalista e conseqüentemente reproduz sua lógica, que não é a da cooperação, mas sim da competição, é necessário o fortalecimento do movimento de economia solidária, através da criação desses mecanismos, de forma a garanti-los legalmente, dentro das políticas públicas para garantir o funcionamento e evolução (dentro da economia neoliberal) dos grupos autogestionários, cooperativas populares, associações e pequenos EES, considerando sua realidade, e atendendo suas necessidades segundo suas especificidades.

1.2. Os Fundos Rotativos Solidários no estado da Paraíba

Os FRS começam a ser implementados no Estado da Paraíba em 1993, na comunidade rural de Caiçara, município de Soledade. Inicialmente, o projeto foi financiado pela Catholic Relief Service (CRS) e assumido pela ONG paraibana PATAC (Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades), em parceria com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Soledade e com a paróquia local. No contexto geral, a região enfrentava uma grande crise de abastecimento de água resultado de uma longa seca. Nesse momento o objetivo inicial era disponibilizar recursos para a construção de cisternas de placa para todas as famílias.

A partir da primeira experiência no município de Soledade, um longo processo de aprendizado e aprimoramento dos processos gestão os Fundos foram se multiplicando em comunidades da Paraíba. Simultaneamente, ganha destaque e força política uma



ampla articulação da sociedade civil organizada e diversos movimentos sociais atuantes no semiárido pressionando o governo por mudanças estruturais nos modelos de desenvolvimento do semiárido.

Esse discurso político traz a proposta de convivência com o semiárido e não mais de combate à seca, mudando o enfoque secular das políticas públicas que na sua essência negavam as características ecológicas da região para um enfoque de aceitação. Trata-se de um novo paradigma de desenvolvimento para o semiárido baseado na valorização das potencialidades locais e dos saberes da população sertaneja.

Silva traz um conceito chave sobre o que significa a proposta de convivência com o semiárido:

É uma proposta cultural que visa contextualizar saberes e práticas (tecnológicas, econômicas e políticas) apropriadas à semiaridez, reconhecendo a heterogeneidade de suas manifestações sub-regionais, considerando também as compreensões da população local sobre esse espaço, suas problemáticas e alternativas de solução, combinando produção apropriada com a qualidade de vida da população local. (SILVA, 2006)

Ganha espaço a rede de intervenção das entidades que compõe a Articulação do Semiárido da Paraíba (ASA-PB), uma rede criada em 1993 que reúne comunidades, paróquias, ONGs e movimentos sociais com o objetivo de elaborar, defender e implementar ações de convivência com o semiárido.

Posteriormente, a ASA se consolida como um forte ator social e político na realidade do semiárido, apresentando um discurso renovador, participativo e comprovando com seus experimentos a possibilidade de um desenvolvimento sustentável para o semiárido.

A ASA multiplicou cisternas pela dinâmica dos FRS pelos 10 anos seguintes, até que em 2003 é assinado um termo de parceria com Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para o financiamento do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). O objetivo do Programa é beneficiar cerca de cinco milhões de pessoas em toda região semiárida com água potável para beber e cozinhar, através das cisternas de placas. Juntas, elas formam uma infraestrutura descentralizada de abastecimento com capacidade para 16 bilhões de litros de água.

O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) é uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido da ASA. Ele vem desencadeando um movimento de articulação e de convivência sustentável com o Semiárido.



Nesse sentido, a dinâmica dos FRS se configuram como um poderoso instrumento de mobilização, envolvimento e capacitação das famílias, atuando principalmente em relação à autonomia das comunidades sobre bens dos quais, historicamente, elas eram dependentes como água, sementes. Os FRS são também espaços de conhecimento onde a comunidade aprende a fazer a gestão dos recursos e o planejamento das atividades, inseridos numa perspectiva solidária.

Com a aprovação do projeto de lei do presidente Lula, é criada em 2003 no Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), a Secretaria de Economia Solidária (SENAES). Nesse momento o próprio Governo passa a incentivar o desenvolvimento da economia solidária assumindo sua importância como política pública na luta contra a pobreza e exclusão social.

A partir de um debate entre a SENAES e diversas entidades que animam Fundos Solidários no país, em 2004 foi formado um Grupo de Trabalho com o objetivo apoiar projetos de finanças solidárias e estimular o debate junto a bancos públicos e outras entidades sobre a criação de fundos solidários em geral, enquanto alternativas de crédito a economia solidária. Nesse momento, os FRS são institucionalizados como uma política pública de corte social cujo o público alvo são as comunidades rurais e semi-rurais.

Em 2005, é formulado o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAAPS), uma parceria entre o Banco do Nordeste, a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. O programa, concebido em parceria com a SENAES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, ASA, Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) e Mutirão Nacional para Superação da Miséria e da Fome, foi financiado com recursos da ordem de R\$ 5,8 milhões de reais.

O objetivo do PAAPS é expandir e fortalecer as iniciativas de Fundos Rotativos. Em 2009 a ASA-PB avalia que as experiências com os FRS se desenvolvem em aproximadamente 1.000 comunidades, distribuídas em 147 municípios do semiárido paraibano. (GONÇALVES, 2010)

No formato desenhado pelo PAAPS, a política dos FRS é baseada em construções comunitárias mais estruturadas de crédito para aquisição de bens baseadas no resgate e reforço da cultura da partilha. É uma nova lógica de gestão em contraponto a lógica mercantil.



Em decorrência dos resultados favoráveis alcançados, a prática dos Fundos Solidários se espalhou por muitas comunidades do sertão da Paraíba, chegando a 1824 Fundos, em 140 municípios, propiciando em 2005, benefícios a 18.000 famílias (Caderno 1).

Os FRS, no âmbito das políticas de fomento à Economia Solidária, seguem as seguintes diretrizes:

- Ações que refletem articulação em redes de cooperação social e levam em conta práticas de desenvolvimento territorial solidário;
- As entidades beneficiárias levam em conta a preservação do meio ambiente onde atuam, nunca representando ameaças à saúde humana e aos recursos naturais renováveis decorrentes do exercício de atividades econômicas;
- Os empreendimentos produtivos solidários desenvolvidos tanto nas áreas urbanas e rurais contemplam segmentos da agricultura familiar, dos trabalhadores assentados, atividades rurais não agrícolas, segurança alimentar, sempre na perspectiva da formação e aperfeiçoamento profissional e da sustentabilidade;
- As organizações beneficiadas disponibilizam, para efeito de sistematização e acúmulo de experiências, suas metodologias.

Os resultados trazidos pela promoção dos FRS comprovam a capacidade de alcançar um público que tradicionalmente tem ficado à margem das políticas públicas, disponibilizando recursos e outros serviços, contribuem e estimulam os processos organizativos na vida comunitária. Isso só é possível, pois tem como foco a expertise popular nos processos de autogestão, organização produtiva e possibilitam uma forma específica de financiamento às iniciativas econômicas populares.

E, ainda vão além quando os Fundos, que tem como eixo o desenvolvimento sustentável, realizam ações que vão desde a disponibilização de recursos para investimento nas atividades produtivas, e se estendem à realização de formação social e produtiva, e mobilização em torno de questões de cidadania, gênero e etnia.

Nesse sentido, os FRS constituem uma metodologia capaz de promover um processo de desenvolvimento territorial, sustentável (econômico, ambiental e social) e solidário enraizado nas práticas comunitárias de organização e mobilização.



2. Desenvolvimento Territorial Sustentável e Territorialidade

O conceito de “progresso” é herdado do positivismo e está na base dos enfoques tradicionais de “desenvolvimento”, a ideia implícita é de que as sociedades podem progredir indefinidamente para níveis cada vez mais elevados de riqueza material.

Esse “crescimento econômico” tem como mola propulsora a “industrialização”, segundo modelos neoclássicos de desenvolvimento, os países industrializados são países desenvolvidos, em oposição àqueles tem sua economia baseada na agricultura, essa tese é apoiada na estratégia de dominação ideológica, econômica e política, baseada na eficiência da economia de mercado sob as demais formas de organização não-capitalistas, a chamada ideologia capitalista.

Inúmeros intelectuais, de várias correntes teóricas começaram a indicar os limites ecológicos e sociais das chamadas sociedades da afluência, apoiadas nessa ideologia, e recentemente existe um aparente¹ consenso de que é necessário pensar o desenvolvimento sob novas bases, sob um novo paradigma.

De acordo com Castro (1973) é falso o conceito de desenvolvimento avaliado unicamente à base da expansão da riqueza material, do crescimento econômico, segundo o autor o desenvolvimento implica mudanças sociais sucessivas e profundas:

O conceito de desenvolvimento não é meramente quantitativo, mas compreende aspectos qualitativos dos grupos humanos a que concerne. Crescer é uma coisa; desenvolver é outra. Crescer é, em linhas gerais, fácil. Desenvolver equilibradamente, difícil. Tão difícil que nenhum país do mundo conseguiu ainda. Desta perspectiva, o mundo todo continua mais ou menos subdesenvolvido.

Desenvolvimento é um conceito complexo e só pode ser definido por meio de simplificações, que incluem “decomposição” de alguns de seus aspectos. De acordo com Veiga (2000), não existe “o desenvolvimento rural” como fenômeno concreto e separado do desenvolvimento urbano. O desenvolvimento é um processo complexo, por isso muitas vezes se recorre ao recurso mental de simplificação, estudando separadamente o “desenvolvimento econômico”, por exemplo; ou, como propõe Veiga, pode-se estudar separadamente o “lado rural do desenvolvimento”.

¹ Aparente, pois o que se observa é que no discurso se prega a mudança de paradigma, mas o que assistimos no campo das políticas públicas brasileiras é a vinculação da ideia de desenvolvimento ao crescimento econômico.



Este artigo, por sua vez, pretende abordar o desenvolvimento em seu lado rural e seu enfoque territorial, e baseia-se na perspectiva de desenvolvimento conforme a definição de desenvolvimento de Veiga (1998) como “um processo sistêmico mediante o qual uma economia consegue simultaneamente crescer, reduzir desigualdades sociais e preservar o meio ambiente”. E especificamente o desenvolvimento rural definido como um fenômeno intrinsecamente local e regional. As localidades e regiões que melhor conseguissem desenvolver-se seriam aquelas que apresentariam maior capacidade de organizar os fatores endógenos, direcionando-os para o fortalecimento da organização social, para o aumento da autonomia local dos atores na tomada de suas decisões, para a capacidade de reter e reinvestir capitais em nível local, enfim, para promover a inclusão social e o aumento da capacidade de regenerar e conservar o meio ambiente (idem, p. 26).

O desenvolvimento com foco no território tem como referência o local, nessa linha de raciocínio, está ligado tanto à exploração das potencialidades locais para o seu alcance social quanto à conservação dos recursos naturais. Por isso pensá-lo requer: a) valorizar os *enraizamentos* social, econômico e cultural da sociedade local, indo além de análises estritamente econômicas; b) priorizar as instituições públicas locais, a autonomia das finanças públicas e o investimento de excedentes em setores sociais estratégicos. Em outras palavras, pensar o desenvolvimento local requer não somente olhar para a eficiência econômica (agregação de valor), mas também procurar contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, diminuindo a pobreza, por exemplo (BUARQUE, 2002).

Bagnasco (1977) compreende o território como área com características econômicas, políticas e culturais específicas, na qual seus agentes sociais mantêm relações com agentes de outras áreas. Assim o território, além de área e formas espaciais, significa conexão, articulação, resultado e condição da dinâmica socioespacial.

De acordo com Arnaldo Bagnasco e Giuseppe Dematteis *apud* Saquet; Sposito (2008), principais referências sobre questões do território e do desenvolvimento, podemos afirmar que as interpretações de território e/ou desenvolvimento territorial precisam considerar, necessariamente, os seguintes elementos:



- A articulação de classes e a constituição de redes e tramas locais e extralocais, que significam relações de poder, efetivadas em cada lugar e entre os lugares, em virtude de suas desigualdades, diferenças e especialidades;
- O caráter (i)material, conciliando-se os fatores e elementos culturais, políticos, econômicos e naturais, em unidade;
- A produção de mercadorias (ou excedentes), a recuperação e a preservação da natureza exterior ao homem;
- A valorização das pequenas e médias iniciativas produtivas;
- A valorização dos saberes locais e das identidades;
- A consideração do processo histórico e do patrimônio de cada lugar;
- A produção ecológica de alimentos;
- A organização política local, com vistas à conquista da autonomia;
- A diminuição das injustiças e desigualdades sociais, dentre outros.

Sucintamente, pensar, discutir e estabelecer ações de desenvolvimento territorial significa, num primeiro momento, ter uma compreensão renovada e crítica do território, da territorialidade e do desenvolvimento, não basta substituir o conceito de região pelo de território, como comumente ocorre no Brasil, é necessário conhecer com clareza, suas diferentes abordagens assim como as de territorialidade e desenvolvimento.

É fundamental considerar os elementos que estão presentes em cada território, e acima de tudo, os sujeitos que efetivam esses territórios, suas necessidades, seus valores e patrimônios, as condições da natureza exterior ao homem, enfim, suas relações e seus lugares de vida cotidiana, historicamente constituídos de maneira material e imaterial. Em vez de condicionar os lugares às técnicas e às tecnologias do chamado mundo moderno, é necessário ajustar as técnicas e tecnologias aos lugares, suas especificidades histórico-geográficas, ou seja, territoriais, no intuito de concretizar ações de desenvolvimento territorial com autonomia. Podemos compreender nesse sentido o desenvolvimento como a organização e a luta pela liberdade, pela justiça e pelo conhecimento. Quanto mais conhecimento, mais condições teremos para nossa organização política e luta pela autonomia.

Pois se pensando a sustentabilidade do desenvolvimento territorial, ou seja, uma forma de desenvolvimento, que se sustente em seus objetivos a médio e longo prazo, devemos falar de sustentabilidade, um conceito frequentemente usado no âmbito internacional como um adjetivo a mais, carente de uma reflexão mais ampla sobre as



causas sociais e econômicas da degradação ambiental e da marginalização cada vez mais crescente de amplos setores das populações, trata-se da maquiagem de velhos discursos com a coloração “verde”.

J. Robinson (1990) *apud* Diegues (1996) define sustentabilidade como a persistência, por um longo período (*indefinite future*) de certas características necessárias e desejáveis de um sistema sócio-político e seu ambiental natural, para existir uma sociedade sustentável é necessária a sustentabilidade ambiental, social e política, sendo um processo e não um estágio final.

Considerando-se que o desenvolvimento local atinge todos os recursos potenciais de um território, é fundamental que se considere a *sustentabilidade territorial do desenvolvimento*, na qual se pode distinguir vários tipos de sustentabilidade, dentre elas ganha importância para nós a sustentabilidade política, que A. Magnaghi chama de *auto-sustentabilidade*, porque comporta processos auto-organizativos nos sistemas locais. Dela pode derivar a auto-reprodução do sistema territorial em si, ou seja, a capacidade de conservação da própria identidade (no sentido de organização interna) no tempo através de uma transformação contínua derivada de inovações locais (DEMATTEIS, 2008). Neste sentido defende-se a ideia de desenvolvimento a partir da liberdade, da expansão da autonomia (SEN, 1993, 2000), que possibilite a participação ativa dos sujeitos sociais locais nas tomadas de decisões, no processo de desenvolvimento, fator crucial para a sustentabilidade neste território.

Conclusão

A desestruturação do mercado de trabalho associada à expansão do desassalariamento, desemprego e ocupações nos segmentos não-organizados. Os quase 25 anos de crise no desenvolvimento capitalista resultam do abandono da industrialização nacional e da adoção de políticas neoliberais voltadas à reinserção subordinada e passiva do Brasil na economia mundial.

Márcio Pochmann em uma nota técnica no ano de 2004 traz uma análise da economia solidária no Brasil em suas oportunidades e limites, segundo o autor a combinação entre força de trabalho sobrando às necessidades do capital de um novo tipo de trabalhador e militantes sociais críticos e engajados tem possibilitado avanços importantes no âmbito da economia solidária, ele aponta caminhos necessários, para um



conjunto amplo de políticas públicas que garanta o desenvolvimento e permanência da economia solidária como um modo de produção alternativo:

- Constituição de um código próprio do trabalho sob o regime da economia solidária.
- Criação de um padrão de financiamento apropriado ao desenvolvimento da economia solidária (Finanças Solidárias);
- Constituição de uma rede de produção, difusão de tecnologia e extensão técnica no âmbito da economia solidária;
- Inclusão da economia solidária sob novos paradigmas éticos de produção e exportação;
- Revisão da atual legislação que disciplina as licitações públicas, como forma de permitir a inclusão dos empreendimentos solidários (POCHMANN, 2004, P. 31).

Os Fundos Rotativos Solidários desempenham um essencial papel nesse sentido, à medida que garante crédito, ou seja, recurso financeiro, para a realização e desenvolvimento de grupos baseados na cooperação; visto que estando no interior de uma sociedade mercantilizada a dimensão econômica toma importância. E sua operacionalização local e autônoma cumpre as demandas da territorialidade, partindo de dentro para fora, de baixo para cima.

Concluindo com Boaventura Santos, a economia solidária aparece como uma pluralidade de ações locais, que envolve uma forte articulação de toda sociedade em favor da “transformação gradual da produção e da sociabilidade para formas mais igualitárias, solidárias e sustentáveis”. Para o autor essa mudança ocorre de baixo para cima, com movimentos de ações locais que precisam se organizar em redes de apoio e acaba por levar as grandes transformações da sociedade como um todo, tornando-se possível que a “economia solidária vá além da missão principal que cumpriu até agora, isto é, aliviar a situação generalizada de desemprego associada aos efeitos da globalização neoliberal no Brasil” (SANTOS, 2005, p. 57).

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: MTE/SENAES, 2006.

BAGNASCO, A. **Tre Italie**. La problemática territoriale dello sviluppo italiano. Bologna: Il Mulino, 1977.



BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CASTRO, J. **Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição**. Revista *O Correio da UNESCO*, ano 1, n.3, março de 1973.

CORRAGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In KRAYCHETE, Gabriel (Org). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Salvador: Vozes, p.133-141, 2000.

DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In ALVES, A.F; CORRIJO, B.R; CANDIOTTO, Z. P. (orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DIEGUES, A. C. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1996.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro Setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. Revista **Bahia Análise de Dados**, Salvador: SEI, v. 12, n 1, junho de 2002, p. 9 – 19.

_____. A problemática da economia solidária: um novo modelo de gestão? **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro: FGV, v. II, n. 1, mar, 2004.

GAIGER, Luis Inácio. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In KRAYCHETE, Gabriel (Org). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Salvador: Vozes, p.191-198, 2000.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. **Políticas Públicas de desenvolvimento local: A experiência**

contemporânea dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba. PROJETO PROLICEN, 2010.

LISBOA, A. de M. Terceiro Setor. In CATTANI, A. D. (Org). **A outra economia**. 1 ed. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 253 – 259.

POCHMANN, Márcio. Nota técnica **ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: POSSIBILIDADES E LIMITES**. In Revista mercado de trabalho, IPEA: ago - 2004, p. 23 – 34.

SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In ALVES, A.F; CORRIJO, B.R; CANDIOTTO, Z. P. (orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

RIZOTTI, M. L. A. Estado e sociedade civil na história das políticas sociais brasileiras. Revista Semina: Ci. Soc. Hum; Londrina, v. 22, p.39-56, set. 2001.



SANTOS, B. de S. Um mapa de alternativas de produção. In SANTOS, B. de S. (Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. Ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SEN, A. **O desenvolvimento como expansão das capacidades**. São Paulo: Lua Nova, n. 28/29, p. 313, 333; 1993.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores**. Texto para discussão. Ministério do Emprego e Trabalho. Maio de 2004.

SILVA, R.M. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: Transições Paradigmáticas e Sustentabilidade do Desenvolvimento**. Tese de Doutorado Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto**. Texto para CONTAG, 1998.



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

Gestão e Prática Associativa no Projeto de Assentamento Pedro Ezequiel: a formação continuada como estratégia necessária

Paulo Sidney Gomes Silva¹
Francisca Karoline B. Souza²
Paulo E. Apolonio Siqueira³
Êlika. S. Sousa⁴

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) - Campus Ipanguaçu, E-mail: paulo.gomes@ifrn.edu.br

²IFRN - Campus Ipanguaçu; E-mail: karoline_francisca@hotmail.com

³IFRN - Campus Ipanguaçu; E-mail: paulaapolonio@yahoo.com.br

⁴IFRN - Campus Ipanguaçu, E-mail: elika.sousa@ifrn.edu.br

Resumo

O presente trabalho visa a apresentar os resultados parciais obtidos pelo projeto desenvolvido no assentamento Pedro Ezequiel (municípios de Ipanguaçu/RN, Afonso Bezerra/RN e Angicos/RN), no âmbito das ações de extensão desenvolvidas pelo IFRN, Campus de Ipanguaçu. A intervenção teve o propósito de diagnosticar o funcionamento das associações do referido assentamento e, ao mesmo tempo, propor um programa de formação para os dirigentes. A metodologia utilizada consistiu na realização de visitas e de oficinas com as diretorias das associações, o que possibilitou a construção do diagnóstico e a validação dos resultados. Constatou-se que as associações funcionam de forma centralizada, desempenham como atividades principais a aplicação dos créditos do programa de reforma agrária e a interlocução e negociação com os órgãos públicos, não adotam sistemática de planejamento e controle das ações desenvolvidas e contam com pouca participação dos associados. Propõe-se uma formação focada no fortalecimento dos princípios, valores e filosofia do associativismo, bem como a construção coletiva de referências de gestão eficientes, alicerçadas no controle social e dotada de práticas democráticas participativas.

Palavras-Chave: Associativismo, Cooperativismo, Gestão de Associações, Assentamento Rural.



Abstract

This paper aims to present the partial results obtained in the settlement project developed by Peter Ezekiel (municipalities Ipanguaçu / RN, Afonso Bezerra / RN and Angicos/ RN), within the scope of actions developed by IFRN, Campus Ipanguaçu. The intervention aimed to diagnose the operation of associations of that settlement, and at the same time, propose a training program for (the) leaders. The methodology consisted of visits and workshops with the boards associations, which allowed the construction of the diagnosis and evaluation of results. It was found that the associations work in a centralized manner, play as main activities the implementation of the program funds for land reform and dialogue and negotiation with government agencies, do not adopt the system of planning and control of actions taken and have little participation of members (s). It is proposed that training focused on strengthening the principles, values and philosophy of the association and the collective construction of efficient management references, rooted in social control and equipped with participatory democratic practices.

Key-Words: Associations, Cooperatives, Management Associations, Rural settlement

Introdução

No meio rural nordestino e, provavelmente brasileiro, a forma jurídica escolhida pelos agricultores familiares – áreas de reforma agrária inclusas - tem sido predominantemente o associativismo rural. Conforme Gorgen; Stédile (1991) convencionou-se para a realidade brasileira que o associativismo e a agricultura familiar fariam uma boa combinação para o desenvolvimento das comunidades rurais mais pobres, investindo em projetos, notadamente em assentamentos rurais, geridos de forma associativa.

De acordo com RICCIARDI; LEMOS (2000) apud PEDROSO; CLEPS JUNIOR, (2008, p.19), o associativismo rural pode ser caracterizado como um instrumento de luta dos agricultores, proporcionando-lhe perspectiva de melhorias do nível de renda e uma melhor reprodução econômica de seus sócios. As associações rurais, sobretudo as de áreas de assentamento, cumprem ainda um papel importante como veículo de reivindicação e de representação política, de mediação e interlocução junto aos poderes públicos, além da atribuição quanto à aplicação de recursos públicos (créditos) destinadas às comunidades.



Este modelo associativo difundiu-se fortemente no meio rural provavelmente em função da simplificação das exigências para a sua constituição¹ e implantação, possibilitando a sua legalização de forma relativamente rápida. Pode ser atribuído ainda como razão para essa forte difusão do associativismo rural o estímulo - e em muitos casos a exigência - para a constituição de associações por parte dos programas governamentais, nas décadas de 70 e 80, voltados para o desenvolvimento rural do nordeste. Por fim, é possível atribuir ainda como uma das razões para o fortalecimento do associativismo a pouca aceitação por parte dos agricultores familiares nordestinos em relação ao cooperativismo, sobretudo em função de experiências mal sucedidas² que contrariam frontalmente a filosofia e a doutrina cooperativista.

Ao considerarmos o contexto dos assentamentos rurais, cenário que abrigou o projeto de extensão em tela, constata-se que o avançar do processo de estruturação e desenvolvimento destas áreas, notadamente do ponto de vista produtivo, exige cada vez que as associações se voltem mais para a captação de recursos e/ou a viabilização do acesso ao crédito produtivo, bem como que possibilite os canais necessários à destinação dos excedentes produzidos, os quais têm sido direcionados, em grande medida, aos mercados institucionais.

Para o cumprimento deste papel, seria mais adequado o formato do associativismo econômico-produtivo, conceituado por Neves (1997) como sendo a organização política sob a modalidade associativista que visa não só a constituição da representação política, mas também, como parte deste próprio processo, dotar o assentado de condições concorrenciais para fazer circular no mercado pequenas quantidades de produtos. Portanto, uma concepção de associativismo muito mais próxima das características de uma cooperativa do que propriamente de uma associação de caráter reivindicativo ou filantrópico.

Se essa premissa é verdadeira, essas organizações passam a viver diante de um grande dilema, qual seja, funcionam com características de empresas cooperativas, embora padeçam de forte limitação imposta pela legislação vigente que as caracteriza como organizações *sem fins não econômicos*³, o que evidencia que as associações não

¹ Registro simples feito em cartório.

² Cooperativas comandadas por verdadeiros proprietários e geridas a partir de posturas autoritárias, clientelistas e antidemocráticas.

³ Art 53 do Código Civil Brasileiro: *constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos.*



se destinam a atividades que tenham finalidades econômicas, a exemplo da comercialização de bens ou serviços.

Na tentativa de cristalizar ainda mais esse dilema, citemos a distinção clássica feita por Fauquet (1942), a qual nos ajuda a entender que toda cooperativa tem como elemento constitutivo necessariamente uma dimensão social (associação) e outra econômica (empresa). O autor estabelece, assim, a diferença cooperativista a partir desses dois elementos que a constituem, assegurando, dessa forma, a especificidade da cooperativa.

A pergunta que imediatamente surge é a seguinte: diante da definição acima apresentada, assim como das restrições legais que limitam uma associação a realizar atos mercantis mais complexos, por que os agricultores permanecem com o formato associativo e não constituem uma cooperativa?

Alguns elementos que podem responder a esta pergunta já foram apresentados anteriormente: simplicidade para constituição da associação e imagem negativa da fórmula cooperativa perante os agricultores. Acrescentaria ainda a inexistência ou fragilidade da atividade econômica desenvolvida por boa parte das comunidades/assentamentos, a qual não justifica, pelo menos a princípio, a constituição de uma cooperativa.

Todavia, independente do formato jurídico - associação ou cooperativa - é perceptível a dificuldade encontrada por essas organizações para existirem preservando sua identidade e, ainda, gerirem os empreendimentos que fomentaram sua criação, no caso em tela o assentamento rural. Portanto, que estratégia adotar para o fortalecimento, inclusive do ponto gerencial, dessas organizações? A resposta a essa indagação nos guiou ao longo da intervenção (projeto de Extensão) junto às associações do Projeto de Assentamento Pedro Ezequiel.

1.1 A gestão participativa das associações no contexto da reforma agrária

De acordo com Leite (2007), a reforma agrária cumpre papel preponderante no processo de transformação rural, constituindo-se como um veículo estratégico para o desenvolvimento rural sustentável, inclusive com implicações para o crescimento agrícola e econômico de uma região. Para tanto, necessário se faz que tais projetos de assentamentos rurais possam se viabilizar do ponto de vista econômico, social, ambiental e, sobretudo, organizacional caso contrário não poderão individual e



conjuntamente influenciar ou contribuir nos processos de transformações das regiões nas quais estão inseridos.

A forma como está estruturado a execução do Programa Nacional de Reforma Agrária exige dos agricultores recém-assentados a organização formal – geralmente em associações – para a gestão dos créditos coletivos destinados à implantação, estruturação e desenvolvimento do projeto de assentamento. Para aqueles assentados que trazem consigo a experiência do acampamento - único caminho possível para a superação das enormes dificuldades – a cultura da organização coletiva é mais presente, porém não menos desafiadora.

Depois de criado, diversos estudos têm revelado que aqueles projetos de assentamento que contam com um maior envolvimento e participação social na sua gestão são precisamente os que apresentam melhor desempenho (BUAINAIN; SILVEIRA; TEÓFILO, 2000).

De modo semelhante, as decisões a serem tomadas no âmbito de uma organização coletiva – no caso em questão uma associação deve contemplar a “realidade, a opinião e os objetivos individuais daqueles que compõem seu quadro social” (SOUSA et al, 2010, p. 5). Além do que, essa organização para ser fiel aos princípios que a originou, deve necessariamente fomentar a participação dos que a compõe.

Portanto, o permanente exercício da participação social tenderia a propiciar a condução da gestão pelos próprios sujeitos (agricultores), tanto nos processos de organização da produção, como nos gerenciais. Desse modo, a participação suporia necessariamente o alcance da autogestão e da autodeterminação como princípios norteadores da dinâmica do grupo coletivo (GADOTTI; GUIÉRREZ, 2001).

Todavia, há inúmeros elementos que influenciam nos processos organizativos, que interferem na gestão das associações e, por conseguinte dos assentamentos, que as distanciam do alcance de uma verdadeira prática autogestionária, a começar pela própria forma como tais organizações são criadas, muitas vezes sem a devida clareza quanto à importância e necessidade por parte da comunidade, o que gera como consequência um frágil ou inexistência de um sentimento de pertença dos associados para com sua organização.



1.1.1 Caracterização do Projeto de Assentamento Pedro Ezequiel

O projeto de assentamento Pedro Ezequiel foi criado no ano de 2005 e assume importância estratégica para o território Açú-Mossoró⁴. Distribuído numa área de 15,7 há, abrange os municípios de Ipanguaçu, Afonso Bezerra e Angicos situados na região central do estado do RN. Em função do tamanho de sua área e do número de famílias, constitui-se como o maior projeto de assentamento da região e o segundo maior do estado.

Trata-se de uma área bastante complexa tanto do ponto de econômico (definição e viabilização dos sistemas de produção), social (número e perfil das famílias assentadas) e ambiental, sobretudo em função da riqueza dos recursos naturais existentes. As 529 famílias que o integram estão distribuídas em 04 associações formalizadas junto ao INCRA que juntas têm a missão de coordenar o processo de implantação, estruturação e desenvolvimento do assentamento.

Tabela 1: Distribuição das famílias por agrovila e respectivas associações

Nº	Agrovilas	Nº de Famílias	Associações
01	Língua de Vaca	101	Associação do Projeto de Assentamento da Reforma Agrária Pedro Ezequiel de Araújo – Agrovila Língua de Vaca
02	Itu	147	Associação do Projeto de Assentamento da Reforma Agrária Pedro Ezequiel de Araújo – Agrovila Itu
03	Picada/Santarém	163	Associação do Projeto de Assentamento da Reforma Agrária Pedro Ezequiel de Araújo – Agrovila Picada
04	Porto	118	Associação do Projeto de Assentamento da Reforma Agrária Pedro Ezequiel de Araújo – Agrovila Porto
Total		529	

2. Metodologia

A metodologia privilegiou na fase de levantamento das informações e validação das mesmas, uma abordagem cooperativista, que, nas palavras de St-Martin (1991), caracteriza-se por sua maneira de fazer e de viver os valores e os princípios da cooperação no nível dos métodos e das estruturas, as quais primam por uma relação horizontal entre a equipe do projeto (alunos e professor) e os atores do processo (dirigentes das associações).

⁴Segundo a divisão territorial definida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário estes municípios estão inseridos no território Açú-Mossoró.



Os princípios metodológicos levaram em conta as relações complexas entre, de um lado, a realidade objetiva dos assentamentos, as questões institucionais e o contexto socioeconômico e político e, de outro, as dimensões subjetivas presentes nos atores do processo de desenvolvimento dos assentamentos - as representações ideológicas, culturais e sociais, os conflitos e as contradições.

No tocante às atividades, foram realizadas visitas e oficinas com 40 dirigentes das várias associações (sendo em média 10 gestores por associação) e a equipe do projeto para levantamento de informações, sistematização e validação dos diagnósticos das associações para, a posteriori, a formatação da proposta de formação. As informações colhidas nas oficinas seguiram um roteiro com questões previamente definidas abordando aspectos sobre o funcionamento e a gestão das associações, bem como, aspectos relacionados ao conhecimento e participação dos associados, as quais, à medida que eram lançadas aos participantes, propiciavam conhecer suas percepções individuais e coletivas.

3. Resultados e Discussões

Diante da complexidade do assentamento Pedro Ezequiel e da perspectiva posta pelo Programa de Reforma Agrária, alguns questionamentos de ordem mais geral são inevitáveis: Até que ponto as associações que coordenam as ações no assentamento Pedro Ezequiel dispõem dos instrumentos e das ferramentas de gestão necessárias e adequadas para gerir o processo de desenvolvimento do assentamento? Existem programas de educação e formação para dirigentes e associados a fim de lhes permitir participar plenamente do destino de suas organizações?

Considerando a dupla natureza⁵ a ser desempenhada por essas organizações, outros questionamentos emergem. No tocante à dimensão associativa, indaga-se: os associados foram capacitados com vistas ao fortalecimento dos aspectos éticos, princípios e filosofia associativa? O processo de tomada de decisão se dá de forma democrática e participativa? Qual o papel reservado às mulheres e aos jovens no seio destas organizações?

Analisando os aspectos relativos à dimensão “empresa”, alguns questionamentos se apresentam: os dirigentes das associações do assentamento Pedro Ezequiel estão sendo continuamente capacitados para exercerem seu papel de líderes, animadores e de

⁵Organização associativa muitas vezes realizando atos com fins econômicos.



gestores? Há de fato atividades econômicas (projetos, cadeias produtivas, etc.) a serem geridas?

A tabela 2 apresenta um retrato situacional das associações, composto a partir da percepção da equipe e das informações colhidas nas oficinas.

Tabela 2: Informações colhidas nas oficinas

Aspectos inerentes ao funcionamento das associações e implicação dos associados	Aspectos referentes à gestão das associações e ao papel dos dirigentes
<ul style="list-style-type: none"> ✓ As associações já mencionadas surgiram após a criação do assentamento, com o propósito de gerir os créditos repassados pelo Programa de Reforma Agrária, ao mesmo tempo em que cumprem o papel de interlocução e negociação com as instituições governamentais; ✓ Baixíssimo percentual de participação dos associados(as) nas assembleias e reuniões convocadas pelas diretorias, principalmente quando não há a presença de convidados (INCRA, etc.), o que praticamente os exclui da tomada de decisão; ✓ Os dirigentes alegam que os associados só se sentem estimulados a participar quando o assunto a ser tratado envolve recursos financeiros; ✓ Os associados não conhecem os estatutos de suas associações, os quais se encontram, na maioria das vezes, sob a posse dos presidentes. Em virtude disso e da pouca capacitação, desconhecem seus direitos e deveres dentro da associação; ✓ Os associados, na quase totalidade, não contribuem financeiramente para custear as atividades desenvolvidas pelos dirigentes (passagens, alimentação, etc.); ✓ Pouca coesão dos associados em prol das questões comuns a todos, as quais envolvem a superação de problemas que entravam a organização e o desenvolvimento do assentamento (retomada de lotes vagos, quantidade de agrovilas e distribuição das famílias nestas, etc.) ✓ É possível perceber a participação de mulheres nas diretorias das associações, inclusive ocupando o cargo de presidente e vice-presidente. No entanto, a participação de jovens ainda é muito pequena. Estes atuam em grupos específicos (grupos de jovens). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pouca rotatividade dos dirigentes a frente das associações, ocasionando a permanência de poucos por mais de um mandato; ✓ Concentração de atividades na pessoa do presidente e, quando muito (quando se trata da aplicação dos créditos) envolve os tesoureiros, os quais não dispõem de nenhuma formação na área contábil/financeira; ✓ As tomadas de decisões quando se dão em reuniões, não contam com a presença de todos os dirigentes; ✓ Os dirigentes das associações não realizam qualquer tipo de planejamento e/ou controle de suas ações, não tendo nem mesmo um cronograma de reuniões definido; ✓ As prestações de contas não são realizadas de forma satisfatória, pois os dirigentes não a fazem de forma sistemática e transparente, o que resulta, em desconfiança por parte dos assentados; ✓ Os dirigentes das associações não foram capacitados (temas básicos como associativismo/cooperativismo, gestão), quando muito participaram de algumas palestras introdutórias sobre associativismo e cooperativismo; ✓ Como a principal atividade das associações atualmente é “gerir” a aplicação dos créditos do programa de reforma agrária, os atrasos para liberação/aplicação provocam consequência na dinâmica das diretorias das associações (perda de credibilidade, pouco controle financeiro, etc.); ✓ Não se identificou a comercialização de excedentes da produção agrícola e não-agrícola, a exceção da palha da carnaúba, nativa da região. ✓ Não existe assessoria técnica e gerencial para assessorar as diretorias das associações.



Os aspectos acima apresentados possibilitam compor a seguinte caracterização das associações do Projeto de Assentamento Pedro Ezequiel: inexistência de atividades econômicas definidas e organizadas a serem geridas; associações “administradas” de forma pouco democrática e transparente, sem a adoção de ferramentas e instrumentos simples de gestão e fortemente caracterizada por um padrão presidencialista; associados com frágil sentimento de pertença para com suas organizações e, por conseguinte, em processo de distanciamento desta. Portanto, trata-se de organizações marcadas no seu modo de funcionamento por uma prática que se choca com princípios, valores e filosofia basilares do associativismo.

O diagnóstico do funcionamento das associações do assentamento Pedro Ezequiel evidencia resultados relativamente semelhantes aos obtidos por duas pesquisas realizadas em dois momentos distintos junto a organizações autogeridas e regidas sob os princípios e filosofia associativista/cooperativista. Tais pesquisas foram realizadas pela Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste – ASSOCENE, na década de 1980, e pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, no ano de 2005.

A Pesquisa ASSOCENE comprovou a existência de verdadeiros proprietários que permaneciam por vários mandatos consecutivos na condição de presidente não possibilitando que outros associados tivessem a chance de dirigir os rumos de sua organização. Tais dados nos fazem crer na ascendência de falsos líderes, na maioria das vezes eleitos em chapa única, que se mantinham no poder graças a posturas autoritárias, clientelistas e, muitas vezes, eleitoreiras.

A mesma pesquisa revelou a baixíssima participação dos associados nas assembleias ordinárias e extraordinárias. Dos sócios considerados por essas cooperativas como atuantes, estavam aqueles que realizavam ocasionalmente qualquer operação ou transação com a organização, sem, portanto, estabelecer relação de fidelização para com a cooperativa. Analisando-se as cooperativas que desenvolviam programas educativos, constatou-se que os conteúdos ministrados abordavam unilateralmente a questão técnica (práticas agrícolas) e, quando muito, restringiam-se aos deveres e direitos dos associados, sem aprofundar as questões referentes à educação e à doutrina cooperativista.



Já o estudo realizado pelo IPEA, no ano de 2005, intitulado Economia solidária e autogestão no Brasil, identificou a recorrência de determinados problemas, em maior ou menor grau em empreendimentos que, após falência, passaram a ser autogeridos pelos trabalhadores (cooperativas, na grande maioria). Dentre os principais problemas destacaram-se: baixo padrão de desempenho na organização social da produção; dificuldade de o trabalhador sentir-se proprietário do empreendimento; dificuldade em saber tratar das crises no curto prazo, de maneira legítima, em função da participação dos trabalhadores/proprietários nas diversas instâncias dos processos de tomada de decisões; dificuldades até mesmo nas questões relativas à própria busca dos caminhos da solidariedade e da autogestão; fragilidade no processo de decisão sobre a alocação dos recursos disponíveis, especialmente a capacidade de trabalho e a da respectiva remuneração, bem como sobre a repartição dos resultados líquidos do empreendimento; além da ignorância sobre os procedimentos de funcionamento regular de uma empresa e defasagem no padrão de desempenho empresarial.

À luz desses resultados, emerge a importância e a necessidade de se intensificar junto às associações do Projeto de Assentamento Pedro Ezequiel ações objetivando fortalecer o associativismo como um instrumento viabilizador das mudanças socioeconômicas clamadas pela população do assentamento, as quais não estarão asseguradas somente com o acesso aos créditos e demais políticas públicas em fase de execução no assentamento.

4. Considerações Finais

O retrato obtido através do diagnóstico das associações revela um quadro de fragilidade, tanto do ponto de vista associativo quanto gerencial, o que compromete a permanência e o fortalecimento dessas organizações, bem como o possível surgimento no futuro de outras organizações, a exemplo das cooperativas.

Embora a intervenção, através do projeto de extensão que suscitou este trabalho não esteja concluída⁶, defendemos a necessidade, como estratégia para reversão do quadro atual das associações pesquisadas, de um processo de formação que tenha como propósito o fortalecimento do associativismo, traduzido numa maneira de ser, fazer e de viver uma ideologia, calcada numa filosofia centrada na pessoa e cristalizada em valores

⁶ Para a conclusão da intervenção resta a fase de planificação do programa formação (eixos temáticos e das sequências dos conteúdos, fichas de apoio didático e organograma de estruturação das atividades), sua validação e avaliação participativa do processo com a participação de todos os atores.



humanos, éticos e solidários. A internalização desses valores e a apropriação dessa filosofia não acontecem por acaso, razão pela qual se defende que esse sentido social expresso na dimensão associativa seja desenvolvido através de uma formação ancorada numa pedagogia cooperativista.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO NORDESTE. Nordeste, cooperativas e realidade, s.l.n.d.

BUAINAIN, M. A.; SILVEIRA J. M. F. J.; TEÓFILO E. O Programa Cédula da Terra no contexto das novas políticas de reforma agrária, desenvolvimento e participação: uma discussão das transformações necessárias e possíveis. In: MDA/NEAD. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ed. Paralelo 15, 2000. 380p. p.157 - 175.

FAUQUET, G. **Le Secteur Coopératif**. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1942.

GADOTTI, M.; GUIÉRREZ, F (orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. 3ªed.- São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v.25).

GORGEN, F. S. A; STÉDILE, J. P. **Assentamentos – a resposta econômica da Reforma agrária**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1991, 232 p.

LEITE, S. P. **A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento: uma abordagem a partir de Barraclough, Furtado, Hirschman e Sen**, In: BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, Coimbra, v. XLX, p. 3-38, 2007.

NEVES, D. P. **Assentamentos Rurais: Reforma Agrária em migalhas**. Niterói: EDUFF, 1997.

PEDROSO, I.L.P.B; CLEPS JUNIOR, J. Produção familiar e associativismo: modos de vida e reprodução socioeconômica da comunidade rural de Taquaruçu Grande - Palmas (TO). **Revista de geografia agrária**, vol. 3, n. 5, 2008.

SOUSA, D. N.; AMODEO, N. B. P.; MILAGRES, F. S. C.; PINHO, B. J., FERREIRA, R. P. influências da educação cooperativista na gestão de cooperativas agrárias do estado de minas gerais. In: 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER. **Anais**. Campina Grande, 2010.

St-MARTIN, Nicole. L'enseignement des questions coopératives. **Seminaire** offert à l'Université de Acton, 1991, notes personnelles.

TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H. Economia Solidária e autogestão no Brasil: síntese de uma pesquisa. Nota técnica IPEA, 2005. Disponível em: www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt028.htm. Acesso em 28.03.2011.



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

Gênero e relações de poder no contexto da trajetória política de um Grupo de Artesãs na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – Médio Solimões.

Marília de Jesus da Silva e Sousa¹

¹Antropóloga, Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social PPGAS/UFAM, Pesquisadora do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá- IDSM/OS, marília@mamiraua.org.br

Resumo

Para Strathern (2007) o simbolismo de gênero exerce papel importante sobre a vida social e sugere como esta questão aglutina o grupo, orienta as idéias e as práticas sociais. Com o entendimento de que as relações sociais de gênero são relações políticas permeadas de poder e conflitos, proponho neste trabalho, discutir aspectos da trajetória política de um Grupo de Artesãs formado por 23 mulheres moradoras de cinco comunidades ribeirinhas situadas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Esta trajetória é marcada pela luta da valorização do trabalho de artesanato produzido pelas mulheres, e pelo reconhecimento da sua organização. A sóciogênese do grupo é marcada pelo constante desafio de negociar espaços políticos de tomadas de decisões, principalmente, sobre o acesso e uso dos recursos dos naturais com as lideranças masculinas que protagonizam historicamente os processos políticos das organizações locais. Para problematizar esta questão, discuto o lugar das mulheres na estrutura social das comunidades enquanto agentes sociais. A partir da descrição dos cenários de disputas políticas que representam a trajetória deste grupo, analiso os espaços sociais e políticos que as mulheres estão situadas e os deslocamentos por elas percorridos no contexto desta trajetória, tendo em vista que o artesanato produzido pelo grupo alcançou projeção nacional, e, reposicionou as mulheres no campo social das comunidades e das famílias implicando em novas formas de relações sociais.

Palavras-chave: Relações de Gênero, Tomadas de decisões, Artesãs e Trajetória Política e Conflitos,



Introdução

As primeiras vertentes teóricas do pensamento feminista foram vigorosamente criticadas por várias antropólogas que se dedicam a temática das relações de gênero, sobretudo, a partir da década de 80. Tais críticas devem-se ao fato das primeiras proposta teóricas preconizarem uma abordagem pautada em explicações globalizantes (ROSALDO, 1995). Nesta linha abrangente um dos marcadores das argumentações consiste na compreensão do conceito de gênero que ressalta o caráter social das diferenças entre os sexos (FONSECA, 1995).

De acordo com Fonseca (1995) pelo fato de existir variações no significado de uma sociedade para outra, parte-se da compreensão que noções como “mulher” e “homem” só serão plenamente entendidos quando analisados a partir do seu contexto particular. Este entendimento leva em consideração a existência de uma “multiplicidade dos gêneros” em que o masculino e o feminino são historicamente construídos e não fazem parte de um ideal abstrato.

Ao prefaciar o livro “Ecofeminismo e Educação Ambiental” (1999), o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, observa que enfoque nas relações de gênero direcionadas às populações moradoras de unidades de conservação no seu entorno ainda é um debate a ser desencadeado com maior fôlego no Brasil, apesar dos inúmeros encontros e simpósios sobre o tema (DI CIOMMO, 1999).

O plano de ação definido pelo Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global cujo texto foi elaborado durante a Conferência Rio 92 (no Fórum Internacional das ONGS), anuncia em uma das diretrizes que se deve “promover a corresponsabilidade dos gêneros femininos e masculinos sobre a produção, reprodução e manutenção da vida” (DI CIOMMO, 1999).

Para Moema Viezzer (1995) “sociedades sustentáveis só existem no contexto de novas relações sociais homem/mulher...”. Esta concepção carrega consigo uma idéia de transformação das relações sociais e das estruturas sociais concebidas como sendo inadequado para os objetivos da conservação. O “ecofeminismo” apresenta um conteúdo utilitarista ao ter como propósito construir um novo modo de relações sociais de gênero no campo do desenvolvimento sustentável, entretanto nota-se que os pressupostos deste movimento estão pautados nos mesmos preceitos do feminismo tradicional que tem na sua ordem de prioridade tirar a mulher da condição de subordinação e dominação.



Strathern (2007) concentra sua análise sobre a dádiva respaldada no seu estudo sobre as práticas de conhecimento da sociedade Melanésia, e, elabora uma teoria social de gênero. Para a autora o simbolismo de gênero exerce papel importante na concepção das pessoas sobre a vida social e sugere como esta questão aglutina o grupo, orienta as idéias e as práticas sociais. A proposta de Strathern está pautada na produção teórica feminista, e de antemão reconhece o mérito que a antropologia feminista conquistou ao fundar pioneiramente o debate sobre a questão da construção social e cultural do gênero no contexto da produção antropológica (STRATHERN, 2007).

O argumento de Strathern defende que na sociedade Melanésia há um englobamento das ações masculinas e femininas que criam uma relação “compensatória” eliminando uma situação de dominação entre os sexos. A alternância das ações propicia assim uma relação de equivalência que rege a vida social nesta sociedade. Há assim uma interação de assimetria encenada, de maneira que define a posição do agente com respeito tanto à causa como o resultado. Contudo, essas construções não implicam em relações de dominação permanente (STRATHERN, 2007).

Ao analisar que o debate sobre conceito de gênero gira em torno do campo das relações de forças e/ou como sendo produto de forças sociais, e, portanto de poder, reporto-me à definição de poder defendida por Foucault: “o poder é uma relação de forças” (Deleuze, 2005, p. 78), o que significa dizer que toda relação de força é uma “relação de poder”, e, deste modo, toda força já expressa uma relação.

Com o entendimento de que as relações sociais de gênero são relações políticas permeadas de campo de poder, proponho neste artigo¹, discutir aspectos da trajetória política de um Grupo de Artesãs formado por 23 mulheres moradoras de cinco comunidades² ribeirinhas situadas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã.³

¹ O recorte desta análise faz parte do meu projeto de pesquisa de doutorado em andamento. Esta reflexão é um exercício de tomar a produção sócio antropológica que discute gênero e poder como pano de fundo para problematizar aspectos do material etnográfico acumulado nos quase 12 anos em que prestei assessoria e ao grupo.

² São João do Ipecaçu, Iracema, São Paulo do Coraci, Vila Nova do Coraci e Matuzalém.

³ Bourdieu chama atenção para o processo árduo e cuidadoso que consiste a construção do objeto. Este processo é um trabalho que requer grande fôlego e que se realiza paulatinamente. Exige um conjunto de princípios práticos que fazem parte do ofício do pesquisador que orientam as opções mais amplas às menores, tais como: retoques sucessivos, correções, emendas (2009:26).



A sóciogênese do grupo é marcada pelo constante desafio de negociar espaços políticos de tomadas de decisões de diversas ordens, principalmente sobre o acesso e uso dos recursos dos naturais com as lideranças masculinas que protagonizam os processos políticos decisórios das organizações locais. A busca pela valorização do trabalho de artesanato desenvolvido pelas mulheres, bem como o reconhecimento da organização política do grupo consistem nas bandeiras de luta.

Para problematizar esta questão, discuto o lugar das mulheres na estrutura social das comunidades enquanto agentes sociais. A partir da descrição de um cenário de disputas políticas que demarca o contexto da trajetória deste grupo, analiso os espaços sociais e políticos que as mulheres estão situadas e os deslocamentos por elas percorridos. É importante ressaltar que o artesanato produzido pelo grupo alcançou projeção nacional, e, reposicionou as mulheres no campo político das comunidades e no contexto familiar implicando em novas formas de relações sociais.

Como preconiza Bourdieu (1997) os agentes sociais são constituídos a partir das relações que os mesmos estabelecem com um espaço social. Deste modo, Bourdieu afirma que “como o espaço físico é definido pela exterioridade recíproca das partes, o espaço social, por sua vez, é deliberado pela exclusão mútua das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais” (1997, p.160). Para Bourdieu, se a sociedade está estruturada dentro de uma ordem hierárquica, da mesma forma os espaços são hierarquizados, refletindo por sua vez as diferenças sociais, que aparentemente se expressam como se fosse uma ordem naturalizada (1997:160).

A práxis social deste grupo e a narrativa da artesã Maria Rosenize vai embasar um diálogo com a produção antropológica feminista e com a proposta teórica elaborada pelos autores que discutem as distintas modalidades e manifestações de relações de poder no contexto da produção antropológica de modo a contrapor teorias e idéias nestes campos de produção teórica que discute gênero e poder.

Com o material etnográfico disponível até o momento proponho fazer o exercício de problematizar sobre como estão fundadas às relações (de poder) na realidade em questão e como homens e mulheres, ou melhor, os agentes sociais ligados às organizações locais estabelecem relações e negociam interesses para atender e/ou atingir propósitos individuais e coletivos a partir da sua percepção de mundo.



Pressupostos teórico-metodológicos

Neste estudo darei ênfase às trajetórias individuais, e adoto como objeto de análise a atuação de uma liderança (uma das sócias mais atuantes que exerceu por duas vezes a função de coordenadora geral e realizou inúmeras viagens pelo Brasil, fazendo divulgação do trabalho do grupo). Em diversas situações esta liderança exerceu o papel de mediadora e negociadora (e algumas vezes de conciliadora) de conflitos. Este fato lhe conferiu habilidade para negociar num “campo de poder” que tem a atuação majoritária dos homens nas organizações locais. Compreendo que ocupar um cargo de liderança, sobretudo, o papel de coordenadora, implica em ganho de prestígio e de capital simbólico para as mulheres. Esta experiência como de liderança investe nas mulheres um reposicionamento na estrutura social que ultrapassa as fronteiras de atuação dentro do grupo e se estende aos espaços políticos decisórios como, por exemplo, dentro da Associação de Produtores local.

O desafio maior é estranhar a trajetória do Grupo de Artesãs que acompanho ao longo de 12 anos. Como nos fala Bourdieu em “Coisas Ditas” (2004) realizar “uma espécie de experimentação epistemológica”, ou seja, fazer o exercício de analisar como etnólogo num universo familiar. Isto significa, “me conceder a oportunidade de objetivar o ato de objetivação e o sujeito objetivante; de objetivar o etnólogo não apenas enquanto indivíduo socialmente situado, mas também enquanto cientista que tem como ofício analisar o mundo social pensá-lo, e que por isso deve se retirar do jogo [...]” (BOURDIEU, 2004, p. 77-78).

Neste sentido Bourdieu (1997) adverte que a relação de pesquisa deve ser prescrita de uma interação entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa cuja premissa é levar em consideração aspectos práticos e teóricos. Ressalta ainda que a relação de pesquisa é antes de tudo uma relação social que produz efeitos sobre o resultado final (Bourdieu, 1997, p. 694). De outro modo, o autor posiciona-se contra a ilusão da neutralidade do observador. Defende que um fator central para alcançar a “objetivação” na relação de pesquisa deve ser a realização de um conhecimento prévio das realidades que a pesquisa vai fazer emergir e que ela deseja registrar (Bourdieu, 1997:706).

O material etnográfico analisado neste artigo aborda a trajetória política do grupo, bem como a entrevista realizada com a artesã Maria Rosenize, será complementada com os registros feitos durante os anos de experiência de trabalho na



qualidade de extensionista. Recorro também aos meus apontamentos de campo e relatórios das reuniões realizadas com o grupo.

“Campo” de estudo: as artesãs, o lugar de sociabilidade e o contexto da trajetória política do grupo.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA) ⁴ é um espaço territorial construído por meio de dispositivos jurídicos. É este lugar que constitui a realidade social das artesãs moradoras das comunidades de Vila Nova do Coraci, São Paulo do Coraci, Iracema, São João do Ipecaçu e Matusalém. Ao se juntarem para formar um grupo de mulheres, o espaço de referência territorial das mulheres foi ampliado e a referência de trabalho e de organização do grupo passou a ser o “setor”, que se constitui na organização geopolítica dos moradores locais. É neste contexto organizativo que estão inseridas o Grupo de Artesãs foco de análise deste trabalho.

O Grupo de Mulheres do Setor⁵ Coraci foi fundado em 2001 com a participação de 37 mulheres. É composto atualmente de 23 sócias. O grupo está integrado à Associação dos Produtores do Setor Coraci (APSJ) formado de pescadores, agricultores e artesãs, no qual as mulheres têm participação como sócias e exercem alguns cargos na diretoria, quando lhes são conferidos ou quando há disponibilidade das mulheres para pleitearem tais postos.

O contexto histórico de constituição do trabalho deste grupo está marcado pela atuação das mulheres (associadas ao grupo) na gestão da produção e comercialização de artesanatos⁶ confeccionados com uma fibra vegetal denominada de cauçu (*Calathea lutea*) tingidos com corantes naturais extraídos de uma variedade de plantas (crajiuru, safroa, anil e urucu) cujos produtos são comercializados pelas artesãs no mercado local, regional e nacional. A atividade tem possibilitado uma nova forma de acesso à renda

⁴ Criada em 1998, a RDS Amanã é uma unidade de conservação estadual cuja proposta de sua implantação é conciliar a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento sustentável das populações locais tradicionalmente usuárias dos recursos naturais da área. Localiza-se entre as bacias do médio rio Negro e do baixo Japurá, sua área total consiste em 2.313.000 hectares e seu território situa-se nos limites de abrangência dos municípios de Marã, Coari, Codajás e Barcelos.

⁵ O setor é formado por um conjunto de comunidades. Neste caso, as comunidades que formam o Setor Coraci são: Iracema, São João do Ipecaçu, Vila nova do Coraci, São Paulo do Coraci, Matuzalém, Nova Canaã e Ébenezer. As mulheres associadas ao grupo são moradoras das cinco primeiras comunidades.

⁶ Balaio, peneira, vaso, tupés, porta-revista, porta-lápis, porta-jóia, fruteira, petisqueira, jogo de mesa Amanã e tamboretas formam a lista dos objetos produzidos pelas artesãs.



para as mulheres e suas famílias e ao mesmo tempo provocou a necessidade de uma participação ativa das mulheres nas várias organizações políticas existentes nas comunidades em que as artesãs estão vinculadas.

A história do grupo está relacionada com a história de retomada de um fazer manual (objetos artesanais) que se encontrava restrito ao conhecimento de poucas mulheres (mais antigas) das comunidades que detinham tal conhecimento. O acesso a este saber pelas mulheres jovens foi estimulado a partir da organização do grupo.

Esta trajetória é marcada pela busca de uma identidade materializada no nome. Inicialmente batizado de “Grupo de Mulheres do Setor Coraci”, para fazer alusão tanto às mulheres como o lugar onde elas residem. Em seguida foi chamado de Grupo de Mulheres Artesãs do Setor Coraci, cuja referência está pautada não somente às mulheres e o lugar, mas referenciando e valorizando a ocupação e/ou a principal atividade desenvolvida pelas mulheres. Por razões estritamente comerciais o grupo adotou em 2008, o nome de “Teçume da Amazônia”, referência ampla cujo lugar de pertencimento passou a ser a Amazônia. Sua identidade então ficou caracterizada pela expressão local *tuçume* – forma pela qual as mulheres denominam os artesanatos confeccionados com fibras vegetais.

As sócias do grupo estão integradas a uma rede de sociabilidade, em que um conjunto de normas estabelecidas impactam umas às outra. O vínculo de parentesco é uma característica marcante e tem um papel tanto de integrador, como também opera para criar relações conflituosas, disputa e de poder tanto no interior do grupo como também no âmbito das relações sociais mais amplas onde o grupo está atuando.

Desde a sua fundação as artesãs contam com o incentivo e assessoria do Instituto Mamirauá por meio do Programa de Artesanato⁷ que acompanha a trajetória do grupo e promove oficinas de produção de objetos artesanais, empoderamento de gênero, atividades de pesquisa, organização política e apoio à comercialização visando à autogestão das atividades do grupo.

É importante expor que o trabalho desenvolvido com as mulheres foi orientado, a priori, pela proposta de estimular à inserção feminina nos processos decisórios de organização comunitária e a promoção da atividade artesanal. Esta premissa buscava

⁷ O Programa de Artesanato do Instituto Mamirauá desenvolve atividades de pesquisa e extensão nas reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã. Embora a institucionalização do programa tenha ocorrido em 2004, às ações de promoção e apoio à produção de objetos artesanais junto às comunidades das reservas acontecem desde 1998 através da organização dos grupos de mulheres.



agenciar a “participação equitativa” de homens e mulheres nas tomadas de decisões no contexto de um projeto de desenvolvimento sustentável que envolve processos decisórios em níveis amplos, cuja atuação de homens e mulheres moradores de uma Unidade de Conservação é considerada fundamental.

Na visão institucional em voga, na época⁸, parte-se do entendimento que a atividade artesanal propicia ingresso de renda às mulheres e ao mesmo tempo instituiu maiores possibilidades de inserção das mulheres no processo de tomadas de decisões sobre o acesso e uso dos recursos naturais. Apresenta ainda um ambiente favorável para o fortalecimento da difusão de técnicas e conhecimentos tradicionais repassadas de uma geração para outra.

Neste sentido Kuchemann (2000) defende que uma das estratégias para desenvolver planos de ação com enfoque de gênero em Unidades de Conservação é o estímulo à produção artesanal, pois há disponibilidade de recursos florestais e práticas tradicionais para esta atividade. Apoiar a atividade significa contribuir tanto com a conservação ambiental como com a promoção da cultural local bem como gerar um importante ingresso monetário.

Decorrido mais de uma década de uma trajetória de trabalho marcada pela busca permanente de garantir a existência do grupo⁹ e pela apropriação de um campo político e econômico; atualmente, as mulheres participam da composição da renda familiar e, das decisões políticas nas comunidades e em outras organizações locais, mas enfrentam restrições com relação à participação das mesmas nos processos de tomadas de decisões no âmbito da gestão dos recursos naturais da RDS Amanã. De modo geral suas opiniões são desqualificadas e o esforço de negociação das mulheres no contexto da organização dos produtores locais é permanente, em que pese existir o entendimento de que determinados assuntos, tais como, manejo de recursos pesqueiros, não é considerado assunto que diz respeito às mulheres, limitando-se a aceitar a opinião/participação das

⁸ Esta visão foi conduzida por mim enquanto atuei como extensionista cuja principal foi promover a organização das mulheres.

⁹ O grupo coleciona em seu curriculum três prêmios nacionais que auxilia no reconhecimento do trabalho. Em 2005 ganhou o IV Concurso Latino Americano de Empreendimentos Exitosos Liderados por Mulheres. Em 2008 recebeu o prêmio SEBRAE TOP 100 de artesanato brasileiro, qualificando a produção artesanal das artesãs entre os 100 melhores artesanatos do Brasil. Em dezembro de 2009 foi contemplado com o prêmio Cultura Populares da Secretaria da Identidade e Diversidade do Ministério da Cultura, Este último, amplia a resignificação local do trabalho das artesãs, deixando de ser interpretado como uma forma de renda para ganhar status de objeto cultural.



mulheres em temas relativos aos recursos naturais usados para produção de artesanato e atividades agrícolas e assuntos concernentes a educação e saúde.

A trajetória do grupo representada no discurso: atuação das mulheres na resolução de conflitos, estratégias e manipulação de regras sociais.

Utilizando um trecho da entrevista que realizei com artesã Maria Rosenize, exponho como as mulheres lançam mão de estratégias para ocupar espaços sociais nas comunidades. Para situar, esclareço que o recorte da entrevista apresenta o momento em que as artesãs moradoras da comunidade de São João do Ipecaçu¹⁰, convocam uma reunião para negociar o uso do barco da comunidade para que todas as artesãs, de outras comunidades, associadas ao grupo possam participar em Tefé de uma Oficina de Capacitação de Artesanato.

A negociação se deu da forma que artesã Rosenize¹¹ descreve abaixo:

[...] aí a Marli [sócia do grupo] disse se as mulheres das outras comunidades não forem pelo menos nós do São João do Ipecaçu nós vamos, pelo amor de Deus, nós cooperando, sei que nós vamos nem que seja de rabeta. Mas ela rapidinho pensou no motor do Valdir, falou do motor do Valdir [esposo da Erli, irmã da Marli, ambas sócias do grupo de artesãs], mas só que o Valdir já tinha fretado o motor dele para outra pessoa, aí ela pensou no barco do São João do Ipecaçu, mandou dizer para nós reunir com a comunidade. A Erli não teve coragem de falar porque ela sabe que tem sócio que não apoia o grupo né, aí a Marli disse que ela não falaria também, então ela disse fala “Nice” que tu tem coragem, tu tens mais assunto e jeito de falar. Aí eu disse então convidem para a reunião que eu falo. Aí a Erli e a Soila [outra sócia do grupo] convidaram, aí apareceu à maioria dos moradores da comunidade, principalmente os homens. Maninha eu pensei, deixa eles [os homens] falarem o que eles quiserem, se eles não derem o motor para a gente tudo bem, também a gente não vai brigar com os outros. A gente agradece, termina e a gente dá outro jeito para ir nessa oficina. Eu já sabia que tinha algumas pessoas que não concordariam. Aí na reunião eu falei para eles, como diz a Marli, Nice é bom que tu fale por que tu não fala alto como eu. Aí eu falei para eles, ninguém sabia para que fosse a reunião, perguntaram é da associação? Eu disse não, é uma reunião rápida que nós mulheres queremos ter com vocês. Aí eu fiz a abertura e falei qual era a pauta da nossa reunião; era que nós estávamos precisando do barco para ir para uma oficina de artesanato, justifiquei que nós temos o nosso próprio motor rabeta, tem a canoa que tá meio desorganizada, porque ela está entrando muita água [está com vazamento], e aí já não está mais prestando para fazer viagem longa, mais mesmo assim se desse para ir de rabeta, a gente tinha como ir, conseguia uma canoa, mas só que eu não vejo só o meu ponto, eu posso ir de rabeta, posso pegar uma canoa e o motor do meu marido, mas agora eu penso nas outras sócias do grupo que tem filho pequeno. Agora nós estamos pedindo se vocês liberam o barco aqui da comunidade para nós ir para Tefé participar da oficina, mas sem pagar a taxa que sempre é cobrada

¹⁰ É a maior comunidade da região e com melhor estrutura física. Reúne o maior número de lideranças atuantes no Setor Coraci (tanto homens como mulheres), ou seja, é a comunidade que detém o maior “capital econômico e simbólico” em termos de atuação na organização política local.

¹¹ “Nice” é nome com que Maria Rosenize é conhecida nas comunidades



quando os comunitários usam o barco. Porque nós somos sócias e achamos que não temos direito¹² de pagar essa taxa¹³, o grupo de artesãs não tem condições de pagar, é possível nós levar as mulheres para essa reunião sem pagar essa taxa, só mesmo contribuindo com o diesel? Essa é a pergunta que eu faço para vocês. Tudo bem nós não quer brigar, nós não quer teima, nós só queremos uma decisão certa, se vocês não conseguirem a gente agradece e se conseguirem a gente agradece também. Aí ficou uma barulhada, um falava uma coisa e outro falava outra coisa, disseram que não dava não, para nós tudo bem que nós somos sócias [mulheres moradoras da comunidade de São João do Ipecaçu], mas lembraram que eles também eram sócios e toda viagem deixavam dois reais, cada viagem nós deixa dois reais, por que é assim é a regra, além do diesel nós deixa dois reais, e questionaram por que elas [mulheres das outras comunidades] também não iam pagar para deixar um pouco para manutenção do barco? Aí foi eu disse assim, olha gente tá certo, vocês estão pensando certo, mas só que no meu ponto de vista, eu vejo assim, quando o seu Anézio [morador de outra comunidade, marido e pai de várias sócias do grupo] tinha o motor dele nós cansamos de ir ao barco dele, mas nós só contribuía com o diesel, nós não pagava taxa, e hoje se nós for cobrar das mulheres a taxa para usar o barco daqui da comunidade e elas tiverem que pagarem elas vão ter motivo de falar, por que elas nunca cobraram de nós, o dono do barco nunca cobrou de nós, ele só cobrava o diesel, mas se não dar tudo bem... Marília: Qual é a regra, é só pagar o frete quando os moradores levam produtos para vender em Tefé? Rosenize: Sim. Por isso eu disse nós vamos para uma oficina não vamos vender produtos. A Soila que fala alto disse: agora por quê? Perguntou do homem que se chama “Chico Padre”, por que elas vão ter que pagar, por quê? Me diz agora, o barco não é usado para a viagem do catequista, para levar daqui desse setor e levar de outro setor, até a Boca do Capivara [comunidade próximo de Tefé], eles deixam o dinheiro para o barco? O Chico Padre respondeu: Não. E a Soila questionou: E por que as mulheres daqui do Setor vão pagar? Nós não vamos passear, nós vamos para uma reunião, para uma atividade importante para as mulheres que são sócias do grupo, aí ele disse: ah! mas é da Igreja é uma reunião da Igreja. Aí a Soila disse: mas nós também somos filhos de Deus porra, somos filhos de Deus, ela falou revoltada chamando palavrão [sorrindo Rosenize comenta que ela fala “filho de Deus e ao mesmo tempo chama porra]. Aí o Valcimar [presidente da comunidade de São João do Ipecaçu na época] falou: rapaz da minha parte o motor esta liberado, pois não é toda vez que as mulheres pedem, na verdade elas nunca pediram esse barco para ir para reunião, elas merecem, elas participam de todas as reuniões, elas pagam a associação direitinho, e as nossas mulheres não estão no grupo por que elas não querem então da minha parte está liberado, pode ir. Aí o Choca, que é solteiro, disse que não aceita, da parte dele o barco não saía não, se saísse, mas as outras [as mulheres que não moravam na comunidade São João do Ipecaçu] tinham que pagar, por que eles eram sócios e pagavam. Foi ele quem puxou esse assunto e aí o negócio começou a complicar. Aí a Soila disse para ele: “cala a boca! Nem pra tu ter mulher tu presta, tu fica falando aí só por que tu não tens mulher”. Aí um falava dali, outro falava daqui, aí não liguemos para ele, aí o Valcimar disse que podia, o Valdir disse que podia, sei bem que a maioria, agora eles disseram se caso quebrar o motor, que Deus me defenda, que eu sei que não vai acontecer, aí sim, aí o grupo vai ter que pagar as peças que quebrarem. Aí a Soila disse: “mas não vai quebrar porque nós não somos amaldiçoadas”. Rosenize: eu falei assim para eles: para vocês verem que nós nunca pedimos barco, quando as oficinas eram aqui mesmo pelas comunidades nós podemos ir de rabeta, vem chuva? vem, nós pára na beira de uma comunidade, ou nós leva o plástico e nós se cobre. Para ir para Várzea Alegre [outra comunidade] nós já precisemos do motor da Dona Gracinha [sócia do grupo já falecida] uma vez para ir, por

¹² O uso do termo “direito” é usado no sentido de dever.

¹³ Nice me esclareceu que na comunidade de São João, essa contribuição é usada para ajudar na manutenção do barco.



que agente não tinha canoa, mas nós cooperamos, ela veio de lá, aí nós demos o combustol e fomos todas juntas. Então agora chegou o ponto de nós pedir de vocês o barco por que quando a Dona Gracinha era viva a gente andava no barco dela, nós já enfrentamos temporal, uma vez o barco dela quebrou a corda do leme que ficou rodando no meio do temporal. Então para nós se dispor daqui até Tefé com as mães que tem filho pequeno, eu não tenho mais filho pequeno, mas eu vejo as outras que têm filhos pequenos que ainda estão no peito, para ir daqui para Tefé no sol quente, debaixo de um temporal, então é por isso que nós estamos pedindo de vocês, mas só que a gente tem que ter um bom diálogo. Eu disse ainda que no caso da gente conseguir diesel que possa sobrar uma lata ou duas, nós deixa para o barco, nós deixa, nós vamos lutar para ter o combustol de ida e volta uma lata ou duas nós deixa para o barco, aí eles [os homens] disseram tá bom. Marília: e todas as mulheres já sabem que vocês já conseguiram o barco? Rosenize: todas [...]

Diferentes personagens atuam neste diálogo e/ou confronto de posições que ocorre durante a reunião convocada pelas mulheres. Na narrativa de Rosenize personagens são enfatizadas como, por exemplo, as sócias do grupo, Marli e Erli, que embora não estivessem presentes, Rosenize faz questão de ressaltar o quanto elas foram importantes para que a reunião acontecesse. Por sua vez, Soila, é a personagem que Rosenize traz à tona para descrever o comportamento que geralmente as mulheres têm durante uma reunião e em outras atividades do grupo. São comportamentos e ações que podem trazer à tona conflitos, mas que também mostram a realidade das relações exatamente como ela ocorre no dia-a-dia das comunidades no contexto da organização do grupo.

O presidente da comunidade e os demais sócios homens são referenciados por Rosenize, na medida em que eles tomam posições contra ou a favor, isto porque, ela procura enfatizar como cotidianamente as mulheres do grupo estão em permanente negociação para alcançar seus interesses coletivos e como as sócias do grupo desenvolvem estratégias diversas para dar andamento nas atividades do grupo, em face de todos os obstáculos vivenciados.

Durante a narrativa de Rosenize, observamos que a artesã faz um exercício de mostrar como a reunião foi planejada. Expressa ainda quais são os receios das mulheres e quais as expectativas criadas com relação ao pedido que as mulheres formularam aos moradores da comunidade de São João do Ipecaçu. Percebe-se que há um planejamento de como as mulheres projetam reagir diante do resultado da reunião. De outro modo, Rosenize, apresenta os argumentos que ela lançou mão para referendar o pedido. De um lado, ela se posiciona ressaltando que as mulheres são gentes sociais que têm direito de usar um patrimônio coletivo da comunidade, pois cumprem com suas obrigações



enquanto sócias da associação. De outro, ela mostra que não pretende contra-argumentar ou se rebelar, caso a proposta não seja acatada por todos, como se tivesse mantendo a aparência de obediência passiva às regras. É neste sentido reporto-me ao posicionamento de Bourdieu (2004) sobre a noção de estratégia. Para este autor

[...] o bom jogador, que é de algum modo o jogo feito homem, faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige. Isso supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas. O que não garante a obediência mecânica à regra explícita codificada (quando ela existe) [...] (2004:81)

Com este entendimento a artesã Rosenize demonstra habilidade e capital simbólico para se posicionar dentro do jogo. De modo que tal capital lhe garante vantagens e prestígio diante das lideranças masculinas, e, portanto, favorece resultados positivos para os interesses das artesãs bem como cria possibilidades de abertura para que às mulheres possam se repositonar dentro de um campo político e no espaço social. Este trecho da entrevista é emblemático para revelar como as mulheres que fazem parte de uma organização se articulam para acessar um campo social em que os interesses devem ser pleiteados a cada dia.

De outro lado, ao fazer questão de relatar a atuação da artesã Soila, Rosenize, demonstra compartilhar dos argumentos da mesma, muito embora ela comente que falta certa “etiqueta social” em Soila na forma de expressar e de negociar com os principais interlocutores presentes na reunião, de modo a garantir o “controle do jogo”.

Outro aspecto importante presente nesta narrativa é a postura das mulheres de instituir estratégias e manipular regras sociais que estão estabelecidas. Como postula Bourdieu, os sujeitos são agentes ativos manipulando regras em busca de seus interesses (Bourdieu, 2004). Por exemplo, o argumento que é usado para justificar o uso barco, isto é, a importância da atividade para as mulheres e os benefícios que aquela atividade representa em termos de qualificação do trabalho empreendido pelo grupo. De outro modo, outro argumento lançado mão para sensibilizar, principalmente os homens, são os “riscos de vida” que as mulheres poderiam passar juntamente com seus filhos, caso não tivesse ao seu dispor um transporte que garantisse a segurança e o conforto para todos os passageiros. Há uma eficácia simbólica presente no discurso a artesã no sentido de que sua proposta de solicitação do barco encontra-se alicerçada numa situação real.



Como se refere Bourdieu a construção dos grupos deve estar alicerçado nas afinidades objetivas entre as pessoas que se quer reunir (2004:166).

Há uma lógica de comportamento para que o ganho seja garantido em longo prazo. Existe uma perspectiva política no agir diante de um campo estruturado. Observa-se que ao final da negociação, Rosenize faz um discurso para reforçar que em retribuição a liberação do barco, o grupo fará o esforço de deixar para comunidade uma quantidade de combustível que o deixe abastecido. Parece ser um uma posição contraditória, porque o principal argumento para o não pagamento da taxa é “falta de condições financeiras” do grupo. Ao se comprometer em abastecer o barco as mulheres indicam ter possibilidades para tal além garantir uma negociação semelhante em outro momento com a “dádiva” trocada.

Nota-se que as palavras usadas pela artesã exercem um poder de mobilizar coisas e, assim consiste num dos principais instrumentos da estratégia lançada mão durante o processo de convencimento das pessoas presentes na reunião, especialmente, os homens. Assim as palavras utilizadas está relacionada a uma performance encenada para atingir os propósitos do grupo junto à comunidade como um todo. Como propõem Bourdieu, “o poder simbólico é um poder de fazer coisas com as palavras” (2004: 166/167).

A fala da artesã Rosenize é um discurso autorizado pelo grupo, sua “performance de negociadora” reflete uma fala qualificada. Muitos aspectos do discurso produzem sucesso e em outros casos são descartados, mas podemos afirmar que Rosenize é uma pessoa que detém o poder no discurso que é elaborado por ela para que o grupo possa atingir seus objetivos.

O fato das outras artesãs, como Marli e Erli (irmãs e que tem um histórico de envolvimento maior nas atividades organizativas das comunidades) recorrerem a Rosenize para que a mesma lidere a reunião e repasse o pedido das mulheres para a comunidade representa o reconhecimento de Rosenize como detentora de prestígio e capital simbólico junto ao grupo e a comunidade.

O discurso explorado por Rosenize ressalta o sentimento de unidade e solidariedade existente no grupo, bem como a preocupação que as mulheres têm de propiciar segurança e conforto para as sócias que têm filhos pequenos e que obrigatoriamente devem acompanhar as mães nas atividades do grupo. Isto não significa dizer que há uma harmonia presente nas relações do grupo e/ou ausência de tensões e



conflitos, ao contrário, embora exista um interesse coletivo em jogo, ao mesmo tempo em que dádivas estão sendo trocadas e/ou contraprestações de dádivas (Cfe Mauss, 2003) estão sendo retribuídas através da conquista do acesso ao barco para todas as mulheres associadas ao grupo.

Considerações gerais

A trajetória deste grupo revela muitas questões sobre os papéis sociais desempenhados pelas mulheres e suas expectativas sobre os processos de tomadas de decisões. Algumas questões são pertinentes para serem examinadas futuramente: A conquista de sua própria fonte de renda representa “autonomia” financeira que reflete nas suas ações individuais e familiares? A posição das mulheres numa sociedade é determinada pelo grau de controle que exercem sobre seu próprio trabalho e sobre o produto deste? O acesso à renda é uma estratégia de agenciamento das mulheres em várias esferas da vida, seja ela familiar, política, econômica?

Peralta e Alencar (2008) no estudo feito em duas comunidades ribeirinhas da Reserva de Mamirauá (vizinha à RDS Amanã) apresenta as mudanças geradas nos papéis clássicos dos gêneros nas unidades domiciliares destas comunidades. As autoras apontam que, de modo geral, o aumento da renda familiar é entendido como positivo, pois implica em aumento do patrimônio familiar e o acesso a diversos bens de consumo.

Na narrativa da artesã Rosenize transparece as diferentes estratégias utilizadas pelo grupo para garantir o direito no campo político de tomadas de decisão no âmbito da organização comunitária local. São colocadas em prática estratégias de manipulação de normas visando atingir os interesses do grupo. É a partir da organização em torno da produção do artesanato que as artesãs almejam não somente, ter uma fonte de renda para suas famílias, mas junto a isso, sentirem-se valorizadas e intuídas como agentes políticos atuantes em todos os campos sociais.

Embora os trechos da fala de Maria Rosenize represente uma opinião individual, autoriza uma visão coletiva. Revela tanto o processo de construção da trajetória do grupo, bem como acena e/ou reflete rupturas e expõem uma linguagem política que é construída com a práxis. Há uma linguagem que prescreve como - a partir do empoderamento econômico obtido através da renda oriunda da produção de artesanato – as mulheres passam a se relacionar com os homens nas comunidades. Há uma luta permanente de equalizar tensões e uma idéia de política através de uma linguagem e de



uma etiqueta de comportamento forjada para garantir rupturas e mudanças num campo de relações estruturadas e estruturantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. (1996). Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo: Papyrus

_____ (1997). Compreender: A miséria do mundo. Rio de Janeiro: Vozes.

_____ (2004). Coisa Ditas. São Paulo: Brasiliense.

_____ (2006) A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, Porto Alegre.

_____ (2009). O poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

DURHAM, Eunice. (1983). Família e reprodução humana. In: FRANCHETTO, Bruna. (et al) Perspectivas antropológicas da mulher 3. Rio de Janeiro: Zahar.

FONSECA, Cláudia. (1995). Gênero: identidades múltiplas. In: Horizontes Antropológicos: Gênero. Ano 1, N.1.

FOUCAULT, Michel (1988). História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal

MAUSS, Marcel (2003). Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify.

ROSALDO, Michele. (1995). O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. Horizontes Antropológicos: Gênero, Ano 1, N.1.

_____. (1979). A Mulher, a cultura e a Sociedade: uma revisão teórica. In: LAMPHER, Louise. e Rosaldo, Michele. (Orgs). A mulher, a cultura e a sociedade, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PERALTA, Nelissa; ALENCAR, Edna. (2008). Ecoturismo e Mudança Social na Amazônia Rural: efeitos sobre o papel da mulher e as relações de gênero. Campos, Curitiba, PR, v.9, n.1, p.109-129.

STRATHERN, Marilyn. (1997). O Gênero da Dádiva. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

Interações rural-urbano: produtos da sociobiodiversidade em circulação em portos, feiras e mercados de Belém-Pará

Iraneide Souza Silva¹
Edna Maria Ramos de Castro²

¹ Mestranda em Ciências Ambientais. PPGCA/UFPA. E-mail: iraneide@superig.com.br

² Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França. Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEAUFPA) e pesquisadora do CNPq. E-mail: edna.mrcastro@gmail.com

Resumo

Apresentam-se aspectos da interação entre o ambiente rural, a partir da representação de produtores rurais e sociedades tradicionais, nas formas de manejo e aproveitamento dos recursos florestais, e as formas de comercialização de produtos oriundos da produção familiar, e o ambiente urbano, a partir de uma metrópole amazônica, a cidade de Belém, Pará, que historicamente mantém intensa interação com cidades e ilhas do interior do Estado. O interesse central no entendimento da relação sociedade e natureza pauta-se no uso social de produtos da biodiversidade regional, na chamada sociobiodiversidade, que, a nosso ver, permeia a relação entre rural e urbano. O trabalho desses grupos sociais, associado à circulação de produtos regionais são vistos aqui como vetores de transformação dos recursos da natureza em bens de uso e de troca. Nesse sentido, os recursos da biodiversidade amazônica têm múltiplas possibilidades de análise, pois os Produtos Florestais Não Madeireiros transcendem o valor bioecológico e ganham outras dimensões, pelo valor econômico, cultural e simbólico, que refletem o modo de vida dessas populações, usos e costumes regionais e, ainda, contribuem para a reprodução social de populações tradicionais, estendendo esses benefícios a trabalhadores vinculados ao escoamento e à comercialização desses produtos no ambiente urbano, que, a nosso ver, fortalece as atividades produtivas no ambiente rural.

Palavras-chave: Sociobiodiversidade; Interação Rural-Urbano; Produtos Florestais Não Madeireiros; Belém.



Introdução

A partir da cidade de Belém, Pará, projeta-se a produção rural, no escoamento de produtos da biodiversidade regional em pontos estratégicos da orla fluvial da cidade, a partir das relações de trabalho e as interconexões do ambiente urbano com o rural. A cidade, desse modo, converte-se em espaço de interações que se estabelecem entre o urbano e o rural, em geral, vistos de forma isolada, mas que são permeados por uma complexidade de relações e vínculos (NUNES, 2008). Por meio da representação econômica do trabalho realizado no ambiente rural, a orla converte-se em locus privilegiado para o estudo do conjunto da cidade de Belém e os atores que se utilizam dos produtos regionais, inseridos nas cadeias de comercialização em ambos os ambientes.

No plano mais amplo, a partir do uso social da biodiversidade amazônica para a reprodução social de populações tradicionais e pequenos produtores, que podem ser tratados como forças produtivas inseridas na conversão dos recursos extraídos da natureza em *bens de consumo*, para suprir as necessidades de subsistência e *de troca*, atribuindo-lhes valor econômico no ambiente urbano.

No ambiente urbano, delimitam-se os fluxos comerciais que têm como matriz a relação sociedade e natureza, na cadeia de comercialização da chamada sociobiodiversidade¹, matéria de políticas públicas, que visam à geração de benefícios às populações tradicionais, considerando-se o potencial econômico de recursos extraídos da natureza em *bens de consumo*, para suprir as necessidades de subsistência e *de troca*, atribuindo-lhes valor de mercado. As espécies provedoras de benefícios socioeconômicos consideradas neste trabalho são Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM)² endêmicos da região, de valor comercial e uso alimentar, medicinal, ornamental, artesanal e matérias-primas. Dentre esses, destacam-se as frutas regionais, verduras, legumes, ervas, sementes, cipós, resinas, folhagens, pescado, mariscos e crustáceos,

¹ O conceito de sociobiodiversidade está contido no Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), implementado em 2009 pelo governo federal. A **sociobiodiversidade** expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais. Os produtos são os bens e serviços (produtos finais, matérias-primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem (BRASIL, 2009).

² Segundo Rebêlo et al. (1997) os PFNM podem ser uma categoria muito abrangente, incluindo desde produtos florestais não-lenhosos de origem vegetal ou animal a serviços sociais e ambientais. Também podem ser folhas, frutos, cascas, sementes ou exsudatos obtidos de plantas das florestas, segundo Nepstad e Schwartzman, 1992 apud REBÊLO et al., 1997), que satisfazem às necessidades de subsistência das populações tradicionais, como alimentos e plantas medicinais, que podem ser extraídos sem danos ambientais, em áreas de florestas primárias ou em áreas secundárias.



comercializados na área urbana de Belém, que detêm forte componente cultural. Estas espécies convertem-se em um dos temas centrais desta análise, para a qual optamos por utilizar o termo “biodiversidade regional” para designá-las. Para tal, será adotada a definição da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), promulgada no Decreto 2.519, de 16 de março de 1998, Artigo 2:

Diversidade biológica” significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (BRASIL, 2008, p. 13).

Nesse sentido, a orla de Belém se configura como território provedor e reprodutor das relações sociais que se estabelecem nas dinâmicas comerciais e no processo de transformação de produtos florestais não madeireiros em bens de troca, culminando com que denominamos aqui como biodiversidade regional. Nesta fração do ambiente urbano foram delimitados pontos estratégicos de recebimento e de comercialização, onde se inserem produtos oriundos da natureza na geração de renda e trabalho para trabalhadores informais em portos públicos, mercados e feiras da cidade de Belém.

Nesses locais aportam produtos regionais que regem as dinâmicas desses portos, mercados e feiras, nos espaços, aqui delimitados pelo Porto da Palha, Porto do Açaí, Complexo de Abastecimento do Jurunas (orla sul); Complexo do Ver-o-Peso (Mercado e Feira) (orla central) e a Feira da Orla de Icoaraci (orla oeste), eleitos para coleta de dos pelo alto fluxo de produtos recebidos e as características diferenciadas, tanto em extensão e quantidade de trabalhadores quanto em diversidade de espécies da biodiversidade regional comercializadas.

Na Amazônica, o interesse pelos recursos naturais e pela biodiversidade regional, desde os tempos imemoriais foi determinante para a ocupação e desenvolvimento da região e acompanha as fases econômicas de crescimento e declínio, especialmente da Amazônia brasileira. A diversidade biológica ou biodiversidade, além da sua função ecológica para o equilíbrio dos ecossistemas, também é uma fonte de produtos inseridos na economia – em maior ou menor escala – na produção de alimentos, na indústria farmacêutica e de cosméticos e outras possibilidades econômicas, na geração de trabalho e renda, garantindo a reprodução social das populações tradicionais de um lado, como também grandes agroextrativistas, pecuaristas e mineradoras, de outro.

A interação sociedade e natureza na Amazônia é permeada pelas relações produtivas, entendendo o trabalho como vetor de transformação da natureza e matriz da reprodução social. Busca-se, ainda, abordar pontos importantes em relação às suas especificidades, no que tange aos tipos de apropriação do espaço, ao uso dos recursos e a circulação de produtos da



biodiversidade, aliados à necessidade de conservação ambiental, envolvendo os conhecimentos das populações tradicionais, que atualmente são matérias do novo direito, inclusive atendendo uma demanda global.

Com base nesta relação, este trabalho traz reflexões acerca das interações entre os ambientes rural e urbano e retende-se apresentar aspectos do trabalho associado às cadeias produtivas da **biodiversidade regional** convertida em bens de consumo e de troca, por meio das interações entre o rural e o urbano, através da inserção de produtos no mercado local, partindo-se da hipótese de que esses produtos garantem a reprodução social de uma parcela de trabalhadores e a geração de renda no meio rural, como também a trabalhadores no meio urbano, considerando a relação entre sociedade e natureza, tendo como lócus de investigação a orla fluvial de Belém, na sua porção continental.

2. Área de Estudo

Entre as cidades amazônicas, Belém é a metrópole de maior porte, considerando-se a Região Metropolitana (RMB), composta pelos municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara (Tabela 1). O município de Belém engloba a porção continental e a porção insular, composta por 39 ilhas fluviais, ambas banhadas pelo rio Guamá e a baía do Guajará, localizadas no estuário do rio Pará³.

Tabela 1. Dados de população e área da Região Metropolitana de Belém.

Municípios	População	Área Territorial (Km ²)
Belém	1.393.399	1.059,402
Ananindeua	471.980	190,502
Benevides	51.651	187,825
Marituba	108.246	103,343
Santa Bárbara do Pará	17.141	278,154
Total	2.042.417	1.819,226

Fonte: IBGE-Cidades (2010). Adaptação: Iraneide Silva, 2011.

Localiza-se entre as coordenadas geográficas 01°27'20"S e 48°30'15"W e limita-se ao norte com a Baía do Marajó, ao sul com o município de Acará, a leste com o município de

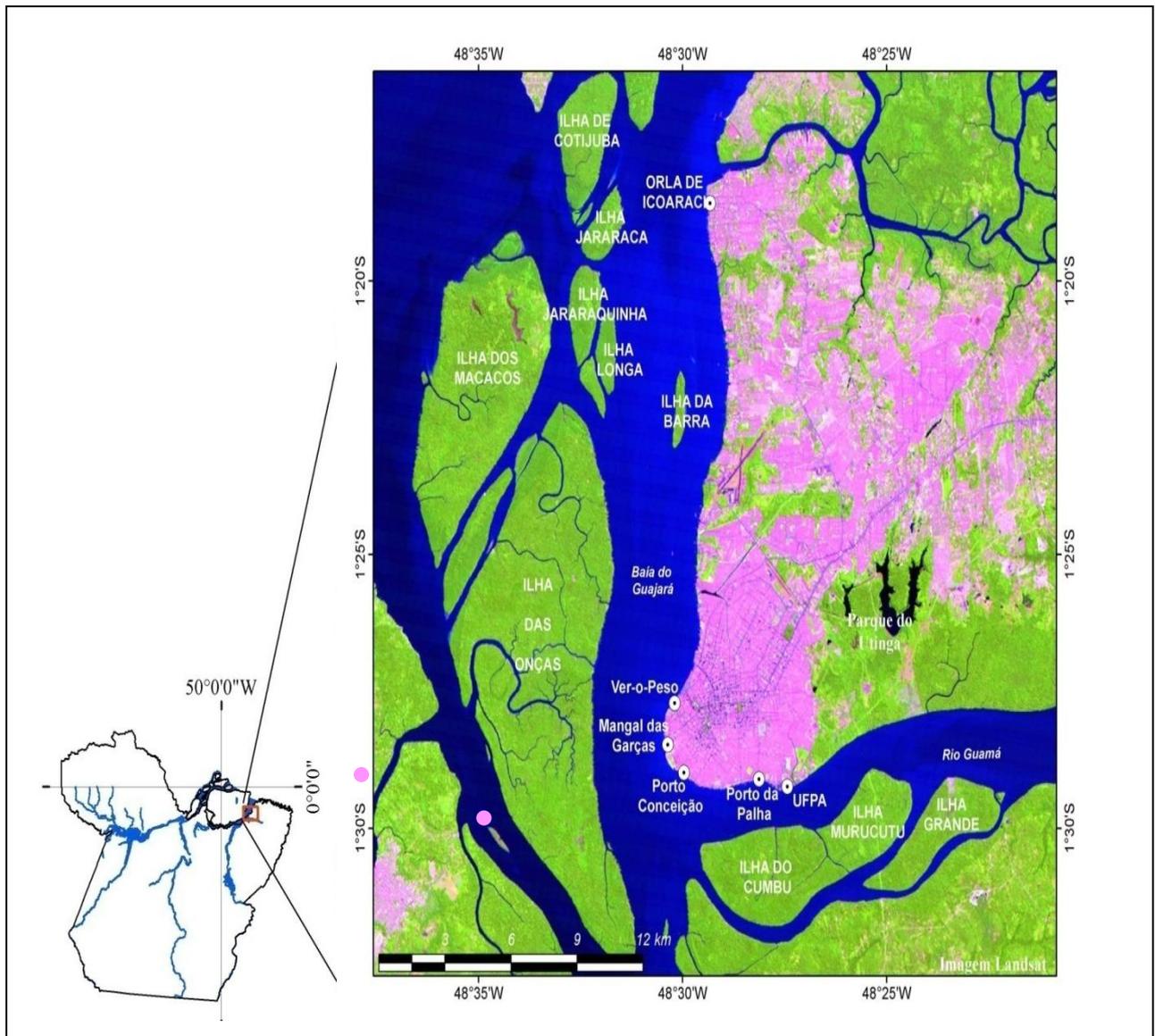
³ O rio Pará não tem nascente própria e deve ser entendido como um conjunto hidrográfico onde desembocam os rios Araguaia, Tocantins, Capim, Acará, Moju, Guamá, Anapu, Jacundá, Pacajás e Araticu, originando baías e enseadas, como a baía das Bocas, de Curralinho, de Goiabal, do Guajará e a de Marajó, que se estendem da costa sul da ilha de Marajó até a costa sul da cidade de Belém, até desaguar no oceano (SILVA, 2010, p. 23).



Santa Bárbara do Pará; a nordeste com o município de Santo Antônio do Tauá, a sudeste com os municípios de Benevides e Ananindeua, a sudoeste com o município de Barcarena e a oeste com o Arquipélago do Marajó (BELÉM, 2011).

O espaço da orla fluvial começa nos limites de Belém com o município de Ananindeua, que pertence à Área Metropolitana de Belém, na parte sul, e termina nos limites de Belém com Ananindeua, ao norte da cidade (Figura 1).

Figura 1. Mapa de localização da cidade de Belém, com indicação dos locais de coleta de dados.



Fonte: Imagem Landsat. Elaboração: Laboratório de Sensoriamento Remoto (UAS//MPEG).



3. A Biodiversidade e desenvolvimento na Amazônia

A conservação dos recursos naturais figura entre as principais preocupações do movimento ecológico em termos mundiais, frente à ameaça da extinção de espécies. Com a iminência de redução das espécies, alerta-se para o possível colapso dos ecossistemas, pela interdependência entre os elementos existentes nas florestas, tendo também como consequência a perda de “seus produtos (benefícios), que podem ser vistos desde a matéria-prima (madeira, produtos farmacêuticos etc.) até as condições climáticas, fortemente influenciadas por eles” (MARTINS, 2009).

Na história econômica da região, a inserção amazônica no mundo foi a da exploração das drogas do sertão⁴, com base na mão de obra indígena e cabocla. A segunda fase, iniciada no século XIX baseou-se nas matérias-primas de origem vegetal, como essências, resinas, cascas e principalmente a borracha, derivada do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*), que determinou “o período de maior prosperidade aparente da região, de que resultaram alguns monumentos e traços culturais ainda hoje visíveis” (SANTOS, 1980; MENDES, SACHS, 1997, p. 134-135).

Posteriormente, emerge fase econômica baseada na exploração de matérias-primas de origem mineral, como ferro, manganês, alumínio, cobre, ouro e minerais nobres, paralela à ocupação espaço, pela intervenção governamental com a implementação do Programa de Integração Nacional, viabilizado, em parte, pela abertura da Transamazônica e de outras rodovias, possibilitando a entrada de imigrantes de todas as regiões do país (Ibid.).

Mais recentemente, a Amazônia é novamente evocada internacionalmente pela sua importância estratégica como a última reserva mundial de energia e detentora do maior de banco genético de espécies da biodiversidade e pela necessidade de conservação deste bioma (MENDES; SACHS, 1997), cujos impactos ambientais provocados pelo uso da terra e dos recursos naturais de forma predatória, podem determinar mudanças climáticas em escala global, como aponta Capobianco (2001):

Nas discussões sobre alternativas de desenvolvimento econômico, aliado à conservação do meio ambiente, as questões relacionadas à Amazônia tomam

⁴ Segundo Oliveira (1983, p. 170), as Drogas do Sertão eram o cacau, a salsaparrilha, o urucu, o cravo, a canela, o anil, as sementes oleaginosas, as raízes aromáticas, o puxuri, a baunilha e, também, as madeiras. Acrescentam-se a essas, o milho, a batata doce, a mandioca, o cacau, a baunilha, tomate, o amendoim, a pimenta, o mamão, o maracujá, o abacate, o açai, no cupuaçu, no bacuri – conforme Mendes e Sachs (1997, p. 133-134).



proporções planetárias, pela sua posição estratégica para a estabilidade ambiental do planeta (CAPOBIANCO, 2001).

Quanto à crise ambiental, diante das catástrofes provocadas pelas mudanças climáticas, que derivam de fatores naturais e da intervenção do homem na transformação da natureza em prol do desenvolvimento, têm-se levantado questões de fundo e prioridades sobre a necessidade de preservação do equilíbrio e das condições de vida no planeta, estabelecendo-se compromissos de controle das emissões de gases de efeito estufa e do desflorestamento.

Com essas discussões, desenvolvimento de sistemas sustentáveis para produtos florestais vem sendo apontado como uma das alternativas capazes de contribuir para a preservação da biodiversidade (DIEGUES et al., 2000). Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável “traz consigo a necessidade de ultrapassar a dicotomia instaurada entre natureza e sociedade como meio de reconciliar a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico e social” (CASTRO; PINTON, 1997, p. 10).

4. Belém e o *Hinterland*⁵ paraense: para além do urbano e rural

Belém surge, em 1616, como a primeira aglomeração urbana na Amazônia, tendo como marco a edificação do Forte do Presépio, às margens do igarapé do Piri, de onde se inicia a formação da cidade, como extensão do processo de conquista da região pela coroa portuguesa. A localização estratégica, na confluência da Baía do Guajará com o rio Guamá, tem a configuração marcada pela presença de rios e igarapés, como dinamizadores da vida urbana, pois “o rio é movimento, é comércio, é sociabilidade”, na síntese de Moreira (1966, p. 63). A posição de Belém em relação às águas é determinante na sua dinâmica, além de ser uma das características ambientais mais marcantes da paisagem local. Segundo Castro (2006):

A cidade representa formas múltiplas de ocupação do espaço, de apropriação dos territórios e de seus recursos e, por isso, *locus* de tensão, de competitividade e de diferenciações que afetam a organização social no seu conjunto. O espaço interno da cidade liga-se ao espaço externo de outras cidades e aos ambientes do entorno, que estão associados às visões e estratégias de seus atores [...]. É também um território de ilhas. Contém centenas de pequenas e grandes ilhas que se espriam pelos rios, quase delimitadas na entrada do mar pela ilha do Marajó. Em Belém são 39, e em Ananindeua, município contíguo a Belém e integrante da Região Metropolitana de Belém, contam-se 32 ilhas, que somadas às de outros municípios, tais como Barcarena, Abaetetuba, Moju e Acará, e às existentes na baía do Marajó, ultrapassam uma centena (CASTRO, 2006, p. 13-21).

⁵ Adota-se o termo *hinterland* no sentido utilizado por Penteado (1973), com referência às relações existentes entre o porto de Belém e a terra. Há uma complexidade de *hinterlands*, vinculados a qualquer situação em relação ao porto, tanto para importação quanto para exportação. Para o autor, a conexão de Belém “com seus diversos tipos de *hinterlands* está ligada intimamente à navegação fluvial, na grande bacia amazônica” (PENTEADO, 1973, p. 123, 147).



Sobre a orla fluvial de Belém é o espaço privilegiado para a investigação. Buscamos nos trabalhos de Trindade Jr., Silva e Malheiros (2005), Trindade Jr., Santos e Ravena (2005) e Trindade Jr. (2005) a base para as observações desse espaço intra-urbano, especialmente da ocupação socioespacial, pela sua importância nos aspectos socioculturais, incluindo a configuração de Belém como uma metrópole que mantém traços de cidade ribeirinha.

O vínculo historicamente construído teve sua base nas conexões entre interior e cidade, dinamizado por fatores sociais, econômicos e históricos, envolvendo o trabalho dos produtores – na pesca, coleta, extrativismo e outros serviços – que alimentaram a demanda dos pequenos, médios e grandes centros regionais, destacando-se o papel de Belém como centro catalizador e redistribuidor de bens e serviços (FURTADO; SOUZA, 2006, p. 177), seguindo o modelo da sociedade de consumo, na lógica da economia globalizada e acompanha os rumos da Amazônia contemporânea, objetivando responder às exigências do mercado mundial.

Na Belém atual, criam-se novos espaços de comunicação entre as populações – a inserção de padrões produtivos, a expansão da cidade e as novas formas de ocupação e verticalização do espaço, ao tempo em que coexistem padrões tradicionais de produção de bens e serviços, de informalidade acompanhada da precarização da vida urbana (CASTRO, 2006).

Essa coexistência reproduz traços culturais da cidade que redesenha a passos largos a sua geografia e avança em território na dinâmica da metropolização, mas ainda mantém no seu espaço intra-urbano fragmentos florestais, parques, áreas de proteção ambiental, de mananciais e comunidades com modos de vida tipicamente ribeirinho (LISBOA, 2009). No espaço extra-urbano, o ambiente natural também é composto por um conjunto de 39 ilhas, que representa mais da metade do território do município de Belém. Esta é outra característica ambiental singular na configuração espacial e na dinâmica da cidade, como ressalta Moreira (1966, p. 69):

Se o rio define o plano e engrandece a perspectiva, é nas ilhas, entretanto, quês reside a graça da paisagem belemense. [...] Nenhuma apresenta tão numeroso constelário das ilhas como Belém. Ilhas grandes e pequenas, aluvionárias e não aluvionárias, umas dispostas defronte do litoral da cidade, outras contíguas a esse litoral, outras finalmente na margem oposta do Guamá (MOREIRA, 1966, p. 69, grafia original).

Para além da configuração geográfica, a relação da cidade com as ilhas é importante pela proximidade de áreas preservadas e pelo contato com populações que mantêm o modo de vida ribeirinho, utilizando-se dos recursos naturais e florestais para a subsistência e fonte de

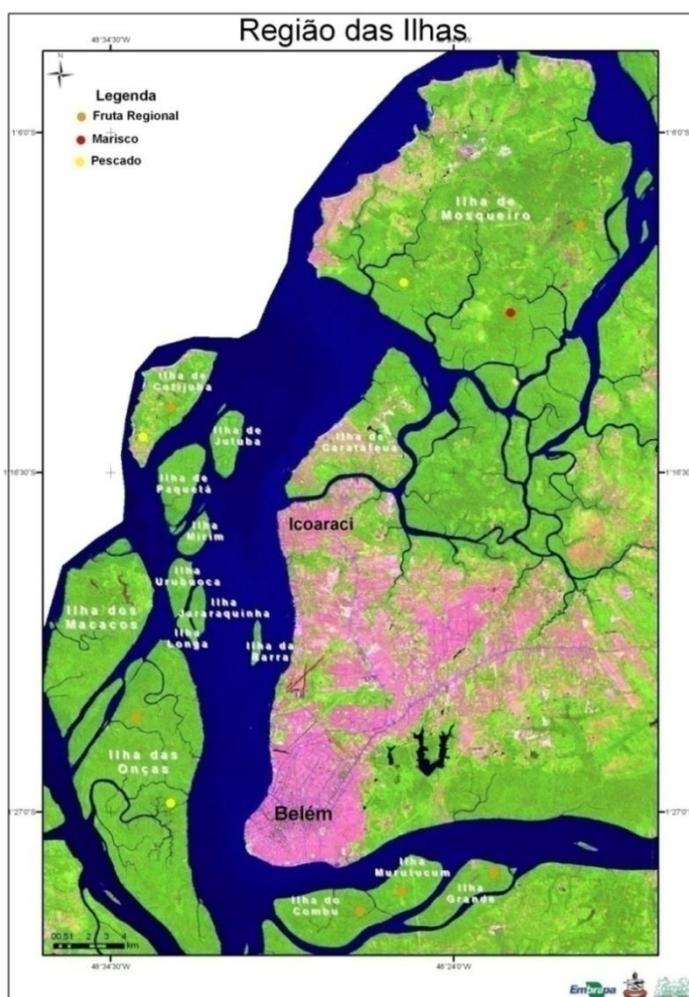


trabalho e renda. A maioria das ilhas localiza-se em ecossistema de várzea⁶, com inundações sazonais, por influência das marés. Em geral, são áreas densamente florestadas e com baixa densidade populacional, o que favorece a preservação ambiental. Mesmo as de maior dimensão como Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba, que têm ambiente urbano definido, ainda conservam grandes áreas florestadas, apesar da pressão ambiental que as ilhas ligadas ao continente por rodovias, sofrem, apresentando problemas como especulação imobiliária, assentamentos e ocupação irregulares (SILVA, 2010).

Nas ilhas, a cobertura vegetal é abundante e diversa, com predominância de açazais, mas há ocorrência de espécies frutíferas, madeiras, oleaginosas e outras que são importantes fontes de sustento para as populações locais, para a fauna e para as condições climáticas da região continental. Portanto, a diversidade ambiental das ilhas define-se não somente pelas características naturais, dimensão territorial ou densidade populacional, mas também pela vocação turística de algumas e, principalmente, pelas atividades facilitadas de acesso à capital, o que mantém e fortalece os fluxos comerciais nos portos, mercados e feiras da cidade. Os principais produtos são o açaí, o pescado e o camarão, seguidos da produção de cacau, frutas regionais, macaxeira, carvão vegetal, mandioca, hortaliças, coco e criação de pequenos animais (Figura 2).

Figura 2. Mapa de identificação dos principais produtos oriundos da Região das Ilhas.

⁶ A várzea é um sistema relativamente aberto, e apresenta rápido transporte e ciclagem de nutrientes, livre entrada de energia e nutrientes, o que produz maior resiliência, pela capacidade de um ambiente voltar a sua estabilidade ou equilíbrio inicial após perturbação (SILVA; ALMEIDA, 2004, p. 40).



Fonte: Trabalho de campo/2011. Elaboração: Laboratório de Sensoriamento Remoto-UAS/MPEG.

4.2. A produção do interior paraense

Além do contato mais direto com a porção insular do município, na interface entre a cidade de Belém e o ambiente rural, soma-se ao esforço produtivo de outros municípios paraenses, que encontram em Belém o principal polo de escoamento. A produção é inserida no mercado local, em grande parte vinculada ao trabalho informal, envolvendo produtores, atravessadores e comerciantes, além de outras categorias de trabalhadores que fazem parte da cadeia de comercialização de produtos regionais, de origem vegetal ou animal. Pelo trabalho humano, a biodiversidade converte-se em benefícios sociais com fins alimentares, medicinais, ornamentais, artesanais e outros usos sociais e econômicos.

Além dos benefícios sociais, como alternativas de geração de renda e trabalho para populações tradicionais, os PFNM têm sido valorizados também pelos serviços ambientais, contribuindo para a conservação da biodiversidade, manutenção das florestas, redução de desmatamento, sequestro de carbono e outros benefícios.



Quanto aos serviços florestais, Fearnside (2003) apresenta importantes aspectos, dentre eles, a manutenção da biodiversidade e a regulação do clima, considerando-se a possibilidade de valoração dos produtos, e as medidas que podem ser tomadas para a preservação da floresta, com a participação das populações tradicionais:

Se a prática de evitar o desmatamento estiver incluída nestas medidas, também traria benefícios para a proteção da biodiversidade. O desmatamento pode ser evitado por mudanças de políticas que afetam fatores, tais como a especulação de terra, arranjos para a posse da terra, a construção de estradas, e políticas sobre assentamentos. Também pode ser evitado pelo estabelecimento de reservas e pela sua proteção. Na área de proteção de reservas, a chave para proteger áreas grandes se encontra no envolvimento dos povos indígenas na região. Estes e outros residentes tradicionais da região têm que ter um papel como sócios plenos nos esforços para sustentar os serviços ambientais, inclusive a biodiversidade amazônica (FEARNSIDE, 2003, p 38).

Os povos da floresta não são apenas consumidores desses produtos, mas agentes dos tipos de intervenção de baixo impacto ambiental, de grupos indígenas e extrativistas, que trazem da herança ancestral, os conhecimentos acumulados, desde a pré-história, sobre o aproveitamento desses recursos, na alimentação, nas práticas curativas e medicinais e no melhoramento do solo (OLIVEIRA, 1983; FURTADO; SOUZA, 2006).

5. A Biodiversidade em circulação no mercado local

A inserção da produção do *Hinterland* no mercado local é realizada através de uma rede de atravessadores ou diretamente com feirantes nos portos e feiras de Belém, garantindo a composição da renda familiar da população do interior. Como a produtividade varia com as sazonalidades, obedecendo às safras e entressafras, os produtores recorrem a associações de produtos, de acordo com os recursos disponíveis (SILVA, 2010).

Em termos econômicos, a valoração dos produtos regionais é reconhecida a partir da inserção no mercado local, o que pode ser comprovado pelo volume dos principais produtos hortifrutigranjeiros, pescado e mariscos comercializados nos portos e feiras de Belém, que mostram a participação dos produtos da biodiversidade na economia local (Tabelas 2, 3, e 4).

O volume da produção em 2009 representa o volume dos produtos comercializados em Belém. Os produtos recebidos nos portos da orla de Belém são procedentes de municípios paraenses e dos estados do Amazonas e Pernambuco. Nos dados de 2009, pode-se observar o volume anual de hortifrutigranjeiros disponível nesses portos, que são redistribuídos às feiras e mercados da cidade, segundo a procedência (Tabela 2).

Tabela 2. Volume anual (kg) de hortifrutigranjeiros ofertados nos Portos de Belém em 2009, segundo a procedência.



Procedência	Feira do Açaí*	Porto da Palha	Porto do Açaí	Porto de Icoaraci	Total Geral
Abaetetuba	3.585.635	0	44	40.155	3.625.834
Acará	5.329.880	4.561.044	2.158.707	191.400	12.241.030
Anajás	5.422.350	0	1.356.610	-	6.778.960
Amazonas (Cidades)*	4.612.075	0	0	-	4.612.075
Barcarena	2.679.816	360	612.920	95.875	3.388.971
Belém (Ilhas)	371.751	768.937	350.713	1.954.978	3.446.379
Bujaru	929.776	353.970	-	-	1.283.746
Cachoeira do Arari	14.899	-	-	1.612.161	1.627.060
Cachoeira do Piria	89.325	-	-	-	89.325
Cametá	2.351.770	-	72.800	-	2.424.570
Capitão Poço	852.856	-	-	175.440	1.028.296
Castanhal	68.975	-	-	-	68.975
Chaves	1.705.975	-	-	-	1.705.975
Curruça	280	-	-	-	280
Igarapé-Açu	409.007	-	-	-	409.007
Igarapé-Miri	1.560.573	-	322.140	-	1.882.713
Maranhão	209.065	-	0	-	209.065
Mojú	1.293.627	-	730.343	6.000	2.029.970
Muaná	1.867.735	-	18.142.961	-	20.010.696
Oeiras do Pará	9.860	-	-	-	9.860
Paragominas	1.840	-	-	-	1.840
Pernambuco (Cidades)*	332.050	-	-	-	332.050
Ponta de Pedras	5.231.514	-	-	793.986	6.025.500
Salvaterra	795.592	-	-	166.981	962.573
Santa Izabel	2.585	-	-	-	2.585
Santa Luzia	152.926	-	-	-	152.926
Santo Antonio do Tauá	2.600	-	-	26.440	29.040
São Domingos do capim	-	190.405	-	71.220	261.625
São Miguel do Guamá	176.612	-	-	-	176.612
São S. Boa vista	-	-	25.200	-	25.200
Soure	337.005	-	-	-	337.005
Tomé Açu	30.776	-	-	203.210	233.986
Vigia	20.087	-	-	5.688	25.775
Viseu	15.025	-	-	-	15.025
Total	40.463.842	5.874.716	23.772.438	5.343.534	75.454.529

Fonte: SECON-Secretaria Municipal de Economia/ Departamento de Feiras, Mercados e Portos, 2009.
Volume: (Kg). (*) Ponto de abertecimento da Feira do Ver-o-Peso. Adaptação: Iraneide Silva, 2011.



Tabela 3. Volume mensal (kg) de pescado (por espécie) ofertado nos Portos de Belém, 2009.

ESPÉCIE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Acará	241	250	260	140	152	60	90	352	90	190	605	360	2.790
Acari	620	590	-	130	-	290	-	110	80	1.380	1.370	710	5.280
Aracu	-	260	1.025	290	2.526	1.008	1.241	2.040	5.315	7.107	1.820	360	22.992
Arraia	3.336	2.765	1.925	3.665	2.123	1.816	3.112	1.790	2.075	2.282	2.946	2.277	30.112
Bagre	4.351	2.022	6.790	5.128	2.856	2.229	1.371	2.132	3.004	2.340	3.535	2.787	38.545
Bandeirado	5.320	4.400	4.231	3.500	2.960	4.930	6.495	6.665	7.496	8.085	8.675	8.155	70.912
Caçã	2.515	2.322	2.566	4.070	2.143	2.114	2.611	3.540	4.041	3.575	3.618	2.363	35.478
Cachorrinho	270	130	-	-	88	1.125	370	550	1.580	1.260	1.340	245	6.958
Cambeua	-	-	-	-	-	100	-	-	-	-	-	550	650
Camorim	2.236	960	1.040	1.342	910	610	220	700	350	1.420	170	530	10.488
Cangata	170	340	-	60	-	400	100	70	100	100	200	10	1.550
Curimata	1.465	2.455	600	830	2.387	2.032	975	985	3.596	4.228	2.295	755	22.603
Corvina	12.298	7.495	11.125	17.580	9.400	7.865	6.900	7.405	9.520	8.038	7.863	9.147	114.636
Dourada	82.394	85.386	92.101	87.185	84.264	86.443	82.113	90.242	115.884	104.866	93.830	102.385	1.107.093
Enchova	520	735	305	610	410	190	55	850	2.490	780	993	825	8.763
Filhote	33.609	35.762	29.035	28.830	25.965	25.725	27.135	39.908	35.238	37.440	37.876	41.039	397.562
Gurijuba	17.695	17.387	17.341	24.231	24.054	21.694	18.379	23.396	21.487	19.401	18.094	20.494	243.653
Jacundá	-	30	-	-	-	-	-	470	-	-	-	-	500
Jaraqui	-	-	340	80	1.000	400	-	-	-	-	-	-	1.820
Jurupiranga	-	150	-	15	-	-	50	-	-	-	20	-	235
Mandii	-	-	-	115	60	-	-	-	-	-	-	275	450
Mandurer	50	-	-	-	-	-	-	-	-	130	-	65	245
Mapará	3.836	2.110	6.280	3.675	3.425	3.420	4.730	4.800	5.005	5.030	4.223	1.540	48.074
Matrichã	-	-	-	-	10	-	-	-	20	-	-	-	30
Mero	1.100	928	200	-	200	810	200	-	-	100	380	1.500	5.418
Pacamu	1.000	1.100	650	650	550	250	170	1.040	570	420	965	1.450	8.815
Pacu	-	170	50	-	76	145	-	340	1.541	3.549	995	120	6.986
Pardo	690	440	930	2.525	740	1.680	1.305	675	720	1.230	976	1.814	13.725
Pescada Amarela	53.016	49.256	46.736	65.690	46.848	49.185	59.903	59.653	51.305	53.602	54.283	58.987	648.464



Pescada Branca	40.894	37.417	41.415	40.055	44.452	49.548	45.976	45.297	40.931	44.229	39.145	39.751	509.110
Pescada Gó	37.172	21.209	28.352	27.184	25.132	25.144	35.113	46.757	33.385	25.670	28.997	28.694	362.809



ESPÉCIE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Peixe-pedra	820	700	840	1.500	2.120	190	494	645	840	1.100	1.715	665	11.629
Piramutaba	19.710	21.390	23.927	31.442	31.279	25.455	16.828	23.279	27.809	18.288	18.169	28.221	285.797
Piranhã	200	-	190	20	170	210	-	435	565	150	235	80	2.255
Pirapema	2.240	2.850	1.120	2.173	2.383	1.766	3.412	1.970	1.395	2.340	900	2.970	25.519
Pratigueira	13.659	12.845	13.122	11.013	8.870	8.134	6.967	9.919	9.101	11.263	12.476	16.303	133.672
Sarda	10.401	9.707	9.753	5.595	9.785	7.553	5.925	9.421	13.845	11.942	12.731	11.574	118.232
Sardinha	-	-	-	-	-	40	-	-	50	230	100	240	660
Serra	4.450	3.695	4.340	6.105	7.621	9.906	2.965	4.736	4.846	6.180	5.615	6.561	67.020
Surubim	920	765	-	90	-	-	180	500	700	332	380	400	4.267
Tainha	24.644	31.508	24.628	29.671	30.011	15.356	13.395	16.858	10.927	14.424	16.642	20.658	248.722
Tambaqui	2.470	970	4.700	3.550	1.980	2.645	2.338	1.519	990	1.565	1.935	2.638	27.300
Tamuatá	4.735	3.352	5.457	6.842	7.312	8.163	10.748	19.410	20.758	15.250	14.235	17.563	133.825
Timbiro	120	250	100	150	230	290	100	240	680	300	-	40	2.500
Traira	-	-	60	100	410	450	1.050	740	1.130	902	550	990	6.382
Tucunaré	4.455	3.010	2.775	1.000	2.095	1.810	3.140	2.718	2.640	2.138	5.949	4.774	36.504
Urisica	200	720	350	500	500	420	100	200	200	730	-	200	4.120
Urutinga	300	340	50	490	280	440	50	220	200	100	120	214	2.804
Xareu	3.637	1.742	6.017	9.312	6.737	6.992	6.732	7.420	6.404	6.000	5.824	7.640	74.457
TOTAL	397.759	369.913	390.726	427.133	394.514	379.033	373.038	439.997	448.903	429.686	412.790	448.919	4.912.411

Fonte: SECON-Secretaria Municipal de Economia/ Departamento de Feiras, Mercados e Portos, 2009.
Volume: (Kg). Adaptação: Iraneide Silva, 2011.

Tabela 4. Volume de mariscos comercializados nos mercados municipais de Belém, 2009.

MARISCO/CRUSTÁCEO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Camarão (kg)	8.957	7.772	13.315	14.392	15.382	14.092	17.321	14.318	15.737	16.402	15.489	21.113	174.290
Mexilhão (saco)	248	461	576	111	2.004	21	15	7	51	470	80	250	4.294
Caranguejo (Paneiro)	9.127	4.906	5.429	8.194	9.252	8.510	9.876	8.107	8.604	8.350	7.886	8.894	97.135
Siri (Paneiro)	1.843	3.158	4.046	1.953	1.624	1.410	875	1.670	1.597	921	851	220	20.168

Fonte: SECON-Secretaria Municipal de Economia/ Departamento de Feiras, Mercados e Portos, 2009.
Volumes: Camarão (Kg); Caranguejo; Siri (Paneiro); Mexilhão (Saco). Adaptação: Iraneide Silva, 2011.



Considerações Finais

Grande parte das espécies da flora e fauna regionais são comercializáveis, ou melhor, têm valor de troca, como os produtos não madeireiros (PFNM). Para as populações tradicionais, além do valor de troca, fazem parte da dieta alimentar, da farmacopéia e revestem-se de valor simbólico, representando um forte traço cultural da região. Na circulação dos produtos, a importância dos portos comerciais localizados na orla fluvial de Belém, pelo escoamento de produtos no sentido campo-cidade. Esses portos e trapiches são por si relevantes na dinâmica social, econômica e cultural entre Belém e as áreas rurais do seu entorno.

Desta porção do espaço urbano, percebe-se com grande nitidez a interface urbano-rural, pela posição em relação aos recursos hídricos, pela diversidade de espécies que neles são inseridas e pelas especificidades do trabalho associado à cadeia comercial desses produtos em Belém. Constitui, assim, um terreno fértil para o estudo sobre as interações entre-ambientes, pela percepção deste espaço enquanto lócus de interações, onde se mantêm fluxos de pessoas e produtos, desde os tempos coloniais, como principais tributários da consolidação da cidade de Belém como maior entreposto comercial da região Norte.

Portanto, conhecer a realidade do trabalho em portos da orla fluvial, enquanto locais de interação urbano-rural, torna-se primordial para uma análise crítica das formas de apropriação da cidade, da produção e reprodução das formas de trabalho, os atores envolvidos e os benefícios da sociobiodiversidade.

Referências Bibliográficas

BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. **Anuário Estatístico do Município de Belém**, v. 15.. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 2011. 440p.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília: MDA; MMA; MDS, 2009.

BRASIL. **Convenção Sobre Biodiversidade Biológica e Legislação Correlata**. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 87p.

CAPOBIANCO, J. P. R. (Org.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. São Paulo: Estação Liberdade; Instituto Socioambiental, 2001. p. 13-15.

CASTRO, E. Introdução. In: CASTRO, E. (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006. p. 25-43.



- CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). **Faces do Trópico Úmido**: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup; UFPA/NAEA, 1997. 446 p.
- CASTRO, E.; SANTOS, M. A. Belém de águas e de portos: ação do Estado e modernização na superfície. In: CASTRO, E. (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006. p. 25-43.
- DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R.S.V.; SILVA, V.C.F. DA.; FIGOLS, F.A.B. ANDRADE, D. (Orgs.). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: USP/NUPAUB; PROBIO/MMA; CNPq, 2000. 209 p.
- FEARNSIDE, P.M. **A Floresta Amazônica nas Mudanças Globais**. Manaus: INPA, 2003. p.19-44.
- FURTADO, L. G.; SOUZA, M. A. M. de. Belém, ocupação humana e uso dos recursos do estuário. In: CASTRO, E. (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006. p. 161-178.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- LISBOA, P.L.B. (Org.). **Aurá**: comunidades e florestas. Belém: MPEG, 2009, 274p.
- MARTINS, M.B. Biodiversidade, ética e educação para a conservação. In: D'INCAO, M.A.; SILVEIRA, I.M da. **A Amazônia e a crise da modernização**. 2. ed. Belém: ICSA/UFPA; MPEG, 2009. p.35-37.
- MENDES, A.D.; SACHS, I. A inserção da Amazônia no mundo. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). **Faces do Trópico Úmido**: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup; UFPA/NAEA, 1997. p. 133-146.
- MOREIRA, E. **Belém e a sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966.
- NUNES, B. F. Interface entre urbano e o rural na Amazônia brasileira. In: CASTRO, E. (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.
- OLIVEIRA, A.E. de. Ocupação Humana. In: SALATI, E. et al. **Amazônia**: desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1983. p. 144-327.
- _____. **O Sistema Portuário de Belém**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo)
- REBÊLO, G. H. ET al. O desafio do desenvolvimento sustentável no manejo de produtos florestais não-madeireiros: obstáculos e oportunidades na várzea do Amazonas. In: SALOMÃO, R. P.; TEREZO, E. F. M.; JARDIM, M. A. G. (Orgs.). **Manejo florestal nas várzeas**: oportunidades e desafios. Belém, MPEG, 2007. p. 177-208.
- SANTOS, R. A. de O. **Historia Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SILVA, P. J.D. da; ALMEIDA, S.S. de. Estrutura ecológica de açazais em ecossistemas inundáveis da Amazônia. In: JARDIM, M.A.G.; MOURÃO, L.; GROISSMAN, M. **Açaí**: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. Belém: MPEG, 2004. p. 37-52. 274p. (Coleção Adolpho Ducke)
- SILVA, S.B. **Belém e o ambiente insular**. Belém: UFRA, 2010.
- TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. **Apropriação do espaço e controle do uso do solo na orla fluvial de Belém**: intervenções, planejamento e gestão urbana. Belém: UFPA; NAEA, 2005. Projeto de Pesquisa.
- TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C.; SANTOS, E. R. C.; RAVENA, N. A cidade e o rio: espaço e tempo na orla fluvial de Belém. In: TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C.; SILVA, M. A. P. da. (Orgs.). **Belém**: a cidade e o rio na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2005.



TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C.; SILVA, M. A. P.; MALHEIRO, B. C. P. Belém, a cidade e o rio: uma apresentação do tema. In: TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C.; SILVA, M. A. P. da. (Orgs.). **Belém**: a cidade e o rio na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2005.



GT 5 – Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

O enredo da diversificação produtiva no rural de Arroio do Tigre/RS

Ezequiel Redin¹

¹ Mestre e doutorando em Extensão Rural/ PPGExR–UFSM, E-mail: ezequielredin@gmail.com

Resumo

Este trabalho trata de analisar a diversificação produtiva no município de Arroio do Tigre/RS. Faz-se apontamentos sobre a diversificação agrícola com suas limitações internas e externas, caracterização das propriedades, estratégias de reprodução e expectativas de intervenção estatal pelos agricultores familiares. As famílias, grosso modo, não se dedicam exclusivamente a cultura do tabaco, tendo em sua propriedade um leque de produtos de autoconsumo e algumas culturas voltadas ao mercado como estratégia de apoio a reprodução dos agricultores familiares no espaço rural.

Palavras-chave: Diversificação Produtiva, Tabaco, Estratégias de Reprodução, Arroio do Tigre.



Introdução

Este trabalho objetiva iniciar uma reflexão sobre a diversificação produtiva, bem como analisar a diversidade agrícola no rural, usando como perspectiva empírica o município de Arroio do Tigre/RS. Nesse sentido, busca-se analisar a temática sobre a perspectiva dos atores, destacando o viés discursivo das famílias agriculturas e traçando uma relação com as estratégias de reprodução de ciclo curto (anuais) no rural. Para compreender os elementos que estão presentes na racionalidade dos agricultores, o estudo pautou-se de uma breve revisão simultânea sobre a temática intercalando com incursões dos atores rurais em questão.

Arroio do Tigre é um município assinalado, principalmente, pelo que representa no âmbito de produção agrícola na região Centro Serra/RS, assim como os outros, há predominância de pequenas e médias propriedades, com uma produção agropecuária bastante intensiva e diversificada¹. É um dos municípios-referência quando o assunto envolve as peculiaridades, dificuldades, os incentivos, as ações e intervenções na agricultura. Com uma base, essencialmente, voltada para a pequena escala, no entanto, a produção total fornece destaque ao município, em âmbito de região (diversidade de culturas agrícolas), Estado (principalmente o feijão) e país (no caso do fumo). A configuração espacial do território evidencia características particulares, onde apontam para locais com maior possibilidade de expansão das atividades agrícolas envolvendo produção de maior escala, especialmente, nos lugares abrangidos pelas áreas planas. Outra conformação apresenta maior declividade marcando uma área agricultável que evoca para um maior trabalho braçal, produzindo em menor expressão. Em ambos, o cultivo do fumo é destaque, no entanto, é no segundo que apresenta maior ênfase, maior qualidade e com grau mais acentuado de especialização.

Tratar sobre diversificação é complicado. Sem dúvida, um tema deveras amplo e, ademais, complexo. O dicionário conceitua como: “tornar diferente, fazer variar” (LUFT, 2000). Verificando que o termo diversificação é complexo, nesse trabalho optamos por compreender a diversificação como aquela atividade agrícola que envolve o exercício de mais de dois produtos na propriedade rural no mesmo período agrícola e não necessariamente são voltadas para a comercialização; e que complemente as necessidades básicas da família agricultora, sendo na existência de excedentes, possam gerar renda para manutenção financeira da unidade produtiva. Em relação a

¹ O módulo rural do município é 20 hectares.



especialização da produção, Schneider (1994, p. 6) afirma que é “o cultivo intensivo de monoculturas fortemente integradas aos mercados”.

Para essa discussão, recortamos algumas declarações das famílias agricultoras, agentes de desenvolvimento e técnicos da iniciativa privada, contrastando com experiências a campo, visitas, diálogos e entrevistas com diversos atores rurais (principalmente agricultores de tabaco)². Com isso, foi possível sistematizar e discutir as dificuldades e impasses estabelecidos no rural local, o discurso da diversificação em áreas de tabaco e as concepções em torno do desenvolvimento, principalmente, econômico. Desse modo, as informações discutidas referem-se às entrevistas com agricultores que representam, grosso modo, uma generalização do local estudado.

Diversificação agrícola – reflexões a partir da agricultura familiar fumageira

Na agricultura familiar o grau de diversificação, talvez, está diretamente vinculado a mão de obra apta na propriedade agrícola. A qualidade da mão de obra é preponderante quando envolve o conhecimento das técnicas aplicadas no plantio, na colheita e na cura, no caso do tabaco. Por outro lado, as atividades mais “braçais” podem ser realizadas sem nenhuma dificuldade, portanto, a qualificação da mão de obra, somente é exigida na impossibilidade das pessoas da família, que detém o saber-fazer, não estar presente no momento. Ao contrário, a repetição das atividades por algumas semanas coloca o indivíduo nas mesmas condições para efetuar o trabalho, muitas vezes árduo, da lavoura. Godelier (1971, p. 38) complementa: “a produtividade do trabalho não se mede apenas em termos técnicos e não depende apenas de condições técnicas, depende também das condições sociais”.

A produção agrícola de Arroio do Tigre é bastante distinta congregando propriedades bem diversificadas. O discurso da “diversificação” paira na concepção de que os agricultores cultivam apenas a monocultura do tabaco, sendo então especializados. Na verdade, a especialização é uma das atividades do sistema de produção, entretanto, a tese sobre a monocultura não corrobora com nosso local de estudo, como já destacou, em certa medida, também Paulilo (1990, p. 168), “...pois o fumo é compatível com qualquer tamanho de propriedade, exigindo apenas 2 ha de terra...”. De tal modo que a diversificação compete além da exigência de área agricultável disponível (caso for uma atividade agrícola), em mais mão de obra,

² Por questão de ética e sigilo, os depoentes foram identificados por nomes fictícios não remetendo a imagem do agricultor.



investimentos, conhecimento das técnicas das atividades, assistência técnica, logística e comercialização e mercado disponível, isto é, toda uma estrutura de apoio desde a produção até a venda.

Em curto e médio prazo haverá um aumento no consumo do tabaco, sendo que a redução deve acontecer no longo prazo. Destarte, no médio prazo a diminuição da produção de fumo poderia estar coligada na disseminação de alternativas produtivas que combinassem rentabilidades equivalentes àquela proporcionada pela fumicultura com sistemas de integração que propiciassem aos produtores facilidade de acesso ao crédito, garantia de preço e comercialização, assistência técnica, enfim, características que estão presentes no sistema de integração do fumo, e que são incentivos para a manutenção dos produtores na atividade (SOUZA, 2009).

A preocupação dos agricultores em encontrar a melhor forma de reprodução social vigora em adaptar as estratégias, conforme a sua realidade diante de suas limitações e possibilidades palpáveis. É uma forma de resposta diante da necessidade de manutenção da família no meio rural usando de estratégias de diversificação, de incrementação e de consolidação, diante do cenário que estão expostos. A diversificação para o autoconsumo fortalece o atendimento das necessidades familiares, corroborando para que o excedente possa ser redistribuído nas relações pessoais como produtos de troca ou de venda. As *estratégias de incrementação* na atividade escolhida perfazem o uso de técnica diferenciada ou alternativa, proporcionando, às vezes, um produto final de melhor qualidade. As *estratégias de consolidação* equivalem a um conjunto de ações de fortalecimento da unidade de produção e da família que nela se reproduz. Não chegamos abordar com mais ênfase as estratégias pluriativas e as rendas não agrícolas, pois não é o propósito deste, mas são essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar.

Agricultores que possuem maior apropriação do saber, processo conjugado entre o conhecimento externo adquirido através de técnicos e o saber empírico calcado em experiência positiva ou negativa na atividade, são circunstanciais para a continuidade de uma estratégia de reprodução que, anteriormente, não estava fornecendo resultados favoráveis. Agricultores com maior acesso a assistência técnica (não derivada das agroindústrias fumageiras) tem maior confiança em investir em estratégias com maior grau de risco. A assistência técnica subjetivamente aumenta o nível de segurança do agricultor na atividade pela sua fidúcia no conhecimento externo dos agentes de



extensão rural. No entanto, a desconfiança também pode prevalecer. Percebemos no local empírico que agricultores menos integrados a atividade fumageira, portanto, com alto grau de diversificação sobressaem-se aos agricultores menos diversificados, em relação à dependência de renda de uma única atividade, no entanto, o fator trabalho e o custo da contratação de mão de obra são muito elevados. Agricultores mais especializados e com boa qualidade no produto final, a curto prazo estão mais capitalizados.

Além da diversificação produtiva – limitantes e dificuldades

Devido a grande diversidade de produtos agrícolas na propriedade a falta de mão de obra é evidente. Nas palavras do agricultor: “...a questão da diversificação nossa, isso nos complica a vida. É muito complicado, vou ter que desistir do feijão ou mecanizar toda a área, ou seja, plantar somente onde a área é mecanizável”. Essa afirmação corrobora com as escritas de Garcia Filho (1999, p. 24): “Se o fator mais limitante da produção for a mão-de-obra disponível, os produtores provavelmente optarão por sistemas mais extensivos, que utilizam equipamentos e máquinas que reduzem o trabalho por unidade de área”.

O ato de diversificar pode tanto consolidar a propriedade como ter altos prejuízos no momento da colheita pela competição do trabalho por outras atividades. A inexistência de mão de obra, mesmo contratada é um fator limitante para a tomada de decisão do agricultor. Em uma propriedade encontramos a produção de soja, milho, feijão, trigo, fumo, uva, pêssego, morango, repolho, avicultura, produção de mel, produção de suínos como as atividades mais prevaletentes, além das estratégias de reprodução básicas e complementares³. Questionamos Sr. Cléber sobre qual seria sua principal atividade atualmente. Ele pensou e disse: “Eu na verdade não tenho uma atividade principal. As mais importantes são o feijão, soja, milho, trigo. Tá, mas tem

³ Nesse sentido, Redin (2011, p. 241-242) identifica três tipos de estratégias para o município de Arroio do Tigre/RS, assim sendo: a) *estratégia de reprodução principal*: designa a cultura do fumo como a base estrutural das unidades de produção, servindo como principal orientação financeira e determinando a alocação dos fatores de produção e a presença (em maior ou menor grau) de outros sistemas de produção; b) *estratégia de reprodução complementar*: envolvem os produtos agrícolas voltados para a comercialização do excedente como o milho, trigo, feijão e soja (voltado somente para venda) e atividade de pecuária de corte e leite, em alguns casos. A principal função é servir como complementação de renda, consolidando e fornecendo segurança em eventuais dificuldades ou frustrações de safra da atividade principal; c) *estratégia de reprodução básica*: tem característica voltada, principalmente, para o autoconsumo da família sendo em raros casos comercializados. Em determinadas propriedades, dependendo da contingência, pode existir uma transição entre a estratégia de reprodução básica e a complementar.



caminhão que também me rende”. A dificuldade de estabelecer uma atividade principal na unidade de produção é característica de sua alta diversificação. Esse agricultor é um dos poucos que usam a feira livre municipal para comercializar seus produtos diretamente ao consumidor. Existe uma particularidade muito grande nesse caso.

Nossa intenção era compreender porque o agricultor ainda produzia fumo tendo toda essa diversidade de produção, além de uma agroindústria de carnes, nem citada até o momento por ele. A produção do fumo, em nossa percepção, é movida muito mais por uma causa do que por uma identidade produtiva. Nas suas palavras a produção seria uma forma de demonstrar aos outros agricultores que não era necessário quase revolvimento do solo, como é prática de muitos na região. Para o agricultor quanto menor for o revolvimento, a tendência é ter um produto final com mais qualidade, menor degradação do solo e menor esforço. Seu depoimento acrescenta: “Essas carreiras de fumo que eu e a gurizada plantamos, só para mostrar que dá para produzir fumo sem trabalhar muito. Eu sou inimigo de trabalhar muito, mas eu trabalho muito e muito”. Observamos a tentativa de buscar estratégias que diminuem a labuta na atividade fumicultora, comportamento, um tanto, condicionado pelas outras diversas atividades que mantém, onde igualmente demandam muita mão de obra.

Questionamos sobre sua agroindústria familiar, uma das poucas legalizadas pelo CISPOA, em Arroio do Tigre/RS. Acreditávamos que esse empreendimento era uma forma de agregação de valor e o maior responsável pelo ingresso de renda na propriedade. Quando mencionamos, a frustração foi aparente, pelos problemas enfrentados com a legalização do empreendimento. A agroindústria foi construída com uma verba a fundo perdido da prefeitura municipal e integrou mais dois sócios (vizinhos). No depoimento do agricultor: “na época ganhamos R\$ 56.000,00 a fundo perdido da prefeitura que conseguiu uma verba especial. Aí o que aconteceu? Nós achávamos que com R\$ 70.000, 00 nós faríamos! E quando fomos fazer e tudo instalado, adivinha quanto isso custou para nós? Custou R\$ 400.000,00. Foi muito dinheiro”.

O alto custo mensal da legalização (aproximadamente R\$ 3.000,00), a má gestão administrativa (deixado a cargo de um filho dos sócios), e a necessidade de escala de produção são fatores que apresentaram dificuldades iniciais. Segundo o agricultor, os primeiros meses tiveram um resultado negativo de aproximadamente R\$ 64.000,00. Para cobrir essas despesas foi necessário comercializar toda sua produção de milho,



além do montante investido pelos outros sócios. A inflexibilidade da legislação sanitária que não diferencia grandes empreendimentos de agroindústrias familiares rurais é um dos motivos pelos quais muitos agricultores, que trabalham com baixa escala de produção, não conseguem se reproduzir. A agonia está presente no depoimento do Senhor Cléber ao falar sobre o assunto:

A legislação nessas alturas complica nossa vida. Um dia desses chega o fiscal e viu que nossas portas eram tudo de ferro, disse que nos teríamos 30 dias para trocar todas as portas de inox. E aí? São quase R\$ 8.000,00. Hoje a agroindústria está legalizada, as vendas estão boas, mas essas são as vendas que tem que ser em grande quantidade. Tempo atrás a gente produzia e chegava no final do mês e não custava R\$ 1,00 e agora? Nada contra os informais, eu compro cinco porcos aí e carneio; ganho meus R\$ 1.000 ou R\$ 1.500,00 e não custa nada. A legislação dessa agroindústria de linguiça aí, ela tem a mesma coisa que você que mata cinco mil porcos por dia. É a mesma. Ela não diferencia de uma de grande porte. Rapaz se eu fosse depender da agroindústria eu estava frito sem banha. Queimadinho! Devendo para Deus e todo mundo.

Os produtos derivados das pequenas agroindústrias familiares concorrem diretamente em custos, escala de produção e preço final com as grandes indústrias do mesmo setor. As agroindústrias familiares rurais visualizadas como alternativas aos agricultores familiares pela sua capacidade de agregar valor e ingresso de renda na propriedade imperam sua viabilidade perante o processo de indiferenciação e a concorrência de seus produtos com àquelas de maior porte. Nesse caso, fica evidente que a agroindústria familiar legalizada, por enquanto, não é uma estratégia de reprodução viável à agricultura familiar, principalmente, àqueles pouco capitalizados. A composição das estratégias de reprodução no âmbito da produção agrícola são viáveis e compensadoras, enquanto não existir uma oferta demasiada dos produtos no mercado. Portanto, as estratégias de diversificação idênticas para toda uma região não mostram resultados significativos, quando se planeja reduzir significativamente as lavouras de tabaco, como afirma o agricultor: “Mas não temos condições de absorver todos os agricultores de fumo para essas atividades. Não existe, não tem saída dessa forma. Se todos vão começar a produzir leite. Não adianta!”.



Caracterização das propriedades, estratégias de reprodução e expectativas de intervenção estatal

A adoção de uma estratégia de reprodução em massa não terá resultados positivos na possível substituição do fumo, pelo contrário, acarretará em novo problema que passa pela lei da oferta e demanda local, principalmente. Se uma das estratégias básicas transpassarem para atividade principal, sua abrangência territorial limitada provocará um excesso de oferta, causando consequências negativas que podem afetar a reprodução social das famílias agricultoras. Por outro lado, o tabaco tem demanda a nível mundial e o maior foco de produção é no Sul do Brasil, grosso modo, por tais motivos que a atividade abarca tantas famílias agricultoras, sem que a uma maior oferta local traga sérias complicações. De modo análogo a experiência, mesmo não sendo uma análise generalizável (o caso do agricultor), que também produz fumo, mostra a diversidade de situações com que eles se deparam no rural.

Tabela 01- Características das propriedades rurais em Arroio do Tigre/RS

Características	Influência dos elementos na gestão da propriedade		
	Agricultores c/ maior área cultivada de fumo	Agricultores c/ área média cultivada de fumo	Agricultores com área pequena Cultivada
Mão de Obra	Alta	Alta	Alta
Penosidade do trabalho	Alta	Alta	Alta
Restrição ambiental	Alta	Média	Baixa
Emprego de Tecnologia	Alta	Alta	Alta
Escala de produção	Alta	Média	Baixa
Diversificação	Baixa	Média	Alta
Especialização no fumo	Alta	Média	Baixa
Relação com a indústria	Relativamente dependente	Menos dependente	Pouco dependente
Fidelidade com indústria	Alta	Média	Alta

Fonte: Elaborado pelo autor com informações de campo.

Os agricultores de Arroio do Tigre possuem outras estratégias concomitantes a atividade do fumo, no entanto, o grau de diversificação voltado para o mercado nas unidades agrícolas vai depender da quantidade de tabaco plantado e da área disponível. Caso a área for pequena, a diversificação se limita a produtos estritamente para o autoconsumo da família tendo uma alta especialização no fumo; e diante da maior disponibilidade do fator terra a tendência é que se aumente o grau de diversificação até certo ponto. Áreas muito grandes, geralmente tendem a especializarem-se no cultivo da



soja ou milho, esse último como subproduto da atividade leiteira e comercialização. A relação e a fidelidade com a indústria é um processo altamente inconstante e permeado por cooperações e conflitos, sendo muito variável, dependendo do caso.

Nessa perspectiva, os atores rurais entendem que dada a necessidade da redução do consumo do tabaco e o incentivo a diversificação nas propriedades, os agricultores encarregam o Estado a trabalhar no sentido de promover mecanismos parecidos ou idênticos ao sistema de integração do tabaco. Observamos, ao cogitar sobre os projetos de diversificação do governo federal, que os produtores não repudiam a ideia, ao contrário, apóiam-na, mas salientam que é inviável uma unidade de produção basear-se unicamente pelas atividades propostas até então, caso uma possível substituição do tabaco, pela inexistência de uma estrutura de apoio, sendo assim, aparato muito distante do sistema do tabaco em que se encontram atualmente. Portanto, na ausência do Estado o sistema de integração do fumo tem suprido as necessidades dos agricultores se protegerem ou minimizarem os riscos, garantindo a compra e certo preço mínimo.

Na opinião dos agricultores, os programas e políticas para a produção de alimentos não são suficientes para garantir que a pequena propriedade consiga reproduzir a família, convergindo para um retorno gradual ao esforço abdicado nas atividades. Quando não é o alto custo de produção, é o preço baixo de comercialização e a falta de um preço mínimo que, ao menos, cubra os custos na atividade. Quando indicam usar outra tática que não envolva as normais estratégias de reprodução complementares são afetados pelas altas taxas de legalização e impostos, como salienta o chefe de família, Senhor Cleber: “Nós temos umas parreiras. Para legalizar a produção de vinho você tem que estar dentro dos padrões (...). Para vender um litro de vinho, vai pagar 40% de ICM. Se vender um litro de vinho por R\$ 10,00 ninguém vai querer comprar. Desses tenho que dar R\$ 4,00 para o governo. Não tem como suportar isso. Então a cada R\$ 100,00 eu pago R\$ 40,00”.

Os agricultores familiares, segundo Prieb (2005), anseiam pelo aumento de renda familiar e procuram estratégias para sua reprodução. No entanto, sua manutenção depende de seu aproveitamento das possibilidades do mercado, e de sua rápida orientação para as atividades maiores geradoras de renda. Entretanto, isso pode ser uma relevante carência no rural, pois os incentivos estatais para o desenvolvimento de atividades no meio rural, além de escassos, apenas privilegiam atividades agrícolas que sempre se esforçou para desenvolver a produção e a produtividade, deixando de lado as



novas oportunidades de rendas criadas, oriundas do próprio estágio de desenvolvimento capitalista alcançando também nas zonas rurais, poderiam assegurar novas perspectivas no meio rural. As determinantes econômicas mais gerais, podem incidir positivamente (períodos de grande demanda por fumo), e negativamente (queda da demanda) sobre a agricultura familiar. A permanência de produtores familiares depende do alcance de políticas públicas, sendo que essas não estão sujeitas a boa vontade dos governantes, mas do poder de barganha que reflete essencialmente a capacidade organizativa das famílias de interlocução junto ao poder público.

Existe o desejo de cessar com a produção de fumo, no entanto, a racionalidade econômica prevalece no sentido de reproduzir-se no curto prazo. A motivação em sustentar-se economicamente de outra atividade menos danosa a saúde fica dependente da impossibilidade que o atrelamento ao mercado sugere ao agricultor. Nessa concepção, existe uma dependência da cultura do fumo pela alta rentabilidade, e em menor expressão, pela conduta das agroindústrias. Talvez, o grau de dependência ao tabaco possa reduzir substancialmente quando existirem alternativas viáveis e em curto prazo que, ao menos, garantam uma rentabilidade similar ao tabaco. Parece-nos, evidente, que o fator mais relevante para a mudança de estratégia de reprodução principal é a renda bruta que a cultura/atividade proporciona a unidade de produção. O depoimento do agricultor Walter, há repulsa à outras atividades evidenciando uma possível decisão limitada: “Mas vai fazer o que? Vai produzir porco a preço de custo, não sobra nada. Se você produzir um porco de 6 meses vai te sobrar R\$ 10,00 ou R\$ 20,00. Ou você cria muito porco ou não cria. Não adianta! Com quatro hectares de milho não sobra nada. Em comparação ao fumo, não tem nem como comparar”.

A atividade familiar é gerida pela produção agrícola voltada para o mercado, mas os alimentos para o autoconsumo são produzidos em grande parte das propriedades. A diferença básica que abrange a chamada diversificação da atividade na propriedade, envolvem dois tipos: a) diversificação para o autoconsumo; b) diversificação para a comercialização. A primeira aparece em unidades agrícolas com áreas menores, inclinadas e com significativas restrições necessitando uma produção mais intensiva, portanto, sustentam as estratégias de reprodução básicas. A segunda envolve propriedades com maior área, possivelmente, com acesso a mecanização. Desse modo, quando se fala em diversificação é necessário analisar por qual viés está sendo abordado.



Nos versículos dessa pesquisa procuramos desvendar a opinião dos agricultores sobre a especialização na atividade fumageira, pelo pressuposto de ser uma atividade estritamente comercial que ocupa em grande parte da mão de obra familiar, deixando, possivelmente, evidências sobre uma menor diversificação de produtos alimentícios. Tal hipótese é descartada por Etges (1991) que afirma não existir monocultura do fumo, mas que possuiu pequenas explorações produtoras e, ao mesmo tempo, existem outras unidades onde o fumo não é cultivado. Conforme Paulilo (1990) a introdução da fumicultura numa propriedade não significa uma mudança de ramo, mas uma atividade a mais.

Geralmente, os produtores de fumo tipo Virgínia são estabelecidos comparações sobre sua especialização, traduzindo ideias de que não produzem alimentos para o consumo. Realizamos esse questionamento ao Senhor Harley, e obtemos a seguinte explicação:

Planta, a maioria planta. Alguns não plantam, mas não é tanto como aqueles que produzem Burley. Mas eles plantam milho. Quem tem mais terra planta até soja. Plantam milho até para vender. Depende da propriedade e da quantidade de terra. Nós que temos uma área pequena, nós não podemos fazer isso aí, mas no caso do meu irmão ele tem uma propriedade grande (tipo uns 30 hectares) então eles plantam para vender de tudo. Eles plantam três tipos de fumo: Comum, Burley e Virgínia. Plantam milho, feijão e soja, mandioca, batatinha. Uma lavoura assim de tudo. E ainda não contrata ninguém, só ele. É que eles têm quatro pessoas na família. E eles trabalham em conjunto, onde os vizinhos um ajuda o outro. Mas, às vezes, não dá certo esse negócio de um ajudar o outro porque dá a safra na mesma semana.

O cultivo do Burley por demandar menor mão de obra na colheita pode facilitar a produção de alimentos para o mercado como o feijão, por exemplo. Parece-nos que o determinante não é a mão de obra quando tratamos das culturas comerciais como a soja, trigo e milho, mas a quantidade de terra e o acesso a mecanização. A produção para o autoconsumo da família parece estar presente nas atividades dos agricultores. O Secretário da Agricultura de Arroio do Tigre proferiu a situação da seguinte forma: “Quem somente planta fumo e nenhum produto para comer estão passando por uma situação delicada porque precisa comprar tudo, mas aqui são poucos que fazem isso”. Ponderamos a mesma interrogação ao orientador técnico para sua avaliação (Quem planta fumo tipo Virgínia não planta alimentos?), sem cerimônia responde rapidamente:

A maioria planta, mas sempre tem aquele que não planta, mas é minoria. O que o pessoal está deixando de lado é o feijão, por causa do preço e compete a colheita dele com a do fumo no Natal e Ano Novo, geralmente. Nesse



momento é o pico de colheita de estufa, de Burley, é tudo nessa época. Então nessa época está complicado. E outra por causa da mão de obra estão parando. Você vai pagar 350 a 400 reais para arrancar um saco de feijão plantado. Daí não precisa explicar mais nada porque não se planta. Muitos não produzem produtos para vender, mas para o consumo próprio se produz tipo a galinha, o porco, mandioca, batata, batatinha. Essas coisas todo mundo produz. Para notar isso é só acompanhar nós para ver se você não consegue batata, mandioca, melancia. Qualquer casa que você pedir tem isso! Os agricultores até te fornecem de graça, porque eles têm de sobra.

A coerência no discurso dos analistas, dos técnicos e dos próprios agricultores demonstra que existe produção para o autoconsumo (estratégia de reprodução básica), talvez, dependendo das restrições não atingindo o mercado. Se levamos em consideração que a diversificação está atrelada as várias atividades dentro da propriedade, podemos afirmar que os agricultores do município não são especializados, mesmo tendo como orientação o cultivo do tabaco. Por outro lado, se nosso ponto de análise é o ingresso de renda na propriedade, grosso modo, o fumo torna-se a atividade preponderante sendo responsável pelo maior percentual do capital. As estratégias complementares fortalecem a estratégia principal, mas nem de perto chegam a substituí-la. No depoimento antagônico do Senhor Robinson, agricultor, notamos uma expressiva tentativa de se definir:

Sei lá, acho que somos mais especializados no fumo, mas do milho a gente precisa na propriedade, sem milho não dá, porque o nosso milho a maioria é plantado na terra de fumo. Plantam toda a terra de fumo com milho, temos que aproveitar o adubo. Nós plantamos para comer além do feijão, mandioca, batata, amendoim, batatinha. Essas coisas de horta nós plantamos tudo, tomate, cebola, alface, repolho, e assim vai. A carne e a banha o cara faz. Eu acho que Arroio do Tigre é o que mais produz de tudo.

Percebemos que acreditam ser especializados no tabaco por conhecer as técnicas e fortalecer-se financeiramente desta atividade. No entanto, apresentam produtos característicos de uma agricultura de autoconsumo com a presença de produção oriunda para o consumo interno. Nesse sentido, interpretamos que, talvez, o fumo possa ser uma estratégia fundamental estando atrelada a consolidação de outras estratégias para permanecer no rural. Continuando a conversa, identificamos que a família tem rendas não-agrícolas quando o chefe da família, em períodos de baixo pico de mão de obra na propriedade, trabalha de assistente de pedreiro em obras no município e a esposa, às vezes, trabalha em uma empresa fumageira durante o período de comercialização. Não obstante, as estratégias de reprodução não estão vinculadas, somente, a questão



produtiva, o que alerta para uma necessidade de buscar meios para incrementar a renda na unidade de produção. O depoimento do Senhor Edson sobre suas atividades alerta:

Sou um produtor de tudo, planto feijão, milho, soja, gado, porco, mas a principal renda seria o fumo. As outras atividades é um quebra-galho. Se o fumo dá uma zebra como ano passado, entra a soja, entra o gado para tapar os custos. Mas o negócio é o clima, esse ano o fumo está bom, só se dá um contratempo para não poder colher, mas se tu ver eu não colhi nem 30% e já terminei 350 varas, seu eu tivesse varas, daria mais de 2.000 varas só para desbaixerar. Então não tem como dar errado, só uma tempestade mesmo para dar prejuízo esse ano.

A quantidade de terra disponível da propriedade proporciona que a diversificação para o mercado seja em maior ou menor grau. A concepção do agricultor mostra que a estratégia de reprodução principal é o tabaco, usando a expressão “quebra-galho” para evidenciar as atividades de reprodução complementares que fornecem segurança na eminência de uma safra frustrada. O fator segurança aparece novamente na produção do tabaco, emergindo risco na atividade, apenas se o clima tiver um desvio de comportamento normal. O discurso do Senhor Willian, agricultor em Linha Taquaral, região onde o fumo Virginia prevalece é muito similar: “Nós plantamos coisa de comer como a batatinha, feijão, batata, mandioca, milho. Mas a atividade de renda é o fumo”. O plantio “pro gasto” sustenta a unidade de produção, não necessitando adquiri-los fora da propriedade. Esses produtos, geralmente, não são valorizados pelos agricultores por não significarem ingressos financeiros à propriedade, mas sabem da sua importância na composição alimentar da família. Completando a argumentação Senhor Willian apresenta sua realidade:

Tenho 9 hectares, onde planto 4 hectares de fumo. E planto uns cantos, onde tenho o feijão, a mandioca e outros só para o consumo da família. Além do fumo eu vendo o milho, esse eu planto na resteva do fumo. O milho é colhido tudo a mão, nossas lavouras não dá para colocar máquina. Ano passado colhemos 300 sacos de milho.

O fator mão de obra condiciona, além da quantidade e diversidade de produtos, a escolha de qual tipo de fumo que a família irá cultivar. A escolha do fumo tipo Virgínia, além de necessitar um investimento superior em ativo imobilizado vai necessitar de maior demanda de mão de obra, como salienta Senhor Walter:

Precisa mais mão de obra, precisa quatro pessoas, assim com duas você faz a lavoura e o fumo de estufa precisa ter quatro pessoas para encher um forno e daí não é fácil e depois cuidar o forno a noite toda, colocando lenha. Então é



muito prejudicial a saúde. O Burley você colhe uma carroçada e coloca no galpão e vai dormir e o forno [de estufa] tem que cuidar a noite toda para fazer artigo [qualidade]. Ele é mais rentável, mas aí já tem que ter pessoal.

O depoimento do agricultor apresenta as desvantagens de ingressar na produção de Virgínia atentando para a mão de obra disponível e o trabalho na madrugada inserindo lenha nos fornos. Em outro quadrante, o cultivo desse tabaco proporciona, às vezes, um retorno financeiro mais significativo. A transição de várias famílias para o fumo tipo Virgínia no município não levou em consideração tais fatores, mas os rumores de que o fumo tipo Burley seria restringido pela tentativa de coibir os aromatizantes e açucares do cigarro. As estratégias de adaptação, nessa realidade, orientam-se por uma lógica que indica uma *estratégia de reprodução restrita*, pela alternância de tipo de tabaco continuando na atividade. A resistência nesse sistema de produção, sem dúvida é pela sua alta renda bruta por hectare. A preservação de uma atividade desse gênero evoca para uma simplificação e um descrédito das alternativas para diminuir a dependência da renda do fumo. Arguido sobre os programas de diversificação geridos pelo governo federal, Senhor Harley, responde de forma frustrada:

Não dá certo. Tu não têm rentabilidade. Por exemplo, hoje eu vou plantar repolho. Vou plantar 30 mil pés de repolho. Tá, vou vender a um real o pé, vai dar 30 mil reais. Ah então deu dinheiro! Ano que vem o meu vizinho vai plantar mais 30 mil pés de repolho. Daí outro ano mais um vizinho. E assim dois, três vizinhos já vão plantar. Por fim, ninguém vai mais querer repolho. Você não consegue vender. Daí só vai valer 0,20 ou 0,30 centavos. Que lucro tu vai ter?

As estratégias que envolvem a produção de alimentos parecem, rapidamente, saturar o mercado implicando diretamente no preço pago pelo produto. O exemplo do repolho é um caso típico e volátil, parecido com o cultivo do feijão em que anos agricultores recebem R\$ 150,00 a saca de 60 kg e, em outros anos posteriores, com um custo de produção mais elevado não atinge acima do patamar de R\$ 70,00. Talvez, a consideração do Senhor Cléber se aproxime ao depoimento anterior: “Você vai fazer assim também, outro vai fazer igual e daí todo mundo quebra (...) mas não temos condições de absorver todos os agricultores de fumo para essas atividades. Não existe, não tem saída dessa forma. Se todos vão começar a produzir leite. Não adianta”.

A necessidade de garantia de preço fica evidente em quase todas as respostas que evidenciam uma solução de renda na área agrícola, como sustenta Senhor Clementino: “O dia que alguém vier e falar para os produtores assim: vocês podem



plantar tal coisa que nós vamos comprar tudo a tal preço, daí todo mundo vai plantar. Agora o dia que isso vai acontecer eu quero ver”. Com ar de frustração em relação a produção de alimentos no mercado, os agricultores sustentam uma insatisfação por ter apenas o fumo como única atividade que ainda se pode conseguir resultados expressivos necessitando de muito trabalho e atenção, como salienta Senhor Willian: “Agora se você plantar o fumo, colher e abandonar as terras. Daí o ano que vem você, somente, vai querer plantar denovo, pode parar que dá prejuízo. Então é uma cultura que tem que caprichar e ter dedicação”.

O desânimo, nas expressões dos agricultores, fica evidente quando comentam sobre as variações e instabilidades do mercado agrícola ou as leis restritivas ou punitivas na agricultura. O caso emergente da possível restrição do fumo tipo Burley, em um município com maior produção do gênero, implica em agricultores mais jovens, atitude de indignação e frustração com as atividades agrícolas que não remuneraram de acordo com o teor do seu trabalho.

Considerações finais

Por fim, gostaríamos de destacar, ainda, um fenômeno que observamos nos contatos com as famílias entrevistadas, o que denominamos de necessidade de reconhecimento e a esperança de que a agricultura poderá ainda lhes proporcionar um desenvolvimento equiparável a outras formas de renda, trazendo-lhes a oportunidade de adquirir bens e serviços que possam facilitar seu trabalho e proporcionarem condições de desenvolvimento e reprodução social.

Almejam ter condições de preparar os filhos para a sucessão, inclusive, proporcionando educação e um ensino superior para estarem aptos a, talvez, tornarem as propriedades mais lucrativas. Como todos, inclusive a sociedade urbana, os agricultores possuem ambições e necessidades a curto prazo, portanto, clamam por soluções rápidas e emergentes. Não estão aptos e pacientes a esperar um chamado desenvolvimento rural a longo prazo que, talvez, poderá não ser útil a sua ambição nessa jornada como agricultor que necessita previamente reproduzir-se na sociedade mediada pelas relações do capital. Talvez, a racionalidade do agricultor seja a mesma de qualquer indivíduo que labuta por dias melhores.



Referências Bibliográficas

ETGES, V. E. **Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo.** Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.

GARCIA FILHO, D. P. **Guia metodológico de diagnóstico de sistemas agrários.** Brasília, FAO/INCRA, 1999.

GODELIER, M. Antropologia Econômica. In: COPANS, J. et al. Antropologia, ciência das sociedades “primitivas”? Lisboa, Edições 70, 1971. (Orgs.) Godelier: antropologia. [tradução de Evaldo Sintoni et al]. São Paulo: Ática, 1981.

LUFT, C. P. **Dicionário.** Português, 2000.

PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos: O caso de Santa Catarina.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

PRIEB, R. I. P. **Pluriatividade na produção familiar fumageira.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

REDIN, E. **Entre o produzir e o reproduzir na agricultura familiar fumageira de Arroio do Tigre/RS.** (Dissertação de Mestrado). Santa Maria: PPGEExR/UFSM, 2011.

SCHNEIDER, S. O Desenvolvimento Agrícola e as Transformações da Estrutura Agrária nos Países Desenvolvidos: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, ABRA, Campinas, v. 24, n. 03, p.106-132, 1994.

SOUZA, R. P. Convenção-Quadro para Controle do Tabaco: reflexões sobre o futuro da fumicultura brasileira. **Anais...** In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre: UFRGS, 2009.



GT 05 – Diversidade produtivas e redes de cooperação

O impacto do PAA na diversificação produtiva da agricultura familiar

Autor André A. Michelato Ghizelini¹

¹Doutor/Professor Adjunto/Universidade Federal do Espírito Santo,
andremichelato@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar os dados, análises e resultados da pesquisa de doutoramento em sociologia, finalizada em 2010, no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, tendo como objeto de pesquisa o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a produção de atores sociais nos espaços locais. O objetivo da pesquisa foi compreender como o PAA interfere na condição de vida e na lógica produtiva dos agricultores familiares, na perspectiva de verificar em que medida o Programa: interfere na organização da produção; qualifica e amplia os mecanismos de comercialização; e se aproxima e articula o rural e o urbano.

Palavras-chaves: Políticas Públicas; Agricultura Familiar; Segurança Alimentar e Nutricional; Sociologia Rural; Programa de Aquisição de Alimentos.



O PAA e a Pesquisa

O Programa de Aquisição de Alimentos surge dentro do debate da política nacional de segurança alimentar para o Brasil, no período eleitoral da campanha de 2002, coordenado pelo Instituto da Cidadania, organização não governamental ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT), que será base para a elaboração do Programa Fome Zero.

Em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos é aprovado através da lei 10.696, de 02 de julho de 2003¹, entrando em funcionamento em novembro deste mesmo ano, sob

¹ BRASIL. Lei 10.696, de 02 de Julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2003/L10.696.htm>>. Acessado em: 11/06/ 2007.



a coordenação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional (MESA), que no ano de 2004 passou a ser de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS).

O PAA desde seu início tem como objetivo realizar a compra governamental de alimentos de agricultores familiares, garantindo a disponibilidade de alimentos para populações em situação de insegurança alimentar, ao mesmo tempo em que possibilita a garantia de renda para a agricultura familiar (agricultor familiar é quem é portador da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP). Para tanto, as compras são realizadas diretamente entre governos e agricultores familiares (no valor limite de R\$4.500,00² ano por agricultor/a), retirando deste processo atravessadores, possibilitando desta forma que os recursos financeiros cheguem diretamente para os agricultores.

Vale ressaltar que o Programa de Aquisição de Alimentos é um amplo Programa governamental que tem a perspectiva de promover ações de comercialização e abastecimento alimentar através de 06 modalidades de compra institucional, que seriam: 1) Compra Direta Local da Agricultura Familiar; 2) a Compra Direta da Agricultura Familiar; 3) a Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar; 4) o Contrato de Garantia de Compra; 5) o PAA – Leite; e 6) Formação de Estoque para Agricultura Familiar. No entanto, esta pesquisa teve como enfoque o PAA/Compra Direta Local da Agricultura Familiar, que tem como objetivo a compra dos alimentos e sua doação para instituições e famílias em situação de insegurança alimentar.

A pesquisa foi realizada no Estado do Paraná, em dois municípios, o município de Fernandes Pinheiro (5.932 habitantes)³ e no município de Turvo (13.811 habitantes)⁴, ambos localizados na região centro-sul do Estado, sendo que no primeiro município o responsável pela operacionalização do PAA era a Associação dos Grupos de

² O PAA inicia em 2003, adquirindo o valor limite de R\$2.500,00 ano por agricultor/a, no entanto este valor vem sendo corrigido, chegando em 2011 no valor de R\$4.500,00 ano por agricultor/a.

³ IPARDES. *Perfil dos Municípios*: perfil do município de Fernandes Pinheiro. Curitiba, 2012.

Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85150&btOk=ok>. Acessado em: 10/01/2012.

⁴ IPARDES. *Perfil dos Municípios*: perfil do município de Turvo. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85150&btOk=ok>. Acessado em: 10/01/2012.



Agricultura Ecológica São Francisco de Assis (ASSIS), com um total de 11 famílias de agricultores familiares, e no segundo município o responsável pelo PAA era a Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo (AGAECO), com um total de 34 famílias de agricultores familiares.

A atividade de campo da pesquisa foi realizada através de entrevistas estruturadas e semi estruturadas, em 100% das famílias de agricultores participantes do PAA nestes municípios. O roteiro de entrevista teve como objetivo investigar: 1) a caracterização da propriedade, da família, da renda e do trabalho; 2) a caracterização do PAA; 3) os instrumentos e processos de comercialização; 4) Projeto de vida e participação social e política. Vale ressaltar que os roteiros, para além da investigação do momento atual, ano de 2009, em que estava sendo aplicada a pesquisa, tinha como preocupação principal investigar como se deu o processo de inserção no PAA no ano de 2003 em comparação com a situação “atual” da participação no PAA, no ano de 2009, buscando desta forma, compreender além do impacto no Programa no momento presente, como também sua relação com “o antes” da participação no PAA.

Além das entrevistas com os agricultores, foram realizadas entrevistas com lideranças sociais e políticas, técnicos e representantes das instituições beneficiadas, técnicos das prefeituras municipais e representantes de organizações não governamentais de assessoria rural, com o objetivo de investigar e compreender o impacto do PAA nas relações de reconhecimento e participação social e política destes agricultores no município.

Os agricultores da amostra caracterizam-se por, do total das 45 famílias, 80% tem renda mensal de até 1 ½ mínimo, e os demais, 20% com renda mensal de 1 ½ até 3 salários mínimos. Sendo que 80% dos agricultores são proprietários da terra, e desse total, 69% tem até 10 hectares, 22% possuem de 11 a 20 hectares e 9% tem entre 20 a 50 hectares.

Nestes dois municípios, os agricultores operacionalizam o programa em função de que participam de uma associação de agricultores agroecológicos, assessorados por uma organização não governamental da região. Vale destacar que ambas as associações



iniciaram sua participação no PAA ainda no ano de 2004, primeiro ano de funcionamento do programa no Estado do Paraná, e continuaram sua participação, de forma ininterrupta, até o desenvolvimento desta pesquisa, no ano de 2009.

O PAA e a diversificação produtiva

Como apresentado no início do artigo, dentre os objetivos desta pesquisa, um deles foi investigar em que medida o PAA influenciaria na organização da produção dos agricultores familiares, a partir do momento em que passaram a produzir para o Programa. Assim, a partir dos dados coletados, pode-se verificar algumas mudanças na forma como os agricultores participantes do PAA organizam a produção, como apresentado na tabela abaixo.

TABELA 01 - PRODUÇÃO DESTINADA PARA A COMERCIALIZAÇÃO PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DA AMOSTRA, REFERENTE AO PERÍODO ANTERIOR AO PAA, 2003, E NO ANO DE 2008

PRODUTOS	ANTES DO PAA - 2003		DURANTE O PAA - 2008	
	Nº Agricultores	% de Agricultores	Nº Agricultores	% de Agricultores
Amendoim	02	04	27	60
Arroz	05	11	07	16
Batata doce	01	02	37	82
Bicho da Seda	03	07	00	00
Carvão	02	04	01	02
Derivados de Leite	00	00	06	13
Erva Mate	10	22	16	36
Feijão	30	67	21	47
Frutas	00	00	25	56
Fubá	00	00	01	02
Fumo	02	04	01	02
Geléias e Doces	00	00	06	13
Hortaliças	02	04	44	98
Legumes	01	02	30	67
Leite	05	11	17	38
Mandioca	02	04	37	82
Mel	01	02	05	11
Milho Seco	23	51	00	00
Milho Verde	00	00	27	60



Ovos	01	02	30	67
Panifícios	02	04	17	38
Pequenos Animais	07	16	02	04
Pinhão	02	04	26	58
Soja	07	16	03	07
Sucos	00	00	05	11
Não Comercializava	09	20	00	00

Fonte: O autor (2008)

Como pode ser observado na tabela acima, a partir do PAA, produtos que anteriormente não eram comercializados ou eram comercializados com uma baixa representatividade, passaram a fazer parte da pauta de produtos “comercializáveis” pela grande maioria dos agricultores da amostra. Produtos como hortaliças, legumes, mandioca, pinhão, milho verde, ovos e batata doce passaram a ser produzidos pelos agricultores com foco na comercialização, numa dimensão significativamente superior à realidade anterior ao PAA. O que chama atenção é o fato de que alguns dos produtos, como é o caso do pinhão, que passou de 4% dos agricultores comercializando antes do PAA, para 58% em 2009. Ou então, no caso das hortaliças, que passaram de 4% para 98%, considerando que aqui há uma significativa diversidade de espécies incluídas, o que amplia em muito o número de produtos produzidos para a comercialização.

A produção de ovos, mandioca e amendoim chama atenção pelo fato de que saltaram de praticamente 0% de agricultores produzindo para a comercialização para aproximadamente 60%, produtos estes que nesta região faz parte da cultura alimentar das famílias de agricultores.

Outro produto a ser destacado é o milho verde, que em função de agregar, significativamente, maior valor em comparação ao milho “maduro” ou “seco”, pois é comercializado por espiga, e não por saca, passou de 0% para 60% dos agricultores produzindo para a comercialização e, em contrapartida, o milho “seco” ou “maduro” passou de 51% antes do PAA, para 0%.

Produtos como o fumo, o bicho da seda, a soja e o carvão, tiveram uma redução significativa ou sua exclusão da produção realizada por estes agricultores, como apresentado na tabela 01, pois mesmo havendo a possibilidade de comercializá-los através de outros mecanismos existentes na região, reduziram sua produção ou importância no processo de comercialização das famílias em função de outras culturas



comercializadas passam a ser mais rentáveis economicamente, assim como possibilitam maior autonomia para os agricultores, pois passam a ser negociados diretamente com os consumidores, assim como há previsão e planejamento do que será comercializado em um determinado período.

Desta forma, os agricultores deixam de investir na produção de produtos que estão ligados diretamente aos mecanismos de integração agroindustrial, como é o caso do fumo, soja, bicho da seda, etc, quando existe a possibilidade de produzir e comercializar produtos de forma mais direta, com controle de qualidade mais próximos entre produtor e consumidor, planejamento e preços previamente combinados. No entanto, esta “não comercialização” destes produtos só pode ser identificada, a princípio, em função da existência de outros mecanismos de comercialização, como o PAA.

Vale ressaltar que culturas, ditas “modernas”, são difundidas e divulgadas, por empresas, agroindústrias e órgãos governamentais de extensão rural, como sendo altamente rentáveis e viáveis para a agricultura familiar, e contrariamente, a produção de hortaliças, frutas, legumes, panificios, entre outros, são considerados produtos não sustentáveis ou mesmo sem possibilidade de comércio em municípios de pequeno porte, como é o caso dos municípios pesquisados.

Esta reorganização da produção, diferentemente do que havia sido fomentado pela agricultura moderna, restabelece relações de produção que de certo modo “resgata” a dinâmica produtiva camponesa, ou seja, observa-se uma certa recampesinização, pois faz com que os agricultores abandonem ou não necessitem produzir culturas e variedades que não fazem parte da pauta alimentar ou mesmo da sua cultura produtiva, que para além de reorganizar a produção a partir do modelo modernizador de agricultura, faz com que os agricultores passem a depender de lógicas econômicas e produtivas externas as relações locais, regionais, territoriais.

A reprodução social da agricultura familiar camponesa está direta e proporcionalmente vinculada às necessidades de consumo da família. Atendida esta necessidade os agricultores passam a comercializar sua produção com certa autonomia econômica e social. No entanto, no caso da produção de fumo, bicho da seda, soja, ou mesmo do



trabalho externo, em função do alto investimento, seja de mão de obra, de terra ou de capital financeiro, os agricultores diminuem a capacidade de produzir alimentos, mesmo que seja para o consumo.

Assim, o PAA, mais do que um mecanismo de comercialização, traz consigo a possibilidade de promover e fortalecer processos organizativos e produtivos que permitem garantir o fortalecimento da condição camponesa, mas não como uma forma de retorno, de reconstrução ao passado, mas como um processo de reestruturação.

Assim, ao analisar o impacto do PAA no conjunto dos agricultores da amostra, identifica-se que a produção de alimentos é aumentada na medida em que passa a ser considerada a principal fonte de renda das famílias, invertendo a relação estabelecida pelos agricultores com a agricultura moderna e, conseqüentemente, para sua condição enquanto agricultor. Ou seja, a partir do PAA, os agricultores passam a imprimir menos intensidade - de tempo, mão de obra, capital, terra - para a produção de uma agricultura para o mercado agroindustrial, e passam a investir mais em uma agricultura produtora de alimentos, ampliando a autonomia no que se refere à segurança alimentar da família e, também aumentando a renda familiar a partir da produção e comercialização de alimentos – o que será demonstrado mais a frente.

Como pode ser observado na tabela 2, 39% dos agricultores entrevistados afirmam que a principal fonte de renda da família advém da produção de hortaliças e legumes. Outros 18% afirmam que é o leite e 12% que é o feijão o responsável pela principal fonte da renda da família.

TABELA 2 - PRODUTOS QUE OS AGRICULTORES AVALIAM COMO RESPONSÁVEL PELA PRINCIPAL RENDA DA FAMÍLIA

PRODUTOS	NÚMERO DE AGRICULTORES	% DE AGRICULTORES
Batata doce	01	02
Cana de Açúcar	01	02
Carvão	01	02
Erva mate	02	04



Feijão	05	12
Frutas	02	04
Fumo	01	02
Hortaliças e Legumes	17	39
Leite	08	18
Mandioca	04	09
Mel	01	02
Milho	01	02
Soja	01	02
TOTAL	45	100

Fonte: O autor (2008)

Já os produtos considerados de alta rentabilidade pelo “senso comum”, ou divulgados pelo sistema moderno de agricultura como vantajosos, como a soja, o fumo, o carvão, o bicho da seda, entre outros, são considerados como a principal fonte de renda da família por apenas 6% do total da amostra, após 5 anos participando do PAA.

Chamo atenção para o fato de que hortaliças, legumes, mandioca, frutas, são produtos que não possuem, tradicionalmente, mercado para a agricultura familiar nas localidades investigadas, em função, principalmente, da presença de atravessadores que trazem a produção da CEASA/Curitiba, assim como as exigências e preços praticados pelos supermercados. Estes produtos são vistos, historicamente, pelos agricultores, nas localidades pesquisadas, como não rentáveis, pois não fazem parte da lista de produtos considerados de “primeira linha”, como é o caso da soja, do milho, do fumo, da erva mate, entre outros. No entanto, com a presença do PAA, os agricultores passaram a estabelecer outro padrão do que é rentável e do que não é rentável.

Ploeg chama atenção para a necessidade de que haja a revisão da noção de campesinato produzidas nos séculos XIX e XX, pois não há como imaginar um agricultor camponês isolado e que é passivo diante do desenvolvimento capitalista. Segundo este autor, os camponeses devem estar integrados e agindo sobre o sistema e não apenas resistindo de forma estática. Não há como compreender a resistência como uma forma de reação, mas



deve ser entendida como uma forma de ação e produção⁵. Conclui afirmando que “a condição camponesa consiste em um conjunto de relações dialéticas entre o ambiente hostil em que os camponeses têm de agir e suas respostas ativamente construídas, as quais visam criar graus de autonomia para enfrentar as relações de dependência, as privações e a marginalização implícitas nesse ambiente⁶”.

Desta forma, é necessário a organização e o fortalecimento de novos circuitos de mercados, que por um lado contestam e demonstram certo enfrentamento com o mercado capitalista, mas também propõem formas alternativas de relações sociais, políticas e, principalmente, econômicas entre agricultores e população urbana. No entanto, estes novos circuitos devem estar atrelados a ideia de um agricultor que possui e articula sua condição cultural, social, ambiental e política com a racionalidade econômica e urbana.

Para tanto, o PAA tem demonstrado uma capacidade de possibilitar novos mecanismos de comercialização para os agricultores, no entanto, este novo passa por reconhecer e considerar não apenas a dimensão econômica, mas também a multidimensionalidade que faz parte da condição camponesa.

O PAA, a renda familiar e a diversificação dos mecanismos de comercialização

Durante as incursões de campo, agricultores salientam que no início do PAA, em 2004, não acreditavam que, tanto o Programa, como a produção de hortaliças e legumes, traria resultado para a renda familiar. No entanto, ao longo destes 05 anos de participação no Programa, foi possível verificar a consolidação da produção de alimentos para a comercialização local, que possibilitou que alguns produtos que eram produzidos apenas para o autoconsumo, passaram a ser produzidos para a comercialização.

⁵ NIERDELE, P. A. A Coreografia do campesinato na sociedade contemporânea. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*: CSOnline. Publicação Editora da UFJF. Juiz de Fora. V. 5. Ano 2. p. 319-325. Dezembro. 2008. Disponível em: <<http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/article/viewFile/407/380>>. Acessado em: 18/11/2009.

⁶ PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares*: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 285.



Seja em função do retorno financeiro, ou em função do reconhecimento político e social que o Programa tem viabilizado, a produção de alimentos para o PAA passou a ser reconhecida como a principal atividade econômica das famílias pesquisadas, como pode ser verificado na tabela 2, onde 39% dos agricultores reconhecem a produção de hortaliças e legumes como a principal renda da família.

Se considerarmos apenas os produtos que fazem parte da pauta alimentar e estão disponíveis nas propriedades destes agricultores, independentemente de haver comercialização ou não, evidencia-se que 86% dos agricultores avaliam que a principal fonte de renda familiar é proveniente das hortaliças, legumes, mel, feijão, batata doce, mandioca, leite e frutas. Os demais 14%, avaliam como principal fonte de renda, produtos como carvão, soja, milho seco, erva mate, fumo e cana de açúcar.

A valorização que os agricultores atribuem à produção de alimentos tem demonstrado um movimento contrário às condições estabelecidas pela agricultura moderna. No entanto, não estou afirmando que este processo se dê exclusivamente em função do PAA, porém, é a partir do Programa e das condições objetivas de sustentação financeira geradas por este que tais avaliações podem ser identificadas.

Esta posição se reafirma, quando identificamos que, segundo a tabela 1, 20% dos agricultores não comercializavam nenhum tipo de produto antes do PAA, ou seja, produziam apenas para a subsistência familiar, sendo que a partir do PAA, passaram a comercializar sua produção.

Ao estimular a produção de alimentos para o Programa, os agricultores salientam que, mais do que um mecanismo de comercialização, o PAA é uma forma de articular o que já é produzido para o autoconsumo com o que pode ser comercializado..

Quando questionados se o PAA estimulou ou não o aumento da produção, comparativamente, entre o primeiro ano de participação no Programa (2004), e o último ano (2008), 42% dos agricultores afirmam ter aumentado à produção destinada para o PAA; 15% afirmam ter permanecido com o mesmo número e quantidade de produtos; e



42% afirmam ter diminuído o número de produtos entregues ao Programa. O fato de ter ocorrido à diminuição é identificada pelos agricultores em função de que passaram a estabelecer “novas” relações de custo benefício ao longo dos anos.

Os agricultores que afirmam ter necessidade de diminuir o número de produtos, relatam que houve sim a necessidade de especializar-se, pois a relação entre custo de produção e valor monetário pago pelos produtos passou a estabelecer certos “padrões” de viabilidade. No entanto, esta especialização não significa que estes agricultores restringiram sua produção a um ou dois produtos, mas mantiveram certa diversidade, como pode constatar que durante o PAA de 2008, foram adquiridos no município de Fernandes Pinheiro uma média de 52 tipos de alimentos e no município de Turvo 58 tipos de alimentos, sendo que a “média” da produção por família de agricultores ficou em torno de 13 variedades.

Já o aumento da produção destinada ao Programa é avaliada pelos agricultores: 1) em função da exigência das entidades sociais em demandar maior diversidade; 2) em função da necessidade do aumento da renda familiar; ou 3) em decorrência da pouca diversidade de produtos para a comercialização no início do Programa, pois não produziam determinados tipos de produtos em quantidade suficiente e qualidade para que fossem comercializados. Os agricultores alegam que isto ocorreu em função de que não havia mercado para estes produtos antes do Programa, o que inviabilizava naquele momento (em 2004) a produção, pois não havia onde comercializar.

Vale ressaltar que antes do PAA, os mecanismos de comercialização mais acessados pelos agricultores eram: atravessadores (40%), cooperativas (36%), associação (16%) e empresas (11%). No entanto, as cooperativas, embora aparentemente sejam vistas como um mecanismo de comercialização que promova certa autonomia dos agricultores, é avaliada negativamente, pois caracterizam este mecanismo como pior ou igual aos atravessadores.

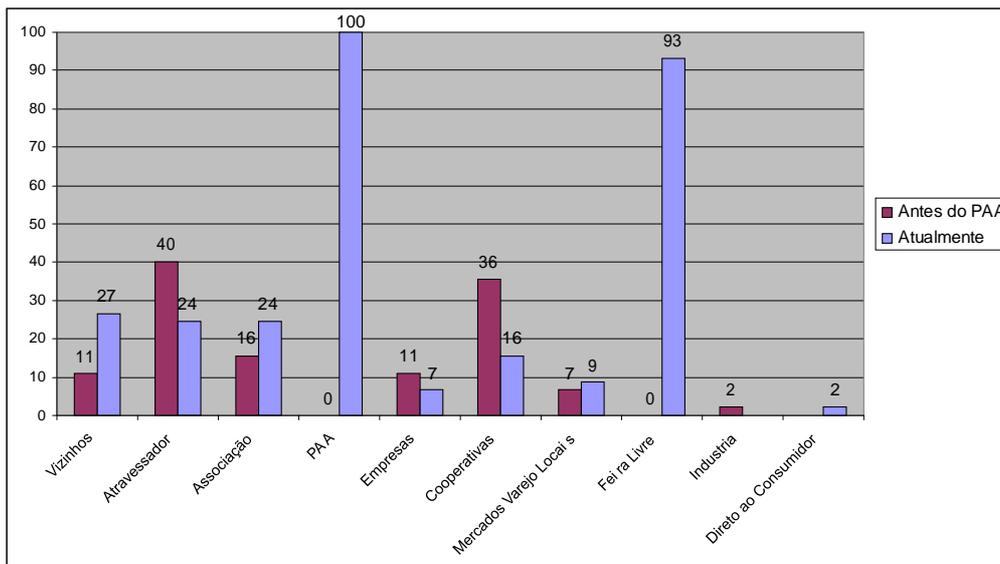


GRÁFICO 01 - PORCENTAGEM DE AGRICULTORES E OS LOCAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, ANTES DO PAA (2003) E NO ANO DE 2008. O autor (2008).

Observa-se que os agricultores acessavam o mercado através de instrumentos “tradicionais” de comercialização (cooperativa, atravessadores, empresas etc.), que lhes permitiam pouca ou quase nenhuma autonomia, seja referente aos produtos produzidos ou aos preços praticados. Nesta lógica, passam a ser reféns da demanda estabelecida pelo mercado, à exceção do comércio realizado com os vizinhos, pois os preços são estabelecidos de comum acordo entre quem vende e quem compra.

A partir do PAA, os mecanismos que os agricultores avaliam negativamente, foram perdendo espaço para o Programa. Segundo relatos dos agricultores, o PAA contribuiu para o fortalecimento e a reestruturação da lógica produtiva segundo sua história e cultura, pois potencializa a produção de alimentos e aproxima os agricultores do espaço local.

Os atravessadores, empresas, indústrias e cooperativas “impõem” mudanças na lógica de produção das famílias, reduzindo-os a função de operadores do sistema produtivo, pois estes se veem “obrigados” a produzir tipos de produtos que não fazem parte da pauta de produtos tradicionalmente produzidos pelos agricultores familiares, como é o caso do fumo, soja, carvão, bicho da seda, assim como o milho e o feijão em grande



escala. Da mesma forma, estabelecem relações sociais, econômicas e políticas que estimulam a desintegração das formas organizativas dos agricultores nos seus espaços de trabalho e convivência, pois passam a ser integrados a uma lógica individual e, essencialmente, monetária com estas organizações.

Vale ressaltar que a participação no PAA permitiu que os agricultores passassem a estabelecer e construir mecanismos de comercialização como as feiras livres, que possibilitam significativa autonomia, se comparado com os demais instrumentos utilizados pelos agricultores. Esta busca por mais autonomia, só foi possível em função de que o PAA permitiu aos agricultores renda estável e garantida por períodos previamente contratados, como também, estabelecer relações com consumidores dos espaços urbanos, possibilitando construir redes de confiança e reconhecimento.

Segundo Brandenburg⁷, ao avaliar a noção de autonomia dos agricultores da região centro sul do Estado do Paraná, afirma que esta “refere-se ao que nem tudo é determinado exteriormente, mas que existe um controle interno, sobre a produção, sobre a organização do trabalho, sobre os processos de decisão. (...) O grau de autonomia parece estar determinado pelo seu projeto de vida...”. Assim, segundo os dados apresentados, o PAA tem conseguido estabelecer a autonomia para os agricultores familiares, pois valoriza e fortalece as relações de produção e organização do trabalho fundadas a partir das relações da família, de comunidade e da organização coletiva, assim como valoriza os conhecimentos e saberes dos agricultores e as estratégias de produção e consumo já atreladas ao modo de vida camponês.

Considerações Finais

Como pôde ser verificado, os agricultores, a partir da participação no PAA, alteraram de forma significativa as formas de produção e de comercialização, sendo que, no ano de 2008, ou seja, após quatro anos de participação no Programa, os agricultores

⁷ BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. UFPR, 1999. p. 129.



apresentavam uma realidade de produção e comercialização fundada a partir da produção de alimentos, que em sua maioria são alimentos perecíveis, e que muitos eram considerados como sendo formas de produção que não eram possíveis de serem comercializados. Desta forma, a lógica produtiva passou a incorporar uma dinâmica que tem como foco a diversificação, o resgate e o fortalecimento da produção de alimentos, que muitas vezes fazem parte da alimentação dos agricultores, mas que não estavam sendo comercializados.

O PAA também possibilitou que parte dos agricultores iniciassem processos de comercialização, pois, antes do Programa, 20% da amostra não comercializavam nenhum produto e, a partir da participação no PAA, este índice passou a 0% (zero). Esta participação em processos de comercialização, como o PAA, mais do que uma mera integração ao mercado, segundo os agricultores, permite que o que já é produzido para o consumo familiar seja ampliado e comercializado.

O PAA não estimulou os agricultores a reverem sua lógica de trabalho familiar e, muito menos, a lógica produtiva, mas fortaleceu e reforçou as formas de produção e trabalho que já fazem parte da cultura e identidade da pequena agricultura.

Através dos dados e depoimentos apresentados, é possível verificar que o PAA oportunizou a significativa reorganização das formas de produção e comercialização com vistas a uma maior diversificação, respeitando a dinâmica produtiva camponesa. No entanto, estas estão articuladas da forma como os agricultores estão organizados coletivamente e, também, como se reconhecem e são reconhecidos enquanto atores sociais, políticos e econômicos nos espaços locais.

Bibliografia

BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

BRASIL. Lei 10.696, de 02 de Julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências.



Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2003/L10.696.htm>>.
Acessado em: 11/06/ 2007.

IPARDES. *Perfil dos Municípios*: perfil do município de Turvo. Curitiba, 2009.
Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85150&btOk=ok>. Acessado em: 10/02/2009.

_____. *Perfil dos Municípios*: perfil do município de Fernandes Pinheiro. Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85150&btOk=ok>. Acessado em: 10/02/2009.

MICHELATO-GHIZELINI, André A. *Atores sociais, agricultura familiar camponesa e o espaço local*: uma análise a partir do programa de aquisição de alimentos. 2010. 267 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

NIERDELE, P. A. A Coreografia do campesinato na sociedade contemporânea. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*: CSOnline. Publicação Editora da UFJF. Juiz de Fora. V. 5. Ano 2. p. 319-325. Dezembro. 2008. Disponível em: <<http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/article/viewFile/407/380>>. Acessado em: 18/11/2009.

PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares*: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 285.



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

O terreiro no PA Che Guevara: espaço da criação e da expressão de saberes*Priscila Tavares dos Santos¹¹Bióloga/Doutoranda/PPGA/UFF, pris_tavares2000@yahoo.com.br**Resumo**

Na contramão de estudos transversais sobre a temática da produção de saber e do despreparo técnico dos assentados para tornar o lote de terra produtivo, neste texto invisto no reconhecimento de que agricultores são dotados de saber específico e que, mesmo frente às condições adversas de solo e recursos financeiros, cumprem um importante papel na recuperação de patrimônios fundiários. Para tanto, baseio-me em estudo de caso de produtores assentados no Projeto de Assentamento Che Guevara, que corresponde à transferência de área terra da Fazenda Marrecas, antes explorada para o cultivo da cana de açúcar da Usina Baixa Grande, extinta em 1999. Reconhecendo que esses agentes investem na criação de alternativas para superar constrangimentos e limitações a que, recorrentemente, estão submetidos, volto-me à compreensão do modo como os assentados constroem alternativas diversas para se manterem no lote, principalmente a partir do investimento na diversificação dos sistemas produtivos. Cabe ressaltar que as condições adversas nas quais esses assentados operam, dotam-nos de conhecimentos para gerir, sob risco de inviabilidade, os projetos de manutenção do lote e de sobrevivência de seu grupo familiar. Os fatores fundamentais, no caso deste assentamento, para entender as condições de possibilidade de constituição na posição de assentado, fazem-se impor pelo estudo dos limites existentes para o uso dos fatores de produção. Em situação de entrevista, os assentados insistem em valorizar o lote pelo aspecto produtivo, embora sabendo que em poucas situações poderá contar com o rendimento agrícola como única fonte para atender às necessidades materiais e sociais da reprodução familiar. As alternativas da produção agrícola possíveis aos produtores em questão compreendiam uma gama limitada de sistemas produtivos, mas ainda variável segundo o tempo de permanência do produtor no lote. Todavia, com maior ou menor extensão, em diversos lotes foram encontrados cultivos de produtos, tanto para consumo próprio quanto para circulação no mercado. Como observado, os sistemas produtivos privilegiados por esses produtores podem ser entendidos como respostas coletivas às condições socioeconômicas e ambientais nas quais se instalaram. Trazem à tona desafios generalizados, mas também decorrentes de outras formas de concorrência em jogo nesse contexto, inclusive entre os próprios assentados.

Palavras-chave: Saber prático. Assentamento rural. Agricultura

* Texto elaborado a partir de dados obtidos durante realização trabalho de campo etnográfico nos meses de fevereiro e agosto de 2010 com fins de elaboração de dissertação apresentada ao PPGA-UFF em 2011. Para chegar até o assentamento contei com a ajuda fundamental da professora e orientadora Delma Pessanha Neves a qual, tendo em criança vivido na região e atuando como pesquisadora é também reconhecida por seus inúmeros trabalhos de pesquisa desenvolvidos na região de Campos dos Goytacazes. Além disso, é coordenadora da linha de pesquisa Mudança e Reprodução Social no Campesinato a qual o projeto de pesquisa por mim desenvolvido se vincula, bem como é mentora de muitas idéias que apresento no trabalho de dissertação e neste texto que segue. Para levantamento dos dados, contei também com a colaboração e mediação de Rodrigo Pennutti da Cruz que, desde agosto de 2009, vinha realizando pesquisa com vista à elaboração de monografia de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais. A realização da pesquisa contou com apoio financeiro (bolsa) do CNPq.



Introdução

O assentamento Che Guevara corresponde à transferência de área de terra da Fazenda Marrecas, antes explorada para o cultivo da cana de açúcar da Usina Baixa Grande, extinta em 1999. Construídos no mesmo processo de insolvência de usinas e de alguns produtores de cana, integra-se um conjunto de outros tantos assentamentos rurais. É um dos resultados de processos de redistribuição territorial desencadeado pelos trabalhadores aglutinados em sindicatos (Fetag-RJ) e porta-vozes de movimentos sociais (MST), após a dissolução da usina.

No começo da década de 1930, o estado do Rio de Janeiro concentrava cerca de 30 usinas canavieiras, sendo que dessas, 21 concentravam-se no município de Campos, o que compunha a chamada Região Açucareira de Campos. Esses dados foram revelados por Neves (1997) que, ainda na década de 1950, foram reduzidos para 28 usinas no estado (16 na região açucareira, correspondendo ao espaço físico de predomínio da produção da cana na região Norte do Estado do Rio de Janeiro. Na década de 1980, o número de usinas na região canavieira do estado do Rio de Janeiro caiu para 17. Na década seguinte, passou para 9 e no momento de realização da pesquisa, apenas 2 usinas continuavam processando a cana de açúcar em Campos, conforme dados disponibilizados pelo Sindicato dos Usineiros de Campos, pela Associação dos Plantadores de Cana e por Neves (1997).

No município de Campos¹, na década de 1980, principalmente no distrito de Santo Amaro, a presença da usina de mesmo nome contribuiu para a formação de novos povoados e também para a expansão de um complexo residencial nos arredores das unidades agroindustriais. No município citado, em relação aos demais projetos de assentamento rural no Estado, o projeto Novo Horizonte² era o que abarcava maior área de terra voltada à incorporação de trabalhadores da agroindústria canavieira. (Neves, 1997: 14)

Quando do funcionamento da usina Baixa Grande, a Fazenda Marrecas abrigava canaviais nos quais operavam aproximadamente 150 trabalhadores nas atividades

¹ O município de Campos dos Goytacazes possui 14 distritos: Campos dos Goytacazes, Dorés de Macabu, Ibitioca, Morangaba, Morro do Coco, Mussurepe, Santa Maria, Santo Amaro de Campos, Santo Eduardo, São Sebastião de Campos, Serrinha, Tocos, Travessão de Campos e Vila Nova de Campos.

² O Projeto de Assentamento Novo Horizonte, com área de 4.335 hectares, assentou 400 famílias de ex-trabalhadores rurais, sob responsabilidade do Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário – Mirad, num total de 1.937 famílias assentadas no Estado. (Neves, 1997)



sucoalcooleiras. Essa fazenda incorporava 74 famílias e pertencia à Companhia Agrícola Baixa Grande, proprietária da então Usina Santo Amaro. Foi desapropriada, em 04/10/1999, por leilão com recursos advindos do Banco do Brasil.

O processo de desapropriação da Fazenda Marrecas teve início ainda em 1997 e se estendeu até 2007, quando, devido aos problemas de insolvência que afetaram a produção agroindustrial no complexo Baixa Grande, o Incra constatou que aquelas terras deixaram de realizar sua função social. Neves (1997), em estudo sobre o processo de mudança da posição social dos trabalhadores da usina em pequenos produtores agrícolas, demonstra que o processo de desapropriação de terra da usina como resposta aos objetivos da PNRA, na medida em que se configura como resposta particular aos questionamentos levantados, coloca novos problemas para os agentes em questão. Após um ano do início da desapropriação, líderes do MST organizaram acampamento em torno das terras da fazenda, permanecendo nelas até que as ações se concretizassem e fosse realizado o sorteio para ocupação da terra. O acampamento foi instalado na fazenda Ilha Grande em 04 de janeiro de 1998 e, pelo projeto, puderam ser assentadas 74 famílias em lotes que variavam em torno de 9,208 a 18,703 hectares. Até que o Incra completasse o processo de divisão dos lotes, os líderes do MST estabeleceram uma divisão que provisoriamente definia 10ha para que as famílias acampadas pudessem dar início às atividades de produção agrícola voltadas ao sustento de seus membros. (Peixoto, 2001)

As famílias beneficiadas pelo projeto são, em grande parte, provenientes de espaços externos à fazenda, tendo em vista que a construção do acampamento em torno do terreno da antiga fazenda foi uma iniciativa desprezada por muitos dos ex-trabalhadores. Os assentados rurais no PA Che Guevara, de acordo com dados obtidos em situação de entrevista, são oriundos dos estados da Bahia, Espírito Santo, bem como de municípios circunvizinhos ao de Campos dos Goytacazes, como São João da Barra e principalmente São Fidélis. Anteriormente, muitos deles se dedicavam não somente à realização de atividades agrícolas, mas também a outras tantas, relacionadas a setores produtivos como, por exemplo, construção civil, marcenaria, mecânica e costura.

As condições ambientais que se apresentam no assentamento Che Guevara são, do ponto de vista dos agricultores assentados, consideradas inadequadas para o pleno desenvolvimento de sistemas produtivos e outras práticas produtivas que lhes permitam a manutenção e reprodução social do grupo. Dentre esses fatores caracterizados como



adversos, a degradação é aspecto ressaltado praticamente em unanidade pelos assentados. Seja este manifestado a partir do solo, da água ou dos recursos florestais, os assentados vêm-se diariamente em situação de *luta com a natureza* local, enfrentando períodos de seca ou de chuvas abundantes.

Tendo em vista as condições acima descritas que os assentados no PA Che Guevara receberam por transferência, pode-se chegar a compreensão de alguns dos fatores do espaço natural que influenciam seus comportamentos, contudo cabe destacar que não são por eles determinados. (Mauss, 2003)

A criação de galinhas como expressão de saberes

A despeito dos constrangimentos de diversas ordens que limitam a objetivação de projetos individuais e coletivos no assentamento Che Guevara, as formas de gestão apresentadas pelos agentes para superação de limites são muito diversas. Contudo, enquanto alguns produtores conseguem alcançar mais estabilidade para o projeto produtivo, outros gerem a minoração das dificuldades e de reprodução negativa, perdendo poupanças e se endividando, por isso secundarizando a objetivação da unidade de trabalho familiar.

Em situação de entrevista, as categorias reveladas a partir do discurso dos assentados e suas práticas cotidianas de *lida com a terra* são reveladores das diferentes alternativas de gestão de recursos limitantes, bem como das associações entre sistemas produtivos e criações de animais. A partir dessas categorias podemos compreender as diferentes representações de mundo que esses assentados compartilham, na medida em que essas categorias classificatórias são elaboradas a partir dos recursos que têm disponíveis no espaço do assentamento. (Lévi-Strauss, 1970) Essas alternativas encontradas pelos agentes em foco para fazer frente às condições adversas que por ora se apresentavam, permitem a colocação em prática de um *corpus* de conhecimento prático para gestão dos recursos produtivos.

Considero que este *corpus* de conhecimento não compõe um quadro homogêneo na medida em que revela diferentes formas e manifesta-se segundo as condições particulares em cada um dos lotes. Nestes termos, a experiência dos assentados em seus *terreiros* pode ser entendido a partir dos seguintes fatores: composição da família e o ciclo de vida, itinerários de experiências de trabalho acumuladas, recursos poupados e agregados, tanto naturais quanto financeiros e sociais. Sendo assim, o espaço do *terreiro*



e as práticas que nele se desenvolvem revelam categorias que compõem a ossatura da inteligência dos assentados rurais. (Durkheim, 1989)

As estratégias e os instrumentos utilizados na construção do *terreiro* são diversos e incluem carcaças de eletrodomésticos como fogões e geladeiras; pedaços de madeira; pneus e banheiras velhas. As estacas utilizadas na demarcação do *terreiro* são de eucalipto e de *hacha*, toras de madeira de consistência mais dura, adquiridas no mercado local. Colocam telas de separação para evitar brigas e para proteger a criação da friagem. Por outro lado, a chocadeira, instrumento largamente utilizado na criação de *galinhas de granja*, exige a compra e despesas financeiras. Os assentados atuam como verdadeiros *bricoleurs* na medida em que criam novos rearranjos entre os recursos que têm disponíveis. “Uma incessante reconstrução com o auxílio dos mesmos materiais”. (Lévi-Strauss, 1970: 36) E, conforme recriam e atribuem novas funções aos recursos, os *criadores* incorporam algo próprio, revelando sua habilidade e criatividade frente aos instrumentos utilizados no manejo e gestão do lote.

Da articulação desses fatores, é possível entender como os criadores se orgulham pela valorização da autonomia, superam ou enfrentam constrangimentos relativamente próximos, todavia diferenciados por fatores decisivos na *criação* de galinhas. Analisar as condições de reprodução desses agricultores se torna fundamental para refletir os termos em que processos de assentamento são colocados em prática, no bojo do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Os dados sistematizados trazem à tona aspectos importantes à compreensão dos investimentos que os assentados rurais realizam nas respectivas unidades de produção, como o tempo de permanência no lote, a variedade de produtos cultivados e de criações; estes últimos, concomitantemente, ao período de desenvolvimento dos ciclos produtivos e dos animais. O tempo de instalação é questão fundamental à diversificação da produção na unidade produtiva, bem como para a composição do rebanho e do *terreiro*. Sinalizando, assim, as alternativas de poupança e reinvestimento produtivo ou improdutivo, demonstrando o longo tempo necessário para o agricultor se assentar, mesmo quando as condições das operações sejam relativamente favoráveis. É um tempo estruturado, pois que orienta os comportamentos dos *criadores*. (Evans-Pritchard, 1978)

A análise a seguir é demonstrativa desses produtores que reconhecido como portador de um projeto bem sucedido de criação de galinhas, porque, controlando relativamente à vulnerabilidade às perdas, compôs um *terreiro* com mais de cem



cabças, mas o fez na expressão do conhecimento da diversidade de tipos e dos decorrentes manejos nos cruzamentos.

O terreiro: locus da expressão de saberes dos assentados sobre a criação

A criação de galinha, principalmente a *caipira*, é prática recorrente nas unidades de produção familiar; e se caracteriza pela exploração extensiva em instalações simples e funcionais. É uma tarefa que, em grande parte dos casos, vem sendo realizada nos arredores do *terreno* onde se localiza a casa do produtor. Raros são os produtores que investiram na construção de um *terreiro* com instalações mais elaboradas ou que tenham seguido as orientações de técnicos e dos manuais de criação. A proximidade da residência é fundamental para a manutenção da criação, mesmo que os assentados tenham fixado residência em locais fora do lote e lá mantenham os sistemas produtivos.

É uma atividade marcada pela divisão da autoridade no interior da família e que vem sendo mantida nos espaços próximos à casa, principalmente sob cuidado das mulheres. A criação tem início mediante transferência dos pais, logo no término da infância, de um pintinho ou uma galinha às filhas. O conhecimento é adquirido com a experiência diária a partir da ajuda aos pais na lida com os animais da roça e demais atividades sob gestão da mulher. Por outro lado, frente à falta de mão de obra feminina para ajudar a mãe com a criação e demais afazeres na roça, os meninos também podem ajudá-la nessas tarefas. Neste caso, o *gosto* do filho pela atividade é aspecto valorizado pelos produtores.

O processo de criação que envolve desde o acesso à primeira galinha até ao nascimento dos filhotes é curto. O cuidado é diário, tanto em relação ao fornecimento de alimento e água quanto de limpeza do *terreiro*. O produtor deve estar atento ao ciclo de desenvolvimento das galinhas, que é composto por inúmeras fases, que vai do período do choco aquele em que o animal chega à idade da reprodução e abate.³ Dominar o sistema produtivo e respeitar o calendário de condições ambientais é igualmente fundamental ao sucesso reprodutivo do *terreiro* (local onde as galinhas são criadas).

Dentre os produtores é valorizada a criação de *galinha caipira*, principalmente porque permite incorporar ampla variedade de produtos no cardápio. *Comer de tudo* e ter no cardápio alimentos *frescos* e *fortes* e *quentes*, como o milho, principalmente se a galinha está em fase de desenvolvimento, são aspectos da criação da *galinha da roça*.

³ As fases do processo de desenvolvimento dos animais da criação são descritas e analisadas em dissertação apresentada ao PPGA/UFF em 2011.



O sistema de classificação⁴ também considera o tamanho e a origem dos animais, como por exemplo, a galinha *graúda* e a *nanica*; e a de *raça pura* ou *nativo*.

No *terreiro*, a seleção dos animais é orientada, em alguns casos, para a produção de raças de maior valor no mercado, mas também é fruto de doações entre laços de sociabilidade de produtores, principalmente mulheres. O *terreiro* é um espaço onde diferentes domínios convergem para a manutenção de interesses próprios, seja o da reprodução da criação, seja o da produção de renda. O *terreiro* representa ainda o espaço da aplicação de saberes próprios, de soluções encontradas diante das dificuldades.

Sobre os impedimentos encontrados para garantir a reprodução da *criação*, os assentados comentam o rompimento de laços vicinais de solidariedade diante de invasões de animais provenientes de outros lotes. Há também casos em que pragas sazonais acometem os animais de outros proprietários, mas que terminam por se alastrar para os animais de *terreiros* próximos, porque houve, por parte do vizinho, o descumprimento de regras de convivialidade.

Outra dificuldade apontada pelos entrevistados diz respeito à necessidade de recursos financeiros para compra de alimento para a criação, mas também de enfrentamento de casos de doença dos responsáveis pelo cuidado do *terreiro*.

Para comercialização, os criadores têm que controlar a oferta de recursos favoráveis ao desenvolvimento do animal. Com peso superior a três quilos, os produtores encontram dificuldade de venda no mercado. Os compradores têm preferência para animais que variam de um a um quilo e meio. Essa preferência se dá devido à precariedade de recursos financeiros que dispõem para a compra.

Diversas são as redes de circulação da criação. Um dos assentados apontou para a existência de venda conjunta da carne e de aipim o que, segundo ele, é alimento valorizado pelos consumidores. Entretanto, as redes mais próximas de escoamento da criação não são valorizadas pelos entrevistados. Segundo apontam, a dificuldade econômica no qual se encontram não permite a cobrança de preços que cubram as despesas com alimentação e demais investimentos realizados no *terreiro*.

Anteriormente, se a prática da *criação* era reconhecidamente do cuidado das mulheres, a comercialização dos ovos e da carne era de responsabilidade dos homens.

⁴ O sistema de categorias encontra-se em seu texto integral no texto de dissertação apresentada ao PPGA/UFF em 2011.



Hoje, no caso dos meninos, cuidar da criação pode ser alternativa frente à falta de mão de obra feminina para ajudar aos pais nas atividades da roça.

Frente ao que foi anteriormente apresentado, cabe ressaltar que os sistemas produtivos correspondem a um saber tradicionalmente acumulado. Esse saber prático pressupõe um conhecimento dos recursos naturais local, portanto, situacional. O que foi então apresentado corresponde a um saber hegemonicamente aceito dentre os assentados, ou seja, sem contestação no ato das entrevistas, contudo, não é produzido sistematicamente. Nesse sentido, meu investimento se dá como tentativa de sistematizar quais são os modelos existentes em relação a esse conhecimento.

O reconhecimento social dos *experts* da criação de galinhas: especialidade distintiva

O saber dos assentados reconhecidos como bons criadores de galinhas tem como referência a percepção totalizante do sistema produtivo e pode ser elaborado mediante minha visita guiada ao *terreiro*. O princípio de comparação contrastiva de tempos periodizados é fundamental para esses criadores construírem a condição de falar sobre as aves e não das aves. Neste sentido, por reconhecerem um tempo que se repete, os assentados experimentam um tempo marcado por discontinuidades de contrastes repetidos e por comportamentos específicos. (Evans-Pritchard, 1978) O produtor de imediato retoma o passado para justificar a redução do número de cabeças de galinha encontradas durante minha visita. A mudança nas condições de acesso a recursos financeiros e naturais com os quais lida no momento da visita exprime algumas das limitações com que se depara.

Sobre essa avaliação contrastiva do tempo, Brandão e Ramalho (1986) destacam outros sentidos diferentes dos que aqui considero. Para eles, o destaque a uma natureza pródiga, que marca o tempo antigo, bem como suas qualidades, é valor de referência para a saúde das pessoas e dos animais da criação, para a riqueza das terras de cultura e, conseqüentemente, para a produtividade das lavouras.

Mediante situação de entrevista, os criadores possuem um saber que lhes permitem avaliar o consumo mercantil na família a partir da possibilidade de aplicação de recursos para ampliação quantitativa da produção. *Se com a venda da galinha não dá para repor (o) dinheiro que gasta*, porque os animais que valorizam para a criação *não tem preço*, os assentados *vendem barato*. Neste caso, *não têm condições também de*



comprar outros produtos. Assim, criação é avaliada como algo que *dá muito trabalho, consome muito e, na hora de vender, o preço não vale*. Na perspectiva dos criadores, a avaliação do custo-benefício segue princípios de mercado e capacidade de consumo dos potenciais compradores.

Reconhecer um agricultor como portador de um saber diferenciado é também reconhecê-lo enquanto parte de uma estrutura social hierarquicamente estabelecida. Essa perspectiva é defendida por Woortmann e Woortmann (1997), quando ponderam que não é a idade em si, mas o saber prático que dota os produtores de uma “força plena” capaz de antever os resultados da sua ação sobre os recursos. O tamanho do *terreiro* exprime a capacidade de gestão do produtor para pressupor os custos e os lucros.

O saber para gestão das condições adversas é fundamental tanto para a manutenção da criação quanto para autoconsumo, como para orientar a comercialização. No sistema de saberes destacam-se: o conhecimento para escolha das variedades, a oferta de alimento, o respeito às condições ambientais, a capacidade de postura de ovos e de crescimento vegetativo como alguns dos aspectos considerados para a construção do *terreiro*. Esse espaço é singularizado pelo gosto e estética adotados por cada membro familiar responsável pela atividade, tanto quanto pela possibilidade de incorporação de recursos. Dividindo-se o *terreiro* em duas partes, pai e filho orientam, distintivamente, a criação: se pelo gosto de cada um *colher os (seus) ovos* ou *por uma comida diferente*, mesmo que terminem dentro de casa.

A estética relacionada à beleza dos traços das aves, valorizados quanto mais diferenciados, constitui outro princípio de orientação para formação e reprodução do *terreiro*, variedade a que corresponde a valores financeiros distintos. Como, por exemplo, o galo que tem penas na perna, semelhante a uma bota, tem mais valor de mercado em comparação com as outras variedades caipiras.

Questionada por mim quanto ao entendimento das subdivisões do *terreiro*, o entrevistado revela outro princípio de separação: impossibilidade de convivência de tipos por disputa do domínio no *terreiro*. Ademais, a separação atende aos objetivos pretendidos do cruzamento. Os assentados reconhecem que *as galinhas que estão ali (no terreiro) juntas com aquele galo, quando colocar no choco os ovos, (os*



pintinhos) não sair parecidos com ele. Ainda assim reforçam os criadores que “a separação é para tirar a raça”.

Outro princípio distintivo do manejo das criações é a oferta diferenciada de alimentação, além de ora estar mais voltada para o crescimento e ora para engorda, segundo o ciclo de vida e os objetivos atribuídos a cada tipo. Conforme afirmam os entrevistados, a alimentação diferenciada do *mestiço* é justificada pela necessidade de oferta de um alimento forte para que o animal, neste caso destinado à venda para rinha, para ser *bem saudável, bem bonito e para ter uma venda melhor*. Para os pintinhos e demais animais do *terreiro*, oferecem *é mais o milho, a ração, apanha aipim, mandioca!*. Nestes casos, o alimento disponível no lote é oferecido. Para os galos, animais adultos, recebem uma *alimentação especial ... uma tal de purina*.

A formação e reprodução do *terreiro* também obedecem aos objetivos esperados da postura das galinhas. Os cuidados com os cruzamentos, como recorrentemente destacam os entrevistados, é fundamental para construir atributos segundo demanda diferenciada de mercado. Os efeitos desejados no cruzamento encontram seus limites nas interferências da natureza. O entrevistado comenta ainda sobre a versatilidade da criação de galinhas: produção para o mercado ou para o autoconsumo. No primeiro caso, deve respeitar certos padrões para o consumo, como, por exemplo, o tamanho dos ovos. A produtividade das galinhas também é aspecto valorizado pelos *criadores* comparativamente aos animais de outros criadores locais. De igual modo, o tamanho dos ovos produzidos é observado pelos compradores. No caso do animal que produz ovos pequenos, estes são recusados para a comercialização, pois *Se for puxar para vender, o pessoal: Ah, ovinho pequeno. Não quero não*. Como alternativa, a estes ovos são atribuídos outros destinos: choco, consumo do grupo familiar. Outrossim, o encaminhamento ao *choco* assegura a reprodução do número de animais da criação, compensatoriamente à saída daqueles que corresponderam aos padrões esperados para comercialização.

Se o *terreiro* é composto por animais da mesma fase de desenvolvimento, os produtores ficam vulneráveis às perdas, mas também tem sua orientação produtiva alterada, mediante dificuldade de comercialização dos animais em fase de transição ou ainda dos ovos, como, por exemplo, durante a *muda* da penugem.

O saber do produtor, portanto, não pode ser restrito ao trato com os animais no *terreiro*, principalmente se a orientação produtiva ultrapassar os limites desse



espaço, como se dá com a comercialização. Assim, o produtor deve atribuir à criação a orientação possível, segundo o acesso às redes de comercialização. *Se para vender a caipira, o rapaz vem comprar em casa* mediante um telefonema, para venda do galo de rinha, é necessário a ida do *criador* até a rinha. No caso do comprador que visita os lotes, nas palavras dos assentados, *ele vem e leva tudo que a gente tem. Ele leva para casa e em casa mata e bota no saquinho e vende em Macaé.*

Do mesmo modo que os *nativos* de Malinowski (1984) demonstraram o investimento que fazem na exibição da abundância e na capacidade de trabalho, a assentada, aceitando meu convite para percorrer o espaço do *terreiro*, fala da variedade de espécies. E assim, revela o sistema de valores e orientações inerente à capacidade produtiva do assentado, articulada à periodicidade atribuída à abundância, nesse caso nem sempre como fruto da relação entre quantidade e custo de manutenção dos animais da criação, como ocorre na orientação para a venda. É um saber que inicia-se na prática e se acumula na experiência a partir das relações estabelecidas com os reconhecidos sabidos. Contudo, cabe ainda ressaltar que é um saber incompleto porque processual. (Guedes, 1997)

Se aquele custo for considerado, pesarão a oferta de ração e o tamanho do *terreiro*, a compra de medicamentos e o tempo dedicado aos animais. A descontinuidade no volume da criação é gerido por fatores que nem sempre dependem da vontade dos criadores. Daí ocorrer certa proporcionalidade entre o número de cabeças de galinhas no *terreiro* e o número de cabeças perdidas. Por exemplo: quanto mais cabeças, maior a perda diante das andanças de doença. Após a perda de muitas cabeças, há sempre certa desilusão e dificuldades de retornar ao volume anterior.

Se o esposo da entrevistada não é socialmente reconhecido como o porta-voz mais indicado para transmitir o conhecimento que possui, ele é chamado a opinar, confirmar, calcular, reiterando a veracidade do discurso já apresentado e o conhecimento equivalente, tanto que a qualquer momento pode ser chamado a dar continuidade na análise do tema. O reconhecimento do *expert* pelos membros do grupo é fundamental neste processo de transmissão do saber prático, porque o aprendizado se dá *in acto*. O *criador* “aprende a fazer enquanto trabalha com os que sabem fazer”. (Guedes, 1997) O trecho de entrevista anteriormente apresentado é demonstrativo dessa necessidade que Dona Cristina tem de invocar seu marido, Valdinei, também criador de



galinhas, perguntando-lhe aspectos de uma tarefa que ela conhece, não somente porque integra a equipe produtiva do lote, mas porque foi socializada nessa atividade.

A criação de galinhas é uma atividade que sofre os diversos efeitos de alterações tanto das condições naturais do clima, quanto da oferta de recursos financeiros. A amplitude de tempo dedicado ao cuidado a criação interfere na manutenção das condições ideais do *terreiro*, fator acrescido do controle de risco de *andaço* de doenças e ataque de outros animais. Se a lucratividade não corresponde aos investimentos que os produtores realizam, é o gosto, a paixão e a tradição que evocam quando instigados a justificar a manutenção da criação.

Se o *gosto* é evocado quando convidado a falar sobre a criação, os assentados não excluem interesses diversos. O *terreiro* é espaço dividido de acordo com as atribuições de homens e mulheres. Se o espaço do *terreiro* é de domínio dos homens, a mulher o inclui para confirmar sua fala.

O enfrentamento dessas dificuldades, como destacou Chayanov (1987), é orientado pelo projeto de uso equilibrado de alternativas. Entre a provisão das necessidades do lote e a exploração familiar, os camponeses operavam mediante cálculos qualitativamente fundamentados: menos a quantidade do produto, mais as relações sociais entre os indivíduos implicados na produção e consumo. Como afirma o autor, para satisfação de suas demandas, o produtor investe tanto na diversificação mercantil quanto no autoconsumo. Assim, não há norma comum, pois as alternativas são elaboradas caso a caso, tal como demonstra o casal de assentados diante do cálculo da permutação.

Para os assentados, a relação entre a diminuição dos custos pelo autoconsumo intermediário, equivalente à redução dos gastos com consumo monetarizado não pode ser perdida de vista. Reconhecem que, se não podem dotar-se das condições adequadas à manutenção da criação, o orçamento mercantil sofrerá, em virtude dos efeitos das perdas do número de cabeças. Assim, investir no tamanho do *terreiro* não é apenas um aspecto da divisão espacial do lote, mas do tempo dedicado à criação, da disponibilidade de mão de obra para cuidado dos animais, bem como do acesso a recursos para compra de insumos: medicamentos e ração. Ponderam os assentados que *com a venda da galinha não dá para repor esse dinheiro que gasta, porque o que agora nós criamos não é muito e também criação aqui não é tão cara, vende*



barato. Assim, os investimentos realizados, em alguns casos, não correspondem ao rendimento obtido com a comercialização dos animais.

O saber acumulado para o cuidado da criação é reconsiderado por contraposição a saberes construídos em outros contextos, segundo princípios diversos.

Woortmann e Woortmann (1997) demonstram que o trabalho da terra é, concomitantemente, o trabalho da ideologia e da produção do sustento, o desenrolar de um rito específico que descreve o processo de gestão de recursos naturais. Para eles, a produção de saber prático e sua aplicação incorporam categorias de entendimento a partir da valorização de modelo produtivo, que os produtores elaboram como expressão de relações entre homens; e destes com os recursos naturais e seus instrumentos de trabalho. Nesse sentido, como se observa para os produtores assentados no PA Che Guevara, cada etapa do processo produtivo é desenvolvida a partir de conhecimentos e estratégias articuladas ao processo de trabalho global, voltadas para a otimização de recursos.

Dentre os autores que se dedicaram ao estudo do processo de transmissão do “modo de vida” entre agricultores, Elder *et al.*, (1994: 113) revelam que a esses agentes é negada a autoria de processos de interferência na sociedade, mediante sua incapacidade de reflexão e, assim, de produção de saberes inerentes ao contexto específico de aplicação de técnicas de manejo. Esses autores, valendo-se de estudos de caso de genealogia de várias famílias, trazem à tona as condições pelas quais, a cada geração, confrontando-se às alternativas de abandono ou não do modelo de vida rural, os filhos de agricultores integram-se a processos de sucessão. Segundo eles, as influências familiares desempenham um papel formador na socialização das escolhas da profissão e da residência, tanto quanto as possibilidades abertas por uma exploração próspera ou um trabalho agrícola lucrativo.

Adotando a mesma perspectiva analítica de Elder *et al.*, (1994: 103) para os produtores em tela, as condições de reprodução do modo de vida rural são explicadas a partir do sucesso econômico da produção agrícola, mas também pela existência, de fortes laços de afeto entre pais e filhos, fator que, neste caso, contribuiria para a constituição do *gosto por um modo de vida idêntico ao de seus pais*.

Cabe ressaltar que o saber oficializado e compartilhado pelos produtores nem sempre decorre de um processo individualizado de experimentação, principalmente



se transmitido integralmente pelos mais velhos e, nesse tempo, aplicado e considerado como eficaz.

Contudo, realizar experimentações é fundamental para o reconhecimento do produtor como um exímio conhecedor do processo de trabalho. Esse saber experimentado é somado ou contraposto ao saber acadêmico, trazido até os produtores pelos extensionistas ou via instituições de ensino, que oferecem cursos voltados à capacitação desses agentes sociais. Assim, os produtores vão demonstrando a preocupação em acertar e assegurar a efetivação do projeto que elaboraram enquanto assentado.

Tal como o saber que é transmitido pelas gerações, também é recorrente dentre os produtores a transferência de alguns animais aos filhos, objetivando a socialização deles com a criação em seu exercício mais direto. Por outro lado, se os animais não forem frutos do processo de reprodução da matriz da criação, sendo adquiridos mediante compra ou laços de troca entre os produtores, aplica-se então o princípio da autonomia do processo de escolha das variedades e a orientação produtiva. Sem receberem orientação técnica ou visita de funcionários dos órgãos da Reforma Agrária constantemente, os assentados veem-se forçados a encontrar alternativas para cuidar dos animais no *terreiro*, inclusive elaborar medicamentos e forças de cura.

Como já anteriormente mencionado, os investimentos cognitivos são variáveis diante dos limites de reprodução social do grupo, impostos quase sempre por agentes externos ao respectivo sistema de relações sociais. Assim, conclui-se que o entendimento do processo de construção desse saber prático não pode ser elaborado a partir de elementos isolados ou dados em si, mas pela compreensão do sistema de posições que os agentes ocupam (Brandão e Ramalho, 1986).

Os dados analisados são reveladores dos modos de construção de saberes entre os assentados rurais. Não se pode perder de vista que são construídos a partir de investimentos diversos, enquanto tentativa de superar constrangimentos e limitações impostas pela aquisição de recursos naturais, principalmente a terra, considerada como em completo estado de degradação. Destaco ainda que o processo de construção desse acervo de conhecimento é contextualmente referenciado e, portanto, orientado segundo princípios específicos que configuram o espaço social da produção de saber.

Algumas considerações



No Brasil, grande parte dos autores que se dedicaram ao estudo das condições de acesso à terra tem demonstrado que o patrimônio rural ao qual os assentados têm recebido como parte do processo de reforma agrária apresenta-se em estado de notável degradação. Como decorrência dessas adversidades, os assentados se vêem num processo contínuo de desvalorização de suas terras, principalmente a partir do aspecto da improdutividade. A reversão deste quadro crescente de limitações só é possível mediante vultosos investimentos por parte desses agentes o que, em poucas situações, conseguem ter acesso a fundos de financiamentos ou podem lançar mão recursos próprios como, por exemplo, é o caso daqueles que são portadores de aposentadorias e outros benefícios.

A transformação da terra considerada degradada e improdutiva em lote produtivo mediante investimentos próprios é tarefa que os assentados realizam a despeito da condição de titulares de um direito que não lhes assegura a propriedade. Nesta condição, os assentados contribuem para a efetividade da função social da propriedade além de ajudar no processo de restituição das condições naturais locais.

Ainda em relação aos limites que os assentados enfrentam para dar continuidade ao projeto de assentamento também podem ser originados a partir da própria unidade familiar, como, por exemplo, o ciclo de vida da família. Para muitos dos assentados entrevistados, a idade avançada representa uma série de limites físicos (doenças) e também o crescimento dos filhos e a saída deles para estudar, trabalhar e constituir família conjugal.

Outrossim, a saída dos filhos do lote para estudo ou para constituírem família conjugal influencia negativamente na implementação dos projetos que planejaram enquanto assentados. A ajuda dos filhos é fundamental, sobretudo quando os titulares do lote (pais e mães) encontram-se impossibilitados de darem continuidade ao trabalho. E essa situação se agrava quando os assentados têm que enfrentar anos de espera para receber a ajuda técnica e financeira que solicitam e precisam.

Alguns pesquisadores, na contramão dos estudos que vêm sendo realizados, têm evocado o saber para valorizar o modo de vida de agricultores e também representantes das chamadas populações tradicionais. No entanto, esse conhecimento não é demonstrado, mas naturalizado. Assim, investir na identificação destes saberes, no entendimento de suas formas de construção e compreender a que ele pode responder são questões primordiais. As diferentes formas de conhecimento que, na ocasião, destaquei



demonstram que esses *criadores* são portadores de um saber prático que, na medida em que é compartilhado, sofre também ajustes e adaptações segundo interesses e condições apresentadas por cada unidade produtiva. Assim, demonstram ter um conhecimento prático que lhes é comum, contudo não homogêneo, porque reorganizado.

Além disso, compartilhar e dominar estes saberes não quer dizer que os assentados sejam deste modo identificados. Na situação que elegi para estudo, alguns *criadores* são identificados como capazes de ensinar aos outros e, nesse contexto, reconhecidos como portadores de um saber exemplar que é valorizado pelos demais integrantes do grupo. Cabe destacar que esses assentados considerados como *experts*, *sabidos*, *inteligentes* só puderam ser assim avaliados porque foram beneficiados com lotes de melhores condições naturais.

Nesse sentido, a contribuição que ofereço não se limita apenas ao campo antropológico, enquanto tema especial sobre o entendimento das formas de construção e transmissão de saber prático. Revelar esses saberes representa uma contribuição para o debate sobre reforma agrária e políticas relacionadas ao programa de assentamentos rurais no país.

Referências Bibliográficas

ABÉLÈS, Marc. *Le lieu du politique*. Paris: Société d'Ethnographie, 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues e RAMALHO, José Ricardo. *Campesinato Goiano. Três estudos*. Goiânia: Editora da UFGO, 1986.

CHAYANOV, A. *La teoría de la economía campesina*. 2 ed. México: Papyrus, 1987.

DURKHEIM, Émile. Representações individuais e representações coletivas. In: *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1977: 13-42.

ELDER, Glen; ROBERTSON, Elizabeth y CONGER, Rand. La transmission d'un mode de vie dans l'Amérique rurale. *Communications*, v. 59, n. 59, p. 101-18, 1994.

EVANS-PRITCHARD, Edward. E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência de das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GUEDES, Simoni Lahud. O tempo na vida dos trabalhadores. In: *Jogo de corpo: um estudo de construção social de trabalhadores*. Niterói: Eduff, 1997: 229-302.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. Categorias, elementos, espécies, números. In: *O pensamento selvagem*. São Paulo: Editora Nacional, 1970: 15-49; 155-181.



MALINOWSKI, Bronislaw. Baloma: os espíritos dos mortos nas Ilhas Trobriand. In: *Magia, Ciência e Religião*. Lisboa: Edições 70, 1984: 155 – 272.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói: Editora da UFF, 1997.

NEVES, Delma Pessanha. *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista: estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana*. Niterói: Editora da UFF, 1997.

NEVES, Delma Pessanha. *Por Trás dos Verdes Canaviais*. Niterói: Editora da UFF, 1989.

PEIXOTO, Marcos (Coord.). *Plano de desenvolvimento sustentável do Assentamento Che Guevara*. Rio de Janeiro: Incra/UFRRJ, 2001.

SANTOS, Priscila Tavares. *A “luta com a terra” no Projeto de Assentamento Che Guevara (RJ): produção e transmissão de conhecimentos entre assentados*. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. UFF, 2011.

WOORTMANN, Ellen F. e WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra. A lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora da UnB, 1997.



GT 5: Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

Práticas Agroecológicas em assentamentos: perspectivas de um modelo diferenciado de Desenvolvimento Rural

Antonio Wagner Pereira Lopes¹
Maristela Simões do Carmo²

¹ Doutorando do programa de pós-graduação Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável – FEAGRI/UNICAMP, email: – stella@fca.unesp.br

² Doutora em Ciências Econômicas, Prof^a Adjunta da UNESP/Campus de Botucatu. Prof^a Colaboradora do programa de pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. UNICAMP/FEAGRI, email: wagnerlopesgo@hotmail.com

Resumo

O presente estudo visa proceder ao mapeamento de práticas agroecológicas em assentamentos da região de Araraquara e de Ribeirão Preto – no tocante à produção, à alimentação, à relação com os recursos naturais – discutindo, através das mesmas, perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural para os assentamentos. O referido mapeamento propõe-se a conhecer o perfil da estrutura produtiva, o padrão tecnológico adotado, o estado de conservação e o manejo dos recursos naturais, a organização e processamento da produção, a utilização ou não de insumos químicos, o envolvimento de mão-de-obra familiar, enfim, caracterizar os sistemas agrícolas nos assentamentos. Visa, igualmente, acompanhar o processo de produção dos alimentos, a relação com o autoconsumo, as questões relativas ao emprego e à renda dos membros das famílias. Adotar-se-á, na condução da pesquisa, metodologias participativas em que os assentados e, em algumas situações, os técnicos, possam identificar os principais problemas de aceitação/recusa dos princípios agroecológicos. Serão feitos itinerários para conhecimento dos lotes, a fim de que seja observado o processo de produção em todas suas dimensões, com visitas nos assentamentos, registros em diários de campo, e registros fotográficos. A metodologia MESMIS servirá para que se obtenha um roteiro de questões a serem investigadas e permitir uma comparação entre os assentamentos. A MESMIS é um marco de avaliação de sistemas de manejo de recursos naturais, que incorpora indicadores de sustentabilidade. É significativa para se analisar os limites e possibilidades para a sustentabilidade dos sistemas de manejo que surgem da intersecção de processos ambientais com o âmbito social e econômico. No âmbito deste trabalho princípios das MESMIS serão utilizados em adequação à realizada extremamente diversificada e multidimensional dos assentamentos rurais.

Palavras-Chave: Assentamentos Rurais, Agroecologia, Diversificação Produtiva, Indicadores, Sustentabilidade.



Introdução

O presente projeto visa a proceder ao mapeamento de práticas agroecológicas em assentamentos da região de Araraquara e de Ribeirão Preto – no tocante à produção, à alimentação, à relação com os recursos naturais – discutindo, através dos mesmos, perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural para os assentamentos.

O referido mapeamento visa conhecer o perfil da estrutura produtiva, o padrão tecnológico adotado, o estado de conservação e o manejo sobre os recursos naturais, o processamento da produção, a utilização ou não de insumos químicos, o envolvimento de mão-de-obra familiar, enfim, caracterizar os sistemas agrícolas nos assentamentos.

Visa, igualmente, conhecer o processo de produção dos alimentos, a relação com o autoconsumo, as questões relativas ao emprego e à renda dos membros das famílias.

Adotar-se-á na condução da pesquisa, metodologias participativas em que os assentados e, em algumas situações, os técnicos, possam identificar os principais problemas de aceitação/recusa dos princípios agroecológicos. Serão feitos itinerários para conhecimento dos lotes, a fim de que seja observado o processo de produção em todas suas dimensões, com visitas nos assentamentos, registros em diários de campo e registros fotográficos. A metodologia MESMIS servirá para que se obtenha um roteiro de questões a serem investigadas e permitir uma comparação entre os assentamentos. A MESMIS é um marco de avaliação de sistemas de manejo de recursos naturais, que incorpora indicadores de sustentabilidade. É significativa para se analisar os limites e possibilidades para a sustentabilidade dos sistemas de manejo que surgem da intersecção de processos ambientais com o âmbito social e econômico.

Como desdobramento da pesquisa, pretende-se, em conjunto com outros grupos de pesquisa da FEAGRI, propor atividades de difusão dos princípios e das práticas agroecológicas junto aos assentados e a técnica das instituições de extensão e gestão dos assentamentos do Estado de São Paulo.

Justificativa da importância do tema a ser pesquisado

Apesar da intensa e significativa produção voltada a assentamentos rurais, são poucos os estudos que têm se voltado especificamente para expressões de práticas agroecológicas em tais experiências – na área de produção de alimentos, de recuperação de áreas degradadas, nas práticas de autoconsumo.



Talvez isso se explique porque os modelos de desenvolvimentos que são implantados nos assentamentos rurais tenderam, por longo tempo, para uma agricultura convencional. É o caso da política de assistência técnica, que prioriza projetos convencionais e a integração aos complexos agroindustriais. Apenas mais recentemente, os órgãos gestores e os movimentos sociais vêm acenando para a importância da Agroecologia na agenda de desenvolvimentos dos assentamentos. No que se refere às políticas públicas brasileiras, o INCRA tem divulgado publicamente que a Agroecologia está no centro da sua política de desenvolvimento dos projetos de reforma agrária.

A Agroecologia entrou definitivamente no centro da política de desenvolvimento dos projetos de reforma agrária conduzida pelo INCRA. As potencialidades desse modelo de produção, baseado em uma forma sustentável de interação do homem com a natureza, poderão ser exploradas nos mais de 8,2 mil assentados da autarquia, nos quais vivem mais de um milhão de famílias. A possibilidade ocorrerá a partir de uma parceria com a Embrapa que já está sendo desenhada¹.

Declaração que não necessariamente tem entrado nas prioridades das políticas públicas dirigidas aos assentamentos, mas que estimula a realização de pesquisa com este enfoque.

A perspectiva analítica: a Agroecologia no campo das possibilidades de desenvolvimento rural

Comprovadamente, o modelo de agricultura brasileira tem passivo significativo na degradação dos recursos naturais. Seria preciso um novo modelo tecnológico e soluções diferentes das técnicas conservadoras implementadas nos modelos de agronegócios atualmente dominantes. Essa crítica não supõe que outras configurações, como a agricultura familiar, já utilizem modelos alternativos, menos agressivos ao meio ambiente e socialmente mais justos.

Em sua pesquisa em assentamento do Estado de São Paulo, Carmo (2003) descreveu uma preocupação “insignificante” com o meio ambiente: “Isso não poderia ser diferente uma vez que todo sistema produtivo agropecuário, tanto tecnológico

¹ Notícia publicada em 2/07/2009 no sitio eletrônico do INCRA (<http://www.incra.gov.br>).



quanto financeiro, se apóia na idealização do que se convencionou a se chamar moderno”² (CARMO, 2003: 307).

Entretanto, o papel da Agroecologia como alternativa para a viabilização econômica e social da agricultura familiar tem sido demonstrado e reconhecido. As respostas positivas que os sistemas agroecológicos vêm apresentando dizem respeito não só ao aspecto tecnológico, como também na revalorização da condição de produtor e à recomposição da identidade cultural da agricultura familiar, essencial à sua sobrevivência.

As práticas agroecológicas e a diversificação agrícola aparecem relacionadas como contrapontos às estratégias de produção a partir de uma matriz tecnológica convencional com forte propensão a culturas altamente dependentes de recursos e insumos químicos, mecânicos e genéticos. Na região de Araraquara predomina o complexo canavieiro, que exerce forte pressão sobre os assentamentos rurais (FERRANTE, 2009). No entanto, apesar da entrada do plantio de cana como estratégia produtiva nos assentamentos, persiste uma produção diversificada que atende aos mercados locais (das próprias famílias assentadas) e regionais.

Assim, tomamos a diversificação como referência a estratégias alternativas de desenvolvimento rural, que fogem àquelas convencionais e que se baseiam em produtos diversificados em relação ao rol do que é comumente encontrado (como: monoculturas de milho, soja, cana de açúcar, gado leiteiro extensivo etc.) e em tecnologias de produção de base agroecológica/familiar.

Tais alternativas, muitas vezes, se apresentam de forma coerente e atingem diretamente dimensões culturais sociais, econômicas e ambientais do desenvolvimento rural nos assentamentos. A pesquisa de tais dimensões são metas para o presente projeto.

As estratégias de diversificação podem gerar autonomia para os assentados, em pelo menos alguns aspectos: não depender da comercialização de um único produto agrícola e também de um único canal de produzi-lo; a agricultura praticada assume características tradicionais, com o uso dos recursos disponíveis localmente, de forma que os assentados possam deliberar sobre a melhor prática a ser utilizada; e de como

² CARMO, Maristela Simões do. Assentamentos rurais em São Paulo e a agricultura sustentável em um enfoque de redirecionamento de perspectivas. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira et alii. **Dinâmica familiar produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas, SP: Feagri/Unicamp; Araraquara, SP: UNIARA, São Paulo, SP: INCRA, 2003.



esta produção pode prover a alimentação da família e entrar, sem tantos entraves, no circuito da comercialização.

O retorno à terra, como assentado rural, é uma situação na qual expressões do *habitus* ligadas à prática agrícola podem ser resgatadas na explicação das relações das pessoas na interação com o lote, ocorrendo, a partir daí, uma reconstrução da identidade social do agricultor como tal. As práticas culturais enraizadas das famílias são o motivo para que elas, ao serem assentadas, prioritariamente desenvolvam atividades agrícolas. Porém, faltam estímulos para a profissionalização dos agricultores e para que sejam valorizadas tais estratégias produtivas.

Ao chegar para habitar em um lote agrícola, uma das primeiras coisas que as famílias fazem é plantar árvores frutíferas, hortaliças e grãos que servirão de alimento a elas fincando, simbolicamente, suas raízes na terra. Essa produção de alimentos para abastecimento próprio em unidades familiares é um fator quase inerente à vida no campo, o que é um dos aspectos que inspirou Cândido (1987)³ a compreender a tessitura das dimensões econômicas e extra-econômicas do modo de vida caipira, como a associação da sua lavoura e seus hábitos alimentares.

O autoconsumo é visto como toda produção animal ou vegetal, bem como aquilo que é beneficiado pela família para sua própria alimentação. O alimento tem forte caráter de alternatividade, assim como define Garcia Jr. (1983)⁴, podendo ser consumido ou vendido conforme condições momentâneas para a comercialização, a sazonalidade e a perecimento dos produtos. Conforme Grisa (2007), o que não é consumido pela família agricultora pode ser comercializado, bem como, o que é para comercialização também se pode fazer uso alimentar. Outro aspecto relevante é o autoconsumo intermediário, que pode ser considerado os elementos materiais que sejam produto do trabalho familiar, que serão usados na produção dos alimentos. Um exemplo refere-se ao fertilizante, feito de materiais orgânicos provenientes do próprio lote agrícola, como estrumes, palhas, folhas secas etc., transformados pela família para fertilizar roças.

O desdobramento de tais práticas leva a uma maior diversificação nos lotes. Segundo Whitaker (2006), os mosaicos formados com o advento dos assentamentos são a expressão de heterogeneidade do espaço, sendo que a construção deste espaço heterogêneo comporta uma rica diversidade cultural, relacionando-se posteriormente

³ CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Ed. Duas Cidades, 0037ª Ed., 1987.

⁴ GARCIA JR, A. R. *Terra de Trabalho*. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.



com o aumento da diversidade agrícola nos lotes (sendo cada lote um pedaço do mosaico). Há uma hipótese de que as práticas de autoconsumo trazem benefícios ambientais, sobretudo quanto ao aumento da complexidade do sistema ecológico de espaços que antes de serem assentamentos eram monoculturas. Além disso, que as práticas agrícolas empregadas na produção de alimentos próprios podem estar relacionadas a práticas e princípios agroecológicos. Por isso, podem ser pensadas como um ponto de partida para o desenvolvimento rural.

Um fato social importante que merece destaque ocorre com tais excedentes de alimentos: eles se inserem em redes de trocas e doações de alimentos que ocorrem no interior dos assentamentos, entre as famílias, principalmente envolvendo aquelas mais carentes que não produzem para seu sustento. As famílias que porventura se encontrem na situação de não ter garantido o acesso a uma alimentação mínima, dependem que nos lotes dos vizinhos, ou de seus familiares e amigos, tenha uma produção de alimentos cujo excedente possa ser por elas aproveitado. Isso ocorre em troca de serviços na terra ou em outras atividades, ou mesmo por relações solidárias de doações.

Embora seja uma característica inerente para a reprodução social dos pequenos produtores, vem se tornando complementar, na medida em que cresce a necessidade de integração às agroindústrias e as opções por cultivos comerciais. A diversificação acaba ocupando um pequeno espaço no lote agrícola em comparação com estratégias produtivas convencionais, bem como nas agendas políticas.

Por sua vez, a disseminação da Agroecologia exige a transformação do paradigma imposto pela modernização agrícola, baseado na excessiva especialização dos sistemas produtivos, na dependência de insumos externos de custo elevado e na eliminação das atividades de produção para autoconsumo. Implica em mudança político-cultural profunda, pois se trata de estabelecer novas relações sociais e com a natureza, de rever cálculos econômicos tradicionais, de redesenhar formas estabelecidas de produzir, processar e comercializar. Além disso, há a necessidade de considerar os passos da transição agroecológica, cujas dificuldades impedem, na maioria dos casos, a redefinição da matriz energética dos sistemas agrícolas, porque nos primeiros anos a aquisição de renda é menor e, por outro lado, pode exigir uma mudança cultural de práticas agrícolas nem sempre tão simples.

Por outro lado, a pesar favoravelmente no caso de transição agroecológica na agricultura familiar, conforme Caporal e Costabeber: “a agricultura de base familiar é



mais apropriada para o estabelecimento de estilos de agricultura sustentável, tanto pelas características de mais ocupação de mão-de-obra e diversidade de culturas (...) quanto pela sua maior capacidade de proceder ao redesenho do agroecossistema” (2003, p.141).

2.3 Hipóteses de pesquisa:

- a) as práticas agroecológicas podem, desde que associadas a outros fatores, engendrar embriões de modelos alternativos de desenvolvimento rural.
- b) os assentamentos estruturados no modelo PDS têm maiores condições de realizar a transição agroecológica.
- c) os indicadores construídos em conjunto com os assentados podem dar elementos concretos de comparação entre os assentamentos.

1 Objetivos

1.1 Geral

Na abordagem agroecológica, leva-se em conta que a unidade de análise fundamental é o agroecossistema. Este, segundo Gliessman (2005), pode ser desde um sistema de produção isolado, uma propriedade individual, um conjunto de propriedades ou uma microbacia. Fatores ecológicos e sociais são considerados para a análise dos agroecossistemas, em relação a uma possível prática agroecológica.

O objetivo principal consiste na comparação de diferentes agroecossistemas nos assentamentos, especialmente naqueles em que predominam a produção de alimentos e outras formas de diversificação agrícola como principal estratégia produtiva. Um foco principal para tal comparação serão sistemas de hortas (individuais ou coletivas), pois as mesmas geralmente se constituem estratégias para consumo e para comercialização. No entanto, o agroecossistema deverá ser delimitado enquanto o lote agrícola familiar.

O projeto visa contribuir para a análise dos rumos dos assentamentos rurais, discutindo perspectivas dos assentados gerarem renda e autonomia alimentar, por meio da incorporação de princípios agroecológicos. Discutiremos bloqueios e perspectivas nos moldes da compreensão de “pontos críticos” para a sustentabilidade dos assentamentos (assistência técnica deficiente, descontinuidade das políticas públicas, “gargalos” na comercialização, uso indevido de créditos, endividamento, uso de agroquímicos, dentre outros) e de perspectivas inovadoras (representadas na formação de agroindústrias familiares, grupos de mulheres, perspectivas de se aumentar a



diversificação agrícola, sustentabilidade alimentar (autoconsumo, aspecto nutricional) resgate da cultura, do lazer, das relações de sociabilidade.

1.2 Específicos

- Identificar e mapear práticas de manejo do solo adotadas nos assentamentos escolhidos como unidades de investigação.
- Fazer um diagnóstico de como estão sendo os resultados econômicos, sociais e ambientais nos lotes onde predominam estratégias produtivas diversificadas;
- Nas estratégias de diversificação, verificar e registrar como se dá a gestão do trabalho em cada uma delas e se podemos considerá-las a partir de práticas agroecológicas;
- Verificar no que implica a diversificação quanto ao uso do solo e demais recursos naturais, espaços que ocupam no lote, condições de comercialização e renda gerada;
- Fazer um registro de práticas agroecológicas preexistentes, aplicadas na agricultura voltada aos alimentos;
- Investigar um tipo de agricultura mais adequada à realidade social da população;
- Averiguar quais são os mediadores das estratégias de diversificação (grupos de assentados, políticos locais, técnicos dos órgãos gestores, etc.);
- Acompanhar formas de assistência técnica para avaliar a absorção de práticas agroecológicas;
- Discutir as condições de acesso dos assentados voltados à produção agroecológica aos mercados formais e informais;
- Pensar em conjunto com a universidade e órgãos gestores, em cursos ou formas de capacitação dos assentados em relação aos princípios da agricultura agroecológica;
- Pensar na formulação de subsídios para as políticas públicas a partir da análise das iniciativas de diversificação da produção.

2 Revisão da produção bibliográfica sobre a temática: uma primeira aproximação

As potencialidades de a Agroecologia transformar a realidade rural de agricultura familiar são discutidas por CARMO, 2008, p. 34. “Pensando na



contraposição local versus global, a Agroecologia está se firmando como uma nova possibilidade de transformação, não apenas da base produtiva, mas também da inclusão humana na modificação de agroecossistemas, em uma visão evolutiva sociedade-natureza”. Já CAPORAL e COSTABEBER (p.74, 2002) discutem a Agroecologia “como um promissor campo de conhecimento, uma ciência com especial potência para orientar processos de transição a estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentáveis. Apontam a necessidade de reduzir o grave equívoco que vem ocorrendo na definição da Agroecologia, não raras vezes assumida como um modelo de agricultura, uma tecnologia ou uma política pública”.

No presente, são comuns as interpretações que vinculam a Agroecologia a uma vida mais saudável, a uma produção agrícola dentro de uma lógica em que a natureza mostra o caminho, o “equilíbrio entre nutrientes, solo, plantas, água e animais”. Entretanto, há um sinal de alerta na discussão empreendida por estes autores, para os equívocos de se confundir a Agroecologia com um modelo de agricultura, com a adoção de determinadas práticas ou tecnologias agrícolas e até com a oferta de produtos “limpos” ou ecológicos, em oposição às características de Revolução Verde.

Segundo a abordagem dos autores acima citados, tais interpretações “expressam um enorme reducionismo do significado mais amplo do termo Agroecologia, mascarando sua potencialidade para apoiar processos de desenvolvimento rural sustentável”. Deste ângulo, mais do que uma disciplina científica a Agroecologia constitui um enfoque científico que reúne vários campos do conhecimento. “É preciso deixar claro, porém, que a Agroecologia não oferece, por exemplo, uma teoria sobre desenvolvimento rural, sobre metodologias participativas e tampouco sobre métodos para a construção e validação do conhecimento técnico. Mas busca nos conhecimentos e experiências já acumulados em investigações e ação participativa, por exemplo, um método de intervenção que contribui na promoção das transformações sociais necessárias para gerar padrões de produção e consumo mais sustentava”. (CAPORAL e COSTABEBER, op cit, p. 72).

A hipótese de serem as práticas agroecológicas alavancas para um modelo alternativo de desenvolvimento rural se sustenta pela perspectiva de substituir gradativamente insumos e práticas intensivas em capital e degradadoras do meio ambiente por outras que ajudam a reduzir os impactos negativos da agricultura convencional.



Como resultado de aplicação da Agroecologia, pode-se alcançar estudos de agricultura de base ecológica e, assim, obter produtos de qualidade superior, transição que se completa se forem atendidos requisitos sociais e aspectos culturais, se forem preservados recursos ambientais, se for apoiada a participação política dos seus atores, gerando resultados favoráveis ao conjunto da sociedade. Contestando as tentativas de recauchutagem do modelo da Revolução Verde, os autores acima referidos são claros na defesa do argumento de que uma agricultura que apenas substitua insumos químicos convencionais por insumos alternativos não será necessariamente uma agricultura ecológica, embora seja o primeiro passo para a transição agroecológica. Mudanças apenas de base técnica podem gerar novas contradições que talvez possam ser evitadas com a massificação do enfoque agroecológico nas políticas públicas e com o apoio do Estado em áreas estratégicas (Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Crédito). Segundo Narezi (2008), pode-se estabelecer, genericamente, os passos da transição agroecológica da seguinte forma: 1) Redução do uso de insumos químicos; 2) Substituição de insumos químicos por outros de origem biológica; 3) Manejo da biodiversidade e redesenho dos sistemas produtivos.

Dentro da perspectiva da Agroecologia, deve-se considerar a necessidade de que as intervenções sejam respeitadas para com a cultura local, o que implica, no caso dos assentamentos, a valorizar práticas tradicionais de obtenção de alimentos, a proteger e fortalecer a economia da propriedade familiar, fator que tem importante papel igualmente na sociabilidade e na reprodução social. De fato, pode-se falar na integração da Agroecologia com o conhecimento local. São tais fatores que levam CARMO (2008, p. 39) a afirmar que ainda que a Agroecologia não esteja completamente revestida de uma força transformadora da realidade contemporânea, “não restam dúvidas quanto ao seu potencial político como bandeira de luta de movimentos sociais de segmentos expressivos da sociedade”.

A partir destas premissas sustentadoras da Agroecologia é possível e pertinente discutir assentamentos, questionando o enfoque unidimensional do desenvolvimento como crescimento ou integração voltada exclusivamente ao mercado.

O universo da investigação na região de Araraquara-SP: O assentamento Bela Vista do Chibarro

O Assentamento Bela Vista do Chibarro está localizado no município de Araraquara/SP, como referido. Foi declarado de interesse social, para fins de reforma



agrária pelo Decreto 97. 660, em 13 de abril de 1989. Atualmente, moram no local 223 famílias divididas no mesmo número de lotes. Este assentamento teve, em seus momentos históricos, importância em relação à região na qual está inserido, pois, está constituído nas estruturas remanescentes de uma antiga fazenda do café, chamada Bela Vista do Chibarro estabelecida em fins do século XIX, na segunda metade da década de 1870. Em agosto de 1934 a fazenda foi agrupada às terras de uma usina de açúcar (Usina Tamoio), sendo sua estrutura física aumentada e utilizada como vila operária (prédios, habitações, mão-de-obra) que acabaram servindo à produção do açúcar. Com a decadência da usina, as áreas da fazenda foram ocupadas por trabalhadores rurais bóias-frias e desapropriada pelo (INCRA) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no ano de 1989.

Em comparação com inúmeros outros projetos, tanto sob responsabilidade do governo estadual quanto do governo federal, a característica mais marcante desse assentamento é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros. A maior parte das terras agricultáveis da região está cultivada com cana – cuja extensão chega, no município de Araraquara, a cerca de 32 mil hectares – e cuja cadeia de produção constitui o maior complexo agroindustrial da região.

Desde a implantação do assentamento existe uma escassez de capital próprio e a insuficiência de recursos de crédito de custeio, acidez do solo e até a interferência de fatores naturais como estiagem e chuvas que comprometem bons resultados na produção. Além dessas condições, o tempo entre plantio e colheita é amplo, dificultando uma renda mensal regular para as famílias. A exploração agrícola se dá de forma individual, todavia vários produtores desenvolveram formas próprias de organizações (não formais) com vistas a alcançar uma maior racionalização no uso dos meios de produção.

É importante ressaltar que o assentamento está cercado por usinas, as mais próximas são as Usina Zanin (localizada bem ao lado) e a Corona, mas como se não bastasse, Araraquara é uma das maiores regiões sucroalcooleiras do país, tendo outras usinas: Maringá, Santa Maria, Santa Cruz, dentre outras. Igualmente, tem crescido a participação de grupos internacionais nesta região. Esta característica regional empreendimentos tem crescimento a participação de grupos internos como metas região favoreceu a entrada da cana no assentamento, pois aqui essa cultura é um produto de



fácil comercialização. No entanto, Ferrante (2004) afirma que o desenvolvimento dos assentamentos tem, na problemática integração ao sistema produtivo da cana-de-açúcar, o maior pólo de conflito, de certa maneira fechando um ciclo de contradições sociais que tem justamente na economia sucroalcooleira, seu principal eixo.

Nos anos iniciais do assentamento, o órgão federal responsável esteve ausente, deixando por conta do ITESP a responsabilidade da assistência técnica. A falta de acompanhamento ocasionou problemas que poderiam ter sido evitados se houvesse, na trajetória do assentamento, uma fiscalização da conduta dos assentados e incentivos a alternativas produtivas por meio de políticas públicas.

Em 2003, o INCRA retorna ao assentamento numa tentativa de recuperação e neste ano, foram adotados procedimentos de regularização dos lotes. Porém os assentados não acreditavam no órgão federal por consequência do descaso de gestões anteriores e mantiveram os mesmos posicionamentos irregulares, de modo que o INCRA entrou com ações judiciais de reintegração de posse.

Não obstante, alternativas estão sendo desenvolvidas no assentamento, merecendo destaque as experiências coletivas de cunho familiar na produção de hortaliças. Estas experiências têm apontado outro horizonte para os assentados, pois apresentam formas de desenvolvimento que são coerentes com as perspectivas da agricultura familiar. Todavia, mesmo tendo encontrado um caminho possível para a coletividade, os assentados ainda estão sofrendo a falta de políticas públicas que poderiam fomentar perspectivas para os agricultores.

Horta Pedra D'Água: breve histórico e sistema produtivo

As famílias viviam e trabalhavam na antiga fazenda, na época da usina, antes de se tornar assentamento. Esta família ao permanecer na fazenda Bela Vista, teve que enfrentar muitas dificuldades como, por exemplo, transporte para a cidade que deixou de existir, a energia elétrica que foi cortada, o posto de saúde que foi fechado, entre outros problemas estruturais. Este grupo resistiu e permaneceu nesta terra até se tornar assentado.

O Grupo de Sertãozinho, formado por bóias-frias, viram a possibilidade de melhoria na qualidade de vida como assentado e começaram a participar deste grupo.

3.4.1 Comercialização da horta Pedra D'Água



O produto carro-chefe dessa horta é a alface crespa. No inverno, sua produtividade diminui, dando lugar à couve, chicória e legumes. Segundo o grupo, o histórico de comercialização pode ser separado em antes do (PAA) Programa de Aquisição de Alimentos e depois de sua implementação nos municípios da região, a partir de 2002. Antes a produção era mais comercializada em feiras, supermercados e varejões, com os assentados. Nesta época, a horta tinha menos do que 1 hectare. Após o PAA puderam ampliar o espaço, que passou a ter 2 hectares. Quase 80% da produção da horta Pedra D'água são comercializados via PAA de Araraquara e de São Carlos. Um assentado informou que, em conversa com funcionários da Secretaria de Agricultura de São Carlos, estimou-se que 47% do abastecimento do PAA do município advêm das hortas do assentamento Bela Vista.

São aproximadamente 15 assentados que trabalham no sistema da horta, sejam grupos coletivos ou familiares, impulsionados pela possibilidade de venda dos produtos nos PAAs. Para a merenda escolar⁵, no entanto, a experiência existe apenas em São Carlos. Fazem ainda a feira aos sábados em Araraquara e as feiras no Terminal de Integração uma vez por semana. Ocorre também dos grupos fazerem entregas em varejões e supermercados em Araraquara (o supermercado Patreção, Varejão Preço Único, entre outros varejões e restaurantes) e na (CEAGESP) Companhia de Entrepósitos e Armazenamento Gerais de São Paulo, às terças-feiras.

A maior compradora dos produtos da horta é atualmente a prefeitura de São Carlos. Por isso, tiramos como exemplo o volume de entrega na prefeitura de São Carlos. Todas as segundas-feiras é dia de entregar produtos para o PAA e a merenda de São Carlos, por volta das 11:00hs. Para entregar os produtos eles contam com a caminhonete, que apenas dois assentados dirigem.

A colheita dos produtos deve ser feita aos sábados e domingos. Os agricultores reclamam que sábado dá pra colher parte da produção a ser entregue, mas principalmente o alface tem que ser colhido aos domingos, caso contrário murcha

⁵ A lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica. Em seu artigo 14º, a lei determina que no mínimo 30% dos recursos repassados aos municípios deverão ser utilizados na compra de alimentos junto à agricultura familiar, incluindo-se os assentados rurais, incorporando-os à merenda escolar.

⁷ O hidroconservador tornaria possível colher tudo aos sábados e aliviar o trabalho aos domingos, o que torna a aceitação da proposta de implantação via EMBRAPA, no sítio, de Tecnologias Sociais.



rapidamente. Portanto, aos domingos, os agricultores têm trabalho até às 19:00hs⁷. Os assentados colhem, em um final de semana, 1380 pés de alface (equivalente a 113 engradados), 350 maços de couve, 300 maços de cheiro-verde, 100 pés de mostarda, totalizando 160 engradados de verduras. Disseram os agricultores, que se o hidroconservador tiver capacidade de armazenar a produção de alface, seria uma grande ajuda e facilitaria o trabalho de colheita aos finais de semana e a qualidade da verdura na pós-colheita. Sobre o hidroconservador e demais tecnologias que a Embrapa possa trazer aos assentados, o grupo da horta é unânime em aceitar a idéia, embora todos achem que as tecnologias devem ser adaptadas ao volume de produção. Este grupo da Horta foi escolhido como sujeito privilegiado da investigação em curso.

Na região de Ribeirão Preto, o PDS Sepé Tiaraju.

O Assentamento Sepé-Tiaraju, criado em 2004, está localizado entre os municípios de Serrana e Serra Azul, distante aproximadamente 30 km da cidade de Ribeirão Preto, o principal município da região. A origem do nome Sepé-Tiarajú se reporta a um índio, herói guarani, missioneiro, rio-grandense e, agora, herói brasileiro. O assentamento abrange atualmente 80 famílias, em uma área de 814 ha, ocupada historicamente pela cultura da cana-de-açúcar⁶.

O MST, que está na região desde 1998, iniciou, em Abril de 2000, a ocupação da Fazenda Santa Clara⁷, dando início ao acampamento Sepé-Tiarajú.⁸ Refletindo os debates internos a respeito da necessidade de repensar a organização dos assentamentos, com base na cooperação produtiva e na matriz agroecológica, o MST fomentou através de estudos e seminários, junto às famílias do acampamento, diversas discussões sobre um novo modelo de assentamento. Neste processo, os agricultores acampados foram aprendendo e resgatando formas de produzir sem usar agrotóxicos, adotando formas alternativas de adubação e aprendendo a cultivar as próprias sementes. Na prática, a

⁶ O Assentamento Sepé-Tiaraju, está situado nas coordenadas geográficas UTM 235.418-Este e 7.649.532-Norte, em região de transição entre as formações de Mata Atlântica (Floresta estacional semidecídua) e de Cerrado (Cerradão).

⁷ A Fazenda Santa Clara, que originalmente pertencia a uma usina de açúcar e álcool, foi arrecadada pelo Governo Estadual em 1992, como parte do pagamento de dívidas dos proprietários junto à Receita Estadual. Segundo os assentados, a ocupação ocorreu porque o Governo Estadual não tomou posse da área e continuou ocorrendo o plantio de cana por empreendedores privados.

⁸ Sepé Tiaraju foi um Cacique guarani que liderou a resistência contra as tropas portuguesas e espanholas, na região fronteira Brasil-Uruguai, entre 1753 a 1756. Sepé e outros 1500 guerreiros foram massacrados pelos colonizadores. (MORISSAWA, 2001).



“comunidade” Sepé- Tiarajú foi compreendendo o que é preservar e defender o meio ambiente, vendo-se como parte dele.

O processo de litígio na área se estendeu por um período de aproximadamente quatro anos (2000-2003), até que, após sucessivas ocupações, reocupações e intensa mobilização social em apoio ao acampamento, em 2004, o INCRA, órgão federal de reforma agrária, comprou do Governo Estadual a Fazenda Santa Clara, possibilitando assim o início do assentamento. Devido à forte necessidade de preservação ambiental da área, o INCRA decidiu de comum acordo com as organizações dos trabalhadores sem terra, implantar o assentamento na forma de um PDS, modalidade prevista em norma federal, mas que nunca havia sido implantada no Estado de São Paulo. Esta modalidade de assentamento busca garantir a reprodução sócio-econômica das famílias assentadas e, ao mesmo, tempo propiciar a recuperação e preservação do meio ambiente, resgatando a biodiversidade regional.

O PDS é uma normativa do INCRA criada a partir da solicitação dos movimentos sociais, no sentido de conciliar o assentamento humano de populações não tradicionais, em áreas de interesse ambiental, com a promoção do desenvolvimento sustentável. Esta modalidade de assentamento foi criada através da Portaria/INCRA n.º 477/99, que define o Projeto de Desenvolvimento Sustentável como “uma modalidade de projeto de assentamento, de interesse sócio-econômico-ambiental, destinado às populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, baseado na aptidão da área”.

A posição do INCRA com referência ao PDS não é consensual. Controvérsias apontam a transferência de um modelo da Amazônia para São Paulo, sem a consideração das condições diversas da biodiversidade. Tais controvérsias serão discutidas ao longo do trabalho.

Em uma primeira visita ao campo foi possível verificar uma diversificação nos lotes, além da preocupação dos assentados com a conservação da biodiversidade, o que pode estar relacionado ao fato das áreas serem constituídas como PDS. Mas é importante salientar que pelo menos nas áreas visitadas e nas conversas informais, há uma estruturação diferenciada na composição dos lotes, tanto no uso racional-ecológico, quanto na busca por alternativas produtivas.



Todos os assentados levantaram como demanda prioritária dentro do assentamento ,a questão da distribuição de água. Nesta breve visita, percebeu-se muita produção de banana, muitas árvores frutíferas, mas pouco gado. Nos lotes do lado de cima da pista (já que o assentamento é cortado por uma rodovia) encontra-se um lote com estrutura de cultivo em sistemas Agroflorestais (SAFs), Sistema Agrofloretal Sustentável produzido dentro de uma área reflorestada pelo próprio assentado. Entre uma árvore e outra é possível encontrar abacaxi, banana, mamão e uma infinidade de outras frutas e plantas.

Metodologia

O diário de campo será uma metodologia priorizada para coleta de informações, pois tem permitido uma observação do dia-a-dia das famílias assentadas. Registros são captados em conversas entre diversos espaços dos lotes, o que permite a participação de vários membros da família durante uma mesma visita. Possibilitam também, no momento em que conversas são travadas em meio a caminhadas pelos espaços agrícolas dos lotes, a leitura do espaço, que nos permite descrever as práticas familiares e específicos manejos na terra.

As conversas com assentados serão orientadas conforme um roteiro de entrevista para relatos orais, abordando os pontos essenciais conforme os objetivos do trabalho: sobre o sistema agrícola (para que plantar, as técnicas de fertilização, de colheita, origem dos insumos etc.); relações com o meio ambiente (conhecimento tradicional ligado à produção agropecuária e à conservação dos recursos naturais). O registro fotográfico será complementar ao diário de campo nas visitas.

A investigação deverá incorporar vários aspectos culturais, econômicos e sociais relacionados à produção, como por exemplo: dificuldades de usar sistemas alternativos de produção, o que é prioritariamente produzido e o que é comprado fora, dificuldades de comercializar sem interferência de intermediários, se há comercialização de produção no assentamento, em feiras no varejo ou outras formas (compra direta pelo município via CONAB, PAA, merenda, etc...), se acessou crédito, endividamento, como é a assistência técnica. Outros aspectos mais de caráter social, se referem: aos grupos de produção coletivos, associações, se o grupo tem relações de parentescos, se há redes de sociabilidade que aproximam as famílias, se há grupos de jovens, de mulheres, dentre outros.



Esse roteiro de entrevista terá base na metodologia MESMIS e deverá ser aplicada a fim de gerar indicadores que possibilitem a análise comparativa dos diferentes sistemas nos assentamentos. Para este caminho metodológico se faz necessário recorrer a atributos que possam servir de guia para a análise dos aspectos relevantes do sistema e para gerar indicadores de sustentabilidade durante o processo de avaliação que, inclusive, permitirão uma base comparativa entre diferentes realidades.

Em primeiro lugar, deverá verificar a compreensão que os agricultores têm de sustentabilidade, para assim definir, em conjunto, quais serão os indicadores. Igualmente importante que tal construção esteja orientada para a realidade local; incorpore o longo prazo (absorção de processo); vincule aspectos técnicos, econômicos, sociais e ambientais do sistema em análise. Para conhecimento da opinião dos agricultores, pode-se utilizar, entre outros instrumentos, um questionário com perguntas orientadoras.

Dado o objetivo de conhecer, em nível detalhado, os sistemas de produção vigentes nos projetos de assentamentos das 2 regiões selecionadas, devem ser enfatizados os seguintes elementos:

- Espécies e cultivares usadas, Calendário de plantio, Consórcios, Adubação verde, Irrigação, Produção de sementes mudas, Rotação de culturas, Controle fitossanitário, Compostagem e vermicompostagem;
- Planos de manejo agroecológico construídos em conjunto com os agricultores incluindo visitas coletivas às unidades de produção, seguidas de reunião de avaliação e de oficinas para a elaboração do plano de manejo;
- Realização de oficinas: Oficinas sobre normas de agricultura orgânica, Oficina sobre acesso a mercados, Oficina sobre planejamento da produção;
- Observação direta de todas as fases da produção, com registro em diário de campo;
- Levantamento fotográfico dos lotes de produção e das práticas agrícolas;
- Por em ação diagnósticos e metodologias participativas;
- Avaliar a possibilidade de publicação de uma cartilha para a elaboração de planos de manejo agroecológico.

Trata-se apenas de uma relação preliminar de pontos críticos, que será aprofundada no curso da investigação e no decorrer do trabalho de campo.



As diferenças e similitudes serão assinaladas através de idas a campo ao longo de um ano agrícola às famílias, mas também deverão incluir entrevistas junto aos técnicos que prestam assistência técnica, às lideranças, aos representantes da direção política dos assentamentos selecionados.

3 Resultados Esperados

- 1) Valorizar os conhecimentos dos produtores, explorando as potencialidades locais, diversificando a produção para geração de renda e autoconsumo, sem exigir grande aporte de capital;
- 2) Priorizar o uso de recursos locais e máxima reciclagem de nutrientes; integrar produção animal e vegetal; alcançar auto-suficiência em nitrogênio, via reciclagem e fixação biológica; manter o equilíbrio nutricional das plantas; evitar situações de estresse (NEVES *et al*, 2005)⁹;
- 3) Fornecer subsídios aos órgãos gestores e aos formuladores de políticas públicas para que incluam o conteúdo das práticas agroecológicas em suas prioridades de atuação.

Referências Bibliográficas

- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989. 237p.
- AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de (Org) **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica. 2005.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. Perfil dos assentamentos de Sumaré. FERRANTE, V. L. S. B. **Retratos de Assentamentos**, ano III, nº 5, 1996.
- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Ed. Duas Cidades, 0037ª Ed., 1987.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade e uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre: v. 3, nº 3, julho/setembro, 2002.

⁹ NEVES, M. C. P.; ALMEIDA, D. L. de; DE-POLLI, H.; GUERRA, J. G. M.; RIBEIRO, R. de L. D. . Agricultura Orgânica: Uma estratégia para o desenvolvimento de sistemas agrícolas sustentáveis. 1ª. ed. Seropédica: Editora Universidade Rural, 2005. v. 1. 98 p.



CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, v.1, n.27, p.153-165, jul/dez, 2003.

CARMO, Maristela Simões do. Assentamentos rurais em São Paulo e a agricultura sustentável em enfoque de redirecionamento de perspectivas. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira et alii. **Dinâmica familiar produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas, SP: Feagri/Unicamp; Araraquara, SP: Uniara; São Paulo. SP: INCRA, 2003.

CARMO, Maristela Simões do. Agroecologia: novos caminhos para a agricultura familiar. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**, dez, 2008.

FERRANTE, V.L.S.B. **A Chama verde dos Canaviais**. Tese de Livre Docência, UNESP Araraquara, 1992.

FERRANTE, V.L.S.B. ; BARONE, L. A. Homens e Mulheres nos Assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. **Perspectivas**, vol. 20/21, SP: EDUNESP, 1997/1998.

FERRANTE, V.L.S.B.; ALMEIDA, L.M. Assentamentos rurais como celeiros da cana: por onde caminha a reforma agrária? **Ruris**, Campinas, v.3, p.10-34, 2009.

GARCIA JR, A. R. **Terra de Trabalho. Trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

NAREZI, G. **A Transição Agroecológica no Assentamento Rural Fazenda Pirituba: percepções, práticas e perspectivas**. 2008. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). UFSCar, Araras, 2008.

NEVES, M. C. P.; ALMEIDA, D. L. de; DE-POLLI, H.; GUERRA, J. G. M.; RIBEIRO, R. de L. D. **Agricultura Orgânica: Uma estratégia para o desenvolvimento de sistemas agrícolas sustentáveis**. 1ª. ed. Seropédica: Editora Universidade Rural, 2005. v. 1. 98 p.

PETERSEN, P. **Pesquisa Participativa: um conceito em evolução**, texto apresentado na Conferência Internacional sobre Agricultura Sustentável em Regiões Tropicais e Subtropicais com referência especial para América Latina, Rio de Janeiro, 9 a 13 de março de 1998. Rio de Janeiro, AS-PTA, 7p, 1998, mimeo.

WHITAKER, D.C.A. A Questão da Diversidade em Assentamentos de Reforma Agrária: Araraquara/SP. In: BERGAMASCO, S.M.P.P. et all. **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Araraquara: UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo:INCRA,2003.



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

Rompimento da invisibilidade das atividades agrícolas feminina: um estudo em assentamentos da região de Araraquara/SP

Daniele Torres Aro¹,

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

¹Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA, e bolsista NUPEDOR/UNIARA. E-mail: daniaro@ig.com.br

²Livre Docente em Sociologia e Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente UNIARA. E-mail: vbotta@techs.com.br

Resumo

A partir de um ciclo de estudos desenvolvidos pelo NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural) junto a assentamentos rurais, observou-se, no interior das famílias assentadas, o papel da mulher em diferentes dimensões da vida social. A presença e participação das mulheres na constituição e desenvolvimento dos assentamentos são marcadas por uma rede de invisibilidades que muitas vezes acaba por ocultar a importância de sua atuação na produção e reprodução social. O objetivo geral do estudo é identificar o papel da mulher assentada na unidade familiar, na produção agrícola e nas atividades cotidianas, ressaltando assim, a participação das mulheres na agricultura familiar, nas decisões no lote, atuação em políticas públicas e a importante responsabilidade na diversidade de alimentos oriundos de seu quintal, e seu despontamento através de iniciativas coletivas ou individual. O estudo tem como amostragem mulheres com diferentes estruturas familiares em dois assentamentos na região de Araraquara: Horto de Silvania e Monte Alegre. A metodologia adotada é decorrente de pesquisas e projetos em andamento do Nupedor, como questionários e observação direta regular, com os devidos registros em diários de campo freqüentemente realizados pelo grupo. Dentre os resultados destacam-se a permanência de estereótipos que caracterizam o lugar (inferior) da mulher na sociedade, inclusive no meio rural; as mulheres rurais continuam trabalhando em atividades agropecuárias, na forma de trabalho sem remuneração ou plantando, colhendo e cuidando de pequenos animais para o autoconsumo familiar, além de outras atividades desenvolvidas fora do lote. E principalmente o rompimento através de iniciativas coletivas.

Palavras-chave: assentamento; relação de gênero; autoconsumo; agricultura familiar.



Introdução

A partir de um ciclo de estudos desenvolvidos pelo NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural) junto a assentamentos rurais, observou-se, no interior das famílias assentadas, o papel da mulher em diferentes dimensões da vida social. A presença e participação das mulheres na constituição e desenvolvimento dos assentamentos são marcadas por uma rede de invisibilidades que muitas vezes acaba por ocultar a importância de sua atuação na produção e reprodução social. No entanto, são elas as responsáveis pelo afazeres domésticos, cuidados das criações e diminuição de gastos no lar. Bem como busca por alternativas de complementar a renda, fazendo com que seja questionada sua invisibilidade.

As pesquisas qualitativas desenvolvidas pelo NUPEDOR têm mostrado que o trabalho das mulheres é voltado à satisfação das necessidades familiares. Essa participação tem favorecido a diversificação agrícola e outras práticas agroecológicas na terra, como consorciamentos, adubação orgânica, integração animal/vegetal, rotação de pastagens, dentre outras, que ocupam pequenos espaços. Estes trabalhos são considerados inferiores e/ou não são valorizados. As pesquisas do NUPEDOR têm ressaltado a identidade de mulheres em questões fundamentais de reprodução social, como por exemplo, a alimentação, valorizando igualmente seu papel na produção.

A alimentação da família envolve tanto uma cesta alimentar diversificada como a preocupação de ingerir alimentos “naturais”, levando-se em conta o bem-estar da família atingindo a esfera nutricional e a satisfação do gosto e das preferências alimentares. Com isso, a mulher traz para dentro de casa os amidos, as vitaminas, os sais minerais e mesmo proteínas animais, advindos das pequenas criações das quais toma conta. Essa relação com a terra pode ser considerada de afetividade, da qual surgem os quintais domésticos.

As mulheres também são detentoras e guardiãs de valores culturais e sociais do grupo, como os conhecimentos sobre ervas medicinais, cultivo e administração de remédios caseiros e orações para proteção da família e do homem, ou seja, uma outra dimensão considerada invisível. Além disso, são elas que educam os filhos, têm maior convivência com eles principalmente nos primeiros anos de vida, retransmitindo seus conhecimentos e sendo, portanto, incumbidas da reprodução social. Seu trabalho é, portanto, responsável pela construção dos lugares, da moradia, da alimentação, dos



cuidados com os animais, dos referenciais básicos dos assentamentos, o que vai ser analisado a partir do acompanhamento das mulheres assentadas do núcleo VI da Fazenda Monte Alegre.

Estudos do grupo têm demonstrado que a questão do trabalho feminino no conjunto dos dados agropecuários é repleta de invisibilidades. O trabalho das mulheres rurais está associado ao bom estado nutricional das famílias, pois elas cuidam da produção da alimentação (de atividades agrícolas às culinárias). Porém, as mulheres também podem obter renda quando produzem e comercializam, ou quando têm emprego fora do sítio, o que muitas vezes a leva a priorizar essa obtenção de renda ao invés do trabalho no lote. Mas vale a ressalva que o trabalho dela é importante, independentemente de gerar ou não renda. Mesmo quando possuem fontes de renda, elas tendem a aplicar o dinheiro ganho em produtos para a família, para o estado nutricional dos filhos, por exemplo, enquanto os homens muitas vezes gastam em despesas pessoais. Quando trabalham apenas no lote como um todo, elas são responsáveis pela horta, cuidado de pequenos animais e, ainda mais, são responsáveis por trabalhos que não aparecem, como por exemplo: alimentar os animais, abrir buracos para plantar, dentre outros trabalhos considerados como ajuda.

O estudo publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2006) constatou que a questão do trabalho feminino em atividades agropecuárias é repleta de invisibilidades. A invisibilidade do trabalho feminino se expressa inicialmente no fato das mulheres trabalharem sem remuneração. Cerca de 40% das mulheres que trabalhavam em atividades agropecuárias não usufruíram de status de trabalhadoras, porque têm jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais e/ou são ocupadas nas atividades de autoconsumo, porque não declaram as horas dedicadas, por exemplo, aos cuidados com a criação, com a fruticultura/horticultura (essas duas categorias não contavam como trabalho propriamente dito pelo PNAD/IBGE). Suas atividades agropecuárias e não agropecuárias são ligadas à reprodução familiar e não geram rendimentos quantificáveis monetariamente, ou seja, são como uma extensão de seu papel como mãe/esposa/dona de casa, que é considerado como sendo verdadeiramente o trabalho da mulher e esse entendimento também acontece no meio rural. Mesmo que exerça tais atividades, há uma tendência de que sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias seja reduzida ou secundária. Depois de suas



obrigações domésticas ela ajuda ao homem. Nesse ponto, a invisibilidade pode se dar pela interiorização da diferença pela mulher rural. Ela tem dificuldade em distinguir seus trabalhos agropecuários na horta e no quintal do seu cotidiano como dona de casa e mãe. Assim, ela mesma subestima sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias.

Mas, é fundamental reconhecer a identidade feminina, o direito e o prazer de gestar e amamentar e suas condições biológicas específicas, não como fatores de discriminação e exclusão, mas como condições essenciais, que devem ser respeitadas pelo mundo do trabalho (BRITO e D'ACRI, 2010). Pois vale ressaltar a importância da mulher, desde suas características fisiológicas, sua importância na composição familiar e no gerenciamento da alimentação familiar.

Segundo dados dessa pesquisa mencionada anteriormente (BRASIL, 2006), as atividades de autoconsumo ocupam cerca de 40% do total da ocupação feminina e 8,9% da mão-de-obra masculina na agropecuária. “Em 2004 dedicaram-se à atividade de autoconsumo cerca de 3.387.184 pessoas, com uma taxa de participação de 68% de mulheres e 31,8% de homens. Portanto, são atividades vinculadas às mulheres e ao seu cotidiano” (BRASIL, 2006, p.54). Considerando-se a importância do autoconsumo no meio rural, pelo fato de que se trabalha sem remuneração e mesmo assim se tem acesso ao alimento, diferentemente da cidade, conclui-se que realmente se trata de uma questão importante envolta em invisibilidades.

Durante séculos, no que se refere à sociedade ocidental, elas simplesmente não “aparecem” na história. Acreditamos, entretanto, que esse ocultamento nada tem de “natural”, mas é tecido cotidianamente na teia de representações sociais que informam e valoram os diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres (KUHN, 2010).

No sentido de rompimento com essa “invisibilidade”, as lutas do movimento feminista, a partir da década de 1960 e 1980, contribuíram de maneira importante para a “inclusão” das mulheres como objeto e sujeito da história, afirma Sohiet (1997). Segundo a autora com a “grande reviravolta da história”, um processo de pluralização dos objetos da investigação histórica, em seu bojo, alçou as mulheres à condição de “objeto e sujeito da história”, sendo esta tarefa assumida preferencialmente por historiadoras e historiadores adeptos da história cultural “preocupada com as



identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais: os operários, camponeses, escravos, pessoas comuns”.

O trabalho em atividades de autoconsumo é também atividade agropecuária e por isso abrange a esfera produtiva, mesmo sem gerar renda. Nas propriedades familiares rurais não é mais difícil separar o que é trabalho doméstico do que seria trabalho produtivo em relação à cidade, pois o trabalho e a moradia se encontram no mesmo local. O trabalho é considerado doméstico se é atribuição da mulher. Se ela vai para a roça com o marido, é produtivo, ainda que permaneça fortemente o caráter de ajuda. Se cuida da horta e das galinhas sozinha é trabalho doméstico e leve. Se são os homens que se encarregam desses cuidados é trabalho produtivo. Cria-se uma falsa oposição entre trabalho doméstico e produtivo.

É preciso lembrar que embora a produção de estatísticas oficiais sobre as mulheres rurais se constitua em ferramenta essencial para elaborar políticas públicas, só recentemente elas se materializaram. A presente pesquisa propõe-se a ser uma pequena tentativa de compreender e valorizar os papéis das mulheres em experiências de assentamentos da Reforma Agrária

A presença e participação das mulheres na constituição e desenvolvimento do meio rural, mas com uma perspectiva nos assentamento, são marcadas por uma rede de invisibilidades que muitas vezes acaba por ocultar a importância de sua atuação na produção e reprodução social. Diante disso, a presente pesquisa propõe-se a analisar o cotidiano de mulheres assentadas do núcleo localizado na proximidade de Araraquara: Projeto de Assentamento Fazenda Monte Alegre com 418 famílias, mas limitando-se ao estudo mais profundo do Núcleo VI com 96 famílias o qual tem 25 anos de existência.

O objetivo geral do projeto é identificar o papel da mulher assentada na unidade familiar, na produção agrícola e nas atividades cotidianas, ressaltando assim, a participação das mulheres na agricultura familiar, diversidade de alimentos oriundos de seu quintal, bem como do despontamento de iniciativas particulares e coletivas de mulheres dos assentamentos da região.



Metodologia

A região de Araraquara tem forte presença de complexos agroindustriais. Predominam os plantios de commodities agrícolas, principalmente cana-de-açúcar e laranja, em monoculturas e com grande aporte tecnológico. Como consequência, estes são os cultivos da maioria dos proprietários de médias e pequenas propriedades da região têm como principal alternativa produtiva, na condição de fornecedores de matéria-prima.

As terras da fazenda Monte Alegre, município de Araraquara/SP, que foram desapropriadas para fins de reforma agrária, vinham sendo usadas para plantio intensivo de eucalipto, primeiramente pela FEPASA e, depois, pela CAIC (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora), esta última destinando a produção para o setor de papel e celulose, que teve suas terras ocupadas em junho de 1985. A referida fazenda foi reivindicada pelo movimento social de luta pela terra, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais à frente dos trabalhadores volantes que vinham sofrendo com a precarização das condições de vida e de trabalho em colheitas na região (BARONE, 1999) e lograram, a muito custo, seu objetivo, rompendo uma trajetória de destituição.

O assentamento foi, por fim, criado sob a responsabilidade da Fundação ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo). A área foi dividida em centenas de lotes que passaram a ser ocupados pelas famílias e conta com seis núcleos de assentamentos, um horto (Silvânia) e, ainda, com um assentamento muito próximo a ele, no distrito de Bueno de Andrada. São 416 famílias que vivem nestes núcleos, mas cada qual foi criado em diferentes datas, conforme o quadro 1. Cada família possui um lote agrícola de aproximadamente 14 hectares e outro lote de moradia, localizado nas agrovilas, com menos de 1 ha¹ (Quadro 1).

¹ Com exceção do núcleo 6 (o maior deles), onde não há agrovila.



Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Bueno de Andrada	Araraquara	mai/97	31	Estadual
Monte Alegre 1	Motuca	mai/85	49	Estadual
Monte Alegre 2	Motuca	out/85	62	Estadual
Monte Alegre 3	Araraquara	ago/86	76	Estadual
Monte Alegre 4	Motuca	ago/86	49	Estadual
Monte Alegre 5	Motuca	out/91	34	Estadual
Monte Alegre 6	Araraquara	mai/97	96	Estadual
Silvânia	Matão	set/98	19	Estadual
Total			416 Famílias	

Quadro 1 – Distribuição de famílias por núcleo e município - Assentamento Monte Alegre

Fonte: Fundação Itesp, 2006.

A fazenda está localizada na tríplice divisa dos municípios de Araraquara, Motuca e Matão (Figura 1), sendo que os dois últimos são municípios menores em relação ao primeiro e cada um deles recebe e tem uma atuação diferente sobre o assentamento. Isto pode ser percebido, por exemplo, nas políticas públicas voltadas ao escoamento da produção nos municípios, da infraestrutura nas áreas de saúde, educação e transporte, dentre outros fatores que cada município oferece ou tem a participação dos assentados.

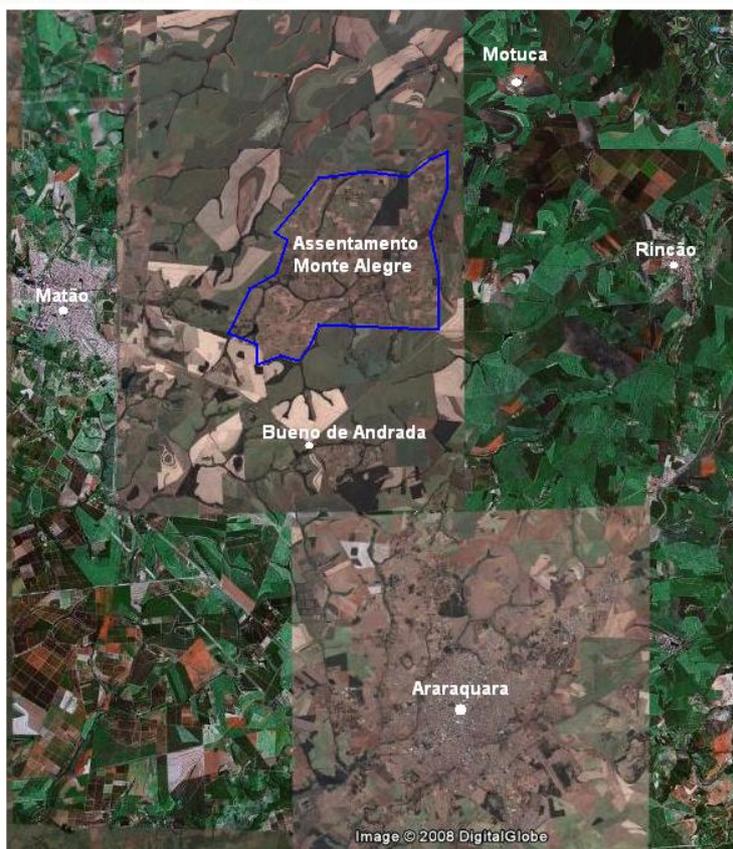


Figura 1 Imagem aérea do Assentamento Monte Alegre

Fonte: Google In DUVAL, 2008.

Trabalhou-se com amostragem mulheres de diferentes estruturas familiares em dois assentamentos na região de Araraquara: Horto de Sylvania e Monte Alegre, sendo os dois de responsabilidade da Fundação Instituto de Terras do Estado/Itesp. A metodologia adotada é decorrente de pesquisas e projetos em andamento do Nupedor, como questionários e observação direta regular, com os devidos registros em diários de campo freqüentemente realizados pelo grupo.

Tomando como base a Sociologia e a História, ambas desenvolveram uma série de metodologias de pesquisa cujo objetivo é investigar a realidade social. A entrevista tem importância fundamental e pode ser considerada uma das mais importantes técnicas de pesquisa social. Portanto o projeto terá como metodologia a pesquisa qualitativa: entrevistas, mas se aproveitado de dados qualitativos/questionários decorrentes de pesquisas e de projetos em andamento do Nupedor. Serão feitas entrevistas com mulheres com a observação participante para acompanhar o cotidiano dessas mulheres (ver como é seu dia a dia, quais tarefas realiza em casa, como é o trabalho fora...) com



registro em diários de campo. Serão igualmente utilizadas fotografias desses vários aspectos da situação de vida das mulheres e do viver em assentamentos.

A técnica de pesquisa que tem possibilitado, neste ciclo de pesquisa, a obtenção de dados etnográficos e significativamente relevantes é comumente chamada: Diário de Campo. Na verdade, é um pequeno caderno de bolso, que nos acompanha no trabalho de campo e no qual são registradas passagens das visitas às famílias assentadas rurais. Nesse diário, são colocadas rapidamente as passagens de uma visita a uma família, de forma que tais registros possibilitem, em momentos posteriores ao trabalho de campo, o recordar as situações, quando passamos a descrevê-las com mais detalhes e a ligá-las a outros fatos. Em nosso grupo de pesquisa, essa montagem convencionou-se chamar de Cadernos de Campo, como um produto final de um dia de trabalho de campo no qual todo grupo participa e discute do planejamento à coleta das informações. Conforme expresso em Whitaker (2002) e em Ferrante (2004), além de outros artigos publicados na revista Retratos de Assentamentos, na trajetória de pesquisa do Nupedor essa técnica sempre foi priorizada para a coleta de informações.

Resultados: o que os dados da pesquisa têm mostrado

Dentre os resultados destacam-se a permanência de estereótipos que caracterizam o lugar (inferior) da mulher na sociedade, inclusive no meio rural; as mulheres rurais continuam trabalhando em atividades agropecuárias, na forma de trabalho sem remuneração ou plantando, colhendo e cuidando de pequenos animais para o autoconsumo familiar, além de outras atividades desenvolvidas fora do lote.

Mas, o rompimento da invisibilidade do trabalho agrícola vem sendo destacado por iniciativas individuais e coletivas. No assentamento Horto de Sylvania observou-se em pesquisa local um resultado bastante satisfatório, pois 9 (nove) das 10 (dez) famílias fazem a reutilização do óleo de cozinha para a produção de sabão; são as mulheres quem se preocupam em realizar esse trabalho, resultando em benfeitoria ao meio ambiente, mesmo sem associar-se este fato a um investimento necessário a problemas ambientais enfrentados pelos assentamentos rurais.

Outro resultado encontrado foi o desenvolvimento de associação de mulheres para a produção de pães. Até o ano de 2001, as mulheres do núcleo VI do assentamento Monte Alegre utilizavam a cozinha comunitária da escola do assentamento para produzir e comercializar pães, com equipamentos próprios e, em geral, matérias-primas



compradas de fora. Participações em fóruns do Orçamento Participativo e principalmente discussões de prioridades e soluções de geração de trabalho e renda para os assentamentos fizeram com que no ano de 2002, a prioridade sugerida pelo grupo de mulheres do núcleo VI do assentamento Monte Alegre fosse atendida: aquisição de equipamentos para a construção de uma padaria industrial neste núcleo.

A Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre VI (AMA) é constituída por 11 associadas, todas pagam uma mensalidade de R\$ 10,00 e parecem caminhar, regulando cada passo, em um processo lento, mas em contínua mudança.



Foto 1: Padaria no Monte Alegre

Fonte: NUPEDOR, 2010



Foto 2: Cozinha da padaria

Fonte: NUPEDOR, 2010

Esta experiência destaca-se pelas grandes experiências, levando ao rompimento da invisibilidade feminina. Como pode-se analisar com as trajetórias de vida de algumas dessas mulheres assentadas. A Dona Maria é uma das primeira a se juntar para formar a associação, ao contar sua história refere-se ao falecido marido com um sentimento de superação, revela “fomos (mulheres assentadas da associação) muito criticada aqui no assentamento porque queríamos um espaço para nós, e era tanto homem quanto mulher, ninguém acreditava. Quando a gente ia fazer reunião, falavam: o que essa mulheres vão fazer ai, estão largando tudo (referindo-se aos trabalhos domésticos) pra ficar indo atrás disso? Ninguém acreditava, falavam que essas mulheres são todas bestas”.

Descréditos alternam-se com momentos de satisfação, “O dia que eu recebi o meu primeiro pagamento (renda mensal da padaria) ele (falecido marido) estava



sentado, nossa minha filha (expressão a pesquisadora), eu estava tão contente que ele chegou até levantar e sair de perto de mim, porque ele mesmo não acreditava. Inclusive ele morreu em agosto, e a padaria foi inaugurada em dezembro, eu queria que ele estivesse vivo pra ver com o próprios olhos dele a padaria, porque ele mesmo não acreditava, ele me maltratava muito. Ele (o falecido marido) dizia que eu não era capacitada, que eu não tinha capacidade para isso, falava que a gente não tinha pique. Ele fazia isso porque não queria que trabalhasse, porque é coisa do homem, todo homem é assim, eles querem que a gente vive de baixo dos pés deles, pra que você num de um salto”.

Muitas mulheres buscam começar iniciativas de complementação da renda, mas em observação pode-se notar o sucesso maior com a junção de forças, o assoativismo e o cooperativismo. A Dona Maria ainda conta das suas dificuldades iniciais: “eu fui atrás de formar a associação porque eu precisava de uma renda a mais, naquele tempo era meu marido que ficava com as coisas, com dinheiro do lote e também ele era aposentado, mas ele num dava dinheiro pra gente. Mas eu tinha uma minha rendinha da feira, porque eu tinha a minha horta de verdura e outras coisas que eu plantava no lote que eu vendia, mas era muito pouco e eu tinha que colocar mais coisa em casa, e pagar uma energia”.

As ações, embora direcionadas mais às mulheres já organizadas em associações (como uma padaria no assentamento Monte Alegre), envolvem outras que também querem se juntar em pequenos grupos voltados à agroindustrialização. Na padaria foram feitas análises dos produtos e montadas tabelas nutricionais, balanceamento e melhoramento de receitas e procedimentos para se obter um rótulo para facilitar a comercialização desses produtos. Essa atividade foi desenvolvida em conjunto com a coordenação dos cursos de Nutrição e de Propaganda e Marketing da Uniara.

Dentre os resultados destacam-se a permanência de estereótipos que caracterizam o lugar (inferior) da mulher na sociedade, inclusive no meio rural; as mulheres rurais continuam trabalhando em atividades agropecuárias, na forma de trabalho sem remuneração ou plantando, colhendo e cuidando de pequenos animais para o autoconsumo familiar, além de outras atividades desenvolvidas fora do lote.



Referências Bibliográficas

BANDEIRA, L. M. Desafios da transversalidade de gênero nas políticas públicas. In: SWAIN, T. N; MUNIZ, D. C. G. (Orgs.) **Mulheres em Ação**. Práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC, MG, 2005, p.169-193.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, 2006.

BRITO, J.C. de, D'ACRI, V. **Referencial de análise para a estudo da relação trabalho, mulher e saúde**, 2010. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-11X1991000200006&script=sci_arttext&tlng=ptpt, acessado em novembro de 2011.

DUVAL, H.C., FERRANTE, V.L.S.B. A produção do autoconsumo em assentamentos rurais: considerações a partir da atualização dos perfis dos núcleos de Araraquara. **IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais**. UNIARA, 2010. CD ROM.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, A. (Org.) **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres**. NEAD: Brasília, 2009.

FERRANTE, V. L. S. B. A proletarização não tem cartas marcadas (A terra no horizonte dos bóias-frias). **Natureza, História e Cultura – Repensando o Social**, Porto Alegre-RS: Editora da Universidade, 1992.

FERRANTE, V.L.S.B. (Org.) **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.9, Nupedor/Uniara, 2004

FERRANTE, V. L. S. B., DUVAL, H. C. Vozes e ações das mulheres na trajetória dos assentamentos rurais. In: FERRANTE, V.L.S.B. (Org) **Retratos de Assentamentos**. UNIARA: Araraquara, 2009.

HIRATA, H., KERGOAT, D. **Novas Configurações da divisão sexual do trabalho**. Caderno de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, st/dez. 2007.

INCRA. **Campo em Transformação: Ações do INCRA-SP voltadas à promoção da cidadania da mulher assentada**. São Paulo: Incra, 2008.

MELO, H.P.de; SABATTO, A.Di. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: BUTTO, A. (Org.) **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres**. NEAD: Brasília, 2009.

MOSER, C. Os diferentes enfoques em políticas para mulheres de baixa renda. In: PORTELA, Ana Paula; GOUVEIA, Taciana. **Idéias e Dinâmicas para trabalhar com gênero**. Recife: SOS Corpo, 1999. P. 213-221.



PAULILO, M. I. S. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise.** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21700.pdf> . Acessado em: 2010.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras: presença Feminina na constituição do Sistema Fabril**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade. Porto Alegre: v. 16, n.2, p. 5-22. Jul./dez. 1990.

VIEIRA, F.R. **Valorização econômica de quintais** – o caso dos agricultores associados à COOPERAFI (Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga-GO). Dissertação em Agronegócio. Universidade Federal do Goiás. Goiânia- GO, 2009.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural.** Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial.

Saberes da experiência e produção da vida social: o que nos ensinam as trabalhadoras e os trabalhadores associados do assentamento Che Guevara?

Bruna Sichi Gonçalves¹

¹Mestre em Educação. Programa de Pós-graduação em Educação- Faculdade de Educação – Universidade Federal Fluminense. Assistente de Pesquisa III – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
Emails: brunasichi@gmail.com - bruna.goncalves@ipea.gov.br

Resumo

Trata-se de uma pesquisa cujo objetivo é (re)conhecer os “saberes da experiência” de trabalhadores e trabalhadoras associados(as), apreendidos no processo de produção da vida social. O reconhecimento desses saberes supõe identificá-los, resgatá-los, resignificá-los, voltar a conhecê-los no intuito de evidenciar a importância da experiência do trabalho na construção do conhecimento e na formação humana. Fundamentados nos pressupostos do materialismo histórico, realizamos o trabalho de campo no assentamento Che Guevara, em Campos dos Goytacazes (Estado do Rio de Janeiro), onde foram realizadas entrevistas com trabalhadores/as de uma unidade de produção associada denominada COOPERPROCIC. Os objetivos específicos de pesquisa são: a) Identificar os saberes dos trabalhadores/as do assentamento Che Guevara quanto as suas experiências de luta pela terra e de criação da unidade de produção associada; b) Identificar os significados que os trabalhadores/as atribuem à escola, aos movimentos sociais e outras instâncias das práticas sociais. Elegemos as categorias “produção associada”, baseada em Karl Marx e “experiência”, com base em E.P. Thompson – categorias essas que permitiram análise das relações entre seres humanos e natureza, mediados pelo trabalho associado. Ao afirmar a importância de garantir às classes trabalhadoras o acesso aos conhecimentos filosóficos e científicos, historicamente produzidos, enfatizamos as dimensões educativas dos movimentos sociais de luta pela terra, destacando o Movimento dos Trabalhadores rurais Sem-Terra - MST e a Comissão Pastoral da Terra – CPT. Evidenciamos que o trabalho de produzir a vida associativamente requer a mobilização dos diversos saberes que vão se constituindo nas experiências vividas e no fazer-se das classes trabalhadoras.

Palavras-chave: Trabalho e educação; Produção associada; Saberes da experiência; Saberes do trabalho associado; Relação seres humanos e natureza.



A produção da vida social é um constante processo educativo – seja a educação em sua forma institucionalizada ou mesmo como relação cotidiana que se apresenta nos valores, hábitos, cultura, moral e tradição. Aprendemos diariamente sobre a vida, o outro, o mundo das coisas materiais e das coisas imateriais. Aprendemos sobre nós mesmos, pois como ser social, o ser humano está sempre em relação com o mundo. Essa relação é sempre de apropriação e transformação do mundo pelos sujeitos, embora outros determinantes que são as condições historicamente produzidas e encarnadas em/por nós (e também produzidas por nós) possam conformar diferentes experiências de relações sociais.

Muitos são os saberes que podem nascer de uma determinada experiência; neste trabalho buscamos conhecer novos e velhos saberes da experiência do trabalho associado e outros trabalhos para a produção da vida em assentamentos rurais. Tendo em conta que o (re)conhecimento dos saberes da experiência dos trabalhadores e trabalhadoras assentados têm muito a nos dizer sobre a) a qualidade de vida nos assentamentos; b) possíveis variáveis de “sucesso e insucesso de assentamentos rurais”; c) A importância da escola e de movimentos sociais na formação dos assentados e no sucesso/insucesso dos assentamentos. Atribuímos grande importância nesse projeto aos processos formativos, escolares e não escolares, os quais os trabalhadores dos assentamentos rurais mobilizam como arsenal de saberes para produzir a experiência singular de vida em um assentamento. Mais ainda, interessa-nos conhecer os saberes da experiência que garantem a manutenção e produção da vida social e biológica. Garantindo padrões de qualidade na cultura de alimentos, produção agrícola de um modo geral. Muitas vezes garantindo a sustentabilidade do assentamento no que se refere também à construção de suas casas, na manutenção dos lotes, na elevação da escolaridade dentro do assentamento, atividades de recreação e lazer, cuidados com a saúde, em suma, realizam uma gama de estratégias, associativamente, para garantir aquilo que muitas vezes o Estado não consegue suprir.

Afirmando a importância da presença do Estado, queremos também conhecer quais são as carências das populações dos assentamentos quanto ao lido burocrático dos diversos processos pelos quais, agora como assentados, os trabalhadores precisam encarar como sujeito coletivo. São diversos os mundos do trabalho dos quais partem os assentados num país com a magnitude territorial do Brasil com diversidades culturais, étnico-raciais e ainda com a desigualdade social entre regiões. Boaventura de Souza



Santos (s/d) nos diz que acerca dos direitos humanos: “Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza, temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”. Desse modo o sucesso de um assentamento rural passará pelo (re) conhecimento das diferenças e igualdades dentro do assentamento. Uma sistematização dos saberes da experiência apreendidos nos processos de produção da vida social e biológica dos assentamentos rurais do Brasil permitiria conhecer e produzir estratégias bem sucedidas de desenvolvimento econômico e social dentro dos assentamentos. Ao mesmo tempo, conhecer as experiências e os saberes dos assentados dá significado e reconhecimento às histórias e lutas de vidas individuais que culminam no sujeito coletivo que constituem como assentados.

Sobre os muitos mundos do trabalho dentro de um mesmo assentamento, nossa pesquisa de mestrado revelou que a relação com movimentos sociais de luta pela terra são fundamentais na produção de saberes referentes à produção da vida no assentamento pesquisado; bem como órgãos governamentais, que no campo pesquisado, salientamos a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Com isso, as estratégias de produção dentro do assentamento aparecem como importante espaço formativo e de garantia da qualidade de vida no mesmo. Mas, não somente estas experiências, a luta pela terra se mostrou para os trabalhadores do assentamento Che Guevara um espaço crucial de formação política e, posteriormente, quando já assentados, os movimentos sociais atuam como intelectuais orgânicos das diferentes atividades sociais dentro do assentamento. A preocupação com o meio ambiente e o instrumental teórico-metodológico para produzir de forma ecológica foi um saber desenvolvido junto aos movimentos sociais.

Na luta e anseio constantes de “fazer nascer” do mundo de hoje uma outra economia de produção da vida, gostaríamos de dar atenção aos saberes da experiência do trabalho associado. O trabalho associado é nossa categoria chave, pois compreendemos que a produção da vida (social e biológica) nos assentamentos rurais mobiliza uma verdadeira associação dos trabalhadores. Em Sichi (2011), podemos observar que o associativismo foi uma das estratégias de sobrevivência dos trabalhadores do assentamento Che Guevara¹.

¹ Tal assentamento se localiza no município de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro. As terras que compõem o Che Guevara pertenciam a uma usina de cana-de-açúcar que



Nossa pesquisa se intitula *Saberes da experiência e produção da vida social. O que nos ensinam as trabalhadoras e os trabalhadores de assentamentos rurais?* Mas saberes de qual experiência buscamos (re)conhecer? Os saberes da experiência de trabalho associado em assentamentos rurais. E mais: Quem são os trabalhadores em assentamentos rurais? De onde Vêm? Em nossa pesquisa de mestrado no assentamento Che Guevara² percebemos que o grupo era composto de quatro tipo de trabalhadores: a) trabalhadores desempregados da usina falida onde hoje se encontra o assentamento; b) trabalhadores das zonas rurais e urbanas de Campos dos Goytacazes; c) trabalhadores rurais de diferentes regiões do Rio de Janeiro e trabalhadores urbanos oriundos da cidade do Rio de Janeiro. Em outras palavras, vinham de diversos “mundos do trabalho”.

Nossa questão então toma os seguintes contornos: Como pessoas com diferentes histórias e experiências de trabalho produzem a vida em assentamentos rurais? Tomando como referência os resultados de nossa pesquisa de mestrado, percebemos que com o assentamento dos lotes, muitos trabalhadores e trabalhadoras precisavam aprender a cuidar da terra, viver dela e preservá-la para o seu próprio sustento, precisavam também aprender a lidar com uma nova condição, não eram mais trabalhadores a mercê de um patrão ou do desemprego, da mendicância ou tantas outras desventuras pelas quais passam as pessoas das camadas mais pobres da classe trabalhadora. Eram agora pessoas que haviam lutado por seu direito à terra e ao trabalho, direito à moradia. Além disso, a dificuldade de sobreviver anos em um acampamento, sofrendo diversas formas de violência e reprovação social, a falta de água, alimentos e condições básicas de saúde acabam levando muitas famílias a desistir. Segundo nos contaram os trabalhadores do Che Guevara, as famílias com muitas crianças acabavam retornando para seus antigos trabalhos dada a dificuldade em garantir o básico para a sobrevivência do núcleo familiar, num processo de acampamento. É importante ressaltar que durante a ocupação das terras não foi possível, pela carência de meios de trabalho, sustentar todas as famílias que

faliu, situada no bairro de Marrecas que se localiza a cerca de 60 quilômetros do centro urbano de Campos de Goytacazes. Ver Sichi (2011).

² Sichi, 2011. *Saberes da experiência e produção da vida social: o que nos ensinam as trabalhadoras e os trabalhadores associados?*. Dissertação defendida em março de 2011 como requisito parcial para o título de mestre em educação. Programa de Pós –Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.



inauguraram o acampamento. Assim, as demais famílias chegaram posteriormente à garantia da terra pelo Estado ou chegaram já nos últimos anos do acampamento.

A prática comum nas usinas de cana dessa região é a da monocultura no plantio e de queimadas para preparo do solo nas entressafras. Tal cenário acarretou num solo improdutivo que contribuiu para o processo de falência de várias usinas sucraalcooleiras da região³. No ano de 1998, 138 famílias, junto ao Movimento dos Trabalhadores rurais Sem-Terra – MST ocuparam as terras da falida usina Santo Amaro que pertencia à Companhia Agrícola Baixa Grande.

Movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores rurais Sem-Terra) e CPT (Comissão Pastoral da Terra) tiveram uma importante participação no processo de ocupação. O envio de militantes destes movimentos para assessorar o acampamento era comum durante os quatro anos de ocupação do Che Guevara. Além disso, cursos de formação política e de trato do trabalho com a terra foram oferecidos aos trabalhadores do Che Guevara pelos movimentos sociais citados, principalmente a partir do assentamento da terra em 2002. No ano de 2002 quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) efetivou o processo de loteamento e assentamento das terras que compõem o Che Guevara apenas 16 famílias que participaram da ocupação e do acampamento haviam permanecido nas terras. No ano de 2010, o presidente da associação de moradores estima que cerca de quarenta famílias vivem no assentamento. Ao considerarmos o processo de luta pela terra e o papel dos movimentos sociais como importantes espaços educativos realizamos nosso trabalho de campo apenas com aquelas trabalhadoras e trabalhadores associados que participaram do movimento de ocupação das terras do Che Guevara.

Assim nasce a COOPERPROCIC (Cooperativa de Produção e Comercialização dos Assentamentos Ilha Grande e Che Guevara), dissidência da Associação do Assentamento Che Guevara, ambas de 2002, ano em que foi realizado o assentamento. Dissemos “assim nasce”, pois a COOPERPROCIC foi a alternativa dos trabalhadores que sentiam-se insatisfeitos com as políticas e decisões da associação e que queriam também construir coletivamente um espaço de trabalho e geração de renda, devido à dificuldade em se sobreviver da terra. Dentre homens e mulheres que se associaram na produção, alguns eram trabalhadores rurais, outros trabalhavam na falida usina, outros



trabalhavam na produção da cana de açúcar, mas em outras usinas e outros estavam desempregados e/ou nunca tiveram um emprego “formal”.

Assim, o saber sobre o trato com a terra foi sendo apreendido na medida da necessidade de se sobreviver dela. Alguns trabalhadores levavam suas experiências de trabalho com a cana e sabiam que apenas plantá-la para revender aos setor secundário era pouquíssimo lucrativo (O preço pago aos agricultores pelo cento de cana varia entre R\$ 0,08 e R\$ 1,00.). Com isso, a proposta de trabalho associado no Che Guevara vem preencha da possibilidade de agregar valor ao produto imediato da lavoura. Assim, 22 trabalhadores se associaram no trabalho de produzir cachaça e açúcar mascavo em uma unidade de produção associada que veio a se denominar COOPEPROCIC (Cooperativa de Produção e Comercialização dos assentamentos Ilha Grande e Che Guevara)⁴.

Os saberes oriundos dos diversos trabalhos anteriormente realizados pelos trabalhadores, os saberes da ocupação da terra, do contato com movimentos sociais, dos cursos oferecidos pelas mais diversas entidades, do processo de assentamento e da criação de uma unidade de produção associada no assentamento Che Guevara, são saberes que buscamos (re)conhecer. São esses saberes que chamamos de saberes da experiência. E a experiência que é a base material de produção de tantos saberes de culturas e experiências de trabalho de uma classe em constante formação – a classe trabalhadora de um Brasil da era Lula. A totalidade se revela nessa experiência de trabalho associado que é constituinte da luta da classe trabalhadora de um país do sul econômico⁵. Um país que se torna uma potência do capitalismo à custa de parques avanços sociais, à custa de privatizações e acordos políticos de venda e exploração de nossos mais diversos recursos para organismos privados e/ou internacionais. A unidade de “produção associada de saberes”, ou seja, a base material, a experiência da qual brotam tantos saberes é o trabalho associado no assentamento Che Guevara.

Primeiramente, dissertamos sobre os mundos dos trabalhos que se expressam no contexto da crise do trabalho assalariado, no cenário da financeirização do capital.

⁴ As terras que compõem o assentamento Ilha Grande e o assentamento Che Guevara pertenciam à Companhia Baixa Grande, comportando duas de suas fazendas: a “Ilha Grande” e a “Marrecas”. Todavia o processo de ocupação das terras foi uma ação comum empreitada pelo MST e pelo heterogêneo grupo de trabalhadores que em 1998 acampou nas terras das fazendas.

4.Referimo-nos aqui a divisão política entre norte e sul que faz contraposição à divisão geográfica, no entanto, achamos que o termo “econômico” corresponde melhor aos aspectos sociais que fundamentam essa divisão do globo.



Perseguindo as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores desempregados analisamos a categoria produção associada à luz das mudanças ocasionadas pela/na reestruturação produtiva do capital. Num último momento, utilizamos a análise dessa categoria para apresentarmos a produção associada da vida no assentamento Che Guevara. No que se refere à mundialização do capital no processo da reestruturação produtiva, às conseqüências da crise do fordismo para a classe trabalhadora, entre elas a flexibilização dos direitos adquiridos pelos trabalhadores e as novas/velhas formas de exploração do trabalho. Utilizaremos os referenciais teórico-empíricos de Karl Marx, David Harvey, Ricardo Antunes e Maria Augusta Tavares. Novamente, tais autores trazem importantes debates quando refletimos sobre as contradições da produção associada no seio do capitalismo; além disso, usaremos também as contribuições de Rosa Luxemburgo. Sobre os aspectos educativos do trabalho associado, respeitando as diferenças de tempo/espço lançamos mão dos aportes de Antonio Gramsci, Sonia Rummert, Maria Clara Bueno Fischer e Lia Tiriba.

Nossa intenção é atentar que muitos são os mundos do trabalho, principalmente se pensarmos em práticas, hábitos, saberes, relações hierárquicas das mais diversas, formas de organização da classe trabalhadora e até o cotidiano de trabalho. Posteriormente, nos deteremos na experiência do trabalho entendido como processo educativo e de produção de conhecimento. Para isso usaremos os referenciais teóricos de E.P. Thompson, Antonio Gramsci, Vladimir Lênin, Karl Marx e Friedrich Engels. Sonia Rummert, Lia Tiriba e Maria Clara Bueno Fischer também são importantes referenciais no que diz respeito à educação da(s) classe(s) trabalhadora(s) sob a insígnia da dualidade estrutural; mais especificamente Tiriba e Fischer trazem contribuições sobre os processos educativos de trabalhadores em situação de trabalho associado. Refletimos também sobre as culturas do trabalho para nos aproximarmos sobre saberes da experiência e sobre os saberes do trabalho associado.

Nos debruçamos também sobre os ensinamentos das trabalhadoras e trabalhadores associados, acerca das experiências de trabalho que foram importantes para a construção da unidade de produção associada. Em suma, buscamos sintetizar aqueles saberes, oriundos das mais diversas experiências, que foram mobilizados para o trabalho associado no assentamento Che Guevara. Inferimos que, a) a relação dos trabalhadores com a luta pela terra; b) o contato com movimentos sociais; c) as intervenções do Estado; d) algumas histórias de vida desses trabalhadores; e) o papel de



liderança exercido por Davi do Nascimento Barbosa, (trabalhador associado e morador do Che Guevara); f) a relação ser-humano e natureza são elementos dos mundos dos trabalhos que confluem a síntese dos saberes da experiência da produção associada da vida no Che Guevara.

Trabalhar com a categoria experiência demanda o ir e vir entre a teoria/empíria, não dedicamos um espaço exclusivo ao trabalho de campo na unidade de produção associada. Isso significa dizer que o trabalho de campo vai se revelando no diálogo com nossos referenciais teórico-empíricos. Com isso reafirmamos que o método da economia política de Karl Marx (1978) orienta a lupa pela qual olhamos a especificidade/totalidade de nossa pesquisa. O autor salienta que os indivíduos estão produzindo em sociedade, portanto a produção destes é determinada socialmente. Isso explica nossa preocupação em dedicar um olhar sobre os mundos do trabalho e a produção associada como um dos elementos desses diversos mundos. Pois, “(...) a produção também não é apenas uma produção particular, mas é sempre, ao contrário, certo corpo social, sujeito social, que exerce sua atividade numa totalidade maior ou menor de ramos de produção” (Idem. p.105).

Com esses pressupostos buscamos proceder na pesquisa tendo em vista o materialismo histórico como referência teórica, política e até militante. Isto posto, apresentamos o objetivo geral de pesquisa: (Re)conhecer os “saberes da experiência” dos trabalhadores e trabalhadoras associados(as) apreendidos no processo de produção da vida social. Em termos específicos buscamos a) Identificar os saberes dos trabalhadores/as do assentamento Che Guevara quanto as suas experiências de luta pela terra e de criação da unidade de produção associada; b) Identificar os significados que os trabalhadores/as atribuem à escola, aos movimentos sociais e outras instâncias das práticas sociais. Lembramos que o “(re)conhecimento” dos saberes da experiência supõe identificá-los, resgatá-los, ressignificá-los, voltar a conhecê-los no intuito de evidenciar a importância da experiência do trabalho na construção do conhecimento e na formação humana.

O trabalho de campo foi um desdobramento daquele que realizamos em junho de 2008 na “Cooperativa de Produção e Comercialização dos Assentamentos Ilha Grande e



Che” Guevara – COOPERPROCIC⁶, localizada no município de Campos dos Goytacazes - RJ. Esse período correspondeu aos estudos de Iniciação Científica e de Graduação no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. Naquele momento do trabalho de campo, em 2008, nossa pesquisa foi orientada em função de objetivo similar ao dessa: “Inventariar os saberes da experiência / saberes populares sobre o mundo do trabalho e relações de convivência, adquiridos pelas trabalhadoras e trabalhadores associados, que possam se constituir como fundamento de análise sobre a possibilidade de construção de outras ordens do pensamento no espaço do trabalho associado”. Contamos no momento de nossa primeira visita, com o auxílio do Setor de Produção do MST, que possibilitou nossa entrada no assentamento por intermédio de Davi Barbosa do Nascimento – assentado, militante do MST e da Pastoral da Terra.

Resgatamos alguns saberes de nossa experiência na unidade de produção associada, saberes estes explicitados em nossa monografia de graduação. Para fins dessa pesquisa de mestrado, estabelecemos novos procedimentos metodológicos necessários à consecução de nossos objetivos. Assim, lembrando a importância que atribuímos à luta pela terra (e todo seu amplo significado educativo). A partir da premissa de que ocupar as terras produz um arsenal de saberes relevantes à produção associada no assentamento Che Guevara, entrevistamos apenas aquelas trabalhadoras e trabalhadores associados que:

- a) fizeram parte do processo de ocupação da terra e/ou aqueles que chegaram à ocupação pouco antes do parcelamento dos lotes;
- b) são associados(as) à unidade de produção COOPERPROCIC.

Nossa volta ao assentamento Che Guevara (para estudos de pós-graduação) ocorreu exatamente no momento da reinauguração das atividades de produção, que haviam passado por um momento difícil devido às dificuldades financeiras, de compra de material e de venda e distribuição de seus produtos (derivados da cana-de-açúcar). Em setembro de 2009, duas remessas de cachaça haviam sido produzidas, no entanto grande parte da produção estava estocada. A inserção no mercado ainda é uma grande dificuldade a ser superada. **Davi** nos contou que venderam a produção apenas para amigos e conhecidos, mas que há pouco mais de um mês negociava-se com um

⁶ Sobre esse trabalho ver: Sichi, 2008 In. Tiriba, Lia. *Trabalho, educação e economia popular solidária: elementos para uma “pedagogia da produção associada”*. Relatório final de Pesquisa, Universidade Federal Fluminense, 2008.



revendedor de cachaça da região. As atividades de produção não dependem apenas do entusiasmo e do trabalho dos(as) associados(as). Mesmo que a unidade de produção associada estabeleça novas relações sociais, ela ainda está inserida no modo de produção capitalista e é nesse panorama, sob a égide desse modelo, que devemos compreender as práticas e discursos dos(as) trabalhadores(as) associados(as).

Também pudemos perceber que grande parte dos trabalhadores/as da COOPERPROCIC não dispõe de muito tempo para as atividades nela. A mesma se encontra em um momento difícil, inclusive no que se refere às instalações para a produção – por exemplo, durante uma de nossas visitas, os banheiros estavam em construção. Isso depois sete anos de trabalho na COOPERPROCIC. Além disso, esses(as) trabalhadores(as) precisam cultivar em seus lotes; muitos ainda trabalham fora do assentamento, seja como trabalhadores(as) assalariados(as), como em outras formas de atividades.

A cultura da cana-de-açúcar é uma forte atividade produtiva no município de Campos dos Goytacazes, assim, muitos associados(as) plantam a cana-de-açúcar em seus lotes para revender às usinas da região. Com isso, percebemos a amplitude das relações sociais de produção e da cadeia produtiva em que estão inseridos esses trabalhadores. Durante nossas estadias no assentamento, realizamos as entrevistas sempre com as pessoas trabalhando (Muitas vezes acabamos participando de algumas dessas atividades.). Para não interferir no cotidiano de produção de cachaça e outros derivados da cana, grande parte do material do trabalho de campo constitui-se por entrevistas individuais. Todo esse cenário foi de fundamental importância para perceber que as entrevistas individuais se apresentavam como uma saída mais condizente com a realidade dos(as) trabalhadores(as) associados(as), pois com a grande quantidade de trabalho acumulada por esses(as) trabalhadores(as) não lhes resta muito tempo para as reuniões de entrevistas coletivas que propomos. Apesar disso, entre uma pausa e outra no trabalho, para beber água ou tomar um cafezinho, conseguimos frutíferas conversas com pequenos grupos de trabalhadores, conversas onde nossas questões de pesquisa puderem ser debatidas. Apesar de nossa preferência metodológica por “grupos de discussão”, apenas uma vez conseguimos reunir todos os trabalhadores e trabalhadoras para fins de debates sobre nossas perguntas (semi-estruturadas). Além disso, acompanhamos duas assembleias dos trabalhadores associados.



Também realizamos entrevistas com militantes do MST, da CPT e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro (FETAG – RJ), no intuito evidenciar as ações dos principais movimentos sociais que apoiam a luta pela terra no Brasil e, principalmente no Rio de Janeiro. Além disso, tecemos um quadro sobre a natureza das relações que cada um desses movimentos estabelece com o assentamento, bem como as influências que exerceram no processo de ocupação da terra.¹ Embora também analisemos alguns aspectos da relação dos trabalhadores associados com o Estado, tendo em conta as ponderações de Karl Marx sobre essa relação. Pareceu-nos fundamental considerar a interferência de órgãos governamentais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA) no assentamento. O trabalho de localização dos principais movimentos sociais e instituições que realizam a mediação entre as relações de luta pela terra, diálogos com o governo e demais demandas políticas do “Che Guevara” é mister para o resgate dos processos de produção de saberes da experiência dos(as) trabalhadores(as) associados (as).

Em síntese, os procedimentos metodológicos iniciaram com a revisão de literatura e como resgate do trabalho de campo realizado em 2008. A partir de 2009, o trabalho de campo se configurou em entrevistas semi-estruturadas:

- a) Entrevistas individuais e coletivas com as trabalhadoras e os trabalhadores associados;
- b) Conversas informais, via e-mails e telefonemas com Davi do Nascimento Barbosa, nosso principal interlocutor dentro do assentamento Che Guevara;

Consideramos importante explanar acerca dos estímulos e curiosidades epistemológicas que nos levaram a realização dessa pesquisa – *Saberes da experiência e produção da vida social. O que nos ensinam as trabalhadoras e os trabalhadores associados na produção?* Acreditamos que o resgate dos “saberes da experiência” bem como o recorte de classe de nossas questões trazem a problemática do poder, da hierarquia, e do (re) conhecimento dos saberes da experiência nas relações que os trabalhadores(as) constroem com o saber. Por um lado as relações de saber e de poder na sociedade capitalista podem ser compreendidas na sua relação com esfera econômica hegemônica, uma vez que, de uma maneira geral, os conhecimentos socialmente valorizados são aqueles reconhecidos e legitimados pela classe que detêm poder



econômico. Por outro, os “saberes da experiência” das trabalhadoras e trabalhadores associados podem ser compreendidos numa perspectiva de resistência e/ou embate ao capital, ou seja, como manifestações de uma cultura do trabalho que de algum modo se diferencia dos paradigmas da economia capitalista. Nesse horizonte, mais uma vez, reafirmamos a importância dos processos educativos escolares e não escolares na formação dos(as) trabalhadores(as) associados e do conjunto da classe trabalhadora.

Entendemos que muitas vezes nossos saberes e aprendizados gerados em uma experiência cotidiana (e quase vulgar de produção da vida) podem carregar um novo conhecimento sobre o mundo. No romance *A caverna* de Saramago (2008) o personagem Cipriano Algor se vê diante de uma cidade que cresce e se industrializa, o consumo se massifica e não há mais mercado consumidor para os vasos de argila produzidos por ele e seus familiares. Saramago nos brinda com a análise histórica da experiência vivida por Cipriano Algor: um artesão autônomo, cuja manutenção da vida depende da economia familiar.

O protagonista viaja mensalmente de sua pequena chácara até o centro urbano para vender ao principal mercado da cidade os artigos de argila produzidos por sua família, mas os vasilhames de plástico entram no mercado da cidade e por serem mais baratos as pessoas os compram mais. Assim, o mercado para o qual a família de Cipriano vendia os frutos de seu trabalho, há três gerações, acaba cancelando as compras com eles indefinidamente, o gerente do mercado diz a Cipriano que o plástico é mais barato e tem maior saída. Saramago conclui que Cipriano compreendeu o processo de desenvolvimento do capitalismo e a centralidade do trabalho em sua vida no momento em que suas peças foram rejeitadas pelo comprador; entendeu o consumo de massas expressado na rejeição dos vasilhames de argila que foram substituídos por plástico. No entanto, Cipriano não conseguia comunicar em palavras tudo que havia aprendido e apreendido. A história de Cipriano ou a nossa produzem saberes.

Acreditamos que os saberes da experiência e aqueles que resultam da produção científica não são ontologicamente distintos, uma vez que a produção de saberes advém do cotidiano de vida e trabalho. A disciplina e o rigor metodológico com o qual a ciência trabalha possibilitam a sistematização e o avanço dos conhecimentos em prol de um determinado projeto de mundo, de ser humano e de sociedade. Nesse sentido, ressaltamos a importância de que os trabalhadores, enquanto classe social e enquanto



sujeito coletivo, se apropriarem do arsenal de saberes historicamente produzidos e acumulados ao longo da história da humanidade, bem como dos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitam sistematizar seus próprios saberes.

Em síntese, quando pensamos em formação humana e democratização da educação não podemos deixar de reivindicar o acesso indiscriminado à educação básica para a classe trabalhadora. Todavia, a crítica à educação escolar nos permite buscar nos demais espaços educativos saberes e conhecimentos que sirvam à protagonização histórica do conjunto dos trabalhadores e não somente à formação para o trabalho. Ou ainda saberes que se aproximem das vidas dos trabalhadores-estudantes. Entendemos ser essa uma luta histórica fundamental para a construção de um projeto societário que se contraponha à lógica excludente da sociedade capitalista.

E tal luta se realiza hoje e ao longo da história do capitalismo, no cenário de desumanização e crescente precarização das condições de vida e trabalho. Assim, vislumbramos a possibilidade de uma (re) apropriação crítica da experiência adquirida no trabalho, bem como a sistematização dos saberes da experiência dos trabalhadores e trabalhadoras sobre as diversas dimensões da produção da vida social. Posto que, no capitalismo, o trabalho aparece como fonte de geração de mais valia, servindo aos interesses da burguesia, elegemos como objeto empírico uma unidade de produção associada que, mesmo sob a égide do capital, se diferencia da lógica do trabalho assalariado.

Referências bibliográficas

AQUINO, Silvia Lima de. A. *Caminho do Campo: As Relações entre Reforma Agrária e Migrações rural-urbano-rural e urbano-rural. Um Estudo de Caso em Campos dos Goytacazes – RJ*. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura E Sociedade – CPDA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2008.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber. Elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DURKHEIM, Émile. *A divisão do trabalho social*. ed. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1984.



FISCHER, Maria Clara Bueno. *O trabalhador no centro de propostas de pesquisa-formação para o trabalho associado*. Perspectiva, v. 26, n. 1. Florianópolis, jan./jun. 2008.

_____ e ZIEBELL, Clair Ribeiro. Saberes da experiência e o protagonismo de mulheres: construindo e desconstruindo relações entre esferas da produção e da reprodução. In: TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy. *Trabalho e educação. Arquitetos abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida: Idéias e letras, 2004.

_____ e TIRIBA, Lia. *Saberes del Trabajo Asociado*. In: CATTANI, Antonio D.; CORAGGIO, José L.; LAVILLE, Jean-Louis.. (Org.). *Diccionario de la Otra Economía*. 1 ed. Buenos Aires: Altamira, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 .

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Os intelectuais. O principio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Cadernos do cárcere* vol. 4. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Democracia operaria – partido, sindicatos e conselhos*.Coimbra: Centelha, 1976.

_____; BORDIGA, Amadeu. *Conselhos de fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

_____. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*.São Paulo: Companhia das letras, 1995.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LÊNIN, Vladimir. *Sobre a juventude*. Coleção Biblioteca do Socialismo Científico. Santos: Editorial Estampa,1979.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo:Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979.

MARX, Karl. “A guerra civil em França”.In: MARX, K. e ENGELS, F. *Textos I*. São Paulo. Edições Sociais, 1975.

_____. *Crítica ao Programa de Ghota*. São Paulo. Edições Sociais,1977.



_____. *O dezoito de Brumário de Louis Bonaparte*. Domínio Público. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br>.

_____. *Introdução à contribuição à crítica da economia política*. Os pensadores. Abril Cultural. São Paulo, 1978.

_____. *Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores Fundada em 28 de Setembro de 1864*. Transcrição e HTML: Fernando A. S. Araújo, novembro 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>

_____. *O Capital*. Livro 3. vol. 5 - Cap. XXIII e XXVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

_____. *O capital*. Livro I. Cap. V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1980.

THOMPSON. E.P. *A formação da classe operária inglesa. Livro I. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. Aparecida: Idéias e Letras, 2006.

_____. *Libertação e hegemonia. Realizar a América latina pelos movimentos sociais*. Aparecida: Idéias e Letras, 2009.

RUMMERT, Sonia Maria. *Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação*. PERSPECTIVA v. 26, n. 1, 175-208. Florianópolis, jan./jun. 2008. Disponível em <http://www.perspectiva.ufsc.br>

_____. Gramsci, Trabalho e educação. Jovens e adultos pouco escolarizados no Brasil actual. Caderno Sísifo :4, 2007.

RUMMERT. Sonia Maria. *Projeto escola de fábrica – atendendo a “pobres e desvalidos da sorte” do século XXI*. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23, n. 02. jul./dez. 2005

TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista. Informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.

TIRIBA, Lia. *Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa*. Perspectiva, v. 26, n. 1. Florianópolis, jan./jun. 2008.

_____. *Economia popular e cultura do trabalho: Pedagogia(s) da Produção Associada* Ijuí: Unijuí, 2001.



_____. *Relatório Final de Pesquisa*. Trabalho, educação e economia (popular) solidária: elementos para uma “pedagogia da produção associada”. Niterói: Universidade Federal Fluminense, julho de 2008.

_____; PIKANÇO, Iracy. *Trabalho e educação. Arquitetos abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida: Idéias e letras, 2004.

VENDRAMINI, R. Célia. *A contribuição e E. P Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho*. Educação UNISINOS/ Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Vol. 4, N. 7 (jul. dez. 2000). São Leopoldo, 2000.

WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo. Boitempo, 2003.

Santos. B. S. Por Uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos.
www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_dh.htm



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

**Saberes e práticas articuladas em vista de um desenvolvimento territorial:
aspectos da Economia Solidária na Rede Bragantina**

Lindomar de Jesus de Sousa Silva¹

Tânia Nazarena de Oliveira Miranda²

¹Doutorando em Desenvolvimento Sócio Ambiental, Universidade Federal do Pará. Bacharel e Licenciado Pleno em Ciências Sociais com Ênfase em Ciências Políticas. Especialista em áreas de Desenvolvimento da Amazônia. Mestre em Planejamento e Desenvolvimento. UFPA. Secretário Executivo da Cáritas Brasileira Regional Norte II. Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa na Amazônia. NIEPA. E-mail: lindomarjssilva.cs@gmail.com

²Mestranda em Ciências da Religião, Universidade do Estado do Pará. Bacharel e Licenciada Plena em Ciências Sociais com Ênfase em Antropologia – Especialista em Estudos Culturais da Amazônia- UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais Educação e Cidadania no Contexto Amazônico-GMSECA E-mail: taniamiranda18@yahoo.com.br

Resumo

A perspectiva de desenvolvimento territorial na Amazônia obedeceu aos múltiplos, longos e complexos processos que resultaram na criação de territórios dos distintos grupos sociais que se estruturaram em espaços homogêneos. Não o ‘espaço’ abstrato e genérico, mas aquele vivido como “lugar” concreto e habitado, este representado por lugares sagrados, de saberes e práticas, dotados de sentimentos e significados. Nesse sentido, a articulação de redes da economia solidária na Amazônia passou a ser um instrumento capaz de articular saberes e práticas de populações tradicionais valorizando os fatores endógenos econômicos, sociais e culturais na Amazônia, presentes na dinâmica da rede bragantina no Pará.

Palavras-chave: Trabalho em rede, Território. Articulação, Sustentabilidade, Rede Bragantina



Apresentação

Os estudos evidenciam que o Pará é o segundo maior estado brasileiro em área terrestre, correspondendo em 32,37% da região norte e 14,65% de todo o território nacional. A população residente no Pará é de 6.188,685 habitantes em uma área de 1.253,164,5 Km². A distribuição dessa população pela situação de domicílio corresponde em 33,50% (2.072.911) e rural e 66,50% (4.115,774) urbana. Apresenta grande potencial em recursos minerais e naturais. Em função da presença de tais recursos o estado tem vivenciado um intenso processo de transformação em termos econômico, político, social, cultural e ambiental. O Pará embora apresente riquezas que poderiam melhorar a qualidade de vida da população paraense registra altas taxas de exclusão social, tanto no campo como na cidade, representadas pelos conflitos e mortes no campo, pelo trabalho escravo, pela ausência de reformas rurais e urbanas, etc. É nesse sentido, que se apresenta em mídia telejornalística, o estado como um território com “ausência de sociedade política e forças sociais representadas pelo institucional e forças sociais configuradas pela sociedade civil” (DUARTE, 2010, p. 01) capazes de garantir a autonomia e soberania e permanência de centenas de famílias e pessoas em seus espaços de vivência como “lugar” concreto e habitado, este representado por lugares sagrados, de saberes e práticas, dotados de sentimentos e significados.

O debate acerca da autonomia, soberania de democracia, de lugar, de significados, mas também de alianças permeiam as décadas de oitenta e noventa no sentido de preservar identidades, conhecimentos evidenciando comunidades que se organizavam em torno de suas culturas, de seus costumes, tradições e práticas de direito comum³, vividas a partir de regras e leis compostas pela própria comunidade. O costume exercido pela tradição regia e ainda rege algumas comunidades na Amazônia que foram e são interferidos por um modelo configurado para satisfazer principalmente as necessidades do mercado mundial, em que a região expõe seus produtos e abre-se para o mundo através de seus 50 mil quilômetros de rios navegáveis. Somente o rio Amazonas é formado por 1,1 mil rios afluentes até a foz. Também podem ser encontrados na região 80% das variedades de vida do planeta, constituindo-se na maior floresta tropical do mundo. A Amazônia tem sido ocupada ao longo dos tempos, como

³ *Direito comum* utilizado sob ótica de Thompson de forma complexa de usos, reivindicações de propriedade, hierarquia e acesso preferencial a recursos, adaptação às necessidades, que, sendo *lex loci*, deve ser investigado em cada localidade e não pode ser jamais ser tomado como típico.



objeto da internacionalização em particular pela sua potencialidade econômica em que mesma apresenta.

Em contrapartida a este modelo de desenvolvimento encontra-se no Nordeste paraense a rede bragantina⁴, que a partir do território, estabeleceu uma organização em rede visando ampliar o processo de mobilização e construção de alternativas de superação da situação de exclusão das decisões que levassem em conta os seus saberes e costumes que vigoram princípios da democracia autogestão dos grupos além da solidariedade humana dentro do próprio grupo. Princípios que foram acrescentados com o amadurecimento de uma forma de cooperativismo para uma forma de organização mais ampliada, mais articulada, divulgada e formulada em fóruns capazes de sugerir políticas públicas com fins de garantir alternativas frente ao modelo de desenvolvimento capitalista.

Essa proposta busca não somente uma inserção demasiada no mercado em si um processo articulado de troca de saberes entre as comunidade e entidades que compõe a mesma. Além, da persistência no trabalho em transformar a cultura do silêncio, do individualismo, do autoritarismo, da violência que ainda está enraizada nas comunidades e grupos que são regidos pelo pensamento pregado pelo capitalismo. É evidente que dada à complexidade da realidade amazônica e a diversidade de entidades coletivas envolvidas na rede bragantina, como comunidades quilombolas, agricultores familiares, ribeirinhos, indígenas faz dessa ação algo complexo, porém profundamente rico em seus resultados.

Nesse sentido, a articulação de redes da economia solidária na Amazônia passou a ser um instrumento capaz de articular saberes e práticas de populações tradicionais valorizando os fatores endógenos econômicos, sociais e culturais na Amazônia, presentes na dinâmica da rede bragantina no nordeste paraense.

⁴ Formada em 2006 com iniciativa da Cáritas Regional Norte II, Cediam/Escola Ecrama, Cedenpa, Cáritas da Diocese de Bragança se uniram para solidificar o aprendizado real como construção coletiva do saber, da visão de mundo com as motivações e os desafios e na complexidade de pensar, agir e educar coletivamente ao trabalho em Rede para: Produzir com respeito às culturas, as sinergias da natureza, valorizando os agroecossistemas em todos os níveis de intervenção humana. A Rede Bragantina reúne atualmente vinte uma organização membro, que trabalham por uma cultura de sustentabilidade a partir de novas relações econômicas, afetivas, de gênero e etnia, no sentido da existência humana, e da justiça econômica e social. Os principais objetivos: Comprar, vender e consumir com ética e solidariedade. Partilhar a formação e a capacitação que torna nossos empreendimentos solidários e sustentáveis. Denunciar a violência e a discriminação contra todas as formas de vida, Incentivar a organização de consumidores para o comércio justo e solidário.



O presente artigo pretende expor, o processo de articulação da Rede em seu contexto histórico partindo da metodologia de fóruns, reuniões, feiras de economia solidária encontros de intercambio utilizados por pastorais e organismos e movimentos sociais consolidando um debate em vista da construção de alternativas viáveis de mobilização de saberes das comunidades tradicionais assim como a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário na Amazônia.

Do Cooperativismo à Economia Solidária: em vista de novos caminhos

Remontando o tempo, vamos encontrar, em 1610, com a fundação das primeiras reduções jesuíticas no Brasil, o início da construção de um estado cooperativo em bases integrais. Por mais de 150 anos, esse modelo deu exemplo de sociedade solidária, fundamentada no trabalho coletivo, onde o bem-estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico de produção. A ação dos padres jesuítas se baseou na persuasão, movida pelo amor cristão e no princípio do auxílio mútuo (mutirão), prática encontrada entre os indígenas brasileiros e em quase todos os povos primitivos.

Situa-se o início do Movimento cooperativista no Brasil em 1841. Foi quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das idéias reformadoras de Charles Fourier, fundou, um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas. Essa idéia que teve sua curta existência contribuiu na memória coletiva como elemento formador do florescente cooperativismo no Brasil.

No entanto, vale dizer o Cooperativismo Brasileiro conquistou sua autonomia com a promulgação da nova constituição do País, em 1988. Essa conquista e outras foram calcadas na troca de experiências, debates, discussões e conclusões consensuais de movimento cooperativista. A nova constituição deu liberdade para criar sua própria instituição financeira e assim multiplicar as possibilidades de ação, com positivos reflexos sociais. Essa autonomia é o coroamento de todo esforço desenvolvimentista e organizacional de um tipo de cooperativismo que foi centralizado, desde 1972, na Organização de Cooperativismo Brasileiro - OCB que durou até 1969.

As experiências de Cooperativismo no estado do Pará acompanham o processo estabelecido no Brasil que a partir também da Nova Constituição sem a tutela do estado possibilitou a criação de cooperativas e associações em particular a partir do esforço do movimento sindical combativo e das formas de organização alternativas reinventadas pelo campesinato a partir dos anos 80 e assim, criou o Fundo Constitucional do Norte – FNO. Portanto, o cooperativismo tem sua base social nas Cantinas, Cantinões, Caixas



Agrícolas, Associações e Cooperativas nascidas das forças sociais e econômicas pelo direito de exercício da cidadania.

É também no início da década de 80 alguns movimentos, grupos e comunidades desenvolvidas por organizações sociais como a Cáritas, Fase, Serviço Voluntário Internacional⁵, realiza seus trabalhos a partir dos princípios do cooperativismo alternativo que além de buscar a organização econômica, como as cantinas comunitárias, pontos de vendas, melhorar a qualidade do produto tinham a finalidade de possibilitar aos trabalhadores o acesso ao conhecimento, por meio da metodologia de educação Paulo Freire. Buscando a construção de uma autonomia política e econômica, já que o objetivo de superação da cultura do coronel presente na região e da forte presença do atravessador.

Aos poucos os Projetos Alternativos Comunitários- PACs estavam indicando novos caminhos e alternativas que envolviam não só a avaliação, mas, de encontrar novos rumos que sustentasse e superasse o individualismo, do autoritarismo, do machismo encontrado nos próprios participantes dos PACs. Segundo a Avaliaçãoⁱ realizada pela Cáritas, FASE e SVI os resultados econômicos foram positivos, no entanto não resolviam questões enraizadas por um sistema que faz imperar a cultura da competição, da acumulação e do lucro. Inicia-se neste sentido, novos debates, idéias que cultivasse a ampliação da qualidade de vida, autogestão cooperativa, organização do movimento de economia solidária, solidariedade em rede, desenvolvimento da sociedade sustentável, fortalecimento de redes e suas representações, redes de complementaridade solidária Repensar alguns princípios foram pontuais para acrescentar perspectivas no sentido técnico no uso da tecnologia e do pensamento voltado para o meio ambiente e as novas relações sociais e de trabalho surgidos na sociedade atual.

⁵ A **Cáritas Brasileira**, atuando no Regional Norte II (Pará e Amapá) desde 1988 a Cáritas Brasileira tem buscado, a partir das mais diversas ações, implementar passos significativos que contribuam com grupos e comunidades, movimentos e organizações sociais e populares diversos na conquista de direitos, participação, dignidade. A **FASE** - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua em seis estados brasileiros entre eles o Pará. Desde sua origem, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Ao longo da década de 60, a **FASE** lançou as bases de um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo, mas o golpe de 64 fez com que estes rumos tivessem de ser redefinidos. Atua hoje com várias linhas de ação inclusive com a formação sobre Economia Popular Solidária. **SVI** –Serviço Voluntário Internacional realizou suas atividades até meados de 1990 e a seguir a parceria foi realizada com a Comissão Pastoral da Terra - CPT



A economia solidária precisava estar assentada em outros valores. Enquanto o capitalismo é “cada um por si e Deus por todos e que vença o melhor”, para um novo comportamento se faz necessário: trabalhar em conjunto, em um sistema de cooperação, compartilhando os dons da natureza e os bens socialmente produzidos. A organização em redes de: produtores, de comercialização, de consumidores, de organização considerando aspectos do: meio ambiente, do comércio e preço justo, das parcerias e fóruns de debates como espaço de aprendizagem e construção de um mundo mais justo é que se configura o que hoje é chamado de Economia solidária, que vem experimentado alternativas exitosas “do lugar” ‘do saber e do sabor’, entre elas a Rede Bragantina de Economia Solidária existente no norte do Pará.

O território da Rede Bragantina

O Pará está entre os nove estados que compõem a Amazônia brasileira e teve uma parte do estado um modelo de ocupação extensiva, baseada na agropecuária e na produção de grãos (soja), ainda como vetor importante a mineração no estado. Destacam-se no Estado, os grandes projetos econômicos a construção da Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, o Grande Carajás, o complexo Álbrás-Alunorte, dentre outros, para os quais se pode identificar o uso de tecnologias intensivas em capital, distanciadas das condições da realidade amazônica. Ambos externalizavam os territórios produtivos das municipalidades, à medida que não absorveram a população de seu entorno e nem agregaram valor à localidade. Eram, pois, enclaves, na formulação de Cardoso e pólos que na concepção de Perroux, produzia efeitos longe dos prometidos quando se adotou o modelo de desenvolvimento regional polarizado.

Embora a Amazônia esteja formalmente apresentada nos discursos oficiais - enquanto política regional - programas de desenvolvimento baseado com compromissos sociais e ambientais, pouco se efetivam enquanto políticas reais. Efetivamente, estes programas são concebidos de diferentes maneiras segundo interesses diversos, algumas chegam a incluir a comercialização da natureza (carbono, biodiversidade e água) como força propulsora do desenvolvimento da região.

A ação do Estado, na Amazônia, não foi marcada por uma concepção estratégica que buscasse conciliar as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento, resultando na concentração de renda e no acelerado processo de urbanização (desordenado) das cidades na região. Diante desse cenário, a questão da pobreza que



marca a economia regional pode ser investigada como um fenômeno vinculado ao modelo de desenvolvimento nacional. Neste período houve um crescimento na migração de famílias para as cidades em busca de oportunidades de trabalho.

A Rede Bragantina é uma articulação de entidades, grupos, comunidades, associações e cooperativas de diversos segmentos sociais que está situado no território do Nordeste Paraense e da região Bragantina do Estado do Pará, envolvendo mais de 60 municípios e tendo como pólo os municípios de Bragança e Santa Luzia. Essas duas regiões compõem um território com mais de 500 mil habitantes, com forte presença na área. Existe nesse território, além de assentamentos e comunidades rurais, 26 comunidades quilombolas e 8 áreas de terras indígenas. A densidade da região é de 8,4 hab/km, índice que revela um território demograficamente povoado e com forte crescimento populacional desde década de 70.

No território a demografia é fortemente marcada por correntes migratórias vindas principalmente do nordeste. A ocupação desta meso-região teve início no século XVII com atividades que foram responsáveis pelo aparecimento de vários centros urbanos, como o estabelecimento de pontos para defesa do território e a interiorização de missões religiosas, mas a colonização por fins agrícolas sempre foi o mais forte fator de ocupação. Apesar de concentrar um grande número de cidades, estes centros apresentam pequenos volumes populacionais e em sua maioria surgiram em períodos anteriores ao Ciclo da Borracha, como núcleos de comercialização de produtos agrícolas ou extrativos. Esse processo de ocupação do território foi fortemente baseado na ampliação da desigualdade social e a degradação ambiental, seguindo a lógica dos modelos agrícolas estabelecidos pelos paradigmas dominantes, como a organização socioeconômica e técnica do espaço rural, conhecidas como a modernização da agricultura que se impôs:

[...] ao conjunto da sociedade, sob o argumento de que seria o portador de progresso para todos, teve como principal resultado a subordinação da agricultura à indústria, através da ação de setores industriais distintos, antes, durante e após o processo propriamente produtivo propriamente agrícola”
(NARARETH WANDERLEY, 2009, p. 89)⁶

Essa lógica impõe ao território a tendência à homogeneização das práticas produtivas, à simplificação e a artificialização extremada do meio natural induzida pelos



padrões produtivos da revolução verde, através da utilização intensiva da mecanização, fertilizantes inorgânicos, agrotóxicos, equipamentos pesados de irrigação, entre outros, acompanhados por impactos ambientais como degradação dos solos agrícolas; comprometimento da qualidade e quantidade dos recursos hídricos, devastação de florestas, empobrecimento da diversificação genética de plantas e animais, além da contaminação de alimentos consumidos pela população, voltados à imposição da ordem técnica dentro de uma lógica econômica voltada a atender as demandas externas.

Na contramão do processo capitalista na região, comunidades tradicionais que resistiu ao processo de expropriação. Esse foco de resistência é constituído por agricultores familiares; agroextrativista, quilombolas, indígenas que em contraposição ao modelo imposto organizaram movimentos e lutas em vista a superação da situação de miséria e exclusão vivida no território, além de organizaram grupos, comunidades, cooperativas, associações e organizações buscando alternativas de vida e sobrevivência sem agredir o meio ambiente e aproveitando os recursos naturais. No processo as comunidades contaram com apoio de organização como a Fase, Cáritas, Dioceses e prelaças com atuação na Amazônia, em especial no nordeste paraense, para a implantação e crescimento do cooperativismo e associativismo no território, que serviram de base para fortalecer a organização dos agricultores familiares, sindicatos e associações, além de construir alternativas econômicas e proposta de comercialização e valorização dos produtos da agricultura familiar

O surgimento da Rede Bragantina

O relatório do Encontro do Cooperativismo Alternativo do ano 1985 e 1987 mostram o depoimento dos agricultores que expõe da proposta que estava se desenvolvendo na região:

[...] Do lucro individual muitos não querem abrir mão, estão mal acostumados; O volume de negócio realizado pela cantina, não lhe dá margem de competição; Um alto índice de analfabetismo, a falta de experiência de administrar, e a carência de formação em técnicas agrícolas e econômica.”⁷

⁷ Depoimento de um agricultor registrado no relatório de 1985, no Jornal do Cooperativismo Alternativo nº 11 Ed. Especial outubro de 1988 sob a responsabilidade da Cáritas Brasileira, Comissão Pastoral da Terra e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional FASE



Em outro depoimento, o então dirigente da Fetagri senhor G.J, evidencia a necessidade de ampliar a produção e a mudança da mentalidade capitalista presente nos agricultores envolvidos no projeto desenvolvido pelas entidades. Para ele. “*os agricultores não fecharam negócio porque não tinham produto.*” Ainda este mesmo dirigente continua dizendo que os grandes problemas são de caráter técnico e pessoal

“Há também pouco conhecimento da comercialização e gerenciamento, pois o pessoal é lento e tem pouco conhecimento da condição estrutural como a comunicação, informação. O nosso pessoal não tem senso de administração, controle, entrada, custo/benefício. Vende barato, fiado, está por trás o paternalismo, a organização é pra ajudar ele. O agricultor faz planejamento na cabeça, se vender. [...] O capitalismo deixa a pessoa egoísta, o cara quer passar a perna em todo mundo.”

De acordo com a avaliação de agricultores e lideranças a economia solidária é antes de tudo um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos e ao mesmo tempo fazer com que estes sejam capazes de melhorar a qualidade de vida de seus produtos, as condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados à sua disposição. As lideranças mostravam a necessidade da superação de aspectos ligados a estrutura social e econômica, também pessoal. É a necessidade da consolidação de um processo voltada a uma transformação do ser humano a partir de uma proposta pedagógica. O aprendizado se estende naturalmente também à prática de comércio justo entre os empreendimentos e aos relacionamentos solidários com fornecedores e consumidores, sem esquecer as práticas de participação na política e na cultura do País, da região e do mundo⁸.

Os desafios de superar os aspectos levantados na década de 1980 e que persistem até os dias atuais é a saída dos jovens do campo para a cidade sem retorno para o meio rural; Tecnologia de produção utilizada pelos agricultores com baixo rendimento; Baixo nível de escolaridade dos agricultores; Falta de perspectiva e de estímulo aos jovens para atividades no campo; Limitada visão de mundo, ou seja, o ensino que prepara as pessoas apenas para ler e escrever levaram as organização presentes no território a

⁸ Relatório de Avaliação do Encontro do Cooperativismo Alternativo do ano 1985 a 1987. Realizado com assessoria da Cáritas Brasileira Regional Norte II, com representações de todos os grupos que compõem a Rede Bragantina.



realizar um conjunto de encontros e reuniões, proposições e idéias buscando fortalecer as associações cujas comunidades não conseguiram um nível de organização para sensibilizar seus associados para desenvolver sistemas de produção com uso de insumos agrícolas alternativos, e elaborar estratégias de organização local e viabilizando entradas econômicas para a renda familiar.

Esse conjunto de reflexão deságua em 2008 realizamos o I Seminário da Rede Bragantina com a participação de 54 agricultores e agricultoras das organizações comunitárias, territórios e de assessoria. Esse evento marcou a fundação da Rede Bragantina, que em roda de experiências das organizações definiram dessa articulação territorial:

Construir ações coletivas de trabalho em redes entre grupos organizados, que na sua prática de produção, transformação e comercialização, utilizam, agem e consideram relações de cooperação, solidariedade econômica, cultural e política para construção local e regional do desenvolvimento sustentável.

A Rede Bragantina se propõe a ser um instrumento voltado a consolidar as práticas alternativas de desenvolvimento sustentável e solidário no território que envolve o nordeste paraense e a região bragantina, já que a mesmo é um conjunto de organizações ligadas a agricultura familiar, comunidades quilombolas, mulheres, uma escola agroecológica e entidade de assessoria. Sendo assim, podemos enfatizar que concebido na formulação da rede bragantina, não exclui outras categorias como o poder e a economia, mais é pensado como o espaço físico e simbólico de produção dos bens materiais e imateriais necessários para reprodução das comunidades articuladas na rede bragantina.

Mais do que ser uma centro de organizações locais e comunitárias, a Rede Bragantina pretende ser instrumento que possibilita às comunidades de acordo com Almeida “a entender o território como um meio para exercer seu modo de vida, onde realizam suas atividades produtivas e culturais, estabelecem suas relações sociais e com a qual possuem vínculos históricos e cosmológicos”. É a construção de uma existência coletiva a partir de base coletiva, na diversidade da população que habita o território, produz conhecimento e gesta seus recursos naturais. Nesse sentido, o “sujeito coletivo se beneficia da politização da denominação que permitem edificar a vida cotidiana de cada um dos grupos sociais que o compõe” (TEISSERENC, 2010, p. 11). Nesse sentido Almeida diz que há uma ruptura com a atitude colonialista homogeneizante,



[...] como índios, seringueiros, quebradeiras de côco babaçu, ribeirinhos, castanheiros, catadores, pescadores etc. Registrou-se uma ruptura profunda com a atitude colonialista homogeneizante, que historicamente apagou as diferenças étnicas e a diversidade cultural. O sentido coletivo destas auto definições emergentes impôs uma noção de identidade a qual correspondem territorialidades específicas. (ALMEIDA, 2008, p. 145).

Esse processo organizativo pautado em saberes tradicionais, territorialidade e identidade permite a esses grupos forjarem “um novo paradigma de produtividade que articula os processos ecológicos, tecnológicos e culturais, internalizando seus saberes nas práticas produtivas das comunidades” (LEFF, 2004, p. 492).

Categorias De Grupos que compõe A Rede Bragantina

GRUPO	ATIVIDADE PRODUTIVA
Grupo de Mulheres quilombolas	Manejo e aproveitamento de recursos florestais; Artesanato de fibras e cipó
Associação de Agricultores Familiares e Quilombolas	Gergelim, feijão, frutas da estação, verduras, Ervas medicinais....
Associação e Cooperativa de Agricultores Familiares	Óleo de espécies oleaginosas; Mel e derivados
Associação de Agricultores Familiares	Farinha de mandioca e derivados
Cooperativa de Catadores	Material reciclável e produção de adubo.
Cooperativa de Oleiro	Produção de artesanato; manejo de recurso natural; reflorestamento
Escola de alternância	Macaxeira pré-beneficiada e chips; produção de mudas; sementes

Tabela 1. Fonte: Pesquisa de Campo ⁹.

A consolidação da proposta da Rede

A ação da Rede Bragantina, além de possibilitar a troca de experiência entre os grupos, aglutinando Escola Ecramaⁱⁱ, permitindo aglutinar as associações de agricultores

⁹ Pesquisa de Campo realizada em 2010 a partir dos Estudos com o objetivo de organizar e divulgar a Rede de Bragantina no Estado.



familiares, Cooperativa COOMAR, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação Quilombolas, Associação da Mulher Luziense, e entidades como a dos municípios de Santa Luzia do Pará, Viseu, Cachoeira do Piriá, em vista de ampliar o entendimento dos agricultores e agricultoras para a efetivação na âmbito da rede da transição da agricultura tradicional para a agricultura de base ecológica, considerando, as especificidades dos agricultores familiares da Zona Bragantina, ao longo de sua trajetória e convivência com os agro ecossistemas dessa região.

Nesse sentido, os fatores da natureza, a autoconfiança e a troca de experiências, entre as comunidades tradicionais de remanescente de quilombos e de agricultura de base familiar, permitiram o desenvolvimento de sistemas agrícolas produtivos de baixo custo, e uma reflexão do modo tradicional do solo, já que as condições são extremamente vulneráveis, seja em nível econômico, ambiental e social, quando se constata, entre outros, o declínio da produtividade das lavouras e comprometimento da renda familiar pela necessidade de adquirir alimentos fora da unidade de produção, a perda da biodiversidade. As comunidades que dispõem de áreas com cobertura vegetal de mata ou capoeira de segundo ciclo, re-organizam seu sustento entre a produção do roçado e a coleta de frutos como açaí, tucumã, piquiá, ervas medicinais: andiroba, unha de gato, verônica, etc, madeira, cipó, palha, caça, para atender as necessidades da família e de seus instrumentos de produção.

Em busca de caminhos alternativos de comercialização da produção de base familiar, constata-se ao longo das principais rodovias estaduais e federais pontos de venda onde se mesclam produtos oriundos da sazonalidade da agricultura familiar.

Feiras em bairros da periferia de Belém, são abastecidas por atravessadores com produtos que compõem a diversidade do roçado, (gerimum, batata doce, maxixe) do quintal (pupunha, muruci, cupuaçu, taperebá, ingá, ervas medicinais ...) e da mata (bacuri, buriti, uxi, umari, etc). E mais recente, o assédio da indústria de cosméticos sobre as espécies oleaginosas.

E importante destacar que esses produtos, resguardam também um patrimônio genético, um saber ameaçados pela vulnerabilidade das alterações que se passa nos agro ecossistemas da zona Bragantina, e, portanto, são temas de estudos e debates dessa proposta que culminou com a criação da Rede Bragantina de Economia Solidária Artes& Sabores.

Troca de saberes e sabores como prática de desenvolvimento territorial:



A economia solidária é antes de tudo um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos e ao mesmo tempo fazer com que estes sejam capazes de melhorar a qualidade de vida de seus produtos, as condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados à sua disposição. O aprendizado se estende naturalmente também à prática de comércio justo entre os empreendimentos e aos relacionamentos solidários com fornecedores e consumidores, sem esquecer as práticas de participação na política e na cultura do País, da região e do mundo.¹⁰

Menezes (2009, p.239)¹¹ ao referi-se aos grandes projetos na Amazônia argumento que os mesmo “sempre limitaram ou impediram o acesso de povos tradicionais aos recursos naturais da floresta”. Nesse sentido, a organização de instrumento organizativo, como é o caso da Rede Bragantina, significa a defesa do território, cultura e relação social e contrapõe o modelo hegemônico, já que

[...] a reivindicação do território pelos diversos grupos sociais interessados se impôs como uma reivindicação global, envolvendo o estatuto social das populações tradicionais, o uso da terra, as formas de produção que elas haviam conseguido desenvolver, seus modos de organização coletiva e o reconhecimento de sua identidade em referência a uma cultura" (TEISSERENC, 2010, p. 6)

Mas do que uma contraposição “é o reconhecimento do conhecimento do território e da produção realizados por e comunidade diferenciada da concepção capitalista que fomenta uma competição que sugere egoísmo, injustiça, dominação política, exploração política, exploração econômica” (GADOTTI, 2009, p.30). É este reconhecimento que segundo Castro (2000) faz a “integração entre a vida econômica e social do grupo, onde a produção faz parte da cadeia de sociabilidade e a ela é indissociavelmente ligada, facilitando encontros interfamiliares, realização de festas, perpetuação de rituais e outras modalidades de trocas não econômicas.”

A organização de segmentos comunitários tradicionais, também remete ao fato dessas comunidades reconhecerem os seus saberes e seu impacto sobre o modo de vida da sociedade. Nesse sentido, a construção de um novo paradigma de desenvolvimento que vise superar o mito do progresso do século XIX e o desenvolvimentismo do século XX precisa está enraizado no acúmulo do saber da comunidade e populações

¹⁰ Estudo realizado pela Cáritas Brasileira em conjunto com a Rede Bragantina. Abril de 2010.



tradicionais o que coloca a necessidade do conhecimento científico pensado sobre novo pressuposto:

Qualquer proposta de ‘alternativa de desenvolvimento’, ou de ‘desenvolvimento local sustentável’ passa, portanto, por este saber acumulado, pelas formas de agregação de valor deles derivadas, e por um novo gerencialismo nas associações e cooperativas agroextrativistas, que incorpora fatores étnicos, de identidade, de gênero e de ênfase no entendimento dos sujeitos da ação... Esses conduzem às seguintes indagações: em que plano pode-se articular o conhecimento científico, crítico e responsável, com o ‘conhecimento nativo’ dos recursos naturais da região amazônica? Em que medida as experiências de produção em cooperativas agroextrativistas, observando os ditames das organizações ambientalistas, podem garantir a consolidação dos chamados ‘saberes tradicionais’? Quais as condições de possibilidade desses saberes virem a ser incorporados e ‘protegidos’ por políticas governamentais num quadro em que prevalece a idéia de mercado aberto, no qual a lógica das commodities prepondera, e em que a homogeneização dos produtos da floresta tornou-se objetivo das estratégias empresariais? (ALMEIDA, 2008, p. 149-150)

Considerações

A organização de comunidades tradicionais em redes sociais, na Amazônia é um processo recente. Nesse caso, a rede bragantina representa ainda uma proposta em vias de consolidação, porém sua possibilidade representa o estabelecimento de condições para fomentação de um debate sobre os saberes, o território e a importância desses elementos para a consolidação de um desenvolvimento pautado em fatores endógeno.

No âmbito da dinâmica da rede bragantina, mais do que perspectiva econômica, se visualiza uma perspectiva voltada a consolidação de um modelo sintonizada com pertinência do saberes, acoplado à diversidade da produção e o reconhecimento do potencial econômico dos recursos manejados de forma que os mesmo sejam utilizados de forma sustentável em vista da melhoria da qualidade de vida da população tradicional.

Para a Rede Bragantina, assim como a proposta da Economia Solidaria fica o desafio apresentado pelo professor Moacir Gadotti (2009, p. 20) que o fato da proposta está inserida em uma “sociedade contraditória, marcada historicamente por relações sociais e de produção capitalista” é extremamente desfavorável para as ações em grupo no sentido de fazer acreditar em novas perspectivas e a possibilidade de crescimento e de um modo de vida diferenciado no qual está enraizada a sociedade brasileira.

A forma como a sociedade capitalista se apropria dos recursos naturais. Na sociedade capitalista, segundo Milton Santos (p.29) “cada segundo é utilizado como



instrumento de medida, há uma aceleração da rotação do capital em escala global”. Esse procedimento vai de encontro com a lógica das comunidades tradicionais na Amazônia, porém sua inserção em alguma escala do mercado faz que as mesmas sejam passadas por uma “adequação forçada, pelos autores, aos objetivos privados da grande firma privada”. Esse é o caso da relação da natura, empresa de cosmético, para compra de produtos florestais não-madereiros.

Portanto, a lógica de articulação em rede possibilita uma perspectiva revolucionária na construção de um paradigma voltado para superação do formato “relação mercantilizadas”, porém, exigem uma postura com dinâmica imposta pelo mercado capitalista que em vista de garantir o seu lucro ampliado apropriou-se de alguns conceitos, como a sustentabilidade, e passou a usá-la com “um sufixo para quase qualquer coisa julgada desejável” (REDCLIFT, 2006. p.51). Esse processo está profundamente imbricado com a perspectiva criadora e de resistência da Rede Bragantina, e que precisa ser enfrentado na perspectiva dessa proposta se consolidar como um instrumento capaz de articular saberes e práticas de populações tradicionais valorizando os fatores endógenos econômicos, sociais e culturais na Amazônia, presentes na dinâmica da rede bragantina no Pará.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. W. B. **Antropologia dos Arquivos da Amazônia**, Casa 8. Rio de Janeiro: F.U.A, 2008.

Artigo apresentado e publicado nos anais do **XI FIEALC** – Federação Internacional de Estudos sobre América Latina e Caribe, Osaka, Japão, Setembro, 2003. Capítulo do livro. Educação e Sócio – Economia Solidária – Paradigmas de Conhecimentos e de Sociedades, 1, caçares, UNEMAT Editora, 2004, V1, p. 156-172.

CASTRO, E. **Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais**. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: Novos Rumos para a Proteção da Natureza nos Trópicos**. 2. ed. São Paulo: USP/Nupaub; Hucitec, 2000.

DELGADO, Nelson Giordano (Coord.) **Brasil Rural em Debate: Coletânea de Artigos de Brasília**: CONDRAF/MDA, Brasília, 2010. Pg. 79, 217.

DUARTE, Maria Marize **As formas de Organização do Estado e dos Movimentos Sociais Na definição das Políticas Públicas no Pará**. Departamento de Ciências Sociais e Educação – Docente Universidade Estadual do Pará- UEPA. Trabalho apresentado no II Encontro Estadual de Movimentos Sociais – Novas Perspectivas no Pará, 12-16 de dezembro 2010.



EGEWARTH, Helmut. **O Cooperativismo Brasileiro**: Coleção História do Cooperativismo. Brasília. 1990.

FERNANDES, Marcionila, GUERRA Lemuel, **CONTRA-DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, 2ª Ed.rev., 2006, pg 51.

GADOTTI, Moacir, **Economia Solidária como Práxis Pedagógica**, São Paulo; editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

JUNIOR, EMMANUEL DE ALMEIDA FARIAS. **Conflitos Sociais no Complexo Madeira** /. (Org.) ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA edições, Manaus: 2009, pg 231.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**. *A reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MENEZES, Theresa Cristina Cardoso, Expansão da fronteira agropecuária e mobilização dos povos tradicionais no Sul do Amazonas. **Conflitos Sociais no Complexo Madeira**. ALMEIDA, A. B. W. (Org.) UEA Edições. Manaus 2009. pp.239 – 245.

Território e Sociedade Entrevista com Milton Santos, 2ª Ed., Ed. Fundação Perseu Abramo, entrevistadores: Odette Seabra, Monica de Carvalho, José Corrêa Leite, Pg. 7-10, 29, 31, 125-127.

THOPSON, E.P. **Costumes em comum**. Costume, Lei e Direito Comum. Tradução: Rosaura Eichenberg. 4ª Ed.,. Companhia das Letras. 1998 pg. 86-125.

II Conferência Nacional de Economia Solidária: pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável, documento Base, MTE, Brasília, 2010. Pg. 16.

WANDERLEY, M. N, O mundo rural no Brasil: acesso a bens e serviços e processos de integração. **Coletânea o Brasil rural em debate**. CONDRAF. Brasília 2010. pp.85.



GT 5 - Diversificação produtiva e redes de cooperação: perspectivas diferenciadas de desenvolvimento rural territorial

Segurança Alimentar e Aspectos Produtivos na Agricultura Familiar: Uma análise a partir das efetividades de programas de reforma agrária concebidos em um mesmo território rural

Leandro de Lima Santos¹

Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida²

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás – UFG, professor na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás) e Instituto Aphonciano de Ensino Superior (IAESup)
E-mail: leandro.econ@gmail.com

² Pós-doutor na área de Políticas e Desenvolvimento Rural, professor adjunto da Faculdade de Agronomia e Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Goiás – UFG e pesquisador do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA
E-mail: manoel77@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo principal desta formulação não é apresentar apenas um estudo de caso, mas um método para investigação e comparação de duas políticas públicas: O Programa Nacional de Crédito Fundiário e o Programa de Assentamentos Rurais, constituídas no Território Rural “Vale do Rio Vermelho” em Goiás. Nesta vertente, mostra-se um esforço para preencher lacunas existentes nos ambientes gestores para a avaliação de políticas públicas de Reforma Agrária, particularmente no que tange à segurança alimentar dos agricultores familiares e as possíveis implicações tocantes ao arranjo institucional, perfil de trabalho e de produção agrícola.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Reforma Agrária, Segurança alimentar, Produção na Agricultura Familiar, Crédito Fundiário, Programa de Assentamentos.

Introdução

O uso mais adequado dos recursos públicos tornou-se uma exigência crescente nos últimos anos, os governos comprometidos com o cidadão têm se esforçado na busca de padrões de eficiência, eficácia e efetividade social nas gestões públicas, através de processos de avaliação continuada, legitimada pelos seus beneficiários. Sob essa perspectiva, a contribuição e proposição deste trabalho é avançar na agenda de pesquisa de avaliações das políticas públicas e seus efeitos para os agricultores familiares. Tem como objeto os Programas de Reforma Agrária com recorte analítico na temática da segurança alimentar numa dimensão territorial.

O objetivo neste trabalho é apresentar resumidamente o ambiente institucional das políticas públicas de reforma agrária representadas por seus programas majoritários: Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o Programa de Assentamentos Rurais (neste trabalho chamado de PA). E ainda confrontar percepções sobre os perfis de trabalho e conseqüentemente de produção inerentes a cada um dos agrupamentos, indicando seus pesos ou sua influência ao estabelecer correlações primárias com a segurança alimentar³ de seus beneficiários.

Enseja-se verificar se em situações similares de estabelecimento num determinado território rural, onde as interações socioeconômicas são bem parecidas, um dado arranjo institucional pode conduzir os agricultores beneficiários a condições diferenciadas quanto à cristalização de elementos de segurança alimentar, apoiando-se em indicadores explicativos como período de dedicação à produção na gleba, renda agrícola, diversificação da produção e autoconsumo.

O desenvolvimento do trabalho teve apoio na análise quantitativa e qualitativa dos dados provenientes das pesquisas de campo realizadas com a aplicação de questionários, entrevistas abertas e a partir dos registros dos diários de campo. Para a avaliação do efeito das políticas de Reforma Agrária na (In) Segurança Alimentar (IA) dos agricultores familiares foi realizada uma pesquisa pelo método de *Surveys*, com aplicação de um conjunto de questões semi-estruturadas, através da metodologia do grupo de pesquisa *Rede Alimenta* da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade

³ Elementos de segurança alimentar tratada de maneira ampla abarcam variáveis ou indicadores econômicos, sociais, culturais e ambientais como: nível de segurança alimentar, saúde, escolaridade, redes de cooperação, trabalho, renda, pluriatividade, formação de redes de proteção social, autoconsumo, condições da moradia, práticas ambientais mais sustentáveis, bens duráveis, acesso ao crédito, dentre outros (Cf. ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo, *Estrutura de Governança e Gestão das Redes e Programas de Segurança Alimentar: Análise Comparativa entre Municípios Paulistas*, 2008. p. 49).

Estadual de Campinas (UNICAMP), incorporando, ainda, questões específicas dos programas selecionados para análise.

A amostra estratificada foi definida com recorte apenas nos beneficiários de ambas as políticas mencionadas e cuja instalação tenha se dado no território delimitado. Para fins de nivelamento, instituiu-se que os agricultores entrevistados deveriam possuir, no mínimo, três anos de inserção no seu programa, prazo normalmente referenciado pelos órgãos governamentais gestores da Reforma Agrária para que se obtenha a consolidação da proposta produtiva do beneficiário, posteriormente aos respectivos processos de implantação.

Para mensurar o nível de segurança alimentar dos agricultores familiares foi utilizada a EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar), que é um método de mensuração da situação alimentar domiciliar, que objetiva captar distintas dimensões da Insegurança Alimentar (IA), classificando os domicílios (ou famílias beneficiárias) em quatro níveis⁴

Finalmente, para avaliar quantitativamente e qualitativamente os efeitos das duas políticas na cristalização dos elementos de segurança alimentar foram correlacionados indicadores sociais, de produção, econômicos, tecnológicos, de acesso a créditos, dentre outros, com níveis de (In) Segurança Alimentar auferidos na EBIA.

3. Aspectos Institucionais e Perfil dos Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

O Banco da Terra, primeiro programa governamental de crédito fundiário, foi oriundo de um programa piloto chamado Cédula da Terra e tinha por característica principal o financiamento do acesso a glebas de terra, bem como aos investimentos em infra-estrutura produtiva a trabalhadores rurais.

Nessa linha, aparece uma nova opção de política agrária do Governo, valendo-se do mercado de terras na promoção da reforma agrária, proposta bastante criticada à época, chamada ainda de *Reforma Agrária de Mercado*, pelo fato de ir de encontro à desapropriação agrária defendida pelos movimentos sociais. Porém, outros

⁴ Segurança Alimentar (SA), quando não há restrição alimentar de qualquer natureza, nem mesmo a preocupação com a falta de alimentos no futuro; Insegurança Alimentar Leve (IAL), quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos, portanto, risco para a sustentabilidade e, ainda, comprometimento da qualidade da dieta; Insegurança Alimentar Moderada (IAM), quando aparecem restrições quantitativas especialmente relevantes entre pessoas adultas e Insegurança Alimentar Grave (IAG), quando há redução importante da quantidade de alimentos disponíveis, tanto para a alimentação de adultos, como das crianças.

argumentos foram utilizados pelo governo para justificar esta iniciativa. O programa seria utilizado como forma de baratear e acelerar o acesso à terra, criando mecanismos de maior agilidade e eficiência que a desapropriação de terra para fins de reforma agrária, que é bastante onerosa, promovendo, ainda, a pacificação no campo, pois os “sem terra” negociariam diretamente a compra e venda das terras evitando os conflitos eminentes pela posse da terra.

A proposição da idéia de *Reforma Agrária de Mercado* mostra-se um tanto quanto fragilizada em seu cerne, envolta por questões puramente ideológicas, na defesa do monopólio do Estado na intervenção no meio agrário, pois acabam atingindo o mesmo público e estipulam condições e contrapartidas similares à candidatura de seus beneficiários. Exemplo disso é o fato de que em ambos os programas está previsto o crédito ao assentado, ou seja, há de ser feito o reembolso ao Estado, com o pagamento pela terra. O Estado dispõe de divisas pelo instrumento da desapropriação agrária, que onera através de emissão de Títulos da Dívida Agrária (TDAs) ou pelo instrumento de compra e venda, que é o caso do crédito fundiário, cujo pagamento dá-se em dinheiro.

O novo programa de Crédito Fundiário, denominado Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) incorporou as bases de seu antecessor, o Banco da Terra, dentre estas, identifica-se: o teto para a liberação do crédito para a compra da propriedade foi mantido na ordem de 40 mil reais, bem como o prazo do financiamento que continua sendo de 20 anos dispondo de 3 anos de carência, ainda há a alienação fiduciária da propriedade, o público a quem são destinados os recursos continua sendo o mesmo.

De acordo com o instrumento normativo, os proponentes a receber o crédito para compra da terra deveriam atender a alguns pré-requisitos que validariam sua inserção no programa, estando aptos a participar do novo programa: 1. Trabalhadores rurais que não sejam proprietários de imóvel agrário, preferencialmente os assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários, que comprovem, no mínimo, cinco anos de experiência na agropecuária; 2. Agricultores proprietários de imóveis agrários cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar e que seja, comprovadamente, insuficiente para gerar renda e conseqüentemente sustento à família residente. Sendo impedidos de participar do programa, o pretense beneficiário que: 1. Já tenha sido beneficiado com recursos do Fundo de Terras, mesmo que liquidado o débito; 2. Que tiver sido contemplado por qualquer projeto de assentamento rural; 3. Exercer função pública, ou em atribuições para fiscais; 4. Dispuser de renda anual bruta familiar

superior a quinze mil reais; 5. Tiver sido, nos últimos três anos (anteriores ao pedido de inserção no programa) proprietário de imóvel agrário com área superior à de uma propriedade familiar; 6. For promitente comprador ou possuidor de direito de ação e herança em imóvel agrário; e 7. Dispuser de patrimônio, de qualquer ordem, superior a trinta mil reais.

Um marco na gestão do programa de financiamento de terras nessa sua nova etapa ficou a cargo da descentralização das ações aos Estados e participação efetiva e voluntária das comunidades que detêm poder de decisão, em primeira instância, passando pelo crivo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) desde a seleção dos beneficiários até a escolha da terra. Os governos estaduais promovem o apoio técnico através das UTEs (Unidades Técnicas Estaduais), elaboração de Planos Estaduais de ação, onde são definidos os objetivos e prioridades. Estes deverão estar articulados com estratégias de ordenamento territorial implementada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a esfera estadual faz avaliação e aprovação de propostas de financiamento dos beneficiários qualificados.

Um dos cenários tomados como universo empírico deste trabalho foi o aglomerado rural constituído na Fazenda Sobra de Sesmaria do Uvá, por muitos denominado Agrovila Fazenda Uvá, designação considerada incorreta, pois a caracterização de Agrovilas deu-se na concepção do antigo programa de financiamento, o Banco da Terra, que pressupõe a existência de uma pessoa jurídica (Associação ou Cooperativa) para responder por todos os beneficiários. Especificamente, trata-se de um empreendimento norteado pelo PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário), na qual a relação com o beneficiário é direta e individual. Daí a usualidade do adjetivo *aglomerado*, pois, no âmbito da execução do programa, só se faz necessário o ajuntamento de famílias, a exemplo do que houve nesse imóvel agrário, para possibilitar a compra de determinadas quantidades de terras e tornar possível a divisão de acordo com as limitações estipuladas dentro da política.

O imóvel fica localizado no Município de Goiás-GO, na confrontação com o município de Itapirapuã-GO. O total de famílias beneficiadas foi de 36. A escrituração se deu em junho de 2007, quando efetivamente ocuparam a terra. Até então, os procedimentos de qualificação da fazenda e dos beneficiários estendiam-se por aproximadamente 1 ano. A área total do empreendimento foi da ordem de 358,03 hectares, já descontadas duas Áreas de Preservação Permanente (tais como córregos e nascentes) e 20% de Reserva Legal. Dessa sorte a área média por gleba designada a

cada família foi de aproximadamente 9,9 hectares, quantidade que não ultrapassaria a limitação financeira correspondente estipulada pelo PNCF, que é de R\$ 40.000,00, restando, dessa forma, um valor aproximado de financiamento de R\$ 39.000,00 por família, já incluídas as custas cartoriais e cartográficas.

4. Aspectos Institucionais e Perfil dos Beneficiários do Programa de Assentamentos (PA)

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o responsável por uma política pública de reforma agrária cujo objetivo é viabilizar o acesso das famílias à terra após a imissão de posse nas respectivas áreas, cuja característica mais marcante é o instrumento pelo qual são adquiridas, a chamada desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, ou simultaneamente, desapropriação agrária. Tal ação é prevista na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 184, onde a União vê-se obrigada a desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel agrário que não esteja cumprindo sua função social.

O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) dispõe de uma Diretoria de Assentamentos, cujas diretrizes pautam-se pela orientação das ações para a criação, implantação, desenvolvimento e consolidação, promovendo a organização sócio-econômica dos beneficiários e o acesso aos serviços básicos de assistência técnica, ao crédito rural e à infra-estrutura econômica e social vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Pode ser beneficiário, entenda-se, como assentado, do Programa de Reforma Agrária Nacional do INCRA, todo trabalhador rural sem terra e aquele que trabalha individualmente ou em regime de economia familiar indispensável à própria subsistência. Em uma área desapropriada para fins de reforma agrária, para a implantação de um assentamento, o INCRA prioriza os posseiros, arrendatários, parceiros, colonos etc., bem como outras famílias que componham o cadastro do INCRA, que perfaçam os requisitos legais de seleção.

A classificação dos beneficiários é disposta de acordo com critérios sistemáticos definidos em norma, tais como o tamanho da família; força de trabalho da família; idade do candidato; tempo de atividade agrária; moradia no imóvel; moradia no município; tempo de residência no imóvel e renda anual da família. Escolhidos os beneficiários, é convencionado que a organização do assentamento deve respeitar a

forma de organização social preexistente a ser realizada de comum acordo com os interessados, quando se tratar de projeto de reforma agrária criado.

As áreas prioritárias de atuação são definidas pela Superintendência Regional do INCRA. Essa definição pressupõe uma observação quanto à demanda por reforma agrária em determinadas regiões e, logicamente, remetendo a sua disponibilidade de terras nas mesmas. Nessa vertente, é evidente que tais decisões sofrem influência de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais e demais entidades que representem os potenciais beneficiários, neste caso, os demandantes de terras.

A reflexão reside no fato de que, diferentemente do PNCF, as terras são angariadas por instrumentos que nem sempre proporcionam escolha quanto a sua fertilidade ou ainda, compatibilidade com culturas agrícolas pretendidas. De acordo com o trecho acima, é prioritária a destinação de terras públicas, as desafetadas, ou seja, sem uma finalidade específica, seguida da desapropriação para fins de reforma agrária das terras particulares, que observa o conceito jurídico de propriedade produtiva, a partir de uma interpretação que inclui em seu âmbito os elementos da citada função social da propriedade.

Desse modo, propriedade produtiva é aquela que, além de cumprir a função social, atinge índices mínimos de quantidade, qualidade, tecnologia, lucratividade, geração de empregos, distribuição de renda, etc., fazendo jus a elementos econômicos de utilização e eficiência. No caso específico do PA Liberdade, segundo o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) do projeto, boa parte da área é composta pelo *Latossolo Vermelho Amarelo*, porém sendo associado ao *Latossolo Concrecionário*. Segundo informações técnicas contidas no referido documento, nesta condição existe uma baixa fertilidade representada por reduzidos teores de micronutrientes e de fósforo e ainda pela alta concentração de alumínio, a principal limitação ao aproveitamento. Nas áreas de relevo acidentado, há também limitação pela declividade e riscos de erosão.

Na criação de um projeto de assentamento, os beneficiários credenciam-se facultativamente para receber o Crédito Implantação, crédito que permite aos assentados, em um primeiro momento, iniciarem as atividades produtivas, assegurando-lhes as condições mínimas necessárias para sua fixação na terra. Essa etapa é caracterizada por um instrumental educativo, pois esse crédito tem sua aplicação baseada no planejamento coletivo, proporcionando a contribuição dos assentados à concepção de seus projetos.

A cessão de terras desapropriadas para os trabalhadores rurais é onerosa, ou seja, a lei brasileira estabelece que a terra é vendida, no prazo de 20 anos, sendo 3 anos de carência. Pela mesma Lei estabelece-se a atualização monetária das parcelas e juros de 6% ao ano. O pagamento da terra é parcelado, em prestações anuais, amortizadas em até 17 anos. O título de domínio é inegociável e intransferível por um intervalo de 10 anos.

A segunda realidade tomada como universo empírico foi o assentamento rural chamado Assentamento Liberdade ou PA Liberdade num total de 55 famílias beneficiadas. A área total correspondente do imóvel foi registrada na ordem de 2.196,25 hectares, descontadas, posteriormente, as reservas legais e APPs, em um total de 788,08 hectares, o que resultou em parcelas com áreas médias de aproximadamente 29 hectares por família. Há de salientar-se que essa área é quase três vezes maior do que a área destinada a famílias do PNCF. Muito se deve à qualidade da terra e a sua forma de aquisição. Terras abarcadas pelo crédito fundiário são passíveis de escolha, que por vezes, devido à restrição orçamentária, em contrapartida à oferta de terras, tornam-se menores do que as destinadas a assentamento.

5. Segurança Alimentar e Programas de Reforma Agrária: análise e discussão dos resultados

Dentro da perspectiva metodológica, este item do trabalho tem o objetivo de dar bases a essa comparação entre o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o Programa de Assentamentos (PA) a partir do recorte na temática da Segurança Alimentar sob as categorias de análise e indicadores descritos no item metodológico deste trabalho.

O gráfico 1 demonstra uma situação em que, de acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) se reportam a duas situações: Segurança Alimentar (SA), onde não apresentam nenhuma restrição alimentar e nem incertezas quanto à alimentação futura, e Insegurança Alimentar Leve (IAL), em que, em suma, não há nenhum tipo de privação de alimentos, na ordem de 44% e 56% das famílias pesquisadas, respectivamente.

Aspecto diverso apresentou o Programa de Assentamentos (PA), que

demonstrou Segurança Alimentar (SA) em apenas 14% da amostra, e o restante em escalas de 42% para Insegurança Alimentar Leve (IAL), 37% de Insegurança Alimentar Moderada (IAM) e 7% de Insegurança Alimentar Grave (IAG). Para estes dois últimos níveis são atrelados cenários respectivos de restrições quantitativas na alimentação e redução significativa da quantidade de alimentos disponíveis a adultos e crianças, sugerindo uma situação de fome.

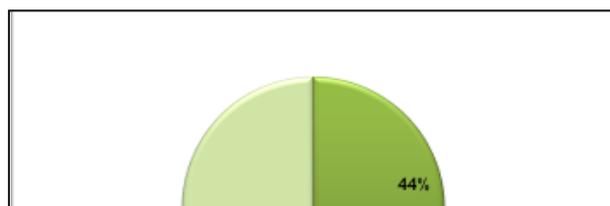


Gráfico 1: Discriminação das famílias beneficiárias segundo a Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar – EBIA (ordinal) – PNCF

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

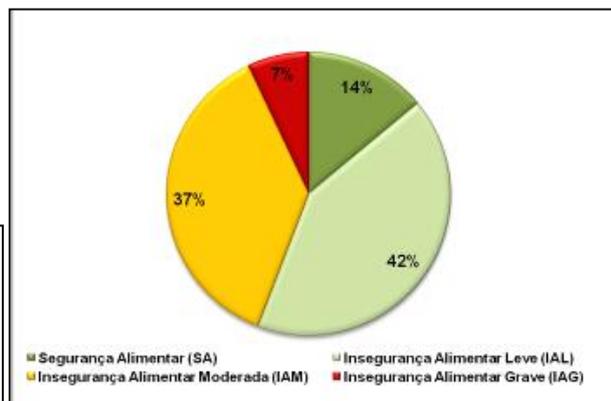


Gráfico 2: Discriminação das famílias beneficiárias segundo a Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar – EBIA (ordinal) – PA

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

A análise a seguir perfaz a categoria referente ao trabalho direcionado à produção na parcela de terra, escolhido o indicador que delimita o tempo estimado de labor dedicado à produção. No gráfico 3, a relação esperada foi confirmada, pois foi constatado que quanto maior o tempo de dedicação ao trabalho, menores os níveis de insegurança alimentar (ou maior o nível de segurança alimentar). A pesquisa de campo captou a informação de que 74% dos chefes das famílias entrevistadas encontravam-se na parcela no momento da visita, ou seja, tal fato aponta indícios de que com a dedicação majoritária à produção na gleba são desencadeadas situações mais confortáveis de segurança alimentar.

O gráfico 4 mostra que esta categoria apresenta resultados ambíguos quando referentes aos programas. Diferentemente do PNCF, para o PA, é sugerida uma relação inversamente proporcional entre período de dedicação à produção no lote e segurança alimentar, em que, por exemplo, em situações de dedicação integral à gleba, têm-se aproximadamente 45% de famílias em Insegurança Alimentar Moderada ou Grave. Esse percentual muda em cenários de dedicação parcial, em que é percebida queda substancial no número de famílias em Insegurança Alimentar Moderada,

aproximadamente 25%, e desaparece a faixa de Insegurança Alimentar Grave.

A constatação acima reporta à idéia de que o assentamento rural não corresponde satisfatoriamente quanto à geração de divisas pela produção, mal aproveitada ou mal estimulada. O fato é que os beneficiários estão buscando alternativas fora do empreendimento para escapar de condições alimentares deficitárias. Tal fato se mostra ainda mais crítico quando é imposta a condição de dedicação do beneficiário à produção na parcela adquirida, sob pena de haver a resolução da concessão de uso. Foram encontrados 89% dos chefes de família em suas glebas. Porém, destes beneficiários, aproximadamente 10% afirmaram que realizam trabalhos e captam rendas fora do assentamento, pois, segundo eles, não existem condições e nem estímulos à produção no local e esta seria uma alternativa para suas famílias não sofrerem mais ainda com a privação de alimentos.

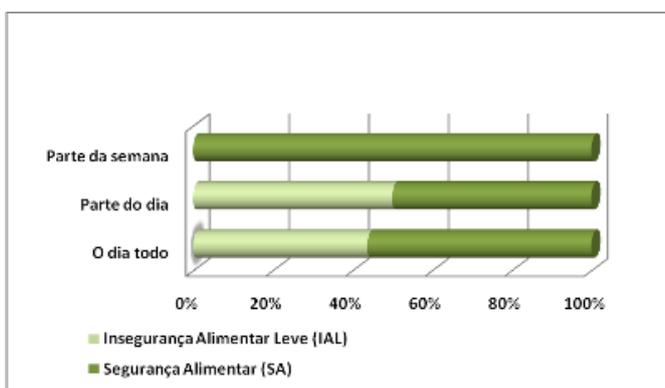


Gráfico 3: Relação entre o período de dedicação às atividades na gleba e o nível de (in) segurança alimentar – PNCF
Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

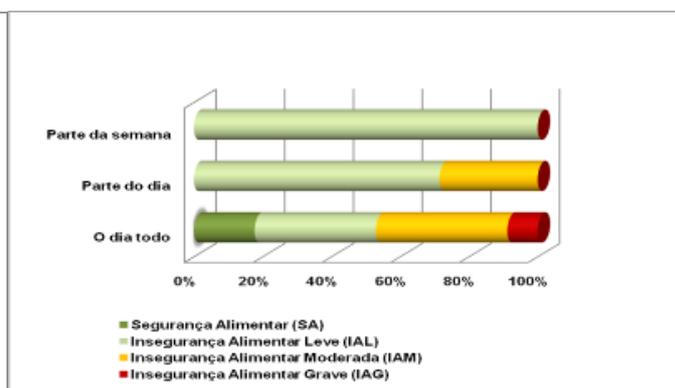


Gráfico 4: Relação entre o período de dedicação às atividades na gleba e o nível de (in) segurança alimentar – PA
Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

Na categoria de análise Renda a ser confrontada com resultados da EBIA, foi eleito o indicador Renda Agrícola como sendo explicativo, dada a importância atribuída pelas diretrizes de ambos os arranjos. A criação desse tipo de renda é objetivada como sendo fator fundamental para a emancipação econômica dos beneficiários. A existência do rendimento conseguido através de atividades desenvolvidas no lote que satisfaça às necessidades do agricultor familiar, pressupõe o sucesso da política pública de reforma agrária, ou seja, a desconcentração da propriedade da terra é condição necessária, mas pouco significativa caso não haja viabilidade econômica dos projetos implantados.

Os gráficos 5 e 6 mostram, mesmo a desconsiderar os *outliers* verificados nos resultados do PNCF para esta categoria (duas famílias: uma ao início e uma ao final

do intervalo), um alinhamento das políticas na corroboração de que a insegurança alimentar é menor (ou maior a segurança alimentar) quando se tem uma maior renda obtida através das atividades na parcela de terra. No PA, por exemplo, para a faixa de renda agrícola de até R\$ 200, verifica-se um percentual de 66% das famílias em níveis de Insegurança Alimentar Moderada ou Grave, já na faixa de renda agrícola de R\$ 401 a R\$ 600, têm-se o percentual de 10% de famílias no nível de Insegurança Alimentar Moderada e nenhuma no nível Grave.

Nessa categoria, há que se fazer uma ressalva, tem-se que a média simples de renda agrícola auferida pelos beneficiários do PNCF é de aproximadamente R\$ 455,19, sendo que, para essa faixa de renda haveria uma correspondência de 78% de Segurança Alimentar (SA). Em análise similar, para o PA a renda média agrícola percebida é da ordem de R\$ 370,88, intervalo em que se encontra apenas 5% das famílias em condições de Segurança Alimentar (SA).

Aproveitando o rumo tomado nesta análise, cabe fazer uma observação simples quanto aos resultados encontrados, onde aproximadamente metade (49%) dos beneficiários do PA encontram-se na faixa de renda que vai de R\$ 201 a R\$ 400, o gráfico 6 mostra que, para esta faixa de renda tem-se 5% das amostras em situação de Segurança Alimentar. Acredita-se que essa proporção está ligada às situações de pluriatividade, ou seja, para alcançar este nível os beneficiários tiveram que captar rendimentos em atividades realizadas fora de suas parcelas.

O que foi sugerido no parágrafo acima é algo dedutível através da informação apresentada na discussão do gráfico 4, em que aproximadamente 10% dos beneficiários afirmaram desenvolver atividades laborais fora de sua gleba. Aplicando-se então este último percentual (10%) no percentual do total pesquisado de famílias que compõem a faixa de renda em questão (49%) encontra-se o resultado de 4,9%, proporção bem próxima ao patamar obtido para famílias em condições de segurança alimentar na mesma faixa de renda, que foi da ordem de 5%.

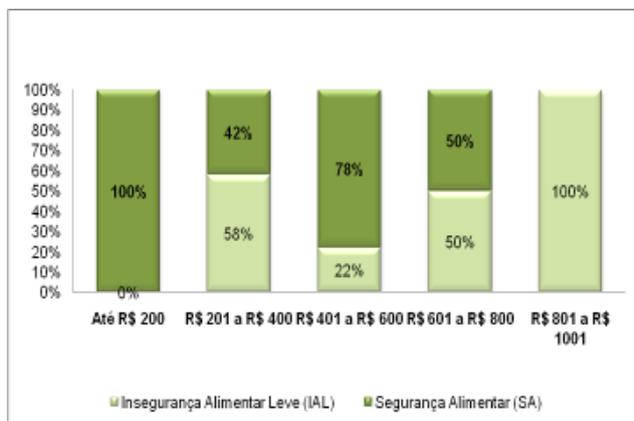


Gráfico 5: Classificação das famílias beneficiárias de acordo com o percentual de Renda Agrícola auferida e nível de (in) segurança alimentar – PNCF
Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

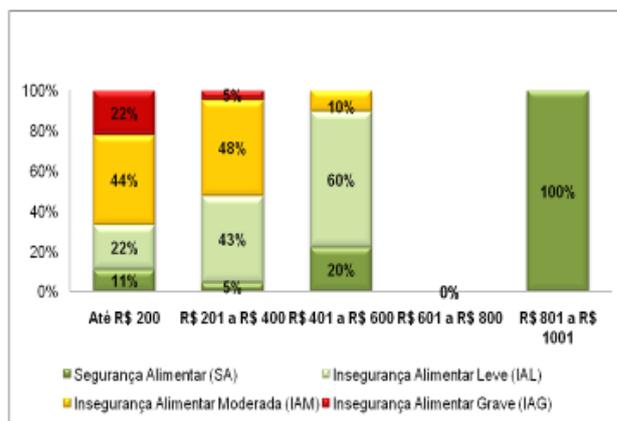


Gráfico 6: Classificação das famílias beneficiárias de acordo com o percentual de Renda Agrícola auferida e nível de (in) segurança alimentar – PA
Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

Complementando a categoria de análise anterior, tomou-se um indicador, em que foi abordada a SA em relação à renda total, somando-se as rendas agrícolas e não agrícolas, sendo que, para esta última, considerou-se inclusive os auxílios recebidos através de mecanismos de assistência social, tais como Bolsa Família e Renda Cidadã. Esta inferência mostra-se bastante importante, pois para algumas famílias, o sustento advém de fontes alheias ao âmbito de suas parcelas.

A próxima categoria de análise trata do perfil produtivo dos beneficiários, com recorte no nível de diversificação da produção. Esse indicador reforça que a ideia de se diversificar a produção vai além da criação de oportunidades de venda de produtos. A maioria das famílias atestaram não trabalhar com o monocultivo, pois existe a preocupação com a garantia, dentro da própria parcela, da produção dos alimentos consumidos e este anseio passa pela diversificação produtiva a fim de balancear o cardápio diário. O cruzamento exposto nos gráficos 7 e 8 mostra que quanto mais diversificada a produção menor os índices de (in) segurança alimentar. No entanto, é reconhecido um paradoxo entre a produção especializada para a obtenção de renda e a produção de alimentos para o auto-consumo.

A quantidade de famílias que alegaram ter a produção pouco diversificada é considerada pequena: para o PNCF apenas 7 famílias alegaram ter a produção pouco diversificada. Dessas, 5 famílias concentram-se apenas na produção de leite e 2 apenas na produção de pimenta. Em ambas as situações a produção é entregue a uma única empresa compradora. A especialização em apenas uma cultura diminui o tempo e otimiza a produção, porém, nessa situação, é prejudicial a margem de barganha das famílias, por existir poder de monopólio da empresa que absorve os produtos. Percebe-se, ainda, que para o segmento em que se encontram a maioria das famílias, que

diversificam suas produções, a razão é de que 60% delas se encontram em níveis de Segurança Alimentar (SA).

No PA, a relação de famílias que consideraram ter seu perfil produtivo pouco diversificado pode até ser considerada insignificante ante ao total observado. Apenas 3 das 43 afirmaram empenho em apenas uma cultura, e destas, somente 1 alcançou segurança alimentar. No entanto, nem mesmo a diversificação da produção das famílias restantes (40) proporcionou estágios mais favoráveis quanto a sua segurança alimentar das mesmas, apresentando um percentual de 45% em condições de Insegurança Alimentar Moderada ou Grave.

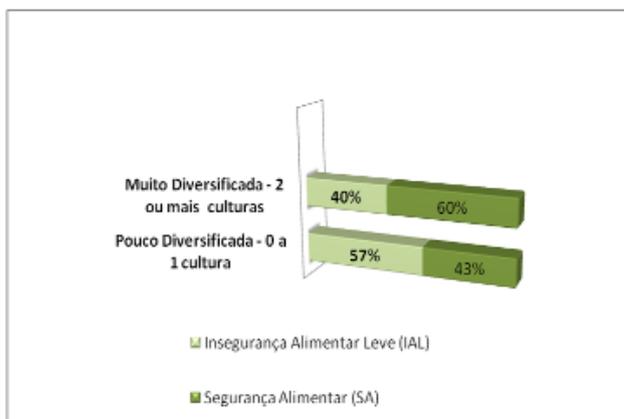


Gráfico 7: Classificação das famílias beneficiadas segundo escalas de diversificação da produção e o nível de (in) segurança alimentar – PNCF
Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

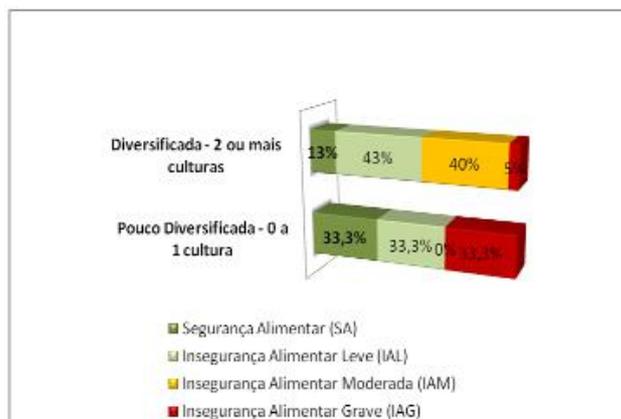


Gráfico 8: Classificação das famílias beneficiadas segundo escalas de diversificação da produção e o nível de (in) segurança alimentar – PA
Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

A categoria de análise Auto-consumo, vem representada a seguir pelos gráficos 9 e 10, que demonstram a relação entre as faixas percentuais de consumo de produtos produzidos no próprio lote frente ao consumo total e a (in) segurança alimentar verificada. Nessa perspectiva, é notória a tendência à diminuição de níveis mais críticos de insegurança alimentar (ou aumento do nível de segurança alimentar) quanto maior for o percentual de auto-consumo.

Esse quesito mostrou-se invariavelmente importante, uma vez que foi constatado neste estudo que as famílias que estrategicamente produziam para o seu auto-consumo (a exemplificar hortaliças, frutas, aves e suínos) apresentavam condições melhores de segurança alimentar e, nesse sentido, os beneficiários do PNCF mostraram-se mais abastecidos. A faixa percentual que mais abarcou famílias (12 no total) do PNCF foi a em que de toda a alimentação familiar 25,1% a 50% provém de produtos

oriundos da própria gleba, enquanto no PA, a moda está contida na faixa que vai de 0,01% a 25% da mesma análise (contando com 26 famílias).

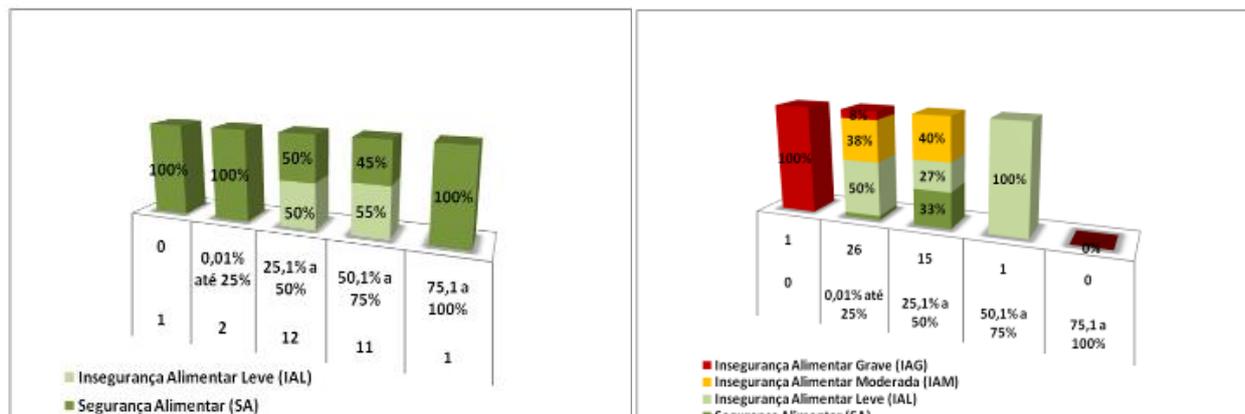


Gráfico 9: Classificação das famílias beneficiárias de acordo com o percentual de auto-consumo total e o nível de (in) segurança alimentar – PNCF

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

Gráfico 10: Classificação das famílias beneficiárias de acordo com o percentual de auto-consumo total e o nível de (in) segurança alimentar – PA

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

Apenas para se exemplificar inferência anterior, durante a pesquisa de campo foi percebida uma beneficiária do PNCF, cujos rendimentos totais declarados não ultrapassavam R\$ 150 reais mensais (deste total R\$ 80 era provindos de auxílio do programa Renda Cidadã), o que normalmente indicaria uma situação de insegurança alimentar, sobretudo pelo fato de morar sozinha e não dispor de força de trabalho auxiliar. Porém, foi constatado um grande adensamento de culturas em seu lote, desde hortaliças, bovinos de leite, suínos e aves e ela afirmou uma situação em que 90% de sua alimentação era composta de produtos ali cultivados, restando comprar apenas o arroz e alguns temperos que, devido às limitações da parcela, não eram passíveis de produção. Acredita-se que o cenário de forte auto-consumo associado ao seu perfil produtivista, tenha conduzido a beneficiária a ser classificada no patamar de Segurança Alimentar (SA).

Conclusão

Ao longo deste trabalho, surge clara a necessidade de se avançar nos estudos dessa nova fase das políticas públicas com recorte em segurança alimentar no Brasil, partindo de construções metodológicas aplicáveis, e, nesse caso específico, adotando a abordagem territorial como referência conceitual nos processos de desenvolvimento sustentável. Portanto, essa formulação mostrou-se contundente, por tratar de caminhos metodológicos que se propõe a avaliar programas de reforma agrária no âmbito supracitado, abrindo uma ampla agenda de pesquisa dos mecanismos institucionais

desenvolvidos a partir do próprio conceito de políticas públicas.

Tal perspectiva mostra-se corroborada nos resultados expostos, em todas as conjecturas que partiram da EBIA e dos indicadores representantes das categorias de análise, confrontados ou não com a primeira, quais sejam: características do trabalho e da renda, produção agrícola e autoconsumo apontam para uma substancial vantagem nesses aspectos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) em análise comparativa com Programa de Assentamentos (PA).

É bem claro que no conflituoso cenário que envolve a questão agrária, que não só é influenciado por preceitos econômicos, mas que toca em condições ambientadas em fortes vertentes sociais, políticas e jurídicas, faz-se importante a execução de projetos e estudos que visem avaliar e aprimorar a articulação e os diálogos entre os programas de reforma agrária considerando as especificidades do território de implantação. Acredita-se ainda que beneficiários assistidos por políticas públicas reportam a estágios diferentes na criação de elementos de Capital Social nas redes formadas a partir de seus arranjos, sob influência de questões endógenas e exógenas territoriais, o que sugere aqui uma agenda de pesquisa a fim de perceber tais influências.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, L. M. M. C. *Estrutura de Governança e Gestão das Redes e Programas de Segurança Alimentar: Análise Comparativa entre Municípios Paulistas*. Campinas, SP: UNICAMP/ Faculdade de Engenharia Agrícola, 2008. Relatório Técnico - Científico de Bolsa de Pós-Doutorado no país.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Desenvolvimento Territorial*, 2009, Disponível em < www.mda.gov.br/saf/arquivos/1602516123.pdf> Acesso em: 15 dez. 2009.

_____. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 6.047/2005: Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: Poder Executivo. 2005

CAMARGO, L.; MUSSOI, E. M.; CAZELLA, A. A. *Banco da Terra e Crédito Fundiário: entre o passado e o futuro*, In: XLIII Congresso Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *O Incra e o Assentamento*, 1995.

PAULILLO, L. F.; PESSANHA, L. Segurança alimentar, políticas públicas e regionalização: In. PAULILLO, L. F. et. al. *Reestruturação agroindustrial, políticas públicas e segurança alimentar regional*. São Carlos: Edufscar, 2002.



Encontro da Rede de Estudos **RURAIS**

DESENVOLVIMENTO, RURALIDADES E
AMBIENTALIZAÇÃO: PARADIGMAS E ATORES EM CONFLITO

03 a 06 de junho de 2012.

GT6

EDUCAÇÃO INCLUSIVA,
PROPOSTAS
DIFERENCIADAS E
AVALIAÇÃO: DESAFIOS DA
INTERCULTURALIDADE À
EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

COORDENAÇÃO

JANE FELIPE BELTRÃO (PPGA/UFPA)

WILMA DE NAZARÉ BAÍA COELHO (GERA/UFPA)



GT 6- Educação inclusiva propostas diferenciadas e avaliação:
desafios da interculturalidade à Educação do/no campo.

**A caminho dos (des) encontros entre a caneta e a enxada: A pedagogia da
Alternância da Escola Avani de Lima Cunha**

Diego de Brito Lima¹

Alessandra Alexandre Freixo²

¹Licenciando em Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Feira de Santana, E-mail:
diego_brito90@yahoo.com.br

²Prof. Dra. do Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, E-mail:
aafreixo@yahoo.com.br

Resumo

Me lanço sobre as nuances dos (des) encontros da caneta e da enxada, estas que seguem uma trajetória protagonizada por sujeitos peculiares. A enxada e a caneta neste trabalho representam o símbolo da Escola Avani de Lima Cunha (EFA-Valente) localizada na região sisaleira em Valente-Bahia, a qual será nosso trilho por onde caminharemos a fim de analisarmos a Pedagogia da Alternância da EFA-Valente e a sua luta cotidiana pela Educação do/no Campo.



Introdução

Apesar dos últimos avanços presenciado no âmbito educacional no Brasil, no qual 96% das crianças entre 7 a 14 estão matriculadas, ainda se mantêm as problemáticas referente à qualidade e eficiência deste ensino. É no meio rural que observamos os mais baixos índices de escolaridade do país, um rural que, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui cerca de um quinto da população brasileira, aproximadamente 32 milhões de brasileiros e brasileiras, apesar da grande urbanização presenciado nas últimas décadas, sendo um tema importante para as discussões e práticas que visam à melhoria qualitativa da educação.

Esta conjuntura de precariedade da educação no rural é fruto de resultados sociais, econômicos, culturais alicerçados a um histórico de políticas públicas traçadas para este contexto. Esta última, articulada com a lógica urbanocêntrica de educação (CAVALCANTE, 2007), que imbricadas pela perspectiva unilateral entre cidade-campo, resultavam em uma educação que pouco dialogava com o modo de vida e a cultura das populações rurais, legitimando o êxodo e evasão para os territórios urbanos. (SILVA, 2000).

É neste contexto, da contraditória história de exclusão dos/as sujeitos do campo, que a educação do campo surge, sendo esta o fruto da mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional que correspondesse com a realidade e necessidades das comunidades camponesas, claramente, em contraposição ao histórico descaso no âmbito das políticas públicas implantados no contexto do rural, esta que negligenciou e negligencia as peculiaridades e idiossincrasias do campo (CALDART, 2004; CAVALCANTE, 2007).

1.Educação do Campo: O que seria a inclusão para os/as sujeitos/as do campo?

O efeito da modernização da agricultura reverberou intensamente na dinâmica do mundo rural. E neste contexto que, com a inserção do capital no meio rural brasileiro, o empobrecimento e o deslocamento da população do campo para as cidades se intensificaram.

Coloco este contexto: o rural, enquanto um espaço de construção social, na qual resultou na ocupação do território materializada na posse da terra e toda a sua base material de produção e reprodução do ser. Ademais, o espaço rural não somente nos



referencia as bases concretas da sua existência, mas as bases simbólicas de construção de identidades e representações sociais, ou seja, “um lugar onde se vê e se vive o mundo” (WANDERLEY, 2001).

Enquanto um espaço de construção social e, portanto histórica, o rural, enquanto território em disputa possui uma trajetória de exclusão aos homens e mulheres do campo. Sabe-se que desde ao processo de colonização que estes autores sociais foram/é expropriados, massacrados e excluídos, sobretudo, a partir do processo de modernização da Agricultura.

Todavia, a resistência campezina emerge contra todo este processo excludente. Dos quatro cantos do país ouvimos os gritos de “posseiros”, atingidos por barragens, sem-terras, que, sobretudo, fomenta uma outra forma de organização e sociabilização.

Nesta perspectiva, segundo este cenário, cabe uma indagação: Qual a concepção de ser humano que nós temos hoje para estarmos tratando da temática da inclusão sendo ela social ou educacional? Obviamente se estamos falando de inclusão é reflexo do oposto da mesma palavra: a exclusão. Como retratei minimamente o contexto de exclusão dos/as sujeitos/as do campo, seguindo esta linha histórica, nos cabe outro questionamento: Que tipo de inclusão estamos falando para o contexto destes sujeitos?

Para Almeida, pelo “contigente histórico”, construímos-nos diferentes uns dos outros, do outro de ontem e de hoje, só somos diferentes e singulares por causa da existência da diferença perante ao outro, sendo que este “outro” nós afirmamos enquanto o próprio espaço rural que abarca suas diferenças perante aos “outros” espaços de vida.

Além disso, se assumirmos a historicidade do ser individual percebemos que somos diferentes em diferentes momentos da nossa trajetória.

É nessa reflexão que insistimos: ao assumirmos a categoria histórica do ser humano como determinante das relações sociais, precisamos também assumir nossa historicidade enquanto sujeito individual e, portanto, diferentes de nós mesmos em diferentes tempos. Se somos diferentes de nós mesmos, é possível vermos a diferença do outro não como externa a nós, mas como expressão da construção histórica, cultural e social da concepção de homem em uma determinada sociedade. (ALMEIDA,2010 , p. 149).

E com base nesta perspectiva, que lançamos mão da perspectiva de que a inclusão em seu movimento nos remonta e incita a construção de outra concepção de sermos homens



e mulheres na sua forma intrínseca de sermos diferentes. A inclusão a que me refiro é a inclusão enquanto ser humanos em sua essência ontológica e histórica e por isso capazes de dimensionar seu contexto e pensar e intervir de forma consciente no seu meio. (ALMEIDA, 2010).

A educação do campo, enquanto fruto de mobilizações dos diferentes movimentos sociais, nos referencia uma luta pela inclusão enquanto ser humano, pela afirmação de identidade e principalmente pelo o Direito de ter direitos. Este ponto de vista se contrapõe ao sentido normativo moral de inclusão, o qual a base existencial de uma inclusão é a exclusão de algo que por ventura o excluído é orientado a se incluir em um certo contexto que é considerado o normal.

O “normal”, na verdade, é em si plural, intercultural, não está longe da complexidade que a relação entre espaços e sujeitos, culturas e percepções, pressupõe na sua concretude. Por isso, para garantir a construção de uma escola plural sustentada pelas bases da intercultura é defender a educação do campo enquanto o reflexo da inclusão, pela luta, dos/as sujeitos/as do campo de ser no mundo.

2. A Pedagogia da Alternância: Uma proposta do e para o campo

A proposta da Pedagogia da Alternância (PA), surge na França em 1935, com as *Maisons Familiales Rurales* em reflexo do descontentamento dos processos educacionais descontextualizados para os sujeitos do campo e posteriormente se capilarizando em outros lugares do mundo, inclusive, assumindo diferentes formas, condizentes com diferentes contextos.

A primeira experiência da PA no Brasil foi no estado do Espírito Santo, no final da década de 60, através do que ficou conhecida como Escola Família Agrícola (EFA). Sendo estas uma proposta de uma escola para o campo que visa o fortalecimento das relações comunitárias dentro de uma perspectiva integrativa de educação, na qual dicotomias como: trabalho e estudo, teoria e prática, “mundo da vida e mundo da escola”, se dissolvem em uma a fim de garantir uma formação que dialogue com a vivência destes sujeitos (CAVALCANTE, 2007)

Para materializar estas objetivos essas escolas/casas se orientam a partir da PA, uma metodologia que compreende alternâncias de períodos no espaço escolar e na comunidade. Alterna-se, assim, a formação agrícola na propriedade com a formação



teórica geral na escola que, além das disciplinas básicas, engloba uma preparação para a vida associativa e comunitária (QUEIROZ,2008).

O que surgiu como “artesanal” no contexto rural na França, encontra contribuições teóricas importantes ao longo da história, como Célestin Freinet, Mara Montessori, Paulo Freire... e incitando a construção de um eixo político-pedagógico que aponta para o caráter emancipador e criativo desta proposta. Sendo esta perspectiva a que nos serve de alicerce para reafirma o caráter inclusivo da PA e as escolas/casas que a fomentam, utilizam-se, (re)desenham e, sobretudo, lutam para alcançar uma nova concepção de ser humano.

DESENHO METODOLOGICO

Utilizamos como método neste estudo a etnografia, que tem como principal instrumento de coleta a observação participante. Pois segundo Flick (2004), além de ser usado em pesquisas qualitativas, sendo esta a abordagem metodológica presente neste trabalho, também permite combinar, simultaneamente, análise documental, entrevista com respondentes e informantes, participação direta, observação e introspecção.

Nesta perspectiva, o desenho metodológico deste estudo encontra-se estruturado nos seguintes passos: Primeiramente, fizemos a análise documental, sendo os documentos os planos de estudos, os cadernos de realidade, os planos de formação e o projeto político-pedagógico da EFA/Valente. Os planos de estudos, cadernos de realidade e o plano de formação, são orientados a partir de eixos temáticos, sendo tais temas questões relacionados à realidade regional. Cada ano possui um eixo temático que norteia as atividades tanto teóricas, quando práticas (FREIXO, 2005). Concomitante ao período para análise documental observamos as reuniões de planejamento político-pedagógico da EFA/Valente.

Após isso, foi observado as mediações das aulas da professora de Ciências no 8º ano, para analisar à abordagem dos conteúdos programáticos, orientados pelas temáticas dos planos de estudo.

Posteriormente foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, uma com a diretora da EFA Valente- BA, a cerca de questões de planejamento, políticas e ações que são efetivadas na escola. Como também com o/a professor/a de ciências, focando nas suas praticas pedagógicas.



A ALTERNÂNCIA DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA AVANI DE LIMA CUNHA: CAMINHOS ENTRE A ENXADA E A CANETA

A Escola Família Agrícola Avani de Lima Cunha (EFA-Valente), foi fundada em 1996, pela necessidade de se construir uma escola para os filhos dos agricultores, principalmente os que estavam inseridos nas lutas da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), entidade que surge em 1980, que atualmente denomina-se Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB-Valente). A APAEB financia e acompanha a escola até nos dias atuais.

Desde 1987, a APAEB já dispunha de uma propriedade rural no município de Valente com 52 ha, denominada roça comunitária, onde os associados da APAEB proprietários de pouca área de terra procuravam produzir coletivamente e ao mesmo tempo buscavam conhecer novas técnicas para convivência com o semi-árido preocupando-se também com as questões ambientais. Foram os primeiros passos que a associação deu em busca de comprovar o que hoje se tornou seu slogan: “*O sertão tem tudo que se precisa, se faltar, a gente inventa*”. A esta propriedade deu-se o nome de Fazenda Madeira, localizada a 12 km de distancia da sede do município.

A própria formação da APAEB, segundo observações e conversas, faz parte de um marco histórico de luta que tem seu estopim nos anos 70, no qual a partir das organizações comunitárias, os pequenos agricultores se organizam e se apropriam do sindicato, que ficou muitos anos em controle de grandes fazendeiros e donos de armazéns. É neste processo que se forma a APAEB.

Esta luta que resultou na “tomada do sindicato”, não ficou limitada a somente este objetivo, pois com passar dos anos, notava-se a necessidade de se implantar um projeto de educação diferenciada para os filhos das famílias agricultoras, tornando-se um sonho para os agricultores que dirigiam a APAEB na época e sua equipe de trabalho do Departamento Agropecuário e Educativo, que eram responsáveis por construir alternativas de convivência com o semiárido, numa perspectiva de provar que era possível viver no sertão com uma qualidade de vida significativa. Assim, a partir de 1992 a APAEB, após visitar diferentes projetos de educação do campo, espalhadas na Bahia, realizaram algumas visitas às EFA’s de Riacho de Santana, Brejões e Inhambupe.



Para que o projeto construção de uma EFA em Valente fosse efetivada foi necessário articulações com outros setores sócias que atuavam na época como: A igreja (Católica e Batista), Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Associações Comunitárias de Valente. Com o apoio destes setores, de empresas financiadoras, como a MiSERIOR e VITAE, e com muita luta a Escola Avani de Lima Cunha é fundada em 25 de fevereiro de 1996, nome dado em homenagem a uma liderança comunitária que, segundo relatos, tinha o sonho de ter na região um projeto de educação que pudesse educar os filhos das famílias agricultoras para valorizarem o campo e buscassem a qualidade de vida a partir do convívio de suas condições. A EFA Valente, como assim ficou conhecida, localizada na Fazenda Madeira, foi mais um passo para a construção de alternativas para a convivência com o semiárido.

Ao longo deste período, a APAEB foi responsável por captar recursos para a manutenção da EFA Valente, todavia desde o início do projeto se discutia a constituição de uma Associação própria de pais e demais envolvidos com a escola, fato que somente se concretizou em janeiro de 2007, momento em fundou-se a Associação de Pais e Amigos da Escola Família Agrícola Avani de Lima Cunha - APAEFA, composta por pais, ex-alunos, monitores, lideranças comunitárias e agricultores. Este acontecimento é considerado um marco na história da EFA Valente, possibilitando maior autonomia no processo de gestão da escola e conduzindo à mesma a buscar, aos poucos, independência financeira em relação à sua mantenedora.

A Pedagogia da Alternância se caracteriza, segundo Gimonet (1985), por três lógicas intrínsecas a P.E: a do tipo econômico que analisa as questões prioritariamente econômicas e sociais no quadro geral de uma reflexão sobre as relações trabalho/formação, a lógica pedagógica na qual se destaca a discussão da interface teoria e prática e a lógica relacional que privilegia a formação e relação dos sujeitos envolvidos com o projeto (família- comunidade)

As análises apontam para algumas perspectivas e desafios, dentre as lógicas intrínsecas da Pedagogia da Alternância. Na lógica da relação família-escola, a EFA Valente tem dificuldades de planejar e programar as visitas dos monitores às comunidades, no qual de acordo com alguns autores (GIMONET, 1985; BACHELARD, 1994) esta etapa é a mais importante no processo da formação em alternância, pois a inserção dos monitores no meio familiar constitui uma melhor articulação entre os dois momentos da formação,



na medida em que a vivência e práticas do estudante no meio familiar trazem elementos essenciais para a construção de adequações e planejamentos de atividades e conteúdos a serem desenvolvidos no meio escolar. Este fato também se dá pela limitação estrutural referente ao transporte necessário para a ida dos monitores às comunidades, o que coloca em questões as políticas públicas destinada a este serviço.

Além disso, um dos princípios centrais da metodologia da alternância é a articulação dos conteúdos e as vivências dos sujeitos da escola, que dialoga tanto com a lógica teoria e prática quanto a relação trabalho e formação. Estas articulações têm sido pouco consistentes, e como foi observado, não há um planejamento coletivo por parte da escola em relação a esta questão da articulação dos conteúdos e os eixos temáticos do plano de formação, centralizando esta tarefa no monitor.

Em suma, os principais desafios da EFA Valente envolvem dificuldades presentes na concretização de alguns pressupostos/lógicas da PA, indicando horizontes que precisam ser trilhados, a fim de pensarmos uma educação verdadeiramente do campo, ou seja, um novo projeto social.

Referências:

ALMEIDA, M. L. *Currículo e Inclusão*. In: BARRETO, VIERA & MARTINS (Orgs). Diversidade e Inclusão na Educação do Campo. Vitória,ES: UFES, Programa de Pós Graduação em Educação, 2010.

BACHELARD, P. *Apprentissage et pratiques d'alternance*. Paris: L'Harmattan, 1994.

CALDART, R. S. *Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção*. In: ARROYO, CALDART & MOLINA (Orgs). Por Uma Educação do Campo. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

CAVALCANTE, L. O. H. *Escola Família Agrícola: entre os percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais*. (Tese) Doutorado, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil. 2007.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREIXO, A. A.; TEIXEIRA, Ana Maria F. *Memórias do rural: uma proposta de educação ambiental em uma escola família agrícola da região sisaleira da Bahia*. In:



Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental, 3., 2005, Ribeirão Preto. Anais...
Ribeirão Preto: USP, 2005.

GIMONET, J-C. *Alterance et relations humaines*. Paris: Messonance, Éditions
UNMFREO, 1985

QUEIROZ, J. B. P.; SILVA, L. H. *Formação em Alternância e Desenvolvimento Rural
no Brasil: As contribuições das Escolas Famílias Agrícola*. Actas do III Congresso de
Estudos Rurais (III CER), Faro, Universidade do Algarve, 2008.

SILVA, L. H. (2000). *As representações sociais da relação educativa Escola-família no
universo das experiências brasileiras de formação em alternância*. Tese de Doutorado
em Psicologia da Educação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.



GT 6 – Educação Inclusiva propostas diferenciadas e avaliação: desafios da interculturalidade à Educação do/no campo

A formação continuada realizada pelo programa saberes da terra da Amazônia Paraense como proposta de educação inclusiva do/no campo

Darinêz de Lima Conceição¹
Salomão Antônio Mufarrej Hage²
Selma Costa Pena³
Cirlene do Socorro Silva da Silva⁴

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências da Educação do Pará/ICED-UFPA, E-mail: darynez@yahoo.com.br

² Doutor / Docente do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará/ICED-UFPA, E-mail: salomao_hage@yahoo.com.br

³ Doutora / Docente do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará/ICED-UFPA, E-mail: selmacpena@gmail.com

⁴ Mestrado em Educação pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual do Pará/UEPA. Professora de Sociologia na rede da Secretaria de Estado da Educação. E-mail: cirlesilva@yahoo.com.br

Resumo

O referido artigo apresenta o recorte de uma dissertação construída na Universidade Estadual do Pará/ UEPA, construída a partir da seguinte questão norteadora: Que repercussões o processo de formação continuada do Programa Saberes da Terra proporcionou às práticas docentes de professores do campo? O objetivo da referida dissertação foi compreender as conexões efetivadas na Formação Continuada dinamizada pelo Programa Saberes da Terra da Amazônia Paraense e as repercussões no trabalho dos docentes que atuam no campo. A pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa e se desenvolveu por meio da pesquisa bibliográfica, documental e de entrevista semi-estruturada realizada com 05 (cinco) sujeitos (entre professores e coordenadores) que integraram o quadro docente da versão piloto do referido Programa tendo como *locus* o município de Moju/PA. Entre os resultados destacamos: Os educadores/as do campo apontam a necessidade de se ampliar propostas de formação inicial e/ou continuada pautada na matriz do paradigma da educação do campo, a fim de valorizar os direitos, a diversidade e a identidade cultural dos sujeitos que residem no meio rural.

Palavras-chave: Formação Continuada - Educação do Campo - Programa Saberes da Terra.



Introdução

O presente estudo referencia-se na dissertação⁵ de mestrado em Educação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Pará (UEPA), na Linha de Formação de Professores. Tal pesquisa versou sobre a Formação Continuada de Professores realizada no Programa Saberes da Terra da Amazônia Paraense, no município de Moju/PA. O Programa Saberes da Terra, na versão piloto de 2005 a 2008, caracterizou-se como uma Política Nacional de Educação do Campo e esteve vinculado ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI, sendo que, o mesmo é fruto de uma articulação interministerial.

Pesquisar a formação continuada de docentes no contexto da Educação do Campo no Pará constitui-se um desafio, pois o Pará possui um território de dimensões continentais [1.247.689.515 km²], sendo caracterizado como um estado amazônico [15% do território da Amazônia] marcado por uma diversidade ambiental assumida na contemporaneidade como capital natural e por ser cenário de uma realidade entremeadada de contradições também diversas, onde se evidenciam problemas sociais, políticos, econômicos e ecológicos intimamente ligados ao modelo de desenvolvimento econômico predatório que se instalou na região com anuência e financiamento do Estado.

O Pará historicamente preserva um triste recorde de casos de violência no campo, assassinatos e trabalho escravo. Tal violência tem uma função: manutenção do poder de uma classe que concentra grandes áreas de terra e recursos naturais. As grandes empresas que se instalaram na região para explorar recursos naturais usam como estratégia para defesa dos seus interesses a influência sobre os serviços do Estado e estabelecimento de acordos políticos com os governos, que nem sempre coincidem com os interesses das populações locais. A lógica que rege o desenvolvimento da região e os interesses políticos e econômicos a ele vinculados influencia as políticas públicas e, desta forma, ocasiona impactos na realidade educacional e na função social da escola.

Neste cenário de contradições emerge, também, o movimento paraense de educação do campo, expresso nas ações do Fórum Paraense de Educação do Campo e nas iniciativas

⁵ CONCEIÇÃO, Darinêz de Lima. A Formação Continuada de Professores para a Afirmação dos Direitos dos Povos do Campo à Educação: uma análise da experiência do Programa Saberes da Terra da Amazônia Paraense. Belém-UEPA, 2010 (Dissertação de Mestrado em Educação).



pedagógicas em educação popular do campo realizada por diversos movimentos sociais que, em parcerias com universidades, desenvolvem perspectivas educacionais contrárias à lógica desenvolvimentista e capitalista que se afirmam na Amazônia.

Para este estudo delimitamos o período compreendido entre 2005 a 2008. Isso se justifica por ter sido este um período de mobilização, implementação, execução e conclusão do Programa Saberes da Terra em sua versão piloto, no Pará. Nossa curiosidade investigativa se deteve então em compreender de que maneira o processo teórico e metodológico desenvolvido pelo Programa Saberes da Terra repercutiram nas práticas docentes dos professores que atuam na educação do campo. Assim, o objetivo da pesquisa foi *Compreender a Formação Continuada dinamizadas pelo Programa Saberes da Terra da Amazônia Paraense e suas repercussões no trabalho dos docentes do campo*. O locus do estudo foi o município de Moju onde funcionaram duas turmas de ensino fundamental do Programa Saberes da Terra, perfazendo um total de 60 educandos/as.

Metodologicamente utilizamos a abordagem qualitativa que concebe o método como algo dinâmico, vivo e que se revela de acordo com nossas ações, conforme afirma Gatti (1994). Por esta razão optamos pela utilização da pesquisa bibliográfica, documental e de entrevista semi-estruturada realizada com 03 professores (das diferentes áreas do conhecimento), 01 técnico agrícola e 01 coordenador de turma (integrantes do quadro docente da versão piloto do referido Programa desenvolvido no município de Moju). Para o desenvolvimento da análise dos dados da pesquisa seguimos as orientações proposta por Minayo (1994) pautada na tese do ciclo da pesquisa, pois consideramos que a pesquisa se desenvolve em espiral iniciando por um problema ou uma interrogação. Assim, ressaltamos que o referido ciclo não é composto por etapas estanques, mas, sobretudo, trabalha o movimento e a valorização das partes e da integração do todo.

Com este estudo pretendemos fortalecer um terreno em construção no tocante às pesquisas que tratam mais particularmente de processos formativos de professores da educação do campo e que estudam o sujeito utilizando um método que apreenda a universalidade e singularidade de suas histórias, simultaneamente; estudos que investigam a formação continuada sob o ângulo da aprendizagem dos professores na tentativa de compreender e refletir acerca de suas relações de pertencimento com a vida no campo. Nesses estudos se aprende não só com a observação da prática docente dos



professores, mas também, e fundamentalmente, com a incursão desses sujeitos em seus processos de aprendizagem. É nessa direção que este estudo pretendeu contribuir. Por esses motivos vemos muitas razões para realizar um estudo dessa natureza. Elas serão aqui apresentadas como argumentos que auxiliam na compreensão dos sentidos e da relevância que contém este texto em relação a vários outros aspectos que o estruturam.

2. Formação Continuada de Professores do Campo: a experiência do Programa Saberes da Terra no município de Moju-PA.

O reconhecimento das necessidades próprias dos sujeitos, a diversidade e as realidades diferenciadas do campo, precisam ser assumidos como uma das prioridades na construção de políticas públicas educacionais responsáveis por garantir direitos a esses povos. Os sujeitos do campo reivindicam uma escola que não seja ‘meramente’ “uma instituição de reprodução, na qual o conhecimento explícito e implícito ensinado molda os estudantes como seres passivos que estarão aptos e ansiosos para adaptar-se à sociedade injusta” (APPLE, 1989, p. 30).

Autores como Arroyo (1992, p.5) consideram a necessidade de que,

Teremos que optar entre continuar tratando o homem do campo como um carente crônico que precisa ser alimentado, curado, informado, integrado, educado, ou passar a tratá-lo como um cidadão-trabalhador historicamente excluído dos direitos básicos, que vem tomando consciência dessa exclusão e se organiza na reivindicação de seus direitos.

Isso nos faz lembrar que o discurso oficial, nesta primeira década do século XXI, no contexto brasileiro, está na contra-mão do que Arroyo enfatiza, visto que, ainda, reproduz a ideologia desenvolvimentista apregoada aos países com economia emergente, por compreender o campo como um lugar/espço a ser superado, com sujeitos que passam por um processo gradual de extinção, desrespeitando, assim, seus direitos. Tal discurso justifica a lógica de não haver necessidade de implementação de políticas públicas específicas para melhorar a qualidade dos sujeitos que vivem *no e do* campo.

Ignorar a realidade dos sujeitos do campo, segundo Arroyo (1998, p. 8), é uma opção ultrapassada, pois os “educadores, com suas experiências mostram que o campo está vivo, que está acontecendo um movimento social e cultural e também, junto a ele, um



movimento educativo renovador”. Esses movimentos sociais e culturais presentes no Campo, o (re)afirmam como um espaço de desafios que precisa ser repensado e valorizado.

Em relação à identidade da escola do campo as Diretrizes Operacionais para Educação Básicas das Escolas do Campo (2002, Art. 2º § único) afirmam que ela

[...] é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Por esses motivos a luta pela construção de um currículo afirmativo, que considere as múltiplas identidades e que valorize a diversidade e os saberes dos sujeitos do campo tem sido alvo de reivindicações e tem se incorporado às pautas de entidades que se aglutinam em Fóruns de discussões que lutam por uma Educação *no e do* Campo. É nesta perspectiva que se consolidou, no Pará, a implementação do Programa Saberes da Terra da Amazônia Paraense (2005 a 2008) que se constitui como uma conquista do II Seminário Estadual de Educação do Campo, organizado pelo Fórum Paraense de Educação do Campo em 2005. O referido Programa atendeu a 15 municípios de cinco mesorregiões: Baixo Amazonas, Nordeste, Sudeste, Marajó e Tocantina em que fica o município de Moju e teve como referência a experiência pedagógica da Escola Família Agrícola de Marabá. Tal experiência se desenvolveu a partir de três princípios pedagógicos: i) Escola como sujeito-espaço coletivo de produção cultural; ii) Pesquisa como Princípio Educativo; iii) Indissociabilidade entre teoria-prática/educação-trabalho. O objetivo do Programa era, em um período de dois anos, formar jovens agricultores em nível de educação fundamental e qualificação profissional, cuja certificação foi realizada pela Escola Agrotécnica Federal de Castanhal.

O Programa atuou na formação continuada de educadores do campo a partir dos seguintes princípios pedagógicos: escola formadora de sujeitos, articulada a um projeto de emancipação humana; valorização dos diferentes saberes no processo educativo; compreensão dos tempos e espaços de formação dos sujeitos da aprendizagem; escola vinculada à realidade dos sujeitos; educação como estratégia para o desenvolvimento



sustentável; autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino e trabalho como princípio educativo.

Desenvolveu-se por meio da Pedagogia da Alternância e do Currículo Integrado, e materializou-se no que se denomina de Arcos Ocupacionais: Culturas, Pecuárias, Extrativismo, Agroindústria, aquicultura; e, de temas geradores, de um Eixo Articulador: Agricultura Familiar e Sustentabilidade na Amazônia, e, de quatro Eixos Temáticos: 1) Agricultura Familiar: identidade, cultura e etnia; 2) Sistema de Produção e Processos de Trabalho no Campo; 3) Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas; 4) Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária com Enfoque Territorial.

A proposta da utilização metodológica da pedagogia da alternância e do currículo integrado, traz um impacto significativo ao trabalho de docentes que, de certa forma, estavam condicionados a trabalhar de forma isolada e fragmentada por disciplina. Fortalecendo, assim, a proposta de fortalecimento do trabalho coletivo.

2.1. A valorização da diversidade como um direito para uma educação de qualidade no campo

No Brasil o direito à educação é reconhecido em 1934, mas somente com a Constituição Federal de 1988 este direito passa a ser considerado público, subjetivo e como um dever do Estado. Considerada uma evolução dos direitos humanos, a educação constitui-se como um direito social, como um pré-requisito para usufruir os outros direitos civis e sociais, conforme defende Benevides (2007). Assim, o direito à educação parte do pressuposto que todo cidadão tem o direito a ter o domínio de conhecimentos sistemáticos, também como uma oportunidade de se autoconstruir e de se reconhecer enquanto cidadão.

No que tange a educação do campo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9394/96, em seu artigo 23 traz um grande diferencial quando comparada às legislações anteriores aplicadas à educação, uma vez que propõe que “O Calendário Escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previstas nesta Lei”. Consideramos tal requisito como conquistas que se constroem, no sentido de fortalecer a identidade do movimento que luta por uma educação *no e do*



campo, para que se consolidem políticas públicas educacionais que objetivem garantir o direito dos sujeitos que vivem no campo.

Sobre o sentido de destaque às palavras *no* e *do* campo, destacamos o que diz Caldart (2002, p. 26): “**No**: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; **Do**: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”.

Destacamos, também, como avanço em relação aos interesses da educação dos povos do campo o art. 28, da LDB anteriormente citada, que considera:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Consideramos esses encaminhamentos relacionados à educação do campo como resultado das lutas de grupos organizados do campo em parceria com movimentos sociais, universidades e sociedade civil que a partir da década de 1990 conseguiram inserir na agenda da esfera públicas questões educacionais de interesses dos povos do campo. Tal interesse caracteriza-se por estar atrelado a uma proposta contra-hegemônica de desenvolvimento para o país, posto que, a proposta atual se pauta no desenvolvimento transnacionalizado, baseado no latifúndio e na monocultura, lógicas econômicas degradadoras do ambiente e desestruturadoras de economias locais. Em contrapartida a este modelo de desenvolvimento sujeitos do campo que lutam por uma educação do campo pautada em uma sociedade sustentável, no intuito de proporcionar um desenvolvimento social, ambiental, cultural e educacional, o que para Santos (1997, p. 439) caracterizaria um cosmopolitismo cultural, que entre outros consiste “em organizações de desenvolvimento alternativo e em luta contra o regime de propriedade intelectual que desqualifica os saberes tradicionais e destrói a diversidade de recursos da terra”.

A educação do campo enquanto conceito novo, mas já em disputa está associada ao movimento da realidade que busca expressar e é marcada por contradições sociais muito fortes, “faz parte da construção de um paradigma teórico e político, não é fixo,



fechado, também não pode ser aleatório, arbitrário [...] tem sua raiz na sua materialidade de origem e no movimento histórico da realidade a que se refere”. (CALDART, 2008, p.70).

A mesma autora (2008) considera que a educação do campo está pautada em uma base jurídica, legal e filosófica, o que implica afirmar que a defesa de sociedade sustentável defendida pelos sujeitos que lutam por uma educação do campo está para além de um discurso sem fundamentação.

Dessa forma compartilhamos da concepção de Arroyo (2008) ao afirmar que nosso olhar, no que se refere ao direito do homem à educação, deve ser para além da escola. Isto se faz necessário que haja a apropriação e socialização da cultura produzida socialmente. O mesmo autor considera que é a experiência do trabalho, da produção, o ato produtivo que nos produz como pessoas, visto que o ser humano não produz apenas alimentos, roupas, ele se produz na medida em que produz. E, é neste contínuo processo que a escola encontra-se inserida. Para Arroyo (2008, p. 27) “a escola, os saberes escolares são um direito do homem e da mulher do campo, porém esses saberes escolares tem que estar em sintonia com os saberes, os valores, a cultura, a formação que acontece fora da escola”. No momento em que há uma mera adequação do currículo das escolas urbanas para as escolas do campo, compreendemos que há, sobretudo, uma violação de direitos, posto que, ocorre uma sobreposição de valor em detrimento de outros: uma negação e um silenciamento.

Molina (2008) ao trabalhar a justiciabilidade da educação do campo adota uma concepção de direitos humanos contemporânea, introduzida a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e pela Declaração de Viena (1993), na qual os direitos são considerados Universais, Indivisíveis e interdependentes. Piovesan (2006, p 13) valida esta idéia quando defende que os direitos são universais exatamente porque a condição da pessoa é o requisito único para a titularidade desses direitos. “Indivisíveis porque a garantia dos direitos civis e políticos é condição para a observância dos direitos sociais econômicos e culturais. Quando um deles é violado os demais também o são”.

Ainda em Molina (2008) percebemos que a fundamentação da ação coletiva dos sujeitos do campo na luta pela construção de seus direitos fortalece-se na compreensão de que a igualdade está para além da disposição formal e busca no Estado o sentido da materialização do exercício dos direitos por meio de políticas públicas.



Assim, lutar por políticas públicas para educação do campo significa lutar para ampliar a esfera do Estado a fim de não colocar a educação na esfera do mercado.

As matrizes culturais que dão sustentação à escola do campo estão fundamentadas nos princípios da relação com a terra, da valorização das identidades, do diálogo entre os diferentes saberes culturais. Isto implica afirmar que tal escola é pensada e construída com os sujeitos e no contexto do campo, pois é capaz de incorporar uma visão mais ampla do conhecimento e da cultura.

Sobre as motivações para trabalharem no Programa, os professores entrevistados destacaram:

Sempre trabalhei na área rural com classe multisseriada e posteriormente no Sistema Modular de Ensino de 5ª a 8ª séries, e defendo a educação rural. Deparei-me com os “Saberes da Terra” com uma metodologia diferente e conteúdos para a clientela do campo, não tive dúvida e ingressei (Professor A)

Para mim, o Programa foi criado realmente a fim de atender o jovem do campo, uma vez que, a Pedagogia da Alternância, respeita a questão da temporalidade que é fundamental na vida do jovem do campo (Professor B).

Quanto aos impactos sociais, econômicos, culturais, científico e ambiental que o Programa trouxe para a comunidade e seu entorno, os professores ressaltam:

Melhoria no processo de cultivo, contribuição na melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas, pelo aumento da produtividade e valorização dos aspectos culturais, tanto na agricultura quanto na história local (Professor C).

Achei muito gratificante chegar à comunidade e ver que os alunos estão colocando em prática o que aprenderam no Tempo Escola. Há um diálogo e eles chegam a orientar seus pais em algumas práticas agrícolas aprendidas até então, de acordo com suas vocações agrícolas (Coordenador de Turma).

As assertivas reforçam as especificidades das práticas pedagógicas *no e do* campo, posto que tal realidade considera como fundante o diálogo entre a escola e a comunidade.

Tal preocupação segue o conselho de Molina (1998, p. 24) quando destaca que:



A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo, deve ser educação, no sentido amplo do processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz.

Ainda sobre as entrevistas é importante destacar a relação tempos-espços formativos organizados por meio da metodologia da alternância, em que um dos entrevistados faz a seguinte referência:

Para alguns pais era complicado o menino sair de casa por 15 dias e ficar estudando. Nós, como professores, tivemos, de certa forma, que conquistar os pais a confiarem nos resultados positivos que essa experiência pautada na Alternância. Afinal esta era uma proposta educativa nunca experimentada por nós. Foi um desafio. O que mais chamava atenção dos jovens era a possibilidade de flexibilidade do calendário considerando a realidade e nosso município.

Nesta perspectiva Caldart (2002, p. 133) considera que “para ser educador do campo: é preciso aprender da sabedoria do povo; é preciso aprender a ser educador; é preciso jamais deixar de ser educando”. Desta forma, as práticas pedagógicas desenvolvidas no campo se revestem de um contexto que pode potencializar ou não determinada realidade.

Destacamos a seguir uma das repercussões apontadas pelos professores como reflexo da formação continuada:

[...] o que eu aprendi muito no processo de execução do Programa e da formação continuada foi, justamente, o trabalho de planejamento. Pois construímos um diálogo entre a área técnica e a área de conhecimento mais subjetiva e social. Passamos a construir respeito pelos conhecimentos do outro e isso foi importante para a melhoria do nosso trabalho.

Ao considerar o aspecto mais geral, referente às possíveis repercussões os sujeitos da pesquisa ressaltam ainda o avanço e/ou inserção da discussão sobre a educação do campo no município:

[...] a partir do Saberes conseguimos construir nossa rede de educação do campo em nosso próprio município. [...] uma coisa é você ter palestra sobre o que é currículo integrado e a outra é a prefeitura se ver envolvida na implantação deste currículo. Para nós isso foi um avanço.



Para tanto há necessidade de se efetivar políticas educacionais que considere a importância da formação do educador que irá atuar na realidade do campo, visto que tal realidade necessita de práticas pedagógicas diferenciadas, já que considera como basilar no processo de ensino e aprendizagem a experiência do educando. Assim o investimento em políticas de formação continuada voltada para outro paradigma da educação do campo pode ser entendido como uma estratégia potencializadora ao desenvolvimento da realidade dos sujeitos do campo.

Assim, podemos afirmar que no Pará ainda são escassas as iniciativas que promovem renovações pedagógicas para o Campo no sentido de se trabalhar metodologias adequadas que proporcionem a devida atenção ao calendário agrícola daquela realidade. O prevalece na maioria das vezes é um currículo voltado para o contexto urbano, alheio aos interesses dos sujeitos locais e estimulador do abandono do campo, por trabalhar na perspectiva do enaltecimento do espaço urbano como superior.

3. Conclusão

A falta de valorização e a inadequada formação dos professores no Brasil, não se apresentam como um “privilegio” exclusivo do espaço rural, ao contrário, é uma situação presente no sistema de ensino nacional.

Existem pesquisas como de Monteiro e Nunes (2008) que demonstram que o campo oferece as mais precárias situações de trabalho aos professores; que, por agregar o maior número de professores com baixa qualificação traz como consequência os mais baixos salários o que resulta na alta rotatividade dos professores que atuam no campo.

Há que se fazer uma necessária reflexão no que diz respeito ao número significativo de escolas existentes no meio rural. Temos que nos inquietarmos quando partimos para o avanço de tal entendimento: pensar no número de escolas existentes pressupõe uma demanda considerável de sujeitos que fazem a escola. Neste contexto, o desafio está lançado: compreender que tipos de professores estão sendo formados para atuarem, justamente, neste significativo espaço que é o campo.

Torna-se necessário se efetivarem políticas educacionais que considerem a importância da formação do educador que irá atuar na realidade específica do campo, pois tal realidade necessita de práticas pedagógicas diferenciadas, já que considera como basilar o direito à educação e no processo de ensino e aprendizagem considerar a experiência do educando. O Programa Saberes da Terra da Amazônia Paraense tem o



intuito de responder a essa necessidade de formação continuada voltada para o paradigma da educação do campo e pode ser compreendido como uma estratégia potencializadora ao desenvolvimento da realidade dos sujeitos do campo.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel. A Educação Básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel G. e FERNANDES, Bernardo M. **A Educação Básica e o movimento social do campo**. Por uma educação básica do campo. Brasília-DF, 1998. Coleção Por uma Educação do Campo.

_____. Introdução: os coletivos diversos repolitizam a formação. In: DINIZ, Júlio Emílio e PEREIRA, Geraldo Leão (org.). **Quando a diversidade interroga a Formação Docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BENEVIDES, Maria Victoria. Direitos Humanos: desafios para o século XXI; In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy e outras. **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitário, 2007. p. 335-350.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96.

CALDART, Rosely Salete. Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In: **Educação do campo: Identidades e Políticas Públicas**. Orgs Kolling, E. J.; Cerioli P. R.; CALDART, R. S. Coleção Por uma Educação do campo. nº 4, 2002.

_____. Sobre Educação do Campo. In: FERNANDES, Bernardo (Org.). **Por uma Educação do Campo: campo-políticas públicas-educação**. Brasília. Incra, MDA, 2008.

CONCEIÇÃO, Darinêz de Lima. **A Formação Continuada de Professores para a Afirmação dos Direitos dos Povos do Campo à Educação: uma análise da experiência do Programa Saberes da Terra da Amazônia Paraense**. Belém, 2010 (Dissertação de Mestrado em Educação).

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à Educação: direito à igualdade, direito à diferença. In: **Cadernos de Pesquisa**. Nº 116. São Paulo. Julho, 2002.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH). **Direitos Humanos: documentos internacionais**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

MOLINA, Mônica Castagna. A Constitucionalidade e a Justiciabilidade do Direito à Educação dos Povos do Campo. In: FERNANDES, Bernardo (Org.). **Por uma Educação do Campo: campo-políticas públicas-educação**. Brasília. Incra, MDA, 2008.



MONTEIRO, Albêne Lis; NUNES, Cely S. C. **A formação continuada dos professores de classes multisseriadas do campo da Amazônia paraense em São Domingos do Capim/PA.** Belém. Relatório de Pesquisa. CNPq/UEPA.

PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS. **Direitos Humanos:** documentos internacionais. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

PARÁ. **Projeto Político Pedagógico Estadual do Programa Saberes da Terra da Amazônia Paraense.** UFPA/Belém, 2005.

PIOVESAN, Flávia. Concepção Contemporânea de Direitos Humanos. *In:* HADDAD, Sérgio e GRACIANO, Mariângela. **A Educação entre os direitos humanos.** SP: Autores Associados-Ação Educativa, 2006.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Por uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos.** Lua Nova, 1997.



GT 6 – Educação Inclusiva propostas diferenciadas e avaliação: desafios da interculturalidade à Educação do/no Campo

A intervenção do local para a construção do currículo da educação escolar do campo

Leonir Amantino Boff¹
Isaura Isabel Conte²
Patrícia Rutz Bierhals³

¹Professor de Filosofia da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Em processo de doutoramento também pela UFRGS, orientado pela Professora Dra. Malvina do Amaral Dorneles. E-mail: leonirboff@gmail.com

²Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Mestre em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Militante do Movimento de Mulheres Camponesas. Bolsista CNPq. E-mail: isauraconte@yahoo.com.br

³Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação. Orientação do Dr. Jaime José Zitkowski. Bolsista Capes. Militante do Movimento de Mulheres Camponesas. E-mail: patriciabierhals@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho pretende refletir a respeito da interferência do local para a construção do currículo da educação escolar do campo, trazendo como uma potencialidade a pedagogia da alternância. Com a devida vigilância para não incorrer em reducionismos, procura articular os argumentos numa perspectiva dialética e complexa, percebendo as co-implicações entre o local e o global. Considera-se as conjecturas necessárias entre a importância das experiências vivenciadas pelas comunidades do campo, os tencionamentos e articulações dos movimentos sociais, e a presença Estado, como perspectiva de defesa da educação do campo como direito público inalienável. Teoricamente, o texto busca ancorar-se em reflexões de diversos autores, como Apple, Nosella, Queiroz e Caldart, além de trazer reflexões a partir de investigações e de trabalhos de militância realizados no campo desta temática.

Palavras-Chave: local e global; currículo; educação escolar do campo; pedagogia da alternância.



A década de 2000 foi sobremaneira promissora nos debates acerca da educação do campo. Certamente não é exagero considerá-la o período em que a educação do campo mais intensificou seus debates no interior das instituições públicas do Estado Brasileiro. Diversas Resoluções e Pareceres foram sancionados pelo Conselho Nacional de Educação e por diversos conselhos em âmbito dos Estados, regulamentando a especificidade da educação do campo, formalizando como direito público muitos avanços relativos à concepção construídos pelos movimentos sociais e experiências localizadas.

O Plano Nacional de Educação e o Plano Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso, de forma inédita, incluíram em seus textos um título específico para tratar da educação do campo. Entendemos que a interiorização da educação do campo na esfera pública estatal não ocorreu por acaso, e sim, decorreu da organização e de um intenso trabalho e mobilização de diversos movimentos sociais ligados ao campo e à educação⁴.

Trazemos essa reflexão inicial para prevenir possíveis interpretações antecipadas, que poderiam julgar a idéia da intervenção do local como reducionista, ao passo que não negamos a importância dos movimentos mais amplos e globais quando defendemos o local como potencialidade fecunda para a construção do currículo da educação escolar do campo. Pretendemos antes, tratar da questão com uma perspectiva mais dialetizada e complexa.

O que propomos neste trabalho é uma reflexão a respeito da intervenção do local na construção do currículo da educação escolar do campo, suas condições, potencialidades, e, ao mesmo tempo, alguns limites, quando se trata de elevar as experiências locais à políticas públicas, e tratá-las na perspectiva do direito, e como possibilidade de compartilhá-las com outras comunidades com características iguais ou semelhantes.

A questão é que antes de 2000, a educação do campo ocupou pouquíssimo espaço no interior das instituições públicas brasileiras. E por que isso aconteceu? Por que a educação do campo não havia sido tratada com essa especificidade ainda em

⁴ MST – Movimento Sem Terra; CPT – Comissão Pastoral da Terra; MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores; MMC – Movimento de Mulheres Camponesas; MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens; PJR – Pastoral da Juventude Rural; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ligados à FETAGRI e FETRAF; Escolas Família Agrícola e Centros Familiares Rurais; Universidades Públicas que articulam projetos de ensino, pesquisa e extensão à Educação do Campo.



âmbito público estatal no Brasil? E por que não havia formulações com a especificidade da educação do campo? Parece-nos que a questão indica outras implicações, uma vez que as formulações existentes acerca da educação do campo, incorporadas aos pareceres e resoluções dos Conselhos de Educação, e do próprio Plano Nacional de Educação⁵, resultam em grande medida de experiências locais. Apple (2006, p. 36) nos ajuda a refletir a respeito da força e do papel que as ideologias, mobilizadas nos interstícios sociais, econômicos, políticos e culturais, sempre exerceram sobre a educação.

as maneiras fundamentais pelas quais as instituições, as pessoas e os modos de produção, distribuição e consumo são organizados e controlados – dominam a vida cultural. Isso inclui práticas do cotidiano, como as escolas e o ensino e os currículos que adotam.

Uma outra afirmação feita por Apple (2006, p. 35), quando diz, “*defendi muito fortemente a idéia de que a educação não era um empreendimento neutro*”, nos faz suspeitar, para não dizer, afirmar, que a ideologia burguesa liberal urbana esteve por um longo tempo interiorizada na educação oferecida às populações do campo, que era chamada de educação rural. Também Paulo Freire (2001) defende a tese de que o ato de educar não é um ato neutro. Isso nos faz pensar que o ato de educar implica sempre posicionamentos políticos, éticos, estéticos e epistemológicos. Esses posicionamentos, em última instância, orientam os modos como nos relacionamos com o mundo e com os outros, em nossos modos de pensar e agir, inclusive na educação. Ao mesmo tempo, entendemos com Wallon (1986), que é também socialmente que definimos todas essas dimensões e os nossos modos de viver.

No caso da educação escolar oferecida às populações do campo, fundamentalmente até no final da década de noventa, trazia em seu currículo, valores, posicionamentos, formulações teóricas profundamente arraigadas ao mundo urbano. Podemos dizer que a educação escolar oferecida às populações do campo decorreu por um duplo processo de dicotomização, na medida em que, por muito tempo, tivemos nas comunidades do campo apenas a presença da “escolinha” primária. Esta escola das primeiras letras, como era chamada, oferecia basicamente as operações matemáticas

⁵ Parecer CNE/CEB Nº. 36/2001; Resolução CNE/CEB Nº. 01/2002; Parecer CNE/CEB Nº. 01/2006; Parecer CNE/CEB Nº. 03/2008; Resolução CNE/CEB Nº. 02/2008; Em outubro de 2003, o Ministério da Educação também publicou os princípios da Educação do Campo.



elementares, destinando a escola em sua concepção mais ampla aos centros urbanos, e, ao mesmo tempo, definiu-se um currículo escolar urbanizado. O conceito de hegemonia em Apple (2006, p. 39), nos ajuda entender como isso é possível acontecer e tornar-se aceito ao senso comum:

A idéia (...) é a de como a hegemonia atua para ‘saturar’ nossa própria consciência, de maneira que o mundo educacional, econômico e social que vemos e com o qual interagimos, bem como as interpretações do senso comum que a ele atribuímos, se torna o mundo tout court, o único mundo. Assim, a hegemonia se refere não à acumulação de significados que estão em um nível abstrato em algum lugar ‘da parte superior de nossos cérebros’. Ao contrário, refere-se a um conjunto organizado de significados e práticas, ao sistema central, eficaz e dominante de significados, valores e ações que são vividos.

Podemos dizer que as escolas e o trabalho educacional, ao menos a partir de meados da década de sessenta no Brasil, eram desenvolvidos e hegemonicamente se organizavam a partir dos padrões do universo urbano, porque de certo modo, estava implicada uma lógica de orientação política e social da população para a cidade. O projeto para o desenvolvimento rural não incluía a presença e a permanência das populações, tampouco uma perspectiva de desenvolvimento social e cultural, e sim, a produção econômica intensiva. A presença de pessoas no meio rural significava apenas um meio para essa perspectiva de desenvolvimento.

Sendo assim, a educação destinada às populações do campo não podia mesmo trazer em seu currículo um debate mais intenso das complexas realidades desafiadoras relacionadas aos modos de viver no e do campo. Tampouco, com relação às possibilidades de projetos educacionais a partir desta realidade. Os projetos político-pedagógicos, bem como os materiais didáticos eram formulados desde os centros urbanos, sem contar que as imagens e exemplos trazidos desde a realidade camponesa, quase sempre, eram apresentados numa perspectiva de inferioridade e atraso em relação à cidade, logo; tido como algo negativo e feio.

A função desta educação implicava orientar ideologicamente o olhar dos estudantes para o mundo urbano, suas promessas, sua sedução, a formação para cumprir as demandas que a urbanização exigiria, fosse relacionado ao trabalho, à cultura, ou mesmo ao conjunto dos componentes relativos aos modos de convivência social.



Para nos ajudar a pensar a respeito dessa questão, tomamos o conceito de ideologia a partir do modo como Apple (1989, p. 42) a compreende, não significando uma falsa consciência, mas como parte de uma cultura, contendo bons e maus sentidos, com poder de orientar eficazmente os comportamentos e os modos de pensar o mundo.

diferentemente das representações vulgares que buscam a marca da ideologia econômica em tudo, uma abordagem mais refinada procura analisar a ideologia de forma diferente. Ela não é uma forma e consciência falsa 'imposta' pela economia. Ao invés, ela é parte de uma cultura vivida que é o resultado das condições materiais de nossas práticas cotidianas. É um conjunto de significados e práticas que na verdade contém tanto elementos de bom senso quanto elementos reprodutivos.

O conceito de ideologia trazido por Apple não nega a importância do componente econômico e sim, complexifica o modo de concebê-lo, e de compreender as maneiras pelas quais o mesmo atua nas pessoas em relação aos seus modos de pensar e de agir. Portanto, o modo como a ideologia atua não se reduz a uma relação de causa e efeito por uma ação mecânica a partir da lógica econômica.

Há uma lógica de bem estar presente no imaginário das pessoas, configurada em desejos, sonhos e também rejeições de muitas realidades vividas. No caso das populações do campo, almejar o acesso à luz elétrica, aos meios de comunicação, como televisão e internet, possibilidades de lazer, saúde e educação de qualidade, de forma alguma significa um mau senso. O equívoco estaria em acreditar que isso só é possível morando na cidade ou a partir da ordem urbana. Do mesmo modo, não é um mau senso acreditar que todos os seres humanos devem ter direito a uma educação ampla, e sim, o mau senso consiste em acreditar que todos, indistintamente, devem ter a mesma proposta educacional.

De certo modo, olhar para a trajetória histórica de atendimento escolar das populações do campo ajuda a compreender os elementos de reprodução de uma crença universalista de educação e, ao mesmo tempo, uma idéia de educação, amplamente divulgada, e muito importante para a manutenção do modelo de desenvolvimento agrário vigente no Brasil.

Tal idéia propugnava que as populações do campo, que tinham por decisão viver neste local, não precisariam saber profundamente das letras e das ciências, e que



necessitariam apenas dos conhecimentos das operações básicas da matemática e dos mecanismos da escrita e da leitura. Ao mesmo tempo, desenvolvia-se um imaginário de que era preciso imprimir uma cultura mais evoluída às populações camponesas, no caso, a cultura urbana, inclusive para que se tornassem urbanos. Nosella (2007, p. 19), a partir das memórias e trajetórias do padre jesuíta francês Abbé Granereau, que se engajou visceralmente na criação e construção da “Meson Familiale” na França, e das experiências e estudos vivenciados no Brasil, nos ajuda muito nessa compreensão, quando afirma:

os pais precisavam mesmo acreditar que seus filhos, para se formarem, para se tornarem sábios e instruídos deveriam necessariamente orientar-se para as funções urbanas. Mais uma vez a terra tornava-se o oposto de sabedoria, de ciência, de sucesso, mais uma vez celebrava-se o desquite entre cultura e agricultura.

E se não fosse isso, como explicar, que havendo experiências e concepções tão bem elaboradas de educação específica para as populações do campo, ainda tenha prevalecido por tantos anos crenças em currículos fundamentalmente urbanos nas escolas que atendem essas populações? Como explicar o fato de que somente nesta década que passou o Estado brasileiro sancionou regulamentações específicas para a educação do campo, garantindo cobertura legal para a construção e desenvolvimento de currículos apropriados a ela, reconhecendo-a como especificidade educacional?

Trabalhos de pesquisa indicam a existência de experiências de ações educativas voltadas especificamente para as populações do campo há pelo menos meio século. Nosella (2007), ao recuperar a trajetória de construção das Escolas Família Agrícola e da pedagogia da alternância, indica seu surgimento na França já na metade da década de trinta, e no Brasil, especificamente no município de Anchieta-ES, no final da década de sessenta. Na década de oitenta e noventa diversos movimentos sociais ligados ao campo e à democratização do acesso e uso da terra iniciaram diversas experiências relacionadas a uma educação específica para os camponeses ligados aos Movimentos, podendo ser essas experiências orientadas para a construção dos currículos das escolas localizadas nas comunidades rurais de modo geral.

Entendemos que essas experiências construídas localmente, implicadas nos modos de organizar a vida do ponto de vista cultural, social, comunitária, econômica e



ambiental, bem como os problemas do cotidiano e as potencialidades aí existentes acrescentam-se como propostas educacionais contra-hegemônicas, o que corrobora, em certo sentido, com a compreensão de Apple (1989): de que a educação pode ir além da reprodução do padrão dominante. De certo modo, foi isso que aconteceu quando os agricultores da França; da região Sul do Espírito Santo; os movimentos sociais do campo; dos povos da floresta na região amazônica; e, até mesmo algumas experiências bem sucedidas no Território da Cidadania Portal da Amazônia, Mato Grosso, especificamente nos municípios de Terra Nova do Norte, Alta Floresta e Guarantã do Norte, fizeram ao propor e construir outra concepção de educação e de escola para suas populações camponesas.

Nosella (2007, p. 18) pontua essa questão de forma contundente, ao contextualizar o nascimento da pedagogia da alternância e da primeira “Meson Familiale” na França, e que, podemos dizer, explicita em certa medida a construção da perspectiva da educação do campo no Brasil:

Foi a convicção de um homem, filho de camponês, que por toda sua vida se comprometeu diretamente com o meio rural, vivendo, pessoalmente no meio do povo (...). Foi a idéia de uma Escola realmente para o meio rural e do meio rural; uma Escola que rompesse radicalmente com o modelo urbano (...).

Se problematizada a visão patriarcal e messiânica que Nosella traz quando atribui a “um homem” a responsabilidade e a visão para a construção de um novo modelo educacional, e, se assumirmos o conceito “homem” como a representação das mulheres e homens que vivem no e do campo, certamente expressa com muita pertinência os processos de construção de uma proposta originária e contra-hegemônica para as populações do campo, em parte já construída, parte ainda em construção, e em muitos lugares, para ser iniciado.

Para reflexionar a questão, tomamos novamente o conceito de hegemonia no sentido que Apple (2006, p. 129-130) propõe:

O conceito de hegemonia implica que padrões fundamentais na sociedade sejam mantidos por meio de pressupostos ideológicos tácitos, regras, melhor



dizendo, que não são em geral conscientes, e também por meio do controle econômico e do poder. Essas regras servem para organizar e legitimar a atividade de muitos indivíduos cuja interação constitui a ordem social. Analiticamente, é interessante distinguir dois tipos de regras – regras constitutivas ou básicas e regras de preferência.

É importante perceber, que a constituição de um processo hegemônico, bem como a operacionalidade da ideologia, não ocorrem por um processo de pura imposição externa, e sim é preciso certa adesão e acolhimento da sociedade subalterna, incluindo regras constitutivas que orientam o próprio comportamento da sociedade. Apple (2006, p. 130), apresenta como regra constitutiva predominante em nossa sociedade a que envolve a noção de confiança, tendo como um dos pressupostos básicos, a noção de que o conflito “*é inerente e fundamentalmente mau, e devemos lutar para eliminá-lo dentro dos limites estabelecidos das instituições, (...)*”.

Se considerarmos os elementos da confiança e do imaginário cultural negativo a respeito do conflito é possível percebermos com mais pertinência as dificuldades encontradas para romper com o modelo curricular escolar urbano oferecido às populações do campo, visto que sobra pouco espaço ou poucas margens para a problematização a respeito do modelo vigente.

Não é de se estranhar então, que as contestações e tensionamentos produzidos em relação ao modelo educativo oferecido e os processos de construção em outros referenciais paradigmáticos, no caso a educação do campo, tenha se originado em movimentos fora da educação em seu sentido estrito, que se ocupavam de outras questões, cujas contradições e desigualdades apareciam com mais evidência, relativas à má distribuição da terra, às desigualdades econômicas e sociais.

Além disso, é a partir das relações locais que as contradições e os conflitos podem ser percebidos com maior evidência e intensidade, visto que, na medida em que são tratados universalmente, passam a adquirir um caráter abstrato e desencarnado, perdendo assim seu poder de sensibilizar e mobilizar, amortecendo a capacidade de indignação.

Não se trata de diminuir ou negar a importância da elaboração pelos processos de abstração para o entendimento da realidade e das coisas com as quais nos envolvemos. É possível, contudo, que o modelo universalista de ciência e de cultura iluminista, articuladas ao modelo social e econômico liberais, tenha ofuscado o olhar



daqueles que atuavam, e em grande medida ainda atuam, na educação no interior das instituições educacionais. Enquanto que, para os que atuavam nas pastorais religiosas rurais na França, os que participavam das comunidades eclesiais de base do meio rural no Espírito Santo, e para os que se mobilizaram em defesa da democratização da terra, para um mundo mais justo e menos desigual, organizando-se como movimentos sociais do campo, as contradições, as desigualdades e falta de pertinência à educação oferecida às suas populações, apresentavam-se de forma mais intensas e evidenciadas.

Trazemos aqui a referência em Caldart (2002, p. 28), que ao dizer a respeito do paradigma e da identidade da educação do campo, afirma ser uma educação dos sujeitos do campo, e que, a educação oferecida institucionalmente às populações do campo, teve pouca relação com as problemáticas por eles vividas e com as suas identidades.

a afirmação deste traço que desenhando nossa identidade é especialmente importante se levamos em conta que a história do Brasil, toda vez que houve alguma sinalização de política educacional ou projeto pedagógico específico isto foi feito para o meio rural e muitas poucas vezes para os sujeitos do campo como sujeitos da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-los a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos.

Por estas diversas questões e outras ainda que aparecerão a seguir, defendemos a idéia de que o local tem um grande potencial na construção de um currículo pertinente à educação do campo. Entendemos que é a partir das vivências locais e do seu olhar, não negando perspectivas e referenciais que consideram horizontes e diálogos com questões globais, tensionadas por movimentos mais amplos pressionando para dentro do Estado a fim de garantir direitos, que a educação do campo vem sendo construída. Ela se propõe a romper com o modelo hegemônico de educação oferecido às populações do campo com um currículo profundamente urbano e descontextualizado, ainda que possua muitos desafios e limites.

Refletindo bem, é possível perceber uma potencialidade ímpar nessa relação dialética e complexa do local com o horizonte global, inclusive como exercício de superação das formas de controle do trabalho educacional. Apple (1989, p. 156) entende que é possível perceber três formas básicas de controle utilizados para extrair mais trabalho, que foram sofrendo alterações com o passar dos tempos: o “controle simples”,



entendido como o cumprimento por parte do empregado das determinações do patrão ou senão é despedido; o “controle técnico”, em que o controle do trabalho é exercido através de técnicas embutidas nas estruturas físicas do trabalho; e o “controle burocrático”, em que “princípios do controle estão embutidos nas relações sociais e hierárquicas do local do trabalho” e pelas relações estabelecidas entre as instituições. As duas últimas são menos visíveis que a primeira, além de que, apresentam-se com bastante eficácia sobre o trabalho educacional, principalmente no aspecto técnico.

Não há dúvidas de que essas formas de controle também foram e são exercidas sobre os trabalhos educacionais desenvolvidos nas escolas localizadas no meio rural, até mesmo naquelas com alguma trajetória de construção do currículo da educação do campo. Contudo, entendemos que as escolas do campo que construíram e que constroem seus currículos articulando as dinâmicas da vida local, levando em conta o modo como suas populações organizam seus modos de viver, relativos aos espaços e tempos, natureza dos trabalhos desenvolvidos socialmente e culturalmente, e os saberes ali elaborados, é possível perceber processos de construção de rupturas com as formas de controle originadas externamente.

A pedagogia da alternância tem grandes possibilidades de articular todos esses componentes do mundo camponês nos projetos educacionais das escolas do campo. E, embora seja considerada por Nosella (2007) como o método educativo da escola família agrícola, e por Queiroz (2004) como a organização curricular das escolas família agrícola, nós preferimos considerá-la, ao mesmo tempo, uma metodologia, uma organização curricular e uma concepção educativa, que em termos de potencialidade, transcende o universo das escolas família.

Compreendemos que a pedagogia da alternância agrega, em sua definição integrativa real ou copulativa, classificada e proposta por Queiroz (2004), e recomendada pelo Parecer nº. 36 de 2001, do Conselho Nacional de Educação, potencialidades significativas para a construção de projetos educativos a partir do local, fundamentalmente por considerar as possibilidades, primeiramente, de horizontalizar a ordem de importância entre o espaço/tempo escola e o espaço/tempo família e comunidade. Ao considerar esses diferentes espaços/tempos como sendo igualmente legítimos para o desenvolvimento educacional das crianças, jovens e adultos do campo, bem como do seu desenvolvimento afetivo, cognitivo, político, ético e estético, os



integra na formação de sujeitos que participam na definição do seu projeto educacional, social, político e cultural.

Ao mesmo tempo, a pedagogia da alternância horizontaliza a relação entre os saberes considerados específicos da escola e os saberes elaborados pelas famílias e comunidade a partir de seu mundo do trabalho, convivências sociais, compartilhamentos culturais e, problemas e desafios com os quais lidam na vida cotidiana. Portanto, nega em seus fundamentos a supremacia do conhecimento acadêmico sobre o experiencial familiar e comunitário das populações do campo, defendendo como princípio a integração e o diálogo entre esses saberes, sem estabelecer hierarquias entre eles.

Consideramos que, pelas razões acima apresentadas e por outras não trabalhadas aqui, a pedagogia da alternância consegue quebrar o poder hegemônico da escola modernamente pensada, que pela sua definição a partir de sua lógica interna, imprime sua organização e conhecimento considerados mais legítimos, bem como as formas de atendimento das populações, e o poder de controlar os trabalhos educativos, seja pela forma técnica, seja por outras formas de controle.

A pedagogia da alternância, quando não usada meramente como plataforma política de fachada, mas que é autenticamente construída com a comunidade, tenciona e propugna por um diálogo constante entre os conhecimentos sistematizados teoricamente e os saberes experienciais cotidianos, exigindo, numa via de mão dupla, outra forma de gerenciamento educacional, uma vez que é a própria comunidade escolar que define sua trajetória, menos gerencial e mais coordenada; menos centralizada e mais participativa.

Isso não significa negar a importância da presença do estado para a garantia e o desenvolvimento educacional. Significa apenas, que o estado deixa de ser o “mandatário” para ser coadjuvante no desenvolvimento da proposta educativa. Também não significa negar a importância da ciência e das tecnologias desenvolvidas. Significa apenas considerar o mundo como um grande organismo vivo, portanto, em movimento, o que indica que a escola, estando inserida neste mesmo organismo, precisa tratar o conhecimento e a educação num contínuo estado de movimento vivo e vivido. Por isso, o livro didático perde seu lugar de definidor do conteúdo curricular e controlador do saber, e passa a ser um instrumento. Os conceitos teóricos e cientificamente elaborados passam também a ser vistos e utilizados como instrumentos que podem ajudar a



entender determinadas realidades desse mundo vivo, e deixam de ser tratados como verdades imutáveis, e por isso mesmo, imobilizadoras.

Não se trata aqui evidentemente de um processo mecânico, no sentido que a pedagogia da alternância, por si só, garante a realização das promessas acima elencadas. É antes de tudo, uma indicação para um trabalho docente e comunitário fecundo, conforme preconiza Apple (1995), em que as questões do conhecimento, da política, dos valores éticos e estéticos, nas relações de trabalho, gênero, raça, etnia, cultura e ambiente podem ser mobilizadas num movimento de produção cultural, e não apenas de reprodução das relações de dominação.

A questão torna-se complexa, entretanto, principalmente quando as experiências locais precisam ser assumidas pelo Estado. Este, na sua concepção liberal moderna, assume formas e princípios em sua organização e funcionamento, em que os direitos, do ponto de vista da forma, tendem à universalização, ao menos para o conjunto dos cidadãos pertencentes àquele Estado, relegando as particularidades locais às excepcionalidades. Sendo as experiências locais tratadas como excepcionalidades pelo Estado, quase sempre depende da simpatia dos governos para incluí-las nas peças orçamentárias e nas suas estruturas de controle burocrático. O que mais ocorre, é dos movimentos sociais pautarem as mesmas em suas mobilizações reivindicatórias com os governos, tencionando para dentro das estruturas burocráticas, para que sejam assumidas e garantidas pelo Estado. Quando ocorre de encontrar governos antagônicos às propostas das experiências locais, estas tendem a ser ignoradas pelo estado ou até mesmo vetadas, quando se trata de governos truculentos e autoritários.

Isso, todavia, não deve ser fator para nos colocar num posicionamento de descrença e desânimo, ao contrário, deve nos estimular à constante vigilância e mobilização. E, se o próprio universo está sempre em movimento, ao que parece, não nos sobram muitas outras alternativas, a não ser nos colocarmos em constante movimento também.

Referências Bibliográficas

APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. Tradução Vinícius Figueira. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____. *Trabalho docente e textos: Economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Tradução de Tomás Tadeu da Silva; Tina Amado; e Vera Maria Moreira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.



_____. *Educação e poder*. Tradução de Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BRASIL. Parecer CNE/CEB Nº. 36, de 04 de Dezembro de 2001.

CALDART, Roseli S. *Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção*. In: KOLING, Edgar J; CERIOLI, Paulo; CALDART, Roseli S. (Orgs.). *Educação do campo: identidade e políticas públicas*. Brasília-Df, 2002.

FREIRE, Paulo. *Política e Educação: ensaios*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v. 23).

NOSELLA, Paolo. *Origens da pedagogia da alternância*. Brasília: Dissertação de Mestrado, 2007. **local, universidade, ano e n. de paginas...**

QUEIROZ, João Batista de. *Construção das escolas famílias agrícolas no Brasil*. Ensino Médio e Educação Profissional. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

WEREBE, Maria José Garcia e BRULFERT, Jaqueline Nadel (Orgs.). **HENRI WALLON: PSICOLOGIA**. São Paulo: Editora Ática, 1986.



GT 6 – Educação Inclusiva propostas diferenciadas e avaliação: desafios da interculturalidade à Educação do/no Campo

**A luta dos movimentos sociais do campo na América Latina pelo acesso à educação
Uma questão de autonomia¹**

Alexandre Peixoto Faria Nogueira¹

² Professor Ms. do Departamento de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, UEPB Campus III; Coordenador do Grupo de Estudo Marxismo e Geografia: www.paratodostudo.blogspot.com ; e membro do Centro de Estudo Geografia do Trabalho – CEGeT/PB. E-mail: alexandrepfn@gmail.com.

Resumo

Os movimentos sociais latino-americanos se organizam com objetivo de construir novos territórios e neles suas territorialidades combatendo o avanço do grande capital. Temos como objetivo analisar a educação desenvolvida por estes, em especial o MST e o EZLN e sua relação com o Estado, ou seja, a relação da autonomia entre eles e como essa relação influencia na construção de uma educação voltada para a emancipação humana.

Palavras-Chave: América Latina, MST, EZLN e Educação.

¹ Esse texto é parte da proposta de doutoramento que estamos desenvolvendo junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPE, que tem por objetivo primeiro analisar os mecanismos/instrumentos do Estado e do grande capital na manutenção do desigual acesso à educação no campo em Brasil e México.



Introdução

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a educação posta no campo na América Latina pelos movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – Brasil e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) – México e sua relação com o Estado, ou seja, a relação da autonomia entre eles e até que ponto essa relação influencia na construção de uma educação voltada para a emancipação humana. Para tanto, compreenderemos as causas da emergência dos movimentos sociais na América Latina partindo do caso dos movimentos em questão, no Brasil e no México no bojo do desenvolvimento do capitalismo em sua fase neoliberal.

Na década de 1990, diferentes movimentos sociais emergiram no cenário político da América Latina. A maioria desses movimentos já existia antes dessa década, no entanto, foi nesse período que ganharam mais visibilidade devido suas ações e reivindicações, ficando conhecidos internacionalmente. Dentre estes, destacam-se o EZLN e o MST.

As causas que fizeram surgir os movimentos sociais latino-americanos são múltiplas, no entanto, podemos destacar o desenvolvimento da política neoliberal e seus rebatimentos nos países da América Latina como fator decisivo para a emergência desses movimentos.

Dentre as críticas feitas ao capitalismo neoliberal, os movimentos denunciam os tratados de livre comércio e a ingerência dos organismos multilaterais sobre as políticas governamentais, além disso, eles declaram-se antiimperialistas, defendem Estados plurinacionais que reconheçam sua autodeterminação e seus direitos coletivos, demandam a participação em assembleias constituintes, cujos representantes não seriam escolhidos via partidos ou eleições tradicionais (ALMEIDA, 2006/7, p.75). Assim, os movimentos latino-americanos se originam ou se amplificam num contexto de crise do capital, no seio de sistemas políticos excludentes e de degeneração de instituições políticas tradicionais, partidos e sindicatos marcados pela corrupção, por práticas autoritárias e pela incapacidade de representar as demandas sociais que emergem nesse novo contexto histórico e pela própria mudança no mundo do trabalho.

Analisar a emergência dos movimentos sociais na América Latina, em sua maioria, é vinculá-los com as questões estruturais políticas e econômicas. No entanto,



segundo Sader (1988), limitar a emergência dos movimentos sociais às questões estruturais, ou seja, como uma resposta às contradições da sociedade do capital é dar um caráter reducionista as causas de tais emergências, pois estaria desconsiderando a relação dos aspectos subjetivos, simbólicos e culturais dos sujeitos sociais com o mundo concreto com as questões objetivas da existência. Segundo o autor:

Na verdade é sempre possível relacionar os processos sociais a características 'estruturais', só que esse procedimento não adiciona uma vírgula à compreensão dos fenômenos. Apenas dá a aparência de segurança teórica, ao situar um caso particular num esquema interpretativo consagrado (SADER, 1988:38)

No entanto, o caráter reducionista, segundo Tramontani Ramos (2003), também se opera uma vez que toda a multiplicidade e diversidade dos processos sociais fiquem circunscritos aos aspectos simbólicos, subjetivos e culturais. A construção da identidade, dos aspectos simbólicos são analisados quase que de forma independente das condições objetivas, como se eles, por si só, pudessem elucidar o processo da emergência dos movimentos sociais.

Nesse sentido, para compreender a emergência dos movimentos sociais, suas lutas e o protagonismo dos sujeitos que o compõe, é necessário a superação da dicotomia, ou melhor, a falsa dicotomia existente entre os sujeitos e estrutura, entre condições objetivas e subjetivas, assim, a construção do mundo social se dá nessa relação indissociável entre o concreto e o simbólico (TRAMONTANI RAMOS, 2003).

A emergência política desses sujeitos organizados em movimentos sociais que protagonizam, hoje, conflitos territoriais na América Latina, nos leva a considerar as distintas territorialidades que emergem das suas lutas como componentes fundamentais das dinâmicas espaciais/geográficas em curso no nosso continente. Nesse sentido, compreender a atuação desses movimentos significa compreender a sua dinâmica territorial o que nos coloca ante a análise das diferentes relações de poder e dos conflitos por território entre essas organizações de classe, o Estado e os representantes do grande capital.

América Latina e suas propostas regionais: um cenário de conflitualidades

A América Latina como campo de estudo da geografia se destaca, como não poderia deixar de ser, a partir da análise sócio-histórica do desenvolvimento do modo capitalista de produção. Na sua formação sócio-espacial a conflitualidade básica do



processo moderno-colonial, onde a autonomia, os territórios, a economia, a cultura e a política dos povos originários latino-americanos foram desarticulados, dando lugar a uma nova ordem sócio-espacial hegemônica imposta pelo colonizador: a cidade comandando uma rede urbana, a partir de onde se organizam latifúndios produtivos e a exploração predatória da natureza, tudo calcado na propriedade privada e na necessidade/desejo de acumulação de capital (TRAMONTANI RAMOS, 2003).

É nesse sentido, que os movimentos sociais latino-americanos, em especial o EZLN e o MST, se organizam com objetivo de construir novos territórios e neles suas territorialidades² combatendo o avanço do capital no campo a partir da sua diferença, apropriada cruelmente pela ideologia capitalista hegemônica como desigualdade, mas re-significada pelos camponeses, indígenas, desempregados e trabalhadores rurais como identidades políticas do trabalho social.

Segundo Gomes (2004), o relacionamento dos países latino-americanos passa, obrigatoriamente, pelos organismos regionais e sub-regionais que proliferam no continente, tais como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) criada em 1947, a Organização dos Estados Americanos (OEA) criada em 1948, a Comissão Económica para a América Latina (CEPAL) esta assessorada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Dentre esses organismos podemos separá-los em dois principais grupos. O primeiro com interesse primeiro de defender os ideais capitalistas e garantir a influencia norte-americana nos demais países do bloco, aqui enquadra-se o TIAR e a OEA, onde o primeiro trata de um Pacto de Defesa Regional que multilateraliza, pela primeira vez, a Doutrina Monroe ao adotar o princípio da "não intervenção", defendido pelo conjunto dos Estados latino-americanos. Ele estabeleceu a unidade Interamericana contra o "inimigo comum" e com a OEA, verificamos o aprofundamento da postura anti-comunista. Foi adotada a fórmula da "segurança coletiva". Entre os princípios adotados, encontram-se a "solução pacífica de conflitos", e a "cooperação política" entre as partes (GOMES, 2004). Vale ressaltar que fazem parte desse organismo as 21

² Compreendemos a territorialidade de acordo com Sack (1986) que é definida como uma estratégia de controle sempre vinculada ao contexto social na qual se insere. É uma estratégia de poder e manutenção independente do tamanho da área a ser dominada ou do caráter meramente quantitativo do agente dominador. A territorialidade deve ser reconhecida, portanto, como uma ação, uma estratégia de controle. Assim, Territorialidade significa o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território.



repúblicas americanas, menos Cuba, que foi excluída do Sistema Internacional desde 1962, com a revolução socialista cubana.

Já o segundo grupo destaca-se pela formação da CEPAL, que criava condições para o processo de integração como opção contrária ao panamericanismo (que incluía os EUA). A CEPAL criou diversos mecanismos para garantir e fortalecer a integração entre os países latino-americanos, como o Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino-americano³.

Todo esse processo de integração latino-americana se perpetua ao longo dos anos. Na década de 1980, após a redemocratização dos países a América do Sul, a questão da integração entre os países norteava-se em torno do debate sobre as suas dívidas externas e a impossibilidade de pagá-las e como estas contribuem para a dependência diante da economia norte-americana. No início dos anos de 1990 retoma-se, com mais força, a questão da integração regional, com a criação do Mercado Comum do Caribe (MCC) em 1992, da evolução do Pacto Andino para a Comunidade Andina e principalmente com a criação, em 1991, do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Segundo Gomes:

Politicamente a assinatura deste instrumento significou um passo para a superação da histórica rivalidade entre os dois gigantes Brasil e Argentina. O peso econômico deste espaço e a vontade política das partes de diversificar e equilibrar as suas relações econômicas exteriores com os EUA, a Europa, a Ásia, a África e a própria América Latina, fizeram com que o MERCOSUL surgisse como o pólo mais importante de desenvolvimento econômico e comercial latino-americano (2004, p.3).

Todas essas propostas de regionalismo, de integração entre os países da América Latina, deixam claro qual o verdadeiro caráter desses organismos multilaterais, onde o caráter econômico de mercado se enfatiza diante as divergentes questões sociais vivenciadas pelos países latino-americanos, onde a exclusão, a miséria e a desigualdade prevalecem nos interesses políticos governamentais. É nesse cenário de esquecimento, de exclusão como política oficial

³ O Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino-americano teve um importante papel na tentativa de integração, destacando a questão econômica, dos países do bloco, a partir da criação da Associação Latino-americana para o Livre Comércio (ALALC), que posteriormente receberá o nome de Associação Latino-americana de Integração (ALADI), em 1980 (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela). Criou-se com o propósito de impulsionar a liberalização comercial intra-regional. Entre os vários programas de integração sub-regional, destacam-se o Mercado Comum Centro-americano (MCCA) criado após a ratificação dum Tratado de Integração Económica em 1960, por Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, e mais tarde pelo Panamá. A Associação de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA), posteriormente ampliada e fortalecida sob o nome de Comunidade do Caribe (CARICOM), a partir de 1973(GOMES, 2004).



dos Estados que emergem os diferentes Movimentos Sociais, com a proposta de construir uma sociedade latino-americana para além dos blocos, dos organismos institucionais de integração.

Um fenômeno de integração latino-americano: os movimentos sociais

Como dito em linhas anteriores, as causas onde se encontram a origem e/ou emergência dos movimentos sociais na América Latina são diversas, no entanto, essa diversidade de causas reflete-se em um elemento de homogeneidade entre os países, pois todos configuram um processo excludente da classe trabalhadora, este necessário para a própria manutenção do modo capitalista de produção.

É nesse contexto histórico-espacial de exploração latino-americano e de contestação ao modelo de desenvolvimento que surgem, segundo Nogueira (2009), “novos” sujeitos sociais no cenário político da América Latina, como é o caso do movimento indígena.

Entre todas essas causas destacamos a fase neoliberal do capitalismo que, segundo Quijano, “as três décadas de neoliberalismo na América Latina criaram as condições, as necessidades e os sujeitos sociais de um horizonte de conflitos sociais e políticos” (2004, p.82). Dentre esses movimentos, destacamos o caso mexicano dos zapatistas em Chiapas⁴, onde em 1º de Janeiro de 1994, com a vigência do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), insurgiram-se e tomaram a sede de *San Cristóbal de Las Casas*, tornando-se mundialmente conhecidos. O levante foi protagonizado pelo EZLN, braço armado da Frente de Libertação Nacional formada essencialmente por indígenas. Esse movimento contradiz a visão de Mariátegui⁵ (1928), segundo a qual afirma que no México:

⁴ O conflito social em Chiapas é multidimensional e multicausal. Tem uma dimensão nacional, ainda que relacionada à luta contra a globalização neoliberal; e política, ainda que não se proponha a tomar o poder. Suas demandas vão além das reivindicações de direitos indígenas (cuja incorporação está relacionada às carências e marginalização à que essa população foi historicamente submetida). Compreendem a luta pela transformação do Estado e da sociedade, por meio da constituição de estruturas de representação política e de exercício de governo alternativos (GÁNDARA, 2004). Assim, o zapatismo não busca tomar o poder central, mas constituir territórios autônomos em relação a ele. Esses territórios, administrados por instâncias próprias (os *Caracoles*), distintas das estruturas oficiais, contam também com seu próprio exército. Porém, o zapatismo tem uma autonomia limitada, porque abrange uma parte muito pequena do país e não impede que o poder central refreie, política e militarmente, os avanços zapatistas (LEMOINE, 2007).

⁵ Para Mariátegui indigenismo é interpretado como um problema econômico-social, se contrapondo às teorias “... que consideram a questão com um destes critérios unilaterais e exclusivos: administrativo, jurídico, étnico, moral, educacional, eclesástico” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 37). Com o entendimento da questão dos indígenas, Mariátegui (1982) propõe um plano de ação que inclui a luta pela terra, a organização e o armamento de camponeses e operários de forma independente e coordenada, além da



...não existe animosidade em relação ao índio. A percentagem de índios puros é tão forte, e, principalmente a mestiçagem é tão ampla, que as características raciais indígenas são características nacionais. (...) o índio não encontra as resistências espirituais ou materiais que, da parte de outras nações, pesam sobre ele (p.26).

A despeito da imagem de plena integração e de políticas avançadas com relação aos índios, principalmente após a revolução mexicana zapatista de 1910 que criou uma constituição voltada para os interesses da comunidade indígena campesina, o México tornou-se referência política, no período em que perdurou a revolução, no que diz respeito a relação política com os povos indígenas. Na atualidade isso não é mais verdade, tendo em conta que a constituição mexicana apresenta graves atrasos no reconhecimento dos povos indígenas. Posteriormente a algumas reformas neoliberais realizadas na década de 1990, esses povos sofrem no campo uma situação de extrema opressão, miséria e discriminação. Logo, sua insurreição foi um grito de basta e de denúncia dessas contradições.

A luta travada pelo EZLN trata-se de resgate da identidade e da autonomia, pela dignidade, que passa pela “recuperação e defesa da cultura, do fortalecimento da luta pelos direitos humanos individuais e coletivos, assim como pela geração de novas formas democráticas de participação nos assuntos públicos” (GÁNDARA, 2004, p. 104).

No Brasil, como resistência ao avanço do capital, às relações de trabalho postas no campo e às diferentes formas de dominação e exploração, aqui destacamos a questão ideológica pelo viés da educação formal, diversos movimentos sociais de trabalhadores organizam-se e lutam para conquistar seus territórios, construídos em tensão permanente com o território do capital. Dentre estes movimentos destaca o MST.

A composição social do MST inclui desempregados urbanos e trabalhadores informais, bem como camponeses expulsos de suas terras. Com efeito, a política neoliberal bloqueia as possibilidades de acomodar os ex-camponeses e assalariados

revogação das leis onerosas a índios e negros. Na sua visão, essa mobilização deveria alcançar sindicatos e movimentos urbanos, superando todo o processo de exclusão política que as comunidades indígenas sofreram durante séculos. No entanto, deixa claro que se o intercâmbio com outros setores é importante, a solução do problema deve vir dos próprios índios.



rurais nas cidades. Impossibilitados de encontrar um emprego, mesmo que no setor informal, estes se juntam ao MST. O mesmo acontece com os desempregados urbanos, ao verem negadas as oportunidades de se reintegrar à empresa ou de serem *requalificados* e transferidos a uma outra ocupação. Nesse sentido, as consequências das políticas neoliberais, no campo e nas cidades acabam fornecendo uma base social para a expansão do MST (COLETTI, 2002), ampliando, assim, a luta e, conseqüentemente, a conquista e construção de novos territórios, os assentamentos rurais de reforma agrária.

A emergência política desses sujeitos organizados em movimentos sociais que protagonizam hoje conflitos territoriais na América Latina nos leva a considerar as distintas territorialidades que emergem das suas lutas como componentes fundamentais das dinâmicas espaciais/geográficas em curso no nosso continente. Nesse sentido, compreender a atuação desses movimentos significa compreender a sua dinâmica territorial o que nos coloca ante a análise das diferentes relações de poder e dos conflitos por território entre essas organizações de classe, o Estado e os representantes do grande capital.

Levando em consideração o entendimento de Sack (1986) sobre a questão de territorialidade, destacamos o papel da educação, foco de nossa análise, como um importante instrumento que pode vir a ser utilizado pelos movimentos sociais em questão como estratégia de controle dos seus respectivos territórios, os Caracoles⁶ (territórios zapatistas) e os assentamentos rurais (territórios do MST). Assim, a educação, sendo considerada como uma territorialidade deve ser reconhecida, portanto, como uma ação, uma estratégia de controle por parte dos movimentos sociais em seus respectivos territórios.

⁶ Dentro dos limites territoriais do estado de Chiapas, em agosto de 2003, o EZLN decretou a criação da “*Junta de Buen Gobierno*” nas cinco zonas territoriais sobre seu controle, as quais viriam a chamar de “Caracoles”, paralelamente, declarando o fim dos *Aguascalientes* (Centros de expansão política e cultural criados em 08 de agosto de 1994. Poucos meses depois da aparição pública do EZLN) (BURCH, 2003). Em agosto de 2003 foram inaugurados no México “los Caracoles”, que física e simbolicamente representam o território e as territorialidades dos povos indígenas de Chiapas, sob a bandeira do EZLN, em prol de suas autonomias. Os “Caracoles”, agrupamentos solidários de municípios autônomos, não estão ao abrigo dos marcos legais mexicanos, eles são instituições paralelas, são “municípios autônomos rebeldes”. Como afirma Casanova (2003), é uma forma de estruturar o poder procurando caminhos alternativos ao Estado e mercado, tendo consciência das limitações e possibilidades que o projeto tem, mas juntando forças contra a força do mercado e a colonização mercantil da vida. Em 2003 a foram criados cinco “caracoles” agrupando 27 municípios: a) Caracol de la Realidad: quatro municípios agrupados; b) Caracol de Morella: seis municípios; c) Caracol de la Garrucha: quatro municípios; d) Caracol Roberto Barrios: sete municípios; e) Caracol de Oventic: sete municípios. Um município (Francisco Villa) foi dividido e agrupado em dois Caracoles. Todos os Caracoles são contíguos em Chiapas, sul do México (CAROLINA, 2005).



A educação do EZLN e do MST: uma questão de autonomia?

Partimos do princípio de que a educação proposta tanto pelo EZLN, quanto pelo MST, refletem suas respectivas ideologias e suas lutas contra a hegemonia do capital expondo, assim, as contradições desse sistema. Segundo Mendes (2003) os dois movimentos possuem diferentes projetos pedagógicos e se colocam como contraposição ao projeto norteador das políticas internacionais portadoras de uma unicidade que se confronta com a destes movimentos que, coerentemente contraditório, manifesta-se em sua diversidade cultural, expressão da própria base social que possibilita sua emergência.

Podemos considerar como um elemento importante na construção das propostas de uma educação autônoma e diferenciada dos movimentos em questão a tentativa de superar o discurso elaborado e defendido pelo Programa de Promoção e Reforma Educativa na América Latina (PREAL), que tem em sua essência o caráter economicista da educação, relacionando-a apenas com a produtividade e a competitividade, o que impossibilita que a educação tenha uma relação próxima com as questões sociais estabelecidas a partir da própria contradição gerada pelo capital.

Concomitantemente ao próprio desenvolvimento dos movimentos houve uma preocupação na formação dos camponeses/indígenas e a necessidade de criar espaços de sociabilidades culturais, educacionais etc. com o objetivo de fortalecer a luta e resistência desses sujeitos sociais. Assim, a educação passou a ser um dos instrumentos de luta mais importantes dos movimentos sociais, pois, passou a interferir de forma direta, no processo de conscientização dos camponeses/indígenas.

É com essa perspectiva que o EZLN cria o Sistema Educativo Rebelde Autônomo de Chiapas (SERAZ), os zapatistas, além do SERAZ, também possuem em sua organização educativa o Conselho Geral de Educação, que tem por objetivo principal orientar os programas estudados nas escolas autônomas zapatistas. Vale destacar que o programa de ensino das escolas autônomas zapatistas não se vincula com a política oficial do Estado mexicano da educação. Outro ponto de destaque é que, de acordo com o Subcomandante Insurgente Marcus (2003), nas terras em que não havia escolas, e muito menos professores, os Conselhos Autônomos, com o apoio das "sociedades civis", construíram escolas, capacitaram promotores de educação e, em alguns casos, até criaram seus próprios conteúdos educativos e pedagógicos. Manuais



de alfabetização e livros de texto são preparados pelos "comitês de educação" e por promotores, acompanhados pelas "sociedades civis" que entendem destes assuntos.

Assim como no EZLN, o MST tenta construir um projeto educacional diferenciado. Assim como os zapatistas, o MST também possui uma estrutura organizativa de educação, ou seja, um Setor de Educação, o qual já conseguiu envolver mais de 38 mil estudantes e aproximadamente 1500 professores (Mendes, 2003). A organização do Setor de Educação do MST se dá pelo Coletivo Nacional de Educação. Partindo das demandas se discute qual será a linha de ação e quais serão os encaminhamentos, sendo que essas discussões ocorrem pelo menos três vezes durante o ano.

É no sentido de superar a política de reprodução das relações do capital e da sua hegemonia que os projetos das escolas autônomas dos movimentos se inserem na perspectiva de buscar os direitos dos indígenas e dos camponeses. A educação é vista como uma forma de conscientização popular e mais do que isso, meio para a construção de novas formas de relações sociais (MENDES, 2003).

Considerações finais

Experiências de uma prática educativa diferenciada para além da reprodução das relações de produção hegemônicas, como é o caso do EZLN e do MST representam um campo de possibilidades de contra-hegemonia. Podemos afirmar que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados (MÉSZÁROS, 2008). Assim, compreender a educação como algo isento às relações sociais significa neutralizar a educação. Se a política é algo inerente às relações sociais, se torna inviável compreender a educação fora do seu contexto social. É necessário analisá-la como algo que é influenciado e que também influencia; como determinada e determinante social (ORSO, 2008).

Os movimentos sociais aqui relacionados levantam um debate, colocando-o na prática a função social da educação. Percebemos que há uma questão mais ampla, que é a visão desses movimentos sociais sobre o papel das comunidades, acampamentos e assentamentos, assim como o que a educação deve gerar nesses espaços, ou seja, sua finalidade ou sua filosofia de ação. Neste sentido, buscam resgatar o sentido mais amplo da educação, colocada aqui não apenas no espaço em que se reflete sobre o conhecimento sistematizado, mas como uma atividade cotidiana, reconhecida como



integrante das relações societárias comuns a todos e, portanto, de responsabilidade coletiva.

Assim, analisar a educação no contexto da luta de classes se torna fundante, seja como instrumento de controle social e dominação cultural por parte da classe dominante e do Estado, como afirma Gramsci (1998), seja como instrumento de tomada de consciência de classe para uma possível emancipação humana e a construção de um processo contra-hegemônico e, conseqüentemente, um novo modelo societário.

Referência Bibliográfica

ALCALDE, Augusto. **Al Q'adi. Zapatismo y el Círculo Siempre Vivo.** disponível em www.solidaridadesrebeldes.kolgados.com.ar.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Lutas sociais e questões nacionais na América Latina: algumas reflexões.** *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 17/18, p. 64-77, 1º sem. 2006/ 2º sem. 2007.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL.** Rio de Janeiro, Record, 2000.

CÂMARA, Antonio da Silva. **A crítica intelectual ao movimento indígena-camponês de Chiapas.** Texto para o II Congresso Virtual de Antropologia e Arqueologia, 2000.

CAROLINA, A. G. **La democracia en México: De Chiapas a Distrito Federal.** Bogotá (D.C.): Dissertação de mestrado da Pontificia Universidad Javeriana. 2005.

CODAS, Gustavo. **Retalhos para uma história dos movimentos contra a globalização neoliberal.** In FRATI, Mila (org) *Curso de Formação em Política Internacional.* São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

COLETTI, Claudinei. **Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal.** *Idéias*, n. 9, 2002, p. 49-104.

EZLN. **Demandas políticas, economicas e culturales.** Divulgado através da página virtual do EZLN.

EZLN, CCRI. **Primeira Declaração da Selva Lacandona.** GENNARI, Emilio (org.). Terra e Liberdade! O grito de Zapata corre o mundo. Campinas. Texto digitado, 2000.

GÁNDARA, Miguel Álvarez. **Chiapas: nuevos movimientos sociales y nuevo tipo de conflictos.** In: seoane, José. *Movimientos sociales y conflicto en América Latina.* Buenos Aires: CLACSO, 2004, pp. 103-125.

GENNARI, Emilio. **Chiapas: as comunidades zapatistas reescrevem a história.** Rio de Janeiro, Achiamé, 2002.



GINDIN, Julián. **Movimento Sindical no México**. Revista múltiplas leituras, v. 2, n. 1, p. 167-188, jan./jun. 2009.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **A construção de alternativas**. Em publicação: Encarte CLACSO. Cadernos da América Latina No. 4. São Paulo : CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. Maio 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/cuadernos/br/cuatro.pdf>, acessado em 27/09/2010.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

KRAUZE, Enrique. **Emiliano Zapata : el amor a la tierra**. México, D.F. : Fondo de Cultura Económica, 1987

LEMOINE, Maurice. **Le progress des gauches en Amérique Latine: gouvernements, mouvements sociaux et luttes indigènes**. *Actuel Marx*, n. 42, Dossier L'Amérique Latine en lutte, hier & aujourd'hui, 2007, p. 111-125.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. Conceição Jardim et al. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

MENDES, C.F. **Pra Solettrar A Liberdade, As Propostas Educacionais Dos Zapatistas No México E Dos Sem-Terra No Brasil**; (dissertação de mestrado) PUC, SP. 2003;

MONTOYA, R. **O problema étnico e o socialismo na época de Mariátegui**, 1964

NOGUEIRA, Alexandre P. F. **RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA: O movimento indígena e o caso do EZLN – México**. Encontro de Geógrafos da América Latina. CD Rom ANAIS, 2009.

ORSO, P. J. (Org.). **Educação e Lutas de Classes**. 1. ed. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2008.

QUIJANO, Aníbal. **El laberinto de América Latina: ¿hay otras salidas?** *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol 10, n. 1, 2004, p. 75-97.

ROCKWELL, Elsie. La apropiación, un proceso entre muchos que ocurren en ámbitos escolares. Em: **Anuario de la Sociedad Mexicana de Historia de la Educación**. Nº.1, 2005, pp. 28-38.

RODRÍGUEZ, E. La agudización de los problemas agrarios en Chiapas durante la década de los 80. In: PALACIO, L. H., SANDOVAL, J. M. (Orgs.). **El redescubrimiento de la frontera Sur**. México: Ancien Regime, 1989.

SACK, R. D. **Human territoriality: its teory and history**. Cambridge University Press, 1986.



SILVESTRE, W.S. **EZLN: MANDAR OBEDECENDO**. Tese de Mestrado - Universidade Estadual de Londrina: Jul.2003.

TRAMONTANI RAMOS, Tatiana. **A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe**. *Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y El Caribe*. Programa Regional de Becas CLACSO. 2003



GT 06 - Educação inclusiva, propostas diferenciadas e avaliação: desafios da interculturalidade à Educação do/no campo

A proposta pedagógica das Casas Familiares Rurais para promover o desenvolvimento rural no Brasil

Ricardo Palaro¹

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da UTFPR – Campus Pato Branco – PR.

Resumo

A intenção desse trabalho é investigar as Casas Familiares Rurais como fomentadoras do desenvolvimento devido sua preocupação com a adequação da mercantilização na agricultura. O advento do agronegócio tem propiciado um terreno fértil para discussões acerca do que se espera do espaço agrícola no Brasil. Em especial, destacamos a questão da Segurança Alimentar e a agricultura familiar.

Palavras-chave: Casa Familiar Rural, desenvolvimento rural, agricultura familiar e segurança alimentar.



1- A agricultura frente os impasses modernos

Não é somente na Europa que a agricultura esta amplamente difundida e que vem sendo fortalecida através do conceito de recampesinização. Segundo Ploeg, este conceito é válido também “para os países de terceiro mundo, onde de forma alguma pode ser vista como atrasada e como um obstáculo para o desenvolvimento, mas ao contrário pode ser um excelente ponto de partida para tanto” (PLOEG, 2006, p. 14).

Por um logo tempo os debates sobre campesinato foram denominados de dualismo onde colocava-se em opostas categorias os fazendeiros capitalistas e os camponeses nos estudos rurais. No entanto, “devido a rápidas transformações no mundo esta divisão tornou-se cada vez mais inadequada” (PLOEG, 2006, p. 15).

A partir dos anos 60 uma nova tendência materializou-se como a emergência da agricultura com as condições introduzidas e consolidadas “pelo projeto de modernização massiva (Revolução Verde nos países Asiáticos e substituição no Brasil do cultivo do café pela soja que representou a modernização)” (PLOEG, 2006, p. 16). A modernização implicou primeiramente no aumento significativo de produção e diminuição na absorção de trabalho agrícola e em segundo na introdução de uma tecnologia dirigida à intensificação produtiva.

O surgimento do modo empresarial de produção agropecuário não fez desaparecer o modo camponês de produção pelo contrário “ainda permaneceram em todo o mundo importantes bolsões da agricultura camponesa. Além disso, nas duas últimas décadas testemunhamos o processo de recampesinização. O camponês não é mais o lado da equação que está desaparecendo” (PLOEG, 2006, p. 17).

Do ponto de vista produtivo as diferenças entre os modos de produção são fáceis de avaliar, pois residem nas diferentes inter-relações entre agricultura e mercado. Os elementos que constituem o processo como mercadoria ou como não-mercadorias “dependem das relações estabelecidas entre as unidades de produção agrícola e os diferentes mercados” (PLOEG, 2006, p. 18). Por exemplo, na pequena produção mercantil (PPM) a produção pelo menos em parte é comercializada e conseqüentemente visto como um conjunto de mercadorias, no entanto, “neste modo de produção é essencial que a força de trabalho e outros recursos (terra, água, sementes, animais, etc.) não entrem no processo de trabalho com mercadorias” (PLOEG, 2006, p. 18).



Na Produção Simples de Mercadorias (PSM) com exceção do trabalho “todos os demais recursos materiais e sociais entram como mercadorias. A Produção Capitalista Mercantilista (PCP) representa uma mercantilização completa onde todos os recursos entram como mercadorias” (PLOEG, 2006, p. 19).

Um camponês não é apenas parte de uma “classe grosseira” ele (a) está inserido (a) em “um mundo grosseiro e cruel, onde lutam pela autonomia em uma sociedade que condena as pessoas à submissão, dependência, privação, etc., buscando o aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos autocontrolados, sendo a terra e a natureza suas partes essenciais” (PLOEG, 2006, p. 20). Com esses recursos os camponeses se “inserem na co-produção onde é basicamente composta por mercadorias” (PLOEG, 2006, p. 21).

A unidade camponesa de produção é precisamente a forma institucional que distancia a atividade agropecuária, dos mercados (de insumos), ao mesmo tempo em que a vincula a outros mercados.

A Co-produção caracteriza-se enquanto interação mútua homem e natureza viva, ou seja, entre o social e material (mutuamente transformados) (PLOEG, 2006, p. 22).

O modo de produção camponês é orientado para a produção e para o aumento de valor agregado. O modo empresarial é orientado para a sua redistribuição.

No contexto da economia rural regional, muitas unidades camponesas de produção podem existir lado a lado, sendo que “suas mútuas inter-relações são governadas através de complexos balanços entre autonomia e cooperação. A reciprocidade é frequente e é uma força motriz para o desenvolvimento e o crescimento” (PLOEG, 2006, p. 34).

No modo empresarial o crescimento não é apenas dependente do processo de trabalho na unidade produtiva, ele também ocorre com – e através de – uma apropriação e/ou subordinação de outras unidades. Isso se realiza através de cinco mecanismos: “reorganização da divisão espacial do trabalho na agricultura; apropriação através de mercados; disponibilidade de novas tecnologias” (PLOEG, 2006, p. 35).

No modo de produção empresarial o que importa são a margem de lucro e a lucratividade. O modo de produção camponês tende “a fortalecer o crescimento da produção de valor agregado. Para isso a um constante empenho para distanciar o processo de produção do sufocante circuito mercantil” (PLOEG, 2006, p. 38-39).



Esse distanciamento (especialmente quando se refere ao mercado de novas tecnologias e insumos) “tem sido interpretado por muitos cientistas como expressão de atraso, tradicionalismo e indisposição para mudança” (PLOEG, 2006, p. 39). Atualmente esse mesmo distanciamento emerge como um dos vetores estratégicos de novas tendências, como, por exemplo, “a agricultura orgânica e a agricultura de poucos insumos externos” (PLOEG, 2006, p. 39).

1.1 O desenvolvimento rural no Brasil

Passamos agora para a tentativa de uma reflexão sobre as principais tendências e temas que envolvem o debate brasileiro sobre o desenvolvimento rural em nosso país. Aqui tentamos propor a discussão e reflexão sobre as principais abordagens que tem sido utilizada sobre o desenvolvimento rural brasileiro nos últimos 15 anos.

Segundo Schneider (2007, p. 3), José Eli da Veiga aponta as dificuldades e os limites para uma definição sobre o que é desenvolvimento.

A partir de um amplo périplo sobre as teorias do crescimento econômico e distribuição de riqueza o autor conclui que uma definição possível sobre desenvolvimento reside na convergência de ideias de Ignacy Sachs, Amartya Sen e Celso Furtado, os quais ensinam que o desenvolvimento depende de uma condição de bem estar, garantia de liberdades individuais e respeito ao meio ambiente, que é lançada a partir que o resultado do crescimento econômico “prioriza melhoria das condições de vida da população” (Veiga, 2006, p.82)

Como estes outros autores também encontram dificuldades de indicar uma definição estrita e objetiva sobre desenvolvimento. Para “Dupas (2006) e Furtado (1974) “a ideia de desenvolvimento foi associada a um conjunto de percepções, denominadas ora como uma crença, às vezes é um mito ou até mesmo uma utopia” (SCHNEIDER 2007, p. 3).

Na maneira com que o desenvolvimento vem sendo problematizado e utilizado, é antes de tudo uma construção política e ideológica que traz consigo uma arbitrariedade intrínseca que foi historicamente elaborada. “O desenvolvimento passou a existir à medida que foi socialmente construída e politicamente legitimada uma classificação ou definição” (SCHNEIDER 2007, p. 5). Alguns estudiosos dizem que o desenvolvimento é um fato, um mito, uma crença ou uma representação de determinada realidade, mas ainda é necessário atribuir ao desenvolvimento um sentido. Sendo assim, o estudo sobre o

desenvolvimento leva à análise dos processos que ocorrem na natureza social, tendo interferência de relações e interações de grupos humanos que



vão mudando a natureza, moldando o espaço e os territórios em que vivem, adaptando e melhorando os meios de produção que utilizam, bem como transformando sua cultura e seus valores. (SCHNEIDER 2007, p. 5).

No Brasil e em outros países da América Latina foram desenvolvidos vários programas direcionados as regiões empobrecidas e categorias de pequenos produtores e camponeses que “eram considerados ineptos ou incapazes de serem transformados e integrados a economia capitalista pela via do progresso tecnológico e da substituição de fatores de produção” (SCHNEIDER 2007, p. 7).

No Brasil, as políticas de “desenvolvimento integrado” eram apontadas como uma solução viável. Parte dos estudos rurais brasileiros que não eram alinhados nesta perspectiva “tinham como tema principal as mudanças produtivas e fundiárias e seus efeitos sobre o processo de diferenciação social, demográfico, ocupacional e espacial, que eram provocados pela “modernização conservadora” (SCHNEIDER 2007, p. 7). A partir da metade dos anos 80 ocorre um deslocamento importante neste debate, tendo em vista a emergência dos movimentos sociais rurais, em especial o MST. Outro importante tema de grande interesse foram

as formas de articulação dos agricultores com as agroindústrias particularmente devido ao crescimento das formas dos agricultores com as agroindústrias, particularmente devido ao crescimento das formas de subcontratação e produção integrada através de cadeias (SCHNEIDER 2007, p. 7).

Na década de 90 os estudos rurais brasileiros não focalizavam o tema do desenvolvimento rural, pois os debates se concentravam em outras temáticas, isso aconteceu porque a própria essa ideia estava impregnada de um sentido político e ideológico, fortemente vinculado aos programas governamentais de caráter social e compensatório. Essa mudança ocorreu “após transformações mais gerais que se operam no âmbito do Estado, da sociedade civil e dos estudiosos” (SCHNEIDER 2007, p. 7).

A crise econômica dos anos 80 deixou marcas profundas e despertou a conscientização nas principais forças políticas do Brasil, “despertando que o processo de abertura e redemocratização seria a estabilização macroeconômica com especial atenção para o problema inflacionário” (SCHNEIDER 2007, p. 8). Esse período ficou conhecido como “década perdida”, não tendo melhoras no crescimento pós-ditadura e o país acabou mergulhando na instabilidade econômica. Em 1990 no governo de Itamar Franco começou a ter maior estabilização. O plano Real (1993) “foi um processo de conversão monetária que mudaria o nome da moeda e promoveria seu vínculo a



variação cambial do dólar” (SCHNEIDER 2007, p. 8). Em 1994 inicia o governo FHC, o qual foi reeleito, neste período se dá impulso ao processo de privatização e abertura da economia nacional ao capital estrangeiro, aliado as mudanças nas formas de ação do estado, que passam a preconizar um papel mais regulatório do que intervencionista, caracterizado pelo surgimento das agências de regulação. O processo de estabilização econômica do governo FHC “abriu espaço para o debate acerca dos condicionantes e possibilidades do desenvolvimento do país, isso possibilitou propostas inovadoras de mudança social” (SCHNEIDER 2007, p. 8). As regulamentações previstas pela Constituição começam a entrar em vigor a partir de 94/94, modificando algumas prioridades, uma delas refere-se a descentralização financeira e política, pois os municípios passam a ser “entes federados” e portanto responsáveis pela execução de boa parte das políticas públicas.

O primeiro aspecto importante foi a implantação de um conjunto de ações de promoção de

direitos sociais previstos pela nova constituição, com a regulamentação da aposentadoria dos trabalhadores rurais, a demarcação das terras indígenas e áreas remanescentes de quilombolas, a regulamentação do uso de terras públicas para atividades extrativistas, o combate ao trabalho infantil, entre outras. (SCHNEIDER 2007, p. 8).

O segundo aspecto, na década de 90, o escopo de ação dos movimentos e das organizações sociais “parece ter alterado, pois deixaram de ser apenas reivindicatórios e contestatórios, passando também ser proativos e propositivos” (SCHNEIDER 2007, p. 8). Muitas organizações surgem para dar conta das mudanças que se operam no papel do Estado, desempenhando muitas vezes funções que ficaram a descoberto ou colocaram mediação entre as necessidades práticas da população e a busca por recursos para seu atendimento via projetos para angariar fundos públicos estatais.

O terceiro aspecto refere-se à incorporação da noção de sustentabilidade e meio ambiente,

a Eco 92 trouxe consigo uma mobilização política que teve repercussões importantes sobre as instituições, o Estado, os intelectuais e mediadores políticos, neste momento foi implementado a Agenda 21, que abrange também o desenvolvimento rural dos países, incorporando-o a múltiplas dimensões e recebendo adjetivações (SCHNEIDER 2007, p. 10).

As ações políticas como a moldar agendas de pesquisa e investigação, sendo opinião corrente dos pesquisadores de que não tem como tratá-lo fora do contexto ambiental e das dimensões de sustentabilidade.



2- Casas Familiares Rurais: uma alternativa de desenvolvimento para o campo

O Movimento das Casas Familiares Rurais nasceu em 1935, a partir da iniciativa de três agricultores e de um padre de um pequeno vilarejo da França que, de um lado, “prestaram atenção na provocação de um adolescente de quatorze anos que rejeitava a escola na qual tinha sido matriculado e, de outro, estavam atentos a seu meio, que queriam promover e desenvolver” (GIMONET, 1999, p. 40). Assim, a proposta de ensino e formação não estaria separada da realidade do momento, mas “estritamente associada a ela e se inscreviam num movimento, numa dinâmica de conjunto” (GIMONET, 1999, p. 41). Desta forma, o ensino para os adolescentes “tinha um sentido e podia se transformar em aprendizagens” (GIMONET, 1999, p. 41).

Essa primeira experiência com a Pedagogia da Alternância que aconteceu na França em 1935 com a denominada *Maison Familiale Rurale* (MFR) surgiu em virtude de alguns fatores que vinham ocorrendo, “como o abandono dos camponeses no campo, o êxodo rural, a crescente urbanização e o profundo desenvolvimento do capitalismo” (NASCIMENTO, 2009, p. 160), assim, os filhos dos camponeses tinham apenas duas opções, “a primeira era abrir mão dos estudos e continuar trabalhando no campo e a segunda deixar o campo e ir estudar na escola pública da cidade” (NASCIMENTO, 2009, p.166). Os camponeses temiam que deixando seus filhos estudassem na cidade, estes renegariam suas raízes e abandonariam o campo. Deste modo, iniciaram então movimentos junto a “sindicatos e a igreja buscando uma alternativa viável para o problema que estavam enfrentando. Assim, aconteceu a primeira experiência onde os jovens ficavam reunidos uma semana em local apropriado (casa paroquial) e três semanas na propriedade familiar” (NASCIMENTO, 2009, p. 167).

No Brasil, a primeira experiência surgiu no estado do Espírito Santo, especificamente no município de Anchieta em 1969 mediado pelo padre Humberto Pietogrande através de um intercâmbio Brasil – Itália. Já em 1968 através da Fundação do Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo (MEPES) surgiu a primeira Escola Família Rural (NASCIMENTO, 2009, p. 167). Segundo Teixeira, Bernartt, & Trindade, no Brasil as experiências mais conhecidas da Pedagogia da Alternância são as desenvolvidas pelas EFAs (Escolas Família Agrícola) e CFR (Casa Familiar Rural). Os pesquisadores que estudam estas escolas utilizam a terminologia Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA).



A pedagogia adotada pelos CEFFA é a Pedagogia da Alternância, que segundo Gimonet (2007, p.16) “a formação por alternância dos CEFFAs obedece a um processo que parte da experiência da vida cotidiana para ir em direção à teoria, aos saberes dos programas acadêmicos, para, em seguida, voltar à experiência, e assim sucessivamente”.

Na Pedagogia da Alternância todos colaboram para a elaboração das atividades, dos instrumentos, das organizações didáticas, dos princípios e métodos próprios das CFRs. Elabora-se então uma “pedagogia da partilha”. De acordo com Gimonet (2007), quatro são as finalidades da pedagogia da alternância: 1) orientação; 2) adaptação ao emprego (suprir a inadequação entre formação e emprego); 3) qualificação profissional (construir uma identidade profissional duradoura); 4) formação geral (permitir o mesmo acesso ao prosseguimento dos estudos através do ensino tradicional).

As principais características das CFR são: a responsabilidade das famílias na gestão de uma associação de pais e alunos; a alternância dos períodos entre o meio de vida socioprofissional e a Casa Familiar onde o educando exerce na prática uma concepção dialética de formação; a vida dos educandos em pequenos grupos e em internatos; uma equipe de formadores denominados monitores, e uma pedagogia adaptada que se chama Pedagogia da Alternância (NASCIMENTO, 2009, p. 168).

Na Pedagogia da Alternância “os pais são chamados a participar de toda vida da escola, desde o acompanhamento integral dos filhos quando estão junto à família até na administração, coordenação e manutenção da escola” (NASCIMENTO, 2009, p. 168).

2.1 A Pedagogia da Alternância como estímulo à permanência do jovem no campo

As CFRs são escolas da região, criadas e geradas pelas pessoas do lugar, para as pessoas do lugar. Criar uma CFR é então “para um grupo de pessoas, para os pais, para uma comunidade, oportunidade para assumir seus destinos e a educação de seus filhos” (GIMONET, 1999, p. 43).

A Pedagogia praticada baseia-se na Alternância, o que significa: “Alternância de tempo e de local de formação, ou seja, de períodos em situação sócio-profissional e em situação escolar” (GIMONET, 1999, p. 44). Mas a Alternância significa, sobretudo, “uma outra maneira de aprender, de se formar, associando teoria e prática, ação e reflexão, o empreender e o aprender dentro de um mesmo processo” (GIMONET, 1999, p. 45). A Alternância significa uma maneira de aprender pela vida, “partindo da própria



vida cotidiana, dos momentos experienciais, colocando assim a experiência antes do conceito” (GIMONET, 1999, p. 45).

Para Gimonet (1999, p. 45), a Pedagogia da Alternância, nas CFRs, “dá a prioridade à experiência familiar, social, profissional, ao mesmo tempo como fonte de conhecimentos, ponto de partida e de chegada do processo de aprendizagem, e como caminho educativo”.

A Alternância diversifica e multiplica os formadores que atuam com os jovens. Estes formadores são

os pais, os profissionais responsáveis do estágio, os intervenientes dos meios sócio-profissionais e, evidentemente, os formadores dos CEFFA’s que chamamos de monitores. Cada um contribui com seu saber específico, sua experiência, na área de suas competências. Um tema de estudo recebe assim esclarecimentos diferentes e complementares, onde cada um tem seu valor e é reconhecido (GIMONET, 1999, p. 45).

A responsabilidade das famílias, a parceria com a família, é ao mesmo tempo fonte de formação e desenvolvimento do meio. “Existem parceiros insubstituíveis que se inscrevem no tempo e que fazem com que o CEFFA exista” (TANTON, 1999, p. 100). São eles: “pais, monitores, mestres de estágio que assumem a responsabilidade educativa e que garantem o bom funcionamento – a colocação em prática – da Pedagogia da Alternância” (TANTON, 1999, p. 100). A parceria é saber reconhecer que o outro “é complementar e que o resultado da soma dos atores pode servir ao projeto que foi coletivamente construído” (TANTON, 1999, p. 100).

A família é para o jovem um ponto de referência e um suporte essencial para soluções dos problemas de inserção na sociedade. Esta “inserção sócio-profissional é o resultado de um longo processo de maturação do jovem que se desenvolve durante os anos de Alternância entre o meio familiar e profissional, e o meio escolar” (TANTON, 1999, p. 101).

Para Tanton (1999, p. 101), podemos constatar que

os jovens encontram, neste caso, mais facilmente um emprego, um lugar na sociedade profissional, mas devemos sobretudo constatar que a Alternância não faz somente adaptar o jovem ao emprego, mas ela o ajuda a tornar-se um ser ativo e participante. Os jovens em alternância estão em situação real, o que provoca e motiva a formação.

Estar em situação concreta de trabalho corresponde a uma “necessidade sentida por uma maioria de adolescentes que procuram exercitar-se, descobrir-se, afirmar-se” (TANTON, 1999, p. 101). Estes jovens procuram ao mesmo tempo “serem úteis e considerados, sem que por isso queiram reproduzir o que os adultos ditam. A



Alternância permite aos jovens participar da vida dos adultos através de um trabalho real” (TANTON, 1999, p. 101).

A ação da CFR participa do desenvolvimento do meio porque

ela é de início voltada para o futuro, preparando jovens cidadãos. Isto porque ela associa o conjunto dos parceiros de todas as gerações sem distinção de origem e nem de classe social para partilhar a responsabilidade da educação e da promoção dos jovens e dos adultos (TANTON, 1999, p. 101).

Para a implementação do dispositivo pedagógico (formação alternada) é preciso saber suas finalidades e princípios. Finalidades: “formação integral da pessoa, educação, orientação e inserção socioprofissional, contribuição para o desenvolvimento da região onde está inserido o CEFFA” (GIMONET, 2007, p. 28). Princípios: “há uma forte relação entre vida e escola, as relações de trabalho e a escola, a experiência é considerada como suporte de formação. Ela se impõe para uma formação contínua na descontinuidade das atividades, fazer uma ligação entre os dois espaços-tempos (escola e meio)” (GIMONET, 2007, p. 29-30).

Há uma forte relação entre vida e escola, as relações de trabalho e a escola, a experiência é considerada como suporte de formação. “Ela se impõe para uma formação contínua na descontinuidade das atividades, fazer uma ligação entre os dois espaços-tempos (escola e meio) (GIMONET, 2007, p. 29).

Na Pedagogia da Alternância encontramos vários instrumentos pedagógicos, a saber; Plano de Estudo; Estágio; Colocação em Comum; Tutoria; Coletivos de Jovens; Visita à Família e Comunidade; Visita e Viagem de Estudo; Serão de Estudo; Colaboração Externa; Cadernos Didáticos; Fichas de Trabalho; Atividade de Retorno-experiências; Projeto do Jovem Empreendedor Rural; Avaliação semanal; Avaliação formativa e o chamado ‘Caderno de Vida ou Caderno da Realidade’, este permite aos filhos dos agricultores “observação e análise direta da prática agrícola e estabelecer um elo entre a experiência, da vida familiar, social e o período escolar” (GIMONET, 2007, p. 32).

Cada ciclo de formação contém temas de estudos, sobre a vida profissional e sobre a vida familiar. As pesquisas e estudos propostos devem apresentar aos alternantes utilidade e sentido para que seja duradouro.

Portanto, três elementos devem ser considerados:

pertinência em relação às atividades (experiência, contexto de vida). Pertinência à evolução do jovem (interesses, capacidades de apreender o meio, abordar uma profissão). Pertinência em relação à cultura do meio, modos de pensar, linguagem, formas de expressão. “Não é o programa em



base de noções que determina estas escolhas, mas, sim, a progressão dos adolescentes ou adultos. É nesta base que se constrói o Plano de Formação” (GIMONET, 2007, p. 34-35).

O Plano de Formação visa garantir a implementação organizada da alternância, estrutura o percurso formativo. “A formação alternada supõe dois programas de formação: o da vida e o da escola. O primeiro oferece conteúdos informais e experiências, e o segundo conteúdos formais e acadêmicos” (GIMONET, 2007, p. 70). O Plano de Formação tem o objetivo de reunir estas duas lógicas.

No caso dos CEFFA, a situação que põe em atividade o capital social é “o aumento de responsabilidade na formação e no desenvolvimento local por parte do grupo de famílias associadas” (MARIRRODRIGA, 2007, p. 177).

A alternância articula processos de “formação (capital humano) e desenvolvimento local mediante a participação, o compromisso associativo e o trabalho em rede (capital social)” (MARIRRODRIGA, 2007, p. 181).

O perfil do egresso que pretendem os CEFFA é o de um líder local que “viva dignamente de seu trabalho e em seu território, um jovem capaz de empreender projetos que contribuam ao seu desenvolvimento pessoal e familiar, para conseguir assim o progresso de toda a comunidade” (MARIRRODRIGA, 2007, p. 183).

Com isso vemos que a tarefa das CFRs é levar o desenvolvimento para os pequenos agricultores. Isto é, levar a mercantilização e o acesso ao capital para os até então estavam marginalizados ou esquecidos pelo modo de produção capitalista. Este, percebendo isso não hesitou em romper as fronteiras campesinas e mostrar o “quão afável e prazeroso é estar na lógica capitalista”.

3- Considerações finais

A agricultura continua a desempenhar papel central na reprodução econômica e social das famílias rurais no Brasil, porém para a maioria delas a renda obtida pela produção agrícola própria não é a principal fonte monetária. Para entender este argumento MALUF (2003, pg. 137) divide a agricultura em duas dimensões: “Primeira que ele chama de agricultura geral, formada pelo conjunto de atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas, realizadas em um determinado território, ligadas a outras atividades de transporte, processamento por exemplo. A segunda, restrita, é a atividade agrícola própria das famílias rurais, com dois componentes o mercantil e o autoconsumo”.



Poucas são as famílias bem sucedidas que conseguem uma renda monetária da atividade agrícola significativa a ponto de colocarem esta atividade no centro da estratégia de reprodução econômica da unidade familiar. “Quanto mais elevado o nível de renda familiar, menor a participação relativa a ingressos monetários da sua produção agrícola mercantil” MALUF, 2003, pg. 138). Isto demonstra a importância da pluriatividade na estratégia de elevação da renda monetária das famílias rurais.

A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas “insere a família rural em diferentes setores e amplia seu campo de atuação e de inserção social econômica, associando o enfoque da pluriatividade, diretamente, ao da multifuncionalidade” (MALUF, 2003, pg. 138).

Assim a atividade agrícola própria perdeu centralidade para a reprodução econômica de um grande contingente de famílias rurais, mas mantém papel relevante, pois garante a habitação e a alimentação.

Oliveira (2008, pg. 180) é incisivo em ao dizer que a “agricultura familiar é orgânica ao capitalismo”. Para ele, existe um movimento que parece contraditório, mas cuja lógica serve apenas à acumulação capitalista no campo: “no momento em que a exploração capitalista neste meio atinge níveis de racionalidade que permitem economizar muita força de trabalho, os agricultores são expulsos do campo” OLIVEIRA (2008, pg. 180). É o que ocorre atualmente com a soja e os grãos, em geral. Por outro lado,

como em algumas atividades os sistemas produtivos ainda não alcançaram tal nível de racionalidade técnica, o capital continua necessitando de muita força de trabalho, como é o caso das cadeias do frango, do suíno, do leite e do fumo, para citar alguns exemplos. (OLIVEIRA, 2008, pg. 180).

Assim, não parece correto apostar em políticas de desenvolvimento para a agricultura familiar, como alternativa para a ocupação ou para o emprego agrícola.

Esta agricultura é, na realidade, “agricultura capitalista e, como tal, absorve dentro da cadeia estes agricultores, mas de forma precária. Ou seja, mesmo que os agricultores não queiram a acumulação de capital, como se inserem dentro da lógica capitalista, acabam com esta contribuindo” (OLIVEIRA, 2008, pg. 180). Portanto, “sobreviverá nesse mercado quem conseguir melhor adaptar-se ao mundo empresarial, às suas correias de transmissão” (OLIVEIRA, 2008, pg. 180).

A nossa reflexão está posta. O assunto não se esgota, porém, podemos perceber alguns avanços na questão da segurança alimentar e nutricional principalmente após a



promulgação da Constituição de 1988, através do Programa Fome Zero, Bolsa Família e de ações e programas desenvolvidos e acompanhados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Podemos citar também ações e programas que indiretamente fortalece as ações de segurança alimentar para as classes menos favorecidas tais como o Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social, que garante pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos de idade ou mais, e portadores de deficiências incapacitantes para o trabalho. Isso que tem facilitado as pessoas que se enquadram neste perfil a ter uma renda para obter alimentos, em ambos os casos, a renda per capita familiar deve ser inferior a um quarto do salário-mínimo e sucessivos aumentos reais do salário-mínimo nos últimos anos.

Contudo os desafios ainda são enormes, no Brasil é necessário que o crescimento da atividade agrícola venha acompanhado com a responsabilidade ambiental.

A concentração de renda e de terras na mão de poucas pessoas ainda é uma das maiores do mundo, o que acarreta um poder de negociação de produtos agrícolas na mão de poucos que produzem muito e a dificuldade de fixação de famílias de baixa renda nas atividades agrícolas, pois, as mesmas não têm o mesmo poder de negociação. Sem falar que devido a essa concentração de renda na mão de poucas pessoas, grande parte da população brasileira encontra-se em situação de pobreza ou extrema pobreza o que dificulta o acesso a alimentação e nutrição dignas para um ser humano.

Não obstante, podemos inserir nessa discussão a relevância da proposta pedagógica na Pedagogia da Alternância frente aos desafios postos. Há a possibilidade de vermos na Pedagogia da Alternância uma alavanca para o desenvolvimento rural, pois o que foi apresentado sobre a PA e suas características vem a calhar justamente com a revolução burguesa no campo, isto é, adequar para mercantilizar, tanto produtos quanto pessoas.

4- Referências

Emenda constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/emc%2064-2010?OpenDocument. Acesso dia 22 de junho de 2011.

III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Documento Final, 2007, pág. 24. Site utilizado para a pesquisa disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/publiucacoes-arquivos/sistema->



nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-2013-sisan-diagnostico-de-implantacao-no-ambito-estadual

Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.bvsde.ops-oms.org/texcom/nutricion/tonin.pdf> acesso dia 22 de junho de 2011.

GIMONET, Jean-Claude. **Nascimento e Desenvolvimento de um Movimento Educativo: As Casas Familiares Rurais de Educação e Orientação.** In: Seminário Internacional Sobre Pedagogia da Alternância. Pedagogia da Alternância. Alternância e Desenvolvimento. Salvador, BA: SIMFR/VITAE/UNEFAB. 1999. p.39-48.

_____. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs.** Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares e de Formação Rural, 2007.

MALUF, S. R; CARNEIRO, M J. (orgs). **Para além da produção.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003

MARIRRODRIGA, Roberto Garcia; CALVÓ, Pedro Puig. **Formación en alternancia y desarrollo local: el movimiento educativo de los CEFFA em el mundo.** Argentina: Colección AIDEFA, 2007.

NASCIMENTO, C. G. **Gestão democrática e participativa na pedagogia da alternância: a experiência da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás.** Salvador, n.15, p. 163-178, jan./jul. 2009.

OLIVEIRA, Marcos A. **As bases filosóficas e epistemológicas de alguns Projetos de Educação do Campo: do pretendido Marxismo à aproximação ao Ecletismo Pós-Moderno.** 2008. 481f. Tese (doutorado em educação) – Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2008.

PLOEG, J.D.V. **O modo de produção camponês revisitado.** In. SCHNEIDER, Sérgio. *A diversidade da agricultura familiar.* Porto Alegre: UFGRS, 2006. (Estudos Rurais).

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O Estado e os problemas contemporâneos.** Florianópolis: Departamento de ciências da administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. 144p.

SCHNEIDER, Sergio. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil.** Disponível em: http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/diversificaonaagriculturafamiliarfunicultura/contents/photoflow-view/content-view?object_id=884924. Acesso dia 22 de junho de 2011.

TANTON, Christian. **Alternância e Parceria: Família e Meio Sócio-profissional.** In: Seminário Internacional Sobre Pedagogia da Alternância. Alternância e Desenvolvimento. Salvador, BA: SIMFR/VITAE/UNEFAB. 1999.p.98-103.



GT 6 - Educação inclusiva, propostas diferenciadas e avaliação: desafios da interculturalidade à Educação do/no campo

Contribuição metodológica para o ensino da Geografia na Educação do Campo: uma abordagem geossistêmica da paisagem do córrego Maria Casimira na comunidade rural de André do Mato Dentro - Serra do Gandarela, MG

Janise Bruno Dias¹

Valeria Amorim Do Carmo²

Carlos Henrique Jardim³

Adriana Monteiro Da Costa⁴

¹Professora adjunta do departamento de Geografia do IGC/UMG, E-mail: janisebd@ufmg.br;

²Professora adjunta do departamento de Geografia do IGC/UMG, E-mail: vamorimbh@ufmg.br

³Professor adjunto do departamento de Geografia do IGC/UMG, carloshj@ufmg.br., - ⁴Professora adjunta do departamento de Geografia do IGC/UFMG, adriana@geo.igc.ufmg.br.

Bolsistas participantes do projeto de pesquisa e extensão¹ e alunos do curso de graduação em Geografia/ IGC, UFMG: Mariana Marques Magalhaes, Natali Oliveira Capanema Luciana Dias Gontijo Soares, Marcelo Goncalves Leal, Jose Luiz De Oliveira, Ubiranan Pereira De Lucena, Heli Cassio Monteiro, Joao Pedro Sales Leal, Renzo Butters Viotti .

Resumo

Este trabalho trata de uma proposta de pesquisa integrada, na linha de um diagnóstico ambiental e com finalidades didáticas, uma vez que tem por objetivo trabalhar o conceito de geossistema, junto a professores das comunidades limítrofes e/ou instaladas na região da Serra da Gandarela, situada na porção limítrofe sul da região metropolitana de Belo Horizonte, dentro do Quadrilátero Ferrífero, área que passa por um processo de valorização de seu patrimônio socioambiental cultural. Utilizando-se de metodologias atinentes a cada uma das subáreas do conhecimento geográfico, o propósito inclui a produção de dados, fundamentada na teoria sistêmica, cuja finalidade será a delimitação unidades ambientais, na forma de um documento cartográfico de síntese, subsídio para um zoneamento e futuras intervenções políticas na área, já que se constituem em unidades operacionais de planejamento. No entanto, a finalidade acadêmica primeira da proposta é fazer um intercâmbio de conhecimento da população local e daquele produzido por esse núcleo de estudos sobre as dinâmicas sociais e ambientais da região. Tem-se por objetivos: desenvolver uma metodologia no ensino da Geografia para trabalhar o conceito de geossistema em uma bacia hidrográfica, unidade territorial de planejamento, junto a professores da escola de educação básica situada na comunidade de André do Mato Dentro, distrito de Santa Bárbara/MG; e ainda criar um ambiente de diálogo, por meio de metodologias participativas, entre um saber produzido a partir da experiência dos professores e um saber produzido no âmbito formal da academia que nos ajude a compreender a realidade sócio-ambiental das bacias hidrográficas pesquisadas; construindo um método de pesquisa que considere que a compreensão do fenômeno a partir da perspectiva do outro, entendida como parceria, interação, intercâmbio de conhecimento e experiência entre pesquisador e pesquisado. Sistematizar a metodologia desenvolvida durante a pesquisa, adequando a linguagem, para que ela possa ser reaplicada com os alunos das escolas envolvidas no projeto no intuito de contribuir com projetos pedagógicos de educação do campo.

Palavras-chave: Geossistema, bacia hidrográfica, ensino da Geografia e educação do campo.

¹ Apoio Pró-reitoria de extensão da UFMG



Introdução

Este trabalho apresenta uma proposta de pesquisa-ação integrada, na linha de um diagnóstico ambiental e com finalidades didáticas, uma vez que tem por objetivo trabalhar o conceito de geossistema – um dos conceitos básicos trabalhados pela ciência geográfica - junto a professores das escolas rurais de comunidades limítrofes e/ou instaladas na região da Serra da Gandarela, situada na porção sul da região metropolitana de Belo Horizonte, dentro do Quadrilátero Ferrífero. A região da Serra da Gandarela passa por um processo de valorização de seu patrimônio socioambiental e cultural. Utilizando-se de metodologias atinentes a cada uma das subáreas do conhecimento geográfico descritas adiante, o propósito inclui a produção de dados, fundamentada na teoria sistêmica, cuja finalidade será a delimitação unidades ambientais, na forma de um documento cartográfico de síntese, subsídio para um zoneamento e futuras intervenções políticas na área, já que se constituem em unidades operacionais de planejamento. No entanto, a finalidade acadêmica primeira da proposta é fazer um intercâmbio de conhecimento da população local e daquele produzido por esse núcleo de estudos sobre as dinâmicas sociais e ambientais da região. Este estudo compõe um projeto de pesquisa e extensão, apoiado pela Pró-reitoria de extensão da UFMG por meio de uma bolsa de extensão, e desenvolvido pelo grupo de pesquisa do Projeto Gandarela composto por seis professores do departamento de Geografia, seis bolsistas voluntários e um bolsista de extensão.

Um dos principais aportes teóricos e que ao mesmo tempo teria fomentado o desenvolvimento deste projeto, haja vista as características do objeto de estudo e a necessidade de pesquisas de síntese, refere-se ao conceito de “geossistemas”. Neste caso, não se trata de verificar um ou outro aspecto da realidade, de forma separativa, mas a inter-relação entre os diversos componentes presentes no meio. Conforme destaca Rodrigues (2001, p.72) [...] “a teoria geossistêmica faz parte de um conjunto de tentativas ou de um conjunto de formulações teórico-metodológicas da Geografia Física, surgidas em função da necessidade de a Geografia lidar com os princípios de interdisciplinaridade, síntese, com a abordagem multiescalar e com a dinâmica, fundamentalmente, incluindo-se prognoses a respeito desta última”.

Nesse sentido, as relações existentes entre os componentes do meio (clima, geologia, relevo, hidrografia, solos, cobertura vegetal, formas de uso e ocupação



territorial etc.) serão obtidas (e/ou inferidas), basicamente, por meio de dados oriundos de fontes bibliográficas, documentos cartográficos e trabalho de campo. O produto final, na forma de um documento cartográfico de síntese não anula estudos já realizados (ao contrário, soma-se a estes), mas, antes de tudo, supre uma demanda importante desta pesquisa referente à divulgação dos resultados na forma de um programa de educação ambiental. Já que esta proposta está vinculada ao projeto de pesquisa de diagnóstico socioambiental da região da serra do Gandarela iniciado recentemente por um grupo de professores do Instituto de Geociências que tem por objetivo estudar as dinâmicas socioambientais da região suas potencialidades e possibilidades de desenvolvimento. Trata-se de uma proposta de pesquisa interdisciplinar envolvendo várias áreas do conhecimento científico: geologia, geomorfologia, climatologia, pedologia, biogeografia, turismo, geografia agrária e ciências sociais.

Para atingir o seu objetivo primeiro, os pesquisadores esperam desenvolver uma metodologia para trabalhar o conceito de geossistemas em uma bacia hidrográfica, junto a professores de escolas rurais de comunidades limítrofes e/ou instaladas na região da Serra da Gandarela, situada na porção sul da região metropolitana de Belo Horizonte, dentro do Quadrilátero Ferrífero. Esta metodologia deverá auxiliar na transmissão do conhecimento acerca da ação sistêmica de intervenções dentro de uma bacia hidrográfica e na compreensão, pelos alunos, da importância de uma gestão integrada dos elementos socioambientais que compõem este sistema ambiental – o *geossistema* – que se materializa na bacia hidrográfica. Para tanto pretende-se: construir, com os professores da educação básica, o conceito de geossistema dentro de uma bacia hidrográfica, como unidade territorial de planejamento; criar um ambiente de diálogo entre um saber produzido a partir da experiência dos professores e um saber produzido no âmbito formal da academia; construir um método de pesquisa que considere que a compreensão do fenômeno a partir da perspectiva do outro, entendida como parceria, interação, intercâmbio de conhecimento e experiência entre pesquisador e pesquisado; levantar, registrar e sistematizar as informações produzidas por meio de metodologias participativas; compreender a realidade sócio-ambiental das bacias hidrográficas pesquisadas.

O presente trabalho apresenta resultados parciais do projeto que está em andamento na escola rural da comunidade de André do Mato Dentro, município de



Santa Bárbara/MG, localizada na micro-bacia do Córrego Maria Casimira, componente de 3ª ordem da bacia hidrográfica do Rio Doce (Anexo 1 - MAPA 1).

2 A abordagem geossistêmica da paisagem de uma bacia hidrográfica: uma contribuição metodológica da Geografia a Educação do Campo

Para analisar a complexidade das interações socioambientais e de suas lógicas em uma bacia hidrográfica, é necessária uma abordagem teórico-metodológica que a contemple considerando a integração das variáveis “naturais” e “antrópicas”, fundindo “recursos”, “usos” e “problemas” configurados em “unidades homogêneas” assumindo um papel primordial na estrutura espacial para conduzir ao esclarecimento do estado real da paisagem (Monteiro, 2001, p. 81 apud Dias, 2006). A “análise integrada da paisagem” proposta por Monteiro (2001), através do tratamento geossistêmico, com base no referencial teórico de Bertrand (1968), sob o enfoque da organização sistêmica, possibilita caracterização e compartimentação da área total de estudo, no caso a bacia hidrográfica, em unidades de paisagem — ou unidades homogêneas ou, ainda, unidades morfofuncionais. Estas constituem unidades espaciais reveladoras das propriedades do meio físico, de suas fragilidades, e das atividades humanas que podem ser reconhecidas, diferenciadas, descritas e interpretadas considerando suas formas como resultado de suas funções num definido contexto espacial temporal (LOPEZ; LOPEZ, 1986 apud MONTEIRO, 2001, p. 94). Contudo, o critério da homogeneidade deve atender o interesse do estudo sendo aperfeiçoado à medida em que as propriedades e inter-relações vão revelando a harmonia das condições econômico-sociais e geobioecológicas com maior precisão e dinâmica intercambiante para com o processo de reprodução social analisado (HAASE, 1986 apud MONTEIRO, 2001, p. 94).

A escala de alguns quilômetros quadrados foi eleita para a análise mais detalhada no espaço da comunidade. Para caracterizar os parâmetros do meio físico-natural com base nos dados cartográficos, procuraremos delimitar a área ocupada pelas comunidades por meio da “noção de pertencimento” das famílias que compõem a comunidade. Dentro dessas comunidades rurais² concentram-se a área construída da unidade e as áreas de exploração agrícola (culturas e/ou pecuária); estas podem se localizar em outra área. Após o mapeamento da área de cada comunidade procura-se

² As comunidades rurais são áreas com limites físicos definidos por relações de “pertencimento” estabelecidas pelos próprios grupos. Alguns limites são barreiras físicas, em geral cursos de água, áreas de matas mais preservadas, serras ou vertentes de maior declividade; outros são limites político-administrativos ou grandes propriedades de exploração agrícola (sistemas diferenciados da exploração pela agricultura familiar).



mapear as ocorrências locais, como formações geológicas, microformas de relevo, solos potenciais, curvas de nível, rede de drenagem local com auxílio da base cartográfica e observações de campo (Dias, 2006).

Martins Jr (1991 p.43) define como bacia hidrográfica (...) *uma unidade fisiográfica natural da crosta terrestre recente, que tem em sua história traços marcantes de variáveis das dinâmicas de longo e de curto prazo, determinadas por estruturas, processos geológicos e biológicos os mais diversos. A escolha de bacias e sub-bacias com vistas a determinação de áreas homogêneas de terras e da interação terra e água, distintamente da determinação em eco-unidades, trata mais especificamente dos aspectos estruturais telúricos, hidrodinâmicos que poderão vir a ser integrados com os processos ecodinâmicos* Segundo o autor (...) *A bacia hidrográfica e suas sub-bacias são, portanto, unidades significativas em virtude desta subdivisão ser natural e representar aspectos próprios aos sistemas telúricos seja com dinâmica de mais longa onde mais curta duração (p.43).* A idéia de interação dos sistemas geológicos, climáticos, hidrológicos, pedológicos e biológicos que conformam a bacia hidrográfica transparece na definição, no entanto, a complexidade dos processos que constituem cada um desses sistemas dificulta a compreensão da interação sistêmica entre eles e que, devido a singularidade de funcionamento e expressão na paisagem, definem o sistema natural ou geossistema que constitui esta porção do espaço.

A percepção de zonas homogêneas na paisagem permite observar a existência nos ambientes naturais de um conjunto de situações resultantes de processos que, conforme Martins Jr.(1991), podem ser consideradas homogêneas. Isso pode ocorrer tanto quanto pela interação dos próprios processos naturais vigentes nestas áreas, quanto pelas respostas que possam dar às interações com os sistemas sociais humanos. Neste sentido, algumas premissas foram propostas pelo autor:

(...) (1) unidade de terra é um segmento completamente integrado no qual os componentes são funcionalmente interrelacionados uns com os outros; (2) unidades de terras são segmentos completamente integrados nos quais o fluxo das águas funciona interrelacionados com os processos telúricos; (3) as ligações funcionais são identificáveis pelos processos que ligam os componentes entre si; (4)(...) noção fundamental de integração funcional dos componentes ambientais dentro de uma área espacialmente delimitada; (5) (...)correlacionar as demandas, os usos reais e potenciais com a realidade (MARTINS Jr, 1991 p.41).



A opção por trabalhar numa escala maior, por exemplo uma micro bacia – como no caso do córrego Maria Casimira – traz vantagens como a possibilidade de percorrer toda a área de estudo para aferição de dados secundários levantados. De outra forma, permite detalhar os processos telúricos e observar “in situ” suas interações com as condicionantes sociais locais. Mais ainda, permite o diálogo com as sociedades que ocupam e exploram estes potenciais, já que esses grupos vivenciam seu ambiente numa escala mais localizada.

Uma alternativa à deficiência de informações detalhadas demandadas pelos estudos em escala local é a *estratificação de ambientes*. Para Resende (1996, p.11), “o uso de chaves de identificação de ambientes para fins locais, pode amenizar a falta de mapas detalhados”. Nesse processo, o agricultor participa ativamente. Ele é capaz de perceber e entender, através do conhecimento adquirido ao longo de sua vivência com a terra, como se dá o funcionamento dos diversos ambientes dentro de sua propriedade e com isso, pensar melhor sobre o uso da terra.

Tem sido cada vez mais destacada, no âmbito das discussões a respeito do desenvolvimento local, a necessidade de envolver a participação não só do grupo formado por técnicos e especialistas, mas também e principalmente, do grupo de agricultores. Para se obter as informações dos agricultores sobre o seu conhecimento a respeito do ambiente, é necessária a criação de um vínculo entre ‘pesquisador-pesquisado’. Criar um ambiente para que ocorra o diálogo entre um saber produzido a partir da experiência, e um saber elaborado, produzido no âmbito formal da academia. É uma pesquisa que para alcançar os resultados esperados demanda um plano de trabalho, meios adequados e confiáveis. Em outras palavras de uma boa pesquisa depende um bom método (PIZZOLATI & ROCHA, 2004).

Um método adequado para que este tipo de pesquisa se desenvolva precisa considerar que parte do objetivo é compreender o fenômeno (uso da terra) segundo a perspectiva do outro (agricultores). Por isso, a obtenção dos dados exige o contato direto do pesquisador com a realidade estudada. Participação esta entendida como parceria, interação, compartilhar de conhecimento e experiência entre pesquisador e pesquisado.

(...) relação tradicional de sujeito-objeto entre investigador-educador e os grupos populares deve ser progressivamente convertida em uma relação do tipo sujeito-sujeito, a partir do suposto de que todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber. A partir, também, da consciência de que é da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma



partilhável de compreensão da realidade social pode ser construída através do exercício de uma pesquisa. O conhecimento científico e o popular articulam-se criticamente em um terceiro conhecimento novo e transformador. (BRANDÃO, 2005, p.261)

Além da vivência em campo, de acordo com Geifus (2000), as ferramentas participativas entre outras características, possibilitam o trabalho direto no campo com as comunidades e os agricultores e valorizam o conhecimento destes uma vez que o processo prevê a aprendizagem com enfoque para o conhecimento, práticas e experiências locais.

Através da aplicação dessas ferramentas, busca-se sempre privilegiar a visualização por facilitar o entendimento e a assimilação ou ainda, pelo fato de que em muitas comunidades existem agricultores com dificuldade para ler e escrever. “(...) por meio de representações gráficas, se consegue a participação de pessoas com diferentes níveis e tipos de educação e facilita a sistematização de conhecimentos e o consenso” (GEIFUS, 2000, p. 12). Além das técnicas de visualização, existem outros três grupos de ferramentas participativas, a saber: técnicas de dinâmica de grupo; de entrevista e comunicação oral; e de observação de campo. Entretanto, “nenhuma é suficiente por si só para assegurar um processo participativo. Devem combinar-se de acordo com as necessidades e realidades da comunidade e das instituições de desenvolvimento” (Geifus, 2000, p.12). Independente das ferramentas utilizadas é importante destacar que elas se complementam. Pretty et al. (1995) coloca que não existe uma receita pronta, definitiva sobre quais atividades utilizar. Além da combinação das técnicas mencionada anteriormente, o sucesso está relacionado com o grau de envolvimento das pessoas, com a habilidade do facilitador que conduz o processo e depende do contexto dentro do qual o estudo será realizado.

A educação formal nas escolas é, comprovadamente, a ferramenta que consegue penetrar e conformar as sociedades. Entretanto a educação do campo, como é conhecida institucionalmente a educação formal na área rural, vem reforçando, historicamente, as desigualdades sociais, constituindo-se em um obstáculo para que as sociedades rurais possam ter garantido o direito a uma educação pública de qualidade. Segundo MEC (2010), o censo escolar de 2009 indicou a existência de 5.999.179 matrículas no ensino regular nas escolas de educação básica situadas na área rural, sendo que do total da matrícula, 4.863.574 (81%) diz respeito ao Ensino Fundamental, 882.826 (14,7%) à Educação Infantil e apenas 252.779 (4,3%) ao Ensino Médio. Ainda por essa fonte, nos anos iniciais estão matriculados 3.295.399 (76,3%) alunos do Ensino Fundamental,



concentrados nas classes multisseriadas. Esses dados revelam um decréscimo no atendimento escolar as pessoas que vivem na área rural a medida que se eleva o nível de ensino.

Ainda segundo o MEC (2010), o Censo Escolar 2008 apontou a existência de mais de 48 mil estabelecimentos de ensino nas áreas rurais com organização exclusivamente multisseriada, são 56,45% das escolas do campo, com uma matrícula de 1,3 milhão de estudantes. São muitas as limitações em termos de infra-estrutura e deficiências no que diz respeito à formação específica dos educadores para atuar nesta forma de organização escolar. Torna-se mister novas perspectivas para as classes multisseriadas que precisam ser pensadas a partir de outra organização do trabalho pedagógico e outra relação entre disciplinas, séries, educandos/as e educadores/as (MEC, 2010). Esse procedimento implica no iminente apoio técnico e financeiro e articulado da União, Estados e Municípios.

A precariedade da educação oferecida às populações do campo se apresenta de forma mais visível nas escolas com turmas multisseriadas, que se constituem a maioria das escolas do campo, uma vez que são escolas com um pequeno número de estudantes, situadas em localidades pouco populosas. Esta educação reforça um modelo de desenvolvimento que perpetua as desigualdades entre os segmentos da população brasileira que residem em áreas urbanas e rurais, promovendo a subordinação do campo à cidade e impedindo que a população rural tenha acesso aos direitos sociais básicos.

O Modelo da Escola Nova chegou ao Brasil na década de 1920, influenciando um importante movimento social e político no âmbito da educação. O Escolanovismo permaneceu tentando se adaptar as desigualdades sociais e políticas que o país vivenciou. Na década de 1970, inspirou uma proposta na Colômbia intitulada de Programa Escuela Nueva, cujo objetivo era de orientar as classes multisseriadas. Este programa visava atender regiões com baixa densidade populacional, com problemas de baixa qualidade educacional, tendo como foco as regiões rurais. Com o processo acelerado de urbanização, as escolas multisseriadas³, foram consideradas como resíduo de um tempo em perecimento de um rural em franca decadência. Como consequência os espaços do campo eram comumente descuidados das políticas públicas e recebiam

³ O Boletim de Educação da OREALC – Oficina Regional de Educación para América Latina y Caribe – de julho-dezembro de 1968 informava que Alejandro Covarrubias e Santiago Hernández Ruiz promoveram a experimentação de escolas multisseriadas em doze países latino-americanos (Escola Ativa, 1999 citado em MEC, 2010)



apenas políticas compensatórias. O programa colombiano procurava auxiliar o trabalho do educador.

Para Caldart (2002 citado por MEC, 2010), a associação da Educação do Campo às lutas por políticas públicas e reforma agrária é o fundamento educativo de um novo projeto político de desenvolvimento. O desafio para as escolas do campo é transformar a educação para que esta seja uma ferramenta de recuperação das condições humanas dos povos do campo. Para tanto, as especificidades do campo devem ser consideradas na construção do processo educativo. Novos conceitos que venham colaborar na reversão das desigualdades educacionais que distanciam o campo e a cidade.

Para a construção de novas estratégias educativas é necessário reconhecer as diferenças e diversidade de cada povo do campo: ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, seringueiros, agricultores familiares e indígenas, suas singularidades no que se refere às distintas formas de organização social e cultural. A incorporação dessas racionalidades e saberes (ver Leff, 1998 *Saber ambiental*) no processo educativo dessas populações o tornarão, certamente, capaz de promover o desenvolvimento humano integral.

Dessa luta dos movimentos sociais origina a concepção de um projeto de desenvolvimento do campo que passa por um processo educativo que é, certamente, uma das dimensões necessárias para a transformação da sociedade. Uma ação político-social que possibilita superar a transposição empobrecida da educação construída para as áreas urbanas, ou seja a tradicional educação rural, para a Educação do Campo onde se abre um espaço de reflexão da realidade dos povos do campo, de seu trabalho, suas linguagens, de suas formas de vida e, sobretudo, de um novo projeto político de desenvolvimento. Dentro desse projeto, a educação desempenha um importante papel na construção de espaços institucionais fundamentais para a discussão e elaboração de uma Política de Educação do Campo.

No Brasil, a Coordenação Geral de Educação do Campo - SECAD órgão vinculado ao Ministério da Educação MEC vem elaborando a política de Educação do Campo por meio de Conferências Nacionais Por uma Educação do Campo, ocorridas em 1998 e 2004 e ainda a realização entre 2004 e 2005 de 25(vinte e cinco) Seminários Estaduais de Educação do Campo com o apoio das secretarias estaduais de educação, prefeituras municipais, movimentos sociais do campo e universidades e a intensa participação de educadores, sindicatos, UNDIME e CONSED. O objetivo principal foi a divulgação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo,



no intuito de definir políticas de educação específicas para estas populações (SECAD/MEC, 2010). No entendimento da SECAD/MEC: (...)A Educação do Campo tem por objetivo resgatar as dimensões sóciopolíticas, envolvendo os sujeitos educativos em (...) processos participativos de ensinoaprendizagem, quanto de formas de ação social que contribuam para a transformação da realidade social. Neste sentido, advoga princípios que sustentam tais propósitos e estabelecem coerência com esta concepção de educação: educação para a transformação social - vínculo orgânico entre processos educativos, políticos, econômicos e culturais; educação para o trabalho e a cooperação; educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; educação voltada para valores humanistas e educação como um processo permanente de formação e transformação humana (2010, p.19).

Com o propósito de atender os objetivos desse novo projeto o Ministério da Educação, por meio da Coordenação Geral de Educação do Campo/SECAD, adotou o Projeto Político Pedagógico do Programa Escola Ativa. A implantação da estratégia metodológica Escola Ativa no Brasil ocorreu no ano de 1997, com assistência técnica e financeira do Projeto Nordeste/MEC, nos estados da Região Nordeste, com exceção, de Sergipe e Alagoas, tendo como objetivo aumentar o nível de aprendizagem dos educandos, reduzir a repetência e a evasão e elevar as taxas de conclusão das séries iniciais do Ensino Fundamental nas escolas multisseriadas do Campo. O Programa Escola Ativa, que completou dez anos de sua implementação no ano de 2007 e que chegou a atender mais dez mil escolas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, teve a experiência vivenciada neste período avaliada por pesquisadores da UFPA- Universidade Federal do Pará, com o apoio da Coordenação Geral de Educação do Campo/SECAD Todo o processo de revisão do Programa foi concebido com base nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo⁴ e contempla novos conteúdos e metodologias, aprofundando o debate sobre as classes multisseriadas do campo, tendo como referência a prática de uma educação integrada com o ser humano que vive e trabalha no campo e incorporando novos limites⁵.

⁴ Resolução CNE/CEB nº 1 de 03 de abril de 2002 e das Diretrizes Complementares Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento à Educação Básica do Campo – Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008.

⁵ Para mais detalhes consultar *Projeto base / – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. 44 p. : il. -- (Programa Escola Ativa)*



Carmo (2010) aborda o ensino de Geografia que atualmente suscita uma reflexão acerca da renovação epistemológica desta ciência nos últimos anos. Traz como proposta a compreensão da realidade social e questiona quem é o sujeito agente da transformação dessa realidade. Para além da proposição de pensar o espaço, a Geografia tem incitado a participação no debate, o exercício da cidadania e a busca por soluções sociopolíticas as questões de acesso à terra, direito à saúde e à educação, à moradia, ao emprego, à conservação da biodiversidade e da qualidade ambiental. Essa nova abordagem levou a Geografia para além de suas fronteiras disciplinares tornando-a (...) *uma dimensão da prática social e da vida cotidiana do(a) educando(a)*, conforme a referida autora. Nessa concepção, os conteúdos específicos de Geografia contraem novo significado por meio de um processo de construção que transforma os modos de pensar e de agir. (...) *Ler o mundo é ler o espaço, é ler o lugar, é reconhecer no cotidiano os elementos socioculturais e naturais que formam o espaço geográfico. (...) É saber pensar o espaço para nele se organizar.* (CARMO, 2010 p.6) A construção de um raciocínio geográfico para proceder a leitura do mundo implica no domínio e no manuseio de conceitos e ferramentas que subsidiam o aluno para saber pensar o espaço.

A ciência geográfica, por sua natureza transversal, permite e possibilita o pensamento dialético do espaço, este fundamenta a construção das respostas necessárias as adversidades impostas pelo vivência do cotidiano.

Para Perez (1999, p.39 citado por Carmo, 2010, p.7) “*A função alfabetizadora da Geografia define-se na opção político-pedagógico de pensar fazer uma educação comprometida com o povo, com o território, com a nação, uma educação que se traduz numa pedagogia do sonho, da utopia e da esperança de construção de uma pátria-mundo mais bonita, mais justa, mais solidária e mais gentil com todos os seus cidadãos.*” Dessa forma, para a construção dos conhecimentos, das categorias, dos conceitos e dos procedimentos básicos que fundamentam a ciência Geográfica é necessário que os educandos utilizem sua maneira particular de pensar as relações da sociedade com a natureza. Partindo dos ciclos iniciais do Ensino Fundamental, a paisagem local e o espaço vivido devem ser referências e ponto de partida para o(a) educador(a) constituir o processo educativo, é o que propõem a referida autora.

As diretrizes dos PCN - Parâmetros curriculares nacionais - Secretaria de Educação Fundamental (MEC/SEF, 1997) propõe que o ensino de Geografia pode levar os alunos a compreenderem de forma mais ampla a realidade, tornando possível sua



participação e intervenção de forma mais consciente e propositiva. A construção do conhecimento, o domínio das categorias, dos conceitos e das ferramentas básicas que subsidiam suas teorias e operam o conhecimento da Geografia permitem ao educando, não somente compreender as relações socioculturais e o funcionamento da natureza a qual historicamente está inserido, mas também conceber o saber e o pensar, de uma forma singular, a realidade (MEC/SEF, 1997).

A Geografia tem por objeto de estudo das relações e suas consequências entre o processo histórico que condiciona a formação das sociedades humanas e os processo funcionais da natureza, utilizando-se da leitura do espaço geográfico e da paisagem. Para a abordagem relacional, a Geografia considera diferentes escalas espaciais e temporais, e trabalha com os fenômenos sociais, culturais e naturais específicos de cada paisagem que possibilita a compreensão dos processos e dinâmicas de sua conformação. Dessa forma, a análise da paisagem deve ter como um de seus objetivos, identificar e relacionar aquilo que representa as heranças das sucessivas relações no tempo entre a sociedade e a natureza com base nas suas dinâmicas (MEC/SEF, 1997).

A preocupação básica no processo educativo geográfico é abranger os modos de produzir, de existir e de perceber os diferentes espaços geográficos; como os fenômenos que constituem as paisagens se relacionam com a vida que as anima. Os elementos do passado e do presente que convivem numa determinada paisagem e podem ser compreendidos mediante a análise do processo de produção/ organização do espaço (MEC/SEF, 1997). (...) *Assim, o estudo de uma totalidade, isto é, da paisagem como síntese de múltiplos espaços e tempos deve considerar o espaço topológico — o espaço vivido e o percebido — e o espaço produzido economicamente como algumas das noções de espaço dentre as tantas que povoam o discurso da Geografia.* (p 87.)

Na proposta para as primeiras etapas da escolaridade, o PCN orienta para o ensino da cidadania como o sentimento de pertencer a uma realidade, em constante transformação, onde as relações entre a sociedade e a natureza formam um todo integrado, do qual ele, como membro participante, é responsável e comprometido historicamente.

Ainda no primeiro ciclo, a paisagem local e o espaço vivido são as referências para explicar a presença e o papel da natureza e sua relação com a ação dos indivíduos, da sociedade na construção do espaço geográfico e são ferramentas importantes na organização do trabalho didático-pedagógico



O ensino de Geografia devem fomentar propostas metodológicas que trabalhem de forma mais dinâmica e instigante mediante situações que problematizem os diferentes espaços geográficos materializados em paisagens, lugares e territórios. Propostas que identifiquem e analisem as (...) *relações entre o presente e o passado, o específico e o geral, as ações individuais e as coletivas; e promovam o domínio de procedimentos que permitam aos alunos “ler” a paisagem local e outras paisagens presentes em outros tempos e espaços* (MEC/SEF, 1997 p.)

A proposta de leitura da paisagem por meio de uma abordagem sistêmica e dialética numa concepção integradora do ambiente alinha-se com as orientações das diretrizes do PCN (MEC/SEF, 1997) e do Programa Escola Ativa (SECAD/MEC, 2010) para o ensino da Geografia na Educação do Campo. Isso não quer dizer que a proposta comunga com todos os fundamentos que subsidiam as diretrizes institucionais, mas que é possível a contribuição e o diálogo deste projeto de pesquisa-extensão no ensino da Geografia na Educação do Campo com ambos, processo e projeto, que estão em andamento.

3 Como construir a pesquisa-ação: procedimentos metodológicos

O processo metodológico incorpora todos os passos experimentados neste trabalho de pesquisa-ação. A primeira fase, executada pelo grupo de pesquisa – professores e alunos-bolsistas – foi de reconhecimento da área de estudo no que diz respeito a abordagem física do ambiente e social.

O público-alvo do projeto é a população que ocupa as bacias hidrográficas que têm suas nascentes na Serra do Gandarela, no entanto entendemos que trabalhar com professores da educação básica é uma forma de atingirmos este público, através dos alunos da escola, para disseminação dos conceitos. Por isso no primeiro momento foi escolhida a escola rural da comunidade de André do Mato Dentro, no município de Santa Bárbara, constituída por cerca 40 famílias que habitam as cabeceiras e margens do córrego Maria Casimira. Os moradores são agricultores pluriativos e assalariados que trabalham nas mineradoras instaladas na região e nas empresas que cultivam eucaliptos. Os produtos básicos são feijão, milho, cana/cachaça e a coleta de mel, produto de destaque para a comunidade, e ainda verduras e legumes provenientes de hortas caseiras.

Para a construção com os professores do conceito de geossistema e compreensão de sua complexa rede de interações, é necessária a criação de um vínculo entre “pesquisador-pesquisado”. Criar um ambiente para que ocorra o diálogo entre um saber produzido a partir da experiência, como é o caso dos professores, e um saber elaborado, produzido no âmbito formal da academia. Para que este diálogo aconteça é preciso um método de pesquisa que considere que a compreensão do fenômeno a partir da perspectiva do outro é parte do objetivo. Participação esta entendida como parceria, interação, intercâmbio de conhecimento e experiência entre pesquisador e pesquisado.



Além da vivência em campo, as pesquisas qualitativas dispõem de técnicas semelhantes às utilizadas em metodologias participativas que irão possibilitar levantar, registrar e sistematizar tal conhecimento.

No presente estudo serão utilizadas conforme Geifus (2000) as seguintes ferramentas participativas para o desenvolvimento do conceito de Geossistema: mapas de recursos naturais e uso da terra, caminhada (Travessia), diagrama de bacia hidrográfica, diagrama/mapa histórico, transecto/mapa histórico, matriz de avaliação de recursos, mapa de acesso aos recursos naturais, matriz de tomada de decisão, matriz de análise de conflitos, classificação local dos solos conforme Metodologia da Embrapa (2009), medidas de parâmetros meteorológicos, levantamento de problemas do uso dos recursos naturais.

Os procedimentos para a construção do conceito de *Geossistema* incluem as seguintes etapas: (1) Levantamento das informações sobre a região de estudo para reconhecimento prévio da área – dados secundários; (2) Escolha dos sujeitos (3). Visita às escolas; (4) Apresentação do trabalho e de seus objetivos para a escola da micro-bacia hidrográfica do córrego da Maria Casimira; (5) discussão da agenda de trabalho para adequar ao calendário das escolas para não inviabilizar as atividades previstas; (6) Diagnosticar o conhecimento dos professores a respeito dos conceitos relacionados à noção de Geossistema utilizando técnicas como Fluxograma (Árvore Lógica): Mapa Mental; (7) Travessia – trabalho de campo - para identificar os diferentes ambientes na área de estudo – Estratificação de Ambientes; (8) Sistematização das informações obtidas durante a travessia - A partir das análises realizadas sobre as técnicas anteriores aplicadas, e sobre os documentos gerados, será confeccionada a chave de identificação de ambientes. Em seguida, será elaborado o mapa de estratificação dos Ambientes procurando representar a interação dos elementos: relevo, clima, hidrografia, a associação dos diferentes tipos de solos, e a vegetação, encontrados na micro-bacia estudada, associados ou não à ação antrópica; além das diferentes formas de apropriação territorial. (8) Sistematização da metodologia desenvolvida durante a pesquisa, adequação de linguagem, para que ela possa ser reaplicada com os alunos das escolas envolvidas no projeto. (9) Forma de avaliação da ação de Extensão: oficinas avaliativas quadrimestrais com os professores, no sentido de receber um feedback da aplicação da metodologia em suas escolas, avaliando os pontos positivos e negativos. Fazer uma readaptação da metodologia se necessário.



Estas duas últimas etapas ainda não foram desenvolvidas e podem sofrer modificações ao longo da pesquisa. Algumas questões de cunho metodológico ainda estão em aberto questões: Como fechar o ciclo? Como associar nossa proposta metodológica ao processo já desenvolvido pela escola? Que procedimentos adotar? Como fazer esta construção conjunta com as escolas, aluno e comunidade?

4 A comunidade do André do Mato Dentro: um lugar de vida banhado pelo Casimira no coração da Serra do Gandarela/MG

A região da Serra do Gandarela está inserida no contexto da província geológica do Quadrilátero Ferrífero, unidade que se localiza ao sul do Cráton do São Francisco e que ocupa uma área de aproximadamente 7000 km² (Barbosa & Rodrigues, 1965). A ocorrência de minerais metálicos como o ouro, ferro e manganês (Bizzi et al, 2003) condicionaram a ocupação da região, que desde o final do século XVII e início do século XVIII esteve relacionada à exploração mineral. Diferentemente deste contexto geral, a Serra do Gandarela ainda permanece como uma das poucas áreas do Quadrilátero onde não há empreendimentos minerários de grande porte.

A bacia do córrego Maria Casimira encontra-se inserida em uma megaestrutura da paisagem de sinclinal, especificamente no Sinclinal Gandarela. Trata-se de uma paisagem formada por elementos marcantes, como a Serra de Piancó e a Serra da Paula, onde se localiza o alto curso do córrego Maria Casimira, afluente do Rio São João, BH do Rio Doce/MG (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

A comunidade de André do Mato Dentro, no município de Santa Bárbara, constituída por cerca 40 famílias que habitam as cabeceiras e margens do córrego Maria Casimira. Os moradores são agricultores pluriativos e assalariados que trabalham nas mineradoras instaladas na região e nas empresas que cultivam eucaliptos. Os produtos básicos são feijão, milho, cana/cachaça e a coleta de mel, produto de destaque para a comunidade, e ainda verduras e legumes provenientes de hortas caseiras.

A escola rural da comunidade de André do Mato dentro funciona no período da manhã com a classe multisseriada dos 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental e no período da tarde para os 4º e 5º anos. A partir de então as crianças são conduzidas as escolas na sede do município por transporte escolar público municipal. À frente dessas classes estão duas professoras: uma no período da manhã e outra à tarde. O número de alunos é bastante reduzido. O interessante dessa escola é que uma das professoras, aquela do 4º e 5º ano, nasceu e cresceu na comunidade.

5 Percalços e percursos de uma proposta metodológica: resultados parciais

Após o momento de revisão bibliográfica sobre conceitos básicos da Geografia a serem trabalhados no projeto e construção de um marco teórico, por meio do levantamento de dados secundários da área escolhida, a microbacia do Córrego Maria Casimira, procurou-se compreender a realidade social da comunidade de André do Mato Dentro que se assenta nesta microbacia. Em se tratando de uma proposta de origem na Geografia, os primeiros resultados foram representados através do uso das ferramentas



cartográficas e do sensoriamento remoto por meio de mapas e croquis. Foi construída uma base de dados (não existente) do meio físico natural: mapas geológico, geomorfológico, de solo, topoclimáticos e de uso e cobertura da área da microbacia do Córrego Maria Casimira.

Como segunda fase da pesquisa procedemos o reconhecimento empírico da área pesquisa com o grupo de pesquisadores, do seu ambiente físico, e o contato com os moradores e agricultores. Este momento teve o suporte de atividades desenvolvidas em uma disciplina oferecida no curso de Geografia, cujo objetivo foi trabalhar a estratificação do ambiente (RESENDE 1996, p.11), com os moradores e agricultores da comunidade por meio da construção de mapas mentais e travessias. Foi necessária essa conjugação metodológica para estabelecer o diálogo e para que os pesquisadores pudessem aprender e compreender como a comunidade vive e trabalha seu ambiente. Ainda neste momento, estabelecemos um contato com a professora da escola responsável pela classe multisseriada dos 4º e 5º anos do ensino básico. Esta classe foi selecionada por ser nesta etapa que, segundo a orientação dos PCN's, são trabalhadas as categorias geográficas: espaço, paisagem, lugar e território. A entrevista semi-estruturada, pelos pesquisadores, teve por objetivo de apresentar nossos objetivos de pesquisa e ação, assim como também de aprendermos qual a estrutura pedagógica trabalhada na escola, como tem sido trabalhado didaticamente e como podemos aliar nossa proposta àquela utilizada sem causar interferência, confusão, ruptura do processo educativo, enfim traumas. Nesta entrevista soubemos que a escola adota as diretrizes municipais que se alinha ao Programa Escola Ativa, proposta pela Coordenação Geral de Educação do Campo – CGEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC. Este programa tem como parceiros em Minas Gerais, um grupo de professores e pesquisadores da Faculdade de Educação da UFMG que vem coordenando e executando os treinamentos de *Orientações pedagógicas para formação de educadoras e educadores* do programa com diretores das escolas rurais, os quais são responsáveis pela replicação da proposta metodológica aos seus professores. O passo seguinte, em andamento no momento, é o contato com a diretora das escolas rurais no município, no caso Santa Bárbara/MG. Estamos procedendo a uma revisão geral do conteúdo dos PCN's, diretrizes curriculares estaduais e municipais e também do Programa Escola Ativa. Esse último, como fundamento a Educação do campo, proposta didático-pedagógica de construção integradora, interdisciplinar e principalmente,



inclusiva que dialoga com as realidades socioambientais e culturais das comunidades em que se inserem as escolas rurais. O próximo passo é o ensaio da construção de materiais didáticos, em conjunto com os professores do ensino básico da escola da comunidade estudada, que trabalhem a análise integrada da paisagem, ou seja, incorpore a compreensão sistêmica da paisagem da bacia hidrográfica como propõe o conceito de geossistema. E por fim, o quarto momento será de oficinas-piloto a serem aplicadas em conjunto com as professoras nas escolas rurais da comunidade estudada. Persistem ainda várias questões de cunho metodológico, sobretudo de como fazer esta construção conjunta com as escolas, aluno e comunidade, incorporando o saber autóctone, sem agredir a construção do processo educativo na escola?

6 Pontos para reflexão: considerações finais

Ainda com muitas angústias, as quais sabemos fazer parte da pesquisa empírica, temos algumas perspectivas acerca do processo de construção metodológico. Acreditamos que é possível a construção do conceito de geossistema a partir da experiência com os sujeitos locais (comunidade local, professores, alunos, pesquisadores, etc) e intercâmbio de conhecimentos. A introdução do conceito de geossistema no estudo das bacias hidrográficas permitirá uma melhor compreensão do funcionamento sistêmico da bacia, visando formar um portfólio de conhecimento que deverá subsidiar ações efetivamente integradas para gestão desta unidade territorial. O desenvolvimento de uma metodologia junto aos professores, de linguagem acessível a educação básica, para o estudo e aplicação do conceito de geossistema e a produção de material didático para o trabalho com os alunos, vai subsidiar ações de Educação Ambiental na área de estudo. Estas ações geraram bancos de dados sócio-ambientais para ações locais posteriores. E por fim, a metodologia construída poderá ser replicada em outras escolas estudando outras realidades singulares de bacias hidrográficas, o que gerará uma compreensão sistêmica do ambiente vivido, propiciando que a aprendizagem ocorra por meio da ação humana e mediante a apropriação (criativa) e reelaboração de conceitos conforme advoga a SECAD/MEC (2010).

Além disso, pretende-se uma contribuição a Geografia proposta por Carmo (2010) que sugere ao aprendiz compreender a realidade social, incita a pergunta sobre quem é o sujeito agente da transformação dessa realidade. Essa Geografia que vai além de pensar o espaço, impele a participação no debate, no exercício da cidadania e nos apresenta questões de interesse de todos como: acesso à terra, direito à saúde e à educação, à moradia, ao emprego, à conservação da biodiversidade e da qualidade ambiental. Alinhando-se Educação do campo que trabalha a forma distinta de organização do trabalho pedagógico e do trato com o conhecimento, que envolve os sujeitos educativos, no sentido de resgatar as dimensões sociopolíticas, conduzindo a processos participativos de ensino-aprendizagem, e formas de ação social que colaborem para a transformação da realidade social.

7 Referências bibliográficas

AB'SABER, A. Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas. Ambiente Ltda. 1994.

BEDÊ, L.C. et al. *Manual para Mapeamento de Biótopos no Brasil*. Belo Horizonte: Brandt Meio Ambiente 1998



BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *Caderno de Ciências da Terra*, São Paulo, v. 13, p. 1-27, 1972. Brasil. São Paulo: ACIESP, 1983.

CARMO, N do. *Caderno do educador(a) : Geografia*, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília : 2010. 56 p. : il. -- (Programa Escola Ativa)

DIAS, J. B. .A dimensão dos sistemas naturais na (re) produção dos sistemas agrícolas da agricultura familiar: análise da paisagem de três comunidades rurais na região metropolitana de Curitiba (em São José dos Pinhais, Mandirituba e Tijucas do Sul). *Tese de doutorado* apresentada no Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná. 357p. março. 2006

MARTINS JR, P. P. Metodologia para zoneamentos geo-ecológicos interdisciplinares de bacias hidrográficas e Ecossistemas, revista *GEONOMOS*, IGC UFMG 6 (1): 39-45 1991

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE, *Projeto base / – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. 44 p. : il. -- (Programa Escola Ativa)*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais : História, Geografia /*, Brasília 1997.166p.

MONTEIRO, C. A. F. *Geossistemas: a história de uma procura*. São Paulo: Contexto, 2000.

SAUTTER, G.; PELISSIER, P. Pour un atlas des terroirs africains: structure-type d'une étude de terroir. In: *L'Homme*. Paris, IV, 1, p. 56-72, 1964.

VENTURI, L. (Org.) *Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental*. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

VICENTE, L. E; PEREZ FILHO, A. *Abordagem sistêmica e geografia*. Geografia, Rio Claro, v.28, p.323-344, set./dez. 2003.

VIEIRA, P.F. & RIBEIRO, M.A. (Orgs.) *Ecologia Humana, Ética e educação: A Mensagem de Pierre Dansereau*. P. Alegre: Pallotti, Florianópolis: APED, 1999.

WANDERLEY, M. N. B. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: *IV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Política, 4, 1999, Porto Alegre. Conferência...* Porto Alegre, 1999.

Anexo 1



Quadrilátero Ferrífero - MG

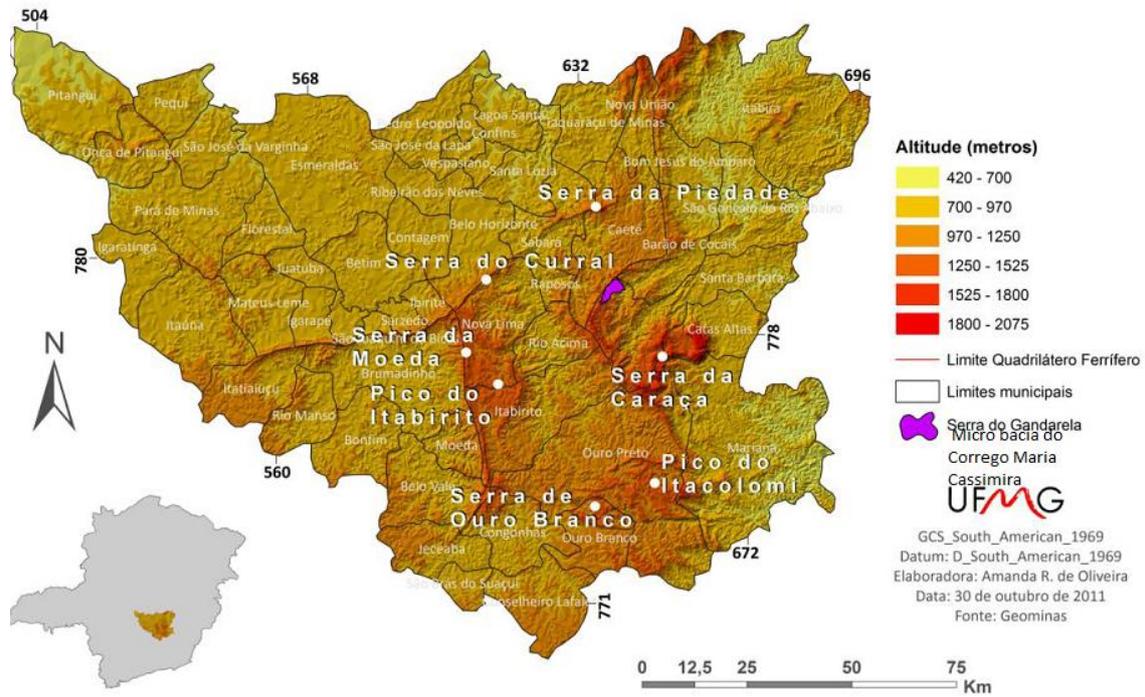


Figura 1 – Mapa 1 Localização da área de estudo

Figura 2 – Croqui ilustrativo de localização do Córrego Maria Casimira, elaborado por Lílian Coeli Leite da Silva, 2011.





GT 6 - Educação Inclusiva propostas diferenciadas e avaliação: desafios da interculturalidade à educação do/no campo

Educação do campo e a concepção ética em Enrique Dussel: reflexões críticas na perspectiva da inclusão social

Hellen do Socorro de Araújo Silva¹

¹ Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará/ Professora de Educação Básica e técnica em Educação da SEDUC. Secretaria de Estado de Educação, email: haraujosilva@hotmail.com

Resumo

Este estudo trata de reflexões teóricas acerca da concepção ética de Henrique Dussel e de suas contribuições ao debate sobre educação do campo. Neste artigo analiso as críticas feitas por Enrique Dussel ao processo de globalização que se expande por toda a sociedade como paradigma hegemônico. O foco deste ensaio tem suas referências nos conflitos e avanços dos movimentos envolvidos com a terra e as diversas formas de organização na conquista por uma educação que atenda os diferentes sujeitos do campo. Discorro acerca da ética, como princípio que possibilita aos seres humanos ao reconhecimento em suas diferenças e o respeito em sua alteridade. Nesse sentido, esses sujeitos fazem parte de toda diversidade presente no sistema mundo, sendo considerados pelo processo de globalização, como: os excluídos, o Outro e os não desenvolvidos, ficando, muitas vezes, em situações de vulnerabilidade social, política e cultural. Por fim, concluo que homens e mulheres do campo têm direito a vida e as políticas públicas com a mesma qualidade social, educacional e econômica que são oferecidas aos que vivem na cidade, ou seja, conhecimentos pautados na valorização dos diversos saberes e na garantia de trabalhos e direitos humanos que lhe possibilite a vida.

Palavras-chave: Educação do Campo. Ética dusseliana. Inclusão social.



Introdução

O presente artigo trata de reflexões teóricas acerca da concepção ética de Henrique Dussel e de suas contribuições ao debate sobre educação do campo. O trabalho faz referência às críticas à ciência moderna feita por Dussel, o qual pontua suas discordâncias na forma de dominação que países europeus propuseram ao sistema global.

A organização eurocêntrica é criticada por Dussel (1994), por entender que essa visão retrata o mito da modernidade, uma vez que a pessoa humana é vista como culpada, excluída e fora do processo de globalização. Nesse contexto, a ética, defendida pelo autor, destaca a existência humana como direito fundamental de se viver em sociedade.

As reflexões do discurso ético Dusseliano nos levam a debater sobre a concepção de educação do campo, na perspectiva de pensar a realidade e a forma de exclusão social que os sujeitos ligados a terra enfrentam no decorrer da história, assim como a busca por uma educação pública de qualidade em seu próprio espaço de vivência.

A ética apresentada por Dussel proporciona reflexões críticas sobre as condições sócio-educacionais vividas pelas pessoas que são afastadas do processo de globalização de maneira intencional, haja vista que as reivindicações das pessoas em favor dos seus direitos são enfrentadas como uma ameaça ao paradigma dominante. Diante disso, no contexto da educação do campo, aumentam os conflitos agrários e se distancia da esperada reforma agrária.

A partir desse pressuposto, Dussel (1995) nos apresenta como ponto de partida a Filosofia da Libertação para um estudo sobre a pessoa humana, uma vez que são consideradas excluídas e afetadas pelo capitalismo. Nesse sentido Dussel (1995, p. 46) destaca que:

Toma como ponto de partida uma realidade regional própria: a pobreza crescente da maioria da população latino-americana, a vigência de um capitalismo dependente, que transfere valores para o capitalismo central; a tomada de consciência da impossibilidade de uma filosofia autônoma dentro dessas circunstâncias, a existência de tipos de opressão que estão a exigir não apenas filosofia da “liberdade”, mas uma filosofia da “libertação” (em forma de ação, em forma de práxis, cujo ponto de partida é a opressão).



Segundo a filosofia da libertação, os povos que vivem marginalizados almejam uma vida digna de se viver com reconhecimento em sociedade, isto é, uma ética humana que lhe proporcione a libertação de um sistema opressor. As pessoas procuram se libertar da dominação que existe, principalmente, no aspecto cultural, político, econômico, educacional e social.

No sistema capitalista, a ética se mostra como autoritária e utilitarista, uma vez que evidencia comportamento discriminatório e preconceituoso da pessoa humana, tudo isso em favor da aparência desenvolvimentista, destinada aos países situados na periferia do sistema mundo, o que constitui a modernidade como uma falácia.

Historicamente, a educação do campo foi vinculada ao descaso e a precarização, porque com a modernização da economia, a maioria de homens e de mulheres se deslocava para as cidades com a esperança de conseguirem melhores condições de vida, porém, mostra a realidade brasileira que tal expectativa resultou em desemprego e aumento da pobreza.

Isso comprova que o sistema capitalista se apresenta excludente e possuem limitações, o que vem ao longo dos anos gerando lutas sociais e econômicas, entre camponeses e latifundiários, causando mortes e aumento da criminalidade no campo brasileiro.

Nessa abordagem, a educação do campo vem ser discutida como o lugar marcado pela diversidade sócio-cultural, étnico-racial e pela multiplicidade de saberes e conhecimentos que são organizados em diferentes estratégias de sustentabilidade, exigindo, portanto, do poder público, políticas públicas inclusivas, que tenham como ponto de partida as condições da vítima e do Outro, que vivem no campo, na maioria das vezes, esquecidos pelo processo de desenvolvimento e pela desvalorização da própria existência como pessoa humana.

Contribuições do pensamento Dusseliano ao debate sobre Educação do Campo

O pensamento e a teoria de Dussel, na perspectiva da *Ética da Libertação*, contribuem expressivamente na elaboração e no repensar os conceitos organizados acerca da educação do campo. Discorrer sobre uma temática que apresenta princípios e prima pela valorização dos sujeitos que moram, estudam, trabalham, constroem história e afirmam cultura em diversos lugares e espaços brasileiros, demanda certa



compreensão para entender também a correlação de forças, onde esses movimentos estão inseridos.

A educação do campo tem sua base ontológica nos movimentos sociais, especificamente no Movimento Sem Terra (MST) e no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que organizados na conquista pela terra e por reforma agrária sempre reivindicam melhores qualidades de vida e uma educação, voltada para a realidade de homens, mulheres, crianças e jovens que moram e estudam no campo.

Esse debate se expandiu para além do MST e atualmente assume vários discursos, pois estão presentes diversas vozes: dos Movimentos Sociais, Universidades, Grupos de Pesquisas, agricultores, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e o MEC/SECADI. O Estado se faz presente nessa disputa, o que demonstra uma contradição, visto que as políticas direcionadas aos povos do campo decorrem de ações emergenciais e assistencialistas a qual muitas vezes têm dificuldade de atender a realidade de agricultores, ribeirinhos, indígenas, quilombola etc., visto que apresentam identidades singulares, necessitando urgentemente de políticas públicas voltadas para a inclusão social.

As reflexões da ética, no debate sobre educação do campo, nos remetem pensá-las como princípios, moral de existência da pessoal humana, por exemplo: historicamente, o MST contribuiu na afirmação desse movimento, porém foram marginalizados, excluídos e com direitos violados, sendo visto como coisas, como o Outro e a margem do reconhecimento e do respeito. Nesse sentido, Oliveira (2004, p. 103) complementa que “a ética da libertação para Dussel trata-se de uma ética cotidiana, desde e em favor das imensas maiorias da humanidade excluída da globalização, na presente normalidade histórica vigente”.

A ética defendida na perspectiva Dulsseliana fica a favor da maioria abandonada, recusada e eliminadas muitas vezes por atos violentos, resultando em alguns casos na morte de muitos trabalhadores. Essa fatalidade ocorre quando os movimentos sociais do campo não aceitam os discursos audaciosos de desrespeito, assumidos, em alguns casos, pelo poder público e pelos latifundiários. Desse modo, Oliveira (2004, p. 102) destaca que:

Dussel desconstrói o discurso ético hegemônico e socialmente excludente desenvolvendo um contradiscurso ético – libertador que



tem como referência o outro (a vítima), negado, excluído, afetado em seus direitos fundamentais a vida. E com isso, possibilita a desconstrução de discurso e representações que negam da pessoa humana e a denúncia ético-política da exclusão social das diversas vítimas do sistema.

A dominação no sistema global foi marcada historicamente pela exploração e expansão da cultura europeia que tem seu ponto de partida em países, como: França Itália, Alemanha e Inglaterra que, em apropriação aos diversos territórios no mundo, promove formas de vida e de organização social, cultural e política, sendo divulgada para os demais países como a melhor e a mais desenvolvida.

Ao longo dos anos, os povos do campo foram obrigados a conviver com imposições de vida desvinculada da realidade social, tendo influência do capitalismo e da expansão da globalização. Em vista disso, a educação se desenvolveu vinculada ao descaso e a precariedade, pois a modernização da economia implicou em marginalização, desemprego, aumento da pobreza e da criminalidade nos países considerados periféricos.

No Brasil, a expansão europeia apesar de ocorrer por Portugal - país situado na “periferia do sistema mundo” (DUSSEL, 2007), não abdicou de adaptar sua estrutura social e política durante o processo de ocupação das “novas” terras. Um exemplo disso foi a concentração da terra instituída por meio da Sesmaria, a formalização da lei da terra em 1850 que determinava que esta devesse ser uma mercadoria, pois a única forma de ter o acesso legal a ela seria por meio da compra e venda.

A dependência política e social que o Brasil passou em sua história também foi marcante na construção político ideológica dos sujeitos que disputam território no campo brasileiro. Com base nessas reflexões, Souza (2006, p. 28) explica que:

Aspectos contraditórios na sociedade brasileira no contexto das relações sociais capitalistas no campo, permitindo visualizar a organização de processos de resistência sociais e políticas. [...] a grande propriedade ao lado das pequenas; a produção em grande escala ao lado daquelas para o consumo interno; as relações políticas patrimonialistas, um conjunto de características e contradições que possibilitam a compreensão das relações de poder (dominação) e subserviência, bem como os processos de resistência social e política tão presentes em nossa sociedade, ao lado dos processos expropriatórios e de exploração, também característicos em nossa sociedade.



Sobre essas afirmações, vale situar as contradições sociais, educacionais e políticas, assim como a luta histórica dos movimentos ligados a terra que tem início na colonização, mas se consolida no Brasil em 1984 com o MST. Apresentar o MST como referência no debate sobre educação do campo, não significa limitá-lo ao mesmo, pois “[...] foram esses os espaços de gênese das políticas que começaram a construir a Educação do Campo” (FERNANDES, 2004), embora esse debate venha, nos últimos anos, ocupando outros espaços e experiências sociais.

O conceito de educação do campo primeiro tem suas terminologias explicadas por Caldart (2002, p. 26) e assimilada pelos movimentos sociais da seguinte maneira: “no campo o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive. Do campo, o povo tem direito a uma educação pensada desde seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”. Por conseguinte, esse conceito vem sendo incorporado nos diálogos e debates acerca das melhorias educacionais das escolas e da situação em que se encontram educadores e educandos do campo. Nesse sentido Arroyo (2004, p. 29) define que:

É preciso educar para o modelo de agricultura que inclui os excluídos, que amplia os postos de trabalho, que aumente as oportunidades do desenvolvimento das pessoas e das comunidades e que avança na produção e na produtividade centradas em uma vida digna para todos e respeitadoras dos limites, da natureza.

O autor trata a educação do campo de forma prioritária, acreditando na possibilidade de melhores condições educativas as crianças, jovens e adultos que historicamente foram vítimas do descaso e do preconceito. Muitos termos com denominação pejorativa os tratavam como atrasados por sobreviverem da terra e com formas de vida diversificadas, onde latifundiários ansiavam pelo desaparecimento destes.

Assim, pensar a educação, voltada para atender a realidade camponesa, deverá resgatar saberes, vivências e experiências dos sujeitos que necessitam de uma vida digna e valorativa.

O movimento *Por Uma Educação Básica do Campo* reivindica uma educação que de fato seja construída com os sujeitos que vivem suas realidades específicas, mas o que ocorre é uma inversão e desvalorização dos saberes presentes nas diversidades dos povos da terra, das águas e das florestas. A esse respeito Souza (2006, p. 52) comenta



que “muitos dos conteúdos, metodologias e valores transmitidos na escola das cidades apenas discriminam os povos que não estão inseridos nas relações humanas que dão configurações as cidades”.

Essa afirmativa se fundamenta na concepção que foi destinada aos sujeitos do campo, convivendo durante décadas com a exclusão e descaso pelo sistema educacional brasileiro. A relação campo/cidade tem suas marcas no contexto urbano/rural, organização que permeou no país e expôs o conhecimento das escolas urbanas como sendo o mais adequado, desenvolvido e totalmente distante de atingir a diversidade sócio-cultural presente nas diversas regiões.

Essa estrutura tem suas raízes desde o período colonial, quando os europeus chegaram à América, não respeitaram e muito menos veneraram o modo de viver dos indígenas. Segundo isso, percebe-se que o princípio da ética e do direito foram violados, visto que os indígenas nem sequer tiveram o direito de viver como seres humanos.

Desse ponto de vista, Oliveira (2004, p.104) contribui afirmando que “ter a ética como critério de verdade prática e teórica, ou seja, a vida como condição de possibilidade para a ação e para a reflexão”, nesse princípio destaca-se que a valorização da vida e o direito de viver na sociedade são os pontos básicos para a afirmação da alteridade.

As conquistas dos direitos dos camponeses, junto aos movimentos sociais, encontra a concepção dos direitos e princípios éticos expressos nas legislações, especificamente na constituição brasileira e a materialização destes nas políticas públicas direcionadas para a diversidade e o respeito a diferença. Assim, Molina (2008, p. 29) apresenta que:

O respeito à diferença pressupõe, assim, a oferta de condições diferentes. O que, no limite, garante a igualdade de direitos. Vale ressaltar que a dialética da igualdade e da diversidade evidencia elementos básicos e comuns a todos os sujeitos sociais: a unidade na diversidade. Mas, também indica as diferenças entre o campo e a cidade sócio-histórica e uma matriz cultural diferentes, o que os faz demandantes de políticas específicas.

Nesse contexto, Dussel nos apresenta a ética da libertação que designa como uma “ética crítica que parte das vítimas da história” (VILLA, 2000, p. 277). Desse modo, a filosofia da libertação emana da possibilidade da afirmação da alteridade, daqueles tratados pela cultura dominante como recusado, oprimido e que possuem sua



cultura suprimida. Com base nessas colocações, Molina (2008) enfatiza a importância da materialização dos direitos aos seres humanos que são expostos nas legislações brasileiras, devendo de fato ser colocado em prática na sociedade, por meio das políticas públicas. Por isso, MOLINA (2008, p. 29) reafirma que:

É a compreensão da ideia do direito a ter direito que fundamenta a ação dos movimentos sociais como demandantes do que está previsto na lei, mas não materializado na realidade social. Exatamente pelo fato de vivermos numa democracia, regime, instituição de direitos, que se fundamenta a legitimidade, a possibilidade da ação de irmos a materializar aqueles princípios que historicamente, como humanidade construímos, que são os direitos, ou seja, independem da classe social; situação socioeconômica; de vivermos no campo ou na cidade; de sermos brancos ou negros; não importa a questão racial, de classe, de sexo: o fato de sermos pessoa humana nos faz portadores desses direitos.

O direito à educação aos povos do campo, demanda disputar projetos de território, visto que nesse mesmo território, temos de um lado os defensores da agricultura familiar: trabalhadores, agricultores, ribeirinhos, camponeses etc. De outro, a expansão degradante do agronegócio, àqueles que transformam a terra em mercadoria, alimentam o mercado externo e fortalecem o poder do latifundiário, provocando, ainda mais, a desapropriação das terras e os conflitos agrários.

Nessa perspectiva, a educação não se constitui isolada, mas integrada aos aspectos da cultura, infraestrutura, trabalho, organização social, política, sustentabilidade e economia, com a perspectiva de obtenção de políticas públicas que ofereça qualidade social para os trabalhadores viverem de forma digna no campo.

Considerações finais



A crítica a ciência moderna obteve fundamentação teórica na concepção ética de Enrique Dussel, na perspectiva de refletir sobre a vida da pessoa humana perante a hegemonia europeia a partir da expansão do sistema capitalista.

Historicamente, o surgimento da modernidade se restringiu a países considerados majoritários no processo de desenvolvimento, dentre eles, destacam-se: França, Inglaterra, Alemanha e Itália que durante décadas dividiram o poder e obtiveram domínio total diante dos países situados no hemisfério sul.

Essa forma de dominação é questionada por Dussel, ao expor justificativas filosóficas que rompem com a concepção cartesiana de pensar o conhecimento científico.

Em seus inscritos, Dussel redimensiona o paradigma exposto pela modernidade e apresenta dois paradigmas que convivem no sistema global. O primeiro é o eurocêntrico e o segundo é o paradigma mundial. Os países chamados pelo autor de periferia do sistema mundo estiveram sob domínio de outros que ele designa como centro.

Desse modo, a ética dusseliana trata de uma ética da libertação que olha e escuta os excluídos e marginalizados que, na maioria das vezes, são esquecidos na chamada globalização.

Nesse contexto, estão situados os povos do campo, vivente de realidades específica que necessitam de uma educação que se apresente de forma diversa e plural, atendendo homens e mulheres do campo, como sujeitos que constroem e que possuem história.

A educação do campo, tendo como referência as contribuições da ética dusseliana, destaca que a pessoa humana, primeiro deverá ter direito a vida, princípio fundamental para que possam ser considerados como sujeitos.

Por fim, as reflexões acerca da educação do campo mostram que os sujeitos ligados a terra são historicamente considerados excluídos do processo de desenvolvimento, porém persistem na exigência por políticas públicas que de fato respeitem a integridade social, cultural, educacional, política e econômica. Perante isso, os povos do campo assumem como compromisso ético a denúncia contra a impunidade e a marginalização enfrentada por eles na busca pela reforma agrária e por uma qualidade social que venha atender a diversidade vivida em cada lugar e território onde estão inseridos.



Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzáles. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzáles et al. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Salette. A Escola do Campo em Movimento. In: CALDART, Roseli Salette; BENJAMIN, Cesar. **Projeto popular e escolas do campo**: por uma educação básica do campo. Brasília: Expressão Popular, 2002.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**: crítica à ideologia da exclusão. São Paulo: Paulus, 1995.

_____. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **El encubrimiento del indio**: 1492. Hacia El origen Del mito de La modernidad. Cambio XXI-Colegio Nacional de Ciencias Políticas, México, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST**: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOLINA, Mônica Castagna. A constitucionalidade e a justiciabilidade do direito à educação dos povos do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Educação do campo-políticas públicas-educação**. Brasília: INCRA, MDA, 2008.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, imaginários e representações na educação especial**: a problemática ética da “diferença” e da exclusão social. Petrópolis: Vozes, 2004.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

VILLA, Mariano Moreno. **Dicionário do pensamento contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 2000.



GT 06: Educação inclusiva, propostas diferenciadas e avaliação: desafios da interculturalidade à Educação do/no campo

Educação do/no campo: limites e possibilidades da construção de e uma proposta de escola inclusiva para os trabalhadores do campo

Odimar J. Peripolli¹

Alceu Zóia²

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Professor da Unemat (Universidade do Estado de Mato Grosso), Campus Sinop/MT. Trabalha (pesquisa) com temáticas, dentre outras, Educação rural/no/do Campo, reforma agrária, movimentos sociais (MST, CPT), Eja campo, questões agrárias na Amazônia norte de Mato Grosso. E-mail: familiaperipolli@ibest.com.br

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás/UFG. Professor da Unemat (Universidade do Estado de Mato Grosso), Campus Sinop/MT. Trabalha (pesquisa) com temáticas, dentre outras, Educação rural/no/do Campo, reforma agrária, movimentos sociais (MST, CPT), questões indígenas na Amazônia norte de Mato Grosso. E-mail: alceuzoia@hotmail.com

Resumo

Neste trabalho propõe-se trazer algumas considerações/reflexões, sobre a educação do/no campo, os limites e as possibilidades de uma proposta de escola inclusiva. Ambos (limites e possibilidades) vêm atravessados pela discussão que envolve a questão da necessidade de uma proposta de ensino que leve em consideração (ou não) as especificidades do campo. No contexto em que esta escola está inserida, meio rural/campo e cidade/urbano, são realidades que se contrapõem ou se complementam? É da forma de como se concebem estas realidades que se poderá, ou construir uma escola inclusiva ou reforçarmos a prática desintegradora da escola rural/do campo. O desafio maior está em fazer com que o conhecimento seja visto como uma construção histórica e social (inclusiva), não independente dos que o criam e dos que o aprendem (excludente). Uma escola inclusiva só poderá ser concebida a partir de uma realidade inclusiva: campo inclusivo, escola inclusiva.

Palavras-chave: Educação do/no campo, campo, cultura, inclusão/exclusão.



Introdução

Para que a forma camponesa seja reconhecida, não basta considerar a especificidade da organização interna à unidade de produção e a família trabalhadora e gestora dos meios de produção alocados. Todavia, essa distinção é analiticamente fundamental para diferenciar os modos de existência dos camponeses dos outros trabalhadores (urbanos e rurais), que não operam produtivamente sob tais princípios (FERNANDES, MEDEIROS e PAULILO, 2009, p. 10).

Ao estudarmos a realidade rural/do campo em nosso país, mais especificamente, temas voltados à educação/escola rural, algo logo nos chama a atenção: por que razão a nossa história tem negado aos povos do campo o direito ao saber produzido na escola? Ou seja, por que estes trabalhadores do campo, das águas e das florestas, sempre foram deixados de lado, excluídos, expropriados da possibilidade do acesso ao saber formar? Mais: por que, quando lhes foi possibilitado, de alguma forma, foi uma educação compensatória, de baixa qualidade, veiculada em qualquer estrutura física, com professores sem a devida qualificação, transporte escolar precário? Em resumo: por que do descaso para com a educação para com as classes trabalhadora formada pelos povos do campo?

A temática suscita, ainda, dentre outras possíveis questões, uma que, ao que nos parece, merece especial atenção, qual seja: estaria a escola, através das instituições formadoras, também comprometida com certo tipo de sociedade que não essa a qual estão inseridos os povos do campo? Esta escola estaria vinculada à concepção tradicional de ensino, “fruto de um sistema estruturado para manter o controle e o poder nas mãos de uns poucos, [...]” (FERRARO e RIBEIRO, 2001, p. 73)?

Poderíamos nos reportar à velha concepção de campo ainda presente no imaginário coletivo, também entre os responsáveis pelo poder público, na construção de políticas públicas, como sendo o campo um lugar prosaico do atraso, onde vivem os “jecas-tatu”; um espaço territorial inferior e desprovido da modernidade (atribuída à cidade); como se ali houvesse um movimento inevitável de urbanização que se sobrepõe a um espaço que está morrendo; um lugar sem futuro?

Ao nos referirmos à escola para os filhos dos trabalhadores, independentemente se do campo ou da cidade, saímos em defesa no sentido de que esta seja configurada conforme reza a nossa Constituição/1988: educação pública, gratuita e de qualidade (art.206). O que nos parece mais do que justo, a considerar que, além da importância e significado que esta tem, ressaltam-se as características em comum de quem a busca, basicamente, as famílias das



classes de trabalhadores pobres. É desta escola que estes dependem e precisam para dar aos filhos a oportunidade de acesso ao saber formal, saber escolar.

Para Garcia (2001, p. 11), a escola pública ainda é a “única possibilidade de democratização da educação”. Para muitos trabalhadores, principalmente filhos de trabalhadores rurais/do campo, em lugares muito distantes dos centros urbanos, isolados, esta escola (mesmo a “escolinha”), com todos os problemas existentes, se coloca como uma oportunidade – para muitos, a única – para que possam aprender a ler, escrever/assinar o nome e a contar.

É preciso chamar a atenção para o fato de que, no conjunto das discussões sobre o tema, costuma-se deixar de lado uma questão que, ao que nos parece, é muito importante, qual seja: o da necessidade de buscar estabelecer uma relação entre a concepção que se tem de campo e dos sujeitos que ali vivem e trabalham (os povos do campo), e o tipo de educação/escola a eles dispensada, isto é, a qualidade de ensino. Daí da necessidade de, ao nos perguntarmos *que escola para o campo*, temos que nos perguntar, primeiro, *que escola em que ou para que campo?* Mais: haveria a possibilidade de buscamos uma escola inclusiva em uma realidade excludente? O atual projeto para o campo é extremamente excludente e classista. Como pensarmos uma escola (inclusiva) para os povos do campo/camponeses?

Este entendimento tem sua importância na medida em que é da maneira de como se concebe um e outro, ou seja, o meio rural/campo e seus sujeitos, que são pautadas, via de regra, as políticas públicas para atender as demandas ali existentes, dentre outras tantas, aquelas voltadas à educação/escola.

Frente ao desenfreado movimento do capital sobre o campo, e, o conseqüente processo de favelização do campo, cremos que se faz necessário – e já vai longe o tempo - outros olhares sobre as novas necessidades que aí estão sendo criadas, dentre outras, a de uma outra escola, qual seja: uma escola construída sob novas paradigmas, diferentes daqueles impostos pelo projeto do capital, única e exclusivamente voltados aos interesses mercantis.

Em outras palavras, paradigmas construídos na perspectiva que atendam as necessidades dos sujeitos que ali vivem, trabalham e estudam. Por isso, diz-se da necessidade de re-construirmos novas concepções de campo e de trabalhador rural/do campo, levando-se em consideração, necessariamente, os valores e princípios estabelecidos e vivenciados por estes sujeitos, cuja cultura está assentada sob especificidades que lhes são próprias, singulares, específicas.



Quando falamos em cultura camponesa, estamos falando de princípios, valores e costumes que são próprios da classe camponesa. Ou seja, são diferentes (quando não antagônicos) de outras classes, como por exemplo, da classe dominante burguesa. Importa que se tenha presente esta forma de conceber as classes, uma vez que a escola, instituição burguesa (PONCE, 2001), procura homogeneizar os valores da classe burguesa como sendo universais, ou seja, de todas as classes. É desta (tentativa) uniformização/padronização da cultura que resulta, segundo Fernandes (2002), a desintegração do campesinato.

Este novo olhar, a ser construído e/ou em construção - para além daquele pensado e definido pelo projeto do capital, que vê o território camponês apenas sob a ótica da produção de mercadorias -, permitirá enxergar outras formas, outros meios, outras alternativas, outras possibilidades, tanto de se produzir quanto de se fazer educação/escola no campo. Isso significa dizer, sob novos valores e princípios, quais sejam: pautados sob a realidade e as necessidades dos que vivem no e do campo.

Abrem-se, desta forma, outras perspectivas para estes trabalhadores. Ao reconhecermos estes territórios (campos, águas, florestas) com suas especificidades, criam-se possibilidades de uma outra escola: a escola que atenda os interesses destes trabalhadores. Dá-se, portanto, novos significados para a escola, principalmente quanto aos conteúdos e métodos, via de regra, adaptações/cópias pobres das escolas urbanas - estranhos aos alunos/educandos e à comunidade.

Ressalta-se o fato de que os povos do campo foram concebidos, ao longo dos anos, como alguém que precisa ser “amansados”, “civilizados”, “urbanizados”. Esta visão estigmatizada do campo tem correspondido, e aí está a gravidade da questão, a oferta de políticas compensatória, dentre outras tantas, a educacional. Aqui está a gênese do processo de exclusão.

O reflexo deste estigma está materializado nas escolas: construções, velhos barracões; transporte, sucateado; professores, mal-pagos e com pouca/nenhuma formação; conteúdos e métodos, adaptados/copiados da escola urbana e, como resultado, uma massa de analfabetos ainda existentes no campo, principalmente nas regiões mais pobres do país.

Quando o campo for concebido um espaço de possibilidades – para além das impostas pelo capital – de produção e reprodução da vida, de vivências e convivências, nascerão novas formas de se fazer políticas públicas. Quais sejam: possibilitando que estes trabalhadores sejam os protagonistas do processo, sujeitos de suas histórias, não mais dos



interesses de grupos/classes que ainda vêem a escola como um lugar voltado à preparação de mão de obra barata para atender os interesses da classe burguesa dominante (rural e urbana).

Kolling, Nery e Molina (1999 apud FERRARO e RIBEIRO, 2001, p. 106), ao se referirem à escola do campo, a vêem no sentido de que seu compromisso esteja, basicamente, voltado “[...] no sentido de ‘processos de formação humana’, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando uma humanidade mais plena e feliz”.

Pensar a escola a partir da realidade que a cerca (contexto) e das necessidades dos seus sujeitos (sonhos, desejos, perspectivas) possibilitará que se construam propostas de educação cada vez mais significativa para estes trabalhadores.

Teremos, desta forma, maiores e melhores condições de entendermos os limites e as possibilidades de uma proposta de educação escolar que, ao nos propormos contrapor a proposta oficial (urbana industrial), se avance no sentido de se propor alternativas para o conjunto dos trabalhadores do campo. A gênese da escola do/no campo começa aqui.

O Rural e o Urbano: que mundos são estes?

[...], com relação aos processos contraditórios e desiguais do capitalismo, devemos entender que eles têm sido feitos no sentido de ir eliminando a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e urbano, unificando-os numa unidade dialética (OLIVEIRA, 2002, p. 53).

Ainda hoje, são muito fortes dois discursos quanto à forma de se conceber o campo: há os que defendem a questão das especificidades do meio, ou seja, vêem o campo como possuidor de singularidades, de cultura própria, espaço/território com suas especificidades. Ou seja, uma realidade diferente da urbana. E há, também, os que defendem que não há a necessidade de se estabelecer diferenças entre campo e cidade. Em outros termos, ambos constituem realidades sem diferenças significativas.

Vejam, dentre outros tantos, alguns autores e suas argumentações/defesas: “Esta escola, construída fisicamente no meio rural, foi produzida sob a lógica urbano-industrial” (GRITTI, 2000, p. 149). Para Leite (1999, p. 56), “o currículo é inadequado, geralmente estipulado por resoluções governamentais, com vistas à realidade urbana”:

lembremo-nos de frases tão repetidas nos documentos oficiais: adaptar os conteúdos, os calendários e o material didático às condições de vida do meio rural. É a idéia dominante propor um modelo único de educação adaptável aos especiais, aos diferentes: indígenas, camponeses, meninos de rua, portadores de deficiência e



outros. Os fora-do-lugar. Espécie em extinção. Até quando? (ARROYO, 1999, p.08).

Para Kolling, Jesus e Molina (1999, p. 15), “desde o começo, chegou-se a um consenso sobre o específico da ‘educação básica do campo’, ou seja, que leve em conta a cultura, as características, as necessidades e os sonhos dos que vivem no campo e do campo”.

A defesa das especificidades, ao que nos parece, fica melhor explicitada quando os autores declaram:

[...] em fins de 1997, um texto provocador de reflexões que teve por título “Educação no meio rural: por uma escola do campo”. Nele, além da realidade socioeconômica e cultural do mundo do campo, são abordados os conceitos de “agricultura camponesa” e de “agricultura familiar” e aponta-se para uma especificidade da educação do campo em relação à educação administrada atualmente no campo, proveniente de uma visão predominantemente urbana de educação (Id. p. 16).

Há autores, porém, que criticam a defesa de programas específicos para o campo, ou seja, de que não é necessário fazer estas diferenciações.

O perigo dessa divisão está em se pensar dois tipos de cidadania: a escola fornecendo conteúdos da cultura do industrialismo aos moradores da cidade e preparando os homens e mulheres rurais para um bucólico mundo de hortas e pomares que o complexo agroindustrial pretende eliminar da paisagem. São equívocos de uma política educacional que pensa o mundo de forma dual (WHITAKER e ANTUNIASSI, 1993, p. 15).

Já, para Lovato (2003, p. 109), o rural/campo e urbano/cidade se “interpenetram para compor uma totalidade”. Para a autora, “no capitalismo não há configurações para espaços diferenciados, uma vez que o capital penetra em todos os ‘poros’ do modo de produção e organização da sociedade capitalista” (p. 109). E conclui:

[...], a sociedade regida pelo capital procura dissimular o antagonismo e o conflito entre as duas classes, e dos capitalistas e a dos trabalhadores. Essa é uma estratégia para manter o equilíbrio social e amenizar as tensões, para não ferir os interesses da classe capitalista (p.109).

Martins (1986, p. 99) caminha neste sentido quando diz que o “rural e o urbano fazem parte do mesmo movimento do capital”.

Há que se perguntar, ainda, seguindo esta linha de raciocínio, se o capital teria submetido todas as relações de produção às relações às capitalistas, como é o caso da produção camponesa? Para Fernandes (2002, p. 34), sim. Segundo o autor, as relações de produção não capitalistas são aos poucos “subordinadas pelas relações capitalistas de



produção e seus valores, costumes, sendo invadida por valores burgueses”. Nesse caso, negar-se-ia uma dessas relações de produção não capitalista, no caso, a produção camponesa, que se constitui, segundo o autor, como um modo “particular de produção, como um sistema próprio de produção e uma visão de mundo particular” (p. 34). Ou então, a expansão das relações capitalistas no campo subordinado a relação camponesa de produção e sua visão de mundo à ideologia dominante.

Fronteira entre o rural e o urbano: cultura burguesa x cultura camponesa

Um dos principais problemas da educação é a padronização nos métodos e conteúdos ministrados. A educação formal (escola) não valoriza as diferenças regionais e nem as particularidades culturais [...] (FERNANDES, 2002, p. 46).

Com o nascimento da sociedade capitalista e da burguesia como classe dominante, a escola tornou-se uma instituição privilegiada para a classe, possibilitando, através desta, tornar seu projeto de mundo hegemônico (FERNANDES, 2002, p. 33). Ou seja, um lugar privilegiado para a classe difundir a ideologia burguesa. E, neste caso, coube à escola a tarefa de desenvolver as potencialidades e a apropriação de “saberes sociais”.³

A escola burguesa procura homogeneizar os valores, os costumes, a maneira de ver a realidade em seu entorno. Ou seja, tudo passa a ser visto sob a ótica dos valores capitalistas. Portanto, estamos falando de uma tentativa de padronização da cultura, isto é, da cultura burguesa. Mas o que caracteriza a cultura burguesa? Aquela centrada na propriedade privada, vista como um direito *sagrado*, sendo que tudo passa a girar em torno dela⁴.

Nesta perspectiva sai de cena o sujeito e entra o indivíduo; o “eu” vale mais do que o “nós”/coletivo; as relações que se estabelecem são aquelas guiadas pelas leis do mercado, da competição, do individualismo, do lucro, da competição. O coletivo desaparece e dá lugar ao “salve-se quem puder”. A terra perde sua função social (MARÉS, 2003). A Reforma Agrária se dá no plano estabelecido pelo mercado - “reforma agrária de mercado” (MARTINS, 2004, p. 65). A escola prioriza a busca do “conhecimento útil”; preparar sujeitos “úteis” (LAVAL, 2004; JARES, 2005). “Úteis” para quem? Para atender demandas, interesses, do capital/mercado. Estabelece-se, desta forma, o que denominamos de mercantilização da educação/escola.

³ Saberes, aqui entendidos como conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que são produzidos pela classe dominante burguesa (FERNANDES, 2002, p. 40).

⁴ Diz-se “sagrado”, pois o proprietário faz dela o que bem entender, ou seja, exerce seus direitos de forma absoluta, inclusive o de não produzir. Há os que argumentam e/ou questionam esse direito como absoluto, uma vez que a Constituição limita-o. Pergunto: em que casos?



[...] a escola tradicional desenvolve conteúdos e práticas urbanas alheias à realidade do homem do campo, contribuindo assim, para acelerar o êxodo rural (VENDRAMINI, 2000, p. 171).

Quem conhece o cotidiano vivido pelos povos do campo sabe que estes vivenciam uma cultura bastante diferente daquela transmitida pela sociedade capitalista urbana. Às vezes, estas muitas diferenças quase não são e/ou são pouco percebidas, principalmente por aqueles que estão mais distantes desta realidade, o campo. Não raras vezes, os próprios responsáveis e encarregados mais diretamente pelas políticas públicas.

Mesmo estando subordinada ao capitalismo, a produção camponesa possui aspectos que lhes são particulares. Dentre outros, pode-se destacar, basicamente: cultura centrada no trabalho, no mutirão, na ajuda mútua - quando alguém da família adocece e/ou em caso de morte; na troca de dias de serviço - em épocas de plantio e de colheita; na repartição/troca da carne de porco e da banha, do bolo assado no forno à lenha - no período de maior escassez; na troca de sementes - na época do plantio; no compadrio, dar o filho para batizar; no serão -, na reza/novena; na visita e ajuda da comadre - quando nasce um filho; no emprestar sem cobrar aluguel ou juros - quando da necessidade financeira.

Percebe-se, basicamente, aspectos de uma cultura que carrega, na sua essência, valores básicos de uma sociedade que se quer igual, justa, cidadã, a considerar princípios e valores como o da partilha, da solidariedade, da comunhão entre os trabalhadores. Intrínsecos a esses, os princípios da cooperação e da cidadania. Ou seja, uma sociedade socialista.

Estes valores, princípios, atitudes/posturas não interessam ao capital. A não ser quando estes vierem ao encontro de alguns de seus muitos interesses e/ou vantagens. Ou seja, quando destes puder tirar proveito, inclusive usando de discursos enganosos (discurso do colonizador).

As mudanças que vêm ocorrendo no meio rural/campo, principalmente após as décadas de 1960/70, provocadas pela modernização (conservadora) do campo e a conseqüente afirmação crescente das relações capitalistas de produção, têm modificado, significativamente, as relações sociais no mundo do trabalho e da produção. Este novo cenário, ou, essa nova fisionomia do campo, tem e vem provocando mudanças profundas, onde a cultura capitalista urbana vem, a passos largos, destruindo a cultura camponesa por aqueles impostos pela classe dominante burguesa, com o intuito de alimentar a fúria do capital.



Neste território de lutas, luta de classes (proprietários x trabalhadores; classe proprietária x classe trabalhadora), constituem-se espaços que ora se distanciam, ora de aproximam, de acordo com os interesses de cada uma. O que não podemos perder de vista, é que quem dá sustentação a esse modelo é a classe dominante burguesa: burguesa urbano/rural capitalista, onde sua cultura constitui-se de valores e princípios diferentes (quando não antagônicos) daqueles da cultura camponesa. Portanto, estamos falando de duas realidades diferentes.

[...], com relação aos processos contraditórios e desiguais do capitalismo, devemos entender que eles têm sido feitos no sentido de ir eliminando a separação ente a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética. [...] Aí reside um ponto importante nas contradições de desenvolvimento do capitalismo, tudo indicando que ele mesmo está soldando a união contraditória que separou a agricultura e a indústria e a cidade e o campo... (OLIVEIRA, 2002, p. 53-54).

Deve-se levar em conta que só no período anterior ao capitalismo existia uma diferenciação mais aguda entre estes dois territórios (rural e urbano). Com o advento do capitalismo, mais especificamente, com a industrialização, foi se acentuando, cada vez mais, uma maior aproximação e articulação entre a produção industrial e agrícola “como faces indiferenciadas do mesmo processo” (SILVA, 2004, p. 100).

Estamos falando em aproximação, o que não significa dizer que não existam especificidades em cada um dos modos de produção, ou seja, tanto na produção agrícola (rural/campo) quanto na produção industrial (cidade/urbano).

Para Oliveira (1994, p. 54), essa “unidade contraditória não elimina suas diferenças; ao contrário, aprofunda-as, tornando cada vez mais específica, porém, cada vez mais portadora da característica geral de ambas”. Ou seja, estamos falando de duas realidades, porém, cada uma, cada vez mais, com as características da outra, formando uma nova realidade. Um todo formado de partes onde, cada uma, com suas especificidades, forma um todo. Neste caso, poderíamos falar em antagonismos entre o rural e o urbano? Entre campo e cidade?

Para Abramovay (2003, p. 20) – ao discutir o futuro das regiões rurais - “não existe uma definição universalmente consagrada de meio rural e [ressalta] seria vã a tentativa de localizar melhor entre as atualmente existentes”. Segundo autor, o que há é um traço comum ou um consenso entre os pesquisadores no sentido de que “o rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades” (Id). Ao concluir diz que há todo um esforço no sentido da “procura das relações entre as regiões rurais (que não podem ser definidas como



as que se encontram em campo aberto, fora dos limites das cidades) e as verdadeiras aglomerações urbanas de que dependem” (Id. Ibid.).

Nesta perspectiva, passa-se a perceber o rural/campo e a cidade/urbano como fazendo parte de uma realidade maior, onde o antagonismo dá lugar à unidade ou complementaridade. E, o que nos parece essencial, não é apenas buscar saber se uma determinada área ou uma região é rural ou urbana, mas quais são suas dinâmicas, sem que haja qualquer tipo de isolamento e que as pessoas que ali vivem e trabalham tenham condições de viver uma vida com dignidade, cujos projetos vivenciados sejam de inclusão.

Ressalta o autor (ABRAMOVAY, 2003) que mais importante que os números que definem censitariamente os espaços rural e urbano, é compreender a dinâmica regional, as relações sociais, econômicas, culturais e políticas entre o campo a cidade. Estas relações, ao mesmo tempo em que integram e aproximam o rural e o urbano, ao que nos parece, reafirmam as particularidades de cada um desse espaço. A riqueza de ambos está nestas particularidades/especificidades.

Se o meio rural for apenas a expressão, sempre minguada, do que vai restando das concentrações urbanas, ele se credencia, no máximo, a receber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza (ABRAMOVAY, 2003, p. 21).

Em que pese à distância que nos separa do período em que o país era predominantemente agrícola, ainda é bastante forte a concepção de que o campo é o lugar que se caracteriza, basicamente, pelo cultivo direto da terra. Mais: a esta foi agregada a idéia do campo como algo ligado ao atraso; um lugar marcado pela ausência da modernidade (atribuída à cidade).

Infelizmente, em pleno século XXI, o campo (ainda) é visto como se ali houvesse um movimento inevitável de urbanização que se sobrepõe a um espaço que está morrendo aos poucos, ou mesmo um lugar sem futuro. Ora, se assim é concebido, como um lugar prestes a desaparecer, por que se haveria de pensar em políticas agrícolas e em políticas educacionais? Para que uma e outra sem ninguém para trabalhar, sem ninguém para estudar? Repito, é desta forma de pensar o campo que derivam as atuais políticas públicas, visivelmente marcadas pelo descaso.

Recorrendo novamente a Abramovay (2003, p. 19), este chama a atenção para o fato de que “há um vício de raciocínio na maneira como se definem as áreas rurais no Brasil que contribui decisivamente para que sejam assimiladas automaticamente a atraso, carência de serviços e falta de cidadania”. E conclui o autor: “como definir o meio rural de maneira a



levar em conta tanto a sua especificidade (isto é, sem encarar seu desenvolvimento como sinônimo de ‘urbanização’), como os fatores que determinam sua dinâmica (isto é, sua relação com as cidades)?” (Id.).

Para Ferraro e Ribeiro (2001, p. 95),

A intenção é fazer uma educação que privilegie a realidade rural, as questões específicas dessa realidade, de modo que ajude a superar a dicotomia entre campo e cidade, contribuindo para superar discriminações e preconceitos próprios da estrutura social capitalista.

Levando estas considerações para o campo da educação, mais especificamente, para a educação do/no campo, há que se trazer para o leque das discussões alguns outros elementos que nos ajudarão a melhor encaminhar a temática voltada à proposta Por Uma Educação do Campo.

Segundo Fernandes (2002) há a necessidade de se substituir o termo “rural” (carregado de estigmas) pela expressão “campo”, concebendo-o, desta forma, como um espaço social com vida, identidade cultural própria e práticas compartilhadas por aqueles que lá vivem e trabalham. Diferentemente da idéia do campo visto apenas como um espaço territorial, demarcador de área.

Há que se chamar à atenção, também, para o fato de que o cultivo desta imagem negativa do campo, tem resultado, na prática, na oferta de políticas compensatórias, materializada em uma educação de baixa qualidade, em decorrência da contratação de professores sem qualificação adequada (“leigos”), veiculada em estruturas físicas precárias (barracões), transporte (sucateado), métodos e conteúdos adaptados do meio urbano, distante das preocupações e necessidades dos alunos e da comunidade camponesa. O número ainda significativo de analfabetos no campo vem confirmar isso. Basta que visite um assentamento de reforma agrária do INCRA espalhados pelos quatro campos do país. O descaso para com as escolas é a materialização da forma de se conceber o campo e os seus sujeitos.

À guisa de conclusão

As reflexões mostram que o campo e a cidade (o rural e o urbano), enquanto territórios/espacos, embora fazendo parte de um todo, cada um possui e/ou conserva características que lhes são próprias. Estas características mostram que estamos falando de realidades diferentes, constituídas por sujeitos/pessoas com culturas diferentes. Não há,



portanto, como negar as especificidades de um e outro. Estas, por sua vez, não caminham no sentido de haja fronteiras, limites, intransponíveis entre ambos. Ou seja, o que é de cada um, soma-se ao outro e forma um todo.

Ao falarmos do campo, da cultura camponesa e da escola, temos que ter o cuidado para não cairmos em reducionismo, ou seja, sairmos em defesa de uma escola específica ou própria para o campo. Estabeleceríamos, desta forma, uma dicotomia, ainda maior, entre campo e cidade (rural e urbano). Estamos falando em uma escola que venha ao encontro das necessidades, dos anseios, sonhos, dos seus verdadeiros sujeitos, os camponeses. Em outros termos, que leve em conta a cultura camponesa, com/em suas especificidades.

Antes de qualquer coisa, estamos falando de educação como direito. Este entendimento constitui-se num primeiro e importante passo. A construção de uma escola do campo no campo coloca-se como o grande desafio a ser perseguido. Mais do que a escola, ou o simples acesso, que esta seja de qualidade para todos os trabalhadores, independentemente se do campo ou da cidade. Educação é um direito de todos.

Acreditamos que para que haja justiça social no campo, começando por um trabalho que resulte na conquista de uma educação de qualidade para os filhos destes trabalhadores, seja necessário reconstruir, primeiro, no imaginário coletivo, uma nova visão do campo. Este trabalho deve começar, necessariamente, pelo imaginário da população que ali vive e trabalha, os povos do campo. É necessário que o campo possa ser visto como um lugar de possibilidades, como um espaço de transformação pelo trabalho e que suas identidades e manifestações culturais sejam valorizadas. Mas, acima de tudo, visto como um espaço de vida, de vivência e convivências. Isso poderá acontecer (como já vem correndo) quando a escola tiver condições de educar para um novo projeto de campo e de educação/escola. Educação e inclusão não acontecem em um campo/meio que expropria/explora/exclui. Inclusão acontece em um ambiente que acolhe, protege, abriga, que garante direitos. Desta possibilidade, e ela existe, não podemos abrir mão.

Bibliografia

- ARROYO, Miguel G. **Prefácio**. In: KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão; MOLINA, Mônica C. (orgs.). **Por Uma Educação do Campo (Memória)**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília (vol. 1), 1999;
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.



- FERNANDES, Ovil Bueno. **Educação e Desintegração Camponesa: o papel da educação formal na desintegração do campesinato.** In: VIEIRA, Renato G; VIANA, Nildo. **Educação, Cultura e Sociedade: abordagens críticas da escola.** Goiânia – Goiás. Edições Germinais, 2002.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Diretrizes de uma caminhada.** In: CALDART, Roseli Salete; CERIOLI, Paulo Ricardo; COLLING, Edgar (orgs). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas.** Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002b. p. 89 – 101.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. **Apresentação à coleção.** In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. **Lutas camponesas contemporâneas, dilemas e conquistas , v. 1: o campesinato como sujeito político das décadas de 1950 e 1980.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- FERRARO, Alceu Ravanello; RIBEIRO, Marlene. **Trabalho Educação Lazer: construindo políticas públicas.** Pelotas: Educat, 2001.
- GARCIA, R. Leite (org.). **Alfabetização dos alunos das classes populares, ainda um desafio.** 5. ed - São Paulo: Cortez, 2001.
- GRITTI, Silvana Maria. **Educação rural e capitalismo.** Passo Fundo: UPF, 2003.
- ____. **O papel da escola primária rural na penetração do capitalismo no campo.** 2000. 159 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Faculdade de Educação. Universidade Católica de Pelotas/RS.
- LAVAL, CHRISTIAN. **A Escola não é uma empresa. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público.** Londrina: Editora Planta, 2004.
- LEITE, Sergio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1999.
- LOVATO, Deonice M. Castanha. **A escola pública contemporânea (rural) e o processo de trabalho no campo.** 2003. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande/MS.
- MARTINS, Mônica Dias. **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia.** São Paulo: Viramundo, 2004.
- MARTINS, J. de Sousa. **A reforma agrária e os limites da democracia na “nova república”.** São Paulo: Hucitec, 1986.



MARÉS, Carlos Frederico. **A Função Social da Terra**. Porto Alegre: Sergio A. F. Editor, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **O Campo Brasileiro no Final dos Anos 80**. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária Hoje**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão; MOLINA, Mônica C. (orgs.). **Por Uma Educação do Campo (Memória)**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília (vol. 1), 1999;

SILVA, Edvaneide Barbosa da. **Educação e Reforma Agrária: práticas educativas de assentados do sudoeste paulista**. São Paulo: Xamã, 2004.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra; trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

WHITAKER, Dulce; ANTUNIASSI, M. H. Rocha. **Escola pública localizada na zona rural: contribuição para a sua estruturação**. Campinas: Papirus, n.33, p. 9-42, 1993



GT 6 - Educação inclusiva, propostas diferenciadas e avaliação: desafios da interculturalidade à Educação do/no campo

Experiência de Formação Superior para Trabalhadores do Campo: desafios e potencialidades

Maristela Dal Moro¹

¹ Doutora em Serviço Social, Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, coordenadora do curso de Serviço social para Assentados da Reforma Agrária da ESS/UFRJ. e-mail: dalmororj@uol.com.br

Resumo

O objetivo desse texto é fazer uma breve análise da experiência de formação superior em Serviço Social para trabalhadores do campo realizada pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O intuito é apontar os avanços que esse projeto representa quando se trata do ensino superior, tendo em conta o quadro que se consolida nos últimos anos fundado no amplo processo de sucateamento e privatização das universidades públicas. A formação de uma turma de Serviço Social para trabalhadores do campo se opõe a essa lógica e aponta para um horizonte possível de democratização da universidade pública e de garantia do acesso ao saber a segmentos historicamente alijados da universidade. Pretende-se nesse trabalho apontar os avanços que essa proposta representa para o Serviço Social e para os trabalhadores do campo e os grandes desafios a serem enfrentados no decorrer da realização do curso tendo em conta a dinâmica desse curso fundamentado no regime de alternância, o público atingido formado basicamente por trabalhadores do campo provenientes dos mais diversos estados do Brasil.

Palavras chaves: Serviço Social, educação superior, questão agrária.



Introdução

A constituição de uma turma especial de Serviço Social para assentados da reforma agrária na Universidade Federal do Rio de Janeiro nasce a partir do envolvimento de segmentos do quadro docente e discente com movimentos sociais do campo e com o debate acerca da questão agrária. O projeto se consolida com o apoio dos movimentos sociais que lutam pela terra, especificamente o MST e a Escola Nacional Florestan Fernandes e, através da celebração do Termo de Cooperação entre UFRJ e INCRA.

O objetivo desse texto é fazer uma breve análise dessa experiência com intuito de apontar os avanços que esse projeto representa quando se trata do ensino superior, tendo em conta o quadro que se consolida nos últimos anos fundado no amplo processo de sucateamento e privatização das universidades públicas. A formação de uma turma de Serviço Social para trabalhadores do campo se opõe e aponta para um horizonte possível de democratização da universidade pública e de garantia do acesso ao saber a segmentos historicamente alijados da universidade. Pretende-se nesse trabalho apontar os avanços que essa proposta representa para o Serviço Social e para os trabalhadores do campo e os grandes desafios a serem enfrentados no decorrer da realização do curso tendo em conta a dinâmica desse curso fundamentado no regime de alternância, o público atingido formado basicamente por trabalhadores do campo provenientes dos mais diversos estados do Brasil.

Consolidação da turma de Serviço Social para Assentados da Reforma Agrária

O Serviço Social é uma profissão que se institucionaliza no Brasil da década de 30, como parte da estratégia do Estado e segmentos da burguesia para diminuir as tensões provocadas pelo amplo processo de urbanização e industrialização do país. Sua consolidação ocorre a partir da década de 40, quando o Estado passa a intervir de forma mais direta na questão social e implementar políticas sociais, espaço privilegiado de inserção profissional dos assistentes sociais. O conservadorismo e o pragmatismo que marcam grande parte da trajetória da profissão começam a ser questionados a partir dos anos 60, mas é somente na década de 80 que o Serviço Social faz uma revisão de suas bases. O processo de redemocratização do país, a reorganização dos movimentos sociais, o fortalecimento do debate crítico nas universidades e outras instâncias de formação criaram as condições para o questionamento dos fundamentos ideopolíticos



que sustentaram a profissão e possibilitaram a interlocução com outros segmentos da sociedade, principalmente com os movimentos sociais. Constitui-se a partir daí um novo projeto profissional fundamentado na teoria crítico-dialética o qual vai se fortalecendo e ganhando maturidade nos anos posteriores.

A retomada da luta pela reforma agrária e a constituição de movimentos de luta pela terra a partir da década de 80 criou as condições para a interlocução do Serviço Social com a problemática agrária e com as lutas que se constituíram nesse momento.

O amadurecimento da proposta educacional defendida pelos movimentos sociais do campo, ancoradas na defesa da educação pública e de qualidade, a consolidação da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e a constituição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foram fundamentais para o estreitamento da relação dos movimentos sociais com as universidades públicas e a implementação de projetos de escolarização, desde a alfabetização, formação básica, técnica e superior. No que se refere à formação superior, as primeiras experiências implementadas através do convênio com o INCRA via PRONERA estavam voltadas para a formação de professores atendendo a demanda de formação de profissionais na área de educação nas escolas dos assentamentos rurais. O êxito dessas experiências e a demanda de ampliação do nível de escolaridade dos jovens trabalhadores beneficiários da reforma agrária, impulsionaram a implementação de novos projetos de formação superior em várias áreas do conhecimento. Os dados do INCRA apontam que aproximadamente 48.700 jovens, provenientes do meio agrário, tiveram oportunidade de ingressar no ensino superior, após a criação do PRONERA.

O projeto implementado na Escola de Serviço Social só foi possível pela identidade entre os princípios que fundamentam essa proposta educacional e o projeto de formação profissional dessa Escola.

Foi essa afinidade que possibilitou o início da discussão da proposta de projeto de formação de uma turma especial de Serviço Social para jovens trabalhadores do campo. O debate acerca dessa proposta teve início em 2006 e contou com a participação de docentes das ESS e de outras unidades da UFRJ, militantes do MST e responsáveis pelo Setor de Educação da ENFF. O projeto do curso, elaborado por uma comissão formada por docentes da ESS, pautou-se na manutenção da estrutura do projeto pedagógico do Curso de Serviço Social da UFRJ e na preservação dos princípios que regem a proposta de formação profissional, capitaneada pela Associação Brasileira de



Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Atentou, também, para as particularidades dessa turma inserindo conteúdos e atividades voltadas a realidade e necessidades dos alunos trabalhadores do campo. O esforço foi no sentido de adequar o currículo da Escola de Serviço Social às demandas dessa turma, mas preservando a qualidade e o compromisso político presentes no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da ESS.

A Constituição do Projeto e sua Implementação

Após a elaboração do projeto de formação de uma turma especial de Serviço Social para Assentados da Reforma Agrária, procedeu-se o encaminhamento para a sua análise nas instâncias deliberativas do INCRA, bem como da UFRJ. A aprovação da proposta e a assinatura do Termo de Cooperação, entre o INCRA e a UFRJ em dezembro de 2010, possibilitou o início do processo de seleção dos estudantes. O ingresso de 60 estudantes provenientes de áreas da reforma agrária de vários estados do Brasil foi assegurada através da realização de vestibular especial organizado pela UFRJ, requisito necessário para a realização da matrícula dos estudantes na Universidade.

Essa seleção possibilitou o ingresso de estudantes trabalhadores do campo e na sua maioria militantes do MST. Estão representados, também, nessa turma, a Via Campesina, o Movimento de Mulheres do Campo e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA). Precede a isso a sua condição de acampado ou assentado em projetos de reforma agrária, critério indispensável para ser reconhecido como beneficiário do PRONERA, por parte do INCRA. Os 60 trabalhadores que passam a constituir essa turma de Serviço Social são provenientes de assentamentos e acampamentos da reforma agrária, de 19 estados do Brasil. Vale ressaltar a sua heterogeneidade, a começar pela faixa etária que se distribui na faixa de 17 até 50 anos. Quanto ao sexo, é significativo o número de homens, que atinge 40% do total dos alunos, contrastando com o perfil dos estudantes de Serviço Social constituído essencialmente por um público feminino. Outro fator importante é a trajetória desses trabalhadores. Se alguns estão se inserindo na militância ou tem uma participação pontual nos movimentos, vários desses estudantes têm uma intensa participação e estão inseridos nos quadros dirigentes do MST. Grande parte destes estão inseridos em assentamentos da reforma agrária em diversos municípios e tem uma participação efetiva nas organizações políticas nas quais fazem parte. Suas experiências têm servido



para o bom desenvolvimento do curso e enriquecido os debates tanto em sala de aula, como nos demais espaços universitários, servindo de referência para os demais estudantes da Escola de Serviço Social. O protagonismo político dessa Escola na UFRJ, no que se refere à defesa da educação superior pública e gratuita e das demais políticas públicas, a forte presença do movimento estudantil nas instâncias políticas da universidade, vem ganhando novos contornos com a presença desses estudantes. Embora a sua prematura inserção na universidade, pois o curso iniciou no primeiro semestre de 2011, várias iniciativas protagonizadas por esses alunos têm possibilitado a integração com o curso e com os demais estudantes.

Desafios e potencialidades da formação profissional

No que se refere ao currículo organizado para essa turma, preserva-se a lógica das Diretrizes da ABEPSS e do Projeto Pedagógico da ESS que, pautado na teoria social crítica, reafirma a centralidade do trabalho como atividade central da constituição do ser social e tem a questão social como eixo ordenador, pois é ela que dá concretude à profissão por ser sua base de fundação histórico-social na realidade (ABESS, 1997). A sua organização pauta-se nos três núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional que são: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Tais núcleos contemplam os conteúdos necessários para a formação profissional do assistente social dotado de competência teórico-crítica para dar conta das demandas dos espaços onde irão atuar e para contribuir com o processo de luta dos movimentos sociais. Contrapondo-se a tradição tecnicista que marcou a trajetória profissional, a proposta curricular que orienta a formação profissional do Serviço Social pauta-se na fundamentação teórico-metodológica como caminho para a construção de novas alternativas ao exercício profissional (IAMAMOTO, 1998). Atenta-se, por outro lado, para que esses conteúdos não estejam descolados da realidade constituindo-se em conhecimentos em si mesmo, mas que se atualizem ao serem frutificados pela história, pela pesquisa rigorosa das condições e relações sociais particulares (IDEM). A proposta curricular fundamentada, portanto, na articulação entre os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que, contemplando esses três núcleos, desdobram-se em disciplinas, oficinas, seminários, atividades complementares, estágio que se distribuem no decorrer



dos cinco anos do curso, sendo o estágio o momento privilegiado para capacitá-los para o trabalho profissional, mas não se encerra nele.

Coerente com as Diretrizes da ABEPSS e o com o Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da ESS, a proposta se sustenta na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tratada como uma dimensão integrante do exercício profissional do assistente social, a pesquisa é vista como uma condição para formular respostas capazes de impulsionar a elaboração de propostas que tenham efetividade e permitam atribuir materialidade aos princípios ético-políticos norteadores do projeto profissional (IAMAMOTO, 1998), e, portanto, assume papel central como forma de refletir sobre a realidade vivida e construída pelos estudantes. Estão sendo elaborados projetos de pesquisa direcionados à realidade agrária contando com a participação de todos os estudantes da turma, com o intuito de explicitar as realidades vivenciadas por esses trabalhadores. Tais atividades estarão integradas com as disciplinas, para que os conteúdos trabalhados pelo Serviço Social contemplem questões e problemáticas relativas ao espaço agrário estabelecendo os nexos com a diversidade regional adensando o debate e possibilitando uma inserção mais qualificada em seus espaços de trabalho e militância.

Em relação às disciplinas realizadas no Tempo Escola não houve modificações em nenhum aspecto essencial, apenas foram rearrumadas, respeitando essa metodologia. O aluno da turma especial receberá exatamente a mesma formação que os alunos que ingressam habitualmente no curso regular de Serviço Social. No decorrer de cinco anos, os estudantes frequentarão o curso cumprindo todas as disciplinas do currículo da ESS, inclusive as disciplinas teórico-práticas, tais como o estágio.

Estão previstas algumas disciplinas eletivas que deverão contemplar temáticas de interesse do grupo. A discussão de questão agrária e movimentos sociais são transversais ao currículo e são tratadas por várias disciplinas, para fortalecer o debate e dar maior clareza a questões relativas ao mundo rural e a luta dos trabalhadores do campo. A articulação entre graduação e pós-graduação, também, vem se fortalecendo na medida em que os estudantes da pós-graduação da Escola de Serviço Social vêm participando, de forma bastante sistemática na dinâmica do curso através da atividade de monitoria, o que vem fortalecendo as pesquisas sobre temáticas relativas à experiência.



Se essa experiência de formação em Serviço, para trabalhadores do campo preserva os princípios e estrutura do Projeto Pedagógico do curso dessa Escola, a diferença mais marcante é a forma de organização do currículo da turma especial. Referenciada na proposta metodológica denominada de “Pedagogia da Alternância”, ou regime de alternância, esse curso organiza-se em dois tempos educativos: Tempo Escola e Tempo Comunidade. Metodologia oriunda das experiências das Escolas Familiares Agrícolas, experiências iniciadas na França, no início do século XX e incorporadas por algumas Escolas no Brasil a partir de 1960, a maior parte delas implementadas por entidades ligadas à Igreja Católica, e que tinham como objetivo conciliar o estudo e o trabalho na lavoura da família, essa proposta procura combinar, no processo de formação do jovem agricultor, períodos de vivência na escola com tempos transcorridos no meio onde vive. As experiências de educação do campo implementadas através do PRONERA passam a adotar essa estratégia metodológica ampliando as condições de qualificação dos trabalhadores do campo inseridos em assentamentos da reforma agrária.

Os desafios e potencialidades dessa estratégia metodológica estão presentes na experiência da Escola de Serviço Social, na medida em que esta supõe alterações significativas na operacionalização do curso, na relação com o espaço universitário e na forma de socialização do conhecimento. Essa metodologia define o processo de aprendizagem tanto no ambiente escolar quando na comunidade, momento de reflexão teórico-prática das temáticas discutidas no decorrer do tempo-escola e estas deverão subsidiar as intervenções na realidade. Estabelece-se, com isso, uma relação entre teoria e prática dentro da assertiva defendida por Vázquez, ao afirmar que, a teoria se tornando prática permite despertar consciências. Segundo esse autor, “o conhecimento surge da prática, a ela serve, ao mesmo tempo, em que a própria prática é parte necessária e indissolúvel” (VÁZQUEZ, 2007, p. 215).

Proporciona uma formação em que os alunos dialogam com a sua realidade, e, nesse sentido, a questão da cidadania, da politização e a formação de lideranças caminham junto com os aspectos da profissionalização. O resultado é uma formação embasada na construção coletiva de temas técnicos e sociais, articulando de forma crítica os saberes do campo com os conhecimentos científicos (CORREIA; BATISTA, 2010).



No projeto do Curso de Serviço Social, o Tempo Escola acontece em dois meses a cada semestre. Os alunos permanecem no Rio de Janeiro durante esse período, quando frequentam as aulas das disciplinas e participam de atividades tanto da universidade como de outros espaços, na cidade. No tempo que permanecem na universidade, têm cobertura do PRONERA e da própria Universidade, para hospedagem, alimentação, transporte e material didático, viabilizando, com isso a sua permanência no curso. Fimido esse tempo, retornam as suas comunidades e a sua militância para desenvolver tarefas que consolidem a prática a partir do conhecimento adquirido na universidade. Podem, com isso, combinar o tempo que devem estar nos assentamentos e nas suas comunidades e o tempo que devem dedicar aos estudos, na universidade.

No que se refere ao Tempo Comunidade e a forma como está sendo implementada pelo curso, distingue-se radicalmente dos cursos à distância. Esse Tempo é considerado uma complementação, tendo por finalidade o fortalecimento da relação entre teoria e prática e se constitui como um momento para aprofundar os conteúdos trabalhados no decorrer do Tempo Escola.

A avaliação das disciplinas pode ser considerado como atividade central a ser realizada no decorrer do Tempo Comunidade e tem se tornado um dos grandes desafios a serem enfrentados nesse curso. Dividida em dois momentos, uma no decorrer do Tempo Escola, de responsabilidade particular do professor e monitores de cada disciplina e realizada individualmente, e uma segunda, de avaliação integrada, organizada pelo conjunto dos professores, a ser realizada no Tempo Comunidade. A proposta é de que o aluno possa demonstrar os conhecimentos adquiridos no decorrer do Tempo Escola através de avaliações individuais e possa estabelecer a relação entre os conteúdos trabalhados e destes com a realidade onde está inserido, através da realização de atividades durante o Tempo Comunidade. Pode-se considerar que o Tempo Comunidade é um tempo privilegiado para a pesquisa e extensão, embora não sejam exclusivos desse.

O acompanhamento dessas atividades no Tempo Comunidade foi o maior desafio enfrentado até o momento. A distância geográfica, a dificuldade de comunicação e de locomoção aos centros urbanos de grande parte dos estudantes impossibilitou um acompanhamento mais sistemático do Tempo Comunidade. Isso somado a impossibilidade de locomoção da coordenação, professores e monitores vinculados ao projeto aos diversos locais de residência dos alunos, impôs a equipe



envolvida refletir acerca das potencialidades e limites dessa proposta. Na primeira etapa, os contatos com os alunos foram feitos pelos professores e monitores através da internet e, em alguns casos, por telefone. Muitos deles por residirem em áreas distantes foram contatados poucas vezes. A forma encontrada para diminuir essa dificuldade foram as parcerias com professores e monitores dos estados que deverão contribuir através do acompanhamento aos alunos com maior dificuldade de acesso. Para isso, já estão sendo feitos contatos com Universidades e outras instituições em diversos estados.

A inserção de grande parte desses alunos em atividades militantes garante que o desenvolvimento intelectual e a capacidade de análise se sobrepõem, se comparado com os demais alunos do curso regular de Serviço Social. Entretanto, o déficit na formação básica desses estudantes, a tradição oral exercitada na sua trajetória militante não vem acompanhada do desenvolvimento da linguagem escrita. Várias estratégias foram adotadas para diminuir esse déficit e as mais importantes foram a realização de grupos de estudo, oficinas de redação, acompanhamento dos monitores para dirimir as dúvidas acerca dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Nas próximas etapas do curso essas atividades serão incluídas na grade horária sendo consideradas como atividades complementares.

Considerações Finais

Inúmeros são os desafios na consecução dessa experiência, pois está inserido na dinâmica que é hoje a universidade brasileira. O fato desta proposta estabelecer um vínculo orgânico com os movimentos sociais, mais especificamente com o MST traz a tona algumas divergências de fundo político-ideológico que, se não comprometeram o andamento do processo, colocaram algumas entraves ao seu pleno desenvolvimento. Convertidas, muitas vezes, em questões de ordem burocrático-administrativas ou acadêmicas, as divergências explicitam concepções distintas do papel da universidade prevalecendo em algumas análises, uma visão elitista, disciplinadora e burocratizada dessa instituição. Sem dúvida que esse projeto acirra as divergências e demonstra que a universidade é um campo de disputas entre projetos distintos. Pautado na concepção de educação voltada para a formação humana e de tomada de consciência de classe no sentido de decifrar as contradições da realidade em que os trabalhadores estão inseridos, esse curso defronta-se com um modelo educacional hoje hegemônico pautado na lógica do mercado.



E isso não é diferente em se tratando do Serviço Social. Se esse projeto está completamente afinado com os princípios que constituem o projeto ético-político da profissão, isso não significa que não existem e existirão mais ainda resistências a essa proposta. O histórico conservadorismo que assola a profissão e que se aprofunda nos anos atuais em decorrência da vinculação de profissionais aos projetos societários altamente regressivos e ferem radicalmente os fundamentos críticos da profissão o que poderá se tornar um grande desafio na consecução desse projeto.

Essa onda conservadora que atinge o Serviço Social se opõe teórica e politicamente aos fundamentos dessa proposta e poderá se transformar em uma forte oposição na medida em que esse projeto se fortaleça e ganhe visibilidade no interior da profissão.

Por outro lado, esse projeto significa a entrada coletiva de sujeitos do campo na universidade e no Serviço Social. Em um tempo de grandes disputas, de projetos societários e profissionais, o ingresso dessa turma na Escola de Serviço Social, fortalecerá um projeto educacional democrático e emancipatório, consoante com os princípios defendidos pelo Serviço Social.

Sem dúvida que esse projeto e os outros que virão, incidirão diretamente nos rumos do Serviço Social e da universidade. A revalorização da luta coletiva, a defesa da coisa pública, da militância, tanto nos espaços das entidades da categoria, como nas lutas mais gerais, nas quais os assistentes sociais historicamente tem se envolvido, serão fortalecidos.

A implementação desse projeto na Escola de Serviço Social tem como objetivo contemplar a demanda dos movimentos sociais de formação superior e garantir, com isso, a socialização do saber a um segmento de trabalhadores do campo.

Afina-se com uma concepção de educação voltada para construção e transformação do novo homem e da nova mulher. Finalizo trazendo as palavras de Mézáros (2008, p.76-77), as quais sintetizam a importância da luta por um novo modelo de educação na medida em que estabelece os nexos entre a tarefa de transformação com educação:

Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo. (...) E vice-versa: a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com



as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso. Ou ambas têm êxito e se sustentam ou fracassam juntas. Cabe a nós *todos* – todos porque sabemos muito bem que “os educadores também têm que ser educados”- mantê-las de pé, e não deixá-las cair.

A comunidade universitária, os movimentos sociais e os setores progressistas da sociedade voltados à defesa da educação pública não podem se deixar de lutar para impedir a destruição do importante patrimônio social que são as universidades públicas. Para isso é fundamental elaborar uma proposta de educação superior que seja factível e que se baseie nos princípios da universidade pública, democrática e popular.

Referências bibliográficas

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de serviço social: Com base no currículo aprovado em assembléia geral extraordinária de 8 nov. 1996. **Cadernos ABESS**, São Paulo, nº 2, p. 58-76, 1997.

BRASIL. Decreto nº 7352, de 4 de nov. 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm> Acesso em: 30 nov. 2011.

ANDRADE, M. R., M. C. Di PIETRO. As Aprendizagens e os Desafios na Implementação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. In: Andrade, M. R., *et al.* **A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva**. Brasília: PRONERA, 2004, p. 37-57.

CORREIA, D. M.; BATISTA, M. S. Política de Ensino Superior para o Desenvolvimento do Campo: um olhar sobre a metodologia da alternância no curso de Pedagogia PRONERA/UEPB. In: III ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, III SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR E AS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO BRASILEIRO, I ENCONTRO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. Brasília, agosto/2010. **Anais...** Observatório de Educação do Campo – CAPES/ INEP: Brasília, ago. de 2010.

CORAGGIO, José Luis. Propostas do banco mundial para a educação. In: Tommasi, Livia De; Mirian Jorge Warde; Sérgio Haddad (Orgs). **O banco mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez Editora, 1996. p.75-123.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos Anos 90. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, nº 80, setembro/2002, p. 234-252 Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 16 nov. 2011.

IAMAMOTO, M. O Serviço Social na Contemporaneidade. São Paulo, Cortez, 1998.



MESZÁROS, Istiván. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SOUZA, Maria A. de. Educação do campo: Políticas, Práticas Pedagógicas e Produção Científica. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n° 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 16 nov. 2011.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Tradutora Maria Encarnación Moya. São Paulo: Expressão popular, 2007.

VENDRAMINI, Célia R. Educação e Trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 27, n° 72, p. 121-135, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 16 nov. 2011.



GT 6 – Educação inclusiva propostas diferenciadas e avaliação: desafios da
interculturalidade à Educação do/no campo

**Os desafios de capacitar: a construção pedagógica na capacitação em
bovinocultura leiteira em assentamentos de reforma agrária**

Daniel Tadeu do Amaral¹

Daniele Torres Aro²

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante³

¹Economista e Mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional/ Pesquisador/
NUPEDOR/UNIARA. E-mail: dtamaral@gmail.com

²Médica Veterinária e Mestranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional/ Pesquisadora/
NUPEDOR/UNIARA. E-mail: daniaro@ig.com.br

³ Livre Docente em Sociologia e Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio
Ambiente UNIARA. E-mail: vbotta@techs.com.br

Resumo

Este trabalho aborda a construção e realização de capacitações em áreas de Reforma Agrária em São Paulo – Brasil, realizadas ao longo de 2011 por meio de contrato estabelecido entre a Superintendência Regional do INCRA – SP e a UNIARA -SP. O objetivo principal desta formulação não é apresentar apenas um estudo de caso, mas, sugerir caminhos para a realização de intervenções e avaliações de atividades de extensão rural. A hipótese desse trabalho é que a construção de capacitações em áreas de Reforma Agrária deve conter reflexões acerca do papel pedagógico da extensão rural x assistência técnica, bem como buscar a construção de cursos que aliem saberes tradicionais e formais. E através de estratégias de intervenção-ação com perfil construtivista, como aposta de mediação educativa, que possibilite agregar ao processo de intervenção um caráter educativo e transformador na promoção do desenvolvimento local e regional.

Palavras-Chaves: capacitação, extensão rural, assentamentos de reforma agrária, bovinocultura leiteira



Um dos grandes desafios do processo de reforma agrária no Brasil é garantir aos assentados não apenas o acesso a terra, mas a possibilidade do aprendizado contínuo e progressivo, melhorando-os enquanto agricultores familiares e agentes de transformação, permitindo uma inserção mais ativa, sustentável e autônoma na dinâmica do desenvolvimento local e regional.

O presente artigo vai de encontro à temática da extensão rural e aborda a construção do processo de capacitação, que vem sendo realizado entre o Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) através do grupo de pesquisa NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa de Documentação Rural) e a Superintendência do INCRA no estado de São Paulo decorrente de um processo licitatório que se firmou no contrato de prestação de serviços (CRT n.100.000/2010 UNIARA-INCRA).

Ao longo do ano de 2011 foram realizadas experiências de capacitações em diversos assentamentos e regiões do Estado de São Paulo. Com base nestas capacitações, em seu processo de construção, aplicação e resultados, vem se buscando um maior aprofundamento da discussão da temática da ATER, de suas estratégias, limites, possibilidades e de seus desdobramentos.

Desta forma, o trabalho busca resgatar reflexões acerca do papel pedagógico da extensão rural x assistência técnica e parte das experiências vividas pelos assentados e capacitadores na realização das atividades. Também optou-se pelo relato pormenorizado de uma destas experiências de capacitação envolvendo tratos culturais e noções de higienização para bovinocultura leiteira, como exemplo de estudo de caso, sua prática pedagógica e dos resultados apreendidos com esta capacitação.

A concepção de extensão rural, proposta no trabalho, é entendida como uma via de mão dupla onde o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de uma fonte a um receptor pode se inverter constantemente, ainda mais quando o universo de trabalho envolve o público rural, onde os saberes e práticas tradicionais não devem ser ignorados, servindo de base de apoio para a construção coletiva de novos saberes e conhecimentos. Assim, de forma ampla a extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação envolto em, conhecimentos de qualquer natureza, sendo técnicos ou não (PEIXOTO, 2008).

Para tanto é importante diferenciar conceitualmente extensão rural de assistência técnica. A primeira apresenta um caráter educativo, já a segunda não apresenta *a priori* um papel educativo, destacando-se mais pelo caráter formativo, justamente porque visa,



sobretudo, resolver problemas específicos e pontuais, sem, no entanto comprometer-se com a capacitação do produtor rural. Neste sentido, é por ter um caráter educativo que o serviço de extensão rural é desempenhado geralmente pelas instituições públicas de Ater, universidades, organizações não governamentais, e cooperativas que também prestam assistência técnica.

Já Caporal e Costabeber (2000) salientam que extensão rural vem a ser uma das mediações educativas mais importantes e efetivas pelo seu caráter transformador, mas que a mesma deve pautar-se pela busca de uma extensão alinhada com os princípios agroecológicos, para tanto é necessário agregar ao processo de intervenção um caráter educativo e, sobretudo, transformador. Para estes autores, esta concepção alinha-se à necessidade do uso de metodologias educativas de intervenção-ação, permitindo o desenvolvimento de uma prática social na qual os sujeitos do processo sejam estimulados e busquem a construção e sistematização de conhecimentos que os conduzam a intervir conscientemente sobre a realidade vivenciada.

Partindo desta concepção, o trabalho apresentado reflete as experiências conjuntas de formação dos capacitadores/assentados/técnicos em busca de extensão rural que caminhe para a realização do tripé universitário: pesquisa-extensão-ensino aliado à constante reflexão.

Construção geral das capacitações

Nos trabalhos desenvolvidos, buscou-se abordar os múltiplos aspectos relacionados à dimensão da intervenção, estes aspectos necessários a uma adequação da proposta metodológica às necessidades demandadas por sua vez, foram sendo estruturados ao longo dos “momentos” de constituição da prática pedagógica.

Estes momentos envolveram: a) visitas exploratórias regionais aos assentamentos de reforma agrária do estado de São Paulo com entrevistas com os principais atores sociais (assentados, movimentos sociais, organizações produtivas, lideranças sindicais, técnicos e supervisores regionais do INCRA) coletando demandas de capacitações; b) construção e estruturação do perfil de capacitações e dos capacitadores; c) constituição de uma estrutura pedagógica participativa comum; d) realização das capacitações; e) avaliação das capacitações em curso mediante o uso dos questionários aos beneficiários.



Vale ressaltar que a construção das capacitações foi elaborada por um conjunto de profissionais com formação diversificada, envolvendo as áreas de agronomia, medicina veterinária, zootecnia, biologia, economia, gestão ambiental, ciências sociais, serviço social e pedagogia; com isso as etapas de trabalho foram constituídas sob diversos “olhares” e saberes, o que enriqueceu a experiência conjunta e também se fez necessário para construção efetiva de uma equipe multidisciplinar de atuação; outro aspecto relevante envolveu diretamente a preocupação com a amplitude e significância geográfica das capacitações, envolvendo necessariamente diversas regionais de todo o estado de São Paulo; neste sentido, as variadas características e realidades regionais entram em cena, reconfigurando práticas e impondo constante vigilância sobre a forma/formato do trabalho de extensão.

Uma das vantagens do uso de uma metodologia participativa/construtiva pode ser representada pela elaboração progressiva de estruturas cognitivas, sendo que este conhecimento passa a ser fruto da interação entre sujeito e o meio, resultado direto da ação realizada sobre o objeto, assim tanto para o capacitador/educador quanto para o assentado/educando realiza-se em dupla dimensão (ROSA, 1997), ainda assim a cada momento, em cada experiência, o mediador/ capacitador toma decisões pedagógicas conscientes: nunca está limitado somente a corrigir, pois além de informar, ele pode problematizar, questionar, ajudar a construir, descobrindo alternativas pedagógicas baseado em sua experiência e experimentação.

Cabe, portanto, aos capacitadores/educadores o desafio de estar sempre reconhecendo e valorizando a experiência histórica, política, cultural e social dos assentados/educandos. Nesse sentido, Caldart (1997) ressalta que essa cultura e saber são inerentes ao processo de ensino-aprendizagem de premissa construtivista, uma vez que estas estruturas existem muito antes de o indivíduo frequentar a escola: *"Todos têm um conjunto de saberes, uma cultura e uma história que precisam ser respeitadas e consideradas quando entram na escola. Da mesma forma que educadoras/es também as tem. É esta a matéria-prima do processo de produção de novos saberes, novos comportamentos e valores"*.

Nas estruturas dos cursos buscou-se satisfazer ainda eixos estruturantes, que foram previamente estabelecidos envolvendo: gênero, meio ambiente, sistemas produtivos e organização da produção, que por sua vez representam grandes áreas



temáticas (e também gargalos) e que necessariamente devem dialogar mutuamente entre si diretamente na prática pedagógica.

Curso	Eixo estruturante	Eixo secundário	Eixo complementar
Plantas Medicinais	Gênero	Sistema produtivo	Organização da produção/comercialização
Viveiros de Mudanças	Meio Ambiente	Sistema produtivo	Organização da produção/comercialização
Horticultura Orgânica	Meio Ambiente	Sistema produtivo	Organização da produção/comercialização
Enxertia e Compostagem	Sistema produtivo	Meio ambiente	Organização da produção/comercialização
Avaliação e Manejo de Agroecossistemas /Cafeicultura de Base Ecológica	Sistema Produtivo	Meio ambiente	Organização da produção/comercialização
Biodigestor	Sistema Produtivo	Meio ambiente	Organização da produção/comercialização
Saúde no Meio Rural	Gênero	Meio ambiente	Sistema Produtivo
Boas Práticas na Bovinocultura leiteira – Melhorando a ordenha e controlando a acidez do leite.	Sistema Produtivo	Organização da produção/comercialização	Meio ambiente
Semeadura direta na palha (Plantio direto)	Sistema Produtivo	Organização da produção/comercialização	Meio ambiente
Colheita de grãos e regulação de máquinas agrícolas e segurança do operador	Sistema Produtivo	Organização da produção/comercialização	Meio ambiente
Pequenas Criações	Sistema Produtivo	Organização da produção/comercialização	Meio ambiente

Quadro 1: Cursos e eixos.



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Na construção do perfil dos cursos acima descritos e no processo de ensino-aprendizagem buscou-se enfatizar aspectos construtivistas, apoiando-se a técnica/conhecimento formal aos elementos culturais e às especificidades locais.

O ponto importante envolveu a tentativa de elaboração de cursos que dessem ênfase a princípios agroecológicos e atividades de baixo impacto, buscando conciliar conhecimento formal e saberes tradicionais.

Até o presente momento foram elaboradas 24 capacitações, perfazendo um total de 224 horas de cursos e abrangendo cerca de 700 beneficiários em 18 municípios/assentamentos diferentes. A escolha destas áreas, entendidas como prioritárias, refletem regionais com maior concentração de assentamentos, com destaque para a região de Andradina, Pontal do Paranapanema, de Araraquara, de Ribeirão Preto, além das regiões de Itapeva e Promissão.

Investimento na profissionalização (relato de experiência)

De acordo com o já foi descrito sobre a metodologia na elaboração das capacitações, o artigo vem retratar e sistematizar uma experiência de um curso, suas implicações e desdobramentos.

A capacitação em bovinocultura leiteira, como uma das capacitações construídas surgiu de uma demanda exposta pelos assentados e lideranças em muitas das visitas técnicas elaboradas no início do referido convênio. Numa destas visitas realizadas na região de Andradina (tradicional bacia leiteira do Estado) a construção da capacitação começou a ganhar forma. Posteriormente, cursos com este e outros perfis foram realizados na microrregião (que envolve mais de 40 assentamentos federais).

O curso relatado ocorreu no município de Castilho, onde a importância da renda proveniente da atividade leiteira, incluindo rendimentos com a venda do leite e seus derivados é muito grande. A região tem dado seus passos para a melhoria da qualidade do leite, mas alguns dos gargalos da bovinocultura leiteira fazem com que as dificuldades ainda sejam acentuadas.

Um destes gargalos delas foi que, em 2002 o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) divulgou as modificações e exigências necessárias para a produção do leite através da Instrução Normativa nº 51, estimulando assim melhorias



no processo de aquisição e armazenamento do leite. Porém, as dificuldades econômicas e desconhecimento da maioria dos produtores em relação às exigências dessa normativa fizeram com que o processo de ajuste e adequação viesse desde então a ocorrer de forma irregular e desordenada.

O leite, por natureza, é um alimento rico em nutrientes contendo proteínas, carboidratos, gorduras, vitaminas e sais minerais. A melhoria de sua qualidade continua a ser um dos temas mais discutidos atualmente dentro do cenário nacional de produção leiteira.

Depois de secretado do úbere, o leite pode ser contaminado por microrganismos a partir de três principais fontes: de dentro da glândula mamária, da superfície exterior do úbere e tetos e da superfície do equipamento e utensílios de ordenha e tanque (SANTOS e FONSECA, 2001).

Na elaboração da capacitação foi feito um levantamento prévio das necessidades por curso/capacitação nos assentamentos da região com cooperativas, associações e lideranças de movimentos sociais, ficando assim em destaque o curso de melhoria na produção e controle da acidez do leite.

O curso teve como objetivo levar a informação necessária e desenvolver uma visão autocrítica nos assentados, estimulando-os a refletir sobre a prática da ordenha manual (realidade para a maioria dos assentados) na busca por uma melhoria na qualidade do leite obtido, com base no controle dos vetores de contaminação do leite e propiciando a disseminação e incorporação destas técnicas às práticas tradicionais de manuseio da ordenha e criação.

A metodologia adotada envolve a realização de entrevistas, aplicação de questionário e observação direta, com os devidos registros em diários de campo freqüentemente realizados pelo grupo. Com base na análise dos dados primários obtidos para o levantamento da demanda e necessidades dos assentados da micro região de Castilho, foi estabelecido um cronograma, o tema abordado e a metodologia a ser empregada, como mostra o quadro abaixo:

CURSO DE CAPACITAÇÃO EM BOVINOCULTURA LEITEIRA – MELHORANDO A ORDENHA E CONTROLANDO A ACIDEZ DO LEITE	
Dia: 31/03	
HORÁRIO	ATIVIDADES
09h00min	Abertura



09h30min	Aula prática: ordenha manual; coleta bacteriana em meio de cultura; alternativas para uma higienização correta.
12h00min	Almoço
14h00min	“Onde começa a qualidade do leite?”
Dia 01/04	
09h30min	“Controlando a acidez do leite”
12h00min	Almoço
14h00min	“Passos para uma ordenha correta”
16h00min	Encerramento e premiação.

Quadro 2: Cronograma do Curso de Bovinocultura leiteira.

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

O curso foi estruturado e ministrado pelos profissionais Daniele Torres Aro (médica veterinária) e César Giordano Gêmero (zootecnista), ambos pesquisadores do NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural) com experiência em assentamentos rurais, bem como na bovinocultura leiteira.

O local escolhido para ministrar o curso foi a Sede Comunitária do P. Assentamento Terra Livre, auxiliada pela COOAPAR (Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo), localizada na cidade de Castilho. O curso contou com 34 alunos de diferentes assentamentos, de diferentes linhas de produção: zeladores de tanque, produtores de leite e pessoas interessadas em iniciar-se na bovinocultura leiteira.

Iniciou-se com uma prévia apresentação do projeto, dos envolvidos no curso e sobre a aula prática. A aula prática foi realizada em um lote no mesmo assentamento, assim contando com o auxílio dos técnicos do INCRA para a locomoção dos alunos. Na elaboração desta aula contou-se com a parceria do Laboratório de Microbiologia da UNIARA, para a preparação das placas de Petri com meio de cultura, utilizada para fazer a coleta microbiana (amostra) dos utensílios da ordenha, mãos e tetos, antes e depois da higienização recomendada.

O leite, segundo a Instrução Normativa nº51 (BRASIL, 2002) é, sem outra especificação, o produto oriundo da ordenha completa e ininterrupta, em condições de higiene, de vacas sadias, bem alimentadas e descansadas. Portanto, o produto para ser caracterizado tem que ser de ordenha, de local e com manipulador higiênico. Uma alternativa eficiente e acessível aos produtores adotada pela equipe foi a utilização do



“Kit Embrapa de ordenha manual”¹ que foi pendurado no curral, adicionado água e cloro nas diluições recomendadas e assim, realizada a higienização. O objetivo com a utilização do “kit” é produzir leite com qualidade, por meio da redução da contaminação microbiana do leite cru e do controle da mastite nos rebanhos leiteiros de pequenas propriedades rurais.

Experiências têm mostrado que medidas simples de higiene podem reduzir de 40% até 85% a contaminação microbiana inicial do leite (CASTRO, 2011). Pensando nisso realizou-se a coleta com o *suab* nos tetos antes da higienização e após, antes da lavagem das mãos e após; e também do pano, para mostrar numa visão a olho nu a quantidade de bactérias presentes na ordenha.

O tema da aula no período da tarde abordou noções básicas de zootecnia: genética do animal, manejo nutricional, controle da atividade leiteira, manejo dos animais e manejo de pastagens. A apresentação contou com a exibição de diversas fotos de sistemas de produção de leite em assentamentos rurais e terminou com uma conversa/debate entre todos para troca de experiências, dificuldades e possíveis soluções de baixo custo.

No dia seguinte, começou com a dinâmica “Controlando a acidez do leite” que teve o objetivo de relatar sobre a composição do leite, qualidade do leite, instrução normativa 51, testes realizados, fraudes encontradas no leite e também doenças metabólicas relacionadas à produção; principalmente mastite.

O leite de vaca é considerado um dos alimentos mais completos. Em sua composição encontramos proteínas, gordura, lactose, cálcio e fósforo, entre outros, que compõem os sólidos totais (ST=13%, água=87%). Na ocorrência de mastite bovina (inflamação da glândula mamária), observamos alteração nesta composição, com redução dos sólidos totais, tornando o leite mais fluido e comprometendo a qualidade do alimento (CASTRO, 2011).

A mastite tem duas origens: **Mastite contagiosa:** causada por microorganismos que estão presentes no úbere e são transmitidos pelas mãos do ordenhador e equipamentos de ordenha. Esses microorganismos entram no canal do teto e causam a infecção. Este tipo de mastite é facilmente transmitido de um animal para outro durante

¹O “kit” é um conjunto de utensílios, peças e insumos envolvendo procedimento de baixo custo e que possibilita aos produtores com pequena produção o atendimento dos parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa nº51 do MAPA. Desenvolvido pela Embrapa Gado de leite.



a ordenha, por isso a importância da adoção de boas práticas de higiene e desinfecção; **Mastite ambiental:** causada por microorganismos presentes no ambiente (solo, camas, material vegetal, pisos dos currais, etc.), ocorrendo com maior frequência em períodos quentes e úmidos. O maior risco de contágio é logo após a ordenha, quando os esfínteres (orifícios) dos tetos ainda estão abertos e a vaca deita sobre solo ou material contaminado, facilitando a entrada de microorganismos no canal do teto, o que leva à infecção (PRESTES, FILAPPI e CECIM, 2003).

As infecções da glândula mamária podem apresentar-se sob duas formas de apresentação, a clínica e a subclínica. A forma subclínica é normalmente a mais prevalente sendo responsável por aproximadamente 70% das perdas, podendo reduzir a secreção de leite em até 45%. Os microorganismos envolvidos na etiologia da mastite bovina podem ser classificados em patógenos “maiores” e “menores”. Na primeira categoria estão incluídos os agentes que provocam maiores CCS (Contagem de Células Somáticas), alterações significativas na composição do leite e, conseqüentemente, grande impacto econômico (MÜLLER, 2002).

A dinâmica seguinte foi denominada “Passos para uma ordenha correta”, retomando tudo o que já havia sido discutido e trabalhando, mas de forma seqüenciada. No desenvolvimento das atividades e, sobretudo, no seu desfecho, os participantes foram estimulados a refletir sobre a forma como realizavam a ordenha, o que deveriam evitar e quais as conseqüências de um cuidado maior com a alimentação e higienização do gado; neste processo “autocrítico” foram retomadas e reforçadas noções já conhecidas por alguns e desconhecidas de outros. Nos relatos posteriores, os assentados mencionaram o fato de muitas vezes, apesar do conhecimento prévio oriundo da experiência e prática com a criação, desconheciam quase por completo o *modus operandi* dos agentes patológicos e como isso contribuía para a possível baixa qualidade do leite produzido.



Vale ressaltar que o INCRA disponibilizou o ônibus itinerante (Expresso Cidadão) para exibição de um vídeo, que descreveu sobre o LINA (Leite Instável não Ácido), para complementar as partes práticas e teóricas.



Figura 1: Exibição do vídeo dentro do ônibus Cidadão

Fonte: Arquivo dos pesquisadores, 2011.

O leite instável não-ácido (LINA) pode ser observado em rebanhos leiteiros e se caracteriza por acarretar alterações nas suas características físico-químicas (ZANELA, 2004). Uma das conclusões citadas por Zanela (2004) é de que a etiologia do LINA não se encontra associada apenas a fatores nutricionais, mas pode estar associada também a fatores genéticos. Portanto se torna imprescindível a abordagem de fatores que antecedem a ordenha propriamente dita.

Antes da finalização do curso, o resultado das placas fez com que discutíssemos maneiras eficientes para as boas práticas na ordenha. Pode-se observar na figura abaixo o resultado obtido da coleta do teto sujo e depois da higienização com o cloro.

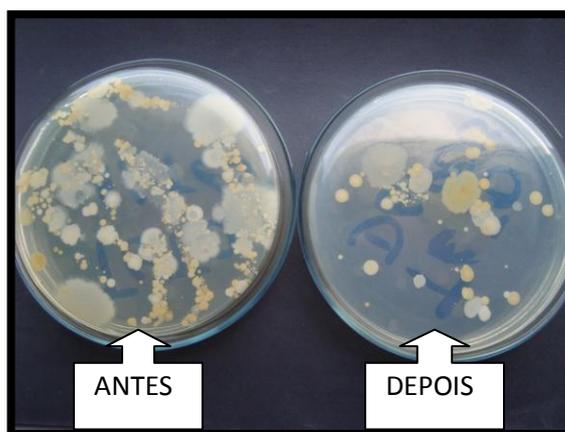


Figura 2: Resultado da placa de Petri do antes e depois da higienização do teto

Fonte: Arquivo dos pesquisadores, 2011.



No encerramento, a realização do sorteio de 2 (dois) kits Embrapa possibilitou uma interação ainda maior entre os participantes do curso. Foi entregue uma avaliação (questionário aberto e fechado, semi estruturado), que segue abaixo:

Qualidade do Curso:	<input type="checkbox"/> Ótima	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Péssima
Importância do curso para você (relevância):	<input type="checkbox"/> Ótima	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Ruim	<input type="checkbox"/> Péssima
Sugestão de outros cursos:	_____			
Comentários:	_____			

Quadro 3: Questionário de avaliação após a capacitação.

Fonte: elaborado pelos pesquisadores.

Resultados:

Ficou clara a dificuldade e o pouco acompanhamento em torno do pequeno produtor em relação às soluções simples e de baixo custo para uma melhor higienização da ordenha e conseqüente melhora na qualidade do leite. Notadamente, um dos grandes entraves diz respeito à própria definição sobre contaminação bacteriana e suas implicações na qualidade do leite e no controle sanitário do rebanho.

Vale ressaltar, com base no questionário aplicado, que o curso atingiu o objetivo esperado, o resultado de 100% de aprovação face à qualidade e relevância do curso. A sugestão de cursos foi surpreendente, pois pediram o retorno da capacitação para os demais cooperados e seus colegas de tanque de resfriamento comunitário.

A utilização da placa de Petri obteve resultado expressivo junto aos produtores, pois com ela puderam ver efetivamente as bactérias prejudiciais que são encontradas no seu ambiente de trabalho, e também a forma de minimizar, com base em soluções simples e de fácil manuseio que podem fazer a diferença na qualidade final do leite.

No Brasil, não existe uma política de pagamento diferenciado pela qualidade do leite, e sim por padrões mínimos a serem atendidos tanto em relação à composição, quanto aos aspectos de sanidade que, caso não sejam atendidos, ocasionam penalizações no valor pago ao produtor.

A iniciativa do projeto é dar ao pequeno produtor perspectiva de uma maior compreensão sobre o processo de produção do leite aliada ao estímulo à reflexão das práticas adotadas no trato e manuseio do gado até então, possibilitando maior subsídio



para “lutar” por melhorias. Neste processo há necessidade de associar a capacitação à (re) educação e às perspectivas de profissionalização dos assentados.

Considerações finais

Neste trabalho vem-se notando que embora os trabalhos de ATER convirjam para seguir princípios participativos, na maioria das vezes a política de ATER continua com a orientação básica: “incluir” o pequeno agricultor familiar na lógica do mercado, o que significa dependência dos insumos industrializados e subordinação ao capital industrial. O desafio dos órgãos de pesquisa, das universidades e dos movimentos sociais envolve a criação de estratégias para colocar em prática metodologias participativas de ATER, que incluam os agricultores familiares desde a concepção até a aplicação das tecnologias, transformando-os em agentes no processo, valorizando seus conhecimentos e respeitando seus anseios.

Em outro ponto existe ainda a dificuldade e resistência por parte do corpo técnico e até mesmo dos beneficiários nesta construção; a formação tradicional e a expectativa de muitos pressupõe uma política extensionista baseada nos moldes tradicionais do “humanismo assistencialista” ou do “difusionismo produtivista” como caminho seguro a seguir, o que alheios muitas vezes à necessária estrutura participativa preconizada pela Política Nacional de Ater – (PNATER, 2004). Neste sentido cabe pensar em novos processos que possibilitem não apenas a integração dos pequenos produtores ao mercado, mas fomentar o desenvolvimento de uma prática social transformadora da realidade em que estão inseridos. Práticas esta que inclui a capacitação para ser estimulada a diversificação produtiva e as práticas agroecológicas a sugerir outro modelo de desenvolvimento rural

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Regulamento técnico de identidade e qualidade de leite cru refrigerado. In: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução normativa nº 51, de 18 de setembro de 2002. **Diário Oficial da União**, 20 set. 2002. Seção 1, p.13.

CAPORAL, F. R, COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.1, jan/mar, 2000.



CALDART, R.S. Educação em Movimento: Formação de Educadoras e Educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

CASTRO, K.N.C. **Vantagens da ordenha com higiene.** 2009. Artigo em Hypertexto. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2009_1/Ordenha/index.htm>. Acesso em: 14/4/2011

MÜLLER, E.E. Qualidade Do Leite, Células Somáticas E Prevenção Da Mastite. **Anais do II Sul- Leite: Simpósio sobre Sustentabilidade da Pecuária Leiteira na Região Sul do Brasil** / editores Geraldo Tadeu dos Santos et al. – Maringá : UEM/CCA/DZO – NUPEL, 2002. 212P. Toledo – PR, 29 e 30/08/2002.

PEIXOTO, M. Extensão Rural No Brasil – Uma Abordagem Histórica Da Legislação. **In: Consultoria Legislativa do Senado Federal**, Brasília, texto de discussão 48, out./ 2008.

PRESTES, D. S.; FILAPPI, A.; CECIM, M. Susceptibilidade à mastite: fatores que a influenciam – uma revisão. **Revista da Faculdade de Zootecnia, Veterinária e Agronomia**, v. 9, n. 1, p. 48-59, 2003.

ROSA, S. S. Construtivismo e mudança. **In: Questões da nossa época.** n.5, ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, M. V.; FONSECA, L. F. L. Importância e efeito de bactérias psicrotóxicas sobre a qualidade do leite. **Revista Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 15, n. 82, p. 13-19, 2001.

ZANELA, M.B. **Caracterização do leite produzido no Rio Grande do Sul, ocorrência e indução experimental do leite instável não ácido (LINA).** 2004. 150p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.



GT 06 – Educação inclusiva, propostas diferenciadas e avaliação: desafios da interculturalidade à Educação do/no campo

Práticas educativas estruturantes do habitus da juventude rural no campo da modernização agrícola

Cátia Regina Assis Almeida Leal¹
Dinalva Donizete Ribeiro²

¹Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Professora no curso de Educação Física do Campus Jataí – Universidade Federal de Goiás. Email: catiaassisleal@gmail.com

²Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Professora da Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás. Email: dinalvadr@gmail.com

Resumo

Esse artigo é resultado de uma pesquisa que objetivou apresentar os resultados da implantação do projeto de extensão “Orientação e instrumentalização de jovens rurais para atuarem como agentes multiplicadores na organização sócio produtiva de seus assentamentos”, financiado pelo Edital MCT/CNPq/CT-AGRONEGÓCIO/MDA - Nº 23/2008 - Programa Intervivência Universitária. Foi nomeada pela equipe executora como Projeto “Jovens Rurais”, terminologia que será utilizada durante esse artigo. Foi desenvolvido nos municípios de Jataí e Perolândia, no Sudoeste Goiano. O projeto teve como principais objetivos divulgar e socializar conhecimentos produzidos nos centros especializados, fornecer subsídios práticos para a utilização e instrumentalizar técnica, social e política dos jovens rurais para atuarem como multiplicadores e agentes de desenvolvimento nos seus assentamentos de origem no sentido da transição agroecológica. A metodologia utilizada na pesquisa foi bibliográfica e documental. Utilizou-se todos os documentos gerados durante a execução do projeto. O referencial de análise utilizado é a da Teoria da Prática de Pierre Bourdieu. A pesquisa revelou que práticas educativas presentes no campo da modernização agrícola são influenciadoras na constituição do *habitus* da juventude rural.

Palavras-chave: Juventude rural; práticas educativas; *habitus*; cultura.



Apresentando o projeto e a pesquisa

O projeto “Jovens Rurais” teve como principal objetivo atender jovens residentes e estudantes em áreas rurais, assentamentos de reforma agrária, com idade entre 12 e 18 anos que demonstrassem experiência e/ou aptidão para ações educativas, extensionistas e organizativas. O objetivo foi divulgar e socializar conhecimento produzido e sistematizado pelos Centros Especializados³ e fornecer subsídios práticos para sua utilização, por meio do envolvimento e da instrumentalização técnica, social e política dos jovens.

Objetivou ainda instrumentalizar os jovens para atuarem como multiplicadores e agentes de desenvolvimento nos seus assentamentos de origem no sentido da transição agroecológica; estimular o desenvolvimento de habilidades e competências nos jovens dando-lhes treinamento, orientação e acompanhamento a fim de garantir a aplicabilidade do que for tratado nos módulos de vivência; estimular o espírito de liderança e de coletividade nos jovens rurais, com orientação para a organização sócio-política e o desenvolvimento nos seus assentamentos; revitalizar a identidade e a socialização camponesa e resgatar a percepção de suas condições de herdeiros de uma identidade e de uma terra; estimular os jovens na compreensão do lugar que ocupam, de si mesmos e da sociedade, de seus desejos de mudança e da afirmação como membros de um grupo social.

Para alcançar esses objetivos a execução do projeto materializou-se na forma de vivências universitárias por meio da realização de módulos de estudos. Eles funcionaram como momento e local de interlocução entre os jovens e os profissionais qualificados para os temas abordados, com o acesso dos jovens aos laboratórios, experimentos, bibliotecas, grupo de estudos, projetos, programas, dentre outros espaços e atividades da Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí.

As vivências universitárias foram orientadas pelas linhas de apoio previstas no projeto: Organização Social e Associativismo; Ecologia, Legislação Ambiental e Utilização de Recursos Naturais; Produção Agrícola, Zootécnicas e Agroecológica. Essas três linhas de apoio permitiram desenvolver ações junto aos jovens rurais na perspectiva da transição agroecológica tendo como pretensão alcançar níveis de

³ Considera-se nesse artigo, como Centro Especializado, o NEAF – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar do Campus Jataí da Universidade Federal de Goiás.



organização, de produção, de comercialização, de renda e de qualidade ambiental e de vida mais elevados, gerando condições para a autonomia e a sustentabilidade dos assentamentos envolvidos com o projeto.

Nos períodos de intervalos entre uma vivência e outra houve uma atividade de acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos jovens em seus assentamentos de origem. Essas atividades foram monitoradas e supervisionadas pela equipe técnica integrante do projeto. O objetivo foi orientar os jovens na execução das ações desenvolvidas por eles a partir dos conhecimentos adquiridos em cada uma das vivências universitárias.

Durante o período de execução do projeto foram ofertados quatro módulos de vivências universitárias, atendendo 60 jovens entre 12 a 18 anos de 4 assentados de reforma agrária dos municípios de Jataí e Perolândia. O projeto foi implementado e desenvolvido em parceria com esses assentamentos e Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí e conduzido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar (NEAF) da UFG/CAJ.

Um dos motivadores para a proposição desse projeto de extensão foi a constatação de que, nessa região, as escolas rurais, nos moldes como hoje está constituída, pouco ou nada tem contribuído com os saberes e fazeres necessários aos jovens que vivem no/do campo. (LEAL, 2008)

As escolas rurais dos municípios atendidos pelo projeto surgiram face as necessidades de apreensão de conhecimento relacionados ao processo de modernização agrícola empreendido no país, e na região do Sudoeste Goiano, a partir da década de 1970. Nesse sentido elas seguem construindo práticas educativas constitutivas de *habitus* capazes de perpetuar um modelo de desenvolvimento que interessa apenas à agricultura/agricultores capitalistas.

Nesse sentido, o projeto “Jovens Rurais”, foi pensado e executado com vistas a propor práticas educativas que fossem mais significativas para os jovens que estudam, trabalham e vivem no/do campo. Ou seja, nele procurou desenvolver práticas educativas que fizessem mais sentido e significado para os jovens assentados. Buscou-se possibilidades educativas capazes de resgatar valores da cultura camponesa, podendo assim, contribuir para constituição de novos *habitus*, capazes de configurar nesses



jovens uma nova cultura⁴, de maneira a assegurar a constituição, a consolidação, a manutenção, a reprodução e a conformação de um modelo de desenvolvimento endógeno.

Nota-se que a execução desse projeto de extensão gerou uma tensão no que se refere às práticas educativas. De um lado temos a escola rural que forma na perspectiva de manutenção do *status quo*, ou seja, de um modelo de desenvolvimento agrícola exógeno. Do outro lado, temos o projeto “Jovens Rurais” que forma na perspectiva de um modelo de desenvolvimento agrícola endógeno.

Partindo dessa tensão gera-se então a necessidade de uma pesquisa que pudesse avaliar os impactos da implantação do projeto “Jovens Rurais”, e são os resultados dessa pesquisa que esse artigo pretende apresentar. Para compreender os impactos da implantação desse projeto na vida desses jovens utilizar-se-á como referencial de análise a Teoria da Prática de Pierre Bourdieu. Por isso categorias fundantes utilizadas pelo autor: espaço social, campo, *habitus*, capital, entre outras, serão apresentadas.

Referencial teórico

O referencial teórico-metodológico utilizado na pesquisa remete a pensar nas relações que se processam entre a sociedade e os atores sociais, na mediação entre o *campo* e o *habitus*, ou entre a estrutura e o ator. Para esse autor a apreensão do espaço social se dá de maneira relacional. Para ele,

É preciso, de fato, aplicar o modo de pensar relacional ao espaço social dos produtores: o microcosmo social, no qual se produzem obras culturais, campo literário, campo científico etc., é um espaço de relações objetivas entre posições [...] e não podemos compreender o que ocorre a não ser que situemos cada agente ou cada instituição em suas relações objetivas com todos os outros (BOURDIEU, 1996, p. 60).

Bourdieu trabalha com duas categorias fundantes em seu esquema explicativo: *habitus* e *campo*. Para Bourdieu, citado por Martins (1987), *habitus* é um

⁴ Nos textos de Bourdieu, a palavra cultura é tomada geralmente em sentido que remete às obras culturais, aos produtos simbólicos socialmente valorizados ligados ao domínio das artes e das letras. Bourdieu trata da cultura recorrendo ao conceito de *habitus* (Ver CUCHE, 2002).



sistema de disposições duráveis. A sua existência resulta de um processo de aprendizado, produto do contato dos agentes sociais com diversas modalidades de estruturas sociais. O *habitus* adquirido pelo ator social, por meio de sua inserção em diferentes espaços sociais, constitui uma matriz de percepção, de apreciação e de ação que se realiza em determinadas condições sociais. O *habitus* informa a conduta, as suas estratégias de conservação e/ou de transformação das estruturas que estão no princípio de sua produção. Assim, *habitus*

são sistemas de disposições duráveis e transferíveis, estruturas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente “reguladas” e “regulares”, sem ser o produto da obediência a regras, sendo coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (MARTINS, 1987, p. 40).

O *habitus* orienta as práticas individuais e coletivas. Ele tende a assegurar a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada indivíduo sob a forma de esquema de pensamento, percepção e ação, contribui para garantir a conformidade das práticas e de sua constância através do tempo. Por meio do *habitus*, o passado do indivíduo sobrevive no momento atual, atualizando-se nas práticas realizadas no presente, e tende a subsistir nas ações futuras dos atores sociais ao confrontar com situações conjunturais nos diversos espaços sociais. Ele torna possível a criação de novas modalidades de conduta dos atores sociais.

Se o *habitus* orienta a prática⁵ dos agentes, esta somente se realiza na medida em que as disposições duráveis dos atores entram em contato com uma situação. Essa situação é denominada em seus trabalhos sobre *campo*, que é uma outra categoria central em seu esquema explicativo. O *campo* é um espaço social que possui uma estrutura própria, relativamente autônoma em relação a outros espaços sociais, isto é, em relação a outros *campos* sociais. Mesmo mantendo uma relação entre si, os diversos *campos* sociais se definem por meio de objetivos específicos, que lhe garantem uma lógica particular de funcionamento e de estruturação. É característico do *campo* possuir

⁵ Prática em Bourdieu é entendida como produto de uma “relação dialética” entre uma situação e um *habitus*, isto é, o *habitus* como sistema de disposições duráveis é matriz de percepção, de apreciação e de ação, que se realiza em determinadas condições sociais (MARTINS, 1987).



suas disputas e hierarquias internas, assim como princípios que lhe são inerentes cujos conteúdos estruturam as relações que os atores estabelecem entre si no seu interior. A lógica específica de um *campo* só é compreensível para aqueles que dele participam.

Segundo Bourdieu (1983), um *campo*

[...] se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputa e dos interesses específicos que são irreduzíveis aos objetos de disputa e aos interesses próprios de outros campos e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (cada categoria de interesses implica na indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres, desinteressados). Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputa e pessoas prontas para disputar o jogo, dotada de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputa, etc. (p. 89, grifo do autor).

Para aprofundar no estudo do *campo*, faz-se necessário compreender a noção de espaço social⁶. Segundo Bourdieu (1996), o espaço é o “conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por uma *exterioridade mútua* e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem” (p. 18-19, grifo do autor).

O *campo* é um espaço social com estrutura própria relativamente autônoma em relação a outros *campos*. Os diversos *campos* sociais mantêm relação entre si, mas são definidos por objetivos específicos que garantem sua lógica particular de funcionamento e estruturação. O *campo* possui hierarquias e disputas internas que são compreendidas por aqueles que dele participam. Para o funcionamento de um *campo* é necessária a existência de objetos em disputa e pessoas dotadas de *habitus* prontas para disputar. A compreensão das categorias *habitus* e *campo* é fundamental na medida em que se usa, para fins de análise nessa pesquisa, um *campo* – o campo da modernização agrícola⁷ – na perspectiva de compreender a juventude rural inserida no fenômeno da modernização agrícola no contexto do Sudoeste goiano e a relação de poder existentes nesse campo. O campo da modernização agrícola é um espaço social, como os outros, em que se trata de poder, de capital, de relações de força, de estratégias de manutenção ou de subversão e de interesses.

⁶ Para Bourdieu (1996), espaço social é um *campo*. “É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos [...]” (p. 50)

⁷ Campo da modernização agrícola (ver Leal, 2006).



Segundo Bourdieu, a propriedade definidora de um *campo* é que todos os agentes que estão engajados nele têm certo número de interesses fundamentais comuns, ou seja, tudo aquilo que está ligado à própria existência do *campo*, por isso existe uma cumplicidade objetiva subjacente a todos os antagonismos. Pelo simples fato de jogar, de entrar no jogo, a luta pressupõe um acordo entre os antagonismos sobre o que merece ser disputado, e muitas vezes esse fato é escondido por trás da aparência do óbvio, tudo aquilo que constitui o *campo*, o jogo, os objetos de disputa, todos os pressupostos que são tacitamente aceitos, mesmo sem que se saiba. Os que participam da luta contribuem para a reprodução do jogo colaborando para produzir a crença no valor do que está sendo disputado. Os recém-chegados devem pagar um direito de entrada que consiste no reconhecimento do valor do jogo e dos princípios de seu funcionamento, também chamado de investimento. Eles são levados às estratégias de subversão que, sob pena de exclusão, permanecem dentro de certos limites. As mudanças que ocorrem nos *campos* colocam em questão os próprios fundamentos do jogo sobre os quais repousa o jogo inteiro. Pelo conhecimento prático dos princípios do jogo, todo o passado está presente em cada ato do jogo. Nele, todas as pessoas “compactuam com a conservação do que é produzido no campo, tendo interesse em conservar e a se conservar conservando” (BOURDIEU, 1983, p. 91-92).

O que está em jogo no campo da modernização agrícola é a mudança na cultura e no *habitus* do camponês; a passagem de uma economia de subsistência para uma economia eminentemente de mercado, tendo como consequência a manutenção de princípios da modernização conservadora, a proletarização e exclusão do trabalhador rural desse processo, agressões à natureza, mudanças na base técnica de produção, inserção de capital financeiro na agricultura, desenvolvimento desigual e combinado, industrialização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais. Segundo Bourdieu, dentro de um campo existem vários agentes que são mobilizados por um interesse comum, por uma ideia única. No campo da modernização agrícola, a moeda comum é o processo de modernização agrícola. Ou seja, nesse campo esses agentes se mobilizam em função dessa moeda comum.

Participam desse jogo diversos agentes coletivos. Para efeito dessa pesquisa, serão delimitados apenas aqueles que são considerados significativos, aqueles que possuem capital suficiente para uma participação na luta concorrencial dentro do



campo. De um lado o sistema educacional materializado, nesse contexto, nos saberes/práticas educativas transmitidos pelas escolas rurais dos municípios envolvidos na pesquisa. De outro lado os centros especializados materializado, para fins dos resultados dessa pesquisa, pelos saberes/práticas educativas transmitidos pelo projeto “Jovens Rurais”.

Sabe-se que educação, ou as chamadas práticas educativas são constitutivas de *habitus*. Para compreender essas práticas educativas é preciso ampliar a abrangência do campo educacional e adquirir uma nova concepção de educação.

A educação não é uma ação exclusiva do sistema escolar [...] *educação é antes de tudo, formação de consciência, aquisição de conhecimento do real, aquisição essa que se faz em sociedade*. Os homens educam-se, adquirem consciência, na relação que estabelecem entre si e com a natureza em condições concretas de vida. A educação, portanto, faz-se, não só na prática escolar, mas nas diversas práticas. (LOUREIRO, 1988, p. 20, grifo nosso)

Interessa aqui evidenciar a educação elaborada a partir das estratégias de ação utilizadas pelos agentes coletivos no campo da modernização agrícola. São as ações dos agentes coletivos, escolas rurais e centros especializados, que são tomadas aqui como educação. A ação desses agentes coletivos é prenhe de intencionalidade, de significações históricas e sociais, constitutivas e constituintes das relações que eles estabelecem entre si. São nessas ações que são reveladas as suas docências. São nelas que os agentes estabelecem estratégias que asseguram ou não a reprodução e manutenção de seu papel. Elas é que revelam o apoio dado ao avanço da modernização agrícola. É nas ações educativas dos agentes coletivos que é possível perceber se agiram numa perspectiva de reprodução ou de contestação do processo de modernização agrícola no Sudoeste goiano.

Entender essas estratégias como práticas educativas é possível, pois, como diz Brandão (1993), não há uma forma única nem um único modelo de educação. Ela existe em mundos diversos e de diferentes maneiras. Ela existe em cada categoria de sujeitos de um povo, em cada povo, e entre povos que se encontram, e existe entre povos que submetem e dominam outros povos, usando a educação como um recurso a mais de sua dominação.



Em todos os tipos de sociedades, a educação é um dos mais eficazes instrumentos de controle social, quer apareça difusa e não formalizada, quer apareça formalizada. Ela é uma das práticas sociais usadas, com frequência, para controle de ideias e condutas. Os conteúdos dessa educação conduzem a mensagens que legitimam a ordem social. Assim, ao ensinar alguma coisa, ensinam-se os valores de uma ordem social que se impõe ser reconhecida como legítima e necessária, ao mesmo tempo em que se inculcam conhecimentos e habilidades tidas como necessárias e legítimas, para que as pessoas *educadas* preservem e reconstruam a ordem econômica, política e simbólica da sociedade.

Para Brandão (1990), todo o exercício de educação tem uma dimensão instrumentalizadora. Ela responde a necessidades gerais e especializadas das pessoas, por isso os controladores da educação definem toda a sua prática e determinam o que ela deve ser. Assim, nada é gratuito e nem puramente educativo na educação. Se, em um nível mais visível, ela parece ser pensada e exercida de modo a produzir benefícios diretos ou indiretos para todas as pessoas; em outro nível, o que se esconde sob as realizações do primeiro, ela se soma a tudo que serve para controlar o pensamento, as iniciativas, enfim, a vida individual e coletiva de todos os sujeitos de algum modo envolvidos em suas tramas.

Metodologia utilizada

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi bibliográfica e documental. Utilizou-se todos os documentos gerados com a execução do projeto “Jovens Rurais”, entre eles: projeto, módulos de vivências, apostilas didáticas utilizadas nos módulos, relatórios das vivências, relatórios das visitas técnicas realizadas nos assentamentos, questionários aplicados aos jovens, aos pais dos jovens, e aos membros da comunidade dos assentamentos envolvidos, depoimentos de pais e jovens durante a avaliação de cada uma das vivências, vídeos documentários gerados durante as vivências, cartas, letras de músicas compostas pelos jovens, relatório final do projeto, entre outros documentos.

Resultados alcançados



Opta-se, nesse artigo, por apresentar os resultados obtidos com a implementação e execução do projeto “Jovens Rurais” em três dimensões:

Os resultados dos módulos de vivências - Oferta de quatro módulos de vivências universitárias, com 15 dias cada um; Composição de quatro módulos de vivências com temas específicos de acordo com o interesse e a necessidade dos jovens e seus familiares; Oferta de conteúdos teórico-práticos de acordo com os temas tratados; Acompanhamento, da aplicabilidade dos conteúdos tratados, nos lotes e assentamentos dos jovens; Monitoramento das experimentações realizadas pelos jovens participantes do projeto; Orientação e instrumentalização teórico-prática de 60 jovens assentados, com impacto direto em 48 famílias, aproximadamente 240 pessoas; Multiplicação do aprendizado, por parte dos jovens, nos seus assentamentos de origem, com impacto indireto em 170 famílias, aproximadamente 850 pessoas.

Os resultados técnicos - Compreensão, por parte das famílias, da economia doméstica; Diversificação e aumento da produção e produtividade; Aumento da renda familiar; Diversificação de alimentos para o consumo diário das famílias envolvidas no projeto; Redução dos custos de manutenção do lote e da família; Incremento da criação e do manejo de animais para corte, leite e postura; Articulação para a comercialização da produção dos assentamentos; Formação de multiplicadores dos conhecimentos técnico-científicos tratados durante os módulos de vivência; Uso e aproveitamento de resíduos para a adubação e proteção do solo; Aproveitamento de resíduos orgânicos; Integração de cultivos; Uso de materiais alternativos para construções diversas; Reuso de materiais para a produção de utensílios e artesanatos.

Os resultados sociais - Maior envolvimento dos jovens nas atividades diárias do assentamento; Redução do interesse de migrar para as cidades e abandonar as áreas rurais; Interesse em seus lotes e áreas rurais; Envolvimento nas reuniões das Associações dos assentamentos; Progresso na comunicação com outras pessoas, dentro e fora do assentamento; Melhora da autoestima; Atuação como agentes multiplicadores de conhecimentos nos assentamentos de origem; Melhoria da qualidade de vida; Maior envolvimento com as atividades e a vida escolar; Articulação entre os jovens, dentro do próprio assentamento e entre assentamentos; Organização de eventos sociais como:



torneios esportivos, reuniões, festejos e construção de uma biblioteca; Interesse na formação continuada, sobretudo, em fazer curso superior.

Análises e discussões

As estratégias ou práticas educativas desenvolvidas no campo da modernização agrícola pelos dois agentes coletivos analisados, escolas rurais e centro especializado – projeto “Jovens Rurais”, cada um a seu modo, procuram instrumentalizar os jovens com moeda suficiente para entrar numa luta concorrencial, numa disputa por um modelo de desenvolvimento agrícola.

Segundo Leal (2008), as escolas rurais, da forma como foram historicamente constituídas nessa região, assume uma dimensão oca na medida em que é esvaziada de preocupações que operem transformações benéficas reais, ou seja, as práticas educativas presentes no campo se tornaram uma educação que não interage com o estudante rural enquanto tal.

De acordo com Pessoa, “podemos dizer que não existe escola rural, mas que existe no campo apenas um tosco arremedo da escola urbana” e que “a rigor não existe educação rural; existem fragmentos de educação escolar urbana introduzidos no meio rural. A própria educação escolar é, em si mesma, uma instituição emissária do poder que se concentra na cidade e, de lá, subordina a vida e o homem do campo” (PESSOA, 1997, p. 154).

Nessa perspectiva, parece clara a intencionalidade das práticas educativas desencadeadas pelas escolas rurais dessa região. Funcionam como estratégias para conservar o modelo de desenvolvimento agrícola existente no campo da modernização agrícola.

Já o projeto “Jovens Rurais” desenvolveu práticas educativas, desencadeando os resultados apontados acima, que poderiam ser chamadas de contra estratégias ou estratégias contra hegemônicas, pois procurou instrumentalizar os jovens com saberes que possibilitaram um aumento de capital simbólico capaz de colocá-los na luta concorrencial no campo da modernização agrícola.

As estratégias funcionam como investimentos dentro do campo, pois são elas que possibilitam o aumento de *capital*, segundo a oportunidade que o seu detentor tiver



de operar as aplicações mais rentáveis. A razão desse investimento é a acumulação de formas de capital que garantam a dominação no campo, que se apresenta como um espaço de forças. Os agentes em oposição dentro desse campo podem optar por estratégias de conservação ou subversão, de acordo com o seu interesse no campo.

A reprodução dos agentes sociais no campo explica-se pelas múltiplas estratégias que eles mobilizam para a conservação ou a apropriação de capital. Com isso, eles procuram sempre manter ou melhorar sua posição social dentro do campo. Os mecanismos de conservação da ordem social predominam em razão da importância das estratégias de reprodução.

Uma das questões fundamentais sobre o mundo social é saber por que e como o mundo dura, persevera no ser e se perpetua a ordem social, isto é, o conjunto das relações de ordem que o constituem. [...] Pode-se estabelecer uma espécie de quadro das grandes classes de estratégia de reprodução [...] que se encontram em todas as sociedades, mas com pesos diferentes [...] e sob formas que variam segundo a natureza do capital que deve ser transmitido e o estado dos mecanismos de reprodução disponíveis. (BONNEWTZ, 2003, p. 67)

Essas estratégias de reprodução podem ser de diferentes ordens, como as de investimento biológico, de sucessão, de investimento econômico, de investimento simbólico e de investimento educativo. As estratégias educativas visam reproduzir agentes sociais capazes de receber e transmitir a herança do grupo. A eficácia das estratégias de reprodução depende dos instrumentos de reprodução postos à disposição dos agentes.

Considerações finais

Nos termos de Bourdieu, temos no campo da modernização agrícola a formação de um novo *habitus*. Um *habitus* agromodernizado (estrutura estruturada) e agromodernizador (estrutura estruturante). Em sua dimensão agromodernizada, as pessoas introjetam e assimilam o modo como as coisas são dentro desse campo; em sua dimensão agromodernizadora, ele passa a ditar o comportamento das pessoas dentro do campo, ou fazer com que elas reproduzam esse *habitus*. O campo da modernização agrícola dita os novos *habitus*, e cada um dos agentes passa a reproduzi-lo, ou seja, já



estão estabelecidos para cada agente os seus papéis dentro do campo: trazer, manter e reproduzir a lógica do campo.

Essa formação de novos *habitus* foi possível em função das estratégias de ação adotadas pelos agentes coletivos, especialmente as escolas rurais, no campo da modernização agrícola. Os dados desta pesquisa indicam que o modelo de educação presente nesse campo assume essa dimensão instrumentalizadora, pois se constitui esvaziado de preocupações que possam operar transformações benéficas a todas as pessoas, assumindo um modelo que é utilizado para criar necessidades de consumo dos produtos industrializados na produção agropecuária, sendo que, com esse consumo, dá-se o aumento da produção e o êxito do trabalho educativo.

Todas essas práticas educativas se corporificam no campo da modernização agrícola, tornando-se uma educação que busca atender a determinadas finalidades. Brandão (1990) reforça que a educação pode ter diferentes finalidades e, às vezes, ter usos escusos. Pode ser usada para professar ideias que interessem apenas a determinada parcela da sociedade. A educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais, e ali sempre se espera, de dentro, ou sempre se diz, de fora, que sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, de acordo com as imagens que se têm de uns e outros. Mas, na prática, a mesma educação que ensina pode deseducar, e pode-se correr o risco de fazer o contrário do que se pensa que faz, ou do que se inventa que pode fazer.

A inversão, ao menos parcial, dessas situações pode estar diretamente ligada à constituição de novas práticas educativas dos sujeitos históricos que compõem a região estudada, assumindo um (re)redirecionamento desse modelo de desenvolvimento agrícola. Essas práticas educativas foram percebidas na execução do projeto “Jovens Rurais” e são capazes da geração de novos *habitus*. Novos *habitus* podem ser constitutivos de condutas que levem a juventude rural deter capital suficiente para entrar numa luta concorrencial dentro do campo da modernização agrícola. Como consequência dessa luta pode-se ter a inversão, ao menos parcial, desse modelo de desenvolvimento exógeno e excludente historicamente constituído nessa região.

Referências Bibliográficas



- BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. **Pensar a prática**: escritos de viagem e estudos sobre a educação. São Paulo: Loyola, 1990.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.
- LEAL, C. R. A. A.. **Arapuca armada**: ação coletiva e práticas educativas na modernização agrícola do Sudoeste goiano. Goiânia, 2006. 256f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás.
- LEAL, C. R. A. A. et.al. Educação rural jataiense: sentidos e significados. In: **XVII Simpósio de Estudos e Pesquisa da Faculdade de Educação/UFG**, Goiânia – GO, mai. 2008.
- LOUREIRO, Walderês Nunes. **O aspecto educativo na prática política**. Goiânia: Editora da UFG, 1988.
- MARTINS, Carlos Benedito. Estrutura e ação: a teoria da prática em Bourdieu. **Educação & Sociedade**. Campinas, n. 27, p. 33-46, set. 1987.
- PESSOA, J. de M. Artigo 28 sem rodeios: a educação rural na nova LDB. In: **Fragments de cultura**. Goiânia, v. 28, n. 7, 1997, p. 149-158.



GT – 6 – Educação Inclusiva, Propostas Diferenciadas e Avaliação: Desafios da
Interculturalidade à Educação do/no Campo

**Programa Residência Agrária: Uma nova Proposta Pedagógica
na Formação de Estudantes das Ciências Agrárias/UFC**

Gema Galgani S. L. Esmeraldo¹

Debir Gomes Soares²

Andréa Machado Camurça³

¹ Doutora em Sociologia/UFC, profa. do Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal do Ceará, E-mail: gemaesmeraldo@gmail.com

² Mestranda de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA)/UFC, E-mail: debirgomes@yahoo.com.br

³ Mestranda de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA)/UFC, E-mail: andreamcufc@yahoo.com.br

Resumo:

O paper traz a experiência do Programa Residência Agrária executado no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará apresentando práticas pedagógicas inovadoras e alicerçadas em quatro elementos fundantes: a interdisciplinaridade, a transversalidade, a ressignificação de conteúdos e a integração para a formação holística. A construção do paper é tecida através da apresentação das práticas inovadoras exercitadas entre estudantes e professores que tem propiciado avanços na formação acadêmica, política, técnica e, fundamentalmente, tem resgatado a possibilidade de um agir humano diante da vida.

Palavras-chave: Pronera, Educação do Campo, Formação Profissional, Ciências Agrárias, Desenvolvimento Sustentável.



Introdução

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) instituiu ações de escolarização em diferentes níveis para assentados da reforma agrária, a partir de sua criação, no ano de 1999. Durante a trajetória formativa observava-se uma forte vinculação das concepções e práticas da Educação do Campo com a Reforma Agrária, Educação e Desenvolvimento. Nesse sentido atendendo às reivindicações dos Movimentos Sociais Rurais e da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou em 2004, e incorporou ao PRONERA, o Programa Residência Agrária (PRA) para garantir a formação profissional de estudantes, egressos e técnicos da área das Ciências Agrárias.

Este paper pretende apresentar e analisar o Programa Residência Agrária na sua versão atual e desenvolvida pela Universidade Federal do Ceará (UFC), no âmbito do Centro de Ciências Agrárias (CCA). Procurará destacar neste texto, sua proposta teórico-metodológica que se configura num processo permanente de construção num contexto de problematização coletiva.

Marcos Sucintos de sua História

O Programa Residência Agrária¹, na sua primeira versão e sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi executado por dezoito universidades públicas, durante o período de 2004 a 2008, através de duas etapas: primeiro com a oferta de Estágio de Vivência em áreas de reforma agrária e de comunidades rurais para estudantes do último semestre dos Cursos de Graduação em Ciências Agrárias (Agronomia, Economia Doméstica, Engenharia de Pesca, Engenharia de Alimentos, Zootecnia) e, segundo com a realização de Cursos de Especialização em Agricultura Familiar-Camponesa e Educação do Campo que reuniu discentes recém formados e técnicos de assistência técnica. Após essa experiência algumas

¹ Para informações detalhadas sobre essa experiência consultar MOLINA, Mônica C.; ESMERALDO, Gema G. S. L.; NEUMANN, Pedro S.; BERGAMASCO, Sonia M. P. P. (Orgs.) **Educação do Campo e Formação Profissional: A experiência do Programa Residência Agrária**. Brasília: MDA/NEAD, 2009, 424p.



universidades deram continuidade à proposta formativa do PRA (ESMERALDO, 2012, p. 1)².

Foi o caso da Universidade Federal do Ceará que mantém suas atividades alicerçadas na tríade formativa - Educação, Reforma Agrária e Desenvolvimento e atua, de forma integrada, com o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, esteio e desafio permanente para as Universidades Públicas brasileira.

O PRA/UFC tem, a partir de 2008, buscado parcerias para manter a formação de estudantes numa perspectiva de produção de conhecimento acadêmico de caráter endógeno, aonde os estudantes possam construir de forma coletiva e nos Assentamentos Rurais um saber partilhado, em que predomine o diálogo e a dinâmica da ação – reflexão – ação.

Para constituir e garantir a terceira turma (como também a quarta) do PRA/UFC houve necessidade do diálogo com órgãos públicos, de sensibilização para a importância da formação em novas bases e realização de acordos, parcerias e convênios, para a manutenção do Estágio de Vivência, de apoio logístico para as viagens de campo e as capacitações para os Estudantes dos Cursos de Ciências Agrárias.

Nesse caminhar foram realizadas parcerias com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), foram aprovados editais inscritos junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e com o Ministério de Educação que estão a garantir a execução do PRA e sua institucionalidade e permanência regular.

Desafios Atuais

² Texto aceito e a ser publicado em abril/2012 na Coleção Caminhos da Educação do Campo/UFMG.



O exercício de diálogo, com a máquina estatal, tem trazido reflexões importantes para o conjunto dos sujeitos sociais diretamente envolvidos na dinâmica de reconhecimento e de legitimidade das ações do PRA no âmbito da UFC.

Tais reflexões se referem: à descontinuidade de projetos governamentais, que impedem a manutenção de experiências que se constroem de forma inovadora, criativa e alternativa à capacitação tradicional protagonizada pela academia; ao descompromisso com um projeto de educação permanente, com caráter institucional, e comprometido com as reivindicações de setores da classe trabalhadora organizada; ao esforço permanente dos Movimentos Sociais Rurais (MSR) na articulação de redes de alianças com pessoas e instituições para a elaboração e execução de projetos para os cursos; à compreensão e aceitação da presença dos MSR nas instâncias acadêmicas visando à superação dos obstáculos de ordem política, burocrática, pedagógica e ideológica que se configura no exercício do controle social do PRONERA, política pública que necessita desse monitoramento para de fato se efetivar no interior das universidades públicas; ao envolvimento das universidades públicas que se dá de forma parcial, localizada, pontual e temporal na construção, execução e consolidação da política pública; ao conhecimento limitado da Pedagogia da Alternância e de bases teórico-metodológicas que fortaleçam um projeto de produção de conhecimento participativo.

O PRA constrói-se no interior dessa problemática reflexiva e produz para si desafios que se configuram: no questionamento da matriz discursiva da educação moderna e da ciência moderna que fundamentam e alicerçam as bases da civilização capitalista; no questionamento do modelo de desenvolvimento para o campo rural protagonizado pelo agronegócio, que estrutura-se na monocultura, na apropriação de grandes extensões de terra, no uso de tecnologia intensiva, na produção voltada para a exportação, no uso de agrotóxicos, etc.; no questionamento do paradigma da ciência moderna, hegemônico pelos cientistas, pesquisadores e professores universitários alicerçado na produção do conhecimento de caráter exógeno e em laboratórios sem o reconhecimento do conhecimento produzido na experiência histórica dos camponeses.

Proposta Teórico-Metodológica do PRA



Tendo como matriz original a orientação da Pedagogia da Alternância o PRA redimensiona sua base teórico-metodológica para ajustar-se à realidade de seu grupo constituinte e às condições de funcionamento do projeto pedagógico e grade curricular de caráter regular nos cursos de Ciências Agrárias da UFC.

O PRA planeja e executa atividades nos Tempos Universidade e Comunidade. O Tempo Universidade é compreendido como o período de planejamento e execução das atividades que se realiza nos espaços da Universidade, na cidade de Fortaleza, nos espaços de realização de grupos de estudos, oficinas, encontros, cursos, capacitações e participação em eventos científicos. O Tempo Comunidade é compreendido como aquele em que se realizam os Estágios de Vivência que se realizam em dois espaços: Acampamentos Rurais e Assentamentos Rurais no estado do Ceará.

Os dois tempos se materializam de forma alternada para fomentar quatro elementos substanciais na formação estudantil: o exercício da **interdisciplinaridade**; a **transversalidade** dos temas tratados no PRA; a **ressignificação** dos conteúdos acadêmicos específicos e ministrados nos diferentes cursos e a **integração** para uma formação holística das dimensões técnica, ambiental, social, cultural, afetiva, política e econômica nos sujeitos sociais, a partir do diálogo com a realidade produtiva, social e política encontrada nos Acampamentos e Assentamentos Rurais e os conhecimentos teórico-metodológicos da academia.

1. Sobre o exercício da **interdisciplinaridade**

De acordo com Fazenda (2002, p.38) "O projeto interdisciplinar não se ensina, nem se aprende: vive-se, exerce-se e viver é desvelar-se e revelar-se por meio dos atos e das obras". Deste modo, o exercício da interdisciplinaridade se dá nas diversas atividades do Programa, como na realização dos Ciclos de Debates, do CinePRA com apresentação de curtas-metragem, elaboração do Jornal Expressão Agrária e nas reuniões mensais, momentos esses de criação, elaboração, planejamento e



execução que envolvem todos os estudantes de diferentes cursos da área das Ciências Agrárias.

Cada atividade é planejada coletivamente e realizada por grupos de trabalho que se reúnem semanalmente para organizar as ações, assumir sua execução e avaliar as mesmas. Essas práticas pedagógicas redefinem modos de fazer específicos, ampliam horizontes, estimulam à troca de saberes, o aprendizado solidário, a sociabilidade acadêmica, o fortalecimento de relações sociais em bases participativas, inclusivas e respeitosas.

A interdisciplinaridade perpassa todos os elementos do conhecimento pressupondo a integração entre eles, sendo materializada nos dois Tempos Universidade e Comunidade, permitindo, portanto,

O desenvolvimento integral do sujeito, de acordo com suas condições, possibilidades e entendimento, exigindo postura aberta para sua prática, de forma que os saberes formais e informais possam ser reconhecidos diante de seus pares e assegurem a troca, a integração, a cooperação e o coletivo, contribuindo para a formação de um cidadão efetivamente capaz de intervir na construção da comunidade em que está inserido (ROCHA, 2007, p.42).

A proposição de uma nova pedagogia, a concepção de uma prática dialógica e o desejo de eliminar as barreiras entre as disciplinas e entre as pessoas são ações sócio-educativas que buscam como fim último, um modo de conhecimento e compreensão de mundo que proporcione uma nova atitude diante do saber, transformando os sujeitos e ressignificando os conteúdos acadêmicos.

2. Sobre a **transversalidade** dos temas tratados

O PRA define como temas a serem tratados de forma transversal a Reforma Agrária, os Movimentos Sociais Rurais, a Agricultura Familiar, a Agricultura Camponesa, os Acampamentos Rurais, os Assentamentos Rurais, a Agroecologia, a



Educação do Campo, a Pedagogia da Alternância, as Políticas Públicas para o Campo Rural, dentre outras.

Tais temas são definidos no coletivo para a definição dos textos, leitura e debate nos Grupos de Estudo, que se reúnem quinzenalmente. Em cada Grupo há um moderador que pode ser um professor e/ou um estudante de mestrado (egresso do Estágio de Vivência e integrado ao PRA com novas funções pedagógicas). O Grupo de Estudo é conduzido com uma metodologia própria: cada estudante recebe a referência bibliográfica do texto a ser estudado uma semana antes para sua leitura prévia e levantamento de questões a serem apresentadas no encontro quinzenal.

Os Grupos de Estudos têm como objetivo relacionar os conhecimentos teóricos apreendidos nas leituras dos textos à realidade vivenciada no Estágio de Vivência; na apreensão e ressignificação da teoria e metodologia para subsidiar a elaboração de artigos científicos. Também para a construção de espaços alternativos de diálogo com temas pouco tratados nos espaços tradicionais da academia de forma a estimular a formação que compreenda a realidade na sua diversidade, pluralidade e desigualdade. As temáticas são trabalhadas de modo coordenado e tem como eixo unificador a própria realidade das áreas de assentamentos rurais, colocando em questão a segmentação entre os diversos campos do conhecimento e a visão compartilhada da realidade (interdisciplinar), buscando-se, assim, num trabalho sistemático e compreensivo, despir o real dessa falsa aparência de fragmentação e obter um olhar mais amplo e adequado da vida real e de suas transformações. A proposta teórico-metodológica do PRA tende a um conhecimento não dualista, baseado na superação das distinções tais como natureza/cultura, natureza/artificial, mente/matéria, observador/observado, sujeito objeto etc., instituídas com a ciência moderna (SANTOS, 2008).

Tais temas são também tratados em criativas práticas pedagógicas como no Ciclo de Debates, realizado a cada mês; no CinePRA realizado quinzenalmente. Essas experimentações são organizadas por comissões de estudantes de cursos diferentes e se voltam para envolver e ampliar a comunidade acadêmica. Realizam-se no Auditório da Pró-Reitoria de Graduação e é divulgado amplamente para atrair estudantes e professores de outras áreas.



Depoimentos de professores têm reafirmado que estudantes do PRA apresentam maior capacidade crítica e reflexiva na sala de aula, além de maior capacidade de elaboração do pensamento, ordenação de idéias e melhoria da escrita. Tais avanços têm trazido resultados importantes, como, por exemplo, a inclusão de pontuação para candidatos ao mestrado de programas de pós-graduação do CCA quando egressos do PRA.

3. Sobre a **ressignificação** dos conteúdos acadêmicos específicos

A ressignificação dos conteúdos acadêmicos se dá quando as atividades e os trabalhos desenvolvidos pelos estudantes nos Tempos Universidade e Comunidade criam oportunidades para que os diferentes conhecimentos sejam reformulados, baseados no diálogo, no saber ouvir, no saber argumentar e na solidariedade, compartilhando idéias, ações, reflexões e cooperando para um novo modelo de ensino-aprendizagem.

Os conteúdos acadêmicos não devem ser considerados como o único elemento da formação estudantil, pois segundo Rocha (2007, p. 35) “sua formação não deve prever apenas conteúdo, mas também atitudes. Essas atitudes podem ser aprendidas” nos projetos como o PRA que integra extensão-pesquisa e ensino, dando condições ao aluno a ampliar seu campo de aprendizados e construir um conhecimento seguro, como afirma Santos (2008), pautado na pluralidade metodológica, na criatividade, no diálogo entre outras formas de conhecimentos, no compromisso social, político e cultural.

Portanto, a integração dos conteúdos e uma compreensão unitária do conhecimento são baseadas na metodologia do trabalho interdisciplinar, que

Objetiva a ação integradora das disciplinas com os diferentes saberes das várias áreas do conhecimento, possibilitando a pesquisa, a motivação em busca de novos conhecimentos, e das percepções das relações existentes entre as diferentes disciplinas. A atitude interdisciplinar permite o desenvolvimento do sujeito como um todo,



de acordo com suas condições, possibilidades e entendimento (ROCHA, 2007, p.30)

A mesma autora salienta que integrar os conteúdos não é suficiente, e que se faz necessário ter uma atitude investigativa, de envolvimento, de compromisso com a realidade e de uma reciprocidade perante o conhecimento.

Atitude de quê? Atitude de busca de alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de espera perante atos não-consumados; atitude de reciprocidade que impele à troca, ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo; atitude de humanidade diante da limitação do próprio saber; atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes; atitude de desafio diante do novo, desafio de redimensionar o velho; atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e as pessoas neles implicadas; atitude, pois, de compromisso de construir sempre da melhor forma possível; atitude de responsabilidade, mas, sobretudo de alegria, de revelação, de encontro, enfim, de vida (FAZENDA, 1993, p. 13-14 *apud* ROCHA, 2007, p.43).

Deste modo, as ações pedagógicas do PRA buscam promover a formação dos estudantes com a construção de diferentes espaços participativos, que levam em consideração a diversidade constitutiva desses sujeitos sociais, suas histórias de vida, seus aprendizados e experiências anteriores.

Utilizando-se de práticas e experimentações criativas que, segundo Fazenda (1994),

Parte de uma liberdade científica, alicerça-se no diálogo e na colaboração, funda-se no desejo de inovar, de criar, de ir além e suscita-se na arte de pesquisar, não objetivando apenas a valorização técnico-produtiva ou material, mas sobretudo, possibilitando um acesso humano, no qual desenvolve a capacidade criativa de transformar a concreta realidade mundana e histórica numa aquisição maior de educação em seu sentido lato, humanizante e libertador do próprio sentido de ser no mundo (FAZENDA, 1994, p. 69-70).



O exercício da liberdade de escolha nas práticas pedagógicas, a invenção de novas formas de aprendizados, são experimentações que garantem o aprendizado criativo, participativo, cotidiano, articulando saber, conhecimento, vivência, coletividade, solidariedade.

4. Sobre a **integração** para uma formação holística nos sujeitos sociais.

A integração das dimensões técnica, ambiental, social, cultural, afetiva, política e econômica se dá a partir de uma reflexão teórica e de práticas pedagógicas realizadas nos Tempos Universidade e Comunidade, quando se reconhece que realizar pedagogicamente a integração significa diferenciar e compreender as várias dimensões humanas sem perder de vista a sua complementaridade.

A integração não é sinônimo de homogeneidade e é dada à medida que as atividades do Estágio de Vivência proporcionam ao estudante um olhar sistêmico, ou seja, de que a realidade vivenciada e estudada faz parte de indivíduos de um grupo social que partilha seu cotidiano, suas normas, seus valores e crenças, compreendendo que as ações desses sujeitos sociais são demandadas de problemas de natureza diversa (intrinsecamente interdisciplinar), e que a saída para os dilemas sociais existentes necessitam, conseqüentemente, de uma visão holística.

Considerações Finais

A formação exercitada no PRA tem procurado resgatar a humanidade dos estudantes e professores ao incorporar-se às realidades adversas, a campos interdisciplinares, às subjetividades em processo de mudança, ao questionamento às verdades questionáveis e em desigualdades ancoradas nas relações de sexo-gênero, nas etnias, nas raças, nas gerações, nas orientações sexuais, nas classes sociais, nas religiosidades.



Teorias e práticas pedagógicas estão sendo experimentadas no Programa Residência Agrária e trazem na sua origem a possibilidade de construção compartilhada de outra realidade, alicerçada na equidade, no reconhecimento do protagonismo de estudantes, na ação orquestrada aonde cada sujeito da história intervêm para a sua mudança e de seu coletivo.

Referências Bibliográficas

FAZENDA, Ivani C. A. (Org.) **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papyrus, 1994

INTEGRAÇÃO Social. In: Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. Disponível na WWW: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$integracao-social](http://www.infopedia.pt/$integracao-social)>. Acesso em: 25 jan. 2012.

ROCHA, Leliane Aparecida Castro. **Projetos Interdisciplinares de Extensão Universitária: ações transformadoras**. Mogi das Cruzes: UBC, 2007. 84 f.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. Ação da teoria e prática no Programa Residência Agrária/UFC: produzindo saber e poder de caráter emancipatório. In: **Escola, comunidade e movimento social: territórios educativos na educação do campo**. Coleção Caminhos da Educação do Campo, UFMG. No prelo, 2012.

MOLINA, Mônica C.; ESMERALDO, Gema G. S. L.; NEUMANN, Pedro S.; BERGAMASCO, Sonia M. P. P. (Orgs.) **Educação do Campo e Formação**



Profissional: A experiência do Programa Residência Agrária. Brasília: MDA/NEAD, 2009, 424p.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. **Um discurso sobre as ciências**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.



GT 6 - Educação inclusiva, propostas diferenciadas e avaliação: desafios da interculturalidade à Educação do/no campo.

Uma análise do PRONERA como Política Pública de Educação na Reforma Agrária: a realidade no estado de São Paulo

M^a Elcineide de A. Marialva¹

¹Mestre em Educação, Professora PARFOR/Pedagogia/UFPA, UNICAMP, E-mail: elcineide@yahoo.com.br

Resumo

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária como política pública articulada e protagonizada por meio da mobilização dos movimentos sociais no embate com o Estado, tem cumprido um papel fundamental no cenário educacional, principalmente no que concerne a Educação de Jovens e Adultos assentados da Reforma Agrária. Busca contribuir com a elevação da escolaridade – nos níveis fundamental, médio e superior- e com a formação continuada de educadores. Além disso, tem por propósito fortalecer a discussão de Educação do Campo, cujos princípios buscam a valorização da identidade do camponês e o seu reconhecimento como sujeito integrante da sociedade e portador de uma história e de uma cultura próprias. Por isso, o presente artigo tem por objetivo apontar avanços e desafios do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, a partir da experiência no estado de São Paulo no período de 1998 a 2010. Nossas fontes foram as publicações, documentos oficiais e pesquisas recentes sobre a realidade da educação no campo e no que se refere ao PRONERA.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Políticas Públicas, PRONERA, Reforma Agrária.



Introdução

A crise estrutural capitalista e a mundialização do capital, com a emergência de um modo de acumulação predominantemente financeiro, nas décadas finais do século XX, passam a requerer a elaboração

[...] de um novo homem coletivo, conforme aos novos requerimentos da reprodução das relações sociais vigentes. Por outro lado, o desemprego estrutural, a precarização das relações de trabalho e das condições de vida de um contingente cada vez maior de trabalhadores levam o capital a redefinir suas estratégias de busca do consenso da maioria das populações no limiar do século XXI (NEVES, 2005, p. 32).

Com a ascensão dos governos neoliberais, a partir da década de 1980, o Estado de bem-estar social passa por um processo de reestruturação. Ao propugnar o Estado de Bem-Estar Social como principal causa da crise do capital passa a defender as privatizações e cortes orçamentários nas políticas públicas engendrando assim o “Estado mínimo” socialmente e “máximo” economicamente.

Nesse contexto de fragmentação das lutas da classe a Educação do Campo enfrenta um desafio permanente. Afirma uma especificidade, que não pode resvalar para um reducionismo: a necessidade de apropriação da escola pela classe trabalhadora do campo, cuja existência foi desconsiderada tanto na definição das políticas públicas quanto no debate de educação e de nação que historicamente vem sendo travado.

O conceito de sociedade civil organizada no contexto das transformações recentes ocorridas no modo de produção capitalista, buscando situar o MST que concebe a reforma agrária como uma política de desconcentração da propriedade da terra, e por isso vê nos programas oficiais meras políticas compensatórias e, o movimento de Educação do Campo em relação às formas de participação política estimuladas pelo projeto neoliberal.

Trata-se de uma luta coletiva para superar, de um lado, a histórica marginalização e precarização das escolas rurais; e, de outro, por uma educação que respeite a identidade e a história de seus sujeitos, que considere a existência, no campo, de uma realidade social, política, econômica, cultural e organizativa complexa. Além disso, como destaca Caldart (2008, p. 74-75),

o campo não é qualquer particularidade, nem uma particularidade menor. Ela diz respeito a uma boa parte da população do país [...] . Não é possível pensar um projeto de país, de nação, sem pensar um projeto de campo, um lugar social para seus sujeitos concretos, para seus processos produtivos, de trabalho, de cultura, de educação. [...] a antinomia estabelecida, a visão hierárquica entre campo e cidade foi produzida historicamente e sua superação faz parte de uma nova ordem social.



No final da década de 1990, com a constituição de um movimento nacional por uma Educação do Campo assistimos no Brasil à emergência de novos sujeitos sociais² na disputa pela formulação de políticas públicas. Dentre estas disputa foi articulado e protagonizado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA.

A partir da análise dos Manuais de Operação do Pronera, dos Relatórios Técnico-Pedagógicos, artigos publicados sobre a experiência e entrevistas com representantes da Comissão Nacional do PRONERA, Coletivo de Educação do MST foi possível uma reconstituição histórica das atividades e experiências desenvolvidas, dos percalços enfrentados com a implementação e execução do PRONERA no estado de São Paulo.

O protagonismo dos sujeitos do campo na Educação do Campo, apontando limites e contradições, especialmente no âmbito do PRONERA criado oficialmente em abril de 1998, a partir das mobilizações dos movimentos sociais, em especial o MST. Seu público-alvo são jovens e adultos das áreas de reforma agrária, da alfabetização ao ensino superior.

2 - O protagonismo dos movimentos sociais do campo

Pela primeira vez na história do Brasil, a luta por uma concepção de Educação do Campo afirmou a mobilização dos camponeses na disputa pelo protagonismo na construção de políticas públicas. Historicamente, a educação rural consistiu nas iniciativas do Estado em organizar a educação para os trabalhadores do campo, de acordo com os interesses do capital, caracterizando-se pela marginalização dessa população e pelo caráter de política compensatória, de abafar os conflitos resultantes da contradição de classe no meio rural.

Para o MST, o protagonismo dos sujeitos do campo na educação vai muito além. Entre os seus princípios pedagógicos, aparece, com destaque, a gestão democrática (MST, 1997). Democracia entendida no sentido proposto por Coutinho (2002), de crescente socialização da participação política. Educandos, educadores e comunidade são convocados a participar, de forma devidamente organizada, da gestão de todo o processo educativo.

O trabalho educativo do MST desenvolve-se em sentido oposto: propõe uma educação sob controle dos trabalhadores, com financiamento do Estado, que evidentemente também esbarra em limites e contradições, como é o caso do

² Movimentos Sociais Populares do Campo, destacando-se entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST.



PRONERA. As ações educativas do MST multiplicaram-se rapidamente depois que o PRONERA, que começou na alfabetização de jovens e adultos, passou a incluir a formação profissional de nível médio e superior.

Esse fato permitiu o acesso à formação profissional escolar para um número significativo de jovens que fazem parte de uma população historicamente excluída. Mesmo assim, a insuficiência de recursos é evidente. No caso do PRONERA, o programa se destina a atender demandas pontuais e temporárias, desconsiderando a precariedade material das escolas rurais e forçando à busca de recursos financeiros para manter suas ações educativas. Segundo Molina(2010) “vem se multiplicando as ações civis e públicas contra o PRONERA”. No ano de 2008, ficou bastante clara a operação de desmonte do PRONERA, visando evidentemente, retirar o programa de toda e qualquer influência da proposta pedagógica dos movimentos sociais, em especial do MST.

3 – O PRONERA no estado de São Paulo

Ao longo do século XX, a ocupação do território paulista foi marcada por frequentes disputas e conflitos pela e por propriedade da terra. Alguns dos conflitos fundiários ocorreram ainda nos anos de 1960 na região do Pontal de Paranapanema e desde então tantos outros foram acontecendo. Estes conflitos foram protagonizados principalmente por posseiros, bóias-frias e trabalhadores desempregados devido a finalização das obras das usinas hidrelétricas da região sudeste.

Na década de 1980, ocorreram intensas ocupações de terra advindas da mobilização do MST, dando uma nova configuração ao movimento pela reforma agrária. Esses episódios de ocupações tiveram apoio de setores da igreja Católica. Em meados da década de 1980, iniciaram as primeiras ocupações, tendo como espaço a Fazenda Pirituba, localizada nos municípios de Itapeva e Itaberá. Houveram também ocupações em Sumaré, região de Campinas. Esses episódios se justificam pela interiorização da indústria levando a cabo uma intensa urbanização no estado de São Paulo, além de atrair mão de obra de outras regiões do país, acarretando num elevado contingente de migrantes, onde boa parte destes vieram do meio rural, por terem sido expropriados de suas terras.

Mediante estes fatos, a intervenção governamental para amenizar os conflitos fundiários veio em parte a reboque da demanda dos trabalhadores rurais organizados na luta pelo acesso à terra. Nesse sentido, o governo do estado de São Paulo, sob a



adiministração de Franco Montoro, fixou uma política fundiária de assentamentos³ com base no aproveitamento de terras públicas ociosas ou subaproveitadas por meio de concessões do uso da terra a trabalhadores que a reivindicavam⁴.

Uma nova fase de implementação de políticas fundiárias ocorreu durante o mandato de Mário Covas (1995 e 2001), quando assumiu as terras públicas do Pontal de Paranapanema. Este governo agiu em função da reorganização fundiária e com isso a tentativa de responder aos conflitos de terra. Sendo assim, as políticas fundiárias paulistas que deram origem aos assentamentos rurais foram produto do jogo de forças existentes nesse período configurada na alteridade dos movimentos sociais *versus* Estado.

Desse modo, a conquista dos assentamentos rurais através das lutas e dos conflitos de terra, significava para as famílias de trabalhadores rurais, novas possibilidades de inserção econômica, política e social, além de se tornar o ponto de partida para novas conquistas por direito e participação da população dos projetos de assentamentos. De acordo com Di Pierro e Andrade (2009), “*a própria categoria de assentado/a é a expressão dessa identidade em construção*”.

Nessa perspectiva, e não muito diferente das lutas e dos conflitos por terra, a educação também por meio de tensões e embates junto ao poder público, se torna um dos principais elementos de desenvolvimento para os assentamentos. Uma das primeiras demandas da população assentada está relacionada à escolarização das crianças, jovens e adultos dos projetos de assentamentos da reforma agrária. Alguns estudos⁵ relacionados aos impactos da reforma agrária demonstram que a população assentada tende a ativar demandas por educação. Com nos diz Abramovay e Rua in Di Pierro e Andrade (2009),

os assentados “atribuem grande valor à educação, em suas diversas acepções, e são capazes de muitos esforços para superar tanto os obstáculos ao prosseguimento de estudos como a baixa qualidade do ensino e as difíceis condições de frequência à escola nos assentamentos”. (DI PIERRO e ANDRADE, 2009, p.248)

³ Plano de Valorização de Terras Públicas - este plano resultou em dois projetos de assentamento no município de Araras e um projeto no município de Casa Branca, totalizando 44 famílias assentadas.

⁴ DI PIERRO, Maria Clara e ANDRADE, Marcia Regina. **Escolarização em assentamentos no estado de São Paulo: uma análise da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária 2004**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 41 maio/ago. 2009

⁵ Bergamasco, Souza & Chaves, (2005); Leite *et al.*, (2004), Abramovay e Rua (2001)



De acordo com Di Pierro e Andrade (2009), a PNERA⁶ no estado de São Paulo coletou informações de 166 assentamentos localizados em 58 municípios. Os dados da investigação permitiram inferir o conjunto da população assentada no estado de São Paulo, estimada em aproximadamente 40.000.000 pessoas. A população adulta ente os 20 e 50 anos de idade é proporcionalmente menor que a média do Estado, de acordo com Andrade e Di Pierro (2009), isso ocorre “*em virtude da migração dos jovens para as zonas urbanas em busca de melhores oportunidades de trabalho e renda*”, por isso que temos um resultado de uma população adulta nos assentamentos relativamente envelhecida.

Com relação à educação escolar nos assentamentos rurais do estado de São Paulo, o PNERA (2004), reconheceu 85 escolas localizadas dentro ou no entorno dos assentamentos paulistas tanto federal quanto estadual. Estas escolas encontravam-se situadas em 31 municípios e atendiam em torno de 50 assentamentos, o que equivale a 30% dos assentamentos existentes no estado.

De acordo com Di Pierro e Andrade (2009), o fato de que a PNERA não encontrou escolas na maior parte das áreas de assentamentos é forte evidência de que população estudantil assentada procura frequentar as escolas localizadas nos espaços urbanos. Com base nos dados da PNERA (2004), fica evidente que a maioria dos estabelecimentos escolares que atendiam os assentamentos rurais paulistas eram mantido pelo poder público municipal (50%) e estadual (40%). A pesquisa registrou apenas sete escolas particulares sem fins lucrativos sendo duas de caráter filantrópico e cinco unidades comunitárias de iniciativa dos sindicatos, das associações ou do movimento de trabalhadores rurais.

A PNERA revelou também que há uma proporção expressiva de escolas de ensino fundamental localizadas nos assentamentos que adotam turmas multisseriadas⁷, compreendendo 44,6% do total de salas das escolas dos assentamentos rurais, isto se justifica pelo reduzido número de alunos matriculados em cada série ou ciclo que atinge apenas 77% e/ou pela falta de espaços para distribuir os alunos em séries ou ciclos (15,

⁶ PNERA - Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária realizada pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Educação (MEC), por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do INEP, com a finalidade de obter um diagnóstico da situação educacional nos assentamentos rurais que subsidiasse políticas de educação do campo. De abrangência nacional, o levantamento foi realizado em fins de 2004 em 5.595 assentamentos rurais de todo o país, distribuídos em 1.651 municípios brasileiros, propondo recensear todos os assentamentos legalizados a partir de 1985.

⁷A palavra multisseriada significa: **Multi** = vários; **Seriado** = séries; logo, pode ser caracterizado por um conjunto de séries dentro de uma única sala de aula. (Arroyo, 2004, p.81)



4%). Em 2004, os 85 unidades escolares identificadas pela PNERA atendiam aproximadamente dez mil alunos da Educação Básica nos assentamentos rurais paulista.

A maior parte dos estabelecimentos de ensino e 63% da matrículas encontravam concentradas no ensino fundamental, especialmente nas séries iniciais, que equivalem a 36%. Outra observação importante refere-se a modalidade de EJA que apresenta um total de 716 alunos, o que equivale a 7,2 % de matrículas na educação de jovens e adultos, atendidos em 37 escolas das 85 existentes nos assentamentos rurais paulistas. Esse indicador nos leva a inferir considerando que a população jovem e adulta assentada equivale a 52,9%, o atendimento das matrículas desse grupo em relação a demanda é muito pequena.

Como se trata de um processo em movimento, o ITESP revelou um pequeno crescimento no número total de famílias. Em 22 anos de história, as famílias assentadas conquistaram cinco escolas públicas (três da rede estadual e duas da rede municipal de Itapeva), as quais oferecem ensino básico, bem como ensino supletivo, que mais recentemente vem sendo oferecido aos jovens e adultos que não tiveram possibilidades de continuar seus estudos na idade considerada regular, e que estão podendo, paulatinamente retornar à escola, devido à ampliação de vagas para essa modalidade de ensino, resultado também de reuniões entre lideranças das agrovilas com o poder público local.

Para Di Pierro e Andrade (2009), a escolarização dos jovens e adultos assentados no estado de São Paulo ainda é um desafio que precisa ser superado,

“a população jovem e adulta com 18 anos ou mais de idade seria superior a 31 mil pessoas, a maioria das quais possui pouca escolaridade: 12% eram analfabetos absolutos e 40% tinham no máximo quatro anos de estudos (podendo ser classificados como analfabetos funcionais). O índice de analfabetismo registrado na amostra de assentados com idade superior a 15 anos – 11,9% – é superior à média da população rural do estado (10,3%). (DI PIERRO e ANDRADE, 2009, p.253)

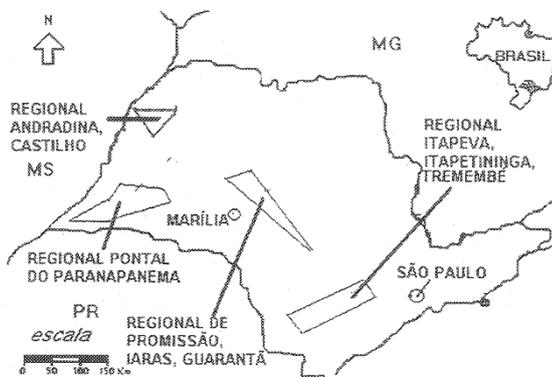
As informações da PNERA (2004), apresentam também algumas iniciativas educacionais do governo federal voltadas para alfabetização de jovens e adultos, tais como: Programa Brasil Alfabetizado, Programa Alfabetização Solidária, PRONERA, presentes nos assentamentos rurais paulistas. Porém a presença destes programas não era tão significativa para a alfabetização da população jovem e adulta assentada, pois apenas sete das 85 escolas realizavam alfabetização de jovens e adultos.

Nesse sentido, as ações educativas do PRONERA estão presentes nas áreas de assentamentos distribuídas nas regiões do estado de São Paulo, tais como: Regional do



Pontal de Paranapanema⁸, Regional de Andradina, Regional de Itapeva, entre outras, como podemos observar na Figura 1.

Figura 1: Mapa de atuação do PRONERA no estado de São Paulo – 1999⁹.



Fonte: Relatório Parcial de Atividades do PRONERA/EJA/SP – 1999

De acordo com atual assessoradora do PRONERA no INCRA de São Paulo, “o Programa está presente em todos os assentamentos paulistas, ou seja, é difícil dizer que está em um ou outro assentamento, porque os alunos dos projetos acompanhados pelo PRONERA vem de todos os assentamentos rurais paulistas¹⁰”.

Silva (2001) em seu estudo “Práticas educativas dos assentados no sudoeste paulista: um olhar sobre o PRONERA”, apresentou informações e reflexões a respeito da educação de jovens e adultos no assentamento de Itapeva (localizado na região sudoeste do estado de São Paulo), a partir da implementação do PRONERA. Dessa forma, revela que a experiência do PRONERA no estado de São Paulo, teve início em 1998, como a implementação do Projeto de Educação de Jovens e Adultos, em parceria com a UNESP de Marília, INCRA/SP e o MST/SP. Afirma ainda que esse projeto só se “tornou possível devido às condições de organização interna existente a priori no assentamento de Itapeva, além da influência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra na organização do assentamento”.

De acordo com o Relatório Parcial de Atividades/EJA/SP (1999), o PRONERA em São Paulo, iniciou suas atividades em 1998 através da articulação do Projeto de Educação de Jovens e Adultos, fruto da parceria entre UNESP/Marília/SP, INCRA/SP e MST/SP, que contou com a participação de 800 alfabetizandos, 40 alfabetizandos, 4

⁸ Enfatizamos o papel do ITESP como mediador entre o governo e os movimentos sociais, destacando que no ano de 1995, durante o governo Mário Covas, a Fundação ofereceu forte apoio à luta pela terra, por ter participado no Plano de Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema, considerado por ela como um marco das políticas públicas voltadas para reforma agrária no estado de São Paulo.

⁹ Extraído da Dissertação de Mestrado de Edvaneide Barbosa da Silva – 2001.

¹⁰ Questionário aplicado em 13 de junho de 2011.



coordenadores locais do movimento social, 4 coordenadores locais/alunos universitários, 1 professor universitário e professores especialistas por área do conhecimento¹¹. Este Projeto atendeu assentados das regiões de Andradina (10 salas/200 alfabetizando), Itapeva/Itapetininga/Tremembé (com 11 salas/220 alfabetizando); Pontal do Paranapanema (12 salas/240 alfabetizando) e Promissão/Guarantã/Iaras (com 7 salas/140 alfabetizando). O Projeto em questão teve duração de 14 meses com previsto no Manual de Operações do PRONERA de 1998. Conforme Silva (2001), a questão pedagógica do Projeto EJA/SP ficou à cargo da UNESP campus de Marília e teve por referência a proposta do MST, com relação aos recursos financeiros para a manutenção das ações desenvolvidas pelo Projeto, estes eram repassados por meio do INCRA/SP à FUNDEPE, e por esta eram administrados.

Então, mediante assinatura do Convênio EJA/SP, identificado da seguinte maneira:

Termo cooperação de Convênio PRONERA/EJA/SP, que entre si celebram a FUNDEPE - Fundação para o Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão da UNESP – Campus de Marília, ficando responsável por administrar e prestar contas deste convênio, INCRA – SR08/SP – fica responsável de repassar recursos financeiros.

Registra-se: trata-se de um convênio de cooperação técnica e financeira entre a FUNDEPE/UNESP – Campus de Marília e INCRA/SP, o que significa dizer que o repasse de recursos financeiros implica na responsabilidade financeira de ambas as partes. Sendo que a Fundação é quem presta contas junto ao TCU.

Com relação a avaliação do Convênio EJA/SP em Itapeva, Silva (2001) pontua alguns problemas, priorizamos aqui os que envolvem a questão da parceria entre os sujeitos envolvidos, vejamos:

As avaliações apresentadas *pelos parceiros* são dicotômicas. Embora estejam clamando por um trabalho sistemático no processo de formação dos monitores, *o representante* do MST responsabiliza a universidade por não ter realizado essa tarefa a contento. Por sua vez, o representante da UNESP/Marília responsabiliza o MST por não ter participado do *Projeto* de maneira mais comprometida (...) até aqui, as divergências de avaliação sobre o Projeto EJA/SP, isto é, a universidade em posição contrária ao Movimento e vice-versa. (...) em relação à atuação do INCRA-SP, o o representante da UNESP/Marília, informa que esse parceiro começou tardiamente a atuar no Projeto EJA/SP. (SILVA, 2001, p. 135-138, *grifos no original*)

A avaliação citada serve de referência para refletirmos de que maneira o PRONERA por meio do Projeto de EJA/SP vem se desenvolvendo em Itapeva.

¹¹ O Projeto de Educação de Jovens e Adultos seguiu as recomendações do Manual de Operações do PRONERA de 1998.



Podemos afirmar que há dificuldades na articulação entre os parceiros que geram uma certa fragilidade ao Projeto. As atribuições e responsabilidades dos parceiros, mesmo que acordadas na negociação do Convênio deixam a desejar. É possível perceber por exemplo que a “queixa” é presente por parte da universidade em relação ao MST que não atuou de forma comprometida, da universidade em relação ao INCRA que não acompanhou o Projeto desde o início, o movimento social por sua vez crítica a universidade por não ter cumprido sua tarefa de formadora. Acreditamos que essa postura dos parceiros trouxe prejuízos ao Projeto. A insuficiente articulação institucional foi recorrente no Projeto EJA/SP.

No Relatório Parcial de Atividades EJA/SP (1999), o coordenador do Projeto EJA/SP faz referência as dificuldades encontradas principalmente no que tange a participação do movimento social nas ações educativas que viriam ser desenvolvidas com a aprovação desse Projeto pela Comissão Pedagógica do PRONERA, assim expõe:

“[...] o que notei é que [a aprovação do Programa (Convênio EJA/SP)] pegou o movimento de surpresa, o movimento não acreditava que fosse sair mesmo. Então, quando saiu foi uma correria para conseguir juntar as pessoas que iriam acompanhar o projeto. A direção do movimento no estado de São Paulo não conseguia se definir, quem iria acompanhar o projeto. Então eu diria que primeiros seis meses foi uma batalha, a gente tentava marcar reunião com o movimento, mas não tinha agenda [...]. Então, isso foi criando alguns conflitos entre a universidade e o movimento”. (Retirado da Dissertação de Mestrado de Edvaneide da Silva, 2001, p. 135)

Nessa mesma direção, a integrante do Setor de Educação do MST em São Paulo afirma que *“o primeiro projeto foi de EJA com a UNESP de Marília em 1998, teve alguns entraves e não envolveu todas as regionais, contudo, os projetos paralelos para formação dos educadores colocou na pauta a necessidade de criação outros cursos”*.

Uma outra ação viabilizada com a parceria da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) foi a Educação de jovens e adultos (EJA) – 1º segmento em nível fundamental, INCRA/SP e a Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (Omaquesp). O convênio teve início no ano de 2007 e teve vigência até dezembro de 2010. O curso previa a formação de 400 alunos, mas com as desistências, somente 302 se formaram. O curso de alfabetização de jovens e adultos (EJA) celebrado com a (UNIMEP), previa o pagamento da última parcela em 2009, no valor de R\$ 135.900,00. Esse valor foi empenhado em 2009, depois foi transferido somente à UNIMEP em 2010.

Outro Convênio foi o de Técnico em Agropecuário a nível Médio, realizado em parceria com Cotuca/FEAGRI/UNICAMP, MST e INCRA. Primeira turma de



Agroecologia do estado de São Paulo, teve como perspectiva a construção de uma nova matriz de desenvolvimento para o campo brasileiro, com uma produção diversificada e sem a utilização de agrotóxicos. O curso foi promovido pelo Instituto Laudenor de Souza, em parceria com o Centro Técnico de Campinas (COTUCA) e a Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri), por meio do do financiamento e acompanhamento do PRONERA. Foram atendidos 100 trabalhadores rurais assentados de Itapeva, Ribeirão Preto e Pontal do Paranapanema. Tendo por objetivos o desenvolvimento de pesquisas, que apontem meios de aperfeiçoar a aplicação de métodos agroecológicos, assim como a construção de alternativas para o campo numa perspectiva e concepção de um desenvolvimento rural sustentável.

Desse modo, a coordenação do Instituto Laudenor de Souza avaliou que a agroecologia tem se mostrado um meio real para efetivar a transição do modelo agricultor convencional e a implementação de técnicas que integrem ser humano e ambiente, valorizando o conhecimento adquirido pelas culturas tradicionais e a biodiversidade, na produção agrícola¹².

O Relatório de Gestão 2010 SR08/SP expõe com relação à ao Convênio Técnico em Agropecuário, que:

“[...] vale ressaltar a parceria estratégica entre o INCRA, movimentos sociais, UNICAMP/FEAGRI e Colégio Técnico da UNICAMP (COTUCA), para o desenvolvimento do curso técnico em agroecologia, associado ao nível médio, direcionado a jovens e adultos, com duração de 3 anos. Essa parceria só foi possível com a inserção do COTUCA/UNICAMP [...]. Em relação aos gastos, a maioria das despesas, concentram se em: consumo (aquisição de material didático e pedagógico, material de expediente, combustível, manutenção de veículos); pagamento de pessoa jurídica (locação de espaço, hospedagem, alimentação e aquisição de livros); pagamento de diárias aos professores para acompanhamento do tempo comunidade; despesa de locomoção (aquisição de passagens aéreas e/ou terrestre e locação de veículos)”. (RELATÓRIO DE GESTÃO SR-08/SP, 2010, p. 80-81).

Ainda tendo por base o Relatório de Gestão 2010 SR08/SP, principalmente no que concerne a questão dos problemas ocorridos durante a execução das ações educativas vinculadas ao PRONERA percebemos que o maior refere-se à desistência de alguns alunos no decorrer dos períodos de alternâncias. Segundo consta nesse Relatório (2010) esse problema foi identificado em maior grau nos cursos de EJA e de Agroecologia. Na maioria dos casos isso ocorreu devido os educandos constituírem força de trabalho nos lotes da família, tendo dificuldades de ausentarem-se dos assentamentos durante parte

¹² <http://www.mst.org.br/Instituto-forma-primeira-turma-de-agroecologia-em-SP> e <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000320532>



do ano, mesmo que as atividades sejam realizadas a partir da metodologia de alternância.

Um outro problema pontuado no Relatório (2010) refere-se à liberação, pelo INCRA, dos recursos orçamentários fora dos prazos previstos, afetando o cumprimento dos cronogramas inicialmente acordados no Convênio em questão. Porém, prejuízos maiores quanto às atividades programadas não ocorreram graças à dedicação dos professores universitários, muitos dos quais não recebem remuneração pelo trabalho executado.

Percebemos a partir das informações do Relatório de Gestão INCRA SR08/SP (2010) que haviam 3 Convênios de cursos superiores em andamento no ano de 2010, em parceria entre Superintendência Regional do INCRA/SP, Universidades públicas e os movimentos sociais, a saber:

- UNESP: Graduação em Geografia, com habilitação em licenciatura e bacharelado (duração de 5 anos). Teve início em dezembro de 2006 e terá vigência até dezembro de 2011.
- UFSCar: Licenciatura em Pedagogia (duração de 4 anos). Teve início em outubro de 2007 e terá vigência até janeiro de 2012.
- UFSCar: Bacharelado em Agronomia (duração de 5 anos). Teve início em outubro de 2007 e terá vigência até janeiro de 2013.

Segundo o mesmo Relatório (2010) todos os cursos tiveram as demandas dos movimentos sociais contempladas na construção do projeto pedagógico, sendo que os mesmos seguiram as diretrizes curriculares estabelecidas pelo MEC e atenderam simultaneamente a legislação específica de cada universidade. Os cursos são desenvolvidos na modalidade de alternância, com os tempos distribuídos em Tempo Escola e etapas à distância, denominadas Tempo Comunidade, onde os educandos colocam em prática os conteúdos apreendidos e adquiridos no Tempo Escola.

Além desses exemplos de convênios financiados e acompanhados pelo PRONERA, foram implementados outros projetos nos níveis de ensino fundamental, médio e superior. Então de maneira sistematizada apresentamos o configuração dos Convênios do PRONERA no estado de São Paulo no que tange o total de convênios firmados em parceria com INCRA/SP, universidades e movimentos sociais, nível e modalidade de ensino, total de beneficiários, parceiros e o valor estimado de cada ação, vejamos a tabela 1.



Tabela 1: Síntese do PRONERA no estado de São Paulo – 1999 a 2009.

Total de Convênios	Nível/Modalidade de Ensino	Total de Beneficiários	Parceiros/ Proponentes	Valor Total (R\$) ¹³
4	EJA/Fundamental	1.961	5	851.242,43
2	Médio	116	4	133.506,10
9	Superior	551	11	1.460.518,22
15	-	2.628	-	2.445.266,75

Fonte: INCRA/SR-08/São Paulo

A tabela 16 nos mostra as ações educativas desenvolvidas a partir do financiamento do PRONERA no estado de São Paulo. Percebemos que há uma concentração de convênios em nível Superior, como já alertava Andrade e Di Pierro (2009) sob a necessidade de ampliação de oportunidades de acesso da população assentada ao ensino superior, mediante ampliação do PRONERA.

Em seu estudo Rezende (2010) faz referência sobre os cursos superiores financiados pelo PRONERA no estado de São Paulo, onde diz que:

[...] Os projetos do PRONERA não são distribuídos de forma equitativa por todos os estados brasileiros, pois a criação de cursos depende da correlação de forças e da relação política entre movimentos sociais e sindicais do campo, universidades e superintendência estadual do INCRA/Pronea. A criação de cursos universitários vinculados ao programa, no estado de São Paulo, ocorreu de forma tardia, em relação a outros estados. (REZENDE, 2010, p.47)

No que concerne a questão dos recursos financeiros, estes foram aplicados em cursos que já haviam iniciado antes de 2010 e que durante esse ano continuaram em exercício. Não houve celebração de novos convênios vinculados ao PRONERA no estado de São Paulo apesar da demanda existente, em função da determinação do Acórdão 2653 – TCU. Este acórdão proibiu a realização de convênios de novos convênios, determinando ao INCRA que ao invés de firmar convênios com as universidades faça licitação¹⁴ para oferecer os cursos de alfabetização até a pós-graduação.

A fala da integrante do Setor de Educação do MST/SP, evidencia claramente como podemos observar:

“Desde a criação do PRONERA havia a consciência de que se este não se tornasse uma política pública corria o risco de ser extinto, portanto sempre existiu pressão para que o governo desse esse salto, somente em novembro do ano passado, após dois anos de total estagnação por causa do Acórdão do TCU que proibia a celebração convênios, é que conseguimos essa vitória. Pelo pouco tempo, ainda não conseguimos visualizar muitas alterações”. (Questionário aplicado em maio de 2011)

¹³ Os dados sobre o investimento das ações do PRONERA no estado de São Paulo é do período de 2003 a 2008.

¹⁴ Com adoção da licitação participariam da concorrência as universidades públicas federais e estaduais, instituições privadas de ensino e Organizações Não Governamentais (ONGs).



Além disso, o Acórdão também proíbe a participação dos movimentos sociais durante o planejamento, execução e acompanhamento do PRONERA. A determinação surgiu da denúncia da corrupção por parte de um caso isolado de convênio celebrado entre o INCRA e uma das universidade parceiras. A informação de corrupção partiu de um aluno de Agronomia da universidade que afirmou que *“grande parte do orçamento do PRONERA era repassado ao Movimento Sem Terra (MST) ¹⁵”*.

Nessa direção, a coordenadora nacional do Pronera, defendeu a participação dos movimentos sociais no programa, quando afirma que *“está amparada pela Constituição Federal e pela legislação educacional. O Pronera é justamente uma conquista dos movimentos sociais.”*

Devido a morosidade na liberação dos recursos para o Programa, o MST organizou a ocupação da superintendência do INCRA em 20 estados, onde os militantes desenvolveram atividades de formação e alfabetização nos acampamentos organizados nas próprias superintendências regionais ocupadas. Porém, em consequência desse ato a verba foi liberada.

No caso do estado de São Paulo esse ato não foi diferente. Em 2009, veiculou na mídia sobre o corte de recursos financeiros para manutenção dos cursos vinculados ao PRONERA, sob a manchete: “MST protesta contra corte de verba em cursos para militantes”, o jornal *O ESTADO DE S. PAULO* trouxe a seguinte informação:

“O Movimento dos Sem-Terra (MST) realizou ontem manifestações em 15 Estados para protestar contra a diminuição dos recursos destinados ao Programa Nacional de Educação em Áreas da Reforma Agrária (Pronera). De acordo com informações divulgadas pela liderança do movimento – e confirmadas pelo governo – a redução foi de 62%. Dos R\$ 69 milhões previstos para o orçamento do Pronera neste ano, só devem ser liberados R\$ 26 milhões. [...] Em São Paulo os sem-terra ocuparam a sede na capital e o posto regional do INCRA em Teodoro Sampaio, na região do Pontal do Paranapanema, no extremo oeste do Estado. De acordo com o coordenador regional do movimento, Valmir Chaves, a ação teve como objetivo também pressionar o Incra para dar sequência à reforma agrária na região. (JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO*, A10-NACIONAL, 9 DE JUNHO DE 2009)

Diante desse fato, os movimentos sociais, algumas vezes, acabaram colaborando para o andamento dos cursos do PRONERA e com isso reforçando o compromisso político dos próprios movimentos. Isto é muito presente no depoimento da integrante do Setor de Educação do MST/SP, observamos:

¹⁵ Reitores pedem continuidade do PRONERA. Notícias 18/08/2010. UnB Agência. Disponível em: <http://www.correioweb.com.br/euestudante/noticias.php?id=13312>



“Pelo próprio histórico do PRONERA, em todos os estados ele só se concretiza pelo intervenção direta dos Movimentos Sociais, o governo repassa o recurso, mas a universidade não vai nos procurar para construir os projetos, o público é nosso então temos que procurá-las e acompanhar todo o processo”. (Questionário aplicado em maio de 2011)

Em meio a esse campo de disputas tem-se muito claro que o PRONERA no estado de São Paulo é uma oportunidade imprescindível para possibilitar que a população assentada da reforma agrária continue lutando na valorização do conhecimento e pela formação com objetivo de enfrentar e interpretar o momento que estão vivendo e as contradições que povoam a sociedade no século XXI. A luta pelo acesso à educação em todos os níveis de ensino, principalmente ter o acesso à universidade pública, à formação profissional e à habilitação de qualidade é um dos mecanismos para superação de parte das barreiras enfrentadas pela população que vivem em assentamentos da Reforma Agrária.

4 - Algumas considerações

As lutas e reivindicações por políticas públicas sociais, têm introduzido mudanças significativas na pauta política do país. Dentre elas o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária – PRONERA protagonizado a partir da mobilização dos movimentos sociais, tem como objetivo a ampliação dos níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados, além de se propor a apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento de acampamentos e assentamentos.

Uma análise da experiência concreta do PRONERA no estado de São Paulo que vem sendo desenvolvidas aponta para as dificuldades, tensões e contradições, aponta para alguns avanços e desafios na implementação e execução de políticas públicas de educação.

Por fim, é importante ressaltarmos que apesar das dificuldades, dos limites e dos impasses do PRONERA isso não impediu de torná-lo uma política de Estado, uma política pública que resultou da tomada de consciência política dos movimentos sociais em luta constante com o Estado para garantir o direito à educação de sua demanda assentada da Reforma Agrária.

5 - Referências



- ANDRADE, Márcia Regina et al (Orgs.). A educação na reforma agrária em perspectiva: uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Brasília; São Paulo: Ação Educativa, Nead, Pronera/Incra/MDA. 2004.
- CALDART, R. S. **Sobre Educação do Campo**. III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Luziânia, GO: 2007 (mimeo).
- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia na batalha das idéias e na lutas políticas do Brasil de hoje. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni. **Democracia e construção do público no Pensamento Educacional Brasileiro**. Petrópolis, Vozes, 2002.
- DI PIERRO, Maria Clara e ANDRADE, Marcia Regina. **Escolarização em assentamentos no estado de São Paulo: uma análise da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária 2004**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 41 maio/ago. 2009
- MOLINA, M.C. (org). **Educação do Campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília: MDA/MEC, 2010.
- REZENDE, Janaina Ribeiro. **Os sentidos da formação em pedagogia da terra: o caso das militantes do MST no estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2010
- SILVA, Edvaneide Barbosa da. Educação e Reforma Agrária: Práticas Educativas de Assentamentos do Sudoeste Paulista. São Paulo: Xamã, 2004.
- SANTOS, Clarice Aparecida (org.) Por uma Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação. Coleção por uma Educação do Campo, vol. 7. Brasília: Incra; MDA, 2008, p. 67-86.



Encontro da Rede de Estudos **RURAIS**

DESENVOLVIMENTO, RURALIDADES E
AMBIENTALIZAÇÃO: PARADIGMAS E ATORES EM CONFLITO
03 a 06 de junho de 2012.

GT7

ESTADO E INTERESSES PATRONAIS AGROINDUSTRIAIS NA AMERICA LATINA

COORDENAÇÃO

ANTÔNIO CLAUDIO RABELLO

REGINA LANDIM BRUNO

SONIA REGINA DE MENDONÇA



GT 7 – Estado e interesses patronais rurais-agroindustriais
na América Latina

“Estado e agricultura: uma perspectiva histórica”

Gerardo Cerdas Vega¹

1Doutorando Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). E-mail: gerardocerdasv@gmail.com

Resumo

O artigo pretende discutir, desde uma perspectiva histórica, o papel da intervenção do Estado no desenvolvimento do capitalismo na agricultura, partindo do exemplo dos países capitalistas mais avançados, onde as políticas públicas voltadas para o setor desempenharam desde muito cedo um papel central na transformação da base tecnológica e produtiva agrícolas. Nesse sentido, é analisado o caso brasileiro e a relação que no país existe entre Estado e os setores dominantes do agronegócio, com a intenção de favorecer o debate sobre o rumo atual das políticas públicas voltadas para a inserção do país no mercado mundial de *commodities* agrícolas.

Palavras chave: Agronegócio, Estado, políticas públicas, agricultura.



Introdução

O presente documento busca desenvolver uma perspectiva histórica da relação entre Estado e agricultura nas sociedades capitalistas avançadas, que desde o século XIX passaram por intensos processos de industrialização e nos quais a agricultura ocupou um lugar de destaque no desenho e implementação de políticas públicas. Nesse sentido, alguns textos-chave guiam nossa reflexão, dentre eles o trabalho de Ha-Joon Chang titulado *Rethinking public policy in agriculture: lessons from distant and recent history*, texto no qual o autor oferece uma ampla descrição comparativa das políticas públicas implementadas na agricultura nos principais países industrializados e num conjunto de países em desenvolvimento, assim como importantes críticas à imposição de modelos e políticas baseadas exclusivamente no mercado, ao longo das últimas três décadas, no marco da hegemonia do neoliberalismo (tal como se expressou no chamado 'Consenso de Washington').

A nossa intenção é contextualizar adequadamente o papel atribuído à agricultura nos processos de industrialização desses países (especialmente focando no caso dos países desenvolvidos) e o tipo de políticas que foi se implementando já desde o século XIX e durante todo o século XX. Além do mito dos mercados livres, o capitalismo tem-se desenvolvido historicamente a partir de uma relação estreita com o Estado e não é possível explicar o sucesso dele nos países hoje mais avançados sem compreender o papel central do Estado na condução do processo de acumulação de capital tanto na indústria quanto na agricultura.

Num segundo momento, tentaremos analisar a mesma questão mas já com relação ao caso brasileiro, especialmente desde metade dos anos 50 do século anterior até a atualidade; consideramos possível elaborar, mesmo que de forma geral, uma perspectiva em chave histórica dessa relação e dos principais mecanismos de intervenção pública que implicaram com uma profunda e radical transformação do meio rural brasileiro ao longo das últimas seis décadas, incluindo a crise a partir dos anos 1980 e as suas consequências para a agricultura.

Entendemos os riscos e os vazios que uma tal proposta traz consigo (falta de informações relevantes, por exemplo), mas acreditamos na validade do exercício como uma forma de sistematizar algumas das principais discussões havidas sobre o tema e como uma forma de avançar na nossa compreensão da relação entre Estado e agricultura



(concretamente, entre Estado e determinados setores do agronegócio brasileiro), um tema de fundamental importância e atualidade.

2. Estado e agricultura numa perspectiva histórica: o caso dos países desenvolvidos

Karl Polanyi começa a sua conhecida obra, *A Grande Transformação*, descrevendo os dramáticos acontecimentos que sacudiram aos principais países capitalistas europeus nas primeiras décadas do século XX, com a queda definitiva -na época- do capitalismo de livre concorrência e a progressiva virada para um capitalismo com uma cada vez maior participação do Estado na definição das orientações e prioridades do processo de produção e acumulação de capital.

Todo o longo período entre guerras (desde o fim da Primeira Guerra Mundial - 1919, passando pela Revolução Bolchevique -1917, a Grande Depressão dos anos 30, a Guerra Civil Espanhola -1936, a ascensão do fascismo na Alemanha e na Itália, até a o fim da Segunda Guerra Mundial -1945), esteve marcado por profundas mudanças que alterariam o papel marginal atribuído ao Estado pela economia clássica, dando-lhe, no novo cenário mundial, o papel de carro-chefe da grande expansão econômica que viria nos anos seguintes. E, em decorrência dessa mudança, as políticas públicas, incluindo a política agrícola, “...became more state-oriented all over the world”. (CHANG, 2009: 3)

O novo poder hegemônico que emergiu dessa etapa turbulenta da história, os Estados Unidos, já desde a década de 1930 tinha começado a orientar a sua política agrícola nessa direção, numa tentativa de enfrentar a grave crise no campo que seguiu à Grande Depressão, fortalecendo ou criando instituições financeiras para outorgar subsídios aos produtores agrícolas, introduzindo políticas de controle de preços e programas públicos de pesquisa, extensão e infraestrutura produtiva (estradas, irrigação, eletrificação). Assim, para fins da primeira metade do século XX, havia grande consenso entre as principais potências com relação à ideia de que:

“...the market mechanism, if left alone, would not be able to supply socially optimal quantities of basic agricultural inputs (e.g. land, water, transport, seeds, fertilizers, pesticide and animal feeds) nor would it be able to provide the means to attain rural income stability (e.g. credit, insurance, stable



prices). It was argued that the state needed to provide these inputs directly or subsidize the private sector in providing them. It was thought that deliberate measures needed to be taken to stabilize rural income. (CHANG, 2009: 3)

Mas a tendência que ia-se fortalecer nessas décadas não era algo completamente novo. Desde o século XIX, os principais países capitalistas europeus aplicavam diversos mecanismos de suporte e apoio à produção agropecuária. A despeito da predominância ideológica do liberalismo econômico, o Estado desempenhava importante papel na determinação das políticas aplicadas no tocante à produção alimentar (e, aliás, em todo o relativo à industrialização e expansão colonial).

Assim, o chamado mercado livre e auto-regulador foi possível unicamente graças ao incremento contínuo do intervencionismo, controlado e organizado de forma centralizada. Pode-se afirmar que tornar a "*liberdade simples e natural*" de Adam Smith compatível com as necessidades de uma sociedade complexa não era coisa que pudesse acontecer de forma espontânea, como simples resultado da interação no mercado dos concorrentes e dos preços. De fato, nos principais países capitalistas de então, o Estado atuou com a finalidade de organizar e favorecer a ampliação dos mercados; uma complexa estrutura burocrática de controle centralizado tinha como função garantir o funcionamento "livre e natural" do sistema no seu conjunto. Nunca a intervenção do poder estatal foi um elemento exterior ou alheio ao desenvolvimento das principais instituições do século XIX. A verdade é que o estado liberal foi a peça-chave para garantir a existência tanto dos mercados "auto-regulados", do padrão ouro como do equilíbrio de poder entre as grandes potências imperialistas da Europa da época. (POLANYI, 2000)

É por isso que analisar a política agrícola nos países hoje desenvolvidos, desde fins do século XIX e durante a primeira metade do século XX, pode permitir-nos compreender a evolução da mesma no segundo pós-Guerra e compreender a trajetória que muitos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, adotariam com especial ênfase a partir de então no relativo à agricultura. A relação entre Estado e agricultura é um fenômeno histórico de longa data na formação do capitalismo.

Ainda convém lembrar, como indica ABRAMOVAY (1992), que a agricultura desempenhou um papel central no desenvolvimento capitalista dos países ricos, o que se explica pelo lugar dado à mesma no desenvolvimento das forças produtivas naquelas



nações. Nesse marco, o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura do capitalismo agrário europeu e norte-americano, sobre a base de políticas orientadas a garantir a estabilidade de preços e a renda agrícola, a inovação tecnológica e a organização pública dos mercados agrícolas, segurando assim a produção de alimentos baratos indispensáveis ao seu crescimento urbano e industrial. (ABRAMOVAY, 2000: 25)

Ao analisarmos a participação da agricultura no emprego total e no produto total nos países europeus (e no Japão) nas últimas décadas do século XIX, vemos que na Suécia, no ano de 1870 a participação da agricultura no emprego total era de 72%; no mesmo ano, em países como França, Alemanha, Inglaterra, Holanda e Suíça, entre outros, a agricultura respondia pelo 55% do emprego total. No caso do Japão, em 1885 a agricultura representava 73% do total de empregos no país. No tocante à parcela do produto total representada pela produção agropecuária, ainda num dos países mais desenvolvidos da época como a Alemanha, a mesma representava 41% do total da produção em 1870, 50% na Dinamarca e 47% na Suécia. (CHANG: 2009: 8) Mas é claro que conforme os países avançaram no processo de industrialização, essas percentagens tenderam a diminuir, embora a agricultura manteve a sua importância estratégica no desenvolvimento econômico em todas essas nações, como o demonstram as consistentes políticas públicas que foram implementadas.

Assim, aspectos como a questão fundiária, a pesquisa e inovação tecnológica, o crédito agrícola, etc., fizeram parte do leque de políticas implementadas naqueles países. Destaca, por exemplo, a bem sucedida experiência de países como Japão e Coreia na implementação de uma reforma agrária que distribuiu a maior parte das terras cultiváveis entre os pequenos produtores no imediato pós-II Guerra Mundial, contribuindo para a aceleração da industrialização naqueles países.

Outro exemplo pertinente de como os países europeus deram importância à política agrícola está na criação, na Alemanha, do primeiro instituto público de pesquisa agrícola, no ano 1852. Outros países europeus bem sucedidos na agricultura, como Holanda e Dinamarca, também investiram pesadamente em pesquisa agrícola. Nesse último país, desde 1769 existia uma *Real Agricultural Society*, a qual teve um papel importante para persuadir ao Estado a fundar, em 1858, o *Royal Veterinary and Agricultural College*. No caso da Holanda:



“...in addition to the experimental station at the agricultural university in Wageningen, which was first established as an agricultural school in 1876, five additional experimental stations were set up by the end of the nineteenth century”. (CHANG, 2009: 20)

Os Estados Unidos destacam, dentre os países desenvolvidos, como o mais bem sucedido em matéria de pesquisa agrícola. Já desde 1860 dispunha de um bem organizado sistema nesse campo, com laboratórios federais de pesquisa e estações experimentais dotadas de orçamento público, e desde 1862 foram fundadas instituições privadas de ensino que foram obrigadas a fornecer pesquisa no âmbito agrícola. (CHANG, 2009: 20) E em 1877 foi fundada a primeira *Agricultural Experimental Station* (AES), em Connecticut, criando-se a partir de então toda uma rede federal de estações experimentais:

“In 1887, Congress passed the Hatch Act to provide federal grants to state governments to create AESs. Since most AESs were attached to land grant colleges, this Act promoted the integration of teaching and research. By 1893, there was at least one station in each state and 56 in all (Gras, 1925, p. 390). In 1925, the Purnell Act provided more financial support for AESs, including for research on “economic and social problems of agriculture”. (CHANG, 2009: 21)

Ademais das estações experimentais, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sua sigla em inglês), desenvolve ampla atividade em matéria de pesquisa desde 1862 e subsidia o setor privado desde 1899 para desenvolver atividades nesse âmbito. Canadá também é um país no qual a pesquisa agrícola desenvolveu-se desde em cedo. No ano 1886 criaram-se as primeiras cinco estações experimentais e desde então o país vem desenhando toda uma institucionalidade pública voltada para a pesquisa e o desenvolvimento agrícola.

Mesmo nos casos em que o Estado não fez diretamente a pesquisa agrícola, a utilização de fundos públicos foi fundamental. Um bom exemplo são atividades de pesquisa que levaram à chamada Revolução Verde, nas quais certas fundações privadas (como a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller), tiveram um papel muito importante, mas aplicando fundos públicos e desenvolvendo parcerias com institutos públicos em



Filipinas e México. (CHANG, 2009: 22) Com a aplicação do método científico à agricultura, no século XIX, novas tecnologias foram criadas e fez-se necessário contar com serviços de extensão que ajudassem na difusão das novas técnicas e insumos e na adaptação das mesmas aos solos e condições climáticas regionais, etc.

Entre os países capitalistas europeus, o que mais destacou nesse campo foi novamente a Alemanha, embora os serviços de extensão rural tinham iniciado no Reino Unido em 1843. Segundo Chang, Alemanha foi o primeiro país a criar uma verdadeira rede nacional de serviços de pesquisa e extensão, com amplo orçamento público, contrastando com os casos da França e do mesmo Reino Unido, que só organizariam essa área na época da primeira Guerra Mundial. Suécia, Dinamarca, Holanda, Estados Unidos e Japão encontram-se também entre os países que ao longo do século XIX introduziram os serviços de extensão e educação agrícola e, em todos esses casos: a) o financiamento vinha do tesouro público; b) o poder público (já fosse centralizado ou federal), era o organizador e fornecedor deles.

Mas além da pesquisa agrícola e da extensão rurais, a educação teve lugar de destaque nas políticas públicas voltadas para a agricultura nos países que estamos analisando, tanto a formal como a especializada, contando não só com escolas ou estações experimentais, mas inclusive com universidades rurais gerando conhecimentos e criando novas técnicas e variedades de sementes, novos insumos químicos, etc. A integração da população rural nessa rede de ensino foi crucial para a modernização agrícola. Assim, no tocante a criação de universidades rurais:

“The French Government, under Charles X, set up the Institution Royale Agronomique in 1826. The Danish Government established the Royal Veterinary and Agricultural College in 1858 (Ingersent & Rayner, 1999, p. 44). In the Netherlands, the first state agricultural school was set up in 1876 in Wageningen, expanded in 1906 to cover horticulture and forestry and subsequently granted university status in 1918 (Ingersent & Rayner, 1999, p. 45 and van Zanden, 1994, p. 185). In 1881, the Japanese Government’s Department of Agriculture and Commerce established Komaba Agricultural College, which later became the School of Agriculture at Tokyo University”. (CHANG: 2009: 28)

Além dos recursos investidos em pesquisa, extensão e educação, o Estado criou importantes mecanismos de crédito para alavancar a produção agropecuária



Estabeleceram-se bancos rurais estatais ou subsidiados pelo Estado, fixaram-se obrigações aos bancos públicos e privados em matéria de crédito rural e promoveram-se cooperativas de crédito. Novamente, Alemanha destacou neste aspecto, criando mais de 30 bancos hipotecários para financiar as atividades agrícolas, aquisição de terras, infraestrutura e armazenagem, etc. Também a França, Noruega, Dinamarca e Suécia criaram instituições semelhantes no século XIX. Até os Estados Unidos, onde a criação de um sistema de crédito rural demorou mais a surgir, consolidaram sua posição nesse âmbito a partir de 1933, quando a *Farm Credit Act* estruturou um amplo sistema de crédito para dar suporte à produção rural como resposta à Grande Depressão dessa década. (CHANG, 2009: 31)

Um tema em si mesmo é o do surgimento e da ampla (e rápida) difusão que as cooperativas de produção e crédito agrícola experimentaram nas últimas décadas do século XIX em todos os países que estamos analisando. Bancos cooperativos surgiram, como na Alemanha, para dar crédito a pequenos e médios produtores rurais quando os bancos hipotecários priorizavam aos grandes. As cooperativas de crédito e produção rural surgiram sem intervenção direta do Estado, mas esse último passou a dar-lhes amplo respaldo financeiro e a reconhecê-las legalmente, dando-lhes assim legitimidade para se expandir e definindo, por tanto, as regras para o seu funcionamento.

Um outro aspecto da participação do Estado nas políticas para agricultura, tem a ver com a construção da infraestrutura de larga escala e altos custos que fez possível a modernização rural. Projetos de irrigação, eletrificação, transporte rural, ferrovias, estradas, portos, aeroportos, etc., foram levados adiante com altos investimentos públicos em todos esses países, ou em parcerias público-privado. Só com relação a um desses itens, é interessante o que indica o autor:

“In most countries, irrigation is most important for reliable agricultural production. Although not all irrigation schemes (e.g. wells) are of a public goods nature, many of them are and this means that government provision and/or subsidization is necessary. Moreover, in organizing large-scale irrigation projects (e.g. canal irrigation), the government’s ability to override individual or sectional interests and/or to rearrange property rights is particularly important. Otherwise the transaction costs of organizing such projects might be prohibitive. It is therefore not surprising that in all agricultural success stories, the government has played a key role in providing irrigation infrastructure”. (CHANG, 2009: 36)

Outros investimentos, como a eletrificação rural, foram cruciais devido a que



eles permitiram a utilização do maquinário moderno e a operatividade dos projetos de irrigação, fez possível a refrigeração da produção e o desenvolvimento de indústrias de processamento que adicionaram valor à produção agropecuária... a eletrificação, enfim, simbolizou o avanço do “progresso” e da “modernidade”, e não só nas sociedades capitalistas mas também nos países socialistas, como na incipiente União Soviética, o que levaria Lenine a afirmar que *“O comunismo é o poder dos soviets mais a eletrificação do país inteiro”*. (CHANG: 2009: 38. A tradução é nossa.)

Assim, como os exemplos anteriores permitem-nos ver, as grandes transformações sócio-produtivas verificadas nos países europeus, no Japão e nos Estados Unidos desde o século XIX (justamente o conjunto de nações que hoje comandam o processo global de acumulação de capital) no âmbito da produção agropecuária, numa época em que experimentavam acelerada urbanização e industrialização e se radicalizavam as pretensões colonialistas das principais potências (Alemanha, Inglaterra, França, Estados Unidos e o mesmo Japão), todas essas transformações tiveram no Estado o alicerce indiscutível e estratégico sem o qual o processo não teria sido possível ou teria sido muito lento e desorganizado.

O Estado centralizou as responsabilidades em temas cruciais como os já indicados, e ao mesmo tempo as políticas públicas incluíram instrumentos e facilidades como controle de preços e garantias de renda aos produtores, armazenagem, seguros, acesso garantido a sementes, fertilizantes e maquinário, dentre outros. Em conjunto, todas essas medidas fizeram possível o surgimento de uma economia agrícola moderna e tecnificada, inserida no processo geral de acumulação de capital.

Embora aqui indicamos exemplos datados no século XIX e na primeira metade do século XX, é importante considerar que a participação do Estado continuou sendo, após a II Guerra Mundial, uma constante em todos os países considerados, e até hoje por exemplo a União Europeia tem uma ampla política agrícola comum, os Estados Unidos subsidiam e apoiam maciçamente aos grandes produtores rurais e o Japão também dá importância estratégica fundamental ao seu setor agropecuário. A Revolução Verde permitiu, a partir dos anos 40, que todos esses países conseguiram garantir sua própria segurança alimentar e ainda se converteram em grandes exportadores de



alimentos.²

Em outras palavras, a participação do Estado não é um assunto marginal ou de escassa significação histórica. Embora nas últimas décadas, sob a égide neoliberal, tenham predominado um discurso e um ambiente ideológico hostis à participação do Estado nas atividades econômicas (o que de fato levou a muitos países em desenvolvimento a desmontar/privatizar os seus mecanismos públicos de suporte à agricultura), na verdade é impossível explicar a trajetória rural dos países analisados sem considerar a intervenção maciça e de longo prazo do poder público, com objetivos e prioridades claramente definidas, atreladas ao processo geral de acumulação.

3. Estado e agricultura numa perspectiva histórica: o caso brasileiro

Nessa segunda parte do nosso ensaio, propomos então fazer uma breve revisão da relação histórica entre Estado e agricultura para o caso brasileiro. Trata-se igualmente de uma relação estreita, mas chama a atenção o fato de a mesma ser tardia se comparada com todos os casos anteriormente descritos, e mais ainda resulta interessante essa constatação se consideramos que o Brasil do século XIX e grande parte do século XX foi (e em grande medida o segue sendo, ainda hoje), um país agroexportador.

No ano 1860, ainda sob o regime imperial, foi instituída a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, embrião do que chegaria a ser (passando por diversas denominações) o Ministério da Agricultura após a Revolução de 1930. A partir de então, esse Ministério estaria no comando do setor público agrícola no país, mas nas primeiras décadas teve que compartilhar espaço com outros âmbitos da ação pública. (MUELLER, 2010: 9)

Por outro lado, algumas avaliações das décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, indicam que o Brasil carecia ainda então de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento agrícola, mesmo durante um período de intensa expansão urbano-industrial. E pior ainda, as incipientes políticas de crédito e fomento da época estavam capturadas pelos setores dominantes da agricultura, com graves distorções alocativas e distributivas. (SMITH *apud* MUELLER, 2010: 10).

² Foge às possibilidades desse texto analisar as consequências da Revolução Verde sobre a agrobiodiversidade global, sobre as economias agrícolas no resto do mundo e outros temas que possam ser considerados relevantes.



Se, como indicado por MUELLER, o setor público agrícola deveria atuar pelo menos em duas áreas fundamentais: a) Área técnica (normatização da produção vegetal e da produção animal; ações de fomento, de pesquisa, de extensão e de defesa no campo da agropecuária); b) Área de formulação e condução de ações e políticas macros setoriais para a agropecuária e de captação de recursos e de gestão de ações de estímulo e incentivo de interesse da agropecuária. (MUELLER, 2010: 10), chama a atenção que:

“No Brasil, a participação do setor público agrícola nesses dois campos variou bastante desde 1860. Na fase inicial de conformação do setor público agrícola, a sua atuação se restringiu apenas a aspectos da área I; o comando da área II tendeu a permanecer – se não de direito, pelo menos de fato – no âmbito da área econômica do governo, com participação reduzida do setor público agrícola”. (MUELLER, 2010: 10)

Como veremos, essa dualidade institucional vai ser um dos rasgos mais marcantes ao analisarmos o caso brasileiro: por um lado, as autoridades especificamente da área agrícola e por outro, as do setor econômico, cada uma delas tentando definir rumos e prioridades para o setor, não sempre resultando consenso ou acordo entre as partes.

Então, um primeiro aspecto a destacar é a falta de visão estratégica do governo imperial com relação à agricultura, num país eminentemente agrícola como o Brasil do século XIX. O governo, no entanto, forneceu apoio importante aos setores dominantes da agricultura, como o café no Sudeste e a cana-de-açúcar no Nordeste, setores que dispunham de redes e recursos de poder próprios para influenciar/determinar as decisões públicas nessas duas áreas. Mas as políticas setoriais fundamentais, como a construção de ferrovias e a promoção da imigração no fim do regime escravocrata, foram tomadas desde as mais altas esferas do poder imperial e nisso pouco teve a ver a Secretaria de Agricultura da época. (MUELLER, 2010: 13)

Se já a atuação do poder imperial era relativamente fraca no tocante à agricultura, o cenário ia piorar com a proclamação da Primeira República no ano 1889, devido a que as reformas políticas introduzidas dariam maior poder aos estados em detrimento da autoridade central. Assim, por exemplo, destaca o caso de São Paulo, que nas primeiras décadas do século XX funcionava quase como uma unidade independente. No campo do fomento agrícola, especialmente voltado à indústria cafeeira, o governo



paulista criou entidades técnicas e científicas como o Instituto Agrônomo de Campinas e o Instituto de Biologia, que desempenharam papel central no fomento tanto do setor cafeeiro como de outros setores importantes da agropecuária do estado, incluindo em especial o setor canavieiro. Mas com a extinção da Primeira República e a Revolução de 1930, o poder concentra-se novamente no nível central, e as redes do café e do açúcar perdem parcela expressiva de sua influência política. (MUELLER, 2010: 13)

Como indicado antes, nas primeiras décadas do século XX não existia uma política agrícola claramente definida, não obstante, o Estado atuou de fato como pilar da grande agricultura, especialmente cafeeira, canavieira e em certos momentos algodoeira. No ano 1931, já no marco das transformações políticas iniciadas um ano atrás, foram criados o Conselho Nacional do Café e a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar, que mais tarde foram sucedidos pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) e o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). E foi só até 1943 que é criada a Comissão para Financiamento da Produção (CFP, transformada em 1990 em Companhia Nacional de Abastecimento -CONAB), para atender o setor de grãos e produtos regionais. (WEDEKIN, 2005: 17) Assim, muito tarde para um país que desde décadas atrás articulava-se ao mercado mundial graças a exportação de produtos primários, foram criadas as respectivas instituições setoriais; e muito mais tarde ainda para um país em aberto processo de industrialização, que foi criada uma instituição orientada a garantir o abastecimento alimentar.

Mas já para fins da primeira metade do século XX o panorama começou mudar, em parte pela própria dinâmica de crescimento urbano e industrial do país, e em parte pelas restrições externas e pela mudança fundamental que trouxe consigo o pós-Segunda Guerra Mundial no plano das relações internacionais e na maior importância dada às políticas públicas. Assim, nas palavras de MUELLER:

“Com o golpe que criou a ditadura do Estado Novo e, depois, com a II Guerra Mundial (1939–1945), da qual o Brasil chegou a participar, foram dados os primeiros passos na adoção de um modelo de desenvolvimento autárquico baseado na industrialização substitutiva de importações. Isso alterou a percepção do governo central dos papéis da agricultura e particularmente das implicações de crises de abastecimento, levando à formação – com a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil – do embrião de uma política de



crédito agrícola; e com a criação da Comissão de Financiamento da Produção também surgiu o embrião – mais formal do que efetivo – de uma política de preços mínimos. Esses instrumentos, porém, não surgiram por iniciativa do setor público agrícola, e sim de segmentos da área econômica do governo e do comando militar, preocupados com possíveis efeitos deletérios de desempenho insuficiente da agricultura provocados por restrições da II Guerra”. (MUELLER, 2010: 14)

Diversos autores entre os consultados para a elaboração desse ensaio, tentam periodizar as distintas “fases” pelas que teria passado a agricultura e a formação de políticas agrícolas no Brasil. Autores como Charles Mueller (2010) e Zander Navarro (2010) propõem interessantes perspectivas para compreender a trajetória do país no tocante as mudanças no meio rural nos últimos sessenta anos.

Para nossos efeitos, consideramos muito pertinente a caracterização dessas fases elaborada por MUELLER (2010), ao se referir mais especificamente à formação das políticas setoriais. A partir do seu texto, resumimos algumas informações que apresentamos na seguinte tabela:

Tabela n° 1
Períodos da agricultura e características da formação
de políticas agrícolas no Brasil
a partir da segunda metade do século XX

Período	Rasgos principais	Formação de políticas
De 1945 a 1960	<ul style="list-style-type: none"> • Período de fomento industrial como acentuada discriminação contra a agricultura. • Fase de expansão horizontal, prolongamento do tipo de desenvolvimento agrícola que caracterizou sempre ao país, com incorporação continuada de terras na fronteira agrícola. • Em geral, bom desempenho na produção de alimentos a custos baixos apesar de falta de incentivos públicos claros. • Fora de São Paulo, agropecuária brasileira apresentava indicadores de produtividade muito reduzidos e sem tendência a mudar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Nos primeiros anos, virtual ausência de apoio estatal à agricultura. • No final do período, reformas orientadas a melhorar a produção nacional de alimentos. Criação do embrião da Comissão Nacional de Abastecimento (CONAB) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) -1964, em vésperas do golpe militar. • Na ausência de políticas governamentais claras e definidas, redes por produto (café, açúcar, algodão) seguiram tendo presença marcante na definição das prioridades. • Pouca importância do setor público agrícola. decisões relevantes eram tomadas pelo setor econômico do governo.
Fim da década de 1960 - meados dos anos	<ul style="list-style-type: none"> • Fase de modernização conservadora, com modernização da base técnica mas sem 	<ul style="list-style-type: none"> • Declínio relativo das redes por produto e maior relevância das instituições e políticas públicas orientadas à



<p>1990</p>	<p>transformação da estrutura fundiária prevalecente.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Primazia continuou a ser aceleração do crescimento urbano-industrial. Alto risco de desabastecimento alimentar diante da falta de estratégia agrícola minimamente estruturada. Produção interna de alimentos adquire papel relevante no novo contexto. • Instituição em 1965 do Sistema Nacional de Crédito Rural. Política de preços mínimos. Forte mobilização de recursos públicos para a agricultura em especial para setores agroexportadores. • Fase de alto desenvolvimento tecnológico com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). • Fortes incentivos ao agronegócio e estratégias de corte intervencionista (nos mercados internos e externos). Novas funções à agricultura em função dos objetivos industrializantes do regime militar. • Redemocratização: continuidade das linhas gerais da política agrícola da ditadura, mas o objetivo centrou-se em evitar que a agricultura atrapalhasse administração da dívida externa e evitar pressões inflacionárias devidas a oferta agrícola insuficiente. 	<p>modernização e a criação dos chamados complexos agroindustriais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Importância crescente do crédito agrícola e da política de sustentação de preços mínimos aos produtores por parte do Estado. • Contradições entre setores econômico e agrícola dentro do governo; o primeiro interessado mais na industrialização e com uma visão funcionalista da agricultura. As intervenções públicas mais relevantes na agricultura seguiam sob controle da área econômica. Orientação modernizante das instituições públicas agrícolas. • Papel central do crédito agrícola desde 1965 até fins da década de 1970. No início dos 80, forte contração do crédito agrícola diante das pressões inflacionárias e do alto custo da dívida externa. • Eliminação de mecanismos de crédito agrícola em presença de forte endividamento do setor com altos níveis de inadimplência. • Formação de políticas marcada pelo caráter autoritário do governo (coalizão de poder), rasgo que continuou ainda no início das reformas democratizantes dos anos 80. • Criação de novas instituições e reformas do Ministério da Agricultura não conseguiram, no entanto, dar ao setor público agrícola o controle pleno das políticas setoriais, mantendo-se a relevância do setor econômico do governo.
<p>Meados dos anos 1990 - meados da primeira década do novo século*</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fase de abertura comercial ao exterior e abandono das políticas intervencionistas: redução da importância dos mecanismos de estímulo estatal como crédito e preços mínimos; reduzida intervenção nos mercados relevantes à agricultura. • Início do século trouxe expansão e novamente forte modernização da agricultura de exportação. • Forte expansão da fronteira agrícola na região do Cerrado, altamente tecnificada e produtiva. • Preponderância do agronegócio. Crescimento expressivo das exportações de <i>commodities agrícolas</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> • A estabilização de preços induzida pelo Plano Real deixou claro o alto custo das políticas de crédito e preços mínimos seguidas até então. Reformas orientaram-se à transformação das políticas tradicionais e à abertura ao exterior, com diminuição da presença estatal no setor. • Apesar de menor transferência de recursos para o setor, houve forte expansão das exportações dos segmentos modernizantes da agropecuária e das agroindústrias em que estavam inseridos. • Melhoramento do sistema de pesquisa e disseminação de tecnologias agropecuárias. • Eliminação de intervenção estatal nos mercados relevantes à agricultura. • Durante os anos 90, o Tesouro Nacional deixou de ser a principal fonte de recursos para o setor agrícola dominante, mas apareceram novas fontes como os recursos provenientes das exigibilidades sobre os depósitos



		<p>dos bancos, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (via BNDES), empréstimos internacionais, dentre outros.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O resultado disso foi uma rápida expansão da tomada de empréstimos de longo prazo, muitas vezes com juros altamente subsidiados, especialmente para a aquisição de máquinas e equipamentos. • Também, mais recentemente, na fase atual de auge do agronegócio, tem-se a ampliação do crédito rural e o setor não só conseguiu superar a rigidez institucional dos anos anteriores para a concessão de créditos, como também renegociar as vultosas dívidas agrícolas.
--	--	--

(Fonte: MUELLER, 2010: 16-20)

*Embora o autor limite esse período até a metade da década atual, consideramos que, em geral, os rasgos centrais indicados se guem sendo válidos até hoje.

Da tabela anterior podemos extrair aspectos relevantes para a análise. Em primeiro lugar, o fato de que só quando estava bem avançado o processo de industrialização nacional, na década de 1950 e especialmente na de 1960, é que a agricultura começa a ser levada à sério pelo poder público em termos de desenho e implementação coordenada e sustentada de políticas públicas, envolvendo recursos em abundância e uma clara vontade política de avançar numa direção determinada. É nesse segundo período, tal como o descreve MUELLER (2010), que o Estado parece\ tomar plena consciência do papel que cabia a agricultura no processo de modernização industrial ao que estavam consagrados seus principais esforços.

Em segundo lugar, a modernização da agricultura brasileira acontece no marco de um regime autoritário, e a lógica da modernização é tal que favorece a transformação da base tecnológica e produtiva mas sem modificar a estrutura fundiária prevaiente no país, nem as relações de exploração e dominação no campo, de forma que os principais beneficiários foram os grandes produtores rurais, vinculados normalmente à exportação de produtos primários (e que, como vimos, desde sempre conseguiram posicionar e defender os seus interesses ao lado da estrutura do poder). Por tal motivo, a modernização da agricultura brasileira é qualificada como de 'conservadora', mesmo que também poderia se dizer dela que foi 'autoritária', pela forma e velocidade em que se impôs em todo o país. Nessas duas décadas, foi como se o governo do Brasil tivesse querido remontar o tempo perdido e realizar de vez todas as grandes reformas que diversos países implementaram ao longo de muitos anos.



Em terceiro lugar, chama a atenção que ao longo do processo, manteve-se a contraditória dualidade institucional que apontamos antes, a saber, entre a institucionalidade propriamente agrícola e as instituições e equipes econômicas, essas últimas mantendo grande poder decisório sobre aspectos de política que afetavam diretamente os interesses dos produtores agropecuários.

Pelas próprias características políticas do processo, a agricultura voltada à produção alimentar não teve o mesmo acesso a recursos e estímulos que a grande lavoura de exportação. Assim, mesmo com as vultosas somas dedicadas então à agricultura, a produção de alimentos manteve-se sempre em segundo lugar se comparada à prioridade dada as grandes lavouras.³

Destaca também que a intervenção do Estado brasileiro orientou-se pela implementação de uma intensiva modernização agropecuária mas sem uma transformação da estrutura fundiária que caracteriza ao Brasil, com alta concentração da terra e do acesso aos recursos produtivos, característica do processo que se mantém até hoje, mesmo com a importância que nos últimos anos vem cobrando a questão da produção alimentar e o impulso da agricultura familiar.

Um outro aspecto interessante na discussão sobre o papel do Estado na modernização da agricultura no Brasil é o que coloca CASTRO (1984), relativo à modificação do padrão tecnológico aplicado à produção agropecuária. Assim, segundo a autora, a intervenção do Estado na modernização da agricultura também implicou com a implantação de um determinado padrão ou paradigma científico-tecnológico, baseado na noção de progresso e orientado pela maximização de resultados econômicos nos processos produtivos. Padrão científico-tecnológico coerente com as orientações da política econômica modernizante e que já estava prefigurado nas recomendações contidas no relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, do ano 1949. Como indicado pela autora:

“Desde a missão Abbink (Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, 1949), tal concepção encontra-se claramente expressa

3 Como indicado por DELGADO (2009): “Estudos realizados sugerem que a agricultura foi penalizada nos períodos de mais intensa expansão industrial (1956/61 e 1967/73), mas essa discriminação atingiu principalmente os pequenos produtores e os trabalhadores rurais, já que as elites agrárias foram compensadas através de diversos mecanismos de política pública (crédito subsidiado, importações subsidiadas, isenções de impostos, etc)”. (DELGADO, 2009: 4)



em documentos que em síntese propõe o tripé: pesquisa, assistência técnica e crédito rural. Em outras palavras, é o padrão tecnológico dominante nos países desenvolvidos que haveria de ser difundido por todo o mundo”. (CASTRO, 1984: 311)

É interessante pensar desde essa perspectiva porque nos permite sair um pouco do olhar focado nas políticas econômicas e considerar as mudanças em outros âmbitos, como o técnico-científico, implícito nos grandes programas de intervenção estatal das últimas décadas. A autora faz uma síntese de como os programas de ação governamental tiveram importantes consequências neste âmbito, sendo que:

“Neste contexto a política de C & T passa a ser entendida como a explicitação de diretrizes estratégicas que buscam estimular e promover a criação e/ou incorporação, a adaptação e difusão de novos (e certos) conhecimentos técnicos para o setor agrícola”. (CASTRO, 1984: 312)

A modernização da agricultura concebeu-se como requisito fundamental para suportar o processo de modernização e urbanização que estava no bojo dos objetivos econômicos e produtivos do Brasil no início da segunda metade do século XX; a autora constata como as recomendações da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos logo se introduzirão nos planos nacionais de desenvolvimento, traduzindo-se em políticas públicas para a agricultura de caráter modernizante: educação rural e pesquisa, assistência técnica, armazenagem e refrigeração de produtos, suporte de preços, controle das exportações, acordos internacionais, ajuda financeira. Dentro dessas recomendações, desde a perspectiva do desenvolvimento científico e tecnológico, as questões associadas à pesquisa e educação rural adquirem enorme relevância como base do processo de modernização, assim como as relativas à necessidade de ter programas de crédito rural. (CASTRO, 1984)

A partir do texto da autora, elaboramos um resumo que nos permite ver o papel atribuído à ciência e à tecnologia nos programas de planejamento econômico do governo brasileiro nas últimas décadas, que ao mesmo tempo nos ajuda a compreender a evolução dos programas de modernização setoriais no seu conjunto.

Tabela n° 2



**Planos de desenvolvimento, ciência e tecnologia
e modernização da agricultura no Brasil 1956-1985**

Plano	Papel da ciência e da tecnologia
Plano de Metas 1956-1960	Preocupação fundamentalmente com a necessidade de construir a infraestrutura que o país necessitava para adequar a agricultura aos requerimentos da expansão industrial. Mas também já desde o Plano de Metas estava presente a aspiração modernizante e consideravam-se as questões relativas ao crédito, à pesquisa e a assistência técnica como eixos centrais de uma estratégia orientada por um tal objetivo de modernização, serviços que deviam ser oferecidos pelo Estado. O Plano era uma espécie de repetição das recomendações já contidas no relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CASTRO, 1984: 320-323)
Plano Trienal (1963-1965)	“A agricultura, mais que qualquer outro setor de atividade econômica, exige uma atenção permanente do Governo. A introdução no meio rural, dos instrumentos que a ciência e a técnica oferecem hoje ao agricultor, bem como a adoção de formas superiores de organização e exploração da propriedade, depende, em larga medida, da intensidade e da continuidade dos trabalhos de pesquisas, experimentação, demonstração e fomento, os quais, por sua natureza e custo, só podem ser realizados através de agências governamentais. Do mesmo modo, a orientação da produção e a assistência financeira ao produtor dependem quase que inteiramente do Estado”. (Presidência da República, 1962 <i>apud</i> CASTRO, 1984: 325)
Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966)	O PAEG implicou “...uma verdadeira guinada da política agrícola brasileira, que daí em diante concentrar-se-ia definitivamente na chamada 'política de modernização', cuja preocupação com o desenvolvimento científico e tecnológico a partir do pacote de insumos industriais e máquinas já se pode antever. A política fundiária retrocederá em favor do estabelecimento de instrumentos -programas, campanhas, fundos, etc.- que pretendem difundir aquele padrão. A ênfase modernizante passaria a justificar-se pela nova conjuntura que se abriria às exportações agrícolas agora constituídas por produtos como a soja, o amendoim, e os sucos cítricos, cujo padrão competitivo internacional impunha um maior rigor tecnológico e uma maior produtividade”. (CASTRO, 1984: 328)
Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970)	O PED para o setor agrícola estaria voltado fundamentalmente à 'elevação da produção e da produtividade pela transformação da agricultura tradicional mediante mudança de métodos de produção e utilização mais intensa de insumos modernos', para o qual se estabeleceria um conjunto de programas e projetos governamentais, integrados num sistema de apoio à transformação tecnológica da agricultura. A ação governamental focaria nas seguintes áreas: políticas de incentivos à utilização de insumos modernos e máquinas, desenvolvimento da pesquisa agrícola, ampliação da extensão rural, todo o qual devia ser impulsionado mas não necessariamente executado pelo Estado, contando com o setor privado como executor dos serviços e programas orientados à modernização agrícola”. (CASTRO, 1984: 329-330) O PED



		foi o primeiro grande plano governamental que efetivamente deu impulso à modernização agrícola, desenhando os planos, programas ou políticas concretas e acompanhando-as da respectiva dotação orçamentária. Foi muito além dos anteriores programas governamentais, incluindo, ademais das questões relativas à pesquisa e extensão, aspectos como um programa nacional de sementes, uma política sobre fertilizantes e corretivos, uma política nacional de irrigação, um programa nacional de eletrificação rural, um programa de mecanização agrícola, entre outros aspectos relevantes. (CASTRO, 1984: 331)
Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-1972)		Esse plano da continuidade ao PED, mas aprofunda definitivamente a política modernizante, implicando uma forte ação executiva e a plena utilização dos instrumentos já criados, reforçando e ampliando os instrumentos fiscais e financeiros. Por exemplo, amplia-se a política de crédito rural com taxas mais baixas possibilitadas pela criação do Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola (FUNDAG), e pela obrigatoriedade de emprestar-se ao setor 10% dos depósitos dos bancos comerciais. A nova política de preços mínimos tomava como referência os preços internacionais e generalizou-se a política de seguro agrícola. O novo plano deu continuidade também ao desenvolvimento tecnológico da agricultura através da política de disseminação de insumos modernos, reforçando todos os programas já estabelecidos no PED, mas vai além ao incorporar a meta de reforçar os canais de intermediação do complexo agroindustrial através de um sistema nacional de abastecimento, mercados terminais e de um programa nacional de armazenagem intermediária e construção de silos portuários. (CASTRO, 1984: 332-333)
I Plano Nacional Desenvolvimento (1972-1974)	de	Não mudou as tendências e a orientação anteriores, mas declarou explicitamente a intenção de integrar à modernização agrícola do Centro-Sul, os setores ainda 'retardatários' do Nordeste, da fronteira amazônica e do Planalto Central. Assim: "O estabelecimento do PIN e do PRO-TERRA, antes de representarem instrumentos alternativos de uma política fundiária, vinham reforçar a chamada estratégia modernizante". (CASTRO, 1984: 333)
II Plano Nacional Desenvolvimento (1975-1979)	de	Reorientou as prioridades da política agrícola, mesmo que manteve o núcleo central de caráter modernizante. Criou novos órgãos de pesquisa e difusão de técnicas agrícolas, e foram reforçados os programas já existentes como o Plano Nacional de Sementes (PLANASEM). (CASTRO, 1984: 337)
III Plano Nacional Desenvolvimento (1980-1985)	de	Marcado pela crise da dívida externa, viu na agricultura uma tábua de salvação capaz de reduzir as pressões inflacionárias internas, contribuir com a ampliação das exportações gerando divisas, contribuir com o alívio da crise energética, entre outros fatores. A questão da modificação da matriz energética deu novo impulso à questão científico-tecnológica, com o impulso aos programas de produção de álcool e as consequências do mesmo na maior autonomia do país com relação aos países produtores de petróleo.

Fonte: Castro, 1984.



O resumo anterior permite-nos ter clara a prioridade que progressivamente foi ganhando a modernização da agricultura no contexto da expansão econômica baseada na industrialização e na urbanização do país, sendo muito claro que é a partir do final dos anos 60 e durante a década dos 70, que a modernização agropecuária decolaria definitivamente com planos governamentais desenhados com tal objetivo e com orçamento público abundante. São os anos de consolidação do modelo e da transformação definitiva do padrão tecnológico e científico dominante nas atividades rurais brasileiras, com alta integração da agricultura com as atividades à montante e à jusante, com o setor financeiro e voltadas para o comércio exterior: a consolidação dos complexos agroindustriais, como bem a descreveram KAGEYAMA E SILVA no início dos anos 90 (KAGEYAMA E SILVA, 1990).

Como já indicado por CASTRO (1984), então, a partir dos anos 70 o Estado brasileiro vai aprofundar a estratégia modernizante que tinha-se primeiro estabelecido no Centro-Sul, incorporando novas áreas à lógica dos complexos agroindustriais. A expansão da fronteira agrícola deu-se fundamentalmente incorporando o Nordeste, a fronteira amazônica e o Planalto Central. Para compreender esse processo, dois textos nos fornecem de uma interessante aproximação.

Como indicado por GOBBI (2004), é no contexto da ruptura política institucional dos anos 60, e especialmente nos anos 70, que se intensifica e amplia a modernização conservadora do campo brasileiro; na década dos 70, assim, o esgotamento de terras disponíveis para a ocupação agropecuária no Sul e Sudeste vão desencadear a incorporação de novas fronteiras agrícolas, sendo que: *“O Centro-Oeste e o Norte do País foram os principais alvos da produção agropecuária. Os cerrados do Centro-Oeste têm tido um papel estratégico para a ocupação de novas áreas”*. (GOBBI, 2004: 132)

Nesse processo, mais uma vez a participação do Estado seria determinante para favorecer a ocupação agrícola das novas áreas, por exemplo nos Cerrados, implementando toda uma série de programas que incluíram tópicos como crédito dirigido, colonização agrícola, introdução de maquinário e insumos agrícolas próprios da agricultura moderna, etc. O texto de GOBBI analisa com detalhe os principais programas governamentais implementados na época, alguns dos quais tem vigência até hoje. Como a informação é ampla, consideramos importante, de novo, oferecer um



resumo desses programas para termos uma ideia da abrangência da ação estatal na incorporação de novas áreas de cultivo à lógica modernizante, já num período no qual o crescimento econômico nacional, sobre a base da acelerada expansão industrial, estava dando sinais de exaustão diante da crise internacional e dos próprios obstáculos internos ao desenvolvimento dessa estratégia, dentre eles a própria questão do abastecimento alimentar, e a necessidade de reorientar ainda mais os esforços na agricultura para a geração de divisas num contexto de encarecimento do crédito externo.

Assim, destaca a implementação nesses anos de uma série de programas públicos de modernização agrícola nas novas áreas de fronteira, inclusive, com a participação de governos estrangeiros na sua implementação e financiamento, como foi o caso dos programas binacionais Japão-Brasil que resumimos a continuação.

Tabela n° 3
Principais ações e programas governamentais
para a introdução da agricultura moderna no Cerrado nos anos 1970.

Ação	Características principais
Pesquisa Agropecuária	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC), pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), permitindo desenvolver as bases técnicas para a introdução da agricultura moderna nessa área do país.
Crédito Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Criação (1972) do Programa de Crédito Integrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), articulado ao programa federal Corredores de Exportação. Esse programa de crédito foi chave para aumentar a produção de grãos exportáveis no Cerrado mineiro e foi base para outros programas federais subsequentes. • Inicialmente o PCI abrangia especificamente a Região do Triângulo Mineiro, depois foi estendido às regiões fisiográficas do Alto Paranaíba, Paracatu, Alto São Francisco, Alto Médio São Francisco e Zona Metalúrgica. • O programa contou com a participação articulada de vários órgãos estaduais, como a Companhia Agrícola de Minas Gerais - CAMIG, a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, a Associação de Crédito e Assistência Rural - ACARMG - atual Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais, EMATER- MG e o Programa Integrado de Pesquisa Agropecuárias do Estado de Minas Gerais - PIPAEMG, hoje Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais - EPAMIG. • O PCI favoreceu a expansão da agricultura nos cerrados mineiros mediante o uso intensivo de insumos químicos modernos e máquinas agrícolas; criou condições para que fosse incorporada produtivamente uma vasta quantidade de



	terras à agropecuária no estado e serviu de projeto-piloto, permitindo a elaboração de um programa especial em nível federal para toda a região Centro-Oeste, em especial ao POLOCENTRO.
Programa	Características principais
Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP)	<ul style="list-style-type: none"> • Implantado em 1973, o PADAP foi a iniciativa de intensificação agrícola de maior sucesso no Cerrado mineiro até então, e teve como objetivo comprovar a viabilidade agrícola da região. • Iniciativa do governo mineiro, representou gastos por US\$ 200 milhões e englobou os municípios de São Gotardo, Ibiá, Rio Paranaíba e Campos Altos, no Alto Paranaíba, onde foram formados 4 núcleos de colonização. • O programa permitiu a construção de estradas, linhas de transmissão elétrica, centros rurais, armazéns e habitações, assim como estimulou a produção com o uso de máquinas e insumos agrícolas (sementes, fertilizantes, defensivos). • A produção centrou-se na soja, o trigo e o café; posteriormente foi introduzido o milho. • O programa foi implementado pela Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), a qual foi responsável pela seleção de 80% dos colonos (que deviam ser japoneses ou descendentes nisseis), a coordenação de atividades e o fornecimento de insumos, pelo beneficiamento, industrialização e comercialização do produto. • Governo japonês mostrou muito interesse no PADAP e o mesmo foi de origem a outros dos grandes programas: o PRODECER e o POLOCENTRO.
Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa foi implantado em 1975 abrangendo 12 pólos de desenvolvimento, nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás. • O Programa fundamentou-se na pesquisa e experimentação agropecuária, no crédito rural orientado e na assistência técnica obrigatória. • Os principais beneficiários do POLOCENTRO foram os grandes proprietários, já que 60% dos fundos aplicados para crédito destinaram-se para fazendas com mais de 1000 ha., quando apenas correspondiam ao 39% dos projetos. • Concentração do crédito nas grandes propriedades indicam a tendência à manutenção, por parte do Estado, da estrutura fundiária da região, dificultando cada vez mais a permanência do pequeno produtor no campo. • A prioridade foi o cultivo de soja, lavoura que passou de 80 mil ha. em 1975 a uma área plantada de mais 508 mil ha. em 1980 (um incremento de mais de 6 vezes da área plantada em só cinco anos).
Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)	<ul style="list-style-type: none"> • Criado em 1979, foi o programa que mais intensamente promoveu a ocupação agropecuária do Cerrado e o desenvolvimento da agricultura moderna, mecanizada, pelo qual beneficiou principalmente aos grandes produtores agropecuários. • Crédito subsidiado, pesquisa, extensão, colonização, maquinização, foram os eixos do programa.



- O interesse do governo japonês no Cerrado vêm desde 1961 mas foi até a década dos 70 que esse interesse ia se materializar no PRODECER.
- O Programa, ainda em desenvolvimento, tem-se executado por fases, atingindo em cada fase um estado diferente. Já envolveu os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão e Tocantins.
- Programa é executado pela binacional Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), entidade formada pela sua vez pelas *holdings Japan-Brazil Agricultural Development Corporation* (JADECO, sediada em Tóquio e com 49% das ações), e *Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial* (BASAGRO, sediada em Belo Horizonte e com 51% das ações).
- Financiamento japonês foi estratégico justamente numa conjuntura histórica em que as fontes de poupança externa estavam-se reduzindo abruptamente.
- PRODECER inscreve-se no contexto dos esforços do regime militar por ocupar as áreas “vazias” do país (Amazônia, por exemplo), mediante grandes projetos de infraestrutura e colonização.

Fonte: GOBBI (2004)

Poder-se-ia dizer que esses programas e ações não mudaram em nada as tendências observáveis desde as décadas anteriores, mas que o acúmulo de experiência a a criação de novas instituições públicas deram ao Estado brasileiro a capacidade de implementar de forma rápida e eficiente os novos modelos de produção numa zona de incorporação tardia ao processo, reafirmando também o caráter conservador do mesmo. Percebe-se a maior complexidade das ferramentas utilizadas, que incluíram amplos movimentos demográficos, introdução de novas tecnologias e práticas produtivas, pesquisa, extensão, mecanismos de financiamento e de cooperação internacional, dentre outros, demonstrando a experiência ganha pelo Estado na aplicação das políticas públicas na matéria.

Esses programas basearam-se em grande medida na introdução massiva de um novo cultivo: a soja. A soja vinha-se produzindo desde a década dos 60 na região Sul do país, mas no marco dos programas desenvolvidos nos Cerrados, a cultura expandiu-se rapidamente para o Centro-Oeste, região que antes não permitia tal cultivo mas que hoje concentra a maior parte da produção nacional. (BERTRAND, CADIER, GASQUES, 2005: 112) Como indicado pelos autores:

“Vários fatores foram determinantes para a ocupação do espaço: o preço e a disponibilidade de terras, as características



naturais propícias da região (clima e topografia plana) e políticas públicas estimulantes. Estas últimas tiveram um papel fundamental na exploração de novas fronteiras agrícolas, desenvolvendo infraestrutura, investindo na pesquisa e financiando a atividade agrícola”. (BERTRAND, CADIER, GASQUES, 2005: 1

Mesmo com as grandes mudanças que os autores analisam no tocante às políticas de financiamento público, que ocorreram em especial a partir dos anos 80 com a grande crise internacional da dívida externa latino-americana, a ocupação inicial das novas áreas de fronteira e o estabelecimento das novas práticas produtivas de corte modernizante, foram possíveis só graças à maciça intervenção estatal, demonstrando mais uma vez que se trata de processos cuja lógica está dominada pela presença do poder público, embora os seus principais beneficiários sejam os grandes capitais agroindustriais que operam no país.

Já para a década de 1980 a estratégia modernizante comandada pelo Estado ia entrar em crise diante dos acontecimentos no âmbito externo e das suas repercussões no Brasil: a impossibilidade de acesso ao mercado internacional de crédito, combinada com a elevação brusca da remessa de juros por conta do gigantesco aumento das taxas internacionais, a profunda crise institucional e financeira do Estado nacional e a aceleração vertiginosa da inflação (DELGADO, 2009). Em particular, a disponibilidade de fundos públicos para financiar com crédito abundante e barato a expansão agropecuária experimentaria uma brusca contração; nesse sentido, verifica-se que o crédito rural caiu de um montante, em 1979, de Cz\$ 235,1 bilhões (em valores de março de 1986) para Cz\$ 87,1 bilhões em 1984, seu nível mais baixo na década de 1980. (DELGADO, 2009: 25). A composição da oferta de recursos para agricultura mudou enormemente no trânsito entre os anos 70 até o dia de hoje; no final daquela década, os fundos orçamentários da União compunham 80% do total dos fundos oferecidos ao setor, já hoje em dia não chegam a 1%.

Escapa as nossas possibilidades nesse trabalho fazer um balanço completo ou aproximado da crise da agricultura brasileira e da participação estatal no patrocínio da mesma durante as décadas de 1980 e 1990. De forma muito resumida, não obstante, é importante indicar que o Estado recuou no financiamento ao setor e no manutenção das atividades de pesquisa e extensão que caracterizaram a sua intervenção entre as



décadas de 1950 e 1970⁴, entrando em colapso também a política de preços mínimos, financeiramente insustentável já naquele momento. Foram ganhando espaço novos mecanismos de financiamento, como os descritos com relação à expansão da soja no Mato Grosso⁵, embora após a recuperação da estabilidade monetária a partir de 1994 possa-se verificar uma relativa melhoria no crédito público para agricultura, especialmente nos últimos anos e para certos setores específicos (produção de álcool, por exemplo). No governo Lula vemos uma deliberada vontade política do aumento do crédito rural tanto para a agricultura comercial como para a agricultura familiar, mesmo com diferenças significativas entre ambos segmentos; nesses anos, o governo injetou grande quantidade de recursos ao tempo que continuou o esforço de renegociação das dívidas do setor rural iniciado já em 1995 durante o primeiro governo FHC.

A liberalização e abertura comercial iniciada desde fins da década de 1980 e que adquiriu perfil definido já na década de 1990, implicou com um verdadeiro desmonte do modelo de intervenção do Estado na agricultura. Mas apesar disso, o país optou por fortalecer uma estratégia de inserção externa baseada na exportação de produtos primários, especialmente desde fins dos anos 90, e mesmo que o Estado já não intervém da mesma forma que antes na agricultura, a sua presença segue sendo determinante para os rumos que a mesma tomou desde a época da liberalização e abertura comerciais já comentada, até hoje.

No governo Lula, por exemplo, vemos que o estímulo para o agronegócio não se verifica exclusivamente mediante as políticas tradicionais de crédito e estímulo aos preços, mas também com uma intensiva política de desenvolvimento da infraestrutura como no caso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujas definições estratégicas contaram com uma clara participação do setor (especialmente do agronegócio), na definição das prioridades de investimento: portos, aeroportos,

4 Mesmo assim, chama a atenção que o crescimento do PIB agrícola manteve-se em patamar relativamente elevado no período 1981-1989 (3,4%), se considerada grave a crise externa naquele momento, inclusive por acima do crescimento do PIB industrial no mesmo período e não muito abaixo de suas taxas de crescimento na década de 1970. (DELGADO, 2009: 21)

5 “Desde a metade dos anos 80, o modelo tradicional de financiamento público se esgotou. O próprio governo incentivou novos mecanismos de financiamento privado, vinculando o setor produtivo aos setores comercial e industrial (...) Paralelamente ao sistema bancário privado, os grupos do agronegócio e das agroindústrias implementaram um sistema de troca, o chamado “pacote”, que consiste no fornecimento de insumos em troca de um valor correspondente em sacas de soja na época da colheita. Esse sistema de financiamento é rápido e flexível. Existe sob formas diversas e é um dos principais determinantes da expansão da soja no Estado”. (BERTRAND, CADIER, GASQUES, 2005: 111)



rodovias, etc., estabelecendo uma relação entre política pública em infraestrutura e os interesses dos setores dominantes. Por exemplo, a política de eletrificação rural pode ser considerada como de grande benefício para a agricultura de exportação, trata-se de uma política que normalmente não é considerada como uma política setorial, mas que tem um profundo impacto no meio rural, favorecendo por exemplo a frigorificação, a estocagem de produtos, etc. Assim, mesmo tendo mudado o caráter da intervenção estatal, a mesma segue sendo um dos pilares mais importantes para o extraordinário crescimento da grande agricultura nos últimos anos.

4. Conclusões

O presente texto tem nos permitido constatar que, historicamente, existe uma estreita relação entre Estado e agricultura, em especial a partir do século XIX quando os países da Europa e os Estados Unidos entraram numa fase de intensiva industrialização e urbanização.

O Estado, mediante diversos mecanismos de intervenção como o crédito subsidiado, o controle de preços, a modificação do padrão científico-tecnológico, a extensão e a pesquisa, alavancou a modernização agropecuária e teve protagonismo destacado na criação das condições para o grande surto de produtividade que a agricultura contemporânea experimentou a partir da década de 1950, favorecendo nesse movimento a consolidação da industrialização dos países desenvolvidos do Norte.

No caso do Brasil, um país que desde a sua integração ao mercado mundial caracterizou-se por ser primário exportador (cana-de-açúcar, café, borracha, algodão, dentre outros produtos que sempre destacaram na pauta exportadora nacional), a institucionalidade agrícola veio se desenvolver relativamente tarde, só adquirindo rasgos definitivos após o golpe militar de 1964. A década de 1970 viu a consolidação do processo de “modernização do latifúndio”, como o chama DELGADO (2009), já com um Estado que tinha superado as fases iniciais de políticas de crédito e sustentação de preços, passando a implementar políticas muito mais pró-ativas em âmbitos como extensão, pesquisa, internalização da produção de insumos e maquinário agrícola, dentre outros.

A década de 1980 e 1990 implicou com uma virada na estratégia



desenvolvimentista dos anos anteriores, levando ao Estado a retirar-se de uma série de atividades diante da crise da dívida externa, a alta nas taxas de juros e a hiperinflação que caracterizaram o período, passando nos anos 1990 a aplicar o receituário aberturista e liberalizador que se impôs em toda América Latina e no mundo, o conhecido “Consenso de Washington”, que como bem insiste CHANG (2009), trouxe um deterioro expressivo na agricultura dos países em desenvolvimento. O Estado deixou de apoiar mediante crédito e sustentação de preços, pesquisa e extensão a produção agropecuária, transferindo para o setor privado (na melhor das hipóteses) o atendimento dessas áreas.

Não obstante, o Estado nunca sumiu por completo e, no caso brasileiro, após a retomada da estabilidade monetária de metade dos anos 1990⁶, o surto das exportações de *commodities* agrícolas -com destaque para a soja-, pode ser explicado não só como resultado de uma conjuntura internacional favorável (preços em alta), mas como resultado de decisões de política econômica que favoreceram as exportações de bens primários e a relativa desindustrialização do país, hoje sendo esse um tema de debate acadêmico e político de grande controvérsia. Nos últimos anos, aliás, o Estado retomou a senda “desenvolvimentista” semelhante a de épocas anteriores, implementando uma maciça política de investimentos públicos e subsídios diretos e indiretos as atividades agropecuárias, especialmente (mas não só) as voltadas à exportação. Nisso último, o Brasil mantém a sua histórica estrutura de privilégios para os grandes produtores agropecuários.⁷

Hoje em dia, ao falar da relação Estado-setor, não podemos ficar pensando só na existência das políticas clássicas; hoje vemos como o Estado atuando mediante políticas de infraestrutura e logística e com uma atuação decidida em matéria diplomática, dando suporte ao agronegócio sem ter que recorrer a subsídios, créditos ou sustentação de preços de forma preferencial. Esse ângulo de leitura é muito interessante para pensarmos na questão da intervenção do Estado desde uma outra perspectiva, com a implementação de políticas estratégicas para o setor, mesmo que não possam a rigor ser qualificadas como 'políticas agrícolas'.

Interessou-nos aqui trazer uma perspectiva histórica de longo prazo e que

6 Esse tema merecerá posteriormente um tratamento mais detalhado.

7 Esse aspecto da temática mereceu um interessante análise de parte de parte de MUELLER (2010), que não tratamos aqui mas que pode ser tomado como insumo num momento posterior da pesquisa.



considerasse, além do Brasil, a questão das modalidades de intervenção estatal na agricultura nos países europeus, nos Estados Unidos e no Japão, países que comandaram (e comandam) o processo global de acumulação de capital e que desde muito cedo desenvolveram amplos mecanismos de financiamento e suporte à produção de alimentos, num marco geral de expansão urbana e industrial.

Nesse sentido, podemos afirmar que a importância cada vez maior da intervenção estatal na agricultura brasileira acontece no contexto de uma importância também cada vez maior do Estado como agente da planificação econômica: como vimos, no pós-II Guerra Mundial, tanto nos países que participaram diretamente do conflito armado (Estados Unidos, Europa e Japão) como no resto do mundo, sob regimes políticos distintos o Estado é o centro de uma nova dinâmica de modernização e/ou acumulação de capital. A história econômica da segunda metade do século XX é uma constatação de que o capitalismo de livre concorrência, com mercados autorregulados, não passa de ser um recurso retórico sem verdadeira existência social.

Nossa pesquisa doutoral foca-se no processo atual da inserção brasileira no mercado mundial, baseada em grande parte numa “re-primarização” da economia. Por tal motivo, é importante para nós contar com uma compreensão mais profunda sobre as formas (e a lógica do processo⁸), nos distintos momentos históricos, em que o Estado interveio na definição dos rumos da política agrícola, entendendo que nada do que hoje existe na sociedade e na economia existe por geração espontânea, mas como resultado de processos de acumulação histórica nos âmbitos econômico e político, definidos por atores com recursos de poder e com a capacidade, nesse sentido, de imprimir umas determinadas características a esses processos em que estão inseridos.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo. HUCITEC / ANPOCS, 1992.

8 Levando em conta, como sugere DELGADO (2009), que não é possível pensar a política setorial se não inserimos a reflexão no contexto maior da política econômica durante um determinado período, pois é a política macro a que vai subordinar as políticas setoriais.



BERTRAND, Jean-Pierre; CADIER, Chloé; GASQUES, José. O crédito: fator essencial à expansão da soja em Mato Grosso. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 109-123, jan./abr. 2005.

CASTRO, A.C. Ciência e tecnologia para a agricultura: uma análise dos planos de desenvolvimento. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, v. 1, n. 3, set/dez 1984.

CHANG, Ha-Joon. **Rethinking public policy in agriculture: lessons from distant and recent history**. Rome. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). 2009.

DELGADO, Nelson G. Política econômica, liberalização comercial e agricultura familiar: a experiência brasileira das décadas de 1980 e 1990. In: Bonnal, P.; Leite, S.P. (orgs.). **Análise comparada de políticas públicas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro. MAUAD, 2009 (no prelo).

GOBBI, Wanderléia. Modernização agrícola no Cerrado Mineiro: programas governamentais da década de 1970. **Caminhos da Geografia**, v. 9, n. 11, fev. 2004.

MUELLER, Charles. A política agrícola no Brasil: uma visão de longo prazo. **Revista de Política Agrícola**, Brasília DF, Ano XIX, Edição especial - Aniversário do MAPA – 150 Anos, julho 2010.

NAVARRO, Zander. Meio século de transformações do mundo rural brasileiro e a ação governamental. **Revista de Política Agrícola**, Brasília DF, Ano XIX, edição especial - Aniversário do MAPA – 150 Anos, julho 2010.

KAGEYAMA, A.; Graziano da Silva, J. A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais. **Agricultura e Políticas Públicas**, Brasília DF, Serie IPEA No. 127, 1990.

POLANYI, Karl. **A grande transformação. As origens da Nossa Época**. 4ª edição.



Rio de Janeiro. Editora Campus, 2000.

WEDEKIN, Ivan. A política agrícola brasileira em perspectiva. **Revista de Política Econômica**, Brasília DF, Ano XIV, edição especial, outubro 2005.



GT-7 Estado e instituições patronais rurais-agroindustriais na América Latina

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a construção do consenso sob o paradigma da sustentabilidade: as estratégias de gestão antecipada da contestabilidade como base da hegemonia e da relação entre sociedade civil e sociedade política

Elaine Lacerda¹

¹UFRRJ/CPDA. e-mail: lacerda.e@gmail.com

Resumo

Considerando a essencialidade do consenso para a construção e consolidação da capacidade de direção, bem como a crescente importância do campo da sustentabilidade na organização do social, esta comunicação tem como objetivo apresentar algumas considerações sobre as estratégias empregadas pelos agentes de significativa base de atuação do Agronegócio para a gestão antecipada da contestabilidade no referido campo. Nesse sentido, abordará a fundação do Instituto para o Agronegócio Responsável (ARES), bem como a difusão da ideia de governança *multistakeholder* como instrumento fundamental na operacionalização de um complexo sistema de riscos através do qual o núcleo dirigente do empresariado rural, no Brasil, tem traduzido a problemática da sustentabilidade e a relação entre sociedade civil e sociedade política.

Palavras-Chave: Agronegócio, ABAG, consenso, hegemonia e sustentabilidade.



Apresentada oficialmente em 6 de maio de 1993 no auditório Nereu Ramos, no Congresso Nacional, a Associação Brasileira do Agronegócio representa, desde sua origem, importante base de atuação do Agronegócio¹ em sua busca por uma institucionalidade favorável ao modelo organizacional difundido pelo conceito de *Agribusiness* o qual tem sido, nos últimos anos, resignificado como *Agricultura Sustentável*² e defendido como instrumento de *Desenvolvimento*³. Fato este que revela o esforço contínuo do empresariado rural para a consolidação de sua capacidade de direção. Em processo, a tentativa de responder às necessidades trazidas pelo que parece ser um novo pacto social baseado na própria capacidade de convencimento do referido grupo, cujas ações podem ser examinadas em eventos da ABAG como os Congressos Brasileiros de Agribusiness (CBAs). Multiplicam-se as alianças formais e informais com ONGs ambientais, sociais e sindicatos.

E é em função de tal cenário que chamo atenção para a fundação de agências como o Instituto para o Agronegócio Responsável, bem como para a difusão da ideia de governança *multistakeholder* – mecanismo através do qual se busca a produção do consenso através da participação, em tese, de todas as partes interessadas em dada questão – e o uso de seu potencial na resolução de conflitos e, portanto, na redução dos obstáculos aos empreendimentos dos agentes ligados ao *Sistema*. Voltaremos à questão adiante, por ora vale algumas considerações sobre a ABAG e o movimento político do qual é fruto no intuito de melhor apreendermos a gênese de um *think tanks* como o ARES, bem como a acomodação do modelo de governança destacado.

Fruto do processo de politização da economia, a referida Associação materializa os esforços para a institucionalização, a princípio, da ideia de *Agribusiness* no Brasil.

¹ Mais do que um conceito com o qual o núcleo dirigente do empresariado rural nomeia atividades e agentes ligados à agricultura sob a representação de um *Sistema*, o referido vocábulo é empregado para nomear um movimento de articulação do aludido grupo no sentido de institucionalizar seus interesses tendo como estratégia o uso da marca *Agronegócio brasileiro* na construção de uma identidade organizadora da multiplicidade de interesses que busca congregar. Atenção para o uso do adjetivo pátrio como meio de legitimação e reconhecimento social. O intenso processo de desnacionalização sofrido pelos negócios em torno da agricultura brasileira acaba sendo ocultado. Para distinguir “Agronegócio” enquanto movimento político-ideológico, de “Agronegócio” enquanto ferramenta de análise econômica cuja leitura pela figura de um *Sistema* permitiria o aperfeiçoamento das partes pela visão do todo – como divulgado por representantes do empresariado rural –, o termo será destacado em itálico ou será substituído pela palavra *Sistema* quando empregado no sentido patronal.

² O termo sustentável designa capacidade de continuidade, de auto-suficiência. Nesse sentido, cabe destacar o esforço do patronato rural no sentido de basear a própria ideia de *sustentabilidade* no chamado *Triple Bottom Line* ou *3P's* (People, Profit and Planet). A ideia é que é possível conciliar interesses sociais, ambientais e econômicos.

³ Leia-se crescimento econômico. Equivalência que ignora distorções como a concentração da renda, bem como os desequilíbrios nos sistemas naturais. Tais aspectos são secundarizados ou fazem parte do não dito



Cunhado (em 1957) por John Davis e Ray Goldberg, durante estudos desenvolvidos no *Programa de Pesquisa Agricultura e Negócios* da Harvard Business School (HBS), o referido conceito seduziu o então presidente (herdeiro) do Grupo Agroceres⁴ Ney B. de Araújo⁵, cuja presença nos seminários realizados na HBS passou a ser frequente a partir da década de 1970. A visão sistêmica das atividades agrícolas (sob a denominação *Agribusiness*) o cooptara de tal forma que Ney de Araújo incorporou a missão de difundir a mesma no Brasil dando início a um processo de mobilização do patronato rural congregando importantes lideranças de um setor que acabou sendo reinventado. A agricultura foi resignificada como *Agribusiness* cujo exercício de tradução e acomodação teria sido marcado por algumas “liberalidades”, segundo os próprios autores/atores do Agronegócio.⁶

Somados os agregados antes, dentro e depois da porteira, temos a constituição de uma rede de conexões cuja necessidade de ordenação e representação política legitimaria o projeto de uma associação que traduzisse a nova realidade e dotasse de importância política o poderoso complexo econômico definido, didaticamente, nas obras editas pela Agroceres de Ney Bittencourt e, posteriormente, pela própria ABAG⁷ no exercício de sua função histórica real.

Cabe lembrar que, tendo como perspectiva dotar de capacidade de direção o núcleo dirigente do empresariado rural no Brasil, a ABAG se insere no complexo campo de disputa pela definição de agendas e do tratamento dado aos problemas eleitos como prioridade. De tal forma, suas frentes materiais⁸ buscam organizar não só o

⁴ Fundada em 1945, a empresa foi pioneira na produção de milho híbrido no Brasil e tem como objetivo primário gerar tecnologia aplicada à genética para o campo brasileiro. Considerando os esforços de Araújo, a Agroceres representa significativa base de atuação do Agronegócio desde os primórdios do movimento.

⁵ Patrono do Agronegócio, o chamado “*dinamo do Agribusiness*” (RODRIGUES, 1997) foi um dos fundadores da ABAG e seu primeiro presidente. Sua gestão datou de março/1993 até junho/1996. Em função de trágico acontecimento – Ney Bittencourt veio a falecer em 14/01/1996 num ocorrido que ficou conhecido como *Caso Agroceres* –, Araújo acabou sendo substituído por Arturo José Furlong (janeiro/1996 a julho/1996) cujo sucessor foi Luiz Alberto Garcia (1996 a 1999). Em seguida, Roberto Rodrigues (1999 a 2002) assumiu a presidência da Associação. Nomeado Ministro da Agricultura do Governo Lula, Rodrigues foi sucedido por Carlo F. M. Lovatelli, cujo terceiro mandato findou em dezembro de 2011.

⁶ Ver LACERDA, E.V. *Brasil Integrado: a ideologia sistêmica do Agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2009. Dissertação – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2009.

⁷ Ver, em particular, Araújo, N.B. de; Wedekin, I.; Pinazza (1990; 1992) e Araújo, N.B de; Pinazza, L.A. (1993). Conferir ainda em ABAG (1993).

⁸ Diversos são os canais criados para a atuação dos agentes da ABAG, leia-se Agronegócio. Entre eles, temos: os *Congressos Brasileiros de Agribusiness* (CBAs – iniciativa datada de 2002); os *Fóruns ABAG* (iniciados em 2004); o *Sistema de Feiras Agrishow* (criado em 1994) e os seminários e programas de intercâmbio com associações internacionais (iniciados no ano de 1996) para a troca de experiências e



aludido grupo no sentido de práticas e discurso, bem como objetivam gerar reconhecimento social para a legitimação da condução dos processos sob a ótica do *Agronegócio*, divulgado como o principal negócio do País⁹. Tarefa esta idealizada, desde a gênese da Associação, pelo núcleo dirigente do movimento político do qual a ABAG é fruto. Destaque para as figuras de Araújo e Roberto Rodrigues¹⁰, atores que contaram com importantes colaboradores¹¹ cujos esforços deram origem a uma gama de organizações¹² com porta-vozes próprios e com funções bem definidas para o trabalho de valorização dos negócios e a institucionalização dos interesses do *Sistema*.

Entre tais agências surge o Instituto para o Agronegócio Responsável (set./2007) formado por um conjunto de atores com capital social suficiente para causar mudanças significativas no campo da sustentabilidade.

Segundo Meire Ferreira (então superintendente do ARES) e Roberto Waack (ainda presidente do Conselho Consultivo do Instituto), o processo de criação da agência, inicialmente, estaria associado à mobilização de agentes ligados à cultura da soja para a reestruturação e adequação de suas ações em termos de Sustentabilidade.¹³

difusão do *Agribusiness* “brasileiro”. Inclua-se em tais frentes materiais a *Revista Panorama Rural* (1999), bem como os seminários e iniciativas em parceria com espaços acadêmicos como o PENSA (Centro de Conhecimento em Agronegócios da Fundação Instituto de Administração (FIA) formada pelos docentes da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP) cuja fundação foi obra de Décio Zylbersztajn após visita (a convite de Araújo) ao Programa de Agribusiness da Universidade de Harvard liderado por Ray Goldberg. Zylbersztajn coordena o PENSA desde sua criação (17/06/1990).

⁹A participação do *Sistema* no PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil tem sido um dos principais argumentos da campanha de afirmação do *Agronegócio* enquanto principal base de sustentação da economia nacional. Entretanto, a mensuração de tal contribuição não tem levado em consideração os custos socioambientais que questionam a sustentabilidade do modelo produtivo defendido.

¹⁰ Paulista de Cordeirópolis, formou-se em Agronomia pela ESALQ/USP em 1965 e possui curso de aperfeiçoamento em administração rural. Atualmente, coordena o GV-Agro/FGV-SP. Rodrigues presidiu ainda a OCB-Organização das Cooperativas Brasileiras (1985 a 1991), a SRB-Sociedade Rural Brasileira (1994 a 1996) e a ACI-Aliança Cooperativa Internacional (1997 a 2001), além da própria ABAG (1999 a 2002). Entre os inúmeros cargos que ocupou, inclui-se o de Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Jan./2003 a Jun./2006). A extensa lista de ocupações revela uma posição social marcada pelo forte capital social e poder de direção. Um dos principais líderes do Agronegócio, ao lado de Araújo, o ex-Ministro é figura de peso no referido movimento ainda hoje.

¹¹Entre eles: Décio Zylbersztajn, Ivan Wedekin, Luiz A. Pinazza, Antonio H. Pinazza, Raul Cortes, Pedro Brito, Nelson Mamede, Alberto Veiga Victor Ferrão, Antonio Ernesto W. de Salvo e Flávio P.T. Menezes.

¹² Enquanto base de atuação do Agronegócio, a ABAG está inserida numa rede de agências através da qual disputa a capacidade de intervir na realidade formulando diretrizes para o que seriam os problemas brasileiros. Sendo assim, atenção para instituições como o *Centro de Agronegócio* da Faculdade de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (GV Agro/FGV-SP), o próprio PENSA e, em particular, os *think tanks* ICONE (*Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais*) e o próprio ARES (*Instituto para o Agronegócio Responsável*).

¹³ Informação obtida em entrevistas realizadas com ambos os agentes. O depoimento de Ferreira* foi coletado em 15/08/2008 na primeira sede do Instituto localizada na Av. General Furtado do Nascimento. Atualmente o ARES funciona na Av. Paulista no mesmo conjunto empresarial onde se localiza a ABAG. Já Waack** foi entrevistado na sede da AMATA, Vila Olímpia, em 02/12/2008. A AMATA é um



Nesse sentido, destaque para a iniciativa da ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), em parceria com o ICONE, em promover uma série de seminários e debates no intuito de aprofundar a discussão sobre a repercussão das exigências de sustentabilidade no *Agronegócio*. Durante tais encontros outras entidades teriam decidido pela criação do ARES. Na visão de Waack, a ligação de Carlo Lovatelli com a ABAG teria sido elemento facilitador do apoio ao projeto de uma agência nos moldes do Instituto.

O administrador-biólogo explica seu envolvimento no processo de criação e consolidação da referida base de atuação em função de sua ligação com o Forest Stewardship Council (FSC)¹⁴ cuja legitimidade reforça. Roberto Waack destaca a organização como portadora do “[...] sistema mais antigo e mais bem estabelecido no mundo da certificação e da sustentabilidade.” Atenção para o fato de que na posição de presidente do Conselho Internacional da referida organização, sua fala deve ser examinada considerando o processo em que os atores sociais se esforçam para construir e consolidar sua legitimidade enquanto protagonistas de seus campos de atuação e, conseqüentemente, gerar reconhecimento social em relação às bases de onde atuam.

empreendimento florestal criado em 2005 cujo principal produto é a madeira certificada. Roberto Waack é seu sócio-fundador, além de presidente. Ver website: <<http://www.amatabrasil.com.br>>.

*Bacharel em Administração de Empresas e Direito e especialista em Direito Tributário pela PUC de São Paulo e em Gestão de Sustentabilidade pela FGV. Exerceu o Direito empresarial por doze anos e nos últimos cinco, ocupou posições de gestão para sustentabilidade no setor do *Agronegócio*. Participante de vários grupos de diálogo envolvendo o agro brasileiro, Meire Ferreira também é membro do Comitê de Imparcialidade da SGS Certificadora. O convite para participar do ARES teria partido do próprio Roberto Waack. Na ocasião, a advogada trabalhava em projeto na área de *Sustentabilidade* da SADIA. As referidas informações foram obtidas durante o depoimento de Ferreira, bem como de um resumo de seu currículo. Recentemente, o cargo de superintendente do Instituto para o Agronegócio Responsável passou a ser ocupado por Ocimar Villela. Dados de Villela serão apresentados adiante.

**Roberto Waack é Biólogo (IB-USP) e mestre em Administração de Empresas (FEA-USP). Sócio Diretor da AMATA S.A. Presidente do Conselho Internacional do Forest Stewardship Council (FSC), Membro do Conselho Brasileiro de Manejo Sustentável (FSC-Brasil), do Conselho do Centro de Referência de Informações Ambientais (CRIA), e do Conselho de Administração do Ybios, *joint venture* entre Orsa Florestal, Natura e Centroflora. Presidente da Associação de Produtores Florestais Certificados da Amazônia (PFCA). Foi Presidente da Orsa Florestal S.A., Diretor Executivo da Holding Grupo Orsa Participações S.A. e membro do Conselho de Administração do Grupo Orsa. Foi Diretor da Divisão Vetmédica da Boehringer Ingelheim do Brasil, Vice-Presidente da Vallée S.A. e Diretor da Imovall (Pasteur Mérieux do Brasil S. A.). Roberto Waack presidiu ainda a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Industrial (ANPEI). Foi membro do Conselho do então Programa de Estudos de Negócios dos Sistemas Agroindustriais, hoje Centro de Conhecimento em Agronegócios (PENSA) da FEA/USP, e do Conselho da Fundação Instituto de Administração (FIA/FEA/USP). Entre outras atividades, foi também membro do Grupo para Revisão do Processo de Certificação de Florestas Plantadas do FSC (Plantations Review Group) e atuou como consultor de várias empresas e organizações nacionais (MCT, FINEP, FAPESP) e internacionais (OMS e UNIDO) nas áreas de Governança Corporativa, Gestão Estratégica e Gestão Tecnológica. Síntese enviada por Emília Lamada, secretária da AMATA.

¹⁴ Organização fundada em 1993, o FSC tem como missão: “ *promover um manejo florestal ambientalmente apropriado, socialmente benéfico e economicamente viável.*” Ver <<http://www.fsc.org>>.



Segundo Waack, a discussão dos temas constitutivos da agenda do Instituto para o Agronegócio Responsável¹⁵ viria demandando considerável esforço de governança dada a diversidade de atores e interesses envolvidos. Vale frisar não ter sido (ainda) possível identificar os conflitos de interesses inerentes às possíveis alianças que podem vir a ocorrer em ambientes institucionais como o ARES, bem como avaliar a capacidade de seus agentes em produzir uma identidade baseada em *common grounds* a qual consiga resistir ao difícil processo de construção de um equilíbrio entre meio-ambiental, lucro e responsabilidade social. Consideradas as práticas do empresariado rural, o problema se coloca.

Embora do ponto de vista formal o Instituto tenha surgido da demanda da cadeia produtiva da soja para adequar-se ao campo da sustentabilidade, quase dois anos depois de sua fundação tinha 23 associados dos mais variados segmentos. Hoje, porém, somam 20 com a saída da ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes), ABEF (Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos) e CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).¹⁶

Cabe ressaltar que a maior parte dos associados do Ares o são também da ABAG. A título de exemplo, a ABIA (Associação das Indústria da Alimentação), ANDEF (Associação Nacional de Defesa Vegetal) e ÚNICA (União das Indústrias da Cana de Açúcar). E mais, o presidente do Conselho Deliberativo do Instituto é Carlo Lovatelli. Lovatelli foi presidente da ABAG até 2011.

¹⁵ Em pauta uma agenda constituída pelos seguintes temas: 1) Questões trabalhistas e relacionadas à terceirização; 2) Agricultura familiar, desalojamento econômico e segurança alimentar; 3) Relacionamento com a sociedade civil organizada, organizações não-governamentais, processos multistakeholders, de rastreabilidade, de verificação, de certificação e de selos; 4) Conversão de ecossistemas; 5) Impactos ambientais como GMOs, uso de agroquímicos e manejo de pragas, impactos no solo e plantio direto; 6) Resíduos em alimentos e sanidade animal; 7) Emissões de gases de efeito estufa, balanço energético e biocombustíveis; 8) Ordenamento fundiário, legislação ambiental e monitoramento; 9) Conflitos intra e inter SAGs, interação lavoura e pecuária e adição de valor e; 10) Comércio e sustentabilidade.

¹⁶ De acordo com o Estatuto do Instituto, o número de associados é ilimitado e três são as categorias em que se dividem: Mantenedores, Contribuintes e Honorários. Entre os primeiro temos: Associações, Sindicatos, Federações ou Confederação que contribuem mensalmente para a manutenção das atividades realizadas. Contribuição que pode ser em prestação de serviços, até mesmo de natureza intelectual, cessão de equipamentos etc. Já na categoria Contribuintes são admitidas pessoas físicas e jurídicas que contribuem com uma taxa anual destinada ao recebimento de periódicos, publicações e qualquer outra forma de informações relacionadas às atividades desenvolvidas pelo ARES. Tais associados não possuem direito de voto. Contudo, podem ser eleitos para as instâncias decisórias do Instituto. Posição que os investe de poder de voto. Por fim, os Honorários cujo grupo é formado por pessoas físicas e jurídicas as quais se atribui destaque nas áreas de meio ambiente, desenvolvimento sustentável, política e desenvolvimento agrícola, política comercial e demais áreas relacionadas com finalidades do Instituto. Os referidos associados não possuem direito de voto a não ser que sejam eleitos para os cargos eletivos. Cf. *Estatuto do Instituto para o Agronegócio Responsável* (Capítulo III).



Além das referidas instâncias, o ARES conta com uma estrutura executiva tendo Ocimar de Camargo Villela¹⁷ como superintendente.

Durante as entrevistas concedidas, Ferreira e Waack enfatizaram que a fase inicial do Instituto teria como marca a aproximação entre seus mantenedores, bem como a discussão em torno do mandato da referida agência a qual caberia “*organizar e instrumentalizar*” a discussão da *sustentabilidade* em áreas de interesse das organizações ligadas ao ARES. Ferreira chegou a definir o ARES como um “espaço seguro”, um lugar onde seus associados poderiam discutir suas realidades e dar início à adequação de sua forma de produção. Em sua percepção, o Instituto seria uma estratégia “*inovadora*” diante de desafios como os da *sustentabilidade*.

Na avaliação dos representantes entrevistados, o trabalho dos anos iniciais ter ficado “*confinado*” ao que seria um “*processo de gestão interna*”, com foco na construção do diálogo entre seus mantenedores, já representaria “*avanço*”. Segundo Roberto Waack, o intuito seria alcançar pontos de convergência possibilitando a elaboração de planos de ação visando solucionar as inadequações dos negócios frente às exigências de uma nova conjuntura em que a economia navegaria sobre o tema da sustentabilidade. Em seu depoimento, Waack afirmou que estes planos de ação podem assumir a forma de “Manifestos” onde se torne público o compromisso de abolir determinadas práticas e/ou “Planos de transição” em que se determine um tempo para que as mudanças sejam implementadas.¹⁸ Atenção para a introdução do componente temporal no processo em função de sua importância no alívio das pressões, bem como para o trabalho de convencimento.

O entrevistado mencionou, ainda, a possibilidade de atuação do ARES através de alianças com grupos da sociedade civil no intuito de uma atuação política. Vale frisar a distinção entre setor produtivo e sociedade civil em seu discurso. Diferenciação reproduzida no discurso de grande parte dos agentes do Agronegócio, a última seria representada pelos atores sociais reconhecidos como interlocutores, não patronais, nos debates das questões eleitas como prioridades.

¹⁷ Zootecnista formado por Uberaba. De acordo com seu currículo, Villela ocupou posições gerenciais em Pecuária, Meio Ambiente e Agricultura na Fundação Bradesco, Fazendas Rubayat e nos últimos 15 anos trabalhou no Grupo André Maggi, onde teria implantado o sistema de gestão socioambiental e articulado parcerias importantes com ONGs locais, regionais e internacionais. Teria auxiliado ainda na estruturação da RTRS – Mesa Redonda da Soja Responsável, tendo sido eleito vice-presidente na gestão de constituição da iniciativa e participado de forma efetiva na estruturação da Moratória da Soja. Villela é o segundo a ocupar o cargo de superintendente do ARES, como já mencionado.

¹⁸ O representante destacou a importância dos planos de trabalho enfatizando a inércia de investimentos do setor produtivo, bem como os compromissos previamente assumidos.



Além de agências como o ARES, destaco a difusão do modelo de governança *multistakeholder* como instrumento empregado pelo patronato rural para a gestão antecipada da contestabilidade. A ideia de que seria possível reunir todas as partes interessadas em torno da solução de dada problemática tem sido associada ao próprio ideal de Democracia e sugerida como uma nova base para a relação entre sociedade civil e sociedade política onde àquela caberia estabelecer as chamadas “regras do jogo” e ao Estado implementá-las.

No primeiro estudo veiculado pelo ARES (*Governanças Socioambientais nos Sistemas Agroindustriais*)¹⁹, Roberto Waack reafirmou tal lógica dizendo se tratar de um “[...] processo diferente, talvez doloroso, que demanda paciência e compromisso, mas que pode proporcionar oportunidades importantes no campo dos processos produtivos e mercadológicos.” (WAACK et.al., 2008, p.8)

Cabe registrar, igualmente, a visão do ex-conselheiro do ARES sobre a discussão da sustentabilidade na cadeia de valor dos produtos uma vez que seu conteúdo se aproxima da fala do núcleo dirigente do Agronegócio e, portanto, serve de base para a construção de estratégias no enfrentamento das críticas ao setor. Enfim, quando indagado sobre a dificuldade de acesso aos produtos “sustentáveis” e a formação de uma elite consumidora dos mesmos, o representante argumentou que o referido fato poderia ocorrer durante a fase de transição em que as organizações usam a diferenciação (graças à incorporação dos elementos da sustentabilidade) como “*elemento de captação de valor*”. Contudo, transformada a referida discussão em “*mainstream*”, a recompensa econômica se traduziria em acesso a mercado. Fase em que a valorização dos produtos não se traduziria (“*necessariamente*”) pela elevação de preço gerando dificuldade de acesso e “*muito menos concentração numa elite consumidora de produtos sustentáveis*”.

Todavia, sabemos que considerados o fim dos empreendimentos econômicos e a valorização da certificação enquanto instrumento garantidor de bons negócios, é preciso atenção às exigências para a criação das condições objetivas para que tal realidade se dê. Afinal, esta não será fruto de um processo natural, espontâneo. Sendo o mercado uma construção social, será necessário alcançar uma dada situação das relações de força favorável a valores outros que não só o econômico para a democratização do acesso aos produtos dotados de atributos cuja natureza os qualifica como “sustentáveis”.

¹⁹ O estudo, lançado em 2008, teve como objetivo promover e fortalecer os chamados modelos de Governança *multistakeholder* implementados no Agronegócio “brasileiro”. Destaque para os SAGs do algodão, soja e milho, café, cana, laranja, suínos e aves, bovinos e floresta.



Outro ponto relevante para os objetivos desta comunicação, a visão de Roberto Waack sobre o aspecto ideológico da discussão da sustentabilidade deve ser mencionada. Em relação à questão, Waack afirma que os avanços só são possíveis com o aprendizado de se conviver com a diferença tendo acima dela uma causa maior: “Então você está lá [refere-se aos fóruns *multistakeholders*] com suas posições ideológicas não para vender suas posições ideológicas, mas para construir um novo modelo [...]”. Segundo o entrevistado, a “*postura política de lidar com a ideologia*” estaria proporcionando novos modelos que seriam decodificados através dos sistemas *multistakeholders*, pelos sistemas de certificação etc. O referido agente chegou a arriscar um percentual em torno de 60% de um conjunto de situações em que não haveria disputa. Situações em que faltaria apenas oportunidade de entendimento prévio entre os atores sociais. Já em 20% dos casos, denominados de “*Zona Amarela*”, teríamos áreas que necessitariam de um maior investimento para o acerto dos *common grounds*. Os 20% restantes seriam “*elefantes em cima da mesa*” os quais materializariam pontos inegociáveis como os OGMs. Embora reconhecendo o peso de tais controvérsias, o administrador-biólogo avalia que, raramente, as mesmas paralisam o processo de diálogo e a produção de dado consenso. Contudo, levando em conta a natureza estrutural dos aspectos que traduzem o inegociável, fica a indagação sobre a direção que estaria tomando a produção do consenso considerados os mecanismos eleitos para tanto.

Consideradas as observações feitas, aos interessados pelas iniciativas no campo da sustentabilidade cabe desnaturalizar o processo de proposição e consolidação de agências como o Instituto para o Agronegócio Responsável, bem como sua atuação – assim como ao historiador cabe transcender a história oficial na apreensão dos fatos. Mais do que acesso a mercados, o ARES traz consigo a promessa de uma representação do Agronegócio atualizada com os dinâmicos critérios definidores do próprio processo de acumulação em que o *business* deve ser certificado.²⁰ Processo cuja análise deve reservar atenção especial para a defesa do deslocamento do poder de definição das “regras do jogo” para determinados grupos sociais cabendo ao Estado apenas implementar tais regras, como já assinalado.

Questão que está diretamente relacionada ao debate sobre a participação no processo de discussão e deliberação das políticas públicas, a defesa e legitimação das arenas produzidas pela governança *multistakeholder*, implementada pelo patronato rural,

²⁰ A certificação é vista como ferramenta de gestão operacional e social traduzida por uma marca, logo ou selo com o qual se busca garantir a reputação desejada.



como modelo de participação democrática, devem ser examinadas considerando atores e interesses representados. Afinal, constitui a referida problemática aspecto fundamental ao se pensar a formatação de uma institucionalidade favorável à sociedade em seu conjunto, bem como o papel do Estado enquanto garantidor do tecido social.

Em pleno processo de acomodação, a ideia de uma transição de “*modelos de governo para modelos de governança*”, como reforça os representantes do ARES, vem servindo aos propósitos de criar as condições objetivas para uma espécie de reificação do próprio consenso.

Diante das considerações feitas e levando em conta a disputa pela atribuição de sentido aos conceitos e noções produzidos no debate das temáticas eleitas como de interesse nacional, a criação de um *Glossário Socioambiental* pelo ARES não poderia passar despercebida. A iniciativa é justificada da seguinte forma pela agência:

No decorrer da elaboração de uma série de documentos técnicos, a equipe do ARES percebeu que há muita confusão e diferentes interpretações de termos utilizados nas ciências socioambientais. Procurando padronizar o jargão, pensou-se que a publicação de um glossário de termos utilizados em temas socioambientais poderia ajudar a homogeneizar e divulgar a terminologia referente a esse importante assunto.

Para diminuir esta dificuldade estamos disponibilizando um glossário de termos técnicos comumente utilizados em ciências socioambientais, explicitando o significado dos vocábulos de maneira a torná-los compreensíveis.

Esse produto é decorrência de um longo trabalho de procura e compilação do significado mais preciso dos termos. Para tal, recorreu-se a bibliografia variada e, também, necessitou-se criar as definições de inúmeros termos que, por serem novos, não estavam disponíveis.

Pretendemos que este trabalho continue a incorporar termos novos ou que não constem nessa primeira versão. (Website/ARES, grifos meus)

A justificativa apresentada reforça, claramente, a natureza de agente nomeador da realidade no campo da sustentabilidade. A consideração de tal aspecto nos faz atentar para a ênfase de Ferreira e Waack no fato de que a organização/sistematização do conhecimento em torno da *sustentabilidade* se daria no intuito de atender aos interesses dos mantenedores do Instituto. Cenário em que a definição dos conceitos difundidos através do referido glossário assume papel estratégico de “ensinar a quem não sabe”. Nesse sentido, cabe a transcrição de alguns destes conceitos. Início pela própria definição de *sustentabilidade*. Vejamos:

Qualidade, característica ou requisito do que é sustentável. Num processo ou num sistema, a sustentabilidade pressupõe o equilíbrio



entre 'entradas' e 'saídas', de modo que uma dada realidade possa manter-se continuamente com suas características essenciais. Na abordagem ambiental, a sustentabilidade é um requisito para que os ecossistemas permaneçam iguais a si mesmos, assim como os recursos podem ser utilizados somente com reposição e/ou substituição, evitando-se a sua depleção, de maneira a manter o equilíbrio ecológico, uma relação adequada entre recursos e produção, e entre produção e consumo. (Glossário Socioambiental/Website ARES, grifo meu)

A exemplo da definição de *Agricultura Sustentável* – definida como método agrícola para evitar a degradação ambiental e assegurar a qualidade dos alimentos – ou do próprio conceito de *uso e ocupação da terra* – o qual considera as características do relevo, do solo, da flora, entre outros fatores – a definição acima não incorpora critérios da dimensão social da sustentabilidade. Constituindo a agricultura uma atividade humana – mesmo em casos extremos de mecanização – fica a indagação sobre a direção e o sentido da discussão sobre temas fundamentais para se pensar a *questão agrária brasileira*²¹.

Nenhuma relação entre uso, ocupação e função social da terra. A menção mais próxima de uma consideração da dimensão social pode ser vista na definição de *uso sustentável*. Prática que significaria a “[...]exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (Lei 9.985/2000, art. 2, XI).” Contudo, não se define o que seja socialmente justo. Adia-se discussão inevitável, considerada a afirmação de uma possível “*ordem moral*” direcionando o *business* para além da legalidade.

Por outro lado, a definição de *Área de Proteção Ambiental* (APA) chama atenção para o “*direito de propriedade*”:

(1) Respeitados os princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, o poder executivo poderá criar Áreas de Proteção Ambiental, estabelecendo normas que limitem ou proíbam a implantação ou o desenvolvimento de atividades que afetem as características ambientais dessas áreas, sua condições ecológicas ou

²¹ Compreendida não só enquanto um “[...]conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada que, por seu turno, também determina a concentração de poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural e uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra definido pela fala/prática oficial como a ‘*mais adequada*’ para o desenvolvimento nacional”, como a define Mendonça (2006), mas também como a soma dos constrangimentos ambientais gerados na captura da renda da natureza. Renda auferida com a exploração dos recursos naturais cuja garantia tem sido a posse do conhecimento sobre os mesmos. Para discussão sobre renda da natureza e saber ambiental ver Moreira (1995) e Leff (2008).



ainda que ameacem extinguir as espécies da biota regional[...].(Glossário Socioambiental/Website ARES, grifo meu)

Ao lado do trabalho de aprimoramento do referido glossário, a promessa de realização de estudos com foco no uso da terra e na questão social que envolve o mesmo (cuja discussão abrangeria temas como deslocamento econômico e impacto na comunidade) ainda não foi cumprida. Fato curioso tendo a agenda do Instituto (já em 2008) focado na temática “Amazônia” com o intuito de entender o contexto de sua discussão para definir prioridades e projetos para a região em questão.²²

Num contexto em que a referida região é tema de referência internacional e nacional, o empresariado rural criou seu interlocutor e realizou um trabalho que lembra a execução de um *branding*²³. Afinal, o Instituto para o Agronegócio Responsável soma esforços na constituição da “marca” *Agronegócio Responsável* a qual agrega valor ao produto *Agronegócio “brasileiro”*.

Vale ressaltar que enquanto o Instituto emprega, oficialmente, o termo “*responsável*”, a maioria das associações do empresariado rural usa o termo “*sustentável*”. Diferença significativa em termos de discurso. De um lado, o processo. De outro, o fim. Fato o qual explicita os diferentes graus de valorização e internalização da discussão, além dos limites da estratégia de aproximação do patronato rural através de *common grounds*, produzidos em áreas eleitas como prioridades na busca por um consenso em termos de critérios orientadores de boas práticas.

Realidade a qual não foge os próprios representantes do ARES. Enquanto o ex-conselheiro Roberto Waack afirmava o compromisso com o processo e chegava a alertar para a utopia de se definir o que é sustentável uma vez que não se tem como

²² Conferir matéria publicada na Revista Época Negócios (julho de 2008) sob o título *Dez verdades sobre a Amazônia*. Ocasão em que Roberto Waack identifica aqueles que seriam os dez fatores relevantes para se pensar, em sua avaliação, a temática em sua complexidade e para elaborar um projeto “*consistente*” para a região. Os fatores listados são: 1) a heterogeneidade da Amazônia a qual exigiria tratamento e estratégia diferentes para cada uma de suas realidades; 2) os interesses múltiplos pela região, a nebulosa institucional à qual a Amazônia estaria sujeita; 3) o problema fundiário marcado por titulações que sofrem de legitimidade; 4) as diferentes causas do desmatamento; 5) o novo paradigma na geração e disseminação da informação levando em consideração a importância das pesquisas realizadas pelas ONGs; 6) a produtividade da floresta; 7) a necessidade de um sistema educacional voltado para a formação técnica voltada para as potencialidades florestais; 8) a integração entre política ambiental e agroindustrial para a consolidação de uma economia florestal garantidora da preservação da floresta; 9) a necessidade de um discurso pró-ativo em termos de Amazônia através do qual se daria a defesa de um modelo que agregue a produção de alimentos em grande escala e; 10) uma matriz energética limpa e uma agenda ambiental florestal sólida e sustentável.

²³ Termo empregado para designar o trabalho de criação de uma “Marca” com a qual mais do que criar uma identidade acrescenta-se um conceito de valor e positividade ao produto no intuito de ganhar a preferência do consumidor. Cf. Martins (2006).



prever todos os possíveis impactos causados pelas ações do presente, Carlo Lovatelli afirma ainda hoje: “*Agronegócio é sustentabilidade*”.²⁴

Outro ponto a mencionar é o papel atribuído às entidades associadas ao ARES. Segundo Meire Ferreira, as referidas organizações seriam responsáveis pela difusão do conhecimento sistematizado pelo Instituto, bem como das melhores práticas acordadas. Tarefa cujo êxito ainda não pode ser avaliado. Ainda não é possível determinar o grau de internalização das orientações ou variações de tal processo entre as diferentes organizações do Agronegócio. Como regra até o momento, julgadas as ações de grande parte do empresariado rural, nota-se a distância entre o discurso e a prática em termos socioambientais. Quando observados os investimentos em práticas de responsabilidade sociambiental, percebe-se que os mesmos têm se dado (em grande parte) com o intuito de capitalizar sobre o marketing que tais ações geram.

Importa registrar, ainda, fato referente ao mandato do ARES. Apesar da natureza do mesmo e do próprio processo de gênese do Instituto, seus representantes negam a execução de *lobby* em benefício de suas bases sociais. A atividade lobista seria executada pelas associações setoriais as quais teriam “legitimidade” para tal exercício.

No rol das iniciativas do ARES merece registro, igualmente, o curso para jornalistas de editoriais de *Agronegócio*, Meio Ambiente, Sustentabilidade, Responsabilidade Social e Cidades. Com o objetivo de trabalhar a *sustentabilidade* de forma ampla através da socialização de informações sobre o “setor” e sua relação com o tema, a iniciativa parece ter virado tendência entre as agências do Agronegócio. Seus representantes chamam para si o papel de ensinar a quem não sabe. Função que reafirma o papel dos mesmos no processo de convencimento da sociedade e consolidação de sua própria capacidade de direção.

Cabe assinalar, ainda, que o *Agronegócio “brasileiro”* tem sido caracterizado por seus agentes como um setor em estágio de “*Crescimento*” em termos de práticas de certificação. Estágio no qual se observaria o surgimento de importantes decisões tais como: melhoramento dos *standards* e do processo educacional, o engajamento das empresas no diálogo com ONGs e a percepção de que o “*business as usual*” não se sustenta mais. A evolução do processo levaria à “*Maturidade*”, traduzida por processos em que *multistakeholders* colaboram para garantir e liderar a implementação das práticas

²⁴ Lembremo-nos de que o 8º CBA da ABAG (2009) ocorreu sob o título de “Agronegócio é Sustentabilidade”.



no âmbito governamental e legislativo (institucionalização) e que novas expectativas surgem. Mudanças quantitativas no campo seriam disseminadas.

Considerada a dificuldade de assimilação do próprio conceito de *sustentabilidade* pela cadeia produtiva, o referido estágio ainda estaria longínquo. Não devemos esquecer que Meire Ferreira, ainda superintendente do ARES, alertava para a necessidade de todos entenderem “[...]que o desenvolvimento sustentável não está desconectado do dia-a-dia das pessoas[...]” e que “[...]cada escolha que é feita[...], traz uma série de consequências[...]”. E completava: “[...]quando pensamos em agronegócio responsável, temos que atentar para as consequências das escolhas que fazemos.” Segundo Ferreira, os agricultores teriam começado “[...]a ficar conscientes mais por uma questão de mercado”. O fato do ICONE apontar o foco das negociações no tema da sustentabilidade, em particular entre os setores que exportam para o mercado europeu, chegou a ser lembrado pela então diretora executiva da agência.

Para finalizar, reafirmo a necessidade de se atentar para as estratégias para o convencimento em torno da base material sobre a qual tem ocorrido a reprodução do *business* em torno da agricultura “brasileira”, bem como de orientação da extração de uma renda da natureza levando em conta uma conjuntura em que o foco dos negócios se volta para a temática da *sustentabilidade*.

Referências bibliográficas

1. LEFF, E. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 6ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
2. MARTINS, J.R. *Branding. Um manual para você criar, gerenciar e avaliar marcas*. GlobalBrands, 2006.
3. MENDONÇA, S.R. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária - natureza e comportamento, 1964-1990*. SP: Expressão Popular, 2006
4. MOREIRA, J.R. Renda da Natureza e territorialização do capital: reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista. In: *Estudos e Sociedade*, Rio de Janeiro, n.4, p.89-111, 1995.

Fontes

1. *Estatuto do Instituto para o Agronegócio Responsável*. São Paulo, 28/12/2007. 11p.
2. Projeto Governança Socioambiental nos Sistemas Agroindustriais. São Paulo: ARES, 2008. 104p
3. Associação Brasileira de Agribusiness. *Segurança Alimentar. Uma abordagem de Agribusiness*. São Paulo: Edições ABAG, 1993. 162p.
4. ARAÚJO, N.B. de; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L.A. *Complexo Agroindustrial. O Agribusiness Brasileiro*. São Paulo: Agrocere, 1990. 238p.



5. ------. *Agribusiness. O Complexo Agroindustrial Brasileiro*. São Paulo: Edições ABAG, 1992.

6. ARAÚJO, N.B de; PINAZZA, L.A. *Agricultura na virada do século XX: visão de agribusiness*. São Paulo: Globo, 1993. 166p.

7. RODRIGUES, R. *Ney Bittencourt. O dínamo do agribusiness*. São Paulo: s.ed., 1997. 265p

website

<<http://www.institutoares.org.br>>



GT 7 Estado e interesses patronais rurais-agroindustriais na América Latina

A Floresta como negócio: histórias do setor industrial madeireiro do Paraná.

Jefferson de Oliveira Salles¹
Claudemira Vieira Gusmão Lopes²

¹ Mestrando em sociologia rural na UFPR, professor da rede publica estadual, atualmente coordenador administrativo do projeto Memórias dos Povos do Campo e historiador do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG), E-mail: jefferson_salles@itcg.pr.gov.br, jefferson_oliveirasalles@yahoo.com.br.

² Doutora em Desenvolvimento Rural Sustentável (UFPR), prof^a Agroecologia da Rede Pública Estadual de Ensino Colégio Estadual Paulo Leminski, E-mail: claudemira.lobes@bol.com.br

Resumo

Buscamos contribuir para o seguinte debate: a formação do Setor Industrial Madeireiro, sua relação com a política estatal setorial e os impactos desta relação na floresta nativa. Nosso recorte temporal (1930 a 1960) e espacial (Sul, Oeste e Norte), pois foram períodos em que se esgotaram as reservas madeireiras e extinguiu-se a fronteira agrícola. O objetivo deste trabalho é colaborar para a história dos agentes sociais do desmatamento no Paraná a partir da ação política e econômica setor industrial madeireiro na primeira metade do século XX.

Palavras chave: Setor Industrial Madeireiro³, fração de classe⁴, efeito pertinente⁵.

³ Esta denominação aparece na bibliografia que entende por setor industrial madeireiro empresas que além de transformarem os toros em pranchões (atividades de “serraria”) realizavam transformações supracitadas por meio de atividades industriais interligadas e empregavam a maior parte de seu capital nas atividades industriais. Em alguns casos estas diferentes atividades eram realizadas por industrias pertencentes a um mesmo conglomerado – caso dos grupos empresariais Lupion, Zattar, Pizzato e Slavieiro no Paraná na primeira metade do século XX. (CANCIÁN, 1974, OLIVEIRA, D., 2001, p.30).

⁴ Tendo em vista a relação entre o lugar político e o lugar econômico ocupado pelo setor industrial madeireiro, utilizamos os conceitos de “bloco de poder” e “fração de classe” a partir de Poulantzas. Segundo este autor apenas uma fração de classe não consegue, isolada, ser hegemônica em todos os aparelhos do Estado, do que resulta a necessidade da composição de um “bloco de poder”, que é “composto de várias classes e frações de classe dominantes, sendo que uma delas detêm um papel hegemônico”, que assegura a partir de lutas políticas, da ideologia e também por unificar os interesses de outras frações de classe, sendo que, pelo fato de ser hegemônica, consegue que seus interesses sejam privilegiados em relação a outras frações que dividem com ela o bloco de poder (POULANTZAS, 1986, p.137).

⁵ Entendido a partir da seguinte construção: “as classes ou frações autônomas se manifestam política e ideologicamente. Mais ainda, manifestam-se nos níveis político e ideológico de forma específica, isto é, através de efeitos pertinentes. No nível político podemos detectar as formas de representação de classe, os partidos políticos e o próprio regime político como formas de efeito pertinente; no nível ideológico, a luta ideológica de classes nos revela tais fatos.” PERISSINOTTO, 1994, p.92.



1 Origens sociais e a formação do setor industrial madeireiro.

A partir do início do século XX, com a maior integração do Paraná com o mercado nacional e internacional ocorreu a transformação da atividade madeireira de extrativa para uma atividade “industrial” através de uma cadeia que incluía fabricação de caixas, papel, papelão, móveis, fósforos. Este potencial econômico atraiu investimentos de outros Estados e de grupos internacionais, com a MANASA S/A (paulista) a Lumber (de capital norte americano) e a Cia. de Terras Norte do Paraná (CTNP, de capital inglês). Ao analisar a composição social dos grupos empresariais brasileiros no início do século XX pesquisadores constataram ser recorrente serem formados por imigrantes europeus ou descendentes da primeira geração que, em suas pátrias compunham setores médios urbanos, com instrução técnica e/ou experiência no comércio, com alguma forma de capital e que, no Brasil, se uniram ou casaram com filhos grandes de proprietários de terras – uma forma segura de manutenção e de acumulação de capital. A este fator devemos somar outro: boa parte do crédito na época dependia do setor mercantil, em geral, das empresas exportadoras (que o obtinham de companhias comerciais internacionais). Estas últimas pautavam-se, geralmente, em considerações “políticas, quando não sentimentos nacionalistas” para contratação de empregados e concessão de crédito (DEAN, 1971).

Em estudos sobre a formação do empresariado paranaense pesquisadores constataram que a junção destes fatores colaborou para a criação e manutenção de grupos empresariais nas primeiras décadas do século visando preservar o “capital, a organização do trabalho e a chefia da empresa” (CANCIÁN, 1974, p.131-2). Desta forma as uniões familiares com as características supracitadas estiveram presentes na constituição de algumas das maiores indústrias madeireiras do Paraná na primeira metade do século XX: Grupo Lupion S/A, João José Zattar S/A, a CTNP, F. Slaviero & Filhos S/A (SALLES, 2004; MONTEIRO, 2008; TOMAZZI, 2000; KRETZEN, 1951; LUZ, C., 1980). Esta aliança influenciou a formulação, por exemplo, a cessão em 1928, de créditos pelo Sindicato de Madeiras do Brasil ao governo do Paraná que foi rapidamente atendida, sendo o empréstimo efetuado pelo Estado junto ao Banco do Brasil, segundo mensagem apresentada ao Legislativo do Paraná, em 1929, pelo Governador Afonso Camargo (LAVALLE, 1974). Essa política foi aprofundada no mesmo ano por meio de decreto que criou o Instituto da Madeira (IM), cujas “atribuições foram executadas por delegação do mesmo governo” ao órgão de



representação do setor madeireiro (CANCIÁN, 1974, p. 08. apud. Anuário Brasileiro de Economia Florestal, 1951, grifo nosso). Dentre estas atribuições estavam as de “fixar preços, limitar a produção da madeira, fixar quotas de exportação, promover reflorestamento, fornecer crédito a produtores, construir armazéns, serrarias e outras instalações, e desenvolver mercados locais e estrangeiros” (LUZ, C. F., 1980, p.109). Para melhor executar suas funções, o Instituto contou com o auxílio da Câmara de Expansão Comercial do Paraná, criada em 1934. Este órgão coordenou as estratégias de comércio externo paranaense estava diretamente vinculado ao Conselho Federal do Comércio Exterior. As funções desta Câmara eram de “amparar, defender e coordenar [...] todas as iniciativas tendentes a desenvolver as fontes produtoras do Estado. Sendo a madeira um dos produtos mais viáveis para promover a expansão do comércio exportador” (Relatório do Secretário de Estado de Obras Públicas Othon Mader de 1934. In: LAVALLE, 1974, p. 60). Em 1933, em seu relatório anual enviado ao legislativo o Secretário de Estado Macedo, informou que para a manutenção das operações o IM havia criado um imposto estadual. Esta situação, segundo o mesmo relatório, ocorrera por que o Instituto “fracassou completamente devido à má orientação dada aos seus negócios pelos seus diretores” (MACEDO, 1933, p.13), o que não impediu que o Estado saldasse neste mesmo ano a dívida. Salientamos que estas ações foram tomadas dentro do quadro alianças que se expressam através de importantes personagens: Affonso Camargo, quando ocupava o cargo de vice-presidente do Paraná (posteriormente governador) foi advogado da madeireira Lumber, simultaneamente, em 1916, em Santa Catarina, os interesses do grupo foram defendidos por “Nereu Ramos, filho do ex-governador Vidal Ramos” (WESTPHALEN, 2004, p.149); João de Oliveira Franco, um dos diretores e advogado da CNTP no início da década de 1930, foi representante do Paraná nas negociações que estabeleceram as políticas restritivas a ampliação do plantio de café (vetando a ampliação em MG e SP, mas permitindo no PR), foi Secretario de Estado dos Negócios da Fazenda, Industria e Comércio do interventor Manoel Ribas sem deixar de trabalhar para a CNPT; Willie B. Davis (um dos fundadores da CNTP ainda exercendo sua diretoria), grande fazendeiro em Jacarezinho, da qual havia sido prefeito, deputado [estadual] por três legislações, foi nomeado pelo Interventor prefeito de Londrina em 1937; Othon Mader (ou Maeder), de tradicional família proprietária de terras nos Campos Gerais, integrava na década de 1930, o conselho de uma indústria madeireira que associada a diversas empresas do



setor, foi prefeito nomeado de Foz do Iguaçu logo após a Revolução de 1930, Secretário de Estado e Senador; Moysés Lupion, também originário da união de grandes latifundiários e políticos e imigrantes, foi proprietário de um dos maiores grupos madeireiros do Estado (Grupo Lupion, que possuía negócios com a família do então interventor Manoel Ribas quando este exercia o governo do Estado), foi eleito governador por duas vezes, 1947-1951, e 1956-1961; Antônio Batista Ribas, sócio de empresas do grupo Lupion em 1947, foi Secretário das Obras Públicas, Viação e Agricultura de Ribas e presidente do Departamento de Terras de Lupion; o Secretário de Estado Rivadavia de Macedo, integrante de quadro diretor de uma grande indústria madeireira e de família tradicional (TOMAZI, 2000, p.182 e p.203-5 e SALLES, 2004). Embora estejamos cientes que os representantes do setor não tenham imposto de forma automática e total seus interesses é evidente que muitas medidas tomadas pelo Estado sofreram impactos de sua presença nos órgãos de decisão, pois para

comprendermos *quem* ou *quê* formula políticas, é preciso entender as características dos participantes, os papéis que desempenham, a autoridade e os outros poderes que detêm, como lidam uns com os outros e se controlam mutuamente. Das muitas diferentes modalidades de participantes, cada um exerce uma função especial: os cidadãos comuns, os líderes dos grupos de interesse, os legisladores, os líderes legislativos, ativistas de partidos, magistrados, servidores públicos, técnicos e homens de negócios (LINDBLON p.8-11).

A explicitação da ação do setor industrial madeireiro paranaense apresentou seus efeitos, o principal deles foi a criação, em 1941, do Instituto Nacional do Pinho (INP, criado a imagem do IM), que deveria funcionar a partir do ideal corporativista de desenvolvimento do período Vargas que explicitado na criação de vários “institutos oficiais com vistas a proteger uma série de atividades” como os institutos da Borracha, do Açúcar e do Alcool, do Mate, dentre outros (PERISSINOTTO, 1994, p. 227). O INP

“era órgão oficial dos interesses dos produtores, industriais e exportadores do pinho. A estrutura organizacional da nova autarquia econômica era constituída de uma Junta Deliberativa, composta de um Presidente de livre nomeação Presidente da República, e de representantes dos governos estaduais do Paraná, Rio Grande do Sul, e de igualmente, de representantes estaduais dos produtores, industriais e exportadores de Pinho” (CANCIÁN, 1974, apud VENÂNCIO, p.29).

Devido a vários fatores, nem todos relacionados a sua força de pressão (como por exemplo à necessidade do país em acumular divisas decorrente da crise que antecedeu a II Guerra), o setor industrial madeireiro obteve o atendimento de várias reivindicações, uma delas refere-se a políticas protecionistas garantida pelo Banco do Brasil para exportações para a Argentina, na qual os “preços mínimos [foram] DETERMINADOS pelos Sindicatos [patronais do setor] que puderam assim controlar a efetividade das cotações estabelecidas”, sendo que as guias de exportação somente foram fornecidas aqueles que respeitassem tais preços (Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeira



do Paraná, Curitiba, 1939). Entre os resultados obtidos a partir da criação do INP destacamos a proibição pelo governo federal da exportação de pinho em toros em 1947. Esta ação foi essencial para o aumento da industrialização favorecendo principalmente as maiores empresas, que ampliaram suas atividades para produtos com melhor acabamento (madeira serrada, beneficiada, compensada e laminada, tábuas, móveis e outros). Por meio desta medida protecionista, o governo federal objetivava proteger o setor industrial nacional: “estava sentindo, cada vez mais, a concorrência das usinas de beneficiamento de madeira, instalada nos países importadores” (LAVALLE, 1974, p.97). Ainda na década de 1930 ocorreram outras medidas que incentivaram a produção de papel, sendo que o Paraná recebeu incentivos para instalação de fábricas, por exemplo, em Arapoti (SALLES, 2004). O sucesso da ação política do setor continuou nos anos seguintes. Em 1956, foi criada a Comissão Coordenadora de Exportação de Madeiras (CCEM) quando o pinho nacional passava por uma fase de “desmoralização” na Europa. Este órgão foi criado dentro da estrutura da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX). Participaram da criação da comissão dezenove firmas exportadoras nomeadas – em 1964 o número ampliou-se para trinta (CODEPAR, 1964 p. 9/3-9/4). Retomando o conceito de bloco de poder, lembremos que no período citado, 1956-1961 o governador do Paraná era Moysés Lupion, proprietário de um dos maiores grupos madeireiros do Estado (KRETZEN, 1951). O posto de governador lhe incumbia, como vimos acima, indicar membros do INP, podendo também influenciar na Câmara de Expansão Comercial do Paraná e na CCEM.

Embora as observações acima se refiram, com maior ênfase, a exportação de pinho (araucária) é importante ressaltar que a atuação do setor industrial madeireiro estadual articulava-se a ações de caráter nacional, expressando a ação política do setor que procurava se organizar. Assim, em 16/04/31 foi fundado o Convênio Madeireiro do Distrito Federal (hegemoneizado por exportadores de madeira, não apenas de pinho) cujos objetivos, entre outros, eram “coordenar o comércio de madeiras, organizar as classes de madeira, registrar seus elementos, fazê-la respeitada e conhecida, moralizar seu ramo de comércio, impor o respeito mútuo aos compromissos assumidos, [...] impor e definir responsabilidades mútuas entre importadores, exportadores e madeireiros” (CANCIÁN 1974, p. 12). Os efeitos da ação do setor industrial madeireiro se fizeram sentir na ação dos executivos estadual e nacional e, como não poderia deixar de ser, situação semelhante, ocorreu nas administrações municipais. Para caracterizar tais



dados, utilizamos aqui o conceito de *efeito pertinente* que ocorre, em nível político nas formas de agir das organizações de representação de classe e/ou político-partidárias (PERISSINOTTO, 1994, p.92). Dentre os efeitos pertinentes por nós identificados, destacam-se procedimentos de “colaboração mútua” entre capital e Estado. O principal item de colaboração entre empresas madeireiras e o poder municipal identificado pela bibliografia consultada diz respeito ao “cuidado e melhoramento das vias de rodagem” necessárias principalmente às serrarias (posto que o gasto com transporte era o maior dispêndio deste ramo do setor). O caso do município de Guarapuava em 1949 foi um exemplo da ligação do poder público municipal com o capital madeireiro: neste ano foi criado um imposto a incidir sobre as madeireiras cujo fim exclusivo de manutenção das vias de transporte situadas na direção de reservas florestais. A par deste caso, a legislação tributária nacional do período facultava ao poder municipal isentar ou instituir impostos sobre algumas atividades de beneficiamento das indústrias madeireiras (LUZ, C. F., 1980).

Salientamos ainda que, o município Guarapuava deveria ter uma série de outros problemas, mas este foi justamente o escolhido para o fim do dinheiro dos impostos recolhidos das madeireiras, ratificando o papel do Estado como um coordenador subordinado dos interesses das serrarias, pois caso estas conseguissem organizar seus interesses autonomamente de forma disciplinada, poderiam por si coletar um fundo para tais estradas. Atitude, que como vimos acima em diversos pronunciamentos, o setor não conseguia fazer, daí o interesse dos órgãos do ramo em “moralizar o setor” e “fazer respeitar acordos”. Este comportamento demonstra a existência de contradições e que não havia o atendimento integral das reivindicações do setor (SALLES, 2004). Não obstante, houve cooperação entre esferas Municipal, Estadual e Federal e do capital industrial madeireiro, para diminuir os riscos, aumentar as “recompensas potenciais” da atividade através da ação corporativa. Paralelamente aos elementos internos (de organização interna do próprio setor e ação frente ao Estado) supracitados houve também limites externos a sua expansão e acumulação determinados pela economia nacional e internacional, enfim, por uma conjuntura mais ampla. Não obstante, as “ameaças e as oportunidades da indústria definem o meio competitivo, com seus riscos conseqüentes e recompensas potenciais” (PORTER, p.18). Do exposto, fica claro que não foi apenas a racionalidade econômica empresarial (desenvolvimento de estratégias tecnológicas, administrativas ou de mercado) que possibilitara o desenvolvimento do



setor. Os empresários do setor industrial madeireiro nunca descuidaram do princípio de qualquer burguesia, ou seja, entre as estratégias econômicas de desenvolvimento dos diferentes ramos, a ação estatal possui destaque especial (PORTER, LINDBLON, 1981). Os empresários do setor industrial madeireiro manifestaram postura comum da burguesia nacional, no qual "o Estado é focalizado como um sucedâneo do empresário privado. Sem solução de continuidade, tomam-se as razões do poder público como se estas fossem as mesmas do capitalista individual" (IANNI, 1965, p.6).

2 A territorialização madeireira: a conquista do Oeste e do Norte paranaense:

pelas margens da estrada notam-se, de onde em onde, vestígios de queimadas na orla da floresta. São incêndios ocasionados pelas fagulhas despedidas pelas locomotivas e que resultam não pequenos prejuízos. As máquinas queimam lenhas e suas chaminés não são protegidas por tela metálica, de modo que centelhas fiquem enclausuradas. À noite, entretanto, o espetáculo é digno de ver-se. As partículas luminosas envolvem o dorso do comboio num ambiente de fogo e o trem parece um desses monstros imaginados pela fantasia infantil das literaturas antigas, criadoras de dragões e das florestas encantadas" (NOGUEIRA, J. Do Rio ao Iguassú e ao Guayra, 1920 p.10. In: JORGE & MARTINS, 2008, p.231).

A atividade madeireira tinha entre seus principais custos o transporte, portanto, buscavam aproximar a atividade de serraria, este *modus operandi* explicitava a intensidade do extrativismo predatório pois as serrarias se deslocavam periodicamente (CANCIÁN, 1974). Levantamentos cartoriais pela razão social ("contando-se como uma só firma aquelas que possuindo sede em Ponta Grossa, mantinham estabelecimento industrial em Guarapuava") demonstram que entre 1940-1960, foram abertas 458 empresas madeireiras nestas regiões (LUZ, C. F., 1980 p.16). Em relação a esta pesquisa a autora afirmou que o número "estabelecimentos madeireiros" por razão social (isto é, 458) expressa algo próximo aos que efetivamente realizam atividade vinculada a derrubada e beneficiamento. Não obstante alguma pequena variação, a autora salienta que no ano de 1917, em todo o Paraná, havia pouco mais que 174 madeireiras. O avanço dos estabelecimentos madeireiros (que no entendimento da autora englobavam principalmente serrarias, beneficiamento e comércio) ocorreu a partir de Ponta Grossa, Curitiba, Irati, Imbituva e em outros locais [que] ao perceberem a decadência das áreas madeireiras, a partir dos anos 40, estabeleceram-se na região centro-oeste do Estado, mais especificamente em Guarapuava" (LUZ, C. F., 1980, p.50). Até 1960 as serrarias estivessem situadas em Guarapuava, escritórios e beneficiamento estavam em Ponta Grossa. Esta estruturação mudou entre 1951 e 1954 com a migração e ou fundação de matrizes e filiais de empresas madeireiras para o município de Guarapuava, pois na região de Ponta Grossa os recursos florestais estavam



se esgotando. Cabe ressaltar que o território destes municípios era bastante extenso, de forma que a instalação de sede e filial da mesma empresa em Guarapuava podia encobrir uma distância superior a 100 km. Devido ao avanço da fronteira agrícola, Ponta Grossa e Guarapuava desmembraram-se, originando outros municípios, que também possuíam instalações de madeireiras que migravam (notadamente as serrarias). A título de exemplo citamos a F. Slaviero & Filhos S/A, com oito serrarias em Guarapuava, a filial de Bananas em 1942, Guará em 1951, Guairacá em 1951, Palmeirinha em 1958 e 1962 respectivamente, duas em Goioxim em 1963 e Candói em 1969 (LUZ, C. F., 1980 p. 228) localidades emancipados de Guarapuava ou estão nestes situados como distrito.

Como nas regiões Sul e Centro Oeste do Paraná, a expansão da indústria madeireira no Norte do Estado foi rápida: em meados da década de 1930 existiam onze serrarias na região, em 1949 este número saltou para cento e setenta e sete conforme o INP (CANCIAN, 1974, p. 204). O ciclo de funcionamento de serrarias nas diferentes localidades da região Norte era de cerca de vinte e cinco anos, período em que se exauriam as madeiras nobres responsáveis pela sustentação econômica da maior parte da infra-estrutura das empresas. Posteriormente a este período apenas madeira de baixo valor comercial restava, não compensando seu funcionamento causando o deslocamento da maioria das serrarias. Em relação à rápida exaustão das florestas do Norte alguns autores ressaltam que isto foi mais agressivo que no Oeste devido a ocorrência de “matas heterogêneas” – diferente das grandes extensões de pinheirais do Sul e Centro Oeste, a peroba, cedro, canelão, cabreúva, caviúna, marfim, coração de negro, amoreira, imbuia consideradas “nobres” estavam distribuídas irregularmente na mata. Esta dispersão, somada a precariedade das estradas, tornava difícil o transporte, fazendo com que apenas uma pequena parte da madeira fosse aproveitada para uso local. Para as florestas homogêneas houve racionalização do uso, para as florestas “mistas”, ocorreu o “corte raso” (CANCIAN, 1974 e CARVALHO & NODARI, 2007, apud BOHN, 1990). Conforme as pesquisas demonstram, o ritmo o avanço sobre as matas nativas não estava diretamente relacionado com a capacidade armazenagem ou consumo do mercado (CANCIÁN, 1974, p.48 e seguintes; LAVALLE, 1974 p.57). Este problema se desdobrou em outros. O primeiro refere-se à relação entre o que era produzido pela indústria madeireira, a capacidade de comercialização que dependia principalmente do transporte (madeira em toros para as serrarias e destas para os locais de beneficiamento



mais acabado). A questão das vias de escoamento da produção foram um grande obstáculo durante todo o período estudado. Em relatório do Secretário Estadual de Obras Públicas Othon Mader enviado ao governador em 1934, se informa que as ferrovias encontravam-se sobrecarregadas de madeira e, além disso, quadro agravado pela prática de se transportar madeira fora das especificações dos contratos de compra e venda. A questão é novamente relatada nos anos 1940-41: devido à super-exploração a quantidade de madeira empilhada ao longo das linhas férreas ultrapassou em muito às possibilidades de transporte, situação relatada pela administração da ferrovia Paraná-Santa Catarina também em meados da década de 1950:

“com o atual ciclo de carregamento dos vagões plataformas, e supondo que não mais fôssem apresentadas requisições para o transporte de madeira, levaria a Rêde aproximadamente três anos a liquidar as requisições remanescentes, [devido ao] fornecimento [de madeira], em completa desproporção com a capacidade de transporte da estrada de ferro.” (LOPES, Ângelo. Relatório da Rede de Viação PR-SC. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1956, p. 25 e 53. In: LAVALLE, 1974, p. 71-2)

Esta constatação apareceu em vários estudos de história e economia do período, que salientavam outros problemas: troncos cortados de maneira irregular e em época errada, dificultando sua transformação em tábuas, favorecendo o rápido apodrecimento da madeira; graves problemas relacionados com a qualidade/quantidade de locais de armazenagem; (PADIS, 1981, p.68-9; LUZ, C. F, 1980). Este comportamento foi percebido por técnicos estatais, que assinalaram os problemas da superexploração e superprodução:

depois de um longo período de espera, a operação de desdobro, o empilhamento e a secagem ao ar livre, ocupam entre 3 e 6 meses [entre o período de corte e estas operações]. Em todo este período a madeira esta exposta à ação dos insetos e intempéries. Além disso, o aumento dos estoques comerciais, nos últimos anos, eleva o montante de madeira em toras e em tábuas a nível equivalente a mais de um ano de produção, ou, aumentando mais ainda, o efeito do apodrecimento e da contaminação (CODEPAR, 1964 Ibid. I/19).

A devastação identificadas pelas pesquisas acadêmicas posteriores e relatos da época foi percebida de diferentes formas, como o recuo constante da cobertura florestal nativa, mas também pelo montante do desperdício da madeira produzida e desperdiçada. Esta situação foi creditada, dentre outros fatores, a comportamentos pouco ortodoxos dos madeireiros e exportadores que eram criticados por dirigentes de entidades de representação em nível nacional: segundo relatório produzido por Manoel Jacinto Ferreira na década de 1950 era evidente a “desmoralização do produto brasileiro em especial na Inglaterra e Alemanha, pela falta de controle da qualidade, contrabando e falta de atendimento às reclamações [dos compradores]”, sendo que o comércio de madeira com os “países do Prata [maiores compradores da madeira paranaense no período] não estava em melhores condições” (CANCIÁN, 1974, p.48 e seguintes e



LAVALLE, 1974, p.57). O problema continuou nos anos seguintes conforme relatório da CODEPAR de 1964, havia “contrabando” de madeira para Europa; “falta de atendimento a reclamações”, repercutindo “na queda do interesse pela madeira, caindo bastante o volume de exportações” (CODEPAR, 1964, 9/3-9/4). A atribuição de “limitar a produção da madeira” havia sido delegada ao IM e a comercialização, transporte entre outras, ao INP, ambos órgãos de colaboração público-privada que, certamente possuíam conhecimento para identificar antecipadamente os problemas citados. Porém, como ficou evidente, nenhum destes (ou quaisquer outros órgãos privados ou estatais) atuou eficazmente no planejamento da produção ou organização do transporte de madeira. Lembremos que a definição de regras referentes à produção (entendida em sentido amplo: especificações técnicas para derrubada das árvores sua transformação em tábuas, vigas; limitação da produção; armazenagem entre outros) e comercialização (estabelecimento de contratos, proteção e projeção do produto nacional e internacionalmente) são importantes indicativos para a compreensão dos interesses e limites do poder tanto do Estado quando da iniciativa privada (no caso, entidades de representação do setor madeireiro). Como o Estado e a União, as administrações municipais criaram estratégias de “mútua cooperação” pois tanto poder público quanto o privado compreendiam, na época, que apenas com esta “colaboração” poderiam gerar “desenvolvimento” (LUZ, C. F. 1980: p.264-5). Este modelo de parceria público-privada para coordenar e executar estas tarefas nos leva a refletir sobre o papel desempenhado por órgãos estatais. Retomando os conceitos de “fração de classe” e “bloco de poder” nos deteremos na análise efetuada pelo relatório produzido por entidades de patronais do ramo e CODEPAR. Segundo o relatório estatal, o INP tomava uma “atitude passiva diante do comércio irregular” de madeira (CODEPAR, 1964, 9/5), afirmação que é descrita com maior profundidade no item “Atuação do INP no controle do comércio”, salientado que era total sua “inoperância no controle da oferta primária”, sendo que em “**mais de 20 anos depois de sua criação, patenteia-se sua quase nula eficiência neste terreno**” devido a uma série de falhas: não consegue “contingenciar a oferta” por meio de cotas (o que era sua atribuição), “falseamento” de dados sobre estoques devido aos “**interesses imediatistas dos próprios exportadores**”, sendo que a única ação que desempenha com sucesso é aquela na qual “apenas acompanha e aplica as decisões das autoridades monetárias brasileiras”. O mesmo relatório aponta que, nos seus “vinte anos” de existência do órgão, os



processos de fiscalização de qualidade e de controle da oferta interna, [foram] inteiramente frustrados em seus propósitos, a ponto de não servirem nem como elemento de informação para o exame de situação da conjuntura madeireira. **A máquina executiva do INP não funciona para aplicação de qualquer política, certa ou errada.**” (CODEPAR, , 1964, 9/10-9/11, grifos nossos).

Certamente, porém, o INP não foi o único responsável pela ineficiência ou inoperância em se fazer seguir as leis e regulamentações criadas para exploração da madeira, pois muitas de suas atribuições eram compartilhadas com outros órgãos: por exemplo, a Secretaria de Estado da Agricultura, que fiscalizavam a aplicação do Código de Florestas, órgãos que tinham como atribuição fiscalizar as florestas localizadas em terras devolutas do Estado do Paraná, como foi o caso do Departamento de Terras e Colonização do Paraná (DGTC). Incluía-se também as empresas colonizadoras que deveriam respeitar e fazer respeitar regras quanto à preservação de áreas com matas nos territórios que colonizavam. A inoperância destes órgãos na regulamentação e condução da produção da madeira (entendida aqui em sentido amplo: normas técnicas para seleção de árvores a serem derrubadas, seu corte em tábuas ou vigas; qualidade do produto manufaturado; transporte, entre outros) não devem ser entendidas como fatalidades decorrentes de oscilações climáticas ou de mercado. Tampouco acreditamos que os problemas supracitados deviam-se ao desconhecimento ou inexperiência dos atores envolvidos no negócio da madeira (sejam do setor privado ou estatal). Defendemos a hipótese que tais fatos são *“efeito pertinente”* da composição, dos referidos Institutos de cooperação público-privada, do modelo de desenvolvimento do período que priorizava a expansão da fronteira agrícola (a ideologia da “marcha para o Oeste”) conduzida pelos blocos de poder hegemônicos em nível federal e estadual. Acreditamos que, com a criação de órgãos de cooperação público-privada (em nível estadual e federal), a formação de associações de representação não só demonstraram seu poder de pressão, mas também de formação de quadros técnicos qualificados para seus interesses. Nossa hipótese encontra-se ancorada no atendimento de reivindicações do setor: criação do IM, do INP, na criação da Câmara de Expansão Comercial do Paraná, da CCEN, concessão de empréstimos para o setor pelo governo federal, entre outros. Para o CODEPAR os empresários madeireiros possuíam “interesses imediatistas” que conseguiam impor, rompendo e desrespeitando normas criadas pelo Estado e pelos Institutos de cooperação mútua dos quais estes empresários foram convidados a participar. Esta realidade foi expressa pelas constatações de que o INP não conseguia impor sanções aos que desrespeitavam suas deliberações, o que revela que o



órgão era indulgente com diversos tipos de transgressões do empresariado. Ao omitir-se o órgão, que possuía agentes públicos e privados, revelava a falta de ação tanto da elite administrativa pública e empresarial que, de certa forma, beneficiava os empresários o setor, pois poderiam agir mais livremente possuindo uma representação de corporativa dentro do aparelho estatal. Ocorria um aparente paradoxo, pois ao “deixar de agir”, as instituições públicas e privadas estavam causando efeitos. O sucesso da indústria, seus aspectos “modernos” – mecanização, sistema de crédito, cadeia produtiva, força de coerção a aparelhos do Estado, formação de quadros técnicos a partir de Institutos e Câmaras de Comércio, organização de entidades corporativas, etc. como nos referimos acima (LUZ, C. F. 1980, p. 230) – significou também o aumento da devastação descontrolada e predatória. Isto é, defendemos a hipótese de que a própria composição do bloco de poder que levou a criação das várias instâncias supracitadas (Institutos, Câmaras, etc.) também levou ao fracasso da tentativa de impor regras ao setor como um todo. Um exemplo desta atitude era o fato de grupos empresariais poderosos usassem de seu poder e prestígio para romper com as regras de exportação, desrespeitar contratos, etc., do que resulta que madeireiros tinham pouco interesse em floresta em pé.

Com a exaustão das florestas nativas o negócio da madeira procurou estratégias para garantir suas atividades a partir do plantio de pinus e eucalipto, inicialmente na região dos Campos Gerais (que abrangem os municípios supracitados de Ponta Grossa, Guarapuava e Curitiba). Esta forma de agir esta fortemente relacionada com a garantia de subsídios, incentivos e isenções fiscais para empreendimentos florestais, como foi o caso da lei 5106 de 1966, segundo a qual:

“as importâncias empregadas em florestamento e reflorestamentos poderão ser abatidas ou descontadas nas declarações de rendimentos das pessoas físicas e jurídicas, residentes ou domiciliadas no Brasil. As pessoas jurídicas poderão descontar [...] até 50% do valor do imposto, as importâncias [...] aplicadas em [...] reflorestamento [...]” (SOUZA, p. 60, 2005).

A escolha dos Campos Gerais não foi fortuita: esta região concentrava as terras dos maiores latifúndios pastoris do Estado, o preço destas terras era bem mais baixo do restante da terras estaduais que tinham sido colonizadas recentemente, como retratou a bibliografia citada, alguns dos maiores grupos do setor industrial madeireiro possuíam seus escritórios e parques industriais na região. Como no período anterior, de ataque as matas nativas, nas décadas posteriores a 1960 benefícios cedidos por municípios e pelo Estado do Paraná – direcionamento de técnicos da empresa pública estadual de assistência técnica rural, EMATER, para assessoria de plantio de pinus; diferimento impostos (por exemplo, de ICMS); doação de terrenos em parques industriais,



concessão de serviço de terraplanagem; instalação e garantia de luz elétrica e água por preços baixos ou com períodos de gratuidade (SOUZA 2005).

3 Considerações finais

Buscamos fornecer elementos levantados destacamos: I) Parodiando uma afirmação de um grande madeireiro do Espírito Santo sobre sua atividade em relação à expansão da pecuária: os madeireiros, em particular as serrarias, foram os “soldados de infantaria” da expansão da fronteira agrícola (DEAN, 1995, p.290); II) o crescimento da atividade foi vertiginoso e predatório; III) a expansão agrícola deve ocorrer com a presença intensa e constante do capital, o que explica a rápida (re)ocupação do território e, também, da destruição das florestas; IV) a rapidez da destruição da floresta esta relacionada a ascensão do setor industrial madeireiro ao poder, o que ajuda a “explicar” a aparente ineficácia de órgãos de fiscalização da atividade madeireira na repressão ao desperdício e desmatamento predatório. V) É importante aprofundar (o que pretendemos fazer no desenvolvimento do presente trabalho) estudos que abordem conflitos fundiários envolvendo colonizadoras associadas ao setor da madeira e povos do campo/camponeses: com a Lumber no Contestado (1912-1916); com a CITTLA na Revolta do Sudoeste (1957), empresa associada ao governador Lupion; conflitos envolvendo indígenas e o grupo Slavieiro na Terra Indígena de Mangueirinha (1980-90); década de 1990 envolvendo faxinalenses, posseiros e MST ante a madeireira Zattar em Pinhão; segundo levantamento sistematizado a partir de produção do Ministério do Trabalho e Emprego, entre 2003-2011, das 32 empresas listadas por trabalho escravo no Paraná, pelo menos 18 são do setor industrial madeireiro (GOMES, 2005, HELM, 2003; AYOUB, 2011 e <http://www.reporterbrasil.com.br/listasuja/>); VI) Não tivemos espaço neste estudo para discutir outras dimensões importantes desta política setorial, como por exemplo, um enfoque desde a “economia ecológica” ou de uma “ecologia política” que analise os conflitos que nascem da contradição crescimento econômico X sustentabilidade ambiental (MARTÍNEZ-ALIER, 2009), exemplo deste tipo de conflito pode ser observado no Vale do Ribeira paranaense envolvendo comunidades quilombolas e madeireiras e o latifúndio do pinus: o setor gera empregos e renda, mas tem causado sérios conflitos ambientais, como destruição do solo, contaminação da água e do solo, erosão genética da biodiversidade, destruição do conhecimento tradicional local, relações de trabalho dentre outros.

4 Referências bibliográficas



AYOUB, D. S. **Madeira Sem Lei**: jagunços, posseiros e madeireiros em um conflito fundiário no interior do Paraná. Mestrado Antropologia Social, UFPR, Curitiba, 2011.

CANCIÁN, N. A. **Conjuntura econômica da madeira no Norte do Paraná**. Mestrado História UFPR, Curitiba, 1974.

CARVALHO E. B. de; NODARI E. S. **A percepção na transformação da paisagem: os agricultores no desflorestamento de Engenheiro Beltrão-PR, 1948-1970**. Revista História, v. 26, n. 2, p. 269-287, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742007000200014&script=sci_arttext, acesso em 11/01/12.

CARVALHO, M. M. X. de, NODARI, E. S. **As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu 1884-1920**. Disponível em: <<http://apps.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/329/169>>. Acesso em 26/01/12.

_____; _____. **A Lumber, o Contestado e a história do desmatamento da floresta de araucária (1911-1950)**. In: IV Encontro Nacional da Anppas, _____ 2008. Disponível em: <http://www.historiaambiental.org/index.php?option=com_content&view=article&id=190:a-lumber-o-contestado-e-a-historia-do-desmatamento-da-floresta-de-araucaria1911-1950&catid=86:artigos&Itemid=278>, acesso em 11/01/12>.

CODEPAR. **O Paraná e a Economia Madeireira**. CODEPAR/SPL. Curitiba, 1964.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

_____. **A Ferro e Fogo**: A história da devastação da Mata Atlântica Brasileira. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1996.

GOMES, I. Z. 1957: **A Revolta dos Posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 2005.

HELM, C. **Administração de conflitos e produção de verdades no espaço público**: comparação e interpretação de dois processos judiciais sobre disputa de terras indígenas no Paraná. 5ª Reunião de Antropologia do Mercosul. UFSC, 2003. Disponível em: <www.antropologia.com.br/arti/colab/vram2003/VRAM%20Livro%20Final.pdf> Acesso em 11/01/12.

IANNI, O. **Estado e capitalismo**: estrutura social e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

JORGE, W. R. & MARTINS, V. **Homens e Máquinas nas florestas com Araucária – 1900-1930**. In: CAMPIGOTO, J. A. e SOCHODOLAK, H. Estudos de História Cultural. Guarapuava : UNICENTRO , 2000.

KRETZEN, J. **As grandes potências econômicas no Estado do Paraná**: o roteiro do café e sua evolução econômica. Curitiba: Escritório Sul-Brasil Econômico Ltda, 1951.



LAVALLE, A. M. **A Madeira na Economia Paranaense**. Mestrado em História UFPR 1974.

LINDBLOM, C. E. **O processo de decisão política**. Ed.UnB, 1981.

LUZ, C. F. **A madeira na economia de Guarapuava e Ponta Grossa 1915-1974**. Mestrado História, UFPR, Curitiba, 1980.

LUZ, R. M. **A modernização da sociedade no discurso do empresariado paranaense**: Curitiba 1890-1925. Mestrado História, UFPR, Curitiba, 1992.

MACEDO, R. de. **Relatório apresentado ao governador Manoel Ribas pelo Secretário dos Negócios da Fazenda e Obras Públicas Rivadávia de Macedo**. Curitiba, 1933.

MARQUES, E. **Relatório Apresentado em sessão Ordinária do Conselho Diretor do Centro das Indústrias de Madeira do Paraná em 31/03/1919 pelo diretor em exercício**. Livraria Mundial, Curitiba, s/d.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2009.

MONTEIRO, N. **Madeira de Lei**: uma crônica da vida e obra de Miguel Zattar. Ed. do Autor, Curitiba 2008.

OLIVEIRA, D. de. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Coleção História do Paraná – textos introdutórios. SEED-PR, Curitiba 2001.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo:Hucitec, 1981.

PERISSINOTTO, R. M. **As Classes Dominantes e Hegemonia na Primeira República**. São Paulo: EDUNICAMP 1994.

PORTER, M. E. **Estratégia Competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

POULANTZAS, N. **O Poder político e as classes sociais**. 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 1986.

REPORTER BRASIL, INSTITUTO ETHOS & OIT. **Lista Suja do Trabalho Escravo**. Disponível em <http://www.reporterbrasil.com.br/listasuja/resultado.php>, acesso em 31/01/12.

SALLES, J. de O. **A relação entre o poder estatal e as estratégias de formação de um grupo empresarial paranaense nas décadas de 1940-1950**: o caso do grupo Lupon. In: OLIVEIRA, R. C. **A construção do Paraná Moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI/Imprensa Oficial, Curitiba, 2004.



SINDICATO PATRONAL DOS EXPORTADORES DE MADEIRA DO PARANÁ.
Ante-Projeto do Instituto Nacional do Pinho, submetido á consideração da Comissão de Defesa da Economia Nacional. Apresentação de Ildfonso Stockler de França, presidente. Curitiba, 1939.

SOUZA, N. A. **Arranjos produtivos locais**: o caso de chapas e laminados de Ponta Grossa. Mestrado Economia, UFPR, Curitiba, 2005.

TOMAZZI, N. D. **Norte do Paraná**: histórias e fantasmagorias. Curitiba: Aos Quatro Ventos, Curitiba, 2000.

WESTPHALEN, C.; MACHADO, B. P.; BALHANA, A. P. **Nota prévia ao estudo da ocupação do Paraná Moderno**. In: Boletim da UFPR, n. 07, Curitiba, 1968.



GT 7 -Estado e interesses patronais rurais-agroindustriais na América Latina

**Demanda mundial por terras:
“land grabbing” ou oportunidade de negócios no Brasil?**

Sérgio Sauer¹

¹Professor da Universidade de Brasília (UnB), na Faculdade de Planaltina (FUP) e nos Programas de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER – FUP) e em Agronegócios (Propaga – FAV/UnB). E-mail: sauer.sergio@gmail.com e sauer@unb.br

Resumo

Apesar de não ser uma novidade, a grande imprensa vem chamando a atenção para o aumento significativo das transações de compra de terras brasileiras por parte de estrangeiros (pessoas físicas e empresas) nos últimos três ou quatro anos. Os processos de expropriação e especulação imobiliária também não são nenhuma novidade no Brasil, no entanto, o que se convencionou chamar, a nível internacional, de “landgrabbing” tem suscitado questionamentos, estudos e pesquisas sobre este fenômeno de “estrangeirização” de terras, especialmente nos continentes africano e latino americano. O presente artigo, partindo de uma discussão teórica sobre terra e modernidade (considerado um fenômeno essencialmente urbano), problematiza se a crescente demanda mundial por terras é uma oportunidade de negócios, como defende por exemplo o Banco Mundial, ou se é mais um fenômeno que dificulta a histórica reivindicação de acesso à terra por milhões de famílias sem terra, incluindo uma análise das as recentes medidas governamentais para limitar os investimentos estrangeiros na compra de terras no Brasil.

Palavras chave: especulação imobiliária, terra, mercado de terra, território, acesso à terra.



Introdução

Os principais jornais brasileiros vêm divulgando informações sobre o crescente interesse de alguns setores da economia pela aquisição de terras no Brasil. Além de acompanhar a tendência de aumento de investimentos estrangeiros, este interesse tem como base alguns fenômenos importantes como, por exemplo, a crise cambial de 2008 e a recente busca por fontes alternativas de energia. Este interesse, no entanto, não é resultado apenas de um fenômeno mercadológico brasileiro, pois o Banco Mundial (2010) divulgou um levantamento demonstrando o crescimento das transações de compra e venda de terras em todo o mundo.

Obviamente, transações de compra e venda de terras não são exatamente uma novidade, nem a tal “estrangeirização” de terras, pois basta lembrarmos a invasão de brasileiros às terras do Paraguai e do Uruguai, ou mesmo da Bolívia, especialmente a partir dos anos 1970. No entanto, há uma “corrida mundial” recente por terras, acelerada pós-crise de 2008, trazendo à tona preocupações como soberania nacional (domínio sobre o território), inclusive sobre limites de faixa de fronteira, entre outras preocupações.

De acordo com notícias veiculadas pela grande imprensa, o interesse de pessoas e empresas estrangeiras por terras brasileiras vêm aumentando velozmente desde meados dos anos 2000 (ARRUDA, 2006). De acordo com várias reportagens, as transações de compra estão associadas aos projetos de produção de biocombustível, atraindo até fundos de investimentos, mas essas representam apenas uma parte dos negócios de terras no Brasil (ARRUDA, 2006; DUARTE, 2008; ZANATTA, 2010).

Apesar do recorrente discurso de desterritorialização – como um dos resultados dos processos de globalização – ou das resistências na “imobilização de capital” via compra de terras, historicamente o campo brasileiro foi palco de disputas territoriais, não só devido às resistências à expropriação por parte das populações do campo, nem só devido às ações e demandas por terra e lutas pela reforma agrária. As ações e bandeiras das organizações patronais rurais sempre explicitaram essa disputa, dando especial valor ao território, inclusive à histórica especulação fundiária. Recentemente, esse é o embate, por exemplo, nas propostas parlamentares de mudança do Código Florestal – sendo que o grande objetivo é liberar terra para a expansão agropecuária – ou a oposição ferrenha



à demarcação de terras indígenas e ao reconhecimento de territórios quilombolas (QUEIROZ, 2010).

Este embate ou disputa pelo território é o pano de fundo das reflexões que seguem. Apesar da preocupação com a crescente demanda ou “corrida por terra” e o conseqüente processo de “estrangeirização” das terras no Brasil – como vem sendo chamado, apesar de não ser um fenômeno novo –, um dos objetivos aqui é discutir o significado da terra, além da noção de um meio de produção (item 1). Apoiando em Bourdieu (1998) e sua noção de região – a qual implica o “poder de di-visão” – e das relações que Augé (1994) estabelece entre lugar e identidade, discutir o uso de alguns conceitos como terra, território, lugar e espaço, buscando inserir estas reflexões no debate contemporâneo sobre globalização e desenvolvimento territorial.

Outro objetivo é sistematizar informações sobre a demanda crescente por terras no mundo e no Brasil (item 2). Como há poucos estudos e informações sistematizadas, lanço mão de estudo do Banco Mundial (2010) e alguns levantamento em nível de Brasil (ALVIM, 2009; PRETTO, 2009), encomendados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além de informações da grande imprensa. A partir dos dados disponíveis, a preocupação é explicitar razões e causas dessa “corrida por terra” e suas conseqüências (defesa da aceleração do crescimento resultante do aporte de capital *versus* a “estrangeirização” e a perda de soberania territorial), incluindo contradições da lógica da “improdutividade na imobilização do capital”.

A terceira parte (item 3) é dedicada a analisar as ações governamentais sobre a “estrangeirização” e às disputas territoriais. Várias notícias foram veiculadas, desde 2007, de que a aceleração dos investimentos em terras acendeu as luzes de alerta de setores do Executivo Federal (SCOLESE, 2008; ODILLA, 2010). O resultado desta preocupação foi a edição de um novo parecer da Advocacia Geral da União, em 2010, resgatando termos de uma lei do início dos anos 1970. Além das preocupações com a aquisição de terras, esta parte procura avaliar outras ações governamentais – ou a falta de tais ações – em relação a demandas históricas pela demarcação de terras indígenas e reconhecimento de territórios quilombolas. Essas ações são fundamentais, pois asseguram um direito humano fundamental de “apropriação territorial”, reprodução social e qualidade de vida no campo, face aos históricos processos de expropriação das populações do campo, ou do “*land grabbing*” mais comumente conhecido no Brasil como “grilagem de terras”.



1. Terra, território e lugar na modernidade

Doreen Massey afirma que a noção de lugar adquiriu uma “ressonância totêmica” na globalização (2008, p. 24), ou seja, uma noção simbólica freqüentemente mobilizada como chave teórica para explicações políticas. Neste contexto global, as noções tendem a fazer críticas aos avanços totalizantes da globalização, estabelecendo um contraponto com o lugar como a “fonte geográfica de significado” (2008, p. 24) ou como um “refúgio” espacial. Ainda segundo a autora, esta concepção de lugar se constitui em um “local da negação, da tentativa da remoção da invasão/diferença. É um refúgio, politicamente conservador...” (MASSEY, 2008, p. 25).

Para além dos embates teóricos e disputas conceituais com defensores da noção de globalização, essa concepção de lugar reforça uma interpretação distorcida das lutas por território, por exemplo, das comunidades quilombolas ou dos povos indígenas. Na contraposição entre lugar e globalização, as lutas por território são, em última instância, ações conservadoras, pois materializam a resistência de “comunidades tradicionais” que não querem mudanças, que resistem ao progresso e às mudanças provocadas pela modernidade e globalização (SAUER, 2010).

Nas lutas pelo direito ao território, essa interpretação é reforçada pelo uso de conceitos e noções como ancestralidade, anterioridade, precedência, mas especialmente pelo constante apelo à tradição. Daqui derivam noções como comunidades tradicionais ou mesmo terras tradicionalmente ocupadas (BRASIL, 2007), as quais dão autoridade e/ou legitimidade às resistências e demandas populares por extensões de terra, sem a necessidade de usar a noção constitucional de propriedades improdutivas como único argumento capaz de justificar desapropriações de terras.

É importante observar aqui que, a princípio, a definição legal não sustenta essa ênfase excessiva na tradição, nem avaliza uma noção estática e imutável da mesma. A definição identitária é posta na diferenciação, pois o Decreto nº 6.040 define povos e comunidades tradicionais (art. 3º, inciso I) como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007 – ênfases adicionadas).



Seguindo a trilha de Massey (2008), é fundamental rejeitar a distinção – ou mesmo contraposição – teórica entre a noção de espaço (como uma noção do universal, abstrato, divisão regional) e de lugar, como o local concreto, fechado, coerente, integrado, homogêneo. Esta distinção está equivocada, pois os lugares não são homogêneos e sim espaços que comportam a diversidade, portanto, é necessário recusar essa distinção entre lugar (como espaço vivido) e espaço, como exterior ou abstrato (MASSEY, 2008, p. 25).

Segundo Marc Augé,¹ um lugar deve ser definido como “identitário, relacional e histórico” (1994, p. 73). Essa definição, no entanto, está calcada na diferenciação, e não na exclusão, pois é fundamental a dimensão relacional, inclusive na definição de identidade. Em outras palavras, a terra e a luta pela terra materializam “a busca por um lugar, geograficamente localizado e delimitado, recolocando a dimensão da espacialidade” (SAUER, 2010, p. 59) nas experiências humanas cotidianas, sem que o estabelecimento de fronteiras e limites represente a constituição de espaços hermeticamente fechados e avessos a mudanças (MASSEY, 2008).

Bourdieu (1998), em suas reflexões sobre a noção de região (em um momento histórico em que o conceito de território não tinha peso sociológico), afirma que o estabelecimento de fronteiras é uma definição social e política legítima, resultante de lutas pelo “poder de ver e fazer crer”. Segundo ele, fronteiras são “produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na ‘realidade’” (BOURDIEU, 1998, p. 114), sendo produto de diferenças culturais. Essas fronteiras dão características próprias a uma região ou a um lugar, estabelecendo divisões do mundo social e gerando identidades (BOURDIEU, 1996), sem que isto signifique, automaticamente, isolamento ou aversão ao outro (SAUER, 2010).

Adoto aqui, portanto, as preposições ou pressupostos de Massey (2008, p. 29) sobre a relação entre espaço e lugar: a) espaço como produto de inter-relações (constituído por interações); b) espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade (pluralidade contemporânea em que distintas trajetórias coexistem; coexistência da heterogeneidade) e, c) espaço como algo sempre em construção (produto de relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais,

¹ A preocupação de Augé (1994) é entender a sociedade contemporânea ocidental ou a “supermodernidade”, conforme sua definição, especialmente a produção de “não-lugares”. Segundo este autor, espaços como aeroportos, supermercados e shopping centers são exemplos típicos, pois não constituem relações identitárias ou históricas, portanto, são “não-lugares”.



portanto, em construção). Se o espaço é fruto de inter-relações, deve estar calcado na pluralidade, ou seja, “sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço” (MASSEY, 2008, p. 29).

A preocupação central é a distinção – em parte derivada desta distinção entre lugar e espaço – entre as noções de terra e território.² Explícita ou implicitamente, a primeira está sempre associada à categoria de meio (e lugar) de produção e a segunda entendida como lugar de vida. Entre outras razões, a redução da terra a um meio de produção é fruto da introdução do conceito de “terra produtiva” na Constituição de 1998, como um mecanismo para bloquear avanços na reforma agrária (MARTINS, 1993).

A auto-definição ou o auto-reconhecimento (no sentido de assumir uma identidade social) é critério fundamental para reconhecer direitos territoriais. Isso fica claro na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em seu artigo 1º: “a consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção”, portanto, o critério da auto-definição (também presente na Legislação brasileira) deve ser acolhido como uma conquista de cidadania (DALLARI, 2010).

Ratificada pelo Brasil,³ essa Convenção da OIT consubstancia o artigo 231 da Constituição (que reconhece os direitos indígenas, inclusive os “direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”) e o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que reconhece direito de propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Na mesma linha, o Decreto nº 6.040, de 2007, define territórios tradicionais como sendo “os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (inciso II, do art. 3º).

Mesmo que a Convenção 169 da OIT utilize o termo “terras” (nos art. 15 e 16, por exemplo) como sinônimo de “território” (como o espaço que “abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra

² A preocupação aqui é menos com o debate se é útil ou certo fazer distinção entre espaço e território, como defende Raffestin (2010), retomando a importância da paisagem na geografia política e da dimensão imaterial do território, e mais com os processos sociais que esta distinção provoca no Brasil.

³ A Convenção 169 da OIT foi ratificada pelo Senado em 2002 (Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002) e pela Presidência da República, em 2004 (Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004).



forma”, art. 13, item 2), há uma diferença na compreensão legal e conceitual, por exemplo, entre as lutas e demandas sociais por terra (ou lutas por reforma agrária) e a reivindicação dos direitos territoriais. Como já mencionado, parte significativa desta distinção consta do próprio texto constitucional ao estabelecer que a propriedade produtiva é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária (inciso II, do art. 185).

Essa trava constitucional, ao reduzir a noção de função social à sua dimensão econômica (o único critério utilizado para a desapropriação para fins de reforma agrária é a avaliação do uso racional das terras), distanciou as noções de terra (meio e lugar de produção) e de território (lugar da identidade, do auto-reconhecimento, da ocupação histórica, etc.). Essa distinção deu diferentes significados às lutas por terra (frequentemente, vistas apenas como reivindicação de acesso a terras improdutivas) e por território (resistência de populações tradicionais à invasão de suas terras), inclusive as constantes críticas e oposições aos programas governamentais de reforma agrária são sempre baseadas na suposta baixa produtividade e produção dos assentamentos.

Por outro lado, as demandas populares e mobilizações sociais estão transformando o campo brasileiro, resultando em uma “práxis social emancipatória” (SOJA, 1993). Mobilizações, lutas e conquistas de agricultores familiares camponeses, quilombolas, indígenas e populações rurais são parte de um “processo social de ‘reinvenção’ do campo no Brasil sendo que a luta pela terra materializa esta *recriação*, agregando novos elementos e perspectivas à vida no meio rural, criando uma nova ruralidade” (SAUER, 2010, p. 37).

A luta pela terra, no entanto, é entendida restrita à luta e reivindicações de acesso a um meio de produção e, por extensão, ao trabalho (MARTINS, 1993). Aliás, este vínculo com o direito ao trabalho é o único na relação com o direito à terra por parte das populações do campo, não definidas como “populações tradicionais”. Em outros termos, a luta pela terra não é uma luta por direitos como de moradia (um lugar para viver), de identidade (como camponês, produtor rural, agricultor familiar), mas apenas por produção e, no máximo, pelo direito ao trabalho (SAUER, 2010). O direito dos agricultores familiares camponeses não se justifica pelo direito de ser e de reprodução social, mas apenas pelo fator produção.

Por sua vez, as populações tradicionais têm direito ao território porque é visto como local de vida e preservação da tradição, sendo que, a princípio, o critério não



passa pela produção ou finalidade produtiva da terra, como no caso dos agricultores familiares camponeses.⁴ O espírito constitucional é de, nos termos de Dallari (2010), corrigir “injustiças históricas”, portanto, dar meios legais e jurídicos para que “segmentos populacionais tradicionalmente marginalizados ou discriminados obtenham, pacificamente, o reconhecimento de sua dignidade essencial de seres humanos e a garantia da possibilidade de acesso aos direitos fundamentais”.

Apesar dos freqüentes vínculos entre terra e identidade (SARMENTO, 2008), a ênfase sobre o direito ao território, no entanto, recai na reprodução dos meios tradicionais de vida, na tradição (sempre vista como imutável e, conseqüentemente, como expressão do atraso). Essa então está sempre em contraposição à modernidade, ao progresso e ao desenvolvimento (rural). Em outros termos, a luta por territórios está restrita às “comunidades tradicionais” e é uma luta pelo atraso, especialmente quando disputam áreas em regiões de expansão do agronegócio (ARRUDA, 2010).

Essa distinção conceitual e jurídico-legal não estabelece diferentes sujeitos nas disputas territoriais, ou melhor, as ações dos setores patronais rurais abarcam as “diferentes lutas” por terra e território no Brasil. Conforme mencionado na introdução (QUEIROZ, 2010), a agenda deste setor – bem presente nas manifestações da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a CNA – não se restringem à resistência absoluta aos programas de reforma agrária, mas incluem a negação do direito aos territórios quilombolas e indígenas (as reações à demarcação das terras Raposa Serra do Sol são notórias neste sentido).

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n° 3.239, movida pelo então Partido da Frente Liberal (PFL) hoje Democratas (DEM), contestando o Decreto n° 4.887, de 2003, que estabelece as regras para a demarcação de território quilombola, é um bom exemplo dessa disputa por território. Essa peça jurídica, além de contestar a auto-definição (como se esta estivesse contrária a noção constitucional de “remanescência”) e argumentar que o referido decreto cria uma “nova modalidade de desapropriação”, defende a inconstitucionalidade do Decreto, contestando a caracterização das terras quilombolas como aquelas utilizadas para “reprodução física, social, econômica e cultural do grupo étnico” (art. 2º, § 2º do Decreto 4.887/03) como muito ampla (PELUSO, s/d).

⁴ Obviamente que, nos embates territoriais, são freqüentes as acusações de que as populações tradicionais não devem ter seus direitos territoriais garantidos porque “não produzem”, “não são eficientes no uso das terras”, “não utilizam a terra de forma racional”, etc., portanto, não “merecem tanta terra”.



Esses embates e disputas territoriais são resultantes de vários fatores, inclusive do histórico patrimonialismo brasileiro, ou seja, da estreita relação entre propriedade da terra e poder político (MARTINS, 1993). Essa relação só é possível graças, entre outros fatores, a uma “histórica negligência” na tributação da terra, permitindo a especulação imobiliária e a geração da renda fundiária (ganhos e acumulação sem a necessária produção e exploração do trabalho). O crescimento recente do interesse e busca efetiva por terras tem outras variáveis como, por exemplo, a demanda crescente por alimentos e matérias primas, como veremos a seguir.

2. Demanda por terras no mundo e no Brasil

Segundo estudo do Banco Mundial (2010), a demanda mundial por terras tem sido enorme, especialmente a partir de 2008, tornando a “disputa territorial”, histórica no Brasil e na América Latina, um fenômeno global. Segundo este estudo, comparativamente, a transferência de terras agricultáveis (ou terras cultivadas) era da ordem de quatro (04) milhões de hectares por ano antes de 2008. Só em 2009, mais precisamente entre outubro de 2008 e agosto de 2009, foram comercializadas mais de 45 milhões de hectares, sendo que 75% destes foram na África (BANCO, 2010, p. vi).

Quando da divulgação deste estudo do Banco Mundial, em setembro de 2010, a imprensa nacional deu ampla repercussão aos principais resultados, demonstrando que o assunto gerou interesse e atenção da opinião pública. Segundo uma das reportagens veiculadas à época,

Dos 46,6 milhões de hectares vendidos, 3,6 milhões de hectares estavam no Brasil e Argentina. Há ainda o fenômeno de empresas brasileiras e argentinas adquirindo terras no Paraguai, Bolívia e Uruguai. Mas a projeção é de que a América Latina (em especial o Brasil) seja alvo dessa estratégia de investidores nos próximos anos. Dos 464 projetos de investimentos identificados no último ano, 21% deles ocorreram já no Brasil e Argentina (CHADE, 2010).

Uma constatação fundamental do estudo do Banco Mundial é que o crescimento da produção agrícola e, conseqüentemente, das demandas e transações de compra de terras, se concentra na expansão de apenas oito (08) commodities agrícolas. Estas commodities são milho, dendê (óleo), arroz, canola, soja, girassol, cana de açúcar e floresta plantada (BANCO, 2010, p. 8).⁵ Melhores preços dos agrocombustíveis e os

⁵ De acordo com o estudo do Banco Mundial (BIRD), o Brasil contribui com a produção de três commodities: milho, soja e cana de açúcar (2010, p. 8), sendo que usa metade de seu cultivo anual de cana para a produção de álcool e parte significativa do óleo de soja para o biodiesel (mais de 80% da produção nacional de biodiesel tem o óleo como matéria prima básica).



subsídios governamentais levaram a expansão desses cultivos. Em 2008, a estimativa era de 36 milhões de hectares a área total cultivada com matérias-primas para os agrocombustíveis,⁶ área duas vezes maior que em 2004 (BANCO, 2010, p. 8).⁷

Segundo esse levantamento do Banco Mundial (2010), em torno de 23% da expansão da produção agrícola mundial (quantidade produzida) se deu em função da expansão das fronteiras agrícolas, apesar de que o aumento mais expressivo (cerca de 70% do aumento) da produção é resultado da incorporação de tecnologias. O estudo apontou que as razões ou fatores da expansão da produção (e também das demandas e transações de terras) foram: a) demanda por alimentos, ração, celulose e outras matérias primas industriais, em consequência do aumento populacional e da renda; b) demanda por matérias-primas para os biocombustíveis (reflexo das políticas e demandas dos principais países consumidores) e, c) deslocamento da produção de commodities para regiões de terra abundante, onde a terra é mais barata e as possibilidades de crescimento da produtividade são maiores (BANCO, 2010, p. 7).

Um dos dados mais significativos neste estudo do Banco Mundial é a caracterização dos atuais demandantes de terras no mundo. Segundo o mesmo, são três os tipos os demandantes por terra no momento: a) governos preocupados com a demanda interna e sua incapacidade de produzir alimentos suficientes para a população, especialmente a partir da crise dos preços dos alimentos de 2008; b) empresas financeiras que, na conjuntura atual, acham vantagens comparativas na aquisição de terras⁸ e, c) empresas do setor (agroindustrial, agronegócio) que, devido ao alto nível de concentração do comércio e processamento, procuram expandir seus negócios (BANCO, 2010, p. 3).

Após a crise dos preços dos alimentos, em 2008, e das previsões de demanda futura, não é surpreendente o crescente interesse de governos – puxados pela China e por vários países árabes – pela aquisição de terras para a produção de alimentos para satisfazer as demandas internas. Chama a atenção, no entanto, os investimentos do setor

⁶ Segundo projeções do Ministério da Agricultura (MAPA) haverá um acréscimo de sete (7) milhões de hectares no cultivo da cana até a safra de 2018/2019, dobrando a extensão de terras cultivadas em relação à área plantada com cana (7,8 milhões de hectares) em 2008/2009 no Brasil (MAPA, 2009, p. 13).

⁷ Destes 36 milhões de hectares, 8,3 milhões de hectares estão na União Européia (quase só com cultivo de canola), 7,5 milhões nos Estados Unidos (milho) e 6,4 milhões de hectares na América Latina (basicamente com cultivos de cana) (BANCO, 2010, p. 8), portanto, só contabilizou a área cultivada no Brasil.

⁸ O grupo britânico Clean Energy Brazil desembolsou US\$214 milhões no setor sucroalcooleiro do Brasil em cerca de um ano (2008), com a aquisição de participações acionárias ou o controle total de três usinas de etanol, açúcar e energia (DUARTE, 2008).



financeiro, um setor historicamente avesso à imobilização de capital, especialmente na compra de terra, um mercado caracterizado pela baixa liquidez.

Ainda segundo o Banco Mundial, o crescimento populacional, o aumento da renda e a urbanização vão continuar pressionando a demanda por alimentos, especialmente óleo vegetal e carnes, provocando o crescimento da demanda por ração e produtos industriais. O resultado é que a corrida por terra não vai diminuir nos próximos anos (BANCO, 2010, p. 9), criando a necessidade de estabelecer “princípios para agro-investimentos responsáveis”, incluindo “o respeito aos direitos à terra e aos recursos [naturais]” (BANCO, 2010, p. X).

Na mesma perspectiva do levantamento do Banco Mundial, estudos encomendados pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), mostram que houve um crescimento significativo de investimentos estrangeiros no Brasil a partir de 2002. Segundo estes estudos, os investimentos estrangeiros diretos (IEDs) totais cresceram 107% entre 2002 e 2008, “passando de 4,33 bilhões de dólares em 2002 a 8,98 bilhões de dólares em 2008” (ALVIM, 2009, p. 52).⁹

Seguindo a tendência de aumento dos investimentos estrangeiros no Brasil nos últimos anos, houve crescimento da participação externa nas atividades agropecuárias¹⁰ como, por exemplo, no cultivo da cana-de-açúcar e da soja e na produção de álcool e biocombustíveis (ALVIM, 2009, p. 53). Uma parte significativa destes investimentos foi utilizada para compra e fusões de empresas já existentes (ALVIM, 2009, p. 52), sendo que “o total de IED realizado no agronegócio foi de 46,95 bilhões de dólares”, entre 2002 e 2008 (ALVIM, 2009, p. 47).

Segundo Alvim,

...a produção industrial de biocombustíveis foi a atividade que apresentou uma tendência clara de crescimento na captação de investimentos estrangeiros no Brasil, sendo esta concentrada preponderantemente nos estados do sudeste. Os IEDs em álcool e biocombustíveis passaram de 4 milhões de dólares em 2002 para 1,64 bilhões de dólares em 2008 (2009, p. 55).

⁹ Segundo O Globo, o IPEA mostrou que os investimentos estrangeiros diretos (IEDs) no setor primário brasileiro passaram de US\$2,4 bi, em 2000, para US\$13,1 bi, em 2007, sendo que a alta de 445% foi puxada pela mineração que respondeu por 71% do total recebido naquele ano (DUARTE, 2008 – ênfases adicionadas).

¹⁰ Até 2000, o setor primário participava com apenas 2,3% do total dos recursos estrangeiros investidos no Brasil, sendo que, em 2007, chegou a quase 14%, enquanto a expansão dos investimentos estrangeiros no setor industrial foi de 33,4% no mesmo período (DUARTE, 2008).



Não há levantamentos mais sistemáticos, mas é possível concluir que esses investimentos estrangeiros no setor primário brasileiro resultam também na aquisição de muitas terras. Retomando o estudo do Banco Mundial (2010), a conclusão é de 3,6 milhões de hectares comercializados no período estavam no Brasil e Argentina (CHADE, 2010).

De acordo com levantamento, de 2008, no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA),¹¹ existiam 34.632 registros de imóveis em mãos de estrangeiros em 2008. Esses registros abarcavam uma área total de 4.037.667 hectares (PRETTO, 2009, p. 10), o que são números expressivos considerando que não abarcou o “período da corrida por terras” após crise de 2008.¹²

Apesar da limitação destes dados, ou da falta de informações no SNCR após 1994 (PRETTO, 2009), o perfil destes registros espelha a clássica concentração fundiária brasileira. Segundo o levantamento, apenas 5.627 registros (16,2% do total) podem ser classificados como médias (4 a 15 módulos) e grandes propriedades (acima de 15 módulos). Estas, por sua vez, abarcam 3.357.741 hectares (PRETTO, 2009, p. 11), ou seja, mais de 83% da área total, cadastrada no SNCR como pertencente a estrangeiros.

Utilizando diferentes fontes de informações, inclusive pesquisas no SNCR, mas também empresas de consultoria no ramo, entre outras fontes, os jornais de circulação nacional vêm publicando dados sobre este processo de aquisição de terras por estrangeiros no Brasil, sem a “devida correspondência nos registros do SNCR/INCRA” (PRETTO, 2009, p. 4). Já em meados dos anos 2000, os principais jornais brasileiros publicavam reportagens sobre o processo de “estrangeirização” das terras no Brasil (SCOLESE, 2008; CHADE, 2010).

A partir de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), a Folha de São Paulo, por exemplo, calculou este ritmo de “estrangeirização” de terras em um

¹¹ Dois aspectos importantes nesse levantamento feito por Pretto (2009): a) desde 1994 não era mais obrigado declarar tais aquisições, portanto, o Cadastro do INCRA estava desatualizado e, b) este levantamento das informações do Cadastro foi feito até junho de 2008 (de 1909 a 2008), portanto, não abarca a corrida recente por terras após a crise alimentar mundial de 2008, conforme apontado pelo estudo do Banco Mundial (2010).

¹² Há muitos dados sendo divulgados, mas nada sistematizado. Segundo notícia, “estatísticas cadastrais inéditas mantidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) mostram que o número de imóveis sob domínio de empresas nacionais passou de 67 mil, em 1998, para 131 mil em 2008. O total da área registrada saltou de 80 milhões para 177,2 milhões de hectares nesses dez anos – um aumento de 121%” (ZANATTA, 2010, p. A2).



intervalo de apenas seis (06) meses. Segundo dados divulgados pela Folha, entre novembro de 2007 e maio de 2008, estrangeiros adquiriram em torno de 1.533 imóveis rurais no Brasil, abarcando uma área de 226.920 hectares. No mesmo período, houveram também transações de venda de imóveis, mas o saldo foi de 1.372 imóveis adquiridos por pessoas de outras nacionalidades, totalizando uma área de 205.320 hectares (SCOLESE, 2008, p. A10).

Em 2010, a partir de análises do Cadastro do INCRA, a Folha divulgou dados sobre o avanço nas terras brasileiras pelo capital estrangeiro. Segundo essa reportagem, “empresas e pessoas de outros países compram o equivalente a 22 campos de futebol em terras no Brasil a cada uma hora. Em dois anos e meio, os estrangeiros adquiriram 1.152 imóveis, num total de 515,1 mil hectares” (ODILLA, 2010).

Este interesse global pelas terras (relativamente abundantes) da América Latina (especial destaque ao Brasil, Argentina e Uruguai) e da África subsaariana tem provocado um aumento dos preços. Constatado pelo estudo do Banco Mundial (2010), esse aumento de preço das terras brasileiras também vem sendo regularmente anunciado pela grande imprensa. No entanto, não há estudos sistemáticos capazes de oferecer um panorama nacional – ou mesmo regional – das transações e preços, sendo que as notícias são ilustradas com levantamentos de casos exemplares e dados locais, municipais ou regionais.

As previsões de investimentos no setor primário brasileiro, especialmente na produção de agroenergias, já eram divulgadas em meados dos anos 2000. Segundo informações que circularam na internet,

De acordo com estimativas do mercado, o setor deverá receber, até meados da próxima década, algo em torno de US\$ 25 bilhões de investimentos estrangeiros. Desse total, pelo menos 40% serão destinados ao setor sucroalcooleiro. Além do etanol e da cana-de-açúcar, os investidores internacionais estão interessados em participar de projetos de reflorestamento, plantação de seringa e em adquirir terras na Bahia, Mato Grosso e Rondônia para implantar projetos agropecuários (GUIMARÃES, 2006).

Ainda segundo O Valor, os projetos sucroalcooleiros implantados entre 2008 e 2010 provocaram a valorização das terras nas regiões de expansão dos cultivos de cana-de-açúcar, especialmente nas novas fronteiras, localizadas principalmente nos Estados de Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais (BATISTA, 2010, p. B12). Segundo essa reportagem, estudo feito pela NAI Commercial Properties, multinacional americana especializada no mercado imobiliário, mostra que os preços das terras



tiveram forte alta desde 2009, com índices de até 33% de aumento no município de Pedro Afonso (TO). Ainda segundo o jornal,

Algumas regiões de Goiás também registraram uma das maiores valorizações puxadas pela cana. Estudo de mercado feito pela NAI na região do município de Edeia identificou que o hectare, que valia R\$ 8,5 mil em 2009, está sendo negociado agora no mercado a R\$ 10 mil, aumento de 17%. É no município de Edea que está o projeto da usina Tropical, sociedade entre a petroleira British Petroleum, com o grupo Maeda – agora vendido ao fundo Arion Capital – e da Santelisa Vale, agora controlada pela francesa Louis Dreyfus (BATISTA, 2010, p. B12).

Esse aumento dos preços impacta sobre outras políticas (além da política agrícola de incentivos ao setor), mas especialmente sobre as políticas agrárias. Além de acirrar as disputas territoriais, as políticas fundiárias são prejudicadas porque, entre outros fatores, fica mais caro desapropriar e indenizar terras para fins de reforma agrária (implantar assentamentos) (ADAMS, 2010, p. 2).

Por outro lado, é fundamental ter presente que parte significativa dos investimentos estrangeiros são financiados com recursos públicos (SAUER, 2010a), especialmente recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO). Estes empréstimos e incentivos fiscais estão sendo alocados principalmente em região de expansão do cultivo de cana e produção de etanol (Centro Oeste) e soja (Centro Oeste, Amazônia, Bahia e Tocantins) (PIETRAFESA, SAUER e SANTOS, 2010).

De acordo com a revista O Focus (2010), o BNDES é o maior fornecedor de crédito para o setor sucroalcooleiro para a produção de etanol. Segundo esta revista, nos anos de 2007 e 2008, o BNDES “financiou 59 projetos de etanol e boa parte dos financiamentos destinaram-se à compra de equipamentos de co-geração de energia elétrica a partir do bagaço, muitos deles em regiões de expansão da cana como Mato Grosso do Sul e Goiás” (O FOCUS, 2010). Em outras palavras, recursos públicos mantêm o mercado de terras aquecido, viabilizando inclusive investimentos estrangeiros na produção de commodities agrícolas.

Essa “corrida pela terra” tem assustado até representantes do agronegócio, como foi o caso de Glauber Silveira, presidente da Associação dos Produtores de Soja (Apesoja – Brasil). Ao tomar posse como presidente da Apesoja, em maio passado, Silveira estimou que um (01) milhão de hectares de terras brasileiras (cultivadas com soja) estão em mãos estrangeiras. Segundo ele, “mesmo que seja vantajoso financeiramente ao produtor que arrenda a terra, a investida estrangeira é preocupante,



pois ela elimina o competidor brasileiro do negócio e permite a ocupação territorial do Brasil” (TAVARES, 2010).

Nessa mesma perspectiva, o editorial do jornal O Estado de São Paulo, sob o título “China compra terras no Brasil” afirmou:

O ex-ministro Antônio Delfim Netto tem razão quando recomenda cuidado com as vendas de terras a empresas da China, controladas pelo Estado ou com participação estatal. Investimentos estrangeiros são de modo geral bem-vindos e podem trazer contribuições importantes ao crescimento do País. Grupos estrangeiros podem fazer bons negócios e ao mesmo tempo fortalecer a economia brasileira com recursos adicionais e, ocasionalmente, com aporte de tecnologia. Mas os ‘negócios’ mudam de sentido quando o investimento é subordinado a razões estratégicas de um Estado estrangeiro. No caso de recursos naturais, e de terras para a agropecuária, avaliar corretamente essa estratégia é uma questão de segurança (2010, p. A3).

Apesar de certo consenso de que é necessário cautela diante da voracidade dos investimentos estrangeiros, não há qualquer acordo sobre medidas concretas a serem adotadas. Mesmo expressando sobressaltos diante de tal voracidade, as posições vão de uma constante defesa da livre circulação de capital (mesmo para a compra de terras), passando por proposições de criação de instituições e regras visando restringir a transferência de ganhos para o exterior (NASSAR, 2010), até demandas de maior controle pelo Estado (ALFONSIN, 2010).

3. Estrangeirização de terras e ações governamentais

A partir da constatação de que “a demanda por terra tem sido enorme” (BANCO, 2010, p. vi) e de que “é improvável que a ‘corrida por terra’ desacelere” (BANCO, 2010, p. 9), o Banco Mundial fez uma série de recomendações. Como o BIRD entende essa demanda como uma “oportunidade de negócios”, a sua preocupação central é dar sustentabilidade a essa oportunidade, promovendo investimentos de forma “responsável” (BANCO, 2010, p. x).

Analisando o documento do Banco Mundial, Nassar (2010) corrobora as conclusões do mesmo, salientando essa demanda crescente como uma importante “janela de oportunidades”. Usando os exemplos dos setores de comunicação e financeiro, Nassar também defende mecanismos de regulação para garantir que o investidor estrangeiro preste serviços no País. Segundo ele,

Da mesma forma, podem ser criadas medidas que obriguem o investidor em terra a gerar renda e emprego, não concentrar a posse da terra, cumprir, acima da média do setor, suas obrigações ambientais e promover transferência de



tecnologia para produtores menos preparados. Com incentivos corretos, o investidor estrangeiro pode se transformar em exemplo para o setor agrícola (NASSAR, 2010).

Em uma perspectiva distinta, o Executivo Federal, a partir da preocupação com uma possível perda de soberania territorial e de posições do INCRA, solicitou que a Advocacia Geral da União (AGU) fizesse uma revisão do Parecer GQ nº 181. Este Parecer, publicado em 1998, desmobilizou “qualquer forma de controle efetivo sobre a aquisição de terras por parte de empresas estrangeiras no Brasil” (PRETTO, 2009, p. 7).

Esta perda de controle é explicitamente reconhecida no novo Parecer da AGU. De acordo com os termos do referido documento, desde os pareceres anteriores, os de 1994 e de 1998,

...o Estado brasileiro perdera as condições objetivas de proceder a controle efetivo sobre a aquisição e o arrendamento de terras realizadas por empresas brasileiras cujo controle acionário e controle de gestão estivessem nas mãos de estrangeiros não-residentes no território nacional (ADAMS, 2010, p. 2, item 6).

Diante de uma crescente demanda por terras e da constatação de que o INCRA não possui mecanismos concretos para efetuar um controle adequado das compras de terras (ADAMS, 2010, p. 3), o grupo de trabalho formado para avaliar tal situação concluiu que era necessária a “revisão dos pareceres de modo a dotar o Estado brasileiro de melhores condições de fiscalização sobre a compra de terras realizada por empresas brasileiras controladas por estrangeiros” (ADAMS, 2010, p. 3).

Em 2010, a AGU publicou então o Parecer nº LA-01, de 19 de agosto de 2010, o qual re-estabeleceu possibilidades para limitar, ou melhor, para regulamentar os processos de estrangeirização das terras no Brasil. Este documento legal retoma a Lei nº 5.709, de 1971, afirmando que a mesma deve ser acolhida pela Constituição de 1988. Esta lei foi criada para regulamentar a compra de terras por estrangeiros, estabelecendo o limite máximo de compra em 50 módulos (art. 3º), sendo que a soma das propriedades de uma pessoa estrangeira não pode ultrapassar a um quarto ($\frac{1}{4}$) da área do município (art. 12) (ADAMS, 2010, p. 4).¹³

Alfonsin (2010), ao emitir sua avaliação sobre a validade e a abrangência do Parecer da AGU em tela, argumenta que a própria Constituição explicita “dois direitos fundamentais, ligados ao território nacional e titulados pelo seu povo: o primeiro, por óbvio, da soberania sobre a sua terra (art. 1º parágrafo único da C.F) e o segundo, o do

¹³ É importante observar que a Lei 5.709, em seu art. 7º, também trata da aquisição de terras na faixa de fronteira, outro tema importante em debate, especialmente no Congresso onde há pressões para revisar a lei que regulamenta as fronteiras do Brasil.



reflexo necessário dessa soberania na segurança nacional” (2010, p. 4).¹⁴ A partir desse preceito constitucional, Alfonsin afirma que “o Parecer aprovado pela Presidência da República, publicado no dia 23 de agosto passado, não teve outro escopo que não o de reconhecer a eficácia das normas constitucionais que defendem e protegem o nosso território e a nossa gente” (2010, p. 20), portanto, é fundamental a adoção de medidas de controle por parte do Estado.

Sem desmerecer a importância jurídico-legal de tal Parecer, a solução do problema não se materializa com a referida publicação. Primeiro, há problemas no próprio conteúdo da Lei 5.709/71 como, por exemplo, o limite de 50 módulos ou a restrição a um quarto da área do município, pois há municípios imensos no Brasil, especialmente nas regiões Norte e Centro Oeste, principais alvos da busca por terras e expansão do agronegócio (ver HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2010).

Em segundo lugar, a problemática fundiária transcende em muito ao problema que se convencionou denominar “arresto de terras agrícolas” (tradução da expressão “*farmland grab*”) ou “grilagem de terras”, uma “reação aos efeitos negativos” (NASSAR, 2010) da corrida por terra e a conseqüente estrangeirização. É fundamental não esquecer os históricos níveis de concentração da propriedade da terra no Brasil, novamente corroborados pelo Censo Agropecuário de 2006. Essa concentração fundiária não será revertida com adoção mecanismos de controle da aquisição de terras por estrangeiros, pois a esmagadora maioria das grandes áreas está nas mãos de poucos brasileiros.

Por outro lado, a inoperância do Estado na não implantação da política de reforma agrária (poucas desapropriações de áreas que não cumprem a função social, poucas famílias assentadas em projetos de assentamentos, etc.), na morosidade no reconhecimento dos territórios quilombolas e na demarcação das terras indígenas deve ser contabilizado nesse processo.

Em relação aos direitos territoriais quilombolas, por exemplo, há um total descaso por parte dos órgãos governamentais responsáveis (SAUER e FLORÊNCIO, 2010). Segundo relatório de missão sobre violações de direitos humanos no sertão do Estado de Pernambuco,

¹⁴ A retirada do controle sobre a aquisição de terras no Brasil se deu, em parte, pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 6, que revogou o art. 171, inciso I, da Constituição, que definia empresa nacional, mas também pelos Pareceres de 1994 e 1998, os quais afirmavam a não recepção da Lei 7.509, de 1971 pela Constituição de 1988.



No que tange à região do Sertão de São Francisco de Pernambuco, a Microrregião de Petrolina possui 18 comunidades quilombolas reconhecidas e/ou em processo de reconhecimento [pela Fundação Palmares], totalizando 1.807 famílias. Dentre elas, nenhuma possui título territorial, e algumas sequer possuem procedimento de titulação territorial aberto no INCRA... (SAUER e FLORÊNCIO, 2010, p. 6).

Ainda mais, há muitos casos de violações de direitos territoriais resultantes de investimentos públicos em obras de infra-estrutura. O caso mais emblemático no semi-árido nordestino é o quilombo Negros de Gilu (Município de Itacuruba), afetado pela construção da Usina Hidrelétrica de Luiz Gonzaga em 1988, quando as famílias perderam suas terras para o Lago de Itaparica. Após 22 anos de espera, essas famílias não foram indenizadas e continuam como um “quilombo sem terra” (SAUER e FLORÊNCIO, 2010, p. 7).

Agora, novas obras de infra-estrutura, como as obras de transposição das águas do rio São Francisco e as da barragem de Riacho Seco, financiadas com recursos federais, ameaçam outras comunidades quilombolas, camponesas e povos indígenas. O canal da transposição corta o assentamento Jibóia (Município de Cabrobó), afetando toda área de preservação, mas não garante água para as famílias assentadas. Apesar das promessas de obras de compensação, as famílias não receberam nem a instalação da irrigação para produção, ou seja, não foram instalados os equipamentos para irrigar 0,5 hectare por gotejamento e 0,5 hectare por micro-aspersão para cada família, segundo acordo com o Ministério da Integração (SAUER e FLORÊNCIO, 2010, p. 13).

Por outro lado, a construção da Barragem de Riacho Seco vai afetar diretamente quatro comunidades quilombolas, Serrote, Cupira e Inhanhum, localizadas no município de Santa Maria da Boa Vista (PE) e Nova Jatobá, localizada em Curaçá (BA). A Comunidade Quilombola de Cupira terá seu território completamente inundado (SAUER e FLORÊNCIO, 2010, p. 11). Segundo informações da missão,

A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), responsável pela execução das obras, conduziu estudos para a execução dos trabalhos sem observância dos dispositivos legais que garantem direitos às comunidades quilombolas e indígenas... (SAUER e FLORÊNCIO, 2010, p. 12).¹⁵

¹⁵ Não foi realizada a Consulta Prévia, como prevê o art. 6º da Convenção 169 da OIT, segundo o qual “os governos deverão a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes...” (BRASIL, 2004).



O direito ao território já é um direito assegurado em tratados internacionais, a exemplo da já mencionada Convenção 169, da OIT, ratificada pelo Brasil, bem como na Constituição Federal brasileira. É fundamental, no entanto, que esse direito territorial seja efetivamente garantido nas ações governamentais, porque

...a terra possui um significado completamente diferente da que ele apresenta para a cultura ocidental de massas. Não se trata apenas da moradia, que pode ser trocada pelo indivíduo sem maiores traumas, mas sim do elo que mantém a união do grupo, e que permite a sua continuidade no tempo através de sucessivas gerações... (SARMENTO, 2008, p. 7).

A mesma compreensão deve ser estendida para as demais populações do campo que lutam pelo direito de acesso à terra. Para essas, assim como o território, a terra não representa apenas um meio de produção e sim um lugar de vida e de construção identitária (ser um trabalhador rural, por exemplo) (SAUER, 2010). Nesse sentido, é fundamental aprofundar o debate sobre o “direito dos agricultores familiares camponeses” como um direito humano fundamental de reprodução social e qualidade de vida no campo.

Anotações para uma conclusão

Foucault trabalha com o conceito de heterotopias, ou outros lugares, em vez de “não-lugares” ou utopias. Essas heterotopias constituem-se em “espaços singulares que são encontrados em certos espaços sociais, dos quais as funções são diferentes ou mesmo opostas a outros” (FOUCAULT, 1984, p. 252).

O autor utiliza este conceito para definir algo como contra-lugares, ou seja, lugares e espaços qualitativamente distintos, que funcionam como contestação, simbólica e real, dos espaços hegemônicos. São espaços que se contrapõem à dominação e à homogeneidade espacial, sendo lugares de resistência e liberdade, construídos a partir de perspectivas e relações sociais distintas das relações de dominação (SAUER, 2010).

Utilizando essa noção de Foucault, a luta pela terra e as conquistas de território é um processo de construção (constituição) de lugares, de espaços de vida e identidade. Nesse sentido, terra e território são lugares de morada, endereços e referenciais identitários, materializando, mesmo que provisoriamente, heterotopias para camponeses, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais (SAUER, 2010).

Os embates territoriais, as resistências à expropriação das populações do campo, “tradicionais” ou não, não se restringem a uma reação contra as demandas crescentes do



mercado de terras. Essa demanda apenas explicita que a terra deve ser entendida além de um meio e lugar de produção, pois é um bem finito e deve ser entendida como um lugar “identitário, relacional e histórico”, construído nas lutas e processos sociais das comunidades que aí vivem e se reproduzem.

Bibliografia

- ADAMS, Luís Inácio Lucena. Parecer LA-01 Aquisição de terras por estrangeiros. Brasília, Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, agosto de 2010 (mimeo).
- ALFONSIN, Jacques Távora. Apontamento sobre parecer da AGU relacionado com a aquisição de terras rurais do Brasil por empresas estrangeiras e empresas brasileiras com maioria de capital estrangeiro. Porto Alegre, 2010 (mimeo).
- ALVIM, Augusto Mussi. Investimentos estrangeiros diretos e suas relações com os processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. Projeto de cooperação técnica “Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural” (PCT IICA/NEAD), Brasília, NEAD, 2009 (relatório de pesquisa).
- ARRUDA, Roldão. Concessões de Lula a quilombolas deixarão bomba fundiária para Dilma. In: O Estado de São Paulo, 21 de novembro de 2010.
- _____. Inca acende sinal de alerta contra compra de terras por estrangeiros. In: O Estado de São Paulo, São Paulo, 05 de agosto de 2006.
- AUGÉ, Marc. Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, Papirus Editora, 1994.
- _____. Por uma antropologia dos mundos contemporâneos. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- BANCO Mundial. Rising global interest in farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits. Washington D.C., 07 de setembro de 2010.
- BATISTA, Fabiana. Cana mantém aquecido mercado de terras. In: O Valor Econômico, São Paulo, 02 de agosto de 2010, p. B12.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- _____. A economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1996.
- BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 6.040 que “Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”. Brasília, 07 de fevereiro de 2007. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm (acesso em dezembro de 2010).
- _____. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 - Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, Brasília, 2004 – disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm (acesso em dezembro de 2010).



CHADE, Jamil. Estrangeiros avançam na aquisição de terras. In: O Estado de São Paulo, 13 de setembro de 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos constitucionais dos quilombolas: a garantia dos direitos dos remanescentes dos quilombolas tem o sentido de reparação. In: Jornal do Brasil online, 15 de dezembro de 2010. Disponível em www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias (acesso em dezembro de 2010).

DUARTE, Patrícia. O apetite dos estrangeiros por terra e petróleo. In: O Globo, 22 de junho de 2008.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional In: GIDDENS, Anthony, BECK, Ulrich e LASH, Scott. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo, Editora Unesp, 1995, pp. 73ss.

GUIMARÃES, Joel Santos. Multinationais irão investir US\$ 25 bilhões no agronegócio brasileiro, São Paulo, 14 de junho de 2006. Disponível em www.agrovigna.com.br (acesso em setembro de 2010).

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 25, nº 74, outubro de 2010, pp. 159ss.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Relação das unidades produtoras cadastradas no departamento da cana-de-açúcar e Agroenergia. Posição: 15/05/2009. Disponível em: www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/SERVICOS/USINAS_DESTILARIAS/USINAS_CADASTRADAS/UPS_15-05-2009_0.PDF (acesso em 18/05/2009).

MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho. São Paulo, Editora Hucitec, 1993.

MASSEY, Doreen. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.

NASSAR, André Meloni. Terras agrícolas na alça de mira. In: O Estado de São Paulo, coluna Espaço Aberto, 20 de outubro de 2010, p. A2.

O ESTADO de São Paulo. Editorial: China compra terras no Brasil. São Paulo, 03 de agosto de 2010, p. A3.

ODILLA, Fernanda. Estrangeiros compram 22 campos de futebol por hora. In: A Folha de São Paulo, 02 de novembro de 2010.

PIETRAFESA, José Paulo; SAUER, Sérgio e SANTOS, Ana E. A. Políticas e recursos públicos na expansão dos agrocombustíveis em Goiás: ocupação de novos espaços em áreas de Cerrado. In: Anais do VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, ALASRU, Porto de Galinhas, 2010.

PELUSO, Cezar. Relatório da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.239 – Distrito Federal. Brasília, Supremo Tribunal Federal, s/d (mimeo).

PRETTO, José Miguel. Imóveis rurais sob propriedade de estrangeiros no Brasil. Relatório de Projeto de cooperação técnica “Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural” (PCT IICA/NEAD), Brasília, NEAD, 2009 (relatório de pesquisa).

QUEIROZ, Guilherme. A bancada ruralista deve ser recorde no próximo pleito. In: Revista Dinheiro Rural, nº. 72, ano 6, outubro de 2010, p. 22s.



RAFFESTIN, Claude. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, Silvia Regina *et alli* (org.). Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais. São Paulo, Expressão Popular, 2010, p. 13s.

Revista O Focus: visão Brasil. Rio de Janeiro, Funbio e Instituto Arapyaú, 2010. Disponível em www.visaobrasil.org (acesso em novembro de 2010).

SARMENTO, Daniel (procurador). Territórios Quilombolas e Constituição: A ADI 3.239 e a Constitucionalidade do Decreto 4.887/03 (parecer). Rio de Janeiro, Ministério Público Federal, Procuradoria Regional da República – 2ª Região, 03 de março de 2008 (mimeo.)

SAUER, Sérgio. Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

_____. Dinheiro público para o agronegócio In: Le Monde Diplomatique Brasil, ano 3, nº 33, abril de 2010a, pp. 8-9.

SAUER, Sérgio e FLORÊNCIO, Jackeline. Relatório da missão ao sertão do São Francisco: Violações de Direitos Humanos de Comunidades Quilombolas, Povos Indígenas e famílias assentadas às margens do rio São Francisco. Brasília, Plataforma DhESCA e Terra de Direitos, 2010 (mimeo).

SCOLESE, Eduardo. Aumenta compra de terras brasileiras por estrangeiros. In: Folha da São Paulo, 07 de julho de 2008, p. A10.

SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.

TAVARES, Vinícius. Um milhão de hectares já são de estrangeiros, diz Glauber Silveira. In: Olhar direto, Brasília, 18/05/2010 – disponível em www.olhardireto.com.br/noticias/

ZANATTA, Mauro. Estrangeiros teriam usado “laranjas” para registrar imóveis rurais no país. In: O Valor Econômico, São Paulo, 26 de agosto de 2010, p. A2.



GT 7 – Estado e interesses patronais rurais-agroindustriais na América Latina

Entidades Patronais Agroindustriais e a Política de Pesquisa Agropecuária no Brasil (1963 -2003)

Sonia Regina de Mendonça¹

¹Doutora em História, Docente junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Pesquisadora I do CNPq. E-mail: srmendonca@uol.com.br

Resumo

O trabalho analisa a relação entre Sociedade Civil e Estado restrito no Brasil da segunda metade do século XX, com ênfase na participação de entidades patronais agroindústrias junto à definição e encaminhamento das políticas estatais de pesquisa agropecuária em período recente. Para tanto, estuda-se o processo de imbricação de duas agremiações do agroempresariado– a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG)- e as referidas políticas, cujo coroamento resultou na fundação da Embrapa em 1973. Utilizando farta documentação oficial analisa-se os mecanismos pelos quais os interesses patronais se impuseram junto a nova agencia estatal, implicando na mudança dos rumos da pesquisa agropecuária a partir de três vetores: a progressiva transformação dos eixos norteadores da pesquisa agropecuária -que passou a priorizar os interesses do agronegócio; a secundarização da pesquisa destinada à pequena produção e a crescente “privatização” da Embrapa.

Palavras-Chave: Estado – Pesquisa Agropecuária – Embrapa – Abag.



Introdução

Uma das principais contradições inerentes às políticas de pesquisa agropecuária no Brasil é aquela contrapõe dois paradigmas ou “modelos” para sua condução: um, direcionado às demandas de grupos dominantes agroempresariais/agroindustriais e financeiros ligados ao chamado agronegócio e outro, destinado a atender pequenos produtores voltados ao abastecimento do mercado interno. Essa tensão não é nova, podendo ser encarada – a despeito da correlação de forças entre frações de classe tradicionais e emergentes no meio rural durante a segunda metade do século XX – como instituinte das próprias políticas estatais de pesquisa agropecuária, inauguradas, no caso brasileiro, ainda na década de 1930, sob a égide do projeto de nacionalização das políticas públicas sob a gestão do presidente Getúlio Vargas.

A historiografia brasileira especializada na temática costuma reduzir essa “dicotomia” ao embate entre tendências por ela denominadas de “produtivista” e “não produtivista”, como se a pesquisa agropecuária endereçada a pequenos produtores carecesse, em si mesma, do significado ou eficiência normalmente atribuídos aos grandes proprietários/empresários rurais. Logo, prevalece dentre esses estudos certo *parti pris* deturpador tanto dos resultados das investigações realizadas, quanto dos interesses políticos que subjazem às redefinições que marcaram essas políticas estatais no decorrer do período em foco. Semelhante dicotomização, além de simplificadora e naturalizadora de opções e redirecionamentos que nada têm de “naturais”, redundante em análises que, além de encarar o que é dialético e dinâmico – em função da correlação das forças sociais em disputa neste âmbito – como um mero e empobrecedor “torneio de contrários”, parecem atribuir à “tecnologia” – elevada ao *status* de entidade autoimane e descolada das relações sociais – o papel de “protagonista” dessas mesmas políticas, sem se levar em conta as bases sociais que lhe deram/dão suporte.

Logo, um dos objetivos do trabalho é contribuir para a crítica à historiografia especializada no estudo das políticas estatais de pesquisa agropecuária no país, partindo da premissa de que os diversos organismos do Estado restrito que, desde a década de 1930, se incumbiram da atividade – e suas sucessivas redefinições – corresponderam, sobretudo, à atuação política de frações da classe dominante agroindustrial organizadas no âmbito da sociedade civil que, em permanente disputa, inscreveram seus interesses junto ao Estado restrito, explicando, assim, as continuidades e, principalmente, rupturas verificadas nas políticas públicas de pesquisa agropecuária no país.



Para tanto, partiu-se do estudo mais detido de duas importantes corporações agrárias “patronais” que, desde a década de 1970, atuaram no sentido de inserir seus porta-vozes e demandas junto aos órgãos do Ministério da Agricultura encarregados da pesquisa de novas tecnologias para o agro, tendo por coroamento a criação, em 1973, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), marco consagrador do redirecionamento da atividade rumo aos interesses de grupos agroempresariais, em detrimento da produção de tecnologia destinada a pequenos produtores. Cabe esclarecer que, até inícios dos anos 1970, o Ministério da Agricultura, ao qual os órgãos de pesquisa agropecuária estiveram afetos desde os anos 1930, teve seus postos de alto escalão disputados por representantes de duas outras entidades patronais agroindustriais: de um lado, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a mais antiga do país e cujos membros representavam grandes proprietários não eminentemente exportadores, defensores do projeto de diversificação agrícola do país e oriundos, sobretudo, do Rio de Janeiro, estados do Nordeste e Sul; de outro, estava a Sociedade Rural Brasileira (SRB) –representante exclusiva da grande burguesia cafeeira e agroindustrial paulista– cujo projeto de agricultura pautava-se pelo fomento à exportação especializada e à mecanização da agricultura.

Apesar dessa disputa, entre 1930 e 1970, os diferentes órgãos de pesquisa agrícola ministeriais foram dirigidos, em sua maioria, por porta-vozes da SNA, o que imprimiu às suas práticas um viés diversificador e, até certo ponto, favorecedor de pequenos produtores rurais. As transformações socioeconômicas vivenciadas pelo capitalismo no Brasil a partir dos anos 70, todavia, fizeram emergir novos atores sociais organizados, que complexificaram as disputas tanto no âmbito da sociedade civil, quanto –e principalmente– no seio do Estado restrito. Os organismos do Ministério da Agricultura destinados à pesquisa agropecuária não estiveram imunes a essas lutas.

A ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB)

Fundada em 1969 por lideranças cooperativistas oriundas de várias unidades da federação brasileira a OCB englobou diversos ramos da atividade econômica em geral, conquanto fosse a agricultura o mais expressivo setor por ela representado, como se pode depreender da própria composição de seus quadros dirigentes, majoritariamente formados por proprietários e empresários agroindustriais (Mendonça, 2010). O surgimento desta nova agência da sociedade civil respondeu a uma demanda formulada por suas bases sociais –integradas em boa parte por porta-vozes do setor cooperativado



altamente empresarializado e “moderno”¹ - em busca de maior representação política nacional e da consolidação de um novo projeto hegemônico junto às demais agremiações patronais da agroindústria, em crise desde inícios da Nova República.

Para atingir seus objetivos, os dirigentes da OCB adotaram três estratégias discursivas. A primeira consistiu em difundir a suposta associação existente entre Cooperativismo, Democracia e Igualitarismo; a segunda era sua autorepresentação como entidade não capitalista e antilucro e, finalmente, a alegada possibilidade de distribuição dos “ganhos” entre os cooperados segundo seu “trabalho” e não seu capital. Esses pilares transformaram o cooperativismo num dos mais significativos instrumentos de negação do conflito social, mediante a propaganda da colaboração entre associados de portes diversos, que teriam em comum o fato de “não terem patrões”.

Tais premissas político-ideológicas legitimaram as lideranças da OCB não apenas como opção “socialmente superior” de exploração/organização das atividades agroindustriais, mas também como porta-vozes “naturalmente” autênticos – posto que dotados de “missão social”- do conjunto das agremiações patronais, sobretudo na segunda metade da década de 1980, quando foi consensualmente aceita por elas face ao enfrentamento movido por seu dirigente mais atuante e conhecido, Roberto Rodrigues, à UDR de Ronaldo Caiado, durante a aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária da gestão Sarney (Mendonça, 2006). Entre 1972 e 1993, os dirigentes da OCB cultivaram sua permanente associação a valores “humanitários”, tidos por capazes de transformá-la em nova força política com ampla aceitação social. Em editorial o então presidente da Organização, João Alckmin, afirmaria que “*o movimento cooperativo, por ser soma de pessoas, teria o que podemos chamar de voz natural solidária. Suas manifestações são desconotadas de interesses menores, escusos*” (Jornal do Cooperativismo, nov.-dez., 1980: 2, grifos meus).

No que tange às demandas específicas do setor cooperativista, três merecem destaque pela recorrência com que eram enunciadas nos periódicos da agremiação: a autogestão; a demanda por mais créditos subsidiados serem obtidos, face à política

¹ A guisa de ilustração menciono que o presidente da OCB entre 1979 e 1983, José Pereira Campos era, simultaneamente, diretor da Itambé - Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais, enquanto Alfredo Lopes Martins Jr, diretor da agremiação em igual período, presidia a CCPL (Cooperativa Central dos Produtores de Leite do Rio de Janeiro). Ainda quanto à composição dos quadros sociais da entidade vale salientar a aproximação existente entre o seu principal porta-voz, Roberto Rodrigues, e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), tendo sido ele diretor do Departamento de Política Cafeeira desta entidade (1984 – 1986). Já Ney Bittencourt de Araújo, futuro primeiro presidente da ABAG, proposta pela OCB, ocupou a direção do Departamento de Insumos Modernos da SRB (1981 – 1983).



econômica recessiva praticada pelo Estado entre 1970-80, via criação de um banco próprio e o aprimoramento da tecnologia agropecuária (Mendonça, 2010). Todas justificavam-se pelo expressivo peso econômico da produção oriunda das cooperativas agropecuárias na pauta de exportações do país. A consecução de seus objetivos e sua institucionalização como representante legítima de todos os segmentos agroempresariais seria facilitada por sua participação junto a organismos internacionais como a ICA (*International Cooperative Association*) e a OCA (Organização das Cooperativas da América)², valendo-lhe prestígio junto ao patronato. A hegemonia da OCB se consolidaria na conjuntura inaugurada pela Nova República, quando suas lideranças fizeram valer a identificação entre sua doutrina “democrática” e o novo regime, já que “participação e democracia fazem parte da Natureza e da Doutrina Cooperativista” (*Jornal do Cooperativismo*, mar-abr, 1985: 2)³.

A conquista de novas posições junto à Sociedade Política sem dúvida fortaleceu a OCB conferindo-lhe, além de destaque político, papel estratégico na mediação entre os segmentos do patronato agroindustrial e o Estado restrito. Apesar disso, a crise econômica brasileira levaria a agremiação a criticar severamente as políticas agrícolas em vigor. Em 1989 a OCB conclamará todas as entidades de classe a se unirem contra o tabelamento dos preços agrícolas, contra a importação de gêneros similares aos produzidos no país, contra a escassez de recursos para a agricultura e, sobretudo, pela **revitalização da Pesquisa Agropecuária** realizada pela Embrapa. Neste momento, se afirmaria um novo projeto hegemônico, emanado da OCB: a consolidação do agronegócio no Brasil. Segundo seu presidente Roberto Rodrigues, era chegada “a hora da verdade. A hora de reconhecer que fomos nós, os produtores rurais, que aumentamos o nosso envolvimento com a estrutura comercial e industrial” (*Informativo OCB*, jul, 1989: 7).

² “O Congresso da OCA em Brasília, em maio de 1984, dará ao Cooperativismo Nacional sua exata dimensão política. Esta decisão foi possível graças à intervenção da Diretoria da OCB, via seu representante Américo Utumi. Isto significa, externamente - o reconhecimento de sua expressão, com grandes retornos políticos e internamente - diante da crise mundial, que o cooperativismo mostra que milhares de pessoas realizam conjuntamente suas aspirações” *Jornal do Cooperativismo*, mar-abr, 1984: 2.

³ Tal prestigiamento reverteria na nomeação de lideranças cooperativistas para inúmeros cargos junto ao Ministério da Agricultura, como por exemplo: Rubem Ilgenfritz da Silva - ex-presidente da Cooperativa Regional Triticola de Ijuí (Cotrijuí), designado para a Secretaria Geral do Ministério; Dijandir Dal Pasquale - indicado para a presidência do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC); Ignácio Mammana Neto - nomeado presidente da Companhia de Financiamento da Produção e, finalmente, Athos Almeida Lopes - indicado presidente da Embrater.



Despedindo-se da presidência da OCB Rodrigues deixaria lançado o eixo do novo projeto hegemônico dos grupos dominantes agroindustriais e financeiros: a modernização definitiva da agricultura, mediante seu funcionamento em bases empresariais e internacionalizadas (Informativo OCB, dez. 1990: 3). Seria em torno de Rodrigues, ex-presidente guindado aos mais altos postos dentro e fora do sistema cooperativista, que a agremiação consolidaria definitivamente sua hegemonia, advogando a abertura da economia brasileira às grandes linhas da “competitividade” internacional (Informativo OCB, fev. 1990: 1). Ainda segundo ele, um “novo horizonte” se desenhava para a agricultura e o cooperativismo bastando, para tanto, “adotarmos um regime econômico liberal, para que os **investimentos privados sejam maciços. O setor rural não pode ficar fora desta grande jogada**” (Informativo OCB, fev. 1990: 3. grifos na fonte).

De tudo até aqui analisado pode-se inferir o perfil das bases sociais da OCB: agropecuaristas e, sobretudo, agroempresários intimamente imbricados à agricultura plenamente integrada aos Complexos Agroindustriais (CAIs), dotados de moderna tecnologia e zelosos do significativo papel econômico desempenhado por sua produção junto às exportações brasileiras. O passo seguinte constaria da própria modernização do sistema “relida” como equivalente ao ingresso no *agribusiness*, responsável pela manutenção da economia urbano-industrial e pelo nível de emprego no país⁴. A noção de agronegócio ocuparia lugar cada vez mais privilegiado no projeto de agricultura difundido pelas lideranças da OCB que fundariam, em 1993, uma nova agremiação do agroempresariado no país: a ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness).

A ABAG

A ABAG seria uma entidade agregadora de todos os setores ligados à grande produção agropecuária, abrangendo não apenas segmentos responsáveis pela atividade produtiva, como também aqueles relacionados à produção de insumos, armazenamento, processamento, distribuição e financiamento agrícola, além de empresas diretamente ligadas ao **capital financeiro**. Nela encontram-se representadas, desde sua criação, algumas das mais expressivas agremiações patronais agrícolas - SRB, OCB, Federações e Cooperativas Estaduais da Agricultura – além de grandes grupos agroempresariais

⁴ “Os agricultores e pecuaristas do país precisam se associar a seus parceiros do ‘agribusiness’ e alavancar recursos para uma gigantesca campanha institucional de valorização do setor. É preciso deixar claro que o cidadão urbano não dá um passo, não vive um único segundo de sua vida sem os agricultores”. Informativo OCB, nov, 1991: 2.



estrangeiros e nacionais, como a Sadia, a Agrocerec, a Associação Brasileira de Produtores de Sementes (Abrasem), a Cargill Agrícola S/A, a Bunge Alimentos e Fertilizantes S/A e a Monsanto, totalizando 59 empresas em 1993.

Tal quadro revela tratar-se de uma instituição “patronal” de novo tipo, uma nova modalidade de representação política dos grupos ligados aos setores agropecuário, agroindustrial e financeiro do país, configurando-se mais num *pool* de empresas do que numa agremiação patronal. Seu objetivo era atuar, incisivamente, junto às políticas emanadas do Ministério da Agricultura (MA) e seus inúmeros órgãos, dentre eles a Embrapa. Além disso, antes mesmo da ABAG, seria fundado, em 1990, por iniciativa do vice-presidente da OCB, Ney Bittencourt de Araújo (Agrocerec), o Instituto Brasileiro do Agribusiness (IBA), atuante junto às universidades e presidido por Roberto Rodrigues, futuro Ministro da Agricultura do governo Lula. A importância assumida pela ABAG no cenário político-econômico nacional desde sua fundação pode ser ilustrada por suas demandas e práticas, respaldadas por três pilares ideológicos: Segurança Alimentar, Autogestão e Competitividade (Pinto, 2010). Todos eles emprestaram legitimidade política às propostas por ela encaminhadas ao Estado restrito e à Sociedade Civil como um todo. Um dos elementos unificadores de classe presente no discurso das lideranças agroempresariais era a ideia da incorporação do *risco*⁵ e de seu *gerenciamento* –termos próprios à linguagem empresarial em geral- como dados inerentes ao investimento capitalista. Logo, o discurso da ABAG veicularia aquilo que o empresariado como um todo denomina de *Engenharia Política*, através de meios televisivos e da mídia impressa do país.

Ainda em 1990 Araújo organizaria juntamente com um grupo de intelectuais formado por engenheiros agrônomos graduados na paulista ESALQ (Mendonça, 1999) e profissionais dos Departamentos de Economia e Administração da FEA-USP, o *Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial* (PENSA), inspirado no Programa de Agribusiness da Universidade de Harvard, fundado por Ray Goldberg. A nova agência, sediada na Universidade de São Paulo desde junho de 1990, desenvolveria atividades patrocinadas pelas próprias fundações da USP, promovendo estudos sobre o agronegócio brasileiro e integrando a academia à realidade das

⁵ A respeito do debate do risco, consultar: BRAGA, R; BRUNI, A. L; MONTEIRO, A. Estratégia e Decisões de Investimento em Condições de Risco: um Estudo na Veracel Celulose S/A. In: *Anais do XX Congresso Latino Americano de Estratégia*. SLADE, 2007, Barranquilla, Colômbia (<http://www.fbds.org.br/IMG/ppt/doc-164.ppt>)



empresas que lhe encomendavam estudos específicos, endereçados à iniciativa privada e/ou pública (PINTO, 2010). Ora, se o PENSA atua em íntima conexão com a ABAG, é evidente que se está diante do caso de uma instituição pública a serviço do grande capital privado. Muito embora originalmente a Embrapa não contasse com semelhante papel, as pressões políticas dos porta-vozes das entidades patronais até aqui estudadas, tratariam de descaracterizá-lo, como se verá a seguir.

A EMBRAPA: DO PEQUENO PRODUTOR AO AGRONEGÓCIO

A literatura especializada costuma apontar a fundação formal da Embrapa, em 1972, como o “marco inaugural” da Pesquisa Agropecuária no país, relegando ao esquecimento tanto as iniciativas encetadas por agências anteriores do MA, quanto os grupos de interesse que junto a elas se fizeram representar. Todavia, inúmeras foram as instituições estatais de Pesquisa anteriores à Embrapa, contando em seus quadros com a presença de porta-vozes da SNA, defensores da tecnologia destinada à produção de alimentos para o mercado interno e aos pequenos produtores. Dentre esses órgãos pode-se citar o Escritório de Pesquisa e Experimentação (criado em 1967) ou o Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (fundado em 1971) ambos órgãos públicos da **administração direta** do MA, cujo funcionamento seguia diretrizes emanadas da SNA. Publicação do Ministério de 1970, intitulada *A agricultura brasileira e a política nacional de desenvolvimento*, exemplifica o funcionamento das políticas de Pesquisa Agropecuária até então, sendo destacado o desenvolvimento tecnológico agropecuário alcançado no país, especialmente no tocante à intensificação do uso de insumos básicos, respaldado em práticas como o fornecimento de sementes de alimentos melhoradas, o fortalecimento do Extensionismo Rural, além do progresso das bases técnicas destinadas a ampliar a produção e consumo de fertilizantes e corretivos; o fortalecimento da indústria nacional de defensivos agrícolas e um programa de mecanização agrícola (Brasil, 1970: 24-25). Como se vê, um novo programa de Pesquisa Agropecuária **já estava em gestação**, antes da fundação da Embrapa, como pré-condição da política de capitalização do campo pretendida pelo regime militar (Mendonça, 2011).

Todavia, na medida em que este Programa utilizaria recursos do governo norte-americano e a assistência técnica da USAID, as Pastas da Agricultura e do Planejamento se uniram para criar, em julho de 1970, uma “Comissão de Alto Nível” encarregada de avaliar a situação da Pesquisa Agropecuária e definir suas prioridades para o período de



duração do Acordo de Empréstimo Brasileiro-Americano. A Comissão foi presidida por Ivo Torturella⁶, contando com a participação de Mozart Liberal⁷, Salomão Aranovich⁸, Otto Lyra Schreider⁹, Plínio Cordeiro Molleta¹⁰, Antonio Secundino São José¹¹, Clibas Vieira¹² e Carlos Arnaldo Krug¹³ (Relatório da Comissão de Alto Nível, 1970: 5), nomeada pelo Ministro da Agricultura Luiz Fernando Cirne Lima¹⁴.

A composição da Comissão merece destaque, pela cuidadosa estratégia que parece ter sido utilizada em sua composição. Ela constava de sete membros e pode ser subdividida em dois “blocos” de integrantes, o que é fundamental para compreendermos a criação da Embrapa: o primeiro, compunha-se de antigos funcionários de carreira do Ministério (Mozart Liberal, Otto Schrader e Plínio Molleta), *experts* em suas respectivas áreas de atuação e, além disso, pertenciam aos quadros dirigentes da SNA; já o segundo bloco era claramente integrado por agroempresários, muitos deles representantes do grande capital agroindustrial, industriais e/ou financistas com fortes conexões com os Estados Unidos, agora inseridos no Ministério da Agricultura, buscando redefinir sua

⁶ Torturella era veterinário e foi fundador e primeiro presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, criado em 1968.

⁷ Mozart Liberal foi diretor do extinto DPEA entre 1964-65

⁸ Engenheiro Astrônomo e funcionário de carreira do MA desde 1951, responsável por projeto de pesquisa sobre nutrição animal.

⁹ Otto Lyra Schrader era agrônomo com mestrado na Universidade da Flórida, **pecuarista** fluminense, além de 3º vice-presidente da SNA entre 1978-1983, segundo secretário da mesma agremiação entre 1983-1991 e conselheiro do Fundo Federal Agropecuário (FFAP). A presença de Schrader não apenas evidencia tal ascendência como, sobretudo, certa “domesticação” da conflitividade política implícita ao Ministério.

¹⁰ Diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura entre 1961-67 e Presidente do Grupo Executivo de Eletrificação Rural, em 1970.

¹¹ Antonio Secundino São José era mineiro, fazendeiro e agrônomo pela Escola Superior de Viçosa. Em 1937, com a ajuda do então diretor da escola, o geneticista norte-americano Dr. John B. Griffing obteve bolsa de treinamento na *Stoneville Experiment Station*, Mississippi, além de Curso de pós-graduação na Faculdade Estadual de Iowa. Em 1942, foi contratado como assessor técnico da *Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios*, ligada ao Ministério da Agricultura. Em 1945, juntamente com quatro sócios estadunidenses fundou empresa dedicada a experiências com milho híbrido: a Agrocere Ltda., apoiada pela Corporação Internacional de Economia Básica (IBEC), empresa de Nelson Rockefeller. Em 1951 a Agrocere e a IBEC fundiram-se, gerando a Sementes Agrocere S/A.

¹² Paulista, filho de fazendeiro, agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa em 1952, obteve o título de *Magister of Science* em Agronomia na Universidade da Califórnia. Foi consultor de pesquisas com a cultura do feijão junto à USAID, ao Centro Internacional de Agricultura Tropical, ao Conselho Nacional de Pesquisa (Programa do Trópico Úmido), à Sudene e à Michigan State University/Usaid, na África Austral. Com a fundação da Embrapa tornou-se Chefe de seu Departamento Técnico Científico, em 1974.

¹³ Carlos Arnaldo Kruger paulista, agrônomo, especialista em genética e citologia na *Universidade de Cornell*, primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Genética e um dos diretores do Instituto Agronômico de Campinas, tendo sido assessor de uma empresa privada – a Cia Paulista de Estradas de Ferro – implantando seu programa de melhoramento genético dos eucaliptos.

¹⁴ Gaúcho, agrônomo especializado nos Estados Unidos, Cirne Lima foi nomeado Ministro da Agricultura em 1969 após posse do presidente Médici. Entre 1972-78 foi membro do *Board of Trustees* do Centro Internacional de Melhoramento do Milho e Trigo sediado no México e desde 1977 integrou o conselho administrativo da *Gazeta Mercantil*, sendo também diretor da Empresa Agropecuária Plantel, ambas do grupo de Herbert Levy. Belloch & Abreu, 2000: 2.123.



política de Pesquisa Agropecuária, para eles estratégica. Não por acaso, alguns membros do segundo bloco provinham diretamente da iniciativa privada, quer como donos de empresas, quer como seus consultores. Apesar da tensão latente entre seus integrantes, a Comissão representou uma vitória do grupo ligado ao grande capital privado, a qual se manifestou na aprovação de um Plano Operacional para a utilização do empréstimo norte-americano (Relatório da Comissão de Alto Nível, 1970: 3). O Relatório da Comissão apontou três pontos positivos da política de Pesquisa Agropecuária estatal até então realizada, bem como sete fatores negativos que incluíam desde a insuficiência de recursos, até a falta de autonomia administrativa dos órgãos envolvidos (Idem: 11-5). Por certo o perfil da Comissão explica este resultado desqualificador da política de Pesquisa Agropecuária até então vigente, o que justificava a necessidade da **assessoria de capitais privados**, como o sugere trecho do Relatório ao mencionar que “*somente pela íntima colaboração entre entidades governamentais federais, estaduais e municipais e empresas privadas, fornecedoras de capital, é que se logrará o impacto esperado*” (Idem: 21, grifo meu).

O produto final da Comissão foi um elenco de 18 Recomendações que pavimentariam o caminho para a fundação da Embrapa, três delas merecendo destaque: 1) a criação de um Conselho Superior de Pesquisa Agropecuária onde 50% dos membros fossem “*elementos estranhos ao Ministério, escolhidos por seu notório saber*” (Idem: 23, grifo meu); 2) o incentivo à participação de economistas rurais na formulação dos projetos de pesquisa e 3) a concessão de **autonomia administrativa e financeira** às agências de pesquisa do Ministério da Agricultura (Idem: 24). Evidentemente tais sugestões abriam brechas para indicação de empresários privados representantes de bancos como seus integrantes, enquanto a autonomia pleiteada facilitaria a inserção de empresas privadas junto ao órgão de pesquisa, demonstrando achar-se em gestação um processo de **privatização da Pesquisa Agropecuária** no Brasil. Essas 18 Recomendações foram a base para a criação da Embrapa em 1973, vinculada ao MA e incumbida de promover inovações tecnológicas tais como a melhoria genética e o controle de pragas, desenvolvendo um sistema de pesquisa integrado a outros órgãos federais, além da iniciativa privada.

Curiosamente, pouco antes da divulgação do Relatório da Comissão, o Diretor do DNPEA, Roberto Meirelles –dirigente da SNA- apresentaria um novo Programa Nacional de Pesquisa Agropecuária, lastreado nos avanços obtidos pelas atividades de



seu Departamento, como o atendimento aos problemas relatados pelos Extensionistas e um Programa Especial de Pesquisa contemplando tecnologias relacionadas à produção de arroz, feijão, milho, sorgo, soja e bovinos (Brasil-DNPEA, 1973: 11)¹⁵. O diretor enumerou ainda os convênios por ele firmados tanto na iniciativa pública -com a SUDENE e o Banco do Nordeste do Brasil- quanto na iniciativa privada, notadamente com cooperativas de produtores e industriais do trigo agremiados pela OCB, além da Sanbra, a Petrobrás, etc. (Idem: 12). Surpreendentemente Meirelles causa impacto ao leitor no último parágrafo do Relatório ao anunciar que o DNPEA seria extinto, posto ter sido assinada, em dezembro de 1972, a Lei N. 5851 criando a Embrapa, que operaria como empresa pública da **administração indireta**, nova figura jurídica que lhe daria autonomia para captar recursos e estabelecer **parcerias com empresas privadas**¹⁶.

Tudo indica que Meirelles e seu grupo sofreram forte pressão política para a extinção do DNPEA, como se infere da última linha de seu Relatório, ao afirmar que a “fundação da nova agência foi **um projeto de interesse pessoal do Ministro Cirne Lima**” (Idem: 54, grifos no original), sócio-proprietário de inúmeras fazendas, assessor de vários grandes fazendeiros gaúchos, além de ex-presidente da Farsul. Segundo Flores Filho (1986: 17), diretor-presidente da Embrapa entre 1991-94, o entendimento dessa escolha implicava em distinguir entre as figuras do **usuário** dos serviços desenvolvidos pelo órgão e a de seus **clientes**: o usuário da tecnologia gerada seria o “agricultor” em geral que se beneficiaria, direta e gratuitamente, de seus resultados, ao passo que o cliente era o próprio Poder Público, dada sua condição de interessado direto na introdução das inovações tecnológicas. Já o “modelo da Embrapa”, baseado na centralização da execução, ao contrário, implicava em selecionar atividades e produtos sem dimensão nacional, “**deixando de contemplar os interesses mais específicos das realidades locais**” (Idem: 22) ou seja, a pequena produção. Por essa razão o Governo Federal não deveria assumir toda a Pesquisa, conclamando a **parceria de instituições e empresas privadas**, numa negação cabal do paradigma de Pesquisa Agropecuária adotado no país desde a década de 1930.

¹⁵ Segundo o documento, estava em andamento com apoio financeiro do DNPEA, antes de 1972, um total de 54 projetos junto a 17 instituições, ao passo que somente neste último ano haviam sido iniciados 13 deles, com a participação de 10 instituições. BRASIL, DNPEA, 1973: 10

¹⁶ Na *Exposição de Motivos* dirigida ao então Presidente Emilio Garrastazu Médiçi, os Ministros Luiz Fernando Cirne Lima (Agricultura) e João Paulo dos Reis Velloso (Planejamento) salientaram que a alternativa escolhida baseou-se “na ideia de que esse tipo de instituição, por seus próprios fundamentos legais- órgão de administração indireta- conta com condições essenciais e intrínsecas para dar flexibilidade e eficiência àqueles aspectos relacionados com a captação e manejo de recursos financeiros e humanos” (apud GASTAL, 1977: 121).



Em seus primeiros anos de funcionamento a Embrapa privilegiou a geração dos chamados **pacotes tecnológicos**, que induziam ao uso intensivo de insumos modernos, afinada aos interesses dos grupos agroindustriais que lutaram por sua fundação. Os pacotes seriam difundidos pela Extensão Rural mantendo, com ligeiras adaptações, a essência do conjunto de tecnologias anteriormente recomendadas aos agricultores. Todavia, as agências de crédito somente financiariam projetos formatados segundo o receituário dos pacotes que, aliás, teriam seu ritmo diminuído na década de 80, transparecendo dois processos: que o estoque de conhecimentos gerados pelo DNPEA estava esgotando-se e que as unidades de pesquisa da Embrapa não haviam encontrado o caminho para redefinir sua tão propalada “metodologia inovadora”. Por certo, toda modernização traz consigo a marca da desigualdade, inclusive a técnica. Neste sentido, a modernização viabilizada pela Embrapa representaria a transnacionalização da agricultura e sua inserção no jogo da ditadura. Como exemplo, cito o crescimento de 6.500% na tratorização no meio rural, muito embora 52% deles se concentrassem em apenas 2,6% dos estabelecimentos rurais, todos com mais de 100 hectares (Aguiar, 1986: 92). Logo, é evidente que a modernização tecnológica foi poderoso instrumento da concentração fundiária, já que a propriedade da terra era a pré-condição para obtenção do crédito subsidiado.

A partir dos anos 1980 a Embrapa sofreria reformulações, sendo a principal delas a retirada do Estado de atribuições que, em teoria, seriam melhor desempenhadas pela iniciativa privada, alterando a Empresa quer no plano externo, quer em sua metodologia de trabalho e organização interna (Schlottfeldt, 1991: 2). A participação do “usuário” –i.e., o **capital privado**- nas várias etapas da geração de tecnologia foi aprofundada, redefinindo-se as prioridades na Pesquisa, já que a nova “missão” da Empresa passou a englobar a transferência da tecnologia, materializada na criação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural¹⁷, reacendendo o antigo embate Pesquisadores *versus* Extensionistas, estes últimos preocupados em beneficiar os pequenos produtores. Não era essa, entretanto, a diretriz hegemônica dentro da agência, sobretudo levando em conta que muitos de seus dirigentes provinham da iniciativa privada, com ênfase para o *agribusiness*, como o ilustra o Quadro I a seguir.

QUADRO I – DIRETORES-PRESIDENTES DA EMBRAPA (1973 – 2005)

¹⁷ O Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), oficializado em 6/11/1974, encarregar-se-ia do atendimento prioritário a pequenos e médios produtores rurais os quais seriam responsáveis por 70% da produção de alimentos. Os grandes proprietários também deveriam ser atendidos, mas apenas para se complementar a assistência técnica privada.



DIRETOR PRESIDENTE	PERÍODO	DADOS DE TRAJETÓRIA
José Irineu Cabral	1973 - 1978	Pernambucano, bacharel em Direito, Economista, pecuarista ; diretor do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura (1950-54); Diretor-executivo da ABCAR (1958); diretor do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA) em 1961-62; diretor-executivo do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (Acida), em Washington, DC, da USACBD, FAO, OEA, Cepal-IICA (1964-1965); Consultor em Missões do Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); sócio e dirigente da ABCZ (Associação Brasileira de Gado Zebu) e membro da OCB
Eliseu Roberto Alves	1979 - 1984	Mineiro; agrônomo por Viçosa; Doutor em Economia Rural pela Universidade de Purdue (USA); Diretor da Emater-MG (1955 a 1973); presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) entre 1985 - 1990. Desde este ano foi pesquisador da EMBRAPA, atuando na área de política agrícola, desenvolvimento institucional e economia de produção.
Luiz Carlos Pinheiro Machado	1985	Graduado em Agronomia (1950) e Doutor em Fitotecnia (1959) pela UFRGS, recebeu, em 1983, o prêmio Mérito Agrônomo do Brasil, outorgado pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil. Com experiência na área de Zootecnia e principalmente Suinocultura, é grande proprietário , tendo sido sócio fundador e presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos (1963-64) e membro OCB
Ormuz Rivaldo Freitas	1986 - 1988	Engenheiro agrônomo pela UFRGS (1959) e diplomado em Sciences et Techniques des Productions Vegetables, pela Ecole Nationale Supérieure Agronomique de Montpellier (France -1979). Doutor em Fitotecnia pela Université des Sciences et Techniques du Languedoc (France, 1981). Profissionalmente, teve ampla experiência, destacando-se em diversos cargos como: chefe da Segunda Delegacia da Defesa Sanitária Vegetal - Secretaria da Agricultura/DPV, Bento Gonçalves, RS (1961 a 1963)
Carlos M. Campos da Rocha	1989 - 1990	Formado em Ciências Agrárias pela Universidade Federal de Viçosa, em 1977, foi Mestre em Animal Sciences pela University of Kentucky (EUA). Foi presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Eletrificação Rural da Região Geo-Econômica de Brasília Ltda (Cergeo - 2002) e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Zootecnia (SBZ) . Foi Secretário de Estado da Agricultura de Roraima
Murilo Xavier Flores	1991-1994	Formado em Engenharia Agrônômica (1980) pela Universidade de Brasília e Mestre em Economia Rural (1984). Secretário-executivo do Conselho Nacional do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de 1996 a 1999; Diretor da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
Alberto Duque Portugal	1995-2001	Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais , nomeado pelo governador Aécio Neves em 2007. Engenheiro agrônomo pela UFRRJ (1968) e Doutor em Sistemas Agrícolas pela University of Reading (UK - 1982). Entre 1978 e 1987 exerceu o cargo de pesquisador e depois diretor da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig). Ingressou na EMBRAPA em 1987, onde assumiu a Coordenação de Difusão de Tecnologia e, em seguida, a Chefia-Geral da EMBRAPA-Gado de Leite (MG). Foi Diretor da Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (ABRASEM), ligada a ABAG e era dirigente da OCB
Clayton Campanhola	2003-2005	Graduado em Engenharia Agrônômica; Mestre em Energia Nuclear na Agricultura pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" e Doutor em Entomologia pela Texas A&M University (EUA). Diretor da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e da Funcex (Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior) ¹⁸ , membro da ABAG e ex-dirigente da OCB.

FONTES: Memória EMBRAPA (www.embrapa.com.br); sites da Internet; MENDONÇA (2010)

Exemplifica essa permanentetensão a demissão do Diretor-Presidente da Empresa, Clayton Campanhola, em janeiro de 2005, pelo então Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues¹⁹. Matéria publicada no *Jornal do Comercio* lamentaria o

¹⁸ A FUNCEX é definida sem eu site como “canal permanente e independente de comunicação entre o setor privado, a academia e o setor público, contribuindo para a difusão e circulação das idéias, a elaboração e discussão de propostas, o diálogo e a construção de consensos, em benefício da melhor qualidade das políticas públicas voltadas para o comércio exterior”. A Fundação foi instituída por um pool de empresas – bancos, sobretudo – tais como o BB, CEF, Vale do Rio Doce, Petrobras, Banco Itaú, dentre varias outras. www.funccex.com.br acessado em 15/07/2010.

¹⁹ Roberto Rodrigues é paulista, agropecuarista e produtor de soja, cana, laranja em São Paulo e Minas; diretor da OCESP (Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo); da Organização dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo, da SRB, Presidente da OCB (1985-91) e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp de Jaboticabal. É membro da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV) e da Fundação Bunge. É também **presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG)** e membro do Comitê Empresarial de Comércio Exterior do Itamaraty. Foi presidente da Organização Internacional de Cooperativas Agrícolas e assessor de vários órgãos como a própria EMBRAPA, a *International Food and Agribusiness Management Association*, o *World Wide Fund for Nature (WWF)* e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Recebeu a medalha de Mérito Científico e Tecnológico do Governo do Estado de São Paulo (2001) e a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico do Governo Federal (2002). Já representou a Agricultura no Conselho Monetário Nacional, Conselho Nacional de Política Agrícola, Conselho Nacional de Comércio Exterior e



episódio: “o sonho de ter a pesquisa agropecuária voltada para o interesse da nação e da massa popular acabou com a demissão de Clayton Campanhola (...). Campanhola **defendia a agricultura familiar e atacava os transgênicos**” (Jornal do Comércio, 24-1-2005, grifos meus). O episódio desnudava o conflito de interesses representado pelas distintas visões acerca da Pesquisa Agropecuária para os atores sociais ligados ao *agribusiness* e aqueles ligados à pequena produção, esta última privilegiada por Campanhola em oposição à Rodrigues, ferrenho defensor do agronegócio uma vez que a ABAG, por ele idealizada e proposta, refletia o interesse de grupos poderosos como a Monsanto, a John Deere, etc. (Mendonça, 2010).

COMENTÁRIO CONCLUSIVO

Como fica patente, a Embrapa não implicou tão somente, como toda a sua documentação parece querer nos convencer, em racionalizar atividades e gastos públicos em Pesquisa Agropecuária. Tampouco ela visou apenas dar consistência institucional à atividade. Ela foi instrumento do processo de subordinação da agricultura à lógica do capital internacional. Em face disso, padeceu, em todo o período estudado, de uma contradição intrínseca: de um lado, era constrangida a desenvolver tecnologias agrícolas (os pacotes) que induzissem ao uso maciço de insumos modernos (fertilizantes químicos, defensivos, sementes melhoradas, etc.); de outro, este mesmo fator explica porque a Empresa não foi capaz de desenvolver tecnologias distintas daquelas impostas pelo capital.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Ronaldo C. 1986. *Abrindo o Pacote Tecnológico – Estado e Pesquisa Agropecuária no Brasil*. São Paulo /Brasília: Polis /CNPQ.
- BELOCH, I. & ABREU, A. 2000. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930-1993)*. Rio de Janeiro: FGV, 5 vol.
- BOURDIEU, P. 1975. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- BRAGA, R; BRUNI, A. L; MONTEIRO, A. Estratégia e Decisões de Investimento em Condições de Risco: um Estudo na Veracel Celulose S/A. In: *Anais do XX Congresso Latino Americano de Estratégia*. SLADE, 2007, Barranquilla, Colômbia.

Conselho Empresarial de Competitividade. É membro eleito do Fórum de Líderes Nacionais e do Fórum de Líderes Mercosul da *Gazeta Mercantil*. Rodrigues é ainda vice-presidente do Conselho de Empresários da América Latina (Ceal), além de diretor da Ceres Consultoria S/C. Ltda. e da Prospectiva Consultoria Brasileira de Assuntos Internacionais, firmas ligadas ao *agribusiness*. Presidiu a Aliança Cooperativa Internacional (ICA) e vice-presidente da Organização das Cooperativas da América (OCA). Presidiu o Comitê para o Progresso e Avanço de Cooperativas (organismo internacional composto pelas Nações Unidas; Federação Internacional de Produtores Agrícolas e Organização Mundial de Cooperativas de Crédito). Por 16 anos consecutivos tem sido eleito líder empresarial agrícola em pesquisa realizada pelo *Jornal Gazeta Mercantil* www.abag.org.br (acessado em outubro de 2008)



- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. 1970. *A agricultura brasileira e a política nacional de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Escritório de Pesquisa e Experimentação.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. 1970. *Relatório da Comissão de Alto Nível sobre a pesquisa agropecuária brasileira*. Brasília.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. 1973. *Programa Nacional de Pesquisa Agropecuária. Décima Primeira Reunião de Diretores da Pesquisa Federal*. Brasília: Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária.
- EMBRAPA. 1985. *A Nova República e o papel da pesquisa agropecuária*. Brasília: Embrapa.
- FLORES FILHO, Murilo Xavier *et alii*. 1991. *Pesquisa Agropecuária no Brasil*. Brasília: Embrapa/Secretaria de Administração Estratégica.
- GASTAL, Edmundo da Fontoura. 1977. *O enfoque de sistemas na programação da pesquisa agropecuária*. Brasília: UnB (Dissertação de Mestrado).
- JORNAL DO COMERCIO. 24-01-2005. Rio de Janeiro.
- JORNAL DO COOPERATIVISMO. 1980, 1984, 1985. Brasília, Organização das Cooperativas Brasileiras.
- INFORMATIVO OCB. 1983, 1989, 1990, 1991. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras
- MENDONÇA, Sonia Regina de. 1999. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura.
- _____. 2006. *A Classe Dominante Agrária: Natureza e comportamento (1964 – 1990)*. São Paulo: Expressão Popular.
- _____. 2010. *O Patronato Rural no Brasil Recente*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- _____. 2011. *Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural no Brasil (1944 – 2005)*. Niterói, Relatório Final de Pesquisa ao CNPQ.
- _____ & FONTES, Virgínia. 2006. *História do Brasil Recente*. São Paulo: Ática, 6ª ed.
- PINTO, Raphaela Giffoni. 2010. *O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agribusiness (1990-2002)*. Niterói: PPGH-UFF (Dissertação de Mestrado).
- SCHLOTTFELDT, C B. 1991. Difusão de tecnologia e extensão rural na Embrapa: reflexões conceituais e praticas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Brasília: 8 (1/3): 98-112.
- www.abag.org.br(acessado em outubro de 2008)
- www.fbds.org.br/img/ppt/doc-164.ppt(acessado em maio de 2010).



GT 7 -Estado e interesses patronais rurais-agroindustriais na América Latina

Fronteira agrícola ou ambiental: perspectivas em disputa

Antonio Cláudio Rabello¹

¹Professor, Doutor na Universidade Federal de Rondônia. E-mail: antonio.rabello@pq.cnpq.br

Resumo

O artigo procura construir uma abordagem teórica para se pensar a fronteira agrícola e suas atuais perspectivas em disputa no cenário amazônico. A partir das discussões construídas em torno do conceito da fronteira amazônica e do processo de expansão sobre a mesma no final dos anos 60, procuramos identificar as contribuições e os limites do conceito de fronteira adotado pelos autores. Mais do que identificar as ações sobre uma região de fronteira, buscamos teorizar sobre a construção do conceito, demonstrando que o mecanismo que constrói a fronteira e denomina uma região enquanto tal é um mecanismo de poder.

Palavras-chave: Amazônia, fronteira, agricultura, desenvolvimento, meio ambiente.



Menos de um ano após a disputa em torno da alteração do Código Florestal, observamos que a ação do capital sobre o bioma amazônico mantém sua marcha. Todavia, um elemento surgido há pouco mais de vinte anos, tenta se colocar como barreira para essa expansão, a saber, a temática ambiental. Observada pelos seus defensores como área a ser preservada, a Amazônia é considerada como uma possibilidade de avanço da fronteira agrícola. Essa disputa em torno da região e de sua função no cenário nacional e internacional possui aspectos que antecedem a própria ação sobre a região: a construção de sua significação.

Utilizando pressupostos teóricos alicerçados em A. Gramsci e em P. Bourdieu, procuraremos ao longo do artigo observar as construções e debates ocorridos em torno do tema. Em seguida, buscaremos debater com os autores e, por fim, construir uma formulação teórica sobre o tema, de modo que nos permita tratar sobre o avanço da fronteira agrícola a partir de outra perspectiva teórica.

O imperialismo e a fronteira amazônica

A tese acerca da ocupação da Amazônia de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (OLIVEIRA, 1993) está baseada no cenário e nas disputas políticas do período militar, bem como o posicionamento desse regime em relação ao capital internacional. A base da sua interpretação é a divisão Internacional do Trabalho e o Imperialismo. A partir daí o autor buscou estabelecer como se deu a construção do imperialismo norte-americano no Brasil, capitaneado pelas indústrias ligadas à área de mineração. Segundo ele, desde o comércio do Brasil com a Inglaterra, passando pela *Itabira Iron Co.*, a relação do Brasil com o mercado internacional foi marcada pelos mandos e desmandos do capital internacional.

No tocante à Amazônia, a visão é a da incorporação ao capital nacional (por ele chamado de testa-de-ferro do capital internacional) ou mesmo diretamente ao capital internacional. Através de relatos de época, quando se constituiu a “Operação Amazônia” (anos 60 e 70), o autor tratou os governos militares como entreguistas – segundo ele, o lema “*o que não entregar-se-á aos Estados Unidos entregar-se-á à União Soviética*”, explicava a ação do governo militar brasileiro -, portanto, a ocupação da fronteira Amazônica foi vista a partir deste prisma. Sendo assim, todos os programas de colonização, de investimentos e de integração, como também todos os órgãos criados, serviam a esta finalidade.



O autor, apesar de centralizar sua análise na ação imperialista na Amazônia, considera os interesses no capital nacional e a forma como este se comportou na Operação Amazônia. Citando a primeira “Reunião de Investidores da Amazônia”, realizada em dezembro de 1966, Oliveira descreveu a frase do ex-Deputado Sérgio Cardoso de Almeida (grande proprietário de terras da região de Araraquara – São Paulo) de forma indignada. O deputado-empresário teria dito “*Ao empresário interessa saber onde pode aplicar o seu dinheiro para ganhar mais dinheiro*”, conforme reportagem do Jornal Folha de São Paulo, de 16 de abril de 1967.

Que tipo de espanto e indignação essa frase poderia ter causado neste autor? A dinâmica de reprodução do capital é justamente essa. Não há como esperar uma atitude benevolente do capital em nenhuma parte do planeta, mesmo que essa parte do mundo seja a Amazônia. Toda e qualquer lógica de investimento de capital na região ou fora dela, teve e terá como pressuposto a possibilidade de reproduzir-se, sempre, de forma ampliada.

O problema e o mérito da construção de Oliveira estão em atribuir aos interesses capitalistas internacionais a ação do capital sobre a Amazônia. O problema consiste em não considerar outras dinâmicas existentes no processo de ocupação da região amazônica, pois deixa de lado as relações presentes na ocupação de terras na Amazônia, como a instalação de pequenos agricultores. Com certeza, o potencial mineral da região poderia chamar a atenção do capital internacional (Cf. GARRIDO FILHA), mas a possibilidade de aquisição de terras (20, 50, 100 ou 250 ha), não representa o anseio do capital internacional. O mérito consiste em não isolar a Amazônia ou o Brasil. A sua tentativa de compreender a região dentro de uma dinâmica da reprodução de capital e a inserção do Brasil e da Amazônia neste cenário foi, sem dúvida, um mérito. Não há como compreender ou propor alternativas para a Amazônia, sejam elas ecológicas ou de desenvolvimento, sem considerar o sistema econômico-político que a circunda.

Amazônia: fronteira aberta, porém controlada

A tese de Otávio Guilherme Velho (VELHO, 1979) está centrada no processo de ocupação das terras ao longo da rodovia transamazônica, durante o Programa de Integração Nacional. Velho comparou o processo de expansão sobre a fronteira no Brasil e o nos EUA, dialogando com teóricos que se debruçaram sobre a temática.



O problema, segundo o autor, é que tanto Moore Jr. como Turner, tentaram relacionar expansão da fronteira americana à democracia. Ao tratar de forma comparada da expansão da fronteira amazônica, nosso autor se vê num dilema. Como pensá-la, então, inserida em um processo de expansão controlado por um estado autoritário?. Seus resultados implicam em contrapor-se às teses de Turner. Ele entendeu a fronteira fechada como mecanismo de controle da classe trabalhadora e construiu uma nova adjetivação para a fronteira amazônica no período: *fronteira aberta, porém controlada*. Ele alertou para o fato de que, mesmo numa fronteira controlada, poderia acontecer o enfraquecimento da subordinação do camponês, o que geraria uma proximidade entre esses camponeses e os *farmers* americanos. Ressaltou, porém, que uma simples aproximação ou comparação não bastaria para identificar igualdades.

Além dessa perspectiva apresentada para compreender a fronteira dentro de um contexto autoritário, Velho ainda aponta uma forma de pensar a fronteira que extrapola a temporalidade do regime autoritário e a Amazônia. Segundo ele, fronteiras podem ser criadas ou fechadas. “É como se fosse criado *um equivalente a uma fronteira*: assim como uma *fronteira* física pode ser fechada por meios sociais, uma espécie de ‘*fronteira*’ pode aparecer onde antes não havia nenhuma, devido a eventos sociais”. (VELHO, 1979. p. 101)

Isso nos permite inquirir se a fronteira amazônica é a criação de uma fronteira a partir de resultados de eventos políticos e de trajetórias, que realizaram a criação de uma fronteira onde não havia nenhuma.

Ele continua.

“Isso nos ajuda a desmistificar a *Fronteira* como tal. De certa maneira não é simplesmente a *fronteira* que produz os efeitos que apontamos, mas algo que ela ‘contém’ e que, como sugerimos no primeiro capítulo, pode apresentar-se com uma ‘face’ diferente alhures.”(VELHO, 1979, p. 101)

Apesar de não tratá-la como um fato pré-estabelecido, o que nos permite pensá-la enquanto construção teórica, ele afirma que a fronteira “contém” algo, o que implica em entendê-la como um fenômeno que pode ser descrito a partir suas características intrínsecas. Essa tentativa de descrever, caracterizar e classificar a fronteira também foi feita por outros pesquisadores.

Amazônia dos brabos e dos caboclos

João Pacheco de Oliveira Filho (OLIVEIRA FILHO, 1979) se apropriou das discussões acerca do tema *fronteira* e estabeleceu um estudo acerca do assunto. Ele buscou estabelecer caracterizar a fronteira, formulando, para isso oito teses.



Em sua primeira tese podemos observar que o autor define a fronteira enquanto elemento conceitual, não empírico. Enquanto conceito é construção, logo, é resultado e não proposição. Todavia é da forma empírica que vem sendo tratada historicamente nas políticas do Estado brasileiro. Ela é resultado de uma construção histórica, que tinha na base a idéia de fronteira e no discurso colonizador a necessidade de se construir a unidade e a homogeneização.

Em sua segunda tese, o autor procura elaborar as bases para pensar a fronteira: a *totalidade* e *heterogeneidade*. Somente a possibilidade de encarar uma região ou uma área enquanto parte de um todo é que possibilita construir a idéia de fronteira, baseando-se na diferença. A pergunta que não está presente é “quem é fronteira para quem?” Se há heterogeneidades que fazem parte de uma mesma totalidade, somente no campo da disputa é que se poderá determinar qual área é a fronteira.

Em seguida o autor constata que para compreender o fenômeno da fronteira não devemos isolar a compreensão da totalidade apenas por um viés. Ao incorporá-la na complexidade existente nas formações sociais locais, pertencentes à totalidade, o autor acentuou o fato de que dinâmicas heterogêneas devem ser compreendidas na sua articulação com o todo.

Foi o isolamento de determinadas classificações genéricas a base para caracterizar a Amazônia e atuar sobre a fronteira. Excluía-se, desta forma, outras possibilidades para se compreender a região. Os planos de desenvolvimento econômico para a integração nacional produzidos a partir do Centro-Sul do país, ou como nos afirmou Ariovaldo Umbelino, a partir de interesses internacionais, tratou a questão da fronteira unicamente a partir do viés econômico, à exclusão de outros. O resultado disso foi percebido durante os anos 80, quando a questão ambiental entrava em cena. Todavia, a atualidade desta tese reside nas leituras, sobretudo daquelas baseadas nas preocupações ambientais, que hoje produzem propostas de intervenção na região. O mesmo defeito de origem se perpetua, ou seja, a análise tem suas cores baseadas em uma perspectiva ecológica, não inserindo este viés no todo. Não a incorpora na complexidade do cenário.

As perspectivas de intervenção, tanto as que pensaram o desenvolvimento ou as mais recentes, que interpõem o viés ecológico, basearam-se numa espécie de “vocação” natural ou empírica para fundamentar a atuação sobre a Amazônia. Num



primeiro momento eram as terras livres, férteis, lugar desabitado e de natureza pujante, devendo ser integrado. Num segundo momento é o *locus* da biodiversidade, a maior reserva de água potável do planeta, etc. Esse olhar que naturaliza a região é também questionado na quarta tese do autor.

Na sua quarta tese, Oliveira Filho nos permite relacioná-la à idéia de produção histórica dos elementos empíricos do conceito e de sua posterior naturalização. A caracterização e a classificação de uma dada região é uma representação construída a partir de um lugar social, logo, de uma dada visão-intervenção no mundo. É resultante de um poder simbólico, associado a uma violência simbólica observada na produção da demarcação.

Ainda em sua quarta tese, afirma:

“Essa complementaridade natural entre regiões está suposta na definição de colonização como ‘ocupação de terras novas’, sendo um componente ideológico fundamental o mito da fronteira aberta. Deixando de lado a sua eficácia ideológica, o desenvolvimento de tais colônias de povoamento coloca para os economistas uma questão mais básica: a de como importar as relações de produção necessárias ao funcionamento do capitalismo na colônia.” (OLIVEIRA, FILHO, 1977, p. 111)

Ao tratar da fronteira como terras novas ou terras livres, estamos diante de uma construção que o autor chama de ideológica. Podemos, da mesma maneira, percebermos que enquanto área a ser preservada, a Amazônia, é resultante de um processo idêntico.

Nas teses finais sobre fronteira, que falam de fronteiras capitalistas, o conceito ganhou um aporte temporal historicamente situado. A temporalidade existente nas últimas teses insere a fronteira na dinâmica capitalista e a ação desta dinâmica sobre a fronteira, o que não deve ser deixado de lado. Todavia, as quatro teses nos servem para pensar a ação sobre a fronteira, isto é, considerando uma área já caracterizada como fronteira.

Fronteira, mais do que um lugar, uma temporalidade

José de Souza Martins (MARTINS, 1997), num emocionante livro acerca da fronteira, nos presenteia com uma leitura diferenciada. Sua trajetória de pesquisa se pautou numa opção metodológica que o levou a atravessar áreas de conflito, vivenciá-los, apaixonar-se por seu objeto, ter paciência com o método e com o tempo e, por fim, o resultado foi uma produção baseada na vivência do conflito nas regiões de fronteira.

Em viagens realizadas pela região da Amazônia Legal, buscando compreender os efeitos do processo de ocupação resultantes dos múltiplos programas de



integração na região, o autor encontrou na convivência com camponeses e indígenas, respostas muito diferentes para o tema de sua pesquisa, pois para essas populações, o *nós* ainda não havia se configurado. Aquele que se apresenta e não é um *chegante*, como Martins nos relata, é apenas um *passante*, ainda é o *outro*. A opção da pesquisa priorizou a compreensão desse outro, que não se considera nós. Ou, como nos diz Martins, sua opção de análise foi procurar estabelecer uma convivência com as *vítimas* da expansão da fronteira, notadamente indígenas e camponeses.

“É na condição de vítima que podem ser encontradas duas características essenciais da constituição do humano, suas fragilidades e dificuldades, numa sociabilidade que parece nova, aparentemente destituída dos automatismos da reprodução social, característicos das regiões de ocupação antiga. Refiro-me a alteridade e à particular visibilidade do Outro, daquele que ainda não se confunde conosco e nem é reconhecido pelos diferentes grupos sociais como constitutivo do Nós.” (MARTINS, 1997, p. 12)

Essa metodologia levou-o a forjar uma teoria acerca da fronteira, que o diferencia dos autores mencionados anteriormente.

“A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam ‘do lado de cá’, um cenário de intolerância, ambição e morte. (...) Já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão ‘do outro lado’, e no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos”. (MARTINS, 1997, p. 10 e 11)

Para ele, a fronteira não é um lugar dado, mas uma criação, cujo resultado fica estampado nos inúmeros conflitos que a constituem. “... A fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*”. (MARTINS, 1997, p. 13)

Essa relação se torna, assim, uma relação de força entre diferentes. O resultado desse conflito (ou mesmo da denominação da fronteira) é a identificação a alteridade. Ao subjugar, domina. Ao explorar, é explorada. Ao viver, morre. A fronteira possui esse caráter *litúrgico e sacrificial*. A imposição de um novo *modus vivendi* implica no sacrifício de outro.

No caso específico da fronteira amazônica, não há como desatrelar sua ocupação do processo de expansão do capital, seja na área de mineração, como afirma Ariovaldo Umbelino, seja por conta da mudança da estrutura agrária no Centro-Sul do país, como nos falou Francisco de Oliveira (1977). A imposição de um *modus vivendi* sobre outro, implica em reconhecer a heterogeneidade dentro de algo que é reconhecido como parte de uma mesma totalidade, como nos lembra João Pacheco.



Não perdendo de vista a totalidade, Martins afirmava que não se produz na fronteira algo propriamente novo, mas o choque entre formações sociais distintas. O resultado deste choque tem como beneficiário o que denomina o *outro* enquanto *outro*, ou seja, a parcela dominante dessa relação.

“... o aparentemente novo da fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, inclusive a escravidão, bases da violência que a caracteriza. As formas arcaicas ganham vida e consistência por meio de cenários de modernização e, concretamente, pela forma dominante da acumulação capitalista, racional e moderna”. (MARTINS, 1997, p. 5)

Ao afirmar que a *“fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”* (MARTINS, 1997, p. 150), Martins não se limitou a pensar em papéis distintos na sociedade presentes na fronteira: o civilizado X o bárbaro; o branco X o indígena; o latifundiário X o camponês. A alteridade que nos chama atenção é a dos tempos distintos presentes na fronteira. Ele afirma: “O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História.” (MARTINS, 1997, p. 151)

Mais do que diferenças culturais, a noção de temporalidade histórica distinta indica um padrão de relações sociais e do homem com o meio, também, distintos. Mas a incorporação do *outro* ao *nós*, através de um processo onde a violência, seja ela simbólica ou física, é parte crucial, tende a diminuir as distâncias temporais. A fronteira só deixa de ser criada e recriada enquanto fronteira, ou inventada aonde não existia, (como diria Velho), na medida que o *outro* se torne *nós*. Nesse sentido, a reflexão de Martins colabora com a nossa formulação.

“A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica do nós. Quando a História passa a ser a nossa História, a História dessa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou.” (MARTINS, 1997, p. 151)

Martins nos faz indagar: qual o lugar da Amazônia na História do Brasil hoje? A Amazônia já se sente como um *“nós”* ou ainda continua sendo um *“outro”*? Que temporalidades atravessam essa relação?

Para responder a essa pergunta buscamos um elemento surgido na década de 70 e que avançou no Brasil nos anos 80: o discurso da sustentabilidade. Ao incorporar esse elemento na avaliação das temporalidades da fronteira, teríamos, então, duas outras temporalidades presentes na Amazônia de hoje: a temporalidade das populações



tradicionais, a temporalidade do desenvolvimento e a temporalidade da sustentabilidade.

Mas em que medida isso significa recriar novas fronteiras?

Ecologismo: crise do modelo de desenvolvimento?

O que fazer com o desenvolvimento local ou para o local, que tanto problema ambiental produziu? Aonde inserir a retórica da sustentabilidade ou do ecologismo? Como desenvolver preservando o ambiente? Serão esses dois elementos (Desenvolvimento e Sustentabilidade) antagônicos? A resposta à última questão me parece afirmativa, sendo assim, as perguntas anteriores perderiam o sentido.

O que se consolidou sobre a idéia de desenvolvimento está historicamente amalgamado ao indicador crescimento econômico. O paradigma de uma sociedade desenvolvida, tal como afirmava Rostow (ROSTOW, 1971), é uma sociedade de consumo de massa. A crescente produção de mercadorias nos conduziu e ainda conduz para um consumo também crescente. Essa análise feita sobre o capitalismo já era apontada por Rosa Luxemburg ao analisar a acumulação capitalista, todavia, a partir de um ponto de vista crítico ao sistema. Segundo ela: “Já que a produção capitalista é consumidora exclusiva do próprio mais-produto, não há nenhum limite para a acumulação capitalista” (LUXEMBURG, 1985. p. 228).

Esse modelo de desenvolvimento sofreu fortes pressões ambientalistas no final dos anos 60. O Clube de Roma alertava para os limites do crescimento, afirmando que o planeta não teria recursos naturais para atender às crescentes demandas produtivas. Tais preocupações foram objeto de discussão na Conferência das Nações Unidas em 1972 (Estocolmo), onde era apontado que um dos causadores dos problemas ambientais era a miséria e a falta de uso de tecnologias adequadas no terceiro mundo. Como produto dessas discussões um novo modelo de desenvolvimento foi forjado pelo Relatório Brundtland, o Desenvolvimento Sustentável. Retirava-se do centro da discussão os rumos da produção capitalista de mercadorias e qualquer referência ao nome *capitalismo*.

A luta ecológica, que surgiu como crítica à sociedade de consumo passou a fazer parte da mesma. O mundo do pós-guerra era o mundo do fracasso da humanidade. A sociedade ocidental produziu guerras que mataram milhões de pessoas. Produziu uma bomba capaz de aniquilar cidades inteiras. Produziu o genocídio, a violência e a possibilidade de destruição do planeta, seja por poderio bélico ou por atividade industrial. A ameaça ao meio ambiente passava a fazer parte do discurso que



questionava a sociedade ocidental e seus valores. O Ecologismo foi engolido e adequado para não se alterar o processo produtivo. O Desenvolvimento Sustentável era a resposta para continuar produzindo e salvar o planeta, ao menos em teoria.

O conceito enquanto crise

Mais do que um novo paradigma, este conceito emergiu de uma crise. As manifestações pacifistas e ambientalistas dos anos 60, que contribuíram para incorporar no sentido de desenvolvimento a idéia de desenvolvimento limpo, legaram para nós duas temporalidades.

A primeira temporalidade diz respeito ao mundo que se abominava, pois produzira guerras, bombas atômicas, holocausto, miséria, fome e destruição da natureza. O mundo industrial que não servia não foi retirado de cena, como tampouco a idéia de desenvolvimento que o fazia mover. Ao atrelar o conceito de desenvolvimento ao de progresso e crescimento econômico, tinha-se como pressuposto para o desenvolvimento a mesma lógica do capital, ou seja, a de uma acumulação ampliada, que incorpora continuamente novos espaços ou novas tecnologias. Desenvolvimento, então, faz parte de uma temporalidade e racionalidade moderna.

A outra temporalidade diz respeito ao termo sustentável. Surgido enquanto alarme para os rumos do crescimento, ou mesmo negação de um modo de vida consumista. A defesa do meio ambiente e seu corolário, a idéia de sustentabilidade, são marcos de um pensamento que produziu lutas localizadas, descrente da possibilidade de uma teoria holística do social. Temos então um choque entre temporalidades numa mesma equação: Desenvolvimento (moderno) e Sustentável (pós-moderno).

Qual a implicância disto para a compreensão, ou mesmo execução, de políticas baseadas neste princípio, que já nasce em crise? A contínua impossibilidade de praticá-lo em escala macroeconômica, como já nos alertava Bertha Becker. “Coloca-se, assim, em questão o conceito de desenvolvimento sustentável baseado em práticas de pequena escala, que não parecem capazes de potenciar o desenvolvimento regional nem presente nem futuro”. (BECKER, 1995. p. 54).

O resultado disto são soluções políticas também contraditórias. Se retomarmos o projeto “Avança Brasil”, observaremos que ao mesmo tempo em que se determinava a imperativa necessidade de controlar o avanço sobre a Amazônia e a sua devastação, o programa apontava para a também imperativa necessidade de investimentos que são acusados de causar degradação. Convém lembrar, que ambas



iniciativas recebiam o significativo nome de *Desenvolvimento Sustentável*, denominado por Bertha Becker como uma verdadeira *caixa-preta*. O conflito é inerente à História, entretanto, a contradição estava na gênese do conceito de Desenvolvimento Sustentável e continua nas tentativas para a sua aplicabilidade através de políticas de Estado. Vejamos:

Amazônia uma nova fronteira para a luta ambientalista

Uma das alterações produzidas recentemente, causada pela incorporação do elemento ambiental no discurso do desenvolvimento, foi o estabelecimento de novas diretrizes para o uso da terra. A Amazônia, um dos principais objetos de preocupação dos ambientalistas, voltou à cena e tornou-se objeto de disputa pela sua significação.

O crescimento da produção de soja no cerrado brasileiro e a sua importância macroeconômica na balança comercial produziu mudanças no cenário da Amazônia Meridional. Podemos citar três alterações significativas: 1) a penetração do plantio de soja na Amazônia Meridional; 2) a demanda pela construção de rodovias para o escoamento da produção e; 3) a efetivação da hidrovía madeira-amazonas. Os três empreendimentos são caríssimos para os defensores do desenvolvimento, ao passo que significam um retrocesso para os defensores da floresta.

Outros instrumentos para o desenvolvimento da região têm sido objeto de disputas entre elementos da sociedade civil (via ONGs), que defendem o meio ambiente, os indígenas e populações tradicionais (ribeirinhos e seringueiros) e os defensores de desenvolvimento econômico local (madeireiras, pecuaristas, agricultores, etc). A construção das hidrelétricas do rio Madeira é apontada por esses últimos como investimento necessário para o desenvolvimento regional. O ponto de vista defendido por grupos ambientalistas entra em conflito com as demandas para o desenvolvimento, pois o investimento produzirá impactos profundos na floresta e no modo de vida de populações do entorno.

Nesse sentido, temos o cenário desenvolvimentista, que significa o avanço sobre a antiga fronteira agrícola, e temos o cenário ambientalista, que ao defender a floresta e seus povos, propõe a construção de uma nova fronteira, mas em sentido inverso.

A Fronteira Volátil

O conceito de fronteira ganhou ao longo do tempo adjetivos e significações diferenciadas: fronteira aberta, fronteira fechada, fronteira incerta, fronteira controlada,



etc. Todas essas re-significações têm por característica comum, independentemente de quem as tenha formulado, alterar a visão anterior em pelo menos um aspecto: a fronteira não demarca simplesmente limite entre um Estado nacional e outro, demarca o limite entre um estado de coisas e outro; entre determinadas características (econômicas, sociais, políticas, etc.) e outras; entre uma região e outra. Estabelecemos assim nossa primeira tese sobre a fronteira: **A fronteira marca a diferença entre duas ou mais regiões. O lado de lá da fronteira é o lugar do diferente.**

Portanto, mais do que simplesmente considerarmos a fronteira como um dado, devemos considerá-la como um produto político. Ou seja, fruto de um processo histórico, que tem sua origem no campo do poder e/ou no campo intelectual. Vivemos tal produção da diferença durante o período militar, quando a questão regional e das fronteiras internas, bem como os desníveis entre o centro-desenvolvido e a periferia-dependente, ganhou novos contornos. Tratava-se de viabilizar um desenvolvimento nacional hierarquizado, buscando fortalecer as trocas inter-regionais. A discussão das fronteiras internas fincava-se em um patamar apolitizado (DINIZ e BESSA FILHO, 1995).

Os pressupostos, que marcaram a ação do Estado na fronteira nas décadas de 70 e 80 já estavam estabelecidos anteriormente. O que poderia ser apontado como um problema, na verdade não se constituiu em entrave, pois não havia como se pensar a fronteira para a expansão sem a referência a um contexto envolvente, a saber, a *questão nacional*, que era traduzida por Segurança Nacional e Integração Nacional.

Para que um conceito sobre fronteira possa se tornar efetivamente fecundo para o momento atual, observado como um conceito produzido no campo do poder e/ou intelectual, é preciso deixar de ver a fronteira simplesmente a partir do seu produto, devendo buscá-la no produtor. Ou seja, naqueles que buscaram identificar as distinções empíricas entre os dois lados da fronteira, quando, primeiramente, deveríamos perguntar: quem opera tal distinção? Pois, quem diz algo, o diz de algum lugar (econômico, político, cultural, etc.), possuindo *capital simbólico* para tanto. Logo, ao concebermos tal conceito a partir de sua produção histórica, situada em algum lugar do campo do poder e/ou intelectual, chegamos à nossa segunda tese: **a fronteira, ou melhor, a idéia de fronteira é, antes de mais nada e apenas uma representação**, na medida em que a existência física dela é também produto de construção simbólica.



Ao ser “recortada”, a fronteira e os seus limites, obedecem, supostamente, aos limites do meio físico, o que, por seu turno, é uma de suas formas de representação. No entanto, a fronteira ao consolidar-se enquanto resultado de uma nomeação, que distingue o interior do exterior, cria e separa, ao mesmo tempo, identidades regionais diferentes. Distingue, em nosso caso, o “*ser da fronteira*” daquilo que não o é. Logo, mais do que uma simples descontinuidade física, a definição do *limes*, conduz-nos, compulsória e simultaneamente, a diferenciações econômicas, políticas e culturais que a caracterizam enquanto diferente, homogeneizando em seu conjunto os elementos característicos de sua identidade regional.

Desta forma, a região de fronteira, se entendida como uma representação histórica, situada no palco da disputa pela delimitação legítima, torna visível e perpetua a existência tanto do que nomeia (por ser portador de uma forma de poder) quanto do que é nomeado (por identificar-lhe a forma de estar no mundo). Essa modalidade de representação é fruto de um processo de poder e violência simbólica, fundamentada nos termos de Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1989). A representação, assim constituída, será mais eficaz, quanto mais ignorada enquanto violência. O poder de enunciar será mais eficaz, quanto mais ignorado como manifestação de poder. Dessa forma, podemos compreender as ações para o desenvolvimento (políticas de integração) e para a sustentabilidade (proposições com base no problema ambiental) com representações e como violência, pois ambos construíram representações com o intuito de validar suas ações com base num processo de violência simbólica, construindo uma dada imagem de Amazônia e uma significação para a mesma, que justificavam a sua ação.

As políticas para o desenvolvimento inventaram o vazio demográfico, o risco para a segurança nacional, o eldorado, a necessidade de conhecer o território e suas riquezas, produzindo assim uma representação de fronteira. Já as políticas para a sustentabilidade inventaram o pulmão do mundo, a biodiversidade, o seqüestro de carbono, o maior manancial de água potável do mundo, o que, em contrapartida, acabou por produzir uma nova representação para a mesma fronteira, o que implica, necessariamente, em construir a fala legítima e a conseqüente adoção de medidas para efetivar políticas públicas para a fronteira.

A enunciação dos limites fronteiriços tende, dependendo do capital simbólico de quem nomeia, a uma maior ou menor eficácia na construção da fala hegemônica. Entretanto, uma representação, formulada a partir de um determinado



poder simbólico, sustentada pelo capital simbólico que *acumulou*, não se esgota em si. Uma representação tem um trajeto que não se inicia nela e nem se esgota no mesmo lugar. A *representação* para ser eficaz depende, sobretudo, da *apropriação* da enunciação como uma válida explicação de mundo (ignorada/reconhecida) para que possa criar formas de estar no mundo. Poderíamos dizer de outra maneira, a representação, para concretizar seu *ciclo*, deve comandar atos e construir o mundo social. A construção de representações, dentre elas a de fronteira ou regiões de fronteira, obedece à mesma lógica de produções simbólicas, que parece estar afastada do mundo social, no entanto, é formulada para a ação no mundo.

A localização das lutas pela delimitação legítima, portanto, só fará sentido se transpusermos o nível das *trocas* simbólicas, e alçarmos vãos para a *produção* simbólica. Teríamos, então, na produção do conceito *fronteira* uma disputa de significados, que faz parte também do momento de produção. O resultado disto é que teríamos uma fronteira, inventada a partir do embate entre os diversos agentes com *capital simbólico* suficiente para lutar pelo seu "*consumidor*" e pelo seu produto. Logo, a produção do conceito e da ação necessária sobre a fronteira é capaz de fundamentar as razões para a efetivação de políticas públicas. Um exemplo disso pode ser dado quando se consolidou a idéia de que a Amazônia era um *vazio demográfico*, logo, área apta a receber migrantes e necessitando de integração. Uma terra sem homens para homens sem terra, como propagandeava o slogan.

Mas é preciso que seja pontuado que as enunciações sobre a fronteira não foram produzidas na região nomeada enquanto tal. Neste ponto chegamos à nossa terceira tese: **a fronteira é demarcada, por ser entendida como diferente e por não estar enquadrada ou assimilada à visão de mundo hegemônica do enunciador.**

Se a região de fronteira é delimitada a partir do modelo dominante, o poder de demarcá-las deve ser compreendido e assimilado enquanto um discurso legítimo, levando a uma ação concreta no mundo, e ainda, de alguma maneira, servir ao modelo dominante, como pudemos verificar na ação para o desenvolvimento da Amazônia. Em um texto acerca do tema *região*, balizado pelo conceito de Poder Simbólico, Pierre Bourdieu discutiu a criação de uma separação regional.

“A etimologia da palavra região (regio), tal como a descreve Emile Benveniste, conduz ao princípio da di-visão, ato mágico, quer dizer, propriamente social, de diacrisis que introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre regiões do espaço, mas também entre as idades, os sexos, etc.). Regere fines, o ato que consiste em ‘traçar as fronteiras em linhas retas’, em separar ‘o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o



território nacional do território estrangeiro', é um ato religioso realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o *rex*, encarregado de regere sacra, de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade, de pré-dizer no sentido de chamar ao ser, por um dizer executório, o que se diz, de fazer sobrevir o porvir enunciado.”(BOURDIEU. 1989. p. 13 e 14)

De imediato, notamos uma forma diferente de perceber a região, descreve-a como um produto. Se é produto de uma formulação, ela não é fixa e nem, necessariamente, física, podendo ainda sugerir disputas em torno da demarcação, delimitação e utilização da região, que vai muito além das margens de qualquer rio ou de qualquer montanha que apareça como marco divisório (o que é absolutamente arbitrário), porém, perfeitamente compreensível, se buscarmos a motivação que determinou tal fronteira. Precisamos perceber quem é o elemento fundamental nessa demarcação: quem é o *Rex*, que, de acordo com Bourdieu, tem o poder de demarcar as regiões? Buscando a resposta em sua própria argumentação, o *Rex*, deve ser alguém investido com poder simbólico para impetrar tal violência. Não se trata de relacioná-lo, pura e simplesmente à figura do Rei ou ao Estado, em sentido estrito.

A incorporação do conceito gramsciano de Estado Ampliado e da forma como se dá a construção da hegemonia, nos permite situar a historicidade de construção da idéia de fronteira. Nesse sentido, a manutenção da idéia de desenvolvimento é resultado da construção hegemônica realizada na segunda metade do século XX, da mesma forma que a incorporação da sustentabilidade é resultado de uma operação semelhante, se bem que de forma secundária, pois as pressões da sociedade civil, parte do Estado Ampliado Gramsciano, construíram o adjetivo, sem, entretanto, conseguir modificar o substantivo.

A invenção da fronteira e das políticas públicas lá adotadas, seja para o desenvolvimento ou para a sustentabilidade, pode ser compreendida a partir da construção da hegemonia-ditadura de um grupo sobre o restante da sociedade. É necessário que percebamos o papel deste grupo dentro do processo social, considerando-se também a participação no processo produtivo. A partir da identificação do grupo hegemônico podemos estabelecer como este articula suas políticas para a manutenção de sua hegemonia. Foi desta forma, que o conceito de sustentabilidade adentrou as políticas de desenvolvimento para a Amazônia e, hoje, o ambiente é alvo intenso de disputas no interior do Estado. O Estado assume então, para além de um monopólio da coerção física legítima, uma face que extrapola a clausura da institucionalidade. Ao considerá-lo de forma ampliada — sociedade civil e sociedade política, com diferentes grupos na disputa pela fala hegemônica. É assim que



perpassam, neste mesmo Estado, agências nacionais e internacionais, que estabelecem pressões para a mudança de rumos nas políticas ambientais e, em particular, na ação do Estado na Amazônia.

A representação da fronteira, como área a ser ocupada, apresenta-se como uma dessas construções. Tanto mais eficaz será a definição de fronteira, formulada por intelectuais orgânicos com capital simbólico suficiente para tal, quanto maior for o poder de direção (enquanto aparelho privado) de quem o formula. Se tal representação for elaborada a partir do Estado (aqui em sentido restrito), mais possibilidade terá de ser apropriado pelos diversos segmentos da sociedade civil e produzir práticas políticas e sociais, pois o grupo que o produziu, como detentor da hegemonia, tem a capacidade de extrapolar a particularidade de sua visão de mundo (seja pela direção, seja pela dominação).

Se a representação de uma fronteira é produzida ou apropriada pelo Estado (o que também é possível), tal construção simbólica recebe um aporte de capital simbólico considerável, sendo capaz de gerar ações sobre o mundo de maior envergadura.

Como vimos no princípio deste trabalho, as representações sobre a Amazônia, ou, apropriando-me de Bakhtin (BAKHTIN, 1990), as significações sobre a Amazônia se alteraram ao longo do século XX. Tais alterações não foram aleatórias, são frutos de visões de mundo e de interesses, que se expressaram no plano do Estado. Isto acabou por conduzir o Estado a agir sobre o meio. Um exemplo disto pode ser percebido nas ações para o desenvolvimento e para a sustentabilidade, que tratamos nesse trabalho. A incorporação da defesa do ambiente tem força política, porém ainda é secundária. Todavia, a Amazônia tem sido *locus* de programas de desenvolvimento e principal bioma sendo defendido pelos partidários da sustentabilidade ambiental. Isto tem conduzido políticas na e para a região.

Se considerarmos que a construção da direção é histórica e se considerarmos que as relações de força e a capacidade de mudança podem ocorrer, podemos supor que as teses sobre a sustentabilidade ambiental possam tornar-se prioritárias. Perceber a Amazônia como objeto central dessas disputas, poderia implicar em uma reconfiguração da fronteira já ocupada. Ao observarmos as mudanças propostas para a alteração do código florestal, vemos em ação o resultado preliminar dessas possibilidades. Se as alterações no bloco do poder nos conduzirem para novas representações, apropriações e



políticas de desenvolvimento para a região da fronteira, podemos sugerir nossa quarta tese: **a delimitação da fronteira é volátil, logo, a fronteira é volátil.** . Ou seja, pode diluir-se no ar, ao sabor dos interesses em jogo da disputa pela hegemonia e pela significação.

Resta-nos ver qual será o resultado dessas ações e pressões políticas sobre a Amazônia. Aquilo que era o *diferente* sofreu intervenções para tornar-se *igual* (parte de um único todo, apesar de possuir papel distinto na divisão territorial do trabalho). A alteração de uma visão de mundo desenvolvimentista para outra que transforme a defesa ambiental na ordem do dia pode indicar, que ao tornar-se igual, ficou perigoso e não desejado. Não há como antecipar os resultados, mas, nos próximos anos, veremos se a Amazônia ainda é o *outro* ou já é o *mesmo*.

Referências

- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BECKER, B. K. ; MIRANDA, M. e MACHADO, L. O. *Fronteira Amazônica: Questões sobre a gestão do território*. Brasília: UNB/UFRJ, 1990.
- BECKER, B. K. *A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia*. In: CHRISTOFOLETTI, A., Becker, B. K., DAVIDOVICH, F. R., GEIGER, P. P. (Orgs.) *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995. P. 47-64.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- DINIZ FILHO, L. L. e BESSA, V. C.. Território e Política: as mutações do discurso regionalista no Brasil. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 8, nº 15, p, 27-37, 1995, Jan-Jun.
- GARRIDO FILHA, I. *O projeto Jari e os capitais estrangeiros na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LUXEMBURG, R. *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARTINS, J. S.. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- OLIVEIRA FILHO, J. P. O caboclo e o brabo. In *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 11. 1979. P. 101-140
- OLIVEIRA, A. U de. *Amazônia: Monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Ed. Papirus, 1993.
- OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1979.



GT 7 -Estado e interesses patronais rurais-agroindustriais na América Latina

Hegemonia em ação: interesses patronais e extensão rural no Brasil (1948-1975)

Pedro Cassiano Farias de Oliveira¹

¹Mestrando/Programa de Pós-Graduação em História/UFF/pcfo@hotmail.com

Resumo

Esse trabalho, que é fruto de uma pesquisa ainda em fase de desenvolvimento, consiste numa apresentação da convergência entre os interesses patronais e o projeto de extensão rural através da análise das similitudes verificadas entre a ideologia extensionista, sua implantação/desenvolvimento e o projeto hegemônico junto ao Ministério da Agricultura. Pretendo também discutir a atuação de José Irineu Cabral, como diretor executivo, excelente exemplo de intelectual orgânico responsável pela fase mais intensa da instituição.

Palavras-chave: Extensão rural, entidades patronais, Estado



Introdução

A Extensão Rural no Brasil foi fruto da correlação de forças de múltiplos níveis vigentes na História rural brasileira entre as décadas de 1940 e 1970. Em sua concepção vemos latente a hegemonia norte-americana junto à América Latina no período do pós-guerra, a qual foi exercida, sobretudo, por meio de acordos bilaterais de cooperação tecnológica com os governos dos países ditos subdesenvolvidos. O programa *Ponto IV* no governo Truman (1945-1953) e o Escritório Técnico Brasil - Estados Unidos (ETA), criado em 1954 são apenas exemplos das inúmeras parcerias firmadas entre Brasil e Estados Unidos pela via da influência tecnológica¹ como estratégia política de dominação cultural perpetrada pelo próprio governo estadunidense, ajudando os países latino americanos a se desenvolverem, adotando como modelo a sociedade americana. No caso brasileiro, o campo será um dos principais alvos dos acordos, pois era considerado um dos setores econômicos mais atrasados do Brasil.

Desde os primeiros passos do Extensionismo em território nacional houve a negociação entre empresas americanas e o governo brasileiro, uma vez que *Nelson[Rockefeller] esperava fundar uma indústria de fertilizantes como parte do projeto maior de trazer para o Brasil o modelo agrícola do Meio-Oeste americano.*²

Em 1948, numa fazenda em Santa Rita do Passa Quatro, de responsabilidade da *American International Association* (AIA) instituição de Rockefeller, Marcos Pereira, engenheiro agrônomo brasileiro, juntamente com Walter L. Crawford, engenheiro norte-americano, aplicaram métodos da Extensão estadunidense para melhorar a produção regional de leite. Essa empreitada foi financiada pela própria AIA. Em dezembro do mesmo ano houve convênio firmado entre Rockefeller e o então governador de Minas Gerais, Milton Campos, criando a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). A equação era simples: crédito brasileiros e norte-americanos, mais técnicas norte-americanas com o único intuito de “assistir” aos pequenos produtores mineiros. “*Os homens de Rockefeller estabeleceram uma estratégia política. (...) Enquanto isso, o grupo forneceria fertilizantes produzidos nos EUA para aumentar o interesse dos fazendeiros e testar o mercado para futuras encomendas*”.³

A estratégia deu certo. Poucos anos depois, em 1956, o Extensionismo ganhou projeção nacional com a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

¹ MENDONÇA, Sonia Regina de. Relatório para o CNPq, 2010, p. 30.

² COLBY, Gerard & DENNET, Charlotte, *Seja Feita a Vossa Vontade*, Rio de Janeiro, Ed. Record, 1998, p. 250.

³ Idem, p. 251.



(ABCAR), financiada por entidades privadas e públicas. Essas atividades são o resultado da reorientação das agências norte-americanas nos anos 50 no sentido de redefinir o conceito de Educação Rural voltando-o para práticas assistencialistas e de “educação para o trabalho”, com a preocupação constante de fomentar a organização de “comunidades rurais”, organizadas em cooperativas com interesses estritamente econômicos.⁴

O sonho da versão brasileira da “marcha para o Oeste” no interior do Brasil foi bem sucedido, pois o Extensionismo contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Pequenos agricultores de subsistência, sem contar com grandes agroindustriais brasileiros, seriam introduzidos no mercado norte-americano de insumos agrícolas e, nesse processo, estabelecia-se uma dependência, em todos os sentidos, do capital internacional, desde o crédito, até a venda no mercado, passando pela compra de tecnologia.

Devemos sempre lembrar que as iniciativas estadunidenses não eram realizadas sem o respaldo da classe dominante nacional. Nesse sentido, as iniciativas de Rockefeller encontraram campo fértil junto ao patronato brasileiro. Portanto, cabe aqui a pergunta: que projeto de desenvolvimento nacional se coadunava ao projeto norte-americano? Essa pergunta norteará a discussão ao longo do artigo.

SNA e SRB entidades patronais a serviço do desenvolvimento

Com o objetivo de viabilizar os projetos ditos modernizadores, foram criadas entidades de cunho civil, que materializavam os discursos em prol dos projetos das classes dominantes agrárias. Assim surgiu a SNA, em 1896 – representando as frações de classe dominante agrária não paulistas e a Sociedade Paulista de Agricultura (SPA) – posteriormente, a Sociedade Rural Brasileira, (SRB) em 1919 – representando predominantemente o patronato agroindustrial paulista.

Ainda na Primeira República (1889-1930) ocorreram disputas no interior Dessas próprias frações de classe com seus respectivos projetos de desenvolvimento. O exemplo mais acirrado desse conflito, cuidadosamente estudado por Sonia Regina de Mendonça, foi a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) –

⁴ MENDONÇA, Op. Cit. Sonia Regina de. Relatório para o CNPq, 2010, p. 30



posteriormente chamado apenas de Ministério da Agricultura⁵. Em sua pesquisa, Mendonça mostra as estratégias e práticas da SNA para tentar inscrever seus portavozes junto aos aparelhos do Estado restrito. Essa entidade patronal percebia a importância da criação de um ministério para garantir seus interesses, enquanto a SRB adotava uma postura teoricamente mais liberal, conservando, portanto, o discurso da não intervenção do Estado na economia. Assim, a criação do MAIC personificaria uma vitória da SNA⁶.

Na década de 1950 a Extensão Rural no Brasil pode ser vista, também, como fruto da hegemonia dessa fração de classe. Foi mais uma das ações do Ministério da Agricultura que completava o projeto de desenvolvimento da agricultura defendido pela SNA. A tabela extraída das fontes mostra a rápida expansão das Associações de Crédito e Assistência Rural (ACARs) nos Estados brasileiros:

QUADRO I

Instituição/Estado	Ano de Fundação
ACAR – Minas Gerais	1948
ANCAR – Pernambuco, Bahia, Ceará	1954
ANCAR – Paraíba e Rio Grande do Norte	1955
ASCAR – Rio Grande do Sul	1955
ACARPA – Paraná	1956
ACARESC – Santa Catarina	1956
ACARES – Espírito Santo	1957
ACAR- RJ – Rio de Janeiro	1958
ACAR – Goiás	1959
ANCAR – Sergipe	1962
ANCAR – Alagoas	1963
ACAR-MA – Maranhão	1963
ACARMAT – Mato Grosso	1965
ACAR-PA – Pará	1965
ANCAR-PI – Piauí	1966
ACAR-AM – Amazonas	1966
ACAR- DF – Brasília	1967

Fonte: LOPES, Renato Simplício **Evolução conceitual da extensão rural no Brasil**. Minas Gerais, EMATER, s.d., p. 2-3.

Analisando esse quadro nos deparamos com uma importante constatação: A ausência do Estado de São Paulo. Na verdade desde a primeira experiência realizada neste Estado, empresas privadas incumbiram-se dos serviços de Extensão Rural.

⁵ MENDONÇA, S. R. de. **Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos**. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2007, p. 22.

⁶ MENDONÇA, S. **O ruralismo brasileiro**. São Paulo, Hucitec, 1997.



Somente em 1967 São Paulo criou a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, ligado a sua Secretaria de Agricultura e Abastecimento.⁷

Nesse sentido, o patronato paulista não perdia o foco da Extensão Rural, nem o deixava a cargo do Ministério da Agricultura, instituição RESPONSÁVEL PELO EXTENSIONISMO, através da ABCAR, desde 1956, nos demais estados da federação. Mesmo negligenciando a organização a nível federal do Extensionismo, a Extensão Rural em São Paulo possuía uma abrangência considerável em termos de seus serviços. “Em 30 agosto de 1958, estavam registradas no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, 1.500 Associações Rurais, a maior parte delas concentrando-se em Minas Gerais (221), São Paulo (173), Ceará (105) e Rio Grande do Sul (100)”⁸ Temos, então, com a exclusão da ação da ABCAR no Estado de São Paulo, um claro exemplo de resistência intraclasse dominante às políticas agrícolas veiculadas pelo Ministério da Agricultura. Por outro lado, temos a confirmação da durável hegemonia norte-americana via Extensionismo Rural.

“Pedro e Manoel”: a ideologia extensionista na prática

A lógica veiculada pela Extensão Rural no Brasil desde o início da criação da ABCAR, em 1956, procede de um projeto de desenvolvimento para o campo atrelado ao aumento da produtividade via inserção de tecnologia. O discurso veiculado pela ABCAR era o da inevitabilidade da industrialização para o desenvolvimento do país. Paralelamente, a agricultura deveria modernizar-se, pois não poderia contar com o contingente demão-de-obra, pois a indústria forçava o êxodo rural. Para a aquisição dos insumos e maquinarias que aumentariam a produção fazia-se necessário o crédito rural, aliado a uma atividade de Extensão Rural que ensinaria o agricultor a utilizar as novas técnicas agrícolas.

Com efeito, a atividade Extensionista produziu um diagnóstico da questão agrária brasileira muito ligado a questão do “atraso” da zona rural em comparação com o progresso das “cidades”, para reforçar o argumento da modernização via aquisição de tecnologia. O censo de 1950 registrou que a maior parte da população brasileira - 63,8% - vivia na zona rural. Em contrapartida, 3% das propriedades ocupam uma área de

⁷ PEIXOTO, Marcos. Extensão Rural no Brasil-uma abordagem histórica da legislação, textos para discussão 48, Brasília, outubro 2008, p. 22.

⁸ Idem, p. 17.



62,35% do território brasileiro⁹, o que significa dizer que a concentração fundiária era uma realidade constatada pelos próprios extensionistas. Contudo, a forma de utilizar esses dados norteou os argumentos de desenvolvimento da pequena propriedade sem a necessidade de alterar a estrutura fundiária, pois deslocava-se a importância da concentração de terras, transferindo a “culpa” para o pequeno produtor, cuja falta de investimentos em tecnologia redundava em baixa produtividade. *“Não evidenciam, assim, como a maioria das outras propriedades, nenhuma absorção de progressos técnicos. Em sua exploração são usados métodos primitivos, obsoletos e anti-econômicos.”*¹⁰

A distorção dos dados é tão grande que em diversos trabalhos ocorre uma comparação entre o desenvolvimento do campo norte-americano e o possível desenvolvimento do campo brasileiro. Sustentou-se que para a modernização da economia era necessário industrializar-se retirando a mão-de-obra das zonas rurais, onde se encontrava a “reserva de trabalhadores”. Assim, o campo, inevitavelmente, deveria ficar com o menor contingente de trabalhadores em relação aos demais setores produtivos, tal qual aconteceu nos EUA.

Durante esse período, [desenvolvimento econômico dos EUA] a mão-de-obra teve aumentada a sua produtividade de tal maneira que, apesar de ter caído a 13% do total da nação, esta hoje tem à sua disposição uma quantidade tal de produtos agrícolas, que suas sobras constituem um problema político-econômico¹¹

No trabalho de Geraldo Machado e José Ribeiro – extensionistas da ACAR de Minas Gerais – sobre o Crédito Rural Supervisionado, os personagens “Pedro e Manoel” são exemplos ideais de uma bem-sucedida modernização da agricultura, aliada à industrialização do país:

Suponhamos que esses homens sejam dois irmãos – Pedro e Manoel – donos de uma pequena propriedade, minifundiária, que tenha como principal fonte de renda o alho, Manoel, mais novo e ambicioso, cansado de tão baixa renda, emigra para a cidade e vai trabalhar na indústria, que lhe paga mais.

Pedro, coitado, só poderá cultivar um quarto de hectare e assim a produção de seu sítio cai pela metade.

Mas acontece que alguém empresta a Pedro dinheiro para comprar algumas máquinas simples e uma pequena bomba de irrigação. E não só lhe empresta dinheiro, como também lhe ensinam a se utilizar desses implementos, que ele

⁹ Esses dados foram tirados de estudos sobre o crédito agrícola. Detalhe que a publicação da documentação faz parte de uma edição entre a SIA – Serviço de Informação Agrícola, o ETA – Escritório Técnico Brasil e Estados Unidos e a ABCAR. ABCAR. **Crédito Rural Supervisionado no Brasil: reunião de trabalhos de técnicos da ABCAR e suas filiadas**. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1960, p. 14-18.

¹⁰ Idem, p. 17.

¹¹ Idem, p. 25.



nunca tinha visto. Pedro, não só pode substituir seu irmão na faina diária, como também pode aumentar sua área de trabalho e por consequência sua produtividade.

O exemplo dado para o alho, é verdadeiro para toda e qualquer outra cultura, valendo pois para a agricultura em geral, onde a melhoria de técnicas de trabalho pode substituir com vantagem o braço humano, que se deslocar para a indústria, pelo aumento que traz na produção.

Perguntamos agora: ‘O êxodo rural é um mal?’

- Sim, se não aumentarmos a produtividade do meio rural.¹²,

Desde sua implantação o Crédito Rural foi muito importante na prática de Extensionismo. Ele pode ser considerado como suporte econômico da Extensão Rural, pois por seu intermédio financiava-se a compra de insumos e maquinaria oferecidos e alardeados pelos extensionistas. Esse aspecto era tão importante que a própria documentação revela um conflito interno às agências de Extensão sobre a forma como se forneceria tal crédito. Duas propostas foram correntes para viabilizar esse crédito: a primeira, forjada pelos técnicos das filiadas estatais do Nordeste, era o Crédito Rural Supervisionado (CRS), cuja filosofia estava baseada no caráter mais “social” do crédito, dando o “sustento” e a “garantia” ao agricultor.

A segunda era o Crédito Rural Orientado (CRO), idealizado pelos Extensionistas do Sul e Sudeste do país, mais preocupados com o direcionamento do crédito exclusivamente para a compra de insumos e maquinaria. A meta da produtividade estava mais enraizada nesse modelo de Crédito. Ambas as modalidades coexistiam, com o predomínio do Crédito Rural Supervisionado. Contudo, a partir de 1966, esta última modalidade seria praticamente extinta, predominando o crédito orientado¹³.

Já a história “harmônica” narrada pelas próprias fontes emanadas da extensão rural através de seus agentes/intelectuais extensionistas ou dos dirigentes da ABCAR e da EMBRATER não pode ser absorvida sem a devida contextualização entre discursos e práticas extensionistas. Para verificarmos o discurso Extensionista, devemos levar em conta os documentos produzidos pelas instituições para sabermos então o que falam de si próprios e o que pensam sobre si mesmos.

Uma afirmação importante a ser feita é que o Extensionismo nasceu subordinado ao Crédito Rural. A iniciativa de Rockefeller estava estritamente ligada ao financiamento dos agricultores para a compra de insumos agrícolas de suas empresas. Podemos perceber sua importância pelo próprio nome das agências encarregadas do

¹² Idem, p. 25.

¹³ PATRICK, George F.. **A ABCAR como instrumento da política de desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro, IPEA, 1970, p. 13.



Extensionismo (ACAR e ABCAR) que, nesse momento, possuíam o “crédito” e não a Extensão como prioridade.

A documentação que veicula mais intensamente esse discurso produtivista é posterior a 1959. No período anterior, apesar do surgimento de diversas filiadas pelas regiões do Brasil, não houve qualquer sistematização por parte da ABCAR em realizar estudos, treinamento de Extensionistas e organização de um plano de ação tal como realizado a partir de 1959. Vemos ainda que a legislação sobre o financiamento da instituição é datada de 1961, quando o governo federal garantiu o *status* da Extensão Rural como “bem público” e um financiamento de 60%, enquanto outras fontes, fossem públicas ou privadas, financiariam o restante¹⁴.

Intelectuais Orgânicos no extensionismo

Não sou nada. Nunca serei nada./Não posso querer ser nada./ À parte isso,
tenho em mim todos os sonhos do mundo.
(Poema Tabacaria – Fernando Pessoa)¹⁵

É com esse pequeno poema de Fernando Pessoa que José Irineu Cabral inicia seu livro “*Sol da manhã*” que conta a história da pesquisa agropecuária no Brasil que culminará, teleologicamente, na criação da EMBRAPA. Contudo, José Irineu Cabral está longe de ser “nada”, como alude o poema. Desde 1950, ele está inserido no Ministério da Agricultura tendo exercido desde a chefia do gabinete do Ministro, até o cargo de Diretor de Agricultura no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Essa trajetória, como poucos, esteve imbricada a sua grande participação como Diretor-executivo da ABCAR no período de 1959 a 1966. É possível afirmar que a Extensão Rural efetivamente se nacionalizou, em consonância com a política agrícola brasileira, a partir de sua gestão.

A lacuna documental do período anterior à gestão de Irineu Cabral pode ser explicada pela inexpressiva projeção do trabalho da ABCAR. Mesmo após dois anos de pesquisa, ainda é impossível resgatar dados sobre os dirigentes da entidade anteriores a Cabral, bem como documentos que viabilizem compreender a atuação da ABCAR nesse momento. Esse vácuo de informações e o repentino turbilhão de documentos a partir da

¹⁴ Decreto 50.622 de maio de 1961 que reconheceu a ABCAR e suas filiadas como órgão de colaboração do governo no desenvolvimento rural. Decreto 50.632 de maio de 1961 que declarou a ABCAR e suas filiadas como entidade de utilidade públicas entrando, portanto, no financiamento do governo federal.

¹⁵ CABRAL, José Irineu. **O Sol da manhã**. Brasília, UNESCO, 2005, p. 6.



gestão de Irineu Cabral não nos deixa completamente no silêncio histórico. A meteórica ascensão da ABCAR pode estar ligada ao capital político que Cabral trouxe para a instituição ao assumir sua direção. Ele saiu da direção do Serviço de Informação Agrícola, após nove anos a sua frente, um dos maiores serviços que o Ministério da Agricultura detinha naquela época.

Além disso, suas ações junto à ABCAR revelam uma reorganização/centralização administrativa da instituição, além do estímulo a uma visão mais “produtivista”:

A Reunião, iniciada com a presença do Diretor-Executivo da ABCAR, teve caráter informal. O Sr. José Irineu Cabral, nesse primeiro contato com o pessoal de chefia administrativa, reportou-se à necessidade das Filiadas estabelecerem, de modo racional, métodos e processos administrativos, tal como ocorre com o pessoal técnico em Extensão e Crédito Rural Supervisionado que, periodicamente, vem discutindo suas experiências e adotando a desejada uniformidade em seus trabalhos¹⁶

Pensando nessa linha, destaco José Irineu Cabral, intelectual orgânico da SNA inserido no Ministério da Agricultura semi-hegemonizado por essa entidade. Mesmo não sendo ainda possível provar um vínculo direto entre Irineu Cabral e a SNA¹⁷, não podemos desconsiderar sua participação na ABCAR como um marco para a direção da instituição, pois a partir de 1959, ano do seu ingresso como diretor-executivo, é possível perceber as diferentes ações do Extensionismo no rumo de um viés mais produtivista e centralizador. Não é demais lembrar que de junho a dezembro de 1963, Cabral também seria chefe de gabinete do Ministro Oswaldo Lima Filho¹⁸. Nesse período, o projeto de Extensão Rural foi extremamente conveniente, convergindo com as propostas da própria SNA de dinamizar a produção valorizando e aglutinando o pequeno produtor a esse processo. A SNA enfatizava a educação para o trabalho, fixando o trabalhador rural no campo¹⁹ sendo esse o projeto hegemônico no Ministério da Agricultura.

Na trajetória do Extensionismo é possível apontar a ligação entre a ABCAR e o principal sindicato patronal rural, a Confederação Nacional da Agricultura – CNA²⁰.

¹⁶ ABCAR. *I Reunião do Pessoal de Chefia Administrativa do Sistema ABCAR*, de 10 a 19 de agosto, Rio de Janeiro, ABCAR, 1959, p. 7.

¹⁷ A única referência encontrada de José Irineu Cabral e a SNA, foi sua condecoração com a “Medalha Mérito Fernando Costa, publicada na revista da instituição *A Lavoura* de nov./dez. de 1973.

¹⁸ LIMA FILHO, O. *Política Brasileira 1945-1990* – uma visão nacionalista. São Paulo, Paz e Terra, 1993, p. 174.

¹⁹ MENDONÇA, 2007, *Op. Cit.*

²⁰ RAMOS, C.. *Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. Tese, Niterói, 2011.



Durante todo o período de existência da ABCAR não houve grandes mudanças na configuração da Diretoria como mostra o quadro abaixo:

QUADRO II

	1956-1959	1959-1966	1966-1974	1974-1975
Presidente	João Napoleão Andrade	João Napoleão Andrade	João Napoleão Andrade	Ewaldo Saramago Pinheiro
Vice-Presidente	Ewaldo Saramago Pinheiro	Ewaldo Saramago Pinheiro	Ewaldo Saramago Pinheiro	
Secretário Executivo	Aloísio Monteiro C. Campelo	Aloísio Monteiro C. Campelo / Marcos Carvalho Pereira	Aloísio Monteiro C. Campelo	Orlando de Almeida Albuquerque
Diretor-executivo		José Irineu Cabral		

As decisões administrativas eram tomadas por uma Junta Governativa, sua composição reforça os indícios dos interesses patronais em jogo, pois além do Presidente, Vice-Presidente e do Secretário-executivo da ABCAR, faziam parte da mesma, representantes do Ministério da Agricultura e da Educação, do Banco do Brasil, e todos os secretários-executivos dos serviços estaduais. Após o golpe militar em 1964, foi acrescida a mesma um representante do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural – INDA e da própria CNA²¹.

Não podemos esquecer ainda que tanto João Napoleão Andrade, Ewaldo Saramago Pinheiro, irão fazer parte da diretoria técnica da própria CNA. O quadro abaixo mostra a Diretoria da ABCAR no período de sua existência:

QUADRO III

Nome:	Biografia
João Napoleão de Andrade	Mineiro, fazendeiro. Primeiro presidente da ACAR de Minas Gerais de 1951 a 1971 e presidente da ABCAR de 1956 a 1973, saindo do cargo em virtude de saúde. Diretor do BNCC e primeiro diretor-geral do Serviço Social Rural. Coordenador do crédito agrícola junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Diretor técnico da CNA de 1964 a 1966. Durante 17 anos foi Diretor Superintendente da Sociedade Industrial Rodelvim Andrade. Amigo pessoal de Juscelino Kubitschek. Diretor da carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil no período de 1966 a 1969. Ganhador da medalha do Mérito Agrícola em 1963 concedida pela SNA.
Ewaldo Saramago Pinheiro	Fluminense, pecuarista, advogado e professor, vice-presidente da Abcar e presidente da ACAR-RJ, membro da Junta Governativa da respectiva entidade, além de ser suplente. De 1964-1966 foi Presidente, Federação Fluminense das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris e Diretor vogal da CNA de 1977 a 1982

²¹ OLINGER, G. *Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil*. Florianópolis, EPAGRI, 1996.



	além de ser suplente da diretoria de 1967-1970; 1976-1982. Foi também membro fundador da União Democrática Nacional (UDN) no Rio de Janeiro, vice-presidente da UDN no mesmo estado, deputado estadual pela UDN e pela ARENA e deputado federal do Rio de Janeiro pelo PDS em 1983.
Aloísio Monteiro Carneiro Campelo	Secretário do Ministro da Agricultura em 1946. Chefe do Departamento Administrativo da Abcar no período de 1958 a 1966, nesse mesmo ano foi nomeado secretário executivo da Abcar onde permaneceu até 1973. Recebeu a medalha do Mérito “Ministro Fernando Costa” em 1978.
José Irineu Cabral	Pernambucano, bacharel em Direito, Economista, pecuarista; diretor do Serviço de Informação Agrícola (SIA) do Ministério da Agricultura (1950-54); Diretor-executivo da ABCAR (1959); diretor do Escritório Técnico de Agricultura Brasil - Estados Unidos (ETA) em 1961-62; diretor-executivo do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (Acida), em Washington, DC, da USACBD, FAO, OEA, Cepal-IICA (1964-1965); Consultor em Missões do Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); sócio e dirigente da ABCZ (Associação Brasileira de Gado Zebu) ¹ A única referência encontrada de José Irineu Cabral e a SNA, foi sua condecoração com a “Medalha Mérito Fernando Costa”, publicada na revista da instituição <i>A Lavoura</i> de nov./dez. de 1973.

Mesmo proclamando na documentação que a ABCAR era uma instituição sem fins lucrativos e essencialmente técnica, ela não foge as disputas de interesse dentro do jogo político e dos interesses patronais no período de sua existência.

Declínio do Extensionismo

A partir de 1966, novas regras para a Extensão Rural foram propostas e acarretaram numa mudança em sua orientação produtivista. José Irineu Cabral sai da diretoria-executiva e a ABCAR passa a ser gerenciado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), vinculado ao Ministério da Agricultura²². Com isso, a ABCAR perde autonomia para gerir e administrar suas filiadadas, bem como se enrijecem seus gastos, a serem ser pré-aprovados pelo INDA e depois pelo Ministério da Agricultura.

No primeiro governo militar a ABCAR consegue dar continuidade ao seu projeto elaborado no plano quinquenal em 1960. A diretoria não é alterada, apesar da mudança dos Ministros da Agricultura – Oswaldo Lima Filho sai da liderança da pasta em abril de 1964, poucos dias depois do golpe militar, para a entrada de Arnaldo Lopes

²² Decreto 58.382 de 10 de Maio de 1966.



Süssekind e posteriormente a troca de mais dois ministros somente naquele ano. Contudo, a documentação oficial da ABCAR não demonstra qualquer mudança expressiva na orientação DE SUAS PRÁTICAS.

Essa continuidade pode ser atribuída à postura assumida pela ABCAR e solidamente edificada de ser uma instituição de caráter técnico. Os quadros de dirigentes e funcionários da própria ABCAR demonstram que sua maioria era de Extensionistas ou outros profissionais que fizeram carreira na própria entidade, ou com alguma especialização em Economia Rural ou Agronomia. Isso supostamente reforçava o caráter “apolítico” da agência.

O golpe civil-militar em 1964, a instabilidade política que se seguiu ao longo dos anos 60-70 são sinais claros de uma reorientação dentro do próprio Ministério da Agricultura no período. A SNA perdia cada vez mais espaço dentro da pasta SRB e para a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), criada em 1969, devido à modernização e especialização da agricultura no país²³. Nesse caso, o desmoronamento progressivo que a ABCAR passou a sofrer parece estar diretamente ligado ao caráter político que eles tanto queriam negar. Portanto, a troca do modelo de desenvolvimento rural junto ao Estado restrito seria resultado da crise de hegemonia sofrida pela SNA dentro do Ministério da Agricultura, deixando o pequeno produtor de ser o foco dessa política pública que se voltaria, doravante para o empresário rural produtivo racionalizado, sobretudo médios e grandes proprietários.

A ABCAR foi primordial para o avanço da difusão do uso de insumos agrícolas junto aos agricultores. Contudo, a especialização da agricultura e os novos rumos do agronegócio demandavam nova instituição, que possuísse mais dinamismo que a ABCAR, com uma menor demanda de energia em ações sociais. Mesmo com a ação Extensionista em constante crescimento, o desenvolvimento da agricultura, sobretudo de mercado interno, ainda não era suficientemente satisfatório. O projeto de cooperativização, que será posteriormente defendido pela própria instituição, foi num primeiro momento uma nova frente de articulação da organização agrária que estava surgindo.

No Plano de Trabalho de 1974, ano de sua extinção, é possível verificar um tom de preocupação com os investimentos pulverizados entre as entidades:

²³ MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2010, p. 116.



Em virtude de alteração introduzida pelo Ministério da Agricultura, em 1973, quanto à entrega de recursos, que passou a ser feita diretamente às Filiadas, mediante ajustes, além de reduzidos, a presente proposta orçamentária consigna apenas os recursos destinados à ABCAR, enquanto que, para o Sistema, somente registra contribuições da SUVALE, SUDENE, FUNABEM e UNICEF, destinadas a projetos específicos.²⁴

Uma das ações do próprio Ministério da Agricultura que viabilizou essas transformações e indicou uma nova correlação de forças vigente em seu seio, foi a Comissão de Alto Nível, estudada por Sonia Regina de Mendonça²⁵. Em sua composição havia não só funcionários de carreira da Pasta, como também representantes do agronegócio e de empresas privadas²⁶. A avaliação de um redirecionamento na pesquisa agropecuária afetou o Extensionismo uma vez que a mediação deveria ocorrer entre, agora, não mais somente pequenos proprietários, já que os médios e grandes também foram incluídos na esfera de atuação da instituição.

A Extensão Rural passou a sofrer críticas internamente sendo considerado um modelo de ação pouco dinâmico. Saneamento básico e economia doméstica não eram assuntos relevantes para a nova dinâmica empresarial que o agronegócio estava imprimido no campo brasileiro, com o surgimento dos chamados Complexos Agroindustriais (CAIs)²⁷.

Em 1974 deu-se, então, sua completa extinção e logo no ano seguinte surgiu, das cinzas da ABCAR, uma “Empresa” de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) que, aliada a “Empresa” Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), imprimiriam novos rumos à modernização rural, indicando novo capítulo na história agrária do Brasil.

Referências Bibliográficas

ABCAR. **I Reunião do Pessoal de Chefia Administrativa do Sistema ABCAR**, de 10 a 19 de agosto, Rio de Janeiro, ABCAR, 1959.

ABCAR. **II Reunião do Pessoal de Chefia Administrativa do Sistema ABCAR**, de 25 a 29 de setembro, Rio de Janeiro, ABCAR, 1962.

²⁴ ABCAR. **Proposta orçamentária para 1974**. Brasília, ABCAR, 1974, p. 1.

²⁵ MENDONÇA, Op. Cit., p. 45-46.

²⁶ A Comissão era presidida por Ivo Torturella, com os seguintes integrantes: Mozart Liberal, Salomão Aranovich, Otto Lira Schreider, Plínio Cordeiro Molleta, Antonio Secundino São José, Cilbas Vieira e Carlos Arnaldo Krug.

²⁷ Idem, p. 25.



- ABCAR. **Crédito Rural Supervisionado no Brasil: reunião de trabalhos de técnicos da ABCAR e suas filiadas.** Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1960.
- ABCAR. **Plano de Atividades, 1968.** Rio de Janeiro, ABCAR, 1967.
- ABCAR. **Plano de Atividades, programação 1971.** Rio de Janeiro, ABCAR, 1970.
- ABCAR. **Plano de Atividades, programação 1974.** Rio de Janeiro, ABCAR, 1973.
- ABCAR. **Plano Diretor Quinquênio 1961-1965.** Rio de Janeiro, 1960.
- ABCAR. **Proposta orçamentária para 1974.** Brasília, ABCAR, 1974
- EMBRATER. **Trinta anos de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil 1948/1978.** Brasília, Embrater, 1978.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.** Ed. UNICAMP, São Paulo, 1992.
- BIANCHI, A.. “Gramsci e a Ciência política italiana” in: SEMERARO, G. Oliveira, M. M., SILVA, P. T., LEITÃO, S. N.. **Gramsci e os movimentos populares,** Niterói: EdUFF, 2011.
- _____. **Laboratório de Gramsci.** São Paulo, Alameda, 2008.
- BURAWOY, M.. “Tornando a dominação durável: Gramsci encontra Bourdieu”. **O marxismo encontra Bourdieu.** São Paulo, EdUnicamp, 2011.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- CABRAL, José Irineu. **O Sol da manhã.** Brasília, Ed. UNESCO, 2005.
- COLBY, G. e DENNETT, C.. **Seja feita a vossa vontade.** Rio de Janeiro, Record, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere,** vol. I, II e III. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2000.
- _____. **Escritos políticos,** vol. II. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2004.
- LIMA FILHO, O.. **Política Brasileira 1945-1990** – uma visão nacionalista. São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- LOPES, Renato Simplício. **Evolução Conceitual da Extensão Rural no Brasil,** Minas Gerais, EMATER, s.d.
- MARX, Karl. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. In: **Coleção os pensadores,** Ed. Abril Cultural, Rio de Janeiro, 1974.
- MENDONÇA, S. R.. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990,** STEDILE, João Pedro (org.). São Paulo, Expressão Popular, 2006.



_____. “A dupla dicotomia do Ensino Agrícola no Brasil”. In: Revista **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 1, 2006.

_____. **Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (1944-2005)**. Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq em 2007.

_____. “Estado e Sociedade”, In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **História pensar e fazer**. Rio de Janeiro, Ed. Lab. Dimensões da História, 1998.

_____. “Estado, Violência simbólica e metaforização da cidadania”. In: **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 94-125.

_____. **O Patronato Rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2010.

_____. **O ruralismo brasileiro**. São Paulo, Hucitec, 1997

OFFE, C. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis, EPAGRI, 1996.

OLIVEIRA, M. M.. “As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil”. In: **Cadernos de ciência e tecnologia**, Brasília, v. 16, n.2, maio/ago. 1999.

PATRICK, G. F. **A ABCAR como instrumento da política de desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro, IPEA, 1970.

PEXOTO, M.. **Extensão rural – uma abordagem histórica da legislação**. Brasília, Centro de estudos da Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008.

RAMOS, C.. **Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)**. Tese, Niterói, 2011

RODRIGUES, C. M.. **Estado e seletividade de políticas públicas: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil**. Tese de Doutorado, Brasília, UnB, 1994.



O Impedimento ao real desenvolvimento: a tessitura territorial promovida pela ação de Políticas Públicas Agrárias subservientes a agroindústria em Alagoas

Ricardo Santos de Almeida¹
Cirlene Jeane Santos e Santos²

¹ Graduado em Gestão de Pequenas e Médias Empresas pela Faculdade Alagoana de Administração (FAA) e Graduando Geografia Licenciatura na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) onde é aluno pesquisador no Laboratório de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (LEADT).

E-mail: ricardosantos@iband.com.br

² Professora Doutora em Geografia pela Universidade Federal de São Paulo (USP) e é docência dos cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado da UFAL e Coordenadora do LEADT. E-mail: cirlene.ufal@gmail.com

Resumo

Este estudo enfatiza as transformações ocorridas no Espaço Geográfico alagoano entre as décadas de 1980 e 2010 sob protagonismo das agroindústrias canavieiras, que receberam incentivos principalmente de capitais estatais para se modernizar e consequentemente reestruturar a sociedade. Esta reestruturação pautou-se nas legislações de nível nacional que incluem desde a minimização da queima da cana-de-açúcar à redução do uso da mão de obra frente à crescente mecanização, principalmente em áreas planas de tabuleiros no estado de Alagoas. Para tal análise foram enfatizadas as leituras sobre o processo de territorialização do capital estrangeiro em Alagoas que desencadeou de modo processual implicações socioespaciais, o impacto causado pela extinção do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), a lavratura em Alagoas do “Termo de Transação do Indébito da Cana Própria” em 1988 e a extinção do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA). Ainda foram analisados os materiais bibliográficos que analisam os investimentos da máquina pública favorecendo as estratégias competitivas do setor agroindustrial canavieiro que permearam fatores como a modernização buscando a maior lucratividade; o comportamento do agronegócio a nível brasileiro; e o fortalecimento do setor agroindustrial canavieiro alagoano, através de investimentos em novas tecnologias, sob influência do poder político de algumas famílias oligárquicas. São enfatizadas a (re)organização espacial sob égide do modo de produção capitalista tendo como base principal se refere às categorias de análise da ciência geográfica, enfatizando as relações entre Homem, Firms – território usado – e Meio Ecológico. Também foram utilizados para subsidiar a pesquisa os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas (SINDAÇÚCAR-AL) a fim de ressaltar como a difusão do meio técnico-científico-informacional influencia na potencialização da produtividade do setor e sua consequente lucratividade contrapondo-se às necessidades socioespaciais das populações. Os fatores mais evidenciados na pesquisa se remete a reflexão das relações de produção estabelecidas, o processo de modernização no campo alagoano e as “novas” relações de trabalho que surgem no bojo desse processo, uma vez que a agroindústria canavieira alagoana direciona as estruturas político-ideológicas.



Palavras-chave: Agroindústria Canavieira, Relações de Produção e de Trabalho, Meio técnico-científico-informacional.

Introdução

As relações entre capital e Estado não podem ser previamente estabelecidas e tampouco generalizadas, pois se deve levar em consideração as especificidades que as envolvem, desde as diferenciações dos lugares às dinâmicas contraditórias do modo de produção capitalista, principalmente no atual período – globalização – que envolve a difusão do meio técnico-científico-informacional. Neste recorte tempo-espacial há uma maximização do capitalismo financeiro, uma vez que neste o capitalista necessita de contatos imediatos, a fim de identificar demandas, estipular áreas produtivas e a produção em si, bem como, dinamizar as formas de escoamento – logística – ao longo dos anos sob investimentos oriundos das bolsas de valores, por exemplo.

O atual modelo neoliberal adotado pelo Estado brasileiro impõe à sociedade a continuidade do modelo colonial agroexportador a fim de atender as necessidades dos países e agentes hegemônicos.

Neste estudo são identificadas inúmeras especificidades oriundas das relações capitalistas de produção enraizadas ao longo da Formação Econômico-Social alagoana condicionando a persistência do latifúndio canavieiro – tendo o engenho como simbologia máxima metamorfoseada em usinas e destilarias – que persistem estruturando-se enquanto redes nos âmbitos político e econômico concentrando e favorecendo o status de algumas famílias que concentram o capital e regem o passado, o presente e futuro do estado, freando ou redirecionando a inserção de outras atividades econômicas e tecnologias. Para a compreensão deste processo em curso partiremos da análise do setor agroindustrial canavieiro nos últimos trinta anos entrelaçando relações de trabalho e inserção de tecnologias sob intervenção do Estado brasileiro.

A retroalimentação do poder dos usineiros não se dá somente a partir do “aparelhamento” do estado alagoano, estes também criam e fortalecem seus tentáculos na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) a partir de fomentos em pesquisas que consistem no desenvolvimento de novas variedades de cana-de-açúcar a fim de melhorar a produtividade e expandir as áreas de produção. Além disso, deleitam-se nas estruturas de poder político e ideológico condicionando a cultura do medo, mantendo em pleno Século XXI uma sociedade com feições conservadora e coronelista.

Inclusos neste processo produtivo estão inclusos 91.000 trabalhadores dependentes da agroindústria canavieira que estão/estarão à margem do processo de modernização do setor. Como condicionante e reflexo da redução gradual do número de trabalhadores está o Decreto Federal n. 2.661 de 08/07/1998 que estabelece restrições sobre o emprego de fogo e seu ordenamento legalizado. Partindo do pressuposto que alguns estados brasileiros possuem desde 2006 legislações específicas sobre a redução gradual da queima da palha da cana nota-se que Alagoas ainda não possui algo concreto e específico restringindo-se a parcerias entre as usinas e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) envolvendo desde programas de sustentabilidade e conservação de áreas a controlar queimadas em áreas próximas a 40 metros às margens das rodovias. A grande resistência dos usineiros a aderirem a esse procedimento esta relacionada ao fato dos trabalhadores rurais fazerem parte de seus currais eleitorais, o que coaduna com a estrutura e as relações promiscuas estabelecidas na sociedade em questão.



O Estado e o Agronegócio: Relação promíscua em Alagoas

Ao longo da Formação Econômico-Social, o Estado Brasileiro intervém no que hoje se impõe como agrohídronégócios, sejam através de empréstimos, incentivos, equilíbrios de mercado ou até mesmo neste contexto a compra da produção de grandes proprietários de terras.

Para a compreensão deste processo desigual de investimentos do Estado no setor sucroalcooleiro torna-se necessária uma análise de como se desencadeou e esfarelou os Programas Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (PLANALSUCAR) criado em 1973 e Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) criado em 1975 como alternativa à crise financeira mundial causada pelo aumento no preço dos produtos originados de petróleo regido pela Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), impactando toda a economia mundial. De início o Proálcool financiava a construção e modernização das destilarias e como resultado de estudos desenvolveu junto à indústria automobilística a utilização do álcool em veículos automotivos utilizando a proporção de 20% de álcool junto à gasolina e em momento posterior, condiciona as indústrias automobilísticas a produzirem automóveis que utilizem cada vez mais a produção de álcool hidratado, expandindo cada vez mais não só os canaviais, mas introduzindo a extração de álcool também a partir de mandioca/macaxeira sob participação de pequenos proprietários de terra. Até o final da década de 1970 tendo como suportes os programas PLANALSUCAR e PROÁLCOOL a inovação tecnológica no campo brasileiro tornou-se cada vez mais vantajosa aos agroindustriais canavieiros alagoanos, uma vez que, através de investimentos em melhoramentos genéticos totalizou-se entre 1977 e 2010 o quantitativo de noventa e cinco novas variedades de cana-de-açúcar.

Com o decréscimo do preço dos derivados do petróleo em 1989, tornou o projeto inversamente proporcional ao seu surgimento enquanto alternativa. Sendo assim, do mesmo modo que houve expansão no número de usinas e destilarias houve também o decréscimo dessas. Como alternativas os usineiros em todo o Brasil, visando a flexibilização da mão-de-obra iniciam a redução das vilas de trabalhadores, assim como em vez de vinculá-los diretamente, promoveram de modo ascendente o aumento do número de contratos temporários. Este movimento foi fruto da expansão dos canaviais e inserção tecnológica que metamorfoseou substituindo ou reestruturando o território enquanto instância de poder:

- O DNA das variedades genéticas da cana-de-açúcar – as “turbinando”;
- O repensar o processo de produção, circulação e destino final, incluindo o reaproveitamento do vinhodo;
- A luta por melhores condições de trabalho.

O setor sucroalcooleiro foi regulamentado em 1933 constituindo o Instituto do Açúcar e Alcool (IAA). O IAA se esfarelou no início da década de 1990 não apenas pela redução do preço do petróleo pela OPEP, mas também por favorecer sob incentivos financeiros devedores vorazes com estruturas microeconômicas neoclássicas condicionantes de relações econômicas capitalistas abertas. O lucro extraordinário adquirido dos investimentos fortaleceu o seletivo grupo de empresários sob ação e influência do Estado que os continua entregando melhores infraestruturas. Esse



movimento redirecionou a agroindústria canavieira alagoana dependente deste instituto a gerar novas articulações entre campo-cidade.

Em 1991 foi criada como parceria entre universidades de iniciativa privada a Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro (RIDESA), onde ao longo de onze anos, das novas variedades, apenas 19 foram desenvolvidas junto à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e contrapondo-se a este movimento pouco foi investido em pesquisas, acompanhamentos e assistências técnicas incentivando a pequena produção agrícola.

Ao passo que as tecnologias são difundidas a partir da abertura econômica no Brasil, enfatiza nossa observação sobre o movimento tempo-espacial, que não configura a atividade agroindustrial canavieira enquanto ciclo econômico, mas sim dependentes da conjuntura tempo-espacial desencadeada pelos preços, que atualmente são resultantes de investimentos em bolsas de valores no atual capitalismo financeiro. Outros fatores que se destacam, segundo Vian são “os conflitos entre fornecedores e usinas, sazonalidade da produção, falta de usos alternativos para a cana-de-açúcar, dentre outros” (VIAN, 2003. p. 23), incluso neste os fatores naturais e legislativos que fomentam ao setor a aplicação de investimentos de capitais em tecnologias a fim de não apenas a introdução de novas variedades, mas também de reestruturar-se através de outras atividades econômicas.

No que se refere ao contexto alagoano, observa-se que mesmo o setor sucroalcooleiro obtendo lucro extraordinário, podendo beneficiar a população através do pagamento de impostos, eis que surge a verdadeira face destes empresários com a aprovação do Termo de Transação do Indébito da Cana Própria³. Arbage (2003) explica bem essa situação em cadeia que envolveu o estado alagoano entre a década de 1990 e 2000 com a minimização de investimentos da máquina pública em si e na população maximizando a:

Falta de emprego implica falta de renda; falta de renda implica a retração do consumo; retração do consumo implica menor produção; menor produção implica menor arrecadação de impostos; menor arrecadação de impostos implica menores gastos do governo; menores gastos do governo implicam menor nível geral da atividade econômica; menor nível de atividade econômica implica menos emprego; e assim sucessivamente. (ARBAGE, 2003. p. 50).

A cana-de-açúcar é o principal produto da economia alagoana, sendo Alagoas o maior produtor de cana/tonelada, açúcar e etanol da Região Nordeste, em especial ao que corresponde à safra 2009/2010.

Quanto à expansão da área cultivada pela cana, que outrora se restringia apenas às mesorregiões Leste Alagoano e Agreste Alagoano fortaleceu o grupo de empresários e ainda persiste predominando em influência político-ideológica em cinquenta e quatro municípios. Hoje, com o avanço tecnológico torna a atividade sucroalcooleira cada vez mais presente em todo o território alagoano (ver tabelas 1 e 2). Sendo assim, mesmo expandindo-se e lucrando cada vez mais, o seletivo grupo de empresários, mesmo pós Termo de Transação do Indébito da Cana Própria (entre 1988-2001) impulsiona Alagoas a (re)produção dos piores Índices de Desenvolvimento Humano do Brasil (IDH).

TABELA 1
Relação Área colhida e Valor da Produção de Cana-de-açúcar (Brasil e Alagoas) em valores Hectare/Mil Reais por mesorregiões alagoanas entre os anos de 1990 e 1999 segundo a Produção Agrícola Municipal.

Brasil e	Ano
----------	-----



Mesorregião Geográfica	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Brasil	4.322.299	4.241.352	4.224.561	3.953.047	4.359.200	4.638.281	4.830.538	4.881.648	5.049.953	4.975.189
Valor da produção (mil reais)	843.583.746,50	4.047.158.046,25	5.531.741.166,50	874.156,99	3.186.114	4.127.665	5.093.647	5.854.697	6.060.685	4.892.181
Sertão Alagoano – AL	365	319	420	560	340	317	210	210	210	90
Valor da produção (mil reais)	19.302,25	101.103,75	2.502.225,00	66,53	306	281	198	331	198	61
Agreste Alagoano – AL	12.542	11.344	10.570	8.254	11.020	11.279	10.858	10.605	9.964	10.539
Valor da produção (mil reais)	1.525.378,25	8.390.937,50	96.231.863,75	1.307,56	9.132	9.998	9.602	10.656	11.243	8.741
Leste Alagoano – AL	548.310	479.420	436.939	313.691	427.167	438.150	421.168	441.425	451.999	441.643
Valor da produção (mil reais)	67.598.951,75	351.153.418,00	4.102.335.968,50	54.485,15	338.973	388.390	380.604	484.723	554.868	518.905

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática (2011). Adaptação: Ricardo Santos de Almeida.

TABELA 2
Relação Área colhida e Valor da Produção de Cana-de-açúcar (Brasil e Alagoas) em valores Hectare/Mil Reais por mesorregiões alagoanas entre os anos de 2000 e 2009 segundo a Produção Agrícola Municipal.

Brasil e Mesorregião Geográfica	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	4.879.841	5.022.490	5.206.656	5.377.216	5.633.700	5.815.151	6.390.474	7.086.851	8.210.877	8.756.576
Valor da produção (mil reais)	6.652.318	8.683.720	11.540.275	12.288.334	12.149.902	13.148.658	17.653.323	19.080.325	20.650.551	23.990.924
Sertão Alagoano – AL	60	73	74	74	65	74	84	100	117	123
Valor da produção (mil reais)	68	194	482	344	228	314	378	445	670	816
Agreste Alagoano – AL	10.693	11.258	10.420	9.361	12.645	11.559	11.011	11.199	12.409	12.409
Valor da produção (mil reais)	15.925	17.833	19.984	17.259	22.527	22.863	23.969	25.762	32.961	35.863
Leste Alagoano – AL	451.159	446.272	427.485	406.484	410.515	395.155	391.158	399.536	421.474	421.473
Valor da produção (mil reais)	718.209	810.427	784.648	816.128	844.841	805.952	888.452	950.936	1.175.999	1.271.921

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática (2011). Adaptação: Ricardo Santos de Almeida

A cultura da cana-de-açúcar e o impedimento da diversificação econômica em Alagoas

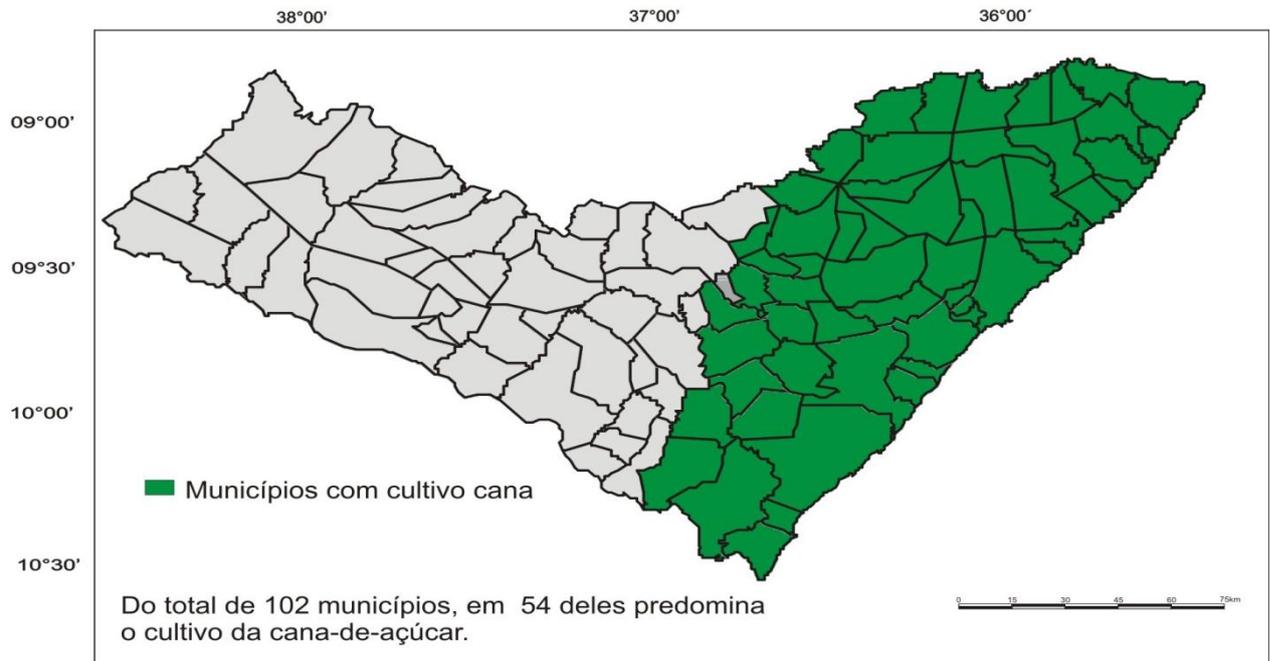
Dos 102 municípios alagoanos, 54 cultivam cana-de-açúcar, correspondendo a aproximadamente 453 mil ha (ver mapa 1). Alagoas ocupa o quarto lugar no ranking nacional, e primeiro na Região Nordeste, em produção da tonelada/cana, configurando-se como um dos maiores produtores de cana, açúcar e álcool exportando produtos para os Estados Unidos da América. Possui atualmente em seu território 23 usinas e 20 destilarias. A participação da indústria canavieira na economia do estado atinge 45%. As outras atividades com contribuição significativa são o turismo, com 23%, a indústria alimentícia, com 20% e a de química e mineração, com 12%.

No contexto da formação socioeconômica alagoana, a atividade comercial surge lado a lado com a cana, nas casas comerciais e barracões, já a inserção industrial, segundo PEIXOTO & LIMA JÚNIOR (2006), ocorreu em 1857, com a Companhia União Mercantil, em Maceió, beneficiadora de algodão. Motivada pela crise no setor canavieiro, expandiu-se na década de 1880, com a abertura de novas fábricas, além de impulsionar a construção de ferrovias,



facilitando o transporte não apenas para as beneficiadoras de algodão, mas principalmente das pessoas.

MAPA 1.
Municípios em que predomina o cultivo da cana-de-açúcar 2010 - Alagoas.



Fonte: IBGE. Elaboração LEADT.

Em 1914, no atual município de Delmiro Gouveia, é inaugurada a Companhia Agro-Fabril Mercantil, atual Fábrica da Pedra S/A Fiação e Tecelagem, por Delmiro Gouveia, exportando carretéis de linha para países da América do Sul inicialmente, sendo salva em 1992 por um grupo de “usineiros” que a comprou.

Com a descoberta do petróleo em 1957 a PETROBRÁS instala em Maceió a primeira torre de perfuração, funcionando posteriormente ao poço de Jequiá da Praia, e motivados pela ausência de investimentos desloca-se na década de 1970 seus escritórios para Sergipe. E mesmo possuindo seis Distritos Industriais, a lógica contraditória capitalista da hegemonia da oligarquia usineira, impede a inserção de empresas de grande porte em Alagoas, tornando o lugar desvalorizado para o crescimento de empresas capitalistas, que não só utilizariam espaço físico, como descartaria a mão-de-obra local por esta ser desqualificada para desempenhar atividades complexas.

Os Distritos Industriais estão localizados em: Marechal Deodoro às margens da BR 424 km 12. O Distrito é destinado ao setor Químico, e administrado por uma empresa de capital privado, a Companhia Alagoas Industrial (CINAL); Maceió o Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante, situado em Maceió, no Tabuleiro dos Martins, BR 104 km 12, é administrado pela Associação das Empresas do Distrito (ADEDI); Arapiraca às margens da rodovia AL 115 km 5, atualmente comporta indústrias de refrigerantes, cereais, resina e plásticos; Pilar, em Chã do Pilar, às margens da BR 316. Rio Largo, situado a 27 km de Maceió, está no Tabuleiro da Mata do Rolo às margens da BR 104; Murici, às margens da BR 104, esse distrito possui uma área de 150.000 m², dividido em duas glebas, A e B, com lotes medindo entre 500 m² e 2000 m², para atrair empreendimentos à prefeitura de Murici dotou o núcleo industrial de leis de incentivos fiscais, lei de tributação simples (micro e pequenas empresas), redução e/ou isenção de impostos municipais de acordo com a capacidade empregatícia de cada empresa e inserção de empresas no Programa de Desenvolvimento Industrial de Alagoas (PRODESIN).



Todos os Distritos Industriais estão ociosos, considerando a sua capacidade de ocupação, a cada nova gestão no Governo do Estado, um novo e mirabolante projeto ou programa é estruturado, mas a efetivação dos mesmos, com a captação de novas indústrias e empresas visando o dinamismo econômico do estado nem sempre sai do papel. O município de Murici é o que apresenta melhor dinamismo, fruto dos incentivos que ofereceu, conseguiu atrair pequenas e médias empresas.

Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), Instituto Brasileiro de Turismo é o nome atual desse departamento de turismo, que teve as suas diretrizes reformuladas a partir de 2003 com a criação do Ministério do Turismo. Via o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE I e II), programa de crédito para o setor público (Estados e Municípios) que foi concebido tanto para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região Nordeste, quanto para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas. O PRODETUR/NE é financiado com recursos do BID e tem o Banco do Nordeste como órgão executor.

A área de abrangência do PRODETUR/NE ocorreu por meio do financiamento de obras de infra-estrutura (saneamento, transportes, urbanização e outros), projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e fortalecimento institucional das administrações de estados e municípios. Em Alagoas apostou-se nessa alternativa nos “piores anos” presenciados no estado, possibilitando a ampliação de investimentos nas indústrias de comércio e serviço, sendo esses os mais estáveis durante a década de 1990 em Alagoas.

Com recursos do PRODETUR/NE, foi realizada a modernização do Aeroporto Internacional de Maceió Zumbi dos Palmares, fator que dinamizou o turismo, atraindo, principalmente, o turismo doméstico. No momento o estado presencia um forte investimento de capital estrangeiro na aquisição de terras nas áreas litorânea do eixo norte e sul do estado, bem como, é volumoso o investimento em redes de hotéis e resorts. Este processo demanda um estudo específico e mais aprofundado da (re)produção do capital e do consumo do espaço no território alagoano.

A indústria têxtil e a agricultura algodoeira estagnaram-se há algum tempo no estado. Neste destacaram-se as indústrias de extração de mármore e amianto; manufactureiras, como as alimentícias; óleos vegetais; fumo; laticínios; refrigerantes; além de móveis de madeira e metal; mesmo não vinculadas diretamente à indústria canavieira sofreram impactos da crise interna e externa, na década de 1990 e faliram.

A Salgema Indústrias Químicas S/A destinava a sua produção ao mercado interno e externo fornecendo PVC, soda cáustica, dicloreto (DCE), hipoclorito de sódio e ácido clorídrico, porém em 1997 o estado vendeu sua participação a um grupo estrangeiro e a Salgema passou a chamar-se Trikem, posteriormente, incorporada a Braskem. Esta por sua vez, contribuiu no processo de captação de novos empreendimentos no setor da indústria de plásticos para o estado, com o objetivo de impulsionar incentivos diferenciados para a Cadeia Produtiva Química e Plástico (CPQP), que visam minimizar seus custos e aumenta os lucros através de análises logísticas para Alagoas, movimentando a economia, mas não aproveitando sua mão-de-obra, já que esta é desqualificada para atuar nesse setor.

LIRA (1997) relata que entre 1939 e 1994, mesmo com aumento da renda per capita em 6,2% entre das décadas de 1970 e 1980, a distribuição de renda mediante os salários caíram em contrapartida ao aumento da concentração de renda nas mãos de grupos agroindustriais e destaca o aumento do desemprego no setor privado, elevando o setor público como principal empregador entre 1990-1996. A escassez de investimentos estruturais no setor público bem como incentivos a empresas impulsionam o emprego informal, ou seja, sem vínculos empregatícios, tornando o estado dependente em 65,1% de repasses do governo federal, na década de 1990.



O aumento consequente do emprego informal deu-se pela escassez das oportunidades de emprego em indústrias, serviços e comércio sofreram impactos das concorrências acirradas de empresas de outros estados e/ou poucas instaladas em Alagoas oriundas de outros estados, durante o período entre 1939 e 1994. A falta de oportunidades de ocupação engrossou em 1993 a informalidade no campo e na cidade, levando crianças, mulheres e adolescentes a situações constrangedoras, como afastarem-se das salas de aula, a prostituição, submissão a altas cargas de jornadas de trabalho para sobreviverem, impulsionando a sociedade alagoana a uma crise estrutural e conjuntural.

Pobreza e Trabalho: para além dos canaviais

As relações de trabalho no campo alagoano em suas especificidades se contrapõem ao movimento existente no Brasil, a implantação da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado de Alagoas (FETAG/AL), efetivou-se em 1963, contudo percebeu-se que ao longo das gestões existiram entraves que a condicionando enquanto instrumento do jogo de interesses dos patrões e elites políticas sobre os trabalhadores do setor sucroalcooleiro que vão desde perseguições a homicídios oprimindo o trabalhador rural para além das condições de trabalho.

No início da década de 1980 os trabalhadores rurais canavieiros de alguns estados nordestinos como Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe estavam organizados em busca de melhores salários, já em Alagoas o processo não se deu do mesmo modo devido a sua Formação Econômico-Social. A luta organizada se dá em duas fases, segundo Lúcio (2006) a primeira de 1980-1986 marcada por acordos entre lideranças sindicais e a classe patronal; e a segunda 1987-1989, com a realização de campanhas salariais conjuntamente com demais estados nordestinos produtores de cana-de-açúcar sob pressão da Confederação dos Trabalhadores Rurais (CONTAG). O que chama atenção na primeira fase desse processo é a desarticulação entre FETAG/AL e Confederação, principalmente quando a FETAG/AL que omite divulgações dos acordos entre patrões e visavam o estancamento das greves fomentando o setor sucroalcooleiro a receber novos investimentos da máquina pública exacerbando a cultura do medo e as individualidades de seus sindicalistas, interrompendo a luta por melhores condições de salário e trabalho, estas recomeçam – segunda fase – apenas no final da referente década movida pelo processo de democratização no Brasil iniciado em 1987.

Mesmo com suas particularidades os trabalhadores rurais canavieiros ainda que pressionando a oligarquia alagoana em campanha por melhores salários e condições de trabalho no final do ano 1987 “perdem” a luta e inicia uma nova relação de trabalho ao serem expulsos das vilas agrícolas. Muitos vão para as sedes dos seus municípios ou para a capital Maceió, outros são redirecionados e induzidos a participar do processo no sentido de trabalhar sazonalmente.

Segundo dados do IBGE percebe-se que entre 1980 e 1995 foi reduzido em 12% o número de alagoanos ocupados em atividades agrícolas e levando em considerando os dados atuais do Sindicato da Indústria do Açúcar e Alcool em Alagoas (SINDAÇÚCAR/AL) as vinte e quatro agroindústrias alagoanas empregam nos períodos da safra e entressafra cerca de 90 mil trabalhadores diretos e 270 mil indiretos.



Neste movimento, ainda em estudo, percebe-se expressiva retração devido ao crescente investimento na modernização no campo alagoano indo desde as novas tecnologias na irrigação, substituição de pessoas por maquinários e a redução da queima da palha da cana. As ações do Ministério Público Estadual (MPE/AL) e do Tribunal Regional do Trabalho (TRT/AL) resumem-se a conciliações entre demitidos e patrões e tentativas de minimizar conflitos, tais como interdição de rodovias em protestos por ajustes salariais, como a conquista do novo piso salarial de R\$ 557,00 por R\$ 15,00 de gatilho, em dezembro de 2010.

As novas relações de trabalho em Alagoas se pautam cada vez mais na canalização dos trabalhadores sazonais a capacitarem-se em outras áreas de trabalho, principalmente no setor da construção civil e serviços e no mercado informal onde se concentram nos centros comerciais das cidades alagoanas.

Em recente estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgado no Jornal Gazeta de Alagoas de 09 de janeiro de 2011, destacou Alagoas enquanto possuidor da maior taxa de pobreza absoluta (47,7%), onde dos 3.120.922 milhões de habitantes, 1.515.188 milhões vivem sob pobreza absoluta; e pobreza extrema (21,42%) onde dos três milhões de habitantes, 676.700 mil vivem em pobreza extrema (ver quadro 1). Em ambas as situações recebem menos de meio salário mínimo. Vale destacar que no caso da pobreza absoluta os indivíduos recebem $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. São denunciadas também as precariedades das condições de sobrevivência da população pobre das favelas da Orla Lagunar maceioense que sobrevive em condições subumanas. Nota-se que muitos desses moradores são provenientes do processo de expulsão do campo condicionado também pela inserção de novas tecnologias. De acordo com estudos realizados entre dezembro de 2007 e janeiro de 2008 pelo Núcleo Temático de Assistência Social da Universidade Federal de Alagoas, concluiu-se que:

- 70,87% recebem menos de um salário mínimo;
- 79,03% sobrevivem do trabalho informal;
- 36,05% residem em barracos com 4 ou até 7 pessoas, bem como 72,83% possuem apenas um cômodo;
- 72,54% do que ganham é destinado à alimentação;
- 20,82% do que ganham é destinado à medicamentos;
- 72,20% utilizam água sem tratamento;
- 8,03% possuíam “banheiro”;
- 48,33% possuem esgoto à céu aberto;
- Quanto às moradias: 50,10% são produzidas com papelão, 32,07% com madeira.

QUADRO 1.
Pobreza em Alagoas entre 2005 e 2009.

Ano	Pessoas na pobreza extrema		Pessoas na pobreza absoluta	
2005	938.507	30,86%	1.838.558	60,45%
2006	785.800	25,40%	1.747.844	56,51%
2007	711.561	22,75%	1.609.036	51,43%
2008	722.739	22,99%	1.559.827	49,62%
2009	676.700	21,30%	1.515.188	47,70%



É notável no quadro a diminuição dos índices de pobreza absoluta e pobreza extrema entre os cinco últimos anos, reflexo de ações do Governo Federal através de programas como Bolsa Família. Contudo mesmo com esta ação principalmente por perigar tornar-se assistencialista necessitando um estudo mais aprofundado, pois não basta apenas ceder dinheiro ou cestas básicas para redistribuir renda, mas sim, utilizar também medidas paliativas, mais ativas e diversificadas para a inserção no mercado de trabalho.

Considerações Finais

A cultura canvieira condicionou a Formação Econômico-Social alagoana redirecionando-se até o presente pela busca de privilégios dos usineiros minimizando os reais interesses da população alagoana. Na prática, a busca pelo crescimento em detrimento ao desenvolvimento socioespacial entrelaça uma rede onde o poder hegemônico da agroindústria canvieira sobrepõe às estruturas estatais a nível brasileiro.

Os indicadores sociais refletem as lacunas ocasionadas pelo decréscimo da arrecadação de impostos, imobilizando o capital fundiário, explorando a mão-de-obra e expropriando sua mais-valia, expandindo a área de plantio e enriquecendo os usineiros no estado através de suas relações de dominação e poder. Mesmo diminuindo as desigualdades acarretadas pela concentração de renda, com o fim do acordo, a pobreza persiste, e o estado ainda apresenta altos índices de mortalidade infantil e altas taxas de analfabetismo, bem como precariedade na infraestrutura, apesar do incentivo de programas sociais do Governo Federal.

Esta discussão não se encerra, pois foi embasada a partir de reflexões da leitura espacial alagoana em suas especificidades envolvendo trabalho-capital, que merecem novos estudos e discussões sobre as políticas públicas, relações de trabalho e inserção de alternativas agrícolas, pois possuem um alto grau de complexidade se compreendidas sob a ótica da Formação Econômico-Social alagoana.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia. **A Questão do Território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

ANDRADE, Manuel Correia. **Usinas e Destilarias das Alagoas: Uma Contribuição ao Estudo da Produção do Espaço**. Maceió: Edufal, 1997.

ARBAGE, Alessandro Porporatti. **Fundamentos de Economia Rural**. Chapecó: Argos, 2006.



LÚCIO, Antonio Barbosa. A Ação Sindical dos Canavieiros Alagoanos a partir da Década de 1980: Alcances e Limites. **CABANOS – Revista de História**, Maceió, ano 1. vol. 1. p.111-131. jan./jun. 2006.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: 04 mai. 2011.

NASCIMENTO, Rosana do Carmo; SANTOS, Fernando Antônio Agra. **Evolução da cultura da cana-de-açúcar no estado de Alagoas em relação aos maiores produtores do Brasil, 1980/1996.** Disponível em: <http://www.jf.estacio.br/revista/ARTIGOS/1agra_cana.pdf >. Acesso em: 04 mai. 2011.

NASCIMENTO, Rosana do Carmo; SANTOS, Fernando Antônio Agra. **Evolução da cultura da cana-de-açúcar no estado de Alagoas em relação aos maiores produtores do Brasil, 1980/1996.** Disponível em: <http://www.jf.estacio.br/revista/ARTIGOS/1agra_cana.pdf >. Acesso em: 10/09/2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e Reforma Agrária.** 1 ed. FFLCH/Labur Edições: São Paulo, 2007. 185 p.

PEIXOTO, Rogério Café. & LIMA JÚNIOR, Theobaldo Vianna. **Impactos da Evolução da Dívida Pública do Estado de Alagoas.** 2006, 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Gestão Pública) – Centro de Estudos Superiores de Maceió, Maceió, 2006. [Orientadora: Prof^a. Vera Helena Wanderley Cavalcanti].

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal.** 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SEQUEIRA, Carla. Miséria em AL. **Gazeta de Alagoas.** Maceió, ano LXXVI, n. 2287, p. A8-A11. 09 jan. 2011.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL NO ESTADO DE ALAGOAS. Disponível em: <<http://www.sindicucar-al.com.br>>. Acesso em: 04 mai. 2011.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. **Agroindústria Canavieira: Estratégias Competitivas e Modernização.** Campinas: Átomo, 2003.



ZYLBERSZTAJN, Decio & SCARE Roberto Fava (org.). **Gestão da Qualidade no Agribusiness: Estudos e casos.** São Paulo: Atlas, 2003.

NOTAS

³Consistiu no questionamento do para que pagar pela circulação da cana plantada nas terras dos “usineiros”, já que as usinas e destilarias de destino para seu beneficiamento também os pertenciam. Assim, o grupo de usineiros reivindicou o ressarcimento do então Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) – atual Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – sobre a “cana própria”, no período entre julho de 1988 a abril de 1989, minimizando a arrecadação e investimentos do Estado alagoano em saúde, educação, segurança, refletindo a aplicação destes investimentos até nos dias atuais, sob as barreiras do Governo Federal pela Lei da Responsabilidade Fiscal.



GT 7 – Estado e interesses patronais rurais-agroindustriais na América Latina

Tensões e contradições do agronegócio no Brasil: uma revisão bibliográfica

Kaliane de Freitas Maia¹

¹ Doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG. Mestre em sociologia e bacharel em ciências sociais. E-mail: kalianemaia@yahoo.com.br

Resumo

O esforço criativo deste trabalho foi problematizar o conceito de agronegócio a partir de uma revisão bibliográfica abordando vários pontos de vista e analisando-o em uma perspectiva crítica. Em todas as regiões onde se estimulou a modernização da produção agropecuária, o agronegócio suscitou intensas transformações. Encontramos na literatura sobre o agronegócio desde textos críticos e de denúncia, passando por textos apologéticos e de defesa do agronegócio e autores com posições mais distanciadas, revelando benefícios e problemas desencadeados com o desenvolvimento e crescimento do agronegócio na sociedade brasileira. De um lado, encontram-se os defensores do agronegócio, destacam o agronegócio como um novo modelo de desenvolvimento capitalista, alegam que esse é o setor que mais cresce na economia brasileira. Exaltam o aumento das exportações, os saldos na balança comercial e os ganhos em competitividade e produtividade, gerados a partir das técnicas modernas utilizadas no agronegócio. Do outro lado, encontram-se os críticos desse processo, mostrando problemas como desigualdades sociais, segregação socioespacial, degradação ambiental, conflitos fundiários, subemprego, urbanização acelerada, precarização das condições de trabalho e expropriação camponesa.

Palavras chave: Agronegócio, grande propriedade rural, modernização produtivista, tradicional e capital



Introdução

O debate gerado em torno da conceituação e dos impactos sociais, econômicos, políticos, ambientais e territoriais do chamado agronegócio intensificou-se nos últimos anos. Há inúmeras definições e indefinições sujeitas à controvérsia entre os estudiosos do tema. É possível encontrar na literatura sobre agronegócio desde textos que são marcadamente críticos (CANUTO, 2004; DELGADO, 2005; FABRINI, 2008; SOUZA E CONCEIÇÃO, 2008), passando por trabalhos de caráter mais ideológico e que defendem o agronegócio (MENEZES e PINHEIRO, 2005), até artigos e livros que buscam adotar uma posição mais distanciada, em que são revelados benefícios e problemas do agronegócio no Brasil (SILVA, 2009; SILVA, 2009a; FERNANDES, 2007; ELIAS e PEQUENO, 2007; ALVES, 2005).

Este artigo busca lidar criativamente com essa diversificada literatura. A partir de um levantamento bibliográfico realizado sobre a produção recente – na forma de dissertações e teses, artigos e livros – voltada para a análise social do fenômeno do agronegócio, foram selecionados 21 trabalhos (de autores diferentes) que procuramos analisar como um corpus de pesquisa e fonte de dados (QUADRO 1). Buscamos responder a algumas questões principais: Quais objetos vêm sendo estudados e enfatizados na literatura sobre agronegócio no Brasil? Quais as situações sociais, econômicas, políticas, ambientais e territoriais abordadas nestes trabalhos? Que percepções conflitantes sobre a natureza e aplicação deste conceito podem ser encontradas?

Assim, buscou-se dar conta não apenas das práticas sociais normalmente associadas ao agronegócio, mas também chamar a atenção para as ausências, práticas sociais e territórios esquecidos pelos pesquisadores dedicados à temática. Ao final, pretende-se contribuir com uma melhor caracterização dos elementos de clivagem que opõem e aproximam autores dedicados à análise social deste fenômeno.

1. Um tema acadêmico de apelo midiático e político

É importante considerar que a temática do agronegócio não tem interesse apenas para os acadêmicos dedicados a analisar as transformações pelas quais passam
a



moderna agricultura brasileira. Diferente de outros temas que ganham grande destaque no meio acadêmico, mas que são quase desconhecidos do público em geral, o termo agronegócio tem grande apelo midiático e político. Diante dele, é difícil encontrar posturas neutras. O debate público é, quase sempre, apaixonado, dividindo os defensores e os críticos do agronegócio.

Uma tática importante das organizações sociais que reúnem produtores rurais identificados positivamente com o conceito de agronegócio está relacionada à ocupação dos meios de comunicação (rádio, TV, jornais, internet). Com esses veículos de comunicação, o agronegócio desenvolve uma estratégia comercial voltada para incentivar propagandas e vendas dos seus produtos. Embora a principal meta de usar esse recurso seja de criar no imaginário social uma representação que associe agronegócio não apenas a produção e comercialização de produtos agrícolas e agroindustriais voltados para exportação, mas também de geração de emprego, renda, serviços e alimentos para o país.

Mais recentemente, as organizações ligadas ao agronegócio aderiram ao discurso da responsabilidade social (CAMPOS, 2009). E cada vez mais procuram associar o tema à idéia de sustentabilidade social e ambiental (BRUNO, 2010).

O agronegócio é apresentado à opinião pública como o setor de melhor desempenho na economia brasileira e que tem gerado constantes superávits na balança comercial. A explicação para esse grande pulo da economia e comércio externo dos produtos do chamado agronegócio seria o ganho de competitividade na produção de *commodities* agropecuárias, devido às melhores condições de qualidade e preço em relação aos concorrentes e a inovações técnicas, tais como aprimoramento no preparo dos solos e melhoramento genético dos rebanhos com tecnologias avançadas (MENEZES e PINHEIRO, 2005).

A esta visão dominante, porém, opõe-se uma outra, capitaneada pelos movimentos sociais do campo e por críticos das direções assumidas pelos processos de modernização do setor agrícola no país. Nessas falas, o agronegócio é o vilão a ser combatido, modelo econômico e social produtor e perpetuador de desigualdades sociais e de processos de degradação ambiental. Delgado (2006) enfatiza que o agronegócio não significa apenas relações técnicas modernas como mostram os seus idealizadores,



mas também arranjos ocupacionais e fundiários atrasados em termos de relações sociais e de exploração ambiental. Para o autor, ampliar o agronegócio brasileiro é ao mesmo tempo, reproduzir grilagem de terras, subemprego rural e desequilíbrio ambiental (DELGADO, 2006).

2. Corpus bibliográfico

O corpus bibliográfico a respeito do agronegócio que sustenta a análise sobre a temática do agronegócio realizada neste trabalho é composto principalmente por artigos acadêmicos publicados em revistas científicas ou apresentados em eventos acadêmicos, e minoritariamente por livros e teses, totalizando 21 referências (QUADRO 1). São, em sua maioria, trabalhos empíricos e teórico-metodológicos sobre a constituição e expansão do agronegócio no Brasil.

A análise de conteúdo da base de dados é qualitativa e quantitativa, primeiramente porque é uma reinterpretação de evidências de pesquisa empírica encontrada em trabalhos de vários autores, agrupando em temas relativos ou coincidentes. A segunda estratégia de pesquisa se dá no momento de quantificar e validar a análise qualitativa, comparando os temas e idéias recorrentes que dão corpo a nossa proposta de análise.

Nossa estratégia de tratamento dos dados se deu de duas formas, primeiro fizemos uma análise geral de conteúdo, identificando os temas mais recorrentes, as áreas mais propícias ao desenvolvimento da lógica do agronegócio e as principais transformações sócio-espaciais, econômicas, territoriais e ambientais e daí submetemos à análise sociológica. Posteriormente, realizamos a quantificação de certos termos que norteiam a dinâmica do agronegócio, como por exemplo, tradição e seus derivados (tradicional, tradições, tradicionalidade, tradicionalmente, etc) versus modernidade e seus derivados (moderno, moderna, modernização, etc), mostrando aspectos positivos e negativos do agronegócio na realidade estudada.



QUADRO 1: Artigos sobre Agronegócio que formam a base de dados da pesquisa bibliográfica

Nº	Autores	Título	Data de publicação	Natureza da publicação
1	ALVES, V. E. L.	A Mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola Brasileira.	(2005)	Revista Agrária
2	BEZERRA, J. E.	A dinâmica geográfica do agronegócio e as relações de trabalho no Nordeste.	(2008)	O público e o privado
3	BRUNO, R., SEVÁ, J., CARNEIRO, O.	Agronegócio e representação de interesses.	(2009)	Capítulo de livro – Eduar/UFRRJ
4	BRUNO, R.	Agronegócio, palavra política.	(2010)	ALASRU
5	CAMPOS, C. S. S.	A pobreza feminina nos territórios do agronegócio – um estudo de caso de Cruz Alta no RS.	(2010)	Revista eletrônica Para Onde!?
6	CANUTO, A.	Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.	(2004)	Revista NERA
7	DELGADO, G.	A questão agrária no Brasil, 1950-2003.	(2005)	IPEA
8	DOURADO, J. A. L., MESQUITA, H. A. de	Expropriação camponesa, agronegócio e precarização do trabalho em Livramento de Nossa Senhora (BA).	(2010)	Revista IDEAS
9	ELIAS, D., PEQUENO, R.	Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio.	(2007)	R B de Estudos Urbanos e Regionais
10	ELIAS, D., MUNIZ, A., BEZERRA, J.	Agronegócio e reorganização das relações de trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe (CE).	(2007)	Revista Econômica do Nordeste
11	FABRINI, J. E.	Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital.	(2008)	Revista Pegada
12	FERNANDES, A. J. C.	Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso.	(2006)	SOBER
13	GOMES, I. R.	As novas regiões produtivas agrícolas: o caso do Baixo Jaguaribe (CE) - Vale do Açu (RN).	(2009)	Revista IDEAS
14	HEREDIA, B., PALMEIRA, M., LEITE, S. P.	Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil.	(2009)	ANPOCS
15	MENDONÇA, S. R. de	Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil.	(2005)	Revista Histórias e Perspectivas
16	MENEZES, A. H., PINHEIRO, J. C.	O potencial do agronegócio para alavancar a economia brasileira.	(2005)	Revista de Política Agrícola
17	OLIVEIRA, D. C. de	Pobreza e desigualdade social: percepções de uma elite.	(2010)	Revista Eletrônica de Ciências Sociais
18	PINTO, R. G.	Construção e exercício de hegemonia: o caso da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e do Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA).	(2010)	ALASRU
19	SILVA, E. R.	A modernização da agropecuária, a emergência da elite empresarial rural e o surgimento das cidades do agronegócio na região brasileira de fronteira agrícola.	(2009)	FGV - (Tese de Doutoramento)
20	SILVA, S. C. da	A criação de municípios no <i>front</i> e a formação da elite do agronegócio: faces do <i>uso</i> do	(2009a)	Revista Geosul



		território brasileiro.		
21	SOUZA, S. T., CONCEIÇÃO, A. L.	As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio.	(2008)	Revista Pegada

3. O conceito de agronegócio em debate

O que é o agronegócio e como se deu a formação e desenvolvimento do agronegócio brasileiro, a partir da tríplice aliança entre grande propriedade rural, modernização produtivista e capital financeiro é uma questão de intenso debate na literatura analisada. É possível encontrar várias definições, muitas delas com um caráter fluído ou ainda em processo de transformação.

Alguns autores se preocupam em demarcar a localização espacial do fenômeno do agronegócio, mesmo que essa localização seja ainda objeto de dissensos. A partir da década de 1980, os estados que compunham os cerrados já observavam uma ocupação para a produção de grãos, tanto na região Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso), como em Minas Gerais e Bahia, estendendo-se nas duas últimas décadas para áreas localizadas nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins (“Mapito”) e outras mais, na região Amazônica, como Pará e Roraima (ALVES, 2005; FERNANDES, 2006; SILVA, 2009; HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2009). Outras áreas demarcadas como vetores do desenvolvimento econômico do agronegócio na literatura brasileira são os vales úmidos localizados no semiárido nordestino (São Francisco, Açu e Jaguaribe). A produção agrícola frutícola se desencadeia fortemente em Juazeiro - BA e Petrolina - PE, Açu e Mossoró – RN, Limoeiro do Norte e outros municípios do entorno, no baixo do rio Jaguaribe - CE.

Chama a atenção as dissensões e semelhanças entre os usos do termo agronegócio. É comum encontrarmos nos textos observados termos como sistema agroindustrial, complexo agroindustrial, cadeia de produção agroindustrial, agricultura moderna, além de agronegócio. Algumas dessas terminologias trazem elementos recorrentes, mas nem sempre representam a mesma situação. Todas as tipologias referem-se às atividades desenvolvidas na grande propriedade rural, embora alguns autores digam que no complexo agroindustrial e no agronegócio exista uma ligação com



os pequenos e médios produtores. A utilização de máquinas e insumos modernos está presente em todas as tipologias. Com relação às exportações e commodities, o agronegócio é o que está mais envolvido.

Embora estas tipologias limitem o mesmo objeto, elas consideram distintos níveis estruturais do meio rural. Segundo Callado (2009), sistema agroindustrial abrange um conjunto de atividades que concorrem para a produção de insumos até a obtenção do produto final, ou melhor, todos os fatores que atuam no contexto agroindustrial. Complexo agroindustrial é um arranjo produtivo que surge a partir de uma matéria prima de base, e essa vai tomar várias formas e processos industriais até se transformar em produtos finalizados. As cadeias de produção agroindustrial são diferentes de um complexo agroindustrial, pois possui um produto como referência base para identificar os encadeamentos que acontecem entre os agentes econômicos responsáveis pelas operações técnicas, comerciais e logísticas. Já o agronegócio envolveria todos os componentes e inter-relações, desde os suprimentos para a produção agropecuária, a própria produção, passando para a transformação, acondicionamento, armazenamento, distribuição e chegando ao consumidor final, sem deixar de fora os serviços complementares desse arranjo. O agronegócio aparece assim como uma ferramenta indispensável aos gestores para tornar possível a elaboração e implementação de políticas públicas e estratégias dotadas de maior capacidade preditiva (CALLADO, 2009).

Callado (2009) apresenta os três segmentos que compõem o agronegócio, são eles: antes da porteira, dentro da porteira e fora da porteira. Essa tipologia é a mesma apresentada pela Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG).

O segmento “antes da porteira” representa a origem de um sistema agroindustrial e nele está incluso a produção de insumos e a prestação de serviços. Concomitantemente, fazem parte desse segmento às máquinas, fertilizantes, componentes químicos, vacinas, sementes, componentes orgânicos, melhoramento genético, fatores que viabilizam a exploração agroindustrial. Na prestação de serviços voltados ao agronegócio podem ser destacados os serviços vinculados a pesquisa agropecuária, extensão rural, créditos e financiamentos para o meio rural, capacitação de recursos humanos, análises laboratoriais, assessoria jurídica e auxílio à exportação.



Instituições que sempre estão presentes nessa etapa são: EMBRAPA, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), as universidades e as secretarias estaduais e municipais de agricultura.

No segmento “dentro da porteira”, realizam-se todas as atividades produtivas possíveis, representando diversas formas de exploração econômica dos fatores produtivos, como as atividades agrícolas, pecuárias, de transformação, serviços e atividades complementares.

No ultimo segmento, nomeado de “depois da porteira”, encontram-se as atividades relacionadas à distribuição e comercialização dos produtos finalizados, até que eles cheguem à mesa dos consumidores (CALLADO, 2009).

O conceito de agribusiness vem evoluindo e assumindo várias formulações, desde Davis e Goldberg² em 1957, passando pelas cadeias de produção, *Filière*, complexos rurais, complexos agroindustriais, sistemas agroindustriais, aceitando estudos úteis para subsidiar as tomadas de decisão nos setores público e privado (MENEZES e PINHEIRO, 2005).

O boom desse conceito no Brasil se dá quando Ney Bittencourt de Araujo anunciou a criação da ABAG. A justificativa para essa nova entidade patronal foi a afirmação do agribusiness no país, legitimando a entidade como sendo porta-voz de uma nova agricultura, não mais limitada às atividades agrícolas, diferente daquela que até então vigorava no país.

A ABAG³ é uma entidade que agrega vários setores ligados à produção agropecuária. Fazem parte dessa associação de produtores rurais: empresas responsáveis pela atividade produtiva, empresas que produzem insumos e também aquelas ligadas ao armazenamento, processamento, distribuição e financiamento de produtos agropecuários, além de empresas ligadas ao capital financeiro.

² Professores da universidade de Harvard, nos Estados Unidos, que inicialmente propuseram o conceito numa tentativa de entender e explanar a conformação e importância da agropecuária e suas inter-relações

³ As principais empresas que compõem a ABAG são: Sociedade Rural Brasileira (SRB), Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) além das federações e cooperativas estaduais de agricultura. Portanto o núcleo central dessa grande associação é composto por grupos empresariais como a Sadia, Agrocere, Abrasem, Cargill agrícola S/A, Bunge alimentos S/A, entre outras empresas filiadas perfazendo um total 59 entidades (PINTO, 2010).



A noção de agronegócio organizou e desenvolveu uma miríade de operações de caráter comercial, financeiro e político. A ABAG sempre procurou meios para legitimar-se junto a classe dominante empresarial rural, pois fazendo isso ela estava fundamentando a inserção do agronegócio no mercado internacional e dando esse passo, facilmente se legitimaria junto a sociedade política e a sociedade civil em geral. Neste sentido, o próximo passo dado pela ABAG consistia na melhoria da capacitação científica e tecnológica da agricultura, bem como na importância de novas técnicas de gestão e de sistemas de informações. E foi aí que a ABAG contou com o apoio do Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA)⁴.

O discurso veiculado pela ABAG é cheio de conteúdos ideológicos legitimadores, construídos para ressaltar a importância do setor, com vistas a respaldar política e socialmente as propostas veiculadas pela nova agremiação junto ao Estado e à sociedade como um todo (MENDONÇA, 2005). Pinto esclarece que:

tanto por meio da documentação da ABAG, quanto por meio dos escritos do PENSA procuram demonstrar elementos diretamente relacionados à defesa de políticas neoliberais para o campo brasileiro, viabilizando a subordinação da agricultura ao grande capital financeiro, mediante a difusão do conceito de “agronegócio” (PINTO, 2010, p.14).

A ABAG garantiu sua legitimidade a partir de dois argumentos. O primeiro se confirmou com a certeza da existência de uma nova agricultura no país, diferente da que vigorava anteriormente e o segundo era a necessidade dos membros construírem condutos de representação política ainda mais eficazes com a relevância dessa agricultura nova e capitalizada (MENDONÇA, 2005).

Os dirigentes queriam reformular a noção de agricultura, deixando-a bem mais ampla, não só atrelada as atividades agrícolas, mas diretamente associada às atividades financeiras e influencia política, já que os interesses estavam voltados para a exportação.

⁴A agência foi formalmente instalada pela Universidade de São Paulo em junho de 1990 e suas atividades desenvolveram-se com o patrocínio das fundações da USP. A finalidade básica deste programa multi-institucional era a de promover estudos sobre o agribusiness brasileiro, objetivando integrar a academia e a própria pesquisa acadêmica à realidade das organizações que encomendavam estudos claramente direcionados (PINTO, 2010 p.7). Décio Zylberstajn é o coordenador-geral do PENSA.



O conceito de agronegócio adquiriu inúmeras formulações desde a sua criação, todavia compreendemos que todas essas definições partem de uma base comum, qual seja, uma maior intensidade nas relações inter-setoriais ressaltando a acumulação de capital e o progresso tecnológico e moderno com as atividades agropecuárias.

Há quem defina o agronegócio como “palavra política”, na medida em que os representantes do patronato rural estão preocupados em construir um discurso legitimador, a fim de fortalecer a representação e institucionalização dos próprios interesses. De acordo com Bruno (2010), “o agronegócio despontou como palavra política unificadora de interesses das classes e grupos dominantes no campo e expressão de um momento no processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder e de dominação” (BRUNO, 2010, p. 2).

Numa visão mais economicista, Menezes e Pinheiro (2005) associam o agronegócio ao sucesso das exportações e aos saldos expressivos da balança comercial. Confirmando-o como uma dinâmica competitiva, com base em avanços tecnológicos de grande repercussão na produtividade, aproveitando também as condições favoráveis em termos de política cambial e aumento da demanda externa para os produtos brasileiros. Também ficou comprovada uma redução dos valores dos produtos agrícolas e agroindustriais importados, colaborando com a melhora do saldo da balança comercial (MENEZES e PINHEIRO, 2005).

Bezerra (2008), assim como Elias e Pequeno (2007), pensam o agronegócio globalizado como uma materialização das condições gerais de reprodução do capital, cujas principais características refletem a demanda de novos produtos e serviços mecanizados e especializados, promovendo o crescimento da agricultura moderna brasileira, onde se processa a chamada reestruturação produtiva⁵.

Por valorizar o processo de espacialização do setor, os geógrafos consideram que a reestruturação produtiva da agropecuária se apresenta como um dos vetores da reorganização do território brasileiro, e essa reestruturação do campo acontece a partir do desenvolvimento do agronegócio globalizado.

⁵ Segundo os autores, a reestruturação produtiva seria responsável pelo dinamismo do novo modelo econômico de produção capitalista.



Para fazer uma análise sociológica das várias roupagens que veste o agronegócio, optei por fazer uma associação desse conceito com o grande capital agroindustrial, a modernização da agricultura e a grande propriedade rural, já que se mostraram interligados na maioria dos textos analisados.

A modernização da agricultura já foi assunto muito debatido anteriormente. Há uma literatura significativa sobre o tema (GRAZIANO DA SILVA, 1981; WANDERLEY, 1996). De acordo com o paradigma da modernização produtivista, promovida pelo regime militar, o Brasil adotou um pacote tecnológico de agricultura que intensificou o uso de máquinas, adubos e defensivos químicos, passando a ter um aumento significativo na produção agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 1981). Além da mudança na base técnica, surgem no campo brasileiro, como produto da modernização agrícola, os complexos agroindustriais e a integração de capitais inter-setoriais sob o comando do capital financeiro, representando a conexão técnica entre indústria e agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

A modernização da agricultura consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua no final da década 60 e meados da década de 70 do século que se findou (GRAZIANO DA SILVA, 1996). Nas décadas seguintes, o termo agricultura moderna foi sendo substituído por sistemas agroindústrias e posteriormente por agronegócio.

Foi aproximadamente a partir da década de 1970 que o campo brasileiro começou a compor várias transformações, o país adotou um modelo agroexportador, orientado para commodities agrícolas e agroindustriais, nessa época o Brasil deixa de executar uma agropecuária tradicional e leva alguns dos produtores e empresários rurais a se organizarem aos moldes do agronegócio (SILVA, 2009).

Silva (2009) considera que o agronegócio é designado por toda e qualquer produção agropecuária e agroindustrial organizada sob os moldes do capitalismo moderno. Portanto, o termo determina a cadeia produtiva que vai “desde a fabricação de insumos até o consumidor final, passando pela produção no campo e pela transformação industrial” (SILVA, 2009 p.2). Acrescentando ainda os serviços de apóio como



pesquisa e assistência técnica, processamento, transporte, comercialização, crédito e ampliação das exportações dos produtos. Esse processo extrapola o conhecimento agrícola, aumentando significativamente a produtividade e a competitividade (HEREDIA, PALMEIRA e LEITE 2009).

4. Tradição versus modernidade

Nos 21 trabalhos analisados⁶, num total de 535 páginas (TABELA 1), foram encontradas 74 referências ao termo tradição e seus derivados (tradicionalidade, tradicionalmente, tradições, tradicional, etc) e 342 referências ao termo modernidade e seus derivados (moderno, moderna, modernização, etc), evidenciando a ênfase dada aos processos de transformação da grande propriedade rural acompanhados do processo de modernização para compor a dinâmica do agronegócio brasileiro.

TABELA 1: Número de vezes que aparecem as palavras: tradição (e seus derivados) x modernidade (e seus derivados).

Nº	Título	Tradição e seus derivados	Modernidade e seus derivados
1	A Mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola Brasileira.	8	28
2	A dinâmica geográfica do agronegócio e as relações de trabalho no Nordeste.	1	8
3	Agronegócio e representação de interesses.	8	17
4	Agronegócio, palavra política.	1	13
5	A pobreza feminina nos territórios do agronegócio – um estudo de caso de Cruz Alta no RS.	0	5
6	Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.	0	18
7	A questão agrária no Brasil, 1950-2003.	6	38
8	Expropriação camponesa, agronegócio e precarização do trabalho em Livramento de Nossa Senhora (BA).	2	14
9	Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio.	3	10
10	Agronegócio e reorganização das relações de trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe (CE).	1	10

⁶ As quantificações dos termos da tabela 1 se detém apenas ao corpo dos trabalhos, não contabilizando os termos em resumo ou referências bibliográficas.



11	Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital.	2	24
12	Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso.	4	5
13	As novas regiões produtivas agrícolas: o caso do Baixo Jaguaribe (CE) - Vale do Açu (RN).	3	26
14	Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil.	10	15
15	Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil.	0	10
16	O potencial do agronegócio para alavancar a economia brasileira.	1	0
17	Pobreza e desigualdade social: percepções de uma elite.	3	3
18	Construção e exercício de hegemonia: o caso da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e do Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA).	1	4
19	A modernização da agropecuária, a emergência da elite empresarial rural e o surgimento das cidades do agronegócio na região brasileira de fronteira agrícola.	20	54
20	A criação de municípios no <i>front</i> e a formação da elite do agronegócio: faces do <i>uso</i> do território brasileiro.	0	20
21	As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio.	0	20
	TOTAL	74	342

Dos 21 trabalhos, cinco não apresentam nenhuma referência ao termo tradição e os outros 16 trabalhos contabilizam, em conjunto, 74 referências. O termo tradição aparece numa chave positiva apenas para mostrar que os grandes proprietários e produtores rurais inseridos no agronegócio usam essa referência para expressar certa tradição familiar e manter a hegemonia do poder, confirmando sua vocação para a propriedade da terra e para a política. Embora essa tradição seja ressaltada para expressar uma ressignificação para os moldes do agronegócio.

Assim, tradição é também elemento fundante das instâncias sindicais e uma referência importante para a maioria dos entrevistados, por ser garantidora da reprodução social, política e econômica da classe. Inúmeros entrevistados em sua trajetória passaram pela presidência dos sindicatos patronais, ou por outras entidades de classe, e salientavam este dado como forma de legitimar e detectar seu “tino para a liderança” ou para a política.

A própria idéia de “vocação para a agricultura, de “aptidão para o campo” reitera a tradição, ela também por sua vez ressignificada pelo discurso do agronegócio. Uma das especificidades da retórica das lideranças patronais rurais é o discurso da “vocação”. Não encontramos em outros grupos e categorias sociais a idéia de vocação de um modo tão marcado como nos argumentos dos representantes dos grandes proprietários de terra e empresários do agronegócio (BRUNO, SEVÁ, e CARNEIRO, 2009, p.138).



Vejamos nas próximas passagens, que a maioria das vezes o termo tradição aparece de forma negativa, ou seja, em referência a práticas que foram substituídas, superadas e/ou eliminadas com a chegada e permanência das grandes empresas e organizações vinculadas ao agronegócio. Incorporando a lógica da produção agropecuária globalizada:

O espaço agrícola modernizado reconfigura-se com a produção de commodities, que se expande assustadoramente eliminando os meios tradicionalis de produção da vida camponesa sustentados na agricultura familiar de subsistência e nos recursos naturais explorados comunitariamente nos domínios de chapadões planos, onde antes brotava uma ampla biodiversidade dos cerrados (ALVES, 2005, p.64).

Dizendo de outra forma, as relações econômicas, antes de expressarem uma dimensão específica e autônoma do mundo social, expressam uma multidimensionalidade de vínculos e associações que podem ser verificados nos mecanismos de distinção que qualificam e desqualificam padrões de comportamento, modelos tecnológicos, manifestações culturais; na ação de determinados grupos de agentes que convertem os recursos políticos (mobilizados pela eleição de vereadores, prefeitos, deputados e governador) em infra-estrutura e fatores de produção; na construção de novas etnicidades, que são acompanhadas da desterritorialização das populações tradicionalis, abrindo novos espaços para o avanço da fronteira agrícola; enfim, em um conjunto de ações que têm por objetivo converter e construir recursos que possam ser apropriados para a expansão das atividades econômicas (FERNANDES, 2006, p.7).

Com a importância assumida pelas exportações de produtos agropecuários e agroindustriais e com o envolvimento nesses empreendimentos de capitais das mais diferentes origens, e não só do chamado “capital agrário” (Palmeira e Leite, 1998), a própria resistência dos grandes proprietários de terras às tentativas de mudança do sistema fundiário deslocou-se da defesa da “propriedade” e das “tradições” para a defesa do que seria a “atividade empresarial” no campo e “as (grandes) propriedades produtivas”, responsáveis pelo desenvolvimento do país” (HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2009, p.2 e 3).

Podemos observar que as práticas camponesas encaradas como tradicionais foram superadas pela agricultura modernizada, técnica e capitalizada. Os novos processos de modernização e produção da agropecuária substituíram as práticas tradicionais, com o plantio de novas culturas em áreas do cerrado e nas áreas de fruticultura, prevalecendo o cultivo de culturas que estão na pauta de exportação.

Em decorrência da modernização da agricultura, também houve transformação nos processos de formações sociais, culturais e territoriais. Alguns grupos sociais foram deslocados dos seus lugares de origem em decurso da expansão do agronegócio,



confirmando a expulsão de grupos tradicionais de suas terras, como quilombolas, populações ribeirinhas e tradicionais, para a chegada de outros grupos (migrantes), tudo em prol da economia e do desenvolvimento. Como se os grupos tradicionais pudessem ser simplesmente transferidos de lugar.

As referências ao termo modernidade e seus derivados são mais abundantes. De todos os artigos analisados, apenas um trabalho não contém referência ao termo modernidade. Encontramos 342 menções nos trabalhos analisados, uns numa chave positiva e outros expressam aspectos negativos gerados pela modernização nos territórios do agronegócio.

Na perspectiva positiva:

Atualmente, as áreas de expansão da agricultura moderna se organizam a partir do desenvolvimento de atividades altamente lucrativas fruto do processo de transformação da estrutura produtiva com destaque para a fruticultura, bem como a produção de grãos voltados ao mercado externo. Estas alterações repercutem diretamente na organização da divisão social e territorial do trabalho (BEZERRA 2008, p.91).

A expansão dos modernos sistemas de objetos (Santos, 1994, 1996), especialmente associados aos transportes, às comunicações, à eletrificação, ao saneamento equipou o território nacional para a modernização agrícola e industrial, assim como para a intensificação das trocas comerciais, possibilitando a integração territorial do país, interligando áreas até então desconectadas (ELIAS e PEQUENO, 2007, p.3).

Para compreender a modernização agropecuária e sua relação com a economia urbana é importante destacar as políticas governamentais e seu importante papel neste processo. Com vistas a superar as dificuldades impostas pelas condições físicas do semi-árido no Nordeste brasileiro, a ênfase das políticas governamentais para a agricultura consistiu no incentivo da irrigação para as áreas semi-áridas desta região (GOMES, 2009 p.304).

Por um lado, a corrente sulista é responsável por tornar viável a agricultura produtivista contribuindo, assim, para aumentar o volume das exportações brasileiras e, ao mesmo tempo, levar técnicas modernas de produção aos espaços antes carentes desse tipo de modernização. (ALVES, 2005, p.66).

O agronegócio é entendido pelos entrevistados como toda e qualquer atividade socialmente reconhecida como “produtiva” “rentável” e “moderna”. Contudo, quando pensado como expressão de um modelo de desenvolvimento, predomina a idéia de uma atividade que tudo abrange e a todos envolve. “Como atividade que se internalizou com a globalização, ultrapassou os limites da porteira da fazenda” (SRB). E, à medida que se fortalece política e economicamente multiplicam-se os grupos sociais que se assumem como parte do agronegócio. Noutras momentos, confunde-se com a própria realidade brasileira (BRUNO, 2010, p.6).



Podemos notar nos trabalhos analisados a confirmação da tríplice aliança que conforma o agronegócio, composta pela modernização da agricultura, grande propriedade rural e capital financeiro, envolvidos numa imensidão de transformações no campo pós década de 1970. A presença do Estado como financiador dessa grande empreitada também está presente na maioria dos textos, dando destaque às políticas governamentais (infra-estrutura, crédito, financiamento e outros incentivos fiscais). Os investimentos em infra-estrutura apontaram transformações nos sistemas de telecomunicação, eletrificação, malha viária e portos. Também houve investimentos em pesquisa científicas, contribuindo, para aumento da produtividade e melhoramento genético dos rebanhos.

Com todos esses incentivos para a dinâmica da modernização e o apóio incondicional do Estado, é notável as transformações na estrutura produtiva e competitiva, e com ela as trocas comerciais, o intenso fluxo entre as cidades e o campo e ainda, a integração de vários territórios no país. Sem deixar de fora a iniciativa dos capitais privados e a participação do capital internacional que contribuíram para o aumento dessa lógica modernizadora que é o agronegócio.

Também podemos observar que houve mudanças na estrutura demográfica, marcada por uma onda de migrações e por uma crescente urbanização das cidades do agronegócio, conformando-se em verdadeiras fronteiras do agronegócio. Outro aspecto ressaltado nos trabalhos é o envolvimento do agronegócio com a elite agrária moderna, ou num aspecto mais renovado, como chama alguns autores, a elite empresarial rural, onde estão mais interessados em manter uma autonomia comercial e política. Compreende-se também, que os novos produtores procuram agregar valores sociais e ambientais aos produtos agropecuários decorrentes do processo de modernização da agricultura.

Numa chave negativa a maioria dos textos analisados explicita que:

Em certo sentido pode-se visualizar nesse processo de modernização um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial. Estas são regionalmente identificadas com segmentos produtivos organizados a partir de 1930 (era Vargas) nos institutos federais de fomento e defesa setoriais. No período da “modernização conservadora”, serão reassimilados em programas e projetos especiais, os quais garantem ao latifúndio a obtenção de inúmeras linhas de apoio e defesa na nova estrutura



de defesa fiscal e financeira do setor rural. A valorização extraordinária dos patrimônios territoriais, muito além do crescimento real da economia, é um sinal conservador desse projeto de modernização (DELGADO, 2005, p. 61).

O outro mecanismo era a de difundir um modelo de agricultor que se queria para o País, nesse sentido era preciso escolher um grupo social e formar a partir dele uma representação de um novo tipo de produtor o qual pudesse congrega em torno de si a face da desejada agricultura moderna. O agricultor escolhido seria o do colono sulista, pois ele melhor personificaria o perfil procurado. A construção dessa imagem foi importante para a implantação do modelo, na medida em que a ocupação das novas terras - com vistas à produção em larga escala para exportação - não poderia ocorrer com trabalhadores com forte enraizamento da cultura camponesa, mas com um agricultor que transmitisse a idéia de moderno, sintonizado com as novas técnicas agrícolas. Referindo-se à construção da representação do agricultor que se queria para conduzir a modernização da agricultura brasileira (ALVES, 2005, p.50).

O novo urbano da fronteira subordina-se a essas novas exigências. Organiza seu espaço, sua vida econômica e social ao ritmo e às vontades da produção agrícola moderna, ou se preferirmos, ao mundo do agronegócio. É o migrante sulista que, nessas áreas, vai comandar o processo (ALVES, 2005, p.54).

Nesse sentido é que podemos constatar o desenvolvimento do agronegócio enquanto ideologia que prega a ruptura com o arcaico presente na figura da agricultura de subsistência, ao mesmo tempo em que se apresenta como um vetor de modernidade na agricultura nordestina com o discurso da promoção de uma redenção econômica através de sua vocação exportadora e da criação de empregos no campo (BEZERRA, 2008, p. 95).

Entre os movimentos sociais e teóricos progressistas, o agronegócio também é entendido como empresas agropecuárias modernas e produtivas, mas responsável pela “exclusão”, miséria, exploração, pobreza, degradação do ambiente, violência, dentre outras barbáries, em contraposição ao latifúndio atrasado que pouco produzia. Enquanto o agronegócio geraria a “exclusão” pela produção, o latifúndio geraria pela não-produção (FABRINI, 2008, P.50). A superexploração do trabalho e a manutenção de condições análogas à escravidão são outro expediente adotado pelos “modernos” empresários do agronegócio para acumulação capitalista, sobretudo no setor sucroalcooleiro (FABRINI, 2008, P.48).

Entretanto, o poder público, ao garantir a modernização dos sistemas técnicos e normativos para uso das grandes empresas e da elite do agronegócio, fica desprovido de recursos para atender minimamente todo o “resto” do território, sobretudo das atividades ligadas à vida digna das pessoas. Com isso a desigualdade aprofunda-se e ganha a cara do novo período. A família de municípios do agronegócio é expressão do uso corporativo do território e do modo como o Estado torna-se um agente desse processo em suas diversas escalas (SILVA, 2009a p.98).

Primeiramente, a modernização da agricultura é vista com uma tendência negativa porque conserva um modelo tecnicamente modernizante e socialmente conservador (DELGADO, 2005). Social e espacialmente excludente, gerando cada vez mais desigualdades entre as populações envolvidas no processo (ELIAS e PEQUENO,



2007). É vista como negativa porque se dá de forma seletiva. Nem todos os agricultores tiveram a oportunidade de desenvolver uma agricultura modernizada. Essa acepção mostra a exclusão de um grupo social enraizado na agricultura tradicional e camponesa e por outro lado privilegia o grande produtor rural. Já que o objetivo principal era financiar a agricultura em grande escala com fins para exportação.

Os aspectos negativos da modernização apontam para a emergência de problemas sociais, econômicos, culturais, ambientais, e territoriais. A maioria dos textos analisados identifica em algumas localidades onde se desenvolve o agronegócio situações de conflitos, sejam com relação ao uso do território, ou uso dos recursos naturais em geral. Aparecem também outros conflitos sociais evidenciados através da violência no campo contra extrativistas, posseiros, pequenos agricultores e populações tradicionais que não possuem documentos para provar a posse da terra. Também é comum encontrar problemas relacionados à infraestrutura, moradia e transporte (GOMES, 2009), segregação espacial ao enfatizar as tensões existentes entre os moradores nascidos e os migrante sulistas, precárias condições de vida, desemprego, porque houve uma redução do número de trabalhadores a ser contratados, devido a todo o aparelhado mecanizado (ALVES, 2005), precarização das relações de trabalho, super exploração do trabalho, exclusão social, pobreza, degradação do meio ambiente (FABRINI, 2008). Vários dos trabalhos confirmam a tendência de uma enorme desigualdade na distribuição de renda, comprovando a exclusão social, entre os que participam dessa tríplice aliança, modernização da agricultura, capital e grande propriedade fundiária refletido num grande mosaico chamado agronegócio.

Podemos perceber com as colocações de Delgado (2005), que essa nova força modernizadora, que se redefine hoje na contemporaneidade com o predomínio do agronegócio, possui varias similaridades com a modernização conservadora apoiada pelos governos militares na década de 1970, com exceção para o crescimento do conjunto da economia.

5. Considerações finais

O trabalho apresentou as configurações e tensões sociais, econômicas, políticas, ambientais e territoriais que se afirmam com o fenômeno do agronegócio na sociedade



brasileira. Mostrando alguns benefícios e problemas desencadeados a partir da implantação e desenvolvimento do agronegócio.

As tensões sociais (ALVES, 2005; FERNANDES, 2007; ELIAS 2006; BEZERRA, 2008; SILVA, 2009; HEREDIA, MEDEIROS, PALMEIRA e LEITE, 2010) foi tema recorrente nos escritos sobre as dinâmicas do agronegócio. Nas regiões de fronteira ou cidades do agronegócio, os conflitos sociais têm como origem não apenas as desigualdades econômicas e de renda (ALVES, 2005), mas um processo social marcado por tensões entre diferentes protagonistas, com o objetivo de criar as condições mais adequadas para a realização das práticas econômicas. Existem graus variados de conflitualidades reveladas por uso tecnológico dos recursos naturais, modos de produção, modos de vida e manifestações culturais, marcando as tensões entre vários grupos sociais (FERNANDES, 2007).

Outro ponto forte de tensão social é a distribuição desigual dos benefícios financeiros gerados pelo agronegócio, a dificuldade dos produtores locais ou de subsistência de se inserirem no processo de modernização do campo, a dificuldade dos moradores locais de ascender política, econômico e socialmente, coisa que acontece com frequência entre os migrantes sulistas em detrimento dos moradores do lugar, já que eles possuem poder econômico e social e daí é mais fácil de ingressar na política local e acabam comandando os municípios.

Também acontece conflitos no campo, marcados pela lógica de reprodução do capital nas áreas de fronteiras, representados através dos incidentes violentos entre os grandes proprietários de terras sobre grupos de posseiros, populações indígenas e outros pequenos produtores em busca de áreas para o plantio da soja. Outro aspecto marcante de tensões sociais acontece quando se fala de meio ambiente e as áreas de reserva legal na Amazônia (Fernandes 2007).

A questão da urbanização é dos temas muito debatidos quando se fala em cidades do agronegócio. Elias e Pequeno, (2007) identificaram em vários municípios nordestinos que difundiram o agronegócio, aspectos negativos da urbanização a partir da expansão do agronegócio. A prática do agronegócio acelera o processo de urbanização e de produção de espaços urbanos não metropolitanos, isso ocorre devido as inter-relações entre o campo e a cidade.



Quanto à urbanização, Alves (2005 e 2006) esclarece que houve mudanças significativas nas cidades do agronegócio, ou fronteiras agrícolas, em que se instituiu uma nova dinâmica urbana. Nos municípios que já existiam antes do boom do agronegócio, há uma veloz adaptação aos novos moradores e aos novos consumos produzidos pela demanda de bens e serviços requisitados por seus novos moradores. E nos municípios recém criados, em decorrência do movimento migratório sulista e dos municípios vizinhos, o processo de urbanização subordina-se também as novas exigências. Os novos moradores organizam suas vidas, econômica, cultural e social, ao ritmo da produção agrícola moderna.

Em suma, o agronegócio instrumentalizou na sociedade brasileira um complexo de influências que abrange as dimensões econômica, política e ideológica. Economicamente o agronegócio conta com o incentivo do estado e das políticas governamentais que viabiliza créditos e infra-estrutura para os produtores, além da participação do capital internacional e dos capitais privados que contribuíram para o aumento dessa lógica modernizadora que é o agronegócio. Politicamente o agronegócio se afirma agrupando uma rede de parlamentares, com a finalidade de fortalecer a representação e institucionalização dos próprios interesses, alterando legislações, aprovando medidas governamentais e projetos favoráveis ao setor do agronegócio, construindo uma certa hegemonia. E ideologicamente, os representantes do agronegócio se dizem detentores de um novo modelo de desenvolvimento capitalista que atende aos interesses e as necessidades de todos. Os representantes patronais procuram legitimar esse poder frente a sociedade política e a sociedade civil. Investindo nos lugares midiáticos para ampliar as estratégias comerciais, propagandas e vendas dos seus produtos.

Referencias bibliográficas

ALVES, V. E. L. (2005). A Mobilidade Sulista e a Expansão da Fronteira Agrícola Brasileira. *Agrária*, São Paulo, n.2, p.40-68.

ALVES, V. E. L. (2006). **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio**. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do departamento de geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.



BEZERRA, J. E. (2008). **A dinâmica geográfica do agronegócio e as relações de trabalho no Nordeste**. O público e o privado - Nº 11 - Janeiro/Junho.

BRUNO, R. (2009). et al. **Um Brasil Ambivalente. Agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Mauad X Ed. /Eduar-UFRRJ.

BRUNO, R. (2010). **Agronegócio, palavra política**. Artigo apresentado no VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, PE.

CALLADO, A. A. C. - organizador - (2009). **Agronegócio**. 2.ed. 2. reimpressão. São Paulo: Atlas.

CAMPOS, C. S. S. (2009), Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio: O caso de Cruz Alta – RS. Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre RS, 2009, 233 f (Tese de Doutorado).

CAMPOS, C. S. S. (2010), a pobreza feminina nos territórios do agronegócio – um estudo de caso de cruz alta no RS. Revista eletrônica Para Onde!? - N.º 7 Julho – Dezembro p. 23-44 - ISSN:1982-0003.

CANUTO, A. (2004). Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. *Revista NERA*, 7 (5).

DELGADO, G. (2005). A questão agrária no Brasil, 1950-2003. Jaccoud, L.(ed.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, p. 51-90.

DELGADO, G. (2006). O significado do agronegócio no Brasil. *Jornal UNESP*. Ano XX – nº 211.

DOURADO, J. A. L., MESQUITA, H. A. de (2010). Expropriação camponesa, agronegócio e precarização do trabalho em Livramento de Nossa Senhora (BA). **Revista IDeAS**, v. 4, n. 1, p. 291-311, jun./jul.

ELIAS, D., PEQUENO, R. (2007). Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n.1, p.25-39.

ELIAS, D., MUNIZ, A., BEZERRA, J. (2007). Agronegócio e Reorganização das Relações de Trabalho Agrícola no Baixo Jaguaribe (CE). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, nº 1, jan-mar.

FABRINI, J. E. (2008). Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v.9, n. 1, p.35-62.

FERNANDES, A. J. C. (2007). **Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso**. Porto Alegre: UFRGS. (Tese de Doutorado).



GOMES, I. R. (2009). As novas regiões produtivas agrícolas: o caso do Baixo Jaguaribe (CE) - Vale do Açu (RN). **Revista IDEAS**, v. 3, n. 2, p. 288-323, jul./dez.

HEREDIA, B., PALMEIRA, M., LEITE, S. P. (2009) **Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil**. Artigo apresentado no 33º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu.

HEREDIA, B., MEDEIROS, L. S., PALMEIRA, M., LEITE, S. P. (2010) **Configurações Sociais no “Agronegócio” Brasileiro**. Artigo apresentado no VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, PE.

MENDONÇA, S. R. de (2005). Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. **Revista Histórias e Perspectivas**, Uberlândia, (32/33): Jan-jun/ago-dez. p. 91-132.

MENEZES, A. H., PINHEIRO, J. C. (2005). O potencial do agronegócio para alavancar a economia brasileira. **Revista de Política Agrícola**, 14 (3).

OLIVEIRA, D. C. de (2010). Pobreza e desigualdade social: percepções de uma elite. CSOnline – **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ano 4, ed. 10, mai./ago.

PINTO, R. G. (2010). **Construção e exercício de hegemonia: o caso da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e do Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA)**. Artigo apresentado no VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, PE.

SILVA, E. R. (2009). **A modernização da agropecuária, a emergência da elite empresarial rural e o surgimento das cidades do agronegócio na região brasileira de fronteira agrícola**. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas. (Tese de Doutorado).

SILVA, S. C. da (2009a). A criação de municípios no *front* e a formação da elite do agronegócio: faces do *uso* do território brasileiro. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 24, n. 48, p 85-101, jul./dez.

SOUZA, S. T., CONCEIÇÃO, A. L. (2008). As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 9, n. 1, p. 103-123.



Encontro da Rede de Estudos **RURAIS**

DESENVOLVIMENTO, RURALIDADES E
AMBIENTALIZAÇÃO: PARADIGMAS E ATORES EM CONFLITO

03 a 06 de junho de 2012.

GT8

PESCADORES ARTESANAIS NA GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA: POTENCIALIDADES E LIMITES

COORDENAÇÃO

MARIA CRISTINA MANESCHY

NAÍNA PIERRI

CRISTIANO RAMALHO



GT 8 – Formas de participação de pescadores artesanais na gestão ambiental: potencialidades e limites

“Desafios à gestão compartilhada da pesca artesanal no Rio São Francisco, MG”

Ana Paula Glinfskoi Thé¹

¹Departamento de Biologia Geral, PPGDS, Unimontes. Email:anathecomanej@yahoo.com.br

1. Contexto e bases teóricas

Este trabalho refere-se à descrição de algumas aprendizagens de uma pesquisa-ação a qual têm atuado no desenvolvimento da gestão participativa da pesca em parceria com os pescadores artesanais profissionais do Rio São Francisco no Estado de Minas Gerais (Projeto Oportunidades e Desafios a Gestão Compartilhada da Pesca no Médio São Francisco, Minas Gerais/Unimontes). Esta pesquisa tendo como base a experiência do processo de desenvolvimento institucional e legal dos “acordos de pesca” da região Amazônica e de outros fóruns interinstitucionais de gestão participativa pesqueira no Brasil, como o Fórum da Lagoa dos Patos – Rio Grande do Sul, o Fórum da Lagoa de Ibiraquera – Santa Catarina e os conselhos de gestão das Reservas Extrativistas Marinhas como a Resex do Mandira – São Paulo e a Resex de Corumbau – Bahia (SEIXAS e KALIKOSKI, 2006).

É importante salientarmos o conceito de pesquisa-ação de Michel Thiollent (1985), para uma melhor compreensão do âmbito desta pesquisa. Para o autor, a “pesquisa participante, ou pesquisa – ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (Thiollent, 1985, parágrafo 1, pg.14).

Nosso problema coletivo, portanto, é a ineficiência do modelo vigente de manejo dos recursos pesqueiros no Estado de Minas Gerais, centralizado nos órgãos governamentais, no caso específico, o IBAMA e o IEF-MG para normatização e fiscalização da pesca e, a Polícia Militar Ambiental, que em convênio com estes órgãos, é a principal força fiscalizadora desta atividade na porção mineira do Rio São Francisco.

A centralização da gestão dos recursos naturais têm sido ineficaz na resolução de diversos conflitos relacionados ao manejo e uso dos recursos pesqueiros, como por exemplo: os conflitos entre as comunidades e o Estado, devido à falta de confiança entre ambos e a desvalorização e até proibição de práticas tradicionais de pesca e de manejo local, considerados predatórios; os conflitos entre as instituições governamentais, principalmente, entre IBAMA e IEF, com elaboração, por ambos órgãos, de portarias de pesca conflitantes, dificultando o cumprimento da legislação da pesca pela comunidade e aumentando os conflitos com a fiscalização; e os conflitos entre diferentes usuários dos recursos pesqueiros e hídricos do São Francisco, como pescadores artesanais profissionais, pescadores amadores, fazendeiros, indústrias metalúrgicas, entre outros.

Esta falta de entendimento no manejo dos recursos coloca os estoques pesqueiros sob o risco de sobre-exploração, já que não promove o cumprimento da



legislação de pesca e não proporciona uma fiscalização eficiente e não violenta; não garante proteção aos locais de desenvolvimento dos alevinos, as lagoas marginais, as quais têm sido exaustivamente exploradas e destruídas pelos projetos agrícolas; não inibe a degradação do ecossistema pela poluição industrial, colocando em risco espécies de peixes, e possivelmente, a comunidade ribeirinha, como o caso da mortalidade do surubim (*Pseudoplatysma coruscans*) que têm ocorrido na região desde o início de 2005; e por último, ameaça a sustentabilidade de uma das mais importantes fontes de proteína e de subsistência econômica da região: a pesca artesanal (Thé et al, 2008).

Outro desafio é a falta de informações, tanto sobre os estoques pesqueiros do Rio São Francisco, como sobre o esforço de pesca a que estes estão submetidos. Faltam pesquisas periódicas e participantes sobre o desembarque da pesca para possibilitar uma avaliação de estoques. O esforço de pesca também é de difícil mensuração devido à existência de um número desconhecido mas possivelmente considerável de pescadores conhecidos como “clandestinos”, referentes tanto àqueles que vivem comercialmente da pesca mas se não se encontram profissionalizados (não cadastrados em colônias), como àqueles que, sendo ribeirinhos, vivem preferencialmente de alguma outra atividade profissional, pescando periodicamente para incremento da alimentação familiar (pesca de subsistência) e lazer.

Este contexto nos coloca sob a possibilidade de uma “Tragédia dos Comuns”, teoria proposta por Hardin (1964) a qual considera que, no caso de recursos comuns, a lógica individualista superaria a coletiva na prática de obtenção dos recursos.

A maioria dos recursos naturais pode ser classificada como recursos comuns. Segundo Ostrom et al. (1994), recursos comuns são estoques naturais ou antrópicos que permitem fluxos de unidades utilizáveis ao longo do tempo. Os “recursos comuns” compartilham duas características-problemas: 1) é custoso desenvolver instituições que excluam beneficiários em potencial destes recursos – conhecida como problema de exclusão; 2) as unidades de recursos obtidas deste estoque comum por um determinado usuário não estarão mais disponíveis a outros usuários – conhecida como problema da subtractabilidade (Ostrom et al, 1994; Berkes et al, 2001).

Para resolver portanto, o problema da exclusão e da subtractabilidade no manejo dos recursos naturais comuns como os recursos pesqueiros, é necessário responder como controlar o acesso ao recurso e como incentivar o cumprimento de regras e regulamentos entre os usuários para reduzir o impacto de um sobre o outro.

Tanto controlar o acesso ao uso como resolver o problema da subtractabilidade de recursos pesqueiros têm sido o desafio para vários programas de manejo ao redor do mundo (Berkes et al, 2001; Pomeroy et al, 1998; Freeman, 1992; Holling e Meffe, 1996, Ludwig, 2001). Na maioria deles, definir o tamanho do grupo de usuários, quantos equipamentos e barcos existem e quais são os diferentes grupos de usuários são questões de difícil resposta (Berkes et al, 2001). Em muitos casos, e em convergência a este estudo, as populações são muito fluídas, os participantes na pesca estão mudando todo o tempo, ou alternando as atividades de pesca com outras atividades econômicas, ou alternando para outras regiões de pesca, como no caso do reservatório de Três Marias, onde muitos pescadores chegam e partem para outros reservatórios, buscando recursos mais disponíveis (Thé, 1999). Em outros casos, a legislação federal define os recursos hídricos como “open-access”. No caso dos rios brasileiros, por exemplo, por pertencerem a União, pertencem como direito a todos os cidadãos, e por isso a exclusão de usuários “de fora” (pescadores de outras regiões, por exemplo) por portarias, instruções normativas ou acordos de pesca, se torna legalmente questionável. Em quaisquer destes casos, as pesquisas fortemente indicam que se o acesso a um recurso não é controlado de algum modo, cedo ou mais tarde o recurso irá estar sujeito a uma



“tragédia dos comuns” (Berkes et al, 2001).

O problema da subtractabilidade se manifesta através dos conflitos entre pescadores ou outros usuários ou através dos conflitos entre usuários e instituições governamentais, pelo não cumprimento da legislação. Portanto, o questionamento sobre a efetividade das leis em vigência ou a reflexão sobre o seu não cumprimento, como também, a reflexão sobre as divergências entre o “pensar” e o “agir” das instituições que criam e fiscalizam as leis (conhecimentos científicos, ou as vezes lobbys políticos) e o “pensar” e o “agir” das comunidades que pescam (conhecimento ecológico e manejo local de uso dos recursos naturais desenvolvido pela experiência empírica da comunidade no ambiente em que vive, ao longo de diversas gerações) apontam para outra descoberta na literatura sobre uso de recursos comuns na questão da subtractabilidade: manejo não funciona ao menos que os usuários estejam de acordo à seguir as regras ou normas estabelecidas (Berkes, et al, 2001).

1.2. Gestão compartilhada de recursos pesqueiros: histórico, definição e princípios

Na discussão teórica sobre processos participativos na gestão de recursos naturais comuns, muitos são os conceitos, muitas vezes similares nos significados assim como nas questões sobre a efetividade as quais permanecem, na maioria dos casos, ainda sem respostas.

Segundo Berkes et al (2001), há vários níveis de participação comunitária em processos que são igualmente denominados de *co-management* (co-manejo ou co-gestão) ao redor do mundo: desde a simples informação/comunicação aos usuários sobre as regras de uso dos recursos realizada freqüentemente por agências governamentais reguladoras, até a total auto-gestão comunitária dos recursos naturais a qual, desde a criação das regras de acesso e uso dos recursos, fiscalização, monitoramento, avaliação e aplicação de sanções é realizada pelas comunidades, gestão denominada freqüentemente de *community-based management* (manejo de base comunitária). No entanto, esses autores também apresentam o que consideram como definição ideal para um processo de co-gestão/co-manejo: um processo de manejo de recursos, dinâmico ao longo do tempo, envolvendo aspectos de democratização, *empoderamento* social, equitabilidade de poder e descentralização. Esses aspectos são, na realidade, princípios abordados pela grande maioria das pesquisas em gestão participativa ou co-gestão de recursos naturais realizadas em várias partes do mundo.

Segundo Azevedo e Apel (2004), co-gestão seria a gestão compartilhada dos recursos naturais considerados como bem público, para além do estatal. Ainda, segundo os autores, mesmo que a constituição brasileira defina o Estado como o gestor da “coisa pública, dos bens públicos” e sendo os recursos naturais bens públicos por essência, seria necessário avançar para além do estatal, devido ao relativismo das funções estatais imposto pelo neoliberalismo, propondo uma sociedade civil (local, nacional e global...) como gestora do futuro do planeta. Para os autores, co-gestão implica, portanto em participação e responsabilidades pessoais e institucionais, tanto do Estado (federal, estadual e municipal), como da sociedade civil organizada (Colônias de Pescadores, Sindicatos de Trabalhadores, ONGs, entre outros).

Para McCay e Jentoft (1995), a questão de quais grupos de usuários envolver no processo de co-gestão e porque estes devem ser envolvidos também é basicamente uma questão política e não técnica. Segundo estes autores, a participação de cada grupo de usuários é garantida principalmente pelo seu nível de *empoderamento* e isso sempre significará, em contextos de razoável diversidade de grupos, situações nas quais,



obrigatoriamente, uns perderão e outros ganharão poder. No entanto, a questão de como os usuários deverão ser incorporados nos processos de manejo é também uma questão de arranjos institucionais e, nesse caso, ao realizarem a avaliação de vários exemplos de manejo de recursos pesqueiros em países nórdicos, os autores apresentam uma diversidade de arranjos possíveis, com muitas perguntas ainda a serem respondidas em termos de democracia, descentralização e efetividade no uso sustentável dos recursos.

No contexto específico do Brasil, a gestão participativa passou a ser apresentada como solução técnico-política para a diminuição da centralização governamental sobre as tomadas de decisão e para a ampliação da cidadania, na tentativa de diminuir a grande desigualdade entre os grupos sociais da sociedade brasileira.

Durante a imersão da política econômica brasileira nos moldes do neoliberalismo a partir de meados da década de 1990, governo, técnicos e mesmo lideranças dos movimentos sociais começam a defender a gestão participativa como a possibilidade de inclusão das demandas dos grupos econômica e culturalmente excluídos, nas diversas esferas de administração dos recursos públicos (ou dos bens públicos), incluindo aí os recursos naturais. Esses últimos começam a ser gestados no Brasil de maneira partilhada entre usuários e Estado por meio das Reservas Extrativistas, modelo de Unidade de Conservação do Brasil, conquistado após anos de mobilização dos seringueiros do Estado do Acre, grupo organizado em um movimento social que se projetou internacionalmente pela condução de Chico Mendes, figura pública assassinada por fazendeiros daquela região no início da mesma década de 1990. O modelo de gestão partilhada dos recursos naturais nas unidades de conservação brasileiras passa a ser aplicado em outras formas de administração pública, como as municipais por meio de orçamentos participativos, até a formação de comitês de gerenciamento de recursos comuns, como os de recursos hídricos denominados de Comitês de Bacias Hidrográficas.

No trabalho intitulado “Recursos Hídricos e Cidadania no Brasil: Limites, Alternativas e Desafios”, Machado (2003) argumenta que as idéias de descentralização e de participação pública no Brasil adquirem um novo sentido na arena político-administrativa brasileira, transformando-se em importantes questões para os governos que têm sustentado o ponto de vista hegemônico sobre a modernização do Estado. Esse autor caracteriza como prática efetiva de gestão pública colegiada integrada aquela orientada pela lógica da negociação sócio-técnica, que age visando o ajuste de interesses e propostas resultantes do diagnóstico técnico-científico e das legítimas aspirações e conhecimentos da população e dos diversos atores que habitam o território no qual os recursos comuns deverão ser geridos ou manejados. Machado (2003) ressalta ainda que os atores envolvidos no processo participativo de tomada de decisão devem sentir-se comprometidos com o mesmo e almejar vê-lo cumprido, sendo um agente de implementação dessas decisões e não apenas um agente passivo.

Os vários estudos sobre gestão partilhada dos recursos ambientais defendem princípios ou requisitos básicos comuns, como a descentralização, a democratização, o empoderamento e a equidade para poder haver uma administração público-governamental (Berkes, et al, 2001). Apesar disso, a forma como desenvolver esses princípios em contextos de grandes desigualdades entre os usuários e os arranjos institucionais que podem ser organizados permitindo a expressão desses princípios nesses contextos têm sido pouco abordados pelas pesquisas, principalmente por projetos de pesquisa-ação.

Neste projeto, o conceito de co-gestão formulado é o seguinte:

Co-gestão significa o processo de dividir a responsabilidade, o dever e a



autoridade entre o governo e os usuários no gerenciamento dos recursos naturais. Significa compartilhar o poder de tomada de decisão entre o governo e instituições locais e as diferentes categorias de usuários dos recursos naturais (Thé et al, 2008).

Revisitando princípios já demonstrados pela experiência de diversos grupos, estudiosos, poder público e comunidades que têm trabalhado o processo de **co-gestão**, consideramos a organização social, a negociação/participação, o empoderamento, a equidade, a descentralização e a desconcentração, como princípios primordiais para o desenvolvimento de um contexto sócio-ambiental adequado para a implementação do mesmo. No quadro abaixo, explicita-se a definição para cada um destes princípios:

Quadro 1. Princípios para a organização social na gestão compartilhada dos recursos pesqueiros

Princípio	Descrição
Organização social	<i>É fundamental e necessário ter ou implementar um processo de organização social (local) que tenha legitimidade, ou seja, que os usuários reconheçam a autoridade de representação daqueles que os representam, que se percebam nesses. Também todos os usuários/interessados (stakeholders) deverão ser convocados a participar do processo para garantir a representatividade de todos os envolvidos. É necessário também que os representantes tenham capacidade (e quando não tiverem, sejam capacitados) para a interlocução com outros grupos de usuários.</i>
Negociação/Participação	<i>Um processo de negociação, de diálogo e de “concertación” faz surgir políticas que tenham maiores chances de sustentabilidade. Quando a maioria dos usuários (ou pelo menos os mais diretamente implicados) e os órgãos envolvidos conseguem estabelecer um processo participativo de negociação e diálogo e criam espaços (institucionais ou não) para efetivar essa participação, o processo de co-gestão tem maiores possibilidades de se sustentar ao longo do tempo.</i>
Empoderamento	<i>Normalmente, as organizações dos usuários de menor poder econômico (e, portanto, político) é débil (ou inexistente). Essa fragilidade tem sua raiz, entre outras coisas, em fatores de índole interna - individualidade, competição, assim como fatores de índole externa - imposição de estruturas organizativas alheias à realidade e cultura local (Ayales Cruz, 1999). Portanto, um processo de fortalecimento e mesmo de constituição de organizações (empoderamento) deve ser estabelecido para garantir a construção da equidade necessária ao processo de co-gestão.</i>
Equidade	<i>Deve-se buscar uma distribuição (de responsabilidades) equitativa do ponto de vista econômico, político (em termos de poder de</i>



	<p><i>decisões, acesso à tecnologia, capacitação e crédito) de raça e de gênero (Ayales Cruz, 1999). Tratar desiguais como iguais é uma desigualdade, um processo injusto e antidemocrático. Normalmente esse desequilíbrio de poder precisa de mediações para que as negociações possam ser efetivas.</i></p>
<p><i>Descentralização e Desconcentração</i></p>	<p><i>Por descentralização entende-se a transferência de poder do governo central para atores e instituições em níveis mais baixos da hierarquia político administrativo e territorial (Toni, 2005). Desconcentração significa a transferência de recursos e poderes de decisão para escritórios locais e órgãos do governo central ou agências operando no nível estadual ou municipal (Toni, 2005). O primeiro é mais amplo, pois vai além do poder público e, o segundo, mais restrito pois se refere ao poder público exclusivamente. A transferência desses poderes pressupõe definir as normas e regulamentações, controlar, monitorar e fiscalizar estas normas e partilhar todo o processo também do ponto de vista econômico/financeiro.</i></p>

2. Algumas lições aprendidas: oportunidades e limites a gestão compartilhada de recursos pesqueiros no Rio São Francisco, Minas Gerais.

Apontar os acordos de pesca da Amazônia, hoje institucionalizados pelo IBAMA, como uma das experiências exitosas no Brasil deve-se aos acordos de pesca serem tradicionais nas comunidades ribeirinhas da Amazônia desde os anos 60 e 70. Surgiram como forma de minimizar conflitos que existiam entre pescadores nas regiões de ambientes lacustres. Na maioria dos casos, pescadores locais, que vivem ao redor dos lagos, confrontavam-se com pescadores “de fora”, que utilizam artes e embarcações com maior poder de pesca. Para defender suas áreas de pesca, que eles consideram de propriedade comum (da comunidade), muitas comunidades da várzea começaram a desenvolver e implementar sistemas de manejo comunitários, com a finalidade de reduzir ou controlar a pressão dos recursos (Isaac & Cerdeira, 2004), apoiados pelo Estado brasileiro, com a legalização das suas regras de pesca comunitárias, que proíbem o uso de instrumentos e artes de pesca diferentes dos usados tradicionalmente pelas mesmas.

Já na região do São Francisco, em Minas Gerais, a atividade pesqueira têm sido realizada há mais de um século, através de regras informais para o uso dos recursos pesqueiros, as quais abrangem a divisão espacial das margens e de regiões de rio e represa em “acampamentos e sítios de pesca” entre os usuários, além dos complexos sistemas de propriedade comum, que limitam o acesso e o uso dos recursos pequeiros à grupos de pescadores “proprietários”, como os sistemas da “Praira de Januária” e da “Cachoeira de Buritizeiro e Pirapora” (Thé, 2003). No entanto, até hoje não existe a legitimação pelos órgãos governamentais de nenhum destes arranjos locais. Também, até meados de 2003, nenhum movimento de estruturação de um modelo de gestão participativa para a região havia sido efetivamente realizado, tanto pelas Colônias e Federação de pescadores, que se encontravam em situação de descrédito pela base e de desorganização, tanto como pelos órgãos governamentais, pela inexperiência em



processos participativos. Até então, apenas alguns encontros consultivos ocorriam entre lideranças locais e os órgãos competentes ao longo dos anos, na grande maioria convocados pelo IEF-MG e pelo IBAMA e de caráter totalmente informativo, onde havia apenas um locutor, o Estado.

No início de 2004, o projeto de Rumo à Co-Gestão da Pesca no Vale do São Francisco, desenvolvido pelo Instituto Amazônico de Manejo de Recursos Ambientais - IARA e pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, em colaboração com outros parceiros do Projeto de Cooperação Bilateral Brasil Canadá “Peixes, Pessoas e Águas” iniciou atividades com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da gestão compartilhada de recursos pesqueiros no trecho Alto-Médio São Francisco, através de trocas de experiências entre os dois países e entre as regiões Amazônica e da Bacia do São Francisco, ambas de grande relevância aos estudos sobre gestão pesqueira e de recursos hídricos continentais.

As atividades de trocas de experiências do projeto Rumo a Co-Gestão da Pesca – IDRC centraram-se em oficinas, workshops, fóruns, visando a capacitação dos pescadores profissionais, instituições governamentais locais, municipais, e federais, e outros usuários dos recursos naturais para a o manejo participativo, em seis municípios da região do Norte de Minas Gerais, sendo estes: Três Marias; São Gonçalo do Abaeté; Pirapora; Buritizeiro; Várzea da Palma; e Ibiaí. Os pescadores artesanais profissionais que vivem na área urbana e rural destes municípios estão organizados atualmente em quatro colônias (no início do projeto eram duas): Colônia de Pescadores de Três Marias Z-5; Colônia de Pescadores de Colônia de Pescadores de Buritizeiro Z-21 ; Colônia de Pescadores de Ibiaí Z-20 (IARA e UFSCar, 2006).

Durante a realização destas atividades até meados de 2006, segundo Thé et al (2008) importantes passos foram dados “Rumo a Gestão Participativa da pesca no trecho mineiro do São Francisco”, como por exemplo:

1. Unificação das portarias de defeso do IEF e IBAMA, resultado direto do I Fórum Regional da Pesca de Três Marias (junho, 2004);
2. Criação das Colônias de Ibiaí e de Buritizeiro, que já possuíam associações criadas e foram organizadas durante o desenvolvimento das atividades do projeto. A motivação a se transformarem em colônias não se deve as atividades do projeto, isto já era um precedente para ambas as comunidades, mas o projeto influenciou a decisão sobre a formação das colônias a partir das informações sobre direitos sindicais recebidas durante a I Oficina de Capacitação de Lideranças em Abril de 2004. O processo de criação destas colônias abriu o debate entre a categoria sobre a forma de funcionamento destas entidades, como a necessidade de serem revistas as formas de eleição e as regras e taxas que compõem os seus estatutos. O debate teve início na própria oficina de capacitação e se estende até hoje, envolvendo as colônias e a Federação de Pescadores de Minas Gerais.
3. Aproximação entre os membros da categoria de pescadores profissionais – “*estamos mais unidos*” – e as oportunidades de troca de experiências entre eles em diversas atividades, proporcionando o aprendizado entre os iguais.
4. Surgimento de novas lideranças a partir das capacitações, principalmente de mulheres. Três das quatro colônias de pescadores possuem no seus novos grupos diretores mulheres pescadoras.
5. Aproximação de diferentes “stakeholders” e a categoria de pescadores artesanais profissionais do Rio São Francisco, a partir da realização do I Fórum Regional da Pesca, para discutir conjuntamente maneiras de resolver conflitos relacionados ao uso dos recursos naturais comuns a estes diferentes usuários,



como órgãos governamentais, empresas estatais, empresas privadas, pequenos e médios proprietários de terra, escolas, universidades, etc.

6. Organização do Grupo de Trabalho da Pesca – GTPesca São Francisco (novembro, 2005) com o objetivo de ser o espaço privilegiado de discussão inter-institucional para a formação de novos arranjos que facilitem a gestão compartilhada dos recursos naturais. No entanto, a participação governamental neste ainda é frágil e precisa ser fortalecida, através de sensibilização sobre a importância da participação comunitária no manejo e de capacitação técnica para o co-gestão dos recursos pesqueiros.

Uma equipe de pesquisadores, entre docente e estudantes, tem apoiado a articulação entre as colônias de pescadores dos municípios Buritizeiro, Pirapora e Ibiaí para a continuidade da assembleias do Grupo de Trabalho da Pesca – GTPesca, desde sua criação, através do projeto de pesquisa e extensão Oportunidades e Desafios a Gestão Compartilhada da Pesca no Médio São Francisco, Minas Gerais/Unimontes. Até ao momento foram realizadas (nove) assembleias (quatro em 2006; três em 2007 e uma em 2008, uma em 2010). No ano de 2009 e em 2011 não foram realizadas nenhuma assembleia. Os principais entraves para a realização das mesmas são a falta de recursos próprios das colônias para garantirem a participação de seus representantes, quando estas são realizadas em municípios diferentes; e a falta de transparência e compromisso dos órgãos gestores, principalmente dos representantes do IEF, IBAMA e Polícia Militar em cumprir com as deliberações resultantes das assembleias. Acredita-se que estas ocorrências estejam minando a confiança e a disposição da comunidade de pescadores artesanais em continuar a apoiar a organização e a garantir participação na realização das assembleias do GTPesca.

3. Considerações finais

Estas oportunidades valorizadas nas ou criadas pelas atividades dos projetos “Peixes, Pessoas e Água” – CIDA/Brasil, “Rumo a Co-Gestão da Pesca no Vale do Rio São Francisco” – IDRC e “Oportunidades e Desafios a Gestão Compartilhada da Pesca no Médio São Francisco, Minas Gerais/Unimontes” são fundamentais para o prosseguimento de um manejo participativo dos recursos naturais nesta região, mas há ainda grandes desafios a se superar, como: a falta de democracia e de habilidades para o desenvolvimento político das entidades de representação dos pescadores artesanais; a falta de engajamento dos representantes e técnicos dos órgãos governamentais em participar e construir efetivamente a gestão participativa da pesca no trecho mineiro do Rio São Francisco; a injusta fiscalização dos usos dos recursos naturais pelos órgãos fiscalizadores, principalmente os Estaduais, muito maior sobre a pesca artesanal do que sobre os crimes ambientais cometidos pela pesca amadora, pela atividade industrial (mineração e siderurgia), pela atividade agrícola e por administrações públicas locais nas questões de lixo e esgoto; entre outros.

Cidadania, empoderamento, participação dos atores, envolvimento da sociedade civil na gestão estatal: seja qual for o nome, essa tendência global emergente está tendo um impacto em todos os aspectos da gestão pública e do desenvolvimento nos âmbitos local, nacional e internacional (SEIXAS e KALIKOSKI, 2006).

Na pesca artesanal, o espaço de participação da sociedade civil é grande, talvez maior do que em muitos outros setores. Isso se dá em parte porque esses pescadores foram marginalizados nos processos convencionais de tomada de decisões de cima para



baixo (ou centrado do estado), e hoje há uma tendência de maior orientação comunitária, isto é, participação das comunidades de pescadores na construção das regras/normas, no monitoramento e fiscalização da pesca (Christie e White, 1997).

Porém, deve-se também à própria natureza da pesca de pequena escala, que é praticamente impossível de gerir sem a contribuição e a cooperação dos atores. O uso de informações imperfeitas para a gestão exige uma cooperação íntima e o compartilhamento de riscos entre a agência de gestão e os pescadores. Esse processo exige colaboração, transparência e responsabilidade, de modo que um ambiente de aprendizagem possa ser criado e a gestão possa ser construída com base na experiência e no saber dos diferentes atores.

A transparência significa abertura e a disponibilização total e livre de informações, decisões e planos. A responsabilidade significa que as pessoas que tomam as decisões devem estar disponíveis para responder às pessoas que são afetadas por elas.

No entanto, quando trata-se de recursos disputados ou afetados por diferentes usuários e portanto, diferentes objetivos ou anseios e ainda, com desiguais poder econômico e político, tem-se um potencial contexto de Conflitos Ambientais e dificilmente a gestão compartilhada não irá ser afetada por estes desequilíbrios nas tomadas de decisão.

A Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco possui, organizado e em funcionamento, um dos primeiros Comitês de Bacia Hidrográfica do Brasil. Em 2008, ocorreu a criação do Comitê de Recursos Pesqueiros da mesma bacia (Portaria IBAMA n. 16/2008). O Estado de Minas Gerais segue a orientação de institucionalização da questão ambiental posta no SISNAMA, através da criação do SISEMA, em 2007 (Lei delegada MG n.125): integração dos órgãos ambientais estaduais como o IEF (florestas e recursos naturais), IGAM (recursos hídricos), FEAM (Minérios e atividade industrial) e Polícia Militar Ambiental. Apesar desta ampla estrutura institucional governamental para a região, a falta de interação de decisões e ações, a falta de valorização do saber empírico da comunidade local e a falta de garantias a justiça ambiental perpetuam a situação de degradação do Rio São Francisco e das populações locais que dependem econômico e culturalmente deste.

O processo de reorganização de colônias e um início de disposição dos órgãos governamentais para o exercício do manejo dos recursos pesqueiros através da gestão participativa (como os Comitês de Recursos Hídricos e Pesqueiros da Bacia do São Francisco) apontam a possibilidade de mudanças adaptativas no atual contexto econômico, ecológico e social da pesca artesanal no Rio São Francisco. Mas a garantia da sustentabilidade dos recursos naturais e da atividade pesqueira na região depende diretamente do envolvimento e do compromisso de todos os usuários e do Estado na resolução dos conflitos e desafios.

4. Referências

AYALES CRUZ, Ivannia. 1999. **De las Pistas Observables a la Generación de Políticas**. IN Ivannia Ayales Cruz, Vivienne Solís Rivera, Patrícia Madrigal Cordero. 1ª. Ed. San José, Costa Rica: UICN.

Berkes, F., Mahon, R., McConney, P., Pollnac, R. and Pomeroy, R. 2001. **Managing Small-scale Fisheries**. Alternative Directions and Methods. Ed. IDRC, Ottawa, CA.

Christie, P. e White, A.T. Trends in development of coastal area management in tropical



countries: from central to community orientation. **Invited paper for the 25th anniversary edition of Coastal Management**, 25: 155–181, 1997.

Hardin, G. 1968. The tragedy of the commons. **Science** **162**: 1243-1248.

Holling C. S. e Meffe, G. K. 1996. Command and Control and the Pathology of Natural Resource Management. **Conservation Biology**, Vol. 10, No. 2: 328.

Pomeroy, R.S., Katon, B.M. & Harkes, I. 1998. Fisheries co-management: Key conditions and principles drawn from Asian experiences. Presented at **The Seventh Biannual Conference of the International Association for the Study of Common Property, "Crossing Boundaries"**. Vancouver, June 10-14.

Jentoft, S. 2000. The community: a missing link of fisheries management. **Marine Policy**, 24, 53-59.

Ludwig, D. 2001. The era of management is over. **Ecosystems** (2001) 4: 758-764.

MACHADO. C. J. S. 2003. Recursos hídricos e cidadania no Brasil: limites, alternativas e desafios. **Ambiente e Sociedade**. vol.6 no.2 Campinas July/Dec. 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, IBAMA. PORTARIA Nº 16, DE 27 DE MAIO DE 2008. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 28 de maio de 2008. Página 71.

Ostrom, E. Gardner, R., e Walker, J.M. 1994. **Rules, Games and Common-Pool Resources**. University of Michigan Press, Ann Arbor.

Issac, V. J. & Cerdeira, R. G. P. 2004. A Avaliação e Monitoramento de Impacto dos Acordos de Pesca: Região do Médio Amazonas. **Documentos Técnicos 3: Projeto Pró-Várzea/Ibama**.

Seixas, C.S. & Kalikoski, D.C. **Relatório de atividades do workshop gestão compartilhada de recursos pesqueiros no Brasil**. IBAMA e IDRC. 2006.

SISEMA. **Relatório Técnico – Mortandade de Peixes. Relatório SISEMA 01/2005**. Processo COPAM 194/1977. 26 pg. 2005. Disponível em: <<http://www.worldfish.org/PPA/PDFs/SemiAnnual%20VI/E-1.pdf>>. Acesso em 03 de Mar.2006.

Thiollent, M. 1985. **Metodologia da Pesquisa Ação**. São Paulo; Ed. Cortez.

Thé, A.P.G. 1999. Etnoecologia e Produção Pesqueira na Represa de Tres Marias, MG. **Dissertação de Mestrado, PPG-ERN, UFSCar, São Carlos, SP**.

Thé, A.P.G. 2003. “Conhecimento Ecológico, Regras de Uso e Manejo Local do Recursos Naturais na Pesca do Alto-Médio São Francisco, MG”. **Tese de Doutorado, PPG-ERN, UFSCar, São Carlos, SP**.



THÉ, A.P.G.; MANCUSO, M.I.R.; MELLO, R.Q.; APEL, M. “Pescar Pescadores: fortalecimiento de la organización comunitária para el manejo participativo de la pesca em el río San Francisco, Brasil. En: **El manejo de las pesquerías em los ríos tropicales de Sudamérica**. Editado por: Danny Pinedo y Carlos Soria. Instituto Del Bien Común. Bogotá, Colombia: Mayol. 2008. p.333-355. Disponível em<: www.idrc.ca>. Acesso em 10 de Out. 2008.

TONI, Fabiano . Gestão ambiental descentralizada: um Estudo Comparativo de três municípios da Amazônia Brasileira/ Fabiano Toni, Pablo Pacheco – Brasília: **Ministério do Meio Ambiente**. 2005. www.pnud.org.br



GT 8 – Formas de participação de pescadores artesanais na gestão ambiental:
potencialidades e limites

**“O mangal fica muito batido”: visão da utilização do manguezal pelo pescador
extrativista da Vila Sorriso, São Caetano de Odivelas/Pa.**

Daniel dos Santos Fernandes¹
Neila de Jesus Ribeiro Almeida²

¹Doutor em Ciências Sociais - Antropologia/Professor-pesquisador/Faculdades Integradas Ipiranga,
dasfer@ibest.com.br

²Mestranda em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento da Amazônia/NUMA-UFGA,
neilalmeida2000@hotmail.com

Resumo

Trata de um estudo parcial sobre a relação entre pescadores extrativistas e o ecossistema de manguezal, a partir do modelo das dinâmicas sociais da comunidade Vila Sorriso, situada a 7,5 km da sede do município de São Caetano de Odivelas/Pa. Objetiva identificar possibilidades de gestão ambiental, em áreas de uso de recursos comuns com pescadores extrativistas do manguezal. Levando em consideração seus modos de vida como subsistência e comercialização em pequena escala, seus saberes e práticas em relação aos usos do manguezal e socialização de possíveis ações que reduzam os impactos negativos no ecossistema local, a partir de discussões sobre gestão participativa.

Palavras-chave: Gestão Ambiental, Uso de Recursos Comuns, Pescadores Extrativistas do Manguezal, Dinâmicas Sociais.



Introdução

A necessidade de repensar constantemente práticas que viabilizem a melhoria da qualidade de vida, com menor impacto possível no meio ambiente, buscando fixar os seres humanos em seu espaço vivencial, é o pensamento mais coerente para a solução de alguns problemas socioambientais.

Tendo a zona costeira como um dos biomas mais importantes, procura-se trabalhar seus ecossistemas, fundamentais, para a vida marinha e estuarina, sendo que nesta pesquisa dá-se enfoque, a população que vive diretamente dos recursos naturais extraídos do manguezal e suas interações com este ecossistema.

Neste sentido o município de São Caetano de Odivelas pertencente ao Estado do Pará, foi escolhido por estar situado em sua maior parte em área de manguezal, segundo a legislação brasileira esta área é considerada Área de Preservação Permanente (APP), em que possui vários meios de proteção através de leis federais, estaduais e municipais. Além do acervo do ecossistema de manguezal, o município também é conhecido neste estado como a Terra do caranguejo.

Desta forma foi selecionada a comunidade Vila Sorriso, por ser considerada na região uma das comunidades que mais trabalha na coleta de crustáceo, especificamente do *Ucides cordatus* L., 1763 conhecido como caranguejo-uçá. A população que trabalha na coleta deste crustáceo, vinculada à Colônia de Pescadores Z-04 situada na sede do município, é considerada Pescador (a) Extrativista do Manguezal.

Procurou-se identificar a população que trabalha diretamente no ecossistema manguezal, conhecer os saberes, as práticas e os modos de uso deste ecossistema, fazendo relação com as questões de conservação e conseqüente socialização de discussões preliminares sobre gestão ambiental, para possíveis ações que reduzam os impactos negativos nos recursos naturais da área de manguezal local, visando sua utilização sustentável.



2 GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA

É necessário antes de falarmos em gestão ambiental participativa, observarmos que a partir da Constituição de 1988, fez-se necessário a organização de conselhos gestores que pudessem respaldar a construção da idéia de espaço público jurídico-institucional, onde o planejamento de políticas públicas fosse ratificado, acreditando-se que nestes espaços formais teriam as demandas legitimadas, pensando-se em espaços de posturas democráticas onde os diversos segmentos existentes pudessem ter seus embates possibilitando saídas mais plausíveis e inclusivas.

A existência destes conselhos possibilitaria a construção de estruturas mais democráticas, bem como, a visibilidade dos segmentos populares, o que não inibiu a possibilidade de desvios de propósitos, como a existência de conselhos, que por não terem a capacitação necessária para as discussões, envolvendo representatividade, facilitou a manipulação por grupos de interesse não sintonizados com as demandas populares.

Assim, as populações categorizadas tradicionais podem estar sujeitas a pressão de segmentos políticos partidários, que utilizam seus territórios para empreendimentos imobiliários ou culturas não endógenas, que levam em direção a um desequilíbrio socioambiental, podendo causar a destruição de seus espaços e componentes de alimentação e renda.

São amplas as discussões que envolvem a questão da gestão ambiental e as populações residentes nos diversos ecossistemas, o que leva em particular ao posicionamento das populações tradicionais e a variante gestão coletiva de bens comuns, notadamente, os recursos naturais, que nos direciona a idéias que segundo Godard (1997, p. 205), são arcabouços de “várias acepções da noção de gestão têm em comum a idéia de uma ação coletiva voluntária, visando o controle do desenvolvimento do território, e isto de um ponto de vista simultaneamente espacial e ligado à exploração dos recursos naturais”.

Mas como fazer esta gestão coletiva de bens comuns levando em consideração o que ocorre no extrativismo, realizado em áreas de livre acesso, a exemplo dos manguezais? A prática do extrativismo nesses territórios, tem como visão comum o



direito de uso do recurso por todos aqueles que residem no espaço, mas por vezes questionando o acesso dos chamados vizinhos de território.

Porém, não existem normas claras sobre o direito de uso deste ou daquele, a possibilidade de negociações são todas informais e na maioria das vezes as sanções não vão além da repreensão oral. Possuem regras que foram construídas, através de práticas sociais legitimadas pelo saber tradicional local passado de geração a geração, na maioria das vezes pela oralidade cuja transgressão pode ser objeto de conflito entre as populações envolvidas, entre eles, os pescadores artesanais.

3 PESCADORES ARTESANAIS NO BRASIL

Nas últimas décadas muitos estudos vem sendo desenvolvidos pela necessidade de proteger os recursos pesqueiros no Brasil, porém desde o período colonial, verificou-se no Brasil a formação de várias comunidades que viviam diretamente da atividade pesqueira, principalmente na costa do país.

Essa população originou-se da mistura entre índios, negros e europeus, dando início a uma cultura rústica e singular, formada pelos pescadores artesanais, vindo de uma falência do cultivo do café e açúcar na época do Brasil Colônia, onde tinham necessidade da exploração de outros recursos que não fossem fauna e flora (CLAUZET; RAMIRES; BARRELLA , 2005).

Há grandes discussões em relação a pesca artesanal, pois de acordo com a legislação nacional, entende-se por pesca artesanal os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal, também quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (BRASIL, 2009). Mas o que é considerado embarcação de pequeno porte? Essas brechas na lei, prejudicam os pescadores de modo geral, pois a partir deste impasse muitos ficam sem seus benefícios por não serem considerados pescadores artesanais.



De acordo com Diegues (1973) Pescadores artesanais podem ser definidos como aqueles que, na captura e desembarque de toda classe de espécies aquáticas, trabalham sozinhos e/ou utilizam mão- de- obra familiar ou não assalariada. Neste conceito, o tamanho da embarcação é independente.

Essa categoria viveu ao longo dos anos, diversas lutas por seus direitos profissionais, os pescadores artesanais tiveram um grande avanço quando foram incluídos na previdência social com a promulgação da Lei nº 8213, de 25 de Julho de 1991, quando foram contemplados a usufruir dos mesmos direitos dos trabalhadores urbanos, como também tiveram uma equiparação nos valores monetários desses benefícios cujo piso foi de um salário mínimo.

Considera-se um avanço indiscutível para os pescadores artesanais, pois assim como os trabalhadores rurais eram parcialmente cobertos e com valores de benefícios diferentes daqueles do setor urbano, logo, eram parcialmente cidadãos (LOURENÇO; HENKEL; MANESCHY, 2006).

Atualmente a maioria dos pescadores artesanais do Brasil, estão em uma situação confortável em relação a seguridade social, principalmente pescadores do sul e sudeste do país, quando comparados as outras categorias de pescadores, que lutam para gozar de seus direitos de cidadão. O que pode ser observado na luta incessante dos catadores de caranguejo do estado do Pará, em que as discussões em cima do Projeto de Lei nº 1186/2007 do Seguro Defeso para esta categoria, ficam apenas nas salas de reuniões do Congresso Nacional.

Desta forma a existência da prática da pesca artesanal no país, ainda se mostra muito frágil para muitos pescadores artesanais, pois assim como os catadores de caranguejo, estes desconhecem seus direitos e deveres por residirem em localidades muito afastadas das sedes dos municípios, essa situação que se agrava com a falta de documentação não apenas destas categorias, mas de inúmeras ligadas a pesca, principalmente os que trabalham em ecossistema de manguezal.

4 RELAÇÕES ESPECÍFICAS: SER HUMANO E ECOSSISTEMA MANGUEZAL



O ecossistema de manguezal (FIG. 1) designa um ecossistema formado por uma associação de animais e plantas que vivem na faixa entremarés das costas tropicais baixas, ao longo de estuários, deltas, águas salobras interiores, lagoas e lagunas.

De acordo com Alves (2004) o manguezal é considerado uma floresta de mangue, sendo um ecossistema de transição entre a água e a terra firme, irrigada por uma infinidade de pequenos canais diariamente inundados pelas águas costeiras.

Reforçando o conceito de manguezal como floresta, de acordo com Isaac et al. (2003) apontam o ecossistema de manguezal correspondente a um ambiente de floresta, composto por poucas espécies de flora, que são resistentes em muitos períodos de inundação e altos teores salinos, possuem uma fauna associada de uma grande biodiversidade e conseqüentemente inúmeros grupos taxonômicos.



FIG. 1. Ecossistema de manguezal na região - comunidade Vila Sorriso

FONTE: Neila Almeida, 2011

Este ecossistema, por possuir uma biodiversidade principalmente de fauna, garante a subsistência de comunidades específicas que vivem deste ecossistema, seja através da extração de alimentos que fornece ou de outros produtos que oferece, extraídos com práticas tradicionais.

O Brasil apresenta leis na esfera nacional, estadual e municipal que protegem os manguezais considerados Área de Preservação Permanente (APP) conforme o Código Florestal, a Lei 771 em seu artigo 2º de 17 de Setembro de 1965; também no artigo 18º da Lei 6.938 de 31 de Agosto de 1981, pelo Decreto 89.336 de 31 de Abril de 1984 e pela Resolução nº 04 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) de 18 de



Setembro de 1985. Como são protegidos por Lei os manguezais não podem sofrer nenhum tipo de destruição ou degradação por parte do homem .

Segundo a União Internacional para conservação da natureza (1983) o litoral brasileiro apresenta a mais extensa área de ecossistema de manguezal do mundo, possuindo cerca de 25.000 km que se estende desde o Amapá até Santa Catarina de Norte a Sul do Brasil, sendo que na Amazônia há grande concentração deste ecossistema ocupado por diversificados grupos sociais que tem o manguezal sua principal fonte de sobrevivência, como os extrativistas.

A característica marcante das populações extrativistas da Amazônia é o usufruto familiar e social dos recursos naturais, onde os espaços são explorados por famílias, onde os recursos de caça e pesca, tomam o aspecto de coletivo.

As populações extrativistas de manguezal da mesma forma como Allegretti (1994: 25-6), no caso dos seringueiros, afirma que

rígidos limites de uso e propriedade, individuais, não correspondem à realidade dos seringais. (...) O próprio conceito de propriedade, medida em hectares, somente foi introduzido na Amazônia com as fazendas. Até então, media-se a floresta em números de seringueiras, as distâncias em horas de caminhada, e os limites entre seringais, através dos rios e igarapés.

Salvo as devidas proporções nas áreas de florestas de manguezais é usada a mesma lógica. O que favorece a uma idéia de território diferenciado, bem como, o que seria bem comum.

Diegues (1996: 428) diz sobre diversas “formas comunitárias de apropriação de espaços e recursos naturais” baseadas num “conjunto de regras e valores consuetudinários, da ‘lei do respeito’, e de uma teia de reciprocidades sociais onde o parentesco e o compadrio assumem um papel preponderante”. O que coloca o ecossistema de manguezal também como território, onde existem formas de apropriação articuladas em função de seus usos, significados e conhecimentos das águas. Fazendo das águas a continuação do território de uso além da terra. As populações extrativistas de manguezal têm na marcação de território

“um elemento fundamental à apropriação e ao usufruto do mar pelos pescadores. (...) A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas, cria territórios que são incorporados à sua tradição. Na mesma medida em que é um recurso ou um espaço de subsistência, o território encompassa também a noção de *lugar* mediante a qual os povos marítimos definem e delimitam o mar” (Maldonado 1993: 105).



O que pode justificar algumas situações polivalentes em áreas de estuários ou transição, onde existe a incorporação na fala das populações locais quanto ao uso do mar e da terra como práticas tradicionais. O que leva-nos a necessidade de analisarmos cada vez mais os vários modelos de “territórios sociais” (LITTLE, 2002) em confronto com as noções de preservação, conservação, gestão ambiental participativa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

5.1.1 São Caetano de Odivelas

O município de São Caetano de Odivelas situa-se no nordeste do estado do Pará, na costa Atlântica, na micro-região do salgado, entre os municípios de Santo Antônio do Tauá e Vigia de Nazaré. Distanto aproximadamente 120 quilômetros da capital do estado, indo pela PA-140.

Em 1755 a localidade foi elevada à Freguesia com o nome de São Caetano de Odivelas e, em 1757 foi criado como distrito, sendo que em 1833, passou a fazer parte do território de Vigia. Em 1872, a sede da então freguesia recebeu predicado de Vila (IBGE, 2010). Nessa ocasião, foi criado o município, que se instalou em 1874. Entretanto com a extinção sofrida em 1930, o seu território fora anexado ao dos municípios de Curuçá e de Vigia, dos quais três anos depois se desmembrou, onde em 1935 se emancipou político administrativamente.

5.1.2 A Vila Sorriso

A Vila Sorriso, está localizada aproximadamente a 7,5 Km da sede do município, caracteriza-se pelo ecossistema de manguezal em seu entorno, por sua fauna e flora nativa da região da costa Amazônica e pela população pesqueira extrativista.

Situa-se às margens da estrada que liga a sede do município a Vila de Boa Vista do Camapú, distribuindo-se em 1350 m da estrada, com diversificados tipos de moradias.

Na região onde está localizada a Vila Sorriso, pode ser observada uma grande extensão de área verde, essa área é composta por diversificados ecossistemas com predominância o de manguezal.



É nesta área que a comunidade sorricense extrai os recursos naturais, em abundância o caranguejo-uçá. Nesta região também são encontradas as palmeiras de onde é retiradas as folhas para a confecção dos cofos, cestas para armazenagem do caranguejo.

A comunidade é composta por 77 residências distribuída às margens do ramal que liga a Vila de Pererú à Vila de Boa Vista do Camapú. Não possui pavimentação, segundo os moradores no período chuvoso alaga e no período que não chove a poeira toma conta da comunidade.

5.2 A PESCA EXTRATIVISTA NO MANGUEZAL

A população da Vila Sorriso exerce diversas atividades para sobreviver, dentre elas a principal é, a pesca extrativista em manguezal. Os pescadores que exercem esta atividade são chamados de pescadores extrativistas do manguezal, categoria esta reconhecida pela colônia de pescadores local. Este grupo é conhecido em outras regiões do estado do Pará e do Brasil, como catadores de caranguejo e marisqueiros respectivamente.

5.2.1 Pescadores e Pescadoras do Manguezal da Vila Sorriso

A comunidade Vila Sorriso conta com uma população pesqueira extrativista do manguezal bem diversificada na questão de faixa etária e de sexo.

Os 93 pescadores extrativistas do manguezal são homens e mulheres com idade que varia de 15 a 55 anos, que tiram seu sustento a partir da captura do caranguejo-uçá. Esta categoria é composta de 52 pescadores extrativistas e 41 pescadoras extrativistas.

Esta categoria faz parte de uma população que vive próximo ou na zona costeira que depende diretamente do mar e de suas influências. Na Vila Sorriso estes pescadores e pescadoras extrativistas dependem diretamente do ecossistema de manguezal, particularmente da captura do caranguejo-uçá.

A comunidade utiliza-se de três maneiras de pesca extrativista, a primeira é conhecida como a técnica do laço, a segundo como a técnica da tapagem e a terceira como a técnica do braço, soco ou muque.

A técnica do laço é feita a partir da confecção de um tipo de laço com fio de náilon e um pedaço de madeira, no manguezal quando identificada a galeria a madeira é fixada



no substrato e o laço ao redor da galeria. No dia seguinte o laço é retirado com o crustáceo laçado, logo é feita a despesca. Muitos extrativistas preferem trabalhar na técnica do laço, por ser menos cansativo e principalmente por ser mais difícil de acontecer acidentes.

Na tapagem são utilizados apetrechos para ajudar na proteção dos pés, como sapato e perneira, feito de tecido de algodão, pois esta técnica é feita apenas com um dos pés, resumindo-se em movimentos repetitivos de “jogar” sedimento para tapar a toca do caranguejo-uçá. Sendo que depois de alguns minutos que o animal fica sem respirar, o mesmo vem a superfície da galeria, onde é capturado pelo extrativista.

Na terceira técnica, pode ser observado que é necessário muito esforço físico, pois é caracterizada por um soco na galeria com a intenção de furá-la, logo todo o braço é introduzido até o crustáceo ser alcançado. É usada a braceira, tipo de luva colocada em uma das mãos em que se estende até o ombro, para a proteção no momento da captura.

Esses conhecimentos são passados de geração a geração, sendo que das três técnicas utilizadas, apenas a terceira é considerada legal pelos órgãos ambientais, fazendo dessas práticas motivos de necessidades de discussões no aspecto de gestão ambiental local.

5.2.2 Dinâmicas Sociais

A extração do crustáceo é considerada a base econômica da comunidade Vila Sorriso, pois é dessa atividade que os pescadores extrativistas do manguezal compram outros alimentos, produtos de necessidade básica, tarifas de energia elétrica e água, bem como, pagam mensalmente a colônia de pescadores, onde são filiados, na categoria de pescadores extrativista do manguezal.

No período da captura plena do caranguejo os homens saem no que denominam “baixada”, quando ficam até sete dias pelos diversos manguezais da região e as mulheres nas moradias, o que não faculta suas idas diárias ao manguezal mais próximo, em decorrência de suas obrigações domésticas. Interessante informar que a figura do “atravessador”, que hoje é apenas o comerciante que leva os caranguejos para comercialização de primeira mão para outros comerciantes, era aquele que atravessava a produção pelo rio durante a baixada.



No período do defeso do caranguejo em que a comercialização está proibida, a comunidade extrativista busca algumas alternativas para sobreviver como: a pesca do camarão, do turu e da ostra, já que os pescadores da região nunca receberam o seguro defeso. Por isso intensifica-se a pesca do camarão, denominado pela comunidade “rasto do pulsar”, quando certo acordo velado, entre os casais acontece, onde as mulheres saem de manhã para a pesca do camarão (FIG. 2), e os homens ficam em casa. E a noite o inverso.



FIG. 2. Saída pelo Igarapé Pratiqara até a boca do Oceano

FONTE: Neila Almeida, 2010

A busca pela necessidade de uma espécie de proteção familiar, fez com que os antigos catadores (as) de caranguejos da Vila Sorriso procurassem colonizarem-se, a partir de uma possibilidade que a Colônia Z-04 propiciou com a criação da categoria de pescadores (as) extrativistas do manguezal, por volta de 2002. Em 2005, também começam os primeiros interesses das pescadoras extrativistas em associarem-se na Associação das Mulheres Pescadoras do Pererú, organização existente desde a década de 90 do século 20, a partir de “um interesse de ganhar casa própria de alvenaria”, como diz Lucy¹, ganho vinculado a filiação na associação, o que não aconteceu na prática.

Apesar dos interesses nascentes, nos anos 2000, pela associação a organizações ligadas à pesca, não existe nenhum plano de ação destas para uma mobilização mais objetiva, que demonstre a necessidade efetiva do envolvimento de seus associados em prol de uma gestão participativa, seja co-participante ou adaptativa. O que não nega a preocupação da necessidade de um “jeito de não acabar o mangal” ou “deixar o manguê muito batido”, ou seja, manguezal usado indiscriminadamente, como diz Jeovanio², ao falar sobre a pesca extrativista do manguezal da Vila Sorriso.



1. Luciléia Soares pescadora extrativista do manguezal da Vila Sorriso, filiada a Colônia de Pescadores Z4, pertencente ao Conselho Fiscal e associada na Associação das Mulheres Pescadoras e Agricultoras do Pererú (AMPAP).
2. Jeovanio Alcântara Guimaraes pescador extrativista do manguezal da Vila Sorriso, filia do a Colônia de Pescadores Z4.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a dinâmica das relações entre os seres humanos e suas interações com os ecossistemas de manguezal, uma nova ordem pode ser estabelecida em relação ao planejamento de uso e de ocupação dessas regiões.

Levando em conta, a perspectiva das mudanças climáticas globais que ocasionam em transformações ambientais em todas as suas esferas física, biológica, sociocultural e econômica tanto em níveis regional como global. O grande impasse é: como organizar o planejamento das populações que vivem diretamente da extração dos recursos naturais?

Neste sentido alguns programas voltados para organização dos territórios em que estão inseridas as populações tradicionais pesqueiras, podem ser uma das saídas, desde que, a atuação dos diversos segmentos ligados à pesca das zonas envolvidas possa acontecer de forma realmente efetiva.

As colônias de pescadores como organização, ainda são muito importante na visão dos diversos segmentos da pesca, com seu poder mais do que simbólico, tenha uma efetiva participação pelos interesses de seus “colonizados”³, bem como, as diversas associações do segmento da pesca, na forma mais próxima para capacitação e envolvimento de seus associados nas políticas públicas do setor.

Os pescadores extrativistas da Vila Sorriso encontram muitas dificuldades, pela falta de incentivo das autoridades do município em proporcionar-lhes uma estrutura e orientação para a conservação do ecossistema de manguezal.

Esses extrativistas esperam que a colônia de pescadores local, na qual são filiados, ajudem no desenvolvimento da comunidade, pois pagando a colônia mensalmente eles acreditam que quando precisarem de algum benefício, obterão por meio desta organização social.

Não existe dúvida na esperança que eles têm em receber o seguro defeso, sempre associando com a melhoria da qualidade de vida e a igualdade com as outras categorias do setor pesqueiro existente na Colônia Z-04. Porém, existe a necessidade de discussões



sobre gestão ambiental e seus desdobramentos com os diversos segmentos da pesca em São Caetano de Odivelas, fazendo uma grande rede de sensibilização.

3. Denominação utilizada, pelos próprios filiados, a condição de pertencentes a Colônia Z4.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary Helena. “Reservas extrativistas: Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia”. In: **O destino da floresta: Reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. R. Arnt, ed. págs. 17-47. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ALMEIDA, Neila. **Saberes e Práticas Tradicionais: População pesqueira extrativista da Vila Sorriso – São Caetano de Odivelas/PA**. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento da Amazônia). Pará: Belém: UFPA, 2011. 104p.

ALVES, André. Precedido de Balinese character (re) visado por Etienne Saimain. **Os argonautas do mangue**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004.

CLAUZET, M. RAMIRES, M. BARRELLA W. **Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (Enseada do Mar Virado e Barra Uma) No litoral de São Paulo, Brasil**. Multiciência 4, 2005

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** - Promulgada em 05 de Outubro de 1988. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 28/11/2010.

BRASIL. **Lei 11.959, De 29 de Junho 2009**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br> > Acesso em: 02 de Junho de 2011.



DIEGUES, Antonio Carlos. "Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais". In **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**, P.F. Vieira e J. Weber, orgs., 407-432. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

DIEGUES, A. C. **Pesca e marginalização no litoral paulista** (dissertação de mestrado). NUPAUB/CEMAR. Universidade de São Paulo. USP. São Paulo, 1973.

GODARD, O. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

ISAAC, V. J.; Paul, U. S.; Schneider, H. Programa MADAM: Cooperação internacional para a compreensão dos ecossistemas de manguezal do litoral paraense. In: ARAGÓN, Luis. E.(org.); **Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônicos**. Belém/PA: UFPANAEEA. P. 109-123, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/saocaetanodeodivelas.pdf>>. Acesso em: 12/07/2011.

LITTLE, P. E. "**Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**". Série Antropologia n. 174. Brasília: Departamento de Antropologia. 2002.

LOURENÇO, C.F., HENKEL, J.A.S, MANESCHY, M.C.A. Monografia SAMUDRA: **A Seguridade Social para os pescadores artesanais no Brasil**: Estudo de caso no Pará. Coletivo Internacional de Apoio aos trabalhadores da Pesca(ICSF), Índia, 2006.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e mares: Espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Anna Blume, 1993.



NASCIMENTO, E. P. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual.

In: BURSZTYN, M. (Org). **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1990.



GT 8 - Formas de Participação de Pescadores Artesanais na Gestão Ambiental:
potencialidades e limites.

**A Organização Produtiva dos Pescadores de Ostras em áreas de Resex's: o caso
"Mãe Grande".**

Maria Regina Ribeiro Reis¹

¹ Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará – PPGCS/UFPA. E-mail: mrrreis@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo é uma reflexão sobre a organização da produção de ostras em áreas de Resex extrativista marinha, particularmente na Resex "Mãe Grande" localizada no município de Curuçá região pertencente ao litoral nordeste do Pará. O desenvolvimento deste trabalho começa pelo seguinte indagação: Como os pescadores artesanais "produtores" de ostras organizam a produção? E quais as redes de relações sociais que eles tecem para vender a produção? Este trabalho é parte da tese de doutorado e pretende contribuir com os estudos sobre os pescadores artesanais no Pará.

Palavras Chave: Organização Produtiva, Reserva Extrativista, Ostra, Pescador Artesanal.



Introdução

A preocupação com a organização social na Amazônia e as formas de ocupação humana, demanda estudos interdisciplinares acerca do assunto. Os estudos arqueológicos podem provar a ocupação milenar dos seres humanos e particularmente os pescadores artesanais que são grupos humanos que estabelecem uma relação dupla entre a terra e o mar denominados também de “população tradicional”.

As evidências denominadas de sambaquis são antigos depósitos situados na costa ou em lagos e rios do litoral, formando conchas, restos de cozinha e de esqueletos amontoados por tribos que habitaram o litoral americano em épocas remotas (Dicionário da língua portuguesa).

Os estudos de Simões (1981), no estado do Pará confirmam que os sambaquis se encontravam no baixo Amazonas desde os séculos XVIII e XIX. As informações trazidas pelos naturalistas e viajantes, na época, indicavam a existência de sambaquis na faixa que passa pelo baixo Tocantins, ilha do Marajó e litoral da zona do salgado, explorados desde o período colonial para o abastecimento da região de CAL com isso os sambaquis do Pará quase que desapareceram no século XIX com exceção dos fragmentos de cerâmica e outros.

No entanto na década de 60 precisamente no ano de 1966 Geólogos do MPEG¹ se ocuparam de pesquisas nas imediações do rio Quatipuru e constataram que sambaquis fluviais, ainda estavam bem conservados.

Pesquisadoras arqueólogas como Schan & Silveira (2009) indicam que nos anos de 1968 a 1978 Mario Simões e outros pesquisadores, através do “Projeto Salgado”, localizaram 62 sítios arqueológicos, dentre eles 16 sítios cerâmicos, 43 litorâneos com predominância de ostras, mexilhões e anomalocardia e 3 sambaquis fluviais de gastrópodes. Todos são fragmentos de cerâmica temperados com conchas que originou a tradição Mina. O julgamento leva os pesquisadores a crer que a ocupação do litoral pode ter havido entre 6.000 a 3.000 aproximadamente.

Como observam as autoras o modo de vida no que se referem às atividades desenvolvidas e a dieta dessas antigas populações era de uma variedade de peixes, moluscos, crustáceos, ostras e a caça como complemento alimentar. É importante ressaltar que essas populações ditas tradicionais têm um conhecimento que para

¹ Museu Paraense Emílio Goeldi.



Diegues (s/d) são um conjunto de práticas e habilidades cognitivas e culturais transmitidas oralmente que fornece uma base de informações cruciais para o manejo dos recursos locais, a classificação e a organização da pesca.

Na observação de Furtado (s/d) os pescadores da Amazônia é uma mescla em viver entre a terra² denominada de “Amazônia Verde” e a água denominada de “Amazônia Azul”. Esses costumes são refletidos em um modo de vida muito particular como o tipo de moradia, (as palafitas), dos pescadores constatados milenarmente por estudos e pesquisas tanto arqueológicas, históricas, antropológicas do Museu Goeldi e Universidade Federal do Pará e de outras instituições tão importante quanto. Mas o problema que se coloca já algum tempo é a disputa por esses territórios ocupados das mais variadas formas que comprometem o modo de vida desse povo além de comprometer seriamente a biodiversidade neles contida.

1. O Litoral da Região Nordeste do Estado do Pará: O *Locus* da Pesquisa Empírica:

O campo de pesquisa empírica para o desenvolvimento desta pesquisa sobre a organização da produção e comércio de Ostras será nas áreas de reservas extrativistas marinhas “Mãe Grande”³ no município de Curuçá nas comunidades de Lauro Sodré⁴ e outras. A pesquisa se estenderá à reserva extrativista “Araí – Peroba” no município de Augusto Correa na localidade de Nova Olinda.

Para análise do comércio da Ostra a pesquisa se estenderá aos municípios de Salinas, Maracanã (Algodoal), São Caetano de Odivelas e Bragança (Ajuruteua).

O trabalho de campo se estenderá a França como parte do convênio entre as Universidades Federal do Pará e a Universidade de París IX em Montepelier.

O município de Curuçá com 52 comunidades tradicionais se situa na micro-região do Salgado (ou Zona do Salgado, como é mais conhecida), que juntamente com as micro-regiões Guajarina, Bragantina, Vizeu e Tomé-Açú, compõe o nordeste do estado do Pará às proximidades do litoral. Faz limite com os Municípios de São Caetano de Odivelas, Marapanim, Castanhal e com o Oceano Atlântico tem uma área de 105.720 km. A sede municipal fica a 107 km de distância em linha reta da capital do Estado. De

² Não só entre a terra e o mar como entre o mar e os rios, entre o mar e a floresta refletidos segundo Furtado (s/d) na tecnologia e nas formas culturais de se apropriar dos recursos e territórios

³ A reserva extrativista foi criada em 2002, com 37.062 hectares.

⁴ Essa vila tem 92 casas, a vila de Pinheiro com 23 casas, a vila de Nazaré do Mocajuba com 93 casas e a vila de Arapiranga com 94 casas.



acordo com o censo do IBGE (2000) a estimativa populacional total de Curuçá é de 33.768 habitantes.

Para Nascimento, Mendes e Galvão (2009) a Vila de Lauro Sodré distrito de Curuçá tem mais de 100 anos de existência, atualmente com 91 casas, é habitada por famílias que têm como atividade econômica principal o extrativismo de *Ostras*⁵ atividade exercida as proximidades do manguezal, utilizadas tanto para alimentação e comércio. Afirmam os referidos autores que a intensificação da extração da ostra na comunidade, ao longo dos anos, resultou na escassez do produto, ficando mais difícil à população local garantir sua sobrevivência, por meio deste produto. Em decorrência desse fato foi implantado o primeiro cultivo deste molusco no município de Curuçá com o apoio e parceria do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa - SEBRAE com cursos de capacitação e da Secretaria de Pesca e Aquicultura – SEPAC em nome do biólogo Constantino que levou para a comunidade as técnicas adquiridas no Japão e Brasil.

Em 27 de março de 2006 foi fundada a Associação dos Aquicultores da Vila conhecida pela sigla AQUAVILA⁶, associação sem fins econômicos. Com finalidade a aquicultura produtiva de geração de renda, de ocupação da comunidade; educação; saúde, moradia, segurança, transporte e lazer. Além de promover a melhoria das condições de vida dos aquicultores; defender e preservar o meio ambiente; resgatar as manifestações culturais e religiosas da comunidade.

No Mestrado eu Regina Reis (2007) analiso a organização social dos tiradores de caranguejo na Vila do Acarajó no município de Bragança que, nos fins de semana (sexta e sábado), retiram dos manguezais quantidades significativas de carangueijos para atender o mercado externo viabilizados pelos comerciantes locais residentes em comunidades, próximas aos manguezais, em parceria com comerciantes residentes nas sedes dos municípios.

Eu Reis (2007), observo também uma expectativa positiva dos moradores, com a implantação da reserva extrativista marinha Caeté - Taperaçu, em relação os benefícios como, mantimentos, eletrodomésticos, ferramentas e construções de casas de

⁵ *Ostra* é o nome utilizado para grupos diferentes de molusco que crescem em sua maioria, em águas marinhas ou relativamente salgadas. As ostras verdadeiras pertencem à ordem *Ostreoida* pertencem a família *Ostreidae*, do gênero (*Crassostrea Rhizophorae*).

⁶ Esta associação tem como objetivo promover a capacitação de pessoal, desenvolver o nível de organização dos aquicultores e artesãos para gerar emprego e renda, desenvolver o turismo ecológico e ter uma fazenda modelo de ostreicultura para todo o Brasil.



tijolos viabilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, porém o modelo homogêneo nas construções das casas há de ser considerada.

Este trabalho é uma continuação de estudos anteriores sobre a organização das populações tradicionais de pescadores, agricultores e camponeses com possibilidades de aprofundamento e contribuição aos estudos de antropologia econômica na Amazônia. Como ponto de partida desta análise será com os ostreicultores de Curuçá em particular nas vilas de Lauro Sodré e Pinheiro, visto que, são pioneiros no cultivo e repasse desses conhecimentos para a comunidade de Augusto Correa na vila Nova Olinda e outros municípios como são Caetano de Odivelas, Salinas e etc.

2. Criação das Reservas Extrativistas no Brasil: breve histórico

As pesquisas sócio-antropológicas e os movimentos ambientalistas apontam a preocupação com a proteção dos ecossistemas que tem suscitado uma política de conservação com a implantação de áreas de Reservas Extrativistas que são unidades de conservação utilizadas por populações tradicionais.

Segundo Allegretti (1994) por lei, uma reserva extrativista é área de domínio público utilizada por populações tradicionais, cuja subsistência é comprovadamente baseada no extrativismo, na agricultura de subsistência além de criação de animais de pequeno porte.

Ainda a autora (2002), o conceito preliminar de reserva extrativista foi definido no ano de 1986 e sistematizado pelo PMACI “Conservação de Áreas de Economia Extrativa na Amazônia”. Referem-se a áreas prioritariamente à exploração dos recursos naturais predominantes na região amazônica, para consumo pessoal e para comercialização, criada a partir da regularização da forma atual de ocupação dos seringais – as colocações. Mas, no seu entendimento a Reserva Extrativista pode ser conceituada do ponto de vista jurídico, econômico, social, político e ambiental.

Para (Magalhães, 2005) o objetivo da reserva extrativista marinha “Mãe Grande” é assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, proteger e manter os meios de vida e a cultura da população extrativista local. Esta reserva é habitada por cerca de 6 mil pescadores, dividida em 49 pequenas comunidades instaladas em ilhas, furos de rios e praias da localidade com aproximadamente 3.000



famílias dependentes dos recursos naturais. Logo se percebe a importância econômica e cultural que seus rios, manguezais, fauna entre outros recursos possui para a população local.

A Vila de Nova Olinda pertence ao município de Augusto Corrêa localizado no nordeste do Pará em área da reserva extrativista marinha Arai-Péroba. O município tem uma estimativa de 39.317 habitantes conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2009).

3. Discussão conceitual sobre “Populações Tradicionais”

Para Diegues (1994) um dos critérios mais importantes para a definição de “culturas” ou “populações” tradicionais, além do modo de vida é, sem dúvida, o “reconhecer-se” como pertencente aquele grupo social particular critério que remete à questão fundamental de identidade que para o autor é um dos temas centrais da antropologia⁷. Pois para o autor o significado do termo ‘populações tradicionais’ é usado sem grande precisão por ser um termo muito abrangente.

Na pesca o conceito de populações tradicionais é entendido como um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas do *saber-fazer*, transmitidos oralmente (Diegues s/d).

Para Lima (1997) o conceito de populações tradicionais está longe de serem definidos por faltar critérios que possam reconhecer determinados grupos sociais como “populações tradicionais” para que se possa atribuir uma melhor definição que não dê condições a uns e a exclusão a outros.

Para Almeida e Cunha (2001) populações tradicionais é um termo que não significa conclusão conceitual devido sua dinâmica de mudança. Para Simonian (2007) além de estar longe de ser uníssona, há autores que propõem a noção de destradicionalização.

Conceição (2001) indica que as populações tradicionais são atingidas pelas mudanças na organização, forçadas a um processo de reordenação social historicamente construído via adaptação, facilitada pelas potencialidades dos recursos naturais e seus saberes.

⁷ Para uma leitura sobre identidade o autor sugere Antônio Cândido em *Parceiros do Rio Bonito* (1964), Queiroz (1973) sobre os *sitiantes*, *caipiras* e *caiçaras*, Mussolini (1980) com o modo de vida *Caiçara* e etc.



Furtado e Forline (2002) indicam que é necessário uma etnografia fina para avaliar o *status* de tradicionalismo dado a essas populações que percorrem por amplas definições e vivem em constante mudança⁸.

Para Wagner Almeida (2008) populações tradicionais são povos ou grupos sociais que controlam as chamadas “terras tradicionalmente ocupadas” que são formas coletivas diversas de grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza, pois suas diferentes formações históricas e suas variações regionais foram instituídas no texto constitucional de 1988. Entretanto há tensões relativas ao seu reconhecimento jurídico-formal por romper com a invisibilidade social, que sempre caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseados principalmente no uso comum.

Para o autor a preocupação principal é definir o que são populações tradicionais do ponto de vista legal, pois é um termo que foi se solidificando, mas mudando ao longo de décadas.

Já Almeida e Cunha (1999) afirmam que o problema central não está nas mudanças culturais rápidas ou se estão ou não envolvidas no mercado. A questão é saber se elas se qualificam como parceiras⁹ para o estabelecimento de áreas de conservação, porque para os autores essas populações enfrentam vários desafios interna e externamente. Para tal é importante que haja mercados que encorajem comportamentos coletivamente racionais, recompensando produtos.

O termo “populações tradicionais” é propositadamente abrangente, mas não podemos entender essa abrangência por confusão conceitual e nem definir as populações tradicionais pela adesão à tradição para se contradizer com os conhecimentos antropológicos atuais e afirmar que têm baixo impacto sobre o ambiente para depois afirmar que são ecologicamente sustentáveis, seria mera tautologia (repetir).

Pois até recentemente as populações tradicionais da Amazônia eram consideradas como candidatas ao entraves ao “desenvolvimento”, e numa surpreendente mudança de rumo ideológico foram promovidas à linha de frente da modernidade observa Almeida (2009) no sentido de que essa mudança ocorreu pela associação entre essas populações os conhecimentos tradicionais e a conservação ambiental. Nesse

⁸ Autores que tratam dessa discussão Candido (1964), Queiroz (1973), Almeida & Cunha (1999) e muitos outros.

⁹ Segundo os autores a parceria deve ser feita com intervenção estatal no sentido de pagar diretamente pelos serviços de conservação ou indiretamente, fornecendo serviços básicos que equivalem a aumento da renda, e também investindo no desenvolvimento de produtos para novos mercados, bem como na formação de pessoal qualificado para as tarefas de autogoverno local.



sentido também o autor nos relembra que as comunidades indígenas antes desprezadas ou perseguidas transformam como num passe de mágica em modelos para os demais povos amazônicos despossuídos.

Quando se fala da importância das populações tradicionais na conservação ou/e preservação da natureza está implícito o papel preponderante da cultura e das relações homem-natureza, pois no que diz respeito a adaptação Godelier (1973) afirma que, ao contrário de outros seres sociais, o homem em seu processo adaptativo, desde o início, elabora representações e interpretações da natureza que são compartilhados com os outros membros da sociedade.

4. Organização Social e a Organização da Produção: uma visão antropológica da economia.

A organização em grupos de seres humanos seja qual for o caráter implica uma relação social que envolve adaptação, conflito e exploração. Na concepção de Firth (1974), a organização econômica é um tipo de ação social que envolve combinação de vários tipos de serviços humanos entre si e com bens não-humanos, de modo a servir a várias finalidades. Sugestiva também é a compreensão do conceito de organização social sugerida por Fernandes (1989) compreendida como um conjunto de atividades, ações e de relações humanas, de caráter adaptativo ou integrativo, ordenadas em uma configuração social de vida. Mas consciente de que as tensões e os conflitos não parecem no conceito, mas são inerentes aos grupos humanos e que estão presentes nos grupos estudados

È possível uma Antropologia Econômica? Com esse questionamento em forma de pergunta Godelier critica a visão clássica de econômico principalmente de Adam Smith por causa do reducionismo do econômico enquanto troca material e mercantil, ou seja, para os economistas clássicos economia é barganha. Ou seja, uma visão mercantil da economia e das relações sociais.

Já Polanyi (1980) mostra que existe uma diversidade de sistemas econômicos pré-capitalistas regulados por mecanismos de reciprocidade que inclui as trocas de bens mercantis e não mercantis como, por exemplo, o parentesco, a redistribuição além da circulação dos bens que não são somente materiais, mas



imaterias. Não se separa as relações de produção das outras relações sociais reforça o autor da seguinte forma:

[...] um antropólogo dificilmente pode aceitar considerar as relações econômicas como um domínio separado, autônomo, da organização social, tornando-se então as outras relações sociais variáveis exógenas às relações econômicas, um quadro institucional [...]

Mas é ingênuo pensar que as sociedades ditas primitivas não havia competição, verificam-se inúmeras formas que se revestem muitas vezes o aspecto de dádiva como o *potlatch* dos índios Kwakiult para mostrar a força e o prestígio. Mas para ele o ganho e o lucro feitos nas trocas jamais desempenharam um papel importante na economia humana muito embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde a idade da pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica (Ibidem).

Pois para Godelier (1981) fazer uma análise da produção econômica implica compreender a lógica real de um sistema, porque na organização da produção é importante considerar as relações políticas que envolvem poder, as relações de parentesco e religiosas. Porque para o autor a produção é um conjunto de operações destinadas a fornecerem a uma sociedade seus meios materiais de existência e se “ocupa” um território e onde se encontram os recursos que faltam. Porque o aspecto econômico não pode ser pensado como um ato isolado em si mesmo, ou seja, o ato econômico se apresenta como atividades de significações e funções múltiplas. Onde você tem de um lado o material¹⁰ e imaterial¹¹ da cultura.

Para o mesmo autor um processo de produção não consiste apenas num ou alguns processos de trabalho, mas numa relação dos homens entre si, produtores e não produtores, na apropriação e no controle dos meios de produção.

Esses meios podem se apresentar sob variadas formas de relações de parentesco que passa a ser um domínio na organização social quando não se leva em consideração somente as relações de descendência e de aliança e sim quando os grupos regulam os seus respectivos direitos sobre os meios de produção e os produtos de trabalho. E quando definem também as relações de autoridade e de obediência, pois as relações de subordinação política ou religiosa servem de código, de linguagem

¹⁰ Terra, machado, vestimenta e etc.

¹¹ O saber das populações ou os conhecimentos rituais.



simbólica, para exprimir ao mesmo tempo as relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

Nesse sentido para análise do sistema organizacional da produção é essencial considerar as questões de parentesco nesse caso particular a organização da produção de *ostras* que tem como base econômica a família nuclear ou extensa e. As relações sociais como o compadrio¹² que funciona como verdadeiras relações de produção na medida em que podem determinar a forma social de acesso aos recursos. Colaboram na organização dos processos de trabalho e finalmente, marcam a distribuição do trabalho individual ou coletivo como o mutirão¹³.

Além disso, acredita-se que a tecnologia utilizada tem impactos ecológicos reduzidos sobre o ecossistema que utiliza, permitindo a renovabilidade dos estoques e a sustentabilidade dos processos ecológicos fundamentais.

No caso particular em relação ao cultivo da ostra as famílias que trabalham nesta atividade utiliza-se dos criatórios feitos de material importado que ficam submersos na água conhecidos por *travesseiros*.

5. Discussão sobre *redes*, territórios e territorialidades: *O Lugar Antropológico*

Fazer uma análise sobre território e territorialidade é pensar a partir de Becker (2010) o território como sendo, por um lado, um espaço da prática, ou seja, um produto da prática espacial de apropriação além de implicar a noção de limite – um componente de qualquer prática, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. Por outro lado, é também um produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática.

Sobre territorialidade a autora afirma que a territorialidade humana é uma relação com o espaço que tenta afetar, influenciar ou controlar ações por meio do reforço do controle sobre uma área geográfica específica, isto é, o território Sack, (1986) Apud Becker (2010) é a face vivida do poder; já a territorialidade manifesta-se em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais. Ela se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço, de base territorial.

¹² Para uma discussão mais aprofundada sobre as relações de Compadrio ver Arantes (1971), Foster (1963) e Wolf (1970).

¹³ Formas tradicionais de ajuda mutua.



Para Castro (1997) as populações tradicionais são caracterizadas também pela noção e ocupação de “*território*” ou *espaço* onde o grupo se reproduz econômica e socialmente, ou seja, território é o espaço sobre o qual certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade de tempo.

Para Little (2002) *território* é um esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico para entender a multiplicidade de expressões que segundo o autor, é fundamental compreendermos o conceito de cosmologia¹⁴.

Para Wagner Almeida (2008) existem muitos tipos de territórios com suas particularidades culturais como: terra de preto, terra de santo, terras de índios que para o autor são terras tradicionalmente ocupadas que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza.

Em relação especificamente na pesca para Maldonado (1993) territorialidade se desenvolve através do tempo, passando de uma geração a outra nos processos de socialização e de transmissão de tradição como uma relevante dimensão da capacidade que o homem tem de conferir significado simbólico ao espaço, construindo *lugares*.

Lugar para Augé (1994, p. 43) se refere ao “lugar antropológico” que é necessariamente histórico a partir do momento em que se conjuga identidade e relação [...]. “O habitante do lugar antropológico não faz história, vive a história”.

6. Referencial Teórico: algumas leituras

Teoricamente as Reservas Extrativistas são criadas com o objetivo de proteger os meios de vida e garantir o uso e conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência. Cabe ao IBAMA administrar as Resex's e adotar medidas necessárias para a sua implantação e controle, como a execução de desapropriações e contratos de cessão de uso gratuito na tentativa também de frear a exploração intensa dos recursos naturais.

¹⁴ Definido pelo autor como saberes ambientais, ideologias e identidades coletivamente criadas e historicamente, por exemplo, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história de sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá o território e as formas de defesa dele.



Criam-se reservas extrativistas que segundo Lima (1997), é dividida em áreas do tipo “uso direto” (ex: reservas extrativistas marinhas), que permitem diferentes formas de manejo sustentado e áreas de “uso indireto”, que consistem em áreas totalmente preservadas. São categorias de áreas protegidas no Brasil definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Para Souza (2008) entre os anos de 1998 a 2005 foram criadas, somente no estado do Pará, quinze (15) reservas extrativistas destas nove (9) são reservas extrativistas marinhas concebidas como áreas de proteção ambiental concedidas às populações de economia extrativa que tem como objetivo principal melhorar as condições de vida das populações tradicionais, melhorias que inclui as condições de habitação, transporte, saúde e educação. Além de garantir a participação das instituições governamentais, (ALMEIDA, 2004), (BENATTI, 2006).

Para Lima (1997) o fator responsável pela formação dessa conjuntura foi o reconhecimento de empreendimentos capitalistas na Amazônia que levaram a rápida devastação das florestas, extinções ou comprometimento de recursos naturais, que ameaçava a sobrevivência de populações locais com construção de estradas, barragens, incentivos à ocupação de terras, por empresas capitalistas, assim como o crescimento da pecuária. Tudo isso tem levado a um aumento da pressão sobre os estoques.

Pois para a autora (1997) a definição de melhoria das condições de vida como argumento para criação e permanência de reservas é uma definição restrita, pois a base da parceria ecológica¹⁵ é constituída na desigualdade social e as populações são integradas sem clareza sobre a meta social a ser atingida.

Dessa forma as reservas extrativistas foram criadas num contexto de sérios conflitos agrários no estado do Acre na década de 70 em uma época de decadência econômica dos antigos seringais baseados em sistemas de aviação e o fato de que essas terras não tinham títulos legais.

Para Allegrette (2002) Reserva Extrativista era a modalidade de reforma agrária e de proteção da floresta escolhido em 1985 pelos seringueiros do Alto Juruá no Estado do Acre. O conceito de Reservas Extrativistas, segundo Almeida (2004), surgiu em 1985, como estratégia para garantir o direito a terra para seringueiros e protegê-los do processo de expropriação em curso.

¹⁵ Parceria para Lima (1997) é compreendida como: “movimentos sócio-ambientais”, ressaltando que a força das mobilizações locais baseia-se na aliança que estabelecem com organizações voltadas para a conservação produtiva da Amazônia, conceito baseado nas idéias de Hall (1994).



Sobre economia Godelier (1973) afirma que a definição formal da economia reduz o ser humano a visão burguesa racional na busca da maximização do lucro dos indivíduos que se defrontam na concorrência, no interior de uma sociedade reduzida ao mercado, além de valores individualistas e competitivos.

Nestas condições, reforça o autor, é absurdo querer encobrir os fatos da concorrência e de troca mercantil e subestimar as tradições comunitárias que sustentam a base econômica na cooperação e no trabalho familiar.

Para Godelier (1984) as relações de troca não são estabelecidas somente por bens e serviços equivalentes, mas existe uma relação de estima, desenvolvidas por esses grupos que recriam essas relações e reúnem aspectos visíveis e invisíveis, daí porque uma realidade está longe de ser simplesmente econômica. Porque a demonstração de lealdade é imprescindível, conjugada com a racionalidade em adquirir bens e serviços. A valorização social é anterior à valorização ambiental conclui o autor.

Considero nesse estudo os autores como Lima (1997) e Almeida (2004) que se referem à mobilização das populações locais pela defesa dos recursos naturais e a proliferação das organizações que atuam em prol da preservação do meio ambiente e a pressão política exercida por esses movimentos que conseguiu respaldo governamental para legalizar suas propostas dentre outras, a criação de reservas extrativistas.

Almeida (2004) quando se refere à organização socioeconômica e política da reserva extrativista do Alto Juruá afirma que a legislação exige que nas resex's sejam praticadas a "exploração auto-sustentável dos recursos naturais renováveis", por se tratar da existência de regras e princípios orientados pela idéia de que a floresta como fonte de meios de vida ('floresta como mercado') e pelo princípio de redistribuição aplicado a esses meios ('a vizinhança')¹⁶.

Os estudos de Furtado (1987), há vinte anos atrás, já apresentavam preocupação quanto à pressão mercadológica na atividade pesqueira. Naquele momento, a tiragem (coleta, captura) de moluscos e caranguejos, em Marapanim, já deixava de ser uma atividade destinada exclusivamente ao consumo doméstico, para, sobretudo, atender aos interesses de comercialização. A abertura de rodovias, a expansão dos meios

¹⁶ Aparece a figura do fiscal colaborador relacionado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, personalidades importantes e com papel de liderança local, que segundo o autor foram reconhecidos a partir de 1994 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento das Populações Tradicionais - CNPT como "fiscais colaboradores".



de comunicação e a intensa migração em busca de melhores condições de vida, facilitaram em grande medida tal mudança.

Mudanças verificadas também nos estudos de Cardoso (2000), quando descreve e analisa o envolvimento das mulheres de Guarajubal (Marapanim) no processo de beneficiamento (catação) da massa de caranguejo. A autora constata que a catação é predominantemente feita por mulheres, atividade que ressalta os saberes e conhecimentos, envolvendo aspectos da cultura em geral, pois a atividade não se restringe ao beneficiamento do caranguejo, mas envolve aprendizado (educação, cultura) associado ao processo produtivo familiar.

7. Referências

ALMEIDA, Mauro. W. Barbosa & DIAS. Carla de Jesus. **A Floresta Como Mercado: Caça e Conflito na Reserva Extrativista do Alto Juruá (AC)**. Boletim Rede Amazônia: diversidade cultural e perspectivas socioambientais. Ano 3. Nº 1, 2004.

_____, Mauro. W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: **Cultura Com Aspas e outros ensaios** de Manuela Carneiro da Cunha, São Paulo: Cosac Naify, 2009

ALMEIDA, A.W. Berno de. **Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas**. Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas – UEA. Coleção Documentos de bolso, nº4, 2008.

_____. **Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de pasto**: Terras Tradicionalmente Ocupadas. Coleção “Tradição & Ordenamento Jurídico”. Vol. 2, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PPGSCA-UFAM, Fundação Ford), Manaus, 2006.

_____, A Construção Institucional da Reserva Extrativista. In: **A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**, Tese de Doutorado, Brasília – DF, 2002.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lúcia Pereira – Campinas-SP; Papirus, 1994.

BECKER, Berta. **Novas Territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas**. Boletim do Museu Emílio Goeldi, Ciências Humanas, vol.5, nº 1. Belém, jan/abril 2010.

BENSUSAN, Nurit. Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). In: **Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio – 92**, (orgs) Aspásia Camargo, João Paulo Ribeiro Capobianco e José Antonio Puppim de Oliveira.



BENATTI, José Heder, **Formas de Acesso à Terra e a Preservação da Floresta Amazônica: uma análise jurídica da regularização fundiária das terras dos quilombolas e seringueiros**, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

CARDOSO, D. M. **Mulheres Catadoras**: uma abordagem antropológica sobre a produção de massa de caranguejo – Guarajubal – Pará. Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFPA, 2000, Belém – Pará.

FORLINE, Louis & FURTADO, Lourdes. **Novas reflexões para o estudo das populações Tradicionais na Amazônia**: por uma revisão de conceitos e agendas estratégicas. Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia, vol. 18 (2), 2002.

FURTADO, L.G. **Curralistas e Redeiros de Marudá**: Pescadores do litoral do Pará. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987, Organização e Edição Lourdes Gonçalves Furtado, Graça Santana, Isolda Maciel da Silveira, /CCH/Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG, 1980.

_____, Lourdes & FORLINE, Louis. **Novas Reflexões para o Estudo das Populações Tradicionais na Amazônia: Por uma Revisão de Conceitos e Agendas Estratégicas**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, Dez/2002, vol 18, Série Antropologia nº 2.

_____, Lourdes Gonçalves. Terra e Água Territorialidades Indivisas Na Vida Ribeirinha e Costeira Tradicional Amazônica. In: **Amazonía y Agua desarrollo sostenible em El siglo XXI**, Hernando Bernal Zamudio, Carlos Hugo Sierra Hernando editores.



GT 8 – Participação dos pescadores artesanais na gestão pesqueira

A participação legal e a participação real na gestão compartilhada da pesca artesanal: como construir esse diálogo?

Adriane Lobo Costa¹

¹Med. Vet. Msc , Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA- SFPA/RS. E-mail: adriane.lobo@mpa.gov.br

Resumo

A pesca artesanal está em crise, assim como a gestão pesqueira. Baseada na impossibilidade do Estado de dar as resposta à gestão, a gestão compartilhada no Brasil vem se desenvolvendo de diversas maneiras. São inúmeros os exemplos de experiências que estão acontecendo em todas as regiões, já há muito tempo. No estado do Rio Grande do Sul a gestão compartilhada tem se expressado através dos Fóruns de gestão compartilhada, existentes desde a década de 90, e que abrangem as regiões mais importantes de pesca artesanal. Já são cindo Fóruns organizados de variadas formas e dinâmicas. A partir da criação da SEAP/PR e posteriormente do Ministério da Pesca e Aquicultura, um novo arcabouço legal se desenhou, entre eles o Sistema Nacional de Gestão Compartilhada (SNGC). O que buscamos ao apresentar o texto é discutir quais as formas de inserção das experiências de gestão compartilhadas em curso, ao SNGC. Como, através da legislação ora vigente, será possível constituir espaços de participação para que não se perca todo o conhecimento já acumulado até o presente. Esse é o desafio.



Introdução

A problemática da gestão pesqueira no Brasil não é uma questão recente. Desde muito esse tema faz parte do desenvolvimento pesqueiro, resultando ações de grande impacto na pesca no Brasil, como o Decreto-Lei n. 221 de 28 de fevereiro de 1967, que disciplinou a pesca até 2009, quando da sanção da Lei n. 11.959, conhecida como Lei da Pesca, que foi aprovada como um substituto ao Decreto-Lei, mas que ainda carece de muitas regulamentações. Até mesmo o esforço para a criação das Colônias de Pescadores a partir de 1919, fez parte de uma estratégia de gestão da pesca e dos pescadores.

No Brasil a água, bem como os seres que nela habitam, são bens de uso comum, sendo a sua gestão de competência exclusiva do Estado. Nesse contexto, a pesca é uma concessão do Estado, o que se processa através do Registro Geral da Pesca (Lei n. 11.959/09, IN SEAP/PR n. 03/04 e IN MPA n. 02/2011), tanto para pescadores profissionais artesanais ou industriais, quanto para embarcações, indústrias pesqueiras, entre outras categorias.

Já há alguns anos muitos pesquisadores têm apontado a deficiência do modelo de gestão adotado para a pesca no país, considerando-o centralizador e distante da realidade, levando inclusive, a processos de diminuição das pescarias e desagregação das comunidades pesqueiras. Da mesma forma, a indústria pesqueira que já se alvorçou a tomar empréstimos e receber isenções para alavancar suas atividades de captura e industrialização nas décadas de 70 e 80 (principalmente), tem demonstrado dificuldades em manter níveis de capturas viáveis economicamente, dentro desse mesmo sistema de gestão (Dias-Neto, 2002).

Um aspecto importante da gestão é o seu monitoramento e constante retroalimentação para que possam ser verificados os níveis de satisfatoriedade do sistema no que diz respeito à viabilidade social, econômica e ambiental, pilares da sustentabilidade. É importante frisar que uma das maiores falhas históricas na gestão pesqueira no país é a frágil ou inexistente estatística, com modelos falhos e pouco abrangentes, principalmente no que diz respeito à pesca artesanal (Vasconcelos et. al., 2005).

Como alternativa aos modelos centralizadores e fracassados, pesquisadores, sociedade civil e instituições gestoras têm se unido e procurado criar novas e modernas



formas de gestão, primando pela participação dos usuários e todos aqueles diretamente atingidos.

Esses novos modelos têm se constituído basicamente em acordos de normas e regras de manejo dos recursos e ambientes, para que os aspectos sociais e econômicos (principalmente) e não somente biológicos, fundamentais para uma manutenção dos habitats, sejam incorporados aos debates e levados em consideração quando da elaboração das regras estabelecidas. Esse processo deverá se dar de forma participativa, construindo-se espaços de diálogos onde todos os saberes e percepções do ambiente, considerado na perspectiva do território, possam ser considerados, debatidos e, deseje-se, ordenados. A isso chamamos Gestão Compartilhada (Seixas et. al., 2012).

A Gestão Compartilhada, que tem como sinônimos Gestão Participativa, Co-gestão, Gestão Comunitária, entre outros, tem como premissa básica a participação da comunidade nas discussões e construção das regras. Essa forma de gestão tem sido fartamente estudada no Brasil e em diversos países do mundo, passando por um debate teórico profundo relacionado ao processo de apropriação dos recursos naturais e os elementos da exclusão e subtração.

Em contraposição à teoria da Tragédia dos Comuns, sugerida por Hardin em 1968, onde cada um dos comunitários que retira a sua parte do ambiente, retira também a possibilidade de que outro o faça, a teoria da Gestão Compartilhada se baseia na sustentabilidade histórica dos sistemas, considerando que os comunitários, a partir do conhecimento estabelecido por anos de observação e diálogo, constituíram formas de manter os sistemas produtivos (Caldasso, 2008).

Podemos verificar hoje diversas formas de processos de gestão compartilhada, como os acordos de Pesca na região Amazônica, os Conselhos Gestores das Resex (ou outras Unidades de Conservação que envolva pescadores) e os Fóruns em algumas regiões do Brasil (Kalikoski e Pinto da Silva, 2007). O que todos acabam tendo em comum é o profundo respeito ao conhecimento local e a clareza de que esse conhecimento, em diálogo com o conhecimento acadêmico ou científico, poderá ser o diferencial na busca de alternativas para a situação delicada em que se encontram os estoques na sua maioria. Outra característica fundamental da gestão compartilhada é o espaço de debates aberto e conflitivo que proporciona. É necessário partir do princípio que os conflitos não podem ser disfarçados ou escondidos. Os conflitos devem ser explicitados, conhecidos e analisados para que possam embasar a construção de



soluções viáveis, de forma que esses fóruns acabam sendo importantes espaços de embate de idéias e mediação de conflitos.

Dessa forma, os participantes desses fóruns deverão ser justamente as pessoas que estão em conflito de uso dos espaços e dos recursos, sob pena de não ser possível chegar-se a acordos ou consensos que de fato leve a termo todo o processo de discussão e negociação, buscando a melhoria da atividade e da vida dos envolvidos.

Aspectos como o monitoramento das regras estabelecidas e a fiscalização dessas regras, tornam-se fundamentais na manutenção desses processos, fortalecendo-os e tornando-os cada vez mais críveis.

Se o que ocorre é um acordo entre as partes (usuários), a fiscalização deverá/poderá ser exercida mais fortemente pela própria comunidade. Mas se as regras são estabelecidas através de processos de atos administrativos, sejam das esferas do Executivo como das esferas do Legislativo, através das Leis, Decretos, Portarias, Instruções Normativas e outros, deverão ter o apoio governamental na fiscalização e monitoramento. Para a aplicação de conceitos como o Manejo Adaptativo esses elementos tornam-se fundamentais.

Recentemente foram publicados o Decreto n. 6.981, de 13 de outubro de 2009 e a Portaria Interministerial MMA/MPA n. 2, de 13 de novembro de 2009, que regulamenta e orienta os processos de Gestão Compartilhada no Brasil. É justamente essa situação de um processo que vinha se dando de forma não regulamentada, a partir de experiências exitosas em diversas partes do mundo e do Brasil, e que no Brasil passa a ser regulamentado por Lei a partir de 2009, que vamos abordar nesse trabalho, buscando, através da apresentação de exemplos concretos, formas de adequação aos processos que estão construídos em constante dinâmica, à legislação publicada. Que instrumentos ou elementos deverão ser construídos para que as experiências existentes não se percam e possam fazer parte do Sistema Nacional de Gestão Compartilhada da Pesca, criado pelo Governo Federal, através da coordenação do Ministério da Pesca e Aquicultura?

Esse é o debate que o presente trabalho propõe.

A Pesca no Rio Grande do Sul



Apesar da pesca não ser pauta corrente nos debates sobre a economia tradicional gaúcha, no Rio Grande do Sul existem corpos hídricos importantes em todas as regiões, com destaque para o Rio Uruguai, no Norte/Noroeste do Estado, as Lagoas Mirim, Mangueira e dos Patos, na região Sul, o Litoral Norte e suas Lagoas e os Rio da região Central, culminando com o Jacuí no seu encontro com o Guaíba, formando um grande Delta. São mais de 80 importantes rios.

Hoje temos registrado em torno de 17.000 pescadores profissionais no Estado e mais centenas de pescadores amadores.

Portanto, a atividade pesqueira sempre foi importante socialmente, constituindo aspectos culturais relevantes. Apesar disso, o consumo de carne de peixe ainda é muito reduzido e acredita-se que no Rio Grande do Sul deverá ser menor que a média nacional de aproximadamente 7 Kg/*per capita*, ainda longe dos 12 Kg indicados pela OMS.

A pesca artesanal apresenta um cenário bastante diverso, mas comum no fato de estar em conflito com alguma outra atividade ou grupo econômico e, infelizmente, estar experimentando um declínio sem precedentes.

Nas regiões citadas os processos de desenvolvimento das pescarias se deram de forma específica. Na região Sul, as Lagoas Mirim e Patos, que são ligadas pelo Canal São Gonçalo, com forte influência açoriana, foram separadas, na década de 70, através da construção de uma eclusa para que as águas da Mirim não salguem no verão e possa permitir a irrigação das lavouras de arroz. Certamente que toda a dinâmica pesqueira foi afetada, pois as espécies de água salgada passaram a escassear até desaparecer totalmente e se formar um novo ambiente, ao qual os pescadores precisaram se adaptar.

Além disso, no município de Rio Grande principalmente, foi constituído um Distrito Industrial para a indústria química pesada, como as fábricas de adubos e o pólo petroquímico, situado dentro do estuário, comprometendo sobremaneira a qualidade do ambiente.

No Alto Uruguai, as construções de hidrelétricas vêm destruindo o habitat de diversas espécies de peixes bem como da vegetação, o que já inviabilizou muitas pescas. Até hoje, os pescadores não eram reconhecidos como atingidos por esses empreendimentos. Através da participação dos envolvidos foi possível construir um dispositivo, onde os pescadores profissionais artesanais ribeirinhos serão considerados atingidos por esses empreendimentos, mesmo não tendo nenhum documento de posse ou propriedade da terra. Dessa forma, compensações e medidas mitigatórias deverão ser



aplicados em benefício das comunidades. No curso do rio (de mais de 2.000 Km de extensão) outros conflitos aparecem fortemente como a mineração (retirada de areia), as lavouras de arroz - que afetam a produção do pescado pela destruição dos banhados (processos de sistematização), ação das bombas de sucção, uso de adubos e venenos - a pesca predatória e ilegal, entre outros.

Nos rios, de um modo geral, o despejo de resíduos industriais ou domésticos, a destruição das matas ciliares, o assoreamento, o despejo de resíduos sólidos, a especulação imobiliária e a mineração, tem impactados os ambientes levando a uma diminuição da quantidade e da qualidade dos peixes pescados (Pessano et. al., 2008).

No Litoral Norte, a disputa com o turismo pelo espaço durante o período do verão, contraditoriamente, tem sido um fator de impossibilidade do exercício da atividade. Em período de verão, quando da safra do camarão e outras espécies de peixes e quando uma grande quantidade de pessoas se deslocam para o litoral, constituindo num grande mercado consumidor, a disputa pelas Lagoas do Norte é bastante desleal, prejudicando, muitas vezes, o pescador, que precisa do peixe ou camarão para vender e viver. Os esportes náuticos, de uma maneira geral, tem afetado os ambientes de pesca e disputado territórios com os pescadores. A especulação imobiliária tem sido um fator de destruição das comunidades e extinção de práticas de pesca tradicionais, marginalizando as populações.

Além disso, o fator ambiental cada vez mais terá que fazer parte das discussões. As mudanças climáticas são uma realidade, o limite dos habitats também. Problemas resultantes de alterações climáticas devem ser tratados com atitudes ágeis e os processos de gestão compartilhada podem ter um papel fundamental também sob esse ponto de vista. Além de serem importantes na diagnose e construção de propostas concretas, poderão ser fundamentais na aplicação das regras estabelecidas.

A partir de agora passaremos a relatar, a partir da experiência, participação e algumas consultas a documentos e textos, os Fóruns de Gestão Compartilhada que estão em funcionamento no Rio Grande do Sul.

Conselho Cooperativo para Ações na Lagoa Mirim no Âmbito Pesqueiro – COMIRIM



Passou a reunir-se a partir de 1992, com o objetivo do ordenamento pesqueiro das Lagoas Mirim, Mangueira e afluentes. Já em 1993 é editada a Portaria 119 N, de 17 de novembro, que disciplina as redes (malha e tamanho), bem como institui uma licença, hoje emitida pelo IBAMA, anualmente, só permitindo a pesca naquela região quem estiver de posse de tal documento. Para tanto, é necessário comprovar a residência no entorno. As principais espécies são a traíra (*Hoplias malabaricus*), o jundiá (*Rhamdia quelen*) e o peixe-rei (*Odontesthes bonariensis*). Estima-se em torno de 500 famílias de pescadores envolvidos.

Após uma revisão, passou a vigorar a Instrução Normativa 02 de 09 de fevereiro de 2004, conjunta entre IBAMA e SEAP/PR, com o mesmo teor, mantendo a Licença de Pesca, emitida pelo IBAMA, e regrido malha, tamanho e tipos de redes, locais de pesca, espécies e tamanhos mínimos de captura. Recentemente houve uma revisão da malha utilizada e os limites das malhas permitidas para a Lagoa Mangueira foram diminuídos.

Fórum da Lagoa dos Patos

O Fórum da Lagoa dos Patos começou a se reunir em 1996, através de inúmeras entidades, pelo principal fato da queda da produção das pescarias, principalmente o camarão (*Farfantepenaeus paulensis*), pelo valor econômico e histórica abundância. Mas também ocorre com importância a captura da corvina (*Micropogonias furnieri*) e tainha (*Mugil brasiliensis*) e mais recentemente do siri-azul (*Calinectes sapidus*). A região abrange em torno de 6.500 pescadores.

Os integrantes do Fórum, a princípio representantes de 21 instituições, levaram alguns anos discutindo sobre o formato que o Fórum deveria ter e um “estatuto”, que, apesar de nunca registrado, orienta o funcionamento do mesmo até os dias de hoje.

Foram acordadas regras, que foram encaminhadas na forma de Minuta para o IBAMA e resultou na Portaria 171 de julho de 1998, sendo retificada pela Portaria 144, de 11 de outubro de 2001, que alterou o período de pesca definido inicialmente. Hoje, está em vigor a Instrução Normativa Conjunta n 03 de 09 de fevereiro de 2004, IBAMA/Seap. As regras trataram de fazer uma revisão das já estabelecidas e reunir todas num só documento. Esse processo gerou um grande debate de idéias e resultados de pesquisa. Além dessas regras, pela compreensão de que o estuário é totalmente



dependente do oceano e de acordo com o tipo de pescaria feito para fora da barra, interferirá na pescaria de dentro da barra, realizada por pescadores profissionais artesanais, foi proposto uma “zona tampão” nas adjacências da entrada da barra, que se consolidou na Portaria n 80, de 11 de dezembro de 2003, que proíbe o cerco (traineiras) 20 Km para o leste e 20 Km para o oeste da barra, além de 5 milhas para dentro do oceano.

Este Fórum se reúne mensalmente, discutindo dinamicamente e em tempo real, os problemas que afetam direta e indiretamente a pesca na região. Está, no momento, em fase de revisão da Portaria 03/04 e recentemente assumiu uma nova coordenação, que historicamente vem sendo composta por três membros (dois pescadores e um representante de uma instituição). Já conta com quase 30 entidades participantes.

Fórum do Litoral Norte

O Fórum do Litoral Norte, a exemplo dos demais, surge na perspectiva de reduzir os problemas e conflitos existentes principalmente no que se refere à pesca na região das lagoas, pelo fato de ser extremamente concorrida pelos turistas que vêm ao litoral no verão, época de entrada das espécies estuarino-dependentes, como o camarão, a tainha e outras. Com o objetivo de disciplinar o uso da malha, tipo de pesca, espécies, locais e época, foi editada a Instrução Normativa n 17, de 17 de outubro de 2004, construída coletivamente. Essa Instrução também institui a Licença Ambiental, que deverá ser requerida anualmente e será fornecida pelo IBAMA. Também prevê o uso de lacre nas redes tipo aviãozinho dos pescadores, com fins de facilitar o processo de fiscalização que é realizada pelo IBAMA e Batalhão Ambiental (Brigada Militar). Não existe ainda, no Fórum, o estabelecimento de regras para a costa, sendo nessa região a pesca realizada com cabos de praia, com a ajuda ou não de botes. Recentemente, em trabalho coordenado pela Emater, que é membro do Fórum, georeferenciou todos os cabos de praia do Litoral da sua área de abrangência, com o objetivo de intensificar a discussão para regramento desse espaço. A especulação imobiliária é avassaladora para as comunidades e o modelo de turismo implantado no estado, desconsidera totalmente as populações tradicionais. O conflito com os surfistas pela colocação das redes dos pescadores no litoral é grande, já resultando em vários acidentes, com desfechos fatais. Além disso, a quantidade de turistas que invadem o local em período de veraneio



impossibilita o exercício da profissão nesse período. Essa Instrução Normativa também está sendo revista. Esse Fórum se reúne mensalmente e envolve indiretamente cerca de 3.000 pescadores.

Fórum de Gestão da Pesca na Bacia do Rio Uruguai

Esse Fórum está sendo debatido há quatro anos, através de convênios executados entre a Fidene/Unijuí e SEAP/PR, que têm reunido os pescadores da região do Rio Uruguai com o objetivo de refletir sobre a situação das pescarias e buscar agregar entidades e órgãos dos governos municipais, estadual e federal, visando a construção de soluções para os problemas diagnosticados. (Auozeni *et. al.*, 2007).

Os conflitos existentes em toda a bacia do Rio Uruguai são bastante desafiadores e vão desde as Hidrelétricas, construídas em especial no Alto/Médio Rio Uruguai, até o desmatamento, despejo de resíduos, mineração, lavouras de arroz e pesca ilegal e predatória, dentre outros, que afetam a cadeia trófica e o habitat de inúmeras espécies, ameaçando as culturas locais.

Esse Fórum, criado oficialmente em julho de 2008, nasce com características totalmente diferentes dos descritos acima. Primeiramente, por ter uma constituição formal, estando sendo encaminhado o seu registro, estatuto aprovado em Assembléia e formalização de Diretoria e Conselho Gestor, além de uma estrutura municipal para dar suporte às ações e discussões. Em segundo lugar, pela própria conformação do Rio, que tem mais de 2.000 Km de extensão, dificultando as reuniões do conjunto de seus usuários. Por essa razão, esse Fórum foi seccionado em quatro Sub-fóruns, sendo eles o Alto, Médio/Alto, Médio e Baixo. Cada uma dessas secções tem uma coordenação, que compõem a coordenação geral, conforme organograma em anexo.

Ainda não existe nenhuma Instrução editada especialmente nesse âmbito, mas espera-se que brevemente seja possível concretizar as discussões a respeito. Na bacia do Rio Uruguai existem duas peculiaridades que influenciam direta ou indiretamente a pesca: i) a proibição da criação de tilápias (*Oreochromis nilótico*) por uma sentença judicial, baseado na razão de ser uma espécie exótica e; ii) a proibição da pesca dos dourados (*Salminus brasiliensis* e *S. maxillosus*) e do surubim (*Pseudoplatystoma coruscans*), também por decisão judicial, após edição de decretos estaduais que proíbem



(2002) e decretos que liberam (2008). Essa liberação foi derrubada duas vezes pela Justiça e hoje se mantém.

O defeso cumprido é o da Piracema, geral para o Estado ((outubro), novembro, dezembro e janeiro). Estima-se em torno de 2.100 pescadores que vivem na Bacia do Rio Uruguai.

Fórum do Delta do Jacuí e Guaíba

Este é o Fórum de Gestão mais recentemente criado, embora a sua discussão já acumule mais de três anos de caminhada junto às comunidades que formam o Delta dos Rios Jacuí e Guaíba. São inúmeras ilhas e comunidades ribeiras que vivem da atividade da pesca de forma a fazer parte do sustento familiar. Envolve centenas de famílias de pescadores que exercem a atividade pesqueira de forma artesanal. Uma demanda bastante grande por parte das organizações dos pescadores é o repovoamento. Em parceria com o CAMP (Centro Multiprofissional de Educação Popular), Unissinos e comunidade, a SEAP/PR (2006) assinou um convênio para a pesquisa do Grumatã (*Prochilodus lineatus*) num processo de repovoamento controlado. A partir dessa discussão, como sendo o método desenvolvido a capacitação de pescadores-pesquisadores, foi possível verificar a possibilidade de construir um espaço permanente de discussão que possa buscar alternativas e soluções para os difíceis problemas enfrentados pelos pescadores. O Fórum do Delta está hoje sendo articulado através de convênio entre o CAMP e o MPA e articula organizações em reuniões periódicas e encaminhamentos.

A Legislação hora vigente

A partir de 2009, com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, a coordenação do processo de ordenamento pesqueiro ficou a cargo desse Ministério, mas compartilhada com o Ministério do Meio Ambiente, na maioria dos casos representado pelo IBAMA.

A Lei n. 11.958, de 26 de junho de 2009, que transforma a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR em Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, é quem determina esse arranjo. No Art. 27, Inciso XXIV, determina:



“§ 6º Cabe aos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente, em conjunto e sob a coordenação do primeiro, nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros:

I - fixar as normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros, com base nos melhores dados científicos e existentes, na forma de regulamento; e...”

Diante dessa nova realidade e levando-se em consideração um grande anseio das comunidades pesqueiras expresso em resoluções de encontros e conferências, o Governo publicou em 13 de outubro de 2009, o Decreto n. 6.981, que disciplina o Parágrafo da Lei 11.958/09 e orienta a forma de gestão dos recursos pesqueiros entre os dois Ministérios. Determina a criação Comissão Técnica da Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros – CTGP, composta por quatro membros de cada um dos Ministérios e coordenada pelo MPA. A legislação propõem a criação de comitês, câmaras técnicas e grupos de trabalho, vinculados à CTGP com caráter consultivo e de assessoramento. Entendemos ser esse um virtual avanço da legislação, ainda quando diz que os colegiados *“deverão contar com representantes da sociedade civil e de outros entes da federação, nos termos constantes do ato de que trata o caput”*.(Art. 7).

O avanço comemorado por todos ainda não se transformou em realidade pela falta de definição de como essas instâncias de poder (ainda que em caráter consultivo) e o centro do processo, o CTGP, deverão dialogar e interagir.

A Portaria Interministerial n. 02, de 13 de novembro de 2009, regulamenta as determinações do Decreto 6.981, e define Gestão Compartilhada e Sistema de Gestão Compartilhada da seguinte maneira:

“Art. 2º Para os efeitos desta Portaria considera-se:

I - gestão compartilhada: o processo de compartilhamento de responsabilidades e atribuições entre representantes do Estado e da sociedade civil organizada visando subsidiar a elaboração e implementação de normas, critérios, padrões e medidas para o uso sustentável dos recursos pesqueiros;

II - sistema de gestão compartilhada: sistema de compartilhamento de responsabilidades e atribuições entre representantes do Estado e da sociedade civil organizada, formado por comitês, câmaras técnicas e grupos de trabalho de caráter consultivo e de assessoramento, constituídos por órgãos do governo de gestão de recursos pesqueiros e pela sociedade formalmente organizada;”

No terceiro artigo da lei, admite a consideração ao saber das populações tradicionais como elemento para o ordenamento:



“Art. 3º O Sistema de Gestão Compartilhada tomará por base os melhores dados científicos e existentes gerados por:

...
VI - o saber acumulado por populações tradicionais ou de usuários dos recursos pesqueiros; e...”

Também entendemos essa *novidade* como um avanço no arcabouço legal do ordenamento pesqueiro e um marco para o processo.

O que ainda não está claro é como que os espaços de gestão já existentes no país vão fazer parte do Sistema Nacional de Gestão Compartilhada, que tem o desenho proposto no Gráfico 1, que se está no Anexo I.

Os Comitês serão instâncias consultivas e de assessoramento para a definição de normas, critérios e padrões relativos ao ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros e serão instituídos conjuntamente pelos Ministros de Estado do Meio Ambiente e da Pesca e Aquicultura. Deverão ser paritários e formados de acordo com a unidade de gestão. Os comitês serão assessorados por subcomitês e câmaras técnicas. O subcomitê científico será formado por pesquisadores e técnicos com notório saber. O subcomitê de acompanhamento terá a função de monitoramento e deverá ser composto por membros do comitê, paritariamente.

As Câmaras Técnicas, criadas para tratar temas específicos dentro dos Comitês, serão integradas, de forma paritária, por representantes do Comitê.

Os grupos de trabalho, sempre que necessário, deverão ser formados para assessorar em temas específicos definidos de comum acordo pelo Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente (Portaria IM n. 02/2009).

Esses Sistema tem como tarefa elaborar o Planos de Gestão para o Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros, a partir da definição de Unidade de Gestão que se deseja, que pode ser a espécie, a região, o petrecho, a bacia ou a pescaria.

O Plano então, obedecido um roteiro de elaboração, é submetido à CTGP, que, em havendo consenso, encaminha para a assinatura dos Ministros, e, em não havendo, retorna para discussão para posterior processo de assinatura e publicação.

A divulgação e o acompanhamento também fazem parte de etapas do processo de gestão compartilhada, o que deve ser considerado positivo.

Mas, dada a complexidade do Sistema e em alguns casos, a falta de clareza nas definições do processo, entendemos que devemos envidar esforços em construir e desenvolver formas de adequação dos processos existentes à nova legislação,



principalmente pelo avanço intrínseco que ela representa em determinados conceitos e definições utilizadas. O desafio está em nossas mãos.



Referências Bibliográficas

AUOZANI, L. L., REDIN, E., HOFER, C. E., Plano Estratégico de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura 2007-2017. Ed. Unijuí, 2007.

BRASIL. Decreto-Lei n. 221, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulo à pesca e dá outras providências. Ministério da Agricultura e Pecuária/SUDEPE, Brasília, 1967.

BRASIL. Instrução Normativa Conjunta N° 3, de 9 de fevereiro de 2004. Dispõe sobre a atividade de pesca nas Lagoas Mangueira e Mirim no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura da Presidência da República, Brasília, 2004.

BRASIL. Instrução Normativa Conjunta N° 2, de 9 de fevereiro de 2004. Dispõe sobre a atividade de pesca no Estuário da Lagoa dos Patos no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura da Presidência da República, Brasília, 2004.

BRASIL. Portaria n. 119 de 17 de novembro de 1993. Brasília, IBAMA, 1993.

BRASIL. Portaria N° 80/03-N de 11 de dezembro de 2003. Proibir a pesca na modalidade de cerco na região oceânica de acesso ao Estuário da Lagoa dos Patos. Ministério do Meio Ambiente/IBAMA, Brasília, 2003.

BRASIL. Portaria N° 144, de 11 de outubro de 2001. Dispõe sobre estabelecimento dos períodos de captura para a região estuarina da Lagoa dos Patos. Ministério do Meio Ambiente/IBAMA, Brasília, 2001.

BRASIL. Portaria N° 171, de 22 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a atividade de pesca no Estuário da Lagoa dos Patos/RS. Ministério do Meio Ambiente/IBAMA, Brasília, 1998.

BRASIL. Instrução Normativa n. 17, de 17 de outubro de 2004. Brasília, IBAMA, 2004.

BRASIL. Decreto n. 6.981, de 13 de outubro de 2009. Brasília, 2009.

BRASIL. Portaria Interministerial n. 02 de 13 de novembro de 2009. Ministérios da Pesca e Aquicultura e Meio Ambiente. Brasília, 2009.

BRASIL. Medida Provisória N° 103, de 1° de Janeiro de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. Lei n. 11.598, de 26 de junho de 2009. Dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e Ministério da Pesca e Aquicultura e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 11.959, de 26 de junho 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura. Ministério da Pesca e Aquicultura. Brasília, 2009.

CALDASSO, L. P. Gestão Compartilhada para a pesca artesanal: o caso do Fórum da Lagoa dos Patos/RS. Rio de Janeiro, UFRRJ, 2008.

COSTA, A. L. (Ed.) Nas redes da Pesca Artesanal. Brasília/Ibama, 2007.

COSTA, A.L. Os falsos pescadores: supostas fragilidades na gestão pesqueira. In: COSA, A. L.(Ed.) Nas Redes da Pesca Artesanal, Brasília, IBAMA, 2007.

COTRIM, D. S. Agroecologia, sustentabilidade e os pescadores artesanais: O caso de Tramandaí (RS). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

DIAS-NETO, J. Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Dissertação (Mestrado), UNB, 2002.



DIEGUES, A.C.S. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983.

FILHO, S. M. Crise e sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Dissertação de Mestrado. Brasília, UNB, 2001.

GARCEZ, D.S. Diagnóstico das comunidades de pescadores artesanais no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: RS Rural, 2001.

KALIKOSKI, D. C.; SEIXAS, C. S.; ALMUDI, T. Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios. Ambiente e Sociedade, 2009.

KALIKOSKI, D.C.; PINTO DA SILVA, P. Análise de gestão compartilhada: avaliação preliminar comparativa do Fórum da Lagoa dos Patos (RS) e da RESEX de Arraial do Cabo, (RJ). In: Costa, Adriane Lobo (ed.): Nas redes da pesca artesanal. Brasília, Ibama, 2007.

KALIKOSKI, D., DIAS-NETO, J., THÉ, A. P. G., RUFFINO, M., FILHO, S. M. (Org.) Gestão Compartilhada do uso sustentável de recursos pesqueiros: refletir para agir. Brasília, IBAMA, 2009.

PASQUOTTO, V.F. Pesca artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

PESSANO, E. F. C., PESSANO, C. L. A., TOMASSONI, D. S., FRECERO, L. S., CASTRO, L. R. B. Análise da atividade pesqueira no Rio Uruguai Médio diante o panorama da associação dos Pescadores de Uruguaiana, *in*: Biodiversidade pampeana; 6 (2) 49-62, PUCRS, Uruguaiana, 2008.

SEAP/PR. Política Territorial da Pesca e Aquicultura. Brasília: SEAP. 2008.

SEIXAS, C.S.; KALIKOSKI, D.C. Relatório de atividades do workshop "Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros no Brasil. CEPENE. Tamandaré, Maio 2006. Apresentado ao International Development Research Centre (IDRC, Canada) e ao IBAMA. 2006.

SEIXAS, C. S., KALIKOSKI, D.C. Gestão Participativa da Pesca no Brasil: Propostas, Projetos e Documentação dos Processos. Revista Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2009.

SEIXAS, C. S., KALIKOSKI, D. C., ALMUDI, T., BATISTA, V. S., COSTA, A. L., DIOGI, H. L., FERREIRA, B. P., FUTEMMA, C. R. T., MOURA, R. L., RUFFINO, M. L., SALLES, R., THÉ, A. P. G. Gestão Compartilhada do uso de recursos pesqueiros no Brasil: elementos para um programa nacional. *In*: Ambiente e Sociedade, V. 14, n. 1. Campinas, 2011.

SOUZA, M. V. Gestão Compartilhada dos recursos pesqueiros: um desafio social. In: 1º Encontro Regional sobre el conocimiento actual de las principales recursos pesqueros del Uruguay. Colon – Argentina, 12 a 13 de novembro de 2008 (não publicado).

VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A. C.; SALES, R.R. KALIKOSKI, D. C. Relatório Integrado PNUD: Diagnóstico da pesca artesanal no Brasil como subsídio para o fortalecimento institucional da SEAP/PR. Brasília, 2005.



ANEXO II

Localização dos Fóruns de Gestão Compartilhada:

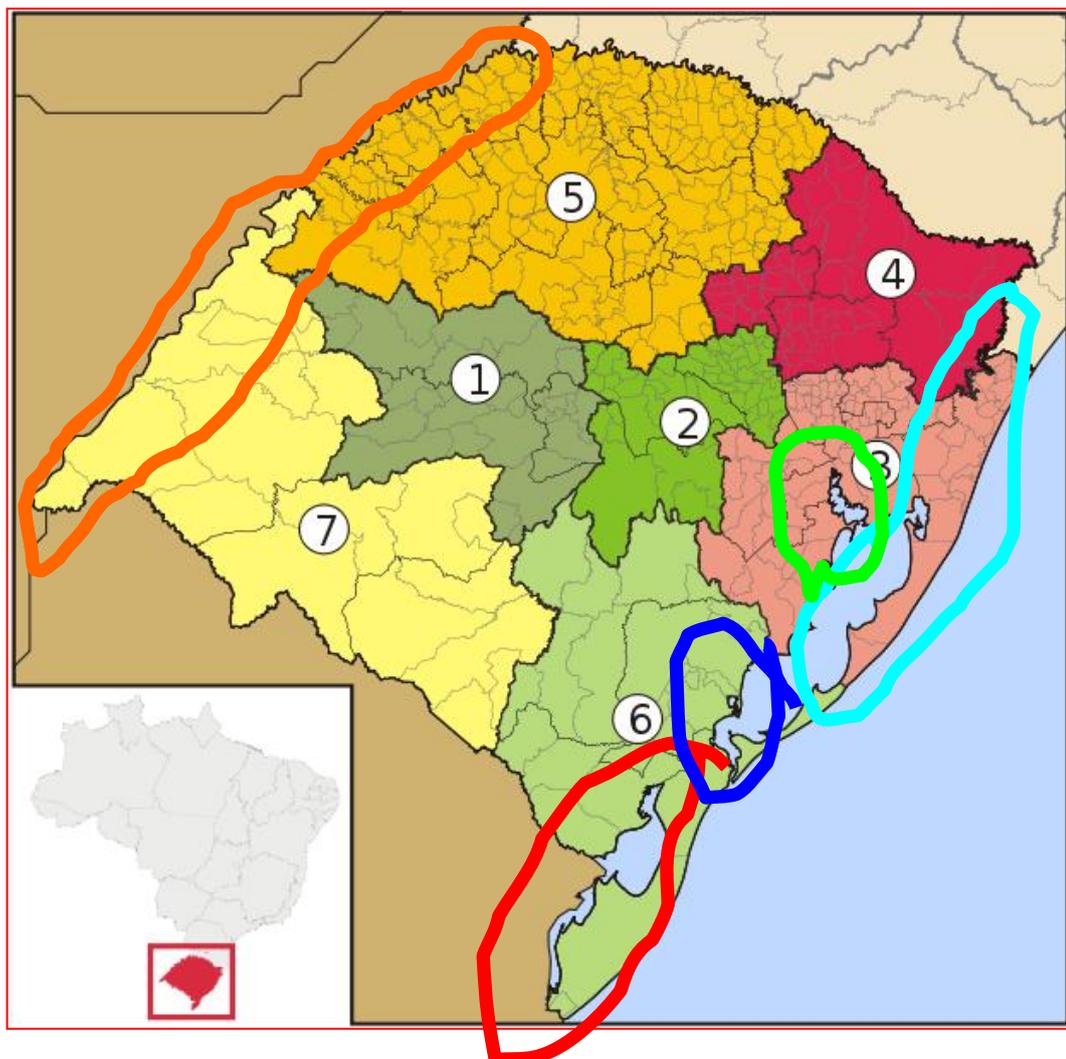
Em vermelho: Comirim

Em azul: Fórum da Lagoa dos Patos

Em turquesa: Fórum do Litoral Norte

Em laranja: Fórum do Rio Uruguai

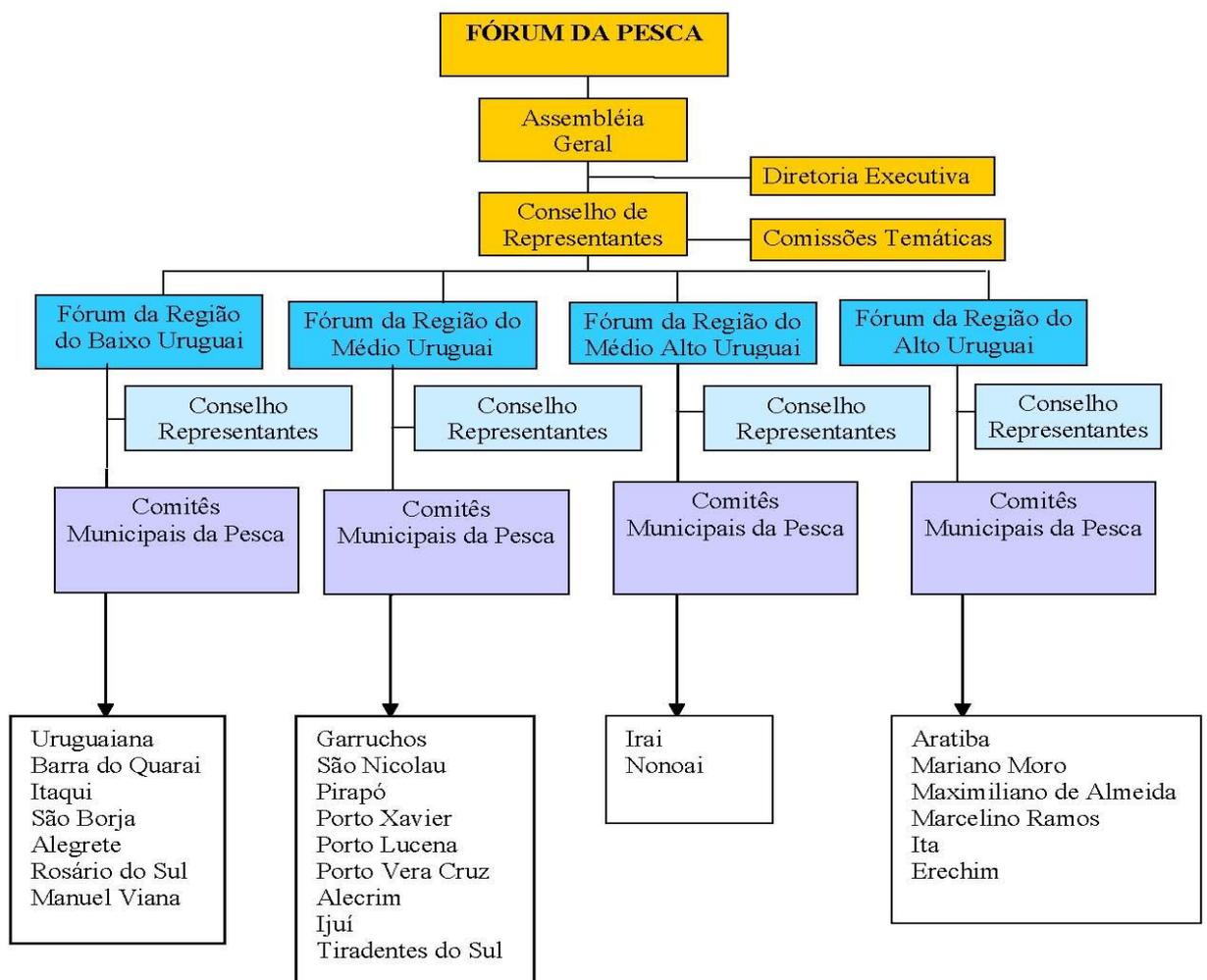
Em verde: Fórum do Delta do Jacuí e Guaíba





ANEXO III

Estrutura do Fórum de Gestão da Pesca da Bacia do Rio Uruguai





GT 8 – Formas de participação de pescadores artesanais na gestão ambiental: potencialidades e limites

Balanco histórico das lutas dos pescadores e pescadoras artesanais em Pernambuco: algumas questões para o debate

Cristiano Wellington Noberto Ramalho¹

¹Professor Adjunto de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais (DCS) e do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Antropologia (NPPA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: cristiano.ramalho@yahoo.com.br

Resumo

Este texto busca fazer um balanço histórico sobre as lutas sociais de pescadores e pescadoras artesanais nas últimas cinco décadas no estado de Pernambuco. Para tanto, temas como mediação política, lutas ambientais, direitos trabalhistas e previdências e as unidades de conservação serão aqui abordados.

Palavras-Chave: movimentos sociais da pesca; pescadores e pescadoras; Resex Marinha.



Apresentação

Este texto busca fazer um balanço histórico sobre as lutas sociais de pescadores e pescadoras artesanais nas últimas cinco décadas no estado de Pernambuco. Para tanto, temas como mediação política, lutas ambientais, direitos trabalhistas e previdências e as unidades de conservação serão aqui abordados. Mais do que conclusões fechadas, encaminhar e problematizar questões para o debate é o objetivo deste escrito.

1. A Chegada do Mediador: o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e a Emergência dos Conflitos Ambientais em Pernambuco

A segunda metade dos anos 60 e toda a década de 70 trouxeram uma nova dinâmica no processo de luta e de organização política dos pescadores e pescadeiras no Brasil. Uma ala progressista da Igreja Católica, influenciada pela *Teologia da Libertação*, cria, em Pernambuco, o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) nos idos de 1969, por intermédio do Frei Alfredo Schnuettgen, e começa a desenvolver ações políticas destinadas a modificar a situação de marginalização em que viviam os trabalhadores e trabalhadoras da pesca.

É nessa esfera que o CPP começa a organizar politicamente a categoria, tentando fazer com que os pescadores conquistassem sua entidade representativa (a colônia), que se encontrava entregue – como gostavam de dizer as lideranças comprometidas – a pelegos e outras pessoas que não os representavam, e que muitas vezes nem eram pescadores.

A estreita e histórica ligação com o poder público resultou na falta de identidade das colônias pertencentes aos pescadores. Eram compreendidas por muitos de seus filiados como prolongamentos das ações do Estado e como entidades repressoras e/ou paternalistas. Sobre isso, Ubirajara Timm escreveu:

Na verdade, a colônia não é fruto de uma coalizão entre pescadores. Ao contrário, é entidade imposta pelo poder público como associação compulsória e nisso se equipara, no aparato institucional dominante do pescador, com os demais órgãos representativos da área governamental (TIMM, 1977, p. 191).

Tal fato pode ser explicitado pela presença de pessoas da Marinha ou sob seu controle enquanto dirigentes das colônias (RAMALHO, 1999), fato que também se estendeu a outros grupos sociais pertencentes às elites locais. Diante desse cenário, o paracecimento do CPP tornou-se valioso:



Um fato novo nesse período foi o surgimento da Pastoral dos Pescadores, órgão ligado à Confederação Nacional dos Bispos no Brasil. Com a intervenção da Pastoral dos Pescadores, o escopo das lutas foi ampliado, abrangendo temas como a representação democrática, a comercialização, a aposentadoria e previdência social, etc. (DIEGUES, 1995, p. 122).

O trabalho da Pastoral dos Pescadores, de fato, impulsionou e redefiniu a vida política dos pescadores e pescadeiras, pois estes passaram a pressionar e a exigir modificações na forma de atuação das Colônias e um maior comprometimento de seus dirigentes. Nos fins do ano de 1970 e primeira metade dos anos de 1980, várias colônias de pescadores de alguns estados do Nordeste, como Pernambuco, Alagoas e Maranhão, começaram a ser dirigidas pelos próprios pescadores, que tinham o apoio do CPP.

O trabalho de mediação realizado pelo CPP fez com que a categoria se insurgisse contra as relações de poder impostas pelo Estado ao dar um potencial organizativo às formas de resistência e de luta dos pescadores(as), em diversas regiões nordestinas, tendo como foco as colônias ao estimular o surgimento de lideranças comprometidas com a classe. A presença desses mediadores é primordial para qualificar, organizar e definir o processo de construção sócio-política das camadas populares na nossa sociedade (ARAÚJO, 1990), atuando, de certa maneira, na qualidade de *Intelectuais Orgânicos* das camadas populares (GRAMSCI, 1995).

Pode-se dizer que o CPP é um acontecimento único na história das lutas sociais dos pescadores e pescadoras artesanais no Brasil, pois, antes desse mediador sócio-político, nenhum outro grupo (instituição, entidade e/ou partido) tinha se voltado com a mesma força para mobilizar e/ou apoiar as reivindicações dos pescadores artesanais.

É claro que a presença e a cultura política difundida pelo Poder Público, através da Marinha Brasileira (1919) e décadas depois com a SUDEPE (1962), disseminou junto aos homens e mulheres das águas um sentimento de fragilidade organizativa, de distanciamento, em muitas situações, da dimensão de um fazer político classista, porém isso também se deveu a própria inexistência de mediadores e/ou das alianças que poderia ter sido construídas com ele, como aconteceu com o campesinato (ligas camponesas, PCB, Igreja Católica, por exemplo), a título de comparação.

Na construção política do CPP e em sua parceria com as comunidades pesqueiras, podemos destacar algumas significativas ações no estado de Pernambuco, que ainda vão ecoar nos dias de hoje:



- 1) A luta pela conquista das colônias de pesca, com a formação de novas lideranças, no intuito de torná-las, de fato, entidades representativas da categoria, como já salientamos;
- 2) Surgem reivindicações junto ao Estado pelos direitos trabalhistas e previdenciários dos pescadores, bem como a retirada de documentos básicos, como registro de nascimento, identidade, etc.;
- 3) A organização das mulheres pescadoras (pescadeiras ou marisqueiras) deu-se fortemente no litoral norte pernambucano, especialmente no município de Itapissuma. A chegada da freira Nilza Montenegro, do CPP, para morar em Itapissuma, em 1975, teve um papel importante, pois, ela percebeu que o trabalho das mulheres na pesca não era reconhecido oficialmente, apesar de existirem muitas trabalhando na mariscagem dos pescados na região. O conhecimento da realidade permitiu à Pastoral dos Pescadores entender que o trabalho a ser desenvolvido junto aos homens que se dedicavam ao trabalho da pesca artesanal, em Itapissuma, seria bastante difícil, tanto pelo grau de desconfiança quanto, principalmente, por ser uma mulher, uma freira, que o estava desenvolvendo. No entanto, ao perceberem isso, voltaram suas atenções, através da irmã Nilza Montenegro, para as mulheres pescadeiras, que não a olhavam com o mesmo receio. Esse foi o caminho, o terreno fértil para a mobilização do CPP, o das mulheres objetivando a conquista de seus direitos fundamentais, essencialmente do trabalho. Tal luta teve conseqüências positivas: em outubro de 1978, depois de 15 dias de ocupação do prédio da SUDEPE, realizada pelas mulheres pescadoras de Itapissuma, são emitidas pelo órgão, através do Decreto-Lei 81.653, as doze primeiras carteiras de pescadoras no Brasil. Cerca de 11 anos depois, um novo fato revela a força da Pastoral e da mobilização das pescadoras de Itapissuma, a saber, em 1989, é eleita, pela primeira vez no Brasil, uma mulher para a presidência de uma colônia de pesca, a pescadora Joana Mousinho. Ademais, Joana Mousinho vai tornar-se também a primeira mulher eleita, no Brasil, para uma Federação de Pescadores, a de Pernambuco, em 1994 ¹.
- 4) A questão ambiental, especialmente a que se originou da poluição dos rios e dos estuários tiveram grande repercussão na vida dos pescadores e das pescadoras. A poluição prejudicou frontalmente a atividade pesqueira, ocasionando a mortandade de peixes, além de infectá-los com resíduos químicos. Assim, as demandas reivindicatórias, ao focalizarem o impacto sofrido na esfera socioeconômica e/ou sócio-ambiental, levaram os trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal a terem um grau maior de participação, comparando-se às outras reivindicações anteriormente expostas (direitos trabalhistas). Segundo Callou (1986, p 186), “este teve um maior poder de mobilização do que os demais apoiados pela Igreja, uma vez que a poluição interveio na atividade econômica dos pescadores de forma objetiva, visível e desastrosa”.

¹ “O movimento ganhou mais força a partir da articulação promovida pela Pastoral com a Deputada Federal Cristina Tavares (MDB), que passou a pressionar a SUDEPE também em Brasília” (RAMALHO, 1999, p. 48). Em relação a esse valioso momento histórico, é oportuno ler: RAMALHO, 1999.



No caso da questão ambiental, vale um olhar mais acurado, devido às repercussões que a mesma assumiu. Nesse sentido, as formas de luta adotadas pelos pescadores e pescadeiras, no final dos anos de 1970 e em toda década de 1980, expressaram a reação frente às ameaças de expropriação, ocasionadas pelos problemas relativos à questão ambiental, sendo aquele o período em que ocorreram as mais significativas mobilizações da categoria. Começava-se, então, a compreender o conflito e a relação antagônica entre as classes sociais, que geravam desigualdade e dominação, e a deixar de entender o Estado como o único adversário, ao romper com a não valorização do principal agente opositor (usineiros e industriais). Para Ramalho (1999, p. 50),

Sem dúvida, os impactos sofridos pelo meio ambiente e que atingiram as pessoas que dependiam da pesca artesanal para sua sobrevivência, foram o elemento que lhes possibilitou - através do trabalho de conscientização realizado pela Pastoral - reconhecer um problema comum à categoria, que só poderia ser enfrentado de modo coletivo, por ações coletivas, organizando-se para isso. Tal fato levou esses trabalhadores e trabalhadoras a identificarem seus aliados e inimigos na construção de sua luta política como certifica.²

Mesmo tendo conseguido mobilizar a categoria e tornar várias colônias expressão dos desejos políticos dos pescadores e pescadoras, ainda era necessário quebrar oficialmente com a tutela legal da colônia diante da SUDEPE e Marinha, que continuava apesar da queda do regime militar em 1985. A autonomia frente ao Estado cristalizou-se, ainda mais, em 1988 com a elaboração da Constituinte da Pesca, em relação à qual foi realizada a mais ampla discussão acerca do setor pesqueiro, que contou, inclusive, com a participação de vários representantes das colônias, possibilitando o surgimento do Movimento da Constituinte da Pesca, principalmente nas regiões Norte/Nordeste, fomentado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores. Dessas ações nasceu o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), em abril do mesmo ano, na cidade de Recife, PE. Um dos objetivos dessa mobilização era a de fazer com que a Constituição Federal abraçasse as reivindicações dos pescadores e pescadoras; desejo também comum a outras classes e segmentos sociais populares no Brasil. Então,

² CALLOU afirmou sobre esses impactos negativos no litoral norte de Pernambuco: "Quanto aos protestos dos pescadores dos municípios de Itapissuma e Igarassu, esses se voltaram principalmente contra a poluição dos rios Botafogo e Igarassu, que banham esses município já próximos à sua foz. Isto ocorreu a partir de 1978 quando se viram prejudicados com os despejos residuais da "Usina São José", da "Companhia Agro-industrial de Igarassu", no rio Botafogo; das fábricas "Papéis Finos Nordeste S/A", "ELEIKEROZ" e "Fibras do Nordeste Ltda", no rio Igarassu" (ibidem, p. 186).



com Constituição de 1988, pôs-se fim à tutela do Estado sobre as entidades representativas das camadas populares, entre elas as colônias de pescadores.

Após a extinção da SUDEPE em 1989, foi o IBAMA o órgão que passou a absorver parte das suas atribuições sem ter qualquer contribuição na questão do fomento da atividade pesqueira, que era o centro da ação política da antiga SUDEPE. Criou-se, assim, um vácuo nas políticas produtivas para o setor, visto que o IBAMA é uma instituição conservacionista.

Do ponto de vista das mobilizações sociais vividas nas décadas de 1970 e, principalmente, na de 1980, houve um arrefecimento geral nas lutas populares no decênio de 1990 (GONH 1997; SCHERER-WARREN, 1996), fato que não se distinguiu da realidade dos pescadores e pescadoras artesanais. O avanço das políticas e da hegemonia neoliberal colocou novos padrões sócio-econômicos e políticos, impactando a sociedade e (re)configurando o Estado, com seu enxugamento, além de aumentar a pobreza da população, que se somou a derrocada do socialismo real. O conjunto dessas questões acabou sendo decisivas na quebra de muitas mobilizações sociais (ANTUNES, 2005), com exceção feita ao MST³.

No caso da pesca, esse refluxo sócio-político agravou-se com a crise que viveu a própria Pastoral dos Pescadores nos anos de 1990, de definição de rumos, no ato de repensar suas ações. Tal questão repercutiu de modo negativo, com o arrefecimento das lutas sociais e da capacidade de mobilização da própria categoria.

Todavia, essa situação não representou uma paralisia absoluta. Os novos desafios presentes no fim da década de 1990 e, especialmente, existentes na primeira década do século XXI vão ver ressurgir novas mobilizações e lutas das comunidades locais em Pernambuco, onde as Unidades de Uso Sustentável estarão no horizonte.

2. Resex e RDS Marinhas: alternativas históricas

Superado alguns impasses internos vividos na década de 1990, a agenda de luta e de reivindicações do movimento dos pescadores e pescadoras deixou de possuir, em muitas localidades, a pluralidade de demandas que a caracterizavam – elencamos as mesmas acima - para concentrar-se, em larga medida, em um aspecto essencial para a própria a permanência do modo de vida tradicional de homens e de mulheres que

³ Sobre isso, é importante ler: PETRAS, James. *As esquerdas e as novas lutas sociais na América Latina*. In: Revista Lutas Sociais, nº 2, 1º semestre de 1997, São Paulo, PUC-SP.



trabalham na pesca artesanal. Ou seja, passou-se a defender a criação de Unidades de Conservação, com especial atenção para as Reservas Extrativista (Resex) e de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Marinhas, enquanto estratégia central em vários municípios litorâneos de Pernambuco⁴.

Não é que o fazer político concentrado numa agenda múltipla tenha se distanciado do cotidiano das instâncias de representação políticas dos pescadores(as) - colônias e associações - e/ou de seus movimentos sociais, mas houve a elaboração da qual - em decorrência das constantes e aceleradas ameaças oriundas da perda de territórios, do aumento da depredação ambiental e/ou da expropriação sócio-econômica dos pescadores e marisqueiras - a garantia dos ancestrais territórios e da biodiversidade seriam fundamentais e sem os quais inexisteriam pescadores e pescadoras artesanais. Ademais, uma prática política assentada em tal discurso ambiental teria uma força e qualidade maior capaz de produzir apoios para além do espaço local e de contrapor-se a iniciativas políticas e econômicas de outras classes sociais.

Tudo isso assumiu grande urgência, devido ao novo contexto histórico.

Mais do que no passado, as ações desfechadas por grandes grupos hoteleiros, a partir da instalação de *resort's* que se espalharam pelas regiões costeiras nordestinas expulsando trabalhadores da pesca de seus antigos locais de morada e de trabalho⁵, e pelas fazendas de camarão (carnicultura), que se expandiram sobre áreas de uso comum dos pescadores e marisqueiras (os manguezais), agudizaram o cenário adverso vivido

⁴ Atualmente, existem as seguintes iniciativas em Pernambuco voltadas para a instalação de Resex's e/ou RDS's: luta pela criação, no litoral sul, da Resex de Sirinhaém em município com o mesmo nome, enquanto resposta ao processo de expulsão que a Usina Trapiche desejava impor a antigos moradores que viviam em pequenas ilhas numa região estuarina. Tal ação foi iniciada, a partir da comunidade, com o apoio do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e que, posteriormente, deu lugar à assessoria da Pastoral da Terra (CPT); demanda pela instalação no litoral norte da RDS Canal de Santa Cruz, que engloba os municípios de Itapissuma, Ilha de Itamaracá, Igarassu e Goiana, com o objetivo de enfrentar históricos problemas sócio-ambientais (poluição das usinas e indústrias e a recente expansão do cultivo de camarão), eclodindo a partir das demandas de todas as colônias e associações locais de pesca em parceria com o CPP. Ademais, teve a ajuda das seguintes entidades: Asпам, Espaço Ciência e do Centro Peixe Boi; a luta pela instalação, na costa sul, da Resex do Rio Formoso, que envolverá os municípios de Sirinhaém, Tamararé e Rio Formoso, por atingir, além do estuário do Rio Formoso, os rios do Espaço e Arinquitá. A demanda veio das colônias locais e conta com o apoio do Instituto Recifes Costeiros e do CPP, surgindo, segundo o CPP, como princípio de precaução diante do que já começava a emergir na localidade e, especialmente, do que já acontece com outras áreas litorâneas do estado; e, por fim, a criação oficial, desde de 2007, da Resex Acaú-Goiana, que ainda se encontra sem plano de manejo, e que envolve os estados da Paraíba e Pernambuco. Surgiu de iniciativa das mulheres marisqueiras de Acaú, a partir da Associação das Marisqueiras Pobres de Acaú (PB), e foi abraçada - por já existir uma luta de pescadores e pescadoras contra a depredação dos recursos naturais pesqueiros - por todas as colônias e associações de pesca de Goiana (PE), como uma ação comum que beneficiaria a todos que pescam na região, já que esses municípios são fronteiriços. Tal iniciativa contou também com o apoio do CPP e, depois, com estudos técnicos da UFPB. A Resex de Acaú-Goiana situa-se na costa norte de Pernambuco e ao sul da Paraíba. Todas essas unidades reivindicam sua instalação junto ao Governo Federal, através do IBAMA e do ICMBio.

⁵ A expansão turística no Nordeste passou a ser prioritário para Governos Federal e Estaduais. Dessa maneira, o decênio de 1990 tomou-se foco de investimentos públicos, objetivando apoiar e concretizar instalações hoteleiras de grande capital nas praias da região, com vistas a atrair um grande número de turistas que pudessem desfrutar das belezas naturais e pagar pelo conforto oferecido por tais empresas hoteleiras (RAMALHO, 2006). Foi por conta disso que surgiu o Projeto Costa Dourada. Tal projeto foi concretizado numa parceria dos Governos de Pernambuco e Alagoas com o Poder Público Federal, objetivando expandir o turismo entre o litoral sul de Pernambuco até Alagoas, com a instalação de grandes empreendimentos hoteleiros, contando com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Governo Federal, para isso.



pelas comunidades locais pesqueiras, atingindo frontalmente suas possibilidades de produção e de reprodução social.

Neste último caso, a carcinicultura impôs sua territorialidade – a partir de concessões dadas pelos órgãos estaduais de meio ambiente sem qualquer discussão pública e sem relatório de impacto ambiental – sobre as ancestrais territorialidades da pesca artesanal, negando-as, desafirmando-as e as excluindo sócio-espacialmente, para que sua dinâmica produtiva e privatista existisse.

Assim, no universo da pesca no Nordeste, desde a década de 1990 até os dias atuais, um novo e poderoso sujeito social entrou em cena: os fazendeiros de camarão. Se o capital encontrava antes com a pesca industrial dificuldades para se desenvolver devido às especificidades da ecologia costeira existente em alguns estados nordestinos, a exemplo de Pernambuco, isso vai ser o oposto com a atividade do cultivo do camarão em decorrência do clima e das favoráveis condições ambientais para sua expansão⁶.

Sustentando-se em largo apoio financeiro do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), contando com a liberação para privatizarem áreas antes de uso comum, tendo forte apoio científico por meio das universidades, através de inúmeras e rentáveis consultorias prestadas por seu quadro docente, e vivendo sob a sombra do apogeu neoliberal, a carcinicultura expandiu-se fortemente nas regiões costeiras nordestinas, ocupando e impactando negativamente os mangues e estuários dessas localidades. Assim, o que antes era historicamente território comum da pesca transformou-se num espaço privado do capital, através do desenvolvimento da carcinicultura⁷.

Um fenômeno recente e preocupante é a expansão desordenada do cultivo intensivo de camarões (carcinicultura), particularmente no Nordeste. Em 2003, calcula-se que cerca de 35.000 hectares foram destinados à carcinicultura no Brasil que, usando espécies exóticas, afeta principalmente as áreas próximas ao mangue (apicuns) e os próprios manguezais, gerando uma produção de dezenas de milhares de toneladas destinadas à exportação. Os Estados mais afetados são o Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Calcula-se também que cerca de 300 a 500.000 hectares são propícios à carcinicultura,

⁶ Tal fato deve-se às próprias características naturais do ambiente, já que a plataforma costeira pernambucana é estreita e cheia de corais, tornando incompatível o uso de redes industriais para a pesca; elemento esse que se adiciona à inexistência de cardumes de grande porte, como no Sul do Brasil, que são de interesse prioritário das grandes empresas pesqueiras (IBAMA, 2004). Segundo o Boletim Estatístico do IBAMA (idem, p 17): "A costa de Pernambuco é caracterizada pela presença de mangues e recifes costeiros, ecossistemas altamente produtivos aos quais estão associados grande parte das espécies capturadas e, em contrapartida a essa grande diversificação, têm-se o pequeno tamanho populacional por espécie quando comparado os grandes cardumes do Sul do País. Daí ser de grande importância a pesca artesanal no Estado voltada à captura de espécies de melhor qualidade, uma vez que a ausência de grandes cardumes inviabiliza a captura a nível industrial".

⁷ Em 2004, segundo a Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (ABCC), de acordo com seu número de associados, o cultivo de camarão ocupava uma área de 16.598 em regiões de mangues, onde o nordeste contribuiu com 15.039 do aludido total nacional, estando dividindo do seguinte modo: Rio Grande do Norte: 6.281; Ceará: 3.804; Bahia: 1.850; Pernambuco: 1.108; Paraíba: 630; Piauí: 751; Sergipe: 514; Maranhão: 85; Alagoas: 16; total Nordeste: 15.039; total Brasil: 16.598 (Fonte: ABCC – 2004. In: Ibama, 2005). Contudo, muitos criadores de camarão não são filiados à ABCC, isto é, existem áreas ocupadas pelo cultivo de camarão não cadastradas, seja pela aludida entidade, seja pelo poder público federal (por meio do Ibama e da Seap), órgãos estaduais (a CPRH em Pernambuco, por exemplo) e/ou municipais. Nesse sentido, devido inclusive à expansão desordenada, é possível existir mais de 30.000 hectares de manguezal e regiões estuarinas ocupadas com a carcinicultura no Nordeste brasileiro, como frisou Diegues (2004).



no Brasil. Somente no Rio Grande do Norte, verifica-se uma expansão de mais de 30% dessa atividade ao ano, tendo sua exportação ultrapassado os produtos tradicionais, como a fruticultura, transformando-se o camarão cultivado no primeiro produto de exportação desse Estado. Os impactos dessa atividade são enormes, pois cerca de 20% dos manguezais foram destruídos na Tailândia e no Equador, onde doenças como a da “mancha branca” dizimaram as áreas de cultivo. Na Índia, o aumento dessas áreas de cultivo levou a conflitos sérios com os pescadores artesanais. Os ambientes costeiros, particularmente os manguezais e apicuns, sofrem ameaças pelo despejo de restos de alimentos que contêm anabolizantes e nutrientes que podem levar à eutrofização e à redução do oxigênio dissolvido, ocasionando a morte de organismos vivos e o assoreamento das áreas utilizadas (DIEGUES, 2004, p. 229).

Pode-se afirmar que existe no Brasil uma nova divisão social do trabalho na pesca e, com isso, nas condições de expansão da dinâmica capitalista no setor, fato constatado com os dados pesqueiros de 2004 e 2009 (CEPENE, 2005; MPA, 2010). Nessa partilha do capital ainda cabe as regiões Sul e Sudeste a maior fatia de capturas advindas da pesca industrial, mantendo sua hegemonia histórica no setor com mais de 200.000 toneladas da produção nacional; o Nordeste ocupa o segundo lugar na produção de pescados oriundos da atividade artesanal e responde pela liderança do setor aquícola brasileira; o Norte é líder do pescado capturado artesanalmente em 2004 e maior produtor da pesca extrativista no País em 2009 (tabela I), o qual, como o Nordeste, em larga medida, se encontra subordinado às empresas do setor historicamente⁸. Ademais, é impressionante constatar o vertiginoso salto da produção aquícola em apenas 5 anos (2004 a 2009), com o Nordeste aumentando cerca de 20.000 toneladas nesse período.

Tabela I - PRODUÇÃO PESQUEIRA NACIONAL NO ANO DE 2004, POR SETOR EM TONELADAS*			
Região	Pesca Artesanal	Pesca Industrial	Aqüicultura *
Nordeste	203.804	9.616,5	109.831,00
Sudeste	53.710	76.020,5	31.707
Sul	20.589	135.677,5	78.297,5
Norte	214.940,5	19.647	17.773,5
Centro-Oeste	12.211	0	32.070,5
Brasil	505.255,5	240.961,5	269.679,5
PRODUÇÃO PESQUEIRA NACIONAL NO ANO DE 2009, POR SETOR EM TONELADAS**			
Região	Pesca	Aqüicultura	
Nordeste	285.221	130.502	
Sudeste	119.019	59.619	
Sul	179.152	129.495	
Norte	229.747	36.028	
Centro-Oeste	12.025	60.005	
Brasil	825.164	415.649	
Fonte: CEPENE/IBAMA, 2005; MPA, 2010.			

⁸ Concomitante a esse processo de subordinação vivido pela pesca artesanal no Norte do País, é interessante ler: BATISTA; et al, 2007; LOUREIRO, 1987.



* A aqüicultura é uma atividade de cultivo de organismos aquáticos (peixes, camarão, moluscos, algas). No caso da produção nordestina, ela se apóia no camarão criado em cativeiro em áreas de manguezal.
 ** Os últimos dados liberados pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, 2010) não trazem a divisão por setor: industrial, artesanal e aqüícola.

Itens/Anos	1997	2000	2003	2006	2010
<i>Área de viveiros em hectares (ha)</i>	3.458	6.250	14.824	17.000	18.500
<i>Produção em toneladas</i>	3.600	25.000	90.190	65.000	80.000
<i>Produtividade em kg/ha/ano</i>	1.015	4.000	6.084	4.276	4.342

Fonte: ABCC, Censo de 2010.

O surgimento da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (Seap), em 2003, no Governo Lula, com *status* de ministério, reforçou ainda mais essa dinâmica, ao concentrá-la num órgão estratégico por onde passa, se constrói e/ou se legitima demandas empresarias. A própria transformação da SEAP em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) em 2009 certifica isso. De modo geral, para os pescadores e pescadoras artesanais, o poder público sempre edificou políticas mínimas, ações residuais, gestos periféricos numa clara interface, que buscou não oferecer quaisquer possibilidades de empecilho, a outras políticas públicas desenvolvidas nas regiões costeiras e ribeirinhas voltadas ao grande capital.

Essa ação de fomento – direta ou indiretamente - desmedida do MPA para os setores produtivos empresariais vem provocando desencontros institucionais com setores dentro do próprio Governo Federal, a exemplo do IBAMA e do recém criado ICMBio, e gerado grande preocupação e reação de várias comunidades de pescadores e pescadoras artesanais, especialmente agora por conta da privatização dos seus ancestrais territórios de pesca de uso comum. Reforça-se, hoje, ainda mais, uma sobreposição dos interesses econômicos empresariais em detrimento da sustentabilidade ambiental e social. Se antes era o continente, antigo lugar de morada, que tinha sentido a força da especulação imobiliária e da instalação de hotéis, com a expulsão dos pescadores da beira do mar e/ou dos rios, agora o fato dá-se também sobre seus territórios de trabalho e afeta diretamente a biodiversidade marinha e estuarina e, com isso, as condições de reprodução social de inúmeras comunidades de pescadores e pescadoras pelo Nordeste.

⁹ Observando a Tabela II, percebe-se que existiram quedas, de 2003 a 2010, na produção em toneladas e produtividade em quilo/hectare/ano, decorrentes de doenças que afetaram os criatórios, principalmente. Todavia, mesmo com as referidas quedas, a marcha de expansão por hectare continuou intacta, saltando de 14.824 (2003) para 18.500 (em 2010). Vale dizer que, segundo a Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (ABCC), esses números são oriundos do quadro de sócios da entidade. Nesse sentido, devido inclusive à expansão desordenada, é possível existir mais de 30.000 hectares de manguezal e regiões estuarinas ocupadas com a carcinicultura no Nordeste brasileiro, como frisou Diegues há 7 anos (DIEGUES, 2004).



Em muitas localidades, essa dinâmica capitalista se apresenta na mesma região (empreendimentos hoteleiros e a carcinicultura) produzindo territórios de poder e, com isso, de exclusão¹⁰.

Diante desse quadro, que traz consigo um ameaça diretamente ao principal meio de produção da pesca (as águas e os pescados), movimentos sociais de pescadores e pescadoras artesanais, grupos de assessoria, setores dentro das universidades e de instituições públicas de pesquisa¹¹ e alguns técnicos governamentais, ao tomarem como exemplo o surgimento das Reservas Extrativistas no Norte, principalmente, e no Sul do País, viram que essa era a alternativa mais viável para defender o modo de vida daqueles que vivem da pesca artesanal, bem como para conservar a própria biodiversidade local e suas características de uso comum.

Portanto, essas Unidades de Conservação tornaram-se respostas históricas e necessárias dos pescadores e marisqueiras, de seus movimentos sociais frente ao novo quadro societário surgido a partir das mais recentes formas mercantis de uso dos ambientes costeiros, que essas comunidades estão tendo a necessidade de enfrentar com a reafirmação de suas ancestrais práticas e usos dos territoriais locais por meio da constituição das Resex's e RDS's.

3. Resex e RDS e a totalidade societária

Sem dúvida, a demanda pela criação de Unidades de Conservação Marinhas, por parte dos sujeitos sociais ligados à pesca artesanal em Pernambuco, ampara-se na certeza de que elas valorizam manejos patrimoniais das águas e, assim, do próprio saber-fazer tradicional pesqueiro de homens e mulheres diante da possibilidade concreta de suas expulsões territoriais e da ameaça que isso significa para a biodiversidade dos ecossistemas costeiros. Para Cunha (s/d) e Diegues (2004), essas reservas vêm permitindo, ao longo do território nacional, a permanência da biodiversidade como resultado da valorização das práticas ancestrais dos pescadores.

A defesa pela continuidade da vida dos pescadores e marisqueiras é o ponto central das reivindicações dos movimentos sociais e/ou das instâncias de representação

¹⁰ A reação e criação da RDS Estadual Ponta do Tubarão no Rio Grande do Norte é um exemplo disso.

¹¹ Ressaltamos a realização de dois (2) eventos importantes e que foram promovidos por pesquisadores(as) vinculados à Coordenação Geral de Estudos Ambientais e da Amazônia (CGEA) da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), a partir do *Projeto Dinâmicas ecológicas em regiões estuarinas no Nordeste brasileiro*: o I Encontro Pesca Artesanal e Unidades de Conservação, que aconteceu no município de Itapissuma-PE no ano de 2007; e o II Seminário Pesca Artesanal e Sustentabilidade Sócio-Ambiental, que ocorreu na sede da Fundaj, no bairro de Casa Forte, em Recife (PE), no ano de 2008.



política da categoria. Concomitantemente a isto, para tais sujeitos sociais e seus grupos de assessoria (CPP, por exemplo), que se escudam também em estudos acadêmicos, a pesca artesanal é forte aliada da riqueza biológica, já que historicamente as comunidades sempre colaboraram com a preservação dos ecossistemas; e, se esse saberes tradicionais, que produziam e reproduziam práticas de usos sustentáveis, foram, por alguns pescadores e pescadoras, em parte, perdidos - devido às pressões mercantis e a explosão urbana - a instalação das aludidas reservas, a partir de seus planos de manejo¹², representam (e representarão) alternativas concretas de recuperação do atributo de sustentável tão comum à atividade pesqueira artesanal.

Não há dúvida de que a quebra da identidade local e a subordinação da sociabilidade do trabalho dos pescadores à supremacia do capital conduziu ao aumento da exploração das comunidades locais e ao surgimento de negativos indicadores ambientais (RAMALHO, 2007). A reversão desse cenário é crucial para a pesca artesanal e para a riqueza ecológica dos ambientes marinho e estuarino, como tem acontecido com experiências importantes no Brasil¹³.

Tal categorização emerge da consciência de que a atividade da pesca artesanal é uma parceira valiosa para o uso racional sustentável da biodiversidade local (DIEGUES, 2002; KALIKOSKI; SILVA, 2007; MARQUES, 2001; VIEIRA; et al, 2005), fato distinto de outras atividades produtivas, a exemplo da carcinicultura.

Todavia, algumas considerações devem ser observadas, pois mesmo com a criação dessas unidades suas formas de gestão territorial não estão incólumes às dinâmicas mercantis mais totalizantes do modelo societário hegemônico, posto que a própria necessidade de produção e de reprodução do capital nas áreas costeiras é plural e, por isso, portadora de estratégias múltiplas, embora tenha uma essencialidade que a acompanhe (a necessidade de lucro), situação essa que continua gerando tensões sócio-econômicas, políticas e territoriais.

¹² Não abordarei aqui, de modo minucioso, questões relativas aos planos de manejo, práticas de gestão e de ordenamento pesqueiro, que estão presentes em Unidades de Conservação, nos acordos de pesca e/ou nos fóruns de pesca, seja no Brasil, seja em outros países. Sobre isso, recomendo as seguintes leituras: KALIKOSKI, Daniela; SILVA, Patrícia Pinto. Avanços e desafios na implementação de gestão compartilhada no Brasil: lições comparativas do Fórum da Lagoa dos Patos (RS) e da Resex Marinha de Arraial do Cabo (RJ). In: COSTA, Adriane Lobo. *Nas redes da pesca artesanal*. Brasília, Ibama-MMA; PNUD, 2007. p.115-154; PRATES, Ana Paula; BLANC, Danielle (Org.). *Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira*. Brasília, MMA/SBF, 2007; RUFFINO, Mauro Luis. *Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia*. Manaus, Ibama, 2005; VIEIRA, Paulo Freire; BERKES, Fikret; SEIXAS, Cristiana S (Org.). *Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências*. Florianópolis, Secco/APED, 2005.

¹³ Isso pôde ser observado nos relatos e debates ocorridos no III Seminário Pesca Artesanal e Sustentabilidade Socioambiental, que aconteceu em agosto de 2010 na Fundaj, em Recife, PE, onde estiveram presentes pescadores e pescadoras de várias Resex e RDS, bem com estudiosos do tema, grupos de assessoria, etc.



Não que esses lugares tenham que se transformar em espaços de fugas das influências globais (isso seria impossível), mas as comunidades locais precisam compreender como essas questões chegam e como isso pode implodir práticas sustentáveis de usos ecológicos e o próprio modo de vida dos pescadores e das pescadoras; o que significa dizer que a gestão das Resex's e RDS's sempre dialoga, desde a sua luta, com o processo de produção global do sistema capitalista e que, nesse processo de eterno fazer-se societário, o crucial é saber como inserir-se, afirmar-se e negar a força da mercantilização da vida e do ambiente.

Um exemplo claro disso vem começando a acontecer dentro até mesmo dos planos de manejo e de zoneamento das áreas das Resex's e RDS's. Recentemente a Seap (MPA, hoje), através de sua coordenadoria geral de maricultura, junto com uma ong canadense chamada Word Fisheries Trust promoveram o *I seminário internacional biologia, cultivo e manejo de moluscos de areia*, que ocorreu de 18 a 20 de março de 2009 no município de Paulista –PE, como parte das atividades do projeto *Gente da Maré*. Com esse evento, buscou-se iniciar a difusão da prática do cultivo de moluscos também em algumas Unidades de Conservação (a exemplo da RDS Ponta do Tubarão, RN, e Acaú-Goiana, PB e PE, que ainda não criaram seus planos de manejo), por meio de forte apoio técnico e financeiro, sem que as comunidades locais tivessem demandado essa atividade. Vale dizer que isso responde mais as metas de expansão estipuladas por sujeitos sociais externos às comunidades (MPA¹⁴ e a Ong, no caso) do que aos desejos dos pescadores e das marisqueiras. Além disso, há um outro agravante. A produção das sementes, dos viveres, para o cultivo dos moluscos será feita por uma empresa privada, a Larvi, fato que, se consolidado, produzirá um forte grau de dependência da comunidade a tal empreendimento particular.

Geralmente, a aquíicultura, no modelo atual, tem elencado as seguintes características:

Para começar, a aquíicultura é um processo alienador. Prescinde do conhecimento que o pescador artesanal tem do ambiente natural, bem como das habilidades técnicas corporais e manejo dos instrumentos de trabalho a elas ajustadas. Outras são as habilidades requeridas pela aquíicultura, as quais perdem a condição de ensino-aprendizagem no espaço comunitário e de difusão oral para dar espaço à orientação formal e hierarquizada do perito, oriunda da engenharia de pesca ou correlatas. Tais

¹⁴ O MPA tem como meta principal, desde o Governo Lula, a ampliação da aquíicultura no Brasil, em suas diversas nuances (camarão, mariscos, algas, peixes, etc.). Por isso, já começou também a privatizar áreas do mar, como é o caso inaugural do cultivo do peixe beijupirá em Recife, PE, que vem sendo realizado a 11 km da costa, mar-alto, na frente da praia de Boa Viagem, fato que gerou resistência e forte questionamento público, advindo de pescadores e marisqueiras, de suas entidades representativas, do CPP, dos Institutos Oceanário e Recifes Costeiros, além de alguns professores(as) e pesquisadores(as) de instituições públicas, Fundaj por exemplo. Cabe acrescentar que foi vinculado nacionalmente um manifesto dos pescadores e de movimentos sociais contrários a tal política de privatização, que teve forte repercussão.



orientações sofrem mudanças a partir das circunstâncias que ocorrem na esfera de outras relações, científicas, tecnológicas ou político-empresariais e mercadológicas, que não são de domínio e, portanto, tornam-se incontroláveis para o grupo que o absorveria no trabalho direto [...] A temporalidade econômico-ambiental passa a ser outra, ditada por uma racionalidade industrial, como na agricultura. O período de desenvolvimento dos espécimes cultivados é dado pelo controle da natureza por vários meios técnicos, artificializando o processo no intuito de ir aproximando o tempo de trabalho do tempo de produção. Aqui entram, novamente, a engenharia genética, que acelera o desenvolvimento e aumenta o tamanho dos espécimes; a engenharia de alimentos, a farmacologia ou afins, que aumenta a eficiência da engorda e a resistência a doenças; dentre outras (VALENCIO, 2007, p. 84-85).

Vê-se, assim, que algumas formas de apoio significam, antes de tudo, a (possibilidade de) instituição de novas formas de subordinação das comunidades de pescadores e marisqueiras, que se apresentam sutilmente e que, para tanto, não precisam negar a criação e desenvolvimento das Unidades de Conservação Marinhas; aliás, para esses empreendimentos aquícolas e suas estratégias de acúmulo de capital, tais territórios (Resex e RDS) são essenciais, por preservarem qualidades ambientais importantes para os criatórios de espécies aquáticas, permitirem o uso barato – feito indiretamente – da força-de-trabalho local oriunda das pescadoras e pescadores, sua dominação produtiva e se valerem para isso, em muitas situações, do conhecimento tradicional dessas populações¹⁵.

Não é que a aquíicultura seja inimiga da existência sustentável das Resex's e das RDS's, mas que precisa ser introduzida, quando necessário for, sem comprometer a atividade pesqueira artesanal, a autonomia das populações locais, sua segurança alimentar e seus interesses societários, tendo o claro objetivo de fortalecer tais questões.

Além disso, os movimentos sociais da pesca artesanal estão enfrentando uma contra-ofensiva do Governo do Estado de Pernambuco, que, no intuito de neutralizar a criação de novas Resex, tem promovido a implantação de Áreas de Proteção Ambiental (APA's), buscando quebrar o controle direto de gestão dos territórios costeiros das comunidades locais.

¹⁵ Foram feitas oficinas locais junto à comunidade de pescadores e pescadoras, antecedendo ao referido seminário. Em tais oficinas, a Ong Word Fisheries Trust e a Seap desenvolveram a metodologia de construção de um mapa local, a qual intitularam de mapa bio-regional. Nesses mapas, era a comunidade local que revelava os problemas ambientais e identificava, dentre outras coisas, pontos de pesca, especialmente onde se localizam os bancos de mariscos, as regiões mais produtivas. Ao desnudarem suas riquezas ambientais para os mencionados sujeitos sociais, talvez, essas comunidades tenham ofertado possibilidades de intervenção que podem resultar dos interesses de expansão de cultivos meramente empresariais. Ademais, como deixa claro, o próprio texto do projeto – mesmo sem ter qualquer contato com a realidade da comunidade –, um de seus essenciais objetivos, é a transferência e disseminação de práticas de cultivos ligadas à maricultura. Acerca disso, vale ler o mencionado documento: Programa CIDA KEEP – Projeto gente da maré. Secretária Especial de Aquíicultura e Pesca (SEAP) & World Fisheries Trust. Dezembro de 2008. Por exemplo, segundo o aludido projeto, para permitir a melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais de pescadores e marisqueiras, advoga-se o princípio de atingir isso por intermédio da « transferência e disseminação de tecnologias e conhecimentos entre parceiros na área da co-gestão de bancos naturais e cultivo de moluscos » (Idem, p. 5). Esse tipo de difusão – que reproduz a mesma lógica da revolução verde – transformou-se numa mantra daqueles que defendem – a qualquer custo – a aquíicultura e seus interesses de mercado, mascarando-as em sutilezas de uma suposta participação popular – que já nasce determinada pelas agendas e interesses externos à comunidade local.



Não é demais lembrar que o papel do CPP na luta pela criação das Resex's em Pernambuco revela, mais uma vez, o valioso papel desse mediador, bem como anunciam, pelo menos em Pernambuco, a frágil (ausência) de outros mediadores sociopolíticos envolvidos com a causa da pesca artesanal no estado.

5 – Breves considerações finais

A proposta deste trabalho foi a de revelar algumas reflexões iniciais sobre um processo recente na política ambiental em Pernambuco: a criação de unidades de conservação marinhas. As dinâmicas em que estão envolvidas essas unidades declaram um forte apelo da proteção da natureza e dos recursos naturais, que ao mesmo tempo em que se vinculam ao mundo do trabalho pesqueiro, denotam a necessidade de uma reconfiguração política e cultural da gestão ambiental em Pernambuco que tem atravessado, desde os fins da década de 1970 por distintas e problemáticas fases, apesar dos problemas da política ambiental que insistentemente tem transformado as Unidades de Conservação em natureza mínima. As formas de resistências geradas no mundo da pesca contra as pressões vindas de fora podem apontar os encaminhamentos que estão sendo propostos sobre a gestão dos espaços pesqueiros através das Reservas Extrativistas Marinhas e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável e dos próprios sentidos de *pertencimento* que elas contêm.

Referência Bibliográfica

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 10ª edição. São Paulo, Cortez; Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2005.
- ARAÚJO, Maria Lia C. de. *Na margem do lago: um estudo sobre o sindicalismo rural*. Recife: Massangana, 1990.
- BATISTA, Vandick; et al. Caracterização socioeconômica da atividade pesqueira e da estrutura de comercialização do pescado na calha Solimões-Amazonas. In: Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. *O setor pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendências*. Manaus, Ibama/Pro Várzea, 2007. p.19-58.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *Movimentos sociais dos pescadores em Pernambuco (1920-1983)*. Dissertação de mestrado em Extensão Rural. Santa Maria-RS, UFSM, 1986.
- CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. *Reservas extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade*. São Paulo, s/d, mimeo.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *Povos e mares*. São Paulo, Nupaub/USP, 1995.
- _____. *O mito moderno da natureza intocada*. 4.ed. São Paulo, Hucitec, 2002.
- _____. *A pesca construindo sociedades*. São Paulo, Nupaub-USP, 2004.



- GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- IBAMA. *Boletim Estatístico da pesca marítima e estuarina do Nordeste do Brasil – 2003*. Tamandaré, PE, Cepene/Ibama, 2004.
- _____. *Estatística da pesca – 2004 – Brasil – grandes regiões e unidades da federação*. Brasília-DF, Ibama-MMA, 2005.
- KALIKOSKI, Daniela; SILVA, Patrícia Pinto. Avanços e desafios na implementação de gestão compartilhada no Brasil: lições comparativas do Fórum da Lagoa dos Patos (RS) e da Resex Marinha de Arraial do Cabo (RJ). In: COSTA, Adriane Lobo. *Nas redes da pesca artesanal*. Brasília, Ibama-MMA; PNUD, 2007. p.115-154.
- LOUREIRO, Violeta Refklefsky. *Miséria da ascensão social: capitalismo e pequena produção pesqueira na Amazônia*. São Paulo, Marco Zero, 1987.
- MARQUES, José Geraldo. *Pescando pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica*. 2ª edição. São Paulo, Nupaub-USP, 2001.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. *Pescadores artesanais e o poder público: um estudo sobre a Colônia de Pesca, de Itapissuma, PE*. Monografia em Sociologia Rural. Recife, UFRPE, 1999.
- _____. *“Ah, esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. São Paulo, Editora Polis; Campinas, Ceres, 2006.
- _____. *Embarcações do Encantamento: Trabalho como Arte, Estética e Liberdade na Pesca Artesanal de Suape, PE*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas, UNICAMP, 2007.
- Funarte/Instituto Nacional do Folclore, 1989.
- SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, MMA, 2006.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 1993.
- SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, MMA, 2006.
- TIMM, José Ubirajara. *O artesanato pesqueiro: suas origens, adversidades e perspectivas. O enfoque nacional e os aspectos da problemática catarinense*. In: VALENCIO, Norma. *Pescadores do Rio São Francisco: a produção social da inexistência*. São Carlos, RiMa, 2007.
- VIEIRA, Paulo Freire; BERKES, Fikret; SEIXAS, Cristiana S (Org.). *Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências*. Florianópolis, Secco/APED, 2005.



GT 8 – Formas de participação de pescadores artesanais na gestão ambiental:
potencialidades e limites

**Da Pré-História aos dias atuais: algumas estratégias de sobrevivência do homem
no ambiente pantaneiro**

Denílson Almeida dos Santos¹
Ramona Catarina Ortiz dos Santos²

¹Biólogo. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços/CPAN/UFMS. e-mail: almeidasantos1971@hotmail.com

²Graduanda do curso de História do CPAN/UFMS. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. e-mail: ramonaortiz2008@hotmail.com

Resumo

O Holoceno teve início à aproximadamente 10.000 anos atrás, e favoreceu o desenvolvimento e o aumento quantitativo e qualitativo da fauna e da flora em todo o planeta, inclusive nas Américas. Isto, também se aplicou às populações humanas, viventes nesse período. Segundo Oliveira (2000, p.2), os homens que passaram a habitar o Pantanal, além de caçadores-coletores teriam sido também, pescadores que se especializaram e se adaptaram aos ecossistemas pantaneiros. O homem pantaneiro ribeirinho, ao longo de muitos anos tem utilizado técnicas de manejo agrícola, adquiridas junto aos seus ancestrais (avôs, pais, tios, etc.), principalmente através da oralidade. Segundo Santos (2011), o pantaneiro ribeirinho e, por conseguinte, fronteiriço entre o Brasil e a Bolívia, que vive às margens do rio Paraguai (sentido N-S), apresenta uma forma diferenciada em relação ao manejo de animais, vegetais e solo. O consumo de peixes, principalmente o pacu (*Piaractus mesopotamicus* e *Colossoma sp.*) e a pacu-peva (*Mylossoma sp.*), seja fresco ou seco, é prática natural e usual.

Palavras-chave: Pantanal, pantaneiro ribeirinho, rio Paraguai, Amolar, fronteira.



Introdução

Várias mudanças ocorreram e ainda ocorrem naturalmente no planeta Terra, desde a sua formação à aproximadamente 4,5 bilhões de ano. Isso se dá pelo fato de que a Terra é um planeta dinâmico, segundo o entendimento de Tassinari (2000, p.98). Uma dessas mudanças pôde ser observada com o fenômeno natural da expansão do gelo, decorrente da queda acentuada da temperatura na crosta terrestre, com maior intensidade no hemisfério norte, ao qual comumente chamamos de “a última glaciação”, tendo o seu glacial máximo, também denominado “Wisconsin”, ocorrida há mais ou menos 20.000 anos atrás, no Wisconsiniano, que corresponde a parte final do Pleistoceno¹ (ROCHA-CAMPOS e SANTOS, 2000, p.243).

Concomitantemente, ocorreu também no hemisfério sul, outro fenômeno natural entendido como choque ou colisão de placas tectônicas², mais precisamente da placa Sul-Americana³ com a placa Nazca⁴, devido ao deslocamento destas em sentido horizontal, o qual provocou a subducção⁵ desta última sob a primeira, produzindo um arco magmático na borda do continente⁶ (TASSINARI, 2000, p.106). Este fenômeno geológico, também denominado orogênese, resultou no soerguimento da Cadeia Andina⁷, e conseqüentemente no surgimento de uma grande depressão, a qual é entendida por vários estudiosos como bacia de drenagem aluvial, na parte central do atual continente sul americano.

Com o passar do tempo, a grande depressão, passou a receber sedimentos vindos dos planaltos, trazidos com o escoamento da precipitação pluvial, o qual segundo o entendimento de Karman (2001, p.116), se dá em decorrência da superação da capacidade de absorção de água pela superfície, sendo este escoamento impulsionado pela gravidade. O acúmulo sedimentar deu origem a um “aterramento”, que continuou a receber água das partes mais altas e/ou dos afloramentos provenientes de reservatórios subterrâneos⁸ que se formaram nesse interim, originando corpos d’água sinuosos, que extravasam em períodos de alta pluviosidade, inundando a planície a qual conhecemos

¹ Período de tempo geológico no qual ocorreu também a evolução do homem em sua forma atual.

² Compartimentação da crosta terrestre em falhas ou fraturas.

³ Placa continental.

⁴ Placa oceânica.

⁵ Deslocamento para baixo.

⁶ Atualmente a placa Sul-Americana se desloca a uma velocidade de 10,1 cm/ano, em direção da placa Nazca, na costa Pacífica, configurando uma margem continental ativa.

⁷ Elevação rochosa também conhecida como Cordilheira dos Andes.

⁸ Aquíferos.



como Pantanal. Segundo Oliveira (2000), as áreas inundáveis também chamadas didaticamente de “terras baixas” compreendem a maior parte do Pantanal.

A ocorrência desses vários eventos de ordem geológica, fez com que as paisagens, antes estabilizadas, sofressem grandes alterações ao longo do tempo. Porém, vale salientar que as paisagens continuam a sofrer alterações, visto que o desenvolvimento da Terra é contínuo e têm uma dinâmica própria, sendo que boa parte das alterações, na maioria das vezes não são possíveis de serem observadas em tempo real, mas sim em tempo geológico. Também, salientamos que o planeta Terra está sofrendo determinados eventos geológicos, observáveis pelas gerações atuais.

Neste estudo tentamos relatar o mais fielmente possível, o conhecimento e algumas estratégias do homem pantaneiro ribeirinho, para viver e sobreviver em um ambiente que apresenta variações relacionadas ao clima, relevo e paisagem. Conforme Silva et al. (1998), o Pantanal é subdividido, internamente em 11 sub-regiões pantaneiras, sendo elas: Cáceres, Poconé, Barão do Melgaço, Paraguai, Paiaguás, Nhecolândia, Abobral, Aquidauana, Miranda, Nabileque e Porto Murtinho. Vale salientar que, cada uma dessas 11 sub-regiões possui características culturais, econômicas, fisionômicas, hidrológicas e ecológicas próprias, com diferenciações em seus ciclos e nas formas de percepção da vida nessas áreas. Em nosso caso tratamos mais especificamente da sub-região denominada Pantanal do Paraguai, ao longo do qual esta disposta a maior parte do complexo natural na zona fronteiriça, entre Brasil e Bolívia.

Para tal intento nos valem de métodos etnográficos, para colhermos informações, junto aos moradores da comunidade ribeirinha do Amolar, situada na região do Pantanal do Paraguai, Município de Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. As coletas de dados foram realizadas no período de março/11 a agosto/11. Nossa área de estudo também faz fronteira com a Bolívia, se ligando ao noroeste, com o Bosque Chiquitano⁹ ou Chiquitania.

O pioneirismo humano no “novo mundo”

O Holoceno¹⁰, teve início à aproximadamente 10.000 anos atrás¹¹, e favoreceu o desenvolvimento e o aumento quantitativo e qualitativo da fauna e da flora em todo o

⁹ Floresta tropical seca, com mais ou menos 20 milhões de hectares, situada na Bolívia.

¹⁰ Período pós-glacial; época geológica atual.

¹¹ Alguns estudiosos consideram como sendo à 12.000 anos atrás ou mais.



planeta, inclusive nas Américas. Isto, também se aplicou às populações humanas, viventes nesse período. Surgem então, alguns questionamentos, tais como: “quando o homem teria chegado ao continente norte americano”?

Existem inúmeras discussões acerca de quando esses pioneiros chegaram às Américas. Nesse campo fértil de discussão, duas correntes se destacam, debatendo e divergindo entre si sobre a cronologia da ocupação dos primeiros homens no chamado “Novo Mundo”: os Clóvistas e os Pré-Clovistas. Os Clovistas sugerem que os primeiros grupos humanos chegaram à aproximadamente 11.000 anos atrás e os Pré-Clovistas dizem que isto se deu muito antes, a pelo menos 15 ou 14.000 anos atrás.

Outrossim, também discute-se amplamente o seguinte: “como e por onde esses grupos humanos teriam chegado ao continente americano”? Seria caminhando através do estreito de Bering¹² até a Sibéria¹³ ou pelo Oceano Pacífico, por cabotagem da Polinésia até as Américas? A cabotagem era (ou ainda é) uma prática de comércio ou de pesca, das várias tribos existentes no Pacífico sul, feita costeando o continente ou de ilha em ilha, utilizando-se pequenas embarcações de madeira. Conforme Malinowski (1984, p.21), com raras exceções, as populações costeiras das ilhas do sul do Pacífico são (ou foram, antes de sua extinção) constituídas de hábeis navegadores e comerciantes. Os *motu*¹⁴ navegam centenas de milhas em suas toscas e pesadas canoas, chamadas *lakatoi*, munidas de características velas em forma de “pinça de caranguejo” (MALINOWSKI, 1984, p.21).

Outro questionamento é: “quando o homem passou a utilizar técnicas agrícolas rudimentares, para a sua subsistência”? No período holocênico, o homem que ainda se encontrava no estágio nômade, de caçador-coletor, passa a tomar sentido de que o cultivo de sementes de determinados vegetais comestíveis e o manejo de determinados animais, poderiam lhe favorecer com relação ao fornecimento de alimento para a manutenção do grupo em que estava inserido. É importante lembrar que essas práticas eram desenvolvidas de forma rudimentar. Teria surgido assim, a agricultura? Segundo Binford (1992, p.243), as especulações sobre a origem da agricultura devem ser tão antigas quanto a nossa consciência de termos uma história. Conforme Braidwood (apud BINFORD, 1992, p.245), no final do Pleistoceno o homem havia se familiarizado com o seu ambiente ao ponto de ter obtido os conhecimentos necessários para manipulá-lo

¹² Nordeste Asiático.

¹³ Noroeste da América do Norte.

¹⁴ Tribo costeira das ilhas do Pacífico Sul.



em seu proveito. Esta ideia, parte do princípio Darwinista de que o fator crítico e determinante para o começo da agricultura era o saber (BINFORD, 1992, p.243).

Entretanto, teses e princípios foram postulados, sugerindo possíveis formas de se entender as mudanças ocorridas no modo pelo qual o homem realizava a obtenção do seu alimento, naquele período. Segundo Binford (1992, p. 248-250), a tese do Jardim do Éden ou do Paraíso sugere que haveria determinados locais onde o homem teria à sua disposição, alimento suficiente para suprir suas necessidades. Uma espécie de oásis, em meio a uma paisagem rústica. O mesmo autor nos ensina que, o princípio da preguiça diz que se o homem encontrasse esses locais, com alimento disponível e em abundância, teoricamente, não precisaria se deslocar a procura de mais alimento, deixando assim de ser nômade e passando a ser sedentário evitando assim, o desperdício de energia. Apesar destes argumentos não implicarem necessariamente que tenha sido o idílico sedentarismo propiciado por um determinado Jardim do Paraíso a causa da invenção da agricultura, há alguns arqueólogos que têm defendido precisamente essa posição (BINFORD, 1992, p250-251).

Todavia, buscando novas áreas que fornecessem melhores condições de vida¹⁵, alguns grupos humanos pré-estabelecidos no hemisfério norte se deslocaram para o hemisfério sul. Neves e Piló (2008) nos ensinam, que estudos arqueológicos, tais como o da Missão Franco-Brasileira, nos anos 70 na Lapa Vermelha IV – região de Lagoa Santa-MG, coordenada pela pré-historiadora Annette Laming-Emperaire, que encontrou um esqueleto feminino fossilizado, denominado *Luzia*, que data aproximadamente de 11 a 11,5 mil/anos atrás, nos mostram que o elemento humano está presente em solo, que atualmente pertence ao Brasil, a mais de 10.000 anos.

As primeiras atividades humanas na planície pantaneira

Há, porém, controvérsias em torno da ocupação da planície pantaneira, suscitando assim, inúmeras discussões entre diferentes grupos de estudiosos. Estudos realizados pela Petrobrás (2011), informam que a 5.000 anos atrás ocorreram os primeiros deslocamentos humanos (primeiros habitantes) para a imensa planície recém formada¹⁶ e trouxeram consigo seus conhecimentos e posteriormente desenvolvendo novas técnicas de sobrevivência no novo ambiente, adaptando-se a ele. Segundo

¹⁵ Temperaturas amenas, abundância de alimento, de origem animal e vegetal, disponibilidade de água e abrigo.

¹⁶ Planície pantaneira; Pantanal.



Oliveira (2000, p.2), os homens que passaram a habitar o Pantanal, além de caçadores-coletores teriam sido também, pescadores que se especializaram e se adaptaram aos ecossistemas pantaneiros.

Peixoto e Arruda (2011, p.9) dizem que, “no Pantanal, os primeiros habitantes que ocuparam a planície de inundação datam de 3.500 a.C.”. Porém, segundo o Plano de Manejo do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (2003), pesquisas arqueológicas confirmam a presença indígena no Pantanal desde, pelo menos, 8.200 anos atrás.

Independentemente da precisão da datação referente à ocupação da planície pantaneira pelo homem, devemos destacar que este teve sucesso na empreitada pioneira, a qual se submetera em busca de melhores condições para perpetuação de sua espécie. Salientamos que, além de ter habitado a planície pantaneira, homem também habitou as regiões de entorno, cuja paisagem não apresentava áreas alagáveis. Conforme Peixoto e Arruda (2011, p.14), a região denominada de Bosque Chiquitano ou Chiquitania, situada em território boliviano, e que faz ligação com o Pantanal brasileiro, apresentam sítios de arte rupestre, com grafismos semelhantes aos petroglífos do Pantanal.

Não obstante, o homem também desenvolveu novas formas de manifestar o seu modo de vida, associando-o ao ambiente que lhe cercava. Segundo Madu Gaspar (2003, p.7), um tipo especial de manifestação, em decorrência de seu apelo estético destaca-se entre as demais: a técnica de produzir ilustrações e/ou inscrições através de pinturas e/ou gravuras feitas em substratos rochosos existentes no solo, paredões de cavernas e grutas e encostas¹⁷. Esta técnica é denominada de arte rupestre (GASPAR, 2003, p.8).

Para Peixoto e Arruda (2011, p.11), as gravuras e as pinturas, são obras gráficas que podem representar tempos diferentes e apresentar múltiplos significados no interior de um mesmo grupo, pois dependem da história particular de cada sociedade. A relação homem-natureza é sem dúvida um dos principais motivos temáticos da expressão artística rupestre, e apresenta certamente diversos significados.

Essa afirmação é corroborada por Peixoto e Arruda (2011, p.14), quando dizem que:

“Ao observar os sítios rupestres do Pantanal e da Chiquitania, podemos perceber a importância da relação homem-natureza para os grupos humanos que produziram os grafismos. Esses

¹⁷ Costões rochosos.



grupos demonstram que a vida humana só tem sentido com a participação dos outros atores do mundo real, ou seja, os rios, os canais fluviais, os animais e o próprio homem”.

No Brasil, os vários sítios arqueológicos existentes ao longo da BAP¹⁸, mais precisamente nos arredores dos Morros do Caracará, no Pantanal Matogrossense e do Campo, no Pantanal Sul-Matogrossense, na região do Pantanal do Paraguai, na divisa entre os estados de Mato grosso e Mato Grosso do Sul, além da serra do Amolar nessa mesma região, guardam elementos¹⁹ que evidenciam modelos de organização sócio-cultural de povos que habitaram a área da vasta planície alagável, contando a história da colonização humana em tal ambiente.

Os primeiros habitantes do Pantanal estabeleceram suas moradias sobre áreas elevadas, denominadas regionalmente de capões de mato e cordilheiras (PEIXOTO e ARRUDA, 2011, p.9). Tais autores, nos ensinam também, que:

“Os primeiros habitantes do Brasil deixaram testemunhos de sua presença na paisagem, que preservaram ao longo do tempo. Os vestígios materiais estão representados por artefatos (ou objetos), por estruturas, pelos remanescentes da fauna e da flora, pelos sepultamentos, pelas modificações provocadas no ambiente e por registros rupestres”. (PEIXOTO e ARRUDA, 2011, p.9)

Após longos e exaustivos estudos, os arqueólogos têm verificado que desde os primórdios da humanidade, na América do Sul, várias atividades foram desenvolvidas pelos primeiros elementos humanos que habitavam as terras situadas abaixo da linha do equador. Uma destas atividades seria o cultivo de vegetais comestíveis, com a finalidade específica de subsidiar a alimentação dos integrantes dos diversos grupos humanos. Não é nossa intenção aprofundarmos acerca das questões indígenas, visto que essa não é a temática deste estudo, porém em nosso entendimento os grupos humanos que ocuparam inicialmente a planície pantaneira, são antecessores e, por conseguinte, prováveis ancestrais dos grupos indígenas que também ocuparam esse ambiente natural e que de algum modo, remanescem, coexistindo com o homem moderno, na atualidade. A ocupação dos pantanais mato-grossenses por habitantes não

¹⁸ Bacia do Alto Paraguai.

¹⁹ Testemunhos arqueológicos.



índios iniciou-se por volta do século XVI pelos europeus, através dos caminhos desenhados pelo rio Paraguai e seus afluentes²⁰ (ROSSETO e BRASIL JR., 2003).

O Plano de Manejo do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (2003, p.27), nos ensina que:

“Na primeira metade do século XVI, momento do início da Conquista Ibérica da região platina, o Pantanal apresentava-se como um extraordinário mosaico cultural, provável área de confluência para onde grupos de agricultores e ceramistas deslocaram-se desde o período pré-histórico”.

Mangolim (1993), sobre os Guató, considera que “índios canoieiros viveram e vivem nas cercanias das grandes lagoas e dominaram extenso trecho do Rio Paraguai e parte do Rio São Lourenço”. Em relação aos Guató, o Plano de Manejo do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (2003, p.39), também diz o seguinte:

“Os índios Guató formam o grupo étnico remanescente na região, tendo sua área de ocupação limitada exclusivamente ao Pantanal e estando hoje parte destes aldeados em Reserva Indígena de mesmo nome, desenvolvendo atividades extrativistas, como a coleta e extração de recursos naturais renováveis, e agricultura de subsistência”.

Segundo Mangolim (1993), os Guató além de habilidosos caçadores que atacavam onças, logrando esposas pela quantidade de onças caçadas, eram agricultores que plantavam mandioca, milho e cereais. O hábito de plantar, ainda que em sua forma rudimentar, foi transmitido para os seus descendentes, geração após geração, traduzindo-se então em conhecimento tradicional. Esse conhecimento tradicional foi disseminado entre os vários povos que se formaram em diferentes regiões, sendo adequado às necessidades e particularidades de cada um destes.

Com isso, permitimo-nos dizer que houve um aumento, ao longo do tempo, do leque de variedades vegetais a serem cultivadas pela humanidade. Segundo Carl Sauer (1963, p.60), as plantas cultivadas podem ser classificadas em quatro grupos, sendo estes:

1. Espécie Selvagem;
2. Espécies Aclimatadas (utilizam-se espécies silvestres e espécies melhoradas geneticamente);
3. Espécies Aclimatadas Completamente (utilizam-se somente espécies melhoradas geneticamente)

²⁰ Monções.



e híbridos) e 4. Cultígenos cujos antepassados se perderam (não produzem sementes).

Algumas estratégias de sobrevivência do pantaneiro ribeirinho

O homem pantaneiro ribeirinho, ao longo de muitos anos tem utilizado técnicas de manejo agrícola, adquiridas junto aos seus ancestrais²¹, principalmente através da oralidade. Segundo Santos (2011), O pantaneiro ribeirinho e, por conseguinte, fronteiriço entre o Brasil e a Bolívia, que vive às margens do rio Paraguai (sentido N-S), apresenta uma forma diferenciada em relação ao manejo de animais, vegetais e solo.

Para os moradores dessa região o cultivo de vegetais (herbáceas, trepadeiras, raízes, tubérculos, etc.) tais como a mandioca (*Manihot esculenta*), o feijão-rasteiro (*Phaseolus vulgaris*), o milho (*Zea mays*), o arroz “branco” (*Oriza sativa*), a cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), a abóbora (*Cucurbita pepo*), a melância (*Citrullus vulgaris*), a banana (*Musa spp.*), e a batata-doce (*Ipomoea batatas*) se trata de estratégia de sobrevivência que se tornou tradicional, ao longo do tempo. Devemos citar que além do arroz “branco”, também pode ocorrer a utilização do arroz “do campo” ou “silvestre” (*Oryza latifolia*), o qual é encontrado nos campos inundáveis do Pantanal, segundo Bertazzoni e Damasceno Jr. (2011).

Alguns vegetais arbóreos de médio e grande porte, nativos ou exóticos, por vezes também são cultivados, tais como a laranja (*Citrus sinensis*), o limão (*Citrus aurantifolia*), a tangerina (*Citrus reticulata*), a acerola (*Malpighia glabra*), o caju (*Anacardium occidentale*), a ata (*Annona sp.*), a goiaba (*Psidium guayava*), o figo (*Ficus carica*), a manga (*Mangifera indica*), o abacate (*Persea gratíssima*), o tamarindo (*Tamarindus indica*), o pequi (*Caryocar brasiliense* Cambess.), o cumbaru (*Dipteryx odorata*), a mangava (*Hancornia speciosa*), o jenipapo (*Genipa americana*), o jatobá (*Hymenaea courbaril*), a bocaiuva (*Acrocomia aculeata*), o cupari (*Rheedia garderiana*), o romã (*Punica granatum*), o côco-da-Bahia (*Cocos nucifera*).

Porém, estes são disponibilizados e posicionados ao redor da moradia ou nos fundos do terreno em forma de pomar, o qual tem três funções: o sombreamento a fim de amenizar o calor nas épocas mais quentes do ano, o fornecimento de frutas comestíveis para abastecer a casa e para servir de anteparo para o vento sul, que incide sobre a região no período de inverno. Notam-se, então, mais algumas estratégias de sobrevivência dos pantaneiros ribeirinhos. Outros vegetais arbóreos de caráter

²¹ Avós, pais, tios, etc.



essencial para as estratégias de sobrevivência são encontrados nas morrarias, nos campos ou nas margens dos rios²². Os que são encontrados nas morrarias e nos campos, em sua maioria são nativos do Cerrado, e servem para a retirada de madeira para a construção de moradias²³, cercas, mangueiros e currais²⁴, utensílios domésticos²⁵ e também para a confecção de canoas-de-um-pau-só ou canoas monóxilas. Para tais intentos são usados, de preferência, a aroeira (*Schinus sp.*), o angelim-amargoso (*Vatairea sericea*), o louro-preto (*Ocotea sp.*), o guatambu (*Aspidosperma parviflorum*), o angico (*Anadenanthera colubrina*), o gonçalo ou sucupira-preta (*Sclerolobium aureum*), a sucupira (*Pterodon emarginatus*), a ximbuva (*Enterolobium contortisiliquum*), o cambará (*Lantana câmara*). Os que são encontrados na beira dos rios são utilizados para a coleta de iscas, para a pesca artesanal do pacu (*Piaractus mesopotamicus e Colossoma sp.*) e/ou da pacu-peva (*Mylossoma sp.*), sendo estes preferencialmente o tucum (*Astrocaryum vulgare*), a laranjinha de pacu (*Pouteria glomerata*) e o ingá (*Inga sp.*).

Outrossim, a madeira destes arbóreos é utilizada estrategicamente como lenha. Porém salientamos que, segundo relatos e o que pudemos observar, o pantaneiro ribeirinho não derruba as árvores para a retirada de lenha, mas aproveita as que já estão caídas e mortas, para tal finalidade. Vale ressaltar que muitos destes vegetais, também, germinam naturalmente auxiliados pela dispersão (não antrópica) de suas sementes, seja de forma biótica, através dos animais (zoocórica) ou abiótica, através do vento (barocórica) ou da água (hidrocórica). Tal afirmação é corroborada por Bertazzoni e Damasceno Jr. (2011), quando dizem que a dispersão das sementes ocorre na vazante por barocoria, hidrocoria e zoocoria, e estas permanecem viáveis, por cinco meses, até o período da seca.

Nas comunidades ribeirinhas presentes ao longo do rio Paraguai, a existência de roças²⁶ onde os moradores cultivavam esses vegetais, era comum. Segundo Silva (2011, p.19), nas roças eram cultivados gêneros como arroz, feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar, batata, carás, dentre outros. Isso ainda pode ser observado nos tempos atuais, porém com menos frequência e abundância, visto que boa parte dos moradores dessas comunidades migrou, parcial ou integralmente, para os centros urbanos, em busca

²² Mata ciliar.

²³ Esteios, varões, tábuas.

²⁴ Postes, mourões, palanques e cochos.

²⁵ Gamelas, colher-de-pau e tábua-de-cortar-carne.

²⁶ Áreas destinadas às plantações.



principalmente de trabalho para os adultos e educação formal para as crianças, dada a escassez e, às vezes, até mesmo a ausência destas atividades naqueles rincões, por inúmeras razões. Em algumas situações a migração se deu por motivos de doença grave em algum membro da família. Quando a migração de uma família pantaneira ribeirinha é integral, pode se observar então o abandono total da gleba²⁷, normalmente um sítio de pequeno ou médio porte, medindo em torno de 1,5 a 50 Ha, no máximo. Isso pode ocorrer também, por motivo de morte dos proprietários, verificando-se então um vazio, uma lacuna territorial, à qual os próprios moradores remanescentes denominam singularmente de “tapera”. É comum ouvirmos, quando em conversa com pantaneiros-ribeirinhos da comunidade do Amolar, ao longo do rio Paraguai, expressões tais como: [...] *a tapera de fulano tá cheia de mato* [...], [...] *a onça andou lá pela tapera de ciclano* [...], [...] *depois que beltrano morreu aquilo lá virou uma tapera* [...].

Além dos vegetais cultivados para fins alimentares em espaços específicos para o plantio, o homem pantaneiro ribeirinho se vale dos vegetais para outras finalidades. A “medicina alternativa, caseira e/ou tradicional” é muito utilizada nestas cercanias, por conta da distância dessas áreas em relação aos centros urbanos mais próximos ou pela própria cultura proveniente dos mais antigos e de seus antepassados. Em um misto de fé e sapiência, associados à disponibilidade desses elementos florísticos na natureza, que ao longo do tempo se transformaram em conhecimento tradicional, as pessoas dessas localidades se valem de inúmeros métodos que podem ou não ser eficazes, dependendo de uma série de fatores.

Assim, ervas tais como o capim-cidreira (*Cymbopogon citratus*), a camomila (*Matricaria recutita*), a erva-doce (*Pimpinella anisum*), o boldo-chileno (*Peumus boldus*), a marcela-do-campo ou simplesmente marcela (*Achyrocline satureioides*), a insulina (*Myrcia salicifolia*), o guaco (*Mikania glomerata*), a erva de Santa Luzia (*Euphorbia resinifera*), a espinheira santa (*Maytenus ilicifolia*), o quebra-pedra (*Phyllanthus niruri* L.), o saião (*Kalanchoe brasiliensis*), a carqueja (*Baccharis trimera*) a colônia (*Alpinia zerumbet*), a caninha-do-brejo (*Canna x generalis*), o assa-peixe (*Vernonia ferrugínea*), o fedegoso (*Cassia occidentalis*), o cravo-de-defunto (*Tagetes minuta*), etc., são utilizadas, nessa “medicina alternativa, caseira e/ou tradicional”, como remédios fitoterápicos, cujos extratos utilizados em fricções, inalações ou infusões, auxiliam em associação a outros métodos ou são, em determinadas situações,

²⁷ Área rural delimitada pelo INCRA, incluindo as moradias nela existentes.



exclusivamente utilizados no tratamento de diferentes afecções, traumas e distúrbios orgânicos que acometem o pantaneiro ribeirinho, de modo geral. A erva-doce (*Pimpinella anisum*) e a camomila (*Matricaria recutita*), não são cultivadas na comunidade, havendo portanto a necessidade de se adquirir tais ervas, no comércio das cidades de Corumbá e/ou Ladário²⁸. É sabido, cientificamente, que tais ervas possuem substâncias fundamentais ou princípios ativos, os quais são a base de inúmeros remédios alopáticos. Todavia, não é nosso intuito incentivar o uso de remédios, mesmo que fitoterápicos, sem a observância de dosagens devidamente recomendadas pela medicina científica. Porém, devemos ressaltar os conhecimentos tradicionais do pantaneiro ribeirinho, visto que este se vale de tais há muitos séculos, inclusive como estratégia de sobrevivência.

Além dos vegetais, o homem pantaneiro ribeirinho está intrinsecamente associado aos diversos elementos faunísticos que ocorrem na planície pantaneira, pois desde os primórdios da colonização humana no Pantanal até os dias atuais, ele se relaciona com as mais variadas espécies de animais de diferentes maneiras, seja por simples defesa ou por necessidade de alimentação. Segundo Presotti (2011, p.136-137), a fauna é diversa, principalmente aves de variadas cores e tamanhos: biguás, tuiúis, garças, emas. Ganha destaque a grande quantidade de mosquitos causadores dos maiores incômodos [...].

Vivendo em um ambiente exuberante, porém inóspito, o elemento humano teve que se adaptar ao mesmo, a fim de lograr êxito em sua empreitada. Grandes felídeos tais como a onça-pintada (*panthera onca*) e a onça-parda (*Puma concolor*), répteis peçonhentos ou não tais como sucuri (*Eunectes notaeus*), boca-de-sapo (*Bothrops neuwiedii matogrossensis*), cascavel (*Crotallus durissus* ssp.), cobra-coral (*Micrurus frontalis*), jacaré-do-pantanal (*Caiman yacare*), jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), anfíbios venenosos tal como o sapo-cururu (*Rhinella marina*), peixes tais como a arraia e a piranha e invertebrados peçonhentos tal como escorpião (*Tityus serrulatus*), lacraia (*Scolopendra cf. gigantea*), aranha-caranguejeira (*Grammostola* sp.), aranha-marron (*Loxosceles* sp.), etc., além de insetos tais como abelhas, vespas, marimbondos e formigas (*Hymenoptera*), mosquitos e mutucas (*Diptera*) são representantes faunísticos com os quais o homem pantaneiro ribeirinho conviveu e ainda convive, sendo que estes, podem ou não lhes causar determinados danos.

²⁸ Cidades situadas às margens do rio Paraguai, na fronteira com a Bolívia, no Estado de Mato Grosso do Sul.



Souza (1973, p.142), diz que os Guató eram valentes caçadores, dextros zagaieiros e atacavam ousadamente as onças em seus esconderijos. Segundo o mesmo autor, eles usavam arcos de amplas dimensões e flechas com pontas de osso com que alvejavam animais e peixes. Contudo, a fauna pantaneira não é composta tão somente de animais que teoricamente podem ser perigosos ao elemento humano. O homem pantaneiro ribeirinho aprendeu com os seus antepassados a utilizar determinados animais silvestres para a sua subsistência. Deste modo, podemos listar alguns destes, tais como a capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), o porco-monteiro²⁹ (*Sus scrofa*), a queixada (*Tayassu pecari*), o caititu (*Tayassu tajacu*), a cutia (*Dasyprocta aguti*), o cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), a anta (*Tapirus terrestris*), o tatu-galinha (*Dasyptus novemcinctus*), o arancuã (*Ortalis canicolis*), o pato-do-mato (*Cairina moschata*), a marreca-cabocla (*Dendrocygna sp.*), o pacú (*Piaractus mesopotamicus* e *Colossoma sp.*), a pacu-peva (*Mylossoma sp.*), o pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*), o cachara (*Pseudoplatystoma fasciatum*), a piranha (*Serrasalmus spp.*), o dourado (*Salminus maxillosus*), o bagre (*Pimelodus ornatus*, *Tachys sp.*, *Rhandi sp.*), a piraputanga (*Brycon microlepis*), entre outros.

Ressaltamos que, atualmente nem toda a população tradicional pantaneira se vale de todos esses animais silvestres para a sua subsistência, seja por não praticarem a caça de subsistência, seja por não apreciarem a carne de alguns destes animais, ou por outro motivo evidenciado. Conforme preceitua Wolf (2009, p.10), salientamos que mesmo não estando expressamente prevista na Lei 5.197/67, que dispõe sobre a proteção da fauna, a caça de subsistência é respeitada e permitida às populações tradicionais, as quais se incluem os grupos étnicos indígenas em suas reservas. No caso da comunidade do Amolar boa parte dos moradores possui pequenas criações de gado (*Bos sp.*) e/ou galináceos (*Gallus gallus domesticus*). Alguns chegam a criar suínos (*Sus sp.*), caprinos (*Capra sp.*) e/ou ovinos (*Ovis sp.*), porém em menor escala.

No entanto, verificamos que o consumo de peixes, principalmente o pacu (*Piaractus mesopotamicus* e *Colossoma sp.*) e a pacu-peva (*Mylossoma sp.*), seja fresco ou seco³⁰, é prática natural e usual, sendo que a pesca destas espécies faz parte do cotidiano das pessoas daquela comunidade ribeirinha, há décadas.

²⁹ Forma selvagem do porco doméstico.

³⁰ Forma tradicional pantaneira de conservação de peixes com sal, expondo-os posteriormente ao sol, em varais, para a secagem.



Fig1. Pantaneiro ribeirinho da Comunidade do Amolar, segurando dois (2) pacus recém pescados por ele (acervo do autor, 2011) e pantaneiros ribeirinhos, da mesma comunidade limpando pacus para o almoço. Ao lado a canoa de um pau só (acervo do autor, 2011).

Considerações finais

Em nosso estudo pudemos verificar a diversidade de elementos da natureza, dos quais o homem pantaneiro ribeirinho tem se valido desde o início da colonização humana do Pantanal, a pelo menos 5.500 anos atrás. A utilização desses elementos naturais, vai desde a alimentação, passando pela medicina caseira e tradicional, até confecção de materiais e utensílios do dia-a-dia, das pessoas que vivem ao longo do rio Paraguai ou no entorno de suas baías³¹, na região do Pantanal do Paraguai. O modo como utilizam esses recursos, aparentemente, apresenta um determinado padrão que se segue, pelo menos, desde o início do século XX. Porém, se compararmos com as demais regiões pantaneiras, possivelmente, encontraremos algumas diferenças, mesmo que singelas, que existem por conta das diferentes culturas provenientes da própria colonização do Pantanal e das especificidades naturais, tais como relevo, hidrologia, geologia e microclima, entre outras, de cada uma delas.

Em nosso entendimento, quando pensamos em conservar o Pantanal, devemos pensar também em conservar o homem pantaneiro, o qual convive neste ambiente a muito mais tempo do que possamos imaginar, utilizando os recursos naturais disponíveis de forma sustentável. Assim sendo, nos permitimos lançar um questionamento: será que ao invés de simplesmente pregar a educação ambiental às comunidades tradicionais do Pantanal, não seria mais interessante tentar entender e

³¹ Lagoas; grandes lagos da borda oeste.



aprender com elas, como ajudaram a conservá-lo ao longo do tempo, geração após geração, e como ainda continuam a fazê-lo, mesmo com a intensificação das atividades antrópicas externas?

Referências Bibliográficas

BERTAZZONI, E. C. e DAMASCENO JR., G. A. **Aspectos da biologia e fenologia de *Oryza latifolia* Desv. (Poaceae) no Pantanal Sul-Matogrossense.** Acta Botanica Brasílica. 25 (2). 2011; p 476-486.

BRASIL, República Federativa do. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense.** Brasília-DF, 2003, 543pp.

GASPAR, Madu. **A arte rupestre no Brasil.** Coleção Descobrimos o Brasil. Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro – RJ, 2003. 83p.

KARMAN, Ivo. Ciclo da água: água subterrânea e sua ação geológica. Cap. 7; in: **Decifrando a Terra.** Wilson Teixeira et al. (Org.) Oficina de Textos. São Paulo – SP, 2000. Reimpressão 2001. 568pp; p113-138.

MANGOLIM, Olívio. **Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos.** Campo Grande, MS: Conselho Indigenista Missionário Regional de Mato Grosso do Sul, 1993.

NEVES, Walter Alves e PILÓ, Luís Beethoven. **O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos.** Editora Globo, 2008, 336pp.

OLIVEIRA, J. E. de. **Pré-história da região Centro-Oeste do Brasil.** artigos.2000.<[http://www.naya.org.ar/congreso2000/ponencias/Jorge Eremitas de Oliveira 2da parte.htm](http://www.naya.org.ar/congreso2000/ponencias/Jorge_Eremitas_de_Oliveira_2da_parte.htm)>.

PEIXOTO, J. L. S. E ARRUDA. A. A. C. de. Pantanal Rupestre. p.6-27; In: **Memórias do Pantanal Rupestre.** 2011. MUHPAN e Fundação Barbosa Rodrigues. Corumbá-MS. 48pp.

PETROBRÁS. História e Natureza em Harmonia. Prefácio. In: **Memórias do Pantanal Rupestre.** 2011. MUHPAN e Fundação Barbosa Rodrigues. Corumbá-MS. 48pp.

ROCHA-CAMPOS, A. C. e SANTOS, P. R. dos. Ação Geológica do Gelo. Cap. 11; in: **Decifrando a Terra.** Wilson Teixeira et al. (Org.) Oficina de Textos. São Paulo – SP, 2000. Reimpressão 2001. 568pp; p215-246.

ROSSETTO, O. C. e BRASIL JÚNIOR, A. C. P.. A dimensão dos aspectos culturais na construção das paisagens sustentáveis das áreas alagadiças: Pantanal do Padre Inácio-Jauru, Cáceres- MT. In: **I Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS,** 2002, Campinas - SP.

SANTOS, D. A. dos, RAVAGLIA, A. G. e COSTA. E. A. Dilemas da gestão das Unidades de Conservação Ambiental na fronteira. In: **Fronteiras em Foco - Anais do III Seminário de Estudos Fronteiriços e XIX ENSUL.** CD-ROM; Corumbá-MS, 2011. 15pp.



SAUER, Carl O. As plantas cultivadas na América do Sul tropical. Cap. 3; In: **Suma etnológica brasileira**. Editor Darcy Ribeiro. Ed. Vozes.1987. 302pp.

SILVA, Gilian Evaristo França da. Alimentação. In: **Dicionário de História de Mato Grosso – Período Colonial**. Org. Nauk Maria de Jesus. Ed. Carlini Caniato, Cuiabá – MT, 2011; pp. 19-22.

TASSINARI, C. C. G. Tectônica Global. Cap. 6; in: **Decifrando a Terra**. Wilson Teixeira et al. (Org.) Oficina de Textos. São Paulo – SP, 2000. Reimpressão 2001. 568pp; p97-112.

WOLF, Simone. **Subsídios ao IV Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB: diagnóstico sobre a legislação ambiental brasileira**. MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade. Brasília – DF. 2009. 121pp.



GT8 - Formas de participação de pescadores artesanais na gestão ambiental:
potencialidades e limites

Derrota e recomeço no mangue: transformação e mobilização entre os ribeirinhos de Aracruz-ES

Márcio Antonio Farias de Freitas¹
Carolina de Castro Barbosa de Freitas²

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo / m.ffreitas@hotmail.com

² Mestre em Ciências Sociais / Universidade Federal do Espírito Santo / carola-castro@hotmail.com

Resumo

No entorno da Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, localizada no município de Aracruz-ES, vivem ribeirinhos e indígenas Tupiniquim que pescam e catam caranguejo nesta Unidade de Conservação, próxima a áreas de expansão urbano-industrial e monocultura do eucalipto. Observa-se que a implantação da UC e o processo de modernização adotado pelo município desencadearam alguns impactos socioambientais a essas populações e ao manguezal. O artigo propõe discutir sobre as atividades de pesca e cata das comunidades ribeirinhas do Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, realizadas num território ancestralmente ocupado e transformado numa UC; os saberes tradicionais e a organização desses ribeirinhos; a percepção desses a respeito do processo de transformações ocasionado pela modernização do município, expondo a memória a respeito dessas transformações e como eles reagem a essas mudanças.

Palavras-chave: Transformações, Memória, Identidade e Mobilização.



Introdução

O município de Aracruz é palco de um processo de expansão urbano-industrial que teve início na década de 60 com a criação da Aracruz Florestal S/A e na década de 70, quando da instalação da fábrica da Aracruz Celulose S/A³, hoje Fibria S/A, empresa produtora de celulose que desde essa época passou a transformar a configuração do município com a implantação da monocultura do eucalipto, comprando grandes extensões de terras tanto no município quanto em vários outros municípios do estado do Espírito Santo, além de ter atraído uma série de empresas, o que tem gerado consequências ambientais, culturais e sociais.

Nesse contexto de transformações vivenciadas pelo município e, a partir da década de 80, numa conjuntura ambiental nacional preservacionista⁴, o poder público municipal se viu na responsabilidade de guardar algumas áreas de interesse ambiental, através da criação de várias unidades de conservação. Dentre elas a Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, criada em 1986, através da lei municipal nº 994/86, que dentre outras diretrizes, proíbe a pesca predatória; a caça ou a captura da avifauna e mamíferos; a devastação da vegetação; a degradação do meio ambiente físico; atividades a qualquer título pretendidas, que impliquem em modificações do ecossistema do manguezal (PMA, 1986).

A Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim possui uma área de manguezal de aproximadamente 1.967 hectares, o maior do estado. O ecossistema forma uma biodiversidade que possui grande importância para as comunidades que habitam seu entorno há várias gerações e vivem dos seus recursos, desenvolvendo atividades como a cata de caranguejo, pesca artesanal e artesanato, dentre outras.

O município de Aracruz localiza-se no litoral capixaba, com uma população de 81.746 habitantes (IBGE, 2010), já o entorno da Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-Açu

³ A partir de 2009 passa a se chamar Fibria S/A, resultado da incorporação da Aracruz Celulose S/A pela VCP, empresa do Grupo Votorantim, se tornando líder mundial em celulose, produzindo um total de 5,25 milhões de toneladas de celulose por ano, com fábricas em Aracruz-ES, Bahia, São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de plantações de eucaliptos nesses estados, e em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, num total de 875 mil hectares (WWW.fibria.com.br/web/pt/institucional/onde.htm).

⁴ Inspirada na concepção norte-americana de uma natureza intocada, em que o homem é caracterizado como agente eminentemente destruidor (DIEGUES, 2000).



e Piraquê-Mirim abriga uma população de 9.486 habitantes (JRUANO, 2009), cerca de 11% do contingente populacional municipal.

As localidades que compõem o entorno da REMPP são formadas por aldeias indígenas e comunidades ribeirinhas e rurais. As aldeias são as de Piraquê-Açu, Três Palmeiras, Boa Esperança, Caieiras Velhas e Irajá. As Aldeias Indígenas de Caieiras Velhas, Irajá, Três Palmeiras e Boa Esperança estão inseridas na Terra Indígena Caieiras Velhas, sendo as duas primeiras ocupadas por índios Tupiniquim e as duas outras por índios Guarani. Já a Aldeia Indígena de Piraquê-Açu está inserida na Terra Indígena Caieiras Velhas 2 e é composta por índios Guarani. As comunidades ribeirinhas e rurais são Santa Rosa, Baiacu, Jundiaquara, Pirassununga, Lajinha, Boa Vista, Lameirão, Santa Cruz, Balsa, Nova Santa Cruz e Novo Irajá, localizadas tanto no distrito de Santa Cruz quanto no de Aracruz-Sede.

Por abranger áreas rurais, ribeirinhas, urbanas e indígenas, existe uma diversidade de usos e atividades no entorno, com pequenos produtores rurais, que investem na fruticultura e plantação de culturas temporárias (feijão, milho e mandioca), cafeicultura e pecuária de leite são outras atividades recorrentes na zona rural, pesca e mariscos em geral, além da silvicultura, já que no levantamento fundiário, realizado pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo em 2008, com abrangência do polígono⁵ formado entre as rodovias estaduais ES-259, ES-124, ES-010 e ES-456, que circundam o Piraquê-Açu e o Piraquê-Mirim, constatou-se que de um total de 7.958,34 há, 49,5% é de propriedade da empresa Fibria S/A, e dedicadas à silvicultura. O restante é formado por propriedades particulares (32,1%), áreas indígenas (17,9%) e bairros (0,5%) (JRUANO, 2009).

Essas comunidades do entorno da REMPP passaram por transformações na configuração de seus territórios, seja em relação à mudança fundiária e de uso e ocupação do solo a partir da década de 60 devido à formação de grandes propriedades de terras dedicadas à monocultura do eucalipto, seja pela criação da REMPP na década de 80, que transformou

⁵ O entorno do Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim está circundado por diversas rodovias, como a ES-456 (Rod. Primo Bitti), que liga o litoral à Aracruz, cortando as Aldeias Indígenas de Caieiras Velhas e Irajá; a ES-259 que sai de Santa Cruz, passa por Baiacu, chegando à ES-124, ligando Fundão e Aracruz, atravessando Santa Rosa e Boa Vista. Há ainda a rodovia ES-010 que atravessa o litoral capixaba, passando por Santa Cruz e pela ponte José Ferreira Lamego - que liga Santa Cruz à Coqueiral, passando por cima do Rio Piraquê-Açu. A ES-456 (Rod. Primo Bitti) e a ES-259 margeiam o rio Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, respectivamente, enquanto a ES-124 liga as duas pontas dessas rodovias, formando um polígono que compreende tanto o Piraquê-Açu quanto o Piraquê-Mirim.



áreas livres e extensões de suas propriedades em territórios de uma UC, que passou a impor limites, fronteiras, normas e restrições e, diante dessas transformações, as comunidades ribeirinhas do Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim se organizaram para reagir às essas mudanças.

Os ribeirinhos e sua organização

Em 2007 a Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Aracruz realizou um cadastramento de todos os pescadores/catadores de caranguejo do entorno da REMPP. Ao todo foram cadastrados 152 pescadores/catadores, sendo que a maioria é do sexo masculino (52%), mas com grande representatividade de mulheres na profissão (48%). Os pescadores/catadores cadastrados estão concentrados em Novo Irajá e na Aldeia Indígena de Irajá. A faixa etária predominante é compreendida entre 20 a 39 anos, todavia também é expressiva a quantidade de pescadores/catadores entre 40 a 59 anos cadastrados (JRUANO, 2009).

Os anos de trabalho nos rios e manguezais demonstram que grande parte dos catadores viveram dessa atividade, sendo poucos aqueles que estão há menos de 10 anos. Já a presença de jovens com menos de 19 anos não cadastrados demonstra que a atividade não é mais tão atrativa e que esses estão buscando alternativas, o que vem a indicar que nem todo filho de catador de caranguejo herdará a atividade do pai (BOURDIEU, 1998), ainda que crianças e adolescentes costumem acompanhar e auxiliar seus pais nas mariscadas.

Os pescadores e catadores de caranguejo do entorno da REMPP possuem o registro federal da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), sendo filiados à Colônia de Pescadores Z-7 “Manoel Miranda”, situada em Barra do Riacho. Além disso, todas as comunidades ribeirinhas e as Aldeias Indígenas de Caieiras Velhas e Irajá são representadas por suas respectivas lideranças de catadores junto aos órgãos ambientais federal, estadual e municipal e Colônia de Pescadores. Já os pescadores e catadores de Lajinha, além de possuírem a carteirinha federal da SAEP e serem filiados à Colônia de Pescadores Z-7 “Manoel Miranda”, se organizaram e criaram em 2009 a APESCAL - Associação Comunitária dos Pescadores e Catadores de Caranguejo de Lajinha.



A APESCAL é uma entidade representativa com CNPJ, pré-requisito para alcançar os projetos públicos, sendo, de todas as 16 comunidades do entorno da REMPP, a única associação formada em torno da pesca e da cata do caranguejo, já que a outra associação do entorno é indígena, a AITG - Associação Indígena Tupinikim e Guarani, criada em 1998 em consequência de um acordo entre a empresa Aracruz Celulose S.A. e a população indígena tupinikim e guarani e realizado pela Procuradoria da República, por meio do “Termo de Ajustamento de Conduta” (TAC).

Numa abordagem que relaciona grupos étnicos à organização e aos projetos políticos em arenas de competição por recursos naturais e direitos, entendo que, conforme Fredrick Barth (2003), a identidade dessas comunidades é resultado de um processo de organização e interação social e política com diferentes atores, como a Colônia de Pescadores, SEAP, PMA e órgãos ambientais. Ao analisar as forças políticas e de poder que se relacionam nos processos que produzem a formação dessa identidade, Barth recomenda, para clarificar suas interrelações, que estructuremos os processos separadamente num nível micro, num médio e num macro, ou seja, como resultado de processos interativos entre pessoas, organizativos em âmbitos coletivos e relacionais com atores políticos das instâncias macro (BARTH, 2003).

Dessa forma, no nível micro - necessário para modelar os processos que produzam a experiência e formação de identidades - o autor debruça sua atenção sobre os processos individuais e sociais envolvidos na formação da identidade, observando as pessoas e interações interpessoais. Sobre este nível recaem constrangimentos e parâmetros advindos de outros níveis, mas que são reunidos “como um contexto vivido nas interpretações e atividades das pessoas”, sendo que os resultados deste nível têm efeitos nos outros dois (BARTH, 2003). Em Lajinha, a primeira instância das relações políticas e de poder surge das interações entre seus moradores, onde as alianças são estabelecidas no contexto local para criarem a organização interna através da APESCAL.

O nível médio - necessário para termos uma idéia dos processos que criam coletividade e mobilizam grupos para diversos propósitos através de vários meios - é o campo do empreendimento político e das lideranças com suas retóricas e ideologias. “Neste nível, os processos intervêm para forçar e constranger a expressão e atividade das pessoas no nível



micro; são impostos pacotes negociais ou escolhas binárias e são formados muitos aspectos das fronteiras e dicotomias da etnicidade” (BARTH, 2003). Aqui focalizam-se os pleitos por políticas públicas, os processos de tomadas de decisões coletivas e as tendências homogeneizadoras da mobilização étnica. Essa segunda instância de poder é a do entrecruzamento das relações endógenas com alianças estabelecidas com atores que se encontram na esfera das mobilizações políticas de diversos grupos em um contexto relacional de poder mais amplo, como são as colônias de pescadores, sendo que Lajinha encontra-se filiada à Colônia de Pescadores Z-7 “Manoel Miranda”.

Já o nível macro, das políticas estatais, é onde ocorrem “as criações legais de burocracias que distribuem direitos e proibições de acordo com critérios formais, mas também o uso arbitrário da força e a compulsão que suporta inúmeros regimes”, neste nível, as ideologias são articuladas e impostas, transpondo algumas das identidades que surgem da etnicidade (BARTH, 2003). Dessa forma, segundo Barth, a terceira instância em Lajinha seriam as relações políticas e de poder com as instituições públicas, representado aqui pela Secretaria Nacional de Pesca, que os reconhecem como comunidade tradicional, principalmente a partir do Decreto Federal nº 6040/07, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, que estendeu o reconhecimento feito parcialmente, na Constituição de 1988, apenas aos indígenas e aos quilombolas, para os faxinenses (que plantam mate e criam porcos), comunidade de "fundo de pasto", geraizeiros (habitantes do sertão), pantaneiros, caiçaras (pescadores do mar), ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu, ciganos, dentre outras (BRASIL, 2007).

Algumas transformações vivenciadas pelos ribeirinhos

Há uma diversidade de mariscos e peixes que são coletados e/ou pescados, embora em quantidades bem menores que em outrora, como a ameixa, aratu, camarão, caranguejo, goiamum, ostra, siri açu, siri tinga, sururu, além de peixes como tainha, robalo, vermelho, etc. Destaque para o cultivo de ostra, sururu e peixe, fruto da articulação da APESCAL com o poder público, através da Secretaria de Agricultura e Pesca (SEMAG) da Prefeitura Municipal de Aracruz (PMA), com a instalação de tanques-rede e gaiolas no Piraquê-



Mirim para cultivo de tilápia, ostra e sururu, para complementação da renda da pesca e da cata em Lajinha.

Com relação ao local onde é coletado/pescado, percebe-se que os rios Piraquê-Açu, chamado pela população do entorno de rio do Norte, e Piraquê-Mirim, conhecido como rio do Sul - embora este não seja rio, e sim um braço do mar - e todo o manguezal que contorna esses recursos hídricos são espaços de uso da população local (Tabela a).

Tabela a - Locais mais citados de onde há a cata e a pesca

Mariscos/peixes	Locais mais citados
Ameixa	Manguezal Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim
Aratu	Manguezal Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim
Camarão	Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim
Caranguejo	Manguezal Piraquê-Açu, no Piraquê-Mirim acabou
Goiamum	Brejo do Piraquê-Açu
Ostra	Beira do Piraquê-Açu
Peixe	Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim
Siri Açú	Manguezal Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim
Siri Tinga	Piraquê-Mirim
Sururu	Beira Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim
Cultivo de ostra, sururu e peixe	Piraquê-Mirim

Na Tabela b constam as épocas mais citadas de pescarias e mariscadas e os períodos de defeso. Com relação ao caranguejo, o período mais propício para a sua cata, segundo os catadores, é justamente no período de verão, no qual recaem épocas de proibição.

Tabela b - Épocas de pescaria e mariscada mais citadas e períodos de defeso

Mariscos/peixes	Épocas de pescaria e mariscada	Período de defeso
Ameixa	Ano todo, na maré seca	-
Aratu	Ano todo	-
Camarão	Ano todo, menos no período de proibição. Na maré cheia	01/04 à 31/05 e 15/11 à 15/01
Caranguejo ⁶	Ano todo, menos período de proibição	Andada (07 dias em cada mês do período de jan. a abr.). Out. e Nov. (machos e fêmeas). Dez. (fêmeas)
Goiamum	Ano todo, menos período de proibição	De outubro a março

⁶ Em 1998 o IBAMA implementou a Portaria nº 104/98, para a região Sudeste e Sul do Brasil, estabelecendo o período de defeso para o caranguejo. Esta Portaria foi substituída, por outra, a de nº 70/00, e regulamentou também o transporte e a comercialização do caranguejo e do goiamum. Somente em 2003, por meio da portaria nº 52/03, o período do 'defeso' foi estendido para os dias da 'andada', isto é, o período de acasalamento da espécie que ocorre durante uma semana, de cada mês, de janeiro a abril, para o caso do Espírito Santo.



Ostra	De agosto a dezembro	-
Peixe	Ano todo, menos período de proibição	Robalo: 15/05 à 31/07
Siri Açú	Maré morta	-
Siri Tinga	Todas as marés	-
Sururu	Ano todo	-
Cultivo de ostra, sururu e peixe	Ano todo	-

Essa situação de períodos de proibições durante todo o ano faz com que os catadores se adequem à essa realidade passando de uma atividade à outra, considerando de um lado os períodos de proibição e de outro os períodos mais propícios do ano para as atividades, uma vez, que conforme entrevistas com os catadores, o período de fartura é o verão, enquanto o inverno é o período de escassez, o que cria - no caso do caranguejo - a dicotomia entre verão/inverno x fartura/escassez, já que, segundo E. Evans-Pritchard (2008), “o tempo não possui o mesmo valor durante todo o ano”, há uma circularidade do tempo, mensurada a partir dos ciclos lunares:

“o calendário é uma relação entre um ciclo de atividades e um ciclo conceitual e os dois não podem ser isolados, já que o ciclo conceitual depende do ciclo de atividades do qual deriva seu sentido e função” (EVANS-PRITCHARD, 2008).

Os instrumentos de coleta e pesca são diversos, como pode ser visualizado na Tabela c, sendo que a redinha, também conhecida como laço, é empregada tanto para cata de caranguejo como de aratu.

Tabela c - Instrumentos de cata e pesca

Mariscos/ peixes	Instrumento de cata e pesca
Ameixa	“Furam” o mangue com o facão
Aratu	Mão e redinha sem armar
Camarão	Redinha de malha fina, antes eram mão e gancho
Caranguejo	Redinha
Goiamum	Ratoeira
Ostra	Cavadeira e facão
Peixe	Fisga e rede
Siri Açú	Mão e facão



Siri Tinga	Jererê, puçá, cofre e jequiá
Sururu	Mão
Cultivo de ostra, sururu e peixe	Corde para ostra e sururu e rede para o peixe

A redinha inclusive foi citada na oficina como um dos principais motivos para a situação de diminuição dos mariscos na região do rio Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim. Explica-se que esse instrumento feito de nylon tornou a cata de caranguejo mais fácil e proporcionou a coleta de uma quantidade maior de caranguejos do que a antiga forma, realizada no gancho, já que são colocadas em grande quantidade na toca dos caranguejos e retiradas só no outro dia. Dessa maneira, mulheres, jovens e até crianças puderam ter acesso à mariscada. Ou então, aqueles que só catavam por lazer, aumentaram a retirada de caranguejos com o emprego da redinha. Resultou-se, então, numa excessiva quantidade de catadores assim como de caranguejo capturado, não dando tempo ao manguezal de repor seus recursos naturais. Além disso, não há uma seleção das espécies quanto ao sexo e tamanho e, como nem todas as redinhas são retiradas, muitos caranguejos morrem presos no nylon espalhado pelo manguezal.

Além desse aspecto ambiental ocasionado pelo uso da redinha, podemos ainda perceber mudanças da dinâmica do uso do tempo do catador, uma vez que a redinha trouxe um aumento da produtividade num tempo menor do que dispensado com outros instrumentos, sendo uma adaptação às exigências do mercado consumidor que cresce a cada ano, principalmente no verão, quando turistas de várias partes do município e do Espírito Santo aquecem a economia local lotando as praias, hotéis e restaurantes tendo como um de seus principais atrativos gastronômicos o caranguejo, sendo cada vez mais atuante nesse processo a figura do atravessador.

Foram transcritas algumas falas relativas aos problemas/dificuldades enfrentados pelos pescadores e catadores expostos nos encontros. Os aspectos mais debatidos nessas referem-se à condição atual do mangue, principalmente relacionado à diminuição do caranguejo e de outros mariscos e os motivos que resultaram nesse cenário: esgoto, lixo, agrotóxicos, quantidade de catadores de fora, entre outros.



O mais recorrente entre as falas das pessoas em todas as conversas, entrevista, oficina e reunião era a memória coletiva (HALBWACHS, 1988; POLLAK, 1989; 1992) de um passado de fartura e riqueza e um presente de escassez e degradação, chegando a afirmarem que o manguezal está “derrotado”, constituindo as definições alusivas às noções de tempo ecológico (suas relações com o meio ambiente) e tempo estrutural (suas relações dentro da estrutura social) (EVANS-PRITCHARD, 2008), entendendo aqui a memória coletiva nos termos de Maurice Halbwachs e Michael Pollak, como um substrato de conhecimento coletivo e culturalmente conhecido por determinado grupo em certo contexto social, além de ser um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes (HALBWACHS, 2006; POLLAK, 1989; 1992).

Como exemplo, temos algumas falas dos ribeirinhos:

“falta de caranguejo”;
“poluição dos rios e do manguezal”;
“exploração aumentou”;
“existência de atravessadores”;
“mortalidade de caranguejo, ameixa e sururu”.

Em relação à poluição dos rios, vários foram os fatores enumerados, como a presença de mercúrio, esgoto provenientes do município de Aracruz e dos municípios à montante dos rios (Santa Teresa, São Roque do Canaã, João Neiva e Ibirajuba), produtos químicos da empresa Fibria S/A, lixo de outros municípios, agrotóxico para a plantação de coco, veneno para o pasto, sujeira no mangue, óleo e lixo das embarcações ancoradas em Santa Cruz, “pinicão” no Piraquê-Açu, dentre outros.

Ao darem sugestões aos problemas citados, os ribeirinhos demonstraram preocupação com a situação do mangue, sendo recorrente a indicação da necessidade de maior fiscalização, controle e tempo para o manguezal se recuperar:

“fiscalizar os atravessadores”;
“análise da contaminação da água”;
“fechar o mangue por um tempo para ele recuperar”;
“benefício do governo para as famílias”;
“controlar a exploração/comercialização”;
“retirar as redinhas assim que pegar o caranguejo”;
“incentivar a organização dos catadores e pescadores”.



Outro aspecto que se destaca são as referências a “nós” e “eles”, entre os catadores moradores das comunidades ribeirinhas e indígenas do entorno da REMPP e “pessoas de outros lugares”, onde todas as formas predatórias e proibidas são atribuídas aos “de fora”, sendo ainda “eles” os que trabalham com a pesca empresarial e os que usam jet ski. São exemplos de falas:

”os catadores de fora catam tudo, pescam tudo, não respeitam nada, tamanho, etc.”;
“redinha não retirada do mangue depois de pegar o caranguejo”;
“formas predatórias de pesca: bate-bate: barcos de fora de motor com rede”;
“pessoas sem cadastro (clandestinos)”;
“lixo deixado pelos de fora”;
“PMA proíbem os locais e não os de fora”;
“pessoas de fora invadem os rios colocando redes”;
“jet ski no rio”.

Essa dicotomia entre “nós” x “eles” também ficou evidente ao relatarem a diferença de abordagem da fiscalização:

“fiscalizam só os locais, não os de fora”.

Quando os catadores passaram a dar sugestões de saídas para as situações informadas, a maior parte dessas propostas foi relativa a uma maior fiscalização em relação aos “de fora”:

“fiscalizar os catadores e pescadores de fora e aqueles que catam/pescam por lazer”;
“proibir pessoas de fora pescarem e catarem nos rios e manguezais”;
“participação das comunidades na fiscalização dos rios e manguezais”;
“proibir jet ski”.

Conforme Barth, há aqui a criação de fronteiras e sinais diacríticos demarcadores da identidade criadas pelos próprios ribeirinhos, que utilizam esses diacríticos para marcar a distinção e a fronteira, e essas diferenças resultam da autodefinição e da definição dos “outros” pelos membros para propósitos de interação (BARTH, 2000). Dessa forma, na relação entre os “nativos” do Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim e seus “usos tradicionais” e “sustentáveis” e os “outros”, os “de fora”, “que degradam”, “poluem”, “invadem”, “não respeitam”, etc., os “nativos” se classificam em termos de “nós” e “eles”, definindo-se, deste modo, sua fronteira.



Ainda segundo Barth, a manutenção dessas fronteiras da etnicidade não resulta do isolamento, mas da própria interrelação social, já que quanto maior a interação, mais marcado será o limite étnico. Não somente o contato com outros grupos, mas também o vínculo com o ambiente influi para que, em um contexto determinado, se ative ou não uma categoria étnica (BARTH, 2000). Nesse sentido, numa perspectiva ecológica, nessa relação de contato entre “nós” e “eles” há também a competição por recursos, e sua articulação envolverá a política ao longo da fronteira e possivelmente incluirá outros setores (BARTH, 2000).

Para Max Weber, os grupos étnicos nutrem uma crença na procedência comum de tal modo que esta crença se torna importante para a propagação de relações comunitárias. Nesse sentido, hábitos e costumes semelhantes se tornam importantes na formação dos sentimentos de pertencimento ao mesmo grupo, mas o fator decisivo no despertar da crença na comunhão étnica “é a formação de uma comunidade política”, que, para o autor, pode ter um caráter latente e manifesto, já que, fica adormecida em tempos de paz e é ativada em situações de confrontos (WEBER, 2004), como na relação entre os nós e eles existente nos manguezais do Piraquê-Açu e Mirim. Aqui, os propósitos comuns, a consciência de coletividade e os sentimentos de pertencimento entre os membros do mesmo grupo são realçados diante de interesses antagônicos sobre os recursos naturais que os seus membros desejam controlar (WEBER, 2004).

Essa relação conflituosa nos manguezais do Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim também pode ser explicada como uma relação entre estabelecidos e outsiders, ou seja, “os residentes” e “os de fora”. Conforme Nibert Elias e John Scotson, aqui:

“os indivíduos percebem uns aos outros como pertencentes a um grupo e se incluem mutuamente dentro das fronteiras grupais que estabelecem ao dizer “nós”, enquanto, ao mesmo tempo, excluem outros seres humanos a quem percebem como pertencentes a outro grupo e a quem se referem coletivamente como “eles” (ELIAS & SCOTSON, 2000).

Nessa relação, os outsiders são estigmatizados pelos estabelecidos por serem menos respeitáveis e menos cumpridores das normas do que “eles” (ELIAS & SCOTSON, 2000).



Uma situação que se destacou nos encontros foi a não coincidência entre os períodos de defeso (troca da casca, chamada localmente como “mole”, “de leite”) e andada do caranguejo, com o que acontecia na prática (conhecida como “com ova”):

“o período de andada não coincide com a realidade da natureza”;
“período de andada do caranguejo errado”.

Como sugestões que os catadores vislumbraram para a situação evidenciada, temos:

“os pescadores e catadores deveriam informar o período da andada para a PMA”.

Segundo os entrevistados, o caranguejo anda depois da proibição, e não durante, tendo como consequência a cata na época em que não deveria, demonstrando seus saberes tradicionais em relação aos ciclos biológicos do caranguejo associados ao tempo. Conforme Evans-Pritchard, nas relações entre o grupo e os ciclos naturais há uma apropriação consciente dos ritmos naturais, segundo as atividades pelas quais se interessam e que realizam, o que imprime o sentido social do tempo (EVANS-PRITCHARD, 2005).

Algumas considerações

Pode-se perceber que as comunidades ribeirinhas do Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim dão mostras que passam por processos de transformações socioeconômicas, ambientais e culturais ocasionadas pelo processo de expansão urbano-industrial vivenciado pelo município de Aracruz-ES.

São exemplos dessas transformações a mudança da configuração fundiária e de uso com a implantação da monocultura do eucalipto; criação de uma unidade de conservação que impõe normas e limites num território tradicionalmente ocupado; memória de um passado de fartura e riqueza e um presente de escassez e degradação, chegando a afirmarem que o manguezal está “derrotado”; a não conformidade entre o calendário de andada e defeso do caranguejo imposto pelo Estado (IBAMA, IEMA e PMA), e o que os catadores adotam há gerações; inserção da redinha de nylon na atividade de cata substituindo instrumentos tradicionais em virtude de uma adequação à lógica do mercado, o que aumentou a pressão sobre os recursos naturais; poluição dos rios e do manguezal causada por diversos fatores, como o esgoto proveniente do município de Aracruz e dos municípios à montante dos rios,



produtos químicos provenientes da cultura do eucalipto e agrotóxico, sujeira, óleo e lixo no mangue, dentre outros.

No entanto, diante desse cenário de transformações provocado pelo processo globalizante, os ribeirinhos do Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim resistem e se organizam através da APESCAL, se re-significando, se apropriando das novas perspectivas que são apresentadas à ela e buscando alternativas de renda e novas possibilidades, já que, conforme Marshall Sahlins, a globalização não está destruindo e homogeneizando as culturas e sim gerando uma grande diversidade de novas formas culturais, uma vez que as culturas locais resistem à esse processo de “aculturação” (SAHLINS, 1997).

Referências bibliográficas

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. RJ: Contra Capa, 2000 (p. 25-67).

_____. In: VERMEULEN, Hans & GOVERS, Cora (Orgs). **Antropologia da etnicidade: para além de ethnic groups and boundaries**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **As contradições da herança**. In: BOURDIEU, P. Escritos de Educação. Petrópolis : Vozes, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo. Ed. Perspectiva, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1988.

JRUANO Consultoria e Serviços Ltda. **Plano de Manejo da Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim**. Vitória - ES, 2009.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.



_____. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ - PMA. **Lei nº 994, de 14 de julho de 1986: cria a Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim.** Aracruz, 1986.

SAHLINS, Marshall. **O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica:** por que a cultura não é um objeto em via de extinção. Mana 3 (1): 41-73 e (2): 103-150, 1997.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** Brasília: Editora da UnB, 2004.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres:** colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo - Brasília: HUCITEC - Edunb, 1995.



GT 8 – Formas de participação de pescadores artesanais na gestão ambiental:
potencialidades e limites

**Desafios e perspectivas de ação e mobilização de trabalhadores rurais e pescadores
artesanais (ribeirinhos e agroextrativistas) nas terras e águas do Baixo Tocantins
(PA)**

Edson de Jesus Antunes Corrêa¹

¹ Sociólogo, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento NAEA/UFPA e doutorando do PPGCS/UFPA, E-mail: edson.antunes@hotmail.com

Resumo

Este paper discute os desafios e perspectivas da mobilização e ação de trabalhadores rurais e pescadores artesanais (ribeirinhos e agroextrativistas) do Baixo-Tocantins (PA), buscando refletir a história de participação, lutas, conquistas, vitórias e as formas de associação, organização e mobilização de ações recentes para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Trabalhadores Rurais, Pescadores Artesanais, Políticas Públicas, Organização Social e Desenvolvimento Regional.



1 Preliminares

Diversos autores no campo das Ciências Sociais tem se debruçado sobre as relações culturais tempo-espaço nos mundos rurais brasileiros, em especial os que se dedicam ao estudo de comunidades rurais tradicionais. Por outro lado, são inúmeros estudos centrados ao espaço e da cultura, ao passo que outros são estudados a partir do tempo e da história. De um lado o excesso de cultura (espaço) sem história e de outro, um excesso de história (tempo) sem cultura. Há muitos espaços sem tempos e muitos tempos sem espaços de outro. De fato, é difícil encontrar um equilíbrio considerando que tempo e espaço não existem em separado tanto na natureza quanto na sociedade. Por toda a parte estamos envolvidos com novos termos entre a terra e o trabalho, novos conflitos, ou o aguçar dos velhos conflitos entre antigos e novos personagens dos mundos rurais, seja na “*terra*” ou na “*água*”, no “campo” ou nas “ilhas”. Uma racionalidade centrada no lucro, na competência especializada e na competição legitimada como uma forma quase única de realização do “progresso” quebra o que resta ainda de visões e vivências tradicionais de tempo-espaço rural e de modos de vida a que se aferram ainda os índios e os camponeses (BRANDÃO, 2007: 37-39).

Com bem afirma o geógrafo Milton Santos (apud: BRANDÃO, 2007) o todo é movido pela força (externa) dos mitos comerciais, essa razão do mercado que se impõe como motor do consumo e da produção. Neste mundo rural assim domesticado, implanta-se um império do tempo medido, em que novas regularidades são buscadas. Ou seja, uma racionalidade empresarial domina todo o cenário da cidade, do campo e das relações entre um e outro. Essa racionalidade de que o “agronegócio” é o melhor (e o pior) espelho altera estruturas sociais de poder, de apropriação de espaços de vida, trabalho e produção. Altera – às vezes depressa demais – espaços, terras, territórios, cenários, tempos e paisagens. Movida pelo peso do capital, pela racionalidade capitalista e por uma tecnologia industrializada que em poucos meses transforma biomas inteiros. A junção do capital flexível, as novas tecnologias aplicadas à pecuária e à monocultura e, como sua “*ciência*”, sua lógica e sua ideologia invadem tanto o campo rural quanto todos os outros campos da vida, ora propondo e ora impondo uma outra ética dirigida à criação de saberes, valores, sentimentos e sociabilidades que gerem modos de vidas tão modernos, que determinem, sabendo disso ou não, inteiramente submetido a nova racionalidade.



Devemos, no entanto, desconfiar dessa expansão sem limites e não-questionável, ou fracamente questionadas da lógica do capital flexível conduzido sobretudo pelas unidades de expansão do agronegócio em suas diferentes fases e faces. Em primeiro lugar porque há, diante dela, por toda a parte, **uma resistência ativa de grupos e comunidades expropriados por ela**. Em segundo lugar porque há também uma outra resistência menos ativa, menos mobilizada, mas nem por isso menos “*resistente*”. Em todo o Brasil, através de todos os espaços de “*sistemas de objetos e sistemas de ações*” e dos mais diversos grupos humanos e modos de vidas, populares ou não, entrevemos a ação de movimentos sociais. Pela via da questão agrária, pela via da questão ambiental, pela via dos direitos humanos ou por outras vias de enfrentamento que a elas se somam e com elas interagem, são inúmeras as unidades de ações sociais que se opõem à racionalidade, ao poder e aos interesses da expansão globalizada do capital no campo, como propõem, no bojo de suas diferentes contra-racionalidades, outras e opostas alternativas de gestão social de tempos e de espaços, de vidas e de mundos de vida e de trabalho. De outra parte, de igual maneira estamos diante de um múltiplo e nada uniforme ou globalizado mundo rural. Somos alimentados por grãos, frutas e folhas que ainda provêm bem mais da multivariância da agricultura familiar típica do campesinato tradicional e da expansão (menos visível, mas possivelmente mais sólida) de novas alternativas de produção e gestão do ambiente e dos bens da terra, como a agricultura orgânica, a permacultura, a agrossilvicultura e outras mais. De um lado, as imensas áreas uniformemente tomadas de pessoas e culturas tradicionais para abrigarem o gado ou a soja. De outro, a criação recente de áreas crescentes de produção agropastoril e mesmo madeireira regidas por princípios de sustentabilidade e solidariedade. Longe, na Amazônia, a expansão de experiência dos “*povos da floresta*”, como os seringueiros do Xapuri são exemplos de uma fecunda contra-racionalidade (BRANDÃO, 2007:40-42).

Ianni (apud: BRANDÃO, 2007) nos lembra de que mesmo nos espaços mais aparentemente dominados pelo gigantismo “*do mundo que mudou*”, as formas de vida comunitárias e tradicionais, de ocupação e produção em multiespaços partilhados de vida, labor e trabalho, não apenas resistem e sobrevivem, mas, em alguns cenários, elas proliferam, adaptam-se e transformam-se. Ainda que essa transformação represente perda de autonomia em nome dos pólos dominantes do domínio da economia agropastoril. O próprio agronegócio se expande a expensas da pequena agricultura, e



mais ainda, em aliança com pequenas e médias propriedades agrícolas modernizadas e a meio caminho entre economia de excedente e a economia de mercado (BRANDÃO, 2007:43).

As ideias expostas acima corroboram com os estudos do professor Roberto José Moreira, que ver no Brasil da atualidade, sob amparo dos discursos do desenvolvimento rural sustentável, a ambiência daquela hegemonia globalizada impulsiona processos nacionais de compreensão do espaço agrário como um mundo rural. Esse passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades agrícolas, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexas que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que, no processo de revalorização do mundo rural, envolvendo a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural) a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento e a expansão dos turismos rurais (ecológico e cultural). A revalorização de festas, rodeios e feiras agropecuárias associam-se à valorização da cultura local e de etnias e ao apoio à produção de artesanatos os mais diversos, como conservas, artesanatos e manufaturas associadas à natureza e culturas popular e tradicional, bem com a dinamização de agroindústrias associativas de agricultores familiares. Esses processos de revalorizam do mundo rural consolidam atividades rurais e urbanas em cidades interioranas, reduzem – podendo mesmo reverter – o processo participativo de planejamento e festão social nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (MOREIRA, 2007:89).

2 TEXTO E CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BAIXO-TOCANTINS

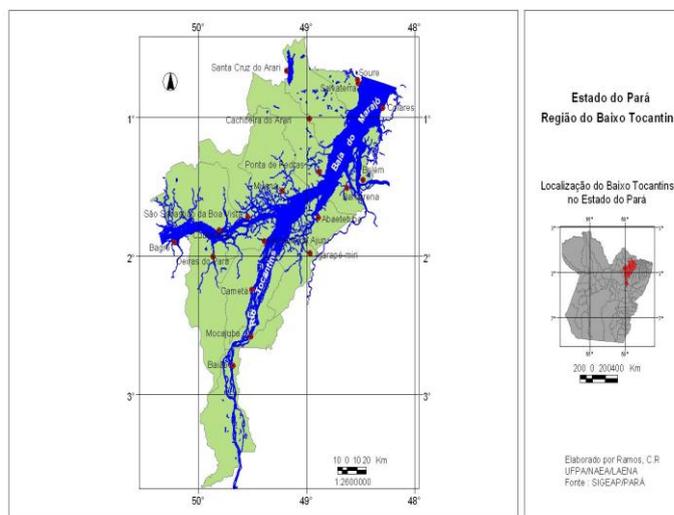
2.1 DINÂMICA RECENTE DA PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS E PESCADORES ARTESANAIS FRENTE AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A região do Baixo-Tocantins é uma das áreas mais antigas de ocupação europeia na Amazônia (a Vila de Santa Cruz de Cameté é a segunda cidade mais antiga do Pará, fundada em 1633 no século XVI), sendo formada por extensas áreas de várzeas (arquipélago de mais de 100 ilhas interligadas pelas águas do Rio Tocantins) e áreas de terra firme ocupadas ao longo das vias de acesso que cortam seu território (SOUSA,



2000). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) denomina-se Microrregião Cameté, a qual pertence à Mesorregião Nordeste Paraense e é composta por 7 municípios: Abaetetuba, Baião, Cameté, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará. É historicamente chamada pelo movimento social e pela Prelazia de Cameté de Região Tocantina devido ser banhada pelo Rio Tocantins e situar-se na parte à jusante da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, conforme figura 1 abaixo:

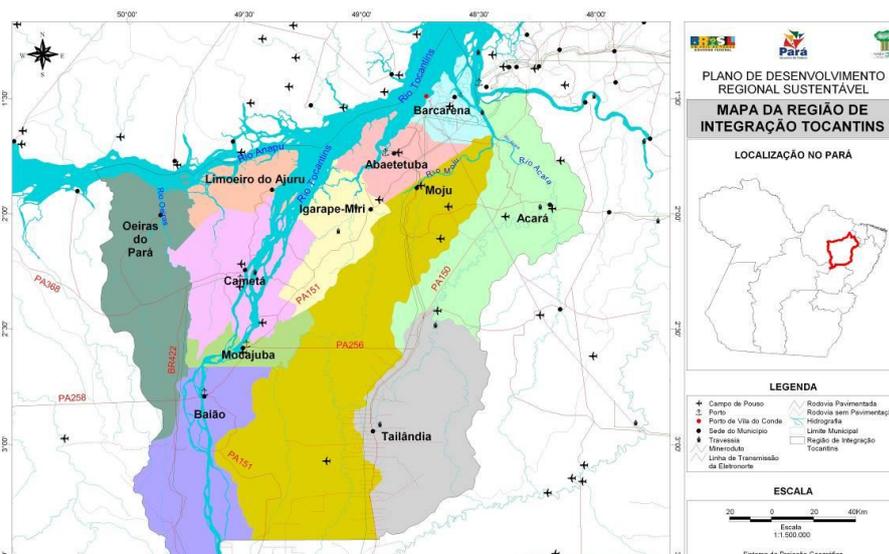
Figura 01 – MAPA DA REGIÃO DO BAIXO - TOCANTINS



Fonte: SIGEAP/PARÁ

O Governo do Estado do Pará no ano de 2008 adotou uma subdivisão do seu território em 12 Regiões de Integração (RI) como um dos instrumentos para o planejamento da ação governamental e para facilitar a articulação transescalar e passou a denominar esta região de RI Tocantins composta por 11 municípios: Abaetetuba; Acará; Baião; Barcarena; Cameté; Igarapé-Miri; Limoeiro do Ajuru; Mocajuba; Moju; Oeiras do Pará e Tailândia, conforme Figura 2 abaixo:

Figura 2 - MAPA DA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO TOCANTINS (RI)





Fonte: PDRS/SEIR, 2009.

Com a nova divisão territorial a RI Tocantins, apresenta em sua formação socioeconômica de forma mais acentuada a presença do setor da agricultura e da pesca (com destaque para agricultura familiar) em seguida do setor do comércio. E já de forma bem menos acentuada o setor de exploração florestal e da indústria. Concentra a 2ª maior população do Pará com 655.955 habitantes, a 2ª maior extensão territorial com 35.838,56 (km²) e ainda se computados o PIB do Distrito Industrial de Barcarena se coloca com o 2º maior PIB do Estado. Na região o PIB é fortemente dominado por Barcarena, pois se considerados o período de 2002 a 2006 o PIB daquele município acumula entre 64 e 70% do total do produto regional (R\$ 3,5 bilhões em 2006) enquanto que o PIB de todo o resto dos municípios da região somam somente R\$ 1,5 bilhões no mesmo período (PDRS/SEIR, 2009).

O Baixo-Tocantins ao longo dos anos vem sofrendo inúmeras mudanças em sua caracterização, dinâmica, estrutura da produção e ocupação. Tida como uma região potencial ao desenvolvimento devido sua riqueza natural, somente tem servido até hoje como mera exportadora de matéria prima, muito embora os governos tenham desenhado inúmeros planos de desenvolvimento, mas sem a devida alocação efetiva de políticas públicas em especial na área de infraestrutura. Este processo é sempre permeado por entraves, conflitos e notória ausência da intervenção do Estado na região.

As transformações que ocorreram no território do Baixo Tocantins, em suas *Cidades Ribeirinhas*, são expressas com base na proposição de urbanização da sociedade que se realiza para além da forma espacial cidade e se materializa, igualmente, no campo. Trata-se de uma forma de urbanização que não se pauta em dados de população (urbanização da população), como sugere o IBGE, mas que por meio de expansão de objetos técnicos se difunde no território (urbanização do território), e principalmente se insere como modo de vida (urbanização da sociedade) e como prática cotidiana na sociedade. A realidade do Baixo Tocantins, uma sub-região



tradicionalmente ribeirinha, afetada apenas indiretamente pelas frentes de expansão econômica que tomaram corpo a partir da década de 1960, nos parece marcante a presença do modelo de urbanização tradicional, ainda que seja uma região situada entre dois grandes empreendimentos, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (produção de energia elétrica) e o Complexo Albrás/Alunorte (produção de alumina e alumínio). Dentre as principais características dos municípios situados à jusante da UHE de Tucuruí, no rio Tocantins, destaca-se a natureza ribeirinha da população local, traduzida, igualmente, para o plano de sua organização espacial - herança de uma forma dendrítica de rede urbana -, a despeito de outras formas de circulação que mais recentemente passam a articular essas realidades locais ao restante da região. Na sua maioria recentemente emancipados e com forte influência da dinâmica das rodovias e da mobilidade da força de trabalho recém-chegada à região amazônica, os núcleos urbanos - cidades e vilas - situados à jusante, apresentam uma forte presença de populações tradicionais e de origem local que traduzem uma forte relação com o rio, não simplesmente por estarem localizados às margens deste, mas principalmente por apresentarem uma interação funcional (a exemplo da circulação fluvial), de subsistência material (fonte de recursos alimentares) e simbólica (imaginário sócio-cultural) (TRINDADE JR., 2003, apud: CARDOSO, 2005).

Não se diferenciando das demais regiões da Amazônia em relação a sua ocupação, exploração e suas consequências com a instalação da barragem de Tucuruí e do Projeto Albrás/Alunorte que alterou seu ecossistema, a região ainda se apresenta com difícil acesso, em função da carência de infraestrutura e serviços públicos, dificultando ainda mais as restritas possibilidades de comercialização local dependendo em boa quantidade das transferências constitucionais aos municípios e do emprego em órgão públicos na composição do PIB regional o que tem levado a maioria dos municípios a amargarem os 20 últimos lugares do Estado em termos de renda per capita, que são acompanhados pelo IDH.

Por essas condições, mesmo que se faça presente o domínio de uma psicofera urbana, não há como desconsiderar as fortes ligações com a vida ribeirinha tradicional, que resguardam uma certa peculiaridade a esses espaços no contexto da Amazônia Oriental, fortemente reestruturada pelas frentes de expansão econômica. Nesse sentido, pensar o desenvolvimento sócio-espacial para esses municípios, implica, considerar essa contextualização, bem como refletir sobre a configuração territorial local como



resultado de processos globais e regionais que tiveram rebatimentos locais. Para além disso, implica levar em conta também especificidades da Amazônia ribeirinha que sobrevive, resiste e se redefine face às transformações ocorridas na região nas últimas décadas (CARDOSO, 2005).

Os processos de elaboração e execução de Planos de Desenvolvimento Regional para a região são marcados em especial pela abertura de crédito rural do FNO/BASA na década de 90 (SOUSA, 2000), seguido no ano 2003 com a elaboração do Plano Participativo de Desenvolvimento à jusante da UHE de Tucuruí (PPDJUS), pela formação do Conselho Gestor do Plano do PPDJUS (CONJUS) e em 2008 com o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins (PDRS) que foi elaborado pela UFPA a pedido da Secretaria de Estado de Integração Regional (SEIR) do Governo do Estado do Pará. Para a estruturação do PDRS foram definidos cinco eixos temáticos baseados no Plano Amazônia Sustentável (PAS) : a) Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental; b) Infraestrutura para o Desenvolvimento; c) Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis; d) Inclusão Social e Cidadania e e) Modelo de Gestão do Plano (Desenvolvimento Político Institucional). Estes eixos vão ao encontro dos quatro definidos no PPDJUS: 1) reestruturação e diversificação da base produtiva; 2) conservação e recuperação do ambiente; 3) desenvolvimento humano e qualificação e 4) organização da sociedade e dos governos locais gestão participativa e responsabilidade partilhada. Já quando da construção do PPDJUS se estabeleceu um novo campo de interlocução social e político - ou seja, um novo arranjo político - na região do Baixo Tocantins definiu-se pela formação de um Conselho Gestor composto por representantes dos movimentos sociais, da Associação dos Municípios do Baixo Tocantins (AMBAT) e Consórcio de Desenvolvimento Socioeconômico Intermunicipal (CODESEI), que funcionaria como a instância deliberativa maior no âmbito do PPDJUS (CARDOSO, 2005). É importante destacar que nos referidos momentos de execução dos planos de desenvolvimento regional, a sociedade civil foi representado pelo Movimento em Defesa e Desenvolvimento da Região Tocantina (MODERT) que passou a ter assento no CONJUS e assumiu a Coordenação Geral desde 2005, bem como os prefeitos dos municípios da região tiveram seus interesses defendidos, ora pela então AMBAT ora pelo CODESEI.

Um dos primeiros investimentos definidos pelo CONJUS nos anos de 2005 e 2006, deriva da demanda pela elaboração de Planos Diretores para os municípios



pertencentes ao PPDJUS . A demanda insere-se na discussão maior de destinação de recursos provenientes de Eletronorte a serem colocados a disposição das populações para mitigação de efeitos negativos da barragem nos municípios a jusante. Nesse sentido a elaboração dos planos diretores no Baixo Tocantins envolve especificidades que exigem, além de recursos técnicos e financeiros, uma mobilização ampla das comunidades envolvidas em um vasto território para fazer frente tanto às especificidades territoriais e políticas, para as quais concorrem as já discutidas dificuldades conceituais decorrentes da necessidade de avanços no entendimento da interface urbana e rural presente na Amazônia, quanto operacionais devido às limitações gerenciais impostas pela falta de capacitação dos atores locais para lidar com os problemas a serem enfrentados por ocasião da elaboração dos planos diretores. O Plano Diretor Municipal participativo, enquanto expressão do pacto firmado entre a sociedade e os poderes Executivos e Legislativos, pressupõe que todos os cidadãos estão habilitados a participar do planejamento de sua cidade e, assim, podem intervir na realidade de seu município na perspectiva da construção de cidades melhores e mais justas, em síntese: o Plano Diretor é construção coletiva e atividade de participação (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004). Desta maneira, verifica-se que a participação se constitui central no âmbito da proposta de elaboração do referido Plano.

Acredita-se que a elaboração de Planos Diretores em municípios que integram uma microrregião, aglomeração urbana ou região metropolitana pode contribuir para a construção de uma agenda metropolitana ou microrregional. Além disto, os municípios podem elaborar em conjunto uma caracterização da região, discutir problemas e potencialidades comuns, e muitas vezes, até mesmo compartilhando etapas e produtos. Para se ter uma dimensão mais precisa disso, é necessário reconstituir brevemente as peculiaridades específicas do contexto histórico e político da região do Baixo Tocantins. A construção e implementação do PPDJUS ocorrem em um contexto em que se tenta estabelecer uma *nova institucionalidade política* na relação da Eletronorte com a região (CONCEIÇÃO, 2002, apud: CARDOSO, 2005). Até então, o paradigma da relação da empresa com a região impactada pela construção da UHE Turucuí (especialmente no caso da região a montante da UHE) se processavam mediante “*negociações de balcão*” com as chamadas elites dominantes locais. Tais elites se faziam representar principalmente por meio dos prefeitos da região e políticos tradicionais. Os chamados programas de “*inserção regional*” (denominação utilizada pelas empresas do setor



elétrico para as ações compensatórias de cunho social e ambiental nas regiões impactadas por usinas hidrelétricas) em geral privilegiavam relações com segmentos das elites dominantes locais (CARDOSO, 2005).

Entre os principais recursos do PIR destinados como política compensatória aos municípios está às ações de aquisição de máquinas e equipamentos para a abertura de ramais e vicinais no campo e ainda laboratório para desenvolvimento da piscicultura e aquicultura na região. No entanto a execução dessas políticas ou não conseguiram ser efetivadas ou tiveram modificações em suas finalidades.

3 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA MOBILIZAÇÃO E AÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS E PESCADORES ARTESANAIS DO BAIXO-TOCANTINS (PA)

Ao longo de mais de trinta anos, os povos da Região Tocantina vem se organizando na perspectiva de conquistar sua cidadania plena e consolidar um novo modelo de desenvolvimento regional capaz de respeitar a diversidade histórica e cultural da região. Para o conjunto das organizações sociais regional, o que se pretende é além de superar a visão de desenvolvimento como mero crescimento de produto (econômico) melhorar a qualidade de vida da população (social) que por sua vez requer *capacitação* também como liberdade, estilos de vida diversos, socialmente incluso e ambientalmente responsável (SEN,2002).

No final dos anos 80 foi gestado pelas organizações sociais que se articulam, historicamente no campo sindical, social, popular e religioso um movimento de cunho regional. O MODERT é fruto do processo de organização, aglutinação e interação de ribeirinhos, pescadores, trabalhadores rurais, trabalhadores da educação, estudantes,



mulheres, agentes comunitários de saúde, parteiras curiosas, enfermeiras práticas, remanescentes de quilombos e povos indígenas que há quase 400 anos (pela dinâmica de ocupação e de desenvolvimento socioeconômico) ocuparam a região de forma diferenciada: 1) a mais tradicional, a ribeirinha que se ocupa de pluralidades que se baseiam em extrativismo vegetal, pesca e agricultura familiar em todas as ilhas de áreas de várzeas as margens do Rio Tocantins; e a 2) a imigrante que se ocupa de atividades agropecuárias e madeireiras junto às rodovias estaduais PA 150 (que liga Moju ao sudeste do Estado, construída nos anos 70) e mais recentemente a PA 151 que chegará paralela ao Rio Tocantins até Tucuruí que melhorou a acessibilidade rodoviária das populações e a integração rio-estrada, bem como a BR 422 (liga o município de Limoeiro do Ajuru ao município de Novo Repartimento) que construída há cerca de 40 anos atrás, ainda hoje, não foi asfaltada e nem implantado algum programa de desenvolvimento a população de seu entorno.

O movimento em defesa da região se mobiliza a nível regional e tem como objetivo articular a sociedade civil, poderes públicos municipais e demais atores, para a discussão da melhor estratégia de intervenção do *Estado* e da participação da sociedade civil nas políticas públicas a nível local e regional que vise à consolidação de um modelo de planejamento do desenvolvimento sustentável regional. Apresentamos a seguir as lutas, conquistas e desafios do movimento social regional, organizados apenas para efeitos didáticos em três grandes momentos:

1) De 1968 à 1978 em plena ditadura militar, a organização da população é motivada com o nascimento das Comunidades Cristãs – CCs, ligadas à Prelazia de Cametá, despertando a consciência para a Organização Sindical e construção de um movimento de oposição aos sindicatos atrelados. O primeiro a ser conquistado foi o sindicato dos trabalhadores rurais de Oeiras do Pará em 1978; seguindo da organização da oposição a diretoria do sindicato dos trabalhadores rurais de Cametá.

2) De 1978 à 1987 as lutam continuam com as diretas já, vem a abertura política, a busca da sonhada democracia e o fim do regime da ditadura militar; os trabalhadores fortalecem a luta pela conquista dos sindicatos e participam da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1987 conquistam a direção da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI), sendo o primeiro presidente cutista oriundo do município de Baião da articulação da região. Uma das



lutas importantes da região neste período, é contra os efeitos causados pela barragem de Tucuruí.

3) De 1987 a 2004 período marcado pela abertura democrática no país a região em 1990 organizada a partir do movimento sindical rural conquista um mandato na Assembleia Legislativa e começa o amadurecimento das ações em defesa da Vida. Em 91 a FETAGRI realiza o 1º Grito do Campo, em 92, os STRs, Colônias, Associações e Organizações Populares da região se articulam para a criação de um movimento regional. Com a continuidade dos gritos do campo a sua ampliação para o Grito dos Povos da Amazônia e Grito da Terra Brasil, o financiamento através do FNO, começa a chegar à base e esquentar a luta por melhores condições de vida no meio rural, nasce o Movimento em Defesa e Desenvolvimento da Região Tocantina (MODERT) e sua entidade de personalidade jurídica Fundação: Produzir, Desenvolver e Preservar. Em 1996 é realizada pelo MODERT a maior ação de massa da história do movimento em Tucuruí. Em 2002 a ação de massa no trevo de Abaetetuba e em março de 2004 a I Conferência estadual das Águas realizada em Cametá. Nos últimos anos a Fundação fez a revisão estatutária para a inclusão de temas relevantes na atualidade, como: meio ambiente, gênero, economia solidária, juventude e criou uma nova estrutura de gestão.

3.1 A EXPERIÊNCIA DA JORNADA SINDICAL TOCANTINA (PA) UMA PERSPECTIVA DE MOBILIZAÇÃO PARA AÇÃO REGIONAL

Neste início de século XXI o movimento social regional vem refletindo sobre o processo de acomodação e amnésia social porque passa as organizações da Região Tocantina. Inúmeras reuniões, seminários, encontros foram realizados, mas pouco se conseguiu avançar. Após muitas tentativas de mobilização e organização para uma ação regional, no final do ano de 2011 a FETAGRI regional e membros do MODERT debateram e construíram uma proposta alternativa a esse processo, trata-se da realização da Jornada Sindical Tocantina.

A Jornada Sindical Tocantina tem objetivo de fortalecer a organização, política de formação e articulação sindical do Baixo-Tocantins (PA) em vista aos desafios e novas lutas que se apresentam na região, em especial com as novas relações de trabalho que se configuram em forma de assalariamento rural de trabalhadores da agricultura familiar tradicionalmente agro-extrativista, em virtude da implantação de projeto de



Biodiesel pelo Governo Federal. Assim nas visitas aos municípios foram definidos objetivos específicos como:

- Sensibilizar as lideranças sindicais para a mobilização e articulação de seus sindicatos frente aos desafios e novas lutas que se apresentam na região;
- Fortalecer a sustentabilidade e otimização da gestão financeira dos STRS e Colônias de Pescadores;
- Fortalecer a política de formação e organização sindical;
- Debater a questão do assalariamento rural e a reestruturação sindical na região;
- Debater a conjuntura política atual e a necessidade de planejamento de ação de massa regional;

Portanto no período de 08/01/2012 à 14/01/2012 uma comissão do movimento sindical ligado a Central Única dos Trabalhadores (CUT), composta pelas sindicalistas Carmen Helena Foro da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG); Euci Ana Gonçalves da FETAGRI e Benedita Carvalho da FETAGRI, estiveram navegando no Rio Tocantins e trilhando a PA 151, estrada que integra os municípios da região, visitando, reunindo, ouvindo e debatendo com as lideranças locais sobre as principais problemáticas do movimento sindical em vista ao desenvolvimento da região.

Figura 3 – FOTO DA JORNADA TOCANTINA NO MUNICÍPIO DE BAIÃO



Fonte: MODERT, 2012.

A jornada visitou os municípios de Bagre, Oeiras do Pará, Cameté, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Baião e Igarapé-Miri e constatou-se a necessidade de rearticulação da luta social a nível regional para continuar a luta pelos seguintes questões comuns a região:

- Construção de pontes de concreto sobre o rio Igarapé-Miri e Rio Meruí no município de Igarapé-Miri;
- Audiência com o Ministério da Pesca para discutir a liberação do seguro-defeso de pescadores;
- Audiência com a Petrobras para discutir os impactos socioambientais do projeto de Biodiesel;
- Asfaltamento da PA 422 que liga o município de Novo Repartimento;
- Discutir os impactos e a forma de sinalização das hidrovias no Rio Tocantins;
- Discutir a verticalização da produção e a comercialização dos trabalhadores;

Essa nova metodologia encontrada pelo movimento social para mobilização e articulação para ação de trabalhadores rurais e pescadores artesanais foi avaliada pelas organizações por onde passou a jornada como oportuna e certa a esse momento de



desarticulação e acomodação por que passa o movimento social na região. Assim os resultados dessa primeira rodada é o planejamento de uma ação regional que deverá ser planejada ainda no primeiro semestre do ano em curso, mostrando a persistência e resistência de atores sociais nos mundos ruais da atualidade.

REFERÊNCIAS



BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. Ruris. Vol.1. Número 1, março de 2007.

CARDOSO, Ana Claudia. et al. **Planos Diretores Municipais, pacto territorial e impacto à jusante da UHE Tucuruí: o desafio do caso do Baixo Tocantins**, I Encontro de Ciências Sociais e Barragens, Trabalho Completo, 2005.

IGARAPÉ-MIRI. Prefeitura. **Lei Municipal nº 4.948/2006 do Plano Diretor Participativo**, 2006.

MOREIRA, Roberto José. Terra, poder e território. 1ª edição, editora, Expressão popular, São Paulo, 2007.

PARÁ. Secretaria de Estado de Integração Regional. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins**, 2009.

SEN, Amartya. **Pobreza como privação de capacidades**. In: Desenvolvimento como liberdade. Companhia das letras, São Paulo, 2002. Cap.4.p.109-134.
Sen1990

SOUSA, Raimundo Valdomiro. **Modalidade do crédito, organizações coletivas e reprodução camponesa na história de Cametá**. 2000. 222 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.



GT 8 – Formas de participação de pescadores artesanais na gestão ambiental:
potencialidades e limites

**Fatores que favorecem e limitam a participação de pescadores em processos de
gestão colaborativa de recursos pesqueiros: o exemplo da comunidade de
Trindade, sul do estado do Rio de Janeiro**

Luciana Gomes de Araujo¹

Cristiana Simão Seixas²

¹ Mestre/Doutorado em Ambiente e Sociedade/Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), E-mail: lgraujo21@hotmail.com

² Doutora/Pesquisadora/Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais-Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), E-mail: csseixas@unicamp.br

Resumo

O objetivo deste estudo é discutir o que favorece e o que dificulta a participação efetiva de pescadores de Trindade, extremo sul de Paraty, Rio de Janeiro, em processos de gestão que afetam o acesso a recursos pesqueiros. Embora seja essencial que a participação se faça presente como um processo na gestão de recursos naturais, é comum que ela seja tratada apenas como um instrumento metodológico, que ignora o entrelaçamento entre participação e cultura e entre cultura e instituição. Quando tratada como processo, ela contempla os contextos cultural, social e político e integra diferentes valores, visões de mundo e conhecimento. É possível criar condições favoráveis para a construção de processos de fato participativos a partir da adoção de princípios que auxiliam na formação de uma visão comum, do acolhimento de diferentes valores e da instituição de práticas que se combinam para gerar ações coletivas, processos de aprendizagem e compromissos de longo prazo.

Palavras-chave: Participação, gestão, pesca artesanal, Paraty



O objetivo deste trabalho é discutir o que favorece e o que dificulta a construção de participação efetiva e legítima de pescadores em processos de gestão que afetam o acesso e apropriação de recursos pesqueiros. Nossa questão principal é: quais são os constituintes de processos coletivos de decisão, em sistemas de gestão colaborativa, que devem ser considerados para a participação legítima de pescadores?

A questão da participação tem sido central nos estudos sobre gestão colaborativa (*co-management*) (Berkes *et al.*, 1991; Sen e Nielsen, 1996; Jentoft, 2003) e co-gestão adaptativa (*adaptive co-management*, Armitage *et al.*, 2007; Armitage *et al.*, 2009). Diversos fatores impulsionam a emergência de processos de co-gestão adaptativa, muitos dos quais estão relacionados à questão da participação, como a (i) participação de *stakeholders*¹ de diversos níveis e organizações de apoio, (ii) existência de instituições que facilitam a criação de espaços sociais para a gestão, (iii) apoio político para colaboração, (iv) existência de lideranças e de redes sociais de comunicação, (v) relação de confiança entre pescadores e governo, (vi) tomada de decisões conjunta, (vii) compartilhamento de poder e (viii) orientação para a aprendizagem (Olsson *et al.*, 2004; Armitage *et al.*, 2007; Berkes *et al.*, 2007; Plummer e Armitage, 2007; Armitage *et al.*, 2009).

Este estudo trata da questão da participação dos pescadores da comunidade de Trindade, extremo sul de Paraty, Rio de Janeiro, em arenas que influenciam decisões sobre a gestão da pesca artesanal do município de Paraty e especificamente de Trindade. Os dados sobre a participação nas arenas que afetam a pesca artesanal de Trindade foram coletados a partir de observação direta de 25 reuniões e entrevistas informais² com cinco lideranças de Trindade e do governo, entre novembro de 2009 a dezembro de 2010. Estas reuniões estão relacionadas a projetos, consultorias, assembléias de associações locais, conselhos consultivos de unidades de conservação e propostas de Acordos de Pesca da Baía da Ilha Grande.

¹ Conjunto de indivíduos, grupos, organizações que possuem interesses específicos numa atividade, num programa de desenvolvimento ou no planejamento e gestão de recursos naturais e que podem influenciar ou ser influenciados por políticas, decisões e ações de um sistema (Borrini-Feyerabend *et al.*, 2004).

² As entrevistas informais consistiram em conversas realizadas sem estruturação prévia e sem o exercício do controle sobre a entrevista (Bernard, 2006:211) com três lideranças da Associação de Moradores de Trindade (AMOT), uma liderança da Associação de Barqueiros e Pequenos Pescadores de Trindade (ABAT) e um vereador de Paraty sobre expectativas e críticas relativas aos processos de gestão observados. Estas entrevistas foram realizadas geralmente antes ou após as reuniões que observamos.



1. O que é participação?

O termo participação pode ser definido como “*o envolvimento de indivíduos e grupos em uma intervenção proposta (por exemplo, um projeto, um programa, um plano, uma política) que está sujeita a um processo de decisão. Estes indivíduos e grupos podem ser afetados positiva ou negativamente por esta intervenção ou estão interessados na mesma*” (André *et al.*, 2006: 1).

Em análise de cerca de 200 projetos participativos de desenvolvimento, o *International Institute for Environment and Development* (IIED) da Inglaterra, categorizou a participação em sete tipos: (i) como pretexto, também chamada de participação manipulativa, (ii) como escuta passiva de informações, (iii) como escuta e fornecimento de informações quando solicitadas, (iv) como consulta em grupos de trabalho em assuntos pré-pautados, (v) para elaboração de agendas (e.g. comissões), (vi) como busca de consenso em elementos estratégicos (e.g. comitês de bacias hidrográficas) e, (vii) independente da iniciativa de organizações externas (Bass *et al.*, 1995:43).

A participação pode ser tratada como um processo em si ou apenas como uma ferramenta metodológica em processos de tomada de decisões. Neste caso, o entrelaçamento profundo que há entre participação e cultura é ignorado. Na medida em que os sistemas culturais (e.g., cultura local, cultura organizacional, cultura de uma nação, cultura profissional) permeiam suas instituições, não há como desvincular a interação entre os múltiplos aspectos culturais de um sistema e a forma de participação num determinado processo decisório (Enserinck *et al.*, 2007).

Embora seja essencial que a participação de grupos e indivíduos se faça presente no planejamento e execução de ações, projetos e programas de gestão de recursos naturais (Enserink *et al.*, 2007), é muito comum que seu uso seja feito apenas como um instrumento metodológico, o que pode facilitar a manipulação das relações sociais, interesses ou resultados (Charnoz, 2009). Em organizações burocráticas, como grandes organizações estatais, de doadores e de financiadores é comum que a participação seja usada somente para alcançar objetivos pré-definidos, vinculados a agendas próprias (Oakley, 1991; Huitema, 2008).

Tratada como um processo, a participação deve considerar os contextos cultural, social e político que integram diferentes valores, visões de mundo, conhecimento e



opiniões dos que estão envolvidos. Paralelamente a esses aspectos mais amplos, as estruturas institucionais, as relações de poder e confiança, as habilidades para negociação, o acesso à informação e a disponibilidade de recursos também devem ser considerados. Esta abordagem aumenta a legitimidade do processo; as pessoas se sentem mais seguras para assumir responsabilidades e as chances de sucesso aumentam (Borrini-Feyerabend *et al.*, 2004; Enserink *et al.*, 2007; Charnoz, 2009; Von Korff *et al.*, 2010).

Geralmente quando a participação é tratada mais como processo do que ferramenta metodológica, o ambiente institucional torna-se mais favorável à participação, e a formação de grupos locais e processos de auto-organização aumentam. Além disso, os planejamentos e cronogramas costumam ser mais adequados ao contexto e aos envolvidos, as oportunidades de comunicação entre os *stakeholders* aumentam e os processos de aprendizagem são facilitados (Bass *et al.*, 1995; Stringer *et al.*, 2006). Há elementos essenciais de organização em processos decisórios que incluem a definição clara de pauta, objetivos e regras para a tomada de decisão, bem como uma coordenação ágil para evitar a dominância de participantes que monopolizam a fala e o poder sobre a decisão. Na organização dos processos, o planejamento de métodos e caminhos para sensibilizar os participantes e a necessidade de avaliar o processo pelos diferentes *stakeholders* não podem ser esquecidos (Bass *et al.*, 1995).

Os princípios são como conselhos gerais que funcionam como orientadores para a elaboração de processos participativos (Bavinck *et al.*, 2005; Von Korff *et al.*, 2010). Von Korff e colegas (2010) apresentam sete princípios para a elaboração de processos participativos (Quadro 1) que de forma geral, orientam para a coerência dos processos à realidade social e política em que estão inseridos, para o acolhimento das diversas demandas dos participantes, para a clareza e transparência ao longo do seu desenvolvimento e para a sua flexibilidade.

2. O que favorece e o que limita a participação verdadeira em processos de gestão?

Os fatores que favorecem a efetiva participação em processos de gestão e tomada de decisões incluem fatores endógenos, como o grau de confiança entre os *stakeholders* e fatores exógenos como o contexto cultural.

Quadro 1. Princípios que orientam o planejamento e implementação de processos participativos na gestão de recursos naturais (Von Korff *et al.*, 2010).

<i>Princípios para processos participativos</i>
--



1. Trate a participação como uma oportunidade para tomadas de decisões efetivas e não como uma obrigação e garanta que o processo participativo seja pautado em ações claras e transparentes.
2. Considere todas as contribuições dos *stakeholders* no processo participativo, desde o seu planejamento até a implementação.
3. Estimule o envolvimento dos *stakeholders* interessados e afetados pelas decisões do processo com sensatez para não perder o controle sobre a coordenação ou facilitação do processo.
4. Defina claramente os papéis e responsabilidades de quem está coordenando o processo e dos que estão participando.
5. Respeite a realidade política em que o processo está inserido, ou seja, deixe claro quem são os principais responsáveis pelas decisões finais.
6. Atenda às necessidades dos *stakeholders* e do contexto. Os mecanismos e instrumentos de participação devem ser escolhidos de acordo com as necessidades e perfil dos participantes.
7. Mantenha abertura para fazer ajustes na trajetória de desenvolvimento do processo.

Ramirez (1999) argumenta que um grupo, indivíduo ou organização somente participa de fato de um processo a ponto de influenciá-lo se as pessoas estiverem *empoderadas* com conhecimento e habilidades para processar situações de cunho social e buscar soluções para os problemas. Isso significa que *stakeholders* em situações de discriminação e assimetria de poder necessitam de muito apoio para se sentirem capazes de participar, o que pode ser realizado por meio do acesso à informação, conhecimento e capacitação para lidarem com processos de negociação e resolução de problemas. A preparação dos grupos menos favorecidos não exclui o apoio político de grupos influentes, o que pode garantir espaços de negociação e compromisso de *stakeholders*, antes inacessíveis. Cabe dizer que quando se considera o acesso ao conhecimento, não se trata de escolher entre o conhecimento local e o científico, mas sim reconhecer a legitimidade de um sistema de conhecimento maior formado por uma diversidade de visões de mundo e informações, bem como desmistificar o conhecimento dos especialistas acadêmicos. A partir disso, é possível levar este sistema maior de conhecimento mais próximo à realidade dos diversos *stakeholders*, tornando-o mais claro e transparente e menos ameaçador (Borrini-Feyerabend *et al.*, 2004).

É preciso reconhecer que processos efetivamente participativos podem ser lentos e durar por um longo prazo. Embora o tempo e recursos financeiros sejam fundamentais para a preparação de processos e de seus participantes, não é comum que programas e projetos façam previsão desses recursos em seus orçamentos. Além dos custos serem altos quando comparados a de projetos meramente consultivos, as organizações que lideram processos de gestão e de tomada de decisões geralmente são avaliadas por suas metas físicas e financeiras e não pelo processo em si, inclusive porque é difícil quantificar a participação (Bass *et al.*, 1995; Hanna, 1995; Stringer *et al.*, 2006; Von Korff *et al.*, 2010).



A participação é interpretada de diferentes formas pelos diversos *stakeholders* envolvidos e continuamente, diferentes argumentos e reivindicações surgem ao longo do processo (Stringer *et al.*, 2006). Por isso é importante que haja facilitadores nesses processos, capazes de coordenar e fazer da participação um processo flexível, onde as pessoas se sintam seguras e estimuladas aumentando as chances de envolvimento e comprometimento. A contratação de um facilitador externo ao processo nem sempre é possível, o que muitas vezes requer que técnicos, gestores e pesquisadores assumam o papel de facilitadores, exigindo dessas pessoas o controle e a mudança de atitudes que só ocorrem gradualmente em processos de capacitação e auto-desenvolvimento (Stringer *et al.*, 2006; Bass *et al.*, 2009; Von Korff *et al.*, 2010).

Há vários fatores que dificultam o desenvolvimento de processos participativos verdadeiros, como quando líderes de processos decisórios se apóiam no poder financeiro para tomar decisões, como ocorre com algumas agências internacionais de desenvolvimento que não incentivam a criação de mecanismos e instrumentos para que os recursos financeiros sejam geridos por instituições locais (Bass *et al.*, 1995). Em sociedades menos igualitárias e individualistas, as assimetrias de poder reforçam processos autoritários e impostos sobre grupos menos favorecidos e os direitos individuais tendem a reforçar comportamentos egoístas, em contraposição às sociedades que valorizam o senso de coletividade e participação em decisões públicas que afetam diretamente a vida de seus cidadãos (Enserink *et al.*, 2007).

Outro fator que limita o avanço de processos participativos é a discriminação social que reforça o sentimento de inferioridade entre indivíduos e grupos, afastando-os das oportunidades de participação em processos de decisão coletiva. Baral e Heinen (2007) constataram que a discriminação juntamente com a falta de transparência de gastos de fundos para projetos de conservação ameaçam fortemente a participação de comunitários em programas de conservação no Nepal. Somam-se à resistência de participação destes comunitários os custos e o cansaço gerados nos processos participativos.

É preciso lembrar que os processos de decisão coletiva costumam passar por fases onde o formato da arena é a reunião, o *workshop* ou a oficina, com longas exposições técnicas e poucos momentos para reflexão e discussão em plenária. No caso de pescadores, eles nem sempre têm disponibilidade e disposição para participar de reuniões e expor suas opiniões, quer seja porque estão no mar, ou porque estão em terra



em seu período de descanso e lazer, ou porque seus traços de personalidade não os ligam a esse tipo de dinâmica social (McGoodwin, 1990). McGoodwin (1990) sugere que para se pensar numa gestão da pesca mais humanizada e com maior participação é preciso levar em conta dois aspectos: (i) a associação que o pescador faz com o descanso e o lazer quando está em terra, mesmo sendo um pescador de viagens diárias, pois este é considerado um traço cultural da atividade de pesca e (ii) o envolvimento de esposas e parentes, uma vez que são eles que se mantêm engajados no ambiente social e político das comunidades.

A participação é uma ação voluntária com custos para o indivíduo na medida em que ele ou ela deixam seu trabalho ou sua casa, ou trocam o momento de descanso para se envolverem em processos de gestão. Charnoz (2009) lembra que raramente os projetos de conservação de biodiversidade têm uma relação direta com a solução de problemas do cotidiano daqueles que se envolvem, como manter a família alimentada. Nesse caso, a resistência em participar pode ser uma reação imediata a um compromisso que não é percebido como um benefício de curto prazo. Por outro lado, quando os projetos de conservação geram oportunidades de participação com benefícios rápidos e visíveis, como tarefas de coleta de dados e monitoramento, a distribuição desigual dessas oportunidades pode também causar resistência de envolvimento de alguns indivíduos, como também acarretar em tumultos, boicotes e até conflitos.

3. A pesca em Trindade

A comunidade de Trindade está localizada no extremo sul do município de Paraty (Figura 1.a) e tem cerca de 1.000 habitantes (Bussolotti *et al.*, 2010). Os pescadores são em sua maioria, caiçaras que pescam em barcos pequenos, motorizados ou não, sempre perto da costa, nas praias, costões e pequenas baías. O turismo e o comércio são as atividades econômicas principais desta comunidade que é um importante ponto turístico de Paraty. As estimativas sobre o número de pescadores em Trindade variam de 32 a 60 pescadores artesanais de tempo integral ou parcial (Lopes, 2010a; Bussolotti *et al.*, 2010; Hanazaki, 2010). O pescado capturado tem destinos diversos: do consumo na própria família, doação para amigos, parentes e moradores de comunidades vizinhas, além da comercialização para moradores, turistas, restaurantes locais e um atravessador de Paraty.



A área utilizada para a pesca em Trindade encontra-se dentro de duas Unidades de Conservação: a Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu e o Parque Nacional (PARNA) da Serra da Bocaina, e os pesqueiros mais valorizados no local estão no interior da Baía do Cachadaço (Figura 1b), inserida na área do PARNA da Serra da Bocaina (Bussolotti *et al.*, 2010).

A principal arte de pesca usada atualmente em Trindade consiste no cerco fixo flutuante, considerado uma técnica seletiva, já que o peixe permanece vivo quando encontra a rede e os pescadores podem selecionar os peixes desejados ao checar o cerco, o que é feito várias vezes ao dia (Begossi, 2011). Os pontos de cerco estão dispostos em rotas de deslocamento de peixes pelágicos (Lopes, 2010b; Begossi, 2011) e são usados em revezamento por vários proprietários de redes.

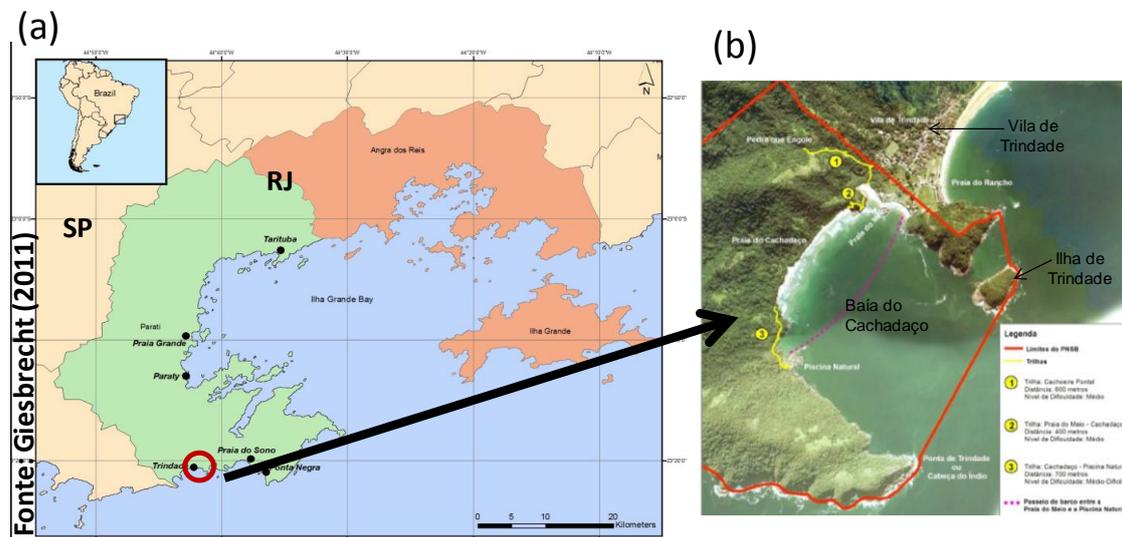


Figura 1. Localização da área de estudo. (a) Municípios de Paraty e Angra dos Reis na Baía da Ilha Grande, estado do Rio de Janeiro. Ao sul de Paraty, a comunidade de Trindade, adjacente ao município de Ubatuba, estado de São Paulo. (b) imagem aérea da comunidade de Trindade com destaque em vermelho para área do Parque Nacional da Serra da Bocaina (fonte: Parque Nacional da Serra da Bocaina-ICMBio, 2010). A porção terrestre de Trindade e a Ilha de Trindade situam-se no interior da APA de Cairuçu (Decreto nº 89.242, de 27 de dezembro 1983).

As regras de uso dos pontos de cerco estão intimamente ligadas à dinâmica social e cultural da comunidade (Bussolotti *et al.*, 2010; Begossi, 2011) e a pesca é considerada um componente integrado ao modo de vida e cultura caiçara porque está associada a outras atividades econômicas, como o turismo.

4. Problemas ligados à pesca

O cerne dos problemas relacionados à pesca na comunidade de Trindade está no direito de acesso e apropriação do mar, da terra e de seus recursos naturais. Desde a



década de 1970, Trindade enfrenta conflitos relacionados ao direito a terra e garantia de seu modo de vida (Siqueira, 1984; Plante e Breton, 2005). Estes conflitos deixaram como herança a coesão social e a capacidade de organização para lidar com problemas coletivos, porém acompanhada de forte sentimento de desconfiança em relação a *stakeholders* externos à comunidade, tanto do governo como de universidades e organizações não-governamentais (ONGs). Com o início da implementação de ações do PARNA da Serra da Bocaina na região de Trindade, a partir da década de 2000, novos conflitos surgiram, relacionados ao uso da terra, do mar e das praias. A dinâmica da pesca em Trindade vem se transformando ao longo dos anos na medida em que o turismo ganha expansão e as regras impostas pela gestão das unidades de conservação são implementadas. A praia atualmente é um espaço altamente disputado por pescadores, barqueiros de turismo, turistas e restaurantes, enquanto o mar é compartilhado por praticantes do *surf* e pesca submarina além de traineiras e barcos de arrasto do sul e sudeste do Brasil (Bussolotti *et al.*, 2010).

5. Processos de gestão e stakeholders que influenciam a pesca artesanal de Trindade

Os processos que influenciam a pesca artesanal em Trindade incluem iniciativas de várias naturezas e diversos *stakeholders*, que podem estar ou não ligados à gestão da pesca propriamente dita. Nestas arenas os pescadores levam suas demandas, fazem suas reivindicações e buscam meios para tratar de problemas que afetam a pesca ou seu modo de vida. As arenas estão relacionadas a ações específicas, como a construção de ranchos de pesca, além de projetos, consultorias e instituições de gestão como a proposta de Acordos de Pesca na Baía da Ilha Grande e a revisão do Plano Diretor do município de Paraty (Quadro 2).

São considerados *stakeholders* da pesca de Trindade os indivíduos, grupos e organizações que influenciam ou são afetados pela pesca artesanal de Trindade ou do município de Paraty como um todo. Diversos *stakeholders* circulam entre várias arenas de gestão e alguns indivíduos participam de mais de uma organização ou grupo de interesse. A influência de indivíduos, grupos ou representantes de organizações sobre os vários processos em que participam não é independente, ou seja, o que acontece em uma arena pode influenciar ou afetar resultados de outros processos de gestão. Por exemplo, os resultados da consultoria sobre a caracterização da pesca em Trindade, realizada pela gestão do Mosaico Bocaina, forneceu informações que contribuíram para que a



comunidade de Trindade influenciasse a revisão do Plano Diretor do município na questão do mapeamento das áreas ocupadas por populações de caiçaras (Quadro 2).

6. A participação de Trindade

Os dados de observação dos processos de gestão relacionados à pesca de Trindade mostram que os tipos de participação variam dentro e entre processos (Tabela 1). No caso da proposta de acordos de pesca para a região, na medida em que o processo iniciar a fase de elaboração e execução dos acordos propriamente ditos é esperado que o tipo de participação também se desenvolva para as formas mais participativas na tomada de decisões e no compartilhamento de responsabilidades.



Quadro 2. Processos de gestão que influenciam a pesca artesanal de Trindade, no quais participam os pescadores de Trindade, governo, Universidades, organizações não-governamentais e outros grupos.

<p>1. Proposta de Acordos de Pesca da Baía da Ilha Grande em Paraty (em andamento desde junho/2009)</p> <ul style="list-style-type: none"> - processo em fase de planejamento e discussão com diversos <i>stakeholders</i> através de reuniões públicas e do Conselho de Gestão Compartilhada da Baía da Ilha Grande. - diagnóstico participativo da pesca, seus problemas e potencialidades concluído em novembro de 2011. <p><i>Organização-líder:</i> Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).</p> <p><i>Tipos de conhecimento empregado:</i> técnico, científico e local.</p>
<p>2. Plano Diretor de Paraty (concluído em 2011)</p> <ul style="list-style-type: none"> - revisão do Plano Diretor pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). - comunidades caiçaras não constam do mapeamento da revisão, contrariando o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/00) e a Resolução nº 34/05, do Conselho Nacional das Cidades (colegiado vinculado ao Ministério das Cidades) para Planos Diretores de Municípios, de “instituição das zonas especiais para ‘demarcar os territórios ocupados pelas comunidades tradicionais, tais como as indígenas, quilombolas, ribeirinhas e extrativistas, de modo a garantir a proteção de seus direitos’ (art. 5º, II).” (Abirached, 2010). <p><i>Organização-líder:</i> Prefeitura Municipal de Paraty.</p> <p><i>Tipo de conhecimento empregado:</i> técnico.</p>
<p>3. Projeto Fortalecimento do Mosaico Bocaina/Práticas Sustentáveis em seu território/Pesca na comunidade de Trindade (consultoria concluída em 2010).</p> <ul style="list-style-type: none"> - caracterização da pesca artesanal de Trindade com o objetivo de criar alternativas para o fortalecimento das comunidades de maneira sustentável em seu território (Bussoletti <i>et al.</i>, 2010). - metodologia baseada em pesquisa-ação: a coleta, validação dos dados e devolutiva dos relatório final foram feitas em oficinas com pescadores. <p><i>Organização-líder:</i> Mosaico Bocaina – ICMBio. Consultoria realizada por Associação Cunhambebe (ONG de Ubatuba – SP)</p> <p><i>Tipo de conhecimento empregado:</i> local e científico.</p>
<p>4. Projeto Capacidade de suporte do turismo, indicadores de sustentabilidade e propostas de ações da região de Trindade, Paraty, Rio de Janeiro (consultoria em andamento desde 2010)</p> <ul style="list-style-type: none"> - diagnóstico do turismo, avaliação da capacidade de suporte turística e proposta de indicadores de sustentabilidade do turismo de Trindade. - uso de abordagens participativas (oficinas de capacitação sobre capacidade de suporte turística, contratação de monitores locais, formação de grupos de trabalho e fórum temporário de turismo). - monitoramento participativo da qualidade da água fluvial de Trindade. <p><i>Organização-líder:</i> APA Caiçu/PARNA da Serra da Bocaina – ICMBio e Reserva Estadual da Joatinga- INEA. Consultoria realizada pelo Instituto BioAtlântica e Instituto EcoBrasil.</p> <p><i>Tipo de conhecimento empregado:</i> técnico.</p>
<p>5. Requerimento da Câmara dos Vereadores de Paraty para o Ministério do Meio Ambiente para a regulamentação da pesca com cercos flutuantes fixos no município de Paraty (em andamento)</p> <ul style="list-style-type: none"> - demanda de pescadores que usam a técnica do cerco fixo, apoiados por vereador de Paraty³ e Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ). - cercos foram mapeados e fotografados pela FIPERJ juntamente com pescadores. <p><i>Organização-líder:</i> Câmara dos Vereadores de Paraty.</p> <p><i>Tipo de conhecimento empregado:</i> técnico e local.</p>
<p>6. Construção de Rancho de Pesca em Trindade para abrigar embarcações e petrechos de pesca (concluído em 2011)</p> <ul style="list-style-type: none"> - negociação pontual com gestores do PARNA da Serra da Bocaina. - rancho de pesca construído em mutirão em área do Parque. <p><i>Organização-líder:</i> Associação de Barqueiros e Pequenos Pescadores de Trindade (ABAT) e Associação dos Moradores de Trindade (AMOT)</p> <p><i>Tipo de conhecimento empregado:</i> local.</p>
<p>7. Organização de um mercado local de produtos caiçara (em andamento)</p> <ul style="list-style-type: none"> - ação local para a construção de espaço de venda de produtos locais caiçara (pescado, artesanato, farinha, frutas, doces, etc). <p><i>Organização-líder:</i> Associação de Barqueiros e Pequenos Pescadores de Trindade (ABAT) e Associação dos Moradores de Trindade (AMOT)</p> <p><i>Tipo de conhecimento empregado:</i> local.</p>

³ Este vereador está atualmente na Superintendência do Ministério da Pesca e Aquicultura/RJ.



No caso da regulamentação dos cercos, construção do rancho de pesca e do mercado de produtos locais, pescadores e outros comunitários tiveram maior autonomia no processo decisório, talvez porque estes processos envolvessem além da comunidade poucos *stakeholders* externos, facilitando o exercício da participação.

Embora a maioria dos processos observados esteja pautada em demandas da própria comunidade (Tabela 1), durante as reuniões observadas e com base nas entrevistas realizadas, foi possível perceber que há um forte sentimento de insatisfação na fala dos *trindadeiros*⁴ a respeito dos processos exógenos de gestão, mesmo que eles venham acompanhados de propostas participativas. Este descontentamento está ligado ao excesso de iniciativas, principalmente de conservação, que chegam à comunidade na forma de pesquisas, projetos e consultorias. As pessoas argumentam que estas iniciativas já chegam com perguntas prontas, que muitas vezes já foram respondidas em outros projetos ou consultorias. Mesmo assim, pescadores e outros moradores são mobilizados para fornecer informações, mas os resultados raramente são aproveitados pela comunidade e principalmente, estas iniciativas não têm continuidade.

Tabela 1. Caracterização da participação dos pescadores e outros comunitários de Trindade nos processos de gestão ligados à pesca artesanal de Trindade, observados entre novembro de 2009 e dezembro de 2010. Critérios de caracterização da participação: (I) *Tipo de participação*: (a) escuta passiva; (b) escuta e fornecimento de informações; (c) grupo de trabalho sobre assuntos pré-pautados; (d) elaboração de agendas; (e) consenso sobre elementos estratégicos; (f) independente de organizações externas (Bass *et al.*, 1995). (II) *Formato da arena*: (a) assembléias; (b) reuniões expositivas; (c) grupos ficais/entrevistas em grupo; (d) Oficinas para cursos e outras capacitações; (e) reuniões com *stakeholders* chave. (III) *Origem da demanda do processo*: (a) endógena a Trindade; (b) exógena a Trindade. (IV) *Etapas participativas do processo*: (a) planejamento; (b) execução; (c) avaliação; (d) monitoramento. * a demanda de propostas de acordos de pesca para a Baía da Ilha Grande partiu de pescadores de várias localidades, por isso aqui foi considerada exógena à Trindade.

<i>Processos de Gestão</i>	<i>Critérios de participação</i>			
	I	II	III	IV
1. Proposta dos Acordos de Pesca	(a); (c); (e)	(b); (c)	(b)*	(a)
2. Plano Diretor de Paraty	(a)	(a); (b); (e)	(b)	(c)
3. Projeto Práticas Sustentáveis - Pesca em Trindade	(c); (e)	(c)	(a)	(b); (c)
4. Projeto Capacidade de Suporte do Turismo	(a); (c)	(b); (d)	(b)	(b)
5. Regulamentação da Pesca de Cercos Flutuantes	(e)	(e)	(a)	(a); (b)
6. Construção de Rancho de Pesca	(d)	(a); (e)	(a)	(a); (b)
7. Organização de Mercado Local	(f)	(a); (e)	(a)	(a); (b)

Nos processos observados e concluídos até o final de 2010, apenas na construção do rancho para o abrigo das embarcações a participação de pescadores ocorreu em todas as suas etapas (Tabela 1). A expectativa de pescadores e outros atores locais é que suas demandas, opiniões, visões e conhecimentos sejam considerados nesses processos, como no caso dos problemas vividos cotidianamente, por exemplo, a falta de tratamento de esgoto ou a dificuldade de interlocução com gestores das

⁴ Termo usado por moradores nascidos em Trindade ou que constituíram família com indivíduos nativos da comunidade.



Unidades de Conservação da área. Neste cenário de descontentamento, pescadores e comunitários participam dos processos, porém mantêm a atitude de reivindicar seus direitos, reforçar suas demandas e reclamar sua insatisfação com os *stakeholders* externos. A ação de organizações-ponte poderia amenizar este sentimento pela interlocução com as organizações que lideram as propostas de trabalho nos processos de gestão para que a participação dos *trindadeiros* fosse contemplada em fases além de sua execução⁵.

7. Considerações finais

Os processos participativos devem ser idealizados de acordo com o seu contexto social, histórico e cultural, pautados por valores e princípios que os orientam e baseados em comportamentos e ações que se combinam na busca por ações coletivas e aprendizagem em compromissos de longo prazo (Bass *et al.*, 1995; Stringer *et al.*, 2006; Enserink *et al.*, 2007; Von Korff *et al.*, 2010). Para tanto, as pessoas envolvidas necessitam estar disponíveis para mudanças de atitudes, assim como deve haver condições para transformações em arranjos institucionais.

É preciso que líderes de processos decisórios estejam atentos às demandas dos pescadores, ou de comunidades de pescadores, e aos benefícios das formas de participação que propiciam maior espaço de diálogo e negociação, além de mais autonomia para os atores locais. A insatisfação com a abordagem de participação usada nos processos de gestão pode ser manifestada em reclamações e reivindicações dos pescadores e com isso, estas iniciativas, mesmo que insatisfatórias, deixam de ser percebidas como oportunidades de negociação para o desenvolvimento de processos efetivamente participativos. Na construção da participação efetiva em processos de gestão de recursos pesqueiros, pescadores, comunitários e outros *stakeholders* devem contar com o apoio institucional do governo e com a mediação de indivíduos ou "organizações-ponte" que conectam a comunidade com outros níveis organizacionais (Berkes, 2009).

Acreditamos que para uma discussão crítica sobre as dificuldades e armadilhas de processos participativos, bem como situações que beneficiam a participação, é necessário tratar o contexto social, cultural e político como o ambiente que permeia permanentemente os comportamentos e ações de grupos e indivíduos. Este ambiente fornece os subsídios para a identificação dos princípios essenciais para determinado

⁵ As análises aqui apresentadas ainda são preliminares e necessitam de maior aprofundamento.



processo e grupo social, os quais por sua vez, precisam ser esmiuçados na preparação, implementação e monitoramento do processo participativo, cuja responsabilidade cabe aos líderes, coordenadores ou facilitadores desses processos. Esta combinação entre o contexto cultural e político e a apropriação de princípios comuns aos que participam deve fazer sentido para a realidade e visão de mundo dos *stakeholders*, bem como com o foco de discussão do processo. Somente com este aprofundamento, o qual exige recursos (tempo e viabilidade financeira) e pessoas preparadas para liderarem esses processos é possível desenvolver dinâmicas de participação legítimas, com chances de sucesso de resultados e de oportunidades de aprendizagem, com pessoas que assumam compromissos e responsabilidades de longo prazo.

Referências Bibliográficas

- André, P.; Enserink, B.; Connor, D. e Croal, P. 2006. *Public Participation International Best Practice Principles. Special Publication Series n°4*. Fargo: International Association for Impact Assessment.
- Armitage, D., Berkes, F. e Doubleday, N. Introduction: Moving beyond Co-management. *In: Armitage, D., Berkes, F. e Doubleday, N. (eds.). 2007. Adaptive Co-management: Collaboration, Learning and Multi-level Governance*. Toronto: UBC Press. Pp. 1-16.
- Armitage, D. R.; Plummer, R.; Berkes, F.; Arthur, R. I.; Charles, A. T.; Davidson-Hunt, I. J.; Diduck, A. P.; Doubleday, N. C.; Johnson, D. S.; Marschke, M.; McConney, P.; Pinkerton, E. W. e Wollenberg, E. K. 2009. Adaptive co-management for social-ecological complexity. *Frontiers in Ecology and Environment*, 7(2): 95-102.
- Baral, N. e Hein, J. T. 2007. Decentralization and people's participation in conservation: a comparative study from the Western Terai of Nepal. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 14: 520-531.
- Bass, S.; Dalal-Clayton, B. e Pretty, J. 1995. *Participation in strategies for Sustainable Development. Environmental Planning Issues, No.7*. Environmental Planning Group. London: International Institute for Environment and Development. 155p.
- Bavinck, M.; Chuenpagdee, R.; Diallo, M.; van der Heijden, P.; Kooiman, J.; Mahon, R. e Williams, S. 2005. *Interactive fisheries governance*. Delft: Eburon Publishers. 72 p.
- Begossi, A. 2011. O cerco flutuante e os caiçaras do litoral norte de São Paulo, com ênfase à pesca de Trindade, RJ. *Interciência*, 36(11): 803-807.



- Berkes, F. 2009. Evolution of co-management: Role of knowledge generation, bridging organizations and social learning. *Journal of Environmental Management*, 90:1692-1702.
- Berkes, F.; George, P. e Preston, R. J. 1991. Co-management. The evolution of theory and practice of the joint administration of living resources. *Alternatives*, 18(2): 12-18.
- Berkes, F.; Armitage, D. e Doubleday, N. 2007. Synthesis: Adapting, Innovating, Evolving. In: Armitage, D., Berkes, F. e Doubleday, N. (eds.). *Adaptive Co-management: Collaboration, Learning and Multi-level Governance*. Toronto: UBC Press. Pp. 308-327.
- Bernard, H. R. 2006. *Research Methods in Anthropology. Qualitative and Quantitative Approaches*. Lanham: Altamira Press, Rowman and Littlefield Publishers Inc.
- Borrini-Feyerabend, G.; Pimbert, M.; Farvar, M. T.; Kothari, A.; Renard, Y. 2004. *Sharing Power. Learning by doing in co-management of natural resources throughout the world*. IIED and IUCN/ CEESP/ CMWG, Cenesta, Tehran. 496pp.
- Bussolotti, J. M. 2010. *Fortalecimento do Mosaico Bocaina: estruturação, comunicação e levantamento de práticas sustentáveis no território do Mosaico. Relatório Técnico de Progresso para o Centro de Conservação da Biodiversidade (CBC-Brasil)*. Conselho do Mosaico Bocaina e Caminhos de Cunha. Cunha. 89p.
- Charnoz, O. 2009. *Community Participation in Biodiversity Protection: an Enhanced Analytical Framework for Practitioners. Working Paper 84*. Paris: Agence Française de Développement, 58p.
- Enserink, B.; Patel, M.; Kranz, N. e Maestu, J. 2007. Cultural factors as co-determinants of participation in river basin management. *Ecology and Society*, 12(2): 24. [online] URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol12/iss2/art24/>.
- Hanazaki, N. 2010. *Modos de vida no município de Paraty – Trindade. Resultados gerais. Dezembro 2010*. Projeto “Community-based resource management and food security in coastal Brazil”. Campinas: UNICAMP, 14p
- Hanna, S. 1995. User Participation and Fishery Management Performance within the Pacific Fishery Management Council. *Ocean and Coastal Management*, 1(3): 23-44.
- Huitema, D.; Mostert, E.; Egas, W.; Moellenkamp, S.; Pahl-Wostl, C. e Yalcin, R. 2009. Adaptive water governance: assessing the institutional prescriptions of adaptive co-management from a governance perspective and defining a research agenda. *Ecology and Society*, 14(1): 26. [online] URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss1/art26/>.



- Jentoft, S. 2003. Co-management. The way forward. In: Wilson, D. C.; Nielsen, J. R. e Degnbol, P. (eds). *The Fisheries Co-management Experience. Accomplishments, Challenges and Prospects*. Fish and Fisheries Series, Number 26. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. pp. 1-14.
- Lopes, P. F. 2010a. O pescador artesanal da Baía da Ilha Grande. In: Begossi, A.; Lopes, P. F.; Oliveira, L. E. C. e Nakano, H. (eds.). *Ecologia de Pescadores Artesanais da Baía de Ilha Grande*. São Carlos: Rima, pp. 15-72.
- Lopes, P. F. 2010b. A Pesca na Baía da Ilha Grande: sua caracterização e seus conflitos. In: Begossi, A.; Lopes, P. F.; Oliveira, L. E. C. e Nakano, H. (eds.). *Ecologia de Pescadores Artesanais da Baía de Ilha Grande*. São Carlos: Rima, pp. 90-152.
- McGoodwin, J.R. 1990. *Crisis in the world's fisheries*. Stanford: Stanford University Press. 235pp.
- Oakley, P. 1991. The Concept of Participation in Development. *Landscape and Urban Planning*, 20(1): 115-122.
- Olsson, P.; Folke, C. e Berkes, F. 2004. Adaptive Co-management for Building resilience in Social-Ecological Systems. *Environmental Management*, 34(1): 75-90.
- Plante, S. e Breton, Y. 2005. Espaço, pesca e turismo em Trindade. In: Diegues, A.C. (org.). *Enciclopédia Caiçara. Vol. III. O Olhar Estrangeiro*. São Paulo: Hucitec, pp. 21-74.
- Plummer, R. e Armitage, D. R. 2007. Charting the new territory of adaptive co-management: a Delphi study. *Ecology and Society*, 12(2): 10. [online] URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol12/iss2/art10/>.
- Ramirez, R. 1999. Chapter 5: Stakeholder Analysis and Conflict Management. In: Buckles, D. (ed.). *Cultivating Peace. Conflict and Collaboration in Natural Resource Management*. IDRC, 300p.
- Sen, S. and J. Raakjaer Nielsen. 1996. Fisheries co-management: A comparative analysis. *Marine Policy*, 20(5): 405-18.
- Siqueira, P. 1984. *Genocídio dos Caiçaras*. São Paulo: Massao Ohno-Ismael Guarnelli Editores, 91p.
- Stringer, L. C.; Dougill, A. J.; Fraser, E.; Hubacek, K.; Prell, C. e Reed C. 2006. Unpacking “participation” in the adaptive management of social–ecological systems: a critical review. *Ecology and Society*, 11(2): 39. [online] URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss2/art39/>.



Von Korff, Y.; d'Aquino, P.; Daniell, K. A. e Bijlsma, R. 2010. Designing participation processes for water management and beyond. *Ecology and Society*, 15(3): 1. [online]URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol15/iss3/art1/>.



GT 8 - Formas de participação de pescadores artesanais na gestão ambiental:
potencialidades e limites

Gestão Ambiental em Área Pesqueira – Experiência RENAS/LAMAq

Denize Adrião¹

Ivete Nascimento²

Isolda Maciel da Silveira³

¹Antropóloga, Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP. Docente da Faculdade Integrada Brasil – Amazônia (FIBRA) e da Faculdade do Pará (FAP). Pesquisadora Colaboradora do Projeto RENAS/LAMAq - Museu Paraense Emílio Goeldi. E-mail: deadriao@ig.com.br

²Antropóloga, Mestre em Ciências Sociais (Antropologia) pela UFPB. Pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi. E-mail: ivetenascimento2003@yahoo.com.br

³Antropóloga, Mestre em Ciências Sociais (Antropologia) pela UFBA. Tecnologista Senior do Museu Paraense Emílio Goeldi. E-mail: isolda@museu-goeldi.br

Resumo

Este estudo é um esforço coletivo, um trabalho compartilhado entre pesquisadores e interlocutores habitantes da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande. Um trabalho em parceria com atores sociais da pesquisa e das comunidades humanas que habitam o litoral do Estado do Pará, na Zona do Salgado. O projeto “Mãe Grande - Oficinas de extensão e capacitação na Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande, por uma gestão solidária/RENAS-Fase III” foi realizado no município de Curuçá. Palestras, mini cursos e oficinas envolveram pesquisadores de diversos departamentos científicos do Museu Paraense Emílio Goeldi e foram ministrados com abordagem integrada e dialógica. Como um dos resultados deste projeto, se constituíram espontaneamente vários grupos de estudo com tendência a se tornarem equipes locais de trabalho no seio das comunidades a que pertencem, com o intuito de contribuir no processo de gestão ambiental. Este encontro de saberes (tradicionais e acadêmicos) foi essencial à construção de estratégias locais visando contribuir para políticas públicas mais realistas.

Palavras-chave: Gestão. Sociedades Pesqueiras. RESEX Marinha.



Introdução

O projeto “Populações Tradicionais – Haliêuticas – Aspectos Antrópicos, Uso e Gestão da Biodiversidade em Comunidades Ribeirinhas e Costeira da Amazônia Brasileira” (RENAS), engloba estudiosos das 04 áreas de conhecimento do Museu Paraense Emílio Goeldi (Botânica, Ciências da Terra, Zoologia e Museologia) sob coordenação das Ciências Humanas/Antropologia. Estes estudos incluem parcerias institucionais nacionais e internacionais.

A equipe vem atuando no estudo da área costeira do Pará, estando desde 2003 engajado em ações na reserva extrativista marinha “Mãe Grande” no município de Curuçá, que integra o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei n.9.985/2000). As reservas extrativistas marinhas são marcos regulatórios importantes no processo de gestão do território nacional. As outras, situadas na área costeira estão instaladas nos municípios de: Santarém Novo, Maracanã, São João da Ponta, Bragança e Viseu.

Curuçá é um dos principais municípios pesqueiros da região do litoral do Pará. Tradicionalmente vive da pesca e de uma economia baseada na agricultura familiar, mas nas últimas décadas a economia de mercado se expandiu em razão da exploração sistemática de seus produtos oriundos do mar e da terra, provocando diversos problemas de ordem social e ambiental. Neste sentido, as pesquisas desenvolvidas pelo RENAS/LAMAq se voltaram para a ação na comunidade a partir da demanda da própria população local, com apoio financeiro do MCT-CNPq/MMA/SEAP/SEPPPIR, desenvolvendo o projeto “OFICINAS DE EXTENSÃO E CAPACITAÇÃO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ, POR UMA GESTÃO SOLIDÁRIA” com pesquisadores das coordenações de Antropologia, Botânica e Zoologia, com ênfase na utilização da biodiversidade e Educação Ambiental.

A presença do Museu Goeldi na área da reserva extrativista marinha “Mãe Grande”, iniciou-se em 2003 e resultou na produção de “Diagnóstico Etno-Ecológico da Reserva extrativista marinha Mãe Grande” sob a ótica interdisciplinar, envolvendo a Antropologia, Sociologia, Botânica, Geologia, Geomorfologia e Turismo. Desde então esta área tem sido lócus privilegiado de pesquisa por conta do qual foram produzidos trabalhos de conclusão de curso, dissertações e projetos de bolsa de pesquisa, tendo recentemente sido o foco de projeto de cooperação internacional com países da



comunidade de língua portuguesa(Brasil ,Moçambique e Portugal).

Gente e Ambiente de “Mãe Grande”

A resex “Mãe Grande” situa-se na micro região do Salgado, município de Curuçá e está sob a jurisdição do Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade- ICMBIO que abrange uma área de aproximadamente 37. 062, 09 ha (trinta e sete mil e sessenta e dois hectares). Limita-se à leste com o município de Marapanim, à oeste com São Caetano de Odivelas, ao norte com o Oceano Atlântico, distando 107 km em linha reta da capital do estado.

Os manguezais são o ecossistema predominante da área tendo grande importância ecológica e econômica.As espécies vegetais presentes são (mangueiro ou mangue-vermelho), *Rhizophora mangle* L., *Avicennia germinans* HBK (Siriúba) e *Laguncularia racemosa* Gaertn. (tinteiro).

Os dados arqueológicos sobre a região (SIMÕES,1971)atestam a antiga ocupação humana do litoral paraense e a História nos remete à presença jesuítica remontando a fundação do município ao sec. XVII.Desta forma sua antiga interação com o mar se mantém.

A atividade pesqueira se realiza predominantemente com redes malhadeiras e currais ,sendo a coleta de moluscos e crustáceos importante fator na economia local.O cultivo de espécies aquáticas está se desenvolvendo,principalmente as ostras(*Crassostrea Rhizophorae*) Muitas espécies animais do manguezal são utilizados pelos habitantes locais,sendo o caranguejo (*Ucidis cordatus*) de grande importância econômica.

Nas últimas décadas as mudanças que vem atingindo a costa paraense se fazem notar na área em questão.A pressão sobre os estoques animais oriundos da pesca e coleta,vinda das áreas urbanas levando a riscos ecológicos e ambientais com reflexos no modo de vida das populações.Estas mudanças vem ocorrendo em variadas instâncias da vida comunal,como os marcos temporais que incorporam as pautas vigentes no mundo urbano em detrimento do modo de vida tradicional,penalizando populações que são regidas pelo tempo natural (NASCIMENTO,1996)

Também a migração que é um processo recorrente no litoral paraense, continua se intensificando inclusive com o deslocamento de pescadores de um município para outro principalmente nas área do salgado. Assentamentos espontâneos,localmente chamados de *invasão*,são novos bairros que surgem como



como novos bairros surgem como o *Bragantino* e *Piaui*, na vila do Abade.

A Experiência “Mãe Grande- por uma gestão solidária- RENAS/LAMAq

As pesquisas na área da resex Mãe Grande tiveram um momento privilegiado na relação dialógica com a comunidade ,ao desenvolvermos o projeto citado anteriormente .A partir das demanda comunitárias realizou-se uma programação através de seminários,oficinas e mini cursos com pesquisadores das coordenações de Antropologia,Botânica e Zoologia, com ênfase na utilização da biodiversidade e Educação Ambiental.Estas atividades,com base na interdisciplinaridade gerou a publicação do “ Caderno da Pesca- informes de pesquisa v-4” produzidos no âmbito do projeto citado anteriormente, por membros da comunidade que compõem 5 grupos-(G-5) que surgiram espontaneamente, adotando nomes da fauna ictiológica. Trabalhamos ativamente em conjunto com a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande- AUREMAG e a Colônia de Pescadores Z 5, por meio de mini cursos,oficinas,palestras demandadas pelos representantes da reserva. No quadro abaixo temos a relação dos temas e pesquisadores atuantes.

Nome	Atividade
Lourdes Furtado, Isolda Maciel	Projetos de Oficinas de Capacitação- por uma Gestão Solidária
Èlida Figueiredo	Noções básicas de organização de Arquivos
Graça Santana	Educação Ambiental
Ivaneide Assunção	Diversidade e impactos na ictiofauna da Resex “Mãe Grande”
Gilberto Aguiar	Oportunidade para uma melhor assistência à saúde em Curuçá
Suely Marques	Mamíferos costeiros e a importância dos morcegos para a floresta e a saúde pública
Maria Luiza Videira	Diversidade de aves na Amazônia,com ênfase na avifauna da reserva “Mãe Grande”
Lourdes Furtado, Isolda Maciel, Graça Santana	Quintais com fonte de renda,trabalho e lazer
Ivete Nascimento	A experiência “EXPOEC”- compartilhando saberes



Os grupos criados durante o desenrolar das atividades acima desenvolvidas nos temas enfocados pelos pesquisadores apresentaram suas contribuições e reflexões que posteriormente foram publicados na série “Cadernos da Pesca- informes de pesquisa, Volume 4” e que se autodenominaram: Gó (*Macrodon ancylodon*), Mero (*Epinephelus itajara*), Miquim (*Thalassophryne nattereri*) Pargo (*Pargus pargus*) e Tainha (*Mugil curema*) como uma forma de valorizar seu conhecimento da fauna ictiológica.

O Grupo Gó, desenvolveu trabalho com base na atividade produtiva de criação de ostras da Associação de “Aquicultura da Vila Lauro Sodré”-AQUAVILA. Esta atividade foi implementada em 2005 através do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas -SEBRAE. No ano seguinte foi fundada a AQUAVILA, tendo existência legal. O rejeito das ostras, as valvas, tem sido aproveitadas na confecção de artesanato que é comercializado localmente, direcionado aos visitantes.

O Grupo Mero enfocou os marcos regulatórios e a violência na pesca, tendo por objetivo divulgar a APAM- Área de Proteção Ambiental municipal, objetivando a proteção dos recursos hídricos naturais. Outra preocupação deste grupo é com a violência que atingem os pescadores na sua atividade, principalmente a pirataria e a concorrência por espaços de trabalho que levam a apreensão e destruição de apetrechos de pesca. Também se dedica ao combate da violência de gênero divulgando as medidas incorporadas pelas políticas públicas locais.

O Grupo Miquim trabalhou os quintais como fonte de nutrição, trabalho e lazer com ênfase na melhoria da renda familiar. A valorização desta área de importância alimentar fundamental para as famílias, principalmente encorajando o cultivo e consumo de espécies ricas em nutrientes, com destaque para frutos, hortaliças e fitoterápicos, que possibilitam melhorar a qualidade de vida com o enriquecimento da alimentação e a manutenção e o restabelecimento da saúde. Enfatizam também os quintais como espaço de sociabilidade e lazer. Eles são igualmente fonte de inspiração para a produção artesanal (flores, frutos).

O Grupo Pargo trabalhou com base na vivência do Instituto Rio das Pedras “que tem como objetivos desenvolver e divulgar práticas de preservação do ambiente evidenciando a importância dos recursos hídricos, tendo como referência o “Rio das Pedras”, de importância natural e cultural para os moradores do seu entorno. Suas ações se dirigem para Educação ambiental com ações de Educação Ambiental incluindo o



reflorestamento e a proteção Rio das Pedras, localizado na sede municipal que vem sofrendo com uso predatório acarretando assoreamento e poluição.

O *Grupo Tainha* busca divulgar o conhecimento dos usuários da resex a cerca da biodiversidade animal com destaque para as espécies de aves costeiras que estão ameaçadas de extinção em decorrência da deterioração do ambiente natural a partir da ação antrópica com desmatamento e contaminação que afetam particularmente as espécies que se alimentam de organismos aquáticos. Sua importância se evidencia na representação estética servido de inspiração para o artesanato principalmente em esculturas. Algumas espécies de moluscos, crustáceos e peixes são utilizados com finalidade medicinal como o Turu (*Teredo SP*), Sururu (*Mytella charruana*), Sarará (*Uca cumulanta*), Pirapema (*Megalops atlanticus*), Araia jamanta (*Manta birostris*).

Considerações Finais

A experiência do RENAS/LAMAq na área de reserva extrativista Mãe Grande através do projeto “PROJETO OFICINAS DE EXTENSÃO E CAPACITAÇÃO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ, POR UMA GESTÃO SOLIDÁRIA”, teve como diferencial a prática da dialogia onde o saber local foi valorizado, destacando-se o conhecimento empírico da natureza que detém as comunidades, fundamental para a gestão dos recursos ficando evidenciado neste diálogo que o resultado do trabalho foi a articulação do conhecimento acadêmico com a reflexão dos atores envolvidos.

Observou-se que as experiências apresentadas pelos participantes, como o cultivo de ostras e o reflorestamento das matas ciliares, são ações que reafirmam as formas de gestão vindas da comunidade em parcerias com instituições governamentais e não governamentais que vem possibilitando a recuperação da diversidade vegetal e a diminuição da pressão sobre os estoques animais.

Nesta vivência percebemos, tendo como base as experiências da comunidade nas ações de gestão, alguns limites que estão enfrentando tais como, a necessidade do plano de manejo previsto pela legislação, cuja eficácia estará vinculada a maior ou menor incorporação do saber local. Também, formas de retorno à comunidade dos conhecimentos científicos gerados pelos estudos nas várias áreas de pesquisa, contribuiriam igualmente para ações de gestão mais compatíveis com a realidade. Portanto, analisamos a experiência do RENAS dentro do contexto de uma reserva



extrativista marinha enquanto política pública para gestão ambiental enfatizando as ações oriundas da comunidade e as dificuldades que surgem ao entrar em articulação com variadas instâncias de poder.

Referências

ALMEIDA, S. S. (1995). Uso de recursos e impactos em manguezais amazônicos: Implicações para o manejo e conservação. III Workshop Ecolab. Anais. p. 1-3.

AVIZ, A. (2005). A pesca no nordeste paraense: tensões, conflitos e mudanças no município de Curuçá-Pará. Relatório Final de Pesquisa. Belém: CNPq/MPEG. (Inédito)

CLIFFORD, J. A Experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX/James Clifford; organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

FURTADO, L. G. (1994). Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, M. A. ; SILVEIRA, I. M. (Orgs.). Amazônia e a crise da modernização. Belém: MPEG. P. 67-74.

_____ ; **SANTANA, G & SILVEIRA, I. M.** (2009). Cadernos da Pesca – Informes de Pesquisa. Vol. 4. Belém: MPEG.

NASCIMENTO, I. (1995). Tempo da natureza e tempo do relógio _tradição e mudança em uma comunidade pesqueira. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia. Belém.

PROST, M. T. R. C; MENDES, A. C; FAURE, J. F, BERREDO, J. F; SALES, M. E. C, FURTADO, L. G, SILVA, M. G. S; SILVA, C. A; NASCIMENTO, I; GORAYEB, I; SECCO, F. V; LUZ, L. (2001). Manguezais e estuários da costa paraense: exemplo de estudo multidisciplinar integrado (Marapanim e São Caetano de Odivelas). In: Maria Thereza Prost; Amilcar Mendes. (Org.). Ecossistemas Costeiros: impactos e gestão ambiental. 1 ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, v.1. p. 75-88

SIMÕES, M. F; CORREIA, C. G. (1971). Pesquisa arqueológicas na região do Salgado.A fase Areão do litoral de Marapanim.Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Nova Série, Antropologia, Belém.



GT 8 – Formas de participação de pescadores artesanais na gestão ambiental:
potencialidades e limites

Gestão de territórios de uso comum: A recíproca é verdadeira

Mariana Neves Cruz¹
Ricardo da Silva Rodrigues²
Samuel Vieira Cruz³

¹Mestranda em Geografia/Pós Graduanda/Universidade Federal do Pará, E-mail:
mnc_1988@hotmail.com

²Mestrando em Desenvolvimento Regional/Sociólogo/Defensoria Pública da União - RO, E-mail:
ricardorodrigues87a@hotmail.com

³Cientista Social/Antropólogo/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - PA, E-mail:
samucacruz@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho aborda o acordo de pesca enquanto principal estratégia para a gestão dos recursos pesqueiros e como forma de *solidariedade* na comunidade de Jaracuera Grande - Cametá/PA, construído a partir do conhecimento ecológico local dos pescadores artesanais, respeitando práticas locais de pesca. O acordo de pesca, neste sentido, estabelece laços sociais entre os envolvidos através da coesão e do fenômeno da reciprocidade. Os acordos de pesca delimitam, controlam e criam regras de uso e acesso aos recursos pesqueiros inseridos em territórios aquáticos específicos, construído através da gestão compartilhada, que *empodera* as coletividades locais, que passam a ter poder de gerir parcelas territoriais e os principais recursos naturais nele situados, imprescindíveis para a sua segurança econômica e alimentar, bem como para a reprodução de seu grupo social.

Palavras-Chave: Território, Recurso de Uso Comum, Reciprocidade, Solidariedade.



Introdução

Este trabalho aborda o acordo de pesca da comunidade de Jaracuera Grande (Cametá/PA) como forma de solidariedade (coesão) e reciprocidade entre os pescadores artesanais que assentam na pesca uma importante atividade da economia familiar e objetiva analisar a construção do acordo de pesca e sua importância para as coletividades locais envolvidas.

O acordo de pesca está pautado na gestão compartilhada, implementada pelo governo brasileiro a partir do final da década de 1980, e sua construção se dá a partir do conhecimento ecológico local em consonância com as demais Leis, Decretos Leis, Portarias e Instruções Normativas emitidas pelos diversos órgãos ambientais, onde as coletividades locais e governo brasileiro constroem conjuntamente a gestão dos recursos inseridos em uma parcela territorial.

Os acordos de pesca na região do Baixo Tocantins e sua eficácia para as comunidades envolvidas ainda tem sido pouco analisados, de maneira que este estudo vem a contribuir com a temática e com a divulgação desta forma de gestão e seus benefícios para a comunidade envolvida.

Metodologia

Para a construção do presente trabalho, foram realizados levantamentos bibliográficos sobre os temas Território, tendo como base os estudos desenvolvidos por Rogério Haesbaert, Marcelo Lopes de Souza e Paul Claval; Solidariedade, tendo por base os estudos desenvolvidos por Émile Durkheim e; Reciprocidade, tendo por base os estudos de Marcel Mauss, que serão os conceitos norteadores deste artigo. Também foram realizados 2 trabalhos de campo na comunidade de Jaracuera Grande nos anos de 2009 e 2010, sendo aplicados um total de 36 questionários semi estruturados, contendo questões acerca da atividade produtiva e existência e avaliação das iniciativas de gestão dos recursos pesqueiros. Para a confecção do mapa de localização, foi utilizado um aparelho GPS para a delimitação da extensão territorial do Acordo de pesca e a utilização do programa ArcGis 2009. Também foram realizadas análises documentais das Atas das reuniões efetuadas pelos membros da comunidade no monitoramento, construção e avaliação dos acordos de pesca.



O acordo de pesca de Ilha Nova – Jaracuera Grande Cametá/PA

A atividade da pesca artesanal na Amazônia é tradicionalmente uma atividade complementar a outras atividades produtivas exercidas pelas coletividades locais, como a extração de camarão, extração de açaí e a criação de animais (no caso da várzea do Baixo Tocantins, animais de pequeno porte), de maneira a garantir a segurança alimentar e econômica das famílias. A incerteza da atividade da pesca gera entre os pescadores artesanais, uma relação de reciprocidade, como forma de estreitar os laços sociais entre vizinhos e parentes e, muitas vezes, assegura a aquisição de proteína às famílias. De acordo com Marcel Mauss (1974) a reciprocidade tem por base a relação da dádiva, sustentada pela tríade dar – receber- retribuir, que inter-relaciona indivíduos, estabelecendo entre eles um laço social, onde o que é *dado* gera em que *recebe* o sentimento e o dever de *retribuir* a “dádiva” recebida.

Todavia, a atividade da pesca nem sempre ocorre de forma harmoniosa, justamente devido o uso coletivo de uma porção territorial específica, sendo esta porção um ambiente aquático. No caso específico do baixo Tocantins, com a construção da UHE Tucuruí, há estudos que comprovam a redução da quantidade e diversidade de espécies de pescado, quantificados através da redução no desembarque pesqueiro oriundos destas localidades, o que fez com que os pescadores que assentam na pesca uma importante atividade econômica acirrassem a concorrência por locais de pesca.

Na localidade de Jaracuera Grande, existem locais específicos de maior piscosidade nos rios, apreendidos de acordo com interação cotidiana e com a interação territorial ambiental dos pescadores artesanais locais e de localidades adjacentes, denominados de *poços de pesca*. São nestes locais os maiores pontos de conflitos pelo uso do território e acesso aos recursos neles inseridos, pois não há fronteiras bem definidas entre o *sentimento* de que o território *pertence* a um grupo específico de pescadores que dele se apropria e depende para a reprodução de seu grupo social e o território aquático como *bem da união*, que não pode excluir outros pescadores, desde que estejam cadastrados em colônias de pescadores. A foto abaixo ilustra um desses poços de pesca.



Foto: Mariana Cruz, 2009.

O território, neste sentido, é considerado como a apropriação coletiva de uma determinada porção do espaço por um grupo (CLAVAL, 1999), também relacionado com a dominação e a apropriação (posse) da superfície terrestre (HAESBAERT, 2004). Para Claval (1999, p. 23), “a maior parte das estruturas conhecidas se traduz através de formas de territorialidade”, indispensáveis “a afirmação e à realização de formas de existência e de identidades coletivas”. Para Souza (2008, p. 99) a territorialidade seria “o espaço social delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo é suporte material da existência, mais ou menos fortemente, catalisador cultural simbólico – e nessa qualidade, indispensável fator da economia”. Desta forma, os grupos sociais constroem “seus” territórios baseados em referenciais subjetivos, de acordo com o grau de importância que os componentes do território (recursos naturais, pontos de referências, etc.), onde a construção do território fará parte de “estratégias identitárias” (CLAVAL 1999, P. 13), sendo a identidade uma relação de poder “especialmente mediada, pois controla, separa, distingue e classifica grupos sociais ou indivíduos” aptos ou não de partilhar o uso dos recursos inseridos em uma porção territorial específica (HAESBAERT, 2004, p. 89). Para Sack (1986, *apud* CLAVAL, 1999, p. 8) o “território nasce então, de estratégias necessárias à vida social”, incluem laços afetivos e laços morais que os indivíduos compartilham.

Todavia, os recursos pesqueiros são recursos móveis, o que torna difícil a delimitação de territórios com restrição de uso e fazem parte do cotidiano de toda a comunidade e de comunidades adjacentes, sendo importantes componentes da economia familiar, sendo um *recurso de uso comum* (OSTROM, 1990) à todos da comunidade e de outros pescadores que também utilizam esses corpos d’água para exercer a atividade da pesca, sendo os territórios aquáticos também de uso comum.



Desta forma, uma estratégia adotada pelos pescadores artesanais locais para o controle de seus territórios de pesca foi o estabelecimento de acordos de pesca, que contém regras de uso e acesso aos recursos pesqueiros inseridos na extensão territorial apreendida enquanto “da comunidade”, como maneira de assegurar a continuidade desta atividade produtiva e reduzir os conflitos pelos poços de pesca.

Os acordos de pesca são reconhecidos como forma de lei através da Instrução Normativa nº 29/2002, que normatiza as ações das comunidades (ações de fiscalização, compartilhamento de ações, monitoramento, etc.), pautada no artigo 225 da Constituição Federal de 1988 que afirma que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividades locais o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2009, p. 100). Todavia, a exclusão ao acesso e uso territorial por parte de pescadores externos as comunidades é proibido, pois de acordo com Decreto Lei nº 221, de 28 de Fevereiro de 1967, todos os animais e vegetais que se encontrem nas águas dominiais são de domínio público. Desta forma, todos os pescadores devidamente registrados nas colônias de pescadores possuem o direito de exercer a atividade da pesca em quaisquer corpos aquáticos que fizerem parte do território brasileiro. A estratégia adotada pelos pescadores artesanais ao estabelecerem acordos de pesca é a criação de regras de *restrições de acesso e uso* de territórios aquáticos específicos (geralmente os locais de maior piscosidade), estabelecidas de acordo com a pesca realizada por pescadores locais, de maneira que pescadores externos se adéquem as formas locais de pesca (quantidade de pescado que pode ser extraído e *apetrechos de pesca* que podem ser utilizados), visando manter a maior parte das condições geográficas já existentes.



Foto: Mariana Cruz, 2010; Ricardo Rodrigues, 2010.



As fotos acima ilustram as regras dos acordos e a forma como foram fixadas para que todos os pescadores consigam visualizá-las. O acordo de pesca da comunidade de Jaracuera Grande foi estabelecido no ano 2001 e foi precedido pela percepção da escassez de pescado e por conflitos entre os pescadores da comunidade e pescadores de outras comunidades, pela concorrência pelos poços de pesca. Durante a construção do acordo de pesca, foram registrados em atas conflitos entre os pescadores devido a imposição de regras restritivas de pesca, uma vez que muitos pescadores se deslocam para outros territórios aquáticos para pescar e realizam/realizavam esta atividade da mesma forma desde sua juventude e, através do estabelecimento de acordos de pesca, tiveram sua área de atuação reduzida ou condicionada a regras locais.

É importante ressaltar que, neste sentido, a Constituição Federal de 1988 será considerada como um *Fato Social*, uma vez que cria regras externas que não leva em consideração lógicas locais de exercício da atividade da pesca, estipulando regras gerais que devem ser respeitadas por todos, sendo sujeitos à sanções (coerção) penais, aqueles que desrespeitarem suas regras. O acordo de pesca também pode ser interpretado da mesma forma, uma vez que também é coercitivo, externo e preza pelo coletivo, não por necessidades individuais, como o é o sustento familiar através da pesca. Todavia, os acordos de pesca também podem ser interpretados como forma de *solidariedade*, pois trata-se de um “vínculo que mantém a coesão social e a unidade do grupo social” (DURKHEIM, 2007, p. 29).

O acordo de pesca foi demarcado de acordo com a localização dos *poços de pesca*, de maneira a assegurar a atividade da pesca para membros da própria comunidade e *restringir e limitar* o uso e acesso aos recursos pesqueiros á membros de *outras comunidades*, sendo estabelecida uma área de tolerância (fronteira entre comunidades) de 5 metros da área do acordo, onde os pescadores das comunidades limítrofes podem adentrar. Toda a extensão territorial foi demarcada através da fixação de placas, contendo as regras específicas de uso e acesso aos recursos pesqueiros, ressaltando sempre o apoio institucional do IBAMA, da colônia de pescadores, da EMATER e da polícia civil, legitimando a delimitação de regras específicas na área de acordo de pesca.

Em áreas em que não existem os acordos de pesca a atividade pode ser realizada livremente por qualquer pescador (livre acesso), sendo esta área localizada à frente da comunidade com uma extensão territorial de 200 metros. Na comunidade analisada os acordos de pesca se estendem a outros recursos naturais também de uso comum, como



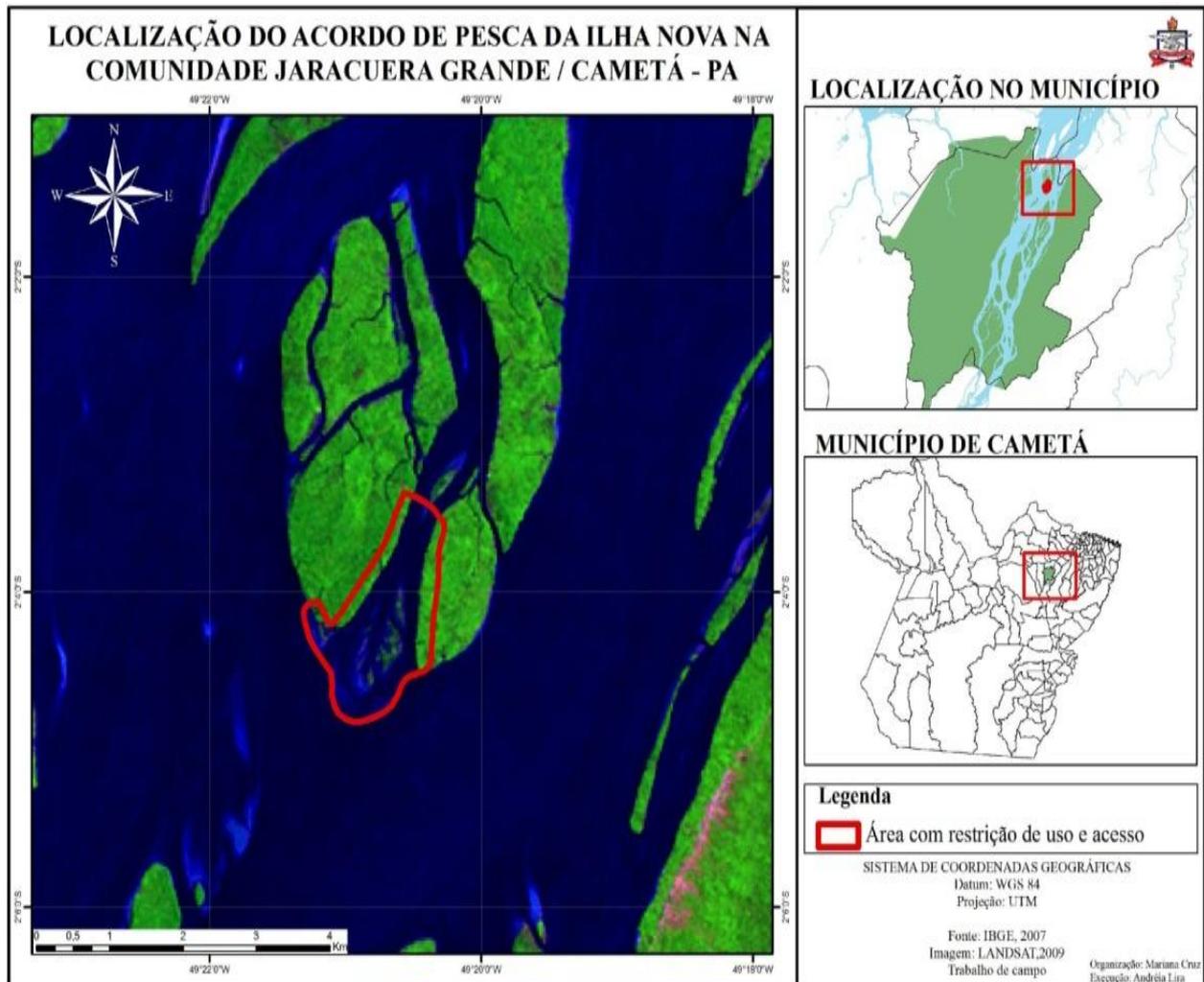
os quelônios, as garças, capivaras e patos do mato, que não podem ser abatidos. Todavia, o enfoque principal do acordo são os poços de mapará (*Hipophthalmussp*), importante fonte de renda e de proteínas para a comunidade. As regras estabelecidas pelos acordos respeitaram as práticas locais de pesca, sendo proibido uso de Piaba, Zagaia, Flecha de fundo, puçá, malhadeira de malha nº 5 (25 mm) para baixo, pari, malhadeira no poço, rede de lancear camarão, caça com cachorro nas ilhas do acordo de pesca (4 ilhas fazem parte do acordo) e a captura de animais silvestres. Estes apetrechos, segundo a percepção ambiental dos pescadores, degradam o meio ambiente e resultam na migração do pescado. Na área onde ocorre o acordo de pesca somente é permitido o uso da rede aberta, matapi grosso (que apresenta espaçamento de 1cm entre as talas) e a pesca com caniço ou linha de mão.

A Instrução Normativa nº 29/2002 prevê também um protocolo específico para a aprovação dos acordos de pesca, onde estes são construídos a partir de assembleias, realizadas entre os pescadores juntamente com representantes governamentais, representantes da colônia de pescadores e demais grupos envolvidos na pesca, com o objetivo de discutir os problemas ambientais locais (relacionados à pesca e/ou demais recursos naturais) e as possíveis regras de acesso e uso dos recursos, de maneira que possam atenuar as insatisfações vinculadas à esses recursos (conflitos pelo uso dos recursos, criação de áreas de restrição de acesso, entre outros), sendo toda a discussão registrada através da Ata da Reunião.

Após a discussão e aprovação por maioria de votos, há a criação de propostas de regras específicas de acesso e uso aos recursos naturais. Uma vez aprovada, a Ata da Reunião é encaminhada ao IBAMA, que verifica a viabilidade legal destes acordos (RASEIRA, 2007; BOCARDE, 2008), todavia, uma vez que não estejam de acordo com as leis ambientais superiores (municipal, estadual, federal), os acordos não podem possuir amparo legal, tendo que ser reavaliado, rediscutido e reformulado. Dentro desse modelo, também está previsto o treinamento de Agentes Ambientais Voluntários (AAV's), regulamentados pela Instrução Normativa Nº 66/2005, pautados na Lei Federal nº 6.608, de Fevereiro de 1998, que dispõe sobre o trabalho voluntário e na resolução nº 003 do CONAMA de 1988, que dispõe sobre a participação de entidades civis na fiscalização de ações de cunho ambiental.



Mapa 1: Localização da área do Acordo de Ilha Nova (Jaracuera Grande – Cametá/PA)



Fonte: IBAMA e trabalho de campo, 2010 - Adaptado por Andréia Lira e Mariana Cruz.

Reaprendendo a pescar

A partir do acordo de pesca, a gestão dos recursos pesqueiros passou a ser feita pela Associação Acordar (Associação dos Amigos de Jaracuera Grande), fundada em 2003 para a melhor aquisição de financiamento, organização social dos pescadores locais e demais benefícios para a comunidade como um todo, da qual fazem parte 72 associados entre os moradores da comunidade e de comunidades adjacentes. Desta maneira, a comunidade passou a dialogar com aspetos jurídicos e econômicos que anteriormente não faziam parte de seu *habitus*, mas se tornou necessário para a legitimidade da implantação da gestão compartilhada. De acordo com Bourdieu (2006), o *habitus* possui um princípio de ação muito econômico e resulta de uma historia coletiva que possui um limite de ação socialmente estruturado “que, sendo resultado de



comportamentos saídos da incorporação inconsciente de experiências de situações constantes ou recorrentes, adaptam-se a situações novas” (BOURDIEU, 2006, p 294), possuindo um “princípio de diferenciação ou seleção” que “tende a garantir as condições de sua própria realização” (BOURDIEU, 2006, p 295).

Não são todos os membros da comunidade que dominam o conhecimento dos códigos sociais jurídicos e econômicos que os permite transitar entre o universo da tradição onde o conflito envolvendo a atividade da pesca era resolvido através do diálogo entre os membros da comunidade e da legislação ambiental, onde as sanções e demais penalidades aos infratores serão aplicados pelos órgãos responsáveis pela fiscalização da atividade, de maneira que a tradição e a legislação coexistem de maneira pacífica e criam regras locais de conduta, fazendo com que o acordo de pesca da comunidade, que ainda não possui respaldo legal emitido pelo IBAMA, funcione de fato, mesmo que o Estado ainda não o reconheça.

Para manter a coesão social, também foram criados modos de coagir ações contrárias as regras estabelecidas pela comunidade, apreendidos pela comunidade como crime. É importante enfatizar que para a comunidade, crime não é somente desrespeitar o que está escrito, mas desrespeitar toda uma moral estabelecida entre eles. Segundo Durkheim (2007, p. 30), crimes são “atos universalmente reprovados pelos membros de cada sociedade” e a punição é uma forma de “repelir o potencial de ameaça à unidade do corpo social” (DURKHEIM, 2007, p. 34). A ação dos pescadores da comunidade é amparada judicialmente pela Lei Federal 9.605/98 que dispõe sobre crimes ambientais. Atualmente, esse trabalho de fiscalização é realizado pelos Agentes Ambientais Voluntários treinados e credenciados pelo IBAMA, sendo realizado somente durante o período de defeso, que ocorre de 1º de novembro à 28 ou 29 de Fevereiro. Todavia, para os pescadores, a prevenção, fiscalização e monitoramento continuado da atividade pesqueira poderá coibir este tipo de ação.

A maior forma de coerção, não é apreender o material do pescador que é pego burlando as regras especificadas pelo acordo, mas o fato de que todos da comunidade sabem *quem* quebrou uma regra e a confiança entre eles é estremecida. O IBAMA possui o poder coercitivo legal da aplicação das penalidades cabíveis neste caso, mas sendo distante e impessoal, permite que a pessoa continue a quebrar as regras, conforme outras pessoas o fizerem. Mas, quando o infrator é reconhecido pela comunidade, a relação de confiança fica estremecida, comprometendo a reciprocidade da comunidade para com o indivíduo que quebrou o laço social de confiança estabelecido. Desta forma,



a punição é uma maneira de reforçar a consciência coletiva de que aquela ação prejudica ao grupo. Há um caso curioso de um cidadão que quebrou a regra do acordo e teve seu apetrecho apreendido e encaminhado ao IBAMA. Todavia, ele obteve o *perdão* da comunidade, pois convocou uma reunião na qual pediu desculpas e se responsabilizou em não cometer nenhum ato de infração em locais proibidos pelo acordo de pesca, requerendo também a devolução de seu material de pesca apreendido, afirmando ser seu único meio material de sustentar a si mesmo e à sua família.

A comunidade então escreveu de próprio punho um ofício (assinado por todos os membros da comunidade) em que requeriam a devolução do material ao pescador, solicitando junto ao IBAMA apoio e compadecimento com a causa, de maneira a apoiar a decisão da comunidade e resolver (conforme escrito em ata) da melhor maneira possível o problema do pescador. A incipiência de um hábito jurídico, construído a partir da necessidade de legitimar o poder de ação da comunidade, pode ser exemplificada com este caso. No entanto, apesar do diálogo jurídico, a escrita é subjetiva, norteadada por sentimentos de identidade com a causa, (já que a atividade da pesca é uma importante fonte de renda familiar para todos os envolvidos) utilizando as justificativas locais (e não jurídicas) para solicitar a devolução do material apreendido.

Este fato exemplifica perfeitamente a coexistência de duas formas legítimas de dominação (WEBER, 2001), uma de acordo com a dominação jurídica e outra de acordo com a tradição. Eles coexistem pacificamente e funcionam de fato, capazes de influenciar a ação dos grupos locais, que somente recentemente adquiriram o hábito de escrever em forma de ofícios fatos que anteriormente poderiam ser elucidados através da negociação interna.

Considerações Finais

A legislação brasileira como fato social, impôs aos pescadores artesanais a necessidade de realizar a pesca não somente baseado na tradição, mas nas leis ambientais superiores visando à sustentabilidade da atividade e não somente a aquisição imediata renda ou de proteína. O acordo de pesca, neste sentido, se tornou uma excelente estratégia para a condução desta atividade de acordo com o conhecimento ecológico local, necessidades econômicas familiares e a criação de um hábito jurídico e a construção do *habitus* econômico, pois as regras do acordo foram construídas a partir da necessidade econômica das famílias e todas as regras precisam estar de acordo com a legislação para serem reconhecidas pelo Estado. Todavia, a coexistência destes poderes



permite que mesmo que o Estado não reconheça as regras estipuladas como legítimas, as comunidades a reconheçam e façam estas regras funcionarem de fato, baseada na tradição.

Na comunidade analisada, a documentação realizada pelo IBAMA reconhece por um período de um ano o pescador apto a realizar a fiscalização e monitoramento da pesca no local. No ano de 2010, quando foi realizado este levantamento, a documentação que estava sendo usada era de 2001. Isso permite inferir que o aspecto jurídico tem importância, mas o poder carismático dos líderes que transitam por estes universos diferenciados, como o são o jurídico e o tradicional não precisam do reconhecimento anual do Estado para terem o reconhecimento coletivo da comunidade.

Os pescadores artesanais preocupam-se com os recursos naturais presentes em “seus” territórios por serem por eles diretamente afetados, gerando a necessidade de manejá-los. Na comunidade analisada, o controle do território de pesca demonstrou-se um importante fator de empoderamento comunal, uma vez que estes passaram a ter o poder de gerir o território e os recursos naturais nele inseridos. Todavia, o reconhecimento da legitimidade dos acordos de pesca ainda depende do apoio do IBAMA (representante do Estado), pois o princípio da gestão compartilhada é o compartilhamento do poder de gestão dos recursos naturais e os acordos de pesca são uma estratégia de perpetuar o poder Estatal em áreas de difícil acesso por meio de técnicos e agentes governamentais, outorgando parte do poder de gestão á grupos locais. Isso significa que o Estado reconhece os acordos de pesca desde que estes também reconheçam seu poder e as leis federais, estaduais, municipais e demais Decretos, Instruções Normativas e Portarias.

Na comunidade de Jaracuera Grande, a importância do acordo está no fato de que este garante a segurança alimentar da população, atenua as tensões sociais ocasionadas pela apropriação de recursos pesqueiros em territórios de uso comum e permite a geração de renda à comunidade. Ademais, as regras estabelecidas pelo acordo de pesca permitem maior sociabilidade entre as comunidades, uma vez que há reuniões bimestrais para a avaliação do acordo de pesca. Desta forma, os acordos de pesca são uma forma de democratização da gestão dos recursos pesqueiros que legitimam o espaço territorial de pesca de grupos de pescadores, sendo os acordos as principais formas de manejo dos recursos pesqueiros da comunidade analisada.



Referências Bibliográficas

- BOCARDE, Flavio. **Construindo Acordos de Pesca: experiências de gestão participativa em Parintins**. IBAMA: Brasília, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **As estruturas sociais da economia**. Campo das Letras: Porto, 2006.
- BRASIL. **Legislação pesqueira**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 2009.
- CLAVAL, Paul. **O território na transição da pós-modernidade**. *Geographia*. Ano 1. Nº 2. 1999. p. 7 - 26.
- DURKHEIM, Émile. **Fato Social e a Divisão do Trabalho**. Editora Ática: São Paulo, 2007. p. 29 – 75.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU, 1974.
- OSTROM, E. **El gobierno de los bienes comunes**. Cambridge University Press, Cambridge, 1990.
- RASEIRA, Marcelo Bassols. **Monitoramento participativo dos acordos de pesca: como avaliar a captura de pescado**. – Manaus: Ibama/ProVárzea, 2007.
- SOUZA, Marcelo José Lopez de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. *et al.* **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 77 – 116.
- WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (org.). **Sociologia**. Editora Ática: São Paulo, 2001. p. 128 – 141.



GT 8 - Formas de participação de pescadores artesanais na gestão ambiental: potencialidades e limites

Gênero e pesca numa perspectiva de metodologia participativa

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão¹

Ivan Pereira Leitão²

¹ Doutora em Estudios Iberoamericanos pela Universidad Complutense de Madrid. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq/UFRPE Universidade Federal Rural de Pernambuco– Desenvolvimento e Sociedade. E-mail: rosario@dlch.ufrpe.br

² Mestre em Ciências. Universidade de Pernambuco. E-mail: ileitao@poli.br

Resumo

O artigo inclui o debate sobre gênero, pesca e o empoderamento das mulheres – neste caso com utilização da metodologia participativa em Pernambuco. A invisibilidade das mulheres neste setor produtivo, os problemas ambientais, a pesca predatória, o aumento de pessoas na atividade extrativista e a inexistência de políticas públicas por mais de uma década contribuíram para o aumento da crise na pesca artesanal. A metodologia participativa possibilitou o diálogo entre teoria e prática. Os resultados chamam atenção sobre o discurso por elas construído sobre diversos aspectos do cotidiano laboral e principalmente sobre saúde ocupacional.

Palavras-Chave: Gênero; Pesca Artesanal; Saúde; Discurso; Metodologia Participativa.

Abstract

The paper includes discussions on gender, fisheries, and women's empowerment - in this case participatory approach in Pernambuco. The invisibility of women in this productive sector, as well as environmental issues, overfishing, an increase of people on harvest activity and a lack of public policies for more than a decade have contributed to the increase of the crisis in artisanal fisheries. The participatory approach enabled the dialogue between theory and practice. The results call attention to the discourse constructed by these women on several aspects of work daily life, mainly on occupational health.

Keywords: Gender; Artisanal Fisheries, Health, Discourse; Participatory Approach.



Introdução

Esta pesquisa se inclui nas atividades desenvolvidas no Núcleo de Pesquisa CNPq - Desenvolvimento e Sociedade e também no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - que realizaram nos últimos sete anos vários estudos focados na problematização sobre a invisibilidade da mulher no mundo do trabalho, especialmente no universo da pesca artesanal no Brasil. Desde 2006 a equipe de pesquisadoras/es dos projetos *Conflito de Gênero no Cotidiano da Comunidade Costeira A Ver-o-Mar* e *Pescando Pescadores: Políticas Públicas e Extensão Pesqueira*³, *Gênero e Pesca: A Comissão Pastoral da Pesca e sua contribuição na trajetória do movimento de mulheres pescadoras*⁴, entre outros, que priorizou nos seus objetivos contribuir no debate sobre gênero e trabalho que envolvem a pesca artesanal no Brasil.

O artigo inclui o debate sobre gênero, pesca e metodologia participativa. O texto está fundamentado na teoria das representações sociais relacionada às categorias “gênero”, “trabalho” e “cidadania” na cadeia produtiva da pesca artesanal em Pernambuco, estado localizado no nordeste brasileiro. MOSCOVICI (2009:40) afirma que todas as pessoas enxergam o que as convenções, a cultura, a memória social e histórica permitem ver, e que não estaremos nunca livres de todos os preconceitos. *A representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem*. Neste contexto, a invisibilidade das mulheres na cadeia produtiva, alguns problemas ambientais, a pesca predatória, o aumento de pessoas na atividade extrativista e a inexistência de políticas públicas por mais de uma década contribuíram para o aumento da crise na pesca artesanal.

Na coleta de dados priorizou-se questões relacionadas à participação legitimada das mulheres na atividade da pesca artesanal, nas questões relacionadas à inclusão/exclusão das pescadoras no acesso e no exercício dos poderes institucionais relacionados à atividade pesqueira. Buscou-se observar o impacto das políticas públicas para o desenvolvimento da pesca artesanal e para as relações sociais de gênero, levando-se em conta: as condições de vida das pescadoras e dos pescadores; o acesso diferenciado às

³ Projetos elaborados por professoras/es do POSMEX (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local), em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, contemplados em Editais CNPq. Pesquisas que contribuíram no fortalecimento do Grupo de Pesquisa - Desenvolvimento e Sociedade.

⁴ Aprovado no edital CNPq 20/2010



políticas e o espaço de participação igualitária de mulheres e homens em todos os níveis dos processos de tomada de decisão no que se refere à pesca; as relações entre gênero e meio ambiente; gênero e extensão pesqueira.

2. Considerações Metodológicas

O interesse em aprofundar as questões metodológicas em estudos de gênero, deve-se ao fato de que as diferenças culturais entre sujeitos na pesquisa, apresentavam entraves a comunicação e conseqüentemente lacunas ou distorções na coleta de dados. Neste contexto o diálogo, entre diferentes atores sociais, mediado pode abrir espaço para troca de saberes, a partir de instrumentos da metodologia participativa.

Para isso, faz-se importante ressaltar qual o conceito de mediação/moderação estabelecido nesta prática:

Moderação compreende a “condução de processo de discussão” cujo objetivo é promover a participação ativa de todos os integrantes do grupo na construção final do produto. Através de uma discussão objetiva e equilibrada (regulada e dentro de “limites justos”) procura-se criar um ambiente de confiança facilitando a comunicação entre os integrantes do grupo, orientando suas reflexões em direção aos objetivos deste para que se chegue aos resultados esperados. É importante que fomenta a criatividade colaboração para um resultado de efeito expressivo COLETTE (2010:14).

Considerando algumas críticas que se faz a utilização de metodologia participativa considerou-se necessário realizar um breve resgate sobre a trajetória de uso e legitimação de métodos e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais. Afinal o que se busca na escolha do método e na aplicação de seus instrumentos é possivelmente a denominada verdade científica, que legitima os modelos e as territorialidades de sujeitos e objetos na pesquisa. O debate crítico sobre verdade científica é muito bem explicitado por Foucault quando afirma que: “pode sempre acontecer que se diga o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não se está no verdadeiro sem que se obedeça às regras de uma ‘polícia’ discursiva que temos de reativar em cada um dos seus discursos”. FOUCAULT (1987:10).

Neste contexto, o processo de definição do método a ser aplicado nesta pesquisa considerou algumas questões cruciais: O que contribui para a gênese, legitimação e reprodução do discurso científico? O que garante a validação dos dados obtidos em métodos qualitativos e quantitativos? Neste debate, ainda estão muito presente questões



que envolvem uma suposta parcialidade do/a pesquisador/a em relação ao objeto em estudo e também a pertinência ou não das formas de coleta de dados que diminui esta distância entre sujeitos – os que pesquisam e os que estão sendo pesquisados.

Ao longo das últimas décadas do século XX, autores como Foucault e Morin realizaram grandes contribuições relacionadas à elaboração metodológica ao questionarem as estruturas cristalizadas no fazer e no dizer científico. Consistem em teóricos que valorizam a proposição de que “cada caso é um caso”, proposição que elimina a possibilidade de um modelo fechado, extremamente delimitado e com aplicabilidade universal.

Nesta perspectiva, que relaciona saber e poder na escolha e legitimação metodológica, Raquel Stela de Sá (2011) explica que Foucault define:

Arqueologia como uma espécie de atividade histórico-política que procura responder como os saberes aparecem e se transformam. É a luta, o combate, o resultado do combate e, conseqüentemente, o risco e o acaso que vão dar lugar ao conhecimento. É somente nessas relações de luta e poder que compreenderemos em que consiste para ele o conhecimento. Um conhecimento que é uma ordem do resultado, do acontecimento, do efeito que pode ser colocado sob o signo do conhecer. Ele explica que por trás de todo o saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é uma luta de poder. (SÁ, 2011:02)

Nesta pesquisa utilizaram-se instrumentos de Metodologia Participativa, considerando que se priorizou a atuação efetiva das pescadoras num processo de troca de saberes e seus conhecimentos e experiências foram valorizados num processo que envolveu discussão, identificação e busca de soluções para problemas que emergem de suas vivências cotidianas na pesca artesanal. Considerando a importância de um roteiro, previamente construído, para estimular o diálogo e com a intencionalidade de fomentar a criatividade e a colaboração dos atores sociais envolvidos⁵. O processo também contou com a figura do moderador com a finalidade organizar e orientar a discussão do grupo de trabalho. COLETTE (2010:14).

⁵ Foram realizadas reuniões anteriores à realização do evento nos dias 16/06, 22/06, 30/06, 07/07, 14/07, 22/07 e 29/07 com o objetivo de construir em conjunto detalhamentos das atividades desta oficina, inclusive a construção dos painéis a serem preenchidos. As reuniões contaram com a presença de Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão na coordenação e Maria José Pereira Diniz, Maria Solange da Silva, Iêda Litwak de Andrade César, Claudia França Valença Lopes, Claudia Maria de Lima e Júlia Xavier Souto, algumas vezes Marcos Miliano e Ivan Leitão. O que permitiu maior entrosamento da equipe e também agilidade na realização das atividades propostas.



A construção do instrumental para coleta de dados, nesta pesquisa, fundamentada no aporte teórico de Metodologia Participativa foi desenvolvida em diversas fases nas quais foram elaboradas técnicas de dinâmica de grupo, jogos dramáticos e outras atividades, que objetivam, por meio de fantasia, diagnosticar situações reais.

A primeira fase consistiu em diálogo e em trocas de saberes entre a equipe do projeto. Ao final deste processo foi escolhida as referências⁶ que deram suporte à trajetória metodológica.

A segunda fase de elaboração da metodologia a ser aplicada nas oficinas itinerantes consistiu numa reunião em Brasília durante os dias 6, 7 e 8 de maio de 2010, com docentes de universidades Federais de Pernambuco, Bahia, Santa Catarina e Pará, membros do Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Política para Mulheres. Na ocasião, o grupo foi dividido em subgrupos para realizar as tarefas as quais consistiram em pensar questões e encaminhamentos metodológicos relacionados às atividades das pescadoras na pesca, saúde e alimentação. O resultado gerou as proposições metodológicas que foram aprofundadas e socializadas entre o grupo, por meio virtual, durante um mês após a realização do evento.

Posteriormente, em julho de 2010, foi aplicada em Pernambuco a oficina para realização do diagnóstico elaborada pelo grupo de pesquisa. Este evento ocorreu em um hotel, com a presença de 16 pescadoras durante três dias.

Foram considerados três aspectos centrais que deram sustentação ao processo dialogado: o tema, o grupo e a comunicação.

- 1) Sobre a definição do tema nas duas experiências acima referenciadas, se organizou o roteiro e se socializou com o grupo de trabalho, buscando-se meios

⁶ A) Facilitando oficinas da teoria à prática. Disponível em:
http://www.iteco.be/var/www/iteco/www.iteco.be/IMG/pdf/Facilitando_oficinas.pdf. Acesso em: 05/04/2010.

B) Aguilar, Lorena. Sobre marinos, marinas, mares y mareas: perspectiva de género en zonas marino-costeras /

Lorena Aguilar, Itzá Castañeda.--1a. ed.-- San José, C.R. : UICN : ABSOLUTO, 2000.

C) Manual de metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário. Disponível em:
http://www.ecoar.org.br/website/download/publicacoes/manual_de_metodologias_participativas_para_o_desenvolvimento_comunitario_VERS%C3%83OFINAL.pdf. Acesso em: 05/04/2010.



que tornasse atrativo e acessível a discussão das questões que subsidiaram o diagnóstico sobre gênero e trabalho de mulheres na pesca artesanal em cinco estados do Brasil. Entre eles se destacam: Exibição de Filmes: “Acorda Raimundo⁷”, “Dr^a Marta” e “Vida Maria”; Oficina das Mãos: O que essa mão fez?⁸; Oficina Construção de Rotina Diária; Oficina Diagnóstico da Pesca; Oficina de Identificação - Construção das Bonecas⁹; Dramatização¹⁰; Oficinas: Saúde Ocupacional; Oficina: Diagnóstico da Alimentação (o processo de cozinhar) (hábito alimentar); Questionário Recordatário da Alimentação; Retrospectiva do que foi realizado; Oficinas: Arvore dos desejos; Apresentação slides do evento e filmagem da dramatização; dinâmicas de grupo.

- 2) Quanto ao grupo, importante ressaltar que a literatura destaca a necessidade de “planejamento à condução das atividades: a composição do grupo, a dinâmica das relações entre seus integrantes, o nível de “governabilidade” para tomar decisões relativas aos temas trabalhados” COLETTE (2010:15). No processo de desenvolvimento da pesquisa com metodologia participativa, considerou-se nos cinco estados brasileiros a existência de grupos anteriormente construído, articulado por lideranças locais, tentativa de nivelamento das expectativas das participantes, da construção do clima de confiança entre elas, a dinâmica de mediação de conflitos. No estado de Pernambuco, O trabalho de preparação para a

⁷ Quais as questões apresentadas no filme que refletem nosso dia a dia: nas relações de trabalho; na divisão sexual do trabalho; na economia familiar; na participação feminina.

⁸ OBJETIVO: resgatar a história de vida dos (as) participantes, contribuindo para sua autoestima e autoconhecimento de sua condição de trabalho. Pedir para que cada participante faça na folha A4 um molde de uma de suas mãos e em seguida solicitar que os (as) participantes escrevam: O que essa mão já fez? Reflexão: cada participante contar a sua experiência.

⁹ **Construção de Boneco (a):** Trabalho em Pequenos grupos (10 grupos de 3 pessoas)

Cabeça: Identidade (Quem sou eu / Onde Moro? / O que faço? Onde?/ Qual minha idade?)

Mãos: Trabalho - (Quanto tempo trabalho na pesca?/ Meu marido é pescador? / Ajuda no meu trabalho como pescadora? Ajuda em casa? Em que? / Quantos filhos têm? Ajudam no meu trabalho?)

Coração: Sentimentos (Alegrias e Tristezas de realizar esse trabalho? Condições que limitam o seu trabalho na pesca? (menstruação, gravidez))

Pés - Nossos caminhos: (- O que enfrentamos todos os dias?). **Tempo:** 01h30min

¹⁰ **Dinâmica: Teatro – Acesso às Políticas Públicas**

Trabalho em Grupo: Dividir o grupo em 04 – 05 subgrupos

Instituições/Entidades: INSS, Colônias de Pescadores, Ministério da Pesca e Aquicultura.

Solicitar que cada grupo escolha uma instituição ou entidade para representar a forma de atendimento e como tem sido garantido o acesso das mulheres as políticas públicas.

Cada grupo deverá representar o atendimento, colocando a forma de atendimento, garantia de acesso, principais benefícios solicitados. Os(as) participantes dos outros grupos deverão destacar em tarjetas os principais pontos destacados pelo grupo que fez a representação e complementar, se necessário as informações.



oficina itinerante no sertão de Pernambuco foi iniciado nos dias 10 e 11 de dezembro de 2010, quando foi realizado um encontro, de dois dias, com o grupo de articuladoras e a equipe de pesquisa, para preparar e detalhar o roteiro e atividades a serem desenvolvidas, nesta ocasião ficou decidido que as Colônias de Pescadores/as a serem visitadas seriam: Ibimirim, Itacuruba, Jatobá, Santa Maria da Boa Vista e Pedrinhas.

- 3) No que refere à comunicação, uma das estratégias foi realizar a pesquisa com grupos anteriormente organizados, utilizar meios que tornasse atrativo e acessível a discussão das questões, fomentar no/a moderador/a e no grupo o “saber ouvir até o fim, fazer colocações claras e objetivas e em linguagem acessível, acertar se está sendo compreendido”. COLETTE (2010:16)

3. Gênero e Trabalho na Pesca Artesanal em Pernambuco

Dados obtidos nas oficinas realizadas durante a pesquisa com as mulheres pescadoras caracterizam alguns aspectos naturalizados nas relações de gênero na atividade produtiva da pesca.

As mulheres pescadoras relataram como é sua rotina diária e afirmaram que levantam bem cedo, em média entre 3h00 da madrugada e 6h00 da manhã. Nas suas narrativas se destacam as seguintes atividades: despertar e agradecer a Deus; acordar as crianças; fazer o café; caminhar; cuidar da sogra; levar as crianças para a escola/creche; fazer o almoço ou comer na casa da mãe; descascar e vender mariscos; lavar roupa; limpar a casa e buscar as crianças na escola; lavar louças, ensinar tarefas dos/as filhos/as, preparar jantar; assistir às novelas e frequentar algum curso à noite quando possível. Também foi relatada a dificuldade em estudar pela impossibilidade deixar os/as filhos/as sozinhos/as. Além das atividades relacionadas à pesca e as atividades domésticas, elas relataram que comercializam diferentes produtos. Uma rotina de trabalho estafante e com um dado diferenciador em relação às outras atividades produtivas: todas as atividades por elas desenvolvidas estão em consonância com o horário da maré. Todas afirmaram que apesar de despertar tão cedo não descansam durante a tarde. As atividades realizadas diretamente no mangue ou no mar são definidas pelas tábuas das marés, por isso a rotina na atividade laboral é sempre variável.



4. Diagnóstico da Pesca.

As questões levantadas foram: o nome da pescadora; se pratica pesca ou coleta; as espécies de mariscos; as espécies de peixes; a quem vende ou troca; quem controla o dinheiro da comercialização do resultado da pesca; em que essa renda é aplicada; como é o acesso a área de pesca/coleta e quais as dificuldades que enfrentam para a prática diária da atividade pesqueira. As pescadoras da Colônia Z-10 em Itapissuma pescam e coletam. As espécies de peixes envolvidos no trabalho são: Manjuba, saúna, tainha, camarão, sardinha, carapicu, carapeba, raia, bagre, camurim, mororó, sôia, moréia, aniquim. As espécies de Mariscos são: sururu, ostra, marisco pedra, taioba, unha de veio, siri duro e mole, redondo.

As pescadoras vendem ou trocam¹¹ direto ao consumidor, ao atravessador e o que rende, em termos econômicos, divide com os adolescentes que as ajudam na pesca. A renda semanal é de 40 a 150 reais. No entanto, existe uma grande diferença no inverno e no verão. Por exemplo, a pescadora Laudeni afirmou que sua renda da pesca no verão chega a quatro vezes mais que a do inverno. Elas afirmaram que controlam seus próprios recursos econômicos. Além da renda advinda da pesca e de outras atividades, algumas remunerações estão relacionadas aos programas assistencialistas, como o bolsa família, com valores variando entre R\$ 68.00, R\$ 80.00, R\$ 96.00, R\$ 112,00 e R\$ 127.00, e frente de serviços¹² da Prefeitura.

Quanto ao acesso à área da pesca em Itapissuma, o percurso é denominado por elas de fácil, porém perigoso. Entre as dificuldades elencadas estão: a falta de recursos para a manutenção das redes, embarcações e barcos; algumas mulheres não possuem canoas e pescam todo o tempo dentro d'água em contato com água-viva, bactérias, sujeitas a furadas de peixes, como por exemplo, o aniquim; muitas vezes falta a isca para pescar; necessitam dividir espaço de trabalho com usuários de droga; no inverno a renda cai por causa da escassez do produto e também dos consumidores; por fim, a violência em seus diversos aspectos.

¹¹ Esta troca pode ser realizada por lenha, por sal, ingredientes que serão úteis para a venda final do produto quando beneficiado, ou para o próprio consumo.

¹² Trabalhos emergenciais contratados pela prefeitura.



A comercialização do produto da pesca é realizada de forma diversificada: ao atravessador e diretamente ao consumidor, esta última modalidade pode ser em duas formas - fresco ou beneficiado (cozido, temperado) e vendido nas praias nos finais de semana aos banhistas. Elas apresentaram grande dificuldade em mensurar o valor do produto pesqueiro, mas são conscientes de que vendem por preço inferior ao valor por elas considerado justo, no entanto não conseguem explicitar ao número de perdas econômicas ao qual estão sujeitas.

Sobre a temática relacionada à saúde ocupacional, têm-se os seguintes dados: sentem dificuldades no processo burocrático de solicitação de benefícios¹³ do INSS. Muitas afirmam que já sofreram acidentes de trabalho, como cortes por ostras, por vidros e tantos outros dejetos encontrados dentro do mangue, considerando que as mulheres não utilizam e não recebem equipamentos de proteção. No tema se destacam os seguintes relatos: uma das pescadoras, da Colônia Z-10 (Itapissuma), aos 14 anos de idade, perdeu uma de sua visão em decorrência de um galho do manguezal; a morte de um pescador que não sabia nadar e no momento da pesca, em seu barco, foi arremessado ao mar pelo vento forte. Ele não possuía registro na Colônia, o que dificultou os trâmites burocráticos de solicitação dos benefícios previdenciários.

Neste sentido, a narrativa que se destaca é da presidente da Colônia Z-10, no momento em que levantou uma questão, relacionada aos direitos trabalhistas, quando afirmou que, até a presente data (julho 2010), não houve registro de acidente de trabalho, só ocorrência de solicitação de “auxílio doença”. Ela acrescentou uma informação importante referente ao direito trabalhista, nessas 2 (duas) modalidades de benefícios acima mencionadas: a) No caso de acidente de trabalho, o(a) profissional não depende de “carência” para obter esse direito; b) Já na solicitação do pedido “auxílio doença”, junto ao Setor da Previdência Social, Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT¹⁴, deverá depender de “carência”.

Outro tema desenvolvido nas oficinas foi a previdência social. Aqui o diálogo entre teoria e prática nos leva a dialogar com Moscovici:

¹³ Aposentadoria, auxílio maternidade e auxílio relacionado a acidentes de trabalho.

¹⁴ O CAT foi previsto inicialmente na Lei nº 5.316/67, com todas as alterações ocorridas posteriormente até a Lei nº 9.032/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.172/97. A Lei nº 8.213/91 determina no seu artigo 22 que todo acidente de trabalho ou doença profissional deverá ser comunicado pela empresa ao INSS, sob pena de multa em caso de omissão.

Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=297>. Acesso em: 18/08/10.



Através da comunicação, as pessoas e os grupos concedem uma realidade física a ideias e imagens, a sistemas de classificação e fornecimento de nomes. [...] Toda realidade é a realidade de alguém, ou é uma realidade para algo, mesmo que seja a de laboratórios onde nós fazemos nossos experimentos MOSCOVICI (2009: 90).

Na Colônia de Pescadores de Ibimirim, a articuladora Cícera fala que a pescadora tem direito ao INSS, que “foi uma briga nossa”, porém para receber o defeso, ela vai ter que tirar sua carteira de pesca, e tem que pescar pra ter direito de receber. Na continuação do debate no Município de Itacuruba a Articuladora Josefa explica que:

A Secretaria de Aquicultura e Pesca e depois o Ministério da Pesca e Aquicultura, eles descartaram, não fazia mais a carteira da mulher de pescador. Independente do que elas fizessem. Hoje, dentro das nossas brigas, conseguimos que essas carteiras fossem confeccionadas pra mulheres que trabalham do regime de economia familiar. O que é isso? Aquelas mulheres vende o pescado, beneficia o pescado, que conserta uma rede, que ajuda fazer uma canoa, aquela que desenvolve atividade junta com o marido. Se vai para o rio pescar ou fica em casa cuidando do pescado. Essa mulher tem a garantia de fazer a carteira, isso está garantido. Só não conseguimos garantir ainda a essas mulheres receber o seguro defeso. Mas o que essas mulheres têm que ver que não é só o seguro defeso que vocês, que nós temos o direito. Nós temos o direito ao auxílio maternidade, auxílio doença, auxílio reclusão, auxílio acidente, auxílio acidente do trabalho, auxílio por acidente por acidente de trabalho. Que diabo é isso! Acidente por acidente de trabalho? Eu sofri um acidente na pesca, to indo ser socorrida e no caminho o diabo do carro que está me levando bate. Então isso é acidente por acidente de trabalho. E isso lá no nosso livrinho, ta dizendo que a gente tem direito a esse tipo de beneficio. Ta entendendo! Então essas coisas. Porque muita gente assim, ah! Mais ou não vou ter direito ao seguro desemprego, eu vou lá fazer carteira! Se eu não tenho seguro desemprego! Mas nós temos que pensar, é nos nossos direitos que nós temos. E a briga tá rolando pra ver se agente garante se ter. Se eu, se meu marido vai lá pescar o peixe que recebe defeso. Mais eu fico em casa, eu é que vou vender meu peixe. Se entra o defeso e eu paro, ele pára. Eu também paro! Então essa é briga que nós temos. E dentro dessa situação toda, temos que ter a consciência¹⁵.

Josefa ainda esclarece que as mulheres só se aposentam se estiver legalizada na sua condição de trabalho:

Não vá pensar que você sendo mulher de pescador quando completar 55 anos, só sendo mulher de pescador, simplesmente porque você é esposa de pescador, seu marido tem lá seu INSS tudo direitinho, você não vai se aposentar porque é esposa de pescador não. Você só se aposenta se você tiver sua carteira de pescadora, tiver seu NIT¹⁶, pagar sua contribuição como pescadora, exercer a atividade. A mesma coisa é você com agricultora, agora a diferença é quando bater a biela aí sim você vai receber a pensão do seu

¹⁵ Posteriormente em Santa Maria da Boa Vista Josefa reforça que a gente tem todos esses direitos. O Seguro-Defeso é só quatro meses, nossos direitos são para a vida toda

¹⁶ Número de Identificação do Trabalhador – NIT, perante a previdência social.



marido mais isso depois que ele morrer. Mais isso é uma coisa que eu não quero pra ninguém se tem uma boa convivência que Deus conserve vivo pro resto da vida né.

Cícera complementa a explicação:

A mulher pescadora com 55 anos ela tem o direito de se aposentar com 55 anos como pescadora, agora ela tem que comprovar com documento os 15 anos de pesca, a mesma coisa o pescador ele se aposenta com 60 anos. Agora ele tem que comprovar para a previdência 15 anos de pesca com sua carteira. Existem outros documentos, a gente pode complementar com outros documentos uma ficha de escola da criança. O problema, pescador chega lá e não diz eu sou pescador. O problema hoje que a gente enfrenta também com as pescadoras é que elas são pescadoras mas elas chegam no posto médico ela diz que é doméstica, ela chega pra fazer a matrícula do seu filho na escola ela diz que é doméstica, bote que é pescadora. Tudo isso são provas que pode juntar a carteirinha sua de pescador ou pescadora para adquirir seus benefícios. O problema também está aí porque a gente sabe que a previdência hoje é um entrave, o problema que a gente enfrenta com a previdência eles procuram qualquer coisa pra negar um benefício. Aí agente tem que mandar tudo certinho pra poder agente adquirir o benefício.

Lindomar explica como se tornou consciente em relação a sua atividade profissional:

Eu quando tirei meu título na época eu era solteira, e eu lá não coloquei que era pescadora, mas nas reuniões quando eu comecei nessa luta aí eu vim aprender os meus direitos, saber quais eram os meus deveres e deveres e direitos. Eu já fui lá na zona eleitoral e já fiz a transferência, eu tenho meu título com pescadora..... aí já vai me ajudar na minha aposentadoria. Eu sou filha de pescador, neta de pescador, meu marido é pescador e eu esto na luta também na pesca. Agora eu já fui ajeitar mais uma prova, uma prova que agente pegou lá no ministério da pesca agente tem que ter pelo menos 06 (seis) provas aí eu já tenho, já botei lá pescadora.

Josefa orienta sobre a necessidade de informação e luta ao perguntar: “quantas analfabetos a gente tem dentro do nosso país, dentro dos nossos municípios? Quantos pescadores sabem ler e escrever e não sabem andar pelos municípios? Porque eu passei muitos anos sabendo ler e escrever, e não sabia de nada não. E hoje, a gente está brigando pra isso não acontecer.

No Município de Santa Maria da Boa Vista, Josefa explicou a importância de se identificar como pescadora para garantir os direitos sociais:

Como a gente está acostumada com a previdência social, que a gente paga a previdência da gente, que no cadastro vem o nomezinho, porque se você tira defeso, você tem previdência social? Quem tem já a sua carteira e algum tipo de comprovação da atividade de pescadora? Mesmo que não tenha contribuição do INSS por quinze anos de pesca, mas se lá atrás disse nas escolas, nos médicos (...) Se vocês forem ao médico digam que é mulher pescadora, se for na loja comprar um móvel, diga que é mulher pescadora, se



forem à escola matricular o filho, se não fizeram isso, voltem na escola, e mandem botar na ficha da escola a profissão de vocês é pescadora, façam isso. Porque isso é uma prova futura na questão da aposentadoria. Porque eu também tinha vergonha de dizer isso, mas o tempo foi passando e eu fui adquirindo os conhecimentos, e hoje eu não tenho vergonha de jeito nenhum e até mesmo para garantir os direitos da gente lá na frente.

Outro tema importante sobre os direitos sociais se refere ao debate sobre perder o direito ao Registro Geral da Pesca. Josefa Explica sobre as Novas Regras do Cadastramento de Pescadores Artesanais no – RPG:

Agora o que está acontecendo é o seguinte: o Ministério tá cortando sim. Agora, aqueles que eles estão identificando que não é pescador ou pescadora. Aqueles que eles estão identificando que não estão praticando a atividade de forma nenhuma, ou que tem outro vínculo empregatício, estes estão sendo cortados, mesmo as carteiras. E outra coisa, as pessoas que trabalham fichadas quando vão fazer as carteiras não passam nem da secretaria da estadual. Porque lá já existe um cruzamento de dados – o Ministério do Trabalho, o Ministério da Previdência, o Ministério da Pesca, todos os Ministérios – então existe um cruzamento de dados que quando eles puxam vai mostrar que vocês têm um vínculo empregatício em algum lugar. Então essas carteiras nem receber vocês recebem. Eu mesma não trabalho fichado mais minha carteira, estava lá na Previdência dizendo que minha carteira estava em aberto, que eu tinha vínculo empregatício. Então se eu não trabalho fichada, eu tenho que pegar um documento na previdência, o NIS, eu tive que pegar essa declaração na Previdência, levar para Superintendência de Pesca do Estado – e a cópia, a Xerox da minha carteira profissional – mostrando que eu não tinha vínculo empregatício nenhum. Eles deram baixa e não puderam suspender minha carteira. Então àqueles que surgir esse tipo de coisa e não tiver vínculo empregatício o passo é esse: vai na Previdência, pede o NIS e leva para a Secretaria de Pesca, com isso é dado baixa. Então assim, cabe a cada uma, na sua consciência, hoje tendo o direito de fazer essa carteira e chegar a fazer é não infernizar o juízo do presidente pra receber Defeso, porque ele pode ser processado e vocês também. Defeso só tem direito aquela mulher que pesca, que desenvolve a atividade lá no rio, pescando. Não é essa, ainda, que trabalha na venda e no beneficiamento.

Vera continua detalhando os passos para garantir os direitos sociais da pescadora:

E quem tem essa carteira suspensa tem um prazo – quem realmente pesca – tem um prazo, se eu não estou equivocada, de trinta dias pra recorrer. Depois que recebe a notificação tem o prazo de trinta dias para recorrer junto ao Ministério. Então você vai apresentar outros documentos que comprove que você realmente não está com a carteira fichada e outras pessoas recebem o benefício, como o LOAS¹⁷, não tem o direito, não podem tirar a carteira. As pessoas que tiverem esses documentos cancelados e que realmente pescam e que você tem a consciência que não tem a carteira fichada, você tem que recorrer ao Ministério e eles vão analisar as provas que você leva e vai ceder a carteira. Sua carteira vai ser concedida.

¹⁷ LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. Disponível em:-
www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm. Acesso em: 03/05/2011.



A socialização destas informações está coerente com a afirmação de MOSCOVICI (2009:45) ao explicar que nas ruas, bares, escritórios, hospitais, laboratórios, entre outros lugares, as pessoas analisam, comentam, formulam “filosofias” espontâneas, não oficiais, que têm um impacto decisivo em suas relações sociais, em suas escolhas, na maneira como eles educam seus filhos, como planejam seu futuro, etc.

Neste contexto o diálogo sobre questões que envolvem a saúde laboral evidencia a construção do discurso sobre o tema, discurso aqui entendido “como objeto sócio-histórico, considerando os dizeres, não apenas mensagens decodificadas, mas compreendendo os sentidos aí produzidos, aprendendo a relação com a sua exterioridade e com suas condições de produção” ORLANDI (2005: 30).

Um exemplo é o diálogo sobre saúde laboral, no qual uma pescadora descreve sua situação:

Eu tenho minha coluna desviada e tenho reumatismo no nervo, aí eu não aguento pescar, não. Quando eu termino de puxar a rede está doendo. Tem dia que eu vou caminhando e caio porque a coluna não agüenta. Está atacando até a bacia. E aí, eu estou fazendo fisioterapia”. Ela afirma que o médico falou que a coluna dela está desviada e que não tem mais jeito. O comentário é respondido por Josefa, que explica ser necessário solicitar um laudo ao médico, um atestado de incapacidade, com o código do CID¹⁸ e, posteriormente, encaminhar à Colônia, que fará uma declaração para encaminhamento do benefício para ver qual será a resposta do perito.

As questões de desencontro entre Ministério da Saúde e do Trabalho, no que tange à atividade produtiva da pesca artesanal, estão ainda caracterizadas na informação da Pescadora: “o médico de Juazeiro não dá, não (o atestado Médico). Mas o de Petrolina dá”. Josefa responde que tem que pedir. “Se não der, mete um processo nas costas dele, que ele dá dez atestados logo”.

Josefa argumenta ainda que é necessária uma lei que garanta este direito das pescadoras. Comenta que é uma luta da categoria profissional estabelecer legalmente doenças ocupacionais provenientes da pesca artesanal. Lamenta que até agora o Ministério da Pesca e Aquicultura, desde que era Secretaria de Aquicultura e Pesca, não deu um passo, junto ao INSS, para fazer alguma coisa sobre resolver este problema.

¹⁸ Classificação Internacional de Doenças.



Dê encaminhamento, se aqui não quiser dar, pegue lá. Se disser: ‘mas’, ‘mas eu quero, doutor, eu quero!’. Segure, tente pegar isso! Aí a Colônia vai dar o encaminhamento, você vai dar a entrada, então deixa essas pestes negar. Quando negar, você vai na Federal, se a Federal negar vai na justiça.

A Irmã das Neves complementa: “não se esqueça de tirar Xerox de todos os laudos. Ela explica ainda que:

Esse laudo tem que ter o número de noventa e um, que é o que dá direito que você está sendo considerada como que tivesse sofrido acidente de trabalho para ficar doente. Se você tiver no laudo, se ele colocar no laudo o número trinta e um, aí você não consegue benefício nenhum porque esse número diz que essa doença é uma doença comum. É o que acontece com a doença de coluna. Eles colocam como doença comum. Doença comum que está pegando todo mundo e a gente não pode trabalhar. E aleijando. Então nós temos que fazer, e como a Zefa disse, nós temos lutado muito para colocar dentro da Previdência tais e tais doenças, como coluna, doença de pele e etc.

5. Considerações Finais

Concluimos que a utilização de instrumental de metodologia participativa, possibilitou uma riqueza nos debates durante as diversas oficinas.

Nos relatos das mulheres pescadoras engajadas na luta pelo acesso aos seus direitos sociais, estão presentes alguns argumentos:

- 5.1. Acessibilidade às informações e aos Direitos Sociais que envolvem RPG, aposentadoria e seguro desemprego;
- 5.2. Reconhecimento pelo Ministério do Trabalho das doenças provocadas pela atividade da pesca, que consiste na coleta do marisco, em consertar redes etc.
- 5.3. Serem respeitadas pela atividade que exercem.

As representações definem um quadro de referência comum, possibilita a percepção da identidade que colabora na construção de pertencimento ou não a determinados grupos, no caso as mulheres pescadoras e a consciência dos direitos sociais referentes à cadeia produtiva na qual estão inseridas. Cada grupo é identificado por comportamentos e práticas sociais, assim define o que é possível, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social que está bem evidenciado na fala da Articuladora Irmã das Neves em Santa Maria da Boa Vista:

E aí estou, companheiras, como mulher trabalhadora da pesca, pescadora de verdade, estou me doando na luta, junto com nosso grupo, e já faz tempo que a gente faz isso, não estamos aqui ganhando salário, não estamos aqui para



nos aparecermos com isso porque é bonito, nós estamos aqui para juntas, nós construímos o Brasil que nós queremos, (para) construímos o respeito das mulheres pescadoras conjuntamente porque nós queremos. E não é fácil!

Nesta construção de pertencimento, as mulheres criticam a postura do Ministério do Trabalho, da categoria profissional pescadora. Esse não reconhecimento gera preconceito, discriminação e as distanciam do exercício da cidadania. Elas sentem necessidade de políticas públicas que as contemplem de forma específica e também sentem falta do acesso a Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) necessários à atividade da mariscagem.

Concluimos com uma indagação: Quais são as outras alternativas de acesso aos direitos sociais às pescadoras? Talvez uma das respostas esteja na ampliação dos direitos às trabalhadoras da pesca que estão em terra nos benefícios definidos na Convenção do Trabalho na Pesca, 2007. Até o momento a orientação contida no texto da citada Convenção é que estes direitos não são aplicáveis aos/as trabalhadores/as que não atuam em alto mar, tal como mergulhadores/as, marisqueiros/as, pescadores/as de rede de arrasto, colhedores de alga marítima, como também ao trabalho relacionado com pesca, particularmente executado por mulheres, com o fim de garantir que todos/as se beneficiem da Convenção. Entre as garantias sociais estipuladas estão: (i) trabalho arriscado (como mergulho, arrasto na praia nas áreas costeiras ásperas, ou colheita de mariscos em zonas de maré turbulenta); (ii) condições de serviço (tais como contrato de trabalho, horas de descanso e modo de pagamento); (iii) seguridade no trabalho e cuidado de saúde; (iv) cuidado médico e segurança social. Todas estas medidas podem melhorar as condições de trabalho e de vida dos pescadores baseados na terra firme.

Em todos os cinco municípios do Sertão onde foram realizadas as oficinas sobre políticas públicas, as mulheres expressaram muitos questionamentos operacionais, o que evidencia um grande desconhecimento sobre os temas que envolvem o acesso aos benefícios da Previdência Social, ao RPG e ao seguro defeso.

Em síntese, alguns dos problemas comuns a todas as colônias visitadas:

1. O desconhecimento dos direitos e deveres das mulheres que exercem a pesca artesanal;
2. Dúvidas quanto aos procedimentos para formação de cooperativas;



3. A presença forte dos problemas ambientais e as repercussões desta contaminação na saúde da população. Problemas relacionados à falta de saneamento básico, pouco acesso à água potável, à coleta de lixo não sistemática, à prática da pesca predatória, à contaminação dos rios e açudes e mais susceptibilidade de contrair a Dengue.
4. O acesso à carteira de pesca por pessoas que não exercem a pesca artesanal.
5. As barreiras impostas aos pescadores e às pescadoras pelas instituições sociais e seus agentes, dificultando o acesso daqueles/as aos benefícios e as políticas públicas.

O texto finaliza com a letra da música PRESERVANDO A VIDA, elaborada na oficina sobre meio ambiente na Colônia de Pescadores Z – 13, Jatobá, em 27 de janeiro 2011. Compositoras: Irmã das Neves, Glorinha, Ana Lúcia e Carminha.

Os rios com água
Eu preciso
Seu doutor
Não privatize
Não mate os peixes
Não sobrevivo
Sou pescador

É preciso apelar para a consciência
Muitas coisas tão fazendo para existência
E permanência de peixes, rios e lagos
Parte do mar já foi privatizado
Lutamos contra.
É violência, está errado.

Lutamos contra o desenvolvimento insustentável
Que mata os peixes e privatiza os nossos lagos.
E o velho Chico está sendo violado.
Nós não queremos
Más ele está sendo rasgado
O que queremos é nosso rio preservado
Viva a vida e o meio ambiente!



Referências Bibliográficas

AGENCIA CANADENSE DE DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL. Facilitando oficinas da teoria à prática. Elaboração Janet Honsberger e Linda George. Disponível em: http://www.iteco.be/var/www/iteco/www.iteco.be/IMG/pdf/Facilitando_oficinas.pdf. Acesso em: 05/04/ 2010.

AGÊNCIA CANADENSE DE DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL. Manual de metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário. Elaboração Bacias Irmãs, ECOAR, York University, USP. Disponível em: http://www.ecoar.org.br/website/download/publicacoes/manual_de_metodologias_participativas_para_o_developpemento_comunitario_VERS%C3%83OFINAL.pdf. Acesso em: 05/04/ 2010.

AGUILAR, L.2000. *Sobre marinos, marinas, mares y mareas: perspectiva de género en zonas marino-costeras*. 1ª ed. San José. C.R. : UICN : ABSOLUTO.

COLETTE, Maria Madalena. 2010. *Moderação*. In: BROSE, Markus (Org.): *Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos* – 2. Ed. – Porto Alegre: Tomo Editorial.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. Documentos. *Diário de trabalho sistematizado pela religiosa Nilza de Miranda Montenegro*.

DIEGUES, A. C. Santa'Ana.1983. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo: Editora Ática.

FOUCAULT, Michel. 1987. *El orden del discurso*. 3ª Edição. Barcelona: Tusquets.

LEITÃO, M. do R. de F. A. 2008. Pesca & gênero: o papel das mulheres no desenvolvimento local. *Labrys. Estudos Feministas (Online)*, v. 13, p. 1-12.

LEITÃO, M. do R. de F. A . 2009. *Gênero: el papel de la mujer en el desarrollo*. 1. ed. Recife: FASA. v. 1.

LEITÃO, M. do R. de Fátima A. 2009. Gênero e Políticas Públicas na pesca artesanal em Itapissuma. In: FERNANDES, Angelo Bras Callou; TAUK, Maria Sallet (orgs.). *Comunicação, gênero e Cultura em Comunidades pesqueiras tradicionais*. Recife: FASA, v. 1, p. 161-174.

LEITÃO, M. do R. de F. A. 2008. A Ver-o-Mar, a construção do diálogo entre universidade e sociedade. In: LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade (org.). *Extensão Rural & Extensão pesqueira: Experiências Cruzadas*. 1 ed. : FASA, v. 1, p. 105-112.



LEITÃO, M. do R. de F. A . 2010. *30 anos de Registro Geral da Pesca para Mulheres*. 1. ed. Recife: FASA, v. 1.

PREFEITURA DO JABOATÃO DOS GUARARAPES/SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. 2010. *Mulher e Poder*. LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade (org). Pernambuco: 2010. 32p.

MANESCK, M.C.; MIRANDA ÁLVES, M. L. *Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos*. Disponível em: http://coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=12:mulheres-na-pesca-trabalho-e-lutas-por-reconhecimento-em-diferentes-contextos&tmpl=component&print=1. Acesso em: 27/04/ 2011.

MORIN, E. 2002. *O Método 4*. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina.

MOSCOVICI, S. 2009. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.

ORLANDI, E. P. 2005. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.

SÁ, R. S. *A arqueologia: como os saberes aparecem e se transformam*. Disponível em: <http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art11.pdf>. Acesso em: 02/05/ 2011.



GT 8 - Formas de participação de pescadores artesanais na gestão ambiental:
potencialidades e limites

**Notas etnográficas sobre conflito de pesca e co-manejo na várzea do rio Solimões –
Município de Manacapuru - Amazonas**

Cloves Farias Pereira¹

¹Discente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/Museu Amazônico/UFAM.
Bolsista da Fundação Estado de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM . E-mail:
varzeiro@hotmail.com

Resumo

Este trabalho visa compreender no contexto de um Acordo de Uso Integrado dos Recursos Naturais, as implicações sociais e culturais do co-manejo na várzea do município de Manacapuru – Amazonas. Tivemos como objetivo identificar a causa da pouca participação dos agentes sociais, nas atividades desenvolvidas pela Associação de Desenvolvimento do Sistema Cururu (ADESC), entidade gestora do Acordo de Uso e da mobilização da participação comunitária. Contudo, a experiência mostrou que foi dado ênfase nos conceitos biológicos em detrimento das territorialidades específicas dos grupos sociais.

Palavra-Chave: Conflitos sociais, pescadores, co-manejo e várzea



Introdução

Diferentes abordagens iniciam a discussão sobre os conflitos sociais de pesca na Amazônia, argumentando que o declínio da agricultura da várzea resultou no deslocamento de grande quantidade de mão de obra da agricultura para a pesca. Existem outras interpretações, da articulação da Amazônia com a economia mundial, onde a Amazônia pode ser vista como uma formação econômico-social produzida pela dinâmica do capitalismo e, sujeita aos processos de expansão e crise do capital (SILVA, 1999).

As reflexões de Silva (1999) se articulam com o esquema analítico de Cruz e Pereira (2009) quando afirmam que foi a partir do final da década de 70 e início da década de 80 do século 20, que a forma de pescar no rio Solimões sofreu profundas alterações. Tem-se, a partir desse momento histórico, a expansão do capital na pesca na várzea de Manacapuru por meio de instalações dos frigoríficos na sede do município. A lógica dessas empresas tem sido não investir capital no processo produtivo, ou seja, na captura do pescado. Essa tarefa ficou reservada para pescadores, pois para esses capitalistas não importam quais são as formas de pescar, mais sim o fato de o peixe apresentar boa qualidade e ter valor comercial. Com isso, esses capitalistas não investiram na armação de barcos de pesca ou em canos motorizadas, tampouco na contratação de mão-de-obra assalariada, economizando uma parte significativa do seu capital. Além disso, eles recebem uma parte do fruto do trabalho dos pescadores, ou seja, o pescado capturado.

Outro fator importante para a intensificação da captura de peixes visando o promissor mercado em Manacapuru foi à proliferação nos anos 90 do século 20 dos motores de popa na canoa, motores estes denominados localmente de “rabetas”. A pesca, que inicialmente era realizada por meio de duas canoas movidas a remo e geralmente por quatro pessoas, passou a ser executada por uma canoa com duas pessoas. A predominância do uso de apenas uma canoa se deu em função da introdução do motor. Isso possibilitou uma liberação de mais pescadores para essa atividade, pois na pesca em canoas movidas a remo geralmente usava-se a parceria entre duas famílias o advento do motor na canoa impulsionou cada família a adquirir o seu e tornar-se “independente” (CRUZ & PEREIRA, 2009).



Outra mudança observada na área de estudo em decorrência da crescente demanda por pescado pelos frigoríficos instalados na sede do município foi a intensificação da pesca noturna. A pesca noturna sempre foi tradicionalmente realizada em ambiente de lago. Assim, os pescadores passaram a pescar tanto durante o dia quanto à noite. Além disso, antes da proliferação o motor nas canoas, a pesca era realizada durante o período de águas baixas (agosto a dezembro); entretanto, com a demanda crescente pelos peixes, os pescadores, na busca desses recursos pesqueiros, passaram a pescar também no período de águas altas (janeiro a julho). Assim, na atualidade pesca-se o ano inteiro (CRUZ & PEREIRA, 2009).

Conforme mencionamos, as “rabetas” que vão favorecer o deslocamento mais rápido dos pescadores, impulsionando cada vez mais a busca de recursos pesqueiros disponíveis nos lagos das comunidades ribeirinhas. À medida que aumentou a procura por determinadas espécies pelos frigoríficos, intensificou ainda mais a pesca.

Percebemos que um dos temas de grande significação na Amazônia é o que diz respeito aos conflitos sociais de pesca, que fornecem elementos para uma ampla discussão a respeito das experiências de co-manejo. A noção de co-manejo se configura como importantes referenciais, rico ingrediente para uma reflexão sobre as múltiplas estratégias e orientações que os agentes sociais acionam para refletir seus contextos sociais e culturais. Jentoft (2003) define co-manejo como um processo colaborativo e participativo da tomada de decisão, que regula os representantes dos grupos sociais, agência de governo, instituições de pesquisa e organizações não-governamentais. Segundo este autor, o co-manejo é um processo formal e deve envolver um estatuto, que especifica mandatos, sócios, procedimentos para eleição, administração, relatório, monitoramento, apelação, etc. Os agentes sociais têm de ser permitidos e capacitados a participar na criação dos objetivos, com direito à tomada das decisões.

Neste trabalho, procuramos compreender no contexto de um *Acordo de Uso Integrado dos Recursos Naturais*, as implicações sociais e culturais do co-manejo na várzea do município de Manacapuru – Amazonas. Tivemos como objetivo identificar a causa da pouca participação dos agentes sociais, nas atividades desenvolvidas pela Associação de Desenvolvimento do Sistema Cururu (ADESC), entidade gestora do *Acordo de Uso* e da mobilização da participação comunitária. Além disso, foi importante identificar o foco dos conflitos existentes na área de abrangência do *Acordo*



de Uso, que podem contribuir para a pouca participação das comunidades nas discussões e atividades de interesses gerais.

Implicações sociais e culturais para o co-manejo no rio Solimões

Os frigoríficos provocaram profundas mudanças na pesca do rio Solimões, induzindo a procura desenfreada por pescado. Esse processo gerou uma concorrência nunca antes vista no rio Solimões, o que acabou impulsionando as comunidades ribeirinhas a controlar o acesso aos lagos, no início dos anos 90 do século 20, uma série de medidas foram implementadas visando reduzir a pressão sobre a pesca, em alguns casos, promovendo mobilizações políticas para o ordenamento dos recursos pesqueiros. Segundo Pereira (2003), desde 1986, a Comissão Pastoral da Terra já defendia junto aos parlamentares constituintes uma proposta de ordenamento da pesca elaborada pelas comunidades, segundo três categorias: lagos de procriação (*lago santuário*), manejados como reservas biológicas e que servem ao repovoamento do sistema; (ii) *lagos de manutenção (lagos de subsistência)*, para uso exclusivo da comunidade, despescados segundo práticas não-predatórios e limitados ao consumo de subsistência e, por fim, (iii) *lagos livres*, que podem ser pescados com fins de comercialização e por pescadores profissionais e agentes externos. Essa proposta de ordenamento da pesca refletiu na mobilização política das comunidades tradicionais, em 1986, 56 comunidades rurais dos municípios de Tefé, Uarini e Marãa encaminharam à Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE um pedido solicitando que os lagos por elas indicados fossem declarados oficialmente áreas de preservação de recursos pesqueiros. Em 1988, as comunidades da região do lago da Benedita (município de Parintins) se reuniram e estabeleceram um *Instrumento Particular de Acordo para Regularização da Pesca*. Decidiram fazer uma comissão para reivindicar junto ao Instituto Brasileiro de Defesa Floresta (IBDF) e à Capitania dos Portos uma carteirinha de fiscal da pesca. Em 1992, 108 comunitários das comunidades de São Sebastião, Santo Antonio e Santa Fé, todas no lago Canaçari (municípios de Itacoatiara e Silves), assinaram um termo de acordo para que houvesse o “repovoamento de peixe” nos lagos.

Neste contexto, as comunidades ribeirinhas da Costa do Canabuoca e do lago Cururu (todas localizadas no município de Manacapuru) denunciavam sistematicamente a “invasão” de pescadores nos lagos da região. Algumas lideranças comunidades



mobilizaram a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) para contribuir na solução para os conflitos sociais de pesca.

O Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea (PYRÁ) passou a representar a UFAM em todo o processo de discussão com os moradores, a partir de 1997. Após dois anos de negociações entre os “pescadores”, comunidade ribeirinha, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Colônia de Pescadores, CPT e PYRÁ, constitui-se o instrumento de co-manejo, inspirado na metodologia da CPT e dos *Acordos de Pesca*, que já vinham sendo desenvolvidos em diversas experiências nos Estados do Amazonas e do Pará. Este instrumento de co-manejo foi denominado de *Acordos de Uso Integrado dos Recursos Naturais do Sistema Cururu*¹.

Segundo Barros (2007), embora as regras do *Acordo de Uso* tenham sido discutidas e avaliadas pelas comunidades, poucas discutiram a proposta com suas bases e não realizaram os trabalhos de sensibilização e esclarecimentos sobre o papel do *Acordo de Uso*. Esta situação levou a vários desdobramentos, que acarretou no aguçamento de conflitos entre comunitários. Ainda que o PYRÁ tenha investido na divulgação e sensibilização sobre o conteúdo do *Acordo de Uso* para os agentes sociais, a grande maioria alegava ter ciência da existência do *Acordo de Uso*, mas desconhecia seu conteúdo. Surgiram também novos conflitos envolvendo os agentes sociais, já que o desconhecimento do conteúdo do *Acordo de Uso* possibilitava as especulações diversas, muitas vezes geradas pelos agentes sociais que tinham interesse oposto ao que estava estabelecido no *Acordo de Uso*.

A grande maioria dos “pescadores” eram moradores das comunidades ribeirinhas, que combinavam diferentes atividades produtivas (agricultura, extrativismo vegetal, criação de animais e prestação de serviços como diaristas). Esses agentes sociais desenvolviam a atividades da pesca para a subsistência e para comercialização. Existiam alguns poucos agentes sociais que ocupavam parte significativa do seu tempo como “pescadores profissionais”, quando faziam desta atividade seu principal meio de reprodução social (BARROS, 2007).

Procuramos compreender no contexto do *Acordo de Uso*, as implicações sociais e culturais do co-manejo nas comunidades tradicionais que se agrupam e desenvolvem trabalho em cooperação – geralmente são as mais próximas geograficamente – e nas comunidades com conflito intra e intercomunitários. O *Acordo de Uso* incorporou as

¹, Publicado em portaria pelo IBAMA (portaria nº 12 de 2002).



categorias classificatórias dos agentes sociais para as comunidades localizadas *dentro* do lago Cururu e as comunidades *de fora*, localizadas na margem do rio Solimões².

No primeiro momento, não é possível identificar as comunidades, sendo possível perceber, depois do conhecimento das redes de parentesco e vizinhança, que aquele espaço, visivelmente descontínuo, é a base das relações sociais solidamente estruturadas. Identificamos que estas comunidades são formadas por grupos domésticos ligados por laços de parentesco. Estas comunidades foram construídas nas relações sociais dos patriarcas fundadores, que possibilitaram a formação de uma extensa rede de sociabilidade.

Podemos perceber que foi dimensão sócio-política das relações de parentesco que atuou para que os agentes sociais se agrupassem sob a mesma expressão coletiva, declarando o seu pertencimento a uma determinada comunidade.

As comunidades foram formadas, com uma forma de organização com cargos de representação política, como presidente e vice-presidente. Os cargos de presidente e de vice-presidente são exercidos pelos patriarcas, geralmente o fundador do lugar ou por seus filhos ou netos dos fundadores, cuja função é defender o interesse do seu grupo doméstico e dos vizinhos sob sua responsabilidade. O patriarca detém influência política sobre parentes e vizinhos, conseqüentemente detém o poder político de assumir ou indicar os cargos da hierarquia política comunitária, com articulação interna e externa, responsabilidade que ele assume de modo contundente. Esta informação também é confirmada pelo estudo realizado no povoado de Jenipapo, na ilha de Marajó, por Almeida e Sprandel (2006), que esclarece que o parentesco, mediante regras de descendência socialmente construída e sacramentada pelas famílias antigas, assegura historicamente o direito de moradia e de uso dos recursos naturais. Observamos que nas comunidades, os grupos domésticos que não estão ligados por relações de consanguinidade, estreitos laços de vizinhança e afinidade podem pedir autorização aos patriarcas das comunidades o direito de uso dos recursos naturais e moradia. A importância do parentesco é grande, particularmente no nível da família nuclear, mas nem sempre. As relações de compadrio e de comércio podem criar cisões ao nível familiar.

² Percebo que as categorias de *dentro* e *de fora* são utilizadas no mesmo sentido de Otávio Velho (ano), quando demonstra as categorias *centro* e *beira*. A beira (de fora) como o lugar onde se situavam os povoados maiores e mais antigos, o que poderia referir como civilização. Em contraste, o centro (de dentro) ligava-se à idéia de centro da mata, mais próximo e em contato com a natureza incontrolada.



Os conflitos sociais na área do *Acordo de Uso* têm origem à hierarquia dos grupos de parentes diferentes, geralmente, baseados na precedência histórica de ocupação. Frequentemente há opiniões divergentes entre os grupos domésticos que desenvolvem atividades econômicas diferentes, principalmente entre a agricultura e a pesca.

Quanto ao *Acordo de Uso*, existe uma comunidade (Divino Espírito Santo) *de dentro* do lago que não participa e nem está associado à ADESC. Percebe-se que muitos comunitários estão envolvidos em atividades extrativas, ou seja, sentem-se ameaçados pelo *Acordo de Uso* e acreditam que podem mudar radicalmente o seu modo de vida, dependente da caça, pesca, extração de madeira e açaí. Nesta comunidade, quase todos os moradores estão interligados pelo parentesco e relações econômicas.

São João dos Cordeiros é uma comunidade *de dentro* do lago Cururu que parece mais participativa, graças em parte às poucas relações estabelecidas com as comunidades *de fora* e a distância geográfica. Assim, a possibilidade de conseguir benefícios pode explicar a grande participação desta comunidade no *Acordo de Uso* e na ADESC.

A comunidade São Francisco do Cururu é *de dentro* do lago Cururu, embora participe do *Acordo de Uso*, não participa das atividades da ADESC. Alguns grupos familiares não se unem com os demais moradores e, assim, não cumprem as regras do *Acordo de Uso*. Ainda que existam numerosas alianças em torno das relações de parentesco e do compadrio com os comunitários *de fora*, moradores da margem do rio Solimões, a comunidade experimenta um conflito acirrado com uma porção significativa dos moradores de várias comunidades *de fora* e com moradores *de dentro*, da comunidade Divino Espírito Santo.

Durante a seca, o lago do Cururu transforma-se em pequenos córregos, que diminuem o ambiente aquático, provocando a mortandade de peixe. Nesse período, os peixes ficam confinados em corpos d'água cada vez menores, sendo capturados com bastante facilidade pelo fato de reduzir drasticamente a área com água, denominado como *poço do Cururu*. Este ambiente aquático é o mais abundante e mais freqüentado pelos agentes sociais das comunidades *de dentro* e *de fora*. Os agentes sociais afirmam que nos meses de agosto a novembro os peixes migram para o ambiente mais profundo do lago, o poço do Cururu, que permite a sobrevivência de parte das espécies durante



todo o período da seca. Mas, é importante mencionar que uma quantidade significativa de peixe em detrimento da redução do ambiente aquático.

O conflito se dá com a despesca do lago Cururu durante a seca como resultado de muitas pessoas *de fora* e *de dentro* não cumprirem ou não conhecerem as regras do *Acordo de Uso*. O *Acordo de Uso* fornece instruções para solicitar autorização do IBAMA para despesca do lago, mas os moradores *de dentro e de fora* do lago divergem sobre como proceder. Há agentes sociais que usam malhadeiras fora das especificações ou fazem batção, ambos proibidos pelo *Acordo de Uso*. Os moradores *de fora*, por sua vez reclamam que os moradores *de dentro* do lago Cururu o impedem de uma atividade de subsistência, justificando que o lago não é de criação e os peixes anualmente, durante a seca, morrem no lago e, por isso, não faz mal pescá-los.

A participação das comunidades *de fora*, localizadas na margem do rio Solimões: São Francisco do Paroá, Assembléia de Deus, Pentecostal Unida do Brasil, São Francisco do Canindé e São Francisco de Assis na ADESC é mais significativa. Duas grandes famílias dominam a comunidade São Francisco do Paroá, possuindo membros na comunidade Pentecostal e Assembléia de Deus, que são ativas dentro da ADESC. Os comunitários destas comunidades que não participam da ADESC podem ser identificados como os mais marginalizados.

Dos demais comunitários de outras comunidades, que não participam nas atividades da ADESC, pode-se destacar três razões. Primeiro, animosidades tradicionais entre famílias poderosas, é o caso particular dos comunitários da Nossa Senhora da Conceição que se sentem antipatia pela ADESC, ao qual eles associam com a comunidade São Francisco do Paroá. O segundo motivo registrado é eu muitos moradores, particularmente as mulheres das comunidades mais distantes do São Francisco do Paroá, reclamam que as atividades da ADESC são realizadas longe de suas moradias. O trabalho e os problemas para cuidar dos filhos novos impossibilitam sua participação. Finalmente, os moradores que somente participam quando as atividades são do seu interesse. É evidente que a ADESC não reflete o contexto social e cultural das comunidades. Por ser a entidade gestora do *Acordo de Uso*, torna-se a referência dos agentes externos e pretende ser a “representante” das comunidades. Em contraposição, as comunidades se organizam com base em suas referenciais socioculturais e também por laços afetivos.



Considerações finais

Retornamos a noção de co-manejo para refletir sobre as dificuldades de sua implementação na área do *Acordo de Uso Integrado dos Recursos Naturais do Sistema Cururu*, localizado na várzea do rio Solimões, no município de Manacapuru:

Os técnicos falharam quando tentaram substituir ou desconsiderar as relações sociais dos agentes sociais pelos conceitos biológicos como bacia hidrográfica, ecossistema, sistema, recursos naturais e usuários. Contudo, o co-manejo deve considerar as territorialidades específicas (Almeida, 2006), pois é nela que se constroem as relações sociais e repousam os objetos naturais e materiais. Isso significa dizer que as territorialidades específicas são dinâmicas, pois pressupõe o empreendimento de ações humanas na sua configuração.

Os agentes sociais foram mobilizados na expectativa de serem beneficiados com projetos de desenvolvimento, esperando uma solução imediata para seus problemas. Assim, para assegurar o projeto do co-manejo, foi necessário mostrar para os moradores como as ações podiam beneficiá-los economicamente. Neste sentido, na área do *Acordo de Uso Integrado dos Recursos Naturais do Sistema Cururu* foram desenvolvidos projetos de desenvolvimento nas comunidades que participavam, tais como melhoria das práticas agrícolas e agricultura orgânica, produção de farinha de peixe, melhoria do transporte da produção com aquisição de um barco e implantação de uma agroindústria de beneficiamento de polpa de açaí.

Restou a entidade gestora do Acordo de Uso (ADESC) encontrar as soluções para os problemas de falta de recursos para fiscalização, falta de experiência com o manejo participativo, falta de comunicação regular, falta de alfabetização e outras políticas de desenvolvimento rural que garantissem segurança econômica domiciliar para devotar tempo à organização comunitária, por exemplo, crédito do PRONAF, assistência técnica e mercado para comercialização.

O co-manejo camufla o desequilíbrio de poder-saber existente entre os agentes externos e as comunidades ribeirinhas, ou seja, existe um idioma da participação que diz privilegiar relações institucionais estabelecidas de baixo para cima. Embora o poder da participação continue sob o controle das instituições externas. Esta ocorre na forma das exigências dos editais e projetos de desenvolvimento sustentáveis procedentes de agências bilaterais e multilaterais de fomento, e assim o idioma da participação serve



para camuflagem do poder que continua dirigido de cima para baixo (RIBEIRO & LITTLE, 1998).

Bibliografia

Barros, J. F.; CHAVES, M. P. S.; FABRÉ, N. N. *Manejo da Pesca e Conflitos Sócio-ambientais na Amazônia Central: a experiência dos Sistemas Abertos Sustentáveis*. In: FABRÉ, N. N. et al. (Org). Sociobiodiversidade e conservação da várzea Amazônica. Manaus: PYRÁ, 2007.

CRUZ, M. J.; PEREIRA, C. F. *Pescando “Fera” no Baixo rio Solimões*. In: FRAXE, T. J. A Pesca na Amazônia Central: ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo. Manaus: EDUA, 2009.

PRANG, G. et al. *Implicações Sociais e Culturais para o Co-manejo da Várzea Amazônica*. In: FABRÉ, N. N. et al. (Org). Sociobiodiversidade e conservação da várzea Amazônica. Manaus: PYRÁ, 2007.

JENTOFT, s. *Co-Management – the way forward*. In: WILSON, D. C.; NIELSEN, J. R.; DEGNBOL, P. (Org). The fisheries co-management experience: Accomplishments, challenges and prospects: Kluwer Academic Press, 2003.

PEREIRA, H. S. *Gestão Participativa e o Movimento de Preservação de Lagos no Amazonas*. In: Caderno do CEAS. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, 2003.

RIBEIRO, G. L.; LITTLE, P. E. *Leoliberal recipes, environmental cooks; the transformation of Amazonian agency*. In: PHILIPS, L. (Org). The Third wave of modernization in Latin America; cultural perspectives on neoliberalism. Wilmington, Del: Scholaly Resources, 1998.

SILVA, M. C. *Metamorfoses da Amazônia*. Manaus: EDUA, 1999.



GT 8 – Participação de pescadores artesanais na gestão ambiental

**O mar é masculino?
Relações de gênero na pesca artesanal em Jurujuba, Niterói/RJ.**

Patricia de Araújo Silva¹

¹Mestranda do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ,
E-mail: pati_araujosilva@hotmail.com

Resumo

Esse trabalho propõe uma discussão sobre as relações de gênero no setor pesqueiro artesanal em Jurujuba, Niterói, RJ. Situado na Baía de Guanabara esse bairro possui intensa relação e identificação com a pesca artesanal ainda que a mesma se encontre em declínio em função da pressão econômica e ambiental que essa conturbada área vem sofrendo ao longo das últimas décadas. Entender como se dão as participações femininas no setor pesqueiro artesanal e relacioná-las aos diferentes atores envolvidos na cadeia produtiva da pesca, possibilita entender a dinâmica social em que estas mulheres estão inseridas. Sendo a pesca considerada, quase que por “definição” masculina, abordar gênero como categoria de análise social e política pode ser bastante esclarecedor para o entendimento do papel das mulheres nesse contexto extremamente marcado pela presença e atuação do sexo oposto. O objetivo principal dessa pesquisa é; através da realidade observada em campo; interpretá-la a luz do olhar feminino de maneira a poder abordar questões que permeiam também classe, raça, etnia, idade e orientação sexual e que não podem ser ignorados sob pena de reificar o objeto simplificando ao extremo o quadro social local. É importante ressaltar que a abordagem aqui proposta é relacional o que significa um recorte transversal que perpassa também a relação com o masculino, especificamente nas relações de poder que estruturam desigualdades e opressões. O entendimento das práticas cotidianas e de trabalho feminino e a presença (ou não) de ações políticas ligadas a elas, assim como a construção de identidades e posicionamentos no campo social são determinantes para entender o contexto dessa atividade “tradicional” em complexo contexto urbano e também para refletir sobre o papel desses atores como sujeitos de uma atividade profissional permeada de especificidades.

Palavras-chave: Relações de gênero, pesca artesanal, Jurujuba, cultivo de mexilhões.



Introdução

A atividade pesqueira ainda é considerada um universo masculino, tanto pela ótica cultural quanto do poder público, ainda que a participação feminina seja fundamental na cadeia produtiva do setor, a mesma é considerada invisível (BECK, 1989; WOORTMANN, 1992; MOTTA-MAUÉS, 1999; KUMAR, 2004; MARTINS, 2005). Geralmente seu trabalho é visto como uma obrigação da companheira e progenitora e não, como elo essencial para a existência da atividade pesqueira. Não caracterizando o mesmo como tal e sim como “ajuda”, sendo assim considerado como trabalho destituído de valor produtivo.

Em algumas comunidades há uma tradição que impede a presença da mulher na pesca porque isso traria azar e prejuízos à pescaria (MALDONADO, 1986 e DIEGUES, 1999). Elas são proibidas de exercerem atividades em alto mar assim como também manusear determinados petrechos de pesca em período menstrual ou gravidez. Oliveira (1993) aborda aspectos místicos, dessa diferenciação de gênero na divisão do trabalho na pesca, em estudo desenvolvido com marisqueiras no Recôncavo Bahiano. São as mulheres as figuras míticas que protegem, guiam e garantem os recursos naturais que os homens exploram. Elas estão presentes em todas as águas: Iemanjá, Dona Janaína, Oxum, Nanã, Mãe D’água, entre outras. Elas são poderosas, lindas, vaidosas e ciumentas razão essa que manteria as outras mulheres longe do seu ambiente. O ser humano precisa de mitos e símbolos, e esses tornam reais as relações concretas entre os gêneros e os padrões de acesso diferenciado aos recursos naturais. A manifestação do poder da dimensão simbólica que o mito traz para a nossa atualidade, materializa-se nos hábitos de classe e na ação coletiva (BOURDIEU, 2005). Ocorre a legitimação no plano ideológico dos padrões convenientes ao universo masculino. Portanto, ainda que a mulher tenha papel essencial na reprodução social da vida não possui reconhecimento do seu valor social como sujeito de produção.

Essa abordagem patriarcal e opressora se reflete também na escassez de políticas públicas específicas para subsidiar o potencial feminino visando o desenvolvimento do setor e a valorização desse trabalho. A escassez dessas políticas está relacionada ao histórico desconhecimento social e legal das muitas tarefas complementares a subsistência e a renda familiar praticadas pelas mulheres em grande parte da cadeia produtiva pesqueira (SEAP, 2004). De acordo com o Projeto de Lei da Câmara N^o 29/2003, a “Nova Lei da Pesca”, praticam a

pesca (Inciso XII; Art. 2; Capítulo II) ou estão envolvidas na atividade pesqueira (Art. 3; Capítulo III) as pescadeiras, despescadeiras, caranguejeiras, isqueiras, alqueiras, marisqueiras, evisceradoras, tratadeiras de couro de peixe, filetadoras, salgueiras, vendedoras e tantas outras, que associam uma ou mais dessas atividades aos cuidados com os petrechos de pesca, da casa, com os filhos e comumente com uma roça (SEAP, 2004). A legislação previdenciária, no



entanto só garante o seguro-desemprego e outros benefícios para as mulheres cadastradas como profissionais na SEAP, no INSS ou na Colônia de Pescadores. A compactuação, no campo do conhecimento, com a naturalização da divisão sexual da humanidade em sujeitos de direitos e não-direitos, e a omissão de categorias teóricas que reconheçam essa divisão, limita o planejamento e execução dessas políticas. Se o pensamento científico se mantiver preso ao patriarcado não conseguirá apresentar resultados que não sejam parciais e favoreçam a lógica androcêntrica tradicional (BUARQUE, 2002). A divisão de gêneros fundamenta-se numa classificação mais geral que contrapõe mar e terra, homem e mulher, e que convém e se adequa à identidade geral da comunidade e ao discurso público, porque ele é masculino, *“Privilegiando o mar, desconhece-se a terra.”* (WOORTMANN, 1992).

Outro agravante para a visualização do trabalho feminino na pesca é imposto pelas próprias mulheres ao reconhecerem o seu trabalho como “ajuda”. Por seu turno essa ajuda faz parte integrante da produção familiar. Tal percepção, interiorizada e expressa nas práticas cotidianas, incide no estatuto social da mulher pescadora, que permanece pouco reconhecida. Portanto, apesar de tantos trabalhos, elas não têm carreira profissional. (SEAP, 2004).

A omissão de políticas públicas para o setor artesanal da pesca e a quase ausência das mesmas para as pescadoras é de fácil compreensão, como afirma Diegues (1999): *“reconhecer a importância desse conhecimento é implicitamente reconhecer essas populações como sujeitos históricos, portadores de conhecimentos importantes e de poder de gestão.”* Assim que na lógica da nossa sociedade é mais fácil e vantajoso mantê-los (as) alheios (as) ao acesso à cidadania do que reconhecer seu poder e legitimá-lo.

Ainda que no discurso governamental a pesca artesanal seja apontada como prioritária, na prática quando existem recursos disponíveis estes vão geralmente para o setor industrial. O abandono histórico do setor pesqueiro artesanal só se justifica politicamente, uma vez que a mesma responde por 60% de toda a produção nacional, chegando em alguns Estados a ser responsável por 90% da produção pesqueira (MPA,2011).

Diante do exposto é difícil não reproduzir aqui trechos da Carta do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (2010) que deixa clara a tendência ideológica e a vontade política desse grupo:

“A participação efetiva de mulheres e jovens marca este novo momento da organização dos pescadores e pescadoras. A presença negra e indígena marca profundamente a nossa identidade. (...) Acreditamos no poder popular e assumimos a missão de organizar e formar os lutadores do povo nas águas, como contribuição histórica para a construção de uma sociedade justa.



Afirmamos como nossas principais bandeiras de luta: defesa do território e do meio ambiente em que vivemos. Lutamos pelo respeito aos direitos e igualdade para as mulheres pescadoras; pela garantia de direitos sociais; por condições adequadas para produzir e viver com dignidade. Resistimos ao modelo de desenvolvimento que esmaga as comunidades pesqueiras e se concretiza a partir de grandes projetos que concentram a riqueza e degradam o meio ambiente. Queremos combater o capitalismo e sua lógica excludente.”

Essa proposta de trabalho pretende ouvir, observar e interagir com as mulheres e os homens que atuam na atividade pesqueira artesanal em Jurujuba. Dar voz e valor as suas falas é reconhecer o seu papel social e valor produtivo. Dar-lhes visibilidade é imprescindível para que a partir dos seus anseios, práticas e saberes se agreguem conhecimentos que possam de alguma maneira subsidiar a formulação de políticas públicas para o setor da pesca artesanal com enfoque de gênero.

Entender e reconhecer a presença feminina na pesca artesanal é de fundamental importância para o próprio setor pesqueiro artesanal, cada vez mais excluído socialmente. A inclusão da mulher fortalece a atividade hoje tão ameaçada em sua prática tradicional, especialmente nas áreas urbanas.

Entende-se pelo que foi acima exposto que o campo da pesquisa é bastante propício para estudar as relações de gênero uma vez que aí se encontra organizado número de mulheres atuantes no setor.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

O campo dessa pesquisa é o bairro de Jurujuba em Niterói/RJ; uma península limitada por águas oceânicas e pelas águas da Baía da Guanabara. Devido às características socioambientais, a atividade pesqueira de Jurujuba vem desde sua ocupação caracterizando e identificando o local (DUARTE, 2005).

Até a década de 50, utilizavam-se pequenas embarcações a remo e a pesca era realizada dentro da Baía de Guanabara. Com o advento das embarcações motorizadas a área de atuação pesqueira foi aumentada e foram introduzidas novas artes de pesca como a rede de arrasto e as traineiras, a capacidade pesqueira foi ampliada assim como também a pressão

ambiental e social. Diegues (1983) caracteriza esse momento como da pesca empresarial capitalista quando os pequenos produtores passaram a ser os “proletários do mar”. A década de 60 é marcada na região pelo aparecimento dos armadores e das fábricas de enlatamento de sardinha. A pesca industrial ganha fôlego subsidiada pelo governo federal acuando os pequenos pescadores e ignorando seus saberes, suas tradições e seus valores, desafiando e desrespeitando



a natureza e sua própria identidade. Na década de 70 no bairro de Jurujuba 25% da população eram pescadores, em 2005 essa proporção caiu para 7,1% (SOARES *et al.*, 2005).

Dado o desequilíbrio ecológico resultante da sobrepesca e da poluição das águas da Baía de Guanabara, com imenso aporte de dejetos urbano-industriais, esses pescadores que tinham na exploração local dos recursos marinhos sua fonte de renda, passam a buscar novas formas de relação com o trabalho para poder viabilizar sua reprodução familiar. Vale ressaltar aqui também, que essa situação se agrava pela falta de fiscalização por parte do Estado, pesca-se dentro da Baía com redes impróprias que são proibidas por possuírem malha muito pequena. Além disso, empregam-se pescadores em embarcações maiores geralmente sem nenhum tipo de documentação ou direito trabalhista reconhecido (ANDRADE & WERNESBACH, 2001).

Frente a essa degradação ambiental a modificação dessa paisagem traz consigo impactos sociais para a comunidade. O que significa que sua reprodução cultural e social está ameaçada porque o ambiente já não mais favorece a atividade com a qual os mesmos se identificam. Isso gera em parte abandono da ocupação pesqueira ou mudança de relações de trabalho em busca da garantia de um meio de sobrevivência, o que acarreta aumento da camada mais pauperizada do subemprego urbano e o próprio desemprego. O que infelizmente não ocorre sem que haja a perda considerável na identidade social da comunidade, na medida em que se diminui o peso da atividade pesqueira na reprodução sócio-econômica do grupo. Ainda que em acentuado declínio, a comunidade de Jurujuba se identifica ainda como pesqueira. Mesmo que com a atual conjuntura muitos pescadores possuam alguma outra atividade remunerada, e que muitos poucos sigam passando seu conhecimento aos filhos para que os mesmos sejam futuros pescadores, como dita a tradição no bairro. Nesse contexto, a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) apoiou os pescadores locais com objetivo de preservar a sua atividade econômica e a sua própria existência. Essa iniciativa junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o poder público municipal, universidades e ONGs, levou a criação de um centro de beneficiamento de mexilhões, com poder de gerência local da Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba (ALMARJ). A construção dessa rede institucional gerou a ruptura do isolamento social e econômico dos pescadores. A atuação feminina merece destaque uma vez que são a maioria no Centro de Beneficiamento e pela postura de liderança nos processos de mobilização da comunidade. Sua

presença se destacou também nas assembleias, onde antes eram raramente representadas. A presença masculina se dá com predominância em atividades específicas consideradas por eles mesmos como mais perigosas e pesadas como no caso do pré-cozimento, do descarregamento de mexilhões, das idas ao mar e do mergulho.



O extrativismo do mexilhão era, até a criação do centro, considerado uma atividade desqualificada. O estudo de Ritter (2007) aborda os aspectos da trajetória de vida de um grupo de imigrantes alagoanos envolvidos na atividade mexilhoneira. Esses imigrantes se estabeleceram em Jurujuba para trabalhar nas fábricas de enlatamento de sardinha, dado o fechamento dessas e a estagnação da pesca, os mesmos começaram a desenvolver a atividade para sua sobrevivência. O centro fortaleceu o grupo dando mais visibilidade e agregando valor a atividade, revertendo uma situação de exclusão para uma de reconhecimento. A autora avalia que para os envolvidos no trabalho de beneficiamento do mexilhão, especialmente para os nordestinos, o maior ganho está relacionado ao incremento do capital social e simbólico do grupo.

Teixeira e Bessa (2006) afirmam; em seu trabalho sobre os dilemas culturais que se manifestam na absorção de tecnologias inovadoras; que a decisão sobre a utilização da natureza e a distribuição de seus benefícios é dada pela organização social de acordo com as especificidades naturais, históricas, sociais, técnicas e culturais de um determinado ambiente.

3. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Meu interesse pessoal por questões de gênero inicia num contexto bastante diferenciado, há quase dez anos atrás, envolvendo apoio pedagógico e vocacional para meninas e jovens mulheres imigrantes, assim como, assistência psicossocial para vítimas de tráfico de mulheres que foram forçadas à prostituição, ambos em Hamburgo, na Alemanha. O engajamento pela causa perpassa também questionamentos da identidade da própria autora como “estudante latina” na Europa.

No presente trabalho permanece o enfoque de gênero, agora pautado nas ciências sociais, especificamente na análise do setor pesqueiro artesanal em Jurujuba, na Baía de Guanaraba, Rio de Janeiro. Minha formação acadêmica inicial em oceanografia torna o ambiente costeiro um campo onde consigo transitar com certa facilidade e bastante interesse.

Nessa proposta unem-se dois aspectos da minha trajetória acadêmica e profissional até o momento. Com o objetivo de discutir as relações de gênero no setor pesqueiro artesanal de Jurujuba; conturbada área urbana da não menos conturbada Baía de Guanaraba; esse estudo pretende aprofundar a discussão da desigualdade e do reconhecimento que perpassa hoje a atuação feminina na pesca.

A proposta aqui apresentada pretende entender de que forma isso se dá no local sob a ótica específica das mulheres. Como e onde trabalham? Como elas se sentem? Como se identificam? De que forma valorizam sua prática e seu conhecimento? Quais são suas angústias e medos?



Jurujuba é no contexto desse trabalho interessante porque une ao setor pesqueiro expressiva presença feminina em função da implementação e funcionamento do centro de beneficiamento de mexilhões. Dessa forma o bairro parece apresentar interessantes arranjos sociais para o entendimento da atuação feminina na pesca seja nos aspectos diretamente relacionados ao trabalho ou no que diz respeito à atuação política da mulher no setor.

4. UNIVERSO EMPÍRICO DA PESQUISA

O universo empírico dessa pesquisa envolve profissionais da pesca artesanal do bairro de Jurujuba em Niterói/RJ, com ênfase para os espaços de trabalho feminino. Também serão analisados órgãos de representação local da categoria como a colônia de pesca Z-8 e a associação de maricultores (ALMARJ) assim como as instituições responsáveis por sua implementação e planejamento entre elas: FIPERJ/RJ; PNUD; UFF; Ongs locais.

Planeja-se também entrevistar representantes e gestores governamentais do Ministério da Pesca, do IBAMA e da prefeitura local com o objetivo de aprofundar questões relativas às políticas públicas voltadas à pesca artesanal, assim como projetos de fiscalização e proteção ambiental que regulamentam a atividade.

Além disso, serão entrevistados(as) especialistas de diferentes áreas que realizaram pesquisas em Jurujuba em distintos momentos.

5. QUADRO TEÓRICO CONCEITUAL

Essa proposta utilizará alguns conceitos e perspectivas do trabalho de Pierre BOURDIEU. A definição de *Habitus* nos possibilita analisar a discussão feminista de forma a desnaturalizar as relações de poder e os papéis atribuídos aos homens e mulheres. É um conceito adquirido mediante interação social que a classifica e a organiza. É orientado pelo simbólico e manifesta-se na linguagem, nas repetições, nos costumes, que concebem a construção do ser social. O *habitus feminino* é o papel específico das mulheres já que elas socialmente assumem os espaços privados e as tarefas de reprodução (BOURDIEU, 2005).

Outro importante conceito do mesmo autor é capital. Para BOURDIEU capital é a acumulação do trabalho que engloba o capital econômico (acúmulo material), o capital

cultural (conhecimento e habilidades adquiridos de diferentes formas) e o capital social (interação da rede de relações). As diversas formas de capital são o capital simbólico que posicionam o indivíduo em determinado campo (BOURDIEU, 2005).



Os estudos de antropologia da pesca elaborados por DIEGUES (1983, 1995 e 1996) nos auxiliam a entender e a analisar a pesca e as comunidades pesqueiras brasileiras com um olhar das ciências sociais. Assim como também WOORTMANN, 1992, MALDONADO, 1986 e MANESCHY esses últimos com perspectivas específicas de gênero. Para WOORTMANN *ibid.* o espaço natural é também espaço social e de domínio específico de cada gênero. Dado um ecossistema ele não é só um ambiente natural, mas um ambiente cognitivamente apreendido e culturalmente construído.

8. METODOLOGIA

A abordagem qualitativa é nesse caso a mais adequada porque possibilita o estudo das questões que essa proposta pretende avaliar: como se dá o cotidiano dos trabalhos femininos em Jurujuba. O que para essas mulheres significam seus trabalhos e quais são seus medos e suas angústias, suas motivações e seus valores.

Serão realizadas entrevistas semi-estruturadas, observação participante, conversas informais, caderno de campo, fotos e análise de documentos. As falas dos entrevistados e as observações contêm elementos ideológicos dos universos socioculturais destes atores e são por isso, passíveis de análise (GEERTZ *apud* COSTA, 2008). O autor defende também a importância de se analisar a realidade da perspectiva dos locais, onde o trabalho de campo é instrumento do conhecimento. É com o convívio e com a observação da dinâmica cultural que se busca a compreensão dos significados das ações que estão além da estrutura. Além disso, há a necessidade de que o pesquisador seja aceito pelo outro, pelo grupo, ou pela comunidade, qual seja seu objeto de estudo. Ele precisa também falar de si, participar para que o outro se sinta a vontade para fazer o mesmo.

Para a presente proposta sugeriu-se, inicialmente, a pesquisa etnográfica como suporte metodológico para uma análise qualitativa da questão de gênero na atividade pesqueira em Jurujuba. No momento, às vésperas do início de trabalho de campo, a opção é de um campo exploratório inicial para só então estabelecer como se dará, de fato, o andamento do trabalho. Em Junho de 2012, época em que haverá o encontro desse grupo de estudos os dados de campo agregados a essa proposta certamente levantarão novas questões com o aporte de informações coletadas, espero assim, poder discutir e refletir sobre as relações de gênero na pesca; assim como também; problematizar as abordagens teórico-metodológicas que discutem essas relações na sociedade contemporânea.

9. BIBLIOGRAFIA



ANDRADE, E. P.; WERNESBACH, M. L. A., 2001, “*Construções socio-técnicas no espaço da pesca nacional: alcance e impacto comunitário das políticas públicas*”. NEICT – Núcleo de Estudos em Inovação, Conhecimento e Trabalho / UFF.

BECK, A. 1989, “*Pertence à mulher: Mulher e trabalho em comunidades pesqueiras do litoral de Santa Catarina.*” Fórum de discussão sobre o universo social da mulher, a pesca e sua relação com a ecologia. Natal, Rio Grande do Norte.

BOURDIEU, P. 2005, “*O poder simbólico*” 4ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BOURDIEU, P. 2005, “*A dominação masculina*”. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BUARQUE, C. 2002, “*Projeto Gênero e Reforma Agrária: estratégias para a reforma agrária sob a ótica de gênero*” MDA/INCRA/FAO Projeto de Cooperação Técnica – TCP/BRA/8922, Brasília.

CARTA DO MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS <https://clinicadotexto.wordpress.com/2010/04/27/carta-do-movimento-dos-pescadores-e-pescadoras-artesanais/> Acesso dia 30 de Julho de 2010.

COSTA, K. V., 2008, “*Cosmovisões da natureza: um estudo sobre as representações sociais de natureza envolvidas na proteção da lagoa de cima – Campos dos Goytacazes – RJ*”. Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade – CPDA – UFRRJ (dissertação de mestrado).

DIEGUES, A.C. 1983, “*Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*”, São Paulo, Ática.

_____, 1995, “*Povos e Mares: Leituras em Sócio-Antropologia Marítima*”, São Paulo, Nupaub.

_____, 1999, “*A Sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil*” Etnográfica, Vol. III (2), pp. 361-375.

DUARTE, L. F. D., 1978, “*As Redes do Suor: a Reprodução Social dos Trabalhadores da Produção do Pescado em Jurujuba, Rio de Janeiro*”, UFRJ (dissertação de mestrado).

GEERTZ, C., 2006, “*Do ponto de vista dos nativos*”. In: O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Ed.Vozes.



KUMAR, K.G., 2004, "*Gender Agenda: Women in fisheries*". A collection of articles In: SAMUDRA Report, India, ICSF.

JALIL, L.M., 2009, "*Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro*". Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade –CPDA-UFRRJ (dissertação de mestrado).

MALDONADO, S. C, 1986, "*Pescadores do mar*". São Paulo: Ática.

MANESCHY, M.C. 1995, "*A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará*". Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia. Vol. 11(2): 145-166.

MARTINS, M. C., 1995, "*Saberes na ilha de Itaoca: a roda de siri - entre o mundo do trabalho e as memórias de infância.*" Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal Fluminense (dissertação de doutorado).

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura, 2011. www.mpa.gov.br
Acesso dia 23 de Novembro de 2011.

MOTTA-MAUÉS, M. A., 1999, "*Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil*". Etnográfica, Vol. III (2), pp. 377-399.

OLIVEIRA, N. M. de, 1993, "*Rainha das águas, dona do Mangue: Um estudo sobre o trabalho feminino no meio ambiente marinho*" – Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Campinas 10 (1/2) pgs. 71-78.

RITTER, P. D., 2007 "*Da roça ao mar: estudo de uma comunidade de marisqueiros em Jurujuba Niterói, RJ*". Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social – EICOS. Instituto de Psicologia, UFRJ (dissertação de doutorado).

SEAP/PR, 2004, "*Memória do I Encontro Nacional das trabalhadoras da Pesca e Aqüicultura: Rumo à superação das desigualdades sociais*". Brasil.

SEAP, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, 2005, "*A mulher invisível: sobre o papel da mulher na pesca artesanal*"
COPAR/DIDEP/SUDAP/SEAP/PR Brasília.



SOARES, M. T. C.; LIMA, G. B. A. & BRANDÃO, A. A.P., 2005,
“Impactos econômicos da degradação ambiental” Revista Pesquisa e Desenvolvimento
Engenharia de Produção 4: 39-54.

TEIXEIRA, M. G. C.; BESSA, E. S., 2006, *“Dilemas culturais locais na
absorção de tecnologias inovadoras”*. O&S - v.13 - n.38.

WOORTMANN, Ellen F., 1992, *“Da Complementaridade à
Dependência: Espaço, Tempo e Gênero em Comunidades “Pesqueiras” do Nordeste”*,
Revista Brasileira de Ciências Sociais, 18, 41-61.



GT 8 - Formas de participação de pescadores artesanais na gestão ambiental: potencialidades e limites

O Papel das Pescadoras de Brasília Teimosa na Preservação Ambiental

Claudia Maria de Lima¹

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão²

¹Mestranda em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex) UFRPE E-mail:
claudinha_cbg@hotmail.com

²Professora Dr^a Associada I, departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural de Pernambuco e Coordenadora do projeto: gênero, Raça e Pesca: O trabalho das marisqueiras no Litoral Sul de Pernambuco, E-mail: rosario@dlch.ufrpe.br

Resumo

O trabalho consiste num recorte do projeto “ Gênero, Raça e Pesca: O trabalho das Marisqueiras do litoral sul de PE”, coordenado pela Prof^a. Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, numa parceria entre Universidade Federal Rural de Pernambuco, Faturpe e Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, projeto este desenvolvido em 2009 na comunidade de Brasília Teimosa, colônia Z-01 a qual trabalhei desenvolvendo atividades do o projeto que consiste para uma formação das mulheres em políticas públicas, gênero, cooperativismo e meio ambiente. Neste momento vamos nos reter para as questões ambientais visto que percebemos a falta de conhecimento ambiental e visando numa perspectiva de pesquisa participativa que busca contribuir no processo de elaboração conjunta com as pescadoras ações positivas relacionadas ao Meio Ambiente no fomento da sustentabilidade e da elevação da qualidade de vida numa visão dialética da realidade histórica do local, usando como instrumental teórico a educação ambiental com ênfase na sustentabilidade humana, compartilhada do uso dos recursos pesqueiros tendo como objeto de estudo o universo feminino.

Palavra chave: Pesca, Gênero, Meio Ambiente, Sustentabilidade, Qualidade de vida e Participação.



O trabalho consiste num recorte do projeto “ Gênero, Raça e Pesca: O trabalho das Marisqueiras do litoral sul de PE”, coordenado pela Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, numa parceria entre Universidade Federal Rural de Pernambuco, Faturpe e Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, projeto este desenvolvido em 2009 na comunidade de Brasília Teimosa, colônia Z-01 a qual trabalhei desenvolvendo atividades do o projeto que consiste para uma formação das mulheres em políticas públicas, gênero, cooperativismo e meio ambiente. Neste momento vamos nos reter para as questões ambientais visto que percebemos a falta de conhecimento ambiental e visando numa perspectiva de pesquisa participativa que busca contribuir no processo de elaboração conjunta com as pescadoras ações positivas relacionadas ao Meio Ambiente no fomento da sustentabilidade e da elevação da qualidade de vida numa visão dialética da realidade histórica do local, usando como instrumental teórico a educação ambiental com ênfase na sustentabilidade humana, compartilhada do uso dos recursos pesqueiros tendo como objeto de estudo o universo feminino. A luta das mulheres por igualdade de direitos, mais liberdade e respeito pontua a história ao longo do século. É inquestionável que as mulheres, num contexto nacional, vem sendo vítimas de limitações legais ou culturais quanto a sua participação no mercado de trabalho e na própria sociedade.

Segundo Diegues (1999) a pesca artesanal vem sendo responsável aproximadamente, por algo em torno de 40 a 60% do pescado de origem marinha consumido no país isto quer dizer que, o Brasil tem seus recursos pesqueiros predominantemente oriundos da pesca artesanal. No entanto, muito pouco tem sido feito com relação à conservação e preservação ambiental para as áreas pesqueiras. Um dos mais graves indícios desta afirmação é a precariedade das estatísticas, que não estão estruturadas para realmente expor a realidade da preservação da pesca no Brasil, em especial a artesanal onde sua importância não se resume apenas em preservar uma atividade econômica, mas preservar uma parcela da história e da cultura de cada localidade, região, ou estado brasileiro.

A degradação ambiental está presente em toda a comunidade citada, a poluição provocada pelo acúmulo de lixo urbano, a falta de saneamento básico e a contaminação das fontes hídricas são os três grandes vilões da atividade pesqueira na comunidade. E toda esta problemática ambiental vem refletir o problema de todos os pescadores



artesanais do Estado de Pernambuco, somando-se a isto, outros fatores de degradação dos ecossistemas costeiros como: aterros e desmatamento dos manguezais e poluição dos rios e estuários.

A falta de consciência ambiental é um problema que vem crescendo a cada momento, a poluição vem proliferando cada vez mais, pois as próprias pescadoras não têm a consciência ambiental para preservação do espaço em que vivem e trabalham. A quantidade de mariscos, caranguejo, siri mole entre outros, que é a principal fonte de renda das pescadoras que vem gradativamente diminuindo.

Os problemas ambientais provocados pelos humanos decorrem do uso do meio ambiente para obter os recursos necessários para produzir os bens e serviços que estes necessitam e dos despejos de materiais e energia não aproveitados no meio ambiente. A constatação de tais problemas são globais e gera uma diversidade de acordos multilaterais concernentes às mais diversas questões ambientais. De acordo com Leitão (*apud* VIEIRA, 1997, p.127), as teorias de desenvolvimento do século XX defendiam a idéia de que só o crescimento econômico poderia promover o progresso social, melhorar a qualidade de vida e reduzir as desigualdades, mas, ao contrário do previsto, o crescimento econômico trouxe consigo o aumento da pobreza e da exclusão social.

Segundo Andrade, Soares e Pinto (1995) é possível se trabalhar a questão ambiental na perspectiva de que todos possam acreditar na capacidade do ser humano mudar os rumos da própria história. E para que isto ocorra é necessário que haja um conhecimento ambiental, por isso foi realizado na comunidade de Brasília teimosas oficinas que focasse os problemas ambientais existente na comunidade e procurar elucidar questões que fizesse aumentar o conhecimento das mulheres e despertar o interesse para a participação e gestão ambiental. Por isso fizemos um biomapa da comunidade com grupo de dez mulheres, as quais identificavam os principais problemas ambientais existentes no bairro.

O conhecimento Ambiental requer abordagens que contemplem novas relações disciplinares que ocorram a partir de inter-relações.

A constatação de que a formação técnica do pescador artesanal é essencial, mas o baixo conhecimento educacional e técnico acaba dificultando os pescadores em assimilar e utilizar novas tecnologias e métodos de pesca, de compreender e cumprir as determinações pesqueiras que surgem.



Nesse sentido, Altmayer (1999), argumenta que a solução da pesca, estaria no tipo de ensino recebido através da instrução formal, que venha preparar, sobretudo, as crianças para conhecerem e agirem de forma equilibrada no ecossistema ao qual fazem parte. E, também, através da educação não formal trabalhando com os pescadores, nos diferentes núcleos pesqueiros, para que estes percebam que a atividade pesqueira está interligada à preservação do ambiente pesqueiro. Na Brasília Teimosa não é diferente, visto que a pesca artesanal na comunidade passa de geração para geração ocasionando que crianças cada vez mais cedo entrem no universo da pesca. Com isso, acaba gerando um abandono escolar e conseqüentemente um desnível de conhecimento.

Embora estejam acontecendo vários empreendimentos por parte de empresas, novas leis tenham sido sancionadas, acordos internacionais estejam em vigor, a realidade apontada pelas pesquisas mostram que os problemas ambientais ainda são enormes e estão longe de serem solucionados pois, é consequência direta da intervenção humana nos diferentes ecossistemas da Terra, causando desequilíbrios no meio ambiente e comprometendo a qualidade de vida.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que avaliou o impacto de problemas ambientais nas atividades agrícola, pecuária e de pesca. O mais alto foi na pesca, citada por 22,1% dos municípios consultados¹. Entre eles se destacam a pesca predatória, a poluição por efluentes domésticos e industriais, a destruição de áreas de mangue e a movimentação de embarcações motorizadas nas áreas de pesca.

A pesca do marisco é a principal fonte de renda das pescadoras de Brasília Teimosa, que a cada ano diminui a quantidade, pois a falta de opção para gerar renda acaba fazendo com que elas pesquem de janeiro a janeiro sem dar tempo para que o marisco se desenvolva, além disso, o ambiente pesqueiro delas vem passando por varias mudanças que foram causadas por ação antrópica uma delas é a questão do lixo que é um grande problema ambiental enfrentado pela comunidade que se acumula dia após dia fazendo com que seja ateado fogo dizimando recursos e poluindo o ar.

A comunidade sofre com a falta de coleta de lixo que só passa uma vez na semana, gerando um transtorno para a mesma. Vale ressaltar que o acumulo de lixo

¹ Fonte globo.com – acessado dia 15 de Agosto de 2011



acaba atraindo ratos, baratas, moscas, mosquitos, formigas e escorpiões, entre outros, podendo transmitir doenças como diarreias infecciosas, amebíase etc.

Outro grave problema ambiental encontrado na comunidade e que afeta grande parte da população brasileira é a falta de saneamento básico que além de prejudicar a saúde da população, eleva os gastos da saúde com o tratamento às vítimas de doenças causadas pela falta de abastecimento de água adequado e sistema de tratamento de esgoto. Diante de todos os problemas Ambientais as mulheres pescadoras ainda são vítimas de exclusão no próprio ambiente de trabalho. Segundo (LEITÃO 2011) A fragilidade social das mulheres profissionais desta cadeia produtiva tem influenciado nas decisões das pescadoras em se organizarem em movimentos sociais de resistência contra o modelo vigente. O que representa uma mudança de paradigma em relação a imagem criada historicamente das pescadoras, que geralmente é compartilhada inclusive por elas mesmas, como “ajudantes” ou “dependentes, atribuindo-lhes menor valor, considerando que as atividades por elas realizadas se resumem na maioria das vezes em tecer redes, beneficiar pescado, catar mariscos, coletar e cultivar algas e pescar nos mangues . Assim, o movimento de pescadoras tenta romper com o espaço da mulher na pesca que ainda aponta para a invisibilidade e vulnerabilidade social. Vale ressaltar que Ainda hoje as Colônias são presididas em sua maioria por homens e a pesada rotina das pescadoras vinculada à maré e à família dificulta sua integração em outros movimentos onde também predomina a liderança masculina. (LEITÃO, 2010).

Para Maneschy (1995) a desvalorização do papel da mulher na manutenção do grupo, seu confinamento que não tem nada de natural ao espaço do lar e que, em consequência, restringe os movimentos da mulher no espaço social, contribuem também para abafar sua voz. A mulher, por conta disso, não frequenta ou frequenta menos os espaços associativos dos “homens”, como a colônia ou o sindicato de pescadores. Sem consciência de sua importância pública, a mulher reduz seu potencial de luta naqueles setores em que sua contribuição seria de imediato fundamental.

A autora, ainda destaca que, hoje se percebe que de alguma forma houve uma melhoria no acesso a igualdade dos direitos das trabalhadoras da pesca, mas as ações ainda estão muito segmentadas e, também, permeiam de forma pouco evidente os programas. Nas comunidades pesqueiras, a mulher vive todos os dias, muito mais que os homens, as dificuldades concretas da vida em terra. Ela teria por isso mesmo o importante papel de levantar também questões específicas quanto a qualidade de vida e,



em consequência, contribuído na valorização da categoria dos pescadores artesanais. “A mudança da ideologia de sexo que tende a menosprezar seu papel social, deveria permitir sua participação ativa no movimento de pescadores enquanto tendo interesse que, no fundo, são comuns aos de seus companheiros, aos de todos aqueles que vivem da pesca” (MANESCHY, 1995, p.83).

Em agosto de 1990 e em outubro de 1991, Juazeiro-BA e Olinda-PE respectivamente pescadores artesanais organizados em torno do MONAPE (Movimento Nacional de Pescadores) organizaram encontros em que se discutiu a questão ambiental (Diegues, 1992). Foram feitas denúncias de degradação dos ecossistemas litorâneos e de águas interiores, levada a cabo pela poluição ambiental e industrial, especulação imobiliária, desmatamentos, queimadas, despejos de vinhoto e mercúrio, aterros de manguezais e lagoas, assoreamento de rios e derramamento de petróleo.

Por ocasião da ECO 92,(Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente) durante o fórum global que reuniu ONGs de vários países, foi elaborado um “tratado sobre a pesca”, situando a importância da pesca artesanal na conservação dos recursos e na proteção dos ambientes marinhos, costeiros e de águas interiores (Fórum de ONGs, 1992).

Os documentos expostos não só apontam para os conflitos entre a atividade pesqueira e os demais usos dos espaços litorâneos, marinho e fluvial, como delineiam a importância do que se convencionou tratar de pesca artesanal, na preservação dos recursos naturais. Essa importância baseia-se na adoção de técnicas de captura de maior seletividade e de menor escala de predação, que podem ser consideradas menos impactantes para o ambiente explorado (Cardoso, 2001).

No entanto Não cabe criar uma imagem ideal do pescador (a) ecologicamente correto. É um produtor em busca de sua reprodução social que por vezes desrespeita os ciclos de reprodução do pescado. Porém, a percepção de que a queda da produtividade na pesca afeta diretamente seu modo de vida e que a degradação dos ambientes afeta-o diretamente tem levado à elaboração de propostas e a busca de alianças para a solução de seus problemas (Cardoso, 2001).

Porém isso só ocorrerá com um processo de educação ambiental que não seja compreendida como uma educação voltada somente para as questões ambientais, mas seja uma nova maneira de se pensar o conhecimento, de forma articulada e interdisciplinar, que ajude ao ser humano compreender-se como parte harmônica do



universo. Levando em conta não apenas as espécies ameaçadas de extinção, mas os processos econômicos que condenam a uma sobrevivência.

A espécie humana, no seu meio ambiente, depende tanto de elementos naturais como daqueles que foram por ele criados. Dessa forma, o conjunto de elementos que constituem o meio ambiente é fundamental para a sua vida, cuja qualidade depende da melhor ou pior situação desses elementos. A questão ambiental, diz respeito à qualidade de vida das espécies, inclusive os grupos humanos.

Neste contexto qual será o verdadeiro papel das pescadoras na preservação? Hoje verificamos que milhões de mulheres principalmente no Nordeste do Brasil, das mais diversas realidades socioeconômicas, dos mais diferenciados níveis social, cultural e educacional, destinam grande parte do seu dia para a luta árdua pela sobrevivência, principalmente em decorrência do abandono dos companheiros. Sozinhas assumem o papel de chefes de família e buscam atividades alternativas para garantir a sobrevivência da mesma.

A sobrepesca de algumas espécies, a pesca predatória de outras tantas e a destruição de ecossistemas de alta produtividade são algumas das consequências que acompanharam o desenrolar do projeto de modernização do setor pesqueiro.

Despertar nessas mulheres a sua capacidade de iniciar em sua comunidade ações de preservação e conservação incentivando-as a busca para um equilíbrio que transforme seu ambiente e, sobretudo elas mesmas, inculcando-lhes a necessidade de desenvolver capacidade empreendedora e de defesa ao meio ambiente.



Referência

ANDRADE, Lícia / SOARES Geraldo/ PINTO, Virginia. **Oficinas Ecológicas: Uma proposta de mudanças.** Petrópolis: Vozes. 1995

ALTMAYER, F. **Pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos - RS:** Uma análise de sua percepção do meio natural como subsídio para um projeto de educação ambiental. Rio Grande, Curso de Mestrado em Educação. FURG, 1999.

CARDOSO, E. S. 2001. **Geografia e pesca:** aportes para um modelo de gestão.

CEPENE 2001 **Caracterização da Pesca no Estado de Pernambuco.** Disponível em: http://www.ibama.gov.br/cepene/paginas/pg.php?id_arq=56

DIEGUES, A. C. S (1992) **Os pescadores artesanais e a questão ambiental.** Proposta, n. 53, p. 31-34.

FÓRUM INTERNACIONAL de ONGs e Movimentos Sociais, **fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente** (1992) Tratados das ONGs. Rio de Janeiro. 264p.

IBAMA 2005 **Legislação Pesqueira.** Disponível em: ww.ibama.gov.br/rec_pesqueiros

LEITÃO, M.F.R.A. (Org). **Extensão Rural, Extensão pesqueira:** Experiências Cruzadas. Recife: Fasa, 2008 a.

_____. **Pesca e Gênero:** o papel da mulher no desenvolvimento local. Fundação Antônio dos Santos Abranches, Recife, 2008b.



_____. **30 anos de Registro de Pesca para as Mulheres.** Fundação Antônio dos Santos Abranches, Recife, 2010. p.13c.

MANESCHY, Maria Cristina. “Pescadoras em busca de cidadania”. IN; ALVARES, Maria Luiza Miranda, D’INCAO, Maria Ângela(org) **A mulher existe?** Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM, 1995



GT 8 - Formas de participação de pescadores artesanais na gestão ambiental: potencialidades e limites

O processo de gestão de pescadores artesanais a partir do trabalho feminino na comunidade Segredinho/Capanema-PA

Alessandra Sampaio Cunha¹
Nádia Sueli Araújo da Rocha²
Sérgio Cardoso de Moraes³

¹ Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local /NUMA-UFPA; Pedagoga – UFPA;
Técnica em Assuntos Educacionais- IFPA: E-mail: lessandrasamp@yahoo.com.br

² Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local /NUMA-UFPA; Pedagoga – UFPA;
Técnica em Assuntos Educacionais- UFPA: E-mail: nrocha@ufpa.br

³ Doutor em Educação / Professor Orientador NUMA/UFPA; E-mail: scmoraes@ufpa.br

Resumo

Este artigo apresenta e discute a participação social dentro do aspecto teórico e prático a partir do trabalho desenvolvido na comunidade de Segredinho/Capanema-PA, no nordeste paraense. A partir do enfoque da pesca feminina enquanto necessidade da participação como elemento de consolidação do reconhecimento das mulheres como profissionais da pesca. A discussão objetiva fomentar a participação social das mulheres pescadoras no processo de gestão e instigar a criação de instrumentos coletivos que promovam o desenvolvimento local para a comunidade. Para a efetivação do trabalho optou-se por alguns elementos metodológicos como: visita à comunidade, observação participante, entrevista semi estruturada, reuniões na comunidade. Inicialmente o trabalho partiu de estudos feitos sobre o trabalho feminino culminando para a integração de pescadoras e pescadores na busca pela construção de elementos institucionais que visem a gestão dos recursos naturais da comunidade. Os resultados obtidos convergem para maior participação da comunidade na busca por empoderamento e para implantação da Colônia de Pescadores no município de Capanema-PA.

Palavras-Chave: Participação – Pesca - Mulheres



Introdução

As crescentes dificuldades econômicas enfrentadas pelas comunidades rurais amazônicas apontam para a necessidade de criação de alternativas para consolidar os modos de vida baseados em atividades tradicionais como a pesca e a agricultura. No que concerne a pesca artesanal, desenvolvida por inúmeras comunidades existentes no nordeste paraense, por estarem situadas em áreas ribeirinhas e costeiras, o enfrentamento de graves problemas ambientais, culturais, sociais e econômicos, exigem uma postura de participação e organização social, necessária para a manutenção e sobrevivência destas comunidades.

Principalmente em comunidades onde a pesca artesanal é desenvolvida por mulheres que ao longo dos anos vêm desmistificando algumas ideologias de que “a pesca é uma atividade eminentemente masculina” (MOTTA-MAUÉS, 1993, p.83).

A participação da mulher na pesca tem sido envolvida em um universo de preconceitos por configurar o entendimento desta atividade produtiva como construção das pessoas, das relações econômicas, sociais e culturais. Uma vez que tal atividade assegura-se na divisão social do trabalho e assemelham-se as demais atividades produtivas, que resumem a participação das mulheres a um contexto doméstico voltado para os cuidados com os filhos e a casa.

Essa ideologia assemelha-se igualmente a diversos preconceitos que envolvem a presença da mulher na pesca. Talvez tais problemas tenham contribuído para que as próprias mulheres desvalorizem-se enquanto agentes de produção na pesca e sua atividade tornar-se invisível perante a sociedade.

A partir dos anos 80 os estudos apresentam a presença feminina na pesca enquanto agentes produtivas envolvidas no contexto social que tem ampliado a discussão e a necessidade de valorização dessas sujeitas que muito tem contribuído para o desenvolvimento da pesca artesanal.

Todavia em muitas culturas o trabalho feminino tem sido silenciado por sua atividade possuir caráter doméstico e não produtivo, tornando-se complementar ou de ajuda ao trabalho masculino. Isso tem implicado na dificuldade de explicitação da identidade feminina de pescadora. (MOTTA-MAUÉS, 1999).

Nesse contexto apresenta-se a comunidade de Segredinho, localizada a 25 km do município de Capanema-PA, onde a pesca é desenvolvida em grande parte por mulheres da comunidade que mantém com a atividade pesqueira uma relação sócio



cultural fundamental para o desenvolvimento local. Mas a falta de participação social dessas profissionais tem tornado seu trabalho invisível perante a comunidade. A ausência de elementos organizativos tem colocado essas trabalhadoras da pesca no anonimato social inviabilizando seu reconhecimento enquanto contribuintes econômicas locais.

Dessa forma, este artigo objetiva discutir sobre as bases teóricas a importância da participação democrática enquanto construção de identidades sociais e, questões práticas sobre como vem sendo fomentado a construção de organizações coletivas enquanto elementos que consolidem o envolvimento da comunidade na busca de soluções para o desenvolvimento local, através do processo de gestão que está sendo implementado na comunidade de Segredinho/Capanema-PA.

Entende-se que é através da participação que os sujeitos promovem mudanças, influenciam nos modos de vida e constroem instrumentos capazes de promover transformações sociais. Entendendo a participação enquanto a realização de ações diretas pela população, fazendo garantir seus direitos e cobrando do Estado aquilo que lhe compete fazer em prol do bem comum. (MONTORO in CEPAM, 1999)

O trabalho na comunidade de Segredinho iniciou em dezembro de 2009 com um estudo voltado para o trabalho feminino, culminando para a continuação de estratégias voltadas para a participação social dos pescadores e a criação de instrumentos institucionais que promovam a gestão dos recursos naturais. Para a realização do mesmo foram utilizados alguns recursos metodológicos que contribuíram com o trabalho de campo, tais como: Observação participante, entrevista semi estruturada com registros em áudio e fotográficos. Estão sendo reuniões para esclarecer e discutir a importância da organização coletiva, conhecer os principais problemas enfrentados pelas pescadoras e fomentar a importância da participação dos moradores na busca pelos seus direitos. Foram feitas ainda, 25 entrevistas que contribuíram com dados imprescindíveis para realização do trabalho.

Alguns resultados analisados foram fundamentais e necessários para ampliação das discussões e fortalecimento das lideranças locais. Esses elementos consolidaram o trabalho e convergiram para o entendimento de que somente pela participação coletiva os direitos serão garantidos e o reconhecimento da pesca feminina enquanto atividade que contribui para o desenvolvimento local está a um passo de ser garantido.



Portanto, o artigo trará a seguinte estrutura: após 1-**Introdução** será apresentados no item 2- uma discussão teórica sobre **Organizações Coletivas como Instrumento de gestão social** será enfatizada a importância da criação de instrumentos legais para consolidar a participação dos atores sociais envolvidos no projeto; 3- **A Pesca feminina na comunidade de Segredinho**. Após será apresentado a metodologia e os principais resultados alcançados.

2 - Organizações Coletivas como Instrumentos de Gestão Social

As transformações causadas atualmente na produção de vida material provocam transformações na organização política. As demandas atuais cobram um sujeito social engajado e envolvido no processo político, com sensibilidade e conhecimento para interferir de forma positiva na definição de ações que possam definir seu bem estar econômico e social.

“O povo é agente de sua constituição como sujeito histórico” (BUFFA 2003, p.86). Todas as mudanças sociais dependerão da percepção de que a história se faz quando a ela estão aliados interesses comuns, e quando a participação é o elemento motor para a consolidação de direitos. Muitos problemas enfrentados hoje por muitas sociedades, principalmente, pelas mais carentes, requerem o entendimento de que as forças locais acham-se desarticuladas, isoladas e enfraquecidas, isso tem favorecido a perpetuação de práticas reprodutivas que contribuem para anulação de direitos adquiridos ao longo da história.

Do contrário é necessário partir para o engajamento, para a participação não no sentido limitado, mas no sentido amplo de participação social que *“abrange a atuação organizada e responsável dos múltiplos setores da sociedade na solução de problemas coletivos e na promoção do bem comum.”* (MONTORO in CEPAM, 1999)

Em se tratando da pesca feminina, em muitas comunidades a falta de participação social das mulheres inferioriza o trabalho realizado a uma extensão dos trabalhos domésticos. Pelo fato destas permanecerem no anonimato dentro da própria comunidade e pelas carências de políticas públicas que as reconheçam enquanto profissionais.



A participação social, si faz presente entre os grupos minoritários através da organização coletiva utilizando instrumentos como Associações Profissionais e de Classe, Conselhos Municipais, Sindicatos etc. Instrumentos políticos que entre outras tem a função de integrar os sujeitos ao âmbito social de forma ativa.

Para garantir essa participação a Constituição Brasileira (1988) assegura “*plena liberdade de associação para fins lícitos*”. Pois, entende que todos têm a liberdade de lutar por melhorias de classe e promover o engajamento social para alcançar o desenvolvimento local.

Com a crescente onda de problemas sociais enfrentados hoje não só nas grandes metrópoles nas principalmente no meio rural, a manutenção de práticas de sobrevivência encontra-se ameaçada pela falta de conhecimento e colaboração de instituições e entidades que ignoram as comunidades, suas demandas locais, seu saber tradicional etc.

Porém, a partir dos anos 90, temos vivenciado um importante momento em que a articulação entre diversos setores caracterizam um movimento que visa contribuir para superação ou amenização de problemas sociais envolvendo a própria sociedade, seus sujeitos e suas demandas.

Falamos aqui dos movimentos sociais, ou melhor, da organização social advinda com a necessidade de superar desafios antes entregues nas mãos do Estado. Uma alternativa que junta objetivos e desejos comuns, unidos por uma necessidade de colaboração entre os seus pares, a definição de metas e projetos para promover o desenvolvimento, voltado para a economia e as potencialidades locais, que integra todos os elementos dentro do processo de gestão. Resultando no associativismo e demais estratégias de justaposição de ideais.

Embora se tenha consciência da dificuldade de suscitar uma nova cultura da participação e,

mesmo que pontos críticos surjam como dificuldades para construção e manutenção de uma parceria, isso não significa que a parceria não possa ser encorajada como um mecanismo de ação coletiva, de participação social no planejamento de comunidades rurais para o desenvolvimento local. (VASCONCELLOS apud TEISSERENC et al, 2008, p.97)

Esse desafio é posto como solução primária para integrar os diferentes interesses numa justaposição de idéias e conhecimentos que devem gerar uma nova



concepção de participação. Ela é o princípio, através da participação outros elementos serão desencadeados sob forma de instrumentos legais.

Segundo Reis (2002), a organização social é a manifestação mais legítima de cidadania e participação social uma vez que atuam em prol da sociedade, principalmente nas comunidades mais carentes. Quanto à forma de organização social, podem constituir-se enquanto fundações públicas ou privadas, associações ou sociedades civis, cooperativas e cooperativas sociais. Porém, deve ter uma clara atuação social e não ser estruturada em propósitos lucrativos.

“As organizações sociais devem ter como objetivo específico defender o interesse de seus envolvidos, daqueles que estão aliados a ela, que dela compõem, que nela estão integrados” (ASSIS, 2001, p.23). Pois, o indivíduo compromete-se com aquilo que conhece e o comprometimento será tão intenso quanto maior for sua participação na definição e no planejamento do que se pretende atingir.

Temos assim, na organização social um importante instrumento de emancipação humana, uma vez que seja dada a oportunidade de participação para os agentes das comunidades rurais exporem seus anseios, construir sua autonomia e ser provocador das mudanças que beneficiarão toda a comunidade.

Entende-se que no cenário Amazônico, onde muitas comunidades rurais sofrem interferências econômicas que destroem seus recursos naturais, alteram seus modos de vida e reprodução social, o fortalecimento de práticas organizativas deverá romper com o silêncio a que estão submetidas muitas culturas, impossibilitadas de emancipar-se pelo desconhecimento de sua força enquanto categoria, grupo ou associação. Isso qualifica ainda, as diferentes categorias entre as das pescadoras.

Porém, faz-se necessário entender que a mudança nos modos de vida, o engajamento social só é possível pela educação dos povos, instruí-los para que se vejam enquanto cidadãos no sentido único da palavra livre e participantes, e com o entendimento de que são eles os agentes construtores do processo e que nós seremos apenas instrumentos de mitigação para alcançar seus objetivos. Esse tem sido a proposta primordial no desenvolvimento do trabalho que está sendo realizado com as mulheres pescadoras na comunidade de Segredinho-PA.

3. - A Pesca Feminina na Comunidade de Segredinho-PA



A divisão social do trabalho configurou-se ao longo dos tempos como um entrave ao desenvolvimento da mulher nos setores econômicos, em suas diferentes atividades desenvolvidas. A classificação da mulher enquanto doméstica ou aquela que deveria cuidar dos afazeres e dos filhos em casa, permeou durante muito tempo na sociedade que se constitui desde os primórdios dentro do modelo machista, principalmente quanto trata de questões econômicas. Em muitas comunidades o trabalho feminino ainda possui caráter complementar e elas são consideradas como ‘figurantes’ e/ou ‘ajudantes’ (Simonian, 2007).

Principalmente quando se tratam de atividades em que são exigidas características reservadas ao gênero masculino como força e coragem. É estabelecido então, a divisão social do trabalho separando os sujeitos envolvidos em mais ou menos capazes. “*Existe uma exaltação dos papéis exercidos pelos homens em detrimento do papel exercido pela mulher na sociedade, este ultimo considerado como menos importante*”. (COPE apud SIMONIAM, 2007, p.339).

Dessa forma, a questão de gênero torna-se fundamental para o entendimento da organização de muitas culturas que distribuem as atividades econômicas com base na diferença entre homem e mulher. Embora as mulheres desempenhem muitas funções e sejam consideradas polivalentes. No entanto, o não reconhecimento das várias atividades como sendo produtivas inviabilizem seu valor enquanto participantes ativas.

Um dos elementos mais importantes de relações de gênero é o modo que eles solidificam hierarquias e relações de poder em uma sociedade, por vários meios de, em uma mão, opressão (violência, discriminação, marginalização) e, na outra, privilegio (preferência, favores, poder sobre os outros). (COPE in SIMONIAN, 2007, p.338).

Essa assertiva enfatiza exatamente como em muitas comunidades pesqueiras o trabalho feminino é visto. Por ser a pesca uma atividade que historicamente foi desenvolvida por homens, a inserção de mulheres nesta atividade passa a ter um caráter complementar e de ajuda. E concretiza o preconceito e a marginalização com que muitas mulheres pescadoras são tratadas, pois na relação entre os gêneros estabelecida com a pesca, considera-se uma atividade eminentemente masculina.

O fato de não se reconhecer as atividades realizadas pelas mulheres nas comunidades pesqueiras sejam por estarem designadas à esfera reprodutiva, logo, desvalorizadas, seja por estarem na esfera produtiva, associadas à idéia de complementaridade, constitui o argumento da invisibilidade do trabalho feminino no setor pesqueiro. (LIMA in GÓES, 2008, p.76).



O reconhecimento do trabalho feminino na pesca, assim como em outra atividade, requer o entendimento de que o momento atual traz consigo uma oportunidade para a emancipação da mulher. Haja visto, que na Amazônia o papel da mulher em diversas atividades vem ganhando evidência através de movimentos sociais que tem tornado visível o valor sócio econômico do trabalho feminino. Mudanças ocorridas nas últimas décadas no contexto global produziram uma maior ‘visibilidade’ as atividades femininas, tanto em termos ambientais como socioeconômicos e políticos culturais. (LEACOCK in SIMONIAN, 2007).

Posto isso, amplia-se a necessidade de instigar a participação das mulheres pescadoras da comunidade de Segredinho como elemento para consolidação de práticas coletivas. Pois a participação feminina na atividade da pesca é significativa em relação a presença masculina. E possui singularidades quanto ao aspecto cultural, ambiental e social no desenvolvimento dessa atividade.

A pesca é realizada com arpão, instrumento construído pelas próprias mulheres que aprenderam tal ofício com seus pais desde a adolescência e mantém esse costume até então. Fazem da pesca uma atividade prazerosa e produtiva, pois, com o resultado do ofício contribuem para a sobrevivência do grupo familiar. São mulheres de idades variadas, conhecidas por sua coragem de enfrentar a noite e os perigos do lago para desenvolver a atividade da pesca tendo nesta um importante complemento de renda.

As mulheres ainda mantêm costumes tradicionais no desenvolvimento da pesca e uma relação sócio ambiental com o lago, onde é desenvolvida a pesca, que demonstra sua preocupação na preservação dos recursos naturais. Pois, acreditam que o lago possui valor místico e que foi deixado pelos seus antepassados, os índios, como fonte de sobrevivência para a comunidade.

Outro elemento diferenciador do trabalho feminino é que apresentam a pesca como uma atividade prazerosa. Aliam a necessidade financeira ao gostar do trabalho e são mulheres polivalentes realizam várias atividades. Quando durante o inverno que a pesca torna-se mais difícil, buscam alternativas de renda como o trabalho na agricultura, vendas de roupas, pequenos comércios e costuras. Fontes alternativas de renda porque as necessidades financeiras são acentuadas e sentem-se responsáveis pela manutenção da família juntamente com os maridos.



O trabalho desenvolvido pelas mulheres na atividade da pesca torna-se fundamental para o desenvolvimento local, uma vez que a presença direta e significativa da mulher na pesca é visto pela comunidade como parte primordial para a reprodução familiar. Embora a atividade pesqueira feminina precise ser considerada e valorizada no âmbito social.

Portanto, diante de tudo que fora exposto, faz-se necessário a consolidação de práticas organizativas não somente como elemento que vai instigar a participação da comunidade enquanto agentes de mudanças, mas, sobretudo a possibilidade de criar estratégias de sobrevivência coletiva que considere as especificidades locais e o bem comum.

4- METODOLOGIA

O trabalho foi realizado no período de dezembro de 2009 a janeiro de 2010, na comunidade de Segredinho/Capanema-PA, com os pescadores locais. A comunidade possui na pesca sua principal fonte de renda e consumo. A comunidade possui dentro de seus limites geográficos uma área de campo e no seu entorno um lago que recebe influencia do rio Quatipurú e serve de base de sustentação econômica para a comunidade devido a variedade e alta quantidade de peixes encontrados ali.

Além da dependência econômica que a comunidade mantém com o lago, a representação social deste para os moradores é um significante para a perpetuação de saberes e crenças, aprendidos e desenvolvidos ainda hoje, seja através de seu uso econômico ou símbolo da herança de seus antepassados.

No desenvolvimento do trabalho foram utilizados os seguintes instrumentos metodológicos: visitas periódicas à comunidade a fim de mantermos uma relação de aproximação com os moradores, estabelecendo contato e definindo juntamente com eles o seguimento do trabalho; Entrevistas semi estruturadas voltadas para a obtenção de informações, registros fotográficos e em áudio para análise dos aspectos pertinentes.

Além disso, estão sendo realizadas reuniões periódicas com os moradores, onde são apresentados os elementos teóricos, palestras e discussões a cerca da implantação da Colônia de Pescadores como instrumento de gestão social. Permeando todo o trabalho, está a observação participante de todo o universo que compõe o trabalho, os atores sociais e as atividades por eles desenvolvidas.



6- RESULTADOS E CONCLUSÕES

Embora reconheçamos a importância de promover a organização social dos pescadores na comunidade de Segredinho-PA como instrumento de consolidação da gestão social, reconhecemos que está sendo um desafio. Uma vez que é um processo que precisa do compromisso e do envolvimento de toda a comunidade, pois visa trazer elementos que configure uma mudança de pensamento e de atitude na forma de reprodução/produção econômica, social e cultural.

Temos enquanto resultados obtidos até o momento 08 reuniões realizadas com todos os moradores, pescadores e pescadoras da comunidade. Na ocasião ouvimos seus anseios e problemas, apresentamos nossa proposta, percebemos a preocupação dos moradores com os pescadores externos e a ansiedade de procurar soluções. Já foi organizado um grupo de pescadoras e pescadores representativo da comunidade para se fazer a discussão e organização do estatuto para criação da Colônia de pescadores.

Estas reuniões tem sido fundamentais para o esclarecimento sobre a gestão social na comunidade por meio da organização e da participação de todos. Nas reuniões são dados os encaminhamentos e as propostas para o direcionamento do processo.

Outro resultado foi a construção do perfil sócio econômico da comunidade obtido por meio da entrevista feita com os moradores. O perfil favoreceu o reconhecimento sócio cultural e estrutural da comunidade a fim de seguir metas e propostas definidas a partir das necessidades locais.

O envolvimento da comunidade no processo de gestão é resultante de ações geradas a partir das discussões e diálogo a fim de promover a institucionalização da pesca na comunidade e trazer benefícios para os moradores por meio da implementação de manejo dos recursos naturais extraídos pela comunidade do Lago do Segredo, onde grande parte dos moradores pescam, fazendo desse recurso natural a base de sua sobrevivência.

A gestão dos recursos naturais visa ainda a constituição de “acordos” e ações que contribuirão para amenizar os conflitos vividos entre pescadores da comunidade e pescadores externos em função do território da pesca.

Portanto, considerar a gestão relevante nesse contexto é acreditar que através da gestão participativa dos atores sociais os moradores reconheçam que são



protagonistas do espaço em que atuam e vivem, além do que, possa contribuir para reflexão sobre a apropriação dos recursos naturais e de que modo devem se dá esta apropriação pelos pescadores.

Tais resultados apresentados apontam para a necessidade de criação e fortalecimento dessas organizações que culminam para a gestão social e para garantir a reprodução social dessa categoria de trabalhadores no interior da Amazônia.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, D.J.C. **Empreendedorismos: Transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001
- BUFFA, E. **Educação e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL, **Constituição Brasileira**, 1988.
- BRANDÃO, Carlos A. “**Teorias, Estratégias e Políticas Regionais e Urbanas Recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado**, in *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, 2004 n.107, p.57-76.
- CASTRO, Edna. **Tradição e Modernidade**. Novos cadernos NAEA, vol.2 nº1 – Belém –PA: dezembro 1999.
- DIEGUES, A Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, NUPAUB, Universidade de São Paulo, 1994.
- CARDOSO, S.E. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social**. Tese (Departamento de Geografia), USP: 2001.
- GOES, L.O. **Os usos da nomeação mulher pescadora no cotidiano de homens e mulheres que atuam na pesca artesanal**. (Dissertação de Mestrado): Recife, 2008.
- WOORTMANN, E. **Da Contemporaneidade à Dependência: Espaço, Tempo e Gênero em comunidades pesqueiras**. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Ano 7, nº 18, fev, 1992.
- MALDONADO, S.C. **Pescadores no mar**. Ática: São Paulo, 1996.



MANESCHY, M.C. **Da casa ao Mar: Papéis das mulheres na construção da pesca responsável.** Texto Seminário Internacional sobre pesca responsável. Ceará, 1997.

MOTTA-MAUÉS, M.A. **Trabalhadeira e Camaradas: Um estudo sobre o status das mulheres numa comunidade de pescadores.** Brasília (Dissertação de Mestrado): UNB, 1977.

MONTORO, A.F. Descentralização e Participação: Importância do Município na *Democracia*. CEPAM – *O Município no século XXI: cenários e perspectiva*, 1999.

REIS, C.J.O. **A Importância das Organizações Sociais.** Científico. Ano II: Salvador, 2002.

SIMONIAN, L.T. A Questão de Gênero: Um breve Estudo no Estuário Amazônico in **Poder Local e Mudanças Socioambientais.** – Belém: NAEA/UFPA, 2007.

VASCONCELLOS, M. VASCONCELLOS, A.M A. Ação Coletiva, Parceria e Empoderamento. In **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia.** 1ed. Belém: NUMA/UFPA, 2007.



GT 8 - Formas de participação de pescadores artesanais na gestão ambiental:
potencialidades e limites

Participação e Trajetória de Lideranças Políticas Femininas em Curuçá - Amazônia brasileira

Denise Machado Cardoso¹

Jamilye Braga Salles²

Guilherme Bermerguy Chêne Neto³

¹ Antropóloga, Doutora em Desenvolvimento Socioambiental. Docente pesquisadora do Laboratório de Antropologia do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e da Faculdade de Ciências Sociais, ambos da UFPA. Pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos sobre Mulher e Gênero Eneida de Moraes - GEPEM, Grupo NOSMULHERES e Grupo de Estudos sobre Populações Indígenas – GEPI. denise@ufpa.br

² Bacharel em Direito, atua em Movimentos Sociais de Mulheres e em ONG. jamilyesalles@gmail.com

³ Cientista Social. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Pesquisador Colaborador do Laboratório de Antropologia dos Meios Aquáticos – LAMAq/MPEG. gbemerguy@hotmail.com

Resumo

Este estudo aborda a participação política de mulheres no município de Curuçá, nordeste do estado do Pará, e destaca as particularidades culturais que redundam para o engajamento destas nas arenas políticas locais. A partir da perspectiva antropológica, foi realizada uma pesquisa sobre o efetivo exercício político dessas mulheres no contexto sócio-cultural da região. Destaca-se que a criação da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá contribuiu na ampliação de oportunidades de protagonismo político das mulheres neste município. A gestão da Resex e as novas oportunidades de empreendimentos são fatores que contribuem nas alterações do cenário político local. As evidências observadas na pesquisa de campo demonstram que as mulheres são importantes atores sociais envolvidos nessa gestão e na busca de solução para as problemáticas locais.

Palavras-chave: Mulheres, participação política, reserva extrativista marinha de Curuçá



Introdução

Este artigo analisa a atuação política de mulheres no município paraense de Curuçá¹, em meio a um contexto da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá, no qual a população local busca conciliar práticas tradicionais com as inovações econômicas, políticas e culturais advindas com a criação dessa Resex. O propósito deste estudo reside na necessidade de compreensão do exercício político dessas mulheres sob a perspectiva das Ciências Sociais, e em particular a Antropologia, no atual cenário político da localidade. As mulheres extrativistas, precisamente as marisqueiras estão organizadas e resistem, ao mesmo tempo em que tentam se adaptar às dinâmicas sociais. Elas estão aliadas aos movimentos sociais, representações políticas e a outros atores da população local, com vistas ao exercício de cidadania.

A prática antropológica foi um importante procedimento metodológico nesta investigação porque a pesquisa etnográfica pode começar a partir de um diálogo cotidiano que, em um primeiro momento, pode ser considerado como simples. Daí a importância de se assistir de perto os acontecimentos rotineiros, nos moldes propostos por Malinowski (1976). Além disso, a etnografia permite apreensões das realidades, pois, segundo Oliveira (1996), é através dos atos de olhar e de ouvir que se pode interpretar (compreender) as sociedades e suas culturas. Destaca-se ainda que a partir da perspectiva êmica (GEERTZ, 1999; HARRIS, 1970), assegura-se a compreensão dos modos de pensar e agir das pessoas estudadas.

É importante considerar, ainda, que ao tentar buscar o que Geertz (1999) identifica como “o ponto de vista do nativo”, um pesquisador que se utilize de abordagem antropológica arrisca-se a alcançar apenas o discurso público sobre a questão, deixando muitas vezes de lado o que ocorre no âmbito doméstico das sociedades ou na intimidade dos indivíduos. Nesta direção, a observação direta é igualmente fundamental, conforme destacou Simonian (2000b, 1994) em seus estudos sobre violência.

As informações deste estudo foram obtidas no período de 2008 a 2011, a partir da participação em espaço de exercício político em Curuçá e em Belém e pesquisa de

¹ Curuçá foi criado em 14 de maio de 1895 e pertence à Mesorregião do Nordeste paraense e a microrregião do Salgado. A sede municipal se encontra nas coordenadas: 00° 43' 48" de latitude Sul e 47° 51' 06" de longitude a Oeste de Greenwich, onde se limita com os Municípios de São Caetano de Odivelas, Marapanim, Castanhal e com o Oceano Atlântico. De acordo com a última contagem do IBGE, a estimativa do número de habitantes de Curuçá é de 34.490 habitantes (IBGE, 2010).



campo no município de Curuçá. Nestas oportunidades foram realizadas entrevistas, das quais se destacam aquelas realizadas com a então presidente da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande - AUREMAG, a marisqueira Sandra Gonçalves. Além disso, foram entrevistadas mulheres com atividades socioeconômicas diversas como, por exemplo, a aqüicultura.

A ida ao município de Curuçá teve papel fundamental na construção e execução deste trabalho, na medida em que possibilitou o contato mais próximo com a realidade de Curuçá e o entendimento sobre a atividade política das marisqueiras. É válido ressaltar que a pesquisa de campo foi realizada na sede municipal e em áreas mais rurais foi estratégico, na medida em que nela se concentram as atividades produtivas e as atividades políticas relacionadas às decisões e à representação feminina das marisqueiras.

Dentre os locais estrategicamente escolhidos para este estudo destacam-se a Casa do Pescador, prédio onde se situa a sede da AUREMAG; a sede da prefeitura municipal de Curuçá; a praça central da cidade, onde se concentram as principais instituições públicas; a sede do Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Curuçá; o Bosque do Centenário, situado em frente ao mercado municipal onde se encontram o porto e a placa que divide a área da reserva na localidade. As entrevistas também foram realizadas nas residências das pessoas entrevistadas no bairro Alto e em várias vilas e comunidades desse município.

Essa tentativa de desenvolver a pesquisa em vários espaços deve-se ao interesse em obter diferentes perspectivas e contextos nos momentos em que se realizavam as entrevistas e observação de campo. Notadamente, buscou-se ao mesmo tempo a apreensão do espaço de trabalho e a configuração do espaço público enquanto espaço de participação política. Nesses termos, a visão de Arendt (2004) acerca da experiência de espaço público na chamada era moderna é pertinente nesse estudo porque ela o define esse espaço como qualquer lugar que se torne espaço de poder, de ação comum coordenada através do discurso e da persuasão (ARENDRT, 2004). Conseqüentemente, o conceito de espaço público revelou-se mais procedimental do que substantivo, pois a maneira como o debate ocorre é considerado, nessa perspectiva, mais importante que o próprio tema ou local do mesmo.

Os estudos a respeito da participação política das mulheres caracterizam-se pela idéia recorrente que as mulheres enfrentam desafios na conquista de espaços de



participação (CARDOSO, 2006). A situação imposta às mulheres ainda é marcada por inúmeras dificuldades de inserção na esfera pública, cujas razões remetem-se às desigualdades sociais de gênero, presentes em diferentes contextos sócio-culturais. No entender de Collier (1974) a separação entre esfera pública e doméstica traz desvantagens para mulheres quando estas estão a competir pelo poder e prestígio, porque concede apenas aos homens o direito de problematizar e decidir as questões não domésticas. O espaço público revela-se então como um espaço de publicização das ações governamentais e a arena de discussão, debate e participação de diversos grupos sociais.

Nestes termos, Tabak (2002) chama atenção para a maneira como ocorreu a socialização política das mulheres em países com regimes políticos autoritários da América Latina. E, durante as décadas de 1960 e 1970, as condições nesses países eram desfavoráveis à participação política de ambos os sexos. No final do século XX esse cenário político passou por modificações decorrentes de mudanças advindas dos chamados novos movimentos sociais, dos quais se destacam o movimento indígena, movimento de pessoas negras, movimento de mulheres, dentre outros.

Em relação ao atual contexto sociopolítico de Curuçá, buscou-se observar na realização da pesquisa de campo, o cenário político local e identificação de atores envolvidos. A análise das problemáticas e a forma de atuação das lideranças das mulheres marisqueiras também foram enfatizadas neste contexto da investigação. Dentre os espaços para realização desta investigação destaca-se o encontro estadual do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense – FMAP, realizado entre os dias 12 e 13 de dezembro de 2008, em Belém, capital do estado do Pará. Neste evento as atividades e debates travados pelas marisqueiras de Curuçá foram cruciais para a investigação proposta. Também foi possível desenvolver este estudo, a partir da leitura de relatórios de pesquisas, além de referenciais teóricos oriundos da antropologia, do direito, e do movimento feminista, que corroboraram para uma melhor análise da realidade local.

Participação e protagonismo político das mulheres marisqueiras

É notória a importância da imbricação entre trabalho de mariscagem² e a atuação política das mulheres para a manutenção das tradições históricas e sociais locais, do

² pesca artesanal desenvolvida por grupos humanos que estabelecem uma relação dupla entre a terra e o mar denominados também de “população tradicional”. A mariscagem está relacionada à captura



equilíbrio ecológico da área protegida, também como para a sustentabilidade econômica de Curuçá. Nesse município, a atividade extrativista é uma das mais relevantes. Duarte (2008) chama atenção que realidades nesses moldes são fundamentais no sentido de reorganização do trabalho que esteja voltado para a sustentabilidade e cuidado da vida humana, como uma responsabilidade conjunta da sociedade.

As discussões sobre a participação política das mulheres revelam o quão importante é o papel delas nas atividades produtivas e não produtivas de seus grupos sociais. Os estudos sobre essa questão indicam que a participação das mulheres é condição necessária ao desenvolvimento local (CARDOSO, 2006). Notadamente, em áreas de manguezais os conhecimentos e práticas que as mulheres possuem é de estratégico sob o ponto de vista da sustentabilidade desse ecossistema.

Em seu estudo sobre mulheres que coletam mariscos, moluscos e crustáceos em manguezais no estado da Bahia, Oliveira (1992) observou que, a mariscagem, através de técnicas artesanais, consiste na coleta de diversas espécies de moluscos e crustáceos no mangue, além de seu beneficiamento e comercialização. Portanto, a mariscagem envolve não apenas a captura/coleta de animais no mangue, mas uma cadeia de produção e circulação desses animais beneficiados ou não, e impactua nas ações políticas dessas mulheres mesmo quando não há intenção inicial para isso. Em termos de relevância socioambiental a pesca é inquestionavelmente importante (FURTADO, 2006) sob vários aspectos e a mariscagem, e atividades correlatas, destaca-se no que se refere à participação de mulheres (CARDOSO, 2000). Desse modo, as atividades produtivas das marisqueiras é relevante em termos ambientais, econômicos e políticos.

O tempo de trabalho na mariscagem é determinante na organização social da produção, pois ele é estabelecido, segundo com Oliveira (1992), conforme a dinâmica das marés e isso se reflete também em outras atividades produtivas e não produtivas. Desse modo, o movimento da maré imprime o ritmo social. Esta autora observou, ainda, que as marisqueiras detêm um conhecimento acentuado sobre a dinâmica do ecossistema manguezal. Muito embora esse conhecimento empírico ainda careça de maior reconhecimento pelo poder público, sua importância deve ser considerada quando no momento de elaborações de propostas socioambientais.

Para Diegues e Saldanha (2002) a natureza influi na atividade das comunidades tradicionais, e nas quais a pesca é relevante, na medida em que aquela é considerada

de crustáceos, moluscos e mariscos.



como sujeito na vida desses atores. “Um pescador coloca o pé na água e, dependendo da temperatura, não sai para pescar, porque sabe que não vai ter peixe” (2002, p. 37). E Arruda (2009) complementa dizendo que os habitantes dessas comunidades vêem a natureza como algo que os transcende. Para Sarmiento (2000), os chamados “urbanóides” tem a crença de que controlam o mundo, consequência da instrumentalização do mundo, instrumentalização das relações sociais e com a natureza.

Nesse panorama, Debiaggi *et al* (2005) afirma que o contato entre culturas pode dar origem a situações traumáticas e levar as populações tradicionais a enfrentar problemas como depressão, alcoolismo e mesmo violência. Outra fonte de dilemas é a negação das próprias origens, pois a dinâmica globalizada, a “gaiola de ferro” e os sistemas peritos fizeram com que tudo o que remetesse às tradições, tudo o que fosse entendido como local fosse desacreditado, logo, as “nossas” origens e nossos antepassados entraram no esquecimento ou foram esquecidas, por nós mesmos. Porém, começam a perder legitimidade os discursos totalizantes e universalistas, que tendiam a globalizar todas as formas de pensar e se relacionar com o mundo. A ciência hoje não mais pretende um projeto unificador, seus discursos tornaram-se mais cautelosos ao afirmar suas “verdades”, ou, ainda mais radicalmente, renunciaram a estabelecer qualquer forma de verdade, ainda que provisória.

A partir dessa “nova forma” de se enxergar o mundo, de categorizá-lo, as populações tradicionais foram transformadas de fósseis para agentes, onde a inserção delas na dinâmica global é parte do processo de construção, desconstrução e manutenção de suas identificações. Nesse momento atual, a relação sociedade e natureza se fortalece novamente. Marx (2006) já enfatizava a importância dessa convivência ao afirmar que:

O Homem vive da natureza, isto significa que a natureza é o seu corpo com o qual ele deve permanecer em processo constante, para não perecer. O fato de que a vida física e espiritual do homem se relaciona com a natureza não tem outro sentido senão o de que a natureza se relaciona consigo mesma, pois o homem é parte da natureza (MARX, 2006, p. 116).

Logo, grande parte das identificações reivindicadas pelas populações tradicionais está no fato dessas possuírem relação intrínseca com a natureza, sentindo-se, de fato, como parte dela.



O Centro Feminista Oito de Março - CF8³ - destaca que as pautas que vulnerabilizam as mulheres que trabalham em atividades tradicionais indicam a necessidade de haver mobilização e organização dessas mulheres e que através da articulação política se possa alcançar o desiderato de evitar a destruição desse ecossistema tão peculiar e vulnerável que é o mangue (CF-8, 2008). Para resistir a esse processo, é necessário o fortalecimento da organização e articulação política de pescadoras, marisqueiras, e sua aliança com os demais movimentos⁴.

Norris e Inglehart (2003) consideram que as desigualdades provocam a distribuição desigual de recursos, tais como: tempo, dinheiro, saberes e habilidades, e inibem a participação cívica. Ainda no entender dessas autoras, essa situação é agravada para as mulheres devido à dupla jornada que enfrentam e, embora não seja uma situação que atinja a todas elas, há, ainda, e em alguns casos, a falta de controle sobre a renda do lar. Contudo, em Curuçá foi observado que, além da mariscagem, a atividade da aqüicultura também é importante nas questões econômicas, socioambientais e políticas desse município. As inovações no cultivo e comercialização de ostras (*Crassostrea Rhizophorae*) pelas mulheres são relevantes para a conquista de oportunidades de geração de renda. Essas oportunidades se refletem na vida política local devido à maior participação na gestão desses recursos, como também na própria Resex Mãe Grande a partir da inserção em associações.

Cabe destacar, ainda, a relevância que as mulheres apresentam, no que se refere aos dilemas socioambientais, também se faz notar nas atividades ligadas ao cultivo de ostras. E, mesmo com as inovações econômicas advindas com a criação da Resex Mãe Grande de Curuçá é notório que a população em geral, e as mulheres em particular, reconhecem a importância da conservação de atividades tradicionais ligadas à mariscagem e extrativismo de toda ordem. Desse modo, práticas produtivas tradicionais são mantidas juntas àquelas introduzidas em decorrência da criação desta Resex.

Para a Marcha Mundial das Mulheres, as mulheres são sujeitos ativos na luta para

³ O Centro Feminista Oito de Março - CF8 - é uma entidade do litoral nordestino brasileiro, sediada em Mossoró (Rio Grande do Norte).

⁴ A resistência oferecida pelo ativismo associado à atividade coletora das mulheres marisqueiras de Curuçá representa também um contraponto aos interesses daqueles que pretendem construir um terminal e um “superporto” na região – ação cujo impacto, revolveria todas as condições atuais, construídas ao longo de muitos anos, e que se apresentam harmônicas e condizentes com os interesses da população de Curuçá (PALMIQUIST; ABREU, 2009). Nesse contexto, a participação e mobilização de mulheres marisqueiras revela-se de extrema importância, precisamente no que tange aos dilemas



mudar radicalmente o modelo de dominação patriarcal e o modelo de produção e consumo depredador do meio ambiente (DUARTE, 2008). Dessa maneira, é importante enfatizar o relevo da resistência oferecida pela atuação de Sandra Gonçalves no período em que exerceu a presidência da AUREMAG, também como, pela consciência e compromisso com o papel coletivo, ambiental, cultural e econômico que parte mulheres marisqueiras manifestou em preservar a atividade de coletora, tal qual a área disponível para o extrativismo, registrada ao longo deste processo investigativo.

A luta por conquistas se manifesta, por exemplo, nos dilemas enfrentados por Sandra Gonçalves quando era presidente da AUREMAG, e pela sua atuação política na participação do processo eleitoral municipal em 2008⁵. Os desafios enfrentados demonstram que a falta de condições materiais e de informações, pode até dificultar a organização política das mulheres, conforme afirma Simonian (2001). Contudo, essas condições adversas não impedem que espaços políticos sejam conquistados. Nessa direção, vários são os trabalhos acadêmicos que registram tentativas vitoriosas de ampliação e consolidação de espaços de participação pelas mulheres (MANESCHY, 1995; SIMONIAN, 2001; WIERINGA, 1995). Isso demonstra que as adversidades podem dificultar a participação, mas ela não elimina possibilidades de conquista nesses processos políticos. Dessa maneira, é importante apresentar algumas observações a respeito da atuação de Sandra Gonçalves como presidente da AUREMAG. O que se segue é uma síntese das informações obtidas ao longo do período em que essa etapa da pesquisa foi desenvolvida.

Sandra batista Pereira Gonçalves foi a primeira mulher a assumir a presidência da AUREMAG, e atua desde então em campos de extrema importância para o município. Ela afirmou que sua atuação ocorria tanto no município quanto em seminários e eventos de naturezas diversas e na sua postura dialógica e articulação com movimentos sociais. Esse diálogo e representação da defesa de interesses dos usuários da reserva frente ao poder executivo local, estadual e nacional, assim como das empresas privadas e seus representantes, foram decisivos para o fortalecimento político dessa associação. Ainda, a articulação e lobby com movimentos e Organizações Não Governamentais - ONGs, a nível nacional e até internacional para garantir

relacionados à construção desse superposto, tal como Kotscho (2007) indica.

⁵ Nessas eleições majoritárias Sandra conquistou espaço para compor a secretaria de mulheres, e articular as demais secretarias pertinentes a vice-prefeitura em um consórcio.



financiamento de atividades que estimulem a preservação das atividades tradicionais da reserva e geração de renda, como manejo, cursos de capacitação, costura, etc. foram marcantes em sua gestão.

Nesse contexto, destaca-se que a participação das mulheres no processo eleitoral de 2008 e garantiu a inserção da AUREMAG junto à administração local, e isso impactou em conquistas como é o caso da vice-prefeitura, representada por um dos fundadores da Associação e responsável pelas secretarias de mulheres, de agricultura e de pesca. A presidente desta associação pleiteou a formação de um consórcio dentro da prefeitura composto por estas secretarias, e cujas vagas seriam preenchidas com membros da AUREMAG. Entretanto, dilemas sociais diversos se fazem sentir no que se refere à proposta de criação de um “superposto” no litoral de Curuçá (MENDES, 2009), causando inquietações aos usuários da Resex Mãe Grande quanto aos impactos socioambientais desse projeto.

A articulação dentro do movimento de mulheres, precisamente no Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense - movimento do qual fazem parte algumas associações que compõem a AUREMAG - também é um exemplo significativo da inserção das mulheres de Curuçá, e de Sandra Gonçalves em particular, na esfera pública.

Marisqueiras no Encontro do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense

As atividades do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense ocorrem ao longo do ano e a participação é intercalada por mulheres pertencentes às associações de diversos matizes. No relato de Sandra Gonçalves, a seguir, ela informa que:

A participação da AUREMAG é bastante variada. Recebemos sempre convites. A associação recebe de organizações estaduais e federais para discutir coisas do trabalho tradicional na área da reserva.

Observa-se que estas atividades traduzem a organização das mulheres, formação política, debates, seminários e encontros para discutir direitos das mulheres e políticas públicas. Nesse sentido, é inegável constatar a existência de protagonismo político, envolvimento e efetivação dos direitos políticos das marisqueiras.

A atuação política das mulheres marisqueiras de Curuçá pode ser evidenciada, ainda, em contexto sócio-político mais amplo, como foi o caso da participação de representantes dessas no encontro anual estadual do movimento de mulheres existente



no Pará, do qual as marisqueiras curuçaenses participam ativamente. No encontro realizado no ano de 2008 foram discutidas atividades e agendas de atuação de cada parcela do movimento, como processo eleitoral, o Fórum Social Mundial e etc., e as marisqueiras de Curuçá estiveram fortemente imbricadas e atuantes nesse evento.

O encontro aconteceu em Belém nos dias 12 e 13 de Dezembro de 2008. Participou deste encontro um grupo de aproximadamente quatro mulheres oriundas de Curuçá, dentre um público de aproximadamente 50 mulheres representando as coordenadorias do movimento, que divide o Estado em 10 regionais com respectivas representações. Havia no espaço lideranças feministas com representação municipal, estadual e regional nas diversas esferas de atuação (LGBT, agricultoras, soropositivas, sindicalistas, bancárias, governistas, quilombolas, juventude, das periferias de Belém, religiosas da umbanda candomblé, atingidas por hanseníase, dos movimentos de idosas, ativistas de direitos humanos e de ONGs, etc.).

Dentre os principais propósitos do encontro estiveram: possibilitar às coordenadoras regionais do FMAP representantes dos diversos municípios do Estado à reflexão, debate e encaminhamentos sobre seus avanços, dificuldades e principais desafios enfrentados; realizar balanço sobre a conjuntura pós-eleitoral, pré Fórum Social Mundial e o contexto das Políticas Públicas na esfera Federal e Estadual; Debater e definir questões organizativas, aglutinadoras e de intervenção feminista e pan-amazônica, no Fórum Social Mundial.

O dia 12 foi a oportunidade de participação no evento a partir da representação da Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais da Amazônia – SODIREITOS/GAATW e da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH, e como militante do movimento feminista, a Marcha Mundial de Mulheres⁶. Em uma roda de conversas com as mulheres distribuídas em 4 grupos mesclados com mulheres de diferentes atuações e regionais, foi possível dialogar sobre a conjuntura de suas respectivas realidades a respeito da participação das mulheres de seu grupo/organização/município, nas eleições 2008; da preparação que estavam realizando para participarem do FSM 2009⁷, e quais políticas públicas para mulheres estão sendo implementadas em sua localidade.

Em relação aos desafios das mulheres para participar politicamente Simonian

⁶ Para maiores informações a respeito dessa marcha consultar Duarte (2008).

⁷ Segundo informação dada pela marisqueira de prenome Kelma, a AUREMAG se fez presente no encontro do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, em Belém, com a participação de 12 pessoas que desenvolveram, posteriormente, atividades no Fórum Social Mundial, realizado no início de 2009.



(2005) afirma que elas têm participado, mesmo que de maneira velada, nos processos organizativos do fazer política. Em parte essa participação foi incrementada com a criação do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher – UNIFEM – porque a partir de então as lutas por melhorias nas suas vidas e ampliação da participação política das mulheres se consolidaram pelo mundo inteiro (SIMONIAN, 2005). Em relação às mulheres curuçaenses possível observar como se dá a lógica da organização econômica, cultural, política e social do município. Ainda que com dados parciais, observou-se a expressividade que representa o trabalho extrativista dos usuários da reserva, tal qual a atuação política da AUREMAG para proteger o equilíbrio, manutenção e sustentabilidade da reserva e das sociabilidades no município.

Cabe mencionar, o fato de que as mulheres extrativistas associadas, apesar de apresentarem protagonismo político gerado pela luta por direitos em questão neste processo, e pela participação nos espaços de discussão dos direitos da mulher, ainda não se encontram vislumbradas efetivamente por direitos políticos previstos nos tratados internacionais de direitos políticos das mulheres de que o Brasil é signatário, seja pela insuficiente previsão de rol de direitos, restritos a direitos políticos partidários, seja porque ainda encontram-se sob jugo de uma realidade em que a misoginia prepondera como valor social, e num espaço onde as mulheres não se encontram nas disputas por espaços pertinentes a administração pública local ou regional.

Considerações finais

A criação da Resex Mãe Grande de Curuçá possibilitou novas oportunidades de inserção das mulheres na esfera pública desse município. Seja em projetos ligados à mariscagem ou na aquíicultura, as mulheres passaram a atuar mais politicamente através das associações vinculadas às atividades produtivas ou àquelas relacionadas à gestão da Resex. O empedramento de mulheres se intensificou com a criação da AUREMAG, no qual se destaca a figura de Sandra Gonçalves, sua primeira presidente.

O trato nas questões de participação e desenvolvimento indica que a exclusão das mulheres no processo político agrava o cenário de empobrecimento de populações tradicionais, na medida em que esse conhecimento tradicional que as mulheres possuem sobre biodiversidade é essencial para preservação das espécies, principalmente em países cuja economia depende de recursos biológicos.

De modo similar, Foi possível constatar nos dois contextos de pesquisa de campo



(em Curuçá, e também no encontro do Fórum de Mulheres em Belém) as atividades em que as marisqueiras estavam organizadas e denunciavam a situação de ameaça e de fragilidade do município em sua área de proteção ambiental. As mulheres conscientes de seu papel, enquanto extrativistas exercem em vários contextos os seus direitos políticos presentes nos tratados internacionais (ainda que esses apresentem um caráter restrito), os direitos políticos presentes na constituição federal, como o de reunião, de associação, e até mesmo de eleger e serem eleitas para fazer parte da administração local. Ainda que façamos críticas sobre o fato de alguns desses direitos ficarem prejudicados, dada a lógica da organização sócio-cultural do espaço, assim como econômica que demandam das mulheres um tempo de dedicação, e obrigações do lar que muitas vezes dificultam a sua plenitude de disposição para participar de atividades políticas, o que não significa dizer, óbice.

A partir deste estudo foi possível identificar a vulnerabilidade da comunidade da RESEX Mãe Grande de Curuçá frente a interesses que envolvem atores nacionais e internacionais de grande monta, do ponto de vista político e econômico. A fragilidade e insuficiência da proteção legal corroboram para a ameaça sofrida por esta comunidade, pois não permite garantir os direitos coletivos de forma efetiva.

Ressalta-se que as legislações internas e internacionais existentes não são suficientemente abrangentes, promotoras e exigíveis de direitos políticos para as mulheres. Contudo, esse exercício é praticado e repassado por gerações, surgindo a partir da atividade extrativista que desempenham na localidade.

Destaca-se também que as atividades políticas por elas exercidas são consideradas legítimas no seio da sociedade curuçense, e para exemplificar essas afirmações, a pesquisa traz a figura de Sandra Gonçalves, que é a presidente da AUREMAG, e suas competências perante a Instituição, assim como a presença de mulheres jovens, adultas e idosas participantes das atividades do movimento de mulheres.

Referências

- ARENDDT, H. (2004). A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 338 p.
- ARRUDA, R. (2001). Populações Tradicionais e a proteção de recursos naturais em unidades de conservação. In: Antonio Carlos Diegues. (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec.
- CARDOSO, D. M. (2000). Mulheres catadoras; uma abordagem antropológica sobre



produção de massa de caranguejo - Guarajubal/Pará. 2000. 207f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia/UFPA, Belém.

_____. (2006). O processo de tomada de decisão de políticas públicas. O processo decisório de políticas públicas para o desenvolvimento local: Rio Arraiolos – Almeirim/Pará. Belém. 279 f. Tese de Doutorado (Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo demográfico: relatório final. Município de Curuçá, 2010.

CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO/CF-8. Desafios para Soberania Alimentar Desde as Mulheres. Ed. Nº1. Cadernos SOF. Junho/2008.

COLLIER, J. F. (1974). Women in politics. In: ROSALDO, M.; LAMPHERE, L. (Ed.) Woman, culture and society. Stanford: Stanford University Press, p. 89-96.

DEBIAGGI, S.; DANTAS, S; MONTEIRO FILHO, M. (2005). Modernidade não dá espaço a saberes tradicionais. Revista problemas brasileiros, São Paulo, 01 abr. 2005

DIEGUES, A.; SALDANHA, I. (2002) (Org.). Povos e Águas. São Paulo: Hucitec.

DUARTE, J. (Junho/2008) A Marcha Mundial das Mulheres: Mulheres em Movimento Mudam o Mundo. Ed. Nº1. Cadernos SOF. São Paulo. SOF.

FURTADO, L. G. (2006). Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 159-172, mai-ago.

GEERTZ, C. (1999). Do ponto de vista dos nativos. In: O saber local: novos ensaios em Antropologia interpretativa, 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, p. 33-56.

HARRIS, M. (1970). Emics, ethics and the new ethnography. In: The rise of anthropological theory. 3 ed. New York: Thomas Y. Crowell Company, Inc., p. 568-604.

KOTSCHO, R. (2007) Histórias de vida e morte nos santuários ameaçados dos manguezais de Curuçá. Revista Brasileiros, Ed. Nº 2 agosto de 2007. Disponível em: <http://www.revistabrasileiros.com.br/edicoes/2/textos/278/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2009

MALINOWSKI, B. (1976). Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural.

MANESCHY, M. C. (1995). Pescadoras em busca de cidadania. In: ÁLVARES, M. L. M.; D'INCAO, M. A. (Org.). A mulher existe? uma contribuição ao estudo da mulher e



- gênero na Amazônia. Belém: GEPEN/MPEG, p. 81-96. (col. Eduardo Galvão).
- MARX, K. (2006). *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret.
- MENDES, E. (2009) *Curuçá avalia proposta de mineradora*. Belém: o liberal, 2008. Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=264130>. Acesso em: 20 de janeiro de 2009
- NORRIS, P.; INGLEHART, R. (2003). Gendering social capital: bowling in women's leagues? In: *Conference Gender and social capital*, University Manitoba, n. 2-3, p. 1-27, May 2003.
- OLIVEIRA, N. M. (1992). *Diagnóstico sócio-econômico da mulher pescadora no recôncavo baiano*. Salvador: UFBA/NEIM/IBAMA, 179p.
- OLIVEIRA, R. C. DE. (1996). O trabalho do antropólogo: olhar ouvir, escrever. *Revista de antropologia*, v. 39, nº. 1, p. 13-37, 1996.
- PALMIQUIST, H.; ABREU, M. H. (2009). *Moradores de Curuçá criam impasse ao exigir participação em licenciamento da MMX*. Assessoria de Imprensa PR/PA. Disponível em: <http://www.prpa.mpf.gov.br/noticias/moradores-de-curuca-criam-impasse-ao-exigir-participacao-em-licenciamento-da-mmx>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2009
- SARMENTO, J. (2002). *Urbanóides - um Caos Paulistano*. São Paulo: Scor Tecci.
- SIMONIAN, L. T. L. (2005). Saber local, biodiversidade e populações tradicionais: perspectivas analíticas, limites e potencial. In: BELAS, C. A.; MOREIRA, E.; BARROS, B. (Org.). *Saber local/interesse global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia*. Belém: MPEG/CESUPA, p. 59-93.
- _____. (2001). Mulheres, gênero e desenvolvimento na Amazônia brasileira: resistências, contradições e avanços. In: *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: NAEA/UFPA, p. 33-62.
- _____. (2000b). *Mulheres do rio Aripuanã (AM): memórias, situação atual e esperanças quanto ao futuro*. Manaus: SECULT-AM.
- _____. (1994). *Mulheres indígenas vítimas de violência*. Cadernos do NAEA. Belém: NAEA/UFPA, nº. 12, p. 101-132.
- TABAK, F. (2002). *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letracapital. 264 p.
- WIERINGA, S. (Ed.) (1995). *Subversive women: historical experiences of gender and*



resistance – women’s movements in Africa, Asia, Latin America and the Caribbean.

London: Zed Books Ltd., 271 p.



GT 8 - Formas de participação de pescadores artesanais na gestão ambiental: potencialidades e limites

Participação na gestão ambiental e seu impacto no período do defeso do caranguejo: o caso dos tiradores da Vila do Bacuriteua, Bragança – PA

Marcelo do Vale Oliveira.¹
Maria Cristina Alves Maneschy.²

¹ Cientista Social (UFPA/2006), Técnico em Assuntos Educacionais / Campus Universitário de Bragança (UFPA), Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental (PPBA) / UFPA, E-mail: marcelomvo@ufpa.br

² Doutora em Sociologia na Université Toulouse Le Mirail, França (1993), Professora Associada da UFPA, E-mail: cristina@ufpa.br

Resumo

O objetivo geral desse artigo é analisar os limites e potencialidades da participação social dos tiradores de caranguejo da Vila do Bacuriteua na gestão ambiental dos recursos do manguezal, principalmente o caranguejo-uçá e refletir como a participação social desse grupo na gestão ambiental repercute na sua atividade extrativista no período de defeso do caranguejo. Este estudo foi realizado na Vila do Bacuriteua, localizada no município de Bragança, nordeste do estado do Pará, com tiradores de caranguejo especialista, nos meses de julho a dezembro de 2011, tendo com procedimento metodológico qualitativo, a metodologia empregada é a fenomenologia e as etapas da pesquisa são o levantamento bibliográfico; a pesquisa de campo, dividida em observação participativa e entrevistas semiestruturadas; e a análise de dados.

Palavras-chave: participação, tirador de caranguejo, gestão ambiental, empoderamento, defeso do caranguejo.



Introdução

O Estado do Pará possui 4.500 km² de áreas de manguezal, constituindo 1/5 do total brasileiro. Os manguezais paraenses concentram-se em faixas costeiras e tem papel fundamental na dinâmica desses ecossistemas, sendo habitat de crustáceos e moluscos componentes da dieta das populações locais e regionais (PAIVA, 1981), oferecendo condições para a reprodução de várias espécies de peixes e moluscos, entre eles se destacando o caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) que é o crustáceo de maior importância comercial na região.

Do ponto de vista legal, o manguezal é definido juridicamente pela Resolução 303/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), artigo 2º, como sendo o “ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos à ação das marés, formado por vasas lodosas recentes ou arenosas, às quais se associa, predominantemente, à vegetação natural conhecida como mangue, com influência flúvio-marinha, típica de solos limosos de regiões estuarinas e com dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os Estados do Amapá e Santa Catarina.” Essas áreas são consideradas de preservação permanente, conforme o código florestal, lei nº 4.771/1965.

A Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu foi criada por decreto em 20 de maio de 2005. Domingues (2008) afirma que o objetivo principal da RESEX é de “assegurar legalmente a alocação dos direitos de uso dos recursos naturais à comunidade de usuários, bem como, desenvolver mecanismos de gestão compartilhada”. Na visão de Berkes et al (2006), levando em consideração a região de Barbados, há três aspectos importantes a inserção dos pescadores na gestão ambiental: a não marginalização dos pescadores de pequena escala frente aos pescadores comerciais/industriais; gestão centrada na participação e empoderamento dos pescadores artesanais; e uma pesca voltada para a sustentabilidade do ecossistemas, que os autores chamam de “pesca responsável”.



No município de Bragança, situado na região nordeste do Estado do Pará, o caranguejo-uçá “é coletado e vendido por 42% dos domicílios (...) e representa a principal fonte de renda para 38%” dos habitantes da península bragantina e, se for considerado o beneficiamento e a comercialização do mesmo, mais da metade dessa população depende da espécie como fonte de renda familiar (GLASER ET. AL., 2005). De acordo com Silva (2008) a produção anual de caranguejo no Município de Bragança era de 1.000 toneladas em 2004 e 1.200 toneladas em 2005, sendo inferior somente ao Município de Quatipuru, levando em consideração o nordeste paraense.

Glaser et al. (2005) afirmam que as atividades econômicas mais difundidas e que sustentam os moradores da península bragantina são a pesca artesanal e a agricultura em pequena escala que aproveitam os ambientes adjacentes, em especial a proximidade espacial com o manguezal. Os autores sustentam que 80% dos domicílios obtêm o seu sustento da exploração de produtos do estuário de mangues. Furtado (1997) relaciona três fatores importantes para a sobrevivência dos povos haliêuticos da Amazônia: a subsistência, o meio ambiente e continuidade como grupo social.

No Brasil os tiradores de caranguejo são incluídos na categoria de pescadores artesanais, organizados em colônias de pescadores. Os pescadores artesanais se concentram, principalmente, nas áreas litorâneas, em rios e lagos, tendo um modo de vida baseado na pesca e na coleta do caranguejo-uçá, podendo também exercer outras atividades econômicas complementares, tais como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura (DIEGUES, 2005).

A situação socioeconômica e política dos pescadores artesanais padece de problemas de organização social, falta de representatividade política e falta de participação mais efetiva na gestão ambiental. Além da baixa escolaridade, pobreza e vulnerabilidade social, os tiradores têm dificuldades em relação ao acesso a direitos sociais, pelo caráter complementar das diversas atividades econômicas, o que dificulta sua definição enquanto categoria profissional e o reconhecimento de sua identidade profissional, implicando na falta de organização enquanto categoria (CUNHA & ROCHA, 2005).

Existem aspectos relacionados ao ciclo biológico do caranguejo que influem diretamente na atividade extrativista do caranguejo. Dentro do ciclo biológico do caranguejo a etapa mais problemática para os tiradores é a fase de reprodução do



caranguejo, que geralmente acontece durante determinadas fases da lua, onde nos primeiros quatro meses do ano, denominada de andada (DOMINGUES, 2008).

A andada se constitui problemática para os tiradores devido a proibição da captura de caranguejos em determinados períodos, ato fiscalizado pelo IBAMA, onde são impedidos de desenvolver suas atividades, sendo que os mesmos não concordam com os períodos estipulados, afirmando que as datas são colocadas sem levar em consideração seu conhecimento empírico; porém eles não conseguem que suas reivindicações sejam consideradas pelo poder público.

É nesse sentido que a participação desse grupo social não se mostra significativa a ponto das decisões sobre o defeso serem colocadas de “cima pra baixo”, sem a participação do grupo nas discussões sobre o tema e não tendo como fator para a instituição da proibição a experiência/vivência do grupo dentro do manguezal. Esse fato também tem como causa, entre outros fatores, a desorganização dos tiradores, enquanto grupo social, e sua falta de representatividade junto ao poder público. Essa falta de participação mais efetiva dos tiradores nas decisões da gestão ambiental se dá em nível nacional no Brasil.

Portanto, o objetivo geral desse artigo é analisar os limites e potencialidades da participação social dos tiradores de caranguejo da Vila do Bacuriteua na gestão ambiental dos recursos do manguezal, principalmente o caranguejo-uçá e refletir como a participação social desse grupo na gestão ambiental repercute na sua atividade extrativista no período de defeso do caranguejo.

1. Materiais e métodos

1.1. Área de estudo:

O Município de Bragança possui área de 2.090,23 km², distante a 210 km de Belém, capital do Estado do Pará, com população de 113.165 habitantes, constituída por 57.244 homens, 55.921 mulheres, sendo 40.570 a população rural e 72.595 a população urbana (IBGE 2010). A coleta de dados foi feita com tiradores de caranguejo residentes na Vila do Bacuriteua, ligada à Bragança.

A justificativa para a escolha da comunidade do Bacuriteua foi o contato inicial que já existia com os tiradores da área; também contribuiu para a escolha da comunidade sua proximidade da sede do Município de Bragança e a facilidade no



deslocamento para a realização das entrevistas com os sujeitos; por fim, a seleção da Vila do Bacuriteua ocorreu pela representatividade que a atividade extrativista dos tiradores residentes na área possui dentro do conjunto da península bragantina, se destacando entre as cinco comunidades da península bragantina com maior número de tiradores, sendo as outras comunidades: Acarajó, Caratateua, Tamatateua, Treme e Bragança (DOMINGUES, 2008).

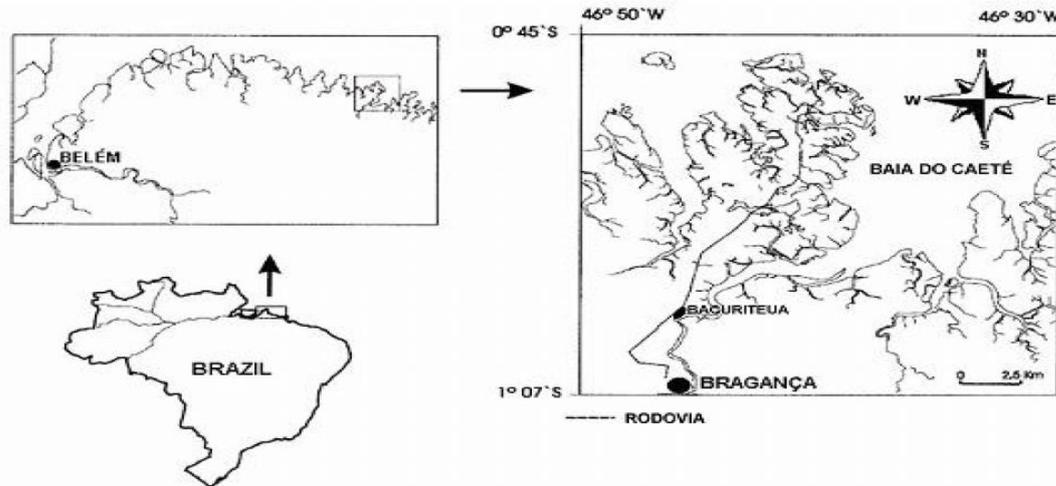


Figura 1: Vila do Bacuriteua, península bragantina. Retirado de Silva & Pereira (2010)

1.2. Grupo social pesquisado:

Os dados presentes nesse artigo foram coletados a partir de 31 entrevistas realizadas com tiradores de caranguejo residentes na Vila do Bacuriteua, Município de Bragança, Estado do Pará. As entrevistas foram realizadas no período de julho a dezembro de 2011, sempre no período da manhã, sendo que o dia da semana escolhido para a ida ao Bacuriteua coincidia com os dias de folga desses trabalhadores, principalmente a segunda-feira. Foram utilizados nomes de substituição aos nomes originais.

Todos os entrevistados declararam que iniciaram na atividade extrativista do caranguejo durante a adolescência, com a faixa etária entre 11 a 17 anos, tendo como desdobramento a evasão escolar desses jovens, característica do início da atividade no manguezal (CUNHA & ROCHA, 2005; MANESCHY, 1993; GLASER, 2005; CAMPOS, 2011).

Perguntados sobre quem os levou ao manguezal e quais motivos preponderantes para ingressar na atividade do caranguejo, os tiradores afirmam que foram levados ao



manguezal pela família, geralmente o pai, e por amigos e que a necessidade de dinheiro para auxiliar a renda mensal familiar, há casos de falecimento de pai ou mãe que contribuem para a entrada na atividade, e para o consumo de bens materiais levaram a maioria a começar a trabalhar cedo no manguezal.

A média de tempo de serviço dos tiradores na ativa é de 23 anos, sendo que o tirador mais velho, ainda em atividade, possui 62 anos e iniciou no manguezal com 15 anos, totalizando 47 anos de tempo de serviço. Os dois tiradores aposentados entrevistados disseram que trabalharam durante 42 anos, em média, sendo que ambos se aposentaram através da colônia de pescadores de Bragança, após 15 anos de contribuição previdenciária e com problemas de saúde.

O tempo de serviço nessa atividade é superior aos 35 anos de serviço, tempo que um homem empregado em empresas privadas e no serviço público necessita para sua aposentadoria. Essa longa trajetória fica evidente principalmente quando se considera a idade precoce em que os tiradores iniciaram suas atividades.

Grande parte dos tiradores nasceu na Vila do Bacuriteua. Também encontramos entrevistados nascidos em comunidades de municípios vizinhos à Bragança, tais como: Tracuateua, Vizeu, Augusto Corrêa e Cachoeira do Piriá. Geralmente, os tiradores que moravam em outras comunidades e municípios conheciam alguma pessoa que residia no Bacuriteua (mãe, pai, genro, esposa) e todos também relacionam sua vinda para a comunidade pelas oportunidades de trabalho na pesca e coleta de caranguejo.

1.3. Metodologia e métodos

O procedimento metodológico utilizado é qualitativo e a metodologia empregada é a fenomenologia tendo como conceito as formas de organização, ligadas à aspectos socioculturais, que as pessoas vivenciam e como o cotidiano é percebido e significado a partir da construção social desses grupos (FERREIRA, 1998). Para o autor, a percepção ligada à fenomenologia é permeada de significação e simbologia, portanto a realidade é vista e descrita como um “ato do sentido e da significação” em que estão inseridos os grupos sociais, estabelecendo interações entre aquilo que é percebido e aquele que o percebe.

As etapas para a pesquisa são: o levantamento bibliográfico; a pesquisa de campo, dividida em observação participativa e entrevistas semiestruturadas; e a análise de dados.



O levantamento bibliográfico foi realizado utilizando o acervo disponível na biblioteca central do Campus da UFPA Belém e na biblioteca do Campus de Bragança e da pós-graduação do Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental; além do acervo pessoal de pesquisadores que possuem trabalhos de relação direta com o tema e a internet, principalmente no que tange o levantamento dos artigos publicados.

A pesquisa de campo foi dividida em dois momentos: observação participante a entrevista semiestruturada. A observação participante ocorreu durante as entrevistas com os colaboradores. O tipo de entrevista utilizada é a semiestruturada, onde utilizamos um questionário com perguntas abertas e amplas, possibilitando, a partir das respostas dadas, as adaptações e complementações que forem necessárias para o alcance dos objetivos.

Na análise de dados, Rudio (1986) afirma a importância do pesquisador em interpretar dados que expressem o significado do material coletado que se apresentem interligados com os objetivos do estudo, relacionando-os com os conceitos e teorias que versam sobre o tema.

2. Resultados e discussões:

2.1. A participação social dos tiradores de caranguejo da Vila do Bacuriteua na gestão ambiental:

As comunidades pesqueiras de pequena escala são caracterizadas pela falta de poder político ou econômico, com grande dependência de “recursos naturais móveis” e de ciclos de ordem ambiental e econômica. O preço da produção está ligado à produtividade e essas comunidades são afetadas pela pobreza e vulnerabilidade social (MANESCHY, LOURENÇO & HENKEL, 2005). Outros fatores socioeconômicos levantados pela FAO e citados pelos autores que afetam as comunidades praticantes da pesca artesanal são: problemas de saúde; insegurança no acesso e diminuição dos recursos naturais; competições e conflito com barcos de pesca industrial, acusados de serem beneficiados pelo poder público em detrimento dos pescadores artesanais.

Em relação ao último ponto do parágrafo anterior, Furtado (1997) coloca que o setor tradicional da pesca é posicionado de maneira secundária nas políticas públicas voltadas para o setor da pesca como um todo. O Estado privilegia empreendimentos com



maior tecnologia agregada, dita “moderna” em seus métodos e técnicas de coleta e captura e com gestão administrativa nos moldes do mercado, se encaixando nessas características o setor industrial da pesca.

Dentro desse viés ideológico que consiste em marginalizar a pesca artesanal, os pescadores são acusados de predadores do ambiente. Furtado (1997) rechaça essa noção afirmando que há uma “visão equívoca sobre a classe pescadora da região, de um desconhecimento de suas especificidades regionais, ambientais e culturais; de uma visão dualista que vê na atividade pesqueira artesanal a dimensão do atraso em contraposição a modernização representada pela pesca industrial”, ou seja, esse discurso utilizado geralmente pelo Estado e pelas grandes empresas de pesca industrial tem o propósito de excluir os pescadores artesanais das políticas de incentivos e sociais, desqualificando a atividade ligada à identidade dessas populações e visando a ocupação das áreas que antes eram utilizadas para a subsistência dos pequenos pescadores pelos empresários da pesca industrial.

O problema de desorganização social do grupo de tiradores passa também pela dificuldade dos mesmos em se definir como categoria profissional. Uma das causas dessa dificuldade está ligada ao desenvolvimento de diversas atividades diferentes durante o ano, como a pesca e a agricultura familiar. Os autores ressaltam que o desconhecimento dos seus direitos, junto às colônias de pescadores, os coloca “alheios ao processo de discussões enquanto sujeitos sociais, o que dificulta o reconhecimento de sua identidade profissional e a organização de sua categoria” (CUNHA & ROCHA, 2005).

Como já dito anteriormente, os tiradores de caranguejos são vinculados as colônias de pescadores. No município de Bragança, a colônia foi fundada no dia 28 de março de 1920 e em 2005 e, de acordo com Cunha e Rocha (2005), está estruturada com um presidente, um secretário, um tesoureiro, suplentes e um conselho fiscal. As categorias de trabalhadores que podem se associar à colônia são pescadores, tiradores de caranguejo e as mulheres que exercem a função de marisqueira. A partir de cobranças mensais, esses trabalhadores possuem os seguintes direitos assegurados: “aposentadoria, benefícios, acompanhamento do associado no caso de roubo de barco, rede, etc.,



financiamento de embarcações e redes por intermédio do Fundo de Financiamento para o Norte (FNO), dentista e oculista.” (CUNHA & ROCHA, 2005).

De acordo com Maneschy, Lourenço e Henkel (2005) também é assegurado na legislação da Previdência Social o programa do seguro-desemprego voltado para os pescadores artesanais durante o período de defeso, período no qual é proibida a coleta e captura de determinadas espécies, onde o pescador habilitado tem direito a um salário-mínimo nesse período, porém nas coletas de dados na Vila do Bacuriteua não foi relatado pelos tiradores o acesso a direitos referentes ao período do defeso.

Cunha e Rocha (2005) afirmam que legalmente os tiradores de caranguejo podem ser associados tanto na colônia de pescadores como também no sindicato dos trabalhadores rurais, atuarem também na pequena agricultura, devido a questão da complementariedade das atividades, características que contribuí, segundo os autores, na desorganização do grupo que “não sabe exatamente qual entidade procurar”.

A partir das diferenças existentes entre as atividades de captura de caranguejo e da pesca, decorrem muitas dúvidas que contribuem para a desorganização política do grupo de tiradores e a sua não associação à colônia dos pescadores, pois de acordo com Cunha e Rocha (2005), eles não se consideram pescadores e dizendo que existem grandes diferenças entre os dois grupos, indo desde o recurso explorado, passando pelas técnicas, instrumentos, produção e formas de comercialização.

Para reiterar essa rejeição dos tiradores à colônia de pescadores, Cunha e Rocha (2005) afirmam que, segundo os tiradores de caranguejo, os problemas discutidos nas reuniões da colônia são diferentes da realidade enfrentada por eles e “o fato de se sentirem a margem das discussões causa um grande entrave para o desenvolvimento do associativismo da categoria na região”.

Nas reuniões da Associação dos usuários da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA) há dois representantes dos tiradores de caranguejo da Vila do Bacuriteua, um tirador e a sua esposa. A participação é representativa, delegada a essas pessoas que fazem reuniões pontuais com o grupo dos tiradores da localidade, porém torna-se necessário que a questão do empoderamento do grupo e de seus representantes seja mais trabalhada para que eles se sintam sujeitos e que seus anseios sejam levados em conta na gestão dos recursos naturais do manguezal localizado na RESEX (BERKES et. al. (2006). Portanto, essa participação representativa e a falta de



empoderamento do grupo social limita maiores avanços, na visão dos tiradores, acerca dessa atividade extrativista.

2.2. As repercussões da participação social na gestão ambiental no período de defeso:

De acordo com Maneschy (1993), no período reprodutivo do caranguejo há uma intensificação da captura do crustáceo, que se torna fácil na visão dos tiradores, pois os caranguejos estão fora das tocas e menos agressivos. Essa condição colabora para que muitas pessoas das comunidades próximas do mangue adentrem, incluindo mulheres e crianças pequenas, para apanhar os caranguejos.

Essa idéia de que o caranguejo se torna “presa fácil” nesse período é compartilhada também por Souto (2007) que, em estudo realizado no município de Acupe, no Estado da Bahia, coloca essa prática, na visão do IBAMA, como grande ameaça aos estoques de caranguejos-uçás existentes na região.

Dentro dessa lógica de que na andata é maior a facilidade na captura do caranguejo, duas justificativas utilizadas pelos tiradores para a captura nesse período se destacam: a primeira, baseada na abundância em que os caranguejos se reproduzem, ou seja, a alta fertilidade das conduruas é vista como fator que impede o desaparecimento e extinção do crustáceo; e a segunda se baseia na seleção da captura somente dos machos, poupando-se as fêmeas (SOUTO, 2007).

As práticas dos tiradores citadas acima levaram ao aumento na exploração da atividade de coleta de caranguejos, motivando o IBAMA, no ano de 2003, a implantar o período de defeso no Estado do Pará. De acordo com Domingues (2008), esse “instrumento de ordenamento” vem sendo utilizado atualmente, porém sem apresentar o efeito desejado nos seus objetivos, ocorrendo capturas de caranguejo durante esse período. O autor coloca como hipótese para esse fato do não cumprimento da medida, a centralização da gestão e decisões acerca do defeso, resultando em “baixa comunicação entre gestores, tomadores de decisão e acadêmicos e com os usuários do recurso”, não sendo levados em conta os conhecimentos dos tiradores e tornando o defeso algo “fora” da realidade cotidiana desse grupo social. Essa desconexão entre saberes locais e decisões de gestão é um dos elementos que justifica mais estudos sobre saberes locais em relação aos manguezais e seus recursos, como pretende realizar esta pesquisa.

Maneschy (1993) criticou a fixação de um período de defeso sem levar em consideração “as estruturas econômicas” e a realidade em que estão inseridos dos



tiradores, incluindo o mercado que possui demandas cada vez maiores de produção do caranguejo. A autora também destacou a importância do conhecimento científico, citando as Ciências Biológicas, para a delimitação desses períodos de defeso.

Os tiradores relataram que há muita dificuldade durante esse período, principalmente durante a semana em que o IBAMA proíbe a coleta do caranguejo. Nas falas abaixo citadas, o tirador mostra que as políticas públicas e sociais voltadas especificamente para esse período do defeso não levam em conta o contexto em que vivem esses trabalhadores, pois a cesta básica distribuída pelos técnicos do IBAMA foi considerada pelos tiradores como de má qualidade e com produtos que não fazem parte da dieta das suas famílias. As decisões políticas são tomadas de cima para baixo, os tiradores não possuem voz:

Proíbe, fica sem pegar, os homem [técnicos do IBAMA] tão na estrada pra cima e pra baixo. A gente dá um jeito na bóia e vai passando. Fica uma semana sem pegar. Uma vez deixaram uma cesta básica com uma farinha branca. Passava um dia no fogo e a farinha pulava na panela [reclamação sobre a má qualidade dos produtos da cesta básica distribuída pelo IBAMA]. (Gerson, entrevistado em 18/07/2011)

Tem vez que o caranguejo ta parado [após o período reprodutivo e a ecdise] e eles [técnicos do IBAMA] param [a captura]. (Quati, entrevistado em 18/07/2011)

Os tiradores afirmam que ficam de cinco a oito dias sem poder trabalhar e utilizam estratégias para alimentar suas famílias durante o período de defeso. Os tiradores dizem que quando são divulgadas as datas do defeso, na semana anterior a sua realização há um aumento na produtividade e há economia de renda para comprar de alimentos durante o período parado. É necessário prestar atenção a essa estratégia do aumento na produtividade, pois se de fato há esse aumento para compensar a parada, ele pode então neutralizar em parte os efeitos do defeso, que visa justamente proteger a espécie. Como uma das estratégias de sobrevivência durante o defeso, os tiradores pescam para a subsistência. Há indicações de que algumas famílias de tiradores passam fome nesse período:

A RESEX facilitou, ninguém vai, mas de outro de fora não respeita defeso e não fica bem, fica no máximo 8 dias sem pegar, vai trabalhando e reservando um pouquinho [de dinheiro para se manter no período da proibição]. (Seu Leão, entrevista realizada em 13/07/2011)

Fica difícil, a gente tira fiado no patrão no comércio. Quando trabalha a gente paga. (Zenildo, entrevistado em 08/08/2011)



[Ficam] uma semana, cinco dias sem pegar. O cara trabalha uma semana, sabe que vai para guardar dinheiro. Tem peão que passa fome. Quem tem rede vai na beira pescar. (Moreno, entrevistado em 08/08/2011)

Vale notar a referência á RESEX, que contribuiu para a adesão dos tiradores ao defeso. Os tiradores colocam que, no período de defeso, os técnicos do IBAMA liberam a coleta de poucos caranguejos, considerando a produtividade média diária, somente para a subsistência familiar:

O IBAMA proíbe, para ir lá é só pra pegar 50 caranguejo só pra comer, não pega pra vender. (Cabeludo, entrevista realizada em 08/08/2011)

Porém, já ocorreram casos onde os caranguejos coletados para a alimentação da família foram recolhidos e recolocados no manguezal:

A gente trabalhava uma semana muito pra sobrar pra outra [do defeso]. A gente pesca por aqui para arrumar a bóia. Quando eles vieram fazer a reunião [técnicos do IBAMA], eles concordaram que podia pegar 50 [caranguejos] pra bóia [subsistência], mas um camarada pegou e tomaram dele, por isso ninguém tira. (Quati, entrevistado em 18/07/2011)

É visível a insatisfação e descontentamento dos tiradores durante o período de defeso, sinalizado na fala de um tirador sobre a idéia de derrubar da ponte do Furo Grande o carro de fiscalização do IBAMA. A fala indica a necessidade de maior envolvimento dos tiradores na formulação do regulamento do defeso:

Uma semana inteirinha [proibido de coletar o caranguejo], a galera fica mordida [com raiva e insatisfeita], querem tocar [jogar] o carro [do IBAMA] da ponte abaixo. (Cabeludo, entrevista realizada em 08/08/2011)

Nas conversas informais com os tiradores, o entendimento deles sobre o defeso é de que as decisões são tomadas sem consultar os tiradores e que já ocorreram erros nas datas do defeso. Alguns afirmam que não há a necessidade do defeso, pois os caranguejos se reproduzem em grande quantidade e rapidamente, como colocado nas falas abaixo:

Condurua não, só graúdo. Porque é proibido, elas que “filha” eles (responsáveis pela reprodução da espécie). Se a gente pega daqui a uns tempos não tem mais caranguejo pra gente pegar. (Gerson, entrevistado em 18/07/2011)

“Não pega a condurua, só agora esses novato, mas a condurua que tem a gente não pega, era grande quantidade de condurua, acho que tem gente que pega.” (Seu Chiclete, entrevista realizada em 13/07/2011)



E no discurso dos tiradores fica evidenciada a crença de que a extinção do caranguejo só ocorrerá por obra divina e não pela intervenção humana, desde que a prática de não captura das conduruas seja respeitada por todos os tiradores. Outra forma de intervenção do homem na natureza e que preocupa é o aterramento de áreas do manguezal, fato já ocorrido durante a construção da PA-458:

O caranguejo só acaba se Deus quiser, quanto mais tira, mais tem, só se aterrar o manguezal. A estrada [PA-458] matou muito caranguejo, ainda mata na andada, quando anda [o caranguejo] na estrada. (Seu Chiclete, entrevista realizada em 13/07/2011)

Eu sempre trabalho e peço muito a Deus que não acabe. Se acaba [o caranguejo] fica difícil pra gente. Porque é proibido [pegar conduruas]. [caranguejos menores] a gente amarra umzinho na cambada, uns dois. (Formiga, entrevista realizada em 18/07/2011)

Durante a andada, que corresponde aos quatro primeiros meses do ano, o preço da cambada do caranguejo é baixo e há a proibição da coleta por parte do Estado, com isso os tiradores necessitando de alternativas para a sobrevivência da família nesse período. Além das atividades complementares, os tiradores compram “fiado” produtos e comida com os comerciantes locais, que muitas das vezes podem ser o próprio marreteiro, ou o marreteiro é quem fornece os produtos, fazendo com que os tiradores fiquem submissos e dependentes à esses sujeitos na hora da venda dos caranguejos coletados.

(durante a andada) fica difícil, a gente tira fiado no patrão (sujeito diferente do patrão que compra o caranguejo) no comércio. Quando trabalha a gente paga. (Zenildo, entrevistado em 08/08/2011)

Porém, os próprios tiradores tem dificuldade, alguns deles, em relacionar o aumento na exploração do caranguejo na península com a quantidade e tamanho cada vez menor do caranguejo e são áreas cada vez mais distante que esses tiradores tem que se deslocar para capturar.

3. Considerações finais:

Torna-se necessário compreender a forma como a atividade extrativista de caranguejo é organizada, sendo o laço de parentesco e compadrio importantes para a análise do grupo social dos tiradores. Uma das respostas para esse fenômeno, segundo Nascimento (2006), é a baixa densidade demográfica das comunidades onde vivem esses grupos, fato que permite que os laços de parentesco ocorram com maior frequência. O autor menciona que há casos em que quase a totalidade da comunidade



possui algum laço de parentesco e compadrio, fortalecendo a solidariedade e a generosidade dentro da comunidade. (NASCIMENTO, 2009).

Portanto, para compreender as nuances da atividade dos tiradores de caranguejos é necessário o aprofundamento das questões que os cercam, sempre partindo do pressuposto do olhar desses trabalhadores sobre a atividade e a natureza, o manguezal. Também o ato de potencializar a participação da comunidade na gestão ambiental é de fundamental importância para que se mantenha sustentável a relação homem e natureza; que essa relação tenha como viés a coletividade e não a individualidade, pois “não se está pensando aqui no homem enquanto indivíduo, mas como um ser coletivo que partilha de um grupo social”, em uma estrutura interdependente de outras e dinâmica (FURTADO, NASCIMENTO, SANTANA & MANESCHY, 2006) e que cada vez mais as lideranças e suas comunidades sejam empoderadas e que se sintam participantes, com voz ativa, das decisões voltadas à gestão ambiental.

4. Referências:

BERKES, Frikes et al. (Organizado por KALIKOSKI, Dniela). Gestão na pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos. Rio Grande, Editora FURG, 2006. Cap. 1. P. 19-40.

CONAMA. Retirado de <http://www.artigonal.com/doutrina-artigos/estudo-sobre-os-terrenos-de-mangue-seu-dominio-e-tutela-juridica-2895852.html> em 27/08/2011.

CUNHA, Tatiana, ROCHA, Francisco. Organização social e representatividade política dos tiradores de caranguejo no município de Bragança in Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal. Belém: NUMA/UFPA, 2005. (GLASER, Marion, CABRAL, Neila, RIBEIRO, Adagenor - Orgs.)

DIEGUES, Antonio Carlos. Aspectos sócio-culturais e político do uso da água. Texto publicado no Plano Nacional de Recursos Hídricos - MMA, 2005.

DOMINGUES, Denis. Análise do conhecimento ecológico local e do sistema produtivo como subsídio para gerar instrumentos de gestão da atividade de exploração do caranguejo-uçá (*ucides cordatus linneaus, 1763*) nos manguezais da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança-Pa. Dissertação de mestrado. UFPA, 2008.

FERREIRA, Rosilda Arruda. A pesquisa científica nas Ciências Sociais: caracterização e procedimentos. Recife, UFPE, 1998.

FURTADO, Lourdes Gonçalves, NASCIMENTO, Ivete Herculano do, SANTANA, Graça, MANESCHY, Maria Cristina. Formas de utilização de manguezais no litoral do Estado do Pará: casos de Marapanim e São Caetano de Odivelas. Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 1, n. 2, jan./jun. 2006.



FURTADO, Lourdes. Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida da Amazônia in Amazônia: desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida. Belém: UFPA, NUMA. 1997.

GLASER, Marion, CABRAL, Neila, RIBEIRO, Adagenor (Orgs.). Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal. Belém: NUMA/UFPA, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Atlas, 1991.

MANESCHY, Maria Cristina, LOURENÇO, Celeste Ferreira, HENKEL, Jimnah. O que vai em terra reflete nas águas. Boletim do Museu Emílio Goeldi. Sér. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 3, p. 61-76, set-dez. 2005.

MANESCHY, Maria Cristina. Pescadores nos manguezais: estratégias técnicas e relações sociais de produção na captura de caranguejo in Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia/ Organizado por Lourdes Furtado, Wilma Leitão e Alex Fiúza de Mello. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

MANESCHY, Maria Cristina. Sócio-economia: trabalhadores e trabalhadoras nos manguezais in Os Manguezais da Costa Norte Brasileira. Marcus E. B. Fernandes (org.). Maranhão: Fundação Rio Bacanga, 2005. P. 135-164.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

NASCIMENTO, Ivete. Tempo de fartura e tempo de fome no litoral do Pará. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 23-33, maio-ago. 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. "O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever". In: O trabalho do antropólogo. 2.ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

PELEGRINI, Sandra; FUNARI, Pedro Paulo. O que é patrimônio cultural imaterial. São Paulo: Brasiliense, 2008. (coleção primeiros passos: 331)

PAIVA, M. P. Recursos pesqueiros marinhos e estuarinos no norte do Brasil. Brasília, SUDEPE, 1981.

RUDIO, Franz V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis, Vozes, 1986.

SILVA, Mauro Marcio Tavares da. Bioecologia e produção comercial do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus* Linnaeus, 1763) em Quatipurú, Pará / Mauro Marcio Tavares da Silva; orientadores Nuno Filipe Alves Correia de Melo, Rosildo Santos Paiva. - 2008.



SILVA, Iracely R. & PEREIRA, Luci Cajueiro C. Estudo sócio-ambiental da comunidade de Bacuriteua (Pará, Litoral Amazônico, Brasil). Revista de gestão costeira integrada, 2010.

SOUTO, Francisco José Bezerra. Uma abordagem etnoecológica da pesca do caranguejo, *Ucides cordatus*, Linnaeus, 1763 (Decapoda: Brachyura), no manguezal do Distrito de Acupe (Santo Amaro-BA). Biotemas, 20 (1): 69-80, março de 2007.



GT 8 – Formas de participação de pescadores artesanais na gestão ambiental: potencialidades e limites

Problematizando a questão de gênero na gestão compartilhada da pesca: reflexões a partir de um estudo de caso da pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos/RS

Melina Chiba Galvão¹,

Daniela Coswig Kalikoski²

¹Oceanóloga e mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)/Núcleo de Estudo e Capacitação em Gestão Compartilhada e Comunitária da Pesca – FURG, E-mail: melzinhac@hotmail.com

²Doutora em Gestão de Recursos e Estudos Ambientais pela University of British Columbia, Canadá/Professora do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) e do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental/Núcleo de Estudo e Capacitação em Gestão Compartilhada e Comunitária da Pesca – FURG, E-mail: danielak@furg.br

Resumo

A pesca enfrenta uma situação de crise sócio-ecológica que não atinge de forma igual, pescadores e pescadoras, visto que há diferenças de gênero no uso dos recursos, especialmente na pesca artesanal. Esse artigo visa apresentar resultados preliminares de pesquisas junto a comunidades do Estuário da Lagoa dos Patos, com o objetivo de problematizar a urgência de uma abordagem de gênero na ciência e gestão pesqueiras para a promoção de pescarias mais equitativas e sustentáveis. Foram analisadas pesquisas bibliográficas sobre o tema e observações participantes em oficinas nas comunidades de pescadores artesanais do estuário. Os resultados preliminares mostram que é de fundamental importância para o avanço nas pesquisas que visam obter um entendimento interdisciplinar sobre a problemática da pesca, incluir análises baseadas no gênero para propor formas de gestão mais democráticas e sustentáveis. Há uma divisão sexual do trabalho na pesca, que acarreta um processo de invisibilidade da contribuição do trabalho da mulher na pesca. Isso gera diferenças de poder e de direitos de propriedade, acesso aos recursos e participação em espaços de representatividade e tomada de decisão. Além disso, há poucas pesquisas com esse foco aliado à gestão de recursos e uma falsa uniformidade de “identidades” quando se aborda a questão da mulher na pesca. Há muita diversidade nessa aparente “simplicidade” do conceito de “mulher de pescador”, subestimada nas pesquisas científicas pesqueiras e nos processos de gestão e ordenamento. A gestão da pesca tem se mostrado incongruente com as características e especificidades das mulheres de comunidades pesqueiras tradicionais, que ainda têm se mostrado invisíveis para o Estado e a Ciência pesqueira tradicional. Pesquisa com enfoque de gênero podem contribuir para a promoção de processos de gestão compartilhada que envolvam todos os usuários do recurso para uma gestão mais sustentável e justa, verdadeiramente democrática e participativa, com menos disparidades de poder e maior espaço de decisão para a comunidade.

Palavras-chave: Gênero, Pesca Artesanal, Gestão.



Introdução

Há um consenso, tanto da comunidade científica quanto dos pescadores, que a pesca enfrenta uma situação de crise. Essa crise se reflete através do estado de colapso dos recursos e da situação de empobrecimento e marginalização das comunidades pesqueiras (KALIKOSKI *et al*, 2007).

As comunidades pesqueiras tradicionais têm uma relação muito intrínseca com o ambiente em que vivem, sendo extremamente dependentes desses recursos. A pesca é além de fonte de alimentação, geradora de emprego, trabalho, renda e identidade cultural e social. O colapso dos recursos pesqueiros e a consequente erosão das populações tradicionais é um problema sócio-ambiental muito grave. A pesca para da forma como está sendo planejada e executada, com todas as suas deficiências no processo de gestão, está seriamente ameaçada, pois não é sustentável em longo prazo.

Essa insustentabilidade da pesca, que ameaça modos de vida tradicionais que se estabeleceram com base na utilização de recursos pesqueiros, frequentemente é tratada pela gestão e pela ciência com o foco no pescador, aquele que atua na captura. A pesca, enquanto atividade principal de captura, sempre foi uma atividade considerada de domínio masculina, atribuída ao homem, por estar ligada ao espaço do mar e ao estar embarcado (WOORTMANN, 1991; MOTTA-MAUÉS, 1999). Porém, como a própria Lei da Pesca (Lei 11.959/2009) define, a pesca artesanal é aquela exercida de forma autônoma por pescador profissional ou em regime de economia familiar e diante disso, é necessário alterar o foco da visão para entender que a crise na pesca vai atingir não só o pescador mas também toda a família e a comunidade que dependem dela para sua sobrevivência e manutenção de seus modos de vida.

A partir disso, há um movimento recente acerca do desenvolvimento de pesquisas sobre a questão de gênero na pesca. Historicamente este setor tem sido frequentemente categorizado como predominantemente masculino e adulto, menosprezando o trabalho desenvolvido por mulheres, jovens e idosos para a manutenção da pesca e das comunidades pesqueiras artesanais. A questão de gênero pensada na pesca direciona o olhar para questões de divisão de trabalho por sexo e idade (MANESCHY, 2000), e como os espaços naturais, sociais e os domínios são classificados e divididos na sociedade, entre o que é papel do homem e da mulher.

A mulher tem uma participação importante na atividade pesqueira, atuando em diversos estágios da cadeia produtiva. Algumas participam do processo de captura, mas



as pesquisas mostram que a sua principal contribuição está em fases posteriores à captura como a limpeza e o beneficiamento do pescado, conserto de petrechos de pesca e também na comercialização dos produtos (GARCEZ & SÁNCHEZ-BOTERO, 2005). Apesar dessa importância na produção e reprodução da pesca, o seu trabalho majoritariamente está atrelado ao marido pescador e ao âmbito familiar, sendo frequentemente “não remunerado” em um sentido propriamente dito, confundido com as atividades do lar. É pouco valorizado e reconhecido, por não estar diretamente vinculado à captura e ao mercado, não é visto como “trabalho” (MANESCHY, 2000).

A vinculação ao espaço doméstico e essa invisibilidade das mulheres, dificulta sua identificação como trabalhadora na pesca e se reflete nas relações de poder dentro das comunidades, assim como nas políticas públicas voltadas a pesca, no que tange às especificidades do papel das mulheres (DI CIOMMO, 2007). Devido a isso, as mulheres enfrentam diversos problemas, principalmente referente a aspectos de dificuldade de acesso ao crédito, aos direitos previdenciários e trabalhistas e também a precárias condições de trabalho (MELO, 2008).

Diante dessa realidade de crise sócio-ambiental, a partir de uma situação de sobre-exploração de recursos pesqueiros e de marginalização e empobrecimento das populações tradicionais; quando há relações desiguais de poder, a mulher pode ser considerada ainda mais vulnerável que o homem. Dessa forma, processos de gestão de recursos, que tenham como objetivo desenvolver a atividade pesqueira de forma sustentável precisam analisar a questão pesqueira de forma sistêmica e integrada, abordando a questão de gênero. Ver a mulher na pesca, enquanto importante usuária do setor (*sensustakeholder*), assim como o homem, é de fundamental importância para uma perspectiva de gestão compartilhada adaptativa, de forma equitativa e sustentável.

Problemática

Essa pesquisa foi inspirada a partir de uma problemática vivida pelos pescadores e pescadoras do estuário da Lagoa dos Patos (RS), no mês de maio de 2011, com relação ao direito do seguro-defeso¹, concedido às mulheres de pescadores, devido ao fato da pesca artesanal se dar em um regime de economia familiar. Um estudo multi-

¹ O seguro-defeso é um direito trabalhista, como o seguro-desemprego, específico para a pesca. Esse direito é pago aos pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos, durante o período em que a pesca de algumas espécies (camarão-rosa, tainha, corvina e bagre) está proibida em virtude de se recuperar os estoques.



institucional² reconheceu o direito das mulheres a esse benefício e recomendou ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através do Ministério Público Federal (MPF), que para evitar desnecessária obtenção para as mulheres da licença ambiental³, que o recebimento do seguro-defeso estivesse atrelado aos maridos pescadores. Essa recomendação foi acatada em 2009 e 2010. No ano de 2011, uma decisão arbitrária do MTE, diferentemente dos outros anos, negou o pagamento, restringindo o direito de acesso ao seguro-defeso à apenas um dos membros da economia familiar, aquele que pratica a atividade de captura, exigindo documento de Licença Ambiental (ou protocolo de solicitação) como um requisito para a solicitação do benefício. No entanto, o IBAMA estava restringindo a liberação da Licença Ambiental apenas aos homens, por entender que são estes que realizam a captura. Como esse documento passou a ser um pré-requisito para a obtenção do benefício do seguro-defeso, e como as mulheres na sua grande maioria não solicitaram tal documentação isso acarretou a elas a perda ao recebimento do seguro-defeso para o ano de 2011. Isso gerou uma polemica muito grande conforme noticiada em diversos espaços da mídia⁴, devido ao impacto de tais políticas públicas sobre os modos de vida dessas populações tradicionais⁵.

Isso demonstra a complexidade da gestão da pesca no Brasil explicitando falhas no seu processo institucional de delimitação de regras de acesso e benefícios aos usuários dos recursos. Tanto a pesquisa quanto a gestão pesqueira tem negligenciado aspectos importantes relacionados ao gênero na governança da pesca, que são

² Desde 2006, vem sendo desenvolvido um trabalho de combate à fraude no recebimento do seguro-defeso e de inclusão de pescadores que por motivo documental estão excluídos. Envolvido pelo Ministério Público Federal e que agregou o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), IBAMA, Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul (CPRS), Advocacia-Geral da União (AGU), Polícia Federal (PF), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Fórum da Lagoa dos Patos (FLP).

³ Para acessar o seguro-defeso, os pescadores do estuário precisam de uma série de documentos já previstos pela Lei nº 10.779/2003 e Resolução Nº 657/2010 além da licença de pesca artesanal emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

⁴ Links de reportagens de jornal sobre o fato:

<http://www.diariopopular.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?id=6¬icia=37907>

<http://wp.clicrbs.com.br/riogrande/2011/05/19/seguro-defeso-para-mulheres-e-reivindicado/>

<http://www.diariopopular.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?id=6¬icia=37642>

<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=12614>; Acesso em: 15/06/2011.

⁵ Segundo o decreto nº 6040/2007, os povos e Comunidades Tradicionais são definidos como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.



fundamentais para entender as especificidades do papel da mulher na pesca e como isso interfere nos processos para se chegar a uma sustentabilidade efetiva do setor.

A partir da necessidade de se dar visibilidade ao papel da mulher na pesca, foi que se iniciou o desenvolvimento de uma pesquisa envolvendo a gestão compartilhada da pesca e a questão de gênero, vinculado ao Projeto Gestão Integrada e Compartilhada de Territórios Marinho-Costeiros⁶, dentro do Núcleo de Estudo e Capacitação em Gestão Compartilhada e Comunitária da Pesca da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). A pesquisa intitulada “Os papéis das mulheres na manutenção dos modos de vida de comunidades pesqueiras artesanais do estuário da Lagoa dos Patos – RS: contribuições para a gestão e a educação ambiental”⁷, tem como objetivo principal compreender qual o papel das mulheres na manutenção da capacidade adaptativa⁶ de famílias e de comunidades pesqueiras artesanais do estuário da Lagoa dos Patos, diante da atual crise pesqueira.

A partir dessa problemática, podemos observar que quando se desenvolvem pesquisas sobre a questão da pesca, as especificidades da participação das mulheres são negligenciadas. Partindo disso e da problemática em questão, esse trabalho tem como objetivo problematizar a necessidade de se incorporar a questão de gênero nas pesquisas e nos processos de gestão compartilhada da pesca, correlacionando com alguns resultados preliminares obtidos durante a pesquisa exploratória, iniciada no mês de Junho de 2011, visando aprofundar essa problemática junto às comunidades pesqueiras artesanais do estuário da Lagoa dos Patos.

Metodologia

A metodologia faz parte de uma pesquisa exploratória que está sendo desenvolvida no Projeto de pesquisa do Mestrado, a partir da participação no Projeto de Extensão “Empoderar para transformar: gestão compartilhada e territorial da pesca

⁶ Esse projeto é financiado pela CAPES, tem como proposta investigar a problemática da gestão integrada e compartilhada de territórios marinho-costeiros utilizando diversas abordagens analíticas, a exemplo do desenvolvimento territorial sustentável, da teoria dos comuns da co-gestão adaptativa. É uma pesquisa integrada que envolve o Núcleo de Estudo e Capacitação em Gestão Compartilhada e Comunitária da Pesca/FURG, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) da Universidade Federal de Campinas (UNICAMP) e do Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFSC).

⁷ Projeto de pesquisa da primeira autora no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental



artesanal no estuário da Lagoa dos Patos”⁸, que consiste na participação das pesquisadoras em oficinas para discutir as regras de ordenamento pesqueiro, principalmente, a partir da revisão da Instrução Normativa Conjunta n° 3/2004, principal instrumento de regulação da pesca no estuário. A participação nas oficinas e nas discussões, junto com os pescadores e pescadoras, está sendo utilizada como uma pesquisa exploratória de aproximação e inserção nas comunidades, para construir um desenho analítico para estudo dessa perspectiva de gênero no âmbito da gestão compartilhada. Foi utilizada como metodologia principal a observação participante, para registro das experiências e observações, assim como a utilização de diário de campo. Essa metodologia

“...retrata o contexto a partir de um olhar que, num primeiro momento, está menos preocupado com a análise e mais com a descrição; mais aberto para o entendimento e menos preocupado com julgamentos” (MELLO, 2005, p. 64).

Foram realizadas nove oficinas em comunidades pesqueiras tradicionais do estuário da Lagoa dos Patos, envolvendo os municípios de Rio Grande, São José do Norte, Pelotas e São Lourenço do Sul.

Gênero e Gestão da Pesca: um diálogo possível?

Essa situação de crise reflete um histórico de uso dos recursos e pressão sobre os ecossistemas de forma insustentável, que reflete uma visão de mundo ainda muito presente, de que os recursos naturais renováveis são inesgotáveis. E por muito tempo a gestão da pesca, científica e por parte do Estado, estava de acordo com essa visão, enxergando os recursos como *commodities* e por isso era necessário desenvolver metodologias que maximizassem os Rendimentos Máximos Sustentáveis (RMS)

⁸Financiado pelo Ministério da Educação (MEC), o projeto tem como objetivos Capacitação de comunidades pesqueiras do Estuário da Lagoa dos Patos para a gestão territorial, comunitária e compartilhada dos recursos pesqueiros: para compreender o papel da pesca na economia das famílias e das comunidades artesanais; identificar saberes tradicionais capazes de gerir os recursos garantindo a reprodução social e a preservação ambiental; propor um diálogo entre saberes científicos e tradicionais; e estabelecer junto aos pescadores, territorialidades de pesca, para servir de proposta de gerenciamento pesqueiro junto aos órgãos gestores.



(BERKES & FOLKE, 1998). Esse resultado de crise que mais parece uma previsão fatídica da tragédia dos comuns (HARDIN, 1968), não se deve às características de subtrabilidade e dificuldade de exclusão dos recursos comuns mas sim à incapacidade das instituições de geri-los (BERKES & FOLKE, 1998).

Vivemos uma era de estabelecimento de novos paradigmas, nas diversas áreas. As pesquisas que tem como foco, problemas ambientais não podem ser encaradas sob o ângulo tradicional de se fazer pesquisa, sob uma ótica cartesiana. Hoje se observa que os problemas ambientais não estão restritos, à sua dimensão natural. Entender a problemática da pesca exige compreender não apenas aspectos do meio físico e biológico como ciclos de vida das espécies-alvo e medir captura e esforço de pesca. Exige entender a produção pesqueira, as tecnologias e artes de pesca, a organização social dos pescadores e também das pescadoras, a economia e os processos de comercialização (GARCIA *et al*, 2008; POMEROY & ANDREW, 2011).

Há uma complexidade muito maior. Os componentes e fenômenos dos sistemas sócio-ecológicos são heterogêneos. Há múltiplas relações entre os componentes, cujas funções no sistema não são independentes do todo. O todo forma as partes e as partes formam o todo, em uma relação dialética. Assim o sistema, funciona como uma totalidade organizada (GARCÍA, 1994). Qualquer interferência menor possível, pode resultar em alterações no estado do sistema de forma imprevisível. Por isso, não se pode negligenciar a participação e o papel da mulher na pesca, através da sua igualdade ao homem, porque tem características específicas e porque, a nossa hipótese de trabalho, é que ela tem um papel muito importante na manutenção da capacidade adaptativa das famílias e das comunidades pesqueiras, portanto na manutenção de seus modos de vida.

Os sistemas passam a ser entendidos enquanto dinâmicos e não-lineares (LEVIN *apud* ARMITAGE, *et al*, 2007), complexos e imprevisíveis e por isso precisa-se lidar com a incerteza e os riscos. O que exige formas adaptativas também de manejo e gestão dos recursos, que não sejam “fechadas” mas na qual a ciência vai aprendendo à medida que vai experimentando. Institui novos regimes de governança, com a gestão baseada na comunidade e a gestão compartilhada, na qual o desenvolvimento comunitário se torna parte integral da gestão dos recursos pesqueiros. (BERKES *et al*, 2006).

Assim, a tragédia dos comuns não é mais uma fatalidade mas pode ser evitada (OSTROM, 1990), há uma reformulação da teoria dos comuns, através do estudo de práticas comunitárias de gestão de recursos, que conseguiram governar um bem comum



com sucesso. Segundo a autora, para resolver esses problemas, é necessário restringir o acesso através dos direitos de propriedades e criar incentivos e/ou regras para que os usuários passem a investir no recurso ao invés de superexplorá-lo. Dessa forma, usuários que dependem dos recursos para a sua sobrevivência e que têm certa autonomia para criar suas regras, estão mais propensos a perceber os benefícios da sustentabilidade do recurso, balanceando benefícios e custos (OSTROM, 1999).

A *teoria dos comuns* está relacionada com abordagens mais participativas de gestão dos recursos e dos ambientes, que se baseia em enfoques mais holísticos, com a gestão em âmbito local e realizada com planejamento e ações mais participativas (BERKES *et al*, 2006). Os novos paradigmas propõem o co-manejo adaptativo, através de arranjos de compartilhamento de poder e responsabilidade entre o Estado e a sociedade civil. Inclui a participação dos diferentes atores sociais combinado com a dimensão de aprendizagem interativa, aprendendo na prática. Esse manejo também inclui o conhecimento ecológico tradicional dos pescadores sendo tão válido quanto o científico (ARMITAGE, *et al*, 2007).

Porém, para se alcançar um co-manejo adaptativo e processos de gestão mais sustentáveis de forma socialmente justa e ecologicamente viável, é importante a participação de todos os atores envolvidos, especialmente os das comunidades tradicionais visto que a sua subsistência depende deste recurso (KALIKOSKI *et al*, 2006). É de fundamental importância para que esses processos de gestão tenham sucesso, se incluam todos os atores sociais, com destaque para os que se encontram em desvantagem com relação a direitos e poder, mas que tenha importância fundamental para a manutenção do sistema. Esse é o caso das mulheres na pesca.

As mulheres “do mar de dentro”

Foi observado que existem poucas pesquisas científicas desenvolvidas nessa área. Existem muitas pesquisas focadas na pesca artesanal, na região mas poucas se aprofundam na temática de gênero. Podem-se citar estudos como os de Fassarella (2007), que trabalhou com a temática de gênero na Vila São Miguel, em Rio Grande (RS) e Porto (2010) que pesquisou as estratégias de reprodução social dos pescadores, também no município de Rio Grande. Ambos os estudos mostraram essa divisão sexual do trabalho na pesca, sendo generalizado como o “mar” para o homens e a “casa” para as mulheres.



De acordo com Fassarella (op. cit.), as atividades de captura e comercialização, são realizadas em sua maioria, pelos homens e às mulheres cabe a “ajuda” aos maridos. E em sentido inverso, as atividades domésticas são realizadas pelas mulheres, assim como o beneficiamento do pescado, e qualquer atividade dos homens nessa área, é uma “ajuda” às mulheres. Além disso, as pesquisas mostraram que a concentração das mulheres no âmbito doméstico, tem restringido sua participação em espaços de decisão e de representação, como colônias, associações e no Fórum da Lagoa dos Patos⁹. Fassarella (2007) mostrou que há uma valorização no âmbito doméstico, pelos companheiros, devido ao multidirecionamento das atividades; enquanto no âmbito externo, há uma desvalorização e invisibilidade do seu papel na pesca. Refletindo inclusive na sua identidade. Afinal, são pescadoras, mulheres de pescadores ou trabalhadoras da pesca?

Pode-se observar em um primeiro olhar, que por trás do “pré-conceito” de mulher na pesca, não há uma homogeneidade mas sim uma diversidade de trabalho e participação feminino. A participação nas oficinas e o trabalho na comunidade permitiu enxergar isso. São as pescadoras, as tecedeiras e “remendeiras” de redes de pesca, as que beneficiam o pescado, limpam o peixe, o camarão, desfiam a carne de siri e as que fazem o filé, são as ex-pescadoras, as esposas e filhas de pescadores, as líderes comunitárias ou membros de colônia ou associações. Além disso, são as donas de casa, mães, fazem “bicos” para aumentar a renda. Dividem o seu tempo entre o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos, e o trabalho na pesca. E o tempo dedicado à pesca, varia de acordo com os meses do ano, aumentando em safras e pescarias mais rentáveis ou que exigem mais o seu trabalho, como o camarão e o siri; e diminuindo em períodos de defeso. Essa diversidade não é apenas no trabalho e no tempo dedicado a ele mas também é variável de acordo com as características das comunidades e de suas pescarias no estuário. A gestão precisa aprender a enxergar essa complexidade no que à primeira vista parece ser simples e homogêneo.

O relatório do censo da Pesca (KALIKOSKI & VASCONCELLOS, *in press*), revela que o número de mulheres que declaram exercer algum tipo de atividade na pesca do estuário da Lagoa dos Patos é relativamente reduzido. Segundo esses autores, do

⁹Foi criado em 1996, É um órgão colegiado consultivo, com a participação de representantes de pescadores, órgãos governamentais e não-governamentais (privados e da sociedade civil), que têm interesse na pesca no estuário da Lagoa dos Patos e é uma iniciativa local de gestão compartilhada da pesca (REIS & D’INCAO, 2000).



total de 4089 pessoas envolvidas na pesca artesanal, 2902 são homens e 1184 são mulheres, ou seja, contabilizando o número total de pessoas envolvidas na pesca, a participação de mulheres representa quase 30% do total. Atrelando o número de mulheres ao de homens envolvidos, em média, apenas 40% dos pescadores homens teriam cônjuges ou filhas envolvidas na atividade pesqueira, seja em atividades de captura ou pós-captura. Esses autores mostraram que as mulheres declararam participar das seguintes atividades, não excludentes, em ordem de importância: manutenção e limpeza (n= 684), beneficiamento (n= 673), captura (n= 472) e comercialização (n= 254).

Com relação aos dados de captura, que geralmente são atribuídos à identidade de pescador ou pescadora, o número de mulheres declarado representa cerca de 14,5% do total de pescadores encontrado pelo censo, que é de 3259 pescadores. Comparado a outras pesquisas, Garcez & Sánchez-Botero (op. cit.), estimaram ainda que a participação feminina na atividade pesqueira para o estado do Rio Grande do Sul seja em torno de 8 a 10% do número total de pescadores, que seria de 12000 pescadores. Porém, esse número extrapolado para o país, chega a atingir 122.442 mulheres pescadoras e aquicultoras, com um total de 503.266 registros, o equivalente a cerca de 24,3% do total, segundo o Registro Geral da Pesca- RGP¹⁰.

A continuação da pesquisa buscará subsidiar com mais informações, para entender como está a situação das mulheres que vivem e dependem da pesca, estimar e compreender a sua contribuição para o modo de vida da família através de atividades exercidas dentro e fora da pesca. Esse entendimento é fundamental para desvendar a contribuição e a importância das mulheres na capacidade adaptativa das comunidades tradicionais como mecanismos e estratégias de sobrevivência, manutenção de seus modos de vida e minimização de suas vulnerabilidades frente ao estado de sobre-exploração dos recursos pesqueiros e diante de políticas públicas, como a do seguro-defeso.

Além disso, é de extrema importância entender como as instituições e a gestão da pesca, tem tratado essas questões de gênero no acesso e uso do recurso. As mulheres e

¹⁰Segundo a Instrução Normativa do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA Nº 02 DE 25 de janeiro de 2011, o registro geral da atividade pesqueira é um documento necessário para todos os pescadores profissionais, que segundo essa IN é a pessoa física, que exerce a pesca como atividade principal e com fins comerciais, fazendo dessa atividade sua profissão e seu principal meio de vida. Podendo atuar como artesanal ou industrial. Esse documento é necessário para o acesso aos programas sociais do Governo Federal como microcrédito, assistência social e seguro-desemprego, pago nos meses do defeso.



os homens estão tendo os mesmos direitos de propriedade de acesso aos recursos e benefícios? Está claro que há características que distinguem os seus papéis culturais e sociais no uso dos recursos e também há claras relações de poder e dependência desiguais entre homens e mulheres na sociedade, o que as deixa mais vulneráveis em situações de crise.

Berkes&Folke (1998), definem como propriedade, os direitos, deveres e responsabilidades no uso de recursos, além de reivindicações de benefícios ou renda. Os direitos de propriedade, exemplificados aqui através do RGP, da licença-ambiental e do seguro-defeso, estão estabelecidos de forma incongruente com a realidade diversa da mulher na pesca. São baseados no modelo do homem pescador e ao ser estendido à mulher não estão adequados à característica de trabalho feminino, que não é principalmente na captura mas em sua maior parte, nas atividades pré e pós-captura.

Problematizamos ainda a questão da participação das mulheres enquanto usuárias do recurso e como pescadoras artesanais em regime de economia familiar, nas esferas de tomada de decisão e de representatividade de seus direitos. Nos espaços observados, como reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos e oficinas para discussão da IN nas comunidades, as mulheres geralmente se dispõem nas salas de forma mais afastada do mediador e da discussão, sentando-se geralmente nas extremidades das salas ou nos fundos. Também costumam participar pouco na discussão, geralmente concordando com as opiniões do companheiro ou pares próximos. Essa tendência foi evidenciada em algumas reuniões. Por outro lado, em algumas comunidades, esse padrão mudou, e de acordo, com as nossas primeiras observações pode se dar devido a alguns fatores como: maior participação na pesca em atividades de captura; participação mais frequente também em espaços de discussão como o Fórum da Lagoa dos Patos, reuniões de projetos de pesquisa e extensão da FURG; e presença de líderes mulheres na comunidade. Isso denota a importância do empoderamento da mulher e da sua comunidade em espaços participativos para inserir a mulher e dar visibilidade à sua voz e seu trabalho.

Pode-se observar que a crise na pesca é muito mais complexa do que se observada apenas sobre o enfoque da sobrepesca e da marginalização das comunidades. O processo de gestão da pesca no estuário, por parte do governo, apresenta diversas incongruências com relação ao estabelecimento de regras e de direitos de propriedade. Negando esses direitos às usuárias do recurso, que são as mulheres. Tanto a ciência



como a gestão tem menosprezado o papel da mulher na pesca artesanal, ainda mais em uma realidade de país em desenvolvimento. Essa invisibilidade da mulher na pesca precisa ser revertida para se obter processos de gestão compartilhada que envolvam todos os usuários do recurso para uma gestão mais sustentável e justa, verdadeiramente democrática e participativa, com menos disparidades de poder e maior espaço de decisão para a comunidade construir um co-manejo adaptativo de forma integrada com a ciência e o Estado. É preciso avançar nas pesquisas relacionando gênero e gestão compartilhada porque isso é de extrema importância para entender a complexidade da problemática que envolve a pesca.

Agradecimentos

As autoras agradecem a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desse trabalho através do Projeto Auxílio N. 23038.051620/2009-21 Edital 09/2009- Ciências do Mar; e ao Ministério da Educação (MEC) pelo financiamento do Projeto de Extensão “Empoderar para transformar gestão compartilhada e territorial da pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos”.

Referências Bibliográficas

ARMITAGE, D.; BERKES, F.; DOUBLEDAY, N. (ed.). *Adaptive co-management: collaboration, learning, and multi-level governance*. Canada: University of British Columbia - UBC Press, 2007.

BERKES, F; FOLKE, C. Linking Social-Ecological Systems for Resilience and Sustainability. In: _____ (Ed.). *Linking Social-Ecological Systems*. Cambridge University Press., 1998. p. 1-25

BERKES, F. *et al.* (autores da versão original em inglês). KALIKOSKI, D. C. (Org. ed. português). *Gestão da pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos*. Rio grande: Ed. Furg, 2006.

BRASIL. *Lei 11.959, de 29 de junho de 2009*. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm. Acesso em: 28/05/2011.



BRASIL. *Decreto nº 6040 de 07 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto /D6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm). Acesso em: 30/07/2011.

DI CIOMMO, R. C. Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. X, n. 1, p. 151-163, jan-jun. 2007.

FASSARELA, S. S. *A vez e a voz de mulheres que atuam na atividade da pesca na Vila São Miguel (RS): Trajetórias e perspectivas*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2007.

GARCEZ, D. S.; SÁNCHEZ-BOTERO, J. I. Comunidade de pescadores artesanais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. *Atlântica*, Rio Grande, v. 1, n. 27, p. 17-29, 2005.

GARCÍA, R. Interdisciplinaridad y sistemas complejos. In: LEFF, Enrique. (Org.). *Ciências sociais y formación ambiental*. Barcelona: Gedisa, 1994. p. 85-125.

GARCIA, S. M. *et al.* Towards integrated assessment and advice in small-scale fisheries: principles and processes. *FAO Fisheries and Aquaculture Technical Paper*. No. 515. Rome: FAO, 2008.

HAIMOVICI, M. *et al.* Diagnósticos da pesca no litoral do estado do Rio Grande do Sul. In: ISAAC, V. J. *et al.* (Org.). *A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais*. Belém: Editora Universitária UFPA, p. 157-180, 2006.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. *Science*, v. 162, p 1243-1248, 1968.

KALIKOSKI, D. C.; ROCHA, R.D.; VASCONCELLOS, M.C. Importância do conhecimento ecológico tradicional na gestão da pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos, extremo sul do Brasil. *Revista AMBIENTE & EDUCAÇÃO*, v. 11, p. 87-118, 2006.

KALIKOSKI, D. C.; SILVA, P.P.da. Avanços e desafios na implementação de gestão compartilhada no Brasil: lições comparativas do Fórum da Lagoa dos Patos (RS) e da Resex Marinha de Arraial do Cabo (RJ) In. COSTA, A. L. *Nas redes da pesca artesanal*. Brasília: IBAMA, p. 115-154, 2007.



KALIKOSKI, D. C.; VASCONCELLOS, M.A *Techno-economic study of the small-scale fishing operations of the estuary of Patos Lagoon, Brazil*. Draft Report. FAO. 2011.

MANESCHY, M. C. Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. *Revista Proposta*, n. 84/85, Mar/Ago. 2000.

MELLO, M. *Pesquisa participante e Educação Popular: da intenção ao gesto*. Porto Alegre: Ísis, 2005.

MELO, M. de F. M. Políticas públicas entre pescadoras artesanais: invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo. In: *FAZENDO GÊNERO 8 - CORPO, VIOLÊNCIA E PODER*. Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST15/Maria_de_Fatima_Massena_de_Melo_15.pdf. Acesso em: 21/06/2011.

MOTTA-MAUÉS, M. A. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. *Etnográfica*, Vol. III, n. 2, 1999, pp. 377-399.

OSTROM, E. *et al.* Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges. *Science*, v. 284, p. 278-282, 1999.

OSTROM, E. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. New York: Cambridge Univ. Press, 1990.

POMEROY, R.; ANDREW, N. (eds). *Small scale fisheries management: frameworks and approaches for the developing world*. London: Cabi, 2011.

PORTO, G. de D. 2010. 46 f. *Análise das estratégias de reprodução social dos Pescadores de Rio Grande/RS numa perspectiva do cotidiano, geracional e de gênero*. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

REIS, E.G.; D'INCAO, F. The present status of artisanal fisheries of extreme southern Brazil: an effort towards based management. *Ocean&Coastal Management*, n. 43, p. 585-595, 2000.

WOORTMANN, E. F. *Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste (Série Antropologia)*. Brasília, 1991. Disponível em: <http://wp2.oktiva.com.br/portaldomarmarbd/files/2010/10/Serie111empdf4.pdf>. Acesso em: 07/07/2011



GT 8 - Formas de participação de pescadores artesanais na gestão ambiental: potencialidades e limites

RESEX da Prainha do Canto Verde: a comunidade concretizando um sonho¹

José Wilson Galdino¹

¹Graduado e Licenciado em Eng^a de Pesca; Mestre em Econ. Rural; Doutor. em Educação. Técnico Extensionista e Professor. /Universidade. Federal do Ceará - SEDUC-CE. E-mail: jwgaldino@hotmail.com

Resumo

Neste ensaio, intitulado RESEX da Prainha do Canto Verde: a comunidade concretizando um sonho, o foco principal foi observar como um grupo de pescadores, que forma o Conselho de Pesca local, uma das bases de seu movimento social, articulou e mobilizou sua comunidade – já estudada por Galdino (2010), através de uma série de ações e atos que, movimentou a categoria dos pescadores artesanais em todo o município de Beberibe, culminando com a criação de uma Reserva Extrativista Marinha (RESEX). Arrimado em sua luta pela posse da terra, essa comunidade foi submetida a um processo educativo, através de seu movimento social local, que qualificou suas lideranças a enfrentarem todos os obstáculos desse processo. Empregando os passos e instrumentos da pesquisa qualitativa, fundamentada num estudo de caso, com concepções etnográficas e o enfoque fenomenológico, buscou-se apreender a vivência, que foi explicitada nos relatos dos protagonistas. O discurso dos sujeitos revelou diversos aspectos em relação à experiência na conquista da RESEX que fortaleceu e articulou o movimento social da categoria dos pescadores profissionais litorâneos, bem como, criou uma referência, um exemplo a ser seguido pelas demais comunidades que vivenciam conflitos pela posse de seu território. Da mesma forma, contribuiu para a solidez do movimento social da Prainha, de sua mobilização e, por consequência, da organização da comunidade, traço evidente de sua identidade. O trabalho poderá suscitar o desejo de reflexões e, com isso, contribuir para a formação de um pescador artesanal reflexivo, consciente de sua função no âmbito da sociedade local.

Palavras Chave: Comunidades Litorâneas. Pesca Artesanal. Movimentos Sociais.

¹ Este texto apresenta alguns resultados da pesquisa intitulada **Educação e Movimentos Sociais na Pesca Artesanal**: o caso da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense, realizada para a obtenção do grau de Doutor, de seu autor.



Introdução

As comunidades pesqueiras tradicionais do litoral cearense são promotoras de movimentos sociais, característicos da pesca artesanal, que são constituídos com base em determinados problemas sociais (pesca predatória, habitação, saúde, educação etc.) enfrentados em seu coletivo, que normalmente só são superados nas lutas desses movimentos, pelos direitos de cidadania de seus moradores, produzindo uma pedagogia inerente a essa ação. Essa realidade ensejou a elaboração de uma pesquisa, que se propôs a estudar o processo educativo do movimento social na comunidade da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense, buscando compreender seu papel no processo organizativo dessa comunidade, com o propósito de contribuir com os sujeitos sociais e institucionais que atuam nessa atividade para a elaboração de políticas públicas que efetivamente permitam o exercício dos direitos sociais dessas populações.

Dentro desse objetivo maior, observou-se que o grupo de pescadores que forma o Conselho de Pesca local, uma das bases do movimento, foi o principal responsável por uma série de ações e atos que vieram movimentar e mobilizar toda a categoria dos pescadores artesanais do Estado, com repercussões nos planos estadual e nacional. Uma dessas ações foi a viagem de protesto da jangada comunitária SOS Sobrevivência², em abril de 1993. Outra ação foi a mobilização, a partir dessa comunidade, para a instalação de uma Reserva Extrativista Marinha (RESEX), na área onde ela está inserida, foco principal da discussão desse trabalho.

METODOLOGIA

Neste trabalho, procurou-se seguir os passos instrumentais da pesquisa qualitativa, fundamentada em um estudo de caso descritivo, qualitativo-explicativo, com concepções etnográficas e da pesquisa-ação, pois se pesquisou e estudou uma comunidade singular que possui um valor em si mesma (LUDKE & ANDRÉ, 1988), durante um período de cinco anos. Também se utilizou o enfoque fenomenológico que teve como objetivo captar e compreender a essência do fenômeno buscado, sem, contudo, pretender uma universalidade de análise. Segundo HEIDEGGER (1957), o

² Para conhecer melhor sobre a história da viagem da SOS Sobrevivência e seus desdobramentos, favor acessar; <http://www.fortalnet.com.br/~fishnet/princ.html>



método fenomenológico procura compreender o que se mantém velado e não se deixa mostrar diretamente, isto é, o fenômeno, no que ele tem de mais próprio e que constitui a sua essência.

Os dados primários foram obtidos de uma amostra não aleatória, do tipo intencional, por quotas (BOLFARINE, 2005). A coleta desses foi realizada mediante a aplicação de entrevistas (31) estruturadas, semiestruturadas e informais, individuais, as quais foram aplicadas, principalmente, com as lideranças locais. Também se recorreu à ajuda da observação participante e ao emprego de elementos da metodologia crítico-dialética, para ajudar no encontro das interconexões e contradições que formam o tecido social local; da ferramenta “diário de campo”, onde se registraram nossas impressões acerca das relações entre os principais sujeitos da pesquisa. Para organização desses dados, buscou-se o auxílio da informática, mediante a utilização do *software* QSR NUD*IST, como ferramenta de apoio para análise das transcrições das entrevistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por sustentabilidade na Pesca Artesanal, o *Marine Stewardship Council* (MSC³, 1998) compreende a extração responsável e sustentável do recurso marinho que assegure a capacidade de seguir proporcionando benefícios às gerações presentes e futuras, mantendo sua produtividade e a diversidade biológica daquelas comunidades marinhas ecológicas. Esse Conselho trabalhou com dez comunidades de pescadores artesanais pré-selecionadas em todos os continentes, com o intuito de testar a implantação de selos de certificação e qualificação para produtos da pesca artesanal. No Brasil, a comunidade escolhida foi a Prainha do Canto Verde, em virtude dos trabalhos de organização em defesa dos direitos que a categoria dos pescadores artesanais mantém ao longo dessa última década. A pré-certificação de sustentabilidade da pesca artesanal da lagosta foi desenvolvido em de abril de 2000, por meio dos assessores do MSC em parceria com o Instituto Terramar.

³ O MSC (Conselho de Manejo Marinho) é o líder mundial em certificação e qualificação ecológica de programas de sustentabilidade para mariscos. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos dedicada à ampla proteção e sustentabilidade das pescarias e ecossistemas associados. O Conselho foi criado por iniciativa da Unilever (Multinacional Holandesa) e o *World Wildlife Fund* (WWF). Atualmente o Conselho atua totalmente independente e é administrado por um quadro de diretores, assessorados por especialistas nas áreas científica, econômica e de pesca (tradução nossa). Disponível em: <http://www.msc.org/>, acesso em: 06 jun. 2009.



Para a comunidade da Prainha, participar da etapa de pré-avaliação para a certificação de sustentabilidade da pesca artesanal da lagosta foi mais um passo importante conseguido pelo movimento comunitário, em direção à sustentabilidade da pesca local. O evento também serviu para chamar atenção de organizações e patrocinadores internacionais voltados para projetos que envolvam a questão da pesca artesanal. Da mesma forma, para obter o reconhecimento dos Poderes Públicos estadual e federal no apoio desses projetos quando algum deles for os responsáveis por essa aprovação/execução.

Essa ação motivou o Conselho de Pesca da comunidade, a pleitear, deste setembro de 2001, junto ao Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) do IBAMA, a criação e demarcação de uma Reserva Extrativista Marinha (RESEX⁴), em defesa da pesca predatória e para uma melhor cogestão comunitária dos recursos marinhos do litoral do Município. Para tanto, as lideranças da Prainha passaram a difundir e articular a ideia através de debates e discussões em diferentes assembleias de várias entidades e eventos nas comunidades litorâneas do município de Beberibe. Nesses encontros;

[...] nós temos levado uma linguagem bem direta, nós que temos participado de muitas oficinas aí pelo litoral, então a gente fala, bem claro: ‘se vocês não cuidar do quintal de vocês, não vai ser o Prefeito, não vai ser o Terramar, não vai ser o Deputado que vai cuidar disso aqui não. Se a gente conseguir essa reserva e vocês que fazem parte não cuidar, é mesmo que nada, de nada vai resolver’ (Líder comunitário, 33 anos).

Numa primeira tentativa a Prainha, por meio de suas lideranças, capitaneou e puxou esse movimento em prol da constituição da RESEX em todo o litoral do Município. No plano local, o processo foi iniciado com uma solicitação formal dos moradores da área (abaixo-assinado), tendo como signatários as entidades que os representam e apoiam, no caso, a Associação e o Instituto Terramar. O nível organizacional, com a realização de estudos técnicos e documental, foi realizado “com apoio do Terramar, da VINA, da Fundação Amigos, do Fórum dos pescadores, do

⁴ Segundo a Lei nº 9.985, de 18/07/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), em seu Art. 18, combinada com o Decreto nº 4.340, de 22/08/2002, que a regulamenta, juntamente com o Decreto nº 98.897, de 30/01/1990, que regulamenta as reservas extrativistas na categoria de unidades de conservação, as Reservas Extrativistas (RESEX) são espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações extrativistas tradicionais. Nessas áreas é possível materializar o desenvolvimento sustentável, equilibrando interesses ecológicos de conservação ambiental, com os interesses sociais de melhoria de vida e preservação da cultura das populações habitantes, assegurando-lhes o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.



MONAPE e da UFC. Hoje estamos com um apoio muito forte da articulação política, a nível municipal, estadual e até federal”. (Líder comunitário, 33 anos).

O resultado desse trabalho, na segunda tentativa, foi a apresentação de um Laudo Técnico Ambiental, Socioeconômico e Cultural, como proposta de criação de uma Unidade de Conservação, Reserva Extrativista Marinha-Costeira da Prainha do Canto Verde (Figura 1), em janeiro de 2006, ao Subcomitê Científico do Comitê de Gestão de Uso Sustentável de Lagosta (CGSL⁵), o qual teve a participação direta do Departamento de Geografia da UFC. Com o apoio e defesa das entidades que a Prainha conseguiu arregimentar, o CGSL aprovou de imediato a proposta de criação da RESEX e deu seguimento ao processo junto ao IBAMA.

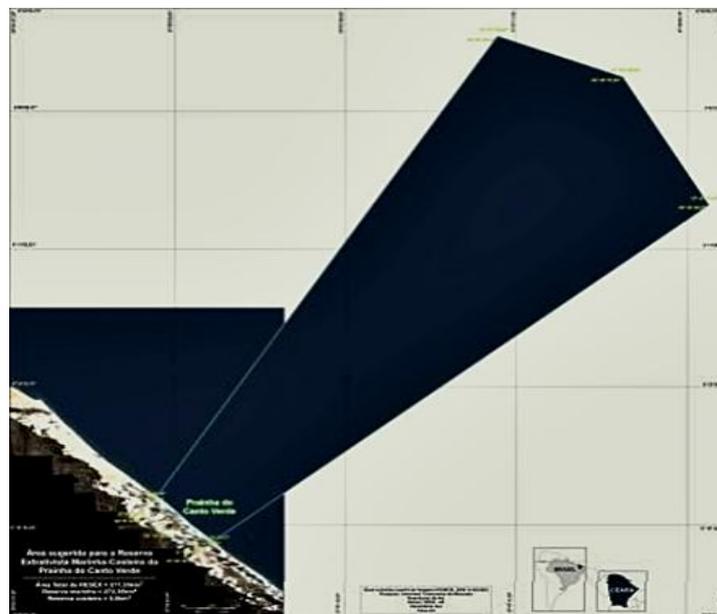


Figura 1: Área proposta para criação da RESEX da Prainha
Fonte: Laudo Ambiental, Socioeconômico e Cultural (2005)

Vale ressaltar que, para se chegar a esse ponto, foi necessário que o movimento local, por meio do Conselho de Pesca, promovesse um acentuado processo educativo, que incluiu, primeiramente, um esclarecimento junto à maioria dos pescadores sobre o porquê da RESEX, quais suas vantagens; e, segundo, um trabalho de mobilização e

⁵ O CGSL foi criado pela Portaria do IBAMA nº 83, de 23/09/2004. Funciona de forma paritária dentro de sua composição representada por 13 instituições além do IBAMA. Tem como objetivo principal assessorar o Instituto na tomada de decisões sobre a gestão compartilhada do uso sustentável das populações das lagostas, no litoral brasileiro. Conta com um Subcomitê Científico e com grupos da gestão nos estados, para auxiliar e subsidiar suas deliberações. A Prainha é a única comunidade do País a possuir dois moradores com “assento” no CGSL; um representa o MONAPE e o outro representa as organizações ambientalistas não governamentais.



motivação para que participassem nas reuniões e debates para elaboração e aprovação do projeto final. Este trabalho vem acontecendo desde 2001 e pode ser considerado como o primeiro aprendizado no gerenciamento da reserva.

O último passo após a mobilização da comunidade em torno da questão e da efetivação dos estudos foi a realização de uma Consulta Pública à Comunidade, convocada pelo IBAMA, para a criação da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde. O evento ocorreu na manhã do dia 07/01/2007, um domingo, e estiveram presentes, além dos moradores, o Superintendente do IBAMA-CE e representantes do IBAMA/DISAM-Brasília, da SEAP-Ceará, da Prefeitura de Beberibe, do Sindicato dos Pescadores, do Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará (FDZCC), do Instituto Terramar, da Colônia de Pescadores Z11, da Federação dos Pescadores do Ceará, do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) e das comunidades de Morro Branco, Praia das Fontes, Barra de Sucatinga e Parajuru. Também estivemos presente a mais essa assembleia.

Após a apresentação da proposta oficial, seguiram-se os questionamentos, debates e discussões dos comunitários e participantes às autoridades representadas, em relação ao assunto do evento. Na sequência, a criação da RESEX da Prainha foi aprovada pelos moradores da comunidade. Ato contínuo, o IBAMA encaminhou o processo com a Ata da Consulta Pública para o Ministério do Meio Ambiente, que, após apreciação e aprovação, encaminhou para a Casa Civil e, finalmente, ao presidente da República que assinou o Decreto nº 0-002, de 08 de junho de 2009, instituindo a criação da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde. Em seu artigo 2º, estabelece com objetivo principal:

Art. 2º A Reserva Extrativista ora criada tem por objetivo proteger os meios de vida, a cultura e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da comunidade da Prainha do Canto Verde, residente na área de abrangência da Reserva e demais populações habitantes de áreas contíguas.

O Decreto em apreço, combinado com a legislação sobre as RESEX, já apresentada, determina que, para a exploração dessa área, deve haver um Contrato de Concessão Real de Uso, o qual deverá incluir um Plano para Gestão e Utilização aprovado pelo IBAMA. Esse Plano será o instrumento administrativo que mostrará a utilização autossustentável dos recursos naturais, sem afetar seu meio ambiente e



respeitando a legislação ambiental vigente. Sua concepção e aprovação inicial deverão acontecer com a participação direta dos moradores da Unidade, mediante consultas e reuniões, com a aprovação acontecendo em assembleia da Associação local. Seguindo-se, em anexo, a ata da assembleia de aprovação da comunidade.

Nessa etapa, a Prainha também parte na frente, pois sua mobilização e organização comunitária felicitarão e favoreceram a composição de um sistema ordenado na gestão da RESEX, tornando mais transparente esse processo, apresentando um “regulamento” que possa ser cumprido, respeitado e observado por seus habitantes. Para tanto, a comunidade já dispõe de uma estrutura de ensino que certamente auxiliará no desenvolvimento e execução de um programa de educação ambiental permanente, sensibilizando a comunidade, de forma participativa, para a importância da valorização de sua paisagem e a continuidade do ordenamento da atividade da pesca sustentável.

A mesma legislação estabelece que a Reserva seja gerida por um Conselho Deliberativo, que será presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído de representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente na área da Reserva, conforme deverá dispor seu regulamento e o dispositivo de criação da Unidade. Novamente a experiência organizacional e a vivência conseguida pela comunidade na luta pela posse da terra facilitarão a participação de suas lideranças na gestão da Reserva. Nesse sentido, uma de suas lideranças atual expressa sua expectativa com relação à conquista do território, tão almejado por seus antecessores;

A RESEX irá mudar a vida das pessoas que vivem na Prainha, pois a partir de agora ninguém mais vai poder se apossar dessas terras. É uma conquista muito importante pela qual tivemos que lutar durante muitos anos, mas o resultado chegou e agora é seguir em frente tentando consolidar as estratégias de sustentabilidade comunitária. (Líder comunitário, 33 anos).

No ano seguinte à aprovação da RESEX a comunidade sofreu mais um ataque dos especuladores imobiliários, desta vez de um protagonista que se dizia “amigo” da comunidade e possui uma mansão(veraneio) de 4 milhões de Reais (Revista VEJA – 17. Junho 2009) dentro da área delimitada pela reserva. O especulador, proprietário de uma rede de escolas e faculdade no município de Fortaleza, entrou com uma ação de embargo, contra a formação da RESEX da Prainha. Já perdeu em primeira instância e seu ato proporcionou uma vitória do Grupo de Trabalho do Instituto Chico Mendes



para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), agência do governo federal responsável para cogestão da RESEX da Prainha do Canto Verde. O relatório já foi aprovado pelo Presidente do ICMBio e foi proposta uma ampliação da área da RESEX (Figura 2).



Figura 2: proposta de ampliação da RESEX da Prainha
Fonte: GT do ICMBio (2011)



CONCLUSÕES

A Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde tornou-se realidade. Trata-se de mais uma conquista social de seu movimento comunitário, principalmente no que diz respeito ao seu Conselho de Pesca que foi o segmento social local responsável por encaminhar esse processo. É mais um passo enorme, em direção a uma possível solução para o problema da recuperação dos estoques da lagosta, da sobrepesca e da viabilidade econômica de suas pescarias. Assim, a pesca é um segmento muito importante na qualidade de vida da população local, não somente como atividade econômica, mas também cultural e coletiva, pela qual toda a comunidade, de modo geral, nutre um grande sentimento de amor, gratidão e respeito, como componente do ambiente marinho.

Com a conquista da Resex, os desafios desse grupo de pescadores e do movimento local se ampliaram para com as demais parcerias da comunidade. Mediante as trocas de experiências nesses espaços apresentados, o movimento local se ampliou, articulando-se no Estado e no País, voltando-se, fundamentalmente, para as questões de sustentabilidade da pesca e do combate à pesca predatória, bandeiras fundamentais desse segmento.

Mediante tais ações e conquistas, as lideranças e os profissionais do segmento da pesca na comunidade contribuem para o melhoramento da qualidade de vida da população local. Os desafios ainda são enormes, principalmente com a conquista da RESEX, mas, certamente, a comunidade trilhará esse caminho de êxito, aberto por seu movimento local, impulsionando o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais locais, criando referências e exemplos a serem seguidos e reproduzidos por comunidades tradicionais pesqueiras, litorâneas, do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLFARINE, Heleno; BUSSAB, W. Oliveira. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Edgard Blücher: ABE - Projeto Fisher, 2005.

GALDINO, J. Wilson. **Educação e movimentos sociais na pesca artesanal: o caso da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense**. 2010. 312 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

HEIDEGGER, Martin. **O princípio do fundamento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1957.

LÜDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1988. (Coleção temas básicos de educação e ensino)



MARINE STEWARDSHIP COUNCIL (MSC). Certificação de Pescarias Sustentáveis:
documento informativo. Londres: MSC, 1998.

NUD*IST 4.0. User Guide. Sidney: QSR, 1996.



GT8 Formas de participação de pescadores artesanais na gestão ambiental: potencialidades e limites

Virando somente pescador?

Joenes Antônio Guimarães Pereira¹

Dalva Maria da Mota²

¹Mestrando do curso de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará, bolsista CAPES.
E-mail: joenes_pereira@yahoo.com.br

²Doutora em Sociologia, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Belém (PA), bolsista de
produtividade do CNPq. E-mail: dalva@cpatu.embrapa.br

Resumo

Neste artigo refletimos sobre o processo de afiliação de um grupo de pessoas à colônia de pescadores para ter acesso ao seguro-defeso e os reflexos dessa afiliação na gestão dos recursos de uso comum. A pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso numa comunidade ribeirinha do Estado do Pará, e os procedimentos foram observações e entrevistas com diferentes atores relacionados ao seguro-desemprego do pescador artesanal, conhecido como seguro-defeso. As principais conclusões mostram, por um lado, a complexidade da execução de um programa de política pública destinada a segmentos sociais que desenvolvem simultaneamente diversas atividades e, por outro, o jogo dos atores locais que, em função dos seus interesses, dão novos sentidos às regras oficiais. Nesse processo, tendo em vista a possibilidade de ter a sua sobrevivência facilitada, muitos afiliados assumem a autodenominação exclusiva de pescador, mesmo que sejam assalariados em outras atividades. Uma minoria de não afiliados, entretanto, critica a afiliação, reafirmando-se como lavradores. Em relação aos recursos de uso comum – os peixes –, os discursos são contraditórios: para uns, há maior iniciativa de conservação; para outros, não. De acordo com os resultados de nossa pesquisa, o que está em jogo são menos as práticas reais e mais a incorporação de um discurso veiculado por um programa de política pública.

Palavras-chave: Seguro defeso. Pescador artesanal. Gestão de recursos.



Introdução

O foco da nossa análise neste artigo é um estudo de caso numa comunidade ribeirinha constituída por 54 grupos domésticos distribuídos em três povoaamentos: dois à margem do rio (localmente chamada “beira”) e um no centro (extremidade do que é considerado o limite do lugar), com 35 e 19 grupos domésticos, respectivamente. Esses agrupamentos fundamentam-se em laços de parentesco, relações de afinidade e congregações religiosas.

Segundo relatos orais, o povoamento começou logo no início da década de 50 do século XX, quando um filho de imigrantes nordestinos, vindo com os pais em década anterior, comprou uma área ainda desabitada, à beira do rio e mudou-se com sua esposa (nativa de região a montante da área de estudo) e a família que constituíram para trabalhar prioritariamente com a extração de seringa e balata.

Em meados de 1960, alguns irmãos de uma família de uma cidade próxima chegaram para trabalhar com extração de madeira, balata e também com roçados; instalaram-se no centro, nas proximidades de um dos igarapés. A maior parte das famílias que fazem parte da comunidade localizada no centro é de membros dessas famílias pioneiras, alguns dos quais já constituíram família.

No final da década de 70, acabou a exploração de borracha na região, e as atividades comerciais principais já eram a extração de madeira e a produção de farinha. Foi a atividade madeireira, desenvolvida por uma serraria montada à beira do rio na metade dessa década, que fez com que aumentasse o número de moradores no local, atraídos também pela facilidade de encontrar áreas para cultivar roçados.

Como em outras localidades no Pará, a pressão dos madeireiros nos anos 80 limitou a expansão dos domínios dos moradores, o que provocou algumas situações de tensão entre estes e aqueles em decorrência das discordâncias quanto aos limites das suas áreas. Nos anos 90, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por intermédio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), fez a medição dos lotes e distribuiu o documento discriminatório das terras aos ocupantes, que até 2011 não tinham documento definitivo de propriedade.

Segundo consta na literatura e nos depoimentos, a principal atividade que movimenta membros de todas as famílias é a agricultura para a produção de farinha,



comercializada principalmente por meio de marreteiros¹. A centralidade da agricultura na vida local levou muitos dos que ali habitam a se autodenominarem “lavradores”, embora a diversidade de atividades como à pesca, à caça e à coleta de produtos na floresta segundo as épocas, seja parte essencial da vida. Recentemente, em razão da afiliação em massa à colônia de pescadores, muitos dos residentes se autodenominam exclusivamente “pescadores” (mesmo que assalariados em outras atividades), o que tem instigado análises sobre os processos de constituição de identidades não essencialistas e fixas, mas mobilizadas para a interlocução. Ademais, suscita reflexões sobre o conteúdo dos programas de políticas públicas em relação à complexidade das estratégias de sobrevivência e o jogo local dos atores.

Interessa-nos particularmente neste artigo responder à questão: como se deu o processo de afiliação à colônia de pescadores sob a influência do seguro-defeso? Além disso, importa saber quais os reflexos dessa afiliação na gestão dos recursos de uso comum².

Por se tratar de um tema delicado, em razão dos problemas judiciais que têm envolvido algumas colônias, optamos por atribuir nomes fictícios tanto ao lugar onde o estudo de caso foi realizado, quanto aos entrevistados. Realizamos observações e 33 entrevistas. Os entrevistados foram identificados por siglas, que indicam a letra inicial do nome e a ordem numérica de realização das entrevistas.

O artigo está estruturado em três partes, além desta introdução. Na primeira, descrevemos algumas das características do seguro-defeso, particularmente as normas de funcionamento, os beneficiários e os números de segurados no Brasil. Na segunda, analisamos o processo de afiliação à colônia de pescadores, evidenciando as diferentes opiniões quanto à afiliação e à gestão dos recursos (particularmente pesqueiros) e ao período do defeso. Por fim, apresentamos as conclusões.

1 O SEGURO-DEFESO DO PESCADOR ARTESANAL

¹ Também chamados intermediários, atravessadores.

² Bens comuns são uma classe de recursos que podem ser identificados através da característica da subtração, quer dizer, a capacidade que cada usuário possui de subtrair parte da prosperidade do outro. Uma segunda característica é a dificuldade ou até impossibilidade de excluir potenciais usuários ou controlar o acesso dos mesmos. Se trata de recursos naturais que não são providenciados, como peixes, águas superficiais e subterrâneas e florestas (forma pura). Podem ser também fornecidos através de construção, por exemplo, sistemas de irrigação. O termo bem comum é empregado, também, em referência exclusiva ao regime de propriedade comunal (Feeny et al., 2001, p. 21). Ao contrário do bem comum, a característica de um bem público é que a disponibilidade do mesmo não diminui pelo uso de mais pessoas (não há rivalidade). A idéia inicial era de um benefício providenciado pelo estado" (SCHMITZ; MOTA; SILVA JÚNIOR, 2009).



Em 2011, época de realização deste estudo, 53 moradores (76% do total das pessoas maiores de 20 anos) de Rio Pousobom eram afiliados à colônia de pescadores do município, instituição fundada em 2005.

De acordo com Lourenço, Henkel e Maneschy (2006), o seguro-defeso é um benefício definido a partir da inclusão plena dos trabalhadores rurais no sistema previdenciário oficial, o que ocorreu com a promulgação da Lei n.º 8.213, de 25 de julho 1991, que incluiu os pescadores artesanais entre os segurados especiais: aqueles que, “individualmente ou em regime familiar”, fazem da pesca sua “profissão habitual ou principal meio de vida”, desde que respeitadas algumas outras características. Também passam a ser possíveis segurados especiais o cônjuge e filhos maiores de 16 anos de idade, desde que comprovem o exercício da atividade. Segundo esses mesmos autores, a política que instituiu o seguro-defeso está intrinsecamente ligada à que culminou com a equiparação dos direitos de trabalhadores rurais aos dos trabalhadores urbanos, obtida a partir da Constituição de 1988, na qual “os pescadores artesanais conquistaram avanços no que tange aos direitos sociais e políticos, quando as colônias de pescadores, através do artigo 8º, foram equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, recebendo a configuração sindical” (MORAES, 2001, p.1). Tais políticas estenderam aos trabalhadores rurais benefícios sociais, os quais eram, a princípio, exclusividade dos trabalhadores urbanos (TEIXEIRA; ABDALLAH, 2008).

A política do seguro-defeso foi motivada por precauções ambientais, sendo empregada para garantir a paralisação da pesca no período do defeso, por pescadores artesanais que têm nessa atividade seu meio principal de vida. Para isso, concede um salário mínimo a cada mês em que eles estejam impedidos legalmente de realizar sua profissão.

O defeso, de acordo com a Lei n.º 11.959, de 29 de junho de 2009, é “a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes”. O defeso é definido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) de acordo com as particularidades das espécies e regiões do país.

Em Rio Pousobom, o defeso estende-se de novembro a fevereiro, totalizando quatro meses. É relativamente a esse período que tem direito ao seguro-defeso o pescador artesanal afiliado e apto a recebê-lo.



Concordamos com Lourenço, Henkel e Maneschy (2006, p.4), para quem a classificação oficial da pesca artesanal é insatisfatória porque no dia a dia “inclui, também, grupos como pescadores-lavradores, categoria na qual estão os ribeirinhos que praticam pesca, agricultura e coleta, em bases sazonais e permanentes, sendo a família a base da produção, e a pesca, um dentre os seus vários meios de vida”.

Afirma Cardoso (2009, p. 35):

Em realidade, a questão conceitual sobre a pesca artesanal é bem mais ampla. A chamada pesca artesanal envolve uma diversidade de modalidades de técnicas, modos de apropriação dos recursos pesqueiros, formas de organização da produção e distribuição dos rendimentos. Sua definição não deve apenas estar atrelada à questão do instrumental tecnológico empregado nas capturas e sim nas formas de organização social das pescarias.

Como visto, a definição de pescador artesanal na literatura científica abarca a variedade de formas que tal categoria pode apresentar, diferentemente da legislação, porque os agentes governamentais buscam cada vez mais (inclusive em razão dos problemas identificados nos últimos anos) uma definição estrita para aquele que estará apto a receber o seguro-defeso. Assim, de acordo com a Instrução Normativa n.º 2 do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), publicada em 26 de novembro de 2011, são pescadores profissionais na pesca artesanal aqueles “que exerçam a pesca como atividade principal e com fins comerciais, fazendo dessa atividade sua profissão e principal meio de vida”, sendo ainda necessária a “comprovação de que não há qualquer vínculo empregatício em outra atividade profissional que não seja a de pesca, [...] e a verificação de que não há outra atividade econômica não relacionada diretamente com a atividade de pesca, mesmo que sem vínculo empregatício”.

O texto da legislação é bem diferente da realidade observada por nós e por diversos autores, em que são constatadas outras atividades econômicas e inserções no mercado de trabalho, além da pesca. Estratégias de pluriatividade³ são citadas por autores que apontam que “pescadores na busca pela reprodução social combinam atividades pesqueiras e não-pesqueiras” (COTRIM; MIGUEL, 2008, p. 14). Para Nierdele et al. (2005, p. 4), existem “elementos suficientes para identificar o pescador artesanal como uma forma peculiar de produção, a qual se aproxima dos traços gerais que definem a agricultura familiar”, sendo a adoção de diferentes estratégias uma prática cotidiana.

Assim, de acordo com a legislação, ficariam de fora todos os moradores entrevistados no nosso estudo de caso, pois, sem exceção, comercializam produtos da agricultura. Como tal, não se enquadrariam, de acordo com a Lei n.º 11.959, de 29 de

³ A pluriatividade “refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção” (SCHNEIDER, 2003).



junho de 2009, na modalidade de pescador não comercial de subsistência, praticada para o consumo doméstico ou escambo e sem visar lucro, categoria que não teria direito ao seguro-defeso.

Lembram McGrath et al. (2008, p. 33):

[...] a pesca de subsistência deveria ser considerada uma subcategoria da pesca artesanal, já que no contexto amazônico a pesca exclusivamente para o consumo é relativamente rara. A grande maioria dos pescadores de subsistência comercializa o excedente de suas pescarias e quase todos os pescadores artesanais consomem boa parte do pescado capturado.

Não obstante os problemas dos limites da lei, uma parte relevante da população do local de estudo é filiada à colônia de pescadores na condição de pescador artesanal. Como afirma Neves (2005, p. 1), os programas de políticas públicas se dão “através das arenas que por ela e nela se constituem”. Dessa forma, as interações de atores, como os agentes governamentais, a diretoria da colônia de pescadores e os moradores da localidade de estudo, permitem-nos entender como se deu a entrada dos pescadores nessa organização.

Em se tratando da afiliação, a Lei n.º 10.779, de 2003, reduziu de três para um ano o período entre a retirada do registro geral de pesca (RGP) e a habilitação para receber o seguro-defeso, exigindo ainda a afiliação à colônia de pescadores de seu município. “Essas modificações facilitaram o acesso ao seguro e fortaleceram a relação entre os pescadores e as Colônias” (MCGRATH et al., 2008, p. 73), mas a exigência da afiliação a esse órgão “foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no dia 30 de outubro de 2008” (MCGRATH et al., 2008 p. 30).

“Desde a divulgação da nova versão da lei, o número de beneficiados no estado cresceu vertiginosamente, de 14.032 em 2003, o último ano da antiga lei, para 78.040 em 2007” (MCGRATH et al., 2008, p.30). No país, os números seriam: 113.783 em 2003 e 553.172 em 2011 (BRANCO, 2011).

Os dados mais recentes disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, órgão que concede o benefício por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador, mostram o crescimento no número de segurados (Tabela 1).

Tabela 1: Evolução do número de beneficiários do seguro-defeso no Brasil ao longo dos anos.

Ano	Total de segurados	Ano	Total de segurados	Ano	Total de segurados
1992	2.686	1997	29.127	2002	91.973
1993	5.479	1998	30.997	2003	114.073
1994	9.373	1999	46.935	2004	185.990
1995	15.710	2000	57.861	2005	181.896
1996	20.090	2001	73.699	-	-

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.



Segundo McGrath et al. (2008, p. 31), os dados relativos ao número de filiados às colônias no Pará são confusos: “[em um] levantamento de 2007 a SEAP estimou que existem 164.395 pescadores afiliados a 84 Colônias. Um ano depois, em 2008, esse número cai para 109.610 e pela grande diferença nos números de várias Colônias fica evidente que existem problemas sérios com os dados”.

Em decorrência da repercussão de reclamações sobre a falta de dados sobre o seguro-defeso, a Controladoria-Geral da União afirmou, em nota publicada no dia 7 de outubro de 2011, que, “diante do noticiário dos últimos dias sobre o assunto”, o Portal da Transparência do Governo Federal resolveu agilizar a divulgação da relação dos beneficiários do seguro-defeso em seu *site*. Os dados disponibilizados – o nome dos beneficiados por cada mês – não estão tratados estatisticamente, o que ainda precisa ser feito para que se tenha a real perspectiva da distribuição do benefício.

Para McGrath et al. (2008, p. 73), o seguro-defeso tem tido um grande impacto – ainda não estudado – na pesca artesanal e nas famílias beneficiadas. Dizem os autores:

[...] a importância da pesca artesanal não é refletida nos registros oficiais, contribuindo para a “invisibilidade oficial” do setor pesqueiro do ponto de vista governamental. Essa característica difusa da pesca artesanal torna a gestão do setor extremamente difícil por causa da falta de informações confiáveis sobre o número de pescadores e a magnitude de sua produção pesqueira.

A possibilidade de recebimento do seguro-defeso é de grande importância, sobretudo em regiões onde a renda é baixa e os benefícios sociais eventualmente recebidos são um aporte financeiro considerável para as famílias, como a aposentadoria, que hoje constitui uma das principais fontes de renda no meio rural (CALDAS; ANJOS; BEZERRA, 2007), e a bolsa família (IBASE, 2008; NIEDERLE et al., 2005), que têm, inclusive, contribuído para a melhoria das atividades tradicionalmente realizadas.

2 VIRANDO SOMENTE PESCADOR?

Segundo informações fornecidas pelos entrevistados em 2011, os primeiros moradores do Rio Pousobom a entrar para a colônia de pescadores do município foram um casal que participou, como convidado, de uma reunião com dirigentes dessa entidade em uma localidade mais povoada da região, onde passeavam na casa de parentes em meados de 2008. Segundo eles, nessa ocasião os dirigentes explicaram tudo sobre o funcionamento da colônia e também sobre o benefício do seguro-defeso, bastava apenas levar os documentos para concluir a afiliação.

Em outra reunião, organizada pelo presidente da colônia cerca de três meses depois, mais três moradores afiliaram-se também. Dessa vez, a reunião aconteceu na



própria localidade (na sede da comunidade localizada na beira), e ali o dirigente explicou como se dava a participação na colônia e o que precisava ser feito para se filiar.

Sobre essas reuniões, alguns moradores contaram, em entrevistas informais, que os diretores da colônia – destacando-se a participação do presidente – passaram em algumas casas, “explicando” a respeito da colônia, e depois fizeram reuniões, nas quais era dito que todos podiam filiar-se. Essa facilidade relativa para se filiar foi salientada por vários entrevistados: era necessário apenas apresentar uma foto e a cópia dos documentos pessoais e pagar uma inscrição. Dizem os entrevistados L27 (homem, 41 anos) e L29 (homem, 28 anos):

L27: Pra inscrever a gente deu documento, pagou uma taxa, eles vieram com a gente aí.

Pesquisador: Foi uma reunião que teve aqui ou vieram na casa do senhor?

L27: Tiveram uma reunião. Primeiro ele veio assim, nas casas, aí depois fizeram a reunião, sabe?

L29: Teve umas que já fizeram no barracão da comunidade da beira, eu fui também lá em reunião. Aí fazem muito bonito... Tudo no princípio é bom, depois... Animar o cara eles animam demais.

Exemplo dessa facilidade no momento das filiações é o fato de a mulher do primeiro casal de filiados ser contratada pela prefeitura e trabalhar na escola da localidade – o que a impediria de se filiar, mesmo sem ter a carteira assinada. Outro fato ilustra a facilidade que houve para se filiar nessa época: um dos filiados, na ocasião da primeira reunião da colônia, foi o pastor de uma igreja evangélica (Universal do Reino de Deus). Segundo o pastor, na época foi fácil, pois foi “questão política” – o presidente da colônia era candidato a vereador e estavam às vésperas de eleições municipais. Por estar com o braço quebrado, dirigentes da colônia perguntaram ao pastor se ele tinha algum benefício para receber; como a resposta foi negativa, afirmaram que ele poderia receber benefício como pescador artesanal. O pastor disse que estava arrependido de ter-se filiado por entender que não foi certo, porque a partir de 2008 os pastores passaram a contribuir e a ter benefícios da Previdência. Mesmo assim, não havia pedido para ser retirado da colônia; achava que isso aconteceria no recadastramento.

O coordenador do núcleo da colônia de pescadores no local, que é quem faz a intermediação entre os filiados e a colônia, assim explicou como se filiou:

Eles estiveram passando por aí, aí ele me chamou e perguntou se eu não queria fazer, inclusive nessa época ninguém acreditava nessas coisas, que nessa época teve umas três pessoas só, porque eles vinham e contavam como funcionava e as pessoas não estavam preparadas, precisava da foto, *xerox* do documento... [...] Pagava uma inscriçãozinha lá, aí o pessoal ficava pensando que podia não dar certo, e aí eu sempre acreditei em certas coisas aí... (J3, homem, 37 anos)

Outro filiado diz sobre a mesma reunião:

Ele já era né, presidente já lá. Aí veio pra cá, e aí conversando com ele, ele falou: – Pô, o senhor quer se associar na colônia dos pescadores? Aí eu falei: – O que é isso já? [...] Daqui com um tempo, ele explicou pra mim sabe, como era o negócio. Que era... que se chama caça e pesca e isso aí é pra preservar né, no tempo da piracema dos peixes, da caça, aí me explicou, eu falei: – Olha, não é difícil não né? Aí eu falei: – Mas isso vale aqui pra nós? E ele falou: – Vale, vale sim, isso não tem nada a ver porque aí o senhor mora, num mora na beira do rio justamente, mas você mora aqui nesse igarapé então quando chega na época da piracema dos peixes você não vai descer com a sua malhadeira, né, você vai preservar já né, não vai descer com a sua malhadeira, não vai tirar timbó pra tá



jogando no Igarapé, porque sabe que vai prejudicar. Aí ele foi explicando né, aí eu disse: – Tá eu me associo. Aí eu me associei. (A2, homem, 34 anos)

Cinco entrevistados mencionaram – e o período indicado entre a afiliação e o recebimento do seguro-defeso de alguns confirma a denúncia – que houve uma adulteração na data da afiliação, para que alguns filiados recebessem o benefício antes do prazo mínimo de um ano. De fato, as primeiras filiações foram realizadas em meados de 2008, e os primeiros benefícios recebidos foram relativos ao período de defeso de 2008-2009. Os primeiros beneficiados não puderam, portanto, apresentar o RGP emitido “com antecedência mínima de um ano da data do início do defeso”, como estabelece a Lei n.º 10.779, de 2003.

Um entrevistado (D9, homem, 34 anos) afirmou que foi feito um “cambalacho” para que recebesse o primeiro seguro-defeso mais rápido. Dois outros (M13, homem, 54 anos, e T23, homem, 40 anos) afirmaram que se filiaram em 2009 e foram registrados com data de 2008; de acordo com o segundo, na afiliação “teve uma tragédia”, referindo-se à alteração das datas.

Um entrevistado que não se afiliou porque não ficou sabendo (A14, homem, 37 anos) disse que as pessoas receberam o benefício antes da hora por “peixada”⁴, que tudo teria sido organizado por um senhor que se elegeu deputado estadual em 2010 (e teve seu mandato cassado recentemente pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará por abuso político e econômico e por uso da máquina pública na campanha eleitoral de 2010, mas se mantém no cargo por meio de liminar do próprio órgão).

Reforçando a ideia da facilidade de afiliação, um entrevistado (EM12, mulher, 60 anos) afirmou que foi o presidente da colônia que insistiu para que todos se filiassem, que bastaria pagar R\$ 32,00 para receber o seguro-defeso três meses depois.

A prática de atrasar a data da afiliação no documento foi também utilizada para beneficiar aqueles que não completariam o tempo de afiliação necessário antes de se aposentarem com a idade mínima. Um entrevistado (M13, homem, 54 anos) relatou que, em uma reunião, o presidente da colônia dissera que só poderiam se aposentar depois que completassem 12 anos de filiados; lançaram, então, a data do seu documento com 2 anos de atraso. Segundo esse entrevistado, cerca de 10 pessoas que queriam filiar-se tinham esse “problema”, que foi “resolvido” dessa maneira.

Dessa forma, a colônia de pescadores em questão contava, cerca de 5 anos após sua fundação, com mais de 2500 filiados, muitos dos quais aptos a receber o seguro-

⁴ Tráfico de influência.



defeso. A afiliação indiscriminada incentivada pela diretoria da colônia de pescadores certamente está relacionada a problemas de uso da entidade para favorecimento político individual, tema tratado por Marinho (2009).

Quando aqueles que já estavam filiados começaram a receber o seguro-defeso, mesmo não tendo completado um ano de filiado, outros também se incentivaram a entrar, como confirmam estes entrevistados:

[...] o cara começou a pegar um dinheiro sabe? Aí no sindicato não pegava nada e o que o pessoal fizeram? Mudaram. (G30, homem, 24 anos)

[...] muitos que eram sócios, pagavam mesmo certo, aí saíram por causa do benefício né, porque a colônia dá um benefício anual né, pras pessoas, todo ano eles recebem, mas o sindicato não, ele só dá benefício se for no caso duma doença, no tempo da aposentadoria, mulher quando é salário-maternidade [...] tem aquele auxílio exclusão, que é quando a pessoa tá presa né [...]. (L28, mulher, 49 anos)

Esse movimento de afiliação também se deveu à insatisfação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), muito criticado localmente pela falta de atuação. Alguns entrevistados acusam os dirigentes sindicais de só se preocuparem com benefícios próprios, deixando sem apoio os trabalhadores na hora em que precisam de ajuda. A diretoria do STR propôs (em época não informada) um recadastramento dos sócios, quando todos deveriam quitar seus débitos para permanecerem filiados e participarem das eleições. Além disso, houve um aumento da mensalidade, que passou de R\$ 5,00 para R\$ 10,00, o que suscitou muitas reclamações contra o STR, porque a mensalidade da colônia é de R\$ 5,00. Nas palavras dos entrevistados, “no STR só pagam e nada recebem, quando precisam de algum benefício é uma dificuldade muito grande”.

Dos 57 afiliados à colônia de pescadores, aproximadamente 30 eram anteriormente afiliados ao STR, segundo a delegada sindical, e migraram para a colônia. Alguns deles explicaram que não foram pedir a desfiliação do STR porque no recadastramento seriam desligados, como lhes teria informado a delegada sindical do local. Disse o coordenador do núcleo da colônia de pescadores no local (J3, homem, 37 anos): “Fui lá com ela (a delegada sindical do local) e ela disse assim, que esse recadastramento, quem não recadastrasse ia ficar fora, aí como nesse tempo eu tava bem atrasado, foi assim que funcionou”.

Houve uma eleição, vencida pela chapa de oposição, porém essa eleição não foi validada por falta de *quórum*. Foi, então, formada uma junta governativa interina para ficar à frente do sindicato enquanto não houvesse nova eleição. Com o objetivo de fazer pressão para que se fizessem eleições, um grupo de sindicalistas promoveu a ocupação do sindicato. Para isso, contou com a participação de alguns moradores da região de



estudo, transportados de barco, tudo organizado pelo grupo contrário à diretoria em questão e por membros da chapa que venceu, mas não tomou posse. Para a nova eleição, foi feito o recadastramento, sem haver desligamento daqueles que estavam inadimplentes, nem dos que entraram na colônia de pescadores, ficando estes últimos filiados às duas entidades, o que não está legalmente correto.

Relata a delegada sindical:

Delegada sindical: Deram um monte de documentos falsos pro pessoal e aí eles ganharam, porque tiveram mais votos, porque tem o pessoal que saiu pra colônia da pesca e já muitos anos não estavam pagando, já vai uns três anos parece não pagando né? Aí o que eles fizeram? Eles quitaram esse pessoal aí com 10 reais e conseguiram colocar eles [...]

Pesquisador: Mas então no recadastramento que fez não cancelou?

Delegada sindical: Não, não cancelou. Eles fizeram assim: o presidente que é o presidente atual no momento afastou né, só que quando chegar agora essa nova diretoria eles não aceitaram a proposta dele né, do ex-presidente, e aí ela, que é uma mulher que tá lá, aí ela me avisou que está continuando, que ninguém tá excluído. Quem precisar, por exemplo, de algum benefício vai e negocia.

Do grupo dos não filiados, dois não se filiaram porque não teriam completado o tempo mínimo de contribuição na colônia para se aposentar; um entrevistado afirmou não se ter filiado à colônia porque sua documentação estava incompleta (havia perdido o título de eleitor); outro tinha dívidas em seu nome. Ainda houve um que afirmou que à época não foi corretamente informado. Todos asseguraram que pretendiam filiar-se numa próxima oportunidade.

Somente dois dos entrevistados, que não estavam filiados a nenhuma das organizações, nem aposentados, afirmaram não pretender entrar para a colônia de pescadores. Um jovem, que recebe um salário da igreja evangélica em que trabalha (a do pastor filiado), mas não tem carteira assinada, estava transferindo os documentos e disse que pretende futuramente filiar-se ao STR, pois quer aposentar-se como “lavrador”; só pescar por prazer. O esposo de uma entrevistada disse que “não quis porque [...] ficou com medo de dar uma bronca depois”.

Dos quinze entrevistados que não estão filiados à colônia de pescadores, três afirmaram que não achavam corretas todas as filiações. Para um, não é correto, “pois muitos não são pescadores” (M12, homem, 61 anos). Outro é mais contundente e afirmou achar erradas as filiações, pois o pessoal “não tem nem malhadeira”, são todos “lavradores” e estariam dando prejuízo à nação (G25, homem, 65 anos). Da mesma forma, denuncia L28 (mulher, 49 anos):

[...] eu vejo assim que eles usam o dinheiro que recebem de uma entidade pra ajudar num outro trabalho né, porque você vê que aqui a pesca não funciona realmente né. Então dá pra ver que aqui não tem pescador, tem trabalhador rural, porque todo mundo trabalha na lavoura e não tem como dizer que o povo é pescador. [...] mas realmente não é uma coisa reta que tá sendo feita né, porque eu acho que vale a pena você receber um benefício pra levar em frente aquele trabalho que exatamente está sendo adquirido naquele nome né. [...] acho que, pro governo, não é isso que eles querem né? Eles querem, eu acho, que o município que recebe, que tem aquele benefício pro povo, seja mais beneficiado na questão da alimentação da pesca né? Da pescaria.

Constatamos que os moradores locais que se filiaram à colônia de pescadores ocasionalmente estão assumindo a identidade de pescador artesanal, em substituição (na



maioria dos casos) à de lavrador ou mesmo paralelamente, dependendo da interlocução que estabelecem. Esse movimento é usual no entendimento de muitos autores, que concordam que as identidades não são instâncias, fixas, imutáveis ou definitivas, sendo, na maior parte das vezes, situacionais e temporárias (HALL, 2000; SILVA, 2000; URIARTE, 2001).

Como sugere Hall (2000), os atores sociais assumem diferentes posicionamentos em diferentes campos sociais. É nesse sentido que Marinho (2009, p. 5) afirma: “Quem recebe ilegalmente o seguro-defeso, tanto da zona urbana ou rural, são indivíduos que recorrem a estratégias de sobrevivência, ao assumirem uma identidade que lhes é conveniente, conforme a imposição das circunstâncias”.

As palavras de um dos entrevistados indicam que essa mudança de identidade não ocorre sem algum conflito interno, alimentado não somente pela falta de informação, mas e principalmente pelo desejo de ter o seu modo de vida assegurado:

Tão falando, porque os pescadores não são pescadores mesmo. Porque esse negócio, dizem que vai ter que mudar a carteira pra pescador mesmo sabe? Aí, não sei o que vai acontecer. [...] É por causa de mudar assim, de lavrador pra pescador mesmo, aí vai ter que mudar. [...]. Se continuar assim eu não mudo né, vou ficar como lavrador mesmo. Entrei nessa aí, se for pra, esse negócio de... de o cara morar na colônia [localidades fora da beira do rio] e não ser pescador, eles vão cortar. Se for assim eu tô fora (G30, homem, 24 anos).

No que diz respeito à gestão dos recursos de uso comum – os peixes –, os entrevistados informaram que houve uma diminuição nos últimos anos em decorrência da grande quantidade pescada por pessoas de fora do lugar e da retirada de seixos do leito do rio para construções na zona urbana.

70% dos entrevistados afirmaram que, após a afiliação ao seguro-defeso, melhorou o respeito ao período de defeso, principalmente por parte daqueles filiados à colônia de pescadores, que já conversam entre si sobre o tema, mas não há fiscalização.

Os seguintes depoimentos são de membros deste grupo:

Já passaram a respeitar mais já. Muitos já aí: – Olha, tu não recebe, pra que é que tu vai fazer isso já? Claro que já melhorou já sim. Agora, antes não, antes não tava, podia... não estavam nem vendo. – Ei, rapaz, o governo não me dá nada mesmo. Falavam bem assim mesmo né, e hoje em dia não, tem como a pessoa ir, cobrar né. Até eu mesmo, se eu ver um que seja lá da... que seja lá da associação lá, da colônia lá e eu ver por acaso batendo um timbó ou aquele o... entrar com carita pelo fundo, claro que eu vou falar pra ele né: – Ei, rapaz, tu não recebe todo mês, por que é que tu faz isso então? Aí já tem como pegar no pé daquela pessoa e fazer né, isso aí, cobrar já com ele. Aí, porque têm muitos que não recebem, aí a pessoa que for falar com ele, ele diz: – Ah, rapaz, eu num ganho, governo não me dá nada, então não tô nem vendo. Ainda fala assim mesmo: – Não tô nem vendo. (A2, homem, 34 anos).

Respeitam por causa que já estão entendendo um pouco que se acabar com os peixes ovados, aí não vai ter depois, nem miúdos mais [tosse]; aí eles já estão vendo que o certo mesmo é deixar esse peixe desovar, porque aí vai ter a produção lá na frente. (J3, homem, 37 anos).

Verificamos, nos depoimentos dos filiados à colônia, a existência de uma tendência para contrapor dois tempos: o tempo atual, marcado pelo discurso de mudança de atitude em relação ao uso de um recurso comum, estimulado externamente pelo seguro-defeso; um tempo passado, antes do seguro-defeso, marcado pela expressão



“não tô nem vendo” quanto ao que era pescado e à época em que pescavam. A aparente oposição permite analisar a generalização da adoção de um discurso gerado externamente, que desvincula o problema das suas causas e culpa, *a priori*, as populações ribeirinhas pela devastação dos recursos.

Não é recente o debate em Rio Pousobom sobre a diminuição do estoque pesqueiro, inclusive a migração de algumas espécies⁵. Mas também não é de agora a existência de um sistema de regras para o uso dos recursos que previa a repressão de certos comportamentos, como, por exemplo, a pesca de peixes ovados. Isso não significa que não existiam infratores e conflitos em razão da prática. Diferentemente, entrevistados parecem clamar por novas regras em um tempo diferente (4 meses do defeso) e sob fiscalização externa.

Uma minoria dos entrevistados (30%) afirmou que nada mudou em relação à pesca no período do defeso (12% deles não estão filiados à colônia de pescadores). Explica L29 (mulher, 49 anos), que não é filiada à colônia:

[...] continua a mesma coisa, o pessoal continua pegando peixe mais nesse tempo. Ano passado, porque esse negócio da colônia da pesca começou né, a primeira safra mesmo de peixe que passou foi essa do ano passado, mas não vi mudar nada, o pessoal não respeita. Achei que poderia até respeitarem, deixar o peixe desovar, crescer mais, mas...

De um modo geral, as divergências entre os entrevistados concernem à prática da pesca nos meses em que recebem o seguro-defeso. Os afiliados tendem a afirmar que não existe pesca nesse período. Os não afiliados questionam e alguns são incisivos argumentando que não houve mudança. Estão de acordo, entretanto, quando se trata de fiscalização, que todos afirmaram não existir. Sobre esse aspecto, EM12 (mulher, 60 anos), após declarar que não houve mudança no respeito ao período do defeso, disse também que não há fiscalização, que “o fiscal é o boto”, que é quem impediria que colocassem ainda mais malhadeiras no rio.

CONCLUSÕES

Como vimos ao longo deste artigo, existe uma série de problemas na execução de um programa de política pública, no que diz respeito tanto à sua concepção, quanto à sua operacionalização. Um dos mais flagrantes é a falta de correspondência entre o critério básico de seleção para ter acesso ao seguro-defeso (ser pescador no sentido

⁵ Em 2006, houve uma denúncia ao IBAMA da retirada dos seixos e, em consequência, uma mudança da característica da água em virtude do chamado “enlameamento” que provoca a falta de contenção de matérias orgânicas no fundo e a migração de algumas espécies.



estrito) e as condições usuais de reprodução social dos atores sociais que historicamente associam diferentes atividades com variação no tempo e no espaço.

Operacionalmente, os programas são permeáveis aos interesses dos atores localmente, que, no caso em análise, parecem ter criado regras próprias para incluir um maior número de beneficiários e, por que não dizer, barganhar trocas por meio de votos para a legislatura e para a direção de entidades com atuação local.

Para os afiliados, a possibilidade de ter um recurso extra que facilitará a sua sobrevivência é um importante apelo. Mas não só isso. A insatisfação com a atuação do sindicato visto localmente como inoperante estimula a busca de novas alternativas de afiliação e de relacionamento com atores de fora que têm acesso a outros mundos.

Localmente, há diferentes posicionamentos amparados numa compreensão subjetiva quanto a fazer parte de um programa dessa natureza ou não. Entretanto, o questionamento não visa apenas aos que acumulam vínculos empregatícios paralelamente ao seguro-defeso (pastor e funcionária da prefeitura); visa também aos que se declaram pescadores embora sejam considerados (pelos seus críticos) predominantemente “lavradores”. O que está em jogo nessa condenação? A rejeição de um maior aprofundamento das diferenças internas? Ou a negação de uma atividade tradicionalmente realizada pelo próprio grupo, inclusive por via de ajuda mútua?

A adoção da autoidentificação de pescador para a interlocução numa situação específica reforça a não essencialidade das identidades. Como afirma Jean-Claude Ruano-Borbalan (1998, p. 2), a questão da identidade não envolve apenas “quem sou eu?”, mas ‘quem sou eu em relação aos outros, o que são os outros em relação a mim?’” Nesse sentido, a afiliação pode significar não apenas um recurso financeiro, mas também uma relação para fora, facilitadora de outros acessos.

Por fim, em relação aos recursos de uso comum – no caso, os peixes –, há uma contraposição de discursos. O que está em jogo são menos as práticas reais e mais a incorporação de um discurso veiculado por um programa de política pública. Assim, há uma tendência para associar uma maior conservação ao seguro-defeso, mas sem a problematização da extinção anterior das espécies localmente, nem o reconhecimento da existência de um sistema de regras que garantiu a existência dos recursos até pouco tempo, inclusive contando com os significados atribuídos ao boto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BRANCO, G. C. O mistério da multiplicação dos pescadores. **Equipe de Jornalismo do Contas Abertas**. Disponível em:

<<http://contasabertas.uol.com.br/WebSite/Noticias/DetalheNoticias.aspx?Id=663>>.

Acesso em: 10 novembro 2011.

CALDAS, N. V.; ANJOS, F. S. dos; BEZERRA, A. J. A. ¿Envejeciendo en la pobreza? Universalización de los derechos sociales en la agricultura familiar del sur de Brasil.

Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Nuevo León, v. 25, p. 78-88, 2007.

CARDOSO, E. S. Trabalho e pesca: apontamentos para a investigação. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 10, n. 2, p. 1-14, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada102/05eduardo1002.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro 2011

COTRIM, D. C.; MIGUEL, L. A. Pluriatividade: uma noção aplicável em pescadores artesanais? In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 4., 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS; FEE, 2008, v. 1, p. 1-16.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (Org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS.

Repercussões do programa bolsa família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas. Rio de Janeiro, 2008. Documento síntese.

LOURENÇO, C. F., HENKEL, J. A. S., MANESCHY, M. C. **A seguridade social para pescadores artesanais do Brasil: estudo de caso no Pará**. ICFS, 2006. 59 p.

MARINHO, M. dos S. **Pesca artesanal, defesos de pesca e unidades de conservação**. Trabalho apresentado ao I ENADIR – Encontro Nacional de Antropologia do Direito. 2009. São Paulo, 2009. 15 p.

MCGRATH, D. G.; ALMEIDA, O.; VOGT, N.; PORTILHO, A. Diagnóstico, tendências, potencial, estrutura institucional e políticas públicas para o desenvolvimento do sustentável da pesca e aquicultura. In: PARÁ. Secretaria de Pesca e Aquicultura. **Diagnóstico da pesca e da aquicultura no Estado do Pará**. Belém, 2008, v. 7. p. 1-117.

MORAES, S. C. **Colônias de pescadores e a luta pela cidadania**. 2001. Trabalho apresentado ao X Congresso Brasileiro de Sociologia, Fortaleza, 2001.

NEVES, D. P. "Reforma agrária esforçada". In: Simpósio Impasses e Dilemas da Política de Assentamentos - balanço de 20 anos, 2005, São Paulo. **Simpósio Impasses e Dilemas da Política de Assentamentos - balanço de 20 anos**. São Paulo: UNIARA, 2005. NIEDERLE, P. A.; DOS ANJOS, F. C.; GRISA, C.; CALDAS, N. V.; SCHNEIDER, E. P. Pluriatividade e pesca artesanal: o caso da Colônia Z-3 em Pelotas, RS. In: CONGRESSO DA SOBER "INSTITUIÇÕES, EFICIÊNCIA, GESTÃO E CONTRATOS NO SISTEMA AGROINDUSTRIAL", 43., 2005, Ribeirão Preto.

RUANO-BORBALAN, J.-C. **L'identité. L'individu, le groupe, la société**. Paris: Éditions Sciences Humaines, 1998.

SCHMITZ, H.; MOTA, D.M.; SILVA JÚNIOR, J.F. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no Nordeste do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.12, n.2., p.273-293, jul.-dez. 2009.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.



TEIXEIRA, G. S.; ABDALLAH, P. R. **Política de seguro-desemprego ao pescador artesanal: assistencialismo ou incentivo?** 2008. Apresentação oral ao XLVI Congresso da SOBER, Rio Branco, AC, 2008. 12 p.

URIARTE, U. M. A via das máscaras: identidades e identificações na cidade. In: GICO, V.; SPINELLI, A.; VICENTE, P. (Org.). **As ciências sociais: desafios do milênio.** Natal: EDUFRN, 2001. p. 15-31.



Encontro da Rede de Estudos **RURAIS**

DESENVOLVIMENTO, RURALIDADES E
AMBIENTALIZAÇÃO: PARADIGMAS E ATORES EM CONFLITO
03 a 06 de junho de 2012.

GT9

AS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

COORDENAÇÃO

MÁRCIO DE MATOS CANIELLO (UFCG)

MARC PIRAUX (CIRAD/UFPA/NCADR)

ANELISE GRACIELE RAMBO (UFFS)



GT 9 - As Políticas Públicas Territoriais e o Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil Contemporâneo

A construção territorial do desenvolvimento rural sustentável*

Rodrigo Constante Martins¹

²Doutor, professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: rmartins@ufscar.br

Resumo

Este trabalho discute a construção de discursos sobre sustentabilidade nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – instâncias descentralizadas de debates e proposição de políticas públicas de desenvolvimento no âmbito local. Tem como objetivo a compreensão interpretativa das formas hegemônicas de nominação do desenvolvimento rural sustentável nestas arenas de governança sócio-territorial. Para tanto, será apresentado o estudo de caso de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, situado na região central do estado de São Paulo. Os resultados do trabalho sugerem que a inscrição da temática ambiental no Conselho passa por sua nominação estritamente econômica. Além disso, a questão ambiental é tematizada com base nas relações de forças produzidas e consolidadas na dinâmica agrária do território, situação que indica o estatuto da questão agrária no debate contemporâneo sobre estratégias para o desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: ruralidades e meio ambiente; desenvolvimento rural; governança territorial

* Este trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).



1. Do rural ao ambiental: introdução às questões de investigação

Questões relativas ao desenvolvimento e à regulação sócio-ambiental das áreas rurais vêm adquirindo abrangência nas últimas décadas. Com base em experiências regionais, vários estudos têm destacado a necessidade de se abordar tal tema por meio de dinâmicas territoriais, sinalizando a necessidade de novos enquadramentos sociais e agrário-espaciais para a compreensão das transformações contemporâneas das áreas rurais, bem como acentuando as formas de agenciamento das práticas sociais e a constituição de novas redes de atores (Marsden, 2003). Outros trabalhos, em convergência com a identificação de transformações nas dinâmicas agrícola e agrária do mundo rural no contexto da alta modernidade, destacam a expansão das estratégias de governança da diversidade de interesses econômicos e políticos que marcariam os novos perfis de ruralidade (Douglas, 2005). Em todos estes esforços, a transversalidade da temática ambiental aparece através do pressuposto geral de que, embora não haja padrões ou modelos a serem apontados para o desenvolvimento rural, a referência à sustentabilidade destes territórios é a base sobre a qual os rumos da localidade – pensados em termos agrário, agrícola ou territorial – podem ser construídos.

Esta perspectiva tem sido partilhada por vários estudiosos das ruralidades europeias. Estruturadas sobre a expansão das atividades não-agrícolas, o que se denomina como “novas” ruralidades naquele continente compreende estruturas complexas de composição das relações entre economia, sociedade e natureza (Kayser, 1990). Inscrito neste debate, o tema da gestão territorial tem sido abordado a partir da proposta de construção de esferas públicas que visam à composição dos interesses agrícolas com os dos demais setores sociais interessados na dinamização das economias regionais e na preservação dos recursos ecossistêmicos e das culturas locais – articulado assim as dimensões agrária e ambiental do desenvolvimento de modo mais complexo (Hervieu, 1993; Jollivet, 2001).

No debate nacional em torno da sustentabilidade sócio-ambiental dos espaços rurais, os aspectos relativos às localidades vêm sendo tratados com maior atenção. Questões como a diversificação das regionalidades (Veiga, 2001), a criação de novas institucionalidades para as áreas rurais (Campanhola e Silva, 2000), o desenvolvimento da localidade a partir do fenômeno da proximidade social (Abramovay, 2003) e as relações da categoria território com a reestruturação do capitalismo contemporâneo



(Schneider, 2004), têm estimulado as discussões em torno da orquestração territorial de alternativas de desenvolvimento para as áreas rurais do país, no mais das vezes remetendo o debate histórico sobre a questão agrária nacional a um segundo plano.

O que se nota como marca social comum aos debates brasileiro e europeu é a nomeação essencialmente econômica das alternativas de construção de novas faces da ruralidade. De modo geral, não é senão através deste aparato de nomeação que as dimensões transdisciplinar e multisetorial emergem como balizas para o enquadramento das práticas como sustentáveis no uso dos recursos sociais e naturais do território. No concernente ao debate sobre desenvolvimento rural, a valoração destes recursos – classificados como “amenidades ambientais” – é designada como estratégia de criação de novos serviços econômicos nas áreas rurais, então re-valorizadas pela própria crise ambiental urbana (Dixon e Sherman; 1990).

Neste artigo, parte-se da hipótese de que a legitimidade das tentativas de redimensionamento econômico-ambiental da questão agrária sustenta-se em disposições socialmente estruturadas que garantem a crença de certos grupos sociais na equivalência entre eficiência econômica estrita e ordenamento social. Isto é, a correspondência entre estruturas objetivas e estruturas de percepção promove a *doxa* sobre a própria noção de ruralidade, justificando tanto a adjetivação do “novo” ao fenômeno quanto seu enquadramento econômico específico (que seria o caso, por exemplo, da sobreposição dos dilemas agrários pelo discurso gerencial da agregação de valor aos serviços rurais).

No sentido de testar tal hipótese, o artigo apresentará uma análise sociológica sobre a dimensão política da construção das verdades/diagnósticos pelos agentes partícipes de arenas de governança sócio-territorial. Mais precisamente, tem como objetivo a compreensão interpretativa das formas hegemônicas de nomeação da questão agrária e da temática ambiental nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – instâncias descentralizadas de debates e proposição de estratégias de desenvolvimento, compostos por representantes da diversidade de grupos sociais que compõem a cena rural local. Com base nos resultados do estudo de caso do Conselho de Desenvolvimento Rural do município de São Manuel, situado na região central do estado de São Paulo, se problematizará a experimentação econômica das questões agrária e ambiental e sua influência no moderno debate sobre desenvolvimento rural sustentável.



2. Crenças econômicas e meio ambiente

O debate moderno sobre sustentabilidade segue em larga medida amparado nos instrumentos de nomeação econômica da questão ambiental. Não por acaso, vários estudos têm sido realizados, no curso das duas últimas décadas, com o objetivo de estimar valores monetários para *bens* e *serviços* ambientais em áreas rurais. A elaboração de indicadores quantitativos ponderados através de critérios de escassez (tais como os níveis de vulnerabilidade e insubstitubilidade dos recursos naturais) e a tentativa de mensuração da disponibilidade da sociedade em pagar pela preservação ambiental – passando inclusive pela construção de mercados hipotéticos para os serviços ambientais – têm sido apresentadas como elementos distintivos no gerenciamento dos recursos sócio-territoriais (Pearce, 1993; Browley, 1996).

Tal como afirma Martins (2008), o uso do instrumental conceitual da ciência econômica – em particular, da Economia Neoclássica - segue ocupando lugar de destaque no debate internacional sobre regulação ambiental. Este instrumental é recorrentemente utilizado para a nomeação dos principais temas da moderna crise sócio-ambiental. Esta atividade de nomeação, que se origina na designação dos *ativos ambientais* e se estende até a proposição dos mercados futuros de *commodities* ambientais, também explicita o fabrico de relações complexas de poder, que não se encerram nos limites de autonomia dos distintos *campos de relações* (burocrático, acadêmico, econômico). A rigor, a temática ambiental perpassa estes campos; contudo, fundamenta-se sobre a retórica dominante do campo econômico.

A interpretação sobre a consolidação dos enunciados da Economia Ambiental no debate político contemporâneo acerca do desenvolvimento rural requer, dentre outros, o aprofundamento analítico sobre o papel das estratégias de nomeação no bojo do processo de autonomização do campo econômico. Neste sentido, tal como sugere Bourdieu (2000) a propósito da dinâmica da autonomização, em termos de nomeação das relações e ordem sociais, a teoria da utilidade marginal consiste em um fato histórico-cultural, base sobre a qual as sociedades ocidentais vêm se experimentando desde o início do século XX. Interage, em sentido lato, com as atividades de nomeação das experiências sociais – dentre as quais, as experiências de acelerada degradação ambiental promovida pela chamada Revolução Verde na agricultura.

O papel das crenças econômicas na nomeação do debate político sobre desenvolvimento rural sustentável pode ser indicado, dentre outros, pelas formas de



negociação das identidades dos agentes inscritos no cotidiano rural. Conforme destacam Demeulenaere e Bonneuil (2010), no rural contemporâneo, marcado pelos fluxos da sociedade informacional e pela presença definitiva dos riscos ambientais, as identidades não se cristalizam; elas se reconstróem, se reinventam. *Tornam-se identidades provisórias, permanentemente renegociadas* (p.90). Como exemplo deste processo, pode-se tomar os casos dos papéis desempenhados por alguns dos agentes diretamente envolvidos na governança do desenvolvimento rural. Isto é, no contexto da construção social da gestão descentralizada dos territórios rurais, pode-se avançar sobre a interpretação da posição dos agentes, da construção dos discursos e dos critérios de verdade das falas/diagnósticos sobre a realidade local.

3. Dinâmica agrária e desenvolvimento rural

Diante da recente inscrição da temática ambiental do campo dos estudos rurais, problematizar a relação sociedade-natureza no espectro da questão agrária requer, dentre outros, esforços de imersão analítica em cenários sociais e institucionais dedicados ao debate sobre o desenvolvimento rural sustentável. Com tal propósito, problematizaremos o referido tema no espectro das chamadas instâncias descentralizadas de governança sócio-territorial. Em particular, tomaremos como palco de debates, proposições e construção de verdades os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural do estado de São Paulo.

No mais das vezes, estes Conselhos são formados por representantes de associações de agricultores, cooperativas agrícolas, sindicatos rurais do setor agroindustrial, prefeituras e por integrantes de universidades e colégios técnicos agrícolas. Cabe a estes Conselhos propor diretrizes e discutir a formulação de estratégias locais de desenvolvimento rural. No estado de São Paulo, a proliferação destes Conselhos ocorreu no final da década de 1990, com a implantação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. Resultado de um convênio entre o governo estadual e o Banco Mundial, o Programa tinha o intuito de estimular a implantação de sistemas agropecuários que garantam a melhoria dos níveis de renda das populações rurais do estado, a recuperação de áreas degradadas e a preservação da qualidade dos recursos hídricos. Um dos pressupostos do Programa era justamente atender municípios que tivessem Conselhos de Desenvolvimento Rural instalados, e, em particular, apoiar os projetos de intervenção aprovados por estes Conselhos.



Para desenvolver a temática proposta no contexto territorial, lançaremos mão da síntese dos resultados de um estudo de caso, realizado entre fevereiro de 2009 e dezembro de 2010 no Conselho do município de São Manuel. A realização do estudo contou com o emprego de técnicas qualitativas de pesquisa social, tais como a realização de entrevistas semi-estruturadas e a coleta de relatos orais. Também foi feito um amplo levantamento documental para a reconstrução da história do Conselho, com a consulta de atas, moções, relatórios técnicos e demais materiais produzidos ao longo de suas gestões.

Figura 1: Localização do município de São Manuel do estado de São Paulo



Fonte: <http://pt.wikipedia.org>

O município de São Manuel localiza-se próximo ao rio Tietê. Fundado em 1870, como desmembramento do município de Botucatu e sob o nome de São Miguel do Paraíso, cresceu em torno do desenvolvimento das fazendas de café. Chegou a registrar 28 milhões de pés de café em 1927. Após os anos 30, em decorrência da crise da economia agroexportadora, o município acompanhou a trajetória de reconversão da agricultura das regiões central e noroeste do estado de São Paulo, dedicada desde a década de 1950 cada vez mais ao cultivo de cana-de-açúcar. Em 1969 (portanto, antes das políticas estatais de estímulo à produção de açúcar e álcool), o município registrou a colheita de 350 mil toneladas de cana-de-açúcar; em 2009, a colheita foi de pouco mais de 3 milhões de toneladas.



A tabela 01, abaixo, apresenta números sobre a estrutura fundiária de São Manuel no ano de 2009. Como pode-se observar, 14% dos proprietários rurais do município tinham o domínio de 76% da área agrícola (estando pouco mais 21% desta área sob domínio de apenas quatro proprietários). Os demais 24% da área agrícola estava distribuído entre 366 propriedades, com áreas individuais inferiores a 200 hectares.

Tabela 1: Estrutura fundiária do município de São Manuel (ano base: 2009)

Estrato (ha)	Propriedades Agrícolas		Área Total	
	n ^o	%	ha	%
0 – 10	145	34,0	770,3	1,4
10 – 20	63	14,7	932,0	1,7
20 – 50	75	17,6	2.376,8	4,5
50 – 100	49	11,5	3.647,6	6,9
100 – 200	34	7,9	4.946,4	9,3
200 – 500	34	7,9	10.483,8	19,8
500 – 1000	17	3,9	12.180,8	23,0
1000 – 2000	5	1,1	6.205,1	11,7
> 2000	4	0,9	11.314,8	21,4

Fonte: LUPA – CATI/Secretaria de Agricultura e Abastecimento (2009)

Tabela 2: Atividades agropecuárias no município de São Manuel (ano base: 2009)

Culturas	Área (ha)	% da área total
Cana-de-açúcar	32.447,5	69,5
Pastagem	7.970,0	17,0
Eucalipto	2.681,0	5,8
Laranja	1.787,7	3,8
Café	1.546,9	3,2
Outras	323,4	0,7

Fonte: LUPA – CATI/Secretaria de Agricultura e Abastecimento (2009)



Na tabela 02, acima, observa-se que mais de 69% da área agrícola de São Manuel encontrava-se ocupada, em 2009, por lavouras de cana-de-açúcar. Pela fala de uma das lideranças da Cooperativa de Cafeicultores do município, pode-se inferir que este número sintetiza um longo movimento de hegemonia regional da agroindústria sucroalcooleira¹, rearranjando relações de propriedade e/ou arrendamento.

Hoje São Manuel tem ainda pequenos proprietários. Foi feito um barracão para que essa turma trouxesse seus produtos e colocasse lá. (...) Mas é um negocio muito complicado, precisa de muito apoio da prefeitura. Ficou tão reduzido o número de propriedades rurais... . Não que reduziu, mas todo mundo arrendou e o cara vive da renda da propriedade, não quer plantar mais nada.

Deste contexto de hegemonia da monocultura canavieira na região resultam temas decisivos para o debate sobre as possibilidades de desenvolvimento rural para o município. Degradação ambiental, desemprego rural e desigualdades de renda são temas centrais na agenda política local, e, o que se procurará evidenciar a seguir, é que o Conselho de Desenvolvimento Rural da cidade encaminha tais temas com base em esquemas de classificação resultantes da própria lógica desigual de apropriação e uso dos recursos sócio-territoriais.

4. A governança do desenvolvimento rural

O Conselho de Desenvolvimento Rural de São Manuel (CDR-São Manuel) foi criado em 1998. Assim como no caso de outros Conselhos criados no mesmo período no estado, a composição inicial do CDR-São Manuel resultou da mobilização da rede de contatos do agrônomo da casa municipal de agricultura, que indicou os membros da primeira gestão e trabalhou na definição das primeiras pautas a serem debatidas. Agricultores e outros técnicos do Colégio Agrícola municipal que compuseram a primeira gestão foram recrutados nesta rede pessoal, herança da própria história pessoal deste técnico, pertencente a uma das famílias fundadoras de São Manuel, proprietária de uma das primeiras fazendas do município (então dedicada ao cultivo do café).

¹ Convém registrar que São Manuel é vizinho dos municípios de Barra Bonita e Igarapu do Tietê. Este último foi, até 1903, distrito de São Manuel. Já Barra Bonita abriga a sede da segunda maior unidade agroindustrial do setor sucroalcooleiro do país – circunstância que posiciona a região no cenário nacional da produção de açúcar e álcool.



No período de 1998 a 2008, a direção do CDR-São Maunel esteve a cargo de um pequeno grupo de pessoas. Nas quatro gestões que compreenderam o período, o Conselho foi presidido por duas pessoas, envolvidas com cooperativas da cidade e com o sindicato patronal. No primeiro ano, as reuniões eram realizadas com frequência mensal. No segundo ano, as reuniões tornaram-se esparsas e, a partir da segunda gestão, foram realizadas em média quatro reuniões por ano. Desta segunda gestão em diante, a escolha dos representantes envolveu tanto a rede de relações do técnico da casa da agricultura, quanto as do sindicato patronal e, principalmente, da prefeitura municipal. As pautas das reuniões envolviam o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (fonte de recursos para os pequenos proprietários rurais do município), o estímulo ao cooperativismo entre os agricultores e o apoio às atividades agropecuárias marginais no município (principalmente a ovinocultura). Notadamente, o setor hegemônico na agricultura regional nunca participou do Conselho, mesmo tendo sido reiteradamente convidado nas duas primeiras gestões.

Por demanda da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) – órgão responsável pela extensão rural no estado de São Paulo –, os conselhos municipais de desenvolvimento rural do estado passaram a elaborar, desde 2008, planos municipais de desenvolvimento rural sustentável para implementação no período de 2010 a 2013. No termos da CATI, estes planos deveriam ser elaborados pelos Conselhos justamente para garantir seu caráter plural e participativo, identificando potências e problemas locais e estabelecendo estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável neste período. Para tanto, cumpriria aos formuladores destes Planos a definição de diretrizes de ação e de metas e responsabilidades, visando otimizar o uso dos recursos financeiros, de infraestrutura e, principalmente, de pessoal. Após elaborados, os planos deveriam ser aprovados pelos respectivos conselhos municipais de desenvolvimento rural para tornarem-se base de política pública municipal e estadual.

Em São Manuel, a elaboração do referido plano foi coordenada pelo CDR e envolveu a participação de um amplo conjunto de instituições. Além das instituições mais ativas no Conselho – a saber, a Casa da Agricultura, a Prefeitura Municipal e o Sindicato Rural –, participaram da elaboração do plano a Associação Paulista de Criadores de Ovinos (Aspaco), a Universidade Estadual Paulista (Unesp, Fazenda Experimental São Manuel), a Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente do município, a



Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP) e representantes do comércio agrícola no município.

A versão final do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável foi aprovada em novembro 2010 pelo CDR-São Manuel. No diagnóstico da situação da vida rural no município, as atividades da agroindústria sucroalcooleira encontram-se presentes de várias formas. Além de sua expressão nos dados da estrutura agrária do município e no perfil da produção agrícola, o setor também é lançado como chave explicativa para muitos dos problemas econômicos e sociais locais. O êxodo rural no município, por exemplo, é associado ao aumento das áreas de cultivo da cana-de-açúcar, que promoveria, segundo o Plano, a *“descapitalização do produtor, depreciação da propriedade e baixa qualidade de vida provocando escassez e desqualificação de mão de obra, queda na produção de alimentos, aumento da população e dos problemas urbanos”* (CDR-São Manuel, 2010, p.45)

Ainda no diagnóstico do Plano, grande parte dos problemas ambientais identificados no município também se vincularia aos tradicionais impactos da monocultura canavieira. O Plano destaca que a alta suscetibilidade a erosão do solo, a elevada demanda de água do setor sucroalcooleiro e o despejo nas águas superficiais de efluentes líquidos gerados nos processos industriais deste setor e aplicados nas atividades de irrigação, além da poluição do ar promovida pelas queimadas para o corte da cana, são alguns dos principais problemas ambientais da bacia hidrográfica em que a cidade está situada – a saber, a bacia Tietê-Jacaré.

A despeito deste conjunto de problemas sócio-ambientais ter relação íntima com a estrutura agrária que sustenta a agroindústria sucroalcooleira na região, é interessante observar que as proposições de estratégias de promoção do chamado “desenvolvimento rural sustentável” no município não passam por qualquer caminho de encontro ao que conviria chamar de *dilema agrário*. O incentivo ao uso de tecnologias de recuperação e conservação de solos e a conscientização da população são ações propostas para os problemas ambientais diagnosticados. Já no tocante ao êxodo rural, são propostos cursos de capacitação dos agricultores, visando a melhoria técnica e o cooperativismo.

Interessante reiterar a ausência (ao menos formal) da participação de representantes do setor sucroalcooleiro no Conselho de Desenvolvimento Rural do município e, em particular, na formulação do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável. Este contexto de trabalho do CDR-São Manuel e de elaboração do Plano



sugere a hipótese de que a ausência do dilema agrário do município na proposição de estratégias e metas do referido Plano tenha relação não apenas com o peso político do setor na economia e na política regional, mas também com certa naturalização da desigualdade agrária. Isto é, mesmo os agentes visivelmente desfavorecidos por esta estrutura agrária parecem identificar menos a desigualdade social dela decorrente do que o mérito daqueles que acumulam terras e mantêm seu ritmo de acumulação na economia agroindustrial.

No tocante à questão ambiental, em particular, sua submissão à preservação desta estrutura agrária marca a fala mesmo daqueles que estão fora do circuito sucroalcooleiro. Senão, vejamos a reação de alguns dos integrantes e ex-integrantes do CDR-São Manuel quando indagados sobre sua definição de sustentabilidade ambiental, durante as entrevistas de campo deste estudo:

Como eu defino? Bom [longa pausa]. Eu acho que nós não podemos matar a agricultura. (...) Eu acho manancial um negocio que realmente tem que ser preservado, eu sou a favor da área de APP [área de proteção permanente]. Sou contra a reserva legal, acho que isso é um absurdo, nós ainda temos muitas áreas que podem ser preservadas com mato. As cidades principalmente, que são as maiores poluentes. Eu não conheço nenhuma cidade arborizada. (Representante da Cooperativa de Cafeicultores nas gestões 1998-1999 e 2001-2003 do CDR-São Manuel)

É uma coisa extremamente ampla a sustentabilidade. Desde como você trabalha a terra, o produto que você usa, como você vai escoar a produção. A parte agrária toda tem que ser sustentável. Isso daí não se consegue rapidamente, você tem que primeiro incutir o trabalho de formiguinha, tem que incutir na cabeça das pessoas devagarinho pra ela ir fazendo. Principalmente os pequenos agricultores. Os grandes não porque eles têm pressão dos compradores. Mas principalmente os pequenos agricultores tem dificuldade de ter acesso a isso aí, é um trabalho de formiguinha que não pode acabar nunca, é coisa que leva uma geração para você pegar um sítio que faz uma agricultura familiar, não tecnificada, e não tem muitos cuidados. Isso ter toda aquela ciência da preservação de ambiente e tudo. (Presidente das gestões 1998-1999 e 2001-2003 do CDR-São Manuel)

Aqui no Brasil todo mundo é ambientalista, desde que não sofra nenhum corte nas suas atividades. Se você falar: vai ter que andar a pé porque o seu carro tá contaminando o ar, o cara para de ser ambientalista. Falar: a noite nós vamos apagar as luzes duas horas por noite pra economizar energia, você vai ver o pau que vai dar. Acaba os ambientalistas no Brasil. (Secretário das gestões 2001-2003, 2003-2005 e 2005-2008 do CDR-São Manuel).



Ninguém hoje em dia é louco para falar “não” pro meio ambiente. Mas nós temos uma agricultura, uma economia que não pode parar. O meio ambiente sem emprego, sem imposto, sem saúde, educação, não adianta. E quem produz dinheiro pra gente ter tudo isso é a nossa economia, que tem que competir no mundo hoje. É fácil os gringos falar de proteção pro meio ambiente aqui. Não é o cara da WWF que vai deixar de usar parte da sua terra pra proteger nascente e tudo mais. E como fica o cara que comprou a terra? O cara que decidiu investir seu dinheiro ali? Vem alguém e diz: “pêra aí, isso não é exatamente seu”. Como fica esse cara? (Representante da Casa da Agricultura na gestão 2005-2008 do CDR-São Manuel)

Várias dimensões da relação sociedade-natureza estão presentes nestes depoimentos. Em consonância com os termos do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável formulado pelo CDR-São Manuel, a questão ambiental surge reiteradamente subsumida às relações de propriedade consolidadas regionalmente. Isto é, a estrutura agrária, a despeito de seu caráter concentracionista e de seus impactos socioambientais, aparece na fala destes agentes como dimensão dissociada do debate sobre sustentabilidade. E esta última relaciona-se com a proteção da natureza até o limite de interferir na acumulação econômica. Deste ponto em diante, o pragmatismo da crença econômica nos instrumentos de mercado toma lugar no debate e desloca para a margem a problemática ambiental. O primeiro depoimento, com a resistência absoluta às áreas de reserva legal; o terceiro, com ênfase nas resistências sociais às práticas de consumo consolidadas, e; o último, com destaque para a interdição de uso produtivo de fracos da propriedade rural, dão cores vivas à esta subsunção da questão ambiental.

A lógica do mercado regulando a relação sociedade-natureza – no sentido do pragmatismo da Economia Ambiental – surge com força no segundo depoimento, que indica uma suposta necessidade de adequação ambiental por parte dos chamados “grandes agricultores”. Isto é, sendo este “grande agricultor” também um grande proprietário ou arrendador de terras, figura na região personificada nos produtores de cana, a concentração fundiária passa a ser, contraditoriamente, um passo para a adequação ambiental e, por conseguinte, à sustentabilidade.

Entendendo que a formulação descentralizada e participativa de instrumentos como o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável se inscreve nas tentativas de orquestração de interesses de diferentes grupos e agentes fixados no espaço rural – orquestração que ganharia espaço no “novo” rural, como sugerem Veiga (2001), Campanhola e Silva (2000) e Abramovay (2003) – o estudo do caso de São Manuel vem corroborar a hipótese inicial deste trabalho, de que as tentativas de redimensionamento



econômico-ambiental da questão agrária sustentam-se em disposições socialmente estruturadas que garantem a crença de certos grupos sociais na equivalência entre eficiência econômica estrita e ordenamento social. Esta parece ser uma das chaves para a interpretação da legitimidade da desigualdade agrária ante os mais afetados por tal estrutura.

5. Realinhando as questões de investigação

Dado o perfil dos partícipes do Conselho, bem como das instituições que participaram da formulação do Plano, a leitura estrita da questão ambiental revela-se como expressão do senso prático dos agentes. Supondo este senso ser constituído por noções disposicionais que orientam o curso da ação (Bourdieu, 1980), observa-se que, no caso do CDR-São Manuel, estas noções naturalizam tanto as desigualdades da estrutura agrária local – supostamente resultantes da estrita eficiência econômica de daqueles 14% dos proprietários rurais que detém 76% da área agrícola – quanto a crença na leitura econômica e unidimensional da sustentabilidade ambiental.

A defesa da propriedade como conquista baseada em estrito mérito individual pode ser lida, por sua vez, no sentido da *amnésia da gênese das instituições sociais*, tal como delineada por Champagne (1990) em seu famoso estudo sobre a noção de opinião pública². Essa espécie de esquecimento das origens que estão recalcadas no inconsciente coletivo está inscrita na própria dinâmica do mundo social. É justamente a naturalização dos produtos da história que faz o agente crer na propriedade privada da terra como resultado de uma operação meramente econômica, emancipada tanto dos conflitos políticos quanto das esferas de regulação dos usos sociais da propriedade.

Parece pertinente, portanto, remontarmos a observação de Jollivet (1997) sobre a entrada em cena da gestão ambiental nos espaços rurais. Como bem destaca o autor, na medida em que os problemas ambientais globais têm dimensões que concernem ao espaço rural e, inversamente, a gestão do espaço rural supõe a tomada em conta das preocupações ambientais, a maneira de se conceber a sustentabilidade do mundo rural no universo simbólico das classes e grupos sociais fixados nestes territórios torna-se

² É interessante observar que o interesse de Champagne (1990) pelo tema da opinião pública (desenvolvido na obra citada através de estudo sobre sondagens de opinião) data de uma monografia, elaborada pelo autor ainda na década de 1980, acerca da manifestação de rua de agricultores franceses ocorrida em 1982. Nesta ocasião, os agricultores respondiam ao apelo de seu sindicato para exprimir publicamente o descontentamento contra a política agrícola empreendida pelo governo socialista que acabara de assumir o poder com François Mitterrand.



decisiva para se pensar política e socialmente o que o autor designa por ruralidade *pós-industrial*.

Os novos contornos agrário-espaciais do rural contemporâneo sugeridos por Marsden (2003), que perpassariam necessariamente a questão ambiental, aparecem submetidos, em nosso estudo de caso, à história agrária local de modo absolutamente marginal. A ênfase de Douglas (2005), por sua vez, em novas perspectivas para o desenvolvimento rural a partir da governança territorial dos recursos sociais e ambientais parece, no contexto desta investigação, demasiado normativa. Sobretudo porque o que se tem no caso de São Manuel é a presença de instituições (conselho descentralizado e participativo) e instrumentos (planos com elaboração descentralizada e participativa) bem articulados ao princípio de subsidiaridade que sustenta em grande medida os mecanismos de governança territorial³.

A gramática da sustentabilidade ambiental é construída, nos discursos dos agentes e no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de São Manuel, tomando por base a conservação da estrutura agrária regional. Isso sugere que o tema de estudo inaugurado por Mathieu e Jollivet (1989) sobre as possibilidades de articulação das questões agrária e ambiental na construção de novos caminhos para a ruralidade, segue demandando novos esforços de interpretação, visto que a complexidade dos arranjos locais de resposta à chamada *onda do verdejar do ser*⁴ parece superar em muito os limites inerentes às categorizações analíticas vigentes.

Por fim, face às investigações de outros contextos de governança ambiental e/ou do desenvolvimento rural no estado de São Paulo (Martins, 2010; 2009; 2007; 2005), o estudo em tela diz respeito a um caso, mas não a singularidades. Com efeito, embora estas novas institucionalidades contribuam, no plano formal, para o diálogo entre diferentes grupos sociais sobre rumos e interesses da governança territorial, na prática, são comumente instrumentalizadas por estruturas locais de dominação, não resistindo às relações de poder historicamente fixadas nos territórios.

³ No estado de São Paulo, o *princípio da subsidiaridade* tem sido adotado, do ponto de vista formal, como orientação para a gestão do desenvolvimento rural. Segundo Faure (1997), tal princípio pressupõe que toda a ação que pode ser decidida e implementada no âmbito da localidade não deve ser submetida à decisão de nível hierárquico superior, decorrendo daí uma divisão funcional que se ajusta quanto à esfera mais adequada de implementação e acompanhamento, em termos de arranjos institucionais e interesses sociais envolvidos. O princípio assume, portanto, uma nítida orientação operacional para a descentralização de políticas públicas.

⁴ A propósito da *onda do verdejar do ser* no plano dos movimentos ambientalistas internacionais, ver Castells (1999).



Desta feita, os resultados do estudo indicam que a inscrição da noção de sustentabilidade no debate sobre desenvolvimento rural passa, dentre outros, pela nomeação estritamente econômica da questão ambiental. Além disso, tal questão é tematizada sem o questionamento sobre as relações de forças produzidas e consolidadas na dinâmica agrária do território. Tal situação indica tanto a atualidade do estatuto da questão agrária no debate sócio-ambiental contemporâneo (ao contrário do que sugerem alguns dos estudos sobre as “novas” ruralidades), quanto a relevância das interpretações sobre as conjunturas de hegemonia simbólica e material dos contextos territoriais para a efetiva compreensão do que se denomina localmente por sustentabilidade ambiental.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- BOURDIEU, P. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, 2000.
- BOURDIEU, P. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- BROWLEY, Daniel W. (edit). *The handbook of environmental economics*. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. *O novo rural brasileiro: políticas públicas*, Jaguariúna, v.4, p.61-92, 2000.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CDR-São Manuel (Conselho de Desenvolvimento Rural de São Manuel). *Plano municipal de desenvolvimento rural sustentável 2010-2013*. São Manuel, mimeo, 2010.
- CHAMPAGNE, P. *Faire l'opinion: le nouveau jeu politique*. Paris: L'Éditions de Minuit, 1990.
- DEMEULENAERE, E.; BONNEUIL, C. Cultiver la biodiversité: semences et identité paysanne. In: Hervieu, Bertrand (ed), *Les mondes agricoles en politique: de La fin des paysans au retour de La question agricole*. Paris: L'Éditions Press SciencesPo., p.73-92, 2010
- DIXON, J.A.; SHERMAN, P.B. *Economics of protected areas: a new look at benefits and costs*. London: Earthscan Publications, 1990.
- DOUGLAS, D. J. A. The restructuring of local government in rural regions: a rural development perspective. *Journal of Rural Studies*, New York, n.21, p.231-246, 2005.
- FAURE, A. *Territoires et subsidiarité: l'action publique locale à la lumière d'un principe controversé*. Paris: L'Harmattan, 1997 (Collection Logiques Politiques).
- HERVIEU, B. *Les champs du futur*. Paris: Bourdin Francois, 1993.
- JOLLIVET, M. *Pour une science sociale à travers champs: paysannerie, ruralité capitalisme (France XXe siècle)*. Paris: Ed. Arguments, 2001.



- JOLLIVET, M. Le rural et l'environnement: grille pour des analyses compares. In: Jollivet, Marcel (edt), *Vers un rural posindustriel: rural et environnement dans huit pays européens*. Paris: L'Harmattan, p.11-15, 1997.
- KAYSER, B. *La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: A. Colin, 1990.
- MARSDEN, T. *The condition of rural sustainability*. Assen: Van Gorcum, 2003.
- MARTINS, R.C. Bases fundiárias da governança ambiental: um estudo de caso sobre barragens. *Novos Cadernos NAEA*, v. 13, p. 63-82, 2010.
- MARTINS, R.C. Descrição e prescrição no desenvolvimento rural: o território como espaço social reificado. *Ruris*, v. 3, p. 71-101, 2009.
- MARTINS, R.C. Poder e legitimidade nos enunciados ambientais contemporâneos. *Oficina do CES*, n.312. Coimbra: Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra, 2008.
- MARTINS, R.C. Ruralidade e governança ambiental no estado de São Paulo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 15, p. 233-267, 2007.
- MARTINS, R.C. Política e sociedade na governança territorial: o caso das áreas rurais paulistas. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 24, p. 70-82, 2005.
- MATHIEU, N. e JOLLIVET, M. (dir). *Du rural à l'environnement; la question de la nature aujourd'hui*. Paris, ARF éditions/L'Harmattan, 1989.
- PEARCE, D.W. *Economic values and the natural world*. Massachusetts: The MIT Press, 1993.
- SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, v.11, p.88-125, 2004.
- VEIGA, J. E. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: NEAD, 2001. (Série Textos para Discussão, n.1)



GT 9 – As Políticas Públicas Territoriais e o Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil Contemporâneo

A identidade territorial da Transamazônica: Políticas Públicas e desenvolvimento¹

Miquéias Freitas Calvi ⁽¹⁾

Juliete Miranda Alves ⁽²⁾

Huandria Figueiredo do Nascimento ⁽³⁾

⁽¹⁾ M.Sc. Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável-UFPA. Professor da Faculdade de Engenharia Florestal UFPA/Campus de Altamira, E-mail: miqueiascalvi3@yahoo.com.br

⁽²⁾ Doutoranda em Ciências Sociais-UFCG. Professora Faculdade de engenharia Agrônômica da UFPA/Campus de Altamira.

⁽³⁾ Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável-UFPA. Pesquisadora da Célula de Acompanhamento e Informação do Território da Transamazônica/UFPA.

Resumo

Os dados apresentados e discutidos neste artigo são oriundos de pesquisa realizada pelo projeto Célula de Acompanhamento e Informação do Território da Transamazônica no Estado do Pará. Este projeto tem como objetivo realizar pesquisas a fim de subsidiar a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário na elaboração e melhor execução de políticas públicas que promovam o desenvolvimento e consolidação dos territórios por meio do Programa Territórios da Cidadania. As análises aqui apresentadas estão fundamentadas na pesquisa denominada Identidade Territorial e visa contribuir com a caracterização e identidade do Território da Transamazônica e formulação de políticas públicas. Dessa forma, foram identificados sete fatores próximos à realidade territorial que, em maior ou menor grau, influenciam a constituição da identidade. Esses fatores ou indicadores de identidade são: meio ambiente, agricultura familiar, economia, pobreza, etnia, colonização e político.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial, Agricultura familiar, Indicadores de identidade, Órgãos colegiados.

¹ Pesquisa financiada com recursos do MDA/SDT/CNPq através do Projeto "Instalação da Célula de Acompanhamento e Informação do Território da Cidadania da Transamazônica, Estado do Pará".



Introdução

Em muitas literaturas (TAMER, 1970; SANTOS, 1987) sobre a Amazônia, é ainda comum tratar as ocupações como “ciclos”, ou “surto”. Esta noção, baseada somente em indicadores econômicos e na fixação de populações em áreas novas, omite a importância de outros modos de vida existentes como camponeses, indígenas e ribeirinhos.

A idéia de ciclos ou surtos repousa na concepção preconceituosa de uma população acomodada a fartura dos rios e florestas que precisa ser inserida na modernização, através de programas e projetos. Esta foi a marca das ocupações na Amazônia, ocorridas principalmente nos anos 1970 e 1980, com os programas desenvolvimentistas: a expansão da fronteira agropecuária, a constituição de pólos minerais e siderúrgicos, a exploração madeireira, a construção de hidrelétricas e a construção de ferrovias. O Estado também concedeu grandes incentivos fiscais. O crédito governamental incentivou a destruição da floresta por projetos agropecuários. Os Estados mais atingidos foram o Pará, Mato Grosso e Rondônia.

Essas formas de ocupações caracterizaram-se por serem decisões tomadas fora do alcance das populações tradicionais e marcadas principalmente pelo controle geopolítico. A cada etapa intervencionista na história da Amazônia ocorria uma leva demográfica em direção às novas oportunidades, gerando a expropriação de ribeirinhos e agricultores, invasão de terras indígenas, ilusão de emprego urbano, violência e conflitos de terra.

Na década de 1990, com a discussão ambientalista no cenário internacional e repercutindo no encontro ocorrido no Rio de Janeiro, a ECO 1992, voltaram-se os olhos para o “tradicional”, como oposto a modernização. Neste cenário, outros grupos e organizações emergiram: ONGs, grupos de pesquisa voltados para a pesquisa desenvolvimento e para a pesquisa-ação. O tradicional foi valorizado através da participação comunitária: criou-se associações de moradores, bairros, centros comunitários, regulamentações e formas de controle na apropriação de recursos escassos, especificamente a pesca dos lagos em determinados períodos do ano.

Neste período muitos pesquisadores e ambientalistas, questionaram a noção de ocupação procurando entender as características das sociedades locais e sua sociabilidade, sob outra expectativa, voltada para a preservação dos recursos naturais. Mesmo sendo esta concepção mais avançada, ainda se encontra presa ao exótico, ou ao mito da natureza intocada (DIEGUES, 1999). Para Diegues, esta forma de pensar a



natureza, se caracteriza por manter as áreas preservadas, removendo as populações, ou no máximo permitindo que elas conservem faixas de entorno. A crítica de Diegues dirige-se à muitos desses projetos que não consideram a diversidade cultural das populações com suas especificações, relações com os recursos naturais e os sentidos de pertencimento.

Nos últimos trinta anos, outro grande projeto continua sendo debatido: a Hidrelétrica de Belo Monte. A construção desta barragem modificará o território da Transamazônica², provocando mudanças socioeconômicas profundas, interferindo na identidade territorial. Este empreendimento é uma obra aprovada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, a ser executado no Rio Xingu. Para esta usina, até o presente, foram liberadas a construção do canteiro de obras e outras ações preparatórias, como abertura de estradas de acesso ao local da hidrelétrica. As obras iniciais foram autorizadas por uma licença parcial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que chegou a ser derrubada pela Justiça e, em seguida, revalidada por decisão do Tribunal Regional Federal (TRF).

O presente artigo tem por objetivo apresentar e analisar os indicadores de desenvolvimento que constituem a identidade territorial do território da Transamazônica e discutir as implicações da ausência de políticas públicas para o desenvolvimento da região.

METODOLOGIA

Os dados apresentados e discutidos neste artigo são oriundos de pesquisa realizada pelo projeto Célula de Acompanhamento e Informação (CAI) do Território da Transamazônica no Estado do Pará. Este projeto tem por objetivo realizar pesquisas a fim de subsidiar a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na elaboração e melhor execução de políticas públicas que promovam o desenvolvimento e consolidação dos territórios por meio do Programa Territórios da Cidadania (PTC). As CAI são integrantes do Sistema de Gestão Estratégica (SGE), uma ferramenta que a SDT/MDA disponibiliza para que os

² Oficialmente, território da Transamazônica foi criado em 2003. Possui área de aproximadamente 251,8 mil km², estando localizado na Região Sudoeste do Estado do Pará, no eixo da Rodovia Transamazônica (BR 230) e baixo Xingu, sendo formado por dez municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. A população total é de aproximadamente 328 mil habitantes (IBGE, 2010).



Colegiados Territoriais e os diferentes gestores da Política de Desenvolvimento Territorial qualifiquem seu próprio desempenho a partir da gestão de informações e de processos de comunicação.

No território da Transamazônica o projeto CAI é coordenado pela Faculdade de Engenharia Florestal da UFPA – Campus de Altamira, e está em atuação há 15 meses. As análises apresentadas neste artigo estão fundamentadas na pesquisa denominada Identidade Territorial e visa contribuir com a identificação e caracterização do Território da Transamazônica, subsidiando políticas públicas. Para esta caracterização foram identificados sete fatores próximos à realidade territorial que, em maior ou menor grau, influenciam o desenvolvimento territorial. Esses fatores ou indicadores de identidade são: meio ambiente, agricultura familiar, economia, pobreza, etnia, colonização e político (BRASIL, 2011 a).

Para identificar quais indicadores foram/são determinantes para a constituição da Identidade Territorial no âmbito do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Transamazônica (CODETER), foi realizada pesquisa com 67 integrantes (100%) do Colegiado para analisar a percepção destas categorias sociais sobre a questão. A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de questionário estruturado que investiga a influência dos seguintes aspectos chave para o desenvolvimento territorial: i) a delimitação territorial; ii) a gestão territorial em termos de participação de organizações; iii) o planejamento relacionado com a visão de futuro, a definição de metas e objetivos e diagnóstico das características marcantes do território; iv) a construção da história comum do território; e v) a resolução de conflitos.

As perguntas do questionário foram organizadas de modo que os entrevistados respondesse cada item atribuindo valores que variam em uma escala de 1 (nenhuma importância) a 5 (muito importante) e se referem aos indicadores de identidade: Meio Ambiente, Agricultura Familiar, Economia, Pobreza, Etnia, Colonização e Político.

Cada indicador de identidade varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que, o valor 1(um) indica maior influência da identidade nos aspectos chaves de desenvolvimento do território, e, 0 (zero), menor influência da identidade, de acordo com a escala: 0,00 - 0,20 = Baixo; 0,20 - 0,40 = Médio Baixo; 0,40 - 0,60 = Médio; 0,60 - 0,80 = Médio Alto; 0,80 - 1,00 = Alto.

O CODETER DA TRANSAMAZÔNICA



O fórum interinstitucional hoje denominado Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Transamazônica (CODETER) surgiu em setembro de 2003 com criação da Câmara Técnica Territorial da Transamazônica (CAMTEC), mais conhecida como Câmara Técnica do PRONAF, cujo papel fundamental era discutir as políticas públicas de crédito agrícola e extensão rural, bem como outras políticas que diretamente apresentassem relações com essas, de modo a subsidiar as ações do Conselho Estadual do PRONAF, que era coordenado por uma secretaria especial no âmbito da Secretaria de Estado de Agricultura do Pará (SAGRI).

A partir das ações da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a CAMTEC deu lugar à Comissão de Instalação das Ações Territoriais da Transamazônica – CIAT, em março de 2005, incorporando mais organizações e formando uma plenária inicial com 58 representações, mantendo a representação anterior e incorporando outros segmentos como a educação, representação comercial, movimentos de mulheres, órgãos ambientais e de populações tradicionais.

Em 2008, quando do lançamento do Programa Territórios da Cidadania (PTC) pelo Governo Federal, a Transamazônica passa de território rural para território da cidadania. Para os gestores do Programa se fazia necessário naquele momento a ampliação dos colegiados territoriais, incluindo outros segmentos da sociedade e organizações públicas. Para os colaboradores do Programa que estiveram no território não se justificava mais ter na Transamazônica um fórum cuja nomenclatura fazia referência a uma Comissão de Instalações. O discurso fazia referência a “novos tempos”, de “ações já consolidadas” e por isso, era preciso também “evoluir”.

Em abril de 2008 foi criado o Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Transamazônica (CODETER) tendo ampliado a plenária de 51 para 174 organizações. A ampliação desordenada desse fórum fora provocada principalmente, pelo impacto político do programa num ano de eleições. Como resultado, o CODETER nascera com vários conflitos e fortemente desarticulado. A desmobilização que passava o Colegiado levou o Núcleo Dirigente, em dezembro de 2010, definir pela redução do total de organizações da Plenária em aproximadamente 160%.

O Colegiado Territorial é composto por duas instâncias diretivas que são os Núcleos Dirigente e Técnico. O Núcleo Dirigente atualmente é coordenado pela Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), para o biênio 2011/2012, e ocupa o posto pela segunda vez, enquanto o Núcleo Técnico é coordenado pela UFPA Campus de



Altamira. Nessas duas instâncias é bastante significativa a representação da sociedade civil, no entanto é no Núcleo Técnico que as organizações do poder público apresentam maioria, muito em função das instituições de ensino, pesquisa, extensão e da administração pública.

A plenária do CODETER Transamazônica hoje é composta por 67 instituições, destas 60% são da sociedade civil e 40% do poder público. Na representação governamental o poder público municipal possui maior número de representantes (24%), seguido da representação federal (10%) e estadual (6%).

IDENTIDADE TERRITORIAL

O que é a identidade de alguém? De quê é formada a identidade de um lugar? Pra que serve ter identidade? Para Castells (1999 apud PERICO, 2009),

“a construção de identidades se vale da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e pelas fantasias pessoais, pelas pompas do poder e por revelações de cunho religioso. Com certeza, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados na estrutura social, assim como em função da percepção que tem sobre o tempo/espaço”.

Para Kegler e Froehlich (2011) a identidade é formada por um processo de afirmação *versus* distinção dos indivíduos que parte da interdependência das relações sociais, que são estabelecidas em torno de sistemas de significação que podem ser partilhados e, assim, constituir agrupamentos sociais.

A SDT considera a identidade uma característica do território, relacionando-a com suas origens, com os modos de ocupação do espaço e com o contexto social construído. Definida como um elemento aglutinador, a identidade territorial facilita a construção de um futuro mais solidário e interdependente, onde se reconhece e se valoriza a diversidade, a coesão de princípios, a mediação de interesses e a convergência de dinâmicas sociais, culturais e econômicas (BRASIL, 2011 a).

Agricultura familiar: a identidade do Território da Transamazônica

Segundo a pesquisa realizada com os 67 membros do CODETER a identidade do Colegiado Territorial é classificada, dentro dos sete fatores determinantes, como agricultura familiar. Buscando compreender tal classificação, nos deteremos a discutir elementos considerados essenciais para a análise.



A Figura 01 ilustra os resultados agrupados para cada indicador de identidade. No sentido horário, com valores decrescentes, destaca os índices com maiores relevância: agricultura familiar e ambiente, 0,817 e 0,812 respectivamente.

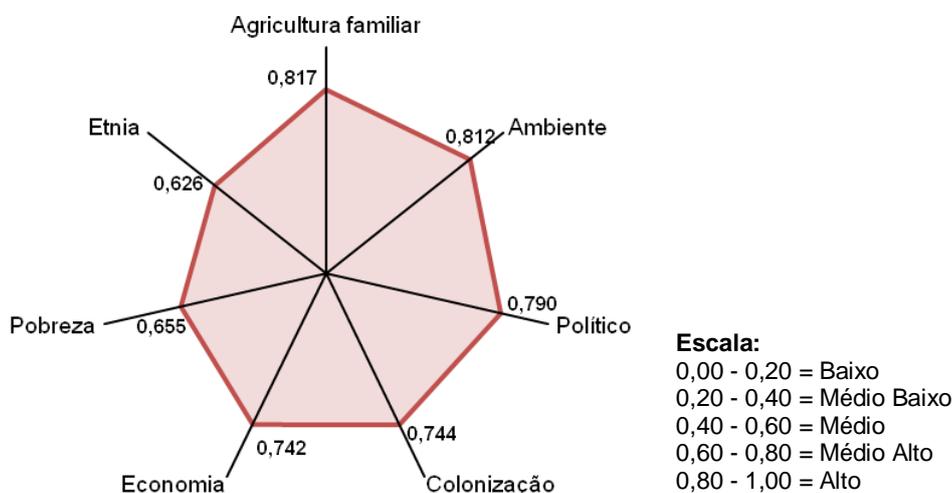


Figura 01 – Indicadores de identidade do CODETER da Transamazônica, 2011.

Entendemos que os quatro primeiros fatores elencados por esta pesquisa – Agricultura familiar, Meio Ambiente, Político e Colonização – estão intimamente ligados por fatores históricos que fazem destes um conjunto indispensável para o entendimento da formação socioeconômica do território e de futuras intervenções. Verifica-se que o fator ambiental, o segundo mais evidente, poderia ter recebido maior destaque pelos entrevistados se a referida pesquisa tivesse sido realizada há dois ou três anos, momento de intensos conflitos ambientais, resultados de ações oficiais como a Operação Arco de Fogo, dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça. Como exemplo, algumas lideranças políticas analisam o enfraquecimento do Partido dos Trabalhadores no território a partir das eleições de 2008, resultado da insatisfação da sociedade às formas como foi planejada e executada aquela operação.

O terceiro fator em destaque para a composição da identidade territorial foi o Político e este está relacionado com o quarto fator que é a Colonização/Ocupação do território. Como foram trabalhadores rurais, em sua maioria, ocupantes desta região, são eles os articuladores e integrantes das primeiras organizações sociais, justificando e caracterizando o porquê dos movimentos sociais do território estarem consolidados sobre uma base rural, formada principalmente por sindicatos e associações. A pauta política da região se iniciou e se consolidou a partir das lutas e reivindicações de melhorias para o campo, permanecendo até hoje, algumas reivindicações de quase



quatro décadas atrás, como: asfalto da Rodovia Transamazônica (BR 230), extensão rural, saúde e educação.

As atividades econômicas desenvolvidas no território se configuram na maior parte dentro do segmento agropecuário e extrativista. Recentes normas oficiais de uso ou conservação dos recursos naturais na Amazônia têm exercido influências sobre estilos de vida e produção de pequenos a grandes proprietários, principalmente no tocante a extração de madeira e queimadas. O potencial econômico desta região é diversificado, entretanto há grandes limitações, iniciando pelo asfaltamento daquela que deu origem a maior parte dos municípios do território, a Rodovia Transamazônica.

É claro que o tipo de colonização instalada, promoveu, ainda que sob duras provas, o estabelecimento de uma massa que tinha por objetivo viver do que produzisse. Mesmo que se tenha reduzido consideravelmente a produção de alimentos básicos para a população na última década, os agricultores familiares da região conseguem comercializar o que produzem e assim mantêm a economia territorial pautada nas atividades agropecuárias. Entretanto, faz-se necessário salientar que o desenvolvimento deste fator (Economia) está atrelado à resolução de importantes entraves: o ordenamento territorial a partir da regularização fundiária e ambiental.

O Índice de Desenvolvimento Sustentável³ (IDS) da Transamazônica calculado pelo Sistema de Gestão Estratégica (SGE) da SDT/MDA a partir de indicadores Político-Institucional, Cultural, Social, Econômico, Ambiental e Demográfico, encontra-se em nível crítico (Figura 02).

³ O IDS considera a multidimensionalidade do desenvolvimento e prevê a aferição de informações sobre as dimensões Político-Institucional, Cultural, Social, Econômico, Ambiental e Demográfico. Cada dimensão é um sub-índice, composto por variáveis de acordo com as características e importância. O IDS varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo o valor 1 (um) a melhor situação e, 0 (zero), a pior. O valor do IDS representa a situação geral de todo o sistema (territórios rurais) de tal forma que ao se aproximar de 1 (um), tem-se um melhor desempenho de desenvolvimento e sustentabilidade e, ao tender a zero, pior desempenho (BRASIL, 2011 b).



IDS: 0,303
Nível Crítico

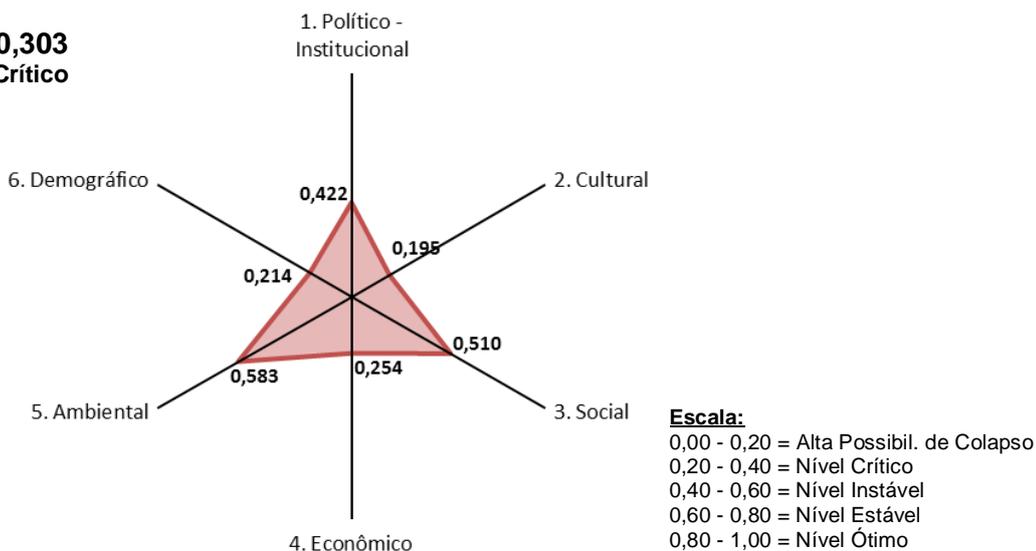


Figura 02 - Índice de Desenvolvimento Sustentável do Território da Transamazônica.
Fonte: SGE/MDA, 2011.

Os indicadores sociais, sub-índices do IDS apresentaram índices de 0,510, nível instável (Figura 03). Dos cinco componentes desse indicador o que mais chama atenção é o do IDH da educação e o número de leitos hospitalares, remetendo as antigas reivindicações da região.

Indic. Sociais: 0,510
Nível Instável

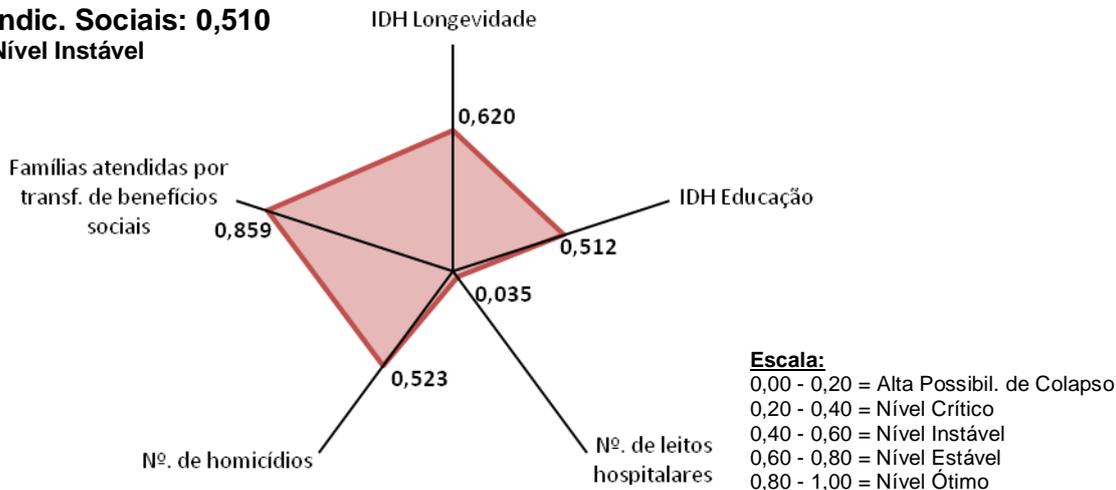


Figura 03 - Sub-índice de Indicadores Sociais do Território da Transamazônica.
Fonte: SGE/MDA, 2011.

Desde a sua formação até os dias atuais a presença de atores ligados à temática da agricultura familiar é acentuada nas organizações sociais da região, tendo sido estes os principais responsáveis por diversas conquistas regionais, tanto para o meio rural como o urbano. Por sua atuação, não é difícil compreender a importância para os



entrevistados a agricultura familiar para o desenvolvimento do território, sendo este o mais ressaltado para o planejamento de políticas públicas. Verifica-se, o que um dia foi analisado como limitação econômica, no presente é um vasto campo de possibilidades para a concretização de sonhos antigos, traçados ainda no início da década de 1970 quando da colonização oficial desse território, tendo a agricultura familiar apoio unânime, ou quase, nos diversos fóruns de discussão e planejamento.

A atual formação do CODETER da Transamazônica é composta em sua maioria por membros/instituições ligadas a temática da agricultura familiar. Ainda que seja classificado como território da cidadania, o colegiado territorial ainda cultiva fortes traços de ideologia do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Neste sentido, compreende-se a ligação e a significância da agricultura familiar para os membros do Colegiado. Este resultado já era esperado na pesquisa, pois é comum a tendência dos integrantes do Colegiado em priorizar questões relacionadas à sua área de atuação, de conhecimento e interesse.

Entendemos que a definição da identidade territorial pelos membros do CODETER como agricultura familiar deve-se em especial ao fato de que os entrevistados, aos seus modos, conseguem agregar todos indicadores analisado neste estudo (exceto a etnia), haja vista estarem intrínseco à realidade da agricultura familiar do território. Como mencionado anteriormente, esta é a própria identidade da maioria dos que vivem nesse território, seja ainda como agricultores ou como descendentes de uma geração de migrantes de vários pontos do país, que realizou ou ainda acredita na realização de expectativas de três ou quatro décadas atrás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, o quanto é significativo a agricultura familiar no território, mas também, constatamos que o Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Transamazônica (CODETER), tem em seus componentes os maiores defensores de políticas voltadas para essa categoria social. O próprio Núcleo Dirigente é coordenado pela Fundação Viver, Produzir e Preservar, instituição não governamental importante desde a década de 1980, quando em sua origem, organizou o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica, fundada por agricultores oriundos de diferentes regiões do país que vieram atraídos pela colonização na Amazônia. Contudo, a ausência de uma discussão mais pautada de outras categorias sociais, deixa uma lacuna muito



grande, ainda mais pela expressividade do número de etnias indígenas, extrativistas, pescadores e quilombolas na região. Essas populações, por sinal, são quem detém a gestão da maior parte da área do território, formando um complexo mosaico de áreas protegidas.

Sendo a agricultura familiar o que mais define a identidade do território da Transamazônica, apontamos algumas sugestões de pesquisa e que consideramos pelas análises, entraves ao desenvolvimento rural do Território da Transamazônica: a falta de regularização fundiária, cujos resultados refletem diretamente em insegurança social, econômica, direito de posse ou propriedade, geração de emprego e renda, acesso a políticas públicas diversas e etc. Se o problema existe ainda hoje nas áreas de colonização antiga dirigidas pelo INCRA, é muito mais elevado em áreas recentemente antropizadas ou mesmos regiões ribeirinhas e arquipélagos. Embora algumas tentativas de regularização fundiária tenham gerado resultados interessantes, inclusive com os recentes programas Arco Verde-Terra Legal, percebe-se que tiveram baixa agilidade e capacidade de atendimento. Em parte também tem apresentado resultados distantes da realidade do território.

A importância desse debate para o Território da Transamazônica pode se expressar na quantidade de vezes que a temática é discutida no âmbito do CODETER, estando presente direta ou indiretamente em todas as reuniões dos últimos seis anos. Justifica-se, portanto, a realização de estudos sobre os resultados gerados a partir da ausência de uma política universalizante de regularização fundiária, bem como para apresentar elementos relevantes à formatação de ações estratégicas para acelerar os processos, ações antecipatórias necessárias e resultados esperados a partir das realidades locais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Sistema de Gestão Estratégica: Identidade Territorial**. MDA/SDT: Brasília – DF, 2011 a.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Sistema de Gestão Estratégica: Índice de Desenvolvimento Sustentável**. MDA/SDT: Brasília-DF, 2011 b.

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_dou/PA2010.pdf>. Acesso em: 30 Jan. 2012.



KEGLER, J. Q. S.; FROELICH, J. M. **Mediatização e identidade territorial:** pressupostos teóricos para a análise das festividades e seus processos de mediação como construtores da identidade territorial no Brasil Meridional. *Mediaciones Sociales. Revista de Ciencias Sociales y de la Comunicación*, nº 8, pp. 97-124. 2011.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2009.

SANTOS, R.. **A História da ocupação na Amazônia.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

TAMER, A.. **Transamazônica.** Solução para 2001. Rio de Janeiro: APEC, 1970.



Avaliação da capacidade institucional do território da cidadania sudeste paraense.

Pedro Silvestre da Silva Campos¹
Ruth Helena Cristo Almeida²
Heriberto Wagner Amanajás Pena³
Joel Santana Sales⁴
Mário Henrique Nascimento dos Reis⁵

¹ M.Sc. em Estatística/Professor Assistente II/UFRA, E-mail: pedro.campos@ufra.edu.br

² M.Sc. em Sociologia/Professora Assistente I/UFRA, E-mail: ruth.almeida@ufra.edu.br

³ M.Sc. em Economia/Professor Assistente I/UEPA, E-mail: heripena@yahoo.com

⁴ Grad. em Pedagogia/Pedagogo/CAI – UFRA/SDT, E-mail: joel.sale@hotmail.com

⁵ Grad. em Agronomia/Agrônomo/ CAI – UFRA/SDT, E-mail: mreis04@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo avaliar as oportunidades e os problemas decorrentes da avaliação da Capacidade Institucional do Território da Cidadania Sudeste Paraense, no Estado do Pará composto por 14 municípios: Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins e Eldorado dos Carajás. Com base em revisão de literatura e em dados preliminares de projeto de pesquisa em andamento, o estudo enfoca particularmente aspectos como Gestão dos Colegiados, Capacidades Organizacionais, Serviços Institucionais, Instrumentos de Gestão Municipal, Mecanismos de Solução de Conflitos, Infraestrutura Institucional e Iniciativas Comunitárias. A avaliação, preliminar, constata que os problemas são, em geral, maiores nos municípios que não apresentam tanta representação no território, embora possam ocorrer também em Marabá e Parauapebas com maior poder de atuação. Além disso, governos e organizações da sociedade civil representam papel importante na gestão do território, embora esta relação esteja desequilibrada. Conclui-se que o principal desafio na relação dos indicadores da Capacidade Institucional é entender quais são os pontos afins e conflitantes e a criação de um esforço político, institucional e organizacional para que de fato o propósito do Ministério do Desenvolvimento Agrário seja cumprido.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural, Ações governamentais, Sociedade civil, Sustentabilidade.



Apresentação do tema

Segundo Bonnal e Maluf (2009) a reorganização dos movimentos sociais agrícolas e rurais, com progressiva integração entre eles resultando em uma força reivindicatória independente. Esta reorganização propicia a criação de condições de negociação com o poder público em busca de melhorias e avanços na gestão dos recursos.

Em 2008 o Governo Federal criou os **Territórios da Cidadania** no Brasil, com o intuito de facilitar o planejamento de ações governamentais e, priorizar nas regiões menos desenvolvidas, investimentos públicos e privados, que ao longo do tempo não foram suficientes para garantir o atendimento às necessidades básicas e essenciais da população.

Avaliar Capacidade Institucional (CI) de um território da cidadania é avaliar as condições e recursos disponíveis às estruturas organizativas deste e as organizações autônomas da sociedade civil e de representação estatal/social, para a gestão social das políticas públicas, bem como para a execução dos seus projetos.

Neste sentido, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio do Sistema de Gestão Estratégica (SGE) da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e das Células de Avaliação e Informação (CAI), realiza por meio de instituições de Ensino Superior, a avaliação da Capacidade Institucional (CI) de um território, a partir da organização da gestão dos mesmos, pois entende que a compreensão das Capacidades Institucionais deve considerar as principais áreas de desenvolvimento institucional referidas aos territórios no marco da política de desenvolvimento rural sustentável.

Este trabalho irá avaliar a Capacidade Institucional do Território da Cidadania Sudeste Paraense, no Estado do Pará, que abrange uma área total de 54.469,20 Km² e população de 634.891 habitantes (IBGE, 2010) e é composto por 14 municípios: Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins e Eldorado dos Carajás.



Metodologia

A avaliação da capacidade institucional do Território da Cidadania Sudeste Paraense foi pautada nas observações e pesquisa de campo da Célula de Acompanhamento e Informação Sudeste Paraense UFRA/SDT (CAI Sudeste Paraense UFRA/SDT) e nos indicadores elaborados pela SDT do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) disponíveis no Sistema de Gestão Estratégica (SGE). Os instrumentos de coleta buscam informações nos municípios e nos diferenciados segmentos que compõem o território, representados no CODETER Sudeste Paraense.

Primeiramente foi feita a análise sobre as dimensões estabelecidas no SGE para avaliação da Capacidade Institucional territorial, que são: **Gestão dos Colegiados, Capacidades Organizacionais, Serviços Institucionais, Instrumentos de Gestão Municipal, Mecanismos de Solução de Conflitos, Infraestrutura Institucional e Iniciativas Comunitárias.**

Estas dimensões são mensuradas em uma escala padronizada range 0-1 (Fávero, 2009) e contribuem para o indicador de Capacidades Institucionais (CI) de forma homogênea, não se atribuindo peso a nenhuma dimensão, que é definido por (1)

$$CI = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n E_i$$

(1)

Onde:

CI: é o indicador de capacidade institucional; e

E_i: são as dimensões estabelecidas no SGE.

Depois foi realizada a análise em conjunto destas dimensões com indicadores de gestão compartilhada, no caso os conselhos constituídos, bem como com os indicadores populacionais obtidos no último censo. E assim, avaliar a Capacidade Institucional do Território da Cidadania Sudeste Paraense, segundo os dados disponibilizados no SGE e obtidos pela CAI Sudeste Paraense da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).



Resultados e discussões

A Capacidade Institucional (CI) do Território da Cidadania Sudeste Paraense é baseada nas informações adquiridas junto aos atores que atuam no território, os **Gestores Municipais e membro do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER)**. Estes gestores, por terem legitimada sua representatividade e por estarem alicerçados no aparato legal, lhes são conferido destaque nas ações dentro do território.

Os indicadores de CI utilizados estão dispostos na Tabela 01. Observa-se que os mesmos apresentam baixo desempenho no que se refere a elementos de gestão que podem ser considerados como importantes para o desenvolvimento sustentável do território. Sustentabilidade esta, que deve ser fruto do debate sobre a gestão das formas de exploração e desenvolvimento que devam ser adotadas pelos atores territoriais.

Observa-se que o indicador *Mecanismo de Solução de Conflitos* é da ordem de 0,333 e reflete a falta de capacidade e compromisso dos gestores municipais em solucionarem os conflitos na disputa por terra, que é histórica no território. Constatou-se que a solução destes conflitos em geral é feita por meio de órgãos estaduais ou federais.

Tabela 01: Indicadores de Capacidades Institucionais

Indicadores de Capacidades Institucionais	Escores	Classificação
1. Gestão dos Colegiados	0,557	Médio
2. Capacidades Organizacionais	0,494	Médio
3. Serviços Institucionais Disponíveis	0,268	Médio Baixo
4. Instrumentos de Gestão Municipal	0,518	Médio
5. Mecanismos de Solução de Conflitos	0,333	Médio Baixo
6. Infraestrutura Institucional	0,795	Médio Alto
7. Iniciativas Comunitárias	0,330	Médio Baixo

Fonte: SGE/CAI Sudeste Paraense -UFRA

A CAI-UFRA identificou que a instalação e funcionamento dos conselhos, dar-se-ão de forma, essencialmente normativa, ao invés de ser um local que oportunize a gestão social de forma participativa dos municípios que compõem o território. Percebe-se que o funcionamento dos conselhos é desigual no território (Tabela 02).



Tabela 02: Conselhos constituídos e ativos no Território

Municípios	Conselhos Municipais			
	CMDRS	Educação	Saúde	Meio Ambiente
Bom Jesus do Tocantins	-	-	-	-
Brejo Grande do Araguaia	-	-	-	-
Canaã dos Carajás	1	1	1	1
Curionópolis	-	-	-	-
Eldorado dos Carajás	-	-	-	-
Itupiranga	-	-	-	-
Marabá	-	-	-	-
Nova Ipixuna	-	1	1	1
Palestina do Pará	-	-	1	-
Parauapebas	1	1	1	1
Piçarra	1	1	1	1
São Domingos do Araguaia	1	1	1	1
São Geraldo do Araguaia	1	1	1	1
São João do Araguaia	1	1	1	1
TOTAL TERRITÓRIO	6	7	8	7

Fonte: CAI Sudeste Paraense -UFRA

A reduzida partilha da gestão de ações e atribuições no território por parte da sociedade civil e dos entes governamentais constituídos pode ser evidenciada pela desigualdade da presença de conselhos (Tabela 02), em torno de **43%** dos municípios estão com os principais conselhos constituídos, que reforça a pouca partilha na gestão.

Em geral, a gestão é feita pelos prefeitos e/ou seus secretários que acabam por deliberar, sobre as questões em debate, aplicação de recursos e investimentos nos municípios, mantendo assim a hegemonia do seu domínio.

Os valores expressivos nos indicadores de CI do território, Capacidades Organizacionais, Instrumentos de Gestão Municipal e Infraestrutura Institucional, da ordem de 0,94, 0,518 e 0,795, respectivamente, demonstram o nível de organização municipal, no campo administrativo. Mas é contrastada, quando se observa o indicador Serviços Institucionais Disponíveis, da ordem de 0,268, que traduz as poucas ações voltadas para a otimização das atividades produtivas no território.

O indicador Iniciativa Comunitárias da ordem de 0,330 traz à luz da pesquisa a falta de incentivo por parte do poder público municipal para que seus atores tenham a iniciativa de buscar ações que provoquem a melhoria no território. Segundo Castro e Simões (2010), outro aspecto é que as ações dos Territórios da Cidadania são deliberadas pelos ministérios a partir de seus planejamentos e orçamentos para o Brasil.



Assim, as ações e os recursos disponíveis para cada ação chegam para o colegiado definidos, inibindo assim iniciativas comunitárias.

A CAI Sudeste Paraense-UFRA identificou que as cidades de Marabá e Parauapebas se apresentam no atual contexto como cidades aglutinadoras de projetos de investimentos com impactos socioeconômicos significativos dentro do Território, sendo as que apresentam a alta densidade demográfica destas cidades (Tabela 03) e com isto tornam-se também polos de desenvolvimento e catalisadoras de demandas sociais e econômicas para o Território.

Tabela 03: População dos municípios que compõem o Território

Municípios	População	Área (km²)	Densidade demográfica (hab/km²)
Bom Jesus do Tocantins	15.298	2.816,496	5.43
Brejo Grande do Araguaia	7.317	1.288,473	5.68
Canaã dos Carajás	26.716	3.146,397	8.49
Curionópolis	18.288	2.368,735	7.72
Eldorado dos Carajás	31.786	2.956,727	10.75
Itupiranga	51.220	7.880,080	6.50
Marabá	233.669	15.128,368	15.45
Nova Ipixuna	14.645	1.564,178	9.36
Palestina do Pará	7.475	984,359	7.59
Parauapebas	153.908	6.957,318	22.12
Piçarra	12.697	3.312,650	3.83
São Domingos do Araguaia	23.130	1.392,457	16.61
São Geraldo do Araguaia	25.587	3.168,370	8.08
São João do Araguaia	13.155	1.279,887	10.28
TOTAL TERRITÓRIO	634.891	54.244,495	11.70

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

É perceptível a dependência espacial do desenvolvimento no Território da Cidadania Sudeste Paraense a estes polos de desenvolvimento, sendo que os demais municípios, em geral, têm seu desenvolvimento econômico e social, também alavancados por estes projetos. As demandas que surgem no Território solicitam da sociedade civil organizada e de órgãos públicos de gestão uma capacidade institucional maior para atender a estas demandas.

As cidades de Itupiranga, Piçarra e São João do Araguaia, destoam dos demais municípios do território por apresentarem maior parte da população localizada na zona rural, com proporções desta população da ordem de 60%, 71,80% e 80,34%, respectivamente (Tabela 04).



Tabela 04: População Rural e Urbana dos municípios que compõem o Território

Municípios	População	Rural		Urbana	
		Total	Relativa	Total	Relativa
Bom Jesus do Tocantins	15.298	7.14	46.67%	8.158	53.33%
Brejo Grande do Araguaia	7.317	3.009	41.12%	4.308	58.88%
Canaã dos Carajás	26.716	5.989	22.42%	20.727	77.58%
Curionópolis	18.288	5.758	31.49%	12.53	68.51%
Eldorado dos Carajás	31.786	15.208	47.84%	16.578	52.16%
Itupiranga	51.22	30.73	60.00%	20.49	40.00%
Marabá	233.669	47.399	20.28%	186.27	79.72%
Nova Ipixuna	14.645	6.919	47.24%	7.726	52.76%
Palestina do Pará	7.475	2.929	39.18%	4.546	60.82%
Parauapebas	153.908	15.218	9.89%	138.69	90.11%
Piçarra	12.697	9.116	71.80%	3.581	28.20%
São Domingos do Araguaia	23.13	7.876	34.05%	15.254	65.95%
São Geraldo do Araguaia	25.587	11.997	46.89%	13.59	53.11%
São João do Araguaia	13.155	10.569	80.34%	2.586	19.66%
TOTAL TERRITÓRIO	634.891	179.857	28.33%	455.034	71.67%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Considerações finais

A CAI Sudeste Paraense – UFRA conseguiu identificar alguns fatores que estão implicando em fragilidades no Território da Cidadania Sudeste Paraense e que precisam ser colocadas em pauta nas discussões locais para que o objetivo até então, planejado pelo MDA para os Territórios da Cidadania consigam ser implementados.

Destaca-se assim, alguns elementos de ordem política, organizacional e de gestão necessários e que precisam ser problematizados/resolvidos:

- 1) Necessidade de fortalecimento da gestão social participativa para que os conselhos funcionem de fato e não apenas de forma normativa;
- 2) Intensificação dos gestores públicos na solução de conflitos no território, que são históricos, desonerando assim órgãos estaduais ou federais;
- 3) Fomentar a estruturação (humana, física e administrativa) educacional e de saúde, deficiente e/ou ausente no meio rural por meio de parcerias com os agentes que atuam no território;
- 4) Diminuição da lacuna no que diz respeito à partilha da gestão de ações e atribuições no território por parte da sociedade civil e dos entes governamentais;



- 5) E finalmente, descentralizar os projetos de investimentos com impactos socioeconômicos significativos dentro do Território para outros municípios além de Marabá e Parauapebas.

Referências bibliográficas

BONNAL, P.; MALUF, R. S.. Políticas de Desenvolvimento Territorial e Multifuncionalidade da Agricultura Familiar no Brasil. In.: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Orgs). Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. 71-110p.

FÁVERO, P. L.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L. da; CHAN, B. L. *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico brasileiro do ano de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> > Acesso em : 30 jan. 2012.



GT 9 – As Políticas Públicas Territoriais e o Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil Contemporâneo

Desafios da política pública na construção territorial: o caso do Território Águas Emendadas no Programa Territórios da Cidadania

Moisés Villamil Balestro¹

Flávio Borges Botelho Filho²

João Paulo Ghesti³

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PROPAGA) e do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação nas Américas (CEPPAC) na Universidade de Brasília e membro do Núcleo de Estudos Agrários (NEAGRI).

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PROPAGA) na Universidade de Brasília e membro do Núcleo de Estudos Agrários (NEAGRI).

³ Mestrando do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação nas Américas (CEPPAC) na Universidade de Brasília e membro do Núcleo de Estudos Agrários (NEAGRI).

Resumo

Este trabalho apresenta reflexões preliminares sobre os limites e desafios de políticas de desenvolvimento territorial na construção do território. Para isso, é analisada a experiência do Território Águas Emendadas (DF/GO/MG). A quase ausência de uma identidade territorial e a baixa capacidade de construção de ação coletiva colocam um desafio para a implementação da política neste Território. Uma das lições da experiência do Território Águas Emendadas é a necessidade da política pública de desenvolvimento territorial levar em consideração componentes e ações específicas para o desenvolvimento das capacidades envolvidas na construção da ação coletiva.

Palavras-chave: ação coletiva, política pública, desenvolvimento territorial



Introdução

As políticas públicas de desenvolvimento territorial ensejam relações complexas entre Estado e sociedade. Um aspecto crucial desta complexidade tem a ver com as possibilidades de uma política pública federal contribuir para a construção institucional de um território carente de construção identitária prévia. Em que medida uma política de desenvolvimento territorial com processo de implementação bastante homogêneo e cujo objetivo principal é garantir a participação da sociedade civil organizada no processo decisório sobre os investimentos do governo federal em diferentes áreas poderá incidir na construção da ação coletiva dos vários atores sociais e econômicos que compõem o território constitui o desafio do Território Águas Emendadas.

O Território Águas Emendadas tem uma como das características o envolvimento de três unidades da federação, incluindo a particularidade de inserir municípios bastante próximos da capital federal. Neste sentido, a mesorregião do território incorpora uma agenda de problemas derivados do impacto da metrópole no ordenamento político, social e econômico ausentes da agenda dos problemas a serem tratados na política pública de desenvolvimento territorial do Programa Territórios da Cidadania.

Essa particularidade da região de ser uma região metropolitana que influencia e atua como centro político e econômico e social no processo regional cria uma dinâmica nesse espaço que rompe com as tradicionais visões de desenvolvimento rural, da agricultura familiar e da organização social. A presença da metrópole interage e tem um papel dominante com sua região periférica.

Com base nos dados e análises da Célula de Acompanhamento do Território Águas Emendadas, o artigo apresenta algumas reflexões sobre os dilemas da construção territorial e da participação do Estado nesta construção. O artigo está dividido em três partes. A primeira apresenta o contexto do Programa Territórios da Cidadania e, especificamente, no Território Águas Emendadas. A segunda parte tece algumas reflexões sobre o desafio da política pública de desenvolvimento territorial na construção do Território Águas Emendadas. Por fim, são feitas considerações finais e apresentadas perspectivas de aprofundamento do trabalho. Vale lembrar que se trata de um trabalho em andamento.



Política de desenvolvimento territorial no Território das Águas Emendadas

A nova lógica geopolítica esboçada no Brasil, em 1980, a partir da região Centro-Oeste conferiu um papel estratégico à região, ao incorporá-la definitivamente à dinâmica capitalista do país. Esse novo mapa da economia brasileira ou nova geografia econômica inclui elementos tais como o posicionamento geográfico, a economia urbano-regional, a biodiversidade e a intervenção estatal (GUEDES & NATAL, 1997, apud STEINBERGER, 2000). A partir da segunda metade do século XX, essa região geográfica ganhou destaque por abrigar Brasília, a nova capital da República, e por ter se transformado em “celeiro nacional”, devido à maciça ação estatal que induziu um modelo de ocupação próprio (STEINBERGER, 2000).

Segundo a autora, o Centro-Oeste vem assumindo cada vez mais a marca de uma macrorregião que sintetiza o próprio Brasil, ou seja, uma região de síntese nacional, cujo core é o Distrito Federal, tanto pela sua posição geográfica de centralidade nacional, quanto pela sua configuração como ponto de encontro num processo de construção de unidade regional. Além das características adquiridas a partir da continuada intervenção estatal, a região apresenta características intrínsecas ao espaço fisiográfico, como, por exemplo, a sua localização no Planalto Central, que abriga o centro de dispersão de águas em uma área do Distrito Federal conhecida como Águas Emendadas, onde estão as nascentes de córregos e rios pertencentes às três grandes bacias hidrográficas da América do Sul: Amazônia, São Francisco e Platina.

Em resposta à demanda de redução das disparidades sociais e regionais, com a criação do Ministério da Integração Nacional (MI), a questão da integração nacional e do desenvolvimento regional é retomada como prioridade na agenda do Governo brasileiro. Neste contexto de ações de integração e de desenvolvimento regional, novas regionalizações com escalas espaciais diferenciadas das tradicionais macrorregiões ganham importância; surgindo as mesorregiões diferenciadas como espaços subnacionais de confluência entre dois ou mais estados. Dessa forma, é criada a mesorregião de Águas Emendadas, com 76 municípios pertencentes ao Estado de Goiás e 23, ao Estado de Minas Gerais; totalizando uma população de aproximadamente 1,8 milhão de pessoas. Com a mudança da capital do país para Brasília e a expansão da fronteira agrícola em direção ao



Centro-Oeste, a região tem experimentado um novo dinamismo à sua dinâmica sócio-econômica. Nestas últimas décadas, a Meso-região tem atraído fluxos migratórios significativos, como no caso da área do entorno do Distrito Federal, que, na década de 90, apresentou um crescimento populacional da ordem de 65%.

A economia da mesorregião de Águas Emendadas, fortemente influenciada pela dinâmica econômica do Distrito Federal, tem como setores mais importantes o de serviços e o agropecuário, destacando-se a produção de grãos em grandes estabelecimentos agrícolas, com a incorporação de investimentos significativos em modernização; existindo forte concentração de renda na mesorregião, onde mais da metade dos chefes de família tem renda mensal de até um salário mínimo. Segundo dados do MI, o baixo nível de renda reflete não só a baixa capacidade de geração de empregos formais, mas também o baixo nível de escolaridade da população, cuja taxa de analfabetismo da quase totalidade dos municípios é maior que 15 anos, sendo mais elevada que as respectivas taxas médias estaduais e nacional.

Atualmente, a mesorregião possui um caráter predominantemente urbano, com pressão crescente sobre a oferta de serviços de infra-estrutura social básica, como saneamento, abastecimento de água, educação e saúde; sendo que os fluxos migratórios crescentes, a alta dependência econômica dos municípios em relação ao Distrito Federal e a baixa capacidade de arrecadação destes com reflexos negativos sobre a oferta de serviços públicos ressaltam a importância de ações cooperativas entre os municípios integrantes dessa mesorregião.

Em fevereiro de 2008, tendo como base o PRONAT, é lançado o Programa Territórios da Cidadania, no qual, num primeiro momento, foram incluídos 60 territórios do Programa Territórios Rurais com os menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH, e baixo dinamismo econômico (FAVARETO, 2009); com o objetivo de superar a pobreza e as desigualdades sociais no meio rural, incluindo as de gênero, raça e etnia por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável com a integração de políticas públicas a partir de planejamento territorial; a ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas; a ampliação da oferta e universalização de programas básicos de cidadania; e a inclusão produtiva das populações pobres e segmentos sociais mais desiguais, tais como trabalhadores rurais, quilombolas e indígenas.



O Programa Territórios da Cidadania é parte do esforço conjunto do Governo Federal para priorizar suas ações em regiões e sub-regiões onde os investimentos públicos e privados não têm sido suficientes para garantir o atendimento às necessidades básicas da população, bem como para acelerar processos locais e sub-regionais que ampliem as oportunidades de geração de renda de maneira desconcentrada e com a observância da sustentabilidade em todas as suas dimensões (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010). Dentre os 120 Territórios de Cidadania atendidos pelo Programa, está incluso o Território da Cidadania Das Águas Emendadas (DF/GO/MG), que abrange uma área de 37.721,70 Km² e é composto por 11 municípios: Água Fria de Goiás, Buritis, Cabeceira Grande, Cabeceiras, Formosa, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Planaltina, Vila Boa, Brasília e Unai; sendo sua população total de 2.769.373 habitantes, dos quais 52.966 vivem na área rural. Para 2010 o Governo Federal possui uma matriz de 101 ações que estão sendo executadas no Território, totalizando R\$ 753.337.732,34 em investimentos; conforme dados do Portal da Cidadania.

Estas ações incluem a construção de um sistema de monitoramento, controle, acompanhamento e avaliação, que é um instrumento fundamental para a gestão e para a tomada de decisões, subsidiando o processo com informações que poderão instrumentalizar as tomadas de decisão; informar as institucionalidades territoriais, fazendo da informação um elemento de auto-gestão e empoderamento; monitorar, acompanhar e avaliar as ações a serem implementadas e o desenvolvimento dos territórios; articular os agentes e mantê-los informados; e prestar contas aos setores públicos e privados que controlam as atividades de Governo. Os indicadores derivados deste sistema deverão refletir os processos de implementação, de gestão e de desenvolvimento sustentável dos territórios e controlar as ações, os resultados dessas ações ao público alvo e também os impactos causados no desenvolvimento geral dos territórios (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010).

Desafios da política pública na construção do Território Águas Emendadas

O desenvolvimento territorial está ligado a uma ação do Estado que se caracteriza por uma maior descentralização e permeabilidade ao diálogo e interação com outros atores no



desenho e na implementação das políticas públicas. Alguns elementos que contribuem para o desenvolvimento territorial, em sua relação com o Estado, têm a ver com o envolvimento de diferentes atores e instituições, com as complementaridades na utilização dos recursos tangíveis e intangíveis presentes no território, com a integração dos setores empresariais (assim como das conexões entre atividades econômicas rurais e urbanas) em uma dinâmica de aprendizado econômico e inovação. Além disso, o desenvolvimento territorial passa pela qualidade da inserção da articulação do território com as políticas nacionais e com o ambiente econômico em escala nacional e internacional.

Um dos problemas da abordagem territorial no contexto brasileiro tem a ver com a descentralização administrativa ter ocorrido no nível do município, como advertem Delgado e colegas (2007). Isso produziu uma duplicação de espaços de consulta e de participação e uma fragmentação das políticas públicas. Os resultados da pesquisa no Território corroboram essa assertiva. O Território das Águas Emendadas possui uma grande complexidade para a implementação de políticas de desenvolvimento territorial rural.

O primeiro aspecto delas tem a ver com o próprio conceito de território. Tanto na dimensão político-administrativa quanto na dimensão cultural, o Território não possui características comuns que permita uma unidade territorial. O segundo, resultante do primeiro, é o fato de ser o único território do Programa que se encontra vinculado a três estados da federação. Considerando os históricos problemas do federalismo brasileiro, as dificuldades de articulação política do poder público estadual no que diz respeito às ações para o território são ainda maiores. O terceiro aspecto tem a ver com o que se poderia chamar de dependência de trajetória de relações de poder profundamente assimétricas, de desenraizamento dos grupos sociais que ensejam uma baixa cultura associativa e criam sérios obstáculos para a construção de ações coletivas. Isso é particularmente verdadeiro quando se considera o funcionamento do próprio COTAE.

As relações assimétricas de poder são reforçadas pelo trabalho de Ávila, Sabourin e Duarte (2009) quando afirmam que a rede social dos técnicos possui bastante força. Uma das conseqüências é que essa rede permite acesso a fluxos decisórios quanto à alocação de recursos públicos fora do espaço formalmente constituído para a governança territorial. Isso acaba contribuindo para o esvaziamento das iniciativas do COTAE. Há uma espécie de tecnocracia que utiliza uma retórica de participação para legitimar seu poder decisório. É



verdade que isso contrasta com um dos resultados da pesquisa que aponta a maior capacidade de decisão nas organizações vinculadas à sociedade civil, com destaque para associações, sindicatos, organizações de agricultores familiares e movimentos sociais.

Um elemento chave para o desenvolvimento territorial parece ser como os ativos são utilizados, como os diferentes atores interagem e como as sinergias são exploradas em diferentes tipos de regiões. O mercado não parece resolver sozinho esse problema e a política pública tem um lugar para desempenhar (Vários, 2009).

Neste sentido, um suposto fundamental do enfoque territorial é a construção de uma concertação entre os diferentes atores e níveis de governo. Mais especificamente no âmbito deste projeto, para além dos conceitos de desenvolvimento e de território que orientam as políticas públicas no Brasil será fundamental entender as diferenças institucionais a partir da análise da relação entre os níveis de governo. Neste sentido, há quatro dimensões cruciais (Vários, 2007):

A distribuição de conhecimento entre as partes: os contratos de parcerias entre os governos local e nacional implicam uma transferência de conhecimento e habilidades. Algo que é especialmente relevante em função das diferenças nas capacidades organizacionais nos diferentes níveis de governo e entre os diferentes estados da federação.

A complexidade do domínio da política: quanto maior o escopo do contrato de parceria, maior é a dificuldade de antecipar todas as atribuições e atividades de cada nível. Isto requer uma relação mais cooperativa para pactuar novas tarefas e objetivos, tornando especialmente relevante as regras, incentivos e sanções presentes na governança dos colegiados dos territórios.

O grau de interdependência entre as políticas nacionais e locais: o comprometimento bilateral deve ser o mais verificável possível com a possibilidade de uma terceira parte intervir em casos de conflito e pela construção de mecanismos que informem os cidadãos sobre o desempenho do processo cooperativo.

O contexto de 'enforcement' a partir do arcabouço institucional: é preciso levar em conta o grau de *accountability* do poder político e os mecanismos de garantia jurídica de cumprimento de contratos de cada contexto institucional.

Como ficou relevado na pesquisa, a agricultura familiar, os recursos naturais e as atividades econômicas da região figuram como os fatores mais importantes para a definição



dos limites e do futuro do Território das Águas Emendadas. No entanto, diferentemente de outros territórios, não há uma atividade econômica comum que possa ser um elemento diferenciador e agregador do território.

Coerentemente com os fatores apontados como de maior importância, as organizações que mais atuam nos municípios do território são as associações de agricultores familiares seguidas de sindicatos (vinculados ao meio rural). Merece destaque a atuação de associações de assentados de reforma agrária em cinco dos oito municípios. Vale lembrar que o atual presidente do Colegiado é vinculado a uma associação de assentados de reforma agrária. As organizações mais específicas como grupos de mulheres e de jovens estão pouco presentes. Isso contrasta com a importância conferida à organização das mulheres na produção e comercialização da agricultura familiar e nos assentamentos de reforma agrária.

Na **Tabela 1**, chama atenção que 24,4% dos respondentes não consegue estimar o número de vezes que o colegiado se reuniu e que aproximadamente um quarto (29,3%) afirma que o colegiado se reuniu mais de 20 vezes. Considerando que o tempo médio de pertencimento ao colegiado é de 47 meses, isso significa que uma média de uma reunião a cada dois meses e meio considerando 20 vezes. No entanto, o percentual cumulativo de frequência até 20 vezes 46,4%. Em conversas informais e reuniões com colegiado, percebeu-se uma grande dificuldade em obter quorum para as reuniões do colegiado.

Tabela 1: Ações desenvolvidas pelo Colegiado para projetos de desenvolvimento territorial (respostas múltiplas)

Tipo de ação	(%)
Análise de viabilidade técnica	27
Avaliação interna de mérito	9,8
Priorização e seleção com base em critérios	38,5
Disponibilização de especialistas nas áreas do projeto	11,5
Não sabe	13,1

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

Na **Tabela 2**, observa-se que as médias mais altas para a capacidade de decisão estão nas organizações vinculadas à sociedade civil. Há destaque para associações, sindicatos, organizações de agricultores familiares e movimentos sociais. De acordo com Ostrom (2003), algumas variáveis importantes com impacto no resultado da ação coletiva



são o número total de decisores, o número de participantes minimamente necessário para atingir o benefício coletivo, a semelhança dos interesses dos atores e a presença dos participantes com liderança substantiva ou outros ativos.

Tabela 2: Capacidade de decisão dos membros do Colegiado do Território.

Tipo de organização	Média aritmética*	Desvio padrão*
Representantes do governo federal	3	1,4
Representantes do governo estadual	3	1,4
Representantes do governo municipal	3,4	1,2
Representantes dos agricultores familiares	3,7	1,2
Representantes de movimentos sociais	3,7	1
Representantes de comunidades tradicionais	3	1,6
Representantes de associações e sindicatos	3,8	1,1
Representantes de organizações não-governamentais	3,5	1,2
Representantes de universidades	2,8	1,4
Representantes de entidades colegiadas	3,5	1,13

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB) * Média aritmética de '1' "Muito Baixa" a '5' "Muito Alta".

As variáveis de Ostrom (2003) ajudam a explicar os problemas associados ao desempenho do colegiado, tais como a baixa participação dos produtores, a pouca participação dos gestores públicos e a baixa capacidade técnica para avaliação de projetos. Como visto anteriormente na identidade territorial, a agricultura familiar é colocada como o fator mais importante para a definição dos objetivos de desenvolvimento e para a discussão do futuro do território.

A **Tabela 3** mostra que os principais temas tratados no colegiado estão relacionados com temas cruciais para o fortalecimento da agricultura familiar; os projetos de investimento, a reforma agrária, infra-estrutura e o desenvolvimento agropecuário.

Tabela 3: Frequência de temas tratados no Colegiado.

Tipo de organização	Média aritmética*	Desvio padrão*
Desenvolvimento agropecuário	3,8	1,7
Saúde	2,9	1,4
Meio Ambiente	3,5	1,4
Assuntos políticos	3,4	1,4
Segurança	3	1,9
Educação	3,4	1,5
Justiça	3,4	2,3
Infra-estrutura	4	1,5
Cultura	3	1,8



Lazer	2,8	1,9
Planejamento	3,9	1,7
Projetos	4,4	1,3
Controle Social	3,4	1,8
Cidadania e inclusão social	3,7	1,6
Gênero, raça e etnia	3,4	2
Reforma agrária	4,2	1,3

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB) * Média aritmética de '1' "Nunca é tratado" a '5' "Sempre é tratado".

Também vale contrastar esse dado com o fato de a comunicação e as reuniões comunitárias serem os meios de comunicação mais utilizados para comunicar as decisões do colegiado à comunidade. A dificuldade de mobilização dos beneficiários para uma maior participação nos projetos parece ser congruente com outros resultados qualitativos da pesquisa, sinalizando uma dificuldade crônica de articulação dos demais atores e a forte concentração de poder decisório nas mãos de poucos atores.

De forma cumulativa, para ambos os grupos, a avaliação do acesso ao mercado está regular para pior com 60,9% e 58% respectivamente, como mostra a **Tabela 4**. Isso é consistente com o problema de comercialização da agricultura familiar identificado em outras pesquisas e pela própria literatura.

Tabela 4: Situação de acesso ao mercado

Categoria de resposta	Menos de 4 Módulos (%)	Acima de 4 Módulos (%)
Péssima	6,6	4,0
Ruim	19,9	28,0
Regular	34,4	26,0
Boa	32,5	38,0
Ótima	6,6	4,0

Fonte: Pesquisa de Campo da Célula de Acompanhamento do Território das Águas Emendadas (NEAGRI-UnB)

Quando não está sob a coordenação dos contratos com empresas agroindustriais e cerealistas, o acesso ao mercado para a agricultura familiar é bastante dependente de soluções coletivas associadas a insumos coletivos (centros de armazenagem e de distribuição, veículos para transporte dos produtos entre outros) e bens públicos tais como



estradas, energia, infraestrutura de comunicação. Poderia ser feito um paralelo com os bens comuns mencionados por Ostrom. De acordo com ela (apud Botelho e Pereira, 2011), a existência de diversos tipos de bens públicos afeta a escolha do tipo de governança e influencia a ação coletiva.

Para os bens e serviços caracterizados como *common pool resources* a cooperação obtida na ação coletiva poderá potencializar os resultados. Ostrom (2003) também lembra sobre a necessidade de levar em consideração o ambiente político e seu impacto na auto-organização e auto-governança dos grupos que gerem bens comuns, como é o caso da maioria dos *soi disant* ativos do território. Neste sentido, as características do desenho e da implementação da política pública possuem afetam a construção das regras e o provimento de incentivos para a construção de ação coletiva. No caso do COTAE a indefinição da identidade e as dificuldades existentes para a participação no processo de comunicação interna entre os atores do Conselho restringem a possível oferta de bens e serviços públicos.

A experiência do Território Águas Emendadas revela que o debate e a disputa entre os atores sobre os quais serão os objetivos e metas de ação coletiva por meio da aplicação dos recursos disponíveis não se realizam de forma transparente. As redes sociais dos atores mais dotados de recursos de capital econômico e simbólico e a baixa capacidade de construção de ação coletiva dificultam a transparência da ação dos atores nas decisões tomadas. A confiança e a reciprocidade para a cooperação são carentes na busca de um desenvolvimento efetivo do território em construção.



Considerações finais

A sociedade civil e seus movimentos sociais que participam do Conselho do território Águas Emendadas não criam as condições para dar organicidade ao movimento regional. Apenas alguns segmentos da sociedade civil organizada estão envolvidos com o processo, dificultando a constituição e legitimidade do conselho. A presença não é constante, tanto dos atores governamentais quanto dos atores da sociedade civil. Os representantes da sociedade civil carecem de recursos econômicos e sociais (redes de apoio técnicas e políticas) para sustentar as atividades necessárias para construir uma instituição com presença ativa e peso decisório na política regional.

O tempo no processo social aqui é muito importante. A noção de trajetória tem um papel decisivo no entendimento da ação regional. Trata-se de uma nova aglomeração que evoluiu muito rapidamente. A mesorregião em torno de Brasília teve uma ocupação, transposição e criação de um conglomerado urbano-metropolitano em espaço que antes era uma zona de cerrado de exploração pecuária com uma densidade populacional rarefeita.

Uma das lições da experiência do Território Águas Emendadas é a necessidade da política pública de desenvolvimento territorial levar em consideração componentes e ações específicas para o desenvolvimento das capacidades envolvidas na construção da ação coletiva. Cooperação e ação coletiva implicam um processo de aprendizado que pode ser catalisado pela ação do Estado quando corretamente orientado pela teoria e pelas ferramentas que ajudam a desenvolver capacidades de construção de ação coletiva. Como pesquisa futura, um caminho profícuo é tentar reproduzir os estudos conduzidos por Ostrom (2003) sobre a auto-organização e a auto-governança dos recursos e ativos comuns no contexto dos territórios da cidadania. Isso possibilitaria que uma política pública federal se transformasse potencializasse a construção coletiva de baixo para cima (*bottom-up*).



Referências bibliográficas

ÁVILA, M. L.; SABOURIN, E. e DUARTE, L. G. Governança e ação pública territorial de desenvolvimento rural: o caso do Território das Águas Emendadas, Working Paper, 2009.

BOTELHO FILHO, Flávio Borges & PEREIRA, Violeta de Faria. **Das Políticas Públicas de Desenvolvimento Local Rural aos Territórios da Cidadania no Brasil**. In: 17º CONGRESSO DA APDR. 5º CONGRESSO DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZAa. Bragança-Zamora, 2011. p. 1-10.

DELGADO, N. G.; BONNAL, P. e LEITE, S.P. Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais, Rio de Janeiro, Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura, 2007. DURÃES, Oscar Reis. **Raízes e Culturas de Buritis no Sertão Urucuiano**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1996.

FAVARETO, Arilson. **Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil**. Rimisp – Centro Latinoamericano para El Desarrollo Rural. Santiago, Chile, 2009. Disponível em

http://www.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/N26_2009_Favareto_catastro-politicas-desenvolvimento-territorial-Brasil_PORT.pdf>.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Mesorregião de Águas Emendadas**. Disponível em: < http://www.mesosul.org.br/nou-rau/document/get.php/169/mesorregiao_aguas_emendadas.pdf>. Acesso em: Agosto 2011

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Secretaria de Desenvolvimento Territorial**. Brasília. 2011. Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/sdt/programas//territoriosrurais>. Acesso em: Agosto 2011

_____. **Territórios da Cidadania: Proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para Redução da Desigualdade Social no Meio Rural Brasileiro**. Disponível em: <http://www.cpact.embrapa.br/forum/11_06_07.pdf>. Acesso em: Agosto 2011

OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action: political economy of institutions and decisions*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

STEINBERGER, Marília. **Região Centro-Oeste: uma visão geopolítica**. Sociedade e Cultura, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 31-49. Universidade Federal de Goiás. Brasil.





Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/703/70312129003.pdf>. Acesso em:
Agosto 2011

VÁRIOS, Linking regions and central governments: contracts for regional developments, Paris, OECD, 2007. VÁRIOS, Regions matter: economic recovery, innovation and sustainable growth, Paris, OECD, 2009.

VÁRIOS, Relatório da Célula de Acompanhamento do Desenvolvimento Territorial e das Ações do Programa Territórios da Cidadania no Território das Águas Emendadas (DF/GO/MG), Brasília, Núcleo de Estudos Agrários – NEAGRI - UnB, 2011.





GT9 - As Políticas Públicas Territoriais e o Desenvolvimento Rural Sustentável no
Brasil Contemporâneo

**Desenvolvimento rural e gestão territorial: análise comparativa entre os territórios
do Litoral Norte e do Alto Sertão de Alagoas**

Paulo Décio de Arruda Mello¹
Anne Rafaela Telmira Santos²
Cícero Ferreira de Albuquerque³
Ionaldo de Carvalho Galvão⁴
Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa⁵
Maria do Carmo Vieira⁶

¹ Doutor em Sociologia/ Professor/ Universidade Federal de Alagoas (Programa de Pós - Graduação de em Ciências Sociais), E-mail: padeam@uol.com.br

² Bacharel em Ciências Sociais/ Grupo de Pesquisa Cidadania e Políticas Públicas (Universidade Federal de Alagoas). E-mail: annerafa_2@hotmail.com

³ Mestre em Sociologia/ Professor/Universidade Federal de Alagoas (Campus Arapiraca-Palmeiras dos Índios). E-mail: cicerofalbuquerque@hotmail.com

⁴ Bacharel em Pedagogia, E-mail: ionaldo@hotmail.com

⁵ Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento/Professor/Universidade Federal de Alagoas, (Campus Sertão- Santana de Ipanema), lucianocbgb@hotmail.com

⁶ Doutora em Sociologia/Professora colaboradora/Universidade Federal de Alagoas, E-mail: carmo.v703@hotmail.com

Resumo

O trabalho realiza uma primeira análise comparativa entre dois territórios na base federativa de Alagoas - do Litoral Norte e o do Alto Sertão - acerca de possibilidades e limitações de atores locais na participação de ações de políticas públicas em prol da agricultura familiar. Para tanto, toma por base literatura especializada existente, dados de pesquisas já levantados na construção do Sistema de Gestão Estratégica (SGE), conforme metodologia apresentada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e realizada através do projeto de extensão universitária “Desenvolvimento Rural e Gestão Estratégica” (Universidade Federal de Alagoas – Ufal/ MDA/CNPq). Destaca questões identitárias e participativas diante de aspectos mercadológicos e institucionais na construção de novos processos de ação pública.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural, Gestão Territorial, Políticas Públicas, Territórios, Alagoas.



O presente trabalho busca desenvolver uma primeira análise comparativa entre dois territórios - do Litoral Norte e do Alto Sertão -, ambos na base federativa de Alagoas, acerca de possibilidades e limitações na participação dos atores locais em ações de políticas públicas em prol da agricultura familiar.

Para tanto, toma por base literatura especializada existente, dados de pesquisa já levantados na construção do *Sistema de Gestão Estratégia* (SGE), conforme metodologia apresentada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), assim como da observação participante de técnicos *Células de Acompanhamento e Informação* (CAIs), professores colaboradores e demais membros que integram a equipe do projeto de extensão universitária “Desenvolvimento Rural e Gestão Estratégica” (Universidade Federal de Alagoas- Ufal/MDA/CNPq), junto as respectivas instâncias deliberativas - colegiados - dos referidos territórios.

Infelizmente, não caberá aqui uma discussão conceitual sobre “território”, reconhecidamente complexo e polêmico objeto interdisciplinar. Trata-se apenas de destacar, na perspectiva da teoria social, alguns aspectos de sua recente construção engajada nas lutas contra desigualdades sociais e mecanismos de dominação tradicionalmente existentes no mundo rural brasileiro.

Neste sentido, privilegiaremos a gestão social envolvendo sociedade civil e poder público nos mencionados territórios, diante não apenas de conhecidos aspectos como a concentração fundiária e das relações de poder dela derivada, responsáveis por históricas assimetrias e hierarquias sociais, bem como diante de recentes pressões mercadológicas e outras práticas políticas, levando-se em consideração aspectos identitários e participativos, orientados pelas seguintes questões: como transformar recentes experiências territorializadas de atores em políticas públicas? Afinal, atualmente estamos diante de uma diluição do papel do Estado ou da emergência de novos processos de construção da ação pública? (Bonnal&Piroux, 2011).

Após décadas de prevalência do discurso sobre desenvolvimento, não há lugar mais para inocência (Ribeiro, 2005). “Desenvolvimento” abriga diferentes visões e posições políticas, indo da perspectiva da acumulação econômica e concentração do poder a uma ênfase na redistribuição e na igualdade. No caso do brasileiro, sob diferentes concepções de modelos de desenvolvimento rural, temos projetos em concorrência. Na



realidade, tal situação leva a uma sobreposição de ações não devidamente articuladas, muitas vezes em disputas, que pulveriza recursos e energias.

De alguma maneira, tradicionais instituições do capitalismo e da democracia representativa parecem não conseguir mais expressar realidades emergentes das sociedades. Contudo, tampouco, apesar de inéditas manifestações na atualidade, visualiza suas substituições por algo vindo de sociedades em grande efervescência. Na verdade, falta uma articulação entre a crise do sistema político e a emergência de novas formas de participação. Com dois processos ocorrendo paralelamente, aprofunda-se a separação entre sociedade e política. Esta pode ser a essência da atual crise dos sistemas de representação.

Se medidas restritivas de ajuste estrutural atreladas ao “pensamento único”, “ao fim da história”, então esboçados como verdades num passado recente, fragilizaram-se diante de um cenário de incertezas advindo com a crise econômica mundial contemporânea; o modelo territorial, enquanto alternativa de mudança institucional para o mundo rural brasileiro, adotado partir de 2003, ainda é algo incipiente e que enfrenta muitos desafios na perspectiva de uma efetiva participação de atores locais no sentido de obstaculizar a reprodução de desigualdades.

Modelo enquanto alternativa de poder no campo do desenvolvimento, baseado em laços de pertencimento, contemplando não apenas a dimensão econômica, assim como ambiental e cultural com ênfase na participação de atores locais e na ação do Estado (Perico, 2009), sinalizando, então, para uma crescente elevação da capacidade de sujeitos políticos emergirem em seus ambientes locais com condições de controlarem seus próprios destinos, ou seja, o curso das ações que manterão ou modificarão suas vidas.

Ocorre que o modelo em foco foi sendo introduzido sem romper com tradicionais pilares de sustentação, tanto do modelo produtivista então hegemônico e articulado ao *agronegócio*, bem como da governança tradicional, na qual o exercício de poder fica limitado pela Constituição à União, aos estados e municípios.

No plano federal, com os governos de coalização, fórmula de presidencialismo praticada por diversas gestões no Brasil após o regime ditatorial, diferentes interesses acerca da organização da agricultura brasileira foram trazidos para o âmbito do Estado. Desde então, desenvolveu-se uma intrincada arena política de “dramas desenvolvimentistas”, que passa pela disputa de cargos, programas e crédito público,



notadamente através da execução de projetos com suas dotações orçamentárias. Foi sob tal arranjo político que o executivo federal num determinado momento introduziu, depois redimensionou e mantém dois ministérios para o “rural”, comportando diferentes expectativas, ficando um principalmente focado nas demandas patronais (Ministério da Agricultura) e outro nas da agricultura familiar (Ministério do Desenvolvimento Agrário), ou seja, duas estruturas com seus “públicos-alvo” próprios, demandas específicas e até mesmo, em muitos aspectos, antagônicas. Assim, se, por um lado, são mantidos os objetivos e as racionalidades de tradicionais planejadores de plantão; por outro, abriam-se novas possibilidades políticas e institucionais para outros. Sob tais circunstâncias, instala-se não apenas uma dicotomia, mas uma luta ao mesmo tempo acirrada e dissimulada, já que burocracias também formam campo de poder.

Com tudo isto, vem sendo tecido na perspectiva do desenvolvimento rural brasileiro, um campo de poder “como espaço objetivo de um jogo” no sentido atribuído por Bourdieu (1974), via uma série de relacionamentos, que se baseia em diversos valores e práticas, através de diferentes atores, instituições, discursos, interesses e forças em tensão, ou seja, travando-se uma luta quase surda por ações e recursos.

Contudo, enquanto os projetos de grande-escala, aqueles respaldados em poderosas instituições governamentais de nível nacional e multilaterais, agências financeiras e corporações internacionais obtém êxito na conquista de diversas modalidades de apoio estatal, aqueles emergentes das demandas, bandeiras de lutas, mobilizações e pressões de movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais, cooperativas de pequenos produtores e projetos solidários não conseguem sequer reduzir a enorme defasagem existente na concessão de crédito para ambos. Neste aspecto, tomando por base apenas nos últimos Planos de Safras, os estabelecimentos familiares, ainda esteio tanto da segurança e como da soberania alimentar do país, assegurando aproximadamente 65 % da produção destinada ao consumo interno, são contemplados com 15% dos valores disponibilizados para o agronegócio. Assim sendo, a regulação pública no Brasil continua sendo desigual diante da correlação de interesses e das forças políticas que dão suporte ao confronto entre *agronegócio versus agricultura familiar*. Em decorrência, sob constantes pressões de ajustes estruturais, são os instrumentos do comércio internacional que determinam efetivamente os cenários de gestão, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), os blocos econômicos, tratados e acordos de livre comércio, atropelando interesses e deliberações de atores locais. Enfim, o



campo do desenvolvimento ainda privilegia valores e práticas geradas e transmitidas no âmbito da economia de larga escala pelo papel que exerce na política econômica, onde para seus gestores se opor a tal lógica é exercer abominável heresia. De fato, a mediante a receita obtida pelas exportações de grãos, de derivados da cana-de-açúcar e da pecuária, sobretudo na atual conjuntura internacional, afora seu desempenho no conjunto da economia brasileira, incluindo o consumo de máquinas e demais insumos agrícolas entre outros aspectos, o *agronegócio* exerce um papel estratégico no crescimento econômico brasileiro. Diante do atual cenário mundial, inclusive, há analistas que enxergam o início de um fenômeno de “reprimarização” em novas bases da economia brasileira diante do *boom* das *commodities* com as demandas advindas com a expansão chinesa, que, por outro lado, ameaça a produção industrial brasileira.

Isto posto, como, através do *empoderamento* local regular o mercado, obstaculizando que a eficiência econômica dependa apenas de determinações das estruturas de grande agregação de valor? Como sair das armadilhas de uma “economia emergente” para a consolidação de uma “sociedade emergente”, mais democrática e com comprometimento social?

Todavia, não são apenas arranjos políticos e institucionais atrelados aos aspectos macroestruturais, cadeias produtivas e ao mercado de *commodities* que contribuem para dificultar a operacionalização do modelo territorial. Dados obtidos na pesquisa em curso e reafirmados por várias falas em debates provocados pelas CAIs, tanto no colegiado do Litoral Norte como no do Alto Sertão de Alagoas, apontam também para o baixo grau de envolvimento do poder público em geral, sobretudo do governo estadual e das prefeituras.

O primeiro trabalha numa lógica gerencial que praticamente ignora a existência de territórios rurais. O governo do Estado de Alagoas, muito embora participe eventualmente de algumas atividades territoriais colegiadas, notadamente pelos quadros da secretaria estadual de agricultura, vem sendo denunciado nos nesta curta experiência dos territórios, conforme também atestam os *Planos de Providências* (relatórios nos quais são detectados gargalos e registradas pendências, elaborados pela delegacia regional do MDA), por não cumprir tarefas e honrar compromissos assumidos junto aos colegiados. Na prática, a administração estadual desenvolve iniciativas paralelas e independentes dos colegiados territoriais, através de ações e programas próprios e mesmo em parceria com o governo federal. Neste quadro, é emblemática a execução do



Programa de Arranjos Produtivos Locais (coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico e pelo Sebrae/Alagoas, apoiado pela Agência de Fomento de Alagoas e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDEs) para promover a inclusão produtiva local, cuja gestão é completamente alheia ao modelo de gestão territorial, seja na mobilização dos atores, no estabelecimento de parcerias e na distribuição de competências, muito embora o programa seja focado na construção de soluções adaptadas para as realidade locais. No caso do Alto Sertão, por exemplo, operando através da lógica da sub-região de Xingó, sustenta o Plano de Desenvolvimento Estratégico (PED), elaborado pela Secretaria de Planejamento e do Desenvolvimento Econômico do Estado de Alagoas com assessoria de um escritório particular de consultoria. Nele, propõe programas “estruturantes” de ação para geração de emprego e renda para o meio rural a partir de consórcios e parcerias entre os municípios. Neste empreendimento, o governo estadual também ignora a existência de territórios e anuncia apoio do governo federal para as ações que estão sendo definidas.

A rigor, o próprio governo federal não articula devidamente suas ações nos territórios. Através do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e do Combate à Fome, por exemplo, com ênfase na segurança alimentar, instalou, via parceria entre Conorte/AL e prefeituras, unidades comunitárias destinadas à criação de galinhas caipiras em municípios do litoral norte. Mais recentemente, o MDS liberou recursos, que serão geridos pelo Banco do Nordeste (BNB) junto ao Consórcio de Desenvolvimento do Ipanema (Condri), que congrega 12 municípios do sertão alagoano, para execução de projetos voltados para construção de cisternas e apoio à atividade de ovinocaprinocultura. Outros programas são geridos por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), apenas demandando do Estado inclusões no plano plurianual e dotações no orçamento nacional.

Já prefeitos, deputados estaduais e a bancada federal de Alagoas adotam preferencialmente como *modus operandi* a lógica da divisão política administrativa tradicional. Nela, ainda prevalece um quadro de relações políticas fortemente marcadas por hierarquias e troca de favores, apesar da Constituição de 1988 estabelecer que a gestão das políticas sociais deva ter um caráter democrático e descentralizado, através da efetiva participação dos atores sociais nelas interessado.



De fato, o Brasil vem experimentando crescentes níveis de participação política local desde a redemocratização. Foram ativadas tanto políticas sociais universais - educação, saúde e previdência -, assim como focalizadas: a reforma agrária, ainda que de maneira parcial como uma política de assentamentos rurais; os mecanismos de transferência direta de rendas, destacando-se, entre eles, a Bolsa-Família, afora inúmeras ações específicas de políticas públicas. Nesta direção, a descentralização das receitas tributária, então acompanhada de práticas deliberativas mais diretas de convívio democrático, já se traduziu, em muitas frentes, em significativas conquistas materiais e simbólicas, evidenciando que os órgãos colegiados, comumente paritários e deliberativos, constituem interessante novidade política e institucional. Em decorrência, significativa parcela da população rural conseguiu se vê livre de amarras do antigo clientelismo oligárquico. A partir das conquistas de participação política inscritas na Constituição em 1988, o “território” politizou-se. Na prática, antes prevalecia o discurso anti-institucionalista, mas a após o período ditatorial e gradativas conquistas eleitorais de integrantes dos movimentos sociais ao parlamento e para governos regionais e municipais, instalou-se um dilema acerca da participação. Contudo, se tal ênfase participativa foi numa dada conjuntura pressionada pelas políticas macroeconômicas de referência monetarista, o tradicional modelo clientelístico de relações políticas no meio rural brasileiro foi também impactado por “ausência” de Estado.

Em decorrência, dois fenômenos - ascensão de lideranças de movimentos sociais rurais aos governos locais e o baixo envolvimento das agências estatais de regulação então existentes em relações locais - concorreram para dar novo ambiente ao “território” como espaço para projeção de novas identidades e projetos inovadores de desenvolvimento com base no sentimento da injustiça e da exclusão. Sob tal ambiente, então, foi introduzido o Programa Nacional Desenvolvimento de Territórios Rurais - Pronat - no âmbito do MDA e gerido pela SDT. Assim, cada território teria uma instância deliberativa. Inicialmente foram constituídas as Comissões Intersetoriais de Apoio ao Desenvolvimento Territorial (CIATs), versão preliminar dos colegiados, responsáveis pela definição dos territórios e pela construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Concomitantemente o Pronaf, histórica conquista do movimento sindical rural, desdobrava investimentos em infra-estrutura, através do Proinfra, cujos projetos passam pelo crivo dos colegiados.



Contudo, muitas pequenas localidades, apesar da descentralização e de novos formatos de ação pública, ainda dependem fortemente dos favores dos estados e da União, como acontece em Alagoas. Em decorrência, comumente são eleitos aqueles políticos que mais imediatamente parecem capazes de granjear recursos necessários para suas bases pelas vias tradicionais. Da mesma forma, no âmbito do legislativo estadual não se adotam quaisquer inovações em relação aos territórios. Até mesmo parece existir de modo velado uma concorrência com o modelo territorial, na qual ignorá-lo é recurso tático. Assim sendo, na experiência alagoana, se, por um lado, a configuração dos territórios rurais e seus colegiados como espaços de articulação e atuação política é algo ainda frágil; por outro, é um modelo que incomoda a estrutura tradicional de poder ao dar canais de participação para novos atores coletivos de forma não verticalizada.

Assim, além das vicissitudes no pacto federativo brasileiro, o território - como dimensão política do espaço - demanda também novas ferramentas de gestão (por que não passam a existir emendas territoriais?). Trata-se de um debate ainda muito embrionário, exercido apenas em alguns poucos ambientes acadêmicos, porém ainda muito distante do cotidiano dos colegiados e das bases sociais territoriais envolvidas com a agricultura familiar.

Se, conforme já colocado, falta articulação de ações e assimilação de novos mecanismos diretos de participação democrática, os colegiados enfrentam ainda outros desafios para atuarem de forma efetiva como rede contra-hegemônica no fortalecimento da construção de um modelo alternativo.

Mesmo com a diversidade de abordagens teóricas sobre os processos de ação coletiva de movimentos sociais no mundo rural, existe um consenso que mobilizações não começam no “vazio”, ao acaso, sem ter contrapartida em tecidos sociais e em enfrentamentos (Piñero, 2004). Torna-se, portanto, necessário desenvolver uma “consciência de grupo” com concepções compartilhadas sobre agricultura, através de associações formais e mobilizações pontuais, apesar dos diversos aspectos existentes na composição social dos territórios, das diferentes ações adotadas pelos atores locais, nas alianças que são construídas e também na qualidade da própria participação para que os territórios enquanto unidades políticas proponham e efetivamente alcancem resultados próprios. A rigor, na perspectiva da construção de uma nova geração de políticas após a “revolução verde” mundial e da “modernização conservadora” no Brasil, os processos de ação coletiva dos setores “subordinados” no mundo rural brasileiro são



imprescindíveis para dar sustentabilidade ao novo modelo. Caso contrário, de sujeitos de suas vidas, as comunidades continuarão sujeitas a elites técnicas prescientes. Se populações e instituições locais não se sentirem como sujeitos ativos do desenvolvimento, a cooperação técnica continuará a reforçar desigualdades estruturais. Na prática, nos colegiados observados, onde ocorre uma confluência de diferentes atores coletivos, são estabelecidas não somente relações em prol de agricultura familiar e multifuncional, assim como travadas disputas pelo “território” em várias frentes e questões. No ambiente democrático, lutas de poder são comuns entre atores, internamente às instituições e entre elas. Acontece que de expectativas compartilhadas, que num dado momento inicial alimenta o sentimento de identidade, conforme observamos nos dados coletados de pesquisa em ambos os territórios, muitas vezes são direcionadas para situações de tensões e conflitos, incidindo em frustrações e desgastes. Portanto, a nosso ver, a construção social do território é o grande desafio diante de significativas diversidades dos contextos locais e regionais onde os territórios foram introduzidos (Mello, 2011).

Não se pode ignorar a perspectiva do processo histórico de cada área convertida em território. Em cada contexto existem formas específicas de subordinação e de hierarquias sociais pré-existentes. Assim, se já foram consolidados alguns focos com novas formas de gestão territorial, não se pode ainda afirmar sua generalização ao ponto de provocar mudanças na cultura política de muitas comunidades e da população rural brasileira em geral. Trata-se de um processo recente, inconcluso e não linear, no qual nem todos os lugares desenvolvem capacidade de articulação.

Na base territorial alagoana existe uma notória dificuldade para a concretização de “projetos estruturantes”. Neste aspecto, o formato espacial dos respectivos territórios vem se constituindo em desafios iniciais para as políticas públicas. Naquelas áreas configuradas como territórios, qual o nível de organização política pré-existentes dos atores locais? Quais os dispositivos no quadro político de apoio à agricultura familiar? Por aí, quais experiências recentes de enfrentamento? Qual o quadro de correlação de forças políticas e o de interesses em jogo? Certamente não são questões fáceis de serem respondidas numa primeira análise.

Mesmo assim, no caso do Litoral Norte, observamos que as formas de mobilização para a constituição dos territórios como unidades de gestão política ocorreram de “fora para dentro”, ou seja, não foram reivindicadas articuladamente por segmentos sociais neles



existentes através de atores locais, mas muito mais imaginadas por agentes governamentais e promovidas através de “convocações” muitas vezes de natureza semelhante a outras intervenções do passado. Enquanto a abordagem participativa de “baixo para cima” tende a promover novas lideranças e tensões no sistema de poder então vigente, abordagens tradicionais tendem até mesmo a reforçar diferenças previamente existentes não apenas em termos de classe, mas também de etnias, gênero, raça e idade. Através delas, sem a contrapartida de bases sociais mobilizadas, participação e parcerias são apenas jargões de moda.

No caso específico do território do Litoral Norte não existe registro de reivindicações e embates expressivos pela constituição do território. A área nunca foi o epicentro de algum fórum de desenvolvimento regional, de pólo sindical expressivo, da articulação de entidades de agricultores familiares e movimentos sociais, lá sequer existiram ligas camponesas num passado um pouco mais distante. Abarcando uma notória diversidade, isto não quer dizer que não ocorreram lutas no passado e que não existem reivindicações e enfrentamentos no presente. A área tem uma história densa, passando pelos conflitos entre nativos - *caetés* e *tupinambás* - e colonizadores, pelo desembarque contínuo de escravos negros africanos e a formação de quilombos, pela ocupação holandesa e insurreições como a dos *cabanos*, assim como a recente luta pelas desapropriações de terras e pela sustentabilidade dos assentamentos rurais puxadas pelos movimentos sociais, além de articulações de entidades da Zona da Mata Norte mobilizadas em torno ações em curso no mundo canavieiro. Contudo, operando noutras lógicas organizativas e dinâmicas agrárias são frentes de lutas que não se articularam efetivamente na reivindicação pelo território e assim importantes atores locais ainda estão pouco representados na composição do colegiado, conforme reconhecem seus próprios integrantes. Admite-se no próprio colegiado territorial que organizações locais de base não tenham um histórico de combatividade muito forte ao longo de suas trajetórias. A rigor, trata-se de um cenário que passa a ser impactado de alguma forma mais efetiva na contemporaneidade a partir de ações coletivas dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra em alguns municípios. Portanto, as dificuldades identitárias e de participação ficam mais evidentes diante da referida diversidade que contempla.

Localizado no extremo nordeste alagoano, integrando 12 municípios e com aproximadamente 180.000 pessoas, detém razoável concentração demográfica historicamente mobilizada pela *plantation* canavieira. Boa parte dele, denominado



Alagoas Boreal pelo historiador Dirceu Lindoso, foi lugar adotado para o cultivo canavieiro ainda no início do período colonial devido a terra “massapé” e suas matas úmidas. Atualmente grande parte da população continua sendo constituída por trabalhadores vinculados ao empreendimento canavieiro. Assim, alguns dos municípios que integram o território mantêm predominantemente características canavieiras como o caso de Matriz do Camaragibe (sede da Usina Camaragibe), bem como de São Luiz do Quitunde (onde se situa a usina Santo Antônio). Quase da mesma forma, são ainda “canavieiros” os municípios de Jacuípe e de Jundiá, que continuam abastecendo parte da cana-de-açúcar moída pelas usinas restantes localizadas ao sul de Pernambuco e ao Norte de Alagoas, muito embora neles a área de plantio tenha sido bastante reduzida na última década.

Apesar de contíguos, os municípios que compõem o território apresentam diferentes características, algumas das quais vem se intensificando nas últimas décadas. Por determinações macroestruturais, por exemplo, que atingem o setor sucroalcooleiro. São relevantes mudanças em curso, não apenas paisagísticas, mas também quanto ao uso e a posse da terra, impactando antigas relações sociais. Diante de novas e crescentes demandas mercadológicas, notadamente a partir da extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) no início dos anos noventa do século passado, que alteraram tradicionais formas de regulação para o setor, os grupos empresariais canavieiros locais adotaram novas estratégias, que demandam um padrão de qualidade que não se coaduna com o perfil da produtividade alcançada diante da topografia irregular da maior parte dos municípios do território. Em decorrência, com o fechamento de destilarias, como o caso da São Gonçalo, em Japaratinga foi diminuindo o número de assalariados rurais. Da mesma forma, na esteira do mesmo processo, diversas inovações tecnológicas e novas formas de gestão, tanto na parte industrial como agrícola do empreendimento, reduziram significativamente o emprego canavieiro territorial.

Assim, com fusões, incorporações de empresas e transferências de plantas industriais, aumentaram consideravelmente a disponibilidade de áreas para fins de reforma agrária. Em decorrência, como já foi assinalado noutras oportunidades, sob pressões dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, vários assentamentos foram criados, abrindo inéditas perspectivas locais para a expansão da agricultura familiar (Mello, 2002; Albuquerque, 2009). As áreas reformadas, que já mobilizam 10% da população territorial, são, conforme aponta a literatura especializada, verdadeiros “laboratórios de



experiências sociais” e, por excelência, objeto de políticas públicas (Medeiros & Leite, 1998). O município de Maragogi, por exemplo, atualmente tem vinte assentamentos rurais de reforma agrária, que abrange praticamente toda a sua área rural, antigamente ocupada pelas terras de antigos engenhos e fazendas de fornecedores de cana da extinta usina Central Barreiros, então localizada na fronteira de Pernambuco com Alagoas, que se constituiu numa das maiores do Brasil.

Além dos assentamentos rurais de reforma agrária, o território presencia a emergência de novos arranjos produtivos como a pecuária de búfalos. Outra paisagem marcante em alguns municípios do território, além da cana-de-açúcar, é a orla marítima, constituída por praias, pelo plantio de coqueiros e pela prática da pesca artesanal litorânea. Nela, verifica-se a expansão do turismo, a expansão da construção civil, do artesanato, do comércio e da prestação de serviços urbanos em novas bases.

Conforme registramos em relatório analítico no âmbito do projeto de extensão universitária que ora desenvolvemos, a faixa costeira do território vem sendo ultimamente objeto de atenção do setor público, através de ações de planejamento e de linhas de financiamento na promoção do turismo com seus arranjos produtivos, que não passam pela apreciação dos colegiados.

Portanto, o território abarca uma significativa e crescente diversidade que não se representa nem se expressa no âmbito do colegiado, incitando uma reflexão no plano identitário. Avaliamos que a *identidade* talvez seja a maior desafio na construção social do território, já que deriva também de um processo em construção e não como algo que se atribui (Castells, 1999), sendo permanentemente reconfigurada com a emergência de novos fluxos.

A capacidade de *empoderamento* por parte dos atores locais prescinde, ainda, da qualidade da participação. Em Alagoas, com o IDH médio municipal (0.538) mais baixo do país, pressupõe-se que a qualidade do debate público depende de processos educacionais para constituição de uma massa crítica. A boa participação dos membros dos colegiados, em alguma medida, depende das oportunidades de capacitação, uma vez que a democratização do acesso ao conhecimento permite que todos entendam e intervenham de forma mais adequada. A rigor, em ambos os contextos são ainda poucos os debates mais focados em temas como arranjos/cadeias produtivas, canais de comercialização, assistência técnica, agroecologia, meio-ambiente, políticas públicas para jovens no meio rural, entre outros temas tão candentes.



Já dados da pesquisa apontam para um predomínio de indicadores *Médio Baixo*, conforme referida metodologia proposta pela SDT na elaboração do SGE, no que se refere à capacidade institucional do território do Litoral Norte de Alagoas.

Neste aspecto, além do precário processo de coordenação entre os diferentes níveis do poder público (local, estadual, federal) já assinalado, o território é carente de instituições de ensino e pesquisa - escolas técnicas, cursos universitários - tanto na rede pública como na rede privada. São pouco lembradas estruturas para o desenvolvimento de atividades culturais. Da mesma forma, associações de agricultores familiares e cooperativas são relativamente recentes, prevalecendo até então nos colegiados, além das associações de pescadores artesanais, os sindicatos rurais, mas cuja base social tende ser majoritariamente constituída por cortadores de cana. Apesar da significativa área reformada, poucas associações de assentamentos vinham participam do Colegiado Territorial do Litoral Norte.

No cotidiano, dadas as questões existentes no âmbito das representações, os colegiados enfrentam notórias dificuldades para acompanhar as dinâmicas agrárias mais recentes que ocorrem no interior dos territórios e que expressam processos responsáveis pela reconfiguração do rural. Por sua vez, a própria dinâmica social coexiste com um crescente desinteresse pela esfera institucional. Tal situação também caracteriza um distanciamento do colegiado territorial com relação ao poder público e um potencial desgaste com relação às mencionadas expectativas que o envolvem, podendo levar para um desgaste de relações, inclusive interpessoais.

A rigor, até agora não existe no território do Litoral Norte de Alagoas projetos implantados através do modelo territorial, ou seja, apenas esforços na superação de entraves para concretização daqueles encaminhados e aprovados referentes aos editais PROINF dos exercícios anteriores, conforme indica o *Plano de Providências*. Tal situação, ao invés de promover o *empoderamento*, certamente alimenta uma percepção de debilidade política e institucional do colegiado territorial.

Já no Alto Sertão Alagoano, integrado por oito municípios inseridos na bacia hidrográfica do São Francisco apresenta maior coesão, apesar dos impactos que recebe desde os anos oitenta do século passado com a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó. Apesar de ser constatada também uma capacidade institucional Média/ Baixa, de acordo com a metodologia da SDT, ela aparece mais elevada do que a do Litoral Norte.



Na realidade, a constituição do Território do Alto Sertão, apesar de ter sido também um processo induzido de fora para dentro pelo governo federal, promoveu uma intensa mobilização dos atores envolvidos. Tal situação pode ser creditada às experiências anteriores de vários movimentos e organizações sociais. A área, quando da definição do território, além de destacado palco de ações de comunidades eclesiais de base na redemocratização, realizou fóruns de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DELIS) e contava com a atuação de aproximadamente 40 associações comunitárias e de produtores rurais, 02 associações de artesãos, 01 federação de associações comunitárias e de produtores, de combativo pólo sindical, além de cooperativas, ONG's e OSCIPs. Da mobilização, participaram efetivamente também prefeituras municipais, comunidades indígenas, quilombolas, colônias de pescadores e assentados de reforma agrária. As discussões contaram com o apoio de entidades como os institutos Xingó e Palmas e do Sebrae-Xingó, além de órgãos governamentais como o Instituto de Terras do Estado de Alagoas (Iteral) e da Secretaria de Agricultura do Estado de Alagoas.

Contudo, até o presente apenas três projetos foram concluídos: os bancos de sementes dos municípios de Água Branca e de Pariconha e a Casa do Mel em Piranhas. Os demais encaminhados enfrentam diversos problemas de execução, que vão de dificuldades em atender exigências de agente financeiro como Caixa Econômica Federal até problemas para licitações nas parcerias estabelecidas com o governo estadual.

A partir de 2011 nenhum projeto foi elaborado ou submetido à validação do Colegiado por conta da redução drástica do PROINF. Como todo recurso disponibilizado pelo MDA soma R\$ 300.000,00 para atender os 08 municípios dos territórios, o Colegiado considerou a quantia uma afronta diante das demandas existentes e deliberou pela devolução da importância.

No âmbito dos arcabouços das decisões políticas e institucionais, a questão não se restringe apenas a vontade de contrapor um novo modelo de pressupostos de democracia participativa frente a hegemonia da democracia representativa liberal marcada por hierarquias sociais. É preciso também levar em conta o papel de “intermediários”, sobretudo quando atividades meio prevalecem sobre atividades fins. Dentro do campo do desenvolvimento eles continuam proliferando e consumindo muito dos seus recursos. Repetem slogans, mas esquecem de práticas.

Na longa caminhada das ações de base, o planejamento participativo é algo comum na vida dos movimentos sociais, mas estranho para o conjunto das organizações do



colegiado. Sua efetivação institui práticas democráticas de tomada de decisões e de condução das ações, o que contraria a lógica verticalizada de poder tão comum nos municípios que compõem os territórios e na nossa sociedade.

A rigor, nos casos aqui focados, Litoral Norte e Alto Sertão de Alagoas, até o presente, enquanto o poder público tende a negligenciar pautas e deliberações de seus colegiados a grande maioria da população ignora a existência dos próprios territórios.

A expectativa de que a governança local seja fortalecida através do modelo territorial, implica que o mesmo não seja apenas algo utópico ou uma estrutura meramente burocrática. Não bastam discursos e planos. Enfim, torna-se necessário um grau significativo de sinergia de ações para atingir um objetivo compartilhado, na qual a mudança institucional prescinde da inovação social e vice-versa.

A governabilidade local, com ênfase na democracia participativa com controle social, prescinde, portanto, do trabalho articulado em redes contra-hegemônicas na proteção dos interesses compartilhados das populações locais frente ao poder acumulado pelas instituições tradicionais, bem como no estabelecimento de parcerias para enfrentar determinações econômicas macroestruturais e do modelo decisório hegemônico.

Enfim, as possibilidades dos atores locais proporem novas orientações às políticas públicas dependem também de acordos mais amplos, inclusive repactuações internacionais, que impliquem na adoção de novas relações no uso e na posse da terra e na redefinição da concessão do crédito público.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Cana, casa e poder**. Maceió: Edufal, 2009.

BONNAL, **Philippe & PIRAUX, Marc**. “Ações públicas territoriais e inovações sociais e institucionais. O caso do território da Borborema e da Articulação do Semiárido”. In: *Estudos Sociedade e Agricultura (CPDA/Maud)*, ano 19 volume 1, abril 2011, 62-87.

BOURDIEU, Pierre. “Esboço de uma Teoria da Prática”. In: Ortiz, R. (Org). “Pierre Bourdieu” – Coleção **Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo, ed. Ática, 1983.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. (A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura; v.2) São Paulo: Paz e terra, 1999.

LINDOSO, Dirceu. **A Utopia Armada: rebelião de pobres nas matas do Tombo Real**. Maceió: EDUFAL, 2005 a.

MEDEIROS, Leonilde S. & LEITE, Sérgio Pereira. “Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e regiões”. In: **Mundo Rural e Política: ensaios**



interdisciplinares. Orgs. Raimundo Santos, Luiz Flávio Carvalho - Rio de Janeiro: Campus, 1998.

MELLO, Paulo Décio de Arruda. **Cana-de-açúcar e Reestruturação Produtiva: ação sindical e dos movimentos sociais rurais em Alagoas a partir de 1985.** 256 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Pernambuco Recife, 2002.

_____. Desenvolvimento Rural e Enfoque Territorial: desafios e perspectivas. **XXVIII Congresso Internacional da ALAS.** Recife, 2011.

PERICO, Rafael Echeverry. **Identidade e território no Brasil.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PIÑERO, Diego E. **Em Busca de La Identidad: La Acción Coletiva em Los Conflictos Agrarios de América Latina.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso), 2004.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento.** Brasília: Universidade Federal de Brasília/ Departamento de Antropologia/ Série Antropologia, (383), 2005.



GT 9 – Políticas Públicas Territoriais e Desenvolvimento Rural Sustentável

**Desenvolvimento territorial na Amazônia:
a experiência do território da cidadania Manaus e Entorno – AM, Brasil¹**

Juliana Araújo Alves²
Francisca Bispo de Souza³
Álvaro Jardel de Oliveira⁴
Davyd Spencer Ribeiro de Souza⁵
Kátia Viana Cavalcante⁶
Therezinha de Jesus Pinto Fraxe⁷
Antônio Carlos Witkoski⁸
Paulo Rodrigo de Sousa Santos⁹

² Mestre em Geografia/Bolsista de Extensão no País do CNPq

³ Licenciada em Geografia/Bolsista de Apoio Técnico em Extensão no País do CNPq

⁴ Cientista Social/Bolsista de Apoio Técnico em Extensão no País do CNPq

⁵ Mestre em Sociologia/Professor da Universidade Federal do Amazonas

⁶ Mestre em Comunicação e Semiótica/Professora da Universidade Federal do Amazonas

⁷ Doutorado em Sociologia/Professora da Universidade Federal do Amazonas

⁸ Doutorado em Sociologia/Professor da Universidade Federal do Amazonas

⁹ Graduando em Ciências Sociais/Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq

Resumo

O presente trabalho apresentou as políticas públicas e o desenvolvimento territorial no Território da Cidadania Manaus e Entorno composto por 13 municípios no Estado do Amazonas, enfocando aspectos da sua história comum, das metas e objetivos e os conflitos existentes neste território. Destaca-se que o desenvolvimento rural desenvolvido no Brasil pouco leva em consideração as especificidades da região Amazônica. Portanto, Uma política concentrada e integrada de desenvolvimento rural efetivou-se, principalmente, com a instauração em 2006 dos Territórios Rurais. Desta forma, fica evidente que qualquer projeto que vier a ser pensado para a Amazônia deve ser analisado e discutido com seus atores sociais.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Território da Cidadania; Manaus e Entorno; Amazônia.

¹ Essa pesquisa faz parte do projeto maior intitulado *Territórios Rurais do Baixo Solimões e Entorno de Manaus: Gestão Social para o Desenvolvimento Rural Sustentável*. Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais n° 05/2009; em desenvolvimento no Núcleo de Socioeconomia sob a coordenação do Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski da Universidade Federal do Amazonas.

Introdução:

Criado em 1996, no Governo Fernando Henrique Cardoso, o Programa de Apoio ao Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi institucionalizado através do Decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28/07/1996. Desse ano em diante, o programa tem se firmado como a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares.

Em 2003 o Governo Federal cria o Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável (Pronat). No ano seguinte o governo Lula cria a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) com a “perspectiva principal de enfrentar o problema do acesso às políticas clássicas tradicionais, incorporando enfoques da pluriatividade e da multifuncionalidade em regiões onde a situação agrícola era socialmente complexa” (Bonnal; Maluf, 2007, p.17). Nesse mesmo ano, o Ministério do Desenvolvimento Agrário via Secretaria de Desenvolvimento Territorial implantam 65 Territórios Rurais, baseando-se numa perspectiva teórica e prática, a experiência da União Européia com o Programa de Iniciativa Comunitária: Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (PIC:LEADER), introduzido na década de 1990, para as áreas rurais (Rover; Henriques, 2006); e a experiência norte-americana das zonas de empoderamento (Empowerment Communities/Empowerment Zones) (Abramovay, 2005).

Em 2006, o número de Territórios Rurais no país dobrou para 118 e em 2008 o país passou a configurar 164 Territórios Rurais. Deste total, 120 receberam a tipologia de Territórios da Cidadania pelo Governo Federal, ainda no início de 2008, abarcando 1.852 municípios brasileiros. O programa forjou três importantes inovações, a saber: o reconhecimento dos agricultores familiares como protagonistas das políticas públicas; a criação de um processo de negociação entre os agricultores e suas organizações e o governo; e o estabelecimento de um enfoque territorial para as políticas públicas.

O Estado do Amazonas é composto por 6 Territórios da Cidadania: **Baixo Amazonas** (Barrerinha, Boa Vista dos Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Urucará); **Alto Rio Negro Indígena** (Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira); **Mesorregião Alto Solimões** (Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Iça, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins); **Alto Juruá** (Eirunepé, Envira, Guajará e Ipixuna); **Madeira** (Apuí, Borba, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã); e o Território **Manaus e Entorno** (Figura 01):

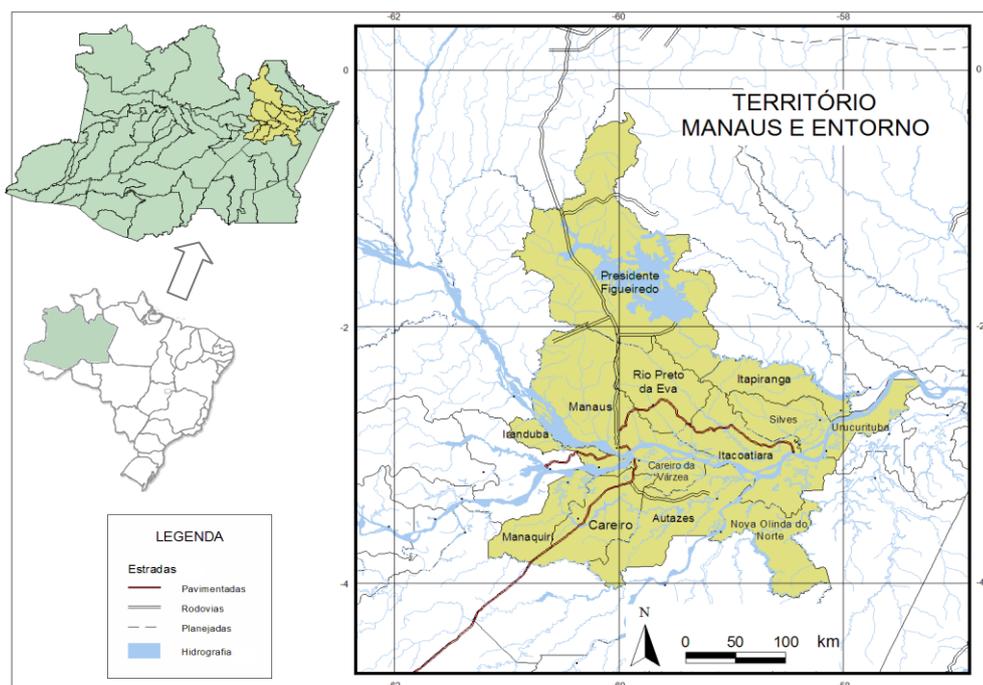


Figura 01: Território da Cidadania Manaus e Entorno
 Fonte: PDTRS/SEBRAE, 2008.

O Território equivale a 5,8% da área total do Estado do Amazonas (1.570.746 km²). A definição da composição desses territórios pondera o que há de comum entre os municípios. Na Geografia o conceito de território é enfatizado a partir de múltiplas dimensões. Outras ciências, como a Economia, o definem pelo fator locacional e com base na produção. A Ciência Política enfatiza sua construção pelas relações de poder. Na teoria o território é entendido numa perspectiva geográfica, intrinsecamente integradora, sempre em processo (Haesbaert, 2004). Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), território é concebido por questões de cultura, identidade, especificidades, portanto: [...] como a dimensão política do espaço – reconhecido e identificado – como unidade da gestão política que o distingue e a ele atribui existência, de certa forma, institucionalizada [...] (Perico, 2009, p. 26).

Dos 54 entrevistados numa escala de menor importância (01) à maior importância (05) para a definição dos limites do território, 24 entrevistados deram nota 05 para Agricultura Familiar, 20 entrevistados deram nota 05 para os Movimentos Sociais e Políticos e 19 entrevistados deram nota 05 para os Recursos Naturais. Logo, os itens Agricultura Familiar, Movimentos Sociais e Políticos; e Recursos Naturais são elementos que se destacam na definição dos limites do Território da Cidadania Manaus e Entorno (Figura 02).

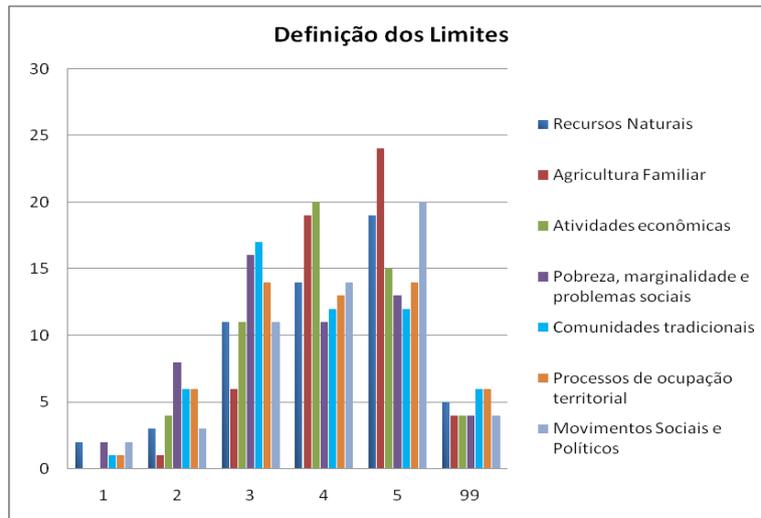


Figura 02: Definição dos limites do território Manaus e Entorno
 Fonte: UFAM/NUSEC/SDT, 2011.

Tais aspectos não foram determinantes para a composição do território. Os membros do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) ressaltam que a definição dos limites do Território Manaus e Entorno foi uma construção verticalizada, que pouco ou em nada frisou a participação popular.

O presente artigo objetiva apresentar o desenvolvimento territorial, por meio, do Programa Territórios da Cidadania enfocando a visão de futuro, as metas e objetivos, as características marcantes, a histórica comum e os conflitos no Território Manaus e Entorno.

Processo de Desenvolvimento na Amazônia

Já alertava Alain Lipietz (1978) que “compreender a remodelação das formas de apropriação do espaço por uma sociedade é, pois, compreender o jogo interno do bloco dominante, da remodelação de seus próprios órgãos de regulação das contradições”. Na região Amazônica e, no país como um todo, assistiu-se a passagem de um país essencialmente rural para urbano, ou em termos produtivistas de agrário para industrial. A agricultura que acompanhou o processo de ocupação da região ficou relegada ao passado, ao tradicionalismo e foram incorporadas novas formas de extração dos recursos naturais que atendessem aos interesses mercantis, tão em voga, na sociedade urbano-industrial contemporânea. A expansão do capital que objetiva dominar setores e atividades vai encontrar na Amazônia o espaço que vai oferecer mais atrativos e facilidades para tal empreitada, pois “a vastidão das terras sem

dono, despovoamento de grande parte da região, as estruturas sociais já em decomposição facilitam [...] a articulação desse espaço que [...] valoriza o capital” (Becker, 1982, p. 165).

A agricultura é das atividades mais remotas desenvolvida na região pelos camponeses-ribeirinho (Cruz, 2007), caboclo-ribeirinho (Fraxe, 2004) entre outras terminologias que são usadas para definir os sujeitos que habitam o ecossistema de várzea e se utilizam dos recursos naturais provenientes das terras, florestas e águas de trabalho (Witkoski, 2007). Os leitos dos grandes rios Amazônicos correm quase sempre dentro dos limites de uma planície aluvial de 20 a 100 km de largura, que é denominada de várzea. Esta área inundável todos os anos é quase inteiramente alagada na época das cheias corroborando para que materiais em suspensão no rio sejam depositados na planície aluvial, a várzea, permitindo que receba uma camada nova de solo fresco possibilitando a reciclagem dos nutrientes do solo (Sioli, 1991). Essa faixa inundável denominada de várzea possui solo altamente produtivo durante um período do ano. Por outro lado, na época de cheia dos rios, essa sazonalidade acarreta em problemas de ordem econômica e social, tais como: o preço da produção se eleva devido às dificuldades do processo produtivo, diminuindo a terra de cultivo e, conseqüentemente, a produtividade.

As atividades dos camponeses-ribeirinhos são desenvolvidas na água (nos grandes rios Solimões-Amazonas e afluentes), na floresta e na terra (principalmente na várzea amazônica, banhada pelo movimento de flutuação dos rios) (Witkoski, 2007). Contudo, o desenvolvimento rural desenvolvido no Brasil pouco leva em consideração as especificidades da região Amazônica. Durante a ditadura militar a experiência foi de implantação de programas para as regiões mais pobres, baseando-se no desenvolvimento rural. Em outras regiões mais desenvolvidas, como o Sul e Sudeste do país, estas passaram para a fase seguinte, modernização agrícola. No caso da Amazônia, precede todos esses supracitados, partindo de uma política nacional de desenvolvimento, que resultaram quase que na totalidade a degradação ambiental e os conflitos pela posse de terra (Alves, 1999). A década de 1970 é caracterizada pela construção de agrovilas e de rodovias de penetração na Amazônia, além da política de incentivos fiscais (1969) e financiamentos especiais, evidenciam a região como o novo espaço privilegiado para a expansão do capital (Becker, 1982). Apesar do cenário de forte intervenção do Estado nesse período à posição da Amazônia sempre este subalterna ao plano nacional. Por ser considerada como “almoxarifado de recursos naturais ou como válvula de escape para problemas emergentes no centro de interesses do país” (Ferreira; Pinto, 2006, p. 14). Recentemente as ações para a Amazônia começam a tomar outros rumos, principalmente, quando a questão ambiental passa a ser pauta da agenda política.

Schröder e Hirata (2010) alertam que a estratégia de desenvolvimento sustentável rural, para a especificidade da Amazônia, pressupõe avançar nas ações de apoio aos agricultores familiares e às comunidades tradicionais. Desta forma, tem-se assistido recentemente a uma crescente oferta de políticas públicas que irradiam da esfera federal para o desenvolvimento rural, que vem desde a criação do Pronaf durante o Governo Fernando Henrique Cardoso passando a criação do Pronat em 2003, até a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, no ano seguinte. Uma política concentrada e integrada de desenvolvimento rural efetivou-se, principalmente, com a instauração em 2006 dos Territórios Rurais.

Visão de futuro do Território Manaus e Entorno

A visão de futuro é contemplada no PTDRS do Território Manaus e Entorno², este que está em fase de conclusão. Nesse aspecto está exposto o objetivo geral do Plano, aonde se quer chegar. De acordo com o Plano foram realizadas oficinas para delimitar os eixos estratégicos de desenvolvimento para se chegar à Visão de futuro do Território³. Os eixos estratégicos priorizados no Plano estão divididos em três Dimensões:

- ✓ Sociocultural;
- ✓ Econômica;
- ✓ Ambiental

Na Dimensão Sociocultural estão definidos dois eixos estratégicos: o social e a cultura para resolver os problemas relacionados aos dois eixos terão que ser feito programas direcionados: Eixo Estratégico Social, de acordo com o Plano para resolver problemas como d desigualdade social deve-se investir em educação no campo, qualidade de vida e controle social. Eixo Estratégico Cultural, programas que alcance os jovens e sem diferenciação de gênero.

Já na Dimensão Econômica estão posto três eixos: Eixo Econômico, que a solução seria fazer Arranjos Produtivos Locais Prioritários, Diversificação da Produção Familiar e incentivar a produção dentro da lógica Agroecológica. Eixo de Infraestrutura, os programas devem está voltados para o setor de comercialização dos produtos da Agricultura Familiar e

² A Visão de futuro tem a intenção de propiciar o direcionamento dos rumos da organização responsável pela gestão do Plano.

³ Espera-se que a população esteja organizada; que as estruturas de governo atuem de forma integrada; que as organizações dos produtores familiares estejam fortalecidas; que haja uma melhor integração entre produtores, meio ambiente e consumidores e, que haja igualdade, qualidade de vida e dignidade para os/as produtores/as.

de escoamento, este que é um dos principais entraves desse território. A Dimensão Ambiental trás o Eixo Meio Ambiente e os programas nesse eixo devem tratar da proteção ambiental.

Para tanto é necessário a participação de todos na realização da Visão de Futuro do território, enquanto não houver a participação dos setores públicos, privados e da sociedade civil de forma engajada não obterão melhorias nas dimensões listadas acima. Está claro no Plano a Visão de Futuro, falta, porém por em prática as ações para alcançar esse objetivo comum.

Metas e objetivos do Território

As Metas e os Objetivos do Território foram estabelecidos partindo da importância da Agricultura Familiar e da atuação dos Movimentos Sociais e Políticos do Território. É importante ressaltar que no atual contexto do território Manaus e Entorno, são os representantes dos agricultores familiares e os movimentos sociais que de fato acreditam nessa política atual, são eles que com muitas dificuldades fazem o projeto caminhar.

São os agricultores familiares em conjunto com os movimentos sociais que resistem as dificuldades postas pela burocracia que dificulta o andamento dessa política territorial. A Agricultura familiar e os pequenos produtores constituem características da identidade com forte poder aglutinador dos atores na definição da identidade territorial, além de outras organizações que refletem grupos de interesse, com o principal interesse de encontrar espaços para superar os mecanismos de exclusão (Perico, 2009, p. 153).

Os interesses devem está direcionados para o alcance de melhorias para o território, compartilhar esse pensamento irá fortalecer a identidade desse território e em consequência as decisões terão mais força e principalmente resultados.

Característica Marcante do Território

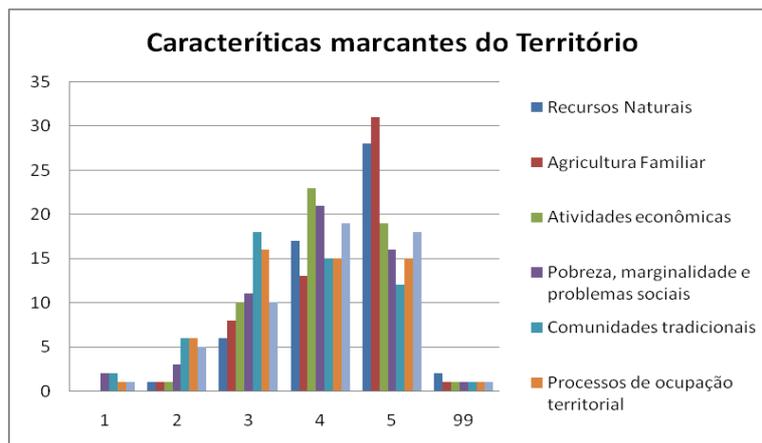


Figura 03: Características marcantes do território Manaus e Entorno
Fonte: UFAM/NUSEC/SDT, 2011.

Esses dados revelam que apesar da potencialidade do Território nas atividades promovidas pela Agricultura Familiar e favorecida pelos Recursos Naturais de cada município, os índices de Pobreza e Marginalidade são elevados onde 16 entrevistados optaram pelo grau de relevância 05 e 21 entrevistados deram nota 04.

Esses dados mostram um sério problema que está atingindo o interior do Estado, esses problemas sociais típicos das grandes cidades ultrapassaram a barreira do urbano e são comuns nos municípios que compõem o Território.

Nota-se que o rural e o urbano não estão dissociados, um faz parte do outro, o acesso a saúde, a educação, a lazer são necessidades de ambos os espaços, a diferença está no alcance delas, pois quem mora no meio rural tem limitações no acesso às políticas de governo e dificuldade em requerê-las.

Não é espantoso ver que a agricultura familiar está em destaque como a principal característica do Território. Tirando o município de Manaus, todos os outros que compõe o território têm como principal fonte econômica a agricultura. Também não é estranho ser uma característica marcante os Recursos Naturais, pois o agricultor da Amazônia tem uma ligação muito forte com a natureza e sabe de sua importância para sobrevivência de ambos.

História Comum do Território

Na história comum do Território novamente a agricultura familiar é destaque. Outros aspectos também são importantes como os movimentos sociais, os Recursos Naturais, as atividades econômicas e o processo de ocupação do território. Por outro lado, os Processos de Ocupação Territorial e as Comunidades Tradicionais são apontados de forma tímida, por isso

não aparecem na Figura 04, esses aspectos nos gráficos anteriores não apareceram com grandes notas também. Isso demonstra a importância da posse da terra e das populações tradicionais presentes nesses municípios, porém como dados históricos, pois como atuação presente a importância declina como mostram os dados anteriores.

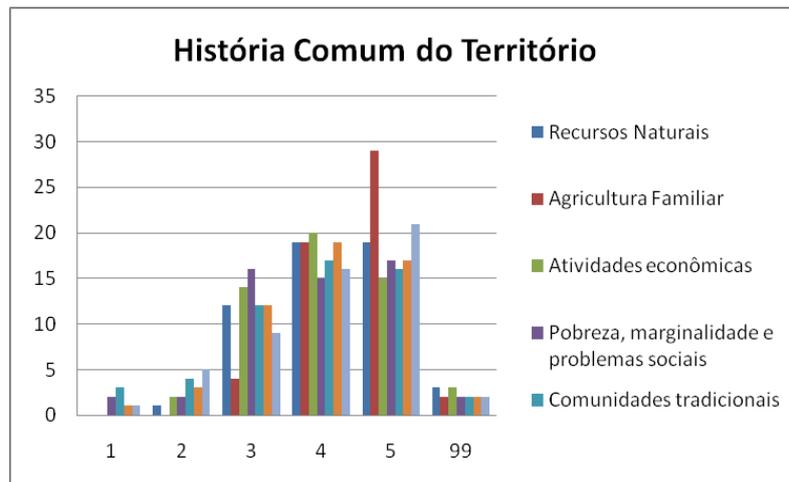


Figura 04: História comum do território Manaus e Entorno
Fonte: UFAM/NUSEC/SDT, 2011.

É instigante a pouca representatividade não só dos indígenas mais de outras comunidades tradicionais na identidade do território. As histórias de criação dos municípios que compõe o território estão muito relacionadas. A sempre uma ligação com alguma etnia indígena e essa ausência talvez esteja relacionada à separação que existe pelo próprio Estado de pensar políticas separadas, sem o envolvimento dos demais atores.

Conflitos no Território

O território Manaus e Entorno assim como todos os outros territórios não importa em que continente seja terá conflitos, as relações sociais e de poder estão na base de construção de todo território.

A existência de conflitos no território foi visualizada de forma mais clara na Formação⁴ patrocinada pela SDT/MDA que alguns membros do Colegiado territorial do Manaus e Entorno, Baixo Amazonas, Alto Rio Negro e Madeira participaram.

⁴Formação SDT MDA - Dinâmicas Territoriais e Gestão de Conflitos na cidade de Manaus no período 6 a 10 de Junho de 2011 – Lord Hotel.

A pergunta orientadora da formação foi: Existem conflitos nos territórios do Amazonas? Responder esta pergunta não é fácil, mas apareceu em algumas respostas o porquê do atual cenário do território Manaus e Entorno. De acordo com os idealizadores, o principal objetivo é tentar montar uma matriz de leitura da realidade para entender a origem dos conflitos.

Uma das propostas é tentar desmitificar que conflito é algo ruim, serve apenas para atrapalhar o processo. O conflito é uma coisa boa, um instrumento de aprendizado.

Talvez a resposta esteja na forma como as coisas estão ocorrendo, a falta de diálogo entre os principais atores seja a base dos conflitos. Foi dado destaque para palavra ESCUTAR, da importância de escutarmos uns aos outros. *Deve-se evitar o escutar o que queremos.* Essa questão está entendida quando se observa os discursos dos membros do colegiado. Na fala do coordenador do Núcleo Diretivo do Território Manaus e Entorno observa-se esse entendimento: *é importante terminar o que é começado (projetos, ações). A não implantação das ações leva somente ao ouvir, e não ao escutar.*

Na formação os participantes concluíram que nos territórios do Amazonas os conflitos existem e os mesmos dificultam o andamento do território, ou melhor, o desenvolvimento. Como há conflito, e este deve estar atrelado a um indivíduo ou grupo. Os participantes deixaram transparecer que os interesses estão dentro dos grupos. Cada grupo acaba propondo projetos/ações voltados para o interesse de poucos e assim não a uma abrangência de beneficiários.

Os conflitos discutidos nos parágrafos acima estão relacionados aos interesses individuais ou de grupos que não foram abordado no questionário com a estrutura de perguntas e respostas fechadas, na figura 06 estão os dados gerados a partir das entrevistas com o Colegiado do Território Manaus e Entorno com o uso do questionário Identidade Territorial.



Figura 05: Principais conflitos no território Manaus e Entorno
Fonte: UFAM/NUSEC/SDT, 2011.

Dentre os conflitos existentes no território o mais apontado pelos entrevistados está relacionado aos recursos naturais com 21 % das respostas e no mesmo nível estão a Agricultura Familiar, Atividades Econômicas e Pobreza, Marginalidade e Problemas Sociais, com 15 % cada.

Os conflitos de ordem ambiental estão voltados para a questão de uso desses espaços, pois o território possui um número significativo de áreas protegidas, tanto de uso sustentável, quanto integral, além das terras indígenas. Os habitantes dessas áreas e os que estão ao redor em muitos casos, principalmente nas Unidades de Conservação, não foram consultados e com isso geram-se impasses na forma de uso.

No caso da Agricultura familiar, a dificuldade está no acesso à documentação da terra, agrava o próprio desenvolvimento do território, pois sem título de propriedade o agricultor tem dificuldades no acesso às linhas de crédito. Tal situação é destaque no questionário de Índice de Condições de Vida aplicado com os agricultores.

O aspecto Pobreza e marginalidade e problemas sociais está voltado mais para as áreas urbanas do território na ausência dos serviços básicos como educação, moradia, lazer etc. Já as Atividades econômicas têm seus problemas a partir das formas que são realizadas. Como as principais atividades econômicas são a pesca, piscicultura, pecuária e a agricultura, essas atividades nem sempre estão de acordo com as leis ambientais. Estas leis que acabam sendo severas com alguns grupos e com outros faz vista grossa.

Os conflitos na Amazônia no atual cenário alcançam um patamar mais elevado. Não se trata mais apenas de conflito pela terra; é o conflito de uma região em relação às demandas externas. Esses conflitos de interesse, assim como as ações deles decorrentes contribuem para manter imagens obsoletas sobre a região, dificultando a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento.

As opiniões internacionais e as inúmeras instituições/atores externos estão influenciando as decisões locais. Tem muita gente falando o que deve e não ser feito nesta região, mas sua população, esta não é ouvida, ou tão pouco é notada.

Considerações Finais:

Este cenário nos permite atentar que as raízes do Território Manaus e Entorno estão voltadas para agricultura familiar e para os Recursos Naturais que são o centro das atenções do programa. Quer-se o desenvolvimento, mas dentro da lógica ambiental. Mesmo por que esse território está no estado com várias unidades de conservação, tendo como o seu principal cartão postal a floresta amazônica, não esquecendo o seu potencial hidrográfico.

Mas os dados não falam por si só. É importante levar em conta as informações adicionais relatadas pelos membros do colegiado nas entrevistas e nas várias reuniões que esta célula participou. Baseado nessas participações fica a observação que o Território Manaus e Entorno precisa entender a lógica territorial, que as ações devem ser tomadas em conjunto e pautada na identidade territorial, nas especificidades e potencialidades, estas devem atender o máximo da demanda territorial.

É importante ficar claro que o território é construído a partir da mobilização dos atores sociais que procura identificar e resolver problemas comuns. Se a Agricultura familiar é a mão que os une, identificar os problemas e buscar as soluções para o desenvolvimento do território é algo possível.

Mas, temos, sobretudo que alertar: a Amazônia é uma região continental e desenvolver projetos em um território com características tão singulares em relação ao restante do país não é fácil. Tão pouco se pode esquecer que os projetos bem sucedidos no eixo Sul/Sudeste nem sempre terão os mesmos resultados na região. Desta forma, fica evidente que qualquer projeto que vier a ser pensado para a Amazônia deve ser analisado e discutido com seus atores sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Representatividade e inovação. In: *Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável*. Brasília: MDA, 2005.

ALVES, Cláudia. *Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças*. Boa Vista: UFRR, 1999.

BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Políticas de Desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In: *I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável*. Florianópolis, 2007.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo. *Territorialização camponesa na várzea da Amazônia*. São Paulo: USP, 2007. (Tese de Doutorado).

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. *Cultura Caboclo-Ribeirinha: mito, lendas e transculturalidade*. São Paulo: Annablume, 2004

PERICO, Rafael Echeverri. *Identidade e território no Brasil*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura, 2009.

ROVER, Oscar José; HENRIQUES, Maria Adosinda. A gestão democrática em debate: O programa LEADER e a sua relação com a sociedade civil local. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75, Outubro 2006 p. 117-137.

SCHRÖDER, Mônica; HIRATA, Márcio Fontes. Meio Ambiente, Agricultura Familiar e Políticas Públicas: os desafios do desenvolvimento rural na Amazônia Brasileira. In: *VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural – América Latina: realineamentos políticos y proyectos em disputa*. Porto de Galinhas, 2010.

SIOLI, Harald. *Amazônia: Fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991.

WITKOSKI, Antonio Carlos. *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.



GT 09 – As políticas públicas territoriais e o desenvolvimento rural sustentável no
Brasil contemporâneo

**Gestão social no âmbito do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios
Rurais***

Carlos Douglas de Sousa Oliveira¹
Mireya Eugenia Valencia Perafán²

¹Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável/Doutorando em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), E-mail: dognaea@yahoo.com.br

²Doutora em Ciências Sociais/Consultora Nacional/Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), E-mail: mireya_eugenia@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho busca delimitar a relação entre gestão social e gestão estratégica no âmbito do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, implantado pelo Governo Federal em 2003. O documento está estruturado em três seções. A primeira apresenta o referencial teórico sobre gestão estratégica e gestão social no âmbito das políticas públicas. A segunda apresenta um resumo do estado da arte dos processos de gestão social e estratégica no âmbito do Pronat. A terceira e última seção apresenta as considerações finais.

Palavras-chave: Gestão Social, Políticas Públicas, Desenvolvimento Territorial.



Introdução

No ano de 2003, o Governo Federal cria a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada à estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a qual recebeu do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) o Projeto de Infraestrutura, que foi transformado no Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), transferindo os incentivos ao desenvolvimento municipal para o desenvolvimento de territórios de identidade³, com o intuito de reunir esforços e potencialidades de um conjunto de municípios, entendendo que dessa forma seria mais estratégico alcançar o desenvolvimento rural.

O arcabouço de gestão do Pronat vem sendo aprimorado pela SDT há mais de oito anos, com o apoio técnico e institucional do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e mais recentemente com o apoio de diversas organizações da sociedade civil, que atuam como parceiras da SDT na execução desse Programa.

A presente pesquisa foi encomendada pelo IICA, como forma de subsidiar o aprimoramento do Pronat, o qual apresenta avanços, sobretudo em mecanismos de participação da sociedade no processo de gestão das ações de desenvolvimento territorial, conforme foi percebido tanto por atores sociais dos territórios (BRASIL, 2010a), quanto por gestores públicos do MDA (COREZOLA, OLIVEIRA e ALMEIDA, 2010), bem como por acadêmicos (FAVARETO, 2010; DELGADO, 2007; LEITE, KATO e ZIMMERMANN, 2008) que se dedicam ao estudo da abordagem territorial no Brasil.

Todos estes autores, citados anteriormente, afirmam que a estratégia territorial representa um grande avanço em termos de políticas públicas no Brasil, porém o processo de gestão social é frágil, haja vista a enorme dificuldade por parte dos atores

* Extraído do trabalho de consultoria realizado em 2011-2012 no âmbito do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), com o título: “Informe técnico contendo análise dos alcances e limitações dos elementos constitutivos dos modelos de gestão implementados pela SDT em gestão estratégica, coordenação dos órgãos colegiados e articulação regional, com recomendações técnicas e gerenciais para seu aperfeiçoamento.”

³ Estamos nos referindo ao conceito adotado pela SDT: “espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.” (BRASIL, 2005, p. 28).



envolvidos em conseguirem realizar a gestão compartilhada (ou governança) diante de um programa que envolve uma diversidade de interesses e atores, que naturalmente ocasiona disputas e conflitos, que por vezes inviabiliza o processo de desenvolvimento.

Diante desse contexto, o trabalho busca realizar uma análise dos processos de gestão estratégica e gestão social desenvolvidos no âmbito do Pronat, a partir da análise desses processos no âmbito da SDT e dos espaços de gestão social.

Tanto a gestão estratégica, quanto a gestão social serão tratadas no nível de execução do Pronat, que corresponde a interação entre a SDT e as institucionalidades e organizações sociais que atuam no desenvolvimento territorial nos âmbitos federal, estadual e territorial. Em todos estes níveis é possível encontrar processos de gestão estratégica e gestão social.

2 De qual gestão estamos falando?

Aqui nos referimos à gestão de políticas públicas, sobretudo no âmbito de um programa do Governo Federal. Em uma perspectiva bastante singela e processual, Bergue considera que a gestão “(...) consiste no fluxo cíclico, virtuoso e recursivo das funções gerenciais de planejamento, organização, direção e controle” (BERGUE, 2011) ou simplesmente: planejar, executar e avaliar ou controlar. Ansoff e McDonnell (1993), acrescentariam aí mais um elemento: o projeto organizacional, provavelmente o elemento responsável pela gestão da mudança na organização. Este pode ser um elemento importante, desde que os gestores estejam dispostos a avaliar criticamente a sua própria prática de fazer gestão.

Na visão de Bergue (2011), a estratégia irá se materializar de fato no planejamento estratégico, embora o mesmo reconheça que a ação de produzir planejamentos estratégicos não seja sinônimo de gestão estratégica. Assim, ele reitera que não há como pensar em gestão estratégica, nem tampouco em planejamento estratégico sem que se instale um pensamento estratégico. Esse pensamento deve ser pautado principalmente por quatro dimensões: 1) noção de um modelo de pensamento gerencial que alcance o efetivo envolvimento da alta administração; 2) considerando a organização como um sistema complexo e caótico, inserida em um contexto moldado por um conjunto de relações que transcendem os limites da organização, para alcançar a interação com outros órgãos ou entidades que configuram a administração pública; 3) que seus membros compartilham uma aceitação acerca do que são os elementos ou



processos essenciais para a geração daquilo que efetivamente caracteriza e legitima a organização como tal perante a sociedade e 4) Orientado para o longo prazo, mas que estabeleça condições para mudança em curto e médio prazos (BERGUE, 2011).

Sendo assim, na visão de Bergue (2011), o conceito de gestão estratégica sugere que se pense a organização⁴ como um todo, ou seja, em todas as suas dimensões, como foco no que lhe é essencial para a produção de valor público, relacionada com o seu contexto e orientada para o longo prazo. O que implica também reconhecer as pessoas como elemento importante na organização, ou seja, é preciso que haja uma política concreta e consistente para envolver institucionalmente as pessoas no contexto da gestão, pois são estas pessoas que deverão operar esse processo. Se não há, minimamente essa garantia, corre-se o risco de inviabilizar todo e qualquer investimento em gestão estratégica.

Entendemos que, no âmbito do Pronat, para se pensar a abordagem territorial do desenvolvimento rural de forma estratégica, é preciso ampliar o olhar para além da SDT e do próprio Pronat. Desse modo, nos parece que o conceito mais adequado para conectar o todo da estratégia territorial é o de gestão social, entendida por Tenório como um “(...) processo intersubjetivo que preside a ação da cidadania tanto na esfera privada quanto na esfera pública” (TENÓRIO, 2008, p.36). Para esse autor, a gestão social contrapõe-se à gestão estratégica à medida que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, por um gerenciamento mais participativo e dialógico, que garanta um maior diálogo entre sociedade e Estado, no sentido de compartilhamento de decisões.

Assim, a gestão social deve ser orientada pela racionalidade comunicativa, em um contexto em que os atores, ao fazerem suas propostas, não podem impor suas pretensões de validade sem que haja um acordo alcançado comunicativamente, em que todos os participantes exponham suas argumentações. Com isso, Tenório (2008) aproxima o conceito de gestão social do conceito de cidadania deliberativa e propõe o terceiro setor⁵ como alternativa de gestão social. Concordamos com essa visão, na

⁴ Neste caso estamos considerando todas as organizações de interesse aqui, ou seja, SDT e todos os órgãos colegiados, desde os municipais até os nacionais, passando pelos territoriais, entendendo-se que os mesmos também dispõem de um ambiente organizacional.

⁵ Para Tenório (2008) este setor se diferencia dos demais à medida que desenvolve atividades públicas através de associações profissionais, voluntárias, entidades de classe, fundações privadas, instituições filantrópicas, movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil.



medida em que não signifique desprezar as tecnologias gerenciais oriundas do primeiro setor (quanto a políticas públicas) e as do segundo setor (quanto à produtividade), mas como propõe Tenório (2008), reconhecendo criticamente a importância da dimensão política, capaz de promover a “(...) intersubjetividade deliberativa das pessoas alicerçada no potencial do sujeito soberano na sociedade, isto é, na cidadania” (TENÓRIO, 2008, p.33).

Nesse sentido, nosso posicionamento é que não precisamos abandonar os elementos de gestão estratégica no âmbito de um programa de governo, como o Pronat. Porém eles não devem ser considerados como algo maior, ou mais importante do que a gestão social, e sim, como algo que está relacionado, cada um com sua importância específica.

Na visão de Tenório, a gestão social se efetiva quando os governos institucionalizam práticas de gestão públicas, que permita ao cidadão participar ativamente em processos de elaboração de políticas públicas. Processo este, que deve ocorrer desde o seu planejamento inicial, continuando na execução e avaliação de seus impactos sociais (TENÓRIO, 2008).

De um modo mais aproximado da estratégia de desenvolvimento territorial, Furtado e Furtado (2009) oferecem uma análise sobre os modelos e instrumentos para a gestão social dos territórios. Estes autores argumentam que ao se experimentar a redemocratização no final do século passado, buscou-se reformar o Estado, na perspectiva de construir um modelo de gestão pública mais transparente e aberto às necessidades do povo, com uma economia eficiente e serviços públicos competentes. Assim, vislumbram-se dois projetos políticos: um referendado no enfoque gerencial e o outro no societal. “O discurso de ambos é que estão promovendo a democracia no Brasil, porém, na realidade o que se vê é a manutenção do modelo gerencialista até, nas políticas sociais.” (FURTADO e FURTADO, 2009, p. 80).

A principal diferença da gestão social com relação à gestão gerencialista, conforme destacamos anteriormente, é que a gestão social busca substituir o modelo tecnoburocrático, monológico, por um modelo de gestão participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido também pelos sujeitos sociais, permitindo a prática de constituição de políticas pública descentralizadoras.⁶ Constata-se que autores como

⁶ Furtado e Furtado (2009) oferecem uma gama de comparativos entre os modelos da administração pública gerencial e da administração pública societal.



Bacelar (2009); Favareto (2009); Leite e Kato (2009) não deixam clara essa diferença, pois em suas análises a gestão social e estratégica são tratadas da mesma forma que tratam os gestores públicos que preconizaram a estratégia territorial. Não discordamos desse tipo de análise, porém convidamos a academia a questionar o modelo de gestão social adotado pela SDT, no sentido de conferir maior foco em processos de cidadania deliberativa nos territórios, especificamente ligados à gestão social.

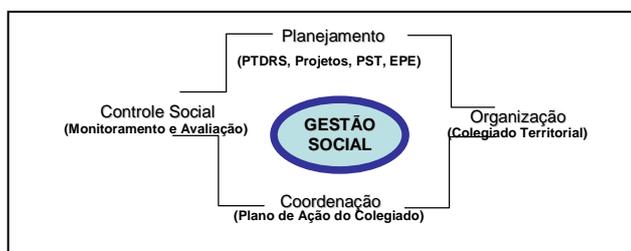
3 Processos de gestão social no âmbito do Pronat

Nesta seção iremos tratar dos processos de gestão social que identificamos no âmbito do Pronat. A opção em tratar a gestão social separada da gestão estratégica tem a ver com o referencial teórico apresentado no capítulo anterior, que nos indica que a gestão social é muito mais ampla que a gestão estratégica e que, portanto, pode conter os elementos dessa última.

Por esse motivo, decidimos tratar neste campo também o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), que não dispõe exatamente dos elementos de gestão estratégica, talvez por ser um espaço de gestão social, visto que não se trata de um órgão público e sim de um órgão colegiado, isto é, composto por organizações representantes da sociedade e do poder público, que estão vinculados a outras organizações públicas e da sociedade, cada uma com uma cultura e estrutura organizacional própria.

Para a SDT, gestão social significa o ato de gerir políticas públicas, administrar e cuidar dos interesses sociais, colocando-os em negociação entre diferentes sujeitos, segmentos e agentes institucionais, com o objetivo principal de compartilhar o poder de decisão sobre o quê pode ser feito entre o Estado e a sociedade civil (BRASIL, 2010b).

Diante desse conceito a SDT propõe para aplicação nos territórios um esquema, considerado como ciclo de gestão social (Figura 1) que tem como elementos o planejamento, cujo principal instrumento é o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS); a organização, materializada no Colegiado Territorial; a Coordenação, operada via colegiado territorial e o controle social de políticas públicas, realizado através de instrumentos de monitoramento e avaliação das ações territoriais.





Fonte: Adaptado de Brasil (2005a).

Figura 1. Ciclo da Gestão Social.

Além dos elementos da gestão social, a SDT propõe quatro princípios: 1) participação, ligada ao planejamento; 2) descentralização, ligada à coordenação; 3) democracia, ligada à organização e 4) transparência, ligada ao controle social. Bem como processos contínuos de mobilização social e formação de Agentes de Desenvolvimento.

O diagrama sobre gestão social (Figura1) reflete muito mais as etapas de gestão estratégica citadas por Bergue (2011) no início da seção anterior, do que as etapas de uma gestão social de fato. Essa questão já havia sido observada por Tenório (2008) ao afirmar que a teoria e prática da gestão social têm sido muito mais coerentes com a gestão estratégica do que com teorias adequadas a sociedades democráticas e solidárias.

Não queremos dizer com isso que o modelo de gestão social adotado no Pronat não possa se utilizar de elementos da gestão estratégica. Mas, observamos na figura 1 que sobressaem elementos de gestão estratégica, quando deveriam sobressair elementos da gestão social. Porém, constata-se que o Pronat incorpora elementos de gestão social, quando incentiva, ou legitima a criação de diversos espaços de gestão social além dos Colegiados Territoriais, como é o caso do Comitê de Desenvolvimento Territorial do Condraf,⁷ bem como os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), ambos compostos por representantes do poder público e da sociedade. Ressalta-se que o comitê está mais ligado as ações nacionais do Pronat e os CEDRS estão ligados diretamente as ações territoriais, uma vez que são os responsáveis por homologar os territórios, bem como aprovar os Projetos de Infraestrutura (Proinf) nos territórios, antes de serem encaminhados à SDT.

⁷ Criado em 12 de julho de 2005, através da Resolução Nº 54 do Condraf. Este comitê é coordenado pela SDT.



Outros espaços importantes são os Encontros Nacionais de Colegiados Territoriais (Encoter), que deram origem à Rede Nacional de Colegiados Territoriais (RNCT),⁸ também apoiada pela SDT e que agrega todos os Colegiados Territoriais do Brasil, apoiados ou não pelo Pronat. Além disso, a SDT também conta com a parceria de entidades da sociedade civil na execução do Pronat nos territórios, embora neste caso a nossa avaliação seja de que a gestão social não tem sido muito aplicada, uma vez que as entidades acabam por executar um projeto que, por mais que elas simpatizem ou se apropriem, na maioria das vezes não se sentem protagonistas e sim meras executoras de uma estratégia fortemente planejada pela SDT.

Inicialmente, o Pronat contava com um programa de formação de agentes de desenvolvimento, ou seja, a SDT contava com uma Rede Nacional de Colaboradores (RNC), composta por profissionais autônomos, ou ligados a organizações sociais, os quais atuavam como formadores de agentes de desenvolvimento e mediadores de processos de desenvolvimento nos territórios.

Destaca-se que todo o processo de formação, tanto dessa rede, quanto dos atores territoriais era pautado por uma metodologia construtivista, que se aproximava muito mais da gestão social de que trata Tenório (2008). Porém a partir de 2008 a rede deixou de ter uma abrangência nacional e limitou-se a apoiar as ações quase que exclusivamente da SDT em Brasília.

Outra grande mudança que dificultou o acompanhamento por parte da SDT foi o fato de o processo de formação ter sido descentralizado para as entidades parceiras, o que representou um ganho do ponto de vista da interação com a sociedade. Porém, a SDT não conseguiu acompanhar esse processo junto às entidades parceiras. Processo esse, que é bastante rico e cobrado de forma recorrente pelos atores territoriais. Basta ver os resultados dos quatro encontros nacionais de Colegiados Territoriais (Brasil, 2006; 2007; 2008; 2010a).

⁸ A RNC é composta por todos os Colegiados Territoriais organizados em Redes Estaduais. Participam tanto colegiados de territórios homologados pelos CEDRS quanto os que forem reconhecidos como tais por outras instâncias. A rede assume um formato de rede de governança de políticas públicas, que têm como princípios a negociação, a participação nas decisões e a busca de consenso entre os diferentes setores da sociedade civil e do poder público, devendo se reger pelos princípios da democracia participativa, da horizontalidade, da cooperação, da solidariedade, do respeito ético, da diversidade e pluralidade (Brasil, 2010a).



O Condraf tem um papel muito importante no processo de gestão social, uma vez que é o espaço responsável por garantir que os programas e processos de desenvolvimento rural sejam transformados em uma política de Estado. Atualmente, o Estado brasileiro não dispõe de uma política de desenvolvimento rural e sim de programas de governo e políticas públicas setoriais, como é o caso da Lei da Agricultura Familiar, Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros⁹.

Nos territórios de identidade, o espaço privilegiado de gestão é o do Colegiado Territorial. Essa “nova institucionalidade” (DELGADO e LEITE, 2011) é responsável pelos processos tanto de gestão estratégica, quanto de gestão social. Ambos representados pelos processos de construção dos planos territoriais, mobilização e inclusão social, bem como monitoramento e avaliação das ações e projetos territoriais.

No que tange à organização dos Colegiados Territoriais, os mesmos devem se orientar pelas resoluções N.º 48 (CONDRAF, 2004) e N.º 52 (CONDRAF, 2005). Essas resoluções não conseguem mais dar conta do avanço das institucionalidades territoriais. Por isso a SDT elaborou um documento (Brasil, 2010b) para orientar a constituição e funcionamento dos colegiados. Porém, a própria SDT (SDT, 2008a) e o Comitê de Desenvolvimento Territorial (SDT, 2008b) refletem que os Colegiados Territoriais ainda apresentam dificuldades para atender tais orientações.

Sobre a composição destes colegiados, ainda é muito frágil a inserção de segmentos historicamente excluídos de políticas públicas, tais como indígenas, quilombolas, jovens, mulheres, idosos, entre outros. Esse aspecto também é observado pelos próprios atores dos territórios (Brasil, 2010a) e não se trata somente da inclusão, mas da qualidade da participação. Isto é, em geral, estes segmentos não estão totalmente preparados para atuarem nestes espaços, por isso participam pouco ou não participam das decisões políticas.

Por outro lado, esses segmentos excluídos são impedidos legalmente de serem receptores de recursos que contribuiriam para a realização de processos com vistas ao

⁹ Com essa perspectiva o Condraf elaborou a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR), que deu origem ao Projeto de Lei, sob o mesmo título, cujas diretrizes devem ser percebidas em sua complementaridade e integração, no âmbito de quatro temas: 1) Potencialização da diversidade e da multifuncionalidade dos espaços rurais; 2) Dinamização econômica, inovações tecnológicas e sustentabilidade; 3) Qualidade de vida com inclusão social e igualdade de oportunidades; 4) Fortalecimento do Estado, protagonismo dos atores e gestão social (BRASIL, 2010c).



aumento de sua capacidade técnica. Geralmente isso acontece por haver poucas políticas específicas que garantam o fortalecimento da organização deste público, sobre o qual se pode dizer que ainda é comum a informalidade organizacional.

Outro aspecto que chama a atenção é a questão da recomendação da proporção entre representantes do poder público e da sociedade civil na composição dos colegiados. O que tem incomodado os atores territoriais (Brasil, 2008) é o fato de haver divergência entre os resultados da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS) e o que recomenda o Programa Territórios da Cidadania (PTC).¹⁰ Isto é, a conferência aprovou a recomendação de um terço de representantes do poder público e dois terços da sociedade civil, enquanto que o PTC exige a paridade entre sociedade civil e poder público, além de exigir que o colegiado possua representantes das três esferas, ou seja, municipal, estadual e federal.

Também é problemática a forma como outros órgãos colegiados (sobretudo conselhos municipais) participam do Plenário dos colegiados. Geralmente, para efeito de paridade, eles são classificados de acordo com a organização do titular no colegiado. Ou seja, se o representante de um determinado conselho municipal é oriundo de um órgão público, então este conselho irá ser classificado no colegiado como representação do poder público, o que é incoerente, uma vez que um colegiado não representa esta ou aquela organização e sim um colegiado de organizações públicas e da sociedade.

Sobre a estrutura dos Colegiados Territoriais, é comum observar que há uma confusão sobre os papéis das instâncias. Em alguns casos, os Núcleos Técnicos se sobrepõem ao Plenário e ao Núcleo Dirigente, quando deveriam ser demandados por essas instâncias. Em outros, a Coordenação (ou Executiva), ligadas ao Núcleo Dirigente dos Colegiados Territoriais assumem uma postura de “donos” (SDT, 2008a) dos colegiados. Da mesma forma, algumas organizações que são contratadas para fazer a gestão de recursos destinados ao território assumem uma postura distorcida de seu real papel de colaboradora, confundindo com o de coordenação e direção do processo de desenvolvimento territorial.

¹⁰ Programa coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, reunindo diversos programas no âmbito de vinte e dois órgãos do Governo Federal



Com relação ao Núcleo Técnico, a SDT já está considerando a possibilidade de que os mesmos possam ser incorporados pelas Câmaras Temáticas, instância que em alguns casos tem o mesmo problema de entendimento ou confusão de papéis, assim como os Núcleos Técnicos. Buscando melhorar essa questão, em 2010 a SDT definiu o papel dessas instâncias, bem como dos comitês setoriais (Brasil, 2010b).

Ainda é muito frágil o processo de organização institucional dos Colegiados Territoriais, pois os mesmos não conseguem realizar um planejamento institucional com foco estratégico. Talvez por esse motivo seja tão difícil executar o PTDRS. Quem irá executar este plano senão o Colegiado? Este, geralmente não se encontra suficientemente organizado para dar conta dessa tarefa, que exige, entre outras coisas, processos de mobilização de recursos, tanto humanos, quanto financeiros. É comum encontrarmos colegiados totalmente dependentes dos recursos disponibilizados pela SDT. Quando, por algum motivo, essa fonte falha, verifica-se a total inviabilidade de projetos e ações territoriais.

Em geral, o funcionamento dos Colegiados Territoriais é bastante diversificado em todo o país. Uns funcionam muito bem, inclusive com inovações que vão além das orientações do Condraf e da SDT e outros ainda têm muita dificuldade em funcionar, limitando-se totalmente à realização de plenárias para aprovação de projetos territoriais e realização de eventos pautados pela SDT.

Até o momento falamos de várias questões ligadas tanto à gestão estratégica, quanto à gestão social. Isso porque ambas estão fortemente vinculadas. Porém, ao focar na gestão social, é possível constatar que os colegiados também realizam, de forma tímida, processos mais dinamizadores de ações sociais e políticas, capazes de aumentar a capacidade dos atores territoriais para o fortalecimento da cidadania.

Nesse sentido, uma das ações que parece ser a mais importante para os atores territoriais é a definição de projetos territoriais, a partir de recursos públicos descentralizados pela SDT. Porém, esse é um mérito dessa secretaria, que, de forma inovadora, consegue fortalecer a gestão social nos territórios, não somente a partir da



descentralização de recursos e da assessoria técnica e metodológica nos estados e territórios,¹¹ mas também através da formação de Agentes de Desenvolvimento.

Atualmente os colegiados territoriais dispõem de um recurso para capacitação, mas em geral essa capacitação não acontece de acordo com a demanda principal dos atores territoriais que, segundo resultados dos últimos encontros de colegiados territoriais (Brasil, 2008; 2010a), tem sido focada na formação política dos atores territoriais. Um avanço nesse sentido foi a criação da RNCT, que é composta pelas Redes Estaduais de Colegiados Territoriais. Essa rede nacional foi criada durante o IV Encoter e tem funcionado como um importante espaço de gestão social, embora os atores territoriais ainda estejam aprendendo a agir e atuar em rede.

4 Considerações Finais

Em um modelo de gestão participativa, com foco na abordagem territorial, é importante que todos os membros diretivos das institucionalidades territoriais saibam planejar de forma estratégica, assim como elaborar propostas, administrar de forma responsável e monitorar ações e projetos, mas também é importante que sejam levados em consideração elementos de gestão social, tais como: inclusão social, inclusão produtiva, garantia de acesso a direitos básicos e formação para uma participação consciente e efetiva nos processos de desenvolvimento dos territórios de identidade.

A SDT apoiou a constituição da RNCT e continua apoiando o seu desenvolvimento e funcionamento, por entender que a mesma é fundamental para fortalecer o processo de desenvolvimento nos territórios de identidade, sobretudo dos Colegiados Territoriais. No entanto, não a considera no seu planejamento estratégico. O ideal é que a SDT incorpore a participação de representantes da rede no seu planejamento, assim poderá fazer com que o planejamento estratégico da RNCT se comunique com o planejamento estratégico da SDT.

¹¹ Essa assessoria é realizada nos estados e territórios por Assessores(as) Técnicos(as) Estaduais e, exclusivamente nos territórios, por Assessores(as) Técnicos(as) Territoriais, sendo os primeiros ligados a SDT e os segundos ligados aos Colegiados Territoriais, via entidades parceiras da SDT, que dispõem de recurso financeiro dessa secretaria para efetuar essa contratação a partir de um processo público, juntamente com o Colegiado Territorial.



Com relação à gestão social nos Territórios, observa-se que em geral não há um aprofundamento sobre a qualidade da participação nos Colegiados Territoriais. Geralmente ela aparece como se o seu sucesso fosse algo dado. Não duvidamos da grande dimensão que tem a criação dos Colegiados Territoriais e do grande avanço na participação de Agricultores Familiares no processo de desenvolvimento territorial, mas, assim como Dagnino (2004), questionamos se a representatividade da sociedade que, segundo a autora, costuma haver um deslocamento no seu entendimento, tanto por parte do Estado quanto por parte de atores da sociedade civil.

Para citar um exemplo dado por Dagnino (2004), no caso das organizações não governamentais (ONG), essa representatividade parece se deslocar para o tipo de competência que possuem, ou seja, se elas trabalham com negros ou agricultores, muitas vezes passam a ser vistas pelo Estado como representantes destes segmentos sociais, mesmo sem fazerem parte dos mesmos. Do mesmo modo, muitas ONG passam também a se ver como representantes destes segmentos, “(...) num entendimento particular da noção de representatividade” (DAGNINO, 2004, p. 101).

Essa situação é provável que aconteça nas relações de parceria dos Colegiados Territoriais. Mas não podemos fazer tal afirmação, porque a pesquisa não chegou a esse nível de aprofundamento. Sabemos que ocorrem muitos casos de parceria com ONG nos territórios e, inclusive no âmbito nacional através da SDT. Neste caso, considerando o argumento de Dagnino (2004) é importante a atenção dos Colegiados e da SDT para as parcerias que exijam algum tipo de ação que toque em questões de representatividade social.

É preciso implementar um programa de formação para a equipe da SDT, que dê conta de introduzir elementos de gestão social e ao mesmo tempo elementos básicos de gestão pública e gestão de conflitos e governança. Todas as pessoas, independente de serem servidores públicos, Direção de Assessoramento Superior (DAS) ou consultores estão envolvidos com a estratégia do Pronat e de uma forma ou de outra, vinculados ou não a SDT, em algum momento provavelmente estarão nos estados e territórios disseminando a estratégia territorial. Então precisam conhecer elementos básicos de gestão pública e principalmente a base de uma ação democrática e cidadã, imprescindível para a gestão social.



Ainda sobre formação, buscando atender uma demanda dos atores territoriais sobre formação política de dirigentes dos colegiados, entendemos que este papel pode ser desenvolvido pela SDT via entidades parceiras. Nesse sentido, sugere-se que a SDT busque parceria, especialmente com os movimentos sociais com atuação nessa área. Esta secretaria poderá também, desde já, aproveitar as parcerias existentes, mas para isso é importante que estes parceiros sejam capacitados para atuarem na formação política dos atores territoriais, mas sempre pensando em uma forma de envolver os movimentos sociais com experiência nesse tema.

Com relação ao processo de planejamento da SDT, é imprescindível que o mesmo inclua representantes de entidades parceiras, dos governos estaduais e dos territórios para que, de fato, seja aplicada a gestão social em todos os níveis. Do contrário, fica parecendo que a gestão social só é válida para o âmbito dos territórios e não para as esferas estadual e federal. Isso não é uma coisa tão difícil de implementar, uma vez que hoje há espaços organizados dos Colegiados no âmbito estadual e federal, ou seja, redes estaduais e nacional de colegiados territoriais. Este envolvimento é estratégico para o fortalecimento e sustentabilidade da abordagem territorial

A SDT precisa utilizar mais o espaço do Comitê de Desenvolvimento Territorial para discutir a estratégia territorial. Este comitê precisa levar as pautas do desenvolvimento territorial para o Condraf. Pode iniciar fazendo uma reformulação na sua composição, incluindo representantes estratégicos que já são conselheiros do Condraf e propondo uma nova resolução de orientação às institucionalidades territoriais. Nesse sentido, a SDT precisa articular com o MDA, Condraf e PTC no sentido de definir melhor a questão da paridade nos Colegiados Territoriais.

Por fim, constata-se claramente que os gestores da SDT, que preconizaram a estratégia territorial, realizaram um misto entre os modelos de gestão estratégica e de gestão social, como estratégia para o desenvolvimento dos territórios e das institucionalidades territoriais, onde se misturam elementos de gestão social e de gestão estratégica de forma inovadora e ousada, gerando uma engenharia que parece fácil de assimilar, mas na prática exige certa complexidade na sua implementação.

Nosso posicionamento sobre gestão social no Pronat é que não precisamos abandonar os elementos de gestão estratégica. Porém eles não devem ser considerados como algo maior, ou mais importante do que a gestão social, e sim, como algo que está



relacionado, cada um com sua importância específica. Nesse sentido, consideramos importante que sejam realizadas mais pesquisas sobre o ponto de vista dos gestores e dos atores territoriais com relação à gestão social, pois acreditamos que a delimitação entre gestão social e gestão estratégica ainda não está clara no âmbito das diversas instâncias do Pronat.

5 Referências bibliográficas

ANSOFF, H. Igor e McDONNELL, Edward J. **Implantando a administração estratégica**. São Paulo: Atlas, 1993.

BACELAR, T. Gestão social e desenvolvimento sustentável dos territórios: os desafios da multidimensionalidade. Uma visão a partir do Brasil. In: **Gestão Social dos Territórios**. Brasília: IICA. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.10, 2009. p. 35-51.

BERGUE, S. T. **Modelo de gestão em organizações públicas**: teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul: Educs, 2011. 701p.

BRASIL. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Série Documentos SDT, n.1. Brasília: SDT/MDA, 2005. 29 p.

_____. **Decreto n.º 4.854, de 8 de outubro de 2003**. Brasília, 2003.

_____. **Encontro Nacional dos Colegiados Territoriais**. Brasília: MDA/ SDT, Relatório, 2006.

_____. **II Encontro Nacional dos Colegiados Territoriais**. Brasília: MDA/ SDT, Relatório, 2007.

_____. **III Encontro Nacional dos Colegiados Territoriais**. Brasília: MDA/ SDT, Relatório, 2008.

_____. **IV Encontro Nacional dos Colegiados Territoriais**. Brasília: MDA/ SDT, Relatório, 2010a.

_____. **Colegiados Territoriais**: guia para a organização social dos territórios. Brasília: MDA/ SDT. Documentos de Apoio, n.5, 2010b. 47 p.

_____. **Síntese da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural**. Brasília: MDA/CONDRAF, 2010c. 16 p.

CONDRAF. Resolução N.º 52. Brasília: MDA/CONDRAF, 2005.

_____. Resolução N.º 48. Brasília: MDA/CONDRAF, 2004.

COREZOLA, F.; OLIVEIRA, C. D.; ALMEIDA, M. G. Desafios da governança territorial nos territórios incorporados ao Programa Territórios da Cidadania. Campina Grande, PB, **Revista Raízes**, v.28, 2010. p. 87-96.



DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Daniel Mato, coord., **Políticas de cidadania y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DELGADO, N. G. et al. **Desenvolvimento Territorial**: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais. IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2007.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: MIRANDA, C.; TIBÚRCIO, B. (Orgs.) **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 14, 2011. p. 89-130

FAVARETO, A. Três momentos na evolução recente da gestão social do desenvolvimento territorial: Dos conselhos municipais de desenvolvimento rural ao Territórios da Cidadania. In: **Gestão Social dos Territórios**. Brasília: IICA. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.10, 2009. p. 53-70.

_____. “Tendências contemporâneas dos estudos e políticas sobre o desenvolvimento territorial”. In: Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios. Brasília: IICA. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 12, 2010. p. 15-46.

FURTADO, R.; FURTADO E. Modelos e instrumentos para gestão social dos territórios. In: **Gestão Social dos Territórios**. Brasília: IICA. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 10, 2009. p. 71-94.

LEITE, S. P.; KATO, K.; ZIMMERMANN, S. **Gestão social dos territórios**. Brasília: IICA, 2008. Relatório de Pesquisa.

LEITE, S. P.; KATO, K. Desafios dos processos de gestão social e proposições de política. In: **Gestão Social dos Territórios**. Brasília: IICA. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.10, 2009. p. 95-146.

OLIVEIRA, C. D. S. **Informe técnico contendo análise dos alcances e limitações dos elementos constitutivos dos modelos de gestão implementados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) em gestão estratégica, coordenação dos órgãos colegiados e articulação regional, com recomendações técnicas e gerenciais para o seu aperfeiçoamento**. Brasília: IICA. Produto de Consultoria, 2012. 125p.

SDT. Reflexões sobre os Colegiados Territoriais. In: **III Encontro Nacional de Colegiados Territoriais**. Beberibe: SDT. Apresentação em Power Point, 2008a.

SDT. **Relatório da 6ª Reunião do Comitê de Desenvolvimento Territorial do Condraf**. Brasília: SDT/Condraf, 2008b.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. In: TENÓRIO, F. G. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado**: ensaios de gestão social. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 13-38.



GT 09 - As políticas Públicas e o Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil Contemporâneo.

Governança, inovação e sustentabilidade na gestão do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN)¹

Emanoel Márcio Nunes ¹, Thiago Ferreira Dias ², Fátima de Lima Torres ³, Antonio Caubí Marcolino Torres ⁴, Francisco Barbosa Sobrinho ⁵

¹ Economista. Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/ UFRGS). Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). Pesquisador CNPq. E-mail: emanoelnunes@uern.br

² Administrador. Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor da Universidade Rural do Semiárido-UFERSA. E-mail: thiagodias@ufersa.edu.br.

³ Graduada do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FE/UERN). Bolsista EXP-1 do CNPq. E-mail: fatmalima@hotmail.com

⁴ Graduado em Geografia pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FAFIC/UERN). Bolsista ATP-A do CNPq. E-mail: caubitorres@hotmail.com

⁵ Graduado em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). Bolsista ATP-A do CNPq. E-mail: f.b.lucena@hotmail.com

Resumo

Este artigo objetiva identificar a ocorrência da implantação das políticas públicas via território, a participação dos atores envolvidos no colegiado e o processo de governança no Território Sertão do Apodi - RN. Foram aplicados 140 questionários junto aos membros do colegiado do território com o intuito de observar a sua gestão e mensurar a capacidade institucional do mesmo. Foram também aplicados questionários com os 17 gestores municipais do território e feita uma análise do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Observou-se avanço na implantação das políticas públicas com vistas ao envolvimento coletivo de grupos, associações e cooperativas no acesso a programa e projetos. Verificou-se uma expressiva participação de ações dos agricultores familiares e inexpressiva participação do poder público municipal no colegiado territorial, incoerências na implantação e gestão dos projetos, dificuldades de acesso ao crédito e a assistência técnica.

Palavras-chave: Território, Governança e desenvolvimento rural.

¹ Este trabalho é resultado de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo *Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Regional: agricultura e petróleo* da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) (www.uern.br), com financiamento pelo MDA/SDT/CNPq através do Edital 005/2009 – Gestão de Territórios Rurais.



Introdução

Durante todo o processo de evolução das políticas públicas apresentadas através da análise do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, percebe-se uma estratégia de desenvolvimento territorial rural para inovação do reconhecimento da agricultura familiar com um forte potencial para desenvolvimento, assim como as políticas formuladas a partir de diretrizes gerais que nortearam os programas sociais destinados à redução das desigualdades regionais.

Essa forma diferente de pensar o desenvolvimento é a base conceitual para a dinamização econômica com sustentabilidade do Território da Cidadania Sertão do Apodi. Aqui a nossa unidade de análise, o qual representa um importante espaço onde a inovação e a reestruturação estão presentes. Contudo, ainda é possível observar que existe uma necessidade de se entender qual deve ser o papel dos espaços locais e regionais em um período de intensa transformação. No Território Sertão do Apodi, as mudanças se inscrevem num contexto mais amplo e, para entender as transformações nas suas estruturas, foram utilizadas contribuições que tratam do papel das políticas públicas, as quais revelam uma estrutura agrícola que opera numa dinâmica mais sustentável de desenvolvimento endógeno, este se constituindo em elemento-chave para explicar sua diversificação, vistas em autores como Schneider, (2003); Bonnal e Maluf (2009)

O questionamento que se feito é como vem ocorrendo a participação da sociedade civil e dos representantes do poder público e como as discussões ocorridas no colegiado, enquanto espaço de gestão participativa, tem contribuído para o fortalecimento da governança territorial? Parte-se do pressuposto de que as decisões do colegiado têm contribuído para a proposição e a elaboração de projetos, em especial de infraestrutura. No entanto, tais propostas por vezes não são efetivadas, em virtude das políticas públicas serem executadas via as instâncias municipais, estadual e federal, havendo a necessidade da promoção de diálogos entre os atores sociais envolvidos na gestão territorial.

Entende-se que o fortalecimento do processo de governança vem a ser primordial para a implantação e efetivação das políticas direcionadas ao desenvolvimento rural sustentável no território Sertão do Apodi. Nessa direção, este



artigo objetivou identificar a implantação das políticas públicas, a participação dos atores envolvidos no colegiado e o processo de inovação e governança no Território Sertão do Apodi (RN).

Para melhor compreensão o trabalho foi estruturado em seções, a saber: sua introdução; o referencial teórico; a discussão sobre a gestão do colegiado e as capacidades institucionais e as políticas públicas para o território; a metodologia; em seguida são apresentados os resultados e a discussão da pesquisa; e, por fim, são realizadas breves conclusões.

O processo de governança no âmbito territorial

O termo governança territorial pode ser utilizado para se referir a ações que represente a capacidade dos atores sociais de articular ações de forma que políticas públicas se traduzam em desenvolvimento duradouro. Para tanto, é necessário o exercício na definição das prioridades, no planejamento e na implementação das ações, participação nas decisões sobre os recursos financeiros, materiais e humanos para a dinamização das estruturas locais e a superação dos entraves e desafios para o desenvolvimento regional.

Nos espaços de debates sobre o desenvolvimento de políticas públicas territoriais é marcante a participação dos atores sociais, sejam eles agricultores familiares, representantes de cooperativas, associações, grupos e Organizações Não Governamentais (ONGs) que vem desenvolvendo o papel de gestores de temáticas de interesses social, junto com o poder público, realizando proposição de projetos e controle social, pois a governabilidade perpassa pela capacidade da sociedade contribuir na implantação de políticas públicas que visam a dinamização do território em longo prazo, com o objetivo de alcançar metas e propósitos do desenvolvimento regional. Para tanto, se faz necessário a convergência de ações para o fortalecimento das instituições territoriais, o equilíbrio entre os interesses públicos, privados e sociais, respeitando os processos e conhecimentos locais e territoriais. (PERICO, 2009).

Para Bandeira (2000), o conceito de governança é relativamente “novo”. Até a década de 1970 a abordagem que prevalecia era focalizada nas ações do governo onde se acreditava no setor público como motor do processo do desenvolvimento. Já nos anos 1980 amplia-se a visão sobre o desenvolvimento em que o Estado integra e lidera o conjunto da sociedade.



É na década de 1990 que se começa a reconhecer não só a capacidade do Estado, mas a iniciativa privada e a sociedade civil passam a reconhecer a importância da participação nos processos de tomadas de decisões nos colegiados, conselhos e fóruns. Ou seja, os espaços democráticos como um ambiente de favorecimento para exercitar o conceito de governança. Neste, sentido, segundo Dallabrida (2007):

“(...) a governança e o planejamento territorial resultem de uma prática de concertação, envolvendo as diferentes redes de poder sócio-territorial. Esta parece ser uma das condições indispensáveis para instituir processos exitosos de desenvolvimento territorial.”
(DALLABRIDA, 2007, p.9).

A participação dos atores sociais tem fundamental importância no processo de construção e implantação de políticas públicas através da cooperação mútua entre eles. Porém, o processo de governança é desafiador aos arranjos institucionais em diversos aspectos, por exemplo, quando existem influências externas que chegam ao território dificultando o processo de construção coletiva dos atores, desrespeitando os costumes e a cultura local. Assim, a gestão do colegiado precisa estar regada de informações, ter discernimento dos interesses coletivos e habilidade para lidar com os conflitos existentes entre os diferentes atores sociais, sem perder a essência da construção democrática de gestão, que vem a ser o objetivo do colegiado.

A governança abrange também a legitimidade dos espaços públicos, as relações horizontais e a formação dos consensos, envolvendo os atores territoriais sejam da sociedade civil ou do poder público; fazendo com que os atores envolvidos e suas organizações, instituições dentro de sua área de atuação, tenham uma conduta determinada na busca do entendimento, da participação e da cooperação para a gestão do colegiado.

Conforme o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS (2010) elaborado para o Sertão do Apodi, sua finalidade é promover o diálogo entre os diferentes atores nos âmbitos (local, regional e global), a partir do reconhecimento de instituições e outras entidades na consolidação do desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, suscitar a redução da pobreza e das desigualdades regionais.

Desta forma, o território não é estático, é produto dos atores, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes. Para Raffestin (1993), são esses atores que produzem o território, composto por malhas, nós e redes, partindo da realidade inicial dada que é o espaço, passando a implantação de novos recortes e ligações.



De acordo com o PTDRS (2010), o Programa Territórios da Cidadania vem contribuindo com o debate e acordos em colegiados representados por diversos atores ao estimular a busca por programas e apoio para o desenvolvimento endógeno do território. Este fato contribui para o acesso a políticas e programas de incentivo à comercialização, como por exemplo: (a) acesso a Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN (EMATER local), favorecendo a dinamização econômica do território com o fortalecimento dos mercados locais e das organizações sociais; (b) o Programa de Alimentação Escolar (PNAE) com a inclusão de pelo menos 30% dos recursos destinados à compra de produtos da agricultura familiar; (c) o apoio a inclusão social como as campanhas de documentação das mulheres, legalização das terras dos pequenos agricultores; (d) o apoio a conservação ambiental com os projetos de bioágua realizando o reuso da água, as cisternas e as barragens sucessivas, assim como o trabalho com o manejo da caatinga realizado nos assentamentos e o apoio a produção agroecológica e orgânica.

No tocante a infraestrutura para o beneficiamento da produção, o programa dos territórios não tem conseguido avançar na execução dos projetos propostos e elaborados via colegiado. Isto ocasiona entraves a novos mercados, e, em alguns casos impossibilita o acesso aos mercados institucionais existentes pela não adequação a legislação exigida para a produção de alimentos seja pelo Sistema de Inspeção Federal - SIF ou registro junto a Agencia Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Esse descompasso na implantação das políticas públicas no território é reflexo de um modelo de desenvolvimento exógeno “de cima” que ainda está arraigado nas representações políticas do território. No entanto, sabe-se que é papel das políticas públicas contribuir com a sustentabilidade territorial com ênfase na dinamização das atividades produtivas da agricultura familiar, no contexto em que se identifica a pluriatividade desse setor da economia. (SCHNEIDER, 2003).

Portanto, a proposta de pluriatividade para os territórios vem fortalecer a perspectiva de desenvolvimento rural sustentável, uma vez que ela busca políticas de integração nos diversos aspectos sejam culturais, socioeconômicos, ambientais que proporcionam ocupação e renda no território desde a produção ao beneficiamento nas



cadeias produtivas, como nas microempresas, no comércio ou serviços, o que fortalece a identidade e contribui para a permanência dos atores no território.

Sustentabilidade territorial

Pode-se compreender a sustentabilidade como um conceito multidimensional a incluir cinco dimensões básicas de sustentabilidade: econômica, ecológica, espacial, social e a político-cultural. A sustentabilidade econômica leva em conta a produção material, porém numa perspectiva de longo prazo respeitando os limites da natureza. A sustentabilidade ecológica, de um lado estabelece regras que conduza a prática econômica a respeitar os recursos renováveis, e a utilizar com parcimônia os recursos não renováveis, e de outro lado, trata-se de recorrer à ética em face à natureza. Na sustentabilidade espacial preconizam um planejamento ambiental e o reordenamento territorial, mantendo-se somente as cidades como centros da “modernidade”, deixando o meio rural conservado. A dimensão social prega o atendimento às necessidades básicas da humanidade, procurando atingir uma igualdade social. Quanto à dimensão político-cultural, valoriza-se o acesso de todos aos meios culturais, a formação da ética e da solidariedade dos cidadãos, indução ao respeito e à responsabilidade em relação ao meio ambiente, via meios educacionais mais eficientes. (NUNES, SILVA, TORRES, et al., 2011).

Os autores acrescentam que, a sustentabilidade ecológica está relacionada à depreciação de recursos naturais e à perda da biodiversidade. Ela, somada à sustentabilidade social representa as preocupações com o aumento da pobreza, bem como, da população e da desigualdade social aliadas às preocupações com o meio ambiente. É com base nessas formulações que vem sendo pensadas e direcionadas as políticas públicas em todo o mundo, em particular no Brasil, para os territórios e todo o meio rural.

Na visão de Bonnal e Maluf (2009), as ações implementadas pelos governos a partir dos anos 1980, desenvolveram características herdadas da política desenvolvimentista dos anos 1930, que teve como principais manifestações a instabilidade monetária, endividamento crônico, o incremento da pobreza rural e urbana, a degradação dos recursos naturais entre outras.



Tais características figuram-se tanto no nível internacional a partir do consenso de Washington que norteou as políticas públicas nacionais onde o papel do Estado limitava-se a disciplina fiscal e monetária, a privatização das empresas públicas em que representava a redução do Estado nas questões econômicas ao mesmo tempo em que se delineava medidas corretivas com o propósito de reduzir os impactos das forças de mercados que colocava sob pressão o meio rural e a emergência de novos conceitos de desenvolvimento territorial rural fundamentada pela noção de governança², assim o papel fundamental do Estado seria a equidade social e territorial (BONNAL; MALUF, 2009).

De acordo com os autores, no Brasil, as políticas de desenvolvimento territorial rural tiveram início nos anos 1980 sob a influência das organizações dos movimentos agrícolas e rurais, resultando daí o surgimento da agricultura familiar nos anos 1990 como categoria sócio-política que se propuseram a elaboração de políticas públicas diferenciadas e específicas. Além destes, outros eventos foram significativos como o reconhecimento de diversas identidades como: os povos Indígenas, Quilombolas, Pescadores Artesanais, Ribeirinhos, etc., que serviram de base para discussões junto ao poder público. Estes elementos foram essenciais para definição de medidas como o acesso a água, a gestão técnica social e ambiental da agricultura familiar entre outras (BONNAL; MALUF, 2009).

Segundo os mesmos, essas características nortearam as diretrizes gerais definidas no plano plurianual 2004-2007 formulado no início do governo Lula. Percebe-se que, a partir dos anos 1990 há uma continuidade dos governos FHC e Lula, sobretudo com políticas direcionadas ao fortalecimento dos agricultores familiares através de políticas diferenciadas de crédito rural Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), reforma agrária e transferência de renda, sendo que o governo de Lula estava mais voltado às políticas de equidade social e desenvolvimento territorial, com ênfase para as políticas sociais de combate a pobreza (Fome Zero).

A estratégia básica do governo contida no plano, figura no crescimento sustentável, emprego e inclusão social. Assim, a preocupação objetivava a retomada do

² Entende-se por governança o processo de coordenação de atores sociais e instituições com vista a realizar objetivos definidos e discutidos coletivamente.



desenvolvimento do país com ênfase na equidade social promovendo a mobilização da sociedade em torno da superação da pobreza, da fome e da miséria. Dessa forma, as políticas e os programas apresentados no PPA contemplam cinco principais dimensões que são: dimensão social, econômica, regional, ambiental e democrática, que se constituem as principais diretrizes definida com estratégia do governo federal (BONNAL; MALUF, 2009).

É importante ressaltar que o Brasil tem avançado nas discussões e elaboração de políticas voltadas para a sustentabilidade, ambiental, socioeconômica e cultural, sobretudo nos territórios reconhecendo os atores e as potencialidades locais, proporcionando o diálogo entre poder público e sociedade civil. Porém, torna-se necessária a integração entre as instâncias de poderes municipais, estadual e federal para que ocorra a efetivação das políticas propostas no PPA.

Metodologia

Para realização desta pesquisa adotou-se uma triangulação de dados na abordagem quantitativa e qualitativa, visando à triangulação dos dados. Utilizou-se fontes secundárias para a coleta dos dados qualitativos, em especial o PTDRS e o Relatório Analítico Parcial do Projeto Inovação e Diversidade e Sustentabilidade na Gestão de Territórios Rurais: monitoramento e avaliação do desenvolvimento dos territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi (RN), financiado pelo MDA/SDT/CNPq, edital 05/2009, elaborado por (NUNES; DIAS; TORRES et al, 2011).

Quanto à abordagem quantitativa tratou-se de uma análise exploratória de dados a partir de fontes primárias com aplicação de 140 questionários junto aos membros do colegiado daquele território, com o intuito de observar a gestão do Colegiado e mensurar a capacidade institucional.

Além desse, foram também aplicados questionários com os 17 gestores municipais do território, a saber: Apodi, Campo Grande, Itaú, Janduís, Rodolfo Fernandes, Umarizal, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Messias Targino, Olho-d'água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Severiano Melo, Triunfo Potiguar e Upanema.



É importante explicar que os questionários foram elaborados pela equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). Esta pesquisa foi realizada no período de março a junho de 2011. Os dados levantados nesta pesquisa foram agrupados, analisados e discutidos, seguindo dois eixos temáticos que tratam de apresentar: (i) a gestão do colegiado; e (ii) capacidades institucionais do Território Sertão do Apodi.

Gestão do Colegiado

O colegiado territorial do Sertão do Apodi existe antes mesmo da política dos territórios coordenado pela SDT. Sua gestão foi marcada ao logo dos anos pela participação expressiva dos representantes da sociedade civil que tem como função primordial realizar o controle social do Projeto Dom Helder Câmara³. Esse colegiado se integrou a política dos territórios rurais (2003) e depois a política dos territórios da cidadania (2008) sem perder suas características iniciais de composição não paritária.

Esta composição corrobora com o critério da distribuição de representantes por afinidades das cadeias produtivas (apicultura, cajucultura, caprinovinocultura, entre outras) existentes no território, caracterizando-se pela instituição da identidade do território. Nesta perspectiva este território vem sendo referência na participação dos atores sociais, sejam agricultores familiares, grupos de jovens, mulheres, associações, cooperativas e ONGs. No entanto, é necessária uma participação do poder público de forma mais efetiva e eficaz para o sucesso das ações territoriais.

Os dados revelados com a pesquisa sobre Gestão dos Colegiados Territoriais realizada em 2011, apontam a participação inexpressiva do poder público municipal no colegiado como um fator que conduz a ineficiência na implantação e gestão dos projetos a serem desenvolvidos no território. Essa realidade suscita reflexões e um longo debate sobre os rumos que remetem a promoção de ações para o desenvolvimento sustentável, tendo como princípio, o comprometimento dos gestores públicos com a implantação das políticas para o território. Conforme a Figura 01.

³ É resultado de uma cooperação entre o Fundo Internacional do Desenvolvimento da Agrícola - FIDA e o MDA para trabalhar com assessoramento técnico, capacitação e financiamento de Unidades Técnico Demonstrativo - UTD aos agricultores familiares do território Sertão do Apodi.

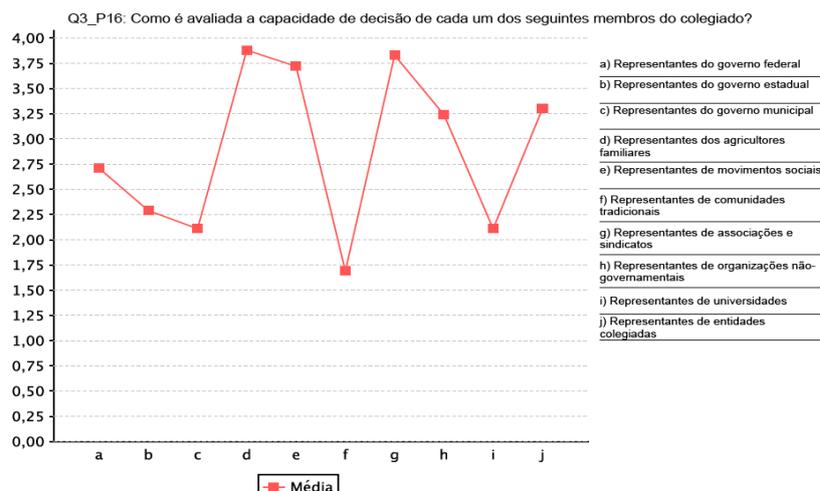


Figura 1: Como é avaliada a capacidade de decisão de cada um dos membros do colegiado.
Fonte: SGE-FACEM/UERN, 2010. Elaboração dos autores.

De acordo com a Figura 1 verifica-se que a capacidade de decisão de cada um dos membros do colegiado, está associado a participação, neste caso, os membros confirmam que a ausência nas tomadas de decisões, dos representantes do poder público, ficando as responsabilidades a cargo os representantes da sociedade civil.

No tocante às condições de vida da população rural, percebe-se que vem ocorrendo melhorias em função dos programas de transferência de renda e aposentadorias. Mas, o território tem se esforçado para apontar outras perspectivas que indicam melhorias na qualidade de vida da população como: maior inclusão produtiva, ações de educação do campo, energia, habitação entre outros; em função das articulações institucionais, com o propósito de contribuir com a dinamização socioeconômica do território.

Por outro lado, nota-se a necessidade de intensificar a coesão nos arranjos institucionais entre sociedade civil e poder público com o intuito de concretizar as ações via território. No entanto, ao trabalhar o fortalecimento desses arranjos, torna-se urgente e necessário superar alguns desafios de infraestrutura, de produção e de comercialização para o desenvolvimento das cadeias produtivas como uma das alternativas para impulsionar o desenvolvimento e a qualidade de vida dos que habitam o território.

Capacidades Institucionais



Para a análise das capacidades institucionais adota-se antes de tudo o reconhecimento das articulações (reuniões comunitárias, fóruns, seminários, reuniões dos comitês, etc.) entre as organizações (sindicatos, cooperativas, associações de produtores rurais, organizações de apoio técnico) e movimentos (MST, Pastoral da Terra, movimento de mulheres e federações dos agricultores, etc.) e a necessidade do envolvimento destas com o poder público. Para fortalecer o processo de governança territorial. As capacidades institucionais referem-se aos arranjos políticos organizacionais, as condições e recursos disponíveis às estruturas do território, visto no Quadro 1.

Indicadores de Capacidades Institucionais		
1. Gestão dos Colegiados	0,573	Médio
2. Capacidades Organizacionais	0,596	Médio
3. Serviços Institucionais Disponíveis	0,461	Médio
4. Instrumentos de Gestão Municipal	0,358	Médio Baixo
5. Mecanismos de Solução de Conflitos	0,324	Médio Baixo
6. Infraestrutura Institucional	0,576	Médio
7. Iniciativas Comunitárias	0,530	Médio
8. Participação		

Legenda:

0,00 - 0,20 = Baixo

0,20 - 0,40 = Médio Baixo

0,40 - 0,60 = Médio

0,60 - 0,80 = Médio Alto

0,80 - 1,00 = Alto

Quadro 1 - Indicadores da Capacidade Institucional.

Fonte: Sistema de Gestão Estratégica – SDT/MDA, 2011.

Para mensurar as capacidades foram aplicados questionários junto aos gestores públicos municipais, do qual se obteve índice de capacidades organizacionais permeando o médio e médio baixo (conforme Quadro1), com a seguinte caracterização.

Com relação a gestão dos conselhos municipais nota-se que 100% dos municípios dispõem dos conselhos que são exigidos para repasse de verbas (saúde, criança e adolescente). Por outro lado, na perspectiva de espaço de contribuição para o desenvolvimento rural, apenas 52,9% dos entrevistados afirmaram a existência de conselho de desenvolvimento rural. Quando se observa o nível de controle realizado por estes conselhos na aplicação dos investimentos públicos apenas 41% dos entrevistados afirmaram existir algum controle.

Quando se analisa as capacidades organizacionais, os gestores públicos destacam a presença das seguintes organizações no território: associações, assentamentos de reforma agrária, grupo religiosos, de jovens, de mulheres, sindicatos



de trabalhadores (as) rurais e cooperativas de produtores (as). Estas organizações contribuem e dão sustentação e apoio às ações do colegiado territorial, na perspectiva de desenvolvimento endógeno e têm como desafios implementação de projetos e participação mais efetiva dos poderes públicos municipais e estaduais na efetivação das políticas.

Quando se elenca os serviços institucionais disponíveis, o território dispõe da UERN e da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), EMATER, EMPARN, Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Serviço brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e ONGs que atuam nas áreas rurais dos municípios. As informações sobre mercado são fornecidas através dos escritórios regionais da EMATER.

Quanto à assistência técnica o território conta com o PDHC com atuação em 10 dos 17 municípios, com assessoramento técnico contratado através de ONGs em 58 áreas, sendo 33 comunidades e 25 assentamentos para 1.871 famílias. Já a EMPARN em parceria com a UERN, UFERSA e a Fundação Banco do Brasil atua em cinco municípios deste território com a implantação de tecnologias para a cajucultura, envolvendo profissionais da agronomia e graduandos das duas universidades na pesquisa e extensão rural. Assim como o trabalho com os pescadores na criação de unidades demonstrativas para o desenvolvimento da aquicultura familiar.

No que se refere aos instrumentos de gestão municipal dos 17 municípios apenas 52,9% dos entrevistados afirmam dispor de secretaria de planejamento. Aliado a isso 41% não dispõe de sistema de cadastro de imóveis rurais, o que acarreta dos gestores desconhecimento da realidade fundiária do município. As secretarias municipais não dispõem de quadro permanente de funcionários, sendo em sua maioria cargos comissionados através de indicação política, sem necessariamente deterem qualificação profissional na área de atuação. Outro fator que interfere diretamente na gestão dos municípios é a ausência de formação permanente das equipes gestoras, em especial, nas áreas de administração, planejamento, infraestrutura e desenvolvimento rural sustentável.

No tocante ao mecanismo de solução de conflitos verificou-se que as famílias rurais procuram as autoridades competentes instituídas de poder decisório, como



prefeitos e juízes, para resolverem seus conflitos, haja vista que ao longo da história do território nota-se a ocorrência de vários conflitos por terra, água, moradia digna e pelo reconhecimento e efetivação de seus direitos. Ainda não há a perspectiva de busca de resolução de conflitos via mediação do Colegiado Territorial.

Em relação a infraestrutura institucional constatou-se que o território dispõe de 17 secretarias de agricultura municipais, todavia, apenas 47% dos gestores entrevistados afirmaram existir técnicos permanentes para serviços nas áreas rurais. Segundo os dados recolhidos em campo, os municípios juntamente com instituições tecnológicas atendem aos agricultores no tocante à assistência técnica, no qual 82,4% dos gestores públicos afirmam existir assistência técnica aos agricultores familiares.

Vale ressaltar que segundo pesquisa realizada por Nunes, Silva e Torres et al (2011), o Índice de Condição Vida (ICV), no território Sertão do Apodi apresenta debilidade no assessoramento técnico, o que leva a perceber a existência de uma contradição entre as percepções dos gestores municipais e as dos beneficiários das comunidades rurais do território. Observou-se que apesar deste item ter obtido avaliação satisfatória por parte dos gestores municipais, ainda está aquém da necessidade real da população rural no que condizem as ações públicas de desenvolvimento rural, em especial o de viés endógeno.

Já no item iniciativa comunitária observa-se que os dados apresentam a existência de várias organizações comunitárias que têm iniciativas próprias em vários setores, produtivos, sociais ou culturais.

Contudo, percebe-se, a fragilidade destas capacidades institucionais, no tocante ao desenvolvimento de ações estruturante de fortalecimento das cadeias produtivas, empreendimentos e agricultores famílias que necessitam de apoio técnico, acesso ao crédito, acesso aos mercados para desenvolver a comercialização e conseqüentemente melhorar as condições de vida no território. A ausência de constante diálogo e entendimento entre os atores da sociedade civil e do poder público reflete, diretamente, no desenvolvimento dos projetos como também na gestão do Colegiado territorial.

Considerações Finais

Ao analisar a gestão, o processo de governança e a capacidade institucional do colegiado, percebe-se que o território tem acessado políticas de desenvolvimento



endógeno, sobretudo, nos âmbitos de apoio aos empreendimentos da agricultura familiar e economia solidária, além de ser expressivo receptor de transferências de renda. Porém, existem desafios a serem superados e necessita da efetividade de políticas mais duradouras que saiam do patamar das emergências para efetivação, bem como a participação e do envolvimento dos poderes público nas três esferas de governo.

É importante ressaltar a necessidade de se discutir o acesso a recursos como terra, água, crédito e assessoramento técnico, bem como a dinamização dessas políticas públicas no intuito de atender um número cada vez maior de municípios, associações, cooperativas, grupos formais e informais de famílias de agricultores. Faz-se necessário realizar estratégias que fortaleçam a participação de todos os atores nas tomadas de decisões, buscando o envolvimento dos gestores municipais nas discussões criando um ambiente propício com os arranjos necessários a implementação e a gestão das políticas de desenvolvimento territorial.

Portanto, os dados ora disponibilizados pela pesquisa e constantes no banco de dados do SGE-FACEM/UERN poderão orientar as estratégias de desenvolvimento no Território da Cidadania Sertão do Apodi. Sua relevância se expressa na possibilidade de contribuição para o planejamento e a gestão de empreendimentos produtivos, numa perspectiva de sustentabilidade que contribuirá no processo de governança ao arranjo institucional que envolve sociedade civil e governos (municipal, estadual e federal) em prol do desenvolvimento regional e territorial.

Referências

BANDEIRA, Pedro S. Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional. In: BECKER, Dinizar F. & BANDEIRA, Pedro S. Desenvolvimento Local/Regional – Determinantes e Desafios Contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, vol. 1, p. 23-128, 2000.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. *Revista Política & Sociedade*. n. 14, p. 211-250, abr, 2009.



DALLABRIDA, Valdir Roque. A Gestão Social dos Territórios nos Processos de Desenvolvimento Territorial: Uma Aproximação Conceitual. V.2, n.2, Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro. 03/12/2007.

NUNES, E. M.; DIAS T. F.; TORRES, F.L. et al. Projeto Inovação e Diversidade e Sustentabilidade na Gestão de Territórios Rurais: monitoramento e avaliação do desenvolvimento dos territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi (RN), financiado pelo MDA/SDT/CNPq, edital 05/2009. *Relatório Analítico Parcial*. Mossoró: UERN, 2011.

NUNES, E. M.; SILVA, M. R.F.; TORRES, F.L. et al. Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade no Território Sertão do Apodi (RN) In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER-NE), *Anais...*, 2011, Petrolina: SOBER-Nordeste, 2011.

PERICO, R. E. Identidade e território no Brasil. Brasília: ed. IICA, 2009.

PTDRS. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Sertão do Apodi*, Brasília: MDA/SDT, 2010.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 51, p.100-121, fev. 2003.



GT 9 – As Políticas Públicas Territoriais e o Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil Contemporâneo

Ideias e Práticas na Gestão Social do Território da Borborema, PB¹

Márcio Caniello¹
Valério Veríssimo de Souza Bastos²
Maria de Fátima Martins³
Marc Piraux⁴

¹ Doutor em Sociologia, Professor Associado, UFCG – marciocaniello@gmail.com

² Mestre em Sociologia, Técnico da Célula de Acompanhamento e Informação da Borborema, UFCG – valerioverissimo@hotmail.com

³ Doutoranda em Recursos Naturais, Professora Assistente, UFCG – fatimamartins2005@gmail.com

⁴ Doutor em Agroecologia, Pesquisador do CIRAD, Professor Visitante, UFPA – marcpiraux@uol.com.br

Resumo

Nos últimos anos, vários trabalhos destacam a importância que cerca o entendimento e a compreensão da gestão social dos Territórios Rurais. Diante disso, e apoiada pela SDT, várias equipes de pesquisadores, denominadas de Células de acompanhamento e Informação (CAI) foram implementadas em alguns Territórios da Cidadania a fim de subsidiar, com o levantamento de informações, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. De posse dos resultados obtidos pela Célula no Território da Borborema – PB, a análise nos mostra que as dinâmicas sociais se caracterizam pela emergência de um movimento social forte, ao redor de um pólo sindical e de algumas ONGs. Esta dinâmica se concretizou pela hegemonia dessas instituições no colegiado territorial. Estas instituições apresentam uma forte e consistente articulação dentro dos espaços colegiados, o que para uns pode ser entendido como negativo à medida que provoca o distanciamento de algumas instituições, para outros se torna fundamental no sentido de ser um elemento importante de mobilização. Mas, e de uma maneira paradoxal, a definição e, sobretudo a implementação dos projetos de infraestrutura são problemáticas. Percebe-se que ainda existe um hiato significativo entre as ideias planejadas e debatidas no colegiado e o processo de colocar em prática e acompanhar estas ações. Concluímos que, apesar das limitações e dos avanços, várias ações tem possibilitado possíveis melhoramentos da gestão social deste colegiado e de uma maneira mais geral, sobre a política de desenvolvimento territorial.

¹ Os dados analisados neste paper são oriundos de pesquisa desenvolvida pela equipe da Célula de Acompanhamento e Informação da Borborema (PB), tabulados pelo Sistema de Gestão Estratégica (SGE) do MDA/SDT, no âmbito do Projeto de Pesquisa Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Evolução e Qualidade dos Resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR no Território da Borborema (Paraíba). Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais Nº. 05/2009 (CANIELLO, 2009).



Introdução

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os espaços para a participação da sociedade civil na definição e implementação das políticas públicas no Brasil ampliaram-se significativamente. Resultado da própria dinâmica do processo de redemocratização do país e fruto da atuação decisiva dos movimentos sociais organizados neste processo (Doimo, 1995; Gohn, 2001, p. 52 e Santos & Avritzer, 2002, p. 65), a institucionalização do chamado “controle social” sobre as políticas públicas reflete a consolidação daquilo que os cientistas políticos chamam de “democracia direta” ou “democracia participativa” (Bobbio, 2000).

O pressuposto fundamental dessa concepção de democracia é que a participação dos cidadãos e das organizações sociais em arenas deliberativas favorece o bom desempenho das instituições públicas, a eficiência de suas políticas e ações, o fortalecimento da sociedade civil e do capital social e, conseqüentemente, a própria melhoria de vida da população, em função do controle social exercido sobre os investimentos públicos.

Este é o cerne do chamado “ciclo de gestão social”, mecanismo adotado pelo Governo Federal no Programa Territórios da Cidadania, implementado em colegiados ou fóruns territoriais compostos por representantes da sociedade civil (associações, sindicatos, ONGs, cooperativas, etc.) e dos governos federal, estadual e municipal. É no âmbito dessa instância que “matrizes de ações anuais” são discutidas de maneira viabilizar, através de projetos aprovados pela plenária, a efetivação do seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), elaborado por instituições ou organizações contratadas para esse fim e homologado pelo próprio Colegiado Territorial.

Este trabalho visa analisar a dinâmica da gestão social no Território da Borborema, na Paraíba, analisando as respostas de 80 questionários de impressão aplicados aos membros do colegiado dos 21 municípios do território.

Segundo os entrevistados, a principal motivação para a inserção de suas organizações ou instituições no colegiado foi a matriz orçamentária lançada pelo governo federal. Das instituições participantes, 29 delas (36,25%) frequentam o colegiado há pelo menos dois anos e 40 instituições (50% do total) participam há mais de três anos. É importante destacar que as instituições com um maior período de participação, a exemplo dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, fazem parte ou são



parceiras do Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema que atuam no território desde a década de 90. Além da participação, estas organizações exercem uma forte influência na pauta e no debate do colegiado.

Em relação à forma de seleção dos membros do colegiado, 44,5% disseram que foi através de “convite direto”, 11% “convite pessoal” e 7,5% por “seleção voluntária”. Apenas 26% afirmaram que a seleção foi feita através de “convocatória aberta para eleição”

Em relação à capacidade de tomada de decisões² dos representantes das instituições presentes nas reuniões do colegiado, destacam-se os representantes das associações e sindicatos, lembrados 70% dos entrevistados. Seguindo esta escala aparecem: os representantes dos agricultores familiares com 66,3%, os representantes das organizações não governamentais destacados 62,5%. Ainda foram lembrados por mais da metade dos membros (47) os representantes dos movimentos sociais. Estes números nos evidenciam a forte capacidade de tomada decisão que os membros da sociedade civil possuem dentro colegiado do Território da Borborema (Figura 1).

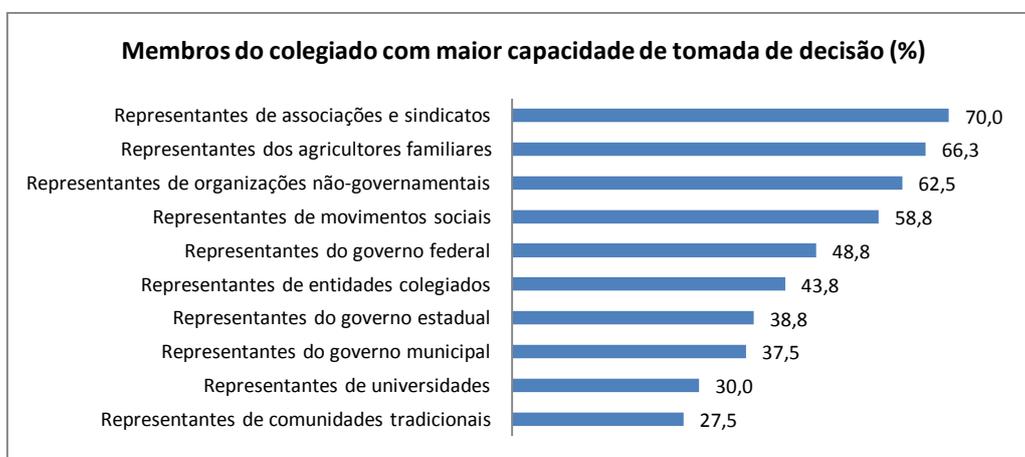


Figura 1 -2 Membros do colegiado com a maior capacidade de tomada de decisão (%)

Por outro lado, os representantes que tiveram a sua capacidade de decisão menor avaliada foram os membros das instituições governamentais (Figura 33).

² Esta capacidade de decisão foi aferida pela seguinte escala de avaliação montada pela equipe da SDT e legendada da seguinte forma: muito baixa (1), baixa (2), mais ou menos (3), alta (4) e muito alta (5).



Figura 3 Membros do colegiado com a menor capacidade de tomada de decisão (%)

A capacidade de decisão dos representantes dos governos municipais foi destacada por 30 membros (37,5%) como sendo muito baixa e baixa. Seguindo esta mesma escala de avaliação aparecem os representantes das universidades que foi destacado por 22 pessoas (27,5%), em seguida aparecem os representantes do governo estadual que foi citado por 21 pessoas (26,3%).

A baixa capacidade de decisão atribuída a estes representantes está relacionada a vários fatores. No caso dos representantes dos governos municipais, isso acontece pela falta de autonomia que os representantes das prefeituras possuem em função da não participação dos gestores nestas reuniões. No caso dos representantes das universidades, este número está associado à falta de participação dos representantes destas instituições nas reuniões do colegiado. Para se ter uma idéia (segundo informações da assessoria territorial), das três universidades (UFCG, UFPB e UEPB) inseridas no Território da Borborema, nenhuma delas tinham os seus representantes participando efetivamente das reuniões do colegiado. O mesmo acontecendo com os representantes dos governos estaduais. Aliado a estes fatores poderíamos ainda destacar a rotatividade e a não participação dos representantes destas instituições. Não resta dúvida que esta realidade afeta consideravelmente o desempenho do colegiado, principalmente pela importância que estas instituições possuem no que diz respeito à qualificação do debate e na tomada de decisões.

A hegemonia das instituições da sociedade civil está relacionada à trajetória e ao trabalho que estas instituições vêm desenvolvendo junto aos agricultores familiares dentro do Território, sendo importante destacar a forma como estas organizações



marcam posição nas reuniões do colegiado, evidenciando uma “cumplicidade de projeto” destas organizações por terem como público alvo de suas ações os agricultores familiares. A qualidade e a participação destes atores no colegiado estão intimamente ligadas às dinâmicas existentes no Território antes mesmo da constituição do colegiado. Eles apresentam uma forte e consistente articulação dentro deste espaço, o que para uns pode ser entendido como negativo à medida que provoca o distanciamento de algumas instituições, para outros se torna fundamental no sentido de ser um elemento importante de mobilização.

O principal mecanismo utilizado para propagar as decisões do colegiado, segundo informações dos entrevistados foi a internet. Segundo 65 representantes (81,25%) as decisões e as ações tomadas pelo colegiado foram repassadas para seus membros através de e-mail. Também foi destacado que estas informações foram repassadas através de comunicação pessoal como foi destacado por 29 membros (36,25%), e via parceiros (organizações da sociedade civil) que foi lembrada por 26 representantes (32,50%).

Apesar de terem citados estes mecanismos de comunicação em suas falas, os entrevistados relataram que algumas informações, segundo eles importantes, não eram repassadas para todos os membros do colegiado.

Segundo eles, algumas informações e ações são concentradas e tomadas por um número pequeno e restrito de organizações. Foi mencionado por um número significativo de membros, como organizações centralizadoras destas organizações o Pólo Sindical da Borborema, a AS-PTA e a Arribaça, que segundo eles monopolizam as informações, o que em certa medida chega a afastar algumas instituições, como foi o caso de alguns representantes (do Brejo) que deixaram de participar alegando que “só se debate coisa de interesse do Pólo... quando é coisa de prefeitura ou de outra instituição que não faz parte do Pólo elas não querem debater”.

Apesar de terem afirmado que recebem e-mails, outro aspecto que foi destacado pelos membros do colegiado foi a falta de comunicação/informação entre a coordenação do colegiado e seus membros. Eles também destacaram como pontos fracos a precária articulação entre os atores sociais, a condução das dinâmicas colegiadas e o funcionamento colegiado. Aqui eles destacaram a falta de objetividade das reuniões, a não socialização de documentos e o longo tempo gasto nas plenárias. Segundo um deles



“se fala muito e se produz pouco”. Para alguns membros, essa falta de objetividade tem afastado várias instituições das reuniões.

A falta de conhecimento sobre a forma como é repassada as decisões e ações do colegiado, relatada por alguns membros, pode ser de certa forma justificada pela não participação e pela rotatividade de vários deles, levando assim a uma descontinuidade das atividades, e ao conseqüente enfraquecimento das discussões e das definições das prioridades do Território. Neste sentido, fica evidente a necessidade de se criar mecanismos de controle com o objetivo de minimizar estes problemas, melhorando assim a funcionalidade e a produtividade do colegiado. Neste sentido seria importante o debate em torno da necessidade da indicação, por parte das instituições, de representantes minimamente qualificados e conhecedores dos problemas, potencialidades e dinâmicas sociais presentes no Território.

Tendo como característica de ser uma arena de debate, o colegiado tem como objetivo debater temas relacionados à sua identidade e características. Neste sentido, 70% dos respondentes afirmaram que o tema tratado com mais freqüência pelo colegiado são os **projetos**.

Este número de certa forma reflete a dinâmica e as bases das discussões do colegiado territorial. Esse dado também pode estar associado ao fato dos projetos de investimentos serem deliberados pelos membros do colegiado, o que leva ao debate em torno deste tema. Esse tema tem sido o ponto alto da gestão do colegiado, onde as reuniões que tratam desse tema apresentam maior índice de presença dos membros. Contudo, apesar de ter sido bem citado, o debate em torno dos projetos não reflete a execução dos mesmos. Atualmente, a maioria dos projetos de investimentos, que foram deliberados pelo colegiado, ainda não foi entregue às comunidades. Os principais motivos para o atraso destas obras têm sido provocados, em certa medida, por motivos técnicos e operacionais que o colegiado não vem conseguindo solucionar.

Seguindo o grau de freqüência, foram citados por mais de 50% dos entrevistados os temas relacionados ao **desenvolvimento agropecuário**, que foi destacado por 49 (61,3%) dos membros do colegiado, o tema relacionado a **planejamento** que foi lembrado por 47 (58,8%) pessoas, e em seguida aparece o tema **meio ambiente** que foi destacado por 46 entrevistados correspondendo a 57,5% do total de respondentes.

Estes temas estão intimamente ligados às dinâmicas territoriais executadas por várias instituições inseridas no Território (Pólo, AS-PTA, Arribaça, entre outras



instituições). Esta informação reforça a tese da importância do capital social e simbólico que alguns atores possuem dentro do Território. Segundo os informantes, estes temas estão relacionados às características de identidade do Território (agricultura familiar e produção agrícola). Neste sentido, é importante destacar que a maioria dos membros do colegiado (STR, CMDRS, Organizações não governamentais entre outras) têm como planos de ação projetos de desenvolvimento das atividades agropecuárias pautados na sustentabilidade ambiental e na agroecologia como é o caso do Pólo Sindical da Borborema.

Segundo os membros do colegiado, a pouca participação dos gestores públicos nas reuniões do colegiado tem sido o problema que mais prejudica o seu desempenho. Este problema foi destacado por 56 entrevistados (70%). Segundo eles, determinadas decisões só podem ser tomadas com a presença dos gestores, como por exemplo, a doação de um terreno e/ou o cumprimento de contrapartidas para a realização dos projetos, só acontece com a presença do gestor. Seguindo a escala de importância aparece o problema da baixa participação dos produtores que foi lembrado por 52 deles (65%).

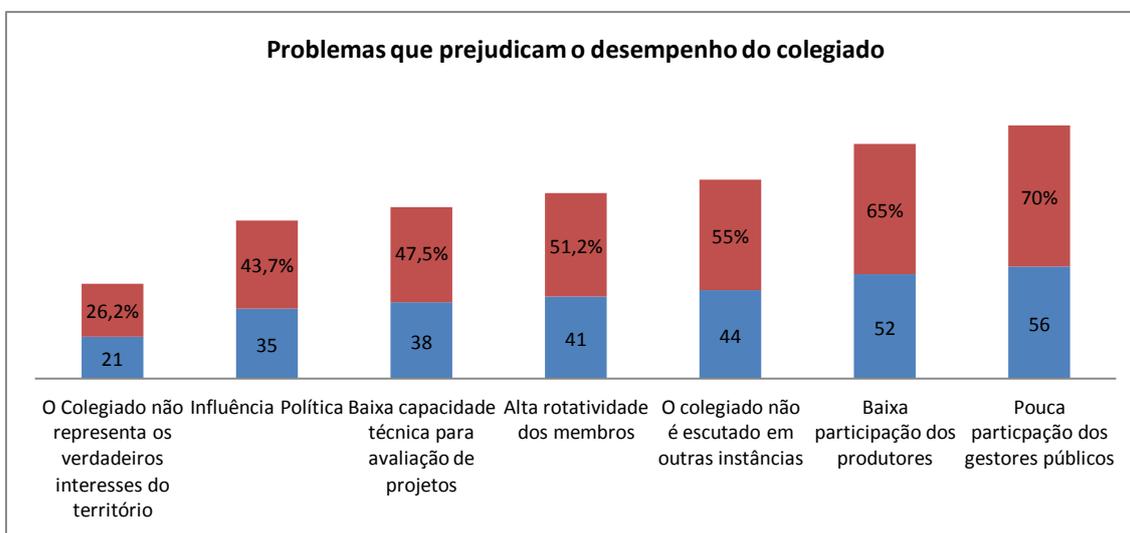


Figura 4 Principais problemas que prejudicam o desempenho do colegiado

Outro aspecto que foi lembrado por mais de 50% dos entrevistados é o fato do colegiado não ser escutado em outras instâncias. Eles lembram que fora do colegiado determinadas ações não são acatadas por outras instâncias. Um exemplo deste problema aconteceu no ano de 2010, quando o colegiado do Território da Borborema, junto com



outras instituições, realizou várias discussões em torno da não utilização de agrotóxico como forma de controle e combate da mosca negra. Apesar do debate, o governo do Estado não acatou as orientações deliberadas pelas instituições do Território e continuou com a aplicação do veneno.

Mais três problemas que foram avaliados por eles como prejudiciais para o desempenho do colegiado são: (i) a alta rotatividade de seus membros que foi destacado por mais da metade (51,2%) dos membros (41) do colegiado. Este problema tem afetado diretamente toda a dinâmica e gestão do colegiado. Esta alternância prejudica o desenvolvimento e continuidade das ações que são e precisam ser tomadas pelo colegiado; (ii) em seguida aparece a baixa capacidade técnica para a avaliação de projetos. Este problema tem feito com que vários projetos que são idealizados pelo colegiado não ganhem corpo em função do colegiado não possuir a capacidade técnica para planejá-los, executá-los e monitorá-los. Recentemente o colegiado teve vários de seus recursos disponibilizados pelo MDA tendo que ser devolvido ou até mesmo não acessado pela falta dessa capacidade técnica; (iii) o último problema destacado por eles como prejudicial para o desempenho do colegiado é a influência política. Segundo alguns entrevistados, várias ações tomadas pela coordenação do colegiado têm motivações políticas. Eles alegam que algumas instituições dominam o acesso e a deliberação de recursos, principalmente no que diz respeito aos projetos de custeio.

Tendo em vista que para a elaboração e concepção de documentos, como também outras ações, dentro de um colegiado, é preciso que sejam tomadas algumas decisões, a pesquisa buscou aferir quais os principais mecanismos de decisão utilizados pelo Colegiado da Borborema. Com vemos na Figura abaixo, o principal mecanismo de tomada decisão é a votação por maioria. Este procedimento foi destacado por quase todos os membros (69 de 80) participantes do colegiado (86%). Além da votação por maioria, Mais de 30% (25) deles destacaram os acordos por consenso que são realizados nas plenárias do colegiado, como também 23 deles disseram existir articulações entre os grupos.

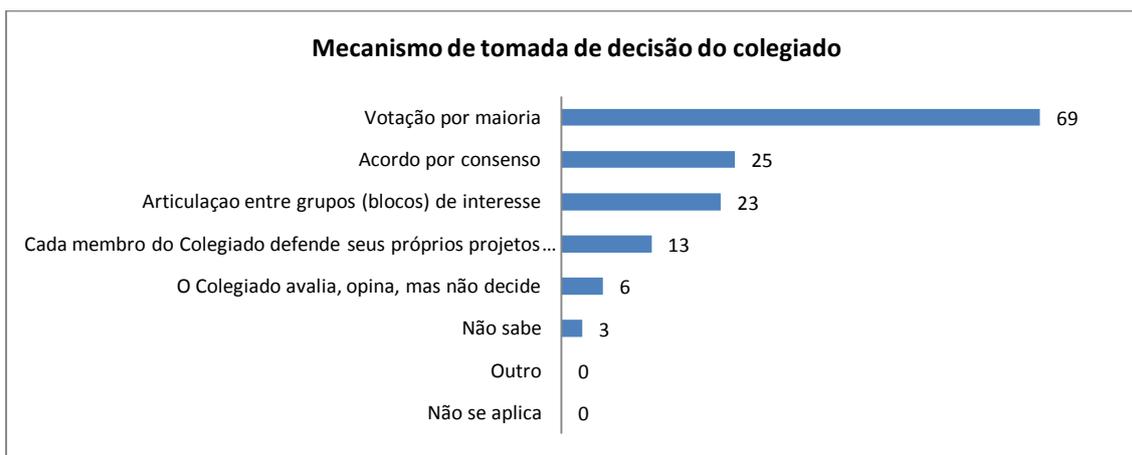


Figura 5 Mecanismo de tomada de decisão do colegiado

Estes números nos revelam o caráter democrático que o Território da Borborema possui quando é preciso tomar decisões. Assim, o colegiado mais uma vez se configura em uma *locus* de debate, no qual a tomada de decisões tem regras claras, mesmo que em alguns casos, algumas instituições consigam se sobrepor a outras, principalmente no que diz respeito ao capital social, político e simbólico construído e adquirido ao longo do tempo. Ou seja, dentro de campos, algumas instituições, em função do acumulo destes capitais conseguem se desenvolver melhor que outras instituições (BOURDIEU, 2007)

Visto que algumas destas votações são acerca da gestão de projetos de desenvolvimento territorial, o questionário aferiu as ações tomadas pelo colegiado para a gestão destes projetos. Os números nos revelam que para mais de 50% dos membros do colegiado, a priorização e seleção com base em critério (46) é fundamental para a gestão destes projetos. Praticamente o mesmo número (43) de pessoas disse ser necessária a realização de análise da viabilidade técnica dos projetos. Alguns deles (19) também julgaram importante a avaliação interna de mérito dos projetos. Estes números nos mostram que em certa medida o Território tem buscado ações que melhorem a gestão dos projetos de desenvolvimento territorial proposto pelo colegiado. Ver Figura 6, abaixo.

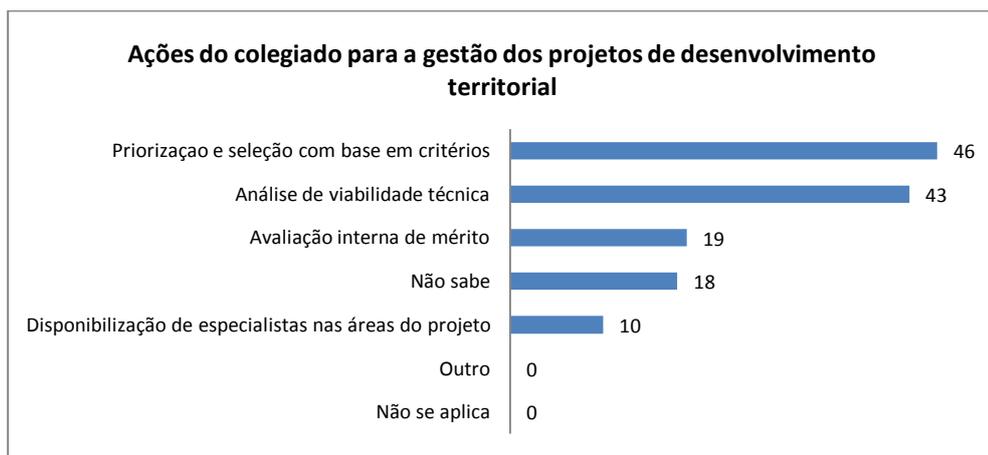


Figura 6 Ações do colegiado para a gestão dos projetos de desenvolvimento territorial

Entretanto, um traço característico de todos os índices e indicadores avaliados pela pesquisa é que, sejam eles altos, médios ou baixos, existe uma tendência decrescente quando se vai do campo das idéias (concepções, representações, ideologia) para o campo da prática.

Podemos verificar esta tendência quando analisamos, por exemplo, a participação das entidades na elaboração de instrumentos de planejamento para a intervenção prática no desenvolvimento territorial (Figura 7). Em primeiro lugar, o total de participações em todas as fases de elaboração dos documentos (oficinas de discussão, concepção e elaboração, e revisão) decresce de 112 no diagnóstico para 110 no PTDRS e 101 no documento com a “visão de futuro”. Isto é, a participação das entidades na elaboração dos documentos diminui em termos gerais, decresce da elaboração do documento que registra a percepção da realidade (“diagnóstico”), ao instrumento de intervenção prática imediata, inclusive necessário para a liberação de recursos para os projetos (PTDRS) e, mais ainda, à elaboração de um documento de planejamento de ações a longo prazo (“visão de futuro”).

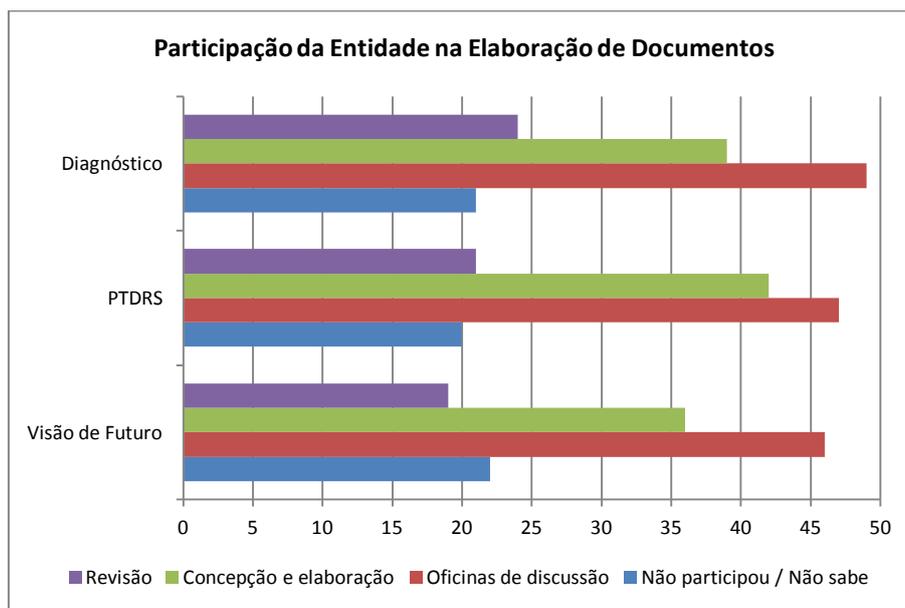


Figura 7 Participação da entidade na elaboração de documentos

Por outro lado, a participação das entidades no processo de construção do Diagnóstico, do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Visão de Futuro decresce significativamente quando se passa da participação nas “oficinas de discussão para sua formação” para as fases de “concepção e elaboração” dos documentos e, finalmente sua “revisão”, que é a chamada fase de “qualificação” dos instrumentos. Ou seja, a participação é maior quando os documentos são discutidos nas inúmeras “oficinas” promovidas, e menor quando se trabalha efetivamente na sua elaboração concreta.

O próprio Resumo Executivo do PTDRS do Território da Borborema 2010-2020 elaborado pela ONG Vínculus e publicado pelo MDA (BRASIL, 2010) denuncia essa tendência, pois, das 62 páginas, 52 são dedicadas ao diagnóstico territorial e apenas oito ao planejamento estratégico, limitado a um diagrama (p. 53) e uma planilha (pp. 54-60) com os “eixos aglutinadores”, “programas”, “projetos” e “ações”. Ora, não há sequer um plano de metas, um cronograma de ações e/ou projetos e, muito menos, um instrumento de verificação com indicadores de resultados esperados. Assim, como um “Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável”, o documento resume-se em uma extensa introdução contextual e um vago conjunto de boas intenções.

Um dado associado a essa tendência se refere às áreas em que os membros do colegiado receberam capacitação. Segundo dados da pesquisa, os membros do colegiado afirmaram ter participado de 239 capacitações (CANIELLO ET AL, 2011, p. 77),



conjunto que podemos estratificar em três grupos, indo de propostas mais teóricas a propostas mais práticas, a saber: (1) qualificação em planejamento do desenvolvimento rural (“planejamento participativo”, “desenvolvimento territorial” e “planejamento estratégico”), que totalizam 103 capacitações (43%); (2) elaboração de projetos e planos de desenvolvimento, com 52 ocorrências (22%); e (3) intervenção nos processos de desenvolvimento (“controle social”, “organização”, “monitoramento e avaliação” e “gestão de conflitos”), com 84 ocorrências (35%). Isto é, 65% das capacitações foram voltadas para o planejamento e a elaboração de projetos, enquanto apenas 35% para a preparação dos membros do colegiado quanto à efetivação desses projetos e planos, sua gestão e controle.

Ainda neste campo, não podemos deixar de citar dois fatos que verificamos ao analisarmos a execução orçamentária de 2008 no Território da Borborema, com base nos dados disponibilizados no Portal da Cidadania (CANIELLO ET AL, 2011 e 2012, *no prelo*)³. Em primeiro lugar vimos que, para o processo de elaboração do PTDRS, a ONG Vínculus recebeu 150 mil reais relativos à capacitação de 50 membros do colegiado para este fim, quantia que somada aos recursos despendidos na própria elaboração do documento, totalizaram 231 mil reais. Por outro lado, a mesma ONG recebeu 70 mil reais para formar agentes de desenvolvimento, mas cumpriu apenas 2,5% da meta física (embora os dados disponibilizados no Portal da Cidadania indiquem que nenhum membro do colegiado recebeu esta capacitação), ao passo que a ONG Arribaça recebeu cerca de 285 mil reais para a formação em cooperativismo e comercialização e para o apoio a empreendimentos cooperativos e associativos, mas não executou nenhuma meta física planejada⁴.

Finalmente, é no item **Avaliação de Projetos** que aparecem as maiores limitações no que tange à prática efetiva do colegiado no desenvolvimento territorial na Borborema. Por um lado, constata-se que apenas sete projetos de infra-estrutura foram concluídos desde 2003, quando os primeiros recursos de investimento foram liberados para o Território. Por outro lado, os índices para os indicadores de avaliação de projetos

³ Ver Anexos 11.1 e 11.3.

⁴ Não nos aprofundamos na análise acerca destas constatações por duas razões. Em primeiro lugar, porque a análise da execução dos recursos de custeio não está no escopo da pesquisa financiada pelo CNPq/MDA/SDT; em segundo lugar, porque até hoje não conseguimos apresentar os resultados parciais da pesquisa e as publicações da Célula ao Colegiado (ocasião em que poderíamos discutir coletivamente e participativamente os diversos temas abordados), embora tenhamos tentado agendar este momento várias vezes.



são extremamente baixos, aliás, os menores apurados em toda a pesquisa, sendo três deles considerados ruins, “planejamento” (0,262), “indícios e impactos” (0,356) e “gestão (0,360), e o indicador “execução” como tão somente regular (0,577).

Um outro dado relevante nesse aspecto é o grande número de membros do colegiado que não sabiam responder questões sobre os projetos, como “o papel do Colegiado Territorial no desenho e definição dos componentes do projeto” (25,7%), “ações utilizadas no planejamento do projeto (19,1%), “capacidade instalada dos projetos” (28,6%) e “melhoria na qualidade de vida dos beneficiados” (42,9%).

Sob nosso ponto de vista, estes dados indicam que há a necessidade de uma maior atenção à qualificação prática dos membros do Colegiado, municiando-os tecnicamente para uma postura mais pró-ativa no que se refere à sua ação efetiva no processo de desenvolvimento territorial.

Foi o que verificamos para os indicadores melhor avaliados do **Índice de Identidade Territorial**, “agricultura familiar”, “economia”, “meio ambiente” e “política”, respectivamente, cujos escores referentes às variáveis “gestão territorial” e “resolução de conflitos” – quesitos que apontam mais para a própria ação coletiva dos indivíduos e menos para o sistema de valores que a fundamenta, isto é, que expressam como a identidade é efetivada na prática social cotidiana, seja no consenso (gestão), seja no dissenso (conflito) – foram sempre menores que os escores referentes às variáveis mais ideológicas e representacionais “limites do território”, “história comum” e “características marcantes”.

O único indicador analisado⁵ em que não se observa essa tendência, o quinto melhor avaliado, demonstra que a “pobreza” não tem grande importância na definição ideológica da identidade territorial, mas que as “organizações sociais e comunitárias” são consideradas como importantes para a “gestão do território”, superando em muito, para esta variável, a avaliação obtida pelos “movimentos sociais e políticos” e “organizações ambientais”, ficando pouco abaixo das “organizações produtivas” e apenas significativamente abaixo da avaliação referente às “organizações da agricultura familiar”. Entretanto, o mesmo não ocorre com a variável “resolução de conflitos”, que segue a mesma tendência geral apontada, atingindo o menor escore para este indicador.

⁵ Em função da baixa avaliação dos indicadores “colonização” e “etnia”, estes não foram analisados neste Relatório Analítico.



Por outro lado, ainda para o Índice de Identidade Territorial, outra tendência geral é que os escores atingidos pela variável “visão de futuro” são sempre maiores que os atingidos pela variável “metas e objetivos”, com exceção para o indicador “movimentos sociais e políticos”, em que empatam. Assim, mais uma vez fica patente certo descompasso entre a elaboração ideológica dos membros do colegiado (“visão”) e a sua disposição prática para a ação (“metas e objetivos”), materializada em discrepâncias entre a avaliação positiva das duas variáveis citadas, do indicador melhor avaliado ao indicador com pior avaliação.

No caso do **Índice de Capacidades Institucionais**, a pior pontuação do indicador “participação” fala por si só: aquele que deveria ser o principal fator prático da gestão territorial é o considerado o menos importante pelos respondentes. Por outro lado, no que tange à “infra-estrutura institucional”, segundo indicador melhor avaliado, percebe-se que há estruturas administrativas instaladas para o planejamento em metade dos municípios e para o desenvolvimento rural em 20 deles (95%), mas na prática as Secretarias parecem não desenvolver suas atividades a contento, demonstrando sua baixa capacidade de fomentar concretamente o desenvolvimento das áreas rurais. Mais uma vez, as “potencialidades” parecem superar as “efetividades”, embora seja importante ressaltar que o capital social é significativo no Território da Borborema, o que aponta para a necessidade de processos de formação que enfatizem principalmente a perspectiva prática do desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

CANIELLO, M.; BASTOS, V.V.S.; MARTINS, M.F.; PIRAUX, M., CANTALICE, L.; NUNES, T.L.; TORRES, J.V.O. *Relatório Analítico do Projeto de Pesquisa Acompanhamento, monitoramento e avaliação da evolução e qualidade dos resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PDSTR no Território da Borborema (Paraíba)*. Campina Grande, GEPAD/UFCG; Brasília, SGE/SDT/MDA, 2011.

DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: Movimentos Sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.



GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo, Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de S. & AVRITZER, Leonardo: “Introdução: para ampliar o cânone democrático, SANTOS, Boaventura de S. (org.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.



GT 9 – Políticas Públicas Territoriais e Desenvolvimento Rural Sustentável

O índice de condições de vida (ICV) do território rural Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul: primeiras análises

Anelise G. Rambo², Marcelo A. Conterato³, Sergio Schneider⁴, Jardel Casaril⁵, Megui F. Del Ré⁶, Carla A. Gomes⁷, Amanda F. O. Radünz⁸

² Doutora em Desenvolvimento Rural. Técnica da Célula de Acompanhamento e Informação (CAI) do Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: ane_rambo@yahoo.com.br

³ Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: marcelo.conterato@ufrgs.br

⁴ Doutor em Sociologia. Professor dos Programas de Pós Graduação em Sociologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: schneide@ufrgs.br.

⁵ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Ciência e Tecnologia Agroindustrial da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Bolsista da CAI/2010. E-mail: jardelcasaril@hotmail.com.

⁶ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Bolsista da CAI. E-mail: megui_delre@yahoo.com.br

⁷ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Bolsista da CAI. E-mail: cageo13@gmail.com

⁸ Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Bolsista da CAI/2010. E-mail: amafaol@yahoo.com.br.

Resumo

Este artigo apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa em desenvolvimento no Território Rural Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Os resultados são representados através de um Índice de Condições de Vida (ICV), o qual tem sua construção referenciada na abordagem das Capacitações de Amartya Sen. O índice resultou da aplicação de 298 questionários em domicílios rurais localizados em 9 dos 25 municípios que compõe o referido território no período entre outubro e dezembro de 2010. Construído para expressar a representação das mudanças percebidas no e pelo público-alvo das ações implementadas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o ICV permitiu captar a percepção dos residentes dos domicílios rurais entrevistados expressando diferenças importantes quanto aos fatores, efeitos e características do desenvolvimento, quer seja na comparação entre as dimensões do ICV ou entre os índices dos grupos sociais, neste caso domicílios rurais representativos da agricultura familiar, domicílios com produção e domicílios sem produção. O instrumento de coleta e o ICV se demonstraram adequados ao estudo da percepção sobre as condições de vida dos diferentes grupos analisados.

Palavras-chave: Índice de Condições de Vida. Território Rural. Desenvolvimento Rural

¹ Este trabalho contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão dos Territórios Rurais N. 005/2009. Fazem parte da equipe de pesquisa, além dos autores deste artigo, os professores Paulo Waquil do PGDR/UFRGS, Suzimari Specht e Roni Blume da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Introdução

O presente artigo propõe apresentar os primeiros resultados de uma pesquisa mais ampla e em andamento desde outubro de 2010 no Território Rural Zona Sul do Rio Grande do Sul. Os resultados serão apresentados através de um Índice de Condições de Vida que busca verificar a percepção dos indivíduos sobre suas condições de vida, captando elementos relativos aos fatores, as características e aos efeitos do desenvolvimento. A construção do ICV seguiu a proposta teórica assentada na abordagem das capacitações de Sen (1999) que, por sua vez, procura avaliar a capacidade ou a liberdade de escolha, de realização de ações, ou do alcance de estados considerados desejáveis por uma determinada população em um determinado universo empírico, no caso deste trabalho a população residente em domicílios rurais no Território Rural Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Neste caso, o ICV expressa a qualidade de vida na percepção do indivíduo entrevistado, qualidade esta, que não se mede pela posse de bens, nem pela qualidade a eles inerente, mas reside nas capacidades dos indivíduos para utilizar esses bens para obter satisfação ou felicidade (Sen, 1999).

O ICV busca captar as condições de vida por meio de múltiplas dimensões: econômica, social, ambiental, político-institucional e cultural. Este esforço é realizado em função de disseminadas críticas à insuficiência das análises unidimensionais, ou seja, aquelas em que o desenvolvimento é captado simplesmente por incrementos na repartição da riqueza produzida (PIB *per capita*).

O ICV é uma metodologia demandada pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Composto um conjunto mais amplo de informações¹ e propõe-se acompanhar, avaliar e disponibilizar informações acerca dos territórios rurais.

Com o objetivo de apresentar os primeiros resultados do ICV Zona Sul bem como esclarecer os referenciais teóricos que embasam a construção do índice, este artigo estrutura-se em quatro seções além desta introdução. Na segunda seção trata-se brevemente da emergência da perspectiva territorial do desenvolvimento rural. Em seguida, serão abordados os elementos teórico-metodológicos que dão base à elaboração

¹ Foram levantadas informações sobre a identidade do território e a gestão dos Colegiados territoriais, as capacidades institucionais dos municípios que compõem o território, além de um acompanhamento dos projetos territoriais concluídos.



do ICV. Na quarta seção serão apresentadas as primeiras análises sobre o ICV do território Zona Sul e, por fim constam as considerações finais e as referências.

2. Da abordagem territorial do desenvolvimento rural à elaboração do Índice de Condições de Vida (ICV)

A introdução da perspectiva territorial na discussão dos processos de desenvolvimento rural é um fenômeno relativamente recente. A emergência da perspectiva territorial do desenvolvimento rural está relacionada às mudanças mais gerais na forma de pensar, analisar, praticar e discutir a ruralidade, os territórios e os processos de desenvolvimento. A abordagem territorial representa a confluência de novas formas de refletir a ruralidade, de elaborar políticas, de implementar e experimentar práticas.

A abordagem territorial representa uma tentativa de superação do enfoque setorial das atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio, serviços) e suplantou a dicotomia espacial entre o rural *versus* urbano ou o campo *versus* cidade. Nesta abordagem, as dicotomias e os antagonismos são substituídos pelo enfoque na diversidade de ações, estratégias e trajetórias que os atores (indivíduos, empresas ou instituições) adotam visando sua reprodução social e econômica. Adotar tal perspectiva possibilita enxergar com maior clareza a diversidade e a heterogeneidade social e econômica dos territórios.

Sepúlveda (2008) argumenta que a abordagem territorial favorece e enfatiza a multidimensionalidade, a qual assume importância na medida em que permite a percepção da complexidade, diversidade e heterogeneidade dos processos de desenvolvimento. A perspectiva territorial do desenvolvimento rural envolveria um processo de transformação da dinâmica de desenvolvimento por meio da distribuição ordenada das atividades produtivas em consonância com o potencial dos recursos naturais e humanos. Esta perspectiva exige que as políticas econômicas, sociais, ambientais e culturais destinadas aos territórios sejam mantidas e apoiadas em processos descentralizados e participativos.

Sumpsi (2007) destaca uma série de vantagens nas políticas de desenvolvimento com enfoque territorial, quais sejam: (a) fortalecimento da cultura participativa; (b) geração de capacidades locais para a concertação entre atores locais, públicos e privados; (c) aumento da auto-estima da população local na medida em que



se percebem enquanto protagonistas de seu futuro; (d) a tomada de consciência acerca da idéia de que o desenvolvimento também depende da população e não unicamente do Estado. Isso tende a gerar uma mudança de atitude e comportamento da população local, passando de uma atitude passiva para uma mais ativa e protagonista; (e) o reconhecimento de recursos locais ociosos e conhecimentos perdidos; (f) maior acesso a informação por parte da população local; (g) o processo de debate social que embasa este enfoque ajuda a criar uma visão coletiva da sociedade local sobre o futuro do território.

No caso europeu, lembra Sarraceno (2007), o programa LEADER exerceu um importante papel na adoção de políticas de recorte territorial e regional, tornando-se uma alternativa aos enfoques setoriais agrícolas. Desenhado para ser uma metodologia de ação temporária para testar a capacidade de reação das regiões frente às políticas de descentralização, o programa tornou-se referência entre os estudiosos do desenvolvimento rural que operam com a perspectiva territorial (Sarraceno, 2007).

Na década de 1990, é criada uma metodologia de indicadores territoriais pela OCDE, a qual teve projeção importante fora da Europa, vindo a influenciar estudiosos no Brasil (VEIGA, 2001; 2002) e em outros países da América Latina (GOMEZ, 2001, PEREZ, 2001, GIARRACA, 2001). Embora a metodologia da OCDE não tenha representado um avanço teórico propriamente dito, tornou-se importante enquanto crítica aos indicadores setoriais com os quais as instituições de pesquisa e os estudiosos estavam operando para definir o rural.

Propondo a perspectiva territorial para as políticas de desenvolvimento rural na América Latina, Schejtman e Berdegué (2003) argumentam que, frente à magnitude das mudanças nas sociedades rurais, não restam dúvidas de que os antigos enfoques do desenvolvimento rural tornam-se cada vez mais irrelevantes.

Já no Brasil, começa-se a destacar a importância da dimensão espacial do desenvolvimento, na qual as representações setoriais e escalares perdem importância em virtude de sua incapacidade de lidar com as múltiplas escalas decorrentes das formas de gestão e exercício do poder, que passam a representar novos formatos institucionais no meio rural. Em razão disso, autores destacam que a perspectiva territorial representa um avanço em relação ao enfoque setorial, uma vez que é capaz de superar as rígidas e ultrapassadas escalas de gestão, poder e planejamento que não mais correspondem ao



contexto de ação do Estado nem aos anseios dos atores da sociedade civil por participação nas ações de desenvolvimento.

Este contexto influencia as ações territoriais do Estado brasileiro no âmbito do desenvolvimento rural. A implementação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), em 2003, junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é um exemplo, entre outros, de como o Estado brasileiro vem dando sinais de seu interesse em superar o enfoque setorial que historicamente marca as políticas públicas.

No âmbito da SDT/MDA é criado o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), em 2003, seguido do Programa Territórios da Cidadania (PTC) no ano de 2008, sendo este decorrente da constatação de significativas desigualdades sócio-econômicas entre os territórios rurais.

Além de buscar promover a participação e a descentralização da gestão dos processos de desenvolvimento rural por meio das políticas territoriais, a SDT/MDA sentiu a necessidade de um maior acompanhamento das dinâmicas dos territórios apoiados pelo Pronat e PTC. Por isso, a Secretaria articulou-se institucionalmente e operacionalmente com 27 universidades e 37 territórios rurais para o estabelecimento do Sistema de Gestão Estratégica (SGE)², estimulando o desenvolvimento dos processos de acompanhamento, avaliação e informação nos territórios por meio das Células de Acompanhamento e Informação (CAIs).

Com o propósito de acompanhar, avaliar e disponibilizar informações acerca dos territórios estão sendo levantados pelas Células, entre outras atividades e ações, o Índice de Condições de Vida (ICV), apresentado a seguir.

3. O Índice de Condições de Vida (ICV) e suas bases teóricas

A proposta inicial do ICV – posteriormente adaptada pela equipe da SDT/MDA – foi elaborada por uma equipe de pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com contribuições da pesquisadora Ângela A. Kageyama. O Índice sucede uma primeira experiência da equipe do PGDR com o projeto de validação do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) e sua representação gráfica na forma de um biograma, conforme sugeridos em Sepúlveda (2005). O IDS, calculado com base em dados secundários, leva em consideração seis dimensões dos processos de

² O SGE pode ser acessado em <<http://sge.mda.gov.br/sge/index.html>>.



desenvolvimento: a social, a demográfica, a político-institucional, a econômica, a ambiental e a cultural³ e representa um instrumento de análise comparativa dos processos de desenvolvimento territorial.

Contudo, o IDS apresenta uma limitação, qual seja, depende da disponibilidade e da atualização dos dados secundários utilizados, a qual não necessariamente ocorre com a periodicidade necessária para o acompanhamento dos processos de desenvolvimento nos territórios. Diante disso, e na perspectiva de acompanhar mais diretamente as condições de vida nos territórios rurais é demandado um indicador de resultados capaz de representar as mudanças percebidas no e pelo público-alvo das ações implementadas nos territórios.

O ICV também é um instrumento de análise comparativa. É baseado em dados primários, coletados por amostragem através de questionários aplicados em domicílios rurais e permite a disponibilidade e atualização das informações com a frequência desejada.

Além da multidimensionalidade, a proposta do ICV é baseada em três dimensões – ou instâncias – na perspectiva trazida por Kageyama (2008). A primeira se refere aos *condicionantes do desenvolvimento rural*, na qual se procura identificar as diferentes bases territoriais sobre as quais se desenrola o processo de desenvolvimento rural. A segunda busca identificar as possíveis diferenças nas trajetórias do desenvolvimento e representa, portanto, as *características do desenvolvimento rural*. A terceira dimensão pressupõe os *efeitos dos processos de desenvolvimento*, admitindo que as características junto à base territorial diversa – ou seja, juntos aos fatores – produzem resultados econômicos e sociais também diversos. A seguir, podem ser observadas as instâncias e indicadores do ICV:

Fatores que favorecem o desenvolvimento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mão de obra familiar em atividade dentro ou fora da unidade 2. Área da unidade de produção familiar 3. Escolaridade 4. Condições da moradia 5. Acesso a mercados 6. Acesso a políticas públicas (Pronaf, bolsa-família,...) 7. Acesso a crédito e assistência técnica 8. Presença de instituições que favorecem o desenvolvimento rural
Características do desenvolvimento	<ol style="list-style-type: none"> 9. Renda familiar 10. Produtividade do trabalho 11. Produtividade da terra 12. Diversificação da produção agrícola 13. Pluriatividade, diversificação nas fontes de renda familiar 14. Uso e preservação dos recursos naturais: água 15. Uso e preservação dos recursos naturais: solo 16. Uso e preservação dos recursos naturais: vegetação nativa

³ A esse respeito ver Waquil et. al (2007b) e Waquil et. al. (2010).



**Efeitos do
desenvolvimento**

17. Estar bem alimentado / nutrido
18. Ter boa saúde
19. Permanência dos membros da família da unidade de produção
20. Percepção sobre as mudanças na situação econômica da família
21. Percepção sobre as mudanças na situação ambiental da unidade
22. Participação social (cooperativas, associações)
23. Participação política (eleições, conselhos, assembléias)
24. Participação cultural (grupos de expressão cultural, outras atividades)

Quadro 1 – Instâncias e indicadores das condições de vida das famílias rurais

Fonte: SGE, 2011.

Estas instâncias estão pautadas na concepção de desenvolvimento de Amartya Sen (1999), qual seja, um processo que consiste na remoção das restrições que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas, um processo de alargamento das liberdades (SEN, 1999). Sendo assim, as instâncias acima relacionadas aproximam-se da abordagem das *capabilities* (capacitações), a qual propõe avaliar a capacidade – ou melhor, a liberdade – de escolha dos indivíduos, de realização de ações ou do alcance de estados considerados desejáveis. Nesse sentido, a capacidade de escolha estaria ligada à qualidade de vida das pessoas.

Ao relacionar bem-estar e desenvolvimento, Sen afirma que o “[...] padrão ou a qualidade de vida não se mede pela posse de um conjunto de bens, nem pela qualidade a eles inerente, mas reside nas capacidades dos indivíduos para utilizar esses bens para obter satisfação ou felicidade” (KAGEYAMA, 2008, p.54).

Para tal, torna-se importante, segundo Sen, distinguir o que seria um meio e um fim nos processos de desenvolvimento. Para o autor, isto é fundamental para evitar confusões entre crescimento e desenvolvimento. Nessa concepção, a renda, por exemplo, embora necessária ao desenvolvimento, é um meio e não um fim. Ademais, o bem-estar da sociedade depende de como a renda é utilizada, e não apenas do seu nível (KAGEYAMA, 2008).

Para fazer esta distinção entre meios e fins, Sen operacionaliza sua proposta com base nos conceitos de *entitlements* (intitamentos) e *functionings* (funcionamentos). Os intitamentos representam o conjunto de combinações de bens ou mercadorias que cada pessoa pode ou está apta a possuir. Os alimentos, por exemplo, seriam os mais básicos. Os intitamentos representam, portanto, os meios para atingir determinados fins, as condições para a realização de escolhas, sendo estabelecidos por ordenamentos legais, políticos e econômicos (KAGEYAMA, 2008; WAQUIL, et.al., 2007a).

Os funcionamentos por sua vez, remetem às realizações, às reais oportunidades de escolha acerca de possíveis estilos de vida. Reportando-se a Clark (2005),

Kageyama



(2008) reforça que, apesar de serem aspectos importantes da existência humana, a opulência e a utilidade não conseguem representar adequadamente o bem-estar humano. Ou seja, o indivíduo necessita ter a capacidade de realizar um funcionamento (*capability to function*). A capacidade representa, portanto, a combinação de funcionamentos que um indivíduo pode realizar, refletindo a liberdade da pessoa para levar determinado tipo de vida ou outro (SEN, 2001).

Como base no mencionado, a relação entre as instâncias apontadas por Kageyama (2008) e a abordagem de Sen (1999, 2001) pode ser compreendida como consta na figura a seguir:

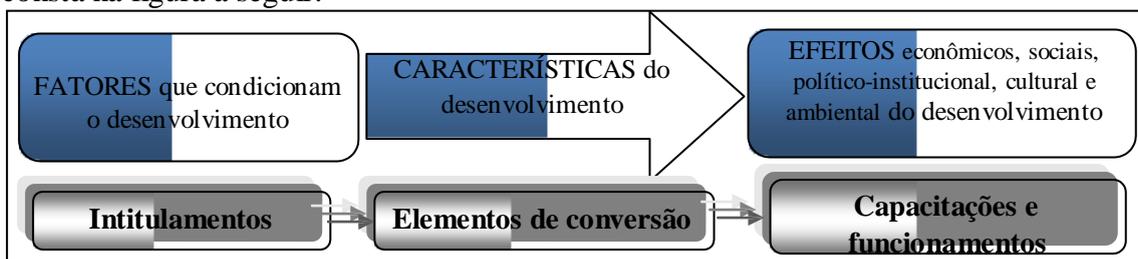


Figura 1 – Relação entre fatores, características e efeitos e a abordagem das capacidades
Fonte: Elaboração própria.

Ou seja, a primeira instância, que se refere aos fatores que condicionam o desenvolvimento, está ligada aos elementos constitutivos, aos recursos, às condições para a realização das escolhas. Enfim, esta primeira instância está ligada aos intitulentos. Já a segunda instância, que se refere às características do desenvolvimento, pode ser relacionada aos elementos de conversão dos meios em fins, dos intitulentos em capacitações e funcionamentos. Por fim, a terceira instância, correspondente aos efeitos econômicos e sociais (sendo possível incluir outras dimensões, como política, cultural e ambiental), está ligada às capacitações e funcionamentos, mais especificamente às realizações das pessoas ou das famílias. (WAQUIL, et. al., 2007a).

Portanto, a partir do ICV procura-se identificar como as famílias percebem os fatores, os recursos ou os acessos que condicionam o desenvolvimento (intitulentos); as características do desenvolvimento que se referem aos elementos de conversão e, por fim, os efeitos ou as realizações (funcionamentos e capacitações) em dimensões multivariadas: econômica, social, ambiental político-institucional e cultural (WAQUIL, et. al., 2007a) do desenvolvimento rural.

A percepção torna-se importante, sobretudo para perspectiva territorial do desenvolvimento rural – a qual busca, por meio do diálogo entre indivíduos do território e poder público, a construção de soluções para os problemas –pois são as



representações sociais, que decorrem das percepções que orientam (ora mais, ora menos) as decisões e ações dos indivíduos, famílias ou grupos.

Para Moscovici (1978) importa compreender como os sujeitos se apropriam e recriam suas percepções de mundo a partir de seus contextos e interações sociais. A partir do senso comum, nas relações entre indivíduos e seus contextos, é possível captar a forma como os sujeitos elaboram seus comportamentos. Uma vez que se busca um maior protagonismo dos atores territoriais nos processos de desenvolvimento rural cabe considerar suas percepções e compreender as representações sociais que fazem acerca de suas condições de vida.

Cabe mencionar que o questionário do ICV é de simples operacionalização e de fácil compreensão. As respostas do questionário são claramente subjetivas, expressando as percepções dos indivíduos ou das famílias sobre cada indicador utilizado. Por isso, não há perguntas quantitativas, mas sim de caráter qualitativo. Por exemplo, em vez de se perguntar o valor da renda familiar, perguntou-se se a renda é suficiente para viver. Ao invés de perguntar qual a produtividade da terra perguntou-se se a produtividade está boa.

O instrumento envolve um número relativamente pequeno de questões em cada uma das três instâncias acima apresentadas. Totaliza 24 perguntas e seu tempo de aplicação raramente ultrapassa os 15 minutos. As percepções dos entrevistados são mensuradas em escalas do tipo *Likert*, com valores indo de 1 (pior) a 5 (melhor).

4. O ICV no Território Rural Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul

O Território Zona Sul do Rio Grande do Sul localiza-se na região extremo sul do Brasil. Sua população total, no ano de 2010, correspondeu a 864.343 habitantes distribuídos em 25 municípios⁴. Deste total, 82,44% representa a população urbana sendo a urbana de 17,56%. O PIB do Território Zona Sul somou no ano de 2008, segundo o IBGE, cerca de R\$ 10.674.245,00, o que representou 8,61% no PIB estadual. Deste montante, o setor de serviços foi responsável por 59,72%, seguido pela indústria com 26,91% e agropecuária com 13,36%.

Os questionários referentes ao ICV no território Zona Sul foram aplicados entre os meses de outubro e dezembro de 2010. As entrevistas foram realizadas com

⁴ Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Cristal, Chuí, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçú



famílias em 10 setores censitários de 09 municípios⁵. Tanto os municípios quanto os setores censitários e as famílias entrevistadas foram selecionadas por amostra aleatória, permitindo a representatividade territorial.

A seguir é possível observar a representação gráfica (biograma) e as instâncias consideradas no ICV do território rural Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

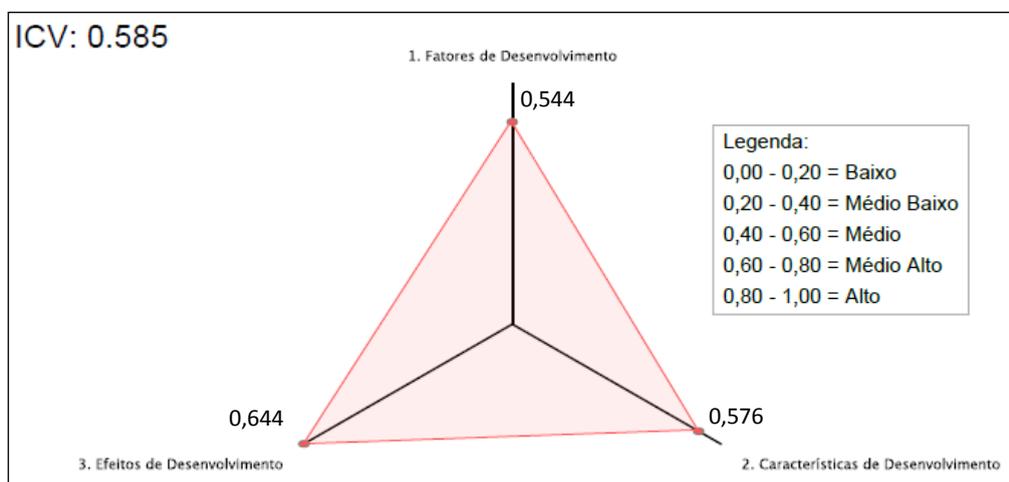


Figura 2 – Biograma representativo do ICV do território rural Zona Sul do Estado do RS/Brasil

Fonte: SGE/CAI Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul

Como se pode observar, o ICV com índice de 0,585⁶, corresponde a um nível médio de condições de vida, uma vez que, de uma escala de 0 (pior índice) a 1 (melhor índice) está localizado entre 0,40 e 0,60. Além do índice em si, é importante ressaltar que quanto maior a área do biograma e maior o equilíbrio entre as instâncias, maior tende a ser a qualidade de vida. Embora de nível médio, e por resultar da média das variáveis que o compõem, o ICV oculta a variação das percepções dos entrevistados, bem como a variação entre as instâncias.

Neste sentido, a percepção dos entrevistados acerca dos efeitos – ou dos funcionamentos e capacitações – são melhores (0,644) em relação tanto às características – ou elementos de conversão – (0,576) quanto aos fatores – intitamentos (0,544). Isso indica, *a priori*, que não há uma correspondência direta entre fatores, características e efeitos do desenvolvimento no sentido de que a existência de ativos e capitais aliados às liberdades individuais se traduz em mudanças significativas na percepção das condições de vida, embora esta percepção seja algo que varia substancialmente entre os indivíduos ou famílias.

⁵ Os municípios foram: Aceguá, Canguçu, Cerrito, Hulha Negra, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Santa Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul.

⁶ Importante destacar que o biograma tem como limite superior o maior valor encontrado, não a escala de 0 a 1.



Quanto aos indicadores referentes aos *fatores* – ativos ou capitais que as famílias detêm ou acessam – 5 deles estavam abaixo do ICV e outros 5 acima, como pode ser visualizado a seguir:

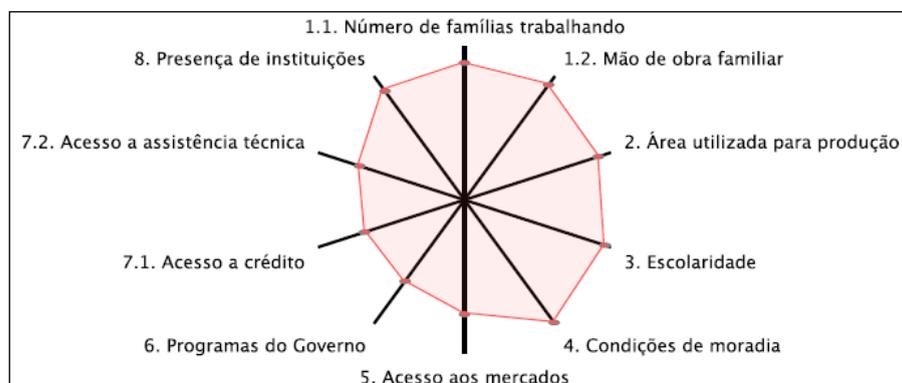


Figura 3- Fatores do Desenvolvimento do Território Rural Zona Sul do Estado do RS/Brasil

Fonte: SGE/CAI Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul

O indicador que atingiu melhor índice diz respeito às condições de moradia (0,638), seguida da escolaridade (0,618). Quanto à segunda, é importante destacar que os indivíduos, de modo geral, justificavam sua resposta com afirmações do tipo: “*para o que fazemos aqui, o que estudamos, está bom*”. Ou seja, mesmo que o grau de escolaridade de grande parte dos indivíduos seja o ensino fundamental incompleto, estes o consideram suficiente para o trabalho rural. Ao mesmo tempo, as famílias incentivam seus filhos a concluir a educação básica e inclusive o ensino superior, não raro, visando o mercado de trabalho urbano. *A priori*, o resultado das condições de moradia pode ser atribuído a programas habitacionais rurais e a programas de expansão da energia elétrica.

Já os indicadores com piores resultados nesta instância referem-se às condições de acesso a programas de governo (0,422) – sendo este o pior índice de todos os indicadores que compõem o ICV –; seguido das condições de acesso à crédito (0,439) e acesso à assistência técnica (0,461). Torna-se pertinente destacar que as críticas dos entrevistados não necessariamente são às políticas, ao crédito e à assistência em si, mas, sobretudo, às dificuldades em acessá-las. É possível observar que os fatores que as famílias detêm são melhor percebidos se comparados àqueles que ainda necessitam acessar. Parece haver, neste caso, uma restrição da liberdade de poder acessar ativos ou capitais. Sendo assim, pode-se sugerir que os ativos que as famílias já detêm contribuem para que as características – ou os elementos de conversão dos fatores em efeitos – e os próprios efeitos alcancem índices melhores que a instância fatores.



Quanto as *características* – aquilo que transforma os ativos em efeitos - das 10 dimensões, 3 estão acima da média do ICV e 5 abaixo, como pode ser observado a seguir:

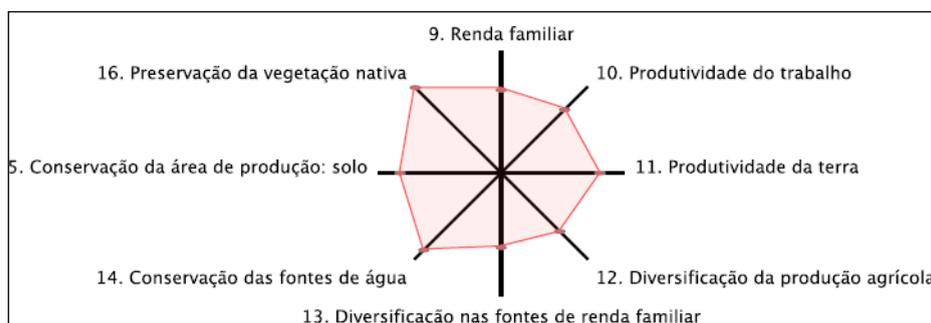


Figura 4 – Características do Desenvolvimento do Território Rural Zona Sul do RS/Brasil
Fonte: SGE/CAI Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul

A dimensão mais elevada nesta instância refere-se a preservação da vegetação nativa (0,734). Neste caso, observa-se uma realidade paradoxal. Enquanto os indivíduos percebem a preservação num nível médio alto, a paisagem observada, em geral, destoa desta percepção. Por exemplo, raramente visualiza-se mata ciliar adequada aos parâmetros do Código Florestal Brasileiro⁷ ou mesmo áreas de preservação permanente ou reservas legais averbadas. Neste sentido, cabe a pergunta: porque a percepção dos entrevistados destoa dos parâmetros legais? Análises acerca desta questão podem orientar, por exemplo, a formulação e adequação de políticas ambientais.

Já o pior indicador nesta instância refere-se à diversificação das fontes de renda (0,453) atingindo um índice médio. Este parece ter correspondência com o indicador de diversificação da produção (0,502). Na medida em que há relativo consenso de que a diversificação, pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura familiar contribuem para o desenvolvimento rural, esta percepção negativa sobre a diversificação da renda e da produção deve merecer atenção, em especial no que se refere ao planejamento das políticas territoriais. Identificar o que leva a baixos índices de diversificação também torna-se fundamental.

Por fim, quanto aos *efeitos* que os ativos geram sobre as condições de vida das famílias, embora tenha sido a instância com maior média, também foi a que apresentou maior desequilíbrio entre suas dimensões. A dimensão com melhor índice nesta instância diz respeito à permanência dos familiares no domicílio (0,876), sendo a mais alta que compõe o ICV. O que se pôde observar em campo, foi a presença significativa

⁷ A esse respeito ver Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm>. Acesso em 08 set. 2011.



de aposentados rurais, a presença considerável de rendas não agrícolas⁸, bem como a ausência e saída de jovens do campo. Os entrevistados, em certa medida, parecem conceber a saída dos filhos em função do estudo, em função do casamento ou mesmo de um emprego nos centros urbanos como algo naturalizado, não percebendo essas práticas enquanto manifestações da necessidade de saída de integrantes das famílias em busca de qualificação (estudo) ou inserção no mercado de trabalho urbano. Nestes casos, mesmo que boa parte dos integrantes da família tenha migrado por alguma razão, isso não é percebido enquanto abandono da família ou mesmo do meio rural.

Já o índice mais baixo desta instância é representado pela participação em atividades culturais (0,492). Este somente não foi mais baixo porque alguns entrevistados não percebem como um problema o fato de não terem acesso a atividades culturais, conforme aponta o biograma a seguir:

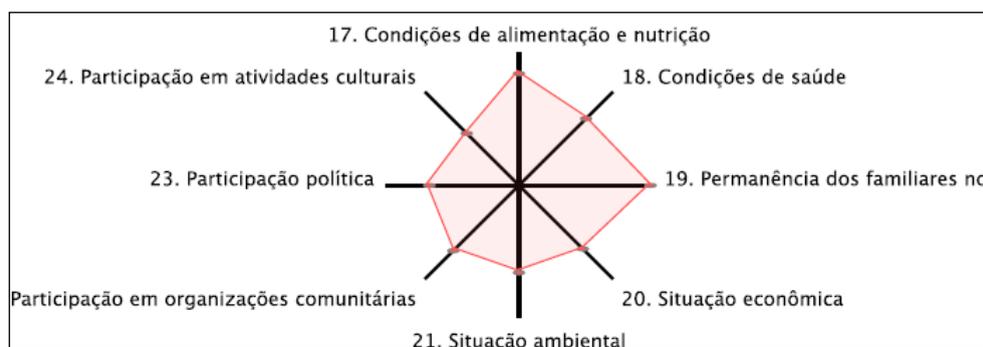


Figura 5 – Efeitos do Desenvolvimento do Território Rural Zona Sul do Estado do RS/Brasil
Fonte: SGE/CAI Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul

Outro dado interessante corresponde à comparação entre o ICV geral do território e o ICV por grupos, quais sejam: domicílios de agricultura familiar, domicílios com produção e domicílios sem produção, como consta na tabela abaixo:

ICV	ICV Geral	ICV Domicílios de agricultura familiar	ICV Domicílios com produção	ICV Domicílios sem produção
Instâncias				
Fatores	0,544	0,539	0,544	-
Características	0,576	0,571	0,576	-
Efeitos	0,644	0,653	0,652	0,598

Figura 6 – ICV por grupos de entrevistados

Fonte: SGE/CAI Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul

Pode-se observar que, enquanto os fatores e as características do grupo de agricultores familiares estão abaixo da média geral do ICV, os efeitos estão acima da referida média. Isso demonstra que os acessos ou os ativos dos agricultores familiares estão em piores condições do que dos demais entrevistados. Por outro lado, estes

⁸ Estas características por vezes, impossibilitavam o enquadramento das famílias enquanto agricultores familiares frente aos critérios da Lei N. 11.326 que estabelece as diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A esse respeito ver: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>.



agricultores percebem os efeitos de maneira mais significativa em relação ao universo pesquisado. Indícios para explicar tal resultado podem estar na própria natureza da agricultura familiar, não raro, caracterizada pela diversificação de seus meios de vida. *A priori*, ativos e capitais diversos, aliados às liberdades individuais, podem se expressar em uma diversidade de estratégias de reprodução social e econômica.

Comparando domicílios com e sem produção observa-se que os efeitos do desenvolvimento são melhores naqueles com produção, o que denota a importância das atividades rurais produtivas. Os domicílios sem produção correspondem tanto àqueles que usufruem do domicílio exclusivamente enquanto local de residência, tendo atividades produtivas fora do mesmo (na cidade, por exemplo), quanto aquelas famílias de aposentados rurais que permanecem nos domicílios.

A análise das instâncias e suas variáveis, bem como a comparação entre grupos permite o apontamento de desequilíbrios ou possíveis contradições entre instâncias, grupos ou mesmo na comparação entre territórios rurais. Dessa forma, o ICV representa uma ferramenta capaz de orientar a elaboração de ações e políticas de desenvolvimento rural.

5. Considerações Finais

Ao analisar o ICV observa-se que não há uma correspondência direta entre fatores, características e efeitos do desenvolvimento. Isso pode decorrer da existência de ativos e capitais aliados às liberdades individuais que se expressam de formas distintas a partir da percepção dos indivíduos e das estratégias de reprodução social e econômica adotadas. A diversidade social, econômica, ambiental e cultural que marca o território Zona Sul também parece contribuir para as diferentes percepções das famílias acerca de suas condições de vida.

Ao observar que os efeitos do desenvolvimento são melhores nos domicílios de agricultura familiar, mesmo os fatores e características tendo piores índices em relação aos demais grupos, levanta-se a possibilidade de que tal resultado decorre da diversidade de estratégias das quais os agricultores familiares se valem para garantir sua reprodução social e econômica. Além disso, o fato dos domicílios com produção terem melhores efeitos que àqueles sem produção aponta para a importância das atividades rurais para o desenvolvimento rural, além da necessidade de ações de desenvolvimento adequadas a realidade dos domicílios sem produção.



Enfim, os resultados da primeira aplicação do instrumento do ICV demonstram que esta metodologia possibilita captar a diversidade de situações em determinado momento, as quais podem ser comparadas com um momento posterior, a partir do qual torna-se possível buscar explicações para a complexidade e diversidade das realidades territoriais.

Frente a um contexto de retomada organizacional e política dos movimentos sociais, frente ao reconhecimento político e institucional desta dinâmica expressa nas políticas territoriais, frente a um relativo consenso de que questões econômicas e técnico-produtivas são meios e não fins do desenvolvimento e, na medida em que o ICV é capaz de apreender as condições de vida a partir da percepção dos indivíduos ou famílias – este é capaz de contribuir para a compreensão das dinâmicas territoriais e assim, orientar a formação de políticas públicas de desenvolvimento rural.

No entanto, novas investigações são demandas para aprofundar a compreensão das razões que levam a não correspondência entre fatores, características e efeitos do desenvolvimento. Estudos que apontem e analisem os elementos que levam a diferentes índices entre os grupos (agricultores familiares, domicílios com e sem produção) também auxiliarão a compreensão das dinâmicas territoriais, podendo subsidiar a elaboração de políticas públicas.

Referências Bibliográficas

KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SARRACENO, E. Políticas rurales de la unión europea y proyectos territoriales de identidad cultural. **Opera**, n.7, Colombia, p. 167-189, 2007.

SCHEJTMAN, A. e BERDEGUÉ, J. **Desarrollo Territorial Rural**. Documento de Trabajo, Rimisp, Santiago/Chile, 2003.

SEPÚLVEDA, S. **Gestión Del Desarrollo Sostenible em Territorios Rurales: métodos para la planificación**. San José, IICA, 2008.

SEN, Amartya K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SUMPSI, J.M. Desarrollo rural con enfoque territorial: diferencias y semejanzas de las experiencias de la Unión Europea y América Latina. In: ORTEGA, A.C.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.) **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007. p. 63-91.

WAQUIL, Paulo D. et al. **Proposição do Índice de Condições de Vida**. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, SDT/MDA, 2007a. (Relatório de pesquisa).

_____. Para medir o desenvolvimento territorial rural: validação de uma proposta metodológica. In: XLV Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Londrina, PR: 2007b, p. 1-20.

WAQUIL, Paulo D. et. al. Avaliação de Desenvolvimento Territorial em Quatro Territórios Rurais no Brasil. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 104 - 127, jan./abr. 2010.



GT 9 – Políticas públicas territoriais e Desenvolvimento Rural Sustentável

O Índice de Condições de Vida (ICV) e o Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) como suportes para a compreensão das representações sociais dos atores do território rural Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul¹

Mégui F. Del Ré²

Sergio Schneider³

Anelise G. Rambo⁴

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Bolsista da Célula de Acompanhamento e Informação (CAI) do Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: megui_delre@yahoo.com.br

3 Doutor em Sociologia. Professor dos Programas de Pós Graduação em Sociologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: schneide@ufrgs.br.

4 Doutora em Desenvolvimento Rural. Técnica da Célula de Acompanhamento e Informação (CAI) do Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: ane_rambo@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo tem como principal objetivo apresentar as primeiras reflexões de um trabalho fruto da pesquisa realizada no Território Rural Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul sob demanda da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A partir da comparação dos resultados obtidos através do Índice de Condições de Vida (ICV) e do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) do território, importantes observações foram realizadas em relação à construção subjetiva dos atores locais no que diz respeito ao conceito de Desenvolvimento. Segundo a perspectiva de Amartya Sen, o desenvolvimento é medido pela capacidade que as pessoas possuem de ter e fazer aquilo que consideram importante. Neste sentido, os indivíduos e grupos, suas vivências, valores e percepções específicas entram em cena, ocupando papel central. A definição do que é necessário para que uma população desfrute de boas condições objetivas de vida deverá partir de seus integrantes. Estas observações apontam para a necessidade de aprofundamento de investigações que busquem compreender as Representações Sociais dos indivíduos, na direção de aprimorar as políticas públicas que se propõem a ir ao encontro desta nova concepção de desenvolvimento.

Palavras-chave: Índice de Condições de Vida, Índice de Desenvolvimento Sustentável, Representações Sociais, Desenvolvimento Rural, Território.

¹ Este trabalho contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão dos Territórios Rurais N. 005/2009. Este artigo em específico deriva do trabalho realizado pela autora enquanto bolsista de Iniciação Científica no período de agosto de 2010 a abril de 2011.



Introdução

Nos últimos anos, a abordagem territorial tem sido aceita pelas políticas públicas brasileiras como apropriada na busca da promoção do desenvolvimento. Esta perspectiva tem como principal característica a integração entre indivíduos, espaço e poder público. A procura de soluções para os problemas sociais se processa nas interações entre estas três esferas.

É neste contexto que as ações mais recentes do governo brasileiro, no âmbito do desenvolvimento rural sustentável, se inserem. A implementação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é reflexo da adoção desta abordagem.

O desenvolvimento dos territórios rurais, então, é compreendido como acontecendo em determinado espaço geográfico e afetando a todos os sujeitos que ali vivem e atuam de alguma forma. Este processo dinâmico envolve considerável diversidade de perspectivas, apropriações e configurações de poder.

É com o objetivo de avaliar e monitorar as políticas implementadas pela SDT no território rural Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, através da implantação de uma célula de acompanhamento e informação, que o projeto *“Pesquisa e Ação para o Desenvolvimento de Dispositivos de Gestão e Governança do Território Rural da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul: construindo interfaces entre atores, redes e instituições”* está sendo desenvolvido, desde o ano de 2010, por uma equipe de pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar um recorte do campo aberto por este projeto mais amplo, utilizando-se de um arcabouço teórico específico. Por meio da análise inicial de dados obtidos através do Índice de Condições de Vida (ICV) e do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), assim como fazendo uso de observações feitas no campo durante a aplicação dos instrumentos de pesquisa, questionamentos importantes a respeito das Representações Sociais dos atores locais em relação ao conceito de Desenvolvimento, na perspectiva de Amartya Sen, surgiram, demonstrando claramente a necessidade do aprofundamento de investigações relacionadas ao tema.



O artigo que se segue, além desta introdução, estrutura-se em 7 seções. As duas primeiras objetivam elucidar de forma breve as contribuições teóricas de Amartya Sen, com seu conceito de desenvolvimento, e da obra de Serge Moscovici referente às representações sociais, ambos amplamente utilizados nas análises deste trabalho. Neste sentido, a seção seguinte busca articular as idéias destes dois autores. Uma breve caracterização do território rural Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul é apresentada na seqüência. A quinta seção dedica-se à apresentação do Índice de Condições de Vida (ICV) e do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) seguida de uma descrição de seus respectivos resultados preliminares na sexta parte do artigo. Por fim, algumas conclusões são apresentadas, assim como apontamentos para as próximas etapas do trabalho.

1. O Desenvolvimento como Liberdade – A perspectiva de Amartya Sen

Até a contribuição de Amartya Sen ser publicada em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, em 2000, as perspectivas teóricas existentes consideravam que a medida do desenvolvimento de determinado país ou região resumia-se exclusivamente a indicadores econômicos. Ou seja, os números do PIB (Produto Interno Bruto) e da *renda per capita*, eram o que determinava se as nações configuravam-se, ou não, como desenvolvidas.

Ao questionar este modelo de avaliação, Sen utiliza-se de estatísticas que demonstram que a expectativa de vida de um homem negro, nascido nos Estados Unidos, é menor do que a de um homem chinês ou costarriquenho. A pergunta principal, e que perpassa toda a sua obra, é: Qual é a validade de um modelo de desenvolvimento, baseado na riqueza econômica, que não se reflete nas condições objetivas de vida das populações?

Na tentativa de responder a essa questão, o autor descarta os modelos que se sugerem como alternativas a configuração tradicional: o utilitarismo, o libertarismo e o liberalismo de Rawls. Para Sen, todos estes modelos não levam em conta o consequencialismo, a garantia de direitos e outras dimensões da vida humana.

O que se propõe, então, é um modelo que possibilite aos indivíduos terem acesso ao tipo de vida que *gostariam de ter*. É neste sentido que são apresentados os conceitos de *funcionamentos* e *capacitações*. Os *funcionamentos* “refletem as várias coisas que



uma pessoa pode considerar valioso ter ou fazer” (SEN, 2000: p.52). Já as capacitações residem nas “combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para o sujeito” (p. 52). Ou seja, a capacitação é a liberdade de levar o tipo de vida que se deseja. O desenvolvimento é medido então, pelo conjunto das capacitações dos integrantes de determina população.

A liberdade, como o título do livro já aponta, é a condição central, os fins e os meios do desenvolvimento. Para que esta seja atingida, e para que todos sejam incluídos no espaço público de debate e definição das capacitações e funcionamentos, cinco liberdades instrumentais precisam ser garantidas: 1) liberdades políticas; 2) facilidades econômicas; 3) oportunidades sociais; 4) garantia de transparência e 5) segurança protetora.

Estes cinco itens, além de serem importantes por si só, reforçam-se mutuamente. O seu conjunto é indispensável para a promoção da condição de agente dos indivíduos, que é necessária para a definição coletiva das verdadeiras necessidades de uma população. Esta perspectiva envolve tanto os processos, que permitem a liberdade de ações e decisões, como as oportunidades reais de que as pessoas são portadoras, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais.

Tanto a liberdade individual como as coletivas se congregam. A liberdade individual é essencialmente um produto social, e existe uma relação de mão dupla entre (1) as disposições sociais que visam expandir as liberdades individuais e (2) o uso de liberdades individuais não só para melhorar a vida de cada um, mas também para tornar as disposições sociais coletivas mais apropriadas e eficazes.

Desta forma, a teoria de Sen constitui-se como tentativa de ver o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. A expansão da liberdade é considerada: (1) o fim primordial (papel constitutivo) e (2) o principal meio do desenvolvimento (papel instrumental).

Além do questionamento das variáveis econômicas e da importância exclusiva da riqueza financeira para se alcançar o que uma população necessita, outra dimensão destaca-se na perspectiva de Amartya Sen, tornado-a inovadora: a defesa de que a liberdade se configura na capacidade dos sujeitos/agentes de viverem de acordo com o que desejam e consideram importante. Os indivíduos e grupos, suas vivências, valores e percepções entram em cena, ocupando um papel central. A definição do que é



necessário para que uma população desfrute de boas condições objetivas de vida deverá partir de seus integrantes. Desta forma, existe um deslocamento, pois os indivíduos, vistos como agentes, é que definem os termos do que as políticas governamentais devem buscar efetivar.

No entanto, como compreender o que pensam os sujeitos? O que estes consideram importante para suas próprias vidas? É no sentido de abarcar este questionamento que o conceito de Representações Sociais mostra sua importância.

2. Serge Moscovici e as Representações Sociais

Partindo do pressuposto de que o real pode também ser definido como a interpretação que dele fazemos, através da apropriação das experiências vividas em nosso contexto social, podemos sugerir que o estudo das representações sociais de indivíduos e grupos apresenta importância significativa quando se trata de compreender pensamentos, comportamentos e ações de segmentos da sociedade.

A capacidade de simbolização dos sujeitos, na qual as representações sociais se inserem, diz respeito necessariamente a espaços e tempos determinados, a fatos vivenciados em conjunto pelos grupos, a pertença social dos indivíduos (TEVES, 1992). As representações se desenvolvem justamente no compartilhamento da história social, de percepções, sentimentos, concepções a respeito do universo coletivo, e só se tornam possíveis através da comunicação e interação dos sujeitos em grandes e pequenas comunidades.

A mudança mais significativa no campo de estudos sobre as representações sociais se desenvolveu a partir da teoria de Moscovici (1978), no escopo de conhecimentos pertencentes à psicologia social. A partir deste marco, o simbólico deixou de ser considerado apenas um reflexo dos aspectos concretos da realidade e passou a ser encarado como um conjunto de construções cognitivas, dos objetos e pessoas, derivado da inserção dos indivíduos na sociedade (Herzlich, 1972). Moscovici deixou clara a complexidade e o dinamismo destes processos e mecanismos ao definir o simbólico como construção social e histórica.

Segundo a teoria elaborada por este autor, as representações sociais podem ser definidas como conjuntos de construções de sentido através das relações e interações cotidianas dos sujeitos pertencentes a determinado grupo. Ou seja, as representações são



formas de conhecimentos socialmente elaborados e compartilhados e de ordem prática. Isto na acepção de que representar significa intervir (Jodelet, 1984). As representações orientam condutas. O sentido das ações e comportamentos de grupos tem sua origem nas representações sociais e estas também recebem influência dos primeiros. Ou seja, existe um processo dialético complexo entre os aspectos concretos e visíveis componentes da sociedade e as construções e interpretações que permeiam as dimensões subjetivas dos sujeitos.

No entanto, como produto da sociedade e sua história as representações sociais acerca dos mesmos objetos e pessoas não são idênticas para todos os indivíduos e grupos, podendo ser configuradas de formas diversas e muitas vezes até antagônicas. Isto acontece por que as articulações que constituem cada representação dependem das relações que os sujeitos e grupos mantêm com os objetos representados, e estas são sempre específicas e particulares. Isto no sentido de que são tempos e espaços precisos que constituem as características da interação entre objetos e sujeitos. A história do grupo e dos indivíduos, com seus símbolos, códigos e normas de conduta próprias, baliza suas práticas, e está diretamente relacionada ao desenvolvimento das diferentes representações subjetivas.

Desta forma, podemos afirmar que os objetos, fatos e pessoas representados refletem a multiplicidade de experiências que configura a realidade concreta e com isto as semelhanças e diferenças entre grupos ou mesmo entre os indivíduos que fazem parte do mesmo meio social. Assim, as representações sociais podem ser utilizadas para definir as relações que balizam as identidades na sociedade.

Neste sentido, este conceito se configura, juntamente com a análise de vários outros aspectos da realidade, como de grande importância na compreensão da diversidade de sentidos que as relações podem assumir na sociedade como um todo e principalmente dentro de grupos específicos, possibilitando assim o exame de semelhanças, diferenças e antagonismos de pensamentos que balizam diferentes comportamentos e ações com conseqüências diversas nas condições concretas de vida dos sujeitos.

Analisar um aspecto da realidade de um grupo a partir da representação que este faz daquele, ou seja, situá-lo como objeto representado, significa abordá-lo dentro do espaço de relações específicas entre os indivíduos estudados, onde estão circunscritas



interações concretas, contendo uma história específica dentro da qual a referida representação se articula e rearticula de acordo com as experiências vivenciadas pelo grupo cotidianamente.

Em virtude da abrangência das possibilidades de compreensão das motivações dos sujeitos, o conceito de Representações Sociais derivado das teorizações de Serge Moscovici (1978) parece de grande valia para estudos que tencionam descobrir o sentido que os atores atribuem a determinadas práticas, temas e acontecimentos e a forma como, inseridos em um mesmo espaço social, pessoas constituem pensamentos diferentes que engendram práticas diversas.

3. Articulação da teoria com os dados observados no Território Zona Sul

Segundo a perspectiva de Amartya Sen, o desenvolvimento é medido pela capacidade que as pessoas possuem de viver de acordo com aquilo que gostariam, ou seja, de acordo com o que acham importante ter ou fazer. Mas o que exatamente isto significa para os atores locais do espaço rural da Zona Sul do Rio Grande do Sul? Que sentido estes atribuem para o chamado desenvolvimento, segundo suas vivências e contextos socioculturais? É no sentido de responder a esta questão que o conceito de Representações Sociais de Moscovici apresenta sua importância neste trabalho.

Para o autor, entre o que se acredita cientificamente ser a realidade e o que a sociedade entende por ela existe um intermediário importante: as representações sociais. Estas não são as mesmas para todos os membros da coletividade, pois dependem tanto do conhecimento de senso comum como do contexto sociocultural que rodeia os sujeitos.

As teorias de Sen e Moscovici se tocam em um ponto específico. Sen afirma: “... as concepções individuais de justiça e correção (por exemplo), que influenciam os usos específicos que os indivíduos fazem de suas liberdades, dependem de associações sociais – particularmente da formação interativa de percepções do público e da compreensão cooperativa de problemas e soluções” (SEN, 2000: p.58). Nesta frase, o autor afirma a importância da interação indivíduo/sociedade na criação de concepções subjetivas, que acabam por influenciar idéias e atos em determinados contextos. Neste sentido, há uma aproximação com as Representações Sociais de Moscovici, com estas últimas apresentando considerável potencial no sentido da compreensão do que os



próprios sujeitos pensam a respeito de suas condições de vida e do que poderia melhorá-las.

O presente trabalho pode ser entendido como uma tentativa de reunir este arcabouço teórico com fenômenos empíricos, objetivando que o primeiro seja utilizado em todo seu potencial para explicar, de forma satisfatória, determinado recorte da realidade social. Este recorte específico consistirá nas representações dos atores pertencentes à chamada zona sul do estado do Rio Grande do Sul.

4. Breve caracterização do Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul

Esta região específica do estado possui características peculiares que tornam seus índices de desenvolvimento social menores dos que os do restante do Rio Grande do Sul. De forma geral, a região é fortemente marcada pela lavoura empresarial de arroz e por fazendas de pecuária extensiva. Mais recentemente, o cultivo do tabaco e as plantações de eucalipto para as indústrias de celulose também passaram a fazer parte da paisagem local de forma incisiva e crescente.

O processo de ocupação colonial determinou a atual estrutura fundiária da Zona Sul, em que, seguindo os padrões brasileiros, muitos têm pouca terra e poucos a possuem em abundância. Em média, 78% dos estabelecimentos da região possuem até 50 hectares, mas ocupam apenas 17,80% da área total. É nesse extrato que se desenvolve a agricultura familiar da região (PTDRS, 2009).

O território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul é composto por 25 municípios, que ocupam em torno de 13% da área total do estado, e conta com uma população de aproximadamente 864.343 habitantes (IBGE, 2010). Destes, 82% (712.605) encontram-se na área urbana, restando 18% (151.532) da população nas áreas rurais. Os municípios de Pelotas e Rio Grande são os que possuem maior densidade demográfica. Em razão disto, nas localidades restantes, aonde predominam a bovinocultura extensiva e o sistema de lavoura empresarial, as áreas apresentam menor densidade demográfica.

Como destacado anteriormente, a concentração da posse da terra é característica marcante do território. A agricultura familiar abrange um grande contingente de mão de obra que se dedica a várias atividades. A bovinocultura extensiva desenvolve-se, predominantemente, nas propriedades acima de 100 hectares, juntamente com a



produção de arroz, em sistema de lavoura empresarial. Depois da disseminação dos transgênicos, a soja também passou a configurar-se como fruto da produção das grandes propriedades e como parte do cenário da região, juntamente com a emergência dos projetos de florestamento das indústrias de celulose.

Cerca de 25% de todos os estabelecimentos rurais da região possuem menos de 10 hectares e se apresentam como insuficientes para garantir a subsistência dos grupos familiares, obrigando, desta forma, os integrantes das famílias, a complementar sua renda através de atividades para terceiros. É justamente nestas pequenas propriedades que a cultura do tabaco passa a ser entendida pelos agricultores como alternativa produtiva, já que exige pequenas extensões de terra e acarreta rendimentos elevados, se comparados a outros cultivos. A baixa fertilidade e profundidade dos solos destes minifúndios é questão que preocupa os movimentos sociais e lideranças da agricultura familiar da localidade.

5. O ICV e o IDS como instrumentos de apreensão do desenvolvimento

A seguir são apresentados brevemente o Índice de Condições de Vida e o Índice de Desenvolvimento Sustentável.

5.1. O ICV – O Índice de Condições de Vida

O Índice de Condições de Vida trata-se de um instrumento inicialmente elaborado por pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, requisitado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Seu principal objetivo é apreender os efeitos das ações territoriais nas percepções do público alvo. Além de permitir análises comparativas, o ICV é construído a partir de dados primários, coletados através de questionários aplicados em domicílios rurais. O ICV considera a dimensão econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental do desenvolvimento, para a construção dos resultados, apresentados em forma de biograma.

5.2. O IDS – O Índice de Desenvolvimento Sustentável

O IDS, da mesma forma que o ICV, é um instrumento que permite a análise comparativa e também foi elaborado por pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Este índice, no entanto, é calculado com base em dados



secundários e leva em consideração as seguintes dimensões do desenvolvimento: a social, demográfica, político-institucional, econômica, ambiental e cultural.

Tanto o ICV quanto o IDS são gerados pelo Sistema de Gestão Estratégica da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e dão subsídios para o monitoramento das ações nos territórios rurais.

6. Resultados preliminares do ICV e do IDS para o Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul

Como se pode observar na figura a seguir, o ICV com índice de 0,585, corresponde a um nível médio de condições de vida, uma vez que, de uma escala de 0 (pior índice) a 1 (melhor índice) está localizado entre 0,40 e 0,60.

É importante enfatizar que quanto maior a área do biograma e maior o equilíbrio entre as instâncias, maior tende a ser a qualidade de vida. Embora de nível médio, e por resultar da média das variáveis que o compõem, o ICV oculta a variação das percepções dos entrevistados, bem como a variação entre as instâncias.

A percepção dos entrevistados acerca dos efeitos – ou dos funcionamentos e capacitações – são melhores (0,644) em relação tanto às características – ou elementos de conversão – (0,576) quanto aos fatores – intitamentos (0,544).

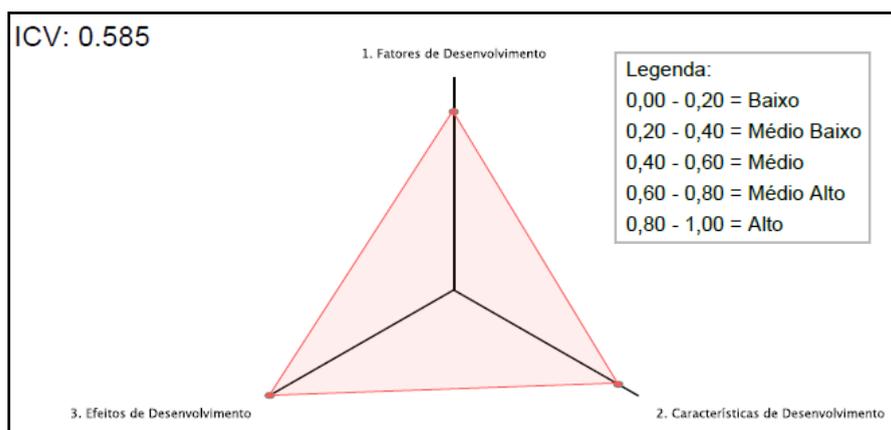


Figura 1 – Biograma representativo do ICV do território rural Zona Sul do Estado do RS/Brasil
Fonte: SGE/CAI Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil



Já quanto ao IDS, pode-se observar que o mesmo encontra-se num nível estável, o que corresponde a um índice de 0,460. Apresenta maior equilíbrio entre suas dimensões quando comparado ao ICV.

O IDS é composto por seis dimensões. A econômica é a que se encontra em piores condições, sendo seu índice de 0,298, seguida da ambiental (0,333) e da demográfica (0,460). As demais dimensões estão acima da média do ICV, sendo estas a social (0,621) seguida da cultural (0,629) e com melhor índice a político-institucional.

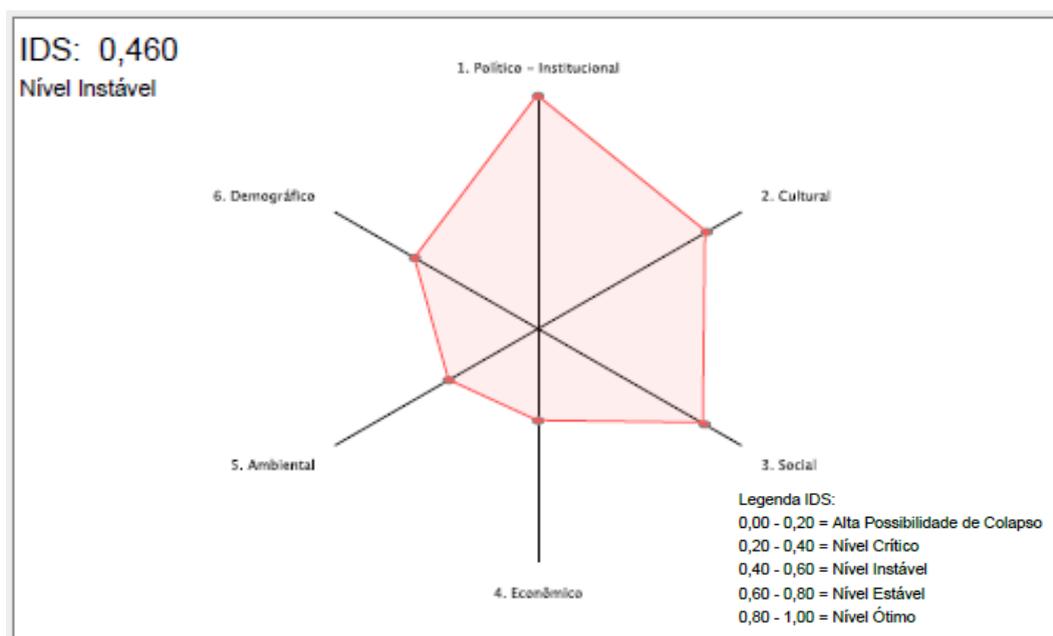


Figura 2 – Biograma representativo do IDS do Território Rural Zona Sul do Estado do RS/Brasil
Fonte: SGE Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil

7. Análise dos resultados, conclusões e próximas etapas do trabalho

Segundo Moscovici, entre a realidade pautada no discurso científico e a percebida pela sociedade, existe um intermediário importante: as representações sociais.

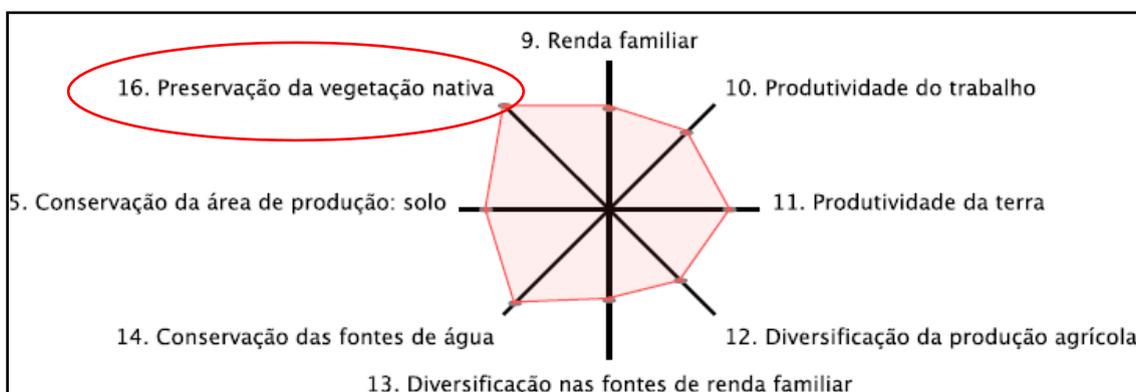
A distância entre índices calculados com base em dados secundários e a percepção dos indivíduos fica clara nas comparações entre o ICV e o IDS. Apesar de não dizerem respeito exatamente às mesmas dimensões, muitas conclusões podem ser extraídas desta comparação.

As percepções dos atores territoriais, na maioria das dimensões, apresentam-se como positivas, principalmente em comparação com os dados resultantes do IDS, calculados a partir de dados secundários. O biograma do ICV apresenta as dimensões do desenvolvimento de forma homogênea e equilibrada. Isto significa que, na percepção



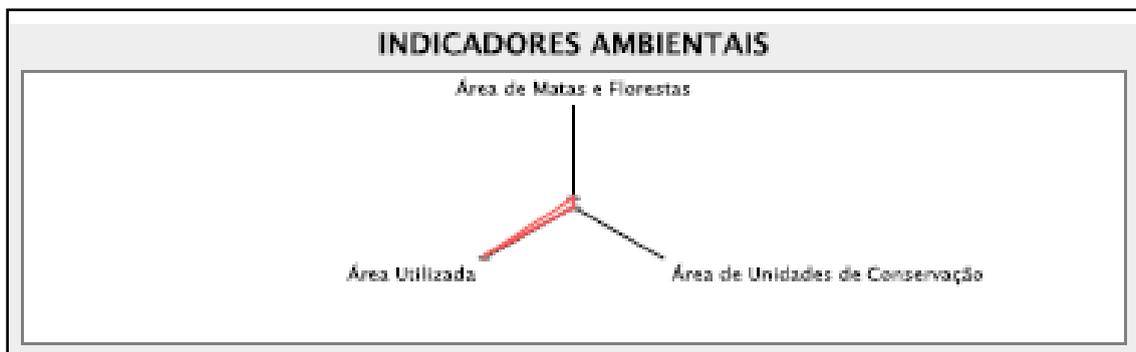
dos atores locais, os diversos componentes do desenvolvimento vêm sendo contemplados praticamente da mesma forma e em nível médio. Já o IDS demonstra um desequilíbrio entre as várias esferas e o índice é considerado instável.

Algumas dimensões merecem destaque, como, por exemplo, a ambiental. A discrepância entre o que os atores concebem e o que os dados secundários apontam é muito relevante. Este fato pode ser observado nos biogramas apresentados abaixo. O primeiro diz respeito a uma das instâncias do ICV e demonstra claramente que as percepções do público rural entrevistado apontam para o fato de que a preservação da mata nativa é uma característica marcante do território (o que se observa pela amplitude do preenchimento do gráfico na parte que se refere a esta dimensão).



Fonte: SGE/CAI Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil

O segundo biograma, referente ao IDS, evidencia que, de acordo com os dados secundários, áreas de matas e florestas assim como unidades de conservação praticamente inexistem na localidade:



Fonte: SGE Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil



A principal contribuição desta comparação reside na constatação da diferença entre o que Moscovici denomina de senso comum, construído na interação entre indivíduos nas experiências coletivas, e dados científicos. Neste sentido, podemos sugerir que o IDS e o ICV, isoladamente, apreendem apenas parte das dimensões do desenvolvimento. Torna-se pertinente, então, investigações que congreguem tanto as percepções dos indivíduos quanto dados ou informações que pertençam ao âmbito acadêmico.

A diferença entre os índices indica o quanto a questão do fomento ao desenvolvimento, na perspectiva de Amartya Sen, multidimensional e com ampla participação dos atores e seus valores e representações, configura-se como um processo complexo.

Por isso, constata-se que para abarcar o fenômeno do desenvolvimento territorial rural, uma gama de atividades pode ser sugerida no sentido de aprofundar as constatações apreendidas na comparação entre o ICV e o IDS: pesquisas qualitativas, embasadas em análises de discurso, que objetivem compreender de forma clara como se constituem as representações sociais dos atores locais, em várias dimensões; análises das principais instâncias e variáveis que contribuem para a construção destas representações; comparações entre as representações de distintos grupos sociais do território e fomento a investigações que busquem abarcar a relação entre representações sociais e identidade no território.

O desenvolvimento destas atividades parece imprescindível para uma maior compreensão das dinâmicas sociais e dos efeitos das políticas públicas no território.



Referências bibliográficas

HERZLICH, C. La Représentation sociale. In: MOSCOVICI, S. **Introduction à la psychologie sociale**. Paris: Librairie Larrousse, 1972. p.303-325.

JODELET, D. Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. In:

MOSCOVICI, S. **Psychologie sociale**. Paris: PUF, 1984. p. 357-378.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 462 p.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. – Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2009.

TEVES, N. O imaginário na configuração da realidade social. In: TEVES, N. (Org.)

Imaginário social e educação. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992. p. 3-33.



GT 9 - Políticas Públicas Territoriais e o Desenvolvimento
Rural Sustentável no Brasil Contemporâneo

**O papel do local dentro do territorial:
Capacidades institucionais e a gestão dos colegiados no território do Pontal do
Paranapanema**

Luis Antonio Barone ²
Anderson Antonio Silva ¹
Everaldo Santos Melazzo ³

¹ Doutor, Professor do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente Instituição da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Presidente Prudente e Líder do Grupo Ruralidades, Habitat e Cidadania, e-mail: labarone@uol.com.br

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP. Docente da Fatec de Presidente Prudente e Coordenador do Núcleo de Estudos Multidisciplinares – NEGRO, e-mail: anderson@fatecpp.edu.br

³ Doutor, Professor do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente Instituição da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Presidente Prudente, e-mail: esmelazzo@uol.com.br

Resumo

Desde o primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006), o Brasil conta com políticas públicas baseadas numa abordagem territorial. O programa “Territórios Rurais” desenvolveu, recentemente, um sistema de gestão estratégica (SGE) que busca construir indicadores de percepção e impacto dos seus projetos. Este artigo avalia o processo de construção desses indicadores, utilizando os dados coletados no primeiro ciclo de pesquisas realizado no estado de São Paulo. Discutem-se os indicadores de capacidades institucionais e gestão do colegiado territorial para o território do Pontal do Paranapanema. Considera-se que, embora haja instituições dedicadas ao desenvolvimento rural, estas não se mostram atuantes. Da mesma forma, o planejamento buscado pelas instâncias territoriais também não é eficiente. Por outro lado, os projetos implantados no território atendem aos agricultores familiares, notadamente aqueles beneficiários da reforma agrária, atores cuja participação institucional tende a crescer com a evolução do programa.

Palavras-Chave:



O papel do local no territorial

O tema desenvolvimento territorial esta na ordem do dia. Na mídia, só se fala da crise financeira européia, da greve geral na Bélgica, dos inexpressivos avanços da rodada de Davos, de desastres naturais causados por problemas climáticos. Ou seja, pensamos globalmente, mas o agir localmente, como forma de organização da participação, e da gestão intermunicipal, ainda se constitui em um desafio para a articulação das políticas de desenvolvimento territorial e difusão de políticas de reequilíbrio social.

Neste artigo, analisamos os dados sobre capacidades institucionais e gestão do colegiado territorial para o território rural do Pontal do Paranapanema, o quanto atuantes estas instancias, tem se mostrado na busca por maior participação social e democratização dos processos decisórios, tendo em vista articular a criatividade local na construção de uma pauta territorial.

Capacidades institucionais

A definição de capacidades institucionais utilizada neste texto é dada pelo documento¹ de referencia intitulado Sistema de Gestão Estratégica, publicado pela Secretária de Desenvolvimento Territorial, e que denife o termo como:

“as condições e recursos e recursos disponíveis às estruturas organizativas do Território - considerando seu arranjo político-institucional - e às organizações autônomas da sociedade civil e de representação estatal/social, para a gestão social das políticas públicas, bem como para a execução dos seus projetos (BRASIL, 2011, s/p).

Conforme pode ser verificado a partir do Quadro 1 e Figura 1, o Índice de Capacidades Institucionais - ICI do território do Pontal do Pontal do Paranapanema apresenta-se exatamente na faixa média (0,457), um pouco abaixo do que seria o centro da graduação do indicador (0,5). Pesa positivamente, nesse índice, as dimensões que avaliam mais a instalação e condições das estruturas institucionais (instrumentos de gestão - com 0,67 - e infraestrutura institucional - com 0,71 - o mais alto valor desse indicador). Por outro lado, a avaliação da capacidade de “solução de conflitos” é a dimensão com o menor valor (0,30), seguida de perto pela avaliação dos “serviços

¹ Documento disponível no endereço: http://sge.mda.gov.br/sge/doc/SGE_documento_referencia.pdf



disponíveis” (0,35) e a dimensão “participação” (0,38). A mais imediata tendência possível de ser deduzida desse conjunto é a de que, apesar de haver instituições voltadas para o desenvolvimento das populações rurais no Território, essas apresentam pouca eficiência ou funcionalidade.

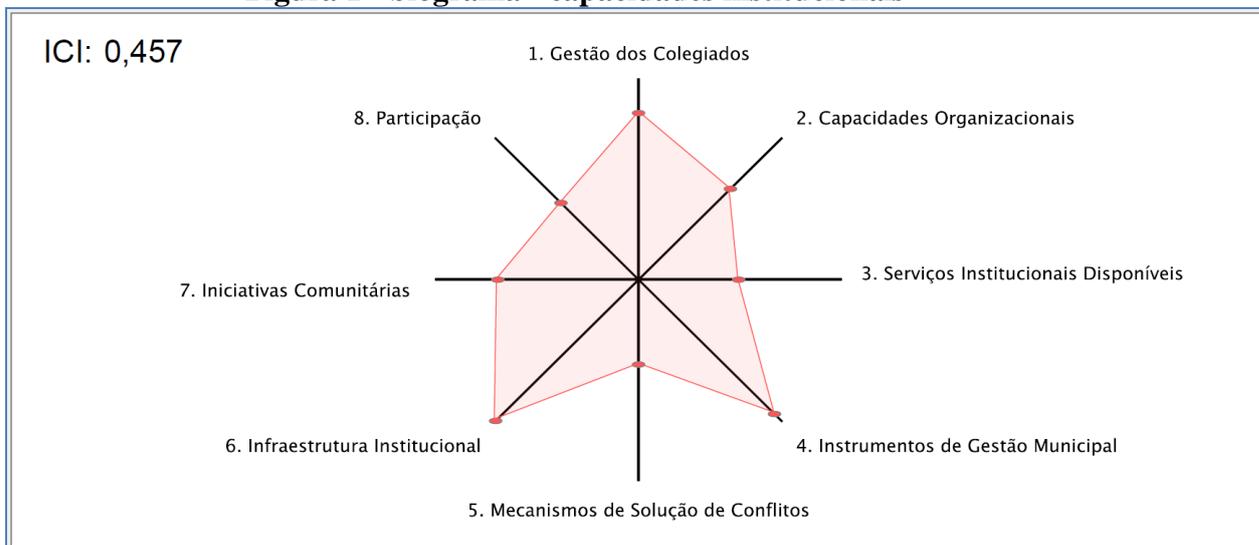
Quadro 1 - índice - capacidades institucionais

Indicadores de Capacidades Institucionais	0,457	Médio
1. Gestão dos Colegiados	0,593	Médio
2. Capacidades Organizacionais	0,457	Médio
3. Serviços Institucionais Disponíveis	0,352	Médio Baixo
4. Instrumentos de Gestão Municipal	0,676	Médio Alto
5. Mecanismos de Solução de Conflitos	0,302	Médio Baixo
6. Infraestrutura Institucional	0,711	Médio Alto
7. Iniciativas Comunitárias	0,495	Médio
8. Participação	0,386	Médio Baixo

Legenda:
0,00 - 0,20 = Baixo
0,20 - 0,40 = Médio Baixo
0,40 - 0,60 = Médio
0,60 - 0,80 = Médio Alto
0,80 - 1,00 = Alto

Fonte: Sistema de Gestão Estratégica - SGE, 2011

Figura 1 - biograma - capacidades institucionais



Fonte: Sistema de Gestão Estratégica - SGE, 2011

Tendo em vista interpretar melhor as tendências apontadas pelo ICI, apresenta-se, a seguir, um exercício construído a partir do estudo dos Conselhos Municipais, avaliação das formas e instituições de Assistência Tecnológica e promoção de desenvolvimento econômico, bem como informações referentes à participação.



A institucionalidade governativa inaugurada pela Constituição de 1988 apresenta, como grande inovação, a busca por uma maior participação social, a partir do estabelecimento de um conjunto de novas estruturas consultivas assessoriais aos Poderes Públicos. Os conselhos municipais são produto direto desse novo ordenamento institucional.

Entre os diferentes Conselhos, chama a atenção, a incontestável prevalência, nos municípios, dos Conselhos de Saúde. No Pontal, 100% dos 32 municípios informaram que têm Conselhos de Saúde atuantes². Um elemento importante para entendermos essa situação é o fato de que os Conselhos de Saúde têm funções deliberativas, para além de consultivas, sendo imprescindíveis para a gestão municipal do Sistema Único de Saúde (SUS). Essas atribuições diferenciadas, praticamente obrigam os municípios a terem Conselhos de Saúde.

Por outro lado, buscando uma comparação entre os conselhos mais diretamente vinculados ao tema do Desenvolvimento Territorial Rural, observa-se uma maior presença, no Território, tanto dos Conselhos de Meio Ambiente (90% dos municípios os têm) quanto dos Conselhos de Segurança Alimentar (existentes em 78% dos municípios)³, frente aos 75% de atuação de Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável nos municípios. No primeiro caso, cita-se um programa específico do governo estadual, intensamente difundido no Pontal, voltado para a questão ambiental (Programa “Município Verde”, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente), como elemento que dá certo destaque aos Conselhos Municipais do Meio Ambiente. Da mesma forma, políticas específicas, como a da merenda escolar, também estimulam conselhos como os de Segurança Alimentar.

Quando avaliamos esses mesmos números no contexto nacional, o CMDRS é mais prevalente nos municípios (também com 75%) que os conselhos do Meio Ambiente (46%) e de Segurança Alimentar (49%).

Quando se avalia o nível de controle que esses organismos exercem, considerando-se um universo de (661 municípios em 31 territórios acompanhados), avalia-se tanto na escala Pontal quanto Brasil que o nível de controle realizado pelos

² Foi notável a informada ausência, nos municípios do Pontal, de “Conselhos da criança e adolescentes”. Avaliamos como hipótese, que os informantes preferiram não associar essa instituição (o Conselho Municipal, especificamente) aos conhecidos “Conselhos Tutelares” e/ou os Conselhos Municipais de Assistência Social, esses sim, bastantes presentes nos municípios.

³ Nota-se a distinção entre os Conselhos de Segurança Alimentar (bastantes presentes) e os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (presentes em apenas 10% dos municípios). No entanto, consideramos que as atribuições desses dois órgãos podem se sobrepor em inúmeras situações.



Conselhos Municipais é muito forte. Ressalta-se, como um possível viés de opinião, que as informações foram prestadas, majoritariamente, pelos próprios prefeitos.

Alguns instrumentos como o cadastro de imóveis, por exemplo, fazem-se mais presente na região do Pontal que no restante dos territórios. As Prefeituras contam, na quase totalidade, com Secretarias voltada para o desenvolvimento rural, geralmente (em 91% dos casos) com quadro técnico específico.

Por outro lado, são apontados para o Pontal, uma baixa presença de serviços de apoio tecnológico para os produtores. Há uma discrepância entre esta última informação - altamente negativa, com 41% dos inquiridos respondendo que “*não existem instituições de prestação de serviços tecnológicos*” - e os mais de 90% de afirmações acerca da existência das Secretarias de Desenvolvimento Rural com quadros técnicos permanentes.

Ainda sobre a estrutura institucional, é notável a relativamente baixa presença de secretarias de planejamento: pouco mais de 50% dos municípios do Pontal as têm, contra exatos 50% no levantamento feito para o conjunto dos territórios pesquisados. Sobre questões mais diretamente voltadas para identificar o quanto os instrumentos são eficazes, apresentamos alguns dos serviços os serviços voltados para a melhoria do desempenho dos produtores rurais que mais se destacaram.

Os dados analisados revelam que a internet já é bastante utilizada, em detrimento de uma informação mais institucional local. Pode-se identificar uma tendência de que essa comunicação para a produção (preços, produtos etc.) se dê cada vez mais no âmbito do mercado. Também foi diagnosticada a preocupação com a avaliação dos impactos ambientais da produção, identificação de áreas degradadas ou de risco.

Na solução de conflitos observa-se que a presença de prefeitos e vereadores têm um posição bastante legítima na mediação de conflitos. As iniciativas que mais estão presentes no território sem apoio governamental, sugerem que enquanto ações da sociedade civil, no contexto “Brasil”, focuem mais os âmbitos da produção (22% das ocorrências informadas), seguida de perto por ações (projetos) sociais e culturais (ambos com 19% de citações no Q1), no Pontal os chamados projetos sociais mobilizam mais a ação comunitária (24% das ocorrências citadas), seguidos por iniciativas de caráter ambiental (22% das ocorrências citadas) e, somente então, projetos comunitários de produção (20% das ocorrências citadas). Como prevalente no caso dos “projetos sociais”, as organizações religiosas detêm uma importante fatia da mobilização



comunitária. Uma cada vez mais disseminada consciência ambiental, por sua vez, tem mobilizado a sociedade civil no Pontal, mais do que as iniciativas dos produtores rurais.

É significativo que no Pontal do Paranapanema, cujo território rural foi instituído muito em função da sua conflitividade social e do ativismo público do MST (Carter, 2009), pouquíssimas manifestações sociais ocorreram recentemente (em 6 municípios, ocorreram alguma manifestação de protesto). Uma possível subestimação dessa informação, devido a um viés dos informantes, se existe, não deturpa esse contexto de desmobilização civil (um “descenso da luta” na avaliação de lideranças do MST).

A integração institucional no território enfrenta vários desafios, além da muito conhecida “visão setorial”, pouco integrada territorialmente, da qual falam os estudiosos. Os bloqueios políticos do Pontal do Paranapanema, um contexto claramente dividido entre agricultura familiar (sobretudo a estabelecida pela reforma agrária) e movimentos sociais de um lado e os setores da agricultura patronal de outro, compõem um desafio extraordinário para um projeto de desenvolvimento territorial homogêneo e consensual. Essa situação ajuda a caracterizar a baixa funcionalidade institucional, que apesar de sua complexidade, é a tendência mais evidente no biograma específico das “capacidades institucionais” (Ver Figura 1).

Gestão do Colegiado

Os dados sobre gestão de colegiados é resultam da resposta de 40 questionários direcionados a membros das diferentes representações, entidades do poder público e da sociedade cível que compõem o Colegiado Territorial do Pontal do Paranapanema - CODETER.

Verificamos que 92,5% dos entrevistados afirmaram que existe um assessor técnico que apoia permanentemente a ação do colegiado. A respeito da forma a partir da qual se realiza a seleção e a eleição dos membros do Colegiado, 62,50% no Pontal informaram que ela é feita por convocatória aberta para eleição de representantes; 55% por meio de convite direto a organizações selecionadas e 35% por meio de convite pessoal. Boa parte dos entrevistados não se lembravam da data de criação do Colegiado, indicativo da frequência de renovação dos membros que participam do CODETER.



Na escala do Pontal, mais da metade dos entrevistados (52,50%) responderam que o Colegiado realizou mais de 20 reuniões desde a sua constituição, seguindo a mesma tendência verificada na escala Brasil, onde igualmente relata-se terem sido realizadas mais de 20 reuniões desde a constituição do Colegiado, dado que revela uma frequência de intervalo de dois a três meses entre a data de realização das reuniões.

De acordo com a opinião dos respondentes a capacidade de decisão do governo federal é a mais alta entre as entidades que participam do Colegiado, seguida por representantes de movimentos sociais e de agricultores familiares. Em ordem de importância a internet com 87,50% é o meio de comunicação mais utilizado pelo Colegiado para informar suas ações e decisões à comunidade. O segundo meio mais utilizado (45%) é o “boca a boca” e o terceiro, com 42%, as reuniões comunitárias.

Alternadamente desenvolvimento agropecuário e projetos revezam-se entre a primeira e segunda posição entre os temas mais abordados pelo Colegiado. Nesta ordem, os problemas que mais prejudicam o desempenho do Colegiado na opinião dos respondentes são: baixa participação dos produtores; pouca participação dos gestores públicos; o Colegiado não é ouvido em outras instâncias e baixa capacidade técnica de avaliação.

Em relação ao papel do Colegiado na elaboração do diagnóstico territorial, 67,50% responderam que participaram das oficinas de discussão para sua formação; 60% da concepção e elaboração e 45% da revisão do diagnóstico. Quando questionados se foi elaborado algum documento que contenha a visão de longo prazo do território (visão de futuro), 42,50% respondeu que sim, 40% que não sabe e 17,50% que não. Ou seja, somando-se as porcentagens das variáveis não sabe e não, aferimos que mais da metade das pessoas (57,5%) que participam do Colegiado territorial do Pontal não tem conhecimento sobre tal documento.

Ao serem arguidos sobre o papel desempenhado pelo Colegiado na elaboração da visão de futuro do território, 52,50% informou que participou das oficinas de discussão para sua elaboração; 47,50% participou na concepção e elaboração e 35% na revisão do documento. Na escala Brasil é mantida a mesma tendência em relação ao nível de importância sobre as três variáveis consideradas mais importantes na escala Pontal.

Levando-se em consideração que os dados em análise têm como origem os mesmos entrevistados, notamos que os dados revelam um paradoxo, pois ao passo que



57,50% dos respondentes informaram não ter conhecimento sobre a existência de documento com a visão a longo prazo do território verificamos, por exemplo, informaram que participaram das oficinas que deu origem a tal documento.

Do ponto de vista dos mecanismos utilizados para tomada de decisão no Colegiado, tanto na escala Pontal quanto Brasil, os dois mecanismos apontados pelos respondentes como mais utilizados foram: votação por maioria, com 85% e 79,77% respectivamente e acordos por consenso, com 55% e 49,27%. O terceiro mecanismo considerado mais importante na escala Pontal, com 20%, foi à defesa de cada membro do colegiado dos seus próprios interesses e iniciativas, ao passo que na escala Brasil essa posição é ocupada pela articulação entre grupos ou blocos de interesse, com 23,76%.

Sobre as ações desenvolvidas pelo Colegiado para a gestão dos projetos de desenvolvimento territorial, o conjunto dos entrevistados considerou que a priorização e seleção de projetos com base em critérios técnicos, avaliação interna de mérito e análise de viabilidade técnica dos projetos é uma das ações mais importantes desenvolvida pelo Colegiado.

Entre os temas que os membros do Colegiado mais receberam capacitação, destaca-se, elaboração de projetos (57,50%); seguido da elaboração de planos de desenvolvimento (50%) e desenvolvimento territorial, com 42,50%. Na escala Brasil os membros do colegiado responderam que o maior número de capacitações foram sobre planejamento participativo (40,69%), seguidas de capacitações sobre elaboração de projetos (40,64%) e desenvolvimento territorial, com 40,22% (Quadro 19).



Referências bibliográficas

BRASIL - GOVERNO FEDERAL. Ministério **do Desenvolvimento Agrário /Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2010**. Brasília: MDA/SDT. Acesso em: 17 out. 2011. Disponível em: < http://sge.mda.gov.br/sge/doc/SGE_documento_referencia.pdf >.



O Programa de Desenvolvimento Territorial no Vale do Mucuri – Minas Gerais

Carolina Vanetti Ansani¹
Luís Ricardo de Souza Corrêa²
Sandra Oliveira Fernandes³
Leonel de Oliveira Pinheiro⁴
Claudenir Fávero⁵
Deliene Fracete Gutierrez⁶
Maria Eliza Cota⁷

1 Bióloga /Bolsista/ CAI-M/GEPAF/UFVJM, E-mail: cvansani@gmail.com

2 Eng. Agrônomo / GEPAF / UFVJM, E-mail: ricardo.correa@ufvjm.edu.br

3 Bacharel e Serviço Social / Bolsita / CAI-M/GEPAF/UFVJM, E-mail: sandrassoliveira@yahoo.com.br

4 Especialista em Cooperativismo (UFV) / Professor Auxiliar / UFVJM, E-mail: leotombos@gmail.com

5 Doutor em Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas - UFV)/ Professor Adjunto III/ UFVJM, E-mail: Paraná@ufvjm.edu.br

6 Especialista Extensão Rural para o Desenvolvimento Rural Sustentável (UnB)/Bolsista/ CAI-M/GEPAF/UFVJM, E-mail: delienegutierrez@hotmail.com

7 Zootecnista/ Bolsista/CAI-M/GEPAF/UFVJM, E-mail: mariaelizacota@yahoo.com.br

Resumo

O Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais é fruto de uma política de desenvolvimento rural, com enfoque territorial, formulada e implementada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). Conseqüentemente, este modelo demanda, tanto dos agentes públicos territoriais como da sociedade civil, extrema qualificação, principalmente no que se refere à comunicação e à gestão da informação, sendo esses os dois aspectos chave que determinam o êxito da gestão social. O presente trabalho tem por objetivo avaliar, a partir de dados levantados pelas pesquisas realizadas pela CAI-M, desafios e potencialidades na gestão do Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável no Território do Vale do Mucuri, MG. Dentre os desafios levantados, destacam-se a baixa participação dos beneficiários na concepção, implantação e gestão dos projetos; a dificuldade do colegiado em discutir pautas além das referentes à seleção de projetos a serem encaminhados ao CEDRS; e à vinculação, por parte de representantes do poder público no colegiado, do Programa Territorial ao PRONAF Infraestrutura, dificultando o desenvolvimento de um olhar territorial à destinação dos recursos. O fruto mais profícuo do programa para o Vale do Mucuri é o esforço que tem sido feito por uma gama ampla de instituições estatais e da sociedade civil para a construção de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável para o território.

Palavras-chave: Programa de Desenvolvimento Territorial; Território do Vale do Mucuri; Gestão do Colegiado Territorial.



Introdução

O Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais é fruto de uma política de desenvolvimento rural, com enfoque territorial, formulada e implementada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA).

Baseia-se na Gestão Social Territorial que é um processo no qual se estabelece *espaços de legitimação da participação organizada dos atores sociais em cenários de acordo territorial, os quais permitem estabelecer um modelo participativo de planejamento, uma estrutura institucional de participação e um modelo de gestão das decisões políticas e de controle social.* (MDA/SDT, s/d a).

Conseqüentemente, este modelo demanda, tanto dos agentes públicos territoriais como da sociedade civil, extrema qualificação, principalmente no que se refere à comunicação e à gestão da informação, sendo esses os dois aspectos chave que determinam o êxito da gestão social.

Com o objetivo de dar mais transparência à execução do Programa de Desenvolvimento Territorial, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, disponibiliza ao público informações detalhadas e atualizadas sobre a aplicação dos recursos no Portal da Cidadania, bem como informações estatísticas dos territórios no Sistema de Informações Territoriais (SIT). A Secretaria também desenvolveu o Sistema de Gestão Estratégica (SGE), que é uma ferramenta para que os Colegiados Territoriais e os diferentes gestores dessa política pública qualifiquem seu próprio desempenho a partir da gestão de informações e de processos de comunicação.

Os objetivos do SGE são: *i) promover e facilitar o acesso a informações que subsidiem a gestão territorial; ii) realizar avaliação da gestão, de resultados e de impactos da política; e iii) disponibilizar instrumentos para melhorar a qualidade dos investimentos públicos e o controle social.* (MDA/SDT, s/d a)

Segundo o SGE, cada um desses objetivos *implica aspectos da gestão que devem ser gerados e garantidos nos processos políticos e técnicos, para que se possa assegurar que os componentes básicos foram alcançados. A informação e a comunicação proporcionam ferramentas e ações que contribuem para que estas condições básicas sejam obtidas.* (MDA/SDT, s/d a)



Como forma de viabilizar a implantação desses sistemas, em 2009 o CNPq, com apoio financeiro da SDT/MDA, lançou o Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais Nº. 05, tendo como objetivo selecionar projetos de pesquisa para o monitoramento, avaliação e acompanhamento da evolução e qualidade dos resultados do Programa, baseando-se em metodologia desenvolvida pela Assessoria Especial de Gestão Estratégica da SDT (AEGE/SDT). Foram selecionados 37 projetos, executados por Células de Acompanhamento e Informação (CAI) vinculadas a universidades. A célula do Território do Mucuri (CAI-M) está vinculada ao Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (GEPAF/UFVJM). No primeiro ciclo das pesquisas, realizado entre setembro de 2010 e setembro de 2011, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas com membros do colegiado, executores, e beneficiários dos projetos, além de famílias residentes no território. Os questionários foram inseridos na base de dados do SGE, tabulados e tratados estatisticamente de maneira a gerar uma série de indicadores e índices, que serviram de base para esse trabalho.

O presente trabalho tem por objetivo avaliar, a partir de dados levantados pelas pesquisas realizadas pela CAI-M, desafios e potencialidades na gestão do Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável no Território do Vale do Mucuri, MG.

Território da Cidadania do Vale do Mucuri

O território do Mucuri está localizado na macrorregião do Jequitinhonha e Mucuri. Possui uma área de, aproximadamente, 23,2 mil km² e faz limite com o Vale do Rio Doce ao sul, com os estados do Espírito Santo e da Bahia a leste, e com o Vale do Jequitinhonha a oeste. Integra as bacias hidrográficas dos rios Doce, São Mateus, Itanhém, Jequitinhonha, Peruípe, Itaúnas e Mucuri, sendo essa última a bacia de maior importância, pois abrange aproximadamente 60% dos municípios.

O mucuri apresenta forte diversidade em seus aspectos biofísicos, com áreas de Mata Atlântica e de transição para o Cerrado, com relevo que varia de ondulado a montanhoso, em que predominam as unidades produtivas da agricultura familiar camponesa, a áreas planas, de maior concentração fundiária, onde predominam as grandes propriedades pecuaristas.

O Vale do Mucuri totaliza uma população de mais de 438 mil habitantes (IBGE, 2010), representando, aproximadamente, 2,4% da população do estado de Minas Gerais.



Teófilo Otoni é o município de maior população do território, com cerca de 135 mil habitantes, enquanto Umburatiba apresenta o menor conjunto populacional, com cerca de 2.700 habitantes. A densidade demográfica é baixa, sendo inferior a 19 habitantes por km². Se forem mantidos no total populacional os dois municípios mais populosos (Teófilo Otoni e Nanuque), o grau de urbanização é de, aproximadamente, 66%, o que significa que a população rural gira em torno de 34%. Se não forem considerados os dois municípios mais populosos, os 25 municípios restantes apresentam uma população total média de, aproximadamente, 10 mil habitantes por município. Nesse caso, a participação rural cresce para 46%, indicando um percentual bastante superior à média estadual, que é de, aproximadamente, 18%.

A densidade demográfica do território equivale a pouco mais de um terço do índice estadual, ratificando ser essa região uma das menos densamente povoadas no estado. As informações censitárias sobre a população demonstram a presença marcante de municípios rurais na composição territorial, indicando que não se constituiu nessa região uma rede urbana expressiva, com cidades de médio e grande porte, implicando na intensidade do dinamismo da economia regional.

II – Metodologia

A metodologia de pesquisa utilizada foi a padronizada nacionalmente e desenvolvida pela Assessoria Especial de Gestão Estratégica da SDT (MDA/SDT, s.d a). Foram realizadas cinco pesquisas, entre setembro de 2010 e setembro de 2011, sendo elas: i) Capacidades Institucionais (MDA/SDT, s.d b), em que foram entrevistados 20 representantes do poder público municipal; ii) Identidade Territorial (MDA/SDT s.d c), em que foram entrevistados 51 membros do colegiado territorial; iii) Acompanhamento da Gestão dos Colegiados Territoriais (MDA/SDT, s.d. d), em que foram entrevistados 51 membros do colegiado territorial; iv) Índice de Condições de Vida (MDA/SDT, s.d.e), em que foram aplicados 250 questionários em dez municípios do território; v) Avaliação de Projetos de Investimento (MDA/SDT, s.d f), em que foram avaliados 7 projetos concluídos, sendo que para cada projeto foi entrevistado 1 representante do poder público, 1 representante do colegiado territorial e 1 beneficiário.

Ao longo das entrevistas foram obtidos pontos georreferenciados de cada domicílio visitado, sendo estes arquivados em um banco de dados do GEPAF, que reúne



informações acerca da localização de comunidades rurais, bem como infraestruturas sociais (escolas, igrejas, postos de saúde) de todos os municípios do território.

As informações obtidas pelos questionários foram tabulados e sistematizados no SGE, de acordo com cada tema tratado pelos questionários.

III – Alguns Resultados e Reflexões sobre a Gestão do Território

- Identidade

A composição do território do Mucuri se deu a partir de uma articulação política entre os poderes públicos municipais. Não foram levados em conta critérios de identidade ambiental, econômico, cultural e social na sua composição. As organizações representativas da agricultura familiar se envolveram posteriormente com as discussões do PRONAT. Dessa forma, a composição e proposição do território do Vale Mucuri não partiu da identidade e dos anseios da agricultura familiar.

As informações obtidas com a aplicação do questionário Identidade Territorial revelam que predomina como categoria de identidade a Agricultura Familiar (Figura 3). A presença da agricultura familiar foi uma condição utilizada como critério no momento da seleção dos territórios que foram incorporados ao PRONAT, em 2003, pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS). Essa “identidade” genérica, “agricultura familiar”, obtida atualmente, é resultado da condição intrínseca do território, se expressando, também, como fruto de toda a discussão que tem ocorrido em função das ações do PRONAT, que reafirma o conceito de agricultura familiar. No entanto, ela não revela as especificidades e particularidades das diferentes expressões do campesinato no território, suas formas de organização social, seus sistemas de produção, seus modos de vida, entre outras.

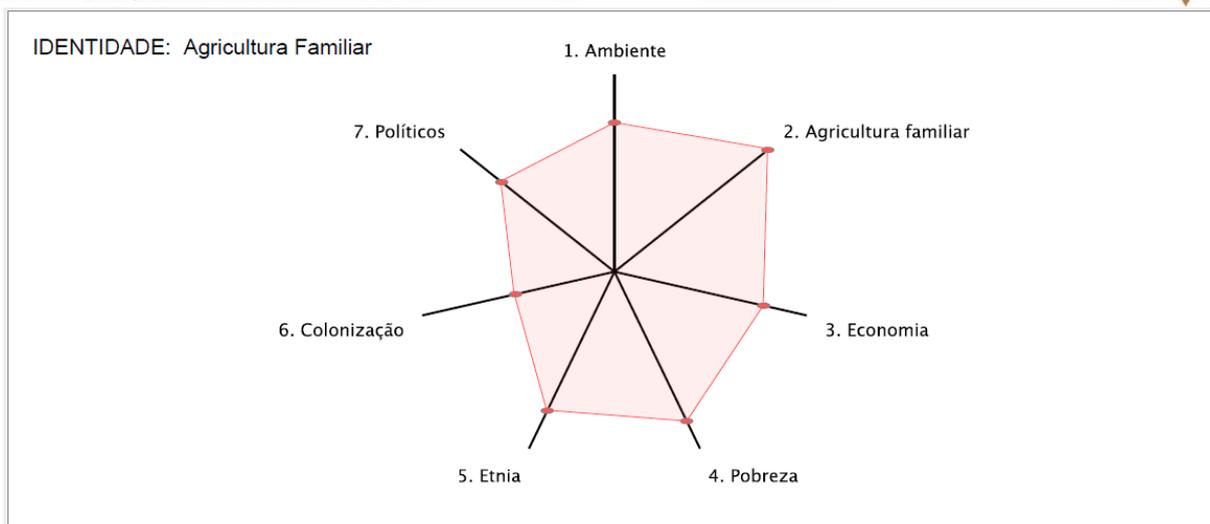


Figura 3– Categorias de identidade do território do Vale do Mucuri.

Fonte: SGE/CAI Território Vale do Mucuri – MG.

As distâncias físicas, a diversidade nas características da agricultura familiar camponesa, bem como, nas condições sócio-econômicas e ambientais do Vale do Mucuri são tais que desde a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS (ARMICOPA, 2005) o território foi dividido em cinco microrregiões para efeitos de planejamento e ações.

Dentro das próprias microrregiões estão presentes especificidades da agricultura familiar camponesa, notadamente, em relação à presença de povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos e assentamentos da reforma agrária (GEPAF, 2010).

O aspecto de maior unificação existente no território, na lógica da agricultura familiar camponesa, é a condição história de exclusão, opressão e empobrecimento das condições de vida, refletida na “categoria de identidade” *Pobreza*, sendo esta a segunda categoria de maior expressão neste estudo (Figura 3).

Vale ressaltar, também, que com a incorporação do Vale do Mucuri no Programa Territórios da Cidadania, em 2008, levou à incorporação de entidades representativas do meio urbano no colegiado. Essa incursão tornou a afirmação /reafirmação da identidade territorial mais complexa. Como o programa Territórios da Cidadania frustrou expectativas quanto à disponibilidade de recursos que pudessem ter sua aplicação decidida no colegiado, muitas dessas entidades abandonaram-no. As entidades do meio urbano que continuam atuando no colegiado começam a desanimar, pois constatam que



as ações discutidas e implementadas, via colegiado territorial, estão centradas na agricultura familiar e suas especificidades. Isto ficou muito evidente na elaboração do regimento interno e definição da composição do colegiado em que predominaram as representações da agricultura familiar e suas especificidades.

Capacidades Institucionais

O Indicador de Capacidade Institucional (ICI) do território do Vale do Mucuri ficou em 0,403, ou seja, na transição entre Médio Baixo e Médio. O Fator que mais contribuiu para o baixo ICI foram os *Serviços Institucionais Disponíveis*, seguidos dos *Instrumentos de Gestão Municipal* (Figura 5).

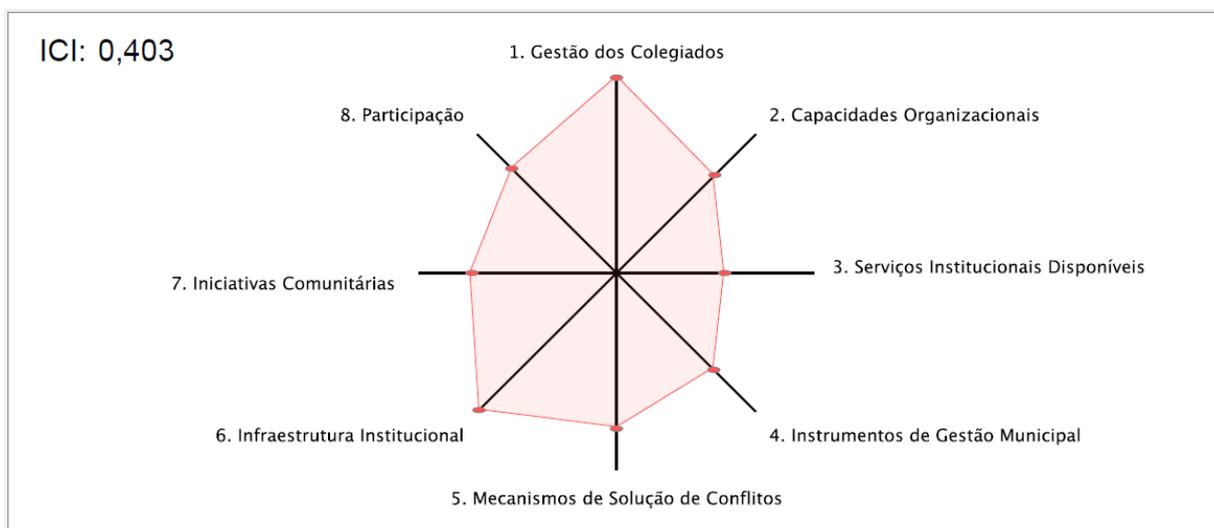


Figura 5– Indicador de capacidades institucionais do território do Vale do Mucuri.

Fonte: SGE/CAI Território Vale do Mucuri – MG.

As prefeituras municipais e, notadamente, as secretarias municipais de agricultura do território do Vale do Mucuri possuem estrutura física insuficiente ao seu funcionamento e reduzido número de funcionários. Essas questões, além de outras que serão analisadas abaixo, têm relação direta com a dificuldade na elaboração, execução e participação em projetos e programas.

Das secretarias municipais entrevistadas, 75% disseram que não possuem funcionários permanentes/efetivos e que o recurso financeiro destinado a execução das atividades da secretaria, no orçamento anual da prefeitura, é muito pequeno. As reuniões dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) têm sido os



meios de comunicação mais utilizados pelas secretarias municipais, tanto para informar suas ações, como para receber as demandas das comunidades rurais. Destaca-se a importância que tem tido os CMDRS no território do Vale do Mucuri, pois os mesmos têm conseguido cumprir razoavelmente bem o papel de debater, questionar e propor políticas públicas. Outro meio de comunicação utilizado em 40% dos municípios são os veículos impressos (principalmente, jornais e informativos).

Das secretarias municipais entrevistadas, 50% disseram que os investimentos municipais não são orientados por cadeias produtivas locais. Porém, o que mais chama a atenção neste ponto é a baixa participação das mesmas na concepção e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do respectivo Orçamento Anual. Na maioria dos casos, estas peças jurídicas são elaboradas por empresas contratadas pela prefeitura com a participação das Secretarias de Planejamento, Fazenda e Administração, quando existem. Houve casos em que o entrevistado nem sabia da elaboração destes ordenamentos legais. Em relação às funções desempenhadas pelas secretarias municipais, 70 % disseram que não elaboram diagnósticos da realidade e 50 % disseram não ter um plano municipal de desenvolvimento rural e que não elaboram projetos.

Os membros do colegiado, em sua maioria, afirmam que o mesmo propicia o fortalecimento de ações integradoras entre os diversos níveis do poder público, bem como, facilita a busca de novas informações e soluções para os problemas encontrados, sendo este um espaço importante de troca de experiências. Destacam, porém, que esta interação pode melhorar.

Quanto à capacidade de decisão dos representantes do poder público municipal nas instâncias do colegiado, 73,8% dos entrevistados dizem que é média e alta. Em contraposição, a participação dos gestores públicos (prefeitos municipais) é muito baixa, segundo 76,1% dos entrevistados, sendo este um problema que prejudica muito o desempenho do colegiado. A participação dos representantes do poder público municipal no colegiado tem se dado, em sua maioria, pelos secretários municipais. Atualmente, pode-se afirmar que participam efetivamente das atividades do colegiado em torno de 50% destes representantes. Nos momentos de decisão dos projetos de investimento, este número aumenta. Quando se trata da participação dos prefeitos municipais, dos 27 prefeitos do território, apenas 01 participa ativamente das atividades do colegiado.



Segundo as opiniões dos entrevistados e os debates com membros atuais do colegiado territorial, a baixa participação dos gestores públicos municipais e a baixa credibilidade em relação ao programa de desenvolvimento territorial podem ser atribuídas a alguns motivos: a concepção dos gestores públicos municipais de que o formato do PRONAF-Infraestrutura era melhor, pois permitia a todas as prefeituras ter acesso aos recursos e maior liberdade ao município para destinação dos mesmos; em decorrência do formato de alocação dos recursos adotado no programa territorial, algumas prefeituras ainda não tiveram projetos de investimentos implantados em seus municípios; e divergências no que se refere à instância que sedia a secretaria executiva do Território.

De acordo com mais de 90% dos entrevistados, as associações de agricultores familiares e os sindicatos de trabalhadores rurais são as organizações sociais que mais realizam ações de apoio às áreas rurais no município. Vale destacar, a atuação dos grupos de mulheres, pois na atualização do PTDRS (GEPAF, 2010), esta atuação ainda era muito tímida. Pelos dados da pesquisa, esse segmento aparece como desenvolvendo atividades de apoio em áreas rurais em 40% dos municípios.

Segundo 50% dos entrevistados, em seus municípios ocorrem iniciativas, comunitária ou de produtores rurais, de projetos produtivos, sem apoio de governo e, também, segundo 50%, não existe acordo para venda da produção entre agricultores e organizações voltadas para a comercialização.

1.1 *Gestão do Colegiado*

Um ponto importante levantado no questionário, e que merece atenção, é sobre a forma como o colegiado está se comunicando com a sociedade. O item mais citado foi “*internet*”, com 52,2% de citações, seguido das “*reuniões comunitárias*”, com 45,7% de citações. Porém, a circulação de informações na internet é feita, apenas, por uma lista de e-mails dos membros do colegiado. O que estas respostas apontam é que o colegiado tem se comunicado pouco com a sociedade e que suas ações e decisões ficam restritas aos seus membros. Mesmo entre os membros do colegiado, esta forma de comunicação não é eficaz, pois somente 52,2% dos membros afirmam que a utilizam como meio de troca de informações com o colegiado.

Na composição do colegiado do Mucuri, 47,8% dos membros possuem até dois anos de participação. Ao serem questionados sobre quais temáticas foram capacitados, 32,6%



destes a responderam “desenvolvimento territorial” sendo que a maioria dos entrevistados disse que não sabe e/ou que não ocorreu nenhuma capacitação.

Sobre a capacidade de decisão entre os diferentes segmentos nas instâncias do colegiado, destacam-se universidades, em que 63% dos entrevistados consideraram alta, agricultores familiares (57%) e comunidades tradicionais (57%).

Segundo os entrevistados, o que prejudica muito o desempenho do colegiado é a *pouca participação dos gestores públicos (76% consideram que esse item contribuiu muito para o baixo desempenho)*, seguida da *baixa capacidade técnica para avaliar os projetos (52% dos entrevistados)* e a *baixa participação dos agricultores (52%)*.

Como aproximadamente metade dos membros do colegiado participa há menos de dois anos do colegiado, ao serem entrevistados sobre o papel desempenhado pelo colegiado na elaboração do PTDRS, se referiram apenas ao processo de atualização desse documento, ocorrido em 2010. Segundo eles, a maior participação dos membros ocorreu nas fases de concepção/elaboração e nas oficinas de discussão para sua formação (40 e 50%, respectivamente). Já na fase de revisão, apenas 30% disseram ter participado. No momento da maioria das entrevistas, a atualização do PTDRS ainda não tinha sido apresentada ao colegiado.

Acompanhamento de Projetos

Segundo 50% dos entrevistados a definição do projeto ocorre por demanda espontânea dos beneficiários e 22% disseram que o projeto foi indicado no PTDRS.

Sobre a participação dos beneficiários na elaboração do projeto, ela ocorreu segundo 72,2% dos entrevistados. Porém, conforme Quadro 1, podemos observar que a mesma ocorre somente nas fases iniciais, já nas fases de concepção, implementação e gestão a porcentagem de participação cai gradativamente.

Quadro 1 – Participação dos beneficiários nas diferentes fases dos projetos no território do Vale do Mucuri

Participação dos beneficiários	Frequência	Porcentagem
Na definição do tipo de projeto	11	61,1
Na elaboração do diagnóstico	9	50,0
Na definição da área de intervenção	8	44,4
Na concepção do projeto	4	22,2



No acompanhamento do processo de implementação	4	22,2
Na gestão do projeto	3	16,7

É possível identificar no Quadro 2 que os beneficiários participaram de algumas atividades preliminares a conclusão do projeto, principalmente em relação ao levantamento de informações. No entanto, segundo os entrevistados, todas estas ações começaram quando os projetos já haviam sido aprovados pelo CEDRS.

Quadro 2 – Ações de planejamento dos projetos no território do Vale do Mucuri

Ações realizadas no planejamento dos projetos	Frequência	Porcentagem
Levantamento de informações	12	66,7
Capacitação/Formação	8	44,4
Visitas técnicas e intercâmbios	8	44,4
Assistência técnica em produção	6	33,3
Assessoria em Gestão	4	22,2
Integração a redes	3	16,7
Acesso a Crédito	2	11,1
Não sabe	2	11,1

No que diz respeito à participação do colegiado territorial, fica evidente que, na percepção dos entrevistados, o mesmo tem atuado diretamente até a fase de aprovação do projeto pelo CEDRS. A partir de então, percebe-se uma ausência do colegiado no andamento do projeto (Quadro 4).

Em relação ao poder público, a percepção é de que o mesmo tem grande poder e influência desde a elaboração, co-financiamento, apoio técnico e avaliação dos projetos (Quadro 5).

Quadro 4 – Participação do colegiado territorial no andamento dos projetos no território do Vale do Mucuri

Papel do colegiado territorial	Frequência	Porcentagem
Avalia	10	55,6
É consultado	9	50,0
Prepara a proposta	7	38,9
Não sabe	5	27,8
Autoriza desembolsos	3	16,7



Outros	2	11,1
Co-administra o projeto	1	5,6

Quadro 5 – Participação do poder público no andamento dos projetos no território do Vale do Mucuri

Papel das entidades públicas	Frequência	Porcentagem
Participam com apoio técnico	16	88,9
Aprovam a proposta	11	61,1
Co-financiam	11	61,1
Elaboram a proposta	10	55,6
Avaliam o projeto	9	50,0

Segundo 72,2% dos entrevistados, os beneficiários foram suficientemente informados sobre o projeto e acompanham a implementação do mesmo.

A gestão dos projetos ocorre, majoritariamente no âmbito das prefeituras, sendo poucos (16,7%) desses processos abertos à participação dos beneficiários. Outra questão percebida é que as estruturas físicas e/ou bens adquiridos estão sob custódia das prefeituras, não sendo repassados às associações locais. Conseqüentemente, a manutenção da estrutura existente, é feita pelas prefeituras municipais. Para 66,7% dos entrevistados acredita ser necessário firmar uma parceria com organizações da sociedade civil para implementar os projetos.

A execução dos projetos é realizada, na medida do possível, em alguns municípios, pelos CMDRS e associações locais. Mas a maior parte dos entrevistados não soube afirmar se são construídos indicadores de acompanhamento e monitoramento. O colegiado, em geral, tem dificuldade em acompanhar a execução dos projetos. Dos projetos em execução, apenas 11,1% estão funcionando sem capacidade ociosa, e 27,8% estão beneficiando outros públicos, além dos previstos. Observa-se que a meta de beneficiários a serem atendidos pelos projetos não está sendo atingida na sua totalidade, na maioria dos casos.

Na avaliação dos entrevistados, os principais obstáculos para operar o projeto são a Gestão, citada por 78% deles, a capacitação (39%) e o acesso à informação (32%).

Apesar dessas avaliações os entrevistados apontam que ocorrerem melhorias na qualidade de vida dos beneficiários com a implementação dos projetos, sendo que para



22,3% dos entrevistados ocorreu elevação na renda. Já com relação ao programa territorial, há indicação de este propiciou ampliar o acesso a mercados, em sua maioria dentro dos municípios, mas com alguma inserção também no âmbito do território em questão. Na percepção dos entrevistados, as principais mudanças ocorridas no território com a implementação dos projetos foram: melhoria da infra-estrutura (33%), aumento da auto-estima da comunidade (33%), aumento no nível de organização da comunidade (27%) e maior envolvimento dos jovens (27%). E sobre os ganhos institucionais que podem ser atribuídos aos projetos, destacam-se, na opinião dos entrevistados: alianças entre os diversos atores do território (44%), alianças entre as instituições do território e a comunidade (44%), alianças entre os produtores (38%), alianças entre instituições locais e estaduais (33%) e construção de acordos entre distintos interesses (28%).

IV - Considerações Finais

A configuração do território do Vale do Mucuri, reconhecida pela SDT/MDA, permitindo sua inserção no PRONAT, é resultado de uma estratégia política de continuidade do acesso a recursos destinados à infraestrutura para os municípios vinculados à AMUC. Toda a discussão que se seguiu, a partir deste reconhecimento, nas oficinas e reuniões do colegiado territorial, levou à construção de uma identidade ao território, sendo esta, fruto da expressiva presença da agricultura familiar, embora esta “identidade” não consiga explicitar toda a diversidade de expressões do campesinato presentes no território.

Não são todos os municípios do território que possuem secretaria de agricultura na estrutura da prefeitura e, quando existe, não é dada prioridade à sua estruturação física e à destinação de recursos para a mesma. Fruto da dependência histórica em relação às outras esferas públicas da federação (estado e união), os poderes públicos municipais não estão estruturados adequadamente para desempenhar as funções de promotores do desenvolvimento local. Isso porque, a partir da constituição brasileira de 1988, os municípios assumiram várias atribuições para as quais são dadas prioridades, notadamente, no que se refere à educação e saúde. No Vale do Mucuri esta realidade não é diferente, onde se observa uma precariedade geral na infraestrutura e serviços voltados à promoção do desenvolvimento rural.

Da mesma forma, é recente no Brasil a criação, de forma democrática e participativa, de instrumentos jurídicos que normatizem o uso e a gestão dos recursos públicos, em nível



municipal. Mesmo que haja um razoável funcionamento dos CMDRS no território do Vale do Mucuri, estes ainda se atêm, de forma geral, a discussões e decisões pragmáticas sobre destinação de recursos e projetos do poder executivo. São raros, também, os municípios do território que possuem conselhos de meio ambiente constituído e funcionando.

Por outro lado, observa-se frustração por parte da maioria dos gestores públicos municipais, principalmente os prefeitos, em relação ao programa de desenvolvimento territorial. Muitos deles, baseados na lógica anterior de acesso aos recursos do PRONAF-Infraestrutura, se queixam que o seu município ainda não recebeu recursos do programa. Certamente, estas insatisfações se devem a incompreensões de alguns sobre a perspectiva do desenvolvimento territorial, mas, de outros, a divergência em relação ao programa pela perda do poder de decisão.

Merece atenção a constatação de que, apesar da imensa ausência dos gestores públicos municipais (no caso, os prefeitos) no colegiado territorial, a percepção da maioria dos seus membros é de que estes possuem alta capacidade de decisão. Isto reflete, por um lado, a organização do estado brasileiro que centraliza nos gestores públicos vários aspectos de decisão e gestão dos recursos públicos e, de outro lado, a cultura política, ainda predominante, de poder de decisão dado aos prefeitos municipais.

Por mais que tenha havido avanços na interação dos beneficiários dos projetos financiados pelo PRONAT com os elaboradores, executores e gestores públicos, ainda é muita baixa a participação dos beneficiários na concepção, implantação e gestão dos projetos. As pesquisas demonstraram que a implantação e gestão dos projetos tem ficado, praticamente, à cargo das prefeituras municipais.

Por outro lado, a participação do colegiado territorial tem se restringido as fases de discussão e deliberação sobre quais projetos serão encaminhados para aprovação pelo CEDRS. Muito pouco tem sido feito no sentido do monitoramento e da avaliação dos projetos.

O fruto mais profícuo do programa de desenvolvimento territorial para o Vale do Mucuri, que se percebe, é o esforço que tem sido feito por uma gama ampla de instituições estatais e, notadamente, da sociedade civil, no sentido da construção de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável para o território, merecendo destaque, as



parcerias, alianças e negociações realizadas pelos diferentes atores/instituições que atuam no território.

V – Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO REGIONAL MUCURI DE COOPERAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (ARMICOPA). **Plano de Desenvolvimento Territorial do Vale do Mucuri**. [S.l.]: 2005.

CÉLULA DE ACOMPANHAMENTO E INFORMAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO VALE DO MUCURI (CAI-M). **Território da Cidadania do Vale do Mucuri**. Relatório Analítico das Pesquisas Realizadas pela CAI-Mucuri entre Setembro/2010 e Setembro/2011. Teófilo Otoni: 2011. 49p.

GRUPO DE EXTENSÃO E PESQUISA EM AGRICULTURA FAMILIAR (GEPAF). **Atualização do plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: território da cidadania do Vale do Mucuri-MG**. Teófilo Otoni: UFVJM, 2010. 120p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados do Censo 2010**. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=31 Acesso em 10 de novembro de 2010.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). Sistema de Gestão Estratégica: Documento de Referência. s.n.t(a). 12p. Disponível em <http://sge.mda.gov.br/sge/index.html> Acesso em 30/01/2012.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT) b. Sistema de Gestão Estratégica: Capacidades Institucionais. s.n.t(b) 9p. Disponível em <http://sge.mda.gov.br/sge/index.html> Acesso em 30/01/2012.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). Sistema de Gestão Estratégica: Identidade Territorial. s.n.t(c) 7p. Disponível em <http://sge.mda.gov.br/sge/index.html> Acesso em 30/01/2012.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). Sistema de Gestão Estratégica: Acompanhamento da Gestão de Colegiados. s.n.t(d). 12p. Disponível em <http://sge.mda.gov.br/sge/index.html> Acesso em 30/01/2012.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). Sistema de Gestão Estratégica: Índice de Condições de Vida. s.n.t(e) 13p. Disponível em <http://sge.mda.gov.br/sge/index.html> Acesso em 30/01/2012.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). Sistema de Gestão Estratégica: Avaliação de Projetos de Investimento. s.n.t(f) 9p. Disponível em <http://sge.mda.gov.br/sge/index.html> Acesso em 30/01/2012.



GT 09 - As políticas Públicas e o Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil
Contemporâneo.

O Vale do Itapecuru na perspectiva da política de desenvolvimento territorial¹

Jacira Brito Silva²
Edna Maria Ramos de Castro³

² Prof^a Msc. IFMA, jacirabsilva@ifma.edu.br

³ Prof^a Dr^a UFPA, edna.mrcastro@gmail.com

Resumo

Nas últimas décadas o conceito de território tem sido evocado de forma recorrente pelas políticas públicas direcionadas ao meio rural. Tem destaque os aspectos políticos-administrativos e àqueles relacionados ao discurso que enfatiza a participação social nessas políticas. Em 2003 a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criou os “Territórios Rurais”, um recorte formado por municípios de baixo dinamismo econômico. O objetivo deste trabalho foi o de analisar o que mudou na forma como as ações governamentais são implementadas nessa proposta. Buscamos perceber como se processa o diálogo entre o poder público e a sociedade civil organizada no espaço constituído por essa política, no caso os colegiados de implantação de ações territoriais. O Território, unidade de planejamento, pesquisado foi o “Território Rural do Vale do Itapecuru”, localizado no Estado do Maranhão. A abordagem territorial do desenvolvimento não se mostra inovadora tal como é apresentada nos discurso oficial, pois o planejamento e a execução dos projetos ainda ocorre de forma setorial. Além disso, reivindicações históricas dos trabalhadores rurais perdem força no espaço de diálogo constituído por essa proposta.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural, Políticas Públicas e Território.

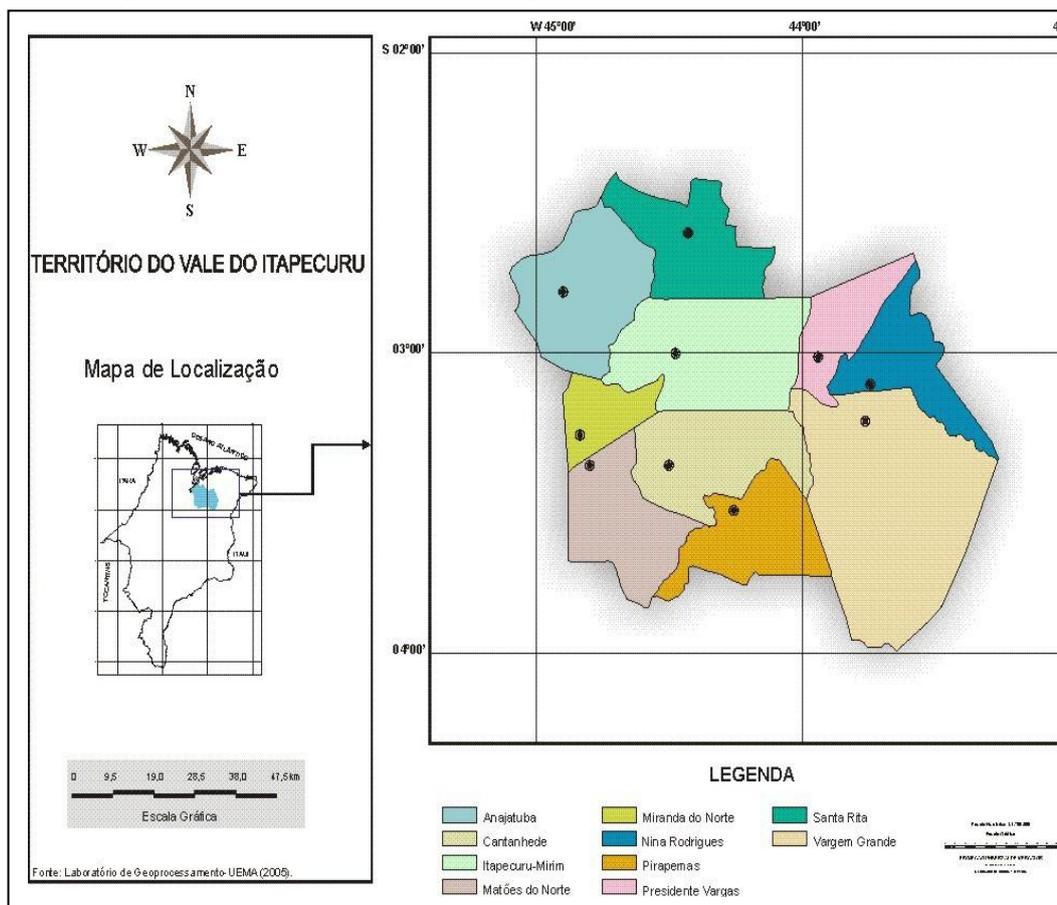
¹ Artigo oriundo da dissertação de mestrado em Planejamento do Desenvolvimento – PPGDSTU/UFPA/NAEA. Orientadora Prof^a Dr^aEdna Maria Ramos de Castro PPGDSTU/UFPA/NAEA.



Breve Introdução

O território Vale do Itapecuru foi criado em 2003 pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). É composto por dez municípios considerados de baixo dinamismo econômico e está localizado na microrregião de Itapecuru-Mirim, norte do estado do Maranhão (Mapa 01).

Mapa 01: Território do Vale do Itapecuru – MA (2008)



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento LABGEO/UEMA (2005)

O Plano de Desenvolvimento Territorial Rural (PTDRS) é o documento que representa a nova concepção da política de desenvolvimento rural, e é tomado, pelos atores governamentais, como símbolo o processo participativo.

O enfoque territorial do desenvolvimento ganha espaço nas políticas públicas voltadas ao meio rural, num momento em que, em termos teóricos, tem-se o desgaste da noção de região, para fins de recorte espacial e planejamento de ações. Por outro lado, o debate acerca da noção de desenvolvimento e seus desdobramentos, a exemplo do



desenvolvimento local, reforçam a proposta participativa apresentada nos objetivos das políticas públicas rurais.

A exemplo da reformulação do conceito de desenvolvimento, os desdobramentos do conceito de território abrangem desde concepções naturalistas até as mais recentes, que incorporam aspectos políticos, econômicos e simbólicos. Para Claval (2000) o conceito nasceu de estratégias de controle, seja no sentido físico ou geopolítico. Ratzel o associava a recursos naturais e a necessidade de ampliação de extensão territorial do Estado alemão. Essas abordagens perdem centralidade no debate para interpretações mais abrangentes que consideram as relações de poder presentes nas relações econômicas, políticas e culturais inerentes à organização social.

Haesbaert (2007) a partir de uma leitura de Santos e Raffestin, enfoca sobre o território produzido, as relações concretas, simbólicas, interesses econômicos e políticos. São as relações de poder em interação:

assim, podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto *mediação espacial do poder* resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico - política (HAESBAERT, 2007, p.93).

O debate teórico no Brasil sobre o papel do território no desenvolvimento e na dinâmica econômica, social e política, no local (BRANDAO, 2004; ABRAMOVAY: 2003; CASTRO, 2007; 2009; TEISSERENC, 2010) fundamentou a formulação de políticas mais integradas e participativas que buscaram reforçar a construção demográfica da ação pública no país. Essa abordagem do território em relação ao processo de desenvolvimento foi construída com base no diálogo entre a tradição da economia que incorporou o espaço enquanto território e o debate da sociologia sobre atores sociais e suas dinâmicas que se dão em dado campo relacional, com base na tradição da teoria da ação desde Weber em sua formulação, na interseção com a teoria dos campos de Bourdieu (1997).

Do ponto de vista conceitual, portanto, o fecundo debate iluminou a formulação de experiências de ordenamento territorial e a concepção de intervenções direcionadas a dados territórios (CASTRO, 2006; 2007) certamente acompanhada de pesquisas que (re) problematizaram o planejamento governamental e as relações entre Estado e sociedade. O fortalecimento das organizações sociais, a cooperação, a formação de novas institucionalidades com descentralização de decisões e a maior participação social, são incentivados nesta proposta.



Nesse cenário, os trabalhadores rurais são vistos como público promissor capaz de alavancar uma nova dinâmica econômica com geração de renda, redução da pobreza e da fome e de impulsionar novas possibilidades de integração entre rural e urbano.

Diante desse contexto, alguns questionamentos se mostraram relevantes para este trabalho. Buscamos saber quais as reais mudanças na forma de planejamento e execução das ações? Em que condições se processa o diálogo entre poder público e sociedade civil? Qual a trajetória dos projetos implantados desde a criação desse recorte? E por fim, sobre qual a avaliação dos chamados *beneficiários* com relação à política de desenvolvimento em curso.

Para isso, apresentamos as principais características do plano de desenvolvimento territorial e suas prioridades. Sublinhamos as especificidades do discurso dos atores envolvidos nesse processo, as dificuldades encontradas para o planejamento e a construção de consensos e soluções para os impasses encontrados. Por último, é exposta a visão do chamado *público beneficiário* acerca do espaço do colegiado e as considerações acerca dos reais alcances sociais da política.

Sobre o PTDRS do Vale do Itapecuru

O plano começou a ser estruturado em 2003 a partir das ações da SDT, através da organização de fóruns de debate, de consórcios e de projetos intermunicipais, ações denominadas de “ações de desenvolvimento territorial”. A então recém criada SDT estabeleceu como principal o objetivo, substituir o modelo de execução de projetos da forma setorial para a abordagem territorial. A elaboração do PTDRS está prevista na resolução nº 52 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF):

Art. 1º Aprovar, em complementação à Resolução nº 48 do CONDRAF, as seguintes recomendações em relação às institucionalidades territoriais do desenvolvimento rural sustentável para que se constituam em espaços de gestão e controle social, com os objetivos de [...]:

V – propor mecanismos de formalização das relações entre os atores e as políticas públicas, com a adoção de Pacto Territorial de Desenvolvimento, como importante instrumento de articulação, diálogo e complementaridade entre as políticas que incidem sobre o território [...] (CONDRAF, 2005).

Com relação a adoção desse documento questionamos sobre a relevância desse instrumento para o direcionamento das ações denominadas de “desenvolvimento



territorial” e de que forma o mesmo foi apropriado pelos envolvidos no colegiado ou se sua existência apenas cumpriu uma etapa formal das diretrizes da política, sem que o mesmo fosse do conhecimento dos grupos sociais deste território.

No que diz respeito a elaboração do plano constatou-se através da leitura desse documento que a mesma foi mediada pela Organização Não Governamental, *Planeja Consultoria e Assessoria em Desenvolvimento Sustentável*, com sede em São Luís-Ma e seguiu as diretrizes gerais de orientação da SDT que são: gestão social no Território; fortalecimento do capital social; dinamização das economias territoriais e articulação interinstitucional.

A metodologia empregada para criação desse território priorizou a realização de oficinas nas quais foram reunidos diversos atores locais para levantamento e atualização de dados socioeconômicos dos municípios. Entre as ações realizadas constam: atualização dos planos municipais de desenvolvimento sustentável, definição de estratégias territoriais e articulação com espaços externos.

Como objetivos foram estabelecidos a construção de ações estratégicas de forma participativa, dialógica e capacitadora com vistas à sustentabilidade territorial. Especificamente foi realizada a leitura da realidade territorial, via diagnóstico participativo; a definição das ações estratégicas materializadas nos Programas e Projetos específicos; a construção e aplicação do modelo de Gestão do Plano; a possibilidade do exercício da troca de informações/opiniões entre os municípios do Território e relação entre a institucionalidade; consolidação do Conselho de Implantação de ações territoriais (CIAT).

A organização das ações foi estruturada em programas que são subdivididos em projetos. Os quatro programas macro são: Programa de formação em desenvolvimento territorial, Programa de apoio e inserção sustentável da produção familiar no mercado, Programa de fomento ao cooperativismo de economia solidária e familiar nos territórios rurais (Coopersol) e o Programa de apoio a infra-estrutura nos territórios rurais (Proinf).

A priorização dos projetos deveria seguir as recomendações da SDT disponibilizadas no site da secretaria. Por fim, foram delineadas “ações de suporte à implementação do plano territorial”, através de assessoramento técnico, capacitação e crédito bancário. Ainda de acordo com o plano é competência do colegiado através de sua Plenária:

indicar em reunião do colegiado e na ausência deste em um evento territorial, os projetos a serem apoiados apontando ordem de prioridade, observando as



orientações e critérios contidos neste documento e outros que possam ser estabelecidos pela instância estadual, Conselho estadual de desenvolvimento rural Sustentável (CEDRS) e Núcleo Diretivo; Registrar em ata as deliberações do plenário relativas ao processo de indicação de projetos prioritários e; Indicar os proponentes dos projetos prioritários (BRASIL, 2005).

Teoricamente essa atividade pode ser acompanhada pelo CEDRS para orientação com sugestões de outros critérios qualificadores dos projetos. Os documentos analisados sempre preconizam a participação de representantes de movimentos sociais e de assentados de reforma agrária e todo o acompanhamento teórico e prático das ações é mediado por empresas parceiras, ou seja, aquelas com trabalho reconhecido na região, e que foram selecionadas através de editais públicos.

No período da pesquisa, entre fevereiro de 2008 e dezembro de 2009, as empresas conveniadas eram: Cooperativa de Trabalho para o Desenvolvimento Sustentável (COODESU), Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e a Cooperativa de Serviços, Pesquisa e Assessoria Técnica (COOSPAT), cada uma delas desenvolve um eixo de trabalho no território. O papel dessas empresas e do colegiado era o desenvolvimento de atividades de capacitação quanto aos aspectos conceituais pertinentes à política, a assessoria técnica e mobilização em eventos, como seminários e a mediação no planejamento e elaboração de projetos.

No que se refere aos recursos conveniados para execução das atividades optamos por realizar um levantamento dos investimentos realizados pelos ministérios atuantes no território entre 2004 e 2008 (Tabela 01). Ressaltamos que o foco da pesquisa são apenas os investimentos do MDA. O detalhamento teve o intuito de reunir informações gerais acerca dos investimentos já aplicados desde o início da formação dos Territórios Rurais. Com isso, procuramos saber se o uso dos recursos atendia às reivindicações dos trabalhadores rurais ou se eram previamente direcionados.

A ênfase dada aqui para os anos de 2008 e 2009 se justifica pela mudança e concentração das ações dos ministérios no Programa Territórios da Cidadania, que obteve ampla divulgação e trouxe maior detalhamento, através de portal eletrônico, sobre a participação e o andamento das atividades de cada ministério. Conforme previsão de recursos para 2008 deveria ser aplicado um valor de 145.363.663,86 milhões distribuídos em 58 ações. Em 2009 esse valor foi de 141.164.775,95 milhões para execução de 71 ações. O volume de recursos conveniados entre as prefeituras e ministérios de 2004 a 2008 é demonstrado na Tabela 01.



Tabela 01: Investimentos dos Ministérios no “Território Rural do Vale do Itapecuru” (2004 a 2008) ².

Município	MS	MDA	Ministério Cidades	MEC	Minist. Turismo	Minist. Esporte
Anajatuba	1.551.600,00	259.945,00	1.559.180	0	195.000,00	0
Cantanhede	854.386,50	442.802,00	112.309,00	164.082,00	635.000,00	190.000,00
Itapecuru-Mirim	8.523.904,76	3.566.728,00	7.211.657,50	1.062.834,03	1.921.250,00	295.000,00
Matões do Norte	912.500,00	470.120,00	447.894,00	0	487.500,00	0,00
Miranda do Norte	221.842,32	87.300,00	507.619,00	125.428,00	0,00	200.000,00
Nina Rodrigues	1.283.999,43	138.555,00	763.674,00	51.685,43	0,00	0,00
Pirapemas	1.295.000	0,00	2.787.749,00	903.685,07	487.500,00	447.500,00
Presidente Vargas	819.000	0,00	390.572,14	39.299,00	0,00	0,00
Santa Rita	560.400	441.413,16	0,00	405.761,40	0,00	487.500,00
Vargem Grande	1.709.315,00	207.855,00	618.039,64	172.971,06	460.000,00	0,00
Total	17.731.948,01	5.614.718,16	14.398.694	2.925.745,99	4.186.250,00	1.620.000

Fonte: Portal da Transparência. Disponível em: [www. http://www.portaltransparencia.gov.br/convênios](http://www.portaltransparencia.gov.br/convênios)

Os maiores investidores são os ministérios da Saúde, das Cidades e o MDA. O município de Itapecuru-Mirim concentra grande parte dos investimentos, precisamente 49,08% do valor total dos recursos aplicados no território. O alto valor aplicado pelo Ministério da Saúde inclui recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC/2008)³ em convênios para abastecimento de água e melhorias sanitárias. Com o Ministério das Cidades foram 17 convênios direcionados para melhoria de infraestrutura urbana e habitação de interesse social. Em relação aos do MDA esse valor é de: 6,35%. Alguns municípios apresentam valores baixos ou mesmo negativos em relação aos investimentos do MDA, se comparados aos do município de Itapecuru, caso de Presidente Vargas e Pirapemas, devido à inadimplência de suas prefeituras. No que concerne a soma dos recursos do Ministério da educação (MEC), atribui-se o valor apresentado ao fato de que algumas políticas são definidas no plano estadual.

² Registram-se ainda os investimentos dos seguintes ministérios no município de Itapecuru-Mirim: Ministério da Justiça, 24.340,00; Ministério do Trabalho e Emprego, 92.520,00 e da Integração Nacional, 232.800,00 e ainda do MAPA, 141.375 em Anajatuba e de 97.500 e Santa Rita.

³ Apenas Cantanhede e Miranda do Norte não apresentaram recursos do PAC/2008 durante o período analisado.



No PTDRS as ações para desenvolvimento e dinamização do território concentram os seguintes eixos: Apoio às atividades produtivas, Cidadania e acesso a direitos e Infra-estrutura. Os projetos priorizados pelo colegiado são demonstrados no quadro 01.

Quadro 01: Projetos priorizados pelo Plano/convênios entre Prefeituras e MDA (2004 a 2008). Situação até 2009.

Município	Objeto do convênio	Início/ Fim da vigência	Valor liberado %	Situação obra
Anajatuba	Casa do mel	16/12/2004 28/2/2005	100%	Paralisada
Anajatuba	Construção de agroindústria de beneficiamento de mandioca aquisição equipamentos e insumos	17/12/2007 31/12/2009	0	Não iniciada
Cantanhede	Abatedouro para caprino, melhoramento genético e elaboração de PDRTS Apoio caprinovinocultura e educação no campo	22/12/2003 31/12/2008	100%	Concluída
Itapecuru Mirim	Apoio a profissionalização de jovens rurais e ações de sustentabilidade ambiental e de diversificação de culturas	24/12/2007 31/1/2010	0	Não iniciada
Itapecuru Mirim	Construção de centro de comercialização e de equipamentos computador e periféricos.	20/12/2004 26/02/2010	78,95%	Paralisada
Matões do Norte	Construção de fábrica de gelo e aquisição de equipamentos	16/11/2006 30/10/2007	72,96%	Atrasada
Miranda do Norte	Apoio a assistência técnica com aquisição de equipamentos	13/12/2005 31/1/2010	100%	Concluída
Nina Rodrigues	Aquisição de duas motocicletas e um computador	13/12/2005	53,07%	Paralisada
Nina Rodrigues	Apoio inclusão digital e beneficiamento produção extrativista	28/12/2005 31/12/2009	100%	Concluída
Santa Rita	Construção de unidade de comercialização com equipamentos e aquisição de computadores e impressora	29/8/2006 31/1/2010	14,58%	Paralisada
Vargem Grande	Apoio inclusão digital e Beneficiamento produção extrativista	26/12/2007 31/12/2009	0%	Não iniciada

Fonte: elaborado a partir de dados do portal da transparência (dados coletados em 07/10/2009), Caixa Econômica Federal (CEF) e informações do CODETER.

Embora algumas obras sejam registradas como concluídas, com seus valores totais repassados, conforme consta nas planilhas do Portal da Transparência, as visitas em campo permitiram perceber que a maioria delas estavam paralisadas ou atrasadas.

No que se refere aos projetos estruturantes da organização produtiva e comercialização um membro do colegiado quando indagado sobre os critérios de escolha dos projetos declarou:



é assim, se todos [referindo-se aos municípios do Território] tem caprino, tem mandioca, a questão do mel em Anajatuba, a pedagogia da alternância, então isso foi colocado como projeto. A questão da apicultura não é uma realidade dos dez municípios, mas como a pessoa de Anajatuba estava presente nas discussões então se colocou no projeto, mas não é todo mundo que sabe discutir apicultura não (Informação verbal, grifo nosso).⁴

Apesar da possibilidade de priorização e do acesso aos recursos financeiros mostrar-se como uma etapa mais próxima do *público beneficiário* percebeu-se que a dimensão do planejamento e o amadurecimento de propostas de abordagem territorial constituíam os principais entraves, este agravado ainda pelo fato dessas decisões ocorrem em plenárias compostas por representantes de entidades com alta mobilidade dentro do colegiado. Ocorre também que as paralisações e atrasos devido às restrições técnicas nos projetos em andamento dificultam a gestão e acompanhamento por parte desse espaço. É o caso da casa do mel, no município de Anajatuba e do abatedouro para caprinos em Cantanhede. Estas obras apesar de terem valores totais repassados não funcionam devido a problemas técnicos. Uma justificativa concedida por representantes do MDA nas reuniões para o problema descrito foi a falta de técnicos especializados na elaboração de projetos.

Sobre os equipamentos foi relatado sobre o processo de depreciação de alguns equipamentos, caso do maquinário da casa do mel. Outros não estão servindo a suas funções pré-estabelecidas, caso de alguns veículos. Um dos objetos conveniados que atende o Território é a fábrica de gelo no município de Matões do Norte, que funciona regularmente sendo gerida pela colônia de pescadores desse município em parceria com a prefeitura local que colabora através da contratação de assistência técnica para manutenção da fábrica⁵.

Percebemos que os problemas técnicos das obras são um dos motivos geradores de tensões nas reuniões do colegiado, pois muitos projetos são reprovados tecnicamente e desaprovados pelo CEDRS e, quando aprovados, se impõem as dificuldades do processo de gestão tanto pelo colegiado quanto pelas cooperativas e associações.

No que tange à expressividade do PTDRS percebeu-se o baixo grau de interação, da maioria dos participantes, com esse documento enquanto instrumento de conhecimento da totalidade do Território e suas articulações externas. Muitos não

⁴ Informação verbal colhida junto a representante do núcleo diretivo, Narlene Belfort, em 23 de julho de 2009.

⁵ Informação verbal fornecida pelo operador dessa fábrica de gelo, Antônio Carlos.



dispõem do documento para conhecimento e consulta. A principal dificuldade apontada foi a disponibilização em meio digital e mesmo o desconhecimento do documento por parte de alguns integrantes sobre o que seria a abordagem territorial do desenvolvimento rural. Dessa forma, as contribuições nas discussões se restringem massivamente a problemas vivenciados de forma localizada, com baixa relação com os problemas vivenciados em outros municípios.

Ações governamentais – mudanças?

Na visão de Kahwage e Hurtienne (2007) as instituições podem tanto facilitar novas posturas em relação aos processos econômicos e tecnológicos como podem manter uma ordem já existente. O acompanhamento das normas instituídas, bem como a criação de novas regras e mudanças nas relações entre instituição e sociedade está vinculado a capacidade de pressão da organização social por novas normatividades. Nesse quadro se inscreve o acesso a participação social em espaços formais de discussão criados a partir da redemocratização do país.

Com base nessa reflexão as entidades representantes dos trabalhadores rurais, através do espaço do colegiado, reconhecem que a criação da SDT e dos mecanismos para incorporar a participação social constituem a principal mudança em termos do relacionamento entre sindicatos, associações de trabalhadores rurais e poder público. Contudo, isso não significou menor burocracia para o atendimento das reivindicações dos trabalhadores rurais.

A estruturação do colegiado e a construção do PTDRS foram reconhecidas como mudanças de maior projeção criadas com a política de desenvolvimento rural. Tomando como referência a reflexão de Avritzer (2008) sobre a infra-estrutura da participação social no país e os desenhos que essa pode assumir, percebemos que esse espaço é uma tentativa de combinar a “partilha” de poder entre atores estatais e os agentes da sociedade civil simultaneamente.

O CIAT, espaço criado para debate e de composição paritária, passou em sua trajetória por uma ampliação quanto ao número de representantes, inicialmente a maioria dos participantes eram as Secretarias Municipais de Agricultura e, da sociedade



civil, os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Com a ampliação⁶, devido a mudança para o Programa Territórios da Cidadania, aumentou o número de integrantes do colegiado. Compõem o colegiado: as Secretarias municipais de agricultura e meio ambiente, os estaduais, CEDRS, Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), Secretaria Estadual de Agricultura (SEAGRO) e os federais INCRA, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A sociedade civil é representada pela escola Família Agrícola, Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STTR), Associações de Quebradeiras de Coco, Igreja Católica e Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (ACONERUQ).

Teoricamente essa composição oportunizaria o contato entre representantes governamentais e da sociedade civil através do espaço do colegiado, entretanto nas reuniões, se observou a ausência ou baixa participação dos representantes das secretarias, o que limitava o encaminhamento das ações, além de enfraquecer o processo de acompanhamento das ações, bem como, o processo de participação.

A leitura dos *beneficiários* acerca do território rural do Vale do Itapecuru

Apesar das dificuldades já ressaltadas com relação aos aspectos conceituais da política, a implementação do colegiado é vista pelo público envolvido como um instrumento potencial de aproximação entre poder público e sociedade civil e de decisão e priorização dos investimentos e recursos. Apesar da existência de outros conselhos, caso dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, a dinâmica de funcionamento do colegiado trouxe elementos novos ao cenário participativo já existente.

Especificamente dois pontos devem ser ressaltados: a perspectiva territorial que, em termos teóricos, pressiona para a construção de um planejamento compartilhado pelos diferentes atores e a participação diferenciada dos municípios, o que tem gerado duas visões distintas acerca da mesma política de desenvolvimento territorial rural.

Os aspectos referentes aos conflitos e tensões gerados a partir das dificuldades quanto à mobilização e integração entre atores da sociedade civil e da esfera estadual, a comunicação precária entre os dez municípios e as dificuldades quanto à gestão das

⁶ Esses órgãos (Secretarias Estaduais e Instituto Federal e algumas entidades) não constam no quadro abaixo devido à indefinição quanto aos seus representantes legais no CODETER.



atividades e projetos em andamento compõem o leque de situações enfatizadas de forma recorrente nas reuniões.

Contudo, no que diz respeito a avaliação da dinâmica do colegiado, a maioria dos participantes das entidades anteriores à ampliação do colegiado e o poder público consideraram o envolvimento nesse primeiro momento como satisfatório. Contudo, o andamento das atividades e o conhecimento relativo sobre a implementação das ações e das condições de acesso aos projetos, caso da exigência de adimplência das prefeituras, fez com que o colegiado perdesse fôlego devido ao afastamento de alguns representantes. Com relação a esse aspecto um sindicalista de um dos municípios inadimplentes esclareceu que:

porque o conselho do CIAT era trinta pessoas, aí depois criaram outro conselho pra butar mais gente, são sessenta pessoas agora. Então só que parece depois disso ficou pior, invés de ajudar o grupo fez foi atrapalhar mais porque muita gente não comparece nas reuniões do CIAT. Aí nós tamos com essa dificuldade. Aí nós faz os projetos, falamos com o MDA pra fazer por fora da prefeitura, mas nós não consegue, tem que passar por lá, nós faz um grande trabalho, um esforço, mas tem um abismo entre a Prefeitura, Comunidade e o MDA né?(Grifo nosso). (Entrevista concedida por Domingos J. Reis, presidente de associação de assentamento Riacho do Mel e membro do sindicato do município de Vargem Grande, em 26 de novembro de 2009.

Dessa forma, existe um pequeno grupo participante assíduo às reuniões, na maioria, representantes de sindicatos, que tem a missão de cumprir a agenda de reuniões que envolvem diferentes assuntos e o núcleo diretivo. Foi citado ainda que a carga de reuniões é alta, a proximidade entre os encontros compete com o próprio amadurecimento das discussões com as comunidades e entre os grupos envolvidos.

Conforme observou Steinbrenner et al. (2007) o processo participativo se inter-relaciona e depende das características de elementos como: comunicação, a informação e aprendizagem. Isso constitui o que os autores chamaram de *ciclo de desenvolvimento*. É a capacidade de articular esses elementos que qualifica o processo participativo permitindo aprendizagem e maior conscientização no processo de tomada de decisões.

O acompanhamento dos projetos e a prestação de serviço de assistência técnica foram os pontos considerados mais críticos por parte dos trabalhadores rurais. Os aspectos citados foram: dificuldades para o acompanhamento administrativo do andamento dos projetos, acesso e gestão dos bens adquiridos, caso de veículos e computadores e dificuldades quanto a elaboração de projetos e cumprimentos de prazos.



Com relação à assistência técnica a crítica dos agricultores aponta para o desconhecimento por parte dos técnicos agrícolas sobre as prioridades do colegiado, pois o técnico não participa do colegiado.

Há ainda o fato das empresas parceiras, por sua centralização em São Luís, representarem uma limitação a tomada de informações específicas, assim os debates acabam se limitando ao tempo das reuniões que também devem atender a outros temas.

Considerações finais

As respostas encontradas para os questionamentos sobre o que mudou na forma de execução da política rural e a respeito do funcionamento efetivo do colegiado permitiram traçar algumas características acerca da “nova” proposta de política de desenvolvimento para o meio rural brasileiro, com ênfase no Território Rural do Vale do Itapecuru.

A primeira refere-se à existência de duas visões acerca dessa política no mesmo território. Uma que avalia positivamente a proposta governamental de formação dos Territórios Rurais com vistas ao desenvolvimento rural, por ter um maior número de projetos aprovados. E outra mais crítica que destaca a participação controlada da comunidade, a dependência direta em relação às prefeituras para encaminhamento dos projetos e, ainda, não considera o Programa “inovador” e “participativo” como apontado nos discursos oficiais.

Pode-se dizer, portanto que o PTDRS consolidou-se enquanto etapa exigida pelo formato da política. Representou o cumprimento de uma formalidade e reforçou uma situação de dependência em relação aos técnicos para planejamento e elaboração de projetos no formato exigido pelos órgãos oficiais. Com base nisso, se compreende sua baixa expressividade, divulgação e apropriação por grande parte dos envolvidos no colegiado, uma vez que estas não recorrem a esse instrumento para sistematizar sua participação e construir ações de caráter territorial.

A segunda característica diz respeito à predominância do discurso entre os agricultores familiares quanto a necessidade de melhoria na prestação de assistência técnica. As entrevistas revelaram que essa reivindicação chega a se sobrepor a questão da infra-estrutura. Entretanto, os resultados dessas reivindicações ainda são



considerados insatisfatórios porque esse serviço continua limitado precariamente a poucos assentamentos da região.

No que tange a forma como as ações estão sendo executadas pode-se dizer que não existe articulação entre as políticas públicas, tal como prevê o discurso oficial construído desde a criação da SDT. Com efeito, foi possível perceber essa problemática em várias dimensões: entre os municípios pela ausência de participação efetiva por parte de alguns de seus representantes, tanto dos representantes do governo municipal quanto dos representantes da própria sociedade civil. Entre os membros do colegiado pela alta mobilidade e dificuldades quanto ao entendimento da abordagem territorial. Entre as empresas parceiras isso se repete através do baixo nível de diálogo entre elas. Existe o cumprimento dos planos de trabalho de forma independente para apresentação de resultados conforme exigência dos editais governamentais.

Diante do exposto, convém reconhecer que o colegiado é um espaço no qual há um debate controlado pelo Estado e que a execução de projetos com vistas ao desenvolvimento rural está atrelada a participação e a adimplência das Prefeituras locais. Dessa forma, as empresas parceiras, formalmente contratadas para mediar as reuniões, têm conseguido poucos avanços e uma integração frágil entre os municípios do Território, além de, cumprirem com dificuldades, o calendário de reuniões, a realização de feiras e eventos junto ao *público beneficiário*.

A formação do Território do Vale do Itapecuru é um recorte essencialmente político para implementação de ações governamentais, no qual se sobressaem as ações da esfera federal, legitimadas através do plano de desenvolvimento territorial e da formação do colegiado. A proposta de abordagem territorial já constitui a forma de trabalho e execução de ações dos sindicatos rurais, estes possuem seus recortes de atuação, que por sua vez não coincidem com o recorte governamental.

Acreditamos que a construção da abordagem territorial depende diretamente da valorização da agricultura familiar, do atendimento das reivindicações das entidades representantes dos trabalhadores rurais, de reivindicações históricas, como a assistência técnica contínua e de parcerias que não constam no âmbito do colegiado, ou que se dão de forma frágil, caso das universidades e órgãos governamentais ligados a ciência e tecnologia. Há ainda, a necessidade de se observar que esta não deve se sobrepor às discussões de grande interesse social para o meio rural, caso da reforma agrária. Não há, portanto, o planejamento e a execução de ações numa perspectiva territorial, de formar e



estruturar cadeias produtivas, de compartilhar os problemas vivenciados em cada município e estabelecer parceria, ou seja, as ações ocorrem de forma setorial.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo - O capital social dos territórios – Repensando o desenvolvimento rural *in O Futuro das Regiões Rurais* pp. 83-100 – Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opin. Publica**, Campinas, v. 14, n. 1, jun. 2008 . Disponível e <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 dez. 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CASTRO, Edna - Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, NAEA/UFPA, vol. 10, n.º. 2, dez. 2007. p. 105-126.

CASTRO, Edna – Integração Sul-Americana do IIRSA. Visão do Estado e dos Atores da Pan-Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo W. & CARVALHO, Guilherme (Org.). *O Plano IIRSA na Visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica*. Belém, Actionaid/F. Heinrich Böll, 2009.

CLAVAL, Paul. **O Território na transição da Pós-Modernidade**. Niterói: GEOgraphia, Depto. de Geografia, UFF, 2000.

BRASIL. Resolução nº 52 de 16 de fevereiro de 2005. Aprova recomendações do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF para as institucionalidades Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de fev. 2005, Seção 1 páginas 44 e 45. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em: ago. de 2009.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. cap. 2, p.35-80; cap. 3, p. 99-133.

KAHWAGE, Cláudia; HURTIENNE, Thomas. Clientelismo, corrupção e assistencialismo: reflexos nas instituições, (des) organismos e (des) governança do município de Igarapé-Açu. In: CASTRO, Edna (Org.). **Atores sociais, trabalho e dinâmicas territoriais**. Belém: NAEA/UFPA, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo. 1993. Série temas: Geografia política. Vol. 29. Tradução Maria Cecília França.



SANTOS, Milton; BECKER, Bertha. et. al. **Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

STEINBRENNER, Rosane et al. Participação e comunicação: dilemas e desafios ao desenvolvimento. In: CASTRO, Edna (Org.). **Atores sociais, trabalho e dinâmicas territoriais**. Belém: NAEA/UFPA, 2007.

TEISSERENC, Pierre - Reconhecimento de saberes locais em contexto de ambientalização. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, NAEA/UFPA, vol. 13, n°. 2, dez. 2010. p. 5-26



GT 9 - As políticas públicas territoriais e o desenvolvimento rural sustentável no Brasil contemporâneo.

Política Pública Territorial: o caso do Pronaf Infraestrutura no território Baixo Parnaíba – MA

James Ribeiro de Azevedo¹, Maryzélia Furtado de Farias², Jussara Silva Dantas³,
Liliane Carvalho Teixeira⁴, Kamila Cunha de Meneses⁵

¹Eng^o Agr^o/ M. Sc./ Prof./ Universidade Federal do Maranhão - CCAA/ UFMA jamesazevedo@ufma.br

²Eng^a Agr^a/ Dra/ Profa./ Universidade Federal do Maranhão – CCAA/ UFMA maryzelia@ufma.br

³Eng^a Agr^a/ M. Sc./ Profa./ Universidade Federal do Maranhão – CCAA/UFMA jussara@ufma.br

⁴ Estudante do Curso de Agronomia da Universidade Federal do Maranhão- CCAA/UFMA.
newliliane@hotmail.com.

⁵ Estudante do Curso de Agronomia da Universidade Federal do Maranhão- CCAA/UFMA.
meneses.kamila@yahoo.com.

Resumo

Os projetos de infraestrutura no território do Baixo Parnaíba são definidos anualmente em plenária territorial, obedecendo à listagem contida no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável elaborado com a participação efetiva do Codeter. Porém, após a realização do convênio entre a Caixa Econômica Federal e as prefeituras, o colegiado perde o controle sobre o funcionamento desses projetos, principalmente sobre as motocicletas e caminhões. A falta de controle social é um grave problema a ser resolvido e, apesar dos avanços percebidos na criação e no funcionamento do Codeter referente a espaços de participação dos representantes dos agricultores familiares e pescadores artesanais na definição de políticas públicas, é necessário a criação de mecanismos de empoderamento destas categorias para que os projetos financiados pela SDT possam alcançar seus objetivos.

Palavras-Chave: Recursos públicos, indicadores, participação.

Abstract

The infrastructure projects in the territory of the low Parnaíba are set annually in plenary territorial, according to the list contained in the Territorial Plan for Sustainable Rural Development prepared with the active participation of the Codeter. However, after the completion of the agreement between the Caixa Econômica Federal and local governments, the college loses control over the operation of these projects, especially on motorcycles and trucks. The lack of social control is a serious problem to be solved despite the advances realized in the creation and operation of Codeter regarding opportunities for participation of representatives of farmers and fisherfolk in the definition of public policies is necessary to create mechanisms for empowerment these categories so that the projects funded by the SDT can achieve their goals.

Keywords: public funds, indicators, participation



Introdução

Dentre os acontecimentos mais marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro, no período recente, pode-se destacar a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (SCHNEIDER et al, 2004).

O Pronaf, enquanto proposta de crédito agrícola, foi criado em 1995; porém, já no ano seguinte, foi expandido seu campo de ação e ele passou a ser identificado como uma política governamental voltada para a promoção da melhoria das condições de trabalho no meio rural (BROSE, 2004). Com a mudança, o programa passou a operar, principalmente, por meio de duas linhas de atuação: o Pronaf Custeio e Investimento e o Pronaf Infraestrutura e Serviços (FERREIRA, 2007).

Originalmente, a proposta do Pronaf Infraestrutura e Serviços era financiar e canalizar recursos públicos diretamente para alguns municípios, visando melhorar a infra-estrutura produtiva local e, conseqüentemente, potencializar as possibilidades de geração de renda dos agricultores. Tais municípios “[...] foram selecionados com base num conjunto de critérios objetivos que visaram atingir os mais pobres, os mais agrícolas e os de menor população” (ABRAMOVAY, 2001). A idéia era a de que esses recursos viessem a complementar a política de crédito delineada pelo Pronaf Custeio e Investimento, por meio da ampliação das oportunidades econômicas no campo.

Para garantir a execução dessa proposta, foi regulamentada, em 1997, a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, que deveriam ser os órgãos gestores de tais recursos. Formados por representantes do poder público e da sociedade civil, os conselhos tinham, entre outras atribuições, a tarefa de elaborar um Plano de Trabalho quadrienal, onde deveria estar prevista a destinação das verbas públicas. Entretanto, como os recursos do Pronaf Infra - estrutura e Serviços eram encaminhados diretamente aos municípios, passou a ser comum os representantes das prefeituras municipais articularem-se dentro dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, com o intuito de influenciar o direcionamento dos mesmos. Assim, originalmente, foi



muito comum os recursos do Pronaf Infraestrutura e Serviços serem destinados mais para suprir as carências das prefeituras (principalmente por meio da compra de patrulhas mecanizadas) do que para se investir em propostas inovadoras de desenvolvimento e valorização da agricultura familiar. Em muitos casos, podia-se, inclusive, encontrar máquinas e equipamentos adquiridos com o recurso do Pronaf sendo utilizados em obras urbanas, ou seja, não atendendo ao seu público específico (FERREIRA, 2007).

A ação orçamentária Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços (PROINF) vem sendo executada desde 2003 pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com os colegiados territoriais, que são os responsáveis por definir os eixos estratégicos para o desenvolvimento rural sustentável dos territórios, bem como por priorizar os projetos que atendam as demandas de investimento e custeio que possam contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar nos territórios (SDT, 2011).

O Proinf é uma ação orçamentária que compõe o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), cuja finalidade é financiar os projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial definidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Essas demandas são traduzidas em propostas técnicas que podem ser apoiadas com recursos de investimento em obras, máquinas, equipamentos e outros bens necessários para o fortalecimento da agricultura familiar, bem como, recursos de custeio que permitem fortalecer os processos de organização e de capacitação dos grupos de beneficiários, organizações e demais agentes de desenvolvimento territorial. Tendo como foco ações voltadas para a dinamização econômica dos territórios, o fortalecimento da gestão social e das redes sociais de cooperação, de formação de agentes de desenvolvimento e estimula uma maior articulação das políticas públicas nos territórios (SDT, 2011).

O objetivo deste trabalho é fazer uma avaliação do pronaf infraestrutura no território Baixo Parnaíba-MA.

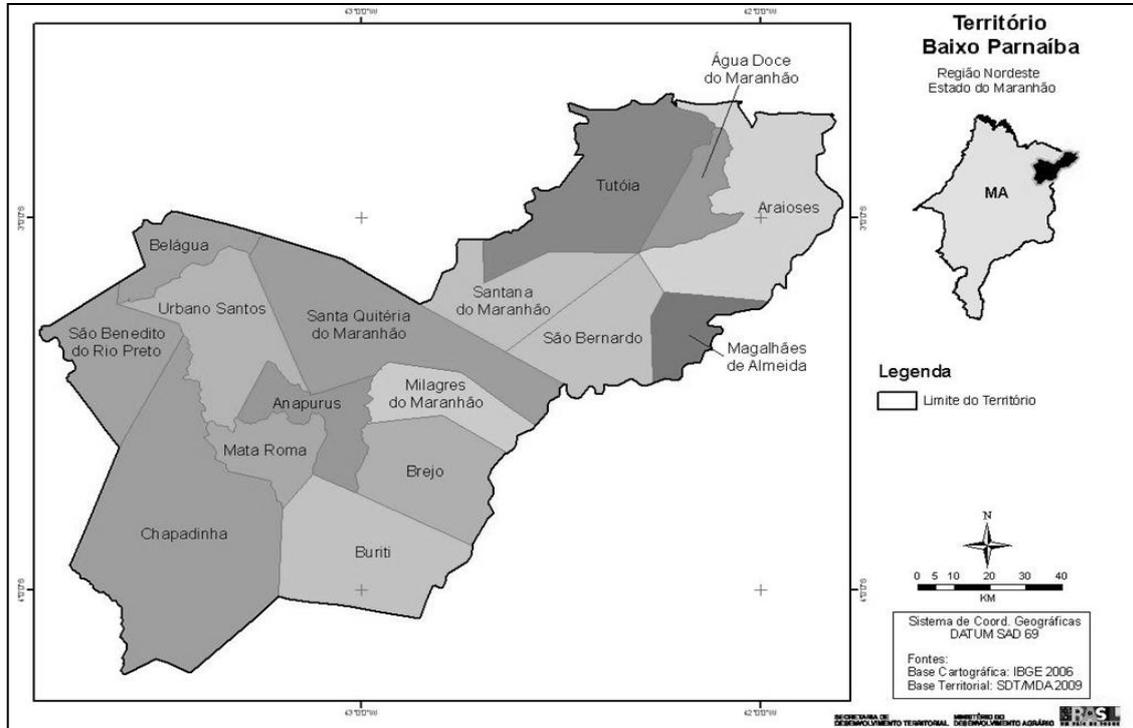


CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BAIXO PARNAÍBA

O Território Baixo Parnaíba se encontra na Mesorregião Leste do estado do Maranhão. Apenas o município de Tutóia faz parte da Mesorregião Norte.

O Baixo Parnaíba limita-se ao norte com o oceano Atlântico e a Mesorregião Norte, ao sul com a Mesorregião Leste, a oeste com a Mesorregião Norte e a Leste com o estado do Piauí. Compreendem os municípios de São Benedito do Rio Preto, Urbano Santos, Belágua, Chapadinha, Mata Roma, Anapurus, Brejo, Buriti, Santa Quitéria do Maranhão, São Bernardo, Milagres do Maranhão, Magalhães de Almeida, Santana do Maranhão, Água Doce do Maranhão, Tutóia e Araiões. São 16 municípios organizados em uma área de 19.178,80 Km² (FIGURA 1).

Figura 1. Mapa do Território Baixo Parnaíba.



Fonte: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS 2011.



O Colegiado Territorial – Codeter, órgão que coordena a política no território, atualmente tem 142 vagas, mas somente 119 estão ocupadas. Esse grande número de representantes dificulta o seu funcionamento. Menos da metade de seus membros participam nas plenárias. Teoricamente há uma paridade entre sociedade civil e pública, mas a presença nas plenárias é sempre maior da sociedade civil representada principalmente por dirigentes de entidades que atuam na zona rural tais como: Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos de Agricultores Familiares, Sindicatos de Pescadores Artesanais, Colônias de Pescadores, Associações de agricultores familiares etc. Os representantes do poder público municipal são normalmente secretários de Agricultura e de Meio Ambiente. Os representantes do poder público em todas as esferas, federal, estadual e municipal, participam pouco. Há vagas de representantes do poder público Federal e Estadual que nunca foram ocupadas.

Há uma grande rotatividade entre os membros do colegiado. Do lado da sociedade civil, isto pode ser um reflexo das expectativas não atendidas; do lado das prefeituras é devido à alternância de poder devido às eleições municipais ou pela troca de secretários. A “troca de cadeiras” também é um empecilho a política territorial de acordo com Sayago (2007).

O PRONAF INFRAESTRUTURA NO BAIXO PARNAÍBA

Na definição dos projetos de infraestrutura no Baixo Parnaíba, o colegiado apresenta um grande poder durante sua fase de definição. Os projetos definidos anualmente são selecionados em plenária territorial, obedecendo à listagem contida no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável elaborado com a participação efetiva do Codeter. Após a realização do convênio entre a Caixa Econômica Federal e as prefeituras, o colegiado perde sua força.

As prefeituras decidem quase tudo, ou melhor, os prefeitos, pois em certos casos, nem o secretário de agricultura tem influência sobre o funcionamento dos projetos. O colegiado não tem poder no funcionamento dos projetos, principalmente sobre as motocicletas e caminhões. A falta de controle social é um grave problema a ser resolvido e o empoderamento do Colegiado é imprescindível para tal missão.

O descaso dos prefeitos, em sua grande maioria, com os recursos públicos é bastante revelador. Dos 22 projetos financiados pela SDT desde 2003, onze são de



edificações e apenas um está funcionando. São cinco projetos (23%) em situação de Tomadas de Contas Especiais¹ (QUADRO 1). Os projetos são principalmente de agroindústria, estrutura de apoio a comercialização, educação (casas familiares rurais) e de transporte.

Quadro 1. Projetos Financiados Pela SDT.

ANO	PROPONENTE	OBJETO	SITUAÇÃO DO CONTRATO	SITUAÇÃO DA OBRA
2003	PM ARAIOSES	Casa Familiar Rural	Normal	Concluída
2003	PM TUTÓIA	Edificação do Centro de Profissionalização Rural no Povoado Barro Duro	Tomada de Contas Especiais	Paralisada
2004	PM SANTANA DO MA	Agroindústria de Beneficiamento de Mandioca e seus Sub-Produtos, com capacidade de 1200 kg/dia	Normal	Concluída
2004	PM SÃO BERNARDO	Uma Casa Familiar Rural Mobiliada	Normal	Normal
2004	PM URBANO SANTOS	Construção de Capacitação e Agroindústria de Beneficiamento de Polpa de Frutas com Móveis e Equipamentos	Tomada de Contas Especiais	Paralisada
2005	PM ANAPURUS	Escoamento de Produção e Comercialização	Normal	Concluída
2005	PM SANTANA DO MA	Aquisição de Equipamentos	Normal	Concluída
2005	PM SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	Aquisição de Apetrechos e Ferramentas Agrícolas para a Casa Familiar Rural	Normal	Concluída
2006	PM ÁGUA DOCE DO MA	Obra de Comercialização e Distribuição da Produção do Pescado, e Aquisição de Motocicleta	Tomada de Contas Especiais	Concluída
2006	PM ANAPURUS	Construção de Galpão Armazém com Escritório 102 m ² e Equipamentos, Aquisição de Motocicleta	Tomada de Contas Especiais	Concluída
2006	PM BELÁGUA	Construção do Mercado e Aquisição de Motocicleta	Normal	Concluída
2006	PM CHAPADINHA	Aquisição de Motocicleta	Normal	Concluída
2006	PM CHAPADINHA	Aquisição de Motocicleta	Normal	Concluída
2006	PM MAGALHÃES ALMEIDA	Aquisição de Motocicleta	Normal	Concluída
2006	PM MATA ROMA	Aquisição de uma Motocicleta	Normal	Concluída
2006	PM SANTANA DO MA	Apoio à Agroindústria e Comercialização	Normal	Concluída
2006	PM SANTA QUITÉRIA	Aquisição de uma Motocicleta	Liminar Judicial Restrição Cadastral	Não Iniciada

¹ A Tomada de Contas Especial é um instrumento de que dispõe a Administração Pública para ressarcir-se de eventuais prejuízos que lhe forem causados, sendo o processo revestido de rito próprio e somente instaurado depois de esgotadas as medidas administrativas para reparação do dano (CGU, 2012).



2006	PM SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	Aquisição de Móveis e Equipamentos, Construção de Unidade Pedagógica de Caprinocultura e Poço Artesiano	Liminar Judicial Restrição Cadastral	Paralisada
2006	PM SÃO BERNARDO	Promover Integração de Políticas Públicas com a SEAGRO, apoiar o Pequeno e o Médio Produtor e apoiar Casa Familiar	Tomada de Contas Especiais	Concluída
2007	PM CHAPADINHA	Entrepasto de Comercialização e Aquisição de Móveis e Equipamentos	Normal	Normal
2007	PM MATA ROMA	Aquisição de Caminhão	Normal	Concluída
2009	PM BREJO	Centro de Convenções e Equipamentos	Normal	Normal

Fonte: SGE, 2012.

Vários problemas foram observados na implantação dos projetos: falta de participação dos beneficiários; local inadequado para implantação; equipamentos adquiridos diferentemente do que estava definido no projeto; prefeito destina ferramentas para não-beneficiários e caminhões são utilizados para outras atividades beneficiando famílias não especificadas no projeto, este último problema também foi identificado por Ferreira (2007).

A avaliação dos projetos do Pronaf Infraestrutura realizada por três pessoas em cada município (um representante da prefeitura, um do colegiado e um dos beneficiários) através de entrevistas com apoio de questionários foi considerada ruim em três indicadores (Avaliação da fase de execução do projeto, Índícios de impacto e Indicadores gerais de gestão do projeto) e crítico no indicador Avaliação da fase de planejamento do projeto (QUADRO 2). Cada um dos quatro indicadores é constituído por vários subitens (QUADRO 3, 4, 5 e 6). O baixo retorno desses projetos pode ser um dos motivos da pouca participação dos atores da sociedade civil nas plenárias do Codeter.

Quadro 2. Indicadores de Avaliação de Projetos de Investimento do Território do Baixo Parnaíba.

Quadro de Indicadores		Legenda: 0,80 - 1,00 = Ótimo 0,60 - 0,80 = Bom 0,40 - 0,60 = Regular 0,20 - 0,40 = Ruim 0,00 - 0,20 = Crítico
1. Avaliação da Fase de Planejamento do Projeto	0,194	
2. Avaliação da Fase de Execução do Projeto	0,328	
3. Índícios de Impacto	0,248	
4. Indicadores Gerais de Gestão do Projeto	0,230	

Período de aplicação do questionário: 05/12/2010 a 30/07/2011
 Questionários Aplicados: 49
 Número de Projetos: 18



Quadro 3. Avaliação da Fase de Planejamento do Projeto do Território do Baixo Parnaíba.

Avaliação da Fase de Planejamento do Projeto	0,194
Participação dos Beneficiários na Fase de Planejamento do Projeto	0,138
Capacidade de Planejamento do Projeto	0,224
Atividades sócio-econômicas atendidas pelo projeto	0,184
Papel das Organizações Locais no Planejamento do Projeto	0,283
Organizações Locais apoiadas pelo Projeto	0,143

Fonte: SGE, 2012a.

Quadro 4. Avaliação da Fase de Execução do Projeto do Território do Baixo Parnaíba.

Avaliação da Fase de Execução do Projeto	0,328
Participação dos Beneficiários na Fase de Execução do Projeto	0,299
Capacidade de Execução do Projeto	0,302
Nível de Funcionamento do Projeto	0,383

Fonte: SGE, 2012a.

Quadro 5. Índices de Impacto do Projeto no Território do Baixo Parnaíba.

Índices de Impacto	0,248
Públicos Atendidos pelos Projetos	0,313
Impactos Positivos na Qualidade de Vida dos Beneficiários	0,317
Tamanho do Mercado Coberto pelo Projeto	0,181
Impactos Positivos nas Condições Sócio-Político-Econômicas	0,182

Fonte: SGE, 2012a.

Quadro 6. Indicadores Gerais de Gestão do Projeto no Território do Baixo Parnaíba.



Indicadores Gerais de Gestão do Projeto	0,230
Índice de Participação dos Beneficiários na Gestão do Projeto	0,218
Índice de Capacidade de Gestão do Projeto	0,263
Índice de Variação do Perfil do Público Apoiado e Atendido pelo	0,212
Impactos Positivos para o Desenvolvimento Territorial	0,228

Fonte: SGE, 2012a.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços percebidos na criação e no funcionamento do Codeter referente a espaços de participação dos representantes dos agricultores familiares e pescadores artesanais na definição de políticas públicas, em especial o Pronaf infra-estrutura, é necessário criar mecanismos de empoderamento destas categorias para que os projetos financiados pela SDT possam alcançar seus objetivos.

A aplicação de recursos públicos definidos pelo Codeter devem ser ampliados para além do Pronaf infra-estrutura, pois, outras áreas importantes para a promoção do desenvolvimento rural como saúde e educação devem também ser definidas pelo Codeter. Para que isso ocorra a SDT deve ter como estratégia, primeiramente, garantir o funcionamento de todos os projetos financiados por ela, para depois ampliar a aplicação de recursos oriundos de outros ministérios a serem definidos pelo Codeter.

Um grande entrave encontrado na política territorial é a pouca participação de representantes do governo estadual e de outros órgãos do próprio governo federal. Uma vez que, propõe-se uma interação entre os governos federal, estadual e municipal objetivando uma sinergia para otimização de recursos públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, v. 43, p. 121-140, 2001. Disponível em: <www.econ.fea.usp.br/abramovay>. Acesso em: 11 jan. 2006.



CGU – Controladoria-Geral da União, **Auditoria e Fiscalização>Auditoria das Tomadas de Contas Especiais**. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/AuditoriaeFiscalizacao/TomadasContasEspecial/>>. Acesso em: 22 jan. 2012.

FERREIRA, R. S. Interfaces possíveis entre política territorial e extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 24, n. 1/3, p. 115-130, 2007.

PTDRS - **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Baixo Parnaíba**. Elaborado por COOSPAT- Cooperativa de Serviço, Pesquisa e Assessoria Técnica. São Luis/ MA, 2011.

SAYAGO, D. Os Conselhos de Desenvolvimento Territorial: entre a participação e a representação. **G&DR**, Taubaté, SP, v. 3, n. 4, p. 9-21, 2007.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21 - 50. Disponível em: <www.ufcg.edu.br/~cedrus/downloads/schneider/historico_pronaf.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2012.

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2011. **Apoio a projetos de infraestrutura e serviços dos territórios**. Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/sdt/institucional/proinf>. Acesso em: 10 jan. 2012.

SGE – Sistema de Gestão Estratégica, **Gestão de projetos**. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/ Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/projeto/projeto_re/index.php>. Acesso em: 22 jan. 2012.



SGE – Sistema de Gestão Estratégica, **Relatório de Avaliação de Projetos de Investimento Território: Baixo Parnaíba – MA.** Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/ Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Brasília, DF. 2012a. Disponível em: http://sge.mda.gov.br/ind/ind_re/index.php. Acesso em: 22 jan. 2012a.



Políticas públicas e sustentabilidade: uma análise da gestão do Território da Cidadania Açu-Mossoró (RN)¹

Maria de Fátima Rocha Gondim¹, E Manoel Márcio Nunes², Márcia Regina Farias da Silva³, Iriane Teresa de Araújo⁴, Isabelle Almeida de Oliveira⁵

¹Socióloga pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FAFIC/UERN). Bolsista EXP-1 do CNPq. E-mail: fatimagondim@gmail.com

²Economista. Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/ UFRGS). Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da (FACEM/UERN). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pesquisador CNPq. E-mail: emanoelnunes@uern.br

³Geógrafa. Doutora em Ecologia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP). Professora da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN).

Pesquisadora E-mail: mreginafarias@hotmail.com

⁴Economista pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Mestranda em Ambiente, Tecnologia e Sociedade na UFRSA. E-mail: irianearaujo@hotmail.com

⁵Economista pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). Bolsista ATP-A do CNPq. E-mail: isabelle_economia@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar a participação social na tomada de decisão, em relação às políticas públicas que visam à dinamização do Território da Cidadania Açu-Mossoró (RN), com vista ao fortalecimento da identidade local nos aspectos ambientais, sociais, econômicos, produtivos e políticos. Como procedimento metodológico foi realizado uma coleta de dados primários, por meio da aplicação de 77 questionários junto à plenária do colegiado, com objetivo de obter uma leitura sobre as características que definem sua identidade, e também, sobre as estratégias de gestão do colegiado na definição de ações e projetos que impulsionam o desenvolvimento territorial. Foi possível analisar a partir das percepções dos entrevistados as suas concepções sobre as variáveis: ambiente, agricultura familiar, economia, pobreza, etnia, colonização e política, ou seja, como os membros entendem a importância desses fatores na formação do território Açu-Mossoró. Percebeu-se uma fragilidade no tocante a organização (política e geográfica), acentuando-se no processo de gestão social do território. Conclui-se, portanto, que é imprescindível pensar numa gestão que fortaleça a tomada de decisão, com a finalidade de contribuir para favorecimento da equidade social no território, o que vem a se constituir em um dos desafios do colegiado. Ou seja, este tem um papel fundamental na definição e integralização das políticas públicas como estratégia para o fortalecimento da identidade da população, na perspectiva de inovar no planejamento e na implantação de propostas de desenvolvimento relacionando-as com as atividades econômicas do território. Somente esses termos será possível percorrer os caminhos para a almejada sustentabilidade territorial.

Palavras-chave: Território, Identidade, Gestão Participativa, Desenvolvimento Regional Sustentável.

¹Este trabalho é resultado de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo *Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Regional: agricultura e petróleo* da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) (www.uern.br), com financiamento pelo MDA/SDT/CNPq através do Edital 005/2009 – Gestão de Territórios Rurais.



Introdução

Com o fim da segunda guerra mundial entrou em pauta internacional o debate sobre o desenvolvimento econômico ocasionado pela percepção dos desequilíbrios econômicos e sociais causadores das desigualdades regionais. Este debate teve como principal consequência à adoção de políticas públicas que definiram modelos de desenvolvimento econômico, com a finalidade de contribuir para minimizar as diferenças econômicas existentes entre os países.

Esse esforço vem sendo presenciado com o surgimento de novas formas de pensar e de entender o mundo e seu desenvolvimento, numa perspectiva mais viável, ou seja, sustentável. Tal conjuntura tem implicado nas últimas décadas, na necessidade eminente da transição e de mudanças que conduzam para a consecução de um desenvolvimento mais harmônico, considerando as inter-relações existentes entre a sociedade e o ambiente, mais eficiente do ponto de vista econômico, socialmente mais justo, ou seja, o que nos dias atuais vem sendo denominado de desenvolvimento sustentável.

A busca desses novos paradigmas tem revelado a urgência sobre o debate da aplicação de modelos de desenvolvimento econômico alternativos, em virtude do insucesso daqueles que vem sendo adotados. Nesse contexto, é possível observar que o insucesso está relacionado à introdução de modelos pré-concebidos que não consideravam as dimensões regionais econômicas, ambientais, sociais, culturais, históricas e políticas, que convergem para integralização de elementos territoriais e constituem como estratégias para o desenvolvimento rural.

No âmbito rural, surgem modelos que vislumbram a necessidade de superar os entraves regionais que dificultam o desenvolvimento, tendo nas políticas públicas um mecanismo de incentivo de fundamental importância para o seu sucesso. Todavia, cabe lembrar que, a essência do desenvolvimento rural encontra-se ligada a uma forma de reivindicação da organização territorial como afirmam Perico e Ribeiro (2005), a concepção de territorialidade rural apoia-se na revalorização do espaço rural e de sua geografia como uma unidade de gestão que permite integrar uma realidade econômica multissetorial e dimensões políticas, sociais, culturais e ambientais que vem construindo uma institucionalidade dinâmica e complexa, que oferece possibilidades de resposta às falências apresentadas pelo desenvolvimento rural nas últimas décadas. (PERICO;
RIBEIRO, 2005).



Logo, historicamente, é possível observar que o insucesso das políticas está atrelado a modelos que em sua concepção exógena determinavam “de cima” e não apreciavam as especificidades regionais e não consideravam o critério espacial na definição e implantação das políticas públicas, ocasionando o aprofundamento das desigualdades existentes e/ou produzindo novas.

Nas análises e discussões sobre os avanços e os entraves que incidem sobre o desenvolvimento para o meio rural, é necessário como ponto de partida, refletir sobre a implantação de ações que introduziram propostas para transformar áreas potenciais da economia agrícola em pólos “modernos” de crescimento econômico. Esses pólos de desenvolvimento econômico foram acionados verticalmente por grandes empresas de fora das regiões ou ainda, de apresentar ou sobrepor modelos culturais, sociais e



econômicos que postergavam o desenvolvimento e implicam na disseminação de novos problemas. Tal contexto conduz a uma reflexão sobre a realidade e os rumos do mundo rural, um território com problemas múltiplos, mas que apresenta potencialidades diversas e grandes desafios, que necessitam serem identificadas para se propor políticas públicas mais direcionadas a realidade local.

Ao considerar a relevância da discussão, atores globais e instituições locais surgem e passam a moldar outra configuração territorial, a partir de uma nova direção para as políticas públicas que impulsionam o desenvolvimento regional. Um reconhecimento que se traduz na promoção de políticas públicas integrais e diferenciadas que se traduzem na heterogeneidade rural da região, bem como na forma de conceber a oportunidade de construir e implantar experiências com a participação cidadã, que apontem caminhos para a revalorização do rural, com atenção a constituição dos territórios rurais como estratégia de combate à pobreza, as desigualdades sociais e a potencialização dos espaços de gestão participativa para promoção de um desenvolvimento integrador e sustentável.

Percebe-se o esforço de encaminhar a discussão do desenvolvimento para o âmbito regional, por meio do direcionamento das políticas públicas, que pode ser observado com a criação dos Pólos de Desenvolvimento do Nordeste nos anos 1990, entre eles o Açu-Mossoró, o qual passou a ser denominado de Território Rural em 2003 e, finalmente, em Território da Cidadania Açu-Mossoró em 2008. Trata-se de um Território que no passado era concebido como um espaço para a modernização agrícola e a exportação e que, nos dias atuais, vivencia o surgimento de iniciativas de desenvolvimento endógeno.

A questão central de análise deste artigo é: como as políticas públicas se manifestam e qual o seu alcance na construção da dinâmica recente de desenvolvimento rural sustentável do Território Açu-Mossoró? Parte-se da hipótese que as políticas públicas têm sido fundamentais para o surgimento de empreendimentos econômicos naquele território, com a inclusão de agricultores familiares em mercados. Porém, o seu alcance ainda é deficiente e insuficiente para definir uma dinâmica sustentável de desenvolvimento rural. A partir dessa realidade faz-se necessário pensar em alternativas para que o Estado e as instituições adotem estratégias capazes de contribuir para



mobilizar, organizar e estabelecer mecanismos de mediação das políticas públicas e transformá-las em instrumentos de desenvolvimento territorial.

Ao considerar a relevância dessas reflexões, o presente artigo tem por objetivo analisar a participação social na tomada de decisão nas políticas públicas de desenvolvimento regional, que visam à promoção da dinamização do Território da Cidadania Açu-Mossoró (RN), com vista ao fortalecimento da identidade local nos aspectos ambientais, sociais, econômicos, produtivos e políticos.

Para melhor compreensão o trabalho foi estruturado em seções, a saber: na seção 2 apresenta-se a abordagem que norteia o estudo, ou seja, enfatizam-se as políticas públicas, a adoção das orientações para o desenvolvimento sustentável na dinamização do território, com vista a fortalecer a identidade local; na seção 3 é apresentado procedimento metodológico realizado; na seção 4 são apresentados os resultados e a discussão da pesquisa; e, por fim, na seção 5, são realizadas breves considerações sobre as temáticas ora tratadas.

Políticas Públicas, Território e Sustentabilidade

A ação integrada do conjunto de políticas públicas sobre um determinado território está condicionada antes de tudo, a uma análise das características quase sempre heterogêneas que o espaço rural brasileiro apresenta, ou seja, os territórios irão responder de diferentes formas a implantação das políticas públicas; isto se deve ao fato que, segundo Perico (2009), torna-se fundamental entender que:

“(...) o âmbito da gestão da política de desenvolvimento rural foi definido como espaço equivalente ao nível microrregional (em que as diferenças territoriais e a heterogeneidade se manifestam), conforme expresso na política territorial do Estado Brasileiro.” (PERICO, 2009, p. 85).

Nesses termos, para se alcançar os objetivos empreendidos com a operacionalização das atividades contidas nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS, nos Planos Territoriais de Cadeias Produtivas - PTCP, nos Planos de Negócios - PN, entre outros planos e ações que interagem com o desenvolvimento do território, é fundamental um esforço coletivo entre as instâncias municipal, estadual e federal e claro, da consulta e da participação da gestão social no



ciclo que define, elabora, implanta e monitora a eficácia e a eficiência das ações de desenvolvimento no território.

Supõe-se que exista uma rede de políticas públicas que compõem o complexo ciclo de estratégias, programas, projetos e investimentos que as instituições que integram o espaço territorial têm para gerir e executar. Entretanto, a complementariedade e a integração desse ciclo acabam em alguns momentos, comprometidas, devido à fragilidade dos espaços de diálogos e da capacidade de gestão social e institucional vivenciadas no território. Tal afirmação indica a necessidade de estabelecer novas ferramentas que possibilitem uma gestão territorial mais eficiente entre os diversos atores e forças que corroborarão para impulsionar a integralidade das políticas públicas, na perspectiva da superação dos desafios que postergam os propósitos do desenvolvimento econômico, ambiental, social, histórico e cultural do território.

Torna-se imprescindível que haja um ambiente estabilizado entre a coesão social, territorial e a governança, e que nele sejam identificados elementos capazes de reforçar a legitimidade do território como um espaço vital, fortalecedor das relações sociopolíticas, com vista a conceber e a estabelecer os objetivos estratégicos, sejam estes, de articulação entre as políticas; de organização social e produtiva; da gestão do meio ambiente; da organização das capacidades institucionais e da dinamização econômica, que fortaleça o sentimento de pertencimento e identificação do território como um espaço social e participativo, de caráter dinâmico e flexível. Nas palavras de Perico (2009), a identidade territorial se expressa a partir das redes locais para as maiores, ao mesmo tempo em que se integra aos níveis territoriais e as suas dimensões.

Dentre as dimensões incorporadas no território, tem-se observado um esforço em implantar as da sustentabilidade (econômica, social e ambiental) na noção de desenvolvimento territorial pelas políticas públicas postas em prática, nas zonas rurais brasileiras nas últimas décadas. (BONNAL, CAZELLA, DELGADO, 2011). Todavia, observa-se que a implantação de algumas políticas públicas pensadas para impulsionar o desenvolvimento territorial tende a privilegiar fatores econômicos em detrimento da perspectiva socioambiental.



Cabe-se ressaltar que é salutar incorporar no planejamento estratégico para o desenvolvimento territorial, ações práticas de sustentabilidade que tenham por base o contexto de descentralização como afirma Bonnal, Cazella e Delgado (2011):

“(...) não tivemos a preocupação de adotar uma definição comum de desenvolvimento territorial sustentável, mas de analisar, sempre que possível, em que medida as três principais dimensões da sustentabilidade estão sendo incorporadas nas agendas e na seleção de projetos dos fóruns territoriais, seja por iniciativa dos atores sociais, seja por normas instituídas pelas políticas públicas, (...)”
(BONNAL; CAZELLA; DELGADO, 2011, p.42).

As considerações do autor apontam, portanto, a importância de políticas públicas orientadas a partir do caráter territorial, ou seja, o planejamento das ações deve permitir a coparticipação dos atores sociais, respeitando as experiências acumuladas nos territórios. Esta é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento rural, tendo como princípio o desenvolvimento endógeno.

Em síntese, o reconhecimento e a compreensão das diversidades territoriais são fatores determinantes para a promoção e a afirmação de um modelo de desenvolvimento rural, considerando o crescimento econômico, a distribuição de renda, a justiça social, a estabilidade política e institucional e a conservação ambiental, com a finalidade de alcançar a integração territorial e a sustentabilidade em suas várias dimensões.

Metodologia

A presente pesquisa representou uma ação conjunta da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) com a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), através do projeto: Inovação e Diversidade e Sustentabilidade na Gestão de Territórios Rurais: monitoramento e avaliação do desenvolvimento dos territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi (RN), financiado pelo MDA/SDT/CNPq, edital 05/2009.

Como procedimento metodológico foi realizado uma coleta de dados primários, por meio da aplicação de 77 questionários junto à plenária do colegiado², com objetivo

² A plenária do Território da Cidadania Açu/Mossoró é composta por 88 membros distribuídos entre representantes do poder público municipal, estadual, federal e sociedade civil. No período da pesquisa foram entrevistados 77 membros, pois se usou como critério para entrevista aqueles que tinham maior número de presença nas reuniões mensais.



de obter uma leitura sobre as características que definem sua identidade, sejam estas nos aspectos ambientais, sociais, econômicos, produtivos e políticos; e também, sobre as estratégias de gestão do colegiado na definição de ações e projetos que impulsionam o desenvolvimento territorial. Os questionários foram aplicados junto aos membros do colegiado do Território da Cidadania Açu/Mossoró que é composto pelos municípios de Alto do Rodrigues, Areia Branca, Açu, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Ipanguaçu, Itajá, São Rafael, Serra do Mel, Mossoró, Pendências, Porto do Mangue e Tibau, conforme a Figura 1, no período de março a julho de 2011.

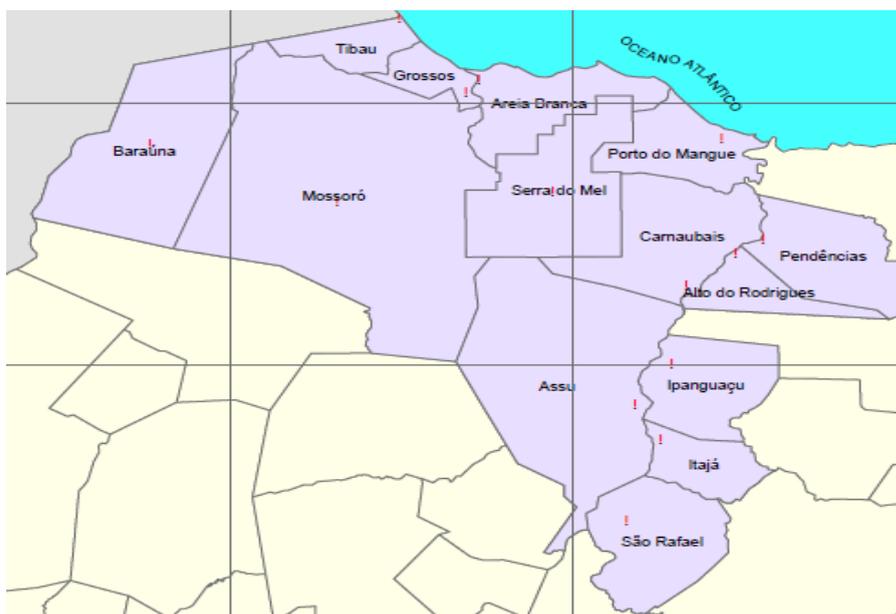


Figura1: Mapa Território da Cidadania Açu-Mossoró (RN).

Fonte: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS, 2010.

Os questionários aplicados foram elaborados por critérios metodológicos, previamente definidos pela equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Cabe ressaltar que tal metodologia foi desenvolvida, com o objetivo de ser aplicada em todos os territórios da cidadania do País, contemplados nessa ação de pesquisa científica e extensão tecnológica empreendida pela SDT/MDA/CNPq.

Foram utilizadas, também fontes secundárias, como artigos e títulos disponíveis em periódicos e sites acadêmicos, bem como foram analisados documentos, a exemplo do PTDRS do Território Açu-Mossoró (RN), bem como, o Relatório Analítico Parcial do projeto: Inovação e Diversidade e Sustentabilidade na Gestão de Territórios Rurais:



monitoramento e avaliação do desenvolvimento dos territórios Açú-Mossoró e Sertão do Apodi (RN), elaborado por Nunes, Silva e Gondim et al. (2011).

Resultados e Discussão

O território Açú/Mossoró enquanto espaço de articulação político-institucional remete ao ano de 2004. Nesse mesmo ano, o território sofreu alteração na sua composição, pois, anteriormente, era composto por municípios como Upanema e Governador Dix-Sept Rosado, nos quais o Projeto Dom Helder Câmara desenvolve atividades, configurando desta forma, uma sobreposição de ações governamentais (PTDRS, 2010).

Com a reestruturação, o referido território passa em 2004 a ser composto por municípios do chamado Vale do Açú, retomando a discussão do Pólo Agroindustrial do Açú/Mossoró que já vinha sendo trabalhado pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB. Dessa forma, o Açú-Mossoró fica composto por subregiões (Oeste Potiguar e o Vale do Açú). Tal território apresenta na sua identidade, características singulares e marcantes como: a intensificação de perímetros irrigados para produção de frutas e pólo ceramista no Vale do Açú e a concentração de apicultores, cajucultores e caprinovinocultores no Oeste Potiguar, o que vem a imprimir nesta área do território uma identidade mais característica da agricultura familiar.

Essa definição por afinidades produtivas caracteriza assim, a identidade e institui ao referido território, a constituição de dois núcleos que se reúnem separadamente para discussão e a proposição de projetos de investimentos, mas que deliberam conjuntamente na instância colegiada. O cenário ora descrito tem sido motivo de longos debates políticos entre seus membros, sobre a divisão do território e a divisão dos recursos destinados aos projetos. Assim, para imprimir observações sobre a identidade territorial do Açú-Mossoró, além da vivência junto ao colegiado, aplicou-se um questionário com todos os membros da plenária, que hoje participam da instância colegiada.

Foi possível observar a partir das percepções dos entrevistados no que se refere ao: ambiente, agricultura familiar, economia, pobreza, etnia, colonização e política, ou seja, como os membros entendem a importância desses fatores na formatação do



território Açu-Mossoró. A Figura 2 apresenta a partir das respostas dos membros do colegiado, a relevância de cada fator na construção da identidade territorial.

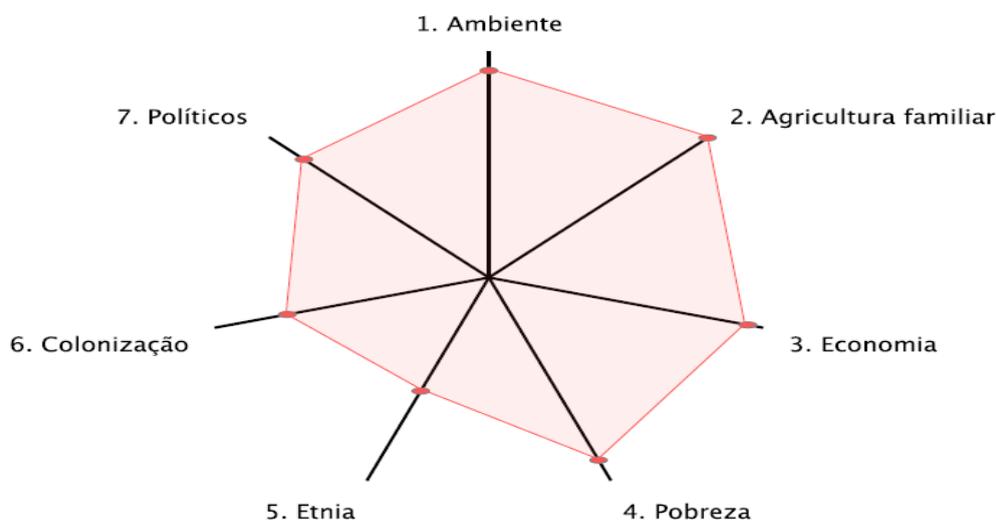


Figura 2. Identidade: agricultura familiar.
Fonte: SGE/MDA. Pesquisa de Campo, 2011.

Ao analisar a Figura 2, verifica-se a coesão social que seus membros têm sobre o território com ênfase nas atividades diversificadas que envolvem a agricultura familiar. Essa afirmativa pressupõe a articulação de “territórios produtivos temáticos”, ou seja, *território da pesca, apicultura, artesanato, leiteiro*, etc. Ademais, percebeu-se com base nos diagnósticos abordados nos Planos de Negócios de alguns empreendimentos produtivos, realizados em 2009 e no PTDRS do Açu-Mossoró, que esses sistemas se destacam no tocante à produção da agricultura familiar, e são determinantes na configuração da identidade. Inclusive, a diversidade produtiva é um elemento chave no processo de desenvolvimento, imprimindo ao território, algumas vezes, a oportunidade de se trabalhar as bases da pluriatividade agrícola. Todavia, a interpretação desses sistemas produtivos de forma individual não fortalece o território, embora seja importante na definição das características dos empreendimentos e dos municípios no processo de identificação e fortalecimento da identidade territorial.

O aspecto econômico destaca-se como outro fator relevante na construção da identidade deste território. Quando se compara os dados do Produto Interno Bruto - PIB e a renda per capita mais significativas de alguns municípios do Açu-Mossoró chega-se aos números apresentados na Tabela 1.



Tabela 1. PIB e renda per capita em municípios do Território Açu/Mossoró.

MUNICÍPIO	PIB 2008	MUNICÍPIO	RENDA PER CAPITA 2008
Mossoró	R\$ 3.025.815.000,00	Porto do Mangue	R\$ 33.977,18
Areia Branca	R\$ 487.778.000,00	Areia Branca	R\$ 19.397,07
Assú	R\$ 312.542.000,00	Alto do Rodrigues	R\$ 18.464,41

Fonte: IBGE, 2008.

É importante ressaltar que esses dados não se traduzem na realidade do território como um todo, pois conforme Nunes, Dias e Gondim, et al. (2011) em uma amostra de 270 famílias que residem na zona rural do território Açu-Mossoró que participaram da pesquisa sobre o Índice de Condições de Vida – ICV realizada em 2010, apenas 12,35% das famílias entrevistadas possuem outra fonte de renda além da renda agrícola. Além disso, essa renda familiar raramente ultrapassa um salário mínimo. Então, o que explicaria a expressividade da renda per capita desses municípios? Os dados revelados na tabela acima podem resultar em parte, da arrecadação que os municípios supracitados recebem por serem produtores de petróleo em campo, os chamados *royalties*, uma vez que o referido território se destaca na produção brasileira desse recurso em terra.

Na análise do aspecto econômico do território, outro fator que merece destaque se refere ao fato dos municípios que se destacam em relação ao PIB e renda per capita apresentarem um elevado índice de pobreza como pode ser visto na Tabela 2. Essa contradição reflete-se nas desigualdades sociais observadas no território estudado. Logo, faz-se necessário se pensar em políticas de redistribuição de renda e de investimentos para os setores de saúde, educação, saneamento básico, transporte, habitação, entre outros, que priorizem a aplicação dos valores arrecadados pelo Estado e municípios para atender a população, com vista à equidade social.

Tabela 2. Índice de pobreza nos municípios do território Açu/Mossoró.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE POBREZA (%)
Alto do Rodrigues	55,77
Areia Branca	60,03
Assú	56,84
Baraúna	58,97
Carnaubais	41,21
Grossos	62,61
Ipanguaçu	48,87
Itajá	64,94
Mossoró	55,28
Pendências	68,08
Porto do Mangue	61,78
São Rafael	58,48



Serra do Mel	74,75
Tibau	59,65
TERRITÓRIO	59,09
ESTADO	50,00
BRASIL	28,00

Fonte: PTDRS, 2010.

Vale ressaltar que para fortalecer a identidade territorial é necessário combater as desigualdades sociais e possibilitar um ambiente de desenvolvimento que ocorra de forma homogênea no território. Nessa direção, o colegiado territorial possui um importante papel no sentido de apoiar projetos e ações para que seus membros percebam e internalizem que o território representa um espaço de fortalecimento da identidade coletiva, seja esta uma identidade produtiva, econômica, cultural, social, ambiental, política, religiosa, de gênero e de etnia. Esse entendimento é uma das condições para a consolidação da identidade no território e para o desenvolvimento de estratégias que poderá ajudar a desconstruir a “identidade de município ou mesmo identidade produtiva” e a fortalecer os processos de implantação e consolidação a curto, médio e longo prazo das políticas públicas como mecanismo que possibilitará um desenvolvimento territorial integrador.

Sem dúvida, a promoção e o fortalecimento do desenvolvimento territorial integrado devem utilizar como estratégia, a participação de representantes da sociedade civil e instâncias governamentais (municipal, estadual e federal). Porém, no território Açu-Mossoró é possível perceber uma fragilidade no tocante a organização (política e geográfica), acentuando-se no processo de gestão social do território. É visível na gestão do colegiado a divisão geográfica do seu recorte, verifica-se que a composição dos 14 municípios é subdividida em dois núcleos diretivos: o núcleo Açu é formado pelos municípios do Vale do Açu, (Açu, Itajá, São Rafael, Ipanguaçu, Alto do Rodrigues, Pendências, Porto do Mangue, Carnaubais) e o núcleo do Oeste Potiguar que reúne os municípios de Areia Branca, Mossoró, Tibau, Grossos, Baraúna e Serra do Mel.

Essa configuração se traduz por meio da identidade dos membros do território e se reflete como fator de interesse determinante e visível na arena de conflitos sócio-políticos que conduzem o colegiado. Entende-se que a correlação de forças políticas observadas é salutar no processo democrático social quando fomenta o exercício da governança junto aos atores nela envolvidos. Contudo, quando essa prática reforça articulações para defender interesses individuais de desenvolvimento, fragmenta a



essência da política territorial e sobremaneira, da instância colegiada, prejudicando a tomada de decisão, ocasionando problemas que interferem no desempenho do colegiado como mostra abaixo a figura 3.

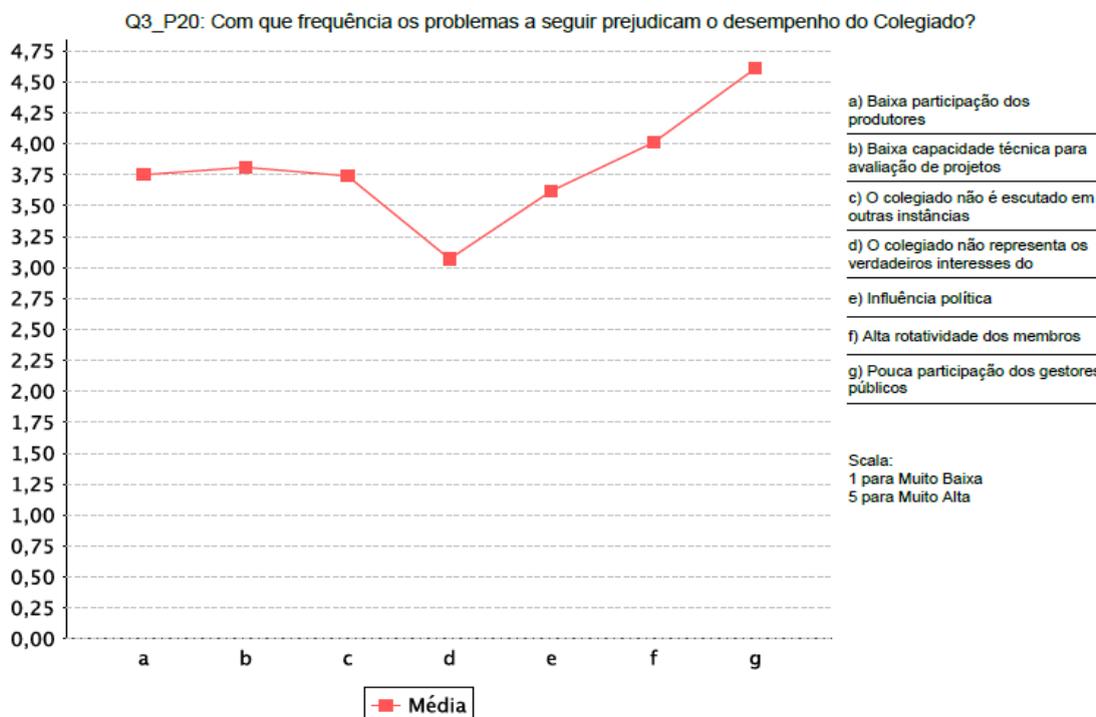


Figura 3. Gestão dos colegiados territoriais.
Fonte: SGE/MDA. Pesquisa de Campo, 2011.

Percebe-se que essas circunstâncias são constantemente expressadas no colegiado e a continuidade destas, podem contribuir para fragilizar a instância de discussão e deliberação sobre a implantação de projetos via políticas públicas, que venham a contribuir para o desenvolvimento do território. A interpretação equivocada por parte de membros que compõem o colegiado sobre a essência da política de desenvolvimento territorial dificulta a construção de estratégias que fortaleçam a gestão do colegiado e, por conseguinte, o desenvolvimento dos municípios que dele participam.

Portanto, a participação inexpressiva de gestores municipais, estaduais e do Governo Federal, como também, de representantes de setores da sociedade civil que constituem o colegiado, interfere no processo de elaboração, implantação, gestão e validação das ações aprovadas pelo colegiado e sobre a construção da governança social e política de seus membros. Esses são alguns desafios evidenciados que precisam ser



superados para que as estratégias propostas pelo desenvolvimento territorial possam alcançar sua eficácia.

Considerações Finais

A produção do território é resultado de uma relação desigual de forças, que envolve o domínio e/ou o controle econômico-político do espaço e sua apropriação, quer seja material ou simbólica. Tal processo se fortaleceu por meio da adoção de modelos exógenos de desenvolvimento para o território Açu-Mossoró, que se refletem nos dias atuais na ausência de uma coesão em relação às políticas públicas pensadas para aquele território e se reflete na ausência do fortalecimento das atividades econômicas e nas condições de vida.

Pensar numa gestão que fortaleça a tomada de decisão, com vista a contribuir para favorecimento da equidade social no território, constitui-se em um dos desafios do colegiado. Ou seja, o colegiado tem um papel fundamental na integralização das políticas públicas como estratégia para o fortalecimento da identidade da população na perspectiva de inovar no planejamento e na implantação de propostas de desenvolvimento relacionando-as com as atividades econômicas do território, bem como considerando a necessidade de conservação ambiental e preservação cultural e do modo de vida local.

As políticas voltadas para o desenvolvimento regional devem contribuir para dinamizar o território e fomentar atividades endógenas, estreitando os laços que formam e fortalecem a identidade socioeconômica da população do Açu-Mossoró.

Ao desconsiderar as atividades econômicas, o modo de vida, e as práticas culturais, que são os pilares de identidade da população, o território poderá sofrer um processo desterritorialização, levando a população a perder a sua referência simbólica e espacial.

Em síntese, o território entendido como o lugar em que as populações criam significados, símbolos e imagens que forjam as identidades e as aderências que fixam o indivíduo e o seu grupo social a um espaço particular, deve ser planejado e gerido com vista ao fortalecimento da economia e da conservação dos seus recursos, mas, acima de tudo, deve considerar o modo de vida da população local e contribuir para sua melhoria



e para a preservação da sua memória coletiva, somente assim será possível percorrer os caminhos para a almejada sustentabilidade territorial.

Referências Bibliográficas

BONNAL, P.; CAZELLA, A.; DELGADO, N. G. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In: LEITE, S. P.; MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. et al. (Org.), **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. Cap. I. pp. 35-60. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em 10 de jan., 2012.

NUNES, E. M.; DIAS, T. F.; GONDIM, M. F. R. et al. Políticas públicas e desenvolvimento rural: a dinâmica socioeconômica do Território Assu-Mossoró (RN). In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER-NE), Anais..., 2011, Petrolina: SOBER-Nordeste, 2011.

NUNES, E. M.; SILVA, M. R. F.; GONDIM, M. F. R. et al. Projeto Inovação e Diversidade e Sustentabilidade na Gestão de Territórios Rurais: monitoramento e avaliação do desenvolvimento dos territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi (RN), financiado pelo MDA/SDT/CNPq, edital 05/2009. Relatório Analítico Parcial. Mossoró, UERN, 2011.

PERICO, R. E. Identidade e território no Brasil. Brasília: ed. IICA, 2009.

PERICO, R. E. RIBEIRO, M. P. Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável. Brasília: ed. IICA, 2005.

PTDRS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Açu/Mossoró**. Brasília: MDA/SDT, 2010.



Repensando o desenvolvimento territorial: Contribuições da abordagem das capacitações e da perspectiva orientada ao ator para reflexões sobre políticas territoriais

Danielle Wagner¹

¹Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável/PGGA/UFPA, Doutoranda em Desenvolvimento Rural/PGDR/UFRGS. email: danicawagner@yahoo.com.br

Resumo:

Através deste trabalho de revisão de literatura, objetiva-se refletir sobre políticas territoriais, enfocando as contribuições da Perspectiva Orientada ao Ator (POA) e da Abordagem das Capacitações, para se repensar o marco teórico-metodológico da abordagem do desenvolvimento territorial. Apesar das mudanças no planejamento e execução das políticas públicas no Brasil a partir da abordagem territorial, estudos apontam que ainda é preciso avançar no processo de transição da visão setorial para a territorial. Nesse contexto, as abordagens apresentadas por Long e por Sen reiteram a perspectiva multidimensional preconizada pela abordagem territorial do desenvolvimento, perspectiva esta que ainda é incipiente na operacionalização das políticas territoriais. Seguindo as orientações da POA, para avançar no processo de multidimensionalizar as políticas, é preciso delegar poder e funções para membros da sociedade civil, de modo a reconhecer e envolver os indivíduos no processo de construção e conquista de demandas. Assim, talvez sejam expandidas as liberdades substantivas e a condição de agente dos atores sociais no e para o desenvolvimento enquanto processo político, conforme pressupõe a Abordagem das Capacitações. No geral, o fortalecimento das políticas está relacionado ao reconhecimento da característica paternalista e tutelar do Estado brasileiro, o conhecimento aprofundado dos territórios e a valorização da existência de atores sociais que se diferenciam em termos de organização política, econômica e cultural. Isso complexifica a construção de ações com vistas ao desenvolvimento, mas que tornar mais eficaz as ações estatais e potencializar as iniciativas da sociedade civil.

Palavras-chave: desenvolvimento rural; atores sociais; políticas públicas; território.



Introdução

Nas duas últimas décadas no cenário brasileiro, algumas temáticas têm sido incorporadas ao debate sobre desenvolvimento, tais como sustentabilidade, desenvolvimento local, território, diversidade e participação social (MIOR, 2009; SCHNEIDER, 2010). A inclusão de temáticas até, então, pouco valorizadas, além de ampliar a participação de diversos segmentos sociais no debate, têm resultado em mudanças na proposição de políticas intervencionistas para o meio rural. Nesse quadro de mudanças emerge a abordagem territorial do desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2009) como tentativa de romper com a visão setorial do rural. É nesse contexto que paulatinamente, a partir do final da década de 1990, agentes estatais em conjunto com pesquisadores e porta-vozes dos movimentos sociais tem discutido, elaborado e executado políticas territoriais nos âmbitos federais, regionais e estaduais¹ como esforço de democratizar o acesso das populações dos territórios aos recursos de políticas públicas e de fomentar o desenvolvimento a partir das potencialidades locais.

Desde, então, as políticas territoriais e seu impactos nos territórios são temas de pesquisa e debate. Reunindo diversas experiências relacionadas a essas políticas, Favareto (2009) conclui que “não existe, ainda, nenhum programa que implemente, a contendo, o conjunto de elementos trazidos com a abordagem do desenvolvimento rural [...]” (p. 24) e acrescenta que “o grande desafio aqui consiste em superar um duplo viés que restringe o alcance destas políticas: o viés de combate à pobreza e o viés que restringe as ações à agricultura e aos agentes sociais vinculado ao agro” (FAVARETO, 2009, p. 24). Esse autor considera que apesar dos avanços na articulação intersetorial e interministerial das ações políticas a partir do enfoque territorial, fica a dúvida de quais são as forças sociais capazes de completar a transição do enfoque setorial ao enfoque territorial. No mesmo sentido, Abramovay (2009) que é preciso investir em estudos que avaliem e classifiquem o alcance e os limites da atuação das organizações de desenvolvimento rural, uma vez que os resultados derivam da capacidade de articulação dos atores envolvidos na dinâmica de uma dada região.

Questões como estas destacadas por Favareto (2009) apontam a importância do debate sobre os marcos teórico-metodológicos que balizam as políticas territoriais- e a

¹ Em suas análises, Favareto (2009) destaca como principais programas em âmbito federal: Território da Cidadania, Apoio aos Territórios Rurais, Agenda 21 e o Programa das Mesorregiões. Em nível estadual destaca o programa Territórios de Identidade, o Projeto Dom Helder Câmara e os Programas de Microbacias dos estados de Santa Catarina e de São Paulo (FAVARETO, 2009).



abordagem territorial do desenvolvimento rural. No âmbito do espaço de reflexão que se abre diante de tais lacunas, através do presente texto, objetiva-se refletir sobre políticas territoriais, enfocando as contribuições da Perspectiva Orientada ao Ator, defendida por Norman Long (2007) e da Abordagem das Capacitações, proposta por Amartya Sen (2000)² para se repensar o marco teórico-metodológico da abordagem do desenvolvimento territorial. Talvez, considerando os desafios inerentes ao planejamento, operacionalização e análise de políticas públicas frente às dinâmicas que movimentam o mundo rural brasileiro contemporâneo, o debate teórico-metodológico proposto neste trabalho possa corroborar com apontamentos para superação dos desafios já assinalados pelos resultados das experiências que tem emergido no seio das mudanças políticas derivadas da “nova visão” sobre o desenvolvimento rural.

O texto está estruturado em três seções além desta introdução. Na primeira seção, aborda-se brevemente a mudança cognitiva que tem permeado o debate sobre desenvolvimento. Na segunda, são apresentadas sinteticamente as abordagens em foco neste texto. Na terceira e última seção são apontadas as possíveis contribuições teórico-metodológicas dessas abordagens para se repensar as políticas territoriais e com isso, as múltiplas dimensões do desenvolvimento territorial.

2. NOVOS OLHARES SOBRE O DESENVOLVIMENTO (RURAL): ENDOGENIA, ATORES E DIVERSIDADE SOCIAL

O pensamento de que desenvolvimento mensura-se através do progresso técnico e do crescimento econômico prevaleceu quase que inquestionável até a década de 1980. Da mesma forma, nas ações intervencionistas, as abordagens analíticas privilegiavam processos globais e análises macroestruturais em detrimento da ação dos indivíduos³. O Estado, no geral, é o responsável pelas mudanças sociais (LONG, 2007).

²Privilegia-se os trabalhos de Sen e Long devido sua influência no atual debate brasileiro sobre desenvolvimento.

³ Boa parte dos referenciais teóricos escritos nas décadas de 1970 e 1980 reforçou o progresso tecnológico como condição fundamental para o desenvolvimento enquanto crescimento econômico e ressaltou o papel do Estado para viabilizar a modernização. Ainda hoje, correntes conservadoras da economia, defendem a idéia de desenvolvimento enquanto crescimento econômico, elegendo o Produto Interno Bruto (PIB) como um dos principais indicadores de desenvolvimento.



Em contraposição à abordagem hegemônica e ao modelo *top-down* de intervenção, a partir dos anos 80, em especial, nas duas últimas décadas, autores têm repensado o paradigma desenvolvimentista predominante, propondo novas abordagens analíticas e de intervenção que incorporam ao debate sobre desenvolvimento, a necessidade de focar em outras dimensões além da econômica e de se considerar a heterogeneidade social e a participação dos atores envolvidos. Na leitura de Mior (2009), essas abordagens sugerem novos modelos que privilegiem o desenvolvimento endógeno ao invés do exógeno, voltado para o desenvolvimento local como base para mudanças sociais que possibilitem o desenvolvimento social (e não mais o puramente econômico). Nesses novos modelos, há a valorização dos agentes locais que passam a ter papel fundamental na elaboração, gestão e execução de ações de intervenção, sendo eles os atores de seu próprio desenvolvimento (MIOR, 2009).

Os adeptos de novas abordagens agregam à economia clássica perspectivas teóricas de outras disciplinas, incorporando novos elementos analíticos e metodológicos no debate. Autores ligados à Sociologia Econômica, por exemplo, influenciados por trabalhos de Weber e Bourdieu, articulam economia e sociologia para discutir a influência dos aspectos econômicos no modo de agir das pessoas, como destacado nos trabalhos de Granovetter (1985), Abramovay (2001; 2004) e Wilkinson (2008). Apesar das mudanças na forma de compreender o processo de desenvolvimento, a dimensão econômica é privilegiada nos trabalhos feitos pelos autores filiados a essa escola de pensamento, limitando, na maioria das vezes, os trabalhos a estudos sobre mercado. Todavia, apesar desse foco, os pesquisadores passam a abordar o mercado não mais como mecanismo de formação de preço, mas tratam o tema a partir da interação social, considerando a conectividade entre relações sociais e relações econômicas.

Nesse mesmo sentido, vale lembrar também as contribuições dos autores que tratam sobre instituições, tais como Polanyi (1980) e Ostrom (1990), por destacarem a conexão entre estrutura, práticas sociais, relações econômicas e aspectos sociais. No âmbito da economia política e da antropologia econômica, a corrente institucionalista trata o desenvolvimento como mudança social, uma vez que “fazer” desenvolvimento não é apenas questão organizacional, mas de mentalidade/comportamento do indivíduo, uma vez que o funcionamento da sociedade está relacionado ao conjunto de regras, normas e valores que regulam o comportamento humano.



Mobilizando elementos da sociologia econômica e do institucionalismo, outros autores tem direcionado seus trabalhos para reflexões acerca de temas relacionados a capital social, governança e participação social, destacando as relações entre Estado e Sociedade Civil. Autores adeptos dessas temáticas, como Granovetter (1973) e Dagnino (2002), têm contribuído com o debate feito por autores que tratam de outras questões, por discutirem o papel do Estado e dos atores locais na promoção do desenvolvimento.

No contexto brasileiro, temas como as instituições, a inovação e a sustentabilidade tem ganhado destaque não apenas na academia, mas também na agenda política devido a influência de pensadores que privilegiam a abordagem territorial para discutir o tema desenvolvimento rural⁴. Na leitura de Schneider (2010), são referências os pesquisadores José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay cujos trabalhos são pautados em uma matriz multidisciplinar que articulada economia, ecologia e sociologia econômica, convergindo o debate sobre desenvolvimento para uma perspectiva endógena na qual os agricultores são vistos como empreendedores e por isso influenciam diretamente na formação de territórios distinto (SCHNEIDER, 2010).

Desta forma, a abordagem territorial do desenvolvimento supõe olhar diferenciado sobre o espaço geográfico e sobre o tecido social, considerando o território como referência para análise ou intervenção (ABRAMOVAY, 2009). Tal abordagem tem orientado a construção de políticas e ações governamentais no Brasil, expressando a tentativa dos agentes envolvidos nesse processo em melhorar a eficácia das políticas estatais (FAVARETO, 2009; SCHNEIDER, 2010). Para tanto, o exercício de aproximar temas como território, sustentabilidade e desenvolvimento através de políticas territoriais, tem requerido ações descentralizadas e articulação entre esferas governamentais, instituições, segmentos sociais e espaços geográficos.

Apesar de proposição multidimensional inerente ao caráter territorial e do esforço para atender as demandas dos territórios, Favareto (2009) analisa que as políticas territoriais ainda carregam herança do enfoque setorial, privilegiando em boa parte das experiências, o aspecto econômico (geração de renda) em detrimento de outros. Talvez isso demonstre fragilidade na compreensão da abordagem territorial ou ainda, dificuldades em sua operacionalização, sendo necessário problematizar os entraves e

⁴ Sobre as vertentes que influenciam o debate brasileiro sobre desenvolvimento rural, ver Schneider (2010).



melhor refletir acerca dos referencias teórico-metodológicos utilizados pelos atores envolvidos no processo de formulação e execução das políticas.

3. O DESENVOLVIMENTO SOB OS OLHARES DE AMARTYA SEN E NORMAN LONG

Seguindo o caminho das abordagens que procuram contrapor a perspectiva economicista clássica de desenvolvimento, muitos estudiosos questionam o papel do Estado e focado nos atores locais no processo de desenvolvimento⁵. Nessa perspectiva, o antropólogo Norman Long e o economista Amartya Sen propuseram abordagens teóricas que, nos últimos anos, tem ganhado destaque na academia por serem vistas como propostas alternativas para se pensar o desenvolvimento como um processo que engloba diversas dimensões, além da econômica, e a participação de diversos atores, além do Estado. Os trabalhos destes autores têm influenciado muitos estudos em diversas partes do mundo, sobretudo nos países em desenvolvimento.

3.1 Desenvolvimento e a Perspectiva Orientada ao Ator (POA)

Como resultado de anos de trabalhos de pesquisa, especialmente em países da América Latina, Long sugere nova forma de orientar as análises e as ações de intervenção com vista ao desenvolvimento. Embasado nos pressupostos do construcionismo e na teoria pós-estruturalista de Giddens⁶, ele propõe a POA em contraposição à teoria da modernização utilizada como suporte ao desenvolvimento alicerçado no paradigma positivista (LONG, 2007). Talvez em função de sua experiência empírica, em sua discussão Long privilegia as abordagens analíticas sobre os processos de intervenção no meio rural e por isso hoje exerce influência nos estudos sobre desenvolvimento rural.

Do ponto de vista metodológico, Long aponta que uma perspectiva orientada ao ator implica, dentre outros aspectos, em considerar as demandas dos atores e a heterogeneidade de realidades, identificar os atores principais nos determinados

⁵ Muitos autores tem tecido críticas às análises estruturalistas por estas se utilizarem de abordagens macrosociológicas que focavam nos organismos e que consideravam que as estruturas são determinadas por fatores externos (como o mercado, o Estado ou organismos internacionais).

⁶ Long explica que a sua construção da POA segue a visão do construcionismo social, uma escola de pensamento que surge com base em diferentes perspectivas analíticas sociológicas e fenomenológicas cujo ponto convergente é a compreensão de que os fenômenos sociais resultam de múltiplas realidades emergentes e construídas (LONG, 2007). Destarte, “el construcionismo está interesado antes que todo en entender los procesos [...]” (LONG, 2007, p. 27).



contextos, compreender as práticas dos atores, as relações/redes sociais em que estão envolvidos e explorar as contradições e discontinuidades que constituem a vida dos atores locais, institucionais (que intervêm) e os atores cujos interesses estão em jogos⁷ (LONG, 2007). Desta forma, Long sugere que se considere a experiência vivida dos atores, seus projetos e sua capacidade de ação, uma vez que o desenvolvimento não pode ser visto como algo que vem de fora e que independe da atuação das pessoas. Desta forma, esse autor desconstrói os modelos de intervenção com vistas ao desenvolvimento, uma vez que para ele a intervenção deve ser reconhecida como “processo continuado, socialmente construído e negociado, não somente a execução de um plano de ação pré-especificado com os resultados esperados” (LONG, 2007, p. 76, tradução nossa).

Para Long (2007) o conhecimento é socialmente construído, o que indica que o processo de desenvolvimento ocorre através da ação dos atores na estrutura, ação esta vinculada a influência de fatores locais e globais. Por isso, o autor sugere que a intervenção de desenvolvimento seja vista como “como uma realidade múltipla, compuesta por percepciones culturales e intereses sociales que diferencian, así como por los contínuos forcejos sociales y políticos que tienen lugar entre los vários actores sociales involucrados.” (LONG, 2007, p. 73).

Na concepção de Long (2007), é a capacidade de agência dos indivíduos que os torna atores sociais⁸. Inspirado nos trabalhos de Giddens⁹, esse autor atribui à agência dois elementos principais: habilidade para conhecer e habilidade para fazer. Desta forma, agência é uma categoria utilizada por este autor ao defender que os indivíduos (individual ou coletivo) são capazes de direcionar o curso da sociedade e de sua própria história, opondo-se ao modelo de desenvolvimento difundido no período pós Revolução Industrial. Em suas reflexões, Long defende que as pessoas vivem o cotidiano e por isso são capazes de ler a realidade em que vivem. Nesse sentido, são pilares do conceito de

⁷ No entanto, ressalta-se com base no texto do próprio Long (2007) que a identificação dos atores nos processos de desenvolvimento depende do recorte que o observador faz do objeto. O recorte, por sua vez, segue um modelo analítico que situa os atores numa determinada perspectiva teórica.

⁸ Para Long, os atores sociais aparecem em uma diversidade de formas, podendo ser pessoas individuais, grupos informais e redes interpessoais, organizações, agrupamentos coletivos e até mesmo os “macro” atores (como Estado, bancos, igreja, etc.) (LONG, 2007). No entanto, não considera atores as coletividades e organizações como os movimentos sociais, uma vez que estas se formam a partir de um conjunto de atores, significando, então, esforços coletivos que podem ser melhor caracterizados como “coalizões de atores”, “projetos entrelaçados de atores” e “interjogo de discursos” (LONG, 2007).

⁹ Ver referências em Long (2007).



agência, cognição, autonomia relativa e o poder que é inerente ao indivíduo. Por isso, os atores sociais locais têm a capacidade de conhecer, atuar e interferir no processo de desenvolvimento, o que significa dizer que nesse processo, é preciso analisar como as diferentes concepções de poder, influência, conhecimento e eficácia estão presentes nas respostas e estratégias dos diferentes atores sociais (LONG, 2007).

3.2 Desenvolvimento e a Abordagem das Capacitações

Assim como Long (2007), Amartya Sen (2000) rompe com a noção clássica de desenvolvimento ao propor a Abordagem das Capacitações, somando dimensões humanas aos indicadores econômicos. No entanto, diferentemente de Long, Sen trata da temática “desenvolvimento” de forma mais ampla, não centrando no rural. Ele inicia o livro “Desenvolvimento como Liberdade” afirmando que “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2000, p. 17). O autor utiliza o termo liberdade como algo amplo que envolve “tanto *processos* que permitem a liberdade de ações e decisões como as *oportunidades* reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais” (SEN, 2000, p. 31, destaque do autor).

Em sua abordagem, esse autor privilegia as liberdades substantivas como centrais no processo de desenvolvimento, uma vez que estas referem-se às condições para os indivíduos evitarem privações. Sen associa desenvolvimento às múltiplas dimensões das liberdades humanas, como a política, a econômica e a social e propõe a Abordagem das Capacitações como posição analítica que vincula as capacidades das pessoas em levar o tipo de vida que valorizam com as liberdades que elas desfrutam enquanto membros de uma sociedade. Este autor enfatiza a importância da liberdade individual no conceito de desenvolvimento não somente como forma avaliativa de êxito ou de fracasso, mas também “como um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social” (SEN, 2000, p. 33).

Apesar de ser economista, as liberdades ao qual Sen (2000) faz referência não dependem apenas do PIB, mas também de outros determinantes, tais como as disposições sociais e econômicas e os direitos civis. Esse autor não nega a contribuição que podem ter a industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização na expansão das liberdades humanas, no entanto, ressalta que essa expansão também está relacionada a outras influências. Segundo sua perspectiva, apesar da renda ser um



questo para expansão das liberdades dos indivíduos, a melhoria das condições de vida está vinculada a diversos outros indicadores que não somente o econômico (SEN, 2000), como o acesso a serviços públicos.

De acordo com Sen (2000), os serviços públicos, são vistos como oportunidades sociais. O termo oportunidades sociais é descrito por esse autor como “as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada [...], mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas” (SEN, 2000, p.56). Esse autor considera que a criação de oportunidades sociais está diretamente ligada à melhoria das condições de vida e problematiza que as pessoas acabam sendo privadas dessas oportunidades em meio à forma como as políticas de desenvolvimento vêm sendo pensadas e implementadas. Neste sentido, as oportunidades sociais são condicionantes da ampliação das capacidades dos atores sociais, significando uma via de mão-dupla entre ação e estrutura, entre os fatores externos e endógenos.

Na mesma linha de discussão de Long (2007), Sen (2000) emprega o termo “condição de agente” para se referir à capacidade dos indivíduos em agir e ocasionar mudanças ao mesmo tempo em que suas ações são realizadas e julgadas de acordo com seus valores e objetivos¹⁰. Esse autor explica que ao utilizar o termo condição de agente, não se refere ao emprego dado na literatura sobre economia e teoria dos jogos, que considera agente como aquele que age em nome de outra pessoa (SEN, 2000). Na perspectiva proposta por Sen, a condição de agente está relacionada à busca de oportunidades, à capacidade de escolha e a liberdade para agir e ser avaliado a partir de seus próprios objetivos e valores. Desta forma, Sen associa a condição de agente à expansão das liberdades dos indivíduos, uma vez que “ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 33).

3. MULTIDIMENSIONALIZANDO O DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

¹⁰ Nesse sentido, ao autor diferencia o emprego do termo agente do uso feito em teorias econômicas e dos jogos (SEN, 2000).



Na balança do desenvolvimento, o peso da dimensão econômica tem sido questionado por autores que percebem que melhoria nas condições de vida não está relacionado somente à geração de renda. Para Sen (2000), a condição de desenvolvimento é alcançada quando a sociedade oferece capacitações (capital disponível), intitamentos (recursos), e funcionamento (condições de acesso). Por isso, olhar para os problemas sociais e para o desenvolvimento a partir de uma perspectiva diferente, é necessário porque, como explica Sen (2000):

influencia numerosas questões de políticas públicas, desde questões estratégicas como a generalizada tentação dos responsáveis pela política de sintonizar suas decisões de modo a atender os interesses de um 'público-alvo' [...] até temas fundamentais como tentativas de dissociar a atuação dos governos do processo de fiscalização e rejeição democráticas [...] (p. 33-34).

Ao longo da proposta de Sen (2000) é possível perceber referenciais que tratam de capital social, governança e democracia. Assim como, no texto de Long (2007) são tratadas questões como poder. No conjunto de textos, são trazidos questões que contribuem com reflexão sobre construção de meios de vida, de interface e de meios de governança. Desta forma, com base nas abordagens apresentadas no tópico anterior, alguns aspectos são fundamentais para melhor compreensão dos processos de desenvolvimento territorial, tais como:

- a) reconhecimento da heterogeneidade de atores e da capacidade de agência dos indivíduo;
- b) compreensão do capital social inerente às relações estabelecidas entre os atores;
- c) compreensão das formas de participação política dos indivíduos;
- d) identificação das potencialidades locais;
- e) consideração das diferentes concepções dos diversos atores sobre desenvolvimento;
- f) identificação das liberdades a serem expandidas;
- g) investigar possibilidades de viabilização das condições de expansão das liberdades.

Dessa forma, os avanços no debate teórico-metodológico sobre desenvolvimento territorial são possíveis à medida que outras dimensões além da dimensão econômica são incorporadas ao debate, tais como, como dimensão político-institucional, dimensão cultural e dimensão social (incluindo fatores ligados ao acesso a serviços). Cada dimensão engloba diversos aspectos que podem variar de acordo com a situação social



do território. No âmbito da dimensão social, por exemplo, aspectos como acesso a educação, transporte e atendimento médico podem ser decisivos para capacitações dos indivíduos. Enquanto em outras situações, segurança, confiança e liberdade religiosa e de gênero podem ser destacadas. A questão da infra-estrutura pode ser determinante para expansão das liberdades substantivas em certos locais, em outros essa limitação já pode ter sido superada e as causas de privação podem ser outras.

Desta forma, para olhar o processo de desenvolvimento de forma multidimensional, é importante considerar o caráter subjetivo relacionado às escolhas das dimensões que são privilegiadas nos debates teórico-metodológicos, o que torna desafiadora sua operacionalização. Nesse sentido, o desafio maior está em expandir a inovação retórica e inovar na ação. Para tanto, torna-se imprescindível a interação entre agentes do Estado e sociedade civil (DAGNINO, 2002), a participação política e econômica dos indivíduos, tal como discute Sen (2000), e a relação dos indivíduos com o espaço, como ressalta a abordagem territorial.

Logo, o desenvolvimento enquanto processo está relacionado à condição de agente dos indivíduos, mas também à intervenção do Estado, uma vez que a condição de agente está relacionada às capacitações dos indivíduos para exercê-la (SEN, 2000) e à viabilização das capacitações por parte dos agentes estatais. Em vista da forma de organização das sociedades, Sen atribui ao Estado papel fundamental no processo de desenvolvimento por ser o principal regulador das ações dos indivíduos e principal gerenciador das oportunidades sociais vinculadas aos serviços públicos (SEN, 2000). Logo, a intervenção (estatal) de desenvolvimento pode ampliar os campos de liberdade, uma vez que “a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social” (SEN, 2000, p. 18).

Todavia, assim como outros autores, Sen (2000) e Long (2007) incorporam no debate sobre intervenção a visão de que os indivíduos são atores sociais que participam e interferem no processo de desenvolvimento quando assumem a condição de agente. Nesse sentido, a participação política destes atores torna-se fundamental para o exercício da agência e para a expansão das liberdades. Segundo Sen (2000) e Long (2007), a atuação dos atores sociais ocorre através de processos contínuos de negociação, adaptação, decodificação e transformação de significados que envolvem a interação entre múltiplos atores que passam a ser vistos como agentes do desenvolvimento e não mais como meros receptores da ação de agentes externos. Essas



observações assemelham-se às apresentadas no debate sobre governança feito por autores que a consideram mecanismo de desenvolvimento, como Putnam (1996), Dagnino (2002) e Kooiman (2003), e que está presente na abordagem territorial.

Nesse mesmo sentido e contrapondo as análises macroestruturais da economia política, através da elaboração da POA, Long (2007) orienta que a ação de pesquisa e intervenção deve ser pensada a partir da situação empírica, uma vez que os atores locais são também responsáveis pelo desenvolvimento. É nesse sentido, que a capacidade de agência dos atores locais enquanto indivíduos ou enquanto estruturas coletivas é vista como decisiva no processo de acesso às oportunidades sociais, o que fortalece a perspectiva da participação e controle social fomentado no âmbito das políticas territoriais.

No entanto, o debate teórico de Sen e de Long amplia o tema do desenvolvimento para além das políticas estatais. Em seus trabalhos, ambos reiteram que a intervenção estatal (e de outras instituições) tem influência direta na promoção do desenvolvimento, mas não somente. Na visão de Sen (2000) a intervenção amplia os campos de liberdade dos indivíduos, mas ressalta que essas liberdades dependem dos projetos (diversos) de vida das pessoas, das condições de acesso e das ações cotidianas. No mesmo sentido, Long (2007) considera que “todas las formas de intervención externa se introducen necesariamente en los modos de vida de los individuos e grupos sociales afectados, y de esta manera son mediadas y transformadas por estos mismos actores y sus estructuras.” (p. 42).

Grosso modo pode-se dizer que os processos de desenvolvimento não são apenas determinados por fatores externos, como tendem a tratar as abordagens macroeconômicas. Nas abordagens clássicas de desenvolvimento, a relação de dependência que se estabelece entre esses organismos externos e o desenvolvimento supõe a necessidade de intervenção através da ação de agentes externos. As ações intervencionistas são programadas partindo do princípio que indivíduo, comunidades, cidades e até mesmo países vistos como não desenvolvidos, precisam da “ajuda” de agentes preparados para torná-los desenvolvidos. Da mesma forma, as abordagens analíticas que procuram compreender os processos de mudanças sociais tendem a considerar tais agentes como os condicionadores de tais mudanças, como se os atores locais fossem figuras passivas ou secundárias em tais processos.



Nesse sentido, a perspectiva de análise microssociológica, presente na proposta de Long (2007), ajuda a pensar no desenvolvimento endógeno como uma forma coerente de incorporar a diversidade cultural no processo de formulação e execução de políticas públicas, uma vez que os indivíduos (ou grupos sociais) têm agência para pensar as dimensões de seu “desenvolvimento”, reforçando a necessidade do foco nas demandas reais dos territórios.

Em vista disso, é possível agregar as contribuições de Sen (2000) e Long (2007) às contribuições que os institucionalistas e os autores filiados à sociologia econômica tem feito à abordagem territorial. O debate é enriquecido por esses autores reiterarem sobre a construção e viabilização de meios de vida e ações de intervenção, reiterando o desenvolvimento enquanto processo que engloba múltiplas dimensões. Enquanto Sen propõe uma abordagem teórica que faz repensar o desenvolvimento da humanidade como processo de redução das desigualdades a partir de propostas que privilegiem indicadores além do crescimento econômico, Long contribui com o debate sobre desenvolvimento territorial ressaltando que não tem sentido pensar em tais indicadores sem uma inserção empírica na realidade e sem diálogo entre os atores envolvidos para compreender as práticas de intervenção, tal como assinala Favareto (2009).

Além do mais, tais propostas reafirmam que o desenvolvimento não é vinculado exclusivamente à ação estatal e nem somente ao crescimento econômico, e ressaltam que a forma como os atores locais interagem com o Estado é fundamental no desenho de políticas públicas e na viabilização de acesso a oportunidades sociais. Desta forma, o Estado que em alguns debates ganha papel como ator principal, nas abordagens de Sen (2000) e Long (2007), passa a ser elemento importante, mas os reconhecidos como atores são os indivíduos (individuais ou coletivos) locais. Por isso, em relação às ações de intervenção estatal, a forma de organização política dos atores para pleitear serviços públicos podem ser vista como expansão de liberdade política (SEN, 2000), e também como estratégias que expressam a capacidade de agência¹¹.

Nesse sentido, os trabalhos de Sen e Long fornecem elementos importantes para se repensar as formas de se abordar o desenvolvimento tanto no campo analítico, quanto

¹¹ Vale lembrar que existem forças externas que influenciam diretamente na vida social local, uma vez que os atores também são envolvidos em um complexo sistema que interconecta as esferas global, federal, estadual e municipal. Em certos momentos isso remete a ampliação da abordagem micro para a macrossociológica numa perspectiva de considerar que a sociedade local não está desconectada do mundo exterior aos seus limites geográficos, como orienta Long (2007).



de intervenção. Enquanto Sen enfatiza a importância da intervenção estatal para o desenvolvimento humano, Long enfatiza a importância da intervenção dos atores locais. Não é uma questão de dualizar agentes externos *versus* agentes locais, mas sim de interconectar suas ações e ponderar em quais circunstâncias ambas tem influência direta em onde são realmente necessárias.

No esforço de seguir as orientações presentes nos textos de ambos, talvez o maior desafio seja o de despir-se do paradigma desenvolvimentista dominante que aponta para a predominância de uma sociedade homogênea ao invés de multicultural e que privilegia o aspecto econômico em detrimento de outros. Segundo essas abordagens, o desenvolvimento deve ser multidimensional ao invés de multissetorial. Logo, conseguir a necessária ruptura cognitiva talvez seja uma das dificuldades para superar os desafios ainda existentes no âmbito das políticas territoriais¹².

Torna-se pilar dessa ruptura, o reconhecimento da característica paternalista e tutelar do Estado brasileiro, a valorização da existência de atores sociais que se diferenciam em termos de organização política, econômica e cultural (que torna mais complexo a construção de ações com vistas ao desenvolvimento) e o conhecimento mais aprofundado da diversidade existente dentro dos territórios. Tal diversidade diz respeito às diferenças físicas (ecológicas e de infra-estrutura) e sociais que exigem o devido reconhecimento da existência de diferentes grupos sociais que tem o direito de reafirmar seus valores culturais e de gerir seus territórios, apontando as suas reais demandas e assumindo responsabilidade no processo de desenvolvimento. Isso complexifica a construção de ações com vistas ao desenvolvimento, mas pode tornar mais eficaz as ações estatais e potencializar as iniciativas da sociedade civil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem territorial do desenvolvimento rural tem contribuindo para reflexões teórico-metodológicas a respeito das políticas públicas. No entanto, estudos apontam que ainda é preciso avançar no processo de transição da visão setorial para a

¹² Apesar das reflexões suscitadas por Long e Sen, ressalta-se que os grupos sociais compõem uma sociedade mais ampla, diversa e dinâmica e por isso que pensar em políticas territoriais “universais” é um percurso cheio de entraves e desafios.



territorial. Nesse sentido, as perspectivas apresentadas por Long e por Sen reiteram a perspectiva multidimensional preconizada pela abordagem territorial do desenvolvimento e incipiente na operacionalização das políticas territoriais. No entanto, ressalta-se que para considerar as múltiplas dimensões do processo de desenvolvimento, é fundamental o reconhecimento da diversidade social e da relação entre atores diversos, uma vez que a compreensão da interação social associada à reflexividade dos atores sobre suas condições de vida, favorece a compreensão de processos em curso e contribui para o reconhecimento de demandas reais. As perspectivas teórico-metodológicas apresentadas reiteram que a sociedade é formada por indivíduos que através das práticas sociais cotidianas e da ação social transformam e/reproduzem o contexto onde vivem. Rompe-se a dicotomia entre estrutura e ação, entre global e local, entre Estado e sociedade civil, uma vez que as políticas territoriais decorrem de ação conjunta entre atores distintos sobre o território.

No entanto, suscitam a importância de se investigar as características dos atores locais e da estrutura onde estes estão inseridos, as estratégias que utilizam e o processo de construção de suas práticas, partindo do princípio de que eles detêm conhecimento, capacidade e poder. Dessa forma, poder-se-á diminuir os riscos de se propor análises e ações que mascarem ou que ampliem as privações das oportunidades aos quais os indivíduos têm direito. Assim, talvez sejam expandidas as liberdades substantivas e a condição de agente dos atores sociais no e para o desenvolvimento enquanto processo político. No entanto, é preciso investir no debate acadêmico e na investigação empírica sobre direitos universais, liberdades substantivas e sobre os deveres dos indivíduos. De acordo com as abordagens apresentadas, é preciso focar no processo e nas causas das privações, ao invés de se considerar o desenvolvimento territorial como resultado. Torna-se importante também o intercâmbio entre autores das mais diversas disciplinas, favorecendo a leitura multidisciplinar sobre desenvolvimento e sobre território.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, G. ZILBOVICIUS, M; ABRAMOVAY, R. **Razões e ficções do desenvolvimento**, Ed. UNESP/EDUSP, 2001.

_____. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social** – Revista de Sociologia da USP, SP, USP, vol. 16, nº 02, 2004. p. 35-64.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E.(Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.279-301.

FAVARETO, Arilson. Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. Documento de Trabajo nº 26. Programa Dinámicas Territoriales Rurales. Rimisp, Santiago, Chile.

GRANOVETTER, M. (1985) Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, vol. 91, nº 03, pp. 481-510.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropologia Social. 2007. Parte I. [Tradução de Horacia Fajardo, Magdalena Villarreal y Pastora Rodríguez].

MIOR, Luiz Carlos. Desenvolvimento Rural: a contribuição das redes sociais e sóciotécnicas. In: SCNEIDER, Sérgio (org). **A diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS. 2ª Ed. 2009. p. 273- 298.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons**. The evolution of institutions for collective action. Cambridge University Press, 1990. p. 1-58

_____. **A grande transformação**: as origens da nossa época. R.3, Campus, 1980, 3ª Ed.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. In: **Revista de Economia Política**, vol. 30, no 3 (119), julho-setembro/2010 p. 511-531.

WILKINSON, Jhon. Sociologia econômica e o funcionamento dos mercados. In: WILKINSON, Jhon. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre, RS, Ed. UFRGS. 2008, pag. 85-105.



GT 9 - "As Políticas Públicas Territoriais e o Desenvolvimento Sustentável no Brasil Contemporâneo"

Representação política e agricultura familiar no Colegiado Territorial Mato Grande/RN

Joana Tereza Vaz de Moura¹
Dulceleno Alfredo Moniz Ferreira ²

¹Doutorado em Ciência Política/Professora do Departamento de Políticas Públicas/ UFRN, E-mail: joanateresa@gmail.com

²Graduando em Ciências Sociais/ Universidade de Cabo Verde, E-mail: dulceleno.ferreira@student.unicv.edu.cv

Resumo

A criação do Programa Territórios da Cidadania, em 2008, está baseada numa nova concepção de desenvolvimento baseada no território, refletindo um novo olhar sobre as políticas públicas e a participação social. Este artigo tem como objetivo entender a representação dos agricultores familiares no Colegiado territorial do Mato Grande, RN. Trata-se de aprofundar essa análise a partir de uma abordagem relacional, que permita avançar no tratamento analítico de alguns fatores (arranjo institucional, trajetória dos representantes, relação com o Estado).

Palavras-chave: Representação política, agricultura familiar, desenvolvimento territorial



Introdução

As discussões sobre desenvolvimento territorial vêm despertando cada vez mais o interesse dos cientistas sociais, dos agentes do governo bem como da sociedade civil. A perspectiva territorial tem sido utilizada como elemento de balizamento para as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento com fins sociais. Muitas vezes porque esse conceito vem sendo utilizado como “salvador do meio rural”, especialmente, a partir do reconhecimento pelo Estado de que as políticas nacionais e centralizadas foram incapazes de perceber as diferenciações regionais e, portanto, não conseguiram diminuir as desigualdades sociais.

A política de desenvolvimento territorial inscreve-se no âmbito estratégico desta nova concepção de desenvolvimento rural, simbolizando a emergência de uma nova lógica de ordenamento do território. Ela visa instaurar um novo quadro de gestão na função pública, implicando o Estado e o conjunto dos atores sociais. Pode-se ressaltar, entre outras coisas, que esta política visa, por conseguinte a promoção da planificação e a aplicação dos dispositivos visando facilitar a participação dos atores locais no processo de desenvolvimento dos territórios rurais.

Nesse novo cenário ganham destaque iniciativas como a descentralização das políticas públicas; a valorização da participação dos atores da sociedade civil, especialmente ONGs e os próprios beneficiários; a redefinição do papel das instituições; e cresce a importância do poder público, notadamente as prefeituras locais e os atores da sociedade civil (SCHENEIDER, 2004).

O Colegiado territorial é visto como um espaço de representação diversificado em que se relacionam representantes da sociedade civil e os representantes do poder público na intenção de discutir a proposição e o direcionamento das políticas públicas para o território.

Este artigo, portanto, tem como objetivo principal entender como se constrói a representação da categoria agricultura familiar e como esta se relaciona com os atores estatais de modo a construir uma nova articulação no desenho das políticas públicas. Ou seja, busca-se compreender como se estabelece esta representação, enfatizando a capacidade do porta-voz de mobilizar os interesses de um grupo social significativo.

Este artigo é resultado de dados coletados de um projeto financiado pelo MDA/CNPq, denominado *Gestão de Políticas Públicas e Controle Social em*



Territórios da Cidadania: mapeamento, sistematização e avaliação de Programas de Desenvolvimento Sustentável no Mato Grande, que está em andamento, mas que já fornece algumas informações relevantes e essenciais para este artigo.

Para a realização do artigo, além dos dados coletados, utilizou-se como fonte privilegiada de informação, observação direta nas reuniões do Colegiado do Mato Grande/RN, questionários aplicados com alguns representantes no Colegiado¹, entrevistas semi-estruturadas com representantes da agricultura familiar e documentos disponíveis.

A representação política como uma atividade relacional

Autores como Hanna Pitkin (1967; 2006), entre outros, contribuíram significativamente para os estudos sobre representação política tradicional e ajudaram a compreender os processos de escolha dos representantes no executivo e legislativo e , portanto, são, muitas vezes utilizados para entender o que acontece em espaços de participação social.

Segundo Disch (2005), Pitkin define representação política como “um arranjo público, institucionalizado” em que a representação emerge não da ação de apenas um participante, mas de uma estrutura global e do funcionamento do sistema. Este sistema existe não simplesmente para promover o interesse público, mas para ser correspondente aos desejos populares. Essa visão recebeu críticas e foi considerada radical, principalmente por conceber a representação como uma relação social, ao invés de um atributo pessoal e individual. Pitkin critica a representação vista somente como uma relação entre duas pessoas, ou uma relação de pessoa para pessoa. Para a autora, esse significado é altamente complexo e abstrato. “A representação é, em grande medida, um fenômeno cultural e político, um fenômeno humano” (PITKIN, 2006, p.16).

Representar significa atuar no interesse do representado, de um modo receptivo a ele. O representante precisa atuar independentemente, sua ação precisa envolver discernimento e consciência, ele precisa ser aquele que atua. O representado precisa ser

¹ Os questionários foram elaborados especificamente para atender aos objetivos da pesquisa financiada pelo MDA. São questionários padrões e foram utilizados em âmbito nacional. No Território Mato Grande eles foram aplicados por uma equipe de alunos bolsistas e já lançados no sistema do MDA/SDT, o SGE-Sistema de Gestão Estratégica. Para este artigo foram utilizadas apenas algumas informações relevantes para os objetivos do mesmo.



concebido como capaz de ação e julgamento independente, não sendo meramente cuidado por alguém. E, apesar do potencial de conflito inerente entre representante e representado sobre o que é para ser feito, o conflito normalmente não precisa ocorrer. O representante precisa atuar de tal modo que não haja conflito; se isto ocorrer, uma explicação é requerida. Ele precisa não se encontrar persistentemente em desentendimento com os desejos do representado, sem que haja uma boa razão em termos de seus interesses, sem uma boa explicação de por que seus desejos não estão de acordo com os seus interesses (PITKIN, 1967:, p.209-210, tradução KYOTA, 2007).

No entanto, tal visão, utilizada à risca, encobre tanto a apreensão e análise da complexidade e heterogeneidade do Estado e da sociedade civil, quanto os profundos vínculos e interdependências existentes entre a configuração do campo político-institucional e a conformação do tecido associativo. Ou seja, existe um normativismo típico que tende a tomar os interesses a serem representados como já socialmente objetivados e não como processos de construção social e política (CORADINI, 2008). Ou, como observa Miguel (2003), a teoria normativa sobre representação política tende a considerar um interesse pré-determinado e que, portanto, os representantes teriam que considerá-los no processo de representação. Entretanto, conforme coloca o autor, os interesses são construídos e reconstruídos constantemente e, ao contrário, não têm uma característica essencial que faz com que determinados grupos sociais tenham um interesse pronto é construída e reconstruída, assim como os interesses do próprio grupo social.

Conforme também destaca Bourdieu (2008; p. 10), a abordagem relacional atribui primazia às relações, rompendo com determinadas oposições introduzidas nas ciências sociais como indivíduo/sociedade, individual/coletivo, que, segundo ele, “parecem constitutivas de qualquer espírito normalmente constituído”. Através da abordagem relacional é possível questionar a apreensão unificadora dos atores sociais, que deixa de perceber a sociedade civil como um espaço de diversidade, de relações de poder e de conflitos, no qual se encontram e intervêm atores marcados por diversas orientações e mantendo diferentes relações com a democracia (SILVA, 2006).

Bourdieu procura entender o processo de construção do representante a partir da idéia de delegação. Bourdieu explica que, esta confere ao mandatário procuração para lhe assegurar a plena ação, o grupo representado se vê constituído como tal: capaz de



agir e de falar “como um homem só” (WACQUANT, 2005). Um grupo passar a ter a existência pública e a ter a eficácia política através das palavras e condutas simbólicas do seu representante. Um porta-voz autorizado pode mostrar a força de onde recebe sua autoridade ao convocar o grupo e se mobilizar. A delegação autorizada é aquela capaz de mobilizar um grupo que a autoriza. Entretanto, o autor ressalta que a ação coletiva baseada na delegação é sempre acompanhada pela ameaça da apropriação usurpadora.

É importante entender o espaço de relação entre organizações da sociedade civil e Estado a partir do conceito de “campo”. Com este conceito, é possível escapar ao equívoco de tratar representantes da sociedade civil e do Estado como “personagens” que seriam homogêneos, unificados e orientariam sua ação para um sentido pré-determinado que poderia ser deduzido de algum modelo teórico normativo. Ao contrário, com o conceito de campo, tanto Estado quanto agricultores familiares se tornam espaços de disputa, estruturados a partir de relações de poder mais ou menos simétricas, no qual estão envolvidos diversos atores, orientações, objetivos e interesses (BOURDIEU, 1989; SILVA, 2005). No jogo político existe o dominante e o dominado, onde os dominantes possuem um “código propriamente político aplicado às posições especializadas do debate político” (p.25).

Assim, é preciso lembrar que não se pode reduzir o representante a uma posição de emissário ou delegado de seus representados, cabendo-lhe apenas expressar, nos fóruns decisórios, a vontade majoritária de sua base. O ato da representação, na medida em que é eficaz, é um momento fundamental da construção simbólica daqueles em nome de quem o representante pretende falar. Ou seja, os interesses da “base” são, em grande medida, construídos pelo próprio representante no processo de representar os interesses que ele apresenta como sendo os interesses dessa “base”.

O Colegiado como espaço de representação e articulação

Uma das grandes questões quando se pensa em desenvolvimento rural na atualidade refere-se questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, portanto ressalta-se a importância dos espaços de participação social criados nos últimos anos.

Assim o colegiado territorial (também denominado Fórum ou Conselho), é uma institucionalidade que reúne representantes do poder público e da sociedade civil



atuantes no território, com o objetivo de ampliar a participação social, a representação das organizações que compõem o território e a articulação necessária para a gestão social das políticas públicas.

O colegiado territorial foi criado em 2005, com o objetivo de fazer parte do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR). O PDSTR substitui o foco no desenvolvimento municipal pela abordagem territorial do desenvolvimento e que privilegia um grupo de municípios no lugar de um só.

Um dos grandes problemas, já identificados em outros estudos sobre demais espaços de participação, como o caso dos conselhos municipais, por exemplo, é que na maioria das vezes, esses espaços são criados unicamente para receberem benefícios de determinadas políticas públicas sem que haja realmente uma mobilização anterior, ficando refém exclusivamente do poder executivo. Isto se reflete fortemente também no funcionamento do Colegiado do Mato Grande, onde se percebe que a mobilização ainda é bastante incipiente e os atores sociais participam de forma irregular. Enquanto algumas ONGs têm a centralidade no debate, muitas vezes fazendo até o papel de coordenação das reuniões, as organizações de grupos indígenas, quilombolas, assentados pouco participam.

Por outro lado, percebe-se uma articulação grande dos agricultores familiares, que se fazem presentes em todas as reuniões, inclusive pautando o debate, juntamente com algumas ONGs que vêm atuando no território. Desse modo, observa-se que entender a representação da agricultura familiar no Colegiado requer pensar todas essas questões: influência nas discussões, poder de deliberação, real representatividade e legitimidade.

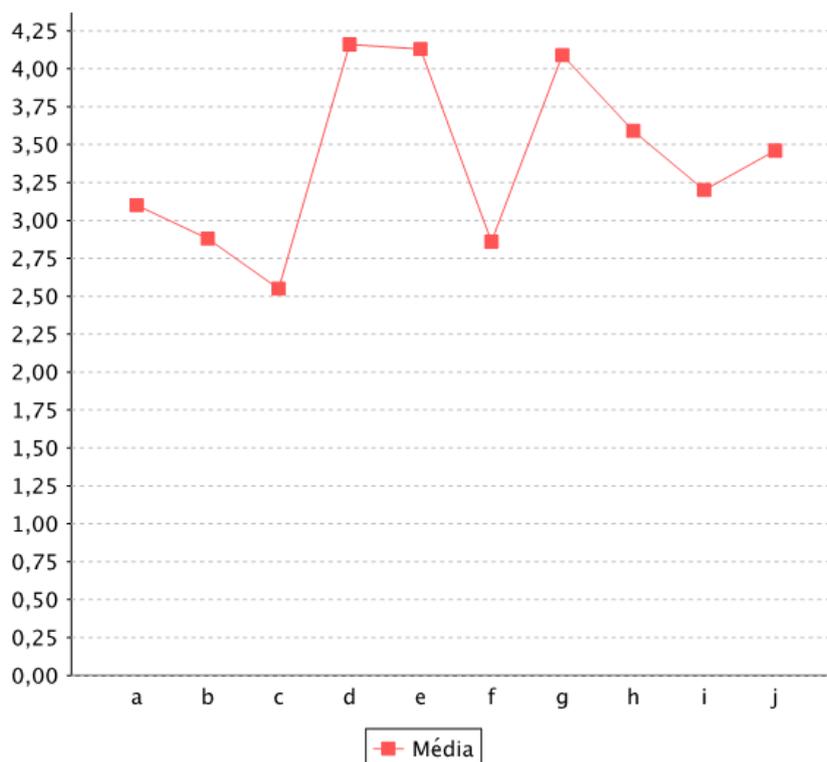
Uma questão importante e inovadora do Programa Territórios da Cidadania é a indicação e/ou escolha de um articulador territorial, de preferência que seja representante da sociedade civil e que tem como objetivo mobilizar, articular e (re) organizar os grupos sociais. No caso do Mato Grande, o articulador é representante da Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Mato Grande- COAFES e uma das peças-chave que promovem a discussão nas reuniões e propostas de projetos e programas.

O fato do articulador – e da entidade que representa – ter uma vinculação histórica com a agricultura familiar implica em uma maior capacidade de mobilização desse segmento específico, justamente as entidades identificadas como de maior



participação na política de desenvolvimento territorial, especialmente os sindicatos e as associações.

A composição do Colegiado do Mato Grande apresenta-se assim:



Fonte: SGE, 2011.

- | | |
|--|---|
| a) Representantes do governo federal; | f) Representantes de comunidades tradicionais; |
| b) Representantes do governo estadual; | g) Representantes de associações e sindicatos; |
| c) Representantes do governo municipal; | h) Representantes de organizações não-governamentais; |
| d) Representantes dos agricultores familiares; | i) Representantes de universidades; |
| e) Representantes de movimentos sociais; | j) Representantes de entidades colegiadas; |

A representação elevada dos agricultores familiares fortalece a questão da identidade do território ser a “agricultura familiar”. Entretanto, a diferença da sua média



para os outros é capaz de revelar um monopólio do debate para estes representantes, limitando as discussões a questões relativas a esta atividade agrícola.

Outro ponto importante é a baixa participação de representantes dos três níveis de governo, o que denota uma parceria frágil entre governo e sociedade civil. Situação prejudicial ao processo de desenvolvimento, pois para que este seja pleno é necessário o envolvimento dos entes públicos. Afinal, são eles que entram com as contrapartidas ao processo, seja com repasses financeiros, programas de capacitação, investimento em infra-estrutura, dentre outros auxílios.

Do ponto de vista da representação da agricultura familiar, a dificuldade de relação com o Estado está no fato deste último dar pouca atenção a esses espaços de participação, expressa na ausência nos debates e, especificamente nesse caso, no desinteresse com políticas que estimulam a participação de segmentos até então excluídos do debate político.

Além do arranjo institucional e da composição do Colegiado, outro fator que interfere fortemente na representação dos agricultores familiares é a própria trajetória dos representantes. A existência de uma trajetória associativa densa e enraizada pode significar maior capacidade de intervenção nas deliberações nesses espaços de participação e possibilitar a ocorrência de um processo de responsabilização social mais efetivo.

É importante destacar que a participação de alguns representantes na composição do Colegiado, se deu pelo fato dessas pessoas já terem uma trajetória política no território, além do tempo livre (disponibilidade), capital cultural, e de terem conseguido o respaldo das organizações a que pertenciam.

A maior parte dos representantes dos agricultores familiares acumula um longo período de experiência em processos de ação coletiva, além de já ter exercido cargos de direção. Pelo menos, em teoria, uma pessoa que acumula esse tipo de experiência tem maiores propensões de representar os interesses do seu segmento social e de interferir no debate e na dinâmica do Colegiado do que aqueles que não apresentam tais características. Acredita-se que essa aprendizagem é fruto do exercício contínuo e frequente da práxis participativa. O representante vai aprendendo as regras do jogo político. Por isso, é preciso problematizar a postura dos dirigentes, pois existe uma



dificuldade de se renovar as lideranças; em determinados segmentos existe a cristalização da representação (BOURDIEU, 1987).

As organizações escolheram pessoas que eram mais maduras, melhor capacitadas e que fazem parte da cúpula dirigente da organização, de modo a terem melhor preparo para entender os assuntos tratados e participar com desenvoltura nas reuniões, ou seja, pessoas que detém um capital político.

As trajetórias dos representantes mostram que representantes que tem uma ligação mais direta com a base, especialmente aqueles que vêm dos movimentos sociais, constroem a sua legitimidade no poder que o grupo deposita neles, ou seja, a legitimidade de sua representação está ancorada naquilo que Bourdieu já chamou a atenção- no poder simbólico. O grupo só existe porque tem um porta-voz capaz de fazer uma mobilização e, portanto, de mostrar que o grupo existe no espaço público. Para aqueles representantes que não têm essa trajetória de participação em movimentos sociais existe uma dificuldade da própria compreensão de construção do coletivo

A trajetória do articulador reafirma a importância da participação em outros espaços.

(...) eu sempre participei de associações, né, ainda adolescente, organização estudantil. (...) também já vinha participando da área de assentamento, já estava no assentamento, né, participando do programa da reforma agrária do Estado, como assentado, então eu vi a oportunidade de participar nas discussões do Colegiado. (...) Participar é um exercício, né, tem que falar com todos, falar quase a mesma língua. É evidente que quando temos as lideranças mais antigas, né, que tem uma experiência maior, (...) sempre se colocam mais.

O Colegiado visto então como um espaço em que todos teoricamente teriam o mesmo poder de discutir, acaba sendo dominado por aqueles representantes que detém uma trajetória de lutas baseada na participação em cooperativas, associações, movimentos sociais e partidos políticos. Entretanto, percebe-se que novas lideranças também vão sendo construídas no processo de representação no Colegiado, como é o caso da representante da COAFES- Cooperativa de Agricultura Familiar e Economia Solidária do Mato Grande. Segundo ela, o colegiado ajudou muito no aprendizado das políticas públicas.



(...) foi muita coisa que aprendi a partir de 2008, né, eu, agricultora, estou dentro da comunidade e ver a execução pública de tantas atividades, é como eu lhe disse, criei um pouco de asa. Aprendi muita coisa, o que é realmente viável para a agricultura, o que a gente estava trabalhando, o que é prioritário a se trabalhar etc.

Os mecanismos de prestação de contas em que estão sujeitos os representantes dos agricultores familiares no Colegiado, primeiro têm a ver com informar a base de tudo que se passa nas reuniões e de acordo com a representante da COAFES no Colegiado

“Tudo que foi trabalhado, né, em algum projeto [...] então diante da representação daquele projeto você exhibe todas as notas fiscais do recurso a ser usado [...]”. A integrante do colegiado e que é da rede de Colegiados e faz parte do núcleo diretivo afirma que para prestar contas ela chega “[...] dentro do sindicato, da federação que é a FETARN que ela representa e da rede de colegiados e tem que dizer o que foi feito e fazer a divulgação pra os agricultores familiares”.

A falta de participação de representantes do MDA e de representantes dos gestores públicos também foi apontada como um dos grandes problemas dessa política, já que o objetivo é promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável contanto com uma relação mais próxima entre poder público e sociedade civil. Neste sentido, na medida em que uma política que se pretende um novo tipo de relacionamento entre sociedade e Estado não consegue essa aproximação perde-se sua característica básica de participação social, isto resulta num problema para se tratar da questão do desenvolvimento territorial, em que diversos atores devem estar envolvidos nessa discussão.

Um outro problema citado pelos entrevistados é a alta rotatividade dos membros do Colegiado, perdendo-se a continuidade das discussões e a formação de um capital político (BOURDIEU, 1989). Esta alta rotatividade evidencia uma questão já trabalhada por outros autores que é a dificuldade de acesso para muitas pessoas de determinados grupos sociais privilegiando, muitas vezes, aqueles que têm como se afastar das atividades corriqueiras contando com transporte. A alta rotatividade também pode estar ligada a falta de entendimento do objetivo do colegiado, ou seja, construir coletivamente políticas públicas territoriais, envolvendo todos os atores sociais presentes no território



e não somente aqueles que de uma maneira ou de outra já interferiam nas políticas públicas. Este não entendimento leva a dificuldade de compreensão da necessidade de participar ativamente das reuniões. Especialmente a rotatividade dos representantes do poder público, retratando o descaso com os espaços de participação, seja pela diluição do seu poder neste espaço seja pela não compreensão do seu objetivo ou pelos próprios temas abordados nas reuniões.

Mas a participação nas reuniões por parte dos agricultores familiares é refém da falta de recursos para o deslocamento, já que as reuniões do Colegiado são em municípios diferentes. E esse fator impossibilita que, em muitos casos, os representantes estejam presentes nas reuniões, como é salientada pelo articulador territorial:

[...] as maiores dificuldades da representação da sociedade civil é de locomoção. Geralmente um agricultor familiar, né, é alguém que tem labuta, né, no dia-a-dia e tem que sair do seu dia-a-dia de trabalho para participar da reunião. Isso dificulta. O que nós também fazemos são reuniões itinerantes para dar oportunidade para que os mais próximos participem, né. E aí esse custeio de chegar até lá, eu acho que é um dos entraves na presença, porque chega-se o representante de organização, chega a gastar de transporte em torno de 30 reais, dependendo do local, nós temos uma área muito extensa. Eu acho que este custeio é uma grande das dificuldades.

Essa dificuldade é apontada também pelo Secretário de agricultura de um município, parte do Território, quando questionado sobre o acompanhamento que o Colegiado faz das políticas públicas para o território, segundo ele:

(...) o Colegiado é composto por vários militantes sociais que precisam trabalhar no dia-a-dia para sobreviver, né, e ainda fazer militância, então essas pessoas na sua maioria tem ausência inclusive de capacitação nessa área, não tem condições nem financeira de às vezes ir nas reuniões e fazer esse debate, pautar isso nos municípios.

As afirmações desses membros do Colegiado deixam evidentes o que as limitações de ordem financeira acarretam para uma participação ativa dos membros do Colegiado. Percebe-se que estar presente sem dar o seu contributo de forma concreta nas decisões, é considerado uma participação passiva. Todavia o fato de diversos membros do Colegiado não conseguirem estar presente em algumas reuniões, implica dizer que a qualidade da participação é afetada fortemente pelas questões financeiras.



Mais uma dificuldade apontada pelos integrantes do Colegiado entrevistados, é o problema de motivação, ou a falta dela. O articulador territorial afirma que “a outra dificuldade é a morosidade na execução dos projetos, desestimula isso, é, demora muito para a execução, o trâmite burocrático (...) isso dificulta e abala um pouco a credibilidade nas políticas públicas”.

Questionado sobre a atuação do Colegiado no acompanhamento das políticas públicas, o Secretário da agricultura de Ceará Mirim afirma que “[...] essas pessoas na sua maioria tem ausência inclusive de capacitação nessa área [...]”, portanto, segundo esse entrevistado “[...] está questão de capacitação é necessária.

O acesso a informação é outra dificuldade apontada pelos integrantes do Colegiado, nomeadamente, o Secretário de pesca agricultura e meio ambiente e representante da prefeitura municipal de Caiçara do Norte no Colegiado. Segundo ele, “[...] a transmissão para se atingir a maioria, uma massa dos agricultores e de pescadores, é a falta de comunicação em massa onde todos possam ter acesso”.

Pode-se concluir que a capacitação está intimamente ligada ao acesso à informação, já que quanto mais informado um indivíduo estiver, mais capacitado ele estará, e esse fato contribui para melhorar sua participação/representação.]

Pode-se dizer que a introdução de um canal de "participação social", no caso o colegiado territorial, mesmo inserindo segmentos que até então não faziam parte do debate público, ainda não implicou em nenhuma alteração importante em termos de democratização da gestão municipal, já que a maioria dos gestores públicos não participam dos debates. O problema passa pela capacidade de compreensão e de condições para o reconhecimento político desses espaços e do potencial dos agricultores familiares. O desafio é criar condições para construção de esses processos evidenciam o fato de que o espaço político reservado ao colegiado ainda é bastante incipiente. Não se trata de esperar que as posições dos agricultores prevaleçam sobre as do Governo, mas de reconhecer que, mesmo sendo consultados sobre importantes decisões referentes às políticas públicas, contam com poucos recursos políticos para vocalizar suas posições e torná-las efetivas dessas políticas.

Considerações Finais

Essa mudança no enfoque de desenvolvimento rural operado pela política pública pode ser compreendida dentro de um contexto de mudança na forma de pensar



os próprios processos de desenvolvimento regional. Representa o abandono do foco exagerado no “localismo” e no isolamento das iniciativas locais – estimulado, em parte, pelo processo de descentralização – e a retomada da discussão sobre o papel do Estado como principal indutor e promotor dos processos de desenvolvimento (DELGADO, BONNAL, LEITE), 2007).

Nota-se que o colegiado não se faz representativo de todos os segmentos sociais da agricultura familiar local. Dessa forma, acabam excluindo de sua dinâmica os segmentos menos articulados e mais carentes, pois reproduzem, a partir de seus instrumentos de operacionalização, a mesma estrutura preexistente de poder local, privilegiando alguns segmentos em detrimento de outros.

As discussões ainda referem-se a questões de técnicas agrícolas excluindo debates e a articulação da agricultura familiar com outros importantes segmentos sociais.

Para o território Mato Grande percebemos que a abordagem territorial tem sido eficaz em dar visibilidade a alguns atores sociais que já possuíam algumas condições positivas de reivindicação e participação. Isso fica claro no papel central dos sindicatos dos trabalhadores rurais na contribuição para o território. No entanto, é preciso chamar a atenção para a necessidade de avançar mais em direção a um processo dar poder para aqueles atores sociais que atualmente não conseguem ter acesso e nem participação nas políticas territoriais. Há uma série de atores que não estão necessariamente bem representados, organizados, e que precisam ser incluídos (particularmente populações nativas ou tradicionais). Em certos casos existem grupos de atores que não atuam apenas no território, mas muitas vezes recorrem em suas reivindicações diretamente a esferas supra-estaduais e/ou nacionais.

No caso dos agricultores familiares, percebe-se que uma maior ou menor participação dos representantes dos agricultores familiares e o seu poder de barganha não dependem de um único fator, mas de vários, em especial, do grau de organização da categoria e de sua trajetória política. Destaca-se a influência da trajetória individual ou como as redes pessoais de contato, as vivências políticas, os ciclos de vidas pessoais e interesses particulares apresentam-se no trânsito de um mundo privado ao mundo público, conformando a militância política de cada um (FELTRAN, 2006).

Dependem ainda do apoio governamental e de apoios externos (mediadores, ONGs). Ou seja, a natureza dessa participação, seus limites e potenciais encontram-se,



direta ou indiretamente, relacionados a uma configuração social, política, institucional e mesmo cultural, seja local, territorial ou nacional e que, em certa medida determina a força ou fragilidade dos agricultores familiares e seus representantes.

Considera-se importante aprofundar a reflexão sobre o impacto que esses espaços têm dado, de um lado, sobre as políticas públicas; de outro, sobre as próprias organizações sociais, pois se acredita que podem influenciar diretamente as políticas públicas, mas também mudam o modo de agir das organizações que deles fazem parte.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: Bourdieu, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CORADINI, Odaci L. Politização de interesses através das frentes parlamentares. In: TOMO, *Revista do Núcleo de Pós-graduação em Ciências Sociais*, UFSE, n. 13, jul/dez, 2008.

DELGADO, N.; BONNAL, P.; LEITE, S. desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. Convênio IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ

Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2007. Disponível em: <http://www.eduardoferrao.com.br/oppa/acervo/publicacoes/IICA-OPPA-Desenvolvimento_territorial-Articulacao_de_politicas_publicas_e_atores_sociais.pdf>.

Acesso em: 03 jul 2011.

DISCH, Lisa. Representation “Do’s and Dont’s”: Hanna Pitkin’ s *The concept of representation*. 2005. Disponível em: www.univ-paris8.fr/scpo/lisadisch.pdf. Acessado em 10 jan 2007.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Deslocamentos – trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e Estado. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A ; PANFICHI, A . (orgs). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: UNICAMP, 2006.

KIYOTA, Norma. A Representação dos agricultores familiares em espaços de participação social no sudoeste do Paraná. *Tese de doutorado*. PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2007.



MIGUEL, Luis Felipe. A representação política em 3-D. Elementos para uma teoria ampliada da representação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 51, fev. 2003.

PITKIN, Hanna F. *The concept of representation*. Berkeley, CA, Los Angeles, CA and London: University of California Press, 1967.

_____. Representação: palavras, instituições e idéias. In: *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política. Nº 67, 2006.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 06, n. 11, 2004, p. 88-125.

SILVA, Marcelo K. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. In: **Sociologias**, n. 16, Porto Alegre, jul/dez, 2006.

WACQUANT, Louic (org.). *O Mistério do Ministério*. Pierre Bourdieu e a política democrática. Rio de Janeiro, REVAN, 2005.



GT 9 - As Políticas Públicas Territoriais e o Desenvolvimento Rural Sustentável no
Brasil Contemporâneo

**Territórios da Cidadania da teoria à prática: primeiras impressões a partir de três
territórios potiguares**

Wagner de Souza Leite Molina¹

¹ Doutor em Ciências Sociais / Professor adjunto II da UFRN – Natal . E-mail: wagmolina@yahoo.com

Resumo

Nos últimos anos a antiga fórmula para o desenvolvimento rural tem sido revista, acima de tudo em função da emergência do enfoque territorial como grande tendência nas políticas públicas. Mas a implementação desta novidade esbarra em questões como a “inércia” das próprias instituições encarregadas de operar sob esta nova lógica. Tais instituições ainda operam segundo o antigo modelo setorial, que por sua vez tem nas práticas políticas “tradicionais” um forte aliado. Neste sentido, características locais passam a ser decisivas no processo de aprendizado institucional e renovação política necessário às políticas territoriais. A partir da observação de três territórios potiguares, este trabalho visa estabelecer conexões entre as instituições e tradições políticas de cada local e a efetivação do Territórios da Cidadania.

Palavras –chave: Políticas Públicas, Desenvolvimento Rural, Instituições, Territórios



Introdução

Nos últimos anos, a temática do território tem ganhado importância, tanto em termos políticos quanto científicos, refletindo uma série de transformações em caráter amplo, que vão desde a reestruturação capitalista - que alterou significativamente as relações entre o capital e os espaços territoriais, até as recentes transformações registradas nos ambientes rurais. Vários são os elementos explicativos para a emergência da dimensão territorial como locus privilegiado para o desenho e a implementação de políticas públicas. Entre eles, destacam-se três:

- a) O desmantelamento de projetos nacionais de desenvolvimento, que em associação com a nova lógica do capital financeirizado e globalizado, colocou em primeiro plano estratégias de desenvolvimento mais localizadas, que visavam a criação de certas condições capazes de promover uma integração direta entre as economias locais (ou subregionais) e cadeias produtivas transnacionalizadas. Tratava-se de tornar os espaços territoriais mais atraentes a investimentos, notadamente aqueles provenientes de grandes circuitos internacionais. Neste sentido, inúmeras denominações surgiram – arranjos produtivos locais (APL's) clusters setoriais, cidades globais, tecnópolis, etc. – para dar conta da nova condição vivenciada pelas cidades ou regiões que logravam sucesso em suas estratégias de integração a tais” circuitos”.
- b) O crescente questionamento em relação aos tradicionais critérios de separação entre os espaços urbanos e rurais. Tais questionamentos partem da constatação de que, cada vez mais, as atividades tipicamente urbanas – industriais e de serviços, basicamente – vêm ocupando o espaço concebido como rural, que por sua vez já não se confunde com a atividade agropecuária, devido ao surgimento de novas maneiras de se conceber o rural, pautadas pela idéia de novas ruralidades associadas ao turismo, à preservação ambiental, etc. Em paralelo ao fenômeno do novo rural (ou como decorrência deste), verifica-se uma nova dinâmica entre cidade e campo, marcada pela maior interação entre as duas dimensões, que leva ao estabelecimento de terminologias como “rurbano”, trazendo a dimensão territorial como alternativa integradora , ao menos do ponto de vista das políticas de desenvolvimento.



- c) O relativo fracasso das estratégias de desenvolvimento pautadas em ações setoriais, sobretudo ao longo do período desenvolvimentista, que de uma forma geral tratavam a industrialização – e em grande medida a urbanização – como sinônimos de desenvolvimento. Neste caso, as áreas rurais, ainda atreladas ao paradigma “agrário”, eram comumente associadas à pobreza, na medida em que o setor agrícola carregava o pejorativo adjetivo de “primário”, em alusão à sua baixa geração e incorporação tecnológica em comparação à indústria, que por sua vez passavam a ocupar o espaço urbano, estando ideologicamente associados ao novo e ao moderno. As políticas voltadas ao desenvolvimento tinham como eixo as ações concebidas sob a lógica setorial, seja por meio da industrialização de certas áreas, que seriam transformadas nos novos ícones da modernidade, seja por meio da “modernização” do setor agrícola, que consistia basicamente na incorporação de elementos industriais – mecanização agrícola, uso de fertilizantes industrializados, etc. – sob a lógica da grande empresa agrícola e ou da agroindústria. Esta modernização conservadora acentuou desequilíbrios regionais e gerou grande heterogeneidade no meio rural, além de um grande contingente de excluídos que contribuíram para o agravamento das questões urbanas (via êxodo rural), ou formaram a base dos movimentos de trabalhadores sem terra. Nos anos 90, a temática do desenvolvimento com viés territorial tem sido explorada também como resposta a tantos desequilíbrios atribuídos ao paradigma anterior, de cunho marcadamente setorial.

Portanto, pode-se afirmar que as estratégias de desenvolvimento concebidas a partir da perspectiva territorial passaram a ser vistas como o resultado desta confluência entre o processo de globalização e as transformações do próprio ambiente rural, de maneira a se criar um cenário desfavorável para a manutenção das tradicionais políticas setoriais, ou mesmo as de combate aos desequilíbrios regionais a partir de ações centralizadas de cunho fiscal. Porém, ao apontar para a redução da capacidade de planejamento e intervenção estatal em benefício de estratégias de desenvolvimento mais descentralizadas, o processo de globalização não tornou regiões ou territórios mais autônomos de fato. Apenas os colocou em situação de dependência em relação a outras instâncias de deliberação, mais difusas e menos acessíveis, que operam a partir da lógica dos mercados, criando um grande número de ações fragmentadas voltadas à



promoção do desenvolvimento local, mas raramente articuladas entre si ou com projetos de maior escala territorial.

Entretanto este cenário passa atualmente por uma significativa transformação, na medida em que a fragilização do liberalismo econômico que em tempos recentes dominou o debate internacional sobre desenvolvimento, sobretudo em documentos de organismos internacionais, como o Banco Mundial, e que tratava o tema a partir de estratégias de inserção competitiva num ambiente de mercado global, privilegiando abordagens setoriais e locais, em detrimento das estratégias informadas por projetos nacionais de desenvolvimento integrado. Neste sentido, com a relativa desmoralização das teses pró-mercado, abre-se algum espaço para a reabilitação do planejamento de Estado em torno de agendas nacionais, ao passo em que no meio acadêmico, já se fala abertamente em “neodesenvolvimentismo”, como contraposição ao liberalismo de outrora.

A difícil missão do Territórios da Cidadania (TC)

No Brasil, o processo de descentralização das políticas públicas franqueado pela constituição de 1988, em meio à crise fiscal do Estado, precedeu a abertura econômica e outras medidas liberalizantes que apontavam para a primazia dos mercados em detrimento do planejamento governamental em torno de projetos de desenvolvimento de escala mais ampla, abrindo espaço para a discussão de estratégias de desenvolvimento local e territorial, que por sua vez foram fortemente influenciadas por experiências exitosas como as da Baviera, na Alemanha, ou a terceira Itália², bem como por análises seminais como a de Putnan (1996) e a de Piore & Sabel (1984). No campo das políticas voltadas para o desenvolvimento rural, programas como o LEADER, na Europa, e o EZ/CZ, nos E.U.A., trouxeram à tona a importância da governança participativa, hoje presente na maioria das propostas de desenvolvimento territorial. Mas apesar destas transformações no campo discursivo, os programas governamentais ao longo dos anos 90 permaneceram fortemente apoiados na lógica setorial, e ainda que a implementação de políticas previstas em tais programas tenha sido descentralizada até a esfera municipal, sua formulação se manteve centralizada (não obstante o papel desempenhado pelo Estado tenha mudado seu caráter, de promotor do desenvolvimento para indutor).

² Documentadas nas obras de Storper(1997) e Bourdin (2001)



No que diz respeito às políticas de desenvolvimento, o discurso territorial não desfez a tradicional dicotomia entre as políticas voltadas para o meio rural e as voltadas para o urbano, assim como não foi capaz de alterar a lógica intrínseca a estas políticas, segundo a qual o desenvolvimento ainda figura com o uma prerrogativa urbana, enquanto o rural continua sendo fortemente associado à pobreza e muito restrito à sua dimensão agrícola. Isto pode ser evidenciado a partir de uma observação: os principais programas governamentais voltados para o meio rural são eminentemente setoriais, voltados ao agronegócio e à agricultura familiar. No caso do Pronaf, que pode ser considerado o principal programa de desenvolvimento rural do país, o viés setorial não é o único fator a ser mencionado: seu status de programa de combate à pobreza é reforçado a partir dos critérios estabelecidos para o acesso a recursos de algumas de suas linhas, como o Pronaf/infraestrutura, pautados em fatores como o baixo IDH dos municípios demandantes de recursos. Ainda que o combate a pobreza seja uma ação imprescindível, uma verdadeira estratégia de desenvolvimento deve ir além.

Este distanciamento entre discurso e prática torna evidente a dificuldade de Estados e governos locais em operar sob a orientação do “novo” paradigma do desenvolvimento territorial. As explicações para tal dificuldade passam necessariamente por questões institucionais, que vão desde o fenômeno da *path dependence*³ - que atua no sentido de perpetuar as formas institucionais já estabelecidas - até a falta de diálogo entre instâncias econômicas e sociais e os diferentes níveis de governo. Esta “inércia institucional” opera, sobretudo no âmbito das instituições informais, e está fundamentada na lógica setorial dos investimentos e ações e se choca com a “nova visão” voltada para os territórios, sob uma outra lógica intersetorial e multidimensional. No campo formal, percebe-se que as instituições e organizações encarregadas de promover ou induzir ações e políticas têm em seu próprio desenho um fator limitador da capacidade de articulação de estratégias de desenvolvimento territorial, sendo que esta limitação assume diferentes aspectos:

- a necessidade de coordenação de políticas e ações de diferentes ministérios e outros órgãos governamentais de maneira a compor uma estratégia conjunta de desenvolvimento territorial tem sido um desafio de grandes proporções; Ademais, o

³ descrito por Douglas North como uma obstáculo à mudança institucional que opera a partir de estruturas mentais partilhadas”, consolidadas a partir de um lento processo de aprendizado social que ocorre em meio ao ambiente sócio-econômico existente.



lugar institucional destinado à formulação de políticas territoriais segue indefinido: o Ministério do Desenvolvimento Agrário conta com uma secretaria de desenvolvimento territorial (SDT), sendo responsável pelo Pronat – um programa territorial que se originou do desmembramento da linha de infra-estrutura e serviços do Pronaf, mas o principal programa federal de políticas direcionadas ao território – voltado para as mesorregiões do NE - permaneceu sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional.

- a articulação entre as múltiplas escalas envolvidas na implementação de programas se configura como outra grande questão, na qual o pacto federativo surge como complicador, sendo que a inexistência de uma instância intermediária entre os municípios e os governos estaduais e federal impõe a necessidade de criação de arranjos alternativos envolvendo os municípios de determinada micro-região, cujo funcionamento representa em si um campo de estudo a ser explorado.

Além destes constrangimentos de natureza institucional, prevalecem questões políticas inseridas no contexto da formulação dos programas, nas quais os interesses setoriais e os modelos orientados pela tradicional subordinação do rural ao urbano têm prevalecido. Outro ponto incontornável é a dinâmica envolvendo interesses políticos e econômicos locais e as diretrizes de políticas públicas formuladas em escalas mais amplas, o que traz a tona a necessidade de se entender como as particularidades locais são levadas em conta pelas elites do Estado central brasileiro no contexto da formulação de amplos programas de ação, e em contrapartida, como as elites locais se organizam frente a estes, levando em conta as demandas da sociedade local e seus próprios interesses de manutenção no poder.

A relação entre o ambiente sócio-político e a mudança institucional surge então como ponto central para qualquer estudo sobre desenvolvimento territorial, pois sendo os agentes da inércia ou transformação institucional motivados por interesses que se defrontam no cotidiano, é de se esperar que a construção de novas instituições dependa sobremaneira da morfologia social local. É esta constatação que fundamenta a emergência de uma visão crítica sobre as teses “institucionalistas” tradicionais, que condicionavam o desenvolvimento sócio-econômico a uma estratégia de construção ou fortalecimento de instituições “adequadas”, que refletissem os valores da modernidade que se buscava instaurar, sendo que o conceito de moderno seria informado pelos



modelos institucionais anglo-saxônicos. De acordo com os críticos “neoinstitucionalistas” (também identificados como neodesenvolvimentistas...), nenhuma estratégia de desenvolvimento pode vingar se não apoiada em modelos institucionais inspirados localmente, capazes de construir alternativas criativas de governança democrática

No entanto, as instituições prevaletentes em cada território nem sempre são favoráveis à adoção de uma estratégia de desenvolvimento local, e é justamente neste sentido que a comparação entre diferentes territórios pode iluminar certas questões, que podem estar relacionadas com os fatores determinantes do maior ou menor sucesso conforme o local analisado, (boa literatura é o que não falta para embasar as pesquisas de campo) ou relativas a processos mais específicos, que implicam basicamente na compreensão de como certas políticas públicas têm afetado as instituições tradicionais encontradas em cada território – ou a influências destas últimas no resultado das ações empreendidas no âmbito de uma política pública. É um pouco disso que se pretende aferir a partir da observação dos três territórios a serem caracterizados a seguir.

Caracterização das áreas de estudo e primeiras impressões

A áreas pesquisadas estão localizadas em espaços significativamente diferentes, tanto em termos climáticos quanto em relação à tradição de organização política e grau de consolidação de uma identidade cultural comum ao território:

- A região do Mato Grande, situada na porção nordeste do estado, tem parte de sua área agraciada por um regime de chuvas mais abundantes, e no RN foi uma das primeiras a se constituírem formalmente no âmbito da política de desenvolvimento territorial levada a cabo pelo Ministério do desenvolvimento agrário desde 2004 (e que nos dias atuais corresponde à base sobre a qual os Territórios da Cidadania estão articulados);
- a região do Seridó, localizada no centro-sul do estado, pertence ao semi-árido – com pequena porção dotada de características mais serranas – e é formalmente mais recente (no âmbito da SDT/MDA) que a anterior, mas é dotada de uma identidade cultural muito mais arraigada e maior tradição em termos de organização política;
- a região correspondente à capital do estado e municípios de seu entorno, que apesar de formalmente fazerem parte de uma “região metropolitana”, têm o meio



rural (incluindo aqui a aquicultura e a pesca artesanal) como importante articulador da dinâmica socioeconômica local, e como referência marcante nas identidades sócio-culturais de parte significativa de sua população.

O Mato Grande

Conforme Relatório de Desenvolvimento Territorial do Mato Grande (MDA, 2010), este território possui uma área de 5.758,60 quilômetros quadrados, sendo constituído por 16 municípios, parte inserido em região litorânea, e parte inserida em contexto do semi-árido, sendo eles: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros. Este território possui uma população de 203.499 habitantes, dos quais 105.371 (51,78%) vivem na área rural. O Território tem 7.800 agricultores familiares, 5.081 famílias assentadas, 77 Projetos de Assentamento, 5.894 pescadores, 01 comunidade quilombola e uma comunidade remanescente de indígenas. O IDH Territorial médio é de 0,61, um dos piores do estado potiguar (média estado 0,78). Existem 27.234 beneficiários do Bolsa Família e 80% dos municípios são classificados como de baixo dinamismo (MDA, 2011).

Embora este seja um dos mais antigos territórios implementados a partir do programa de desenvolvimento territorial da SDT/MDA, a efetividade das ações implementadas por meio do programa TC é apenas relativa. Muitos dos investimentos programados estão restritos à cadeia produtiva da Apicultura, e sua implementação não têm sido isenta de problemas, a maioria resultante do baixo nível de comprometimento de gestores públicos, pouco presentes nas reuniões do colegiado territorial – tal reclamação é generalizada – e pouco habituados ao diálogo com diferentes atores sociais (envolvidos na implementação das ações). Tal distanciamento entre gestores e colegiado não é uma exclusividade do Mato Grande, mas é particularmente intenso nesta região. Um dos elementos mais intrigantes e que podem ajudar na compreensão deste fenômeno talvez seja o fato de que um grande número de prefeitos da região residem efetivamente na capital do estado, o que seria justificado em função da “necessidade de que o gestor municipal esteja próximo das esferas estaduais de poder”, como relataram alguns secretários municipais presentes nas reuniões de colegiado



(representando o poder público local em lugar do prefeito – prática muito comum e até onde se sabe, generalizada em vários territórios).

Cabe aqui uma pitada de análise: a justificativa apresentada reflete uma lógica política diametralmente oposta àquela buscada pelo modelo de gestão colegiado do programa TC. Antigas práticas “institucionalizadas” ao longo da história (brasileira e do local) se revelam aqui mais vivas do que nunca, na medida em que as conquistas e benefícios a serem trazidos para este ou aquele município parecem ainda estar muito associadas à iniciativa e ao esforço pessoal – e capacidade de influência política – de um prefeito. Trata-se da negação da autonomia política das “pessoas comuns”, aqui reiterada pela prática cotidiana, e principalmente, pela justificativa para tal. Neste caso, não é de se estranhar que muitos gestores públicos enxerguem o colegiado territorial como uma forma de esvaziamento do poder tradicionalmente exercido pelo mandatário municipal, o que acarreta uma compreensível reação de “boicote” – ou no mínimo, desinteresse, pelas discussões colegiadas. Para alguns gestores, é uma questão de “esvaziar esta nova instância de poder, a qual pode vir reduzir meu poder”.

O raciocínio exposto acima não é incomum, tão pouco fantasioso. De fato, a concepção de gestão colegiada levada a cabo nos programas territoriais tem como objetivo declarado a constituição de um canal direto de comunicação entre as comunidades e segmentos sociais ali representados e os recursos passíveis de serem captados junto a ministérios e/ou secretarias de estado, para este ou aquele fim. Neste caso, muitos prefeitos avessos à participação nos colegiados estariam apenas sendo “racionais”, de acordo com uma lógica particular de manutenção de espaços de poder historicamente conquistados.

Mas existem outros fatores a serem considerados para que se possa entender a posição dos gestores públicos em relação ao TC. O mais mencionado trata da situação imediata que é colocada diante de um município receptor de investimentos (principalmente) de infra-estrutura que beneficiarão toda a microrregião: como a execução orçamentária cabe ao município e pressupõe o depósito de um percentual de contrapartida aos recursos recebidos de outras esferas, muitos gestores argumentam que há um excesso de responsabilidade e uma “sobrecarga” para o poder público destas localidades. Ainda que se possa falar de rateio da contrapartida entre as localidades beneficiadas e outros arranjos possíveis, estes são ainda incipientes e pouco institucionalizados nas práticas dos gestores desta e de muitas outras regiões. Outro



fator que tem comprometido as ações encaminhadas por meio do TC reside nas concepções produtivas que costumam orientar os técnicos responsabilizados pela elaboração de projetos inseridos em ações voltadas ao incremento de cadeias produtivas. Segundo as críticas ouvidas, os projetos com frequência seguem padrões que estão em “desacordo com as reais necessidades dos atores sociais”: Um exemplo muito discutido no Mato Grande é a construção de uma unidade de beneficiamento de mandioca, situada em área oriunda de assentamento e que, de acordo com relatos coletados, é grande demais para a produção da localidade e muito distante de outras áreas produtoras, que por sua vez possuem unidades de beneficiamento menores e que poderiam ter sido modernizadas (adequadas às normas de legislação pertinentes) com o mesmo montante de recursos empregado na construção da grande unidade mencionada. Seriam cerca de 8 a 10 pequenas unidades beneficiadoras que estariam operando mais próximas das áreas produtoras e com maior ocupação de suas capacidades instaladas. Outros casos poderiam ser mencionados (e certamente serão, em textos posteriores que se encontram fase de produção), mas por uma questão de espaço não caberiam em um artigo acadêmico que sucinto como este pretende ser.

Por fim, há de se ressaltar que as próprias reuniões de colegiado do Mato Grande possuem uma dinâmica diferenciada em relação ao próximo território a ser tratado (o Seridó). Estas são marcadas por uma maior timidez por parte dos participantes, que por sua vez são extremamente “rotativos”: dificilmente a maioria dos participantes de uma dada reunião volta a se encontrar na reunião seguinte, o que acarreta falhas de comunicação claramente derivadas do não repasse de informações entre os representantes de certas organizações presentes nesta e aqueles que as estarão representando na próxima reunião. Também pode ser percebido um clima de “desconfiança” significativamente maior entre os membros do colegiado do Mato Grande, tanto entre si quanto em relação a agentes externos ao colegiado. As razões para tal “clima” podem ser inferidas a partir de estudos clássicos acerca do nível de confiança entre atores políticos e suas organizações, que seriam resultado do tão mencionado “capital social” presente em maior ou menor grau nas comunidades, conforme sua tradição de organização política (Putnam, 1996). A julgar pelo que foi observado no Mato Grande, a teoria faz sentido, ainda que o clima aqui assinalado não tenha tido sua veracidade verificada (não ainda) em questionários específicos para este fim. O fato é que a dinâmica das reuniões do colegiado do TC nesta região são muito



mais centralizadas pela figura do articulador territorial, que com certa frequência demonstra preocupação em atrair a participação dos demais presentes para que seu monólogo seja finalmente interrompido.

O Seridó

Localizada na mesorregião central do estado do Rio Grande do Norte, é dividida em duas microrregiões: Seridó Ocidental e Seridó Oriental. As duas microrregiões compreendem 17 municípios, com uma população total de 212.202 habitantes, sendo Caicó o município pólo do Seridó Ocidental e Currais Novos o pólo do Seridó Oriental⁴. O primeiro – Caicó, município mais importante das duas microrregiões, concentra uma população de 60.656 habitantes, 28,6% do efetivo total. O segundo município – Currais Novos possui uma população total de 42.066 habitantes, 19,8% do total (IBGE, 2007).

Inicialmente a construção desse espaço do Seridó se efetivou através da ampliação e interiorização da criação de gado, para atender a demanda da monocultura canavieira, que se desenvolvia próxima ao litoral e nas demais regiões da mata do Nordeste. A partir do século XIX o traço marcante na configuração do Seridó é a cultura do algodão, tecendo uma rede de relações, tanto no espaço de produção e beneficiamento primário, como na estrutura de comercialização, que vieram reforçar as marcas de singularidade ao espaço seridoense.

O Seridó, apesar de suas limitações quanto aos recursos naturais (ou talvez por decorrência disso) vem desenvolvendo soluções bastante criativas para promover dinamismo econômico, sendo que a produção local de artigos como laticínios e carne de sol é de qualidade reconhecida em outras regiões. Ainda que estejam localizadas no semi-árido do estado (caracterizado pelas condições desfavoráveis para a agricultura e para a pecuária), essas atividades são representativas da vida local, mesmo que exploradas em nível precário. A ocorrência de minerais na região tem oportunizado explorações diversas, desde a indústria cerâmica, de muita importância econômica, à lavra de schelita, quartzo e outros minerais.

As soluções desenvolvidas localmente diante das limitações naturais e dos efeitos na vida social e econômica, têm sugerido que o Seridó possui singularidades que

⁴ Caicó é matriz da freguesia de Seridó, desde sua criação em abril de 1748, quando se efetivou desmembrando-se da freguesia de Piancó (Macedo, 2005).



despertam a curiosidade de diversos estudiosos em vários aspectos das ciências sociais, desde sua formação histórica, cultural e política, aos aspectos relevantes da economia. A existência de instituições sociais informais, como redes de cooperação e de solidariedade, pode ser apontada como um dos fatores que tem tornado possíveis diversos empreendimentos econômicos e sociais, apesar das aparentes adversidades. Apoiados nestas redes de cooperação, os seridoenses têm demonstrado grande capacidade de inovação, tanto nas atividades econômicas já citadas, como em outras (relacionadas com a pequena produção têxtil e de artesanato), sem grande apoio das instâncias estatais. Isto torna a intervenção de um programa como o Territórios da Cidadania um fator causador de grandes expectativas em relação aos resultados que podem ser extraídos desta junção entre capacidade local de inovação e o apoio governamental, mas traz também incertezas quanto à capacidade de seus formuladores/gestores em conciliar as idiossincrasias locais e as diretrizes do programa, estabelecidas em outras instâncias.

Até o presente momento, o que se verifica é a boa participação dos representantes sociais seridoenses nas reuniões de colegiado, em comparação a algumas outras regiões, o que ao menos indica uma maior confiança mútua presente no ambiente colegiado. Mais uma vez, a tradição de organização política da região pode explicar muita coisa. Por outro lado, os encaminhamentos que pressupõem uma assessoria técnica – na elaboração de projetos voltados a área produtiva, por exemplo – têm contado com a decisiva colaboração da ADESE – Agência de Desenvolvimento do Seridó, que têm “emprestado” seus técnicos, que por sua vez parecem ter um olhar mais atento às necessidades locais do que costuma ocorrer em outros lugares. Mas nem tudo dá certo: o poder consolidado, principalmente entre usinas de beneficiamento de leite, ceramistas e mineradoras parece ainda não estar ameaçado pela participação dos segmentos sociais menos favorecidos no âmbito do colegiado do TC. Fora isso, as reuniões são aguerridas e marcadas por grandes controvérsias, somente superadas mediante muita negociação, o que ilustra a dinâmica diferenciada em relação ao que foi descrito no caso do Mato Grande. Mas em geral, todos os seridoenses, ainda que em campos opostos em muitas discussões, são extremamente zelosos em relação à sua identidade cultural, e não hesitam em se (re)unir em um só bloco sempre que contestados ou desafiados pelas palavras de “estrangeiros” de outras regiões.



O futuro território das “Terras Potiguaras”, no entorno de Natal

Este território encontra-se em fase de implementação e chama a atenção não só por estar em construção, mas também por reunir num mesmo território, realidades rurais intensamente afetadas pela dinâmica urbana de municípios como Natal capital do estado, Extremoz, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante – estes já conurbados com a capital – e Macaíba, distante desta apenas 25 km. Inúmeras questões surgiram já nas primeiras reuniões para a criação do território no âmbito do MDA, entre elas a ausência de representantes dos segmentos urbanos - que deveriam, ao menos em tese – dialogar com pescadores, agricultores familiares e outros, tanto em função de serem residentes em zonas de fronteira urbano-rural, quanto por estarem inseridos em questões (ambientais e imobiliárias, entre outras) cuja resolução só será possível a partir da conciliação de interesses e elaboração de estratégias comuns. O distanciamento em relação aos setores sociais urbanos denota outros abismos, tanto no que tange a instâncias deliberativas (conselhos de políticas pública mais presentes no espaço urbano das cidades em questão) quanto no que diz respeito a órgãos públicos envolvidos em questões comuns aos meios rural e urbano, mas que dificilmente trocam informações entre si.

Outra consideração relativa ao futuro território das “Terras Potiguaras”: não existe aqui uma identidade territorial de fato: como constatado por vários participantes das reuniões acompanhadas, o que os municípios componentes deste território têm em comum é justamente o fato de não terem se identificado com outros territórios vizinhos. Nas palavras de um representante de uma comunidade de pescadores de Extremoz: nós nos identificamos por sermos todos os sem identidade (com os outros). Somos a sobra, os que não se encaixaram em lugar nenhum. E é justamente isso que vai nos unir.

Conclusão provisória

As experiências aqui descritas estão ainda em fase de investigação, o que só pode ser explicado pelo atraso (de pouco mais do que um ano!) na liberação dos recursos que financiariam as pesquisas de campo, iniciadas pouco antes da data de envio deste trabalho. Portanto, o que se apresenta aqui são as primeiras impressões coletadas, mas que já dão uma idéia de como a realidade poderá dialogar com a teoria no sentido de uma maior compreensão dos pequenos grandes desafios decorrentes da



implementação de um programa tão audacioso e inovador como o Territórios da Cidadania.

Referencial Teórico

- ABRAMOVAY, Ricardo e VEIGA, José Eli. Novas Instituições para o desenvolvimento rural: O Caso do Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar (PRONAF). Brasília: IPEA, 1999.
- BASTOS, Fernando. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP, 2006.
- BRASIL, Ministério da Integração Nacional – Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional – GTI (Grupo de Trabalho Interministerial para a Recriação da Sudene). **BASES PARA RECRIAÇÃO DA SUDENE: Por uma política de desenvolvimento sustentável para o Nordeste (Versão Final)**. Recife: junho de 2003.
- CARDOSO, Gil Célio de Castro. **A Atuação do Estado no Desenvolvimento Recente do Nordeste**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.
- DAGNINO, Evelina. Anos 90: **Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DIAZ, Angel Eduardo Alvarez. **Análise de Políticas Públicas**. Venezuela: Revista Del CLAD, 1992.
- GONH, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.
- LINDBLOM, Charles E. **El proceso de elaboración de políticas públicas**. Madrid: INAP, 1991.
- MELO, Marcus André. **Estado, Governo e Políticas Públicas**. In: O que ler nas ciências sociais brasileiras (1970-1995) São paulo: Editora Sumaré/ Anpocs, 1999.
- MIRANDA, Luis Carlos & MATOS, Aureliano Da Costa. *El caso Brasil*. IN: RAMOS, Alvaro. Desarrollo rural sostenible com enfoque territorial. Montevideo: IICA, 2003.
- O'DONNELL, G. e OSLAK, O. **Estado y Políticas Estatales en America Latina: hacia una estrategia de investigación**. Documento CEDES/GE. CLACSO, n. 4, 1976.



- NEVES, Delma Pessanha (org.) **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- NORTH, Douglas. Learning, institutions and economic performance. Cambridge University Press.
- CARNEIRO, M.J. : MALUF, Renato S. J. (orgs.) **Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, V1.
- GOMES DA SILVA, Aldenôr. **Meio Rural: O espaço da exclusão?** In: Globalização e Desigualdade. Valença, Marcio M e Gomes, Rita de Cassia da C. (orgs) Natal: A. S. Editores, 2002.
- KAGEYAMA. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). **Agricultura Familiar: do mito à realidade**. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1998.
- LEITE, Sérgio (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2001.
- PLOEG. Jan Douwe Van Der. **Campenses e Impérios Alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- PIORE M.& SABEL, C.. The Second Industrial Divide - possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984;
- PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RAMOS, Alvaro. **Desarrollo rural sostenible com enfoque territorial**. Montevideo: IICA, 2003.
- RANGEL, Ignácio. **Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2000.
- SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SILVA, José Graziano da. **Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro**. Estudos Avançados, São Paulo, V15, n.43, dez/2001.



STORPER, M. The regional world: territorial development in a global economy. NY e

London: The Guilfor Press, 1997



GT 9 - As Políticas Públicas Territoriais e o Desenvolvimento Rural Sustentável no
Brasil Contemporâneo

Territórios da Cidadania na Amazônia: Desafio para uma governança ambiental

Samia Feitosa Miguez¹, Antônio Carlos Witkoski², Therezinha de Jesus Pinto Fraxe³,
Amanda Nina Ramos⁴, Maria Beatriz de Albuquerque D'Antona⁵, Davyd Spencer
Ribeiro de Souza⁶, Guilherme Henriques Soares⁷

¹Doutoranda do PPGCASA/Pesquisadora do Núcleo de Socioeconomia/Universidade Federal do Amazonas, E-mail: samiafeitosa@hotmail.com.

²Doutor em Sociologia pela UFC/Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais/Universidade Federal do Amazonas, E-mail: acwitkoski@uol.com.br.

³Doutora em Sociologia pela UFC/Professora adjunta do Departamento de Ciências Agrárias/Universidade Federal do Amazonas, E-mail: tecafraxe@uol.com.br.

⁴Cientista Social/Pesquisadora do Núcleo de Socioeconomia/Universidade Federal do Amazonas, E-mail: amandaninaramos@gmail.com.

⁵Cientista Social/Pesquisadora do Núcleo de Socioeconomia/Universidade Federal do Amazonas, E-mail: biahdantona@live.fr.

⁶Mestre em Sociologia/Professor Assistente MS-B Nível I/ Universidade Federal do Amazonas, E-mail: davydspencer@hotmail.com.

⁷Graduando em Ciências Sociais/ Pesquisador do Núcleo de Socioeconomia/ Universidade Federal do Amazonas, E-mail: soarezgh@hotmail.com.

Resumo

A presente análise busca refletir sobre o processo de formação e maturação do capital social dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS no território rural do Baixo Amazonas, no Estado do Amazonas. Trata-se de analisar como tem sido construída a estratégia de desenvolvimento territorial engendrada pelo processo de territorialização das ações e políticas governamentais do Governo Federal brasileiro, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Buscaremos refletir sobre os estágios de desenvolvimento do capital social, tomando como referência as situações de relativa-dependência, realização da independência e conscientização da independência dos CMDRS do Baixo Amazonas, a fim de entender como está sendo construída a participação dos CMDRS em torno de uma governança ambiental e democrática.

Palavras-chave: Territórios da cidadania, Conselhos Municipais, Capital Social



A presente análise busca problematizar, de forma preliminar, a relação entre capital social e cidadania no processo de territorialização das ações e políticas governamentais engendradas pelo Governo Federal brasileiro. Tomaremos como referência as experiências compartilhadas com os representantes dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS do território rural do Baixo Amazonas¹ no Estado do Amazonas, visando a elaboração de uma reflexão em torno da participação dos CMDRS na formação do capital social e construção de uma estratégia de desenvolvimento territorial pautada no exercício da governança ambiental e democrática.

Os CMDRS foram criados em 1997, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), cuja finalidade era gerir os recursos públicos destinados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF². Posteriormente, a estrutura dos conselhos foi incorporada ao Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT³ do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, durante o Governo Lula (2003-2006 e 2007-2010). A partir deste momento, os CMDRS passaram a ter um papel fundamental na condução de uma estratégia de desenvolvimento territorial descentralizada e participativa. Envolvendo-se na gestão social dos projetos consorciados entre os municípios pertencentes aos territórios rurais, a fim de corrigir ações administrativas e assimetrias

¹ O Território rural do Baixo Amazonas é constituído por sete municípios: Barreirinha, Parintins, Boa Vista do Ramos, Maués, São Sebastião do Uatumã, Urucará e Nhamundá. Ocupa uma área de 107.029,60 Km², o que representa 6,8 da área total do Estado do Amazonas. Esta localizado na parte leste do Estado, limitando-se com o Estado do Pará, ao norte com o Estado de Roraima, ao sul com o município de Apuí e a oeste com Presidente Figueiredo, Itapiranga, Silves, Urucurituba, Itacoatiara, Nova Olinda do Norte Borba. De acordo com a contagem da população em 2007, há cerca de 230.847 habitantes no território, sendo que Parintins é o município que apresenta maior densidade populacional (44,2%). A maior parte da população territorial está localizada na área urbana (133.155 habitantes), para 97.692 na área rural. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do território é de 0,682, apresentando, portanto, um nível médio de desenvolvimento.

² O PRONAF surgiu como uma demanda dos movimentos sociais em torno do acesso a redes de crédito e financiamento bancário.

³ Em seu início, o PRONAT contava com 65 territórios; este número passou para 118 em 2006. Atualmente, o programa apóia 164 territórios rurais distribuídos em todo o Brasil. A política de desenvolvimento rural implementada com base no PRONAT tornou-se referência para a concepção do Programa Territórios da Cidadania (PTC), em 2008. Este Programa compõe a agenda social do Governo Federal, articulando diversas políticas públicas nos territórios rurais selecionados. Seus principais beneficiários são os agricultores(as) familiares, assentados(as) da reforma agrária, líderes locais e representantes de entidades que congregam interesses do desenvolvimento rural sustentável” (PRONAT: balanço de gestão 2003-2010, p. 43).



por meio da gestão compartilhada entre sociedade civil e poder público dos Colegiados Territoriais⁴.

Diante deste contexto, a formação de capital social passa a ser um pressuposto para a manutenção de uma estrutura de desenvolvimento territorial pautada na governança democrática. Contudo, poucos estudos e análises estão sendo realizadas no sentido de mensurar o nível de capital social existente entre esses grupos. Resta saber, se o capital social adquirido por estes grupos tem contribuído para a garantia de condições de vida mais democráticas e para o exercício da cidadania. Apresentaremos uma reflexão preliminar sobre o nível de capital social adquirido pelos CMDRS no exercício da “cidadania” no território rural do Baixo Amazonas, tomaremos como referência as contribuições de Jules Pretty e Hugh Ward a partir da ótica dos representantes dos CMDRS.

Capital Social e Cidadania

O crescimento e a organização de movimentos sociais em torno de demandas de participação e cidadania tornou-se um fenômeno de grande interesse e relevância para a compreensão das mudanças e transições sociais presentes nas relações sociais e políticas na Amazônia. No centro deste debate estão as ações coletivas que trazem para o cenário político a transformação, sobretudo, das relações sociais em uma região que sempre foi tratada como lócus de modelos de dominação tradicional. Diante de uma diversidade de ações coletivas de mobilização, um aspecto, em particular, tem sido de grande importância para a criação de uma cultura política de base democrática, trata-se da recorrência aos movimentos sociais para atuarem como interlocutoras perante o Estado.

Tomamos como unidade de análise os depoimentos dos representantes dos CMDRS, que possuem uma posição estratégica e fundamental na formação da opinião e concepção deste grupo, uma vez que são indicados aos cargos de representação coletiva. Os depoimentos formais e informais desses sujeitos destacam as formas de adesão, empenho e dedicação ao movimento justificadas por eles próprios. Em outras palavras, os movimentos se

⁴ Formado dentro de um preceito paritário, o Colegiado Territorial é composto por entidades da sociedade civil e do poder público. Estas entidades são indicadas pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS presentes em cada um dos municípios que compõem os territórios rurais.



configuram em uma alternativa de significação social, transformando, em certos casos, o pertencimento ao movimento em algo tão ou mais importante que a aquisição de qualquer benefício social, representa o sujeito em movimento.

O processo de apropriação dos recursos naturais envolve, necessariamente, formas de ação coletiva. Em uma comunidade rural as relações de ajuda mútua e vizinhança são fundamentais para garantir a sobrevivência das famílias locais, e apesar de ter sido dada pouca importância para este fator, ele tem sido preponderante na formação do capital social em relação as formas de uso sustentáveis dos recursos naturais. Jules Pretty e Hugh Ward desenvolveram uma tipologia que mede o grau de maturidade do capital social de cada grupo social. Os autores relacionam o nível de maturidade à presença de instituições sociais locais no processo de estruturação das relações sociais. Para isso, estabelece quatro aspectos definidores o capital social: relações de confiança; reciprocidade e trocas; normas, regras e sanções comuns; conectividade e redes de grupos.

Em primeiro lugar, as relações de confiança são fundamentais para lubrificar a cooperação existente entre as pessoas. Os indivíduos são capazes de confiar uns nos

outros a partir das relações de reciprocidade e quando há uma estrutura social consolidada do ponto de vista institucional. Portanto, a confiança depende da reciprocidade e vice-versa. Os grupos sociais precisam manter relações de reciprocidade entre si para manter a confiança e a cooperação. Por isso, as normas e sanções cumprem o papel de cimento social, sendo fundamentais pra determinar padrões de comportamento e responsabilidade do grupo. Trata-se da construção de uma *moralidade interna*, a formação de capital social implica um elevado nível de moralidade interna, ou seja, o equilíbrio entre os direitos individuais e as responsabilidades coletivas (PRETTY e WARD, 2001: 210-212).

Com relação às conectividades e redes de grupos, levaremos em consideração a contabilidade das relações estabelecidas entre os grupos e indivíduos como fator fundamental para a formação do capital social. Para analisar este aspecto, os autores destacam cinco tipos de conexões que podem ser estabelecidas entre os grupos: conexões locais, conexões local-local; conexões local-externo; conexões externo-externo; conexões externas. As formas de conexões estabelecem a rede de contatos que podem ser desenvolvidas por um indivíduo ou grupo social, tanto no âmbito local



quanto no externo, é um indicativo do processo de formação do capital social, pois quanto maior a rede de conectividade, maior a possibilidade de troca de experiências e aprendizados.

Para medir o grau de maturidade de um determinado grupo social, Pretty e Ward desenvolveram uma análise baseada em três estágios de evolução da maturidade, o primeiro compreende um estágio de relativa-dependência, o segundo um estágio de realização-independência e o terceiro um estágio de conscientização-independência. Utilizaremos os três estágios apresentados para analisar a situação atual dos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável-CMDRS dos municípios que compõem o território rural do Baixo Amazonas. A análise foi realizada durante a realização do Workshop “Os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável e a Estratégia de Desenvolvimento Territorial no Amazonas, realizados nos dias 26 e 27 de janeiro de 2012, na cidade de Parintins, Amazonas. O Workshop objetivava discutir as estratégias de desenvolvimento territorial para o território do Baixo Amazonas, a partir do fortalecimento dos CMDRS, no âmbito do Programa Territórios da Cidadania.

De acordo com Ricardo Abramovay (2001), os conselhos gestores constituem uma das mais importantes inovações institucionais das políticas públicas no processo de construção de um país democrático. A partir dos conselhos gestores podemos presenciar a transformação política em torno de estratégias de desenvolvimento territorial, assim como a possibilidade de ampliação do círculo social em que operam as discussões em torno de políticas públicas.

Os CMDRS foram formados em 1997, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, com a finalidade de gerir recursos públicos destinados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar – PRONAF. O fato dos recursos federais passarem a ser mediados por um conselho formado tanto por entidades do poder público, quanto por entidades da sociedade civil constitui uma inovação organizacional e institucional significativa. O fato é que grande parte dos conselhos foram criados apenas para gerir um recurso, de forma desestruturada e sem planejamento, resultando em organizações que não preenchem os requisitos básicos para os quais foram criadas.

Conseqüentemente, muitos conselhos gestores resultaram em falhas de transferência institucional, sendo criados apenas para a obtenção de recursos públicos,



sem expressar, verdadeiramente, as dinâmicas locais. Seguindo a perspectiva analítica apresentada por Pretty e Ward, podemos entender que os conselhos municipais estão comprometidos no aspecto mais importante em seu processo de estruturação, o institucional. Se há falhas na transferência institucional, como afirma Abramovay, podemos entender que toda a estrutura está comprometida e emperrada.

O problema é que a estrutura burocrática em si é transferida, mas não podemos transferir capital social como num passe de mágica. Por exemplo, um dos grandes problemas dos conselhos municipais é avaliar a legitimidade da representatividade dos membros dos conselhos, afinal na maioria das vezes as atividades planejadas e executadas não contam com a participação das comunidades em si. O que ocorre é que grande parte das entidades ficam travadas em uma inércia que as estimula a reproduzir as regras do jogo já existentes.

O excesso de reuniões com poucas compensações e resultados é um dos fatores que contribui para o afastamento dos grupos, na maioria das vezes essas reuniões não refletem criticamente a realidade local, não reforçam o sentimento de pertencimento e não ampliam o círculo social de contatos. O CMDRS precisa deixar de ser meramente uma unidade de captação de recursos públicos e se converter em um centro de reflexão, planejamento e fortalecimento da cooperação.

Tomando como referência o quadro de avaliação do nível de maturidade do capital social, de Pretty e Ward, buscaremos refletir sobre a situação presente nos conselhos municipais do território rural do Baixo Amazonas. Esta análise é baseada na relação entre os três estágios de evolução da maturidade (relativa-dependência; realização-independência e conscientização-independência) e cinco critérios (visão de mundo e senso-prático; normas internas e confiança; conexões externas e redes; tecnologias e melhoramentos; expectativa de vida).

Em primeiro lugar, com relação à visão de mundo e senso-prático, os conselheiros entrevistados afirmaram que se consideram no estágio de realização-independência, uma vez que conseguem se adaptar as mudanças e desenvolver novas capacidades, ainda que de forma lenta e gradual. Em contraposição, suas normas internas e confiança se encontram no estágio de relativa-dependência, pois ainda dependem de forças externas para a realização de suas atividades e tomadas de decisão. Nesse caso, ainda é possível perceber uma relação de dependência dos conselhos



municipais em relação ao poder público nos diferentes níveis, de certo modo as atividades desenvolvidas ainda são direcionadas e conduzidas pelo poder público nacional (SDT). Além disso, os grupos locais ainda não conseguem reconhecer valores e princípios do próprio grupo, fomentando espaços de disputa e rivalidade dentro dos conselhos.

Em associação a este aspecto estão às conexões externas e redes, apesar da ampliação do círculo social dos participantes do programa, percebemos que as relações ainda são de cima para baixo, verticalizadas e mediadas por agentes externos. Em geral, esta rede de contatos é determinada pelos agentes mediadores, articuladores contratados pela SDT e MDA, essas pessoas são fundamentais para o estabelecimento das conexões entre grupos. Na maioria das vezes essa rede de contatos se restringe aos próprios membros dos Colegiados Territoriais e Conselhos Municipais do Estado do Amazonas, sendo que o contato estabelecido se dá de forma esporádica e superficial.

No que diz respeito à tecnologia e melhoramentos, o grupo também se identificou com o estágio de relativa-dependência, tendo em vista que ainda estão preocupados com o melhoramento eco-eficiente de suas unidades produtivas, com

pouca capacidade de experimentação e adaptação. Durante a oficina de análise dos conselhos municipais, várias pessoas presentes salientaram a preocupação com a melhoria financeira de suas produções, como a introdução de tecnologias e assistência técnica, revelando que o estágio de relativa-dependência não permite com que estes grupos percebam a importância de promover um modo sustentável de desenvolver suas atividades produtivas.

Por fim, o último critério, relacionado à expectativa de vida, os participantes afirmaram ainda estar no estágio de relativa-dependência, pois necessitam da iniciativa das entidades externas para a resolução dos seus problemas, com pouca capacidade de suportar as pressões externas, a baixa resiliência. De um modo geral, a evolução da maturidade do capital social dos conselhos gestores ainda não conseguiu sair do primeiro estágio. O que justifica grande parte das dificuldades e limitações apresentadas pelo grupo no que diz respeito à capacidade de dar continuidade as perspectivas e estratégias do Programa Territórios da Cidadania.

Considerações finais - Desafio para uma Governança Ambiental



Hipoteticamente o Programa Territórios da Cidadania representaria um importante instrumento de formação de capital social em torno de um processo de governança ambiental, uma vez que corresponde a uma estratégia de desenvolvimento territorial que busca articular interesses e perspectivas do poder público e da sociedade civil. Constitui um grande passo em direção a construção de uma estratégia governamental mais democrática e participativa, pois envolve a interação entre sujeitos sociais e institucionais em torno da gestão sustentável de recursos públicos. O fato é que não conseguimos visualizar, concretamente, os ganhos obtidos durante a implementação do programa, sobretudo, quando estamos falando de um desafio que se põe diretamente ao estamos entendendo por governança ambiental.

Para Andréa Zhouri (2008:68), a governança ambiental, em um contexto de globalização econômica, tem ganhado relevância e destaque, envolvendo diferentes segmentos da sociedade. Assim como a noção de desenvolvimento sustentável aparece como um conceito chave para a implementação de projetos políticos e programas sociais, além de pressupor um possível consenso também inerente ideia de

desenvolvimento sustentável. Este consenso defende a conciliação entre interesses econômicos, ecológicos e sociais, em contraposição as relações de poder hierarquizadas.

Mas a governança ambiental trás em seu bojo as incongruências entre os avanços nos campos institucionais e os atrasos no campo prático, se por um lado há um interesse em construir arranjos institucionais que contemplem as questões ambientais, por outro lado, as políticas permanecem presas as formas imediatistas de produzir o desenvolvimento, um desenvolvimento que continua sendo sinônimo de crescimento econômico. Por essa razão, autora salienta e necessidade de se tornar a governança ambiental um desafio global, que se volta para as questões de justiça ambiental e diversidade cultural.

Diante desta perspectiva, não cabe mais a dissociação entre Estado e Sociedade Civil como entidades distintas e monolíticas no exercício do poder, tal como se cada uma dessas instâncias representasse um grupo diferenciado e oposto. Os arranjos societários, como é o caso dos conselhos municipais e colegiados territoriais, constituem processos sociais e políticos que muitas vezes misturam as instâncias e suas representações. Até porque a sociedade civil chamada para compor esses arranjos é



aquela sociedade civil organizada, enquadrada nos moldes eleitos pelos segmentos dominantes da sociedade. São aqueles “representantes” capacitados e que dominam campo social e político que foram inseridos, atuam na esfera pública municipal e possuem poucas relações com as áreas rurais de seus municípios. O justifica a necessidade de avaliar como está sendo construído este processo de desenvolvimento territorial, envolver os sujeitos protagonistas destas ações na análise dos resultados obtidos representa um grande salto na formação do que estamos entendendo como capital social e cidadania.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. *Conselhos além dos limites*. Revista Estudos Avançados. Dossiê Desenvolvimento Rural. São Paulo, USP, Volume 15, Número 43, Setembro/dezembro, 2001, p. 121-141.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT: balanço de gestão 2003-2010.

PRETTY, Jules; WARD, Hugh. 2001. *Social Capital and the Environment*. World Development, 9: 209-227.

ZHOURI, A. *Justiça Ambiental, diversidade cultural e Accountability: desafios para a governança ambiental*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 23, n.68, p. 97-107, 2008.



GT (9) - As Políticas Públicas Territoriais e o Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil Contemporâneo

Transporte hidroviário, terminais interiores e portos na amazônia: uma análise sobre seus papéis nas políticas públicas territoriais

Jondison Cardoso Rodrigues¹

Edna Maria Ramos de Castro²

1 Mestrando em Ciências Ambientais/UFPA, jondisoncardosorodrigues@gmail.com

2 Pós-Doutora/Docente/UFPA, edna.mrcaastro@gmail.com

Resumo:

Nesses últimos cinco anos ocorreram (vários) investimentos gigantescos em políticas territoriais em infra-estrutura no Brasil, e uma das áreas que tiveram grande canalização foi o setor hidroviário advindos de vários programas e políticas: Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT), Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Qual o objetivo desses investimentos (transporte hidroviário, terminais interiores e portos), sobretudo na Amazônia para além de integração física (espacial) nacional e sul-americana e de aumento na eficiência e nos fluxos de mercadorias entre países sul-americanos e a de integração e defesa do território amazônico. Assim nosso artigo tem o objetivo de identificar os investimentos no setor hidroviário na Amazônia e analisar criticamente o papel dos terminais interiores, transporte hidroviário e portos advindos de políticas territoriais, isto é, de projetos de infra-estrutura (PNLT, PAC, IIRSA) para o desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: Amazônia; infra-estrutura; políticas públicas territoriais; transporte hidroviário, terminais interiores e portos

1 Introdução





O Brasil dispõe de uma vasta rede de vias navegáveis (com mais de 27.420 mil km e 17.138 potenciais), com uma grande quantidade de hidrovias (Madeira, Tapajós, Solimões-Amazonas; hidrovia do Sul; hidrovia do Paraguai, Tocantins-Araguaia, Paraná-Tietê¹), além de possuir mais 7 mil km de costa litorânea que proporcionaram o transporte hidroviário brasileiro^{2,3} (GODOY, 2011; ANTAQ, 2011a) aumentasse a movimentação de cargas nos portos. Em 2010 essa movimentação atingiu um patamar de 833.882.799 t, 73,93% efetuaram-se por viagem de longo curso, 22,5% em cabotagem e 3,52% por viagem interior⁴, cujos portos públicos tiveram movimentação de 288.797.328t⁵ e terminais de uso privativo⁶, 545.085.468 t, sendo que os portos e terminais que tiveram maior movimentação (em ordem decrescente) foram: o TUP⁷ CVRD Tubarão-ES, TUP Ponta da Madeira-MA, o Porto de Santos, Itaguaí, TUP Almirante Barroso-SP, TUP Almirante Maximiano da Fonseca-RJ, TUP MBR-RJ, Paranaguá, TUP Ponta de UBU-ES, TUP Madre de Deus-BA, Porto de Vila do Conde-PA, TUP Porto Trombetas-PA (ANTAQ, 2012a). O ano de 2010 teve um aumento percentual de 156% com relação a 2009 e mais de 244% com relação a 1994, vide Gráfico abaixo:

¹ Essas hidrovias estão inseridas respectivamente nas seguintes Regiões Hidrográfica: Região Hidrográfica Amazônica; Região Hidrográfica Atlântico Sul; Região Hidrográfica do Paraguai; Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia; e, Região Hidrográfica do Paraná (ANTAQ, 2011a). Cabe assinalar que Hidrovias são rios navegáveis, sinalizados, balizados, dragados, drenados.

² Dentro do território nacional é chamado de transporte hidroviário fluvial. Costuma-se dividir o transporte hidroviário em: marítimo (longo curso e cabotagem) e fluvial (nos rios e hidrovias brasileiras).

³ A matriz de transporte brasileira hoje está segundo Brasil (2007, p.70) dividido percentualmente em: “a rodovia responde pela movimentação de 58% dos fluxos de carga (se excluído o transporte de minério de ferro, esta participação supera 70%) e por 95% dos passageiros no país. A participação do modo ferroviário atinge 25% e as hidrovias 13% das cargas, restando aos modos dutoviário e aéreo participações em torno de 3,6% e 0,4%, respectivamente” (BRASIL, 2007, p.70).

⁴ A navegação interior movimentou 21.745.859 t em 2010, 7.625.848 t em escala estadual, 9.936.386 t em escala interestadual e 4.183.625 t em escala internacional (ANTAQ, 2011). Na região hidrográfica amazônica foi 9.479.901 t, navegação interior estadual 2.480.346 t e navegação interior interestadual 6.999.555 t.

⁵ Os portos públicos segundo ANTAQ (2012a) das 288.797.328 t tiveram as seguintes mercadorias como pauta: 69,77% de soja, 81,19% de milho, 99,78% de açúcar e 85,5% em contêineres (ANTAQ, 2012a).

⁶ O Brasil possui 129 terminais de uso privativo e 37 portos públicos.

⁷ Terminais de Uso Privativo.





Fonte: Elaborado a partir de ANTAQ (2008; 2009; 2011b)

Os grandes responsáveis pelo crescimento da movimentação de cargas nos portos brasileiros de maneira geral relacionam-se com a lei de Modernização dos Portos (Lei 8.630/1993) que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências e que teve o objetivo especificamente: eliminar os obstáculos ao desenvolvimento do comércio exterior brasileiro e ampliando sua oferta de serviços e reduzindo os custos de movimentação de mercadorias, cuja lei introduziu dispositivos fundamentais de transferência de parte das operações para a iniciativa privada na figura do operador portuário⁸, a criação do Conselho da Autoridade Portuária (CAP) e o Órgão Gestor de Mão-de-Obra (OGMO) para respectivamente, deliberar, consultar e normatizar as atividades intraportuário com finalidade de desburocratização do setor e o OGMO para oferecer a força de trabalho e por arrecadar e repassar os valores de remuneração e encargos aos trabalhadores⁹ (SÁ, 2008)¹⁰.

⁸ O Operador Portuário é a pessoa jurídica pré-qualificada para a execução de operação portuária na área do porto organizado (o Porto Organizado é a área construída e aparelhada a atender às necessidades da navegação, da movimentação de passageiros ou da movimentação e armazenagem de mercadorias, concedido ou explorado pela União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária).

⁹ Redução da classe trabalhadora com vínculo empregatício e a constituição de um perfil multifuncional/polivalente.

¹⁰ Sendo que a lei, na sua essência, objetiva principalmente: em curto prazo: descentralização e desregulamentação do setor, redução da atuação do estado, aumento da participação da iniciativa privada, racionalização do uso da mão-de-obra e maior capacitação do trabalhador; em médio prazo: melhoria da qualidade da mão-de-obra, racionalização do ambiente de trabalho (pela polivalência) e redução dos





A promulgação da lei 8630/1993 no Brasil esteve imersa e conexa segundo Monié (2011), a tendência de reestruturação do sistema marítimo-portuário que precisava atender as demandas de uma nova economia em via internacionalização, de integração das esferas da produção e do consumo, do transporte e de informações. Condições/cenário que se refletiu em uma revolução no transporte hidroviário e na sua modernização tecno-informacional portuária: dragagem, maiores profundidades dos canais de acesso; informatização das atividades; guindastes elétricos, rebocadores, balanças, empilhadeiras, tratores, sugadores para trigo e a unitização^{11,12} de carga através do *contêiner* que possibilitou aumento no comércio exterior do Brasil¹³.

Um “contribuidor” que finaliza os componentes sistêmicos para esse crescimento da movimentação de cargas/mercadorias nos portos no Brasil foi o nível de especialização da embarcação (granéis sólidos, líquidos e contêineres), o porte da embarcação e o sistema de propulsão¹⁴ (MOURA; BOTTER, 2011). Mudanças que certamente foram “revoluções”, já que se associarmos com as inovações no transporte¹⁵ hidroviário efetuado no século XIX na Amazônia com a inserção do barco a vapor nos rios possibilitou mudanças consideráveis nas dinâmicas socioeconômicas: a viagem de Manaus à Belém caiu de 12 dias (barcos a vela) para 4 dias, de Belém a Breves de 5 para 14 horas; o aumento da quantidade de cargas devido a estabilidade do barco a vapor; a introdução no interior das terras amazônicas; e, a diminuição dos fretes (ACEVEDO-MARIN, 2004).

preços e tarifas; em longo prazo: aumento da eficiência e competitividade dos portos (NASCIMENTO, 2005, p.4).

¹¹ São mercadorias que são embaladas ou transportadas por unidade, como “unidades de carga”, obtidas pelo reagrupamento de um número elevado de pacotes e administrados de uma só vez nos pátios e guias (RODRIGUES, 2007).

¹² Segundo Moura e Botter (2011), a unitização da carga possibilitou maior “facilidade para o exportador acondicionar a carga no local de origem, especialização de veículos de transporte terrestres (trens e caminhões), especialização da movimentação da carga nos terminais (centros de distribuição, portos etc.) e especialização das embarcações de transporte marítimo com o surgimento do navio porta-contêiner” (p.598).

¹³ Política oficial de financiamento perpetrada pelo Governo brasileiro desde 1992 para maior competitividade no mercado internacional, entre eles, o Programa de Financiamento à Exportação (Proex), e uma série isenções, desonerações e diminuições sobre o *Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI*, do *Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS*, para *Programa de Integração Social - PIS* e *Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS*.

¹⁴ As técnicas e instrumentos que proporcionaram a evolução e o desenvolvimento do meio marítimo segundo Nascimento (2005) no século XX e principalmente XXI foram: o surgimento de compassos mais precisos; novos sistemas de determinação de latitude e longitude; posicionamento geográfico por satélite (GPS), radares, sondas acústicas e os novos sistemas de comunicação.

¹⁵ Transporte é *movimentação/movimento* (BARROS, 2006), portanto portos, diques, píeres, terminais, eclusas não podem ser um modal.





Assim a introdução do barco a vapor possibilitou um aumento na “guarda” do território, na produção extrativista, na organização de circuitos de comercialização das cidades portuárias (Belém, Santarém, Manaus), no abastecimento e no povoamento da região no século XIX. No entanto, essa compreensão atualmente não consegue dar conta de explicar as dinâmicas socioeconômicas no Brasil e na Amazônia, pois a fase atual do Brasil não é do Brasil República e nem de um capitalismo monopolista, e sim ditado por um planejamento estratégico em infra-estrutura de transporte como política pública territorial sob bases de um capitalismo produtivista-financeirizado.

Então qual o objetivo desses investimentos atuais (transporte hidroviário, terminais interiores e portos), sobretudo na Amazônia para além de integração física (espacial) nacional e sul-americana e de aumento na eficiência e nos fluxos de mercadorias entre países sul-americanos e a de integração e defesa do território amazônico. Assim nosso artigo tem o objetivo de identificar os investimentos no setor hidroviário na Amazônia e analisar criticamente o papel dos terminais interiores, transporte hidroviário e portos advindos de políticas territoriais, isto é, de projetos de infra-estrutura (PNLT, PAC, IIRSA) para o desenvolvimento rural sustentável.

2 Investimentos no setor hidroviário: portos e terminais no Brasil e para Amazônia

Segundo alguns documentos estratégicos (planejamento setorial e global em infra-estruturas) institucionais brasileiro (BRASIL, 2008a; 2008b; BRASIL, 2010) até 2022 irão ocorrer uma série de investimentos no setor hidroviário como forma diminuir o custo-Brasil¹⁶: ampliação, modernização e operação eficiente de transportes, transporte marítimo de cabotagem e fluvial, hidrovias, eclusas, portos, aeroportos, energia, telecomunicações, serviços tecnológicos. A pauta de muitos planos como PNLT, PAC e IIRSA nesses planos está em criar uma maior informatização portuária, ampliação da capacidade de importantes portos e a criação de outros terminais e hidrovias (vide figura abaixo as obras do PAC¹⁷), para reverter um aspecto

¹⁶ Formulado inicialmente pelo Banco Mundial, tratava-se de um conceito aplicado genericamente (“custo-país”), visando estabelecer parâmetros de comparação entre as várias economias mundiais: custo-Alemanha, custo-Índia, custo-Estados Unidos etc. A utilização desse conceito gerou, e tem gerado, o extenso debate sobre a natureza do “custo-Brasil”, que seria, portanto, o conjunto de obstáculos que impedem a retomada do crescimento econômico e até mesmo o processo de desenvolvimento nacional. Os problemas nos serviços de infra-estrutura, em especial de transportes, são bastante conhecidos (LIMA, CARVALHO JR, 2000, p.256-7).

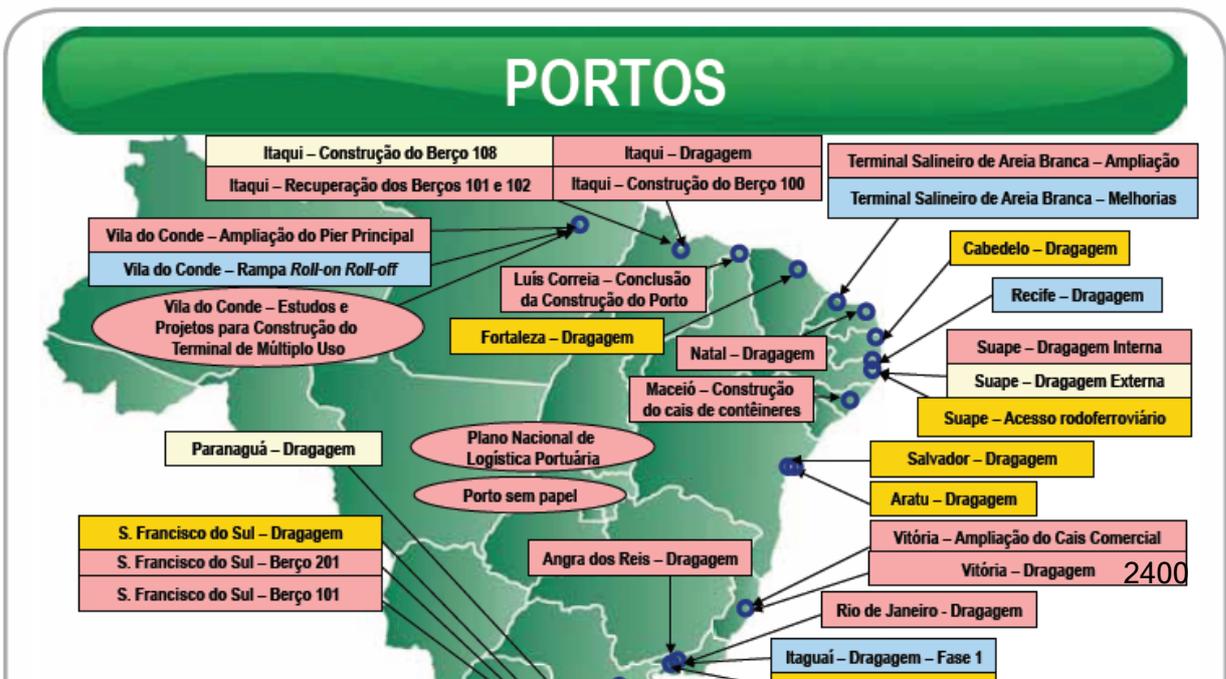
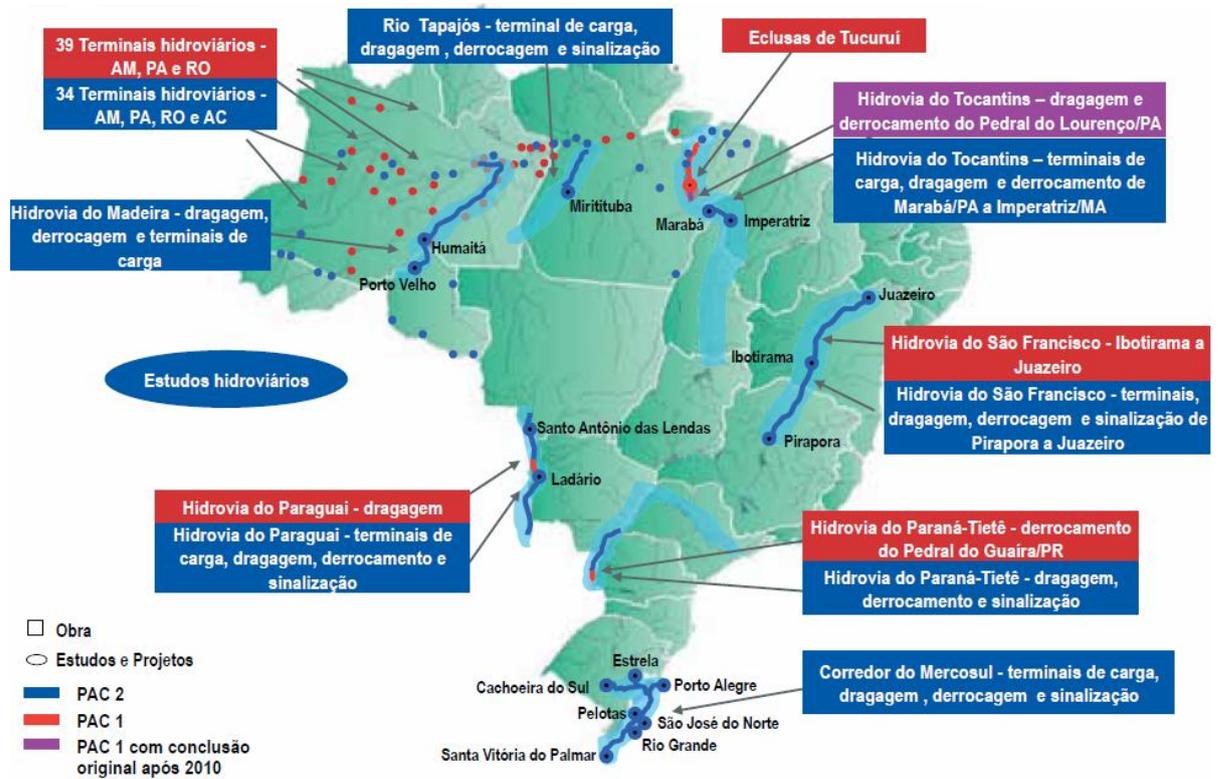
¹⁷ O PAC de 2007-2010 era dividido em três eixos: Logística, Energética e Social e Urbana. O PAC 2 passou para seis eixos (sendo que no PAC 2 os projetos são considerados como de infra-estrutura): PAC





característico do fluxo de mercadorias no Brasil que é o uso intensivo do modal rodoviário (MOURA; BOTTER, 2011).

Figura 1¹⁸: Obras concluídas do PAC 1, a serem concluídas após 2010 ainda do PAC 1 e do PAC 2 nos modais na Região Norte.





Fonte: Brasil (2011a; 2011b)

A figura acima evidencia que na Amazônia há mais de 16 projetos no setor hidroviário do PAC entre terminais¹⁹, hidrovias e eclusas: a construção ou a manutenção de mais de 73 terminais hidroviários; um projeto de construção do TMU2²⁰ no Porto de Vila do Conde e a rampa *Roll-on Roll-off* (concluído), ampliação do Píer Principal no Porto de Vila do Conde; construção do TMU2 no Porto de Santarém e o projeto de ampliação do TMU1; construção do Terminal de Passageiros no Porto de Manaus.

O PAC tem um portfólio de investimentos em portos de aproximadamente 789,1 milhões de reais entre 2007-2010, 4,8 milhões entre 2011-2014 e 0,3 milhões pós 2014; só em hidrovias entre 2007-2010 foi mais de 1.009,9 milhões, de 2011-2014 mais de 2,6 milhões e pós 2014 mais de 0,1 milhões; na marinha mercante 17 milhões entre 2007-2010 e 36,7 milhões entre 2011-2014. Na região amazônica os investimentos do PAC no setor hidroviário chegam a 2,471 bilhões de reais, cujas obras priorizadas além das eclusas de Tucuruí que absorveram um bom percentual²¹, os terminais, os portos e o financiamento para construção de 64 embarcações (348,5 milhões/concluído).

¹⁹ Os Terminais Hidroviários concluídos: de Manaquiri, Itacoatiara, São Raimundo, Humaitá, Manacapuru, Coari, Tabatinga, São Sebastião do Uatumã, Urucurituba, Nhamundá. Terminal Hidroviário em obra: Autazes; Barreirinha; Benjamin Constant; Beruri; Boa Vista do Ramos; Boca do Acre ação preparatória; Borba; Canutama; Carauari; Várzea; Guajará; Fonte Boa; Eirunepé; Codajás; Coari; Ipixuna; Iranduba (Solimões); Terminal Hidroviário de Itamarati; Itapiranga; Lábrea; Manicoré; Maués; Santa Isabel do Rio Negro; São Gabriel da Cachoeira; Tapauá; Tefé. No estado do Pará: Breves, Monte Alegre e Santarém (em obra).

²⁰ Terminal de Múltiplo Uso.

²¹ As eclusas de Tucuruí custou 965,5 milhões dos 1.009,9 milhões em hidrovias injetados no período entre 2007-2010 (concluído em 2010).





Já o PNLT será injetado no setor aquaviário até 2023 mais de 75,860 bilhões, na região amazônica os investimentos é acima do total e, serão injetados 12,081 trilhões²², vide Brasil (2007). O IIRSA tem a carteira de investimentos no setor hidroviário na região amazônica de U\$ 211.220.000²³ (IIRSA, 2011).

3 O papel do transporte hidroviário, terminais interiores e portos na Amazônia: uma análise crítica

Para que o leitor não confunda motivações com papel daremos um exemplo, os investimentos em transporte hidroviário em vias interiores são motivados não por uma questão geográfica natural e sim devido os custos comparativos dos preços entre modais de transporte, pois o rodoviário é o segundo mais caro, só perdendo para modal aéreo. Lessa (2009), assim descreve da seguinte forma (em dólares) toneladas por cada quilômetro: aéreo - 14,0 centavos/ton.Km; rodoviário - 4,0-5,0 centavos/ton.Km; ferroviário - 0,3-1,0 centavos/ton.Km; dutoviário - 0,1-0,3 centavos/ton.Km; e, hidroviário - balsa e rebocador²⁴ - 0,12-0,18; navio cargueiro - 0,06-0,24; navio graneleiro - 0,02-0,04 (LESSA, 2009, p.79). O modal hidroviário é o mais econômico no que concerne a infra-estrutura: são 34 mil dólares para 1 km de infra-estrutura, enquanto o ferroviário custa 1,4 milhões e rodoviário 440 mil (SOARES, 2012).

Os investimentos em transporte hidroviário, terminais interiores e portos na Amazônia tem sim a intenção/motivação de integração física/espacial e sul-americana e de defesa do território amazônico (em ir a várias distâncias e o uso do território, no caso do transporte hidroviário interior) e de aumento na eficiência e nos fluxos de mercadorias entre países sul-americanos, mas esta visão é por demais generalista da

²² Cabe assinalar que o PPA 2012-2015 destinará ao setor hidroviário (para Amazônia) um total de R\$ 3.995.978.470, cujas obras prioritárias são: implantação do Porto de Manaus Moderna/AM (R\$ 105.000.000); adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Madeira (R\$ 154.170.000); construção do Porto Fluvial Intermodal no Rio Tocantins em Marabá/PA (R\$ 200.000.000); construção da eclusa de Estreito no Rio Tocantins (R\$ 800.000.000); implantação do Porto no Rio Madeira em Porto Velho/RO (R\$ 300.000.000); construção das Eclusas no Complexo do Rio Madeira (R\$ 700.000.000); adequação da Navegabilidade da Hidrovia Tocantins-Araguaia (R\$ 110.000.000); adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vila do Conde (R\$ 1.526.808.470); adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santana/AP (R\$ 100.000.000) (BRASIL, 2012).

²³ Rede de Terminais Fluviais na Amazônia (200 milhões); melhoria da navegabilidade do Rio Içá na rede de hidrovias do rio Amazonas (8 milhões), melhoria da navegabilidade do Sistema Solimões-Amazônas (1 milhão), Portos de Santarém e Itaituba (2,220 milhões).

²⁴ Um comboio de 15 barcaças pode conduzir equivale ao que 216 vagões e 6 locomotiva ou 1.050 caminhões. Barcaça 244 km/litro, enquanto Vagão 177 Km/ litro caminhão 66 Km/litro (SALLES, 2012). Os dados de mostram que transporte hidroviário é mais econômico (é uma média): para transportar 1 ton/km gasta-se 4 litros, enquanto o ferroviário 6 litros e rodoviário 15 litros (SOARES, 2012).





discussão²⁵. Os projetos do PAC, PNLT e IIRSA buscam construir uma integração modal (ligações) que se seguem para todo o Brasil e o continente sul-americano:

- ✓ Ponte internacional sobre o rio Oiapoque ↔ Br-156 no Amapá ↔ Porto do Amapá ↔ mercado exterior (transporte marítimo);
- ✓ Reabilitação da rodovia Caracas-Manaus (Br-432) ↔ porto de Manaus (↔ aeroporoto de Manaus) ↔ terminais interiores ↔ Mercado exterior (transporte marítimo);
- ✓ Rodovia Bonfim ↔ Lethem ↔ Lindem - Georgetown ↔ Boa Vista ↔ BR-432 ↔ BR-174 ↔ porto de Manaus ↔ a rede de terminais ↔ mercado exterior (transporte marítimo);
- ✓ Hidroviária teles pires-tapajós ↔ Rodovia Cuiabá-Santarém (Br-163) ↔ Porto de Santarém ↔ mercado exterior (transporte marítimo);
- ✓ Construção e pavimentação de 210 km entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul BR-364 ↔ hidrovia do rio Madeira-terminais interiores ↔ Porto de Manaus ↔ Mercado exterior (transporte marítimo);
- ✓ Porto de Vila do Conde ↔ hidrovia Tocantins-araguaia (passando pelas eclusas de Tucuruí) ↔ Br-230 (transamazônica) ↔ Ferro norte-sul (com integração com a ferrovia leste-oeste) ↔ Marabá (ou Itaqui) ↔ Mercado exterior (transporte marítimo);
- ✓ Navegabilidade do sistema fluvial Solimões ↔ Navegabilidade do Rio Içá ↔ navegabilidade do rio madeira entre Porto Velho ↔ Guyaramerim ↔ terminais interiores- hidrovia do rio madeira ↔ cidade Porto velho ↔ Cuiabá (via Br-364) ↔ Porto de Santarém ↔ Mercado exterior (transporte marítimo).

Com essas integrações busca-se primeiramente a multimodalidade²⁶ e posteriormente a constituição de um sistema sincronizado dos modais (RODRIGUE, 1999) pela intermodalidade, já que o Brasil sempre se pautou no privelegiamento de um modal que esteve relacionado (macro/micro) economia do Brasil da época como, por exemplo, a partir de 1960²⁷, na “civilização da estrada”/sistema rodoviário

²⁵ O trabalho de Sant’anna (1998), Brasil (2009) e Monteiro e Coelho (2004) apresentam essa visão.

²⁶ Multimodalidade está ligado ao aspecto institucional e da qual utiliza dois ou mais transportes que caminha da origem ao destino com apenas um documento (NAZARÉ, 2001).

²⁷ A rodovia Belém-Brasília em 31 de janeiro de 1960 com a “Caravana de integração nacional-coluna norte” inaugura o trajeto entre Belém e Brasília, com o papel de integração dos mercados do Centro-Sul do país com a Amazônia oriental brasileira. A construção da rodovia Belém-Brasília era uma das obras estabelecidas no “Plano de Metas” (1956-1961) do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, que tinha como objetivo a construção de Brasília e integrar seus mercados internos (MONTEIRO; COELHO, 2004). E que se deram em seguida na construção de grandes eixos rodoviários, como a rodovia BR-230





(ACEVEDO-MARIN, 2004; CASTRO, 2009; 2010; MONTEIRO; COELHO, 2004) e antes disso na “civilização dos rios”/sistema hidroviário ou quando não compartilhado pelo hidroviário, ferroviário e rodoviário, mas nunca a integração e a sincronização modal.

As estratégias (o papel) dos investimentos infra-estruturais em transportes hidroviários, portos e terminais interiores do PAC, PNLT e IIRSA é a “modernização da Amazônia”, visando à integração ao mercado internacional e não somente sul-americana, isto é, a “integração produtiva” (MONIÉ, 2011) na/da *supply chain* de *comodities* primárias, ou seja, na rede logística²⁸ de *comodities* pela integração intermodal²⁹ em que se expressa pela expansão da (frentes) fronteira agrícola e econômica em direção/penetração à Amazônia Ocidental, ao Amazonas e Acre (vide figura 1 acima), e aos países vizinhos (Peru, Bolívia e Colômbia), e ainda o norte da Venezuela, constituindo uma retomada de interesses de mercado sob território Amazônico que se aliam aos programas governamentais e à nova geopolítica de integração sul-americana (CASTRO, 2000; 2005; 2007b; 2008b).

Os portos se inserem mais especificamente nessa rede logística global, já que são multipolos internacionais de fluidez (materiais e informacionais) e multipolarizados-desterritorializados: desconectam-se de um território físico, sendo células, interfaces com outros portos mundiais territorializando-se em outros países. Ou de forma mais densa são elementos de sincronização entre sítios portuários internacionais, portos *hubs* e *feeders*³⁰, e assim sendo o nó górdio na fluidez e no aumento da integração entre os elementos do sistema complexo de produção mundial de relações e redes

(Transamazônica), a rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), a rodovia BR-364 (Manaus-Porto Velho) e a Perimetral Norte (CASTRO, 2007).

²⁸ O conceito de logística esteve ligado por muito tempo à área militar (RODRIGUES, 2007; NAZARÉ, 2001; ROBINSON, 2002) como a arte de planejamento de dar suporte modal e abastecimento a tropas. Hoje vem se referindo como “[...] a antecipação de um novo padrão de desenvolvimento, agregando programas, planos e projetos de gestão, constituindo uma “agenda”; um sistema integrado de produção, transporte e processamento, apoiado em redes [...]” (RODRIGUES, 2007a, p.116)

²⁹ De maneira a reduzir, e se possível eliminar, as interrupções no movimento contínuo de cargas e equipamentos de transporte desde o ponto de origem ao local de destino, portanto, é uma forma integradora do canal de distribuição, destinada a fazer com que o custo básico seja menor que a soma dos custos de cada serviço em separado. E o transporte combinado é a operação em que um veículo é transportado por outro, com sentido de ampliar a utilização de um tipo de transporte por outro, obtendo assim, os ganhos decorrentes das vantagens de cada um (NAZARÉ, 2001).

³⁰ Os portos *Hubs* são os portos concentradores e que apresentam muita fluidez das mercadorias. É também “desterritorializado da cidade e funciona como ligação entre produção, transporte, comercializado e consumo, se constituindo parte da cadeia logística setorializada” (SANTOS, 2004, p.38). Os *Feeders* são portos regionais e/ou *inland terminal* que captam o tráfego extra e distribuem pela interlândia através de rotas alimentadoras, a partir de navios de menor porte (NOTTEBOOM; RODRIGUE, 2005).





informativos/relacionais (RODRIGUE, 1999) e conseqüentemente influencia no controle na/da *supply chain* mundiais (ROBINSON, 2002).

E os investimentos em terminais na Amazônia possibilitaria avanços na área de logística global, no armazenamento temporário nos terminais (pautado no modelo *Just-in-time*³¹) para barateamento de remessas devido tarifas de estocagem mais em custo do que Portos públicos e a circulação dos fluxos pela proximidade física da área de extração/produção de mercadorias e recursos naturais e facilitador para uma sincronização suave entre modos de transporte, transportadores e serviços de logística e conseqüentemente a sincronização entre operações marítimas e de transporte terrestre (RODRIGUE; NOTTEBOOM, 2009) e assim a ligação atlântico-pacífico e pacífico-atlântico, principalmente para atender a insaciabilidade vultosa do mercado chinês exterior que foi responsável por 36,15% da balança comercial brasileira/exportação e consumiu 66% de toda a soja em 2010 (ANTAQ, 2011b) e um potencial “absorvedor” da grande percentagem da soja, minério de ferro, milho, fertilizantes e adubos, produtos químicos orgânicos e óleos minerais/oleaginosas da Amazônia. Principalmente, porque os custos logísticos em combustíveis, fretes e seguro diminuiriam muito se essas mercadorias saíssem da Amazônia do que da região sudeste.

Já os investimentos em transporte hidroviário buscam a integração e a sincronização modal na Amazônia e teria assim o objetivo (papel) de potencializar a produção e extração de mercadorias e seu escoamento para os principais mercados internacionais, principalmente porque as *commodities* primárias são direcionadas ao mercado exterior (a exportação) e nesse cenário de mercado global altamente competitivo, é obrigatório as empresas produtoras (via o poder público) realizar investimentos constantes em toda sua cadeia logística, para reduzir seus custos e, conseqüentemente, aumentar a rentabilidade global do seu negócio e a competitividade global (BNDES, 1996).

Essas políticas territoriais em infra-estrutura promovidas pelo Estado, ao promover vinculação com o mercado global como forma de adquirir/pegar as migalhas conhecidas como superávit primário pelas exportações promovem a abertura de novas

³¹ Segundo Lima (2002), o *Just-in-time*, é uma técnica de produção, em que a produção é acionada pela demanda (venda), através de comandos sucessivos, e que disponibiliza de forma gradual os componentes no lugar, hora e quantidades necessárias a fabricação das unidades desejadas, vendidas antecipadamente. Pressupõe perfeita sintonia estratégias de produção e de estratégias de mercado. É a produção com zero-estoque, zero-defeito, zero-desperdício.





fronteiras de recursos e incorporação de terras (fronteira³² agrícola de grãos (milho e soja, sobretudo), exploração madeira e pecuária extensiva, insumos agrícolas, minerais energéticos, minerais metálicos, gemas) (CASTRO, 2005; BRASIL, 2011c) e produção de minero-metalúrgicos/siderúrgicos em proveito da iniciativa privada, resultando na reestruturação do território amazônico aos processos globais de organização capitalista (LEITÃO, 2009), e mais especificamente no ordenamento territorial e na produção de novas territorialidades em rede³³ (CASTRO, 2007b), caracterizadas pelo processo de demarcações políticas, jurídicas e econômicas.

Microregionalmente essas políticas públicas territoriais de desenvolvimento rural sustentável no que tange aos investimentos em transporte hidroviário, terminais interiores e portos terão os seguintes impactos nas áreas rurais: mudança brusca na paisagem com a construção de terminais; nas relações da população como rio, já que o fluxo de mercadorias se deterá através de grandes balsas e navios graneleiros, com isso haverá limitação pela extrema fiscalização da capitania dos portos e da ANTAQ das populações viajarem por esses rios que se tornaram hidrovias; além poluição do ar causada por combustão navios e possíveis vazamentos de embarcações que resultem em derramamento da carga ou de combustível. E de forma mais sistêmica impactarão negativamente na “segurança alimentar” (CASSEL, 2010), pois os investimentos atenderão agricultura (patronal) de grãos de grande escala/monocultura, sobretudo soja e milho, pois é necessário ‘a abertura de novas áreas agricultáveis pela vantagem de transporte barato; incorporação de terra por grandes e médios agentes econômicos nos entroncamentos modais; e transformação de áreas ditas carentes em regiões produtoras’ (ALMEIDA, 2011) com isso reorganização produtiva familiar rural.

Considerações Finais

³² “O conceito de fronteira embasou muitas análises dos anos 70 que visavam entender as dinâmicas das novas áreas e os fluxos da migração, dirigida e espontânea, atraída pelos programas de colonização. Esses projetos de colonização estavam subordinados ao projeto mais amplo de modernização institucional e econômica do País. Por isso, a tensão entre modelos e possibilidades de desenvolvimento e, em consequência, também a violência tornaram-se o corolário da ocupação dessas novas fronteiras” (CASTRO, 2005, p.11).

³³ Um elemento que corrobora isso é o “Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento Volume III – Regiões de Referência” elaborada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em que assim descreve analiticamente a apropriação e controle territorial: “O processo de globalização tende a comprimir o espaço-tempo e reduzir a importância do espaço físico, com a desvinculação das relações econômicas, sociais e políticas de suas condições locais e regionais prévias. [...] Nesse contexto, instituições supranacionais e multilaterais ganham peso, importância e influência sobre o espaço nacional, a exemplo do que vem acontecendo na Amazônia” (BRASIL, 2008c, p.19).





Assim o total de investimentos na região amazônica vindo do PAC no setor hidroviário chegam a 2,471 bilhões de reais, o PNLT até 2023 serão 12,081 trilhões de reais e o IIRSA como uma carteira de investimentos no setor hidroviário de U\$ 211.220.000. Quanto ao papel dos terminais interiores, transporte hidroviário e portos advindos de políticas territoriais, isto é, de projetos de infra-estrutura (PNLT, PAC, IIRSA) para o desenvolvimento rural sustentável seria:

- ✓ A “modernização da Amazônia”, visando à integração ao mercado internacional e não somente sul-americana, isto é, a “integração produtiva” na/da *supply chain* de *comodities* primárias, mas é claro pela integração primeiramente a multimodalidade e posteriormente a constituição de um sistema sincronizado dos modais e que teria respectivamente na figura nos portos, por ter dentro de sua função a sincronização entre sítios portuários internacionais, portos *hubs* e *feeders*, e ser nó górdio na fluidez e no aumento da integração entre os elementos do sistema complexo de produção mundial e redes informacionais/relacionais e conseqüentemente no controle da *supply chain* mundiais;
- ✓ Os terminais interiores possibilitar a circulação dos fluxos pela proximidade física da área de extração/produção de mercadorias e recursos naturais; facilitador para uma sincronização suave entre modos de transporte, transportadores e serviços de logística e conseqüentemente a sincronização entre operações marítimas e de transporte terrestre e a ligação atlântico-pacífico e pacífico-atlântico; e,
- ✓ O transporte hidroviário fluvial potencializar a produção e extração de mercadorias e seu escoamento para os principais mercados internacionais (ligação atlântico-pacífico e pacífico-atlântico Amazônico), principalmente porque a *commodities* primárias é necessário investimentos em toda cadeia logística.

Essas políticas territoriais em infra-estrutura promovidas pelo Estado ao incentivar a vinculação com os mercados globais como forma de adquirir/pegar as migalhas conhecidas como superávit primário pelas exportações, promove a abertura de novas fronteiras de recursos e incorporação de terras por grandes agentes econômicos (CARGILL, BUNGE, VALE, HERMASA/AMAGI, madeireiros e grandes pecuaristas de gado de corte): abertura de nova fronteira agrícola de grãos (milho e soja, sobretudo), exploração madeira e pecuária extensiva, insumos agrícolas, minerais energéticos, minerais metálicos, gemas) e produção de minero-metalúrgicos/siderúrgicos em





proveito da iniciativa privada, pelo ordenamento territorial e de produção de novas territorialidades em rede.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO-MARIN, R. E. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. Paper do NAEA, n.170, p.1-24, 2004.

ALMEIDA, G. Os rios brasileiros como fator de integração nacional. In: *2º Fórum Sobre Hidrovia - As hidrovias como fator de desenvolvimento brasileiro.* Brasília, 2011.

ANTAQ - AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. Panorama Aquaviário. Volume 2, jan. 2008. Brasília, 2008.

ANTAQ - AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. Panorama Aquaviários. Volume 3, março 2009. Brasília, 2009.

ANTAQ - AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. Estatísticas da Navegação Interior 2010. Brasília: ANTAQ, 2011a.

ANTAQ - AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. Panorama Aquaviário. Volume 6, agosto 2011. Brasília, 2011b.

ANTAQ - AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. Anuário estatístico aquaviário. Brasília, 2012a.

BARROS, J. M. A. M. de. *Infra-Estrutura de Transportes e Desenvolvimento - Interações e Complexidades.* 2006. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências em Engenharia de Transportes) -, Programas de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O Sistema Portuário Brasileiro. *Informe Infra-Estrutura*, n.2, p.1-7, 1996.

BRASIL. *Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004. Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais; institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTE.* Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério dos Transportes/Ministério da Defesa. *Plano Nacional de Logística e Transportes.* Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Volume II – Visão Estratégica Nacional. Brasília: MP, 2008a. 185 p.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Volume IV – Estudos Prospectivos - Escolhas Estratégicas.* Brasília: MP, 2008b. 288 p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. *Brasil 2022: Trabalhos Preparatórios.* Brasília: SAE, 2010. 408 p.

BRASIL. *Programa de Aceleração do Crescimento - relatório 4 anos – parte 2 – ações concluídas.* Brasília, 2011a.





BRASIL. *Programa de Aceleração do Crescimento* - Relatórios por Estado. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/estaduais>>. Acesso: 17 jun. 2011b.

BRASIL. Secretaria de assuntos estratégicos. *Atlas Digital* - Amazônia Visão Estratégica. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/atlas/>>. Acesso em: 18 jun. 2011c.

BRASIL. *Lei nº 12.593, de 18 de Janeiro de 2012*. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Brasília, 2012.

CAMPOS NETO, C. A. da S.; FILHO, B. P.; ROMMINGER, A. E.; FERREIRA, I. M.; VASCONCELOS, L. F. S. Gargalos e demandas da infraestrutura portuária e os investimentos do PAC: mapeamento IPEA de obras portuárias. *Texto para Discussão*, n.1423, p.6-53, 2009.

CASSEL, G. *Ciclo de palestras: Desenvolvimento Agrário*. Brasília: SAE, 2010.

CASTRO, E. M. R. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, v.8, n.2, p.-39, 2005.

CASTRO, E. M. R. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. *Novos Cadernos NAEA*, v.10, n.2, p.105-126, 2007.

CASTRO, E. M. R. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, E. M. R. (Org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 13-39.

CASTRO, E. M. R. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M.(Org.). *Amazônia - Região Universal e Teatro do Mundo*. São Paulo: Globo, 2010. p. 105-122.

GODOY, P. R. C. de. O Estado da Arte das Hidrovias Brasileiras. In: *2º Fórum Sobre Hidrovia - As hidrovias como fator de desenvolvimento brasileiro*. Brasília, 2011

IIRSA. _____ Projectos de Brasil. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/ProyectosPais.asp?CodIdioma=ESP&Pais=3>>. Acesso em: 20 jun. 2011b.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Portos Brasileiros: diagnóstico, políticas e perspectivas. In: *Infraestrutura econômica no Brasil: diagnósticos e perspectivas para 2025*. Brasília: IPEA, 2010. v.1. 586 p.

LEITÃO, K. O. *A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento: um estudo a partir do PAC no Estado do Pará e o lugar que ele reserva a Amazônia no desenvolvimento do país*. 2009. 285 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)- Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LESSA, C. Infraestrutura e logística no Brasil. In: CARDOSO JR, José Celso (Org.). *Desafios ao desenvolvimento brasileiro: contribuições do conselho de orientação do IPEA*. Brasília: IPEA, 2009. v.1 p.77-100.





LIMA, E. O. de. *O encantamento da Fábrica: toyotismo e os caminhos para o envolvimento no Brasil*. 2002. 236 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002b.

MONIÉ, F. Globalização, modernização do sistema portuário e relações cidade-porto no Brasil. In: SILVEIRA, Márcio Rogério. (Org.). *Circulação, Transportes e Logística: diferentes perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 299-330.

MONTEIRO, M. de A. M.; COELHO, M. C. N. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, v.7, n.1, p. 91-122, 2004.

MOURA, D. A. de; BOTTER, R. C. O Transporte por Cabotagem no Brasil - Potencialidade para a intermodalidade visando a melhoria do fluxo logístico. *Revista Produção Online*, v.11, n. 2, p. 595-617, 2011.

NASCIMENTO, J. P. *Vantagens e limitações decorrentes da implantação da lei de modernização dos portos*. 117f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharia de Transportes) - Programa de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

NAZARÉ, R. F. *Globalização, o Transporte e a Amazônia Brasileira*. Belém: Cejup, 2001.

NOTTEBOOM, T. E.; RODRIGUE, J.-P. Port Regionalization: Towards a New Phase in Port Development. *Maritime Policy & Management*, v.2, n.3, p. 297-313, 2005.

ROBINSON, R. Ports as elements in value-driven chain systems: the new paradigm. *Maritime Policy & Management*, v.29, n. 3, p.241-255, 2002.

RODRIGUE, J.-P. Globalization and the synchronization of transport terminals. *Journal of Transport Geography*, v.7, p.255-261, 1999.

RODRIGUE, J.-P.; NOTTEBOOM, T. The terminalization of supply chains: reassessing the role of terminals in port/hinterland logistical relationships. *Maritime Policy & Management*, v. 36, n. 2, 165-183, 2009.

RODRIGUES, R. C. A. *Modernização portuária e rede logística - o porto de Sepetiba/Itaguaí como vetor de desenvolvimento no território fluminense*. 2007. 233 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SÁ, M. E. M. de. Análise comparativa entre os portos de Recife e Suape: desafios para a Gestão ambiental. 2008. 110f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)-, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SALLES, M. Z. Experiência Internacional em Transporte Hidroviário: Sistema de Navegação Fluvial nos EUA e o Corpo de Engenheiros do Exército Americano (USACE). In: *2º Fórum Sobre Hidrovia - As hidrovias como fator de desenvolvimento brasileiro*. Brasília, 2011.





SANTOS, M. A. R. dos. *A Modernização no Sistema Portuário Belém-Vila do Conde (entre competitividade e cidadania)*. 2004. 160f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004a.

SOARES, M. M. A Evolução das Hidrovias Brasileiras Visão da CNT. In: *2º Fórum Sobre Hidrovia - As hidrovias como fator de desenvolvimento brasileiro*. Brasília, 2011.





Encontro da Rede de Estudos **RURAIS**

DESENVOLVIMENTO, RURALIDADES E
AMBIENTALIZAÇÃO: PARADIGMAS E ATORES EM CONFLITO

03 a 06 de junho de 2012.

GT10

QUADROS INSTITUCIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ATORES, PROJETOS E PRINCÍPIOS DE PERTENCIMENTO

COORDENAÇÃO

DELMA PESSANHA NEVES

PEDRO FONSECA LEAL

RAMONILDES A. GOMES



GT 10 – Quadros institucionais de políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento

A emergente Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas e a afirmação de territórios sociais indígenas em contextos não amazônicos

Rafaela Printes¹, Rumi Regina Kubo², Gabriela Coelho-de-Souza³

¹ Geógrafa, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA/UFRGS). CPF: 93175825087. Email: rafaelaprintes@gmail.com

² Dra. em Antropologia Social; Profa. do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS); Coordenadora do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA/UFRGS). CPF: 555.684.670-72. Email: rumikubo2001@gmail.com

³ Bióloga; Profa. do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA/UFRGS). CPF: 604846590-49. Email: gabrielacoelhodesouza2011@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o cenário da emergência da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e sua influência na afirmação de territórios sociais indígenas em contextos não amazônicos. Partindo da contextualização da atuação do Estado brasileiro nas ações voltadas às questões territoriais indígenas, se verifica que a partir período de redemocratização do país e da promulgação da Carta Magna brasileira se afirmam diferenças culturais, garantindo o reconhecimento de territórios sociais fundamentados em expressões de territorialidades. Trata-se de um período em que se contestam os paradigmas do desenvolvimento brasileiro e seus impactos sobre a sociobiodiversidade. Tais contestações articulam demandas indigenistas às ambientalistas, cujos reflexos se fazem sentir no fomento a projetos e políticas governamentais com ênfase na proteção das florestas, especialmente na Amazônia, em que se incluem os territórios indígenas. A partir de tais investimentos, incomparáveis às outras regiões do país, surgem demandas por ações indigenistas voltadas à gestão territorial e ambiental de TIs, culminando posteriormente na emergente Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Propõe-se refletir sobre o cenário em que se pretende implementar a PNGATI e sobre a pertinência desta política nacional na afirmação de territórios sociais indígenas em contextos não amazônicos.

Palavras-chave: território, territorialidade, territórios sociais, povos indígenas, gestão territorial



Introdução

Historicamente problemas de ordem territorial e ambiental têm sido enfrentados pelos povos indígenas⁴ no Brasil, em decorrência do esbulho de terras e territórios ao qual foram, e ainda se encontram, submetidos. Na região amazônica observam-se avanços na consolidação dos direitos indígenas, através das demarcações de Terras Indígenas (TIs), por meio do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), bem como de investimentos em projetos e políticas direcionadas a proteger e recuperar ambientalmente os territórios indígenas, destacando-se o Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI).

O PDPI esteve voltado a apoiar projetos indígenas sustentáveis em termos ambientais e produtivos, de valorização das culturas indígenas e recuperação de áreas degradadas, a fim de proteger os territórios demarcados e os recursos naturais neles existentes, contribuindo no estabelecimento de diretrizes para a gestão territorial e ambiental, a partir de experiências específicas (INGLEZ-DE-SOUSA, 2007).

⁴ A Convenção nº 169 da OIT define, no artigo 1º (b) povos indígenas como: “os descendentes de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas”.



Entretanto, estes avanços estão distantes das realidades dos povos indígenas não amazônicos, especialmente daqueles que habitam as regiões sul e sudeste do país.

No Brasil as TIs registradas oficialmente pela Fundação Nacional do Índio/Sistema de Terras Indígenas (FUNAI/STI, 2011) somam um total de 683 TIs, em diferentes situações fundiárias. Estas ocupam 12,7% do território nacional, estando desse total 98,6% localizadas na Amazônia Legal. O restante das TIs, 1,4%, situa-se entre o sul, sudeste, centro-oeste e nordeste, regiões que concentram 40% da população indígena do país (ISA, 2006), dos cerca de 800 mil indígenas declarados no último Censo do IBGE, que correspondem a 0,4% da população brasileira (IBGE, 2011).

A disparidade de terras demarcadas na região da Amazônia Legal⁵, em comparação com as outras regiões do país, explica-se pelo interesse internacional em investir na proteção da Floresta Amazônica, devido a sua importância socioambiental, seja pelos serviços ecossistêmicos, como pela presença de 60% da população indígena do país (CALEFFI, 2004:12). Esses investimentos subsidiam os projetos junto ao Governo Federal, a exemplo do PPTAL e PDPI, os quais influenciaram os rumos das políticas territoriais voltadas aos povos indígenas no Brasil.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar o cenário da emergência da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e sua influência na afirmação de territórios sociais indígenas em contextos não amazônicos⁶. O texto está organizado em três seções. A primeira faz uma breve contextualização da atuação do Estado brasileiro no que tange às ações, empreendidas por órgãos indigenistas (entre 1910 até meados de 1988), voltadas às questões territoriais indígenas, em um período de homogeneização de espaços e culturas (LIMA, 2007). A segunda apresenta a emergência da PNGATI como desdobramento das questões em efervescência no período de redemocratização do país, esta enquanto uma política nacional indigenista de gestão territorial e ambiental de TIs, cunhada a partir das experiências amazônicas. Por fim, a terceira seção se propõe a refletir sobre o cenário em que se pretende implementar a PNGATI e sobre a pertinência desta política nacional na afirmação de territórios sociais indígenas em contextos não amazônicos.

⁵ A Amazônia Legal compreende por completo os estados do Acre, do Amapá, de Amazonas, do Pará, de Rondônia e de Roraima e parcialmente os estados do Mato Grosso, de Tocantins e do Maranhão. Engloba uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km², o que corresponde cerca de 61% do território brasileiro.

⁶ Entendem-se contextos não amazônicos enquanto espaços localizados fora dos limites da Amazônia legal e dos investimentos do capital internacional hegemônico focado na conservação da biodiversidade acompanhada pela sociodiversidade (CALEFFI, 2004).



2 Breve contextualização da relação Estado e povos indígenas no Brasil

Ao reconstituirmos o processo de ocupação do Brasil, passando pelos períodos colonial, imperial e republicano, observamos que historicamente o país tem experimentado diversas fases de expansão de fronteiras agrícolas, que implicam na expressão de um modelo de desenvolvimento, resultante de relações sociais impositivas e desiguais estabelecidas no espaço (MORAES, 2008). O surgimento do Estado-nação na América, como “entidade política, configura um novo arranjo social e geográfico” (LITTLE, 2002:4), onde territorialidades de povos originários passam a ser deslegitimadas.

Para entender os processos de deslegitimação dos territórios indígenas perante os sucessivos governos brasileiros e de reação ao novo cenário, é necessário lançar mão da reflexão sobre os conceitos de território e territorialidade. Esses conceitos têm sido amplamente utilizados por diferentes áreas do conhecimento⁷ (HAESBAERT, 2009), e, portanto abarcam concepções e realidades bastante diversas, mas de modo unânime se entende a relação geradora do território como àquela que envolve poder (RAFFESTIN, 1993, SANTOS, 1996, CLAVAL, 1999, HEIDRICH, 2009), mas não apenas o político. Diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido implícito ou simbólico, de apropriação. Pode-se afirmar que nenhuma sociedade existe sem exprimir uma lógica territorial aos espaços que ocupa. Outro aspecto fundamental da territorialidade humana é a multiplicidades de expressões, conduzindo a um leque muito amplo de tipos de territórios, cada qual com suas particularidades socioculturais (LITTLE, 2002).

O conceito de território, a partir das quatro vertentes propostas por Haesbaert⁸ (2009), subsidia o entendimento sobre o cenário de emergência e afirmação dos territórios sociais dos povos indígenas no Brasil (LITTLE, 2002). Verifica-se, historicamente no Brasil, que a economia de escala exigiu a expansão do território, não respeitando as diversidades socioculturais, tampouco os ambientes naturais. As

⁷ Geografia, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Economia, Psicologia, etc.

⁸ As quatro vertentes são: a “política”, com destaque para relações espaço-poder ou jurídico-política, se concebendo o território como espaço delimitado e controlado, muitas vezes relacionado ao poder político e soberano do Estado e às fronteiras nacionais, atualmente incorporando múltiplos poderes e múltiplas escalas; a “cultural ou simbólica”, cuja dimensão simbólica e subjetiva se destaca e o território é visto como fruto da apropriação simbólica de determinado grupo sobre determinado “espaço vivido”; a “econômica”, focada nas relações econômicas e suas dimensões no espaço geográfico, que no território se expressam nas “fontes de recursos naturais e como produto da divisão territorial do trabalho”; a “natural(ista)”, cuja relação sociedade-natureza é a base para se pensar a noção de território, estabelecida principalmente a partir das relações humanas com o ambiente biofísico (HAESBAERT, 2009:37-40).



populações que não se enquadraram nesse padrão foram marginalizadas, se refugiando o quanto possível em espaços remotos, de difícil acesso, ainda “vazios”. Esses movimentos desencadearam rearranjos nas territorialidades de diversos povos se expressando na reconfiguração de territórios, alheios à “ideologia territorial soberana do Estado-nação” (LITTLE, 2002:6). Little (2002:2) argumenta que o Estado brasileiro comporta uma série de “territórios sociais”. Os territórios sociais têm sua origem nos diversos processos históricos de expansão de fronteiras agrícolas, econômicas e mesmo ambientais no Brasil, que produziram choques territoriais, provocando ondas de territorialização, legitimando perante o Estado distintas formas de expressão territorial (que certamente ainda não cessaram) (LITTLE, 2002).

Os espaços territoriais dos povos indígenas no Brasil expressam essas contradições de processos históricos, movidos por comportamentos de territorialidades, que desembocam na produção de distintos territórios dentro dos limites do Estado-nação. No Brasil, atualmente, existem 220 povos indígenas, que falam pelo menos 180 línguas, pertencentes a mais de 30 famílias lingüísticas diferentes (FUNAI, 2011). Os povos indígenas representam a “imensa diversidade sociocultural, acompanhada de extraordinária diversidade fundiária”, fruto dos rearranjos de territorialidades, as quais o Estado historicamente tem dificuldades de reconhecê-los “como parte de sua problemática fundiária” (LITTLE, 2002:6).

Atualmente “legalmente” os territórios indígenas encontram-se limitados às TIs, que representam para o Estado brasileiro espaços legítimos e garantidos de acordo com o Art. 231 da Constituição Federal de 1988⁹ (CF 1988). Desse modo, percebe-se que “Terra Indígena” é antes de tudo uma categoria jurídica definida pelo Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73) efetivada administrativamente pela FUNAI, logo não inclui noções de territorialidade indígena. É muito provável que as lógicas espaciais indígenas se choquem com os limites reservados pelas TIs, levando à necessidade de considerar que as dinâmicas territoriais desses grupos também se fundamentam por leis consuetudinárias raras vezes reconhecidas e respeitadas pelo Estado, que as entende como marginais (LITTLE, 2002).

⁹ Art. 231 da Constituição Federal de 1988, § 1º: São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.



Compondo um cenário de confronto entre distintas concepções de territórios e territorialidades, estão as ideias de assimilação e pacificação dos índios pelo Estado brasileiro¹⁰. No início do século XX órgãos indigenistas, como o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN-1910) e Serviço de Proteção aos Índios (SPI - 1918), tinham como foco a “atração e pacificação”, com objetivo de preparar o índio para atividades agrícolas (ALMEIDA, 2008:43). Essa atuação se apoiava no “estatuto da tutela” previsto no Código Civil de 1916, que “qualificava o índio como relativamente incapaz” (LEITÃO e ARAÚJO, 2008:69).

Em 1967 o SPI é extinto, sendo substituído pela FUNAI. A substituição é feita em decorrência de inúmeras “denúncias de genocídio, corrupção e ineficiência da ação do SPI” (ALMEIDA, 2008:44). A FUNAI ao herdar a estrutura e parte dos funcionários do antigo órgão, herda também os vícios e o próprio papel do SPI: “assistencialismo, criação de dependência, manipulação de lideranças indígenas” (POZZOBON, 1999:5). A FUNAI, contagiada pelo desenvolvimento do setor agrário do país, cuja produção deveria ser potencializada pelo maquinário da Revolução Verde, passou a introduzir essa prática em projetos junto aos indígenas contatados, habitantes das Reservas Indígenas (RIs), impondo também uma “mentalidade empresarial junto aos índios, aplicada através de projetos econômicos e projetos de desenvolvimento comunitário” (ALMEIDA, 2008:44).

Tratava-se da política indigenista do governo militar, atrelada a um “projeto mais amplo de integração nacional e modernização forçada do país” (POZZOBON, 1999:284). A meta desses projetos era a criação de infra-estrutura para a produção se construindo, por exemplo, casas de farinha e estradas para escoamento de produtos como soja, milho, arroz, trigo, etc. para o mercado. Esse modelo foi empregado em diversas RIs, principalmente no Sul do país, ocasionando o “desmatamento de grandes áreas, o desaparecimento de antigas roças, empobrecimento do solo, consequências sentidas até atualidade” (ALMEIDA, 2008:44-45).

A década de 1970 foi marcada pela crítica de antropólogos que se debruçaram em registrar e questionar os cenários avassaladores provenientes dos “impactos dos

¹⁰ A meta era forjar um povo brasileiro homogêneo, aspecto que se consolida na primeira Constituição, de 1824, que ignora completamente a existência de indígenas. Ao retomarmos a história colonial e republicana, até 1988, se verifica que os direitos indígenas foram sempre temporários, devendo deixar de existir conforme estes fossem sendo “integrados e assimilados à comunhão nacional” (LEITÃO e ARAÚJO, 2008:69).



empreendimentos desenvolvimentistas sobre os povos indígenas” e seus territórios. Tais críticas tiveram repercussões mundo afora, justamente em tempos em que as pressões internacionais estavam voltadas à “anistia”, “direitos humanos” e “meio ambiente” (LIMA, 2010:32-33).

Repercussões de eventos paralelos¹¹ na década de 1970 se fizeram sentir lentamente em termos de mudanças no paradigma da política indigenista brasileira. Em contraponto ao avanço das frentes pioneiras e de expansão (MARTINS, 1997), à ocupação e exploração territorial desmedida, ao avanço predatório sobre os diferentes biomas, à exploração e destruição desenfreada e caótica de recursos florestais madeiráveis, minerais, recursos hídricos entre outros, a solução apontada e defendida por certos grupos ambientalistas¹² foi criar Parques Nacionais (PN) e outras áreas de “proteção integral”. A base do modelo operacional adotado foi inspirada no PN de *Yellowstone* (1872), exemplo da natureza em estado selvagem e intocada (*Wilderness*) estadunidense (DIEGUES, 2001). Tais concepções, vinculadas à vertente ambientalista preservacionista, julgava então que haveria ainda partes do planeta que nunca teriam sido manejadas ou tocadas pela mão humana. Evidencia-se nesse período um paralelismo existente entre a criação de PN e a implementação dos projetos desenvolvimentistas que incorporam as áreas de preservação e deslegitimam os territórios sociais.

Trata-se de uma fase de “grande impacto fundiário” em que “territórios sociais, sejam de povos indígenas, quilombolas ou populações extrativistas”, foram sobrepostos por “áreas protegidas”, até então denominadas no Brasil como Unidades de Conservação¹³ (UCs). A forma que o Estado encaminhou tais sobreposições foi a partir da realocação desses povos de seus lugares para outros espaços, a partir de indenização ou reassentamento (LITTLE, 2002:16). Conforme Little (2002:17) esse processo de choques de territorialidades aponta dois caminhos: o do “conflito aberto” e o de “alianças e negociações”, estando este último relacionado à ideia de “co-gestão do território”.

¹¹ Conferência de Meio Ambiente das Nações Unidas, em Estocolmo, 1972; Reunião de Barbados, 1971 e a Reunião de Peritos sobre Etnodesenvolvimento e Etnocídio na América Latina, em San José da Costa Rica, 1981.

¹² À época muitos deles ocupando posições-chave em órgãos dos governos militares.

¹³ Unidades de Conservação (UCs) que nos termos da lei 9985/2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) são categorizadas como de Proteção Integral, denominadas de uso indireto, restritivas à presença humana em seu interior; e Uso Sustentável, denominadas de uso direto, admitindo certos níveis de atividades humanas, ambas somam 12 categorias.



A próxima seção evidencia as mudanças estabelecidas nesse cenário, a partir da aproximação entre movimentos indigenistas, sociais e movimento ambientalista, em um período de redemocratização do país, que influenciaram o surgimento de ações e políticas territoriais destinadas aos povos indígenas.

3 Redemocratização brasileira e políticas territoriais indígenas

A partir da redemocratização do país, o desenvolvimento territorial passa a ser incorporado como abordagem teórica e prática. Conforme Rambo (et al., 2010:3) esta abordagem se refere “a um conjunto de ações, mecanismos, estratégias e políticas endógenas, desencadeadas por atores locais/regionais em interação com as demais escalas de poder e gestão, reforçando e constituindo territórios por meio de novos usos políticos e econômicos”. O desenvolvimento territorial é produzido na medida em que os indivíduos diretamente envolvidos se reconhecem enquanto “comunidade/sociedade” e concebem o seu território enquanto referência primordial, sendo as ações sobre esses territórios empenhadas “a partir de relações de poder” (RAFFESTIN, 1993). Assim, os indivíduos passam a ser sujeitos ativos, intervindo em seu território, na medida em que nele desenvolvem “suas potencialidades ambientais, humanas e econômicas” (RAMBO et al., 2010:3).

Também nesse período, mais precisamente na segunda metade da década de 1980, os povos indígenas, por meio de suas organizações¹⁴, passaram a conquistar, cada vez mais, espaço na esfera política, bem como nas instâncias decisórias, de formulação de políticas territoriais de desenvolvimento. Desta forma, ações, estratégias, movimentos, protestos e mobilizações levaram à conquista de marcos legais internacionais e nacionais voltados ao reconhecimento da diversidade cultural e étnica presente nos distintos Estados nacionais. Emergindo como sujeitos políticos ativos no cenário mundial, estes povos passaram a rechaçar a idéia da tutela, subjacente às propostas “assimilacionistas” e “pacificadoras” dominantes do período anterior (PRINTES et al. 2011).

Nesse âmbito, sob a ótica de uma “nova geografia política¹⁵”, novos paradigmas são criados, tais como, de que o “poder não se relaciona apenas ao Estado,

¹⁴ Principalmente o movimento indígena da Amazônia, por meio da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

¹⁵ A clássica noção de território da Geografia Política, de Ratzel se fundamenta na concepção de que o poder se relaciona somente ao Estado, assim o “termo de território está ligado à extensão de terra sobre a qual o Estado-nação tem soberania” e exerce o seu poder (OLIVEIRA, 2002:73-78).



mas à existência de um poder imanente na sociedade”; de uma visão centrada em “território vinculado ao Estado-nação, se passa a uma visão de territórios múltiplos na sociedade; de concepções calcadas em planejamento, se passa a discutir a ideia de gestão territorial” (OLIVEIRA, 2002:75).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992 (Rio 92), realizada quatro anos após a promulgação da CF 1988, repercutiu significativamente sobre as ações indigenistas no país. A partir da Rio 92, os povos indígenas passaram a figurar com destaque entre as premissas sustentáveis defendidas pelo movimento socioambientalista, “devido às suas práticas históricas de adaptação” aos mais variados ambientes naturais. Desse modo, a “dimensão ambientalista dos territórios sociais se expressa na sustentabilidade ecológica da ocupação desses povos durante longos períodos de tempo, baseadas nas formas de exploração pouco depredadoras de seus respectivos ecossistemas” (LITTLE, 2002:18). Pois, muito embora a prioridade das TIs não seja a de conservar a biodiversidade, muitos povos têm demonstrado relevante importância na gestão ambiental das áreas que habitam (BENSUSAN, 2004).

Dentre os acordos firmados na Rio 92, está o “Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil” (PPG7). O PPG7 se restringiu ao bioma Amazônico (Amazônia Legal) e bioma Mata Atlântica (especificamente na região da costa atlântica brasileira). No que tange às questões indígenas o PPG7 financiou projetos como: Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), executado pela FUNAI, com atuação no âmbito da regularização fundiária das TIs, definindo territórios com a participação dos indígenas, visando à proteção dessas áreas frente a ameaças externas à biodiversidade nelas existente; “Subprogramas de Projetos Demonstrativos A” – PD-A – o qual apoiou financeiramente iniciativas ou experimentos/projetos comunitários de proteção às áreas de floresta tropical na Amazônia e na Mata Atlântica e ecossistemas associados, bem como ações destinadas à recuperação e manejo de espécies da fauna e flora; e o “Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas” (PDPI), executado no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o qual objetivou apoiar projetos indígenas sustentáveis em termos ambientais e produtivos, de valorização das culturas indígenas e recuperação de áreas degradadas (GRAMKOW et al., 2007).



Tais projetos são considerados marcos dentro do histórico de políticas territoriais indígenas, visto que a partir dessas iniciativas inicia uma fase em que movimentos sociais brasileiros, dentre os quais se inclui especialmente o movimento indígena organizado da Amazônia, aliam esforços com movimento ambientalista, cujas demandas passam a ser tratadas de maneira articulada (GRAMKOW, 2007). Os resultados dessa relação são dúbios e pouco simples de serem avaliados, mas certamente trouxeram “desafios e oportunidades”. Resulta desse contexto a proposição de alternativas que revertam problemáticas relacionadas à gestão territorial e ambiental de TIs no Brasil contemporâneo, ainda que sob tendência internacional ambientalizadora. Por outro lado, é interessante notar que o processo de ambientalização das questões indígenas, ajudou a incorporar aspectos relativos ao conceito de territorialidade em políticas nacionais direcionadas aos povos indígenas e demais populações tradicionais (LOPES, 2006; SMITH e GUIMARÃES, 2010:5-6).

A partir desse período se passa a reconhecer que as TIs e/ou áreas de uso tradicional indígena têm extrema relevância em estratégias de conservação da biodiversidade¹⁶, barrando e impedindo desmatamentos, grandes projetos de desenvolvimento que beneficiariam crescimento urbano sem controle e as ocupações irregulares (VILLAS-BÔAS, 2004; LADEIRA, 2004; RYLANDS e BRANDON, 2005). Em 2006 o Brasil passou a caracterizar as TIs como “áreas protegidas”, pelo Decreto 5758/2006, que instituiu o Plano Nacional de Áreas Protegidas (BRASIL, 2006). Passa-se a legitimar a contribuição dessas áreas como parte de um sistema dinâmico de conservação da biodiversidade, considerando que cada “parte exerce uma função” (MARETTI, 2004:86-87), pressupondo a existência de aspectos culturais associados à biodiversidade, ou seja, a importância do manejo de determinados grupos humanos na manutenção da biodiversidade. Em parte essa importância também se dá ao papel de conectividade que as TIs promovem entre outras áreas protegidas (RAMOS, 2006).

¹⁶ Em 1999, o Seminário “Consulta de Macapá”, realizado por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, pelo “Programa Nacional de Diversidade Biológica”, concluiu que “40% das áreas de extrema importância biológica e 36% das de muito alta importância biológica da Amazônia estão inseridas em TIs.” Tais dados consolidam a fundamental importância das TIs em relação à conservação da biodiversidade brasileira e com isso urge a necessidade de novos paradigmas jurídicos que confirmem proteção aos territórios indígenas e a sustentabilidade do uso da biodiversidade (SANTILLI, 2005:196).



O acúmulo de experiências adquiridas pelas organizações indígenas, por meio do PPTAL, PDA, PDPI e Carteira Indígena¹⁷, juntamente com parceiros governamentais e não governamentais, levou à instituição, em 2008, de um Grupo de Trabalho Interministerial – GTI¹⁸, responsável por elaborar uma proposta de Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

A PNGATI se inscreve no marco atual da proteção e promoção dos direitos indígenas, que inclui a posse permanente das terras que ocupam e a exclusividade das riquezas naturais dessas áreas, assim como garantir a manutenção da cultura e do bem-estar desses povos¹⁹. O GTI, de caráter propositivo, veio a facilitar uma ação integrada do Estado na proteção e conservação dos recursos naturais existentes nas TIs, a partir da articulação dos principais setores envolvidos com o tema: FUNAI, MMA e organizações indígenas.

A PNGATI busca sistematizar em uma política pública nacional a formalização de mecanismos para lidar com temas relacionados à gestão do territorial e ambiental nas TIs e seu entorno, possibilitando a diminuição de pressões externas e internas a esses espaços legalmente garantidos aos povos indígenas. Entendem-se como pressões situações que resultam de complexos fatores, dentre os quais: o avanço das fronteiras econômicas do país (agrícola, madeireira, mineral); construções de grandes obras de infra-estrutura (transporte e energia); a transição demográfica pela qual passam os povos indígenas, acarretando a intensificação da exploração dos recursos naturais; a pressão externa pelos recursos existentes nas TIs, na maioria das vezes realizada por não-indígenas que se aproveitam da situação de vulnerabilidade indígena sem alternativas à sustentabilidade econômica, situação que quando em convivência com os próprios indígenas, acaba beneficiando somente uma minoria dentro da TI; assim como

¹⁷ Projeto Carteira Indígena (CI-MMA), sob um viés socioambiental, apóia desde 2004, projetos voltados para a segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas.

¹⁸ Criado pelas Portarias Interministeriais nº 276, de 12/09/2008 e também Portaria Interministerial nº 434, de 09/12/2009.

¹⁹ Conforme diretrizes do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI (Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Justiça), disponível: <http://sites.google.com/site/pngati/>. A PNGATI se baseia nos marcos legais: Constituição Federal 1988: Capítulo VIII, *Dos Índios* – Art. 225, 231 e Art. 37; Convenção 169 – da Organização Internacional do Trabalho (OIT); Decreto 1.141, de 5 de maio de 1994; Convenção da Diversidade Biológica (CDB); Decreto 5.758, de 13 de abril de 2006 – instituiu o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP); Decreto 6040/07 – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT); Decreto 6.101, de 26 de abril de 2007 (em seus Artigos 27 e 28 do Anexo I); Declaração das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Artigo 29; Novo Estatuto dos Povos Indígenas; Portaria Interministerial 276/2008 – que cria o GTI e define as diretrizes do processo de criação da PNGATI e sua composição.



emergentes necessidades econômicas dos indígenas por bens de consumo, atualizando os modos de vida tradicional (MMA e MJ, 2009/2010).

Grande parte das TIs reconhecidas no país tem sido alvo dessas múltiplas pressões, que ameaçam a integridade dos recursos naturais existentes naqueles espaços e conseqüentemente afetam as condições de vida dos povos que nelas habitam. Entretanto, resolver os problemas contemporâneos das terras e dos territórios indígenas requer ações coordenadas e articuladas entre indígenas e suas organizações com órgãos do governo federal, estadual e local, bem como parcerias ligadas à sociedade civil. O esforço da PNGATI está concentrado em proteger, recuperar e conservar os recursos ambientais existentes nas TIs e seu entorno, a partir da valorização da gestão indígena pré-existente de seus territórios, reconhecendo suas contribuições socioambientais, responsáveis por manterem parcelas significativas da biodiversidade nos diferentes biomas brasileiros (SCHMIDT, 2010:6).

O GTI da PNGATI, partindo dos princípios do desenvolvimento territorial, realizou cinco consultas regionais²⁰ entre nov/2009 e abr/2010 que tiveram a participação de representantes de povos indígenas e suas organizações²¹ das cinco regiões brasileiras, Secretarias Estaduais do Meio Ambiente, IBAMA e ICMBio locais e ONGs. Ao final das consultas os resultados foram sistematizados pelo GTI e enviados em formato de Minuta de Decreto à Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) para avaliação. Após aprovação da CNPI, em agosto de 2010, a Minuta de Decreto da PNGATI, foi encaminhada à Casa Civil, onde até janeiro de 2012 aguarda aprovação da presidente Dilma Russeff.

A referida Minuta se divide em sete capítulos e dezesseis artigos, abarcando as diretrizes; objetivo geral e 53 objetivos específicos agrupados em 11 temas; mecanismos de gestão; mecanismos de financiamento; monitoramento e avaliação; e os parâmetros para a elaboração do Programa Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas – PROGATI. Cabe frisar que para fins da Minuta do Decreto, compreende-se por Terra Indígena, conforme art. 2, III – “as terras tradicionalmente

²⁰ As consultas foram realizadas em Recife (contemplando povos indígenas do nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo); Curitiba (povos do Sul e Sudeste); Campo Grande (Mato Grosso do Sul); Cuiabá (Mato Grosso, Pará, Tocantins e Goiás); Manaus (Amazonas, Acre, Amapá, Roraima, Rondônia e Maranhão), somando um total de 1.349 participantes (MJ e MMA, 2009/2010).

²¹ Organizações indígenas: Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal e Região Centro-Oeste (ARPINPAN), Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL), Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPIN - SUDESTE), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).



ocupadas pelos povos indígenas, independente da etapa do procedimento administrativo de demarcação em que se encontre; as terras ocupadas por povos indígenas isolados ou não; e quaisquer outras terras destinadas ou administradas para a posse e o uso coletivo de povos indígenas” (BRASIL, 2010).

Propõe-se que a PNGATI seja executada a partir do orçamento dos Ministérios diretamente envolvidos a atenderem as demandas indígenas, quais sejam: Ministérios do Meio Ambiente, Justiça, da Cultura, da Saúde, do Esporte, do Desenvolvimento Agrário. A PNGATI contribui como um primeiro instrumento mediador que busca superar atuações desarticuladas²² entre instituições governamentais, diferentes ministérios e sociedade civil, que de diferentes formas atuam por meio de ações pontuais direta ou indiretamente junto aos povos indígenas em suas TIs em atividades de promoção à gestão territorial e ambiental nesses espaços (BRASIL, 2010).

Em relação à afirmação dos territórios sociais indígenas, tomando como exemplo, superação de problemáticas relacionadas à sobreposição entre TIs e UCs (aspecto que se revela no constrangimento das territorialidades indígenas), bem como a necessidade de promover a proteção e recuperação de recursos naturais tanto dentro quanto no entorno das TIs, se verifica dentre os temas dos objetivos específicos da PNGATI propostas de mecanismos que supram essas demandas. O quadro 1 faz uma síntese do conteúdo dos objetivos específicos de nove temas expressos na Minuta relacionados à questão territorial das sobreposições e garantia de acesso e integridade dos recursos naturais.

Quadro 1: Extratos dos objetivos específicos da Minuta de Decreto da PNGATI

Proteção das terras e dos recursos (I ao VI): Proteção dos recursos naturais e das TIs e **garantia do acesso e a integridade desses recursos essenciais para o bem estar dos povos indígenas**, aspectos já garantidos em outros instrumentos legais vigentes. Enfatizam a importância de parcerias e acordos de cooperação entre os órgãos fiscalizadores das TIs (FUNAI, IBAMA e Polícia Federal) e aos próprios povos indígenas para a manutenção dos ecossistemas e biomas em que estão inseridas as TIs; **Governança e participação indígena (VII ao XI):** **Garantia do fortalecimento, tanto interno como externo, dos sistemas de representação e participação dos povos indígenas na gestão de seus próprios territórios.** Ex. instrumentos cooperativos que facilitem a articulação dos processos de diagnóstico e de planejamento territorial no interior das TIs e no seu entorno, estimulando a coordenação dos diferentes níveis de governança (municipal, estadual, federal e indígena) no que se refere à proteção e gestão das TIs; **Entorno e etnozoneamento (XII e XIII):** **Estimular ações coordenadas de fiscalização, monitoramento, recuperação e educação ambiental nas áreas de entorno dos territórios indígenas.** Apoio à realização de etnozoneamento no interior das TIs, incluindo propostas de coordenação e articulação com seu entorno. Propõe-se a definição de “faixas de segurança

²² Tais como: projetos PPTAL – MJ; PDPI - MMA, Projeto Carteira Indígena - MMA, Fundo Nacional do Meio Ambiente - MMA, projetos da FUNAI voltados à gestão ambiental e atividades produtivas – MJ; Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER Indígena - MDA; Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - MDA; Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF – MDA; Projeto Corredores Ecológicos – MMA; entre outros.



etnoambiental” estabelecidas pelo órgão indigenista federal em coordenação com outros órgãos competentes nas várias instâncias do poder público, e com os povos indígenas da referida terra; **Áreas Protegidas, Unidades de Conservação e Terras Indígenas (XIV ao XVIII):** Para as UCs sobrepostas com TIs propõe-se realizar consultas com os povos indígenas diretamente afetados acerca de seus interesses pela decisão de continuidade, ou não, da sobreposição. Propõe realizadas consultas acerca de decisões sobre eventuais regimes de co-gestão entre povos indígenas e órgãos de gestão ambiental para áreas sobrepostas, incluindo a possibilidade de recategorização de UCs para tipos mais adequados de áreas protegidas, levando em conta as características e o uso que os povos indígenas fazem dessas parcelas de território duplamente afetadas; **Preservação e recuperação de danos ambientais (XXI e XXV):** Propõe-se recuperar áreas degradadas nos territórios indígenas, bem como atividades vinculadas à prevenção de desastres e emergências ambientais, tanto dentro como no entorno das TIs. Priorizam-se atividades de restauração florestal e de recuperação de agrobiodiversidade visando garantir a segurança alimentar dos povos indígenas; **Licenciamento ambiental de obras e atividades potencialmente poluidoras dentro e no entorno das TIs (XXVI ao XXVIII):** garantir a participação direta dos povos indígenas nos processos de licenciamento ambiental, para regularizar obras e atividades que já estão em andamento ou execução e não que foram consultadas; influenciar o licenciamento ambiental de obras ou atividades que estão sendo planejadas e que podem afetar povos ou territórios indígenas; adoção de medidas para a reparação e compensação por danos ambientais de atividades e empreendimentos inativos; **Objetivos específicos sobre uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas (XXIX ao XXXVII):** incentivar as iniciativas produtivas sustentáveis dos povos indígenas; oferecer e apoiar alternativas de desenvolvimento a partir de atividades voltadas ao fortalecimento de práticas culturais de manejo sustentável dos recursos naturais; reconhecer a adequada remuneração pela prestação de serviços ambientais; e apoiar a inovação de atividades sustentáveis não tradicionais com estímulo para a utilização e desenvolvimento de novas tecnologias; **Capacitação e formação para implementação da PNGATI (XLII ao XLVII):** Incluem-se propostas relativas à capacitação e formação tanto de membros dos povos indígenas como de servidores públicos dos diferentes níveis de governo, que deverão liderar a implementação da PNGATI; **Recursos financeiros e disposições gerais (XLVIII ao LIII):** São considerados recursos para a execução da PNGATI aqueles destinados à recuperação de áreas degradadas e a restauração das condições ambientais das TIs, independente da sua situação fundiária. Entre as fontes de recursos financeiros estão as decorrentes de ilícitos ambientais e recursos do ICMS ecológico, bem como de outros incentivos fiscais relacionados com a existência de TIs e sua função ambiental.

Fonte: adaptado de BRASIL (2010), grifos nossos

Esses objetivos expressam os esforços necessários para atender aos desafios relacionados à gestão territorial e ambiental de TIs em contextos regionais diversos. O tema da gestão territorial e ambiental em TI emerge na atualidade enquanto proposta de ações que revertam situações de degradação ambiental e insegurança territorial geradas pelo próprio Estado, que por séculos atuou junto aos povos indígenas de maneira intolerante aos preceitos de diversos grupos étnicos.

Cenário para instituição da PNGATI em contextos territoriais não amazônicos

É inegável que a preocupação com gestão territorial e ambiental de TIs foi concebida após o *boom* demarcatório na Amazônia Legal²³, que concentra a maioria das TIs regularizadas no país. Sendo assim, igualmente as experiências de estratégias indígenas e indigenistas de gestão territorial e ambiental se concentram na Amazônia²⁴.

²³ Até 2007, das 169 TIs delimitadas sob apoio do PPTAL, 97 delas, correspondendo a aproximadamente 38 milhões de hectares, estavam com a situação jurídica regularizada ou homologada na Amazônia Legal (FUNAI, 2011).

²⁴ Dentre as quais podemos citar: “uso de etnoinstrumentos como etnomapeamento, etnozoneamento, diagnósticos socioambientais, agentes Agroflorestais, projetos de reflorestamento, manejo de espécies da



Essas experiências tem se estendido para outras regiões, fortalecendo nesse processo parcerias entre indígenas e instituições indigenistas e socioambientalistas (ONGs/outros parceiros locais), dando maior visibilidade às demandas indígenas territoriais não amazônicas. Porém, cabe questionar qual a pertinência da PNGATI para regiões do país em que há exiguidade de áreas demarcadas, como no sul, sudeste, centro-oeste e nordeste, aliadas às problemáticas das sobreposições entre TIs e UCs, ou ainda com grandes latifúndios, assentamentos do INCRA, projetos de desenvolvimento regional, entre outras situações.

Dentre os receios que surgem nesse processo, de legitimação dos territórios sociais indígenas com vistas à gestão ambiental, é a extrema ênfase dada à “conservação e proteção da biodiversidade”, evidenciando os interesses do próprio Estado em proteger as TIs enquanto “bens públicos federais e de domínio da União”²⁵.

Operacionalizar os objetivos da PNGATI em contextos não amazônicos, cujas TIs são diminutas, os territórios indígenas descontínuos, assim como as áreas de florestais fragmentadas, certamente exigirá maior esforço e maior articulação entre as organizações indígenas e seus parceiros. Apropriar-se do conteúdo da Minuta e dos mecanismos para implementá-la, fortalecendo o protagonismo indígena nos processos de deliberação junto aos órgãos governamentais é o primeiro passo. Incentivar e investir nas experiências de gestão já existentes²⁶ nas TIs, dando visibilidade aos conhecimentos gerados, é um subsídio ao instituir a PNGATI nas diferentes situações regionais.

Na região sul do país, por exemplo, as TIs têm sido extremamente comprometidas ambientalmente ao longo da história. Essas quando retomadas, a partir de processos demarcatórios, muitas vezes, apresentam desafios de proteção territorial e ambiental que para serem superados prescindem de um diálogo simétrico (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000) entre os saberes indígenas, técnicas das ciências ocidentais e outros saberes e práticas não-indígenas. Essas relações dialógicas passam pela viabilidade de um diálogo verdadeiramente inteligível e ético entre as partes (indígenas, Estado e parceiros), o que Cardoso de Oliveira (2000:216) chama de eticidade. Em relação às sobreposições entre distintos territórios e territorialidades (ex. TIs e UCs) os objetivos da PNGATI trazem proposições cuja possibilidade de colocá-las em prática

fauna e flora, resgate da agrobiodiversidade, estratégias locais de fiscalização e vigilância, fortalecimento institucional para elaboração de planos de gestão”, entre outros (SMITH e GUIMARÃES, 2010:8).

²⁵ Conforme estabelece o art. 20 da CF 1988.

²⁶ Priorizando aquelas originadas por iniciativas dos próprios indígenas, bem como as incentivadas por parceiros da sociedade civil e instituições.



está na responsabilidade de gestores públicos (indigenistas e ambientalistas), que em acordo com os preceitos indígenas estejam dispostos a assumir esse diálogo.

Teme-se que a implementação da PNGATI venha a restringir a territorialidade indígena, interferindo em sua organização política e social. Trata-se de um aspecto a ser considerado e minimizá-lo passa pelo exercício de melhorias nas representatividades e interlocuções entre o movimento indígena que precisa ser fortalecidos com lideranças de base não amazônicas na interação entre distintas instâncias. Outra questão a superar é que muitas vezes, esses debates são conduzidos aos moldes da cultura não-indígena dominante, intimidando as expressões indígenas.

Outro receio está relacionado ao cenário²⁷ em que essa gestão territorial e ambiental está sendo incentivada, com ênfase na flexibilização do Código Florestal, implementação de projetos de Desenvolvimento, atrelamento da constituição de Grupos Técnicos de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas à anuência direta da Presidência da República e a morosidade na aprovação da PNGATI. Trata-se de um cenário ambíguo, constrangedor, até mesmo pouco favorável e duvidoso quanto à possibilidade de viabilizar a PNGATI, sendo este mais um desafio a ser enfrentado na história das políticas territoriais indígenas no Brasil contemporâneo.

Principais Referências

- ALMEIDA, F. V. R de (Org.) Guia para a formação em gestão de projetos indígenas. Brasília: Paralelo 15, 2008.
- BECKER, B. B. e GOMES, P. C. da C. Meio Ambiente: matriz do Pensamento Geográfico. In: VIEIRA, P. F. e MAIMON, D. (Orgs.) As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: Ruma a Interdisciplinaridade. APED e UFPa, 1993
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 05 out. 1988.
- _____. 2006. Plano Nacional de Áreas Protegidas. Decreto Federal nº 5.758. Diário Oficial 13.04.2006.
- _____. Minuta de Decreto da PNGATI, agosto de 2010.
- CALEFFI, P. A domesticação do exótico. In: Cadernos IHU Ideias. Ano 2 - nº 12 - 2004 - 1679-0316. Disponível: <http://projeto.unisinos.br/ihu/uploads/publicacoes/edicoes/1163187994.98pdf.pdf>

²⁷ Cenários: obras do Governo Federal como as emblemáticas obras do “Programa de Aceleração do Crescimento”; Integração das Infra-estruturas Regionais Sul-Americanas (IIRSA); regulamentação do art. 231, § 3º que dispõe sobre o “aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas”; Instrução Normativa nº 14 de 27/10/2011 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (DOU. 28/10/2011), sobre “Procedimento de licenciamento ambiental”, que altera e acresce dispositivos à Instrução Normativa nº 184/2008, que dispõe sobre procedimento de licenciamento ambiental; bem como a Portaria Interministerial nº 419 de 26/10/2011 - Ministérios da Justiça, Cultura, Saúde e Meio Ambiente (DOU. 28/10/2011) que Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental; assédios pelos “serviços ambientais” que essas áreas oferecem, bem como a própria biodiversidade; o rompimento da CNPI com o Governo Federal por ignorar diversas as demandas indígenas e o Estatuto do Índio paralisado.



- CLAVAL, P. O Território na transição da pós-modernidade. Geografia, Niterói. Vol. 1 nº 2, p. 7-26, 1999.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Ação indigenista, etnicidade e o diálogo interétnico. Estudos Avançados. V. 14, n. 40. Set./Dez. 2000. V14n40a18.pdf
- DIEGUES, A.C. O mito moderno da natureza intocada. 3ª ed. Hucitec: São Paulo, 2001.
- FUNAI/STI, 2011 – www.funai.gov.br
- GRAMKOW, M. M. et. al. Antropologia, povos indígenas, cooperação internacional e políticas públicas no Brasil. In: INGLEZ DE SOUSA, Cássio Noronha et.al. (org.). Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade. 4 ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.
- HEIDRICH, Á. L. Conflitos Territoriais na Estratégia da Preservação da Natureza. In: SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S. (Org.) Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009. p. 79 – 90.
- INGLEZ-DE-SOUSA, C. N. Projetos Indígenas focados em atividades econômicas: panorama geral da experiência do PDPI. In: Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento. INGLEZ-DE-SOUSA, C. N.; LIMA, A.C. de S.; ALMEIDA, F. V. R.; WENTZEL, S. (Orgs.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.
- LADEIRA, M. I. Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Mata Atlântica: áreas protegidas? In: RICARDO, F. (Org.). Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.
- LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. Horizontes Antropológicos, vol.12, n.25, pp. 31-64, 2006.
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia 322. Brasília, 2002.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE e MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2009-2010. Construindo a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas. Documento de apoio para as consultas regionais. Grupo de Trabalho Interministerial para Elaboração da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. Portaria Interministerial nº 276, de 12 de setembro de 2008.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Território e História do Brasil. 3ª Ed. São Paulo: Annablume, 2008.
- OLIVEIRA, G. M. de. Século XXI: território, estado e globalização. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- POZZOBON, J. O lumpen-indigenismo do estado brasileiro. In: Journal de la Société des Américanistes. Tome 85, 1999.
- PRINTES, R., GERHARDT, C., KUBO, R., COELHO-DE-SOUZA, G. Conflitos socioambientais contemporâneos e o revigoramento "desenvolvimentista": dilemas envolvendo Terras Indígenas e Unidades de Conservação, Anais CD-ROM do VI Congresso da SOBER Nordeste - Nordeste: Desafios do Desenvolvimento para a Inclusão Social. Petrolina/PE: EMBRAPA/FACAPE/SOBER, v. 1, 2011.
- RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMBO, A. G.; CORDEIRO DA COSTA, G.; FILIPPI, E. E.; LIMA, S. K. Desenvolvimento territorial, estruturas sociais e condições institucionais: uma análise acerca de três experiências de biocombustíveis no Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte. In: 48º Congresso da SOBER - Tecnologias, Desenvolvimento e Integração Social, 2010, Campo Grande (MS). Anais do 48º Congresso da SOBER - Tecnologias, Desenvolvimento e Integração Social. Campo Grande (MS): UFMS, 2010. p. 1-21.
- SANTILLI, J. Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Pierópolis, 2005.
- SANTOS, M. 1996. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1996
- SMITH, S. E GUIMARÃES, M. A. Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas: reflexões sobre a construção de uma nova política indigenista, VENANPPAS, 2010 Disponível:<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/gt3-82-440-20100903170251.pdf>



GT 10 - Quadros institucionais de políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento

A mediação social em projetos de desenvolvimento: os ADRS e a caprinocultura leiteira no Cariri Paraibano

Valdênio Meneses¹

Ramonildes Gomes²

¹ Valdênio Meneses/ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) / Email: valdeniofmeneses@hotmail.com

¹ Ramonildes Gomes / Professora. Doutora, PPGCS, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, UFCG, Campina Grande / PB, E-mail: rmildes@hotmail.com

Resumo

O trabalho que estamos apresentando tem como objetivo analisar processos de mediação relativos aos Agentes de Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS) que são capacitados principalmente pelo SEBRAE para atividades de assistência técnica e organização produtiva para a pecuária de caprinos na região do Cariri Paraibano. Na dinâmica de mediação social que envolve os ADRS constatamos um duplo aspecto em que constata-se contradições presentes na efetivação de um modelo de desenvolvimento voltado para a caprinocultura. De um lado, tem-se a imposição de conhecimentos e práticas para a caprinocultura legitimadas do ponto de vista técnico-científico no qual os ADRS são exaltados pelas instituições que os capacitaram como “mensageiros” de inovações para os agricultores familiares. Do outro lado, temos um aspecto negligenciado pelo discurso oficial das políticas públicas que é a possibilidade de uma mediação a partir da negociação e a comunicação entre diferentes visões de mundo, saberes e práticas ligadas à pecuária de caprinos.

Palavras- chave: Mediação social; caprinocultura; desenvolvimento; políticas públicas.



Introdução

O tema da mediação social vem ganhando destaque nas discussões sobre políticas públicas e desenvolvimento. Autores como Neves (2008); Deponti e Almeida (2008) têm direcionado suas análises para a especificidade que os processos de mediação social adquirem em projetos de intervenção pública principalmente para o meio rural e a importância da formação e atuação de mediadores nos espaços intermediários entre as instituições gestoras dos projetos interventores e os grupos alvo destes.

Tomando por base tais debates sobre as relações específicas da mediação social e políticas públicas, este trabalho tem como principal objetivo analisar processos de mediação inseridos em uma articulação de projetos que visam estimular à caprinocultura leiteira, enquanto estratégia produtiva para agricultores familiares na região do Cariri Paraibano. Desde a última década nessa microrregião da Paraíba, a caprinocultura leiteira tem sido estimulada como principal estratégia produtiva para a região e por uma série de instituições e programas - como SEBRAE, Fundação Banco do Brasil, Projeto Dom Hélder Câmara, PRONAF e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)/Fome Zero- além da instalação de usinas de beneficiamento do leite de cabra.

Para analisar os processos de mediação no interior dessa articulação desenvolvimentista, direcionamos o foco para os Agentes de Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS) que são capacitados principalmente pelo SEBRAE para realizar atividades como assistência técnica e organização produtiva para desenvolver à pecuária de caprinos.

A pesquisa foi feita a partir de uma análise documental do projeto fundante do ADR - **Capacitação de agentes de desenvolvimento rural (ADRs)** de 2003 - e revistas de publicidade do SEBRAE que destacam a atuação dos ADRS. Também utilizamos os relatórios mensais de avaliação que são elaborados pelos agentes de desenvolvimento, além de entrevistas semi-estruturadas com os próprios ADRS. Foram consultados os agentes das cidades de Sumé e Monteiro, Zabelê, São Sebastião do Umbuzeiro, Prata e Amparo. O acompanhamento das visitas dos ADRS nas propriedades nos serviu para registrar, através de diário de campo a prática cotidiana desses mediadores. Também foram ouvidos agricultores familiares que são assistidos pelos projetos.



Tomamos base também em atividades realizadas durante dois anos, no âmbito do projeto PIBIC/UFPG/CNPq e que tiveram como resultado a produção de artigos³ e de uma monografia de conclusão de curso⁴.

De forma similar aos capítulos da monografia que o deu origem o artigo está dividido em duas partes. Uma primeira parte trata de uma reflexão teórica sobre a mediação social e a constituição de mediadores sociais junto a processos de transformação social. A segunda parte trata da discussão sobre como os ADRS, enquanto mediadores sociais envolvidos em processos de mediação social que apresentam um duplo aspecto: um que é reconhecido pelas instituições interventoras que é da mediação enquanto “mensagem” e imposição de padrões de conhecimento legitimados para a caprinocultura - que não é reconhecido pelo SEBRAE trata da comunicação e negociação de diferentes saberes, práticas e formas de representação social envolvidas na caprinocultura.

A partir da constatação desse duplo aspecto na dinâmica de mediação social protagonizada pelos ADRS podemos debater as contradições presentes na efetivação de um modelo de desenvolvimento e de uma articulação de instituições e políticas públicas voltadas para a caprinocultura que se formou desde a última década no Cariri Paraibano.

1. MEDIAÇÃO SOCIAL, MEDIADORES E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

A ligação entre mediação, processos de transformação social e a constituição de mediadores se insere na formação social que esses agentes fazem parte. A definição de mediador social que norteia este trabalho compreende principalmente o mediador como agente profissionalizado para um exercício da mediação. Neves (2008) tipifica os mediadores distinguindo aqueles que vivem *pela* mediação daqueles que vivem *da* mediação. Nos primeiros podem ser inclusos políticos, professores, padres que agem segundo o prestígio que exercem nos grupos em que fazem parte. Já os segundos possuem competências específicas para mediar algo, “alocados para dar existência às representações delegadas e à administração e intervenção pública” (NEVES, 2008, p. 28). Estes são os mediadores profissionais o qual direcionamos nossa análise.

³ São os artigos: as políticas públicas de incentivo a ‘(re)pecuarização’ no semi-árido nordestino: desenvolvimento, modernização e recomposição espacial (GOMES; MENESES, 2010); e Dinâmicas institucionais e figuracionais da caprinocultura leiteira no Cariri paraibano: uma análise da constituição das associações e cooperativas (GOMES; MENESES, 2011)

⁴ Título: A constituição de mediadores sociais em projetos de desenvolvimento: uma reflexão sobre os ADRS no contexto da (re) pecuarização no cariri paraibano (MENESES, 2011)



A constituição dessa competência profissional está associada a uma série de processos inerentes à gênese da sociedade moderna, esta formada a partir de discontinuidades em relação aos padrões tradicionais (GIDDENS, 1991). Nas rupturas que caracterizam a modernidade destacam-se os processos de diferenciação e a racionalização e mudança institucional.

O primeiro trata de uma heterogeneização de elementos que compõem a vida social. Durkheim (2010) enfatiza como a divisão social do trabalho está relacionada com a transformação de formas de coesão e organização social, que passam a ser cada vez mais baseadas na diferenciação e especialização de segmentos.

Este processo que sistematiza uma organização social cada vez mais estruturada no diferencial de universos sociais se expande dentro de um invólucro maior: o da racionalização a partir da forma específica que esta assume no ocidente. A racionalidade ocidental é colocada por Weber (2004) como resultado de uma combinação de variáveis, sendo uma delas a afinidade eletiva entre um sistema de valores e referências de ação de segmentos protestantes com o modo de produção capitalista. Um aspecto da racionalização é a gênese de espaços regidos cada qual por um *modus operandi* específico, a exemplo da burocracia e o funcionamento do Estado moderno: trata-se de um corpo de posições ocupadas por funcionários especializados em uma linguagem e domínios específicos regidos pela constituição impessoal de leis, regras e normas administrativas (WEBER, 1982)

Tais “mundos” dinamizados por lógicas específicas podem ser revestidos conceitualmente a partir da noção de campo de Bourdieu (2009) como “sistemas de relações objetivas entre posições ocupadas por agentes que se encontram em disputa de poder dentro de microcosmos sociais dotados de propriedades específicas (BOURDIEU, 2009, p.67).

Outro aspecto importante são as instituições sociais. Giddens (1991) aponta na ascensão das instituições modernas, uma natureza intrínseca distinta de todos os tipos da ordem tradicional dentro de transformação das relações sociais por uma redefinição de padrões espaciais e temporais: movimentações estabelecidas pelo “desencaixe de relações sociais de contexto local de interação e suas reestruturação através de extensões indefinidas de espaço e tempo” (GIDDENS, 1991, p. 21)

A mediação social profissionalizada é exclusiva das sociedades modernas na medida em que está associada aos processos que fornecem a modernidade um caráter de



formação social única a partir de processos de racionalização, diferenciação e constituição específica de padrões institucionais. A consagração de um agente profissional para ser um portador legítimo de um conhecimento para práticas mediadoras é em primeira instância um processo gerido por instituições qualificadas nesses padrões modernos, o que mostra que o caráter institucional é diretamente relacionado à natureza dos processos de mediação. Tais definições possibilitam à análise de um contexto em que a mediação social adquire conotação específica dentro de políticas públicas inerentes a um projeto de desenvolvimento.

1.1 MEDIAÇÃO SOCIAL E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

Sendo o termo desenvolvimento recorrente em projetos de intervenção mas que se apresenta sob significados diferenciados cabe interrogar como a mediação é operacionalizada dentro de enquadramentos institucionais que buscam produzir adesões a uma projeção de mudança social. Saindo de uma proposta metodológica de viés normativo, o desenvolvimento pode ser compreendido a partir da presença de uma “configuração desenvolvimentista” - um universo de *experts*, burocratas, representantes de ONGs, pesquisadores, técnicos – que vivem de alguma forma do desenvolvimento de outros, mobilizando e gerenciando recursos materiais e simbólicos (SARDAN, 1995). Dentro desse tipo de configuração, há aqueles agentes que ocupam posições de contato e negociação junto aos setores-alvo, sendo que as práticas dos agentes intermediários adquirem uma conotação específica. “Os mediadores, nesse contexto, assumem o papel de agentes de desenvolvimento”(NEVES, 2005, p. 183)

A partir da mediação social operacionalizada por certos agentes sociais dentro de um projeto de desenvolvimento podemos visualizar as contradições inerentes a formação de um significado que conduz tal projeto social normativo. Em seguida, por ser uma forma de entender como se dá a produção e por quais significados o termo

Segundo Sardan (1995), um duplo aspecto que caracterizam processos de mediação em projetos de desenvolvimento: a primeira delas consiste na mediação que posiciona o mediador como porta voz do conhecimento técnico-científico e a segunda como negociações e trocas do mediador entre diferentes tipos de conhecimento principalmente entre a arena das instituições e a arena local. A contradição é caracterizada na “medida em que as instituições que administram o projeto de desenvolvimento apontam um único desses papéis: o de porta voz do saber técnico-científico” (SARDAN, 1995, p.156)



Sendo capacitados para conduzirem projetos que objetivam promover mudança social os agentes de desenvolvimento são estimulados pelo conjunto institucional desenvolvimentista para uma operação de desqualificação e não de comunicação com o *savoir-faire* dos mediados (SARDAN, 1995).

Por outro lado, mesmo que a mediação social em contextos de intervenção se dê por meio de imposições de uma forma cognitiva sobre outras, há um transito de lógicas de conhecimento diferentes, o que significa que o conjunto de crenças dos mediados também influencia nas práticas do mediador, este que busca construir consensos perante o conflito entre diferentes representações e práticas sociais. Os processos de mediação por esse aspecto direcionam o mediador dentro de processos de negociação a partir de uma via “pedagógica destinada a mudar comportamentos e visões de mundo” (NEVES, 2005, p.190).

Neste aspecto, o próprio mediador exalta o conjunto de instituições que o consagrou profissionalmente: ele se auto-atribui um porta-voz do conhecimento técnico-científico - muitas vezes até como um salvador/emancipador – aquele que difunde novas informações entre um conjunto de receptores ora colocados como detentores de um saber insuficiente ora como agentes passivos, e que necessitam de uma intervenção externa que os capacite para uma mudança benéfica.

2. O PROJETO ADRS: MEDIAÇÃO SOCIAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CAPRINOCULTURA LEITEIRA NO CARIRI PARAIBANO

Antes de passar para a discussão sobre os processo de mediação que envolvem os ADRS precisamos esclarecer sob quais bases institucionais estes mediadores se apóiam.

O projeto ADRS tem origem no projeto Agente de Desenvolvimento Rural (ADR) do SEBRAE que surge em 2003 junto ao Pacto Novo Cariri⁵ com uma proposta de formação de jovens técnicos que fossem recrutados dos mesmos municípios em que iriam trabalhar, buscando compartilhar um conhecimento técnico da criação de caprinos junto a uma vivência próxima ao local do produtor facilitando a difusão de conhecimentos (SEBRAE, 2003, p. 20). Dependendo do tamanho do município, existem de 1 a 3 ADRS que fazem acompanhamentos quinzenais na propriedade dos produtores

⁵ O Pacto Novo Cariri consistiu em um acordo no início da década de 2000 um acordo informal entre a sociedade civil, prefeituras municipais e instituições privadas mobilizadas para que a caprinocultura seja alçada como a atividade capaz de efetivar um projeto de desenvolvimento para o Cariri paraibano (CAVALCANTI, 2007).



cadastrados⁶, que são registrados em relatórios mensais que o ADRS entrega ao SEBRAE ou a cooperativa do município o qual está vinculado.

O pré-requisito para ser ADRS é ter ensino médio de preferência técnico-agrícola. A capacitação consiste em aulas teóricas e de campo durante um curso de 10 a 15 dias realizado na sede do Centro de Desenvolvimento da Caprinovinocultura (CENDOV) no município de Monteiro.

O contrato do ADRS é de 1 ano podendo ser renovado. A remuneração pouco mais de um salário mínimo adicionada à comissões dadas pelas usinas de beneficiamento do leite e assistência de transporte feito por motocicletas que o ADRS utiliza.

Alterações recentes⁷ ocorreram no programa do ADR ligadas a uma diminuição da participação do SEBRAE como principal instituição na seleção e formação de agentes, sendo que um conjunto de cooperativas (principalmente a COOAGRIL), que administram as usinas de leite e o Banco do Brasil ocupam cada vez mais espaço na gestão do programa que muda de nome para Agente de Desenvolvimento Regional Sustentável.

2.1 A MEDIAÇÃO SOCIAL DO ADRS NA IMPOSIÇÃO E LEGITIMAÇÃO DE UM PADRÃO PARA A CAPRINOCULTURA

O mediador é porta voz de uma “linguagem-desenvolvimento” (SARDAN, 1995, p. 156). O ADRS, é munido de um saber técnico-científico que, na forma de imposição de representações sociais baseadas em um único modelo de conhecimento, busca legitimar uma racionalidade para a criação de caprinos. Este “idioma técnico” é composto pelas seguintes diretrizes que são os principais pontos avaliados no relatório mensal de avaliação que o ADRS elabora:

1) **Seleção de raças de animais e práticas produtivas:** o ADRS caracteriza as heterogeneidades de um rebanho para uma seleção dos melhores animais segundo a capacidade produtiva (para o leite) e reprodutiva. Com dispositivos e técnicas de identificação dos animais (como uso de brincos) registra-se informações como

⁶ Para ser assistido pelos ADRS o produtor deve estar antes vinculado a alguma associação, o que mostra outra “bandeira” defendida pelo SEBRAE que é a do associativismo como forma “de superar debilidades peculiares e e dispor de poder político para levar suas reivindicações” (SEBRAE, 2003, p. 7)

⁷ Estas mudanças institucionais estão relacionadas com alterações no perfil dos ADRS que não mais consiste apenas em jovens técnicos recém formados mas também em técnicos que já tiveram outras experiências profissionais de assistência técnica agropecuária seja na EMATER, sindicatos ou cooperativas de produtores rurais.



nascimento, idade, peso e lactação das fêmeas. Os dados são computados em fichas cadastrais que são utilizados para referenciar o ADRS para fazer uma série de sugestões ao produtor: preferência a formas de criação intensiva ou semi-intensiva; adoção de raças exógenas com melhor potencial leiteiro (como a Saanen ou Toggenburg) ; limpeza nas tetas no momento da ordenha das cabras; controle hormonal, reprodutivo e vacinação dos animais; descarte daqueles que estão doentes ou velhos.

2) **Construção de instalações na propriedade:** a construção de instalações é vista como um meio fundamental para facilitar práticas de melhor controle sanitário e de nutrição além de estabelecer uma viabilidade econômica a longo prazo para a caprinocultura tais como construção de curral de manejo de alvenaria (em detrimento aos rústicos) e sala de ordenha para um controle mais rígido da separação das cabras em gestação e lactação do resto do rebanho além da exigência de que a ordenha feita em um espaço específico. O ADRS auxilia também nos procedimentos de crédito necessários para que o produtor obtenha recursos para construir tais instalações.

3) **Nutrição animal:** inserção de espécies forrageiras de capim - sorgo, capim elefante, capim buffel, palma - em substituição do uso de pastagem natural para alimentar o rebanho. O fator nutricional é colocado como de central importância para uma estratégia produtiva eficiente e principalmente para o leite estar enquadrado nos rigorosos padrões exigidos pelas usinas para que o leite seja destinado aos programas governamentais de distribuição de alimentos.

A legitimação de um padrão desenvolvimentista pelo processo de mediação é feita também em consonância com “uma desqualificação de certos saberes e modos de participação” (NEVES, 2005, p.190). Essa operação é feita a partir da desqualificação de qualquer conhecimento que o produtor venha a ter sobre a caprinocultura, sendo o ADRS um “mensageiro” de inovações. A positividade da mensagem técnica do mediador perante a passividade do seu receptor pode ser evidenciada na publicidade que envolve o projeto desenvolvimentista. No trecho abaixo, são colocadas questões de um produtor antes e depois de receber a assistência técnica do ADRS:

O caprinocultor paraibano Cícero dos Santos demorou a entender. Afinal, por que raios tinha de lavar as tetas das cabras e separá-las dos machos antes de começar a ordenha? Agora, ele não apenas sabe a importância dessas técnicas para evitar odores desagradáveis no leite, como as ensina a outros produtores da mesma comunidade. “É importante higienizar as tetas para garantir a qualidade do leite e separar o macho porque o cheiro dele também pega



no produto”, explica. (REVISTA SEBRAE AGRONEGÓCIOS, 2003, p. 13)

A adjetivação institucional de portador de uma “salvação” corresponde à atribuição que os mediadores fazem de si mesmo. Isso fica claro na forma como os ADRS se auto-reconhecem dentro da sua prática profissional. Nas entrevistas com os agentes notamos um padrão de atribuições que convergem para a imagem de um guia, orientador de mudanças positivas para os produtores. Perguntado sobre a sua função um ADRS da cidade de Sumé respondeu:

É visitar (...) orientar o produtor na higiene do leite, higiene das instalações, o manejo animal, tudo que for da área de caprino e ovino, higiene (...).orientar eles a ter mais cuidado no suporte forrageiro, não depender só da ração.

Portanto, a dimensão da mediação social do ADRS reconhecida pelo SEBRAE e pelos próprios agentes é aquela voltada unicamente por uma imposição de um *savoir-faire* legitimado como uma “salvação” para a caprinocultura no Cariri Paraibano.

2.2 A MEDIAÇÃO SOCIAL DOS ADRS E A NEGOCIAÇÃO ENTRE DIFERENTES SABERES E RACIONALIDADES SOBRE A CAPRINOCULTURA

Por outro lado há um aspecto da mediação social dos ADRS geralmente negligenciado por um discurso dissimulado das instituições que conduzem a intervenção. É uma dimensão da mediação em que podem ser visualizados os conflitos e tensões entre diferentes visões de mundo envolvidas em um projeto de desenvolvimento e que exhibe um produtor rural que não é passivo diante das inovações propostas pelas políticas públicas das quais ele é alvo.

Mesmo aceitando o engajamento em processos de mudanças intencionais, os reivindicados beneficiários não podem ser pensados sob a metáfora da esponja de água. Eles tentam reordenar os objetivos reconhecidos conforme seus interesses e saberes mais imediatos. Integram-se para tornar suas expectativas, valores e pontos de vista factíveis e objetiváveis, para além de tornar seus os objetivos apresentados no contexto dos processos de mudanças (NEVES, 2008, p. 36)

No contexto empírico, caracterizamos esses referenciais de conhecimento a partir das condições produtivas de dois caprinocultores assistidos pelos ADRS na cidade de Sumé. Sem discutir se são práticas corretas ou incorretas do ponto de vista técnico, o mais importante é constatar a combinação de diferentes racionalidades referenciadas na criação de caprinos.



O **produtor 1⁸** aderiu ainda no ano 2000 à caprinocultura leiteira. Tem sua propriedade na localidade “Pitombeira” às margens do açude de Sumé - possuindo uma fonte hídrica perene e abundante. Sua propriedade conta com: dois currais distintos utilizados para alimentar os animais – um curral gradeado (que impede que os animais batam uns nos outros na hora da alimentação), um cercado destinado a separar animais em processo de lactação e outro para os filhotes além de áreas cultivadas com suporte forrageiro – capim buffel e palma. O produtor adquiriu animais – pelo projeto Dom Helder - de raças próprias para produção de leite; e tem também uma sala de ordenha. Utiliza de práticas extensivas e intensivas para alimentar os animais. E, segundo ele, os animais em lactação sempre comem concentrado

(...) sempre tem de comer palma, né?(...) genética pra leite não tem troço melhor que esse ai não, viu?

O produtor explica as transformações ocorridas no espaço da propriedade, visando melhoramentos na produção leiteira para que o produto seja aceito na usina entre as quais destacam-se: a construção da sala de ordenha afastada do curral - construída com recursos obtidos por crédito PRONAF – e a limpeza das tetas das cabras utilizando toalhas descartáveis. Quando perguntado sobre os motivos que o levaram a vender alguns animais no ano anterior o produtor explica que além de pagar o financiamento, o dinheiro foi utilizado para os seguintes fins

Guarda pra um canto. A gente tem os meninos que moram de aluguel né? Os meninos que estudam moram de aluguel (...) uma menina e um menino. O menino trabalha (...) ele ensina no colégio, da aula de português no colégio e a tarde vai pra universidade daí, daqui do campus de Sumé e a noite pra Monteiro

Por sua vez, **o produtor 2** tem sua propriedade na localidade de “Terra Vermelha”⁹ e possui menor disponibilidade de recursos hídricos. O produtor afirma que conheceu a caprinocultura, primeiramente pela herança familiar, já que seus pais já praticavam a atividade quando moravam em outra localidade na zona rural de Sumé. Em 2006, ele decide produzir leite de cabra na sua propriedade a partir da aquisição de animais exclusivamente para produção leiteira da raça *Saanen* e da construção de uma sala

⁸ Esse primeiro exemplo foi retirado do artigo de Gamboa e Cunha (2011) sobre o processo de (re) pecuarização no Cariri Paraibano relacionado as transformações de estratégias produtivas pelos incentivos públicos

⁹ Os dados desse produtor foram obtidos a partir da aplicação de questionários com uma amostra de 27 produtores nessa localidade.



ordenha na propriedade. Há também áreas cultivadas com suporte forrageiro. As cabras foram obtidas junto ao Projeto Dom Hélder enquanto que o crédito para construir as instalações foi do PRONAF. Sendo estimulado pelos ADRS para criar essas cabras na sua propriedade, o produtor foi orientado para uma estratégia produtiva intensiva de confinamento e semi-confinamento dos animais. Contudo, ele alega que não seguiu todas as orientações técnicas, utilizando de práticas extensivas para alimentar os animais. Segundo ele deixar

apenas trancado não deu certo Por isso decidi alimentar elas soltando uma parte da manhã e alternar com a ração dada no cocho, pra não perder por completo, né? (...) as matrizes não se adaptaram bem (...) eram umas cabras criadas em estábulo (...) nesses negócios todos o clima era outro (...)

Posteriormente, o produtor perdeu alguns animais e vendeu o restante, desistindo da criação de cabras leiteiras alegando que o preço alto dos insumos e ração e a ausência de um acompanhamento técnico eficiente no trato dessas raças exógenas.

Esses dois exemplos demonstram operações guiadas por várias racionalidades no qual o produtor utiliza para uma série de referências para justificar tanto sua adesão ao padrão técnico mas também a combinação com outros fatores cognitivos possíveis. No produtor 1 é possível perceber uma adesão maior ao projeto de desenvolvimento propagado pelo ADRS a partir da incorporação na sua explicação de termos repassados pelos técnicos dos programas de incentivo a pecuária na região e no direcionamento dado a produção. Por outro lado, o produtor 2 referência à caprinocultura na forma como seleciona e descarta elementos de um *savoir-faire* técnico-científico da criação de caprinos. São racionalidades que entrelaçam um saber herdado acerca da pecuária principalmente da família e os padrões técnicos repassados pelos ADRS e que são exigidos para a produção leiteira.

Cabe problematizar em quais processos de mediação o ADRS encontra-se envolvido enquanto mediador que além de (trans) portador de uma racionalidade técnica é um agente colocado em uma situação de cruzamentos de significados opostos e na necessidade de construção de referenciais comuns para adesão no projeto desenvolvimentista.

Mesmo que o ADRS atribua a si uma imagem apenas de portador de um saber técnico-científico e até mesmo rejeite qualquer outro tipo de conhecimento que não seja aquele defendido pela instituição que o capacitou, na dimensão prática de sua atividade



profissional - envolvida diretamente com as interdependências - o agente de desenvolvimento deparando-se com as diferenças busca criar zonas de intercâmbio entre formas de representação social sobre a caprinocultura. Essas operações práticas não pressupõem necessariamente uma “consciência” dos mediadores: são referenciais que são, ao mesmo tempo, construídos e operantes no lugar de encontro de distintas práticas e esquemas de classificação pela incorporação que o mediador social faz das diferenças para negociar o consenso.

Destacam-se os processos de mediação sustentados em vínculos dados pela temporalidade ao nas relações entre mediadores e mediados. A visita periódica e o fato de ser do mesmo município onde atua, auxilia na constituição de um laço de confiança¹⁰ com o agricultor familiar com o ADRS, que fornecem possibilidades mais amplas para difusão de novos conhecimentos por um processo de comunicação constante. Tal vínculo também delimita uma ambigüidade no exercício da mediação que se organiza por uma dominação via imposição de conhecimentos, “mas ao mesmo tempo em que é vetor de uma relação de trocas sociais” (ROS, 2008, p.99).

Na sua prática profissional o mediador se depara com situações de conflito entre a transmissão de inovações e a forma preestabelecida que o produtor possui sobre a pecuária. O que os mediadores ADRS colocam como uma “etapa transitória” ou “tentar quebrar a resistência do produtor ao aderir ao projeto” trata-se de negociações de conhecimentos e práticas sociais em conflito apoiadas na atividade pecuária. Para cumprir a proposta de desenvolvimento que foi delegado o ADRS busca conciliar visões de mundo polarizadas a partir da caprinocultura: desde a parte técnica na sugestão de combinações entre práticas intensivas e extensivas, inserindo a vegetação exógena para alimentação, ao mesmo tempo em que orienta o produtor para uso provisório da pastagem natural, passando por uma rotina de trabalho que envolve a participação do mediador nas reuniões da associação para apresentar projetos aos produtores, o acompanhamento das reivindicações dos produtores acerca do rebanho, e a criação de condições que facilitem a adesão de mais agricultores familiares às propostas dos bancos e demais agências de desenvolvimento.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁰ Um exemplo desse laço de confiança pode ser visto quando o produtor fornece dados pessoais (número de identidade e CPF) ao ADRS para que ele vá a cidade e prepare a documentação prévia para alguma operação de crédito. Até mesmo na experiência da pesquisa esse laço de confiança foi visto, quando o ADRS apresentava o pesquisador aos produtores e também intermediava o diálogo.



A partir deste caso dos processos de mediação relativos aos ADRS em políticas públicas voltadas para a caprinocultura no Cariri Paraibano, enfatizamos no duplo-aspecto que a mediação possui não para delimitar a existência de uma mediação que poderia ser apontada como negativa – a imposição de um saber junto à desqualificação do conhecimento dos grupos-alvo – e de outra positiva – a comunicação entre diferentes saberes no vínculo mediador-mediador. O esforço central consistiu em buscar compreender quais mecanismos contraditórios de um projeto de desenvolvimento que fazem com que apenas um aspecto do mediador social seja reconhecido – pelas instituições interventoras e até mesmo pelo próprio agente.

A contradição fica estabelecida quando se constata que é exatamente um viés da mediação comunicativa baseada em um vínculo não-reconhecido pelas instituições interventoras, como o SEBRAE, que é garantida à adesão à caprinocultura leiteira por parte dos agricultores familiares. Estes não sendo agentes sem conhecimento sobre a atividade produtiva que praticam, tem na figura do mediador ADRS uma facilidade maior para trocar informações e para expor os problemas com os quais se deparam ante as inovações, ou seja, com os ADRS é possível estabelecer uma relação mais próxima, comparada ao tipo de relação, estabelecida com outros técnicos (como os da Emater, ou de outras instituições). Mais do que um simples repasse de mensagens técnicas, o fato de agricultores familiares estarem aderindo a uma proposta de desenvolvimento pela inserção de padrões para a caprinocultura não é um efeito automático da entrada de conhecimento técnico-científico (como por vezes o próprio ADRS justifica), mas passa principalmente pelo estabelecimento de uma relação temporal construída entre os mediadores que são propagadores de uma proposta institucional e os mediados detentores de um universo cognitivo e racionalidades específicas na criação de caprinos.

Contudo, se há alguma efetivação da política pública para a pecuária de caprinos dada por essa relação temporal, esta fica ameaçada na medida em que o ADRS tem contratos de trabalho relativamente curtos (1 ano) e com o constante risco de não existir renovação. Tal situação contratual resulta da fragilidade na base institucional que sustenta o projeto ADRS que oscilou desde o início entre o SEBRAE e Fundação Banco do Brasil, sendo hoje sustentada mais pelas usinas e cooperativas de leite.

Além disso, a falta de reconhecimento de um aspecto fundamental do processo de mediação inerente aos ADRS faz parte de um procedimento dissimulador para manter certa aparência de que a caprinocultura tem um potencial “natural” para o Cariri



Paraibano que pode ser maximizado por um simples processo de difusão de informações e novos padrões junto a uma adesão imediata por parte dos produtores, sem que haja conflitos ou necessidade de uma intervenção negociadora e comunicativa entre os segmentos da política pública. Contudo, a análise que aqui incidiu sobre o processos de mediação social acerca dos ADRS delimitou que é por uma dimensão de conflitos e negociações inerentes as práticas profissionais desses agentes e que existe alguma adesão à caprinocultura leiteira junto aos agricultores familiares dentro de uma dimensão de conflitos e da construção processual de consensos pelos mediadores junto ao universo de conhecimentos e práticas sociais dos mediados.

Todas essas contradições inerentes a uma relação de mediação social estão conectadas com as do projeto de desenvolvimento em que os mediadores estão envolvidos. No caso estudado do Cariri Paraibano, problematizamos como a configuração desenvolvimentista pró-caprinocultura investe em mecanismos de dissimulação, que ao estimular uma atividade produtiva, fornece uma aparência harmônica de que há uma aceitação imediata de grupos sociais a um projeto de desenvolvimento. À falta de reconhecimento institucional de referenciais de sentido próprios ao pequeno caprinocultor é ligada a uma denegação de que na prática profissional do ADRS existam conflitos e tensões que exibem diferenciações cognitivas que vão contra certas noções propagadas pela articulação desenvolvimentista.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. O senso prático, Petrópolis, Vozes, 2009

CAVALCANTI, M.B Fatores impactantes na estruturação de arranjos produtivos locais: o caso da caprinocultura na região do Cariri Paraibano. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Dissertação (Mestrado em administração), Belo Horizonte, 2007.

DEPONTI, C. M; ALMEIDA, J. Sobre o processo de mediação nos projetos de desenvolvimento: uma reflexão teórica. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Rio Branco – AC.

DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. 4ªEdição, São Paulo, Martins Fontes, 2010.

GAMBOA, L.H; CUNHA,L.H . A '(re)pecuarização' do semi-árido nordestino: projetos territoriais e reconversões produtivas no cariri ocidental da Paraíba. VII



Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural (ALASRU), Porto de Galinhas - PE ,
2010

GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Editora da UNESP, 1991

GOMES, R.; MENESES, V. As políticas públicas de incentivo a '(re)pecuarização' no semi-árido nordestino': desenvolvimento, modernização e recomposição espacial. VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural (ALASRU), Porto de Galinhas - PE , 2010

MENESES, V.F ; GOMES,R.A. Dinâmicas institucionais e figuracionais da caprinocultura leiteira no Cariri paraibano: uma análise da constituição das associações e cooperativas, Relatório final de projeto PÌBIC/UFCG/CNPq, 2011

NEVES, D.P. Construção de novas competências para o desenvolvimento rural. In: Mota, D. M; SCHMITZ, H.; VASCONCELOS, H. E. (Orgs.) Agricultura familiar e abordagem sistêmica. Aracaju, 2005, p. 183-198

_____. Mediações sociais e mediadores políticos. In: NEVES, D.P. (Org.) Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR, 2008, v. 1, p. 21-44

REVISTA SEBRAE AGRONEGÓCIOS –, Nº6 , Outubro de 2007. p. 28-30

ROS, C.C. Mediação e conflito: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas, no norte da Província de Jujuy, Argentina. In: NEVES, D.P (Org.) Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR, 2008, p. 99-129.

SARDAN, J-P. O. Antrophologie et développement : essai en socio-antrophologie du changement social, Paris, Éditions Karthala, 1995

SEBRAE/PB. Capacitação de agentes de desenvolvimento rural (ADRs) para a caprinovinocultura. João Pessoa. 2003

WEBER, M. Ensaios de sociologia. GERTH, H.H; WRIGHT MILLS, C, (Orgs.) - 5. ed. - Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 1982



_____. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia
das Letras. 2004



GT 10 – Quadros institucionais de Políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento

Agricultura Familiar Ecológica Urbana e Periurbana em Nova Iguaçu (Brasil) e Rio Cuarto (Argentina)

Francisco Coelho Mendes¹

Cezar Augusto Miranda Guedes²

¹Doutorando/Professor Assistente/PPGCTIA–UFRRJ; E-mail: coelhomendes1970@gmail.com

²PhD/Professor Associado/PPGCTIA–UFRRJ; E-mail: cguedes@ufrj.br

Resumo

Este estudo tem por objetivo, comparar ações governamentais sobre assistência técnica para o desenvolvimento da agricultura familiar orgânica com base ecológica em área urbana e periurbana nos municípios de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro, Brasil) e Rio Cuarto (Córdoba, Argentina). Tem como objetivos específicos: identificar e caracterizar como funcionam as políticas de assistência técnica destinadas aos agricultores familiares ecológicos em área urbana e periurbana em Nova Iguaçu e Rio Cuarto; identificar qual a destinação dos produtos orgânicos desenvolvidos ou cultivados por agricultores familiares em áreas urbanas e periurbanas nos municípios pesquisados; identificar oportunidades de melhorias relativas à qualidade de vida do agricultor familiar ecológico nos municípios pesquisados. A metodologia adotada é do tipo pesquisa qualitativa e descritiva, com base em consultas bibliográficas, pesquisa documental, visitas técnicas, observação direta e realização de entrevistas (depoimentos), por amostragem, aos órgãos que prestam assistência técnica aos agricultores familiares nas regiões pesquisadas; bem como às associações e aos grupos de agricultores ecológicos, visando obter informações de pessoas experientes e comprometidas com a inovação e o desenvolvimento da agricultura familiar urbana e periurbana. A coleta de dados secundários se realizou no período de setembro de 2009 a junho de 2011. Já a coleta de dados primários se realizou no período de junho de 2010 a junho de 2011, por meio de consulta à Secretaria de Agricultura Familiar do Estado ou Município, à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), ao Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) e à Fundação Social do Município de Rio Cuarto; bem como às associações e aos grupos de agricultores orgânicos com base ecológica. Por fim, espera-se que este estudo sobre políticas públicas comparadas no Mercosul, com foco em assistência técnica à agricultura ecológica em área urbana e periurbana, possa propiciar melhorias nos processos de assistência especializada para o produtor familiar.

Palavras-chave: Políticas públicas; Agricultura urbana; Agroecologia.



Introdução

No Brasil, agricultura urbana possibilita a produção de alimentos de forma comunitária com uso de tecnologias de base ecológica em espaços urbanos e periurbanos ociosos. Com a mobilização comunitária, em especial com atuação das prefeituras municipais, são implementadas hortas, lavouras, viveiros, pomares, canteiros de ervas medicinais, criação de pequenos animais, unidades de processamento ou beneficiamento agroalimentar e feiras ou mercados públicos populares. Os alimentos produzidos são destinados ao autoconsumo, abastecimento de restaurantes populares, cozinhas comunitárias e venda de excedentes no mercado local, resultando em inclusão social, melhoria da alimentação, nutrição e geração de renda (CEPAGRO, 2010).

Conforme afirmam Aquino; Assis (2007), a agricultura orgânica em áreas urbanas deve sustentar-se nos princípios da agroecologia, baseado no uso responsável do equilíbrio biológico da natureza, uma agricultura orgânica que possibilita obter bons níveis de produtividade, evitando ao mesmo tempo os riscos de contaminação química para o agricultor urbano e os consumidores, bem como do meio ambiente.

Diante da importância da agricultura familiar orgânica ou ecológica nos municípios brasileiros e argentinos, Nova Iguaçu (Rio de Janeiro) e Rio Cuarto (Córdoba) são municípios cuja sua história tem como base a agricultura familiar. Vários projetos e programas têm contribuído para o desenvolvimento da agricultura familiar nesses países, por meio de leis, incentivos, convênios e programas como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Brasil), apoiado pelo MDA e o Fórum Nacional de Agricultura Familiar - FoNAF (Argentina), apoiado pela SAGPyA, que objetiva fomento, assistência técnica e desenvolvimento rural.

É notório que, o Brasil e a Argentina possuem uma diversidade de fontes econômicas, entre elas, a agricultura familiar constituída por pequenos e médios produtores, que representam a maioria dos ruralistas do Mercosul. Este estudo apresenta resultados parciais de uma tese de doutoramento que busca contribuir com a atual gestão das políticas públicas de assistência técnica à Agricultura Familiar Orgânica com base ecológica, especificamente em Nova Iguaçu (Rio de Janeiro) e em Rio Cuarto (Córdoba). Portanto, a questão é identificar de que forma essas políticas favorecem aos agricultores familiares orgânicos. Sabe-se que a Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER, 2010), aprovada e sancionada pelo Governo Federal da República do Brasil em 2010 permitiu o lançamento de várias chamadas públicas para a seleção e contratação de entidades



prestadoras de serviço para assistência técnica visando atender a mais de 165.000 produtores familiares em treze Estados brasileiros, principalmente os assentados da reforma agrária.

A seguir, observa-se uma explanação a cerca do panorama da agricultura familiar orgânica com base ecológica em Nova Iguaçu (Rio de Janeiro) e em Rio Cuarto (Córdoba), e se apresenta os resultados de alguns depoimentos obtidos nos municípios pesquisados, que retratam sobre agricultura familiar ecológica em área urbana e periurbana.

2. Agricultura Ecológica Urbana e Periurbana em Nova Iguaçu (Rio de Janeiro)

No que diz respeito à agricultura orgânica com base ecológica em Nova Iguaçu, ainda não existem dados oficiais sobre o número de produção orgânica dentro do município, porém algumas ações políticas apoiadas pela prefeitura de Nova Iguaçu e ONGs da região já puderam ser observadas. A prefeitura de Nova Iguaçu participa e opera diretamente o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar) e adquire produtos orgânicos para a merenda escolar da associação de agricultores familiares que produzem hortaliças orgânicas em faixas de dutos da Petrobras contando com apoio técnico do Instituto Terra e recursos daquela empresa petrolífera. (FONSECA, 2009). Isso nos permite identificar um dos destinos da produção familiar orgânica com base ecológica em Nova Iguaçu, que nos mostra a necessidade de políticas e forma de captação de recursos para o fomento e o cultivo ecológico em área urbana e periurbana, que é o caso de Nova Iguaçu.

O projeto elaborado pelo Instituto Terra, gerido pela entidade ambientalista Onda Verde (situada em Tinguá) e submetido à Transpetro (empresa subsidiária da Petrobrás), com o objetivo de trabalhar com as famílias residentes próximas às faixas de dutos da Transpetro na região metropolitana do Rio de Janeiro (mais precisamente Nova Iguaçu e Duque de Caxias), visa ocupar estas faixas com produção de horticultura orgânica.

Inicialmente o Instituto Terra conduziu um processo de seleção das famílias residentes próximo aos dutos interessadas em trabalhar com horticultura, realizou-se um seminário de apresentação da metodologia do proposto projeto. Após esse processo, em junho de 2006, realizou-se um grande mutirão que marcou o início dos trabalhos na faixa de dutos, começando os primeiros plantios. Toda a metodologia adotada pela equipe técnica do Instituto Terra preconizava um sistema de organização comunitária para viabilizar a comercialização dos produtos oriundos das hortas implantadas, assim como o acompanhamento técnico, a aquisição de insumos e o planejamento da



produção. As famílias beneficiadas pelo projeto passaram a ser organizadas em 4 núcleos, 3 em Nova Iguaçu (nas comunidades de Geneciano, Figueira e Gerald Anon) e 1 em Duque de Caxias (na comunidade do Amapá). A primeira experiência com comercialização foi a realização de uma feira local, que não conseguiu escoar toda a produção do grupo de produtores familiares, tendo os produtores que fazer doações dos produtos em suas comunidades (COOPERATIVA UNIVERDE, 2009).

Em 2007, os agricultores familiares das faixas de dutos passaram a entregar sua produção para a merenda escolar das prefeituras de Nova Iguaçu e de Duque de Caxias. Expandiu também a participação em feiras na região, ao comercializar na Feira da Roça de Nova Iguaçu e em feiras na Igreja Messiânica. Em 2008 foi realizado um processo de formação do grupo em associativismo e cooperativismo que durou três meses, criando as bases necessárias para fundação da Cooperativa de Agricultura Familiar e Produtos Orgânicos Univerde. Vale ressaltar que, atualmente a Univerde é composta por 40 famílias e não conta com recursos oriundos da Petrobrás, nem com o acompanhamento técnico do Instituto Terra, utiliza as faixas de dutos para a produção agrícola e se mantém com seus próprios recursos, fundamentada nos princípios da autogestão (COOPERATIVA UNIVERDE, 2009).

Conforme a entidade ambientalista Onda Verde (2011), a iniciativa da Petrobrás de realizar cultivos de hortas ecológicas e passar a gerenciar uma unidade de processamento para higienização, resfriamento, embalagem e certificação dos alimentos produzidos (alface, beterraba, chuchu e outros), recebeu o prêmio *International Environmental & Social Responsibility da International Pipeline Conference & Exhibition*, evento realizado na cidade de Calgary, no Canadá. A premiação é considerada o “Oscar” da indústria mundial de dutos e reconheceu mundialmente a importância da iniciativa apoiada pela Petrobrás.

Observa-se que a grande importância desse tipo de projeto, que ao mesmo tempo envolve educação, preservação ambiental e inclusão social aos moradores e a comunidade, põe em prática os princípios da agroecologia, por meio da produtividade, sem contaminação química para o *agricultor urbano*¹ e periurbano, consumidores e meio ambiente.

¹ A agricultura urbana é uma prática antiga e sua retomada por comunidades urbanas de baixa renda tem gerado resultados favoráveis. Contribui para a segurança alimentar dos agricultores familiares envolvidos, fortalece vínculos de vizinhança e valoriza a cultura e o conhecimento popular. Observa-se que a agricultura urbana tem forte participação feminina (ALMEIDA, 2004).



Nesse contexto, a EMATER-Rio é responsável pela assistência técnica e extensão rural no Estado do Rio de Janeiro que beneficia prioritariamente: agricultores familiares, assentados da reforma agrária, descendentes de quilombolas, agricultores empreendedores, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, aquícultores e extrativistas, caiçaras e ainda aqueles que desenvolvem atividades não agrícolas, nas diversas comunidades rurais e pesqueiras das microbacias. Uma de suas unidades localiza-se em Nova Iguaçu, que atende as demandas dos municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Queimados, Belford Roxo e Japeri (que serão considerados nesta pesquisa como microrregião iguaçuana).

Um dos principais projetos desenvolvidos pela EMATER-Rio, em Nova Iguaçu, é a Escolinha de Agroecologia, projeto realizado em parceria pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e EMATER-Rio de Nova Iguaçu, que teve seu merecido reconhecimento conferidos pelo Fórum de Cultura da Baixada Fluminense em 2009 e pelo Prêmio CREA-RJ de Meio Ambiente em 2010 na Baixada Fluminense na categoria Meio-Ambiente. O objetivo do projeto é capacitar agricultores familiares, estudantes de ciências agrárias e agentes de pastoral, com carga horária de 120 horas, que aborda temas como introdução à agroecologia; manejo ecológico do solo, práticas conservacionistas, adubação verde, compostagem e substratos alternativos para sementeiras; vermicompostagem; inoculação de sementes de leguminosas; águas – uso racional, conservação e legislação; visão crítica sobre história dos agrotóxicos e transgenia; identificação de pragas e doenças das plantas; métodos alternativos de controle de pragas e doenças; sistemas agroflorestais; homeopatia aplicada à agropecuária; piscicultura; apicultura; criação de aves semiconfinadas; saneamento rural, entre outros. Procura-se mesclar aulas teóricas (ilustradas com vídeos de curta duração e apresentações digitais) e práticas, com demonstrações de método e excursões. As aulas são quinzenais e vão de março a dezembro. Entre os instrutores há técnicos da EMATER-Rio, pesquisadores da EMBRAPA Agroecologia e da PESAGRO-Rio, da FAPERJ, do Instituto Logus (MG), da UFRRJ e também produtores rurais (EMATER-Rio, 2011).

A Escolinha de Agroecologia já existe desde 2007 e vem capacitando uma média de 40 alunos por ano, oriundos dos municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Queimados, Belford Roxo e Japeri. Muitos dos alunos são componentes de diretorias de associações e cooperativas de produtores rurais, e membros de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Em 2010, o projeto recebeu apoio financeiro do



MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), CPT, Cáritas Brasileiras, AS-PTA e CISV, além do apoio da Igreja São Jorge em Nova Iguaçu, onde são ministradas as aulas teóricas (EMATER-Rio, 2011).

Conforme depoimento, em 09mai2011, da Engenheira Agrônoma responsável pela unidade da EMATER-Rio em Nova Iguaçu, na prestação da assistência técnica aos produtores familiares são encontradas algumas dificuldades, pelo fato da EMATER-Rio ser um órgão do Estado e o quadro de funcionários ser bastante reduzido em relação a demanda de serviço, dificultando o atendimento ao público. A EMATER-Rio de Nova Iguaçu tem no seu quadro efetivo apenas 6 funcionários, que são três agrônomos, um técnico agrícola, um assistente social e um veterinário para atender as demandas não só do município de Nova Iguaçu, mas também dos municípios de Nilópolis, Queimados, Belford Roxo, Japeri e Mesquita. São feitos em média 150 atendimentos de assistência técnica aos agricultores familiares por funcionário para cada ciclo de cultivo, no universo médio de 500 estabelecimentos rurais cadastrados.

A Engenheira Agrônoma aponta que, a maioria dos produtores de Nova Iguaçu desenvolve técnicas de agriculturas ecológicas. Os mesmos não possuem certificação de agricultura orgânica como é exigido para os produtos orgânicos, porém os produtos ecológicos têm sua qualidade garantida pelo atestado emitido pela EMATER-Rio que primeiramente avaliam o produtor e seu sistema de produção adequado ao modo de produção ecológica, partindo do princípio de que o ambiente de cultivo é trabalhado pela família para que o produto chegue as mãos do consumidor com o mínimo de resíduos tóxicos possíveis, incluso a compostagem (processo biológico em que os microrganismos transformam a matéria orgânica, como estrume, folhas, papel e restos de comida, num material semelhante ao solo, a que se chama composto, e que pode ser utilizado como adubo) e a biodiversidade, visto que numa propriedade pode ser cultivada várias culturas por rotatividade ou consorciadas.

Segundo o depoimento, em 11mai2011, do coordenador da feira da roça em Nova Iguaçu, a feira é resultado de anos de luta dos agricultores familiares de Nova Iguaçu e atualmente comemora-se pela inserção da proposta no plano diretor do município, mediante política de desenvolvimento agrário sustentável em Nova Iguaçu. A feira já existe desde 2006 e conta com a parceria da CPT (Coordenadoria Pastoral da Terra na Baixada Fluminense), STRNI (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu e EMATER-Rio, com patrocínio do MAPA, Cáritas Brasileiras e apoio da prefeitura municipal de Nova Iguaçu que cede o espaço na Praça Rui Barbosa,



localizada no centro comercial da cidade. A prefeitura fornece também o transporte para os agricultores familiares levarem seus produtos da roça para a comercialização na feira. A feira reúne produtores dos bairros de Marapicu, Tinguá, Jaceruba e Vila de Cava. Alguns produtos comercializados são: aipim, banana, cajá, pimenta, mel, queijo, lingüiça, palmito, ervas medicinais, hortaliças etc.

Conforme o depoimento, em 12mai2011, do coordenador da feira da roça de Queimados, a feira da roça reúne produtores familiares dos bairros de Vista Alegre e Chapadão, os produtores contam com um pequeno espaço cedido pela prefeitura de Queimados ao lado da estação de trem, porém lutam por um espaço maior para alocar mais produtores. O coordenador da feira afirma também que os produtores transportam por conta própria a mercadoria para a comercialização, pois a prefeitura não disponibiliza transporte. Geralmente, comercializam banana, limão, laranja, mamão, aipim, cajá, hortaliças, cachaça artesanal etc.

É válido considerar também que o atestado de produtor agropecuário emitido e assinado por um engenheiro agrônomo da EMATER-Rio, fica bem visível nas barracas de cada produtor familiar retratando a credibilidade e procurando mostrar ao consumidor que seus produtos são de qualidade ecológica.

Cabe ressaltar que todos os agricultores da feira da roça já participaram ou participam da Escolinha de Agroecologia realizado pela EMATER-Rio e a maioria dos entrevistados recebem visitas técnicas em suas propriedades para serem orientados de como melhorar o cultivo, a distribuição e a comercialização dos seus produtos orgânicos com base ecológica.

Em visita técnica a cooperativa Univerde, no dia 16mai2011, onde as famílias cultivam produtos ecológicos (dentre eles: alface, quiabo, abóbora, pepino, cenoura, inhame, rúcula, chicória, mostarda, couve, almeirão, aipim, cheiro verde, cebolinha, coentro, batata doce, milho, vagem, ervilha, repolho, beterraba, jiló, taioba etc) em lotes concedidos pela empresa Transpetro (Petrobras Transporte S/A), observa-se que os agricultores familiares locais produzirem nas terras por onde passam os dutos nos bairros de Figueira, Geneciano e Gerald Danon, no município de Nova Iguaçu. Com o fim do projeto patrocinado pela Transpetro, a cooperativa garantiu a concessão da empresa para continuar a explorar os lotes já distribuídos. Hoje, a cooperativa conta com 24 produtores familiares e 16 lotes para produção. Conforme depoimento, em 16mai2011, da presidente da cooperativa Univerde, a mesma afirma ainda que o projeto do cultivo em áreas de dutos contou com a ajuda inicial do Instituto da Terra e da



entidade Onda Verde, bem como o patrocínio da Transpetro que compravam os insumos orgânicos de São Paulo durante o projeto. A Transpetro financiou um caminhão para transporte da produção ecológica, uma tobata para tratamento da terra e uma agroindústria de beneficiamento de produtos para a cooperativa. Quando acabou o projeto, a cooperativa ficou com dificuldades financeiras, principalmente para a obtenção de mudas, que passaram a serem compradas de produtores dos municípios da serra fluminense e o custo de manutenção do caminhão tornou-se cada vez mais caro e teve que ser vendido para pagamento das dívidas adquiridas pela cooperativa e uma kombi foi comprada para escoamento da produção. Hoje, a cooperativa conta com 24 produtores familiares e 16 lotes para produção.

A presidente da cooperativa Univerde (16mai2011) afirma que o projeto foi deficiente no que tange a assistência técnica, pois preferiram importar uma tecnologia japonesa, cujos pacotes orgânicos já vinham prontos, com o objetivo de obter um resultado imediato e quando terminou o projeto ficou inviável para as famílias continuarem devido ao alto custo. Não foram ensinadas técnicas para que fossem desenvolvidas de maneira sustentável com as famílias. Apesar das dificuldades, a produção ainda continua e com o propósito de também produzir suas próprias mudas para aperfeiçoar sua produção e reduzir custos, para isso os produtores familiares estão fazendo curso de produção de mudas realizado pela EMATER-Rio. A própria presidente da cooperativa Univerde confirma ter participado do curso de capacitação na Escolinha de Agroecologia da EMATER-Rio e os conhecimentos adquiridos foram multiplicados às demais famílias de agricultores familiares da cooperativa Univerde.

A produção da cooperativa Univerde é distribuída da seguinte forma: 30% da produção é para consumo próprio, 30% para o PAE (programa de alimentação escolar) do município e 40% é comercializada na Feira da Roça em Nova Iguaçu, na feira da UFRJ, na feira da Transpetro e também em cestas por encomenda. No que diz respeito à distribuição para a merenda escolar em Nova Iguaçu, a cooperativa já chegou a fornecer alimentos a 159 escolas no ano de 2008. Atualmente, a Univerde recebe assistência técnica da cooperativa CEDRO (Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável), contratada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), para inserção de empreendimentos da Agricultura Familiar e seus gêneros alimentícios no Programa Nacional da Alimentação Escolar para os municípios do Rio de Janeiro junto a Secretaria Estadual de Educação, como: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São



Gonçalo, Belford Roxo, Magé, Petrópolis, Campos dos Goytacazes e Macaé no Estado do Rio de Janeiro (CEDRO, 2011).

Segundo depoimento, em 16mai2011, do biólogo que trabalha na entidade ambientalista Onda Verde, localizada na reserva biológica de Tinguá em Nova Iguaçu, ressalta que umas das atividades mais importantes da instituição é a assistência técnica para os processos produtivos dos agricultores de Tinguá. São 10 produtores familiares assistidos pela Onda Verde desde 2007, cuja produção de grande escala é de palmito, aipim, banana e goiaba. Para o biólogo o objetivo da assistência técnica aos produtores familiares é aumentar a produtividade com base ecológica, trabalhando o meio ambiente, despertando no produtor um olhar mais voltado para um local saudável e sustentável. Os técnicos acompanham os produtores e fazem orientações, como: preparação e correção do solo, fabricação e uso de compostagem, rotação de culturas, adubação, manejo do solo, cultivo de mudas e escoamento da produção. Outros projetos são desenvolvidos pela Onda verde: palmito legal, coleta seletiva, monitoramento de rios, educação ambiental e restauração florestal.

Em se tratando de agricultura familiar ecológica em área urbana e periurbana, a realidade argentina não difere muito da realidade brasileira, pois ambas são destinadas à subsistência e estão relacionadas às questões de seguridade social e alimentar. Nesse caso, o que interessa não é a certificação do produto orgânico por uma empresa certificadora, mas sim a veracidade da qualidade do produto de origem familiar mediante uma relação de confiança entre produtor e consumidor, que garante a existência do manejo ecológico da sua produtividade.

3. Agricultura Ecológica Urbana e Periurbana em Rio Cuarto (Córdoba)

Segundo depoimento de Gustavo Cimadevilla e Edgardo Carniglia, em 22out2010, a agricultura urbana local compreende um conjunto de atividades agroprodutivas (horta, granja etc) desenvolvidas no espaço da cidade e distribuídas por residências urbanas com propósito de subsistência de grupos familiares e/ou comercialização em pequena escala. A origem desta recente atividade de cultivo orgânico em área urbana se associa a estratégia de sobrevivência de parte da população urbana, bem como políticas públicas de diferentes níveis governamentais voltadas para a convergência das práticas rurais em área urbana.

As políticas públicas relacionadas com a agricultura familiar orgânica com base ecológica compreendem distintas iniciativas cujas metas incluem a contenção social e promoção comunitária. Os programas sociais específicos correspondem a diferentes



instâncias públicas que são responsáveis por sua implementação. Em Rio Cuarto, por exemplo, coincide o programa de agricultura urbana da Subsecretaria de Promoção Social local e o Prohuerta a cargo da agência local do INTA. Por outro lado, a situação da pobreza, da acessibilidade à informação e ao alimento de qualidade fazem com que os produtores familiares usem estratégias para melhorar o acesso a alguns alimentos básicos da dieta cotidiana. Essa iniciativa contempla as associações ou cooperativas na autoprodução de horta e granja para complementar a cesta básica, cujo custo se incrementa em função da alta da inflação ou da variedade de ofertas dos produtos alimentícios. Transcorrido aproximadamente duas décadas de implementação de projetos locais de agricultura urbana, é pertinente relevar seus alcances e limites com o propósito de que análises emergentes contribuam com o esforço de descontinuidade recorrente da pobreza, da desocupação, da informalidade de labor e da carência de acesso à alimentação de qualidade (CIMADEVILLA; CARNIGLIA, 22out2010).

Para Manzoni; Bisso; Copello (2010), na Argentina existem três programas que tratam da questão da agricultura urbana e periurbana (AUP): *Programa Municipal de Huertas*, *Programa Prohuerta* y *Programa de Autoproducción de Alimentos*. O *Programa Municipal de Huertas*, a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Social, é responsável pela capacitação para a produção de hortas e incorporação de hábitos alimentares, utilizando os recursos disponíveis e o tempo livre. Em cada família promove o desenvolvimento de atitudes de solidariedade e cooperação. O *Programa ProHuerta* (PH) é de âmbito nacional, executado pelo INTA com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social da Nação. Foi implementado desde 1992 com trabalhos técnicos, promotores voluntários e redes de organizações governamentais e da sociedade civil. O *Programa de Autoproducción de Alimentos* (PAA), fundado em 2002 é composto por estudantes, técnicos e profissionais da Universidade Nacional de Mar del Plata e do INTA, que juntamente com os produtores familiares urbanos e periurbanos promove um modelo de produção agroecológica, com base na participação e organização comunitária. Entre os três programas que trabalham com hortaliças ou olericultura. Tanto o PH como o PAA promover a produção agroecológica para consumo e comercialização de excedentes. Através da capacitação e criação de redes de monitoramento são abordados problemas relacionados à saúde, produtos saudáveis e saneamento ambiental.

Observa-se também que o INTA, em Rio Cuarto, tem como carro chefe dos programas de agricultura familiar ecológica em área urbana e periurbana o Prohuerta



(Programa de horta orgânica), que segundo depoimento de Laura Tamiozzo, em 20out2010, Engenheira Agrônoma, coordenadora do Prohuerta no INTA em Rio Cuarto, tem por objetivo: promover os benefícios básicos (insumos biológicos, assistência técnica, capacitação) para famílias e grupos ou agências da comunidade para gerar os seus próprios alimentos frescos de hortas e granjas; capacitar promotores voluntários da mesma comunidade ou de outras instituições (professores, agentes de saúde municipal, grupos religiosos, ONGs etc.), visando gerar, adaptar e aplicar tecnologias adequadas; estimular a organização das famílias envolvidas a incorporar em sua alimentação diária, frutas, legumes e outros produtos agrícolas, conservar e processar alimentos domésticos, participar de feiras livres, redes de troca e microempreendimentos.

O Prohuerta é destinado a pessoas vulneráveis em termos sociais, ao serviço das famílias urbanas e rurais localizados na "linha de pobreza" compreendidas as situações de pobreza estrutural e de setores empobrecidos pela queda de renda ou de desemprego. Ele também envolve as crianças em escolas em áreas socialmente críticas, priorizando aqueles com ensino médio. Nesse sentido, a população-alvo inclui desempregados, subempregados, os pequenos agricultores, trabalhadores rurais, comunidades indígenas, as famílias mais pobres e vulneráveis da população em termos de segurança alimentar (TAMIOZZO, 20out2010).

Mas cabe ressaltar que, o programa de agricultura orgânica com base ecológica em área urbana e periurbana de Rio Cuarto objetiva desenvolver solidariedade de forma participativa para a produção de alimentos, utilizando técnicas ecológicas que contribuem para a soberania alimentar e melhorar a economia familiar e da comunidade. Este programa tem como metas: adequar-se a novos hábitos, o projeto é uma estratégia de integração que envolve a realização de oficinas e cursos sobre cultivo de hortas, alimentação saudável, saúde e higiene pessoal e ambiental, bem como posse responsável de animais; cultivar uma educação saudável, nas escolas primárias da cidade de Rio Cuarto, com a realização de oficinas, cursos e atividades educacionais relacionadas com hortas e alimentação saudável; promover feira de Arte Orgânica, que visa integrar os produtores do programa de agricultura urbana e Prohuerta do INTA. Na feira é comercializado produtos hortícolas, frutas e derivados com algum grau de processamento; promover a horta família e comunitária, com a capacitação de famílias e grupos familiares para que eles possam produzir alimentos saudáveis, econômicos e naturais (ARENA, 25out2010).



Segundo depoimento, em 19out2010, de Osvaldo Diez do ProHuerta do INTA, o “*Proyecto Arte Orgánico*” é um espaço de exposição e comercialização (cultural e educativa) de beneficiários de programas sociais. Todos os sábados são expostos na *plaza central de la ciudad de Río Cuarto* uma variedade de produtos elaborados artesanalmente por *Beneficiarios del Programa ProHuerta y Programas Municipales*. A feira de Río Cuarto é um espaço de exposição e comercialização de produtos agroecológicos que funciona desde 2004, é constituída por um pequeno grupo de produtores urbanos e periurbanos, todos consubstanciados por uma proposta ecológica de produção. Os feirantes comercializam seus excedentes da produção como: frutas frescas, hortaliças, verduras, conservas, doces, marmeladas, licores, flores, plantas aromáticas, ornamentais, pão caseiro e artesanatos. Empregam tecnologias apropriadas de produção primária, sem uso de pesticidas, adubo de origem sintética, fertilizantes, conservantes sintéticos e nem é permitido produtos transgênicos. Tudo em prol de uma alimentação diferenciada e com qualidade nutricional.

Segundo depoimento, em 19out2010, de Enrique Bérnago, Secretário de bem estar da Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC), a universidade iniciou uma experiência conjunta com o INTA e a Feira Orgânica de Río Cuarto, para que os agricultores familiares de programa ProHuerta comercializem dentro do espaço universitário seus produtos orgânicos com base ecológica, “*con el objeto de apoyar a los productores brindando otro espacio de comercialización, pero además nos interesa fomentar y promover entre miembros de la comunidad universitaria que produzcan o les interese producir con esas características su incorporación al proyecto*”. Essa feira, batizada como *Arte Orgánico* é uma realização importante frente ao ingresso de muitos familiares locais. O projeto foi merecedor do prêmio *Presidencial Prácticas Educativas Solidarias* em 2004.

No projeto *Arte Orgánico* participam umas 200 famílias, que vendem em aproximadamente 50 postos distintos, “*Participar de la feria Arte Orgánico es muy interesante, porque es nuestro único puesto de venta directo al público y nos permite hacer muchísimos contactos*”, disse Juan Podetti, em 19out2010, um dos produtores de horticultura que se destaca por sua experiência e conhecimento no cultivo de plantas aromáticas e tomate cherry. Lembra que, a produtividade é sazonal, por isso tem que produzir o suficiente para atender à demanda na primavera e no outono. Pois no período de inverno a produtividade é bastante prejudicada pelas geadas ou chuvas de granizos. Juan Podetti lamenta as frustradas promessas políticas de se instalar uma desidratadora



de hortaliças em Rio Cuarto. Afirma que igual aos seus companheiros não faz uso de agroquímicos, muito menos pesticidas ou inseticidas. Explica que *"las flores son una interesante alternativa para el manejo de los insectos"*. Disse também que, valoriza a ajuda do INTA, da UNRC e da Secretaria de Agricultura Urbana do município para consolidar esse projeto, que agora é gerenciado pelos próprios produtores familiares. Ao seu ver, não só aparecerão novas propostas para o projeto, como a área de cultura do município deve apoiá-lo, pois às vezes há espetáculos musicais, *"pero ahora esperamos que se agregue cuanta expresión artística se quiera sumar, porque nuestros productos son también un hecho cultural."*

Oswaldo Diez (19out2010), destaca também o valor agregado ao ProHuerta, ao mencionar o estágio incipiente de industrialização que se observa entre os adeptos do programa. *"En cada feria vemos cómo aparecen más productos procesados, como dulces, conservas y licores, lo que nos demuestra el surgimiento de pequeños emprendimientos que van más allá de la huerta"*, diz ele. Observa-se também como os produtores familiares incorporaram elementos tecnológicos que melhoram o desenvolvimento de seus produtos. Em sua conclusão, expõe que *"es importante que vayan incorporando tecnología, siempre dentro de lo orgánico, para que cumplan con las normas de buena manufactura y tiendan a obtener alguna denominación de origen en el futuro, y así poder vender mejor la producción"*.

Por fim, espera-se que este estudo sobre políticas públicas comparadas no Mercosul, com foco em assistência técnica à agricultura familiar orgânica com base ecológica em área urbana e periurbana, possa propiciar melhorias nos processos de assistência especializada para o produtor familiar.

4. Considerações Finais

A evolução histórica da agricultura familiar, diante de uma análise sobre as políticas públicas atuais, centrada no Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (Brasil) e na *Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos* - SAGPyA (Argentina) visando os princípios da acessibilidade dos produtores orgânicos em área urbana e periurbana, direcionadas à assistência técnica para os produtores familiares, apesar da precariedade de mão de obra qualificada em assistência técnica, bem como dos poucos recursos públicos disponibilizados para o setor, está alinhada com o desenvolvimento territorial sustentável.

As propostas de apoio à agricultura familiar devem, inclusive, contemplar as atividades não-agrícolas, como por exemplo, a industrialização, a produção artesanal e o



turismo rural, com grande potencial de geração de renda e ocupação. A Secretaria de Desenvolvimento Rural para a Agricultura Familiar deverá concentrar esforços para criar instrumentos que auxiliem o setor agrário. Faz-se necessário salientar a importância que tem a agricultura família para a ocupação territorial desses países, geração de emprego e produção de riqueza, soberania alimentar do mercado interno e proteção ambiental (MENDES; GUEDES, 2010).

Mas cabe lembrar, que essa política pública ainda não está consolidada nem no Brasil e muito menos na Argentina. Elas parecem funcionar mais como um ‘paleativo’ das necessidades dos produtores familiares de baixa renda ou miseráveis do que mesmo a solução para tal problemática, devido a precariedade do trabalho de assistência técnica e a pouca destinação de recursos públicos provenientes dos governos brasileiro e argentino para esses fins.

As políticas e programas voltados a agricultura familiar, a começar pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Brasil) e Fórum Nacional de Agricultura Familiar - FoNAF (Argentina), tem favorecido em parte aos agricultores, pois trouxe benefícios e facilidades aos produtores para adquirir crédito para custeios e investimentos, porém no que tange aos produtores orgânicos, o crédito é exclusivo àqueles que possuem certificação e maior nível de organização, deixando de fora principalmente o caráter de inclusão social, uma das características do sistema agroecológico.

Tanto o MDA, como a SAGPyA criaram leis e programas que definem e dão suporte a produção de alimentos orgânicos com o objetivo de direcionar para este mercado, com normas e procedimentos específicos aliados à necessidade de inclusão dos produtores familiares a forma de produção orgânica, provocando a criação de novas leis e todo o aparato político para dar suporte técnico a essa nova demanda, sejam órgãos públicos e privados, já que os produtores precisam de qualificação apoio para produzirem de forma diferente da agricultura convencional.

Observa-se que nos municípios de Nova Iguaçu e Rio Cuarto existe, ainda que precariamente, políticas públicas voltadas para a assistência técnica aos produtores orgânicos com base ecológica. Papel que é exercido quase que exclusivamente pela EMATER-Rio de Nova Iguaçu (Brasil) e pelo INTA (Argentina), por meio de capacitação que desenvolve habilidades específicas para este tipo de sistema produtivo. Sem contar com as visitas realizadas as famílias em suas propriedades, ainda que sejam



poucas em vista da carência de técnicos ou agrônomos para dar suporte ao grande número de produtores familiares orgânicos.

Observa-se também que a maioria dos produtores familiares orgânicos participa ou já participou de algum programa de assistência técnica. Os mesmos mostram sua satisfação com a qualidade do que é aprendido com os técnicos ou agrônomos e afirmam que sua produtividade aumentou juntamente com a consciência sobre os conceitos de segurança alimentar, qualidade de vida, preservação ambiental e sustentabilidade. Isso corrobora a importância da assistência técnica voltada aos produtores familiares orgânicos com enfoque na qualidade dos processos produtivos.

Porém percebe-se que, em alguns programas de assistência técnica realizados em Nova Iguaçu e Rio Cuarto existe uma dependência dos produtores familiares, que após o término da assistência técnica direta ao produtor, alguns apresentam dificuldades que os impossibilitam de continuarem as atividades, ocasionando a queda na produtividade e alguns produtores familiares abandonam a cooperativa ou associação.

5. Referências

- ALMEIDA, Daniela. **Agricultura urbana e segurança alimentar em Belo Horizonte: cultivando uma cidade sustentável**. In.: *Agriculturas. Experiências em Agroecologia*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 25-28, 2004.
- AQUINO, Adriana M. de; ASSIS, Renato L. de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. Embrapa, Agrobiologia. **Revista Ambiente & Sociedade**. Campinas. v. X, n. 1. p. 137-150. jan.-jun. 2007.
- ARENA, Guillermo. **Agricultura Urbana**. Fundacion Social de Rio Cuarto, 2010. Disponível em: www.fundacionsocialrc.org.ar/agricultura.html. Acesso em: 25out2010.
- CIMADEVILLA, Gustavo R.; CARNIGLIA, Edgardo. **Leyendas “rurbanas”**. Revista Ñ Clarín, Economía Social, de 14ago2010, p.14. Disponível em: www.revistaenie.clarin.com/notas2010. Acesso em: 22out2010.
- CIMADEVILLA, Gustavo R.; CARNIGLIA, Edgardo. **Relatos sobre la rurbanidad**. Río Cuarto: UNRC, 2010.
- CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU. Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO). **Agropecuária e área rural em Nova Iguaçu**. CMNI/EMATER-RIO, 2011. Disponível em: www.cmni.rj.gov.br/noticias/producao_agropecuaria_nova_iguacu.pdf. Acesso em 21nov2011.
- CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE GRUPO. **Agricultura urbana**. CEPAGRO, 2010. Disponível em <http://www.cepagro.org.br/agricultura-urbana>. Acesso em 26abr.2011.
- COOPERATIVA DE CONSULTORIA, PROJETOS E SERVIÇOS EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Articulação de agroecologia do Rio de Janeiro**. CEDRO, 2011. Disponível em: <http://cooperativacedro.blogspot.com/2008/10/cooperativa-de-consultoria-projetos-e.html>. Acesso em 21mai.2011.
- COOPERATIVA UNIVERDE. **Experiência em cooperativismo e agroecologia na região Periurbana do Rio de Janeiro**. 2009. Disponível em: <http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=759> Acesso em 28mar.2011.



- FERREIRA, Sandra Gomes; MENDES, Francisco Coêlho. **Políticas de assistência técnica à agricultura familiar ecológica em Nova Iguaçu-RJ. 2011.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- FONSECA, Maria Fernanda de A. C. Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro. **Agricultura orgânica: regulamentos técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil.** Niterói: PESAGRO-RIO, 2009.
- MANZONI, Manuel; BISSO, Victoria; COPELLO, Sofía. **La integración de la agricultura urbana y periurbana en el desarrollo sostenible y planificación de la ciudad.** Revisión del código de ordenamiento territorial Mar del Plata, Buenos Aires, Argentina, Enero 2010. Disponível em <http://online.inta.gov.ar/prohuerta/blog/?p=203>. Acesso em 03mar.2011.
- MENDES, Francisco C.; GUEDES, Cezar Augusto M. **Políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável e agricultura familiar no Brasil.** In: IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, ENAPEGS: Lavras-MG, 2010.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural.** MDA/ATER, 2010. Disponível em www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=6981796. Acesso em 23fev.2011.
- ONDA VERDE. **Agricultura familiar em faixa de dutos.** 2010. Disponível em: http://www.ondaverde.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=29&Itemid=36 Acesso em 17abr.2011.
- PLANETA ORGÂNICO. **Panorama da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro.** 2010. Disponível em www.planetaorganico.com.br/estadorj.htm. Acesso em 28mar.2011.
- SECRETARÍA DE AGRICULTURA, GANADERÍA, PESCA Y ALIMENTOS. Foro Nacional de la Agricultura Familiar. **Documento base del FoNAF para implementar las políticas públicas del sector de la agricultura familiar.** SAGPyA/FoNAF, 2008. Disponível em: http://www.fonaf.com.ar/documentos/Documento_base_FoNAF.pdf. Acesso em: 01 Mar 2010.
- TAMIOZZO, Laura. **PROHUERTA: Huerta Orgánica.** INTA, 2010. Disponível em: <http://www.inta.gov.ar/extension/prohuerta>. Acesso em: 21out.2010.



GT 10 – Quadros institucionais de políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento

Áreas de Proteção Ambiental e desenvolvimento territorial: perspectivas em torno do conselho gestor da APA Corumbataí em São Paulo

Paulo Eduardo Moruzzi Marques¹

Kleber Andolfato Oliveira²

¹ Professor Doutor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ e do Programa de Pós-Graduação Interunidades (ESALQ-CENA) em Ecologia Aplicada, ambos da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: pmarques@esalq.usp.br

² Engenheiro Agrônomo, Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interunidades (ESALQ-CENA) em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo: E-mail: kadolive@esalq.usp.br

Resumo

Este trabalho visa discutir as perspectivas dos conselheiros de gestão da Área de Proteção Ambiental do perímetro Corumbataí, em São Paulo, sob as luzes de uma abordagem sobre o desenvolvimento territorial. Trata-se de considerar as unidades de conservação de uso sustentável como vetor de uma concepção que permita conciliar desenvolvimento e zelo ambiental. Nesta ótica, a ideia de tomar em conta o fomento a processos de especificações territoriais fornece elementos instigantes para estudos sobre o desenvolvimento. Portanto, este trabalho focaliza os temas de debate em torno desta APA seguindo esta linha analítica.

Palavras-chave: Áreas de Proteção Ambiental (APA), desenvolvimento territorial, sustentabilidade, multifuncionalidade da agricultura, estratégias de conservação da natureza e conselhos gestores de unidade de conservação.



Introdução

Esta comunicação visa apresentar nossas interpretações sobre as perspectivas de atores implicados na gestão da APA Corumbataí em relação ao papel desta unidade de conservação vis-à-vis do desenvolvimento territorial. Este trabalho se inscreve no projeto de pesquisa “Políticas públicas de ordenamento territorial”, no âmbito do temático “Mudanças socioambientais no estado de São Paulo: perspectivas para a conservação” (apoiado pelo programa Biota/Fapesp).

No âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as APA fazem parte do grupo daquelas de desenvolvimento sustentável. Ora, a intenção aqui consiste em assegurar a preservação ambiental simultaneamente a processos de desenvolvimento. Portanto, este último deve adquirir outros contornos: em princípio, a proteção da natureza deve se tornar um meio de gerar oportunidades de renda e ocupação.

Nesta perspectiva, nosso projeto de pesquisa lança interrogações acerca da visão dos conselheiros gestores da APA Corumbataí. Trata-se de refletir sobre as formas de ver os problemas do desenvolvimento e da proteção ambiental por parte deste grupo. Nossas hipóteses admitem que o peso dos valores e crenças da sociedade moderna leva a uma naturalização da negligência socioambiental. No entanto, o debate sobre a sustentabilidade e o cálculo de riscos na alta modernidade permitem considerar uma crescente pressão social por uma gestão do desenvolvimento territorial sob uma ótica favorável à proteção ambiental.

Deste ponto de partida, esta comunicação aborda os seguintes tópicos. Em primeiro lugar, apresentamos breves considerações sobre nossas hipóteses para em seguida tratar do debate sobre a proteção da natureza e suas repercussões nas estratégias de conservação. Com estas bases, discutimos a constituição das APA e lançamos idéias sobre a conciliação do desenvolvimento com preservação ambiental. Enfim, apresentamos as perspectivas dos conselheiros implicados na gestão da APA em estudo a fim de discutir as concepções sobre a conciliação entre desenvolvimento e preservação.

Estratégias de desenvolvimento com conservação da natureza

Para tratar das estratégias de conservação ambiental hoje adotadas, convém para os nossos propósitos retomar em poucas palavras ideias que permitam pensar nos valores e crenças que orientam nossas sociedades modernas. De nosso ponto de vista, a interpretação de Norbert Elias (1994a e 1995) sobre o processo civilizador oferece um panorama dos mais instigantes para tal propósito. De uma parte, os estudos de Norbert Elias (1994b) permitem realçar a indissociável unidade entre indivíduo e sociedade: a idéia de que a individualidade é uma grafia particular de uma linguagem comum nos



parece bastante apropriada para ilustrar este pensamento. De outra parte, o autor lança luzes para o fenômeno simultâneo de moderação das emoções do homem civilizado (acompanhado de uma racionalização da vida social) com a crescente sensação de seu afastamento em relação à natureza. Esta última torna-se objeto de controle e de uso para fins econômicos, implicando em grande negligência com suas fragilidades.

Esta linha de reflexão pode ser fermentada com as ideias de Anthony Giddens (1997) e Ulrich Beck (1997) sobre a modernidade reflexiva e a sociedade do risco. A sociedade moderna é cada vez mais tensionada por seus resultados, disseminando dúvidas e preocupações notadamente em relação às transformações da natureza pela ação humana. O desenvolvimento industrial capitalista provoca a emergência de problemas antes desconsiderados. Trata-se de uma sociedade de riscos, cujas ameaças levam à geração de múltiplos sentimentos e opiniões, cada vez mais susceptíveis de difusão, o que favorece uma reflexão crítica.

Então, estamos diante de um quadro susceptível de questionamentos sobre a permanência de um padrão de valores, práticas e pensamentos favoráveis ao desenvolvimento. Contudo, a crença neste último com profundo enraizamento social está fortemente ancorada em tradições culturais ocidentais e em dinâmicas econômicas mostrando eficácia¹, que levam a uma tradução do desenvolvimento como praticamente sinônimo de crescimento (RIST, 1996). Portanto, convém considerar a importância desta fé no desenvolvimento para avaliar em que medida a percepção do risco e o agravamento de um cenário perturbador de degradação ecológica contribuem com um aprofundamento da reflexão crítica.

Com estas referências, nosso trabalho toma o caso do ordenamento territorial em torno de uma Área de Proteção Ambiental como terreno de análise valioso para reflexão sobre estratégias e iniciativas, estimando até que ponto se propagam mudanças na compreensão dos problemas e das formas de solucioná-los. Assim, lançamos luzes sobre a percepção do problema ambiental pelos conselheiros gestores da APA Corumbataí². Antes de tratar deste ponto, convém retomar os termos do debate sobre as unidades de conservação no Brasil.

Em primeiro lugar aqui, cumpre lembrar que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi instituído pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 e regulamentada pelo Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002. Segundo o artigo 2º desta lei, o conceito de unidades de conservação se refere a espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder público com objetivos de conservação ambiental. Estas unidades estão sob regime especial de administração a fim de que sejam aplicadas garantias adequadas de proteção. Esta proteção diz respeito à diversidade biológica e

¹ Mesmo mostrando grande desequilíbrio, o que não impede a difusão da idéia segundo a qual o desenvolvimento está ao alcance de todos.

² Este estudo sobre este tipo de percepção foi desenvolvido no âmbito da dissertação de Kleber Andolfato Oliveira (2011).



recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; às espécies ameaçadas; aos ecossistemas e paisagens naturais; às características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural e; aos recursos hídricos naturais. Tal sistema ainda prevê a promoção do desenvolvimento sustentável (ou da utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento); o fomento de meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; a valorização econômica e social da diversidade biológica; o favorecimento das condições para a educação e interpretação ambiental e da recreação em contato com a natureza e do turismo ecológico; a proteção dos recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura com vistas a sua promoção social e econômica.

Portanto, as unidades de conservação são criadas por ato do poder público, que deve ser precedido de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar adequadamente sua localização, dimensão e limites. Elas devem dispor de um plano de manejo e podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão. A administração dos recursos captados em benefício da unidade de conservação deve caber ao seu órgão gestor. Estes fundos são destinados a sua implantação, gestão e manutenção.

O SNUC divide as unidades de conservação em dois grandes grupos, aquelas de proteção integral e aquelas de uso sustentável. Este último grupo é aquele no qual se inscreve as Áreas de Proteção Ambiental, cujo objetivo básico consiste em compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais.

Se este tipo de unidade de conservação responde a uma expectativa distinta daquela da natureza intocada, tal como examinado por Antônio Carlos Diegues (2000), este autor considera, todavia, que o SNUC reflete uma visão limitada da conservação ambiental no Brasil, aquém dos termos do debate no âmbito internacional. Diegues avalia que a concepção das unidades de conservação enquanto “ilhas” interligadas entre si constituindo um sistema é insuficiente. Nesta ótica, falta consideração substancial de como esse sistema contribui para a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentado do país como um todo. Ademais, outra questão pouco resolvida se refere à compatibilização entre o aumento das áreas de proteção da natureza e a presença de moradores na maioria destes ecossistemas. Nestes termos, o autor lembra que, entre os objetivos do SNUC, pode ser encontrado o estímulo ao desenvolvimento regional integrado. Porém, a proteção da diversidade cultural das populações vivendo em unidades de conservação ou em seus arredores não é mencionada como objetivo. Na perspectiva muito bem fundamentada de Antônio Carlos Diegues (2000), esta proteção



da diversidade cultural constitui uma forma de proteger os ecossistemas e vice-versa³. Efetivamente, este autor acredita que todas as unidades de conservação devam ter a mesma importância, o que leva a pensar que aquelas de uso sustentável possam se constituir enquanto modelos para outros modos de desenvolvimento, que possam ser um referencial para todo o território nacional.

Neste ponto, convém retornar às considerações sobre as Áreas de Proteção Ambiental (APA), que podem ser, portanto, abordadas como embriões de padrões para um desenvolvimento territorial sustentável. Assim, cumpre lembrar que as APA tiveram nascimento com base na Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981. A partir da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, as APA passam a integrar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, no grupo das unidades de uso sustentável.

A lei de 1981 estabeleceu em seu oitavo artigo que, “havendo relevante interesse público, os poderes executivos federal, estadual ou municipal poderão declarar áreas dos seus territórios de interesse para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais”. Deste modo, o poder executivo deverá em cada APA, considerando os princípios constitucionais, limitar ou proibir a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras; a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas significarem sensível alteração das condições ecológicas locais; o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas e; a efetivação de empreendimentos que ameacem, na área protegida, as espécies raras da biota regional.

Segundo Marília Britto Rodrigues de Moraes (2004), a origem das APA reside em modelos europeus, tais como aquele dos Parques Naturais Regionais da França. A criação destes aqui é resultado de negociações e acordos entre diversos poderes públicos locais, associações, sindicatos e iniciativa privada. A autora indica ainda que na França, assim como Alemanha, Inglaterra e Portugal, a preocupação básica em torno desta solução se volta para o zelo paisagístico e para a manutenção do equilíbrio natural. No caso das APA no Brasil, predomina a questão de contornar o problema dos altos custos da desapropriação para a proteção ambiental.

De todo modo, a resolução CONAMA nº 10, de 14 de dezembro de 1988, determina que as APA deverão contar sempre com um zoneamento ecológico-econômico que estabelecerá normas de uso de acordo com as condições locais bióticas, geológicas, urbanísticas, agropastoris, extrativistas, cultural e outras. Este zoneamento se refere, como já foi mencionado, a um território constituído notadamente por áreas particulares. Nesta medida, a participação social se torna ainda mais relevante para o planejamento ambiental e gestão de conflitos. Evidentemente, a concepção

³ É por esta razão que Diegues pensa nas comunidades locais como aliadas da proteção ambiental e, portanto, não devem ser de forma alguma alijadas do processo de tomada de decisão em torno das unidades de conservação.



predominante de propriedade particular no Brasil implica em sérios limites para o planejamento do uso de áreas com finalidade de conservação dos ecossistemas.

Seja como for, o desenvolvimento sustentável de um território circunscrito por uma APA é concebido enquanto processo fundado na gestão partilhada do Estado com a sociedade civil, pressupondo a participação da população envolvida. Desta maneira, as APA representam, em última análise, uma mudança considerável na forma de abordagem do problema do desenvolvimento, incorporando, em princípio, as questões ambientais e a participação democrática no cerne da ocupação territorial e dos projetos individuais e coletivos.

Por outro lado, o SNUC estabelece, nos termos do Decreto Federal nº 4.340/02, que a gestão das unidades de conservação deve ter como principal instrumento o plano de manejo. No caso das APA estaduais paulistas, cumprem aos conselhos gestores, como uma de suas principais tarefas, a elaboração e implantação deste plano.

A propósito, o artigo 193, inciso III, da Constituição do Estado de São Paulo, estabelece a obrigatoriedade por parte do poder executivo estadual de definir, implantar e administrar os espaços territorialmente protegidos, com seus componentes representativos, além de determinar que todas as APA devem dispor de um conselho presidido por representante do órgão responsável por sua administração. Tal colegiado deve ser constituído por membros de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente. A criação e funcionamento dos conselhos gestores das Áreas de Proteção Ambiental do estado de São Paulo foram homologados no Decreto Estadual nº 48.149, de 9 de outubro de 2003. Eles foram previstos tendo caráter consultivo com objetivo de promover o gerenciamento participativo e integrado da área, cumprindo as políticas e diretrizes nacionais, estaduais e municipais de proteção do meio ambiente e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. As atribuições do conselho gestor, definidas no Decreto Estadual nº 48.149, são acompanhar a elaboração, implementação e revisão do plano de manejo; elaborar o seu regimento interno; buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno; promover a articulação dos órgãos públicos, organizações não-governamentais, população residente e iniciativa privada para a concretização dos planos, programas e ações de proteção, recuperação e melhoria dos recursos ambientais existentes na APA; manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na área de sua atuação; acompanhar a aplicação dos recursos financeiros decorrentes de compensação ambiental na respectiva unidade e de outras fontes; avaliar documentos e deliberar sobre as propostas encaminhadas por suas câmaras técnicas. Estas aqui compõem a estrutura dos conselhos gestores, juntamente com seu plenário, sua presidência e sua secretária executiva.

Desenvolvimento territorial enquanto processo de especificação: cultura e natureza como patrimônio singular do território



Em estudos precedentes (2010), consideramos que uma perspectiva das mais instigantes para a análise em torno do desenvolvimento territorial é aquela fundada no exame de processos de especificações territoriais, tal como notadamente proposto por Bernard Pecqueur (2005) . Este autor estima que a mobilização ou construção de recursos específicos são essenciais para a invenção de bens diferenciados. Nesta abordagem, a natureza, vida social e cultura de um território constituem o fermento potencial do desenvolvimento, despertado pelo dinamismo das iniciativas coletivas.

Assim, trata-se de avaliar, em estudos sociais sobre o desenvolvimento territorial, o desejo, iniciativas e capacidades dos atores locais em buscar na memória e no conhecimento coletivo sobre o território – enquanto fruto da história local singular de uma realidade humana, dispondo de recursos materiais e imateriais específicos – os elementos determinantes para a elaboração e implantação de um projeto criativo, original e qualificado de desenvolvimento. Os estudos territoriais se voltam assim para a identificação das atividades, pensamentos, projetos individuais e coletivos que favoreçam o florescimento das específicas vocações ecológicas e culturais do território. Trata-se de considerar os aspectos que possam ser favoráveis ao despertar destas vocações, o que, em maior ou menos medida, pode conferir consistência a um desenvolvimento territorial promissor, inovador e sustentável.

Se a inscrição territorial do desenvolvimento depende da emergência das especificidades locais, a atividade agrícola e outros empreendimentos locais devem se afastar da tendência da agricultura moderna em homogeneizar a paisagem agrária. Assim, convém rapidamente lembrar que esta modernização tornou a agricultura especializada e intensiva, sob modelos inspirados em concepções industriais. Desde a revolução industrial, em graus cada vez mais crescentes, a agricultura eficaz foi, em grande medida, espelhada naquela em grande escala, em monocultivo e em trabalho assalariado.

Não por acaso que o debate sobre as funções da agricultura no Brasil na década de 1970 leva a pensar na subordinação agrícola ao desenvolvimento industrial. Antonio Barros de Castro (1988) considerava que a agricultura brasileira cumpria as funções que lhe eram esperadas. De fato, tais funções diziam respeito à geração e permanente ampliação de excedentes de alimentos e matérias primas agrícolas, liberação de mão-de-obra, criação de mercados e transferência de capitais, tudo em favor da industrialização. A elevada produção alimentar é concebida para diminuir os preços dos alimentos, o que permite tanto evitar pressões por maiores salários industriais quanto deslocar o orçamento familiar para as compras de bens industrializados. Ainda nesta lógica, a força de trabalho liberada da agricultura torna-se susceptível de recrutamento, sem maiores entraves, pelo setor industrial em crescimento. Por outro lado, a agricultura produtivista depende de mais insumos, máquinas e equipamentos industriais, o que favorece a expansão de mercados a montante da atividade agrícola. Enfim, a transferência de renda da agricultura para a indústria é considerada como um imperativo para garantir investimentos apropriados para o desenvolvimento moderno.



Com o debate sobre a sustentabilidade, a noção de multifuncionalidade da agricultura nasce como claro contraponto a concepção industrial da atividade agrícola. Esta crítica se constrói contra as negligências do produtivismo agrícola, salientando o considerável papel da agricultura em termos, notadamente, de zelo com a paisagem agrária e com o espaço natural ou de vitalidade do mundo rural (CARNEIRO e MALUF, 2003; CAZELLA: BONNAL e MALUF, 2009; MORUZZI MARQUES e LACERDA, 2009). A multifuncionalidade da agricultura repousa numa perspectiva de transformação da concepção de qualidade. Assim, o aumento da produção e da produtividade não significa necessariamente, como é amplamente disseminado, melhoria do processo produtivo. A qualidade, desta maneira, está vinculada à tipicidade, à diversidade, à originalidade, ao bem estar social, à preservação do meio-ambiente e do patrimônio cultural.

Nesta ótica, o desenvolvimento territorial deve ser, portanto, considerado como resultante de projetos voltados para a construção de recursos específicos e distintivos. O reconhecimento e valorização dos múltiplos papéis da agricultura podem ser então apropriados indicadores de uma percepção favorável a processos de especificação do território.

O conselho gestor da APA perímetro Corumbataí⁴ e as perspectivas de seus conselheiros

A APA Corumbataí-Botucatu-Tejupá foi criada através do Decreto Estadual nº 20.960, em 08 de junho de 1983, pelo então governador do estado de São Paulo, André Franco Montoro, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 8º da Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e no artigo 9º, inciso VI, da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Trata-se de primeira APA de São Paulo, composta por três perímetros (Corumbataí, Botucatu e Tejupá), com uma área total de 6.492 km². Seus principais objetivos são proteger as “cuestas” basálticas (constituindo importante divisor de águas, nascendo em suas encostas muitos rios e várias fontes hidrotermais de importância econômica e medicinal); os morros testemunhos das feições geomorfológicas locais (cujo conjunto paisagístico, além de sua importância ambiental intrínseca, constitui anfiteatros naturais de grande beleza cênica); exemplares significativos da flora e fauna regional; o Aquífero Guarani (com suas excepcionais características hidrogeológicas, constituindo-se reconhecidamente em reserva de água subterrânea estratégica de importância internacional) e; o patrimônio arqueológico e cultural da região.

Cada um dos perímetros dessa APA encontra-se em um diferente estágio de sua implantação. No caso do perímetro Corumbataí, seu conselho gestor conheceu um processo moroso, em relação àquele de Botucatu, de implantação. Em todo caso, seus conselheiros (em número de 48, entre titulares e suplentes, representando órgãos estaduais, municipalidades e entidades da sociedade civil organizada na proporção de

⁴ Um estudo sobre este conselho gestor foi desenvolvido por Camila Costa Lorangeiras (2011).



25%, 25% e 50% respectivamente) tomaram posse em 26 de fevereiro de 2010. A gestão deste conselho se refere a um território de 272.692 ha localizado na zona central de São Paulo, abrangendo 15 municípios: Analândia, Barra Bonita, Brotas, Charqueada, Corumbataí, Dois Córregos, Ipeúna, Itirapira, Mineiros do Tietê, Rio Claro, Santa Maria da Serra, São Carlos, São Manuel (Ilha do Serrito), São Pedro e Torrinha. Seus recursos hídricos encontram-se ameaçados, principalmente o rio Corumbataí, com diminuição de vazão, o que prejudica o abastecimento em água principalmente de Piracicaba. Cabe também observar que o uso do solo neste perímetro é pouco diverso. Os poucos fragmentos de vegetação nativa estão localizados principalmente no relevo escarpado, nos morros testemunhos e em parte das planícies aluviais e beiras de córregos. A predominância é o cultivo da cana de açúcar, acompanhado de vastos laranjais e eucaliptais. Outras atividades possuem menor dimensão, como a cafeicultura, a bovinocultura leiteira, a pesca e a apicultura. Por fim, vale destacar a atividade turística na região, que engloba com diferentes graus de consolidação, diversas modalidades, tais como o turismo de aventura, ecológico, rural e cultural-histórico (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2011).

A principal incumbência dos conselheiros nomeados para a primeira gestão foi a elaboração do plano de manejo deste perímetro da APA. Com este propósito, o termo de referência para a contratação da confecção deste plano foi concluído em julho de 2011. O objetivo deste termo de referência consiste em orientar a empresa contratada em termos dos itens considerados essenciais para o plano de manejo no âmbito dos estudos faunísticos, florísticos, socioeconômicos, topográficos, históricos e culturais (convém lembrar que a região é muito estudada em razão dos vários centros de pesquisa e ensino instalados nas imediações). Por outro lado, este documento prevê uma metodologia que potencialize a participação da sociedade civil na elaboração do plano de manejo, notadamente com a realização de oficinas em diferentes localidades situadas na APA em questão.

Agora quanto à percepção dos conselheiros de gestão desta APA, convém explicar que os meios metodológicos empregados foram a observação participante das reuniões do conselho gestor, a aplicação de questionários (12 respondentes) e a realização de seis entrevistas semi-estruturadas com interlocutores representando a diversidade deste colegiado. O material obtido permite interpretar a existência de dois grupos de conselheiros com perspectivas distintas: por um lado, aqueles que consideram o território da APA pouco conservado ou em estágio avançado de degradação (aproximadamente dois terços do grupo considerado) e, por outro lado, aqueles que o estimam bem conservado (um terço).

Estas diferenças de posturas se manifestam notadamente em diferentes percepções sobre ao menos dois problemas: em primeiro lugar, a importância atribuída aos danos ambientais das monoculturas de cana-de-açúcar e eucalipto é muito menos acentuada para aqueles que consideram a APA bem conservada. Em segundo lugar, este mesmo grupo ignora o problema da falta de fiscalização ambiental, o que revela uma



visão muito distinta daquela dos conselheiros mais críticos em termos do estado de conservação do território em questão.

Com efeito, os conselheiros que julgam a APA pouco degradada salientam com recorrência a ausência de tratamento de resíduos como o principal problema ambiental. Em princípio, é possível estimar que a forma de ocupação territorial não constitui uma questão de primeira grandeza para este grupo, mais preocupado em minimizar os efeitos do padrão moderno de consumo e produção.

Por outro lado, convém destacar aqui que alguns conselheiros desejam tornar a APA Corumbataí uma referência de turismo ecológico, associada à garantia de sua conservação, às nascentes recuperadas, ao tratamento do esgoto, à reciclagem do lixo e, inclusive, à diversificação de culturas agrícolas. Esta perspectiva aponta para um desenvolvimento em grande medida ancorado na valorização das particularidades locais. A idéia de investir em turismo ecológico tal como mencionado por nossos interlocutores depende da preservação, conhecimento e informação das especificidades naturais locais, cuja evidenciação exige igualmente um despertar social para a importância destas singularidades com vistas a um desenvolvimento inovador e criativo. De fato, uma intuição desta natureza está presente em idéias apresentadas por alguns conselheiros segundo as quais a APA poderia ser um centro de irradiação de uma conscientização sobre o papel ecológico da população. Este papel favoreceria inclusive uma atuação responsável do poder público em termos de fiscalização e punição aos infratores ambientais.

Em nossa perspectiva de análise em termos de desenvolvimento territorial, a questão da predominância da monocultura canavieira é incontornável. Efetivamente, tal aspecto está no primeiro plano das preocupações de muitos conselheiros (cerca de 25% daqueles mais críticos em relação ao estado de degradação da APA), que consideram as monoculturas como principal fator de degradação na região. Desta maneira, manifestam-se em favor do aumento dos cuidados agroambientais, graças à disseminação do emprego de técnicas menos agressivas. Para estes interlocutores, a agricultura deste território deveria garantir a biodiversidade, a qualidade da água e as mínimas condições de vida para o agricultor rural, o que corresponde às idéias de uma multifuncionalidade agrícola.

A propósito, convém destacar a visão segundo a qual seria um mito pensar que, nesta região, a produção de cana-de-açúcar é a única solução adequada. Nas palavras de um conselheiro, “existem agricultores que trabalham com outros cultivos e outras atividades como o leite, gado de corte, a ovinocultura e são estas as outras opções” (representante de instituição pública agrícola, entrevista realizada em 09/05/2011).

Olhando ainda mais longe, outro conselheiro realça a importância de uma agricultura voltada para a produção de alimentos, sobretudo aquela familiar cuja



vocação é alimentar⁵. Assim, é lembrado que “existe agricultura familiar na região que deveria ser apoiada, mas as pressões financeiras e políticas forçam a saída da terra. Eles [os agricultores familiares] atuam muito com café, milho, porco, leite e tentam se diversificar” (representante de organização não governamental, entrevista realizada em 04/05/2011).

Para que a agricultura familiar com múltiplas funções possa se fortalecer na região, conselheiros representando órgãos públicos ambientais acreditam que “as famílias precisam ter algum meio de continuar na terra, de se sentir pertencente, de ter apoio para a produção de alimentos”. Esse apoio é concebido na forma de políticas públicas e assistência técnica voltadas, sobretudo, para processos de organização dos agricultores locais, com a formação de associação, o que poderia favorecer a compra de alimentos oriundas da agricultura familiar pelas prefeituras e o pagamento por serviços ambientais prestados pelos agricultores. Este último é algo apresentado como uma oportunidade ímpar: este tipo de dispositivo chega “de forma bem vinda pelos produtores e é muito interessante para a preservação da qualidade da água, com a convivência da pecuária e culturas anuais” (representante de instituição pública ambiental e representante de instituição pública de recursos hídricos, entrevista realizada em 08/05/2011).

Enfim, a elaboração do termo de referência para a confecção do Plano de Manejo da APA Corumbataí destaca a idéia do desenvolvimento de “selos ecológicos” para serviços e produtos oriundos do território da APA, segundo normas de qualidade socioambiental. Esta solução constitui efetivamente uma inovação das mais pertinentes em termos de especificações territoriais. Trata-se de identificar e valorar aqueles bens e serviços com comprovado zelo pelas características naturais e também culturais do território. Este tipo de dispositivo de identificação de qualidade constitui ao mesmo tempo uma ação visando a ampliação regional da tomada de consciência diante dos riscos e limites da agricultura e do crescimento econômico produtivista, além de ser igualmente um meio para orientar o desenvolvimento para sustentá-lo em bases ligadas às singularidades territoriais.

Conclusão

A ideia segundo a qual especificidades agrícolas constituem um pilar fundamental para maior reconhecimento de singularidades territoriais nos parece pertinente para análises inovadoras sobre o desenvolvimento sustentável. Como sugere Jean-Claude Jauneau (2009), esta especificidade agrícola pode se associar a uma característica física, a um recurso ambiental susceptível de valorização, a uma produção típica ou a um saber-fazer específico. Nesta ótica, o desenvolvimento territorial se funda em processos de gestão pública compartilhada que favoreça a maturação de projetos

⁵ Ver por exemplo os estudos sobre a agricultura familiar do convênio FAO-INCRA (GUANZIROLI e CARDIM, 2000)



capazes de promover a emergência das especificidades locais. As atividades peculiares do território constituem assim um trunfo maior para o desenvolvimento.

Este trabalho procurou identificar em que medida a gestão de uma Área de Proteção Ambiental favorece perspectivas inovadoras sobre o desenvolvimento, que reforcem a conciliação das atividades humanas com a proteção da natureza, sob as luzes de uma abordagem sobre processos de especificação territorial. Evidentemente, a agricultura predominante no território em estudo promove uma visão produtivista. Não custa lembrar que um traço marcante do produtivismo agrícola é a homogeneização das paisagens agrárias.

Nosso referencial analítico nos leva a considerar a percepção dos riscos no âmbito das sociedades modernas como indutor de reflexões críticas sobre o desenvolvimento. Nesta perspectiva, o conselho gestor de uma unidade de conservação de uso sustentável pode ser examinado como meio de difusão de novos modelos de ocupação territorial fermentados no campo da crítica ao produtivismo.

Neste quadro, é possível destacar que parte dos conselheiros de gestão da APA Corumbataí, notadamente aqueles que estimam ser grande a degradação ambiental deste território, manifesta preocupação considerável com a negligência socioambiental em torno das atividades produtivas na região. Para estes conselheiros, atividades mais zelosas com o território, notadamente com práticas agrícolas menos impactantes, devem ser promovidas. Nesta ótica, o apoio à agricultura familiar favorece a produção alimentar e um território rural mais dinâmico. Esta posição se associa com as ideias forjadas no debate sobre a multifuncionalidade da agricultura cujo reconhecimento, por sua vez, contribui com a tomada em consideração de especificidades territoriais.

Esta perspectiva multifuncional agrícola participa do campo de disputas em torno do desenvolvimento deste território. Novos estudos sobre os desdobramentos deste processo de gestão de Áreas de Proteção Ambiental, cuja conformação em conselhos gestores é recente, são muito bem-vindos. Nesta linha, a abordagem territorial do desenvolvimento nos parece muito fecunda para iluminar as propostas em jogo neste campo do debate público.

Referências Bibliográficas

BECK, Ulrich (1997), “A reinvenção da política: rumo a uma nova teoria da modernização reflexiva”, in GIDDENS, A.; BECK U.; e LASH S., *Modernização reflexiva*, São Paulo: Editora da UNESP.

CARNEIRO, Maria José e MALUF, Renato (2003), *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*, Rio de Janeiro: Mauad.



CASTRO, Antonio Barros (1988), *Sete ensaios sobre a economia brasileira*, 4ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária.

CAZELLA, Ademir A., BONNAL, Philippe e MALUF, Renato S. [org.] (2009), *Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*, Rio de Janeiro: Mauad X.

DIEGUES, Antônio Carlos S. (2000), *O mito moderno da natureza intocada*, 3ª ed. São Paulo: Hucitec e Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP.

ELIAS, Norbert (1994a), *O processo civilizador. Formação do Estado e civilização*, volume 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ELIAS, Norbert (1994b), *A sociedade dos indivíduos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ELIAS, Norbert (1995), *O processo civilizador. Uma história dos costumes*, volume 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FUNDAÇÃO FLORESTAL (2011), “APA Corumbataí-Botucatu-Tejupá Perímetro Corumbataí”. Último acesso em 23/01/2011, Disponível em <<http://www.fflorestal.sp.gov.br>>.

GIDDENS, Anthony (1997), “A vida em sociedade pós-tradicional”, in GIDDENS, A.; BECK U.; e LASH S., *Modernização reflexiva*, São Paulo: Editora da UNESP.

GUANZIROLI, Carlos Enrique e CARDIM, Silvia Elisabeth (2000), *Novo retrato da agricultura familiar, o Brasil redescoberto*, Brasília: INCRA, Ministério do Desenvolvimento Agrário.

JAUNEAU, Jean-Claude (2010), “L’application des mesures agri-environnementales en France: une mise en œuvre cahotique, des effets incertains”, in: MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (org.), *Política agrícola, desenvolvimento rural e sustentabilidade: diálogo franco-brasileiro no âmbito da cooperação entre ciências agrárias e florestais*. Série Pesquisa P-60, Piracicaba: Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP.

LARANJEIRA, Camila da Costa (2011), “A implementação da Área de Proteção Ambiental (APA) Corumbataí-Butucatu-Tejupá: uma análise do papel de seus conselhos gestores”, monografia de final de curso de ciências econômicas, Piracicaba: ESALQ/USP.

MORAES, Marília Britto Rodrigues (2004), *Área de Proteção Ambiental (APA) como agência de desenvolvimento sustentável: APA Cananéia-Iguape-Peruíbe/SP*, São Paulo: Annablume e Fapesp.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo e LACERDA, Tatiana Ferreira Nobre (2009), “Agriculture biologique et agriculture familiale au Brésil: pour une inscription



territoriale des agriculteurs écologistes“, *Economie Rurale*, v. 313-14, Paris: SFER, pp. 55-66.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo e OLIVEIRA, Kleber Andolfato (2010), “Especificidades territoriais e conflito entre turismo e agricultura: o caso de Analândia/SP”, VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, América Latina: realineamientos políticos y proyectos en disputa, Ipojuca/PE: ALASRU.

OLIVEIRA, Kleber Andolfato (2011), “Estudo da percepção ambiental em torno das entidades gestoras e dos sujeitos envolvidos com políticas e programas de interesse público para o desenvolvimento rural sustentável da bacia do rio Corumbata”, Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada, ESALQ e CENA, Universidade de São Paulo, Piracicaba.

PECQUEUR, Bernard (2005), “O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para os países do Sul”, *Raízes*, vol. 4, n. 1 e 2, Campina Grande/PB: UFCG, pp. 10-22.

RIST, Gilbert (1996), *Le développement. Histoire d'une croyance occidentale*, Paris: Presses de Sciences po.



GT 10 – Quadros institucionais de Políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento

**Conflitos Socioambientais, Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural
O Centro Agroambiental do Tocantins (CAT): uma nova perspectiva de
desenvolvimento rural e socioambiental para a região de Marabá.**

Luciano Leal Almeida¹

¹ Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Email: llaleal@yahoo.com.br

Resumo

O CAT foi fundado em 1988 a partir de uma parceria entre pesquisadores ligados à Universidade Federal do Pará, pesquisadores franceses e um grupo de sindicalistas. O programa tinha como um dos objetivos permitir a estabilização da agricultura familiar e consolidar um novo campesinato na fronteira amazônica, buscando também contribuir na discussão da conservação e uso racional dos recursos naturais. Partindo do princípio de que as relações de mediação criam vínculos ambíguos que envolvem reciprocidade e dominação, o objetivo da comunicação é apresentar os resultados de uma pesquisa sobre a relação estabelecida entre a UFPA e o sindicalismo de trabalhadores rurais, procurando entender o que significou essa mediação institucional e acadêmica para estes agentes. Também analisaremos a emergência de conflitos e a assimetria de poder inerente a essa relação. Por fim, entender como as ações do Programa influenciaram o desenvolvimento da agricultura familiar na região de Marabá.

Palavras chave: Mediação; Universidade; Sindicalismo Rural; Assessores; Agricultura Familiar.



Procedimentos metodológicos

Para entender a ação dos diferentes atores sociais ao longo de um período previamente estabelecido, foi necessário o resgate dos fatos históricos relevantes no período e da ação desses atores. Para tanto, procedemos de duas maneiras: 1) resgatando o conjunto de registros impressos, confeccionados pelos diferentes atores sociais como Atas de reuniões, relatórios e ofícios referentes ao Programa; 2) por meio da memória recente dos envolvidos nos processos, que se fez com a realização de 21 entrevistas, com diferentes atores (pesquisadores, sindicalistas e agricultores) que participaram do CAT em diferentes períodos.

Surgimento e importância do CAT.

O surgimento do Programa CAT se insere no contexto específico da fronteira amazônica dos anos de 1970 e 1980, tempo em que havia expectativas e lutas sociais pela posse da terra. Esta região se transformou por meio de processos complexos envolvendo um conjunto de atores sociais que disputavam o acesso a recursos materiais e simbólicos. A possibilidade de acumular riqueza com a exploração dos recursos materiais e a ausência de domínio particular sobre as terras estimularam a ocupação do espaço regional e influenciaram a migração de pessoas de várias partes do país, em especial do nordeste, em diferentes condições sócio-econômicas. Formou-se dessa maneira uma economia com base no extrativismo que influenciou o ritmo de boa parte dos acontecimentos sociais, econômicos e políticos nas décadas seguintes.

Até a década de 1970 não existia organização camponesa institucionalizada e a agricultura tinha um papel econômico muito secundário, com exceção do arroz e da criação de gado que tinham cadeias de comercialização mais consistentes. A atividade produtiva sobre a qual se tinha estruturado a sociedade ao longo dos séculos e que sustentava a economia, era o extrativismo nas suas diversas expressões (látex, castanha, caça de animais silvestres e mineração). Os trabalhadores viviam na dependência de patrões e de oligarquias locais. Não havia espaço para a organização política desses trabalhadores.

Foi durante as décadas de 1970 e 1980 que a fisionomia econômica e social dessa região se transformou radicalmente. A mudança iniciou-se na década de 1960 quando pequenos agricultores oriundos do Maranhão penetraram espontaneamente nessa região pelo município de São João do Araguaia (município do sudeste do Pará),



não mais, desta vez, apenas para trabalhar nos castanhais e no garimpo, mas para ocuparem “terras livres” (que já estavam ocupadas por povos indígenas) e formar lavoura. Esta mudança se acelerou e ampliou fortemente com a abertura oficial da fronteira amazônica durante o regime militar, que decidiu, em 1970, a implantação da rodovia Transamazônica e a ampliação da infraestrutura regional (hidrelétricas, rodovias, etc.), atraindo migrantes de diversas partes do país.

A abertura daquela fronteira carregou consigo a marca do regime autoritário que a estimulou. A violência que costuma acompanhar a penetração organizada em “novos territórios” foi reforçada pela violência dos órgãos de repressão montados pelo regime militar (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins/GETAT e o Conselho Nacional de Segurança/CNS)², cuja lembrança e referência são fundamentais para a compreensão dos processos sociais na região de Marabá (HÉBETTE, 1996a).

Foi também no bojo desse processo de colonização oficial e/ou espontânea que os posseiros começaram sua organização política. Na ausência de um órgão legitimamente representativo de seus interesses, os trabalhadores rurais tiveram que criar espontaneamente suas próprias estratégias de defesa de seu direito à terra em que predominaram as estratégias familiares e de parentesco, de conterraneidade e vizinhança. Essas estratégias espontâneas forneceram as bases para a constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), estimuladas nos anos 1970 por religiosos adeptos da teologia da libertação que recuperaram, num nível político mais elaborado e mais consistente, a inspiração dos movimentos de esquerda e a sensibilidade do clero progressista originários da Ação Católica³. Nessa época, pesquisadores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)⁴ da Universidade Federal do Pará (UFPA), que também atuavam como assessores, começaram a ter os primeiros contatos com esses migrantes, por meios de espaços de formação organizados por religiosos locais.

Essa luta dos migrantes pela terra constitui-se como um campo de encontro de todos – clero, militantes sociais e políticos, advogados, pesquisadores e estudantes – que

² O GETAT foi criado em 1980, seu principal objetivo era suavizar os conflitos agrários na região por meio da ordenação da ocupação. A sua área de atuação correspondeu a região denominada “Bico do Papagaio” (ASSIS, 2007).

³ A Ação Católica Brasileira (ACB) foi um movimento controlado pela hierarquia da Igreja e fundado pelo Cardeal Dom Sebastião Leme e pelo Padre João Batista Portocarrero Costa em 1932. Tinha como um dos objetivos formar leigos para colaborar com a missão social da Igreja e propiciar a presença atuante do leigo católico na vida pública e social do país. Ela se organizou em vários ramos ou grupos como a Juventude Feminina Católica (JFC).

⁴ O NAEA surgiu dentro da UFPA com a reforma universitária de 1971, funcionando como um órgão de integração dentro da universidade para fomentar a pesquisa e a extensão, voltada, naquela época, por uma série de razões, para a área das Ciências Humanas.



lutavam contra o regime militar e favor dos posseiros, muitos dos quais encontravam em organizações das Igrejas Católica e Luterana e, em particular, na Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁵, um espaço institucional com certa “imunidade natural” ao abrigo da repressão. É dentro desse campo de forças muito diversificado e, de certa forma contraditório – onde a vida política, sindical e em parte religiosa estiveram tão imbricadas em medida e formas diferentes - que os trabalhadores encontraram seus primeiros mediadores sociais⁶ (NEVES, 2008).

É desse complexo campo de luta e resistência que surgiram também as lideranças camponesas que, no final da década de 1970, foram peças fundamentais na criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) – ou porque os conquistaram, tirando-os das mãos de dirigentes instalados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ou porque os criaram. Portanto, foi por via do sindicalismo que as lideranças iniciaram sua luta com maior autonomia e começaram a elaborar um projeto coletivo em nível regional. Não eram isolados, além da CPT, muito participativa e dinâmica, existiam também o apoio do Movimento de Educação de Base (MEB), pesquisadores engajados e entidades como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Centro de Estudos e Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP) e a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH). Atuação dessas lideranças nos conflitos por terra que se deram nas décadas de 1980 e 1990 consolidou as entidades sindicais como legítimos representantes dos interesses da maioria dos camponeses e trabalhadores rurais na região de Marabá.

De acordo com Hébette (1991), os pesquisadores da UFPA que acompanhavam a dinâmica de ocupação da região eram frequentemente indagados pelos posseiros, sem poderem oferecer respostas técnicas, sobre novas produções, principalmente destinadas ao mercado, que pudessem complementar as culturas temporárias tradicionais:

⁵ A criação da CPT em 1975 e a sua implantação no Pará fazem surgir uma nova conjuntura da luta por terra nessa região. Seguindo a orientação nacional, a CPT de Marabá, criada em 1976, elegeu como prioridade o apoio à luta pela terra e contra a violência, ou seja, a luta dos posseiros.

⁶ Estamos considerando que os pesquisadores por meio do papel que exercem no CAT e na UFPA atuam como mediadores, bem como os sindicalistas. Os pesquisadores atuam como elos importantes na estruturação e nas relações de mediação entre esses sindicalistas e outros agentes externos; já os sindicalistas seriam chamados para agirem como elos importantes na estruturação das relações entre agricultores e pesquisadores dentro do CAT. No entanto, estamos considerando que pesquisadores e sindicalistas interagem em múltiplas direções. É de grande relevância, por exemplo, a relação que estabelecem com outros mediadores de outras entidades de apoio e de outras organizações localizadas dentro e fora do contexto da região de Marabá.



Tudo começou pela curiosidade mútua, pelo encontro de produtores em busca de receitas agronômicas e de pesquisadores em busca de categorias analíticas. “O que você planta? Quanto você colhe? Qual é o seu ganho? Por que migrou? Qual é o seu sonho? Gosta da sua vida?”, perguntava o professor. “E o senhor, o que me diz do que eu planto, do que eu colho, do que eu ganho, de como posso melhorar de vida? Realizar meus sonhos?”, retrucava o produtor (HÉBETTE, 1991:83).

Nesse sentido, a forma de uso da terra tinha sido, desde a década de 1980, uma das preocupações dos pequenos agricultores do Pará e suas assessorias; a resposta a esta preocupação proporcionou o surgimento de novas organizações e de projetos orientados no sentido de soluções especificamente técnicas e econômicas aos problemas, e, portanto, voltadas diretamente para a questão da produção e das trocas comerciais.

Dentro de um contexto de abertura política, a partir de 1985, pesquisadores do NAEA e sindicalistas dos municípios de Itupiranga, Marabá, Jacundá e São João do Araguaia, legitimados pelos seus históricos de lutas, consolidaram uma parceria institucional entre esses STRs e a UFPA, dentro do âmbito da cooperação franco-brasileira. Para a efetivação dessa parceria, teve a participação fundamental de pesquisadores da Universidade das Antilhas e das Guianas, que já tinha experiências em projetos de cooperação na região do Caribe.

Evidências empíricas apontaram também a contribuição fundamental de Jean Hébette na consolidação do CAT, devido, em grande parte, de seu capital simbólico⁷ adquirido durante a sua participação como assessor e pesquisador em vários anos de pesquisa nessa região. Entretanto, outros agentes (sindicalistas e pesquisadores) tiveram também um papel fundamental na viabilização e consolidação da proposta. O Programa CAT repercutiu rapidamente na região, provocando questionamentos, curiosidade e perplexidade por parte de agricultores e entidades de apoio.

A abertura da UFPA, por meio do NAEA, à participação das organizações sindicais na definição de um projeto de pesquisa-desenvolvimento para a região de Marabá não pode ser considerada como fruto de benevolência desta instituição (ou desses pesquisadores) ou mesmo do acaso. Essa abertura e essa flexibilização têm também por base, acreditamos, o acúmulo de experiências vividas ao longo das trajetórias desses sindicalistas na região de Marabá, que sinalizaram para esses pesquisadores do NAEA a possibilidade de dividir com as organizações de

⁷ No sentido proposto por Pierre Bourdieu (1989).



trabalhadores rurais uma parcela de responsabilidade da pesquisa e de ações de desenvolvimento rural.

Essa abertura é bastante significativa porque a relação entre sindicalistas e/ou agricultores e pesquisadores e/ou agentes de assistência técnica tinha, em muitos casos, e ainda continua a ter um caráter persuasivo, na procura de acelerar a adoção de tecnologia ou a busca de alternativas que poderiam contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar, sem, no entanto, possibilitar a construção de um espaço de participação crítica dos próprios beneficiários desses projetos, ou seja, do agricultor e de sua família.

Segundo Henchen (2002), era comum considerar o destinatário dos projetos de desenvolvimento como *audiência* ou como *clientela*, em uma estrutura de massa amorfa, constituída por uma agregação de indivíduos que, enquanto membros de um determinado grupo, são substancialmente iguais ou igualizáveis, não diferenciáveis, mesmo se pertencentes a ambientes distintos, heterogêneos, como características sócio-culturais variadas. Nesse sentido, para o autor, era essa visão acerca dos destinatários dos projetos de pesquisa e desenvolvimento rural que contribuía “para o fracasso da maioria dos projetos colocados em prática, porque estes tinham por base uma perspectiva que ignorava o ponto de vista do trabalhador rural sobre as relações nas quais este estava inserido” (HENCHEN, 2002: 20).

Ao comentar questões relacionadas às varias percepções sobre o campesinato, Martins (1995:17) destacou a importância de *ouvir* o campesinato; porém, deve-se perceber que “ouvir o campesinato não quer dizer, simplesmente, partir do próprio discurso dos *agentes sociais* [...] é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa”; precisa-se “captar o sentido da fala, ao invés de imputar-lhe sentido, ao invés de desdenhá-la” (grifo do autor). Por certo, estas questões levantadas pelo autor eram parte da reflexão dos pesquisadores do NAEA/UFPA, quando este se propôs a construir uma parceria com sindicatos de trabalhadores rurais.

Por fim, é preciso esclarecer que esta parceria parece surgir como resultado de interrogações dos atores sociais⁸ que se propõem, em um determinado momento de suas

⁸ O ator social não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, na sociedade, mas aquele que, através de suas ações, modifica o meio ambiente material e, sobretudo, social no qual está inserido; modificando a divisão do trabalho, as relações de dominação e mesmo as orientações culturais (TOURAINÉ, 1994: 220).



trajetórias, modificando o curso de relações anteriormente estabelecidas, sinalizar para a perspectiva de reconstruí-las em outras bases, em outros princípios. Dessa forma, haveria a possibilidade de surgirem relações democráticas e de alteridade entre parceiros/atores que se propunham a construir um projeto em conjunto, onde o diálogo permanente, acreditava-se, seria da maior importância. Desta maneira, tentava-se evitar repetir velhos vícios tão presentes entre instituições ou entre indivíduos, relações que, em geral, estão assentadas em bases clientelistas, paternalistas, assistencialistas e autoritárias.

Nesse sentido, se a construção ou a efetivação do Programa CAT pode ser considerada como construção de um espaço social⁹ que reunia atores sociais com trajetórias historicamente distintas, é porque, no percurso dessas trajetórias, estes atores ou agentes perceberam-se e foram percebidos, tanto dentro como fora de seus respectivos campos de ação, de sua área de atuação, como portadores de uma certa distinção, que lhes proporcionava visibilidade política e social.

Esta visibilidade e, de certa forma, a especificidade deste atores é o elemento chave que lhes proporcionava o reconhecimento enquanto atores sociais históricos e sinaliza para o fato de que estes se encontram na condição de delegados, isto é, de alguém que dispõe de uma certa autorização social que lhes possibilitava a negociação de um Programa que envolvesse atividades de pesquisa, formação e ações de desenvolvimento, não mais em situação subalterna, mas agora, na condição de parceiros. Dessa forma, as lideranças dos sindicatos presentes no CAT, com base em suas experiências de luta, nos seus enfrentamentos e/ou negociações com o Estado, acreditavam-se credenciadas, isto é, possuidoras de uma espécie de delegação¹⁰, que, de certa forma, as autorizava a falar em nome dos sindicatos, das delegais sindicais, ou, de

⁹ A noção de espaço social, conforme afirma Pierre Bourdieu: “Contém, em si, o princípio de uma apreensão relacional do mundo social: ela afirma, de fato, que toda “realidade” que designa reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõem. Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos quer de grupos, existem e subsistem na e pela diferença, isto é, enquanto ocupam posições relativas a um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real (...) e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos” (BOURDIEU, 1996: 46).

¹⁰ De acordo com Bourdieu (1989), o homem que possui de capital político retira sua força política da confiança que o grupo põe nele. Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da relação com os outros grupos. Mandatário unido aos seus mandantes por uma espécie de contrato racional – o programa -, ele é também campeão, unido por uma relação mágica de identificação àqueles que, como se diz, põem nele todas as esperanças (BOURDIEU, 1989).



um modo geral, em nome dos pequenos agricultores e posseiros daquela região¹¹. Essa delegação, por certo, fora constituída enquanto resultado de sua trajetória de luta, o que, portanto, lhe conferia legitimidade de ir a encontro dos pesquisadores do NAEA que já atuavam na região de Marabá há algum tempo, desde meados da década de 1970.

Estrutura e ações do Programa CAT.

Alguns princípios consensuais orientaram a montagem do Programa CAT. Pretendia-se uma parceria baseada no diálogo entre lavradores, pesquisadores e técnicos. De acordo com Hébette & Navegantes (2000), os princípios da parceria foram:

- 1) Uma parceria entre lavradores e instituições de pesquisa e ensino que passasse por uma organização representativa de trabalhadores rurais, mais especificamente dos STRs, legitimados por seu apoio à luta dos posseiros.
- 2) A importância da pesquisa agrônômica e social permanente associada à organização camponesa para identificar sistematicamente as necessidades dos trabalhadores rurais e propor respostas.
- 3) A escolha de uma escala regional que oferecesse ao projeto a possibilidade de um impacto na área coberta pelos quatro STRs com as quais já se tinha experiência de trabalho: os de Itupiranga, Jacundá, Marabá e São João do Araguaia, abrangendo uma área, na época, de cerca de 35.000 Km².¹²
- 4) Ação que atingisse a mais ampla base camponesa, tentando levá-la adiante em conjunto, com objetivo de evitar a formação de segmentos privilegiados dentro de cada categoria.

¹¹ Enquanto princípio, os mediadores sob a condição de representantes delegados integram os representados no domínio de outras categorias de linguagem (em que a fala se apresenta como uma das características principais), assegurando dessa forma a possibilidade de falar de si, do outro e do mundo no lugar dos representados. Assim, a representação política por delegação está ligada ao dizível, mas não só, também ao reconhecimento dos limites do dizível, do indizível, expressões de domínios que, assim sendo, restam relativamente indecifráveis aos mediadores e mais ainda aos outros mediados. Entretanto, se o mediador não reconhece o limite dessa linguagem perante o grupo, do qual e pelo qual ele fala, e no qual toma e se dá essa consciência, ele não alcança o lugar do diferente ou da identidade perante esse mesmo grupo. A construção dessa diferença, se bem que mediada por designações produzidas no plano simbólico, só se reconhece pela valorização dessas mesmas operações de mediação política (BOURDIEU, 1989; NEVES, 2008).

¹² Posteriormente mais dois municípios integraram o programa CAT: Nova Ipixuna, município que se emancipou de Itupiranga, foi integrado em 1996; São Domingos do Araguaia, município que se emancipou de São João do Araguaia foi integrado em 1993. A entrada desses dois municípios relaciona-se ao fato de serem áreas onde o Programa CAT já tinha atuação e que foram simplesmente desmembradas em novos municípios, não gerando, dessa forma, novas despesas para o Programa.



- 5) Um horizonte temporal amplo, de esforço de desenvolvimento, calculado como equivalente a uma geração, para alcançar resultados satisfatórios e duráveis.
- 6) A implantação de um centro de encontros e reuniões que pudesse propiciar intercâmbios freqüentes entre trabalhadores rurais e entre eles e os pesquisadores e técnicos.

A efetivação desses princípios no Programa passava, essencialmente, pela aproximação entre o conhecimento produzido pelos trabalhadores rurais e conhecimento produzido na universidade:

Você tem toda uma empiria, uma vida, um cotidiano, uma rotina do campo e você têm uma academia que pode produzir mais voltado para aquela empiria, que ajudaria ao desenvolvimento daquele espaço, das pessoas, daqueles atores sociais. O objetivo do CAT na percepção do Jean era muito isso, era pegar uma academia, uma construção do conhecimento para isso (Entrevista 01).

Sua estrutura base foi constituída de duas entidades fundamentais Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia (FATA) e o Laboratório Sócio-Agrônômico do Tocantins (LASAT), que se articularam, não sem conflitos, para pensar conjuntamente as diversas a atividades que foram realizadas. No entanto, alguns atividades se realizaram sem a comunicação preconizada entre sindicalistas e pesquisadores, como, por exemplo, o Projeto Agro-Florestal (PAF) – o maior projeto do CAT em vários aspectos, que foi perpassado por meio de conflitos entre sindicalistas, pesquisadores do LASAT a coordenação do CAT e financiadores estrangeiros. Outras entidades foram criadas no Programa à medida que avançaram as questões de comercialização – COCAT (Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins) - e de formação e escolarização de sindicalistas e jovens agricultores – EFA (Escola Família Agrícola).

Para pensar as ações conjuntamente foi construída, em um sítio a 8 km de Marabá, uma estrutura considerada por alguns atores regionais “grande de mais” para ser apropriada pelos agricultores, contendo vários prédios e com uma área experimental para a realização de atividades produtivas e de lazer. O Centro de Convivência da FATA (CECON) ou simplesmente CAT, como ficou mais conhecido, é constituído de 03 salas de aulas, o auditório (que, na maioria das vezes, serve como sala de aula), 08 dormitórios para educandos, refeitório, cozinha, biblioteca, prédio administrativo, espaço de recreação com campo de futebol e quadra de areia.



Por meio do material empírico foi ressaltado também que essa estrutura encontra-se hoje degradada, devido, em partes, à falta de recursos para a manutenção e conservação dos prédios, principalmente à partir de 2001, quando a FATA se integrou a FETAGRI regional. Atualmente, o movimento sindical faz um debate com outras entidades da região no sentido de resgatar o valor simbólico, material e político do Centro de Convivência da FATA, para além dos espaços de formação e escolarização que acontecem ali por meio da EFA.

Para efetivação das atividades, se decidiu, desde o início, formar equipes permanentes de pesquisadores instalados na região, que trabalhariam em parceria contínua com as organizações sindicais. O fato de residir na região era condição imprescindível à integração e ao acompanhamento das ações de desenvolvimento. Quanto à duração, por tempo indeterminado, dos trabalhos da equipe, ela foi fundamentada na constatação de que uma intervenção de desenvolvimento sustentável só poderia ganhar consistência a médio e a longo prazo, sobretudo na escala considerada, bem como no interesse em integrar a formação superior como um dos componentes principais do projeto.

As equipes de pesquisa eram formadas por pesquisadores e técnicos nomeados, na sua maioria, por instituições ligadas ao projeto. Esses pesquisadores foram alocados no interior das áreas rurais, para a implementação da pesquisa. Os objetivos principais dessa pesquisa-ação foram negociados periodicamente e os temas eram debatidos em espaços como os Estágios de Base e Temáticos. Os pesquisadores consideraram implicitamente, no início dos trabalhos, que a aproximação entre a demanda dos sindicalistas e a oferta dos pesquisadores se faria progressivamente, graças à renegociação periódica das bases da pesquisa-ação, depois de avaliações conjuntas dos resultados e dos métodos empregados. Essa negociação periódica deveria também esclarecer, paulatinamente, as estratégias das instituições parceiras, de forma a identificar melhor os campos de cooperação, permitindo, assim, um benefício recíproco.

Os pesquisadores esperavam que esse tipo de metodologia permitiria reforçar as dinâmicas democráticas e a capacidade de os produtores influenciarem o desenvolvimento, elaborando, em parceria com os pesquisadores, o conhecimento da realidade, a busca de alternativas e a aplicação das soluções. A pesquisa participativa deveria atuar sobre os processos de transformação da sociedade de acordo com os produtores familiares. Isso condicionava o estabelecimento de uma verdadeira parceria



com os produtores, baseada em respeito e confiança mútua, porém não sem conflitos e permeados por relações de poder.

A formação de pesquisadores e técnicos de nível superior foram outras atividades que tiveram grande visibilidade durante o Programa, principalmente no LASAT. Essas atividades tiveram início com o DAZ (Curso de Especialização em Agriculturas e Desenvolvimento Amazônico) em 1991 e se consolidaram com a criação do NEAF (Núcleos de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar), em 1994, dentro do Centro Agropecuário da UFPA. Posteriormente, foram criados cursos de graduação em Marabá e em Altamira, ajudando na disseminação da metodologia de pesquisa participativa preconizada pelo LASAT. Atualmente, este órgão mantém parcerias com outras organizações sociais (não só os sindicatos ligados à FATA) para elaborar temas de pesquisa.

As dificuldades entre pesquisadores e sindicalistas podem ser explicadas pelas diferenças que estes agentes e pela própria diversidade de formação, cultura, funções e interesses em jogo. Os sindicalistas, na maioria das vezes, identificaram-se com base em critérios políticos, pela defesa de uma categoria social ampla e definida a partir de critérios de classe social. Sua militância sindical foi definida em termos de alianças táticas, e procuram orientar os resultados de sua atividade de maneira a favorecer seus aliados e a desenvolver sua base, a partir das demandas que envolviam o fortalecimento econômico dos agricultores. Os pesquisadores, por sua vez, qualquer que seja seu engajamento político, para sobreviverem profissionalmente, deveriam obter reconhecimento no campo científico, o que supõe produtos científicos reconhecidos e, portanto, tipos de intervenção compatíveis com esse objetivo.

A existência de campos de interesse e de poder extremamente diferentes, de concepções de desenvolvimento e do papel do pesquisador igualmente diversos, tornou difícil a elaboração de uma aliança equilibrada, em que cada um se beneficia do outro sem ameaçá-lo (GUERRA & CASTELLANET, 2005). Pode-se concluir que a elaboração de uma estratégia conjunta entre dois grupos sociais muito diferentes requer muito mais do que o estabelecimento de um diálogo e do compartilhamento das regras do jogo.

Parece-nos, entretanto, que foi possível chegar a um equilíbrio negociado nessa relação, a partir da identificação rigorosa de campos de interesses comuns bem definidos e, por contraste, de campos reservados, em que cada parceiro entende



preservar sua supremacia e sua demanda, incitando o outro a minimizar sua interferência. Pode-se imaginar também as regras que permitiriam minimizar as zonas de fricção e de competição, e maximizar as áreas de cooperação e de interesse mútuo. Isso passaria por uma negociação sobre o controle e a autolimitação tão caros aos pesquisadores, que não poderiam aceitar a renúncia a um certo número de seus direitos, e de sua prática científica, em particular não aceitar não se imiscuir na política interna das organizações e respeitar a obrigação de confidencialidade em relação a certas informações consideradas estratégicas para as organizações de produtores (GUERRA & CASTELLANET, 2005).

Dessa forma, a co-construção de novos conhecimentos, juntando o saber dos agricultores e conhecimento dos pesquisadores não foi uma tarefa simples, pois o relacionamento é uma construção social. Diálogo, parcerias, alianças não são instituídas a partir da definição de responsabilidades, direitos, deveres e regras do jogo bem redigidas no papel, e sim, são resultantes da forma como um percebe o outro e na suas ações, atitudes, comportamento ao longo do cotidiano e do reconhecimento de alteridades (HÉBETTE, 1996b). Nessa perspectiva, a necessária oposição de saberes tornou-se a base de uma metodologia educacional de troca, em que os conhecimentos e práticas existentes se confrontam e se transformam em novos conhecimentos e práticas, instrumentos que potencializam a produção e possibilitam um maior espaço de afirmação dos camponeses na cena política da região de Marabá, principalmente na segunda metade da década de 1990.

A atuação do CAT na região de Marabá

Dez anos depois do fim dessa experiência em 2001, resultados significativos para a região foram obtidos por ambas as partes. Porém, o Programa CAT não pode servir de um elemento explicativo para todas as transformações que aconteceram na região de Marabá na década de 1990 e início do século XXI. Pois, nesta região, historicamente formada por processos sociais complexos e diversos, existiam outros atores presentes, como, por exemplo, a FASE, a CPT, o CEPASP e algumas ONGs atuando em várias frentes e com objetivos diversos. Nesse sentido, não dá para fazer uma separação clara entre o que foi resultado das atividades do Programa CAT e das outras entidades.



Mesmo com essa diversidade de atores, alguns entrevistados enfatizam que o Programa CAT contribuiu em vários aspectos dentro da região de Marabá, como, por exemplo, o crescimento do número de associações e cooperativas, a capilaridade e legitimidade do movimento sindical nas delegacias sindicais, o aumento do debate sobre as políticas públicas para a agricultura e o acesso dos agricultores às políticas de crédito. No domínio da transformação, da industrialização e da comercialização dos produtos agrícolas, foram constituídas entidades do tipo cooperativa voltadas para o desenvolvimento, conservando uma perspectiva de luta sindical (COCAT), e no plano da assistência técnica a COOPSERVIÇOS. No plano da formação e escolarização de jovens agricultores, a criação e consolidação da EFA, foi considerado, por atores regionais, um dos passos mais significativos. Porém, o mais provável é essas transformações na região podem ser resultado de outros processos que ocorriam paralelamente a atuação do CAT ou da combinação desses elementos.

Do outro lado, os ganhos dos pesquisadores estavam mais relacionados aos bens que mais lhes agregam poder são os do tipo simbólicos (reconhecimentos acadêmico, divulgação de pesquisas), e, em certo sentido, recursos para a mobilização de pesquisas, fortalecendo também a instituição no qual representavam – visibilidade da UFPA tanto nacional quanto internacionalmente.

O trabalho iniciado com as organizações sindicais permitiu também aos pesquisadores uma penetração em diversos níveis da sociedade camponesa, alcançando até os povoados mais distantes dos municípios. Essa proximidade permitiu constatar que a ação sindical, apesar de seu impacto real no campesinato, deixa a desejar no sentido de que existem agricultores que resistem ao engajamento em razão de posições políticas contraditórias com o discurso dessas entidades, ou de afinidades com outras forças não-alinhadas a esse tipo de trabalho. Relações de clientelismo, paternalismo, distância geográfica ou outros interesses impedem a inserção completa da massa de agricultores no seio dessas organizações, que não escapam à regra e reproduzem freqüentemente relações da mesma natureza.

Segundo Guerra & Castellanet (2005), os representantes camponeses são particularmente sensíveis às críticas formuladas em público diante de sua base. O que, *a priori*, parece aos intelectuais como uma simples manifestação de um ponto de vista diferente, podendo fazer avançar a discussão pública, é sentido como um ataque político direto. Deve-se dizer que as discussões entre camponeses obedecem a códigos bem



particulares, em que a crítica se exprime freqüentemente sob a forma de ironia ou de uma parábola aparentemente sem relação com a situação apresentada.

Evidências empíricas indicaram que era raro que verdadeiros debates tenham acontecido nas Assembléias Gerais da FATA¹³. Tratava-se essencialmente de confirmar os acordos preparados antes, por contatos diretos ou negociações nos bastidores. Discussões sobre a representatividade dos sindicatos ou os modos de designação de seus responsáveis foram encaradas como interferências inaceitáveis dos pesquisadores nas organizações camponesas, motivo por que foram cada vez menos convidados a participar das reuniões. Esse momento de maior conflito se deu a partir da consolidação da FETAGRI regional sudeste como o grande fórum articulador das políticas sindicais no final da década de 1990, contribuindo significativamente para a desestruturação do Programa CAT. Nesse sentido, os pesquisadores foram mantidos à distância do funcionamento das organizações sindicais, a fim de evitar qualquer risco de manipulação e de tomada de poder pelos intelectuais, bem como a interferência na gerência dos recursos disponibilizados, principalmente no âmbito da FATA.

Por fim, deve-se considerar que as características das relações analisadas nesse trabalho, desde uma perspectiva crítica, não elimina a constatação de que todos estes agentes estiveram guiados por uma utopia que é a construção de uma nova realidade social. Realidade esta que seja regida por valores de justiça, igualdade social entre os seres humanos numa região historicamente marcada pelo contexto da exploração e da violência. E é assim, mirando este ideal que os pesquisadores, sindicalistas, agricultores e assessores de diversas entidades lutam por uma transformação político e social na região de Marabá.

Referências Bibliográficas

ASSIS, William Santos de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais do sudeste paraense*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. Tese de Doutorado, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

HÉBETTE, Jean. *O centro Agroambiental do Tocantins: propostas e desafios*. Texto publicado in Proposta. Rio de Janeiro, XV (48): 32-37, mar. 1991. In: HÉBETTE, J. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004d. vol. IV.

¹³ Ocorria uma vez ao ano e reunia sindicalistas, pesquisadores e agricultores para tratar das decisões no âmbito da FATA.



_____. *Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica*. Texto apresentado no painel Movimentos Sociais Contemporâneos da BRASA Third Conference, em Cambridge, 07-10.09.1996a. In:

_____. *A relação pesquisadores-agricultores: diálogo, parceria, aliança? Uma análise estrutural*. Texto apresentado no seminário Pesquisas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar amazônica, promovido pelo NEAF em 1996b. In:_____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004d. Vol. IV.

HENCHEN, Mario José. *O diálogo como relação entre agricultores e pesquisadores: a experiência do PAET na Transamazônica*. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Sociologia - Universidade Federal do Pará, 2002.

GUERRA, G. A.D. e CASTELLANET, C. *Pesquisadores engajados e líderes camponeses na pesquisa-ação: uma cooperação conflitante. Reflexões a partir dos programas CAT e Paet na Amazônia brasileira*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, nº 2, p. 333-347, maio/ago. 2005.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

NEVES, Delma Pessanha. *Mediação social e mediadores políticos*. In_____ (Org). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: VOZES, 1984.



GT10 - Quadros institucionais de políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento

Conselhos Consultivos Locais: Imperativo de expressão empírica das comunidades rurais em Moçambique

André Camanguira Nguiraze¹

Jussara Danielle Martins Aires²

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: acamanguira@yahoo.com.br.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: jussaradma@yahoo.com.br.

Resumo

Este trabalho é uma reflexão sobre os canais institucionalizados de participação das comunidades rurais recentes, em Moçambique, visando ao desenvolvimento local/territorial. Com efeito, os mecanismos de trabalho preconizados como forma de relacionamento dos Órgãos Locais de Estado com comunidades locais, é o da auscultação, o que impede ao *homo situs* de ser sujeito nas oportunidades de participação efetiva e nas escolhas decorrentes das intervenções nos mecanismos de arranjos institucionais, considerando os diversos interesses e relações desiguais estabelecidas entre os atores envolvidos. A nossa hipótese central é que os denominados no espaço social estão destituídos dos instrumentos de produção simbólica de que necessitam para exprimir o seu próprio ponto de vista sobre o social. Portanto, o sítio desempenha uma função de coordenação e de sanção, reduzindo a incerteza que paralisa os tradicionais procedimentos burocráticos e tecnicistas. A metodologia foi de cunho qualitativo no âmbito do meio rural moçambicano. A habilitação social do *homo situs* para a participação efetiva poderia ocorrer a partir do próprio processo, mas também a partir da deliberação participativa ampliada.

Palavras-chave: Comunidade, Desenvolvimento local, Participação cidadã, Sítios.



Abstract

This work is a reflection on the institutionalized channels of participation of rural communities recently, in Mozambique, aimed at developing local / regional. Indeed, the working mechanisms advocated as a means of correlating the Local Bodies of State with local communities, is the hearing, which prevents the homo situs to be subject to effective participation in the opportunities and choices resulting from interventions in the mechanisms of arrangements institutional, considering the diverse interests and unequal relations established between the actors involved. Our central hypothesis is that the so-called social space are devoid of symbolic production tools they need to express their own views on the social. Therefore, the site plays a coordination role and penalty, reducing the uncertainty that paralyzes the traditional bureaucratic procedures and techniques. The methodology was qualitative character in rural Mozambique. Enabling social homo situs for effective participation could occur from the process itself, but also from the larger participatory deliberation.

Keywords: Community, Local Development, Citizen Participation, Locale.

Introdução

Ex-colônia portuguesa, Moçambique é um país na costa oriental da África Austral, tendo área de 799.380 km² e sendo ocupado por 23,4 milhões de habitantes em 2010. A norte desse país, situa-se a Tanzânia, a noroeste faz fronteira com Malauí e com a Zâmbia, a Oeste com o Zimbábue e a República da África do Sul a sul com a Suazilândia. A leste, é banhado pelo Oceano Índico, tendo uma extensão de costa de 2.515 km (MOÇAMBIQUE, 2010).

A população de Moçambique é formada por grupos etno-linguísticos de minorias de origens asiáticas e europeias, mas a maioria é de origem *bantu*, com diversos grupos étnicos e diferentes idiomas: *macuas* (46,1%), *Tsongas*, *malavis* e *chonas* (53%). Embora o português seja o idioma oficial, a língua é falada por apenas 40% da população e 60,5% é analfabeta, no entanto, o nativo destaca-se como o mais usual. Em 2010, constatou-se que em relação à religião, o cristianismo é mais expressivo, sendo praticado por 52,5% da população (incluindo católicos - 22,7%, independentes - 13, 1%, protestantes - 12, 2%, outros 4,7%, além dos com dupla filiação - 0,2%), crenças tradicionais (30,3%), islamismo (16,6%), agnosticismo e ateísmo (0,4%), outras 0,2% (ALMANAQUE ABRIL, 2011).



Os dezesseis anos de guerra civil³ deixaram aproximadamente um milhão de mortos e destruíram a nação. Desde o acordo de paz de 1992, Moçambique vem ganhando destaque como um dos casos mais bem-sucedidos de reconstrução pós-conflito, realizando eleições democráticas e recebendo volumosas doações para reerguer a economia.

Apesar da aplicação obediente das medidas impostas pelas instituições financeiras ocidentais, no caso de Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, no entanto, o quadro socioeconômico de Moçambique foi pouco transformado. As Nações Unidas analisando 187 países, publicaram que Moçambique ocupa a posição 184º entre esses países na escala do Índice de desenvolvimento – 0,322. Segundo o relatório, em Moçambique, a esperança de vida ronda os 50,2 anos, contrastando com apenas 1,2 anos de escolaridade média.

Tabela 1: A tendência do IDH de Moçambique no período entre 1980-2011

	Esperança de vida estimada	Anos previsto de educação	Anos médios de educação	Coefficiente de Gini ⁴	Valores de IDH
1980	42.8	5.3	0.7	-----	-----
1985	42.7	4.1	0.8	0,308	0.192
1990	43.2	3.7	0.8	0,375	0.200
1995	45.5	4.0	0.8	0,363	0.206
2000	47.3	5.8	0.9	0,482	0.245
2005	48.1	8.2	1.1	0,630	0.285
2010	49.8	9.2	1.2	0,852	0.317
2011	50.2	9.2	1.2	0,898	0.322

Fonte: PNUD – *Human development Report* - 2011.

O desempenho de Moçambique não foi de todo ruim. Nos últimos 11 anos, o valor do IDH para o país registou um crescimento de 2.49%. No período entre 2010-2011 houve alguns avanços nos três indicadores do IDH. Na vida longa e saudável, medida pela esperança de vida estimada, houve um aumento de 1.8 anos, que contribuiu para elevar este indicador de 48.4 anos para 50.2 anos (Tabela 1).

³ Significado da palavra **Guerra** a partir do Dicionário de Política “[...] com referência aos grupos em luta, a guerra se classifica como internacional quando conduzida entre grupos sujeitos ao ordenamento jurídico internacional; **Interna** ou **Civil**, se conduzida entre membros de um mesmo grupo organizado ‘cidadão do mesmo Estado’ [BOBBIO, 1995, p. 572].

⁴ O **Coefficiente de Gini** é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento “*Variabilità e mutabilità*” (italiano: “*variabilidade e mutabilidade*”), em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade na distribuição de rendimento pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de rendimento (onde todos têm o mesmo rendimento) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda o rendimento, e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).



E, é nesse quadro de indicadores patente em Moçambique, onde aparece claramente a maior contribuição de Amartya Sen: sua ênfase nas “habilitações” (entitlements) que geram “aptidões ou competências” (capabilities). Para Sen, a dinâmica do desenvolvimento precisa ser entendida como um amplo processo de popularização de “aptidões ou competências” que decorre da expansão de “habilitações”. Em Moçambique, a qualidade de vida das pessoas como objetivo do desenvolvimento pode ser definida no sentido de ampliar direitos e expandir capacidades dos indivíduos e constitui-se novo elemento na conceituação da nação de desenvolvimento, que se expressa nos estudos de Amartya Sen. Para este autor, é preciso pensar o desenvolvimento como mudança social “[...] em termos do enriquecimento da vida humana dela resultante” (SEN, 1993, p. 315). Mudança na qualidade de vida das pessoas significa, para Sen (1993), a expansão das capacidades dos indivíduos através do acréscimo de efetivações, em suas vidas, as quais podem ser tomar parte da vida na comunidade.

2 Os Conselhos Consultivos Locais

Partindo do pressuposto de que a estruturação das Instituições da Participação e Consulta Comunitária (IPCC's)⁵, cujo desenho institucional, em termos de composição, formação e funcionamento, foi a aprovação da Lei sobre os Órgãos Locais do Estado em 2003 e o seu Regulamento em 2005 (nos Termos de Decreto 15/2005), os governos locais passam a ser mais descentralizados e ganham uma relativa autonomia, em particular no que se refere ao processo de planificação e de decisão, porém sob participação da comunidade local, apenas ao nível da consulta. Essa mesma legislação atrela vários ensaios de experiências participativas, através de diferentes programas e projetos com objetivo de dotar de capacidades os governos locais e as comunidades

⁵ Órgão de consulta das autoridades da administração local, constituído pelos chefes tradicionais, secretários de bairro e aldeias e outros líderes legitimados, incluindo aqueles que exercem algum papel econômico, social, religioso ou cultural aceito pelos grupos aos quais pertencem (nos termos do Decreto 15/2000). Também faz parte destas instituições o Conselho Local (nos termos do Diploma Ministerial n. 107-A2000) (MAE/MADER/MPF, 2003).



rurais, de modo a melhor participarem no processo de planificação e de desenvolvimento local⁶.

Como experiências de planejamento participativo dos finais dos anos de 1990, os Conselhos locais surgiram como espaços importantes de participação nos processos de elaboração dos planos distritais, particularmente, em algumas províncias do norte e centro do País, no contexto do Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas (PPFD). No âmbito do processo de reforma dos órgãos locais do Estado, os Conselhos locais tiveram uma existência legal com a aprovação da Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE) e o seu regulamento em 2003 e 2005 (Lei 8/2003; Decreto 11/2005)⁷, respectivamente. Portanto, o Conselho local em Moçambique, pode ser compreendido, como órgão de consulta. Isso significa que os referidos, entre outros aspectos, têm como tarefas:

participar no processo de preparação, implementação e controle dos planos estratégicos provinciais e distritais de desenvolvimento, apreciar relatórios sobre a planificação, destacando a qualidade de participação das comunidades locais e dos grupos de interesses e aprovar o plano de atividade e o respectivo relatório de prestação de contas da gerência do desenvolvimento distrital (MOÇAMBIQUE, 2005, p. 30).

É neste contexto que “os planos de desenvolvimento distritais são elaborados com a participação da população residente através dos Conselhos Consultivos Locais, visando mobilizar recursos humanos, materiais e financeiros adicionais para a resolução de problemas do distrito” (MOÇAMBIQUE, 2000a, p. 29). Oscilando entre consulta e deliberação, os conselhos locais, transparecem uma certa ambiguidade no que diz respeito à sua natureza. Aliás, trata-se de uma ambiguidade, também, presente na própria legislação.

O Conselho Consultivo local é um órgão de ‘consulta’ das autoridades da administração local, na busca de soluções para questões fundamentais que afetam a vida das populações, o seu bem-estar e desenvolvimento sustentável, integrado e harmonioso, no qual participam, também, as autoridades comunitárias (MOÇAMBIQUE, 2005, p. 30).

⁶ Para Franco (1999, p. 22) o **Desenvolvimento Local** “é um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de: suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais de desenvolver suas potencialidades específicas e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais”.

⁷ *Decreto n°15/2000 de Diploma Ministerial 107 – A / 2000 de junho - Constituição da República* Decreto n°157/2000, Lei n° 8/2003 e Decreto n° 11/2005.



Nota-se, que os mecanismos de consulta estabelecidos entre as instituições de promoção do desenvolvimento rural e as organizações da Sociedade Civil de natureza local, têm um caráter informativo, consultivo e casual, não constituindo, ainda, um processo de consulta “ida e volta”, cujo objetivo seja a criação de consensos (VALÁ, 2009). “Muitas ONG’s, de bases locais, suspeitam de que essas consultas constituam só um auscultamento formal. Elas criticam o fato de não serem devidamente envolvidas na formulação de leis e políticas públicas” (BALLERSTAEDT, 1999, p. 26).

Nos Conselhos Consultivos a condição de participação não chega sequer ao usufruto da condição básica de reprodução da existência, daí a importância da participação e não, simplesmente, da ‘consulta’. Assim sendo, é preciso que se acredite nas capacidades humanas.

A oportunidade de participar em momentos de definição se traduz em escolhas que são influenciadas por diversos fatores, seja a partir de critérios mais coletivos, seja a partir de critérios individuais. Assim, as escolhas devem ser garantidas como parte de um processo de participação efetiva da população. Do contrário, tais escolhas estarão sendo realizadas por outros atores, reforçando relações de poder (LEITE, 2007, p. 62).

Nota-se, portanto, que a real participação, aquela que deve ser feita a partir da consciência e do interesse que as pessoas podem ter para com o desenvolvimento local, é fundamental para o processo integral de desenvolvimento do País. A partir da criação destes mecanismos de institucionalização da participação cidadã, é preciso que se estimule essa verdadeira participação, e os critérios que norteiam as capacidades de escolhas podem ser os mais diversos.

As escolhas sociais são permeadas por fatores como base informacional, as oportunidades de discussão e interação públicas e a construção de valores sociais decorrentes dessa interação. A visão de liberdade envolve tanto os processos que permitam a liberdade de ações e decisões, como as oportunidades reais que as pessoas tenham, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais (SEN, 2000, p. 31).

Por conseguinte e tendo em vista o exposto acima, ao se pensar na ampliação da base informacional nos fóruns locais, deve-se ter a preocupação com a forma como a informação é passada pela equipe técnica distrital e qual o tipo de informação. A linguagem técnica, muitas vezes, constitui-se numa barreira para assimilação do conteúdo e acaba reforçando as relações de poder estabelecidas. O tipo de informação repassada, também, pode ajudar a reforçar decisões tomadas em outras esferas e não,



necessariamente, contribuir para escolhas, ou seja, numa relação assimétrica, quem detém a informação pode escolher o que divulgar, de modo que tal informação sirva para legitimar suas definições prévias. Assim, “não se pode decidir sobre o que não é compreendido” (LEITE, 2007, p. 63). A situação de extrema carência das comunidades rurais, aliada à falta de informação, coloca esses grupos em situação de fragilidade e vulnerabilidade, diante dos seus interlocutores, ao longo dos processos participativos (SANTOS JÚNIOR, 2001).

Enfim, a descentralização dos programas sociais surge como uma possibilidade muito concreta de aproximá-los da comunidade, no sentido de fazer com que eles tenham contato direto com suas necessidades, exigindo-lhes maior transparência, desburocratizando o sistema e assim permitindo maior agilidade. Faz-se mister realizar um monitoramento sobre o andamento de suas execuções e outras vantagens organizacionais. Porém, historicamente, os funcionários do Estado sempre tiveram o monopólio da informação e o controle dos recursos, garantindo-lhes um papel privilegiado no processo de decisão sobre as políticas públicas.

3 A comunidade no *status* ontológico do território

Ao discutir a comunidade rural, Durkheim assevera que os indivíduos internalizam sua visão de ordem social através do sagrado. O universo simbólico compartilhado e a classificação da natureza envolvem os princípios de autoridade e coordenação do grupo social. Nestes sistemas, as questões de legitimidade se resolvem na medida em que os seus membros carregam a ordem social dentro de si e as projetam na natureza ao seu redor. Daí para Durkheim (1898) a comunidade é um tipo de estrutura centrada na coesão, amizade e em relações de solidariedade orgânica e que possui papel importante no desenvolvimento do indivíduo.

Assim, o discurso das “comunidades” em Moçambique coincide com a pressão externa neoliberal de desresponsabilizar e reduzir o papel do Estado. Esta ação, como todas as outras, é carregada de uma identidade particular, mas “a transcende no horizonte da instauração de um espaço público de ações propositivas, críticas, conflitivas e criadoras que se alinham na formação renovada de valores pluralistas, partilhados e discutidos” (PAOLI, 2003, p. 375). À luz de Nogueira (2003), o apelo a



essa figura conceitual serve tanto que se defenda a autonomia dos cidadãos e a recomposição do comunitarismo perdido, como para que se justifiquem programas de ajuste e desestatização, nos quais a sociedade civil é chamada para compartilhar encargos até então eminentemente estatais.

Portanto, existe a ideia de que as comunidades apenas desenvolvem relações de unidade harmônica, mas elas não são homogêneas nem igualitárias. Estão marcadas por conflitos sociais, de poder, de gênero. E são, sobretudo compostas por segmentos com interesses diversos, e, por vezes, conflituosos. Couto (2005, p.140) na sua obra *Pensatempos*, alerta que “a maior parte das vezes, em lugar das comunidades o que vemos é um exercito de ONGs que se apresentam como Sociedade Civil, e que falam em nome de camponeses. Camponeses esses, que continuam ausentes e invisíveis”.

A leitura da “comunidade” é inventada como uma entidade que não existe de fato. Mia Couto sugere uma possibilidade. Ele defende a ressignificação do ideário:

Se quisermos que as atuais comunidades sejam parceiros efetivos de política pública para o desenvolvimento com mais equidade e eficiência teremos que criar essas mesmas comunidades. Não podemos esperar que essas comunidades se revelem espontaneamente. É preciso um programa de governação para que tais parceiros se constituam. De contrário, com o paternalismo que hoje nos norteia, acabaremos por oferecer às populações rurais uma prenda envenenada (COUTO, 2005, p. 143).

Ainda, na análise sobre a construção do Estado em África, particularmente em zonas rurais, Boone (2003) sublinha que,

Algumas reformas de descentralização implementadas a partir dos anos de 1980 em África produziram efeitos contraditórios e muitas vezes bem longe dos esperados. Em alguns casos, houve a revitalização dos despotismos locais, a erupção da violência e o enfraquecimento completo das relações centro-periférico, contradizendo, assim, as razões básicas dos próprios projetos de reformas do Estado (BOONE, 2003, p. 6 *apud* FORQUILHA, 2010, p. 28)

Na prática é necessário atribuir à vida social da comunidade rural a emancipação dos programas sociais. Para isso, “deve-se criar as condições necessárias para que os seus usuários satisfaçam as necessidades humanas básicas, sendo capazes de decidirem sobre o modo de viver e de conviver socialmente com autonomia” (PEDRINI *et al*, 2007, p. 199).

A realidade rural moçambicana mostra que ao invés de produzir-se uma sociedade pautada em ideologias e tecnologias que levam as ações do *homo situs* a



serem padronizadas, guiadas pela produção, consumo, competitividade do mercado através de regulação socioestatal, quando as diferenças e distâncias sociais são aprofundadas levando muitas pessoas a buscarem soluções com retorno às organizações comunitárias a partir do “território do eu”.

4 - Imperativo da participação etnográfica do *homo situs*

De acordo com a orientação sociológica e filosófica em relação às Autoridades Tradicionais Africanas ressalta-se a abordagem dos *sítus*, no qual o homem africano se mostra múltiplo e diverso. Isto mostra a variedade simbólica das situações vividas e dos percursos. Neste contexto, o pensamento dos *sítus* associa os mundos simbólicos e morais dos homens às suas práticas cotidianas. Como refere Zaoual (2006) são relações, geralmente, ocultas que a noção de *homo situs* redescobre: o homem concreto em seu espaço vivido, isto é, em seu sítio simbólico, é o homem do local.

No entanto, devido ao peso do sítio sobre seu comportamento, o *homo situs* tem ética, identidade e racionalidade que ele constrói *in situ*. Esses diferentes níveis estão imbricados nos sítios e se encontram refletidos de maneira parcial ou total pelo comportamento do indivíduo. Para Zaoual (2006, p.50) o *homo situs* é contrário ao reducionismo, “é um homem concreto que sabe o que faz, não é um ‘idiota cultural’ [...] Diferentemente do *homo economicus*, indivíduo aparentemente egoísta e calculista”.

Acredita-se que a reintegração, a legitimação e o reconhecimento das Autoridades Tradicionais Moçambicanas, pelo Governo, é uma maneira de repensar o “lugar” e/ou “local”, que neste trabalho designar-se-á por sítios, em sua especificidade, levando-se em conta os sistemas de representação dos atores para o desenvolvimento local. Assim, o sítio revelado apresenta-se, antes de tudo, como o conjunto de crenças compartilhadas expressas no espaço vivido pelos agentes da organização social. Este percurso forma, assim, um espaço cognitivo comum.

De acordo com Mia Couto,

não se advoga soluções ‘tradicionalistas’, mas aflige-me a facilidade das varinhas mágicas, soluções fantásticas a que chega como se fosse por *download*. As descobertas técnicas e científicas são-nos apresentadas de forma messiânica [...] a revolução verde descoloriu, mas outros pacotes mágicos de variadíssimas cores continuam a ser exportados para o terceiro mundo (COUTO, 2005, p. 67).



Lembrar que o *sítus* africano contém uma “caixa preta”, no qual se encontram: mitos fundadores, crenças, percursos, sofrimentos, conhecimentos, revelações e experiências de cada grupo humano. Porém, o crescimento econômico que é almejado pelos especialistas em desenvolvimento das Agências de *Bretton Wood* (Banco Mundial e FMI) acabam fazendo o papel de subserviente de ponta-de-lança de neoliberalismo, praticando, sob linguagem por vezes verbalmente alternativa. Paradoxalmente, encontra limitações pelos hábitos e os costumes dos sítios que buscam equilíbrio localizado, partindo-se do pressuposto de que o *homo situs* é um indivíduo coletivo sem ser coletivizado.

Dada a importância das representações simbólicas locais e de seus efeitos sobre os comportamentos individuais e coletivos, o *sítio* desempenham uma função de coordenação e de sanção, reduzindo a incerteza que paralisa os tradicionais procedimentos burocráticos e tecnicistas.

Para Silva e Silva (2001, p. 106) é no âmbito de “*sensu comum* que os grupos subalternos assimilam a ideológica dominante, que tende a se cristalizar como verdade absoluta, possuindo, então, como principal objetivo, impossibilitar ou ao menos dificultar e retardar o processo político-pedagógico de elevação cultural dos grupos subalternizado”. A mesma tese é comungada por Granjo (2010, p. 6), “e se assim é, se estamos face aos discursos locais ‘às vezes a gente chama-lhes *émicos*’ que permite uma resposta nos mesmos termos”.

Assim, pretende-se compreender que além de tornar o saber local do *homo situs* africano invisível ao declarar que não existe ou não é legítimo, o sistema dominante também faz as alternativas desaparecerem apagando ou destruindo a realidade que ela representa de “participação” pela mera “cooptação estrutural”⁸, ou mesmo com simples incorporação legal-institucional dos princípios de gestão compartilhada no desenho das políticas públicas. Essa contextualização é imprescindível, caso não se queira (como tantas vezes acontece) satisfazer com uma simples análise “localista” teórica e politicamente de conselhos locais, perdendo de vista, no final, a verdadeira dimensão do que seja “o distrito polo de desenvolvimento local”.

⁸ Segundo Souza (2006, p. 455) “cooptação estrutural” é aqui entendida como uma cooptação não deliberada, mas sim difusa; uma cooptação derivada do poder de sedução das instituições cristalizadas existentes, heterônomas, e do imaginário instituído.



A rigorosidade na estruturação das Instituições da Participação e Consulta Comunitária (IPCC's), e os arranjos político-institucionais decorrentes dela, num primeiro momento, “afastaram as certezas herdadas da tradição fundada na concepção da racionalidade explicável por leis naturais, simples e imutáveis, e o mundo das incertezas, gerados pelo nosso tempo de transformações; o mundo complexo” (SOUZA, 2011, p. 39).

Ainda, essa rigidez na montagem do arcabouço institucional necessário ao funcionamento do modelo participativo de gestão nas zonas rurais moçambicanos, muitas vezes dificulta a realização do ideal democrático de ampliação da esfera pública, propiciadas pela participação. Isso porque prevalece na constituição da experiência, o que Habermas (1997) denomina de ação instrumental ao invés da ação comunicativa. Enquanto esta está baseada na ideia de socialidade, espontaneidade e solidariedade, aquela está encorada em procedimentos de coordenação da vida social, próprios da dimensão administrativa do Estado. Com efeito, nessas condições os Conselhos Consultivos Locais (Conselho Consultivo Distrital, do Posto Administrativo e Fóruns Locais), acabam ficando expostos a alterações ou adaptações que interessam àqueles que tem controle da administração.

É claro que há situações em que a população não consegue ter o mesmo grau de reflexão e apresenta atitudes de apatia, ausência, indiferença em relação ao processo de desenvolvimento. Porém, vale notar que, estes elementos aparentemente de não-participação, podem ser indicadores de participação. Por vezes, para Francisco (2010, p. 166) “estas situações se apresentam como os únicos caminhos de que a população dispõe para dizer “não” a uma realidade que ela não aceita, não devendo ser interpretada, a priori, como manifestações de tendências opostas aos programas do ‘governo’”.

5 - Considerações Finais

A participação cidadã em Moçambique pode ser compreendida, no primeiro momento, a partir da partilha das decisões que afetam a própria vida do indivíduo e da



comunidade, uma vez que os “bens relacionais”⁹ do *homo situs* se constroem a partir do entendimento sobre suas próprias subjetividades, desejos, dificuldades, necessidades e demandas. Portanto, o mecanismo de participação no espaço rural em Moçambique, compreende a formação de conselhos e fóruns locais, no quais as comunidade se veem, dividida e fragmentada pelos efeitos das desconfianças e dos ressentimentos gerados pela execução daquela política implementada *top down*. Dado que o círculo das trocas é simbólica e relativamente fechado no âmbito do parentesco. Isso significa que, na trama de relações entre indivíduos, não há troca que não esteja revestida de sentimentos relacionados à reciprocidade. Um território é também um modo peculiar de expressão do cosmo: um espaço de relações que se apresenta sob um modo específico de partição das entidades que compõem.

É neste contexto que o processo participativo não visa a um ganho utilitarista, e sim à valorização de cada indivíduo e de suas exigências sem renunciar às possibilidades de compartilhar espaços coletivos. Para evitar as armadilhas do utilitarismo liberal, deve-se, em primeiro lugar, valorizar o componente Pedagógico da participação, ou seja, a prática dos interventores de se transformar por meio da escuta recíproca e da busca pelo lugar da diferença no processo, o que amplia o conhecimento e os sentimentos de coletividade e humanidade. Para isso, passa pela reforma das próprias ferramentas de participação a fim de limitar as possibilidades de cooptação.

Portanto, faz-se mister canalizar a participação para a difusão de informação aos membros das comunidades rurais, que os dominantes ignoram, o que supõe a constituição de redes alternativas de comunicação e, sobretudo, a vontade de “abrir as caixas pretas” das administrações públicas, em especial as que têm um forte caráter “técnico”. Em Moçambique, o funcionamento dessas estruturas impede os cidadãos menos cultos de compreender o trabalho realizado e formular necessidades.

Referências bibliográficas

ALMANAQUE ABRIL 2011. São Paulo: Abril, 2011.

BALLERSTAEDT, E. **Participação popular no processo de desenvolvimento em Moçambique**. Maputo: LINK – Fórum de ONG’s em Moçambique, 1999.

⁹ São os laços de parentesco e reciprocidade incorporados nos indivíduos para diminuir as dificuldades materiais e para fugir da pressão de sobrevivência.



DURKHEIM, É. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultura, 1898.

FORQUILHA, S. C. Reformas de descentralização e redução da pobreza num contexto de estado neo-patrimonial: Um olhar a partir dos conselhos locais e OIIL em Moçambique. In: BRITO, L. *et al* (Orgs.). **Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique**. Maputo: IESE, 2010.

FRANCO, Augusto. **Somente o desenvolvimento sustentável pode superar a pobreza no Brasil**, 1999, fotocopiado.

FRANCISCO, António Álvaro. Desenvolvimento comunitário em Moçambique: contribuição para a sua compreensão crítica, 2ª ed. 2010, Namacura: Editora BS, 2010.

GRANJO, P. A razão e o sentido de dois motins. Maputo: **Canalmoz**, n. 282, 6 set., 2010.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LEITE, S. P. B. R. **A participação popular e acesso à moradia**: as escolhas possíveis para a população removida por intervenções de melhoria urbana do PREZEIS. Recife : UFPE, 2007 UFPE, 2007.

COUTO, Mia. **Pensamentos: textos de opinião**. 2ª edição, Lisboa: Editorial Caminho, SA, 2005.

MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO ESTATAL - MAE/MADER/MPF. Participação e consulta comunitária na planificação distrital: Guião para organização e funcionamento. Maputo: Mae/Mader/Mpf, junho, 2003.

MOÇAMBIQUE. Decreto nº 11/2000, artigo 103. Dispõe sobre os planos de desenvolvimento distritais, Moçambique, 2000a.

MOÇAMBIQUE. Decreto nº 11/2005, Boletim da República, I Série nº 23, 10 de junho de 2005. Dispõe sobre a institucionalização dos Conselhos Consultivos Locais, Moçambique, 2005.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Sociedade Civil, entre o Político-Estatal e o universo gerencial**. n 54, p. 186-202, junho, 2003.

PEDRINI, J. *et al*. **Controle social de políticas públicas**: caminhos, descobertas e desafios. São Paulo: Paulus, 2007.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PNUD - **Human Development Report 2011**. Sustainability and equity: A better future for all, Mozambique, 2011.



SANTOS JÚNIOR, O. N. **Democracia e Governo Local: dilemas da reforma urbana municipal no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 2001.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expressão de capacidades. **Revista Iua Nova**, n. 28/29, pp. 313-333, São Paulo: CEDEC, 1993

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. **O comunidade solidaria: o não enfrentamento no Brasil,** São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a Ágora:** Reflexão em torno da democracia do planejamento e da gestão das cidades, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Almeida Rosaline. A cegueira: o movimento do mundo e a reforma das instituições e mentes, In: EDGAR, Morin (org.), **para um pensamento de sul:** dialogo com Edgar Morin. Rio de Janeiro: SESC Departamento nacional, 2011.

VALÁ, S. C. **Desenvolvimento rural em Moçambique:** um desafio ao nosso alcance. Maputo: INLD, 2009

ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais:** uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.



GT 10 – Quadros institucionais de Políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento

**Diálogo governo – sociedade civil na construção de políticas territoriais
O difícil caminho da democracia**

Ghislaine Duque¹

Paulo César O. Diniz²

Maria do Socorro de L. Oliveira³

¹ Dra em Sociologia / professora visitante sênior / UNIVASF, ghduque@uol.com.br

² Dr. em sociologia / professor efetivo / UFRPE, p.diniz@uol.com.br

³ Dra em Ciências Sociais / UFRPE, socorrooliveira@gmail.com

Resumo

Neste texto, apresentamos um caso recente, que ilustra as dificuldades de participação da sociedade civil na construção de uma política de desenvolvimento sustentável no semiárido. Trata-se da parceria entre a Articulação no Semi-Árido (ASA) e o MDS, parceria que se estendeu com êxito de 2003 a 2011, mas enfrentou uma crise séria no final de 2011. Expomos as etapas do diálogo entre a ASA e o governo, o processo democrático que se desenvolveu a partir daí e os resultados importantes para a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. Porém os problemas que apareceram mostram as interferências de interesses alheios ao diálogo democrático. Após descrevermos esses problemas, tentamos tirar algumas conclusões.

Palavras-chave: Diálogo Sociedade Civil - Governo, Políticas Públicas, Desenvolvimento Territorial, Articulação no Semiárido (ASA).



Neste texto, pretendemos apresentar um caso recente, que ilustra as dificuldades do diálogo sociedade civil – governo na construção de políticas públicas territoriais visando o desenvolvimento sustentável. Trata-se da parceria entre a Articulação no Semiárido (ASA) e o MDS, parceria que se estendeu com êxito de 2003 a 2011, mas enfrentou uma crise séria no final de 2011.

Para entender a origem da proposta da ASA, precisa voltar ao contexto histórico do início dos anos 1990, quando diversas entidades atuando no semiárido – sindicatos, pastorais, ONG's, associações comunitárias – estavam avaliando criticamente uma política que dava assistência aos “flagelados da seca” (frentes de trabalho, distribuição de água por caminhão-pipa), assistência que cessava com a volta das chuvas para se repetir na seca seguinte, sem que o problema da fragilidade das populações seja resolvido. Criticavam a “luta contra a seca” numa perspectiva assistencialista, que deixava as populações dependentes dos poderes locais

Na oportunidade de uma nova seca, em 1992-1993, essas entidades invadiram a SUDENE, cobrando uma nova política de “convivência com a seca”. A partir daí, a reflexão



continuou nos Estados. Observando que a “seca” não se manifesta pela falta de chuvas, mas pelo fato que as precipitações são muito irregulares e brutais – as chuvas arrasam a terra e vão embora - diversas iniciativas nasceram. Uma dessas iniciativas foi a construção de cisternas redondas semi-enterradas recolhendo a água de chuva caindo nos telhados. Esse modelo de cisternas (ditas “de placas”) tinha sido imaginado por um pedreiro de Sergipe a partir de sua experiência de construção de piscinas em São Paulo, e começou a ser construído em diversos Estados. A primeira ONG a ter essa iniciativa na Paraíba desde 1993 foi o PATAC (Programa de Aplicação de Tecnologias Adaptadas às Comunidades), no município de Soledade (Cariri) com a colaboração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da paróquia local.

As cisternas de placas foram bem aceitas porque são construídas de forma rápida e são de baixo custo. Elas permitem o acesso à água potável para beber e para o consumo doméstico. Sua propagação foi muito rápida e todos queriam uma cisterna em sua casa. Então nós percebemos que não teríamos como atender à demanda e aí foi quando nós resolvemos buscar novas parcerias para continuarmos o trabalho (Waldir, técnico do PATAC).

Em função da boa aceitação das cisternas, o PATAC começou a convidar parceiros – outras ONG’s, lideranças de comunidades, sindicatos etc. – e repassou recursos que tinha conseguido para organizar as comunidades ensinando a construir cisternas e desenvolvendo outras atividades tecnológicas e/ou organizativas. Assim aos poucos foi se criando a Articulação do Semi-Árido na Paraíba – ASA/PB.

O mesmo processo de diálogo e parceria se deu em outros estados, com nomes diferentes. Em 1999, na oportunidade da COP-3 (Terceira Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e Seca – das Nações Unidas), foi organizado o Fórum Paralelo da Sociedade Civil, que teve como principal resultado a Declaração do Semi-Árido, fundamentada nos princípios já vivenciados na maioria dos estados do Nordeste. Essa Declaração foi a ata de criação da ASA/Brasil:

O semi-árido que a Articulação está querendo construir é aquele em que os recursos seriam investidos nos anos “normais”, de maneira constante e planejada, em educação, água, terra, produção, informação para que expressões como “frente de emergência”, “carro-pipa” e “indústria da seca” se tornem rapidamente obsoletas, de modo que nossos filhos pudessem trocá-las por outras, como “convivência”, “autonomia” e “justiça” (último parágrafo da Declaração do Semi-Árido)⁴.

Como é possível perceber, a ASA foi formada pela experiência agregada de entidades não governamentais, religiosas, associativas, cooperativas e técnicas. O que elas têm em comum é o foco de ação voltado para o desenvolvimento sustentável e organizativo do semiárido brasileiro. A diversidade, ao invés de enfraquecer a experiência, ajuda a fortalecê-la e ampliar democraticamente seu alcance (OLIVEIRA, 2011).

A primeira proposta da ASA/Brasil foi a construção de cisternas de placas por todo o semiárido: *Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais – PIMC*. Esse projeto, iniciado em 2.000, conheceu várias etapas de experimentação e consolidação do processo organizativo, com financiamento de diversas entidades.

No início do Governo Lula, em 2003, a ASA apresentou a



proposta do programa de construção de cisternas (o P1MC), que foi prontamente aceito como política pública, financiado pelo MDS, passando a ser considerado um dos braços do *Fome Zero*, denominado de “*Sede Zero*”. A principal recomendação da sociedade civil ao Governo era de que “*nada de novo precisava ser criado*”. Bastava ter como referência as experiências sociais em curso no semiárido para caminhar na direção da inclusão social, referindo-se ao problema do acesso à água na região.

Assim teve início uma das experiências mais inovadoras no semiárido em termos de construção democrática e de diálogo entre uma grande parcela da sociedade civil e órgãos do Governo Federal. De ambos os lados, todo um esforço foi feito no sentido de ir

¹ Ver www.asabrazil.org.br.



construindo esse diálogo; um grande esforço de aprendizagem institucional, tendo em vista o caráter inovador da experiência (DINIZ, 2007).

Após o P1MC ainda foi lançado o P1+2 (Uma terra e duas águas), ou seja, de um lado, o debate da questão agrária e o tratamento adequado da terra (agroecologia), e do outro, além da primeira água para beber e cozinhar, várias tecnologias para uma segunda água (cisterna calçadão, tanques de pedra, barragens subterrâneas, etc.) para os roçados e os animais.

Com o P1MC e o P1+2, a ASA conseguiu demonstrar três coisas. A primeira é que viver no semiárido não é uma calamidade. Basta armazenar a água de chuva para beber e

cozinhar e uma segunda água para produzir. Se compararmos a situação de famílias beneficiadas pelo P1MC e pelo P1+2 com populações de periferias urbanas ou favelas, ou

populações atingidas por enchentes, ou ainda famílias do sul do país não preparadas a enfrentar secas, não faz dúvida que o semiárido (nessas novas condições) oferece uma qualidade de vida bem melhor, especialmente em relação à saúde e à segurança alimentar.

A segunda demonstração é que a população do semiárido é capaz de se organizar, de se auto-sustentar sem depender dos favores de ninguém. A região, que tinha sido

marcadamente identificada com uma cultura da submissão da maioria da população pobre, considerada carente de “favores” e das benesses de um antigo – e renovado – coronelismo político e econômico, está mudando radicalmente.

E o terceiro ponto é que a ASA conseguiu provocar um processo de desenvolvimento local sustentável, com um investimento mínimo, mas um grande esforço de

educação. Isto pode ser comprovado pelas etapas de aplicação do P1MC, todas marcadas por processos educativos: o primeiro passo é um diagnóstico da situação local realizado com as

próprias famílias, oportunidade de tomada de consciência das necessidades como também do potencial da comunidade; segue a organização: seleção das primeiras famílias a serem atendidas, formação de grupos de “mutirão” para tarefas comunitárias, como cavar os buracos

onde as cisternas vão ser construídas, treinamento dos pedreiros, etc.; e como última etapa, têm cursos de gestão dos recursos hídricos (GRH) dirigidos especialmente às mães de família para

aprender a cuidar da água de forma a proteger a saúde dos filhos.

Além desse processo educativo, há uma injeção de recursos na economia local: compra do material de construção, salário dos pedreiros. Vale considerar ainda que se houver qualquer problema nas cisternas (uma rachadura, por exemplo), os pedreiros locais são capazes de providenciar o conserto.

Como consequência, se consolida a autonomia das comunidades, origem da verdadeira democracia: libertação da dependência do assistencialismo, fim do clientelismo, aprendizagem das decisões autônomas e gestão democrática de seus bens comuns.

Na Paraíba, um elemento suplementar caracterizou o processo de construção de cisternas: o sistema dos fundos rotativos solidários (FRS), tipo de crédito cuja gestão é

assegurada pela comunidade e permite multiplicar os recursos conseguidos. Experiência de solidariedade praticada desde a década de 1970 pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs),

os FRS abrigam formas extremamente complexas de lidar com recursos comuns –



multas vezes

escassos – em comunidades pobres, mas com enorme potencial de cooperação. Era justamente esse potencial o principal capital comunitário a ser valorizado nas ações desencadeadas e promovidas pelos FRS.

Introduzidos na dinâmica comunitária, os FRS se inserem num processo rico de formação onde os valores da democracia e da transparência são exercitados pelas comunidades

na gestão do recurso coletivo. Portanto, seu alcance ultrapassa a simples construção de cisternas.

As regras de gestão dos recursos e as formas de atendimento das famílias mais empobrecidas são permanentemente discutidas. Os FRS constituem assim um verdadeiro processo pedagógico

e político de organização, e não simplesmente uma operação econômica.

Vale frisar que, no seu diálogo com o Ministério, a coordenação da ASA sempre teve o maior cuidado em prestigiar o governo (considerado “nosso governo”), demonstrando uma atitude de aceitação das normas impostas (nem sempre adaptadas a atividades a serem realizadas em pequenas comunidades afastadas), evitando críticas públicas ao Governo em relação à gestão do PIMC, para não dar munção à oposição. Essa submissão



pode ser comprovada pelo fato da ASA ter aceitado, sem grandes protestos, a proibição dos FRS para a multiplicação de cisternas. Precisa explicar melhor esse fato.

Quando o termo de parceria com o MDS para o financiamento do P1MC foi assinado, a ASA/PB já vinha multiplicando cisternas pela dinâmica dos FRS havia uns 10 anos.

No entanto, numa visita da CGU (Controladoria Geral da União) em 2004, a legalidade dos FRS

foi questionada sob a alegação que os recursos da União eram a fundo perdido (embora o mecanismo fosse elogiado como prática educativa). Não serviu um parecer jurídico, elaborado no ano de 2005 a pedido da ASA/PB, confirmando que o código civil e a própria Constituição davam respaldo legal a essa prática; não serviu argumentar que era a própria comunidade que decidia repor os recursos para que mais famílias pudessem ser beneficiadas. Diante desse bloqueio, o Programa parou na Paraíba (e de fato, todas as atividades financiadas por FRS foram prejudicadas). Mais estranho ainda: o próprio Governo Lula vinha incentivando o desenvolvimento da Economia Popular Solidária, referendada como política pública por meio da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE); esta acabou recomendando a construção de um programa nacional de apoio permanente aos FRS. Mas a sistemática de utilização dos FRS para o P1MC na Paraíba permaneceu proibida, o que limitou consideravelmente a multiplicação de cisternas, sem que a ASA/Brasil se rebelasse.

Vale salientar que a ASA foi considerada pelo ministro chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage Sobrinho, na abertura do Seminário Internacional sobre Marco Legal, e pelo secretário executivo do mesmo órgão, Luiz Navarro, em programa aberto de TV, um exemplo na gestão de recursos públicos. As ações da ASA renderam uma dezena de prêmios, como o Prêmio Direitos Humanos – categoria Enfrentamento à Pobreza, promovido pelo próprio governo federal e entregue pelo então presidente Lula no final de seu mandato. O P1MC foi premiado até pela Organização das Nações Unidas (ONU). Já beneficiou diretamente mais de dois milhões de pessoas em 1.076 municípios, treinando 12.000 pedreiros e pedreiras.

Oito anos após essa colaboração leal e dedicada com o governo, a ministra do MDS, Tereza Campello, anunciou que, para acelerar o atendimento às famílias do semiárido que ainda não têm cisternas, iam ser distribuídas cisternas de polietileno. Em um tempo recorde, um edital foi publicado, uma firma foi contratada, a Rotoplas, empresa mexicana, vencedora da licitação para fornecimento de um primeiro lote de 60 mil cisternas a serem instaladas na área de atuação da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba). A firma implantará quatro unidades industriais nos municípios de Petrolina (PE), Teresina (PI), Montes Claros (MG) e Penedo (AL). A CODEVASF, com sede em Petrolina, foi encarregada de iniciar imediatamente o cadastramento das famílias (ainda em dezembro de 2011, antes das festas).

O argumento da ministra parece convincente: a ASA se comprometeu em construir um milhão de cisternas. Após oito anos, só conseguiu construir 372.000 cisternas –

37,2%. Na proposta do governo de erradicar a pobreza, precisa, em dois anos, distribuir mais

umas 700.000 cisternas. De PVC, construídas rapidamente, por uma firma “experimentada”, que vai instalar várias usinas no semiárido.

É bem possível que essa decisão das “cisternas de plástico” se deva à ânsia da



Presidente Dilma em demonstrar sua vontade de atingir rapidamente sua meta: eliminar a pobreza. Vale ressaltar que, pelos dados do Governo, no país existem 16, 2 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza (renda familiar *per capita* de até R\$ 70). Destas, 59% estão concentrados na Região Nordeste (ou seja, 9,6 milhões de pessoas)². Afinal de contas, a ASA teve o mérito de demonstrar a eficiência das cisternas para tirar esse povo da pobreza. Trata-se agora de acelerar esse processo.

Ocorre que para atender as 750 mil famílias rurais com água para beber no semiárido, até 2013, além de assegurar água para a produção agrícola de outros milhares de famílias, seria necessária uma reavaliação e uma ampliação do arranjo institucional vigente até

² Disponível em: http://www.brasilsemisericia.gov.br/wp-content/themes/bsm2nd/caderno_brasil_sem_miseria.pdf. Acesso em: 16 Jun 2011.



então, em particular, ampliando os recursos atribuídos à ASA e incluindo a formação de novas parcerias estratégicas.

E, pouco depois, em 08 de dezembro de 2011, a ASA foi informada que o convênio com o MDS não seria renovado³. A medida é comunicada pela coordenação executiva da ASA nos termos seguintes:

Gostaríamos de informar que ontem a coordenação da ASA foi convocada para uma reunião com o MDS em Brasília e o desfecho final foi o comunicado de que o Governo Federal não mais fará parceria com a ASA através da APIMC, que sua estratégia é fazer as ações do Água para Todos pelos estados e municípios, negando uma caminhada de mais de 8 anos, onde a ASA não só construiu o PIMC e o P1+2, como uma nova perspectiva de empoderamento das famílias e por conseguinte, protagonista da construção da política pública de acesso a água que hoje o MDS executa.

O que o governo Dilma está propondo é apagar uma das mais belas e exitosas experiências de participação social e construção de cidadania pelos que sempre foram marginalizados, mas tomaram a história em suas mãos e trouxeram para o centro do debate, o conceito e as iniciativas de convivência com o Semiárido.

*Enquanto rede, precisamos nos articular nos estados e municípios num movimento que dê conta de **visibilizar para o governo a estratégia errônea, injusta e desrespeitosa como vem tratando a ASA e a sociedade civil organizada do Semiárido brasileiro (...)***

A notícia explodiu como uma bomba. Em uma semana, a ASA que já tinha divulgado pouco antes (no início de novembro de 2011⁴) um manifesto contra as “cisternas de plástico” mobiliza uns 10.000 camponeses e suas lideranças de todo o semiárido. Estes se reúnem em Juazeiro da Bahia, no dia 20 de dezembro, formam uma longa procissão pela ponte que atravessa o São Francisco até Petrolina e assistem a um ato público frente à catedral desta cidade.

Quais são os argumentos da ASA? Em primeiro lugar, as cisternas “de plástico” excluem a população local, não permitindo sua participação no processo de reaplicação da técnica, criando dependência das empresas. Quanto às cisternas de placas (da ASA), construídas pelos agricultores pedreiros junto com as famílias, estas dominam todo processo e o multiplicam para outras famílias. Para elas, a água é um direito, não um “benefício”, uma prova de sua cidadania. Além do mais, as cisternas de placas fortalecem o mercado local e geram renda, criando dinamismo social e econômico (em vez dos recursos serem repassados às mãos de poucos empresários de fora).

Segundo Roberto Malvezzi, coordenador da Pastoral da Terra (em e-mails na lista da ASA, de 16 e 18/12/2011), o uso eleitoreiro da “cisterna de plástico” não pode ser afastado. Há coincidências curiosas. O ministro da Integração, Fernando Bezerra Coelho, já foi prefeito de Petrolina. A família Coelho domina a política local há décadas. Fernando, aliado de Eduardo Campos (governador de Pernambuco) quer ser prefeito do Recife, seu filho, prefeito de Petrolina. Recife e Petrolina são essenciais no controle da política pernambucana. Tereza Campello, embora nascida no sul do país, talvez tenha laços de parentesco com a família Campello (curtume Campello), também da região de Petrolina. Um ministro da Integração, outra do MDS, dialogam e optam pela cisterna de PVC. E Clementino Coelho, irmão de Fernando, é diretor interino da Codevasf.⁵ Ainda segundo Roberto Malvezzi, trata-se de uma



³ Vale salientar que poucos dias depois (13/12/2011) o MDS divulgou uma nota pública afirmando que não havia nenhuma ruptura com a ASA (Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/>

[2011/dezembro/mds-reafirma-que-nao-ha-ruptura-de-parceria-com-a-asa-aplmc](http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/dezembro/mds-reafirma-que-nao-ha-ruptura-de-parceria-com-a-asa-aplmc). Acesso em 14 Dez. 2011).

⁴ Disponível em: http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_NOTICIA=7073. Acesso em 09 Nov 2011.

⁵ Vale ressaltar que apenas dia 12 de janeiro, portanto, após as denúncias de nepotismo, o diário oficial da união divulgou a exoneração de Clementino. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.co>

[m.br/poder/1033365-diario-oficial-publica-exoneracao-do-irmao-do-ministro-da-integracao.shtml](http://www1.folha.uol.co.m.br/poder/1033365-diario-oficial-publica-exoneracao-do-irmao-do-ministro-da-integracao.shtml). Acesso em 15 Jan 2012.



operação de “reciclagem” das oligarquias nordestinos. Os Coelho, com uma pedra só, atingem dois objetivos: obter votos no seu feudo e quebrar a espinha dorsal da ASA, inimiga real do coronelismo nordestino. Será?

A jornalista Eliane Brum escreve na revista “Época” (19 de dez 2011): *“O rompimento da parceria com a ASA é anunciado no momento em que a opinião pública está predisposta a considerar qualquer ONG fraudulenta. Como foram denunciados muitos*

“malfeitos” nos convênios entre algumas organizações não governamentais e ministros

demitidos, como Orlando Silva e Carlos Lupi, não há melhor hora para romper com a sociedade civil organizada. E fazer parecer que as ações são um esforço de moralização dos

recursos públicos. Esquece-se – talvez por conveniência – que o surgimento das ONGs é

resultado direto da redemocratização do país. E também que uma parcela significativa delas não apenas é honesta, como tem operado uma grande transformação nas relações e nos resultados em várias áreas cruciais.”

“A sociedade civil organizada tem – e para parte dos políticos é aí que mora o incômodo – impedido que as verbas públicas sejam interceptadas e manipuladas por grupos

instalados em setores estratégicos. E assim, impedido governos, em todos os níveis, de agradar aliados com a possibilidade de administrar uma parcela polpuda das verbas públicas. É claro que há ONGS corruptas, que se aliam a políticos corruptos, para lucrar com o dinheiro do

povo. Mas demonizar todas elas é uma esperteza de quem está doido para voltar ao modelo antigo – e é também má fé e desrespeito com o avanço conquistado pela sociedade brasileira

nas últimas décadas.”

E citando o coordenador da Associação PIMC da ASA, Naidison Baptista, a jornalista acrescenta: *“As pessoas não entram mais na fila da água em troca de voto. Cortamos*

a raiz do coronelismo no Nordeste.” E completa seu pensamento: *“Na tecnologia social da*

ASA, a implantação das cisternas não é vista como favor do governo, mas como direito. Não é assistencialismo, mas política pública. As pessoas são estimuladas a exercer a cidadania e a

tomar suas próprias decisões, coletivamente – tornando o voto de cabresto cada vez mais

difícil. Bem diferente, portanto, de um modelo assistencialista/populista que forma gerações de eleitores agradecidos a um pai ou mãe magnânimos. Seria isso que estaria incomodando o governo federal e seu amplo e heterogêneo espectro de aliados às vésperas das eleições municipais de 2012? Espero – sinceramente – que não.”

Após a manifestação de Juazeiro-Petrolina, a coordenação da ASA foi chamada para uma nova reunião com a ministra Campello, em 23 de dezembro de 2011, segundo

assessoria de comunicação da ASA. Além da ministra, participaram da reunião o subsecretário

Marcelo Cardona, a secretária de Segurança Alimentar e Nutricional em exercício, Mônica

Schröder, e o diretor de Promoção da Alimentação Adequada, Marco Dal Fabbro, bem como o secretário executivo de Agricultura Familiar do estado de Pernambuco, Aldo Santos.

O Convênio com o MDS foi renovado por três meses e um novo encontro foi marcado para o dia 03 de janeiro de 2012. Qual foi o resultado dessa nova reunião ?



Passamos a palavra a Naidison Baptista, enviando informações e recomendações a todas as UGMs (Unidades Gestoras Microregionais) e UGTs (Unidades Gestoras Territoriais) que administram o P1MC e o P1+2 nos diversos estados do semiárido:

Atualmente, a situação encontra-se provisoriamente resolvida, para os próximos três meses, juntamente com o compromisso do MDS de definir os parâmetros para a celebração de novos Termos de Parceria com o P1MC e com o P1+2, o que garantirá a sequência de nosso caminho.

De nossa parte, reafirmamos nosso empenho no diálogo e na construção deste caminho e reafirmamos que a maior parte dele, hoje, depende da vontade e decisão política do Governo de efetivar os compromissos assumidos com a ASA.

*Contudo, na reunião que tivemos em Brasília no último dia 03/01, **nos foi colocada uma situação nova, que é a seguinte: O MDS fará uma análise, em todas as UGMs e UGTs, de toda a documentação de todos os Termos de Parcerias (firmados com a AP1MC e que se encontram pendentes). Serão analisados também os TPs em execução (...). A análise será criteriosa, minuciosa e realizada EM CADA UMA DAS UGMs e UGTs, com início dos***



trabalhos ainda no mês de janeiro de 2012. (...) Esta é uma exigência legal, que está colocada nos Termos de Parceria e que temos que cumprir.

Acrescenta Naidison:

(...) Diante disso, queremos pedir a vocês o seguinte: Vamos dar tudo de nós, nos preparando para esta fiscalização do MDS. Isso vai exigir de cada um(a) um tempo a mais para arrumar a documentação toda. Isso exigirá de nós os finais de semana ou feriados. Mas será o preço a pagar para continuarmos nosso trabalho no Semiárido. (...).

Irmãos(ãs) e companheiros(as): tenho certeza de que nós, que já demos a volta por cima em muitos problemas e muitos empecilhos e temos garantido, com garra, confiança e amor este trabalho que vem transformando o Semiárido e a vida de milhões de pessoas, vamos dar a volta por cima mais uma vez nessa situação.

Como podemos observar, a coordenação da ASA apresentou essa nova exigência como absolutamente normal (até então, o MDS fazia essa verificação por amostragem) e insistiu para que cada Unidade Gestora se dedique à revisão da documentação com o maior empenho. Mandou todos os gestores interromperem suas férias, recomendando de rever os documentos arquivados com o maior rigor. Pode se pensar que, se faltar um carimbo, uma assinatura, todo o trabalho da ASA pode ser comprometido.

Vale dizer que é fácil ter “erros” que não significam improbidade. Assim, por exemplo, na experiência passada da ASA na Paraíba, houve o caso de um chefe de família assinar a requisição do material e a esposa dele assinar o recibo de entregue desse material. Houve questionamento quanto a um possível desvio de recursos. Em outro caso, por um erro de regulação do GPS, uma cisterna foi identificada como localizada em pleno Oceano Atlântico! Era uma cisterna fantoche? (Seria ótimo que o mesmo cuidado seja aplicado na verificação de todas as contas públicas).

Finalmente, este parece ser um momento crucial de afirmação de um projeto ancorado nas experiências da sociedade civil do semiárido brasileiro. E, como tal, convém conseguir alianças necessárias para a continuidade do programa de construção de cisternas de

placas – que fique claro – sob a responsabilidade da ASA e apoiado pelo Governo Federal, como uma dimensão importante do combate à pobreza extrema no semiárido, objetivo central do atual governo. Um exemplo dessas alianças é a recente posição adotada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) que, nos primeiros dias de janeiro, manifestou seu apoio à ASA, enviando à Presidenta Dilma uma exposição de motivos sobre os termos de parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Associação Programa Um Milhão de Cisternas (APIMC)⁶.

Assinada pelo presidente do órgão, Renato S. Maluf, a “exposição de motivos” foi aprovada em reunião específica dos representantes de entidades da sociedade civil na Mesa Diretiva do Conselho. Exemplifica a pressão da sociedade civil mais ampla em relação ao MDS e ao governo e em solidariedade à ASA. Dentre os motivos, destacam-se os excelentes resultados produzidos na execução dos termos de parceria conduzida pela APIMC, desde 2003 (época de recriação do Consea, no Governo Lula, e de início do PIMC, por dentro do Programa Fome Zero, conforme citado acima). Assim, o Consea manifestou-se pela sua continuidade e ampliação do programa, reconhecendo a eficiência da atuação da ASA para viabilizar o acesso à água



e para melhorar as condições de convivência com o semiárido, requisitos fundamentais para a segurança alimentar e nutricional de, aproximadamente, 38 milhões de pessoas distribuídas em 11 estados brasileiros, dentro dos ditames do Direito Humano à Alimentação Adequada, de acordo com a exposição de motivos do Conselho.

Percebe-se que, para além do “dever de casa” a ser cumprido, deve-se mobilizar forças sociais e políticas que estão fora do arco de organizações que compõem a ASA no sentido de exercer uma maior pressão sobre o restabelecimento do diálogo com o governo. E apontar para a sociedade o “projeto” construído pela ação da ASA, ou seja, acesso à água como direito, e não como assistencialismo; acesso à água como cidadania, não como clientelismo;

⁶ Disponível em:

<<http://www4.planalto.gov.br/consea/noticias/noticias/2012/01/consea-envia-exposicao-de-motivos-a-presidenta-dilma-sobre-o-programa-de-cisternas>. Acesso em 25 Jan. 2012>



acesso à água como participação e autonomia, não como favor político ou posição subalterna. Esse parece ser o desafio imediato.

Qual será o desfecho desse episódio? A democracia ficará reforçada pela experiência que “vale lutar”? O governo vai se convencer que seu prestígio e sua força são maiores com o apoio do povo (e não apenas com os “políticos”)? É de se esperar que a sociedade civil organizada, que, neste caso, soube demonstrar uma obstinada paciência, consiga fazer vencer a democracia.

Referências Bibliográficas

BRUM, Eliane: Presente de Dilma azeda o Natal no Semiárido. In *Revista EPOCA*, 19.11.2011.

DINIZ, P. O. *Da experimentação social ao “experimentalismo institucional” – Trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil: Experiências no Semi-Árido*. Campina Grande: UFCG/UFPB, PPGS. Tese de doutorado em sociologia, 2007.

DUQUE, G.; COSTA, J. W. S.; ROCHA, J. C. Fundos rotativos solidários: instrumento de apoio à transição agroecológica na Paraíba. In *Agriculturas*, Experiências em agroecologia. Leisa Brasil., vol. 7 N. 2, jul. 2010, p 22-28

DUQUE, G. A Articulação do Semi-Árido Brasileiro: Camponeses unidos em rede para defender a convivência no Semi-Árido. In *História Social do Campesinato*, Tome 5: “Lutas camponesas contemporâneas. Condições, dilemas e conquistas” (Coord.:

FERNANDES, B. M.; MEDEIROIS, L. S. e PAULILO, M. I. OLIVEIRA. M. S. L. *Cooperação entre camponeses: Um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Campina Grande: UFCG/PPGS, 2006.

_____. *Os espinhos, as flores e os frutos do mandacaru: as transformações na configuração social de uma comunidade rural camponesa a partir da intervenção de atores externos*. UFCG/PPGCS. Tese de doutorado em Ciências Sociais, 2011.



GT 10 - Quadros Institucionais de Políticas Públicas: Atores, Projetos e Princípios de
Pertencimento

**Dinâmicas de desenvolvimento local no meio rural: o caso do município de
Jaboatão dos Guararapes-PE**

Jeanne Mariel Brito de Moura ¹;

Ramonildes A. Gomes²;

Cleiton Ferreira Maciel³

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Email: maribrito21@yahoo.com.br

² Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Email:

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Email: cleiton.keto@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem por objetivo demonstrar que os processos direcionados para o desenvolvimento no município de Jaboaatão dos Guararapes, além de estigmatizar o meio rural, são contruídos através de um projeto político que tem por objetivo o fortalecimento da cidade em detrimento do campo. O município faz parte da Região Metropolitana do Recife (RMR) e situa-se como detentor do terceiro maior PIB e a segunda maior população do estado de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM, 2011). A pesquisa foi feita a partir de um estudo de caso no bairro rural de Muribeca dos Guararapes. Evidenciar e discutir as questões referentes à relação campo/cidade e a natureza dessas transformações que ocorrem no município permitirá compreender que as dinâmicas de desenvolvimento ali instaladas estigmatizam o seu meio rural e priorizam as ações políticas voltadas para o crescimento da cidade.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento local, relação campo/cidade, estigmatização.



Introdução

A partir da pesquisa empírica realizada no município de Jaboatão dos Guararapes -PE, este artigo busca problematizar questões consideradas essenciais para compreensão da relação campo/cidade em suas novas e modernas formas. Como afirmou Wanderley (2009), as transformações espaciais das sociedades contemporâneas apontam não para o fim do rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade. O artigo se propõe a analisar como ocorrem as dinâmicas de desenvolvimento local no município e como os atores de seu meio rural se inserem nessa nova dinâmica.

Para a construção das análises aqui feitas tomou-se por base uma pesquisa de campo⁴, realizada no bairro rural de Jaboatão dos Guararapes, denominado Muribeca dos Guararapes. Os bairros rurais possuem como características marcantes os grupos de vizinhança e as relações interpessoais firmadas pela solidariedade grupal, onde há uma participação ativa de seus moradores nos festejos religiosos. Para a compreensão dos processos atuantes em Muribeca dos Guararapes será utilizado à concepção de bairro rural proposto por Antonio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiroz⁵.

A partir das definições de Bairro Rural, cunhada pelos autores citados acima, esta pesquisa compreende a localidade analisada como detentora de relações de vizinhança, na qual o grupo se torna uma extensão da família e onde a solidariedade grupal fixa-se como um mecanismo de reprodução da subsistência da família, atrelado a uma forte identidade com terra.

O município de Jaboatão dos Guararapes situa-se no litoral da Zona da Mata do Estado de Pernambuco com uma superfície de 256 Km². Faz divisa a Leste com o oceano Atlântico, ao Norte com o Recife e São Lourenço da Mata, a Oeste com Moreno e ao Sul com o Cabo de Santo Agostinho. A sede da prefeitura fica a 12 Km de

⁴ A pesquisa de campo foi realizada entre os anos de 2008 e 2009 para fins do projeto de pesquisa monográfica. Foram realizadas visitas e algumas reuniões com vários atores sociais do bairro. Além disso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas.

⁵ Segundo Antônio Cândido o bairro rural pode ser definido como o agrupamento mais ou menos denso de vizinhança, cujos limites se definem pela participação dos moradores nos festejos religiosos locais. [...] Vemos, assim, que o trabalho e a religião se associam para configurar o âmbito e o funcionamento do grupo de vizinhança, cujas moradias, não raro muito afastadas umas das outras, constituem unidade, na medida em que participam no sistema destas atividades. (CANDIDO, 1971, p. 51). Para Maria Izaura Bairro rural é aquele cujos membros, [...], desenvolvem entre si relações de trabalho expressas na ajuda mútua, e conservam relações de vizinhança que se concretizam na participação, em nível social igualitário, das atividades quotidianas e festivas do grupo de localidade. (QUEIROZ, 1973, p. 49).



distância ao sul do centro do Recife (MARCENA, 2002). O município se encontra numa situação privilegiada fazendo divisa com as principais cidades da região Metropolitana do Recife. Além de ser detentor do terceiro maior PIB dessa região, com 9,01%, ficando atrás apenas de Recife e Ipojuca, possui a segunda maior população do estado de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM, 2011). O bairro rural de Muribeca dos Guararapes está localizado na área rural do município de Jaboatão dos Guararapes. Situado entre o eixo de integração, Jaboatão Centro e Prazeres, o bairro encontra-se na margem direita do Rio Jaboatão. Sua origem é muito antiga e sua existência consta do ano de 1577. Sendo assim, Muribeca é mais antiga que Jaboatão Centro. É na área rural desse município que se encontra uma população estigmatizada na sua relação com a cidade. Os processos que estão em curso no município de Jaboatão dos Guararapes são contruídos a partir de um projeto político que tem por objetivo o crescimento econômico da cidade em detrimento de um projeto de desenvolvimento que considere o campo⁶. Pensar essa relação entre o rural e o urbano, seus limites e continuidades faz parte das questões que norteiam a referida pesquisa.

Devido a sua localização na Zona da Mata pernambucana o município, com condições naturais ideais para esse cultivo, começou a se desenvolver a partir da monocultura da cana-de-açúcar, através dos engenhos e posteriormente das usinas. De acordo com Van-Hoeven Ferreira Veloso:

[...] A cidade de Jaboatão nasceu com o engenho São João Batista. No tempo do seu terceiro proprietário, o velho Bento Luiz de Figueirôa, começou a migrar para as suas terras muita gente querendo construir casas de moradia entre os rios Jaboatão e Duas Unas e na sua confluência [...] (VELOSO, 1982, p. 19).

A data simbólica de criação do município é de 4 de maio de 1593 e, sua população foi se formando a partir de pessoas oriundas de Recife, que na expansão dos canaviais das várzeas do rio Capibaribe acabaram por migrarem na direção das várzeas do rio Jaboatão no município de Jaboatão (OLIVEIRA, 1980).

O período da produção da cana-de-açúcar gerou na economia do Nordeste um cenário de contração econômica, como afirmou Celso Furtado (2003). O

⁶ O esquecimento do meio rural de Jaboatão é para com o pequeno produtor e o agricultor familiar. Os grandes proprietários da cultura secular da cana-de-açúcar possuem o amparo do município e do Estado



desenvolvimento, no Brasil Colonial, do sistema açucareiro-escravista condicionou essa região a um estado de produção de subsistência, baixa produtividade e excedente populacional. No século XX o Nordeste se encontrava numa situação de atraso e desigualdade social alarmante se comparado com a região Sul-Sudeste. Várias ações foram feitas para minimizar as disparidades, dentre elas há a criação por iniciativa do Governo Federal do Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) sob a direção de Celso Furtado e a criação da SUDENE⁷. A consequente perda de influência dessa cultura na região, dentre outros fatores, ocasionou em Jaboatão uma mudança de vocação econômica: de região eminentemente agrícola até meados do século XX para município industrial. As mudanças de desenvolvimento econômico aconteceram de maneira brusca, onde as demais atividades de cunho rural que tradicionalmente caracterizavam a região perderam influência, e hoje as que existem se estabelecem como forma de resistência nos bairros rurais. O desenvolvimento deve ser visto como um processo de múltiplas faces que vai além do fator econômico passando pelos aspectos sociais, culturais, direitos civis e saúde. Amartya Sen considera que: “O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente sua condição de agente.” (SEN, 2010, p. 10). De acordo com Sen (2010) a liberdade substantiva⁸ do indivíduo é o principal objetivo do desenvolvimento, e este sempre deve propiciar o estabelecimento da liberdade.

01. As dinâmicas de desenvolvimento do município

O Município de Jaboatão dos Guararapes passou por profundas transformações nas mais diversas áreas, espaciais, sociais e econômicas. Porém, sem dúvida alguma, as recentes mudanças econômicas que aconteceram e acontecem no município deslocaram a sua vocação, que antes era rural e agora é predominantemente urbana. O Município durante séculos teve sua economia baseada na monocultura da cana-de-açúcar seguida por outras culturas menos expressivas. Esse cenário só viria a ser modificado em meados do século XX com a chegada de outras atividades que visavam dinamizar a região. O pesquisador e jornalista Van-Hoeven Veloso, menciona que dentre as

⁷ Superintendência de desenvolvimento do Nordeste.

⁸ Por Liberdade Substantiva Amartya Sen compreende que é poder fazer tudo aquilo que se deseja fazer. Ter meios, recursos e a possibilidade real de realizar o que almeja.



atividades industriais que se instalaram na região no início do século passado se destacavam: a Fábrica Jaboatão, que produzia farinhas alimentícias de diversas culturas, além do fabrico de salsichas, salames, paios, mortadelas e derivados; a Fábrica de Papel, que fabricava papel de embrulho, papelão, confete e serpentina para carnaval cuja produção era tão intensa na região que no ano de 1933 o presidente Getúlio Vargas foi visitá-la; a Fábrica de Estopa construída na década de 1920 e a Gráfica Jaboatão LTDA, inaugurada em 1957, além das usinas de açúcar e de álcool, responsáveis pela principal fonte de riqueza industrial de Jaboatão (VELOSO, 1982). Com os incentivos da SUDENE para a industrialização do Nordeste, o município criou a margem da BR-101 o parque Industrial de Prazeres e, no distrito de Cavaleiro na BR-232 o parque industrial do Curado. As atividades que atualmente geram mais renda para o município são nas áreas da indústria de transformação, construção civil, serviços industriais, comércio, atividade de serviços, mineração e administração pública⁹. Alguns fatores influenciaram as mudanças que explicam este crescimento recente, dentre eles: a pequena distância de apenas 14 quilômetros do Recife, que possibilitou uma crescente urbanização; a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, que criou condições para o município desenvolver sua indústria; a crise do setor sucroalcooleiro¹⁰ que teve início na década de 1990 e, que direcionou o município a diversificar sua atuação econômica; investimento em educação e saúde; investimentos em infraestrutura com a criação de linhas de metrô para a região e a construção e ampliação de rodovias, foram de fundamental importância para seu crescimento. De acordo com a Agência CONDEPE/FIDEM, os efeitos dos recentes investimentos no porto Suape¹¹ beneficiaram todos os municípios do seu entorno, inclusive Jaboatão dos Guararapes que passa a ser alvo de investimentos também.

O conceito de desenvolvimento local permite compreender que o modelo de desenvolvido eficaz é aquele capaz de assegurar os valores, potencialidades e identidade

⁹ Dados obtidos na Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - Condepe/Fidem.

¹⁰ Com a extinção do Instituto do açúcar e do álcool (IAA), iniciou-se um processo de desregulamentação do setor sucroalcooleiro.

¹¹ O porto de Suape localiza-se no município de Ipojuca, na Região Metropolitana do Recife. Atualmente é o principal foco de investimento, dinamismo e crescimento de Pernambuco.



comunitária. Nessa perspectiva, ao se falar em desenvolvimento local, não se leva em consideração apenas a questão econômica, mas também o social, cultural, equilíbrio ambiental, saúde, lazer, ou seja, um pleno desenvolvimento. A socióloga Tânia Zapata afirma acerca do conceito de desenvolvimento local:

O conceito de desenvolvimento local se apóia na idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento. [...]. As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular a diversificação da base econômica local [...]. (ZAPATA, 2006).

Nessa perspectiva, a pesquisa compreende que o conceito de desenvolvimento local é uma estratégia de desenvolvimento de territórios de característica harmônica e igualitária, que visa minimizar as exclusões e distorções sociais vigentes nas sociedades de mercado global. Conforme esclareceu o pesquisador Angelo Brás Fernandes Callou (2006), “é preciso que cada território descubra as suas potencialidades econômicas para, de per si, desenvolver-se. Condição que exige um esforço coletivo dos diversos atores sociais presentes nesses territórios”. Esses diversos Atores sociais devem incluir tanto a sociedade civil como o poder público na articulação para por em prática as ações de desenvolvimento territorial. Como afirma Callou (2006), “Evidentemente que o Estado, diante das frágeis condições de organização social, particularmente nos contextos populares rurais, não se afastará de imediato desses processos”. O que não vem ocorrendo em Jabotão dos Guararapes. As dinâmicas de desenvolvimento que atuam nessa região, ao invés de possibilitar uma maior visibilidade de seu meio rural com políticas que visem gestar a área a partir de suas especificidades, reforçam o olhar de estigmatização dos habitantes da cidade sobre eles, vendo-os como empecilhos ou atraso na integração urbana do município. Paralelo a isto, através da pesquisa de campo, constatou-se que os atores sociais do meio rural Jabotão têm reivindicado seu pertencimento ao lugar em que vivem, e através da associação de moradores, sindicato rural e outros organismos eles demonstram que possuem uma voz, que possuem um modo de viver e que o meio rural é dinâmico e vivo.



A pesquisadora Maria de Nazareth B. Wanderley (2009) afirma que as sociedades rurais tradicionais sofreram um processo de transformação, no que diz respeito à estrutura e à vida social local, passando a se integrar à sociedade “englobante” culturalmente e economicamente, sem perder as suas especificidades. Qual é o modelo de desenvolvimento almejado nas áreas rurais do país? Um modelo que propicie autonomia e respeito, ou dinâmicas que contribuam para o aumento da dependência e da sujeição em relação à cidade? O que ocorre em Jaboatão é um verdadeiro descaso com sua população rural que foi historicamente estabelecida na região e que reivindica seu espaço. O modelo de desenvolvimento instituído nesse município é um modelo que desconsidera a questão territorial dos processos econômicos e que exclui seus moradores rurais.

3. O município de Jaboatão: um estudo de caso no bairro rural de Muribeca dos Guararapes

O município de Jaboatão dos Guararapes está situado na Região metropolitana do Recife e está dividido em três distritos: Muribeca dos Guararapes (onde se encontra o bairro de Muribeca dos Guararapes, o parque industrial e a área comercial de Prazeres), Jaboatão Velho (local onde surgiu o município) e Cavaleiro (onde se encontram vários bairros e o parque industrial do Curado) (MARCENA, 2002). A área rural está localizada majoritariamente entre o distrito de Muribeca dos Guararapes e o distrito de Jaboatão Velho. Embora possua uma alta taxa de urbanização a população rural de Jaboatão é expressiva. Ver sua população na tabela abaixo:

Quadro 1 - Evolução da população rural e urbana do município

Rural/Urbana	Ano	População
População residente urbana	2000	568.474
População residente rural	2000	13.082
População residente total	2000	581.556
População residente urbana	2010	630.595
População residente Rural	2010	14.025



População residente Total	2010	644.620
---------------------------	------	---------

Fontes: Base de Dados do Estado-BDE (www.bde.pe.gov.br); TRE; IBGE; Pnud/Ipea/FJP; INEP; Datasus; Compesa; Celpe; MTE; STN e Agência Condepe/Fidem.

De acordo com o censo do IBGE de 1991 a população rural de Jaboatão era de 67.640 habitantes, e no censo de 2000 sofreu uma redução para 13.082. As projeções para 2010 estimaram um tímido aumento nessa população, com um total de 14.025. Analisando-se tais dados a partir da pesquisa desenvolvida percebe-se, portanto, que essa queda da população rural durante a década 1990 ocorreu devido a uma série de fatores que foram desencadeados a partir da crise do setor sucroalcooleiro em Pernambuco. Segundo Manuel Correa de Andrade (2001), até meados do século XX Pernambuco foi o principal produtor nacional de açúcar, porém desde a última década do século XX a economia canavieira pernambucana vem passando por um retrocesso. De acordo com Manuel Correa:

Atualmente a economia canavieira em Pernambuco encontra-se em retrocesso. Numerosas usinas encerraram suas atividades industriais, com forte repercussão na atividade agrícola, por desemprego no meio rural e avanço dos movimentos sociais de trabalhadores rurais (MST e FETAPE, sobretudo), aliados às ações promovidas pelos trabalhadores rurais junto à Justiça do Trabalho e ao pagamento das indenizações por tempo de serviço com terras. Assim, pela lentidão da ação do Incra frente às invasões, o processo de esfacelamento das propriedades rurais avança com firmeza. (ANDRADE, 2001).

Jaboatão dos Guararapes também se insere nesse contexto de crise do setor canavieiro, com o fechamento de usinas, dentre elas a usina Muribeca, que mantinha uma grande quantidade de trabalhadores rurais e que por hora deixaram o campo. Os que permanecem na área rural do município exigem um modelo participativo de desenvolvimento que os fixe à terra, pois esta é, antes de qualquer coisa, um espaço de vida, trabalho e identidade. O quadro 2 demonstra a quantidade de estabelecimentos por condição do produtor em relação as terras e revela distorções no município relacionadas a concentração fundiária.

Quadro 2 - Estabelecimentos por condição do produtor em relação às terras



Estabelecimentos por condição do produtor em relação às terras	Ano	Município
Estabelecimentos	2006	699
Proprietário	2006	247
Assentado sem titulação definitiva	2006	24
Arrendatário	2006	09
Parceiro	2006	08
Ocupante	2006	371
Produtor sem-área	2006	40

Fontes: Base de Dados do Estado-BDE (www.bde.pe.gov.br); TRE; IBGE; Pnud/Ipea/FJP; INEP; Datasus; Compesa; Celpe; MTE; STN e Agência Condepe/Fidem.

Os dados da tabela acima inferem muitas questões, dentre elas existe a dos ocupantes que não possuem a regularização de suas terras, o número é de 371 estabelecimentos nessa situação.

Sendo o detentor de rico patrimônio cultural, vegetação e mananciais, Muribeca dos Guararapes é um bairro que pode ser dividido com uma área rural e urbana. Na área urbana se concentra os serviços oferecidos à comunidade, como posto de saúde, mercados, escolas, padarias e pequenas lojas comerciais. O entorno rural de Muribeca dos Guararapes é formado por uma imensa diversidade de engenhos e sítios. O bairro ainda mantém grande parte de seu traçado histórico, o que o torna um patrimônio do povo pernambucano. O povoado da Muribeca, bem como as ruínas da igreja do rosário dos homens pretos, foi tombado pela FUNDARPE¹².

Como um bairro com tanta importância histórica pode ter seu patrimônio humano tão esquecido pela dinâmica de desenvolvimento presente no município? O bairro de Muribeca dos Guararapes é herdeiro dos costumes da época apogeu dos grandes engenhos, se tornando um povo moldado pela cultura da cana-de-açúcar e que tem forte apego as suas tradições e ao seu estabelecimento no lugar historicamente.

¹² Fundação do patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.



O povoado de Muribeca dos Guararapes foi estabelecido historicamente na região a partir da expansão da plantação de cana-de-açúcar do Recife. Seus Habitantes são, em grande parte, descendentes dos escravos, senhores de engenhos e aventureiros. Há muito tempo atrás no período de sua fundação no século XVI bem como no século XVII e XVIII, foi uma região muito desenvolvida, sendo registrada como município, comarca e vila. Após um período de decadência com a desvalorização de sua principal fonte econômica, a cana-de-açúcar, voltou a tornar-se distrito de Jaboatão dos Guararapes.

Na tabela “divisão administrativa” aparece às mudanças e/ou com relação à importância administrativa que a localidade exercia sobre o município de Jaboatão dos Guararapes entre os anos de 1911 e 1943:

Tabela 3: Divisão administrativa de Muribeca

1911	Na “Divisão Administrativa” do Estado, o 2º Distrito já figurava como nome de Muribeca.
1933	Na “Divisão Administrativa” constante do “Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”, o 2º Distrito figurava com o nome de N. S. DOS PRAZERES.
09.12.1938	No Decreto-Lei estadual nº235, referente à “Divisão Administrativa”, a denominação de MURIBECA ao 2º Distrito.
31.12.1943	Pelo Decreto-Lei estadual nº952, é novamente alterado o nome, passando de Muribeca para MURIBECA DOS GUARARAEPES. Denominação que se conserva até o presente. Esta mudança de nome sugeriu-a o historiador Mário Melo, porque existia em Sergipe uma cidade chamada Muribeca.
20.08.1962	A lei nº907 transferiu a sede do Distrito de Muribeca dos Guararapes para o povoado de prazeres.

Fonte: Muribeca dos meus avós. Van-holven Ferreira veloso. 1991.

A tabela mostra como o bairro passou por grandes transformações ao longo de décadas. A queda da influência do bairro na região veio junto com o declínio, no século



XX, da época do apogeu da cana-de-açúcar ocasionando na desativação de muitos engenhos.

De acordo com a organização Juventude Suassuna¹³ o desenvolvimento da agricultura em Jaboatão é feita com descaso e falta de incentivo ao pequeno produtor. A economia agrícola da cidade do Jaboatão está dividida em três grandes grupos: a agricultura canavieira, a agricultura familiar (produzida por pequenos agricultores) e os atravessadores que comercializam na feira do centro da cidade. A terra se encontra concentrada nas mãos de mais de 20 engenhos produtores de cana de açúcar. Essa concentração acaba sendo um verdadeiro entrave na dinamização das culturas locais, além de inibir uma maior autonomia ao agricultor rural dessa região.

A comunidade de Muribeca, através das entrevistas feitas com os agentes locais, deixa claro o tom de insatisfação à vida penosa e árdua que muitos estão submetidos para se inserirem de alguma maneira na economia. Sentem que não foi apenas o bairro que foi esquecido, mas o próprio material humano que nele vive. Mesmo em um bairro tão antigo e cheio de tradições, os moradores sempre carregam no discurso a entonação de que ainda não foram reconhecidos como merecem. O bairro possui três Unidades Básicas de Saúde, uma situada na sua parte antiga, ou Muribeca Centro e outros dois na parte de baixo do bairro, denominado Vila dos Palmares. Há ainda no bairro a antiga igreja católica do Rosário, e diversas igrejas protestantes. Entre as escolas existentes no bairro há a Humberto Lins Barradas, escola estadual localizada na parte antiga do bairro; a Valdomiro Vieira, escola municipal localizada em Vila dos Palmares; dentre outras escolas municipais para as crianças da área rural. Resta como área de lazer natural para os moradores as bicas, riachos, cachoeiras, as áreas baldias que servem como um campo de futebol para os meninos e as festas que esporadicamente ocorrem e se tornam a maior atração da comunidade. Mesmo estando situado em uma área rural do município de Jaboatão dos Guararapes o bairro não possui políticas públicas ou

¹³ Organização de jovens e adolescentes da fazenda Suassuna, que tem por objetivo denunciar o descaso que acontece no meio rural do município. A fazenda Suassuna possui 422 anos de existência, porém os moradores de sua área, a maioria é formada por pequenos agricultores, não possuem o registro de suas terras. Eles reivindicam uma maior autonomia e reconhecimento da comunidade frente ao município.



iniciativas privadas que visem sanar as desigualdades campo/cidade, necessidades que muitos que moradores dos sítios do bairro reivindicam.

02. Relação campo/cidade: resistência x estigmatização

Os moradores de Muribeca dos Guararapes dividem o bairro em algumas zonas. Para muitos de seus habitantes morarem nelas é sinônimo de ser estigmatizado. As divisões são: a parte central do bairro que é sua parte mais antiga, a Vila dos Palmares, que é denominado pelos próprios moradores como favela devido o alto índice de violência e de precariedade, e a parte dos engenhos e sítios que o cercam. Toda esta configuração específica permite compreender que a estigmatização além de acontecer dentro do bairro rural, entre os moradores da área “urbana” e os das áreas mais rurais, acontece também entre os moradores do bairro e os das outras partes do município de Jaboatão. Existe um movimento de forças que atuam no bairro a partir de fora para dentro e outro entre eles mesmos. Todos esses processos que ocorrem no bairro dificultam uma percepção clara dos grupos entre si, além de impedir que as relações entre o rural e urbano sejam de complementaridade e não de antagonismos (Wanderley, 2009). O *preconceito grupal*¹⁴ entre eles mesmos torna mais denso ainda a desigualdade social da qual são vítimas. A relação de estigmatização entre a cidade e o bairro rural acontece por uma percepção equivocada dos moradores e instituições urbanas de que a cidade é melhor, de que ela oferece maiores oportunidades e de que ela é fonte de “progresso” e lucro, e de que acima de tudo a vocação do município de Jaboatão dos Guararapes mudou, portanto ele precisa se inserir nesse novo cenário pernambucano concedendo prioridade as atividades rentáveis e urbanas. Ao rural, porém, está atrelado o atraso, o antigo e o precário. De acordo com Nazareth (2009), as relações do meio rural com a vida urbana não deve jamais ser vista numa situação de oposição. Apesar de serem “mundos” diferentes, são também “mundos” que dialogam e que expressam as mudanças pelas quais a sociedade tem passado.

O discurso que os “estabelecidos” da cidade usam para diminuir e inibir os moradores rurais é o discurso do progresso, do “desenvolvimento” econômico, o discurso da fase boa que Pernambuco tem passado e que não pode ser desperdiçado. Com isso os pequenos produtores são tratados como cidadãos de segunda classe. São

¹⁴ Termo utilizado por Norbert Elias em “Os Estabelecidos e os Outsiders” que indica a maneira como os grupos se estigmatizam.



tratados muitas vezes como portadores de problemas e não de solução. Como mecanismo de dinamizar suas atividades, e até como forma de resistência, alguns sítios tem aberto suas portas para o turismo rural, atraindo a cidade para o campo e mostrando a esses toda a vitalidade de suas tradições.

05. Considerações finais

Este artigo é parte das reflexões que estamos fazendo no curso de mestrado, ainda em andamento, no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, portanto as discussões aqui feitas fazem parte de um intenso processo de aprendizado aberto e passível de mudanças.

O que vem sendo constatado no bairro rural de Muribeca dos Guararapes foi que mesmo com todas as dificuldades encontradas no seu entorno rural, mesmo com o descaso, a população, como forma de solução aos problemas encontrados no bairro, têm buscado diversificar as suas atividades com a opção do turismo rural e outras atividades.

A pesquisa não teve por intenção propor soluções prontas para o problema da dinâmica de desenvolvimento do meio rural em Muribeca dos Guararapes, por se compreender que esta seria uma tarefa que dependeria de um maior escopo investigativo, porém, o trabalho indicou alternativas viáveis para se minimizar as manifestações da pobreza. A princípio foram levantadas as possíveis hipóteses do que fomentava o problema na região, e os prováveis caminhos tidos como alternativas de solução. Muitas foram descartadas, outras acrescentadas e algumas mantidas. Com o decorrer da pesquisa constatou-se que não era apenas a privação financeira que persistia em reproduzir a pobreza, mas também implicações sociais, econômicas, culturais e um modelo de desenvolvimento distorcido que priorizava as atividades urbanas em detrimento das rurais. Chegou-se a conclusão que um modelo de desenvolvimento eficaz é aquele que proporciona à população condições de escolha sobre o seu futuro com a criação de políticas públicas que fomentem uma real independência. Analisar a situação em que os produtores/moradores se encontram nessa conjuntura de mudanças que o meio rural do município vem passando é uma compreensão que deve ser levada adiante. A relação entre exclusão e formas de inclusões precárias está presente no cotidiano de muitas comunidades rurais e as políticas que visam amenizar esta situação ainda são as únicas alternativas viáveis para quem se encontra em uma posição frágil na sociedade.



Bibliografia

ANDRADE, Manuel Correa. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. **SciELO**. São Paulo, vol.15, n. 43, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300020&script=sci_arttext>.

Acesso em: 25 jan. 2012.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Extensão rural e desenvolvimento local: significados contemporâneos. **Unirevista**, Vol. 1, n. 3, jul 2006. Disponível em:

<www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev_BrasCallou.PDF>. Acesso em: 25 jan.

2012.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Livraria Duas Cidades, 1971.

CONDEPE/FIDEM. Agência Estadual de Planejamento e pesquisas de Pernambuco.

Disponível em:

<http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=8c7056dd-a1af-4627-ac29-4311910757b0&groupId=19941> Acesso em: 24 Jul. 2011.

_____. Disponível em: <http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepefidem/exibir_noticia?groupId=19941&articleId=1118198&templateId=82535> Acesso

em : 25 jan, 2012.

ELIAS, Nobert: SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=892>. Acesso em: 20 out 2009.

MARCENA, Adriano. **Jaboatão histórias e lutas**. Jaboatão dos Guararapes: Edição do Autor, 2002. 2ª ed.

OLIVEIRA, Roberto Didier. **Zona de atração e pobreza urbana**: o caso de Jaboatão. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). UFPE, Recife. 1980.



ORGANIZAÇÃO JUVENTUDE SUASSUNA. Disponível em:

<<http://www.juventudesuassuna.blogspot.com>> Acesso em: 24 abril 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas**: dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VELOSO, Van-holven Ferreira. **Muribeca dos meus avós**. Recife: Biblioteca Pública de Pernambuco, 1982. 2ª ed.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ZAPATA, Tânia. *Estratégias de desenvolvimento local*. São Paulo: Coordenadoria de Assistência Técnica do Governo do Estado de São Paulo. Publicado em 24/10/2006.

Disponível em:

<http://www.cati.sp.gov.br/novacati/pemh/doc_pub/Estrategias%20de%20Desenvolvimento%20Local.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2012.



Gestão ambiental e dinâmica territorial no Baixo Rio Negro-AM

Gimima Beatriz Melo da Silva¹

¹ Professora da Universidade do Estado do Amazonas, doutoranda em Antropologia pelo PPGA/UFF, bolsista do Programa RH-Doutorado-FAPEAM –
E-mail: gbeatriz2008@hotmail.com/gbsilva@uea.edu.br

Resumo

O presente texto versa sobre as distintas estratégias de gestão adotadas na Região do Baixo Rio Negro, no Estado do Amazonas e enfoca a existência de um mosaico de áreas protegidas revelando um cenário de gestão territorial complexo onde política ambiental e gestão territorial convergem em estratégias que se destacam pela forma como envolvem os atores que a elas são submetidos. Nesse sentido, seja no âmbito federal, partindo de uma orientação preservacionista, ou no âmbito estadual, partindo de uma orientação conservacionista, o que se destaca é que o contexto da gestão do ordenamento territorial nesse Estado encontra-se atrelado à política ambiental adotada por essas esferas de governo e de poder.

Palavras-Chave: Amazônia - Gestão Territorial - Guardiões da Floresta - Política Ambiental - RDS



Introdução

O município de Novo Airão no estado do Amazonas é cenário do exercício da pesquisa aqui textualizada, situação onde a gestão territorial objetivada por instituições vinculadas tanto ao aparato do governo estadual quanto federal também compõe um mosaico territorial construído pela orientação da política ambiental. Esta se apresenta como promotora de um novo paradigma de comportamento comunitário e cidadão a ser pretensamente adotado pelos moradores das comunidades tradicionais frente ao ambiente em que vivem. Esse novo comportamento, fruto de uma orientação ambientalista que se destina ao âmbito local, mas que se configura segundo referências elaboradas para adoção em nível global, cria situações em que, muitas vezes, o componente ambiental se sobrepõe ao social, se avaliado em termos de prioridade nos objetivos a serem atingidos com as ações de gestão territorial e ambiental adotadas pelas diferentes esferas governamentais de gestão.

Assim, a partir das narrativas dos habitantes da RDS do Rio Negro, localizada na Região do Baixo Rio Negro, beneficiários de um programa de recompensa por serviços ambientais, enfoco as práticas sociais dos agentes sociais promotores da dinâmica das estruturas institucionais que envolvem tal programa governamental. Compreendendo tais ações no plano local, posso trazer à análise, o cenário de consolidação das ações que envolvem um novo comportamento dos habitantes da RDS do Rio Negro, isto é, formas diferenciadas de exploração dos recursos naturais contidos no interior da Reserva onde habitam.

Assim enfocando as práticas de objetivação daquelas intenções políticas, posso caracterizar um cenário de ações pouco autônomas pelos moradores de comunidades tradicionais que habitam o polo 01 da RDS do Rio Negro. Estão eles constrangidos a promoverem atividades produtivas que se coadunem com os objetivos do programa de pagamento por serviços ambientais, o Bolsa Floresta, recurso instrumental básico para consolidar, em nível estadual, as ações impetradas pelos distintos níveis de gestão.

1. O município de Novo Airão

Novo Airão está localizado na margem direita do Rio Negro, a uma distância de 115 km de Manaus-AM, em linha reta. Seu acesso por meio fluvial é de 130 km (8



horas) e pela estrada AM 070, Manaus/Manacapuru, no km 75, quando se tem acesso à AM 352, percorrendo-se mais 98 km até a cidade, percurso esse realizado em até 3 horas de viagem.



Vista aérea de Novo Airão-Am

O povoamento da região teve início com ocupações das áreas ribeirinhas do Rio Negro, no século 17. Em 1668, aparece um povoado nas proximidades da foz do riacho Aruim, depois mudada para foz do rio Jaú. Em 1759, seguindo as ordens do Marquês de Pombal, o nome atribuído ao povoado passa a ser Airão.

Durante muitos anos o conhecimento das condições de vida dos moradores de Airão estava muito circunscrito ao plano local ou aos que vivem o cotidiano das famílias aí residentes. Tanto é que, em 1950, as ruínas que marcaram a história do município encontravam-se em estado precário; e hoje, passam por um processo de tombamento pelo Instituto de Patrimônio Histórico Brasileiro (Iphan). Essas ruínas são compostas de 11 edifícios, do cemitério e da igreja do século 18, um símbolo da cidade. Há ainda, espalhados por Novo Airão, inúmeros sítios arqueológicos, todos do tipo petroglífo - gravações em pedras. Existem também pontos de habitações e acampamentos da época pré-histórica.

1.1.Cenário Econômico

O suporte econômico de Novo Airão é baseado no setor secundário, pois o setor primário pouco contribui para sua economia. Nesse setor pode-se destacar a construção de embarcações regionais, movelarias, serrarias, uma marcenaria, uma fábrica de gelo e uma olaria. No setor primário, a maioria dos produtos agrícolas e pecuários é destinado à



subsistência. Pode-se relacionar neste setor um reduzido rebanho de gado bovino, aves domésticas, frutas regionais e mandioca, estando a atividade agrícola concentrada na produção de farinha e banana.

A agricultura é de subsistência. Cultivam-se pequenas roças com área média de um hectare, por um período de aproximadamente dois anos e pousio de cinco anos. Essa prática agrícola obedece às técnicas tradicionais indígenas, ou seja, derrubam a mata, queimam a vegetação, coivaram e plantam, principalmente a mandioca, banana, abacaxi, abacate, açáí, cupuaçu, milho e algumas verduras e legumes, com destaque para a comercialização da melancia.

O extrativismo baseia-se na exploração vegetal, a borracha, outras gomas e a castanha (em pequena escala). Em maior escala, as madeiras, como o louro-inhamuí, louro-preto, jacareúba, itaúba, copaíba, andiroba, macacaúba. Os principais pontos de extração da madeira são: Novo Airão, Igarapé Açú, Igarapé do Câmara e Igarapé Tumbira.

Ressalta-se ainda o artesanato local como atividade econômica e cultural, que requer o uso dos recursos naturais da região pelos moradores locais. A fabricação de biojóias tornou-se uma alternativa econômica utilizada principalmente pelas moradoras da comunidade Tiririca, a primeira comunidade localizada no polo 01 da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro.



Comercio de Artesanato em Novo Airão

São muito utilizados os produtos extrativistas, como a palmeira arumã (*calathea* sp.), o cipó-titica (*Heteorpsis spruceana*), o cipó-timbó (*Derris* sp.) e outros. O artesanato de Novo Airão ganhou destaque internacional depois do surgimento da organização não governamental Fundação Almerinda Malaquias, que há doze anos gerencia a atividade



no município. A Ong se dedica à luta contra a extinção do peixe-boi e ao processo de conscientização e educação ambiental, envolvendo crianças, através de projetos desenvolvidos com a ajuda da Association Ailleurs Aussi, Suíça. Os projetos incluem uma escola silvestre, com o objetivo de manter e conservar 32 hectares de floresta.

O turismo ecológico vem se firmando como uma alternativa econômica em Novo Airao. O Parque Nacional de Anavilhanas figura como um grande atrativo turístico do município de Novo Airão. No período da vazante dos rios, que no Amazonas ocorre entre os meses de julho e dezembro, são inúmeras as praias que surgem, fazendo com que o comércio da cidade de Novo Airão fique bem movimentado, com a presença de turistas que buscam as pousadas locais, hotéis de selva que oferecem passeios ecológicos diurnos e noturnos, bem como um dos maiores atrativos do município que é alimentar os botos vermelhos e nadar com eles no rio Negro.



Turista com boto vermelho em Novo Airão (junho 2010)

A ilha mais próxima da sede do município fica a 2,5km de distância. Nela um grande número de lagos são visitados pelos pescadores artesanais, que têm permissão somente para essa modalidade de pesca, tendo em vista a proibição de atividades como caça e pesca no interior dos Parques.

É muito comum, nas fachadas das casas, a presença de placas com anúncios que oferecem passeio de lancha para o Arquipélago de Anavilhanas, embora o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio tenha uma presença forte de controle, tanto em relação ao Parque Nacional de Anavilhanas quanto ao acesso ao Parque Nacional do Jaú.



1.2. A dinâmica da Regulação Fundiária em Novo Airão-Am

Ao longo da rodovia AM-352 Manaus-Novo Airão, chama atenção a movimentação de habitações recentes, pois, ao mesmo tempo, há toda uma ação de divulgação pelo Instituto de Terras do Estado do Amazonas –ITEAM, com placas de advertência quanto ao crime de grilagem de terras públicas. Esses anúncios já são percebidos desde o porto do Cacau Pirêra, onde atracavam as balsas que faziam a travessia do Rio Negro, de Manaus para aquela localidade, até outubro de 2011. Neste momento se estabeleceu a ligação da capital Manaus com os municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão, mediante a inauguração da Ponte Rio Negro. Esta cerimônia foi estrategicamente realizada no dia 24 de outubro de 2011, data do aniversário da cidade de Manaus, constituindo-se em evento que contou com a presença de autoridades locais como prefeitos das cidades envolvidas, o governador do Estado do Amazonas, senadores do Amazonas e a presidente da República.

Pode-se afirmar que o município de Novo Airão tem sido vítima do processo de grilagem nos últimos anos, processo agravado com o advento da construção da ponte sobre o Rio Negro, que hoje liga, com mais rapidez, aquele município a Manaus, e com ele, os municípios de Manacapuru e Iranduba. Oferecendo maior rapidez ao acesso, a interligação entre as referidas cidades levou à especulação imobiliária, fato que tem motivado a campanha de advertência que o ITEAM impetra atualmente quanto a esse crime naquela região.

A intensificação de uma onda de invasões, e as queimadas por elas provocadas, é visível às margens dessa rodovia. Elas foram frequentes em 2009, e em julho de 2010 voltaram a se intensificar, causando prejuízo aos moradores que possuem seus títulos legalizados, pois as queimadas saem do controle e invadem propriedades antigas. Esse fato levou a gestão da prefeitura do município a anunciar um Plano Municipal de Combate às Queimadas, com o objetivo de fiscalizar e proteger toda a zona rural do município.



Queimada ativa na estrada de acesso a Novo Airão – junho 2010

No Amazonas, como nas demais unidades da federação, o ordenamento territorial vincula-se à necessidade de regularização fundiária, cujo processo, por sua vez, está diretamente relacionado ao conjunto de fatores econômico, político e socioambiental que estruturam a organização do espaço territorial e sua ocupação, a destinação e controle das terras públicas. O conflito pelo acesso à propriedade da terra contribuiu para o aparecimento de uma legião cada vez maior de posseiros em situação irregular, tornando-se excludentes de programas e iniciativas da esfera governamental.

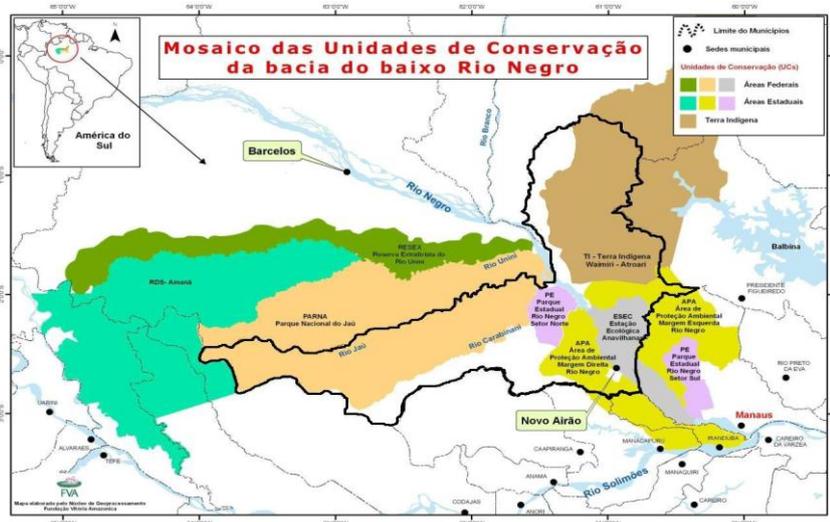
Isso tem gerado condições propícias para a instalação de grandes empresas madeireiras que, favorecendo-se da situação econômica da população local, realizam suas atividades de forma predatória. Por consequência, a aceleração do desmatamento vem contribuindo para o aumento incontrolável de grilagem em terras públicas no estado do Amazonas.

1.3. O mosaico do ordenamento territorial no Baixo Rio Negro

O município de Novo Airão possui uma extensão territorial de 37.771,2 Km² e, atualmente, 80% dessa área é protegida por unidades de conservação ou reservas indígenas, o que instiga a uma análise do seu atual contexto territorial. Trata-se de município cujo acesso rodoviário é recente, dez anos apenas. Antes só existia o acesso fluvial, que leva cerca de oito horas, partindo de Manaus. Pela estrada essa viagem se dá em duas horas, aproximadamente. Localizado às margens do Rio Negro, o município dá acesso, entre outras, a duas grandes áreas de proteção ambiental: o Parque Nacional de



Anavilhanas e o Parque Nacional do Jaú. Nesse processo a região apresenta-se como um verdadeiro mosaico no que tange à visualização político-territorial desses espaços, como é possível conferir na imagem a seguir.



Fonte: Fundação Vitória Amazônica

O Parque Nacional de Anavilhanas, assim denominado desde outubro de 2008, antes denominado Estação Ecológica de Anavilhanas, criada em 1981, é um dos maiores arquipélagos fluviais do mundo, localizado numa área de 350.018 hectares. Comporta uma formação de cerca de 400 ilhas, que se transformam num atrativo turístico no período da vazante dos rios. Estando na categoria II de áreas protegidas, o Parque Nacional constitui-se em área protegida, manejada principalmente para a conservação de ecossistemas e com fins de recreação.

O Parque Nacional do Jaú, criado em 1980, com uma área de 2.272.000 há, é sítio do Patrimônio Natural Mundial da UNESCO. Situa-se a 220 km de Manaus. É o maior parque nacional do Brasil e o maior parque do mundo em floresta tropical semi-úmida e intacta. O nome Jaú, oriundo do tupi, denomina um dos maiores peixes brasileiros e também o rio que banha o Parque. A região constitui uma importante amostra dos ecossistemas amazônicos. Os estudos botânicos desenvolvidos no Parque até o momento apresentam cerca de 400 espécies de plantas. Várias destas espécies estão restritas a determinados ambientes ali encontrados. As matas de igapó e de terra firme possuem composições de plantas totalmente diferentes. Espécies como a macaricúia e o macucu do igapó só são encontradas em matas inundadas. Pesquisadores



têm encontrado rica e diversificada fauna no Parque, sendo catalogadas 263 espécies de peixes, algumas não conhecidas pela ciência até então.

Esse parque constitui-se em Unidade de Conservação Ambiental que tem controle mais rígido pelo ICMBio, uma vez que famílias que já habitavam o interior do Parque, antes de ele ser criado administrativamente, têm passado por um processo que Santos (2002) denominou de ambientalização, ou seja:

“...o processo levado a cabo por uma proliferação discursivo-técnico-científica articulada em todos os âmbitos da vida econômica, política e cultural moderna – que transforma a natureza em ambiente” (p.26).

Santos parte da ideia de que, no discurso ambientalista contemporâneo, com o exercício do bio-poder, a natureza foi transformada em ambiente, os territórios reconfigurados em função do equilíbrio ecológico da terra e grupos sociais diversos foram transformados em sociedades ecologizadas, biologizadas e ambientalizadas.

O efeito da emergência da questão ambiental tem se mostrado na reafirmação da necessidade de uma vigilância ambiental, redimensionando assim o discurso das corporações e agências estatais. Assim a realidade social desses habitantes de áreas protegidas se adéqua a uma nova ordem, que traz consigo uma nova conduta, estabelecida a partir da autoridade que exerce poder e cria um discurso performativo.

Em conversa com moradores locais, percebe-se certa insatisfação quanto à presença do ICMBio, no sentido de regular esse acesso, bem como de (re)nomear territórios conhecidos pelos moradores com uma determinada categorização, mas registrados por esse instituto com outra denominação, com a qual eles não se identificam. É o caso de um lago chamado pelos moradores locais de “Lago Apacú” e denominado pelo ICMBio de “Lago do Carão ”.

“... o IBAMA [hoje ICMBio] deu o nome de Carão, mas nós caboclos daqui conhecemos como lago do Apacú [...] Apacú ou Carão, mas o povo conhece mais como Apacú aí na cidade”. (entrevista realizada como morador da sede do município de Novo Airão em 10/07/2010)

Na narrativa do morador local, percebe-se o quanto ele se preocupou em enfatizar a dupla denominação que o lugar possui, sendo uma delas mais utilizada por ser, aparentemente, aquela com a qual se identifica mais.

Pode-se afirmar que o estudo de unidades de conservação contempla a discussão conceitual do território sob várias abordagens (biológica, cultural e econômica), além da possibilidade de se tratar também do problema da desterritorialização, tão importante no contexto histórico e contemporâneo.



Assim, percebe-se que o processo de criação das unidades de conservação no mundo atual vem se constituindo numa das principais formas de intervenção governamental, e no Amazonas não é diferente. Esse processo, segundo o discurso construído no interior da instituição estatal, visa reduzir as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental imposta pela sociedade (desterritorialização das espécies da flora e fauna). Entretanto, esse processo tem sido acompanhado por conflitos e impactos decorrentes da desterritorialização de grupamentos sociais (tradicionais ou não), em várias partes do mundo.

Dessa forma, considera-se que o processo de criação de espaços territoriais como Unidades de Conservação está impregnado de relações de poder, no sentido aplicado por Bourdieu (1998). O campo em que se dá a atuação do Estado, exercendo seu poder de regulamentar um novo paradigma de relacionamento, é o mesmo onde se dá a relação pré-estabelecida entre o homem e a natureza, mas segundo moldes que não sofriam anteriormente uma intervenção externa.

Nesse contexto, o exercício do poder público encontra-se atrelado à Política Nacional de Meio Ambiente, na qual está contemplada a criação de Unidades de Conservação como orientação de uma ordem social mais ampla ou que assume dimensões planetárias, no sentido de adotar um novo paradigma na relação estabelecida entre a pressuposta subdivisão entre ambiente social e o natural. Ao criar as áreas de conservação, o Estado estabelece um caráter impositivo diante dos moradores dessas áreas, redirecionando suas práticas em relação àquele meio.

2. A RDS DO RIO NEGRO E OS *GUARDIÕES DA FLORESTA*

Os textos a seguir, destacados da lei complementar n. 53, de 05 de junho de 2007, que cria o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC; e da lei n. 3.355, de 26 de dezembro de 2008, que cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, podem ser considerados como estratégias de difusão do ideário que associa a conservação da biodiversidade à qualidade de vida da população que habita em áreas protegidas. Nesta última investidura jurídico-administrativa pode-se supor que o argumento da preservação ambiental chega com mais poder de persuasão aos moradores das áreas alvo de políticas ambientais de caráter conservacionista e que contemplam ações de ordenamento territorial.



Art. 4.º O SEUC **tem os seguintes objetivos:** (...) - promover o desenvolvimento sustentável e a **melhoria da qualidade de vida das populações locais, regionais e globais, especialmente das comunidades tradicionais** (Lei complementar n. 53 de 05/06/2007- grifo nosso)

Art. 3º - A RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO **tem como objetivo** básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e **a melhoria dos modos e da qualidade de vida e manejo dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais**, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o saber e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por essas populações. (Lei 3.355, de 26/12/2008-grifo nosso)

Dessa forma, a gestão ambiental pressupõe muitas vezes a gestão do ordenamento territorial, tanto que os dados percentuais mostram um cenário que denota o estabelecimento de um Estado que tem se pautado na busca de um novo comportamento frente às questões ambientais de nível local, mas também promovendo reflexos em nível global. Como exemplo, desfilam-se dados estatísticos frequentemente divulgados, que se reportam à redução do desmatamento no interior da Região Amazônica, mais precisamente nas áreas protegidas, como as RDS's do Amazonas. Por outro lado, o aspecto do exercício do poder, tão presente nas análises de Pierre Bourdieu (1998), toma corpo quando se verifica que entre 2003 e 2006 houve um aumento de quase 128% na superfície das Unidades de Conservação Estaduais - UCE, passando de 7,4 milhões de hectares até 2002 para 16,9 milhões de hectares em 2006. Atualmente, as UCE somadas às federais correspondem a mais de 22% da superfície total do estado. Além disso, há 45,7 milhões de hectares de terras indígenas, das quais mais de 85% já foram demarcadas.

A esse respeito ressalto que os moradores de comunidades tradicionais que habitam em áreas protegidas na região do Baixo Rio Negro apresentam uma história de animosidade estabelecida com as instituições responsáveis pela gestão e fiscalização dessas áreas. O exemplo mais emblemático dessa relação de animosidade considero ser o episódio referente à criação do Parque Nacional do Jaú. Esse Parque Nacional foi criado de forma sobreposta a uma área de quilombo, onde já haviam moradores que tinham a base de sua atividade econômica na exploração dos recursos naturais. A criação desse Parque foi objeto de vários estudos acadêmicos, onde destaco o realizado por Santos (2002), que explorou o fenômeno a partir da noção de bio-poder desenvolvida por Pierre Bourdieu.



No período que se seguiu à criação do Parque, a fiscalização intensificada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, causou aos habitantes locais uma situação de vigília constante. Mesmo assim, as atividades, agora proibidas, de exploração de recursos naturais, madeira, pescado, cipós etc... continuaram a ser realizadas de forma clandestina, levando a muitas apreensões e autuações, gerando conflitos constantes.

Essa relação conflituosa, pode-se supor, tem origem na forma como as áreas protegidas, como o Parque Nacional do Jaú e o de Anavilhanas, foram criadas na Região do Baixo Rio Negro, antes de 2008, ou seja, sem a base democrática da participação comunitária, que promove a comunicação entre as instituições de gestão e os habitantes locais, tal como retratado na narrativa a seguir, de um habitante da RDS do Rio Negro

... houve conflito de madeireiros, que era o nosso caso, com o IBAMA. Nosso conflito sempre foi com o IBAMA. Então foram nossos amigos presos, e daí começou-se um movimento, e daí o governo começou a se envolver. Nós começamos a nos manifestar, o governo começou a se envolver e nós começamos a debater de frente com ele sobre criação de Reserva sem consultoria da família, do morador que vivia ali, não tinha nenhum respeito com ele. E o IBAMA só queria prender, prender, e não traz solução, não mostra solução. E aí? A família vai viver de quê? Se for aquilo que foi passado de geração pra geração e todo mundo foi se habituando a cortar madeira e não tinha jeito, ninguém sabia fazer outra coisa? (...) O IBAMA ele só ia à comunidade atrás do caboclo que serrava, era aquele negócio (...) mas não trazia uma educação ambiental, uma solução, tipo: – Olha pessoal, precisa criar um plano de manejo pra que vocês possam trabalhar. (entrevista com Morador da comunidade Terra-Preta em Novo Airão. Maio de 2011)

No período compreendido entre 2003 e 2010, a gestão territorial estadual coaduna-se com a política ambiental traçada pelo governo federal para aquela Região, no sentido de implantar estratégias voltadas à redução do desmatamento e à exploração de recursos pesqueiros em escala comercial. Nesse sentido, a criação de Áreas de Proteção Ambiental tornou-se uma prática intensificada na Região, levando a um cenário onde cerca de 80% do município de Novo Airão configura-se em áreas de proteção. Estas áreas, sejam federais ou estaduais, contribuíram para a redução dos índices de emissão de carbono, o que numa escala global, acredita-se que contribua para o equilíbrio do clima no planeta.

Assim, percebe-se nessa estratégia o compromisso com a qualidade do ar em escala global, assumido pelo Estado brasileiro no período em análise. Entretanto, os componentes utilizados no plano das estratégias políticas de gestão tem natureza



distinta. Por um lado tem-se o aumento da fiscalização por parte do governo federal, que se dá através da criação de áreas de proteção ambiental de uso proibido, aumentando assim o contingente utilizado na fiscalização, que agora se faz por intermédio de dois institutos, a saber, o IBAMA e o ICMBio.

Por outro lado, no plano estadual, optou-se pela criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável, onde a exploração dos recursos é permitida, mas de forma controlada, bem como no envolvimento dos habitantes dessas áreas na sua fiscalização. O componente utilizado para esse envolvimento foi um programa de pagamento por serviços ambientais, aliado ao discurso no qual os próprios moradores se tornariam os fiscais, ou seja, os “guardiões da floresta”, como é possível observar a partir da narrativa a seguir,

Com a primeira reunião que teve (...) o rapaz que veio lá ele falou: – Olha, uma coisa eu vou falar pra vocês (...) essa reserva ela não é intocável pra vocês, sabe por quê? Isso aqui é sustentável, isso aqui é pra conservar. A conservação ela não é intocável não (...) vocês mesmos vão ser fiscais dentro da comunidade de vocês, não é preciso colocar fiscais não, vocês mesmos vão fiscalizar. Qualquer coisa, se não quiserem obedecer, vocês passam um rádio e aí a gente vai pegar aí na “boca”(do rio). (Entrevista realizada com morador da comunidade Nova Esperança, 68 anos, em Maio de 2011)

A legítima significação que envolve a denominação dada ao Programa Bolsa Floresta atua como um elo entre o homem do interior e o meio em que vive, levando-o a uma aceitação mais rápida das limitações impostas pelo programa proposto para atingir seus objetivos, posto que envolvam, em última escala, a redução do desmatamento por derrubadas, queimadas e, com isso, a redução de emissão de carbono (CO₂), que leva ao processo de mudança climática. Na narrativa a seguir apresentada é possível perceber esta associação e conseqüente aceitação.

Primeira coisa é que nós não podemos mais desmatar a floresta, e eu apoio isso aí. Sobre as outras coisas eu já quase não entendo. Hoje nós não temos mais terra aqui, hoje nós somos morador (...) ninguém pode mais entrar nas florestas como se fazia de primeiro, que a gente entrava nessas matas e, como diz o pessoal, (abusava né?). Hoje não, hoje nós temos uma lei que nós não podemos mais cortar madeira, né? E não se pode ir contra a lei. ((Entrevista realizada com morador da comunidade Nova Esperança, 78 anos, em Maio de 2011))

Viana (2008) destaca que a região denominada Amazônia Profunda, onde localiza-se a RDS do Rio Negro, é caracterizada por uma pequena taxa de desmatamento, inferior a 2%, elevada proporção de áreas protegidas, tais como terras indígenas e unidades de conservação, presença de populações tradicionais e indígenas e



dificuldade de acesso por estradas. O programa de incentivo financeiro aos moradores das Unidades de Conservação Estaduais, classificadas como Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS, é uma proposta que foi formulada no âmbito da Lei Estadual n. 3.135 sobre Mudanças Climáticas de 05 de junho de 2007, e vem sendo aprimorada desde então.

O auxílio em dinheiro concedido por meio do Programa Bolsa Floresta é entendido pelos porta-vozes do governo como um incentivo necessário para que os beneficiários do programa evitem, em suas atividades produtivas, a adoção de práticas que promovam o desmatamento, entendendo assim que a conservação das florestas resulta das suas atitudes. Desse modo o papel de “guardiões da floresta” é legado a esses moradores de Unidades de Conservação que assumem uma postura pautada na consciência ambiental de não praticar atividades impactantes ao meio em que vivem. Assim, para que prestem esse serviço, o mecanismo utilizado foi o de auxílio financeiro, programas educacionais e também incentivos para que as terras tradicionalmente ocupadas continuem a ser trabalhadas de forma tradicional.

Entretanto, a efetivação de projetos alternativos para geração de renda dependem em grande escala de articulação de atividades realizadas pelos comunitários, pois estes precisam prestar contas à Fundação Amazônia Sustentável-FAS, quanto ao emprego de tais recursos que são disponibilizados anualmente as comunidades que são beneficiárias desse programa. Por tais estímulos, essas comunidades são levadas pela necessidade a um processo de organização social e política que muitas ainda não haviam experimentado.

Assim, em comunidades onde são encontrados indivíduos mais proativos, como entendo ser a realidade da comunidade Nova Esperança, esse novo contexto de relacionamento mais próximo com as instituições gestoras da RDS e do Programa Bolsa Floresta tem levado à realização de pequenas melhorias que beneficiam de forma geral a comunidade, como o caso da aquisição de uma antena para o acesso à internet pela escola, através do recurso do componente Bolsa Floresta Social, e a implantação do horário noturno para atender à necessidade de alfabetização de adultos, bem como o projeto de agregar valor à madeira oriunda do manejo florestal através da implantação da marcenaria na comunidade, equipada com recursos do componente Bolsa Floresta Renda.

Por outro lado, a dificuldade de articulação interna que levou ao atraso na



realização da obra de construção de uma pousada na Comunidade Tiririca, pode penalizar a comunidade com a não liberação do recurso referente ao exercício 2011 do componente Bolsa Floresta Renda para aquela comunidade, o que pode levar a dificuldades futuras de implantação de novos projetos de geração de renda na comunidade pela FAS. Esses fatos denotam uma disparidade no cenário de organização social e política das comunidades do polo um da RDS do Rio Negro, o que não se coaduna com um dos objetivos da criação daquela RDS, que diz respeito a promoção da melhoria da qualidade de vida dessas comunidades como um todo, e não parcialmente, pois o compromisso assumido por elas de desmatamento zero requer a compensação através da implantação desse tipo de programas, que, ao que me parece, precisam articular-se de forma mais estreita com a comunidade na elaboração dos projetos gestados por elas, e não se limitando apenas à aprovação ou não dos mesmos de acordo com a normatização que orienta a utilização dos recursos disponíveis junto a FAS.

CONCLUSÃO

Posso inferir com base nos relatos aqui apresentados que se antes o território se instituía a partir dos significados que as identidades coletivas davam a um espaço tornado próprio pelos que a ele se pensavam pertencentes, no contexto político atual, a institucionalidade formal se baseia em significados que a ideia de desenvolvimento preconiza. De modo relativamente velado, esse novo paradigma de desenvolvimento remete mais ao entendimento do que seria, segundo Schweickardt (2001), um “capitalismo domesticado”, tecnicamente denominado de desenvolvimento sustentável, que ocorre quando se pretende tratar a ideia de desenvolvimento casada à de conservação dos recursos naturais, sobretudo os não-renováveis.

Assim, as relações de poder construídas, no âmbito da definição de novas configurações do território e do modo através do qual os habitantes locais devem relacionar-se com essa nova configuração, marcam o contexto atual de gestão nesse município amazônico, cuja principal característica está relacionada a essa nuance da ambientalização e/ou ecologização, conforme assinala Santos (2002).

O que se observa no exemplo da região do Baixo Rio Negro, onde se localiza o município de Novo Airão, é a gestão desse território em relativa conformidade aos preceitos da política ambiental assumida pelo Estado nacional, mas orientada por



valores consagrados pela comunidade política internacional. Entretanto, no âmbito estadual, a estratégia do exercício do poder sobre o ordenamento do território encontra no elemento da compensação por serviços ambientais e através dos programas direcionados aos habitantes de Reservas Estaduais de Desenvolvimento Sustentável uma forma de alcançar os objetivos da conservação dos recursos. E para tanto, associa-se a essa estratégia a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais que habitam nessas Reservas.

Até então, no âmbito estadual, o poder estabelecido através dos programas implantados juntos às RDS estaduais tem conseguido atingir às metas de redução do índice de desmatamento, utilizando, para tanto, a estratégia do pagamento por serviços ambientais e o apelo simbólico de se transformar os habitantes locais em “guardiões da floresta”. Contudo, a estratégia adotada no âmbito do governo federal esteve sempre associada ao que Ramachandra Guha (2000) trata como “ecologia profunda”, quando se observa que as populações que habitam os Parques Nacionais do Jaú e Anavilhanas, além de não serem beneficiárias de nenhum programa dessa natureza, muitas vezes foram submetidas a uma realocação em favor de projetos baseados numa biologia preservacionista.

Ao perceber essas populações como objeto de vigília constante e submetidas a inúmeras restrições quanto ao uso dos recursos naturais que se encontram nas áreas por elas habitadas, desde antes de serem definidas como Áreas Protegidas, nota-se a existência de uma heterogeneidade marcada pelas estratégias adotadas no exercício do poder político no âmbito estadual e federal no que se refere a gestão desse território.

Nesse contexto, em que o exercício do poder político apresenta distintos aspectos, pode-se recorrer a interpretações acenadas por Balandier (1997), quando afirma que o poder na modernidade “*leva suas novas inscrições, define suas estratégias, sai à procura de formas melhor ajustadas.*” (Balandier, 1997, p. 20). Sob essa ótica é que se pode perceber a dinâmica da gestão territorial na Região do Baixo Rio Negro como um cenário complexo, pois ela retrata justamente a heterogeneidade no exercício do poder e na busca de estratégias mais ajustadas para atingir ao objetivo do ordenamento do território, seja com base na conservação, seja com base na preservação.



Referências Bibliográficas

BALANDIER, Georges. *O Contorno: poder e modernidade*. Trad. Suzana Martins. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997

BOURDIEU. Pierre. *O Poder Simbólico*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998

GUHA, Ramachandra. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000.

LEI nº 3.355, de 26 de dezembro de 2008, Governo do Estado do Amazonas (cria da RDS do Rio Negro e estabelece outras providências).

LEI Ordinária nº 3135/2007 de 05 de junho de 2007, Governo do Estado do Amazonas (institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, e estabelece outras providências).

SANTOS, Luiz Fernando de Souza. *O Panóptico Verde: a ambientalização da Amazônia através do Parque Nacional do Jaú*. Dissertação de Mestrado, Manaus:UFAM, 2002

SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. *Um Olhar sobre a Produção do Espaço na Amazônia: os encontros e desencontros entre a política de reforma agrária e a política ambiental no Estado do Amazonas*. Manaus, Dissertação de Mestrado: UFAM, 2001

SDS – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. *Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento no Amazonas*. Manaus, julho/2009.

SEPLAM-Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. *Perfil da Região Metropolitana de Manaus*. Manaus, 2007

VIANA, Virgílio. Bolsa Floresta um instrumento inovador para a promoção da saúde em comunidades tradicionais na Amazônia. In: *Estudos Avançados*. vol.22 n. 64 São Paulo: Dec. 2008



GT 10 – Quadros institucionais de políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento

INCRA como ator-rede: um estudo das relações entre os servidores da SR-27

Camila Penna¹

¹Doutoranda em Sociologia/Universidade de Brasília/ camilapenna2003@yahoo.com.br

Resumo

O trabalho faz uma análise da burocracia do INCRA a partir de uma estudo de caso da Superintendência de Marabá (SR-27) com o objetivo de compreender como as políticas públicas de reforma agrária são implementadas na área de abrangência desta SR. Em que pese a vasta literatura sobre movimentos sociais rurais e sobre os impactos das políticas de reforma agrária no Brasil, não há pesquisa aprofundada sobre a burocracia a cargo de implementar estas políticas. Informações sobre como os servidores do INCRA concebem e se relacionam com o beneficiários, sobre suas trajetórias e suas relações no interior da autarquia são relevantes para analisar a execução das políticas. Nesse sentido este paper apresenta alguns dos resultados preliminares de uma pesquisa em curso na SR27.

Palavras-chave: INCRA; Marabá; Políticas Públicas; Burocracia; Reforma Agrária



Introdução

O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi criado em 1970, pelo Decreto-lei 1.110, editado pelo governo militar. Quando de sua criação a função principal do Instituto era a de colonização, notadamente colonização da região amazônica. Nesse sentido dois dos principais programas eram o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras), cuja meta era ocupar as áreas desabitadas da Amazônia por meio da distribuição de terras e o PIN (Programa de Integração Nacional) que tinha o propósito de ocupar parte da Amazônia com a criação de agrovilas em torno da Transamazônica (INCRA, 2000).

As políticas de incentivo à ocupação da região da Transamazônica resultaram em fluxos de migração distintos. A partir principalmente do anos 70 ocuparam a região do sul e sudeste do Pará não só trabalhadores rurais assentados pelo INCRA, mas também grades produtores rurais pecuaristas, madeireiros, e empresas mineradoras. Nesse contexto de diferentes atores com diferentes formas de ocupação da terra, aliada à falta de regulamentação da posse, a região passa a se destacar por uma alta conflitividade relacionada à disputa por terra. Entre os anos 70 e 90 as organizações de trabalhadores rurais se articularam e passaram a coordenar estratégias de luta (Assis, 2009), se tornando então os principais interlocutores do INCRA na região¹.

Devido à alta conflitividade ligada à questão da terra na região do sul e sudeste do Pará o governo militar cria, em 1980, o Getat (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) com o propósito de controlar o conflito agrário na região por meio da titulação de terras². O Getat tinha a sede em Marabá, onde se localiza hoje a SR27. Muitos dos servidores da superintendência foram contratados ainda na época do Getat e retomam aquele período como um período no qual se tinha muitos recursos, o que os permitia realizar um trabalho mais eficiente.

O Getat é extinto em 1985, com a redemocratização, e suas competências são transferidas para o INCRA. A sede em Marabá se torna Unidade Avançada³ da

¹ As três principais organizações de trabalhadores da região com as quais o INCRA dialoga são MST, Fetagri e Fetraf.

² Na mesma época foi criado também o Gebam (Grupo Executivo de Terras do Alto Amazonas) que mais tarde se transformou na Superintendência de Santarém (SR30).

³ Unidades avançadas são “órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às superintendências regionais”. Tem como atribuição executar atividades finalísticas tais como “articular-se com os organismos governamentais, não governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização”(Regimento Interno, 2009, Art. 118, Inciso III)



Superintendência de Belém (SR01). Contudo, em 1996, com o massacre de trabalhadores rurais ligados ao MST em Eldorado dos Carajás os movimentos demandam a transformação da Unidade de Marabá em uma Superintendência autônoma e com mais poderes. Alguns funcionários que trabalhavam lá nesse momento destacaram que com a criação de uma Superintendência em Marabá ficaria mais próximo e mais fácil para os movimentos da região que antes tinham que se deslocar até Belém se quisessem falar com superintendente.

A partir de 1996 é criada então a SR27, superintendência de caráter especial, com sede em Marabá e que tem sob jurisdição a região sul e sudeste do Pará. O estado do Pará tem atualmente três superintendências: Marabá (SR27), Santarém (SR30) e Belém (SR01) e abriga 25% das famílias assentadas pelo programa de reforma agrária em todo o Brasil⁴. Do total de famílias assentadas no Pará, 30% estão na jurisdição da SR27.

A força de trabalho total da SR27 é de 223 pessoas – 123 na sede, em Marabá, 70 nas Unidades Avançadas⁵, e 25 no Terra Legal. Grande parte dos servidores da SR27, notadamente os lotados nas Unidades Avançada, foi contratado na época do GETAT, em regime de CLT, e depois fizeram um concurso interno. De acordo com um levantamento da Diretoria de Planejamento do INCRA sede, em torno de 25% dos funcionários do Instituto irá se aposentar nos próximos 5 anos. O que afeta grande parte da força de trabalho da SR27 que foi contratada antes de 1985. A superintendência também tem um alto índice de remoção de servidores. Entre 2006 e 2011 (maio) foram removidos 81 funcionários de Marabá, o que corresponde a aproximadamente 30% da força de trabalho.

As remoções se dão tanto devido a transferências para outras superintendências ou para a sede em Brasília, a pedido do próprio servidor, como também em função de pedidos de exoneração de servidores que passaram em outros concursos. O tema das remoções e da falta de servidores foi levantado como problema quase diariamente durante todo o tempo de pesquisa. Ele aparece em entrevistas, reuniões, seminários e em conversas informais com funcionários da superintendência. Os servidores justificam e tentam explicar as causas das remoções de diferentes formas. Como será discutido mais

⁴ De acordo com a relação de Projetos de Assentamento atualizada em agosto de 2011, de total de 921.225 família assentadas, 222.465 estão no estado do Pará (<http://incra.gov.br>)

⁵ A SR27 tem quatro Unidades Avançadas: São Geraldo, Tucuruí, São Félix do Xingu e Conceição do Araguaia.



adiante este é um dos temas levantados na controvérsia entre os servidores em torno do tema da intervenção política no INCRA

Estado como ator-rede e mediadores do INCRA

Para compreender como funciona a burocracia do INCRA na SR27 e como são executadas as políticas de reforma agrária na região é necessário trabalhar com a concepção de estado como um ator-rede, e não como um ator único, coerente e coeso. Como argumentam Passoth e Rowland (2010) o modelo de estado como um ator se tornou um modelo muito útil para pesquisa no campo das relações internacionais e ciência política. Em que pese sua predominância no campo das ciências sociais a ideia de que o estado é um ator unitário foi inicialmente pensada como um pressuposto analítico, uma abstração com valor heurístico. Na filosofia política do liberalismo clássico, por exemplo, o estado foi concebido como um ator que media interesses conflitantes de diferentes grupos. Já no marxismo a concepção que prevaleceu na Segunda Internacional foi a de estado como um ator que serve aos interesses da burocracia dominante. Essa concepção de estado como ator está presente em larga medida nas pesquisas e teorias no campo das ciências sociais. São exemplo as pesquisas que se dedicam a estudar a relação entre sociedade civil e estado.

Todavia, conceber o estado como uma entidade única, cujas ações podem ser estudadas e sistematizadas pode resultar em uma análise limitada, que esconde mais do que revela. Com efeito tal concepção pode impedir que se vislumbre as diferentes conexões e matrizes complexas formadas por relações entre pessoas, governos de diferentes níveis, partidos, burocratas, movimentos sociais, empresas de assistência técnica, universidades, e muitos outros elementos que compõem a matriz do estado e fazem parte do processo de formulação e execução de políticas. Li (2005) alerta para a complexidade de atores e interesses envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas e assinala para os problemas de se trabalhar o estado a partir de uma concepção monolítica.

Entender o estado a partir da perspectiva da teoria do ator-rede (Latour, 2005) implica em explorar as diferentes camadas de relações que o compõem e identificar as associações que diferentes agentes estabelecem entre si. Os agentes que se conectam com outros causando impacto sobre estes ou alterando o estado de coisas anterior são



mediadores (Latour, 2005). No caso desta pesquisa os mediadores podem ser, por exemplo: os próprios burocratas, outras instituições (como o Ministério Público e a Polícia Federal), prefeituras, partidos, lideranças de movimentos sociais, normativas, processos, ofícios, associações de classe.

Partindo de uma concepção mais ampla que abarca todo o universo de atores envolvidos nas políticas de reforma agrária Neves (1999) considera como mediadores todos os agentes intermediários da objetivação do processo de assentamento:

Dirigentes de movimentos sociais de luta pela reforma agrária vinculados ao Movimento dos Sem-Terra, à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, militantes de partidos políticos, técnicos em agronomia, veterinária, animadores sociais vinculados a programas de ação filiados a instituições estatais – nos seus diversos níveis – ou a organizações não-governamentais (Neves, 1999, p. 27).

Estes mediadores são portadores de saberes e de capital social e sua mediação é fundamental para a representação dos interesses dos demandantes de políticas de reforma agrária, para a organização dos assentamentos e para a interação com o INCRA.

Já os mediadores burocratas, ou mediadores profissionalizados, tem um papel que vai além da mera execução da política pública. Suas ações tem impacto tanto sobre o desenho inicial das políticas, na medida em que as adequam à situação local, como também sobre o beneficiário a quem muitas vezes “ensinam” como ser o beneficiário ideal para determinada política:

Eles articulam fragmentos de significados produzidos em contextos diversos e diferenciados, escutam demandas, apoiam-nas, legitimam ou as condenam. Operam na construção de novos tipos de usuários ou beneficiários, alçados a condição de mediados. Por uma ação de bricolagem, pela acumulação de pequenos detalhes, eles administram acasos e elaboram respostas legítimas à ineficácia institucional e à falta de recursos (Neves, 2008:30)

Outro elemento importante da ação dos burocratas que atuam na execução das políticas é a discricionariedade (Lispy, 1980). Esta é uma característica inerente ao trabalho dos servidores que lidam diretamente com os beneficiários. A necessidade de traduzir e aplicar a política à realidade de cada contexto exige do funcionário habilidade e autonomia para lidar com situações incertas e imprevisíveis que vão surgindo ao longo do exercício de sua função.

O que significa que estes burocratas não apenas estão implementando as políticas como também estão fazendo-as. Ou seja, ao agirem com discricionariedade no



momento da operacionalização das políticas eles de fato estão as reconfigurando e as adaptando. O formato final que as políticas tomam, independente do planejamento dos gestores, é também determinado por esta burocracia.

Conexões e Controvérsias

Com o propósito de compreender como as políticas de reforma agrária são executadas pela SR27 serão expostas a seguir as múltiplas conexões presentes no dia-a-dia da superintendência e que caracterizam o seu funcionamento. Os dados são apresentados a partir da discussão de duas controvérsias centrais observadas no trabalho de campo e pelas quais perpassam diversos temas em torno dos quais os funcionários se posicionam construindo justificativas para legitimar sua posição. Explorar estas disputas é fundamental porque ao expor sua posição os servidores constroem argumentos para justificá-la, trazendo à tona vários elementos que denotam seu ideal de ética profissional, reforma agrária e serviço público.

A primeira controvérsia a ser explorada é a controvérsia relacionada à política no interior da SR, que se traduz na disputa relativa ao caráter político da Autarquia. A segunda controvérsia é em torno da relação com os movimentos sociais. Ela está explícita na disputa sobre como deveria ser o trabalho do INCRA e como é este trabalho na prática. A controvérsia em torno da política dentro da SR e a controvérsia em torno da relação da SR com os movimentos sociais estão interligadas e é possível se ver as mesmas formas de justificação sendo utilizadas em ambas.

O objetivo da exposição destas controvérsias é apresentar dados que qualifiquem as conexões e mediações que fazem parte do trabalho dos servidores do INCRA e que permitem observar com fidedignidade a complexidade envolvida na execução das políticas de reforma agrária. Também objetiva-se propor uma explicação mais completa sobre a relação entre os servidores do INCRA e os movimentos sociais que transcenda o modelo de interpretação que aciona estado e sociedade civil como atores coerentes e unitários. Um exemplo deste tipo de interpretação é a análise de Wolford (2010) que tenta compreender o processo de participação dos movimentos sociais no INCRA a partir da literatura sobre democracia participativa.

Os dados foram coletados por meio de observação participante com presença diária na SR27 durante o mês de outubro. Foram realizadas entrevistas



semiestruturadas, participação em reuniões da direção, reunião entre a ouvidoria agrária e lideranças de movimentos sociais, reunião da Comissão de Combate à Violência no Campo, observação do atendimento a beneficiários na Sala da Cidadania e no Setor de Crédito (Diretoria de Desenvolvimento), leitura de processos de diferentes naturezas e leitura de ofícios enviados pelas associações de assentados. A pesquisa ainda está em curso e mais dados serão coletado no primeiro semestre de 2012.

O INCRA e a política

No dia 14 de outubro de 2011 foi realizado, no auditório da Câmara Municipal de Marabá, um seminário que reuniu todos os funcionários da SR 27 e das quatro Unidades Avançadas. O objetivo do seminário era apresentar a todos os servidores o projeto, que está sendo levado a cabo pela SR, de execução da política de universalização de assistência técnica (Ates) para todos os assentamentos na jurisdição da SR27. A direção da SR recomendou que não houvesse expediente da superintendência naquele dia devido ao seminário para que todos os funcionários comparecessem ao evento, que foi amplamente divulgado. Para os funcionários das Unidades Avançadas que foram ao evento foi pago o valor de uma diária para se deslocar até Marabá. Este foi o primeiro evento que reuniu toda a força de trabalho da SR e das Unidades Avançadas. Antes de começar o seminário cada pessoa se apresentou dizendo rapidamente seu nome e uma frase. Alguns servidores das Unidades Avançadas agradeceram por terem sido convidados. Esses agradecimentos estão relacionados aos comentários frequentes em reuniões e pelos corredores da SR de que os servidores das Unidades Avançadas sempre são esquecidos.

Após as apresentações uma servidora se levantou e pediu para ler um trecho da bíblia para reflexão antes de serem iniciados os trabalhos. Em torno de 20 a 30% dos servidores da SR são evangélicos e toda semana é realizada uma reunião para oração e reflexão no auditório da superintendência. Após a leitura da bíblia a servidora esclareceu que tinha escolhido um trecho que achava que se relacionava com o momento que estavam vivendo lá na SR: *“A gente vê muita picuinha no INCRA, coisa pequena que interfere à nossa volta. Tanta critica que ouvi nos corredores em relação a este evento de hoje, o que não tem sentido pois tem 3 anos que estamos preparando a universalização da Ates (...) nós somos servidores dos assentados, dos agricultores”*.



Na segunda seção do seminário, após a apresentação do coordenador nacional da política de Ates tem-se início uma rodada de perguntas e comentários sobre a exposição. Os quatro primeiros comentários mencionam os desvios de dinheiro e as falcatruas que já ocorreram no programa de Ates na SR no passado. Levantam temas como a dificuldade de se fiscalizar o cumprimento dos convênios devido à falta de servidores. Algumas falas apresentam a proposta de aplicar a política apenas para alguns assentamentos, uma vez que seria mais fácil a fiscalização. Em uma de suas falas um servidor que se apresenta dizendo que está agora na presidência da Associação (Assera- Associação de Servidores da Reforma Agrária)⁶, e por isso exercendo esse papel mais crítico, menciona que a falta de servidores é um problema grave na SR e que mesmo assim foram autorizadas mais de 80 remoções nos últimos anos, bastando-se ser filiado ao PT para conseguir uma remoção para Brasília e para outros lugares. Em compensação quem não fosse filiado ao PT não conseguia remoção. O tema das remoções relacionadas à política, ou “remoções por politicagem” na palavra de alguns servidores, também foi levantado em algumas entrevistas.

Nesse momento, e na medida que muitos servidores se manifestam diante do comentário sobre o PT, aplaudindo ao final da intervenção, torna-se explícita e pública a controvérsia existente na SR em torno da relação entre a política partidária do PT e o INCRA. Na fala pública citada anteriormente estabelece-se uma relação entre a filiação do PT e o não tratamento igualitário para todos os servidores do INCRA diante do pedido de remoção. Nesse caso a ordem de grandeza acionada pelo servidor a partir da qual se contrasta a ação da direção é a de que um tratamento particularista devido à filiação a um partido é condenável.

Alguns dias após este seminário foi realizada uma entrevista com este servidor, presidente da Assera. Ele comenta que há um problema de gestão na SR: *“Muitos vem mais para fazer daqui um trampolim político, para daqui sair para ser candidato a deputado, essas coisas, não tem compromisso com a entidade e com os profissionais”*. Nesse caso a vinculação da direção do INCRA com a política partidária é questionada acionando-se o argumento de que isso seria contrário ao compromisso com a entidade e com os servidores.

⁶ A Assera é representada nacionalmente pela Outra associação de classe do INCRA é a Assinra (Associação Nacional de Servidores do INCRA) que representa os engenheiros agrônomos



Essa visão de que deveria haver uma separação entre o INCRA e a política partidária fica ainda mais clara na seguinte formulação: *“Porque uma coisa, por exemplo, nós vivemos num país democrático nós temos direito de ter filiação partidária. Mas uma coisa e você separar qual é sua atuação enquanto dirigente partidário, enquanto partido e enquanto dirigente de uma entidade pública federal e muitas vezes isso não tem muita... traz problema”*. A menção à relação do INCRA com o partido como uma coisa estranha ou condenável aparece também em algumas outras conversas informais e entrevistas com servidores. Um exemplo é a utilização de expressões como “aqui é tudo politicagem”, “a política às vezes atrapalha”, “aqui tem um grupo político que manda”, “os chefões políticos que mandam”.

Nesta controvérsia em torno da presença da política partidária no INCRA existem também outras posições, que talvez possam ser entendidas como mais moderadas. Neste caso os servidores compreendem que o INCRA é por natureza um órgão político e composto politicamente, mas que a despeito disso eles recebem um salário e tem que fazer seu trabalho. Os funcionários que defendem essa posição argumentam que os servidores que só criticam e que são contra a direção política do INCRA estariam atrapalhando o trabalho da SR na medida em que se recusam a fazer qualquer coisa que possa ajudar ou favorecer o grupo político dominante, e em consequência quem sofre é o agricultor assentado. Nesse caso a justificativa se constrói em torno do papel que o INCRA tem de atender aos agricultores assentados e a falha em realizar este papel devido a discordâncias políticas é considerada condenável.

É necessário voltar um pouco para se compreender as conexões que são alvo da disputa e que estariam situadas no outro polo desta controvérsia. De acordo com o regulamento interno do INCRA até 30% dos cargos da autarquia podem ser ocupados por funcionários comissionados. Esses cargos normalmente são ocupados por indicação política e pode-se pensar que isso garante, de certa forma, que a autarquia irá seguir a linha política estabelecida pelo governo⁷.

As indicações para os cargos comissionados se dão de acordo com a composição política de cada região. No caso do Pará, de acordo com a correlação de forças políticas,

⁷ São nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Desenvolvimento Agrário, os cargos de: Presidente, o Diretor de Programa, os Diretores, o Superintendente Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal e o Procurador-Chefe.



as superintendências estão divididas da seguinte forma: Santarém (PMDB), Belém (PT) e Marabá (PT). No caso da SR27 as indicações estão a cargo do grupo político, de situação, mais forte da região: uma tendência regional do PT denominada “PT pra valer”. A expressão mais forte desta tendência regional é o Deputado Estadual Zé Geraldo, liderança ligada ao sindicato rural da região. No âmbito estadual a liderança mais expressiva da tendência é a deputada Bernadete ten Caten, que foi superintendente do INCRA entre 2003 e 2006.

Atualmente os cargos indicados politicamente na SR27 são o de ouvidor agrário, que atualmente é exercido por um ex-vereador do PT, o de Chefe de Gabinete, exercido por uma liderança política fundadora do PT na região, o próprio superintendente, ligado ao MST e formado pelo Pronera, além dos chefes de três das quatro Unidades Avançadas.

Todas essas conexões denotam que a dimensão política do INCRA não se configura como um desvio mas sim como a norma não só na SR27 como em todas as regionais. A evidência é o próprio regulamento que indica que 30% dos cargos podem ser preenchidos por indicação política. Além da lógica de atribuição de cargos na Autarquia que por si assinala para a função política que o INCRA tem – haja vista o grande número de ex-superintendentes que se candidataram a cargos políticos nos últimos anos e todo o Brasil – há uma outra dimensão de articulação política inerente ao instituto. De acordo com a legislação que rege as políticas de reforma agrária o INCRA deve fazer convênio com as prefeituras locais dos municípios onde estão localizados os assentamentos para a realização de obras como estradas vicinais e pontes. Por meio desses convênios o INCRA repassa um dinheiro para as prefeituras para que elas realizem as obras.

Os servidores que se posicionam contra a intervenção político-partidária no INCRA justificam sua posição a partir da apresentação de uma visão específica de Estado que se aproxima bastante da discutida anteriormente. Com efeito, a ordem de grandeza utilizada para condenar a intervenção política no INCRA denota uma concepção de estado como entidade idealmente autônoma e neutra. Da mesma forma o modelo de burocrata entendido como legítimo é o de um funcionário de certa forma insulado e neutro na medida em que não deve sofrer influência de suas posições ideológicas ou de seus valores no exercício de sua função.



Do ponto de vista da análise sociológica e política é mais prudente pensar que as instituições estatais são formadas por pessoas de carne e osso, que se relacionam em redes políticas e sociais, que tem valores e ideologias que influenciam seu trabalho assim como influenciam os demais aspectos de sua vida. Uma visão do Estado como uma entidade isonômica à qual todos deveriam ter acesso igualitário a partir de princípios universais, embora palatável ao discurso político, contribuiria para uma análise sociológica ingênua e incompleta.

Essa controvérsia em torno da dimensão político partidária do INCRA adquire um lugar relevante na superintendência na medida em que pode levar a divisões internas e oposição à direção por parte dos servidores. Um exemplo disso foi a publicação no Jornal da Assera de junho de 2011, da informação de que o atual superintendente foi beneficiário da reforma agrária e teria vendido o lote. A notícia termina com a seguinte pergunta: “Qual a moral que o Superintendente tem para mandar fiscalizar lotes, se ele mesmo está irregular, pois vendeu o lote sem anuência do INCRA?” (Assera sul do Pará, Boletim Informativo N. 003, junho, 2011). Novamente a ordem de grandeza evidenciada é a moral do servidor público.

Esta controvérsia também tem implicação para a execução das políticas públicas uma vez que os servidores podem se recusar ou podem deliberadamente atrasar o cumprimento de determinada tarefa. Um evento que exemplifica o impacto da controvérsia na execução da política foi a denúncia feita por alguns servidores da SR ao Ministério Público de que uma terra para desapropriação teria sido superavaliada com o propósito de direcionar o dinheiro para a campanha de um ex-superintendente da SR. Essa denúncia foi feita no ano eleitoral e depois de uma investigação e concluiu-se que ela era falsa. Com isso atrasou-se o processo de desapropriação por mais de um ano.

Algumas conexões explicitadas ao longo da exposição da controvérsia acima são importantes para se compreender o funcionamento da SR27, dentre elas: a conexão com o PT, com a Assera, com as prefeituras, com o Ministério Público e com o Incra sede em Brasília. Estas são algumas das conexões mediadas pelos servidores da SR27. A análise de como são executadas as políticas públicas passa pelo conhecimento destas conexões e de seus efeitos.

O INCRA e os movimentos sociais



A controvérsia no interior da SR 27 em torno da relação com os movimentos sociais se dá em diferentes níveis e assume diferentes formas uma vez que o INCRA se relaciona com os movimentos sociais em contextos distintos. O que aparece nessa controvérsia como problema central associado à ação dos movimentos é o descompasso entre como deveria ser o trabalho do INCRA no momento da criação do assentamento, e entre como ele acaba sendo feito na prática. O instituto deveria ter o trabalho de identificar uma área e levar a cabo todo o processo de desapropriação ou obtenção daquela área. Uma vez conseguida a área os servidores do INCRA deveriam fazer um levantamento apropriado do território, como topografia e geoprocessamento. Com esses dados em mãos e de acordo com os critérios do tamanho do módulo fiscal seriam divididos os lotes e selecionadas as famílias (o INCRA as selecionaria). Depois de tudo isso é que as famílias ocupariam a área e entraria na Relação de Beneficiários.

Contudo na prática isso não é o que acontece. Quando o INCRA chega os movimentos já estão ocupando a área, já estão cada um em seu lote, normalmente não se respeita os limites estabelecidos pelo INCRA e se coloca duas ou mais famílias em um lote que caberia apenas uma. Esse exemplo é citado por alguns funcionários para argumentar que o INCRA não está fazendo o que deveria fazer e que sua atuação atual é apenas de apagar fogo. A menção ao fato de que o INCRA chega em uma área e ela já está toda ocupada foi feita várias vezes durante o seminário sobre universalização de Ates para argumentar que seria difícil executar assistência técnica dessa forma, sem planejamento e sem o INCRA ter controle e informação sobre os assentamentos. Nesse sentido os movimentos sociais estariam atropelando o trabalho do INCRA. Este argumento de atropelamento também é levantado por muitos servidores quando perguntados como avaliavam a relação entre a SR27 e os movimentos sociais.

Se por um lado alguns servidores fazem a associação com a ação dos movimentos sociais para afirmar que o trabalho do INCRA não está sendo feito da maneira que deveria ser feito, por outro lado outros servidores associam a ação dos movimentos a uma melhora na situação da superintendência ou à própria existência do INCRA. Alguns relatos reproduzem a afirmação do antigo presidente do INCRA de que os movimentos sociais são parceiros do Instituto, sem eles provavelmente o INCRA nem existiria mais.

As afirmações que associam as ações dos movimentos sociais à uma melhora na situação orçamentária da SR27 se referem à ocupação do INCRA por 44 dias em junho



de 2011. A ação foi organizada pelos três principais movimentos sociais da região: Fetagri, MST e Fetagri. Os movimentos apresentaram uma pauta que incluía, dentre os temas, a universalização da política de Ates. Após 44 dias o presidente do INCRA foi a Marabá e negociou com lideranças a liberação de 40 milhões para a execução da política de Ates em Marabá, além de garantir fundos especiais para a desapropriação de algumas áreas.

Em conversas informais e entrevistas os servidores expressaram suas percepções desta ocupação de maneiras muito diferentes. Tanto o superintendente quanto os chefes da Divisão de Obtenção e da Divisão de Desenvolvimento associaram a relação da SR27 com os movimentos sociais ao aumento do orçamento para a superintendência e à universalização da política de ates. Durante sua apresentação no seminário uma das servidoras à cargo de formular a chamada pública para a contratação de entidades começa sua apresentação dizendo *“todos nós sabemos que não fosse pelos movimentos sociais nós não estaríamos aqui hoje universalizando a política de ates”*. Ela disse isso para justificar o título de sua apresentação: *“Universalização de Ates: uma conquista dos movimentos sociais”*.

Também durante o seminário, em resposta às afirmações de alguns servidores referentes à falta de controle do INCRA sobre os assentamentos e a consequente incapacidade de universalizar a política de Ates para todos os assentamentos, o Chefe de Gabinete diz: *“não está mais no nosso escopo decidir sobre a dimensão da política, isso foi um acordo dos movimentos sociais com o Ministro, já está acima de nós. Cabe-nos agora executar a política”*.

Essas duas posições expressas no seminário e nas entrevistas demonstram que há uma controvérsia em relação ao papel dos movimentos sociais e sobre a ingerência que eles tem no INCRA. Ao que parece os dois lados utilizam grandezas distintas, uma reconhece o papel dos movimentos sociais como positivo e outro reconhece como negativo.

Ainda referente a essa controvérsia cabe dizer que há muitos outros momentos nos quais os servidores do INCRA se relacionam com os movimentos sociais. Tão diversos como são estes momentos são também as posições, valores, opinião política e interesses dos servidores que interagem com os movimentos sociais.

As relações estabelecidas entre INCRA e movimentos sociais ainda no momento em que os trabalhadores estão acampados são feitas principalmente por meio da



ouvidoria agrária e envolvem a concessão de cestas básicas, para a qual os funcionários da ouvidoria seguem uma normativa o programa Fome Zero, além da concessão de lona preta pelo INCRA. As conexões com lideranças de acampamentos também se dão no âmbito da Comissão de Combate ao Conflito no Campo que se reúne na SR27 aproximadamente todo mês com o propósito de tentar encaminhar soluções para áreas ocupadas ou em conflito.

Outra importante conexão entre o INCRA e os movimentos sociais se dá por meio das relações com presidentes de associação de assentados. Esses presidentes no mais das vezes estão ligados a sindicatos ou ao movimento e fazem a representação dos trabalhadores. As associações, por meio de seus presidentes, são os interlocutores reconhecidos e legítimos para dialogar com o INCRA. Não só no momento em que vão à superintendência para reivindicar coisas como liberação de créditos, titulação de terras e construção de estradas, como também quando agem como mediadores reconhecidos legalmente para deliberar e autorizar a construção de casas por meio de conta conjunta com o INCRA.

Os presidentes de associação, presidentes de sindicatos e lideranças de movimentos vão ao INCRA com frequência e conversam com diferentes servidores em momentos diferentes. As lideranças mais importantes se reúnem com o superintendente mas todos os outros setores do INCRA também recebem e atendem pessoas diariamente.

Os servidores do INCRA, com toda sua variedade de opiniões políticas, valores, ideias e comportamento também vão a campo para fazer vistoria e outros tipos de trabalho. Nesse momento interagem com presidentes de associação, que têm pleno conhecimento do emaranhado de funções exercidas pelos funcionários do INCRA e da diversidade entre eles, e fazem muitas vezes uso estratégico dessa diversidade quando ela leva à contradição.

Tentou-se mostrar a partir da controvérsia em torno da relação entre a SR27 e o INCRA a miríade de associações e conexões que se estabelecem entre os burocratas e os movimentos sociais. Também buscou-se demonstrar que não há possibilidade de se explicar de maneira esquemática a relação entre a SR27 e os movimentos sociais uma vez que há não só inúmeros pontos de conexão como também um grande espectro de posicionamentos possíveis por parte dos servidores.



Conclusões

Este trabalho buscou contribuir para a compreensão do Estado como um ator-rede a partir da apresentação de dados empíricos da pesquisa com o INCRA de Marabá. Um dos argumentos que buscou-se fazer é o de que a compreensão do Estado a partir do modelo do ator unitário não dá conta de apreender toda a dinâmica envolvida no processo de implementação de políticas públicas uma vez que não permite a explicitação das redes e conexões presentes ao longo do processo.

Buscou-se mostrar, ademais, as controvérsias que permeiam as relações entre os funcionários do INCRA na medida em que entende-se que apenas a partir de uma análise destas relações é possível compreender como a superintendência regional funciona. Nesse sentido cabe contestar, a partir dos dados de pesquisa apresentados, algumas interpretações de Wolford (2010) em seu estudo sobre o INCRA. Primeiramente a autora separa analiticamente duas instâncias que na prática estão ligadas em múltiplos níveis – o MST está presente na formulação da política pública assim como o INCRA está presente na organização do movimento em alguns momentos para melhor adequá-lo à política pública. Isso pode levar a uma compreensão incompleta da relação entre os dois. Por essa razão o modelo que concebe Estado e sociedade civil como entes separados não é adequado para este caso. E em segundo lugar a tentativa de interpretar a relação como uma experiência de democracia participativa pode induzir a erros uma vez que o INCRA reconhece a participação de movimentos sociais apenas por meio de seus representantes, seguindo o princípio de representação. Não se configura em momento algum uma esfera deliberativa na qual indivíduos autônomos e simétricos possam participar de forma igualitária.

Referências bibliográficas

ASSIS, William. Mobilização camponesa no sudeste paraense e luta pela reforma agrária. In: MEDEIROS, L.; FERNANDES, B. Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Unesp, 2009.

BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. A sociologia da capacidade crítica. *Antropolítica*, N. 23, Niterói, 2007.

INCRA. *Relatório de Atividades*: INCRA 30 anos. Brasília: Gráfica Guarany, 2000.



LATOUR, Bruno. *Reassembling the Social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford: University Press, 2005

LIPSKY, Michael. *Street-level Bureaucracy*. Dilemmas of the individual in the public service. Nova Iorque: Russel Sage Foundation, 1980.

LI, Tania. Beyond 'the State' and Failed Squemes. *American Anthropologist*, Vol. 107, Issue 3, pp. 383–394 Oxford: University Press, 2005.

NEVES, Delma Peçanha (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. 1. ed. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR/NEAD, 2008. v. 1. 174 p.

NEVES, Delma Peçanha. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, 13, outubro 1999: 5-28.

PASSOTH, J.; ROWLAND, N. Actor-Network State : Integrating Actor-Network Theory and State Theory. *International Sociology* 2010 25: 818

WOLFORD, Wendy. Participatory democracy by default: land reform, social movements and the state in Brazil. *The Journal of Peasant Studies* Vol. 37, No. 1, January 2010, 91–109



GT 10 – Quadros institucionais de políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento

Morada à Beira do Rio: conflito agrário e estrutura de parentesco em uma comunidade amazônica

Iraildes Caldas Torres¹

Celso Augusto Tôrres do Nascimento²

¹Doutora em Ciências Sociais, Professora da Universidade Federal do Amazonas . E-mail: iraildes.caldas@gmail.com

²Mestre e Doutorando em Sociedade & Cultura na Amazônia .Professor do Sistema Básico de Ensino de Manaus . E-mail: celsotor@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa que contou com aporte do CNPq foi realizada na Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto, município de Coari, no Amazonas, mesorregião do rio Solinões. A condução metodológica seguiu as abordagens qualitativas, sem excluir os aspectos quantitativos. O desenvolvimento do campo se deu por intermédio da pesquisa participante, com uso de estratégias de seminários, palestras e diálogos abertos, utilizando recursos audiovisuais e dinâmicas focais. A coleta de dados obedeceu à uma amostra de 26 sujeitos residentes na comunidade cujo universo é de 43 famílias. Nesta paper apresentamos a etnografia da comunidade *locus* do estudo, momento em que procuramos localizar o objeto da pesquisa, sua espacialidade, aspectos identitários e de gênero, os processos histórico-sociais vividos pelos moradores, o conflito agrário e a estrutura de parentesco em que a comunidade se assenta.

Palavras-Chave: Amazonas, Conflito Agrário, Estrutura de Parentesco



Morada a Beira do Rio – conflito agrário e estrutura de parentesco em uma comunidade amazônica

Era quase final do mês de fevereiro de 2009 quando iniciamos a atividade de pesquisa na comunidade ribeirinha Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto. Estava disposta a mergulhar no objeto de estudo de forma intensa para construir a etnografia do lugar e da vida cotidiana das mulheres agricultoras foco de nossa investigação. A etnografia, do ponto de vista de Geertz (1989, p.15), busca “estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário [...]. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma descrição densa.”

Se construir uma etnografia significa fazer uma leitura mitigada do objeto pesquisado, logo é preciso apreender ou se apropriar bem do objeto para poder apresentá-lo à ciência da forma mais aproximada possível do real. Oliveira (2000) recomenda uma disciplina no fazer antropológico centrada no ato de olhar, ouvir e escrever que tem permitido ao etnógrafo a apreensão do real de forma mais apropriada. As viagens de campo se fizeram mais frequentes a fim de que eu pudesse construir essa etnografia com maior propriedade e desenvoltura.

Antes de qualquer iniciativa de captura de dados de campo é preciso estabelecer uma relação de familiaridade, reciprocidade e confiança mútua. É sugestivo, nesse aspecto, que o etnógrafo siga o rastro de Bourdieu (1969, p. 651), que diz ser necessário entrar na “vivência intensa da experiência, tomá-la como objeto de observação, aplicando a refletividade”.

Essa perspectiva de construção do campo da pesquisa como um mapa mental a conduzir os nossos passos, foi primordial para o êxito do nosso trabalho investigativo. Esse registro ganha significado na medida em que o objeto de estudo em questão é fugidio, subjetivo e intersubjetivo, que pode escapar ao vento caso o pesquisador não saiba cotejá-lo com disciplina e cuidado.

Esta pesquisa realizada no período de 2009 – 2010 na Comunidade ribeirinha Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto no Amazonas, foi financiada pelo CNPq. A coleta de dados obedeceu a uma amostra de 26 pessoas residentes nessa comunidade cujo universo é de 43 famílias. Aqui nesta comunicação apresentamos somente o campo da pesquisa e a etnografia da comunidade.



As mulheres agricultoras da Amazônia ribeirinha, especialmente aquelas residentes em comunidades distantes dos centros urbanos, como é o caso das moradoras da Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto que vivem isoladas e submersas no seu mundo de sociabilidade restrita. Mas, essa condição humana na Amazônia transpassada pelos liames geográficos, não justifica o caráter introvertido dos seus habitantes, que são pouco falantes e mais silenciosos. Trata-se de uma expressão cultural que tem o seu ponto culminante na inter-relação do homem com a natureza, é algo que vem da alma e encontra suporte na formação sócio-histórico e cultural desses povos” (TORRES, 2005, p. 34).

O que torna gelatinosa a apreensão do objeto é a condição de gênero dessas mulheres que sofrem preconceito, forte submissão aos maridos, sendo, pois, pouco requisitadas para falarem de si e de suas práticas sociais. Às vezes elas chegam a esconder informações preciosas à pesquisa, com receio de represálias do marido e da própria comunidade. Essa situação lembra Geertz (1989) quando sugere que é preciso registrar e analisar as características da descrição etnográfica, interpretar o fluxo do discurso oficial e tentar salvar a possibilidade de extinção para fixa-la em forma de pesquisa microscópica.

A Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto está localizada na mesorregião do rio Solimões a 97 km de distância do Município de Coari, no Estado do Amazonas com 1.570.745 quilômetros quadrados. Está localizada no coração da floresta amazônica, banhado pelo imponente e majestoso rio Solimões.

Coari é o município onde está situada a cadeia de exploração de petróleo e gás, cuja riqueza mineral descoberta pela Petrobras em 1986 continua pujante em meio aos impactos socioambientais provocados pelo evento do gasoduto Urucu/Coari/Manaus. Trata-se de um grande projeto econômico de cariz capitalista que lança suas bases na Amazônia sob o discurso do desenvolvimento regional.

O desenvolvimento regional passa ao largo nesse processo de exploração de petróleo e gás. Os *royalties* repassados pela Petrobras àquela municipalidade não alcançam as populações locais. É necessário e urgente,

tornar o Estado na Amazônia permeável à pluralidade de forças que expressam a diversidade social e cultural da região, dotando-o de mecanismos que o faça eficiente como indutor de desenvolvimento para a correção das desigualdades econômico-sociais (COSTA, 2006, p.22).



O rio Solimões abriga nas suas margens grandes contingentes populacionais distribuídos em comunidades. As famílias residentes na área rural banhada pelo rio recebem a nomenclatura de ribeirinhas, isto é, são aquelas que moram na ribeira do rio. A Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto está situada à margem direita do rio Solimões onde vivem 43 famílias.

A Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto tem esse nome em homenagem a Padroeira do lugar (Nossa Senhora de Nazaré) e Barro Alto pela localização em terra firme muito acima do nível do rio, apesar de ter uma parte mais baixa que normalmente alaga em época de enchente. Esse fenômeno natural pauta a sociabilidade e toda a organização da vida na Amazônia, separando inclusive os moradores da vizinhança cujo acesso é possível somente de canoa. A Comunidade se encontra em terra firme e está localizada no alto de um morro de aproximadamente 10 metros de altura.

As casas estão dispostas em três núcleos: o primeiro é o núcleo central (Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto), o segundo à esquerda é o núcleo Santa Isabel e à direita, o núcleo Santo Antônio. As casas dos moradores estão organizadas de forma aleatória numa ordem semicircular em torno da Igreja. No primeiro núcleo temos 18 casas; no segundo núcleo 13 casas e no terceiro 12 casas, totalizando 43 casas ao todo. O terreno acidental propicia do alto uma visão panorâmica do rio Solimões. Todas as casas são construídas de madeira com telhado de zinco. A maioria delas são pintadas com tinta a base d'água, predominando as cores azul e branco, talvez seguindo as cores da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré que é a construção principal da comunidade, sendo a única construída em alvenaria. A Igreja é o cartão postal da comunidade. Construída no alto do morro é vista por todos os que navegam pelo rio.

A comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto é o centro administrativo onde estão localizadas a escola municipal, a igreja católica², o centro comunitário³, a

² Existe apenas a Igreja católica de Nossa Senhora de Nazaré na comunidade central. Nos demais núcleos comunitários não existem outras igrejas católicas nem de outra religião. Todos os membros da comunidade e dos núcleos comunitários se dirigem à comunidade central para suas práticas religiosas. Os festejos dos padroeiros dos núcleos comunitários são realizados também na comunidade central.

³ O Centro Comunitário é uma estrutura muito simples, construída pela comunidade com a ajuda da prefeitura, localizada de frente para o rio Solimões, sob a sombra de uma grande tamarindeira. Conta com espaço para a comunidade se reunir e debater seus problemas, para atendimento médico, campanhas de vacinação, reuniões políticas, encontros comunitários por ocasião da visita do padre na época da desobriga (duas ou três vezes por ano) e, especialmente para os festejos dos santos padroeiros: Nossa Senhora de Nazaré, Santo Antônio e Santa Isabel. Há estrutura para fazer comida ou churrasco, espaço para danças e brincadeiras.



taberna do senhor João Cota⁴, as roças para plantio de mandioca e todas as casas de farinha, inclusive para uso dos moradores dos núcleos comunitários. É em 1981 que “Barro Alto” é elevado a categoria de comunidade. A compreensão de comunidade nos termos de Wagley (1988, p.124) diz respeito a

Um lugar onde os indivíduos vivem em grupos, de acordo com os preceitos de sua cultura, expresso através de suas crenças, seus mitos, seus símbolos, seus saberes e códigos, desenvolvem suas relações sociais, aprendem, partilham e reproduzem de forma dinâmica a sua identidade sociocultural.

Para além dos aspectos sócio-identitários desse tipo de agrupamento humano deve-se reconhecer a condição político – organizativa dos sujeitos coletivos que moram na comunidade. Arendt (1999) lembra que a vida *activa* expressa na ação política é nucleadora do homem. É nisto que consiste a sua hominização enquanto ser político que se cria e recria-se em meio ao mundo da vida. Comunidade é, então, um primoroso e fecundo espaço de exercício da política e da cidadania. É a expressão deontológica do ser social que se exterioriza na luta pela garantia de acesso a bens para usufruto coletivo.

Não se pode deixar de reconhecer, mormente, que o conceito de comunidade elaborado por Charles Wagley nos anos 1940 tenha vigorado por um longo período, especialmente no aspecto sociocultural da religiosidade e das crenças. Esse etnógrafo buscava compreender as raízes sociais desse termo, a partir de um período datado da formação do pensamento social da Amazônia, conforme sua própria explicação:

O modelo de organização espacial observado em comunidades amazônicas é fruto da herança jesuíta na região, cujo plano estrutural tem na edificação da Igreja seu principal símbolo, sendo geralmente localizada numa área central da comunidade e de frente para o rio (WAGLEY, 1988, p. 125).

A ampliação do conceito de comunidade para o campo da cidadania, expresso no núcleo instituinte do humano que é a política, atende ao processo dinâmico de ir e vir do ser social homem e mulher. As construções conceptuais dos fenômenos do mundo da vida estão postas desde os pré-socráticos. É o seu emprego que depende do

⁴ É a única taberna de toda a redondeza. Um pequeno flutuante medindo aproximadamente 10 X 4 que comercializa a farinha produzida na comunidade (o Sr. João Cota é uma espécie de “atravessador” que intermedia a compra e venda da farinha), enlatados, artigos de higiene e limpeza, querosene, gasolina, material de primeira necessidade: arroz, açúcar, sal, óleo, café, biscoito dentre outros.



desenvolvimento humano, do amadurecimento de seus processos sócio- históricos e da dinâmica dos acontecimentos. Os conceitos não são sinestésicos ou espécies de unidades de pensamento encapsuladas, são devires dinâmicos que sobrevoam a realidade social conforme os períodos históricos.

A estrutura física da comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto segue o padrão regional. As casas são construídas pelos próprios moradores com recursos da madeira da região e sua localização é, entre o percurso da Igreja e do rio, confirmando as observações de Wagley (1998). Além da escola, da Igreja e do centro comunitário que são os elementos físicos necessários para que se obtenha o *status* de comunidade, Barro Alto conta com 01 telefone público que praticamente não funciona, 01 motor de luz que é a base de combustível, 01 poço artesiano com encanação de água para todas as residências, 01 cemitério e 03 casas de farinha motorizadas. Há também um posto de saúde que se encontra desativado. Nunca funcionou como deveria ser tanto pela falta de infraestrutura como de pessoal qualificado para fazer a sua manutenção.

A líder da comunidade é a senhora Maria do Rosário de Fátima Oliveira da Costa (46 anos). A vida dos comunitários está organizada a partir das convicções religiosas do catolicismo cristão. A Igreja é também o lugar por excelência dos encontros religiosos da comunidade e seus cuidados estão reservados às mulheres que catequizam as crianças aos domingos após a celebração da palavra. A vida espiritual, a prática dos sacramentos e outros rituais são orientados pelo sacerdote que visita a comunidade de três em três meses aproximadamente.

A média de tempo que as pessoas residem na comunidade compõe um período extenso que coincide com a fundação da comunidade, conforme revela um de nossos entrevistados:

Eu nasci e me criei na comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto. Meus pais são do Ceará. Trabalhavam na borracha, nessas matas daqui da região. Eu me lembro de ter cortado muita seringueira com meus irmãos. Somos uma família de nove irmãos, meus pais vieram para a comunidade em 1959 (Jones, 36 anos, entrevista / 2009).

Uma das características da comunidade é o tempo longo de moradia de seus habitantes. Como diz Silvs (2008, p. 56), “as famílias residem na comunidade há mais de quarenta anos”.



No total são 18 famílias, com 95 filhos, perfazendo um total de 131 pessoas residentes na comunidade (média de 5 filhos por família).

Tempos atrás, muitas pessoas deixaram a comunidade porque o trabalho na cana-de-açúcar cessou. O latifundiário “dono” do antigo lugarejo resolveu investir seus negócios na pecuária, conforme relata um dos nossos informantes:

O trabalho na cana é um trabalho muito exigente. Não tinha hora para se trabalhar. Quando estavam fazendo rapadura, se trabalhava noite e dia sem parar. Por isso, nós não estudamos. Também não tinha escola nessa época. Todos nós trabalhamos muito para os Barreto. Aliás, os Barreto eram os únicos nessa redondeza que davam trabalho para os moradores da região. Depois, eles deixaram a cana de lado e investiram na criação gado. Aí não tinha mais emprego para ninguém. A gente foi ficando por lá. Tinham muitas famílias. A maioria já foi embora para outras comunidades ou para Coari. Tem muita gente dos Barretos que foi embora para Manaus (Jones, entrevista / 2009).

A espacialidade onde está localizada a comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto era de propriedade de um latifundiário conhecido pelo sobrenome de Barreto, que fundou a localidade povoando-a com seus descendentes, empregados e agregados. Trata-se de grilagem⁵ de terra não necessariamente para a especulação imobiliária, mas para a exploração mercantil da própria terra com a monocultura da cana-de-açúcar e posteriormente com a criação de bovino. É o que nos informa o líder comunitário Luiz Jones Feitosa de Araújo, a saber:

Eu cortei seringa até os meus 10 anos. Depois disso, me lembro que meu pai comentava que não dava mais para viver da borracha. Foi quando nos tornamos contratados dos Barretos que estavam plantando cana em toda essa parte da várzea da comunidade (Entrevista / 2009).

E acrescenta:

Mas, o gado também não deu muito certo. Os Barreto não tiveram muita sorte. O gado começou a morrer na época da cheia. Eles não tinham muito manejo com o gado. O capim não dava para alimentar os bichos. Foi indo até que deixaram de criar gado. Hoje, a senhora pode ver que não tem mais gado nenhum na comunidade. A dona Corinta, que é uma das poucas dos Barreto que restou, agora, cria gado pequeno¹, umas poucas cabeças que faz muito estrago quando atacam a roça² do povo. Por isso é que o povo tem que plantar roça no meio da floresta (Entrevista / 2009).

¹ Referencia á criação de carneiros.

² Roça é a referência à plantação de mandioca.



A questão fundiária, até recentemente, era um tema pouco conhecido pela sociedade brasileira e pouco reconhecida como um problema social pelo próprio Estado Nacional. Little (2002, p. 02) adverte para o fato de que,

a questão fundiária no Brasil vai além do tema de redistribuição de terras e se torna uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem, dentro do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial.

⁵ A grilagem de terra diz respeito à sua posse indevida, um apossamento clandestino ou com anuência informal do poder público, que faz “vistas grossas” a esse fato muito comum na Amazônia.

A grilagem é, certamente, um problema que pode ser enfrentado pelo Estado brasileiro com o processo de reforma agrária justa e solidária, mas é emperrado pelo movimento ruralista liderado pela UDR – União Democrática Ruralista. A sociedade camponesa espera que nesse atual Governo da Presidenta Dilma Rousseff o projeto de reforma agrária seja desengavetado no Congresso Nacional.

Um outro desafio posto ao processo fundiário de titularização da terra é a existência de outros territórios dentro do Brasil, enquanto Estado – Nação, “sejam eles as autoproclamadas nações ou nacionalidades, ou territórios sociais [...]. Representa um desafio para a ideologia territorial do Estado, particularmente para sua noção de soberania” (LITTLE, 2002, p. 06). O não reconhecimento dos territórios sociais, é uma questão política assumida pelo Estado na medida em que o seu reconhecimento esbarraria na soberania brasileira.

Os povos tradicionais que residem em Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto já se deparam com processos de expulsão destas terras, apesar de nela residirem desde 1959. É o que relata Jones Araújo:

O nosso problema mais sério é a situação do nosso título da terra. Por não ter título da terra é que tivemos que sair da comunidade onde vivíamos desde 1959 até 1995. Só aí, a gente já tinha direito suficiente de ter a posse da terra. Mas, o que aconteceu? A gente não tem título nenhum. Veja bem, eu vim pra essa área por causa dos desentendimentos que tive lá com o pessoal dos Barretos. Mas, aqui também não temos segurança de que a terra é nossa. Não sabemos notícias se existem donos aqui também. Eu fico louco só de pensar que em algum momento pode chegar um sujeito aqui com papéis numa pasta dizendo que a terra é dele e que nós temos que nos mudar. Já imaginou? Para onde a gente iria? E não sabemos com quem contar. Já



conversei lá na prefeitura. Eles dizem para a gente ficar sossegado que não tem problemas com essa terra. Mas, nunca deram nenhum documento para nós. Atualmente, somos 12 famílias morando aqui. Algumas são do Barro Alto, outras vieram do Ipixuna, que fica ali na frente do município de Tefé.

Além do centro administrativo a comunidade possui outros dois núcleos comunitários: Santa Isabel e Santo Antônio. O primeiro está localizado a margem esquerda de Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto.

O núcleo Santa Isabel surgiu a partir de um conflito interno da comunidade em meados de janeiro de 1995, quando pretensos donos das terras da comunidade apareceram com documentos ameaçando os moradores e decretando a saída das famílias que não fossem ligadas ao núcleo familiar dos *Barreto*. Nesta época, muitas famílias foram embora da comunidade. O Sr. Jones não tinha para aonde se deslocar. Foi quando teve a idéia de ir morar nos limites da comunidade de acordo com os documentos dos *Barreto*. Procurou saber sobre os possíveis donos das terras à margem esquerda da comunidade. Como não obteve informações, decidiu desmanchar sua casa de madeira e a transferiu para essa localidade, já que permanecendo nas proximidades, poderia manter as seis filhas na escola que fica na parte central da comunidade.

Depois que começou a reconstruir sua casa nessa localidade, outros moradores seguiram seus passos e, mais tarde, vieram moradores de outras comunidades e passaram a construir suas casas nas proximidades da casa do Sr. Jones. Foi árdua a luta pela posse da terra organizada por esse líder, mas foi assim que a localidade ganhou *status* de Núcleo Comunitário Santa Isabel. O Sr. Jones foi indicado pelo chefe de gabinete do Prefeito de Coari para ser líder da comunidade e assim segue desde 1995.

A resistência ativa pela posse da terra tem se constituído, historicamente, no principal mecanismo de conquista da terra. Little (2002, p. 05) lembra que “quinhentos anos de guerras, confrontos, extinções, migrações forçadas e reagrupamentos étnicos envolvendo centenas de povos indígenas e múltiplas forças invasoras [...], dão testemunhos da resistência ativa dos povos indígenas para a manutenção do controle sobre suas áreas”. Não fosse a organização e articulação política iniciada pelo senhor Luiz Jones Feitosa de Araújo, hoje com 38 anos, os moradores teriam sido expulsos de suas terras. É o que podemos perceber na seguinte narrativa:



Se a gente tivesse o título, todo mundo estaria mais tranqüilo. Hoje nós somos 12 famílias. Se a gente conseguisse o título comunitário, seria até melhor para nós. Poderíamos continuar dividindo a terra entre nós separando onde se mora, onde se cria o gado e onde se faz a roça. Acho que poderia ser assim. Outra coisa que penso é que se a gente conseguir o título da terra fica até mais fácil a gente conseguir financiamento para melhorar a casa de farinha. É isso que penso (Entrevista / 2009).

Falar de política fundiária no país, especialmente na área rural da Amazônia implica “mexer” com relações de poder ostensivas, supõe questionamento a uma ordem econômica que historicamente relegou a segundo plano a problemática social que atinge os povos tradicionais, não só para favorecer os grandes latifundiários, mas também por puro preconceito para com esses povos. Torres (2005) deixa claro o fato de que, até recentemente, nos anos 1980, o poder central do Brasil não canalizava recursos para implementar políticas públicas na Amazônia sob a alegação de que os indígenas não são afeitos ao progresso, os recursos seriam inúteis e retornaria tudo aos cofres da União.

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha trazido avanço no setor habitacional reiterando a realização da reforma agrária como necessária para resolver o problema fundiário no país, essa política ainda não ocorreu como dissemos anteriormente. A questão da terra e sua titularidade continuam no impasse. O Estado não dialoga com os principais sujeitos envolvidos no conflito de terras como os posseiros, fazendeiros, movimentos sociais dentre outros.

A Prefeitura do Município de Coari sequer reconhece o direito de uso capeão aos moradores da comunidade objeto de nosso estudo e, se ainda não recuperou as terras para os Barreto, é porque tem baixa valorização.

As famílias residentes no núcleo Santa Isabel são em número de 12, com 48 filhos, somando um total de 60 pessoas com média de 04 filhos por família. Todas as crianças, em idade escolar, freqüentam a escola da comunidade. São 12 crianças que freqüentam a escola. Há adolescentes que estudaram até a 5ª série ou 6º ano, interromperam os estudos em função das questões de sobrevivência. É oferecido somente o ensino fundamental na comunidade, correspondente ao 9º ano. Tempos atrás a oferta de educação formal na comunidade era até a 4ª série, por isso, muitas pessoas principalmente mulheres possuem o ensino fundamental incompleto. Caldas (1997, p. 08) observa que

O alto índice de pessoas que sequer concluíram o ensino fundamental evidencia que, por um lado, a educação ainda se constitui num privilégio para alguns e, por outro lado, reafirma que o sistema educacional vigente é ineficaz por não oferecer condições de permanência das camadas populares na escola.



O problema da educação formal ministrada na comunidade tem também outros desdobramentos, agora centrado nos professores enviados pelo poder local, conforme expressa o líder comunitário:

A nossa escola aqui até que é boa. O ensino é bom. Os meninos aprendem muita coisa. O problema são os professores que vêm de fora, de Coari e de Tefé. Eles não têm compromisso com a comunidade. Daí, quando termina o ano, eles vão todos embora e a gente fica naquela pendenga de novo esperando que mandem novos professores pra gente. Isso às vezes demora muito e enquanto isso os meninos ficam sem escola. Outra coisa que acontece é que quando eles vão receber o salário deles lá na cidade, eles viajam e aproveitam para passar uns dias com suas famílias. Tem deles que ficam até duas semanas por mês. Aí é só prejuízo pros meninos. Acontece também da crise política afetar a escola (Jones, entrevista / 2009).

E acrescenta:

Depois que a prefeitura colocou a escola na comunidade, vieram muitos professores de Coari. Eu acho que a comunidade deveria ter seus próprios professores. Esse povo que vem de fora, sem conhecer o nosso sistema⁸, traz muitos problemas para nós. Acho que muita coisa ruim chega aqui com essa gente. Só os que deram certo foram os que passaram a morar aqui com a gente como é o caso da professora Ivone que se casou com gente daqui e agora mora na comunidade, planta roça, faz farinha. Mas, os outros que só vem para dar aulas, é uma tragédia. Muitas professoras chegam aqui casadas e vão embora descasadas. Outras se envolvem com gente da comunidade, com homem casado. Aí, quando vai embora, vai descasada e deixa outra família aqui também desestruturada. (Jones, entrevista; 2009)

Observe-se, que há sérios problemas no contexto da educação formal da comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto, como é o caso da interrupção das aulas devido a distância que separa a cidade de Coari da comunidade e a presença de professores de outras localidades cujos valores citadinos se chocam com os da comunidade. Vem assomar a isto o fato de que essa situação contribui para a desestruturação familiar, como vimos no relato do líder comunitário. Para Lévi-Strauss (1982, p. 72), “o papel primordial da cultura está em garantir a existência do grupo como grupo, e, portanto em substituir, nesse domínio como em todos os outros, a organização ao acaso”

⁸ Sistema aqui é entendido como uma referência as regras culturais, às formas de sociabilidade e ao modo como a comunidade vive e se organiza.



Não deixa de ter sentido a fala do nosso informante quando diz, “só os que deram certo foram os que passaram a morar aqui com a gente, como e o caso da professora Ivone, que se casou com gente daqui e agora mora na comunidade” (Jones, entrevista / 2009).

Lévi-Strauss (1982) nos lembra que as regras do parentesco se processam à base da reciprocidade. Ou seja, as trocas matrimoniais ocorrem no circuito do grupo, não necessariamente só dentro dele, mas se ocorrer que um membro do grupo se case com alguém de fora dele, que a família fique no grupo. Trata-se da parte integrante de um sistema fundamental de reciprocidade.

O líder comunitário Jones Araújo conclui esse tema afirmando o seguinte:

Eu acho que a educação é a solução para muita coisa que a gente precisava aqui na comunidade. Agora, por exemplo, o prefeito está a procura de um agente de saúde para toda a comunidade, pegando desde a Santo Antônio, Barro Alto e aqui. O contrato seria pela SUSAM. Já faz um tempão que o Compadre João foi embora. Ele foi o último agente de saúde que nós tivemos. Desde então, a comunidade está sem ninguém. A senhora já imaginou se a comunidade tivesse uma pessoa formada na enfermagem? Seria a hora de contratar. Mas, não tem ninguém com esse estudo. Então, não sabemos quando é que vamos ter um agente de saúde. A mesma coisa seria com os professores. Se fosse tudo gente nossa, da comunidade, poderiam ter outra renda além do contrato com a prefeitura. Poderia plantar roça, como faz a professora Ivone. Daí, mesmo nas crises políticas, eles poderiam continuar aqui, firmes, dando aulas. Depois que passasse a crise, eles receberiam e ficaria tudo bem de novo. Mas, enquanto for só gente de fora, fica do jeito que está. Meu sonho é mandar minhas meninas para a cidade se formar e trazer elas de volta para ser professoras da nossa escola. Esse é o meu sonho. Vamos ver se a gente consegue alcançar essa graça (Entrevista / 2009).

O século XX foi palco das grandes discussões de Paulo Freire (1921 – 1997) sobre a necessidade de o Brasil construir um Projeto Político Pedagógico encarnado na vida e arraigado às culturas locais das populações que integram esta imensa nação. E, embora a Carta Magna de 1987 tenha acionado o Estado brasileiro para que garantisse a educação intercultural, o sistema educacional de caráter integracionista e de desvalorização cultural. Essas noções tem servido para homogeneizar os povos e negar o reconhecimento pleno de sua história e de seus valores (...), negando a diversidade cultural (REPETTO, 2007, p.43).

Para além da luta pela educação pública de qualidade, a reivindicação dos





povos tradicionais neste século XVI é em favor da educação intercultural que implica que implica não só na reformulação dos conteúdos universais a homogeneizantes, como também na utilização de recursos humanos próprios da comunidade. Os professores devem ser pessoas oriundas da própria comunidade não só para promover a integração social, mas sobretudo para contribuir com a promoção de uma educação territorializada e enraizada na cultura autóctone.

Para os povos tradicionais da Amazônia a preservação de suas identidades socioculturais figura como garantia de sua própria existência. E a escola, sob essa perspectiva, deve ser espaço de reprodução simbólica de suas culturas e modo de vida arraigado à vida dos comunitários. De acordo com Faria, Silva e Oliveira (2010), para que isto de fato ocorra, faz-se necessária a formação de recursos humanos locais, que assumam o papel de educadores de suas próprias culturas.

O núcleo comunitário Santo Antônio está localizado na subida do rio Solimões, à direita do núcleo central, aproximadamente 300 metros de distância. É composto por 13 casas dispostas de forma assimétrica e cercadas por igarapés e pela vegetação.

No total, são 13 famílias com 45 filhos perfazendo um número de 71 pessoas residentes neste núcleo comunitário, com uma média de aproximadamente 3 filhos por família.

A unidade camponesa constitui um grupo formado por pessoas unidas por laços de parentesco, geralmente envolvendo o proprietário ou arrendatário, que utiliza a mão-de-obra familiar com pouco capital (ALMEIDA, 1985).

Na comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto a relação de parentesco se estabeleceu a partir da família do Sr. Barreto que tomou aquelas terras para si. Construiu uma unidade de produção de corte de cana-de-açúcar com mão-de-obra explorada e quase semi servil, como vimos anteriormente.

O parentesco recorta a estrutura familiar dessa comunidade que lhe confere diversos significados, embora nem todos os moradores estabeleçam laços de consanguinidade. São significados de gênero envolvendo trocas matrimoniais e relações econômicas, sujeitos e atores em relação vivendo o cotidiano da comunidade em meio a produção material e imaterial da vida, enfim, são significados envoltos às regras que regem a vida em comunidade. Segundo Lévi-Strauss (1982, p. 531)

A vida social procura inteiramente construir e reconstruir sem cessar uma imagem aproximada e nunca integralmente





perfeita, o mundo da reciprocidade, que as leis do parentesco e do casamento, por sua própria conta, fazem laboriosamente brotar de relações que sem isso, estariam condenadas a permanecer ou estéreis ou abusivas.

A comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto é constituída, basicamente, por pessoas consangüíneas. Há muitos casamentos entre primos e outros parentes mais distantes. Não há, com efeito, uma totalidade harmônica como aparentemente pode parecer. Há conflitos, contradições, negociações entre eles, compadrios e problemas de ordem moral e no âmbito das defectibilidades de gênero.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro W. B. **Redescobrimo a família rural**. In: Ciências Sociais. São Paulo: ANPOCS, 1986

ARENDT, Hannah. **Qué es la Política?** Barcelona: Paidós, 1997.

_____. **A condição humana**. 9ª Ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A casa Kabyle ou o mundo às avessas. São Paulo: Cadernos de campo, ano IX, n. 08, 1969

BRUMER, Anita. **Gênero e Agricultura: a situação da mulher agricultura do Rio Grande do Sul**. In: Revista de Estudos Feministas. Universidade Federal de Santa Catarina: UFSC, 2004.

CALDAS, Iraildes Gonzaga (org.). **Caracterização das condições de vida das famílias do município de Iranduba/Am: em seus aspectos socioeconômicos e sanitários**. Manaus: EDUA, 1997.

FARIA, Ivani Ferreira de, SILVA, Raimundo Nonato Pereira da e OLIVEIRA, Gilvan Multer de. **Licenciatura indígena, políticas educacionais e desenvolvimento sustentável no Alto Rio Negro**. In: AMARAL, José Januário de Oliveira e LEANDRO, Ederson Lauri (org.). Amazônia e cenários indígenas. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.





LÉVI-STRAUSS, Claude. **A oleira ciumenta**. Traduzido por José Antônio Braga
Fernandes Dias. Lisboa: Edições 70, 1985.

_____. **As estruturas elementares do parentesco**. 3ª ed. Tradução de
mariano
Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por
uma antropologia da territorialidade**. In: Série Antropológica n° 322.
Brasília, DF: Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Brasília, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2ª Ed. São Paulo:
UNESP, 2000.

REPETTO, Maxim. O ensino médio e o debate sobre uma proposta de educação
cidadã intercultural. In: CARVALHO, Fabio Almeida de, FONSECA, Isabel
Maria e REPETTO, Maxim (Org). Educação, Cidadania e Interculturalidade no
Contexto da Escola Indígena de Roraima. Peru: Fondo Editorial, 2007

SILVA, Raimunda Vanusa Barreto. **Vida e trabalho das mulheres agricultoras:
um olhar para a comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto**.
Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal do
Amazonas. Coari, AM, 2008

TORRES, Iraídes Caldas. **As novas amazônidas**. Manaus: Editora da Universidade
Federal do Amazonas, 2005.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos
trópicos**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.





GT 10 – Quadros institucionais de políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento

**Mudança Social em Debate:
estudo de caso do P.A. Che Guevara (Campos dos Goytacazes)**

Rodrigo Pennutt da Cruz¹

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA/UFF – Bolsista CAPES. E-mail: rpennutt@gmail.com

Resumo

A partir de situação empírica, pretendo, com este trabalho, analisar princípios de pertencimento em um assentamento rural no norte do estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Assentamento rural; reforma agrária; sistema sucroalcooleira; mudança social.



Introdução

Nas últimas décadas do século XX, bem como no início do século XXI, a atividade agropecuária no norte do estado do Rio de Janeiro passou por uma série de mudanças, boa parte delas decorrentes, entre outros fatores, de insolvências de agroindústrias sucroalcooleiras, desencontros que vêm sendo caracterizados como crises, não só referentes ao plano estadual, como também em âmbito nacional. Estas transformações foram também construídas pela explicitação e radicalização de conflitos entre fazendeiros, fornecedores de cana e pecuaristas, mas principalmente usineiros, confrontados pelos interesses dos trabalhadores, muitos deles agrícolas, agregados e referenciados por ideários de movimentos sociais cujos porta-vozes eram dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do MST (Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra) e de algumas ONG'S, caso especial da CPT (Comissão Pastoral da Terra). Entre outros resultados, ocorreram desapropriações de terra por absorção em Programa de Reforma Agrária, configurando uma reordenação do espaço social e geográfico da região bem como reafirmando a ampla presença das pequenas unidades rurais em meio a grandes fazendas secularmente reproduzidas nesta posição.

Ter tal cenário como local para prática de pesquisa, referente ao projeto de dissertação para o mestrado que venho desenvolvendo, mas pesquisa integrada a projeto mais amplo, coordenado pela professora Delma Pessanha Neves, mesmo que tomando situações específicas, no caso por mim considerado, um estudo de caso entre assentados rurais, mediante unidade de assentamento localizada num dos municípios, o de Campos dos Goytacazes, todos esses fatores exigem considerar as reflexões à luz da perspectiva das mudanças sociais, ou seja, aquelas ocorridas nos últimos anos, visando entender a atual configuração social em que os assentados rurais puderam se constituir como agricultores e agentes políticos.

Assim sendo, neste trabalho delinheiro reflexões orientadas pelo objetivo de abordar as mudanças ocorridas na região em que realizo o trabalho de campo, mas para tentar entender as implicações de tais mudanças na prática social dos assentados, ou seja, levando em conta os fatores por eles ressaltados como expressivos das transformações por eles vividas. Por isso, tomo como objeto de reflexão os princípios de afiliação que agregam e distinguem os assentados, bem como a correspondente ou constituinte construção de identidades sociais.



Para o entendimento de processos de construção da mudança, é preciso considerar diversas perspectivas teóricas, visto que se trata de tema considerado direta ou tangencialmente pelos diversos aportes teóricos que foram se constituindo com preocupação de compreender o caráter dinâmico da sociedade industrial. Portanto, para construir a compreensão que aqui delineio, pretendo dividir este artigo em tópicos. No primeiro item, adiantarei algumas reflexões preliminares do caso que estudo, não para avançar em sistematizações, posto que me encontro em fase preliminar de estudo, ainda percorrendo bibliografia para melhor delinear os aspectos teóricos e metodológicos, tal como aqui o faço. Mas aproveito a oportunidade para treinar minha criatividade antropológica e na tentativa de não construir meu ponto de vista centrado em abstrações que me afastem da questão central do texto: refletir deslocamentos por ações de agentes sociais diferencialmente posicionados, sem cair em abstrações vinculadas a mudanças de sistemas ou de totalidades inventadas para definir um ponto zero onde tudo começou e a partir do qual tudo mudou (cf.: Neves, 1994: 49-74). Em seguida, tentarei ampliar a abordagem incluindo algumas perspectivas de reflexões construídas por autores das ciências sociais, que, produzindo em outros contextos, inclusive das chamadas sociedades complexas, tendem a pensar mudanças sociais por outros problemas de pesquisa e teorizações. E por fim, no terceiro item, demonstro algumas implicações decorrentes das transformações sociais.

O trabalho de campo e suas condições situacionais

A região na qual realizo o referido trabalho de campo (Campos dos Goytacazes) estruturou-se com base na produção de cana de açúcar e na concentração da propriedade da terra em mãos de sesmeiros, hoje grandes produtores (cf.: Neves, 1981). Todavia, várias têm sido as situações em que esta forma concentrada de apropriação de recursos e capital foram colocadas em questão. Um dos exemplos mais dramáticos dessa instabilidade no processo de concentração dos recursos produtivos ocorreu nos últimos anos, momento em que a região sucroalcooleira foi palco de grandes transformações. Das 14 usinas existentes no início da década de 1970, apenas duas permanecem em atividade. Tal situação foi acompanhada de questionamentos por parte dos trabalhadores e porta-vozes de movimentos em luta pela redistribuição de terra no Brasil, correspondendo, com efeito, à criação de uma série de assentamentos rurais, principalmente em Campos dos Goytacazes (cf.: NEVES, 1997b, CRUZ, 2010).



Nas situações de mudanças inerentes aos processos de falência ocorridos na região norte fluminense, tem sido criadas alternativas de trabalho por outras formas de inserção produtiva ou por reconversão de trabalhadores rurais, expressas tanto pelos que aderiram à luta pelo acesso a terra, como pelos que se negaram a integrar processos de assentamentos. Enfatizar, no reconhecimento dessas mudanças, aqueles que se inseriram nos projetos de assentamento, tem constituído o objetivo do trabalho de pesquisa que venho realizando. A mudança de posições em causa tem sido mais reconhecida quanto aos que aceitaram ou, como eles se autoproclamam, aos que decidiram compor os projetos de assentamentos, passando da condição social de trabalhadores assalariados para produtores agrícolas mercantis. Nesta condição, os produtores são detentores de possibilidades de tomada de decisões quanto à gestão da unidade produtiva e alocação de trabalho familiar. Há, no entanto, um representativo segmento de trabalhadores que, por motivos diversos, não se integraram ao programa de reforma agrária. Recompuseram as relações de trabalho assalariado, tanto pela reafirmação do vínculo como cortadores de cana, como também trabalhadores da indústria de cerâmica, ou mesmo em atividade de economia de proximidade e serviços públicos municipais (NEVES, 1997b).

Com a formação desse novo cenário, os trabalhadores constituem-se agentes políticos e econômicos com trajetórias distintas, bem como identidades diferenciadas. No trabalho de pesquisa a que me dedico, venho ressaltando, sob caráter relacional, a situação daqueles que são considerados os “*antigos funcionários da usina*”¹, trabalhadores que nasceram na localidade que sedia o assentamento rural em pauta e que aí permanecendo após a falência da usina, de certa forma reproduzem vínculos de pertencimento social na região, inclusive a reafirmação dos vínculos anteriores com a usina. Por tal condição, diferenciam-se dos que foram recentemente assentados por se constituírem agentes em concorrência pelo acesso a um lote de terra redistribuído segundo postulados do programa nacional de reforma agrária. Há ainda os que não participam do processo de assentamento, mas continuam residindo próximo à antiga área das fazendas, de qualquer forma espectadores, na maior parte das situações,

¹ É importante observar que a categoria “*funcionário*” não corresponde à posição que estes trabalhadores possuíam no período de funcionamento do Complexo Agroindustrial. Os trabalhadores rurais eram qualificados como “*agricultores*” ou “*cortadores de cana*”. Os funcionários eram considerados aqueles que exerciam funções administrativas no escritório da usina. A distinção estabelecida no atual contexto contrapõe-se, significativamente, aos “*de fora*”, oriundos do MST.



críticos, dos desdobramentos sociais que a partir de então ocorreram. Por essas distinções, no sistema de posições se integram relacionalmente e em contraposição, os “*de fora*” ou “*sem-terra*” (aqueles que chegaram ao local via MST, participaram de todo o processo de acampamento e não possuíam qualquer tipo de vínculo, pelo menos aparente, com a população e as atividades produtivas locais); os antigos funcionários da usina, os moradores de Marreca (localidade entorno do assentamento).

Mudança Social como perspectiva analítica

A mudança é parte inerente da vida social, está presente nas transformações ocorridas ao longo do tempo e dos espaços sociais e é constituída pelo próprio homem. Para se pensar analiticamente a mudança social, torna-se necessário reconhecer que se lida com um termo que não possui significado definido ou substantivo, como demonstra Neves (1995):

Significa apenas o indício de um deslocamento sem conteúdo estabelecido. Mudança é predicado do sujeito. A alteração apontada exige a referência a um padrão, a um traço, a uma forma social, a um modo de produção, a uma constelação, a uma configuração, conforme as diversas unidades sociais valorizadas pelas diferenciadas perspectivas de interpretar o social. Exige uma especificação de tempo e de espaços sociais e a demonstração do caráter adquirido pelo que então emergiu (:52).

A pobreza de significado relacionado à mudança pode estar pautada à forma com que os pesquisadores têm lidado com tal tema. Em geral, mudança é vista como expressão de binômios como: tradição → inovação, continuidade → fluxo, entre outros. Tais sentidos atribuídos não levam em consideração que a mudança pode estar relacionada ao próprio conservadorismo ou pela manutenção da tradição. Em alguns casos, não está presa ao caráter inovador, tal como ressalta Neves (1995).

Diante de desacordos com relação ao entendimento da mudança social, faz-se necessária a apresentação de algumas perspectivas com relação ao tema. As discussões sistematizadas a seguir foram elaboradas por Neves (1995), sob perspectiva de resenha, contribuição reconhecidamente importante, especialmente para aqueles que tentam se construir pesquisadores na temática.

- Mudança entendida por causas gerais - sendo característica principal a importância da sociedade analisada em ultrapassar uma série de etapas para alcançar a inovação, tendo assim uma imagem de continuidade e fluxo. Tal perspectiva separa as sociedades ditas primitivas das sociedades modernas, em que



a última passou por etapas necessárias, ocorrendo assim uma mudança significativa para atingir o ápice;

- Equilíbrio e conflito - mudança vista como relativa ao equilíbrio e ao conflito da estrutura social. Esta relação está centrada em choques de valores referentes a uma determinada comunidade e, além disso, ao conflito gerador da mudança, cujo contrapondo é pensado pelo objetivo de alcançar o equilíbrio (novo equilíbrio);

- Indivíduo como figura central para a mudança – a interação entre os indivíduos tem como fator principal a mudança social, neste caso, o indivíduo possui capacidade para criar estratégias e mudar o quadro social.

Como ponto de encontro das diferentes perspectivas vistas anteriormente, pode ser caracterizado o caminho seguido por análises cujo percurso se pauta em movimento do presente para o passado, tendo como objetivo compreender as mudanças registradas ao longo do tempo. Este é, por exemplo, o caminho trilhado pelos agentes sociais que relatam suas experiências vividas. Entretanto, como salienta Neves (1995), tendo como base Bourdieu (1979): “Essa forma de apreensão é fundamental, mas ela não se basta. É preciso ultrapassar a visão dos informantes, de modo a não explicar a sociedade através de suas categorias e construir a interpretação sociológica ou antropológica (: 62).” É preciso que o pesquisador elabore uma questão sociológica para entendimento das mudanças apresentadas.

Além disso, o pesquisador também deve estar atento para não pensar mudanças vistas como revolucionárias ou percebidas como frutos do acaso. Pelo contrário, estas estiveram permeadas por pequenas mudanças no decorrer dos anos, o que só depois deflagrou em grande transformação social.

Como tentativa de refletir sobre os impasses das diversas correntes teóricas aqui destacadas para o entendimento da mudança social, é preciso que se abandone a ideia que o dinamismo só existe a partir de fatores externos, vertical, da estrutura do Estado e no tempo presente. No passado, nos fatores internos possuem dinamismo, muitas vezes não levados em consideração.

Implicações referentes à Mudança Social

Redimensionar o conflito ainda coloca problemas analíticos. Afinal, se a mudança social na região estudada é gritante e é apreendida por explicitação de



conflitos, sua compreensão deve estar assentada pelo estudo de processos e de alternativas de construção de interesses contrapostos.

A falência do Complexo Agrícola Baixa Grande é a explicitação máxima desses confrontos, podendo até ser pensada como a única saída ainda vantajosa dos usineiros. O processo falimentar não ocorreu por contraposição dos interesses dos trabalhadores, mas por disputas entre usineiros e agentes do estado e pela impositiva alteração de práticas das instituições estatais, num contexto de adesão ao modelo de capitalismo neoliberal, que criou outras formas de valorização do capital financeiro em detrimento das regras que repunham as condições de capitalização dos usineiros. Demonstrando um dos desdobramentos possíveis, quando o contexto de democratização da sociedade brasileira acenava para a retomada da política de reforma agrária e criava possibilidades de autorização dos trabalhadores rurais como demandantes de redistribuição fundiária, outras formas de construção de espaços geográficos-sociais foram possíveis, propiciando outro conjunto de transformações, agora pela inserção de outros agentes: políticos favoráveis à reforma agrária, assistência técnica para constituição de assentados, política creditícia para construção do assentado como produtor agrícola, padronização de residências concedidas mediante créditos especiais.

Portanto, a criação de um assentamento rural engendra e é engendrado pela entrada de novos agentes, tais ainda como funcionários do INCRA (Instituto Nacional de Colonização) e militantes do MST, posições referencias para a constituição de novas estruturas de poder e quadros institucionais de inserção ou de definição de princípios de afiliação ou pertencimentos sociais. Tudo isso ainda fez com que os sistemas de relações pessoais até então existentes sofressem modificações. Essas relações foram então permeadas por interesses para confirmação da vida social segundo projetos ou projeções próprias de organização social. O que está em jogo, nos processos que exprimem mudanças sociais são as configurações construídas mediante outras identidades sociais e princípios de afiliação e de reconhecimentos sociais.

O estudo do processo de mudança social se associa ao das condições de construção relacional de identidades sociais. Afirmando isso, tomando como base a compreensão de que, após a construção do assentamento, os que antes eram reconhecidos como trabalhadores agrícolas assalariados passaram a serem reconhecidos, pelos próprios agentes do Estado, como trabalhadores autônomos, acarretando mudança de construção de identidade social. Ainda me referencio para a afirmação acima



postulada, à definição de identidade elaborada por Dubar (2009), por melhor corresponder às alternativas de compreensão dos dados apreendidos em trabalho de campo:

... a identidade não é o que permanece necessariamente “idêntico” mas o resultado de uma “identificação” contingente. É o resultado de uma dupla operação linguageira: diferenciação e generalização. A primeira é aquela que visa a definir a diferença, o que constitui a singularidade de alguma coisa ou de alguém relativamente a alguém ou a alguma coisa diferente: a identidade é a diferença. A segunda é a que procura definir o ponto comum a uma classe de elementos todos diferentes de um mesmo outro: a identidade é o pertencimento comum. Essas duas operações estão na origem do *paradoxo* da identidade: o que há de único é compartilhado. Esse paradoxo só pode ser solucionado enquanto não se leva em conta o elemento comum às duas operações: a identificação de e para o outro. Não há, nessa perspectiva, identidade sem alteridade. As identidades, como as alteridades, variam historicamente e dependem de seu contexto de definição. (DUBAR, 2009: 13) (Grifos meus).

A aludida diferença é acentuada no contexto em que os “*ex-funcionários*” se percebem e investem para serem reconhecidos distintos dos “*de fora*” ou dos “*sem-terra*”. E estes, no sentido de mostrar a imprescindibilidade de seu papel político na organização política da reivindicação da terra, adotando procedimentos construídos pelo modelo de ocupação, forjado na luta daqueles que aderem aos princípios de organização do MST. Sem ocupação, advogam os qualificados de fora, não haveria desapropriação e programa de assentamento. Sem este agente ali desenraizado, mas construído por referências que não se pautavam na adesão às formas de dominação postas em prática pelos usineiros, os *ex-funcionários* da usina não haveriam se convertido em assentados. De qualquer forma, a ação conjunta dos dois agentes assim polarizados construiu o contorno dos processos em jogo, como destacam as trocas de saberes entre eles. Uns o saber ambiental, os processos históricos ali configurados. Os outros o aprendizado da rebeldia, da ruptura, da construção de si como agente da história e de seus projetos de sociedade. Estas contrapostas, mas complementares percepções do outro ainda são comungadas por aqueles que, à primeira vista, são levados a assumir a mesma identidade, mesmo que não se vejam como partes daquelas posições polarizadas. Refiro-me às relações entre os “*antigos funcionários*” que foram beneficiados pelo projeto de assentamento e os que não participaram de tal possibilidade, mas ali permaneceram reafirmando um mundo social em mudança e estabelecendo as relações de troca para consumo imediato dos produtos de subsistência que os assentados passaram a oferecer ou aos que, dotados de pequenos negócios, em



substituição à centralidade dos antigos fornecimentos de usinas, também, mediante a construção de relacionamentos pessoais, asseguram crédito para provisão nas vendas locais, como demonstra a expansão do comércio nessa economia de proximidade.

Considerações finais

É importante salientar, embora lugar comum na afirmação de todos os autores que se ocupam deste objeto de estudo, que as identidades não são fixas, elas podem ser ressignificadas ou manipuladas, segundo interesses diversos constituídos e em constituição relacional. Isso é claramente percebido no contexto de análise, uma vez que os antigos trabalhadores da usina usam tal identidade como forma de legitimar a permanência no local, mas principalmente se definiram como beneficiários que devem ser privilegiadamente atendidos por esta própria antiga inserção. Entretanto, quando concorrem a direitos relacionados ao assentamento, eles deixam de lado as diferenças e se irmanam como assentados, secundarizando ou mesmo subtraindo aquela distinção.

Outra perspectiva para entender processos de mudança social pode ser valorizada pela incorporação interpretativa dos princípios de afiliação, tal como descreve Geertz (1999) em estudo realizado nas aldeias balinesas:

Em um caso como esse, em que é necessário admitir que o entrecruzamento dos grupos sociais é extremo, o problema da integração, dos ajustamentos mútuos entre os grupos, é muito preeminente. Às vezes desencadeiam-se lutas abertas entre líderes de vários grupos sobre a questão de quem detém os direitos prioritários aos serviços dos membros (: 293).

Essa concepção de conflito, se por mim transportado para refletir sobre o estudo de caso em apreço, está marcado pelas disputas e contraposições afirmadas pelos detentores de conhecimentos necessários para o desenvolvimento do assentamento. Este pode ser caracterizado pela figura do presidente da associação dos moradores, que detém o conhecimento dos protocolos e meandros inerentes à construção de projetos para adquirir fundos para o desenvolvimento da atividade agrícola, porém não consegue plena aceitação entre os assentados. A principal forma de repulsa por ele enfrentada se deve ao fato deste não ser da região e, além disso, fazer parte da organização do acampamento como militante do MST. Neste ponto, ele nem sempre obtém ampla aceitação entre os antigos trabalhadores da usina.

A construção do assentamento pode ser melhor entendida pela perspectiva das múltiplas situações sociais que ali se conformam, sendo antes de tudo um campo de disputa, resultado e produtor de mudanças sociais, espaço de negociação



de uma série de conflitos e interferências internas e externas, contudo passível de acordos diante da busca da legitimação, procedimento constante ou mesmo inesgotável entre os assentados. A própria forma com que eles lidam com as identidades construídas e em construção são fatores atuantes nos processos de mudanças. Sem dúvida alguma, são esses conflitos que estão a alimentar outras formas de ser socialmente, percepções que serão posteriormente examinadas como mudanças, tanto pelos agentes diretos como por pesquisadores por vir. Isso impede de se fixar um perfil para os assentados, de se homogeneizar posições e tendências, razão pela qual venho elegendo os princípios de diferenciação dos assentados como objeto de estudo. Tais princípios de diferenciação sinalizam os múltiplos espaços de construção de poder e disputa pela consecução de interesses, também construídos situacionalmente, como são exemplares os anteriores trabalhadores de usina, hoje ex-funcionários de usina, posição existente apenas no contexto de construção do assentamento rural.

Referências bibliográficas

- BERGAMASCO, Sônia M^a. P. P; NORDER, Luiz A. C. Assentamentos e assentados no Estado de São Paulo: os debates e as categorias inerentes à constituição dos programas de reforma agrária. In.: NEVES, Delma P. (org.). **Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever”. In.: **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 1998. (pp.: 17-35).
- CRUZ, Rodrigo Pennutt da. **Marreca de Ponta à Cabeça**: estudo do processo de constituição do P.A. Che Guevara (Campos-RJ) a partir da diferenciação socioeconômica. Trabalho de monografia apresentado à Coordenação do curso de Graduação de Ciências Sociais/UFF. Niterói, julho de 2010.
- DUBAR, Claude. **A Crise das Identidades: a interpretação de uma mutação**. São Paulo: EdUSP, 2009.
- ELIAS, Nobert.; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.



LIMA, Graziela C. D. O “sujeito da reforma agrária” e a constituição de mediadores. In.: NEVES, Delma P. (org.). **Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

LUBATTI, Maria R. da Silva. **O Folclore na Vivência Atual de Açú, Marreca e Quixaba** (Campos, RJ). São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

MEDEIROS, Leonilde S; LEITE, Sérgio (et. al). Luta por terra e assentamento rural no estado do Rio de Janeiro. In.: -----; ----- (orgs.). **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Ed. Universidade UFRGS/CPDA, 1999.

NEVES, Delma Pessanha. Diferenciação sócio-econômica do campesinato. In **Revista Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS/Ed. Cortez, 1985: 220-241.

----- . **Por Trás dos Verdes Canaviais**. Niterói: EdUFF, 1989.

----- . Mudança Social: exorcizando fantasmas. In.: **Antropolítica**. Nº 1, jan/jun. 1995. (pp. 49-74).

----- . **Os Fornecedores de Cana e o Estado Intervencionista: estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana, no contexto de intervenção do Estado e da consolidação da interdependência entre agricultura e indústria, na região açucareira de Campos (RJ)**. Niterói: EdUFF, 1997a.

----- . **Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas**. Niterói: EDUFF, 1997b.

O’Dwyer, Eliane Cantarino. Carteira Assinada: “tradicionalismo do desespero”? In.: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, M^a Aparecida de M. (org). **Processos de Constiuição e Reprodução do Campesinato no Brasil**. Vol. 1. Coleção Formas Tuteladas de Condição Camponesa. Brasília: NEAD; São Paulo: Editora UNESP, 2008. (pp. 233-247).



GT 10 – Quadros institucionais de políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento

Nas Redes do Movimento de Organização Comunitária (MOC): um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Região Sisaleira da Bahia

Jaqueline da Luz Ferreira¹

Patrícia dos Santos Pinheiro²

¹ Bacharel em Ciências Sociais, mestre em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) e doutoranda em Ciências Sociais. Bolsista CNPq. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). *E-mail:* jaquelineluzferreira@gmail.com.

² Tecnóloga em Meio Ambiente, mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), doutoranda em Ciências Sociais. Bolsista CNPq. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). *E-mail:* patriciasantspinheiro@gmail.com.

Resumo

O presente artigo procura refletir sobre as redes associativas da Região Sisaleira, localizada no semiárido baiano, diante do complexo processo de operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tomando como ponto de partida as articulações mobilizadas pelo Movimento de Organizações Comunitárias (MOC), importante organização que atua junto a agricultores familiares na região desde a década de 60. Através dessas articulações, que resultam em um rico tecido organizativo, procura-se visualizar algumas das implicações do Programa para essas redes.

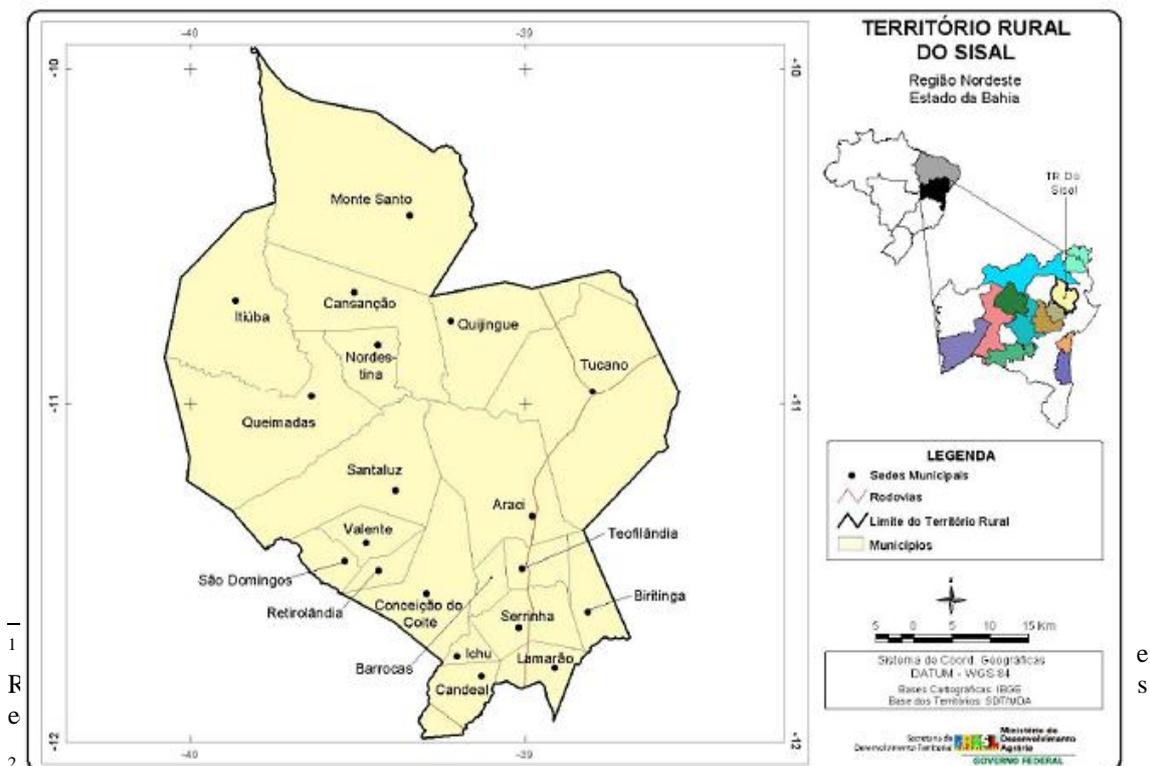
Palavras-chave: Políticas públicas, Sociedade Civil, Estado, PAA



Este artigo traz parte dos resultados da pesquisa *Políticas em rede: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas na Bahia e no Rio Grande do Sul* desenvolvida por grupos de pesquisa das universidades federais do estado do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul (UFRRJ e UFRGS)¹. O objetivo da referida pesquisa foi analisar as interações que se estabelecem entre atores da sociedade civil e agentes governamentais no processo de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos considerando contextos locais distintos e formas de operacionalização específicas (SCHMITT *et al.*, 2012).

O artigo, por sua vez, tem como proposta descrever e refletir sobre o papel das redes associativas do Território do Sisal no complexo processo de operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos. O território do Sisal se constitui como um dos campos da referida pesquisa, cuja parte dos resultados será apresentada nas próximas linhas. Considerando a crescente incorporação de organizações sociais na implementação de políticas e programas governamentais, nos coube olhar as estratégias destes atores para dar conta destas novas atribuições.

Segundo dados do Sistema de Informações Territoriais², 582.331 habitantes compõem a população total do Território do Sisal, distribuídos em vinte municípios (ver FIGURA 1). Neste Território, que possui IDH médio de 0,60, segundo os mesmos dados, há 58.238 agricultores familiares, com 2.482 famílias assentadas, duas





comunidades quilombolas e uma terra indígena.

FONTE: Sistema de Informações Territoriais (Disponível em: <<http://serv-sdt-1.mda.gov.br>>) *apud* Lima (2008).

Uma questão relevante para a região é o convívio com o semiárido, ecossistema caracterizado pela distribuição irregular da chuva, com longos períodos de estiagem e baixo índice pluviométrico em comparação com o restante do país e com a presença de vegetação de caatinga (CIRILO, 2008). Diante disso, algumas produções agropecuárias mais adaptadas às limitações climáticas estão presentes atualmente na região: o sisal, a pecuária e agricultura de subsistência (MOC, 2009). Porém, a forma como essas produções se desenvolvem assume estratégias e arranjos singulares, dado que a questão das limitações climáticas não é o único fator que influencia a configuração do Território.

Se por um lado a convivência com o semiárido é dificultada pelas condições de estímulo à exploração predatória dos elementos naturais enquanto modelo de agropecuária, por outro lado, os processos de marginalização das populações locais agravam esse quadro. Ao longo dos anos, a convivência com o semiárido torna-se uma questão mais grave devido às práticas assistencialistas e coronelistas historicamente adotadas pelos representantes políticos na região. Enfatiza-se a falta de acesso da grande maioria da população a direitos básicos, como educação de qualidade e infraestrutura, e também a dimensão moral de difusão de uma imagem de inviabilidade do convívio com o semiárido (BATISTA, s/d; MALVEZZI, 2007).

Apesar das dificuldades enfrentadas, muitos desses atores têm se destacado na formação de um rico tecido organizativo geograficamente descentralizado no âmbito do Território, no qual a agricultura familiar, predominante no perfil da região³, atua de maneira singular, tendo o associativismo e o cooperativismo como práticas importantes.

Concentram-se na Região Sisaleira diversas organizações e instituições vinculadas à agricultura familiar, tais como: associações de agricultores, cooperativas de produção e comercialização, cooperativas de crédito, sindicatos de trabalhadores rurais, organizações sindicais de caráter regional (polos sindicais), movimentos sociais, organizações não governamentais, como o Movimento de Organização Comunitária

³ Há um significativo número de pequenas propriedades no Sisal, muitas das quais se constituem de minifúndios e sem o título legal da terra. Freixo, Teixeira e Laranjeira lembram que em diversos casos o fracionamento das propriedades é tal que inviabiliza a reprodução social da família somente a partir da atividade agropecuária “e leva a um excedente de mão de obra, principalmente de jovens, o que contribui para o acirramento da pobreza” (FREIXO, TEIXEIRA & LARANJEIRA, 2007: 5).



(MOC) e a Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia (ARCO SERTÃO), e centrais de cooperativas, a exemplo da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e da Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semi-Árido da Bahia (FATRES). Também está presente o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Destaca-se ainda a atuação de diversos conselhos, estaduais e nacionais, e das igrejas, como exemplo, as pastorais vinculadas à Igreja Católica.

A referida pesquisa, para chegar até as organizações de agricultores que acessam o PAA contactou uma dessas organizações, o Movimento de Organização Comunitária – MOC. E por conta disso, adota-se como recurso analítico referir-se ao conjunto de atores que atuam em parceria com esta organização de *rede do MOC*⁴. Foi por meio dessa rede que a equipe de pesquisa pôde perceber alguns dos caminhos que a política pública passou para chegar até os agricultores e as comunidades do Território do Sisal.

O Movimento de Organização Comunitária surge como um braço da Igreja Católica em seu trabalho social ainda em 1967, com sede no município de Feira de Santana. O fundador foi o padre Albertino Carreiro, que na época fora indicado para trabalhar em uma paróquia que congregava os bairros mais pobres de Feira de Santana (ALBERTINO, 2007). Após ter participado de um treinamento em Desenvolvimento Comunitário promovido pela Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), Albertino Carreiro retorna a Feira de Santana (onde a sede do MOC permanece até hoje) e começa a desenvolver esta parceria no trabalho comunitário da Igreja, com o apoio de assessores da FASE, que também foi a responsável pelos primeiros recursos financeiros operados pela organização.

Na publicação *MOC na linha do tempo*, editada pelo próprio MOC, a década de 1960 é descrita como um momento de firmar um posicionamento diferenciado da Igreja frente a populações carentes. O desafio estava em mudar de uma postura confessional para uma postura ecumênica (MOC, 2007). Por sua vez, a entrada nas comunidades através da Igreja propiciou ao MOC capacidade de mobilização mesmo no período da ditadura. O trabalho de organização comunitária neste momento, embora incipiente, tentava discutir e resolver os problemas imediatos destas comunidades no

⁴ Temos o cuidado de esclarecer que não se quer aqui dizer que há centralização dos processos analisados em uma única entidade, trata-se apenas de dar ênfase a nossa forma de entrada em campo, diante de inúmeras possibilidades, e desenvolvimento da pesquisa.



sentido de fazer com que as pessoas passassem a se perceber como agentes da sociedade em que vivem (MOC, 2007).

A década de 70 é marcada pelo aumento da repressão do regime militar, assim como pela perseguição ao MOC dentro da Igreja. É neste momento que o MOC se torna uma entidade autônoma, não mais submetida à Igreja Católica, embora ainda trabalhando em parceria com as dioceses locais. É nesta época também que o MOC passa a trabalhar com mais ênfase com comunidades rurais, promovendo cursos, criando associações, cooperativas e aproximando-se dos sindicatos de trabalhadores rurais. O MOC atuou junto às pastorais rurais no sentido de promover uma visão crítica sobre o papel dos sindicatos, muitas vezes submetidos à política dos coronéis.

De acordo com esta publicação do MOC (2007), na década de 1980 se diferenciam e consolidam as linhas de ação da organização, nas quais as ações de educação popular ganham força, assim como a dimensão do comunitarismo, ou seja, apoio ao fortalecimento das comunidades em diversos aspectos (fomento a hortas, criatórios, roças, saúde, organização, etc). Aparecem também neste momento o debate e fomento de iniciativas com agricultura orgânica, a criação de fundos rotativos de apoio as unidades produtivas, o incentivo a organização das mulheres, a participação nos sindicatos e na mobilização em torno de lutas específicas (como o dos atingidos por barragens, por exemplo), e, com grande destaque, a luta por inserir direitos na nova constituição federal que se gestava naquele momento (MOC, 2007).

É no contexto da constituinte de 1988 que se tem abertura para a participação da sociedade civil na gestão pública, especialmente nos processos de definição dos marcos legais estaduais e municipais e posteriormente, na tentativa de fazer valer as conquistas sociais presentes nos textos constitucionais. Em documentos diversos, o MOC valoriza este momento como o início de uma série de ações de proposição aos poderes públicos (MOC, 2007; PAIXÃO, 2006). O início da década de 1990 para o MOC foi marcado, portanto, pela instrumentalização dos movimentos sociais locais a interferirem no poder público, prioritariamente na esfera municipal, seja por meio da participação na elaboração das leis orgânicas municipais, ou, posteriormente, na participação na elaboração das leis de diretrizes orçamentária e leis orçamentárias, ocupando os conselhos municipais.

Outra bandeira de luta da região que se destaca foi a busca de alternativas para a convivência com o semiárido. Neste momento aumentam também as parcerias entre MOC e governos no sentido de ampliar seu programa de educação do campo, em



especial na educação de jovens e adultos. Nesta mesma direção destaca-se também a forte inserção da organização na implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) na região, em parceria com o governo federal, em 1996, na. O MOC qualificou monitores para trabalhar junto às crianças e adolescentes retiradas do trabalho com o sisal, com ações de jornada ampliada nas escolas, como previa o Programa.

É interessante observar que neste momento a estratégia do MOC era contribuir para consolidar uma cultura da cidadania (PAIXÃO, 2006). Entretanto, segundo Paixão (2006), no fim da década de 1990, pode-se perceber que as ações do MOC passam da reivindicação e fiscalização política para a proposição e negociação de políticas públicas.

Olhando para os relatórios anuais do MOC e outras publicações, percebe-se uma reflexão da organização no que diz respeito a essa forma de atuação frente às políticas públicas, em um processo que envolve, segundo a organização, a visualização das políticas diante das demandas das comunidades locais, a representação em espaços nos quais as políticas são construídas e o estímulo à participação direta dessas comunidades junto às políticas, criando mecanismos para o seu acesso contínuo.

Há uma qualificação por parte do MOC do tipo de intervenção da organização nas políticas públicas, o que acaba tendo um caráter transversal nas ações de assessoria a grupos populares desenvolvidas pela organização. Por exemplo, colocada a necessidade de ocupar os espaços de proposição e elaboração de políticas públicas, traz-se também a importância em assessorar os grupos a sistematizarem suas práticas, para que consigam elaborar políticas, atendendo suas diferentes necessidades (MOC, 2009).

Como podemos perceber, o fortalecimento e institucionalização do MOC se dá no processo de redemocratização da sociedade brasileira, assim como aconteceu com diversas outras organizações sociais (SCHMITT *et al.*, 2012). Essa institucionalização, por sua vez, se faz cada vez mais próxima das ações públicas governamentais, em seus diversos níveis. Por um lado porque a própria organização procurou ocupar os espaços de reivindicação e proposição ao poder público, e por outro lado porque houve um reconhecimento por parte da sociedade e dos poderes públicos do papel desempenhado pelo MOC na região do semiárido baiano.

É interessante ressaltar que neste processo houve uma crescente e contínua inserção das políticas públicas governamentais nos próprios objetivos e linhas de ação do MOC, assim como cresceu o número de experiências em que a organização



implementou diretamente políticas públicas – como foi o caso do Programa PETI e atualmente o caso da política de assistência técnica e extensão rural.

Outro aspecto que muda significativamente nesse processo que podemos chamar de democratização das políticas públicas são as próprias formas de financiamento de organizações da sociedade civil, tais como o MOC. Tradicionalmente, boa parte dos recursos de financiamento das ações do MOC era oriunda da cooperação internacional, especialmente de países como a Holanda, Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá e Estados Unidos (MINIHUBER & BAPTISTA, 2009). De acordo com Minihumber e Baptista (2009), o final da década de 1990 assiste um processo gradual e irreversível de diminuição dessa fonte de recursos, e em contraposição, abrem-se dentro do país, especialmente no setor público, novas fontes de financiamento. Processo que faz com que a década de 2000 mostre uma configuração bem diferente da composição dos recursos da instituição, conforme mencionam os autores: “do total de recursos captados em 2006, por exemplo, 83% eram provenientes do poder público, enquanto a cooperação internacional correspondia a somente 10% e as empresas ou fundos privados a 6%” (MINIHUMBER & BAPTISTA, 2009: 4).

A preocupação colocada pelos autores neste texto institucional evidencia algumas consequências desta mudança para a organização, como a “falta de flexibilidade e dificuldade de financiar despesas institucionais, salários e encargos trabalhistas com fundos públicos, a susceptibilidade a mudanças na conjuntura política do país, entre outros fatores de risco” (MINIHUMBER & BAPTISTA, 2009: 4). Neste sentido, a dependência do financiamento público trouxe questões que antes não estavam no horizonte da organização. Os autores colocam ainda que ao perceber esta mudança nas fontes de financiamento, o MOC inicia estratégias de diversificação destes, sem, no entanto, deixar de lado as parcerias com o poder público.

No último relatório anual de atividades do MOC do ano de 2010, encontramos uma listagem de seus financiadores, na qual podemos perceber que o financiamento público continua tendo bastante peso nas finanças da organização, assim como podemos visualizar também a diminuição de recursos recebidos pela organização por parte da cooperação internacional:

Fontes de Recursos Locais/Nacionais	Fontes de Recursos do Exterior
APIMC	DISOP – Bélgica
Banco do Nordeste	HEIFER – Argentina
Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA	ICEP – Áustria
PETROBRAS	OMICRON – Áustria
PNUD/Ministério do Meio Ambiente	Pão para o mundo – Alemanha



SEBRAE	PFIZER - UNITED WAY – Estados Unidos
Secretaria de Educação da Bahia	ACTION AID
Secretaria de Políticas para as Mulheres	Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF
Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR	
Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza - SEDES	
Instituto Souza Cruz	

FONTE: Relatório Anual de Atividades do MOC – 2010 (MOC, 2010)

Essa preocupação exposta pelo MOC no que diz respeito a independência da organização em relação aos seus financiadores é bastante comum à organizações sociais sem fins lucrativos. Isso porque, para sobreviver, organizações como estas precisam estar constantemente buscando contribuições monetárias com governos, instituições do mercado e pessoas físicas. Assim como os financiadores privados (empresas, pessoas) e públicos (governos) buscam tais organizações para atingirem determinados objetivos, o que revela, na verdade, uma relação de interdependência. No caso dos governos, torna-se cada vez mais comum que se estabeleçam parcerias com organizações da sociedade civil nos processos de formulação e gestão de programas públicos (SCHIMITT *et. al.*, 2012).

A estratégia anunciada no documento do MOC de diversificação das fontes financiadoras, por exemplo, traz principalmente a preocupação de uma dependência exclusiva de governos. Parece, neste documento, central para a organização manter a independência de suas ações frente ao Estado. Sobre este aspecto, é interessante observar as análises de Giugni e Passy (1998) que entendem esta relação entre organizações da sociedade civil e Estado como processos que resultam, ao mesmo tempo, de iniciativas de ambos os atores. Se por um lado as organizações sociais procuram expandir os canais de acesso ao Estado como forma de alcançar seus objetivos políticos (seja acesso a mais recursos, formulação de leis, políticas, ou mesmo mudanças institucionais), por outro lado, os governos se deram conta de que as organizações sociais, por possuírem um histórico de atuação especializado em uma determinada área ou questão, possuem também informações valiosas para a ação pública, por isso a importância da atuação conjunta com estas organizações (GIUGNI & PASSY, 1998). Entretanto, Giugni e Passy (1998) destacam que esta relação que se estabelece a partir de então entre Estado e sociedade civil não se dá sem conflito, em especial, quando falamos de transferência de responsabilidades do Estado e suas



agências para organizações da sociedade civil, como ocorre com o Programa de Aquisição de Alimentos, como veremos mais adiante.

Também pensando sobre estes processos, Cohen e Arato (2000) reconhecem que a inclusão das organizações sociais nos processos administrativos do Estado (como a execução de uma política pública) resulta, de certa forma, em uma rotinização de suas ações. Entretanto, os autores entendem que isso não necessariamente significa que as organizações sociais abandonem as ações coletivas de massas, as associações de base, a criação do poder local, e a política orientada para a identidade. Para os autores a luta por maior controle sobre as ações do Estado constitui um tipo de ação pertinente aos atores coletivos contemporâneos, que a travam tendo consciência de suas possibilidades, como por exemplo, a oportunidade de reconformar as instituições e normas:

Os atores coletivos contemporâneos lutam conscientemente pelo poder, para construir novas identidades, para criar espaços democráticos tanto dentro da sociedade civil como do sistema de organização política, para a ação social autônoma e para reinterpretar as normas e reconformar as instituições (COHEN & ARATO, 2000: 572).

A experiência do MOC e seus parceiros é bem significativa no sentido que apontam Cohen e Arato (2000). Para o MOC, a forma de operacionalizar a política passa necessariamente por estratégias e arranjos locais, em que estão envolvidas as organizações da sociedade civil. Tais arranjos são parte da construção destas políticas públicas e as viabilizam, e quando não existem ou são mal conduzidos e definidos, estabelece-se uma barreira ao acesso dos grupos sociais às políticas públicas (MOC, 2009). Essas estratégias e arranjos locais dão a cara da ação dos atores locais/regionais (organizações) que se inserem nesta rede. Uma das suas características é o fortalecimento dos agricultores e suas organizações através, por exemplo, do fomento dado ao cooperativismo, comercialização e organização das mulheres.

O que estamos chamando aqui de rede do MOC diz respeito exatamente à forma de articulação de diversas organizações nas ações desenvolvidas pelo MOC. Com uma área de abrangência que inclui, além dos municípios do Território do Sisal, também os dos Territórios vizinhos, da Bacia do Jacuípe, do Piemonte da Diamantina e do Portal do Sertão, as organizações (cooperativas, associações, grupos produtivos, etc) destes municípios que são assessoradas pelo MOC passam a ter contato e fazer parte de uma rede articulada de organizações a nível regional, estadual, federal e internacional - tais como ONGs, universidades, agências estatais, fóruns de articulação social,



empresas públicas e privadas, movimentos sociais, sindicatos, cooperativas de crédito, assistência e comercialização, entre outras. Ou seja, os empreendimentos assessorados pelo MOC passam também a receber apoio de grande parte dos seus parceiros, passando a fazer parte de uma rede de organizações de assessoria, que envolvem o compartilhamento de experiências entre as organizações de agricultores. Assim, a atuação em rede constitui-se uma estratégia de ação do MOC, onde as políticas públicas governamentais acabam se inserindo para chegar até os agricultores da região.

É importante destacar também que algumas das organizações locais e regionais de relevante atuação hoje no Território do Sisal surgiram a partir do trabalho desenvolvido pelo MOC, diante das demandas geradas entre as comunidades, técnicos e lideranças. A ARCO SERTÃO e a COOPEREDE são exemplos⁵. Nesse sentido, podemos citar também que a estratégia de criar outras organizações que possam representar e dar conta das demandas dos agricultores da região também como uma estratégia de ação, um arranjo local, que em grande medida foi desenvolvido a partir do crescente fortalecimento das ações do MOC.

É no início da década de 2000 que o MOC começa a discutir a economia solidária e pensar formas de fomentar a produção e comercialização dos agricultores e agricultoras familiares do semiárido baiano. Neste primeiro momento, o próprio MOC busca capacitar sua equipe técnica para atuar segundo os princípios da economia solidária. É nesta época também que surge o Programa de Aquisição de Alimentos, que passa a fazer parte das ações do MOC, onde seus técnicos assumem o papel de mobilizar os empreendimentos de economia solidária por eles assessorados para acessar ao Programa.

De acordo com uma técnica do MOC entrevistada pela pesquisa, o primeiro empreendimento assessorado pelo MOC que acessou o Programa foi o Centro São João de Deus no município de Ichu, com um projeto de R\$40.000,00 envolvendo cerca de 30 agricultoras. Aos poucos a experiência foi compartilhada e outros empreendimentos passaram a participar do Programa, com a ajuda do MOC. A técnica entrevistada fala de uma resistência inicial dos agricultores devido ao caráter inovador e complexo do

⁵ A ARCO SERTÃO é uma associação formada por 30 empreendimentos solidários, em especial grupos de mulheres, dos Territórios Bacia do Jacuípe, Sisal e Portal do Sertão, com atuação direta com cerca de 2.500 agricultores familiares. Já a COOPEREDE foi fundada pela Rede de Produtoras da Bahia com o apoio do MOC em 2007, compreendendo 32 empreendimentos solidários em 17 municípios do interior do estado.



formato do Programa. Segundo seu relato, muitos agricultores não acreditavam na possibilidade de vender seus alimentos para o governo e posteriormente doá-los para as comunidades da região, operação necessária pela modalidade do Programa que é majoritariamente acessada na região, de Compra com Doação Simultânea.

A estratégia inicial do MOC, segundo esta técnica, foi potencializar as associações e cooperativas de agricultores já existentes, ao invés de criar novas. Na sua visão, o Programa acabou possibilitando a reestruturação de algumas cooperativas e associações que estavam paradas. Diante disso, o PAA passou a fazer parte das ações do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PFAF) do MOC.

O diálogo e aproximação dos agricultores que acessam o PAA com a comunidade local e os beneficiários do Programa também é um fator destacado por esta técnica:

Então assim, não só no acompanhamento, e não é só o empoderamento da parte financeira, mas na parte política e social. Então pessoas que estavam ali na comunidade, só na sua propriedade, hoje já têm uma relação na comunidade, e com outras comunidades, que o PAA tem um grande valor aí no controle social, né? Então, aquele grupo que se organizou tem que tá relacionado com o Conselho de Assistência Social, pra dar o laudo, tem que tá relacionado com a vigilância sanitária, tem que se relacionar também com outras comunidades para o recebimento dos produtos. (Técnica do PFAF do MOC, outubro de 2011).

Outro exemplo neste sentido é o relato de que muitas prefeituras passam a ter conhecimento do PAA a partir do trabalho realizado pelas organizações de agricultores proponentes de projetos, quando estas procuram a prefeitura para buscar laudos necessários para o acesso ao Programa. Nesse sentido, ela menciona a aproximação junto à prefeitura do município de Biritinga, onde atualmente há um grupo de produção que acessa o PAA, feita em função da demanda dessa organização, enquanto proponente, e mediada pelo MOC: “Olhe, em pleno 2011 uma política que já tem quase dez anos e Biritinga não sabia o que era isso, daí a gente teve que ir para o Conselho lá, teve que fazer toda a apresentação, o que era essa política, apresentar, falar do site pra eles (...)” (Técnica do PFAF do MOC, outubro de 2011).

Na própria rede de organizações de agricultores assessoradas pelo MOC e seus parceiros, a informação sobre o PAA também foi circulando na medida em que os empreendimentos foram acessando o Programa. Além do papel de divulgação do Programa pela própria CONAB, a atuação feita nesse sentido pelo MOC e por alguns de seus parceiros, como a ARCO SERTÃO e a COOPERREDE, contribuiu



significativamente para a ampliação do acesso ao Programa, visto que estes atores mobilizam um número significativo de organizações de agricultores, muitas vezes não acessíveis às agências estatais. É também a partir da inserção nesta rede que as organizações dos agricultores conseguem dialogar com a CONAB. Foram vários os relatos da intermediação do MOC no diálogo entre a organização proponente do PAA e a CONAB como fundamental para o andamento dos projetos, dado o fato de que sua posição de representante de várias organizações proponentes acaba por facilitar a comunicação e mesmo negociar a resolução de possíveis entraves.

Especificamente em relação ao PAA, o MOC trabalha diretamente no sentido de assessorar as organizações no acesso e desenvolvimento do Programa, assim como promovendo seminários sobre o tema, seja para avaliação ou para capacitação, bem como reuniões. Nesse sentido, a técnica do MOC, falando das entidades proponentes assessoradas, descreve esta estratégia de atuação em parceria com outras organizações de assessoria, a partir da troca de informações, experiências e outras formas de apoio:

(...) na Rede e na ARCO, nas atividades coletivas que a gente faz bimensalmente a gente trata do PAA, e então tem um nivelamento ali de informação, de conhecimento entre os empreendimentos, e na maioria dos empreendimentos que faz parte da Rede e da ARCO, quase todos, eu digo, praticamente todos os empreendimentos hoje já têm acesso a essa política (...) (Técnica do PFAF do MOC, outubro de 2011).

Mesmo reconhecendo uma demanda por assessoria de organizações de agricultores na região que vai além daqueles já atendidos, o esforço é de inseri-los nas redes já existentes, em especial através da ARCO SERTÃO e da COOPERREDE, com objetivo de estimular não somente o acesso a um mercado, mas também os processos de fortalecimento da organização comunitária, como relata a técnica do MOC: “(...) O empreendimento que tá fora dessas redes, a gente fala: ‘olha vocês vão ter um acompanhamento técnico, ao se filiar a alguma dessas redes que a gente faz o acompanhamento’ (...)”. Sobre essa importância da inserção nesta rede, uma liderança da COOPERREDE, traz o seguinte relato:

Eu acho que assim, a gente é um dos instrumentos fundamental, né, na questão das organizações, porque desde quando a gente tá trabalhando em grupos, em associação, com pessoas reunidas, eu acho que já é um pontapé inicial... Que imagina aí se não tem essas organizações como é que as coisas ia dar certo? (...) E desde lá do agricultor, até chegar na associação, a peça fundamental é o agricultor, porque se ele não produz, essas coisas não anda, né?...Então precisa ter a pessoa que arrasta a enxada lá, pra poder produzir, então as coisas não acontecem, e precisa também ter as entidades, as parceiras, como a gente já citou



aí, pra tá lá cobrando e buscando, então assim, eu acho, uma coisa sempre ligada a outra (liderança da COOPERREDE, outubro 2011).

Dessa forma, trabalhando em rede, há a possibilidade de assessorar, mesmo que de forma menos intensa, um maior número de organizações e tornam-se possíveis articulações que fortalecem mutuamente os grupos. É também a partir da inserção nesta rede que as organizações são apresentadas a outras políticas, como foi o caso do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), e projetos, como o apoio do Consulado de Mulheres⁶, e a criação de um fundo rotativo (de recurso monetário) entre estas organizações.

Porém, Schmitt *et al.* (2012) apontam que, ao mesmo tempo em que o PAA possibilita e estimula, a partir de um novo aporte em termos de recursos, as organizações a se estruturarem, também há uma reordenação na rotina destas mesmas organizações, que precisam se adaptar às demandas que surgem e aos custos de operacionalização do Programa. O aprendizado necessário para dominar os instrumentos de acesso à política é sempre relatado como difícil. Segundo as organizações de agricultores entrevistadas na pesquisa e o próprio MOC quem as assessora, a operacionalização dos projetos do PAA exige uma grande capacidade de planejamento da ação por parte das organizações, seja na gestão da qualidade e quantidade dos produtos a serem fornecidos, na gestão dos recursos e prestação de contas, na seleção das famílias beneficiadas, ou mesmo no momento da distribuição de alimentos.

Analisando essa relação entre sociedade civil e Estado em processos de gerenciamento de políticas públicas, Rosemblum e Lesch (2011) ressaltam mudanças no papel destas organizações da sociedade civil. Se antes estas organizações eram vistas apenas como representativas de grupos sociais, e como suporte para ações de caridade, agora a estas mesmas organizações, que assumem processos de implementação de programas públicos, são impostas regras de gerenciamento, prestação de contas, metas e resultados. Com isso, são substituídos os militantes e doadores por quadros profissionais atuando em funções especializadas (ROSEMBLUM E LESCH, 2011).

A partir da experiência de assessoria do MOC e sua rede de parceiros aos empreendimentos que acessam o PAA no território do sisal é possível afirmar que a

⁶O Consulado da Mulher é uma ação social da marca CONSUL voltada para mulheres de baixa renda com o objetivo de fomentar a geração de renda e melhoria de qualidade de vida de suas famílias, em especial através do oferecimento de capacitação e recursos para empreendimentos populares.



rede associativa presente anteriormente ao Programa foi crucial na implementação do mesmo na região do Sisal. É através desta rede que é potencializada a capacidade de mobilização de recursos e estratégias de ação para se inserir no PAA.

Por sua vez, a existência do Programa fortaleceu tais organizações, e em alguns casos reestruturou-as. A região desenvolveu maneiras específicas de acessar esta política e de superar muitas das dificuldades. A atuação dos empreendimentos articulados a uma rede extensa de parceiros (que chamamos aqui de rede do MOC), por exemplo, constitui-se uma estratégia de fortalecimento comunitário, que utiliza o PAA e outras políticas que apóiem especificamente a agricultura familiar como ferramentas para consolidar sua organização e comunidade.

Para fins conclusivos podemos afirmar que o PAA possibilita o acesso a recursos e parcerias que por sua vez permitem que as organizações proponentes qualifiquem ou ampliem sua atuação, seja com a construção de estruturas físicas, seja com a formação de contatos estratégicos. Porém, a dificuldade de adaptação às regras trazidas pelo Programa também é um dos pontos enfatizados pelas organizações que o acessam. Para as associações de agricultores e cooperativas, muitas das quais ainda estão em busca da sua consolidação enquanto grupos produtivos é um grande desafio se adequar às exigências do ponto de vista legal, que envolvem códigos com os quais os agricultores não tinham proximidade antes do PAA, situação relatada também em outros locais que a pesquisa visitou (SCHMITT *et. al.*, 2012). Diante disso, cabe-nos dar maior atenção às redes de assessoria que apóiam as diferentes iniciativas da agricultura familiar, principalmente no que diz respeito ao acesso às políticas públicas, que significa também o acesso a outro universo de práticas e significados.

Referências bibliográficas:

ALBERTINO, Carneiro. Testemunho de Albertino Carneiro, fundador do MOC. IN: MOC, Movimento de Organização Comunitária. *O MOC na linha do tempo*: MOC 40 anos. Feira de Santana, 2007.

BAPTISTA, Naidison. *A ASA e a mobilização social no no Semi-árido*. Disponível em <http://www2.mre.gov.br/aspa/semiario/data/naidison_baptista.htm>. Acesso em 09 dez 2011.

CIRILO, José Almir. Políticas públicas de recursos hídricos para o semi-árido. *Estudos Avançados*. 2008, vol. 22, n. 63, pp. 61-82. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 dez 2011.

COHEN, J. L. e ARATO, A. Los Movimientos sociales e la sociedad civil. In: *Sociedade Civil y Teoria Política*. Mexico: Fondo de Cultura Económica. 2000. FREIXO, Alessandra Alexandre; TEIXEIRA, Ana Maria Freitas; LARANJEIRA,



Denise Helena Pereira. Entre a valentia do boi e as fibras do sisal: transformações da ruralidade na Região Sisaleira da Bahia. In: Encontro Anual da ANPOCS, 31., 2007, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG: ANPOCS, 2007.

GIUGNI, Marco G.; PASSY, Florence. Contentious politics in complex societies: new social movements between conflict and cooperation. In: GIUGNI, Marco; McADAM, Doug; TILLY, Charles (eds.). *From contention to democracy*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998.

MALVEZZI, Roberto. *Semi-árido-uma visão holística*. Brasília:CONFEA, 2007. 140p.

MINIHUBER, Klaus; BAPTISTA, Naidison. *A experiência de capacitação de recursos do Movimento de Organização Comunitária (MOC): parceria com empresas e doação de recursos por pessoas físicas*. In: Seminário Sustentabilidade e Mobilização de Recursos para os OSCs. Uma Visão Político-Estratégica para o Desenvolvimento do Nordeste. Recife, 2009.

MOC - Movimento de Organização Comunitária. *O MOC na linha do tempo*. MOC 40 anos. Feira de Santana, 2007.

_____. Políticas Públicas: Intervenção na Construção e Acesso. *Relatório Anual de Atividades 2009*. Feira de Santana - BA, 2009.

_____. A contribuição do MOC para a convivência com o Semi-árido. *Relatório Anual de Atividades 2010*. Feira de Santana - BA, 2010.

PAIXÃO, Clodoaldo Almeida da. *A trajetória de Políticas Públicas no MOC*. 2006. Disponível em: <http://www.moc.org.br/artigos/23-05-2007_16_11_59.pdf>, acesso em 21/12/2011.

ROSENBLUM, Nancy L.; LESCH, Charles H. T.. Civil Society and Government. In: EDWARDS, Michael (ed.). *The Oxford Handbook of Civil Society*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

SCHMITT, C. et. al. *Relatório de Pesquisa*. Políticas em rede: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas na Bahia e no Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, 2012.



GT 10 – Quadros institucionais de políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento

O modo de vida camponês e as normas da política pública para a agricultura familiar: confrontos de racionalidades

Mariza Souza Dias¹

Dinalva Donizete Ribeiro²

1 Geógrafa/Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia/Universidade Federal de Goiás - Campus Jataí, E-mail: mariza_dias@yahoo.com.br

2 Doutora/Professora Adjunto/Universidade Federal de Goiás, E-mail: dinalvadr@gmail.com

Resumo

O presente artigo consiste numa reflexão sobre as conseqüências das normas e regimentos instituídos no processo de implantação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), em assentamentos rurais do Sudoeste de Goiás, especificamente nos municípios de Jataí e Perolândia. Estes programas de produção reorganizam parte das atividades produtivas e sociais das famílias camponesas, uma vez que impõe a readequação do uso do tempo, das formas de trabalho, o entendimento de processos burocráticos e o aumento da exploração dos recursos naturais do assentamento. Todavia, as famílias ao se orientarem produtiva e socialmente pelo modo de vida camponês, acessam os programas, os tomam para si e se integram, bem como os desenvolvem, na perspectiva deste modo de vida, contestando as normas e regras impostas nesta parceria. Por isso, a integração gera tensões e disputas entre as instituições e as famílias, que buscam sua participação como sujeitas neste processo.

Palavras-chave: PAA e PNPB; Modo de vida camponês; Autonomia; Estratégias produtivas



Introdução

O presente trabalho consiste numa reflexão a cerca das conseqüências geradas pelas normas e regimentos dos programas de produção oriundos da política pública para a Agricultura Familiar, impostas às famílias de assentamentos que se orientam pela lógica de reprodução do modo de vida camponês.

Desse modo, o objetivo central deste artigo é apresentar e analisar os conflitos, as tensões e as disputas entre as famílias camponesas, dos assentamentos rurais pesquisados nos municípios de Jataí e Perolândia, as instituições proponentes e as normas do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

O município de Jataí possui cinco assentamentos: Gurita, Rio Claro, Guadalupe, Terra e Liberdade (Três T), Santa Rita e Rio Paraíso, sendo que este último é composto, quase que exclusivamente, por compradores de lotes. Estes assentamentos possuem, juntos, 417 famílias. No município de Perolândia encontram-se os assentamentos Três Pontes e Lagoa do Bonfim, possuindo, juntos, 104 famílias.

Nestes municípios, no ano de 2011, 215 famílias participam do PNPB e 100 famílias participam do PAA. Sendo que, destas famílias, no mínimo 80% são assentadas. Logo, estes dois programas estão se tornando uma fonte importante de integração, de produção e de renda dentro dos assentamentos.

Para identificar as tensões e as disputas de racionalidades e de interesses dos sujeitos envolvidos, entrevistou-se 10% das famílias envolvidas com os dois programas, dos assentamentos Rio Claro, Santa Rita, Guadalupe, Terra e Liberdade, Lagoa do Bonfim e Três Pontes, em novembro de 2010 e nos meses fevereiro e março de 2011. Foram realizadas entrevistas por meio de visitas às famílias nos assentamentos e na Feira da Agricultura Familiar do município de Jataí, que foi extinta em abril de 2011.

Acompanhou-se a divulgação da implantação do PAA em Jataí, por meio de entrevista realizada com a assistente social responsável pelo PAA neste município, com o objetivo de identificar os principais problemas decorrentes da parceria das famílias assentadas com o programa. Os dados e as análises sobre o PNPB se referem às informações passadas pelas famílias que se envolveram no programa.

Teórica e ideologicamente, o desenvolvimento proposto por esta política se enquadra nos processos e ações balizadas pelo paradigma do capitalismo agrário, em



que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura passaria pela integração total das famílias camponesas ao mercado e, por este meio, seriam solucionados os problemas econômicos e sociais do campo.

Dessa forma, as famílias camponesas se adequariam ao mercado e ao desenvolvimento do capitalismo, compondo com a estrutura dos meios de produção e das relações de trabalho deste sistema. Ou seja, os camponeses integrar-se-iam plenamente às estruturas sociais de mercado, transformando não só a base técnica dos agricultores, mas, sobretudo o círculo social em que se reproduzem, os metamorfoseando numa nova categoria social: de camponeses passariam a agricultores profissionais (agricultores familiares) (ABRAMOVAY, 1992).

O PAA e o PNPB foram implantados, respectivamente, no ano de 2003 e 2005 e são direcionados justamente aos Agricultores Familiares e/ou aos Empreendedores Familiares Rurais, conforme a classificação feita na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006). O desenvolvimento destes programas precede o enquadramento das famílias camponesas numa nova categoria de classificação, que pressupõe a desvinculação das formas arcaicas de produção concebidas no processo produtivo camponês, dando ênfase à produção coordenada pelo capital com a participação do Estado.

Para tal, foi implantada no Brasil, a partir de 1995, a política pública para/da Agricultura Familiar que dispõem leis e estratégias para o desenvolvimento de ações em que o Estado e o capital possam controlar.

Como o sistema capitalista é contraditório e conflituoso, busca-se fazer um contraponto entre as ações e as estratégias dos programas em questão, quando da sua implantação, às famílias que são classificadas como Agricultores Familiares pela política pública, mas que em essência se reproduzem norteadas pelo modo de vida camponês.

Admite-se o campesinato como classe que se faz dentro e, no capitalismo, de forma contraditória. No qual o sistema de produção capitalista fornece às famílias camponesas meios de se reproduzir, ao mesmo tempo em que se apropria da renda camponesa (OLIVEIRA, 2007).

As famílias camponesas, ao se reproduzirem por meio de relações de produção não-capitalistas, orientam-se por preceitos e desejos que fogem à racionalidade



capitalista. Onde a integração, parcial ou total ao mercado, significa diferentes formas de subordinação do campesinato ao capital (FERNANDES, 2008).

A cultura camponesa não é avessa às mudanças da base técnica, porém o modo de vida camponês é quem orienta a relação produtiva das famílias com a terra de trabalho, a reprodução da família por meio do trabalho e a autonomia do espaço e do tempo da produção no sítio camponês.

Dessa forma, qualquer proposta de produção, que venha de encontro à racionalidade camponesa, como a participação das famílias nos programas supracitados é conflituosa, geradora de tensões e disputas. Todavia, as famílias camponesas possuem mecanismos para readequar as estratégias produtivas, de acordo com os seus interesses, da mesma forma que se adaptam às normas impostas pelos programas.

Este é um processo recheado de tensões e disputas. Está em jogo, para as famílias camponesas, a possibilidade da produção e da renda, da representatividade política, do domínio do território e da reprodução social e econômica. E por parte do Estado, a viabilidade da própria política, bem como para o sistema de produção que, por meio dos programas, pode controlar o território.

Entender como esse processo ocorre, bem como quais são os conflitos derivados da parceria nos programas, são necessários para compreender e avaliar as formas de exploração e de expropriação capitalista e da resistência do modo de vida camponês.

O PAA proporciona condições de reprodução camponesa, por meio do estímulo da produção de alimentos, mas produz tensões às famílias no seu processo de implantação, pois exige adequações burocráticas e de logísticas que não fazem parte do cotidiano das famílias.

Já o PNPB é realizado por meio da articulação de uma cooperativa de agricultores, empresas compradoras de grãos e assistência técnica privada. No processo de implantação deste programa, cada agente mediador procura estabelecer as normas e regras de acordo com a necessidade burocrática e estratégica necessária à produção, de soja no caso e, por isso, está em constantes tensões com as famílias camponesas. Este programa legitima uma forma escamoteada do arrendamento da terra em assentamento, daí ser apontado como a expressão máxima da legitimação por parte do Estado da exploração capitalista no território camponês.

Contestações e readequações camponesas das normas do PAA e PNPB



Os programas de compra garantida proporcionam a inserção das famílias assentadas no mercado de alimentos, com o PAA, e da produção da soja, no caso do PNPB. Entretanto, várias são as intenções e os conflitos que o processo de implantação gera.

Conforme Mazzeto Silva (2006), primeiramente, para pensar políticas públicas ao desenvolvimento do rural no Brasil seria preciso pensar sobre o projeto de sociedade que se pretende viabilizar. O autor afirma que os órgãos e os programas criados a partir da política pública da Agricultura Familiar devem gerar uma série de iniciativas que procurem apoiar em âmbito local e regional a implementação e o desenvolvimento de experiências alternativas junto aos agricultores baseadas em valores, princípios, enfoques, métodos e propostas produtivas que façam do campesinato o sujeito central de um novo modelo de desenvolvimento do Brasil.

Todavia, estes programas refletem, em maior ou menos escala, o desenvolvimento da reprodução do sistema capitalista, uma vez que impõem formas produtivas que se adequam ao mercado e não há realidade e ao modo de vida camponês. Contraditoriamente, para Marques (2004), os camponeses também disputam o espaço público, politizam a vida cotidiana e intentam aprender as regras do jogo da política, para mudar de posição social e buscar caminhos para romper com a condição de subalternos.

No centro dessas mudanças, está uma utopia social que alimenta as resistências e o papel protagonista desses novos agentes, na negação da universalização das relações mercantis, ao atrair a atenção sobre esferas da vida que não aceitam estar submetidas ao mundo do mercado. Desse modo, as famílias camponesas buscam readequar as normas burocráticas e produtivas, as passíveis de reorganização, impondo a lógica do trabalho e do tempo autônomo camponês, onde elas passam a decidir o que, quando e como serão cultivados os alimentos destinados ao programa.

Primeiramente serão apresentados os resultados e discussões sobre o PAA e posteriormente sobre o PNPB. Esta investigação é resultado preliminar da pesquisa da primeira autora desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí. A figura 1 apresenta o mapa com a localização dos assentamentos.

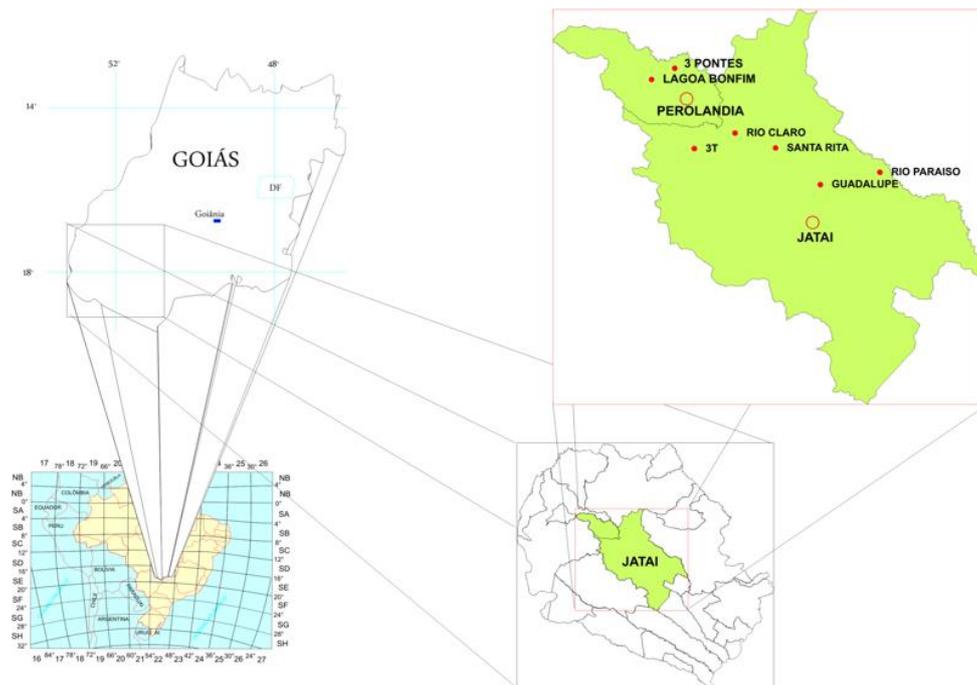


Figura 1 – Localização dos Projetos de Assentamentos nos municípios de Jataí e Perolândia.
Fonte: DIAS, Mariza Souza (2011)

Confrontos e benefícios do PAA para famílias camponesas

O PAA surgiu no âmbito das políticas do Programa fome Zero, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e por isso é um programa de caráter assistencialista. Na execução deste programa, surgem vários objetivos e tensões, pois envolvem o poder público, entidades e famílias, cada qual com sua expectativa e anseios.

O município de Jataí desenvolve o PAA Municipal desde o ano de 2008, o qual foi analisado para a construção deste artigo. O PAA é efetivado pela modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), por meio da Secretaria da Assistência Social do município, que elaborou o projeto e contratou uma assistente social para gerenciar o programa, bem como um funcionário para comandar o recebimento e a entrega dos alimentos. Os alimentos são adquiridos das famílias camponesas e são distribuídos à creches, asilos, hospitais, instituições públicas, escolas, abrigos, entre outros.

A expectativa da Secretaria da Assistência Social era diminuir gastos com gêneros alimentícios destinados às entidades que não possuem orçamento próprio para alimentação, uma vez que a responsabilidade pelo pagamento da produção às famílias camponesas é da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o que desonera os cofres municipais.



No PAA há uma lógica diferenciada de estratégia da compra. Os funcionários da secretaria responsáveis pelo PAA precisam conferir a qualidade e pesar todos os alimentos, produzir relatórios, separar e entregar os alimentos às entidades. São várias etapas que colocam o poder público no controle do programa e exige dele, como o transporte dos alimentos dos assentamentos para a cidade, um comprometimento e muito trabalho para que o programa seja viabilizado.

As famílias camponesas dos assentamentos são co-responsáveis nas etapas de efetivação do programa. Elas precisam cumprir com o cronograma de produção e de entrega, manter a qualidade e apresentar os alimentos no mesmo padrão que é exigido pelo comércio, controlar os relatórios de recebimentos, emitirem as notas fiscais referentes aos seus produtos entregues, ter conta bancária para poder receber o recurso.

As regras são impostas principalmente no que tange à apresentação dos alimentos pelas famílias. Estes devem seguir um padrão de qualidade, como alimentos saudáveis, limpos, embalados individualmente ou em quilos, de preferência descascados, como no caso do milho. Todas estas regras devem ser cumpridas, sob pena de devolução do alimento.

No entanto, a despeito de a relação com o mercado colocar as famílias camponesas diante de trocas econômicas desequilibradas, também os transforma em atores políticos reconhecidos e os referencia a outros valores e concepções de mundo. Para Neves (1999) a relação com o mercado, longe de poder ser apenas vista pelo aspecto da subordinação e da estratégia de minimização dos efeitos perversos, deve ser lida como fator importante na constituição econômica e política dos assentados.

Dessa forma, o PAA enquanto um mercado diferenciado, também significa um importante fator na economia e na representação política das famílias camponesas. A produção possibilita as condições concretas de reprodução física e social das famílias, especialmente de assentamentos, além de demarcar o reconhecimento político deste produtor agrícola mercantil como agente econômico. Por isso, programas e políticas públicas que incentivem a produção são valorizados pelas famílias camponesas.

Participam do PAA em Jataí, no ano de 2011, cem famílias, sendo que vinte e nove são produtoras individuais, sete da Associação São Domingos e sessenta e quatro são de assentamentos, a saber: treze do Rio Claro, nove do Terra e Liberdade, sete do Guadalupe, nove do Rio Paraíso, onze do Santa Rita, oito do Gurita e sete são dos PA



Três Pontes e Lagoa do Bonfim, sendo estes dois últimos localizados no município de Perolândia.

O projeto do PAA que foi implantado para 2011 e 2012 em Jataí fornece às famílias uma cota de R\$ 4.500,00 por ano, para cada família, sendo que o valor total de programa é de R\$ 900.000,00. Jataí é o único município do estado de Goiás que desenvolve o PAA na modalidade municipal, no qual o município elabora, gerencia e executa o programa.

Dessa forma, o poder público municipal de Jataí teve, primeiramente, o poder de definir a quantidade de famílias de cada assentamento e de cada comunidade que poderia participar do programa, o que excluiu muitas famílias camponesas, que questionaram a desigualdade de oportunidade.

Por outro lado, ter um órgão externo que gerencie o programa é interessante, pois desonera as famílias da obrigação de fazer a contabilidade exigida pelo mesmo. Pois, os trâmites burocráticos, juntamente com a logística de entrega dos alimentos, são os pontos de estrangulamento deste programa. Isso ocorreu em Perolândia, quando a Associação do Assentamento Três Pontes deixou de renovar o PAA que havia sido gerenciado por ela no ano de 2009.

Ainda em relação à burocracia, para receber o valor dos alimentos entregues, as famílias devem emitir as notas fiscais em seu nome e pagar pela nota e pelo imposto, que chega a 17% do valor total das mercadorias. Na visão das famílias, pagar pelo imposto e pelas notas se configura em uma forma de exploração, que diminui a renda dos alimentos.

Movimentar notas fiscais e pagar impostos não é uma estratégia comumente usada na produção e comercialização camponesa, mas quando a necessidade se faz presente, as famílias procuram se adequar às normas. Entretanto, muitas ficam sem receber por que esquecem o prazo para emissão da nota, que é até o quinto dia útil de cada mês ou não podem vir à cidade ou, ainda, porque preferem esperar, pois, assim economizam o recurso da via da nota fiscal.

Quando do lançamento do programa no ano de 2011 em Jataí, a Secretaria da Assistência Social distribuiu faixas pela cidade, no intuito de divulgar o programa. A iniciativa é interessante, pois apresentaram as famílias camponesas como produtoras de alimentos para o município. Mas, ao mesmo tempo, atrela a promoção do programa ao governo municipal, reforçando a dependência a uma determinada gestão.



A maior dificuldade das famílias camponesas com este programa é a morosidade. As reuniões para definição dos participantes se iniciaram em setembro de 2010, mas o programa só foi efetivado em março de 2011. O atraso do programa é um ponto crítico. A Secretaria da Assistência Social divulgou que as entregas seriam iniciadas a partir de janeiro de 2011. De posse dessa informação, muitas famílias começaram a produzir os alimentos em novembro, para janeiro estarem no ponto ideal de colheita.

Entretanto, o tempo burocrático de aprovação e implantação do programa fez com que o recurso fosse liberado apenas em março, quando se iniciaram as entregas. As famílias relatam que perderam alimentos e investimentos, pois haviam comprados sementes e insumos para adiantar o plantio.

Percebe-se que as famílias possuem a capacidade de produzir em conformidade com o cronograma exigido pelo programa e assim o fazem também para o mercado, quando da produção de excedente destinado à venda. Neste caso, ao confiarem no cronograma do programa, tiveram prejuízos.

As famílias usaram de um momento de confraternização, proporcionado pela prefeitura de Jataí, para demonstrar sua preocupação com o comprometimento por parte do poder público, argumentando e questionado se as entregas transcorreriam realmente dentro do prazo. Pois não poderiam perder mais alimentos, que custam caro para serem produzidos.

No caso deste tipo de programa, as conseqüências da dependência das famílias em relação às prefeituras e secretarias locais são imprevisíveis, porque variam conforme contextos. Os efeitos podem ser desastrosos, se a relação de reconhecimento não se torna politicamente possível. No caso estudado, a prefeitura de Jataí vem cumprindo com as proposições feitas do início do programa e reconhece as famílias como sujeitas do processo. É preciso acompanhar o desenrolar deste processo, uma vez que as tensões também ocorrem na execução do programa.

Disputa dos recursos e do território entre o PNPB e as famílias camponesas

No caso do PNPB, vale considerar que este envolve agentes e mediadores de várias instâncias, como cooperativas, empresas privadas compradoras de grãos e de comércio de insumos, Estado e sindicatos. Este programa foi implantado em 2005, por



meio do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) em parceria com o MDA, que tem como objetivo incentivar a produção sustentável do biocombustível, inserindo mais uma componente renovável na matriz energética nacional, ao mesmo tempo em que se reduz a dependência das importações de petróleo (PNPB, 2011).

Os objetivos do programa são ainda mais audaciosos e vislumbram a inclusão social e o desenvolvimento regional, promovendo a geração de emprego e renda. Para atingir esse objetivo, o governo buscou incentivar o plantio de oleaginosas pela agricultura familiar, através de mecanismos diretos e indiretos incluídos no PNPB.

Os mecanismos diretos envolvem a concessão de crédito aos agricultores familiares através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Aqueles que quiserem fazer parte da cadeia de produção do biodiesel poderão contar com uma linha de crédito adicional do PRONAF para o cultivo de oleaginosas. Os mecanismos indiretos ocorrem no âmbito do Selo Combustível Social (SCS), que garante benefícios fiscais para os produtores de biodiesel que adquirirem oleaginosas plantadas pela agricultura familiar a serem utilizadas como matéria-prima na produção de biodiesel, permitindo, ainda, sua participação nos leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) (PNPB, 2011).

Em Goiás, atualmente são cerca de 1.700 agricultores familiares trabalhando para a produção do biodiesel. Mais de 90% plantam soja. Conforme dados da Cooperativa Mista do Vale do Rio Doce (COPARPA), são aproximadamente 500 famílias na microrregião Sudoeste de Goiás produzindo soja destinada para o PNPB na safra 2010/2011. Esta cooperativa faz a parceira com três empresas, a Caramuru, Granol e a Brasil Ecodiesel, as quais compram a produção dos agricultores familiares da região.

A implantação do PNPB nos assentamentos pesquisados foi realizada pela Caramuru e pela COPARPA. Em Jataí apenas os assentamentos Rio Paraíso e Guadalupe produziram soja em parceria com o PNPB na safra 2010/2011. As famílias do assentamento Rio Claro iniciarão a parceria na safra de 2011/12. Já as famílias dos assentamentos Santa Rita, Terra e Liberdade não participam do programa. Em Perolândia, vinte e uma famílias do assentamento Três Pontes produziram em parceria com o PNPB na safra 2010/2011 e as famílias do assentamento Lagoa do Bonfim produzem soja, mas de forma individual e particular, que não está atrelada ao programa.

As famílias pesquisadas dos assentamentos Guadalupe, Rio Claro e Três Pontes, apontaram que a intenção em participar do programa se faz no sentido de obter uma



nova fonte de renda da terra, que seria usada, principalmente, para pagamento de empréstimos já vencidos, principalmente o PRONAF.

A motivação para entrar neste programa também se deu pela possibilidade de fertilização das terras, por meio do cultivo da soja. De acordo com as famílias, se o programa não fornecer renda significativa, ao menos poderiam recuperar a pastagem ou mesmo cultivar outros alimentos a partir do investimento e dos tratos culturais realizados nos lotes.

Dessa forma, a intenção da produção camponesa conflitua com a intenção da reprodução dessa cultura. Tanto que a estratégia usada pela empresa parceira, no caso a Caramuru, é deixar claro que só a partir do terceiro ano de cultivo a soja começa a responder produtivamente. Assim, induz as famílias a experimentar a produção da soja, por no mínimo três anos, esperando o lucro prometido.

O cultivo da soja em Jataí e em Perolândia, que é uma região com tradição na produção de grãos, coopta não apenas pela renda prometida, mas também pelo *status* que a produção de soja subjetivamente fornece, pois ser plantador de soja nessa região é sinônimo de riqueza. Como estratégias de divulgação do programa são distribuídas às famílias bonés, camisetas, canetas da empresa, no intuito de torná-las divulgadoras do programa e, por conseqüência, da empresa.

Entretanto, a maioria das famílias dos assentamentos Rio Claro, Três Pontes, Guadalupe, Lagoa do Bonfim já cultivaram soja em sistema de parceria ou arrendamentos com vizinhos no assentamento ou mesmo com terceiros. Ou seja, a soja não é uma novidade, tampouco proporcionou riqueza para elas, antes, é mais uma necessidade de produzir e obter renda para a manutenção da família, uma vez que não têm recursos para investir em outra atividade.

De toda forma, a parceria com a Caramuru via PNPB, em comparação com o arrendamento, rende cerca de 50% a mais do que o arrendamento para terceiros. Todavia, o arrendamento é uma prática ilegal e se constitui como um problema dentro dos assentamentos.

Para se produzir a soja a COPARPA fornece o crédito, mesmo àquelas famílias que estão endividadas, com o qual se adquire os insumos. Este investimento é realizado pela cooperativa para garantir a produção da soja, que ainda se responsabiliza e assegura a entrega da soja contratada à empresa. Por isso mesmo, ela retém 5% do valor do contrato de produção de cada família como um seguro, caso haja alguma intempérie ou



alguma família desista do programa. Faz parte também do pacote, a assistência técnica e a compra da soja.

Estes “benefícios” que são colocados para as famílias camponesas são formas de sujeição da terra ao agronegócio, pois as formas de produção, desde a compra dos insumos até os descontos referentes ao que será pago às famílias, são controlados pelo sistema da produção de *commodity*. Não há liberdade na escolha dos insumos, da assistência técnica, da venda, do preço e dos descontos efetivados. As famílias ficam a mercê do agronegócio, que em comparação com o PAA é bem menos lucrativo. Mas este é um assunto para outra discussão.

As tensões das famílias com a empresa e a cooperativa parceiras no programa ocorreram inicialmente pelos procedimentos burocráticos demandados e resultantes do programa. Relatos apontam para o constrangimento que as famílias passaram ao assinar os papéis do contrato sem saber, com certeza, se as cláusulas estavam adequadas ao combinado. As famílias não receberam nenhuma cópia do contrato que fora assinado por elas e até o presente as aguardam.

O cultivo da soja exige a aplicação de tecnologias e de estratégias que fogem à lógica e ao controle camponês. Um exemplo disso é que as famílias não sabiam como e quando usar o adubo e venenos nas suas lavouras de soja. Os insumos foram comprados em conjunto e não houve a separação de quantidades para cada lavoura, o que, por um lado, é mais vantajoso, pois diminui a perda de insumos. Mas, por outro, reduz a autonomia das famílias no manuseio do seu material.

A compra em conjunto também gerou tensões, pois, como as famílias iriam saber se estavam mesmo usando toda a quantidade de insumos na sua lavoura? Quem controlaria o uso do restante destes insumos, caso sobrassem? Todos estes questionamentos têm sido feitos e geram desconfiança entre as próprias famílias, uma vez que somente o grupo responsável pelo trabalho com o maquinário é quem gerencia o gasto dos insumos. Estes fatores fragilizam as relações entre as famílias, desagregando e criando conflitos internos.

Da mesma forma, houve erros na medição da área de plantio da soja pelos técnicos da cooperativa, em lotes de três famílias. A área demarcada para o plantio era menor que área estabelecida no contrato. Ou seja, as famílias pagaram por insumos que não foram usados na sua lavoura, ficando no prejuízo em relação ao custo e à produção.



Entretanto, no caso das famílias do assentamento Três Pontes, estas conseguiram controlar parte do processo produtivo da soja em seus lotes. A empresa Caramuru quando estabelece a parceira com as famílias que não têm maquinários, as orienta a terceirizarem o serviço dos tratos culturais das lavouras. Assim, ela adianta o recurso com o gasto dos maquinários, que depois serão descontados de acordo com o que foi gasto na produção de cada família.

Entretanto, no caso das famílias do assentamento Três Pontes, estas se dispuseram a formar um grupo e adquirir o maquinário com o valor do adiantamento. Esta foi uma forma, encontrada pelas famílias, de controlar o processo produtivo, receber parte do lucro do plantio e ficar com o maquinário, o que significa novas oportunidades de cultivo, para além da soja.

No que tange à assistência técnica, as famílias fazem questão que os agrônomos visitem seus lotes e lavouras para repassar orientações, uma vez que não sabem lidar com a soja, que é um cultivar novo na sua prática produtiva. Mesmo sabendo que não poderiam interferir nos tratos da lavoura, uma vez que este vem ditado pelos rigores técnicos. Porém, sentem necessidade de entender o processo produtivo da soja e poder participar de forma mais ativa no gerenciamento da sua produção.

Dessa forma, as famílias camponesas fazem uso dos programas, tentando se adequar à sua racionalidade, mas, ao mesmo tempo, encontrando brechas aonde possam exercer a autonomia do tempo e do espaço no seu território.

As respostas diferenciadas se fundamentam nas diversas trajetórias de constituição dos agrupamentos e modos de organização social dos assentados, condições e predisposição a partir das quais eles vão se relacionando com os mediadores e, comparativamente, vislumbrando projeções, reconstruindo projetos e referenciando as estratégias de reintegração social.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Campinas: da Unicamp, 1992.

BRASIL. [Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006](http://www.mda.gov.br/portal/saf/). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/>. Acesso 20 ago. 2010

DUVAL, Henrique Carmona; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Autoconsumo e políticas municipais: perspectivas de segurança alimentar e desenvolvimento. In:



FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Orgs). **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008. p. 308-322

FELÍCIO, Munir Jorge. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. **Revista de Geografia**. Londrina, v. 15, n. 1, p. 205-219, jan./jun. 2006. Disponível em: < www.uel.br/revistas/geografia/v15n1digital/artigo12.pdf > Acesso em: 21 jul. 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. Coleção Questões de Nossa Época (v. 92)

MARQUES, Marta Inês Medeiros. Terra e Modernidade em Assentamentos de Reforma Agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. (Org). **Significados da Terra**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004. p. 255-286

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

MAZZETTO-SILVA, Carlos Eduardo. **O cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais**. Brasília: Confea, 2009.

MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/potal/saf/>>. Acesso em 25 jul. 2011.

NEVES, Delma Pessanha. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Revista semestral de ciências sociais aplicadas ao estudo do mundo rural. Rio de Janeiro: CPDA, n.13, out. 1999: 5-28. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/treze/delma13.htm>. Acesso em 30 out. 2010

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007. 184 p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Políticas Territoriais e Questão Agrária: da teoria à intervenção. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roseli Alves (Orgs). **Geografia Agrária, Território e Desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 107-129

PNPB – PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL, 2011. Disponível em <http://www.biodiesel.gov.br/>. Acessado em janeiro de 2011.

REPORTE BRASIL. **Os impactos da soja na safra 2009/10**. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.com.br/estudo_soja_cma_reporter_brasil_2010.pdf>. Acesso em: 18 out. 2010.



RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Agricultura “caificada” no Sudoeste de Goiás: do bônus econômico ao ônus sócio-ambiental.** 317 f. Niterói, 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2005.



GT 10 – Quadros institucionais de Políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento

O olhar da aprendizagem nas políticas públicas: processos, interações e alternativas – a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Natália Almeida S. Porto¹

¹ Mestranda em Ciências Sociais/CPDA-UFRRJ, E-mail: nati.educamb@gmail.com

Resumo

Para além da participação, o envolvimento de diferentes atores sociais na construção, implementação e avaliação das políticas públicas possibilita a articulação e intercâmbio de diferentes saberes e práticas. No entanto, a análise das políticas públicas, comumente está focada apenas na verificação de metas e objetivos, dando pouca atenção aos processos e caminhos pelos quais a política percorreu e se transformou. Tendo como ponto de partida os arranjos sociais construídos a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) a pesquisa almeja compreender, por meio do olhar teórico-metodológico da aprendizagem, como se manifestam aprendizados em espaços coletivos e de que maneira esse aprendizado é incorporado ao fazer político, retroalimentando práticas e reorientando ações públicas. Aposta-se que se as políticas públicas são promissoras e emergentes espaços de orquestração social, olhares integrados e atentos sobre os aprendizados, as práticas e saberes tecidos nas localidades - que vêm operando de maneira diversa, criativa e contextualizada as políticas públicas - podem ser chaves explicativas promissoras para compreender as transformações sociais em curso.

Palavras-chave: Aprendizagem; Análise de Políticas Públicas; Construção de conhecimento; Programa de Aquisição de Alimentos (PPA);



Introdução

“Ninguém aprende para além da própria experiência” (autor desconhecido)

Assim, como a liberdade, o aprendizado é um daqueles termos fáceis de entender, mas difíceis de explicar. Talvez seja esse um dos principais motivadores da pesquisa que tem como desafio entender os processos de aprendizagem a partir dos seus diferentes campos de relação.

A presente pesquisa¹ busca desvelar algumas dimensões e facetas do aprendizado, circunscrevendo sobre o debate da participação e cooperação, os processos de aprendizagem que envolvem os atores sociais mobilizados na implementação de políticas públicas.

Neste contexto, pesquisas, projetos e processos de análise das políticas públicas são aqui entendidos em sua concepção crítica e particulariza, como um amplo processo de construção de construção social marcada por relações de poder e mediação de conflitos. Entre as recentes transformações na relação entre o Estado, a Sociedade Civil e os mercados, as políticas públicas vêm se destacando como importantes espaços de interlocução e construção social, onde o aprendizado geralmente é destacado como elemento fundante, porém nem sempre explorado com profundidade. Esse tipo de tratamento metodológico acarreta, por sua vez, uma análise marginal do termo nos procedimentos de análise das políticas públicas e frequentemente um elemento pouco explorado nos processos de implementação das ações públicas.

Neste sentido, entender como o aprendizado figura na análise das políticas públicas busca contribuir para o fortalecimento de outras referências e componentes analíticos, que possibilitem aprofundar os exames críticos sobre a diversidade de ações públicas que estão em curso, valorizando essencialmente os “resultados” tidos como marginais.

Dessa forma, procura-se de um lado, tencionar o referencial da aprendizagem como uma possível “lente” de interpretação da ação pública almejando desvelar de que maneira, nos processos coletivos, o aprendizado se manifesta, é considerado, e qual o seu papel na construção e determinação de estratégias políticas que marcam o desenvolvimento das políticas públicas. E de outro, contrapondo-se a esta análise procura-se entender como os possíveis aprendizados desenvolvidos e acionados pelos atores sociais

1 O artigo representa um primeiro esforço de análise de parte dos debates propostos pelo projeto de pesquisa de mestrado ainda em fase de qualificação.



envolvidos com a “gestão” das políticas públicas se articula com outros processos sociais em curso, como por exemplo, o acúmulo de experiências associativistas. Com isso, há uma oportunidade de entender quais são os próprios limites do aprendizado ora considerado uma variável de análise isolada ora como uma condição articulada a outras variáveis.

A experiência de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma ação pública liderada pelo governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), será a política pública alvo de análise da pesquisa. Para além de seus objetivos concretizados nos documentos que organizam a política, análises recentes evidenciam que o PAA tecendo contribuições importantes que de forma sumária compreendem, a diversificação da matriz produtiva e de consumo nas comunidades rurais integrantes do programa, a articulação entre a produção e a comercialização, a criação de novos mercados, incentivo a práticas de baixo impacto ambiental, bem como o resgate e fortalecimento de práticas e produtos tradicionais e locais (SCHIMITT, 2008). Ao que tudo indica, os desenhos articulados pelo PAA podem ser espaços de análise ricos para a pesquisa que pretende explorar as relações entre a política pública e as interações sociais que ela provoca, submete-se e dialoga.

2. Aprendizagem nas políticas públicas: conexões e sinergias iniciais

“Necessitamos de um paradigma apropriado para lidar com a experiência de que a aquisição do conhecimento é um processo que supera a duração de uma vida e a capacidade de descoberta de um indivíduo” Norbert Elias (2008)

Tendo como recorte temático a análise de políticas públicas, o projeto se insere em um campo de pesquisa que busca compreender as transformações da ação pública a partir desses processos institucionalizados onde operam e negociam diferentes atores sociais. A temática da análise de políticas pública, eixo articulador central da pesquisa, se insere em um mosaico analítico onde o Estado, a Sociedade Civil e o Mercado são os atores principais. Neste jogo marcado por imbricadas relações sociais esses três “segmentos” da sociedade atuam e influenciam processos sociais complexos e mutantes sendo, portanto, as políticas públicas, temáticas conectadas a diversas teorias e enfoques científicos.

Diante do vasto campo de interconexões possíveis o estudo tem como delimitação os processos convencionalmente chamados de análise de políticas públicas, evidenciando a



importância de compreender não apenas uma das fases de desenvolvimento da ação pública, mas toda a lógica que marca e determina essa construção coletiva. Dessa forma, o enfoque proposto não está centrado apenas nas ações de avaliação de políticas, mas considera a cadeia de relações articulada ao longo de todo o processo de construção, implementação e avaliação da ação pública.

O termo política pública guarda em sua essência a proposta de simbolizar a interação política entre o Estado, a Sociedade Civil e o Mercado que há tempos vêm ocupando as provocações feitas pela Ciência Política. A ideia de política pública, que se transformou em paralelo com as mudanças nas relações entre os três segmentos sociais, vem sendo largamente utilizada para representar a ação pública, representa um conceito polissêmico passível de diferentes interpretações.

Muller e Surel (2004) resumem a diversidade de olhares sobre o Estado apresentando duas concepções tradicionais. Segundos os autores, o Estado poderia ser entendido a partir de uma abordagem estritamente de cunho estatal, sendo este próprio uma espécie de “produtor” da sociedade. Neste processo a sociedade moderna não existira sem o Estado, sendo ele tomado como o lugar da “previdência universal”, aproximando-se bastante da chamada visão elitista. Em um segundo grupo de interpretações, o Estado é visto como um espaço plural, sendo a política o produto de diferentes pressões exercidas pelos grupos de interesse envolvido em sua formulação e implementação. Esta abordagem, conhecida como pluralista, utilizada na análise das políticas evidencia a capacidade dos grupos em mobilizar recursos e influir sobre a política (Muller e Surel, 2004).

O Estado, enquanto espaço de conflito, vem se mostrando como campo de análise para outros significados sociais. Neste espaço comum teríamos a possibilidade de construir paradigmas, referenciais e um rol de ações onde a sociedade produz os significados de suas relações e instrumentalizam seus interesses através da ação pública (Muller e Surel, 2004). Como consequência das próprias formas de compreensão das políticas públicas, o tema da análise de políticas públicas, está centrado nos estudos da Ciência Política que vem buscando evidenciar os resultados gerados por um dado sistema político. Fazendo uso da sistematização de Frey (2000), as pesquisas promovidas no campo de análise das políticas públicas, estariam centradas na avaliação das contribuições que certas estratégias políticas e os efeitos, positivos e negativos, que



certas ações públicas vêm causando na construção de “soluções” para os problemas sociais.

Esse imbricado cenário faz com que os efeitos não previstos, os objetivos implícitos e todos os elementos que fazem parte dos “bastidores” da política, mesmo que já indicados por alguns estudos, passem despercebidos nas análises de políticas. O que se observa é a utilização de diferentes “manuais” de análise que apenas operacionalizam e sequenciam o debate e as estratégias de implementação das políticas, reduzindo e simplificando a complexidade do jogo político.

A busca por referenciais analíticos que permitissem apreender os diferentes caminhos das políticas públicas fomentou a criação de um vasto “cardápio” teórico-metodológico gerado a partir de diferentes contextos e objetivos. Essas abordagens analíticas surgem com o objetivo de aperfeiçoar as análises sobre a ação pública e equacionar diferentes limitações, tanto no campo da pesquisa quanto na operacionalização concreta dos resultados dos estudos (TINÔCO, 2008).

A sistematização dos principais referenciais teórico-metodológicos construídos para analisar as políticas públicas, pode-se encontrar dois grupos principais, separando grosseiramente, pelo enfoque convencional que congrega contribuições tecidas a luz de uma abordagem mais conservadora sobre a política pública, como as análises estratégica, sequencial, institucional, de estilos políticos, de ciclo político, de arenas políticas; e outro grupo que reúne os enfoques mais recentes, podendo ser indicado como os inovadores, abarcando as abordagens que buscaram evidenciar outros elementos do contexto político, como o enfoque redes políticas (policy networks), o neo-institucionalista, o quadro de coalizões de defesa (Advocacy Coalition Framework), a visão de dependência do caminho (Path dependence) e a leitura cognitiva.

Na contramão dos processos que buscam aferir apenas os resultados e indo ao encontro de estratégias que ampliem o escopo de análise da ação pública, a leitura dos processos de aprendizagem da ação pública corrobora para o entendimento de que as políticas públicas são mais do que a uma coleção de decisões e ações normativas (MULLER, 2003). Tomado como um espaço de troca mediado por relações de poder e interesses entre diferentes atores sociais, a política pública guarda estruturas de sentido territorializadas, onde os diferentes grupos sociais envolvidos com a problemática tratada pela ação pública mobilizam elementos de valor e conhecimento em um processo onde decisões individuais e coletivas estariam em jogo.



A política seria, portanto, para além de um conjunto racionalizado de estruturas, instituições e decisões, um espaço amplo e dinâmico onde os conflitos circulariam no embate entre diferentes visões de mundo que estariam em jogo (MULLER E SUREL, 2004; ROMANO, 2009). Uma importante passagem de Muller e Surel (2004) aponta com clareza esses elementos: *“Na realidade, os problemas são “resolvidos” pelos próprios atores sociais através da implementação de suas estratégias, da gestão de seus conflitos, e, sobretudo através dos processos de aprendizagem que marcam todo o processo de ação pública. Neste quadro, as políticas públicas têm como característica fundamental construir e transformar espaços de sentido, no interior dos quais os atores vão colocar e redefinir os seus problemas e testar em definitivos as soluções que eles apoiam”*.

O trecho acima aponta que fazer política pública diz respeito à construção de uma nova representação dos problemas circunscritos a constituição de condições sociopolíticas permeáveis à sociedade. Como um elemento de participação política (COBB-ELDER, 1983), a política pública necessariamente deveria abrir espaços para outras dimensões importantes que, grosso modo, poderiam permitir de prontidão novas formas de entender a ação política.

Entre as origens mais remotas do conceito de Aprendizagem Social (AS), um dos termos mais recorrentes nessas matrizes analíticas, está a perspectiva psicológica apresentada por Albert Bandura na década de 50 em seus estudos sobre a Teoria Social Cognitiva. Para Bandura, AS seria o processo de interação da sociedade com o indivíduo. Segundo o autor, para além dos processos cognitivos (neurais), o aprendizado seria uma consequência do comportamento influenciado pela experiência social. Para ele os indivíduos aprendem a partir da observação e da prática social e desenvolvem percepções e posturas que intermedeiam sua relação com o mundo social. Na constituição dos significados sobre o processo de aprendizagem é notória a contribuição da educação, da psicologia social e da sociologia organizacional. De outro lado, avanços nas pesquisas qualitativas, a emergência de espaços participativos e a necessidade de configurar novos espaços para a construção de soluções coletivas e mediação de conflitos retomaram, novamente, e com maior solidez, o debate e as considerações sobre a Aprendizagem Social como apresenta Monteiro (2009).

Para Jacobi e Franco (2006) a noção básica é acionada pela ciência ambiental traz na participação uma raiz importante cuja a principal apropriação defende que é possível e



promissor "aprender junto para compartilhar juntos". Segundo os atores, por meio do trabalho colaborativo, a AS promove a reflexão crítica, a participação coletiva e o diálogo entre os atores envolvidos na gestão participativa, por meio de uma abordagem metodológica multir-referencial e interdisciplinar, buscando compreender as interfaces entre as relações presentes nesses espaços. Deste mosaico de interpretações, o aprendizado figura como um processo interativo de desenvolvimento individual e coletivo, onde as habilidades e competências são desenvolvidas a partir da resolução dos problemas em espaços afetados pelas estruturas institucionais e pelo ambiente no qual estão inseridos, criando uma rede de interações (Pahl-Wostl, 2002).

No campo das políticas públicas é possível identificar duas formas de aparição do termo: primeiramente como aprendizagem social (*social learning*), explorando os processos de construção, acionamento e transferência de experiências passadas e a aquisição de novos conhecimentos no processo de desenvolvimento da política pública (HALL, 1993). Nesta direção o processo de aprendizado, entendido aparentemente a partir das relações sociais, tem relação tanto no campo cognitivo como no campo institucional, marcando o compartilhamento de ideias e interesses na construção das políticas públicas.

E paralelamente, como segunda abordagem, o aprendizado aparece como aprendizado político (*policy learning*), entendido como o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública (PRITTWITZ, 1994). Ao que tudo indica o aprendizado tem nesse enfoque um peso mais político institucional, sendo considerado por esta vertente, como a capacidade de utilizar as lições tanto das experiências passadas e mobilizar experiências de outras localidades e contextos (*policy transfer*).

Em outras passagens, a dimensão do aprendizado aparece como elemento chave para o entendimento do Estado, compreendendo o aprendizado, como o processo de assimilação de novas informações a partir da experiência e a aplicação desse acúmulo em ações subsequentes como traz Hall (1990) seu principal precursor. E até mesmo tratando o aprendizado como elemento explicativo para a compreensão de como operam as mudanças na construção das políticas (MASSADIER, 2011).

O aprendizado, entendida como aprendizagem social, socialmente construído ou como aprendizado político, como traz a ciência política, tem origem em diferentes matrizes científicas que mobilizam princípios, ideias e valores em comum, mas também posições



divergentes. Para a determinação dos referenciais que serão utilizados pela pesquisa será essencial resgatar as características de cada um dos enfoques.

De forma geral, a articulação dos dois referenciais (análise de políticas públicas e aprendizagem) permite entender a ativação de diversos interesses comuns, seja qual for o objetivo e a matriz teórica de origem. Analisar o aprendizado como referencial tem portanto, o desafio de entender o processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas como espaços de diálogo permanente onde habilidades e capacidades individuais e coletivas possam ser fortalecidas, ressignificando o envolvimento dos atores sociais na prática política.

3. Conclusões parciais:

A partir do diverso quadro de abordagens possível na análise das políticas públicas, a revisão teórica proposta pela pesquisa busca localizar e evidenciar como a dimensão do aprendizado surge e é considerada nos processos analíticos emergentes. Dessa forma, o quadro teórico que pretende-se formular vêm procurando sistematizar como a dimensão do aprendizado, apresentado ora explicitamente ora de maneira implícita, se apresenta das análises que pretendem entender os principais elementos que compõe, organizam e determinam a ação pública.

Pretende-se desenvolver com maior profundidade algumas das principais redes de conceitos onde estão inseridos os estudos sobre análise das políticas públicas tendo como foco o segundo bloco de análises. Contudo, vale ressaltar que pela multidimensionalidade da temática, será imprescindível fazer escolhas e delimitar a exploração teórica buscando mobilizar apenas os referenciais imprescindíveis para a construção metodológica. Essa escolha indica a existência de outros caminhos possíveis para a construção dos referenciais, entretanto, priorizaremos um olhar interdisciplinar que oriente a construção de pontes conceituais entre a análise das políticas públicas e a aprendizagem social.

É imprescindível que neste debate o próprio processo da aprendizagem seja decodificado. Ou seja, parece fundamental entender quais são, efetivamente, as relações entre participação e aprendizagem, uma vez que partimos do princípio de que a existência de espaços coletivos e a abertura das políticas públicas ao envolvimento dos atores sociais não garante que existam canais propícios ao desenvolvimento de



competências, habilidades e conteúdos, que por sua vez, poderiam caracterizar processos de aprendizagem.

Nesta mesma linha será promissor tencionar os limites da aprendizagem como uma lente de interpretação das políticas a luz das interpretações da operação do PAA trazendo pistas de como o tripé aprendizagem, participação e ação pública se desenvolve. Esse debate implica em uma compreensão mais densa sobre a ação coletiva e sobre a construção de alternativas ao que chamamos de análise de políticas públicas no Brasil. Espera-se que essa discussão possa eliminar a ideia de que o aprendizado seria um caminho único de qualificação dos processos de implementação da política e que o PAA seria um caminho extremamente singular no envolvimento de atores sociais. A reconstrução das principais contribuições trazidas por parte dessas análises será fundamental para a construção de referenciais que possam explicar o papel do aprendizado no desenvolvimento das políticas públicas, representadas nesse estudo, pela experiência do PAA. Como o enfoque do aprendizado não está representado e operacionalizado em nenhum das abordagens apresentadas acima, a revisão teórica será fundamental para identificar e congregar elementos já existentes no quadro analítico das políticas buscando construir o referencial da aprendizagem.

É preciso situar que o aprendizado, no contexto desta pesquisa, significa os processos por meio dos quais os indivíduos e as organizações envolvidas nos espaços de participação destinados a implementação das políticas públicas constroem valores, conhecimentos, habilidades, atitudes, competências voltadas ao exercício de seu “poder” de cidadão, ou seja, processo que fomente a construção e manutenção de capacidades que possibilite, aos indivíduos e as organizações, participar ativamente e de forma qualificada na vida política, fazendo escolhas e interferindo permanentemente nos processos de envolvem o desenvolvimento das políticas públicas.

Neste contexto, se questionam as formas instrumentais indicadas para pensar e ofertar a participação nos processos de desenvolvimento das políticas públicas, a despreocupação com os formatos dos espaços coletivos destinados a tomada de decisão e as metodologias utilizadas para estabelecer o dialogo com a diversidade cultural presente em cada contexto onde, por exemplo, o PAA é desenvolvido.

Dessa forma, espera-se que a pesquisa possa problematizar e tencionar o reconhecimento da aprendizagem como um elemento na construção e recondução da ação política, buscando entender os potenciais e limites da abordagem na redução dos



efeitos negativos gerados pelas assimetrias de poder, destacando a relevância das práticas e saberes na mobilização social e na superação de barreiras gerenciais e políticas.

Devido à amplitude das questões e camadas por onde o aprendizado pode se espriar é fundamental situar em qual nível de aprendizado o debate se insere. Para o avanço da pesquisa será determinante delimitar que aprendizado estamos falando e quais atores sociais serão foco da análise (quem aprende?). Mesmo que ainda de forma superficial e ainda pouco discutida no texto que segue, é possível apontar que as organizações proponentes, ou seja, as associações e cooperativas que implementam o Programa de Aquisição de Alimentos, a rede de atores locais, como as prefeituras municipais e superintendências locais, bem como os agricultores que operam a política pública em seu cotidiano, serão os pontos focais da pesquisa que pretende circunscrever sua discussão em parte da rede de atores sociais mobilizados pelo PAA.

É preciso ainda indicar que a revisão temática sobre o PAA é o estágio em curso e que este será um passo fundamental para a identificação e mapeamento de processos de aprendizados percebidos nas pesquisas que vêm acompanhando de forma crítica os processos de implementação da política pública em diversos locais do país, que, portanto, trarão uma cobertura interessante e diversa sobre as possibilidades de conexões possibilitadas pela ação coletiva de atores sociais em espaços e dinâmicas destinadas a implementação da política. Neste sentido, o esforço teórico de aproximar o debate sobre aprendizagem, não só do campo das políticas públicas, mas de espaços de análise amplos propiciados, por exemplo, pelas discussões da sociologia do conhecimento será fundamental (ELIAS, 2008).

A busca aqui é pela a interpelação dos diferentes sentidos que podem ser atrelados a ideia de aprendizado buscando identificar, em cada um das abordagens, contribuições a compreensão e composição do aprendizado enquanto componente de um quadro analítico de políticas públicas. A partir das aproximações iniciais, apresentadas de forma sintética neste artigo, espera-se contribuir para a compreensão e indicação de pistas e chaves interpretativas virtuosas para entender quais oportunidades de aprendizado estão sendo propiciados a partir dos processos de desenvolvimento do PAA e como esses conhecimentos estão sendo mobilizados.

Espera-se assim, que para além da construção de debates dicotômicos e descritivos, a abertura da “caixa preta” que guarda o processo de aprendizado dentro do processo de



desenvolvimento das políticas públicas, possa ajudar a entender alguns dos elementos determinantes para a compreensão dos ciclos de movimentação de saberes, transferência de tecnologias e conseqüentemente, os próprios caminhos pelos quais o conhecimento se desloca para ser transformado e constituído.

Referências bibliográficas

- BANDURA, A.; Azzi, R. G.; Polydoro, S. (2008). Teoria Social Cognitiva: conceitos básicos. Porto Alegre: ArtMed, 176 pgs.
- BASTOS, Antonio. Mapas cognitivos e a pesquisa organizacional: explorando aspectos metodológicos. *Estud. psicol. (Natal)* v.7 n.spe Natal 2002
- BERGUER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção Social da Realidade*. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ, 1978, 4º ed
- BONNAL, P.; LEITE, S.P. (orgs.). *Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.
- BOURFIEU, P 1989. *O poder simbólico*. Lisboa, Ed. Difel.
- BRANDÃO, Carlos. *A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador*. São Paulo: Cortez, 2003.
- CAPELLA, Cláudia Niedhardt. "Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas". Trabalho apresentado no GT Políticas Públicas do XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 25-29 de outubro, Caxambu: MG. 2005
- CRAPS, M. (2003) *Social Learning in River Basin Management*, WP2 report of the HarmoniCOP project 70pp. ed. 2003.
- DEMO, Pedro. *Pesquisa e construção de conhecimento*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- ELIAS, Norbert. *Sociologia do conhecimento: novas perspectivas*. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 23, n. 3, p. 515-554, set./dez. 2008
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. "Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um Inventário Sucinto das Principais Vertentes Analíticas Recentes", *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 18 (51): 21-30. 2003.
- FAURE, Alain, POLLET, Gilles, WARIN, Philippe (orgs), *La Construction du Sens dans les Politiques Publiques, Débats autour du référentiel*, Paris, L'Harmattan, 1995.



FIGUEIREDO, Marcus e FIGUEIREDO, Argelina C. “Avaliação Política e Avaliação de Políticas: Um Quadro de Referência Teórica”, Revista Fundação João Pinheiro: 108-129. 1986.

FLEXOR, G., LEITE, S. Análise das políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. In: Fátima, E.N. et al. (orgs.) Mundo rural IV: configuração rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

GAUDIN, Jean-Pierre, L’Action Publique, sociologie et politique. Paris, presses de Science Po/Dalloz, 2004.

GRISA, C. As ideias na produção de políticas públicas : contribuições da abordagem cognitiva. In: Bonnal, P.; Leite, S.P. (orgs.). Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

HALL, Peter A. (1993). Policy Paradigms, Social Learning, and the State: The Case of Economic Policymaking. *Comparative Politics*, Vol. 25, No. 3 (Apr., 1993), p. 275-296.

_____. “The Movement from Keynesianism to Monetarism: Institutional Analysis and British Economic Policy in the 1970s”, In STEIMO, S., THELEN, K. E LONGSTRETH, F. (eds.) *Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Perspective*, pp. 90-113. Cambridge: Cambridge University Press. 1998

_____. . Aligning ontology and methodology in comparative research. In: MAHONEY, James e RUESCHEMEYER, Dietrich (2003). *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. Cambridge University Press, p. 373-406

HARMONICOP (2003). Public participation and the European Water Framework directive. Role of Information and Communication Tools. Work Package 3 report of the HarmoniCOP project. P. Maurel, ed.

HASSENTEUFEL, P. De la comparaison internationale à la comparaison transnationale : les déplacements de la construction d’objets comparatifs en matière de politiques publiques. *Revue Française de Science Politique*, Paris, v. 55, n.1, p. 113-132, 2005

HECLO, Hugh. Issue Networks and the Executive Establishment. In: Anthony King (Hrsg.): *The New American Political System*. Washington D.C., 1978, p.87-124

KINGDON, John. *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. Boston: Little, Brown. 1984

MALUF, R. Prefácio. In: Bonnal, P.; Leite, S.P. (orgs.). *Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.



- MARQUES, Eduardo C. Estado e Redes Sociais: Permeabilidade e Coesão nas Políticas Urbanas no Rio de Janeiro. São Paulo: FAPESP; Rio de Janeiro: Revan. 2000
- MASSARDIER, G. Cognição, políticas e ações públicas. Entre coerência, fragmentação e aprendizados. In: Bonnal, P.; Leite, S.P. (orgs.). Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde - 8 ed. - São Paulo: Hucitec, 2004
- Morin E. Complexidade e ética da solidariedade. In: Castro G, Carvalho EA, Almeida MC. Ensaios da complexidade. Porto Alegre (RS): Sulina;1997.
- MELO, Marcus André. “Estado, Governo e Políticas Públicas”. In: MICELI, S. (org.). O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995): Ciência Política. São Paulo/Brasília: Sumaré/Capes. 1999.
- MONTEIRO, F. (2009) “Para além da participação: aprendizagem social na gestão dos recursos hídricos” São Paulo, 2009. 194 p. Dissertação (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – PROCAM, Universidade de São Paulo, 2009.
- MORGAN, G. Imagens da Organização. São Paulo: Atlas, 1996e SENGE, P. A Quinta Disciplina: Arte, Teoria e Prática da Organização de Aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1990.
- MULLER, Pierre, Politiques Publiques, Paris, Presses Universitaires de France, 2003.
- MULLER, P.; SUREL, Y. (2004) A análise das políticas públicas. Pelotas: Educat, 2004.
- OLSON, Mancur. The Logic of Collective Action. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. 1965.
- OSTROM, Elinor. “An Assessment of the Institutional Analysis and Development Framework”. In: SABATIER, Paul (ed.). Theories of the Policy Process. Boulder: Westview Press. 1999.
- PAHL WOST, C. & HARE, M. – Processes of Social Learning in integrated resources management. In: Journal of Community and Applied Psychology – 14: 193-206. Wiley and Sons, New York. 2004.
- ROMANO, Jorge Osvaldo. Política nas políticas: um olhar sobre os estudos na agricultura brasileira. Editora Mauad X, 2009.
- SABATIER, Paul e JENKINS-SMITH, Hank. Policy Change and Learning: The Advocacy Coalition Approach. Boulder: Westview Press. 1993.



SABOURIN, Eric, “Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação da agricultura familiar da Paraíba”, in Estudos sociedade e agricultura, nº 16, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, abril 2001, pp. 37-61.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Celina. “Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa”, Caderno CRH 39: 11-24. 2003.

_____. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

SUREL, Yves. Approches cognitives. In: BOUSSAGUET, Laurie; JACQUOT, Sophie; AVINET,

Pauline. Dictionnaire de politiques publiques, 2.ed. Paris: Presses de Sciences Po, 2006, p. 80-88.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TINÔCO, Dinah dos Santos. Modelos contemporâneos de análises de políticas públicas na França: análise sequencial, análise cognitiva e análise de redes. Revista INTERFACE - Natal/RN - v. 5 - n. 1 - jan./jun. 2008



GT 10 – Quadros institucionais de Políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento

Políticas Agrícolas e a produção de alimentos no Brasil

Isaura Isabel Conte¹

Leonir Amantino Boff²

Patrícia Rutz Bierhals³

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação. Orientação da Dra. Marlene Ribeiro. Bolsista CNPq. Militante do Movimento de Mulheres Camponesas. E-mail: isauraconte@yahoo.com.br.

² Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Docente da Unemat. E-mail: leonirboff@gmail.com.

³ Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação. Orientação do Dr. Jaime José Zitzkowski. Bolsista Capes. Militante do Movimento de Mulheres Camponesas. E-mail: patriciabierhals@yahoo.com.br.

Resumo

Este ensaio se propõe a realizar um olhar histórico a respeito das principais políticas públicas para a agricultura, levando em consideração a produção de alimentos. O trabalho destaca desde a não distribuição democrática de terras e a constituição do Brasil como um dos países de maior desigualdade social do mundo, e que recentemente e, aos poucos, vem melhorando os financiamentos para a agricultura familiar/camponesa. De um lado é evidenciado o protagonismo de Movimentos sociais populares em luta por algumas conquistas importantes no campo das políticas e, de outro, a pressão de setores de grandes proprietários, que garantem e ampliam benefícios a seu favor, inclusive com isenção de impostos e acesso a títulos com promessa de pagamento, que nem sempre é cumprida. Destacamos como desafio, a constituição e a implementação de políticas agrícolas diferenciadas às mulheres camponesas, pelo fato de estarem imbricadas no campo da produção diversificada de alimentos e, também, a importância de se ter o bloco de notas do (a) produtor (a) rural em todos os Estados da Federação.

Palavras Chave: políticas públicas, agricultura familiar/camponesa, agronegócio, produção de alimentos, créditos.



Por meio deste ensaio, pretendemos trazer algumas reflexões e também questionamentos acerca de como foram configuradas e estão atualmente as principais políticas agrícolas do país, de maneira especial de 1930 aos dias atuais, levando em consideração a produção de alimentos. Enfocaremos as *políticas de terras* em que ficam explícitas vantagens consideráveis para a agricultura patronal em detrimento da agricultura familiar/camponesa. Como trataremos do campo da produção de alimentos, será feito o recorte de gênero, com destaque para o papel das mulheres.

Não é nenhuma novidade que o Brasil é um país com uma base agrícola enraizada num modelo de produção latifundista, agroexportadora e fundada na monocultura, e há uma vasta produção bibliográfica que fundamenta o assunto. Neste aspecto, o historiador Paulo Zarth (2002) aponta em seus estudos que, o sistema de distribuição e legitimação de terras no Brasil foi um processo fraudulento. A partir deste mesmo autor, leva-se em consideração como políticas de (NÃO)distribuição de terras, as Capitâneas Hereditárias, as Sesmarias e a própria Lei de Terras de 1850.

Assim, a configuração de grandes extensões de terras versus grande parcela da população com pouca, insuficiente quantidade, ou até mesmo, sem terra, foi definindo a função que ela viria a servir. Junto a isto, os conflitos sociais no campo foram e continuam sendo uma constante, devido a uma enorme população ter ficado à margem daquilo que foi entendido e considerado processo legal fundiário. Cita-se como alijados, os ex-escravos e seus descendentes, os indígenas que restaram da dizimação além de os chamados de lavradores nacionais, que de acordo com Zarth, foram preteridos aos imigrantes que ocuparam, de forma especial o Sul do Brasil.

Na lógica do modelo fundiário concentrador de terras, estruturou-se o *plantation* desde o início da invasão portuguesa em que o campesinato foi sendo marginalizado e subordinado (VELHO, 1979), ou seja; no dizer de José de Souza Martins (1995) consolidou-se terra de trabalho versus terra de exploração. A partir dos autores, podemos destacar que a formação e a legalização de grandes extensões de terras são os atuais latifúndios e serviram ao modelo *plantation*, o que na atualidade, vincula-



se à agricultura chamada de patronal ou de agronegócio. Em geral, este modelo agrícola está imbricado com o setor industrial/empresarial, que na visão de Delgado (1985), configura-se na atuação de capitais na agricultura, dando forma a conglomerados agroeconômicos, e, para tal, somam capital financeiro, indústria e acúmulo de terras agricultáveis nas atividades agrícolas.

Cabe, também, mencionar que a agricultura familiar/camponesa possui como caracterização dois aspectos importantes, sendo: a delimitação da quantidade de terra em até quatro módulos rurais fiscais e, a produção de alimentos para abastecimento interno do país. Com relação à nomenclatura, ora chamada de agricultura camponesa, ora de agricultura familiar, se dá pelo fato de filiação política a um ou outro termo. Especialmente setores e intelectuais ligados à Via Campesina⁴ optam pelo primeiro, devido à vinculação com as Ligas Camponesas. Em geral entidades governamentais, órgãos públicos e também sindicais, optam pelo segundo. Nossa opção no texto, é utilizarmos agricultura camponesa, embora, quando tomamos referenciais teóricos, manteremos o termo utilizado pelos autores (as).

Antes de entrarmos no debate mais específico no plano das políticas, para além das questões de terra, considerada fundamental para o estabelecimento das mesmas, destacamos como relevante um estudo publicado em 1963⁵, por Maria Isaura Pereira de Queiroz. No referido texto, a autora traz uma citação de Jacques Lambert, que, ao contrário de afirmações habituais do Brasil como monocultor, ele descreve o país predominantemente policultor, da pequena roça, fornecedora de alimentos a mais de sessenta milhões de pessoas, no período (ano de 1959).

Segundo a mesma autora, Lambert, trata como economia fechada o modo de produção de subsistência das famílias camponesas que então, não dava lucros aos mercados. Este tipo de economia sofre duras críticas ao longo dos tempos, tanto é que

⁴ De acordo com Conte, Martins e Daron (2009), a Via Campesina do Rio Grande do Sul surgiu oficialmente por ocasião do primeiro Fórum Social Mundial, acontecido em 2001 em Porto Alegre, pois já haviam relações estabelecidas e lutas conjuntas entre os movimentos do campo. No momento atual aglutina as seguintes Organizações: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos estudantes de Agronomia (FEAB). Ribeiro (2010) descreve a Via Campesina como um movimento internacional, fundado em Mons, Bélgica em 1993 que congrega organizações agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. É um movimento autônomo, pluralista, formado por organizações nacionais e regionais, com autonomia.

⁵ Texto: *Uma categoria rural esquecida*. O referido artigo foi publicado pela primeira vez em 1963 e, posteriormente, em 2009.



aparece fortemente na história os camponeses classificados como “atrasados” ou modernos (PLOEG, 2008), sendo que aqueles com pouca ou quase nenhuma inserção a mercados (capitalistas) são considerados preguiçosos, indolentes. Segundo o mesmo autor, os camponeses atrasados, considerados não desenvolvidos, são assim descritos por não gerarem excedentes.

Os camponeses, onde quer que vivam, relacionam-se com a natureza em formas que diferem radicalmente das relações implícitas de fazer agricultura. Da mesma forma os camponeses formulam e reformulam os processos de produção agrícola em realidades que contrastam significativamente com aquelas criadas por agricultores empresariais e capitalistas. Finalmente, eles moldam e desenvolvem seus recursos, tanto materiais como sociais, de modos distintos (PLOEG, 2008, p. 37).

A partir das considerações de Ploeg, poderíamos argumentar que, a classificação de camponeses como atrasados possa ter validação para setores e/ou pessoas preconceituosas e com pouco entendimento do que significa ser moderno na diversidade e nas adversidades territorial e de condições ambientais em que estas famílias se encontram. Também, supomos que os circuitos curtos ou curtíssimos em que os produtos circulam nas comunidades, nas relações de vizinhança, parentesco e com as pequenas mercearias e não são considerados nos mercados (do ponto de vista de obtenção de lucros significativos).

O próprio Ploeg (2008) fala sobre as duas faces da ciência e de que muitos estudos têm sido negligentes com relação aos camponeses como agentes, por isso são descritos como vítimas e atrasados. No campo da produção de alimentos, o autor é um dos principais referenciais no que tange a tentativa de dominação e a ordenação por parte do que chama de *impérios alimentares*. Assim, fica evidente em sua obra, que aqueles (as) que se encontram fora dos circuitos, dos tentáculos do império, não o alimentando ou mesmo fazendo resistência a ele, logicamente são desconsiderados ou chamados (as) de atrasados (as).

Linhares e Silva (2009, p. 117) ao estudarem a agricultura de subsistência no Brasil, sublinham que “cabe a agricultura produtora de alimentos, no conjunto da economia colonial e no nível das análises até então feitas, um papel secundário e subordinado”, ficando sempre escondida atrás das casas grandes. Segundo os autores



Coube-lhe, entretanto, embora encarada como atividade menor, o papel de ocupar a terra, desbravando-o e povoando-a, de modo a cumprir as tarefas que lhe foram sendo, gradativamente, exigidas. A área que ela ocupa e, continuará ocupando, é aquela não ocupada pela agricultura comercial especulativa (no interior da *plantation*) e não ambicionada por interesses mais poderosos (a fronteira aberta), daí o caráter precário e transitório do uso e da posse da terra por pequenos proprietários e lavradores sitiantes, como se fossem eles ocupantes ocasionais de glebas provisórias (Idem, p, 119).

Apesar de parecer sempre como atividade menos importante, desde o período colonial, a produção de alimentos assumiu, sem sombra de dúvida um papel central na economia, embora não reconhecido, e não contabilizado. De acordo com Linhares e Silva, em carta régia, a Coroa no ano de 1701, determinou que se desse os sábados livres aos escravos para poderem procurar o seu sustento. Na mesma determinação, o rei obrigava os senhores deixarem espaço de terra para o plantio da mandioca, considerada “o pão da terra” (p. 120), pois garantir alimentos aos súditos era uma questão de paz social. Segundo os autores, nem todos os fazendeiros cumpriam o decreto e a declaração de um “produtor” deixa claro, que ele mandaria plantar mandioca somente aonde a terra não servisse para a “cultura de valor”.

Contudo, percebe-se a fragilidade de políticas que vieram sendo “arrastadas” no Brasil até meados do século XX com relação ao rural empobrecido. Mas, de algum lugar saía grande parte dos alimentos que alimentavam os milhares de escravos e demais trabalhadores (as) vinculados às monoculturas de exportação, pois nem tudo poderia ser importado, além dos custos que implicava importar alimentos.

O Campo das Políticas Públicas para a Agricultura no Brasil

Nesta sessão, trataremos de evidenciar e problematizar as principais políticas públicas existentes para o campo, e, desde já, pontuamos que se trata de distinção nítida quando se faz referência a agricultura camponesa e ao agronegócio. Pelo descrito anteriormente segundo as fontes, é possível afirmar que, pelo próprio ocultamento e desconsideração da agricultura camponesa, inclusive devido ao difícil acesso à terra, aos conflitos existentes para permanecer nela ou tê-la como posse, a pequena agricultura, ou o campesinato ficou “esquecido” frente às políticas públicas durante muitos séculos. Vamos tratar, primeiramente, do campesinato.



Segundo a Emater/RS (2008), até a década de 1930, praticamente não existia nenhum amparo à agricultura familiar⁶ no Brasil, sendo que as políticas eram voltadas à exportação. De forma geral concordamos com o descrito pela entidade, mas ponderamos que, para a imigração vinda aos Estados do Sul do Brasil, estabeleceu-se uma política em que as primeiras levas de imigrantes, ainda, no início do século XIX, receberam parcelas de terras, sementes, ferramentas e uma contribuição financeira por ano, durante dois anos. Os que vieram mais tarde tiveram que disputar territórios com negros, mestiços brasileiros e alguns poucos indígenas, que restaram das guerras e dos tratados. (MAESTRI, 2000). Negros, e, especialmente indígenas foram mortos nas disputas por terra pelos imigrantes, ainda que alguns descendentes de europeus, mas em número menor, também tombaram.

Corroborando com Maestri, Zarth (2002) destaca que a agricultura camponesa recebeu alguma importância quando foi preciso maior volume de produção de alimentos, ou seja; no período da industrialização do país, e, por este motivo houve a política de imigração para os Estados do Sul⁷. Em geral os negros, ex- escravos e filhos (as) destes, serviam para abrir o mato, fazer a primeira derrubada, em vista da plantação de alimentos, o que evitava também configurar posse de terra a eles (as). Negros, alguns poucos indígenas e caboclos⁸ eram utilizados para o trabalho na construção de ferrovias e em serviços temporários nas lavouras, visto que não receberam terra. O mesmo autor destaca que a função das mulheres era parir muitos filhos, preferencialmente homens, para o trabalho pesado nas lavouras ou para servir o exército.

Podemos problematizar o significado de trabalho pesado e trabalho leve a partir de estudos de Maria Ignêz Paulilo (1987) destacando, segundo a autora, que: quando trata-se de trabalho caracterizado como de mulher, embora seja mais extenuante, e com jornada maior, é tido como leve, ao passo que, se o mesmo trabalho for feito por homem, passa a ser considerado pesado. Esta ponderação é importante para ilustrar o

⁶ Como trata-se de a Emater utilizar *agricultura familiar*, vamos respeitar o termo e, quanto é nosso comentário ou reflexão, manteremos *agricultura camponesa*.

⁷ Os imigrantes destinados ao Sudeste, em sua maioria, vieram para substituir os escravos nas lavouras dando continuidade à monocultura, mas, foi daí que surgiu o regime de colonato em que, nos primeiros anos dos cafezais, as famílias produziam alimentos (inclusive para venda) entre as carreiras de café. Um estudo mais aprofundado sobre o colonato e o papel importante das mulheres na produção, pode ser feito tendo como referência o artigo *Mulheres do Sul*, da historiadora Maria Joana Pedro.

⁸ Mestiços entre negros e indígenas e por vezes, porém mais raro, mestiços entre negros e descendentes de espanhóis (devido a fronteira com Argentina e Uruguai no Rio Grande do Sul).



valor menor ou o não valor dos trabalhos executados por mulheres, inclusive o campo de produção de alimentos configura-se em um dos principais exemplos.

Vale constar também que, apesar de serem as mulheres que trabalham incomparavelmente maior tempo em tarefas dedicadas à subsistência no campo, de acordo com Melo e Sabbato (2009), em raros casos elas são titulares dos registros de terra quando casadas, embora a Constituição de 1988 conceda-lhes este direito e a Portaria número 981/2003, tornou obrigatória a titulação conjunta da terra, em caso de cônjuges no Brasil (FARIA, 2009).

O acesso ou não à terra é fundamental para a possibilidade de qualquer pessoa do campo acessar demais políticas ou até direitos, especialmente após a CF/98 no Brasil, quando a categoria trabalhador (a) rural/pequeno (a) agricultor (a) passou a ser reconhecida e regulamentada. Feitas estas considerações, voltamos ao campo das políticas agrícolas.

Segundo a Emater/RS (2008), pode-se classificar a agricultura no Brasil, no período mais recente, de acordo com a existência de políticas rurais, em quatro fases, a saber: a) agricultura primitiva (1930 a 1965); b) agricultura de modernização (1965 a 1985); c) agricultura de transição (1985 a 1995); e, d) agricultura sustentável (1995 aos dias atuais). Assim, a agricultura primitiva compreende o período de criação do Conselho Nacional do Café (CNC) em 1931; o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933 e, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), pertencente ao banco do Brasil, e a Companhia de Financiamento da produção (CFP), criada em 1943.

Como se pode perceber, estas políticas estavam, quase que exclusivamente voltadas aos monocultivos das grandes produções/latifundiárias. Segundo a mesma fonte, em 1945 foi fixado o preço mínimo de produtos como: arroz, feijão, amendoim e girassol. Mas, apesar disso, a agricultura (mesmo que patronal) continuava secundária (ao setor industrial) na década de 1950, o que fez estourar a crise de abastecimento em 1962. O então presidente João Goular, na tentativa de solucionar ou ameniza-la, lançou um plano trienal (não concluído) prevendo Reforma Agrária e criando a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem).

Ao analisar esta fase da agricultura, não entrando no mérito de porque fora chamada de agricultura primitiva, mas observando que pode gerar confusão com o período anterior à Era Cristã, consideramos relevante retomar alguns aspectos anteriores



a ela. Zarth (2002) descreve que os séculos XVII e XVIII foram de grande carestia de alimentos (diversificados) no Brasil, sendo que buscou-se solucionar a crise com o incentivo à imigração européia. Considera-se, também o grande crescimento populacional do final deste período.

Contudo, o autor, a partir de pesquisa realizada no Rio Grande do Sul (entre os anos de 1800 a 1900) destaca que o Estado passou a ser grande produtor de produtos alimentícios, fornecendo trigo e erva mate⁹ ao país desde 1822. Fornecia, também a partir da década de 1930, produtos como: gado vacum, cavalo e ovelha; mandioca, milho, feijão, arroz, batata, ervilha, favas, amendoim, linhaça, cana, fumo, algodão, abóbora, entre outros. Ainda que a produção de gêneros alimentícios pudesse ser suficiente e até abundante no Sul, esta não era a realidade do país na metade do século XIX, pois muitas pesquisas evidenciam que os “braços” eram deslocados para atividades do café, cana de açúcar, guerras e para fazendas de gado que estavam em expansão.

A fase de modernização da agricultura segundo a Emater/RS (2008), é aquela que se investe pesado na industrialização e na disponibilização de créditos agrícolas (período de ditadura militar). Consta-se que entre 1966 e 1979, o volume de créditos oferecidos cresceu quase vinte vezes e, assim, em 1973 que foi criado o Proagro, como forma de seguro agrícola frente a perdas por intempéries. Cria-se também a EMBRAPA em 1972 e a EMBRATER¹⁰ em 1974. Já, a fase chamada de transição (1985 a 1995), é de retirada de subsídios ao crédito rural por meio de indexadores, devido à crise fiscal. Não podemos esquecer que a crise apontada neste momento é fruto de um crescimento permeado por corrupção e benefícios aos militares e seus aliados.

Na fase de transição, ainda de acordo com a Emater/RS, o volume de créditos foi reduzido e o governo, desobrigado a comprar produtos financiados pelos créditos¹¹. Consta-se que nesta fase, o governo começou a apresentar certa preocupação com as questões ambientais. Na fase da chamada agricultura sustentável, as principais políticas são voltadas para os mercados e há continuidade da redução da intervenção estatal. Em 1995 autoriza-se “oficialmente” a renegociação e a negociação de dívidas (1998). Em

⁹ A erva-mate já era exportada ao Uruguai anterior a este período e o gado era abundante, especialmente nas reduções jesuíticas, as quais foram aniquiladas nas guerras guaraníticas na metade do século XVIII – justamente porque o gado dos indígenas era cobiçado.

¹⁰ A função da Embrater era de coordenar os sistemas estaduais de Emateres.

¹¹ É extinto a AGF – aquisição do governo federal. Famoso na DM “plante que o governo garante”.



1999, é criado o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), que segundo Fabrini (2012), é de acesso também das cooperativas do MST, por exemplo e, com isto entendemos que os camponeses em suas pequenas cooperativas tiveram ou têm acesso aos créditos ou benefícios da Recoop, enquanto política rural.

De acordo com a Emater/RS (2008), em 1996 foi criado o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com linhas de créditos agrícolas a pequena e média em alguns casos, conforme modalidades específicas. É neste mesmo ano que nasce o Movimento dos Pequenos Agricultores no Rio Grande do Sul, atualmente, constituído como Movimento em âmbito nacional, cuja principal luta é a manutenção das famílias na pequena agricultura, e, por isto, luta por crédito e assistência rural diferenciada (CONTE, MARTINS E DARON, 2009).

Segundo as mesmas autoras, no ano de 1995 as mulheres trabalhadoras rurais de vários Estados da federação, atualmente organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas, fizeram ampla luta, de forma especial no Sul do Brasil, para que seus nomes pudessem constar no bloco de notas de produtores rurais como comprovação de que desenvolviam (e desenvolvem) atividade rural, com vistas a facilitar o acesso a direitos previdenciários conquistados com a Lei dos Segurados (as) especiais da previdência na CF/1988.

Em se tratando de Pronaf, devido a história de não e/ou pouca participação política reconhecida das mulheres camponesas, somado ou considerando o não acesso a terra e a documentos pessoais¹², foi lançado em 2003, o Pronaf Mulher, pois constatou-se que um número mínimo delas, desde 1996, acessava crédito como titular, ou talvez sequer sabiam que a família havia contraído este tipo de empréstimo.

Lançado em junho de 2003, o PRONAF Mulher é uma linha de crédito do PRONAF direcionada a agricultoras familiares, assentadas, arrendatárias, parceiras meeiras, pescadoras artesanais extrativistas e quebradeiras de côco que possuam renda anual bruta a partir de R\$ 2000. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento agrário - MDA - ele foi criado principalmente para atender a uma demanda dos movimentos sociais. A

¹² Por ocasião do direito a aposentadoria às mulheres camponesas como conquista de mobilização popular garantida na CF/88, as mulheres, após regulamentação do direito, conseguem acessá-lo a partir de 1990. Com isto, dão-se conta de que o não acesso aos direitos especialmente por parte das nortistas e nordestinas e mulheres do Centro-Oeste, dava-se por falta de documentos como RG e CPF, além das dificuldades de comprovação da atividade na agricultura, visto que não existia o bloco de produtor (a) rural em nenhum Estado da Federação. O então atual MMC Brasil juntamente com outras organizações parceiras do campo, desenvolveu campanha de documentação no Brasil todo (AMNTR, 2001).



idéia é que as mulheres possam ter acesso a financiamento para o desenvolvimento das suas atividades produtivas e que esse seja um crédito a mais para a família, que poderá continuar acessando as outras linhas de crédito PRONAF¹³. Esta medida tem como justificativa a constatação de que as mulheres trabalhadoras rurais têm como uma das principais bases para sua subordinação, a dependência econômica, fato que vem sendo agravado com as mudanças ocorridas nos últimos anos na agricultura brasileira, em seu processo de modernização e mecanização (ALVES, 2012, p. 01).

Consideramos relevante trazer as considerações de Alves, pois o Pronaf Mulher foi uma iniciativa importante por parte do governo, estabelecendo uma primeira política de crédito rural às mulheres camponesas do Brasil no plano safra de 2003/2004. Contudo, salientamos que o MMC Brasil exerceu grande pressão política para a existência deste crédito, conforme pode-se verificar em escritas no site atual do Movimento, MMC (2012). A Organização fazia a exigência de que esta modalidade deveria servir a um outro projeto de agricultura de base ecológica, realmente voltado à produção de alimentos, muito diferenciado do que fora oferecido pelo MDA.

Como políticas mais recentes, voltadas à agricultura camponesa, apresenta-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O primeiro foi criado pela Lei 10.696/2003 como ação do Programa Fome Zero, sendo operado pela Conab¹⁴ com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). O segundo tornou-se oficial pela Lei 11.947/2009, sendo que ambos possibilitam venda direta de alimentos de produtores (as) a órgãos estatais. No caso do PAA, os alimentos são destinados às cestas básicas distribuídas a população em situação de vulnerabilidade e a Lei do PNAE torna obrigatória a compra da agricultura familiar (direta ou por meio de associação ou cooperativas) para ser oferecida às escolas públicas (IPEA, 2008).

Outra política que não poderíamos deixar de mencionar é o Programa Mais Alimentos, lançado pelo governo federal no ano de 2008, destinando atualmente até cento e trinta mil reais por financiamento para estruturar a produção de alimentos, desde investimentos em insumos, a máquinas agrícolas e, de 2010 em diante, também para

¹³ Poderão ter acesso ao PRONAF mulher, mulheres enquadradas nos grupos C, D ou E do PRONAF, sempre que o projeto técnico ou a proposta de crédito contemplar atividades agregadoras de renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar. Poderá ser concedido apenas um financiamento por unidade familiar, de R\$ 1500 a 6000 para aquelas que se enquadram no grupo C, de no máximo 18.000 para as que se enquadram no grupo D e um teto de 36000 para as agricultoras enquadradas no grupo E. Os recursos podem ser pagos em até 8 anos a juros que variam de 4% a 7,25% ao ano, conforme o grupo de renda a que pertencam.

¹⁴ Companhia Nacional de Abastecimento.



transporte de carga (SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2012). Esta é uma das políticas que deveria ser de acesso à agricultura camponesa, no entanto nossas observações, a partir de inserção nos Movimentos da Via Campesina, demonstram que, as famílias que mais necessitariam de incentivos a este tipo de recurso não conseguem acessar, pelo fato de estarem comprometidas com créditos de menor valor, e não terem patrimônio suficiente para garantia do empréstimo. Além disso, muitos (as) agricultores (as) camponeses (as) ainda têm dificuldades em relação ao domínio dos conhecimentos e informações técnicas relativas às formas para acessar esse tipo de financiamento. Outro agravante é que as famílias ficam empenhadas com este financiamento entre dez e treze anos.

Detemos-nos até então a destacar, primordialmente as políticas voltadas à agricultura camponesa, sendo que, passaremos a enfatizar algumas voltadas ao agronegócio ou à agricultura patronal. Aqui, sublinhamos que a agricultura de médio porte pouco aparece visto que, via de regra, soma-se aos grandes proprietários, por pouco se identificar com a agricultura camponesa.

De acordo com a Emater/RS (2008), por meio da Lei 8.829 foi criada, em 1994, a Cédula de Produtor Rural possibilitando a este, ou por intermédio de suas cooperativas (de grande porte), emitirem títulos que vendem em termos a produção. Trata-se de uma forma de financiamento com o compromisso de entrega de produto. Segundo a mesma fonte, em 2004, foram criados outros títulos de créditos ao agronegócio brasileiro, a saber: a) Certificados de Depósito; b) Certificado de Direito Creditício do Agronegócio - CDCA -; c) Letras de Crédito do agronegócio - LCA-; e, d) Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA-. Os CDCA's é de exclusividade de cooperativas ou pessoas jurídicas; as LCA's, para instituições financeiras públicas ou privadas; e os CRA's, são títulos de créditos nominativos para livre negociação com promessa de pagamento em dinheiro. Esses títulos agem como mercados de futuros.

Outra política que beneficia o agronegócio, embora sabe-se que produz pouca quantidade de alimentos¹⁵, é a isenção de ICMS para produtos básicos e semielaborados para exportação, mediante a Lei Kandir. Segundo Costa (2012), esta Lei que está em

¹⁵ Os 30% dos alimentos que não são produzidos pela agricultura familiar/camponesa, segundo o MDA(2009) são produzidos pelo agronegócio e médias propriedades juntos, não havendo distinção entre ambos. Contudo, nem sempre os médios proprietários identificam-se e podem acessar políticas do agronegócio. Neste caso, não existe delimitação de módulos fiscais entre grandes e médias propriedades, assim como não existe limite máximo para a propriedade da terra no Brasil, uma bandeira de luta bastante antiga dos Movimentos sociais populares, de forma especial da Comissão Pastoral da Terra (CPT).



vigor desde 1996 continua sofrendo alterações, sendo que a última delas, desonera empresas na compra de bens de consumo, energia elétrica e telefonia, e, neste caso, quem paga são os cofres públicos. A entrada em vigor desta mudança seria para início de 2011, conforme podemos acompanhar:

A mudança na lei já havia sido aprovada () pelo plenário da Câmara. Com isso, a concessão de crédito para as empresas passa de 1.º de janeiro de 2011 para 1.º de janeiro de 2020, dando tempo para uma discussão mais ampla sobre mudanças no sistema de tributos do País. O texto segue agora para sanção presidencial. A prorrogação do prazo de início da vigência da concessão de crédito - a quinta desde que a Lei Kandir foi sancionada em 1996 - dará um alívio imediato aos cofres estaduais. Se as empresas pudessem começar a obter os créditos em 2011, como previsto, os Estados teriam uma perda global de R\$ 19,5 bilhões. Esse valor corresponde a 11,1% da arrecadação do ICMS, o principal tributo estadual (COSTA, 2012, p. 01).

Pontuamos algumas questões relacionadas ao agronegócio/agricultura patronal para possibilitar comparações da aplicação do volume de recursos entre este setor e a agricultura camponesa. Para ilustrar, de acordo com o IPEA (2008), do plano safra 2009/2010, a agricultura familiar ficou com 15 bilhões, ou seja, 16% do volume do créditos ao passo que, ao agronegócio foi destinado 92,5 bilhões. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a agricultura patronal responde por 16% dos estabelecimentos no Brasil e detém 76% das terras.

Segundo a mesma fonte, nos cortes feitos nos recursos para a agricultura entre 2008 e 2009, foi diminuído em 12% o investimento nos recursos que seriam destinados a assentamentos da Reforma Agrária, sendo o corte de 35%, implicando em mais de 5,5 milhões de reais. De outro modo, o Brasil, de 2007 em diante começa a liderar o mercado de agrotóxicos na América Latina, concentrando 84% das vendas. As principais culturas em que se utiliza agrotóxicos são: soja, milho, cana de açúcar, algodão e citros, todos produtos majoritários do agronegócio.

Breves Considerações

Este ensaio, embora com estudos ainda iniciais diante do tema, tentou mostrar as principais políticas públicas em vista da produção de alimentos e, assim, colocou em evidência dois modelos antagônicos de produção: de um lado o agronegócio que produz *commodities* para o mercado de exportação, com avolumado recursos e incentivos



públicos e, de outro, a agricultura familiar/camponesa com poucos recursos, basicamente de Pronaf's.

A política de terras que abordamos pode ser considerada uma das principais políticas públicas, assumidas ou não por parte de governos, que garante o país o topo do ranking de maior desigualdade sociais do mundo, embora esteja se projetando para ser a sexta economia mundial, o que é muito contraditório. A distribuição ou não de terras tem a ver com a possibilidade de produção de alimentos bem como com o maior ou menor acesso a eles.

As grandes propriedades sempre foram beneficiadas desde a invasão colonial, iniciando pelos engenhos, e, deles, os cafezais, o soja, gado de corte, laranjas, celulose e outros. Além disso, ao olhar para história do Brasil, percebe-se que de fato além dos incentivos aos imigrantes e em alguns casos ao regime de colonato que também produzia alimentos, as primeiras políticas a agricultura familiar se deu recentemente, conforme pontuado a partir da Emater/RS (2008). Além disso, as mulheres camponesas, ainda continuam à margem do acesso às políticas, pois no caso do Pronaf Mulher, constatou-se que a burocracia não foge aos moldes dos demais créditos, muitas delas sequer ainda possuem documentos e as dificuldades de acesso às políticas rurais são maiores nos Estados em que não há bloco de notas de produtor (a) rural¹⁶, que comprova, sem tutela, a profissão de agricultoras (es).

Por último destacamos que, de forma geral, as políticas voltadas ao agronegócio são aprovadas e pouco divulgadas, inclusive com a isenção de impostos e no caso da Lei Kandir, fica explícito que é investimento público a fundo perdido, ao passo que os Pronaf's são empréstimos a juro, ainda que estão mais baixos ultimamente, graças a pressão de Movimentos sociais como a Via Campesina, em alguns casos Fetraf e setores da Contag.

O Pronaf Mulher parece ser uma política importante, mas as mulheres camponesas foram e continuam sendo pouco ouvidas, e talvez este seja um dos motivos do pequeno acesso, visto que os impedimentos continuam pelo fato que este crédito foi

¹⁶ O bloco de notas de produtor (a) rural foi regulamentado em 1991, deixando opcional aos Estados aderirem a ele ou não como documento que serve para emitir notas no caso de vendas de produtos da agricultura. Onde não há bloco de notas, as vendas são feitas por meio de notas avulsas, em geral compradas ou adquiridas nas prefeituras municipais. Pelo informações possíveis apenas sete estados do Brasil, possuem o Bloco, e dentre eles, os três estados do Sul, SP; MS e BA.



colocado no rol da burocratização dos bancos que o operam. Trata-se de um Pronaf quase esquecido.

Por último, ressaltamos que, em nosso entendimento, o bloco de notas de produtor (a) rural é um dos documentos necessários para um pouco mais de autonomia das pessoas que precisam acessar direitos e políticas no campo, sem a tutela de agentes do INSS, de sindicatos, às vezes patronais, por falta de outros, ou de pessoas do próprio Incra, nos casos de Assentamentos da RA. Implementá-lo em todo o país, talvez seja um dos desafios mais urgentes, também em vista de que assim, os grandes proprietários não desviem o pagamento de impostos dos produtos produzidos por seus empregados (as).

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria de Fátima Paz. Dificuldades no acesso ao crédito pelas mulheres rurais: discutindo a experiência do pronaf mulher no Oeste Potiguar. Disponível em: www.alasru.org/wp.../06/01-GT-Maria-de-Fátima-Paz-Alves1.doc. acesso em 09/01/2012.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. *Nenhuma trabalhadora rural sem documentos*. Passo Fundo: Gráfica e Editora Berthier, 2001.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (org.) *Mulheres, luta e resistência: em defesa da vida*. São Leopoldo: Cebi, 2009.

COSTA, Rosa. Senado aprova mudanças na Lei Kandir. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,senado-aprova-mudancas-na-lei-Kandir,654222,0.htm>. Acesso em 09/01/2010.

DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil 1965-1985*. São Paulo: Ícone, 1985.

EMATER/RS. *Negociações multilaterais, e políticas agrícolas dos Estados Unidos, União Européia e Brasil. Série Realidade Rural. Vol 51*. Porto Alegre: Emater/Ascar, 2008.

FABRINI, João Edmilson. *Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa*. 2002. 284p. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista (Unesp) campus Presidente Prudente. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/fabrini.pdf>. acesso em 09/01/2012.



FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (org). *Estatísticas rurais e a economia feminista*. Um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.

IPEA. Desenvolvimento rural (cap 7, 2008). Acesso em: www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/.../bps_19_cap07.pdf. Disponível em 09/01/2010.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Carlos Teixeira da. A questão da agricultura de subsistência (1981). In: WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa; WANDERLEY, Maria Nazareth (Orgs.). *Camponeses brasileiros*. Leituras e interpretações clássicas. Vol I. São Paulo: Unesp e Nead, 2009. p.117-134.

MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul. A ocupação do território*. Passo Fundo. Editora UPF, 2000.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MELO, Hildete Pereira; SABBATO, Alberto di. Gênero e trabalho rural. In: BUTTO, Andrea (org). *Estatísticas rurais e a economia feminista*. Um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário de 2006*. Brasília: MDA, 2009.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL. Crédito especial para as mulheres. Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/credito_mulheres.html. acesso em 09/01/2012.

PAULILO, Maria Ignês. O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*. N° 28. Universidade Federal de Santa Catarina, 1987. s/p.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del. In: *Histórias das mulheres no Brasil* (Org.). São Paulo: Contexto/Unesp, 2004. p. 278-320.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Ufrgs, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura de. Uma categoria rural esquecida (1963). In: WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa; WANDERLEY, Maria Nazareth (Orgs.). *Camponeses brasileiros*. Leituras e interpretações clássicas. Vol I. São Paulo: Unesp e Nead, 2009. p. 57-72.



RIBEIRO, Marlene. *Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR. Mais alimentos. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalsaf/programas/maisalimentos>. acesso em 08/01/2012.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2. ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1979.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno*. O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Unijuí, 2002.



GT 10 – Quadros institucionais de políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento

Políticas Públicas e conflitos institucionais em assentamentos rurais: um estudo de caso da região administrativa de Ribeirão Preto

Joelson Gonçalves de Carvalho¹

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp/Professor do Departamento de Ciências Econômicas e Exatas, Instituto Três Rios, UFRRJ, E-mail: joelsonjoe@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar alguns dos impactos econômicos e sociais em assentamentos rurais da região de Ribeirão Preto, gerados a partir do conflito institucional entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). A Região escolhida para a investigação está localizada no estado de São Paulo, centro dinâmico da economia brasileira, e é notadamente reconhecida como capital brasileira do agronegócio, sendo expressiva na atividade canavieira associada à produção de álcool e açúcar. Em que pese estas especificidades marcantes do capital agroindustrial, a região também conta com mais de 900 famílias assentadas em cinco importantes projetos de assentamentos rurais, sendo três deles estabelecidos sob a responsabilidade do ITESP e os dois sob responsabilidade do INCRA. A partir da pesquisa foram encontradas dificuldades adicionais para o desenvolvimento territorial expressas no conflito institucional sobre a condução dos processos produtivos nos assentamentos.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais, Agronegócio, Políticas Públicas, Conflito Institucional, Região Administrativa de Ribeirão Preto



Introdução

Este artigo versa sobre o conflito institucional presente na questão agrária paulista. A região escolhida – a Região Administrativa de Ribeirão Preto – não foi aleatória, pois é nela que o desenvolvimento das forças produtivas se consolidou, gerando grandes cadeias agroindustriais – especialmente a sucroalcooleira –, que se deram a partir do incremento científico-tecnológico com suas patentes alterações na quantidade de trabalho necessário, o que por seu turno alterou a composição técnica e orgânica do capital. A capitalização do setor agropecuário consolidou essa região como um dos polos agroindustriais mais importantes do Brasil.

Em que pese o fato de na RA de Ribeirão Preto concentrarem-se as atividades agrícolas de maior valor comercial do estado, em particular as atividades do complexo agroindustrial da cana-de-açúcar, importantes projetos de assentamentos rurais presentes nesta região foram pesquisados. Ao todo existem mais de 900 famílias em cinco assentamentos na RA, localizados nos municípios de Jaboticabal, Pitangueiras, Pradópolis, Serra Azul e em Ribeirão Preto. Os três primeiros foram estabelecidos sob a responsabilidade do ITESP e os dois últimos sob a responsabilidade do INCRA.

Como objetivo central a ideia é analisar os impactos decorrentes do conflito institucional entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal com o objetivo de realizar a reforma agrária no Brasil além de administrar as terras públicas do país. Também está sob a responsabilidade do INCRA a recuperação da infraestrutura dos assentamentos e ações de fiscalização e correção do passivo ambiental brasileiro. Hierarquicamente, está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Já o ITESP, segundo informações em seu site oficial, é a entidade responsável por planejar e executar as políticas agrárias e fundiárias do Estado de São Paulo e pelo reconhecimento das Comunidades de Quilombos.



1 – Notas sobre a questão agrária brasileira e paulista

As enormes disparidades na distribuição da renda e da propriedade no país colocam o Brasil entre as nações com os maiores índices de desigualdade do mundo, tendo o Estado contribuído sobremaneira para que isto ocorresse. Falando especificamente sobre o mundo rural, o modelo agrícola, baseado na elevada produtividade, que foi incentivado pelo governo federal, a partir dos anos 1960, ratificou a matriz agrícola moderna e voltada para o mercado internacional, desconsiderando, portanto, o fato de ser, a questão agrária brasileira, marcada pela desigualdade de acesso à terra e, por consequência, a financiamentos.

É explícito hoje que a modernização conservadora não alterou o padrão de crescimento da agricultura brasileira, marcado pela expansão extensiva. O crédito rural subsidiado permitiu uma expansão desproporcional da produção agropecuária, além de infraestrutura de suporte e apoio, expansão esta que se adequou convenientemente aos interesses mais imediatos, tanto do governo quanto dos grandes produtores, contudo, gerou um crescimento de fôlego curto que a partir dos anos 1980, mostrou seus limites e explicitou seus impasses (SZMRECSÁMYI e RAMOS, 1997, pág. 242). Em suma, o processo de modernização da agricultura impactou pesadamente o modo de produção rural, tanto em termos de incremento tecnológico quanto em quantidade de trabalhadores necessários.

A adoção indiscriminada das políticas neoliberais, notadamente a partir dos anos 1990, no bojo do processo de globalização, trouxe à realidade brasileira um duro golpe: o agravamento dos problemas estruturais nacionais, a exemplo da concentração de renda e propriedade. Este quadro de agravamento se deu *pari passu* com a redução das possibilidades de ação estatal concreta e coordenada para a efetiva superação do atraso social e econômico nacional. Em outras palavras reduz-se a capacidade de ação estatal na condução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico no mundo rural brasileiro, o que, por seu turno, agrava a realidade agrária, aumentando o número de ocupações, aumentando também a violência no campo, imprimindo a necessidade de se rediscutir os dilemas agrários nacionais.



Mesmo no estado de São Paulo, onde se concentra o maior parque industrial da América Latina e também a agricultura mais diversificada e moderna do país, as questões aqui levantadas não foram enfrentadas. São Paulo, com sua forte indústria e diversificação de sua agricultura, tornou-se um caso emblemático para se demonstrar que o avanço do capitalismo na agricultura se deu de modo concentrador e gerador de conflitos institucionais merecedores de análises.

A elevada concentração fundiária causada pela rápida modernização da agricultura paulista impactou diretamente na absorção de mão-de-obra. Além de uma redução relativa, houve também uma queda absoluta do número de famílias ocupadas em atividades agrícolas. Enquanto, em 1960, o estado tinha cerca de 1,7 milhões de pessoas ocupadas na agricultura, em 2006, esse número tinha se reduzido para 910 mil. A contínua redução de pessoal ocupado nas atividades agropecuárias se deu *pari passu* ao número de tratores no estado e a redução significativa da relação pessoal ocupado sobre o número de tratores (PO/TR) que declina de 63,56 trabalhadores por trator, em 1960, para uma relação de 6,27, em 2006. A desigualdade de acesso à terra no Brasil é uma realidade em todas as unidades da federação, contudo, chama a atenção o agravamento desta concentração no estado de São Paulo que de 0,758, em 1995, passa para 0,804, em 2006.

A luta pela terra no estado mais rico do país demonstra o quão complexo e contraditório é o processo de desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura brasileira e paulista. Sendo assim, a formação de assentamentos rurais no estado de São Paulo é uma consequência direta do elevado grau de conflitualidade entre posse da terra e exploração do trabalho.

2 – Região de Ribeirão Preto: a formação dos assentamentos rurais

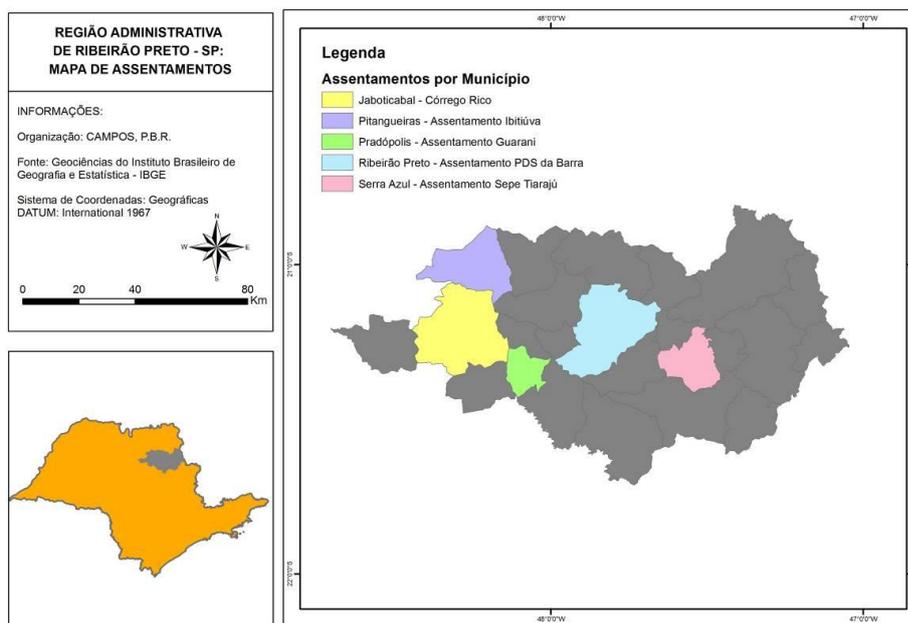
A Região Administrativa de Ribeirão Preto conta com uma população estimada em 1.248.360 habitantes, área de 9,3 mil km², constituída por 25 municípios, densidade demográfica de 134,23 hab./km² e taxa anual de crescimento populacional de 1,66% (SEADE, 2011)¹.

¹ Os municípios que compõem a RA são: Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guatapar, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Monte Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Taquaral (SEADE, 2011).



Esta região é uma das mais importantes na dinâmica agroindustrial estadual e nacional. Nela que as transformações produtivas na agricultura são mais visíveis com o desenvolvimento das forças produtivas se consolidado gerando grandes cadeias agroindustriais – especialmente a sucroalcooleira –, que se deram a partir do incremento científico-tecnológico com suas patentes alterações na quantidade de trabalho necessário, o que por seu turno alterou a composição técnica e orgânica do capital. Todavia, mesmo diante de um dinamismo econômico considerável, nas duas últimas décadas aumentou-se a *conflitualidade* nesta região, tendo os trabalhadores rurais passado da luta por melhores condições de trabalho à luta pela terra. Encontram-se, nesta região, cinco projetos de assentamentos rurais, que contam com 908 famílias beneficiadas. Os assentamentos se localizam nos municípios de Jaboticabal, Pitangueiras, Pradópolis, Serra Azul e Ribeirão Preto. Os três primeiros foram estabelecidos, na escala estadual, sob a responsabilidade do ITESP e os dois últimos, na escala federal, sob responsabilidade do INCRA (Mapa 1).

Mapa 1 – A RA de Ribeirão Preto e a localização dos municípios com assentamentos





É patente que a luta pela terra na região de Ribeirão Preto teve uma dinâmica bem específica. Por um lado, foi fruto do amadurecimento dos trabalhadores rurais e suas entidades sindicais que transcenderam das reivindicações por melhores condições de trabalho para uma etapa posterior, na qual a volta ao campo, na condição de camponês se materializou com desenvolvimento de três assentamentos: Córrego Rico, em Jaboticabal, Ibitiúva, em Pitangueiras e o assentamento Guarani, em Pradópolis. Por outro lado, ganhou, na territorialização do MST, além de mais dois assentamentos (o PDS Sepé Tiarajú, em Serra Azul e PDS da Barra, em Ribeirão Preto), um caráter mais combativo e conflitivo com o agronegócio. Esta luta ratificou a ocupação como estratégia de ação e os acampamentos como instrumento de resistência.

Em que pese o fato de na RA de Ribeirão Preto concentrarem-se as atividades agrícolas de maior valor comercial do estado, em particular as atividades do complexo agroindustrial da cana-de-açúcar, importantes projetos de assentamentos rurais presentes nesta região foram pesquisados. Ao todo existem mais de 900 famílias em cinco assentamentos na RA, localizados nos municípios de Jaboticabal (1998), Pitangueiras (1998), Pradópolis (1999), Serra Azul (2004) e o último, criado em 2007, em Ribeirão Preto. Os três primeiros foram estabelecidos sob a responsabilidade do ITESP e os dois últimos sob a responsabilidade do INCRA. Além do período de implantação, os assentamentos estaduais pesquisados apresentam outra importante característica comum, a saber: todos foram implantados em antigas áreas de hortos florestais pertencentes à FEPASA².

Os projetos mais recentes, sob a responsabilidade do INCRA, também apresentam uma importante característica comum: ambos são Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Isso significa que os princípios básicos norteadores destes projetos recaem no associativismo e na agroecologia como condição básica para a concessão do uso da terra e para o conseqüentemente acesso a crédito³. Em seguida, apresenta-se uma breve descrição dos projetos de assentamentos rurais, por ordem de implantação:

² Ao todo são treze assentamentos rurais em áreas de antigos hortos florestais da FEPASA, onde vivem aproximadamente 894 famílias oficialmente (OLIVEIRA, 2006).

³ Conforme Portaria INCRA 477/99 e Portaria MMA 01/99.



1) **Projeto de Assentamento Córrego Rico:** O Projeto de Assentamento foi implantado em 1998, com 47 famílias que ocuparam áreas da Estrada de Ferro FEPASA, no Distrito de Córrego Rico a 10 km de Jaboticabal. O assentamento possui 468 hectares de área total e 362 hectares de área agrícola, sob domínio do estado. Cada família conta com 7,7 hectares e com assistência técnica do ITESP;

2) **Projeto de Assentamento Guarani:** Criado em 1999, localiza-se no município de Pradópolis, contando com uma área agrícola de 3.018,53 hectares divididos em 274 lotes, de 11 ha aproximadamente, sendo que 60 deles estão em área pertencente ao município de Guatapar. É o maior assentamento da RA em área total e individual, destinada às famílias;

3) **Projeto de Assentamento Ibituva:** Localiza-se no município de Pitangueiras em área também pertencente à FEPASA. Iniciado o processo de ocupação em 1998, foi transformado em assentamento rural pelo ITESP em julho de 1999. Possui rea total de 725,01 ha, sendo composto por 43 lotes familiares de aproximadamente 8,5 ha, totalizando 367,09 ha de área agrícola;

4) **Projeto de Assentamento Sepé Tiarajú:** Tem uma área total de 800 ha, situada no município de Serra Azul, contando com 80 famílias assentadas. Foi criado oficialmente em 2004, constituindo o primeiro assentamento na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do Estado de São Paulo. Neste projeto, cada família detm pouco mais de nove hectares, sendo que destes, seis são utilizados na produção conjunta do núcleo e aproximadamente 3,6 ha são de área individual;

5) **Projeto de Assentamento PDS da Barra:** Localiza-se em Ribeirão Preto e é o mais recente assentamento da RA, tendo sido efetivado em 2007. Sua rea total é de 1.790,80 hectares. Na rea, foram assentadas 464 famílias pertencentes a três grupos distintos de luta pela terra, que detm 2 hectares cada para cultivo coletivo e individualmente apenas um hectare e meio.

Esta elevada capitalização do setor agropecuário na RA de Ribeirão Preto não escamoteou a luta pela reforma agrária. Mesmo com o forte predomínio do agronegócio, existe na região forte desigualdade no campo, acompanhada de expressiva luta pela terra, por parte de movimentos sindicais e sociais organizados, especialmente a partir da década de 1980. As mais de 900 famílias beneficiadas nestes cinco assentamentos na região demonstram a incapacidade do modelo de desenvolvimento rural alicerçado no agronegócio em resultar na geração de empregos e no combate à pobreza rural.



O aumento dos conflitos no campo e da luta pela terra, na região estudada, nos marcos da grande heterogeneidade estrutural da agricultura paulista, revela que as distintas lógicas produtivas ficaram ao largo das melhorias das condições de vida dos trabalhadores do campo.

3 – Agronegócio e agricultura camponesa em Ribeirão Preto: políticas públicas e conflitos institucionais

Nesta região, um dos grandes enfrentamentos é a hegemonia setorial da agricultura pelo agronegócio, dada pela expansão contínua dos investimentos na produção sucroalcooleira. O cultivo da cana, em 2010, por exemplo, representou 78,2% de todo o valor da produção da RA e 9,4% de todo o valor da produção desta cultura no estado. A presença de várias unidades industriais ligadas diretamente ao setor agrícola consolidou esta região como um dos polos agroindustriais mais importantes do Brasil. Entretanto, mesmo com o forte predomínio do agronegócio, na região de Ribeirão Preto, existe forte desigualdade presente no campo, acompanhada de expressiva luta pela terra, por parte de movimentos sindicais e sociais organizados, especialmente a partir da década de 1980, quando os trabalhadores rurais passaram da luta por melhores condições de trabalho à luta pela terra. A luta contra o agronegócio e as contradições presentes nesta luta é que dão forma e conteúdo ao campesinato e à questão agrária regional. Em outras palavras, mesmo com elevada capitalização do setor agropecuário, é impossível escamotear os dilemas relacionados ao não enfrentamento da questão agrária em prol dos interesses dos grandes proprietários rurais e a fragilidade institucional encontrada na região é um exemplo marcante.

A comparação entre as realidades dos assentamentos da região demonstram que a ação das instituições – INCRA e ITESP –, é conflitante. Um primeiro foco do conflito está presente na forma de entendimento sobre a condução dos processos produtivos nos assentamentos. Enquanto para o INCRA a produção do assentado deve ater-se na produção de alimentos e culturas distintas do agronegócio o ITESP institucionalizou a “parceria” com as grandes agroindústrias, notadamente as usinas da região. Este órgão, através da Portaria 77/2004 regulamentou as culturas agroindustriais, “limitando” o plantio delas a 50% da área agricultável dos lotes de até 15 hectares e 30% dos lotes acima de 15 hectares.



Esta portaria também reforça a proibição do arrendamento, mas não atribui nenhuma importância à necessidade de trabalho coletivo no interior dos assentamentos. Na parceria com empresas agroindustriais as empresas oferecem aos produtores os insumos necessários e a garantia de compra da safra.

Em que pese ser uma portaria para toda a agroindústria, o predomínio da atividade canavieira na região de Ribeirão Preto monopolizou os contratos. Para a melhor compreensão da atual relação de dominação do capital sucroalcooleiro sobre os assentados, cabe recuperar as observações de Amin:

Assim, o capital dominante anula a renda, isto é, livra-se da propriedade fundiária e proletariza o camponês trabalhador. É certo que conserva a propriedade formal da terra, mas não tem mais sua propriedade real. Conserva, também, a aparência de um produtor comerciante que oferece produtos no mercado, mas na verdade é um vendedor da força de trabalho, e sua venda é disfarçada pela aparência de produção comercial. Assim o camponês é reduzido, de fato, à condição de trabalhador a domicílio (AMIN, 1986, pág. 29).

Este processo de dominação do agronegócio sobre os projetos de assentamentos da região não estão se dando pacificamente. Um ponto a ser destacado é a posição do MST sobre o agronegócio e o que os assentados praticam na região, especialmente daqueles sob a tutela do ITESP. Mais que uma luta contra o latifúndio, o MST, elegeu o agronegócio como um dos principais inimigos de um desenvolvimento rural de caráter progressista, socialmente justo e ambientalmente correto. O enfrentamento direto do movimento com o agronegócio ficou claro na carta resultante do seu 5º Congresso Nacional que em um de seus pontos destacou:

Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Baer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país (MST, 2007)⁴.

Em decorrência da disputa de projetos que envolvem movimentos, governo estadual (via ITESP) e governo federal (via INCRA), surgiu outro conflito, de ordem mais institucional: a “federalização” dos assentamentos rurais. A questão central está no questionamento sobre a posse legal das áreas do horto florestal.

⁴ A referida passagem é o sexto de dezoito pontos. O 5º Congresso Nacional do MST foi realizado em Brasília em junho de 2007. Ele é a instância máxima de deliberação do movimento e é realizado de cinco em cinco anos. A íntegra da carta se encontra no site do MST: www.mst.org.br, acessado em 08 de fevereiro de 2011.



Originalmente estas áreas pertenciam a Fepasa (Ferrovia Paulista SA). Mas com a federalização da Fepasa, em 1988, seu patrimônio passou para a GRPU (Gerência Regional do Patrimônio da União). Diante disto, o INCRA solicitou, em 2009, da referida gerência um “Termo de Autorização de Guarda Provisória” que afetou, especificamente na RA estudada, os hortos Guarani, Ibitiúva e, com mais contundência, o Horto Florestal Córrego Rico.⁵

Neste último assentamento, em novembro de 2009, o conjunto dos assentados solicitou o afastamento temporário (e proibiu a entrada) de todos os técnicos que prestavam serviços de assistência técnica no local. A decisão foi tomada sob a argumentação da duplicidade funcional e a situação conflituosa entre o INCRA e o ITESP. O objetivo foi o de entender a questão da “federalização do assentamento” e definir um modelo unificado de assistência técnica.

Neste contexto, a Portaria nº 50 de junho de 2004, acabou por facilitar a desistência dos beneficiários de projetos estaduais de reforma agrária. Esta portaria dispõe dos mecanismos para a desistência dos assentados de seus lotes, recebendo, em dinheiro, as benfeitorias realizadas, tais como viveiros, estufas, tanques, plantações comerciais ou paisagísticas, além das construções de modo geral. É um dispositivo que beneficia a família que, por diversos problemas, não se adaptou ou não pode ficar no lote, bem como pessoas idosas que se encontram incapazes de realizar o trabalho braçal (e por determinação legal não podem se valer de contratação de mão-de-obra permanente ou temporária). Entretanto, esta portaria carrega consigo uma contradição, pois quando estabelece os critérios para o ressarcimento das benfeitorias realizadas pelos assentados acaba por favorecer a entrada de famílias com mais recursos financeiros, distanciando os projetos de seus beneficiários prioritários que são as famílias de baixa renda.

⁵ Segundo informações da Afitesp, nessa nítida situação de indefinição institucional sobre a responsabilidade administrativa dessas áreas, contabilizam-se treze assentamentos rurais implantados em áreas de antigos hortos florestais pertencentes à União, totalizando um número aproximado de 900 famílias de agricultores familiares assentados, que residem e trabalham nessas áreas. São treze mil, quinhentos e oitenta e sete hectares de área total, distribuídos em 10 municípios: Sumaré, Araras, Ipeúna, Cordeirópolis, Mogi Mirim, Pradópolis, Bebedouro, Restinga, Jaboticabal e Pitangueiras, conforme <http://www.afitesp.com.br/>, acessado em dezembro de 2010.



Neste quadro, a emergência de projetos com foco no trabalho coletivo, socialmente justo e ambientalmente correto, a exemplo da Comuna da Terra, incentivados pelo INCRA, na ótica do PDS são paradoxais. O PDS se aproximou bastante da concepção de Comuna da Terra, desenhada pelo MST, pois, em tese, ele não prevê titulação individual da terra e visa o manejo ecológico, com o cultivo de áreas já degradadas, especialmente pelo manejo predatório das monoculturas, notadamente de eucalipto e cana-de-açúcar, facilitando, para o movimento, a implantação de uma nova forma de assentamento, mais cooperativo e solidário.

A ideia da Comuna da Terra, formulada pelo MST e em desenvolvimento no Sepé Tiaraju e no PDS da Barra, notadamente no núcleo de 264 famílias do MST, é um diferencial no fortalecimento da vida camponesa, pois estes assentamentos não são tratados apenas como unidades produtivas, mas também como núcleos de convivência social, responsáveis por atividades comunitárias autônomas. Na Comuna da terra criam-se núcleos de famílias, próximos à cidade, com uma melhor infraestrutura. As famílias passam a ter uma maior relação social, viabilizando a produção e a ação coletiva.

A concepção da Comuna da Terra é bem apropriada ao perfil dos assentados da região, pois consegue articular, no assentamento, trabalhadores oriundos da área urbana, excluídos e desempregados que possuem pouca ou nenhuma experiência com o trabalho rural. Esta proposta tem como foco o trabalho conjunto como forma de sociabilidade e funcionalidade.

Cabe deixar claro que a falta de acesso a créditos, em decorrência da elevada inadimplência, aumentou a importância de dois programas federais de aquisição da produção, o PAA e o PNAE. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, foi pensado como uma estratégia para superar os obstáculos na comercialização da produção dos agricultores familiares⁶. Elaborado no bojo das ações do Programa Fome Zero, integrou diversos ministérios de modo a garantir, em tese, *qualidade, quantidade e regularidade* no fornecimento de alimentos à população em situação de insegurança alimentar (SCHIRMANN, et. al. 2007).

⁶ Instituído pelo Artigo 19 da Lei n°. 10.696, de 2 de julho de 2003 regulamentado pelo Decreto n°. 4.777, de 2 de junho de 2003.



O PAA procura incentivar a agricultura familiar e viabilizar a utilização da produção de assentados em escolas, creches, hospitais e outros projetos das prefeituras. Em linhas gerais o programa se vale de aquisições de produtos agrícolas com doações simultâneas ou ainda de compras antecipadas vinculadas a estas doações. É operacionalizado pelos governos estaduais, municípios e também pela CONAB (SCHIRMANN, et. al. 2007, pág. 326)⁷.

Este mecanismo federal tem importância cabal para agricultores familiares assentados ou não, pois criam alternativas de escoamento da produção para mercados locais, contudo, além do diminuto valor estabelecido como teto para as famílias assentadas, também trás uma barreira institucional que é a adesão das prefeituras ao projeto de desenvolvimento de assentamentos rurais.

Na tentativa de viabilizar o PAA, o governo ativou o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. O PNAE é datado de 1955, sendo o direito a alimentação escolar estabelecido apenas na Constituição de 1988. Mas foi apenas em 2009 que o Governo determinou que pelo menos 30% do valor destinado à alimentação escolar deveriam ser obtidos a partir da compra direta de produtos da agricultura familiar⁸.

Mesmo incipientes ou inexistentes nos assentamentos pesquisados, tanto o PAA quanto o PNAE podem assumir maior importância na vida dos assentados, pois, com a garantia de preços mínimos, melhoram tanto econômica quanto socialmente as condições de vida dos assentados. Outro aspecto importante destes programas é que eles estimulam a diversificação da produção a partir do aumento da produção de gêneros alimentícios, aumentando a integração dos assentamentos com o mercado e a comunidade local, especialmente quando a distribuição desta produção é gratuita para entidades assistenciais (HESPANHOL, 2008).

⁷ A participação dos assentados de SP supera a de todos os demais estados: em números da Conab de 2008, são 3,3 mil produtores assentados envolvidos no Programa; em termos relativos, isto representa cerca de 20% do total de assentados no estado, proporção maior que a dos estados do RS (15%) e SE (11%), segundo e terceiro maior conjunto de assentados fornecedores para o PAA (Pesquisa INCRA/IPEA, 2010).

⁸ Conforme Lei nº 11.947 de junho de 2009. Do Artigo 14 da referida Lei destaca-se “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas”.



Os assentamentos da RA mostram que, além das questões inerentes ao financiamento e à comercialização, a forma de produção deve ser problematizada dentro de um contexto maior no qual se confrontam dois modelos: um modelo baseado, pelo menos em parte, no pacote da revolução verde (aqui incluídos os três assentamentos das áreas de hortos) e outro a partir do discurso da agroecologia e sustentabilidade (aqui incluídos os dois assentamentos de responsabilidade do INCRA e com o MST como movimento social protagonista).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de um projeto de assentamento não pode estar ancorada apenas em variáveis quantitativas. É necessário, para sua formulação que se leve em conta, o desemprego rural e urbano, o elevado custo da exclusão social e o perene êxodo rural, com todas as suas consequências. Ademais, não se pode negar que os problemas urbanos (violência, degradação urbana, expansão de anéis periféricos, entre outros) estão intimamente ligados à histórica questão agrária no Brasil (CANO, 1985).

A criação de assentamentos gera trabalho, melhora a qualidade de vida dos assentados e reduz o movimento migratório rumo às cidades. Mas para o efetivo sucesso destes empreendimentos é necessário que os assentamentos sejam dotados de infraestrutura social que garantam estabilidade familiar e neste sentido, acesso a saúde e educação são fundamentais. O acesso a serviços de saúde e educação constitui estímulo à permanência dos assentados na terra e tem importância cabal nas decisões da segunda geração das famílias assentadas.

Cabe frisar que os assentamentos pesquisados, resguardadas suas especificidades, desmentem os mitos criados pela visão conservadora na qual a modernização da agricultura teria esgotado a disponibilidade de terras não aproveitadas, especialmente porque os assentamentos pesquisados estão em uma região de notadamente hegemonizada pelo agronegócio. Outro ponto importante que deve ficar claro é que aumento da produção e do emprego no campo e, portanto, do combate a pobreza, não foram resolvidos pelo modelo produtivista do agronegócio sendo, a luta pela terra, na RA de Ribeirão Preto, prova cabal disto.



O *modus operandi* dos camponeses da região, suas formas de ação, articulação comercial, produção e reprodução social demonstram que, embora o capitalismo no campo seja predominante, não pode ser a partir dele que se deve qualificar, julgar ou analisar a agricultura de caráter familiar, especialmente os assentamentos rurais. O lote não pode ser visto como unidade de produção capitalista que visa maximização dos lucros e sim o lócus de identidade e reprodução social, no qual o assentado produz e consome, podendo, inclusive gerar excedente comercializável. Em tempo, é importante deixar claro que, em muitos casos, atividades desenvolvidas os lotes são insuficientes para a manutenção de todo o núcleo familiar⁹.

Dada a limitação de tamanho dos lotes rurais e, por consequência, a elevada relação entre a mão-de-obra disponível e a quantidade de trabalho a realizar, é comum que membros da família busquem, fora das áreas dos assentamentos, notadamente, em trabalhos urbanos ou nas empresas do agronegócio, renda externa, o que, em si, não deve ser colocado como fracasso das políticas rurais e sim como ações necessárias, dadas as limitações oriundas da ausência de planejamento público, sempre a reboque, pelo menos no campo, das ações dos movimentos sociais.

Por fim, é preciso ficar claro que a produção de cana destinada às usinas sucroalcooleiras não é uma possibilidade viável a todos os pequenos agricultores, incluindo-se aí os assentamentos. Ramos (2008) demonstrou que a expansão da atividade no estado de São Paulo foi acompanhada por uma concentração da produção de cana nos grandes fornecedores e produtores, entre os anos 1995/96 à 2005/06. O arrendamento é uma prática comum em todo o estado, contudo, no PDS Sepé Tiaraju, além das limitações legais, não se poderá contar com os “benefícios” das parcerias com as usinas pela própria estrutura limitada das terras, sendo, a prática cotidiana para subsistir em um espaço dominado pela agricultura capitalista, a verdadeira prova da possibilidade de alternativas de desenvolvimento.

⁹ Cabe aqui recuperar uma passagem de Chayanov (1974, p. 101 como citado em GIRARD, 2008, p. 98) “Quando a terra é insuficiente e se converte em um fator mínimo, o volume da atividade agrícola para todos os elementos da unidade de exploração se reduz proporcionalmente, em grau variável, porém inexoravelmente. Mas a mão-de-obra da família que explora a unidade, ao não encontrar emprego na exploração, se volta [...] para atividades artesanais, comerciais e outras atividades não-agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família”.



Referências Bibliográficas

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. (1977). *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CANO, W. (1985). Explosão urbana e reforma agrária. Apresentação oral no Seminário *A primeira proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República e o Brasil dos anos 80*. Promoção: ABRA, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC e Núcleo de Estudos, Pesquisas e Documentação Rural – ILCSE/UNESP. Mimeo.

FIRMINIANO, F. D. (2009). *A formação cultural dos jovens do MST: a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto-SP*. Dissertação de Mestrado. FCLAR/UNESP.

GIRARDI, E. P. (2008). *Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

HESPANHOL, R. Ap. de M. (2008). Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, agosto, vol. XII, nº 270.

IBGE (2009). *Censo Agropecuário de 2006*. Rio de Janeiro – RJ.

RAMOS, P. (2008). Os impactos da expansão da lavoura canavieira na estrutura fundiária e as manifestações de sua concentração no Brasil. In: *Workshop sobre impactos da evolução do setor sucroalcooleiro*. Campinas, maio.

SCHIRMANN, G. S. (2007). O programa de aquisição de alimentos (PAA) como estratégia de promoção da agricultura familiar. In: *Rev. Bras. de Agroecologia*, out. 2007 Vol.2 Nº. 2

SCOPINHO, R. A. et al. (2005). *A cultura em organizações econômicas populares autogestionárias: cooperação e contradições do processo organizativo*. São Carlos, UFSCar. 126p. Relatório de Pesquisa (CNPq/Edital 06/03, 40.2968/2003-4).

SCOPINHO, R. A. et. al. (2007). O processo organizativo do assentamento Sepé Tiaraju: novos ânimos no cenário dos movimentos sociais na região de Ribeirão Preto. In: *Revista da ABRA*, São Paulo, v. 34, nº 1, p. 149-176, jan-jun.

SEVERI, F. C.; PINTO, J. M. R.(2010). Experiência, memória e luta dos assentados do Sepé Tiarajú em torno da produção orgânica e agroecológica. In: *V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ambiente e Sociedade*. Florianópolis- SC. Anais do V Encontro Nacional da Anppas.

SZMRECSÁNYI, T. & RAMOS, P. (1997). O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: SZMRECSÁNYI, T. & SUZIGAN, W. (Orgs.), *História Econômica do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Ed. Hucitec.



GT 10 – Quadros institucionais de políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento

PRONAF: Dimensões desta política pública direcionada à agricultura familiar no Brasil com ênfase ao estado do Pará – Região Norte

Patrícia Oliveira da Silva¹

José Luiz Terceros Sirotheau²

¹ Mestranda em Geografia/PPGEO/UFPA/oliveira.pati@hotmail.com

² Mestrando em Geografia/PPGEO/UFPA/jlsirotheau@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho evidencia o papel tido pela agricultura familiar no cenário brasileiro, a qual passa da condição de atividade secundária para assumir papel de destaque nas políticas públicas empreendidas para este grupo social, com ênfase ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Neste sentido, realizou-se num primeiro momento, a exposição e, por conseguinte análise dos aspectos gerais intrínsecos ao referido programa, no que concerne aos seus principais limites e avanços junto aos agricultores familiares, em segundo priorizou os financiamentos, seus direcionamentos e finalidades, sobretudo no que concerne a região Norte, precisamente o estado do Pará. A análise concisa acerca do PRONAF não consistiu em elevar seus limites, mas de reconhecer a sua importância, e contribuir para seu aprimoramento enquanto política pública voltada ao desenvolvimento destes grupos sociais.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Política Pública, PRONAF, créditos



Introdução

A legitimação e valorização da agricultura familiar, assim como as políticas públicas específicas para este segmento numeroso e heterogêneo da agricultura são extremamente recentes no Brasil. É precisamente a partir da década de 1990 que se observa a criação de políticas públicas especificamente para este segmento do espaço agrário, neste contexto tem destaque o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

À reflexão que se tece neste trabalho, está alicerçada numa análise crítica acerca do programa em questão, compreendendo que a criação deste revela o reconhecimento e importância fundamental da categoria agricultura familiar no abastecimento alimentar do país, resguardando as proporções da intuição da conceituação deste segmento. A esta abordagem, somam-se as análises do conteúdo do programa já citado, bem como a utilização de indicadores secundários.

Para tal análise, realizou-se levantamento bibliográfico, documental, e censitário e, por conseguinte sua sistematização e interpretação. O presente artigo está organizado em três seções, além desta introdução. Na primeira seção, discorreu-se sobre os aspectos gerais do PRONAF alguns elementos essenciais que norteiam este programa, num segundo momento priorizou os financiamentos, seus direcionamentos e finalidades, sobretudo no que concerne a região Norte, precisamente o estado do Pará e por fim algumas considerações finais referente ao conteúdo aludido ao longo do texto.

2- Aspectos gerais acerca da política estatal – PRONAF

No processo histórico brasileiro, o país persistiu em privilegiar um modelo de desenvolvimento alicerçado na agroexportação e na grande propriedade, sobretudo desenvolvida em latifúndios, ou seja, grandes extensões de terra, utilizando um número elevado de mão-de-obra assalariada e apresentando elevados índices de renda com a produção, na sua maioria, voltada às monoculturas.

Para Oliveira (2007, p.21), pode-se dizer que a agricultura apresentou dois caminhos, “[...] desenvolveu-se em duas direções: de um lado, a agricultura especificamente capitalista,



baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não-capitalistas [...]”, como a voltada à subsistência, bem como a produção para o mercado local.

Desta forma, a grande propriedade se impôs como modelo a ser legitimado e a receber o estímulo econômico expresso nas políticas agrícolas nacionais. Já a agricultura desenvolvida pelos agricultores nos núcleos familiares, neste contexto, ocupou um espaço secundário na sociedade brasileira, ficando em segundo plano nas políticas de incentivo, e impossibilitada, desta forma, de desenvolver-se plenamente enquanto forma social específica de produção. (Wanderley, 1996)

A agricultura familiar enfatizada nesta pesquisa, marginalizada historicamente, passa a partir, sobretudo da década de 1990 a ser referência nas políticas agrícolas. Dentre as políticas concernentes à agricultura familiar, Denardi (2001) destaca o papel da Previdência Social como sendo a política social de maior abrangência, acompanhada do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A importância tida pela Previdência Social é também enfatizada por Delgado e Cardoso Jr (1999), os quais demonstram que a agricultura familiar, em algumas realidades fragilizada, tem na renda previdenciária, ou seja, nas aposentadorias ou benefícios dos agricultores, um auxílio complementar à produção agrícola familiar para garantir uma melhoria na qualidade de vida destes.

No que se refere ao PRONAF, este foi criado por meio do Decreto 1.946, de 28 de junho de 1996, em princípio, esteve sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do então Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAA). Em 1999, no início do segundo mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), o programa foi transferido para a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O reconhecimento da agricultura, com predomínio da mão de obra familiar realizada em áreas reduzidas se comparadas aos latifúndios, por parte do governo federal traduzido numa política pública voltada para este segmento, deve ser entendido num contexto maior, o qual inclui à reorganização, bem como o surgimento dos movimentos populares do campo, a partir do fim do regime militar. A partir deste período são retomadas as lutas pela reforma agrária, além das reivindicações em torno do crédito rural.



Conforme Altafin (2003), se por um lado não se pode desconsiderar a influência dos movimentos rurais nas medidas adotadas no início do governo FHC, por outro, a tendência para um novo ordenamento do Estado também condicionou este processo. O PRONAF segue essa tendência mundial, que se materializa nas orientações preconizadas pelo Banco Mundial desde o início da década de 1990. As recomendações do banco têm como referência principal a trajetória dos países desenvolvidos, onde a agricultura familiar ocupou papel relevante na modernização do setor.

Neste sentido, O PRONAF que objetiva o fortalecimento da agricultura familiar por meio de apoio técnico e financeiro para promover o desenvolvimento rural sustentável, tem como meta principal fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar e assim contribuir para a geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. Para tanto está definido duas formas de crédito: o crédito de custeio e o crédito de investimento.

Este programa concebe a agricultura familiar enquanto um modelo de organização produtiva agropecuária, no qual predomina a combinação entre gestão, propriedade, produção, os quais são direcionados pelo trabalho familiar, sendo complementado pelo trabalho assalariado, este apresentando limites no que diz respeito ao acesso ao crédito.

Para efeitos legais considera-se agricultor familiar aquele que se enquadra na Lei Federal 11.326 de 24 de julho de 2006, que não detenha qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento; dirija seu estabelecimento com sua família. São acrescentados a estes, os silvicultores, assentados da reforma agrária, aquícultores, extrativistas e pescadores que atendam os requisitos estabelecidos na mesma lei.

Para Neves (2007) a referida caracterização, bem como o público pretendido e instituído pelo PRONAF, guarda uma diversidade, que ao invés de caracterizar os agricultores, recai numa descaracterização dos mesmos, uma vez que aglutina numa mesma perspectiva teórica, metodológica e conceitual agricultores com histórias, experiências, culturas e modos de vida diversos.

A ponderação feita anteriormente faz referência à incorporação de uma heterogeneidade de grupos sociais entendidos enquanto agricultores familiares como os



assentados (beneficiados do Programa Nacional da Reforma Agrária), posseiros, arrendatários ou parceiros, pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, aquicultores, maricultores, piscicultores, comunidades quilombolas, povos indígenas e criadores de animais silvestres. Os quais para serem atendidos pelo programa necessitam atender a alguns critérios, conforme documento oficial:

Para ter acesso ao PRONAF, é necessário:

- trabalhar na terra em condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário (assentado) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
- residir na propriedade rural ou em local próximo;
- dispor de área inferior a quatro módulos fiscais. O módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectare fixada para cada município. Varia de 5 a 110 hectares (procure saber o tamanho do módulo fiscal na prefeitura, nos sindicatos rurais e dos trabalhadores rurais e nos agentes financeiros);
- ter renda bruta anual do grupo familiar entre R\$ 6 mil e R\$ 110 mil com pelo menos 70% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária¹ do estabelecimento, ou abaixo de R\$ 6 mil com pelo menos 30% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- ter, no máximo, dois empregados, sendo que a mão de obra deve ser prioritariamente familiar. Eventualmente, em épocas de plantio e colheita, pode ter mão de obra temporária, devendo essa mão de obra ser predominantemente familiar. (p. 8) (Cartilha de acesso ao PRONAF, 2011-2012)

São beneficiários do PRONAF, as pessoas que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), esta representa um atestado confirmando que o proponente se enquadra na categoria de agricultor familiar, segundo critérios definidos pelas normas do Banco Central. O primeiro passo para o agricultor familiar conseguir o financiamento do PRONAF é procurar a Emater de seu município ou o Sindicato a que esteja afiliado para obter a sua DAP, esta é gratuita e sua finalidade é identificar os agricultores familiares e/ou formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural.

¹ Como atividades não agropecuárias, são incluídos os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outros serviços no meio rural que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.



Conforme as características contidas no PRONAF, elaborou-se um quadro demonstrativo da delimitação dos diferenciados grupos² beneficiados com as linhas de créditos tidas pelo programa, o qual tem como eixos básicos, o financiamento da produção agrícola, o financiamento de infra-estrutura e serviços municipais, a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares, entre outros.

Quadro 1: Enquadramento no PRONAF e linhas de crédito

Linhas de crédito	Especificação	Renda bruta a.a	Limite	Juros	Prazo
Grupo A (Investimento)	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), público-alvo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e os reassentados em função da construção de barragens	Até R\$ 14 mil	Até R\$ 21,5 mil	0,5% a 1% ao ano	Até 10 anos
Grupo A/C (Custeio)	Agricultores familiares assentados pelo PNRA ou público-alvo do PNCF Que já tenham contratado a primeira operação no Grupo A	Até R\$ 14 mil	Até R\$ 15 mil (R\$ 5 mil por operação)	0,5 % ao ano	Até 2 anos
Grupo B Microcrédito rural (investimento)	Agricultores familiares que tenham uma propriedade menor que quatro módulos fiscais com no máximo dois empregados	Até R\$ 6 mil	Até R\$ 2 mil por operação	0,5% ao ano	Até 2 anos
Grupo AF Agricultor familiar	Antigos Grupos “C” “D” “E” “V” (grupos consolidados)	Acima de R\$ 6 mil até	Custeio/ Investim ento:	Custeio: Até R\$ 50 mil 1,5%	Custeio agrícola: até 3 anos.

² Além destes grupos, o programa também criou linhas especiais de crédito para o PRONAF Agroindústria, PRONAF Mulher, PRONAF Jovem, PRONAF Semiárido, PRONAF Agroecologia, PRONAF Floresta, PRONAF Eco, PRONAF Mais Alimentos e PRONAF Cotas-Parte, contudo nos deteremos nesta pesquisa, somente aos grupos genéricos.



(Custeio investimento)		R\$ 110 mil	Até R\$ 50 mil	a 4,5% ao ano. Investimento: Até R\$ 50 mil 1% a 2% ao ano	Custeio pecuário: até 1 ano. Investimento: até 10 anos
Agricultores familiares Também se enquadram, exceto nos grupos "A" e "A/C" Renda até R\$ 110 mil	<ul style="list-style-type: none"> -Pescadores artesanais; -Extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável; -Silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas; -Aqüicultores, maricultores e piscicultores; -Comunidades quilombolas; - Povos indígenas; -Agricultores familiares que se dediquem à criação ou ao manejo de animais silvestres para fins comerciais; 				

Fonte: Adaptado da cartilha do PRONAF 2011/2012

Apesar do investimento indiscutível a este segmento do espaço agrário, tem-se ainda a notória expressão, nas entrelinhas do programa em questão, de uma classificação arbitrária que caracteriza a agricultura familiar e seus produtores, não pelo conteúdo, mas por suas formas, buscando sua conformidade com a agricultura patronal, uma vez que busca a especialização produtiva, bem como a uniformidade tecnológica entre os agricultores consolidados denominados de agricultores familiares (anteriormente enquadrados nos grupos D, E, V) e os entendidos em transição (grupo A, B), esta perspectiva pode ser confirmada a partir da ênfase nas atividades que geram renda, condição para obtenção dos financiamentos.

No que se refere a esta tecnificação da agricultura familiar por meio do PRONAF, Carneiro (1997) já advertia para o fato de esta dotação tecnológica em nível elevado resultar na migração forçada de muitos trabalhadores rurais para as cidades, por não conseguirem sua inserção no trabalho, e conseqüentemente atenuando a expropriação do trabalhador rural, ao invés de fixá-lo ao campo.

Ao analisar a base dos dados da implementação do PRONAF, Alentejano (2000) revela que os créditos concedidos à agricultura familiar ainda são extremamente limitados, visto que a liberação dos créditos estava concentrada, na sua maioria, na região Sul, precisamente em três estados, do total de cinco regiões contempladas pelo programa.

Na tabela a seguir, a partir de uma consulta ao anuário estatístico do crédito rural de 2009 a 2010, a qual apresenta a adição das atividades financiadas (agricultura e pecuária),



bem como a finalidades dos créditos (custeio e financiamento), foi possível perceber certa disparidade entre as regiões, com destaque para o grande volume de financiamentos concentrados na região Sul, onde possivelmente se localizam os agricultores familiares mais modernizados e integrados as agroindústrias, ficando uma parcela significativa de agricultores familiares aquém deste processo, localizados principalmente na região Norte, a qual apresenta conforme os dados um dcrescimo nos recursos repassados de 2009 a 2011.

Tabela 1- Acesso ao crédito do PRONAF por Região no período de 2009 a 2011

Região	2009		2010		2011	
	Contratos	Valor (R\$)	Contratos	Valor (R\$)	Contratos	Valor (R\$)
Centro-Oeste	53.930	763.666.470,51	53.222	843.649.371,77	49.311	886.377.493,57
Nordeste	643.452	1.383.572.556,85	643.163	1.531.694.494,54	644.028	1.659.650.994,71
Norte	102.150	798.131.207,46	94.505	852.332.766,70	72.652	785.651.766,85
Sudeste	272.892	2.588.303.717,69	266.703	2.914.069.852,52	243.416	2.957.165.245,95
Sul	632.523	5.685.173.145,98	527.893	5.846.890.904,92	504.343	6.537.619.517,35
Brasil	1.704.947	11.218.847.098,49	1.585.486	11.988.637.390,45	1.513.750	12826465018,43

Fonte: Banco Central do Brasil (2012)

As instituições financeiras responsáveis pelo repasse destes créditos ao programa são o Fundo de Amparo ao trabalhador (FAT), Fundo constitucional de financiamento do Centro-Oeste (FCO), Fundo constitucional de financiamento do Nordeste (FNE), Fundo constitucional de financiamento do Norte (FNO), Fundo de defesa da economia cafeeira



(FUNCAFE), Manual de Crédito Rural (MCR 6.2), Poupança Rural (P. RURAL), Recursos Próprios Livres (RPL), Recursos do Tesouro Nacional (RTN).

Ao analisar os dados da tabela 1, observou-se que a região Nordeste é a única região que em números de contratos, vem apresentando um crescimento ao longo destes três anos, consolidando-se na primeira posição, no que se refere ao número de contratos financiados. Contudo apesar do Nordeste ter sido a região que mais contratou financiamento nestes últimos anos, a região Sul, embora tenha gerado um número de contratos inferior, foi à região ao longo destes anos, que mais recebeu dinheiro do PRONAF, levando em consideração o montante em reais.

Considerando tanto as informações acerca dos créditos repassados as regiões, quanto os dados relativos às linhas de crédito e os limites de crédito para cada linha, supõe-se que apesar do número de contratos da região Sul ser inferior à região Nordeste, os grupos que obtiveram estes financiamentos estão inseridos nos grupos de agricultores familiares consolidados, os quais podem obter um financiamento maior junto ao programa, esta se configura numa possível explicação para a diferença de valores em crédito repassados para as regiões Sul e Nordeste, tendo em vista o número de contratos obtidos por estas regiões.

Para Alentejano (2000, p.5), apesar das políticas agrícolas, sobretudo a partir da década de 90, estarem sendo direcionadas ao fomento da agricultura familiar no Brasil, como o PRONAF, ainda não se percebeu estas políticas sendo efetivamente concretizadas na sua totalidade. Para este autor, isto se dá em decorrência de tais políticas revelarem um caráter estruturalmente excludente, uma vez que partem,

[...] da consideração de que as ações visando à modernização da agricultura familiar devem se voltar para a parcela de agricultores familiares considerados em situação intermediária ou em transição, ou seja, excluem a maioria dos agricultores familiares brasileiros considerando que não possuem terra, capital, ou qualificação suficiente para acompanhar tal processo.

O PRONAF se apresenta enquanto uma política estatal para quem tem terra, mas não se pode negligenciar número significativo de agricultores que não tem terra e luta de forma organizada, para tê-la como espaço de trabalho e moradia. Conforme Mitidiero Junior (2011) os dados do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) apresentam que



aproximadamente 4 milhões de famílias existentes no Brasil não possuem terra, totalizando mais de 10 milhões de pessoas.

3- Características do PRONAF na Região Norte e no estado Pará

A região Norte do Brasil é composta por sete estados: Pará, Amapá, Amazonas, Tocantins, Roraima, Rondônia e Acre. A sua população, segundo o IBGE (2010) corresponde a 15.484.929 habitantes, destes 11.664.509, ou seja 73,5% são considerados população urbana e 26,5% ou 4.199.945 foram quantificados enquanto população rural. Apesar de ser uma das maiores regiões em termos de extensão e apresentar uma população rural significativa, esta região foi a que concentrou menor número de contratos, bem como menor valor de créditos em reais, como foi possível apreender da tabela 1.

O Censo Agropecuário de 2006 trouxe informações oficiais acerca dos agricultores familiares no Brasil, pautando-se na Lei Federal 11.326 de 24 de julho de 2006, que define a agricultura familiar. Neste sentido, a partir dos dados divulgados confirmou-se que dentre os estados da região Norte o Pará é o estado que apresenta o maior número de estabelecimentos familiares, apresentando 196.150 mil estabelecimentos, conforme a tabela 2.

Tabela 2: Estabelecimentos e área da Agricultura Familiar segundo o estado do Pará, Região Norte e Brasil

Estado Região País	Agricultura Familiar Lei 11.326		Não Familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)
Pará	196.150	6.909.156	25.878	15.556.870
Norte	413.101	16.647.328	62.674	38.139.968
Brasil	4.367.902	80.250.453	807.587	249.690.940

Fonte: Censo Agropecuário (2006)

Contudo, apesar do maior número de estabelecimentos familiares da região Norte, também é um dos maiores estados em concentração fundiária. Mesmo este estado possuindo



um número considerável de agricultores familiares segundo o censo agropecuário (2006), os créditos obtidos junto ao PRONAF, nos anos de 2009, 2010 e 2011, correspondem a 2,68 %; 2,38 %; 1,78 %, reespectivamente.

Estes percentuais demonstram a reduzida parcela de créditos destinados ao estado que mais recebe incentivo do PRONAF na região Norte, o Pará além de receber financiamento que não atinge 3 % do valor total disponibilizado pelo programa, nos anos de 2009 a 2011, ainda apresenta um decrescimento nestes repasses, como fica evidenciado na tabela 3.

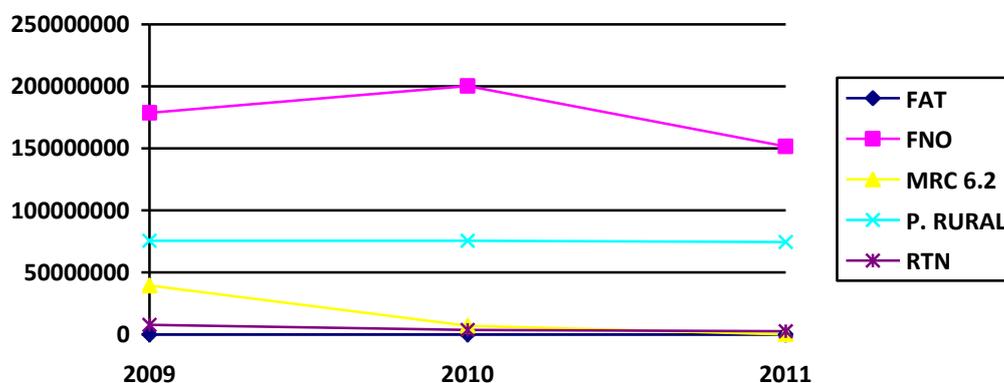
Tabela 3: Contratos efetuados e créditos do PRONAF repassados ao estado do Pará, Região Norte e Brasil

Estado Região País	2009		2010		2011	
	Contrato	Valor (R\$)	Contrato	Valor (R\$)	Contrato	Valor (R\$)
Pará	45.885	301.437.023,37	41.339	286.211.809,01	28.037	228.831.931,52
Norte	102.150	798.131.207,46	94.505	852.332.766,70	72.652	785.651.766,85
Brasil	1.704.947	11.218.847.098,49	1.585.486	11.988.637.390,45	1.513.750	12.826.465.018,43

Fonte: Banco Central do Brasil (2012)

As fontes de financiamento utilizadas para a região Norte ao longo destes três últimos anos foram o FAT, o FNO, O MCR 6.2, a Poupança Rural e o RTN, sendo que destas fontes, a que se sobressai em termos de recurso diz respeito ao Fundo Constitucional de financiamento do Norte (FNO). Estas fontes de recursos também foram responsáveis pelo repasse ao estado do Pará, conforme podemos observar no gráfico 1, o qual apresenta as fontes que repassaram recursos para o estado do Pará, com finalidade de custeio e financiamento da agricultura e da pecuária.

Gráfico 1: Fontes de recursos do PRONAF utilizados no Pará – 2009 a 2011



Fonte: Banco Central do Brasil (2012)

Conforme o gráfico 1 indica, no geral as fontes de recursos do PRONAF para o estado do Pará apresentaram ao longo destes três anos um declínio nos valores repassados. Os dados revelam também uma disparidade entre as fontes no repasse, visto que das cinco fontes de financiamento, três, a saber, FAT, RTN e MRC 6.2 apresentaram de acordo com o gráfico repasses reduzidos, em relação à poupança rural e o FNO, este último se destacando no que concerne ao valor repassado, contudo, também apresentando uma redução acentuada no repasse dos financiamentos.

Os créditos disponibilizados pelo programa atendem a duas linhas, como já mencionado: de custeio e investimento. Os créditos de custeio destinam-se aos financiamentos das atividades agropecuárias e não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização de produtos, também poderá contemplar verbas para a manutenção do beneficiário e de sua família, bem como aquisição de animais destinados à produção necessária à subsistência.

Já os créditos de investimento contemplam recursos para financiar investimentos em projetos técnicos que demonstrem retorno financeiro e capacidade de pagamento suficientes do empreendimento; investimentos, inclusive em infra-estrutura (implantação de agroindústrias, unidades centrais de apoio gerencial, aquisição de equipamentos de informática), que visem o beneficiamento, o processamento.

Na tabela 3, estão discriminados os créditos repassados pelo PRONAF para o estado do Pará por finalidade, nesta perspectiva os dados revelam que as remessas ao longo dos três



anos privilegiaram, no geral, a pecuária enquanto atividade considerada rentável pelo programa.

Tabela 3: Quantitativo destinado a cada finalidade do PRONAF no Pará

Finalidade	2009 (R\$)	2010 (R\$)	2011 (R\$)
Custeio Agrícola	38.576.991,33	33.491.518,83	24.244.656,89
Custeio Pecuária	21.215.666,41	27.495.574,55	25.950.822,25
Investimento Agrícola	52.665.973,99	50.951.097,63	28.238.369,43
Investimento Pecuária	188.978.391,64	174.273.618,00	150.398.082,95

Fonte: Banco Central do Brasil (2012)

Esta característica expressa o caráter diverso da política estatal, a qual no discurso visa atingir e dinamizar as inúmeras atividades dos agricultores familiares, contudo a análise do quantitativo dos créditos, do destino dos financiamentos, bem como de suas finalidades, indicam um distribuição desigual destes investimentos, revelando muito mais um direcionamento dos interesses nacionais em função das atividades geradoras de lucro e que possuem mercado consumidor, principalmente externo, que uma preocupação com o desenvolvimento pleno dos grupos diversos englobados na política do PRONAF.

4- Considerações Finais

Em síntese a caracterização da agricultura familiar por parte das políticas públicas deve considerar, além do tamanho dos estabelecimentos e rendimento econômico, a significância da subsistência, assim como as tradições e heranças relacionadas à estruturação e práticas socioespaciais que envolvem a vivência destes sujeitos. Fatores estes muitas vezes desconsiderados pelas políticas propostas pelos governos, que apesar de crescentes como frisado por alguns autores como Abramovay (1999), não contemplam segundo Alentejano (2000, p. 7) os agricultores familiares na sua totalidade,

[...] a política governamental é claramente seletiva, distinguindo entre os agricultores que devem ser alvo de uma política agrícola ativa e os que



devem ser alvo de políticas sociais compensatórias. Assim 2,3 milhões de estabelecimentos familiares são excluídos do âmbito da política agrícola, por sua classificação como periféricos, ou seja, inviáveis economicamente.

Apesar desta ênfase ao econômico por parte das políticas agrícolas, em certas situações o fator econômico não aparece como o único e principal elemento a ser valorizado pelos agricultores, Martins (2003, p. 41) fundamentado em suas pesquisas realizadas em diversos assentamentos observou que o interesse principal percebido nas conversas com as populações não dizia respeito ao econômico. Mas, sobretudo ter uma moradia digna, viver na companhia dos familiares, terem uma perspectiva em termos de patrimônio para seus descendentes, “[...] *mais do que mera sobrevivência [...] essas populações buscam sobreviver com dignidade, com base num modo de vida peculiar que é o da economia familiar [...]*”.

5- Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, vols. 28 n°s 1, 2, 3 e 29, n° 1, jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? In: **Revista Terra Livre**, São Paulo, n°. 15, jan. 2000, p. 87-111.

ALTAFIN, I. G. **Sustentabilidade, Políticas Públicas e a agricultura familiar: Uma apreciação sobre a trajetória brasileira**, 225 p. (UnB-CDS, Doutora, Política e Gestão Ambiental, 2003)

BANCO CENTRAL DO BRASIL, disponível em <http://www.bcb.gov.br/>, acesso 10/01/2012

CARNEIRO, M. J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf**. Estudos Sociedade e Agricultura, 8, abril 1997: 70-82.



DELGADO, G. C. e CARDOSO Jr., J. C. **A previdência social rural e a economia familiar no Brasil: mudanças recentes nos anos 90.** Brasília, 1999.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, jul/set. 2001.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. **Agricultura Familiar: Primeiros resultados** – Grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro, p. 1-267, 2006

LEI Nº 11.326 - DE 24 DE JULHO DE 2006, disponível em
<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2006/11326.htm>, acesso em 15/01/2012

MARTINS, José de Sousa. **O Sujeito Oculto** (Ordem e transgressão na reforma agrária). UFRGS. 2003

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Cartilha de acesso ao PRONAF: Saiba como obter crédito para a agricultura familiar.** Brasília-DF, 2011

MITIDIERO Jr, M. A. A pluriatividade em questão. In: Anais do **V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária.** Belém, 2011

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar: Quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M.; Marques, I. M.; Suzuki, J. C. **Geografia Agrária: Teoria e poder.** Editora Expressão Popular, SP, 2007, p. 211- 270

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **XX Encontro da ANPOCS.** GT 17. Processos sociais agrários. Caxambú, MG. Outubro, 1996, 21p.



GT 10 – Quadros institucionais de políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento

Protegendo a floresta, reconfigurando espaços: assentamentos rurais e políticas agrárias na Amazônia

Raquel Wiggers¹

Luciana Braga Silveira²

¹ Doutora em Ciências Sociais, Professora da Universidade Federal do Amazonas, Ufam. E-mail: raqwig@hotmail.com

² Doutora em Sociologia, Professora da Universidade Federal de Lavras – Ufla. E-mail: lubragasil@gmail.com

Resumo

Neste trabalho trataremos do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Santa Maria Auxiliadora, localizado em Humaitá, Amazonas. Buscamos compreender o processo de criação de uma modalidade de assentamento agrário destinada às chamadas “populações tradicionais da Amazônia”, refletindo sobre como as particularidades de um grupo social com uma organização social e formas de se relacionar com a natureza específica das populações rurais amazônicas, caracterizada pela intensa proximidade com os rios, roçados e áreas de várzea, lançam desafios para políticas públicas marcadas pela uniformidade no planejamento dos espaços e pela burocratização dos processos, como é o caso da instituição de assentamentos rurais pelo INCRA. Neste caso, estamos falando da justaposição de territórios sociais, estruturados por lógicas distintas: a racionalidade instrumental do Estado e a racionalidade histórica local. O assentamento, então, é constituído neste cruzamento de territórios, sendo que, os agora, “assentados”, revelam-se importantes agentes na sua reconfiguração e significação.

Palavras-chave: Populações tradicionais amazônicas, assentamentos rurais, políticas agrárias



Introdução

A questão fundiária na Amazônia já vem sendo, há algum tempo, alvo de estudos de diferentes áreas do conhecimento, que levam em conta desde os aspectos sócio-históricos-geográficos, relativos às problemáticas políticas territoriais destinadas a esta região desde a década de 1960, até aqueles voltados para analisar a relação entre as formas de uso e ocupação das terras amazônicas e o processo de desmatamento, ambos os processos intimamente relacionados (BECKER, 2011; MELLO, 2006; PASQUIS et al, 2005; TOURNEAU E BURSTYN, 2010; LOUREIRO e PINTO, 2005; FEARNSSIDE, 2001; WALKER et al, 2000; BRASIL, 2004).

Em tais trabalhos têm obtido destaque os projetos de constituição de assentamentos rurais pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Têm sido analisadas a questão da grilagem de terras, da violência no campo, das disputas pela terra entre madeireiros, fazendeiros e posseiros, assim como se tem avaliado a contribuição dos projetos de assentamento para a destruição da Floresta Amazônica.

Desde 2009, um novo fato político vem colaborando para estimular e renovar o interesse da comunidade acadêmica pelo estudo das políticas territoriais na Amazônia: trata-se do Programa Terra Legal, uma ambiciosa política federal de regularização fundiária da região amazônica que pretende entregar títulos a cerca de 300.000 posseiros que ocupam terras públicas federais “não destinadas”, isto é, que não sejam reservas indígenas, florestas públicas, unidades de conservação, áreas de fronteira, marinha ou reservadas à administração militar (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2011). A regularização fundiária da Amazônia tem sido apontada como uma das principais medidas para conter o avanço do desmatamento e possibilitar a identificação e a responsabilização dos agentes causadores da degradação da floresta.

De acordo com dados do IMAZON, em 2008 havia indefinição fundiária de 53% das terras amazônicas, incluindo terras privadas, as quais se suspeitava que fossem ilegais e áreas legalmente consideradas como sem alocação. Da mesma forma havia se identificado diversas posses sem reconhecimento legal, bem como não havia documentação consistente da locação física de imóveis rurais inseridos no cadastro do INCRA (BRITO e BARRETO, 2010). De fato, o Programa Terra Legal é lançado em 2009 com o objetivo de responder às várias demandas por regularização de posses, diante da constatação deste “caos fundiário”. O programa se apóia na Lei 11.952/2009,



que permite a regularização fundiária de ocupações em terras da União na Amazônia Legal de até 15 módulos fiscais, com limite de 1,5 mil hectares³.

Também em 2009 é promulgada a Lei nº 12.187, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Destaca-se como instrumento dessa política o Plano de Ação para a Prevenção e controle do Desmatamento na Amazônia, visando reduzir as taxas de desmatamento neste bioma por meio de um conjunto de ações integradas de ordenamento territorial e fundiário. É apontado como um dos objetivos específicos deste plano avançar na viabilização de assentamentos rurais em bases sustentáveis, o que se acreditava que teria significativas implicações para a redução do desmatamento. Um dos eixos de atividades do PNMC importante para a nossa discussão aqui se trata do Eixo Ordenamento Fundiário e Territorial, cujas políticas definiriam as normas sobre os direitos de acesso à terra e as diretrizes para o uso e exploração dos recursos naturais (BRASIL, 2011). O Programa Terra Legal foi proposto para atender às prerrogativas do PNMC, estando em consonância com a resposta que o Brasil pretende dar, relativa às medidas adotadas para redução do nível de emissões de gases de efeito estufa.

Neste contexto, ganha destaque a constituição de Projetos de Assentamento Extrativista (PAE's), uma modalidade de assentamento rural destinada às chamadas “populações tradicionais” da Amazônia, que asseguraria o uso sustentável da floresta, através da regularização das terras de grupos sociais com uma relação diferenciada com a natureza⁴. Mesmo que os assentamentos rurais possam ser considerados como “áreas destinadas”, não sendo, portanto, alvo do Programa Terra Legal, certamente podemos considerar a importância da influência desta política na atual opção de constituição desta modalidade de assentamento. É exemplar o caso do PAE Santa Maria Auxiliadora, criado em 2009, na região sul do Amazonas, área considerada como prioritária pelo Programa Terra Legal, em virtude das elevadas taxas de desmatamento,

³ A medida provisória 458/2009, que antecede essa lei, foi alvo de várias críticas, sendo chamada de “MP da grilagem”, uma vez que, segundo os seus opositores, estabeleceria facilidades para a regularização de posses ilegais, como descontos nos valores a serem pagos pela terra e longo prazo para o pagamento. Outra fragilidade dessa lei seria o fato de não tratar da titulação para diferentes membros de uma mesma família, ou seja, poderia permitir que grandes imóveis fossem fracionados entre familiares (BRITO e BARRETO, 2010).

⁴ A categoria PAE foi criada no governo FHC em 1996, mediante as pressões de movimentos sociais. Cita-se o movimento dos seringueiros, liderados por Chico Mendes, que reivindicava novos modelos de reforma agrária que privilegiassem o modo de vida das populações tradicionais amazônicas e garantissem seu direito de posse e de acesso aos serviços básicos de saúde, educação, infra-estrutura, etc (ALLEGRETTI, 2008). Também exerceram pressões sobre o governo os movimentos ambientalistas, apoiados nos estudos que identificavam os assentamentos de reforma agrária como importantes vetores do desmatamento da floresta amazônica.



intensificadas pela densa rede de estradas localizadas nesta região e pela pressão da fronteira agrícola avançando do cerrado (CARRERO, 2009).

Pretendemos discutir aqui o processo de criação e implementação do PAE Santa Maria Auxiliadora, levando em consideração as prerrogativas de regularização fundiária e a contenção do desmatamento no sul do Amazonas. Espera-se refletir sobre como as particularidades de um grupo social com uma organização social e formas de se relacionar com a natureza específica das populações rurais amazônicas, caracterizadas pela intensa proximidade com os rios, roçados e áreas de várzea, lançam desafios para políticas públicas marcadas pela uniformidade no planejamento dos espaços e pela burocratização dos processos, como é o caso da instituição de assentamentos rurais pelo INCRA.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa financiada pelo CNPQ que se encontra em andamento. Os dados aqui analisados foram coletados através de fontes primárias (observação participante no assentamento e entrevistas semi-estruturadas com a população local do PAE Santa Maria Auxiliadora e funcionários do INCRA) e fontes secundárias (reportagens e notícias publicadas na internet).

De comunidade a assentamento rural

O assentamento Santa Maria Auxiliadora se localiza no entorno da Floresta Nacional (FLONA) de Humaitá, AM, nas margens do Rio Ipixuna, na porção sul do estado do Amazonas. Constituído pelo INCRA como um Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) em 2009, há indícios de que esta área seja habitada desde a década de 1940, aproximadamente.

Segundo informações dos atuais moradores, os “fundadores” da atual comunidade seriam quatro irmãos (três mulheres e um homem) e seus respectivos cônjuges e o Sr. Caxinauá e as mulheres com quem se casou. A maior parte das famílias residentes descende destes “fundadores”.

Diferentemente de outras modalidades de assentamentos agrários, em que ocorre o deslocamento de pessoas para o espaço recém-criado, o PAE tem como objetivo regularizar as terras para populações tradicionais, extrativistas, que já que viviam em uma determinada área. Dessa forma, o assentamento justapõe-se a um lugar previamente demarcado por relações sociais já estabelecidas, redes de reciprocidade e afinidade já vigentes e que tem se explicitado na própria organização e distribuição das residências, bem como nas formas de ocupação de espaço.



A experiência dos moradores do PAE Santa Maria Auxiliadora com projetos de desenvolvimento e políticas públicas remonta à década de 1980. Em 1982 a empresa de energia Eletronorte desapropriou a área, tendo indenizado as famílias. Estas receberam dinheiro e/ou terras em uma localidade próxima do núcleo urbano de Humaitá. Contudo, como a área era propícia somente para pastagem, atividade que não desenvolviam, os moradores, não satisfeitos, venderam suas terras. Após realizar a pesquisa do solo a Eletronorte chegou à conclusão de que este não era adequado para a construção da barragem, cancelando o empreendimento.

Entre 1984 e 1987 a construtora Andrade Gutierrez, licitada para a construção da estrada Manaus-Porto Velho, retirava nas proximidades do Rio Ipixuna areia para as obras. A retirada foi tão intensa que ocasionou o desvio do curso do rio justamente no lugar onde hoje a comunidade está localizada. No início da década de 1990 as famílias começaram a voltar para as margens do Rio Ipixuna, localizando-se no espaço próximo da Rodovia Transamazônica. Em 1992 chega a família de Sr. Caxinauá. Depois foram chegando outras famílias, geralmente trazidas por um parente que já morava na comunidade.

No início dos anos 2000, o líder local, Sr. Zé Maria⁵, registrou em cartório a associação de moradores⁶ para que pudessem ser solicitados benefícios do Estado ou créditos no banco. Só assim, a comunidade passaria a existir frente às instituições estatais. A associação foi criada com o apoio do prefeito de Humaitá na época. Também faziam parte da associação pessoas que viviam na “cidade”, como um professor e um sargento, que davam ao líder local respaldo político e orientavam sobre os procedimentos a serem tomados em relação à associação de moradores.

Em 2007, os moradores demandaram ao INCRA que as terras fossem recuperadas por esta instituição para serem destinadas a um assentamento. O Sr. Zé Maria assumiu a liderança nas negociações com o INCRA e ficou responsável junto com Dona Tiana (funcionária do INCRA) por organizar a lista dos beneficiários.

Observa-se que o processo de criação do PAE Santa Maria Auxiliadora é resultado de demandas internas a um grupo de moradores já residentes há anos no local, o que sinaliza para uma importante diferença entre os processos ocorridos em outras

⁵ Os nomes foram alterados para preservar os informantes.

⁶ O Sr. Zé Maria não foi embora com sua esposa e filhos por ocasião da desapropriação da Eletronorte. Talvez seja essa a razão dele ter se tornado o presidente da associação de moradores. Acreditamos que o fato de ser o morador “mais antigo”, ou aquele que “ficou” lhe daria legitimidade para ser uma liderança na associação de moradores, frente aos moradores que voltaram depois.



regiões do Brasil, com a forte atuação de movimentos sociais do campo, em que as famílias passam a ocupar fazendas improdutivas⁷. Sendo assim, a condição de “assentado” no PAE Santa Maria Auxiliadora não é dada pelo deslocamento do sujeito para uma nova área planejada e concebida pelos agentes do Estado, mas configura-se no processo desencadeado pelos novos papéis políticos que estes sujeitos devem assumir e pelos novos sentidos atribuídos ao espaço, que passa a ser enquadrado como lugar sobre o qual se projetam as políticas de regularização fundiária da Amazônia e que se insere na estatística das metas para reforma agrária no país.

Com a criação do PAE Santa Maria Auxiliadora, as famílias residentes foram atingidas por medidas às quais deveriam se adaptar, submetendo-se, por exemplo, a criação da agrovila, onde viriam a conviver com famílias desconhecidas. Ressalta-se, contudo, que a iniciativa do INCRA em criar o assentamento foi muito bem recebida pelos moradores do Ipixuna, principalmente diante da possibilidade de se tornarem beneficiários das políticas públicas direcionadas a estes espaços. Faz-se necessário ressaltar, contudo, que os “assentados” não são apenas receptores passivos, obrigados a se adequar à nova realidade instaurada pelo assentamento. O episódio a seguir, que consideramos bastante emblemático, nos permite refletir sobre como os moradores possuem uma postura ativa nas negociações relativas ao uso e ocupação do espaço.

Demarcando a entrada do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Santa Maria Auxiliadora, em Humaitá, Amazonas, curiosamente, se observa uma inusitada placa do governo federal indicando a Floresta Nacional (FLONA) Balata Tufari. Esta placa foi trazida até ali pelo Sr. Zé Maria, segundo ele, para evitar que grileiros ocupassem a margem direita do Rio Ipixuna, a qual não havia sido definida como área do assentamento. Com essa medida o Sr. Zé Maria acreditava também poder proteger os castanhais, de uso comum dos assentados. Além desta placa na entrada do assentamento, o Sr. Zé Maria guardava em sua casa outra placa dizendo: “Reserva dos Recursos Naturais, Projeto de Assentamento do Rio Juma. Proibido desmatar, caçar e pescar”. De acordo com ele, esta placa estava guardada para “necessidades futuras”.

⁷ Leite *et al.* (2004) destacam o papel dos conflitos fundiários e as iniciativas dos trabalhadores rurais organizados em movimentos na origem da implementação dos assentamentos. No Amazonas este tipo de assentamento, mais do que atender às pressões sociais por reforma agrária, enfatiza a regularização de terras para moradores que já viviam nas localidades. Este é um ponto-chave na decisão do INCRA em constituir estes espaços. Este é um primeiro indício que podemos levantar neste trabalho sobre a diferente natureza dos assentamentos da região norte (com exceção do estado do Pará, caracterizado por graves disputas de terra e violência no campo e pela presença dos movimentos sociais de luta pela terra).



Ao rearranjar os limites territoriais do assentamento, deslocando as fronteiras da FLONA e buscando assegurar uma dupla proteção do Estado sobre as terras e sobre os recursos naturais, o Sr. Zé Maria manipula e interfere sobre a própria organização do espaço. Ao mesmo tempo, utilizando a linguagem proibitiva e os instrumentos legais do próprio Estado ele contesta a sua forma de territorialização.

Podemos, portanto, afirmar que a condição de assentado, adquirida pelos posseiros, tem implicado em uma forma específica de relação com o Estado, em que devem interagir um amplo conjunto de atores e de instituições governamentais e não governamentais, entidades vinculadas a igrejas, entidades locais e regionais de representação. Também se tornam evidentes alterações de práticas coletivas, transformando as relações de poder local: criam-se novas hierarquias, interagem agentes que operam com códigos sociais diversos, despontam novas lideranças, das quais são exigidas competências das quais antigos líderes, muitas vezes, não dispõem (LEITE *et al.*, 2004). Ao se criar o assentamento o líder comunitário passa a ter suas funções ampliadas. Este líder comunitário, nas suas funções de mediador político, passa a ter também que fazer a relação da comunidade com o INCRA e demais órgãos estatais, além de adaptar /mediar universos simbólicos distintos e interpretações da realidade completamente diferentes.

Entre “planejar” e “viver” o assentamento

O PAE Santa Maria Auxiliadora foi criado com uma área de 35.419,7120 ha, onde, segundo o INCRA, estariam assentadas e instaladas 102 famílias. No entanto, a ocupação registrada no INCRA não pôde ser constatada *in loco*. As observações de campo em fevereiro de 2011 revelaram que há 88 casas no assentamento, sendo apenas duas delas no lote de produção, as demais, na agrovila. Deste total, 39 famílias são moradoras, ou seja, residem na comunidade na maior parte do ano. Dentre estas, 33 famílias podem ser classificadas de “florestinos” (GASCHÉ, 2007) por compartilharem uma forma de viver particular dos povos amazônicos, onde a relação com a floresta e os rios é próxima e intensa. 6 famílias vieram de outras regiões do país, com uma lógica de uso da terra e dos recursos naturais distinta dos antigos residentes, que exercem o extrativismo de frutos da floresta e do roçado (castanha, açaí, e farinha de mandioca) como principal atividade econômica de produção agrícola.

Cada família assentada recebeu um lote na agrovila com dimensões de 15x30 metros, onde foram, ou deveriam ter sido construídas as casas de moradia e casas de



farinha. Estas famílias também receberam, cada uma, um lote de produção de 250x1000 metros, às margens do Rio Ipixuna. Alguns destes lotes estão localizados bastante longe da agrovila (por exemplo, 5 horas de motor rabeta rio acima), o que tem implicado em custos de deslocamento muito elevados para os assentados que queiram produzir nestes lotes⁸.

Nem todas as famílias residentes na agrovila do PAE Santa Maria Auxiliadora no ano de 2011 haviam sido assentadas pelo INCRA. Por outro lado, vários assentados que estão registrados no INCRA não moram na comunidade, porque a infraestrutura, a assistência e os benefícios prometidos pelo INCRA ou não chegaram, ou demoraram muito. Algumas famílias foram embora logo que receberam o fomento, outras nem chegaram a viver na agrovila. Estes lotes “desocupados” foram distribuídos pela liderança local entre pessoas que tiveram interesse em construir casas na agrovila, algumas delas atuais residentes e outras, os chamados “veranez”, que são proprietários de 29 casas. Os “veranez” possuem casas no assentamento, mas não vivem ali; são freqüentadores da agrovila durante os meses do verão amazônico. Neste período não chove, a estrada fica boa e surgem praias de areias claras; o ambiente torna-se propício para um banho no Rio Ipixuna. As praias do Rio Ipixuna são muito apreciadas pelos moradores do núcleo urbano de Humaitá, sendo uma importante área de lazer.

O INCRA tem desconsiderado a existência dos “veranez” e não tem tomado conhecimento das dinâmicas dos moradores do assentamento, o que acaba dando ao líder local certa autonomia na distribuição dos lotes da agrovila.

Segundo a liderança do PAE Santa Maria Auxiliadora, havia a necessidade de ocupação efetiva da agrovila para que se alcançassem benefícios que ainda não haviam sido obtidos através do INCRA, tais como, água encanada, energia elétrica, professora para escola. Assim, quando o Sr. Zé Maria “vende” terrenos na agrovila, procura a justificativa necessária junto aos órgãos públicos para a implementação destes serviços públicos.

⁸ Uma parte do terreno destinado a agrovila foi “gradeado” (arado) para os moradores da agrovila fazerem suas roças de mandioca. Isto ocorreu durante a campanha eleitoral de 2008, como troca política na eleição de um candidato da cidade de Humaitá. Estes terrenos arados foram fonte de disputas e desavenças na organização política comunitária nos anos de 2010 e 2011, mas foram também a possibilidade de sobrevivência das famílias que não estão produzindo mandioca nos seus lotes. Como foi dito, os lotes de produção são muito distantes da agrovila e na floresta, plantar mandioca sem que a família esteja morando por perto, torna-se praticamente impossível porque os roedores, como cutias e pacas, comem todas as raízes. As roças próximas das casas na vila possibilitam o cuidado constante, seja com ervas daninhas, seja com roedores.



Observa-se, portanto, a distância entre o assentamento “planejado” e o assentamento “vivido” (REBOUÇAS, 2000). O planejador projeta uma determinada representação sobre espaço que é rebatida, através de formas específicas de resistências locais, através da reinvenção da realidade do assentamento e das maneiras como os atores negociam a distribuição e ocupação do espaço. A experiência do PAE Santa Maria Auxiliadora tem nos feito pensar que, mesmo que o modelo de Projeto de Assentamento Extrativista se configure no esforço de se considerar as especificidades da população reconhecida como “população tradicionalmente extrativista”, no que se refere às formas de apropriação coletiva do espaço, à economia baseada no extrativismo de produtos da floresta e na pesca, ainda há grande dificuldade dos agentes do Estado em efetivamente perceberem e darem importância a essas características e aos usos e formas de relação destas comunidades com os seus territórios.

Outro aspecto importante a ser considerado é o fator da mobilidade, que caracteriza essa população. Durante os meses de chuva algumas famílias se mudam com todos os seus membros para os castanhais, ficando 2 ou 3 meses colhendo e quebrando ouriços de castanha para vender em Humaitá⁹. Também nos meses de chuva colhe-se açaí; muitas vezes os homens ficam dias no mato para colheita. Nestes meses de chuva a Rodovia Transamazônica fica muito ruim, com barro e lama e o trajeto de 40 km até Humaitá torna-se muito difícil. Além disso, o ônibus escolar deixa de levar as crianças diariamente para escola na sede do município, porque é período de férias escolares, o que faz que os moradores fiquem sem possibilidade de irem para cidade. O ônibus escolar tem um papel importantíssimo na possibilidade das famílias morarem na comunidade, porque é o único transporte regular acessível aos moradores. No período chuvoso, algumas famílias moradoras do assentamento se mudam para suas casas em Humaitá, principalmente aquelas que têm crianças e velhos com saúde instável, uma vez que, no caso de doenças¹⁰, não há como transportá-las da comunidade rapidamente. Durante os meses de verão, de junho a outubro, quando o tempo é seco, a configuração

⁹ Segundo informação de uma moradora, atualmente os homens têm ido sozinhos para os castanhais e as mulheres ficam na vila, isto porque as famílias residentes na comunidade estão em outro nível de desenvolvimento do grupo doméstico (FORTES, 1958), em que o casal mais velho proprietário do castanhal mais produtivo já tem filhos casados e netos adolescentes que podem ir para os castanhais, deixando as mulheres cuidando das crianças na comunidade. Quando D. Ceci e o marido compraram o castanhal de um tio dela, seus filhos eram pequenos e precisavam da mão de obra de toda família no trabalho da castanha. Atualmente, os homens colhem a castanha e as mulheres ficam na agrovila, responsáveis por fazer farinha de mandioca para o consumo familiar e para venda.

¹⁰ É altíssima a ocorrência de malária na comunidade. Em uma família entrevistada a mãe teve 15 malárias em três anos. Durante o trabalho de campo em fevereiro de 2011, pelo menos metade das pessoas que moravam na comunidade estavam com malária.



do assentamento é outra e mais famílias moram na agrovila, sendo que alguns “veranez” vêm para passar dias ou várias semanas.

Como o INCRA entende o assentamento como espaço fixo, pode considerar que casas vazias e fechadas representam um processo de evasão, o que resultaria em distorções na avaliação desta instituição sobre o assentamento¹¹. No entanto, para as famílias nativas, quando alguma família sai de seu local de moradia e permanecem parentes na comunidade sua propriedade é garantida até seu retorno, assegurando-lhe o status de “morador”. Dessa maneira, garante-se os espaços dos filhos, pais, irmãos e tios que irão voltar. Para ser considerado morador da comunidade Santa Maria Auxiliadora, mesmo que ausente, é preciso que parentes próximos, compadres e amigos estejam residindo na comunidade¹².

Com efeito, a morfologia social¹³, que segundo Rebouças (2000) seria estabelecida em projetos de assentamento, nos acena para os seguintes níveis de estruturação do espaço aqui estudado: (1) espaço doméstico; (2) o espaço local; (3) o espaço regional (REBOUÇAS, 2000).

No **espaço doméstico** a sociabilidade se concentra no núcleo familiar. Na comunidade Santa Maria Auxiliadora a família em questão é a família extensa. Os casais na fase de maturidade do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico¹⁴, atualmente na faixa dos 50 anos, com filhos casados e com netos pequenos, são os aglutinadores das famílias nucleares, compostas por seus filhos (as), esposas (os) e seus filhos(as). As tarefas familiares, como colheita do açaí, da castanha e a feitura da farinha são executadas sob comando (ou gerenciamento) do casal mais velho. As casas de farinha são todas destes moradores “mais velhos”; todos os filhos costumam utilizar as casas de farinha de seus pais ou sogros. São as mulheres desta geração também que se dedicam mais intensamente às roças e à feitura de farinha. Nestes espaços de sociabilidade as relações são geralmente sem conflitos explícitos.

¹¹ Ainda precisamos confirmar essa hipótese comparando os dados do INCRA e as informações da comunidade.

¹² Durante o trabalho de campo, foi fundamental que uma moradora nos apontasse entre as casas fechadas qual casa era de morador, qual casa era de veranez e qual estava desocupada, uma vez que à primeira vista todas pareciam se encontrar na mesma condição, seja porque os moradores estavam na mata, no centro urbano, ou mesmo trabalhando nas roças, pescando e caçando com a família.

¹³ Para Mauss morfologia social “é a maneira como os homens se agrupam, a extensão e forma de suas casas, a natureza de seus estabelecimentos e os diferentes modos de ação coletiva (MAUSS, 2002, p. 237)

¹⁴ Ver Fortes, 1958.



No **espaço local** a unidade social é um pouco mais ampla, incluindo vizinhança e áreas comuns. Neste espaço local são estabelecidas as relações entre famílias extensas distintas e entre estas e os moradores sem parentes na comunidade. Também são estabelecidas relações com os freqüentadores sazonais da comunidade.

Neste espaço, em geral, as relações são amistosas, mas também este é o lócus privilegiado de acusações de toda natureza: mesquinharia, desvio de dinheiro, mau gerenciamento da associação, abuso e exploração das crianças, violência contra mulher. É também no espaço local que se discutem questões políticas que afetam a comunidade, desde o apoio a algum candidato às eleições, até a nova configuração da presidência da associação de moradores.

As reuniões da associação, os cultos na Igreja Católica e na Assembléia de Deus fazem parte deste lugar de interação. Mesmo que não englobe todos os moradores da comunidade são momentos de apaziguamento e suspensão temporária dos conflitos.

A relação dos moradores locais com os “veranez” também faz parte deste conjunto de relações que são estabelecidas no nível local. A presença dos “veranez” e dos freqüentadores da praia no verão apresenta-se como uma possibilidade de ganho para os moradores do PAE Santa Maria Auxiliadora, uma vez que são consumidos produtos vendidos nos dois bares existentes na comunidade. Pudemos, inclusive, encontrar uma moradora construindo um restaurante ao lado de sua casa, às margens da Transamazônica, para servir aos passantes, que segundo ela nos meses de seca são muitos. A relação entre os “veranez” e a “comunidade” parece ser tranqüila e sem grandes conflitos.

O **espaço regional** inclui elementos externos aos demais domínios (REBOUÇAS, 2000) e envolvem experiências sociais na vida pública, das cidades, vilarejos e a mata, onde estão localizados os castanhais. Neste espaço as relações podem ser tensas quando se trata de manter afastados os madeireiros e grileiros das áreas próximas daquela demarcada como área do assentamento. Por sua vez, a relação com políticos e funcionários de órgãos públicos garante que os interesses da comunidade, ou do líder comunitário, sejam fortalecidos ou garantidos. Pode ser um bom exemplo o caso citado do gradeamento de parte da agrovila por um político local em tempos de eleições, que garantiu a possibilidade de produção de farinha de mandioca para as famílias moradoras da agrovila. No entanto, este gradeamento também foi motivo de tensão, uma vez que em troca do serviço o líder local exigiu que se votasse no candidato



que fez a benfeitoria. Aqueles que se manifestaram contrários tiveram que pagar para usar a área gradeada.

Considerações finais

A experiência do PAE Santa Maria Auxiliadora nos leva a perceber como os projetos de desenvolvimento e as políticas públicas direcionadas à região amazônica não são processos homogeneizadores nem unidirecionais. Autores como Appadurai e Sahlins, que tratam da “persistência da importância do lugar” (APPADURAI, 2011) e da “indigenização da modernidade”, (SAHLINS, 1997) apontam para a capacidade das culturas locais reinterpretarem códigos, relações e processos sociais e se reconstruírem criativamente sob as pressões das instituições modernas, criando novas realidades.

Remetendo-nos a Sahlins (1997), o caso do PAE Santa Maria Auxiliadora nos reporta a uma situação do que ele chama de “indigenização”, na medida em que é no contato com outras formas de territorialidade¹⁵ que é construído e “praticado” (CERTEAU, 1999) esse lugar. Dessa forma, longe de serem meras unidades territoriais estruturadas pelo Estado os assentamentos rurais podem ser compreendidos como processos sociais, que proporcionam a reorganização das relações sociais (NEVES, 1999), promovendo a recriação e expansão de redes sociais e desencadeando novas formas de experimentar o território, coadunando e/ou transformando as práticas e regras previamente estabelecidas com novas exigências legais.

É sob essa perspectiva que temos estudado o PAE Santa Maria Auxiliadora, tentando verificar como tem sido reestruturada a ordem social local e redefinido o espaço, diante das novas situações colocadas pela interação entre os moradores e suas especificidades como “florestinos”, “populações tradicionais” e os agentes do Estado.

No PAE Santa Maria Auxiliadora temos noções distintas de territorialidade e das formas de regulação. As regras e os registros do INCRA das famílias assentadas e a delimitação dos lotes e do assentamento são as matrizes a partir das quais os moradores e o líder da associação agem para garantir seus interesses e os da comunidade.

Nas metas do INCRA lê-se regularizar “(...) a situação fundiária de populações tradicionais extrativistas, proporcionando-lhes apoio técnico e de infra-estrutura que permitam o seu desenvolvimento sustentado” (INCRA, 2011), mas de fato o líder local

¹⁵ Little define como territorialidade “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland*” (LITTLE, 2002, p.3).



tem que se articular com outras instâncias da vida política para conseguir benefícios para a comunidade como a luz e água encanada, gradeamento para fazer a roça, escola, para obter apoio técnico. Quando Sr. Zé Maria permite que pessoas da cidade sejam “veranez” na comunidade, além dele garantir sua própria posição de prestígio e autoridade garante também a própria existência da comunidade como tal, na medida em que alguns benefícios só chegam aos lugares distantes no interior da Amazônia por influências políticas de pessoas vinculadas às instâncias de poder, como vereadores, donos de comércio, professores. Estas pessoas, por terem uma casa na agrovila, vão conseguir apoio para que na comunidade sejam implementados benefícios. Além disso, a proximidade com estas pessoas que têm vínculos importantes na cidade, garante um certo apoio político no caso ser necessário brigar contra madeireiros e grileiros que regularmente invadem as terras e florestas de usos costumeiro destas populações extrativistas há muitas gerações. Assim, as estratégias de ocupação da agrovila levam em consideração as próprias necessidades da comunidade, além de interesses particulares dos líderes comunitários.

Os agentes em relação empírica no assentamento partem de suas próprias noções de território, uso da terra e dos recursos naturais, bem como cada um destes tem interesses particulares. Temos assim, os moradores assentados, os moradores que não são assentados, entre estes últimos aqueles que reivindicam (e aguardam) e os que não reivindicam um lote de produção (geralmente por serem aposentados ou pensionistas); temos também os “veranez” e os visitantes de fim de semana no verão. Há que se considerar também que entre as 39 famílias de moradores, seis delas vieram de outras regiões do Brasil, e desta forma são “de fora”, o que quer dizer que têm uma lógica “colona” de uso da terra, diferente de uma lógica extrativista, predominante entre as famílias da localidade.

A partir do trabalho de pesquisa empírico, é possível afirmar que o PAE estudado contribui com os objetivos de regularização fundiária e com a inibição das ocupações ilegais e fraudes nos registros de propriedades, mas não da forma como o INCRA planeja que isso aconteça. Se temos hoje uma floresta preservada no assentamento e próximo dele é porque os madeireiros são mantidos longe por influência de políticos, remanejamento ilegal de placas de reservas e Flonas, registro das terras como lotes de produção em nomes de várias pessoas de uma mesma família. Também, porque aos assentados colonos foram distribuídos lotes tão distantes da agrovila que eles, ao não conhecerem a forma de lidar com a floresta, a navegação no Rio Ipixuna, a



forma de se proteger dos insetos e doenças, não conseguem desmatar seus lotes e produzir neles da forma como estavam acostumados a fazer nas suas terras de origem: transformando tudo em pastagem ou roça.

Não é porque pelas regras impostas pelo INCRA os assentados só podem desmatar 20% do lote de produção que a floresta é preservada, mas sim porque a maior parte das famílias consegue sobreviver da roça de mandioca feita na área gradeada da agrovila (que segundo o INCRA deveria ser reservada apenas para as casas dos assentados), da pesca, da caça, mas principalmente da pequena renda que recebem de benefícios estatais como bolsa família, pensão ou aposentadorias. É o fato destas pessoas, com uma lógica extrativista de uso da terra, estarem habitando esta região e receberem estes benefícios que possibilita a permanência da floresta em pé. Se fossem outras pessoas com uma lógica colona, o mesmo benefício provavelmente não daria a mesma garantia.

Referências Bibliográficas

- ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008.
- APPADURAI, A. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar. Disponível em: www.tau.org.ar/upload/.../Globalizaci_n_y_desarrollo.pdf Acesso em: 22/07/2011.
- BECKER, B. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Disponível em: www.ufpa.br/numa/PPGEDAM/edital2011/Becker%5B1%5D.pdf Acesso em: 13/06/2011
- BRASIL. Plano de Ação para a prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal. 256p., 2004.
- _____. Lei 12187- Política Nacional de Mudança do Clima, Disponível em: http://www.oc.org.br/cms/arquivos/lei_12187_pnmc.pdf Acesso em 02/08/2011
- BRITO, B. e BARRETO, P. *Primeiro ano do Programa Terra Legal: avaliação e recomendações*. Belém, PA: Imazon, 2010.
- CARRERO, G. C. Dinâmica do desmatamento e consolidação de propriedades rurais na fronteira de expansão agropecuária no sudeste do Amazonas. Dissertação (mestrado). INPA, 2009.
- CERTEAU, M. De. *A Invenção do cotidiano, artes de fazer*. Vozes, Petrópolis, 1999.
- FEARNSIDE, P.M. Land-tenure issues as factors in environmental destruction in Brazilian Amazonia: the case of southern Pará, *World Development*, v.29, p.1361-1372, 2001.
- FORTES, M. "Introduction". In: GOODY, J. (Ed.). *Development Cycles in Domestic Groups*. Cambridge University Press, 1958.
- GASCHÉ, J. “¿Para qué sirve el concepto de ‘sociedad bosquesina’?” In *Folia*



amazónica 16(1-2): 81-88. Instituto de Investigación de la Amazonía Peruana, 2007. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. O INCRA e o assentamento.

Disponível em: www.incra.gov.br

Acesso em: 09/09/2011.

LEITE, S. et al. *Impacto dos assentamentos. Um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: UNESP, 2004.

LITTLE, P. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil. Por uma Antropologia da Territorialidade. In: 23ª. Reunião Brasileira de Antropologia. Gramado. Mimeografado, 2002.

LOUREIRO, V.R e PINTO, J.N.A. A questão fundiária na Amazônia. In: *Estudos Avançados*: São Paulo, n.19 (54), p. 77-98, 2005.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

MELLO, N.A. *Políticas Territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Terra Legal. Disponível em: www.mda.gov.br/terralegal, Acesso em: 14/08/2011

NEVES, D. P. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 13, p. 5-28, outubro 1999.

PASQUIS, R. et al. "Reforma agrária" na Amazônia: balanço e perspectivas. In: *Cadernos de Ciência & Tecnologia*: Brasília, v. 22, n. 1, p. 83-96, jan./abr. 2005.

REBOUÇAS, L. M. O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema, São Paulo, Fapesp/AnnaBlume, 2000.

SAHLINS, M. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). In: *Mana*, vol.3, n.1, Rio de Janeiro, abril, 1997.

TOURNEAU, F.M e BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. In: *Ambiente & Sociedade*: Campinas v. XIII, n. 1, p. 111-130, jan.-jun. 2010.

WALKER, R.T.; MORAN, E.; ANSELIN, L. Deforestation and cattle ranching in the Brazilian Amazon: external capital and household process. *World Development*, v.8 (4), p.683-699, 2000.



GT 10 - Quadros Institucionais de políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento

Quadros institucionais construídos entre ação coletiva e ação pública: condições de possibilidade para a permanência e reprodução do campesinato na Transamazônica

Alcione Sousa de Meneses¹

¹Mestre em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia. Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA) Campus de Altamira. E-mail: alcione@ufpa.br

Resumo

Neste trabalho analiso a construção e repercussões de quadros institucionais provocadas pela ação coletiva de colonos agricultores na região de frente pioneira genericamente definida como Transamazônica, no Oeste do Pará. A condição social do tipo camponesa se distingue pela conjugação da intervenção do estado, inicialmente, através do projeto de colonização do Governo Federal, e pela agregação grupal destes agricultores sob a mediação de aparatos institucionais criados a fim de garantir condições de possibilidade de sua permanência na Transamazônica, contrapondo-se ou fazendo-se incluir à ação pública diante de tensões e conflitos socioeconômicos e políticos. Este processo de criação de espaço social – objeto deste estudo – revela a trajetória de configuração daquela forma camponesa perpassada por estratégias que conformam a) um campesinato construído em quadros institucionais a partir de projetos de desenvolvimento que resultam de ou provocam processos de diferenciação social; b) a Transamazônica construída ou apropriada como espaço territorializado, pois associado à formas de pertencimentos e demandas para visibilidade social e política dos agricultores, dentre estas, destaco a profissionalização e ambientalização de projetos e práticas produtivas.

Palavras-chave: Quadros institucionais, ação coletiva, condição camponesa, reprodução social, Transamazônica.



Introdução

O processo de criação do espaço social legítimo e legitimador dos colonos agricultores constitutivos da forma camponesa tal como configurada na chamada região Transamazônica, mais particularmente na microrregião de Altamira¹/sudoeste do Pará, se distingue pela presença de quadros institucionais do Estado e dos próprios agricultores. O vínculo desta relação inicia-se associado às ações públicas a partir da abertura da fronteira agrícola na Amazônia na década de 1970 através da construção da BR-230, denominada Transamazônica, e do projeto de colonização agrícola implementada através do Programa de Integração Nacional /PIN.

O conjunto de quadros institucionais criados e/ou apropriados pelos agricultores vem se fazendo a fim de tornar visíveis as condições adversas de produção e reprodução das famílias de agricultores, principalmente com a gradativa retirada da ação pública da então frente pioneira dada a inviabilidade socioeconômica daquelas políticas governamentais. A Transamazônica, associada ao projeto de colonização, ambos abandonados pela ação pública, são, assim a base para a formulação inicial de estratégias e demandas de um espaço social capaz de garantir visibilidade e poder político aos agricultores.

A trajetória constitutiva deste espaço social é aqui assumida como recurso metodológico para pensar como as formas organizativas institucionalizadas têm possibilitado tanto a emergência da condição camponesa naquela região quanto o seu gradativo reconhecimento nas disputas concorrenciais. Para efeito deste estudo, organizo esta trajetória e nela as diversas posições sociais dos atores, em dois momentos. O primeiro momento de constituição de quadros institucionais dá-se pela imposição do projeto de colonização pelo estado e a gradativa organização coletiva de base comunitário-religiosa perpassada pela construção de representações em torno de um *nós* mobilizado e mobilizável. O segundo momento, tendo por base o sindicalismo rural, caracteriza-se pela consolidação destes quadros institucionais na barganha política por direitos em dois movimentos: reivindicando formas de inclusão na ação pública, e modificando a mesma a fim de adequá-la aos interesses dos agricultores locais. O espaço de formulação de projetos e demandas se faz, sobretudo pela constituição do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST) e, a partir deste, tem-se como desdobramento político a criação de uma fundação (Fundação Viver, Produzir e Preservar/FVPP²) que

¹ Dentre os municípios polarizados por Altamira nos quais os quadros institucionais citados neste texto têm ação, refiro-me aos seguintes: Pacajá, Anapu, Medicilândia, Uruará, Rurópolis e Placas.

² Esta agrega um grande leque de organizações sociais, como: associações de produtores rurais; Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade; sindicato de professores, instituições de pesquisa e universidades; e setores da igreja católica. A ação coletiva deste aparato institucional tem sido um dos fatores que têm contribuído para a emergência, no cenário político, de diversas e



incorpora demandas sócio-ambientais, e uma escola (Casa Familiar Rural/CFR) para formação de mediadores pelo próprio campesinato. A profissionalização da agricultura bem como a ambientalização de projetos e das práticas produtivas são postas como *ethos* dominante das formas de pensar e agir.

O espaço social apresenta-se sob a forma dos agentes acima ligados entre si, pois conhecidos e reconhecidos pelas diferenças que funcionam como signos distintos e de distinção, manifestados como princípios de divisão no/do espaço e de visões de mundo. Este espaço social dos agentes compõe-se por campos sociais onde se tecem as estruturas de relações e posições dos mesmos. Aqui, no caso estudado, destaco o *campo político* (representado pelas organizações sociais/sindicais, Partido dos Trabalhadores/PT), o *campo religioso* (representado pela Igreja Católica), o *campo científico-acadêmico* (instituições de pesquisa como o Laboratório Agroecológico da Transamazônica/LAET e a Universidade Federal do Pará/UFPA).

Nestes 'momentos', identifico processos de territorialização onde as práticas sociais desenham estratégias de reprodução do grupo através de recursos/capitais agregados à Transamazônica para definição de pertencimentos identitários e junto a estes a constituição de quadros institucionais no diálogo entre ação coletiva e ação pública. Nos processos de territorialização desencadeados pela ação coletiva inscrevem-se a criação de mecanismos políticos de reivindicação e intervenção por meio de "projetos de desenvolvimento regional" que aglutinam as repercussões da trajetória da ação coletiva e anunciam 'recortes' ou espacializações e incorporação de novos atores sociais parceiros ou contrastivos. Estes projetos emergem como formulação pública de problemas sociais para tornar visíveis as fontes de precariedade e instabilidade da condição camponesa e, simultaneamente, as suas reivindicações e/ou proposições.

Como recurso analítico considero ação pública as políticas, projetos, programas governamentais/estatais. A ação do conjunto de quadro institucional criado pelos agricultores, entendo como ação coletiva que consiste na variedade de tipos de ação social no cenário político, econômico e institucional que engloba "[...] desde as manifestações elementares da ação de massa [...] até aquelas marcadas pela presença de estruturas organizacionais racionalmente concebidas para a consecução de fins." (AZEVEDO & PRATES, 1991, p.124).

Utilizo aqui a ideia de ator social para referir-me ao conjunto de agentes coletivos que se fazem como tal a partir e nas organizações sociais de diversas formas e que atuam com conotação política e/ou cultural. Visam à dinamização do campo social, pois se inserem nas relações sociais, transformando-as (em níveis variados) (TOURRAINE, 1994). Usarei esta nomenclatura de ator social ou organização social para

expressivas lideranças, muitas hoje em cargos do governo PT ou em funções no poder legislativo e executivo.



referir-me ao conjunto de associações de produtores rurais, cooperativas, STR, MPST, FVPP, LAET, dentre outras formas de organização social que têm uma institucionalidade fundada na ação coletiva. Assim sendo, esta perspectiva analítica de ator social, como aqui assumida, aproxima-se da ideia de estruturas mobilizadas por agentes sociais que assumem posições nos diferentes campos do espaço social; operam a partir das espécies de capitais com os quais se posicionam (BOURDIEU, 1989).

1- Quadros institucionais públicos e resistência organizada: a mediação do Estado, da Igreja e do sindicato

A territorialização da região genericamente definida como Transamazônica tem como marco a década de 1970, momento no qual se efetiva uma intensificação demográfica resultante de um conjunto de políticas ligadas ao movimento de expansão da fronteira amazônica desencadeado pelo Estado, acompanhado por uma sucessão migratória dirigida (VELHO, 1979), via ocupação horizontal da abertura de estradas e projetos de colonização, para expansão econômica brasileira fundada em mega projetos cuja finalidade tem sido viabilizar a produção de capital de uma industrialização em larga expansão no contexto de regime militar. Os agentes da ação coletiva na região polarizada por Altamira conformam um grupo cuja posse da terra deu-se com o projeto de colonização³.

Nas representações dos agricultores entrevistados, a estrada Transamazônica e o projeto de colonização como viabilidade para a conquista da terra são postos como espécies de marcadores da ideia de “uma nova era” no que se refere às possibilidades de melhores condições de vida e trabalho na agricultura, bem como uma espécie de ilusão, engano propagandeado pelo Estado revestido de promessas; ambos teriam funcionado como fatores de atração da migração. A fronteira agrícola constitui-se, portanto, em um importante marco da *campenização* e por vezes de *recampenização* no Brasil; mesmo dentro de uma lógica perversa de reprodução do capitalismo (VELHO, 1979).

As condições de chegada na região deram-se basicamente de duas formas: por meio do cadastro e assistência do INCRA⁴, ou de forma “espontânea” por meio de locação de caminhões feita por grupos de famílias vizinhas e/ou parentes:

³ Os agricultores não possuíam terras em suas regiões de origem. Dentre as famílias entrevistadas 97% (30 das 31) apenas passaram a possuir terra na Transamazônica, a partir colonização dirigida, não obstante a sua condição camponesa. Os dados comentados ao longo deste texto foram levantados em pesquisa realizada durante 2009/2010. Além de lideranças das organizações sociais entrevistou-se 31 famílias, hoje residentes no município de Medicilândia, há 90 km de Altamira.

⁴ Órgão do Estado responsável pelos Projetos Integrados de Colonização e que previa o assentamento de 100.000 famílias em lotes de 100 hectares na Transamazônica.



Eram 12 famílias, se conheceram no caminho [...] **só queriam [os servidores do INCRA] gente que tivesse de 4 filhos pra cima** [...] nós viemo, quando nós saímos de Goiânia até Anápolis, **a gente parecia que ia pro céu! Chegemo nesse meio de mundo em 71, avistemo que essa estrada não era assim tão boa. [...]. Aí jogaram nós dentro de Altamira.** (Colono Pioneiro 1. Ano de chegada: 1971).

Os meados da década de 1970 e, principalmente, os anos iniciais da década de 1980 na Transamazônica, coincidem com o auge da recessão provocada pela crise do modelo de intervenção estatal via projeto de colonização agrícola. O projeto de colonização fora abandonado pelo Governo Federal, ficando as famílias de migrante enfrentando as dificuldades de sobrevivência a partir das relações de parentesco, redes de vizinhança e laços de conterraneidade (HEBETTE, 2002).

A estas redes de solidariedade entre grupos familiares, soma-se aos poucos os Grupos de Vizinhos organizados pela Prelazia do Xingu através das Comunidades Eclesiais de Base/CEBS⁵ com a finalidade de discutir os direitos dos agricultores e a questão fundiária, bem como realizar a alfabetização dos migrantes e seus filhos (em experiências quase informais, dada a ausência do Estado). A Igreja Católica cumpriu a tarefa de organizar essas famílias nas vicinias e, gradativamente, a ação sindical somou-se a estas organizações informais, constituindo um espaço semipúblico de resistência e elaboração de projetos coletivos em pequena escala construídos com o apoio das autoridades religiosas, cujos recursos financeiros advinham da solidariedade internacional das igrejas e relações pessoais de religiosos (HÉBETTE, 2002).

Desta forma pela aglutinação dos colonos em torno do debates sobre os direitos trabalhistas dos agricultores, próprio da ação sindical, das celebrações religiosas, bem como da escolarização inicial dos migrantes e seus filhos, se deu o início de uma espécie de *comunidade política*, neste tempo-espço orientada pela atuação militante ao mesmo tempo política e religiosa, capaz de construir a força política mobilizadora da ação coletiva em torno da identidade de *trabalhadores rurais* (junto a de *colonos*). A auto-identificação a partir de uma organização própria e contrária à definição do Estado, manifesta um projeto coletivo de resistência a partir do ‘trabalho de base’. Este trabalho repercutiu em trocas de serviços mais amplos como hortas comunitárias, ‘jornalzinho’, máquinas

⁵ As CEBs foram formadas e ao mesmo tempo formaram uma renovada e progressista militância cristã. As CEBs no Brasil tiveram este papel, sobretudo na década de 1980, aliado ao desdobramento da ação da Pastoral da Terra e da Pastoral Indígena que demarcam a “Opção preferencial pelos pobres” como finalidade da ação pastoral da igreja católica na Amazônia desde 1973.



comunitárias, cantinas e Revendão Comunitário, até o início de mobilizações para a tomada dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais/STR até então com caráter patronal.

A retirada da ação pública em 1975 (com o fim do I PIN) desencadeou a construção de ações mais integradas e organizações mais formalizadas para o enfrentamento dos problemas estruturais da região, para o que a organização sindical, já apontada pela ação pastoral como caminho necessário, se mostrou como possibilidade concreta contra o abandono da ação pública e ao mesmo tempo contra a função de vigilância política e clientelismo de que se revestiam as ações dos STRs⁶ coordenados por políticos e fazendeiros aliados da Ditadura Militar. Foi se formando na região a Corrente Sindical Lavradores Unidos (CSLU)⁷ enquanto a primeira ação coletiva com uma forma organizativa mais próxima de uma estrutura institucional e específica dos camponeses, cuja rede de relações se espacializava pela Rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163).

Neste quadro se assiste gradativamente à configuração de um campo de ações regionalizadas em que os marcos referenciais político-organizativo e religioso da ação coletiva vão incorporando um conteúdo e demandas mais classistas e sindicais, principalmente em meados da década de 1970 e marcadamente na década de 1980. Entre 1987 a 1991, em intenso movimento social via encontros regionais lideranças, grupos de agricultores e demais grupos urbanos como professores, empresários e prefeitos de diversos municípios discutiam o projeto de colonização e formas de reivindicar ações públicas para enfrentamento do quadro de abandono que repercutia na impossibilidade de permanência e sobrevivência na região. O primeiro encontro regional visando a mobilizar os grupos constitutivos da população da Transamazônica a partir dos agricultores ocorreu em julho de 1987, no atual município de Medicilândia.

Dentre os objetivos desse encontro estava a busca de saídas para recuperar o Projeto de Colonização, o que impunha a necessidade de ações reivindicativas, mas também a formulação de propostas, dada a ausência da ação pública quase por completo; com isto, nas deliberações já se apresentou uma das características que as organizações assumiriam como mediação para o diálogo *propositivo-reivindicativo* com o Estado frente a uma conjuntura também nacional de ações institucionalizadas (dada a parceria com o Partido dos Trabalhadores e CUT), a saber, as pesquisas, o conhecimento sistematizado. A estrutura de legitimidade da ação coletiva exigia, assim,

⁶ O STR patronal já existia no Município de Altamira desde 1969. Em 1972 surgiu o STR de Santarém.

⁷ Esta organização de base sindical tem sua origem entre as lideranças de Santarém ligadas ao Partido dos Trabalhadores e Central Única dos Trabalhadores/CUT.



a credibilidade das proposições a partir de resultados de pesquisa. Este foi o encaminhamento do primeiro encontro regional, a partir do qual realizou-se um diagnóstico sócio-econômico realizado em 1987 pelos então agentes do “Movimento Vida na Amazônia”⁸ (famílias de colonos, sindicalistas, professores, membros da igreja católica), entre os trechos de Pacajá a Itaituba e trechos da Rodovia Cuibá-Santarém. Dentre os problemas publicizados a partir deste diagnóstico alguns são revelados nos dados a seguir: havia nove médicos na região para uma população de 500 mil habitantes num raio de 1000 km de distância; havia 2.840 km de estradas vicinais habitadas sem conservação; nenhum município dispunha de energia elétrica (com exceção de Altamira de forma precária).

Na culminância da seqüência dos encontros regionais, em 1989, é criado o MPST, enquanto entidade representativa dos diversos grupos sociais da região, sob a liderança dos colonos agricultores organizados em Sindicatos de Trabalhadores Rurais e com a parceria estratégica local/regional do “grupo dos professores” (que posteriormente viria a formar na região o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará/SINTEPP, gradativamente mais identificados com organizações urbanas), e da Igreja Católica, mais precisamente, da Prelazia do Xingu. O espaço público das organizações sociais se fortalece significativamente também no cenário nacional, seja com os pares estratégicos como FETAGRI, CUT e CONTAG, seja ainda na esfera político-partidária, tendo em vista a consolidação gradativa do PT com o qual dialogavam as lideranças do MPST e seus pares estratégicos.

Nesta *conjuntura* e com a legitimidade da pesquisa que originou o diagnóstico sócio-econômico, se deu a construção do 1º Projeto Global de Desenvolvimento da Transamazônica (PGDT) em 1991, então sistematizado no Grande Acampamento da Transamazônica realizado em Altamira no início de junho daquele ano, com a participação efetiva de diversos grupos sociais, representativos de 9 dos municípios de influência da BR 230 e da BR 163. Atribui-se ao PGDT o caráter de formulação de primeira política pública na região com importantes repercussões: no contexto de precariedade da educação escolar foram implantados pela Secretaria Estadual de Educação o Projeto Gavião I e II, para capacitação de professores nos níveis de primeiro

⁸ Os agentes do referido movimento constituíram o MPST em 1989; antes, a partir dos espaços e legitimidade das CEBs e organização sindical embrionária, o Movimento Vida na Amazônia já se projetava com poder de articulação regional e apresentava-se como representativo da população da Transamazônica, para além do campo sob a coordenação das organizações dos trabalhadores rurais.



e segundo grau em todo o Estado, e unidades de Ensino Supletivo em Altamira, Medicilândia e Uruará. Nestes projetos o Estado se responsabilizava pelo pagamento de professores e a comunidade era responsável pela estrutura física.

Os agentes das organizações sociais e demais produtores rurais apresentam, reportando-se a esta trajetória, um eloqüente discurso fundador, seja de comunidades nas vicinais, seja das delegacias sindicais e do STR. Estes agentes repassam a ideia de que criaram a região a partir da relação com o projeto fracassado de colonização e da Transamazônica (a BR tomada ao modo de uma região) no sentido de que a conquistaram, dividiram e a nomearam como resultado das organizações sociais, da agricultura de base camponesa. Mobilizam este discurso e/ou sentimento quando falam de si como “nós, os companheiros, colonos da Transamazônica”:

Desde o começo, o finado pai foi colono da Transamazônica, ele foi fundador de comunidade, ele era muito ligado a questão religiosa, da igreja, sempre ele era uma liderança, fundou 3 comunidade, desde quando começou a discussão sobre sindicato aqui, eu fui o primeiro tesoureiro da delegacia sindical (Colono Pioneiro 2. Ano de chegada: 1974).

Observa-se na trajetória dos agentes entrevistados, bem como nos documentos das organizações sociais, que se nomear e tornar-se visível enquanto ‘colonos da Transamazônica’ e/ou trabalhador rural revestia-se, e ainda se reveste em situações públicas da ação coletiva, como uma autorização para falar em nome de uma coletividade criada e abandonada pelos órgãos públicos, o que lhes atribui legitimidade e conhecimento para mobilizar-se, pois que a crença subjetiva da afinidade de origem tornava os colonos comuns e, na relação com o Estado e/ou com grupos economicamente adversários, enquanto classe mobilizada e mobilizável. A identificação ‘colonos da Transamazônica’ é tomada como critério político para auto-nomeação do grupo e como princípio de pertinência ao local, o que igualmente se revestiria de *poder simbólico*, por construir a unidade interna do grupo e os tornar autorizados ao ponto de constituir visão de mundo e constituir posição para ação no jogo social.

Em uma segunda fase destas ações regionalizadas com relações institucionais e políticas em âmbito nacional, o MPST e seus pares estratégicos propõem enquanto projeto de desenvolvimento regional a retomada do Projeto de Colonização em outras bases; se lançavam o desafio de um novo projeto de desenvolvimento alternativo para a



Transamazônica tendo-se como demanda a redefinição de créditos agrícolas⁹ e políticas públicas na área de saúde, educação, estradas.

2- Consolidação de quadros institucionais coletivos: o desafio da profissionalização e da ambientalização

No final da década de 1980 e início da década de 1990, alguns fatos econômicos e políticos caracterizadores das práticas produtivas na agricultura concorrem para a construção pública de problemas sociais tornados visíveis sob a mediação de entidades de pesquisa em parceria com as organizações dos agricultores: o declínio produtivo dos sistemas de produção e demanda por formação técnica profissionalizada para o enfrentamento dos constrangimentos ambientais e para constituição de agentes identificados com a luta política a fim de ocupar seus quadros institucionais demandantes de saber acadêmico/escolar.

Dentre os motivos daquele declínio dos sistemas de produção estão os baixos preços, as doenças nas plantações (como vassoura-de-bruxa e *fusarium*) e a desclassificação do cacau amazônico, considerado refugio na classificação nacional, de modo que em 1988 a CEPLAC retirou o fundo de apoio à produção do cacau. Ademais, a ausência de créditos agrícolas para os pequenos produtores resultava no uso ampliado do recurso terra, [...] este fator provoca a venda da terra, a migração e novos desmatamentos (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003, p. 192).

Nesta *conjuntura*, a partir de 1991, para se colocar na negociação com o Estado por créditos agrícolas, sobretudo do FNO, o MPST, articulado regional e nacionalmente com diversos movimentos constitutivos do campesinato, encampou um ciclo de mobilizações de massa através dos “Gritos do Campo” (I, II e III), “Grito dos Povos da Amazônia” e “Grito da Terra Brasil. Segundo Ribeiro (2003, p. 40), a Transamazônica foi a região no Estado do Pará que mais contratou financiamentos do FNO Especial¹⁰

⁹ A ação pública até 1974 quando da vigência do I PNDE, se deu principalmente pela liberação de créditos agrícolas para lavoura branca e perene (pimenta do reino e café). Os agricultores caracterizam a inadequação dos mesmos a partir dos seguintes problemas: inconstância nos tipos de lavouras financiadas, sem a participação dos colonos na definição das mesmas; inadequação do tipo de lavoura ao tipo de solo; pouca rentabilidade e fracasso ou “não funcionamento” destas iniciativas.

¹⁰ O FNO Especial foi conquistado a partir das reivindicações nos Gritos do Campo I e II; este fundo adveio de uma reformulação do FNO destinado até então para grandes produtores rurais, fazendeiros, etc. É mantido pela destinação constitucional de 1% da arrecadação anual da União a um fundo de investimentos voltado para compensar desigualdades econômicas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Além do FNO Especial, de maior repercussão local, houve outras conquistas com os “Gritos” concretizadas gradualmente, como um bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros liberados para recuperação da BR 230; criação do Programa Agentes Comunitários de Saúde; construção de uma Escola



conquistado em 1992. Este fundo é comumente avaliado como uma das maiores conquistas deste quadro institucional da década de 1990, pois garantiu a permanência das famílias nos lotes¹¹.

Ao lado destas conquistas a já necessária estrutura institucional das organizações sociais demandavam um quadro específico de profissionais para assistência e/ou apoio técnico intensifica-se desde o início das primeiras parcelas dos créditos agrícolas em 1992. Desta forma, forçadas pela evolução diferenciada dos estabelecimentos agrícolas, pois capitalizados pela pecuarização via FNO, e pela estrutura de legitimidade institucionalizada, sobretudo do MPST, as organizações buscam a parceria com entidades e órgãos de pesquisa passíveis de atender estas demandas que a sua Fundação (FVPP¹²), criada em 1991, já não atendia. Refletia-se, sobretudo, acerca de maneiras mais eficientes de fazer avançar as propostas do PGDT demarcando um projeto de desenvolvimento, não mais apenas de sobrevivência.

Estes seriam os conteúdos mobilizadores da constituição da parceria com o Programa Agroecológico da Transamazônica (PAET), celebrada entre MPST-STRs e o LAET/UFGA, em 1993, para o qual se previa um Programa de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento a fim de desenvolver pesquisas técnico-científicas orientadas para as demandas da agricultura familiar. Este programa foi então financiado pela Comunidade Européia por meio da Cooperação franco-brasileira no período de 1993 a 1999. O arranjo institucional constitutivo dos novos parceiros estratégicos¹³ iniciou-se em 1992, a partir das aproximações com o Centro Agro-ambiental do Tocantins (CAT)¹⁴. A partir de 1993 se deu a constituição do LAET, em parceria com a EMBRAPA, a Universidade Federal do Pará, com instituições internacionais, sobretudo o Groupe de Recherches et

Agrotécnica em Altamira; convênio INSS e Correios para pagamento dos aposentados nos municípios onde não havia rede bancária.

¹¹ Peixoto (2002, pp. 34-5) aponta que o FNO especial atendeu aproximadamente 15% dos agricultores da região Transamazônica; o equivalente a próximo de 5.211 beneficiados, das cerca de 40.000 famílias de pequenos agricultores da região.

¹² A FVPP foi constituída enquanto entidade para administrar o MPST, representá-lo juridicamente e captar recursos financeiros para o funcionamento da sua estrutura.

¹³ Com as novas demandas e ações mais voltadas à agricultura e com os novos pares estratégicos representados pela Universidade Federal do Pará, dentre outras e pelo LAET, a relação de parceria com o SINTEPP foi fragilizada. A isto se somou o interesse distinto de demandas deste sindicato mais próximas de problemas educacionais/escolares na cidade.

¹⁴ O programa CAT foi criado em 1988 em Marabá, o eixo principal de atuação era a Pesquisa-desenvolvimento (P&D) voltado à agricultura familiar; dentre os parceiros constavam a UFGA, STRs, Instituições Internacionais Francesas. Em 1991 é criado o LASAT (Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins), imbuído de fazer a integração entre pesquisa-desenvolvimento e a formação de profissionais em ciências agrárias. Estes programas serviram de inspiração e orientação para a parceria PAET, enquanto um prolongamento das ações em P&D com viés agro-ambiental.



d'Echanges Technologiques (GRET)¹⁵, cuja atribuição era coordenar o Projeto PAET e garantir/colocar profissionais à disposição do LAET. Desde o início, a parceria previa principalmente a promoção do desenvolvimento regional de forma ambientalmente sustentável, tal era a influência do órgão financiador. As atribuições do LAET consistiam em realizar pesquisa de base e desenvolver tecnologias alternativas.

Na confluência destes acontecimentos, em 1993 é realizado pelo LAET, então principal parceiro de diálogo dos atores sociais do campo, a pesquisa-diagnóstico¹⁶ sobre o “Futuro dos Jovens do Campo na Transamazônica”. De forma recorrente os documentos oficiais e trabalhos acadêmicos referem-se a este diagnóstico como o instrumento que expôs de forma sistematizada um problema sucessório na agricultura familiar explicitado pelos seguintes dados: em todos os municípios pesquisados, as famílias possuem em média 4 a 5 filhos, destes, em média 2 ou 3 pretendem ficar na agricultura. Segundo a avaliação do LAET, este número de jovens que projetam permanecer no campo é baixo, considerando a necessidade de mão-de-obra familiar na agricultura (STR; FETAGRI, 1999, pp. 20-2).

Chama atenção o fato de os documentos apontarem, a partir desta emergência do ‘problema da sucessão’, para a introdução da demanda de formação de *jovens rurais* no Programa Agroecológico da Transamazônica o qual mediava a relação LAET e MPST como instrumento para o desenvolvimento do campo. A isso se acrescentava a possível incorporação da sustentabilidade ambiental, ainda que mais presente enquanto ideal para as lideranças do que para as famílias.

No âmbito nacional dois fatos contribuem para uma possível diferenciação na agricultura, também marcada pelas exigências de profissionalização e de uma certa ‘ambientalização’ – características que coadunam-se com as tensões acima mencionadas, bem como as saídas visualizadas pelas entidades de pesquisa em torno da intensificação dos sistemas de produção. Este contexto local e nacional, conforme se vê, levou a quadros de emergência de expectativas em torno dos jovens (mas também dos

¹⁵ O GRET em parceria com a Université des Antilles et Guyane era um dos responsáveis pelo projeto de Pesquisa-desenvolvimento no CAT. Antes de Marabá o GRET já vinha atuando no Brasil em projetos desta natureza por meio de parcerias entre governo francês e brasileiro desde 1967 (HENCHEN, 2002).

¹⁶ Este diagnóstico compôs a pesquisa mais ampla do Programa Agroecológico da Transamazônica (PAET), proposta pelo movimento social de Altamira, LAET e STRs de Altamira, Brasil Novo, Vitória do Xingu. Amostragem: 717 famílias (Altamira: 206; Brasil Novo 188; Vitória 148; Anapu: 175). “Pessoas-chave: lideranças, agricultores/as pioneiros/as, agentes comunitários, professores. (STR; FETAGRI, 1999, p. 17).



agricultores como um todo) para além de sua permanência no campo; trata-se de uma permanência em que a educação escolar figura como uma mediação necessária.

O primeiro fato alude às políticas de crédito agrícolas (nas quais o FNO especial e posteriormente – em 1996 – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF são criados) que se querem redefinidoras do desenvolvimento rural no Brasil. Se, por um lado, estas atribuem visibilidade à agricultura familiar¹⁷, por outro impõem dinâmicas diferenciadas às práticas dos agricultores de base camponesa, tanto pela exigência formal da profissionalização dos mesmos para inserção nos mercados agropecuários, em que a escolarização é posta como meio de acesso a este ideal, quanto pelas exigências tácitas através dos discursos do *campo político*, em que a agricultura familiar é posta como o “maior segmento da agricultura brasileira, porém, o mais fragilizado¹⁸ em termos de capacidade técnica” (MATTEI, 2006, p. 13).

O segundo fato se correlaciona com a presença ‘ambientalizada’ da parceria PAET na Transamazônica, e diz respeito às discussões no campo acadêmico¹⁹, notadamente na década de 1990 no Brasil acerca da agroecologia, bem como com as apostas em termos de militância política em voga desde a década de 1980 e endossada a partir deste *campo* como condição para efetivar-se o ideal de produção agrícola econômica e ambientalmente sustentável que exige capacidade gerencial, aptidão à diversificação de culturas e à preservação dos recursos naturais.

Por certo, contribuíram para esta ‘ambientalização’ os recursos do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PP/G-7)- considerado o maior programa em iniciativas sócio-ambientais no Brasil -, bem como as mudanças recém introduzidas com as políticas territoriais do Estado. Inicia-se neste contexto, sob a coordenação da FVPP, a denominada fase de experimentação de projetos

¹⁷ Agricultura familiar é uma classificação criada a partir do PRONAF, em 1996 pelo Estado, a qual representaria a legitimação de uma “nova categoria social – os agricultores familiares” (MATTEI, 2006). Desta forma esta nomenclatura (incorporada pelo campo acadêmico e incorporada pelos agricultores como auto-definição em contextos diversos), diz respeito, notadamente, a um cenário de classificações e nomenclaturas de acesso aos benefícios da política agrícola na década de 1990.

¹⁸ Alguns dados das estatísticas do meio rural demonstram esta “fragilidade técnica”, por exemplo, através do nível de escolaridade dos responsáveis pelos lotes dos Projetos de Assentamento (realidade não diferente das áreas de colonização agrícola): 28,0% destes agricultores nunca foram à escola, 28,0% cursaram até a 2ª série fundamental e apenas 2,0% têm escolarização acima do fundamental (BRASIL.MDA, 2006). Quanto ao público que se convencionou definir como juventude, dados censitários indicam que 29,8% da população do campo no Brasil, com 15 anos ou mais, é analfabeta (IBGE, 2000).

¹⁹ Trata-se, sobretudo, da reorientação da pesquisa agropecuária em que a noção de sustentabilidade e conhecimento “sistêmico” são gradativamente integrados ao saber específico da agronomia.



agroecológicos nos municípios, chamados de Projetos Demonstrativos²⁰. Com recursos do MMA e PP/G-7 (liberados a partir de 1999), esta fase teve como principais ações o Projeto Roça Sem Queimar, as Reservas Comunitárias de Porto de Moz, e o Projeto de Valorização e Conservação das Reservas Florestais Legais, nos lote dos pequenos produtores rurais. Dentre as finalidades do MPST e FVPP, estão a difusão de novas técnicas de uso da terra e dos recursos florestais.

Seguramente, isto influenciou a mudança em 2000 da nomeação MPST para Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), o que se afigura como uma forma de colocar-se e/ou manter-se no jogo social, desfrutando e disputando os *capitais* (simbólicos, materiais/financeiros, sociais) que as nomeações legítimas representam. Trata-se, portanto, a ‘Ambientalização’ das práticas dos atores sociais, de um processo sócio-político em que as ações e relações dos agentes passariam a ser pautadas pelas questões ambientais enquanto preocupação moral com a natureza e a relação do homem com a mesma.

É neste contexto que a gestão política da reprodução do grupo coloca em questão a educação escolar universal. A pouca oferta do sistema escolar na zona rural não atenderia as demandas e interesses específicos de profissionalizar a agricultura familiar em bases agroecológicas enquanto instrumento para a permanência no campo, bem como não promoveria a identificação das novas gerações com a ideia-valor de ‘luta’ referendada na ação coletiva aglutinadora das organizações sociais definidoras do *habitus de classe*. Assim uma das importantes ações do conjunto de atores foi a criação em 1995 das Casas Familiares Rurais²¹ com especificidade sócio-política orientada por estes atores e destinada à formação dos filhos dos agricultores, especialmente, os que apresentam participação nesta trajetória de constituição de quadros institucionais, este é um dos requisitos para seleção dos jovens.

Estaria *em jogo* nas finalidades atribuídas à CFR, dois interesses sociais e resultados possíveis: 1) a passagem das *propriedades intrínsecas e relacionais*

²⁰ Consiste em subprograma do Programa Piloto para a proteção das Florestas Tropicais do Brasil, do MMA. Em dez anos de atuação na Amazônia e Mata Atlântica, apoiou cerca de 320 projetos.

²¹ As primeiras experiências de CFRs, na região, se deram nos municípios de Medicilândia (hoje são 5 turmas formadas), onde se efetivou o Projeto Piloto em 1995; e de Pacajá, efetivada em 1998 (hoje 2 turmas formadas). Em seqüência a estas, tem-se a CFR de Uruará, iniciada em 2000, com 3 turmas formadas; e a de Brasil Novo, implantada em 2005. Além das turmas que estão atualmente em formação naqueles municípios, há turmas em funcionamento, a partir de 2007, em Altamira (1 turma), Rurópolis (1 turma), Anapu (2 turmas) e Vitória do Xingu (1 turma). Há registros de mais seis turmas, sendo três no Município de Placas, e as demais nos Municípios de Porto de Moz e Itaituba. Estima-se que há, aproximadamente, 250 jovens formados pelas CFRs até 2010.



constitutivas da trajetória do grupo a estados objetivados, homologados e publicizados em forma de *esquemas práticos*, ao modo de um *habitus de classe*; 2) a atualização das regras de sucessão pela necessidade do capital escolar/técnico no gerenciamento dos lotes, bem como de sucessão nos cargos de coordenação demandantes de agentes com espécies de capitais distintos dos possuídos pelas primeiras lideranças.

Com a ampliação²² de ações com retornos concretos para os agricultores, dentre outros grupos da Transamazônica, a partir do acesso ao FNO, PRONAF e recursos do PP/G-7, bem como com a rede de formação via CFRs o MPST/MDTX e seus pares estratégicos constrói uma legitimidade conquistada no contexto regional e nacional, e coloca-se como um dos interlocutores indispensáveis das diversas instâncias públicas, quer sob ações reivindicativas, quer em função de sua capacidade de influenciar as decisões políticas (HENCHEN, 2002) tendo em vista o *capital social*, junto aos agricultores e demais atores sociais, bem como junto às instâncias da ação pública como prefeituras, câmara de vereadores, universidades, INCRA, etc.

Considerações finais

A análise por mim ensaiada põe em relevo a constituição de quadros institucionais como um trunfo político. As estratégias dos atores têm criado as condições de resistência e mudança que desenham características importantes deste campesinato, potencialmente legitimadoras da sua trajetória coletiva e da continuidade do mesmo, a despeito das análises tradicionais que prevêm o fim das formas camponesas dado o avanço das formas produtivas capitalistas/industriais, as quais têm sido referência para grande parte da ação pública.

(1) A primeira característica advém do fato de que o tipo de rede de relações constitutivas da posição do campesinato em sua configuração parcialmente autônoma em relação à sociedade envolvente criam o papel ou função de mediadores sejam técnicos para prestação de serviços, sejam políticos, em ambos, o lugar social destes mediadores consiste na articulação entre atores e campos para construção de direitos,

²² Para além da ampliação de parcerias, se assiste à ampliação do espaço dos atores sociais do campo. A área de atuação do LAET e MPST pela mediação do PAET concentrou-se na Microrregião de Altamira (principalmente Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Altamira, Anapu e Pacajá), áreas, portanto, que mantinham uma relação sócio-econômica direta com a rodovia Transamazônica. Além destas foram incluídas áreas cuja história e relações sócio-econômicas têm como uma das referências o rio Xingu (Senador José Porfírio, Vitória do Xingu). Já próximo do final da parceria foi realizado um trabalho sobre a gestão comunitária de florestas no município ribeirinho Porto de Moz, envolvendo-se nestas áreas, entre 30 a 40 mil famílias.



recursos, no mais das vezes para o atendimentos de interesses específicos, por isso mesmo capazes de tornar democráticas a ação pública e provocar transformações nas relações de poder (NEVES, 2008). Os mediadores mantêm o contato com o exterior, para conhecê-lo, enquanto barganham benefícios (econômicos, políticos...).

(2) Esta tendência de constituição de redes pela ação de agentes mediadores no campesinato vem se fazendo através da trajetória de construção e/ou conquistas de espaços coletivos e públicos cuja origem e atuação tradicionalmente são referendadas na cidade. A rede de relações tem possibilitado o deslocamento do espaço geográfico das lutas do campo para a cidade. Neste caso, trata-se, da *cidade política* e/ou da *cidade econômica* (LEROY, 1991), a fim de sair do isolamento físico e social e articular as lutas travadas localmente com as grandes questões nacionais e internacionais.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, S.; PRATES, A. Planejamento Participativo Movimentos Sociais e Ação Coletiva. In. *Ciências Sociais Hoje, 1991*. São Paulo: Vértice, 1991. p. 122-152.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro. Bertand Brasil, 1989.

HÉBETTE, Jean; et all. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In. *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: EDUFPA, 2002. p. 203-232.

HENCHEN, Mário José. *O diálogo com relação entre agricultores e pesquisadores: a experiências do PAET na Transamazônica*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Belém:UFPA, 2002. 129 p.

LEROY, Jean-Pierre. *Uma Chama na Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

NEVES, Delma Pessanha. Mediação Social e mediadores políticos. In: *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa, 2008.

SABLAYROLLES, P.; ROCHA, C. (orgs). *Desenvolvimento Sustentável da agricultura familiar na Transamazônica*. Belém: AFATRA, 2003.

TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

VELHO, O. *Capitalismo autoritário e campesinato – um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1979.



GT 10 – Quadros institucionais de políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento

Trabalho Feminino em Comunidades Rurais de Abaetetuba e as Políticas de Crédito Rural para Agricultura Familiar: Um estudo de caso do Pronaf Mulher

Claudiane de Fátima Melo de Sousa¹

¹Cientista Social; Extensionista Rural; Emater-Pará; E-mail: nannisousa2004@yahoo.com.br

Resumo

Este é o resultado de um estudo de caso do Pronaf Mulher em Abaetetuba-Pa. O estudo foi realizado entre os anos de 2008 e 2010. Orientado pelas teorias de gênero, com enfoque das Ciências sociais e a incursão em campo com a observação direta, entrevistas semi-estruturadas, metodologias participativas e levantamento de dados de crédito rural entre os anos de 2008-2010, assim como o acompanhamento de grupos de mulheres ou mulheres isoladamente na tentativa de financiar suas atividades e/ou acessar o Pronaf Mulher revela-nos o quanto que a equidade de gênero, sobretudo no meio rural, ainda é um projeto para longo prazo.

Palavras-chave: Pronaf Mulher; trabalho e gênero; agricultura familiar.



Introdução

Este artigo busca fazer uma abordagem das políticas públicas de crédito rural para a agricultura familiar, com enfoque na linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar destinada para mulheres, o Pronaf Mulher. Apoiada nas teorias de gênero e da divisão sexual do trabalho, a partir do enfoque metodológico da antropologia interpretativa, desvendar os *ditos* (Geertz, 1989) nas falas e nas ações dos/as agentes técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – Emater –Pa, e das agricultoras familiares.

Este trabalho tem sua relevância comprovada pelo baixo índice de recorte de gênero, 3,98%, nos projetos de pesquisa em extensão rural no Brasil, propostos pelas universidades brasileiras, (Callou, 2008). Repensar a prática da extensão rural é um exercício a ser feito, para que obedecendo aos princípios norteadores da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural – Pnater, temas como raça, gênero e geração possam ser assuntos cotidianos na prática do/a extensionista.

As teorias de gênero foram centrais na compreensão dos fenômenos sociais que se revelavam na relação estabelecida entre os agentes de ATER e os/as agricultores/as familiares. Trazer para o cerne da discussão a categoria gênero foi importante na desconstrução das noções que naturalizam as relações entre homens e mulheres e a divisão do trabalho entre estes/as. Revelando o caráter ideológico nas noções de trabalho atribuídas a um e a outro sexo, e a hierarquização de um em detrimento de outro.

Gênero surge no contexto das ciências sociais como uma categoria social e política, para distinguir o aspecto biológico do social. Questionando o destino natural imputado às mulheres como sujeitos passivos e submissos. É a partir das discussões de gênero que se discute a divisão sexual do trabalho, que, sobretudo, se assenta na biologização dos papéis sociais, criando critérios de sepa razão e hierarquização de tarefas de acordo com o sexo. Uma reflexão a partir de Scott (1990,p 14) nos diz que *O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças*



percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.

Para discutir a divisão sexual do trabalho foram utilizadas as teorias de Hirata (2007) e Bourdieu (2010) a primeira apresenta uma nova definição de divisão sexual do trabalho, e a contribuição de Bourdieu vem se somar aos princípios da divisão sexual do trabalho proposta por Hirata.

Quando o assunto envolve a categoria trabalho, nas Ciências Sociais é quase inadmissível não fazer uma discussão com Marx (1985) segundo quem *o trabalho é um processo entre o homem e a natureza*. Considera a divisão do trabalho como diretamente ligada aos tipos de propriedade, sendo a primeira divisão do trabalho a que corresponde a propriedade rudimentar ou tribal, onde a divisão do trabalho é uma extensão da divisão do trabalho natural que existia no seio da família.

Embora na época em que escreveu isto, Marx já tenha apresentado as outras formas de divisão do trabalho, a agricultura praticada pelos/as agricultores/as familiares na Amazônia e em especial na área pesquisada, ainda são análogas a forma de produção rudimentar. É verdade que a base de sua alimentação já não é mais a caça, mas os/as ribeirinhos/as ainda vivem do extrativismo e da pesca artesanal, e a agricultura ainda é do tipo itinerante, com baixo emprego de tecnologia, no sentido tecnicista da palavra.

Na agricultura familiar, a família é ao mesmo tempo a unidade de produção e reprodução, a divisão do trabalho social é feita a partir de critérios sexual e de geração, sendo que algumas atividades são comuns a quase todos os membros da família, o que mais comumente ocorre no beneficiamento dos produtos, no qual cada um tem sua tarefa e o todo resultará no produto acabado e beneficiado. Prevalendo nestas sociedades a solidariedade mecânica, sendo elas definidas por Durkheim (1984) como *sociedade polissegmentar simples*, caracterizadas por serem um agregado de natureza familiar e política, e na qual suas relações vão além da concorrência e da troca de serviços e vivem uma vida comum.



No entanto no que tange ao trabalho, as atividades realizadas pelas mulheres agricultoras são, comumente, vistas como de menor vulto e menor valor social, não sendo percebidas muitas vezes como trabalho, nem como econômicas, assim não são tidas como financiáveis. Embora estejam previstos orçamento e programa para trabalhar com a valorização do trabalho da mulher e a superação da hierarquia de gênero na zona rural (Butto, 2010), no plano prático isso ainda não vem se realizando para muitas mulheres. E desvelar estas questões é o objetivo desta pesquisa. Sendo que aqui não se tratará como se dão as relações de gênero e as problemáticas no interior da agricultura familiar, mas a relação entre esta e o órgão oficial de ATER, a Emater-Pa. Fazendo aqui um apontamento da divisão sexual nas comunidades rurais, mas de uma forma bastante genérica.

Material e Método

Para esta pesquisa foram articuladas duas áreas de conhecimento. As das Ciências Sociais e as metodologias participativas utilizadas na Assistência Técnica e Extensão Rural. Sendo assim, este trabalho se baseia na Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais encontrado em Weber (Weber, 1982), alguns conselhos da metodologia da pesquisa antropológica contida em Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2007), e as reflexões de uma descrição densa de Geertz (1989). Assim como o exercício de estranhamento descrito por Velho, quanto os conselhos Práticos de Miguel Espósito Verdejo (2006) presente em seu Guia Prático de Diagnóstico Rural Participativo - DRP.

A experiência de 12 anos na extensão rural se revelou uma enriquecedora e desafiadora antítese no processo da pesquisa. Por um lado a benesses de conhecer e conviver com o campo de pesquisa por outro este foi o grande desafio, que demandava o esforço imenso e contínuo do exercício de estranhamento, pois estava a pesquisadora diretamente envolvida com as questões estudadas (na condição de mulher, neta e filha de agricultoras e extensionista rural da Emater). O que não torna a pesquisa inviável, já



que *familiar ou exótico*, a escolha do objeto é filtrada pela subjetividade do/a pesquisador/a (Weber, 1982; Velho, 1978).

O conhecimento de situações ou indivíduos é construído a partir de um sistema de interação cultural e historicamente definido. Embora aceite a idéia de que os repertórios humanos são limitados, suas combinações são suficientemente variadas para criar surpresas e abrir abismos, por mais familiares que indivíduos e situações possam parecer.

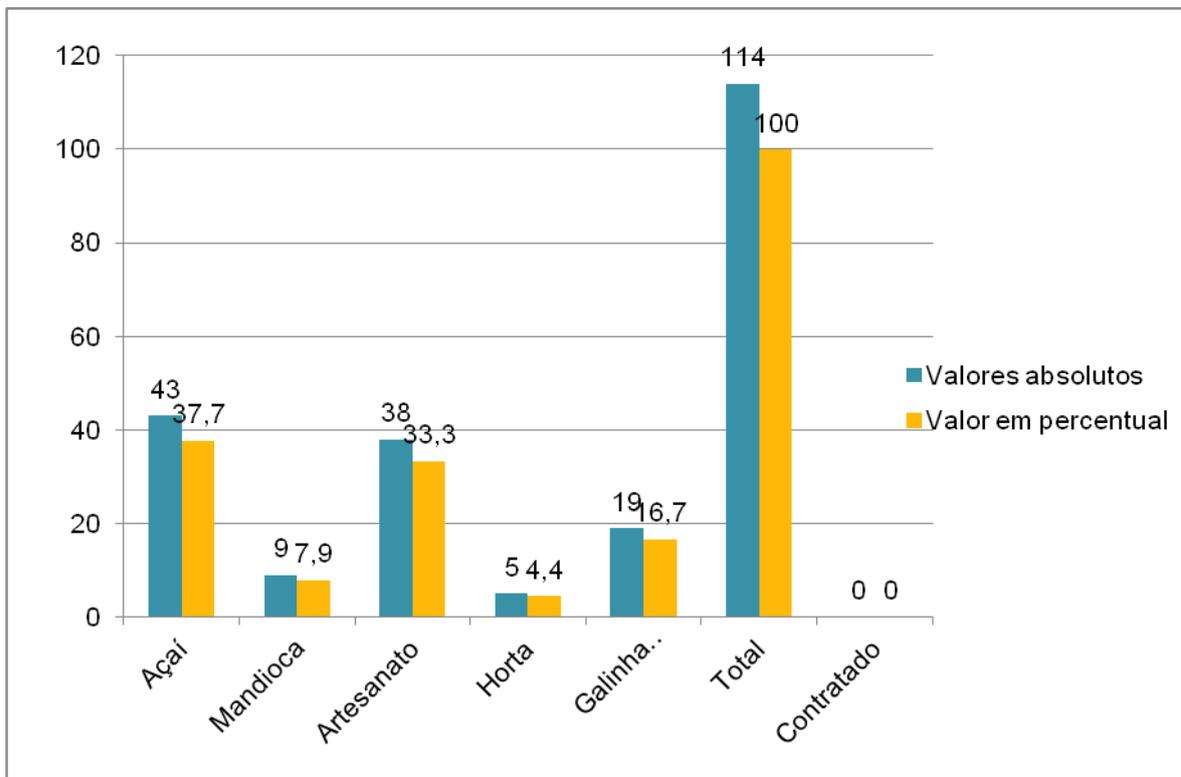
Velho, ; pg 42.

A pesquisa se deu entre os anos de 2008 e 2010 e neste período foram realizadas 142 entrevistas com homens e mulheres, cinco entrevistas com lideranças de associações, sete entrevistas com agentes de ATER e dois Diagnósticos Participativo, sendo de três dias cada um, reunindo um total de 45 pessoas. E no cotidiano durante as visitas de assistência técnica e mesmo no escritório lançou-se mão da observação direta.

Resultados

Durante o período da pesquisa, 2008-2010, foi acompanhado várias mulheres que tentaram, sem sucesso, acessar o Pronaf Mulher, entre as quais dois grupos organizados, um de artesãs do Rio Cuitininga composto por 23 mulheres, e outro do Rio Arumanduba, integrado por 41 mulheres, entre artesãs, pescadoras, ribeirinhas e extrativistas.

A demanda para o Pronaf Mulher entre os anos de 2008-2010 está no quadro abaixo.



Fonte: levantamento de dados pela pesquisadora

Neste período foram contratados projetos para mulheres ao amparo do Pronaf, nas linhas B e AF, mas, nenhum na linha Pronaf Mulher. Vale ressaltar que os projetos contratados para as mulheres somente são açai e mandioca. Hortaliças, artesanato e galinha caipira eram tidos como inviáveis. Contudo o mesmo julgamento de viabilidade não se aplica quando o pleiteante era do sexo masculino. Pois no período da pesquisa foram demandados e contratados 07 projetos de horticultura, 05 para avicultura, 20 de artesanato e 02 de suinocultura.

Não há impedimentos para que as mulheres acessem a financiamentos ao amparo do Pronaf AF ou mesmo do Pronaf B, desde que seja para financiar as atividades que já vem sendo financiadas, ou seja, açai e mandioca. Mas é interessante notar que quando elas tentam financiar estas mesmas atividades, mas agora contratando na linha Pronaf Mulher este acesso é negado.



A situação abaixo ocorreu entre um extensionista e uma agricultora que insistia em querer um Pronaf Mulher. A pessoa que lhe atendia disse: *“eu não sei porque essa insistência em Pronaf Mulher, para mim é um programa que não tem sentido, ele tem as mesmas condições e prazos do Pronaf B e do AF, não sei para quê que ele existe ...só para causar este tipo de problema!”*. E completou com o veredito: *“mande seu marido vir aqui e eu faço o financiamento para ele.”*

Ao buscar com os/as agentes públicos e as próprias agricultoras uma possível razão para o não atendimento do pleito das mulheres para a contratação de projetos para hortaliças, avicultura e artesanato e Pronaf Mulher, as respostas mais recorrentes foram as seguintes:

Para os/as extensionistas:

- * São projetos pequenos, tinham que ser a fundo perdido;
- * Não há demanda;
- * Porque as mulheres não estão organizadas;
- * Porque as mulheres cuidam mais da casa e trabalham muito pouco na agricultura, assim sua produção é insignificante;
- * Artesanato não tem viabilidade econômica;
- * Tinha que financiar uma atividade que complementasse a atividade principal;
- * Não cabe a EMATER elaborar esses projetos (artesanato) para as mulheres;
- * *Para quê o Pronaf Mulher, se as condições são as mesmas do AF?*

Na fala das agricultoras:

- * Não sabem ou não opinaram (85%);
- * *O governo diz que a gente tem o direito, mas a gente num vê esse direito;* (Dinéia, Rio Aruamanduba);
- * *A gente não sabe dos nossos direitos.* (Silvana, Rio Acaraqui);
- * *Por causa da burocracia.* (Maria Antônia, Rio Bechor).



Discussão/Conclusão

No intuito de romper com o quadro de submissão, sujeição e invisibilidade das mulheres é que as políticas públicas para a agricultura familiar e o Plano Nacional de Políticas para as mulheres vem se dirigir. Contudo é bom ressaltar, que o direito não é o direito natural, mas é uma conquista, e as mulheres agricultoras, somente conseguiram uma linha de crédito para elas, 08 anos após a criação do Pronaf, mas mesmo assim isso não tem se configurado em ganhos reais, pois as dificuldades para acessar a linha do Pronaf Mulher tem se mostrado quase que intransponíveis, carecendo de uma mobilização intensa dos grupos que ensejam acessar a linha. O que, a princípio era incompreensível, se revelou produto de uma cultura machista, sexista, que as discussões de gênero e de divisão sexual do trabalho são capazes de desvelar.

Os estudos de gênero revelam o modo como são construídas as representações de masculino e feminino na sociedade, que se acreditam, serem informados pela natureza. O nascer com o sexo do macho ou da fêmea já pressupõe um determinado comportamento, que embora socialmente orientado é tido como se fosse natural. Gênero vem desconstruir estas noções e revelar que as identidades masculinas e femininas não são produtos biológicos e sim construções culturais.

O conceito de gênero é importante na análise e ajuda a ver como determinados processos consolidam as diferenças entre masculino e feminino, gerando hierarquias. Acredita-se existir modos específicos de agir e trabalhar, distribuindo sob estes princípios diferentes tarefas e papéis sociais para homens e mulheres, o que se revela na divisão sexual do trabalho. Como o próprio nome já sugere, há uma separação entre trabalho de homem e trabalho de mulher, desta forma esta divisão obedece à hierarquização que existe entre os sexos.

Leve e pesado ganham conotações distintas, de acordo com o sexo que realiza o trabalho. Mostrando que este valor é também uma construção social. Na divisão do trabalho as habilidades “naturais” são invocadas, espera-se da mulher paciência e



destreza, enquanto que do homem invoca-se a força física. O papel de provedor, atribuído ao homem, e de cuidadora atribuído à mulher, está subordinado ao papel de cada um na reprodução, e para Bourdieu, (2010) essa biologização do social, organiza a divisão sexual do trabalho e a partir dela todo o *cosmo*, isto quer dizer que outros princípios e áreas da vida estarão subordinados aos mesmos princípios da divisão sexual do trabalho. Levando para a vida social a hierarquização entre os sexos.

Hirata (2007) propõe dois princípios para a divisão sexual do trabalho, o da separação, existe trabalho de homens e de mulheres e da hierarquização, trabalho de homem vale mais que trabalho de mulher, Bourdieu propõe três princípios: 1- as atividades das mulheres devem ser um prolongamento do trabalho doméstico, 2- a mulher não pode ser autoridade sobre um homem, 3-Cabe ao homem o monopólio da manutenção dos objetos técnicos e das máquinas. E DaMatta (1997) embora não esteja falando diretamente do tema, diz que cabe ao homem a representação da família na esfera pública.

Estes seis princípios aqui sobrepostos são percebidos nas relações entre o órgão de ATER e as mulheres agricultoras, numa relação social sexuada, expressa em relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas e de exploração entre duas categorias de sexo socialmente construídas. Considerando como não-trabalho e não-econômico o trabalho das mulheres agricultoras.

O trabalho realizado pelas mulheres, embora, de fundamental importância para o processo produtivo da família, não tem o mesmo valor e reconhecimento social que as atividades realizadas pelos homens, (Maneschy, 1995; Segato 1998), e esta invisibilidade que é conferida ao trabalho realizado pelas mulheres tem base cultural, que influencia na gestão do trabalho na família, pondo o homem como aquele que realiza o trabalho produtivo e a mulher fica em posição de complementaridade. (Fiúza, 2009).



O não reconhecimento do trabalho da mulher agricultora, como trabalhadora rural (Brummer, 2004; Sales 2007) é elemento chave para que elas não acessem a linha de crédito Pronaf Mulher. Suas fontes de renda são consideradas secundárias e de menor vulto, por isso não financiaria para elas as hortaliças, porque no imaginário do técnico da EMATER, seria um projeto muito pequeno, contudo, quando é um homem que procura já se vislumbra algo maior.

A negar financiamento de hortaliças e galinha caipira para mulheres, mas financiar para homens pode ser a hierarquização do valor e da diferença entre trabalho realizado por homem e por mulher, esta hierarquização tem estreita ligação com a designação de um para a esfera produtiva, e outro para a esfera reprodutiva. Nota-se que não são as atividades em si que são desvalorizadas e consideradas como não financiáveis, mas este julgamento está em função de quem o pleiteia, ou seja, antes da desvalorização do trabalho em si, vem a desvalorização de quem o executa, e isto em função do sexo.

As políticas públicas que prevêm a mudança desse cenário e a busca da valorização da trabalhadora rural, por si só não tem sido capazes de realizar mudanças significativas na vida destas mulheres e de suas famílias. Um passo a ser dado seria fomentar a organização social destas mulheres, o que é um desafio a ser enfrentados por elas. E neste cenário a EMATER-Pa teria papel preponderante, mas não o vem fazendo porque ainda tem reproduzido um padrão cultural machista e sexista, que hierarquiza o trabalho de homens e mulheres, reforçando a designação histórica da mulher para a esfera privada e do homem para a pública.

E isto é um reflexo do quanto as práticas sociais não acompanham as políticas e a legislação, fazendo assim com que elas não sejam plenamente implementadas. O que corrobora com o que já preconizou Saffiote, (1987), para quem a legislação não é capaz de alterar as estruturas de dominação, e a história de lutas dos grupos menos favorecidos tem mostrado isto (grifos meus). Também é necessário investir em qualificação e fomentar debates e discussões sobre gênero, raça/etnia e geração.



Bibliografia

AQUINO, Estela Maria L. de; MENEZES, Greice Maria de S.; MARINHO, Lilian Fatima B. **Mulher, saúde e trabalho no Brasil: desafios para um novo agir.** *Cad. Saúde Pública* [online]. 1995, vol.11, n.2, pp. 281-290. ISSN 0102-311X.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina.* 8ª edição. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro-RJ. 2010.

BRASIL. **II Plano Nacional de Políticas para Mulheres.** Secretaria Especial para Mulheres. Governo Federal. Brasília. 2008.

BRASIL. **Decreto** 1.946 de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

BRASIL. **Decreto** 7215, 15 de junho de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.

BRASIL. **Lei** 11.326/2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2004_2006/Lei/Lei11326.htm. Acessado em 10 de setembro de 2010.

BRASIL. **Lei** 12.188, 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível no endereço eletrônico <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/>, acessado em: 11 de julho de 2010.

BRASIL. **Manual de Crédito Rural**, Capítulo 10, Seção 09. Banco Central do Brasil. 2010.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Brasília. MDA, 2004.

BRASIL. **Resolução** BACEN 2191, 24 de Agosto de 1995. Crédito Rural - Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Disponível



para consulta no endereço eletrônico <https://www3.bcb.gov.br/normativo>, acessado em 23 de agosto de 2010.

BRASIL. **Resolução** BACEN 3206/2004. Dispõe sobre alterações no Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar (Pronaf). Disponível para consulta no endereço eletrônico <https://www3.bcb.gov.br/normativo/>. Acessado em 23 de Agosto de 2010.

BRASIL. **Resolução** BACEN 3559 de 28 de março de 2008. Altera as disposições estabelecidas no Manual de Crédito rural, capítulo 10 (MCR 10) para financiamento ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Disponível para consulta no endereço eletrônico <https://www3.bcb.gov.br/normativo>, acessado em 23 de agosto de 2010.

BRUMER, Anita. **Previdência social rural e gênero**. *Sociologias*, Jun 2002, no.7, p.50-81.

_____. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. *Rev. Estud. Fem.*, Abr 2004, vol.12, no.1, p.205-227.

BUTTO, Andréa Z. Mulheres e Trabalho Rural: “Políticas para as mulheres rurais: a recente experiência no Brasil” in **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, Tema: Trabalho e Gênero**. p. 89 a 100. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Brasília. 2010.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes et al. **O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil: relatório de pesquisa**. Recife- Pe : Gráfica Artimpresso, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. O Ofício do Antropólogo, ou Como Desvendar Evidências Simbólicas. Série Antropologia. V. 413.DAN/ UnB. Brasília. 2007.

DESOUZA, Eros; BALDWIN, John R.; ROSA, Francisco Heitor da. **A construção social dos papéis sexuais femininos**. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 13, n. 3, 2000.

DURKHEIM, Émile. A divisão do trabalho social - volume II. 2 ed. Editorial Presença. Lisboa, Portugal 1984.

_____. **As regras do Método Sociológico**. Editora Martin Claret. São Paulo, 2003.



FIÚZA, Ana Louise de Carvalho et al. **Difusão de tecnologias e sexismo nas Ciências Agrárias**. Cienc. Rural. Santa Maria, v 39, n 09. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-847820090009000036&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de maio de 2011.

Geertz, Clifford. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura *in* **Interpretação das Culturas**. LTC. Rio de Janeiro – RJ. 1989.

GEHLEN,IVALDO. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural**. *São Paulo Perspec.*, Jun 2004, vol.18, no.2, p.95-103.

HERNÁNDEZ, Carmem. Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras *in* **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Organizadores Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. Ilha de Santa Catarina. Ed Mulheres. 2010.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 37, n. 132, dez. 2007 .

KERGOAT, Danièle. **Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo**. Publicado no *Dictionnaire critique du féminisme*, organizado por Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré, Danièle Senotier. Ed. Presses Universitaires de France. Paris, novembro de 2000. Traduzido por Miriam Nobre em agosto de 2003. Disponível <http://www.santosbancarios.com.br/mulheres/adivisaosexualdotrabalho.pdf>. Acessado em 03 de julho de 2011.

MANESCHY, Maria Cristina; ALENCAR, Edna; NASCIMENTO, Ivete Herculano. Pescadoras em busca de cidadania. *In A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Maria Luzia Miranda Álvares, Maria Ângela D’Incao (org). Belém –Pa. GEPPEM. 1995

MANESCHY, Maria Cristina. Múltiplas Atividades Femininas nas Estratégias de Reprodução Social das Famílias de Pescadores, *in Sociologia na Amazônia: Debates teóricos e experiências de Pesquisa*. COSTA, Maria José Jackson (org.). UFPA .Belém. 2001.

MARCONDES, Willer Baumgartem; ROTENBERG, Lúcia; PORTELA, Luciana Fernandes e MORENO, Claudia Roberta de Castro. **O peso do trabalho "leve" feminino à saúde** . *São Paulo Perspec.* [online]. 2003, vol.17, n.2, pp. 91-101. ISSN 0102-8839.



MARIA FERNANDA, Diogo e COUTINHO, Maria Chalfin. **A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino.** *Interações*. 2006, vol.11, n.21, pp. 121-142.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. Volume I. 3ª edição. Editora Presença. Lisboa. Portugal. 1977.

MATTOS, L. et al. **Agricultura de pequena escala e suas implicações na transição agroecológica na Amazônia brasileira.** *Revista Amazônica – Revista de Antropologia* vol 2, nº 2. Pg 220-248. IFCH/UFPa. Belém-Pa. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/viewFile/399/607>. Acessado em 12/04/2011.

MEAD, Margarete. **Macho e Fêmea**. Editora Vozes. 1971.

_____. **Sexo e Temperamento**. Editora Perspectiva. São Paulo. 1988.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica Motta. **“Trabalhadeiras” e “Camarados”:** **relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica.** Coleção Igarapé. Centro de filosofia e Ciências Humanas/UFPa. Belém. 1993.

PANZUTTI, N.P.M. **Família e Relações de Gênero na Agricultura Familiar de Itinguaçu.** *Revista Agricultura*. v. 51. n 1. Pg 103-123. Jan/jun. São Paulo-SP. 2004.

PAULILO, Maria Ignez. **“O peso do trabalho leve”**, *Revista Ciência Hoje*, vol. 5, n. 28, jan.-fev. 1997.

_____. **Trabalho Familiar: Uma categoria esquecida de análise.** *Revista de estudos feministas*. Florianópolis, v. 12, n. 1, Apr. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 maio de 2011.

PISCITELLI, Adriana. Comentário. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 21, 2003 . [arttext&pid=S0104-83332003000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000200009&lng=en&nrm=iso)>. access on 04 Aug. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/>

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. O fazer das mulheres rurais: a construção da memória e de símbolos de poder feminino em comunidades negras do Tocantins. *In Desafios de Identidade: espaço- tempo de mulher*. Pg 11-23. Maria Luzia Miranda



Álvares e Eunice Ferreira dos Santos (org). Belém-Pa. CEJUP; GEPEM; REDOR. 1997.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães et al . *Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha*. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 45, n. 4, Dec. 2007 . disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000400012&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 14 março de 2011. doi: 10.1590/S0103-20032007000400012.

SAFFIOTE, Heleieth I. B. **O poder do macho. Coleção polêmica**. Editora Moderna. São Paulo. 1987.

SALES, Celecina de Maria Veras. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. Rev. Estud. Fem., Ago 2007, vol.15, nº 2, p.437-443.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. **Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST**. Rev. Estud. Fem. Florianópolis, v. 12, n. 1, abr. 2004.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista brasileira de Ciências Sociais. São Paulo. Vol. 18, nº 51, fev. 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100008&lng=pt&nrm=iso. Acessado em 16/05/2011.

SEGATO, Rita Laura. **Os percursos do gênero na antropologia e para além dela**. Série Antropologia. V 236. DAN/UnB. Brasília. 1998.

VELHO, Otávio. Observando o Familiar *in* **Aventura Sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social**. Edson de Oliveira Nunes (org.). Zahar Editores. Rio de Janeiro – RJ. 1978.

Verdejo, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Secretaria da Agricultura Familiar/MDA. Brasília. 2006.

WEBER, Max. **A Objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais** in Max Weber: Sociologia. COHN, Gabriel (org.) Editora Ática. São Paulo-SP. 1982a.

_____. A Política como vocação. *In* **Ensaio de Sociologia**. H.H Gerth e C.Wright Mills (org.). Editora Guanabara. Rio de Janeiro – RJ. 1982b.



WHITAKER, DULCE C. A. **Nas franjas do rural-urbano: meninas entre a tradição e a modernidade.** *Cad. CEDES*. 2002, vol.22, n.56, pp. 7-22.



Encontro da Rede de Estudos **RURAIS**

DESENVOLVIMENTO, RURALIDADES E
AMBIENTALIZAÇÃO: PARADIGMAS E ATORES EM CONFLITO
03 a 06 de junho de 2012.

GT11

O RURAL NA HISTÓRIA DO BRASIL

COORDENAÇÃO

PROF^a. DR^a. MARCIA MARIA MENENDES MOTTA - UFF

PROF. DR. PAULO PINHEIRO MACHADO - UFSC

PROF. DR. CARLOS LEANDRO ESTEVES – UFPA



GT 11 – O Rural na História do Brasil

“Justiça seja feita”: Reivindicação dos Agricultores na Interventoria Paraense (1930-1935)

Michele Rocha da Silva¹

¹Mestre em história social-PUC/SP. E-mail: micheleh_rocha@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho foi discutir como lavradores, ribeirinhos, posseiros, arrendatários, comerciantes, homens e mulheres, moradores dos espaços rurais paraenses, vivenciaram a experiência política em seu cotidiano no diálogo com o Governo frente às propostas reformistas, na primeira Interventoria de Magalhães Barata (1930-1935) no Pará. Para tanto, investigou-se as cartas que esses sujeitos enviavam ao Interventor. A pesquisa justifica-se por compreender que, à luz dos suportes teóricos da história social e cultural, ideias, crenças, valores e identidades culturais próprios dos missivistas, construídos em meio às suas experiências e vivências culturais, econômicas e políticas em seu ambiente rural, foram fatores determinantes para a reinterpretação do discurso do Governo de Intervenção e, *grosso modo*, nos limites de suas possibilidades, permitiram a negociação com esse Governo. Noções, como justiça, direito, valorização da família, do trabalho e do trabalhador, bem como dos recursos naturais e da sua preservação, reaparecem nos relatos dos requerentes com novas nuances e sentidos políticos diversos para fazerem valer a concretização de seus objetivos.

Palavras-Chave: Cartas. Agricultores. Interventoria. Negociação. Pará.



Introdução

As correspondências são uma prática tão comum nos órgãos públicos como meio de comunicação, refletindo as necessidades e interesses diferenciados de quem as escreve, seja por meio de ritual burocrático ou como a expressão da busca pela concretização de um anseio socioeconômico. O cenário da história social no primeiro quinquênio da década de 1930 no Estado do Pará consistiu na ação diária de inúmeras pessoas de vários segmentos sociais ao escreverem cartas no decorrer da primeira gestão do Interventor Magalhães Barata.

A presente pesquisa é resultado da dissertação de mestrado em História Social, realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP. Destaca-se, especialmente, a temática do terceiro capítulo, que diz respeito ao Estado Pará como palco de relações históricas que vão além das estabelecidas na capital, como um espaço amplo que abarcou tanto o aspecto físico quanto o social. Nesse sentido, procurou-se investigar como agricultores, ribeirinhos e comerciantes das regiões longínquas da capital (re)significaram o discurso da Interventoria. Privilegiando o tema do direito, sobretudo, a busca pelo direito ao título de posse da terra, foi possível entrever como, ao seu modo, esses sujeitos percebiam a importância dos recursos naturais amazônicos para a garantia da própria sobrevivência e quanto foram capazes de construir noções peculiares de justiça para que assegurassem a manutenção de suas terras e os usufrutos que delas extraíam.

Por meio das missivas, pode-se perceber as experiências efetivas e as expectativas de vida dentro das relações sociais vivenciadas cotidianamente por uma parcela da população paraense. Essas pessoas deixaram registradas as circunstâncias de seu modo de vida, bem como apontaram traços e características daqueles com quem mantinham comunicação.

A trajetória política de Magalhães Barata iniciou-se quando do movimento tenentista. Em 1930, ele assumiu a Interventoria do Estado do Pará, contudo, as tensões e divergências entre as lideranças políticas que o apoiavam e a forte oposição da Frente Única Paraense na disputa do processo eleitoral em 1934¹ levaram Getúlio Vargas, em

¹ Ao longo da Intervenção, ocorreram sucessivos rompimentos entre os principais representantes que apoiavam o regime, a disputa pela liderança partidária no partido Liberal levaria ao enfraquecimento do grupo político ligado diretamente ao Interventor, o processo dos trabalhos da constituinte de 1934 culminou na ruptura entre Abel Chermont, representante de uma família de líderes políticos tradicionais do Pará, e Magalhães Barata. Além disso, membros do Partido Republicano Federal e do Partido Conservador se uniram, formando a Frente Única Paraense, sob o comando de Samuel Macdowell e Antônio Sousa Castro (PRF). Sobre os componentes geradores da crise política que culminou na



abril de 1935, a substituir Magalhães Barata por outro interventor, José da Gama Malcher. No entanto, Barata retornou como interventor em 1943, ficando até a abertura política em 1945. Nesse ínterim, foi eleito senador. Em 1950, perdeu a disputa nas eleições para governador. Cinco anos depois, Magalhães Barata concorreu novamente às eleições e venceu o pleito, vindo a falecer ainda no exercício do poder executivo do Estado em junho de 1959.

Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, enquanto interventor estadual no Pará, articulado com lideranças civis, oposicionistas da gestão política anterior, pertencentes a grupos políticos tradicionais, como Abel e Mário Chermont², Aberlado Condurú, José Pingarilho, Pe. Leandro Pinheiro, Clementino Lisboa, implementou reformas administrativas, buscando atribuir um caráter “moralizador” às instituições públicas. As afirmações desse Governo foram acordadas nas diretrizes nacionais do movimento político definido pelo grupo que estava no poder como “Revolução de 30”³.

A Intervenção de Magalhães Barata legitimava os “ideais revolucionários” que norteavam as ações de seu governo, imprimindo o discurso ideológico de “restauração” e “saneamento” das estruturas políticas do estado. Por meio de decretos, instituiu o programa de reformas que visavam desarticular as velhas bases de poder e desfazer as formas da estrutura administrativa de gestões anteriores. Nesse sentido, Barata anulou concessões de terras às grandes empresas e latifundiários nas regiões de fronteiras e nas grandes áreas de castanhais e seringais. Confiscou bens dos ex-governadores: Dionísio Bentes, Eurico Valle e Antônio Emiliano de Souza Castro, sob alegação de que haviam lesado os cofres públicos no período quando dirigiram o Estado.

Carlos Vesentini (1997) apresentou uma vigorosa discussão sobre as dimensões políticas que envolveram o fazer da memória histórica do fato, nesse caso, o fato seria a “revolução de 30 e ação de seus revolucionários”.

A década de trinta, para Vesentini (1997, p. 27), tomou contorno de expressão e se constituiu num império do fato. A memória construída pelos vencedores de 1930 se

substituição de Magalhães Barata do cargo, cf. RODRIGUES, Denise de Sousa Simões. Pará/1935. Rio de Janeiro:UPERJ, 1979. p. 67-79.

² A influência política da família Chermont no Estado do Pará remonta aos idos do processo de adesão à independência brasileira, além disso, membros dessa família, em momentos variados, no Império e na fase inicial da República, assumiram cargos de executivos do poder político paraense. Cf. Rodrigues, 1979. p. 70.

³ De acordo com Decca (1984), a “Revolução” foi uma estratégia de dominação, a qualificação de um discurso ideologicamente construído pelo grupo que assumiu o poder em 1930, que, sob a égide do progresso e de uma provável reforma social, legitimou o exercício de seu poder, ao mesmo tempo em que construiu a memória histórica política do “vencedor”, nesse caso, dos “revolucionários”, dos que assumiram o poder institucional a partir de 1930.



unia ao fato de que, a partir de um conjunto de propostas, engendradas no processo de luta, seguia-se um movimento que decidia onde as interrogações seriam postas, da mesma maneira que excluía questões que pudessem deixar transparecer as incoerências desse regime.

Magalhães Barata e seu grupo político apresentavam propostas que culminariam em construções de significações mais amplas. Assim, projetaram um suposto Estado que visava à função moralizadora das instituições públicas, cujas implicações transsubstanciavam-se na compreensão dos paraenses acerca da existência de um Governo com propostas que beneficiassem a todos.

Nesse sentido, integradas ao discurso da construção do fato orientada de acordo com a perspectiva dos “revolucionários no poder”, estavam as camadas populares. A implementação de “mudança” propagandeada por aqueles exigia a idealização dessas a quem o discurso era destinado. Era uma forma de justificar as transformações provocadas pelo Governo de Intervenção como algo que também vinha das aspirações populares. Os vínculos criados de aproximação entre diferentes sujeitos e o Interventor assumiram, como parte constituinte da legitimação do poder, a aparência de uma expressão resultante da unidade e vontade geral do todo social.

Uma das medidas que corroboraram para a efetivação dessa perspectiva foi o estabelecimento da comunicação direta com o Governo. Propondo “solucionar” as reclamações e pedidos que chegavam até ele, Magalhães Barata oficializou o envio de cartas. Dadas às características dos pedidos, queixas e denúncias, elas passaram a ser adjetivadas como cartas-petição, além disso, ele instituiu a realização de Audiências Públicas pelas quais os sujeitos apresentavam pessoalmente ao Interventor suas necessidades, reivindicações e reclamações.

A existência de uma parcela de sujeitos que se identificavam nas cartas como “pobres” e “humildes” faria mergulhar também na perspectiva teórico-metodológica da história vista de baixo⁴. O contato com esses sujeitos sociais que revelavam por meio da escrita as experiências vivenciadas na sua condição de pobreza apresentou questões complexas por que o trabalho poderia se enveredar. Explorando essa dimensão

⁴ A importância de entender as relações sociais de agentes históricos de estratos econômicos e sociais mais baixos alavancou a realização de debates intelectuais que buscavam explorar as perspectivas sociais de sujeitos que nem sempre deixaram registradas na história suas experiências. Hobsbawn (1998) apontou questões conceituais e problemas práticos, levantando a questão de definir quem seriam as pessoas comuns. Outro problema de ordem técnica diz respeito à ausência de um corpo material pronto para descrever a história dos movimentos populares, provocando ao historiador necessária reflexão metodológica.



desconhecida do passado⁵, foi possível compreender como homens e mulheres exprimiram suas dificuldades cotidianas, enfrentadas na busca para assegurar a permanência de suas lavouras, propriedades, moradia e assistência jurídica. Essa movimentação, para a efetivação de suas demandas imediatas, revelou alguns indícios do cotidiano urbano e rural de uma parcela da população paraense, e isso visto de baixo para cima nos anos de 1930 a 1935.

Trabalhando com o conceito de cultura, foi possível entender as diferentes dimensões da vida material e seus significados, a partir das quais, sem tetos, servidores públicos, comerciantes, lavradoras, agricultores e ribeirinhos construíram suas culturas e seus modos de vida⁶, com base nas diversas relações que estabeleceram uns com os outros em seu cotidiano. Permitiu também compreender como as transformações oriundas das ações administrativas do Governo de Intervenção foram experimentadas por esses sujeitos.

Aprender as identidades culturais dos sujeitos históricos que dialogavam com o Governo de Magalhães Barata possibilitou reconhecer nas diversas dimensões sociais as formas como homens e mulheres, inseridos em relações sociais determinadas, constituintes de necessidades, interesses e antagonismos, participaram tanto de processos de dominação como também de resistência e de lutas (THOMPSON, 1988).

Esta pesquisa se justifica ao problematizar e perceber que os anos 1930 não foram um tempo somente de Magalhães Barata e do grupo político que o apoiava e que estava no poder naquele momento, mas também de outros sujeitos históricos que viveram e fizeram aqueles tempos. Por meio de múltiplas relações, construíram sonhos, envolveram-se em negociações, conflitaram-se diante de posturas e valores. Em suas formas de ser e viver, expressaram interesses, reivindicaram direitos, comemoraram conquistas e se decepcionaram com as derrotas, tocando para adiante seus projetos de vida.

⁵ Jim Sharpe (In: BURKE, 1992, p. 39-62) também traz algumas reflexões sobre a perspectiva metodológica da história vista de baixo, ao demonstrar que essa abordagem abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica. A tradição francesa de historiografia elaborou a maioria dos métodos e temas da história feita pelo povo, com destaque para o historiador George Rudé (In: KRANTZ, 1990), um dos pioneiros a compreender a ideologia popular e reconhecer na multidão sujeitos como artesãos, pequenos lojistas, jornalistas e camponeses. Em homenagem a esse historiador, reuniu-se vários ensaios contemporâneos sobre variadas abordagens da história do povo.

⁶ Esta pesquisa se fundamenta no conceito de cultura desenvolvido por Raymond Williams (1979), o autor entende cultura como um processo social em que estão inseridas as formas de viver dos sujeitos sociais.



Algumas produções acadêmicas, sobretudo trabalhos de Conclusão dos Cursos em História e em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, abordaram a prática populista de Magalhães Barata, na intenção de perceber as camadas populares como agentes cooptados por esse Governo. Além disso, as temáticas mostraram a atuação do Interventor dentro da administração institucional, bem como do envolvimento com outros políticos tanto da oposição quanto da situação. Outras pesquisas mergulharam em reflexões sobre a memória histórica da imagem de Magalhães Barata, bem como sobre o imaginário político elaborado e reelaborado sobre a figura política de Magalhães Barata⁷.

Esse quadro permite afirmar que há uma produção historiográfica considerável a respeito da administração política e das práticas populistas do Interventor. Pesquisas mais recentes seguiram a mesma perspectiva, há ainda uma produção considerável sobre o imaginário político que se construiu sobre Magalhães Barata. As abordagens partiram de relatos orais e documentais de políticos que participavam do Governo, problematizando a memória que tais políticos construíram em torno da imagem de Magalhães Barata, o homem e o político⁸.

No decorrer da pesquisa, constatou-se que todos os episódios políticos envolvendo Magalhães Barata, como no movimento tenentista, até o momento de sua morte, tinham sido revisitados pela historiografia, o que, de certa forma, contribuiu para fortalecer e realimentar uma memória política de um governo que o Pará jamais poderá ter novamente. A partir da evocação da memória dos paraenses mais velhos, é comum ouvir frases como “*na época de Barata não tinha baderna*”, “*não haviam ladrões*”. Pode-se dizer que essas produções contribuíram para a manutenção da imagem sacramentada na memória social paraense sobre o governo baratista, especialmente a de uma imagem populista⁹. É preciso, contudo, no jogo do revela e esconde da história¹⁰, procurar compreender os diferentes sentidos que os sujeitos construíram para aquele momento.

⁷ FERREIRA, Albert de Oliveira. Belém: EDUFPA, 1997.

SALGADO FILHO, Rosemiro. Belém: EDUFPA, 1982.

SANTANA JUNIOR, Leopoldo Nogueira. Belém: EDUFPA, 1994.

⁸ ARAÚJO, Argemira dos Santos. Belém: EDUFPA, 1990.

LIMA, Maria Inês Oliveira de. Belém: EDUFPA, 1999.

LOUREIRO, Rita Ester Bezerra. Belém: EDUFPA, 1998.

RIBEIRO, José Roberto Silva. Belém: Gráfica Editora Meridional. 1998.

⁹ Populista, aqui, se refere à adjetivação da concepção clássica ditada pelos sociólogos sobre o populismo pelo qual se compreende que a população é mera espectadora, massa de manobra nas mãos de políticos espertos e de boa oratória. (Cf. IANNI, O. 1975; WEFORT, F. 1978).

¹⁰ SAMUEL, Raphael. São Paulo: PUC-SP/EDUC, fev/1997.



A partir das leituras e análises proporcionadas pela pesquisa, um turbilhão de inquirições e reflexões surgiram. Onde se localizavam as pessoas comuns nessa história? Elas também compunham o cenário social paraense, gente que, de certa forma, estava envolvida na movimentação política para a construção da figura popular de Barata. As *Marias*, as *Raimundas*, os *Joões* e os *Josés*, que compartilharam e vivenciaram esse processo político nos anos pós 1930 no Pará, o que pensavam? Como se posicionavam frente à primeira Interventoria de Magalhães Barata? Ficaram no silêncio? Por qual motivo?

O conteúdo das cartas revelaram importantes diferenças entre o modo como Magalhães Barata se apresentava em seus discursos e como eles eram entendidos pelos paraenses. Tais cartas evidenciaram o quanto os missivistas sabiam utilizar o discurso do Interventor em benefício próprio. O conteúdo das cartas era construído de argumentações em que preponderava a barganha.

De certo modo, a produção historiográfica decorrente do conceito de populismo no Brasil, durante anos, pautou-se na argumentação da lógica astuta dos discursos de líderes políticos que, com retórica veemente, conseguiam cooptar as camadas populares conforme seus desígnios. A produção acadêmica nos anos 1960, sobretudo da Sociologia, colaborou nessa perspectiva, atribuindo uma conotação extremamente pejorativa em torno do termo populismo¹¹. As interpretações mais conhecidas no tocante a essa temática foram realizadas por Francisco Weffort (1978) e Octavio Ianni (1975). Na concepção desses dois intelectuais, a temporalidade que se abriu em 1930, foi marcada pela forte apologia do Governo Vargas que, por meio da implantação de uma política repressora aliada a forte propaganda governamental e a regulamentação de leis sociais, fez os trabalhadores, sindicalistas e a imensa maioria de brasileiros serem encarados como massa de manobra nas mãos da astuta liderança política de Getúlio Vargas.

Posteriormente, essa conceituação, dada *a priori* em nível da conjuntura teórica, foi posta em dúvida e problematizada por Ângela de Castro Gomes (1988), Daniel Arão Reis (2001), Fernando Teixeira (2001) e Jorge Ferreira (2001). Esses

¹¹ Os sociólogos Gino Germani e Torcuato di Tella insistem na condição “periférica” da América Latina. Entendem que o populismo é um movimento político de manipulação das massas, caracterizado pela coexistência de traços tradicionais e modernos em sua constituição, por intermédio das elites defensoras do *status quo*. Jorge Ferreira mostra que o conceito de populismo foi historicamente construído e, ao longo de sua existência, passou por conotações variadas. Porém, o termo que mais se consolidou para explicar a história política recente do Brasil, entre os anos de 1930 a 1964, foi o que sinalizava para a incapacidade de os trabalhadores perceberem o discurso demagógico dos governantes, que os cooptavam e manipulavam conforme seus interesses e estratégias (Cf. FERREIRA, In: FERREIRA, 2001, p. 59-124).



autores questionam o dito “populismo” brasileiro. Segundo eles, no Brasil, esse termo foi mais teórico-ideológico que categorial, isto é, a ideologia do populismo implantada no Brasil não é nativa, esse conceito veio com o sociólogo italiano Gino Germani, e, ao chegar à América Latina, passou por uma adaptação, e, conseqüentemente, no Brasil, tornou-se um tipo “ideal”, que foi adotado para a realidade da política brasileira, analisado e interpretado a partir das práticas instituídas no governo de Getúlio Vargas.

Essa problemática teórico-ideológica mal construída foi absorvida e aceita por muitos intelectuais brasileiros. As pesquisas de historiadores, a exemplo de Daniel Reis (2001), questionam tal conceito, utilizando, ao invés de um modelo predeterminado, a história como o caminho para compreender a relação entre governantes e governados.

Avançando nessa discussão, Jorge Ferreira (1997), ao analisar variadas correspondências que uma ampla parcela da população brasileira endereçava ao então presidente da República Getúlio Vargas, sinaliza para outro aspecto da ação dos trabalhadores na Era Vargas¹². O autor defende a ideia de que os trabalhadores não repetiam mimética e mecanicamente o discurso dominante da prática política de Vargas, pelo contrário, repensavam, filtravam e reformulavam esse discurso reutilizando-o em proveito próprio.

Para esse historiador, os brasileiros delinearão as formas como foi instituído o Estado Vargas. Eles reconheciam as ações desenvolvidas por esse Estado e, ao mesmo tempo, procuravam avançar, trabalhavam por suas demandas a fim de poderem resolver suas necessidades imediatas, como, por exemplo, a busca de emprego ou aumento salarial. Segundo Ferreira (1997), os trabalhadores absorviam o discurso varguista, reformulavam esse discurso em proveito próprio e o devolviam com nova leitura, sempre procurando barganhar algo com o Governo.

De modo semelhante, Dezemone (In: MOTA; ZARTH, 2008) contesta a historiografia que esboçava a ideia de ausência, nos regimes ditos “populistas” como o de Getúlio Vargas, de projetos que incorporassem os trabalhadores rurais ao modelo de desenvolvimento capitalista. Tendo como objetos de pesquisas, depoimentos orais de trabalhadores rurais, a legislação trabalhista sindical e as cartas de camponeses, o autor defende que os trabalhadores rurais se apropriaram do discurso oficial de Vargas, propagado na imagem da “proteção” dos pobres e dos humildes. Diante desse discurso

¹² Cf. FERREIRA, Jorge. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.



paternalista e da construção da memória de um presidente poderoso e corajoso, os camponeses reivindicaram o que consideravam como justo.

Quando a lavradora, o agricultor, o ribeirinho, o desempregado ou o comerciante escreviam, houve um exercício de política frente a um Governo com quem dialogavam. O ato de escrever buscando algo demonstra que essas pessoas eram conhecedoras do movimento político do Governo e que, de certa forma, buscavam por seus direitos. Evidentemente, havia um discurso e uma prática do Governo e seus próprios interesses, mas na relação com os populares isso pode ter sido reelaborado.

A compreensão estabelecida neste trabalho sobre as práticas populistas de Magalhães Barata destoa da perspectiva analítica de Barbosa (2005) sobre as concepções dos missivistas na época desse governador. Assim como afirma Ferreira (1997) e Ribeiro (2008), percebe-se que definir as práticas de governos como manipuladoras e populistas é demasiadamente simplista, pois essa dinâmica é bem mais complexa. Através das cartas com as quais se tem estado em diálogo, há possibilidades de entendimento das reais demandas dos agricultores, seus interesses e expectativas.

Assim, é preciso considerar que, envolvidos numa teia de complexas relações de poder e enfrentamentos sociopolíticos, sujeitos comuns e governo transformaram o espaço paraense em arena de permanentes lutas culturais, “onde não se obtêm vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas” (HALL, In: HALL, 2003, p. 255). E, aproveitando-se das táticas que lhes eram possíveis, negociaram interesses e perspectivas de uma vida melhor, isto é, nas brechas do discurso do Governo, as pessoas faziam sua própria reelaboração e tentavam fazer valer seus direitos enquanto cidadãos.

A abordagem sobre as cartas parte da contextualização do momento histórico oriundo das informações trazidas pelos sujeitos que as escreveram, por isso, intercalou-se as problematizações resultantes da análise das correspondências com a própria composição dos missivistas, as quais foram destacadas em itálico e entre aspas quando se tratava de citações curtas dentro do próprio texto de análise, esse procedimento metodológico é adotado a partir da missiva do Carlos dos Passos Sodré.

Da localidade denominada Timboteua, região que à época pertencia ao município de Igarapé-Açu, em 16 de junho de 1932, o senhor Carlos Sodré, de 68 anos, se dizia um “pobre velho, pai de numerosa prole”¹³, e escreveu pedindo a concessão do

¹³ Fundo Gabinete do Interventor, séries; cartas, 1932, caixa 03.



título efetivo da terra onde morava. O motivo que o levou a “ocupar alguns momentos da preciosa atenção de V. Excia” foi a ação do vizinho, morador recente na redondeza, o cearense Manoel Caboclo da Silva, que, com o irmão e a mãe, questionou o pedido de concessão de licença para regularização do terreno, feito pelo missivista em setembro de 1929 junto à justiça, em “conformidade com a lei 1584, de 20 de setembro de 1917”.

Carlos dos Passos Sodré declarou que chegou ao terreno “mansa e pacificamente” em 1908, usufruindo dele com a produção de “cultura efetiva e morada habitual”, seu esforço e as benfeitorias que vinha fazendo nas terras de onde tirava seu sustento o encorajaram a requerer a legalização do mesmo no ano de 1929. Contudo, a morosidade da justiça local, somada à improbidade de certos servidores da repartição, permitiu que seu vizinho, Manoel Caboclo da Silva, criasse obstáculos ao direito do Sr. Carlos Sodré ao título de posse das terras onde morava.

Nota-se que a história apresentada corresponde ao período anterior ao do Governo de Intervenção, e vinha se estendendo há quase três anos. O agricultor demonstrou ter conhecimento da legislação referente a terras e do direito que poderia ser auferido a partir dela e foi amparado nela que buscou fazer valer o seu direito de requerer a legalização do terreno.

É possível observar, ainda, que o missivista percebeu a movimentação política do Governo na construção de sua memória, embasada no discurso do desenvolvimento e do progresso do Pará e, ainda, do cumprimento da justiça. Apoiado nisso, o missivista escreveu, relatando que confiava no cumprimento “da justiça rara” em que Magalhães Barata “se acha estribado”.

Outro caso típico que mistura denúncia e pedido de regularização definitiva da terra é o relato do casal de agricultores, Brasileiro Teófilo de Miranda e Cândida Ferreira de Miranda, em carta endereçada a Magalhães Barata, em que apresentavam seu próprio caso e o de vizinhos que passavam pela mesma situação.

Segundo o casal, eles e outros “subriviventes dos antigos libertados escravos” receberam “pacificamente” a doação do general Hilario Maximiano Antunes Gurjão, antes de ele partir para a guerra do Paraguai, das terras denominadas “Carajó”, município de Vigia de Nazaré.

Nota-se que as formas de ocupação dessas terras foram engendradas a partir de relações sociais definidas e construídas no próprio cotidiano dessas pessoas. É perceptível, nos relatos até aqui apresentados, que essas terras foram ocupadas de forma



natural, a partir da labuta pela sobrevivência diária no cultivo de suas plantações e do estabelecimento de suas moradias.

Os missivistas ressaltavam, ainda, que viviam sobressaltados e sob ameaças há quase quarenta anos. Diante dessa pressão, os agricultores aproveitavam o momento para recorrer ao Interventor, “pedindo-vos esclarecimentos a favor dos nossos direitos se podemos conseguir ficando de posse das terras, commo legítimos proprietários”.

Dois detalhes importantes se destacam a partir da argumentação dos missivistas, a convicção deles sobre o direito que tinham às terras e a garantia da liberdade financeira que poderiam ter como legítimos proprietários, pois não se deixaram seduzir pela proposta do advogado. Os agricultores reconheciam os limites e as consequências que enfrentariam se submetessem à condição de agregados. Nessa situação, aproveitaram a oportunidade para se comunicar com o representante máximo estadual e exigir dele o cumprimento do direito de ter a posse legal da terra onde trabalhavam e de onde tiravam o seu sustento.

A terra, para essas pessoas, significava o único meio para adquirirem o sustento da família, além de ser o lugar de abrigo e moradia, portanto, o lugar que representava a sobrevivência e a manutenção da família. A forma como se apropriavam do terreno, nas palavras dos missivistas “mansa” e “pacificamente”, se dava, pelo menos, nos seguintes termos: obtendo o pedaço de terra por meio da ocupação espontânea, passavam a plantar, colher, cuidando, assim, de uma extensão de terra, que, aparentemente, era um terreno abandonado, sem proprietário; ou adquirindo-o por meio daqueles com quem compartilhavam experiências cotidianas, tendo a palavra como único instrumento probatório de doação do terreno. As duas formas os deixavam vulneráveis a qualquer indivíduo que posteriormente dela se dissesse proprietário.

Para os missivistas, o poder local estava ligado ao favorecimento e aos conchavos entre as autoridades, latifundiários e poderosos na região, enquanto que a autoridade do Interventor representava o contrário, trazia a ideia de justiça, de um Estado que vinha se constituindo acima de qualquer interesse ou privilégio.

No movimento de reinterpretar o discurso do Governo, entende-se que, com base na concepção de justiça supostamente disponível, Antônia Cavalcante Albuquerque¹⁴, mulher pobre e “*sem recurso nenhum*”, escrevia dizendo estar “*bem informada do espírito de justiça*” do Interventor, por isso recorria a essa “justiça” para

¹⁴ Fundo Gabinete do Interventor, séries; cartas, 1932, caixa 03.



pedir a regularização fundiária do lote de terra que já vinha ocupando. O terreno em questão localizava-se no Km 174, às margens da estrada de ferro de Bragança, entre as mediações da parada do trem, denominadas de Bezerra e Vitória, sob a administração do município de João Pessoa¹⁵. Sendo assim, a carta foi encaminhada ao prefeito do lugar, que, por sua vez, a devolveu ao gabinete do Governo, informando que daria o título de posse mediante a constatação de que o lote pretendido fosse devoluto.

Interessante perceber o significado de justiça para Antônia Albuquerque, enquanto mulher de origem humilde, necessitando da terra para o sustento. Ela entendia que o Governo seria justo quando lhe entregasse o título de posse da terra que já vinha ocupando, isto é, ao cumprir sua função social enquanto Estado. O lote pretendido tinha um significado de sobrevivência, servia de roça e moradia. Entretanto, analisando a resposta do Governo, os critérios foram outros, o direito somente lhe seria garantido caso a terra estivesse desocupada.

Da vila de Mosqueiro, Vicente Monteiro de Souza¹⁶, escrevia contando suas aflições. Fora surpreendido com a intimação do agente de polícia que o impedia “dos gozos de seus direitos de trabalhar” no terreno denominado “Pau Grande”, onde morava havia 25 anos. Na iminência de perder os meios de sustento, o Sr. Vicente de Souza, com “a presença de mão própria¹⁷”, escreveu ao Interventor, informando aguardar “a amável chamada” para explicar melhor o ocorrido.

Da vila de Caraparú, às margens da estrada de ferro de Bragança, pertencente à época ao município de Belém, porém sob a administração da subprefeitura de Castanhal, Belmiro Francisco Batista escrevia para o Interventor, ao mesmo tempo, denunciando e solicitando providência. Denunciava a obstrução da nascente do rio Caraparú, feita pelo chefe da estação ferroviária da vila de Americano, Felipe de Paula, “que também era comerciante”¹⁸.

Com ricos detalhes, o missivista mostrava a importância que tinha o rio para a comunidade local, ao destacar o que o rio representava aos moradores da região. Homem e natureza, uma relação imbricada em torno da preservação, dependência e sustentabilidade. Afirmava que o rio Caraparú tinha inúmeras nascentes que

¹⁵ Esse município, à época da Intervenção, teve a denominação substituída de Igarapé-açu para João Pessoa.

¹⁶ Fundo Gabinete do Interventor, séries; cartas, 1931, caixa 03.

¹⁷ Em todas as cartas a ortografia foi preservada, tendo em vista permitir o reconhecimento do nível de instrução e alfabetização dos remetentes, revelando o esforço que realizavam para se comunicarem, quando descreviam ao Interventor Magalhães Barata suas experiências vividas cotidianamente.

¹⁸ Fundo Gabinete do Interventor, séries; cartas, 1933, caixa 03 C.



desaguavam no rio Guamá, um dos importantes rios que contornam a capital, Belém. Ressaltava ainda ser o rio importante via de acesso e comunicação entre os moradores e entre esses e os municípios vizinhos, representando, portanto, a fonte de renda para os habitantes e ribeirinhos das redondezas. E era assim há anos, “é de utilidade fluvial há mais de cento e tantos anos”. A comunidade reconhecia o seu valor, ao zelar por ele, limpando-o anualmente. Com esses argumentos, Belmiro Batista mostrava o significado do rio para os habitantes, cuidando do patrimônio que lhes rendia o pão de cada dia.

A carta de Belmiro revelava uma reivindicação coletiva, portanto, o caso requeria melhor atenção governamental, talvez uma forma de convencimento de que a ação institucional deveria ser rápida. E, também, a ideia de que as autoridades locais estavam ligadas a vícios administrativos que levavam ao favoritismo, impedindo que as queixas seguissem “o curso legal”. Entretanto, a concepção que os missivistas tinham sobre a autoridade do Interventor os remetia à ideia de justiça e agilidade.

A carta da Sra. Cecília Souza¹⁹ é outro exemplo de denúncia contra o servidor público que ameaçava tomar suas terras. Da ilha do Marajó, no município de Muaná, Cecília Souza, denunciava a atuação do recém nomeado agente de polícia na localidade, Francisco Fernandes Filho. Segundo ela, desde que havia assumido o cargo para a região do rio Atatá, ele se dizia proprietário das terras às margens do referido rio, região denominada de “Conceição”, não permitindo que Cecília pudesse se “dedicar a lavoura” de onde tirava seu sustento. Cecília Souza afirmava que as terras pertenciam a ela por direito, as havia herdado dos avós, o que o Governo poderia constatar ao averiguar junto à diretoria de obras públicas. Reclamando a violação desse direito de herança, apelava para a “justiça” de que via o Interventor como “legítimo representante”, a fim de que pudesse reaver seu terreno.

Esses relatos evidenciaram como lavradores e ribeirinhos receberam as investidas da política de interiorização proposta pelo Governo. As missivas demonstraram os esforços de homens e mulheres que, mesmo sem domínio da escrita e procurando outras pessoas para escrever, à semelhança talvez do que foi apresentado pelo filme *Central do Brasil*²⁰, buscaram a solução para suas reais demandas.

¹⁹ *Ibid.*, caixa 03 A.

²⁰ *Central do Brasil*, filme dirigido por Walter Salles em 1998. A história mostra a personagem Dora escrevendo cartas para analfabetos na Central do Brasil. Nos relatos que ela ouve e transcreve, surge um Brasil desconhecido. Disponível em: http://www.centraldobrasil.com.br/fr_sin_p.htm.



É necessário compreender que o espaço amazônico é multifacetado em experiências e culturas plurais próprias da floresta. As variadas histórias dos missivistas, a partir de suas vivências experimentadas e traduzidas, por exemplo, nas disputas de terras entre famílias, no desleixo por parte do Governo na distribuição de terras para o homem do campo, nas mazelas da administração pública no interior e nas disputas entre comerciantes de cidades vizinhas, demonstram a dinâmica social vivida e de certa forma escondida na imensidão das especificidades ambientais da floresta amazônica.

Referências

ARAÚJO, Argemira dos Santos. **O Pará e o governo inovador de Magalhães Barata, no período de 1930/35.** (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas). UFPA, 1990.

BARBOSA, Ilka do Socorro Castro. **Cartas do Povo: Magalhães Barata;** correspondência popular em sua primeira interventoria. Monografia de graduação em História: Laboratório de História. Belém: UFPA, 2005.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** Tradução de Magda Lopes: UNESP. São Paulo, 1992.

DECCA, Edgar Salvadori de. **O silêncio dos vencidos.** 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Albert de Oliveira. **A 1ª Interventoria de Magalhães Barata (1930-1935):** discursos, práticas e conflitos políticos no Estado do Pará. 1997. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

_____. **Trabalhadores do Brasil:** o imaginário popular 1930-1945. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica:** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001.

FUNDO GABINETE DO INTERVENTOR. Série: Cartas. Caixas 03, 03 A, 03 B, 03 C, 04. Anos 1930, 1931, 1932, 1933, 1934 e 1935.

GOMES, Ângela Maria de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, LÍlian Moritz (Orgs.). **História da vida privada no Brasil:** contrastes da intimidade contemporânea, vol. IV, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.



_____. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: **Da Diáspora** – Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p. 257-58.

HOBSBAWM, Eric. A história vista de baixo para cima. In: **Sobre História: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

KRANTZ, Frederick (Org.). **A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990.

LIMA, Maria Inêz Oliveira de. **Magalhães Barata: um líder populista no Pará (1930-1935)**. (Trabalho de Conclusão de Curso em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas). UFPA, 1999.

LOUREIRO, Rita Ester Bezerra. **Memória da Perfeição: lembrança, história e herança de Magalhães Barata**. (Trabalho de Conclusão de Curso em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas). UFPA, 1998.

DEZEMONE, Marcus. A era Vargas e o mundo rural brasileiro: memória, direitos e cultura política camponesa. In: MOTTA, Marcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história; concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)**, vol. 2. São Paulo: UNESP, 2008.

PORTAL DO FILME CENTRAL DO BRASIL. Disponível em
<<http://www.centraldobrasil.com.br/>>.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Cartas ao presidente Vargas: outra forma de luta pela terra. In: MOTTA, Marcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história; concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)**, vol. 2. São Paulo: UNESP, 2008.

RIBEIRO, José Roberto Silva. **A Revolução de 30 e a Educação no Pará: carisma e práticas políticas**. Belém: Gráfica Editora Meridional, 1998.

RODRIGUES, Denise Simões de Souza. **Pará/1935: um estudo sobre liderança e conflito**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1979.

SALGADO FILHO, Rosemiro. **O populismo no Pará (1954-1959)**. (Trabalho de Conclusão de Graduação em Ciências Sociais. Centro de Filosofia e Ciências Humanas). UFPA, 1982.

SAMUEL, Raphael. Teatros da Memória. In: **Projeto História 14 Cultura e Representação**. São Paulo: PUC-SP/EDUC, fev/1997.



SANTANA JUNIOR, Leopoldo Nogueira. **Educação e Imaginário Baratista.** (Monografia em especialização em História da Amazônia Centro de Filosofia e Ciências Humanas).UFPA, 1994.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. Revisão técnica: Antonio Luigi Negro, Cristina Meneguello. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VESENTINI, Carlos Alberto. **Teia do fato:** uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Hucitec Editora, 1997

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1979.



“lugares onde pudesse ter notícias”: mulheres e as multas no Decreto 1.318 de 1854 na Província do Pará

Eliana Ramos Ferreira¹

¹Profª Drª da Escola de Aplicação/UFPA. E-mail: Lia@ufpa.br ; Lia64@uol.com.br

Resumo

O Decreto nº 1.318 de 1854, que regulamentou a Lei de Terras de 1850, previa em seu Art. 91 que todos os possuidores de terras deveriam fazer o registro das mesmas em suas respectivas paróquias, dentro de três períodos consecutivos de prazos: o primeiro prazo de dois anos, o segundo de um ano e o terceiro de seis meses. Os que não registrassem as terras nos períodos estabelecidos pelo decreto, deveriam pagar uma multa em dinheiro, variando o valor de acordo com o prazo. O presente trabalho pretende refletir sobre como as mulheres na província do Pará reagiram à cobrança das multas por não terem registrado as suas terras em suas paróquias e as estratégias utilizadas para obterem o ‘perdão’ da pena, ou seja, o ‘perdão’ para o não pagamento das multas.

Palavras chave: Legislação – terras – Pará provincial – mulheres

Abstract

“Places could have news”: women and the fines in the decree 1,318 of 1854 in the Province of Pará

The Decree nº 1,318 of 1854, that it regulated the Land Law of 1850, it foresaw in its Art. 91 that all the land possessors would have to make the register of the land in its respective parishes, in three consecutive periods of stated period: the first stated period of two years, second of one year and third of six months. Those who do not register the land in the periods established by the decree, should pay a fine in money, the amount varying according to the stated period. The present work intends to reflect on as the women in the province of Pará they had reacted to the collection of the fines for not having registered its lands in its parishes and the strategies used to get ‘remission’ of the sentence, in other words, the ‘remission’ for non-payments of fines.

Keywords: Legislation –Lands – Province of Pará – Women



Entende-se que sanção é uma forma disciplinar no sentido de mediar a obediência às normas, geralmente de cunho coercitivo, como medida punitiva. Na leitura da Lei de Terra de 1850, mas particularmente ao Decreto de 1854 que a regulamenta pouca atenção foi dada pela historiografia ao sistema de sanções mediante o dispositivo das multas, sendo esta considerada para uma determinada corrente historiográfica “não constituíam a sanção adequada, pois os proprietários simplesmente não as pagavam e não tinha o governo condições de cobrá-las”¹.

Diversos documentos coligidos, particularmente requerimentos, no Arquivo Público do Pará, revelam que os possuidores de terras foram atingidos por essa penalidade e que reagiram divergindo da imposição do governo imperial da obrigatoriedade do pagamento de multas para os que não registrassem as suas terras em sua paróquia.

A autoridade precisa funcionar através de um sistema de recompensa e punições para levar as pessoas a obedecer. Dessa maneira, a autoridade coerciva é auxiliada pela ameaça das sanções negativas de desobediência.² Dentro desse princípio, o estado imperial elaborou mecanismos para execução da norma.

Se os proprietários simplesmente não pagaram ou não se enredaram no supracitado artigo, posto que dispusessem de condições de pagar os emolumentos pertinentes à legalização de sua terra, não se pode deixar de considerar o impacto que o artigo 95 do Decreto de 1854 causou no segmento social dos pequenos posseiros. Assim, as multas revelam outro ponto nevrálgico de tensão no âmago desse Decreto.

A recusa em não pagar o montante da multa, mesmo tendo condições já denota uma ação política de divergência, de contestação. Mas para o grupo que não possuía recursos materiais ou financeiros para cumprir com a determinação da Lei não se tratava de recusa ou divergência, e expunha sua situação social e política já que também não contava com uma rede de influência junto à esfera do jurídico, tinha que aprender a lidar com os caminhos e descaminhos da Lei. Muitos deles recorreram ao perdão da dívida por “pobreza” e esta ação foi conduzida, maiormente por mulheres.

¹ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial I - Teatro de sombras: a política imperial II. Rio de Janeiro: UFRJ/ Relume-Dumará, 1996. p.314. Uma dos objetivos das multas seria o financiamento da colonização, amortizando o ônus para o governo imperial.

² SHIRLEY, Robert W. **O fim de uma tradição**. Cultura e desenvolvimento no município de Cunha. São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 97.



Contrariamente à posição de que as multas constituíram um mecanismo inócuo, neste artigo, analisa-se que elas geraram muita tensão, na Província do Pará, em relação ao que determinava o Decreto de 1854, e que culminou em inúmeras reclamações provenientes de várias partes do império. Esta ocorrência deduz-se pelo menos das linhas da Circular de nº 40 emanada do Ministério dos Negócios do Império em nome do Imperador, de 4 de setembro de 1856, dirigida aos presidentes das províncias autorizando-os a ponderar e agir com *justiça e equidade* nas várias e volumosas reclamações feitas por motivos diversos contra as multas impostas pelos vigários em virtude do supracitado artigo do Decreto de 30 de janeiro de 1854³ A leitura não deixa dúvidas da reação provocada:

[...] Tendo sido presentes a S. M. O Imperador varias reclamações que por motivos diversos tem sido feitas contra as multas impostas pelos Vigários em virtude do artº 95 do Regulamento de 30 de janeiro de 1854; Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem authorizar os Presidentes de Província e conhecendo taes reclamações dentro do seu respectivo território, resolvendo segundo os princípios da justiça e equidade mas obrigando em todo o caso os possuidores, que por qualquer rasão tiverem deixado de registrar as suas terras no 1º praso a fazerem dentro do 2º, sob pena de soffrerem a multa em que já houverem incorrido.

[...]

Desta maneira, considerar que as multas tiveram pouca importância no período dos registros paroquiais é desconsiderar as manifestações dos *possuidores* atingidos pela imposição da Lei.

Essa Circular do Ministério foi recebida por todos os presidentes de províncias do império, portanto. Houve uma série de *reclamações* de abrangência nacional. E não tendo o governo central condições de cobrá-las, delegou essa atribuição para a esfera provincial, ou seja, o problema da inadimplência das multas passou a ser resolvido nas localidades, onde muitas vezes as relações inter-pessoais, inter-grupos interferiram.

³ Arquivo Público do Pará. Série: Ofícios (Avisos) da Repartição Geral das Terras Públicas. Vol.6. 1855–1857. Como foi exposto no item 3.1, era no Art. 95 que estavam estipulados os valores das multas para os que não realizassem as declarações devidas de suas terras: ao término do primeiro prazo a multa era de vinte e cinco mil réis, findo o segundo era de cinquenta mil réis, e passado o terceiro prazo em cem mil réis.



Como realizar a cobrança de multas daqueles que ocupavam posições políticas de mando? Com que peso e medida as autoridades cobraram as multas para os inimigos pessoais ou políticos? Como se produzia a injustiça contra os pequenos posseiros, provocando ameaças aos seus direitos costumeiros, infringindo danos morais e materiais?

Se os grandes *possuidores*⁴ simplesmente não pagavam as multas ou podiam pagar por possuírem condições materiais sólidas para esse fim, havia, por outro lado, os *pequenos possuidores* que nem sempre dispunham de recursos pecuniários. Esses recorriam às instâncias administrativas competentes para se livrarem, ou seja, para serem perdoados da obrigação que impunha a Lei: o pagamento da multa.

Sobre as multas na província do Pará os registros encerrados nos documentos são reveladores ao descortinarem a ação de inúmeras pessoas, e a muitas eram mulheres, que se dirigiram ao presidente da província solicitando o perdão da sanção pelo fato de não terem cumprido o que normatizava a Lei no artigo 95, e terem sido multadas por não registrar suas posses.

Foi o que ocorreu com D. Tereza Maria Caetana Martins de acordo com o exposto no documento datado de 1861

Proprietária de terras no rio Acará nas partes pertencentes a Freguezia da Sé implora a V. Ex^{ca} a graça de a despençar das multas em que tem incorrido, por não ter dado a registro as sobred^{as} terras dentro dos prazos marcados. A Supp^e. Ex^{mo} Senr he huma viúva, que não obstante ter hum filho pelo qual podesse via ao conhecimento das ordens sobre o registramento das terras esse permanece por muitos tempos fora desta Cidade, e nas poucas vezes que a Ella vem não frequenta lugares onde pudesse ter noticia da obrigação em que estava, que para tanto

⁴ Holston faz uma análise instigante sobre as determinações dos Tribunais Coloniais de que os direitos dos invasores sobre as terras cultivadas podiam ser concretizados se seus pedidos fossem registrados e os impostos e taxas pagos dentro de um período especificado. A essência dessa decisão era converter a posse numa sesmaria ou num aforamento. Todavia, para muitos invasores, tais despesas eram proibitivas, ocorria então que os procedimentos favoráveis frequentemente tinham efeitos perversos: os invasores eram expulsos das terras ou, no mínimo, viam-se definitivamente na ilegalidade. Era por isso que os invasores mais modestos dificilmente almejavam a legalização de suas posses. As elites latifundiárias, por sua vez, não encontravam dificuldades em bancar a conversão, o que, numa estratégia efetiva para aumentar suas propriedades, as encorajava a invadir mais terras públicas. HOLSTON, James. **Legalizando o ilegal:** propriedades e usurpação no Brasil. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_07.htm>. Acesso: em 10/2/2009. Premissa válida para a reflexão sobre os prazos e as multas previstas no Decreto de 1854 no presente trabalho.



necessitava de avizos, por quanto os dos periódicos custosamente chegão aos lavradores, por isso pede a V. Ex^{ca} haja de attendella com a benignidade que costuma.

[...] ⁵

Pela narrativa, D. Tereza Martins não se recusou a registrar a sua terra, o seu argumento foi de desconhecimento da “obrigação em que estava” de fazê-lo, ou seja, enfatiza a não disposição de violar a lei, ou seja, posição de submissão à Lei. Por outro lado, havia a figura do filho que não ia com muita frequência ao Acará, já que ficava longo tempo sem ir à casa de sua mãe, permanecendo mais tempo na cidade, não pode auxiliá-la na obrigação do registro. E este é outro ponto destacado no requerimento de D. Tereza, a sua pouca vinda à Cidade e quando vinha “Ella [...] não frequênta lugares onde pudesse ter noticia da obrigação em que estava”.

Que lugares seriam esses? Belém possuía (e ainda possui) muitas igrejas localizadas na chamada frente da Cidade. Na figura página seguinte pode-se identificar, pelas torres com as respectivas cruzes, símbolo católico, duas das principais igrejas da cidade: a da Sé e a dos Mercedários, talvez ela não frequentasse as igrejas da Cidade. Os caminhos percorridos por D. Tereza Martins quando estava na Cidade são incertos, mas como vinha do rio Acará, o porto era um dos espaços obrigatórios pelo qual ela teria de transitar ao chegar à Cidade, nesse sentido, teria que desembarcar em um dos vários portos de Belém.

⁵ Arquivo Público do Pará. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Requerimentos. Caixa 497. 1861. O requerimento é um tipo de documento ainda pouco explorado pelos historiadores do Pará, mas de uma potencialidade significativa pois contem manifestações de natureza diversas (solicitações, queixas), de pessoas distintas e de toda a província permitindo um mosaico dos problemas da província. O referido requerimento de D. Tereza Martins é assinado pelo seu filho e considerar-se-á o interesse de dela.



FIGURA 3 - BELÉM NO FINAL DO SÉCULO XVIII⁶



Para ampliar a divulgação das notícias, o governo lançou mão da veiculação de informações por meio de Editais e periódicos, já que o art. 99º do Decreto de 1854 enfatizava que o Estado Imperial usaria de “todos os meios, que parecerem necessários para o conhecimento dos respectivos freguezes, que, no entanto”, numa província com a dimensão territorial como a do Pará, impunham-se as dificuldades e a demora para a circulação das informações. O que serviu de base para o outro argumento de D. Tereza Martins, que “periódicos custosamente chegam aos lavradores”, o que contribuiria para o seu desconhecimento. Esse pode ter sido uma ilação, mas também não foi esse o único documento encontrado com semelhante argumentação acerca da demora de notícias via periódicos. Outra inferência é que os pertencentes às “camadas dos pobres livres” seriam alijados socialmente, também das informações pertinentes a tão importante fato que era a legitimação das terras.

Havia incerteza sobre o que eram as terras da nação e as dos particulares. A princípio, pode-se dizer que a desorganização era mais do governo que não sabia a

⁶ "Prospectiva da CIDADE DE STA. MARIA DE BELEM do Grão Para". Autor: Ignácio Antonio da Silva. Fonte: Original manuscrito do Serviço Geográfico do Exército, Rio de Janeiro. Cf.: REIS, Nestor Goulart. **Imagens de Vila e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial, 2001.



extensão do seu patrimônio, pois do lado do apossamento privado os proprietários procuraram assegurar os seus direitos sobre a terra. Por isso, desde a segunda metade do século XIX, preferiu-se trabalhar com a concepção jurídica da exclusão para determinar qual era o patrimônio público, ou seja, era terra pública aquela não legitimamente transferida para o domínio privado⁷.

D. Tereza Martins estava preocupada em não pagar a multa, fixada em duzentos mil réis⁸ o valor correspondente ao terceiro prazo o qual perdeu, já que havia perdido os dois primeiros, mas procurou seguir as orientações legais e assegurar a sua terra. De acordo com esta orientação, procedeu ao registro diretamente na Repartição das Terras Públicas conforme atestou o despacho do diretor da referida Repartição:

Satisfeito a exigência da Lei, fazendo registrar nesta Repartição as ditas terras, acho que que por equidade pode V. Ex^a releva-la da multa em que incorreu visto achar-se pelo Aviso Circular do Ministério do Império de 4 de dezembro de 1856.⁹

As situações apresentadas ao presidente sobre os fatores que levaram à perda dos prazos para a realização dos registros são diversas. Como anteriormente explanado, a atitude de registrar as terras era uma decisão e um ato político por parte do paroquiano.

Na trajetória da pesquisa, encontrou-se um número significativo de mulheres que eram viúvas e que pediram perdão da multa. Em uma lista não exaustiva constam os nomes de D. Tereza Martins, da viúva Maria da Conceição de Lara¹⁰. Esta última havia sido multada em cento e cinquenta mil réis, por não ter registrado meia légua de terras que possuía também no rio Acará, no igarapé Catanhaduba.

A viúva Maria da Conceição de Lara, por não ter feito apresentar para o registro na Freguesia do Acará a declaração de

⁷ MOTTA, Márcia Menendes. **Nas fronteiras do poder** – conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. CARVALHO, Jose Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial - Teatro de sombras: a política imperial. 2^aed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-dumará, 1996. p.303-25. SILVIA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio** - efeitos da Lei de Terras de 1850. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

⁸ Arquivo Público do Pará. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Requerimentos. Caixa 497. 1861.

⁹ Arquivo Público do Pará. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Requerimentos. Caixa 497. 1861. O diretor refere-se ao Aviso Circular nº 40 anteriormente mencionado.

¹⁰ Arquivo Público do Pará. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Requerimentos. Caixa 497. 1861.



meia legoas de terras que ali possui no igarapé Catanhanduba e dentro do primeiro anno, foi imposta a multa de 150:000 réis, havendo-o com tudo feito, dentro do segundo, na Repartição Especial das Terras Publicas.

A mesma viúva, Exm^o Senr, não pode pagar essa multa à vista de seo estado precário, como V. Ex^a não há de ignorar pelos papeis qui transitaram por sua secretaria, e que isto prova por este motivo, submissa e humildemente vem requerer a V. ex^a que por sua bondade e justiça se digne de mandal-a absolver da referida multa, e assim.

Pará, 9 de abril de 1861.

Maria da Conceição de Lara¹¹

Ela solicitava perdão por não tê-lo feito no primeiro prazo, mas argumentava que havia obedecido à Lei ao fazê-lo no segundo, diretamente na Repartição Geral das Terras Públicas, e também porque não possuía condições de pagar devido ao seu *estado precário*. O despacho foi favorável e a viúva Maria da Conceição de Lara tendo cumprido a Lei, também desejava as benesses da justiça. Essas mulheres tiveram que pelo menos, buscar esclarecimento sobre as exigências da Lei e como deveriam proceder, mesmo que para isso contratassem um profissional, solicitassem o favor de alguém que entendesse do arcabouço jurídico ou elas mesmas tentassem resolver a situação de infratoras da Lei, e assim conseguiram anular a penalidade sofrida.

Um dado sobre D. Tereza refere-se à localização de suas terras: era possuidor-proprietária no rio Acará. Esta área da comarca de Belém era uma das mais próspera e rica da província, pois abrigava inúmeros engenhos com significativo plantel de mão de obra escrava e foi também um dos núcleos mais intensos dos conflitos da Cabanagem. Durante o esse período, houve uma expropriação violenta de bens e propriedades fartamente registrados nos documentos, o que nos permite refletir no sentido de que a experiência do tempo cabanal plasmou marca profundas de insegurança e perdas que outro qualquer mecanismo ou instrumento, mesmo legal, poderia gerar desconfiança nas pessoas.

Para além dos motivos e argumentos apresentados por d. Tereza, esse passado recente de desorganização estrutural da província, também explique o receio de muitas mulheres não terem realizado o registro de suas terras. Mas nem por isso, deixaram de enfrentar as tensões e dissonâncias legais e pediram perdão das multas por não terem

¹¹ Arquivo Público do Pará. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Requerimentos. Caixa 497. 1861.



feito o registro dentro dos primeiros prazos concedidos. Enfrentaram e aprenderam a lidar com uma nova realidade jurídica. Cumprido as observâncias e diretrizes do decreto de 1.318, elas reivindicavam justiça.

FONTES

Arquivo Público do Pará.

Série: Ofícios (Avisos) da Repartição Geral das Terras Públicas. Vol.6. 1855–1857

Arquivo Público do Pará.

Fundo: Secretaria da Presidência da Província.

Série: Requerimentos. Caixa 497. 1861

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial I - Teatro de sombras: a política imperial II. Rio de Janeiro: UFRJ/ Relume-Dumará, 1996

SHIRLEY, Robert W. O fim de uma tradição. Cultura e desenvolvimento no município de Cunha. São Paulo: Perspectiva, 1977

REIS, Nestor Goulart. Imagens de Vila e Cidades do Brasil Colonial. São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial, 2001

MOTTA, Márcia Menendes. Nas fronteiras do poder – conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998

_____. “Teixeira de Freitas: da posse e do direito de possuir”. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**. Ano VI. n.7. Rio de Janeiro, dez. 2005.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil** - a gestação do conflito, 1795-1824. São Paulo: Alameda, 2009.

SILVIA, Ligia Osório. Terras devolutas e latifúndio - efeitos da Lei de Terras de 1850. Campinas, SP: UNICAMP, 1996

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedades e usurpação no Brasil. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_07.htm>. Acesso: em 10/2/2009



GT 11 – O Rural na História do Brasil

A ABRA e a constituição de um debate especializado sobre Reforma Agrária no Brasil

Juliana Gonçalves de Oliveira Ferreira¹

¹Mestranda no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

E-mail:Juliana.oliveiraferreira@gmail.com

Resumo

A Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA é uma entidade criada em 1967, que tem como finalidade maior a realização das políticas de Reforma Agrária no Brasil desde sua fundação. Propõe-se com este trabalho uma reflexão sobre as contribuições da ABRA no campo da formulação de políticas de Reforma Agrária e da articulação do debate sobre o enfrentamento e desafios da execução dessa política em sua relação com os vários atores – Estado, intelectuais e movimentos sociais – constituindo-se, dessa forma, num espaço de sociabilidade entre sujeitos, instituições, organizações e ações.

Palavras-Chave: ABRA, Reforma Agrária, Questão Agrária.



A ABRA e a constituição de um debate especializado sobre Reforma Agrária no Brasil

Partimos do pressuposto de que a execução da reforma agrária no Brasil é essencialmente uma decisão política e, ainda, a formulação das políticas relativas a questão fundiária no território nacional desde 1964 deu-se como forma de apaziguamento dos conflitos de luta pela terra, ou resposta à pressão social dos atores envolvidos. Assim, a reforma agrária assumiu (e assume) diversos significados na cena política:

(...) como medida necessária para promover o desenvolvimento econômico-industrial; política de combate ao desemprego, à fome e à miséria; política social para impedir a continuidade do êxodo rural e suas sequelas; sinônimo de resgate da cidadania para os trabalhadores do campo e condição para a democratização do país, a reforma agrária já se associou ao tema da modernização da agricultura, à mudança das relações de trabalho no campo, à desapropriação massiva de terras, à intervenção sobre áreas improdutivas, à colonização, ao assentamento de trabalhadores em terras públicas, à criação de empresas coletivas, à "recampanização". Combalida pela derrota na Constituinte das propostas defendidas pelas organizações dos trabalhadores do campo, nos anos 90 ela parece se revitalizar na discussão sobre cidadania e fome, bem como na crescente valorização das questões ambientais. (MEDEIROS: 1994, 5)

As considerações que serão apresentadas são reflexões sobre as contribuições da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA - na articulação, intervenção e formulação das políticas agrárias no Brasil, levando em conta a sua pluralidade e sociabilidade, enquanto fomentadora do debate sobre Reforma Agrária no Brasil. A Revista Reforma Agrária, periódico publicado pela ABRA possibilitará, ainda que de forma indicativa nesse trabalho ora apresentado, a observação sobre o posicionamento da associação nesse debate.



A Lei nº 4504 aprovada pelo Congresso Nacional em 30 de novembro de 1964¹, representou neste momento a resposta a uma das prioridades que foi estabelecida - saneamento básico, educação e questão agrária - pela Aliança para o Progresso e ao mesmo tempo *absorvia grande parte das reivindicações que afloravam na década anterior e disciplinava-as, de forma a trazer a demanda por terra para os parâmetros de uma agricultura modernizada, produtiva e capaz de atender às exigências do que então era o padrão idealizado e desejado de desenvolvimento.* (MEDEIROS, 2003: 24)

Assim, o Estatuto da Terra significa não somente um mecanismo institucional e legal de intervenção na estrutura fundiária, como também uma lei de desenvolvimento rural, sendo a empresa rural o modo racional de exploração agrícola. A luta dos trabalhadores do campo pelo direito à terra, assim como as movimentações políticas e intelectuais dos anos 50 e 60, se institucionaliza legalmente com a aprovação do Estatuto e, essa base legal regulamenta a obtenção de terras para a reforma agrária até os dias atuais.

José Gomes da Silva, fundador da ABRA e um dos presentes na formulação do Estatuto da Terra, em entrevista concedida em 1984 à Professora Regina Bruno e ao funcionário do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), Abdias Vilar de Carvalho, fala sobre a participação do grupo na formulação da Lei:

Então, o grupo achou que eu deveria ir para lá. Eles continuariam trabalhando e eu ficaria numa espécie de articulação. E quando eu me dei conta, eu estava sentado na ante-sala do Roberto Campos, no sexto andar do Palácio da Fazenda, no Rio de Janeiro. (Revista Estudos Sociedade Agricultura, 1996: 36-48)

O grupo mencionado por Gomes era o embrião da entidade, formado por pessoas que participaram do Curso Internacional de Reforma Agrária² e que, segundo ele, reuniam-se “em plena poesia” preparando uma proposta de reforma agrária para

¹ A Lei nº 4504 de 30 de novembro de 1964, conhecida como Estatuto da Terra, regula (pela primeira vez) os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

² Por conta da exigência da Aliança para o Progresso, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) realizaram alguns cursos na América Latina (Chile, Colômbia e Brasil) sobre reforma agrária nos anos 60.



apresentar ao governo militar. Participaram da formulação do Estatuto da Terra e continuaram nessa trajetória de formulação e participação no debate da formulação das políticas de Reforma Agrária posteriores (1º Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA – e Constituinte de 1987-1988, 2º PNRA).

A ABRA foi fundada em 20 de setembro de 1967 com a finalidade de trabalhar para a concretização da Reforma Agrária. Conforme estatuto da associação, aprovado em sua ata de fundação, a Reforma Agrária significava o aferido no parágrafo 1º do artigo 1º da Lei aprovado no governo de Castello Branco: *conjunto de medidas que visem a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender nos princípios de justiça social e no aumento da produtividade.*

Os fundadores eram representantes de várias regiões e de diversas categorias profissionais e atividades na sociedade: agrônomos, fazendeiros, funcionários públicos, padres, advogados, sindicalistas. Em sua primeira diretoria verificam-se três grupos representados: o diretor-presidente, José Arthur Rios, sociólogo ligado ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD); o diretor-executivo, José Gomes da Silva, fazendeiro, agrônomo, e, o diretor financeiro, Agostinho José Neto, sindicalista dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

A inspiração para a sua constituição partiu da necessidade de um núcleo independente, interdisciplinar e não partidário, que pudesse “cobrar” a implementação da legislação em vigor, principalmente o Estatuto da Terra. Dessa maneira passou a reunir tanto intelectuais como dirigentes sindicais e trabalhadores rurais em âmbito nacional. Seu respaldo de ação legalista, deu-lhe autoridade necessária para atravessar o período de repressão e essa ação, que não implicou em transigências foi, talvez, um dos serviços mais relevantes que prestou a sociedade brasileira.³

Esse grupo múltiplo, com indivíduos representantes de diversas atividades e regiões, tinha como objetivo maior, a execução do Estatuto da Terra, a meu ver, essa formação heterogênea favorece o movimento de circulação de idéias sobre o reforma agrária pela movimentação dos indivíduos pertencentes a entidade. É preciso deixar

³ Primeiro Estatuto da Associação.



claro que, a atuação da entidade transcende as opções político-partidárias e busca a disseminação do debate sobre a reforma agrária. Dialogando com as categorias criadas por Antonio Gramsci que entende o intelectual a partir de suas relações sociais e de sua atuação “política” no espaço público, podemos identificar os membros da ABRA como tipos que pertence a um grupo social que lhe dá “homogeneidade e consciência da própria função”⁴ aliando as funções técnicas e políticas, tendo no espaço da associação a síntese entre teoria e práxis.

Em 1971, a ABRA publica a primeira Revista Reforma Agrária, financiada pela CONTAG, com tiragem de três mil exemplares, e que apontaria em seu editorial:

As numerosas dificuldades por que tem passado a Reforma Agrária em nosso país e os modestíssimos resultados alcançados até agora, antes de desanimar os associados da ABRA, constitui um apelo para retomar o trabalho de esclarecimento público sobre o assunto. [...] Reforma Agrária (a Revista) volta com ambições muito modestas: apresentar mensalmente ao público interessado, alguns artigos técnicos de seus diretores, redatores, colaboradores e transcrever as notícias mais interessantes que as publicações especializadas e os jornais do país estamparam sobre os problemas ligados à posse e uso de terra. (Revista Reforma Agrária, nº 1, 1971.)

O texto impresso (o espaço da Revista Reforma Agrária) é imprescindível para a compreensão das “redes de sociabilidade”, e, portanto, da dinâmica do campo, com suas divergências e diálogos. Nestes espaços, onde se articulam forças de adesão e de exclusão, podem ser percebidos aspectos relacionados a afetividades e hostilidades tanto quanto “às solidariedades de origem, por exemplo, de idade ou de estudos” (Sirinelli, 1988: 250). A ABRA buscava também, através de assessoria a outras instituições e entidades, realizar estudos, pesquisas e publicações para esclarecimento público do cumprimento do conteúdo reformista do Estatuto, além de capacitar e treinar interessados nas questões da Reforma Agrária.

Nos anos de 1970, em detrimento da execução do Estatuto da Terra, favorecia-se a modernização tecnológica do processo produtivo na agricultura e o debate sobre a Reforma Agrária perderia espaço para essa política ‘desenvolvimentista’. Esse fator contribuiu, mesmo num contexto de forte repressão, para a intensificação da luta pela

⁴ GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. p. 3



terra e para o surgimento de um novo ator neste cenário da Reforma Agrária: a Comissão Pastoral da Terra - CPT (MEDEIROS, 2005).

Neste período compreendido entre 70 e 80 a ABRA diversifica sua atuação, realizando seminários nas universidades, destacamos os seminários realizados na Unicamp e, cursos junto aos trabalhadores do campo. Pudemos verificar a associação de grandes nomes que discutiam a questão agrária no Brasil, como Ignácio Rangel e Caio Prado Junior.

Outro fato do período foi a participação da ABRA nas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), em 1975 após participação na CPI do PROTERRA, a ABRA publica o Boletim Reforma Agrária, defendendo a bandeira da reforma agrária e avaliando o programa PROTERRA sobre os seguintes aspectos negativos:

- a) *A falácia da reforma agrária voluntária;*
- b) *A atomização espacial;*
- c) *Reformar não é (necessariamente) dividir;*
- d) *O recuo do pagamento das terras em dinheiro;*
- e) *A modesta dimensão do PROTERRA;*
- f) *A extrema morosidade da implantação.* (Reforma Agrária, Ano V, nºs 11 e 12, p.04)

Percebemos a “radicalização” ou, uma postura mais crítica frente a não execução da reforma agrária ou as políticas agrárias e agrícolas. O final da década de 70 e início dos anos 80, período da “redemocratização”, é marcado pela emergência das reivindicações da sociedade civil e a demanda por direitos e por Reforma Agrária voltaria a ocupar os espaços públicos (MEDEIROS, 2005:31). Resumidamente, temos nesse período a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, o debate sobre o 1º PNRA, um Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, a Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988) e a aprovação da Constituição. Outros e novos atores surgem no cenário da reforma agrária, agora explicitando a polarização da questão: o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e o ‘aparecimento’ da organização dos grandes proprietários de terra, a União Democrática Ruralista (UDR).

Podemos verificar o dinamismo dessa fase também nos trabalhos e atuação da ABRA, no periódico, por exemplo, novas seções são criadas (Documento, Direito Agrário, Estatística e Indicadores) e o veículo, o Boletim, transforma-se em Revista. Outro fato de enorme importância foram as criações de coordenadorias da ABRA em vários estados, que contavam com trabalho voluntário de militantes da reforma agrária



para a divulgação das campanhas, da Revista e conseqüente comunicação entre os estados sobre as questões relativas á luta pela terra.

Na década seguinte, a Reforma Agrária é ofuscada no cenário político governamental, tensionando os conflitos no campo – dois exemplos de extrema violência são os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás. A não realização da Reforma Agrária impulsiona as ocupações de terra nesse período, não somente nesse nosso recorte, mas em toda a sociedade; a criminalização das reivindicações sociais é latente e promovida pelos grupos reacionários.

Em 1996, morre José Gomes da Silva⁵, ano em que a Revista Reforma Agrária tem uma única publicação, dedicada a este homem que *foi não só o fundador da Associação, mas o mais notável e dedicado batalhador na luta que se trava há séculos em nosso país com vistas à realização de um verdadeiro processo de reforma agrária, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa e democrática no Brasil.* (Revista Reforma Agrária, 1996:5).

Nos anos de 1990 a ABRA se manifestaria contrária às políticas de introdução de mecanismos de mercado empreendidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, uma vez que, na leitura da Associação, desconsideravam a realidade do campo, negavam a reforma agrária como um processo social de democratização da terra e, ainda, o princípio constitucional de que a terra rural deve cumprir sua função social. Manifestavam-se, assim, contrários às políticas de créditos orientadas pelo Banco Mundial, que pareciam confundir a opinião pública e os trabalhadores rurais na obtenção de terras. (Editorial da Revista Reforma Agrária, 1999)

Em 2003, com a eleição do presidente Lula, Plínio de Arruda Sampaio⁶ é convidado para a elaboração da proposta do 2º PNRA. Participariam da elaboração um grupo de intelectuais – “oito companheiros da área acadêmica” (Revista Reforma Agrária, 2005:7) –, funcionários do INCRA e representantes dos movimentos sociais. Todavia, o editorial da Revista de 2005 ressalta a importância da publicação para o

⁵ Gomes tem diversas publicações de temática agrária, foi pesquisador do Instituto Agrônomo de Campinas/SP, secretário de Agricultura e Abastecimento do governo Franco Montoro em São Paulo, presidente do INCRA em 85 durante a elaboração do 1º PNRA na Nova República e coordenador da área de agricultura e reforma agrária do Partido dos Trabalhadores (PT).

⁶ Plínio de Arruda Sampaio na ABRA desde os anos 70, presidente da associação desde 2004, promotor de justiça aposentado, fundador do partido dos trabalhadores (PT), candidato a presidência da república em 2010 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).



debate e luta pela Reforma Agrária e sua contribuição para o diálogo com os interessados pela transformação da sociedade rural, visto a insatisfação com a política agrária do governo Lula:

Este lançamento poderia estar comemorando o fim de nossa entidade se a sua razão de ser não mais existisse. O governo Lula poderia ter propiciado este desfecho. Muito ao contrário, a principal finalidade que levou a criação da ABRA em 1967 continua atual. A Reforma Agrária autêntica, preconizada pelos seus fundadores, ainda não ocorre. (Revista Reforma Agrária, 2005: 9).

É necessário ressaltar que este trabalho vem sendo realizado no programa de pós-graduação do CPDA, sendo um breve e preliminar levantamento da pesquisa de mestrado. Esta pesquisa utiliza a Revista Reforma Agrária, como objeto e fonte, pois ao mesmo tempo em que estes periódicos apresentam informações privilegiadas sobre a vida intelectual e a militância pela reforma agrária, eles se configuram como espaços de sociabilidade e “laboratório de idéias” por meio do qual se estabelece mais uma instância da luta. Retomando a “reabilitação” da História Política, resalto também, como apresentado no livro organizado por René Remond, *Por uma História Política*, publicado em 1988, a importância da compreensão das diversas formas de participação na vida política.

A Revista Reforma Agrária, teve sua primeira publicação em 1971 e a última revista publicada ocorreu no ano de 2007⁷. Foram lançadas 122 revistas sobre a questão agrária no decorrer deste período (1971-2007). É fundamental o reconhecimento e compreensão do significado deste espaço da Revista, do intercâmbio de idéias que ela tornou possível e dos debates que nela estão registrados articulados pelo grupo responsável pela linha editorial e seus colaboradores, colocando a revista nos itinerários de sociabilidade.

Beatriz Sarlo (1992) analisa, dentro do conjunto de impressos, o papel que tiveram as revistas para os intelectuais latino-americanos. Por sua intencionalidade política, as vê como local privilegiado para pensar “*aquele presente que pretendiam transformar*”. Sarlo (1992: 10) evoca que “*la sintaxis de la revista rinde un tributo al*

⁷ Tomei a liberdade de nominá-la ‘revista’ desde sua primeira tiragem, porém, até o ano de 1985, este órgão de divulgação da entidade era denominado ‘Boletim’.



momento presente justamente porque su voluntad es intervenir para modificarlo.” A crítica literária argentina ainda aponta para o que ela chama de “*geografía cultural*” das revistas que ocorre em uma dupla dimensão, ou seja, “*el espacio cultural concreto donde circulan y el espacio-bricolage imaginário donde se ubican idealmente*” (SARLO, 1992:12). As revistas são, portanto, palco de batalhas estéticas e político-ideológicas, território fértil para pesquisarmos os projetos de futuro e os programas de ação intelectual.

Bibliografia:

- BOBBIO, Norbert. **O Conceito de Sociedade Civil**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- BUTTÒ, Michele. **Mecanismos deliberativos na Assembléia Nacional Constituinte: A polarização simbólica da reforma agrária**. 2009. 119 p. Dissertação (Departamento de Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.
- BRUNO, Regina L. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.
- CÔRTEZ, Jonival Ferreira. **Resistência e Legalismo. A Ação da ABRA em defesa do Estatuto da Terra (1967-1987)**. 1990.127 p. Dissertação de Mestrado (História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- JUNIOR, Caio Prado. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2007.



- JUNIOR, Caio Prado; FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a Revolução Brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária – o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2001.
- _____. **Camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1981.
- _____. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. **Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. **Sobre o modo capitalista de pensar**. São Paulo: Hucitec, 1976.
- _____. **Expropriação e violência: A questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 2º ed, 1982.
- _____. **A Reforma Agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção Brasil Urgente).
- MEIHY, J. C. S. B. . **Manual de História Oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- MORAES, Sônia Helena Novaes Guimarães. **O Estado e a propriedade agrária no Brasil: Fórmulas jurídicas e vigência política**. 1987, 230 p. - Dissertação de Mestrado (Departamento de Direito do Estado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
- NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia editorial, 1997.
- RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- Revista Reforma Agrária, nº 1, 1971; nº1-3, 1996; nº.1, 2005. E outras edições
- Revista Estudos Sociedade Agricultura, nº6, julho 1996: 36-48. E outras edições
- SANTOS, Raimundo. **Caio Prado Junior na cultura política brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.
- SARLO, Beatriz. **Intelectuales y revistas: razones de una práctica**. En America, Cahiers du CRICCAL, París, Sorbonne la Nouvelle, Núm. 9-10 (1992).



SILVA, José Gomes da. **Caindo por terra: crises da Reforma Agrária na Nova República**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

SILVA, José Graziano da. *Por uma Reforma Agrária não essencialmente agrícola..* In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho e SANTOS, Raimundo N. (orgs), **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

Filme: **ABRA 40 anos- Memória da Luta pela Terra**. Realização: ABRA, 2007.



A atuação de militantes comunistas nos conflitos de terra na zona rural do Rio de Janeiro: 1945-1964

Leonardo Soares dos Santos¹

¹ Professor Adjunto do ESR/Universidade Federal Fluminense. E-mail: leossga@gmail.com.

Resumo

Este trabalho investiga o impacto e o papel dos militantes comunistas sobre as ações dos camponeses do *Sertão Carioca* (zona rural do Rio de Janeiro) no período entre os anos de 1945 a 1964. Durante estes anos, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve atuação destacada entre posseiros e arrendatários da região agrícola da então capital da república. As ocupações e protestos foram a principal estratégia para a realização de suas demandas e lutas. Os movimentos sociais tiveram que conquistar o território como objeto da luta, contra as ações de fazendeiros. Para tanto, analisaremos o tipo e lógica de participação desenvolvida por um daqueles militantes comunistas, o advogado Pedro Coutinho Filho.

Palavas-chave: Rio de Janeiro, PCB, Movimentos Sociais, Luta pela Terra, Militantes.



Os militantes da “cidade”

Quando o assunto é o papel da militância política, e no caso em tela, aquele que se dava no Sertão Carioca, temos de se perguntar primeiramente: que militantes eram esses? Não é muito difícil perceber que eles eram em grande parte quadros do PCB. Mas então uma outra pergunta se faz necessária: qual a influência que esses quadros tiveram nos conflitos de terra na região e, de forma mais específica, no processo de mobilização e organização dos pequenos lavradores cariocas. Sua resposta, e é essa a única certeza que podemos ter, não é nada simples. Há os que defendem que o alcance da atuação do PCB foi muito grande entre os camponeses, em que pese os vários “erros” e “fracassos”. Esse é o tipo de fala muito comum entre ex-militantes.¹ Do outro lado, há aqueles que proclamam ter sido ínfima a influência dos pecebistas, fiando-se no fato de que era “um partido pequeno, urbano, clandestino e perseguido”.² A meu ver, em primeiro lugar, os dois lados pecam pela falta de um certo distanciamento exigido pelo trabalho de crítica histórica; em seu lugar, tem-se um discurso visivelmente preocupado em marcar posição em face de um “acerto de contas” com o passado do antigo Partidão. Em segundo, as duas versões, mas principalmente a segunda, passa ao largo de questões importantes para o entendimento dos problemas e desafios reais que eram colocados pela própria relação entre PCB e segmentos sociais do campo. Ao invés de guiarmos nossa análise sobre a atuação do PCB por meio de binômios do tipo eficácia/ineficácia, revolucionária/ reformista ou simplesmente detectar se as orientações do partido estavam de acordo com os “verdadeiros” anseios dos camponeses, julgamos importante analisar, antes de tudo, *como* se desenvolveu essa relação.³ Em vista disso, cabe então perguntar às nossas fontes: em que condições se deram os primeiros contatos entre militantes e lavradores? Quem eram esses militantes? Qual sua origem? Que tipo de

¹ ver WELCH, Cliff e GERALDO, Sebastião (1992). *Lutas camponesas no interior paulista*: memórias de Irineu Luís de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; LEANDRO, José. Depoimento. Fortaleza:s/ed., 1988. SILVA, Lyndolpho. Também merecem destaque os depoimentos de ex-militantes contidos em CUNHA. *Aconteceu longe demais...*

² PEDROZA, Manoela (2003). *Terra de resistência*: táticas e estratégias camponesas no Sertão Carioca (1950-1968). Porto Alegre, UFRGS, Dissertação de mestrado em História. p. 147.

³ Tomamos por base as reflexões desenvolvidas em MEDEIROS, Leonilde Sérvalo (1995). *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses*. Comunistas e a constituição de classes no campo. Tese de doutorado - IFCH, UNICAMP. Campinas. (Especialmente a Introdução)



ocupação profissional tinha antes de ir para o campo? Qual a sua posição na máquina partidária? Qual sua relação com correntes internas do partido e a qual pertencia?

No caso do Sertão Carioca, há poucas informações sobre a forma como se davam os primeiros contatos de militantes, especialmente os comunistas, com os pequenos lavradores. O que se tem são indícios que nos levam acreditar que os espaços tradicionais de sociabilidade da região (vistos no capítulo 2) tinham importante papel no contato entre eles. Um primeiro conjunto de indícios se refere ao contato que esses lavradores tinham com outros agentes. Era num armazém ou num botequim que os lavradores travavam os primeiros contatos com jornalistas, como foi o caso dos repórteres do comunista *Imprensa Popular*, encarregados de apurar informações sobre a ameaça de despejos contra dezenas de famílias de lavradores da localidade do Rio da Prata do Mendanha. Todos os lavradores que a reportagem entrevistou estavam reunidos no armazém da estrada do Guandu do Sena.⁴ Foi também no quintal do armazém de José Maria Garcia, que um juiz teria reunido todos os “sitiantes” da fazenda Curicica para lhes notificar publicamente sobre sua decisão envolvendo o litígio entre pretensos proprietários naquele lugar.⁵ Penso que isso também se desse no caso dos militantes da “cidade”.

Tal possibilidade torna-se mais crível quando passamos a ver como eram as “abordagens” desse tipo de militante em diferentes regiões do país. Aliás, a semelhança entre elas é bem nítida. Irineu Luís de Moraes conta que fazia as primeiras “ligações” com os “camponeses” num botequim, pois era, sem dúvida o principal ponto de encontro, tanto assim que até os que não bebiam “pinga” o freqüentavam.⁶ Às vezes,

⁴ *Imprensa Popular*, 11/11/1953. p. 8. O mesmo aconteceu com a reportagem d’O Globo em Pedra de Guaratiba, *O Globo*, 07/07/1951. p. 1.

⁵ BRASIL, Etienne (1953). *A fazenda de Santo Antonio da Curicica*. Rio de Janeiro: s.n.t. p. 16.

⁶ Embora extenso, não podemos deixar de citar esse precioso relato de Irineu acerca do início do trabalho de organização dos “camponeses” de Valparaíso, distrito de Araçatuba(SP): “Tem que andar bastante, e eu freqüentava a periferia da cidade à tarde, aos sábados e aos domingos de manhã. Lá tinha um boteco chamado ‘Boteco Da Ponta da Rua’ que era até perigoso, brigaiada. Sempre tinha três ou quatro camponeses ou trabalhadores da roça. Alguns deles bebiam uma pinguinha: um estava bebendo, outro não estava. Então eu chegava e procurava uma solução para entrar em conversa. Pedia uma pinga também: ‘Dá uma pinguinha aí’. Eu pedia com *fernet* ou sem *fernet*, com vermute ou sem vermute, qualquer coisa – e oferecia para o camponês. Mas eles eram muito tímidos e recusavam: ‘Não



havia o caso de alguém da própria localidade servir de elo entre o militante e o grupo de lavradores. Ferdinando de Carvalho, num livro que escreveu baseado nas informações que colheu para a produção dos famosos IPMs,⁷ relata um fato ocorrido na Baixada Fluminense envolvendo a organização dos posseiros para a luta pela terra. Neste relato vemos o “compadre” Jonas convidar Serapião Costa para ir ao “armazém do Azambuja”, para ouvir “um moço da capital”. Serapião concordou e para lá se dirigiu, “montado na sua mula baia”. Ao chegar viu que “o galpão ao lado do botequim estava cheio de lavradores”. Os quais junto com ele teriam ouvido do “advogado da capital” a seguinte mensagem:

- Eu trago aqui a palavra de Julião. Nós vamos unir todos vocês e fundar uma Liga Camponesa para defendê-los, como está acontecendo em todo o interior. As Ligas Camponesas estão nascendo para defender nossos direitos e fazer uma Reforma Agrária justa e radical.

- A terra deve pertencer ao lavrador (...), não vamos abandonar as terras que os ‘grileiros’ dizem que são deles. Não vamos permitir que eles tomem as nossas terras. Vamos lutar e nos defender com unhas e dentes.

Além de fazer o convite à Serapião, Jonas também deu a ele um exemplar do jornal “A Liga”, órgão oficial das Ligas Camponesas, e que lhe teria ajudado a ver que a campanha de Julião era “acertada”, “porque ele defendia o pobre contra o rico, os direitos dos posseiros contra ‘grileiros’, autoritários e invasores”.⁸

senhor, muito obrigado’. Mas eu insistia: ‘Tome um pouquinho sim’. Insistia, insistia, e um e outro tomava. Aí eu falava: ‘Dá mais aí. Vocês estão com esse pouquinho aí, toma mais...’. No domingo seguinte eu voltava lá, encontrava de novo com alguns daqueles e eles entravam em contato comigo com maior liberdade. Então eu oferecia pinga para eles e eles ofereciam para mim. Eu falava: ‘Não, mas você pode beber que eu pago’. Naquele contato com eles eu dava uma entrada no problema da luta”. – WELCH, Cliff e GERALDO, Sebastião (1992). *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 125-6.

⁷ Os IPMs (Inquéritos Policiais Militares) foram abertos pelo Exército logo após o Golpe de 64 e visava enquadrar os supostos “agentes da subversão”.

⁸ CARVALHO, Ferdinando de (1977). *Os sete matizes do vermelho*. Rio de Janeiro: Bibliex. pp. 132-133.



Lyndolpho Silva, destacada liderança sindical (foi um dos fundadores da ULTAB e posteriormente da Contag) e que começou sua militância no Sertão Carioca junto aos “posseiros” da fazenda Coqueiros, em Santíssimo, destaca a importância de outros espaços de sociabilidade (“vendas”, festas, quermesses) para a arregimentação de lavradores: “fazia-se uma reunião com dois ou três deles na fazenda, aqueles que já aceitavam mais nossos contatos realizados num encontro no botequim, no dia da compra, nas festas, na quermesse, nos pontos de aglutinação dos centros maiores.” Lembra ainda que também faziam contato com os lavradores nos bailes e “festinhas de aniversário”, nas feiras, quando iam beber a “sua pinga” e no futebol.⁹

Os associados da Liga Camponesa de Jacarepaguá, entidade ligada ao PCB, talvez tivessem essa intenção, além de arrecadar fundos para a Campanha Pró-Imprensa Popular, ao organizarem uma “grande feira-livre” na Praça Seca, em meados de outubro de 1946, para a venda de gêneros produzidos por “camponeses, sitiantes, fazendeiros e criadores”. Ademais, esta feira, ao colocar em contato direto produtores e consumidores, eliminando a presença de “intermediários”, seria uma experiência e demonstração prática “das vantagens das cooperativas de produção”.¹⁰ É muito provável que isso também ocorresse com outros tipos de evento no Sertão Carioca, pois condições havia para isso. Temos, por exemplo, poucos mas preciosos relatos deixados pela própria polícia política da época.¹¹ No final de 1943, alguns de seus agentes diziam

⁹ SILVA, Lyndolpho (1994). “Entrevista”, In *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, nº 2. pp. 83-4. Um espaço também utilizado na Baixada Fluminense para esse tipo de atividade foi o “terreiro”. José Pureza diz que se aproveitou da grande afluência de trabalhadores que iam ao “terreiro” que dirigia para começar o trabalho de arregimentação para a Comissão de Lavradores, uma organização também por ele criada em Xerém. PUREZA, José (1982). *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero. pp. 21-2.

¹⁰ Classe Operária, 28/09/1946. p. 6. O papel das Cooperativas como pólo de atração de “camponeses” também é destacado por José Pureza para o caso da Baixada Fluminense: “A primeira providência tomada pela ‘Associação’ foi criar uma Cooperativa de consumo. Ela vendia os produtos mais baratos, e desta forma atraía os camponeses das redondezas, que começaram a conhecer melhor nossa organização”. PUREZA, José. Op.cit., p. 28.

¹¹ Em 1944 a Polícia Civil do Distrito Federal era transformada em Departamento Federal de Segurança Pública(DFSP). A partir de 1946, passou a ser de sua competência a infração de infrações penais “que atentassem contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado, a ordem e a organização do trabalho”, SOMBRA, Luiz Henrique (1997). “Ruptura ou permanência?”, In *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/APERJ. Em 1962, o DFSP, cujo âmbito era nacional, dava lugar ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de jurisdição restrita a cada unidade da Federação. REZNIK, Luís e PEREIRA, Márcia Guerra (1997). “De Polícia Federal a Departamento Estadual: o DOPS e sua evolução administrativa – 1955 a 1983”, In: idem. p. 43.



ter tomado conhecimento sobre “reuniões suspeitas” que ocorriam no Club Jacarepaguá, localizado no Largo do Pechincha.¹² Em outro clube, o presidente do Nova Estrella, localizado também em Jacarepaguá, teria no final da década de 40 “a pretexto de bailes e festas” reunido “elementos do extinto *Partido Comunista*”, os quais também vendiam jornais comunistas como *Voz Operária* e *A Cidade* “à vontade” na Praça Barão da Taquara (atual Praça Seca).¹³ Era comum, na década de 60, que eventos promovidos pela Associação Rural de Jacarepaguá fossem realizados na sede do Jacarepaguá Tênis Clube, como foi o caso da *Conferência* organizada por lavradores do bairro, “apoiados por todo o povo”, para discutir “todos os seus problemas”.¹⁴ Eros Martins Teixeira, antigo militante do PCB, informa-nos que o partido realizava muitas festas para arrecadar fundos em sítios que pertenciam a lavradores, os quais também eram militantes do PCB. Cita os exemplos dos “lavradores” Resende, de Sepetiba; Zé Neto, de Campo Grande; e de Gonzaga e Zulamar Bonozo.¹⁵

Lyndolpho Silva diz que para fazer o contato o militante às vezes se passava por vendedor ou mascate: “Entrávamos com um badulaque, vendendo linha, agulha, e ficávamos como vendedores até escurecer”.¹⁶ Pedro Coutinho Filho, um dos militantes do PCB mais atuantes na região, parecia ter um conhecimento razoável desse tipo de técnica. A polícia política afirmava, por exemplo, que para “melhor difundir a doutrina comunista”, ele tinha sido “encarregado, em abril de 1947, de instalar aparelhos de calda de cana e bancas de jornais nas proximidades de quartéis e fábricas”.¹⁷ Assim como Lyndolpho não deixa claro se chegou a fazer aquele tipo de contato no Sertão Carioca, não podemos assegurar também que Pedro Coutinho tenha utilizado esse tipo de recurso junto a fazendas e sítios da região. Contudo, também pensamos ser muito provável que esse tipo de iniciativa tenha ocorrido por lá.

¹² APERJ. Fundo DOPS. Série Comunismo – Dossiê nº 7. Coincidentemente, poucos anos depois, a Liga Camponesa do Distrito Federal, ligada ao PCB, teria sua sede estabelecida neste mesmo local.

¹³ APERJ. Fundo DPS – dossiê: “Comitê Distrital de Jacarépaguá”, fl. 4.

¹⁴ Luta Democrática, 01/10/1961. p. 1.

¹⁵ Depoimento prestado ao autor.

¹⁶ SILVA, Lindolpho. Op. cit. p. 84.

¹⁷ APERJ. Fundo DOPS – Série Informações: “memorando nº 69/62”.



O contato também podia se dar via *célula*, pequena unidade organizativa, de tipo âmbito bem restrito que o PCB estabelecia em fábricas, bairros e ruas. Havia muitas delas no Sertão Carioca, principalmente em Jacarepaguá e Campo Grande. Das que pudemos recolher alguma documentação, sendo todas elas de Campo Grande, pudemos constatar que a participação de lavradores era muito pequena: na *célula* “Bento Gonçalves”, por exemplo, entre seus sete membros – incluindo o secretariado – só um tinha se declarado lavrador;¹⁸ na *célula* “Senador Camará”, dos 21 membros, apenas três eram lavradores, sendo que na verdade, um deles tinha se declarado “agricultor”;¹⁹ proporção bem menor se verifica na *célula* “Rocha Faria”, que tinha apenas 1 lavrador entre seus 21 membros, e que era inclusive o secretário de Educação e Propaganda.²⁰ Penso que teríamos que analisar um número bem maior de *células* da região, senão todas, para termos uma conclusão mais segura sobre a representatividade desse tipo de organização entre os lavradores e, conseqüente-mente, a possibilidade de ter se constituído num canal de aproximação entre militantes do PCB e lavradores. Mas se encararmos tais *células* como um espaço de socialização de experiências, mormente os relativos à organização e atuação políticas, e tendo em vista a possibilidade desses lavradores terem compartilhado aspectos dessas experiências com lavradores que com eles viviam e trabalhavam na mesma localidade, talvez não devêssemos – ao menos por agora – deixar de explorar algumas indicações fornecidas pela pequena documentação dessas *células*.

Uma delas é a relativa diversidade religiosa de seus membros, excluindo-se é claro os ateus, agnósticos ou “sem religião”. Tinha-se nessas células comunistas, desde católicos, evangélicos até espíritas. Também havia o caso de José Francisco da Silva, lavrador, que declarou ser sua religião a “Bíblia”. Tal diversidade também se verifica quando analisamos a questão da ocupação profissional de seus membros. Sendo membro de uma *célula*, o lavrador tinha oportunidade de travar contato com várias pessoas que exerciam ocupações urbanas como marceneiros, estucadores,²¹ diaristas, pintores, técnicos administrativos, carpinteiros, lapidários, bombeiros-hidráulicos,

¹⁸ APERJ. Fundo DPS (Células do PCB) – “Bento Gonçalves”.

¹⁹ APERJ. Fundo DPS (Células do PCB) – “Senador Camará”.

²⁰ APERJ. Fundo DPS (Células do PCB) – “Rocha Faria”.

²¹ Nome que designava aquele que trabalhava com estuque, massa preparada com gesso, água e cola. Muito usada para revestimentos e ornamentos.



funcionário público, rádio-telegráfico, sapateiros, farmacêuticos, maquinistas, operários, motoristas, pedreiros, operários da construção civil, auxiliares de escritório, garçons, trabalhadores “por conta própria”, ferroviários e até mesmo um agente do Serviço de Malária. E um outro aspecto que merece de nossa parte uma especial atenção é que boa parte dessas pessoas trabalhava no centro da cidade. Nesse sentido, a socialização de que falamos acima provavelmente não consistia apenas das discussões em torno das idéias e diretrizes do partido, mas também do que acontecia na “cidade”. Aliás, é importante que se frise, estamos falando de uma cidade que nessa época era marcada por uma intensa dos trabalhadores no movimento sindical, realizando inúmeras greves e manifestações de rua.²²

A política repressiva imposta aos comunistas pelas autoridades governamentais não era a única fonte das dificuldades presentes no trabalho dos militantes junto aos segmentos do campo. Talvez fosse a principal, e isso não podemos de forma alguma desconsiderar, ainda mais porque estamos tratando de uma região localizada na cidade que talvez tivesse na época a maior concentração de aparelhos do aparato repressivo governamental. Mas é também verdade que parte dessas muitas dificuldades (e desconfianças) eram colocadas por parte do próprio segmento que os comunistas se propunham “defender”. As antigas lideranças que atuavam no campo são unânimes em apontar a dificuldade de revelarem aos camponeses a sua verdadeira identidade política e ideologia. Perguntado se ele e outros militantes do PCB campo diziam que eram comunistas, Lyndolpho Silva responde: Não. Era nome feio em alguns casos. Às vezes podiam aceitar, mas comumente se alguém dizia que aquele cara era comunista (...) se apavoravam. Trabalhávamos como sindicalistas”.²³

Dificuldade idêntica é mencionada por Irineu Luís, notória liderança camponesa do interior paulista. No início de seus contatos com os camponeses uma coisa que fazia questão de evitar era “falar na Rússia de cara”. Segundo ele, pelo fato dos camponeses

²² Para Marcelo B. Mattos (1998), vários são os elementos, tanto de ordem quantitativa (número de sindicatos e percentual de trabalhadores sindicalizados) como de ordem qualitativa (número de greves, visibilidade dos sindicatos pela opinião pública, etc.), que comprovam que o movimento sindical viveu entre meados da década de 50 e o golpe de 64, uma “fase de ascensão”. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de leitura. p. 122.

²³ SILVA, Lyndolpho. “Entrevista”, p. 84.



ainda estarem “com a religião na cabeça”, era conveniente que não revelasse as suas ligações com o PCB :

Eles pensavam que o partido comunista liquidaria a religião. Então, precisava ter muito cuidado. Depois que eles entendiam mesmo que rezar todo dia não tinha importância, e que ser comunista era também rezar, podia ser feito o trabalho, dar as tarefas. Por mais atrasados que fossem , eles aceitariam.²⁴

Passemos então a tratar com maior pormenor sobre a trajetória de um dos homens que mais se destacaram no enfrentamento desses obstáculos no Sertão Carioca, falo de Pedro Coutinho Filho.

As lutas e lides de “Cícero”

De todos os militantes que atuaram foi de longe o que mais mereceu a atenção dos órgãos de informação da polícia política, do “farto dossier” (sic) produzido sobre ele é que colhemos boa parte das informações que aqui apresentamos.²⁵ Pedro Coutinho nasceu em 10 de junho de 1901. Era professor, engenheiro civil e advogado. Ingressou no PCB em 1935, mas só começou o trabalho como militante dois anos depois, possivelmente foi nesse momento que recebeu o codinome “Cícero”. Por sua atuação esteve preso de 13 de janeiro a 12 de julho de 1937, e de 3 de dezembro de 1937 a 4 de junho de 1938, por ter sido condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional à pena de 1 ano de “prisão celular”. Por suas “atividades comunistas” esteve novamente preso entre 25 de março de 1940 a 29 de agosto de 1940. Trabalhou, profissionalmente falando, por muito tempo em Jacarepaguá, fator que talvez tenha pesado na decisão (dele ou do

²⁴ WELCH, Clifff e GERALDO, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista*: memórias de Irineu Luís de Moraes, p. 154.

²⁵ APERJ. Fundo DOPS. Série Sindicato: Sociedades Cívis, n. 72; Série Informações, n. 34: “memorando nº 69/62”.



partido) de escolher o Sertão Carioca como área de atuação, muito embora não tenha se restringido a ela. Justamente o que mais nos chama atenção na sua trajetória é a diversidade de campanhas e organizações comunistas de que tomou parte (e às vezes a frente) em diferentes regiões. Além de Jacarepaguá, atuava também em Nova Iguaçu e no subúrbio da Leopoldina (Zona Norte). Integrou quase que de forma simultânea as seguintes organizações: década de 40 - Comitê Distrital de Jacarepaguá, Comitê Democrático Progressista de Jacarepaguá, Liga Camponesa de Jacarepaguá, Liga Camponesa do Distrito Federal, Comitê Democrático Progressista de Nova Iguaçu; década de 50 - Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo(CEPDEN), Comissão Executiva Pró-Reforma Agrária, a Liga de Emancipação Nacional e a Associação Rural de Jacarepaguá. Em função disso, Pedro Coutinho esteve na linha de frente de Campanhas como as da nacionalização do petróleo, da Reforma Agrária, da Imprensa Popular e pela defesa da posse da terra dos pequenos lavradores do Sertão Carioca. Além de ser simples membro, Pedro Coutinho exercia cargos de direção em algumas daquelas organizações. Foi o primeiro presidente do Comitê Democrático Progressista de Jacarepaguá, fundado em junho de 1945, e posteriormente fez parte do seu Conselho Fiscal e da Secretaria de Massa Eleitoral, chegando a se tornar seu presidente de honra. Foi também presidente da Liga Camponesa de Jacarepaguá e membro da diretoria da Liga Camponesa do Distrito Federal.

Segundo o agente da polícia política encarregado da produção de seu dossiê, essa ampla inserção de Pedro Coutinho em diferentes campanhas e organizações comunistas e, principalmente, a posição de direção que exercia em várias delas se daria pelo fato de estar “estritamente ligado ao líder e chefes comunistas no país”, tanto assim que foi “um dos organizadores e oradores de vários comícios do líder LUIZ CARLOS PRESTES e outros chefes comunistas”. Exagero ou não, o fato é que Pedro Coutinho parecia usufruir boa relação com homens bem situados na estrutura partidária do PCB, pois além de ocupar posições de direção daquelas entidades locais era também um dos dirigentes do CEPDEN, organismo de âmbito nacional que se ocupava de uma das principais frentes de luta do partido na década de 50, o da nacionalização do petróleo, que tinha como lema “O Petróleo é nosso”. No final de outubro de 1951, era ele quem



presidia a “conferência sobre Petróleo e defesa da Economia Nacional” realizada em Grajaú.

Mas foi no exercício da função de advogado das entidades sediadas em Jacarepaguá que Pedro Coutinho deve ter despertado real interesse por parte dos pequenos lavradores. É provável também que muitos deles tenham se filiado àquelas entidades justamente por poder contar com serviços jurídicos, tendo para isso apenas que pagar uma módica quantia cobrada a todos os seus sócios. Ao menos, essa era a expectativa de muitos sócios da Liga Camponesa de Jacarepaguá, na década de 40, e da Associação Rural de Jacarepaguá, nas décadas de 50 e 60. E em todas elas Coutinho foi o seu advogado. Ele também foi advogado da Associação de Lavradores de Campo Grande e Guaratiba, onde tinha entre seus clientes Manoel Ferreira, objeto de uma ação movida pelo “grileiro” Joaquim Rodrigues Pazo. Foi também um dos procuradores, junto com Heitor Rocha Faria, da comissão do Distrito Federal da I Convenção Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo em 1953, eleita para participar dos trabalhos da Convenção Pela Emancipação Nacional, no ano seguinte.

Mas há um outro ponto importantíssimo presente na atuação de Pedro Coutinho (e na dos militantes comunistas de uma maneira geral): a inserção que tinha na estrutura partidária, possibilitou-lhe, entre outras coisas, atuar em diferentes campanhas e integrar a direção de diferentes organizações, favorecendo a realização de um objetivo que era muito caro ao PCB numa época de grande competição política com os setores ligados ao trabalhismo de Getúlio Vargas, especialmente o PTB: a unificação ou, ao menos, a integração desses movimentos numa frente comum de luta, de modo que isso fortalecesse a imagem do PCB como o principal partido das classes trabalhadoras.²⁶ Nesse caso, ela poderia se dar sob a forma de manifestações de apoio, solidariedade e

²⁶ Podemos dizer que o PTB foi o grande adversário do PCB no interior do movimento sindical em particular, e no âmbito das esquerdas em geral, de 1945 a 1955. O suicídio de Vargas e a comoção nacional por ele causado farão com que os comunistas comecem a se aproximar dos trabalhistas. Em 1955 essa aproximação é oficializada com a criação do MNTP – Movimento Nacional Popular Trabalhista, que procurava ser na prática uma base de apoio da chapa presidencial encabeçada por J. Kubitschek e João Goulart. Nos anos subseqüentes tal aproximação resultaria ela mesma numa progressiva indiferenciação entre as linhas políticas dos dois partidos. Quando chega a década de 60, o PCB terá como principais adversários em âmbito nacional, as Ligas Camponesas de Julião e setores progressistas da Igreja Católica, como aquele ligado à Ação Popular.



mesmo de adesão, entre membros de diferentes lutas ou campanhas. Esse talvez tenha sido o principal capital político que Pedro Coutinho tentou obter junto aos lavradores organizados naquelas entidades, procurando, a todo momento, fazer com que eles encampassem as bandeiras de outras campanhas do partido e, em contrapartida, fazer com que essas outras campanhas tomassem como suas as reivindicações dos pequenos lavradores do Sertão Carioca. Essa parece ter sido a sua grande tarefa ao participar como convidado especial da Assembléia organizada por posseiros de Curicica em comemoração a uma vitória que obtiveram contra “grileiros” na justiça. Nela Coutinho teria conseguido a adesão desses posseiros à Convenção pela Emancipação Nacional, chegando a eleger para tanto uma comissão encarregada de acompanhar os trabalhos preparatórios desse evento. Mas não sem antes assegurar a eles que “nenhuma questão de importância para a vida do país escapará à discussão e à análise” da Convenção. “Assim, os problemas mais sentidos dos Lavradores, inclusive os de Curicica, serão ventilados”.

Dois anos depois vemos Coutinho tentar unificar a pauta do movimento dos lavradores do Sertão Carioca com outros movimentos, e conseqüentemente obter seu apoio. Foi o caso da reunião, por ele presidida, da Comissão Executiva do Distrito Federal Pró-Reforma Agrária, na sede da Liga da Emancipação Nacional. Nessa reunião ele conseguiu reunir dois deputados, algumas lideranças sindicais como Lyndolpho Silva, representantes do Sindicato dos Têxteis e representantes das Associações de Lavradores de Jacarepaguá e de Coqueiros. As medidas discutidas foram a coleta de assinaturas pela Reforma Agrária, cuja cota determinada foi de 320 mil, e a colaboração da Comissão ao II Congresso de Lavradores do Distrito Federal.

Em outubro de 1955, às vésperas das eleições presidenciais daquele ano, o jornal comunista Imprensa Popular, demonstrando ter certeza de que Pedro Coutinho tivesse sua atuação reconhecida pela grande maioria dos lavradores do Sertão Carioca, chamou-o de “líder camponês”. Foi nesta condição que ele conclamou “seus companheiros de profissão[os “camponeses” cariocas] a votar em J-J” (chapa presidencial composta por Juscelino Kubitschek e João Goulart). Só “com êles”, continuava Coutinho, “teremos o clima desejável para que consigamos vencer os grileiros, a distribuição de terras aos



lavradores, títulos definitivos das terras já cultivadas pelos posseiros, revisão dos contratos e fixação à terra, concessão de crédito fácil”, etc.

Curiosamente, a partir de meados da década de 50 até o mais ou menos 1963, não veríamos Pedro Coutinho desempenhar atuação de destaque em eventos públicos organizados por entidades do PCB com a mesma frequência de antes. Seu trabalho parece ter se concentrado na prestação de assistência jurídica às “organizações camponesas” do Sertão Carioca. Sabe-se apenas que Coutinho integrou em 1961 uma Comissão Brasileira de Solidariedade ao Povo Cubano, organizada provavelmente após os acontecimentos ocorridos na Baía dos Porcos envolvendo grupos cubanos dissidentes apoiados pelos EUA.

Ele voltaria a se destacar em alguns eventos “camponeses” ocorridos em 1963. Em maio desse ano Coutinho integraria junto com Antônio Caseiro, Teobaldo José Ribeiro, Manoel Rodrigues e Manoel Agapito - presidentes respectivamente das Associações Rurais de Jacarepaguá, Santíssimo, Guaratiba e Mendanha – e outras personalidades, a “comissão promotora” da II Conferência dos Lavradores da Guanabara. Meses depois, em novembro, ele também teria “liderado” uma “concentração” de lavradores em frente a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara. O objetivo, segundo ele, era lembrar aos parlamentares que

a gravidade da situação alimentar da população do Estado é, em parte, consequência do abandono e miséria em que se encontra o lavrador carioca, sem terra própria, sem auxílio técnico e financeiro, sem mercadoria garantida para os seus transportes e, ainda perseguido pelos exploradores imobiliários e pelos grileiros.

Fazia-se mister que tais parlamentares tomassem não só medidas de urgência, mas principalmente “modificações estruturais” no campo, pois só elas – e isso valia para o



restante do país - poderiam fazer com que os lavradores do Sertão Carioca deixassem de ser um “peso morto”.

A atuação de Pedro Coutinho junto às “organizações camponesas” foram suficientes para que aqueles que, segundo a “grande” imprensa, “salvaram” o país do “risco da comunização” com o golpe de 64, incluísse-lo na lista de indiciados do Inquérito Policial Militar nº709, chefiado pelo general Ferdinando de Carvalho, e que tinha por tarefa apurar a responsabilidade de reais e supostos participantes da “onda de agitação e subversão” que pretendia varrer os valores democráticos e cristãos do país. Aliás, Pedro Coutinho era o único de todos esses indiciados que tinha como base de atuação o Sertão Carioca.

Referências bibliográficas

- BRASIL, Etienne (1953). *A fazenda de Santo Antonio da Curicica*. Rio de Janeiro: s.n.t..
- CARVALHO, Ferdinando de (1977). *Os sete matizes do vermelho*. Rio de Janeiro: Bibliex,
- CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da (1994). “*Aconteceu longe demais*”. A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período 1950-1964. São Paulo, PUC, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais.
- LEANDRO, José (1988). Depoimento. Fortaleza:s/Ed..
- MATTOS, Marcelo Badaró (1998). *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de leitura.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvo (1995). *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses*. Comunistas e a constituição de classes no campo. Tese de doutorado - IFCH, UNICAMP. Campinas.
- PEDROZA, Manoela (2003). *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas no Sertão Carioca (1950-1968)*. Porto Alegre, UFRGS, Dissertação de mestrado em História.
- PUREZA, José (1982). *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- REZNIK, Luís e PEREIRA, Márcia Guerra (1997). “De Polícia Federal a Departamento Estadual: o DOPS e sua evolução administrativa – 1955 a 1983”, In *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/APERJ.
- SILVA, Lyndolpho. “Entrevista”. In *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, nº 2, junho de 1994.



SOMBRA, Luiz Henrique (1997). "Ruptura ou permanência?", In *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/APERJ.

WELCH, Cliff e GERALDO, Sebastião (1992). *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Anexos



Mapa do Sertão Carioca de autoria de Magalhães Corrêa, 1933.



Destrói-se em Poucas Horas Aquilo Que o Camponês Levou Anos Para Construir

Denunciado ontem na Conferência dos Lavradores, o total abandono em que se encontra relegado o trabalhador do campo — Grileiros cometem crimes e mais crimes contra os lavradores cariocas, afirmou um orador — Presentes numerosos parlamentares e líderes sindicais e estudantis na I Conferência dos Lavradores, ontem instalada na Câmara Municipal

COM o auditório da Câmara Municipal inteiramente lotado, instalou-se ontem a I Conferência dos Lavradores do Distrito Federal. Além de considerável número de lavradores, estiveram presentes à abertura do congresso os Deputados Aurélio Vianna, João Machado, José Gomes Talarico, Mário Martins e o vereador Hélio Walcacer, o Ministro do Tribunal de Contas da Prefeitura, sr. Alvaro Dias e numerosos representantes de entidades sindicais e estudantis desta cidade.

POSSE DA TERRA

Presidiu os trabalhos o professor Albano Marques tendo feito uso da palavra diversos oradores entre os quais o sr. Antonio Caseiro, da Associação Agrícola de Jacarepaguá, que, entre outras coisas, afirmou, com veemência:

— Cometem-se crimes e mais crimes contra os lavradores da zona urbana do Distrito Federal. Com a complacência das próprias autoridades, grileiros os expulsam de suas terras e destroem em poucas horas



Um aspecto parcial do plenário da conferência dos lavradores, que tocou auditório da Câmara Municipal

Nesta manchete publicada no *Imprensa Popular* de 26/04/1958, vemos na foto à direita, Pedro Coutinho Filho



GT 11- O Rural na História do Brasil

A conquista da Amazônia e a memória dos massacres nas terras dos Carajás

Rogério Almeida¹

Elen Pessoa²

¹Jornalista, mestre em Planejamento pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) com pesquisa laureada com o Prêmio NAEA\2008. É professor da Universidade da Amazônia (UNAMA). E-mail – araguaia_tocantins@hotmail.com

²Economista, mestre em Planejamento pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora executiva do Instituto Amazônia Solidária e Sustentável-IAMAS. E-mail: elenpessoa@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo aborda a violência na disputa pela terra gerada na Amazônia brasileira, em particular na região de Carajás (sul e sudeste do estado do Pará), decorrente do processo de inserção do capital na região. O mesmo enumera elementos econômicos, políticos, sociais e episódios que conformaram a violência como elemento estruturante na integração econômica da Amazônia.

Palavras chave: Amazônia, Estado, Capital, Violência e Carajás



A assimetria de forças econômicas e políticas consagrou o massacre das populações empobrecidas como elemento estruturante na história da disputa pela terra e pelos recursos naturais no país, desde remotas datas. Integra esse cenário, a História do Quilombo de Palmares, no século XVII, em Alagoas; a escrita seguiu a mesma em relação aos índios guaranis, chacinados por portugueses e espanhóis nas Missões, no século XVIII, no Rio Grande do Sul. Já no século XIX o mesmo desfecho teve a Revolta dos Cabanos, conhecida por Cabanagem, no Pará; a Balaiada, ocorrida no Maranhão; e a Guerra de Canudos com os seguidores de Antonio Conselheiro, na Bahia.

O elemento violência configura a história da conquista da fronteira amazônica. Ela tem sido marcada pela execução de índios, quilombolas e camponeses, e persiste, mesmo nos séculos XX e XXI. Tais episódios se intensificaram a partir da década de 1960 e ganharam índices alarmantes registrados nos anos da década de 1980. Antes de findar o século XX os massacres de Corumbiara¹ ocorrido em Rondônia e o de Eldorado dos Carajás² registrado no Pará, instigaram a atenção dos centros mais desenvolvidos do Brasil e fora dele, sobre a situação da disputa pelas terras na floresta amazônica.

As situações de antagonismos ora se dão entre índios, camponeses e garimpeiros, ora as situações de antagonismos mais visíveis se desenvolvem tendo de um lado os camponeses, e se alternando, ou ao mesmo tempo, no outro extremo, com madeireiros, grileiros, fazendeiros, companhias de mineração, construtores de hidrelétricas e o Estado.

Martins (1985 e 1991) em recorte sobre a história agrária nacional indica o aspecto concentracionista da propriedade rural do Estatuto da Terra (1966) e o Estado intervencionista como componentes centrais na penetração do capital na fronteira amazônica. Coube ao Estado a efetivação de instrumentos nas esferas política,

¹A PM executou 12 camponeses no dia 09 de agosto de 1995 no município de Corumbiara, no estado de Rondônia, sob a ordem do governador Valdir Raup (PMDB). A operação foi comandada pelo capitão José Hélio Cysneiros Pachá contra 600 pessoas que ocupavam a fazenda Santa Elina.

²19 trabalhadores rurais ligados ao MST foi mortos pela PM no dia 17 de abril de 1996 na rodovia PA 150, no município de Eldorado do Carajás, sudeste do Pará, no governo de Almir Gabriel (PSDB). O coronel Mário Pantoja comandou a operação. O episódio constitui um divisor de águas sobre a presença do Estado na região, além de efetivar institucionalizações como o Ministério Público Federal, Polícia Federal, Ibama entre outras, fez o reconhecimento massivo de áreas ocupadas como projetos de assentamento (PA). Atualmente mais de 50% do território da região é constituído por PA's.



econômica, jurídica, além da criação de uma série de instituições com vistas à instalação de empresas do centro-sul do país no ramo da pecuária na região. Na Amazônia Oriental os posseiros são expropriados pelo modelo de grandes propriedades rurais estabelecido por meio da política de incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que teve nas ações do Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT) a garantia de sua efetivação. A frente de expansão, e a frente pioneira – esta considerada uma categoria ilegítima para explicar a presença do capital -, são sublinhadas pelo pesquisador para analisar a tensão na região. A primeira é ativada pelos posseiros sobre as terras tribais, e a segunda pela empresa pecuária sobre os posseiros e índios. Jagunços e militares são pontuados como agentes da coerção.

Almeida (1991) critica a naturalização da violência contra camponeses, posseiros, indígenas e dirigentes sindicais, embutida no processo de modernização da fronteira. O autor assinala o descompasso entre a intensificação da violência dos conflitos de terra e o caráter irregular e desigual da intervenção do Estado, e enfatiza que tal fenômeno se verifica tanto num período ditatorial, quanto no processo da transição democrática, e se manifesta ainda hoje.

Almeida (1991, p.260) indica as balizas da coerção contra camponeses na fronteira. Ele alerta que

O princípio da subordinação dos camponeses por atos coercitivos e por modalidades diversas de banditismo e pistolagem mostra-se historicamente coextensivo à consolidação dessa grande propriedade territorial fundada no acesso aos meios de produção pela destruição de apossamento preexistente e pela adoção de mecanismos de imobilização, como a peonagem por dívida, que configuram modalidades extremas de repressão da força de trabalho.

O corte histórico da análise de Almeida (1991, p.269) indica o momento em que a questão agrária é alçada como uma questão militar. O GETAT e o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM) foram órgãos criados para disciplinar a ocupação de terras na Amazônia. O antropólogo interpreta que na lógica da unidade produtiva camponesa a terra se incorporava ao processo produtivo mediante o trabalho familiar. Já para os grupos econômicos e projetos incentivados interessava uma relação jurídica e mercantil com ela. Em nome desses últimos pressupostos é que os órgãos oficiais começam a falar com frequência em “invasão de terras públicas e particulares” (GETAT 1981, p.5) na Amazônia. As condições de posseiros e ocupantes passam a ser tratadas pela ilegitimidade atribuída ao invasor.



A coerção pública e privada contra os camponeses gerou a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)³. Passadas mais de três décadas de atuação das instituições ligadas à Igreja Católica, alinhadas as demandas populares do campo, a CPT é a que se mantém com ação mais significativa. Na década de 1980 cria-se a Sociedade Paraense para a Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) em Marabá no sudeste do estado, que mobilizou a agenda política por meio da realização do Tribunal da Terra⁴, ocorrido entre os dias 18 a 20 de abril de 1988. O tribunal, de caráter simbólico, teve como objetivo chamar a atenção da sociedade para os massacres contra os camponeses registrados no sudeste e sul do Pará.

A década de 1980 é considerada a mais sangrenta no sudeste e sul do Pará. Nos dados sistematizados pela CPT sobre a violação dos direitos humanos na região três chacinas são destacadas: 1) Fazenda Dois Irmãos, Xinguara, saldo de seis mortos; 2) Chacina de Ingá, 13 mortos, em Conceição do Araguaia; 3) a Surubim, em Xinguara, com saldo de 17 mortos. O documento denuncia que não há processo em tramitação para apurar os casos. Todas ocorreram no ano de 1985. Passados quase trinta anos, todos os massacres continuam impunes. Há casos em que nem mesmo inquéritos foram instaurados com vistas a se chegar aos responsáveis.

³A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. Na definição de Ivo Poletto, que foi o primeiro secretário da entidade, "os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista". Tem sido relevante a ação da instituição em assessoria jurídica, sistematização de dados sobre a violência, encaminhamento de denúncias sobre a violação dos direitos humanos em cortes nacionais e internacionais.

⁴A década de 1980 é considerada a mais violenta na região na tríplice fronteira do Pará, Maranhão e norte de Goiás, hoje o estado do Tocantins. Os anos registram várias chacinas e execução de dirigentes sindicais camponeses e seus aliados, e mesmo de família, como no caso dos Canuto de Rio Maria. O Tribunal da Terra, uma instância de caráter simbólico, surgiu a partir de tal demanda. A iniciativa foi da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), e contou com o apoio da CPT, OAB, MMCC, CNBB, CUT e CEDENPA. Ocorreu em Belém entre os dias 18 e 19 de abril de 1986, no Palácio da Justiça. Teve como objetivo levantar denúncias contra multinacionais, Estado e o latifúndio. O advogado e deputado federal/PT/SP, Luiz Eduardo Greenhalgh, o cutista Jair Menegheli, Pe. Josimo Tavares, Avelino Ganzer, o advogado José Carlos Castro constavam como representação da sociedade civil. O Pe. Ricardo Rezende trabalhou como advogado de acusação. As chacinas Surubim e Ubá constavam no rol de casos, que somou 83 mortes no ano de 1985 na região. Registrou-se, ainda, o assassinato do sindicalista Benedito Bandeira, no município de Tomé Açu, onde a comunidade revoltada com a execução destruiu a delegacia e matou os três pistoleiros, que receberam CR\$ 5.000,00 do fazendeiro Acrino Breda, que nunca chegou a ser preso pelo caso. A área em disputa era a fazenda Colatina. As execuções da missionária Adelaide Molinari e do sindicalista Arnaldo Deocídio foram pontuadas. O Pe. Josimo que coordenou a CPT de Imperatriz, Maranhão, morto no dia 10 de maio de 1986, participou do Tribunal para denunciar o atentado que sofrera. Um mês depois foi executado com tiros dados pelas costas. A sentença decidiu: que o Estado deveria ser controlado pelos operários; já as multinacionais seriam nacionalizadas, sendo controladas pelo Estado; e o latifúndio deveria acabar sendo as terras distribuídas de forma igualitária para os trabalhadores rurais. O advogado José Carlos Castro, escreveu: "Esse Tribunal é um Tribunal porque não pode ser considerado apenas uma informação, porque tem uma expressão política muito forte para a consciência do povo, para a divulgação do que ocorre no campo. É um material de propaganda de novas idéias. (Jornal Resistência, Ano VIII, Nº 71, Belém, Pará, abril/maio de 1986). O Jornal Resistência foi editado pela primeira vez em 1978, e circulou de forma regular até 1983. Ganhou por três vezes o prêmio nacional de defesa dos direitos humanos Wladimir Herzog.



Em oposição à luta dos camponeses podemos citar entre os adversários mais agudos a União Democrática Ruralista (UDR), organização de representação dos fazendeiros. Nessa organização o patronato rural se aglutina e se organiza na defesa intransigente da propriedade da terra e eliminação dos seus adversários. A mesma possui vínculo com o que ficou conhecido na Assembléia Nacional Constituinte, como “Centrão”- coletivo de fazendeiros que obstruiu a aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Sobre o perfil do quadro da entidade, Fernandes (1999) revela que em boa maioria são pessoas do centro sul do país, que desenvolvem atividades nos setores de comércio, indústria, serviços e mesmo bancárias, e que por via legal ou não, adquiriram grandes extensões de terras, caso da família Lunardelli. Ou mesmo, produtores de tradição rural paulista, que possuem origem na oligarquia cafeeira, como a família Lanari.

TABELA 01: Violência no Estado Pará- chacinas na década de 1980 no sul e sudeste do Estado.

CASOS	LOCALIDADE	MÊS/ANO	Nº DE MORTOS	SITUAÇÃO JURÍDICA
Chacina dos Irmãos	Xinguara	Jun/85	06	Sem processo
Chacina Ingá	Conceição do Araguaia	Mai/85	13	Sem processo
Chacina Surubim	Xinguara	Jun/85	17	Sem processo
Chacina Fazenda Ubá	São João do Araguaia	Jun/85	08	Há 20 anos em tramitação
Chacina Fazenda Princesa	Marabá	Set/85	05	Há 19 anos em tramitação
Chacina Paraúnas	São Geraldo do Araguaia	Jun/85	10	Sem processo
Chacina Goianésia	Goianésia do Pará	Out/85	03	Processo desaparecido
TOTAL			62	

Fonte: Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense/CPT/2005.

Formalmente a UDR do Pará foi criada no dia 17 de maio de 1986 no Parque Agropecuário de Redenção. Compuseram a mesa, Ronaldo Caiado, fundador da UDR em Goiás, Roberto Paranhos Rio Branco, presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, Alceline Veronese, prefeito de Redenção, Plínio Junqueira, de São Paulo, Udelson Franco, de Minas Gerais. A articulação entre o norte-sul foi uma das características da matriz da UDR no Pará. A unidade de Paragominas dialogava com



frequência com a capital, Belém, espécie de quartel general. A Associação Rural da Pecuária do Pará-ARPP é matriz da versão da UDR de Paragominas, a partir de uma reunião com o dirigente Plínio Junqueira e Ronaldo Caiado. Com a intervenção dos irmãos Lincoln e Luiz Bueno, paulistas do celeiro dos cafeicultores, aportados na região desde a década de 1970, a entidade ganha forma (FERNANDES, 1999, p.111).

A defesa radical da propriedade da terra, ainda que em boa parte grilada e improdutiva, descortina na região o período mais sangrento. Entre as chacinas registradas nos arquivos da CPT, na década de 1980, pontuamos sete. Dos sete casos, em apenas dois foram iniciados os processos de apuração. As chacinas tratadas na tabela abaixo contabilizam 62 mortos num prazo de dois anos.

Os massacres que tiveram o processo de apuração iniciados foram, a chacina da Fazenda Ubá, ocorrida em São João do Araguaia, onde oito camponeses foram mortos. 21 anos depois da chacina o fazendeiro José Edmundo Ortiz Vergolino foi condenado a 152 anos de prisão. O pistoleiro Sebastião Pereira Dias, “Sebastião da Terezona” foi condenado e preso, sendo executado no presídio. No dia 27 de outubro de 2011 a Justiça condenou à revelia a 199 anos de reclusão os acusados Raimundo Barros e Valdir Araújo. E o caso da fazenda Princesa, onde cinco camponeses foram executados, e alguns entre eles tiveram as cabeças decepadas, e os corpos jogados no rio. Marlon Pidde é o fazendeiro acusado da encomenda da chacina na fazenda Princesa. Chegou a ser preso em 2006 pela PF, mas encontra-se em liberdade por ordem do Superior Tribunal Federal desde setembro de 2011. O processo referente ao episódio ocorrido em Goianésia do Pará é dado como desaparecido. No mesmo período o município de Rio Maria registrou a morte de membros da família Canuto, ligados ao PC do B, assim como dos advogados Paulo Fontelles, Gabriel Pimenta e João Batista.

Dados coletados na CPT por Hall (1990, p.101) indicam que 125 pessoas estavam marcadas para morrer em 1987, numa lista organizada pelos fazendeiros, e que 45 camponeses foram presos no ano de 1985, um ano depois, o número de presos pula para 700.

Um elemento importante relacionado à posse da terra recai sobre a aquisição de castanhais de pretensos donos ou foreiros nos anos de 1987/1988 pelo então Ministério do Desenvolvimento e da



Reforma Agrária (MIRAD), sob a direção à época de Jader Barbalho, como informam Emmi e Acevedo (1997). Na interpretação das pesquisadoras, da qual comungam Hall (1990) e Leroy (2000), não passou de um beneficiamento financeiro de uma elite local. Apesar do pedido de desapropriação das terras ter partido do Sindicato dos Trabalhadores Rurais-STR de São João do Araguaia, esse fato ganhou outra dimensão, ou seja, o beneficiamento econômico dos fazendeiros.

O STR de São João do Araguaia pleiteava inicialmente a desapropriação de 34 castanhais. A resposta do MIRAD pareceu, num primeiro momento, ter ido além das pretensões, pois a área quase duplicou: de 34 imóveis perfazendo 147.921 hectares, aumentou para 61 imóveis, com uma superfície total de 235.011 ha. De fato, a aparente ampliação representaria aumento de estoque de terras para resolver problemas fundiários. Dos castanhais adquiridos pelo MIRAD, cinquenta foram vistoriados até 1990. Após essa providência, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA elaborou cinco projetos de assentamento, englobando 24 castanhais, em uma área de 103.999 ha (EMMI e ACEVEDO 1997, p.251).

Com vistas a confrontar a violência e combater a impunidade é criado, além da CPT e SDDH, o Comitê Rio Maria⁵. O mesmo mantém alianças internacionais, o que foi decisivo para que ao menos alguns crimes cometidos contra camponeses chegassem a julgamento. O Comitê Rio Maria tem na luta contra a impunidade a sua principal linha de ação. Pode-se citar pelo menos umas três formas de ação do movimento na busca de Justiça: pressão através de cortes internacionais que tratam dos Direitos Humanos; organização de manifestos, e acampamentos, quando da realização dos julgamentos. E mesmo a ocupação de mídias consideradas como alternativas.

O Comitê Rio Maria contabiliza a seu favor ter conseguido levar a julgamento os mandantes do assassinato de Expedito Ribeiro de Souza, no ano de 2002 e de João Canuto, em 2003. No caso de Expedito Ribeiro, morto em fevereiro de 1991, o fazendeiro responsável pela encomenda do crime, Jerônimo Alves de Amorim⁶, condenado a 19 anos de reclusão em julho de 2000, cumpre prisão domiciliar em sua mansão em Goiânia, sob alegação de problemas de saúde.

O pistoleiro do caso, José Serafim Sales, conhecido como “Barreirito”, fugiu pela porta da frente da penitenciária de Marabá em 2000, quando cumpria pena de 25 anos. Por conta da ação da Polícia

⁵O Comitê Rio Maria é uma rede internacional de solidariedade. Foi fundado em 1991 para acabar com os assassinatos de lavradores e sindicalistas por pistoleiros contratados pelos grandes fazendeiros no Sul do Pará. O padre Ricardo Rezende, que naquele tempo foi vigário da paróquia católica em Rio Maria, organizou o comitê, junto com um grupo de colegas, inclusive Frei Henri Des Roziers, padre dominicano e advogado da CPT de Xinguara, ainda em atividade na região. O comitê foi organizado depois da morte de Expedito Ribeiro de Souza, poeta, lavrador e presidente do STR. Expedito foi a sétima pessoa assassinada em Rio Maria por causa de liderança ou ligação com o movimento sindicalista rural.

⁶ O mesmo foi preso com documentação falsa num cruzeiro em Cancún, México, 1999. Foi a primeira vez que um mandante foi ao banco dos réus.



Federal (PF), o mesmo foi preso no mês de abril de 2006⁷. Adilson Carvalho Laranjeira e Vantuir Gonçalves de Paula, fazendeiros responsáveis pela encomenda da morte de João Canuto, chegaram a ser presos 17 anos e seis meses depois do crime, atualmente estão foragidos.

O recrudescimento da violência na década de 2000

O ano de 2001 é tratado pelos representantes de defesa dos direitos humanos, como um ano de recrudescimento da violência. De acordo com relatório da Violência no Campo-CPT (2001), 121 pessoas foram presas durante desocupações de latifúndios no sul e sudeste do Pará no primeiro semestre de 2001. O equivalente a 20% dos detidos em 1999 em todo o Brasil, 611, conforme dados da CPT nacional; em Aurora do Pará, em fazenda em nome do senador Jader Barbalho, 37 pessoas foram para a cadeia de uma só vez, em 26 de junho de 2001; outros 29 foram encarcerados no dia 05 de abril de 2001, em Eldorado dos Carajás. Como já citado, quando tratamos da violência na década de 1980, o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida enfatiza que a violência integra a dinâmica da modernização da região e tende a ser naturalizada. Os fatos ocorridos no ano em questão ratificam o ponto de vista de Almeida, conforme tabela 02 abaixo:

TABELA 02: Ocupações de terras realizadas em 2001

MUNICÍPIO	FAZENDA	ÁREA/HÁ	Nº DE FAMÍLIAS
Rondon do Pará	Eldorado	5.000	82
	Água Branca	4.000	80

⁷ Nos últimos 60 dias (março e abril), pela Polícia Federal os foragidos Marlon Lopes Pidde, fazendeiro, acusado de ter coordenado a chacina de cinco trabalhadores rurais na fazenda Princesa, município de Marabá, em setembro de 1985; Manoel Cardoso Neto, o Nelito, fazendeiro acusado de ser o mandante do assassinato do advogado Gabriel Sales Pimenta, crime ocorrido em Marabá, em 1982; Domicio de Sousa, o Raul, acusado de ser um dos intermediários do assassinato do Sindicalista José Dutra da Costa, o Dezinho, crime ocorrido em Rondon do Pará, em 21 de novembro de 2000, e José Serafim Sales, o Barreirito, pistoleiro condenado a vinte e cinco anos de prisão por ter assassinado, em 02 de fevereiro de 1991, o sindicalista Expedito Ribeiro de Souza, no município de Rio Maria. (O Liberal, Caderno Polícia, 05 de maio de 2006, Carlos Mendes).

Dados da CPT de Marabá (2001) registram que sete pessoas foram executadas, sendo três de uma só vez e da mesma família é o caso do dirigente sindical José Pinheiro Lima, a esposa Cleonice e o filho de 15 anos, Samuel. A chacina ocorreu no dia 09 de julho de 2001, no bairro de Morada Nova, Marabá; onde o trabalhador se recuperava de uma malária. O dirigente coordenava 130 famílias que ocupavam há dois anos a fazenda São Raimundo, 130 km de Marabá. Na época da chacina, a fazenda já tinha sido vistoriada pelo INCRA e considerada improdutiva. Os fazendeiros João David de Melo, e outro conhecido por “Marruquinho”, são os principais suspeitos pelas mortes. O inquérito presidido pelo delegado Silvio Maués, que deveria ser concluído em 20 dias, passado oito meses após as execuções, não tinha sido finalizado.



Eldorado dos Carajás	Alvorada	2.000	40
	Chumbo e Sol Nascente	2.000	25
São João dos Araguaia	Cikel	3.000	200
Goianésia do Pará	Ideal	5.000	105
Abel Figueredo	Complexo dos Morais	9.000	280
Sta Maria das Barreiras	Bonfim	1.800	35
Rio Maria	Marajoara (D. Maria)	2.900	60
Rio Maria	Marajoara II (D. Vânia)	2.500	40
Rio Maria	Santa Helena	2.500	24
Redenção	Cocalina	1.281	28
TOTAL		40.981	999

Fonte: Relatório da Violência no Campo/CPT/2001

Conforme registro da CPT-Marabá (2001), estima-se entre R\$ 100 a 120 mil reais, o custo com tropas de choque da Polícia Militar para despejo. Durante 90 dias uma equipe da Divisão de Investigações e Operações Especiais-DIOE da Polícia Civil, comandada pelo delegado José Alcântara Neves, percorreu os municípios de Aurora do Pará, Tailândia, São João do Araguaia e Água Azul do Norte, no cumprimento de 13 liminares de reintegração de posse, (Relatório da violência no campo- 2001 -CPT-Marabá). A tabela 03 apresenta a relação de reintegração de posse de áreas ocupadas na referida região.

TABELA 03 - Relação de reintegração de posse de áreas ocupadas

MUNICÍPIO	FAZENDAS DESOCUPADAS	Nº FAMÍLIAS
São João do Araguaia	Ideal	250
Itupiranga	Hidroservice	280
São Domingos do Araguaia	Boa Sorte	32
Bannach	Bannach	118
Bannach	Serra Negra	70
Parauapebas	Santo Antônio	60
Parauapebas	Carajás	20
Marabá	Remanso e Talismã	40
Rio Maria	Rio Maria	60
Redenção	Cocalina	28
Goianésia	Cikel	105
Aurora do Pará	Chão de Estrelas	350
Castanhal	Josemar	200
TOTAL		1.613



Fonte: Relatório da Violência no Campo – CPT Marabá-2001

A convivência policial, ou mesmo a associação com os adversários dos camponeses é outra ressalva do relatório. Em determinado trecho o registro insere documento da Secretaria de Defesa do Estado que avalia o clima de tensão na região:

Embora legítima a luta pela por mudanças na distribuição de terras, é temerário e arriscado qualquer movimento nesse sentido que se faça ao arrepio da lei, como aqueles em que estão envolvidas as pessoas ameaçadas. Sem dúvida, as invasões de terras têm como componente intrínseco a violência, à medida em que a cada ação cabe uma reação. (Relatório da violência no campo- 2001-CPT-Marabá-apud – Nota oficial da Secretaria Especial de Defesa Social-12 de julho de 2001).

No mesmo período o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST denunciou a prisão de três militantes que passaram cerca de 30 dias detidos. Foram eles: o Sr. Eurival Martins (Totô), Maria dos Anjos Souza e o filho João Batista Souza. Eurival Martins percorreu as cadeias dos municípios de Parauapebas, Mãe do Rio, Paragominas e São Miguel do Guamá. O dirigente acusa ter sofrido tortura psicológica, quando teve revólveres apontados para a sua cabeça. Maria dos Anjos e o filho reclamaram terem passado fome na cadeia, e ficarem dias sem saber o motivo da prisão. (O Liberal – 28/07/2001).

Ainda conforme o mesmo cenário de violência, ao mesmo tempo em que o fazendeiro Joãozinho (o principal suspeito de ordenar a execução de José Pinheiro Lima -Dedé) era solto, uma tropa de choque da PM aportava em Marabá para efetuar a reintegração de posse de 15 áreas. Ademir Alfeu Federicci, o “Dema⁸”, sindicalista no município de Medicilândia, oeste do Pará, era assassinado dentro de sua própria casa. O assassinato ocorreu no dia 25 agosto de 2001. Dema foi morto com um tiro na boca em Altamira, cidade situada no oeste do Pará. Na mesma região, no ano de 2005, no dia 12 de fevereiro no município de Anapu, a missionária estadunidense Dorothy Stang, agente pastoral da CPT foi executada por dois pistoleiros.

Denúncias da CPT apontam que um expediente usado pelos fazendeiros tem sido a contratação de “empresas de segurança”. A Master⁹ e a GRA são duas delas. A Polícia Federal, depois de denúncia na Comissão de Direitos Humanos -CDH -da

⁸ Dema iniciou a militância nos anos 70 e era diretor da FETAGRI. Ele também presidiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medicilândia e entre 1996/2000, foi vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT), (ALMEIDA, R, 2004, p. 58).

⁹ Ironicamente a sigla de um embrião do MST, o Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER, organizado no Rio Grande do Sul na década de 50.



Câmara Federal, ficou de investigar as empresas, com vistas a saber se as mesmas possuem registros. Essa forma seria uma espécie de legalização da jagunçagem, conforme registros da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos –CDH- da Câmara Federal de 2001 em Marabá.

A coerção pública se expressa através das liminares de reintegração de posse e tropas policiais. Na gestão da coerção registram-se as “empresas de segurança”. No que tange à esfera nacional, o serviço de espionagem do Exército Brasileiro (EB) é descoberto em Marabá. O mesmo tinha como tarefa, monitorar as ações das entidades ligadas à reforma agrária, defesa dos direitos humanos e meio ambiente.

À época, o Ministério Público abriu inquérito para tentar localizar ossadas de pessoas mortas durante a Guerrilha do Araguaia. Essa ação aconteceu depois do depoimento de um entrevistado que apontou a existência de um serviço de espionagem do exército em Marabá. Munidos de ordem judicial, a PF e procuradores realizaram uma operação de busca e apreensão. Um lote de documentos, reservados do Exército, foi descoberto por acaso (Folha de São Paulo¹⁰, 02 de agosto de 2001).

Os documentos encontrados revelaram que o serviço de inteligência nutria especial interesse por entidades ecológicas de defesa dos direitos humanos e dedicadas à questão indígena, com atuações na Amazônia. A documentação revelada através do jornal Folha de São Paulo (2001) descrevia que os papéis do Exército estavam impregnados de uma linguagem ideológica, anticlerical, avessa aos partidos de oposição e às organizações a eles vinculadas (Folha de São Paulo, 02 de agosto de 2001).

Antes de chegar à mesa do chefe do Planalto, a documentação levantada, passou por uma triagem. “Operação Pescada”, assim foi batizada em 1998 uma operação especial só para investigar as ações do MST. No conjunto dos documentos publicizados pela reportagem da Folha de São Paulo, o MST foi tratado como um dos alvos principais de ameaça à ordem pública. O conjunto das organizações era tratado como “força adversa. Passível de eliminação” (Folha de São Paulo, 02 de agosto de 2001).

Almeida (2006) relata que por conta dos antagonismos acirrados entre camponeses e fazendeiros, ações repressivas do estado contra os camponeses, a

¹⁰A reportagem da Folha de São Paulo praticamente durou todo o mês de agosto, foi realizada pelo jornalista Josias de Souza *persona non grata* do MST. O recrudescimento foi pauta de outros meios de comunicação do país, como o Jornal do Brasil, que fez inúmeras reportagens durante uma semana.



Comissão de Direitos Humanos (CDH), da Câmara Federal, realizou uma audiência pública em Marabá. Entre os presentes, Nelson Pellegrino, deputado federal (PT/BA), Socorro Gomes, deputada federal (PC do B/PA), João Batista “Babá”, deputado federal (PT/PA) hoje no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL/PA); Percílio de Souza, representante da OAB e membro do Conselho de Direitos Humanos da Pessoa Humana (CDDPH).

O depoimento de um trabalhador rural de Marabá, sobre a ação da polícia foi bem elucidativo. A ação repressiva com a destruição dos roçados inviabilizava a reprodução material do grupo, que regra geral nunca revê as perdas.

(...) No dia 18 de maio de 2001, o delegado Aquino, mais alguns fazendeiros, pistoleiros, sem mandado de segurança chegaram à fazenda Talismã/Remanso em Marabá para desocupar a área. Destruíram toda a plantação de milho, arroz, mandioca às vésperas da colheita. 50 famílias foram expulsas da fazenda, quatro prisões foram efetuadas. Foram presos eu meu pai e mais dois companheiros. A acusação é a de sempre, formação de quadrilha, que não admite fiança, esbulho possessório. Apesar da acusação de formação de quadrilha não admitir fiança, fomos soltos depois do pagamento de R\$ 400,00. Hoje a área vem sendo destruída com a exploração das castanheiras” (Depoimento de trabalhador à Comissão de Direitos Humanos -CDH-04 de outubro de 2001- Marabá).

Dados recentes organizados pela CPT indicam que:

(...) de 1971 a 2004, foram assassinados 772 camponeses e outros defensores de direitos humanos no Pará, sendo que a maioria dessas mortes (574 casos) foi registrada na região sul e sudeste do Estado. Na primeira metade do período mencionado (1971-1985) foram registrados 340 assassinatos em conflitos fundiários. Na segunda metade do período (1986-2004), foram vitimados 432 camponeses, demonstrando assim a persistência no tempo do padrão de violência existente no Pará (CPT, 2005, p.33).

Considerações finais

Examinando as duas décadas em foco, a violência permanece como um elemento a ser considerado no processo de luta por terras e recursos naturais. Ao se investigar os diferentes momentos, releva-se uma série de modificações nos cenários econômicos, políticos e sociais. Há uma reconfiguração do espaço físico que perpassa pela criação de novas unidades administrativas e efetivação de projetos de assentamentos.

Há uma institucionalização do Estado em diferentes representações: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, PF, Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS, Ministério Público. Por conta da demanda, criou-se uma superintendência regional do INCRA no município de Marabá, que administra uma área correspondente a 39 municípios das regiões sul e sudeste,



que aglutina mais de 400 projetos de assentamentos rurais. A antes estatizada CVRD, tem o status de empresa privada desde 1997.

Desde os anos de 1980 uma série de organizações de mediação de apoio aos camponeses passa por um refluxo. A partir do fim da década de 1990 consolida-se a formatação de uma versão regionalizada da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (Fetagri) e o surgimento do MST. O que sinaliza, num horizonte de emancipação política, como desejavam as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Um indicador dessa possível emancipação é o recuo de mediadores como o Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Movimento de Educação de Base (MEB) e CEB's.

Se numa perspectiva o campesinato efetivou suas representações regionais (FETAGRI e MST), o posseiro foi reconhecido como assentado da reforma agrária e tem-se a criação da SR-27, a garantia de políticas de crédito e de assistência técnica, ainda que parcialmente. Os movimentos sociais do campo conquistaram uma maior representação política, econômica e social, ainda que não tenham obtido êxito em interferir nas macros políticas, que em linhas gerais prosseguem nos moldes coloniais de exploração dos recursos primários da região.

As mortes permanecem, a exemplo, José Cláudio Ribeiro da Silva, conhecido como Zé Castanha, e sua esposa, Maria do Espírito Santo, executados no município de Nova Ipixuna, sudeste do Pará no dia 24 de maio de 2011, na mesma data em que a reforma do Código Florestal era votada na Câmara Federal. A execução dos extrativistas foi aplaudida em pleno Congresso Nacional pela bancada ruralista. No dia 22 de outubro de 2011, o defensor dos direitos humanos João Chupel Primo foi assassinado em uma oficina mecânica em Itaituba, próximo à Altamira, no sudoeste do Pará. João Chupel Primo era liderança do Projeto de Assentamento Areia e denunciava a extração ilegal de madeira na reserva extrativista Riozinho do Anfrísio e na Floresta Nacional Trairão.

Percebe-se a pouca atenção ou a ausência de ação integrada nas diferentes dimensões do poder público voltada para a pequena produção rural. O Estado ao mesmo tempo em que reconhece e legitima a luta pela terra, criminaliza e mantém a coerção, como o Massacre de Eldorado e as recorrentes ações de reintegração de posse. Sem citar a morosidade da Justiça nos casos que envolvem as execuções de camponeses.

Referência bibliográfica



ALMEIDA, A. W. B. O Intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1989). LÉNA, Philippe e OLIVERIA, Adélia E (orgs.). **Amazônia a Fronteira Agrícola: 20 anos depois**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 1991. p. 259-290.

-----O movimento sindical dos trabalhadores rurais e os conflitos agrários na Amazônia (1988-1990). **PARÁ AGRÁRIO**, Belém, IDESP, 90/100, JAN/DEZ, 1989.

ALMEIDA, R. H. **Apanhados do chão: História recente do campesinato do sudeste do Pará**, FIPAM/NAEA/UFPA, 2004.

..... **Araguaia-Tocantins: fios de uma História camponesa**. Fórum Carajás, São Luís, 2006.

EMMI, M. & ACEVEDO, R. De posseiros a assentados: Precariedades das Ações Fundiárias no sudeste do Pará. In: COELHO, M.C. & COTA, R. (org.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém. UFPA/NAEA, 1997. p. 251-274.

FERNANDES, M. **Donos de Terras: trajetória da União Democrática Ruralista – UDR**. UFPA/NAEA, Belém, 1999.

HALL, A. **Amazônia Desenvolvimento Para Quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1990.

HÉBETTE, J. A resistência dos posseiros. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. EDUFPA, Belém, 2004, Vol. II, p. 192-196.

LEROY, J. P. Da fronteira sem Lei nem Direitos a uma Democracia em constituição: o campesinato da região de Marabá nos anos 80 e a criação do CAT. In: HÉBETTE, J. & NAVIGANTES, R. (org.). **CAT – Ano décimo- Etnografia de uma utopia**. Belém, UFPA, 2000.

MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Editora Vozes, Petrópolis/RJ, 1985

-----**Expropriação e violência- A questão política no campo**. Editora Hucitec. São Paulo/SP, 1991

MENDES, C. O Liberal, Caderno Polícia, Belém\PA, 05 de maio de 2006

Os novos rumos da reforma agrária. **PARÁ AGRÁRIO**, Belém, IDESP, nº 03 JUL/DEZ, 1987, p. 03-07
Relatório da Comissão Pastoral da Terra, CPT de Marabá - 2001

Relatório da Violência no Campo em 1999: sul e sudeste e micro região de Belém, Comissão Pastoral da Terra –CPT- sub-secretaria de Marabá.

Relatório da Violência no Campo em 2001: sul e sudeste e micro região de Belém, Comissão Pastoral da Terra –CPT- sub-secretaria de Marabá.

Sem terra denuncia que sofreu tortura psicológica de policiais. **O Liberal** Caderno Atualidades, Belém, 28 de janeiro de 2001, p.08.

SOUZA, J. **Arquivo revela ação secreta do Exército**. Folha de São Paulo, 02 de agosto de 2001.



Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense
–CPT-2005



GT 11 - O Rural na História do Brasil

A criação da província do Amazonas e a questão fundiária no Brasil Império, 1843

Vitor Marcos Gregório¹

¹Universidade de São Paulo. E-mail: vimagreg@gmail.com

Resumo

A questão fundiária sempre esteve na ordem do dia dos debates envolvendo o norte do país. Sua permanência ao longo do tempo atesta que se trata, entretanto, de um problema ainda não resolvido, que continua requerendo atenção especial de todos aqueles que se preocupem com o futuro desta região. Neste sentido, o objetivo desta comunicação é buscar retroceder às origens do Estado brasileiro, buscando apresentar um momento no qual a regulamentação da posse da terra esteve vinculada às discussões sobre a criação de uma nova unidade administrativa, que viria a se tornar a província do Amazonas. Naquela época, como agora, a criação de um novo centro de poder foi apresentada como a melhor solução para resolver os problemas existentes no campo, como a ausência de colonos e a catequização dos povos indígenas. Coincidência que, certamente, não é casuística, e que oferece elementos interessantes não apenas para entendermos o Estado imperial brasileiro, como também para nos permitir avançar nos debates que preocupam muitos brasileiros atualmente.

Palavras-chave: Amazonas, província, território, questão fundiária, Parlamento



Nos últimos meses ganharam grande destaque, no noticiário nacional, os debates em torno do tema da divisão territorial do Pará. Recentemente rejeitada em um referendo popular, a proposta apresentada na Câmara dos Deputados, em Brasília, previa o desmembramento do atual segundo maior Estado do Brasil em três unidades federativas novas – Carajás, Tapajós e Pará – devendo caber ao último uma fração do território que hoje está sob sua jurisdição. Em um contexto como esse, no qual o tema da organização do território brasileiro voltou a ser debatido com profundidade nos mais amplos setores da intelectualidade brasileira, torna-se imperativo retornar às origens da questão, como uma estratégia privilegiada para compreender não apenas as suas vicissitudes ao longo do tempo mas, o que pode ser mais interessante, as suas permanências.

De fato, os debates em torno da divisão interna do território nacional não são uma novidade em nossa História. Eles começaram já nos primeiros meses após a independência, quando na primeira Assembleia Constituinte, convocada por D. Pedro I, debateu-se sobre quais seriam os parâmetros político-institucionais que regeriam as relações das diversas regiões da antiga América portuguesa com o poder central, sediado no Rio de Janeiro (tratam-se dos primeiros embates entre as concepções unitária e federalista de Estado nacional), e sobre quais seriam as partes que deveriam compor a nova nação.

Neste primeiro momento da discussão, coube ao Pará um papel sumamente importante. Afinal de contas, quando da reunião dos deputados constituintes, a província ainda não havia aderido à independência, e por conta disso houve discordância sobre se ela deveria ou não ser incluída na nova carta constitucional como uma das partes componentes da nova nação.¹ Eliminada a questão com a adesão do Pará à independência, ainda em 1823, e com a dissolução da Assembleia seguida pela outorga da Constituição de 1824, restou ainda outra indefinição a ser contornada, com relação ao imenso território amazônico: qual seria o *status* administrativo do Rio Negro? Ele deveria se constituir em uma província autônoma, com finanças e administração próprias, ou em uma comarca submetida à autoridade do governo recém instalado em Belém?

¹ Anais da Assembléia Constituinte, sessões de 15 a 18 de fevereiro de 1823. Documentação presente, em versão digital, no site http://imagem.camara.gov.br/constituinte_principal.asp



No período colonial o Rio Negro possuía, durante muito tempo, administração própria, ainda que subordinada à do Grão-Pará.² E a região, elevada à categoria de província por decreto de 18 de abril de 1821, elegeu para representá-la, nas Cortes de Lisboa, ao deputado José Cavalcante de Albuquerque e a seu suplente, João Lopes da Cruz.³ Era, portanto, uma unidade administrativa autônoma quando as elites americanas decidiram pelo rompimento com Portugal, em 1822. Fato confirmado, na visão das elites do Rio Negro, pela Carta Constitucional outorgada que determinava, em seu artigo segundo, que o novo Império brasileiro seria dividido em províncias, “*na forma em que atualmente se acha*”. Mas ainda em 1824 essa perspectiva seria profundamente alterada.

Um decreto imperial, promulgado com o objetivo de definir a representação política das diversas províncias no novo regime, datado de 26 de março de 1824, indicava o número de deputados que cada uma das unidades administrativas do Império deveria eleger para representá-las no Poder Legislativo central. Contrariando as expectativas, o Rio Negro não foi citado neste documento, e tampouco recebeu a nomeação do presidente que seria responsável por sua administração. Permaneceu, assim, sob a autoridade de uma Junta Governativa Provisória, criada no ato de adesão à independência, em 9 de novembro de 1823. Estabeleceu-se, deste modo, uma situação de completa indefinição. O historiador Anísio Jobim buscou explicar este fato pela interceptação, em Belém, de toda a correspondência enviada do Rio de Janeiro para aquela região. Desta forma, segundo este autor, não foi possível ao Rio Negro enviar representantes à Corte, quando da formação da Assembleia Constituinte, ficando seus habitantes privados de terem “mandatários que defendessem os seus direitos”.⁴ Correta ou não, o fato é que essa interpretação combina bem com o sentimento com relação a Belém que tomou as elites do Rio Negro, a partir de então. Os paraenses passaram a ser apontados como os causadores de todas as desgraças da região, ao tentar retomar sob sua jurisdição uma região que já se encontrava legalmente emancipada. Mas mesmo esse caráter legal seria, brevemente, alterado.

Em 1825, o ouvidor da vila da Barra, Nunes Ferreira Ramos, interpretou a não nomeação de um presidente para o Rio Negro como uma prova de que a região estava

² REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. Manaus. Oficinas Typographicas e Arthur Reis. 1931, pp. 107-110

³ *Idem*, pp. 145-146

⁴ JOBIM, Anísio. *O Amazonas, sua história (ensaio antropogeográfico e político)*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1957, p. 140



rebaixada à categoria de comarca do Grão-Pará, o que anulava a autoridade de Junta Governativa e o tornava a voz máxima em toda a região. Esta atitude gerou vários conflitos, forçando o presidente do Grão-Pará, José Félix Pereira de Burgos, a dissolver a Junta Governativa e transferir a Câmara Municipal de Barcelos, antiga capital do Rio Negro, para a Barra, onde deveria assumir função governativa. Estas decisões seriam prontamente aprovadas pelo governo imperial ainda em 1825, e oficializadas em 1833, através da aplicação do Código do Processo Criminal - que alterou a denominação da antiga capitania para Comarca do Alto Amazonas.⁵

O rebaixamento do Rio Negro ao *status* jurídico-administrativo de comarca da província do Grão-Pará deu ensejo a que logo na primeira sessão da Câmara dos Deputados, ocorrida em 1826, fosse apresentado um projeto que tinha como objetivo devolver à região sua autonomia perdida. O autor foi Romualdo Antônio de Seixas, futuro arcebispo da Bahia – cargo mais importante da Igreja Católica no país – e uma das figuras políticas mais importantes do período. Assim, se um dos primeiros temas debatidos na primeira Assembleia Constituinte brasileira foi o pertencimento ou não do Grão-Pará ao conjunto territorial do Império brasileiro, um dos primeiros projetos apresentado ao recém criado Parlamento imperial versava sobre a emancipação de uma região que já se entendia pertencente ao território paraense. Apesar de adiado indefinidamente em 1828, o projeto de dom Romualdo já prenunciava um tema que voltaria ao primeiro plano em outras oportunidades, ao longo da primeira metade do século XIX.

Mas não é somente a permanência de debates sobre a divisão territorial do Pará que chama a atenção, quando analisamos a História política do Brasil independente desde seu início até agora. Os argumentos, contrários e favoráveis à emancipação do Rio Negro – que viria a se tornar, em 1850, a província do Amazonas – também são muito parecidos com os temas abordados em todos os debates realizados durante a campanha para o plebiscito de 2011. Lá, como agora, argumentos de que o governo estava muito distante das áreas que se pretendia emancipar e se mostrava ineficaz para compreender e atender às necessidades de sua população, estiveram presentes durante todas as fases do processo decisório. Da mesma forma, acusações de que a medida tinha fins eleitorais, de que a criação da nova província estava sendo defendida apenas por

⁵ MEDEIROS, Vera B. Alarcón. *Incompreensível colosso – A Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Geografia e História da Universidade de Barcelona. 2006, pp. 262-263.



pessoas interessadas em transformá-la em fonte de empregos para seus familiares e aliados políticos, e de que o Tesouro Geral não teria como arcar com a criação de uma nova unidade administrativa em uma região que não teria como se manter financeiramente, permearam todos os discursos dos que se opuseram, desde o primeiro momento, à divisão do Grão-Pará. E, como não poderia deixar de ser, há mais de um século e meio, como agora, a questão agrária não saiu da mente daqueles que se propuseram a debater a emancipação da então comarca do Alto Amazonas.

De fato, de todas as propostas de criação de novas províncias apresentadas durante a primeira metade do século XIX, apenas esta possuiu explicitamente, entre seus dispositivos, medidas concernentes ao tema. Mas não foi o projeto apresentado por dom Romualdo Seixas, em 1826, o responsável por levantar a questão, mas sim um segundo, apresentado em 1839, quando já havia ficado claro que a discussão da proposta original não seria mais retomada. Seu proponente foi o deputado paraense João Cândido de Deus e Silva, bacharel em Direito e representante de sua província natal no Parlamento em três legislaturas (1826-1829, como suplente; 1830-1833, como titular; e 1839-1841, novamente como suplente). Entre os artigos comuns neste tipo de documento, como os que determinavam os limites geográficos da nova província, sua capital, sua representação no Parlamento e a quantidade de membros da Assembleia Provincial, Deus e Silva propôs, nos artigos 6 e 7:

“Art. 6º. Os presidentes do Rio Negro e do Pará ficam autorizados a conceder, por sesmarias, terras devolutas, somente na Guyana respectiva a cada província, aos moradores delas ou aos que para o futuro forem nela residir. Essas sesmarias serão de meia légua, uma légua e duas em quadra, segundo os meios que tiverem para a cultura os que as pedirem.

*Art. 7º. Ficam por 20 anos estas sesmarias isentas de pensão alguma, e só passado este prazo pagarão módico foro, arbitrado pela assembleia da província, para os cofres provinciais; não podendo em tempo algum serem alienados os terrenos sem licença do governo da província, pago o respectivo laudêmio, sob pena de comisso”.*⁶

⁶ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 31 de agosto de 1839, p. 851. Documento presente em versão digital no site www.camara.gov.br



O objetivo destes dispositivos era garantir aos governos provinciais do Pará e da proposta província do Rio Negro os meios legais necessários para incentivar a ocupação das regiões fronteiriças às colônias inglesa e francesa, duas potências que possuíam sérios litígios com o Império em torno da demarcação dos seus limites territoriais. A doação de terras devolutas permitiria, assim, que súditos do imperador habitassem uma área que, desocupada, daria ensejo a que franceses e ingleses a buscassem obter através da colonização realizada por seus próprios concidadãos. Em um momento no qual os limites internacionais eram traçados, na maior parte dos casos, atendendo ao princípio do *uti possidetis* (segundo o qual deveria ficar com as áreas em litígio o país que primeiro as houvesse ocupado), a ocupação demográfica das regiões de fronteira adquiriria uma importância central como estratégia para garantir uma posição favorável nas negociações com os países vizinhos.

Todavia, se essas foram as razões que moveram Deus e Silva na redação de seu projeto, em 1839, outras eram as ideias que moveriam a atuação dos deputados que o debateram. A colonização não somente dos territórios de fronteira, mas de todo o Império, foi um objetivo ardentemente defendido e perseguido durante todo o século XIX, por praticamente todos os políticos que ocuparam o poder ou que se ocuparam dele em seus discursos. O que desagradou aos deputados, entretanto, foi a forma como a questão era abordada, no caso específico do extremo norte do país.

Bernardo de Souza Franco, por exemplo, na primeira vez em que se referiu ao projeto, em 1840, defendeu que os dois artigos eram insuficientes para garantir a consecução do objetivo que todos desejavam. Para ele, a criação de uma nova província no norte do país, desacompanhada de medidas que beneficiassem a colonização da região, acabaria provocando uma dispersão da já pouco densa população local. Isso ocorreria pelo surgimento de um novo pólo político e econômico, que faria com que populações residentes em pequenas povoações do interior se deslocassem para o novo centro de poder. A baixa concentração da população amazônica seria, segundo o deputado, a principal causa de seus males:

“Porém a que deverá o Pará, rico de um futuro imenso, incompreensível colosso, que por si só fará um grande império, o seu atraso atual? Á dispersão dos seus habitantes, á extensão do seu terreno, e é essa dispersão que eu sempre



*combateria, e que como que vejo promovida neste projeto que seria outra coisa se viesse acompanhado de uma boa lei de colonização.*⁷

Não bastava para Souza Franco, portanto, os dois artigos do projeto que previam a doação de terras devolutas na região amazônica. O que ele desejava era a adoção de políticas mais efetivas de incentivo à colonização. O representante paraense teria de esperar vários anos para ver esse desejo realizado, e outros tantos para ver uma grande afluência de imigrantes para as terras amazônicas.⁸

Rapidamente debatido em 1840, o projeto só seria reconsiderado de forma mais aprofundada em 1843, quando não apenas o contexto amazônico pós-Cabanagem já havia se alterado substancialmente, mas também a realidade política do Império estava bastante modificada. D. Pedro II já era, então, imperador, apesar dos seus poucos dezessete anos de idade – ele havia sido erguido ao Trono aos quatorze, em 1840. As revoltas liberais de 1842, em São Paulo e Minas Gerais, haviam enfraquecido terrivelmente este partido político, e o Parlamento, dissolvido na ocasião, era ocupado agora por uma virtual unanimidade de deputados conservadores. Parlamentares estes que teriam de debater, na sessão que se iniciava, o que seria feito com os revoltosos de um ano antes, e se deveria ou não ser aprovada a criação de uma nova província no sul do país, no território então ocupado pela comarca paulista de Curitiba. Não menos importante, começariam a analisar um projeto que previa uma mudança radical na estrutura fundiária brasileira, através da regulamentação da posse da terra no país.

De fato, os primeiros artigos do projeto de Deus e Silva não geraram maiores polêmicas na Câmara dos Deputados. Eles foram rapidamente debatidos e votados, sem que discursos mais inflamados perturbassem o ânimo dos que ocupavam as cadeiras do plenário. Realidade que foi radicalmente alterada quando entrou em debate o sexto artigo. Ao contrário dos anteriores, o dispositivo que previa a doação de terras devolutas gerou discursos inflamados, ainda que não houvesse maiores polêmicas quanto ao seu conteúdo. Apesar da paixão com que foi tratado pelos envolvidos no debate, que faria pensar que estava ocorrendo uma dura disputa de ideias entre defensores e opositores de uma proposta de tão grande importância, ele foi unanimemente combatido pelos parlamentares que subiram à tribuna. Por razões as mais variadas, o artigo era encarado

⁷ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 11 de maio de 1840, p. 245

⁸ O afluxo de imigrantes para a Amazônia receberia grande incremento apenas a partir da década de 1850, com o aumento da extração de seringa conhecida na historiografia como o “boom da borracha”.



como maléfico aos interesses do país, e essa foi a causa da subida de tom quando se começou a debater suas determinações. De forma indireta, o que estava sendo debatido aqui era a organização fundiária de todo o Império, e não somente um artigo redigido para versar sobre duas províncias da região amazônica.

O deputado cearense Francisco de Souza Martins, assim, prendeu-se a uma questão jurídica para fundamentar sua posição. O artigo não poderia ser aprovado, unicamente porque o governo imperial já estaria autorizado a conceder sesmarias no território brasileiro. Neste sentido, o dispositivo apresentado era inútil, e devia ser suprimido do projeto.⁹ O mineiro Francisco de Paula Cândido, por sua vez, conferiu um caráter diferente à sua argumentação. Para ele a questão era muito mais grave, e colocava os deputados em um dilema que deveria ser resolvido a qualquer custo. Se fossem concedidas sesmarias da forma prevista no artigo, sem restrição alguma, os “poderosos ou ricos” lançariam mão de todos os terrenos disponíveis, e quem quisesse aproveitá-los acabaria tendo de comprá-los a estes homens. Por outro lado, a não concessão de terras desanimaria quem quisesse e tivesse força para cultivá-las, pois para fazê-lo era requerida a posse sobre elas. Criava-se, portanto, uma situação que colocava em risco os objetivos perseguidos com a criação da província do Amazonas. E dava margem a que aproveitadores se valessem dela para lucrar em cima do Estado. Neste ponto do discurso, Paula Cândido – um médico – lançou uma crítica feroz aos magistrados - muitos dos quais presentes na Assembléia. Para ele, os melhores advogados eram justamente aqueles que mascaravam a verdade, e o artigo, tal qual estava redigido, favorecia a sua atuação.

“Votarei portanto por uma medida, por qualquer emenda que apareça, determinando com certas cláusulas as concessões de sesmarias; se porém não aparecer medida alguma, eu não sei o que possa fazer, porque votar pelo artigo é cair em o grande inconveniente de entregar as terras aos poderosos e aos empenhos; votando contra, ficamos sem medida, e com os embaraços que apontei da lei vigente. Tratemos de evitar os abusos das concessões de sesmarias, animemos os agricultores, e se pudermos, de envolta, demos cabo dos malditos empenhos, essa potência oculta, pernicioso, feia, eminentemente avessa ao justo, que nos persegue, enfeita a incapacidade, derrota o mérito, e em tudo mexe.”¹⁰

⁹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 24 de maio de 1843, p. 354

¹⁰ *Idem*, pp. 354-355



Bernardo de Souza Franco também se mostrou contrário ao artigo, embora fosse favorável ao projeto de emancipação do Rio Negro. A concessão de sesmarias realmente favorecia os mais poderosos, que tomavam posse das terras e as não cultivavam. Ademais, esse sistema de incentivo à colonização provocava resultados tão devastadores e tão bem conhecidos, que era impossível continuar a adotá-lo vantajosamente. Quanto à falta de um bom sistema de colonização e distribuição de terras, apontado por Paula Cândido como um motivo para retirar seu apoio à criação da província do Amazonas, era um problema que existia, em maior ou menor grau, em todas as localidades do Império. Não caberia, portanto, a um projeto específico como o que estava em debate, resolver esta questão. Afinal de contas, mesmo na Corte ainda se utilizavam métodos antiquados para incentivar o povoamento:

“(...) custaria a crer, se não fosse um fato verificado, que na província do Rio de Janeiro, centro de luzes, ainda se lança mão deste meio de distribuir gratuitamente terrenos, meios que os resultados e os novos princípios de colonização tem totalmente desacreditado.”¹¹

Para acalmar Paula Cândido e convencê-lo a continuar votando a favor da proposta de Deus e Silva, o deputado paraense revelou que já estava em debate, no Conselho de Estado, um projeto de colonização e distribuição de terras extensível a todo o país, e não apenas a uma região em particular. Este documento contava com o apoio de um senador “que tem vasta capacidade para primar em todas as matérias a que se aplica e suficiente influência para fazer adotar suas idéias”, razão pela qual era razoável esperar que fosse apresentado para o debate com grande rapidez.

Esta notícia satisfez ao deputado por Minas Gerais. Convencido a votar contra o sexto artigo - o que significava deixar a nova província, como as demais, na contingência da aprovação do projeto em debate no Conselho de Estado -, Paula Cândido não deixou de propor medidas que tornassem menos difíceis as condições dos sesmeiros que se estabelecessem nas regiões mais distantes do país:

“A nação devia ficar muito obrigada a quem fosse cultivar esses terrenos dando-lhes de graça, e creio mesmo que se devam aliviar as concessões de sesmarias de certos ônus, ficando os produtos de tais sesmarias novamente

¹¹ *Idem*, p. 356



cultivadas isentos dos direitos de exportação, e isentando aqueles cultivadores do recrutamento, o que muito animaria a agricultura, porque naqueles lugares ermos não há homem que esteja em circunstâncias de ser soldado que escape de ser recrutado.”¹²

Ao final dos debates, o sexto artigo do projeto apresentado em 1839 foi suprimido, juntamente com o sétimo, que versava sobre o mesmo assunto. Prevaleceu, assim, a posição dos deputados que defendiam que um tema com tamanha abrangência deveria ser debatido de forma isolada, e não conjuntamente a uma proposta que versava sobre assunto diferente.

O que estava em jogo aqui era mais do que o desenvolvimento da agricultura da nova província do Amazonas. Envolveria, além disso, a adoção de estratégias destinadas a colonizar, povoar, e desenvolver as áreas mais remotas do país, entre as quais a da nova unidade administrativa. A doação de sesmarias, prática herdada do período colonial, foi unanimemente rejeitada como solução viável para o Império. Mas qual seria, então, a política a ser adotada com relação ao tema? Os parlamentares não sabiam, ainda, responder a esta questão crucial.

Na verdade, esta era uma discussão que não dizia respeito apenas ao Amazonas. O problema da doação de terras pelo Estado e a forma como estas seriam apropriadas era uma questão mais geral, que preocupava a elite política do país. Em junho de 1843, logo após os debates sobre o projeto de emancipação do Rio Negro, entraria na ordem do dia da Câmara dos Deputados um projeto que versava exatamente sobre este assunto, e que acabaria dando origem à Lei de Terras de 1850. Tratava-se, nas palavras da historiadora Lígia Osório Silva, de uma “versão ligeiramente modificada da proposta do Conselho de Estado”, apresentada pouco antes e citada pelo deputado Souza Franco. Mais uma vez, como acontecera no primeiro debate sobre a criação da província, a discussão antecipava um tema geral fundamental para a organização do Império - neste caso, a regulamentação da propriedade da terra. Isto demonstra a centralidade, pouco notada pela historiografia, que o tema da divisão administrativa do território tinha no debate legislativo. Centralidade não só pela sua importância em si mesma, uma vez que significava reorganizar a representação política, mas também porque tocava em temas que envolviam problemas gerais na organização do Estado e da nação brasileiros.

¹² *Idem*, p. 357



O conteúdo do projeto de Lei de Terras, ainda na análise de Silva, pode ser dividido em três partes. Na primeira estava contemplada a questão da regularização da propriedade territorial. Segundo estes dispositivos, as sesmarias cujos concessionários não tivessem cumprido com as obrigações da doação – isto é, sesmarias *em comisso* –, poderiam ser revalidadas pelo governo. Da mesma forma, seriam legalizadas as posses de mais de um ano e um dia que não ultrapassassem meia légua quadrada, nos casos de terrenos de cultura, e duas léguas, no caso dos campos de criação. Caberia aos proprietários medir e demarcar suas terras, devendo registrá-las em um prazo de seis meses. Caso as terras não fossem registradas em seis anos – durante os quais os proprietários estariam sujeitos a multas –, as terras seriam incorporadas ao patrimônio do Estado como terras devolutas.

A segunda parte da proposta tratava das atribuições do Estado com relação à questão fundiária. Ficava determinada a criação de um imposto territorial de quatro mil réis por légua quadrada, que deveria ser cobrado independentemente de o terreno ser cultivado ou não, e de uma taxa para revalidação das sesmarias e legitimação das posses, no valor de trinta e seis mil réis por légua quadrada. O governo central poderia, ainda, levantar fundos através da venda das terras devolutas, ao mesmo tempo em que ficava obrigado a reservar terras para a colonização indígena e para a construção naval. Ficava proibida a concessão de novas sesmarias, mas a concessão gratuita de terras em uma faixa de trinta léguas das fronteiras foi permitida.

Finalmente, na terceira parte do projeto, ficava determinado que os recursos arrecadados com a venda de terras devolutas, bem como com o recebimento dos impostos sobre a propriedade fundiária e sua legalização, deveriam ser utilizados para financiar a importação de “colonos livres”. No caso de estes colonos viajarem com as despesas pagas pelo governo, ficavam proibidos de comprar ou arrendar terras antes do prazo de três anos de permanência no país, a menos que indenizassem o poder público pelos gastos feitos com o traslado. Assim, segundo Ligia Osório, o projeto de Lei de Terras tinha dois objetivos, além do usualmente apontado pela historiografia - que é o de transformar a terra em mercadoria. Em primeiro lugar ele pretendia definir o patrimônio público, na medida em que as terras devolutas se tornavam propriedade do Estado. Em segundo lugar, visava a financiar a importação de trabalhadores para a agricultura no contexto de iminência do fim do tráfico negreiro, sendo que estes



trabalhadores seriam obrigados a empregar-se nas fazendas, uma vez que o projeto lhes vedava a aquisição de terras.

Os pontos que mais causaram polêmica, ainda segundo Silva, foram os referentes à demarcação e medição das terras, bem como os que limitavam a extensão dos lotes a serem legalizados pelo governo. Como boa parte do plenário se opôs decididamente a estas medidas, elas acabaram sendo alteradas de uma forma nada sutil. Ficou estabelecido que as posses com mais de vinte anos – anteriores, portanto, a 1822 – poderiam ser legitimadas sem restrições. Da mesma forma, os impostos sobre estas propriedades também foram diminuídos em decorrência da oposição parlamentar. Passaram dos quatro mil réis por légua quadrada propostos – a idéia inicial era que montassem a doze mil réis por légua quadrada – para apenas mil réis por légua quadrada. Prevalencia neste caso, portanto, os interesses pessoais dos proprietários rurais representados no Parlamento. Isto apesar de o ministro da marinha, José Joaquim Rodrigues Torres, porta-voz do gabinete saquarema, pedir providências em contrário. Segundo o ministro, o “encarecimento da terra” tinha como objetivo principal impedir que trabalhadores estrangeiros adquirissem propriedades rurais, ao mesmo tempo em que visava arrecadar fundos para a importação destes colonos, e acabar com as “contestações de terra”. O projeto foi aprovado na Câmara, com seu conteúdo profundamente alterado, mas teve que esperar, assim como ocorreria com o projeto de emancipação do Rio Negro, sete anos antes de entrar na consideração dos membros do Senado, em 1850.¹³

Na década de 1840, como agora, era impossível separar a questão da organização administrativa da região amazônica com a regulamentação fundiária. O que chama a atenção, entretanto, não é o fato de que essa relação continue existindo depois de tanto tempo, afinal ela é uma parte importante da realidade no norte do país. Mas, sim, que os termos em que ela se dá continuem basicamente os mesmos, ainda que modificados os objetivos perseguidos. Se no século XIX o desejo era ocupar e explorar economicamente uma região imensa, riquíssima e “mal aproveitada” pelo governo imperial, agora o problema é ambiental, com a necessidade urgente de frear um desmatamento que atinge cifras cada vez mais alarmantes. Em ambos os momentos, a baixa presença do poder público foi o problema a ser remediado, e em ambos os casos a solução proposta foi a criação de um novo centro de poder, com todo seu aparato

¹³ SILVA, Lúcia Osório, *Terras devolutas e latifúndio*, São Paulo, Ed. Unicamp, 1996, pp. 97-99 e 110.



administrativo e burocrático, supostamente mais próximo das áreas a serem melhor atendidas. A permanência do problema indica que a criação do Amazonas, em 1850, não foi capaz de concretizar a solução prometida. Se promoveu o desenvolvimento da região em termos econômicos, políticos e até mesmo sociais, foi insuficiente para resolver os seus profundos problemas agrários. Será correto, assim, propor a repetição dessa mesma medida, no Brasil do século XXI, para sanar uma dificuldade que ela não foi capaz de resolver no Brasil do século XIX?

Creio que este é um debate que, se ainda está longe de encerrar a questão – afinal ainda existem vários outros fatores que devem ser considerados quando analisamos propostas de reforma da divisão administrativa interna do país – ainda assim é fundamental para avançarmos algumas questões que, infelizmente, me parecem que foram muito pouco analisadas até o momento. E que poderiam nos ajudar bastante a formar uma melhor visão de conjunto dos problemas decorrentes da nossa atual organização administrativa.

FONTES

- Anais da Câmara dos Deputados, presentes em versão digital no site www.camara.gov.br

BIBLIOGRAFIA

- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo. Globo. 2005;
- CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ. 1988;
- REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. Manaus. Oficinas Typographicas e Arthur Reis. 1931;
- JOBIM, Anísio. *O Amazonas, sua história (ensaio antropogeográfico e político)*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1957;



- MEDEIROS, Vera B. Alarcón. *Incompreensível colosso – A Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Geografia e História da Universidade de Barcelona. 2006;
- SILVA, Lígia Osório, *Terras devolutas e latifúndio*. São Paulo. Ed. Unicamp. 1996.



GT 11 - O Rural na história do Brasil

A FINAME Rural e o Novo Padrão de Financiamento no Governo Collor

Monica Piccolo ¹

¹ Dra. em História, Professora Adjunta do Departamento de História e Geografia, Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: monica.piccolo@uol.com.br

Resumo

Partindo do diagnóstico de gigantismo e de falência do Estado brasileiro, assim que toma posse em 1990, Fernando Collor põe em marcha um amplo processo de reformas que propunha promover a reestruturação competitiva da economia através de um programa que agregava Política Industrial, Comércio Exterior e Política Agrícola.

Em oposição à manutenção da proteção contra as importações, às reduções fiscais e subsídios – caracterizados então como impeditivos da pressão da concorrência sobre a produção local, estimuladores do precário aproveitamento das terras e do aprofundamento do processo de concentração fundiária -, o Governo Collor propôs uma reformulação da política agrícola com base nas regras de mercado através da implementação de um novo padrão de financiamento cujo cerne residiu na atuação de uma das subsidiárias do BNDES, a FINAME Rural.

Este estudo propõe-se a investigar as linhas de atuação dessa agência estatal, a FINAME RURAL, com o objetivo de lançar novas luzes sobre a política agrícola do governo Collor e mapear as classes ou frações de classe que conseguiram garantir a inscrição de seus interesses na ossatura material do Estado.

Palavras-Chave: Governo Collor, neoliberalismo, política agrícola



Qualquer estudo que se proponha investigar as origens dos problemas que hoje em dia se constituíram como crônicos nas democracias ocidentais - tais como os elevados índices de pobreza, desemprego, concentração de renda, concentração fundiária, baixa escolaridade ou até mesmo violência -, depara, imediatamente, com o embate que tem sido travado entre os defensores do chamado “Estado Minimalista” e aqueles que cobram do Estado sua atuação no sentido de minorar as mazelas da maioria da população.

As origens deste embate remontam ao lento, mas eficaz processo de construção de uma lógica discursiva que transformou o ideário neoliberal em instância única de manutenção da ordem e da prosperidade; mais ainda, como o caminho possível para a civilização. Fora de seus limites, estaria a barbárie. Ou, em outras e conhecidas palavras, estaria o “caminho para a servidão”.

O gradual processo de transformação do discurso neoliberal em hegemônico teve início na conjuntura pós Segunda Guerra Mundial. Tomando como alvo preferencial as políticas públicas implementadas nos Estados Unidos pelo Presidente democrata Delano Roosevelt – que ficaram conhecidas como *New Deal* - , um grupo de intelectuais (tendo em Hayek seu mais ilustre representante) reúne-se na chamada “Sociedade de Mont Pelerin” promovendo, a partir de então, a publicação de várias obras que apresentam uma ferrenha oposição ao *Welfare State* que tornou a “questão social” alvo das políticas sociais, internalizando-a na ordem econômica-social. Nesse novo formato do Estado de Bem Estar Social, a política estatal sustentava-se em dois princípios fundamentais: o pleno emprego e a igualdade, ou seja, os direitos sociais de cidadania.

Em que pese a solidez acadêmica dos membros da dita “Sociedade”, os escritos que dela foram fruto ficaram por quase três décadas circunscritos aos limites do mundo acadêmico. Tal quadro, entretanto, começa a ser alterado a partir da crise mundial do capitalismo em 1973 que jogou por terra a prosperidade da “Era de Ouro” (HOBBSAWM,1995). Desde então, o receituário neoliberal ganha espaço e invade com força total o mundo das políticas públicas. A atuação do movimento sindical, os elevados gastos sociais do Estado e as pressões por aumentos salariais são identificados como os grandes vilões responsáveis pela crise, uma vez que corroeram as bases de acumulação capitalista (ANDERSON, 1996, p.10). Identificadas as origens



da crise, suas soluções também foram rapidamente construídas: manutenção de um Estado forte apenas no que se refere a sua capacidade de quebrar a espinha dorsal do movimento sindical e de controlar os gastos públicos; contração da emissão monetária; elevação das taxas de juros, redução dos impostos sobre os rendimentos altos; fim do controle sobre os fluxos financeiros; elevadas taxas de desemprego como forma de manter um exército reserva de mão de obra barata e disponível a baixo custo; repressão às greves; construção de uma nova legislação sindical; programa de privatizações e, principalmente, redução dos gastos públicos. (ANDERSON, 1996, p.11)

Ao receituário neoliberal, respondem os adeptos de keynesianismo com a defesa dos altos salários, do pleno emprego e do Estado de Bem Estar Social, uma vez que tais estratégias criaram a demanda de consumo que alimentara a expansão anterior e que, portanto, bombear mais a demanda na economia era a solução (HOBSBAWM, 1995, p.399). A agenda propositiva neoliberal, entretanto, começa a ganhar contornos de política pública e de discurso hegemônico². Inicialmente no Chile de Pinochet (1973) e, posteriormente, na Inglaterra de Thatcher (1979), nos Estados Unidos de Ronald Reagan (1980) e na Alemanha de Kohl (1982). Nos demais países da América Latina, a introdução das reformas liberais data do final dos anos oitenta e início dos anos noventa (TORRE, 1996).

A nova configuração que as políticas públicas irão assumir deste então, toma como elementar ponto de referência as diretrizes elaboradas pelo economista John Williamson na reunião na cidade de Washington no ano de 1989, onde foram traçados os caminhos que os países da América Latina deveriam trilhar. Segundo o próprio economista, o grande consenso pode ser sistematizado em três planos: i) de ordem macroeconômica na qual é requerido um rigoroso esforço fiscal que passa por um programa de reformas administrativas, previdenciárias e fiscais, além de um corte violento nos gastos públicos; ii) de ordem microeconômica, que passa pela necessidade de desonerar fiscalmente o capital (desoneração fiscal, flexibilização dos mercados de trabalho, diminuição da carga social com os trabalhadores, diminuição dos salários) para que ele possa aumentar sua competitividade no mercado internacional, desregulado e aberto; iii) desmonte radical do modelo anterior (Estado interventor) (CREMONENSE, 2005).

² Um claro exemplo do prestígio que os defensores do neoliberalismo começam a desfrutar é fato de Hayke em 1974 e Friedman em 1976 terem sido premiados com o Prêmio Nobel de Economia, criado em 1969.



No Brasil, a crise de petróleo e o arrefecimento econômico mundial demonstraram as frágeis bases do “milagre” cuja crise caracterizou-se pelo endividamento e pela impossibilidade do estado em manter o ritmo do crescimento (MENDONÇA & FONTES, 2004, p.54). Assim, nos anos 80 e começo dos anos 90, a conjuntura brasileira constituiu-se em um fértil terreno para a pregação do ideário neoliberal. “Crise econômica, crise de legitimidade e movimentos de massa deram a tônica à chamada abertura” (MENDONÇA & FONTES, p. 99). Estavam desenhadas, então, as condições para que a agenda neoliberal apresentada fosse vista como a única solução para a crise. O processo de dilapidação do Estado brasileiro que teve início ainda durante a ditadura e prosseguiu sem interrupções no governo Sarney (OLIVEIRA, 1996, p.25), terá papel decisivo para a consolidação do caldo de cultura que irá compor o cenário perfeito para a penetração da ideologia neoliberal: o binômio hiperinflação/desqualificação da ação política e dos espaços públicos como agentes promotores do bem estar social. (NETTO, 1996, p.33).

Nesse sentido, o início dos anos noventa, no Brasil, foi profundamente marcado pelos embates em torno da consolidação do discurso e das práticas políticas que postulavam o ideário neoliberal como saída única para a então crise que o país atravessava. Em meio às disputas eleitorais de 1989, a agenda neoliberal assume papel de destaque e acaba por polarizar a sociedade brasileira. Temas como reforma do Estado, privatização, distribuição de renda, déficit público, pautaram as estratégias eleitorais.

Inserida neste contexto deu-se a eleição de Fernando Affonso Collor de Mello. Os embates entre um jovem político, carioca de nascimento e nordestino por área de atuação, candidato por uma frágil aliança partidária, cuja trajetória percorreu as fileiras da ARENA (Prefeito de Maceió nomeado em 1979), do PDS (eleito Deputado Federal em 1982), do PMDB (Governador de Alagoas eleito em 1986), até chegar à criação de um partido próprio, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN) – ex Partido da Juventude -, claro representante de nossa elite ilustrada, bem formada, cosmopolita e poliglota e, outro, Luís Inácio Lula da Silva, que alardeava sua origem de retirante nordestino, intimamente ligado às lutas operárias do ABC paulista, ao renascimento das liberdades políticas no final dos anos 70, à fundação de um partido político de massas, cuja precária formação acadêmica em nada o desqualificaria para assumir o



mais alto cargo da República, acabaram por cindir o Brasil em dois lados absolutamente antagônicos.

Durante dois meses, as estratégias políticas de Collor e Lula digladiaram-se na televisão e no rádio. Ao binômio moralização / modernidade do primeiro, o segundo contrapunha um discurso esquerdista que assustava a classe média e o empresariado. Neste momento, estava em jogo o modelo de Estado que a partir de então regularia as relações sociais no Brasil e cujo impacto pode ser sentido até os dias atuais. Depois de acirrada disputa no segundo turno (Collor e Lula estavam tecnicamente empatados às vésperas da eleição), Collor sagrou-se vencedor obtendo cerca de 35 milhões de votos, ou 42,75%, contra 31 milhões de Lula, ou 37,86%. Uma vitória e tanto para um político que, há menos de um ano, era conhecido apenas como o governador das paupérrimas Alagoas e herdeiro da poderosa organização Arnon de Mello.

Quando buscamos localizar nas medidas governamentais as idéias defendidas não só em seu discurso de posse, como nos artigos que publicou, quanto nos discursos que pronunciou, identifica-se rapidamente um processo de reformas que abarcou várias áreas. O governo de Fernando Collor implementou um pacote de medidas que se propunham a promover a reestruturação competitiva da economia através de um programa que agregava Política Industrial, Comércio Exterior e novas diretrizes da Política Agrícola.

Em oposição à manutenção da proteção contra as importações, às reduções fiscais e subsídios – caracterizados como impeditivos da pressão da concorrência sobre a produção local, estimuladores do precário aproveitamento das terras e do aprofundamento do processo de concentração fundiária -, o Governo Collor propôs uma reformulação da política agrícola com base nas regras de mercado, eliminando os subsídios à parcela moderna da agricultura brasileira com o objetivo de liberar recursos que viabilizassem o tratamento preferencial aos produtores rurais de baixa renda através da implementação de um novo padrão de financiamento da atividade agrícola cujo cerne reside na atuação de uma das subsidiárias do BNDES, a FINAME Rural.

As linhas-mestre do projeto de governo de Fernando Collor foram reunidas no documento “Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional”. Nele, o espaço maior não é concedido à questão agrária. Embora esteja incluída em uma das prioridades para a reconstrução nacional, à agricultura foi destinado um espaço muito menor, se



compararmos à importância conferida à defesa da reforma do Estado, ao resgate da dívida social ou às questões da cidadania e direitos fundamentais.

Na avaliação da agricultura brasileira até o momento de sua posse, Collor afirma que tem se desenvolvido sob o estímulo de forte intervenção estatal, tanto no que tange à regulamentação quanto, diretamente, na pesquisa, no financiamento, na aquisição de parte da produção, na criação de infra-estrutura viária, de armazenagem, eletrificação e irrigação. Em que pesem os resultados significativos quanto à produção e ao rendimento, estes já não atenderiam mais à realidade econômica atual uma vez que

(...) o forte intervencionismo estatal no setor gerou diversas distorções ao promover uma intensa modernização dos segmentos tipicamente exportadores em detrimento daqueles voltados para o cultivo de alimentos básicos, ao aprofundar o processo de concentração fundiária, e ao agravar as disparidades regionais e o desequilíbrio do mercado de trabalho rural. (COLLOR,1991,p. 43)

A solução apresentada por Collor para alterar descrito, foi chamada de “processo de verticalização produtiva” que levaria a uma crescente integração inter-setorial e à elevação da produtividade e da competitividade. Em consonância com o modelo de Estado defendido pelo social-liberalismo, a atuação do Estado no setor agrícola também deveria ser progressivamente reduzida, abrindo espaço para a maior atuação da iniciativa privada tanto no financiamento quanto na comercialização dos produtos agrícolas. Assim, caberia ao Estado,

(...) tarefas fundamentais de assegurar a estabilidade do sistema econômico, garantir o melhor funcionamento dos mercados e definir regras claras de atuação, que estabeleçam um ambiente favorável às decisões de produzir e investir. Deverá manter também as funções que envolvem geração e difusão de tecnologia – estas em colaboração com o setor privado e com os estados e municípios -, além das tarefas de inspeção e fiscalização. Caberá ao Estado a administração da política de estoques reguladores e estratégicos, visando evitar a concorrência de oscilações muito acentuadas nos preços dos produtos essenciais e garantir a oferta de alimentos para a população. (Idem, p. 44)



No balanço das atividades que o governo realizou no ano de 1990, constam do documento aqui trabalhado uma série de medidas já realizadas que desoneraram a União de encargos e subsídios, estimularam o funcionamento dos mercados regionais e reverteram os processos de cartelização. Dentre várias medidas, destacam-se: a regionalização dos preços mínimos; a liberalização do comércio exterior de insumos, máquinas e equipamentos; a desregulamentação do mercado de trigo

Em que pesem a importância que tais medidas tiveram, de acordo com o programa de governo de Collor, o eixo fundamental de inovação de sua política agrícola reside na opção por sua organização nas regras de mercado, com como na eliminação de subsídios à parcela moderna da agricultura brasileira, o que permitirá a liberação de recursos que viabilizarão o tratamento preferencial aos produtores rurais de baixa renda. Esta ação preferencial se materializará na reformulação e integração das atuais políticas e programas de apoio ao pequeno produtor. Neste sentido,

Os principais desafios a serem enfrentados pela política agrícola nos próximos anos são a criação de condições para garantia do abastecimento alimentar da população e a consolidação de um novo padrão de financiamento da atividade rural. (Idem, ibidem, p. 44)

O projeto aqui apresentado propõe-se a promover a expansão da produção de alimentos como forma de garantir ganhos de produtividade obtidos com a modernização produtiva da economia que irão traduzir-se em salários mais elevados, já que implicarão maior demanda por bens de consumo básico.

(...) as atividades de geração e difusão de tecnologia devem conferir prioridade aos produtos alimentares. Além disso, devem ser adotadas outras medidas que propiciem o aumento da rentabilidade dessas culturas, bem como priorizados projetos de investimento na área de alimentos. (Idem, ibidem, p. 45)

O eixo desse novo padrão de financiamento da atividade agrícola deve caracterizar-se pela menor participação do Estado, sobretudo no fornecimento de recursos para custeio, de forma a que se possibilite o maior aporte de recursos públicos para o investimento agrícola. Duas novas estratégias possibilitariam o sucesso desse novo padrão de financiamento: a FINAME RURAL e uma nova linha de financiamento de projetos agrícolas.



As fontes de crédito de investimento deverão ser fortalecidas e seu alcance ampliado, a exemplo do FUNAME RURAL que dispõe hoje de maior volume de recursos e passou a atender pessoas físicas. O recente conjunto de medidas econômicas criou também uma nova linha de financiamento de projetos agrícolas. Trata-se dos fundos de aplicação financeiras que, quando administrados por instituições autorizadas a operar com poupança rural, poderão destinar 50% dos recursos captados em títulos de desenvolvimento econômico a projetos de investimento na agricultura. É importante frisar que a alocação dos recursos públicos para investimento atenderá a novos critérios, que garantam maior eficiência, aumento de produtividade e uso adequado dos recursos naturais. (Idem, ibidem, p. 46)

Outro instrumento proposto neste documento para viabilização de um novo padrão de financiamento, é a criação de um banco privado de crédito rural cooperativo, cuja criação é justificada como meio de promover aos agentes privados suas necessidades de créditos, reduzindo sua dependência em relação aos recursos oficiais. Ao mesmo tempo, o governo se encarregará de rever as normas de atuação das cooperativas de crédito, além de buscar fontes alternativas de financiamento no desenvolvimento dos mercados futuros uma vez que tal iniciativa

(...) deverá induzir um planejamento e financiamento mais eficientes da produção ao explicitar expectativas dos agentes destes mercados e implicar o envolvimento de maior número de participantes na determinação dos preços futuros de mercadorias. Ademais, por reduzir a exposição ao risco, possibilita ao setor financeiro incrementar seus empréstimos, a juros mais baixos, aos agricultores cuja produção esteja coberta nestes mercados. (Idem, ibidem, p. 46)

Os instrumentos que utilizados pelo governo para alcançar tais objetivos serão a implementação das ações e execução de programas que busquem a modernização de mercados agrícolas, a criação do sistema de warrant e o aperfeiçoamento do sistema de informações. No entanto, até que esse novo padrão de financiamento esteja



consolidado, será utilizado e aperfeiçoado o sistema de acompanhamento e avaliação da aplicação dos recursos para o crédito rural. Dessa forma.

(...) em que pese a redução do valor real destinado à atividade, bem como a maior participação de recursos de fontes privadas, poder-se-á priorizar o direcionamento dos recursos de crédito de custeio, além de evitar os desvios e irregularidades, sobretudo quanto à clientela atendida. Tal sistema garantirá a manutenção da prioridade ao atendimento dos produtores de alimentos básicos e pequenos produtores. (Idem, ibidem, p. 47)

Além de um novo padrão de financiamento, outros tópicos referentes à reestruturação da política agrícola do governo Collor também estão contemplados no projeto de reconstrução nacional, sob a perspectiva deste novo modelo de Estado do social liberalismo. O primeiro deles, refere-se à atuação na área de armazenagem. Partindo do diagnóstico de que a intervenção governamental nos anos oitenta teria desestimulado a estocagem privada e estatizado o sistema de comercialização agrícola do país, as novas orientações do governo Collor passam pelo discurso em defesa da racionalização do gasto público como condição para o desenvolvimento dos mercados futuros.

(...) Este processo [dos anos 80] será revertido pela privatização do sistema de armazenagem, pelo respeito às regras de comercialização recentemente revistas e pela venda de estoques públicos através de leilões nas bolsas de mercadorias ou mediante concorrência pública. Será ainda ampliado o credenciamento de entidades privadas no sistema de classificação e padronização dos produtos e implementadas outras medidas necessárias à redução dos custos do sistema de comercialização. (Idem, ibidem, p. 46)

Como elemento garantidor de tais alterações, é destacado no documento aqui objeto de análise, a revisão da estrutura tributária. A operação de mercados é assim caracterizada como tendo na existência de alíquotas diferenciadas de ICMS entre os estados e sua incidência sobre as mercadorias depositadas seus principais obstáculos. Além disso,



(...) a incidência, em cascata, de impostos indiretos sobre bens de capital, insumos e bens finais produzidos pelo setor agrícola retarda o seu desenvolvimento e encarece os principais itens componentes da cesta básica. Esse esforço de revisão não pode ser realizado sem o apoio e participação das Secretarias Estaduais de Fazenda, já que vários dos impostos referidos são de competência dos Estados. (Idem, ibidem, p. 48)

A proposta do Governo Collor para a modernização produtiva, para o desenvolvimento agrícola, não se restringe às questões de novos padrões de financiamento. Passa, também, pela adequação da mão-de-obra envolvida no processo. Para tanto,

(...) o Governo deverá participar diretamente e estimular iniciativas das demais esferas de governo e do setor privado, com vistas à realização de programas de capacitação técnica e ampliação da abrangência do ensino no setor rural. (Idem, ibidem, p. 48)

Para completar os pilares do projeto para o setor agrícola apresentado pelo Governo Collor, três pontos ainda são contemplados: o seguro agrícola, a pesquisa agrícola e o Sistema de Defesa Agropecuária.

Assim como em relação aos pontos anteriormente abordados, também no que se refere ao seguro agrícola tanto o diagnóstico da situação do quadro brasileiro de então também é negativo quanto também é feita a defesa de retirada do Estado de tal setor. É proposta, então, a criação de um grupo de trabalho para a reformulação do Programa de Garantia da Atividade Agrícola – PROAGRO. Nada mais, entretanto, é proposto de mais concreto em relação às possíveis alterações no seguro agrícola brasileiro. O mesmo pode ser dito em relação à pesquisa agrícola. Há somente uma defesa da necessidade, mais uma vez, de reformulação do papel do Estado que venha a permitir uma maior atenção ao Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária, com maior participação das universidades e empresas privadas, com ênfase especial aos projetos envolvendo alimentos básicos e aos sistemas integrados associados aos pequenos produtores.

No que tange ao Sistema de Defesa Agropecuária, também não há no projeto de Governo de Collor nenhuma medida concreta para sua reformulação. Apenas é apontada a necessidade de maior articulação com as Secretarias Estaduais de Agricultura para que possa ser revigorado e promover assim maior eficiência ao



sistema produtivo, melhor qualidade e sanidade dos rebanhos, contorno às barreiras às exportações, bom como possibilitar ação mais consistente no controle dos impactos sobre o meio ambiente.

A partir da apresentação deste projeto para a atividade agrícola, este estudo propõe, a partir de agora, analisar a atuação da FINAME, subsidiária do BNDES, no que se refere aos investimentos governamentais no setor agrícola – tendo sempre presente a necessidade de estabelecer patamares de comparação entre as propostas presentes no programa de governo “ Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional” e o relatório de atividades de BNDES de 1991 e de 1992.

Segundo o relatório de atividades do BNDES de 1991, a economia brasileira vivenciou ao longo do ano um profundo contraste entre o começo da adoção de reformas estruturais – caracterizadas como necessárias à criação de condições para a retomada do crescimento – e a persistência do fenômeno da alta inflação que caracterizou os anos 80 e que o país ainda não conseguiu superar.

No setor da agricultura e da agroindústria, a grande maioria dos projetos apoiados pelo sistema BNDES teve como finalidade,

(...) a implantação ou a expansão de unidades produtivas, ampliando a utilização de tecnologias modernas de campo com o objetivo de proporcionar incrementos de produtividade e de competitividade das empresas agrícolas e/ou agroindústrias.
(BNDES,1991,p. 30)

A partir da análise do Relatório de Atividades do ano de 1991 (publicado em 31 de dezembro), segundo os ramos de atividade, os desembolsos acompanham o comportamento das aprovações, com supremacia absoluta da indústria de transformação. De um montante de Cr\$ 2,7 trilhões desembolsados em 1991, Cr\$ 1,8 trilhão, ou seja, 66% do total, foram investidos na indústria. O setor de serviços recebeu Cr\$ 687 bilhões, representando 25% dos desembolsos. A participação dos ramos da agropecuária e da extração de minerais foi pouco expressiva: 7 a 1%, respectivamente.



Desembolso Segundo os Ramos de Atividade

Cr\$ milhões constantes

Ramos de Atividade	1987		1988		1989		1990		1991	
	Valor	%								
Extração de Minerais	217.804	4	89.510	2	64.570	2	36.051	1	23.842	1
Agropecuária	75.738	1	95.962	2	99.436	3	92.544	4	195.346	7
Indústria de Transformação	3.036.142	51	3.061.489	61	1.972.571	64	1.791.759	74	1.790.100	66
Serviços	2.459.971	41	1.586.872	32	880.374	29	498.645	21	687.648	25
Outros	157.175	3	182.938	4	48.688	2	8.099	0	4.067	0
Total	5.946.830	100	5.016.771	100	3.065.620	100	2.427.098	100	2.701.003	100

Fonte: Relatório Anual de Atividades do BNDES 1991, p. 22.

Conforme claramente demonstrada pela tabela acima, os investimentos do BNDES foram sendo reduzidos ao longo do tempo. O total do ano de 1991, chegou mesmo a constituir-se em menos da metade do ano de 1987. No que tange ao setor agrícola, entretanto, o valor, percentualmente falando, aumentou. Mas ainda deixa muito a desejar se compararmos com o montante investido no setor da indústria de transformação. Se fecharmos mais o foco da análise e procurarmos identificar os beneficiários dos valores investidos pelo BNDES, mais especificamente pela FINAME – não a RURAL, como previu o projeto -, pode-se verificar rapidamente que os investimentos estiveram longe de se adequar ao projeto de governo.

Ainda segundo o Relatório Anual de Atividades do BNDES de 1991, pode ser possível traçar um painel das empresas que foram beneficiadas com os investimentos públicos:



- CARAMURU – além de operar no processamento de milho e soja, o Grupo Caramuru dispõe de uma rede de armazenagem de grãos com capacidade estática total de 620 mil toneladas. O projeto objetiva a implantação de uma unidade de refino de óleos vegetais com capacidade para processar 300 TPD de óleo bruto degomado no parque industrial da empresa em Itumbiara (GO)
O valor do projeto é de Cr\$ 8,3 bilhões, com participação do BNDES de Cr\$ 5 bilhões;
- MINUANO – A Cia. Minuano de Alimentos, com sede em Lajeado (RS), possui instalações agrícolas e industriais voltadas para a produção de ovos e pintos, abate de aves e produção de embutidos e rações.
O financiamento contempla a ampliação das instalações, elevando a capacidade de corte das aves e estocagem de congelados. A capacidade de produção básica da empresa será ampliada em 55%, crescendo o volume de abate para 140 mil aves/dia. O investimento total é de Cr\$ 15 bilhões, sendo a participação do BNDES de Cr\$ de 4,6 bilhões e a da FINAME de 2,1 bilhões.
- AGROPECUÁRIA GRIMM – trata-se da implantação de projeto agropecuário na Fazenda Bela Miragem, em São Gabriel do Oeste (MS), compreendendo cultivo irrigado por aspersão, implantação de bovinocultura confinada, ampliação de pequena central hidrelétrica e rede de distribuição com capacidade para até 526 KVA, armazenagem, implantação de 80 há de floresta energética e de 284 há de heveicultura como quebra-vento, aquisição de máquinas e implementos agrícolas e informatização.
Trata-se de operação cujo investimento total é de Cr\$ 7,6 bilhões, participando o BNDES com Cr\$ 4,5 bilhões.
- PROJETO LUIZ OSÓRIO – produtor rural estabelecido na região de Pelotas (RS), Luiz Osório Rechsteiner dedica-se ao cultivo de arroz irrigado e à criação de gado para corte. O projeto visa à integração em cadeia de comercialização do arroz beneficiado e à elevação da produtividade em sua exploração agrícola. Nessa operação estão previstos recursos financeiros no valor de Cr\$ 10 bilhões, A participação do BNDES no projeto atinge a cifra de Cr\$ 5,5 bilhões.
- FRIGORÍFICO BERTIN – o projeto visa à implantação, em Lins (SP), de unidades de processamento industrial de produtos de carne destinados ao mercado externo. A empresa, que se dedica ao abate de bovinos, produzindo



carne in natura destinada basicamente ao mercado interno, passará a operar com dois centros produtivos, o de frigorífico e o de indústria. A operação prevê um investimento total de Cr\$ 9,8 bilhões, com participação de Cr\$ 3,5 bilhões do Sistema BNDES.

- COOPERATIVA CENTRAL DE LATICÍNIO DO PARANÁ – projeto de melhoria e expansão do sistema integrado de produtos derivados de suínos, consistindo na implantação de 222 granjas, distribuídas em diversos municípios da região de Castro e Ponta Grossa (PR), e na ampliação da indústria frigorífica localizada em Castro, com elevação de sua capacidade anual de produtos industrializados, de 22.162 toneladas para 32.319.

A operação prevê um investimento total de Cr\$ 25,3 bilhões, com participação do Sistema BNDES de Cr\$ 12,2 bilhões, dos quais Cr\$ 10 bilhões do BNDES, aprovados mediante repasse através do Unibanco, e Cr\$ 2,2 bilhões da FINAME.

- ITAMBÉ – o projeto prevê a implantação, em Pará de Minas (MG), de nova fábrica de laticínios, a realocação de atividades produtivas existentes em Brasília, Piracanjuba (GO) e Belo Horizonte, e a expansão da capacidade produtiva. O investimento total é de Cr\$ 26,7 bilhões, com participação do Sistema BNDES de 13,6 bilhões, dos quais Cr\$ 6,8 bilhões do BNDES e Cr\$ 6,8 bilhões da FINAME.
- PROGRAMA DE APOIO AOS FUMICULTORES DA REGIÃO SUL – o programa tem como objetivo beneficiar cerca de 25 mil pequenos produtores de fumo dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Os investimentos são da ordem de Cr\$ 72 bilhões, sendo 39,5 bilhões para o financiamento do BNDES para a construção de 10.670 estufas, 8.765 galpões e 8.984 paióis.
- VAGRO – trata-se de empresa constituída em 1990, sucessora da Agripec, com o objetivo de concentrar as atividades agropecuárias do Grupo Varig, que, além do transporte aéreo, atuava em vários outros setores: financeiro, hotelaria, serviços, comunicação e agropecuária.

Os investimentos serão realizados em três estados:

Rio Grande do Sul – apoio à ovinocultura e agricultura, com a produção de milho, trigo, soja e forrageiras para o gado, sendo o investimento total de Cr\$ 2,1 bilhões,



com a participação do BNDES de Cr\$ 362 milhões e da FINAME de Cr\$ 831 milhões

Em Pernambuco, apoio às atividades de avicultura, agricultura, agroindústria e confinamento bovino. O investimento total é de Cr\$ 9,7 bilhões, sendo a participação do BNDES de Cr\$ 4,2 bilhões e a da FINAME de Cr\$ 1,8 bilhão.

No Maranhão, apoio à agricultura, avicultura, pecuária de corte e beneficiamento de grãos. Neste projeto, o investimento total é de Cr\$ 2,1 bilhões, dos quais o BNDES com Cr\$ 552 milhões.

Qualquer possibilidade de viabilidade ou de aplicabilidade do projeto de governo de Fernando Collor não resiste a uma análise dos dados publicizados pelo relatório da mais importante agência de financiamento governamental, o BNDES. O relatório que aqui foi objeto de investigação, deixou claro que o chamado “novo padrão de financiamento” restringiu-se a uma retórica bem elaborada pela equipe de governo. O “novo padrão de financiamento”, além de reduzir o montante investido pelo Governo, concentrou o grosso de seus investimentos nas grandes empresas. Os pequenos agricultores, receberam uma parcela menor de investimento. O “tratamento preferencial aos produtores rurais de baixa renda” não foi concretizado. A “criação de condições para a garantia do abastecimento da população” também ficou no campo da retórica. Nem mesmo a chamada FINAME RURAL foi criada. O único ponto que podemos identificar uma estreita relação entre o proposto e o realizado, é o que se refere a menor participação do Estado. No entanto, tal redução não significou “o maior aporte de recursos públicos para o investimento agrícola”. Assim, pelo menos no que se refere à atividade agrícola, do “social-liberalismo” proposto pelo então presidente Fernando Collor Affonso de Mello, pode-se retirar o social e manter-se somente o liberalismo.

Referências Bibliográficas

Fontes Impressas

BNDES. Relatório Anual de Atividades, 1991.

MELLO, Fernando Collor de. Discurso de Posse no Congresso Nacional, 15/03/1990.

_____. Discurso pronunciado nas comemorações do Dia do Trabalho, 01/05/1990.



Bibliografia Básica

- ANDERSON, Perry (1996). “Balanço do neoliberalismo”. In: *As Políticas Sociais e o Estado Democrático Pós-Neoliberalismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.
- CREMONENSE, Dejalma (2005). *Reforma do Estado: implicações sociais e econômicas das políticas neoliberais no Brasil*. Unijuí.
- HOBBSAWM, Eric (1995). *Era dos Extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. das Letras.
- MENDONÇA, Sonia & FONTES, Virgínia (2004). *História do Brasil Recente 1964-1992* São Paulo: Ática.
- NETTO, José Paulo (1996) “Repensando o balanço do neoliberalismo”. In: *As Políticas Sociais e o Estado Democrático Pós-Neoliberalismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- OLIVEIRA, Francisco (1996). Neoliberalismo à brasileira. In: *As Políticas Sociais e o Estado Democrático Pós-Neoliberalismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- TORRE, Juan Carlos (1996). “O Encaminhamento Político das Reformas”. In *Revista Lua Nova*, São Paulo: CEDEC, no. 37.



GT 11. O Rural na História do Brasil

A justiça e os discursos da intransigência nas Terras dos Assecas -1729/1745. (Notas preliminares de uma pesquisa)

Márcia Maria Menendes Motta¹

¹Doutora em História. Professora do Departamento e do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Cientista do Nosso Estado/ Faperj e pesquisadora do CNPq. E-mail: marciamotta@pq.cnpq.br

Resumo

Em 24 de setembro de 1729, a Coroa Portuguesa determina, em provisão, que o desembargador Manoel da Costa Mimoso analise a “correção” das terras pertencente ao Visconde de Asseca, “não só para que por este meio se administrasse justiça aos moradores que nelas habitam, mas também para que se castiguem os crimes que nelas se comentem, segundo a qualidade delas”. Em 1731, em mensagem enviada ao Secretario D’Estado Diogo de Mendonça Corte Real, Oficiais da Câmara e o povo da Vila de S. Salvador da Paraíba do Sul informavam que o Visconde impedia a “boa administração da justiça”. A partir da análise sobre as querelas envolvendo o 3º Visconde de Asseca, a presente comunicação enfoca os meandros da justiça em sua relação com as qualidades atribuídas aos moradores, ora identificados como legítimos ocupantes, ora reconhecidos como criminosos, invasores das terras de outrem. Nos embates entre as distintas concepções sobre aqueles agentes sociais, pretende-se investigar a elaboração de um discurso marcado pela intransigência em relação a outrem. Para fazer jus à tarefa, a análise pretende rediscutir a história da ocupação das terras pertencentes ao Visconde de Asseca entre 1729 até 1745, quando do falecimento do 3º Visconde de Asseca.

Palavras-chave: Conflitos agrários, morgadio, capitania do Rio de Janeiro, posse e propriedade, propriedade vinculada.



A Capitania de São Salvador da Paraíba do Sul e o Visconde de Asseca

Em 06 de maio de 1726, o Visconde de Asseca fez uma consulta ao Conselho Ultramarino, solicitando nova carta de doação da capitania de São Salvador da Paraíba do Sul, que pertencera a seu avô, o General Salvador Corrêa de Sá.¹ A doação de uma capitania é como sabemos a transferência de um domínio útil, “preenchido por direitos relativos a uma bem determinada área territorial do reino, englobada na categoria dos bens da Coroa”². O pedido de um novo documento para reiterar o seu direito àquelas terras abria assim um período de embates e interpretações sobre as várias jurisdições da Coroa Portuguesa, as distintas gradações sobre os poderes aqui instalados e para os que nos interessa em particular, as leituras sobre os que ocupavam aquelas terras. Afinal de contas, como alerta Saldanha, as capitanias são senhorios eminentemente jurisdicionais, onde se agrega uma parcela fundiária³. Enquanto senhorios são “delegados poderes normalmente inerentes ao Soberano, cujo detentor os exerce não como função, mas como um direito pessoal e geralmente hereditário”⁴.

Mas a solicitação tinha ainda outro sentido. O pedido de confirmação pressupunha corretamente a noção de que os direitos dos Asseca não eram direitos naturais, mas sim “direitos reais cuja delegação (ou pelo menos, o longo uso) têm que ser provadas”⁵. Além disso, as doações de bens da Coroa se regiam por princípios específicos consignados nas *Ordenações* que diferenciavam o seu regime⁶.

Tais doações estavam também enquadradas na Lei Mental, cujas principais normas expressavam a ideia de que a doação de bens reais não delegava o domínio. Como desdobramento, a sucessão não se dava apenas por direito de sangue, mas

*Este texto é o resultado parcial de minha pesquisa financiada pela FAPERJ/ Cientista do Nosso Estado.

¹ PROJETO RESGATE. RIO DE JANEIRO DVD1\CD 02\020\001\ARQ. 091. 6 de Maio de 1726.

² Saldanha, Antonio Vasconcelos de. *As Capitanias. Do Brasil. Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico*. 2ª edição, Lisboa, Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 45

³ p. 49.

⁴ Idem, p.

⁵ p.54.

⁶ p. 56.



também por “especial direito expresso em título de doação”⁷. Ainda como desdobramento, a transmissão para eventual herdeiro não poderia ser automática, era preciso que fosse realizada a confirmação por sucessão⁸.

A solicitação expunha ainda um debate sobre os direitos do donatário em relação a esta doação régia, centro de um debate sobre “a transferência de direitos suscitadas por um acto grandioso de disposição”⁹. Em outras palavras, ao solicitar uma nova carta de doação, o Visconde de Asseca demandava também a reatualização do seu domínio útil sobre uma específica área do reino; o que implicava também a confirmação da sua autoridade enquanto capitão, com poderes jurisdicionais, “para além de funções de mera administração da propriedade particular, a arrecadação das rendas, a nomeação ou confirmação – quando concedida de funcionários concelhios” e ainda o poder de conceder terras em sesmarias¹⁰.

A solicitar uma nova carta, o Visconde expunha ainda um complexo processo de registro das terras doadas. Por serem bens da Coroa cedidos, não somente a emissão e registro das Cartas deveriam estar registradas nos livros da Chancelaria Régia, como era ainda necessário que a doação ou a sua reatualização deveria ser registrada nos livros da Secretaria do Governo, nos da Ouvidoria Geral, nos da Provedoria da Fazenda e nos registros da Câmara¹¹.

O pretendente a uma nova carta de doação não era apenas um potentado e as suas terras, portanto, não eram quaisquer terras. Elas representavam a territorialização do sentido honorífico e nobilitante da concessão. Este terceiro Visconde de Asseca, nascido em 1669 e falecido em 1745 era o herdeiro de um título que havia sido criado para o seu avô que servira na guerra de aclamação do rei João IV¹². O neto, Diogo Correia de Sá, tornara-se também o alcaide-mor do Rio de Janeiro. Ele era comendador de São Salvador de Alagão e de São João de Cássia, título honorífico que designava que

⁷ p. 57. Como ainda ressalta Saldanha, “...a importância dos títulos constitutivos ou de confirmação decorre basicamente da circunstância de os bens doados serem régios, presidindo, pois, à sua alienação a necessidade de um acto expresso” *ibidem*, p. 69.

⁸ p. 57.

⁹ *Idem* p. 45.

¹⁰ *Ibidem*, p.49.

¹¹ p.74.

¹² Cardozo, Manoel. “Notes for a Biography of Salvador Correia de Sá e Benavides, 1594-1688” in *The Americas* Vol. 7, No 2, (Oct 1950), pp. 135-170.



o Visconde ou um de seus ancestrais fora reconhecido por serviços prestados à Coroa, ao rei ou às causas da Igreja¹³.

Suas credenciais eram ainda mais emblemáticas. Ele fora sócio da Academia dos Generosos e sua declamações e poesias teriam sido muito apreciadas pelos ilustres membros da academia. Além disso, fora também um dos mais destacados fundadores da Real Academia de História, fundada em 1721¹⁴.

Das dificuldades de herdar

Diogo Correia de Sá era descendente direto de uma poderosa família que, segundo Fátima Gouveia, havia controlado a administração da capitania do Rio de Janeiro durante boa parte do século XVII. “Além da influência política, os Sá eram importantes senhores de engenho, assim como traficantes de escravos, com conexões inclusive com as províncias espanholas da região do rio da Prata”¹⁵. No entanto, a despeito do enorme poder dos Assecas, a permissão para herdar a capitania não era assim tão simples. Quando morrera seu irmão mais velho, Salvador Correia de Sá e Benevides Velasco, 2º Visconde de Asseca, Diogo almejou ocupar o lugar do primogênito, já que aquele morrera sem descendência e precocemente¹⁶. No seu esforço por receber as terras de herança ele tentou transmitir seu senhorio ao Prior Duarte Teixeira Chaves. No entanto, segundo o ouvidor e mais tarde o procurador da Coroa e o próprio Conselho Ultramarino, ele não poderia “trespassar neste chamado donatário a jurisdição que tinha, como trespassou, nem o chamado donatário usar dela por virtude daquele título”. Para agravar ainda mais a situação, o Prior fora acusado de agir violentamente nas terras antes pertencentes ao Assecas, despendido todos os rendeiros antes do término do arrendamento e substituindo o capitão mor. Ao tentar exercer a função de senhorio, portanto, o Prior Duarte fora identificado como um “perturbador da quietação pública e usurpador da jurisdição real com grande opressão dos

¹³ Agradeço a Georgina Santos esta preciosa informação.

¹⁴ Sousa, Antonio Caetano de. Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal. Lisboa, Régia Officina Sylviana, 1755, p. 256.

¹⁵ Gouvêa Maria de Fátima e outros “Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735” Topoi, Rio de Janeiro. Janeiro-Junho de 2004 | Volume 05.

¹⁶ Lamego, Alberto. A Terra Goitacá à luz de documentos inéditos. Paris, L'Édition D'Art, s/d. Segundo Lamego, o 2º Visconde de Asseca teria falecido em 1692. Lamego. Livro I, p. 169. Os dados genealógicos normalmente conhecidos informam que ele faleceu em 1678.



vassalos”¹⁷ Por ter realizado uma ação ilegal que feria as regras sobre doação e transmissão de capitania, decidiu-se pelo sequestro da Capitania em 1711, só devolvida aos Assecas exatamente em 1727, quando inicia a demanda que estamos analisando.

As dificuldades não eram pequenas. Ao ter sua capitania sequestrada pela Coroa, Diogo precisaria reconstruir sua rede de alianças para ver confirmada a doação, algo que conseguiu apenas naquele ano de 1727. Além disso, passados tantos anos da data do sequestro, não é difícil imaginar que os moradores ali instalados não aceitariam sua jurisdição tranquilamente, depois de anos sob a jurisdição direta da Coroa.

Neste mesmo ano de 1727, o então governador Luis Vaia Monteiro, conhecido nas memórias por sua truculência na execução das tarefas relativas ao seu cargo ¹⁸ e que ocupara o posto entre maio de 1725 a 1732, encaminhara uma carta ao rei, informando que cumprira a decisão da coroa em confiscar as terras dos que não possuíam as cartas de confirmação, ao mesmo tempo que informara que havia cumprido a carta de doação da capitania da Paraíba do Sul passada ao Visconde de Asseca, Diogo Correia de Sá, e as intenções de seus filhos de proverem os postos de ordenanças e ofícios daquela capitania, sem terem jurisdição para tal; solicitando esclarecimento acerca desta matéria¹⁹. Em 1725, a Coroa havia expressado de forma contundente sua preocupação em relação à existência de vastos domínios na América Portuguesa em mãos de algumas famílias, como as da Casa da Torre e a Casa da Ponte.²⁰. Neste sentido, é provável que, num primeiro momento, Luis Vaia tenha se esforçado por cumprir aquela determinação sem num primeiro momento questionado o direito dos Assecas àquelas terras. Mas certamente as coisas eram bem complicadas. O governador era aquela época identificado publicamente como um inimigo do Visconde de Asseca. Segundo a correspondência enviada pelo juiz de fora Manoel de Passos Soutinho, no ano de 1726, há a informação de que o governador na verdade tinha todo o interesse em proteger o

¹⁷ Lamego, p. 188.

¹⁸ A irracionalidade de suas atitudes transformaram o seu apelido em uma referência de tempo para expressar algo fora de moda ou de propósito: "Suas idéias são do tempo do Onça".

¹⁹ PROJETO RESGATE. RIO DE JANEIRO DVD1\CD 02\022\002\ARQ. 302. 01 de agosto de 1727.

²⁰ AHU. Ordem Régia ao Governador Geral do Brasil. 7/07/1725. Códice número 255. Apud. SILVA, Francisco Carlos Teixeira de. A Morfologia da Escassez. Crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). Niterói, Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado, 1990.



Prior Teixeira Chaves, aquele que havia comprado (e depois perdido) as terras do Visconde²¹.

O imbróglio envolvendo as várias instâncias não parara por aí. Ao que tudo indicava, no entanto, era previsível que a partir daquele ano de 1727, o Visconde de Asseca não teria maiores problemas para garantir o seu direito àquelas terras, pois suas credenciais eram inquestionáveis e seus argumentos pareciam coerentes. Entende-se assim porque também neste ano, precisamente no dia 12 de agosto de 1727, o ouvidor geral do Rio de Janeiro, Manoel da Costa Mimoso, enviara também uma carta ao rei D João V, sobre a ordem régia para informar quais os donatários que tinham tirado carta de confirmação e exercido seus poderes nas terras a estes pertencentes, informando que apenas o Visconde de Asseca, Diogo Correia de Sá e Benevides Velasco, exercia sua jurisdição conforme a carta de confirmação que apresentou²². Em outras palavras, tanto o governador, quanto o ouvidor geral pareciam sinalizar para referendar o direito dos Assecas sobre àquelas terras. No entanto, havia ainda uma questão central: qual era a jurisdição do 3º Visconde, onde começava e onde terminava o seu poder de senhor de terras, onde era lhe possível exigir o pagamento de redízimos? Como nos informa Lamego, o 3º Visconde não receberia a confirmação da mesma extensão de terras antes cedidas ao 1º Visconde de Asseca. A carta de confirmação passada em 23 de março de 1727 retirara do 3º Visconde as 30 léguas que havia sido acrescida à Capitania no Rio da Prata. Segundo o Procurador, naquela região, as terras estavam de fato abandonadas, “não tendo feito o visconde e seus antecessores diligência alguma para povoá-las”²³. Ou seja, a despeito da força e poder que o Visconde detinha, o argumento de que as terras estavam abandonadas retirava qualquer direito de Diogo em reatualizar a doação.

Mas havia outra sorte de problemas. Naquele mesmo ano de 1727, dois anos após a Ordem Régia que desnudava o problema do controle das terras por grandes potentados, os oficiais da Câmara da vila de São Salvador de Paraíba do Sul enviaram

²¹ Lamego, p. 209. Lamego não hesita em creditar a Luis Vaia todos os atributos de um governador cioso de suas atribuições. Segundo o geógrafo: “O visconde de Asseca e seus filhos encontraram nêlle um adversário temível quer pelo patrocínio que prestava ao prior de Chaves que com elles contendia, que pelo auxilio dispensado aos campintas que não suguitavam-se ao jugo daquelle” idem. p 221. E continua: “A sua longa correspondência trocada com a Coroa portugêsa sobre todos os acontecimentos de que foi theatro a capitania da Parahyba do Sul, os seus inolvidáveis serviços dispensados aos seus moradores em dias calamitoso, como veremos, bem attestam o seu amôr pela terra goytacá, e como gratidão a Câmara deve perpetuar o seu nome em uma das ruas da sua principal cidade. Oxalá que nosso appêllo não seja em vão”. Ibidem, p. 224.

²² PROJETO RESGATE .RIO DE JANEIRO DVD1\CD02\022\002\ARQ. 358. 12 de agosto de 1727.

²³ Apud, Lamego, p. 202.



também uma carta ao rei, queixando-se das perturbações e abusos de jurisdição na região²⁴. As trocas de correspondências apontam que as confusões relativas à jurisdição era o resultado da não demarcação das terras do Visconde, que teimava em cobrar “dízimos de todos os frutos provenientes das terras sob a sua administração”²⁵.

As correspondências se sucedem numa troca de acusações entre as várias jurisdições, ora a culpa recaía sobre o Visconde, ora eram os moradores os responsáveis pela querela. Havia ainda uma sobreposição de limites e de direitos que envolviam vários proprietários: o próprio Visconde, o Prior (auxiliado pelo seu sobrinho, o governador Luis Vaia) e o capitão Domingos Alvares Pessanha, que havia comprado terras do mesmo Prior.

Coube ao desembargador Manoel da Costa Mimoso a missão de por fim a querela, em Carta Régia expedida em 28 de março de 1729. Ainda em março, o Visconde de Asseca pediu também o seqüestro das fazendas vendidas pelo prior. Em 30 de março em carta régia ficara determinado que “o Ouvidor execute, sem dúvida alguma, a resolução de 23 de corrente tomada em Conselho do Desembargo do Paço e decreto de 24, fazendo seqüestro nas fazendas vendidas que se acham em poder de terceiros, os quais atualmente estão revendendo, por possuírem título nulo e com tais nulidades que não padecem dúvida, por não se poder alhear bens que são da Coroa e do Morgado sem permissão real e outorga da Viscondessa, mulher do mesmo Visconde de Asseca”²⁶.

Diogo Corrêia de Sá estava claramente preocupado em assegurar os pagamentos de suas redizimas, já que ele havia sido reconhecido como senhorio da Capitania. Ele buscava por em prática um direito reconhecido na doação que recebera, mas obviamente a cobrança atingia diretamente aos interesses dos moradores. No dia em 25 de julho de do ano anterior ele solicitara exatamente o acerto das redízimas de todos os frutos provenientes das terras sob sua administração; remetendo certidão da arrematação dos dízimos reais daquela capitania, em que consta que todas as cobranças foram sempre feitas pela provedoria e não pelo donatário.²⁷

²⁴ PROJETO RESGATE. RIO DE JANEIRO DVD1\CD02\023\001\ARQ. 013.3 de novembro de 1727.

²⁵ PROJETO RESGATE. RIO DE JANEIRO DVD1\CD02\023\001\ARQ. 193. 25 de julho de 1728.

²⁶ Lamego, apud, p. 234.

²⁷ PROJETO RESGATE. RIO DE JANEIRO DVD1\CD02\023\001\ARQ. 193. 25 de julho de 1728.



Qual a extensão das terras do Visconde? Qual sua jurisdição?

Assim, se por um lado, as coisas pareciam voltar-se a favor dos Assecas, por outro a Coroa estava preocupada também em averiguar os seus direitos sobre aquelas terras. Em 24 de setembro de 1729, a Coroa Portuguesa determinou, em provisão, que o mesmo Mimoso analisasse a “correção” das terras pertencente ao Visconde de Asseca, “não só para que por este meio se administrasse justiça aos moradores que nelas habitam, mas também para que se castiguem os crimes que nelas se comentem, segundo a qualidade delas”. Em 1731, em mensagem enviada ao Secretario D’Estado Diogo de Mendonça Corte Real, Oficiais da Câmara e o povo da Vila de S. Salvador da Paraíba do Sul informavam que o Visconde impedia a “boa administração da justiça”²⁸.

Segundo os moradores, “sendo tal o medo e o temor com que andam dos seus procedimentos [dos filhos do Visconde] que eles abandonam as terras em busca de sossego”. Além disso, Luis José, um dos filhos do Visconde “fizera assinar ao Juiz e Oficiais da dita Câmara folhas de papel em branco, para em nome dela representar a V. Mag^o. o que quisesse, com cujas violências vão já declinando as rendas reais pelas más cobranças que se fazem nascidas do respeito aos filhos do dito Visconde, lançando lhes também tributos nas Engenhocas, dando com isso ocasião a se largarem algumas e outras a deitarem-se abaixo, em grave prejuízo da Fazenda Real na falta dos Dízimos, pelo que pedem a V. Mag^o. os prova de remédio, sujeitando-os só a sua Real Coroa, e não a Donatário, ou lhes conceda tempo para despejarem aquela Capitania”²⁹.

Havia também a informação de que os moradores da Capitania do Espírito Santo padeciam de muitos distúrbios e andavam sempre divididos em parcialidades e pela desordem com que procedem os juízes ordinários e oficiais da justiça. O então vice-rei e capitão general de Mar e Terra do Estado do Brasil pedia também que fosse criada um ouvidor geral para aquela capitania do Espírito Santo “para boa administração da Justiça, agregando-se a esta Ouvidoria as terras que aponta, e desanexando da do Rio de Janeiro.”³⁰. Neste documento, portanto, os distúrbios e desordens eram o resultado de um problema aparentemente administrativo, sendo solucionados pela criação de outra ouvidoria. Uma análise mais cuidadosa, no entanto, revela-nos que cabia ao capitão

²⁸ Arq. 1.1.26 (Cópias extraídas do Arquivo do Conselho Ultramarino) Pág. 107

²⁹ Idem.

³⁰ REVISTA IHGB Arq. 1.1.26 (pág. 158 – 172)



donatário - no caso o Visconde de Asseca – a nomeação do ouvidor, cujas atribuições era a de “conhecer, por ação nova, de apelação e agravo em toda a capitania e até dez léguas de onde estiver”³¹. Isso significa dizer que a instalação de um novo ouvidor naquelas terras libertava os moradores do poder exercido pelos Assecas? É difícil afirmar, pois entre as atribuições do capitão estava exatamente o de “dar estatuto de vila a todas e quaisquer povoações da capitania, tendo cada uma por termo três léguas sertão adentro”, como o de conceder sesmarias a cristãos e demarcá-las, recebendo a redízima do dízimo”³² Era exatamente isso que o Visconde pedira.

Mas havia também a visão dos Assecas. O Visconde nomeara como seus procuradores os filhos Martim Correia de Sá e Luiz José Correia de Sá, autorizando que eles exercessem em seu nome toda a sua jurisdição. Eles, por sua vez, queixavam-se das contínuas violências cometidas por Luiz Vahia Monteiro, “perturbando a boa harmonia da Justiça, e impedindo com afetados pretextos a execução das ordens de Vossa Magestade, inquietando os moradores daquela Capitania da Paraíba do Sul, e pondo a todos na maior consternação, atropelando tudo em ordem a melhorar as dependências de seu tio o Prior Duarte Teixeira Chaves, pedindo a V. Magestade fosse servido dar providência aos danos que recebem e acudir às vexações que padeciam aqueles vassalos.”

Martim Corrêa de Sá expunha ainda o embaraço que o dito Governador de Rio de Janeiro lhe pusera ao exercitar na Capitania da Paraíba do Sul a jurisdição de seu Pai, o visconde d’ Asseca, o Donatário, para o que tinha Patente de Vossa Magestade, predendo-o. Segundo Martim, o governador interpretara uma ordem de 1704 que concedia aos Governadores proverem Capitães-Móres em terras de donatários, quando estes o não fizerem. No entanto, o seu pai, o Visconde, havia cumprido aquela determinação, ao contrário do que alegara o governador.

As versões eram obviamente discordantes. O governador alegara, em primeiro de fevereiro de 1730, que quem cometera o atentado era Martim Correa que expulsara João Alves Barreto do posto do Capitão Mor dos Campos, feito pelo governador. O Visconde havia nomeado outra pessoa, Manoel Ferreira de Sá. Além disso, Martim e seu irmão Luiz José davam refúgio a delinquentes de crimes atosíssimos, e soldados desertores da dita Capitania do Rio de Janeiro. O governador expunha ainda que o

³¹ Salgado, Graça. Fiscais e Meirinhos. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, p.129

³² Idem, p.128.



Visconde havia cometido uma fraude, pois ao contrário do que afirmara, ele não tinha cumprido condição alguma para confirmação da doação”, algo que havia sido informado em 1727³³.

Os embates entre o governador e o Visconde acabavam por expor ainda as pretensas visões dos moradores sobre os acontecimentos. Em alguns momentos, a culpa recaía no Visconde, em outros era o governador o responsável pela querela. È claro que o Visconde de Asseca também buscava apoiar-se nas pretensas opiniões dos moradores sobre o governador. Segundo o documento, em 28 de maio de 1730, os moradores da Capitania da Paraíba do Sul se queixavam da “intolerável injustiça que experimentaram do governador Luiz Vahia Monteiro, no embaraço que causou a Martins Corrêa de Sá, impedido de exercitar a jurisdição da doação do Visconde de Asseca, seu pai. Todo o ódio, diziam, era o resultado das dependências particulares do tio do governador, Duarte Teixeira Chaves, que fizeram um injusto arrendamento das “fazendas sem dono e gados do vento” a Francisco Manhães Barreto, homem revoltoso o qual impelido do seu mau gênio, e por virtude das condições com que lhe fora rematado fez muitas extorsões, entrando nas fazendas cercadas, e ainda nas cercas dos conventos, com grande escândalo, e geral vexação”. A prisão de Martim Correa de Sá, ainda segundo os moradores, aumentara as perturbações na Capitania³⁴.

Havia, no entanto, nas mãos do Conselho outra versão do fato, que fizeram os oficiais da Câmara. De todo modo, era mister que o Ouvidor Geral tomasse a resolução que lhe parecesse justa e que se inquiresse o governador acerca da violência de que se queixavam os moradores.

Duarte Teixeira Chaves, por sua vez, afirmava ainda que eram falsas e fantásticas quaisquer queixas que o Visconde fizera em relação ao seu sobrinho, o governador Luiz Vahia Monteiro, “sendo sem número as insolências que cometem na Capitania da Paraíba do Sul, com o seu poder e séquito de muitos parente”, cometendo violências

Cabia ao desembargador Manoel da Costa Mimoso, responder à provisão de 21 de janeiro de 1730, enquanto ouvidor geral da capitania. Segundo àquela nova provisão

³³ “Satisfar-se do que Sua Mag^o. ordena sobre as queixas que o Governador do Rio de Janeiro, Officiaes da Camara, e Povo da Villa de S. Salvador da Parahiba do Sul, fazem contra os filhos do Visconde d’ Asseca Donatario daquela Capitania, e do que sobre esta matéria escrevem e requerem os filhos do mesmo Visconde, Ouvidor Geral que foi do Rio de Janeiro, e outras pessoas; e vão todas as copias e documentos que se accusão” .(1732) Arq. 1.1.26 (pág. 158 – 172).

³⁴ idem



ele teria que informar qual era o seu parecer sobre o governador e a petição de Martim e seu irmão, filhos do visconde.

Se as denúncias eram infundadas, elas ainda assim se mantiveram, pois logo depois Martim Corrêa de Sá é novamente acusado expor “o áspero modo com que se houve no tomar a posse da Capitania da Parahiba do Sul de seu pai, fazendo-os prender, e espoliar das varas, carregando-os de ferros, e algemando-os, mandando-os publicamente o embarcar em companhia de mais de duzentos homens armados, com inexplicável aprobio, e risco de vida, por irem por um rio mui caudaloso em que todos os instantes se estão perdendo Canoas; e também referem os requerimentos que fizeram ao Governador do Rio de Janeiro, e sentenças que alcançaram a seu favor na Relação da Bahia (...)”³⁵

A acusação em relação ao desembargador Mimoso tinha ainda um elemento concreto. Ao fazer a medição da capitania do Visconde ele teria prejudicado os interesses da Real Coroa, pois dera ao donatário mais cinco léguas da Capitania de Cabo Frio, em lugar de tirar das trinta léguas, dez que se referiam explicitamente à doação. Por esta artimanha, “o Visconde tinha agora o dobro de suas terras em Costa, sem limite algum pelo sertão e expulsando o povo das terras que possuíam e também das do colégio da Companhia”.

As disputas não paravam ali. Ao tentar apropriar-se de terras de Cabo Frio, os oficiais daquela Câmara também se posicionavam, denunciando que a Capitania do Visconde ficaria assim com 40 léguas de jurisdição, enquanto a de Cabo Frio com 10 a menos.

Era mister que o Procurador da Fazenda se posicionasse, já que as decisões prejudicavam de fato os interesses reais. O procurador da Fazenda recomendava que o Donatário fosse despossado da posse enquanto não se realizasse a medição legal. Pela sua ótica, seria conveniente que os padres da companhia matemáticos que se achavam no Estado do Brasil se encarregasse das medições. A referência explícita aos padres matemáticos desnuda também a gravidade dos acontecimentos. Segundo alguns autores, Os padres Diogo Soares e Domingos Capassi vieram para o Brasil em 1730, nomeados por D. João V para mapear a América portuguesa³⁶.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Costa, Antônio Gilberto e outros. Cartografia das Minas Gerais – da Capitania à Província. Cópia impressa, p. 8.



Ele recomendava ainda que a Capitania fosse comprada “evitando-se os grandes prejuízos e danos que ao serviço do mesmo Senhor e a seus vassallos resultam da assistência de seus filhos naquela parte”.

Da desmoralização do outro

Eu não vou mais me alongar na interessante história sobre as disputas pelas terras dos Assecas, pois esta história percorre todo o século XVIII. Para os finais daquele século já contamos com o artigo de Silvia Lara, onde a autora discute as relações entre os funcionários régios e senhores locais nos embates entre o público e o privado em Campos dos Goitacases³⁷. Neste texto, Lara reconhece tratar-se de conflitos de terras “que se desenrolou durante muitos anos e acionou expedientes bastante comuns em situações desse tipo”³⁸

Para os objetivos deste texto, eu chamo atenção para as maneiras pelas quais os litigantes procuraram justificar sua versão dos fatos. Ou seja, como a utilização de palavras e termos bastante ofensivos era acionada para produzir a “verdade” de cada um.

Se prestarmos um pouco mais de atenção, identificamos algumas frases extremamente emblemáticas na construção do discurso da intransigência sobre o outro. Assim, por exemplo, os filhos do Visconde de Asseca auxiliavam “criminosos em sua Casa, e cometendo outras desordens em gravíssimo prejuízo do serviço de V. Magestade e perturbação daqueles povos”

Já o governador perturbava “a boa harmonia da Justiça, e impedindo com afetados pretextos a execução das ordens de Vossa Magestade”. Os moradores da Capitania da Paraíba do Sul se queixavam da “intolerável injustiça” que experimentaram do governador Luiz Vahia Monteiro. Havia ainda outro personagem, Francisco Manhães Barreto, homem revoltoso o qual impelido do seu mau gênio, entrava nas fazendas cercadas, e ainda nas cercas dos conventos, com grande escândalo”. Os moradores da Capitania do Espírito Santo “padeciam de muitos distúrbios e andavam sempre divididos em parcialidades”.

As normas sociais e sua violação são componentes cruciais na ira moral e na percepção sobre a injustiça. Um indivíduo pode estar irado porque sente que a norma

³⁷ Lara, Silvia. “Senhores da Régia Jurisdição. O Particular e o Público na Vila de São Salvador dos Campos de Goitacases na segunda metade do século XVIII” Lara, Silvia & Mendonça, Juceli. Direitos e Justiça no Brasil. Campinas, Editora UNICAMP, 2006, pp.59/99.

³⁸ Idem, p.81



vigente é ela própria errada, e que é preciso implantar outra. Sem normas a governar a conduta social, não haveria um fato como a indignação ou um sentido de injustiça. Da mesma maneira, a consciência da injustiça social seria impossível se os seres humanos pudessem ser convencidos a aceitar toda e qualquer norma³⁹.

Assim, parece-me claro que há sentimentos de injustiças expressos nos apelos ao monarca, nas diversas leituras sobre as leis, nas queixas e nas revoltas que uma vez investigados podem nos ajudar a reconhecer que a ira moral e um sentido de injustiça social devam ser investigados por serem fundamentalmente históricos⁴⁰. Tais sentimentos são, no entanto, assentados na desmoralização do outro, na utilização de termos que procuram destruir a honra e a trajetória daquele objeto da ira.

É interessante observar ainda que os discursos pautados na ira, na desmoralização também visavam “proteger” os moradores, os “injustiçados pela sorte”, para retomarmos aqui a classificação dos miseráveis proposta pelo jurista setecentista Manuel Alves Pégas. Os juristas eram muito cuidadosos ao se referirem aos direitos dos pobres, mas segundo Hespanha a “idéia de que os pobres tinham um direito natural aos bens excedentes era largamente dominante”⁴¹.

Por fim, se uma das palavras-chave do Antigo Regime é a honestidade, o discurso de intransigência pode ser lido por outro viés. Segundo Hespanha, “a aquisição da riqueza tem os seus trâmites e os seus tempos. Não deve ser buscada por si, mas constituir o resultado de uma gestão prudente do seu”⁴². A riqueza pode constituir um meio legítimo de mudança de estado, se ela mesma não resultar de um processo ilegítimo de aquisição de bens”⁴³. Na ocupação da América Portuguesa eram desnudados os complexos caminhos e descaminhos da ocupação territorial, o que muitas vezes opunha a honestidade e a riqueza. Os Assecas podiam e eram poderosos, sua família era conhecida e reconhecida como a expressão da nobreza. No entanto, o status de nobreza do Visconde tinha lá os seus limites. Ele não podia ocupar terras que não fossem reconhecidas como suas. Tampouco poderia cobrar dízimos em terras

³⁹ Moore, Jr, Barrington. Injustiça. As bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo, Brasiliense, 1978, p.20.

⁴⁰ Idem.,p.35.

⁴¹ Hespanha, Antonio Manuel. Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo, Anablume, 2010, p.234.

⁴² Idem, p. 258. Esta discussão foi anteriormente publicada no artigo do mesmo autor: “A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. Revista Tempo, número 21.

⁴³ Ibidem,p. 259



pertencentes à Coroa. No jogo entre honestidade e riqueza, não era considerado justo e legítimo que os Asseca continuassem a chamar para si a condução, não só da jurisdição local, como do processo de ocupação daquelas terras.

Por fim, eu não posso explorar aqui a continuidade de tais lutas, mas talvez seja sintomático também destacar que a ênfase na desmoralização estivesse assentada numa perspectiva da ocupação de má fé, condenada pelas Ordenações Filipinas.

À guisa de conclusão.

A história não termina aqui. A morte do III Visconde de Asseca em 1745 certamente reacendeu a luta pelas terras ocupadas pelos Assecas. O seu sucessor, o primogênito [Martim Correia de Sá de Benevides Velasco](#). Nascido em 1698, casou-se em 1739 com D. Mariana Josefa Joaquina de Lancastre, filha do vice rei da Índia e de Joana Bernarda de Noronha e Lancastre. Ao não terem filhos, as terras foram transmitidas ao seu irmão, Luis José.

Ainda em 1742, três anos antes da morte de seu pai, Martim Correia já pedira em requerimento “a renovação das balizas que demarcavam os Campos dos Goitacases, situadas no distrito do Rio de Janeiro e pertencentes ao vínculo que herdara de seu pai”⁴⁴ As dificuldades de manter-se no domínio daquelas terras permanece, pois em 1747, mais uma vez e em dois documentos, Martim reitera o seu pedido, requerendo que lhe fosse entregue a sentença que justificava ser ele o primogênito do Visconde de Asseca Diogo Correia de Sá, bem como que lhe passasse a carta de doação da Capitania, tal como pedira o seu pai em 1726⁴⁵. No ano seguinte, numa sucessão de cartas, ele pleiteia a demarcação de suas terras, reivindicando ainda as – que segundo Martim – haviam sido “ injustamente possuídas por muitos moradores da sua capitania e por outros da Capitania de Cabo Frio”⁴⁶.

O processo sucessório ganharia cores mais fortes agora. Em 1748, os moradores da Capitania da Paraíba do Sul se opuseram à posse do novo Visconde de Asseca⁴⁷. Eu

⁴⁴ PROJETO RESGATE. RIO DE JANEIRO 017-01, Cx 55. D. 12940.

⁴⁵ PROJETO RESGATE. RIO DE JANEIRO 017-01 Cs 57 D. 13346 e D. 13347.

⁴⁶ PROJETO RESGATE. RIO DE JANEIRO 017-01 Cs 59 D. 13893-13894, 13895, 13896-13897.

⁴⁷ PROJETO RESGATE. RIO DE JANEIRO 1748, setembro, 23, Rio de Janeiro. ATESTADO de Tenente de Mestre de Campo João de Almeida e Silva, relativo ao levantamento dos moradores da Capitania da Paraíba do Sul, para se



não vou explorar as dimensões deste levante neste texto, já que para tanto eu ainda preciso reconstruir o embrólio que envolveu todo o processo sucessório do potentado dos Assecas e a mobilização dos moradores, em seus esforços de deter a expansão territorial dos Viscondes. Para o objetivo deste texto, no entanto, resta-nos afirmar que a ocupação territorial da família Visconde de Asseca é, sem dúvida, uma das janelas mais interessantes para esquadrinharmos, com mais vagar, os conflitos fundiários do século XVIII na Capitania do Rio de Janeiro, palco central da disputa em sua relação com os discursos de (in)justiça, (i)ilegalidade e (i)legitimidade da ocupação.

Referências bibliográficas

- CARDOZO, Manoel. “ Notes for a Biography of Salvador Correia de Sá e Benavides, 1594-1688” in The Americas Vol. 7, No 2, (Oct 1950), pp. 135-170.
- COSTA, Antônio Gilberto e outros. Cartografia das Minas Gerais – da Capitania à Província. Cópia impressa, p. 8.
- GOUVÊA, Maria de Fátima e outros “Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735” Topoi, Rio de Janeiro, Janeiro-Junho de 2004, | Volume 05.
- HESPANHA, Antonio Manuel “A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. Revista Tempo, número 21.
- HESPANHA, Antonio Manuel. Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo, Anablume, 2010, p.234.
- LAMEGO, Alberto. A Terra Goitacá. A Terra Goitacá à luz de documentos inéditos. Paris, L’Édition D’Art, s/d.
- LARA, Silvia. “Senhores da Régia Jurisdição. O Particular e o Público na Vila de São Salvador dos Campos de Goitacases na segunda metade do século XVIII” Lara, Silvia & Mendonça, Juceli. Direitos e Justiça no Brasil. Campinas, Editora UNICAMP, 2006, pp.59/99.
- MOORE, Jr, Barrington. Injustiça. As bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo, Brasiliense, 1978, p.20.
- SALDANHA, Antonio Vasconcelos de. As Capitanias. Do Brasil. Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico. 2ª edição, Lisboa, Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.
- SALGADO, Graça. Fiscais e Meirinhos. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- SOUSA, Antonio Caetano de. Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal. Lisboa, Régia Officina Sylviana, 1755.



GT 11 – O Rural na História do Brasil

**Aldeamentos e colônias agrícolas no Pará, décadas de 1840-1880:
debate historiográfico e documental**

Francivaldo Alves Nunes¹

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense; Professor Adjunto I na Universidade Federal do Pará, atuando na Faculdade de História da Amazônia Tocantina, Campus Universitário do Tocantins/Cametá; E-mail: francivaldonunes@yahoo.com.br

Resumo

Diante de um projeto que se propõe analisar os mecanismos de ocupação da terra no interior dos núcleos coloniais e aldeamentos do Pará, entre as décadas de 1840 e 1880, identificar os produtos rurais resultantes desse processo de colonização e ainda desvelar a estrutura fundiária desses espaços coloniais, nos ocupamos neste texto em demonstrar os debates historiográficos pertinentes a estas questões e a metodologia de estudo, principalmente quanto ao uso da documentação. No caso da historiografia procuramos entender que este estudo sobre aldeamentos e colônias agrícolas está arraigado nos debates sobre os programas de colonização no Brasil durante o período da escravidão e as relações com as experiências de trabalho livre. Para analisar o processo de ocupação da terra e a produção rural presentes nos espaços de colonização do Pará, propomos metodologicamente uma leitura sobre as percepções de aldeamentos e colônias agrícolas, assim como nos apoiaremos nos registros quanto aos tipos de produtos das áreas colonizadoras, índice de produção e técnicas produtoras, presentes nos relatórios e correspondências da administração imperial, presidência de província, periódicos locais e anais do parlamento (Senado e Câmara dos Deputados).

Palavras-chave: Aldeamento; Núcleos Coloniais; Historiografia; Documentação Histórica; Século XIX.



Na manhã de quinze de outubro de 1855 ganhava as ruas de Belém, capital da província do Pará e na época a principal cidade da Amazônia, mais um periódico. Tratava-se do jornal *O Colono Nossa Senhora do Ó*,² que nas palavras do seu editor, surgia como uma proposta “inovadora”, afinal devia diferenciar-se dos demais jornais desta importante cidade do Norte do Brasil. A “inovação”, para usarmos a expressão do seu entusiasmado editor, ficaria por conta do que se propunha este periódico, que não se limitaria a orientar os agricultores sobre as novas técnicas de plantio desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos, como já faziam alguns jornais e revistas da Corte, Rio de Janeiro, e de outras províncias do país. O diferencial ficaria, portanto, em apresentar, principalmente aos agricultores da região, as novas experiências de cultivo desenvolvidas na colônia Nossa Senhora do Ó, construída com o propósito de ser um espaço de experimentação de novas técnicas de cultivo, ou como se dizia na época, “laboratório dos agricultores”. Como tentava incutir o jornal, não bastava ter conhecimento das modernas formas de plantio, era preciso que essas técnicas fossem adequadas às necessidades locais, o que seria possível somente com a implantação na província de espaço de colonização com essa finalidade específica, a exemplo dos núcleos coloniais, informava o coronel José do Ó de Almeida, editor do pretensioso jornal e proprietário da audaciosa colônia.

Alguns anos antes o presidente do Pará Antonio de Miranda, em discurso recitado na abertura dos trabalhos legislativos da Assembléia Provincial, destacava a criação de alguns trabalhos missionários no Grão-Pará no início da década de 1840 como os aldeamentos de São Joaquim do Rio Branco, que teria disciplinado perto de mil gentios que “não só tinha abandonado as fileiras da heresia, mas ainda tinha prestado obediência à nossa santa religião e as leis do Império, ouvindo e anuindo as persuasões dos nossos missionários”. Concluía afirmando que já se observa “bons resultados da produção indígena”, principalmente quanto a gêneros alimentícios, e que em breve tempo as terras que antes eram habitadas “por hordas de selvagens, animais bravios e doenças paludosas” seriam transformadas em “celeiro de riquezas”,

² Jornal de publicação quinzenal tratava de assuntos diversos, destacando a agricultura. Propriedade da firma Almeida & Barbosa, circulou sob a redação de José do Ó de Almeida. Inicialmente impresso em tipografia situada no Largo do Carmo, Belém, depois na colônia e povoação agrícola e industrial de Nossa Senhora do Ó, na ilha das Onças, comarca de Belém. Saiu de circulação em 31 de dezembro de 1858, tendo sua primeira edição em 15 de outubro de 1855 (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985: 45).



constituindo, pois, em “exímios locais de produção de alimentos aos aldeados e a comercialização”.³

Duas falas separadas pelo tempo, falando de espaços de colonização diferente, mas muito próximas quanto aos seus propósitos, ilustrava bem as expectativas de intelectuais e autoridades paraenses, quanto aos objetivos de criação dos núcleos coloniais e aldeamentos missionários nesta região. Estava presente o desejo em se transformar áreas de florestas, característica da paisagem agrária do Pará oitocentista, em espaços de produção de alimentos para comercialização e conseqüente abastecimento das cidades, não apenas da região, como ainda de núcleos urbanos de outras províncias.

A discussão pretendida pelo projeto de pesquisa “Ocupação da terra, paisagem e produção rural nos aldeamentos e colônias agrícolas do Pará, décadas de 1840-1880”, desenvolvido na Faculdade de História da Amazônia Tocantina/UFPA no início de 2012, surge destes discursos que se pautam em promover a transformação agrícola da região. A proposta do projeto é analisar os mecanismos de ocupação da terra no interior dos núcleos coloniais e aldeamentos do Pará, entre as décadas de 1840 e 1880, e ainda identificar os produtos rurais resultantes desse processo de colonização. Assim, a pesquisa busca desvelar a estrutura fundiária desses espaços coloniais, a partir dos registros de concessão de lotes agrários, estatística de produção e listagens de ferramentas e equipamentos fornecidos a colonos e índios. Pretende-se descrever a paisagem construída pelas atividades econômicas desenvolvidas pelas ações colonizadoras, que tinham nas aldeias e colônias agrícolas espaços de execução.

Ainda sobre o que propõe com a pesquisa, destaca-se a necessidade de se entender de que maneira essa ocupação engendrou conflitos e compreensões em torno ao acesso, uso da terra e os valores que seus ocupantes (índios e colonos) foram construindo nesses espaços. Nesse sentido, não há dúvidas que este estudo está arraigado nos debates sobre os programas de colonização no Brasil durante o período da escravidão e as relações com as experiências de trabalho livre. A intenção, de boa parte desses estudos é justificar a criação desses programas como resultados de demandas da economia escravista. Nesse sentido, é recorrente a utilização dos estudos de Emília Viotti da Costa (1966) sobre São Paulo, Fernando Henrique Cardoso (1962) sobre o Rio

³ PARÁ. *Discurso recitado pelo Exmo Sr. Doutor João Antonio de Miranda, presidente da Província do Pará, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia de 15 de agosto de 1840*. Pará, Typographia de Santos e Menos, 1840, pp. 62-63. Disponível: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u990/>.



Grande do Sul, Octavio Ianni (1962) sobre o Paraná e os trabalhos mais gerais de Paula Beiguelman (1977) e Florestan Fernandes (1972) para compreender o contexto e os elementos que justificariam a criação destes projetos colonizadores.

Esses trabalhos têm em comum a preocupação em entender a repercussão do escravismo no desenvolvimento geral da economia brasileira, enfatizando a concepção de que as experiências de trabalho livre e a conseqüente criação de programas de colonização agrícola, que experimentariam o uso desta mão-de-obra, surgiriam como resultado de demandas sociais e econômicas da escravidão. Assim, os debates sobre agricultura aparecem como atividade principal a que devia se dedicar estes trabalhadores livres. No entanto, não se estabelecia nas observações desses autores uma discussão mais voltada para as percepções construídas em torno desta atividade, das formas de ocupação da terra e do que estava se produzindo nestes espaços.

No caso dos estudos que analisam mais diretamente os programas de colonização da segunda metade do século XIX, estes têm apontado o seu surgimento como conseqüência da própria decadência do trabalho escravo no Brasil. Nessa perspectiva, José Evandro Vieira de Melo (2006) analisa o processo de fragmentação fundiária em Lorena, São Paulo, o que lhe possibilita identificar a criação dos núcleos coloniais como parte da política de imigração desenvolvida no Brasil para atrair colonos para a lavoura cafeeira. Esta perspectiva é também compartilhada por Fellipini (1990), quando estuda o núcleo colonial Barão de Jundiá e Regina Maria d'Aquino Gadelha (1982), ao abordar a colonização de São Paulo como uma relação entre os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira.

Quanto aos aldeamentos, Manuela Carneiro da Cunha (1992:133) ao analisar a questão indígena, no que chama de “regiões de povoamento antigo”, numa referência ao litoral brasileiro, principalmente ao atual Nordeste e Sudeste do país, esta situação teria transpassado de uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras. Nestas regiões de colonização mais antiga e intensa os conflitos envolvendo colonos e grupos indígenas estavam relacionados às ações mesquinhas dos colonos em se apropriar das terras dos aldeamentos. Percepção que John Monteiro (2001:172) não observou quando da análise do pensamento sobre os indígenas durante o Império para as regiões ao Norte do Brasil, para quem os programas de catequese e civilização, pela via do aldeamento, estavam associados ao aproveitamento de mão-de-obra e fomento a produção agrícola e extrativa. Esta questão, principalmente quanto à mão-de-obra, é



também apontada por Kaori Kadoma (2009: 199), ao destacar que o debate sobre a criação de políticas específicas para a população indígena no parlamento vinha ao encontro das medidas a serem tomadas devido à pressão inglesa para que findassem o tráfico de escravos.

Considerando que parte da historiografia, principalmente do Sudeste, tem apresentado as experiências de colonização e trabalho livre numa associação com a crise escravista, e em certa medida dependente do modelo de produção escrava, na Amazônia destacaram-se abordagens que associam, principalmente a implantação de colônias agrícolas, como consequência do desenvolvimento da produção extrativa da borracha. Roberto Santos (1980), estudando a economia da Amazônia ao longo do século XIX, atribui a criação desses programas como consequência da crise da agricultura na região, visto que parcelas significativas de trabalhadores agrícolas haviam se deslocados para as áreas de extração da borracha. Esta posição é também compartilhada por Bárbara Weinstein (1993). Ambos identificam uma carência de trabalhadores agrícolas e, nesse sentido, as políticas de colonização estariam condicionadas às demandas da economia extrativa. Trabalhos como o de Samuel Benchimol (1999) e Ernesto Cruz (1958) não se furtam a esse debate. No caso de Ernesto Cruz acrescenta-se a perspectiva de que os programas de colonização, incluindo os aldeamentos, eram resultados também de uma visão empreendedora dos governantes em defesa do povoamento da região.

Nossa preocupação pauta-se por entender os debates sobre os programas de colonização, de forma a incluir os aspectos econômicos, mas também compreendendo estas ações públicas como estratégia política de dominação sobre extensas áreas de florestas e da população que vivia dispersa nestes espaços, sem que isto alterasse a tradicional estrutura da propriedade agrária no Pará. Nesse aspecto, a intervenção do Estado na implantação do programas de colonização agrícola e indígenas deve ser analisada, não apenas vinculadas às problemáticas regionais ou envolvendo apenas grupos e setores locais, ou ainda com interesses mais diretamente relacionados a esses programas, mas como processo que ajuda pensar a própria construção do Estado imperial no Brasil, e em que os programas de colonização também desempenharam um papel importante, contemplando interesses de grupos locais, ao mesmo tempo em que afirmava a autoridade do governo imperial na região. Estas reflexões, portanto, compartilham com os estudos de Paulo Pinheiro Machado (1999: 13 e 15), quando se propõe a analisar a política do Estado imperial com respeito às experiências de



colonização para a pequena propriedade no Brasil meridional, particularmente na década de 1870 no Rio Grande do Sul. No caso, buscavam-se levantar as continuidades e descontinuidades deste serviço, seus diferentes objetivos, limites e possibilidades. A idéia era que “o Estado brasileiro aprimorou e atualizou constantemente a legislação, as normas, a estrutura burocrático-administrativa, a infra-estrutura portuária e terrestre e os contratos internacionais”, constituindo assim como agente central das políticas de colonização.

Para compreender o processo de implantação e os diversos interesses em torno dos programas de colonização, analisaremos os discursos construídos em torno desses programas e que se materializaram na criação de um projeto de implantação de núcleos de produção agrícolas e aldeamentos na província do Pará. Estamos, pois, trabalhando com a compreensão de que tais discursos, a despeito de suas convergências e/ou divergências, expressam um conflito fundamentado pelos interesses dos diversos agentes envolvidos. Assim, a compreensão é de estes discursos adotam e expressam a carga histórica dos temas e questões sobre os quais tratam (BAKHTIN, 2006). Dizendo de outra forma, o discurso se constitui como evento social, não se caracterizando como um acontecimento contido em uma lingüística abstrata, nem algo originado da consciência subjetiva do enunciador. O enunciado concreto é resultado de um processo de interação com o meio social, não sendo formado em um processo lingüístico abstrato (BRAIT, 1999). Considerando as reflexões de Michel Foucault (1996: 8-9) deve-se levar em consideração, para além da inscrição dos lugares de produção e de recepção nos discursos produzidos por uma sociedade, os lugares de exclusão, de interdição, de controle que se inscrevem no discurso ou nos sistemas de normas que regem as práticas discursivas. Como afirma o autor: “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Para além de focalizar o discurso como lugar de lutas sociais e de confrontos políticos, ou como um lugar onde se expressam estas lutas e estes confrontos, nos ocuparemos para o fato de que o próprio discurso pode ser também aquilo porque se luta.

As vinculações entre Estado e colonização não estão sendo pensadas apenas como reflexo da crise escravista, como tem apontado à historiografia, mas como fruto de embates entre projetos e grupos sociais diferentes e divergentes, refletindo, portanto,



interesses regionalizados. Diante disso, observamos que o discurso em torno dos aldeamentos e núcleos coloniais como espaços necessários para promover o povoamento e a produção rural da província, se por um lado era utilizado como elemento de unificação de diferentes interesses, por outro deveria orientar as ações dos governos da província e imperial, servindo de justificativa para as ações de controle e dominação das populações locais. Diríamos, portanto, que conhecer o processo de implantação dos programas de colonização implica em compreender os significados construídos em torno desses espaços. Isso exige analisar os interesses quanto às normas que determinavam as formas de ocupação, os critérios de escolhas dessas áreas, os locais destinados às atividades agrícolas, os tipos de plantio, sementes, tamanho dos terrenos, os critérios para distribuição dos lotes e as exigências para permanência nas áreas de colonização. Isto significa compartilhar com a concepção de que o ato de colonizar está revestido da idéia de domínio sobre as terras e as populações (BOSI, 1992; LARANJEIRAS, 1983; e GREGORY, 2005). Trata-se, portanto, de se entender colonização no sentido de ocupação territorial, combinado com a idéia de desenvolvimento de uma atividade econômica e controle sobre os hábitos. Esses interesses devem ser pensados relacionando-os com os valores e significados atribuídos aos e pelos colonos.

Trabalhamos na perspectiva de que as ações desses indivíduos no interior ou não dos núcleos coloniais e aldeamentos não devem ser pensadas de forma isolada da legislação criada em torno dos programas de colonização, mas se constitui em oposição, ou não, aos limites impostos pelas autoridades, dependendo dos interesses de cada grupo. A compreensão e a apropriação que os colonos farão dos sistemas normativos nos quais estão inseridos serão elementos fundamentais para a definição das práticas e estratégias de sobrevivência. Aqui utilizamos as reflexões de Thompson (1998: 17) sobre cultura popular, “não situada dentro do ambiente dos significados, atitudes, valores, mas localizado dentro de um equilíbrio particular das relações sociais”. O processo de implantação e consolidação das áreas de colonização reflete, portanto, a relação entre as legislações pensadas para administrar esse espaço e os modos de vida dos colonos, constituindo “um conjunto complexo ao mesmo tempo de receitas técnicas e de costumes”, como aponta Marc Bloch (2001: 135).

Para analisar o processo de ocupação da terra e a produção rural presentes nos espaços de colonização do Pará, proposta inicial do projeto anteriormente citado,



faremos uma leitura sobre as percepções de aldeamentos e colônias agrícolas, assim como nos apoiaremos nos registros quanto aos tipos de produtos das áreas colonizadoras, índice de produção e técnicas produtoras, presentes nos relatórios da administração do governo imperial, em especial do ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e relatórios do ministério dos Negócios do Império debatidos na Assembléia Geral do Brasil.

Os relatórios do ministério da Agricultura, para Cristiano Christillino (2011: 213-214), fazem referência sobre uma variedade de temas associados ao espaço rural: “informam sobre a seca e as medidas tomadas pelo governo para auxiliar as regiões atingidas”; revelam “os projetos de modernização da agricultura brasileira, sendo discutidas as técnicas empregadas na agricultura e, também, sobre o estado de desenvolvimento das ‘indústrias rurais’”; e relatam “as atividades das escolas agrícolas e politécnicas, cujos dados nos permitem um estudo dos projetos mais amplos de modernização da agricultura, presentes nas diversas direções do ministério”. Ainda “permitem a discussão de temas pertinentes à imigração europeia e à questão da mão-de-obra nas lavouras brasileiras”. As informações desses relatórios também permitem “uma análise das diversas culturas agrícolas brasileiras e sua participação nas exportações e no mercado interno”, assim como desvelam dados quanto a produção, espaços de ocupação, números de colonos, indígenas e áreas de cultivo no interior dos aldeamentos e núcleos coloniais.

No caso dos relatórios e pronunciamentos das autoridades provinciais, estes permitiram, além de outras discussões, investigar os debates e os resultados da política de implantação dos programas agrícolas e que teria nas províncias o seu espaço de execução. Importante destacar que esta documentação se caracteriza quase sempre como um balanço anual ou de governo, feito no término de um mandato e no início de outro. Não resta dúvida de que expressa a imagem que cada governante teve de seu mandato, e conseqüentemente de si mesmo. Nesse sentido, não se analisou essa documentação como descrição fiel dos problemas e das realizações governamentais, mas como textos que evidenciam, entre outras coisas, embates entre grupos políticos.

De acordo com Marina Machado (2011: 203) os relatórios dos presidentes de província abordam os mais diferentes assuntos administrativos, como: eleições, obras públicas, agricultura, judiciário, leis, impostos e arrecadação, orçamento, saúde, educação, polícia e segurança, divisão territorial, colônias, população, colonização e



catequese indígena, “entre dezenas de outros assuntos que se agregam de acordo com a realidade específica e as demandas de cada província”, e de cada período. Segundo esta autora, trata-se de densos documentos que elucidam dados e debates propiciando a análise da sociedade em questão e os interesses e prioridades daquele momento, segundo os olhares dos indivíduos responsáveis pela administração pública provincial.

Além desses registros, outra documentação produzida pelos poderes públicos deve ser analisada: os Ofícios, Avisos e Cartas. A expectativa era de encontrarmos registros, não apenas das estratégias do poder público na implantação de suas ações, mas também, perceber o que estava sendo construído fora da estrutura de governo e que, por diferenciados motivos, foram “dignas” de apontamentos pelas autoridades.

Outras fontes vêm colaborar para entendermos os diversos interesses que se formaram em torno da colonização no Pará. Estamos nos referindo aos Anais do Senado e Anais do Parlamento Imperial. O parlamento tornava-se espaço privilegiado para as discussões e posicionamentos políticos quanto às questões que surgiam no país. Nesse aspecto, os discursos proferidos nas casas legislativas, foram analisados com o propósito de se entender os valores que se formaram em torno da colonização e que eram reproduzidos nos discursos no parlamento.

A imprensa, assim como o parlamento, tornava-se espaço privilegiado para as discussões e posicionamentos políticos quanto às questões que surgiam no país. Nesse aspecto, os discursos proferidos nas casas legislativas, assim como os periódicos *A Província do Pará*, *Diário de Belém*, *A Constituição*, *Treze de Maio*, *O Liberal do Pará*, *Diário do Gram-Pará*, *O Paraense*, *O Agrário* e o já citado *O Colono Nossa Senhora do Ó*, serão analisados com o propósito de se entender os valores que se formaram em torno da colonização agrícola e que eram reproduzidos nos discursos da imprensa e no parlamento. Os jornais também nos ajudaram a identificar as ações desenvolvidas, tanto pelo poder público como pelos colonos, e como estas ações repercutiam nesses periódicos. Assim, estes periódicos foram analisados como lugar de produção de noticiais e local de construção de estratégias de poder.⁴ Seus registros são

⁴ Os jornais *A Província do Pará*, *O Liberal do Pará*, *A Constituição* e *Diário de Belém* normalmente constituíam periódicos ligados a grupos políticos. No caso de *A Província do Pará*, jornal de circulação diária e fundado em 1876 por Joaquim José de Assis, nas décadas de 60 e 70 do século XIX assume posição de órgão do Partido Liberal; posição compartilhada no mesmo período com *O Liberal do Pará* (1869-1889) controlado por Manoel Antonio Monteiro. *A Constituição* (1874-1886) órgão político de propriedade do conservador Manoel José de Siqueira Mendes apresentava publicações vespertina. *Diário de Belém* (1868-1892) apresentava uma estrutura que não divergiam dos demais; no caso apresentavam sessões de política, noticiosa e comercial; este jornal era redigido pelo bacharel Antonio Francisco



compreendidos como objeto de intervenção num debate político, ou seja, defendem um posicionamento político num certo contexto específico.

Para Cláudia dos Santos (2011: 186) um dos aspectos marcantes da imprensa do século XIX “é o seu caráter declaradamente episódico. Sendo assim, muitas publicações nasciam com o objetivo explícito de intervenção num determinado debate político, sem a pretensão de continuidade. Inclusive a história da imprensa nesta época podia ser compreendida através da oposição entre duas concepções diferentes sobre o papel na sociedade. Para esta autora uma dessas concepções, concebia o jornal enquanto um ator político responsável pela formação da opinião pública e que se constitui abertamente como uma imprensa política. A outra, que tentava atingir o grande público, se estruturava a partir de referência a imparcialidade e ao seu caráter não partidário, não político.

Outra questão a ser abordada a partir da documentação pesquisada corresponde à vida dos colonos e indígenas no espaço de colonização. A formação dos longos e quase sempre conflituosos caminhos no meio da mata que serviam de demarcação dos terrenos; o uso de mourões, mudados de dias em dias, como prova de que estava na hora de aumentar os limites das propriedades; a retirada da madeira para a venda a partir de produtos como: lenha para o carvão, os cipós, palhas, cavacos, além de frutas e todo e qualquer produto da floresta, são algumas das muitas situações que envolviam esses colonos e que ajudam a explicar o processo de implantação desses espaços. Assim um “corpus” documental importante foi o constituído por Abaixo-Assinados, Requerimentos e Comunicações da diretoria e comissão de colonização. Nesse caso, nosso propósito ao examinar esta diversificada documentação era demonstrar que os estudos de ações locais nos possibilitavam uma verificação e re-interpretação de questões mais generalizantes (LEVI, 1993: 133-161; e REVEL, 1989), ou seja, compreender que as experiências nas quais os colonos e indígenas se viam envolvidos,

Pinheiro, tendo posteriormente tornado-se órgão especial do comércio. (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985: 55-56; 66; 73-74; 83). Manoel Barata (1973: 243-254) em estudo sobre os periódicos do Pará identifica o jornal *Diário de Belém* como ligado ao Partido Conservador. O jornal *Treze de Maio* fundado por Honório José dos Santos, em 13 de maio de 1840 tinha linha editorial marcada pela defesa da ordem. Seu título fazia alusão ao dia em que a cidade de Belém foi invadida pelas tropas da legalidade em 1836, quando Soares de Andréa desembarcava, pondo fim ao movimento cabano na capital paraense. No caso do *Diário do Gram-Pará*, este foi o primeiro jornal a sair diariamente no Pará fundado em 10 de abril de 1853 por José Joaquim Mendes Cavalleiro. Trazia em suas páginas crônicas diárias, humorísticas e políticas; sendo caracterizado órgão do Partido Conservador. *O Agrário*, jornal de publicação quinzenal e órgão da Sociedade Agrícola Paraense, redigido por Antonio Gonçalves Nunes, na época barão de Igarapé-Miri, se propunha a defender os interesses dos agricultores promovendo o desenvolvimento da lavoura no Pará (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985: 29-30; 43; 100).



embora se afirmassem em práticas locais, permitiam, ao mesmo tempo, demonstrar as mudanças de percepções sobre os espaços de colonização, quando das práticas e situações vivenciadas por índios e colonos.

Consideramos os últimos anos da década de 1830 até a década de 1880, como período a ser analisado. Isto por que entendemos que a década de 1840 marca o início dos debates parlamentares em torno dos projetos de colonização estrangeira e nacional indígena para o Brasil. Nos dizeres de Ilmar Mattos (2004: 258) é o período de uma acirrada discussão que refletia a necessidade de se garantir um amplo contingente de mão-de-obra barata para a grande lavoura, em um momento em que a pressão inglesa e as insurreições negras ameaçavam de colapso o fornecimento de mão-de-obra escrava. Há de se considerar que, através desses projetos, buscava-se legalizar a propriedade dos plantadores que haviam obtido terras, conseguindo preservá-las e mesmo ampliá-las. No caso da Amazônia, é o momento de reorganização administrativa da província do Grão-Pará, desestruturada com a Cabanagem.

Do ponto de vista dos interesses das autoridades, o período é também marcado pela intervenção junto às populações “espalhadas” pelo interior do Pará, não mais recorrendo ao uso das forças policiais, uma característica comum da atuação do governo provincial nos últimos anos da década de 1830, o que era justificado por um discurso de manutenção da ordem através da repressão aos revoltosos cabanos. A partir da década de 1840, os discursos são revestidos da defesa da moralização dos hábitos, o que seria alcançado com a implantação de programas que fortalecesse a atividade agrícola. Estes discursos são acompanhados por várias ações, a exemplo da implantação de colônias agrícolas e aldeamentos. Há de se considerar ainda que as décadas de 1870-80 são marcadas pelos debates e experimentos com trabalhadores estrangeiros, sobretudo europeus, além de se afirmar como o momento em que o ideário positivo-evolucionista ganhava força no país e legitimava os discursos em torno da defesa do constante desenvolvimento das técnicas produtivas na agricultura (SCHWARCZ, 1993: 14).

Ao analisarmos os programas de colonização sob o ponto de vista das formas de ocupação e produção rural e a constituição de um modelo de trabalhador, presente na defesa da implantação desses espaços, estamos demonstrando que o processo de colonização vivenciado no Pará do século XIX deve ser entendido, enquanto ações de controle sobre a floresta, seus recursos e as populações locais, indígenas, nacionais e estrangeiros, que ocupam esse espaço, devendo ainda atentar para as práticas, técnicas,



símbolos e valores construídos em torno dessas ações e materializados no uso que se faz das terras então colonizadas.

Referência Bibliográfica:

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no Complexo Cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Pioneira, 1977.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia – Formação Social e Cultural*. Manaus: Valer, 1999.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. *Jornais Paraoaras: catálogo*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desporto e Turismo, 1985.
- BLOCH, Marc. *A terra e seus homens. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Bauru: EDUSC, 2001.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRAIT, B. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. (Orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, 1999, pp. 11-28.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Paz e Terra, 1962.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Relatórios Ministeriais. In: MOTTA, Márcia & GUIMARÃES, Elione. *PROPRIEDADES e disputas: fontes para a história do oitocentos*. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói, EDUFF, 2011, pp. 213-216.
- COSTA, E. Viotti. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Unesp, 1998.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Legislação Indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, pp. 133-154.
- CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*. Belém: Conselho Nacional de Pesquisa /Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1972.
- FELLIPINI, E. *Terra, Família e Trabalho: O Núcleo Colonial de Jundiá 1887-1950*. Dissertação de Mestrado em História, FFLCH-USP, São Paulo, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920), contribuições ao estudo da colonização de São Paulo*. Tese de Doutorado em História, FFLCH-USP, São Paulo, 1982.
- GREGORY, Valdir. “Colonização”. In: MOTTA, Márcia (ORG.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 98-102.
- IANNI, Octavio. *Colonização e contra reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes. 1979.
- LARANJEIRA, Raymundo. *Colonização e reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.



- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1993, pp. 133-161.
- MACHADO, Marina. Relatório de Presidentes de Província. In: MOTTA, Márcia & GUIMARÃES, Elione. *PROPRIEDADES e disputas: fontes para a história do oitocentos*. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói, EDUFF, 2011, pp. 203-206.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Política de colonização no Império*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRS, 1999.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
Disponível: http://www.4shared.com/get/LB1p8eSk/Ilmar_Rohloff_de_Mattos_-_O_Te.html.
- MELO, José Evandro Vieira de. Fragmentação fundiária e formação de núcleos coloniais: os pequenos fornecedores de cana do Engenho Central de Lorena, no final do século XIX. In: MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro; AMARAL, Vera Lúcia (Org.). *História Econômica: Agricultura, Indústria e Populações*. São Paulo, Alameda, 2006.
- MONTEIRO, M. John. *Tupis, Tapuias e Historiadores. Estudo de História Indígena e do Indigenismo*. Tese de Livre Docência, IFCH-UNICAMP, Campinas, 2001.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989, pp. 15-38.
- SANTOS, Claudia dos. Imprensa. In: MOTTA, Márcia & GUIMARÃES, Elione. *PROPRIEDADES e disputas: fontes para a história do oitocentos*. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói, EDUFF, 2011, pp. 185-195.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia, 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência*. São Paulo: Hucitec, 1993.



GT 11 – O Rural na História do Brasil

Aldeamentos tardios no Rio de Janeiro e a ocupação de terras indígenas

Marina Monteiro Machado¹

¹ Doutorado em História pelo PPGH-UFF, pós-doutorado pelo ISCTE, Lisboa/Professora da Escola Superior de Ciências Sociais (FGV-RJ)/ marinamachado@gmail.com

Resumo

O presente trabalho por objetivo refletir sobre o modelo dos Aldeamentos Tardios no final do período colonial brasileiro, tendo como recorte geográfico a capitania do Rio de Janeiro. Reconhecemos tais modelos de redução de grupos indígenas como estratégias para a ocupação de suas terras e aproveitamento de mão-de-obra pelas recentes fazendas que surgiam na região, configurando-se assim um específico processo de expansão das fronteiras de colonização. Trata-se de parte do estudo desenvolvido ao longo de uma pesquisa de doutoramento sobre o Aldeamento de Nossa Senhora da Glória de Valença, que busca compreender o novo modelo adotado para o aldeamento de grupos indígenas a partir das premissas inauguradas pelas leis pombalinas, tendo em vista e dialogando com a nova dinâmica de ocupação territorial na região sudeste na passagem do século XVIII para o século XIX.

Palavras-chave: Fronteira, Aldeamentos, Terras Indígenas, Conflito de Terra.



A ocupação dos sertões da capitania do Rio de Janeiro se deu sobre diferentes formas e ritmos ao longo dos séculos da colonização, tendo sido um processo continuado mesmo nos anos seguintes à independência. Um processo que se caracteriza por ter se mantido essencialmente no litoral até finais do século XVII, quando a descoberta do ouro levou as fronteiras da colonização a expandirem-se em direção aos sertões mineiros. No entanto, ainda que a colonização de regiões mais interioranas já fosse uma realidade cotidiana, a dinâmica de ocupação das terras a partir da mineração acabou por gerar uma situação singular, na qual o sertão fluminense manteve-se ainda essencialmente como rota de passagem até o final do setecentos, pouco povoado, com a presença de fazendas geralmente situadas apenas no entorno do Caminho Novo – via de comunicação entre as regiões –, tais propriedades serviam como pouso e abastecimento para aqueles que seguiam para o interior ou retornavam para o litoral.

Ainda que a ocupação das áreas no princípio fosse somente as margens dos caminhos, e apenas mais tarde tendo se direcionado ao interior, tal modelo de ocupação esteve diretamente atrelado ao desenvolvimento paralelo de uma política indigenista, que se configurou como uma realidade de diálogo permanente entre a questão indígena e a questão das terras, visto que o interesse maior voltava-se para a conquista das áreas ocupadas pelos diferentes grupos indígenas da região. Salientamos no entanto, que, ainda que reconheçamos aqui que as questões indígena e das terras devam ser compreendidas através de um estudo em que dialoguem entre si, em geral são tratadas de forma distante, separadamente, o que prejudica muitas das análises produzidas, que desconsideram a interdependência dos temas.

A fim de buscar a interseção das duas temáticas e compreender como o governo luso, e mais tarde o governo brasileiro promoveu a ocupação dos sertões promovendo uma política específica para os índios do interior do Rio de Janeiro, nos debruçamos sobre o modelo de redução dos grupos indígenas conhecido como Aldeamentos Tardios. Tratam-se de instituições que seguiam os moldes inaugurados pelos padres da Companhia de Jesus, nos séculos anteriores, mas adequando-se as novas realidades, necessidades e legislações, com destaque para as premissas do Diretório Pombalino.



Dentre alguns exemplos de Aldeamentos Tardios no Rio de Janeiro, debruçarmo-nos aqui sobre o Aldeamento de Nossa Senhora da Glória de Valença, localizado no Médio Vale do Paraíba fluminense, que começou a ser organizado em 1790 e foi oficialmente fundado em 1801. Justamente por sua periodização, é conhecido como Aldeamento Tardio, diferenciando-se em alguns aspectos dos primeiros aldeamentos coloniais, datados do século XVI, e em geral situados no litoral, e, como já mencionado, por estar inserido no contexto posterior à lei pombalina, e a expulsão dos padres jesuítas. Trata-se de um caso emblemático em vários sentidos, sobretudo pelos agentes envolvidos em todo o processo.

A reunião e a aproximação com os índios datam da década de 1780, mas o aldeamento começou a ser pensado como tal apenas na década de 1790. Reuniu esforços de diferentes agentes, tendo sido fundado por um fazendeiro da região, José Rodrigues da Cruz, com o apoio logístico e financeiro da Coroa portuguesa, personificado na figura do importante ministro luso Dom Rodrigo de Souza Coutinho. Ao longo de sua existência passou por diferentes conjunturas, administrações, enfrentando graves dificuldades de gestão e administração, até mesmo falta de diretores, configurando-se um processo peculiar para a conquista das terras da região por parte dos novos colonizadores. Um processo dúbio, que constituiu o Aldeamento, sob premissas da lei portuguesa e com a promessa de concessão de um título de sesmaria que por sua vez jamais se tornou realidade. Um processo que reuniu os índios, e garantiu a ocupação colonial da região do entorno e em um curto espaço de tempo consagrou e logo retirou o direito dos grupos indígenas as áreas ocupadas.

Os aldeamentos tardios tinham o objetivo não apenas de apaziguar áreas, mas, ainda, de garantir o controle sobre a mão-de-obra indígena nessas localidades, e possibilitar a conquista das terras nas redondezas, antes ocupadas por grupos indígenas, pelos agentes colonizadores. O teor de tais aldeamentos fica ainda mais evidente diante do fato de muitos serem administrados por fazendeiros locais, que assumiam o papel antes atribuído aos padres da Companhia de Jesus. Pensar os projetos dos aldeamentos tardios torna-se fundamental para compreender os movimentos nas fronteiras da capitania do Rio de Janeiro, que serão aqui analisados, evidenciando o empenho em prol da apropriação de terras. Movimentos nos quais reconhecemos para além do avanço da de uma nova sociedade, o encontro de diferentes grupos e a formação de uma nova



realidade, um modelo que se nutre das características dos diferentes grupos que se encontram neste espaço.

O estudo em pauta destaca a peculiar relação de expansão das fronteiras da colonização fluminense, um aspecto cotidiano da ocupação de terras no Brasil e em toda a América que embora consagrada pela tese de Frederick Jackson Turner, deve ser analisada em seus pormenores, reconhecendo as particularidades de cada caso. Para o Aldeamento de Valença destacamos o convívio cotidiano entre diferentes grupos que representou um desafio cotidiano, dentre realidades de conflitos e de negociações, no qual a ocupação das terras volta-se como um tema central. Ao final do setecentos a dinâmica da ocupação territorial vinha ganhando novos horizontes, agregando novos valores à terra, bem já disputado. O avanço para o interior refletiu uma nova fase de avanço sobre as terras indígenas. Dedicaremos especial atenção a temática da Fronteira, buscando compreender as relações nesse particular espaço para a análise de encontros e desencontros que foi fundamental na gestação da nova sociedade que se formava, interiorana, nos sertões, arraigada de características distintas, dos diferentes agentes envolvidos. Uma sociedade que já se inaugurava sob a disputa pela terra, buscando vantagens e releituras das diversas realidades em prol da conquista de objetivos específicos.

Como apresentado, o aldeamento estudado envolveu os mais variados agentes, cada qual imbuído de seus respectivos e distintos interesses, embora em grande partes todos visassem o mesmo bem: as terras. Grupos indígenas, padres, fazendeiros, sesmeiros, moradores e agentes da Coroa, aos quais se devem somar ainda os negros vindos da África, e as mulheres, que não foram objeto deste trabalho, mas devem ser consideradas agentes na história dessas fronteiras. Indivíduos que conviveram nesse espaço móvel, encontrando e desencontrando interesses, atuando em prol de seus próprios objetivos.

Trata-se de uma fronteira cotidiana, gestada a cada dia, a partir de cada ação, pois a disputa territorial não foi uma ação única, mas um processo diário, permeado por políticas que mudavam de rumo em função das ações que disputavam palmo a palmo a posse das terras. Com isso, ao observar o cotidiano das disputas estar-se-á perseguindo uma realidade que não é dada, e sim construída, imersa em um processo tão fluido e diário, quanto a realidade em que estava inserido, um jogo de interesses que se



modificava em função dos objetivos, e, sobretudo de cada etapa do processo, nas ações particulares e em conjunto.

Essa fronteira cotidiana não está registrada em documentos, o que aponta para a necessidade de integrar à análise uma contextualização dos principais personagens e grupos envolvidos. Ao longo dos anos estudados, cada novo personagem apresentado pode transformar o processo em andamento, requerendo uma nova organização e entendimento do espaço, diante das novas demandas apresentadas. São as técnicas da microhistória que possibilitaram trazer à luz o anônimo, o indivíduo que para muitos poderia passar à margem da história, mas cuja atuação fará parte da fronteira em si. Perseguindo os rastros deixados por esses personagens comuns, pode-se tecer seus papéis sociais e individuais na constituição do processo em tela. O exame dos detalhes e a análise do micro possibilita, ao longo da pesquisa, a compreensão do processo, conferindo maior profundidade no recorte proposto. Entretanto não se pode ignorar o diálogo constante entre o micro e o macro, pelo contrário: a valorização das diferentes dimensões permite tecer relações entre os acontecimentos no império luso-brasileiro e o avanço da ocupação das terras pelos colonizadores no interior fluminense envolvendo assim o processo em sua totalidade.

O mundo da fronteira precisa ser compreendido pela atuação específica dos agentes sociais envolvidos, o interesse pelas terras permanecendo como pano de fundo das ações. Cabe lembrar que se trata de um período histórico bastante particular, um curto espaço de tempo em que o Brasil passou de colônia a Reino Unido, capital do então Império Português, e pouco depois a país independente, que precisava se organizar e se entender como tal, o que se fará refletir na história analisada. Foram foco das análises as ações e os interesses, declarados ou não, que ficaram registrados em uma intensa troca de correspondência entre parte dos agentes envolvidos, em especial dos administradores do aldeamento, com o governo luso-brasileiro – uma documentação que acompanha o processo de transferência da corte portuguesa para as terras brasileiras, assim como o estabelecimento da administração luso-brasileira na cidade do Rio de Janeiro.

Muitos personagens surgem ao longo da análise, alguns na corte, outros moradores dos sertões, índios e não-índios. Nesse emaranhado de indivíduos, a necessidade de uma liderança nas fronteiras tornou-se latente, inaugurada pelo já



referido fazendeiro, José Rodrigues da Cruz. Não se trata de uma liderança qualquer, mas de um mediador, um indivíduo socialmente autorizado para mediar às relações e os diálogos entre as tantas partes envolvidas. Mas, assim como apresentado, o Aldeamento passou por diferentes momentos de administração, tendo inicialmente o fazendeiro, responsável pela gerência de duas importantes fazendas localizadas na fronteira fluminense, iria atuar na construção de uma rede de alianças e confiabilidade: José Rodrigues da Cruz vai se destacar em meio a esses movimentos, mediando relações entre grupos indígenas, governo, padres e mesmo os moradores dos sertões. Nos anos seguintes a administração esteve a cargo do Capitão de Ordenanças Ignácio Werneck, que contava com o apoio do padre responsável. O agravamento da situação do Aldeamento e de sua luta pelo título legal sobre as terras se deu após o afastamento do Capitão, que, assim como o fazendeiro, tinha participado ativamente no processo de redução dos grupos indígenas. A etapa posterior é marcada pela ausência de diretores no Aldeamento e acelerada ocupação das terras por sesmeiros e moradores sem títulos legais. Não estamos aqui defendendo o Aldeamento Tardio como uma solução para que os índios tenham acesso à terra, mas reconhecendo as contradições inerentes na própria política implementada, que favoreceram a ocupação colonial das terras do Médio Paraíba.

Diversos grupos apresentam-se no cotidiano da fronteira, e aos poucos aparecem aqueles que se apresentam – e conseqüentemente se autodefinem – como moradores, afirmando a materialidade do território construído, considerando-o como local de moradia e trabalho. Revela-se assim uma relação íntima com a terra conquistada, um significado com profundidade, típico de zonas de fronteira. Outra categoria que aparece com menor recorrência na documentação é a ideia de colono, que também remonta ao sentido de povoador de terra estranha, transmitindo a ideia de uma apreciação positiva da ocupação luso-brasileira dos sertões, como uma ação agregadora, de enriquecimento e valorização das terras. Cabe destacar que ambos os termos fazem forte alusão à conquista, conotando uma coesão simbólica entre os agentes, embora muitas vezes mascarem a violência do processo.

A terra continuava sendo o objetivo central dos indivíduos que se direcionavam para a fronteira, mas o posto alcançado por Rodrigues da Cruz iria se revelar como importante capital imaterial que, embora não estivesse em disputa, também não era facilmente conquistado. De forma acelerada, os interesses e as disputas pelas terras iam



se tornando mais evidentes, desencadeando novos conflitos que formam parte da história da ocupação da região de Valença. Uma análise cuidadosa do Aldeamento de Valença e todo o processo de embates e negociações no qual esteve inserido, permitem perceber que os conflitos se misturam e os agentes se reproduzem. Por um lado, pode-se afirmar tratar-se apenas de um conflito, mas o objetivo central da pesquisa foi entender que esse conflito é formado por um conjunto de pequenas contendas que, juntas, não compõem apenas o conflito maior, mas esquadrinham parte da história da ocupação do Médio Vale do Paraíba.

O recorte temporal da análise ocupa um espaço de 30 anos. Pouco tempo, se comparado à grandiosidade da história do Vale do Paraíba fluminense, mas um período extremamente rico para a análise, sobretudo por se tratar do já mencionado peculiar momento histórico. Esses breves 30 anos revelam-se densos à observação e análise da fronteira.

Ainda no princípio, a análise depara-se com uma fronteira que se entendia aberta, povoada por “perigos” e “ameaçada” por grupos indígenas. Ao longo dos anos seguintes a realidade iria mudar pouco a pouco, mudando com ela o espaço e possibilitando novas reflexões sobre a configuração da própria região. Aos poucos o espaço, antes entendido como ermo, passa a palco de disputas por terras, evidenciando os conflitos e a atuação de tantos grupos e agentes, bem como as políticas assumidas pelos governantes que estiveram à frente da questão.

Cabe reafirmar que este é apenas mais um olhar sobre a história da ocupação da capitania do Rio de Janeiro; não é o primeiro, tampouco se pretende a último. Apresenta-se uma interpretação que se volta ao mundo rural, aos conflitos e à conquista de terras, em um processo que se perpetuou nos anos seguintes e foi decisivo para transformar terras antes entendidas como incultas, “ameaçadas” pela presença de grupos indígenas, em um importante polo produtor de café, a grande riqueza do império brasileiro.

O presente trabalho pretende dialogar com os estudos recentes sobre a história rural no Brasil, tendo em foco os conflitos, tão antigos quanto atuais. Para tanto, propõe-se um olhar histórico sobre toda a conjuntura que consagrou, construiu e fundou e acabou com o aldeamento. Uma história que pode ser contada ao longo de algumas décadas, mas expressa um período delicado da história do Brasil, abrindo uma janela



para compreender o processo de ocupação de terras, sobretudo em áreas já consagradas pela ocupação indígena. Cabe destacar ainda que embora muitos sejam os trabalhos que se debruçam sobre a região do Médio Paraíba, são poucos os que se voltam para a conjuntura da ocupação indígena, sendo a maior parte das análises sobre o período posterior, consagrado pela produção de café e a mão-de-obra dos escravos africanos. Trata-se, portanto, de mais uma questão que se insere no quadro da amnésia social que recai sobre o todo o tema do rural.

Referências bibliográficas

AMANTINO, Márcia S. **A conquista de uma fronteira: o sertão de Minas Gerais no século XVIII**. Dimensões [Revista de História da Ufes], Vitória, v.1, n.14, p.65-90, 2002.

AMANTINO, Márcia S. **O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII**. São Paulo: Annablume, 2008.

GUIMARÃES, Elione & MOTTA, Márcia. **Campos em Disputa – História Agrária e Companhia**. São Paulo: Annablume, 2007

GUIMARÃES, Elione, MOTTA, Márcia M. M. **Guia de fontes para a história agrária**. Guarapuava: Ed. Unioeste, no prelo.

LINHARES, Maria Yedda. *História Agrária*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana de; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MACHADO, Marina Monteiro. **Entre Fronteiras: terras indígenas nos sertões fluminenses (1790-1824)**. Tese de Doutorado. Niterói: PPGH-UFF, 2010

MACHADO, Marina Monteiro. **A trajetória da destruição: índios e terras no Império do Brasil**. Niterói, 2007. Dissertação (mestrado) - PPG História, Universidade Federal Fluminense.

MOTTA, Márcia M. M. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito**. São Paulo: Alameda, 2009.

MOTTA, Márcia M. M (org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Verbete Posse, p.368-73.

MOTTA, Márcia M. M., MACHADO, Marina. *Fronteiras internas: apontamentos de pesquisa*. In: COLOGNESE, Silvio A. (org.) **Fronteiras e identidades regionais**. Cascavel: Coluna do Saber, 2008. p.9-22.



MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX.** 2a edição revista e ampliada. Niterói: EDUFF, 2008.

MOTTA, Márcia; SECRETO, María Verónica. (Org.). **O Direito às Avessas: por uma história social da propriedade.** 1 ed. Guarapuava; Niterói: Editora Unicentro; Editora da UFF; Editora Horizonte, 2011

SANTOS, Márcio R. A. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750.** São Paulo, 2010. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

SANTOS, Nívia P.C. **Dom Rodrigo de Souza Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no império português (1778-1812).** Niterói, 2002. Dissertação (mestrado) - PPGH/UFF.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



GT 11 O Rural na história do Brasil

**CONFLITOS FUNDIÁRIOS E AÇÃO ESTATAL NO CENTRO SUL DO
PARANÁ**

Jefferson de Oliveira Salles¹

Oswaldo Heller da Silva²

Resumo: O presente artigo refere-se a pesquisa em desenvolvimento acerca dos conflitos fundiários ocorridos na região centro sul do Paraná na década de 1990 com foco na visão e na ação de diversas esferas do Estado. O trabalho de campo será desenvolvido a partir do acervo cartográfico e jurídico do Instituto de Terra e Ambiental do Paraná, relatórios de comissões da Assembleia Legislativa, boletins de ocorrência da Delegacia de Pinhão, multas por crimes e infrações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná, entre outras fontes.

Palavras chave: Conflito fundiário, Paraná, Estado.

“É preciso tornar a opressão real mais opressiva, acrescentando-lhe a consciência da opressão; é preciso que a vergonha se torne mais vergonhosa.” K. Marx – Introdução a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel.

1 Conflitos fundiários de Pinhão a partir da visão estatal

O presente artigo refere-se à pesquisa de mestrado que estou desenvolvendo sob orientação do prof. Oswaldo Heller da Silva do departamento de Ciências Sociais da UFPR. O contato inicial com o tema da pesquisa nasceu a partir da minha atuação como bolsista no PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) tendo como função acompanhar turmas de alfabetização em assentamentos da região Centro Sul do Paraná, sendo que contemporaneamente, como historiador do órgão fundiário estadual de terras (Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, ITCG) tomei conhecimento mais aprofundado do tema por participar de diversas reuniões entre INCRA, ITCG e organizações dos movimentos sociais que demandam terras e outras políticas territoriais no município de Pinhão – neste município existem comunidades

¹Professor de História da rede estadual, mestrando em sociologia na UFPR, coordenador do projeto Memórias dos Povos do Campo no Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG), jefferson_salles@itcg.pr.gov.br, jefferson_oliveirasalles@yahoo.com.br.

² Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFPR. Pós-Doutorado - Université de Paris X, Nanterre. Doutor em Sociologia - École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, França. osvaldo@ufpr.br



faxinalenses integrantes da Articulação Puxirão de Povos Faxinalenses, MST e Associação de Posseiros do Pinhão (VANDRESSEN, 2004 e AYOUB, 2011).

O presente trabalho aborda os conflitos fundiários ocorridos no município de Pinhão envolvendo auto-denominados posseiros, faxinalenses e integrantes do MST e a Indústria Madeireira João José Zattar S/A. Os conflitos se desenvolveram na região centro sul do Paraná na década de 1980-1990, sendo caracterizados por uma diversidade de acusações entre as partes (ameaças, agressões físicas, assassinatos, furto e roubo de erva mate e madeira, queima de casas, ataques a escolas, etc.). Devido ao agravamento do conflito em meados da década de 1990 diversos órgãos estatais passaram a intervir no conflito. Será sobre esta intervenção que realizaremos nossa abordagem a partir da análise de extensa documentação produzida pelo Ministério Público Estadual, ITCG e o Relatório da Comissão Especial de Investigação da Assembléia Legislativa do Estado, criada com o fim específico de investigar estes conflitos. (PARANÁ, 1994; AYOUB, 2011; VANDRESEN, 2004).

2 Formação territorial do Paraná: desenvolvimento e resistência

“É um verdadeiro homem de propriedade para o qual o mundo se divide em dois grupos: os eleitos que têm e respeitam os bens materiais; os réprobos, que não os tem ou não os respeitam [...]. Assim percebemos o papel da violência, que voltada para fora é vontade e constrói destruindo.” (CANDIDO, Antônio. Prefácio, p.21-3. In: RAMOS, Graciliano. Caetés. Ed. Martins Fontes 6a ed., s/d.).

Para abordarmos a história dos conflitos fundiários do Pinhão iniciamos primeiro uma revisão bibliográfica acerca dos conflitos fundiários ocorridos no Paraná do século XX, pois compreendemos que este conflito será mais bem compreendido à luz da caracterização da formação do espaço rural paranaense. Como outras regiões do país, este estado foi marcado por diversos conflitos fundiários decorrentes de seu processo de formação territorial explicitando, principalmente no século XX, a oposição entre camponeses e a grande propriedade territorial, embora possamos também citar diversos conflitos com povos indígenas (MOTA, L., 1994). Em relação a estes conflitos, a bibliografia acadêmica consultada indica os seguintes personagens: “posseiros” (termo mais usado segundo FERREIRA, 1987, p.10), “colonos”, “caboclos”, “sitiantes”, “lavradores ou intrusos em terras particulares” que, geralmente, enfrentaram “grileiros e grandes proprietários”, “fazendeiros”, “companhias de colonização”, “papa terras” – sendo que estes últimos, em vários casos, utilizaram-se de “jagunços” ou “guasças” e possuíam relações privilegiadas ou “estavam associados” com ocupantes de cargos



públicos eletivos – Secretários de Estado, Senadores, Governadores, em particular, ocupantes de cargos diretivos no Instituto de Terras (WESTPHALEN, MACHADO, e BALHADA, 1968, p.30-33 e 40-49; WARCHOWICZ, 2000; GOMES, 1987; SALLES, 2004). Em relação às companhias de colonização, em vários casos estavam associadas ao complexo industrial madeireiro (GOMES, 1987, SALLES, 2004). Estes são detalhes essenciais para compreensão da ação dos diferentes órgãos estatais ambientais, fundiários, agrícolas, agências de fomento, etc.

3 Cronologia dos conflitos fundiários no Paraná do século XX

“diversos caboclos casados com índias mansas e alguns índios (...) acha-se fazendo ranchos e roças nos campos de propriedade de Manoel Xavier Pedroso, residente no Rio Grande do Sul, e esperão os 200 índios do Campo Mourão e Jatahy que há pouco estiverão nesta cidade e mais alguns que vieram de Palmas e outras pontos para ahy morarem, dizendo q. esses campos lhes pertencem e que dahy so sahyrão a força. Calculo que estes índios e caboclos poderão reunir-se para mais de 300 pessoas, entre grandes e pequenas” Comunicado da Câmara Municipal de Guarapuava enviado ao Presidente de Província do Paraná em 14/10/1877, acerca da concentração de índios Kaingang e caboclos no Koran-bang-rê. In: MOTA, L. T., 2000, p. 101.

O Paraná, durante o século XX, foi palco de violentos conflitos fundiários³: Guerra do Contestado (1912-16, atingindo o interior de Santa Catarina e Paraná, neste Estado abrangendo os atuais municípios de Rio Negro, União da Vitória e Palmas); Revolta de Porecatu (1945-52, envolvendo os atuais municípios de Porecatú, Alvorada do Sul, Florestópolis, Mirassolva, Centenário do Sul, Lupionópolis, Cafeara, Guaraci); Revolta dos Colonos do Sudoeste (que explodiu em 1957, com desdobramentos até 1960 e envolveu os atuais municípios de Santo Antônio, Mariópolis, Renascença, Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema) (MACHADO, Paulo P., GOMES, 1987, PRIORI, 2000 p.13-14 e 26). Além destes ocorreram vários outros, que embora de menor escala, envolveram centenas de pessoas: região de Palmital e Pitanga (1922-23); de Tibagi (englobando o atual município de Ortigueira e Faxinal entre 1933-35 e depois em 1941); Jaguapitã e Sengés (1946-49); Campo Mourão e Paranavaí (1948 e 52 e Campo Mourão novamente no início de 1960); Cascavel e Goioerê (final da década de 50 até 61); Guaraniaçu (1956); Alto Paraná (1961), Revolta de Três Barras do Paraná (1961); Guaíra (1955); Assis Chateaubriand (final da década de 1950) (WESTPHALEN, MACHADO, e BALHANA, 1968; BORITZA, 2008, GOMES, 1987; PRIORI, 2000; MYSKIW, 2002). Estes dados somam-se a outros, como os apresentados em uma pesquisa feita no jornal O Estado de São Paulo entre 1971-76, na qual o Paraná foi

3 Consultar mapa em anexo construído a partir da bibliografia citada.



apresentado como o estado que teve mais conflitos de terra no país, tanto por sua ocorrência (i.e., seu número) quanto por sua violência – ou seja pelos mortos e feridos (SILVA, 1982 p.104).

O período por nós estudado, década de 1990, foi marcado por diversos conflitos, envolvendo movimentos de luta pela terra (MST, CONTAG, MTST e outros). No ano de 1996, vinte e quatro pessoas do MST no Estado foram presas em menos de um mês, sendo soltas após alguns dias. A mesma situação ocorreu no início de 1997, quando, também em menos de trinta dias, foram presas quarenta pessoas integrantes do Movimento. Em ambos os casos as prisões eram seletivas, pois incluíam dirigentes, técnicos(as) agrícolas e educadores(as) (SALLES & SCHWENDLER 2006, p.67). Entre 1995 e 2003 ocorreram no Paraná, segundo a Comissão Pastoral da Terra, “16 trabalhadores assassinados, 31 vítimas de atentados, 47 ameaçados de morte, 7 vítimas de tortura, 324 feridos, 488 presos, em 134 ações de despejo”, acontecimentos que colocaram o Paraná no período de 1996 à 1999, entre os Estados de maior ocorrência de violência no campo no Brasil, sendo que, em 1998, ocupou a primeira posição nesse quesito. Essa conjuntura resultou na instalação do Tribunal Internacional dos Crimes Contra o Latifúndio, realizado no Teatro da UFPR em 2001, convocado por entidades nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos como a CPT, CNBB, Rede de Advogados Populares, Américas Watch, Mães da Praça de Maio, entre outras (CPT, 2006).

O que se verificou, no correr dos anos, [no Estado do Paraná] foi uma sucessão de medidas casuísticas visando tão somente atender a necessidade imediatas. O processo de apuração de suas terras não se revestia de formalidades e requisitos indispensáveis a uma discriminação segura e juridicamente perfeita. Seu êxito, desse modo, esteve sempre e diretamente relacionado às áreas sobre as quais inexistissem dúvidas acerca da natureza devoluta da terra. [...] Aí as questões envolvendo o domínio da terra se apresentam diversificadas, não se sabendo distinguir exatamente o limite entre a propriedade pública (devoluta) e a propriedade particular.” BONFIM, Antenor R. e MUNIZ, Francisco José F. ITCG 2008, p.13⁴.

4 Pinhão: microcosmos da história agrária do Paraná.

“Soy una fabrica de humo / mano de obra campesina para tu consumo [...] soy el desarrollo en carne viva / un discurso político sin saliva [...] soy un pedazo de tierra que vale la pena.” (Latinoamerica, musica da dupla de hip hop porto-riquenha La Calle 13).

⁴Antenor Ribeiro Bonfim e Francisco José Ferreira Muniz, foram procuradores do Instituto de Terras e Cartografia (antigo nome do ITCG). Bonfim foi professor de Direito Civil da UFPR e Juiz do Tribunal de Alçada do Paraná; Muniz foi Diretor do Departamento de Terras do ITC. Ambos estiveram entre os autores da Lei de Terras do Paraná de 1978. Terra e Cidadania vol. 3 – Coletânea de Legislação e Estudos. ITCG, 2008.



O município de Pinhão é um caso emblemático na história agrária do Estado. Em seus limites existem pelo menos três organizações de movimentos sociais rurais: Rede Puxirão de Comunidades Faxinalenses, MST e Movimento de Posseiros do Pinhão – dentro destes grupos, segundo pesquisas acadêmicas, algumas famílias se reconhecem como descendentes de camponeses envolvidas na Guerra do Contestado (VANDRESSEN, 2004 e AYOUB, 2011).

4.1 O conflito

Desde sua chegada no município de Pinhão a empresa Zattar passou a adquirir títulos de propriedade oriundos da Medição e Divisão Judicial do imóvel denominado Faxinal dos Ribeiros/Rio da Areia que possuía 20.000 alqueires. Esta titularização é questionada por Posseiros do Pinhão e seus advogados que afirmam que a Empresa adquiriu terras onde havia, décadas antes de sua chegada, centenas de famílias de pequenos agricultores (PARANÁ, 1967; AYOUB, 2011). Segundo os posseiros (no que é referendado por diferentes órgãos do poder público) as formas de aquisição destas terras teriam sido variadas: compra direta de títulos de terceiros não residentes no local durante a Divisão Judicial; usurpação de terras através de diversas formas de coerção – pressões físicas e psicológicas de modo para renunciarem a sua posse, reconhecendo-se como “arrendatários ou empregados” da Zattar. Estas formas de conflito caracterizaram a “primeira fase” do conflito (da década de 1960 até o final da década de 1980).

A segunda periodização do conflito – identificado a partir da leitura de documentos oficiais, depoimentos de Posseiros e biografia oficial do proprietário da Zattar – refere-se à formação de movimentos sociais supracitados no município a partir da década de oitenta, com destaque para as influências das Comunidades Eclesiais de Base e Comissão Pastoral da Terra. A partir deste período os enfrentamentos mudam de características: os posseiros passam a negar a assinatura de documentos e a (re)ocuparem, a partir da década de 1990, terras de onde haviam sido expulsos com apoio da CPT e MST. Paralelamente a estes enfrentamentos, alguns posseiros moveram ações judiciais contra a Zattar afirmando a legitimidade de suas posses – estratégia articulada pela AFATRUP, que contou com o apoio do “Programa Especial de



Regularização Fundiária do município de Pinhão” (ELEPIÃO), que funcionou entre outubro de 1994 e abril de 1995⁵, resultando na vitória de seis ações, dentre vinte propostas.

A par das disputas expressas nos processos judiciais, ocorreram diversos outros tipos de enfrentamentos: acusações mútuas de roubo e furto de madeira de lei e erva mate. Os Posseiros que ainda residiam em suas posses acusavam a Zattar de impedi-los de realizar seus cultivos (VANDRESEN, 2004). Com o aumento da resistência e das ocupações, ocorreram diversos atos de violência: como queima de casas e paióis com colheitas de posseiros e faxinalenses; tiroteios, agressões físicas e assassinatos; roubo e furto de madeira e erva mate. Embora ambas as partes em conflito se acusem mutuamente, relatórios do ELEPIÃO, jornais de circulação estadual, o relatório da Comissão Especial composta por deputados da Assembléia Legislativa do Estado para Investigar os Conflitos do Pinhão, afirmam que o aumento da violência deu-se principalmente pela criação em 1991, da “Guarda Patrimonial da Zattar”, que, segundo estas fontes, foi responsável por queima de casas e paióis, ameaças e agressões físicas, destaca-se o fato de que, em algumas vezes, esta “Guarda” ter sido qualificada por agentes públicos como “jagunços” (PARANÁ, 1992).

5 Hipóteses

Através do ITCG e de contatos com a AFATRUP, obtive significativo e diversificado material documental acerca do conflito: boletins de ocorrência da Delegacia de Pinhão – retratando furtos e roubos de madeira e erva mate, nos quais as partes acusaram-se mutuamente; relatando ameaças e agressões físicas. Obtive também acesso ao Relatório final da Comissão Especial criada para Investigar os Conflitos ocorridos no Pinhão; relatório final, ofícios e memorandos do ELEPIÃO; ofícios do Ministério Público Estadual; notícias de jornais de circulação regional e estadual. A partir do contato preliminar que tivemos com esta documentação, construímos as seguintes hipóteses:

⁵ A equipe de topógrafos, cartógrafos e um advogado, que respondeu diretamente ao gabinete do Secretário Estadual de Meio Ambiente, ao qual o Instituto de Terras e Instituto Ambiental do Estado estão subordinados.



- representações sociais dos Posseiros, Faxinalenses e MST acerca do que é direito a terra e aos frutos do trabalho, opostos a forma de ver os mesmos temas pelos órgãos estatais e pela Zattar, são elemento central para entender o conflito: por exemplo, os Faxinalenses⁶ possuem determinada visão de uso do território que comporta uma forma de uso comum da terra e do meio ambiente, que é diferente do MST e dos Posseiros⁷. Estas formas de ver são essenciais para compreender tanto o processo de expropriação fundiária quanto os conflitos envolvendo ocupações, furtos e roubos;
- Divergências ou diferenças nas formas de retratar os conflitos entre os agentes estatais não levou estes a entrarem em atrito. Estas divergências/diferenças não expressão apenas a origem e função dos órgãos, mas também a política institucional de determinados gestores no período;
- Os conflitos são potencializados pela incapacidade e/ou falta de vontade política dos agentes em impor um fim às disputas territoriais.

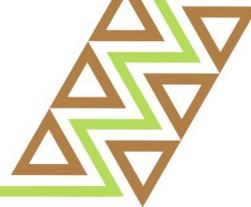
6 Problema e objetivo.

É dentro deste contexto que o problema de pesquisa se expressa: De que forma a documentação produzida pelos diferentes representantes do Estado⁸ retrata os conflitos envolvendo a disputa entre Posseiros e a Zattar? De que forma a ação do Estado (interpretada a partir da

6 “Os povos de faxinais são povos tradicionais cuja formação social se caracteriza principalmente pelo uso comum da terra e dos recursos florestais e hídricos disponibilizados na forma de criadouro comunitário. Com uma territorialidade específica, além de uma tradicionalidade na ocupação da terra, os povos de faxinais são importantes sujeitos da preservação ambiental do Bioma Floresta com Araucária, no Estado do Paraná.” BERTUSS, 2009, p.150

7 A diversidade de formas de uso da terra e do território esta ligada ao número de povos e comunidades tradicionais existente no Estado (consultar mapa em anexo). Acerca do conceito de povos de comunidades tradicionais e das formas de uso e apropriação do território, consultar ALMEIDA, A. W. B. de. Terras de quilombos, terras indígenas, “babaquais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas. 2.^a ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008. Disponível em http://www.novacartografiasocial.com/index.php?option=com_phocadownload&view=file&id=36:terras-tradicionalmente-ocupadas&Itemid=60, acessado em 25/01/2012.

8Assembléia Legislativa do Estado, através do Relatório produzido pela Comissão Especial de Investigação; Judiciário, através da Delegacia de Policia de Pinhão e Ministério Público Estadual; Secretaria de Estado de Meio Ambiente, através do ELEPIÃO.



documentação) foi utilizada pelas partes como instrumento para enfrentar o adversário? Quais os sentidos que os Posseiros dão a ação estatal quando esta, aparentemente, ratifica suas versões dos fatos? De que forma isto contribui para que estes construam uma visão de direito?

Neste sentido, o objetivo da pesquisa é analisar a forma como os órgãos estatais retratam conflitos envolvendo disputa por terras entre Posseiros e a Zattar.

Para responder esta indagação analisarei documentos produzidos pelos diferentes órgãos estatais envolvidos no conflito: Assembléia Legislativa; ELEPIÃO-ITC; Ministério Público Estadual; Delegacia de Polícia de Pinhão, documentação esta de posse do ITCG e AFATRUP e que foi digitalizada pelo autor da pesquisa.

7 Justificativa

Esta investigação contribui para a compreensão da formação da ruralidade paranaense contemporânea. Ao analisarmos a produção documental estatal, contribuiremos para a melhor compreensão das representações existentes na produção desta documentação, construída em um jogo de força entre agentes dos diferentes órgãos estatais que nem sempre é homogênea, Posseiros, faxinalenses, sem terras e a Zattar. Por outro lado, a partir da revisão bibliográfica efetuada até o momento, constatei que há poucos estudos sobre a maneira pelas quais posseiros ou pequenos agricultores procuraram “assegurar a posse da terra” pelas vias judiciais em disputas com grandes proprietários de terra. Abordarei também a significação dada pelos Posseiros aos atos de violência⁹ ocorridos no período, pois a documentação catalogada até o momento é rica na descrição de furtos, roubos, ameaças e agressões físicas, sendo importante, para uma compreensão do conflito, a significação atribuída pelos

⁹ Neste estudo o conceito de violência é entendido como uma categoria investigativa. Para identificar o conceito se baseará em MEDEIROS, que afirma que “violência representa uma relação social inegociável porque atinge, no limite, a condição de sobrevivência material, simbólica daquele que é atingido pelo agente da violência. A violência seria a relação social causada pelo uso real ou virtual da coerção que impede o reconhecimento do outro – pessoa, classe, gênero ou raça – mediante coerção ou força, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto da sociedade democrática contemporânea.” (MEDEIROS, 1996, p.3, apud. TAVARES, 1992, p. 291).



sujeitos de atos de violência nos quais aparecem como vítimas e, não raro, como atores – caso das ocupações de terra e retirada de erva mate e madeira, por exemplo.

No que se refere a lacunas do conhecimento histórico acadêmico sobre conflitos de terra no Paraná do século XX, ao fazer a revisão bibliográfica, percebi que o recorte aqui efetuado ainda não foi priorizado pelos pesquisadores com a ênfase que deveria.

Em relação aos sujeitos sociais aqui investigados, penso que a maior contribuição da pesquisa se dá no sentido de fornecer maiores subsídios sociológicos e históricos para o desvelamento das relações de poder presentes na construção da documentação estatal. Espera-se que a posse de novos conhecimentos acerca das relações de poder presentes na representação jurídica dos conflitos contribua para a maior democratização da produção dos significados presentes nestes documentos.

8 Revisão bibliográfica

Baseado na leitura da bibliografia citada, acredito que situação a história das disputas territoriais no Paraná é decorrente da histórica “dominação política patrimonial” existente em nosso país que se disfarça sob uma “fachada burocrático-racional-legal” (MARTINS, 1994, p.20), o que explicaria a junção de características “modernas” da Zattar – por exemplo, relação com o mercado internacional, diversificação da cadeia produtiva, etc. – com sua ação violenta em nível local, onde exerce a dominação com resíduos de coronelismo/clientelismo.

A apropriação privada ou mesmo pessoal do poder por frações de classe no Paraná foi retratada em obras como *O Silêncio dos Vencedores* e *A Construção do Paraná Moderno*, a primeira produzida e a segunda organizada pelo prof. Ricardo Oliveira. Em ambas obras a investigação sociológica e histórica demonstra que um pequeno grupo da elite ao conseguir a hegemonia do poder envolve o aparelho estatal com investimentos empresariais da fração de classe a que pertence e/ou coloca em cargos dos primeiros escalões familiares. Configura-se um quadro no qual o Estado “foi capturado e instrumentalizado pelos interesses particulares das oligarquias” travestidas de modernas que ainda hoje exercem o poder de distribuir direitos sociais e políticos como se fossem “dádivas dos poderosos aos fracos” (MARTINS, 1994, p.171). Para



efetuar a análise sociológica deste fenômeno contemporâneo o autor utiliza-se do instrumental por ele chamado de “sociologia da história lenta [a qual] permite descobrir e integrar na interpretação, estruturas, instituições, concepções, e valores enraizados em relações sociais que tinham sentido no passado, e que, de certo modo, ganharam vida própria” no presente.

9 Metodologia

O trabalho de campo será iniciado com o “método investigativo” por meio da “pesquisa qualitativa” (FERNANDES, 1972, p.13; HAGUETTE 1993), que consistirá em levantamentos documentais – análise documental do relatório produzido pela SEMA (ELEPIÃO), CEI-ALEP (Comissão Parlamentar Especial de Investigação da Assembléia Legislativa do Paraná), processos judiciais e correspondências da Delegacia de Polícia de Pinhão e Ministério Público Estadual. Estas leituras serão contextualizadas com o estudo da legislação e política fundiária estadual e bibliografia sobre os conflitos de terra no Estado e realização de entrevistas com pessoas que atuaram como representantes de órgãos públicos citados, Posseiros e biografia oficial de João José da Zattar, fundador da empresa.

Seguindo orientações de FERNANDES (1972 p.15), o processo investigativo consistirá em três operações distintas: I) Levantamento da documentação e realização de entrevistas; II) Análise do material coletado e classificado a partir de questões problemas previamente formuladas; III) Seleção de fatos, eventos e enunciações pertinentes às hipóteses levantadas para análise final. As operações II e III são interdependentes, nestas os frutos do trabalho de campo (sistematização de material coletado) receberão tratamento analítico e o interpretativo.

10 Procedimentos de pesquisa

A primeira etapa do trabalho de campo corresponde ao levantamento de fontes (documentos produzidos por órgãos estatais e outras fontes secundárias) tendo em vista a necessidade de “esgotar todas as pistas capazes de fornecer informações interessantes” (CELLARD 2008, p. 298).



No atual momento da pesquisa identificamos uma série de documentos oficiais produzidos por quatro atores: Ministério Público Estadual, Delegacia de Polícia de Pinhão, ELEPIÃO/SEMA e Comissão Especial de Investigação da Assembleia Legislativa do Estado. A primeira classificação terá por base a autoria de cada documento, visto que cada órgão tem funções bastante díspares uns de outros. Nesta fase do trabalho criaremos uma tipologia de fontes, seguindo orientações de André Cellard, através dos seguintes passos: “contexto e autoria do documento; autenticidade e a confiabilidade do texto e a natureza do texto; conceitos-chave e a lógica interna do texto”. Ao analisarmos o contexto, efetuaremos duas operações. A primeira refere-se à análise da escrita do material, tendo em vista os diferentes autores (poder público, nas esferas Executiva, Legislativa e Judiciária), sendo que cada um advoga uma tecnicidade, finalidade e linguagem específicas – característica esta mais evidente para a documentação judicial e policial. Nestas leituras pretendemos também explicitar o fato que os sujeitos principais da disputa (Posseiros e a Zattar) possuem capitais culturais diferenciados para o acesso a leitura desta documentação, particularmente a judicial e policial (CELLARD, 2008 p. 302). Seguindo estas reflexões propomos a seguinte tipologia de documentação:

- a. Documentos do Poder Judiciário: Inquéritos, Autos de Declaração, Queixas Crime, Boletins de Ocorrência e Ofícios produzidos pela Delegacia de Polícia de Pinhão, Promotoria Pública de Pinhão, Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná;
- b. Documentos do Poder Executivo: produzidos por órgãos da administração direta estadual – há uma pasta com ofícios, memorandos, recortes de jornais e croquis no ITCG produzida por uma equipe deste órgão designada para executar trabalhos na região do conflito em 1994;
- c. Documentos do Poder Legislativo: Relatório de Comissão Parlamentar de Investigação da Assembleia Legislativa do Paraná sobre os Conflitos envolvendo Posseiros e a Empresa João José Zattar.

Na segunda etapa, seguindo as orientações propostas por MINAYO, realizaremos três procedimentos: Ordenação, Classificação e Análise propriamente dita (MINAYO, 1996, p.180).



No atual estágio da pesquisa estamos analisando uma diversidade de documentos produzidos pelos agentes públicos estatais supracitados, bem como documentos produzidos pelas organizações dos Posseiros, Faxinalenses e MST (processos judiciais de seus advogados, ofícios, cartas, etc.), bem como periódicos de circulação regional e estadual.

Em relação a documentação produzida pelos agentes estatais, identificamos diferenças nas interpretações dos fatos por seus diferentes agentes. Porém não é nossa intenção analisar estas diferenças para extrair a análise “realmente verdadeira”, mas sim compreender a diferenças de sentido e significação em cada documento de cada órgão. Até o momento, analisando ofícios dos vários órgãos, boletins de ocorrência, relatórios, pareceres, etc., identificamos algumas divergências, que aos poucos, foram desaparecendo, de modo que, não obstante críticas recíproca entre os órgãos do Estado, levaram este a produzir um quadro uniforme sobre o conflito, demonstrando sua complementariedade, o que, simultaneamente, acreditamos, pode contribuir para ambos sujeitos, Posseiros e Zattar.

11 Referências bibliográficas

AYOUB, D. S. **Madeira Sem Lei**: Jagunços, Posseiros e Madeireiros em um conflito fundiário no interior do Paraná. Mestrado Antropologia Social, UFPR 2011.

BONFIM, A. & MUNIZ, F. J. **Comentário à lei de terras do estado do Paraná**. In: Terra e Cidadania. v. 3. Legislação e Estudos. Curitiba : ITCG, 2008. Disponível em <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=61>, acessado em 25/01/2012.

BORITZA, R. **Assis Chateaubriand**: História e Memória. [Universidade Estadual do Oeste do Paraná](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2394-8.pdf), 2008. Disponível em www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2394-8.pdf, acessado em 25/01/12.

BERTUSSI, M. L. **FAXINAIS**: Um olhar sobre a territorialidade, reciprocidade e identidade étnica. In: ALMEIDA, A. W. B. de; SOUZA, R. M. de (orgs). Terras de Faxinais. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Desterro**: uma cronologia da violência no campo no Paraná na década de 90. Curitiba: CPT, 2006.



- FERREIRA, A. D. D. **Movimentos sociais no Paraná: 1978-1987**. In.: BONIN, A. et al. *Movimentos Sociais no Campo*. Criar: Curitiba, 1987.
- FERNANDES, F. A **Reconstrução da realidade nas ciências sociais**. In: Fernandes, F. *Fundamentos da Explicação Sociológica*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1972.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA. **Ofício 264/75-ITC** Enviado pelo Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia, Edmundo Capella ao Coordenador Regional do INCRA/PR, Aroldo José Moletta. Curitiba 1975.
- GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Vozes/FASE, 3a edição, Petrópolis, 1991.
- HOLSTON, J. **Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil**”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 21. p.68-69, fev. 1993. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_07.htm, acessado em 25/01/2012.
- MARTINS, J. de S. **O Poder do atraso** (Ensaio de Sociologia da História Lenta). São Paulo: Hucitec, 1994.
- MEDEIROS, L. **Dimensões políticas da violência no campo**. *Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 126-141, 1996. Disponível em www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg1-7.pdf, acessado em 25/01/2012.
- MOTTA, M. A **Grilagem como legado**. In.: MOTTA, M. & PINEIRO, T. L. *Voluntariado e Universo Rural*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001.
- MYSKIW, A. M. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste**. *Paranaense* (1961/66). Niterói: UFF, 2002
- OLIVEIRA, J. **O pêndulo da violência: a luta pela terra no Paraná em 2003**. In: SIDOW, E.; MENDONÇA, M. L. *Direitos humanos no Brasil 2003*. São Paulo: Rede social de justiça e direitos humanos. São Paulo, 2004. Disponível em <http://www.social.org.br/relatorio2003/relatorio007.htm>, acessado em 25/01/2012.
- OLIVEIRA, R. C. de. **O silêncio dos vencedores**. *Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang : a história épica dos índios Kaingang no Paraná, 1769-1924**. Maringá, EDUEM, 1994.



PARANÁ. Assembléia Legislativa. **Relatório da Comissão Especial da Assembléia Legislativa constituída para verificar os conflitos fundiários no município de Pinhão**. Deputada Estadual Emília Belinati relatora. Curitiba, 1992.

PARANÁ. Registro geral. **Autos de Medição e Divisão do Imóvel Pinhão** – Faxinal dos Ribeiros ou Vale do Rio da Areia. 28/03.67. Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca de Guarapuava. Guarapuava 1967.

PRIORI, A. A. **A Revolta camponesa de Porecatu**: A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952). n. p. Tese Doutorado em História, Assis: UNESP, 2000.

SALLES, J. de O. & SCHWENDLER, S. F. **A luta pela terra**: historia e memória. In: SCHWENDLER, Sônia F. (Org.). Exercitando a cidadania no campo: a educação popular com trabalhadores/as Sem Terra. Ed. da UFPR, 2006.

WARCZOWICZ, R. **História do Paraná**. Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

VANDRESEN, D. **Estudo da realidade brasileira a partir dos grandes pensadores para entender a história da expropriação da terra dos índios, negros e posseiros da região centro do Paraná**. Trabalho de conclusão do Curso de Extensão Realidade Brasileira, UNOCHAPECÓ, 2004.

VILLELA, J. M. **O Povo em armas**: violência e política no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Núcleo de Antropologia Política da UFRJ, 2004.



CONFLITOS AGRÁRIOS, QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ - SÉC. XX



INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS

Sistema de Projeção UTM
Datum Horizontal: SAD 55
Meridiano Central: 51° W

MAPA DE SITUAÇÃO



Escala 1:1.000.000



CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Sedes Municipais
- Distritos Municipais
- Distritos Estaduais
- Distritos Intermunicipais
- Hidrografia
- Faixas de Fronteira (50, 100 e 150 km)
- Comunidades Quilombolas Certificadas
- Comunidades Quilombolas Não-Certificadas
- Áreas Indígenas Demarcadas
- Áreas Indígenas Não-Demarcadas
- Famílias Indígenas Dispersas
- Assentamentos Rurais
- Acampamentos de Sem-Terra
- Áreas não estudadas pelo autor
- Guerra de Posse
- Guerra do Contestado
- Conflitos de menor escala
- Revolta do Subaete
- Sinalização Rural

FONTES
 Distritos Municipais: ITC - 2007
 Hidrografia: Mapa do Brasil - Escala 1:50.000
 Rotundas: DMR - 2004
 Assentamentos: ITC - 2008
 Comunidades Quilombolas e Remanescentes de Quilombos: ITC e Departamento de Meio Ambiente - 2008
 Presença Indígena: Associação para Indígenas - 2008

ELABORAÇÃO
 Centro de Informação, Monitoria e Pesquisa e Departamento de Cartografia e Geoprocessamento - Instituto de Terras, Cartografia e Geodésia - ITC - 2008





GT11 - O Rural na história do Brasil

Conflitos sertanejos e Direito: Bacharéis e rábulas durante da Guerra do Contestado (1912-1916).

Paulo Pinheiro Machado¹

¹Professor, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: pmachado@mbox1.ufsc.br ou paulopinheiro@pq.cnpq.br

Resumo

Este capítulo tem como objetivo estudar a atuação das instituições ligadas ao poder judiciário antes e durante a Guerra do Contestado. Num primeiro momento, serão analisadas as fontes judiciárias como meio de acesso a importantes informações sobre a vida, a política e as relações sociais e econômicas no planalto catarinense. Em segundo lugar, analisaremos a atuação de advogados, rábulas, delegados e autoridades judiciárias ao longo do conflito, tanto na mediação de assuntos políticos, como no processo de lideranças rebeldes, com especial atenção ao episódio de ocupação da Vila de Curitibanos.

Palavras-Chave: Guerra do Contestado, Poder Judiciário, Processos-Criminais, Habeas Corpus.



Introdução

A Guerra do Contestado foi um conflito sertanejo ocorrido no interior dos estados de Santa Catarina e Paraná na segunda década do século XX. Entre as razões para sua eclosão estava presente um conjunto de problemas que atingia a população pobre do planalto meridional: a concentração fundiária, o poder local dos Coronéis, o avanço da fronteira agrícola por territórios devolutos e a expropriação de milhares de posseiros pelo impacto da construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. A guerra sertaneja, que começou apenas como um ataque das forças policiais ao povoado de Irani - um ajuntamento de doentes, veteranos da Guerra Federalista de 1893-95 e devotos em torno do curandeiro José Maria - transformou-se num movimento de massas agrupando dezenas de milhares de peões, tropeiros, agregados, posseiros e ervateiros do planalto catarinense que, ao longo do conflito, passaram a construir um projeto rebelde, eivado de uma linguagem religiosa milenar, que implicava na fundação de “Cidades Santas” sobre um extenso território.¹

Durante o século XIX houve uma importante interiorização das instituições judiciárias em Santa Catarina. A longa disputa de limites com a Província de São Paulo, problema herdado pela Província do Paraná quando de sua criação, em 1853, forçou a antecipação da presença de instituições de Estado numa região de fronteira de expansão agro-pastoril, onde a população ainda era muito rarefeita. Desta maneira, temos condições de acompanhar, na documentação dos Cartórios e dos Fóruns Municipais de Lages, Campos Novos, São Joaquim, Curitiba e São Bento, importantes informações sobre a vida social e política destes municípios.

O desmembramento de municípios e a criação de comarcas foram precoces no planalto. O município de Curitiba foi criado em 1869 e instalado em 1874, quando contava ainda com pouco mais de dois mil habitantes, antes do século XX já era uma Comarca separada de Lages. Os paranaenses partiram das cidades de Palmas, União da Vitória e Rio Negro, fundando as vilas de Três Barras, Vila Nova do Timbó, Itaiópolis e Papanduva, procurando impor sua jurisdição neste território, principalmente na última década do séc. XIX e primeira do séc. XX. Os catarinenses, por seu turno, procuraram desmembrar o Município de Lages e estimularam a ocupação do centro e norte do

¹ Para um maior aprofundamento sobre as origens do conflito, ver Vinhas de Queiroz (1966), Monteiro (1974), Auras (1995) e Machado (2004).



planalto, tendo Curitiba no centro, em direção a Canoinhas. A partir da Colônia de Joinville, os catarinenses também dirigiram a ocupação do planalto norte no sentido oeste, para Campo Alegre e São Bento.

Ao longo das décadas de 1880 e 1890 podemos contar com uma farta documentação dos Cartórios de Registro Civil e dos Fóruns Municipais de Lages, Campos Novos, Curitiba e São Bento, que informam sobre registros de propriedade, transações de imóveis e semoventes (incluindo gado e escravos), eleições de Juizes de Paz, Vereadores, Deputados Provinciais, Deputados Gerais, Senadores, indicações de nomes de jurados, livros de fianças e um grande número de processos civis e criminais.²

A questão de limites entre Santa Catarina e Paraná

Os Estados de Santa Catarina e do Paraná travaram uma longa disputa pelos territórios do planalto norte e do oeste. Os catarinenses defendiam que suas divisas com o Paraná no planalto eram os rios Iguaçu e Negro. Os paranaenses não aceitavam estes limites, desejavam ficar com os Campos de Palmas e as ricas regiões ervateiras da saliência de Itaiópolis, Papanduva e Três Barras.³ Muitas vezes, fazendeiros do Paraná tomavam áreas de pequenos posseiros catarinenses, afirmando que eram terras suas, registradas em cartórios do Paraná. Em regiões como no vale do Timbó, a população vivia sofrendo com o entra-e-sai de autoridades do Paraná e de Santa Catarina. Até casamentos eram anulados, impostos eram cobrados para os dois Estados, muitos conflitos ocorreram por conta da sobreposição de autoridades de ambos os estados sobre um mesmo território. Na documentação judiciária sobre estes conflitos é emblemático o caso do pedido de extradição do Capitão Aleixo Gonçalves de Lima.

No ano de 1904, devido a atuação cuidadosa do Conselheiro Mafra na argumentação – principalmente reunindo documentos do período colonial – em favor da jurisdição catarinense em todo o território ao sul dos rios Iguaçu e Negro, Santa Catarina obteve uma sentença favorável no Supremo Tribunal Federal. O Paraná recorreu da sentença, contratando Rui Barbosa para a sua defesa. Enquanto isto, o

² Esta documentação judiciária e cartorial pode ser acessada nos arquivos do Museu do Judiciário Catarinense (Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em Florianópolis), no Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp, de Campos Novos, no Arquivo do Cartório de Curitiba, doado a UnC de Curitiba e no Museu Thiago de Castro, em Lages.

³ Os argumentos em favor do Paraná podemos encontrar em Martins (1910), a favor de Santa Catarina houve a tese vitoriosa de Mafra (1899).



território sob litígio permaneceu sob jurisdição provisória do Paraná, enquanto o recurso não resolvesse definitivamente a questão. Mesmo em situação desfavorável, tendo que recorrer de uma primeira decisão do STF, o governo do Paraná tratou de intensificar a sua presença na região em litígio. A opção foi construir barreiras fiscais, para arrecadar impostos sobre a erva mate que era enviada de Canoinhas para São Bento, vila serrana a caminho do porto catarinense de São Francisco. Canoinhas e São Bento eram reconhecidamente territórios sob administração catarinense, mas a estrada que ligava estas duas vilas passava pela saliência de Três Barras, Itaiópolis e Papanduva, território sob domínio de autoridades paranaenses.⁴

Em 1909 o Capitão Aleixo Gonçalves de Lima, oficial da Guarda Nacional, de origem paranaense, mas um exilado federalista vinculado aos interesses de Santa Catarina, destruiu com seus homens o posto fiscal paranaense que ficava na estrada de escoamento da erva mate catarinense. O Juiz da Comarca de Rio Negro, Paraná, enquadrou Aleixo como réu pelo artigo 118 § único (sedição e ajuntamento ilícito) do Código Penal⁵ e enviou o processo ao Presidente do Estado do Paraná para providências. O Presidente Francisco Xavier da Silva solicitou a extradição de Aleixo ao Governador de Santa Catarina.⁶ A questão de limites punha em destaque, além do conflito por registro de terras propriamente dito, uma disputa por rotas de exportação de erva mate, principal artigo de exportação destes estados no início do século XX. O episódio do ataque de Aleixo à barreira fiscal revela uma disputa entre os comerciantes de Paranaguá e São Francisco pelo destino de exportação da erva, além da disputa dos estados, pela tributação da mercadoria. A atitude de Aleixo, além de atacar órgão do Estado do Paraná, foi uma defesa de uma rota catarinense de exportação para a erva mate do planalto.

A questão de terras era mais conhecida. O mesmo Aleixo, que alguns anos mais tarde foi morar nas “cidades santas” e lutar contra os “peludos”, tinha uma antiga divergência de terras com a Companhia *Lumber*, uma madeireira e colonizadora norte-americana, subsidiária da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, administrada pela *Brazil Railway*. Aleixo alegava que eram seus os milhares de hectares de terras na

⁴ A questão de limites entre os Estados só foi resolvida por acordo direto, mediado em 1916 pelo Presidente Wenceslau Brás, que partilhou as regiões em litígio, delimitando as divisas vigentes até a atualidade.

⁵ Estava em vigor o Código Penal de 1890, outorgado pelo Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890.

⁶ Correspondência do Presidente do Paraná ao Governador de Santa Catarina, 03/11/1909, Departamento do Arquivo Público do Paraná, Curitiba, Códice 474.



região de Três Barras, que a família Pacheco, que possuía registro destes terrenos em cartórios paranaenses, havia vendido à *Lumber*.⁷

O planalto meridional e o padrão social de sua ocupação

A documentação judiciária e cartorial disponível sobre as três últimas décadas do século XIX permite a reconstrução de episódios importantes sobre as relações econômicas e sociais no planalto. Por conta da análise de arrolamentos de bens e inventários de herança, conseguimos recuperar as formações familiares, laços de casamento entre famílias de grandes proprietários e, principalmente, importantes dados sobre a riqueza móvel, imobiliária e semovente. Apesar de ser uma sociedade baseada na pecuária extensiva e numa agricultura de subsistência, desde o início do século XIX os solos mais disputados – as pastagens naturais de cima da serra – já eram ocupados por grandes fazendeiros provenientes de São Paulo e do norte do Rio Grande do Sul.

Algumas modificações na legislação nacional podem ser mais bem avaliadas, numa escala micro, quando a Lei é aplicada localmente. Caso curioso é a aplicação da Lei Saraiva, de 1881, que promoveu uma reforma eleitoral acabando com a eleição indireta, estabelecendo a exigência de alfabetização dos eleitores, admissão ao voto dos acatólicos e libertos, mas com o aumento do valor inicial da qualificação dos eleitores para uma renda anual de 200 mil réis. A Lei teve aspectos considerados modernizadores, mas ao restringir a qualificação dos eleitores por uma renda maior, diminuiu o universo da cidadania ativa. Entretanto, num requerimento de alistamento eleitoral encaminhado em 1882 por Manoel Alves de Assumpção Rocha, de Curitiba, vemos que na aplicação da Lei Saraiva nesta localidade, o universo dos eleitores extravasava o previsto pela renda exigida. Manoel era lavrador e criador do Distrito dos Cabaças de Baixo e não possuía a renda anual de 200 mil réis, mas como sabia ler e escrever e tinha sido jurado da Comarca em 1879, cumpria as exigências legais.⁸

⁷ Maiores detalhes sobre os conflitos agrários no Planalto norte de Santa Catarina e na saliência paranaense que então existia podemos encontrar em Diacon (1991).

⁸ A Lei Saraiva é o Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, foi regulamentada pelo Decreto nº 8213 de 13 de agosto de 1881, que previa o direito de eleitor para o cidadão que, mesmo sem atingir a renda exigida, fosse alfabetizado e tivesse sido convocado para o Tribunal do Juri. Manoel Alves de Assumpção Rocha era patriarca de uma extensa família de lavradores pobres que, em 1913, aderiu a vida no reduto de Taquaruçu.



Pelo conjunto de processos civis e criminais, conseguimos avaliar a composição do centro da Vila de Curitiba em 1890. Além das casas dos fazendeiros que passavam poucos dias por ano na Vila, poucas casas de morada de alguns pobres e determinados estabelecimentos como uma olaria, uma ferraria, uma fábrica de bebidas (gasosa), uma carpintaria, um Cartório Municipal e as casas de negócio de Joaquim Antônio de Lima, Henrique Weber e Cyriaco Vieira de Castro. As casas de negócio eram locais de lazer, jogos de cartas e vendas de todo tipo de mercadoria (secos e molhados) e ainda realizavam pequenas operações de crédito, além de adquirirem produtos agropecuários e beneficiados (como fumo em rama, charque, queijos e aguardente).

Além da criação do gado vacum, o tropeirismo de mulas era uma atividade que envolvia os proprietários dos maiores patrimônios. Os inventários informam, com frequência, a localização dos filhos e netos dos fazendeiros. Como a atividade do tropeirismo de mulas envolvia uma extensa região geográfica, é comum encontrarmos a localização de familiares de proprietários ao longo do antigo caminho das tropas que unia Cruz Alta, Passo Fundo, Vacaria, Lages, Curitiba, Canoinhas, São Mateus, Lapa, Curitiba Itapetininga e Sorocaba. Os livros de Cartórios, como possuem os registros de aquisição de propriedades, são úteis para entender a ascensão social de determinados indivíduos.

Henrique Rupp, por exemplo, era um agrimensor alemão que chegou ao Brasil na década de 1850. Através de sua atividade profissional, começou a adquirir e vender algumas fazendas em Campos Novos e Curitiba, na década de 1890 já era proprietário de muitas terras. Em poucos anos também exerceu as funções de rábula e passou a oficial da Guarda Nacional. Além das atividades econômicas e políticas mais conhecidas, Rupp era membro da Loja Maçônica Luz Serrana, de Lages, o que garantia a sua participação numa rede mais ampla. Por sua determinação na defesa da Vila de Campos Novos contra a investida dos “maragatos” durante a Revolução Federalista, foi guindado ao posto de Coronel da Guarda Nacional e eleito Superintendente Municipal e Deputado Estadual em várias legislaturas⁹. Faleceu em 1915, durante a Guerra do Contestado. Seu filho, Henrique Rupp Junior foi estudar Direito na Faculdade de Porto Alegre, onde se formou em 1907, junto à turma de Getúlio Vargas. Rupp Junior procurou seguir a carreira política do pai mas, desde o começo, procurou distanciar-se

⁹ Durante a Primeira República, em Santa Catarina, a Superintendência Municipal significava o posto do poder executivo local, como a atual Prefeitura.



da família Ramos, de Lages, grupo oligárquico que dominava a política do Estado, aliado a Lauro Muller, pelo menos até 1915. Depois de ser Promotor Público em Florianópolis, em 1909, Rupp Júnior tratou de se aproximar dos setores políticos que faziam oposição ao poder dos Ramos, de Lages e de Albuquerque, de Curitiba. Ao longo dos anos de 1915 e 1916 Rupp Junior se notabilizou como advogado de numerosas lideranças rebeldes, que conseguiu libertar através de vários processos de *Habeas Corpus*.

Em Curitiba, Francisco Ferreira de Albuquerque começou a trabalhar como tropeiro e pequeno comerciante. Na década de 1880 já possuía a licença para trabalhar como rábula. Na década de 1890 fez crescer suas propriedades de comércio e transformou-se em grande proprietário fundiário e Coronel da Guarda Nacional. Aliou-se a família Ramos, de Lages. No início do século XX ganhou a eleição para Superintendente Municipal do antigo político Henrique de Almeida e governou Curitiba até o final da Guerra do Contestado. Albuquerque também era membro da Loja Maçônica Luz Serrana e, por conta de suas convicções e práticas, muitas vezes indispôs-se com o clero católico.

Ao longo da documentação dos processos criminais, muitos sem solução, podemos identificar a força e a proteção dos indivíduos familiares ou clientes de políticos situacionistas. Os Juizes de Comarca eram os únicos bacharéis em direito, mas eram frequentemente ausentes, substituídos por Conselheiros Municipais, que não passavam de grandes fazendeiros. Os Delegados e Subdelegados de Polícia, Juizes de Paz e Promotores eram cargos políticos, não remunerados, exercidos frequentemente por leigos. Pelos processos conseguimos vislumbrar o poder consolidado das famílias Ramos e Ribeiro, em Lages, Almeida, Matos e Albuquerque, em Curitiba, e os Rupp, Stephanes e Matos, em Campos Novos. Entre estes líderes locais as relações nem sempre eram harmoniosas. Mesmo pertencendo ao mesmo Partido Republicano Catarinense e seguindo as lideranças do Senador Lauro Muller e do governador Vidal Ramos, há vários conflitos pontuais que acentuam, de maneira crescente, alguns desentendimentos. O filho do Coronel Rupp, de Campos Novos, Henrique Rupp Junior, foi advogado dos irmãos Sampaio, de Curitiba, quando estes entraram em conflito, por questões de honra pessoal, com o Coronel Albuquerque, de Curitiba. Junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Rupp Junior conseguiu a proeza de mudar de Foro o processo contra os irmãos Sampaio, de Curitiba para Campos Novos,



garantindo assim melhores condições para a absolvição dos réus.¹⁰ Vários membros da família Sampaio aderiram ao movimento rebelde em 1913 e 1914 por entendê-lo como importante oportunidade para combater o que consideravam ser a tirania de Albuquerque no Município.

A ocupação e incêndio de Curitibanos

Em Julho de 1914, depois de um longo período no qual os sertanejos foram atacados pelas forças policiais e militares (Irani, Taquaruçu, Caraguatá, Santo Antônio), ocorre uma novidade no conflito. Inicia-se uma ofensiva rebelde generalizada. Sob a chefia unificada de Chiquinho Alonso, os rebeldes passaram a atacar as estações da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, (a oeste, no vale do Rio do Peixe e a norte, nos vales dos rios Iguazu e Negro) as instalações da madeireira *Lumber*, as propriedades dos principais Coronéis e as vilas que representavam o poder político dos membros do Partido Republicano. Em julho a Vila de Canoinhas foi cercada parcialmente e ficou sob fogo constante até dezembro de 1914, todo o interior do Município, como a Colônia Vieira, o Salseiro e o vale do Rio Paciência estavam nas mãos das forças rebeldes. Em agosto as Vilas de Itaiópolis e Papanduva foram tomadas, igual iniciativa ocorreu no vale do Timbó. Em início de setembro, as Estações de São João e Calmon foram fortemente atacadas e destruídas, a serraria da *Lumber* em Calmon foi incendiada, todo o Regimento de Infantaria do Exército, sob o comando do Capitão Matos Costa, foi desmantelado em São João, tendo o comandante morrido com muitos praças.

Em finais de setembro os rebeldes tomaram a Vila de Curitibanos por uma semana, depois se dirigiram a Lages, que esteve até meados de novembro sob ameaça das forças rebeldes. Esta ofensiva generalizada causou um alarme imediato que teve como consequência o pedido conjunto dos governantes de Paraná e Santa Catarina, pela intervenção da força federal na região, nos termos da Constituição de 1891¹¹. Embora as forças do exército, como o 54º Batalhão de Caçadores e o 11º Regimento de Infantaria se encontrassem no planalto desde os primeiros combates (como nos ataques a Taquaruçu em dezembro de 1913 e fevereiro de 1914 e no ataque a Caraguatá, em

¹⁰ Informações mais detalhadas sobre o processo de “desaforamento” do processo contra Marcos Sampaio podemos encontrar em Vinhas de Queiroz (1966, 89).

¹¹ O parágrafo 3º do Artigo 6º da Constituição Federal de 1891 previa a intervenção federal para “restabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados, à requisição dos respectivos Governos”.



março de 1914), eles apenas coadjuvavam as forças policiais e os vaqueanos civis. A partir de agora o General Setembrino de Carvalho, nomeado pelo Ministro da Guerra, teria o comando total das operações.

A imprensa e os cronistas militares apresentam esta ofensiva rebelde como um dos momentos mais sangrentos do conflito. Entretanto, se fossemos nos deter num único episódio, podemos chegar a conclusões diferentes. A invasão da Vila de Curitibanos, ocorrida entre os dias 26 e 29 de setembro de 1914 é um caso muito curioso, por ter sido muito bem documentado pelo Processo do Incêndio de Curitibanos.¹² A imprensa de Florianópolis pintou este episódio como uma invasão sanguinária e destruidora, que causadora de muitos mortos e feridos.¹³ Entretanto, analisando o processo do incêndio podemos perceber que não houve mortos, mas apenas um policial ferido no braço no tiroteio inicial da chegada dos rebeldes. Não houve lesões corporais, estupros ou qualquer tipo de ato de violência em relação à população que ficou na vila. A ocupação de Curitibanos foi um caso atípico da Guerra do Contestado, mas mesmo o estudo de um caso atípico, pelas características políticas e sociais envolvidas no processo, serve como uma reflexão útil para entender determinados aspectos do conflito, da cultura e da sociedade do planalto. Neste caso, a redução da escala de análise, permitida pela fonte judiciária, faz com que o *micro* ajude a entender o *macro*.¹⁴

Vindos pela estrada de Campos Novos a Curitibanos, os rebeldes – em número de mais de 300 homens - enfrentaram uma pequena resistência de um piquete policial de 15 praças, que logo abandonou a vila. O Superintendente Municipal, Coronel Albuquerque, se encontrava em Florianópolis participando das atividades legislativas do Conselho Estadual, já que acumulava o cargo de Deputado Estadual. No povoado, que já estava avisado há um mês da incursão rebelde, os homens haviam abandonado suas casas, deixando suas esposas e filhos cuidando de suas posses e fugiram para Lages e outras cidades próximas. Os rebeldes se concentraram em destruir as propriedades do Coronel Albuquerque, o Superintendente Municipal, aquele que por primeiro chamou as

¹² Arquivo Público de Santa Catarina. Processos Judiciais, 1916, caixa 45, Sumário de Crime de Sedição, dano a propriedade pública e privada etc, réus: Honório Sampaio e outros. 633pp. Daqui para frente será citado como Processo Incêndio.

¹³ O jornal *O Dia*, órgão oficial do Partido Republicano Catarinense, informou (em 29/09/14) que houve vários mortos e feridos, de ambos os lados. Florianópolis, Biblioteca Pública di Estado.

¹⁴ A redução da escala de observação permite ao pesquisador, sem perder a noção do contexto maior que enreda muitos eventos, observar a ação concreta dos sujeitos e as relações sociais e culturais efetivamente verificáveis. (LEVI, 2000)



forças da polícia contra os “monarquistas de Taquaruçu”, além da destruição e incêndio dos prédios públicos que abrigavam a Coletoria de Impostos, o Telégrafo e a Câmara e Cadeia. O Cartório Municipal não foi incendiado porque a esposa do tabelião não deixou os rebeldes destruírem este prédio, que era também sua residência, curiosamente um imóvel alugado do chefe rebelde Chico Ventura. Em meio ao ataque, a esposa do escrivão negociou com os rebeldes a remessa do material para a rua, onde foi queimado¹⁵.

As testemunhas que são chamadas a depor no processo são donas de casa, sacerdotes, alguns comerciantes e viajantes que estavam na localidade e não sentiram perigo na ocupação rebelde¹⁶. Chama a atenção o cuidado com que os rebeldes atuaram em todos os dias. Como a vila estava habitada, em sua grande maioria, por mulheres e crianças, os rebeldes agiam com extremo cuidado para evitar agressões à população civil recolhendo, todas as noites, seus homens para a fazenda fora da vila, de propriedade de Faustino José da Costa, um vereador que havia abandonado a vila e descido serra-abaixo. Os depoentes são quase unânimes em afirmar que os alvos dos rebeldes eram as propriedades do Estado e do Coronel Albuquerque e seus seguidores, ao todo 17 casas (entre prédios públicos e privados) foram queimadas na vila, que possuía mais de 100. Portanto não houve um incêndio generalizado na cidade.

Um importante aspecto a observar é, além da atitude cuidadosa dos invasores, o comportamento de confiança da população local que permaneceu em suas casas durante estes dias. Por que os homens que fugiam para Lages ou Blumenau deixavam em suas casas suas esposas e filhos pequenos? O processo do incêndio revela estes aspectos interessantes do conflito, já que muitos habitantes da cidade eram parentes dos invasores e, mesmo divergindo dos rumos da insurgência, são visíveis, nestes depoimentos, a vigência de relações de parentesco e compadrio. Isto leva a reflexão uma longa tradição historiográfica que entendia o mundo nos redutos como uma total ruptura com a vida anterior. Os casos mais clássicos que dão sustentação a esta ruptura são os registros de batismos nos redutos, onde todas as pessoas que ingressavam, independente de suas idades e condições, eram rebatizadas e recebiam novos nomes,

¹⁵ Como choveu muito nos dias de ocupação rebelde em Curitiba, boa parte dos processos e livros do Cartório Municipal foram recuperados na semana seguinte.

¹⁶ São chamados a depor as seguintes testemunhas: Miguel do Vale Ribeiro, Alexandrina dos Santos Weber, Genuíno da Silva Fontes, Francisco Machado, Júlia Weber de Farias, Maria Alves Sampaio, Frederico Paes de Farias, Chrispim Agostinho de Aguiar, Antônio Rossi, Ana Maria Ferreira e Frei Redempto Kullman.



padrinhos e compadres.¹⁷ O único soldado da polícia ferido no combate inicial da ocupação de Curitiba, Frederico Paes de Farias, de 19 anos era sobrinho e afiliado do chefe rebelde Francisco Paes de Farias (Chico Ventura), um dos comandantes dos sertanejos.¹⁸ Júlia Weber de Farias, casada, com 48 anos, natural da Inglaterra, moradora que permaneceu na vila e depôs no processo, era cunhada do chefe Chico Ventura. A formação de novos laços nos reduto não colocou fim às antigas relações de parentesco e compadrio, a vigência delas garantiu a segurança e a sobrevivência da população da vila.

Nos depoimentos presentes no inquérito, há uma quase unanimidade sobre as motivações da invasão do grupo rebelde. Para as testemunhas, os sertanejos tinham como alvo apenas os bens de Albuquerque e seus amigos. Estavam vingando pelo ataque e destruição de Taquaruçu e citam as antigas práticas de Albuquerque e seu Delegado Leogídio Mello, de espancar com vara de marmelo presos na cadeia pública noite adentro, usando da música de gaitas para abafar os gritos (Depoimentos de Francisco Duarte, João Caetano da Silva e Maria Alves Sampaio).

O processo teve início como um inquérito policial-militar, partindo da iniciativa da tropa do exército que reocupou Curitiba, pelo Tenente-Coronel Estilac Leal, oficial responsável pelo comando da Coluna Sul. Em dezembro de 1914 Estilac Leal passa o inquérito ao Juiz da Comarca de Curitiba, para dar continuidade a investigação e a pronúncia dos réus e andamento do processo, alegando que os fatos do processo extrapolavam as competências de um Inquérito Policial-Militar. Ao longo de 1915, por uma intervenção do General Setembrino de Carvalho junto ao governador Vidal Ramos, o Coronel Albuquerque é obrigado a renunciar da Superintendência Municipal de Curitiba e ceder seu posto ao vice, Marcos Gonçalves de Farias, que possuía muitos amigos entre os rebeldes.¹⁹ Mas este fato não repercutiu muito junto ao andamento do processo. O Promotor Público, Ceslau Silveira de Souza, ofereceu a denúncia contra 21 réus, identificados como líderes do grupo ocupante.²⁰ Nas

¹⁷ Importante obra que defende esta ruptura com o mundo circundante é de Monteiro (1974).

¹⁸ Processo Incêndio, p. 120.

¹⁹ Mais detalhes sobre o afastamento de Albuquerque como estratégia de pacificação de Setembrino podemos verificar em Machado (2004, 311-313).

²⁰ Foram apontados como réus Francisco Paes de Farias (vulgo Chico Ventura), Paulino Pereira da Silva, Honório Alves de Sampaio, João Maria Sampaio, Marcos Alves Sampaio, Gregório Alves Sampaio, Cyrino Pedro de Oliveira (vulgo Cyrino Chato), José de Assumpção Rocha, Francisco Gomes Damasceno, Joaquim Gomes Damasceno, Cypriano Gomes Damasceno, Guilherme Farias (vulgo Guilherme Ventura), José Rosa (vulgo Juca Rosa), Júlio Alves Ribeiro, Francisco Alves Ribeiro,



considerações do Juiz, não deixam de transparecer as dificuldades de enquadrar criminalmente os rebeldes:

As fumaças que, na manhã do dia 26 de setembro do ano passado [1914], sombrias se levantaram nesta Vila, anunciaram que neste recanto do nosso Estado havia deixado de existir o império da lei e da ordem, suplantado pelo regime do fuzil e do facão, a serviço de um banditismo fanatizado que tinha sido gerado por causas várias que a história, fria e desapaixonada, caberá averiguar. Aquelas fumaças se desprendiam de lares em chamas e eram o início de numerosos atos vandálicos, violações múltiplas de nosso direito, e que são o porquê da instauração do presente processo. Considerando que o Código Penal não admite responsabilidade criminal coletiva, princípio este que, porém, sofre derrogação quando se trata de sociedades criminosas, de bandos ou grupos armados, cujos membros são individualmente responsáveis pelo fato criminoso, embora dele não participassem, considerando que essa é, evidentemente, a hipótese destes autos.²¹

Apresentou-se como defensor dos réus o advogado Henrique Rupp Júnior que, a esta altura dos acontecimentos, já era um opositor político do Coronel Albuquerque, de Curitiba. Rupp se empenhou sobremaneira na defesa dos seus representados, apontando a fragilidade do inquérito, a falta de provas individualizadas contra os réus, argumentando pelo caráter político (e não criminal) do movimento. A argumentação em favor do caráter político do movimento era uma estratégia de Rupp para levar o processo à alçada da Justiça Federal, o que daria outro tratamento para a questão. Na formação do júri Rupp veta o nome de sete cidadãos muito próximos ao Coronel Albuquerque (vários deles proprietários de casas que tinham sido queimadas). A defesa solicita, sem sucesso, que os réus sejam processados em separado. Os autos de perguntas aos jurados são sobre as atividades do grupo de réus e eles vão sendo enquadrados individualmente, em 18 quesitos, aonde o júri ia votando réu por réu. Em fevereiro de 1916, estavam presos respondendo a este processo apenas três réus: Honório Alves Sampaio, Francisco Alves de Assumpção Rocha e Domingos de Oliveira. Honório foi condenado a nove anos e quatro meses de prisão, Francisco e Domingos foram absolvidos pelo júri. Rupp recorreu ao Tribunal de Justiça contra a condenação de Honório e o Promotor recorreu contra a absolvição de Francisco e Domingos. No recurso do Promotor, fica clara a intenção de julgar Francisco por outros episódios da Guerra neste processo do incêndio. Ao longo dos autos, é clara a presença

Francisco Alves de Assumpção Rocha, José Fonseca, Pedro de Oliveira, Lucidário de Tal (vulgo Lúcio Chato), Olegário Ramos (vulgo negro Olegário) e Domingos d'Oliveira.

²¹ Processo Incêndio, p. 149.



de Francisco, também conhecido por Nenê Alves, entre os líderes da invasão, mas não há qualquer depoimento que o associe à prática de incêndios dos prédios ou alguém que tenha visto partir dele tal ordem. O Promotor apela para a responsabilidade política do réu:

A responsabilidade do apelado Francisco Alves de Assumpção Rocha não se circunscreve apenas aos limites traçados pelo libelo e pronúncia articulados, sua responsabilidade se agrava e cresce de vulto quando levamos em consideração que foi ele quem, com sua aderência aos fanáticos, arrastou, para os redutos, grande parte da população de Cabaças, uma extensa região desta Comarca, engrossando as fileiras dos fanáticos e aumentando-lhes, pelo mesmo fato, a audácia, justamente ele que, na qualidade de vice-presidente em exercício do Conselho Municipal de Curitiba, devia zelar pela boa ordem e cooperar para a repressão do levantamento.²²

Antes do Tribunal de Justiça de Florianópolis se pronunciar sobre os recursos o Supremo Tribunal Federal, no Rio de Janeiro, concedeu *Habeas Corpus* a todos os réus ainda mantidos presos.²³ A tese da natureza política do movimento defendida por Rupp prevaleceu na Corte Superior e foi recebida em Curitiba como uma verdadeira anistia. O processo do incêndio foi arquivado. Rupp Junior também atuou em processos contra rebeldes em Canoinhas, conseguindo deferimento em seu *Habeas Corpus*, libertando Conrado Grobe, João Afonso da Silva, Sebastião José de Campos, João Busse (vulgo João Polaco), Manoel Francisco Gonçalves (vulgo Viana), o chefe Gregório de Lima e Follador Quirino (vulgo Espírito Santo Eterno).²⁴

O último chefe rebelde sertanejo, Adeodato Manoel Ramos, entregou-se as autoridades e foi condenado a 30 anos de prisão num processo aberto desde 1915, pelo ataque sertanejo a comunidade de Rio Bonito. Seu julgamento foi apenas uma formalidade que durou apenas poucas horas, tendo como advogado de defesa Cornélio de Haro Varela, secretário do Coronel Albuquerque, homem hostil a Adeodato e a todos os rebeldes. Preso em Lages, após uma fuga foi recapturado e enviado ao Presídio de Florianópolis, onde morreu em janeiro de 1923, após uma alegada nova tentativa de fuga.²⁵

²² *Idem*, p. 233.

²³ A decisão do Supremo ocorreu no dia 8/07/1916. Foram soltos os réus Francisco Alves de Assumpção Rocha, Cyrino Chato, Honório Alves Sampaio e Domingos Thomaz de Souza. Processo Incêndio, p. 242.

²⁴ Os presos estavam na Cadeia de São Francisco do Sul, devido a superlotação da Cadeia de Canoinhas, sendo pacientes Conrado Grobe e outros e advogado Henrique Rupp Junior, 07/09/1916.

²⁵ O processo de Adeodato está extraviado, mas é possível ter acesso a um traslado completo dos autos no recurso feito por Olympio Simão, companheiro de Adeodato processado na mesma oportunidade,



Outras lideranças rebeldes não tiveram a mesma sorte que os representados pelo Dr. Rupp Junior. Entre maio e dezembro de 1915, quando o General Setembrino de Carvalho deu por terminada sua missão, após a destruição do grande reduto de Santa Maria, a tropa federal foi majoritariamente recolhida, ficando na região apenas uma unidade do 54º Batalhão de Caçadores, comandada pelo Capitão Vieira da Rosa, para atacar redutos remanescentes (São Pedro e Pedra Branca). As tropas a serviço das forças oficiais passaram a ser majoritariamente de vaqueanos civis, que recebiam diárias dos Coronéis Superintendentes, que as repassavam do governo Estadual. Foi a fase chamada de “açougue”, onde as forças de vaqueanos civis comandados por Coleti, Nicolau Fernandes, Pedro Ruivo, Maximino de Moraes, Salvador Dente de Ouro e outros, passaram a caçar sem tréguas os caboclos que ainda não haviam se apresentado. Centenas foram executados sumariamente, mesmo depois de rendidos e desarmados pelas forças oficiais. O caso extremo foi praticado por Pedro Ruivo (Pedro Leão de Carvalho), que retirou centenas de presos da cadeia de Canoinhas para degolá-los na barranca do rio Iguaçu. Um processo foi aberto contra este vaqueano mas, por três vezes, o júri popular de Canoinhas o absolveu.²⁶

Considerações finais

As fontes judiciárias, que ainda precisam ser mais exploradas em seus documentos do final do século XIX e início do século XX no planalto meridional, formam um acervo muito rico para o estudo e a análise das relações políticas, econômicas e sociais nesta região. Os conflitos que repercutem da prolongada indefinição dos limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, o impacto da construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, os desmandos e os problemas políticos locais.

Apesar da violência e das ilegalidades praticadas por ambas as partes no conflito conhecido como Guerra do Contestado, muito ainda precisa ser avaliado sobre a atuação dos operadores do direito nestes eventos. O poder judiciário demonstrou uma importante atividade de arbitragem de conflitos e uma relativa independência dos órgãos de Estado, principalmente quando os réus dispunham de maiores recursos políticos e da assistência do Dr. Rupp Junior. De qualquer maneira, não se trata de um

junto ao Tribunal de Justiça de Florianópolis. Processo de Apelação Criminal nº 1.121, Curitiba, 1917. Apelante: Olimpio Simão. Apelada: A Justiça. Arquivo do TJ de Santa Catarina.

²⁶ Arquivo Público de Santa Catarina. Processos Judiciais. Inquérito e processo contra Pedro Leão de Carvalho, Canoinhas, 1916.



conflito ocorrido em locais fora da ação dos órgãos de Estado e, sua atuação, em última instância, revela os problemas e limites do Estado e das Leis na nascente República brasileira.

Bibliografia:

AURAS, Marli. Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla. 2ª edição. Florianópolis: Ed. UFSC, 1995.

CABRAL, Oswaldo. A Campanha do Contestado. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1979.

DIACON, Todd. Millenarian vision, capitalist reality: Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916. Durham: Duke University Press, 1991.

ESPIG, M. J. . Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (1908-1915). Pelotas: Editora e Gráfica Universitária - UFPel, 2011.

FELIPE, Euclides José. *O último jagunço*: o folclore na História da Guerra do Contestado. Curitiba: UnC, 1995.

LEVI, Giovanni. A herança imaterial. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. A Micro-História Italiana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*: a formação e a atuação das chefias caboclas. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

_____. "Os 'pelados' atacam Lages". Revista História Catarina, Lages, v. 18, p. 42-46, 2010.

MAFRA, Manoel da Silva. Exposição Histórico-Jurídica por parte de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

MARTINS, Romário. Limites inter-estaduais entre Paraná e Santa Catarina: breves explicações do mapa histórico anexo. Rio de Janeiro: Gomes e Irmãos. 1910.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os Errantes do Novo Século*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

PEIXOTO, Demerval. (Clivelário Marcial) A campanha do Contestado. 3 vols. 2ª Ed. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

RODRIGUES, Rogério Rosa.

VALENTINI, Delmir José.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social*: a Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Fontes:

1. Na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina:

- Coleção do Jornal "O Dia" e "O Estado", jan a dez de 1914.

2. No Arquivo do Museu do Judiciário Catarinense – Tribunal de Justiça de SC:

- Autos de Habeas Corpus da Comarca de Canoinhas. 1916. Pacientes: Conrado Grobe e outros. Advogado: Henrique Rupp Junior.

- Processo de Apelação Criminal nº 1.121, 1917. (com traslado processo de Adeodato). Curitiba, Apelante: Olimpio Simão. Apelada: A Justiça.

3. Arquivo Público de Santa Catarina:

- Sumário de Crime de Sedição, dano a propriedade pública e privada etc, (Incêndio Curitiba). 1914. réus: Honório Sampaio e outros. Processos Judiciais, 1916, caixa

45



GT 11 – O rural da História do Brasil

Direito à terra em Casa Nova/Bahia: fundos de pasto contra a grilagem ou “resistir para existir”

Tatiana Emilia Dias Gomes¹

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito/ Universidade Federal Fluminense/Assessora Jurídica/Comissão Pastoral da Terra-Bahia,
E-mail: tatianadiasgomes@hotmail.com

Resumo

O texto apresenta os embates ocorridos entre as comunidades de Fundo de Pasto de Salina da Brinca, Jurema, Riacho Grande e Melancia, que ocupam um território com cerca de vinte e seis mil hectares de terra em Casa Nova Bahia, que denominam Areia Grande, contra, na década de oitenta, a empresa Agroindustrial Camaragipe S.A. e, contemporaneamente, com os sucessores de tal empresa. Esses embates noticiam a existência de um processo de grilagem de terras públicas devolutas, ocupadas, segundo a memória oral dos posseiros, desde 1860¹ por seus ancestrais. A grilagem foi construída e legitimada durante longo período de tempo com diversos agentes sociais, sobretudo com auxílio de repartições oficiais.

Palavras-chave: conflitos rurais, direito à terra, fundos de pasto

¹ O mito fundador remete à vinda de Manoel Pracatão, no ano de 1860, tangido por uma severa seca no Estado do Ceará. Em Casa Nova, Manoel Pracatão se instala e dá início a uma extensa linha de descendentes, hoje os atuais posseiros de Riacho Grande.



Introdução

O texto apresenta os embates ocorridos entre as comunidades de Fundo de Pasto de Salina da Brinca, Jurema, Riacho Grande e Melancia, que ocupam um território com cerca de vinte e seis mil hectares de terra em Casa Nova Bahia, que denominam Areia Grande, contra, na década de oitenta, a empresa Agroindustrial Camaragipe S.A. e, contemporaneamente, com os sucessores de tal empresa.

Esses embates noticiam a existência de um processo de grilagem de terras públicas devolutas, ocupadas, segundo a memória oral dos posseiros, desde 1860² por seus ancestrais. A grilagem foi construída e legitimada durante longo período de tempo com diversos agentes sociais, sobretudo com auxílio de repartições oficiais.

Um objetivo do texto é tratar da apropriação dos instrumentos normativos e dos atos jurídico-processuais por grupos sociais, ainda que mediadas pelas convicções dos(as) julgadores(as) e defensores(as), que manejam as diversas concepções sobre o direito que se encontram em disputa na vida social. Diante da afirmação de que a propriedade dos bens é um direito assegurado pelo Estado, propomos relativizar tal afirmação, sugerindo em seu lugar a idéia de que a propriedade é construída social e historicamente.

O episódio recente que reacendeu o conflito foi motivado por uma ação judicial que teve repercussão no Estado da Bahia, notadamente no âmbito da discussão sobre a regularização fundiária das terras devolutas naquela unidade da federação, que envolveu, de um lado, inicialmente, uma agroindústria fluminense, que foi sucedida por dois empresários baianos, e, de outro, famílias que praticam a pecuária extensiva principalmente de caprinos, então denominadas comunidades de fundo de pasto.

Em termos metodológicos, trabalhamos com fontes orais, quais sejam, os depoimentos dos agentes sociais envolvidos, e fontes escritas, que buscamos nos processos judiciais, atos processuais e certidões cartoriais.

2. Uma história de grilagem: “muita gente se arvora a ser Deus e promete tanta coisa pro sertão”³...

² O mito fundador remete à vinda de Manoel Pracatão, no ano de 1860, tangido por uma severa seca no Estado do Ceará. Em Casa Nova, Manoel Pracatão se instala e dá início a uma extensa linha de descendentes, hoje os atuais posseiros de Riacho Grande.

³ Trecho da música Procissão, de Gilberto Gil.



No final dos anos setenta, a Agroindustrial Camaragibe S.A., empresa sediada no Rio de Janeiro, adquiriu um imóvel rural em Casa Nova, Bahia, de membros da família Viana de Castro⁴, oligarquia regional.

A empresa Camaragibe obteve tal aquisição através da transformação de recibos de posse de pequenas áreas de terra em matrículas⁵ no cartório de registro de imóveis de Santana do Sobrado, distrito do município. A reunião desses pequenos títulos de posse em alguns registros de propriedade, por meio da matrícula no cartório, deu origem a uma extensa área de terra da qual a Camaragibe passou a se proclamar proprietária.

Essa transformação se deu com a imprescindível ajuda do cartório de registro de imóveis, sob domínio dos Viana de Castro. As posses, que não tinham dimensões precisas, uma vez que eram demarcadas pela tradição oral dos ocupantes e cujos valores monetários reais não estavam consignados nos recibos, foram escritas no livro de registro de propriedade, configurando mais um capítulo do “processo histórico e secular de ocupação ilegal” (MOTTA, 2001, p. 4) de terras, o que ficou conhecido como grilagem.

Em depoimento⁶, o oficial do cartório de registro de imóveis de Santana do Sobrado informou que o registro de propriedade das terras se dava a pedido dos interessados, que de posse de uma escritura pública ou particular, cuja extensão da posse era medida em valores monetários, sem áreas definidas ou delimitação de confrontantes. Assim, as áreas declaradas constantemente não correspondiam as áreas de fato ocupadas ou ainda, que áreas ocupadas por posseiros fossem apropriadas pelos declarantes. Esse processo histórico e secular é notório, como ressaltou Márcia Motta (2001, p. 19)

a legalização da terra se dá nos bastidores dos Cartórios locais, com a conivência de tabeliães e testemunhas que alteram a extensão da terra e

⁴ A família Viana de Castro de Casa Nova descende de Luiz Viana, governador da Bahia no final do século XIX, e de Luiz Viana Filho, também governador já no século XX, de 1967 a 1971. Os Viana de Castro alegavam ser proprietários de terra na região ocupada pelos posseiros de Riacho Grande, por isso venderam parte das terras para a Agroindustrial Camaragibe S.A.

⁵ A Lei Federal n.º 6.015 de 31 de dezembro de 1973, mais conhecida como lei dos registros públicos, determina que todo imóvel a ser titulado deve ser matriculado no Livro n.º 2. Em seu art. 228, disciplina que “a matrícula será efetuada por ocasião do primeiro registro a ser lançado na vigência desta Lei, mediante os elementos constantes no título apresentado e no registro anterior nele mencionado.” A matrícula é, nesse sentido, a certidão de nascimento da propriedade.

⁶ Depoimento tomado em audiência designada na Ação Discriminatória de Terras Públicas promovida pelo Estado da Bahia com o objetivo de reaver o patrimônio público destacado e apropriado ilegalmente pelos particulares mencionados (membros da família Viana, Agroindustrial Camaragibe S.A., empresários sucessores).



forjam cadeias sucessórias. Neste sentido, o processo de legalização de uma grilagem parte, indubitavelmente, de relações pessoais capazes de auxiliar na mágica que transforma uma grilagem em propriedade privada.

Concomitantemente às ações cartoriais patrocinadas pelos Viana de Castro, a empresa Camaragibe, que sucedeu os Viana na condição de proprietários, através de seus topógrafos, se dirigiu à área de terra para realizar um levantamento planimétrico. Anos antes, uma lei⁷ havia sido publicada com o objetivo exonerar o produtor rural do cumprimento de obrigações financeiras relativas a operações de crédito rural, quando da ocorrência de perdas das receitas esperadas em consequência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atingissem bens, rebanhos e plantações. Tal lei criava o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, mais conhecido como PROAGRO.

Após a aquisição das terras, a empresa se dirigiu ao Banco do Brasil S.A. e tomou recursos públicos do programa governamental destinado ao incremento da produção agrícola no Brasil, pois objetivava produzir álcool a partir de mandioca.

A empresa chegou a levar equipamentos para a área, quiçá tentando iniciar os trabalhos de instalação da indústria, todavia, não se tem notícia de qualquer atividade de produção de álcool nas terras então adquiridas mediante grilagem.

Em momento próximo, um grande desvio de recursos públicos ganhava repercussão nacional. O empréstimo de vultosos recursos do Erário, sob a justificativa de fomento à produção agrícola no Brasil, bem como o recebimento de seguros-safra, ficou conhecido como o “Escândalo da Mandioca”.

Em síntese, consistiu na tomada de empréstimo de recursos financeiros através do Banco do Brasil de Floresta, cidade de Pernambuco, próxima à Casa Nova, com base em documentos falsos (títulos de propriedade, documentos de identificação de pessoas inexistentes etc.) sob a justificativa de cultivo de mandioca e outros produtos agrícolas. Com os valores emprestados em mãos, os beneficiados alegavam a impossibilidade de colheita por conta das secas e, como corolário, a impossibilidade do pagamento do empréstimo. Assim, ainda recebiam o seguro-safra instituído pela lei que criou o PROAGRO⁸.

⁷ Trata-se da Lei n.º 5.969, de 11.12.73.

⁸ O assassinato de um membro do Ministério Público Federal, Pedro Jorge de Melo e Silva, em Olinda, em 1982, que estava a frente das investigações, contribuiu para que o “escândalo da mandioca” tomasse a grande repercussão que teve na arena nacional.



Nesse momento, iniciam os primeiros embates entre a empresa e os moradores do povoado de Riacho Grande, uma vez que a empresa tentou adentrar nas terras que os moradores haviam variantado⁹.

As manchetes dos jornais da época anunciavam:

Posseiros denunciam ameaça de grilagem em terras de Casa Nova (Jornal A Tarde, 31/03/1980). Posseiros são vítimas de violência na luta pela terra em Casa Nova (Jornal A Tarde, 30/09/1980). Guardas atiram nos posseiros: Casa Nova (Jornal Tribuna da Bahia, 30/09/1980). Camaragibe faz nova investida e ameaça os posseiros de Casa Nova (Jornal Tribuna da Bahia, 2/10/1980). Posseiros de Casa Nova pedem garantias à SSP (Jornal Tribuna da Bahia, 2/10/1980). Sindicatos do Médio São Francisco mobilizam-se na defesa dos posseiros (Jornal A Tarde, 7/10/1980).

Após tentativas de persuadir os ocupantes das terras para que os mesmos permitissem a sua entrada face aos supostos benefícios de instalação do projeto de produção da usina¹⁰, a empresa ingressou com uma ação judicial em 1980, uma ação demarcatória com queixa de esbulho¹¹, pois alegava que os moradores estavam invadindo terras de sua propriedade, alijando-a de sua posse de maneira violenta. É interessante notar que, mesmo propondo a ação, a empresa reconhecia a utilização das terras pelos ocupantes, pois afirmava a existência de roçados e casas e a prática de agricultura de subsistência.

Na ação, a empresa tinha como pretensão a demarcação de terras das quais, supostamente, detinha a propriedade, em detrimento dos moradores do Povoado de Riacho Grande.

Entretanto, o juiz que figurou no mencionado feito considerou que os limites da área sujeita à demarcação eram completamente diversos dos limites consignados nos títulos apresentados pela empresa, e que não havia a incidência de qualquer procedimento legal que justificasse tal alteração, ressaltando que a empresa alegava ser proprietária de 30.159,46 hectares. Considerou também o reconhecimento por parte da empresa que os moradores de Riacho Grande detinham, já à época, legítima posse da área. A partir do exame das escrituras públicas de compra e venda acostadas aos autos da pretérita ação demarcatória, ponderou o magistrado que

⁹ Variantar significa abrir picadas para definir, em meio às terras soltas, caminhos, limites e confrontações. É uma expressão muito comum na linguagem dos trabalhadores rurais e criadores de animais no sertão da Bahia.

¹⁰ Segundo o relato dos posseiros mais idosos, contou inclusive com o apoio do prefeito municipal de Casa Nova à época, Adolfo Viana¹⁰, que fora a convite da empresa, a Camaragibe S.A.

¹¹ Em termos jurídico-processuais, a ação demarcatória se destina a fixar os limites de um imóvel de propriedade particular e o esbulho é o ato que despoja o possuidor de sua posse, mediante violência ou ato clandestino.



considerando que esses títulos imediatamente anteriores já acima referidos, ainda em nome dos vendedores e cedidos por compra-e-venda à Suplicante, não dão a cota-parte geodésica dos antigos condôminos-vendedores, mas dão apenas uma fração ideal de domínio calculada em moeda corrente ao tempo da avaliação, necessitando de precisos cálculos para transformar essas frações-ideiais-de-domínio-calculadas-em-moeda-corrente em ÁREA.

Em outros termos, o magistrado reconheceu a confusa delimitação do imóvel reivindicado pela Agroindustrial Camaragibe S.A., uma vez que os títulos apresentados pela mesma, tendentes a fundamentar o pedido de demarcação e o seu direito de propriedade, em realidade, indicavam a existência de posses sobre frações ideais de terra, o que indica, inclusive a existência de outros posseiros, além dos consignados nos mencionados títulos.

O pleito da Camaragibe foi indeferido liminarmente pelo então juiz de Direito de Casa Nova, e a ação judicial extinta, a requerimento da proponente. Mesmo com a decisão judicial contrariando seus interesses, a Camaragibe prosseguiu no seu intento de obter a posse das terras ocupadas pelos posseiros.

No entanto, os posseiros resistiram, convocando o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o extinto Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) para intervir na situação. Contaram com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), de cinco Federações de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, sendo elas as FETAGs de Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, de trinta e um sindicatos de trabalhadores rurais da região do Vale do São Francisco, que, juntos, realizaram uma grande assembléia de trabalhadores rurais, a fim de ratificar a concordância e a aderência à reivindicação.¹²

O desfecho de tais fatos consistiu na demarcação parcial da área reivindicada pelo extinto INTERBA em favor dos ocupantes de fato, e a permanência da Camaragibe S.A. como proprietária das terras em que o órgão não concluiu os trabalhos de regularização fundiária.

A Camaragibe permaneceu como titular do direito de propriedade em sede cartorial, todavia sem posse direta, o que permitiu a retomada, gradativa e silenciosa, de tais terras para o fundo de pasto dos moradores de Riacho Grande e das comunidades próximas, sendo elas Melancia, Jurema, Salina da Brinca e outras. O fato

¹² Cabe registrar que os então deputados federais Ulisses Guimarães e Freitas Nobre, e o então presidente do PMDB, Jarbas Vasconcelos, enviaram telegramas em apoio aos posseiros de Casa Nova, o que demonstra a grande repercussão dos acontecimentos.



do trabalho do órgão estadual de terras não ter sido concluído ficou adormecido até que o advento de nova ação judicial e seus desdobramentos.

3. A grilagem: o cenário contemporâneo

A ação judicial em questão é uma ação de imissão de posse, que, no âmbito jurídico, mais detidamente do processo civil, se destina a garantir a posse de alguém sobre um bem do qual já tenha a propriedade, uma vez que a propriedade, por se tratar de uma ficção jurídica relativa à inscrição cartorial, não compreende a posse direta de um bem.

A ação judicial foi proposta em face de onze pessoas, alguns moradores de Salina da Brinca, que utilizavam o fundo de pasto, área de uso comum destinada ao pastotério de animais e extrativismo, sobretudo de mel de abelha.

A alegação dos proponentes da ação era que eles detinham o título de propriedade das terras do fundo de pasto e para justificar tal alegação, juntaram aos autos da ação judicial documentos que entenderam que comprovariam o dito pleito.

Os documentos contam as tratativas entre os autores da ação (os empresários baianos), a empresa fluminense e uma instituição financeira, o Banco do Brasil para a transmissão da área de terra em questão.

Os documentos juntados pelos proponentes fizeram emergir faces obscuras do conflito agrário que envolveu a Agroindustrial Camaragipe S.A. e os moradores de Riacho Grande e os seus desdobramentos. O Banco do Brasil era credor da Camaragipe por conta de crédito agrícola fornecido à empresa para o fomento da atividade agroindustrial, o que associa a empresa ao escândalo da mandioca. Os empresários baianos, através de um contrato de cessão de créditos com o banco, assumiram a condição de credores, em lugar da instituição financeira¹³.

Entre os créditos assumidos pelos empresários, estavam os bens da empresa Camaragibe e é aí que se conectam os fatos ocorridos no início da década de oitenta envolvendo os moradores de Riacho Grande e os episódios mais recentes que, a princípio, estavam restritos a onze pessoas, indicadas na ação de imissão de posse.

¹³ O Banco do Brasil, credor da Camaragibe Agroindustrial S.A., ao que tudo indica, violou princípios inscritos no artigo 37 da Constituição Federal, sobretudo, o da publicidade, por estabelecer transação com particulares que, por um valor ínfimo, tornaram-se titulares de todos os direitos e obrigações de credor, inclusive o de dispor livremente do montante do crédito, esse avaliado em milhões de reais. Os novos credores da Camaragibe passaram, também, à condição de substitutos processuais do Banco do Brasil S.A., em diversas ações judiciais em curso no Rio de Janeiro.



O juiz de direito de Casa Nova, ao proferir sentença na dita ação, entendeu que os argumentos e documentos trazidos para os autos eram suficientes para garantir os interesses invocados pelos proponentes da ação de imissão de posse, os empresários que sucederam a Agroindustrial Camaragibe S.A. Não reconheceu a existência da grilagem.

A execução da sentença revelou que, para além dos onze posseiros nomeados na ação de imissão de posse, havia trezentas e sessenta e seis famílias que ocupam tradicionalmente desde o século XIX, como fundo de pasto. Trezentas e sessenta e seis famílias, reunidas em quatro povoados no município de Casa Nova, chamados Riacho Grande, Salina da Brinca, Melancia e Jurema, localizados no entorno da área de fundo de pasto.

As terras do fundo de pasto são ocupadas com a criação extensiva e coletiva de bodes, carneiros, porcos e bois. São ocupadas também com a instalação de colméias, das quais se extraem mel de abelha e de pequenos roçados de mandioca, feijão, milho etc. Antes da execução da sentença, havia também algumas casas nessa região, nas quais residiam algumas famílias.

No entanto, desprezando esse fato, o mandado de execução da sentença foi cumprido, culminando com a destruição de boa parte das benfeitorias dos moradores, bem como com perda incomensurável da criação de animais¹⁴.

A sentença proferida pelo juiz de direito da comarca de Casa Nova não foi passivamente acatada pelos moradores dos quatro povoados. As mesmas, através de suas associações civis, procuraram construir uma rede de apoios para enfrentar a situação.

Fruto da articulação das comunidades e da rede de apoios construídas, o Estado da Bahia ingressou com ação discriminatória de terras públicas (administrativa e judicial). O procedimento administrativo concluiu pela natureza pública devoluta das terras e, como corolário, ensejou a proposição de uma ação discriminatória judicial, ainda pendente de julgamento na Comarca de Casa Nova.

4. Direito à terra em Casa Nova: discursos produzidos pelas comunidades de fundo

¹⁴ Segundo laudo pericial elaborado por Arildo Sebastião Silva e Silver Jonas Alves Farfan, engenheiros agrônomos da Agr'organ – Consultoria e Assessoria em Agropecuária Orgânica, os danos patrimoniais causados pela execução da sentença atingem, estimativamente, o montante de R\$ 1.792.994,50 (um milhão setecentos e noventa e dois mil novecentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).



de pasto de Areia Grande sobre o seu direito ao uso da terra

As lutas pelo direito à terra empreendidas pelos posseiros da região atualmente conhecida como Areia Grande¹⁵ registraram também diversas fases e formas de enfrentamento no plano jurídico-político da situação.

No início da década de oitenta, não estavam em voga com a mesma repercussão e força simbólica que possuem atualmente, por exemplo, categorias jurídico-políticas como comunidades tradicionais, terras tradicionalmente ocupadas, fundos de pasto. Os posseiros de Riacho Grande eram simplesmente posseiros e desenvolveram suas lutas, no plano judicial, dessa maneira, sem fazer uso desse instrumental teórico.

Sucedem que os fundos de pasto, contemporaneamente, compõem uma articulação nacional que reúne grupos sociais brasileiros reconhecidos como portadores de uma identidade diferenciada e específica a cada um desses grupos. Trata-se da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estruturada no âmbito do Poder Executivo Federal, e, em razão disso, conta também com representantes ministeriais e de órgãos públicos ligados ao assunto. Tal comissão foi instituída pelo Decreto de 13 de junho de 2006 e tem por finalidade executar uma política nacional especialmente direcionada a essas comunidades.

No que tange ao reconhecimento e afirmação das comunidades tradicionais de fundo de pasto no plano legislativo, pelo menos no cenário normativo pátrio, outros dois instrumentos legais podem ser destacados.

O primeiro é específico do Estado da Bahia. A Constituição Estadual promulgada em 1989, em seu art. 178, parágrafo único¹⁶, reconhece a possibilidade de

¹⁵ A denominação Areia Grande compõe o leque de estratégias de luta pensadas pelos posseiros. As terras que reivindicam estavam associadas, no imaginário local, à empresa Camaragibe, sendo a localidade constantemente mencionada como “Fazenda Camaragibe”. Os posseiros atribuíram um novo nome à localidade, a fim de construir uma nova referência. O novo nome decorre de suas características geofísicas, pois o terreno é bastante arenoso, com a caatinga bastante preservada, com exceção do pequeno trecho onde a Camaragibe começou a instalar os equipamentos para irrigação do cultivo de mandioca e construiu alguns prédios que abrigariam a usina.

¹⁶ Art. 178 - Sempre que o Estado considerar conveniente, poderá utilizar-se do direito real de concessão de uso, dispondo sobre a destinação da gleba, o prazo de concessão e outras condições. Parágrafo único - No caso de uso e cultivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade, à associação legitimamente constituída e integrada por todos os seus reais ocupantes, especialmente nas áreas denominadas de Fundos de Pastos ou Fechos e nas ilhas de propriedade do Estado, vedada a este transferência do domínio.



regularização fundiária das comunidades de fundo de pasto, sob o instituto do contrato de concessão de direito real uso.

O segundo é o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, cujo escopo é impulsionar o desenvolvimento sustentável com destaque no reconhecimento, fortalecimento e garantia do direito aos territórios tradicionalmente ocupados, dos direitos sociais, ambientais, econômicos e culturais, sem olvidar o respeito e a valorização de sua identidade constitutiva da nação brasileira, bem como às suas formas de organização e de suas instituições.

Na esfera normativa internacional, salienta-se a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho e a Convenção sobre Diversidade Biológica, ambas ratificadas pelo Estado brasileiro através dos Decretos Legislativos n.º 143 e n.º 2, respectivamente. Segundo Alfredo Wagner Berno de Almeida,

Da articulação das duas convenções, constata-se que a noção de ‘comunidades locais’, que antes denotava principalmente um tributo ao lugar geográfico e a um suposto ‘isolamento cultural’, tornou-se relacional e adstrita ao sentido de ‘tradicional’, enquanto reivindicação atual de grupos sociais e povos face ao poder do Estado e enquanto direito manifesto através de uma diversidade de formas de autodefinição coletiva. (SHIRIASHI NETO (org.), 2007, p. 11).

Ainda no que tange ao Decreto n.º 6040/2007, é interessante notar que houve uma preocupação legislativa em definir a categoria comunidade tradicional, sendo essa entendida como grupo que ocupa e usa seus territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição¹⁷.

Um aspecto a considerar, inspirado no debate proposto por Shanin (2005), diz respeito ao perigo de se recair no binômio moderno/tradicional, “com uma implícita suposição nós/eles”, aprisionando as pessoas “dentro do pacote geral de ‘tradicional’ e outros exóticos.” (SHANIN, 2005, p. 16) Orientar-se por esse binômio, é obrigar o grupo social a ficar imobilizado no tempo para ter direitos associados à sua identidade.

No entanto, considerando a ponderação de Shanin (2005, p. 15), ao propor que “os conceitos são instrumentos de análise; sua utilidade e utilização estão sujeitos às perguntas feitas, às maneiras como estas se relacionam aos esquemas de

¹⁷ É o que delinea o art. 3º, inc. I do Decreto n.º 6.040/2007.



questionamento teórico mais gerais e a seu esclarecimento da realidade”, o que se busca é apontar como o conceito comunidade tradicional aqueceu o debate público sobre esses grupos sociais e o seu reconhecimento enquanto atores políticos significativos na arena pública.

Na década de oitenta, o termo comunidade tradicional não tinha a difusão que tem contemporaneamente, estando restrito, quando muito, aos circuitos acadêmicos. Por sua vez, a noção de terras tradicionalmente ocupadas começou a ganhar força no plano normativo com o advento da Constituição Federal de 1988.

Da mesma forma, diversos encontros de articulação e reflexão dos moradores dos fundos de pasto apontaram possíveis noções sobre as representações que têm da forma como apropriam a terra, levando-os a construir, com apoio de outros agentes sociais (organizações de assessoria a movimentos populares, universidades etc.), um discurso para sustentar o seu direito à terra.

Como fonte para extrair esses discursos, destacamos um documento apresentado pela Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto, que compreende associações de fundo e fecho de pasto das regiões de Canudos, Juazeiro, Oliveira dos Brejinhos e Senhor do Bonfim¹⁸, intitulado O Fundo de Pasto que Queremos: Política Fundiária, Agrícola e Ambiental para os Fundos de Pasto Baianos.

O documento é resultado de uma série de reuniões entre as centrais de associação, bem como as associações vinculadas às centrais (ou não), entidades de assessoria, etc. que vêm ocorrendo ao longo dos últimos anos com o fito de pensar uma política fundiária, agrícola e ambiental para os fundos de pasto na Bahia, que contemple os seus desejos e necessidades, obviamente, com a participação direta e qualificada dos atores envolvidos.

Nesse documento, os discursos ressaltam o regime de ocupação coletiva das terras, mediadas por certos graus de parentesco e compadrio, representada pela ausência de cercas ou outros limites e o direito ao uso comum das pastagens nativas – o bioma caatinga. Registram a importância desse regime para a sustentação da economia familiar e dos municípios no semi-árido baiano.

¹⁸ Não há nenhuma associação de fundo de pasto na cidade de Senhor do Bonfim, ou mesmo comunidades que pratiquem a criação de caprinos e ovinos em pastagens coletivas, uma vez que as terras estão distribuídos sobre a forma de minifúndios e latifúndios. Aqui se faz referência às cidades que estão na micro-região de Senhor do Bonfim, a saber: Campo Formoso, Jaguarari, Andorinha, Pindobaçu, Itiuba.



Invocam o desenvolvimento de um modo próprio, através de técnicas de cultivo, pastoreio etc., de convivência com o semi-árido.

Assim, reivindicam a regularização fundiária de seus territórios, através do reconhecimento das posses centenárias através da titulação coletiva das áreas comuns, da discriminação das terras devolutas e a titulação individual dos pequenos roçados e dos terrenos das casas, tudo isso com a participação dos(as) trabalhadores(as) rurais. Em suma, registram

(...) cremos que as áreas de fundo de pasto são apropriadas aos sistemas de criação extensiva e, reconhecidamente prioritárias para a criação de caprinos e ovinos. Ou seja, este aspecto, que pode ser observado nos Fundos de Pasto colocam-no como alternativa para o arranjo fundiário no semi-árido. (ARTICULAÇÃO ESTADUAL DOS FUNDOS E FECHOS DE PASTO, s/d.)

Se contrapõem à lógica que tributam à política fundiária dos governos estaduais na Bahia, que tem privilegiado a regularização fundiária de lotes individuais, em detrimento dos lotes coletivos, bem como entendem ser um equívoco o tratamento das áreas de fundo de pasto como áreas de reforma agrária, pois entendem que é uma tentativa de esvaziamento do conteúdo político de uma regularização fundiária que leve em consideração aspectos culturais.

No caso de Areia Grande, a discussão jurídica que foi levada a cabo na defesa dos posseiros buscou contemplar todos esses elementos, aliando aspectos clássicos da defesa de posseiros contra supostos proprietários¹⁹ com uma argumentação, mais contemporânea, que explora direitos culturais. No entanto, não foi acolhida pelos julgadores.

5. Considerações finais

No sertão da Bahia, práticas centenárias de ocupação coletiva da terra através da criação extensiva e semi-extensiva de caprinos e ovinos, em alguns lugares chamadas de fundo de pasto, sobrevivem e reivindicam reconhecimento no plano jurídico-estatal.

¹⁹ Marcia Motta (2008, p. 108-109) se refere à atividade de advogados de posseiros no século XIX. Destaca a atuação de Gabriel José Nunes Furtado. Segundo ele, “havia dois tipos de posse [...] a primeira era a posse pessoal ou posse natural [...] A definição de posse natural, segundo a qual ela estaria assentada em atos possessórios, ou seja, no cultivo, considerava que o apossamento era algo permitido a todos os que tivessem a possibilidade de ocupar parcelas de matas virgens. Por conseguinte, o direito à posse natural era parte de um arsenal jurídico que vinha atender os interesses dos pequenos posseiros, ansiosos por manter e legitimar o seu acesso à terra.” A argumentação produzida ainda hoje na defesa de posseiros se assenta na idéia de que a posse se materializa pelo cultivo, ou seja, possui a terra aquele que nela trabalha, em contraposição aos proprietários, em regra, absenteeístas.



O fato é que, como salientou E.P. Thompson (2008, p. 131), “sempre foi um problema explicar as terras comunais dentro das categorias capitalistas. Havia algo incomodo a seu respeito. A sua própria existência despertava perguntas sobre a origem da propriedade e sobre o direito histórica à terra.” Respeitados os limites de tal conclusão à condição sociohistórica inglesa, estamos, pois, diante de um conflito social por distribuição ante ao entrelaçamento de distintas sensibilidades jurídicas que “variam, e não só em graus de definição; também no poder que exercem sobre os processos da vida social, frente a outras formas de pensar e sentir (...), ou nos seus estilos e conteúdos específicos.” (GEERTZ, 2009, p. 261)

Um elemento interessante nessa problemática de grilagem em Casa Nova é que a disputa interpretativa em torno do direito à terra dos posseiros ganhou um reforço com um debate jurídico-político que aliou uma argumentação em termos clássicos (supremacia da posse para o trabalho sobre a propriedade, no cenário empírico descrito – propriedade grilada) com a uma argumentação assentada em direitos territoriais decorrentes de elementos culturais (as comunidades tradicionais). Isso resulta das representações construídas pelos agentes sociais envolvidos e a forma organizativa que adotaram os posseiros, ao longo do tempo, desde os primeiros episódios envolvendo os embates com a Camaragibe S.A. até os mais eventos mais recentes.

Não obstante, os instrumentos legislativos citados não foram incorporados pelos representantes do Estado, sobretudo aqueles que atuam na esfera forense (juízes, promotores, desembargadores), desequilibrando a disputa em favor dos supostos proprietários.

Vários elementos contribuem para essa não incorporação, alguns já extensamente debatidos por um certo campo do Direito, que propõe uma abordagem contestadora dessa tradição jurídica positivista que favorece os pretensos proprietários. Um desses elementos tem a ver com a própria cultura institucional e formação dos quadros profissionais do Poder Judiciário e do Ministério Público, fortemente apegados a essa tradição positivista²⁰, que neutraliza as suas decisões e ações, porque, por

²⁰ O que chamamos de tradição jurídica positivista se refere à concepção, que Roberto Lyra Filho (2003, p. 25) nomeou “ideologia” do “Direito como ordem estabelecida”, em que as “normas – isto é, como vimos, os padrões de conduta, impostos pelo poder social, com ameaças de sanções organizadas (medidas repressivas, expressamente indicadas, com órgão e procedimentos especiais de aplicação) – constituem [...] o completo direito” (LYRA FILHO, 2003, p. 30). Assim, “o positivismo legalista volta-se para a lei”, escreve o autor (LYRA FILHO, 2003, p. 31).



presunção, representam o verdadeiro direito, que está prontamente manifestado na própria lei.

Com isso, proclamam-se neutros, que atuam na defesa da lei e do direito de propriedade, consagrado na lei, e que tende a legitimar e a naturalizar a grilagem. Sobre essa pretensa neutralidade, escreveu Bourdieu que

A concorrência pelo monopólio do acesso aos meios jurídicos herdados do passado contribui para fundamentar a cisão social entre os profanos e os profissionais favorecendo um trabalho contínuo de racionalização próprio para aumentar cada vez mais o desvio entre os veredictos armados do direito e as intuições ingênuas da equidade e para fazer com que o sistema das normas jurídicas apareça aos que o impõem e mesmo, em maior ou menor medida, aos que a eles estão sujeitos, como totalmente independentes das relações de força que ele sanciona e consagra. (BOURDIEU, 2006, p. 212).

Outro elemento importante é que no final dos anos setenta e início dos oitenta, época em que o sindicalismo rural era reconhecido e legitimado como protagonista nas lutas sociais no campo, toda a mobilização em torno da questão da grilagem e da resistência dos posseiros se deu em torno do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Casa Nova. Contemporaneamente, com o enfraquecimento da expressão sindical na região²¹, que muitos debitam à aproximação dos sindicalistas do STR aos empresários do setor da agricultura de exportação do Vale do São Francisco, os posseiros foram mobilizados em torno das associações das quatro comunidades, articuladas na União das Associações de Fundo de Pasto de Casa Nova – UNASFP.

Na situação analisada, entre os anos setenta e oitenta, tais práticas ainda não contavam com um respaldo no plano normativo. No entanto, o saber prático adquirido com o conflito pretérito permitiu aos moradores das comunidades de fundo de pasto de Casa Nova agir no universo social da luta pela terra, apropriando as categorias reconhecidas pelo Direito nos instrumentos normativos já citados, demonstrando que o Direito é um recurso a ser manejado.

Isso tem a ver com as palavras de Silva Lara e Joseli Mendonça (2006)

A lei e a justiça [...] deixaram de ser vistas como simples instrumentos de dominação de classe para se configurarem como recursos que poderiam ser apropriados por diferentes sujeitos históricos que lhe atribuíam significados sociais distintos. Podiam, de fato, configurar direitos pelos quais vale a pena

²¹ Na região de Juazeiro, o campo sindical rural e as bases territoriais são disputados por dois grupos. De um lado, os STR's ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e, de outro, o SINTAGRO (Sindicato dos Trabalhadores nas empresas agrícolas, agropecuários e agroindustriais dos municípios de Juazeiro, Casa Nova, Curaçá, Sento Sé e Sobradinho), que reúne os trabalhadores assalariados das empresas agrícolas de exportação. A imagem dos primeiros está associada ao velho sindicalismo assistencialista, que concentra suas ações nas questões previdenciárias, enquanto que o segundo está associado à campanha contra o trabalho escravo e contra a transposição do Rio São Francisco, o que lhe garante reconhecimento como sindicato combativo perante as demais organizações populares na região.



lutar.

O direito à terra dessas comunidades de fundo de pasto se construiu na resistência cotidiana de cada posseiro/posseira, que suportou/suporta violências de várias ordens (físicas, simbólicas, estruturais), inclusive com o assassinato de um dos seus²², ainda irresoluto. Cunharam uma bela expressão para animar a sua luta: “resistir para existir”.

6. Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. W. B. de. Apresentação. In: SHIRAIISHI NETO, J. (org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil**: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007.

ARTICULAÇÃO ESTADUAL DOS FUNDOS E FECHOS DE PASTO. **O Fundo de Pasto que Queremos**: Política Fundiária, Agrícola e Ambiental para os Fundos de Pasto Baianos. s/d. (mimeografado)

BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia**, 1989.

BRASIL. **Lei n.º 6.015**, 31 dez. 1973.

BRASIL. **Decreto n.º 6.040**, 7 fev. 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GEERTZ, C. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução Vera Mello Joscelyne. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

LARA, S. H.; MENDONÇA, J. M. N. Apresentação. In: _____. (orgs.). **Direitos e justiça no Brasil**: ensaios de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 9-22.

LYRA FILHO, R. **O que é direito?** 17. ed. 8. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MOTTA, M. M. M. **Nas fronteiras do poder**: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. 2. ed. rev. ampl. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

_____. A grilagem como legado. In: _____. ; PINEIRO, T. L. (Org.). Voluntariado e universo rural, 2001, v. 1, p. 75-99. Disponível em: http://www.historia.uff.br/artigos/motta_grilagem.pdf Acesso em 14 set 2009.

²² Em janeiro de 2009, José Campos Braga foi assassinado. Até a presente data, o inquérito policial ainda não foi concluído.



SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Revista Nera**, Ano 8, n.º 7. Presidente Prudente: Editora UNESP, Julho/Dezembro, 2005, pp. 1-21.

SILVA, A. S.; FARFAN, S. J. A. **Laudo Técnico:** Produção agropecuária familiar em Areia Grande, envolvendo as comunidades de Jurema, Salina da Brinca, Riacho Grande e Melancia, Casa Nova – BA, 2008.

THOMPSON, E. P. Costume, lei e direito comum. In: _____. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 86-149.



GT 11 – O Rural na História do Brasil

Indígenas e conflitos agrários na área Central da Mata mineira (1767-1800)

Fernando Gaudereto Lamas¹

¹Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista da CAPES e professor do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), E-mail: fernando.lamas@ufjf.edu.br

Resumo

A intenção desse trabalho é discutir os conflitos agrários que envolveram colonizadores e indígenas na área Central da Zona da Mata de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. A criação do aldeamento de São Manoel às margens do rio Pomba em 1767 desencadeou um processo migratório oriundo da região mineradora para a área Central da Mata, produzindo, desta feita, conflitos com os antigos donos e habitantes daquela terra, os indígenas coroados, coropós e puris. A análise das fontes revelou-nos que os conflitos envolveram desde questões relativas à posse da terra até questões que englobavam a utilização de trabalho escravo indígena pelos colonizadores. Em ambos os casos a terra, enquanto meio de produção, ocupa lugar de destaque para o entendimento da história da região.

Palavras-chave: Área Central da Mata de Minas; Século XVIII; Indígenas; Escravidão; Conflitos agrários.



1 – Fatores econômicos da conquista da terra na área Central da Mata de Minas

Em 24 de abril e em 27 de maio de 1795 a Câmara de Mariana enviou à Secretaria de Estado da Marinha e de Negócios Ultramarinos uma representação na qual solicitava medidas de segurança à indústria e ao comércio referente à defesa dos colonos que se situavam no sertão e viam-se ameaçados pelos ataques dos Puris e dos Botocudos.¹ Já havia se passado 18 anos desde a queda de Pombal e a questão indígena, que tanto havia afligido a administração do referido Marques, continuava inamovível. Os indígenas ainda eram um problema para o processo de conquista e de colonização das áreas do sertão mineiro.²

O documento acima referido inicia-se com uma reclamação típica da época: a dificuldade em se pagar os tributos impostos pela Coroa. Após fazer uma breve recapitulação das formas de cobrança dos Quintos, o texto refere-se à difícil situação daqueles que habitam os sertões. Longe dos portos marítimos, estes habitantes encontravam profunda dificuldade em se abastecer dos produtos provenientes da Europa, África e Ásia.³ Este aspecto é demasiadamente interessante, uma vez que relaciona o processo de conquista dos sertões a temas econômicos relativos à forma de atuação do Sistema Colonial.⁴ O texto faz ainda referências ao fato de que os tributos, após devidamente pagos, *se consumia nas mãos dos arrematantes, ou com oficiais e obras supérfluas.*⁵ Em outros termos, não trazia real benefício aos colonos; nem aos situados nas cidades mineradoras e menos ainda àqueles situados nos sertões.

¹ AHU-MG. 1801/30/12. Cx. 160, doc. 82. Representação dos oficiais da cidade de Mariana pedindo providências para o favorecimento de sua indústria e comércio, atendendo a defesa dos colonos fronteirais ao sertão, a fim de prevenir as hostilidades dos puris e botocudos.

² É interessante assinalar que uma extensa legislação referente à questão indígena, em especial aquelas contrárias a sua escravização, já havia sido editada desde o final do século XVII sem, contudo, surtir efeito prático. A este respeito cf. ÍNDIOS, lei de sua liberdade. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. (org.) **Raízes da formação administrativa do Brasil vol. 1**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972, p. 331-337.

³ AHU-MG. 1801/30/12. Cx. 160, doc. 82. Representação dos oficiais da cidade de Mariana pedindo providências para o favorecimento de sua indústria e comércio, atendendo a defesa dos colonos fronteirais ao sertão, a fim de prevenir as hostilidades dos puris e botocudos, fl. 03.

⁴ A lógica desse Sistema é a de extrair das áreas coloniais a maior quantidade possível de riquezas, de todas as formas conhecidas, tanto pelo sobre-trabalho quanto para taxaço, muitas vezes exorbitante, da população colonial. Evidentemente essa forma de administrar tinha que conviver com constantes reclamações, frutos de conflitos de interesses entre os grupos locais e os objetivos da administração colonial.

⁵ AHU-MG. 1801/30/12. Cx. 160, doc. 82. Representação dos oficiais da cidade de Mariana pedindo providências para o favorecimento de sua indústria e comércio, atendendo a defesa dos colonos fronteirais ao sertão, a fim de prevenir as hostilidades dos puris e botocudos, fl. 04.



Dentre os tributos que se encontravam diretamente relacionados com a conquista e ocupação dos sertões, destaca-se o Dízimo. O documento faz referência à queda deste tributo no Termo de Mariana na quantia de 27 contos de Reis em função da deserção de fazendas constantemente atacadas pelos índios Puris e Botocudos, sendo que em condições normais, o mesmo Termo em função de sua extensão poderia produzir mais de 40 contos de Dízimos.⁶ A arrecadação dos Dízimos nesta área não era a maior das Gerais e nem de perto alcançava os maiores valores. Entretanto, no entendimento de colonos e da administração colonial tal fato devia-se à presença de indígenas hostis que fustigavam constantemente as fazendas impedindo seus donos de darem continuidade aos trabalhos agrícolas e tornando suas vidas impossíveis naqueles sertões. Justamente em função disso o documento anteriormente citado solicitava à rainha a liberação do fabrico de ferro e pólvora nas Minas,⁷ uma vez que a sua importação encarecia os custos dos combates contra os indígenas e criava prejuízo para a Real Fazenda, na medida em que sua consequência era a queda na arrecadação dos Dízimos, conforme acima frisamos. Tal questão apareceu novamente no início do século XIX, mais precisamente em 1806, quando o Governador das Minas destacou a importância de manter os referidos botocudos longe das fazendas para evitar a queda dos Dízimos.⁸ Entretanto, em outro documento produzido pela mesma Junta, ficou clara a situação embaraçosa em que a administração colonial se encontrava, pois para armar soldados era necessário gastos que à época classificados como demasiadamente alto frente às restrições orçamentárias da vivenciadas no período.⁹

A conquista dos sertões do Termo de Mariana, que englobava a área Central da Mata de Minas, possuía, portanto, um viés econômico muito forte, especialmente voltado para a produção agrária, conforme foi mostrado no capítulo anterior. A pacificação dos indígenas, fosse através da cristianização ou da guerra justa, encobria tanto as necessidades dos colonos (principalmente a carência de mão-de-obra cativa

⁶ AHU-MG. 1801/30/12. Cx. 160, doc. 82. Representação dos oficiais da cidade de Mariana pedindo providências para o favorecimento de sua indústria e comércio, atendendo a defesa dos colonos fronteirais ao sertão, a fim de prevenir as hostilidades dos puris e botocudos, fl. 06.

⁷ AHU-MG. 1801/30/12. Cx. 160, doc. 82. Representação dos oficiais da cidade de Mariana pedindo providências para o favorecimento de sua indústria e comércio, atendendo a defesa dos colonos fronteirais ao sertão, a fim de prevenir as hostilidades dos puris e botocudos,

⁸ AHU-MG. 1806/02/08. Cx. 179, doc. 36. Carta de Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, Governador das Minas, para o Visconde de Anadia, informando ter enviado uma cópia do termo da Junta da Real Fazenda de Minas, no qual se dava conta dos meios propostos para se por cobro ao canibalismo dos índios botocudos, com graves prejuízos das populações e dos dízimos reais, fl. 02.

⁹ SOBRE os botocudos. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Direção e redação: José Pedro Xavier da Veiga. Ano III, Ouro Preto: imprensa Oficial, 1898, p.p 744-745.



negra) quanto as necessidades da administração colonial (arrecadação dos Dízimos). Dentro desse contexto o indígena era um problema que necessitava ser solucionado.

1.2 A política e a prática do Diretório Pombalino na área Central da Mata mineira

Dentro desse contexto, a criação da Freguesia de São Manoel pelo Governador Luís Diogo Lobo da Silva em 1764 e sua efetivação com a chegada do padre Manoel de Jesus Maria e dos diretores dos índios Francisco e Manoel Pires Farinho representaram um importante passo para o processo de pacificação dos indígenas, especialmente dos coroados e dos coropós. A ação colonizadora teve como base para sua efetivação o Diretório Pombalino, uma lei que pretendia estabelecer a igualdade jurídica entre índios e colonos, inicialmente aplicada na região Norte do Brasil e que, em 1757 foi estendida a todo o território da colônia. O Diretório, feito pelo irmão do Marques de Pombal, o então Governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, deve ser entendido dentro de um contexto mais geral em que a política portuguesa em relação à sua principal colônia passava por mudanças e que a preocupação com as fronteiras com as colônias espanholas encontrava-se como uma das prioridades da Coroa.

A questão das fronteiras incluía inevitavelmente os indígenas, o que gerou uma preocupação maior por parte da Coroa em relação aos povos ameríndios. Se antes, a preocupação da Coroa em relação aos indígenas situava-se no campo religioso, isto é, no fato deles possuírem almas e não poderem ser escravizados, com a política pombalina essa perspectiva secularizou-se. O combate à escravidão indígena, com a Lei que restituía a liberdade dos índios (1755) foi incorporado à lógica pombalina de tentar se aproximar dos índios tratando-s como vassalos e não distinguindo-os dos demais colonos. Segundo o texto produzido pelo rei D. José e assinado por ele e por seu mais importante ministro, o Marques de Pombal a realidade dos indígenas que foram conviver nas aldeias, ao invés de servir de estímulo para os demais fazerem o mesmo e prosperarem entre os civilizados e cristãos, atuou no sentido de justificar a barbárie, uma vez que a liberdade dos mesmos não foi respeitada pelos colonizadores, apesar de promulgada em várias leis anteriores, notadamente naquelas editadas nos anos de 1570, 1587, 1595, 1609, 1611, 1647 e 1685.¹⁰

¹⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lei restituindo aos índios do Grão-Pará e Maranhão a liberdade de suas pessoas, bens e comércio. Leis e Ordenações (LO) -3- maço 4, nº 156, fl. 01



A lei de 1680, explicita que *daqui por diante se não ponha cativo índio algum do dito Estado [Maranhão] em nenhum caso (...)*.¹¹ Fica claro, portanto, que ao reafirmar a proibição da escravidão indígena o rei de Portugal pretendia proporcionar tratamento igualitário entre indígenas e colonos. Duas questões encontram-se por trás dessa perspectiva, uma de origem Iluminista, que entendia os indígenas como seres humanos¹² e não como animais e que repudiava qualquer forma de tratamento hostil aos mesmos e outra de matriz cristã, que defendia o fato do indígena ser provido de alma e, logo, deveria receber o mesmo tratamento que os demais cristãos. Como frisou Roberta Delson a intenção de Pombal era transformar os indígenas, até então *súditos ignorados (e muitas vezes maltratados) (...) em membros vitais da sociedade brasileira*, integrando-os à população das vilas de forma indiscriminada.¹³ Nesse sentido, a política indigenista de Pombal desencadeou um processo de integração e assimilação do índio na sociedade, que tomaria corpo no século XIX.¹⁴

Apesar da letra da lei de 1755 ser clara e optar pela total proibição da escravidão indígena não podemos deixar de refletir a respeito do impacto que a mesma teve em terras coloniais. Para Mauro Coelho, a recepção da lei de 1755 não foi positiva e gerou preocupações em função da carência de mão de obra africana e/ou afrodescendente no Norte brasileiro. Este autor considera que o Diretório (1757) foi pensado a partir de um debate gerado entre as autoridades metropolitanas e suas congêneres coloniais aliadas aos demais colonos que dependiam do trabalho indígena.¹⁵ A análise de Coelho nos remete a um importante problema, a saber: o fato de que a política pombalina, por mais original que tenha sido em seus objetivos com relação aos indígenas, ela não deixou de levar em consideração a posição dos colonos, especialmente no tocante à carência de mão de obra escrava em determinadas áreas.

A temática da escravidão indígena já há muito deixou de ser novidade entre os estudos historiográficos. O pioneiro nesses estudos foi John Monteiro que tratou a

¹¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lei restituindo aos índios do Grão-Pará e Maranhão a liberdade de suas pessoas, bens e comércio. Leis e Ordenações (LO) -3- maço 4, nº 156, fl. 02.

¹² Voltaire, na obra *Cândido*, louva o senso de justiça dos indígenas sul-americanos ao mesmo tempo em que critica a ação dos jesuítas junto aos mesmos. Cf. AROUET, Jean Marie (Voltaire). *Cândido*. Tradução: Jorge Silva. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010, p. 53. .

¹³ DELSON, Roberta M. Povoações pombalinas. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994, p. 660.

¹⁴ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: EDFGV, 2010, p. 107.

¹⁵ COELHO, Mauro. **Do sertão para o mar. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2005, p. 150.



respeito da escravidão dos denominados “negros da terra” em São Paulo durante o século XVII e as primeiras décadas do século XVIII. Analisando inventários que cobriam o período situado entre os anos de 1600 e 1729, Monteiro constatou que o auge da escravidão indígena em São Paulo ocorreu entre os anos de 1630-39 e 1690-99, diminuindo consideravelmente nas primeiras décadas do século XVIII.¹⁶ Outra observação feita pelo historiador paulista refere-se ao fato de que a grande maioria dos indígenas apresados não haviam sido capturados em regiões muito distantes, já que *os custos materiais e humanos das expedições com destinos tão afastados tornavam-nas pouco rentáveis*.¹⁷

A pergunta que não cala é por que os paulistas procuravam apresar índios nos sertões? Por que se arriscarem a uma missão tão recheada de perigos? Segundo Monteiro, os riscos valiam a pena, pois para uma população majoritariamente pobre (ao menos desprovida dos recursos e aportes financeiros de algumas regiões do Nordeste brasileiro à época) as expedições de captura de indígenas era uma forma razoável de expandir as posses de jovens paulistas.¹⁸

As observações e análises de Monteiro interessam-nos na medida em que, em primeiro lugar, a conquista do território mineiro foi efetuada inicialmente pelos paulistas, o que nos leva a refletir a respeito da continuidade de algumas práticas. Especificamente na área Central da Mata de Minas, uma família de grande importância no processo de conquista da terra foi a Pires Farinho, cujo o patriarca era um português (Brás Pires Farinha) casado com uma paulista Sebastiana Cardoso (natural de Guaratinguetá).¹⁹ Ambos foram pais dos Diretores do aldeamento de São Manoel, Francisco e Manoel Pires Farinho. Além dos possíveis prolongamentos de práticas paulistas em território mineiro, outro fator nos leva a encarar as análises de John Monteiro de forma útil, a saber: o fato de que a área Central da Mata mineira na segunda metade do século XVIII estar situada fora do eixo econômico mais relevante, isto é, a área mineradora. Em outros termos, os aspectos sócio-econômicos que caracterizam a área que ora estudamos se aproximam bastante daqueles presentes em São Paulo no século XVII, o que nos leva a pensar que a mão de obra indígena poderia

¹⁶ MONTEIRO. John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 80.

¹⁷ MONTEIRO. John Manuel. **Negros da...** p. 80.

¹⁸ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da...**, p. 86.

¹⁹ Informações obtidas em <http://www.projetoconpartilhar.org/Familia/PiresFarinho.htm> acessado em 10 de janeiro de 2012 às 14 horas e 48 minutos.



ser perfeitamente encarada como um substituto “natural” para a carência de mão de obra cativa negra.

Apesar das semelhanças, devemos também ressaltar as diferenças existentes entre ambas as regiões (São Paulo e a área Central da Mata de Minas). Enquanto os paulistas deslocavam-se para apresar indígenas que seriam utilizados em trabalhos nas propriedades agrícolas dos membros das bandeiras, na área Central os indígenas eram percebidos, inicialmente, não como uma solução, mas como um óbice ao processo de conquista da terra. Nesse sentido, não há registros de bandeiras percorrendo o território da Mata de Minas em busca de apresamento de indígenas, mas, para combatê-los. A escravidão dos sobreviventes era entendida como legal, na medida em que havia se praticado uma guerra justa. Em outras palavras, a escravidão na área Central da Mata foi, até o estabelecimento do aldeamento de São Manoel às margens do rio Pomba, um subproduto da guerra aos índios selvagens e bárbaros.

A perspectiva acima modifica-se a partir da criação do aldeamento de São Manoel em 1767. Como salientou Maria Regina Celestino de Almeida o aldeamento passou a exercer um papel crucial para a colonização na medida em que *foram o palco privilegiado para a inserção das populações indígenas na ordem colonial*.²⁰ A mesma autora ressaltou que os aldeamentos, sob a égide do Diretório Pombalino, deveriam ser entendidos como vilas e lugares portugueses, dirigidos pelos Diretores e sem distinção entre indígenas e colonos, já que pelos olhos da lei eram ambos vassalos do rei de Portugal.²¹

Entretanto, concomitantemente o aldeamento concentrava os grupos indígenas em uma única localidade e viabilizava a liberação de terras de forma menos truculenta do que através de guerras.²² Maria Regina Celestino de Almeida argumenta que no processo de colonização o argumento colonialista, ou seja, que defendia o uso do índio como um súdito que pudesse trazer benefícios à expansão territorial sempre foi mais forte do que o argumento escravista.²³ Entretanto, se esse argumento é válido para o entendimento que a Coroa portuguesa possuía acerca do índio, o mesmo não se pode

²⁰ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios aldeados no Rio de Janeiro Colonial**: novos súditos cristãos do Império Português. (Tese de Doutorado). Campinas: Unicamp, 2000, p. 62.

²¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história...**p. 108.

²² Evidentemente, não foi em todos os lugares que deixou de haver guerra em função da criação dos aldeamentos pombalinos, já que a aplicação dessa política indigenista foi diferente em cada área em que foi praticada. A esse respeito cf. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história...**p. 107-108.

²³ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios aldeados...**p. 63.



dizer a respeito dos colonizadores, ou seja, daqueles que aqui tinham que enfrentar a carestia da mão de obra oriunda da África e a conseqüente escassez de mão de obra que tal fato provocava.

Dentro de um contexto de carência de mão de obra e de necessidade de expansão agrícola (conforme tratamos no capítulo dois) o emprego de indígenas aldeados em atividades agrícolas nas propriedades dos colonizadores não somente foi praticado como também tolerado pelas autoridades (eclesiásticas e seculares) que dirigiam o aldeamento. Este era comandado por dois Diretores dos Índios, os irmãos Francisco e Manoel Pires Farinho.²⁴ Francisco ficou no cargo por muitos anos (até 1813) enquanto Manoel após um curto período na condição de Diretor voltou a sertanejar pela região.²⁵ Apesar da historiografia tradicional tratar ambos como zelosos Diretores, a documentação coeva indica o contrário. Tal fato ficou evidente na descrição que o padre Francisco da Silva Campos fez dos indígenas coroados quando chegou a São João Batista do Presídio. Nomeado Capelão desta freguesia em 1791, pelo então Governador das Minas Visconde de Barbacena, relatou ter encontrado os indígenas em estado miserável.²⁶ A descrição feita pelo padre Francisco da Silva Campos, embora encharcada de conteúdo político, uma vez que o mesmo padre procurava à época alcançar para sua família o contrato da produção de tabaco em Minas Gerais,²⁷ não pode ser menosprezada, na medida em que coincide com outros relatos a respeito da situação em que se encontravam os indígenas dos aldeamentos de São Manoel e de São João Batista do Presídio.²⁸

²⁴ Apesar do cargo ser de origem militar, as funções exercidas eram de origem civil. Em caso, portanto de crimes praticados pelos diretores, eles deveriam ser processados segundo as leis civis da época, cf. comentário feito por Araújo Figueira Júnior em FIGUEIRA JÚNIOR, Araújo. **Código do processo do Império do Brasil. Vol. 2.** Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1874, p. 77.

²⁵ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil.** Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia: EDUSP, 1989, p. 153.

²⁶ CATEQUESE e civilização dos indígenas da Capitania de Minas Gerais. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Direção e redação: J. P. Xavier da Veiga. Ano II, fascículo IV, Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1897, p. 685.

²⁷ AHU-MG. AHU-MG. A801/08/17. Cx. 158, doc. 40. Requerimento do pe. Francisco da Silva Campos, natural do termo da cidade de Mariana, pedindo várias graças, entre elas a concessão a sua família do negócio do tabaco em toda a Capitania, por 10 anos, e a promoção de dois irmãos para ajudar na ação de catequização e civilização dos índios, fl. 02

²⁸ Apesar das críticas feitas aos Diretores, o padre Francisco da Silva Campos não escapou do comportamento típico da época e chegou a propor, conforme veremos adiante, a utilização de indígenas nas propriedades dos colonos como forma de ensiná-los a trabalhar. Cf. AHU-MG. A801/09/26. Cx. 159, doc. 37. Requerimento do padre Francisco da Silva Campos, pedindo aviso para que a Junta da Real Fazenda de Vila Rica informe sobre os vários assuntos: dentre eles, o requerimento e plano (que junta) relativos a catequização dos índios e as despesas feitas com as conquistas de São João Batista dos Coroados e dos índios coropós de São Manuel do rio da Pomba e Peixe, fl. 05.



Em 1797, em um documento no qual se pretendia estabelecer as distâncias entre as sesmarias na divisa com a Capitania do Rio de Janeiro, destacou-se, em relação à atual região cortada pelo rio Muriaé que já se encontravam lá engenhos (12) com sesmarias, mas frisava também que a região era povoada pelos índios puris e que os mesmos se achavam pacificados, ou seja, cristianizados, e haviam inclusive *tem deixados alguns filhos a criar pelos engenhos*.²⁹ Tal frase é indicativa da possibilidade de trabalho escravo em engenhos situados na divisa entre a área Central da Mata e a área Norte da mesma nos engenhos de açúcar próximos ao rio Muriaé.

Mesmo reconhecendo que o batismo praticado pelo padre Manoel de Jesus Maria no aldeamento de São Manoel exercia uma importante função na sociedade colonial de Antigo Regime, a saber, a de inclusão social e religiosa no universo dominante português, não podemos também deixar de lado a idéia de que, do ponto de vista da época, no caso dos indígenas, o batismo estava estreitamente associado à servidão, uma vez que tornava o padrinho “responsável” por inserir o índio no universo europeu. Essa inserção muitas vezes era feita através da utilização do trabalho escravo dos indígenas nas propriedades dos padrinhos. Maria Leônia Chaves de Resende destacou a presença de escravidão indígena ao longo de todo o século XVIII na Capitania de Minas Gerais, inclusive de coroados e coropós.

O padre Manoel de Jesus Maria denunciou o abandono das autoridades e destacou que o trabalho de catequese e civilização dos indígenas estava se perdendo, pois os indígenas estavam entrando pelas matas atrás de poaia junto aos negociantes dessa erva. No mesmo documento, o referido padre frisou as tensões entre indígenas e colonos ao afirmar que:

*(...) muitos do povo o que desejam é que se destruam os índios, e se lhes repartam as suas terras, e desejam que Vossa Alteza Real os declare cativos e porque o suplicante, em toda ocasião defende os índios na conformidade das Reais ordens causa bastante para não ser o suplicante bem visto dos que são de diferente parecer.*³⁰

Este excerto indicou-nos que havia a possibilidade de utilização de mão-de-obra cativa de indígenas na região. É interessante analisar que os indígenas parecem ter sido utilizados, por aqueles que deveriam defender seus interesses, como mão-de-obra nas

²⁹ Arquivo Público Mineiro. Casa dos Contos. Cx. 17 – 10349, Rolo: 506. Carta de José de Deus Lopes sobre o relato das explorações feitas no rio Pomba e rio [Burusse]. Nota: Consta em anexo distâncias e sesmarias medidas nas explorações, fl. 02.

³⁰ AO CAPITÃO Guido Thomaz Marlièri. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Direção e redação: Augusto de Lima. Ano X, fascículos III e IV, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906, p. 395.



propriedades locais. Tal fato ficou subentendido no testemunho dado pelo padre Manoel de Jesus Maria sobre a atuação dos Diretores Francisco e Manoel Pires Farinho junto aos índios Coroados e Coropós. No documento em questão, datado de 22 de dezembro de 1781, o padre Manoel de Jesus Maria ressaltou a presença de trabalho compulsório na área ao frisar que na casa de Manoel Pires Farinho *havia alguns índios aos quais doutrina com caridade e amor*.³¹ A documentação coeva indica, portanto, a utilização de indígenas como mão-de-obra pelo próprio Diretor dos Índios, ou seja, por aquele que deveria zelar para tal não ocorresse. Mesmo assim, Francisco Pires Farinho não teve nenhum problema com as autoridades da época, pois permaneceu no cargo de Diretor até o ano de 1813.³²

Em uma região ainda carente de mão-de-obra escrava africana a utilização de indígenas era não somente aceita, mas inevitável. A escravidão indígena, portanto, estava intimamente associada ao processo de conquista da terra na área Central da Mata mineira. A idéia de conquistar terras e os conflitos que ela produz não pode ser entendida sem que se pense a respeito das formas de trabalho, principalmente o compulsório, que serão utilizados após a conquista. Nesse sentido, o aldeamento pombalino reproduziu o *descimento dos grupos indígenas de sua aldeia tradicional para o aldeamento cristão*, que caracterizou a atuação dos padres da Companhia de Jesus.³³ Agindo desta maneira, liberava terras e ao mesmo tempo concentrava a mão-de-obra que posteriormente poderia ser conduzida para as propriedades que se estabeleceram dentro das antigas terras indígenas.

Em outros termos, a presença da desconfiança em relação aos indígenas, mesmo quando o estado entre colonizadores e aqueles era pacífico, estava presente de maneira constante. Além disso, a idéia de que os colonizadores brancos seriam os verdadeiros povoadores da região também aparece explicitado nos documentos, não reconhecendo, portanto, a primazia dos indígenas sobre o território.³⁴ Tal desconhecimento provinha de

³¹ AHU-MG. A782/11/12. Cx. 118, doc. 96. Requerimento do Capitão Francisco Pires Farinho e de seu irmão Manoel Pires Farinho, Diretores dos Índios Cropós e Coroados, da Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões dos Rios da Pomba e do Peixe, pedindo para que os sesmeiros que confinam com eles não ocupem suas sesmarias, fl. 09.

³² AO CAPITÃO Guido Thomaz Marlièri. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Direção e redação: Augusto de Lima. Ano X, fascículos III e IV, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906, p. 395.

³³ HOORNAERT, Eduardo. A instituição eclesiástica. In: HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der & BROD, Benno (orgs.). **História da igreja no Brasil vol. 2**. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 303.

³⁴ A idéia de propriedade plena, já presente no plano jurídico europeu e a ausência de qualquer forma que não a coletiva de propriedade entre os indígenas conduziu à formação de um discurso por parte do colonizador no qual ele apresentava-se como o verdadeiro ocupante da terra, uma vez que, no sentido



um entendimento equivocado a respeito dos indígenas e de suas noções a respeito de posse e propriedade da terra, apesar daqueles possuírem, ao modo deles, tais noções, as mesmas não foram levadas em consideração por serem distintas das noções dos colonizadores.³⁵ Esta tendência foi reforçada pelo aumento sistemático de doação de sesmarias na área Central da Mata de Minas.

As sesmarias que estavam sendo doadas nas primeiras décadas do século XIX situavam-se nos prolongamentos dos sertões do rio Pomba, especialmente ao longo do vale desse rio. Esse grande número de sesmarias distribuídas na Freguesia de São Manoel do Rio Pomba se, por um lado interessava à administração da Capitania por possibilitar o aumento da arrecadação dos dízimos, por outro lado criava uma forte indisponibilidade com os indígenas que já vinham reclamando desde o final do século XVIII do desrespeito para com suas terras. Essa inquietação em relação à perda das terras foi manifestada de formas diferentes. Os coroados e os coropós, primeiros indígenas a aceitarem a cristianização promovida pelo padre Manoel de Jesus Maria, optaram pela fuga. Os naturalistas alemães Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius estiveram em São João Batista do Presídio no ano de 1817, onde conheceram as condições de vida dos indígenas considerados civilizados. Não deixam de ser interessantes as observações feitas por ambos a respeito dos indígenas:

*Alguns vieram e sentaram-se à porta da casa, onde lhes oferecemos cachaça. Eram todos de mau humor, taciturnos, desconfiados e provavelmente receavam que nós os quiséssemos levar para o serviço militar. Nem com amabilidades de presentes, nem com música, eles se alegraram; só cuidavam de escapular, na primeira oportunidade, para os seus matos.*³⁶

As observações dos naturalistas ressaltam uma hostilidade dos indígenas em relação aos “homens brancos” que não deixa de ser sintomática. O Presídio de São João Batista, localidade visitada por ambos era dirigido à época por Guido Thomas Marlière, que durante a visita não estava presente conforme relatam os viajantes. Os observadores alemães ressaltaram ainda a pequena presença de indígenas em São João Batista do

econômico colocado pelo discurso em questão, o indígena aparecia como incompetente para a realização de tal tarefa. A respeito desse debate cf. RUSCHEL, Ruy Ruben. O direito de propriedade dos índios missionários. In: WOLKMER, Antônio Carlos (org.). **Direito e justiça na América indígena: da conquista à colonização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998, pp. 95-109.

³⁵ CATHARINO, José Martins. **Trabalho índio em Terras da Vera ou Santa Cruz e do Brasil**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1995, p. 73.

³⁶ SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820) vol. 1**. Tradução: Lúcia Furquim Lahmayer. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia: EDUSP, 1981, pp. 221-222.



Presídio quando lá chegaram.³⁷ O oferecimento de cachaça como forma de se aproximar dos indígenas também revela uma prática típica dos colonizadores, especialmente dos comerciantes de poaia.

Analisando a Lista Nominativa de Presídio referente ao ano de 1819, ou seja, apenas dois anos depois dos alemães terem passado por lá, o número de indígenas nos limites “urbanos”, isto é, dentro do arraial é inexistente. Contudo, quando analisamos a população situada fora do arraial encontramos 556 indígenas em uma população total, fora do arraial, de 1861 pessoas, isto é, o equivalente a aproximadamente 30 % da população total era indígena.³⁸ Apenas dois anos depois, ou seja, em 1821 a Lista Nominativa apresentava uma população de apenas 126.³⁹ Mesmo levando em consideração a redução provocada pela migração em direção ao Norte da Zona da Mata (na atual cidade de Muriaé) em função da lucrativa extração e comercialização da poaia com o Rio de Janeiro através dos rios Muriaé e Paraíba do Sul, devemos salientar que a queda na presença indígena foi significativa e revela a insatisfação dos indígenas coroados e coropós com a forma com que estavam sendo tratados pelos colonizadores.

Não demoraram a aparecer os primeiros sinais de desentendimento entre os indígenas e os colonizadores da área Central da Zona da Mata de Minas. Conforme foi analisado nos capítulos precedentes tanto a administração colonial quanto os próprios colonizadores tinham interesses econômicos e político-administrativos em jogo na área em questão e a presença indígena obstaculizava tais empreendimentos. Em um requerimento assinado por Luiz Brandão de Menezes Castelo Branco, Capitão e índio coropó, associado a outro chamado Leonardo Francisco, índio coroado, solicitavam a elevação da Freguesia de São Manoel à condição de vila justificando-se tanto por estarem já civilizados quando pela qualidade indígena dos mesmos, ressaltando que não havia ainda nas Gerais nenhuma vila indígena.⁴⁰ No requerimento em questão os indígenas frisavam que pelo Diretório dos Índios, *se faça vila nas povoações de índios*

³⁷ SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Op. cit., p. 221.

³⁸ Os dados relativos à população de Presídio de São João Batista para o ano de 1819 estão em CARRARA, Ângelo Alves. **Uma freguesia na fronteira**. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1999.

³⁹ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Códice CMM 398. Censo populacional da freguesia de São João Batista do Presídio da capela de São Januário de Ubá, pp. 30-33.

⁴⁰ AHU-MG. A785/07/06. Cx. 123, doc. 62. Requerimento de Luiz Brandão de Menezes Castelo Branco, capitão e índio coropó, e de Leonardo Francisco, índio croata, e demais índios, solicitando a Rainha a mercê de elevar a vila a sua aldeia, na Freguesia do Mártir São Manoel dos sertões dos rios da Pomba e Peixe dos índios cropos e croatas, fl. 02.



para nelas serem eles juízes, vereadores e principais de suas terras.⁴¹ É interessante pensar esse documento como uma forma de reação à arbitrariedades que vinham ocorrendo em relação à invasão das terras indígenas. Ao solicitarem a elevação de Rio Pomba à condição de vila, os indígenas apresentaram argumentos reveladores dos problemas que vinham ocorrendo, pois mostraram desejo de serem *juízes, vereadores e principais de suas terras*, indicando desta maneira que pretendiam retomar o controle sobre a região que entendiam, ainda, ser sua. Outro aspecto que deve ser levado em consideração a respeito desse documento é o fato de que os indígenas pretendiam retomar o controle da situação por meios legais, ou seja, através dos meios estabelecidos pelos próprios colonizadores. Logo, esperavam que agindo dentro dos parâmetros estabelecidos pelos colonizadores, já que o Diretório dos Índios era mencionado no documento,⁴² pudessem restabelecer a ordem anteriormente vigente.

Segundo Adriano Toledo Paiva, a solicitação de elevação à condição de vila do aldeamento de Rio Pomba também trazia em seu bojo um desejo do padre Manoel de Jesus Maria. Nas palavras deste autor:

*(...) o pedido de elevação da comunidade paroquial à condição de Vila revela a tentativa do sacerdote e do Diretor em impedir a ação dos colonos estabelecidos na fronteira e que se tornavam empecilhos para a sua atuação.*⁴³

Paiva localiza no requerimento em questão não somente uma requisição dos indígenas em relação aos problemas com os novos colonos, mas também uma requisição, mesmo que indireta, do padre Manoel de Jesus Maria e dos Diretores dos Índios, Manoel e Francisco Pires Farinho, na mesma direção. Em outros termos, a análise de Paiva caminha na direção de uma tentativa de controle dos indígenas ou ao menos de colocá-los como anteparo de conflitos entre colonos.

Independentemente da utilização das necessidades indígenas para encobrir ações dos colonos, inclusive do padre, o que nos importa no momento é a questão das invasões das terras dos indígenas e as reações destes às mesmas. Em carta escrita em 27

⁴¹ AHU-MG. A785/07/06. Cx. 123, doc. 62. Requerimento de Luiz Brandão de Meneses Castelo Branco, capitão e índio cropó, e de Leonardo Francisco, índio croata, e demais índios, solicitando a Rainha a mercê de elevar a vila a sua aldeia, na Freguesia do Mártir São Manoel dos sertões dos rios da Pomba e Peixe dos índios cropos e croatas, fl. 02.

⁴² AHU-MG. A785/07/06. Cx. 123, doc. 62. Requerimento de Luiz Brandão de Meneses Castelo Branco, capitão e índio cropó, e de Leonardo Francisco, índio croata, e demais índios, solicitando a Rainha a mercê de elevar a vila a sua aldeia, na Freguesia do Mártir São Manoel dos sertões dos rios da Pomba e Peixe dos índios cropos e croatas, fl. 03.

⁴³ PAIVA, Adriano Toledo. **O domínio**..., p. 83.



de agosto de 1799 o padre Manoel de Jesus Maria menciona os prejuízos que os índios estavam sofrendo com as constantes invasões de suas terras por colonos e o quanto a sistemática doação de sesmarias na área estava atrapalhando o respeito às terras indígenas, doadas, segundo o próprio padre pelo Governador Luís Diogo Lobo da Silva. O padre solicitou ainda que os artigos 19 e 81 do Diretório dos Índios fossem respeitados e que as terras situadas na área que englobava desde o aldeamento de São Manoel (Atual cidade de Rio Pomba) até o Presídio de São João Batista (atual cidade de Visconde do Rio Branco) fossem preservadas da doação de sesmarias.⁴⁴ O padre mostrou-se crítico à política da administração colonial ao frisar, em outro momento, que suas denúncias não estavam surtindo efeito e que a administração da Capitania não dava o devido valor às terras dos índios uma vez que as consideravam terras inúteis, pois não dão utilidade ao rei.⁴⁵ O fato de que a ocupação das terras indígenas se dava dentro da legalidade da época, isto é, obedecendo às normas das doações de sesmarias é indicativo da profundidade dos problemas que envolviam a questão indígena na área Central da Mata de Minas.

O padre Manoel de Jesus Maria, apesar de aparecer constantemente como defensor dos interesses indígenas, referenda a idéia de que as terras dos mesmos deveriam ser ocupadas por colonos. Em um requerimento enviado ao Rei solicitando que a Real Fazenda arcasse com os custos da construção de uma nova capela no Presídio de São João Batista, Manoel de Jesus Maria destaca que aquela região já se encontrava ocupada de *muitas fazendas que os habitantes de toda qualidade não são índios e possuidores de muitas terras boas que foram de índios*.⁴⁶ Mesmo destacando no restante do documento que a intenção era atrair os indígenas para a catequese, fica claro que o padre não via nenhum problema em se tomar as terras daqueles, desde que os mesmos fossem cristianizados.

Entretanto, os problemas entre colonos e indígenas não se resumiam à ocupação de terras legalizada pelas autoridades régias. Em um requerimento, Manoel de Jesus

⁴⁴ AHU-MG. 1799/08/27. Cx. 149, doc. 62. Carta de Manoel de Jesus Maria, vigário dos índios cropos e croatos, para D. Rodrigo de Souza Coutinho, expondo sobre o prejuízo para os índios na concessão de sesmarias pelo Governador das Minas, fl. 02.

⁴⁵ AHU-MG. 1800/10/24. Cx. 154, doc. 63. Carta de Manoel de Jesus Maria, vigário da Freguesia do Mártir São Manoel dos sertões do rio Pomba e Peixe, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, expondo as razões das vendas de terras que fez, para o que pede a compreensão do Governador daquela Capitania, fl. 02.

⁴⁶ Biblioteca Nacional. Coleção Casa dos Contos. Documento 101, I-26, 27, 101. Maria, Manoel de Jesus. Requerimento solicitando a Vossa Alteza Real verba para custear as despesas da construção de uma capela no lugar do presídio de São João Batista na Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba, fl. 01.



Maria solicitava providências contra os Alferes Eugênio José da Silva e João de Almeida Lima pela invasão e incêndio nas terras indígenas e fabricação de cachaça para os índios. O padre acusou aos dois Alferes de tirarem as criações dos indígenas das terras de capoeiras, queimarem as plantações dos indígenas e de, por fim, tomarem as terras visando, no caso de João de Almeida Lima, levantar um engenho de cana com o intuito de fabricar cachaça. Essa bebida o padre alega ser muito perniciosa, além de proibida entre os indígenas pelo Diretório dos Índios.⁴⁷

Conclusão:

Em outros termos, seja através de meios legais, ou de métodos escusos, os colonizadores avançavam sobre os direitos indígenas estabelecidos pela própria administração metropolitana. Tal fato indica-nos que a realidade jurídica, ou seja, que a legislação, não vivenciava a realidade concreta dos fatos, isto é, a constante necessidade de novas terras produzindo e pagando tributos. Existia, portanto, um vácuo entre o que era legislado e o que realmente acontecia na prática. Tal diferença era fruto de uma percepção da propriedade da terra essencialmente pragmática, que no caso em questão referia-se à produção agrária voltada para o mercado, ou seja, aquela que poderia/deveria pagar tributos (Dízimos) e desta forma sustentar a administração colonial. Nesse sentido, o entendimento da questão jurídica da propriedade não deve ser procurado propriamente no arcabouço jurídico da época, pois tal fato ocasionaria uma confusão intelectual, na medida em que o dito arcabouço propugnava justamente a proibição das práticas encontradas na área Central da Mata. Em outros termos, os movimentos sociais, no sentido de questionamento social daqueles que viviam na região, especialmente os indígenas, explicam muito mais a questão da posse da terra do que a análise do aparato jurídico da época.⁴⁸

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios aldeados no Rio de Janeiro Colonial: novos súditos cristãos do Império Português.** (Tese de Doutorado). Campinas: Unicamp, 2000.

⁴⁷ APM. Casa dos Contos. Cx. 35, doc. 30054, rolo 511. Requerimento do Padre Manuel de Jesus Maria, freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões e Rio da Pomba e Peixe, sobre as providências com relação ao alferes Eugênio José da Silva e João de Almeida Lima pela invasão e incêndio nas terras indígenas e fabricação de cachaça para os índios, fl. 01-02.

⁴⁸ Sobre a relevância da aproximação, a respeito da questão da terra, da questão social, ao invés da questão jurídica cf. CONGOST, Rosa. **Tierras, leyes, historia.**: estudios sobre “La grand obra de La propiedad”. Barcelona: Critica, 2007, p. 43.



ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: EDFGV, 2010.

CARRARA, Ângelo Alves. **Uma freguesia na fronteira**. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1999.

CATHARINO, José Martins. **Trabalho índio em Terras da Vera ou Santa Cruz e do Brasil**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1995.

DELSON, Roberta M. Povoações pombalinas. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia: EDUSP, 1989.

HOORNAERT, Eduardo. A instituição eclesiástica. In: HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der & BROD, Benno (orgs.). **História da igreja no Brasil vol. 2**. Petrópolis: Vozes, 1992.

PAIVA, Adriano Toledo. **O domínio dos índios: Catequese e conquista nos sertões de Rio Pomba (1767-1813)**. (Dissertação de Mestrado). Belo horizonte: UFMG, 2009.

RUSCHEL, Ruy Ruben. O direito de propriedade dos índios missioneiros. In: WOLKMER, Antônio Carlos (org.). **Direito e justiça na América indígena: da conquista à colonização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.



GT 11 – O Rural na História do Brasil

Interações e Contradições Entre Urbano e Rural: As Estratégias de Resistência e Luta dos Movimentos Sociais Rurais na Cidade e no Campo.

Victor Tinoco¹

Dinameres Aparecida Antunes²

¹ Mestrando do Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade-CPDA/UFRRJ/victortinoco85@gmail.com

² Acadêmica do quarto ano de Geografia Bacharelado/ Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, dinameres@gmail.com

Resumo

O objetivo desse trabalho é elucidar contradições e interações entre o urbano e o rural, partindo de análise da realidade do Assentamento Marapicu situado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro no Município de Nova Iguaçu. Sabe-se que rural e urbano mantêm relações desiguais e contraditórias, e a luta dos movimentos sociais se configura dentro dessa dialética, sendo a cidade palco dessas contradições, pois nela é que são definidas as políticas para o campo e onde se articulam e isolam os diferentes movimentos sociais. Estes que são identidades políticas que utilizam do espaço público para legitimar suas demandas mais imediatas, que se insurgem dentre vários agentes sociais urbanos e rurais, e expressam à dialética entre campo-cidade, e demonstram que as estratégias transitam entre esses dois espaços.

Palavras-Chave: Urbano e Rural, Movimentos Sociais, Políticas Públicas.



“Se todo homem tem um preço

Esse é o lugar do troco.”

Marcelo Yuka

As relações entre urbano-rural e cidade-campo caracterizam-se como assimétricas, desiguais e contraditórias, sendo o urbano constituído como hegemônico (político, econômico, cultural e simbólico) frente ao rural, para o qual se vende a idéia de atrasado e arcaico, ao mesmo tempo em que se (re)valoriza o rural e a natureza. Desenvolve-se, também, um jogo contraditório de relações de poder e de re-criação da tradição.

No entanto, as interações entre essas duas dimensões do espaço demonstram que o urbano encontra-se presente no rural, mas sem que cada um perca suas especificidades, como afirma Rua (2006, p.90), “o urbano e rural se mesclam definindo cada particularidade e singularidade que marcam cada local”, partindo da percepção de uma urbanização ideológica (uma urbanização de caráter não somente material, mas imaterial) difusa e concentradora, cuja “vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais.” (LEFEBVRE, 2001, 69p.)

E inserir as lutas dos movimentos sociais rurais dentro das interações dialéticas entre urbano e rural, nos leva a refletir sobre as diferentes formas de resistência destes, através de suas estratégias para dar continuidade à luta pela terra dentro desta configuração urbano-rural dominante, assim redefinindo os conteúdos das contradições entre cidade/campo.

A cidade se configura como um dos principais palcos das lutas do campo, isso porque nela é que se legitima a luta dos camponeses, definem-se as políticas para o campo, e também é onde surgem as articulações e isolamentos entre os diferentes movimentos sociais (rurais e urbanos), trazendo à tona as injustiças que marcam cidadãos e camponeses, demonstrando que cidade-campo são unidades de interações dialéticas de uma mesma realidade desigual. Deste modo, Oliveira (2004, p.70) nos explicita que:

A cidade, hoje, revela essas contradições, ela é palco e lugar destas lutas rurais/urbanos e/ou urbanas/rurais. O que significa dizer que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão de grande parte das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo.

Esses processos demonstram que os movimentos sociais rurais ratificam suas “ruralidades” e vivenciam uma sociedade urbana, reinventando a partir da resistência e da luta outras formas de representações do rural interagindo com o urbano. A luta não se limita somente



a terra, mas também aos direitos à cidade, continuamente criando e recriando seus territórios nas diferentes configurações Sócio-espaciais, sendo resultado do contraditório desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo e na cidade, de forma que é sob “essa nova hegemonia da cidade que se estabelecem as relações entre urbano e rural, o rural aparece como uma questão da cidade.” (MOREIRA, 2007, p.273).

Tais projeções são apresentadas dentro do contexto da realidade brasileira, a qual é cada vez mais contraditória e desigual, posto que se vivencia um intenso processo de crescimento urbano e metropolitano combinado com o desenvolvimento da modernização conservadora no campo, que amplia a concentração fundiária e principalmente intensifica as políticas agrícolas voltadas para o agronegócio, sendo este um dos principais contribuintes para o PIB nacional. Com isso, “a cidade e o campo vão refletindo o modo como se realiza a inserção do Brasil no quadro da economia mundial, onde a metrópole aprofunda sua centralidade em relação a um território mais amplo.” (CARLOS, 2004, p.9)

Por outro lado, a política de Assentamentos rurais caracteriza-se como ação compensatória, promovendo Reforma(s) Agrária(s) pontual(is), não desenvolvendo uma política de Reforma da estrutura fundiária e agrícola do campo brasileiro.

Essas contradições podem ser analisadas através da própria divisão do Governo em ministérios distintos, um para o Desenvolvimento Agrário (responsável pelas ações voltadas para o apoio à agricultura familiar e aos assentamentos de Reforma Agrária), um para a Agricultura, voltado para o agronegócio, sem deixar de observar que o rural é percebido como agrícola.

Dentro dessa configuração político-econômica os movimentos sociais vêm buscando diferentes estratégias na luta pela terra e pela Reforma Agrária, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) sendo um dos principais e maiores atores desta batalha. Atuam nas escalas regionais e locais através das estratégias de ocupações, acampamentos e assentamentos, constroem deste modo territórios de luta e resistência pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil, construindo novas representações do espaço rural, que podemos analisar a partir dos territórios dos assentamentos, que são:

grupos heterônomos quanto a origem urbana e rural (além de outras diferenciações) os assentamentos passam, no decorrer da luta pela terra, por diversas experiências que “urbanizam” seus comportamentos. Ao se fixarem, mesmo em unidades, aquele rural que se cria é um rural diferente, marcado pelas experiências de seus participantes. (...) é uma territorialidade criada como rural, mas apresentando-se como um rural com personalidades diversas de “outros rurais”. (RUA, 2002, p.51)

O rural apresentado por Rua (2002), através dos assentamentos, demonstra uma diversidade de representações de “outros rurais”, ou seja, dentro dos próprios territórios dos



assentamentos há existência de multiterritorialidades, em que se vivenciam diferentes expressões de identidades rurais, diferentes modos de vida Rurais, muita das vezes urbanizados e urbanos¹, construídos e descontraídos que se unificam no Rural concebido pelo poder público e vivido dentro da unidade territorial do assentamento, em que a identidade comum é ser sem-terra, como podemos compreender que:

O território de um assentamento é constituído por um grupo de pessoas que vivem no mesmo espaço e que lá vivem não por se identificarem, mas porque se engajaram em um movimento cuja a identidade comum é ser sem-terra e cujo objetivo comum é a busca da terra (MEDEIROS, 2009, p.219)

Nesse sentido, o diálogo entre Rúa (2002) e Medeiros (2009), nos leva a percepção de uma expressão do Rural dentro dos territórios dos assentamentos que se constituem não somente de personalidades diversas, mas de um rural concebido e vivido através das representações da luta e da resistência, em que cada indivíduo do movimento representa uma expressão de ruralidade e urbanidade que constituem uma identidade coletiva, como produto das complexas trajetórias de vida desses trabalhadores sem-terra que se dividem entre o campo e a cidade, se insurgindo contra suas realidades desiguais na busca pelo acesso a terra e aos direitos à cidade.

Assim, o rural desenvolvido dentro dos assentamentos é de ruptura com as formas históricas de subordinação e opressão, fruto de uma série de práticas e estratégias que imprimem significações ao seu território.

“para entender um movimento construído sobre as bases de uma identidade coletiva, temos que entender os lugares específicos em que se desenvolve a ação social e onde estas identidades estão construídas e articuladas fisicamente².” (OSLENDER, 2002, p.3)

Dessa forma, compreendendo seus projetos políticos e demandas através das problemáticas de seus territórios e das diferentes estratégias desenvolvidas dentro das dinâmicas de suas diferentes realidades Sócio-espaciais.

1.1 A Dimensão Espacial da Luta: Estratégias No Transito Entre Urbano e o Rural.

¹ Os Movimentos Sociais Rurais, em sua maioria, não são constituídos por um contingente exclusivamente do meio Rural, há também trabalhadores de origem urbana e trabalhadores que expulsos do campo migraram para cidade “que, novamente, procuram o campo para reconquistar sua terra (território), suas relações (territorialidades) e seu modo de vida (rural)” (BAGLI, 2005,p.2)

² Tradução Livre.



Compreendendo a importância da dimensão espacial nas estratégias dos processos de mudanças sociais, aonde abarcam as particularidades de cada lugar em que se territorializam as ações coletivas³ em diferentes formas de ativismos e movimentos, partindo de diferentes objetivos em seus projetos políticos, produzindo estratégias de ação em que espaço/território são instrumentalizados como elementos políticos e ideológicos (LEFEBVRE, 2008), pois são:

instrumentalizados de modo a servir de referência organizacional, como substrato espacial (ou seja, o espaço em sua materialidade) e seus problemas sintetizam ou referenciam as demandas e agendas de cada ativismo (carência e deficiência de infra-estrutura técnica e social, “déficit habitacional”, dificuldades de acesso a equipamentos de consumo coletivo, degradação ambiental, conflitos de uso do solo, especulação imobiliária etc.) (SOUZA, 2008, p.368)

O espaço geográfico é o principal instrumental para os ativismos e movimentos sociais, fundamentalmente para aqueles que lutam pela conquista da terra, pelo fato que esta luta, já é uma luta pelo espaço (pelo território), em que a “a produção do espaço ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades.” (FERNANDES, 2005, p.278), cujo espaço geográfico é produto, condição e meio para as ações de quaisquer formas de ativismos e movimentos sociais, em que os lugares onde estão territorializados são as bases de referência para suas ações e interações, ao mesmo tempo que o “movimento social é portador, em algum grau de uma nova ordem que, como tal, pressupõe novas posições, novas relações, sempre socialmente instituídas, entre lugares” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.17), compreendo que a dimensão espacial é transformada e se transforma dentro das próprias ações dos movimentos sociais, da sociedade civil e no cotidiano social ao qual estão inseridos.

As estratégias desenvolvidas pelas diferentes formas de ativismos e movimentos sociais se configuram de acordo com as objetividades e subjetividades que existem dentro de seus territórios, através de ações que carregam as representações de suas demandas e de seus projetos societários, dentro de um jogo dialético entre dominados e dominantes, entre Estado, Capital e Movimentos, assim produzindo conflitos através da territorialização do Capital e da territorialização da Luta, no caso estudado a da luta pela Terra.

³ Os termos “Ação Coletiva” e “Ativismo Social”, que estamos utilizando como base conceitual o pensamento de Gohn (1997) e Souza (2006), sobre a teoria da ação social, Gohn (1997) a partir de uma visão sociológica analisa tal conceito através de ações organizadas e estruturadas pelos agentes dessa “Ação Coletiva”, generalizando que todos seriam movimentos. Já Souza (2006) da perspectiva geográfica, trabalha uma diferenciação entre ativismos e movimentos sociais, cujo ativismo seria categorizado como uma ação social pouco duradoura, já a terminologia movimento estaria vinculada a uma forma de ativismo mais duradoura que articulada com projeto político ideológico que vai além do imediatismo. De certa forma nesse momento tentamos dialogar as diferentes expressões da ação social junto ao espaço geográfico.



Por outro lado, entendemos que muitas das vezes tais estratégias vão contrárias as ordens instituídas pelo Estado (ou são apropriadas por ele) e não estão limitadas onde está territorializada a luta, ao mesmo tempo em que as estratégias dos movimentos se adaptam as diferentes situações conjunturais (político-econômicas) e principalmente as diferentes realidades Sócio-espaciais e das escalas a que estão inseridos.

O espaço público é um dos lugares aonde a práxis social se expressa, cujas identidades políticas se territorializam, por meio de estratégias como passeatas, protestos, ocupações de prédios de órgãos públicos e privados, reivindicando suas demandas em busca de legitimidade, ou como forma de protesto pelas desigualdades da realidade de estrutura social vigente.

Nesse sentido, as identidades políticas, como as sem-terra que estamos estudando dentro desta pesquisa, utilizam-se do espaço público para legitimar suas demandas mais imediatas, ao mesmo tempo em que se insurgem no meio de uma diversidade de agentes sociais tanto urbanos quanto rurais, expressando as representações de suas identidades territoriais, pois essas ações dentro do espaço público da cidade são estratégias baseadas na idéia de centralidade do urbano e da cidade como lugar do encontro. Pelo fato, da cidade ser o centro de acumulação dos poderes políticos-econômicos, que possam resolver solucionar ou desarticular as ações por demandas ou por outro projeto societário.

Ao mesmo tempo o espaço público é o lugar da socialização e articulação entre os diferentes ativismos e movimentos, tanto urbanos quanto rurais, na construção de lugares sociais, como os conselhos municipais de agricultura, o Orçamento Participativo, Fórum Populares.

Partindo dessas premissas, os espaços públicos expressam nas ações dos movimentos sociais rurais a dialética entre a cidade e o campo ao mesmo tempo em que compreendem um processo de solidariedade entre essas duas bases de ação, demonstrando que as estratégias desses movimentos transitam entre o urbano e o rural, entre ações na cidade e no campo.

Como exemplo de integração das lutas da cidade e do campo, as estratégias mais recentes do MST têm evidenciado ações do movimento focadas no trânsito entre urbano e rural e cidade e campo, tendo como representação as Comunas da Terra, que são:

uma nova forma de assentamento rural idealizada pelo MST do Estado de São Paulo, a partir de 2001, cujas principais características são: serem constituídas por pessoas que viveram muitos anos em grandes centros urbanos como São Paulo, Campinas, ou Ribeirão Preto e que, portanto, não possuem um passado recente ligado à terra; serem implantadas em áreas bem próximas aos grandes centros urbanos; utilizarem a agroecologia e a cooperação como principais diretrizes na produção, e possuírem a Concessão Real de Uso da área no nome de um coletivo (associação ou cooperativa), e não individualmente, e nem o título de propriedade da terra, o que significa que as famílias



não poderão, em nenhum momento, vender o que seria a sua parcela.
(GOLDFARB, 2006, p.111)

Podemos analisar que o MST vem estruturando territorialmente suas ações, que tem como um dos objetivos pensar os problemas urbanos e rurais de maneira integradas, ampliando o numero de pessoas na luta pela terra, a partir de interações e articulações entre trabalhadores do campo e da cidade, na busca pelos direitos à cidade e por um outro projeto de sociedade.

Por outro lado, é um processo que vê de maneira integrada a questão agrária e a questão urbana, pois as Comunas estão próximas aos centros urbanos, nesse sentido, percebemos que não simples centros urbanos, mas de centros metropolitanos do Estado de São Paulo, ampliando a complexidade dessa problemática, cuja a territorialização da luta se dá dentro da periferia urbano-metropolitana, composta por uma diversidade de interesses para diferentes usos do solo, principalmente focados para especulação imobiliária.

Um outro ponto que podemos salientar é a influencia da metrópole dentro das estratégias, ou melhor, a utilização do espaço metropolitano para articulação e formação de territórios de resistência e luta pela terra e pelos direitos à cidade, através dessas estratégias do MST.

Assim podemos perceber que são áreas da frente de expansão urbana, que são locais de conflitos de vários agentes modeladores do espaço, onde:

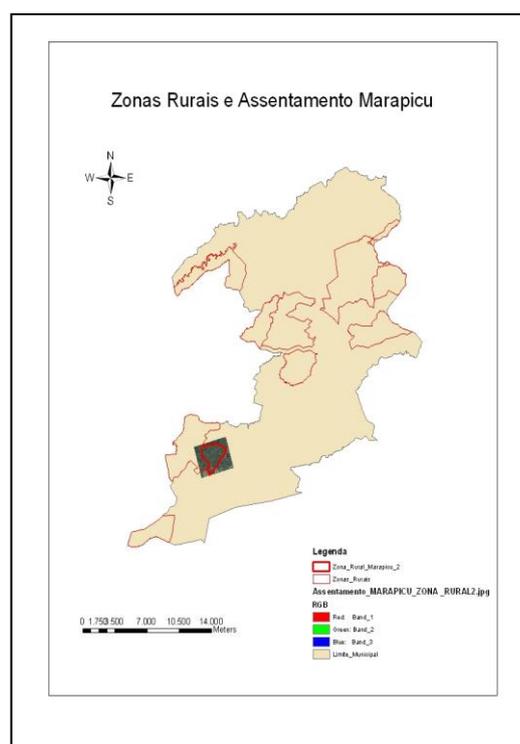
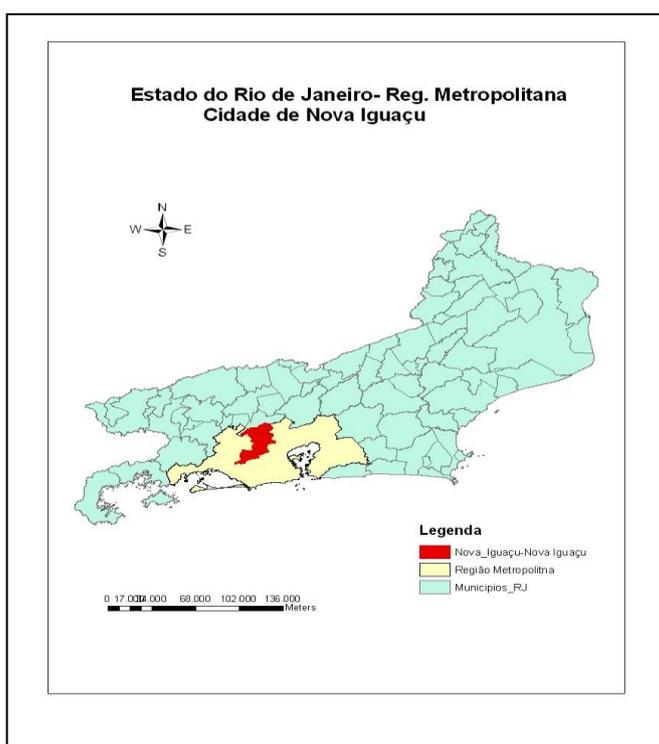
Essas áreas concentrarem um grande estoque de terras, mananciais, matas, a produção rural e o transbordamento dos conflitos urbanos expressos, principalmente, na produção da moradia. Nessa perspectiva, as áreas de transição rural-urbana, além de serem áreas de reserva da expansão urbana, se tornam, mais que antes, objeto de disputas. (MIRANDA, 2009, p.2)

as Comunas da Terra, são as expressão desses conflitos, de maneira mais atual, aonde elas imprimem uma “articulação com a sociedade urbana, não transformando o campo e cidade, mas articulando-o ao urbano de um “outro modo”, redefinindo o conteúdo da contradição cidade/campo, bem aquilo que lhes uni” (CARLOS,2004,p.9) ao qual as contradições tornam-se um processo de interações entre urbano e rural, sendo pensadas tais estratégia do MST para ultrapassar as desigualdades produzidas pelo desenvolvimento capitalismo, na construção de territórios de vidas coletivas e que complexificam ao mesmo tempo que integra as lutas dos trabalhadores do campo e da cidade. Evidenciando a questão agrária dentro do espaço Metropolitano.

E construindo essa análise, a partir da realidade a que estamos estudando, a do Assentamento Marapicu, situado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro no Município de Nova Iguaçu, podemos compreender a diversidade dos movimentos sociais do campo e suas



estratégias de luta e resistência principalmente dentro de áreas de expansão urbana, mas analisando a urbanização não como limite à luta dos movimentos sociais e das organizações populares, mas como um elemento contraditório que aproxima a Reforma Agrária da Reforma Urbana na perspectiva das Regiões Metropolitanas



O assentamento Marapicu encontra-se dentro de uma área como a descrita por Miranda (2009) nos parágrafos acima, diferentemente das Comunas da Terra, Marapicu⁴ é um movimento social de âmbito local, aonde percebemos, em uma visão geral (tendo como exemplo Marapicu), que os movimentos sociais do âmbito local detém maior instabilidade político-ideológica, diretamente relacionada à sua capacidade de mutação da luta e de seu projeto político, que detém um caráter, em sua maioria, imediatista ao mesmo tempo que não se resumem em si mesmos, pois abarcam em seu cerne diferentes projetos políticos que interagem com as múltiplas escalas de ação, mas que estão focados dentro da escala local e de maneira estratégica assumem diferentes posicionamentos.

⁴ Marapicu mesmo sendo um Movimento independente, possui articulações com outros assentamentos e agricultores tanto da cidade de Nova Iguaçu, da Baixada Fluminense e do estado do Rio de Janeiro.



Nesse sentido, os movimentos sociais do âmbito local não significam isolamento, mas um alto grau de atrelamento a política da escala de ação a que estão inseridos. A escala de ação dos movimentos não são compartimentos limitadores a um processo de transito entre múltiplas escalas para organizações sociais de âmbitos nacional, mas todos os “movimentos” constituem processos atrelados ao movimento escalar.

No entanto, mantendo variações a partir e através de seus diferentes projetos políticos e demandas para as quais estão lutando, que a variabilidade transita entre confrontos da escala do poder local para confrontos que vão do local para o global, Nacional e global, mas essas ações se realizam na escala do lugar, assumindo as particularidades das suas diferentes lutas que se integram a outras escalas na construção de estratégias políticas, aonde qualquer projeto ou “estratégia de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos” (VAINER, 2002,p.25)

No caso de Marapicu o poder local nos é posto como um agente fundamental para auxiliar e para desarticular a luta dos movimentos sociais, tanto urbanos quanto rurais, como podemos ver no Plano Diretor de 1997 da cidade de Nova, o governo municipal determinou que todo o território de Nova Iguaçu fosse considerado urbano, sendo uma determinação totalmente contraditório pelo fato de existir movimentos sociais rurais territorializados dentro do território municipal. Por outro lado, o atual governo municipal reconhece as ditas zonas rurais no Plano Diretor de 2008 da cidade, assim facilitando o reconhecimento das áreas de reforma agrária e fortalecendo a política de agricultura do municipal.

Podemos analisar que há um conflito entre as lutas territorializadas e o ordenamento territorial do município, em que o território dos movimentos sociais rurais se tornam-se espaços de resistência a ordem territorial imposta pelo poder local.

No caso, de Marapicu o substrato espacial em que constitui o seu território encontra-se ao lado da malha urbana, cercado pelo Bairro Ipiranga, como podemos ver no MAPA 3.





MAPA3: Demonstra a área do Assentamento Marapicu e o seu entorno, cercado fundamentalmente por Bairros da Periferia do Município de Nova Iguaçu. (AR-Área Rural/AU-Área Urbana)

Utilizando-se desse substrato espacial que é “a faceta material do espaço socialmente produzido, o espaço tangível. As formas espaciais correspondem à maneira como o substrato espacial se acha modelado e organizado.” (Souza, 2006, p.319), as famílias de Marapicu produziram e produzem estratégias de resistência e luta pela terra, principalmente no período da conjuntura política administrativa que fora lhe instituída pelo Plano Diretor de 1997.

O “Bairro”⁵ torna-se instrumento nas estratégias de luta e resistência pela terra, devido à grande proximidade entre esses dois lugares, percebemos que o território do que se é concebido como “Bairro” é instrumentalizado na luta, pois é através dele que os assentados reivindicam suas demandas e é a partir dele que as famílias assentadas acessam seus direitos à cidade (saúde, educação, moradia), mesmo que de forma precária, além do “Bairro” se configurar como uma localidade fundamental para o escoamento da produção e de acesso ao assentamento.

Desse modo, analisamos um movimento sincrônico de complementaridade e distinção, pois no mesmo momento que encontramos distinções entre o “Bairro” e o “Assentamento”, a partir da estrutura urbana, podemos perceber os fluxos dos indivíduos que trabalham no “Assentamento” e vivem no “Bairro”, nos projetando para um olhar da mobilidade espacial, onde as variáveis de cada um desses lugares se encontram pelos fluxos e pelo cotidiano e se separam pelas políticas públicas e pela infra-estrutura urbana básica, que demonstra o limite entre o “Bairro” e o “Assentamento”, pois muitos dos moradores do assentamento, hoje, são

⁵ Utilizamos o termo “Bairro” e “Assentamento”, entre aspas, para dar ênfase, pelo fato de ser a forma como a comunidade denomina cada um.



moradores do “Bairro”. E de outros Bairros do Município de Nova Iguaçu e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

As principais problemáticas que marcam o território de Marapicu são a poluição dos rios próximos (rio Ipiranga e rio Iguaçu), a expansão do lixo urbano nos lotes ou “Sítios” e terras muito degradadas. Outro fator, que devemos levar em consideração é a falta de infraestrutura, como água e saneamento, que só chegam ao “Bairro Ipiranga”, deixando o território do assentamento excluído de infra-estruturas básicas, e ainda em seu entorno podemos encontrar uma Área de Proteção Ambiental da Serra de Madureira.

Os assentados sofrem com a violência urbana, segregação Sócio-espacial e a falta de políticas da cidade de Nova Iguaçu para com as zonas rurais. Esses são elementos que constituem as principais demandas e das Famílias de Marapicu, pois essas problemáticas limitam o desenvolvimento agrícola do assentamento e principalmente afetam a qualidade de vida de sua população que se torna refém de políticas compensatórias do Estado.

Ao mesmo tempo em que se apresenta como um exemplo das problemáticas que marcam outros assentamentos de Reforma Agrária da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Localizados em áreas de forte degradação ambiental, de densa urbanização, segregadas e marcadas pela violência, principalmente do Tráfico de drogas.

Dessa forma, Marapicu não é um ativismo meramente reivindicatório e focado no imediatismo, é um movimento que mantém uma luta que surgiu em um período de grande efervescência política no Brasil como um todo, nos anos de 1980, em conjunto com outros movimentos do campo que vem resistindo até o período atual, na luta pelo reconhecimento como um assentamento de Reforma Agrária, em que enfrentou e enfrenta um grande processo de urbanização, tanto da Baixada Fluminense e do Município de Nova Iguaçu.

Nossa análise a partir das Comunas da Terra e das Famílias de Marapicu traz à tona o diálogo sobre a diferença entre os movimentos e principalmente suas tipologias dentro de uma diversidade e unidade cujo MST é o ator de maior expressão pelo fato de que vem:

mantendo uma criativa capacidade de organização nacional dessas lutas o que implica, sempre, unificar temporalidades distintas e, com frequência, tensões e contradições se manifestam. A própria multiplicação de siglas de entidades no campo brasileiro é uma das expressões não só da luta entre mediadores, mas também dessa permanente tensão entre a diversidade e a unidade. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.27)

Frente a uma relação cidade-campo que configura-se através de uma sociedade urbana, na qual cidade-campo se constituem como uma unidade contraditória (OLIVEIRA, 2004), que a luta pela terra mistura-se entre elementos urbanos e rurais, em que as Comunas da Terra e movimentos sociais como o Marapicu transcende a assimetria entre urbano e rural,



transformando os conteúdos sociais da cidade e do campo, não simplesmente como produto de um processo contraditório e desigual, mas com uma ação que integra as lutas dos trabalhadores da cidade e do campo de maneira particular a cada movimento, construindo territórios de resistência e luta pela terra, pela Reforma Agrária e principalmente pelos direitos a cidade.

E através do Assentamento Marapicu podemos compreender a escala de um rural, instituído pelo poder público local, mas que configura-se territorialmente dentro das escalas do espaço urbano e do espaço metropolitano, construindo representações da luta e da resistência que transitam entre o urbano e rural, entre cidade-campo, demonstrando que o espaço vive um eterno devir, um eterno processo de transformação (RUA,2006), atrelado a múltiplas escalas de ação, na qual “urbano e rural fundem-se mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas particularidades.”(RUA,2006,p.86), de forma que essas dimensões do espaço geográfico são apropriadas na luta pela terra a partir de diferentes estratégias, que utilizam-se do espaço como um instrumento político fundamental para continuidade e construção da luta.

Referências bibliográficas

BAGLI, P. **Rural e Urbano Nos Municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: Dos Mitos Pretéritos às Recentes Transformações**. Dissertação Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente da UNESP, 2006, 207 p.

_____, **Ação e Reação: Contradições das Novas Territorializações e territorialidades**. Publicações NERA, 2005, 7 p.

CARLOS, A. F. A. . **A Questão da Cidade e do Campo. Teorias e Políticas**. Mercator, Fortaleza-CE, v. 5, p. 8-13, 2004.

_____. **O Espaço Urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2004. v. 1. 154 p.

FERNANDES, B. M.. **MST: Formação e Territorialização**. 2. Ed.- São Paulo: Hucitec, 1999. 275p.

_____. **Reforma Agrária no Governo Cardoso e no Governo Lula: Desafios da Geografia Agrária**. In: Medeiros, R. M. V.; Falcade, I. (Org.). *Tradição versus Tecnologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, v. , p. 171-188.

GOHN, M. G. M. . **Teorias dos Movimentos Sociais-Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. 6a. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007. v. 1. 382 p



_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais.** 1a. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
v. 1. 150 p.

GOLDFARB, Y. . **Do Campo à Cidade, da Cidade ao Campo: O Projeto Comunas da Terra e a Questão dos Sujeitos da Reforma Agrária.** Agrária (São Paulo. Online), v. 5, p. 1-30, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1999a. 178p.

_____. **Espaço e Política.**-Belo Horizonte 1 ed. Editora UFMG, 2008.

_____. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Moraes, 1991. 145 p.

MEDEIROS, R. M. V. . **Território, Espaço de Identidade.** In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). Territórios e territorialidades - teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, v. 1, p. 217-227.

MIRANDA, L. I. B. . **Planejamento em Áreas de Transição Rural-urbana: Velhas Novidades em Novos Territórios.** In: XIIIENAnpur- Planejamento e Gestão do Território - escalas, conflitos e incertezas, 2009, Florianópolis.: UFSC.

MOREIRA, R. J. . **Terra, Poder e Território.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1. 360p.

OLIVEIRA, A. U. . **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária.** 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007. v. 1. 184p.

_____(Org.) ; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O Campo no início do Século XXI: território devida, de luta e de construção da justiça social.** 1ª. ed. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004. 372 p.

OSLENDER, Ulrich. **Espacio, Lugar y Movimientos Sociales: Hacia Una Espacialidad de La Resistencia.** *Script Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales.* Universitat de Barcelona, vol.VI, núm. 115, 1 de junho de 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W.. **Os (des)caminhos do Meio Ambiente.**10ed.- São Paulo: Contexto, 2002. 148p.



_____. **A Geograficidade do Social: Uma Contribuição Para o Debate Metodológico Sobre Estudos de Conflito e Movimentos Sociais na América Latina.** Revista Eletrônica Associação de Geógrafos Brasileiros- Seção Três Lagoas. Três lagoas- MS, v.1, p.5-26 ,nº3, ano 3. Maio de 2006.

_____. **A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: O Caso do MST.** Observatório social de America Latina, Bueno Aires, v.16, p.23-34, 2005.

RUA, J. **Urbanidades no Rural: O Devir de Novas Territorialidades.** Campo Território Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, ano 2006.

_____. **Urbanização em Áreas Rurais no Estado do Rio de Janeiro..** In: Glaucio José Marafon; Marta Foeppe Ribeiro. (Org.). Estudos de Geografia Fluminense. 1 ed. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda., 2002, v. 1, p. 43-70.

_____. **Urbanidades e Novas Ruralidades no Estado do Rio de Janeiro.** In: Gláucio José Marafon; Marta Foeppe Ribeiro. (Org.). Estudos de Geografia Fluminense. 1 ed. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda, 2002, v. 1, p. 27-42.

SOUZA, M. L. de. **O Território: Sobre Espaço, Poder, Autonomia e Desenvolvimento.** In: Castro et al. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Ativismos Sociais e Espaço Urbano: um panorama conciso da produção intelectual brasileira.** In: OLIVEIRA, Márcio Piñon; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice. (Org.). O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina, 2008, v. II, p. -.

VAINER, C. B. . **As Escalas do Poder e o Poder das Escalas: o que Pode o Poder Local?.** Cadernos IPPUR/UFRJ, 2002.



GT 11- O Rural na história do Brasil

Josué de Castro: Reforma agrária e agricultura de sustentação

Sirlândia Schappo¹

¹ Doutora em Sociologia pela Unicamp e docente da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. E-mail sschappo@gmail.com

Resumo²

O trabalho analisa a relação de Josué de Castro com as reivindicações camponesas das décadas de 1950 e 1960, destacando o projeto político de reforma agrária como um fator imprescindível no combate à fome. Analisam-se os debates, ações e interlocuções políticas estabelecidas por Josué de Castro, em especial, o projeto do autor referente à definição dos casos de desapropriação por interesse social e sua aplicação, apresentado na Câmara dos Deputados quando este assume seu segundo mandato de Deputado Federal (1959-1962). Seus argumentos revelam aspectos perversos nos preceitos legais: se por um lado o artigo 147 da Constituição Federal de 1946 visava dar uma função social à propriedade da terra, por outro, o artigo 141 tinha o objetivo de antepor uma barreira constitucional à reforma agrária no país. O projeto proposto por Josué de Castro visava superar essas barreiras que dificultavam a implantação da reforma agrária no país.

Palavras-chave: Josué de Castro; Reforma Agrária; Agricultura de Sustentação.

² As reflexões contidas nesse trabalho foram, em parte, desenvolvidas em minha tese de doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, em 2008.



Introdução

No pensamento e na trajetória intelectual de Josué de Castro (1908-1973) destaca-se uma constante e concisa análise da fome como uma expressão da questão agrária e a importância da agricultura de sustentação no combate à fome.³ Na década de 1940, contexto em que Josué publica seu clássico livro *Geografia da fome* (1946), suas proposições já incluíam o combate ao latifúndio e à monocultura como essencial para um plano de alimentação para o país. Suas ideias encontravam-se inseridas nas discussões daquela época que visavam uma solução para a problemática da alimentação, agravada com o processo de urbanização. O período é marcado por um clima de preocupação política frente à amplitude e ao aprofundamento da crise alimentar que o país enfrentava.

Nas décadas de 1950 e 1960, Josué estabelece uma série de relações e convive com fatos que contribuíram para o desencadeamento de suas reflexões, ações e mobilizações pelo desenvolvimento da agricultura de sustentação. Seus escritos e ações demonstram uma aproximação com as demandas dos movimentos sociais do campo. O combate ao latifúndio e à monocultura ganha ares de um projeto político de reforma agrária como um fator imprescindível no combate à fome.

Neste trabalho, destacam-se os debates, ações e interlocuções políticas estabelecidas por Josué, destacando-se os projetos do autor apresentados na Câmara dos Deputados quando este assume seu segundo mandato de Deputado Federal pelo PTB de Pernambuco (1959-1962). O primeiro refere-se ao Projeto de nº 11 de 1959 que *define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação*. O segundo é o Projeto nº 442, de 1959 que *dispõe sobre a utilização de terras nas áreas de monocultura intensiva e de extrativismo industrial para culturas básicas de produtos alimentares*.

O contexto nacional da década de 1950 é marcado por diversos atores e acontecimentos que contribuíram para a expansão das Ligas Camponesas e dos debates que

³ O termo agricultura de sustentação é utilizado por Josué para definir os cultivos que possibilitam a ampliação das possibilidades alimentares de uma região. Uma agricultura em que se encontram presentes relações de cooperação, policultivos, práticas sustentáveis em termos econômicos, sociais, ambientais e culturais importantes para a constituição de uma alimentação variada e rica em nutrientes. Josué destaca os históricos cultivos tradicionais, especialmente dos negros quilombolas e sertanejos, revelando a importância da agricultura de sustentação no combate à fome. (SCHAPPO, 2008)



buscavam inserir na agenda política a questão agrária e a necessidade de uma reforma agrária. Josué interage com as questões e os atores de seu tempo. Estabelece relações com integrantes do PCB e das Ligas Camponesas, com destaque para Francisco Julião e Alberto Passos Guimarães. Com eles e com diversas outras personalidades, Josué de Castro desenvolve uma série de mobilizações, reflexões, projetos e debates sobre a questão agrária. Dois de seus principais livros são escritos nesse período, *Geopolítica da fome* (1950) e *Sete palmos de terra e um caixão* (1965).

A emergência de um intenso debate sobre a questão agrária está, segundo Medeiros (1982, p. 13), ligada a uma série de transformações que o campo brasileiro sofreu nesse período e que podem ser resumidas na intensificação do avanço da fronteira agrícola, com a conseqüente expulsão dos posseiros; na transformação das relações de produção, consubstanciada na progressiva expulsão de colonos e moradores; no aumento da demanda de produção de alimentos, respondendo ao rápido crescimento dos centros urbanos; e, na emergência de um vigoroso movimento camponês, produto do aparecimento de fissuras nas tradicionais relações de dominação, baseadas no poder local. É nesse período, conforme a autora, que emerge a questão agrária sob três dimensões fundamentais: a suposta incapacidade da agricultura de se adequar às exigências do processo de desenvolvimento econômico; a transformação nas relações de produção no campo, como no caso da decadência do *colonato* na região do café e da *morada* com o surgimento das usinas no Nordeste; e, a quebra do padrão tradicional de dominação.

No segundo governo de Getúlio Vargas, Josué de Castro foi um dos membros da Comissão Nacional de Política Agrária⁴ criada pelo decreto nº 29.803, de 25 de julho de 1951. A Comissão tinha o objetivo de estudar e propor ao Presidente da República as medidas necessárias à organização e desenvolvimento do meio rural. Nessa fase, destacam-se também suas ações como diretor do Conselho Executivo da FAO (1952-1956), como a

⁴ A Comissão Nacional de Política Agrária “foi criada em 1951 e instalada no ano seguinte, este organismo surgiu num momento do governo Getúlio Vargas em que as questões econômicas (abastecimento de alimentos, produtividade) coincidem com as sociais e políticas (reforma agrária, extensão da previdência e de políticas salariais ao homem do campo, cooperativismo, regulamentação das relações de trabalho etc.). Embora as propostas dessa comissão tenham sido bloqueadas pelos proprietários rurais, o grupo de técnicos que se envolveu com esses problemas reuniu informações e interpretações que contribuíram para o conhecimento da realidade agrária brasileira. Dela fizeram parte Luís Simões Lopes, Josué de Castro, Antônio Arruda Câmara, José Arthur Rios, Carlos Medeiros da Silva, Hermes Lima, Raul Cardoso de Melo Filho, Rui Miller Paiva e outros.” (SANDRONI, 1999, p. 112).



realização do *Seminário Latino-Americano sobre o Problema da Terra*, realizado em Campinas, em maio e junho de 1953, organizado pela FAO com a colaboração do governo brasileiro.

2 - Aproximações com as Ligas Camponesas

A ênfase na reforma agrária presente nos escritos de Josué data do período de expansão das ligas camponesas no Nordeste. Nas eleições para deputado federal de 1954, Josué faz campanha ao lado de Francisco Julião, advogado, deputado estadual e líder das Ligas Camponesas, movimento em expansão na década de 1950 que se consolida na luta pela reforma agrária. Em 1955 realizou-se o Primeiro Congresso de Camponeses de Pernambuco, patrocinado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) quando Josué era Diretor desta.

Participaram três mil delegados, que pela primeira vez desfilaram com cartazes e instrumentos de trabalho pelas ruas do Recife, conforme assinala Clodomir Moraes no seu livro *A Queda de Uma Oligarquia*. Clodomir acrescenta que Josué de Castro, Francisco Julião e o advogado Djaci Magalhães conseguiram com êxito a realização desse conclave, cujo encerramento se deu na Assembléia Legislativa, sob fremitosos aplausos à reforma agrária. (MELO; NEVES, 2005, p. 49).

Em 1958 Josué foi reeleito deputado federal, sendo o mais votado da história de Pernambuco e de todo o Nordeste. Sua campanha situava-se entre a de outros “candidatos de esquerda” que compunham as Oposições Unidas de Pernambuco. As propostas agregavam adeptos oriundos do operariado e camponeses pela defesa das liberdades democráticas, das reivindicações dos trabalhadores e do nacionalismo. Além de Josué, faziam parte desse grupo políticos como Cid Sampaio, Pelópidas da Silveira, Barros Carvalho, Clodomir Moraes, Miguel Batista, Miguel Arraes, José Cardoso, Francisco Julião, Carlos Luz, Dias da Silva e outros democratas e nacionalistas.

Josué faz aliança com Francisco Julião, candidato pelo PSB, reeleito deputado estadual, líder das Ligas Camponesas e defensor da reforma agrária. Inúmeras organizações sindicais representativas do movimento operário explicitam o seu apoio à candidatura de Josué de Castro a Deputado Federal em manifesto, destacando as suas realizações mais



ligadas aos interesses vitais dos trabalhadores. (MELO; NEVES, 2005, p. 51). Na Campanha eleitoral, Cid Sampaio contou com o apoio de personalidades como Luís Carlos Prestes e Josué de Castro. Após assumir o governo em 1959, Cid atende parte dos interesses do povo. Uma das grandes ações de seu governo nesse sentido foi a desapropriação das terras do Engenho Galiléia, assegurando a posse aos camponeses.

A desapropriação do Engenho Galiléia, em 1959, e a participação de líderes camponeses no 1º Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas contribuíram para a expansão nacional das Ligas Camponesas. O movimento atingiu, inicialmente, Estados do Nordeste – Paraíba, Alagoas, Ceará e Maranhão – e, posteriormente, Paraná, Rio de Janeiro, Minas, Rio Grande do Sul e Goiás. Na difusão das ligas Julião contou com três instrumentos: o código civil, a poesia popular e a bíblia. Na poesia popular destaca-se o violeiro, o cantador e o folhetinista, os dois primeiros sempre presentes nas feiras ou festas do interior do Nordeste onde os camponeses vendiam seus produtos. Era assim que penetravam as notícias das ligas nas fazendas, onde o agitador não podia entrar, devido a vigilância do latifúndio e junto à população analfabeta. A Declaração de Belo Horizonte no 1º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil em 1961, quando é lançada a campanha pela reforma agrária, marca o fim de uma etapa das ligas que se centrava na defesa e aplicação de direitos para casos individuais e concretos. O centro da luta amplia-se e incorpora ao seu projeto a questão nacional e a questão desenvolvimentista. (BASTOS, 1984, p. 74).

O clima de mobilização gerado a partir das diversas ligas em prol da reforma agrária, incluindo os movimentos camponeses e as mobilizações nacionais de intelectuais, estudantes, políticos, trabalhadores agrícolas e urbanos entre outros, ampliou a insegurança por parte dos Estados Unidos no que se refere à ameaça comunista. O medo relacionava-se aos possíveis avanços da revolução comunista de Fidel Castro (iniciada em 1959), em Cuba, para outros países do continente. No livro *Sete palmos de terra e um caixão*, escrito entre outubro de 1962 e fevereiro de 1964 (mês anterior ao Golpe Militar), Josué demonstra que foi nesse clima de medo e insegurança que os Estados Unidos redescobriram o Nordeste brasileiro. Nele, Josué revela a “dura e crua realidade do Nordeste brasileiro e a revolução social que se processava nessa região”.



As experiências de Josué junto aos movimentos sociais que propunham a emancipação dos camponeses do domínio dos grandes proprietários de terra contribuíram para a consolidação de seu projeto de reforma agrária e o de utilização de terras para a produção de alimentos, ambos propostos durante seu segundo mandato de Deputado.

3- Dois Projetos de Josué na Câmara de Deputados

Neste item, destacam-se os debates, ações e interlocuções políticas estabelecidas por Josué, especialmente os projetos do autor apresentados na Câmara dos Deputados quando este assume seu segundo mandato de Deputado Federal pelo PTB de Pernambuco (1959-1962). O Projeto de nº 11 de 1959 que *Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação* e o Projeto nº 442, de 1959 que *Dispõe sobre a utilização de terras nas áreas de monocultura intensiva e de extrativismo industrial para culturas básicas de produtos alimentares*.

O Projeto nº 11, de 1959, de Josué de Castro, tinha como intuito principal criar condições para a desapropriação por interesse social que propiciasse uma distribuição de terras. O Projeto visava gerar dispositivos legais que possibilitassem, na prática, a implantação do Art. 147 da Constituição Federal de 1946. Este determina que o uso da propriedade é condicionado ao bem-estar social e que a lei pode, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos. Já o artigo 141 estabelece o princípio assegurado do direito de propriedade, ressalvados os casos de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou, ainda, por interesse social, sempre mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

Antes da elaboração de seus dois projetos, Josué participou da Comissão Nacional de Política Agrária criada pelo decreto nº 29803 de 25 de julho de 1951, no segundo governo de Getúlio Vargas, com objetivo de estudar e propor ao Presidente da República as medidas necessárias à organização e desenvolvimento do meio rural. A experiência nesta comissão contribuiu para sua análise crítica em relação às possibilidades de reforma agrária no país. Observando a ineficácia dos instrumentos legais existentes, Josué elabora, posteriormente, propostas inovadoras em seu projeto de reforma agrária (1959) no que se



refere aos dispositivos legais que possibilitassem, na prática, a desapropriação por interesse social.

Buscar uma aproximação de forma populista com os trabalhadores rurais constituía parte das preocupações do segundo governo de Getúlio Vargas, o que repercutiu na elaboração de dois projetos: o de criação do Serviço Social Rural (SSR) e o da Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA). “Valorizar o homem rural” constituía uma das metas do governo. Porém, as ações políticas no âmbito agrário, acima de qualquer distribuição de terra, ocorreram em nome da “assistência ao agricultor” para que este se fixasse no campo, do aumento da produtividade e de uma reforma agrária permanente, isto é, não revolucionária.

A felicidade e a relativa prosperidade do homem do campo seriam as bases para a felicidade e prosperidade da nação frente à ameaça comunista. Tais propósitos são expressos em uma entrevista coletiva à imprensa do Ministro da Agricultura João Cleophas em 7 de agosto de 1951:

Fundando a Comissão Nacional de Política Agrária e levando à Câmara um projeto de Serviço Social Rural, o Presidente Getúlio Vargas, que tão bem e tão pacificamente soube dotar o Brasil de sua atual e moderna legislação social, está agora fazendo o mesmo para nos incluir entre os países de reforma agrária permanente. E é um bem que assim seja, pois, se não nos transformássemos num desses países, poderíamos nos ver, de repente, a braços com a reforma revolucionária.

É um erro, portanto, nos deixarmos influenciar pelos que, sendo contra a reforma agrária, tentam apresentá-la como uma invenção comunista: ela é, ao contrário, um dos meios mais eficazes de se imunizar um país contra o comunismo. (BRASIL, 1958. p. 11-12).

A partir desses pressupostos, as linhas mestras da “reforma agrária” que guiaram o segundo governo de Getúlio Vargas foram: a política de colonização, o financiamento ao pequeno agricultor e a regulamentação dos arrendamentos da terra.

Através do decreto nº 29.803 de 25 de julho de 1951 foi criado pelo Presidente da República a Comissão Nacional de Política Agrária - CNPA, cujo objetivo encontra-se no “Art. 1º – Fica criada a Comissão Nacional de Política Agrária, com o objetivo de estudar e propor ao Presidente da República as medidas julgadas necessárias para a organização e desenvolvimento da economia agrícola e o bem-estar rural.” (BRASIL, 1958. p. 16)



No Regimento interno da CNPA consta que as deliberações da Comissão serão concretizadas em anteprojetos de leis, decretos ou em propostas e sugestões a serem encaminhadas pelo Presidente aos seus destinatários. Pode-se observar que a Comissão ao traçar as *Diretrizes para a Reforma Agrária no Brasil* propunha algumas reformulações de itens na legislação agrária brasileira que até então entravavam a possibilidade de uma reforma da estrutura agrária no país. Os Princípios Básicos abrangem os seguintes pontos:

1º A Constituição brasileira dispõe em seu artigo 147 que o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social e que a lei promoverá a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.

2º O objetivo fundamental da reforma agrária no Brasil é ensejar aos trabalhadores da terra o acesso à propriedade, de modo a evitar a proletarização das massas rurais e anular os efeitos anti-econômicos e anti-sociais da exploração da terra.

3º Simultaneamente com a subdivisão dos latifúndios e a aglutinação dos minifúndios, a reforma agrária cuidará também de valorizar o homem e a terra, de modo a assegurar a todos trabalho que possibilite existência digna. (BRASIL, 1958. p. 23)

Destaca-se nas Diretrizes traçadas o item referente às Formas e Sistemas de Desapropriação:

“1º – A indenização por desapropriação dos latifúndios improdutivos deverá fugir à regra do Artigo 141, § 16 da Constituição Federal e enquadrar-se no seu artigo 147, ainda que, para tanto, seja necessário uma emenda constitucional.”

No final da década de 1950, frente à ampliação das discussões, projetos e manifestações pela reforma agrária no país, a preocupação central de Josué era com a distribuição de terras, sendo a desapropriação por interesse social o intuito principal do seu Projeto de nº 11 de 1959 quando Deputado Federal pelo PTB. Através do Projeto, o autor visa gerar dispositivos legais que possibilitassem, na prática, a implantação do Art. 147 da Constituição Federal.

Projeto de nº 11 de 1959 de Josué de Castro – Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A desapropriação por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem-estar social, na forma do artigo 147 da Constituição Federal.

Art. 2º Considera-se de interesse social:



- I- O aproveitamento de todo bem improdutivo ou explorado sem correspondência com a natural vocação agrícola e com as necessidades de trabalho, consumo e habitação dos centros de produção a que deve ou possa suprir por seu destino econômico;
 - II- A instalação ou intensificação das atividades agrícolas nas áreas cuja exploração não obedeça ao plano do zoneamento agrícola disciplinado por decreto executivo;
 - III- O estabelecimento de núcleo de colonização e de povoamento e de frentes de trabalho agrícolas;
 - IV- A manutenção de posseiros em terrenos rurais, onde, com a tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenha construído sua habitação, formando núcleos residenciais de mais de 10 (dez) famílias;
 - V- Construção de casas populares;
 - VI- A instalação e unificação das atividades industriais dentro dos planos de zoneamento industriais adotados pelas municipalidades onde fique positivada a necessidade de núcleos residenciais para atender a população operária;
 - VII- As terras e águas suscetíveis de grande valorização, em consequência de obras e serviços públicos notadamente de saneamento, portos, transporte, eletrificação, armazenamento de água e irrigação;
 - VIII- Proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de recursos naturais renováveis.
- Parágrafo único.** O disposto no item I só se aplica no caso de bens inexplorados ou de imóveis rurais cuja produção seja inferior a média da região, atendidas as condições naturais do seu solo e a sua situação em relação aos mercados.

[...]

Art. 4º No caso da perda da propriedade fundiária, a justa indenização corresponderá ao valor a ela atribuído, no último lançamento do imposto territorial, levando-se em conta as benfeitorias realizadas.”

[...]

BRASIL. Congresso Nacional, 07 mai. 1959.

Ao justificar seu projeto, Josué destaca a existência na Constituição Federal de 1946 de dois preceitos aparentemente intransponíveis: o art. 147 e o art. 141, § 16. O primeiro determina que o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social e que a lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos. O segundo estabelece o princípio assegurador do direito de propriedade, ressalvados os casos de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou, ainda, por interesse social, sempre mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

Segundo Josué, os artigos citados refletem duas correntes doutrinárias postas na ocasião: uma que pela primeira vez na história visava instituir preceitos legais para dar uma função social à propriedade da terra, contida na redação do art. 147. A outra tinha o objetivo de antepor uma barreira constitucional à reforma agrária no país. Esta última expressa no artigo 141 e no clamor de se associar à idéia de justa indenização ao valor real e atual do imóvel.

Ao analisar as tentativas de se resolver o impasse entre os dois dispositivos Josué lembra que a primeira tentativa nesta direção partiu da Comissão Nacional de Política



Agrária - CNPA, através do anteprojeto sobre a lei de acesso à terra própria. Nele se estabeleceu que o princípio de que, no caso particular da desapropriação por interesse social, a justa indenização poderia ser conceituada como custo histórico, acrescido do valor das benfeitorias e dos impostos pagos. Acolhendo a sugestão da CNPA Getúlio Vargas designou uma comissão de juristas, composta por Carlos Medeiros da Silva, Seabra Fagundes e Theodoro Arthou, para estudar o assunto, resultando em um projeto de Lei encaminhado ao Congresso. Porém, a Câmara dos Deputados, na legislatura anterior, considerou inconstitucional a indenização pelo custo histórico apresentando um substitutivo, o Projeto de Lei de nº 206 em que a forma de indenização é a mesma prevalecente para a desapropriação por utilidade pública, ou seja, baseada no valor venal do imóvel.

O projeto proposto por Josué de Castro visava superar essas barreiras que dificultavam a implantação da reforma agrária no país. No art. 4º, anteriormente citado, o autor sugere uma alternativa ao que se considerava “justa indenização”. Segundo ele, seria “perfeitamente justo, moralmente defensável e tecnicamente inobjetével” admitir como base de indenização o valor atribuído à propriedade para fins fiscais.

Bem sabemos – e esta é uma realidade conhecida e consentida de um extremo ao outro do país – que o valor tributado é sempre inferior ao valor real da propriedade. Não havendo o perigo iminente ou futuro de qualquer risco ou prejuízo, interessa ao proprietário de terras ter o seu estabelecimento subavaliado, a fim de pagar o mínimo de impôsto. Perguntamos: aos que assim procedem em prejuízo dos cofres públicos e que possuem glebas inexploradas será justo indenizá-los à base de um valor com o qual se acham tacitamente de acordo? A resposta só poderá ser afirmativa. Do contrário, teríamos de admitir, contra os interesses da coletividade, dois valores distintos para a mesma propriedade: um, inferior ao valor real do imóvel, para efeito fiscal, e outro, o venal, para os casos de desapropriação.

A consagração do valor tributado como base para a indenização nos casos de desapropriação por interesse social teria, ademais, um efeito altamente benéfico para as finanças estaduais, visto que os proprietários porventura temerosos de se verem atingidos pela desapropriação por interesse social, tratariam de atualizar o valor tributado de suas propriedades. (BRASIL, 1959)

Nesse sentido, a preocupação central do autor referia-se a modificação dos dispositivos institucionais que entravavam a desapropriação por interesse social e a definição da “justa indenização”. O projeto apresentado por Josué propõe uma reforma agrária como um instrumento técnico de utilização racional da terra como pré-requisito para



o desenvolvimento econômico do país como um todo e para a redução dos contrastes entre o meio urbano e rural, a indústria e a agricultura. O Projeto prevê que a desapropriação poderá importar na perda da propriedade ou na sua utilização temporária em casos de perturbações graves da ordem econômica. Os bens desapropriados serão explorados diretamente pelo expropriante, vendidos ou alocados com a obrigação de dar-lhes a destinação social prevista.

Josué de Castro apresenta, ainda em 10 de junho de 1959 outro projeto, o de nº 442 que visa combater a monocultura e propiciar a produção de cultivos para a subsistência. O projeto propõe a utilização de terras nas áreas de monocultura intensiva e de extrativismo industrial para culturas básicas de produtos alimentares. Ele complementa o outro projeto, de nº 11/59, no que tange às três principais proposições políticas do autor: a reforma agrária, o combate à monocultura e o desenvolvimento da agricultura de sustentação.

Projeto nº 442, de 1959 – Dispõe sobre a utilização de terras nas áreas de monocultura intensiva e de extrativismo industrial para culturas básicas de produtos alimentares. (Do Sr. Josué de Castro)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Em terras de monocultura e em áreas de exploração mineral onde as lavouras de subsistência são dificilmente praticadas e a obtenção de produtos agrícolas se faz a preços excessivos, fica o Serviço Social Rural encarregado de promover as condições para o desenvolvimento da cultura dessas lavouras em regime de organização de grupos de família.

Art. 2º – As providências previstas nos artigos 4º parágrafo 1º, 2º, 6º, alínea g), 8º e 23 do Decreto-lei n. 6.969, de 19 de outubro de 1944, quanto a lavouras de subsistência nas usinas de açúcar, passam ao âmbito e direção do S.S.R. que deverá utilizar, na aplicação desses programas, 50% da arrecadação proveniente da indústria de açúcar, conforme o artigo 6º da Lei nº 2.613, de 23 de outubro de 1955.

Art. 3º – O Poder Público promoverá a desapropriação por interesse social, com perda total ou utilização temporária da propriedade, nas áreas monocultoras ou em terras adjacentes à área cultivada pelas usinas de açúcar, fazendas de cacau e outras explorações de caráter acentuadamente monocultor, para nelas permitir o estabelecimento de lavouras de subsistência.

[...]

BRASIL. Congresso Nacional, 10 de junho de 1959.

O projeto prevê também que as terras destinadas às culturas de subsistência devem ter condições de fertilidade, bem como fazer parte de área contínua, a fim de facilitar o emprego de melhores técnicas de produção. Nos primeiros dois anos de execução do programa, as sementes, adubos, inseticidas e outros materiais necessários ao cultivo serão cedidos pelo Ministério da Agricultura. A organização do trabalho deve se dar de forma



cooperativista. Quanto à movimentação de verbas destinadas aos fins desta Lei, o projeto prevê que esta se fará dentro do S.S.R. sob o título de Fundo do Programa de Produção e de Melhoria Alimentar, sendo que 50% da verba federal de ajuda ao S.S.R. seria destinada ao referido Fundo. Josué ao justificar o projeto argumenta que: “O projeto que temos a honra de encaminhar ao Parlamento Nacional visa armar o S.S.R. de um instrumento adequado à realização de uma política de produção e de melhoria alimentar através de uma utilização mais racional das terras situadas nas áreas de monocultura intensiva ou circunvizinhas.”

Pode-se considerar que o projeto de Josué de Castro busca inovar as funções do Serviço Social Rural. Este passaria de uma dimensão assistencialista, predominante na época, para o plano de ações com efetiva mudança nas condições de vida das populações do campo. Propondo inclusive uma mudança na estrutura agrária ao prever que o Poder Público promoverá a desapropriação por interesse social nas explorações com caráter acentuadamente monocultor para nelas permitir o estabelecimento de lavouras de subsistência. Os propósitos de Josué sugerem o interesse em melhorar as condições de vida do homem do campo e desenvolver as potencialidades do meio rural, entre estas, “agricultura de sustentação”.

Na década de 1960, Josué participa, ainda, da criação do Movimento Nacional Pró-reforma Agrária, uma campanha desencadeada por pessedistas, petebistas e outros partidos pertencentes à Frente Parlamentar Nacionalista. O objetivo era esclarecer e instigar a opinião pública acerca do problema agrário brasileiro e a importância da reforma agrária para que o Congresso Nacional tenha cobertura popular, ao discutir e aprovar uma Lei de Reforma Agrária. Seus integrantes incitavam a reforma agrária por diferentes cidades do país, especialmente no Nordeste brasileiro. Registrando seus posicionamentos, a Frente Parlamentar Nacionalista declarou, na Câmara de Deputados, no dia 04 de agosto de 1961, um manifesto favorável à reforma agrária e ao projeto de revisão agrária elaborado pelo deputado José Joffily (PSD-Paraíba) como ponto de partida para deflagrar a reforma agrária. Este se baseia nos projetos anteriores de Nestor Duarte, Coutinho Cavalcanti e Josué de Castro. O projeto de Joffily incorpora a proposta de Josué de que a indenização deve ser baseada no valor declarado no imposto territorial.

Josué realizou, no início da década de 1960, diversas outras Conferências e palestra sobre o problema agrário, como a realizada no Teatro Santa Rosa, em João Pessoa. Na



ocasião, o teatro estava superlotado, contando com a presença de secretários de Estado, desembargadores, professores, estudantes, operários e padres. Criticou o Congresso Nacional que, por ser formado em sua maioria por representantes dos latifundiários, vinha entravando sistematicamente os projetos de reforma agrária, inclusive o seu.⁵

Pode-se aferir como destaque na proposição de Josué de Castro a implantação de uma reforma agrária como pré-requisito tanto para o desenvolvimento econômico como para o desenvolvimento social. A ampliação da produtividade através da modernização agrícola poderia propiciar o crescimento econômico, porém, apenas o acesso efetivo a terra representava para Castro a possibilidade de um desenvolvimento social e de uma redução das desigualdades sociais.

Considerações Finais

O pensamento e a trajetória intelectual de Josué de Castro encontram-se mescladas nas reivindicações camponesas das décadas de 1950 e 1960 e revelam a questão agrária expressa pelos movimentos sociais. A insistência por parte do autor, já presente em sua obra nas décadas anteriores, de combate ao latifúndio e à monocultura consolida-se na proposição de um projeto político de reforma agrária e de desenvolvimento da agricultura de sustentação. Suas ações refletem a abrangência da questão agrária e a consolidação dos movimentos pela reforma agrária e revelam a importância de todo esse movimento como denúncia e como proposta para sanar a miséria no país.

Josué aliava-se aos movimentos camponeses da época. Suas aproximações com Francisco Julião e com as Ligas Camponesas ampliam seus anseios de luta pela reforma agrária. Josué não apenas recebia influências do movimento camponês, mas era também um ator importante no processo de aglutinação de interesses, projetos e ações em prol da reforma agrária.

A experiência de Josué na Comissão Nacional de Política Agrária contribuiu para sua análise crítica em relação às possibilidades de reforma agrária no país. Observando a

⁵ *Jornal do Comércio*, 22 ago. 1961.



ineficácia dos instrumentos legais existentes, Josué propõe, posteriormente, em seu projeto de reforma agrária (1959), dispositivos legais que possibilitassem, na prática, a desapropriação por interesse social. Suas críticas referem-se especialmente a perversa contraposição entre preceitos legais. Contraposição esta que contribuía para retardar a efetivação da reforma agrária no país.

Pode-se aferir que nesse período, entre as décadas de 1950 e 1960, Josué demonstra estar convicto de que uma proposta política de combate à fome só será possível com a efetivação de uma reforma agrária, fator imprescindível para o desenvolvimento da agricultura de sustentação. Sua obra e suas ações políticas têm como um dos temas centrais as expressões da questão agrária, com destaque aos movimentos sociais gestados a partir das condições de miséria dos camponeses e a reforma agrária como uma de suas principais reivindicações.

Referências Bibliográficas

BASTOS, Élide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984

BRASIL. Ministério da Agricultura. Comissão Nacional de Política Agrária. *Reforma Agrária no Brasil: estudos e projetos*. Ministério da Agricultura, 1958.

BRASIL. Congresso Nacional, 07 mai. 1959.

BRASIL. Congresso Nacional, 10 de junho de 1959.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. *A questão da reforma agrária no Brasil*. (Dissertação de Mestrado). FFLCH/USP, 1982.

MELO, Marcelo Mário de. NEVES, Teresa Cristina Wanderley. (Orgs.). Perfil parlamentar Josué de Castro: um homem interessado no espetáculo do mundo. Recife: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro – CJC, 2005.

SCHAPPO, Sirlândia. *Josué de Castro por uma agricultura de sustentação*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 2008.

SANDRONI, Paulo. (org.) *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.



GT 11 - O Rural na história do Brasil

Leis, Matas e Terras no Brasil Império: o caso da Ilha de Santa Catarina

Susana Cesco¹

¹Doutora em História Social IFCS/UFRJ. Bolsista PRODOC/CAPES no CPDA/UFRRJ. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA
E-mail: susanacesco@gmail.com

Resumo

Durante o período imperial o Brasil foi regido por muitas leis, decretos, alvarás e ordenações derivados da legislação colonial portuguesa. Leis voltadas para questões agrícolas e florestais, formuladas ainda no período colonial, ganharam novas interpretações e aplicações no século XIX e, apesar de não terem cunho preservacionista - o interesse era econômico e o objetivo era a ocupação do território -, a produção agrícola e a exploração “controlada” das florestas passa a figurar como elemento importante no ‘desenvolvimento’ do Brasil. É no final do século XVIII que a preocupação com as terras e os recursos naturais do Brasil adquire contornos mais bem definidos e é em torno da legislação produzida desde então que este texto pretende fazer uma análise das permanências, rupturas e contradições legais no Brasil e na Ilha de Santa Catarina em fins do século XVIII e no século XIX.

Palavras-chave: agricultura, florestas, terras, legislação.



1. Legislação no século XIX: permanências, rupturas e contradições.

Esse texto foi elaborado tendo por base parte de minha tese de doutorado e buscou, desde o início de sua redação, apresentar e analisar algumas ferramentas legais que justificaram ou estimularam parte significativa da transformação e devastação das florestas brasileiras durante o século XIX. Com isso não quero afirmar que a letra da lei foi determinante quanto à devastação ou preservação de áreas de mata ou o estímulo à agricultura, ao contrário, ressalto que no caso brasileiro o legal sempre andou ao largo do usual e muitas práticas faziam uso de ‘brechas’ na lei ou simplesmente a ignoravam ou a desconheciam. Nesse contexto, principio a análise tendo como eixo a lei nº 601, datada de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras. O objetivo é desvendar os pontos da lei com relação direta com a devastação florestal e a agricultura no século XIX e associá-la ao restante da legislação – anterior e posterior a ela – com a mesma temática.

É a partir dessa lei que parte do território do então Império do Brasil passa a figurar oficialmente como mercadoria. Com a sugestiva designação de dispor “*sobre as terras devolutas do Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara*”¹, pretendia-se mudar uma arraigada tradição de posse e doação, cujo critério era, basicamente, a vontade do doador.

Pode-se argumentar que a lei proporcionaria uma distribuição maior de terras, uma vez que não mais precisar-se-ia comprovar posses e escravos para cultivá-la, bastava apresentar o dinheiro. O que se viu, porém, foi a repetida concentração de terras nas mãos dos antigos grandes donos de sesmaria. Quem já muito tinha, ainda mais poderia comprar.

É a partir desse argumento que será analisada a questão agrícola no período Imperial brasileiro e suas relações com o meio ambiente e com a sociedade. Partindo da legislação do período pode-se criar um quadro mental e geográfico da distribuição e

¹Título da Lei 601, de 18 de setembro de 1850. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, Tomo 11, parte 1ª, secção 44. Brasil.



atribuições das terras no Brasil, separando e analisando as porções do território consideradas aptas à agricultura, quais os produtos cultivados e o desmatamento que “limpou” áreas muito extensas para a monocultura e a construção de vilas e cidades.

No caso específico das terras, o dispositivo de designá-las para empresas particulares ou para estabelecimento de colônias, também dividiu com mãos particulares uma incumbência que até então era do Governo do Estado. Antes da lei 601 de 1850, que abria o leque para particulares colonizarem áreas adquiridas por título oneroso, isso era feito através de leis provinciais ou, mais raramente, por particulares em suas sesmarias. Um dos primeiros casos desse tipo em Santa Catarina - área a ser analisada nesse estudo, com ênfase para a Ilha de Santa Catarina, hoje Florianópolis - foi autorizado pela lei de 05 de maio de 1833, que determinava o estabelecimento de duas colônias nos rios Itajahy Grande e Mirim. De acordo com o relatório do presidente da Província de 1851, essas colônias já possuíam então, entre estrangeiros e nacionais, “72 fogos com 347 pessoas [...] 62 cazas de moradia, 21 engenhos de mandioca e 11 de canna” (COUTINHO, 1851: 9)

Na Ilha de Santa Catarina também se estabeleceram colônias ao norte da barra da capital, como a da Piedade, com 150 colonos e, de acordo com informações que foram remetidas ao Governo Imperial, “129 pessoas no fim de abril de 1848. Hoje [1851] a população se acha reduzida a 105” (COUTINHO, 1851: 9). Segundo o presidente da Província, a colônia estava em decadência e pouco produzia devido à má qualidade do terreno, e ele considerava o empreendimento um erro, especialmente pela escolha desse terreno, tido como árido e cansado.

No que se refere à legislação brasileira anterior a essa lei que passaremos a designar apenas como ‘Lei de Terras’,

a primeira forma que assumiu o ordenamento jurídico das terras brasileiras foi a do regime de concessão de sesmarias. As concessões de sesmarias, entretanto, não representaram o resultado de um processo interno de evolução de formas anteriores de apropriação. Resultaram da transposição para as terras descobertas de um instituto jurídico existente em Portugal (SILVA, 1996: 21).

O solo era distribuído gratuitamente somente àqueles que possuíssem condições de aproveitá-lo e pagar os foros pelo mesmo. Essas condições eram verificadas de acordo com o número de escravos possuídos e capacitados para a produção (FRIDMAN, 1999: 126). Tal determinação, que significava uma estreita relação entre disponibilidade da terra e mão de obra, estendeu-se a todos que solicitavam sesmarias, gerando uma considerável concentração de terras nas mãos de poucos (FRIDMAN,



1999: 126). Em contrapartida, pequenos colonos ficavam impedidos de ter acesso a terra e tinham que trabalhar como meeiros ou arrendatários (FLEIUSS, 1925: 17). As cláusulas que estipulavam obrigações às pessoas que recebiam terras tinham, entre seus itens principais, a obrigação de, mesmo antes de tomar posse, medir e demarcar as ditas terras e notificar os confrontantes. Esses vizinhos eram avisados para que no futuro não houvesse contestação de limites por parte dos mesmos. Outros pontos importantes eram conservar nas matas as árvores tapinhoans e perobas, que só poderiam ser cortadas para a construção de naus para o Rei, além de construir caminhos e pontes e reservar meia légua nas margens dos rios para logradouro público (FRIDMAN, 1999: 126).

A Lei de Terras, no entanto, só foi regulamentada por um decreto quatro anos depois de sua publicação. Esse Decreto de número 1.318, de 30 de janeiro de 1854, consolidou, na teoria, a própria lei. Também é nesse momento que se estimula a fixação de pessoas de origem nacional, especialmente em áreas de fronteira, para atuarem como “marcos” do território, sinais de ocupação das terras por nacionais ou portugueses.

Eram consideradas terras devolutas, de acordo com a Lei de Terras, em seu artigo 3º, parágrafos 1, 2, 3 e 4:

§1. As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal. § 2. As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura. § 3. As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei. § 4. As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei (BRASIL, Decreto 1.318, de 30 de janeiro de 1854, artigo 3).

Quem já era ocupante quando da promulgação da Lei de Terras tinha sua situação, na maioria das vezes, legalizada. Isso se deu especialmente em função da suspensão da doação de sesmarias em julho de 1822, tornando a posse o único modo de aquisição de terras até 1850. Nesse intervalo de tempo muitas terras foram simplesmente ocupadas e cultivadas, fazendo com que, com a nova lei, essas pessoas as requeressem como sendo suas quase trinta anos depois. A justificativa usada era os longos anos de ocupação e a produtividade dessas terras.

No artigo 5, § 4. da mesma lei, define-se, no entanto, que “os campos de uso comum dos moradores de uma ou mais freguesias, municípios ou comarcas [rossio] (MARX, 1991: 69)² serão conservados em toda a extensão de suas divisas, e

²Ao se criar uma vila seguia-se algumas exigências, como a de estipular localizações de prédios como casa de câmara e cadeia e pelourinho. Era a partir destes que se definia o termo da vila, que não era, de forma alguma, claro ou bem demarcado no que se refere a logradouros públicos, áreas comuns da vila ou mesmo de seu rossio. Essa área servia a distintos propósitos, que poderiam resumir-se em sua utilização por parte de todos os moradores para pasto de animais, para coleta de madeira ou de lenha, para algu



continuarão a prestar o mesmo uso, conforme a prática atual, enquanto por lei não se dispuser o contrário” (BRASIL, Lei 601, de 18 de setembro de 1850, artigo 5). Essa disposição só vinha reforçar longas tradições como o pasto de animais em terrenos públicos e vazios, caça e coleta de frutos em terrenos que não eram privados ou retirada de lenha e madeira, especialmente de mangues e áreas próximas às vilas e cidades. Tal indefinição constante na própria Lei de Terras explica, em parte, as dúvidas e práticas ilegais que persistiram por tantos anos na distribuição de terras no Brasil, tanto que “a solicitação de datas e a sua concessão prossegue até fins do Império. O aforamento de glebas continua penetrando mesmo a República, que vai praticamente extingui-lo com o Código Civil de 1917” (MARX, 1991: 118).

Não é difícil constatar que essas práticas pesaram muito na devastação ambiental, em especial no caso dos mangues vizinhos às áreas urbanas, que foram, em grande parte, destruídos antes da metade do século XIX. A prática de derrubada de mangues para fins domésticos - lenha para fogões, caieiras, etc - ou para curtumes e secagem de áreas tidas como produtoras de umidade e doenças, era amparada por lei - na Ilha de Santa Catarina, fazia parte do código de posturas do município de Desterro - e, associada à indefinição das fronteiras, tornou-se ainda mais desmedida. A doação de novas terras para agricultura, por sua vez, sem critérios de preservação de matas teve como consequência um avanço para terras virgens e o abandono de terras cansadas pelo uso exaustivo ou mau uso dos recursos do solo.

A política de legalização da propriedade de terras pós 1850 abria, em tese, a possibilidade de modificar o sistema de agricultura do país, que até então era pautado pela fronteira aberta, móvel e predatória. Teoricamente, a partir do momento em que a terra passava a ter um valor monetário, a ampliação das propriedades restringia-se e a necessidade de aproveitar melhor o solo aumentava. Esse aproveitamento já era discutido em muitos manuais agrícolas e em discursos e artigos de membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e iam desde a adubação do solo, passando pela rotação de culturas e o pousio, até outras técnicas. Tudo isso não seria viável se o objeto fossem as grandes monoculturas, mas tornava-se uma boa idéia quando se tratava de pequenas propriedades familiares, ideal de colonização do sul do Brasil.

Ainda segundo o texto da lei, o artigo 12, item 3, estipulava que o Governo podia reservar terras devolutas que julgasse necessárias, desde que seu “uso” fosse para a construção naval. Esse item refere-se às terras possuidoras de florestas ricas em madeiras próprias para a construção naval, que já eram “controladas” por outros

plantio, bem como constituía uma reserva para a expansão da vila, seja prevendo novas sessões de terra, seja a abertura dos correspondentes caminhos e estradas, ruas ou praças.



dispositivos legais. No artigo 13 o mesmo Governo assumia a responsabilidade de “organizar por freguesias o registro das terras possuídas, sobre as declarações feitas pelos respectivos possuidores, impondo multas e penas àqueles que deixarem de fazer nos prazos marcados as ditas declarações, ou as fizerem inexatas” (BRASIL, Lei 601, de 18 de setembro de 1850, artigos 12 e 13).

Posterior à Lei de Terras, o regulamento 1.318, de 1854, determinava que os possuidores de terras deveriam registrá-las em um prazo fixado por lei. E para facilitar esse processo o mesmo deveria ser feito nas paróquias onde essas terras estavam localizadas. Tais registros ficaram conhecidos como “Registros de Vigários” e eram muito simples, relatavam, na forma de declaração, o nome da terra possuída; designação da freguesia em que estava situada; o nome particular da situação, se o tiver; sua extensão, se for conhecida, e seus limites” (MOTTA, 1998: 161). Posteriormente, o órgão criado pelo governo Imperial para reger esse processo de medição e legalização foi a “Repartição Geral das Terras Públicas”, subordinada ao Ministério da Agricultura do Império. Cada província teve nomeado um juiz comissário de medição e, depois, criaram-se cargos e funções como: diretor, fiscal tesoureiro, oficiais, amanuenses e porteiros-arquivistas. A atribuição do juiz comissário era autorizar as medições e as demarcações das terras já registradas nas paróquias. Os juízes só poderiam realizar esse serviço caso esse fosse requisitado pelo ocupante da terra (CAVALCANTE, 2005).

A Repartição Geral de Terras Públicas e as demais repartições provinciais foram extintas em 1861, quando foi criado o Ministério de Agricultura, Comércio e Obras que absorveu as funções da repartição. Outro órgão com funções parecidas foi criado em 1874 sob o nome de Registro Geral e Estatística das Terras Públicas, que pouco ou nada fez para justificar seu nome e logo foi extinto. Apenas em 1876 um órgão foi criado e perdurou até o final do Império: a Inspeção de Terras e Colonização.

Enfim, a Lei de Terras foi, em âmbito oficial, uma importante iniciativa para regulamentar a propriedade de terras no Brasil, que há muito tempo estava sendo baseada em relações de amizade e interesses. No entanto, não foi de imediato que as novas regras saíram do papel e entraram no dia-a-dia das pessoas de um território tão vasto e com cantos tão afastados dos olhos da justiça. Para entender melhor essas dificuldades de aplicação da lei é preciso analisar o processo que levou a ela e a situação da propriedade da terra antes dela.

2. A propriedade de terras no século XIX: o caso da Ilha de Santa Catarina.



Até 1822 a doação de sesmarias na Ilha de Santa Catarina e no continente fronteiro à Ilha se dava, preferencialmente, para lotes agrícolas nas diferentes freguesias. No ano de 1822, com a proibição da doação de terras sob designação de sesmarias, muitos habitantes da Ilha de Santa Catarina ficaram sem opção de posse. Em 1841, o presidente da Província Antero José Ferreira de Brito ainda apontava os transtornos causados por essa lei que prejudicava, ainda naquele momento, famílias de lavradores. Nas palavras de Brito, tanto “na Ilha como em todo o litoral do continente, vêm-se apinhados centenas de homens trabalhando a terço, e consumindo-se para tirarem a custo sua subsistência de terras já a muito esterilizadas” (BRITO, 1841: 9-10). Isso ao mesmo tempo em que se avistavam vastos terrenos férteis que não podiam ser roteados pela incerteza da posse legal no futuro. Essas incertezas, causadas pela proibição legal dessa prática no ano de 1822, não impediram que ocorressem ocupações, legalizadas posteriormente, e expansões de sesmarias já tidas por direito.

No entanto, a presidência da Província tinha, baseada na Legislação Provincial e na lei nº 11 de 1835 especificamente, ampla faculdade de conceder a empreendedores terras para a fundação de colônias, sendo também autorizada a fundação por conta do Governo da Província. As primeiras colônias da Província, criadas por essa lei, foram as das margens do Rio Itajay-mirim e do Rio Tijucas Grande no continente e os empreendedores responsáveis por elas eram *Wels Pedrick & Gonçalves* e *Demaria & Schutel*, respectivamente. Segundo a Presidência da Província, em 1841, depois desses últimos não houve mais interessados nesse tipo de empreendimento. Curiosamente, essa lei provincial, 13 anos após a proibição das sesmarias, atuava com regras muito semelhantes. As doações eram feitas na forma de grandes porções de terras a pessoas chamadas de empreendedores que, por sua vez, as dividiam em lotes para serem entregues às famílias de imigrantes com finalidade agrícola. As regras eram tão semelhantes ao sistema sesmarial que os lotes não distribuídos aos colonos, em um prazo de 4 anos, seriam considerados devolutos. Ainda referente a esse tema, em 1840 em seu relatório anual, o presidente da Província sugeria que a colônia deveria ter sempre terras medidas e demarcadas para serem dadas aos colonos que se apresentassem, sendo condição primordial para isso a exclusão absoluta de escravos. Até um cálculo foi feito para tal. Supondo uma comissão permanente medindo e demarcando terras, com 10 ou 15 homens empregados, e um oficial, seriam necessários até 3:000\$000 réis anuais para as despesas (ANDREA, 1840: 34).

Mesmo com essa lei, que de certo modo passava por cima da resolução 76 de 17 de julho de 1822, que extinguiu a doação de sesmarias no território do Brasil, a



formação de colônias não foi tão significativa até a metade do século XIX. Para agravar a situação e desestimular empreendedores, algumas colônias não prosperavam e sua população inicial diminuía. Além disso, os primeiros anos de criação não eram acompanhados por nenhum ‘fiscal’, o que só agravava as coisas, ainda de acordo com o presidente da Província (BRITO, 1841: 9-10).

Antes disso podem ser encontrados registros de sesmarias dos mais diversos na Ilha de Santa Catarina. No Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - APESC - foram consultados registros de 1796 a 1823, ou seja, um ano depois da proibição das doações. Anterior ao Período Imperial, os pedidos eram feitos ao Governador da Ilha que, em resposta, se positiva, redigia uma ‘carta de sesmaria’. É o caso de uma, datada de 18/04/1805, que estabelecia as marcações de uma nova sesmaria solicitada pelo Capitão Miguel Francisco da Costa, morador da Lagoa da Conceição. Segundo a carta, o capitão já estava de posse de 41 braças de terras de frente e 200 de fundo em um lugar chamado Rio Tavares, o qual solicitava legalização de posse; essas terras eram oficialmente devolutas. De acordo com o texto do Governador, o requerente queria que lhe concedessem “as mencionadas terras que se achavam devolutas nas frentes de outras que já poçuhia por compra” (CURADO, 1805). O requerente era apontado como apto para cultivar as terras.

Outra concessão atendida foi a do Capitão de Cavalaria Miliciano do Distrito da Freguesia da Lagoa ao Governador Dom Luiz Maurício da Silveira, que autorizava a doação mediante o seguinte pedido:

para seu melhor estabelecimento e suplemento de sua numerosa família me pedia que (...) lhe concedesse sessenta e quatro braças de terras de frente com sessenta e oito de fundo, pello lado Norte e sessenta pello Sul que se achavam devolutas no lugar denominado Caxoeira do Rio Tavares (SILVEIRA, 1807).

Todas essas concessões faziam referência à lei portuguesa de sesmarias do ano de 1747, que obrigava ao solicitante atendido a construção de caminhos e testada de pontes e estivas onde se fizesse necessário, além da proibição de repasse dessas terras para pessoa eclesiástica ou Religião – resquício, talvez, do acúmulo de bens dos jesuítas, verificado quando de sua expulsão do Brasil, bens dos quais foram espoliados – e reservar qualquer mina ou viveiro de qualquer metal e os paus reais para a Coroa.

A lei de 1747, especificamente para Santa Catarina, foi importante quando da vinda dos imigrantes açorianos em meados do século XVIII. Como todos esses casais tinham a promessa de ganhar um lote para instalarem-se, teoricamente, a lei das sesmarias oficializaria com mais praticidade essa posse, porém não foi o que aconteceu. Exemplo disso é uma solicitação de sesmaria do ano de 1810, feita por Francisco da Roxa Cota, morador da Vila de Desterro, em que o solicitante afirma que o pedido nada



mais era que a oficialização do lote ganho por seus pais, casal açoriano que chegou à ilha em 1753, e cuja posse ainda não era oficial. Segundo Francisco, seu falecido pai, Antonio Cota Vieira, foi um dos açorianos vindos para povoar a região e a ele foi concedido, pelo então governador Manoel Escudeiro Ferreira de Souza, o equivalente a $\frac{1}{4}$ de légua de terra em quadro para seu estabelecimento na Serraria da Freguesia de São José, tal lote havia sido “medido e demarcado em hum retângulo de trezentas braças de frente com mil oito centos setenta e cinco de fundo, pelo demarcador Antonio Gonçalves Pereira” (SILVEIRA, 1810).

A primeira concessão foi datada de 02/11/1753, a segunda de 08/11/1753, não havendo contestação pelos vizinhos. A posse foi ratificada em 1780, confirmada a primeira medição. A carta de sesmaria oficial ainda não havia sido redigida em 1810. Nesse ano, o presidente da Província, Dom Maurício da Silveira, concedeu

por Sesmaria, em nome de Sua Alteza Real, como o herdeiro de Antonio Cotta Vieira cazal do numero vindo para povoar esta ilha em observância da Real Ordem de nove de agosto de mil setecentos e quarenta e sete e do Real Decreto de vinte e dois de junho de mil oitocentos e oito ao mencionado Francisco da Roxa Cotta as contempladas trezentas braças de terra de frente com mil oitocentas setenta e cinco de fundo (SILVEIRA, 1810).

Todos esses conflitos relacionados à posse de terras e ao seu aproveitamento, bem como de seus recursos, no Brasil e na Ilha de Santa Catarina especificamente, merecem uma observação mais detalhada que possa lançar luz sobre pontos por tanto tempo turvos e ampliar as possibilidades de compreensão de suas causas e conseqüências. Considerar a transformação ambiental, o aproveitamento da ‘terra limpa’ e a produção agrícola como partes de um grupo de projetos e idéias de civilização que ultrapassaram as questões econômicas ou políticas que visavam à ocupação estratégica do território e a extração de recursos desse mesmo território é uma possibilidade. Penso que o entendimento dessas transformações locais como fazendo parte de um processo social e cultural, além de econômico e/ou político, amplia o entendimento da historia ilha. Certo é que tais transformações foram parte das causas e das conseqüências da colonização e dos ideais de progresso do período.

Esse ‘processo civilizador’ tinha a Europa como horizonte almejado, no entanto, a ‘modernidade’ não suplantou os recursos naturais brasileiros, ainda considerados nossa maior riqueza e dos quais se deveriam dispor com mais sabedoria, idéia recorrente entre intelectuais brasileiros desde o século XVIII (PÁDUA, 2002: 282). Isso vinha destacado em textos, leis e críticas ao mau aproveitamento dos recursos naturais brasileiros, prática que parecia ser uma repetição do exemplo europeu que, em decorrência do ‘apenas tirar da terra sem nada devolver’, provocou o que se entendia ser o esgotamento do solo e a carência de novas áreas virgens na Europa.



O paradigma de progresso passava, necessariamente, por transformações econômicas e sociais, aliás, era um progresso seletivo e voltava-se muito mais para a modernização do campo que da cidade ou da indústria. Nesse sentido, as questões ambientais raramente foram debatidas de forma individual, ao contrário, faziam parte de análises mais amplas, em que a agricultura, a política e as conseqüências econômicas destas davam o tom. Ainda segundo Pádua, “os problemas ambientais estavam inseridos no conjunto dos problemas estruturais que afetavam o país” (PÁDUA, 2002: 283).

O resultado desse processo interagiu com os ideais de colonização do reino português para a colônia, estritamente relacionado com a idéia de ocupação do território e crescimento, em busca do progresso almejado. A dinâmica relacional não pendeu totalmente para o ponto objetivado apesar de quase naturalmente ter ido nessa direção. O choque normal entre cultura e natureza - quando essas são tão diferentes como os imigrantes europeus e sua nova terra - não inibiu o avanço da primeira sobre a segunda e em algumas décadas transformou a paisagem da Ilha de Santa Catarina.

Para que esse novo código cultural/ambiental em comum (imigrantes europeus e terra americana) fosse construído foi necessária a elaboração de estratégias de dominação da natureza, essa dominação incluía várias etapas que iam desde a derrubada da floresta até a implementação da agricultura e a urbanização. Tais pontos mostraram que em nenhum momento a floresta e a agricultura estiveram isolados ou atuaram de forma independente, ao contrário, foram se construindo e transformando durante todo o século XIX em um mesmo e restrito espaço ilheo.

Fica assim atestada uma dinâmica sócio-ambiental muito mais complexa do que uma simples colonização e aproveitamento de recursos naturais, onde elementos humanos e naturais se interpenetram e se transformaram ao invés de se excluïrem,



possibilitando o surgimento de uma cultura local com novos hábitos, novas necessidades e novos lugares, integrados no tempo e no espaço.

3. A legislação florestal no Brasil e na Ilha de Santa Catarina.

No que concerne às leis de cunho florestal, o regimento do pau-brasil, de 1605, considerado a primeira lei desse gênero no Brasil, é uma espécie de primeiro vislumbre de clareza ambiental aplicado à colônia. A primeira vez, em cem anos de ocupação, que a natureza era percebida como esgotável e passível de extinção. Possivelmente muitas espécies haviam sido degradadas ou até extintas nesse mesmo período, mas é apenas quando o atingido é o produto que mais renda gerava ao reino até aquele momento, que medidas de controle passaram a fazer parte do horizonte desses legisladores portugueses.

O regimento era duro no que dizia respeito às punições aos infratores e seu texto era claro quanto à posse e utilização da espécie. O rei anunciava que:

Primeiramente Hei por bem, e Mando, que nenhuma pessoa possa cortar, nem mandar cortar o dito pau brasil, por si, ou seus escravos ou Feitores seus, sem expressa licença, ou escrito do Provedor mór de Minha Fazenda, de cada uma das Capitánias, em cujo distrito estiver a mata, em que se houver de cortar; e o que o contrário fizer encorrerá em pena de morte e confiscação de toda sua fazenda.³

O Regimento previa penas proporcionais para quem excedesse uma licença prévia concedida para o corte do pau-brasil. O excedente à licença seria sempre confiscado. Se passasse de 10 quintais, multa de cem cruzados. Acima de 50 quintais, sendo um peão, seria açoitado e degredado por 10 anos em Angola. Ultrapassando 100 quintais, a pessoa seria morta e perderia sua fazenda.⁴

Posterior a isso se passou por um processo mais efetivo de conhecimento dos recursos naturais do Brasil, iniciado pelo Marquês de Pombal em 1764, quando

³Regimento do pau-brasil. Elaborado por Francisco Ferreira e Subscrito pelo Secretario Pedro da Costa em nome de Sua Majestade Real, 1605. Disponível em: <http://www.sucatas.com/meioambiente.html>. Acesso em: 19 jan. 2006.

⁴Ibid.



indicou para a Universidade de Coimbra Domenico Vandelli, um doutor da Universidade de Pádua e correspondente de Lineu⁵. Pombal reforçou o currículo da universidade em 1772, abolindo a filosofia escolástica e substituindo-a pelas ciências. Vandelli formou uma geração de cientistas naturais, muitos deles brasileiros. Organizou o jardim botânico do palácio da Ajuda e fundou o museu de história natural, projetos nos quais Pombal tinha profundo interesse (DEAN, 1996: 135).

Após a morte de D. José em 1777 D. Maria assume o trono e Pombal abdica do cargo. A rainha permanece no posto até 1816, porém desde 1792 é considerada mentalmente instável e seu filho D. João assume os negócios de Estado. É em parte de seu governo que atuou como ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos de Portugal o cortesão e membro diplomado da Sociedade Lineana de Londres, Rodrigo de Souza Coutinho. Foi com ele, ou sob sua influência, que alguns decretos sobre território e recursos naturais do Brasil foram promulgados, entre eles, a carta régia de 1797, que foi uma medida mais efetiva no que tange a classificação, avaliação e mapeamento da flora brasileira. Até então, relatos e desenhos “eram esforços amadores que não contradizem a suposição de que as autoridades portuguesas, pelo menos em dois séculos e meio, não se preocuparam muito com a impressionante biota da esplêndida colônia que havia caído em suas mãos” (DEAN, 1996: 101).

Durante a atuação de Souza Coutinho como ministro, desencadeou-se uma série de medidas de estímulo e proteção a pesquisas e cientistas, brasileiros e estrangeiros, sobre a fauna e flora da colônia. Ordens como a compilação de uma flora do Império inteiro e a criação de uma editora especializada em traduzir e editar textos sobre agricultura tropical fizeram de Souza Coutinho um dos nomes importantes na tradição brasileira de pensamento e crítica ambiental, juntamente com Freire Alemão e José Bonifácio.⁶

O documento tratado aqui como Carta Régia de 1797 e que foi promulgado em 13 de março desse ano é uma carta assinada pela rainha D. Maria I, segundo Pádua, possivelmente influenciada por idéias de assessores como Souza Coutinho e José Bonifácio (PÁDUA, 2002: 60), onde declarava ser propriedade de sua “Real Coroa todas as matas e arvoredos que estão à borda da costa, ou de rios navegáveis” (SOUZA, 1934: 20-21). Por meio desse instrumento legal a Coroa requisitava a propriedade total,

⁵Carl von Linné, conhecido como Lineu, naturalista sueco nascido em 1707, conhecido como fundador da história natural moderna. Formado em medicina e com forte interesse em botânica, foi catedrático de botânica na Universidade de Uppsala e influenciou o mundo com seu sistema de agrupamento de espécies, em que atribuía um primeiro nome em latim, correspondente ao gênero, e um segundo, que indicava a espécie.

⁶Para saber mais sobre esse tema, ler PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição - pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.



não só das espécies de ‘madeiras de lei’, mas de todas as árvores existentes na faixa de 10 léguas (aproximadamente 66 quilômetros) da costa e das margens de “rios que desemboquem imediatamente no mar, e por onde em jangadas se possam conduzir as madeiras cortadas até as praias” (SOUZA, 1934: 21). Essa medida vinha em resposta à escassez de madeira adequada para construção naval ou, mais especificamente, pela atividade de extração das madeiras abundantes e de alta qualidade da costa brasileira ter sido mal administrada. Isso obrigou Portugal a importar madeira da Nova Inglaterra, especialmente, segundo Ferreira da Câmara, outro intelectual brasileiro discípulo de Vandelli, carvalhos da Pensilvânia ou ainda da Rússia e da Europa do Norte, apesar de ter o Brasil como colônia.

Esses últimos anos do século XVIII foram prolíficos em matéria de leis para a conservação das matas do Brasil. O enfoque continuava sendo preponderantemente utilitarista, mas novas idéias de preservação já começavam a surgir. É nesse período que se cria o cargo de Juiz Conservador, que era o aplicador das penas previstas em lei.

Também a chegada da família Real em 1808 teve conseqüências diretas sobre a questão das terras e das matas da então colônia. A primeira delas foi a criação do Jardim Botânico no Rio de Janeiro em 1808. Medidas administrativas como a datada de 9 de abril de 1809, que prometia liberdade aos escravos que denunciasses contrabandistas de pau-brasil ou como o decreto de 3 de agosto de 1817 que proibia o corte de árvores nas áreas que circundavam o rio da Carioca e no trajeto do aqueduto de Santa Teresa no Rio de Janeiro para preservar a água da cidade, foram algumas das intervenções diretas na preservação florestal do império, mesmo que tais atitudes viessem ao encontro apenas de uma necessidade de criar reservas para exploração futura e não de um ‘instinto’ preservacionista.

Pode-se concluir do exposto que a natureza ou tudo que não é produto direto da ação humana também tem influência nas decisões tomadas. O solo, o clima ou o fornecimento de água são alguns dos alicerces de uma sociedade e ela só se forma em locais onde esses itens são favoráveis ou, em contrário, quando existe tecnologia para adaptá-los. E tudo isso pôde ser percebido revendo e acrescentando opiniões a alguns tão ‘usados’ e citados documentos históricos como leis, mapas, correspondências e relatórios e olhando para o objeto sempre considerando a natureza e sua influencia direta e indireta na vida dos homens. Isso permitiu que fossem reconhecidas as diferentes respostas sociais e culturais em termos de adaptação e mudança ambiental na Ilha de Santa Catarina. Essa dinâmica sócio-ambiental é muito mais complexa do que a simples colonização e aproveitamento de recursos naturais; elementos humanos e naturais se interpenetram e se transformaram ao invés de se excluírem, possibilitando o



surgimento de uma cultura local com novos hábitos, novas necessidades e novos lugares, perfeitamente integrados no tempo e no espaço. Além disso, o olhar mais detalhado sobre a legislação em vigor e a que estava sendo elaborada demonstra o quanto as situações de momento – necessidade de aumento da produção, preservação das nascentes de rios ou madeiras importantes para a construção naval – foram condicionantes nas práticas legais brasileiras do século XIX. Também se percebe o quanto o ‘caminho’ percorrido por uma lei sofre alterações baseadas em novas interpretações e adaptações necessárias ou pretendidas por alguns grupos. O que permanece é a revelação de quanto uma lei, um decreto, um alvará tem de quem a elaborou – sociedade civil e/ou Estado - e nesse ‘estica-encolhe’ o quanto permaneceu ou se rompeu.

Referências Bibliográficas

- ANDREA, Francisco José de Souza Soares de. **Relatório** do Presidente da Província de Santa Catarina em 1840. Pesquisado em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd>. 08/03/07.
- BRASIL, Decreto 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Manda Executar a lei 601 de 1850. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, Tomo 17, parte 2ª, secção 6. Artigos 14, 15 e 16.
- BRASIL, Lei 601, de 18 de setembro de 1850. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, Tomo 11, parte 1ª, secção 44.
- BRITO, Antero Jozé Ferreira de. **Relatório** do Presidente da Província de Santa Catarina em 1841. Pesquisado em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd>. 08/03/07.
- CARTA RÉGIA de 13 de março de 1797, apud SOUZA, Paulo Ferreira de. **Legislação florestal**. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção, 1934. p. 20-21.
- CARVALHO, José Murilo de. **O teatro das sombras. A política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Histórica** - Revista Eletrônica do Estado de São Paulo. N.2, junho 2005.
- CESCO, Susana. **Desmatamento e Migração no Alto Vale do Rio do Peixe: discussões sobre “progresso” e transformação ambiental**. Florianópolis, 2005. Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina.
- CIRNE LIMA, Ruy. [1954]. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. Porto Alegre: Livraria Sulista, 1990.
- COUTINHO, João José. **Falla** do Presidente de Província dirigida à Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1º de março de 1851. Pesquisado em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd>. 08/03/07.
- CURADO, Joaquim Xavier. **Registro de uma Sesmaria do Capitão Miguel Francisco da Costa**. Acervo n. 1, Estante n. 8E. APESC., fl 145v. 18/04/1805.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.



- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FLEIUSS, Max. **História Administrativa do Brasil**. 2ª ed. São Paulo, Caieiras, Rio de Janeiro e Recife: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1925.
- FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em Nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Garamond, 1999.
- IANNI, Otávio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- MARX, Murillo. **Cidade no Brasil: Terra de Quem?** São Paulo: Edusp/Studio Nobel, 1991.
- MOTA, Maria Sarita Cristina. **Nas terras de Guaratiba. Uma aproximação histórico-jurídica às definições de posse e propriedade da terra no Brasil entre os séculos XVI-XIX**. Rio de Janeiro, 2009. Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- MOTTA, Márcia M. M. **Nas Fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro. Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.
- PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição - pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2002.
- SILVA, Lígia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio – efeitos da lei de 1850**. Campinas/São Paulo: Ed. da Unicamp, 1996.
- SILVEIRA, Dom Luiz Maurício da. **Registro de huma Concessão de Bernardo Francisco Tavares**, 1810. Acervo n. 1, estante 8E. APESC, fl. 128 verso.
- SILVEIRA, Dom Luiz Maurício da. **Registro de huma Sísma de Domingos José**, cazado, morador nesta Vila. Desterro, 1808. Acervo n. 1, estante 8E. APESC, fl. 152-153.
- SILVEIRA, Dom Luiz Maurício da. **Registro de huma Sísma do Capitão de Cavalaria Miliciano Miguel Francisco da Costa**. Acervo n. 1, estante 8E. APESC, fl. 50 e 51, 1807.
- SILVEIRA, Dom Luiz Maurício da. **Registro de Sesmaria de Francisco da Roxa Cotta**, morador nesta Vila de Desterro, 04/01/1810. Acervo n. 1, estante 8E. APESC, fl. 129.
- SILVEIRA, Dom Luiz Maurício. **Doação de sesmaria à João Prestes Barreto da Fontoura**. 30/04/1811. Acervo n. 1, estante 8E. APESC, fl. 161.
- SMITH, Roberto. **Propriedade privada e transição. Estudo da formação da terra e da transição para o capitalismo no Brasil**. 1ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.
- THOMPSON, E. P. **Senhores & Caçadores. As origens da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VARELA, Laura Beck. **Das sesmarias à propriedade moderna: um estudo de história do direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito no Brasil**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2002.



GT 11 - O Rural na história do Brasil

O BOI, O CAPIM E A CERCA
História ambiental da pecuária no Sertão Mineiro

Ricardo Ferreira Ribeiro¹

¹ Doutor em Agricultura e Sociedade/Professor Adjunto III/ PUC Minas (ricrib@pucminas.br ou ricrib@uai.com.br).

Resumo

A pecuária teve papel fundamental na colonização do Cerrado de Minas Gerais e se beneficiou dos recursos naturais desse bioma. O gado penetrou no Sertão Mineiro pelo Vale do São Francisco e foi se adaptando às pastagens naturais e a lamber o sal dos barreiros. A pecuária representava um manejo próprio do ambiente que incluía a queimada e a introdução de gramíneas africanas, mas, em geral, o gado, criado solto, demandava poucos cuidados e chegava ao estado semi-selvagem. O gado “curraleiro”, que, pela sua rusticidade, era o mais adaptado a essa paisagem, entrou em declínio com a importação de bovinos da Índia, iniciada no final do século XIX. A introdução dessas raças quase extinguiu o curraleiro e está relacionada ao interesse por bovinos capazes de rápido desenvolvimento e que produzissem maior volume de carne. Os criadores de zebu tentavam evitar os cruzamentos com os curraleiros, ocorridos nos campos abertos de uso comum, onde se misturavam tanto o gado dos fazendeiros, como aquele pertencente aos camponeses. Esse processo resultou também em importantes mudanças fundiárias e no começo do cercamento de terras de uso comum.

Palavras-chave: Pecuária; Sertão Mineiro; Curraleiro; Zebu; Pastagens.



As origens da pecuária bovina no Sertão Mineiro

Não haviam bovinos nas Américas antes da chegada dos colonizadores europeus no final do século XV e não há informações precisas sobre a data da sua entrada ao Brasil. As primeiras cabeças de gado foram trazidas das ilhas da costa ocidental da África (Madeira, Açores, Cabo Verde) ou mesmo de Portugal. “A dispersão do gado no território brasileiro foi feita a partir de três pontos: Bahia e Pernambuco, no Nordeste, e São Vicente, na costa paulista” (VALVERDE, 1985, p.196).

O gado de Pernambuco foi trazido por Duarte Coelho, primeiro donatário da capitania, na década de 1530, por ocasião da implantação da sua sede em Olinda (VALVERDE, 1985). Os bovinos seriam empregados como animais de carga nos engenhos de açúcar em implantação, segundo documentos históricos, datados de 1549, que revelam a autorização do Provedor-mor do pagamento “de cinco mil, e tantos reis, aos dois homens, que tres mezes amansaram, e ensinaram os novilhos d’El Rei Nosso Senhor”, (...) “e em que entraram quatro mil e duzentos reis, que custou um boi, que se comprou para El Rei Nosso Senhor, que morreu, e se não aproveitou por não prestar para nada” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1929, p. 303 e 299).

Gabriel Soares Sousa, *no Tratado descritivo do Brasil em 1587*, revela que: “As primeiras vacas que foram à Bahia levaram-nas de Cabo Verde e depois de Pernambuco” (SOUSA, 1971, p. 163), tendo sido introduzidas por Tomé de Souza, quando instalou a sede do Governo Geral em Salvador, no ano de 1549. “O português Garcia d’Ávila arrematou, em leilão, parte desse plantel e foi residir a uns 100 km ao norte daquela capital, em Tatuapara (atual Açú da Torre), dando início a uma linhagem de pastores — a Casa da Torre —, que dominou imensas extensões do vale do S. Francisco” (VALVERDE, 1985, p.196).

A região vai ser efetivamente ocupada a partir de meados do século XVII, quando as famílias baianas dos Garcia d’Ávila, da Casa da Torre, e dos Guedes de Brito, da Casa da Ponte, foram agraciadas com léguas e léguas de terra nos sertões daquele rio. O baiano Antônio Guedes de Brito recebeu, em 1671, a Patente de Mestre de Campo e a provisão de Regente do São Francisco por seus serviços à Coroa, ao desbaratar bandidos e índios que perturbavam as vilas daquela região. Sua atuação teria alcançado o território mineiro até os Vales do Jequitai e do Rio das Velhas



(VASCONCELOS, 1974), recebendo sesmarias que iam desde “o morro dos Chapéus até á nascença do Rio das Velhas, cento e sessenta legoas” (ANTONIL, 1923, p. 265).

Após sua morte e dispersão de sua gente, a região foi reocupada pelos que haviam refluído e, em 1692, outro potentado, o paulista Matias Cardoso de Almeida foi também encarregado pelo Governador-Geral e Arcebispo da Bahia, D. Manuel da Ressurreição, de restabelecer a ordem nos Sertões do São Francisco. Os índios vencidos foram empregados na construção de arraiais e formação de fazendas de gado, sendo partilhados entre seus companheiros. Dentre estes, destaca-se o Capitão Antônio Gonçalves Figueira, que “passou-se para o sertão do Rio Verde, onde fundou as fazendas de criar denominadas Jaíba, Olhos-d’Água e Montes Claros, hoje cidade” (VASCONCELOS, 1974, p. 113).

A ocupação do vale do São Francisco por fazendas de gado, no entanto, não deve ser atribuída apenas aos potentados paulistas ou baianos, mas parece também ter sido obra de anônimos homens pobres que iam se dispersando pelo sertão e ali se fixando. Os paulistas já há muito conheciam o caminho para aquela região, como prova um roteiro da terceira década do século XVII, baseado na relação dada pelo padre Pedro Domingues e feita pelo padre Antônio d’Araújo, com informações até a barra do Paracatu (COSTA FILHO, 1958). Pelo Caminho Geral do Sertão, em diversas empreitadas durante o século XVII, os paulistas alcançaram o Nordeste, utilizando-se do São Francisco como rota natural e aí se fixaram.

Os interessados em terras, em primeiro lugar, tinham que as ocupar, muitas vezes, expulsando índios ou quilombolas, aí estabelecendo roças, engenhos, bois, etc, para depois requererem a sua doação. “Os que tinham gado, escravatura ou camaradas, com pouca despesa, conseguiam vasta extensão de terra: apenas um requerimento e, mais tarde, para medir e demarcar a sesmaria, o que nem todos faziam, teriam que pagar ao Juiz de sesmaria, ao piloto e aos ‘homens da corda’” (BARBOSA, 1971, p.109/110). A Carta Régia de 1697 estabeleceu o padrão de três por uma légua, que perduraria largamente durante o período colonial (TEIXEIRA DA SILVA, 1997). Cabe ressaltar que a légua de sesmaria tinha 6.600 metros (COSTA FILHO, 1958, p. 113), portanto, essa doação seria de 13.068 hectares.

Os grandes criadores de gado possuíam vários vaqueiros a quem encarregavam de administrar suas fazendas, ajudados pela família e também por alguns escravos, pois não podiam contar com outra mão-de-obra naquele sertão, ainda pouco



habitado pelos colonizadores. José Viera Couto observava, em 1801, que em “todo o sertão, pagam os donos das fazendas, de 4 cabeças, uma aos chamados Amos, que são aqueles que administram a mesma fazenda, andam continuamente no campo, vigiam o gado dos bichos ferozes e cuidam em tudo que diz respeito às criações” (COUTO, 1905, p. 118). Os cuidados exigidos pelo gado que é criado solto são pequenos: “Durante uma parte do ano os vaqueiros se limitam a ir de tempos em tempos aos pastos, e a verificar se não falta alguma rês, ou se há doentes ou feridas. Na época em que as vacas têm crias, os cuidados dos vaqueiros tornam-se mais necessários, e então vistoriam diariamente o rebanho” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 313).

O botânico francês também relatou várias formas de manejo do gado e das pastagens: “Durante a estação seca, o gado refugia-se dentro das matas; mas pelo mês de setembro ateia-se fogo às pastagens, uma relva tenra brota dentro em pouco tempo, e então, as vacas saindo de seu esconderijo vão pastar a erva nova” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 313). Em vários lugares do Sertão Mineiro, as pastagens nativas do Cerrado, podem se combinar com a presença de sal na terra, configurando os chamados “pastos salitrosos” do Vale São Francisco (VASCONCELOS, 1994):

O que torna muito preciosos os terrenos salitrados do sertão, é que eles substituem, para o gado, o sal que se é forçado a dar aos animais nas outras zonas da Província de Minas e na de S. Paulo. A essa vantagem a região acrescenta ainda, como já vimos, a de possuir pastagens imensas; por isso os gados bovino e cavalari podem ser considerados como sua principal riqueza (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 313).

A presença desse recurso natural no Sertão da Comarca do Rio das Velhas (Sabará) representava um diferencial econômico tão significativo, que o governador de Minas, o Conde de Valadares, chegou a sugerir ao Marquês de Pombal, em 1771, que, ali, os Direitos de Entradas poderiam ser integrais, enquanto na Comarca do Rio das Mortes, onde até então não eram cobrados, eles deveriam ser menores, devido à ausência de barreiros nesta:

Hé sem duvida conveniente aos Reaes interesses de Sua Magestade que estes gados do referido Certam da Comarca do Rio das Mortes paguem os mencionados Direitos como costumam os da Comarca do Sabará: atendendo porem as mayores despezas que os gados daquela Comarca fazem A seus donos por nam serem os pastos salitrados, e por esta razam elles obrigados a darem-lhes o sál, o que tambem não sucede na Comarca do Sabará, devem pagar menos. (AHU - cx 100, doc. 21).

A expansão da pecuária foi tal que, em 1736, Martinho de Mendonça, dirigindo-se ao vice-rei, Conde de Galvêas, informava que “o distrito do Sertão lucrava todos os anos mais de um milhão, *‘no aumento dos gados que nele se [engordavam]’*”.



Passavam de vinte mil as reses que nele nasciam, ‘*governando-se as fazendas com pouquíssimos escravos*’ ” (ANASTASIA, 1998, p. 77). Com aumento das fazendas pelo Sertão e outras regiões da capitania, em 1765, não só estava garantido o abastecimento das vilas da capitania, mas Minas também exportava gado para o Rio de Janeiro.

Essa expansão da pecuária pelo Sertão Mineiro será analisada aqui, a partir de fontes históricas e bibliográficas, discutindo, em especial, as transformações ocorridas ao longo do século XX, considerando três aspectos fundamentais dessa atividade: as raças bovinas, as espécies empregadas como pastagem e as formas de apropriação das terras, utilizando-se diferentes tipos de cerca.

O boi: do curraleiro ao zebu

Os bovinos oriundos da Península Ibérica, durante o período colonial, deram origem a várias raças “crioulas” ou “nacionais”, que tiveram como ancestrais os baio-avermelhados de Portugal das raças Barrosã, Mirandesa, Minhota, Alentejana e Arouquesa.

Assim, quase sem interferência humana, e contando basicamente com as benesses da terra, o gado de diferentes origens aqui prosperou, amoldando-se aos diversos ecossistemas tropicais. As diferenças de tamanho, proporcionalidade e comportamento que surgiram durante o processo de adaptação, e foram se perpetuando por várias gerações, acabaram por configurar as diferentes raças brasileiras. Esse processo espontâneo, que ocorreu pela seleção natural, em que sobreviveram os indivíduos mais adaptados aos diversos ambientes, fez surgir animais tão resistentes quanto pouco exigentes (MARIANTE; CAVALCANTE, 2006, p.76).

A importância dessa origem está presente no gado mineiro, ainda no início do século XX. O Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas, órgão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, realizou entre abril de 1910 e novembro de 1913, “Questionários sobre as condições da agricultura dos 176 municípios de Minas Geraes”, onde foram levantadas informações detalhadas sobre a agropecuária de todo o estado, incluindo as raças de gado aí encontradas. Do total, apenas quatro municípios não apresentaram pelo menos uma das seguintes denominações que caracterizam aquela sua origem: “caracu” (122 municípios), “comum” (72), “creoula” (28) e “curraleira” (18) (BRASIL, 1918). Essa se destaca como o gado “típico dos sertões do Brasil” (MARIANTE; CAVALCANTE, 2006, p.76) e, naquele levantamento, estava presente, em especial, nos municípios do Centro-Oeste e Norte de Minas. No Sertão Mineiro, representa o gado tradicional, designado também como “pé-duro”, ou “comum”, mais do que se referir a uma raça de traços bem definidos, expressam a origem local do gado



em oposição a outros de introdução mais recente. “‘Curraleiro’ é expressão que serve, indistintamente, para designar os animais crioulos, de qualquer espécie, como cavalos, bois, bodes, carneiros e galinhas” (ENGENHEIROS E ECONOMISTAS CONSULTORES, 1957, p. 46). Alguns autores apontam-no como resultado da união do Alentejano com o Galego ou Minhoto, mas várias fontes concordam sobre sua origem como descendente direto do gado da raça Mirandesa ainda encontrada na região de Trás-os-Montes, Portugal (MARIANTE; CAVALCANTE, 2006) e em particular da variedade Beiroa, que também se encontra na Espanha, na província de Leon (ATHANASSOF, 1947). “Criados em regime superextensivo, sem cuidados sanitários e sob condições de alimentação escassa e de má qualidade, os Curraleiros são animais extremamente rústicos e bem adaptados a ambientes desfavoráveis, como as chapadas semi-áridas do Nordeste brasileiro” (MARIANTE; CAVALCANTE, 2006, p.139).

Essas condições adversas teriam contribuído para porte pequeno do curraleiro, que teria o “tamanho médio, regulando a altura na cernelha de 120 a 135 cm. O pêso vivo das vacas regula 350 a 400 quilos e dos touros 450 a 550 quilos (ATHANASSOF, 1947, p. 201). Em estudo, realizado pela EMBRAPA, acerca do bovino pantaneiro, são indicados como fatores que contribuíram para retardar o crescimento do gado europeu no Brasil: as doenças infecciosas e parasitárias, a alimentação desbalanceada com alta presença de fibras e baixo teor nutritivo e o clima quente. Devido a esse último fator, os bovinos de raças européias tornam-se mais baixos, largos, grossos e curtos ao longo das gerações. “Parece ser uma tendência de se aproximar da forma de cubo para aumentar a superfície em relação ao volume, ficando assim com maior capacidade de perder calor” (MAZZA et al., 1994, p. 33).

O engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld (1797-1893), em sua viagem pelo Rio São Francisco, em 1852, é o primeiro a mencionar nominalmente esse gado em Minas Gerais, quando descreve o comércio do Porto do Salgado, atual Januária, destacando a venda de couros curtidos e crus de gado vaccum, mas a de animais vivos considera pouco expressiva, “sendo o preço de uma rez gorda, da raça curralleira, que é pequena 14\$000 a 16\$000” (HALFELD, 1994, p.10). O explorador inglês Richard Francis Burton (1821-1890), 15 anos mais tarde, na mesma



cidade, informa valores ainda menores: “a carne é escassa, e a vaca, da pequena raça curraleira, que dá boa carne, vale de 8\$000 a 10\$000” (BURTON, 1977, p. 213)².

O gado curraleiro, durante o período colonial e o século XIX, abrangia grandes áreas de criação tanto do Brasil Central como do Nordeste, embora apresentasse variações físicas e na sua denominação. Nas primeiras décadas do século XX, surge um forte debate em torno dos rumos da pecuária nacional e, em especial, sobre quais seriam as raças mais indicadas para o seu desenvolvimento. O produtor e estudioso da pecuária mundial Eduardo Cotrim, um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Agricultura, em seu livro "A fazenda moderna: guia do criador de gado bovino no Brasil", publicado em 1913, não observa, no gado curraleiro, as melhores qualidades, seja como animal de serviço, de corte ou na produção leiteira. Embora considere que os “bois curraleiros são geralmente muito rústicos e bons para o trabalho”, destaca também a sua “índole selvagem e a negação ao amansamento”. Observa que “o gado curraleiro pode ser invernado dando novilhos bem carnudos, mas de pouco peso devido a exiguidade do seu tamanho” e conclui dizendo que “como leiteiras, as vaccas curraleiras não oferecem interesse” (COTRIM, 1913, p. 140/141). Apresenta-se francamente favorável à importação de várias raças de origem europeia e considera que a introdução do zebu como prejudicial à pecuária brasileira.

Urbino de Sousa Vianna, ao contrário de Eduardo Cotrim, é um defensor do curraleiro, escrevendo, em 1927, um pequeno estudo “Sobre o gado curraleiro, notas históricas, informações e dados para conhecimento e estudo das raças formadoras dos nossos bovinos”. Considera que esse gado é “a ‘matriz do caracú’, aliás o mesmo curraleiro das zonas pastoris de boas pastagens e mais cuidada criação”. Depois de vários argumentos, conclui que é “um gado possuidor de qualidades capazes de ser desenvolvidas e aperfeiçoadas, sobresahindo-lhe resistencia e mansidão, além da superioridade da carne — que é inexcedível — e dos bons serviços que presta de excelente motor”. Também aponta o fato de “possuir leite superior no gosto e riqueza butyrosa, embora de pequena produção; podendo, pelos processos zootécnicos, fazela aumentar grandemente” (VIANNA, 1927, p. 40). Ele pretendia que o curraleiro servisse “de base para o melhoramento por selecção ou cruzamento, devendo ser as

² Burton informa que as mulas valiam bem mais: “as nativas custam 30\$000 e as que vêm da Província do Rio Grande do Sul, passando por Sorocaba e São Paulo, em uma viagem de dois anos, valem de 50\$000 a 60\$000.



raças escolhidas para esse fim, de procedência suíça (schwitz brune) ou Limousine (R. Aquitania), Devon, Jersey e outras (...). Esclarece, que “embora o primeiro meio seja mais seguro e garantido, apesar de mais demorado, deve-se ensaiar o segundo” (VIANNA, 1916, p. 215).

Ele concorda, no entanto, com Cotrim nas suas críticas ao gado zebu, considerado como “destestável producto introduzido pela ignorância e mantido pela ganância comercial” (VIANNA, 1916, p. 215). Na sua *Monographia Histórica de Montes Claros*, datada de 1916, ele já constatava que o “Zebú, infelizmente, invadiu o município pela péssima orientação que a indústria tomou desde o seu princípio; porém como os reprodutores introduzidos foram meio sangue, a degeneração veio mais rápida que deveria, e o descredito da raça fez-se por si mesma” (VIANNA, 1916, p. 235).

Muitos foram os críticos da entrada desse gado no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, mas esse processo de importação de bovinos da Índia (*Bos taurus indicus*) se iniciou ainda no final do anterior, como aponta Orlando Valverde:

A introdução de raças zebuínas no Brasil Central principiou em 1875, por iniciativa de fazendeiros do Triângulo Mineiro e do Sul de Goiás. Entre elas predominam, em ordem crescente de importância: o guzerá, o gir e o nelore. Aí, foi o gado selecionado (criando-se um tipo considerado por alguns como raça nova: o indubrasil ou induberaba), tornando-se muito superior ao gado da Índia, pois nesse país não há seleção, visto que os bovinos não têm valor comercial (VALVERDE, 1985, p. 204/205).

Em poucas décadas, aquela região, em particular a cidade de Uberaba, tornou-se o centro irradiador do gado zebu para todo o Brasil. Em 1913, o município exportava “anualmente 10.000 cabeças reprodutores para os Estados de Goyaz, Matto Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catharina, Bahia, Sergipe e ultimamente para o Pará e para outros municípios mineiros”, (BRASIL, 1918, p.498), alcançando 126 deles, como informa o levantamento citado, realizado pelo Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas. Essa importação foi mais uma iniciativa dos grandes produtores de Uberaba e de outras regiões do que uma política pública voltada para o melhoramento do rebanho bovino. Ao contrário, como observa Orlando Valverde, a “atitude dos fazendeiros triangulinos venceu a oposição acirrada de agrônomos e veterinários teóricos, especialmente do Ministério da Agricultura” (VALVERDE, 1985, p. 205).

José Mendonça, em “História de Uberaba” destaca que o zebu sofreu, naquele momento, “uma dura e severa campanha”, dirigida, principalmente, pelo “ilustre Sr. Dr. Luís Pereira Barreto, homem de justo prestígio nos meios intelectuais e científicos de nossa pátria, médico, filósofo positivista e sociólogo. Pela imprensa e pelo



tribunal, em discursos e conferências, levou ao extremo a luta contra o gado indiano”. Afirmava que “o zebu não possui valor econômico, pois, sua carne é dura, não é gado leiteiro (sua produção de leite é inferior à das raças européias), e é um animal rude e selvagem. Além disso, tem carne almiscarada”. Essa campanha teria influenciado “numerosos fazendeiros e mesmo as esferas governamentais do país” (MENDONÇA, 1974, p. 152), a ponto desse gado não ser aceito em algumas exposições.

Esse debate, em alguns momentos, sai da esfera zootécnica, para ganhar aspectos políticos e culturais: Álvaro da Silveira, em 1922, considerava que se tratava de um preconceito contra o gado indiano, pois “fosse o zebu europeu e, certamente, seria menor a grita iníqua a seu respeito” (SILVEIRA, 1922, p.427). Ezequiel Ubatuba, em 1916, concordando com ele, em conferência na Sociedade Nacional da Agricultura, sugestivamente intitulada “O Sertão e a pecuária - papel economico do gado zebu”, fala de “ódio contra essa pobre raça” e compara-a com o caboclo e com o negro que fizeram a “monumental obra da derrubada das mattas, onde hoje se perdem de vista os mares verdes de café, que nos enriquecem”:

O gado zebú é entre os gados o que o pobre negro foi entre os homens: *“pau para toda obra”*.

O zebú vai na frente, embrenha-se no carrascal, na catinga, no macegal, nos capões, nos mattos, nas florestas, perde-se nos banhados, nos brejos, nos desvãos e reaparece adiante, forte, sadio, alegre sem uma diminuição! (UBATUBA, 1916, p. 41).

A argumentação dos defensores do zebú assentava-se, no entanto, nos aspectos econômicos da questão. O cientista mineiro Álvaro da Silveira respondia, em 1922, as críticas do colega paulista, apelando para os aspectos práticos da pecuária:

Não sei si o dr. Barreto é fazendeiro creador ou si, como eu, discute estas questões arredado do campo em que se fere a lucta real da producção, e onde, em vez de penna, tinta e papel, se deverão empregar, como armas, o mercúrio contra as bicheiras, a vaccina contra o carbúnculo, os purgantes de sal de glauber e o enxofre misturado no fubá, emfim, esses mil e um conhecimentos que não despertam a attenção dos grandes homens, mas que constituem, de facto, os agentes decisivos da producção; si é creador, deveria dar alguma razão aos seus collegas mineiros por escolherem estes um meio mais commodo e mais rendoso no exercício da sua profissão (SILVEIRA, 1922, p. 429).

Ezequiel Ubatuba apontava, em 1916, que a sua grande defesa do zebu estava baseada na necessidade de incrementar a pecuária de corte para permitir a exportação de carne para a Europa, então assolada pela I Guerra Mundial. Buscava, como os criadores do Triângulo, uma raça bovina capaz de contribuir para o melhoramento do rebanho nacional, mas com possibilidade de se adaptar às condições



naturais do Cerrado e por isso criticava o seu cruzamento com “raças finas e aristocráticas”, como as sugeridas por Eduardo Cotrim e Urbino Vianna, e que estavam já presentes, em 1913, em vários municípios mineiros, especialmente aqueles voltados para a produção leiteira, como no Sul do estado (BRASIL, 1918).

Concordando com Ezequiel Ubatuba, Álvaro da Silveira destacava, em 1922, as vantagens da introdução dos bovinos da Índia: “Os mestiços zebú criam-se mais facilmente em pastos de reconhecida pobreza em plantas forrageiras; a sua carne dá mais dinheiro, em igualdade de condições; o seu peso atinge proporções realmente colossais” (SILVEIRA, 1922, p. 427).

O capim: o tráfico verde da África para Brasil

Os mestiços do gado zebu, sem dúvida, possuem, em comparação com outras raças, melhor capacidade de adaptação à vegetação do Sertão Mineiro: em estudo realizado pela EPAMIG sobre a *Dieta de Novilhos em Pastagem Nativa do Cerrado*, foram identificadas 83 espécies selecionadas por bovinos fistulados, incluindo folhas, frutos e caules de árvores, arbustos, subarbustos e ervas (MACEDO, 1978), mas esse número pode ser seguramente ampliado. Os defensores do zebu, no entanto, reconhecem a importância de bons pastos para o seu rápido crescimento e citam exemplos de sucesso na engorda daquele gado usando boas pastagens: um “estancieiro do município de Araxá fez idêntica experiência e simples mestiços de meio-sangue ao serem internados deram 518 e 519 kilos, aos três anos; na engorda de jaraguá e catingueiro, quatro meses depois tinham, respectivamente, 571 e 574 kilos de peso vivo” (UBATUBA, 1916, p. 34).

Essas duas espécies de capim foram as mais lembradas no levantamento já citado, realizado pelo Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas, entre 1910 e 1913: o “capim-meloso”, “gordura” ou “catingueiro” (*Melinis minutiflora*) foi mencionado em 133 municípios e o “jaraguá” ou “provisório” (*Hyparrhenia rufa*), em 76, de um total de 176 (BRASIL, 1918). Essas gramíneas de origem africana são destacadas, em vários desses municípios como exemplo de pastagens artificiais, em oposição ao “capim-amargoso” (*Digitaria insularis*), “capim-redondo” (*Trachypogon polymorphus*), “capim-flecha” (*Tristachya leiostachya*) e o “capim-lanceta” (*Ichyanthus procurrens*), apresentados como nativos.

(...) o capim-gordura ou meloso (*Melinis minutiflora*, Beauv.) foi introduzido no Brasil antes de 1812; o capim-colômbio (*Panicum maximum*, Jacq.) aqui



chegou antes de 1820; o capim-angola (*Brachiaria mutica*, (Forsk.) Stapf) veio antes de 1823, e o capim-jaraguá (*Hyparrhenia rufa*, (Nees) Stapf) já se encontrava aqui em 1829 (VALVERDE, 1985, p. 202).

Há dúvidas se essa introdução foi obra do acaso ou teria sido resultado da ação intencional de alguns indivíduos que perceberam sua capacidade de sustentar grandes mamíferos nativos daquele continente e seria, assim, parte do intercâmbio entre o Brasil e a África, com um intenso comércio de escravos e várias mercadorias, onde muitas espécies acabaram por atravessar o Atlântico nos dois sentidos:

A data de introdução da espécie *Panicum maximum* Jacq. no Brasil não é bem conhecida. Vários autores sugerem que ela aconteceu através de importação de escravos africanos, nas camas usadas nos navios que os traziam, estabelecendo-se naturalmente nos lugares onde esses navios eram descarregados (Parsons, 1972). Posteriormente, o vento, os pássaros e o homem se encarregavam de sua disseminação (Herling *et al.*, 2001). Uma vez no Brasil, se espalhou e se adaptou tão bem, que hoje é considerado nativo em muitas regiões do país (ARAÚJO *et al.*, 2008, p. 65).

O botânico francês Saint-Hilaire, em visita a Minas Gerais, em 1817, observa que segundo informações por ele obtidas, o “capim-gordura” teria sido trazido, 50 anos antes, por “um religioso que, no intento de prestar um serviço ao país para lá levou essa gramínea como forragem, e acrescentam que foi, por muito tempo, denominada *capim de Frei Luís*, do nome desse religioso” (SAINT-HILAIRE, 1975, p.91). Outro viajante europeu, Gardner, constatou, 20 anos depois, sua proliferação pelo interior de Minas e, assim como o próprio Saint-Hilaire, apoiava outra possibilidade para sua expansão: “as sementes foram evidentemente trazidas desta região [leste de Minas] pelos tropeiros que por lá passam para Goiás” (GARDNER, 1975, p. 215). As queimadas e os cultivos sucessivos contribuíam para a expansão do capim-gordura por áreas degradadas, embora comentando que no Sertão ainda era muito menor a sua proliferação em relação ao leste da capitania, Saint-Hilaire observou já a sua presença também naquela região.

Uma segunda leva de pastagens africanas é bem mais tardia, ou seja, do período de entreguerras do século XX, coeva portanto do surto pastoril do Planalto Central. Foram então introduzidos: o capim-elefante ou napier (*Pennisetum purpureum*, Schumach.), pela primeira vez identificado no Brasil em 1920; capim-kikuyu (*Pennisetum clandestinum*, Höchst), que talvez tenha chegado em 1923, e o pangola (*Digitaria de cumbens*, Stent.), mais tardio, vindo para o Brasil depois de 1955 (VALVERDE, 1985, p. 202/203).

A Seção de Agrostologia e Alimentação dos Animais do Ministério da Agricultura, através do seu campo em Deodoro, no Rio de Janeiro, contribuiu para a experimentação e difusão dessas espécies entre fazendeiros de vários estados brasileiros nos anos 1920 e seguintes (OTERO, 1961). O Governo Mineiro, em especial na gestão



do Presidente Fernando de Mello Vianna (1924-1926), também atuou no incentivo à melhoria de pastagens, conforme expõe obra por ele subvencionada:

Continúa a ser feita com solicitude a propaganda das forragens mais estimadas.

O governo tem facilitado aos criadores a aquisição de boas sementes de capim e outras forragens para a formação de pastagens artificiaes, hoje indispensaveis em toda fazenda de criação. Assim é que, em 1924, foram distribuidos 35.674 kilos de semenites de capim gordura roxo e jaraguá e 16.200 kilos de sementes de alfafa parte gratuitamente e parte por venda (SILVEIRA, 1926, p.332).

Experimentos exitosos com essa leguminosa foram desenvolvidos, no início do século XX, em Pedro Leopoldo e no campo de experiências e fazenda-modelo da Gamelleira, em Belo Horizonte (JACOB, 1911). Eduardo Cotrim, em 1913, afirmava que: “Dentre as plantas que produzem feno e que são cultivadas especialmente para isso, nenhuma apresenta maior interesse do que a *alfafa*, *luzerna* ou *medicago sativa*” (COTRIM, 1913, p. 113). Ela é originária do sudoeste da Ásia, foi primeiro cultivada na Pérsia, de onde foi levada para a Grécia e, mais tarde, introduzida na Itália e Espanha, pelos mouros. Seu nome em árabe significa “o melhor alimento”, sendo considerada a “rainha das plantas forrageiras”, pelo conjunto de qualidades que a distinguem das demais, no entanto, sua introdução e de outras plantas estrangeiras, no Brasil, assim como de várias espécies de bovídeos, foi também criticada por alguns. Joaquim Carlos Travassos, em “Monographias Agricolas”, de 1903, concluía que:

Foi sómente depois de perseverantes trabalhos sobre todas essas forragens exóticas e do estudo comparativo com as forragens nacionaes, que comprehendemos que estavamos na posição do *rico*, do *millionario*, estendendo a mão ao pobre, pedindo-lhe esmolas, porém a mania que está em nós brasileiros, de supormos que tudo que possuímos não presta, e que só é bom o que vem do estrangeiro, foi o que nos levou a esses estudos, que não foram perdidos (TRAVASSOS, 1903, p. 51).

Esse autor, assim como vários outros do período, considera que, ao lado da preocupação com as “forragens apropriadas ao clima”, é importante cuidar das divisões e subdivisões dos prados ou campos, por meio de cercas, como “medida indispensável para multiplicar a producção do gado, conservar os mesmos em bom estado e deixar o criador previnido contra os inesperados flagellos das seccas” (TRAVASSOS, 1903, p. 107).

A cerca: da proteção da lavoura à garantia da propriedade

As cercas, tradicionalmente, no Brasil, como em outras partes do mundo, visavam proteger as áreas de cultura da entrada de herbívoros, entre eles, os próprios



bovinos. Assim, aproveitando parte das árvores provenientes da derrubada das matas, as lavouras eram cercadas de madeira, em diferentes formatos, mas podiam também ser circundadas por valos, muros de pedra, cercas vivas (sebes) e, mais recentemente, por arame liso ou farpado (ATHANASSOF, 1947). Esse foi inventado, em 1873, e patenteado, no ano seguinte, no estado de Illinois, nos Estados Unidos (BURLINGAME, 1942), rapidamente se difundindo por vários países. Joaquim Carlos Travassos, em 1903, considerava, como antes já haviam feito criadores americanos, que as cercas de arame farpado eram a “mais diabólica das invenções”, pois provocavam ferimentos no gado e conclui: “Não ha quem não tenha se arrependido de tel-as empregado, devido aos prejuízos causados” (TRAVASSOS, 1903, p. 108).

Não é bem isso que mostram os dados: já em 1901, o Brasil importou 9.457 toneladas de arame, montante que, em 23 anos, somou 537.468 toneladas, o que poderia permitir a construção de mais de 13 mil quilômetros de cercas. A grande expansão no uso desse recurso pode ser explicada por várias transformações ocorridas nas primeiras décadas do século XX. Em primeiro lugar, cabe destacar toda a legislação das terras devolutas que passa, a partir da República, para a gestão dos governos estaduais, que organizam seus órgãos próprios com a função de gerir a sua medição, demarcação, concessão e venda a particulares.

A grande maioria das terras do estado, em especial no Sertão Mineiro, não possuíam documentação legal, ou, quando essa existia, restringia-se a uma pequena parte, em geral, as áreas de lavoura, enquanto as áreas de campo e matas, sem cercas, permaneciam em uso comum, seja por fazendeiros ou pequenos sitiantes. Esses, ao procurarem regularizar suas as terras, tinham que arcar com as despesas de medição e demarcação e, assim, “para terem diminuídas as despesas, pediam aos agrimensores que lhes diminuíssem as terras, com o que davam ensejo a que aqueles aumentassem as suas. (...) Por isso que, nas décadas de 1920/40, divisões e mais divisões foram promovidas em toda a região norte-mineira” (CABRAL, 1985, p. 46).

Os camponeses também se viram prejudicados pelo Código Civil, Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, e suas adequações posteriores, que definiam no seu art. 588, § 3º: “A obrigação de cercar as propriedades para deter nos seus limites aves domésticas e animais, tais como cabritos, porcos e carneiros, que exigem tapumes especiais, cabe exclusivamente aos proprietários e detentores”. Conhecida como “lei dos quatro fios”, determinava, no seu parágrafo anterior, que a separação dos terrenos



deveria impedir apenas a “passagem de animais de grande porte, como sejam gado vacum, cavalari e muar”, isto é, os camponeses, criadores de pequenos animais, deveriam mantê-los presos, enquanto os fazendeiros podiam reter seu gado usando apenas cercas de arame.

Essas também deviam impedir o acesso do seu gado aos “campos hervados”, existentes, em diferentes graus, em 40% dos municípios mineiros (71), conforme o questionário realizado pelo Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas, entre 1910 e 1913 (BRASIL, 1918). O arame era igualmente importante para cercar os “pastos formados”, que deveriam assegurar um rápido crescimento do seu rebanho, melhorado com os cruzamentos com as raças zebuínas. A introdução dessas só era capaz de produzir bovinos de maior porte através de cruzamentos com o gado crioulo, pois, como já afirmava Álvaro da Silveira, em 1922, “o zebu, reproduzindo com seus próprios descendentes, dá uma geração que definha sem cessar até adquirir o tamanho de cabrito” (SILVEIRA, 1922, p. 420). Esse era um dos motivos apresentados pelos críticos da introdução de bovinos da Índia no Brasil, pois os ganhos iniciais da mistura de raças, devido à manifestação da heterose, se perdem como o tempo, como explica o estudo da EMBRAPA já citado:

Em geral, a expressão fenotípica da prole mestiça será tanto mais intensa quanto maiores forem as diferenças entre os indivíduos acasalados. Sendo assim, é de se esperar a ocorrência de maior vigor híbrido em progênes oriundas de acasalamento de bovinos europeus (*Bos taurus taurus*) e indianos (*Bos taurus indicus*), do que nos cruzamentos entre representantes da mesma raça.

Os significativos efeitos da heterose e da complementaridade de atributos raciais se manifestam nas primeiras e segundas gerações de cruzamentos dos crioulos (*Bos taurus taurus*) com os zebuínos (*Bos taurus indicus*), nas regiões tropicais da América Latina. Geralmente, esses efeitos são perdidos ao longo do tempo pelo cruzamento indiscriminado com o Zebu, sem um plano sistemático de melhoramento - o que reduz o valor da heterose, além de não ser praticada nenhuma seleção e/ou aproveitamento das combinações genéticas (...) (MAZZA et al, 1994, p. 41/42).

A perpetuação do curraleiro e outras raças tradicionais, nessa perspectiva, não só era desvantajosa economicamente para os criadores que haviam introduzido o gado zebuínio, como se constituía em um obstáculo ao seu projeto de melhoramento do rebanho através do cruzamento. Esses criadores tentavam evitar os cruzamentos indesejáveis com os machos curraleiros, ocorridos nos campos abertos de uso comum. Nessas áreas, se misturavam tanto o gado dos fazendeiros mais abastados, como aquele pertencente aos camponeses e a “perseguição” ao curraleiro afetava,



sobretudo, aos últimos. Essa preocupação com os cruzamentos indesejáveis já era manifestada, em 1916, pelo Dr. Ezequiel Ubatuba, na sua defesa do gado da Índia:

(...) a degenerescencia não tem por causa única, quando ella se dá no zebú, como qualquer outra raça, o emprego do mestiço.

A falta de elementos preponderantes em qualquer criação concorrem em grande parte para esse mal, facil de evitar.

Entre elles avulta o das criações em commum nos campos inteiramente abertos, com grave prejuizo para os animaes e para os criadores.

E a razão é o exorbitante preço por que no sertão fica o arame para cercas, custando quasi três vezes mais do que o seu real valor intrinseco (UBATUBA, 1916, p. 45)³.

Francisco Fortes de Pinho, 41 anos mais tarde, em seu livro “As cercas”, ainda se indignava com o alto custo do arame:

Apenas cabe-nos referir que, no Brasil Central, um rôlo de arame farpado, com 400 metros, é vendido a Cr\$ 420,00.

Mais de Cr\$ 1,00 o metro!

Considerando-se, sobretudo, se fazem necessárias cercas de 10 a 12 fios, para animais de pequeno porte, poderemos deduzir quão elevadas seriam as cifras alcançadas em metros de arame, e seu correspondente em dinheiro (PINHO, 1957, p.9).

Esse tipo de cerca, utilizada por criadores de pequenos animais, tornava proibitiva essa atividade e reforçava a idéia de exclusão do seu emprego pelos camponeses seja para cercar seu rebanho, seja para garantir a propriedade de suas terras. Essas mudanças foram ocorrendo, variando em cada uma das regiões do Sertão Mineiro e do Brasil, ao longo do século XX, alterando não só as raças de bovinos ali criadas e o sistema de manejo do gado, mas também a organização fundiária e a forma como essa atividade se apropriava do Cerrado. A criação “em campos abertos”, conhecida como “solta”, “larga” ou “largueza” era e, em certas áreas, ainda é o sistema tradicional de manejo do gado bovino, articulado de forma complementar com a produção agrícola e as demais atividades integrantes das estratégias de reprodução social de várias famílias daquela região. Muitas abandonaram suas comunidades e migraram para as cidades próximas ou as regiões metropolitanas, mas algumas ainda resistem, organizando movimentos de luta pela terra e pelo seu modo de vida, inspirando trabalhos como esse e tantos outros que recusam o esquecimento acerca da história da concentração fundiária e dos conflitos no campo.

³ O Governo Mineiro, na gestão do Presidente Fernando de Mello Vianna (1924-1926), também atuou nesse sentido: “Com o fim de facilitar o fechamento dos pastos, isolando-os das vias publicas, tem-se continuado a fornecer, pelo preço de custo e livre de despesas com o transporte ferro-viario, arame farpado e grampos. Em 1924, foram cedidos 2.198 rolos do primeiro e 2.379 kilos do segundo, verificando-se sobre o movimento de 1923 um augmento de 873 rolos e 809 kilos (SILVEIRA, 1926, 332).



Referências bibliográficas

- AHU - Arquivo Histórico Ultramarino.
- ANAIAS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1939.
- ANATASIA, Carla Maria Junho. *Vassallos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.
- ARAÚJO, S.A.C.; DEMINICS, B.B.; CAMPOS, P.R.S.S. Melhoria genética de plantas forrageiras tropicais no Brasil. *Archivos de Zootecnia*, v.57, p.61-76, 2008.
- ATHANASSOF, Nicolau. *Manual do criador de bovinos*. São Paulo: Melhoramentos, 1947.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1971.
- BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). *Documentos históricos: volume 13 da série e, 11 dos documentos da Biblioteca Nacional: 1677-1678 : patentes , 1534-1551: reaes, doações, regimentos e mandados*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1929.
- BRASIL. *Questionários sobre as condições da agricultura dos 176 municípios de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Estatística, 1918.
- BURLINGAME, Roger. *Maquinas da democracia: as invenções e suas influências sociais nos Estados Unidos*. São Paulo: Nacional, 1942.
- BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.
- CABRAL, Antonio Ferreira. *O sertão norte-mineiro*. Montes Claros: Polígono, 1985.
- COSTA FILHO, Miguel. As terras dos Guedes de Brito nas Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 241, 1958.
- COTRIM, Eduardo. *Fazenda moderna: guia do criador de gado bovino no Brasil*. Bruxellas: V. Veteneuil; L. Desmet, 1913.
- COUTO, José Vieira. Memória sobre as Minas da capitania de Minas Gerais. Suas descrições, ensaios e domicílios próprios. À Maneira de itinerário. (1801). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, X, 1905.
- ENGENHEIROS E ECONOMISTAS CONSULTORES. *O Médio São Francisco - Relatório Final do levantamento geo-econômico(1956-1957)*. São Paulo: Comissão do Vale do São Francisco, 1957.
- GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- HALFELD, H.G.F. *Atlas e Relatório concernente a Exploração do Rio de São Francisco - desde a Cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico*. São Paulo: Empresa das Artes, 1994.
- JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no XX século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmãos, 1911.
- MACEDO, Geraldo Antonio Resende. *Dieta de novilho em pastagem nativa de cerrado*. Belo Horizonte: EPAMIG, 1978.
- MARIANTE, Arthur da Silva; CAVALCANTE, Neusa. *Animais do Descobrimento: Raças Domésticas da História do Brasil*. Brasília: EMBRAPA, 2006.
- MAZZA, Maria Cristina Medeiros et all. *Etnobiologia e conservação do bovino pantaneiro*. Corumbá: EMBRAPA-CPAP; Brasília: EMBRAPA-SPI, 1994.
- MENDONÇA, José. *História de Uberaba*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974.



- OTERO, Jorge Ramos de. *Informações sobre algumas plantas forrageiras*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola – Ministério da Agricultura, 1961.
- PINHO, Francisco Fortes de. *As cercas*. Rio de Janeiro: Cadernos AABB, 1957.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- SILVEIRA, Álvaro da. *Memorias chorographicas - vol 2*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.
- SILVEIRA, Victor. *Minas Geraes em 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.
- SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo, Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1971.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. *Estudos - Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 8, abril/1997.
- TRAVASSOS, Joaquim Carlos. *Monographias agricolas*. Rio de Janeiro: Altina, 1903.
- UBATUBA, Ezequiel. *O Sertão e a pecuária - papel economico do gado zebu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1916.
- VALVERDE, Orlando. *Estudo de geografia agrária brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- VASCONCELOS, Diogo. *História antiga de Minas Gerais - vol I*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974
- VIANNA, Urbino de Sousa. *Montes Claros - Breves apontamentos historicos, geographicos e descritivos*. Belo Horizonte: s/ed., 1916.
- Sobre o gado curraleiro, notas historicas, informações e dados para conhecimento e estudo das raças formadoras dos nossos bovinos*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1927.



GT 11 O Rural na história do Brasil

O Rural na História. Euclides da Cunha, José Veríssimo e Ferreira de Castro: Três Narrativas Amazônicas.

Eli de Fátima Napoleão de Lima¹

¹Professora Associada 2, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, E-mail: lylima.ly@gmail.com

Resumo

Este artigo é um excerto de nossa Tese de Doutorado intitulada “História e Narrativa: Euclides da Cunha na Amazônia”, voltada para a análise das diversas narrativas constitutivas do imaginário brasileiro sobre a Amazônia, com ênfase na obra de Euclides da Cunha (1866-1909)- narrativa consagrada sobre os sertões nordestinos e sobre a Amazônia - atentando para os sentidos histórico-culturais, literários e políticos de sua obra. Narrativa que inaugura, atinge, estabelece um vasto campo para interpretações e investidas futuras da e na região.

Palavras-chave: História, Narrativa, Literatura, Interpretação, Amazônia.



É na perspectiva de considerarmos a Amazônia dos escritos de Euclides da Cunha como parte de uma vasta história de especulações sobre a Hiléia e suas experiências, que o consideramos precursor das concepções futuras da região, muito evidenciada na polarização Inferno/ Paraíso, visando apreender o significado dessa dicotomia, por ele enfatizada, para melhor entender as diversas investidas sobre a região. Como contraponto, trazemos as concepções de José Veríssimo e Ferreira de Castro.

Torna-se importante frisar que o texto se insere no âmbito de uma trajetória de pesquisa marcada pela preocupação com as possibilidades interpretativas das relações História/Literatura, especialmente tendo em conta a questão de em que medida, e com que cautelas, ensaios e, sobretudo, ficções, apesar de sua relativa autonomia estética, podem ser lidos como documentos ou estudos sociais e históricos. A questão crucial, nessa perspectiva, não seria definir o que é literatura, o que é narrativa, ou qual a diferença entre uma e outra, mas, o que é a história e como os textos e a compreensão que temos deles se relacionam com a história¹.

Em que possa pesar imprecisões de ordem conceitual, estaremos aqui tomando sertão, selva, natureza, terra, como partes constituintes do que reconhecemos como rural ou, ainda, mundo rural. Por outras palavras, e evidentemente, não estaremos nos referindo às capitais amazônicas, notadamente Belém e Manaus.

Do *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira*, no tocante ao grupo de escritores que teriam contribuído para a formação de uma literatura regionalista da Amazônia, consta:

Em síntese decerto imperfeita, poder-se-ia dizer que suas produções literárias representam ou refletem, de um lado, o sentimento de inferioridade ou de humilhação do Homem, como que esmagado pelas forças da natureza, nessa terra amazônica que – no dizer de um observador – ‘amedronta e cansa pela monotonia invariável do grandioso’, e de outro lado funcionam como documento social e humano, enfocando situações e tipos ligados principalmente às indústrias básicas da região como a pesca, a extração do cacau e a atividade nos seringais².

Trocando em miúdos: a personificação da terra como inimigo a ser vencido é um fato. Dificilmente se encontrará quem tenha conseguido escapar do arquétipo inferno ou paraíso que teve quatrocentos anos de repetição para consolidar-se.³ Excetue-

¹ JAMESON, Fredric. O inconsciente político. A narrativa como ato socialmente simbólico. São Paulo: Editora Ática, 1992.

² MASSAUD, Moisés; PAES, José Paulo (orgs.). Pequeno Dicionário da Literatura Brasileira. 6ª. Ed., atualizada. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.p. 41.

³ MALIGO, Pedro. A Amazônia de Alberto Rangel, Gastão Cruis e Peregrino Jr.: o paraíso diabólico da floresta. Rio de Janeiro: PUC/Depto. de Letras, 1985.



se, poucos, que empregaram a metáfora criticamente, como Márcio Souza que, observando o poeta Elson Bacellar, afirma que este “não tem nojo da selva, está familiarizado com a sua anarquia de vida e morte”.⁴

O que gostaríamos de destacar é que a personificação da natureza como um inimigo a ser vencido, mais do que evidenciada em Euclides da Cunha (1866/1909)⁵, foi seguida por outros autores e apropriada pela burocracia do Estado preocupada em buscar uma ‘identidade’ para a Amazônia.

A prática do povoamento da região pela colonização no Império seguida da migração ‘espontânea’ de nordestinos continuou na República Velha e não se interrompe: nos anos 1970/80, o migrante mandado, por exemplo, para Rondônia, em ônibus alugados pelo Governo era o degradado contemporâneo, aqueles que na sua terra de origem “representava um empecilho à ordem econômica que favorece o regime da grande propriedade”⁶.

Na prosa amazônica de Alberto Rangel, Gastão Cruls e Peregrino Júnior se evidencia que a ideologia da conquista embota, não permite que o escritor veja o degradado como ele, realmente, é. Tomemos como um exemplo o caso de Peregrino Júnior⁷ que retrata com cuidado os costumes, as paisagens e o linguajar da Amazônia, o que não o exime de estereótipos. De todo modo, a preocupação com o caráter documental de seus escritos é relevante. No entanto, o escritor está marcado por símbolos, já desgastados, “característicos” da Amazônia.

A caracterização da região como espaço sem lei; a imagem de luta incessante, do isolamento, do luto, do dilúvio, do silêncio, da escuridão; e, a denúncia social realizada pelas referências ao exilado (Amazônia como lugar de exílio), constitui o modelo ou o protótipo dos textos sobre a Amazônia gestados em princípios do século XX. Nem tudo, contudo, obedece a essa denominação, como se verá mais adiante.

A narrativa euclidiana da Amazônia está carregada de pessimismo. A natureza é adversária do homem e o progresso ali pretendido só seria possível em um ‘futuro remotíssimo’. Quando indicamos que as fontes da narrativa euclidiana sobre a Amazônia, estudadas como parte dos preparativos da expedição (ou para a operação de

⁴ Apud MALIGO, Pedro. Op. cit. p.85.

⁵ Euclides da Cunha segue para a Amazônia ‘longínqua’ representando o Ministério das Relações Exteriores do Brasil na condição de Chefe da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, na fronteira Brasil/Peru, cujos resultados iriam dar base ao Tratado de 1909 que fixaria os limites do Brasil com o Peru, no Acre, recém anexado ao Brasil (missão realizada em 1904/5).

⁶ MALIGO, Pedro. Op. cit. p. 86.

⁷ Textos como: Puçanga (1929), Matupá (1933), Histórias da Amazônia (1936) e A Mata Submersa (1960) e os contos “O Paroara” e “O Gapuiador”



campo), são constituídas em grande parte por viajantes estrangeiros, marcados pelo *assombroso*, pelo *exótico* e, principalmente, pela imagem de missão e fardo do homem civilizado na conquista do *Inferno Verde*, estamos querendo marcar que informações o autor buscara para enfrentar a Amazônia e que sua leitura e visão de mundo estavam moldadas por essas informações. Evidencia-se que Euclides da Cunha adapta expressões de enorme efeito espetacular, como estratégia de estetização e convencimento que coloca o leitor diante de um espetáculo, espectador diante de uma narrativa que o leva a visualizar, ouvir, sentir, convencer-se.

Assim, tomemos, para exemplo, primeiro o clima.

Na definição climática das circunscrições territoriais criadas pelo Tratado de Petrópolis tem-se incluído sempre um elemento curiosíssimo, ante o qual o psicólogo mais rombo suplanta a competência do Professor Hann, ou qualquer outro mestre em coisas metereológicas: o desfalecimento moral dos que para lá seguem e levam desde o dia da partida a preocupação absorvente da volta no mais breve prazo possível. Cria-se uma nova sorte de exilados — o exilado que pede o exílio, lutando por vezes para o conseguir, repelindo outros concorrentes, ao mesmo tempo que vai adensando na fantasia alarmada as mais lutuosas imagens no prefigurar o paraíso tenebroso que o atrai.

Parte, e leva no próprio estado emotivo a receptividade a todas as moléstias.

(...)

Dentro dos lineamentos largos das características fundamentais do clima quente para onde ele se desloca, urde-se a trama de uma higiene individual, onde se prevêm todas as necessidades, todos os acidentes e até os perigos da instabilidade orgânica inevitável à fase fisiológica da adaptação a um meio cósmico, cujo influxo deprimente sobre o europeu vai da musculatura, que se desfibra, à própria fortaleza de espírito, que se deprime. (...) De permeio com os preceitos vulgares para o reagir contra a temperatura alta e a umidade excessiva, que se lhe abatem a tensão arterial e a atividade, lhe trancam as válvulas de segurança dos poros e lhe fatigam o coração e os nervos, criando-lhe ao cabo, a iminência mórbida para os males que se desdobram do impaludismo que lhe solapa a vida, às dermatoses que lhe devastam a pele — despontam, mais eficazes e decisivos, os que os aparelham para reagir aos desânimos, à melancolia da existência monótona e primitiva; às amarguras crescentes da saudade; à irritabilidade provinda dos ares intensamente eletrizantes e refulgentes; ao isolamento — e, sobretudo, ao quebrantar-se da vontade numa decadência espiritual subitânea e profunda que se afigura a moléstia única de tais paragens, de onde as demais se derivam como exclusivos sintomas...⁸

Da terra e do homem:

Atravessa quinze dias infundáveis a contornear a nossa costa. Entra no Amazonas. Reanima-se um momento ante a fisionomia singular da terra; mas para logo acabrunha-o a imensidade deprimida — onde o olhar lhe morre no próprio quadro que contempla, certo enorme, mas em branco e reduzido às molduras indecisas das margens afastadas. Sobe o grande rio; e vão-se-lhe os dias inúteis ante a imobilidade estranha das paisagens de uma só cor, de uma só altura e de um só modelo, com a sensação angustiosa de uma parada na vida: atônicas todas as impressões, extinta a idéia do tempo, que a sucessão das aparências exteriores, uniformes, não revela — e retraída a alma numa nostalgia que não é apenas a saudade da terra nativa, mas da Terra, das formas naturais tradicionalmente vinculadas às nossas contemplações, que ali não se vêem, ou não se destacam na uniformidade das planuras...

⁸ CUNHA, Euclides da. Um paraíso perdido (ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia) 2ª.ed. Organização, introdução e notas de Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, pp. 52/55.



Entra por um dos grandes tributários, o Juruá e o Purus. Atinge o seu objetivo remoto; e todos os desalentos se lhe agravam. A terra é, naturalmente, desgraciosa e triste, porque é nova. Está em ser. Faltam-lhe à vestimenta de matas os recortes artísticos do trabalho. Há paisagens cultas que vemos, por vezes, subjetivamente, como um reflexo subconsciente de velhas contemplações ancestrais... Ali, não. Desaparecem as formas topográficas mais associadas à existência humana. Há alguma coisa extraterrestre naquela natureza anfíbia, misto de águas e terras, que se oculta, completamente nivelada, na sua própria grandeza. E sente-se bem que ela permaneceria para sempre impenetrável se não se desentranhasse em preciosos produtos adquiridos de pronto sem a constância e a continuidade das culturas. As gentes que a povoam talham-se pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a: domamna...⁹

Na verdade, toda a retórica de Euclides da Cunha faz parte de seu arcabouço para viabilizar o progresso, para indicar a sua necessidade, sob as perspectivas e soluções por ele apontadas. O escritor pretendia oferecer uma visão própria, sua, única — quem sabe a verdadeiramente primeira — daquela empreitada. No prefácio a *O Inferno Verde*, de Alberto Rangel, Euclides da Cunha destrincha esse “futuro remotíssimo”. Avaliando suas fontes diz:

Lemo-los; instruímo-nos; edificamo-nos; apercebemo-nos dos rigorosos ensinamentos quanto às infinitas faces, partículas necessárias, da terra; e, à medida que as distinguimos melhor, vai-se-nos turvando, mais e mais, o conspecto da fisionomia geral. Restam-nos muitos traços vigorosos e nítidos, mas largamente desunidos. Escapa-se-nos de todo a enormidade que só se pode medir repartida: a amplitude, que se tem de diminuir, para avaliar-se; a grandeza, que só se dizia ver, apequenando-se, através dos microscópios: e um que se dosa, a pouco e pouco, lento e lento, indefinidamente, torturantemente...

(...)

É natural. A terra ainda é misteriosa. O seu espaço é como o espaço de Milton: esconde-se a si mesmo.

(...)

É a guerra de mil anos contra o desconhecido. O triunfo virá ao fim de trabalhos incalculáveis, em futuro remotíssimo, ao arrancarem-se os verdadeiros véus da paragem maravilhosa, onde hoje se nos esvaem os olhos deslumbrados e vazios.

Mas então não haverá segredos na própria Natureza. A definição dos últimos aspectos da Amazônia será o fecho de toda a História Natural...¹⁰

À necessidade de ser útil, juntava-se uma inequívoca necessidade de alcançar um lugar de destaque nos destinos da República. É sintomática a escolha do roteiro da expedição por um rumo diferente daquele realizado por William Chandless. Como afirmado por José Carlos Barreto de Santana, em *Ciência & Arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*,

Nos meios científicos a valorização da ‘descoberta’ é um dos aspectos mais consagrados. Tratando-se de Euclides da Cunha que, ao longo deste trabalho, vem aparecendo como alguém que buscava o reconhecimento da comunidade científica, revelar para o mundo culto a existência de um novo ‘fato geográfico’ certamente se constituía num elemento de grande importância. Talvez isso explique, em parte, a persistência do Chefe da Comissão Brasileira em prosseguir os trabalhos no trecho final do Purus, nas condições mais

⁹ Ibid., pp. 52/53.

¹⁰ Ibid. pp. 200/201.



adversas, em virtude do esgotamento físico dos integrantes e da escassez de recursos materiais, que são apontados nas ‘Notas Complementares’¹¹.

Através da comparação com outros dois autores que têm a Amazônia como cenário, José Veríssimo (1857-1916) e Ferreira de Castro (1898-1974), perscrutamos sobre outras possíveis visões de Amazônia.

É importante frisar que intentávamos uma análise das ‘três obras’ no que elas têm de fundamento para as suas narrativas: a Amazônia espoliada, ou ainda, o cenário amazônico como tema, muito especialmente, aquele da produção do látex. Os textos de Euclides da Cunha e José Veríssimo têm uma aproximação pela geração partilhada: José Veríssimo foi um daqueles homens ilustres que viabilizaram a ida de Euclides para a Amazônia, foi um dos que ajudaram a guindar *Os Sertões* às alturas. Os escritos amazônicos de Euclides da Cunha cobrem o período que vai de 1898 (com a publicação do artigo “Fronteira Sul do Amazonas: Questões de Limites”, no *O Estado de São Paulo*) a 1909 (com a publicação do livro póstumo *À Margem da História*), os de José Veríssimo, de 1878 (com a publicação de “As populações indígenas e mestiças da Amazônia. Sua linguagem, suas crenças e seus costumes — contribuição para o estudo da psicologia do povo brasileiro”, cujo primeiro título foi “Raças cruzadas do Pará” publicado no livro *Primeiras Páginas*) a 1915 (com a publicação do artigo “Interesses da Amazônia”, no *Jornal do Comércio*).

Como dissemos, tratamos os textos como narrativas. Temos a clareza de que o texto de Ferreira de Castro é um romance, o que lhe atribuiria, em princípio, um caráter diverso dos escritos dos outros dois autores. Mas, ele aqui está por mais um motivo: conquanto possa ser tido como ficção, consideramos *A Selva* um romance prenhe de verdades as mais aflitivas sobre o terrível e patético drama do seringueiro na Amazônia. A primeira edição do livro é de 1930, escrito 15 anos após sua experiência por quatro anos, vivida no seringal *Paraíso*, no mesmo Acre, espaço geográfico-tema de Euclides da Cunha. O tempo que separa o romance de Ferreira de Castro das narrativas de Euclides da Cunha e de José Veríssimo só nos ajuda na nossa proposição de que há uma narrativa ininterrupta sobre a “hostilidade” da natureza amazônica. Em que pesem as diferenças de abordagem, entendimento e compreensão.

José Veríssimo, igualmente profundo conhecedor da obra de naturalistas e viajantes, à diferença de Euclides da Cunha, travava com eles um diálogo em que

¹¹ SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência &Arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*. São Paulo: Hucitec; Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana, 2001. p. 172.



postulava conceber a experiência amazônica como resultado do fato da colonização ali empreendida. No prefácio aos *Estudos Amazônicos*, afirmava Arthur Cezar Ferreira Reis que o escritor participava ativamente do movimento cultural que girava em torno da Sociedade Paraense de Estudos Históricos e do Museu Paraense de História Natural (hoje Museu Paraense Emílio Göeldi) e “era o mais decidido dos que o integravam. Fazia literatura de ficção, mas fazia, igualmente, a literatura científica, nos estudos acerca das populações mestiças locais.”¹²

A influência exercida pela obra de Augusto Comte sobre o espírito de José Veríssimo pode ser vislumbrada nos *Estudos de Literatura Brasileira*. “A obra de Augusto Comte é dessas que se podem combater, mas que se não podem negar. O seu valor é, sem exagero, enorme, e a sua influência, principalmente a não confessada, considerável”¹³.

Como era um espírito objetivo e de ciência, o atraía a busca da verdade, como era igualmente a motivação declarada de Euclides da Cunha (“restabelecer a verdade”). Resultariam dessa perspectiva seus trabalhos sobre a “Pesca na Amazônia”, as “Cenas da Vida Amazônica”, os “Esboços”, a “Amazônia, aspectos econômicos”, e o estudo “Populações indígenas e mestiças da Amazônia”. Veríssimo tivera a oportunidade de fazer parte de uma expedição ao interior da grande bacia hidrográfica. Foi empregado da Companhia de Navegação do Amazonas e, por concurso, foi amanuense da Secretaria do Estado, concomitantemente colaborava nos jornais *O Liberal* e *Diário do Grão-Pará*. Fundou *A Gazeta do Norte*. Participa na Europa, em 1881, aos 24 anos, do Congresso Literário Internacional com um trabalho sobre o movimento literário no Brasil, recebendo a Comenda da Ordem de Cristo. Em 1883, já de volta a Belém, colaboraria no *A Província do Pará*, no *O Comércio do Pará* e na *A República* e, fundaria a *Revista Amazônica*, que investia com vigor em cultura na região. Em 1884, fundou o Colégio Americano e introduziu uma novidade em todo o Brasil: a Educação Física e o Jardim da Infância.

Novamente na Europa, em 1889, tomou parte do Congresso de Antropologia e Pré-História, realizado em Paris, apresentando uma tese sobre “O Homem do Marajó e a Antiga Civilização Amazônica”. Em 1891, saiu de Belém, definitivamente, para o Rio de

¹² Arthur Cezar Ferreira Reis no prefácio a VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. p. 4.

¹³ VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. p. 141.



Janeiro. Iniciar-se-ia na crítica literária com a fundação do *Jornal do Brasil* (1892) de Rodolfo Dantas.

O crítico ponderava que o tapuio e o mameluco resultariam desse contato de uma raça selvagem, inferior, perseguida e envilecida pela escravidão, assim como pelo desmembramento de sua rudimentar família, com aquela raça civilizada, superior, mal educada, representada pelo que tinha de pior.

Para o estado moral resultante teria concorrido, então, o meio no qual se efetivaram os cruzamentos, o ódio à civilização detonado pela perseguição e pelo aviltamento, e mais “um clima enervante a vencer, a subjugar o homem, uma natureza extraordinariamente pródiga, a ponto de quase fazer cessar a luta pela vida”. Veríssimo somava a esse meio natural pródigo “o abandono em que os deixam as nossas circunstâncias políticas para ponderar que, talvez, sob essas, mais do que o simples fato dos cruzamentos ou a incapacidade absoluta do índio para a civilização, [estão] as causas do seu abatimento”.¹⁴

Essa questão de que a prodigalidade da natureza que tudo oferta (rios infinitamente piscosos, florestas onde a caça é farta, a existência de produtos úteis de toda a espécie) seria a ‘responsável’ pela indolência do caboclo permeia, no senso mais comum, a visão mais corriqueira que se fez da região. Em um patamar, digamos, mais ‘analítico’, o caboclo, desde há muito, dado que percebera a força de sua ‘inimiga’, preferiu apegar-se ao recurso da acomodação, da adaptação, a travar uma luta que já sabia de antemão sairia derrotado. Mas, decerto, essa visão, ainda que corriqueira, não será aquela que subsidiará os planos do progresso. Será contra a ‘hostilidade’ da natureza que, para vencer, precisará lutar. Seria tal ‘hostilidade’ a responsável pelo ‘amesquinamento’ do homem.

Veríssimo entendia que se não têm amor ao trabalho seria menos pela preguiça somente do que porque desprezassem seus proventos. Dado aquele abatimento moral de que foram vítimas, pouco lhes importava a comida ruim, a casa paupérrima, a pouca roupa. Sentem-se à vontade nas extensas florestas dos seringais e dos castanhais. Por processos rudimentares extraem a seringa, são capazes de passar longos dias de fome, bebem água de pântanos e se alimentam de macacos, lagartos e “outros animais repugnantes”, suportam com extraordinária paciência a dolorosíssima picada do pium e

¹⁴ Ibid., p. 23.



de outros insetos malignos. Filhos de selvagens, descendentes dos brasílio-guaranis, nestas florestas

trabalham com ardor, embora sem continuação, bebem, jogam, traficam, enganam e são enganados, passam a noite a beber cachaça e a tocar viola, ganham um salário muitas vezes superior a dez mil-réis diários e voltam mais pobres do que foram, são o mestiço com toda a sua imprevidência.¹⁵

Para estudar os usos e costumes amazônicos, José Veríssimo informa que não será nos centros mais populosos que vai buscá-los, posto que já obliterados pela civilização, e sim “entre os mais humilhados, porém mais genuínos representantes das raças mestiças, do branco com o índio, e do tapuio, dessa gente para quem a civilização foi madrasta...”¹⁶. Era necessário ir buscá-los naquela “gente que vive da sua primitiva e mesquinha lavoura de maniva, pescando ou caçando nas águas piscosas dos nossos rios imensos e quase inumeráveis, ou nos fartos e infindos bosques da nossa terra firme...”¹⁷

Poderíamos inferir da narrativa amazônica de José Veríssimo que esta buscava a compreensão “exata” da região, diferente daquela Amazônia romântica que, se lhe legou alguma poesia, “importou no desvirtuamento do que ela representava realmente como espaço, como natureza e como resultante da ação criadora e disciplinadora do homem”.¹⁸ Diferente também daquela que ao recusar esse caráter romântico, invoca não a exuberância do meio físico como beleza, fecundidade, salubridade, mas como hostilidade ou, para usar uma palavra mais amena, exotismo, este não somente como descoberta do outro, do diferente, mas como descoberta de que esse outro, esse diferente deve ser encaminhado para não ser nem outro nem diferente.

Veríssimo não reputava que coubesse ao clima qualquer culpa, mas também não reputava que coubesse ao homem a inviabilidade de progresso na região.

Não acredito que nenhuma raça estrangeira do Norte possa aqui fazer prole perdurável, a menos que se não cruze com os elementos indígenas, tapuios, negros ou seus descendentes. Para o indígena, porém, o clima, beneficiado pelas grandes correntes dos ventos alísios, é benigno, e seria até favorável, se não fora a constante e flagrante violação dos primeiros preceitos da arte de conservar a saúde. Ao forasteiro oriundo dos climas frios, ele será sempre fatal, fazendo assim deste magnífico vale apenas uma região — porventura a mais bela e a mais rica de todas — de mera exploração mercantil.¹⁹

O autor acreditava que a excelência do meio físico favorecia a criação de uma “sociedade progressista”, como tantas outras existentes em outros lugares, bem como

¹⁵ Ibid., p. 24.

¹⁶ Ibid., p. 70.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Prefácio de Arthur Cezar Ferreira Reis. In: VERÍSSIMO, José, op. cit., 1970, p. 2.

¹⁹ VERÍSSIMO, José, op. cit., 1970, p. 84.



considerava a gente mestiça tão capaz quanto qualquer outra. Mas haveria que se proceder ao incentivo ao povoamento, à agricultura (incluindo aí a pecuária). Reputava ser temerária e mesmo nefasta a dependência exclusiva à valorização da borracha. É ainda a questão do clima que vai levá-lo às suas mais contundentes afirmações, posto que conhecedor do fato de que a Amazônia não é toda ela dominada por um clima ‘hostil’ e por acreditar que o povoamento feito com critério, inteligência e método pode tornar o clima adequado à experiência humana exitosa.

Outro nome importante nesse contexto é José Maria Ferreira de Castro nascido em Salgueiras, aldeia situada no povoado de Freguesia de Ossela, povoado dos mais antigos de Portugal, em 24 de maio de 1898. Aos 12 anos de idade, em 1910, completa sua instrução primária, tira um passaporte para o Brasil e parte de Ossela a 6 de janeiro de 1911. Vinha para a Amazônia lendária, para o chamado ‘Inferno Verde’.

Em *A Selva*, Ferreira de Castro traz à tona “a vida miserável, o panorama soberbo, o mundo novo, bárbaro e assombroso”, aquela epopéia que assombrava “de que não ajuíza quem no resto do mundo se deixe conduzir, veloz e comodamente, num automóvel com rodas de borracha — da borracha que esses homens tiram à selva, misteriosa e implacável”.²⁰ No romance é evidente, translúcida a causa social, a denúncia dos fatos da injustiça social.

Eu devia este livro a essa majestade verde, soberba e enigmática que é a selva amazônica, pelo muito que nela sofri durante os primeiros anos da minha adolescência e pela coragem que me deu para o resto da vida. E devia-o, sobretudo, os anônimos desbravadores, que viriam a ser meus companheiros, meus irmãos, gente humilde que me antecedeu ou acompanhou na brenha, gente sem crônica definitiva, que à extração da borracha entregava a sua fome, a sua liberdade e a sua existência. Devia-lhes este livro, que constitui um pequeno capítulo da obra que há de registrar a tremenda caminhada dos deserdados através dos séculos, em busca de pão e justiça.²¹

Sem dúvida, *A Selva* é um patético documento sobre as formas modernas de escravidão. Fato esse recorrente na Amazônia de ontem e hoje.

É de se notar que tanto Euclides da Cunha como José Veríssimo pretendem o progresso para a Amazônia. O que une os dois é precisamente a idéia de que há uma proposição altruísta, humanista-positiva. É justamente a compreensão de que algo se pode erigir, propor soluções. As soluções apontadas, no entanto, seguem rumos diferentes. Aquela apontada por Euclides da Cunha é a da domesticação da natureza (natureza que inclui solo, clima, vegetação, homem) — conquistar a terra, dominar a

²⁰ CASTRO, Ferreira de. *A Selva*. 23ª ed. Lisboa: Livraria Editora Guimarães e Cia., s/d. p.15.

²¹ CASTRO, Ferreira de, op. cit., p. 15.



água, sujeitar a floresta — como condição do progresso, obedecendo a tradição do evolucionismo positivista, confiante demais na perspectiva civilizatória do progresso técnico-científico. A de José Veríssimo é a de que o progresso chegue tendo em conta o vilipêndio das populações nativas, apontando, por estudos pormenorizados, traços peculiares tanto das populações indígenas e mestiças da Amazônia, como dos problemas e interesses da região.

O que une Euclides da Cunha, José Veríssimo e Ferreira de Castro é o tema da denúncia social. Observando a questão do romance de Ferreira de Castro e dos relatos de Euclides da Cunha e José Veríssimo, o romance de Castro é muito mais documental. É quase um documento. Suas personagens, mesmo que figuras retiradas de sua biografia, são uma seleção que reflete a condição humana na Amazônia da borracha. É clara a reflexão igualmente em José Veríssimo. Em Euclides da Cunha se evidencia mais a necessidade de ali se formar um novo povo. A denúncia social fica em segundo plano pelo sobrecarregado das palavras. A grandiloquência, o talento literário, poético, movidos pela incansável busca de prestígio, provoca imprecisões e contradições. Fica em segundo plano igualmente pela proposição de uma nova ordem que é a mesma que engendra a pobreza. Assim, há em Euclides da Cunha uma vitalidade negativa, até por ser um produtor de cânones.

Se repararmos bem, termos que apontam para uma ‘natureza implacável’, onde se impõem a luta, o isolamento, o abandono, estão presentes nos três autores citados. Mas, porque é a narrativa euclidiana que triunfa sobre as demais?

Estivemos lendo o Euclides da Cunha amazônico também como parte de um projeto de nacionalidade e apreender a sua apropriação/reelaboração significa não isolá-lo com sua obra-prima, *Os Sertões*, desta outra produção que o faz precursor de um conhecimento ‘sistematizado’ sobre a região. Quando seguiu para essa região já era um autor consagrado. A experiência nordestina já lhe dera régua e compasso. Partira para a imensidão da Hiléia para um trabalho de cunho estritamente técnico: observar o comportamento dos rios nas diferentes estações climáticas, a possibilidade de uma rede de vias navegáveis, etc. No seu idealismo consubstanciava-se a idéia de tudo fazer para o progresso do país, reunir esforços para que a Amazônia entrasse para a História, para uma história ‘nossa’. Será precisamente nessa perspectiva de construção de uma história ‘nossa’, do caráter documental de sua obra de que se apropriará o projeto de nacionalidade inaugurado pelo Estado Novo.



O tema sertão²² aparece na literatura brasileira sob três aspectos: como paraíso, expresso basicamente no romantismo (linha que se mantém no séc. XX através de Catulo da Paixão Cearense, popular e Afonso Arinos, veia mais erudita e de elite); sertão como purgatório, passagem, travessia, penitência e reflexão, como o mundo de Guimarães Rosa e, sertão associado ao inferno:

O destempero da natureza, o desempenho dos que perambulam (retirantes, cangaceiros, volantes, beatos), a violência como código de conduta, o fatalismo são os principais traços apontados. Euclides da Cunha é certamente um dos representantes desta leitura do espaço do sertão como inferno ainda que sua explicação seja de ordem político-cultural.²³

Euclides da Cunha produziu narrativa referente ao sertão e à Amazônia (ambos mitos de caráter regional que não foram capazes de incluir a nação em uma única narrativa) marcando o pensamento social ocupado na produção de uma identidade cultural para o país. “É preciso lembrar que um discurso negativo sobre o homem e a natureza da América permite a legitimação da expansão européia. A tese da degeneração dos animais, das plantas e do homem americano assim como a tese da juventude do continente, abrem espaço para a ação civilizada do homem branco.”²⁴

Lúcia Lippi Oliveira nos lembra que foi no período 1890/1930 — em plena vigência da República cuja estratégia era manter São Paulo no controle da vida política no país — que se resgata a figura do bandeirante “como símbolo da pujança paulista baseada em qualidades individuais de coragem, determinação e ao mesmo tempo em atributos nacionais, já que fora a ação destes homens que dera sentido à integração territorial do país”.²⁵ E acrescenta, mais adiante, “os mamelucos formaram uma raça aclimatada ao solo e ao clima, e o êxito da expansão territorial acaba por compensar a dizimação dos povos inferiores.”²⁶

Durante os primeiros anos da República, as incursões ao interior, já iniciadas no Império, se intensificaram e ganharam novos significados: as expedições de Cândido Rondon; a da Comissão Geológica em São Paulo; as dos astrônomos Louis Cruls, em 1892, ao Planalto Central visando à mudança da capital; e, as expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz. A viagem de Euclides da Cunha a Canudos e o impacto de *Os Sertões* na intelectualidade do período atestam o grau de importância que assumira a

²² Sertão e selva, no período ao qual estamos nos referindo, são espaços geográficos tomados na relação/oposição à civilização do litoral. São seus similares os espaços de fronteira, tais como o deserto, o pampa, o llano, o altiplano, o mato.

²³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “A conquista do espaço:sertão e fronteira no pensamento brasileiro”.In: História, Ciências, Saúde- Manguinhos. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz. V.V(Suplemento), 1997. p.200.

²⁴ Ibid., p. 204.

²⁵ Ibid., p. 209.

²⁶ Ibid., p. 210.



interiorização do país. O sertão, para os intelectuais-cientistas do primeiro período republicano, integra o mesmo campo semântico de incorporação, progresso, civilização e conquista.²⁷ Assim,

Em diálogo com o sertanismo de inspiração romântica, mas não necessariamente em oposição a ele, é possível também falar de um movimento de valorização do sertão que acompanhou projetos de construção de ferrovias, de delimitação de fronteiras, de saneamento, de mapeamento cartográfico e utilização de recursos naturais. Fortemente associado à presença do Estado, ele reuniu atores sociais informados pelo cientificismo dominante entre a intelectualidade.²⁸

Razões de natureza estratégica, especialmente o problema das fronteiras, eram igualmente levadas em consideração no conjunto de sua obra. O país deveria rumar em direção ao Pacífico e tecer uma malha ferroviária capaz de integrar suas distintas regiões. Daí a admiração que, mais de uma vez, manifestou pelas atividades de Rondon.²⁹

Cândido Mariano da Silva Rondon, figura mítica da história do Brasil republicano, intitulava-se um “sertanista” que há vinte anos lidava “com as rudezas semibárbaras da linguagem dos caboclos e com as asperezas torturantes dos idiomas indígenas.”³⁰

Uma das leituras da obra de Euclides da Cunha, apropriada pelo Estado Novo, foi precisamente aquela que não vê aí o sertanejo como degenerado (por conta da miscigenação) e sim como retrógrado. O atraso se deve ao abandono e não a determinações de ordem genética. À civilização caberia “sincronizar os tempos sociais do sertão e do litoral, trazendo para o nosso tempo ‘aqueles rudes compatriotas retardatários’”³¹. A ação governamental seria capaz de conciliar “a diferença entre tempos sociais”, posto que a ela cabia “trazer os espaços atrasados e incultos para a civilidade”.³²

Note-se que essa leitura corresponde àquela idéia preconizada por Bilac, Alberto Torres e outros autoritários, agora mais elaborada. Euclides da Cunha, o ‘missionário do progresso’, na Amazônia,

propõe a recuperação do rio Purus, a construção de uma estrada de ferro — a Transacreama — que seria capaz de espalhar frentes de colonização e proteger as fronteiras do país. Neste sentido, Euclides pode ser visto como um precursor de idéias e projetos que foram implementados, com ou sem sucesso, anos mais tarde, como a Madeira-Mamoré, o IBGE, o DNOCS e, até mesmo, a Calha-Norte.³³

²⁷ LIMA, Nísia Trindade de. “Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil”. In: História, Ciências, Saúde- Manguinhos. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz. V. V (Suplemento), 1997. p.167.

²⁸ Ibid., p. 164.

²⁹ Ibid., p. 172.

³⁰ Ibid., p. 174.

³¹ Idem.

³² OLIVEIRA, Lúcia Lippi de, op. cit., p. 201.

³³ Ibid., p. 202.



Com efeito, Euclides da Cunha idealizou o projeto de uma ferrovia transacriana, minuciosamente descrito, como uma “grande estrada internacional de aliança civilizadora, e de paz”. Como afirma Francisco Foot Hardman, ao idealizá-la “em meio a argumentos técnicos, geopolíticos e econômicos, elabora uma visão plenamente organicista, tornando o caminho de ferro corpo vivo e integrado num movimento evolutivo uniforme da sociedade em relação à natureza”.³⁴ Exemplifiquemos, como faz Hardman:

Todas as grandes estradas, no evitarem os empecos que se lhes antolham, transpondo as depressões e iludindo os maiores cortes com os mais primitivos recursos que lhes facultem um rápido estiramento dos trilhos, erigem-se nos primeiros tempos como verdadeiros caminhos de guerra contra o deserto, imperfeitos, selvagens... Depois envolvem; e crescem, aperfeiçoando os elementos da sua estrutura complexa, como se fossem enormes organismos vivos transfigurando-se com a própria vida e progresso que despertam.³⁵

À visão aguda “das linhas desviantes do progresso”, o engenheiro-militar-artista “contrapõe um projeto integral de civilização, inspirado, também, nos melhores exemplos do neocolonialismo europeu na África e na Ásia. A ciência toma o lugar, aqui, das antigas missões religiosas”³⁶. E Hardman percebe, de forma certa, tratar-se “de um transplante ainda mais radical da cultura”, expressado assim por Euclides da Cunha:

Abra-se qualquer regulamento de higiene colonial. Ressaltam à mais breve leitura os esforços incomparáveis das modernas missões e o seu apostolado complexo que, ao revés das antigas, não visam a arrebatá-la para a civilização a barbaria transfigurada, senão transplantar, integralmente, a própria civilização para o seio adverso e rude dos territórios bárbaros.³⁷

Euclides da Cunha juntou às convenções narrativas o seu próprio talento e experiência pessoal. Agora, se faz mister refletir, acreditar-se que essa narrativa por ser estética, erudita, plástica — extremamente rica, sem dúvida — representa, reflete ‘de fato’ a Amazônia, é um tanto frágil e certamente burlesco. Mas foi eficiente, muito eficiente. A Amazônia estava rotulada: a vida ali se ajusta aos ditames do ‘paraíso diabólico’ da selva.

A compreensão da importância do sertanejo- ou do homem do interior- para a formação da nação, na Amazônia, reduziu-se à confirmação dos estereótipos da

³⁴ HARDMAN, Francisco Foot. Trem Fantasma. A modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.101.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ Ibid., p. 104.



indolência e da preguiça, estabelecidos pelo preconceito telúrico, cujos efeitos nefastos são visíveis ainda nos dias atuais.

O autor fornecerá subsídios para o enfrentamento daquela ‘terra ignota’ à burocracia ilustrada da República e influenciará a maior parte da produção literária que, a partir de então, tomará a Amazônia como cenário de suas obras, até que, nos anos quarenta do século XX, venha a surgir uma visão mais autóctone da região, muito especialmente com Dalcídio Jurandir (dentre outros títulos, *Chove nos campos de Cachoeira*, 1941; *Marajó*, 1947; *Três casas e um rio*, 1958; *Passagem dos Inocentes*, 1963; e, *Primeira manhã*, 1968).

Será contra, justamente, o preconceito telúrico, posto que estigmatizara a região, que levantar-se-á a voz daqueles que lutaram firme e arduamente para combatê-lo. Sem dúvida, uma interpretação já consagrada é difícil de ser derrubada.

Referências Bibliográficas

- CASTRO, Ferreira de. *A Selva*. 23^a ed. Lisboa: Livraria Editora Guimarães e Cia., s/d.
- CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido (ensaio, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia)* 2^a.ed. Organização, introdução e notas de Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma. A modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- JAMESON, Fredric. *O inconsciente político. A narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- LIMA, Nísia Trindade de. “Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil”. In: *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz. V. V (Suplemento), 1997.
- MALIGO, Pedro. *A Amazônia de Alberto Rangel, Gastão Cruis e Peregrino Jr.: o paraíso diabólico da floresta*. Rio de Janeiro: PUC/Depto. de Letras, 1985.
- MASSAUD, Moisés; PAES, José Paulo (org.). *Pequeno Dicionário da Literatura Brasileira*. 6^a. Ed., atualizada. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro”. In: *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz. V.V(Suplemento), 1997.
- SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência &Arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*. São Paulo: Hucitec; Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana, 2001.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.



GT 11 – O Rural na história do Brasil

Os Conflitos Ocupacionais da Colonização de Assis Chateaubriand no Estado do Paraná

Alberto Alves da Rocha¹

Rita Boritza²

Selestina Silvia Hatsumi Ichikawa³

¹ Geógrafo / Mestrando em Economia – Desenvolvimento Regional e Agronegócio / Universidade Estadual do Oeste do Paraná / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / E-mail: albertodarocha@hotmail.com

² Historiadora / Professora / Secretaria de Educação do Estado do Paraná, E-mail: boritza@diocesetoleado.org

³ Contadora / Contadora / Copel, E-mail: selestina@pop.com.br

Resumo

O presente trabalho teve por objetivo identificar os mecanismos de dominação utilizados por pessoas que detinham o poder político e econômico nas décadas de 1960 e 1970, no estado Paraná e mais especificamente na região Oeste do Paraná, com o ponto de objetivo da nossa pesquisa centrada nos acontecimentos no município de Assis Chateaubriand. Em um primeiro momento, procurou-se mostrar os atos do final do governo de Moyses Lupion, que distribuiu títulos de terras em litígios à pessoas parceiras, que usaram de todo tipos de instrumentos para se imporem como verdadeiros donos das terras cujo o objetivo era formar grandes latifúndios, concentrar o domínio das terras e garantir o poder político e a força econômica na mão de poucos e aliados. Por outro lado procurou-se mostrar a luta e resistência de posseiros que há muitos viviam na região, que, tentando resistir foram mortos, tiveram as famílias violentadas ou foram intimidados e expulsos pela força e sob ameaças de morte. Foi um período de formações de alianças por partes dos poderes constituídos, essas alianças ficaram fortalecidas pelos interesses da valorização da terra frente aos novos momentos históricos provocados pela revolução verde; os interesses das alianças entre políticos, justiça, policia, criminalistas impediam que as denuncias feitas fossem solucionadas. O pouco que se construiu em relação as denuncias e busca da justiça para os colonos ocupantes das terras para a produção, foram feitas pela Igreja que na busca de justiça e na defesa dos pequenos produtores, fez suas denuncias aos jornais e rádios, porém o seu grito no foi ouvido ou sequer disseminado, permitindo a concentração do direito da terra em um estado que tem a aptidão para a agricultura tecnificada com exploração familiar.

Palavras-Chave: colonização, conflitos, litígio, violência, história.



Entre os anos de 1960 e 1970, a região Oeste do Paraná, precisamente o município de Toledo teve seu processo inicial de colonização, através da Companhia Maripá onde as vendas das terras para os novos colonos se baseavam em um modelo de pequena propriedade com a média das áreas eram de 24,2 ha ou seja 10 alqueires paulistas. A colonização feita através da comercialização de pequenas áreas tinha o objetivo principal a produção familiar de alimentos com interesse de formar pequenas colônias e facilitar a vivência comunitária, sendo que maioria dos colonos que adquiriram as terras tinham origem do Rio Grande do Sul e eram migrantes alemães e italianos, que buscavam novas áreas de terras que fossem mais produtivas que as primeiras adquiridas no Rio Grande do Sul sem deixar de fora a qualidade de vida.

O município de Assis Chateaubriand, era distrito do município de Toledo e foi colonizado pela Colonizadora Norte do Paraná S/A (CNP), através de um modelo diferente que o realizado em Toledo, baseava-se na exploração, na expulsão e na grilagem das terras, do que propriamente negociação e venda de terras visando a colonização.

Existem verdadeiros arquivos históricos “vivos” (pessoas) que poderiam nos retratar e relatar com riqueza de detalhes e mais concretamente a sua participação no processo de ocupação e tomada do direito da propriedade da terra, mas durante as pesquisas de campo deparamos com o esperado em áreas de conflitos, principalmente belicosos, onde a imposição do poder político, econômico e de terror faz o medo perdurar por muito mais que tempo que a ação das atividades ilícitas, mesmo depois de esmaecidas.

Durante o governo de Moyses Lupion (1947 / 1951 e 1956 / 1961), foram emitidos centenas de títulos de domínio sobre a mesma área, como se formasse um mosaico de títulos sobrepondo títulos sobre as mesmas áreas de terras; embora na década de 1960 estivesse em curso uma ação judicial, movida pela comarca de Foz de Iguaçu, onde o Estado pretendia anular os direitos possessórios dos herdeiros da Fazenda Santa Cruz ou herdeiros de Francisco Antonio dos Santos.

Os critérios utilizados por Moyses Lupion para emitir milhares de títulos foram criticados pela Igreja, por pequenos produtores e políticos contrários ao seu governo, ex-deputado Walter Pecoit, que foi um dos líderes da rebelião de 5 mil colonos contra desmandos da companhia de terras ligada ao governo. O acusaram de tê-los distribuídos amigos e pessoas que nem sequer residiam no Paraná. Segundo alguns funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Curitiba, existiam pessoas que portavam títulos sem serem preenchidos e sequer determinava a localização, quantificava a área e determinava a data, que foram emitidos durante o governante de Lupion.



[...] em 1959, Lupion era conhecido nacionalmente com um político inescrupuloso. Acusaram-no também de estar cercado de homens públicos cuja honestidade fora colocada sob suspeita – essa imagem vai até os anos 60. No primeiro governo Ney Braga (1961 a 1965), o judiciário abre um processo contra Lupion, o inquérito resultou no confisco de seus bens” (IPARDES, 1989, p. 132).

Após o confisco dos bens de Lupion, ele refugiou-se, por algum tempo, na Argentina, ele era identificado como um mal inaceitável aos políticos e ao povo. Os títulos das terras desta área emitidos por ele foram parar nas mãos da CNP, que a amparada nesses documentos forçou a desocupação de áreas inteiras na região de Assis Chateaubriand.

A CNP começou a atuar no município de Assis Chateaubriand, no início da década de 1960, quando termina o segundo mandato político de Moyses Lupion. O presidente da CNP, Oscar Martinez, paulistano, passou a residir por algum tempo na região Oeste do Paraná, a espera dos instrumentos necessários para iniciar a desocupação das áreas de terras para disponibilizar a sua venda para quem melhor pagasse. Com o recebimento dos títulos da terra, emitidos pelo governo estadual, iniciou de imediato a desocupação das terras, pela força, intimidação com armas, fogo, matança e todo o tipo de terror que podia empregar.

Em Assis Chateaubriand, a CNP era dirigida por Adizio Figueiredo, uma espécie de “cérebro da empresa”. Já em 1959, os Jornais de capital do Paraná chamavam Oscar Martinez de “grileiro de terras”, ao lado de João Simões (Deputado cassado por ter sido responsabilizado pelo desfalque de 180 milhões de Cruzeiros do Banco do Estado do Paraná, em 1958). E como se sabe, era fácil encontrar cartorários inescrupulosos, de mãos dadas com os agentes de grilagem que buscavam tirar o direito real de quem os tinha de fato.

Os problemas causados por jagunços, contratados pela CNP, que espalhou terror e invadiu terras de Assis Chateaubriand, tinha suas raízes no interesse das terras para futuras comercializações por maiores valores que os praticados no momento, as áreas de terras de maior interesse que estavam em litígio eram todas ligadas à Fazenda Santa Cruz, Cocheira ou Rio dos Patos.

O Diário do Norte do Paraná, afirmou que José Amaro era bandido temido em todo o município de Assis Chateaubriand. Na época comentava-se que quem queria as terras era o próprio José Amaro, porém este era empregado da CNP.

José Amaro pareceu como comandante de vinte jagunços, que aproveitando os festejos de carnaval, expulsaram duas famílias em terras de litígio no município de Assis Chateaubriand. O fato foi registrado na Delegacia de Polícia do município. Os bandoleiros agiam mando da Colonizadora Norte do Paraná S/A e a denúncia foi feita



por José Rodrigues de Menezes, que trabalhava na pesquisa de documentos para os herdeiros das terras de Domingos Campos Ferreira Nunes. (Paraná, 13/02/77).

Dom Agostinho Sartori, Bispo de Palmas, denunciou na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), várias irregularidades e crimes que foram praticados no Paraná a mando de grandes grupos econômicos, entre eles, a CNP, de propriedade de Oscar Martinez, diretor presidente da Rede OM de Comunicações, o Bispo reclamava a necessidade de urgência na mudança da política agrária que, segundo observava, tinha gerado situações de grandes conflitos. (Paraná, 28/09/77, p.12). Havia promessas por parte dos deputados da CPI da Terra que consideraram importante o depoimento de D. Agostinho, e este como tinha dúvidas de que isso aconteceria, afirmou, ainda que o enfoque feito pelo governo quanto a questão de terras, não é o mesmo da doutrina social da igreja, uma vez que existia outros interesses por trás.

Na 245ª Assembléia da Regional Sul II, (19??) ,com a presença de aproximadamente 17 bispos e arcebispos, D. Agostinho falou sobre as questões relacionadas à Pastoral Rural a Pastoral Urbana, ambas apresentavam grande preocupação com a situação da população, que sofria as mazelas causadas pela falta de terra, conflitos agrários, êxodo rural, falta de moradia e trabalho na cidade, sem uma possível solução a curto prazo; com isto a Igreja se dispôs a trabalhar em prol da defesa do produtor rural, principalmente os que se viram excluídos do direito da terra.

Estudos e depoimentos feitos por D. Agostinho Sartori, bispo de Palmas, e pelo pastor Gernot Gilberto Kirinus da Igreja evangélica Luterana do Brasil, gerou críticas quanto a forma tímida com que eram tratados os assuntos latifundiários no Brasil. Onde foi uma das sementes para a criação da Pastoral da Terra.

O município de Assis Chateaubriand era tido com um município prospero que chegou a alcançar mais de 80 mil habitantes na década de 1970, onde se produzia óleo de hortelã, algodão, milho, trigo e iniciava a cultura da soja. Porém, ainda existia o receio de falar sobre os fatos acontecidos, o medo e o terror dos jagunços impediam as pessoas de se manifestarem. Em um período de produção antes da quebra financeira da agricultura na década de 1980 e que a agricultura para os médios e pequenos produtores era pouquíssimo mecanizada, os pistoleiros de aluguel, procuram empreitadas para “quebras de milho”, enquanto não “pistoleiros” eram trabalhadores da roça, que assumiam a missão “de pistoleiros”, em função do dinheiro que recebiam para sua manutenção e sobrevivência. A CNP arrendava as suas terras aos colonos para preparo e plantio até a época da colheita, na época da colheita a “mão-de-obra” contratada voltava-se contra o contratador e o expulsava das terras sem direito à colheita, tomando todos seus pertences e ameaçando sua família.



Tirando proveito do medo da população rural, o então comerciante Koite Dodo usou como plataforma política a campanha contra o medo e promessa de solução dos conflitos agrários e apoiado pelo então deputado Oscar Martinez, elegeu-se prefeito de Assis Chateaubriand. O então prefeito Koite Dodo (1977 a 1982), que afirmava foi só convencê-los de que eu poderia representar o começo do fim desse medo para me eleger com facilidade. (Paraná, 13/12/77, p. 9).

Um ano depois Koite Dodo não havia resolvido os Problemas dos conflitos de terras e disse: “Não compete a prefeitura e sim ao INCRA e a justiça” (Paraná, 13/12/77, p. 9).

No decorrer desta pesquisa pode-se perceber de forma subjetiva a inter-relação entre os poderes político e econômico. O abuso desses poderes por parte das autoridades constituídas como: policiais, os delegados, os prefeitos, os governadores e o tráfico de influência de um sobre o outro.

Constatamos que a Colonizadora Norte do Paraná S/A, agia acobertada pelos donos do poder político. Os capangas da CNP tinham muita proteção em suas atitudes e a garantia de que “nada lhes aconteceria” Há que ressaltar ainda o apoio que os jagunços precisam a “quatro cantos”, afirmando que o governo estava ao lado deles. E há quem diga, na região que tudo isso está ocorrendo porque o governo perdeu as eleições no município de Assis Chateaubriand na década de 1970 e 1980.

Mas que pode afirmar que a derrota não aconteceu justamente em razão dos pistoleiros, dos jagunços em toda região? O voto consciente foi a vingança silenciosa daqueles que há muitos anos, viviam oprimidos por uma verdadeira onda de terror (Paraná, 04/03/77, p. 11).

Através destes e de outros acontecimentos foi possível perceber a fragilidade do poder constituído que, em muitas situações foi conivente com as ações da “CNP, que não colonizava, mas expulsava e grilava as terras. E, questionamos o INCRA que se perdeu na burocracia e permitiu que as terras ficassem de posse da CNP? Poderia ser uma tática de trabalho para acobertar algo muito maior ou falha técnica?

É notório o esquecimento ou a aceitação da população rural que sofreu com esses males ou de seus descendentes que preferem esquecer os danos causados, mas mesmo assim perpetuam a presença destes malfeitores que tantas desgraças causaram, tantas vidas ceifaram, tantas produção de alimento destruíram e mesmo assim são homenageados pelos seus grandes feitos.

A 11h00min, na Igreja Católica foram realizadas as solenidades de entrega de títulos de Cidadania Honorária ao deputado federal Roberto Galvani e ao Sr. Adizio Figueiredo



dos Santos, diretor da Colonizadora Norte do Paraná S/A. Em seu discurso de agradecimento, o Sr. Adizio Figueiredo dos Santos disse: “Não sou eu que valho, mas sim o povo de minha terra que teve tanto valor a ponto de encontrar alguma coisa de tão merecedora em minha pessoa” (Revista, O Regional, 08/79. s/p.).

No município de Tupãssi o estádio de futebol recebeu o nome de Adizio Figueiredo dos Santos, mostrando que o esquecimento ou a aceitação do algoz como uma autoridade a ser venerada, por aceitação ou por imposição.

Com estes dados é possível perceber as relações de poder que se construíram depois das décadas de 1970 e 1980. E assim, fica claro que quem detém o poder econômico, detém a força e o controle político e quem detém estes dois, detém o saber e o domina. Sabe-se que Oscar Martinez era dono de dois canais de televisão. A influência dos meios de comunicação social é muito forte e a partir deles se constrói imagens de homens certos para governar. Sem a união da comunidade em um objetivo forte e amalgamador, com propostas positivas e concretas, as instituições serão frágeis para lutar contra o domínio econômico e social, é e sempre será “Davi contra o gigante Golias”.

Referências Bibliográficas

IV CONFERENCIA DO EPISCOPADO LATINO AMERICANO. **Santo Domingo, Conclusões**. Ed. Loyola, São Paulo, 1993.

III CONFERENCIA DO EPISCOPADO LATINO AMERICANO. **A Evangelização no presente e no futuro da América Latina**. São Paulo, Loyola, 1979.

8º ENCONTRO INTERECLESTIAL DE BASE CEBS. **Culturas Oprimidas e a Evangelização na América Latina**. Santa Maria, Ed. Palotti, 1991.

BARROS, E. L. **Os Governos militares :Brasil de 64-85 os generais e a sociedade, a luta pela democracia**. São Paulo, 1991.

CORDEIRO, A. **Ninho de cobras**. Cascavel, Ed. Independente Ltda, s/d

DIEHL, A. A. **A matriz da cultura histórica brasileira**, Vol. I. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1993.

GANCHO, C.V. et all, **A Posse da terra**. 2ª ed, São Paulo, Ed" Atica, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção, Dialética da História**, 9ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991,

IPARDES, Pesquisas. **O Paraná reinventado-política e governo**. Curitiba, 1989.



O JORNAL ESTADO DO PARANÁ. **Curitiba**, Década de 1970.

JORNAL O REGIONAL. **Assis Chateaubriand**, Década de 1970.

O REGIONAL EM REVISTA ano 1979, 1980, 1981, 1982.

RIBEIRO, D. **Os brasileiros; 1ª teoria do Brasil**, 11ª ed. Rio de Janeiro, ed. Petrópolis, Vozes, 1991.

SCHAFF, A. **História e verdade**. 4ª ed. São Paulo, 1987,

SODRÉ, N. W. **Síntese de história da cultura brasileira**, 16ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, S.A., 1989.

VAZ, R. **Moysés Lupion - A Verdade**. Curitiba, Paratodos, 1986.

WACHOWICZ, R. C. **Paraná Sudoeste ocupação e colonização**. 2ª ed. Curitiba, ed. Vicentina, 1987.



GT 11 - O Rural na história do Brasil

Pecuária brasileira na Primeira República. Entre história, economia e ciência: outros escritos de Roberto Simonsen.

Joana Medrado¹

¹Doutoranda - Universidade Federal Fluminense - joanamedrado@gmail.com

Resumo

Nesta comunicação serão discutidos aspectos da modernização da pecuária brasileira no início do século XX feita especialmente a partir do melhoramento genético do rebanho bovino, da alimentação racional e da sofisticação da medicina veterinária, que implicaram em uma mudança da paisagem rural do centro-oeste brasileiro. Por entre as polêmicas sobre as diretrizes zootécnicas havia interesses políticos e econômicos bastante complexos, especialmente nos anos da primeira grande guerra. Na tentativa de desvelar parte desses interesses vou apresentar a trajetória inicial de Roberto Simonsen, historiador e economista que antes de publicar sua obra clássica *Historia Econômica do Brasil* teve um importante papel na discussão e implementação de políticas para a pecuária brasileira, enquanto presidente do frigorífico de Santos e membro da Missão Comercial Brasileira à Inglaterra em 1919. Neste período Simonsen escreveu artigos importantes à respeito do mercado de carnes no Brasil, da instalação dos frigoríficos, e do papel da Inglaterra, nosso principal parceiro comercial nesse momento. Iremos analisar como Simonsen utiliza argumentos da zootecnia para defender a importação de reprodutores europeus, e a exportação de carne à Europa – ambos os mercados monopolizados pela Inglaterra. Por outro lado, tentaremos entender porque foi Simonsen um dos primeiros a abordar a atividade pecuária como parte da *Historia Econômica do Brasil*, e não apenas como *Capítulo de História Colonial*, como pensava Capistrano de Abreu. Avaliar sua atuação enquanto historiador, economista e suas incursões na zootecnia poderá revelar alguns dos interesses econômicos e político-nacionais que subjaziam na modernização rural brasileira desse período.

Palavra-Chave: história rural - pecuária - indústria da carne - historiografia brasileira



As duas primeiras décadas do século XX aprofundam as preocupações intelectuais à respeito de qual seria a verdadeira vocação econômica brasileira, uma questão que se desdobra na historiografia posterior. O industrialismo nascente do sudeste coloca em questão a tese – nem sempre tácita – sobre o “país essencialmente agrícola”, que se expressava desde o final do século XVIII – com a decadência da exploração aurífera – e se fortalece com o *boom* cafeeiro de meados do século XIX. No início do século XX, em meio às fábricas e os mais novos proletários rurais e urbanos, a pecuária brasileira ganha o status de economia pujante, que poderia revigorar nosso potencial agroexportador.

Neste artigo abordaremos alguns discursos históricos e historiográficos sobre a modernização rural brasileira, mormente no que tange a indústria pastoril. Um tema em grande medida delineado pelo velho debate sobre a vocação agrária ou industrial do Brasil.

Com a vantagem de fugir aos “gêneros coloniais” tradicionais – açúcar, café, fumo, cacau – marcadamente acessórios à demanda internacional, a carne vai-se construindo discursivamente como produto de primeira necessidade. De mais a mais, agregada de tecnologias, a produção de carne ganhava o status de “indústria pastoril”, reunindo os entusiastas das economias rurais e os defensores da industrialização.

Nossa hipótese é que o estudo da economia pecuária e da atuação das elites ganadeiras trazem elementos que matizariam um pouco as chamadas teses dualistas que se cristalizam na historiografia contrapondo agraristas a industrialistas. Partimos aqui do pressuposto de que no século XX com a formalização da indústria da carne e com a implantação dos frigoríficos não aconteceu apenas a formalização deste mercado, mas muda a estrutura produtiva das fazendas de gado e conseqüentemente a atividade secular de criação de animais é atravessada por uma nova demanda econômica, tendo a economia pecuária, ao se modernizar, ocupado um papel importante no tipo da industrialização rural brasileira.

De acordo com Linhares e Silva, foi no bojo dos debates sobre as estruturas sócio-econômicas brasileiras entre 1950 e 1970, que se formalizaram as teses dualistas em suas versões conservadoras e marxistas do debate. A versão conservadora teve como expoente dois franceses que teriam introduzido no Brasil o dualismo “como esquema de análise explicitamente formulado”, Jaques Lambert e Roger Bastide. Ambos



endossavam a ideia de que em países com passado colonial havia uma “dualidade de estruturas”, ou seja, um setor aberto e moderno, necessariamente urbano, em oposição a um setor rural fechado e arcaico. Na versão marxista, essa distinção rural X urbano nutria em solo fértil a tese de um “feudalismo” brasileiro que necessitava ser golpeado por uma revolução democrático burguesa, superando assim estruturas agrárias latifundiárias e os atores sociais insubmissos a um poder central. Ambas as versões interpretava a agro-exportação como um obstáculo a ser removido em favor do desenvolvimento capitalista e da industrialização.

No Brasil, alguns historiadores se empenharam em superar esse modelo dualista teoricamente, mas percorreram caminhos diversos. Autores como Caio Prado Jr, e posteriormente Fernando Novais, em contraposição a esta tese, deslocam o problema da agro-exportação acurando o olhar para as agriculturas de subsistência. Suas análises admitem que a exploração agrícola em sistema de grande lavoura servia ao capitalismo imperialista europeu, cuja faceta era a colonização americana, porém focalizam a produção para o mercado interno. Se por um lado adotaram uma “perspectiva que entendia a colonização brasileira nos quadros do capitalismo mundial”, afixavam também que desde o período colonial já existiam um processo de acumulação interna, e a chave para entender esse processo era focalizar essas economias “subsidiárias”.

Certamente este foi o motivo pelo qual Caio Prado dedicou uma parte de sua obra clássica, *Formação do Brasil Contemporâneo*, à pecuária, entendida como parte da vida material da colônia. Caio Prado dá centralidade a criação de animais, alocando esta atividade em um contexto de colonização e povoamento, mas, sobretudo enquanto abastecimento alimentar e formação do mercado interno, ou seja enquanto acumulação interna, e não externa de capital, portanto central para desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Diferente da grande lavoura, “nervo econômico da colonização”, a pecuária, junto a agricultura de subsistência, tinha outra estrutura agrária e outra função no quadro geral da colonização, ou como diria Novais, no “antigo sistema colonial”. Tais atividades teriam funcionado como nosso fator de libertação do imperialismo.

Outros estudiosos demonstraram a falência do paradigma dualista empiricamente e nesse caso deve ser destacada a análise de Sonia Mendonça e seu estudo sobre o *Ruralismo Brasileiro*. A autora traz grande contribuição quando identifica uma forma peculiar de aproximação com o Estado e um perfil de reivindicação política característico daqueles que ela chama de “frações dominadas da



classe dominante rural brasileira”, onde estariam inseridos, entre outros, os pecuaristas. Sonia Mendonça vê na Sociedade Nacional de Agricultura, fundada em 1897, a expressão máxima dos interesses dos representantes dessa fração e no Ministério da Agricultura, recriado em 1909, a instância mais importante de recepção e articulação das demandas dessas elites “não hegemônicas” em seu “movimento de diversificação”.

No entanto, parece-nos que ao aproximar a lente seria ainda possível ver, dentro dessa fração de classe, outras frações, como num caleidoscópio de interesses e cultura política. Uma imagem que não caminha para uma fragmentação ilimitada, mas que mostra um contínuo reordenamento das solidariedades nesse momento de incerteza política e econômica e de afirmação de outros grupos e de outros interesses. Para tanto propomos focalizar e comparar a atuação dos pecuaristas de São Paulo e do Triângulo Mineiro, que tinham pensamentos diferentes sobre as estratégias de melhoramento desta atividade.

A modernização da pecuária brasileira no início do século XX estava sendo pensada a partir do refinamento genético do rebanho bovino, da alimentação racional e da sofisticação da medicina veterinária, que implicaram em uma mudança da paisagem rural do centro-oeste brasileiro. Mas esse consenso acobertava muitas divergências, por exemplo, à respeito da melhor matriz genética racial para o gado bovino. Escanteados pela política de incentivos do Estado, a qual se voltava para um modelo de melhoramento genético baseado na raças europeias, ou no máximo no gado nacional selecionado, chamado caracu, os criadores de gado zebu no Triângulo experienciaram outra estratégia de empoderamento social, afirmação e reprodução do seu status.

Esses criadores que no início do século XX começavam a se consolidar no Triângulo Mineiro e rivalizar com os paulistas, só tiveram apoio significativo do Estado durante o governo de João Pinheiro, que se inicia em 1906 e em 1908 subsidia a importação de animais da raça zebu, da Índia. Mas é entre 1913 e 1921 que acontece de fato o apogeu das importações desse gado e estas se destacam por terem sido realizadas pessoalmente por estes, aqui chamados fazendeiros-comerciantes do Triângulo mineiro, que foram à Índia, instalaram fazendas e agenciaram as importações.

Entender a atuação dessas elites, matiza assim a tese dualista exposta acima que associa diretamente os interesses agro-exportadores a interesses imperialistas e também a tese de que os grupos rurais “não hegemônicos” necessariamente dependiam do Estado para a viabilização de suas demandas. Outras estratégias que não o favoritismo



do Estado permitiram que os pecuaristas do Triângulo dominassem o mercado de carne e impusessem o padrão genético racial ao rebanho bovino brasileiro.¹

Embora a historiografia brasileira sobre pecuária não tenha sido farta nem especializada, como tentamos mostrar acima, este sempre foi um tema que tangenciou importantes análises sobre crescimento econômico e formação social brasileira, estes sim temas que ocuparam a mente de autores como Roberto Simonsen, Caio Prado Jr, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Atuando no sentido de tomar a pecuária brasileira como mote de investigação das formas de articulação das elites, da percepção sobre o mundo rural brasileiro e sobre a maneira como o discurso de modernização científica estava se incorporando em uma certa maneira de se pensar o crescimento econômico nacional, enveredamos pela análise de alguns autores que deram densidade ao tema. Por ora será destacado Roberto Simonsen, que chamou a atenção pela importância historiográfica e pela intersecção com o pensamento sobre zootecnia e com as políticas voltadas para a pecuária na época.

Embora os economistas da primeira republica estivessem empenhados em achar um caminho de crescimento econômico nacional e se dividissem entre aqueles que pensavam que tal crescimento seria oriundo das produções rurais, agro-pecuárias, e aqueles que acreditavam nas produções industriais, não estava conformada na prática essa contradição. A disputa por uma diretriz econômica, pela eleição dos produtos que seriam o motor de crescimento econômico brasileiro girava em torno de serem tais gêneros necessários ou acessórios às demandas internacionais, de visarem mais o mercado interno ou externo, de serem ou não produtos de tipo colonial.

Simultaneamente a questão da técnica agregada a cada produto, que lhe rendia o estatuto de uma economia *moderna* - mormente associada às produções urbanas e industriais - era um componente importante no debate que se desdobra no paradigma dualista. Assim, o apelo à modernização rural, expressa por exemplo nos discursos de pecuária intensiva e de apuro racial do gado bovino, aparecia como um antídoto natural ao dualismo, e mentes bastante liberais como a de Simonsen pregava uma ação conjunta entre a produção rural, que não precisava ser rústica, e a industrial, que não necessariamente era moderna.

Como é largamente conhecido, Simonsen foi um dos mais importantes mentores da Escola de Sociologia e Política fundada em 1937 na Universidade de São Paulo, e

¹ Atualmente 85% do gado brasileiro é zebuino de origem indiana, algo totalmente impensável na época.



assumiu a cadeira de História Econômica, donde se origina sua obra principal *Historia Econômica do Brasil*, feita por ocasião do curso. Entretanto, bem antes de fundar esta cadeira, Simonsen se dedicou ao estudo da indústria da carne do Brasil, bem como à elaboração de políticas para o seu desenvolvimento. Data de 1919 importantes escritos de Simonsen à respeito do mercado de carne no Brasil, da instalação dos frigoríficos, e obviamente do papel da Inglaterra, principal parceiro comercial do Brasil nesse momento.²

Era tão forte essa sua verve que em 30 de maio de 1919 em um banquete oferecido pela cidade de Santos por ocasião da designação de Simonsen para fazer parte da Missão Comercial Brasileira na Inglaterra ele foi identificado como “engenheiro e industrial paulista, que se tem especializado no estudo do nosso problema pastoril e do nosso aparelhamento em ‘paking-houses’, ou matadouros frigoríficos”. Era figura querida em Santos, tanto sim que foi convidado para ser presidente da Companhia Frigorífica de Santos, o segundo mais importante empreendimento brasileiro no setor.³

Criado em 1917, essa Companhia daria maior possibilidade de escoamento internacional da produção de carne, já que o primeiro matadouro-frigorífico do país criado em Barretos, quatro anos antes, era desprovido de vagões frigoríficos, só conseguindo dar vazão a sua produção depois que a Companhia “adquiriu em Buenos Aires o antigo navio frigorífico da Mala Real Inglesa, o 'Rotary', que foi rebocado para Santos e ali utilizado como depósito. Foi desse modo que essa firma pode cumprir com galhardia os seus contratos com o governo da Inglaterra”.⁴

Roberto Simonsen era, portanto, um intelectual de fortes convicções políticas e econômicas, mas era também um homem especialmente entretido com as atividades econômicas que ele mesmo estudava, seja em nível diplomático, seja em seus negócios pessoais. Talvez por isso tivesse tanto cuidado em legitimar sua análise sobre política econômica no Brasil, afirmando que elas tinham isenção moral porque eram “fruto sincero dos estudos em que me tenho detido no campo da economia nacional” e que não tinha “qualquer ligação ou dependência econômica, financeira, política ou social, à cujas injunções, direta ou indiretamente, possam estar subordinadas as minhas

² Esse material encontra-se na Academia Brasileira de Letras, porque foi Simonsen acadêmico em 1945, em trajetória fugaz na instituição já que faleceu no salão nobre da academia em 1948.

³ Roberto Simonsen. *A Margem da Profissão. Discursos, conferências, publicações*. São Paulo, editora Limitada imprimiu, 1932, p. 73. Este livro consiste em uma reunião de artigos elaborados entre 1916 e 1931, publicado no ano seguinte.

⁴ Idem, pp. 78.



convicções”.⁵ Difícil imaginar tal isenção exatamente pelo fato de ter Simonsen dirigido o frigorífico de Santos e participado da missão à Inglaterra.

Ao falar sobre desenvolvimento econômico, Simonsen demonstra largo entusiasmo por uma economia agrária e ao mesmo tempo industrial. Cita como exemplo a economia norte americana em cujo desenvolvimento econômico "a agricultura manteve um papel preponderante", tendo sido "nela que a América buscou os elementos de vida para as suas indústrias as quais a lavoura não forneceu apenas a matéria prima, mas proporcionou também os seus capitais". Pensando fundamentalmente nessa associação de interesses diz ainda que tal situação só fora possível "devido à execução dos trabalhos úteis, à drenagem, à irrigação, ao desenvolvimento das estradas de ferro, à construção e melhoramento das estradas de rodagem, à difusão do ensino agrícola; resulta ainda dos aparelhos de crédito agrícola". Coroa sua interpretação entendendo que "o cultivador americano transportou para o campo os ensinamentos da moderna organização industrial, da organização científica", e esse seria o segredo da economia norte-americana ter se destacado.⁶

A visão de Simonsen ajuda a compreender qual era a questão que se colocava nos auspiciosos anos finais da década de 1910. Na tentativa de dar conta das demandas internacionais de uma Europa beligerante, se desejava investir em gêneros de primeira necessidade e não repetir os gêneros coloniais de exportação – tão mal quistos pelos ideólogos da economia brasileira. Tanto sim que na introdução de uma obra sua sobre política econômica nacional, usa uma frase de Pandiá Calógeras, ministro da Agricultura entre 1912 e 1914, que diz assim: “ser país forte e independente importa em coisa mais alta do que produzir gêneros coloniais – cacau, café, açúcar, borracha, fumo – que alimentam o consumo voluntário e não necessidade essenciais da vida”. Esse parece refletir o cerne das preocupações de Simonsen e justificar sua propensão em proteger e estimular a produção de carne no Brasil.

A intersecção entre o pensamento de Simonsen enquanto historiador e a zootecnia é interessante de ser observada porque, de maneira inversa, via de regra os agrônomos, veterinários e zootecnistas, para validar suas opiniões, recorriam às memórias históricas na tentativa de identificar as raças de gado que povoaram o Brasil

⁵ Roberto Simonsen. *Aspectos da política econômica Nacional*. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1935, p. 5.

⁶ *A Margem da Profissão*, p. 29.



colonial. Em meio ao debate sobre a raça que devia predominar no rebanho brasileiro, e, portanto, sobre quais reprodutores deveriam ser importados (se ingleses, franceses, holandeses, ou indianos), era feito um retrospecto histórico na tentativa de mapear a genealogia do gado nacional a partir das famílias que aqui se estabeleceram como criadores de gado ainda no período colonial e que poderiam ter mantido linhagens fechadas de gado, o que interessava sobremaneira os pecuaristas. Ou seja, com objetivo meramente zootécnico esses cientistas falavam de história; de maneira semelhante, a trajetória de Simonsen revela que com o objetivo de apreender a história alguns historiadores falaram e reproduziram os discursos da zootecnia da época que estavam atravessados de interesses políticos e econômicos.

Os textos de Simonsen confirmam a relação estreita entre o mercado de carne e o de reprodutores, o que significa que a discussão sobre a raça de gado mais adequada ao Brasil não era apenas diletantismo dos criadores ou questão de paladar, como se dizia na época, mas estava atravessada por interesses do comércio internacional. Nesse sentido Simonsen coloca-se claramente favorável à importação de reprodutores europeus, e à intensificação do mercado exportador de carne à Europa – ambos os mercados monopolizados pela Inglaterra. Nesse momento em que a pecuária brasileira começa a receiar pelo arrefecimento de seu mercado já que finda a guerra os europeus poderiam escolher com mais liberdade a carne que mais lhe aprouvesse, o posicionamento de um membro da Missão Comercial Brasileira à Inglaterra era central.

Por outro lado, ou por isso mesmo, foi Simonsen um dos primeiros a abordar a atividade pecuária como parte da *Historia Economica do Brasil*, e não apenas como *Capitulo de historia colonial*, como pensava Capistrano de Abreu. Por isso vale entender o tipo de narrativa que Simonsen constrói.

Há pelo menos duas vertentes de estudos sobre criação de gado no Brasil e Simonsen parece vincular-se às duas. Uma que a evoca em meio às narrativas sobre interiorização do Brasil, na qual o gado tem papel relevante sendo protagonista “natural” desse processo – é na busca de alimento que o Brasil vai ampliando suas fronteiras, é no movimento do gado que vai-se criando fazendas que vão se tornando vilas e depois cidades. E outra que vê a pecuária como motor de desenvolvimento econômico.⁷

⁷ Assim como explicar uma rebelião pela fome (food riots), um vínculo já bem questionado por Thompson, há também problemas analítico em explicar a expansão territorial e a integração nacional pelo movimento “natural” dos animais. Cf



Na análise sobre pecuária colonial Simonsen reproduz, literalmente, trechos de Antonil, Oliveira Viana e Capistrano de Abreu, harmonizando-se com o primeiro tipo de narrativa que percebe conceitualmente a criação de gado como pastoreio, ou seja como atividade natural, não econômica. Tanto sim que a chave de seu pensamento esta no corte que faz entre essa fase de *pastoreio* e aquela de *pecuária*. Para o autor, a criação de gado vai ganhando importância enquanto economia pecuária e não mais como pastoreio de ocupação territorial, à medida que serve ao desenvolvimento dos futuros centros da economia brasileira, em uma análise claramente teleológica. Nas suas palavras, “as leis econômicas foram, assim, delimitando, dentro das fronteiras brasileiras, as zonas de preponderância de gado e de melhor carne bovina(...) No comercio bovino, como na hegemonia econômica do país, perdia o Norte a sua preponderância inicial”.⁸

Segue, portanto, que a criação de gado com sentido comercial, a verdadeira pecuária, acontece no período republicano, como retaguarda dos “centros populosos, Rio e São Paulo”. Acrescente-se aí a certeza inabalável com que afirma que são as regiões sulinas as destinadas ao desenvolvimento da pecuária já que “no sul, em zona temperada, o gado pode ser continuamente melhorado pela importação de espécimes selecionados dos climas temperado, em que a criação alcançou grande adiantamento”, leia-se, gado europeu, sobretudo inglês. Tais comentários, entre outros do mesmo gênero, são respaldados em notas de pé de pagina que referem aos seguintes autores: Nicolau Athanassouf, Mario Maldonado e Otavio Domingues, todos autores de manuais de zootecnia, ligados à Diretoria de Industria Animal de São Paulo e que empreenderam o debate contrário a introdução no Brasil de raças indianas mais resistentes ao clima tropical brasileiro. O zebu poderia ter sido, e de fato foi tempos depois, o motor de um desenvolvimento econômico do norte e do nordeste.

O tema da pecuária, destrinchado em dois capítulos na obra *História Econômica* é, portanto central para a fixação do objetivo político e historiográfico de Simonsen, qual seja, fazer uma interpretação econômica do Brasil fundada na idéia de declínio econômico e social do “Norte” e ascensão do “sul” criando um elo entre “expansionismo paulista” e economia cafeeira. Nas suas palavras, “foi ela [a pecuária] igualmente que amparou as populações do Sul entre o fim da mineração e o advevo do

⁸ Roberto Simonsen. SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. 6ª edição, São Paulo: Companhia editora nacional, coleção brasileira (grande formato), 1969, p. 186 e 187.



café”. A criação de gado teria assim servido enquanto motivo de “ocupação da terra” e de “formação unitária do Brasil”, como bem dizem os títulos do seus capítulos, cumprindo a dupla função que lhe cabia na história.

De fato, entender a palavra pecuária enquanto substantivo e não adjetivo foi um desafio na época. Assis Brasil, "publicista e adiantado agricultor patricio" na condição de "amigo dedicado" da revista *Lavoura e Criação*, editada desde 1916 pelo grupo paulista - - incluindo-se aí o afamado Eduardo Cotrim - escreve um texto no primeiro número, esclarecendo o conceito pecuária, ou a pecuária como um conceito. Depois de comentar o largo interesse que tinha pela nova publicação, a qual iria intitular-se *Agronomia e Pecuária*, mas que exato por sua intervenção mudou para o nome *Lavoura e Criação*, Assis Brasil disserta sobre o termo pecuária:

"Para que esse adjetivo pecuária substantivado em uma aplicação que não é absolutamente clássica na nossa língua? (...) tendo dito *Agronomia*, já não é necessário dizer mais nada para que se entenda que a Revista se ocupará também de criação. *Agronomia* é a ciência da Agricultura; a Agricultura divide-se em duas grandes províncias principais - a *Lavoura* e a *Criação* - (*Labourage* e *E'levage*). Não há um escritor correto que diga *Agricultura e Criação*, como dizemos frequentemente nós, brasileiros. É que, assim como não temos a coisa, também não temos as palavras. A questão aqui já não é de pureza de linguagem; é de bom senso, é de evitar um disparate (...). Quanto a um substantivo para tomar o lugar da horrível pecuária, aí estão a mesma criação, gado, gadaria (a ganaderia espanhola) e até mesmo pecuária, como neologismo."⁹

Neste texto nosso esforço foi entender como se construiu uma historiografia que associa a criação de gado no período colonial a colonização e esta ao pastoreio e como essa construção implicou em certa estagnação dos estudos sobre pecuária. Nesse sentido sobrevoamos um pouco das discussões a respeito das interpretações dualistas que contrapunham mundo rural (arcaico) e urbano (moderno), elites agro-exportadoras a burguesia nacional, e das discussões derivadas do dualismo e das críticas a ele, ou seja, da existência de um feudalismo brasileiro que precisava ser superado por uma revolução democrático burguesa, ou por uma mudança profunda na estrutura agrária. Nesse interim de debates é que apareceram as análises sobre a pecuária, ora entendida na

⁹ *Lavoura e Criação*. São Paulo, ano i, n.1, 1916.



complexidade de um sistema econômico, ora como fator de colonização e “povoamento”. Sem negar as mudanças no sistema produtivo a partir da sofisticação de um mercado de carnes, na realidade, aprofundado nessa mudança, se pode vislumbrar as diferenças interpretativas dos autores que perfilamos aqui: Roberto Simonsen e Caio Prado Jr. que dedicaram maior ou menor atenção a pecuária praticado no Brasil central, esta que é impactada mais fortemente pelo processo de industrialização.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- LINHARES, Maria Yedda L.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da Agricultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.
- MENDONÇA, Sonia. *O Ruralismo Brasileiro. (1888-1931)*. São Paulo:Hucitec, 1998 Editora Nacional, coleção brasileira, 1969.SIMONSEN, Roberto. *A Margem da Profissão. Discursos, conferências, publicações*. São Paulo, editora Limitada imprimiu, 1932.
- SIMONSEN, Roberto. *Aspectos da política econômica Nacional*. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1935
- SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. 6ª edição, São Paulo: Companhia editora nacional, coleção brasileira (grande formato), 1969



GT 11 - O Rural na História do Brasil.

Recursos naturais e posse da terra: Zadrugari e Faxinalenses.

Ancelmo Schörner¹

José Adilçom Campigoto²

¹Doutor em História, professor do Departamento de História da UNICENTRO/PR, campus de Irati; e-mail: ancelmo.schorner@terra.com.br

²Doutor em História, professor do Departamento de História da UNICENTRO/PR, campus de Irati; e-mail: ja.cam.pi@hotmail.com

Resumo

Esta comunicação é parte do Projeto Migrantes eslavos no Sul do Paraná: relações familiares, usos e ocupações da terra – a Zadruga e os Faxinais, desenvolvido pelos autores em 2010. Nesta comunicação daremos ênfase às formas de posse da terra e relações com os recursos naturais entre os zadrugari e os faxinalenses. Uma Zadruga compreendia um número de famílias nucleares (marido, esposa e filhos) e todos os que iam sendo incorporados à ela. Seu número total oscilava, em média, entre 20 e 40 pessoas. Tal unidade tinha direitos comuns sobre os campos, pomares, vinhedos e pastos, bem como sobre as lojas que trabalhavam com linho e cânhamo. Alimentos, remédios, roupas, casas e mobílias eram produzidos na Zadruga; sal e ferro eram obtidos fora dela. A Zadruga possuía a totalidade de suas posses como uma unidade; os membros mantinham apenas os direitos de compartilhar: eles habitavam a mesma casa sob o governo de um chefe, trabalhavam as terras não divididas, construía habitações, cuidavam dos rebanhos e usufruíam das receitas. Chama-se Faxinal a um modo de utilização das terras em comum, existente na região Sul do Brasil, para a criação de animais e que se tem classificado como manifestação cultural pertencente à categoria dos povos tradicionais. O Faxinal distingue-se pelo uso comum de parte da terra para a criação de animais (o criadouro comum). Dessa forma, a manutenção de certo espaço para a criação de animais, inclusive para pessoas que não são as proprietárias legais da terra, é uma de suas características básicas. O plantio das lavouras (terras de plantar), pode ocorrer de maneira particular, por membros de uma única família ou coletiva nos chamados puxirões ou mutirões.

Palavras-Chave: 1: Faxinal; 2: Zadruga; 3: Eslavos; 4: Território.



Sobre a evolução das formas familiares comunais, conhecidas como “Zadruga”, a tradicional família comum dos eslavos, e das tradições de entreajuda relacionadas com elas no campo eslavo, escreve-se desde as primeiras décadas do século XIX. Contudo, seu esclarecimento teórico permanece extremamente difícil (GRUEV, [s/e]), e, embora sua definição resulte da combinação de diversos critérios, de forma geral ele é percebido como uma forma familiar de unidade econômica com consumo coletivo e bens não divididos.

Um desses autores, Stefan Bobtchev (1907), analisando a interpretação jurídica da Zadruga, indica dois tipos: a Zadruga simples, que corresponde à família comum pela dimensão e pela composição, mas o seu chefe é proprietário dos bens, e a Zadruga complexa ou coletiva, na qual a união faz-se não só com base na propriedade comum dos bens, mas também com o objetivo de sustento, apoio e proteção. Estas características são particularmente importantes, porque são a partir delas que sobreviveram as Zadrugas em sua forma clássica: uma “família” cujos membros variam, em média, de 20 a 40 pessoas que vivem, trabalham, comem e governam-se em comum.

Em 1859, o croata Ognjeslav U. Ostrožinski publicou uma monografia sobre a Zadruga¹. Para legitimar seu projeto, Ostrožinski argumentou que ele tinha crescido no que chamou de Hauskommunion (casas comunais), sendo esta sua principal fonte de informação. O trabalho de Ostrožinski, *Die der Hauskommunionen Suedslaven*, é a primeira descrição completa da vida familiar e comunitária de uma Zadruga, cujos elementos principais são: 1) a propriedade familiar da terra, animais e meio de trabalho na Zadruga é mantida em conjunto sob a égide da idéia de ‘família de pessoas’; 2) uma comunidade de vida em comum (músicas e danças folclóricas durante e depois do trabalho, conservação de lendas e tradições); 3) uma comunidade de trabalho conjunto; 4) uma comunidade de autoridade centrada na pessoa do chefe que administra a Zadruga (RIHTMAN-AUGUŠTIN, 1988, pp. 211-212).

Em 1884 um texto de Baltazar Bogišić sobre a Zadruga foi publicado na França. Ele começou com uma longa enumeração de obras sobre o tema, mostrando

¹ Os primeiros relatos escritos sobre o tipo de família depois identificado como Zadruga data de meados do século XVIII e são atribuídos aos escritores Matija Antun Reljković e Ivan Lovrić, e aos viajantes Mathias Piller e Ludwig Mitter Pacher (VITTORELLI, 1999). O autor que utilizou pela primeira vez a expressão Zadruga foi o etnólogo e lingüista sérvio Vuk Stefanović Karadžić (1852) e apareceu na primeira edição do seu dicionário Sérvio-Alemão-Latino (1818), e queria dizer Casa Comunal.



indisfarçável orgulho pela Zadruga porque, ao contrário de outras instituições dos eslavos, ela foi capaz de atrair a atenção de tantos pesquisadores ocidentais.

Alguns anos depois, em 1888, Ivan E. Guechev publicou um texto sobre a Zadruga. Partindo dos estudos de Émile Laveleye (1878), Ivan Guechev diz que ela é uma comunidade (*челяди*), onde o pai, mãe, filhos e netos moram na mesma casa. Neste texto ele começou perguntando:

‘Zadruga! Quantos dos leitores destas linhas sabem o significado da palavra? Quantos dos escritores búlgaros ocupados com a política e a crítica encontraram tempo para estudar este estabelecimento familiar búlgaro, a vida búlgara em geral?’. Além disso, falando sobre a propriedade, ele se pergunta: ‘Qual deve ser o status da propriedade, pessoal ou não?’, e responde citando um *zadrugar* (membro da zadruga): ‘Para nós fica bem se for familiar’.

Antun Radić (1897), também estudou a Zadruga. Com base em um questionário chamado Osnova, ele construiu um modelo descritivo que compreende: 1) propriedade comum da terra e dos meios de trabalho, o que significa que o valor dominante é o da harmonia; obrigações comuns para com o sistema social maior; 2) vida em comum; seus membros vivem em uma casa comum, mas os casais podem viver separadamente; todos os membros comem juntos; 3) trabalho em comum dos membros da Zadruga dentro do qual os trabalhos são divididos em masculino, feminino; 4) o líder é a autoridade máxima; a dona de casa tem o poder que vem da organização e supervisão do trabalho das mulheres.

De acordo com Alexa Stanischitsch (1907, p. 45), uma Zadruga era² integrada por 10 a 20 pequenas famílias relacionadas por laços de sangue, que viviam e trabalhavam juntas, possuíam uma propriedade comum e reconheciam a autoridade de um mesmo patriarca. Elas ocupavam aldeias inteiras e tinham um culto doméstico a um santo protetor que dava identidade ao grupo, aonde a vida econômica, religiosa, de autoridade e obediência formavam um todo. Os interesses materiais se reforçavam com os sentimentos, as crenças, as opiniões comungadas, o parentesco³, os direitos e os costumes sustentados na tradição.

² Outros autores, como TOMAŠIĆ (1948, p. 149), MENDRAS (1978, p. 69) e WOLF (1970, p. 60), também usam verbos no passado, como se o objeto do estudo fosse algo suplantado no tempo.

³ “Aqui todo o mundo se conhece”. ‘Aqui’ designa um habitat, um território, definido por oposição aos territórios vizinhos, e um território construído que serve a seus habitantes de residência, de instrumento de trabalho e de quadro de sociabilidade (MENDRAS, 1978, p. 87, citando MAGET, 1953).



A primeira obra sobre a zadruga escrita por uma mulher foi publicado em 1914 por Ljubiza Rakitsch e trata-se da dissertação que ela escreveu no departamento de Pedagogia da Universidade de Zurique. Rakitsch analisa em detalhe “a posição da mulher na família patriarcal da sérvia, que estava em contraste com as culturas mais desenvolvidas” (VITTORELLI, 1999, citando Rakitsch, 1914, p. 17).

De acordo com ela, a esfera doméstica era o domínio das mulheres, que ficavam excluídas de qualquer discussão pública. A educação doméstica na Zadruga foi o interesse principal Rakitsch, o qual ela dividiu em cuidado físico, moral, educação intelectual e estética, sendo que todos ela os julgou desfavoravelmente ante seu ponto de vista ocidental: a higiene praticada não cumpriam as normas da higiene moderna; as virtudes ensinadas ela classificou como primitivas; os seus membros ela os caracterizou como analfabetos. A única forma de arte que Rakitsch apreciava era a poesia popular, que citou várias vezes para provar sua tese.

A partir dos anos 1940, Milenko Filipović (1945 e 1976), faz observações importantes sobre as Zadrugas com base em material de campo reunido no período entre os anos 1920 e 1940 de todo o campo eslavo. As suas observações são particularmente interessantes porque refletem tanto o estado no momento do registo do problema, como também as mudanças ocorridas nos tempos mais recentes. A abordagem proposta por Filipović examina a Zadruga como um fenômeno demasiado complexo para que seja definido de forma unívoca, e é essa diversidade que indica a sua elasticidade no tempo e no espaço. Assim, a Zadruga era uma “família comunal”, um termo utilizado para uma instituição particular de vida em comum, mais amplo que uma família biológica.

Para Dinko Tomašić (1948, p. 149, grifos no original), uma Zadruga era economicamente, bem como emocionalmente, uma comunidade auto-sustentável, que compreendia um número de famílias nucleares: o marido e a esposa, com sua respectiva prole; seu número total de membros oscilava em média entre 20 e 40. Os membros de uma Zadruga eram geralmente parentes, mas freqüentemente eram incluídos não-parentes, o qual, por um ritual de troca de sangue, se transforma em “irmão” de sangue de um *zadrugar* e, conseqüentemente, ele próprio um *zadrugar*.

Tal unidade possuía direitos comuns sobre os campos, pomares, jardins, vinhedos, gado e pastos, bem como as lojas que trabalhavam com linho e cânhamo. Alimentos, remédios, abrigo, roupas e mobílias eram produzidos dentro dos limites da Zadruga apenas uma quantidade mínima de produtos, geralmente gado e suínos, era



vendida para se obter sal e ferro para os instrumentos. A Zadruga possuía e manuseava a totalidade de suas posses como uma unidade; os membros mantinham apenas os direitos de compartilhar (WOLF, 1970, p. 60). Organizadas principalmente em torno de posses fixas e inalienáveis, e não em torno de laços de “família”, as Zadrugas podiam existir por um número indefinido de gerações, sendo que os **mais velhos** encarnavam a continuidade da coletividade e transmitiam a cultura, o saber, os valores e as normas às crianças e aos jovens (MENDRAS, 1978, p. 100).

Já Eugene Hammel (1972), a define como um “conjunto de regras que funcionam em determinados limites e exercem influência sobre as cadências com as quais ao grupo de pessoas que vivem em conjunto adicionam-se novos membros e que regulam a dimensão máxima dos respectivos grupos exercendo pressão sobre o crescimento”. Assim, Hammel dá um passo importante no estudo das Zadrugas alargando a sua definição, não só no quadro do parentesco patriarcal, mas também sobre o carácter cíclico das mesmas.

As famílias ocupam uma grande casa comum, a *družinska hiža*, um número de habitações individuais, *komoras*, e outros edifícios construídos ao redor, como estábulos e os *egrek* (curral no campo para os ovinos com uma cabana habitada pelos pastores (GUECHEV, 1888)) e cultivam em comum um número de campos aráveis (onde plantavam trigo, milho, centeio, aveia e cevada), pomares (onde cultivavam diversas variedades de ameixas, maçãs, peras e pêsegos) hortas (nas quais plantavam batatas, couves, nabos, feijões, ervilhas e tomates) e vinhedos.

Eles possuíam em comum florestas, rios, prados, rebanhos de gado, porcos, cabras, ovelhas, cavalos e diversos tipos de aves⁴. Como uma família comum, todos são sustentados e as refeições são servidas na *hiža* a todos os membros da Zadruga ao mesmo tempo. Vemos, assim, que ela não é apenas uma família ou uma unidade econômica, mas também uma instituição territorial política (TOMAŠIĆ, 1948, p. 149ss). Dessa forma, a propriedade da terra, além de fornecer recursos materiais para todos, tinha um profundo valor simbólico: era por meio dela que se garantia a existência do grupo através dos tempos. Vender as terras de uma Zadruga era o mesmo que decretar o desaparecimento de seus membros.

A unidade indissolúvel do grupo doméstico e de seus membros, que são ao mesmo tempo produtores e consumidores, e o fato de que a terra, do ponto de vista da economia do grupo, é um meio de vida e não um capital que deva ser rentabilizado, fazem com que o sistema econômico camponês não possa ser analisado nos termos da economia industrial: não se pode isolar, de forma significativa, nem salários, nem capital, nem remuneração do capital, nem lucro. Dentro de uma prática econômica

⁴ Cada membro da Zadruga pode possuir bens pessoais, chamado *osebunjak*. Originalmente, ele consistia exclusivamente da vinha. Com o tempo ele passou a incluir também um campo de trigo ou feno e outras terras (KOTARSKI, 1907, p. 224). Ele era comprado, herdado ou trazido como dote. Contudo, o trabalho no *osebunjak* era iniciado por cada proprietário depois que ele fez a sua parte no trabalho da propriedade comum da Zadruga (TOMAŠIĆ, 1948, pp. 155-156).



realizada no autoconsumo e na troca, onde cada bem tem sua utilidade particular, a moeda não pode desempenhar mais que funções marginais (MENDRAS, 1978, p. 48ss).

Passemos agora a analisar as vantagens e as desvantagens que o sistema de Zadrugas apresenta, segundo Ivan Guechev (1888). Para ele não há dúvida que ele tem importantes vantagens econômicas e morais, e cita algumas:

1) ele dá a possibilidade de todos os seus membros se adaptarem à agricultura e à divisão do trabalho. Os camponeses búlgaros atribuem uma grande importância a esta vantagem e afirmam que '(...) quando estamos sozinhos, a pessoa deve tratar das lavras, do gado, das compras, de tudo; quando estamos juntos, um compra e vende por todos, outro trata do gado, um terceiro cuida das lavras'. Desta forma, os zadrugari poupam tempo, ganham experiência e sua Zadruga progride; 2) na Zadruga o mais digno governa, e haja vista que preocupações diversas não desviam a sua atenção de seu objetivo principal - a prosperidade e o avanço da Zadruga - ele está sempre em condições de lhe dedicar todas as suas capacidades; 3) cada membro da Zadruga têm direito de uma parte dos bens e das receitas comuns por isso não há pessoas pobres, não há proletariado com todas as suas desgraças e perigos; 4) as crianças não passam fome e não andam sem roupa devido à desgraça dos pais. Se alguém de uma Zadruga for recrutado no exército, se adoecer ou alcoolizar-se, os restantes fazem o seu trabalho e sustentam os seus filhos.

Segundo Ivan Guechev (1888), do ponto de vista da produção abundante e da distribuição regular das riquezas as vantagens acima referidas têm uma importância indiscutível. Mas além delas, a Zadruga tem também algumas vantagens morais e políticas. O autor cita três:

1) onde domina a Zadruga há menos crimes: a) porque todos têm com que satisfazer as suas necessidades e por isso não há pobreza, que é a fonte de todo mal; b) porque as pessoas que vivem no seio de uma família numerosa, sob um controle mais rigoroso, têm de manter uma honra familiar e são, assim, mais cuidadosos; 2) a Zadruga desenvolve as virtudes domésticas: o filho não deseja a morte do pai para herdá-lo, porque quase sempre depois da morte dos pais a herança não é partilhada; 3) a transmissão constante de lendas e tradições.

Sobre as desvantagens, Ivan Guechev se pergunta: contra estas vantagens que desvantagens podem ser opostas? Para ele, do ponto de vista da moral, elas não existem, exceto uma: a mistura numa casa de pessoas de diversos sexos e idades. À ela pode acrescentar-se também a tentação que a Zadruga representa para o gospodar quando ele procura tirar proveito de sua situação prejudicando os demais membros.

No que diz respeito às desvantagens econômicas, Ivan Guechev diz que "1) ela consome o espírito de iniciativa de seus membros; 2) debilita o amor ao trabalho dos zadrugari, que não têm estímulos de desenvolver técnicas diversas de trabalho porque



sabem que eles e os seus filhos, de qualquer forma, têm direito a comida e de roupa; 3) ela ensina aos diversos zadrugari só um tipo de trabalho”.

Essas questões são vistas de forma diferente por Dinko Tomašić (1948, p. 162).

Segundo ele, há uma distribuição do trabalho de acordo com o sexo, idade e habilidade. Assim, os zadrugari têm que confiar em seu próprio trabalho para produzir e fornecer sustento para seus membros. Mas, para prover todas, ou quase todas, as necessidades, um sistema bem organizado e cooperativo de trabalho é organizado, notadamente sob dois aspectos: um deles privilegia uma divisão de trabalho de acordo com a idade, sexo e habilidade; o outro é a tendência em evitar o excesso de especialização.

Assim, temos que, geralmente, é tarefa dos homens cuidarem da lavoura, da aração, do corte de madeira e da carpintaria, bem como do trabalho especial nas vinhas e pomares. Já o cultivo de hortaliças, cozinhar, limpezas pequenas, bordados e cuida da casa são tarefas atribuídas às mulheres. Contudo, elas podem ajudar os homens nos campos de trigo e feno, vinhas e pomares, e os homens podem ajudar as mulheres nas tarefas artesanais, na capina e na colheita, e, às vezes, na tecelagem (em algumas Zadrugas só os homens fazem a tecelagem). Crianças e jovens solteiras são normalmente envolvidas em pastoreio; idosos executam pequenas tarefas na casa ou nos campos; ninguém, no entanto, insiste que eles trabalhem (TOMAŠIĆ, 1948, p. 162).

Próximo aos quatorze anos as crianças são, gradualmente, introduzidas no trabalho e nos negócios da Zadruga como ajudantes e aprendizes, período que dura até que eles se casam (18 anos no caso dos rapazes e 15 no caso das moças). Logo que eles começam a trabalhar a sério podem fazer parte da *družina*: os rapazes sentam-se com os homens adultos em torno da mesa comum e sempre que há algum assunto ou proposta a serem discutidos, eles são autorizados a tomar parte ativa na *dekončak*, e as moças ficam com as mulheres adultas (TOMAŠIĆ, 1948, pp. 169-170).

Contudo, o triunfo da sociedade industrial faz cessar essa coexistência de uma sociedade camponesa e de uma sociedade envolvente. Toda a autonomia das coletividades camponesas começa a desaparecer frente à sociedade urbanizada e industrializada. Assim, a autarcia econômica⁵, demográfica, social e cultural torna-se incompatível com o desenvolvimento de nossa sociedade (MENDRAS, 1978, p. 13).

Faxinal.

A relação dos faxinalenses com a terra está associada ao seu espaço específico, o Faxinal. A particularidade elementar e principal do Faxinal é o uso de maneira comunitária do espaço com vegetação para a criação de animais à solta, separadas da área de plantio. Mas o que é, então, o Faxinal?

Chama-se Faxinal a um modo de utilização das terras em comum, existente na região Sul do Brasil, para a criação de animais e que se tem classificado como manifestação cultural pertencente à categoria dos povos tradicionais⁶: forma própria de uso e posse da terra, o aproveitamento ecológico dos recursos naturais, o cultivo da vida comunitária e a preservação de memória comum (CAMPIGOTO, 2008b, p. 21).

⁵ Condição ou qualidade do ser que não necessita de outro para a sua própria subsistência.

⁶ No caso do Brasil abrange, por exemplo, os indígenas, os remanescentes de quilombos, os caiçaras, os açorianos, os babaqueiros, os caboclos, os caipiras, os sertanejos, as quebradeiras de côco, os pantaneiros, os jangadeiros, os pescadores artesanais, os seringueiros e os faxinalenses (CAMPIGOTO, 2007, p. 1).



Para Paul Little (2002, p. 24), a utilização da palavra “tradicional” gera muitas dificuldades devido à sua polissemia e à forte tendência de associá-la com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico. Contudo, a importância dada às constantes mudanças históricas provocadas pelos processos seculares de fronteiras em expansão e aos múltiplos tipos de territórios sociais que produziram, mostra que o uso do termo tradicional aqui refere explicitamente a realidades plenamente modernas.

Contudo, para Little (2002, p. 24), o conceito de povos tradicionais é um mecanismo analítico capaz de conjugar fatores como: a) a existência de regimes de propriedade comum; b) o sentido de pertencimento a um lugar; d) a procura de autonomia cultural; e) práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais analisados aqui mostram na atualidade.

O Faxinal é um sistema de produção familiar que apresenta componentes como: a produção animal (criação de animais domésticos, tanto para o trabalho, quanto para o consumo próprio, na técnica “à solta” em criadouros comuns, destacando-se os eqüinos, suínos, caprinos e as aves domésticas); a policultura alimentar (lavouras de subsistência circunvizinhas ao criadouro, destacando-se o milho, o feijão, o arroz, a batata e a cebola); a coleta da erva-mate (o mate nativo se desenvolve dentro do criadouro e é coletado durante o inverno) desempenha papel de renda complementar (CHANG, 1985, p. 13).

A perspectiva histórica nos leva a considerar que acontecimentos do tipo criação de animais em comum não surgem por passe de mágica. Pode-se dizer que a convicção de que tais elementos desenvolveram-se ao longo do tempo representa um ponto sobre o qual concordam os pesquisadores em geral, bem como os que tentam explicar ou compreender sua história. Assim, o Faxinal pode estar relacionado às terras comunais que foi prática comum na Ilha de Santa Catarina desde a chegada dos açorianos (DE CAMPOS, 1991).

O Faxinal é, ainda, interpretado como herança cultural baseada no modo de ocupação territorial implantado pelos jesuítas espanhóis na parte ocidental do Paraná. Segundo esta hipótese, após a destruição das reduções os indígenas reproduziram o sistema e, no contato com outras culturas transmitiam esta experiência comunitária (NERONE, 2000). Deste modo, eles já existiam há muito tempo no Sul do Brasil.

Outros afirmam que os traços básicos da cultura faxinalense estavam presentes na região da mata com araucária antes da política de incentivo à imigração européia



implementada nos séculos XIX e XX. Conforme esta versão, o Faxinal só começa a se formar a partir do momento em que se estabeleceu o contato entre a população que ali vivia e o imigrante europeu de origem eslava (CHANG, 1985). Há também os que acreditam que a origem do Faxinal vincula-se à população existente na região no século XVIII, os caboclos. Aqui, os ucranianos e poloneses entraram em contato com a cultura cabocla e do contato originaram-se os Faxinais (LÖWEN SAHR; IEGELSKI, 2003).

Existe ainda a possibilidade de serem as culturas indígenas do Sul do Brasil o berço de origem dos Faxinais. Sabe-se que os ameríndios usavam a terra coletivamente e, então, algumas questões nada desprezíveis tornam-se inevitáveis: porque estabelecer relações entre os Faxinais e a origem européia? Não estaria funcionando, aí, um mecanismo de menosprezo aos povos nativos? Não seria este o caso de um maquinismo cultural colonialista incorporado e reproduzido pelo historiador colonizado? (CAMPIGOTO, 2008b, p. 21). Os faxinalenses, no entanto, também contam histórias. Porém, contam história sem sujeito porque não apresenta o nome do “fundador”, do “inventor” do Faxinal. Contudo, não há investigação da origem, nem preocupação com documentos, muito menos alguma ansiedade com as relações que se estabelecem com a sociedade como um todo.

A paisagem do Faxinal é especial; as moradias possuem cerca que delimita a morada, o quintal, pomar, jardim, mangueirões e vários outros espaços. Há um conjunto de normas de organização dentro do Faxinal. Este conjunto pode ser chamado de “sociologia das cercas” e se baseia nos princípios comunitários de direitos e de obrigações, válidos para todos os moradores (CHANG, 1985).

Esta tipologia contempla: a) cerca de lei: para deter animais de diversos portes; b) cerca de vão cheio: com sete palmos de altura e traves amarradas com arame; c) cerca de meio vão: com dois fios de arame por cima; d) cerca de paus verticais: com oito palmos de altura; e) cerca de arame farpado: com sete palmos de altura e, no mínimo, oito fios de arame (CAMPIGOTO, 2008a). Existem ainda os valos, com profundidade e largura variáveis, que são os lugares onde estão os mata-burros, espécie de ponte formada por vigas de madeira dispostas de forma transversal e espaçadas destinados a vedar o trânsito de animais, o que dispensa a construção de porteiras.

Essa forma de organização chegou a ser predominante em cerca de um quinto do território paranaense, mas atualmente há um número muito reduzido de municípios



que ainda possuem Faxinais ativos⁷. Entre eles estão Prudentópolis, Irati, Turvo, Pinhão, Rebouças, Rio Azul, Mallet, Inácio Martins, Ponta Grossa, Ipiranga, São Mateus do Sul, Antônio Olinto e Quitandinha (MARQUES, 2004, p. 10ss).

A desagregação dos criadouros comuns pode ocorrer em diferentes estágios. Na primeira etapa, ocorre o confinamento das criações miúdas, mantendo o criadouro somente para criações graúdas. Na segunda, ocorre a piqueteação individual das propriedades, confinando parcialmente também a criação graúda, o que reduz a área comum para a criação graúda do restante das famílias. Na terceira etapa, ocorre a desagregação derradeira do criadouro, com a retirada das cercas. As desarticulações do Faxinal têm implicações econômicas, sociais, ambientais, políticas e culturais para os que vivem dentro dele, que deixam de ter a relação que tinham com a terra e que referenciava sua concepção de mundo (CHANG, 1985).

Outro problema vivido pelos faxinalenses são os conflitos entre eles e os chamados fazendeiros, notadamente gaúchos, aqueles que compram terra nos Faxinais. A maioria dos migrantes gaúchos que foram para Rebouças/PR, por exemplo, eram pequenos e médios agricultores que estavam passando por dificuldades financeiras. A política de crédito agrícola do regime militar favorecia os latifundiários e acentuava a concentração da terra.

Ao comprarem terras em comunidades de Faxinais, a partir dos anos 1980, exerceram uma forte pressão cultural que, aliada a outros fatores, desestabilizou e até acabou com eles em alguns lugares, pois a chegada do colono de origem gaúcha causou no município um impacto sócio-cultural, visto que os recém-chegados eram portadores de outra bagagem cultural, bem diversa daquela dos faxinalenses. O primeiro problema que surgiu entre eles foi com relação às cercas, vital para a manutenção do Faxinal, “haja vista que o cercamento individual supõe sua morte porque secciona um espaço que a princípio é de uso comum, (...) e na ótica do recém-chegado, ela representava um obstáculo ao progresso e era necessário rompê-la a qualquer custo” (NERONE, 2000).

Contudo, por outro lado, há um movimento de revivescência destes povos pelo seu reconhecimento jurídico (leis estaduais e federais) e sua re-significação política, tal

⁷ Assim, conforme o Relatório Técnico do Instituto Ambiental do Paraná (MARQUES, 2004, p. 10), apenas 44 Faxinais mantêm sua organização social típica e a paisagem de matas de araucária; 56 estão desativados, mas preservam a paisagem de florestas nativas; 52 estão extintos, uma vez que perderam totalmente suas características originais, números que indicam uma trama que envolve a modernização da agricultura e o desenvolvimento do capitalismo no campo.



como mostram as pesquisas realizadas no Departamento de História da UNICENTRO/PR, campus de Irati⁸. Entre elas citamos as sobre ritos fúnebres, festas e narrativas, pesquisas sobre a cultura e a história faxinalense a partir da criação e abate de suínos, história da alimentação e sobre migração.

Diante disso, sustentamos que criar animais soltos nos Faxinais é cultura e não resultado de credences ou costumes, e que ele aponta para outros, sempre possíveis, usos e apropriações da terra, o que é extremamente relevante em tempos de individualismo e regulações comerciais, e fundamental para descolonizar o saber e o poder.

Mais do que um singular sistema agrosilvopastoril, ele foi, e é, uma organização que promove a melhor utilização da natureza e pode ser visto sob vários aspectos: a) **ecológico**: como uma das últimas reservas florestais contínuas, alteradas pelo pastoreio e pelas atividades extrativas vegetais; b) **econômico**: equivale à área de atividade extrativa, madeira e ervateira, aliada ao pastoreio extensivo; c) **social**: representa uma interessante experiência já que o Faxinal é interpretado como resultado da interação entre a abundância de meios de produção-terra e mão-de-obra e escassez de capital e portanto de bens de produção (CAMPIGOTO, 2007).

Mas eles são mais que isso: eles formam um amplo sistema comunal, ligado por antigos laços de consangüinidade, vizinhança ou casamento. Neles as pessoas ainda nascem e morrem a poucos quilômetros dos lugares onde seus pais e avós viveram. As rodas de conversa e chimarrão, a divisão do trabalho, a forma da construção das casas e das cercas, e as festas compõem uma estrutura e as representações de um modo de vida que se transforma continuamente, embora existam várias permanências.

Por isso, o Faxinal, com suas formas próprias de uso e ocupação da terra, permitem questionar as formulações etnocêntricas, a tendência do pensamento a considerar as categorias, normas e valores da própria sociedade ou cultura como parâmetro aplicável a todas as demais (DEBIAGGI, 2004).

Para Zayda Sierra Restrepo (2006):

El estudio de las culturas nos revela la importancia de uno contexto i así reconocer el propio pensamiento etnocéntrico estereotipado (...). El conocimiento, a través de viajes, vivencias cotidianas, o través de lecturas, de otras culturas nos amplía el marco en el cual fuimos criados de esta manera elevar nuestro nivel de sensibilidad

⁸ Além disso, citamos a recente institucionalização do Laboratório dos Povos Eslavos e Faxinalenses (LAPEF), vinculado ao Departamento de História da UNICENTRO/PR, campus de Irati, e coordenado pelo autor Ancelmo Schörner.



intercultural (...) que significa, entonces, un permanente proceso de descentración, que implica reconocer los límites de nuestro propio conocimiento.

Considerações finais

Pelo visto acima, a organização zadrugar não apenas fornecia alimentos para a maioria de seus membros, garantindo assim sua reprodução. A Zadruga dependia de comercializar um número muito limitado de mercadorias, como o sal e o ferro para as ferramentas e implementos. Alimentos, medicamentos (que eram preparados com ervas, raízes e sementes), abrigo e roupas (elas eram feitas de linho e lã. Peças de roupas, peças de lã e principalmente bordados, eram tingidos com corantes foram preparadas a partir de pedaços de várias ervas e cascas), eram consumidos e produzidos na Zadruga, o mesmo acontecendo com os utensílios e com o mobiliário.

Com uma crescente influência urbana e com a introdução da economia monetária, o grau de auto-suficiência diminuiu, mas ainda hoje as Zadrugas produzem a maior parte de seus alimentos, roupas e material de habitação. Esta existência, no entanto, não poderia ser alcançada sem a posse suficiente da terra para criar gado e cultivar alimentos, o que significa cerca de 150-200 hectares para uma Zadruga de 30 a 40 membros (ROŽIĆ, 1907, p. 221⁹). Percebe-se, dessa forma, que grandes extensões de terras aráveis e de pastagens e florestas são indispensáveis para a manutenção de sua auto-suficiência.

Para manter a auto-suficiência, uma quantidade considerável de mão-de-obra era necessária para arar a terra, trabalhar com a enxada e demais ferramentas, trabalhar o linho e a lã, preparar a comida, construir habitações, cuidar do rebanho e da criação de gado. Este objetivo (mão-de-obra) era alcançado nas Zadrugas se colocando juntas algumas famílias em uma parte comum da propriedade, pelo casamento precoce e uma alta taxa de natalidade, e, se necessário, pela adoção de noivos.

Por seu turno, os interesses dos faxinalenses vão além da preocupação com a propriedade das terras do Faxinal, mas eles implicam também na preservação de sua cultura, do criador comum, da conservação das cercas, enfim, de um modo de vida e trabalho baseado na organização consuetudinária em que predomina o interesse de subsistência dos faxinalenses e do próprio Sistema Faxinal.

Em Prudentópolis/PR, por exemplo, no Faxinal de Marcondes há uma Associação de faxinalenses desde o ano de 2004 e ela representa anseios como os que aparecem na Escritura Pública de Contrato de comprometimento com as áreas deste Faxinal, assinada por seus integrantes, em 1987, além disso, indicam uma transformação na forma de organização, baseada nos costumes, que passaram para os documentos escritos. Na escritura, no item IV, afirma que “cada um dos contratantes obriga-se por si e por seus sucessores a não mudar o destino de suas áreas de criador para o de cultura” (LUPEPSA, 2009).

Os faxinalenses concebem a terra do criadouro de maneira coletiva, embora ela seja até certo ponto particular e permite, em certa medida que pessoas desprovidas de

⁹ Vatroslav Rožić fala de uma Zadruga no Prigorje que se dissolveu em 1900. Seu número era de 24 pessoas que possuíam 140 acres de terra, oito bois, seis vacas, 2 cavalos, 55 porcos e um grupo de 100 aves. Rožić nasceu em uma Zadruga na região de Prodin Dol (Croácia), em 1857 e tornou-se pároco da sua aldeia natal. Suas anotações e narrativas são de grande valor, especialmente no que diz respeito aos aspectos subjetivos da vida zadrugar.



posse da terra, também possam usufruir o espaço. O plantio das lavouras pode ocorrer de maneira particular, por membros de uma única família ou coletiva nos chamados puxirões ou mutirões, que ressaltam o caráter coletivo e de ajuda mútua no Faxinal. Existem, ainda, especificidades que envolvem a questão de conhecimento territorial das terras faxinalenses. Assim, o Faxinal é marcado pela utilização e responsabilidade coletiva do que nele existir, principalmente as cercas e os animais. Restringir esta marca implica em comprometer o caráter do Faxinal.

Referências bibliográficas.

Bobtchev, Stefan. **A zadruga de filharada (челяд) búlgara**. Colectânea NUNK, números 22-2, Sófia, 1907.

BOGIŠIĆ, Baltazar. **De la forme dite inokosna de la famille rurale chez les Serbes et les Croates**. Paris, 1884.

CAMPIGOTO, José Adilçon. **Mapa temático dos Faxinais**. Irati, mimeo, 2008a.

CAMPIGOTO, José Adilçon. **Os Faxinais na Região de Irati: História e Cultura**. Mimeo, s/e., 2007.

CAMPIGOTO, José Adilçon. **Representações sobre cultura na região de Irati**. Irati, mimeo, 2008b.

CHANG, Man Yu. *Sistema Faxinal - uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná*. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DE CAMPOS, Nazareno J. **Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

DEBIAGGI, Sylvia Dantas. **Para uma Psicologia da Imigração**. In: DEBIAGGI, Sylvia Dantas e PAIVA, Geraldo José. (Orgs.). **Psicologia, E/Imigração e Cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FILIPOVIĆ, Milenko. **Nesrodnicka i predvojena zadruga**. Beograd, 1945.

FILIPOVIĆ, Milenko. **Zadruga (Kućna Zadruga)**. In: BYRNES, Robert F. (ed.). **Communal families in the Balkans. The Zadruga, Essays by Philip Mosely and Essays in His Honor**. London: Notre Dame Press, 1976.

GRUEV, Mihail. [s/e]. **Sobre a questão da zadruga: mais uma explicação alternativa**. Disponível em <http://www.anamnesis.info/broi2/Zadruga.php>> Acesso em 17 de julho de 2010. Artigo traduzido do búlgaro por Zdravka Naidenova Ivanova, a quem agradecemos.



GUECHEV, Ivan Evstatiev. A Zadruga na Bulgária Ocidental. *Revista Periódica da Sociedade Livresca da Bulgária*, Sófia, nº 21 e 22, pp. 426- 449, 1888. Artigo traduzido do búlgaro por Zdravka Naidenova Ivanova, a quem agradecemos.

HAMMEL, Eugene. **The Zadruga as process**. In: LASLETT, Peter. (ed.). *Household and family in past time*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

KARADŽIĆ, Vuk Stefanović. **Srpski riječnik istumačen njemačkim i latinskim riječima**. Beču: Mechitaristicae, 1852.

KOTARSKI, Josip. **Lobor**. Zbornik/Znžo, 12, 1907.

LAVELEYE, Émile Louis Victor de. **Primitive property**. London: Macmillan and Co., 1878.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>> Acesso em 23 de março de 2010.

LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza e IEGELSKI, Francine. **O Sistema Faxinal no Município de Ponta Grossa: diretrizes para a preservação do ecossistema, do modo de vida, da cultura e das identidades das comunidades e dos espaços faxinalenses**. Prefeitura de Ponta Grossa, Relatório Técnico, 2003.

LUPEPSA, Eliane Crestiane. Organização sócioespacial por faxinalenses e agricultores na região de Jesuino Marcondes - Prudentópolis (PR), 1987-2007. 2009. Monografia (História Cultural), UNICENTRO, Irati/PR.

MARQUES, Cláudio. *Levantamento preliminar sobre o sistema Faxinal no Estado do Paraná*. Relatório Técnico do Instituto Ambiental do Paraná. Guarapuava, 2004.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSELY, Philip. **The peasant family: the Zadruga or communal joint family in the Balkans and its recent evolution**. In: Ware, C. (ed.) *The Cultural Approach History*. New York, 1940.

NERONE, Maria M. *Terras de plantar, terras de criar - Sistema Faxinal: Rebouças (1950-1997)*. Assis, 2000. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista.

OSTROŽINSKI, Ognjelav Utješenić. **Die Hauskommunionen der Südslaven. Eine Denkschrift zur Beleuchtung der volkstümlichen Acker-und Familienverfassung des serbischen und kroatischen Volkes**. Wien: F. Manz & Compagnie, 1859.

RADIĆ, Antun. *Osnova za sabiranje i proučavanje grade o narodnom životu, Zbornik za narodni život i običaje Južnih Slavena*, II, Jugoslavenska akademija, Zagreb, 1897.



RAKITSCH, Ljubiza. *Die häusliche Erziehung in der serbischen Sadruga zur Zeit der türkischen Herrschaft*. 1914. Inaugural-Dissertation zur Erlangung der Doktorwürde der hohen philosophischen Fakultät I der Universität Zürich.

RESTREPO, Zayda Sierra. “¿Por qué el modelo educativo aculturizante de nuestras universidades?” Antioquia (Colômbia), mimeo, 2006.

RIHTMAN-AUGUŠTIN, Dunja. **The communal family between real and imagined order**. *Nar. umjet*, S. I. 2, Zagreb, 1988, pp. 211-212.

ROŽIĆ, Vatroslav. **Prigorje**. *Zbornik/Znžo*, 12/2, 1907.

STANISCHITSCH, Alexa. **Ueber den Ursprung der Zadruga, Eine soziologische Untersuchung**. Bern: Buchdruckerei Scheitlin/Spring, 1907.

TOMAŠIĆ, Dinko. **Personality and culture in Eastern European Politics**. New York: George Stewart, 1948.

VITTORELLI, Natascha. [1999]. An “Other” of One’s Own: Pre-WWI South Slavic Academic Discourses on the *zadruga*. Disponível em: <http://www.yorku.ca/soi/Vol_2_3/HTML/Vittorelli.html> Acesso em 29 de junho de 2010.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.



GT 11 - O Rural na história do Brasil

Um estudo diacrônico da recuperação das terras públicas pela união através de movimentos sociais: um estudo de caso sobre formas de grilagem

Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa ¹

Ana Maria Motta Ribeiro ²

¹Mestrando / PPGSD – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito – Universidade Federal Fluminense / rodolfolobato@hotmail.com

²Doutora/Professora/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito – Universidade Federal Fluminense / anamotta26@hotmail.com

Resumo

Este trabalho procurará levantar questões sobre um processo de reocupação de terras públicas por movimentos sociais no Maranhão, mediado por grupos de pistoleiros e latifundiários num contexto de militarização da questão agrária – um estudo de caso sobre grilagem na Amazônia Oriental. Sobre tal questão foram entrevistados alguns assentados que participaram do processo de ocupação.

Palavras-Chave: Sindicalismo Rural; GETAT; Movimentos Sociais no Campo; Maranhão



Introdução:

Esse trabalho busca levantar questões iniciais de um trabalho de campo realizado em janeiro de 2012 no município de Açailândia (MA) em Assentamentos Rurais de Reforma Agrária. A expansão da fronteira agrícola/econômica para a Amazônia Oriental trouxe migrantes e imigrantes num processo de colonização sob gestão de um Governo Militar.

O objeto em questão, a peculiaridade da ocupação/reocupação das terras públicas no território conhecido como Mesorregia do Bico do Papagaio (envolvendo municípios dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins), pode ser trabalhado, de um lado, como expansão da fronteira agrícola brasileira, ou, também, como um processo de expansão da fronteira econômica do capital nacional – tendo em vista grandes projetos como a exploração de ferro nas minas de Carajás.

A história da ocupação das terras na Amazônia, ou mesmo invasão, por agentes sociais diversos a partir da década de 1970 deve ser estudado tendo como referência um processo novo na história brasileira, citado por DELGADO, que foi a união do Capital Financeiro com renda da terra. Ou seja, o capital industrial e bancário percebem a terra como nova oportunidade de ampliação de seus investimentos no Brasil, nas palavras de Adam Smith:

“A renda da terra, considerada como o preço pago pelo seu uso, é então naturalmente um preço de monopólio. Não é de maneira alguma proporcional às benfeitorias que o proprietário pode ter feito na terra, ou ao valor que ele pode exigir; é, sim, proporcional ao que o arrendatário consente em pagar.”¹

Como gerir um processo de ocupação garantindo o monopólio do acesso e renda da terra para agentes sociais historicamente identificados com o grande capital e o latifúndio?

Em 1964, ano em que se inicia a Ditadura Militar surge, também, o "Estatuto da Terra". Nesse ano são criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (INDA). Em 1970, através do Decreto-lei

¹ SMITH, Adam. A Riqueza das Nações. Volume I. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Página 187



nº 1.110, de 09/07/1970, as atribuições do IBRA e do INDA são absorvidas pelo Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

No ano de 1977 o decreto-lei nº 1.523 cria a Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins (Ceat), que fornece subsídios para a criação, em 1980 do Grupo Executivo do Araguaia-Tocantins (GETAT) - decreto-lei nº 1.767.

O Decreto-lei nº 2328, de 5 de maio de 1987 extingue o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), órgão subordinado ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, fazendo do INCRA o sucessor institucional dos direitos e obrigações do órgão anterior.

Vários são os estudos que discorrem sobre o GETAT em suas análises e consideração (Martins,1984; Almeida, 1980; Cordeiro,2008).Em comum a preocupação de entender a presença, o significado e a atuação do órgão. Diniz (1994) chama a atenção para dois principais objetivos do GETAT: a neutralização dos conflitos fundiários na região do Bico do papagaio, através da regularização das terras; e a neutralização da influencia da Igreja Católica na região pro meio da promoção de uma nova base política local e da rearticulação do governo com as elites políticas locais da Amazônia.

Os militares perceberam que as lutas por terra questionavam o direito de propriedade instituído, diz Martins (1984:10-11). Em razão disso, se envolveram progressivamente na questão agrária. Em primeiro lugar, a tentativa de desmobilização de grupos locais que surgiam a partir dos conflitos. Seja, pela desapropriação por interesse social, das terras em litígio; seja por meio da titulação das terras mediante um acordo entre as partes. Em segundo, *“a desmoralização das lideranças e, sobretudo, dos mediadores – sindicato, Igreja, grupos de apoio”*. Seja pelo enquadramento na Lei de Segurança Nacional (LSN) ou prisões. Em terceiro, na disseminação de instituições e atividades de *“intervenção direta do Estado e dos militares na vida civil das populações rurais, através da Operação Cívico-Social do Exército, do MOBREAL, do Projeto Rondon ou do controle e administração dos recursos públicos para interferir nos vários níveis da ordem social não diretamente relacionados com a questão da terra. É o que acontece com o GETAT(...)”*

O estudo de caso em pauta se enquadra no período de vigência do GETAT e envolve formas peculiares de mediação entre trabalhadores rurais interessados no acesso



à terra. No contexto geral, a presença de funcionários, posteriormente acusados de corrupção no interior do INCRA do Maranhão².

“O SONHO DE SER DONO DE TERRA”

A história de vida de um líder sindical (informante) do Sul maranhense será o fio condutor desse trabalho para exemplificar as formas de luta pela terra, as estratégias utilizadas por diversos agentes sociais³.

O sonho de ser dono de terras trouxe milhares de migrantes para o Sul do Maranhão no final da década de 1970 e início da década de 1980. Momento em que ainda não se iniciou o processo de industrialização do município de Açailândia, onde predominava o avanço da agricultura mecanizada, principalmente soja, milho e arroz.

Em conversa com a Secretária de Agricultura do município de Açailândia, que chegou na década de 80 na região, antes da instalação do Parque Industrial, mostra a transformação da economia local, da extração de madeira como atividade econômica principal do município para a transformação do minério de ferro em gusa. O início de um processo que inverteu a população economicamente ativa do estado do Maranhão dedicada à agricultura de 69,9% (em 1985) para 44,6% (em 2006).

“foi em 81 que eu vim parar aqui, o cara me trouxe pagando passagem e tudo pra cortar arroz [...] aí surge uma terra através do sindicato e fomos pra cima, pelejando pra arrumar um pedaço” (informante)

A primeira experiência de ocupação de terras foi acompanhada por uma grande violência e repressão pelos órgãos policiais:

“a polícia federal batia e nego corria. Até que em 83 nós conseguimos fazer a primeira roça na área e ficamos aqui perto da Nova Vida. Quando em 84 veio do despejo mesmo, a gente tinha que sair, a polícia Federal tinha que tirar todo mundo. Aí nós brigamos com o GETAT, ainda foi gente presa.” (informante)

² Como no caso de dona Marli 30, funcionária de alto escalão que negociava com grileiros formas ilegais de ocupação de terras da união. Sugerindo ocupação por posseiros, usados como laranjas, e posterior indenização, retirada dos posseiros da área e emissão de título de propriedade para aquele que organizou essa suposta ocupação anterior. Esse sistema é recorrente nos depoimentos dos relatos colhidos em trabalho de campo.

³ Por questões de segurança esse trabalho não citará o nome dos entrevistados.



Essa ocupação ficou conhecida na região como Brejo Social, hoje município de Bom Jardim - que na época era região de Açailândia. A relação íntima entre posseiros e GETAT é expressa na seguinte passagem da entrevista:

"o pai da XXXX⁴ foi preso porque o cara do GETAT pediu a madeira para fazer a sede do GETAT, nós concedemos pra ele tirar madeira. Quando vemos tinha mais de 300 toras de Ipê empilhadas [...] aí privemos os caminhões deles de entrar [...] e com isso ele prendeu muita gente lá [...] não achou nem eu nem o XXXX que era cunhado dele lá.... como o pai dela não era muito influente para discutir e ele estava na beira da estrada passaram e pegaram ele [...] aí nós viemos, quando prendeu ele, reunimos muita gente, mais de 300 homens [...] viemos pra quebrar o GETAT e confinemos a secretária que estava lá dentro [...] quando já era quando uma hora conseguimos liberar quem estava preso..."

Em 1983 o acampamento é ameaçado novamente pela polícia, que pretendia derrubar todas as casas. Com o clima tenso os acampados se organizam para enviar lideranças ao GETAT para "amenizar" a situação. A negociação termina com a promessa de profissionais do GETAT para vistoriar e calcular valores de produção e benfeitorias construídas para futura indenização. Nesse sentido se inicia um longo percurso que inclui negociações coletivas e individuais entre o GETAT e os acampados.

Questionado sobre a ação do Sindicato e outras organizações na região em apoio a ocupação o informante diz que: "O Sindicato deu um apoio lá, mas quando a coisa imprensava o Sindicato sumia [...] ficava a Igreja", que também não apontava soluções que interessavam os acampados.

O receio de abandonar a ocupação antes da indenização faz com que os acampados busquem suporte entre agentes sociais que, no resto do país, são quase que automaticamente identificados como forças utilizadas pelos latifundiários e como negação do processo de reforma agrária, trata-se:

"de um grupo de gente que se chamava "Franga", matador de gente pra grileiro de terra [...] aí os "Frangas" disseram pro XXXX que tinha que falar com fulano de tal, que esqueci o nome, no Buriticupu, que levo vocês até o deputado Davi [...] e se o deputado Davi apoiar vocês, vocês não perde."

⁴ Por motivo de segurança os nomes citados foram retirados da transcrição.



O contato com o Deputado dependia de um pagamento alto para os acampados, que resolvem da seguinte forma:

”aí conversemos, chamamos todo mundo, uns tinha galinha, outros tinha outras coisas [...] aí tinha um cara lá que queria tirar a madeira roubando e nós proibimos [...] aí peguemos essa madeira, vendemos essa madeira [...] fizemos esse dinheiro, inteiremos, e fomos falar com esse homem no Buriti [...] aí começemos a conversar com o Davi [...] daí conseguimos a vistoria pra calcular o preço das nossas áreas e indenizar [...]”

A aproximação do deputado Davi fez com que o grupo mobilizado para a reforma agrária fosse identificado como "grupo do Davi", protegendo-os de novas ações da polícia e, também, abrindo portas para um diálogo direto com o "chefe" do GETAT.

“o GETAT atrasou mas pagou todo mundo [...] aí ficou todo mundo pra vir pra cá [...] todo mundo tinha que sair do Córrego da Água Limpa [...] aí o GETAT fez a mudança direitinho, trouxe até o pilão [...] depois que nós começamos a ser conhecidos do Davi tudo mudou [...]”.

Uma vez acampados, necessitaram de uma forma de organização formal para obter recursos de políticas públicas, a FASE, uma Organização Não Governamental, com sede no Rio de Janeiro, que tinha um projeto no Maranhão. Naquele momento resolveram se aproximar do Sindicato por necessidade, que os repeliam.

Em 1992 “tomemos o sindicato”, segundo o informante. O recurso captado através da Ong FASE quita as dívidas dos associados do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Açailândia, o que permite que a oposição sindical se organizasse no município para assumir a direção do sindicato.

Depois de assumir o sindicato a nova direção começa uma série de ocupações de terras na região de 1997 até 2004, com ocupações também para além dos limites do município e da região, e, então, "FETAEMA veio pra cima de nós".

"nós não tinha poder de intervir nos outros municípios... nós não tava intervindo, tava colaborando [...] mas a FETAEMA veio pra cima [...] Em 1998 ela expulsou o sindicato dos quadro social do MSTTR [...] Começou um processo de expulsão que se consolidou em 1999 [...] fiquemos fora da Federação e da Confederação, de 1999 até 2004 [...]”

A intensa mobilização fez com que os dirigentes da FETAEMA criassem um apelido para o sindicato de Açailândia: “MST”. O sindicato entra na Justiça, pois a



FETAEMA havia bloqueado os recursos do Sindicato. Em fevereiro de 2004, depois de passar pelas instâncias de julgamento na Justiça do Trabalho de Açailândia, São Luiz e Brasília o Sindicato finalmente vence a ação contra a FETAEMA, reintegrando-os à Federação - colocando uma representante de Açailândia na Federação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oito reminiscentes idosos do Assentamento Novo Oriente guardam a história da ocupação, assentamento e a história do movimento sindical rural da Açailândia, que permitiram, através de depoimentos, a construção desse texto. Agora, com novos desafios, encontram-se numa situação de conflito com uma multinacional.

A empresa Vale administra, em regime de concessão, a ferrovia de 892 km que liga a mina de ferro de Parauapebas (PA) ao Porto de Itaqui em São Luís (MA). Em 2010, a empresa começou obras de duplicação da ferrovia, estimadas em R\$ 8,29 bilhões, buscando ampliar o fluxo de mercadorias. Movimentos sociais como a ONG “Justiça nos Trilhos” vem questionando a fragilidade jurídica e a insensatez social dos licenciamentos.

As obras estão sendo executadas pela empresa Odebrecht, que construiu um pátio para equipamentos e trabalhadores numa área comum do Assentamento Novo Oriente, sem a autorização dos mesmos. Nesse sentido inicia um conjunto de mobilizações e reivindicações entre assentados de Novo Oriente, outros assentamentos, órgão públicos. Houve a construção de uma pauta de reivindicações indicando os pontos de compensação pelas atividades realizadas pelas empresas Vale e Odebrecht. Nesse sentido, construíram a seguinte pauta de reivindicações:

- 1) Estação ferroviária para os assentados (para atender um conjunto de assentamentos que existem ao lado da estrada de ferro)
- 2) Passagem de veículos e pedestres por cima do trem
- 3) Alamedado de 3 km
- 4) Recuperação de 12 km de estrada
- 5) Posto de saúde
- 6) 300 horas de trator de esteira
- 7) Campo de futebol na área própria
- 8) Recuperação e ampliação da distribuição de água
- 9) Quadra poliesportiva e construção de área de lazer e cultural
- 10) Reforma e ampliação da escola



11) Manutenção da estrada vicinal

Açailândia (MA), 31 de janeiro de 2012

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Alfredo Wagner Berno de. “GETAT – A Segurança Nacional e o Revigoreamento do Poder Regional” in, **Transformações Econômicas e Sociais no Campo Maranhense**, volume 7. Comissão Pastoral da Terra - MA, Rio de Janeiro, setembro de 1980.

Bruno, Regina Angela Landim. O Ovo da Serpente. Monopólio da Terra e Violência na Nova República. Tese de Doutorado. IFCH/Unicamp, 2002.

Decreto n. 91.214 de 30 de Abril de 1985. Cria o Ministério da Reforma e do desenvolvimento agrário – MIRAD, dispõe sobre sua estrutura e dá outras providências. Brasília, 30 de abril de 1985; 164º da Independência e 97º da República. JOSÉ SARNEY. Nelson Ribeiro. www.lexml.gov.br

Decreto-Lei n 2.328 de 5 de maio e 1987. *Extingue o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins - GETAT, e dá outras providências.* JOSÉ SARNEY. Dante de Oliveira. Brasília, 5 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República. www.lexml.gov.br

Decreto-Lei n °. 1.767 de 1º de fevereiro de 1980, *cria Grupo Executivo para regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão, e dá outras providências.* JOÃO FIGUEIREDO. Angelo Amaury Stábile. Danilo Venturini. Brasília, 1º de fevereiro de 1980; 159º da Independência e 92º da República. www.lexml.gov.br

Martins, José de Souza, A Militarização da Questão Agrária no Brasil. (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis, 1984.

Medeiros, Leonilde Sérvolo de . História dos Movimentos Sociais no Campo . Rio de Janeiro, FASE, 1989

HOLANDA, Felipe. Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos. São Luís: IMESC, 2008.

RELATÓRIO “Brasil quanto valem os direitos humanos? Os impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia. Produzido pela “Justiça Global” e “Justiça nos Trilhos”.

O Censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil / Caio Galvão de Fra

Tavares dos Santos, José Vicente. A Cidadania Dilacerada. Revista Crítica de Ciências Sociais n. 37 junho,1993.



Encontro da Rede de Estudos **RURAIS**

DESENVOLVIMENTO, RURALIDADES E
AMBIENTALIZAÇÃO: PARADIGMAS E ATORES EM CONFLITO

03 a 06 de junho de 2012.

GT12

SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: PRÁTICAS E PROJETOS COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DO CAMPE SINATO BRASILEIRO

COORDENAÇÃO

ALDENOR GOMES DA SILVA

ISLÂNDIA BEZERRA

LAETICIA M. JALIL



GT 12: Soberania e segurança alimentar e nutricional: práticas e projetos como estratégias de fortalecimento do campesinato brasileiro.

A diversificação agrícola como estratégia para a consecução do direito humano à alimentação adequada: o caso das famílias assentadas do Horto Vergel MM/SP.

Iris Cecilia Ordóñez Guerrero¹

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco²

Miguel Angel Tipacti Milachay³

¹ Doutoranda da Faculdade de Engenharia Agrícola, área de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. UNICAMP. E-mail: iriscecilia10@hotmail.com

² Professora Doutora da Faculdade de Engenharia Agrícola – FEAGRI. UNICAMP. sonia@feagri.unicamp.br

³ Doutorando do Instituto de Economia - IE, área de Desenvolvimento e Meio Ambiente – UNICAMP. migueltipacti365@hotmail.com

Resumo

A presente pesquisa, que é parte de uma pesquisa maior, tem como finalidade por em evidência, através de um estudo de caso, as vantagens que a diversificação de culturas têm no contexto da segurança alimentar, soberania alimentar e direito humano a alimentação adequada. O objetivo que se persegue é criar um debate em torno da inter-relação que se dá entre a diversificação de culturas a Segurança Alimentar e o conseqüente Direito à alimentação. Para tanto, a traves de um censo e com ajuda de um questionário contendo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA entrevistou-se a 87 famílias assentadas que praticam a agricultura familiar e da qual obtém, majoritariamente, seu sustento e renda. Além da EBIA utilizou-se o método de diagnóstico situacional FOFA (fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças) e o software Statistical Package for Social Sciences – SPSS.

Palavras-chave: Diversificação de culturas, Segurança alimentar e nutricional, Direito humano à alimentação adequada –DHAA, Assentamentos rurais, Agricultura familiar.



Introdução

A presente pesquisa que é parte de uma pesquisa maior⁴ tem como finalidade evidenciar, através de um estudo de caso, as vantagens que a diversificação de culturas tem no contexto da segurança alimentar, soberania alimentar e direito humano a alimentação adequada – DHAA. O objetivo que se persegue é criar um debate em torno da inter-relação que se dá entre a diversificação de culturas a Segurança Alimentar e o conseqüente Direito à alimentação.

Trata-se de um estudo desenvolvido com 87 famílias do Assentamento Rural Horto Vergel localizado no Município de Mogi Mirim – SP. Estas famílias, que praticam a agricultura familiar, compartilham não só histórias de luta pela terra, mas também condições econômicas, edáficas, ambientais e culturais semelhantes o que de certa forma lhes impõe certo ponto homogêneo de partida desde o qual e com as habilidades, oportunidades e fortalezas das que disponham poderão ou não gozar de privilégios ou privações; em especial de uma alimentação adequada.

A alimentação adequada como direito humano fundamental e segundo a opinião de expertos depende, dentre outras coisas, da consecução da Soberania e Segurança Alimentar, e estas a sua vez precisam se sustentar em sistemas diversificados de produção baseados em tecnologias ecologicamente sustentáveis. Sendo assim, pode se afirmar que os sistemas agrícolas diversificados, historicamente construídos pelos agricultores tradicionais assim como pelos agricultores assentados, seriam uma das alternativas certas na luta contra a fome do mundo e, por conseguinte a consecução do ansiado direito à alimentação.

O Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA

O DHAA é um direito humano fundamental reconhecido e expresso tanto na Declaração Universal dos direitos Humanos de 1948, assim como no Pacto internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC, do qual Brasil faz parte. Sem esse direito, não podem ser discutidos outros direitos, sem uma alimentação adequada, tanto do ponto de vista da quantidade como da qualidade de alimentos, não há direito à vida. Sem uma alimentação adequada, não há direito à humanidade, entendida como direito

⁴ ORDOÑEZ, 2009. (In)segurança alimentar no Assentamento Horto Vergel – Mogi Mirim, SP. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, SP. 104 pp.



de acesso à vida e à riqueza material, cultural, científica e espiritual produzida pela espécie humana. (VALENTE, 2003)

E obrigação do estado respeitar, proteger, promover e prover este direito à alimentação, para tanto, o Brasil vem realizando esforços em prol do cumprimento de estas obrigações, tanto a traves da promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar – LOSAN de 2006 assim como com a institucionalização da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN em 2010 a que tem como objetivo geral a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, bem como assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada em todo o território nacional.

A Soberania e a Segurança Alimentar

Conceitos amplamente discutidos pela academia e que vem se aprofundando como os passos certos para a consecução do direito humano à alimentação da crescente população mundial.

Na Declaração do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, realizado em Havana (Cuba) ficou estabelecido que a Soberania alimentar é o caminho para erradicar a fome e má nutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos, entendendo-se que a Soberania Alimentaria é o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda população, como base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e diversidade dos modos camponeses, pescadores e indígenas de produção agropecuária, de comercialização, e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental... e que deve se assentar em sistemas diversificados de produção, baseados em tecnologias ecologicamente sustentáveis. (FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTARIA, 2001)

A soberania alimentar implica, entre outras coisas, o direito de produzir, transformar, consumir, importar e exportar alimentos sem reproduzir modelos que gerem injustiça social, de forma sustentável, conservando e resgatando a diversidade produtiva e cultural de um povo. Quando associamos o conceito de soberania alimentar ao conceito de segurança alimentar afirmamos que para se garantir o acesso a alimentos adequados e saudáveis temos que garantir a autonomia de um povo e a defesa de modelos de



produção, comércio e consumo de alimentos que sejam justos e compatíveis com os direitos fundamentais dos povos de uma nação. (BURITY. V, *et al*; 2010)

A segurança Alimentar e Nutricional – SAN, definida no Brasil segundo a Lei 11.346/2006, por sua vez se define como: “a realização do direito de todos e todas ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”.

O conceito vem sendo debatido intensamente, tanto pela academia como pelos movimentos sociais, os frutos disto vem se concretizando através da implementação de programas e ações que visam atender as necessidades de milhões de brasileiros que no dia a dia assistem à violação do seu direito à alimentação adequada. (CONSEA, 2004)

Há que ressaltar que no conceito de SAN consideram-se dois elementos distintos e complementares: a dimensão alimentar e a dimensão nutricional. A dimensão alimentar – referida à que a produção e disponibilidade de alimentos e a dimensão nutricional que incorpora as relações entre o homem e o alimento. A segurança alimentar é um importante mecanismo para a garantia da segurança nutricional, mas não é capaz de dar conta por si só de toda sua dimensão. (BURITY. V, *et al*; 2010)

Existem diversos métodos que podem ser utilizados para medir a Insegurança Alimentar e Nutricional – (INSAN), sendo que cada um capta o fenômeno segundo uma escala e uma ótica própria – tornando-os complementares. Assim, enquanto uns avaliam o fenômeno em nível nacional, outros se aproximam e o tocam em nível domiciliar ou mesmo individual. Teoricamente, quanto maior o número de métodos utilizados na avaliação, maior o número de aspectos analisados e, portanto mais completa e abrangente tenderá a ser a visão obtida da situação. (PESSANHA *et al.*, 2008).

Os mesmos autores manifestam que cinco são os métodos frequentemente adotados quando se trata de buscar maiores informações a respeito da Segurança alimentar: Método da FAO, Pesquisas de Orçamentos Domésticos, Pesquisas de Ingestão



Individual de Alimentos, Pesquisas Antropométricas e Pesquisas de Percepção de Insegurança alimentar e Fome.

Para fins de esta pesquisa foi utilizado o método de Pesquisas de Percepção da (In)segurança alimentar e Fome com foco principal na Escala Brasileira de (In)segurança Alimentar - EBIA

A Escala Brasileira de (In)segurança Alimentar (EBIA), segundo SEGALL-CORREA e SALLES-COSTA (2008) é um método que consiste na formulação de 15 perguntas diretamente a uma pessoa da família, por meio de um questionário estruturado, visando captar distintas dimensões da Insegurança alimentar, desde o receio de sofrer privação alimentar no futuro próximo, passando pela situação onde existem relatos de comprometimento da qualidade da dieta e de limitação da quantidade de alimentos consumidos no domicílio, chegando até ao nível mais grave da Insegurança alimentar, que é a referência à fome entre adultos e/ou crianças. Ou seja, é uma escala que mede a percepção da pessoa de referência sobre a situação alimentar do seu domicílio.

A EBIA permite a classificação das famílias ou dos domicílios em quatro categorias: **Segurança alimentar** – quando não há restrição alimentar de qualquer natureza, nem mesmo há preocupação com a falta de alimentos no futuro; **Insegurança alimentar Leve** – quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos, portanto, risco para a sustentabilidade e, ainda, comprometimento da qualidade da dieta; **Insegurança alimentar Moderada** – quando aparecem restrições quantitativas especialmente relevantes entre pessoas adultas; e **Insegurança Grave** – quando há redução importante da quantidade de alimentos disponíveis, tanto para a alimentação de adultos(as) como para a de crianças no domicílio. Nesta última situação, há evidente quebra nos padrões usuais de alimentação das famílias, com alta possibilidade de ocorrência de fome. (SEGALL-CORREA e SALLES-COSTA, 2008).

Além da grande vantagem de medir diretamente o fenômeno de interesse, este método é, na realidade, o único que permite captar não só as dimensões físicas, mas também as dimensões psicológicas da Insegurança alimentar e ainda classificar os domicílios de acordo com sua vulnerabilidade ou nível de exposição à Insegurança alimentar Nutricional (INSAN) (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005).



Quanto às desvantagens, cabe destacar que, por ser uma medida “subjetiva” da Insegurança alimentar, esta metodologia torna-se especialmente suscetível a vieses de “prestígio” ou “benefício” se os entrevistados imaginam que, dependendo das respostas que derem às perguntas, eles próprios, seus domicílios e/ou suas comunidades poderão receber ajuda em alimentos ou benefícios sociais. Outra desvantagem é que o algoritmo utilizado para classificar os domicílios, segundo o grau de INSAN a que estão expostos, pode não ser o mesmo para diferentes países ou até para diferentes grupos populacionais de um país. Por último, destaca que a escala do USDA não permite captar a dimensão da Segurança dos alimentos, ou seja, a qualidade microbiológica e a ausência de poluentes, tais como: metais pesados e pesticidas. (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005).

A agricultura Familiar

O relatório do Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional da America Latina 2009 põe em evidencia que, efetivamente, existe um enorme potencial não explorado no setor da pequena agricultura familiar a qual se constitui num importante provedor dos alimentos consumidos em muitos países, ainda quando tem níveis de produtividade mas baixos que o setor exportador.

Os pequenos produtores familiares não só poderiam cobrir as suas próprias necessidades mais também contribuir na melhora da Segurança Alimentar e ser catalisadores de um maior crescimento econômico, mas, para libertar este potencial, os Governos – com ajuda da Comunidade Internacional – precisam promover investimentos neste tipo de agricultura de forma que os agricultores familiares tenham acesso não só a sementes e adubos, mais também a tecnologias adaptadas a eles, assim como capacitação, infraestrutura, financiamento e mercado. (PANORAMA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA AMERICA LATINA E O CARIBE, 2009).

A noção de agricultura familiar foi introduzida na segunda metade dos anos 90. Segundo SCHNEIDER (2003), “ a adoção da expressão parece ter sido encaminhada como uma nova categoria síntese pelos movimentos sociais do campo”

A agricultura familiar é uma forma social de produção que apresenta uma lógica peculiar de funcionamento, cuja racionalidade orienta-se à procura por assegurar a reprodução social dos seus membros. Para GASSON e ERRINGTON 1993, a agricultura familiar pode ser definida a partir de alguns traços fundamentais como: a) a gestão é realizada pelos proprietários; b) os responsáveis pelo empreendimento estão



ligados entre si pelos laços de parentesco; c) o trabalho é fundamentalmente familiar; d) o patrimônio pertence à família, e) o patrimônio e os ativos são objeto de transferência inter-geracional no interior da família, e finalmente, f) os membros da família vivem na unidade produtiva.

Pode-se dizer, também, que este tipo de agricultura familiar esta baseada no auto-consumo o qual segundo definido por LEITE (2004) é uma fração da produção agropecuária (agrícola, pecuária, extrativa, e aquela derivada de produtos primários beneficiados), que se realiza no estabelecimento rural e se destina ao consumo dos membros da família e inclusive à alimentação animal e a outros usos na atividade produtiva.

Sendo que a agricultura familiar baseia-se no auto-consumo de parte da produção agrícola familiar, a diversificação de culturas dentro dos lotes e os quintais é uma pratica milenar de enorme importância não só para o sustento alimentar das populações mas também para a renda e a qualidade de vida,

O Sistema Agrícola Diversificado

A diversificação de culturas é uma alternativa importante para quem dispõe de pouca área agricultável e pouco capital. A diversificação permite ao agricultor a exploração de pequenas áreas com a semeadura de varias e diferentes culturas assim como também diminui o risco de insucessos que afetariam diretamente à família.

Uma das principais vantagens que oferece a diversificação agrícola é a redução dos riscos e incertezas climáticas, de mercado, pragas, doenças, etc. sua prática pode gerar ganhos diretos e indiretos vinculados, principalmente, à redução dos custos de produção, a obtenção de vantagens ambientais, à redução do impacto econômico oriundo de diversas crises no setor rural; dentre outros.

Para FANTIN (1986), uma das vantagens da diversificação na unidade produtiva é o fato da diversificação poder representar um mecanismo alternativo para que o agricultor tenha uma segunda, terceira e/ou quarta opção de fonte de renda. Assim caso haja alguma adversidade climática ou problema no mercado, o agricultor pode permanecer no meio rural produzindo, junto com sua família.

PELLENS, 2007, manifesta que em termos econômicos a diversificação refere-se ao processo de misturar uma variedade de atividades econômicas ou gerar uma variedade



de produtos ou ingressos. Neste sentido, é o oposto de um processo de especialização que se propõe dedicar a uma só atividade ou a geração de um monoproduto/ingresso. Mais especificamente, a diversificação agrícola refere-se a uma produção equilibrada de diferentes cultivos agrícolas; equilibrada no sentido da distribuição equilibrada dos fatores de produção entre as diferentes culturas,

Um indicador da diversificação agrícola é a variedade de culturas produzidas pelas famílias. Este é o primeiro indicador a considerar quando se quer verificar situações de mono ou policultura agrícola. Neste sentido, pode-se identificar uma zona ou uma família como unidade de produção diversificada quando produz um grande número de culturas diferentes, ou seja, evitando a monocultura (indicação de especialização).

Ante isto, pode-se afirmar que o Assentamento Horto Vergel, área de estudo de esta pesquisa, se enquadra como uma área majoritariamente diversificada.

O Assentamento Horto Vergel

O Horto Vergel possui 90 famílias titulares e aproximadamente 45 dependentes o agregadas, as quais ainda quando não tem a posse da terra, integram-se plenamente ao trabalho e dinâmica da agricultura familiar (ORDOÑEZ, 2009)

As famílias do assentamento têm, de forma comum, um histórico de luta, posse da terra, área cultivável, condições edáficas semelhantes, políticas públicas que as atingem, dentre outras. Segundo ITESP (2006) o assentamento possui clima tropical quente e úmido, com chuvas de verão e precipitação média mensal de 113 milímetros, sendo maior no período de novembro a março. A temperatura média máxima é de 27°C e mínima de 15°C. Tem dificuldade de fornecimento da água para uso doméstico e uso agrícola, o qual representa um entrave na produção. As condições edáficas são difíceis o qual dificulta as lavouras e rendimentos agrícolas.

No assentamento existem importantes iniciativas de agro-industrialização da produção como o processamento artesanal da mandioca em farinha, elaboração de compotas, queijos e atividades produtivas não agrícolas como artesanato. Existe também uma carvoaria, uma serraria e uma fábrica de extração de óleo de eucalipto.

As famílias pela sua natureza, na sua maioria estão articuladas a diversos programas da reforma agrária e agricultura familiar como o Programa Mesa Brasil que compra qualquer produto produzido pelos assentados.



No assentamento não existe escola, os estudantes freqüentam escolas de municípios vizinhos e utilizam o serviço de transporte escolar oferecido pelo município de Mogi Mirim. A saúde é atendida por um posto de saúde, este posto oferece atendimento ao público dois dias por semana. A energia elétrica esta disponível para todas as famílias, as quais, na sua maioria, possuem aparelho de televisão, o qual devido à inexistência de espaços de lazer é o encarregado de lhes oferecer entretenimento. Não há um sistema adequado de coleta do lixo e o sistema de comunicação se baseia no uso de celular, pois só existe um telefone publico a disposição dos moradores do assentamento

Os caminhos da pesquisa

A presente pesquisa, que é parte de uma pesquisa maior, utilizou técnicas quali-quantitativas de levantamento de dados: entrevistas semi estruturadas, questionário validado e testado previamente, observação direta e dados secundários, desenvolveu-se com 87 famílias titulares assentadas do Horto Vergel o que significou uma abrangência de 96,6%.

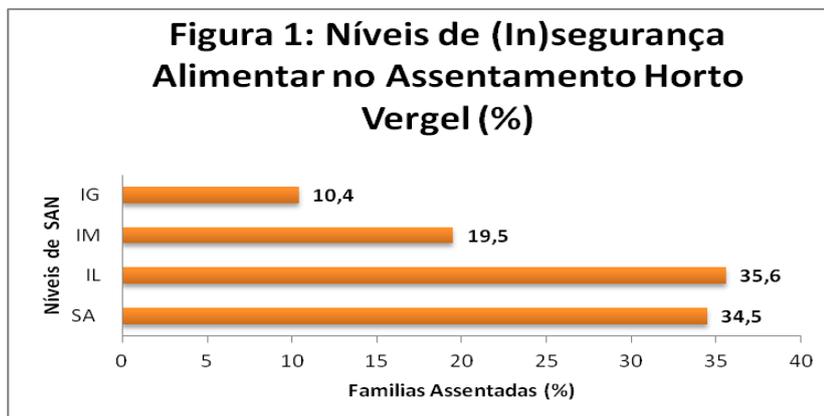
Estabeleceu-se o “Censo” como técnica de coleta de dados e o questionário (ajustado e validado para a área de estudo) “(In)segurança Alimentar para grupos de Agricultores Familiares do Brasil”⁵, como instrumento de coleta dos mesmos. O questionário mencionado é um instrumento testado e validado para a realidade Brasileira e contém alem EBIA indicadores sócio-demográficos, de consumo alimentar, dentre outros. Utilizou-se como ferramenta de diagnostico e analise da situação o método FOFA (fortalezas. Oportunidades, fraqueza e ameaças).

A entrevista baseou-se na aplicação do questionário acima indicado. A etapa de coleta de informação iniciou-se no período de junho-julho de 2008 e esteve antecedida por uma etapa de conhecimento da área de estudo e socialização com os atores do Assentamento. Posteriormente à coleta dos dados estes foram sistematizados com o software Statistical Package for the Social Sciences –SPSS e logo analisados e interpretados para sua apresentação final.

⁵ Questionário elaborado no projeto "(In)Segurança Alimentar em Grupos de Agricultores Familiares do Brasil", desenvolvida pela Faculdade de Ciências Médicas (FCM) e Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), cadastrada pelo número 503527/2003-3, viabilizada pelo edital promovido pelo CTAGRO/MCT/CNPq/MESA 01/2003.



Resultados e Conclusões:



Na figura 1 pode-se observar que 34,5% das famílias do Horto Vergel não têm restrições alimentares de qualquer natureza, nem mesmo a preocupação com a falta de alimentos no futuro, poderia se afirmar que estas famílias têm garantido o seu direito à alimentação. Observa-se também que as 65,5% famílias restantes apresentam insegurança alimentar com predominância da insegurança alimentar leve (35,6%), seguida da insegurança alimentar moderada (19,5%), e por último insegurança alimentar grave (10,4%).

Em termos gerais e concordando com o dito por (BERGAMASCO, 2011) pode-se afirmar que 70,1% das famílias do Horto Vergel vivem em condições de “Garantia Alimentar”, o que quer dizer que estas famílias têm alimentos suficientes para suprir suas necessidades nutricionais diárias.

Cabe lembrar que o Assentamento Horto Vergel tem uma área de 1216.031 hectares na qual estão assentadas 90 famílias titulares que possuem e exploram, familiarmente, uma área de aproximadamente 9,01 hectares, e que encontram na agricultura familiar seu sustento e principal atividade econômica.

A produção agrícola das famílias assentadas entrevistadas e detalhada na tabela 1, e gráficos 2,3,4,5; evidencia tanto o alto grau de diversificação agrícola dos lotes familiares como também uma das possíveis causas da insegurança alimentar das famílias que vivenciam este problema: a pouca diversificação e a pequena área destinada para a produção vegetal.

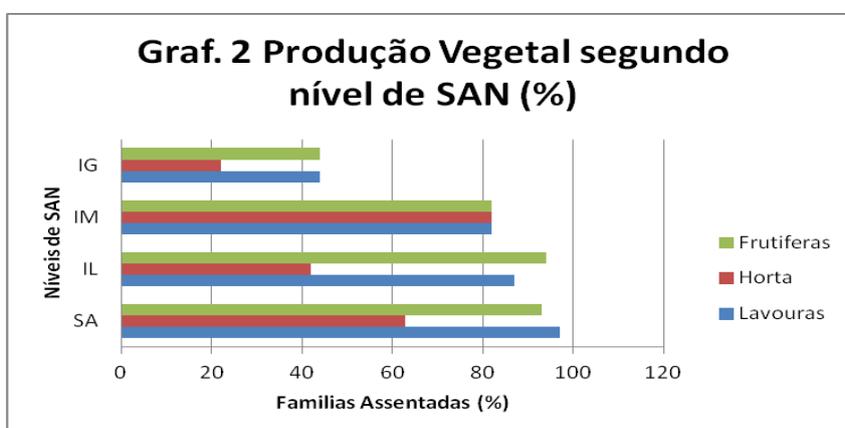
Como pode-se observar na tabela 1, a produção agrícola no Horto Vergel esta dividida em 3 grandes grupos: lavouras, hortícolas e frutíferas. Cada um destes grupos esta conformado por mais de dez produtos agrícolas e as áreas estabelecidas para cada produto variam segundo cada nível de segurança alimentar.



No grupo de segurança alimentar, e tomando como exemplo o caso da mandioca, o agricultor destina em meia 1.46 hec., para a produção de este alimento, entretanto no grupo de insegurança grave o agricultor destina 0,32 hectares.

Esta diferença em quanto à área destinada para a produção seria possivelmente um dos fatores que estaria contribuindo nas condições de insegurança alimentar; como consequência disto os rendimentos assim como as possibilidades de consumo e venda de excedentes serão afetados.

No gráfico 2 referido à produção vegetal segundo cada nível de segurança alimentar observa-se que dos 3 grupos de produtos vegetal semeados nos lotes as frutíferas e as lavouras são as mais semeadas.



Evidencia-se também que as famílias que vivem em condições de segurança alimentar semeiam os diferentes produtos agrícolas em maior proporção que as famílias dos níveis de insegurança moderada e grave

Nos seguintes gráficos e desagregando cada grupo de produtos vegetais (frutíferas, hortícolas e lavouras) pode-se observar com maior detalhe as áreas meias (hec.) destinadas pelos agricultores dos diferentes níveis de segurança alimentar, para a produção de determinado produto.

No gráfico 3 referido à área meia em hectares estabelecida por lavoura e considerando para o análise só as famílias que produzem a lavoura, nota-se que os agricultores do nível de segurança alimentar produzem todos os itens agrícolas descritos (9 itens); entretanto que os agricultores dos níveis de Insegurança leve, moderada e grave se restringem a 8, 7 e 4 itens respectivamente. Percebe-se que os agricultores dos níveis de insegurança alimentar destinam menos área por lavoura e semeiam menos variedades de lavouras, sua produção esta mais voltada a produção para autoconsumo.



Tabela 1: Produção Vegetal no assentamento Horto Vergel

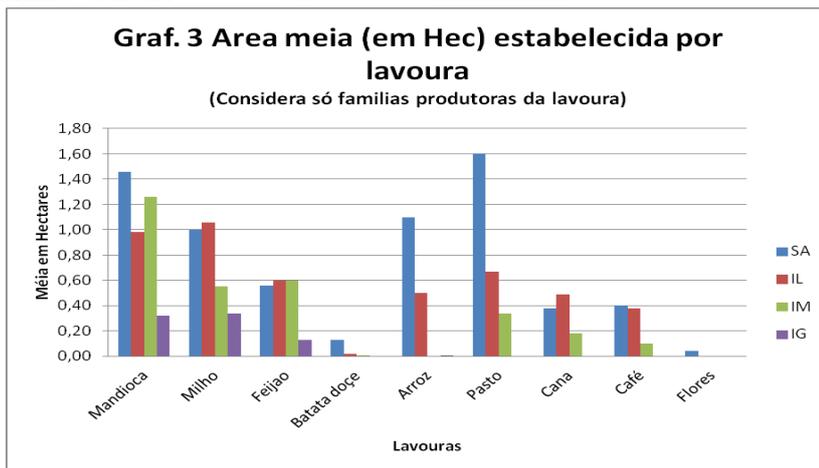
TIPO DE PRODUTO	SA			IL			IM			IG			TOTAL	
	N de famílias que têm	Total Ha	Media por família que têm	N de famílias que têm	Totais Ha	Media por família que têm	N de famílias que têm	Totais Ha	Media por família que têm	N de famílias que têm	Totais Ha	Media por família que têm	N de famílias que têm	Total Ha
1 LAVOURAS														
a1 Mandioca (1 ano)	23	33,67	1,46	23	22,65	0,98	14	17,69	1,26	4	1,29	0,32	64	75,30
a2 Milho (7 meses)	19	19,00	1,00	12	12,67	1,06	6	3,27	0,55	3	1,02	0,34	40	35,96
a3 Feijão (4 meses)	14	7,79	0,56	11	6,60	0,60	6	3,60	0,60	4	0,51	0,13	35	18,50
a4 Batata doce (4 meses)	2	0,26	0,13	2	0,03	0,02	1	0,01	0,01	0	0,00	0,00	5	0,30
a5 Arroz (4 meses)	5	5,50	1,10	3	1,50	0,50	0	0,00	0,00	1	0,02	0,02	9	7,02
a6 Pasto (3 meses)	5	8,00	1,60	3	2,00	0,67	3	1,02	0,34	0	0,00	0,00	11	11,02
a7 Cará (11 meses)	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,00
a8 Cana (1 ano)	17	6,41	0,38	13	6,36	0,49	7	1,29	0,18	0	0,00	0,00	37	14,06
Café (1 ano)	14	5,66	0,40	15	5,72	0,38	12	1,16	0,10	0	0,00	0,00	41	12,53
Flores	1	0,04	0,04	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,04
2 HORTICOLAS														
b1 Brócolis (4 meses)	3	0,10	0,03	0	0,00	0,00	1	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,11
b2 Alface (3 meses)	11	0,46	0,04	9	0,04	0,00	10	0,04	0,00	1	0,00	0,00	31	0,54
b3 Quiabo (2,5 meses)	2	0,28	0,14	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,28
b4 Cebolinha (3 meses)	17	0,02	0,00	11	0,03	0,00	13	0,02	0,00	2	0,00	0,00	43	0,08
b5 Almeirão (2 meses)	2	0,00	0,00	5	0,03	0,01	4	0,00	0,00	0	0,00	0,00	11	0,03
b6 Repolho (5 meses)	2	0,06	0,03	2	0,05	0,03	0	0,00	0,00	1	0,00	0,00	5	0,12
b7 Couve (3,5 meses)	14	0,02	0,00	9	0,05	0,01	13	0,02	0,00	1	0,00	0,00	37	0,09
b8 Pimentão (5 meses)	4	0,04	0,01	2	0,02	0,01	1	0,00	0,00	0	0,00	0,00	7	0,06
b9 Salsinha (4 meses)	6	0,01	0,00	6	0,02	0,00	5	0,01	0,00	1	0,00	0,00	18	0,03
b10 Chuchu (1 ano)	6	0,26	0,04	4	0,03	0,01	3	0,01	0,00	0	0,00	0,00	13	0,31
b11 Pimenta (8 meses)	0	0,00	0,00	2	0,0035	0,00	2	0,01	0,00	0	0,00	0,00	4	0,01
b12 Alho poro (4 meses)	5	0,00	0,00	4	0,01	0,00	6	0,01	0,00	0	0,00	0,00	15	0,02
b13 Abóbora (4 meses)	3	0,04	0,01	2	0,02	0,01	4	0,15	0,04	0	0,00	0,00	9	0,22
b14 Cenoura (4 meses)	5	0,01	0,00	5	0,03	0,01	4	0,00	0,00	0	0,00	0,00	14	0,05
b15 Berinjela (4 meses)	0	0,00	0,00	1	0,05	0,05	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,05
b16 Filé (4 meses)	1	0,13	0,13	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,13
3 FRUTIFERAS														
c1 Manga (1 ano)	15	2,82	0,19	16	3,29	0,21	11	2,46	0,22	2	0,11	0,06	44	8,68
c2 Limão (1 ano)	17	1,37	0,08	13	3,85	0,30	5	0,04	0,01	2	0,41	0,20	37	5,66
c3 Abacaxi (14 meses)	7	0,01	0,00	11	0,05	0,00	5	0,51	0,10	0	0,00	0,00	23	0,57
c4 Banana nanica (1 ano)	22	2,29	0,10	23	2,85	0,12	11	0,53	0,05	3	0,19	0,06	59	5,86
c6 Laranja (1 ano)	19	1,01	0,05	19	1,11	0,06	11	0,78	0,07	1	0,10	0,10	50	2,99
c7 Caju (1 ano)	6	0,40	0,07	6	0,29	0,05	3	0,19	0,06	1	0,03	0,03	16	0,91
c8 Acerola (1 ano)	4	0,11	0,03	8	0,38	0,05	3	0,01	0,00	1	0,08	0,08	16	0,59
c9 Abacate (1 ano)	11	0,31	0,03	8	0,29	0,04	5	0,28	0,06	1	0,02	0,02	25	0,90
c10 Ciríquel (1 ano)	6	0,06	0,01	6	0,04	0,01	2	0,03	0,02	1	0,00	0,00	15	0,14
c11 Mamão (1 ano)	6	0,08	0,01	10	0,08	0,01	6	0,04	0,01	2	0,01	0,00	24	0,21
c12 Jabuticaba (1 ano)	3	0,07	0,02	2	0,09	0,04	1	0,02	0,02	1	0,03	0,03	7	0,21
c13 Colorado (1 ano)	3	0,08	0,03	3	0,06	0,02	5	0,19	0,04	1	0,03	0,03	12	0,35
c14 Maracujá (1 ano)	1	0,02	0,02	1	0,08	0,08	1	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,10
c15 Figo (1 ano)	2	0,44	0,22	3	1,43	0,48	2	0,11	0,05	0	0,00	0,00	7	1,98
c16 Pêssego (1 ano)	1	0,03	0,03	1	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,01	0,01	3	0,04
c17 Goiaba (1 ano)	7	0,27	0,04	5	0,12	0,02	3	0,08	0,03	2	0,06	0,03	17	0,54
c18 Ameixa (1 ano)	2	0,04	0,02	1	0,00	0,00	1	0,01	0,01	0	0,00	0,00	4	0,05
c19 Amora (1 ano)	1	0,00	0,00	2	0,00	0,00	1	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,00
c20 Maça (1 ano)	1	0,00	0,00	1	0,00	0,00	1	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,01
c21 Morango (4 meses)	1	0,01	0,01	0	0,00	0,000	0	0,00	0,00	1	0,00	0,00	2	0,01
c22 Amendoim (4 meses)	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,25	0,25	1	0,25

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo 2008.

*Ha = hectares.

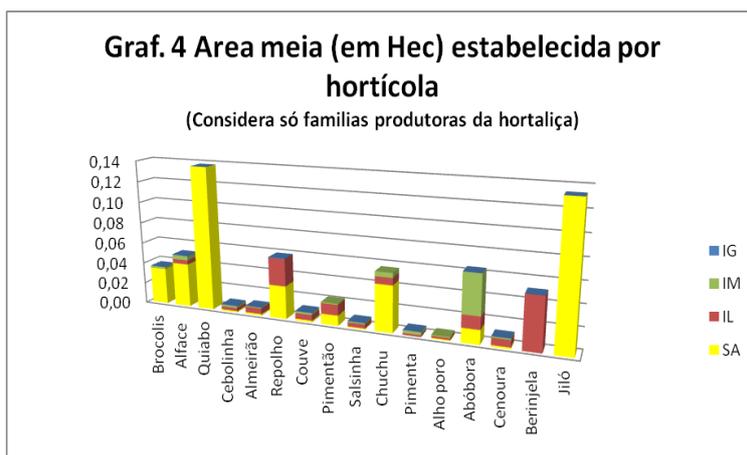


Nota-se também que as famílias do nível de Segurança alimentar destinam uma importante área meia para a produção de pasto, este item pode estar associado

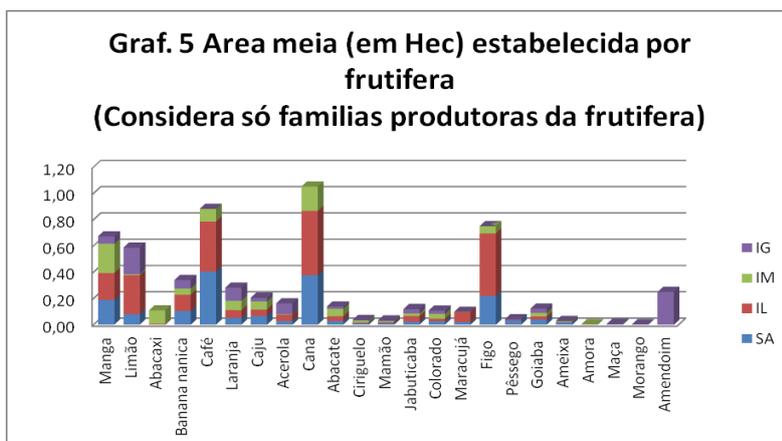


de animais de pequeno porte o que estaria significando a fonte de proteínas necessárias na mesa das famílias de este nível.

O gráficos 4 e 5 evidenciam a maior diversificação de hortícolas e frutíferas no grupo de famílias em segurança alimentar entretanto que para os grupos em insegurança alimentar se repete a diminuição tanto na variedade de produtos como na área meia destinada para a produção dos mesmos.



Este fato novamente faz pensar nas causas que estariam levando aos agricultores a reduzir as suas chances de melhor alimentação e renda e com a conseqüente perda da segurança alimentar, melhores condições de saúde e alimentação mais variada.





Concluindo: A pesquisa colocou em evidencia que:

- No Horto Vergel há algumas famílias que vivenciam a violação do seu direito à alimentação; entretanto a uma alta porcentagem delas que vivem em condições de garantia alimentar. Estas famílias souberam contornar as dificuldades sociais, econômicas, ambientais e culturais que traz o ser assentado e o lutar pela terra.
- Há uma relação positiva entre o grau de diversificação das culturas e o direito humano à alimentação. As famílias que diversificam mais têm maiores chances de garantia alimentar.
- A agricultura familiar diversificada incentiva às famílias para a prática de outras atividades como: o processamento artesanal da produção, que no final é vendida e se constitui numa reserva tanto econômica como alimentar.
- Algumas famílias possuem mais de 70 espécies de plantas (entre lavouras, hortícolas, frutíferas, medicinais e ornamentais) nos seus lotes, Isto estaria gerando maior renda como também uma oportunidade para alimentação e alívio de dores.
- O elevado grau de diversificação no lote poderia ser produto de um interessante sistema de intercâmbios de espécies, as quais, muitas vezes, são originárias dos lugares de origem dos assentados.
- Os alimentos mais produzidos são os chamados “alimentos essenciais”, são os alimentos básicos: arroz. Feijão e mandioca, considerados desde o ponto de vista nutricional um tipo de alimentos balanceados que oferecem as proteínas e carboidratos necessários para a dieta humana. Entretanto estes alimentos não oferecem uma alimentação variada, colorida, moderada, equilibrada, segura y prazerosos, o que faz pensar na necessidade de programas de educação alimentar.
- Com orientação técnica, pessoas que não estiveram ligadas à prática da agricultura podem aprender esta atividade e assim contribuir com sua cesta básica de alimentos

Referencias Bibliográficas

- BURITY, V., et.al., Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional / Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p.
- BERGAMASCO, S.M.P.P Forum: Combate à Pobreza e Segurança Alimentar. PPS Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: caminhos para a erradicação da pobreza e para a Segurança Alimentar. 2011.



- CONSEA. Princípios e Diretrizes de uma Política de SAN, Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança alimentar e Nutricional, Brasília, 2004.
- FANTIN, E. Diversificação: um segredo da pequena unidade produtiva. Revista Brasileira de Extensão Rural. V. 8, n. 1, p. 10-11. 1986.
- FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTARIA. Declaração Final do Foro Mundial sobre Soberania Alimentaria. Havana, 2001.
- GASSON, R., ERRINGTON, A. 1993. A The Farm Family Business. Cab International: Wallingford.
- INTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “José Gomes da Silva” (ITESP) Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDA Horto Florestal de Vergel-Mogi Mirim – SP. 2006. Não publicado.
- LEITE, S. 2004. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia Brasileña. In: BELIK, W. (org): Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina, São Paulo: Hucitec. 123-64pp.
- ORDOÑEZ GUERRERO, I. C. 2009. (In)segurança alimentar no Assentamento Horto Vergel – Mogi Mirim, SP. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, SP. 104 pp.
- Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional en America Latina y el Caribe 2009, Disponible en <http://www.rlc.fao.org/es/prioridades/seguridad/panorama.htm>, acceso en 13/01/10
- PELLENS. T. Composición del Ingreso Familiar y la Diversificación Agrícola: Una aproximación a seis zonas campesinas de Cochabamba e Norte de Potoso. Informe de Síntesis del Centro de Investigación y Promoción del Campesinado – CIPCA Cochabamba. 28 p. 2007.
- PESSANHA, L. D. R.; VANNIER-SANTOS, M. C.; MITCHELL, P. V. Indicadores para avaliar a segurança alimentar e nutricional e a garantia do Direito Humano à Alimentação: metodologias e fontes de dados. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte: ABEP- Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008. v. 1. p. 1-20.
- PÉREZ-ESCAMILLA, R. Seguridad Alimentaria y Nutricional: Marco conceptual. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte. Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI, 2005
- SCHNEIDER, S. A. 2003. Pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Edicion de la Universidad Federal Rio Grande do Sul.
- SEGALL-CORREA, A. M.; SALLES-COSTA, R. Novas possibilidades de alimentação a caminho. 2008. Democracia Viva. N 39. Acesso: 15 /12/ 2008. Disponível em portal IBASE. 2008: http://www.ibase.br/userimages/DV_39_indicadores2.pdf.
- VALENTE, F.L.S. 2003. O combate à Fome e a desnutrição e a promoção da alimentação adequada no contexto do Direito Humano à Alimentação: um eixo estratégico do desenvolvimento humano sustentável, 38p. Mimeo.



GT 12: Soberania e segurança alimentar e nutricional: práticas e projetos como estratégias de fortalecimento do campesinato brasileiro.

**A ressignificação da qualidade dos alimentos na
construção de mercados locais: o caso da
alimentação escolar**

Rozane Marcia Triches¹

¹ Nutricionista, Doutora em Desenvolvimento Rural; Professora adjunta da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Rua XV de Novembro, 943/305, Itaqui, RS. 97.650.000. E-mail: rozane.triches@gmail.com. Fone +55(55)9696-1244.

Resumo

Parte-se do princípio de que a qualidade não é algo intrínseco dos alimentos, mas uma dinâmica entre critérios e julgamentos em permanente mudança, conformando instituições e mercados. Para tanto, utiliza-se do caso da alimentação escolar para analisar o que subjaz o processo de reavaliação de um Programa que direcionava suas aquisições para alimentos industrializados e globalizados para outro modelo de aquisição pública que passou a favorecer a compra de produtos menos processados e de procedência local. Delineou-se um estudo de caso de abordagem qualitativa e análise de conteúdo. Verificou-se que a construção social desse mercado foi amparada pelos valores e significados locais, sendo que a tradição passou a ser revalorizada e a proximidade amparou a confiança do consumidor e o comprometimento do produtor. Destas relações, a qualidade dos produtos não se constituiu de sistemas peritos de segurança sanitária, mas de atributos relacionados à proveniência, modos de produção, tradição, frescor, naturalidade, paladar e quesitos de saúde e nutrição. Conclui-se que a qualidade dos alimentos é ressignificada como parte do processo de construção social dos mercados.

Palavras-chave: agricultura familiar, alimentação escolar, políticas públicas, segurança alimentar e nutricional.



Introdução

O que é um alimento de qualidade? Esta pergunta vem sendo respondida pelo modelo convencional globalizado de produção que tem associado qualidade a gêneros padronizados, certificados por sistemas peritos baseados em regras e padrões que visam minimizar os riscos relacionados às questões sanitárias e nutricionais. Nesta concepção, os alimentos são mercadorias produzidas industrialmente que necessitam ser duráveis para viajar longas distâncias. Ao mesmo tempo, devem ter qualidades para que se tornem atrativos em suas características organolépticas e saudáveis em suas características nutricionais. Contemporaneamente, soma-se a estas qualidades, a praticidade, que se torna cada vez mais necessária aos modos de vida atual e às mudanças sociais relacionadas às questões de gênero.



Embora estes quesitos sejam os dominantes ao conceituar um alimento de qualidade, há tendências heterogêneas que, se não contestatórias do modelo globalizado, ainda estão arraigadas às culturas identitárias e às relações sociais locais. Seja pelo fato de ser uma reação aos riscos atribuídos às questões de saúde, estética e instabilidade quanto às prescrições dietéticas, seja aos “*foods scares*”, ou às questões ecológicas, parece ocorrer uma desconfiança por parte do consumidor no que não conhece. Portanto, há a revisão dos conceitos de qualidade alimentar, o retorno ou a resistência das tradições e a busca do reconhecimento do que se consome e de quem produz, encurtando a cadeia de abastecimento alimentar. Estas manifestações manteriam ou reformulariam as qualificações dos alimentos, embasando-se não somente nos valores econômicos e nas tendências globais, mas também, em valores sociais, culturais e ambientais que amparariam a construção de mercados de proximidade.

Portanto, se poderia dizer que estamos frente a processos de qualificação e requalificação de alimentos domésticos em contraposição aos globais, o que vem sendo chamado na literatura internacional de “*quality turn*” (Goodman, 2003). Essa qualificação seguiria uma lógica de ação dos atores para atingir seus projetos coletivos ou individuais (Allaire; Wolf, 2004), construindo complexas e inter-relacionadas práticas e incorporando valor social aos produtos (Sonnino, 2005). Neste senso, a imersão (*embeddedness*), ou seja, o enraizamento dos mercados nos valores sociais e a localização amparariam novas ou rebuscadas visões de qualidade que beneficiariam a escala local em detrimento dos valores disseminados pela escala global.

Para analisar estas ressignificações e debates sobre a qualidade dos alimentos e sua relação com a construção de mercados, utiliza-se neste estudo o caso do Programa de Alimentação Escolar (PAE). O PAE é um programa público com atendimento universalizado, que existe há mais de 50 anos, atendendo atualmente a 47 milhões de alunos e despendendo em torno de três bilhões de reais por ano (só de recursos federais), para compra de alimentos. Porém, a maior parte dos municípios brasileiros utilizava esses recursos para adquirir seus gêneros, em sua maior parte industrializados, de grandes e especializados fornecedores. Na contramão dessa forma de gestão, surgiram, a partir da descentralização do Programa, em 1994, iniciativas que passaram a utilizar os recursos do PAE para adquirir alimentos de agricultores locais. Estes movimentos e as discussões sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil culminaram com a promulgação da Lei n.º 11.947/2009. Esta Lei tornou obrigatória a



compra de no mínimo 30% do valor remetido às Entidades Executoras (EE) pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação na aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares para o PAE.

Portanto, este estudo pretende analisar o que subjaz este processo de reavaliação de um Programa que direcionava suas aquisições para alimentos industrializados e globalizados para outro modelo de aquisição pública que passou a favorecer a compra de produtos menos processados e de procedência local.

Para tentar entender essa dinâmica, este estudo baseia-se em pesquisa qualitativa tomando como referência o município de Rolante (RS) que iniciou o processo de compras de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em 1998, bem antes da exigência legal. Este, como outros, foram fatos seminais que em conjunto, foram delineando uma mudança política e estrutural no Programa no nível nacional. Ao considerar que o enraizamento social é reforçado na escala local, em que a proximidade das relações possibilita uma maior interação entre os atores, com conseqüente incorporação, generalização e institucionalização dos discursos e significados, deseja-se verificar como o “local” foi empoderado, valorizado e legitimado. Ou seja, por que os agricultores familiares do município passaram a ser vistos como fornecedores de alimentos de melhor qualidade para o Programa de Alimentação Escolar (PAE) em relação aos industrializados adquiridos anteriormente?

A partir dessa verificação, parte-se para um aprofundamento da questão da construção de uma nova concepção de qualidade dos alimentos. Nesse senso, como o PAE de Rolante construiu o seu próprio conceito de qualidade, considerando tanto as demandas de consumo como as de produção. Indo além das percepções e interesses de consumidores e produtores, avalia-se como o município lidou com as contradições entre as normas e conceitos dominantes de qualidade e os construídos localmente, fazendo a sua diferença.

2. IMERSÃO E LOCALIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA QUALIDADE

Verifica-se atualmente a frequente desconfiança dos consumidores nas “*commodities*” globalizadas devido aos riscos relativos às questões de saúde e ambientais e a busca pelo restabelecimento da confiança a partir da revisão dos conceitos de qualidade. Conceitos estes não mais pautados na formalidade da indústria, mas nas relações de proximidade com os produtores. Estas demandas, por sua vez, são



utilizadas pelos produtores para inovarem em suas estratégias de reprodução.

Estas tendências têm promovido a valorização de qualidades diferenciadas, construídas a partir de características específicas de um determinado território ou local e das relações sociais existentes neste espaço. Considerando que os atores não são simplesmente passivos às estruturas política e econômica, mas, ao contrário, ativos em construir alternativas, é muito importante entender como eles as desenvolvem e consolidam, ou seja, como constroem a sua diferença. Assim, há um grande interesse atual nos estudos agroalimentares em compreender o que os consumidores e produtores entendem por qualidade e quais os critérios que utilizam para caracterizá-la.

Segundo Goodman (2003), ocorre um movimento de “produção mundial” pautado na lógica de produção em massa, em que a qualidade é padronizada e convencional para a “produção doméstica”, na qual a qualidade está centrada na confiança, na tradição e no local, amparando produtos e formas de organização econômica diferenciadas, localizadas e “ecológicas”. O desafio teórico e empírico dessa “*quality turn*” nas práticas alimentares para o autor é precisamente a dificuldade de decifrar os significados e suas expressões complexas no comportamento social, nas formas organizacionais, nos discursos e nas relações de poder.

Harvey, McMeekin e Warde (2004) parecem concordar com Goodman (2003), e questionam, já na introdução de seu livro, quem dita o que é qualidade e quais os critérios que são utilizados para determiná-la. Para os autores existem muitas respostas, que dependem das metodologias e teorias utilizadas, remetendo para o senso normativo ou avaliativo dos debates. Mas, ultrapassando essas questões, as dimensões de qualidade para o consumidor estão além da segurança, e dependem da escolha que esse faz dos riscos, de quais as suas preocupações. Estas podem estar nas questões identitárias e de saúde, nas questões ecológicas, morais, ou ainda no atendimento ao seu paladar e às questões de gosto, ou seja, a qualidade dos alimentos é composta de muitas dimensões, e não pode ser unificada em um único conceito, pois comporta vários critérios, sendo que nenhum deles tem prioridade e nenhum pode ser irrelevante. Ela não é inerente a um produto, não é simplesmente um padrão convencional, é dependente do contexto e não está separada de um senso de processamento de corpo e sentimento individuais. Para os autores supracitados, diferentes pessoas em diferentes situações constroem um conhecimento coletivo, do qual o gosto é um resultado. E esse não é somente uma simples propriedade dos alimentos, nem uma competência pessoal.



Portanto, para esses autores, qualidade é, acima de tudo, um processo social ou um processo de qualificação, ou seja, é algo construído, e não, dado.

Callon *et al.* (2002) identificam a qualidade dos alimentos como intrínsecas e extrínsecas, sendo as primeiras as derivadas do produto em si e as últimas como julgamentos dos atores humanos sobre esse alimento. Dessa forma, a qualidade emergiria da interação dessas duas dimensões. Considerada uma questão central na dinâmica de organização dos mercados o termo “economia de qualidades”, ancorada na teoria das convenções, desses autores é utilizado para a dinâmica econômica de produtos em que as modalidades de estabelecimentos de demanda e oferta e as formas de competição são moldadas por estratégias organizadas por diferentes atores para qualificar bens. Esse mercado seria altamente reflexivo e organizado por dois mecanismos estruturais: a singularização dos bens e as características ou qualificações desses bens para aqueles que o consomem.

Nesse senso, há espaço para a manipulação por diferentes atores envolvidos na produção e venda para modificar o que é considerado bom ou não, utilizando-se, por exemplo, de estratégias de publicidade e comunicação. Para Allaire e Wolf (2004), qualidade é uma referência central na inovação agroalimentar, no sentido de que, para eles, no cerne desta questão existe uma criação de conhecimento, de estilos de aprendizado e cognição, ou seja, as pessoas agem, aplicando seus conhecimentos e suas influências de uma forma mais reflexiva sobre suas escolhas.

Para entender como surgem e em que está baseada a “quality turn”, é necessário analisar como ocorrem as relações entre produtores e consumidores em um local específico. Em que valores estas relações se baseiam. Seriam apenas valores instrumentalistas e econômicos ou também sociais, morais, culturais, etc.? Estariam estes valores amparando a escala global ou local de produção, ou ambas? Entender estes processos de imersão e de localização torna-se essencial no sentido de que eles seriam panos de fundo que condicionariam os critérios e os julgamentos pelos quais os significados do que é um alimento de qualidade seriam criados, recriados e revistos.

A “imersão” passa a ser um conceito associado, primeiramente, à criação e recriação de discursos que empoderam um local, ou seja, ele não seria uma condição dada, mas construída por um processo de mobilização de valores e significados. O discurso pode ser amparado por meio de um tempo específico (capital cultural, autenticidade, história) ou por um espaço específico (condições de clima, relevo,



território). Sonnino e Marsden (2006) defendem esse conceito pelo seu grande significado no contexto dos alimentos, abrangendo dimensões políticas, econômicas, ambientais e culturais das cadeias alimentares. Nesse sentido, pode ser utilizado como ferramenta analítica para descrever as interrelações entre natureza, proveniência e qualidades que diferenciem “alimentos locais” de “*commodities*” globalizadas, como sugerido por Sonnino e Marsden (2006).

Para Allen *et al.* (2003), a concepção de local está envolvida com a construção de uma comunidade por meio de ligações com a vida diária e sua incorporação em uma economia moral, com a relação de confiança entre produtores e consumidores e, também, assumido para encorajar esses atores a internalizarem as externalidades da agricultura convencional (os altos custos de uma produção que é ambientalmente e socialmente deslocalizada). Dessa forma, a proliferação de cadeias curtas de abastecimento, localizadas, em que produtores e consumidores se encontram, tornou-se um contraponto às de larga escala de sistemas industrializados de produção e distribuição. Nesse senso de conexão social, as relações de reciprocidade e confiança parecem fazer muito sentido.

Portanto, seguindo o raciocínio de Allen *et al.* (2003), os significados são diferentes em diferentes locais, e salientam, portanto, a necessidade de identificar e explorar como essas iniciativas criam metas de sustentabilidade, viabilidade econômica e justiça social.

3 RESSIGNIFICANDO A QUALIDADE DOS ALIMENTOS EM ROLANTE (RS)

Nas questões realizadas sobre o tema da qualidade dos alimentos, bem como na sua referência nas respostas a outras questões e, ainda, nas atividades realizadas dentro do PAE em Rolante, observa-se que a qualificação dos produtos está associada a uma cadência de condições. Primeiramente, está vinculada à questão do local, à procedência e à sua cultura e tradição alimentar que evocam uma forma de produção associada a não utilização ou a utilização racional de produtos químicos, em baixa escala e que obedecem a um ciclo sazonal. Dessas condições, originam-se alimentos mais frescos e naturais (mais dependentes da natureza do que de tecnologias), o que resultaria em um produto nutritivo e com aspecto organoléptico superior em alguns sentidos, como o sabor. Permeando e coagindo essa construção aparecem, embora menos frequentes, outras características como as questões sanitárias, no entanto, de forma contestatória.

As características iniciais ligam-se ao local, à dimensão social, ou à moral,



confiança nas pessoas e no processo utilizado, pelo fato de conhecê-lo, de ter controle sobre ele. Nas entrevistas, 50 citações foram contabilizadas, relacionando a qualidade à procedência do produto (mais citada, juntamente com as questões da forma de produção). A frase a seguir, de autoria de uma diretora, explicita isso: “*Uma qualidade maior porque tu sabia de onde tava saindo*” (Diretor 4). E na tentativa de explicar porque o local qualifica: “[...] *pela história, conhecendo as propriedades, os hábitos, os sistemas de produção [...]*.” (Extensionista rural 2).

Saber de “onde estava saindo” é fazer alusão a um local conhecido e com uma tradição, uma história, uma cultura específica, de que “eu” faço parte. Esse fazer parte é caracterizado também pela comida, em que, até então, o que era fornecido para a alimentação escolar não era conivente com a sua própria identidade cultural alimentar. Antes da descentralização da alimentação escolar, os produtos industrializados e formulados eram adquiridos pelo governo federal e distribuídos para todos os municípios. Segundo o gestor da época, estes gêneros não respeitavam a cultura alimentar e nem tinham qualidade nutricional, e, portanto, era necessário que se oferecesse e valorizasse os produtos da comunidade.

Não só houve a introdução de alimentos típicos da cultura local na alimentação escolar, mas também, um trabalho de valorização junto às crianças e adolescentes com o objetivo de proteger e gerar a promoção e a perduração desses hábitos, como foi o caso da “Oficina da Cuca”. Nesse senso, a questão da tradição e da cultura é ressaltada, quando da defesa da localização. Com essa exposição quer-se chamar a atenção para a valorização do local como espaço de produção, em que há um conhecimento sobre a procedência dos alimentos adquiridos, mas, ao mesmo tempo, como espaço de consumo, com o respeito, perpetuação ou revalorização da cultura e do hábito alimentar que lhe é peculiar.

Essa valorização do local e da procedência liga-se à forma de produção de alimentos considerada de melhor qualidade por ser ambientalmente mais adequada, de pequena escala e que respeita os ciclos de cada cultivo. A qualidade relacionada às formas de produção estavam diretamente associadas à utilização de produtos químicos. Prefere-se comprar de agricultor familiar por ser uma produção que não utiliza ou que utiliza moderadamente agrotóxicos e/ou insumos químicos, em uma tentativa de reduzir os riscos à saúde. Credita-se esse controle não só ao trabalho técnico da extensão rural e do conhecimento dos produtores e da forma que produzem, mas também por ser uma



produção de baixa escala.

Na garantia de um produto fresco, uma das questões postuladas pelo PAE municipal, segundo a nutricionista, é compor o cardápio obedecendo à sazonalidade dos produtos, comprando os alimentos conforme a época da colheita. Assim, obedece-se a processos naturais, sem maturações ou crescimentos forçados quimicamente ou por acondicionamentos que mantenham o produto por mais tempo em perfeito estado de conservação e consumo.

Dessas características iniciais, duas surgem como intermediárias: a naturalização e o frescor do alimento. Comprar de agricultores locais favorece a diminuição do trajeto a ser percorrido do local da produção até o consumo final, o que proporciona o oferecimento de alimentos mais frescos. Por outro lado, a forma tradicional de plantar, beneficiar e produzir caracteriza um produto mais natural. Passa-se a reverenciar a diferenciação do produto relativamente àquele que é desenraizado, ou seja, desprovido de espaço e de tempo. A distância e a durabilidade dão espaço à localização e à sazonalidade – *“vamos comprar daqui, quanto mais perto melhor, quanto mais industrializado, mais longe ele pode andar”* (Gestor atual 4).

Nesse processo de qualificação, o atendimento do paladar é uma das características finais desse processo. Se um alimento produzido localmente e de forma mais natural não é exatamente o mais bonito ou que agrada na aparência, por outro lado, ele agrada no gosto. No entanto, embora o gosto seja reconhecido como um resultado de uma história baseada em práticas de percepção entre o sujeito e o produto, de diferenciação social ou de adaptação biológica, Teil e Hennion (2004) defendem a ideia de que ele é um conceito polimórfico, por sua condição de ativo e não passivo ou estado determinado. O gosto seria uma forma de construir relações com coisas e pessoas, não simplesmente uma propriedade dos bens, nem uma competência das pessoas.

Para os autores, o gosto seria o resultado de práticas constituídas historicamente, mas também um desejo voluntário e não uma atração involuntária. Nesse sentido, determinam-no como consequência e não como causa da escolha. Os consumidores o moldariam de forma a sobreviver diante das crises e dos riscos ou mediante a sua ansiedade frente à diversidade de escolhas. De qualquer forma, obrigando-os a pensar, a refletir, a escolher e a moldar o seu paladar para aqueles alimentos que consideram mais adequados ou que os amparem em suas preocupações, sendo um consumidor ativo que delibera.



No caso da alimentação escolar, essa abordagem favorece a análise já que defende a indução do gosto. Se os pais, diretores e nutricionistas são os consumidores que escolhem, a qualidade, para eles, segue no sentido da reflexividade sobre o que adquirir e na intenção de constituir um gosto para aquele tipo de alimento no consumidor final que é o escolar. Nessa reflexividade do consumidor que adquire e escolhe, está implícito como característica final da qualidade o valor nutricional desse alimento que, via de regra, está associado à preocupação relacionada à **saúde**.

Para alcançá-la, faz-se necessário atrair os alunos para alimentos mais saudáveis, primeiramente, por intermédio das questões de sabor e de hedonismo. Para as crianças e adolescentes, o consumo de alimentos como verduras e frutas está mais relacionado à obrigação do que propriamente a um prazer. Conquistar o paladar para um alimento considerado mais nutritivo e desencorajar o consumo daqueles que são industrializados e, portanto, mais elaborados no sentido de atrair pelo gosto e pelas estratégias de *marketing* foi um objetivo perseguido. Para tanto, comprar do agricultor passa a ser uma maneira de melhorar a atratividade do alimento pelo sabor original, pelo frescor, pela variedade. Uma cenoura mais doce, um pêssigo com gosto de pêssigo, uma banana mais saborosa são exemplos de alimentos que se tornam mais aceitos pelos escolares.

Se atrair é um objetivo, por outro lado, também foi almejado tornar aqueles alimentos um desejo voluntário e uma escolha reflexiva. Exemplo disso são os projetos realizados com as crianças e adolescentes das escolas, em que os professores trabalham com os alunos nas hortas, ensinando desde a preparação do solo até a preparação do alimento para consumo. Como verificado pelo depoimento de um dos diretores, que também é responsável por um projeto específico que atende a várias escolas num local chamado Setor Ambiental, há o trabalho na direção de conscientizar o aluno para moldar o seu gosto: *“Também tem a horta do Setor onde eles visitam a horta e experimentam as plantas, comem ao natural e é dito que é saudável”* (Diretor 1).

Assim, o sabor liga-se ao aspecto nutricional como componentes da qualidade do alimento. Segundo as diversas passagens nos depoimentos dos agricultores, o aspecto dos alimentos para esse consumidor específico, não é mais determinante na sua escolha por acreditar que o alimento mais “natural”, embora nem sempre provido de beleza externa e tamanho padronizado, é de qualidade nutricional superior, e também não contém os riscos dos agroquímicos. Portanto, ser superior, nutricionalmente falando, remete não somente à composição do alimento em si, mas todo o conhecimento



que as pessoas têm ou julgam ter sobre o processo que determinou essa superioridade. Por ser produzido naquele local é, conseqüentemente, mais fresco e natural, e, assim ainda intacto em seu conteúdo nutricional e mais palatável e aceito como resume uma diretora: “*Eu acho que se tu vai olhar pelo aspecto nutricional, com certeza, o que vem do agricultor familiar tem uma qualidade maior*” (Diretor 2). Dessa forma, a qualidade nutricional não está expressa num rótulo, ou com a preocupação com nutrientes específicos, mas acredita-se que ela esteja sustentada por um processo de produção e consumo que viabiliza uma ingestão mais adequada de alimentos benéficos à saúde.

Importante destacar que o profissional nutricionista, como ator preponderante neste processo, não assume somente a postura de um profissional estritamente da saúde, mas associa sua intervenção às questões sociais e ambientais inerentes. Se o objetivo final é a saúde dos escolares, as escolhas destes profissionais também estão relacionadas à viabilização e incentivo de determinados modos de produção e modelos agroalimentares. No momento em que preferem alimentos de agricultores locais também se está determinando outros padrões de abastecimento alimentar e associando saúde às questões ambientais. Esta forma mais abrangente de tratar da nutrição determina novas qualidades aos alimentos, que não são as estritamente nutricionais, mas que pontuam o alimento como veículo de preservação ambiental e de modelos de desenvolvimento que devem ser considerados.

Dentre todos os componentes relacionados com a qualidade construída em Rolante, verificou-se que a questão da sanidade ou da higiene quase não foi referida. Somente 16 passagens a mencionam, nem todas como aspecto positivo, mas contestatório, por um lado os que a defendem e, por outro, os que a consideram imprópria e até sem sentido.

Culmina-se nesse ponto com a constatação de que, se a qualidade é construída como visto, por um conjunto de características que partem tanto das preocupações e demandas do consumidor, quanto das estratégias de mercado do produtor, mas dentro de um processo social, permeado de valores. Ela, porém, também é o desfecho de um processo de negociação contestado e contingente determinado por relações de poder entre os diferentes atores da cadeia de abastecimento (Harvey *et al.*, 2004).

O fato que parece subentendido é que, muito embora exista um conceito hegemônico de qualidade relacionado à inocuidade e dite a obrigatoriedade da aquisição apenas de produtos “seguros” do ponto de vista sanitário, não é essa a característica



mais considerada (apesar de não ser desconsiderada) para auferir qualidade aos alimentos nesse caso. Ela aparece como uma norma de qualidade imposta de fora para dentro e não como um valor construído socialmente, oferecendo condições para entender a diferença etimológica do termo “qualidade”, que pode ter significado normativo e/ou empírico. Disso surgem duas questões-chave: a norma existe e foi criada para quem e por quê? Como em Rolante as questões instituídas como regra normativa (norma sanitária) são reelaboradas e tratadas pelos atores que têm entendimentos diferentes de qualidade?

Em relação à primeira questão, a discussão extrapola as considerações locais e abarca análises mais amplas que envolvem a dissecação da construção e do domínio do aspecto sanitário sobre as outras qualificações. Qualidade essa que passou a ser gradativamente associada a grandes estruturas e a aspectos sanitários regulamentados por uma legislação que seguia os moldes internacionais. Tais exigências, aplicadas à escala industrial de alimentos seriam indispensáveis, pois representariam um controle, já que tais processos ocorrem distante da visão e do conhecimento dos consumidores. Maluf (2007) aponta para a intrínseca e necessária relação entre qualidade sanitária e o sistema industrial de alimentos, em vista dos riscos envolvidos na produção e transporte de alimentos em massa.

No entanto, essas são convenções de qualidade altamente restritivas que requerem planejamento estrito, controle fiscal e um regime de regulação higiênica/burocrática que, segundo Marsden (2004), mantém os varejistas no controle da cadeia de abastecimento ou, como defende Muchnik *et al.* (2005), os padrões de higiene são supostamente para proteger o consumidor, mas seus efeitos são para favorecer produtores industriais à custa dos agricultores. Estes, por sua vez, no momento que passam a acessar mercados formais, necessitam, obrigatoriamente, seguir as mesmas regras e regulações.

Segundo Cruz (2009), desconsiderar que as escalas de produção que configuram o sistema convencional e o sistema tradicional são distintas, implica julgar a qualidade dos alimentos somente a partir de critérios técnicos, normatizados, que consideram inocuidade como sinônimo de qualidade. Aplicar os mesmos critérios que os empregados para a produção em larga escala à produção tradicional, realizada em escala micro, implica, segundo a autora, excluir qualquer singularidade inerente ao processo de produção, padronizando os modos de fazer, os sabores e a diversidade, comprometendo



as características originais e tradicionais dos produtos. Corroborando com estas posições, Prezzoto (2002) destaca que desconsidera-se várias qualificações em detrimento de apenas duas: os aspectos sanitário (nocivo ou não?) e legal (clandestino ou não?).

A partir disso é necessário reconhecer que há relações de poder que disputam concepções legítimas de qualidade, em que os aspectos normativos se sobrepõem aos construídos socialmente. Marsden (2004) aponta essa realocação ou manutenção das relações de poder entre as diferentes cadeias de abastecimento alimentar como as mais convencionais de larga escala e as que se desenvolvem nos interstícios, consideradas “alternativas”, ou por assim dizer, as cadeias curtas de baixa escala, como as consideradas nesse estudo. Para o autor está em jogo uma dicotomia entre conhecimentos, autoridade e regulação entre os atores dessas cadeias e os consumidores de seus produtos. Assim, há uma competição entre distintas definições de qualidade – convencionais, sociais e técnicas, sendo que, o resultado é o empoderamento ou desempoderamento de determinada cadeia e grupo de atores. As questões de higiene e sanidade empoderam os varejistas e as questões ecológicas e sociais empoderam um local particular.

Todavia, há que se considerar as avaliações extremas, os binarismos que radicalizam o discurso ao considerar as qualidades normativas como impeditivas e, portanto, combatidas ou ignoradas na questão da pequena produção de alimentos, enfatizando as demais. A qualidade sanitária, mesmo sendo muito mais necessária no sentido da industrialização e produção em massa, não deixa de ser um atributo importante para não desqualificar o produto da agricultura familiar e assegurar a segurança e a confiança do consumidor, principalmente porque a principal conta que pesa desfavoravelmente aos seus produtos, dentro de uma visão técnica é exatamente o risco à saúde pela sua “imperícia” higiênico/sanitária. Segundo depoimentos da Vigilância Sanitária de Rolante, não há considerações por parte dos agricultores sobre essas questões, tratadas por eles como “bobagens”, o que serve para legitimar ainda mais os argumentos que salvaguardam a crença dos técnicos na superioridade do aspecto sanitário (seguro), relativo aos outros no quesito qualidade.

A responsabilidade pela saúde pública do gestor em relação à alimentação escolar é amplificada, pois não só assume o papel de abastecedor, de provedor, mas também o de fiscalizador e regulador dos alimentos em relação ao Serviço de Vigilância



Sanitária. No entanto, o que deve ser considerado nessa discussão, não é a negação dos aspectos sanitários e legais, mas a forma com que essa negociação foi realizada entre os atores. No caso de Rolante, a normatização é questionada pelo próprio gestor municipal, que prefere confiar nas pessoas que conhece a um sistema perito. Em seu depoimento, se não se exigia ao pé da letra a qualidade sanitária dos produtos nos moldes da legislação corrente, também não se tinham ingerências sobre o processo que passou a ter o controle social.

As aquisições públicas em Rolante tentaram conciliar diferentes e, às vezes, conflitantes convenções de qualidade. Não há como desconsiderar que uma grande demanda como a alimentação escolar exige a manutenção de uma produção cuja qualidade é padronizada, mas também, não exclui aquela que é diferenciada, em que outros padrões de qualidade superam, mas não descartam o aspecto sanitário. Combinadas com o desenvolvimento de cardápios e iniciativas de educação alimentar, essas práticas envolvem a valorização do território e a demanda por produtos locais. Além de maximizar as convenções domésticas de qualidade nas palavras de Goodman (2003), em detrimento das mais globais, há uma ligação com as convenções cívicas, em que os significados socioculturais dos alimentos conectam-se com a justiça e a solidariedade local.

Ponto passivo, portanto, o papel central do setor público relativamente ao mercado institucional como condutor e regulador de novas visões de qualidade que não só atendam os interesses econômicos, mas também os de equidade social, saúde pública e ambiental.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso estudado reflete condições que foram primordiais para uma nova leitura sobre qualidade dos alimentos dentro das convencionais aquisições públicas para o PAE. A avaliação dos princípios que regeram as relações de proximidade dá conta que as discussões sobre o Programa como potencial mercado para os agricultores locais só foi possível a partir do momento em que os valores sociais se destacaram diante dos valores econômicos.

Especificamente nesse caso, demonstrou-se que a qualidade foi construída muito mais a partir da demanda em buscar alimentos mais confiáveis e com qualidades que remetiam às questões sociais, de saúde e de gosto, do que propriamente a partir de questões sanitárias ou da diferenciação da produção ao buscar vantagens competitivas.



Nesse quesito, o comprometimento dado pelas relações próximas parece ter sido mais importante do que atributos específicos relacionados aos alimentos que os distinguissem de outros.

A distinção existente referia-se, em primeiro lugar, ao produto ser do agricultor familiar local e, automaticamente, esse se definia como um produto mais “natural” pela menor utilização de agroquímicos, baixa escala de produção, tradição, produção artesanal e sazonalidade. O gosto e a superioridade nutricional amparavam-se nesses significados. Portanto, a qualidade foi construída a partir de retalhos costurados por consumidores e agricultores que integraram diferentes necessidades e prioridades, dinamicamente.

No entanto, verificou-se que esse esforço nem sempre foi suficiente diante de conhecimentos tão díspares e ao mesmo tempo legítimos e justificáveis pelos que os defendem e diante da norma legal e sanitária dominante e incongruente com a agroindústria familiar. Assim, principalmente depois da obrigatoriedade legal da aquisição de gêneros da agricultura familiar para a alimentação escolar (Lei 11.947 de 06/2009), um dos desafios que se impõe é a regulação da qualidade. O que, afinal, considera-se um produto de qualidade e quais devem ser as exigências sanitárias relativas à produção de baixa escala? Com essa falta de convenções para os esquemas alternativos de qualidade e, portanto, sem essa revisão normativa, muitos dos produtos processados pela agricultura familiar não poderão ser adquiridos por esse mercado institucional.

O viés inerente a essa avaliação caracteriza-se pelas diferenças de escala e de confiança entre a produção de agricultores e a produção industrial. A baixa escala não oferece condições de competição com a grande produção, se considerado o atendimento às mesmas regras de formalização. Além disso, a produção de agroindústria normalmente segue circuitos curtos e locais ou regionais de abastecimento pautando-se por relações de mercado em que a confiança fundamenta-se em regras enraizadas socialmente e não em rótulos e sistemas peritos. Essas diferenças em relação aos critérios de confiança não são passíveis de normatização legal, mas se envolvem em relações de normatização moral.

Ainda, a construção destas diferenças só se efetiva quando existe por parte dos profissionais que fazem parte deste processo, como os nutricionistas, veterinários e agrônomos uma visão mais amplificada do alimento, que suplante a sua especialidade e



sua formação estrita. Exemplo disso são os nutricionistas que conseguem extrapolar as concepções de uma ciência natural que baseia a nutrição aos processos de saúde da população e sanidade dos alimentos, para outra, que incorpora as ciências sociais e ambientais, ligando-a aos processos de desenvolvimento e sustentabilidade.

A partir disso, este estudo permitiu exemplificar a construção de um mercado imbricado em relações sociais que são capazes de ressignificar o que é um alimento de qualidade, independente do que é normatizado como tal. Por não ser a regra, este exemplo ofereceu condições de verificar a diferença entre uma cadeia de abastecimento diferenciada (socialmente imersa) e aquelas que utilizam o PAE com fim mercadológico e que se restringem às concepções de qualidade hegemônicas. Aprofundar estas questões é fundamental na efetivação de políticas de SAN.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLAIRE, G; WOLF, S.A. Cognitive representations and institutional hybridity in agrofood innovation. *Science, Technology & Human Values*, v.29, p.431-458, 2004.
- CALLON, M; MÉADEL, C; RABEHARISOA, V. The economy of qualities. *Economy and Society*.v. 31, p.194–217, 2002.
- CRUZ, F.T. *Qualidade dos alimentos e escalas de produção: sistema agroalimentar e valorização de produtos artesanais/tradicionais*. XLVII Congresso SOBER, Porto Alegre, 2009.
- GOODMAN, D. The quality „turn“ and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, v. 19, p.1-7, 2003.
- HARVEY, M; MCMEEKIN, A; WARDE, A. *Qualities of food: alternative empirical and theoretical approaches*. Manchester: ManchesterUniversity Press, 2004.
- MALUF, R.S.J. *Segurança alimentar e nutricional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MARSDEN, T.K. Theorising food quality: some key issues in understanding its competitive production and regulation. In: HARVEY, M. *et al. Qualities of food*. UK: Manchester University Press, 2004.p.129-155.
- MUCHNIK, J; BIÉNABE, E; CERDAN, C. Food identity/food quality: insights from the "coalho" cheese in the Northeast of Brazil. *Anthropology of Food*, n. 4, mai 2005.
- PREZOTTO, L.L. Qualidade ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado. In: LIMA, D.M.A; WILKINSON, J. (Org.). *Inovações nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPQ/Paralelo, 2002. p. 285-300.
- SONNINO, R. Embeddedness in action: saffron and the making of the local in southern Tuscany. *Agriculture and Human Values*, v. 24, p.61-74, 2007.
- SONNINO, R; MARSDEN, T.K. Beyond the divide: Rethinking relations between alternative and conventional food networks in Europe. *Journal of Economic Geography*, v.6, p. 181-189, 2006.
- TEIL, G; HENNION, A. Discovering quality or performing taste?A sociology of the amateur. In: HARVEY, M. *et al. Qualities of food*. UK: Manchester University Press, 2004.p.19-37.



GT 12: Soberania e segurança alimentar e nutricional: práticas e projetos como estratégias de fortalecimento do campesinato brasileiro.

Agricultura familiar como fator preponderante da Segurança Alimentar no Brasil

Elisabete Maniglia¹

¹Livre docente em direito agrário e professora de direito agrário e ambiental nos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Franca. manigliaelisabete@gmail.com

Resumo

A Segurança Alimentar é atualmente um dos temas mais vinculado às discussões internacionais. A alta dos alimentos e a fome no mundo tem se tornado pauta das reuniões entre os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. A fome decorrente da miséria e não da ausência de alimentos nem sempre é assim compreendida. Cada vez mais, há a preocupação em aumentar lavouras e áreas de plantio, haja vista no Brasil, o crescimento das fronteiras agrícolas, porém isto não significa que quanto maior a produção agrícola, menor é o número de miseráveis e a segurança alimentar dos povos é satisfatória. Assim este trabalho tem por escopo levantar a relação entre segurança alimentar e produção advinda da agricultura familiar, frente ao avanço do agronegócio e o uso abusivo das terras para o plantio de commodities. Num outro ângulo pretende-se demonstrar que saúde se interliga com dignidade humana e que ambos os pressupostos, são direitos humanos, e que a Constituição Brasileira garante em seu teor o acesso à alimentação adequada em recente emenda promulgada no ano de 2010. Destarte, sendo um Direito este deve se consolidar por meio de políticas públicas que numa perspectiva sistêmica devem interagir diversos fatores ligados ao meio agrícola. Reforma agrária, sustentabilidade ambiental, sustentabilidade social e geográfica devem se harmonizar com metas de produção que garantam alimento saudável e em condições econômicas para compra por todos brasileiros.

Palavras-chave: Agricultura familiar ~sustentabilidade – políticas publicas – reforma agrária - segurança alimentar



Introdução

O presente trabalho pretende analisar a segurança alimentar numa ótica jurídica, constituindo este pressuposto no objetivo de tratar a questão, como direito humano, que vai se concretizar por meio de políticas públicas favoráveis a sustentabilidade rural no seu sentido lato: econômico, social, ambiental e geográfico. Os objetivos do trabalho anseiam em demonstrar a conceituação da agricultura familiar e sua importância para a efetivação da política pública que ambicione a segurança alimentar. Para tal deve ser efetivado o direito a reforma agrária, a manutenção de produção para consumo interno, programas de crédito rural, políticas de aplicação e preço para os produtos oriundos da família rural. Bem como também devem ser incentivados a educação ambiental para o desenvolvimento de produção para manutenção cultural e aplicabilidade do respeito às diversidades geográficas. O referencial teórico está embasado na multidisciplinaridade, onde a pesquisa está buscada nos espaços sociológicos, jurídicos, geográficos e antropológicos. O método empregado foi o dedutivo e indutivo, pesquisa bibliográfica, amparada em dados estatísticos, de órgãos oficiais, sem pesquisa de campo. Os resultados ainda parciais apontam que uma mudança nas políticas públicas se faz urgente na área rural.

Produto da história do campesinato, a agricultura familiar, conforme Marie Claude Maurel, “é a expressão de uma articulação sempre particular da família e da exploração ou do empreendimento agrícola, segundo as definições usuais nas sociedades industrializadas, como é o caso da sociedade francesa contemporânea”

Para a autora, o estudo deve repousar sobre a seguinte égide:

Tradicionalmente, a noção de agricultura familiar (ou de agricultura enquanto atividade familiar) repousa sobre a idéia de uma identidade entre família e exploração. A unidade de produção é uma família, ou seja, entre outras coisas, um grupo de trabalho, no qual os membros estão unidos por laços de parentesco, um grupo que se constitui e se renova sobre a base de relações familiares. No esquema da atividade familiar, a exploração fornece um retorno permitindo assegurar a subsistência do grupo e representa um patrimônio cuja transmissão aparece como um objetivo essencial das estratégias de reprodução familiar.

Alterado o conceito tradicional de família e sob julgamento o clássico posicionamento sobre a agricultura, pode-se verificar que a agricultura familiar tem sua importância dentro do contexto que atua, tomando em conta as metas a serem atingidas por ela e as proposituras, depositadas pelo Estado, em seu reconhecimento. No caso da



França, citada na definição, observa-se que o Estado lhe atribui uma importância sobranceira, sem, todavia, radicalizar o termo familiar. Permite-se que a propriedade rural seja explorada somente pelo seu chefe (homem ou mulher), juntamente com seu cônjuge, ou mesmo sem ele, como forma de assegurar o domínio da terra e de vincular seu proprietário ao espaço rural, para que aí se fixe a família, até mesmo por razões hereditárias, podendo ser explorada por algum de seus membros.

A preocupação com o êxodo rural e conseqüente desemprego nas cidades, faz com que o agricultor francês seja retido em sua função, com estímulos governamentais e, por isso, sempre que se fala em agricultura familiar, remonta-se a este modelo tido não mais como camponês, não mais como cenário bucólico, mas sim como mecanismo atuante de refrear parte dos problemas urbanos e agir dentro duma visão de lucro, formando complexos agroindustriais e turísticos, que se revelam como empreendimentos familiares, cujo modelo de funcionamento é a realização de uma produção para o mercado, onde o trabalho permanece essencialmente familiar, contanto com a ajuda eventual de terceiros, mas em atividades que diversificam e que visam metas modernas e eficazes.

A caracterização da unidade familiar clama por um sistema classificatório, construído a partir de adjetivações dicotomizadas, cujo termo contraposto é a unidade capitalista de produção agrícola, ou empresa capitalista, que assim definida por Delma Neves, forma, como bem relata esta autora, um *locus* da utopia de resistência ao sistema capitalista, quando está integrada nos propósitos de unidade familiar, que estabelece como meta a busca da autonomia, a minimização da dependência ao mercado, a defesa do autoconsumo e, em certos casos, a resistência à pauperização ou à proletarização. Todavia, hoje se fala na unidade familiar de produção, cuja definição sociológica é diferente da unidade familiar simplesmente. Esta é uma unidade híbrida, que se origina, conforme Delma, do modelo camponês hoje já fracassado, mas que se estrutura com frente para o mercado, produzindo de maneira a satisfazer as necessidades da família, que poder usada, ou não, como mão de obra total na terra, mas que garante a ela sua sobrevivência e lhe assegura um lucro suficiente, inclusive para garantir pessoas da família que nela não trabalham.

Maria Nazareth Wanderley considera que

a importância e o significado da agricultura familiar depende, antes de mais nada, da associação de sua presença na sociedade com valores considerados socialmente positivos: tradição, desenvolvimento, eficiência econômica,



proteção da natureza são possíveis caracteres que, atribuídos a certos grupos de agricultores, lhes conferem legitimidade social. A sociedade reconhece a contribuição econômica, social e política ou cultural de seus agricultores e os apóiam nas transformações que lhe são impostas pelo desenvolvimento.

Dessa forma, ao se propor um estudo sócio-jurídico sobre a agricultura familiar, obriga-se a verificar o passado de cada país e o tipo de estímulo que se dá à efetivação desse modelo que, com leis regularizadoras e metas de investimento, a médio prazo, podem, sem dúvida, construir uma sociedade mais justa, com menos desigualdade.

O principal problema para se efetivar a agricultura familiar é o acesso à terra. Quem recebe terras de programas de reforma agrária são os cadastrados no Incra e os derivados do MST. Poucos estão na terra, oriundos de projetos de colonização do Governo – a maioria desses projetos fracassou. Outros tantos são pequenos produtores que, a duras penas, vêm mantendo suas terras herdadas, ou arrendadas. Alguns compraram lotes, por meio do Banco da Terra e são identificados como pequenos produtores. Estes grupos de agricultores formam perfis variados de personalidades, com um núcleo homogêneo de interesses, que se volta para um investimento produtivo que garanta uma produção não mais para a subsistência somente, mas sim objetivando a inclusão no mercado do agronegócio, com chances e perspectivas de se estruturarem como empresas agrárias. Não se pode mais pensar em agricultura familiar como núcleo de subsistência, embora, ainda em muitos locais, tenha este significado, ou, ainda pior, nem ao menos o agricultor se mantém com dignidade, neste local.

No Brasil, é sabido que o fator regional influi sobremaneira no desenvolvimento da agricultura familiar. Os estudos feitos ao longo de regiões diversas confirmam que o Centro Oeste de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul são os responsáveis pelo maior número de agricultores familiares de sucesso. Algumas regiões de São Paulo trazem marcas de produtividade e desempenho e muito pouco de bom resultado é registrado no Nordeste. O Centro Oeste, por suas características de grandes extensões de terra, foca-se em outro tipo de atividade, que não a familiar e o Norte, já na exploração de castanha e no reflorestamento sustentável, vem apontando bons resultados nas produções familiares coletivas. Mas, no Brasil, a agricultura familiar é um espaço em construção.

Sob o ponto de vista legal, a recente Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326/06) reconhece a agricultura familiar como segmento produtivo e representa um novo marco para as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural e,



conseqüentemente, à melhoria da segurança alimentar. A lei define os conceitos da agricultura familiar e do agricultor familiar e prevê a descentralização – com a participação de municípios, estados, governo federal e produtores rurais – no desenvolvimento e gestão dos programas agrários.

A agricultura familiar é responsável, atualmente, por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e representa 40% do PIB na agropecuária. A agricultura familiar no Brasil reúne hoje 4,2% de estabelecimentos rurais familiares, representa 84% dos estabelecimentos rurais, e emprega 70% da mão-de-obra do campo, conforme Manuel dos Santos, Presidente da Contag (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura). Além disso, é responsável pela maioria dos alimentos na mesa dos brasileiros. Segundo o Ministro do Desenvolvimento Agrário, à época da promulgação da lei, Guilherme Cassel, “a agricultura familiar passa a existir do ponto de vista legal e fica reconhecida através de políticas públicas permanentes, seja de crédito, de assistência técnica, de comercialização, de seguro agrícola e de igualdade para as mulheres”.

Paradoxalmente, o Brasil sempre registrou um desprezo em relação à agricultura familiar, por seu retorno ser para o mercado interno e por satisfazer a população local, mesmo sendo a maioria das propriedades rurais brasileiras. Hugues Lamarche afirma que a agricultura familiar é, ao mesmo tempo, uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio. Do valor atribuído a cada um desses elementos dependerão suas características, suas exigências e seu futuro. Portanto, o apoio à agricultura familiar depende das políticas públicas e da disputa entre a grande propriedade, que realiza a produção de exportação e o pequeno, que produz para o consumo interno. As palavras de Neves revelam esta situação:

As políticas públicas são analisadas como um dos instrumentos de ação do Estado e de expressão de disputas em torno de recursos e de regras definidoras e consolidadoras de interesses específicos. As disputas, portanto, são compreendidas como constitutivas das ações sociais, políticas em especial em que grupos de interesses se constituem no confronto travado em campos sociais determinados, bem como em instâncias do aparato estatal, onde as conquistas podem ser legitimadas, institucionalizadas e legalizadas.

A implementação do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) fez com que a agricultura familiar passasse a fazer parte do discurso político, referente não somente às questões agrárias e agrícolas, mas também aos debates sobre comércio internacional e modelos de desenvolvimento. Temas como segurança alimentar, multifuncionalidade e agroecologia, por exemplo, têm na agricultura familiar uma categoria referencial.



Assim, a agricultura familiar sempre foi mostrada pelos grandes grupos, como sendo um obstáculo ao desenvolvimento rural, por sua inutilidade econômica, por sua baixa produção, ausência de tecnologia e pelo atraso do campo. De uma certa forma, isto foi permitido pelo Estado, que pouco investiu e não se preocupou em dar um patamar de importância real a este segmento que alimenta o país. Os dados do MDA, em parceria com a FAO, confirmam que a agricultura familiar é responsável pela maioria dos alimentos na mesa dos trabalhadores brasileiros: 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% dos suínos, 54% do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos, entre outros

Ocupa-se em afirmar que a agricultura familiar é um desafio em melhorar as condições de vida da população, favorecer alimentação saudável, em quantidade e qualidade e construir cidadania ampla e participativa, ao gerar trabalho e vida no campo, sem inchar a cidade com fome e miséria.

O Estatuto da Terra, ao classificar as propriedades, delimitava, sabiamente, o latifúndio, o minifúndio, a empresa rural e a propriedade familiar. Esta última representava o tamanho ideal de uma propriedade para ser explorada pelo agricultor e sua família, absorvendo toda sua força de trabalho, garantindo-lhe a subsistência e o progresso social e econômico, com sua área máxima fixada para cada região e tipo de exploração e, eventualmente, trabalhada com a ajuda de terceiros.

Fernando Sodero entendia ser esta a propriedade ideal, para ser concedida como lote para a Reforma Agrária. O fundamento de sua posição repousava no fato de que a propriedade familiar representa o sistema de agricultura empresarial familiar e associativa (cooperativas integrais de Reforma Agrária), integrada num desenvolvimento planejado. Dessa forma, o Poder Público, não apenas promove e cria condições de acesso do trabalhador rural “à propriedade da terra economicamente útil”, como gera condições de progresso social e bem-estar coletivo. Fixava-se, assim, uma relação adequada entre o homem, como produtor, e a terra, como bem de produção.

Neste diapasão, constituiu-se a propriedade familiar como a fração ideal para a exploração do pequeno proprietário: são pequenas propriedades que utilizam mão de obra da própria família, têm renda originada no seu empreendimento e o agricultor familiar é o gestor de seu trabalho.

Os movimentos sociais elogiaram a lei, mas esperam que o contido em seu teor seja cumprido, assim como o posto na Lei de Segurança Alimentar, pois ambas representam entrelaçamentos fortes de produção e garantia de alimentos, especialmente



porque a agricultura familiar emprega o trabalhador rural, produz alimentos para a mesa do brasileiro e a sua própria produção pode ser destinada aos programas de aquisição de alimentos do governo. Isto é o que vem acontecendo, em diferentes locais do Brasil, com apoio dos governos locais e federal. A título de exemplo, relata-se que em Muqui, no Espírito Santo, a Prefeitura compra alimentos orgânicos cultivados por produtores que aplicam a metodologia da produção agroecológica e os utiliza na merenda escolar. Segundo os dados da Direção da escola, com esta alimentação saudável, até o rendimento escolar melhorou. Em Macapá, os produtores familiares vendem cestas para os funcionários públicos, por meio de um convênio com o governo do Estado e a Embrapa e também já foi comprovada a melhoria de vida do produtor que, para tal feito, deve se organizar em associações ou cooperativas.

Os índios do Mato Grosso, em Campinópolis, enfrentaram, durante o ano de 2004, um alto índice de mortalidade, pela falta de alimentos. Num convênio firmado entre o Banco do Brasil e o Sebrae, em parceria com o ator Marcos Palmeira, que cultiva orgânicos há dez anos, foi instalado um projeto de apoio a estes índios, para desenvolvimento da agricultura orgânica para consumo próprio e para o mercado e os resultados foram surpreendentes na melhoria da alimentação das famílias do local.

O entrave para uma melhor eficácia desta política era a Lei de Licitações, que restringe a autonomia dos órgãos públicos em realizar compras diretas do produtor familiar, sem a necessária formalidade da documentação, que favorecia as grandes empresas fornecedoras de alimentos. Hoje, a Lei n. 10.696/03 instituiu um mecanismo legal que permite a compra direta e a compra antecipada de produtos da agricultura familiar, o que foi e é uma grande inovação para a política de segurança alimentar e nutricional e fortalece dois objetivos principais: o acesso à alimentação e a produção/distribuição local de alimentos. Isto significa melhoria das condições nutricionais da população, geração de emprego e renda junto aos agricultores familiares.

A pequena, ou no melhor entendimento, até a média propriedade pode se constituir em unidades de produção familiar. Por regra, os proprietários dessas terras exploram seu imóvel por conta própria, ou com a ajuda de sua família. São pessoas que herdaram suas terras ou as adquiriram pelo processo de legitimação ou, ainda, são posseiros, que ambicionam a aquisição do título, mas cuidam da terra com desvelo de proprietário. Instrumentalizam sua atividade com sua força de trabalho e se inserem nos objetivos de produção semelhantes aos dos assentados, inclusive, fazendo-se valer de



capacitação técnica e crédito rural especiais. Seus interesses estão, sem sombra de dúvida, muito mais próximos dos empregados rurais, do que dos grandes proprietários. Estes trabalham a terra, mas de forma indireta, determinando ordens, na condição de empregador. Os pequenos proprietários, chamados também de camponeses, usam mão-de-obra paga em dinheiro, (em espécie, somente em situações excepcionais, exercendo, apenas em raras ocasiões, um controle sobre o trabalho alheio).

Luiz Inácio Germany Gaiger entende que esse personagem, o camponês,

não é um trabalhador assalariado, despossuído totalmente de seus meios de produção. Contudo, não é mais que, nominalmente, o mestre da sua produção, não o impedindo a propriedade imediata dos meios de produção de encontrar-se em uma situação análoga a dos proletários. [...] Os camponeses, em condições de capitalização, têm a oportunidade de converterem-se em empresários capitalistas, explorando o trabalho assalariado agrícola, condição da reprodução capitalista do capital.

Poucos são os que atingiram esse patamar, até então.

No Brasil, as condições têm sido muito mais favoráveis para que o camponês se proletarize. Os pequenos proprietários, ao longo dos últimos anos, têm sido expulsos de suas terras, pelas condições que enfrentam de péssima política agrícola; uma parcela crescente trabalha, sazonalmente, como assalariados, a fim de complementar o mínimo necessário à subsistência. Nesse processo de exclusão, os filhos dos pequenos proprietários (que Gaiger insiste em tratar de camponeses), sem as condições necessárias, deixam de seguir a tradição da família e se empregam como assalariados, quando encontram trabalho. Caso contrário, lutam contra o desemprego, o subemprego e a exclusão, entrando na luta do MST. Este é o caso típico dos trabalhadores do Sul do país. Nesse sentido, a luta é explicada pelo retorno ao passado, cuja imagem permanecerá, ulteriormente, como referência, fundamentada do movimento. Por isso, insistem na volta do processo familiar, que não só atende aos interesses econômicos, como, na qualidade de unidade produtiva, constitui uma entidade sociocultural vital para os camponeses, sendo o espaço de referência para sua integração na vida social e para dar sentido às possibilidades e às opções individuais.

Sob este prisma, tem-se que os pequenos proprietários encontram as diversidades da política agrícola no crédito rural, encontram dificuldades para manter sua propriedade e, por vezes, perdem suas terras para o grande proprietário, ou se endividam de tal forma junto aos às instituições financeiras, que ficam impossibilitados de continuar suas atividades. Os interesses deles não são os mesmos dos produtores de cana, de soja e dos reis do gado. Quando sentam para negociar com o governo, estão



mais próximos dos “sem terra”, dos assentados e dos assalariados. Ser agricultor familiar não significa desprezar as formas coletivas de produção, por meio do cooperativismo, e pretender atingir a formação da agroindústria, podendo, até, comercializar diretamente seus produtos em supermercados. Portanto, nada impede que esses pequenos proprietários se tornem empresários rurais.

Giovanni Nicolini dá um novo perfil à propriedade familiar, estabelecendo que a mesma se funda na comunhão tácita familiar, onde deve prevalecer a afetividade e o respeito ao comando de seu chefe¹ que deve estar atento à produção, para o consumo e bem estar desta, como também para o escoamento da produção excedente para o mercado cuja renda deve também promover o bem estar da família.

Agricultores familiares (sem força de trabalho assalariado), ou pequenos produtores com pouca terra e poucos empregados podem e devem se constituir empresários agrários,. José Sidney Gonçalves, em entrevista à *Revista Panorama Rural*, parte do pressuposto de que é preciso inserir a pequena agricultura no agronegócio, através de políticas públicas e a produção de escala deve se especializar no mercado financeiro. Segundo o agrônomo, a agropecuária brasileira deve se basear na complementaridade entre a atividade rural de escala e adensada (de pequenos espaços). Fazer avançar a agricultura familiar e trazê-la para o agronegócio seria uma das medidas pertinentes para tanto, assim como a capacitação do pequeno produtor. Lembra o pesquisador que Milton Santos já dizia que a técnica não existe sem a política e que a agricultura familiar não prosperou, porque nunca foi estruturada num projeto nacional em longo prazo. Conclui, afirmando que a agricultura familiar merece a mesma prioridade conferida à agricultura de escala, para formar cadeias de produção com agroindústrias, agregar valores e diversificar os produtos, numa visão agroecológica.

Xico Graziano, na defesa dos pequenos proprietários, assim se manifestou: “Errado não está ajudar os sem terra a melhorar de vida. Errado está em proteger os assentados rurais, discriminando os pequenos agricultores já existentes no país. Que são, é necessário dizer, a maioria absoluta”.

O que, para este trabalho, soa altamente preconceituoso, uma vez que o interesse do Estado deve ser isonômico e por não refletir a verdade, pois a ajuda é equânime e muito pouca para todos.

¹ Embora se fale em “chefe de família”, constitucionalmente, esta figura não mais existe, em virtude da equiparação dos direitos e deveres do casal, na administração da sociedade conjugal (art. 226, § 5º), além do que, grande parte das famílias brasileiras é chefiada, efetivamente, por mulheres.



Somam-se, hoje, no Brasil, no mínimo, 4 milhões de produtores familiares. Este é o paradoxo: embora em grande número, estes produtores, na maioria dos casos, são muito marginalizados e se sentem excluídos das políticas públicas rurais. Aqui está o drama dos “com terra”.

Os pequenos proprietários, qualificados como produtores familiares, representam a grande esperança para o desemprego no Brasil. A agricultura familiar, sucesso em outras nações e ainda desprezada no Brasil, poderia alimentar o país e eliminar as tensões no campo, refletindo na melhoria do urbano.

Ricardo Abramovay alerta que pequeno produtor rural, no sentido econômico, não pode ser qualificado como agricultor familiar.

Aquilo que se pensa tipicamente como pequeno produtor é alguém que vive em condições muito precárias, tem um acesso nulo ou muito limitado ao sistema de crédito, conta com técnicas tradicionais e não consegue se integrar aos mercados mais dinâmicos e competitivos.

A propriedade familiar deve ser necessariamente ampliada, através dos programas de políticas públicas, para se inserir no mercado econômico. Abramovay se refere – acredita-se, no plano jurídico – ao produtor minifundiário, ou àquele que vive abaixo da linha de pobreza e que carece urgentemente do auxílio estatal, para deixar esta situação. São muitos nesta condição. São estes que integram a lista da insegurança alimentar. Portanto, devem receber incentivos especiais, como crédito rural subsidiado, orientações de plantio, incentivo para formação de cooperativas, organizações associativas motivadas pelos organismos públicos, desconcentração de poder da União e centralização de comando pelas Prefeituras. Alterações legais dessa ordem motivariam a criação de grupos, que fortaleceriam o interesse familiar e seu crescimento. A eles não é suficiente só a integração no Bolsa Família; são cidadãos que merecem outras alternativas.

Não obstante o apoio conferido pelas leis ao agricultor familiar, muito do que está escrito não procede fora do papel. Insiste-se que a luta pela instalação real da agricultura familiar deriva da movimentação popular e da insistência em se construir espaços democráticos de organização, como são hoje as cooperativas, as discussões nos assentamentos e, até mesmo, os protestos para liberação dos créditos rurais.

A opção pelo modelo familiar justifica-se por sua capacidade de geração de empregos e renda e pelo baixo custo de investimento. Manoel José dos Santos atribui aos fatores acima citados as razões para o futuro da empresa familiar, acrescidos dos



seguintes argumentos que, articulados num todo, primam em firmar esse modelo como instrumento de sobrevivência e democracia dos povos:

1. agricultura familiar é capaz de reter a população fora dos grandes centros urbanos;
2. é fator fundamental na construção de alternativa de desenvolvimento;
3. sua capacidade de produzir alimentos a menor custo e, potencialmente, com menores danos ambientais, impulsiona o crescimento de todo entorno sócio-econômico local.

A falta de incentivos a essa forma de exploração tem gerado a marginalidade dos jovens trabalhadores, envolvendo-os em diferentes formas de violência.

Para que os trabalhadores possam integrar o desenvolvimento pleno, é preciso que se unam, ou na forma de manutenção da exploração individual, mas com sua produção comercializada sob a forma de cooperativa, ou, ainda, que mantenham todo o processo de empreendimento dentro da exploração coletiva.

Muito embora contribuam insistentemente para a produção alimentar, é real que apenas poucos financiamentos, destinados à agricultura, foram destinados aos grupos familiares, apesar de haverem produzido muito mais, com menos recursos.

A agricultura é, portanto, o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e, conseqüentemente, dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil. Basta criar incentivos à agricultura, para que, pelo seu efeito multiplicador, obtenha-se resposta rápida nos outros setores econômicos; é o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural que viabiliza e sustenta uma qualidade de vida do setor urbano.

As políticas de apoio à agricultura familiar devem, inclusive, contemplar aquelas atividades com grande potencial de geração de renda e ocupação, como o artesanato rural, o turismo rural, a industrialização, formas de lazer, como o pesque-pague, o hipismo rural, o enduro de montanhas e outras. Outro elemento que deve estar integrado às políticas fundamentais de fortalecimento da agricultura familiar diz respeito à priorização de investimentos públicos, para garantir serviços de pesquisa, experimentação, difusão, assistência técnica e extensão rural, comprometidos com a sustentabilidade e adaptados aos meios de produção familiar.

O grande sucesso da produção familiar demonstra-se na capacidade de organização dos produtores, que podem se unir para clamar por políticas públicas, como devem se unir para comercializar e gerir a produção, a diversificação agroecológica e planos de desenvolvimento local. Este conjunto de proposições deve, no entender de



Manoel José dos Santos, estar articulado a uma política de produção de alimentos e soberania alimentar da população brasileira, como parte integrante da estratégia de desenvolvimento.

Por outro lado, a gestão da unidade produtiva precisa ser considerada como exercício prático da democracia. Se todos os participantes têm um papel e uma função no processo produtivo, têm direito a tomar parte nas decisões e nos resultados. Para isso, é preciso valorizar o trabalho das mulheres, dos jovens, construindo relações sociais de gênero, geração e etnia igualitárias e solidárias, no cotidiano dos trabalhadores. É preciso entender que só se concebe agricultura familiar a partir de uma economia solidária, Neste sentido, a gestão coletiva de produção se apresenta como uma alternativa concreta pela participação prática da cooperação. Assim recomenda Manoel Santos:

- 1 - agricultura familiar só se viabiliza a partir de uma economia solidária combinada com o uso de novas tecnologias e diversificação dos meios tradicionais de produção.
- 2 - as formas coletivas de produção e comercialização se apresentam como alternativas concretas mediante a prática de cooperação, associativismo e parceria.
- 3 - desenvolvimento rural sustentável passa necessariamente pela garantia de documentação do uso da terra, o que também contribui para a construção da cidadania da população rural.

Para que o grupo familiar encontre seus objetivos, é necessário que, desde cedo, organize-se nas discussões coletivas. O trabalho prospera na forma cooperativa, onde todos se unem, participam das discussões e deliberam sobre os destinos de seus produtos. A forma de exploração coletiva também é bem vista na agricultura familiar: todos têm seu lote, mas cultivam em grupo o produto, definindo as estratégias e, como frisa o MST, sem cercas.

Este mecanismo de trabalho, em princípio, facilita a produção, pois a extensão de terras é contínua, bem maior; a compra de sementes e outros tratos da terra é feita de forma conjunta, com facilidades pela quantidade; todavia, a operacionalidade fica difícil, pois o assentado, ou o pequeno produtor, muitas vezes, sente-se, como ensina Maria Conceição D'Incao, oprimido e não dono do seu pedaço de terra, o que lhe dificulta o trabalho e a aceitação das regras do assentamento.

Em viagem pelo Oeste de Santa Catarina, foi possível observar que a cooperativa de produção é o mecanismo ideal para os que já são proprietários, enquanto a forma coletiva, se aceita pelo grupo, é ideal para os assentados. Nos assentamentos



onde o MST tem força e eficiência no comando, sabe-se que a exploração conjunta funciona, porque os dirigentes são práticos em comandar, desde a ideologia, até o funcionamento prático do plantio.

O despertar cooperativista é uma – senão a maior – forma de sobrevivência do pequeno produtor. Muito utilizada em países desenvolvidos, a cooperativa promove o cidadão em todas as situações. Comercializando os produtos, vendendo equipamentos, prestando assistência técnica, organizando reuniões, facilitando a aquisição de gêneros de necessidade, a cooperativa ensina a solidariedade e promove o futuro mais simples e eficaz.

Os assentamentos, único espaço para a inclusão dos sem terra, na sociedade global, oferecem uma oportunidade ímpar de desenvolver novas estratégias tecnológicas e novas formas de organização e de reprodução social. As associações, os condomínios de produção rural e as pequenas cooperativas especializadas são garantia de eficiência, racionalização e poder de barganha. São condições de competitividade, de afirmação, de autonomia, de cidadania e de identidade.

No Brasil, os assentamentos são decorrentes do processo de reforma agrária, através da desapropriação ou, ainda, resultantes do processo administrativo de legitimação, ou regulamentação de terras. Estes mecanismos criam postos e condições de trabalho, de inclusão de cidadania e de qualidade de vida, com baixo custo; oferecem a oportunidade ímpar de acrescentar novos produtos para os consumidores, dinamizando as economias locais e regionais, como já revelaram estudos sobre os municípios e as regiões beneficiadas por esse processo.

O assentamento é uma forma muito mais peculiar do processo de desapropriação, que desencadeia esta forma de trabalho rural; todavia, como há necessidade de se permanecer na terra por 4 anos, o legitimado também permanece nessa situação provisória, que não o torna proprietário neste período de carência, mas revela, novamente, a situação de um trabalhador rural que exerce a atividade agrária dentro de um perfil diferenciado do empregado rural, mas com características de proprietário, sem o ser juridicamente.

Os assentamentos são núcleos de trabalho rural, com amparo governamental e com política agrária especial, que, quando bem orientados, tornam-se núcleos de progresso e bem-estar dos trabalhadores.

Os números expressivos dos assentamentos e do sucesso de suas produções



pouco rendem matéria jornalística. Os índices de produtividade desses assentamentos não são mensurados, para contabilizar a vitória da Reforma Agrária. O resultado disso é que nada se conhece da realidade sócio-econômica nas áreas reformadas. Essa enorme lacuna faz refletir sobre o fato de que a esquerda brasileira sempre lutou contra o latifúndio, pouco se importando com o resultado prático do desenvolvimento agrário. É como se a Reforma Agrária se esgotasse na desapropriação das terras e no assentamento imediato dos trabalhadores rurais, ou como se a luta política contra o latifúndio estivesse finalizada no momento da divisão da terra. Daí em diante, sabe-se lá o que vai acontecer. No máximo, o que se ouve são os discursos vazios de que “não adianta apenas dar a terra, é preciso oferecer condições de produção”.

Pode-se interpretar, em princípio, que o assentado passa de “sem terra”, para “com terra”, não importando mais sua luta, doravante. Pensa-se que estão esgotadas as ambições e sonhos do trabalhador, que passa a ser um pretense proprietário, sem subordinação, sem salário, um agricultor. Mas, todos sabem que, na prática, as coisas não acontecem de forma salutar, num processo tão rápido. O trabalhador não dispõe de rendas, é tutelado pelo governo federal, ou por projetos estaduais, através dos convênios com o Incra, e sua emancipação, para ser reconhecido como proprietário, pode superar o prazo legal de 10 anos. Neste tempo, ele está trabalhando, não como empregado, nem como proprietário; é como se fosse arrendatário, mas não o é, pois, não paga nada ao governo, ao contrário, recebe crédito subsidiado, assistência técnica, apoio governamental, desde a ponte que cai, até à falta de água, ou à cerca derrubada. Que figura jurídica representaria este trabalhador? Recebendo a cessão de uso, pelo período provisório de 10 anos, qual é a garantia desse trabalhador que, por meio de trabalho, muito trabalho, vem adquirir esta terra? E se sua “vocação pela terra” não corresponder às expectativas, permanece o indivíduo sob a tutela do governo? E se não der certo e tiver que deixar a terra, qual a segurança e proteção que terá este trabalhador? O que fazer com este tempo trabalhado? É preciso ir além da divisão de terras, para que o trabalhador possa se transformar de “sem terra”, para “com terra”. A emancipação dos assentamentos é o sucesso destas pessoas, também espécie do gênero trabalhador rural, que, para atingir não só os ideais de produtividade, mas a realização plena da função social, requerem uma política voltada para os assentamentos, que só irá emancipar após 10 anos de existência. Os dados dos assentados não são muito otimistas, com relação à situação da condição desse trabalhador. Os números demonstram que 40% dos



assentados são analfabetos, ou semi-analfabetos; cerca de 33% dos beneficiários apresentam idade acima dos 48 anos; apenas 67,5% dos assentados rurais são oriundos do meio rural. São informes relevantes e preocupantes. A situação desses trabalhadores demonstra que, mesmo assentados, estão muito aquém da condição de cidadãos.

Pela força e pressão do MST, o governo, meio encurralado, cede às pressões e incrementa os assentamentos, por meio das desapropriações das terras invadidas. Novas famílias recebem seus lotes. Individualmente, sua vida apresenta uma melhora considerável. De errantes, ou favelados, tornam-se pequenos agricultores. Um chão para morar, uma terra para cultivar. Existe uma melhoria, sem dúvida, para o trabalhador que deixa a situação do desemprego e passa, ao menos, a reivindicar uma situação social com um pouco de igualdade. Os assentamentos derivados do MST, ademais, contam com o apoio incansável da Igreja Católica, de ong's, movimentos internacionais, da sociedade e seus adeptos e, acima de tudo, com a força da liderança do MST, que conduz com racionalidade e organização o assentamento. Este, como é a praxe, é trabalhado de forma coletiva, sendo que as decisões são propostas e aprovadas pela maioria. Grande parte dos assentamentos tem, ao menos no Estado de São Paulo, a produção organizada em cooperativas, que cuidam desde o plantio, até à agroindustrialização do produto. Da mandioca no pé, ao polvilho no supermercado, ainda com a inscrição na embalagem "Produto da Reforma Agrária".

Acredita-se ser esta uma grande vitória, não só destes árduos trabalhadores, como um exemplo para todos que clamam por uma vida melhor. A luta pelo trabalho, realizada desde a plantação até à produção comercializada – portanto, a atividade agrária – completa seu ciclo. O Censo Nacional dos Assentamentos (realização da UnB e Incra), sem dúvida, é uma expressão de que a Reforma Agrária tem legitimidade, o que não isenta tal processo de tensões, lutas e disputas entre projetos políticos diferentes. Aos meios, é importante deixar posto que os comentários pertinentes aos dados apresentados, transpuseram a unanimidade de mostrar que os assentados foram considerados trabalhadores rurais, e que estes cresceram satisfatoriamente no decorrer desta política de incremento da Reforma Agrária.

Os assentados, apesar de não serem qualificados juridicamente como senhores de terra(!), não serem ainda proprietários e apenas, sim, concessionários do governo federal, trazem a marca de agricultores familiares. Se bem cuidados e recebendo apoio técnico e administrativo – e, aqui, não se fala de protecionismo e, sim, de direitos –



estes poderão vir a ser os pequenos proprietários futuros, responsáveis pelo desenvolvimento da nação.

O assentado é alguém que surge de uma dificuldade, passada em sua vida, sob o ponto de vista sócio-jurídico, e que, ao término do conflito, não consegue obter sucesso no seu escopo, acabando por se inscrever no projeto da Reforma Agrária, via Incra, via Banco da Terra, ou, ainda, em movimento social. Conseguindo seu propósito, ele se alimenta de um sonho e parte para sua terra recebida como lote e aí pretende edificar seu futuro. Dependendo da origem, o assentado recebe seu lote e parte para a exploração individual, ou conjunta. Se for do MST, provavelmente, irá para lotes coletivos e estará sempre discutindo sua metas em assembleias; se integrar assentamentos onde os Estados possuem Institutos de Terra, estes, certamente, apoiarão os assentados, com prestação de assistência técnica e financeira, discussão de produção, curso em parceria e outras salvaguardas.

Belisário dos Santos Júnior considera que o assentado traz contra ele um instrumento maléfico, gerado pelo defensor da cultura do latifúndio que atribui a este a insigne de preguiçoso e indolente. No entanto, relegados às terras menos férteis e mais longínquas, marginalizados das políticas públicas, sem acesso ao crédito, os agricultores familiares sobreviveram. Muitos foram condenados, em sua grande maioria, à exclusão social. Tornaram-se bóias-frias, ou migraram para as grandes cidades, onde não encontraram condições dignas de vida. O país, em trágica ironia, parecia pequeno.

Mas, os tempos mudaram e, conforme Belisário, parte dos agricultores familiares já estabelecidos, de forma criativa, respondem aos desafios.² Afinal, como já demonstrou a ONU, pela FAO, a agricultura familiar é, na maioria dos casos, mais produtiva e capaz de gerar mais empregos. Pela primeira vez, o Brasil registra que há uma volta para a terra – estão voltando os assentados e os que buscam no campo os anseios de uma vida melhor. Os primeiros estão constituindo-se em agricultores familiares, apesar do preconceito; estão produzindo e integrando a comunidade; melhoram suas condições de vida e contribuem para o desenvolvimento local e, conseqüentemente, com suas produções, melhoram a vida da coletividade.

Não é uniforme essa reação, em todo o Brasil. É sabido que, em muitos locais, os assentamentos não prosperam, por falta de incentivos e desanimo dos trabalhadores. Mas, o sucesso de muitos projetos faz com que os assentados, em fase de construção,

² Ibidem, p. 5



exijam apoio e se espelhem nos modelos produtivos e nas técnicas, sobrevivendo à luta.

Não se pode traçar um perfil único, frente às diversidades regionais brasileiras; todavia, o assentado ganha uma identidade, ainda em construção, mas que pode dividi-los em grupos dos assentados filiados ao MST e nos demais inscritos no processo de Reforma Agrária.

O Jornal *O Estado de São Paulo* publicou o resultado de uma pesquisa feita pelo Serviço de Inteligência do governo federal, nos acampamentos do MST, onde se concluiu que a maioria de seus integrantes tem entre 25 e 44 anos; 90% não concluíram o 1º grau, sendo que 22% são analfabetos; 76% são agricultores e 86% são filhos de agricultores, enquanto 60% nunca trabalharam nas cidades. A pesquisa comprova que a maioria dos assentados é de capitalistas e que são em número de cerca de 60 mil acampados. A maioria é católica; 51% são filiados ao PT sendo o restante apartidário. Somente 17% dos filiados já foram agricultores com terra, 3% foram posseiros e a maioria dos assentados que já teve terra as vendeu, por motivos financeiros, de saúde ou familiares; muitos se queixaram que já foram expulsos de suas terras. Outros 24% disseram que querem a terra para produzir e sustentar a família, 9% afirmaram que querem trabalhar em cooperativas e 8% sonham com um lugar para morar. O objetivo dos assentados é deixar de serem empregados e ver a terra dividida e grande parte confirmou que o MST recebe ajuda de várias organizações não governamentais internacionais.

Apesar das condições não serem plenamente favoráveis, a desistência nos assentamentos é pequena, o que comprova a eficiência da Reforma Agrária, ao menos, para sanar a fome de seus beneficiários, como geradora de empregos e de perspectiva para a população rural. O índice de abandono gira em torno de 21%.

A Reforma Agrária é o principal instituto para democratizar a terra. Diminui desigualdades, desconcentra a terra e promove o cidadão. Mas, num país de diversidades, como o Brasil, deve-se pensar que muitos estão na terra sem as devidas instruções, para um manejo sustentável, produtivo, racional e promotor de função social. A construção da vida sobre o chão deverá criar condições de sobrevivência e de desenvolvimento de uma nova comunidade. Um fator de grande colaboração é que, na opinião do jornalista Tomazela, todos os assentamentos que dão certo têm moradia, escolas e alimentação, tudo de uma forma organizada. Assim, as políticas públicas têm que ser mais amplas, tomando a cidadania como um todo.



O assentamento, produto de Reforma Agrária, reduto de agricultura familiar, constitui-se em estratégia para aumento de produção interna, reveste-se da capacidade das comunidades de aumentar sua própria renda e sua segurança alimentar. Para Gordilho (representante do Comitê da América Latina e Caribe na FAO), o combate à fome passa pelo fortalecimento da agricultura familiar, com venda direta dos produtores para os mercados locais. A vitória dos assentados é o pagamento de uma grande dívida social ao acesso à terra. O programa de apoio, a Reforma Agrária, a agricultura familiar e as intenções de segurança alimentar vêm lavrados no Programa Nacional dos Direitos Humanos, bem como no Programa Estadual de Direitos Humanos de São Paulo e da maioria dos Estados brasileiros. Mas, como no papel as letras estão escritas de forma pacífica, revela-se que, na prática, a luta é mais árdua. O Direito se busca, mas a cidadania se constrói. Os Direitos Humanos são expressão da cidadania, são direitos de todos ao reconhecimento da dignidade intrínseca do ser, independente de qualquer julgamento, condição e, por isso, são vistos como direitos universais. Não basta conhecer os direitos; é fundamental construir a sociedade democrática com acesso a todos, de forma democrática, baseada na liberdade, na justiça e na igualdade. Portanto, a Reforma Agrária é condição para que o Brasil se propague democrático e justo. A ausência de cidadania no campo, ou em qualquer outra situação, implica na exclusão moral e social dos indivíduos. Excluir pessoas implica no não direito, na negativa do direito. Deixar pessoas à margem do processo político social e econômico é negar-lhes as garantias individuais fundamentais.

Neste raciocínio, faz-se necessário promover o cidadão como um todo, dentro da perspectiva dos Direitos Humanos e, no campo, essa situação perpassa pela Reforma Agrária e pela construção da agricultura familiar.

Afora o Estado de São Paulo, outras localidades com realidades diferentes, inclusive históricas, trazem marcas do sucesso e do progresso trazidos pela agricultura familiar; os agricultores de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, alguns do Paraná, de certas localidades de Minas Gerais, um número mínimo do Nordeste comemoram o sucesso. Ao contrário, a região do Vale do Jequitinhonha, o árido nordestino, agricultores da maioria das áreas do Pará e da Amazônia padecem com a fome, a miséria, o raquitismo, a pobreza, a exclusão plena. Está-se, portanto, longe do Estado Social Democrático de Direito, à distancia dos Direitos Humanos. A soja, a cana e o gado não transmitem suas riquezas, a não ser a um grupo selecionado. Não se pretende,



como já salientado, destruir as monoculturas, mas sim reduzir misérias e desigualdades e o campo pode dar essas respostas, para todas as regiões; basta boa vontade de a toda sociedade, cobrando e agindo em prol de todos.

A Reforma Agrária que se pretende é a que mude e descortine uma nova situação para o brasileiro, não importando se ela trouxe homens para o campo, para plantar ou colher, ou se trouxe simplesmente para consertar tratores, ou mulheres para ser cabeleireiras, se para promover o turismo, ou se formou pessoas para cobrar os políticos de seus direitos, ou ainda, se fez cidadãos que exigiram que, a cada cem hectares de cana, fosse plantado um de alimento a ser consumido. A Reforma Agrária que se quer é a mudança na vida dos que estão no campo. Mudança para uma vida bem melhor, o que assusta o segmento patronal. Muito embora num primeiro momento, a reforma agrária seja apresentada como algo obsoleto, entende-se que esta é política pública é eficaz e promotora de direitos a alimentação. Com ela o homem galga sua independência pelo seu trabalho, pela sua dignidade e cidadania e além do que reforma agrária é acesso a terra, minimização das concentrações de riquezas, direito constitucionalmente posto nos objetivos da Carta Magna Brasileira.

A luta dos movimentos sociais para uma melhor distribuição da terra, em especial o Movimento dos Sem Terra, criação única hoje de oposição no Brasil, representa a bandeira de luta para o grande passo da reforma agrária e independe de seus métodos, ele é um grande avanço na democratização da terra e muitas melhorias já colheu para o povo oprimido e faminto deste país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDA, Gustavo Gordilho. Por um mundo bem alimentado. **Revista Globo Rural**, São Paulo, ano 18 n.74, p.56, jan. 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e capitalismo no campo**. In: Stédile, João Pedro (org). A questão agraria hoje. 2. ed. Porto Alegre: UFRG 1994. p.94-104.

COSTA, Bety. Tudo é agronegócio. **Revista Panorama Rural**, São Paulo, ano 6 n.122, p.16, dez. 2006.

DINCAO, Maria Conceição; ROY, Gerard. **Nós cidadãos aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GAIGER, Luis Inácio Germany. **Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987.



GRAZIANO, Xico. **O paradoxo agrário**. Campinas: Pontes, 199. p.43.

GUELLEM, Ivaldo. Reforma agrária; opção pelo modelo familiar de desenvolvimento. In SILVEIRA, Domingos S. D.; XAVIER, Flavio S. (Orgs). **O direito agrário em debate**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p.225.

IBGE. DADOS ESTATÍSTICOS.

LEITE, Sergio et al. Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: NEAD. São Paulo: UNESP, 2004. passim

LUIS, Edson; MARQUES, Hugo. Pesquisa traça perfil de integrantes do MST. **O Estado de São Paulo**. São Paulo. p.A26, 14 de maio 2000.

MARTINS, Sergio Paganini; MOREIRA, Catarina B. S. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar. In CENTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES: Núcleo de Estudos Agrários. **Fome Zero: política pública e cidadania**. Brasília: UnB ago.2004. p. 128 (Cadernos, ano 6, n.14)

MAUREL, Marie Claude. A exploração familiar na França . In: Lamarche, Hugues. **A agricultura familiar**. 2.ed. Campinas, 1997.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Lei de Agricultura familiar recebe sanção presidencial**. Disponível em <http://www.mda.gov.br/index.php?scoid=134&actuid=9827>. Acesso em 02 de jul.2007.

NEVES, Delma Pessanha. A Agricultura familiar: questão metodológica. **Revista de reforma Agraria**. Campinas, v.25, n.2-3, p.21. mai/dez.1995.

NICOLINI, Giovanni. **Diritto Agrario**. 3. ed. Padova: Cedam, 1980. p39-45.

_____. **Assentamento Rural**: reforma agrária em migalhas. Niterói: UFF, 1997. p.33.

ROMANO, Jorge; DELGADO, Nelson. Os planos municipais de desenvolvimento rural como processos sociais. IN COSTA, Luis Flavio; MOREIRA, Roberto (orgs). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SANTOS JUNIOR, Belisário. Retrato da terra: perfil sócio econômico dos assentamentos do estado de São Paulo. **Revista do ITESP**. São Paulo, n.2, p.4, jul. 1998.

SANTOS, Manoel Jose dos Santos. Projeto alternativo de direito sustentável . In USP. **Dossiê desenvolvimento rural**. São Paulo: Edusp, 2000. p. 229.

SEBRAE. Como o agricultor pode vender para o Governo.**Revista Globo Rural**, São Paulo, ano 21, n.251, p.88, ago.2006.

_____. O bom exemplo da aldeia. **Revista Globo Rural**, São Paulo, ano 21, n.247, p.90, fev. 2006.

SODERO, Fernando Pereira, **Direito Agrario e reforma agraria**. São Paulo: Legislação Brasileira, 1968.



TOMAZELA, Jose Maria. Fazenda Pirituba é exemplo de produtividade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. A13, 29 de abril de 2001.

WANDERLEY, Maria Nazareth. A agricultura familiar no brasil : um espaço em construção. **Revista de Reforma Agraria**, Campinas, v.25, n.2-3, p.37, mai/dez.1995.



GT 12: Soberania e segurança alimentar e nutricional: práticas e projetos como estratégias de fortalecimento do campesinato brasileiro.

Agricultura familiar e a segurança alimentar nacional: realidades e limitações do Censo Agropecuário de 2006

Emilly de Assis Marques¹

¹Mestranda em Ciências Sociais/UFCG/E-mail: millyrml@hotmail.com

Resumo

Em meio a dados alarmantes no que diz respeito à precariedade das condições de vida do agricultor no Brasil e no mundo e do que afirmam autores envolvidos com a pesquisa sócio-política do tema, no que diz respeito às consequências das revoluções agrícolas sobre aqueles agricultores ditos pequenos, os dados do Censo Agropecuário de 2006 afirmam que é o pequeno produtor brasileiro, em sistema de agricultura familiar, o responsável por cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa do consumidor brasileiro. Em contraposição a esses dados, o próprio IBGE indica haver no Nordeste 12,4% da população em situação de insegurança alimentar grave. Desde então, o Governo Federal vem criando uma série de estratégias com o intuito de fortalecer a agricultura familiar e por isso mesmo a segurança alimentar do país. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar os dados divulgados pelo Censo Agropecuário de 2006, percebendo os pontos que destoam daquilo que é formulado pela literatura sociológica afim. Ao mesmo tempo, perceber de que forma as políticas públicas formuladas para esse grupo podem realmente incentivar a agricultura familiar legitimando o discurso a respeito da Segurança Alimentar.

Palavras -Chave: Segurança Alimentar; agricultura familiar, pequenos produtores;



Introdução

A condição dos agricultores no Brasil é atravessada por uma série de problemas que vão desde a falta de saneamento básico, acesso à assistência médico-hospitalar, até mesmo à carência de proteínas, vitaminas ou minerais necessários à vida. Estima-se que cerca de 840 milhões de pessoas não tenham acesso à uma alimentação suficiente para suprir seus gastos básicos de energia e que cerca de um bilhão de pessoas não têm acesso à água potável. Visto que aproximadamente 75% dos indivíduos nessas condições pertencem ao meio rural e que, via de regra, a outra parte é composta por aqueles que deixaram o campo a procura de condições melhores de sobrevivência, é possível dizer que os miseráveis do mundo estão em ambiente rural (Mazoyer e Roudart, 2010).

Apesar da LOSAN (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional) ter sido uma grande vitória no governo Lula no que diz respeito à tentativa de se alcançar uma estabilidade alimentar no país, seus pressupostos não são suficientes para sanar os problemas que se vêm enfrentando. Apesar disso, os dados do Censo Agropecuário de 2006 revelam números totalmente diferentes, colocando a agricultura familiar como responsável por cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa da população brasileira e empregando aproximadamente 75% da mão-de-obra ativa na agricultura. Dessa forma, seriam os pequenos agricultores, somando 84,4% do total de estabelecimentos identificados, ocupantes de apenas 24,3% da área total destinada à agricultura, os responsáveis pela segurança alimentar do país (Dados do IBGE). Tais afirmações são conflitantes quando se leva em consideração o nível técnico empregado nas agriculturas familiares no Brasil, e principalmente no Nordeste.

A agricultura familiar segue uma lógica diferente daquela pregada pelo agronegócio. Os fatores que irão caracterizar uma agricultura voltada para autoconsumo, como a quantidade do que será produzido, o tipo de plantação e seu destino, irão variar de acordo com a lógica de cada família, a cultura local, o tipo e o número da mão de obra disponível, seguindo uma lógica onde o que é priorizado é a garantia da reprodução do grupo e não simplesmente a geração de excedentes e conseqüentemente, lucro.



Isso não significa, contudo, que a valorização da agricultura familiar, e por isso mesmo da produção para autoconsumo, implica em um isolamento social, onde os indivíduos se tornam completamente independentes do mercado. A produção para o autoconsumo cria, entre outras possibilidades, oportunidades de negócios para os agricultores, dando acesso direto aos alimentos diminuindo a vulnerabilidade e aumentando o poder de decisão.

Os dados do IBGE divergem das proposições de autores como Waquil, onde se coloca que:

“A inexistência de condições de produção para o autoconsumo, devido à carência de recursos (água, área útil, etc.), ou, a perda destas condições pela opção à especialização produtiva, são causas da insuficiência alimentar, que se somam aos indicadores de pobreza rural. Já para Svedberg (2000) as principais possibilidades de razões pelas quais indivíduos podem estar subnutridos relacionam-se com a renda familiar, a distribuição intrafamiliar dos alimentos e doenças, destacando que estas teorias podem não ser independentes.” (FRITZ et. al. P. 11)

O discurso que vem sendo elaborado a partir disso corrobora a idéia de que se deve valorizar a agricultura familiar, não apenas porque ela garantiria a segurança alimentar do país, mas também pelo fato de que ela manteria a população rural no campo, evitando o inchaço das cidades e a pobreza urbana. Desde então, vários programas do governo vêm ganhando relevância, a exemplo do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que auxilia os agricultores, através de financiamentos, com o intuito de incentivar e fortalecer a produtividade dentro desses estabelecimentos.

É antagônico, no entanto, que mesmo sem condições de estabelecer concorrência igualitária com os grandes produtores, os agricultores familiares, segundo apontado pela pesquisa do IBGE, produzam números suficientes para abastecer não apenas suas casas, mas principalmente o país inteiro. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar até que ponto os dados divulgados pelo IBGE se aplicam à realidade vivenciada pelos agricultores. Ao mesmo tempo, chamar ao debate as estratégias políticas formuladas para esse grupo.



PROBLEMÁTICA

A maior parte, então, dos indivíduos que passam fome não é composta de consumidores urbanos mas, antagonicamente, daqueles que deveriam ter a possibilidade de produzir e de se auto-abastecer, tornando-se portanto independentes do mercado, das variações de preço e menos sujeitos à inflação, fato que não ocorre devido às más instalações em que se encontram, a precarização de suas ferramentas de trabalho, a vulnerabilidade em relação às condições climáticas e uma série de motivos que engendram principalmente a falta de políticas públicas eficazes para mudar esse quadro.

O acesso desigual à terra é encontrado principalmente nos países em desenvolvimento, mas também naqueles onde predominou o sistema socialista. Nesses casos encontram uma maioria de agricultores com uma quantidade de terras bem inferior àquela necessária para garantir sua sobrevivência, fator que os leva à procura de outros meios que põe em risco a agricultura familiar, como o aluguel de trabalho ou arrendamento de terras (Mazoyer e Roudart, 2010).

As diferenças de produtividade entre as agriculturas amparadas pela maquinaria e pelas inovações tecnológicas e aqueles que dispõem apenas de ferramentas manuais é de 500 para 1 atualmente, mesmo assim, em média 60% dos agricultores de regiões como a África, a Ásia e América Latina ainda trabalham com ferramentas manuais, limitando sua produtividade e conseqüentemente a garantia de sua sobrevivência. Segundo pesquisadores da área o empobrecimento e êxodo rural desses agricultores ainda não chegaram a níveis estáveis, e tendem a aumentar com o tempo (Mazoyer e Roudart, 2010). Somado a isso, o inchaço das cidades aumenta os índices da pobreza urbana, já que as altas demandas de força de trabalho alavancam a desvalorização da mão de obra, diminuindo os salários pagos, conduzindo esses indivíduos à sub-existência.

Os dados do IBGE mostram que mesmo ocupando apenas um quarto da área total dos estabelecimentos pesquisados, a agricultura familiar é responsável por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões) desse total. Mesmo tendo se apropriado de uma



área menor, e por isso mesmo cultivando em menores proporções, a agricultura familiar seria responsável por garantir a segurança alimentar do país, produzindo os alimentos da cesta básica consumidos pelos brasileiros.

No Nordeste os índices de insegurança alimentar pioram bastante, onde cerca de 12,4% da população sofre da forma mais grave de insegurança alimentar. Os nordestinos que convivem com a fome são aproximadamente 14% da população, um índice quase dobrado se levada em consideração a média nacional de 7,7%. A Paraíba é responsável pelo segundo pior resultado de insegurança alimentar no Brasil, com 15,1%. Mesmo com ajuda dos programas sociais do governo, cerca de 15% das famílias que recebem esse auxílio estão em situação insegurança alimentar, mas, a esmagadora maioria, segundo o IBGE, 77% daqueles que sofrem com problemas alimentares não têm acesso a tais políticas. É no nordeste também onde o número de hectares por estabelecimentos rurais é menor. (dados obtidos do IBGE)

Mesmo assim, agricultura familiar seria, então, responsável por cerca de 70% da produção de feijão, (onde, do percentual total, cerca de 88,1% teria sido colhido manualmente) 87% da produção nacional de mandioca, 47,7% do milho, onde em apenas 27,8% dos estabelecimentos foram utilizadas sementes certificadas para o cultivo, 38% do café, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo (porcentagens aproximadas). A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja, cujo cultivo é marcado pelos grandes produtores. (Dados do IBGE).

Dessa forma, o Censo Agropecuário 2006 coloca que “Os estabelecimentos agropecuários pesquisados na operação censitária de 2006 geraram uma receita total de R\$ 122 632 154 000,00 e uma despesa total de R\$ 111 294 580 000,00. Os estabelecimentos pequenos, ou seja, os com área total menor que 100 ha, geraram 47,13% da receita total (R\$ 57 799 470 000,00), contra 25,49% (R\$ 31 259 803 000,00) dos médios e 26,62% dos grandes (R\$ 32 647 235 000,00).” (Censo Agropecuário 2006, p. 167).

Em face de tais dados não é difícil deduzir que deveria haver um aumento na permanência no campo. O Censo 2006 mostra que o aproximadamente 12,3 milhões de trabalhadores no campo estão em estabelecimentos da agricultura familiar, que representa um percentual de 74,4% do total da população ativa no campo. Mas tais



números não explicam a pobreza e a miséria extremas que acometem a população rural no Brasil.

As várias políticas públicas que foram formuladas com amparo em tais dados visam garantir a supremacia da agricultura familiar e por isso mesmo da segurança alimentar nacional, geram e disponibilizam para isso verbas com grandes somas. Mas o que se tem visto na realidade foge bastante dessa concepção e as verbas se concentram não na agricultura mas sim na pecuária.

Em contraposição, autores como Mazoyer (2010) afirmam que a revolução verde, ao invés de propiciar mecanismos de equidade entre os grandes produtores e aqueles considerados pequenos agricultores, mostrou-se como um catalisador de desigualdades econômicas e conseqüentemente sociais, já que foram as regiões mais férteis aquelas a serem beneficiadas, pois apenas os proprietários com índices de produtividade superiores e por isso mesmo com suficiente poder aquisitivo puderam custear os altos gastos com os elementos necessários, como novos adubos e agrotóxicos, assim como os mecanismos para adquirir o conhecimento técnico necessário que possibilitasse a aplicação desses novos componentes. Os agricultores pobres continuaram às margens de tais tecnologias e por isso mesmo a margem dos benefícios gerados. Para Mazoyer o fracasso do desenvolvimento rural vem gerando crises, causando a regressão de culturas alimentares.

Este trabalho tem como proposta questionar o que tem sido exposto sobre a possibilidade de concretização da segurança alimentar do país por meio da agricultura familiar, já que, segundo a literatura afim, estes pequenos produtores não teriam condições de viabilizar tal feito. Chamando, também, a atenção dos estudiosos da área para a configuração desta dita agricultura familiar.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

No Brasil, até certo ponto, agricultores familiares eram apenas aqueles atendidos, categorizados e encaixados segundo os critérios do Pronaf. Mas o aprofundamento acerca do tema tenta demonstrar que o agricultor familiar é aquele que tem um certo nível de mecanicidade inserido na agricultura, tendo por isso um conhecimento técnico associado a sua prática, e segundo Mendras (1969) a mudança que transforma o camponês em agricultor é a ênfase da produção para o mercado e não



prioritariamente para a família. O agricultor reconhece o valor da ciência, embora possa ou não decidir utilizá-la em seu cotidiano. Em Wolf (1970) o que denomina o termo camponês é a relação assimétrica entre produtores de excedentes e o grupo dominante.

Segundo Nazareth Baudel (2003) agricultores são sujeitos que guardam traços do campesinato, mas com a diferença que esses se ajustariam melhor as exigências do mercado. Trata-se então de uma profissão, contrariamente ao conceito de camponês que esta relacionado a um modo de vida. Seria um contínuo de rupturas e continuidades, nas palavras de Nazareth: “Trata-se de uma construção de novas facetas de uma identidade social que pretende representar uma posição crítica em relação ao modelo dominante da agricultura moderna.” (Nazareth, 2003, p.53). A importância em perceber as diferenças entre agricultura familiar e campesinato serve para explicitar os mecanismos utilizados pelo agricultor para garantir sua reprodução familiar e sua relação com o mercado, já que o diferencial desse grupo seria a produção de excedentes como um fator cotidiano e até mesmo imprescindível em sua dinâmica de vida.

O termo utilizado por Candido (1989) para tratar de mínimos alimentícios é o de *mínimo vital e social*, já que para ele não se pode tratar de um sem tratar do outro, da mesma forma que não se pode tratar dos indivíduos sem relacioná-los com o meio, pois essa relação seria anterior até mesmo a relação com as técnicas. Candido explica a interação entre alimentação e cultura afirmando que, no que tange a obtenção de alimentos, há sempre uma integração entre esta e os símbolos, as normas e as representações, colocando que “Sabendo, no entanto, que a obtenção, definição e a elaboração de uma dieta dependem estreitamente da organização correspondente, e que os ritos agrários se encontram na base dos desenvolvimentos culturais mais surpreendentes.” (p. 29).

Sua proposta é fazer uma análise primeiramente ligada com a manutenção dos mínimos vitais e posteriormente com as formas da vida social. Numa análise, mesmo que superficial, é possível fazer uma correlação entre as afirmações do autor e realidade que se enxerga, fazendo-se dessa forma uma acepção dessa análise, baseada até mesmo nos exemplos dados por ele, como o simples ato de oferecer café a uma visita, ou mesmo, como muito se vê atualmente, os refrigerantes industrializados e não mais os sucos de fruta. Candido, no entanto, vai além ao afirmar que o equilíbrio entre as necessidades, ou a obtenção dos mínimos calóricos tratados por Wolf, e seu



atendimento vai depender da organização desses tipos de relações, que são incorporadas tanto ao trabalho como as técnicas que o realizam.

No que diz respeito à discussão sobre o significado do conceito de insegurança alimentar pode-se afirmar que, além de controverso, ainda encontra-se em construção, no entanto Brewer (2004) a defini como:

“uma limitada ou precária disponibilidade de alimentos nutricionalmente adequados, incluindo redução de refeições, porção dos alimentos ou não reconhecer a procedência da próxima refeição”. Ou mesmo quando: “ocorre sempre que a disponibilidade de alimentos nutricionalmente adequados e seguros, ou a capacidade de adquirir alimentos aceitáveis por meios socialmente aceitáveis, é limitado ou incerto/precário” (Brewer et al apud Fritz et al. P. 7)

Quanto ao conceito de autoconsumo, Gazolla (2007) não o define em critérios fixos, mas na racionalidade que guiou a produção, por isso, é o fato de ser destinada ao auto-abastecimento, e não o aproveitamento daquilo que não foi vendido, que caracteriza o autoconsumo, dessa forma ele acrescenta que:

[...] “o autoconsumo alimentar pode ser definido como aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira, que foi produzida pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico correspondente de acordo com as suas necessidades.” (p. 3)

Em Chayanov a atividade que consiste na produção para autoconsumo executada pelo camponês tradicional teria como intuito estabelecer um equilíbrio entre o trabalho e as necessidades básicas da família, por isso ele organiza seu trabalho de acordo com cada particularidade encontrada na unidade familiar, dessa forma, os níveis de produtividade e o tamanho da família irão contribuir fortemente para a tomada de decisão do que será produzido. Quanto maior a família e menor os índices de produtividade maior será a pressão colocada no sucesso da produção.

Diferentemente de Chayanov, Wolf (1970) afirma que o que constitui um camponês não é apenas a produção para o autoconsumo, mas também a produção para conseguir estabelecer fundos de reserva, como o de manutenção e o cerimonial. Isso não significa que o camponês é um produtor de excedentes, mas que sua estrutura social é guiada por dois fatores, o de produzir um “mínimo calórico” para garantir sua



sobrevivência e um “fundo de manutenção” para assegurar sua reprodução social e renovação dos mecanismos de trabalho. Assim, mínimo calórico [...] “pode ser definido como o consumo diário de calorias alimentares exigidos para compensar o desgaste de energia que o homem despende em seu rendimento diário de trabalho.” (p. 17)

Alguns autores como Schneider (2006) consideram que o agricultor familiar contemporâneo é caracterizado pelo empreendedorismo, associado a características que foram herdadas do camponês tradicional, mas cuja interação com o mercado e com a lógica atual leva a uma produção dedicada para à venda e não para o auto-abastecimento. Os agricultores têm uma maior facilidade para encontrar respostas inovadoras para os desafios que são colocados, o que explica a disseminação da pluriatividade, combinação de atividades agrárias e não-agrárias, na agricultura familiar visando entre outras coisas, a reprodução na família no ambiente rural, segundo o autor, a pluriatividade vem se apresentando como uma característica fundamental do rural contemporâneo.

CONCLUSÃO

Segundo o que afirmam os estudiosos da Sociologia Rural, os pequenos produtores não teriam condições suficientes para elaborar e manter uma agricultura visando o comércio, já que uma grande parcela dessa população mal conseguiria desempenhar uma agricultura de subsistência que garanta de forma suficiente a reprodução do grupo o que, entre outros fatores, acaba levando tais indivíduos a deixar o meio rural. Analisando os fatos dessa forma, as grandes políticas públicas formuladas para esses pequenos agricultores não só não estariam em desacordo com a real possibilidade desse grupo, mas, principalmente, estariam ajudando o desenvolvimento de outras atividades ligadas ao meio rural, que não diretamente ligadas à agricultura, como é o caso da pecuária e atividades derivadas, a exemplo do comércio de laticínios. Dessa forma, as políticas que deveriam estar visando a segurança alimentar nacional, no que diz respeito aos gêneros alimentícios advindos da agricultura, estariam assegurando não a cesta básica do brasileiro mas sim economias alheias à essa prática.



BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOWAY, Ricardo. (2007). Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Ed. Edusp. São Paulo-SP. Cap. 1 (89-109);
- ALIER, Joan Martinez. (2007) O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização. São Paulo: Contexto.
- CHAYANOV, Alexander. V (1974). Presentación; Cap. 3: La organizacion de la unidad econômica campesina. Ediciones Nueva Vision. Buenos Aires.
- CANDIDO, Antônio. (1989) Parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Editora 34.
- FRITZ et al. (2008). A insegurança alimentar no Rio Grande do Sul – uma análise comparativa entre o rural e o urbano. Apresentado em Encontro de Economia Gaúcha (4. : 2008 maio : Porto Alegre, RS). Anais do evento. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2008. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/473.pdf> . Acessado em: 12/09/2011
- GAZOLLA, Márcio. (2007) A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. Artigo publicado na Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, (UFRRJ), v. 15, p. 89-122, 2007. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/250.pdf> . Acessado em: 02/10/2011.
- GRIZA et al. (2010) A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar, políticas. Revista agroalimentaria, ISSN 1316-0354, Vol. 16, Nº. 31, 2010, pags. 65-79 Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=199215829005> . Acessado em: 12/09/2011
- JOLLIVET, Marcel (1998). A “vocação atual” da sociologia rural. Estudo Sociedade e Agricultura, n. 11, p. 5-25.
- MAZOYER, Marcel & ROUDART, Laurence. (2010) História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DR: NEAD.
- MENDRAS, Henri. (1969) Sociologia do meio rural. In: Sociologia Rural. Zahar Editores;
- NEVES, Delma Peçanha (2001). A Agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. Texto inédito.



Censo Agropecuário de 2006. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>

Acessado em: 12/09/2011.

SHNEIDER, Sergio. (2006). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel (2003). Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. In: Estudos sociedade e agricultura, v 21 p. 42-61.

WOLF, Eric. (1970) Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar Editores.



GT 12: Soberania e segurança alimentar e nutricional: práticas e projetos como estratégias de fortalecimento do campesinato brasileiro.

Agroecologia, soberania alimentar e Comercialização Solidária na feira agroecológica de Mossoró-RN: o enlace da sustentabilidade

Joaquim Pinheiro de Araújo¹

Zildenice Matias Guedes Maia²

¹Dr. Em Ciências Sociais/Professor do Departamento Agrotecnologia e Ciências Sociais/ Universidade Federal Rural do Semi-Árido - E-mail: Joaquim_rn@uol.com.br

²Mestranda em Ambiente, Tecnologia e Sociedade / Universidade Federal Rural do Semi-Árido - E-mail: zildenice@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a experiência de processo de transição para uma agricultura de base ecológica a partir da Feira agroecológica de Mossoró. Pensar integralmente e de forma sistêmica o processo de autonomia da agricultura familiar camponesa, partindo da produção e tendo como horizonte, além da diversificação da alimentação familiar, a comercialização direta que crie uma cumplicidade entre produção e consumo significa buscar uma maior sustentabilidade produtiva, social e econômica para esse segmento distinto ao que foi amplamente sugerido pela modernização da agricultura, quando concebia a atividade agrícola viável apenas àquela inserida na lógica da especialização, tanto no uso de insumos agroindustriais como em uma produção voltados para o mercado convencional, marginalizando a soberania alimentar e os mercados de proximidades. Para essa investigação foram utilizadas algumas categorias analíticas essenciais para o processo de transição agroecológica que apontem para a emancipação, tais como autonomia, identidade, resistência e elaboração de projeto de superação. A partir desses aportes teóricos apresenta-se os diversos avanços e limites dessa iniciativa.

Palavras-Chave: Agricultura, Políticas Públicas, Soberania e Segurança Alimentar



1. Introdução

A exemplo de várias experiências no Brasil, a construção de feiras agroecológicas tem se constituído como um instrumento de reflexão e vitalização do processo em curso de fortalecimento da agricultura de base ecológica desenvolvida por agricultores/as experimentadores, e apoiado por entidades de assessoria que buscam contribuir para que essas ações ganhem maior espaço na sociedade.

Essas feiras são uma iniciativa de cidadania pela sua novidade na forma organizativa em que todo o complexo processo de produção e comercialização é colocado em questão, gerando um movimento de produção e consumo desconectados das redes global dos impérios alimentares (PLOEG, 2008). Assim, busca-se romper com a concepção da agricultura, baseada nos pacotes tecnológicos, inspirados na Revolução Verde, para uma alternativa centrada nos potenciais endógenos que costure um imbricamento entre produção, consumo familiar e comercialização, potencializando uma relação e reconhecimento de produtores e consumidores como parceiros.

Para Canuto (1998), as diferentes formas de compra direta de produtos agrícolas é um processo recente e promissor, que tem mostrado algumas vantagens para o produtor e o consumidor. Para o primeiro, a supressão dos intermediários, potencializando maior retorno econômico e a possibilidade de ouvir dos consumidores avaliações do que está produzindo; para o segundo, adquirir produtos mais frescos a preços mais baixos, além de obtenção de maior conhecimento sobre a origem e forma de produção dos alimentos que vai consumir.

Essas novidades precisam ser analisadas para além da escala quantitativa do que estão produzindo e comercializando. O seu formato tem elementos muito distintos do modelo convencional prevalecente, pois aqui os agricultores são sujeitos do processo. Por isso, vislumbra-se possibilidades de avanço, em comparação ao estágio atual, já que os grupos envolvidos estão em movimento, empolgados e abertos a novos conhecimentos a partir de suas participações em espaço de formação e intercâmbios, além de mais empoderados, para exigirem políticas públicas que fortaleçam suas opções.

É possível afirmar que uma das diferenças entre os agricultores que fizeram a opção pela agroecologia e aqueles que ainda não a descobriram é a percepção da própria



agricultura. Enquanto estes estão muito pessimistas com as possibilidades de melhoria de vida por meio da atividade agrícola, aqueles estão otimistas e sendo alimentados nos espaços de que participam. Quando saem para comercializar seus produtos nas feiras, o retorno econômico é apenas uma das dimensões positivas. Esse processo tem dado vazão a auto-estima de produzirem um alimento diferenciado, já que, orgulhosamente, fazem questão de dizer que seus produtos não têm veneno. Também, o ato de comercializar, possibilita o exercício da comunicação, contribuindo para ficarem mais extrovertidos e comunicativos.

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar os impactos da Feira Agroecológica de Mossoró para as famílias agricultoras, consumidores e a própria cidade, assim como os impasses que impedem que essa experiência adquira uma maior dimensão e alcance sua consolidação no município de Mossoró. Também foram analisados as práticas técnico-produtivas utilizadas na produção, buscando relacioná-las com a perspectiva de transição agroecológica e soberania alimentar.

2. Metodologia utilizada na pesquisa

Esse trabalho é fruto da formação de um grupo de pesquisa, constituído por professores e estudantes da UFERSA, que vem acompanhando e analisando a história dessa iniciativa. Foram feitas visitas para entender toda a dinâmica da feira e entrevistas semiestrutura com os agricultores/feirantes abordando o processo de forma sistêmica e incorporando toda a cadeia, desde o processo produtivo e seus desafios da transição agroecológica, passando pelas possibilidades de processamento dos produtos e diversificação do cardápio familiar, até a concretização da comercialização, momento mais efetivo da relação entre produtor/a e consumidor/a. Foram também entrevistados consumidores no intuito de perceber a avaliação deles em relação a essa iniciativa. Além disso, foram feitas leituras sobre as temáticas de agroecologia e soberania alimentar, além de trabalhos científicos que investigaram outras feiras agroecológicas que pudesse subsidiar a investigação e definição das categorias analíticas.

Os parâmetros teóricos utilizados nessa investigação estão referenciados nas categorias de autonomia, identidade e resistência como pressupostos para o êxito da



convergência entre as temáticas da transição agroecológica, soberania alimentar e comercialização solidária. Sendo assim, a seguir faz-se uma abordagem sobre referenciais teóricos que balizaram a pesquisa.

3. Abordagem teórica sobre a agroecologia como contraponto e alternativa ao sistema agroalimentar dominante

A importância de resgatar a cultura camponesa na discussão da proposta da agroecologia é muito útil pelo entendimento de que ela pode servir como uma espécie de ponto de partida para dialogar com outros conhecimentos, inclusive aquele produzido nas universidades e centros de pesquisas. A partir da interação desses conhecimentos, é possível a construção de estratégias, que caminhe no sentido de uma maior autonomia em suas várias dimensões e uma maior sustentabilidade. Na agroecologia, é necessário interpretar a realidade de forma sistêmica e, para isso, a agregação do conhecimento do agricultor torna-se tão importante quanto à base teórica do extensionista (SILVEIRA & BALEM, 2004).

Para que isso aconteça, é necessário, por parte dos mediadores, um desprendimento da carga preconceituosa, adquirida no processo de formação acadêmica, baseada na ideologia da modernização da agricultura e da revolução verde, sobre os conhecimentos locais dos agricultores. O paradigma de simplificação dos processos agrícolas, inclusive dos seus objetivos restritos ao econômico, tem impedido a busca de alternativas ecológicas e socialmente apropriadas, nas quais o pacote tecnológico sofre ressignificação ou até substituição.

Conforme Almeida (1999), a proposição e aspiração de autonomia camponesa, em contraposição ao processo de heteronomização¹, não pode ser vista como algo retrógrado, mas como uma lógica que se coaduna, do ponto de vista microeconômico e tecnológico, como dimensão da resistência capaz de frear o processo de marginalização pelo qual está ameaçada a produção camponesa.

1

Almeida (1999) toma emprestado esse conceito de Ivan Illich que significa, em última instância, a perda da capacidade da agricultura camponesa se auto-regular. Seu sentido etimológico é aquele que recebe do exterior as leis que regem a sua conduta.



Essa autonomia camponesa é perseguida em, pelo menos, quatro dimensões: na estrutura de produção, quando busca uma maior independência dos insumos externos; no consumo, quando diversifica a produção como estratégia para a subsistência familiar; no domínio do tempo, quando organiza sua dinâmica de trabalho de acordo com as diferentes modalidades, e na relação com o mercado, com formas diferenciadas de comercialização, através de mercados de proximidades e aproximação dos consumidores.

Para Ploeg (2006), contra as tendências de exclusão provocadas pelo processo de mercantilização de toda a dinâmica da agricultura, o camponês atualmente busca continuar existindo e reforçando as seguintes dimensões: autonomia, agricultura mais econômica, reconexão da agricultura com a natureza, pluriatividade, novas formas de cooperação e reintrodução da artesanidade.

A ideia da transição agroecológica significa ir além da substituição de insumos. Nesse sentido, é necessário demarcar a diferença entre agricultura alternativa, compreendida como um conjunto de práticas e tecnologias que permitem a utilização de certos insumos e não de outros, e a agroecologia que apresenta uma série de princípios e metodologias para estudar, analisar e desenhar agroecossistemas.

A perspectiva de transição agroecológica é mais do que a ecologia aplicada na atividade agrícola. Ela precisa assumir uma dimensão política e cultural, à medida que se amplia no sentido de compreender o metabolismo entre sociedade e natureza. Ou seja, os sistemas agrícolas se desenvolvem como resultado da co-evolução que ocorre entre cultura e ambiente, e uma agricultura verdadeiramente sustentável valoriza o componente humano, bem como o ecológico, e a interdependência que pode desenvolver-se entre ambos (GLIESSMAN, 2000).

Para pensar o processo de transição agroecológica, é fundamental um novo enfoque social para a agricultura e o desenvolvimento rural, construindo aspectos de conservação dos recursos naturais, viabilidade de atividades em pequena escala e métodos ecológicos modernos. Isso deve levar a uma atividade produtiva que tenha como ponto de partida o conhecimento e os recursos locais e que seja, ao mesmo tempo, sustentável e com um grau de produtividade capaz de gerar produção diversificada, propiciando condições de reprodução social das famílias e comunidades camponesas.



Para Costabeber (2004), a transição agroecológica é um processo gradual de mudança através do tempo nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas. Tem como meta a passagem de um sistema “convencional” (que pode ser mais ou menos dependente de insumos externos) a outro que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica em um processo de ecologização da atividade produtiva, sem ter um momento final determinado.

Sobre o processo produtivo, Gliessman (2000) lista três passos, que acredita representar níveis diferenciados no processo de transição agroecológica: a) O incremento das práticas convencionais para reduzir o uso e consumo inputs caros, escassos e daninhos ao meio ambiente; b) A substituição de *inputs* e práticas convencionais por práticas alternativas; c) O redesenho do agroecossistema, para que funcione com base em um novo conjunto de processos ecológicos.

A proposição agroecológica, além dos desafios tecnológicos e metodológicos, colocado à sua frente, deve ser capaz de ir construindo a autonomia política dos agricultores, tanto em relação ao Estado como dos Impérios Alimentares. Para isso, é fundamental avançar na transição para uma agricultura mais sustentável do ponto de vista ambiental e social, que possa no médio e longo prazo, dar-lhe força política para se consolidar como um movimento social capaz de construir, na prática, uma nova lógica para a agricultura e o rural.

3.1 A Soberania Alimentar e diversificação como pilares da Agroecologia

Os sistemas tradicionais da agricultura familiar estão sendo constantemente pressionados pela extrema homogeneização induzida pelo avanço da modernização capitalista de produção de alimentos. Em contrapartida a essa tendência, o campesinato continua tendo, na biodiversidade e na policultura, suas principais fontes de trabalho, que, antes de qualquer consciência ecológica, são muito mais uma manifestação dos seus interesses em garantir a oferta suficiente para o auto-abastecimento das suas famílias.

Esse princípio tem sido alimentado pelas iniciativas dos agricultores, com apoio de organizações de assessoria, em desenvolver atividades de diversificação da produção e



resgate de muitas espécies da fauna e flora nativa, que estavam perdendo sua importância no sistema produtivo que garantisse renda e soberania alimentar, inclusive, algumas delas, sofrendo ameaça de extinção.

Para Whitaker (2008), a discussão sobre soberania alimentar está na ordem do dia, pois não basta se preocupar apenas com o aspecto da segurança alimentar de acesso à alimentação para todos os setores da sociedade. É necessário dar um passo à frente, no intuito da autonomia e independência, que as populações locais possam produzir o que desejam e necessitam consumir, baseado fundamentalmente nos seus recursos naturais e tecnológicos, iniciando pelo acesso à terra e controle das sementes. Nesse sentido, criação dos assentamentos vem pontilhando o país com milhares de pequenos lotes, pode muito contribuir para o avanço de práticas referenciadas na soberania alimentar. Ao contrário da monotonia das monoculturas em vastas extensões territoriais, graças aos assentamentos, já se pode perceber *“a formação de mosaicos diversificados, próprios da agricultura camponesa com suas hortas, pomares, criações e cultivos variados”* (WHITAKER, 2008, p. 326).

3.2 A Feira agroecológica em uma perspectiva emancipatória

Cresce a ênfase no debate e nas elaborações em torno da agroecologia como referência alternativa ao modelo produtivista. Essas buscas por novos caminhos e novos paradigmas de produção e de percepção sobre o rural e sua população, sem desconsiderar seus dilemas, enxergam nesse ambiente um lugar singular, mas não isolado, que pode contribuir com perspectivas mais sustentáveis social e ambientalmente.

Essas iniciativas podem ganhar uma perspectiva de superação das dificuldades e limites presentes e ganhar uma perspectiva emancipatória? Como afirma Boaventura dos Santos (2006), isso pode acontecer a partir de novos paradigmas, construções e definições que emergem nas fronteiras em contraste com a rigidez das subjetividades e objetividades da ciência e do desenvolvimento. Pois, no geral, essas experiências apresentam formas originais de sociabilidade caracterizadas pela fluidez e a invenção, sendo orientadas tanto pelo paradigma dominante como pelo paradigma emergente.



Para Carvalho (2002), o segmento da agricultura familiar camponesa tem enfrentado dificuldades para a sua reprodução social. Isso se dá pelo processo de modernização da agricultura e dinâmica atual da acumulação do capital. Afirma que para esse segmento é melhor continuar buscando mudanças nem sempre fáceis do que vivenciar as incertezas das grandes metrópoles. Para tanto, é necessário que elas readquiram novas esperanças e uma nova utopia, que reafirme sua identidade social camponesa, o que não “*significa voltar à comunidade pré-capitalista, mas seguir outros referenciais de resistência ativa à exclusão social e a superação do modelo econômico vigente*” (CARVALHO, 2002, p. 04).

Para pensar a resistência à exclusão e as possibilidades para a sua superação, Carvalho (2002) apóia-se em Castells para elaborar uma proposta que ele define como “Comunidade de resistência e de superação”. Não àquela calcada no parentesco, vizinhança e na vida cotidiana que implicam em padrões comuns de comportamento social, mas aquela surgida a partir da sociedade em Rede e nas sociedades globais que impõem padrões comuns e, ao mesmo tempo, propicia reações locais que nascem marcadas pela ampliação da comunicação e pelas novas práticas sociais.

Para Castells (1999), a constituição de sujeitos da transformação social toma um rumo diferente do conhecido durante a modernidade, baseado na sociedade civil e no movimento trabalhista. Na sociedade atual com funcionamento em rede, a identidade de projeto origina-se da resistência comunal. O que articula a Rede não é uma conexão formal como a internet e instituições, mas o sentimento de pertencimento a uma mesma comunidade e movimento social, cimentado por uma identidade de resistência ativa e de superação, que significa a construção da identidade de projeto, do local para o universal contra o capitalismo contemporâneo.

Nessa direção, Carvalho (2002) desenha uma estratégia possível para se contrapor ao processo de erosão da identidade camponesa, trabalhando três dimensões das mudanças:

- a) *Práticas de consumo*: evitando hábitos tipicamente urbanos, com um consumo integralmente monetarizado, que contribui para acelerar sua crise de identidade. É o fundamental avançar na perspectiva da soberania alimentar como estratégia fundamental;
- b) *Práticas de produção*: o objetivo é uma maior diversificação da produção e um crescente processo de substituição de importação de insumos produtivos e gêneros alimentícios,



avanzando na transição agroecológica; *c) Concepção de mundo*: paralelo ao trabalho das dimensões de consumo e produção, é fundamental a compreensão do funcionamento da sociedade contemporânea que contribua para a reflexão sobre as causas que determinam sua exclusão social e sua crise de identidade.

4 **Histórico da feira, problema abordado e Hipóteses levantadas**

É a partir desses pressupostos, que foi analisado a feira agroecológica de Mossoró, criada em 2007. A feira já era acalentada por um conjunto de famílias e entidades de assessoria, mas só se concretizou em junho desse ano. Vale frisar que esse processo está no bojo de um amplo movimento estadual de fortalecimento da agroecologia em municípios potiguares. Essa dinâmica vem sendo fomentada por entidades que compõem a Rede Parda (Rede de Entidades de Assessoria), além de instituições como a Rede Xique-Xique (Rede de Comercialização Solidária), SEBRAE e alguns apoios financeiros advindos do governo federal.

O primeiro passo foi a formação de um grupo de vinte famílias que participaram de uma série de cursos financiados pelo SEBRAE no intuito de contribuir para que os agricultores compreendessem o desafio para, posteriormente, construir uma proposta global, desde a produção até a logística da feira. Para tanto, foi constituída uma associação para dar suporte a essa iniciativa. O SEBRAE também disponibilizou parte da infraestrutura como as barracas e o sistema de produção PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), além de um agrônomo para assessorar esse processo.

A feira se realiza aos sábados e inicia na madrugada com a chegada dos feirantes e dos consumidores. Das vinte famílias que começaram, saíram oito, alegando dificuldades. As doze restantes, com certificado que praticam agricultura ecológica, estão animadas e cientes dos desafios para a consolidação da feira..

Foi percebido que existe um hiato entre o que está sendo produzido e a procura pelos consumidores. Isto é, logo nos primeiros momentos da feira, a maioria dos produtos,



principalmente os *in natura* (frutas e verduras) acaba, sobrando os beneficiados como o mel e a castanha. Isso demonstra, por um lado, uma insuficiência da capacidade produtiva e, por outro lado, mostra o grande potencial de expansão da feira, tanto para aumentar a produção das famílias já inseridas como uma possibilidade de integração de novas famílias.

Para seus integrantes, mesmo reconhecendo as dificuldades existentes na produção, a feira tem tido avanços significativos nos seus quatro anos de funcionamento e pode-se dizer que já é uma realidade, tanto para os agricultores envolvidos como para os consumidores e a cidade de Mossoró. Nesse período, conseguiram criar vínculo e cumplicidade produção/consumo, que pode ser comprovado na relação e frequência continuada no local aos sábados.

Pode-se considerar que a Feira Agroecológica de Mossoró, já se mostra consolidada, funcionando regularmente, todos os sábados ao longo de cinco anos, demonstrando que sobre alguns aspectos, tem trazido satisfação para os dois sujeitos que viabilizam essa experiência: produtores/feirantes e consumidores. Por outro lado, parece que a mesma não consegue superar seu estágio atual e alcançar outros produtores e consumidores.

Nesse sentido, a presente pesquisa baseou-se na hipótese que a transição agroecológica dos grupos que constroem essa feira encontra-se em um estágio preliminar, ao mesmo tempo em que já apresenta significado para os atores envolvidos, produtores e consumidores. Desta feita, o problema investigado é como esse aspecto contraditório se apresenta? Isto é, quais os fatores que sustentam a existência da Feira por um período tão longo, assim como, quais são as fragilidades estruturais que limitam a expansão da Feira.

Para abordar os aspectos limitantes, foram trilhados alguns caminhos: na parte produtiva, o desafio de construir um processo de transição agroecológica que possibilite uma maior e melhor variedade de produtos que potencialize a comercialização e o autoconsumo familiar, vistos como pilares fundamentais para a expansão e consolidação da feira; na parte da infra-estrutura, os limites no transporte, beneficiamento, embalagens e organização do local da feira, além de processos comunicativos que consiga persuadir amplos setores de consumidores em potencial existente em Mossoró, que não frequentam e, portanto, não contribuem com a viabilização e multiplicação dessa experiência.



5. Conclusões parciais: limites, desafios e perspectivas de um processo em movimento

Durante a construção desse trabalho, através dos contatos com os agricultores, notou-se uma série de limites, principalmente no processo produtivo, o que irá acarretar na quantidade e diversidade dos produtos oferecidos na feira. As dificuldades vão desde a aquisição das sementes, pois ainda, na sua maioria, continuam tendo que comprá-las no comércio, passando pelo manejo das práticas da agricultura ecológicas que irão acarretar na quantidade e qualidade dos produtos como, por exemplo, uma maior integração entre plantio e criação em que um potencialize o outro e dando mais alternativas de produtos de origem animal e vegetal. Essa percepção também é compartilhada pelos agricultores que afirmaram ser o processo produtivo, nessa perspectiva de transição agroecológica, o maior desafio para o fortalecimento e consolidação da feira.

Uma das perspectivas de alguns integrantes do grupo é, além do fortalecimento da feira, abranger outros espaços de comercialização como o mercado institucional, tais como os programas Compra direta e Merenda escolar. Acreditam que a sua concretização vai aportar recurso financeiro para serem investidos no processo produtivo e de beneficiamento de uma parte da produção que agregue valor, visto como estratégico para melhorar a renda dos participantes, além de oferecer uma maior variedade de produtos aos consumidores.

Qual o futuro desse movimento ainda disperso e heterogêneo? Conseguirão se afirmar nos interstícios de uma sociedade ainda dominada pelo hábito de consumo de produtos advindo dos grandes grupos econômicos centralizadores da atenção da sociedade e do poder político? Conseguirão aumentar as brechas no mercado atual para além do permitido pela lógica dominante? Ou conseguirão avançar nos seus processos de transição agroecológica que apontem para o fortalecimento de suas autonomias e identidades como integrantes do segmentosocial e político da agricultura familiar e camponesa? Caso se concretize a primeira hipótese, assistir-se-á, como afirma Almeida (1998) a uma espécie de guetização e posterior desideologização dessa iniciativa; caso vingue a segunda hipótese, a feira de agroecologia de Mossoró poderá se consolidar como uma experiência exitosa e referência para outros processos em curso que buscam fortalecer a agroecologia como contraponto e alternativa de desenvolvimento rural e de produção de alimentos saudáveis, potencializando assim o vínculo entre consumo e produção.



Seja como for, as novidades trazidas com a feira agroecológica de Mossoró precisam ser observadas para além da escala quantitativa da produção e comercialização. Precisa ser analisadas, não como um retrato estático, mas como uma imagem em movimento. Pois, toda essa dinâmica de produção, respeitando a natureza e buscando uma relação direta com quem consome, alimentado pelo espírito da agroecologia, da soberania alimentar e da economia solidária, não esteja enlaçando essas três temáticas e construindo os alicerces da sustentabilidade.

Sobre tudo isso, é difícil uma resposta exata. Mas, a partir de um olhar mais atento, é possível perceber que os brotos da transição para esse grupo já podem ser vistos. Se eles vão vingar dependerão de muitos fatores, tais como, desses sujeitos ganharem mais adeptos para se tornarem também sujeitos. Dessa forma, ganhariam mais força para sensibilizar amplos segmentos da sociedade e capacidade de pressão, para que as variadas políticas públicas para fortalecer a agricultura familiar camponesa, bem intencionadas e voltadas para a sustentabilidade, saltassem do papel e se efetivassem na vida real.

6. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Ed. Universitaria/UFRGS, 1999.

_____. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 24, n. 2, 2003. Disponível em <<http://agroeco.org/brasil/material/agroco brasil-jalcione.pdf>>. Acesso em 20 out 2006.

CANUTO, João C. **Agricultura ecológica en Brasil: perspectivas socioecológicas** (Tese de Doutorado). Córdoba: Programa Agroecología, Campesinado e Historia. ISEC – Instituto de Sociología y Estudios Campesinos e ETSIAM – Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes. Universidad de Córdoba. España, 1998.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, Jose A.(Org.). **Agroecologia e Extensão Rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

CARVALHO, Horacio M. **Comunidade de resistência e de superação**. Curitiba, 2002. (Mimeo)

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A Era da informação: economia, sociedade e cultura; Vol. 02. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.



CERVO, Amando L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5 ed. Sao Paulo: Prentice Hall, 2003.

COSTABEBER, Jose. **Transição agroecologica**: do produtivismo a ecologizacao. In: Brasilia: MDA/SAF/DATER, 2004.

CUNHA, Marialdo S. Estudo comparativo de feiras agroecológicas: Janduí, São Miguel do Gosto e Apodi. Rede Pardal: 2009.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentáveis. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

PLOEG, Jan D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na Era da Globalização. Porto Alegre. UFRGS Editora, 2008.

SANTOS, Boaventura S. **Gramática do tempo**: para uma nova cultura politica. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

SILVEIRA, P & BALEM T. Formação profissional e extensão rural: a incapacidade da superação do modelo agrícola. **Anais: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**. Aracaju, 2004.

WHITAKER, D. Soberania alimentar e assentamento de reforma agrária. In: FERRANTE, Vera L. B.; WHITAKER, Dulce C. A. (Org.) **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Sao Paulo: Uniara[co-editor], 2008.



GT 12: Soberania e segurança alimentar e nutricional: práticas e projetos como estratégias de fortalecimento do campesinato brasileiro.

Comida e trabalho: um estudo sobre relações de gênero entre famílias rurais assentadas

Evander Eloí Krone¹

Renata Menasche²

¹ Bacharel e Mestre em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Bolsista de Desenvolvimento Tecnológico Industrial do CNPq, E-mail: evanderkrone@gmail.com

² Professora do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e pesquisadora do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA/UFPEL). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), E-mail: renata.menasche@pq.cnpq.br

Resumo

Muitas vezes são negligenciadas as condições culturais e sociais da produção alimentar, inúmeros estudos têm sido desenvolvidos procurando mensurar, a partir de parâmetros exclusivamente nutricionais, a (in)segurança alimentar de grupos sociais. Tendo como contexto assentamentos rurais situados no Rio Grande do Sul, o presente trabalho procura analisar as condições de produção das relações de gênero que permeiam a prática da produção e consumo de alimentos. Busca-se, assim, evidenciar que a alimentação também constrói e fala do lugar de homens e mulheres. Para sua realização, o trabalho se valeu de ferramentas da abordagem etnográfica, tendo como universo de observação os assentamentos rurais com suas redes sociais e dentro delas as famílias rurais e demais atores sociais. Complementarmente à observação participante, foram realizadas onze entrevistas semiestruturadas.

Palavras-Chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Assentamentos Rurais; Relações de Gênero; Campesinato.



Introdução

No mundo rural camponês as mulheres possuem papel relevante nas diferentes etapas que envolvem a produção, preparação e consumo de alimentos. Desta forma, existe uma íntima e importante relação entre as mulheres, a produção de alimentos e a promoção da segurança alimentar.

Segundo dados de 1995 da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), as mulheres são as que mais contribuem para a garantia da segurança alimentar, sendo responsáveis pela produção de mais da metade dos cultivos do mundo. Ainda segundo o mesmo estudo, em algumas regiões, como no Subsaara da África e no Caribe, as mulheres respondem pelo cultivo de 60% a 80% dos gêneros alimentícios básicos (*apud* FAO, 2003).

As mulheres assumem papel importante na garantia da segurança alimentar de seus grupos sociais, porém o trabalho feminino aparece muitas vezes oculto, não apenas diante das agendas das políticas públicas, de pesquisadores e agentes de desenvolvimento rural, mas também nas percepções das famílias rurais e mesmo das próprias mulheres camponesas, cujas atividades nem sempre são entendidas como parte do processo de trabalho agrícola.

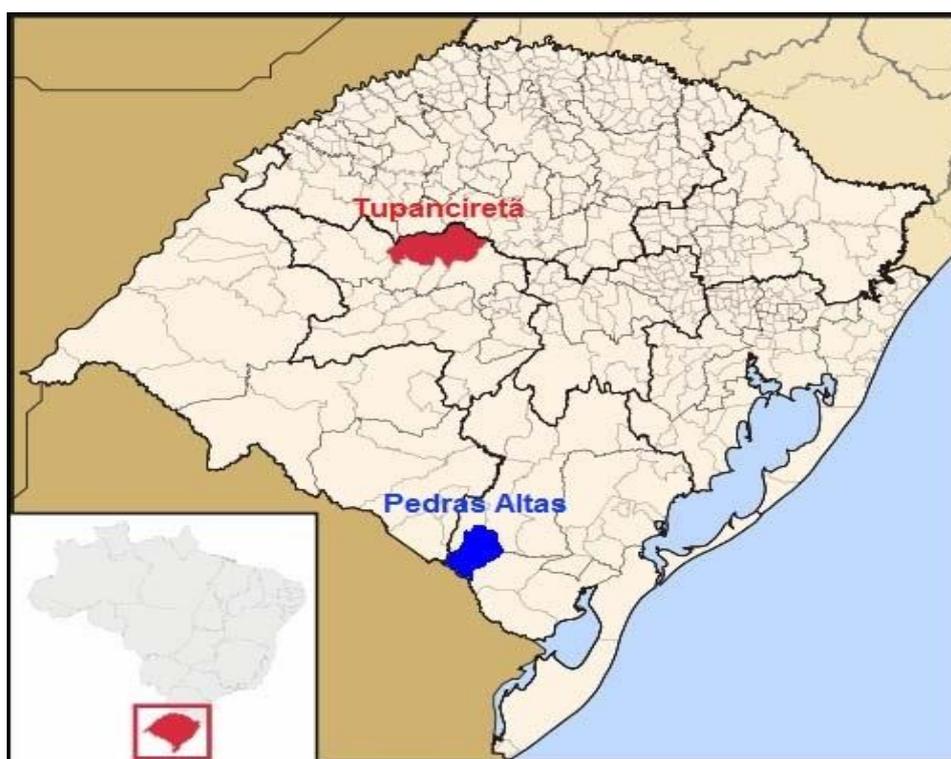
A alimentação, para além de sua razão prática do consumo, envolve também representações, crenças e práticas sociais que conformam uma cosmologia e expressam a visão de mundo de um grupo social. Desse modo, pretendemos evidenciar que o estudo da (in)segurança alimentar deve envolver elementos de um espectro bem mais amplo que o estabelecido pela necessidade de mensuração de indicadores nutricionais, passando também por entender as condições de produção das relações de gênero, de hierarquia e poder que permeiam as práticas de produção e consumo de alimentos.

O trabalho procura evidenciar o fato de que as mulheres possuem papel fundamental na garantia da segurança alimentar, estando diretamente vinculadas às etapas de produção, preparação e consumo dos alimentos. Contudo, seu papel produtivo é muitas vezes ocultado diante da representação da centralidade da figura masculina como principal provedor da família camponesa.



Assim como existe uma hierarquia do trabalho que dispõe sobre as posições de gênero, a comida também constrói e fala do lugar de homens e mulheres, e é neste contexto que o presente trabalho se situa, procurando analisar as relações de gênero a partir do estudo da produção e do consumo de alimentos entre famílias rurais assentadas dos municípios gaúchos de Tupanciretã e Pedras Altas.

Situando o universo da pesquisa¹, cabe ressaltar que Tupanciretã pertence à região central do Rio Grande do Sul, distante cerca de 390 km de Porto Alegre. Neste município existem 17 projetos de assentamentos onde vivem cerca de 700 famílias assentadas. Já Pedras Altas compõe o território da região sul do estado, igualmente distante cerca de 390 km da capital. Em Pedras Altas, temos a ocorrência de cinco assentamentos de reforma agrária, em que vivem aproximadamente 250 famílias.



FONTE: Adaptado de Wikipédia, 2011.

¹ Cabe ressaltar que esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do trabalho de conclusão do curso de especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Maria e em diálogo com o projeto Cultura, patrimônio e segurança alimentar entre famílias rurais: etnografias de casos significativos CNPq 559565/2010-0.



Para a realização desse estudo, adotamos a abordagem etnográfica, tendo como universo de observação os assentamentos rurais com suas redes sociais e, dentro delas, as famílias rurais e demais atores sociais. Devido à natureza das informações buscadas, a metodologia empregada se valeu de ênfase na observação participante. Complementarmente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, visando detalhar saberes, práticas e hábitos referentes à produção, consumo e circulação dos alimentos.

Foram realizadas e posteriormente degravadas onze entrevistas, das quais seis foram realizadas no município de Tupanciretã e outras cinco no município de Pedras Altas. Cabe ainda mencionar que os assentamentos estudados são constituídos por famílias descendentes de imigrantes italianos e alemães, afrodescendentes, bem como há aquelas que se reconhecem como brasileiras ou descendentes de portugueses. Nas entrevistas, procurou-se abarcar essa diversidade étnica.

O trabalho oculto

Trabalho é uma categoria que possui múltiplos sentidos e está envolvido numa teia de significados que constitui a cultura camponesa (E. WOORTMANN; K. WOORTMANN, 1997). O trabalho, em grande medida, expressa a honra da família camponesa e, nesse sentido, temos que, de modo geral, nas sociedades camponesas ocidentais, é o gênero masculino que encarna e personifica o trabalho produtivo. Por este motivo, é sempre a figura do marido ou do pai de família a principal representação da unidade de produção familiar. Por isso, mesmo que seja significativa a participação feminina no trabalho agrícola e na produção de alimentos, cabe ao gênero masculino o reconhecimento como principal provedor da família.

Podemos assim reconhecer nos significados dados ao trabalho a construção social do espaço que homens e mulheres camponesas ocupam no processo de trabalho agrícola. É desta forma que se torna possível identificar na construção social do trabalho camponês uma valoração diferenciada do trabalho entre os gêneros, que afirma a representação da centralidade da figura masculina.



Ao estudar contextos rurais brasileiros distintos, Paulilo (1987) verificou a existência entre famílias camponesas de categorias como trabalho “leve” e trabalho “pesado”. Segundo a autora, o trabalho “leve” está sempre relacionado a tarefas realizadas por mulheres e crianças, enquanto que o que é considerado trabalho “pesado” é de restrita incumbência masculina. No entanto, ela mostra que aquilo que é considerado trabalho “pesado” e de responsabilidade masculina em um lugar pode ser considerado trabalho “leve” quando atribuído a mulheres e crianças em outras regiões.

Deste modo, podemos entender que o trabalho é em grande medida qualificado e valorado em função de quem o executa, bem como em função da posição que os membros ocupam na hierarquia social. O trabalho “leve” não significa trabalho agradável ou pouco exigente em termos de esforço físico, assim, a divisão sexual do trabalho não pode ser interpretada só e nem apenas definida em função de uma racionalidade biológica, pois em grande medida ela é definida culturalmente (LARAIA, 1986).

Paulilo ressalta ainda que o trabalho de mulheres e crianças “fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas 'ajuda' na composição do orçamento familiar” (1987, p. 70). Neste contexto as atividades geralmente desenvolvidas por mulheres e crianças não são reconhecidas socialmente como trabalho, pois é sempre a figura masculina do marido ou pai de família que o representa. Sendo assim, as atividades produtivas desempenhadas por crianças e mulheres são expressas como “ajuda” ao marido.

Esta valorização distinta evidencia que “a noção de trabalho, como categoria subjetiva, e o processo de trabalho, como encadeamento de ações, marcam distinções de gênero” (E. WOORTMANN; K. WOORTMANN, 1997). Portanto, é na construção de relações sociais que podemos identificar que há uma invisibilidade e uma subordinação do trabalho feminino, que reflete uma orientação hierárquica centralizada na representação da figura do marido ou pai como principal provedor da família.

A construção do gênero a partir da comida



Entre as famílias assentadas estudadas, as mulheres estão diretamente ligadas às atividades de produção de alimentos. No entanto, no que concerne à produção agrícola, seu papel produtivo aparece diminuído ante a figura masculina. O universo das mulheres assentadas estudadas está diretamente relacionado ao espaço da casa, da horta, do quintal e da criação e cuidado de pequenos animais. Há também uma associação entre comida e cozinha que perpassa as práticas femininas. Não é por acaso que, mesmo nas situações de presença do pai ou marido durante as entrevistas, foram sempre as mulheres, em especial as mães, as principais interlocutoras quando o assunto eram os hábitos e práticas alimentares dos membros da família.

Assim, como evidenciado por K. Woortmann (1985, p. 12), no âmbito do domínio culinário, ao preparar os alimentos a mãe exerce uma relativa autoridade e controle, determinando, em alguma medida, a partir das condições geradas pelo trabalho da família, “o que irá compor a refeição e como esta será distribuída entre os membros da família”.

Se, no plano simbólico, é o homem que representa o trabalho e é quem deve prover sua família, em uma situação limite de pobreza e escassez de comida são geralmente os homens os primeiros a alimentar-se, recebendo maior quantidade de comida, assim em situações limite parece haver um padrão de desvio de alimentos que privilegia o pai de família (K. WOORTMANN, 1985).

Entre as famílias rurais estudadas, prevalece a combinação feijão, arroz, carne e salada como componentes do almoço, prato da refeição principal, constituindo-se naquilo que pode ser considerado como a comida por essência. Contudo, para o grupo social estudado, podemos identificar que existe uma hierarquia dos alimentos, que classifica o feijão e a carne como alimentos mais valorizados na dieta das famílias assentadas.

Neste sentido, tanto a carne como o feijão são classificados como alimentos *fortes* e estão associados à ideia de *sustança* e saciedade. Segundo K. Woortmann (1978), a definição de *força* está diretamente relacionada ao valor nutritivo percebido do alimento. Assim, a *força* de um alimento está associada à sensação de saciedade que ele



produz. Brandão (1981), estudando as representações de um grupo de camponeses goianos, percebeu que a categoria *forte* estava associada a tudo que era sadio, assim todas as coisas reconhecidas como sadias eram classificadas como *fortes*. Ainda, segundo Canesqui (2007) a ideia de estar alimentado envolve, além da sensação de saciedade física, a de ser ou de estar sadio e que, por conseguinte, está associada à ideia de ser forte e resistente.

Desta forma, este modelo de classificação, que torna o feijão e a carne alimentos privilegiados, informa que é através da *força* percebida dos alimentos que se obtém resistência e aptidão para o trabalho agrícola, pois como evidenciam os depoimentos abaixo, no plano simbólico é comida *forte* aquela que produz gente *forte*.

Eu não posso tomar remédio. Eu acho que o fortificante maior eu prefiro pensar assim que é o feijão (assentada de Pedras Altas).

Feijão, carne eu acho que é principal. Que mais tem vitamina, forte assim (assentado de Tupanciretã).

Wedig (2009) mostra em estudo realizado junto a famílias rurais descendentes de imigrantes alemães que a carne é classificada como alimento *forte* e que está simbolicamente relacionada ao pai. Segundo a autora a carne fala da honra do pai e sua abundância nas refeições camponesas expressa sentidos de honra e prestígio para a família. Ainda, segundo Wedig (2009, p. 16) é assim que por meio das escolhas e práticas alimentares que

as pessoas organizam seu mundo, estabelecem distinções com outros grupos, hierarquizam as coisas e as pessoas. (...) Compreendemos que as distribuições alimentares no interior da família, ao mesmo tempo em que dependem das condições de acesso, definem também hierarquias e reproduzem simbolicamente a família

Nesse sentido, segundo K. Woortmann (1985), através das representações da comida também se constrói o gênero, pois a comida “fala” de homens e mulheres através da prática inconsciente do *habitus* alimentar do grupo social.



Entre as famílias assentadas, o feijão é um dos elementos centrais da produção da lavoura e a ele está associado, no plano simbólico, a percepção de *força*. Assim como o feijão a carne também é percebida e classificada como alimento *forte*. No contexto dos assentamentos estudados, cabe ao domínio masculino a responsabilidade pelo espaços produtivos da lavoura e da criação dos animais de grande porte, sendo estas atividades produtivas representadas como o resultado do trabalho do pai ou do marido. Desta forma, percebemos que está associado ao homem a responsabilidade da produção dos alimentos classificados como *fortes*.

Cabe ressaltar que as mulheres também participem das atividades produtivas vinculadas ao trabalho na lavoura ou na criação de animais, tendo participação significativa no processo produtivo, porém assim como já evidenciado pelos estudos de Paulilo (1987) o trabalho feminino nesses espaços é entendida como “ajuda” ao marido. Segundo K. Woortmann (1985), o que está em evidencia nestas representações é uma percepção moral da vida camponesa, moralidade esta centrada na honra do pai.

Se os domínios da lavoura e da criação dos animais de grande porte são espaços masculinos, já o trabalho ocorrido no quintal e na horta ocorre mediante o trabalho de mulheres, assim o espaço da horta e do quintal são domínios essencialmente femininos. Na lavoura, espaço masculino de reprodução do trabalho, temos a presença da mulher que “ajuda” o marido nas tarefas agrícolas, entretanto no espaço da horta e do quintal raramente veremos homens trabalhando ao lado de mulheres.

Heredia *et al.* (1984) mostram uma situação similar em que – em estudo que analisa as relações sociais em unidades domésticas de produtores nordestinos em região açucareira – o grupo social estudado pelos autores nominava como roça o espaço de trabalho do marido, enquanto o diminutivo roçadinho intitulava a área trabalhada exclusivamente por mulheres e crianças. Na roça, mulher e filhos “ajudam” a compor o trabalho do pai diferente do que ocorre no roçadinho, espaço de cultivo feminino.

Vale, ainda ter presente o estudo de Menasche (2004) – desenvolvido entre sojicultores gaúchos – que mostra que o uso de agrotóxicos associado ao universo masculino desvalorizou a atividade de capinar. Segundo a autora a utilização de



agrotóxicos é, entre os sojicultores estudados, associada a masculinidade e afirmada como condição para a viabilidade da produção agrícola, neste contexto capinar passou a ser uma atividade feminina e passível de ridicularização quando realizada por um homem.

No caso estudado, o fato de os homens não “ajudarem” as mulheres no trabalho vinculado à horta e ao quintal deve-se ao entendimento de que por serem espaços femininos são as mulheres que ali dão o sentido do processo de trabalho. Sendo a hierarquia da família um dos princípios norteadores de uma ordem camponesa, podemos sugerir que no plano ideal é sempre o homem, pai de família, que deve dar a direção do trabalho (E. WOORTMANN, K. WOORTMANN, 1997). Por isso, seria vergonhoso para o pai ou marido trabalhar num espaço controlado e governado por uma mulher.

Contudo, esses valores culturais podem se inverter quando a produção da horta e do quintal passa a ser fonte de renda importante para a família. Isso pôde ser observado no caso de algumas das famílias assentadas estudadas, para quem a produção da horta deixou de estar vinculada apenas ao consumo doméstico, passando também a ser comercializada em feiras locais. Quando isso ocorre, a mulher perde para o marido a autoridade e controle sobre a produção da horta e do quintal.

Este tipo de situação ficou evidente nas visitas realizadas às famílias assentadas, quando, após a entrevista, era solicitado que mostrassem um pouco do lote, cultivos e criações. Nas famílias para quem a produção da horta tem como principal objetivo o abastecimento familiar, sempre foram as mulheres a apresentar o espaço da horta e cultivos ali presentes. Porém, entre as famílias assentadas feirantes, para quem a horta, além de fornecer alimentos para o autoconsumo, fornece produtos para a venda, as mulheres apenas acompanhavam a visita à horta, enquanto os homens apresentavam os diferentes cultivos presentes naquele espaço.

Outros estudos também têm evidenciado a masculinização de espaços antes considerados essencialmente femininos entre famílias rurais. Este é o caso da atividade leiteira, que na região sul do Brasil se configurou em atividade tradicionalmente



vinculada à esfera feminina. Magalhães (2009) ressalta que o fortalecimento das organizações que permitiram fazer do desenvolvimento da cadeia produtiva do leite uma atividade voltada ao mercado provocou profundas mudanças na divisão sexual do trabalho. Assim, temos o que Magalhães (2007) chamou de uma masculinização da atividade leiteira, pois com a especialização produtiva do leite as mulheres passaram a perder o controle sobre tal atividade para os homens.

Retornando o olhar para os assentamentos estudados, podemos identificar que, como no caso da produção leiteira antes mencionado, quando a horta passa a ter sua produção destinada à comercialização, passa a ser espaço de controle masculino. Neste sentido, Heredia *et al.* (1984) explicam que, em termos de modelo, para grupos camponeses toda transação comercial exclui a figura da mulher. Os autores citados comentam que em uma relação comercial é sempre requerida a mediação do marido ou pai de família, que representa a unidade doméstica frente a outros grupos. Assim, a partir do momento em que a horta deixa de ser uma atividade voltada apenas ao autoconsumo, passando a gerar ingressos financeiros, a mulher perde a autonomia e controle de sua produção para o marido.

A partir da observação da valoração diferenciada do trabalho de homens e mulheres, podemos apreender que os alimentos produzidos por uns e por outras também refletem a hierarquia interna à família. Estudos realizados por Menasche *et al.* (2008) e por Grisa e Schneider (2010) entre agricultores descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul mostraram que os alimentos produzidos para autoconsumo da família, especialmente os provenientes do trabalho feminino, oriundos de pequenas hortas, pomares e lavouras não comerciais, são vistos como de importância menor, considerados como *miudezas*.

Da mesma forma que nos estudos supracitados, entre as famílias assentadas estudadas a produção da horta e do quintal resultante do trabalho feminino pode ser associada a uma posição hierárquica inferior àquela atribuída ao trabalho masculino. Neste contexto, a elaboração e disposição dos alimentos nas refeições das famílias evidenciam a relação hierárquica em que há a centralidade do trabalho do pai. A



composição do prato característico da principal refeição da família – o almoço – com carne, feijão, arroz e salada “fala” que os alimentos classificados como *fortes* – feijão e carne – são expressão do trabalho do pai e se sobrepõem ao arroz, geralmente adquirido no mercado, e da salada, que expressa o resultado das atividades produtivas relacionadas à mãe.

Segundo Wedig (2009, p. 60) “a hierarquia dos alimentos, bem como a dos espaços em que se realiza sua produção, corresponderia à hierarquia no interior da família”. Nesse sentido, em consonância com a afirmação de Wedig (2009) queremos mostrar que assim como existe uma hierarquia do trabalho associada às posições de gênero, a comida também constrói e fala do lugar de homens e mulheres, por este motivo, a hierarquia dos alimentos é expressão da hierarquia entre os gêneros.

Considerações Finais

Neste trabalho, procuramos evidenciar que para além da razão prática e biológica do consumo de alimentos, a alimentação humana pode ser interpretada como uma linguagem, um texto cultural que fala de trabalho, terra, família, relações sociais, informando e formando modos de vida e visões de mundo.

No contexto estudado, coube destacar o importante papel que as mulheres assentadas cumprem na garantia da segurança alimentar de suas famílias. São geralmente as esposas ou mães que, a partir das condições geradas pelo trabalho da família que determinam o quê e como será composta a refeição. No entanto, o papel desempenhado pelas mulheres na garantia da segurança alimentar vai além da cozinha e do domínio culinário, já que no âmbito da produção de alimentos elas também se destacam. Assim, pudemos evidenciar que as mulheres são as principais responsáveis pela manutenção de pequenas hortas e pomares não comerciais, que servem diretamente ao consumo da família, atuando ainda ao lado dos maridos nos afazeres agrícolas em lavouras e criações.

Contudo, o trabalho desenvolvido pelas mulheres assentadas na produção de alimentos encontra-se oculto diante de uma relação hierárquica em que, no plano



simbólico, apenas o homem encarna o trabalho produtivo, cabendo ao trabalho feminino apenas a representação de “ajuda” ao marido. Esta orientação hierárquica na família camponesa que define a centralidade da figura masculina torna-se evidente quando analisamos a composição e as representações em torno da alimentação das famílias assentadas. Pudemos perceber que a produção daquilo que pôde ser definido como a comida por essência está diretamente relacionada ao trabalho do pai. O feijão e a carne, dois dos principais alimentos presentes na dieta das famílias assentadas, estão associados à figura masculina, sendo classificados como alimentos *fortes*. Assim, procuramos mostrar que a composição da refeição camponesa informa que os alimentos classificados como *fortes* estão diretamente associados ao trabalho do pai e que, por conseguinte se sobrepõem aos alimentos produzidos pela mãe.

Pretendemos ter evidenciado neste trabalho que a (in)segurança alimentar deve ser apreendida de forma mais ampla que a possibilitada pela mensuração de indicadores nutricionais, passando também por entender as condições de produção das relações de gênero e de poder que permeiam os saberes e práticas da produção e consumo de alimentos.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

CANESQUI, Ana Maria. A qualidade dos alimentos: análise de algumas categorias da dietética popular. **Revista de Nutrição**, Campinas, n. 20, v. 2, p. 203-216, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732007000200010>. Acesso em: 4 abr 2011.

FAO. **Programa de Análise Sócio-Econômica de Gênero**. 2003. Disponível em: <<http://www.fao.org/sd/seaga/downloads/Pt/MacroPT.pdf>>. Acesso em: 29 abr 2011.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **RER**, Piracicaba, SP, vol. 46, nº 02, p. 481-515, abr/jun 2008. Disponível em:



<<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/61247/2/v46n2a08.pdf>>. Acesso em: 4 abr 2011.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de *et al.* O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma (Coord.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1984.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. A “masculinização” da produção de leite. **RESR**, Piracicaba, SP, vol. 47, nº 01, p. 275-300, jan/mar 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v47n1/v47n1a10.pdf>>. Acesso em: 29 abr 2011.

MENASCHE, Renata; MARQUES, Flávia Charão; ZANETTI, Cândida. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, 145s-158s, jul./ago., 2008.

MENASCHE, Renata . Capinar: verbo conjugado no feminino? Notas de pesquisa sobre gênero e percepções de risco na agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 53, p. 25-36, 2004.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, n. 28, v. 5, p. 64-71, 1987.

WEDIG, Josiane Carine. **Agricultoras e agricultores à mesa**: um estudo sobre campesinato e gênero a partir da antropologia da alimentação. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 167f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. UnB, 1997.

WOORTMANN, Klaas. **Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda**: relatório final. Brasília, 1978. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie20empdf.pdf>>. Acesso em: 4 abr 2011.

_____. A comida, a família e a construção do gênero feminino. **Série Antropologia**, Brasília, 50, 1985.



GT 12: Soberania e segurança alimentar e nutricional: práticas e projetos como estratégias de fortalecimento do campesinato brasileiro.

Controvérsias entre o Projeto e as Avaliações em uma Escola do Campo

Silvani Silva¹

Thauana Paiva de Souza Gomes²

Profa. Dr. Vera Lúcia Silveira BottaFerrante³

¹Graduada em Pedagogia do Campo pela UFSCAR- PRONERA. E-mail: silvani.j@gmail.com

²Mestre em Educação Escolar - Pesquisadora/ NUPEDOR/UNIARA. E-mail: thauanap@gmail.com.br

³ Coordenadora do Mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional/ Pesquisador/ NUPEDOR/UNIARA. E-mail: vbotta@techs.com.br

Resumo

Este trabalho tem como proposta discutir os processos de avaliação da escola tradicional e a experiência positiva da escola do campo Hermínio Pagotto. Mostra como a escola compreende que educadores e educandos são investigadores críticos da realidade. E o estudo fundado nesta realidade é um princípio educativo da Educação do Campo, na qual compreende que as crianças devem estudar o que está vinculado com sua vida prática e com as suas necessidades concretas propondo novas formas de ver e avaliar o aluno. Destacamos os processos avaliativos da escola e como eles podem contribuir para outras realidades escolares que não vinculados a projetos de Educação do Campo.

Palavras-Chave: Educação do Campo, avaliação, Projetos Políticos Pedagógicos



Introdução:

O Assentamento Bela Vista do Chibarro está localizado no município de Araraquara/SP, foi declarado de interesse social, para fins de reforma agrária pelo Decreto 97. 660, em 13 de abril de 1989. Atualmente, moram no assentamento 223 famílias divididas no mesmo número de lotes.

Este assentamento teve, em seus momentos históricos diferentes importâncias em relação à região na qual está inserida. Segundo Mascaro (2003), o mesmo está constituído nas estruturas remanescentes de uma antiga fazenda do café, chamada BellaVista, estabelecida em fins do século XIX, na segunda metade da década de 1870¹. Em agosto de 1934 a fazenda foi agrupada às terras de uma usina de açúcar (Usina Tamoio), sendo sua estrutura física aumentada e utilizada como vila operária (prédios, habitações, mão-de-obra) que acabaram servindo à produção do açúcar. Com a decadência da usina, as áreas da fazenda foram ocupadas por trabalhadores rurais bóias-frias e desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – no ano de 1989, na época com 176 famílias.

Localizada no centro da agrovila do assentamento Bela Vista do Chibarro, Araraquara/ SP, a “EMEF do Campo Prof. Hermínio Pagotto” direciona-se aos alunos moradores do assentamento. A demanda por um projeto “Escola do Campo” foi de uma demanda da própria comunidade, organizada sob a liderança da diretora da escola e pela participação do poder público que, atendendo a esta demanda transformou-a em uma política pública do município de Araraquara.

Esta escola oferece o Ensino Fundamental completo, dentro de uma proposta de organização de ciclos, compreendendo nove anos de ensino fundamental comportando Três Ciclos de 3 anos, sendo eles: Ciclo I (6, 7 e 8 anos), Ciclo II (9, 10 e 11 anos) e Ciclo III (12,13 e 14 anos). Leva além da ampliação do atendimento educacional Educação Infantil (zero a 5 anos), Alfabetização de Jovens e Adultos (PROEAJA/MOVA). O total de alunos é: 49 alunos ensino infantil, 180 do ensino fundamental e 5 alunos sendo da alfabetização de adultos.

A estrutura física da escola é belíssima, conta com salas amplas e decoradas, biblioteca, parquinho, quadra, campo de areia, corredores desenhados com amarelinhas, mesas com tabuleiro, pátio, sala multimídia, horta, árvores frutíferas, cozinha experimental e laboratório de ciências e informática, despertam a imaginação das crianças para aprender e brincar.

¹ Neste dado momento o nome da fazenda se escrevia Bella Vista, conforme segue a pesquisa muda para Bela Vista, mudando sua ortografia.



1. Escola Hermínio Pagôto e a Missão da Educação do Campo

Uma das principais propostas da Escola do Campo Professor Hermínio Pagôto foi desenvolver os currículos de acordo com “complexos temáticos”, ou seja, dos Temas Geradores.² Estes são trabalhados em atividades de classe, mas principalmente nas atividades de campo.

A escola compreende que educadores e educandos são investigadores críticos da realidade. E o estudo fundado nesta realidade é um princípio educativo da Educação do Campo, na qual compreende que as crianças devem estudar o que está vinculado com sua vida prática e com as suas necessidades concretas.

Dessa forma todos os conhecimentos que as crianças vão produzindo na escola devem servir para que elas entendam melhor o mundo em que vivem o dia a dia de sua família, de sua comunidade e das relações que tem com sua cidade, país ou mundo. Este estudo consiste ainda, em uma estratégia que começa pelo mais próximo da realidade da criança e vai indo para mais distante.

Sendo assim, o currículo precisa ir além dos tradicionais conteúdos programáticos, como forma de contemplar a diversidade sócio-cultural dos alunos, ampliando o processo de inclusão, e como forma de acompanhar o movimento contraditório que se opera no âmbito da sociedade e do cotidiano das pessoas. Isso não significa que os conteúdos historicamente sistematizados percam sua centralidade no processo pedagógico, uma vez que, a apreensão e o domínio da ciência é função inquestionável da escola.

Assim os professores da Escola do Campo “Prof. Hermínio Pagôto”, além de promover o ensino formal das matérias de sua competência, tem que vinculá-los as propostas do projeto pedagógico correlacionando os temas, abordando dessa forma os conteúdos relacionados às questões de meio ambiente, identidade, ética, trabalho, saúde e política. Pretende-se com isso explorar a atenção e reflexão dos alunos aprofundando a aprendizagem dos conteúdos através de sua realidade (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2011).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola do Campo:

² Temas Geradores são assuntos, questões e problemas tirados da realidade da crianças e da sua comunidade. Eles permitem direcionar toda a aprendizagem para a construção de um conhecimento concreto e com sentido real, tanto para os alunos quanto para sua comunidade. São estes temas que vão determinar a escolha dos conteúdos, metodologia de trabalho em sala de aula, a avaliação etc.



A Missão da Unidade Educacional é promover educação pública de qualidade, apropriação do conhecimento e o desenvolvimento do ser humano, contribuindo para a formação de cidadãos plenos, éticos e responsáveis. Além do mais a missão de nossa Unidade Escolar é promover uma educação humanizadora, solidária e democrática, ou seja, uma educação de qualidade no e do campo, focada no ser humano, considerando todas as suas dimensões e o seu processo de aprendizagem (PPP 2011, p 47).

Segundo Machado (2010), nas últimas décadas, o que vem sistematicamente sendo questionado é que a escola deve cumprir uma função social em formar crianças e jovens em uma perspectiva integradora, emancipatória e coerente com os princípios da pedagogia histórico-crítica³.

De acordo com as hipóteses da pedagogia crítica, a escola é elemento de mediação das transformações sociais. A prática pedagógica pode contribuir para a mudança da realidade, desde que esteja efetivamente articulada com a prática social, relacionando-se dialeticamente com a sociedade.

Promover o homem significa torná-lo cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação a fim de poder intervir nela transformando-a no sentido da ampliação da liberdade, comunicação e colaboração entre os homens (SAVIANI, 1991, p.52).

Dessa forma, professores e alunos são concebidos como agentes sociais - seres concretos, situados numa sociedade em movimento. Nesse sentido, a democratização do trabalho pedagógico é entendida em estreita articulação com o processo de democratização da sociedade. (MACHADO, 2010, p.59)

A escola do campo tem procurado se organizar nos pressupostos da pedagogia crítica e das diretrizes nacionais operacionais para educação do campo. De acordo com Machado:

A educação do campo preconizada pela Resolução CNE/CEB nº 01/2001 Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo- alia-se a uma perspectiva de educação crítica, coletiva e emancipatória na medida em que concebe a escola como um espaço social específico em comunicação um espaço social específico em comunicação com o espaço social mais amplo, cujas mudanças precisam refletir as necessidades e as

³ A pedagogia histórico-crítica, expressa à luta contra a seletividade e discriminação, a superficialização e o rebaixamento da qualidade de ensino destinado aos trabalhadores. Centra-se na igualdade entre os homens - em termos reais, e não formais - visando converter-se em um instrumento a serviço de uma sociedade igualitária. Considera a difusão de conteúdos, vivos e atualizados, uma das tarefas primordiais da escola (SAVIANI, apud MACHADO 2010, p.58).



potencialidades sócio-econômicas do lugar em que vivem os sujeitos do campo, de modo que ali possam permanecer e se desenvolver. (MACHADO, 2010, p. 59).

Conforme o PPP da escola, a avaliação é um processo permanente de reflexão e ação, entendido como diagnóstico, que busca abranger todos os aspectos que envolvem o aperfeiçoamento da prática sócio-político-pedagógica. Seus objetivos são: diagnosticar e registrar os progressos do aluno e suas dificuldades; possibilitar que os alunos avaliem sua aprendizagem; orientar o aluno quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades; fundamentar as decisões do conselho de ciclo/ termo quanto à necessidade de procedimentos de apoio educacional; de classificação; reclassificação de alunos ou outros encaminhamentos necessários, além de orientar as atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares.

O projeto político pedagógico acima citado propõe que a escola possibilite que os alunos avaliem sua aprendizagem. E que a avaliação tenha um contexto de escola democrática e participativa acompanhando o processo de desenvolvimento do aluno, bem como informando sobre o seu desenvolvimento e discutindo com ele o desempenho alcançado em função dos objetivos de ensino e dos critérios avaliativos estabelecidos de modo que ele compreenda o valor do conhecimento para sua formação (MACHADO, 1996).

2. O difícil caminho da construção do processo de Avaliação

É importante considerar o que aprendemos durante toda a vida, desde o nascimento até a morte, justamente pelo fato da aprendizagem nos caracterizar como seres humanos. Para Loch aprendemos porque avaliamos, refletimos sobre as ações que empreendemos e a partir dessa reflexão iniciamos novas ações. E este processo não se dá solitariamente, mas, sim solidariamente, já que além de um “nascimento biológico, temos também um nascimento cultural que é fruto do desenvolvimento e da identidade do grupo social no qual nascemos e vivemos e é com ele e nele que nos formamos” (LOCH, 2003 p. 103).

Constantemente estamos avaliando e sendo avaliados por aqueles que conosco estabelecem processos de interação, mesmo que muitas vezes não o percebamos conscientemente. Vasconcellos a esse respeito completa que:



A avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos (VASCONCELLOS, 1994 p. 43).

Desta forma, avaliar vem do latim *a+valere*, que significa atribuir valor e mérito ao objeto em estudo (KRAEMER 2005). Portanto, avaliar é atribuir um juízo de valor sobre a propriedade de um processo para a aferição da qualidade do seu resultado, porém, a compreensão do processo de avaliação e do processo ensino/aprendizagem tem sido pautada pela lógica da mensuração, isto é, associa-se o ato de avaliar ao de “medir” os conhecimentos adquiridos pelos alunos (VASCONCELOS, 1994; HOFFAMAN, 2001; LUCKESI, 2005).

Com este intuito os primeiros estudos sobre as formas de avaliações tiveram início em Boston, em 1845, por Horace Mann, educador, decorrente da preocupação da melhoria da qualidade de ensino, onde até então os alunos eram avaliados oralmente através da observação. Devido ao aumento da população, tornava-se impossível a aplicação desta prática, pois se consumia um tempo muito grande para aplicá-los em todos os alunos nas diversas disciplinas. Em consequência disto, os estudos apontavam para o surgimento da prova escrita (testes) para as diversas disciplinas (HAYDT, 1999).

Por volta de 1985, J. Rice, educador norte americano, aplicou testes para verificações ortográficas e aritméticas em mais de 15.000 alunos com intenção de adotar medidas mais objetivas para avaliar a aprendizagem. E durante o século XX, diversos tipos de testes psicológicos foram sendo aperfeiçoados, tais como os testes de inteligências, de aptidões, de personalidades e de interesses. No Brasil, encontramos em Luckesi (apud SILVA, 2006) três fases de avaliações:

a) A partir do século XVI, num sistema tradicional instituído pelos jesuítas de testes para promover ou reprovar os alunos; b) Início do século XX, com a escola nova, que pretende uma disciplina livre e autônoma levando em consideração o desenvolvimento afetivo e emocional dos alunos; c) A partir dos anos 60, com a teoria comportamentalista, que propõem a avaliação como meio, para que os alunos criem seu próprio comportamento e se disciplinem mentalmente.



As teorias norte-americanas, sobre avaliação, tiveram grande influência no Brasil, na década de 60 que repercutem até hoje. Um dos estudiosos que tiveram as idéias difundidas por aqui foi Ralph Tyler, que propunha a avaliação por objetivos, neste modelo, o processo se resume em verificar mudanças comportamentais dos alunos.

Para Ralph Tyler “o processo de avaliação consiste essencialmente em determinar em que medida os objetivos educacionais estão sendo realmente alcançados pelo programa do currículo e do ensino”. E acrescenta: “como os objetivos educacionais são essencialmente mudanças nos seres humanos, em outras palavras, como os objetivos visados consistem em produzir certas modificações no comportamento humano – avaliação é um processo que determina o grau em que as mudanças comportamentais estão realmente ocorrendo” (TYLER, 1974, p. 99). Tyler ainda ressalta que avaliar consiste em obter evidências sobre mudança de comportamento ocorridas no aluno.

Segundo Luckesi (2005), a avaliação da aprendizagem escolar ganhou amplo espaço no processo de ensino e aprendizagem, com atenção centralizada nas provas e apresentando alguns desdobramentos como as provas para reprovar, elaboradas pelo próprio professor tendo por finalidade, a retenção dos alunos, e não para auxiliá-los na aprendizagem; pontos positivos e negativos: usadas como forma de ameaças de tirá-los quando em atividades extras e uso da avaliação da aprendizagem como disciplinamento social dos alunos.

Neste sentido podemos ressaltar que ao longo da história da educação, a avaliação foi se tornando o que Luckesi denomina por “fetiche”, ou seja, “uma entidade criada pelo ser humano para atender uma necessidade, mas que se torna independente dele e o domina, universalizando-se”(2005, p. 48).

Assim podemos dizer que a avaliação escolar vem se constituindo um problema de longa data e, desde sempre, vem excluindo a grande maioria da população do acesso ao saber. Estigmatiza a ignorância de alguns para melhor celebrar a excelência de outros. É ela quem decide quem continuará estudando, o papel que desempenhará na sociedade, bem como, quem entra no mercado de trabalho e quem fica no meio do caminho.

Mas, avaliar para quê? Para Vasconcellos (1994), podemos encontrar uma gama enorme de respostas, avaliar para: atribuir nota, registrar, mandar a nota para a secretaria, cumprir a lei, ter documentação para se defender em caso de processo, verificar, constatar, medir, classificar, mostrar autoridade, conseguir silêncio em sala de aula, selecionar os melhores, discriminar, marginalizar, domesticar rotular/estigmatizar, mostrar quem é incompetente,



comprovar o mérito individualmente conquistado, dar satisfação aos pais, não ficar fora da prática dos outros professores, verem quem pode ser aprovado ou reprovado, eximir-se da culpa e achar culpados, verificar o grau de retenção do que falamos (o professor ou livro didático), incentivar a competição, preparar o aluno para a vida, detectar avanços e dificuldades, ver quem assimilou o conteúdo, saber quem investigar, tomar decisões, acompanhar o processo de construção do conhecimento do aluno, estabelecer um diálogo educador-educando contexto aprendizagem ou avaliar para que o aluno aprenda mais e melhor. Segundo Vasconcellos:

A avaliação Escolar é, antes de tudo, uma questão política, ou seja, está relacionada ao poder, aos objetivos, as finalidades, aos interesses que estão em jogo no trabalho educativo; numa sociedade de classes, não há espaço para a neutralidade: posicionar-se como neutro, diante dos interesses conflitantes, é estar a favor da classe dominante que não quer que outro interesse prevaleça sobre os seus (VASCONCELLOS, 1994, p. 45).

A questão básica não é a avaliação e sim o tipo de avaliação, concordamos com Vasconcellos, quando propõe que a Avaliação é um processo abrangente da existência humana que permite diagnosticar problemas e potencialidades, possibilitando a tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. Porém, é necessária a distinção entre a avaliação e a nota. A nota seja, na forma de número (de 0 a 10, por exemplo), de conceito (A,B,C,D) ou menção (Excelente, Bom, Satisfatório, Insatisfatório, etc), é uma exigência formal do sistema educacional (VASCONCELLOS, 1994).

Esta prática avaliativa, que ocorre na maioria das instituições, dá maior ênfase aos aspectos quantitativos e por detrás da maneira como a nota é trabalhada na escola, podemos perceber a presença de uma pedagogia comportamentalista, baseada no esforço e recompensa, no prêmio e no castigo. Vasconcellos (1994) lembra que, tanto o prêmio, quanto o castigo não são educativos, uma vez que o primeiro gera satisfação e dependência (se não tiver recompensa o sujeito não age), e o segundo gera revolta e também dependência (se não tiver alguma ameaça o sujeito não age). Dessa forma o mesmo autor aponta:

A nota, ao invés de ser um elemento de referência do trabalho de construção de conhecimento passa a desempenhar justamente o papel de prêmio ou de castigo, alienado a relação pedagógica, na medida em que tanto o aluno como o professor passam a ficar mais preocupados com a nota que com a aprendizagem (VASCONCELLOS, 1994, p. 45).



A concepção de avaliação é comumente relacionada à ideia de mensuração de mudanças do comportamento humano. Essa abordagem possibilita fortalecer a ênfase no aspecto quantitativo, gerando conseqüentemente uma medida. No entanto, a avaliação vai além da medida. Abrange também os aspectos qualitativos, que são muito mais difíceis de serem considerados, tendo em vista que envolve aspectos objetivos e subjetivos, posturas, políticas e valores.

Além disso, as práticas de avaliação são definidas pelas concepções de mundo dos profissionais envolvidos no processo, ou seja, a definição dos instrumentos de avaliação é determinada pelas ideias e modelos da realidade de um sistema em que o profissional atua.

E esta realidade e prática correspondem a um meio de controle feito através de atribuição de pontos ou notas, para que os alunos realizem as tarefas propostas e tenham o comportamento esperado. A nota, portanto, passa a representar um objetivo diferente da representação do rendimento do aluno. O compromisso do aluno então, não é com o conhecimento, mas com o sucesso nesses instrumentos estipulados. A preocupação está em obter os pontos determinados para cada atividade escolhida dentro do processo avaliativo.

3. Educação do campo e os aspectos avaliativos

Ao pensarmos nos objetivos da Educação do Campo destacamos principalmente a valorização dos saberes, identidades e a formação crítica dos indivíduos que vivem no campo. Mas como pensar em avaliação para Educação do campo se nos moldes tradicionais desta proposta vai justamente de encontro a estes moldes tradicionais de empenho do aluno?

Justamente a este respeito Paulo Freire, (1987) salienta que: "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo", ou seja, a educação problematizadora e como prática de liberdade, exige de seus personagens uma nova concepção de comportamento. Ambos são educadores e educandos, aprendendo e ensinando em conjunto, mediatizados pelo mundo.

O modelo classificatório de avaliação, nas quais os alunos são considerados aprovados ou não aprovados pelo professor, oficializa a concepção de sociedade excludente que não precisa educar todos os homens, definitivamente não cabe a uma proposta que pretende ser integradora, crítica e universal.



Para Lombardi e Saviani apud Freitas (2008 p.107) sistema tradicional classificatório “o trabalhador não sendo proprietário dos meios de produção, mas apenas da sua força de trabalho, não pode, se apropriar do saber”. Desta forma, o sistema educacional não adaptado às especificidades do campo promove uma alienação e o não empoderamento de sua vida. Justamente pelo fato da educação tradicional não ter compromisso ético e crítico com as pessoas e não se preocupar com a totalidade, e sim com o desenvolvimento econômico. Assim sendo, a dinâmica da sociedade atual utiliza a educação como um instrumento de dominação e não de enriquecimento e crescimento crítico.

3.1 Avaliação da aprendizagem na Escola do Campo “Prof. Hermínio Pagôto”

Como vimos anteriormente, avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível. Segundo Luckesi (2005) a forma como se avalia, é crucial para a concretização do projeto educacional. É ela que sinaliza aos alunos o que o professor e a escola valorizam.

Nesta concepção avaliar é um ato extremamente complexo, cuja responsabilidade não é competência única do professor, mas, de todos os elementos integrantes do processo educacional, alunos, pais e administradores. Essa centralização no professor apenas consolida o modelo econômico mundial e suas relações de poder, plenamente exercida em nossas escolas (VASCONCELLOS, 1994).

A escola do campo Prof. Hermínio Pagôto para avaliar seus alunos se utiliza de alguns instrumentos, tais como: prova objetiva, prova de dissertação ou subjetivas, questionários de auto-avaliação, empenho, observação feita pelo professor dos trabalhos desenvolvidos pelo aluno de estudo de caso, além das atividades de campo estes instrumentos oferecem maiores condições de revelar o potencial desenvolvimento do próprio aluno. Por consistirem em uma rede de instrumentos que avaliam o aluno como um todo. A escola tem uma boa amostragem de avaliação, no entanto estes instrumentos avaliativos servem apenas para dar notas aos alunos.

Concordamos que, os instrumentos avaliativos devem ser entendidos como um meio de se obter informações e subsídios que ajudem no diagnóstico do desenvolvimento do aluno. Mas, não um fim absoluto. Pellegrini salienta a este respeito:



Quem procura um médico está em busca de pelo menos duas coisas, um diagnóstico e um remédio para seus males. Imagine sair do consultório segurando nas mãos, em vez da receita, um boletim. Estado geral de saúde nota 6, e ponto final. Doente nenhum se contentaria com isso. E os alunos que recebem apenas uma nota no final de um bimestre, será que não se sentem igualmente insatisfeitos? Se a escola existe para ensinar, de que vale uma avaliação que só confirma "a doença", sem identificá-la ou mostrar sua cura? Assim como o médico, que ouve o relato de sintomas, examina o doente e analisa radiografias, você também tem à disposição diversos recursos que podem ajudar a diagnosticar problemas de sua turma. É preciso, no entanto, prescrever o remédio (2003, p. 27).

Para a “prescrição deste remédio”, não podemos pensar em um ensino que dependa exclusivamente do professor e assim como na aprendizagem, que não é algo apenas do aluno, as duas atividades se explicam e se complementam, os participantes são sujeitos e não objetos um do outro.

Podemos perceber que a avaliação deve estar inserida em um contexto que acompanha o processo de desenvolvimento do aluno e vá ao encontro do Projeto Político Pedagógico da escola, adaptados a possíveis peculiaridades.

Para MACHADO, (2010) uma educação emancipatória não pode prescindir a avaliação crítica e participativa, que compreende educandos e educadores como sujeitos do processo ensino e aprendizagem. Embora seja uma prática complexa e, por vezes, conflitante, a avaliação participativa é instrumento fundamental para a sistematização e reflexão coletiva das ações e atividades pedagógicas desencadeadas na escola.

A autora ainda salienta que a avaliação participativa permite aos educandos compreender o valor do conhecimento para a sua formação, o que pode provocar interesse pelas atividades pedagógicas, porque atribuem significados mais amplos, pois também podem expressar suas angústias e dúvidas. Nesse sentido, a avaliação tem caráter formativo, processual, sistemático regulador (MACHADO, 2006).

Desta maneira, para se chegar a este tipo de postura, as relações de poder no interior da escola precisam ser horizontalizadas e o conceito de participação ampliado em termos das relações professor-aluno, aluno-aluno e escola-comunidade. O que significa, portanto, conceber a criança e o adolescente como sujeito social. (MACHADO, 2010, p.60)

Assim a constituição do sujeito em uma perspectiva integral deveria ser uma preocupação de toda instituição escolar “identificada com a atualização histórico-cultural de cidadãos” (PARO, 2000, p.122), considerando-se que a escola tem uma finalidade social a cumprir.



A participação de crianças, jovens, professores e de pais não deve se limitar ao espaço dos conselhos, comissões e representação de turma. A participação estudantil deve ser entendida no contexto da auto-organização das crianças e jovens, que possibilite a formação da capacidade crítica, propositiva e autônoma, consubstanciando-se na consciência crítica e organizativa (PISTRAK, apud MACHADO, 2010).

Quando o educando é estimulado a expor seu pensamento a respeito do meio onde vive, a respeito da prática pedagógica da escola, no sentido de contribuir para melhorá-la e de entender o processo educativo, também, contribui para o processo de auto-formação de si mesmo. Esse fator, aliado às dimensões técnicas e culturais trabalhadas pela escola, compõe um quadro de formação integral dos sujeitos, condição indispensável para a verdadeira cidadania.

Essa forma de avaliação parte do pressuposto que todos os sujeitos que atuam na escola têm uma parcela de responsabilidade com o seu funcionamento e com a qualidade dos trabalhos ali desenvolvidos. Portanto, todos podem e devem ser avaliados e avaliar o outro para que haja mudança de postura e crescimento, tanto no aspecto individual, quanto coletivo. Esse não é um processo simples, pois implica na disposição das pessoas em abrir-se às críticas, refletir sobre suas próprias ações com seriedade e tranquilidade, e reelaborá-las de modo que atendam às finalidades do trabalho educativo concebido pela escola.

Vale destacar que, falar em avaliação participativa implica em falar em processo pedagógico participativo, no qual o professor expõe sua proposta de trabalho (objetivos, metodologia, técnicas e avaliação), predispõe-se a discuti-la, ouvir e acatar sugestões que contribuam para tornar as atividades pedagógicas mais significativas e dinâmicas, atendendo ao mesmo tempo à ementa da disciplina e aos interesses e expectativas do coletivo de alunos.

A avaliação caracterizada pela crítica-autocrítica exige o estabelecimento de critérios claros e acordados pelo grupo, de modo a evitar que se caia no relativismo ou informalismo, haja vista que pretende ser uma prática sistemática que conduza à tomada de posições e à mudança de posturas e ações dos sujeitos envolvidos. É na condição de prática sistemática e criteriosa que reside o principal fator de contribuição para a construção de uma nova cultura avaliativa.

Dessa forma, é importante que desde os primeiros anos escolares a criança seja iniciada nesse processo avaliativo. Os pequenos podem começar expondo sobre o que aprenderam e o que têm dúvidas, como vê a participação de seus colegas, a atuação da professora. Para que o todo



aluno-professor possam chegar a uma cultura avaliativa que enfatize aspectos críticos, democráticos e eficazes.

4. Conclusão: Orientações no processo de Avaliação e o aprendizado com a Educação do Campo.

Ao pensarmos na Educação do Campo e no Exemplo da Escola Hermínio Pagotto, podemos dizer que os processos educativos adaptados às populações rurais nos ensinam muito em como avaliar ou pensarem novos aspectos avaliativos. O processo de avaliação participativa ajuda a pensar em outras formas de organizar os alunos a rotina e o próprio aprendizado já que há uma confluência no caminhar dos alunos com o professor e do professor com os alunos. A este respeito Machado (2010) acrescenta que a avaliação participativa não pode se restringir a um momento de auto-avaliação, e nem esta última pode ser confundida com a simples auto-atribuição de notas pelo aluno. A participação deve ser entendida muito mais no sentido de um caminhar juntos no processo de aprimoramento da formação acadêmica e humana, exigindo uma estreita comunicação professor-aluno, na qual ambos se desafiam a superar suas limitações e a organizar outros meios de desenvolvimento pedagógico.

Portanto, podemos aprender e modificar outras realidades a partir das experiências positivas principalmente com propostas pedagógicas que viabilizem a compreensão do sujeito como parte de um todo conflituoso que deve ser valorizado e formado criticamente pela escola a fim de no futuro podemos colher bons frutos.

5. Referências Bibliográficas:

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 25ª ed. São Paulo/SP: Paz e Terra Coleção Leitura, 2002.

HAYDT, R. C.. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo/SP: Editora Ática, 1999.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas o caminho**. Porto Alegre/RS: Mediação, 2001.



KRAEMER, M. E. P. **A avaliação da aprendizagem como processo construtivo de um novo fazer.** Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/Canales4/rrhh/aprendizagem.htm>> Acesso em: 20/07/2011.

KOLLING, E. J.; NERY, I; MOLINA, M. C. (Orgs). **Por uma educação básica no campo.** Brasília/DF: Universidade de Brasília, 1999.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** 17º Ed. São Paulo/SP: Cortez, 2005.

MACHADO, I. F. **Conflitos em avaliação de aprendizagem.** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

_____. **Crítica e Auto Crítica: Avaliação Participativa em Escolas do Campo no Estado do Mato Grosso.** Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/viewFile/3470/3300>
[Acessado 13/01/2012](#)

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.

_____. **Escola e Democracia.** 32ª ed. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 1999

TYLER, R. W. **Princípios básicos de currículo e ensino.** Porto Alegre/RS: Globo, 1974.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar.** São Paulo/SP: Libertad, 1994 – (Cadernos pedagógicos do Libertad; v.3)



GT 12: Soberania e segurança alimentar e nutricional: práticas e projetos como estratégias de fortalecimento do campesinato brasileiro

Desenvolvimento e transição alimentar em populações caboclas da Amazônia

Maria Elisa de P. E. Garavello¹

Rodrigo de Jesus Silva²

¹Professora Livre Docente da ESALQ, Universidade de São Paulo, Campus de Piracicaba, Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), E-mail: mepegara@esalq.usp.br

² Biólogo e Doutorando em Ecologia Aplicada, Universidade de São Paulo, Campus de Piracicaba, Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), E-mail: rodrigojsilva@usp.br

Resumo

Aborda as consequências do processo de desenvolvimento socioeconômico nas populações caboclas da Amazônia. Usando a alimentação como indicador de transformação o presente estudo tece asserções mais amplas, referentes aos impactos do estilo de vida moderno na cultura tradicional. Perante tais pressupostos o presente trabalho tem por objetivo discutir o processo de transição alimentar pelo qual os povos locais da Amazônia estão passando. Assim, conclui-se que as populações caboclas da Amazônia estão passando por um possível padrão de desarranjo da alimentação local por conta, principalmente, do acesso facilitado às cidades e do modelo assistencialista de políticas públicas.

Palavras-chave: Hábito alimentar, Cultura tradicional, Povos locais.



Introdução

Ao garantir os mínimos vitais de sobrevivência e reunir atividades de produção, distribuição e preparação conjunta a alimentação exerce um papel estruturador preponderante na organização social, se tornando o cerne de um dos mais vastos e intrincados complexos culturais ^[17, 32]. Correlacionando aspectos ligados à sobrevivência e, concomitantemente, à subsistência por meio de atividades extrativistas e agrícolas, a alimentação se torna um elo chave para o entendimento da relação do homem com a natureza ^[22]. Neste sentido, vários autores avaliam a alimentação sobre a perspectiva de diversidade de estratégias de utilização de recursos como um processo de adaptabilidade às condições sazonais Amazônicas, isso tanto ambiental, quanto socioeconômica e cultural ^[20, 35, 23].

Há algum tempo que os estudos referentes ao tema deixaram de se pautar exclusivamente pelas limitações ambientais, reconhecendo a diversidade de recursos naturais disponíveis e a habilidade das populações locais no manejo e uso destes como forma de contornar os problemas de alimentação ^[33,20, 26, 21]. Considerando que o simples ato de comer é algo que nos define e faz a natureza virar cultura, as mudanças de hábitos alimentares e dos contextos que cercam tais hábitos é um tema intrincado que envolve a correlação de inúmeros fatores, sociais, culturais e também ambientais ^[9, 12].

Entretanto, em consequência à expansão da economia de mercado e à globalização mundial os hábitos alimentares têm se transformado, substituindo produções locais por produtos industrializados e processados de fácil acesso, como óleos vegetais e gorduras ^[30]. Este processo tem sido denominado de transição nutricional, onde as altas taxas de urbanização e desenvolvimento tendem a transformar o padrão alimentar global de maneira mais acelerada, acentuando o aparecimento de doenças crônicas ligadas à dieta: doenças coronarianas, diabetes, AVC e câncer ^[31, 16, 19].

Neste contexto, a industrialização, por meio do sistema de produção e transformação agroalimentícia moderno, desvincula o alimento da natureza e, consecutivamente, o comedor de todo seu universo biocultural que lhe garante sustentáculo ^[32]. O revés de tal fenômeno é chamado de transição alimentar, devido a possível homogeneização dos hábitos alimentares e, conseqüentemente, da cultura; o que não corresponde simplesmente a uma defesa utópica do tradicional em lugar do



moderno ocidental, mas sim ao reconhecimento do padrão mundial de transformação dos hábitos alimentares tradicionais ^[30].

Contudo, raros estudos sobre os efeitos e consequências da transição nutricional têm sido conduzidos em escalas menores, no contexto de povos tradicionais locais. Aqueles que foram realizados na Amazônia demonstram uma tendência de mudança em favor de uma dieta e estilo de vida cada vez mais ocidental ^[29, 13, 27]. Pensando nisso remontamos à ideia de desenvolvimento como pressuposto de progresso e melhoria das condições de vida, o que para alguns autores remete a um modelo capitalista que se impõe por meio de práticas ligadas a uma visão de mundo típica da história das nações industrializadas ^[28, 18].

Assim, de acordo com as premissas levantadas subtende-se que o objetivo deste trabalho é avaliar, por meio de revisão de literatura, possíveis consequências da urbanização, do maior acesso às economias de mercado e a produtos industrializados, nas práticas domésticas e preferências alimentares de povos caboclos da Amazônia.

O DEBATE SOBRE TRANSIÇÃO ALIMENTAR EM POVOS LOCAIS

Hábito Alimentar de Comunidades Caboclas da Amazônia

Originários da mestiçagem entre índios, europeus e, em alguns casos, de negros, o modo de vida das populações caboclas da Amazônia é caracterizado pela presença de várias atividades de subsistência como caça-coleta, pesca e agricultura, e intrincada relação com o ambiente amazônico, além de uma considerável interação histórica com outras comunidades e com o mercado, fator este que, segundo alguns autores, os tornam mais resilientes ao contato com a cultura moderna ^[2, 14, 23,26].

De tal modo, considerando a complexidade sociocultural histórica de formação e a diversidade de fatores que garantem identidade étnica aos povos Caboclos da Amazônia, alguns estudos reforçam que diante de seus hábitos e estilos de vida - que ao mesmo tempo conjugam elementos urbanos e rurais – eles têm sido protagonistas importantes na transformação socioeconômica e ambiental da região Amazônica ^[23, 6, 26]. Ao se inserirem cada vez mais como produtores no mercado local os caboclos passam a ter papel preponderante na economia regional; entretanto, neste cenário mudam-se hábitos e mais alimentos industrializados processados passam a ser



acessíveis em áreas remotas, o que pode acabar gerando consequências não previstas à resiliência historicamente adquirida.

Silva e Begossi (2007) ^[35], estudando os caboclos ribeirinhos do Rio Negro da Amazônia, ressaltam que apesar do nicho alimentar da população variar de acordo com determinados fatores, dentre eles de acesso ao mercado, sazonalidade dos recursos naturais e condições socioeconômicas, a alimentação básica se mantém estruturada em peixe e farinha. Já Adams (2005) ^[1] observa que, apesar da crescente dependência de alimentos industrializados, o peixe e a farinha ainda são bastante representativos na dieta das comunidades caboclas do baixo Amazonas.

Além de um papel fundamental de subsistência, que possibilita ao caboclo da Amazônia sobreviver às intempéries naturais e às pressões sociais das elites locais, a farinha e o peixe tem um papel distintivo que reflete aspectos socioculturais e simbólicos ligados ao *habitus* de consumo ^[21]. Por *habitus* entende-se o arcabouço de memórias e “sistemas de disposições” que de acordo com tendências e propensões historicamente estabelecidas predispõem à percepção, à tomada de decisão e às práticas cotidianas dos indivíduos ^[5].

Noda et. al. (2006) ^[25] encontrou baixa frequência do consumo de carne bovina nas regiões de várzea do rio Solimões, relegando tais resultados, prioritariamente, à cultura alimentar regional de consumo preferencial de peixe como principal fonte proteica, a qual se entende aqui por *habitus*. Segundo estes autores, ao passo que diversidade de produtos alimentares disponíveis nas várzeas garante o auto-abastecimento e a dieta básica das comunidades, a pesca é uma atividade que vem sendo desenvolvida nestas áreas há tempos como principal meio de manifestação sociocultural.

De posse do exposto e considerando o panorama de “desenvolvimento” que se descortina por meio do maior contato com o meio urbano e com o estilo de vida ocidentalizado, pondera-se que a dieta das populações caboclas da Amazônia permanece relativamente estruturada, sobretudo, no consumo de peixe e farinha de mandioca ^[35, 34, 1, 23].

Alimentação Tradicional frente ao Processo de Desenvolvimento



Segundo Diegues (1998) ^[15], todas as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalista, caracterizadas por uma dependência parcial do mercado, sem mercantilização da mão de obra de trabalho, ou seja, organização econômica e social com reduzida acumulação de capital e com inexistência de força de trabalho assalariada ^[15]. De acordo com este ponto de vista, o manejo de recursos naturais por parte dos povos tradicionais, incluindo os povos caboclos da Amazônia, visa à reprodução social e cultural por meio um tipo de racionalidade diferente da que impera no modo de produção capitalista ^[15].

A partir disso, é pertinente ressaltar que, normalmente, o conceito de desenvolvimento implica numa proposta de incremento econômico com base nos princípios do capitalismo, consagrado num sistema de produção cujo objetivo não é satisfazer as necessidades, mas sim a obtenção do lucro ^[15, 10]. Diante deste raciocínio, subtende-se que o termo desenvolvimento frequentemente se reduz à ideia simplista de modernização constante em todas as esferas de ação e pensamento da sociedade, desconsiderando assim os aspectos mais amplos de formação e expressão étnica de um povo.

Assim, considerando tal premissa de desenvolvimento e a série de trabalhos levantados, notou-se um cenário de relativo aumento de alimentos industrializados na dieta das comunidades caboclas da Amazônia, sendo que alguns fatores têm maior peso que outros para a acentuação deste fenômeno, ou seja, maior influência na alimentação local, dentre eles a proximidade com os centros urbanos.

Nardoto et. al. (2011) ^[24], por meio de análise isotópica das unhas e de entrevistas com “recordatório alimentar 24 horas” coletadas entre comunidades ribeirinhas da Amazônia, verificou que há um gradual aumento de itens alimentares como açúcar e carne substituindo alimentos tradicionais como peixe e mandioca à medida que aumenta o acesso aos grandes centros urbanos e aos produtos de supermercado. Nesse trabalho, foi avaliado o grau de urbanização e acesso a “produtos de supermercado” na Amazônia Brasileira, concluindo que, de fato, a região está passando por um processo de transição nutricional que favorece o aparecimento de doenças ligadas ao estilo de vida do mundo moderno, como diabetes, câncer, obesidade, etc. Vale ressaltar que o acesso em áreas urbanas a uma imensa variedade de itens alimentares industrializados é chamado de a “era dos supermercados” ^[31].



Ivanova (2010) ^[13], ao estudar mulheres ribeirinhas da Amazônia defende que um dos fatores que provavelmente contribuem para o consumo de itens alimentares da cidade é a renda extra, advinda de programas como Bolsa Família. Enquanto isso, Brondízio (2009) ^[7] destaca que os programas de desenvolvimento e as oportunidades de mercado na Amazônia geralmente acentuam as desigualdades socioeconômicas históricas, sendo que o aumento da heterogeneidade entre as comunidades locais pode redundar em consequências políticas, ambientais e sociais não esperadas.

Do mesmo modo, Giambiagi (2008) ^[3] defende que o modelo assistencialista brasileiro tem se revelado contraproducente por não estimular o esforço pessoal de automanutenção da vida e por engendrar déficit orçamentário aos cofres públicos. Assim, problematizando a premissa de desenvolvimento devido à possibilidade de desarranjo sociocultural, referente não apenas aos caboclos da Amazônia, mas às populações tradicionais locais de forma geral, pretende-se contribuir com a discussão sobre a (in) eficácia das políticas assistencialistas (bolsa família, bolsa floresta, renda cidadã etc.) para o propósito de contornar a vulnerabilidade social.

Além das mudanças de estilo de vida e hábito alimentar do acesso facilitado às áreas urbanas, outra questão que merece atenção é a sazonalidade dos recursos naturais em ambientes de várzea. Sendo o rio, por muitas vezes, a principal via de acesso às cidades e, visto que, as várzeas estão mais propensas aos eventos de inundação, que inviabilizam a produção agrícola, é de se esperar que em tais regiões haja maior incidência de itens alimentares industrializados como estratégia para contornar as intempéries naturais.

De acordo com tal, Silva e Begossi (2007) ^[35] descrevem que a principal fonte de itens alimentares de uma população ribeirinha do Rio Negro na Amazônia provém de compras urbanas, no caso, 65 por cento do total. Neste sentido, argumentam que a compra de produtos alimentícios importados está relacionada à proximidade com os centros urbanos e ao aumento da renda. Quanto a isso, Nardoto et al. (2011) ^[24] ressalta que a presença de frango congelado, procedente de outras regiões do país, entre as comunidades caboclas de maior renda e acessibilidade urbana além de não agregar valor econômico à região amazônica torna-se um item de salubridade questionável, por ser transportado por horas a fio em condições adversas de armazenamento nos barcos fluviais.



Deste modo, além de questões inerentes à saúde se questiona aqui a dinâmica de transformação da modernidade no modo de vida tradicional do caboclo da Amazônia. Murrieta (1999) ^[21], considerando a heterogeneidade dos processos de escolha individuais e coletivos, reforça que as formas de intervenção nas comunidades da Amazônia desconsideram os aspectos socioculturais locais ao insistir na introdução de itens alimentares homogeneizados. O que outrora era satisfeito principalmente por meio de recursos *in situ*, agora passa a receber influência considerável de sociedades cada vez mais distantes, com suas redes de supermercado, indústrias, instituições e estilo de vida moderno. Conforme Bianco (2009) ^[4], este processo afeta a vida de populações distantes por gerar inúmeras transformações que as isentam das restrições das práticas e hábitos locais.

Noda et al. (2001) ^[25] assinalam que em consequência à modernização na Amazônia, a cultura e todo o conhecimento tradicional caboclo e indígena encontram-se ameaçados de extinção. Considerando o exposto, o presente ensaio reforça a presença de associação não causal entre o modelo de desenvolvimento vigente e os hábitos alimentares dos povos locais da Amazônia, o que, em outras palavras, denota interferência da modernidade na dimensão cultural que é o alimento. Neste sentido, por meio dos mecanismos diversos de transformação da alimentação tradicional local perante o maior contato com a cidade, a preocupação é que a dinâmica sociocultural constituída acabe que, a médio prazo, por desvinculá-los - povos locais - de sua atmosfera material e simbólica, historicamente desenvolvida através dos meios naturais de subsistência.

Noutros termos, quanto às propostas de desenvolvimento e possíveis melhorias das condições de vida para os povos caboclos da Amazônia, cabe avaliar se eles se adaptarão sem grandes transtornos ao maior acesso ao mercado e se a dinâmica sociocultural gerada não culminará num processo de aculturação local, ao invés da simples assimilação restrita de elementos externos, o que nos termos de Durham (2004) ^[8] se denominaria “reelaboração cultural”.

No entanto, como o intuito deste trabalho não é necessariamente refrear um processo de desenvolvimento que se evidencia eminente ele se justifica por tecer críticas que podem servir de arcabouço para o direcionamento de políticas públicas mais justas e eficazes quanto à incorporação de hábitos e valores locais. De tal modo, Fraxe (2004)



[11] reforça que a realização de políticas públicas na Amazônia sem a representatividade das populações locais não tem sentido, haja vista o caráter de imprescindibilidade do conhecimento local para qualquer atividade de intervenção governamental.

Assim, uma vez que todo ser humano é detentor do direito inato de escolha e que o contato com a cultura urbana é um fato presente, salienta-se aqui que os desafios impostos às populações caboclas e, tradicionais locais de forma geral, irão requerer: 1) a necessidade de autodeterminação e valorização da cultura tradicional ante o processo de “desenvolvimento” das condições socioeconômicas, 2) a importância de transparência e acesso a informação em relação à qualidade dos itens industrializados adquiridos, principalmente, os alimentícios por causa das consequências à saúde e, 3) o aumento da representatividade cabocla e incorporação do conhecimento tradicional local às intervenções por parte do Estado e outros setores da sociedade civil.

CONCLUSÃO

Numa dinâmica global de transição alimentar e nutricional, o presente trabalho levanta questões mais amplas, referentes não apenas à problemática da alimentação moderna, mas também à interferência sociocultural do modo de vida ocidental em populações tradicionais locais e, particularmente, na própria segurança alimentar dos povos caboclos da Amazônia.

Neste contexto, conclui-se que por meio de intervenções “desenvolvimentistas” que desconsideram a autodeterminação dos povos da Amazônia reforça-se uma perspectiva de progresso que indiretamente estimula um estilo de vida cada vez mais ocidentalizado, descaracterizando, por conseguinte, as disposições socioculturais locais que, no mínimo, propiciam uma dieta tradicional mais saudável.

Consequentemente, repensar o desenvolvimento sob o viés da alimentação deve se tornar imperativo, por considerar o seu poder de abrangência para o entendimento das relações de uso dos recursos naturais de produção e das suas consequências para o consumo humano. Desta maneira, diante da bibliografia levantada e em consonância com o outro trabalho do grupo¹, pondera-se que um possível padrão de desarranjo da alimentação tradicional pode estar se configurando nas comunidades caboclas da Amazônia.

¹ Ver: Nardoto *et al.* (2011)



AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que por meio do processo FAPESP 2011/08686-3 (bolsa de doutorado) possibilitou o desenvolvimento deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] Adams C, Murrieta RSS, Sanches RA. Agricultura e Alimentação em Populações Ribeirinhas das Várzeas do Amazonas: Novas Perspectivas. *Ambiente & Sociedade*. v. 8, n. 1, p. 1-22, 2005
- [2] Adams C, Murrieta RSS, Neves W. *Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Anablume, 2006.
- [3] Giambiagi F. *Brasil, raízes do atraso: paternalismo x produtividade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- [4] Bianco A. Modernidade e Degeneração: a crítica de Weston Price. *Socitec e-prints*. v. 3, n. 1, p. 34-52, 2009.
- [5] Ortiz R. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática. 1983.
- [6] Brondizio ES. *The Amazonian Caboclo and the Açaí Palm: Forest Farmers in the Global Market*. New York: New York Botanical Garden Press, 2008.
- [7] Brondizio ES. Análise Intra-regional de Mudanças de uso da Terra na Amazônia. In.: Moran EF, Ostrom E. *Ecosistemas Florestais: Interação homem-ambiente*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo: Edusp, 2009, p. 289-327.
- [8] Durham ER. *Dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- [9] Carneiro H. *Comida e Sociedade: uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- [10] Foladori, G. *Limites do Desenvolvimento Sustentável*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2001.
- [11] Fraxe TJP. *Cultura cabocla-ribeirinha: mito, lenda e transculturalidade*. São Paulo: Anablumme, 2004.



- [12] Hintze S. Apuntes par aun Abordaje Multidisciplinario Del Problema Alimentario. *Cadernos de Debate*, v. 5, 1997.
- [13] Ivanova SA. Dietary Change in Ribeirinha Women: Evidence of a Nutrition Transition in the Brazilian Amazon? Thesis of Graduate School of the Ohio State University, 2010.
- [14] Begossi A. Resiliência e populações neotradicionais: Os caiçaras (Mata Atlântica) e os caboclos (Amazônia, Brasil). Pp. 205-236. In: Diegues AC, Moreira ACC. *Espaços e recursos de uso comum*. São Paulo, Nupaub, USP. 2001
- [15] Diegues ACS. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. Editora HUCITEC: São Paulo, 1998
- [16] Weber K. *Food Inc.: how industrial food is making us sicker, fatter and poorer; and what you can do about it*. New York: PublicAffairs, 2009.
- [17] Montanari M. *Comida como Cultura*. São Paulo: Editora Senac, 2008.
- [18] Wallerstein I. *O Fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 2002
- [19] Monteiro CA, Mondini L, de Souza AL, Popkin BM. The Nutrition Transition in Brazil. *European Journal of Clinical Nutrition*, v. 49, n. 2, p. 105-113, 1995.
- [20] Moran E. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.
- [21] Murrieta RSS, Dufour DL, Siqueira AL. "Food Consumption and Subsistence in Three Caboclo Populations on Marajó Island, Amazonia, Brazil". *Human Ecology*. 27 (3): 455 - 475, 1999.
- [22] Murrieta RSS. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. *Revista de Antropologia USP*, v. 44, n. 2, p. 39-88, 2001.
- [23] Murrieta RSS, Dufour DL. Fish and Farinha: Protein and energy Consumption in Amazonian Rural Communities on Ituqui Island, Brazil. *Ecology of Food and Nutrition*, v. 43, p. 231-255, 2004.
- [24] Nardoto GB, Murrieta RSS, Prates LEG, Adams C, Garavello MEPE, Schor T, Moraes A, Rinaldi FD, Gragnani JG, Moura EAF, Duarte-Neto PJ, Martinelli LA. Frozen chicken for wild fish: Nutritional transition in the Brazilian Amazon region



determined by carbon and nitrogen stable isotope ratios in fingernails. *American Journal of Human Biology*. v. 23, n. 5, p. 642–650, 2011.

[25] Noda SN, Noda H, Martins ALU. Agricultura Familiar na Várzea Amazônica: Espaço de Conservação da Diversidade Cultural e Ambiental. In.: scherer E, oliveira JA. *Amazônia: Políticas Públicas e Diversidade Cultural*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 163-194.

[26] Nugent S. *Amazonian Caboclo Society: an essay on invisibility and peasant economy*. Providence: Berg. Publishers, 1993.

[27] Silva H, Padez C. Body size and obesity patterns in Caboclo population from Pará, Amazonia, Brazil. *Annals Human Biology*, v. 37, p. 218-230, 2010.

[28] Perrot D. Quem Impede o Desenvolvimento “Circular”? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas) *Cadernos de Campo*. n. 17, p. 219-232, 2008.

[29] Piperata BA. Nutritional status of Ribeirinhos in Brazil and the nutrition transition. *American Journal of Physical Anthropology*, v. 133, n. 2, p. 868-878, 2007.

[30] Pollan M. *Em Defesa da Comida: um manifesto*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

[31] Popkin BM. Global nutrition dynamics: the world is shifting rapidly toward a diet linked with non-communicable diseases. *Am J Clin Nutr*. v. 84, p. 289–98, 2006.

[32] Poulain JP. *Sociologia da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004.

[33] Sahlins M. “A primeira sociedade da afluência”, *Antropologia Econômica* (org. Edgar A. Carvalho), São Paulo: Ciências Humanas Ltda., 1978.

[34] Silva AL. Comida de Gente: preferências e tabus alimentares entre os ribeirinhos do Médio Rio Negro (Amazonas, Brasil). *Revista de Antropologia USP*. v. 50, n. 1, p. 125-179, 2007.

[35] Silva AL, Begossi A. Biodiversity, Food Consumption and Ecological Niche Dimension: a Study Case of the Riverine Populations from the Rio Negro, Amazonia, Brazil. *Environment, Development and Sustainability*. v. 11, p. 1-24, 2007.



GT 12: Soberania e segurança alimentar e nutricional: práticas e projetos como estratégias de fortalecimento do campesinato brasileiro.

Em busca da Soberania e da Segurança Alimentar: perspectivas sustentadas pelo campesinato através da produção agroecológica

José Gomes de Melo Junior¹

Amanda Paiva Quaresma²

Anderson Luis Rocha Pedrini³

Ádima Farias Monteiro⁴

¹Engenheiro Florestal, Especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia (Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Marabá) e Mestrando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (Universidade Federal do Pará). E-mail: jgjuniormelo@yahoo.com.br

²Engenheira Florestal, Mestranda em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (Universidade Federal do Pará). E-mail: amandapaiva_ufra@yahoo.com.br

³Acadêmico de Engenharia Florestal, Universidade Federal Rural da Amazônia. Email andersonpedrini@hotmail.com

⁴Socióloga, Especialista em Economia e Desenvolvimento Agrário (Universidade Federal do Espírito Santo) e Assistente técnico do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Belém/PA. E-mail matintasol@gmail.com

Resumo

O atendimento das necessidades alimentares dos povos e suas comunidades através da produção agrícola, sempre foi o horizonte dos camponeses para a garantia da sua reprodução social. Entretanto com a incidência das políticas do capital sobre o campo, a mercantilização da produção agrícola, transformando produtos alimentares em *commodities* que são regulados pelo mercado externo, em detrimento de uma soberania e segurança alimentar, faz cada vez mais se acentuarem as contradições no meio rural, por meio dos monocultivos, da concentração de terra, da expropriação de famílias camponesas e de comunidades tradicionais e do uso abusivo de agrotóxicos e da grande mecanização rural. Tudo isso tendo como justificativa a maximização da produção para a diminuição da fome no planeta. Caso que só se agrava pelo fortalecimento deste modelo de agronegócio agroexportador. Contudo a necessidade de uma produção agrícola diferenciada, que garanta o direito a produção e alimentação e esta sendo pensada pelos camponeses, que sempre se orientaram pela produção de alimentos para o autoconsumo e abastecimento local, toma-se como indispensável, porém a partir de um modelo diferenciado de produção no campo, onde assim, os camponeses apostam na agroecologia como matriz tecnológica e produtiva na busca de soberania e segurança alimentar.

Palavras-chave: Agroecologia,



Introdução

No Brasil há um grande desafio para se alcançar a segurança alimentar, segundo estudo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), órgão consultivo ligado à Presidência da República. Já que em 2009, 18,7% de domicílios apresentaram insegurança alimentar leve, 6,5% insegurança alimentar moderada e 5,0% insegurança alimentar grave, o que em números esta última situação representa 11,2 milhões de pessoas.

Vemos estes dados de insegurança alimentar mesmo em um momento de crescimento da produção agrícola nacional, produção esta, que em sua maioria, destina-se à exportação, secundarizando o mercado interno, como aponta um relatório também do CONSEA lançado no final de 2010, que avalia desde a Constituição Federal de 1988 até a atualidade a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil, e que mostra que a área plantada com grandes monocultivos avançou consideravelmente em relação à área ocupada pelas culturas de menor porte, mais comumente direcionadas ao abastecimento do país.

Dados como estes, demonstram que o crescimento do agronegócio não está condicionado a garantia da soberania e segurança alimentar no Brasil. Por isso, para que haja diminuição destes índices de insegurança alimentar e também para se construir soberania alimentar nacional, se faz necessária outra forma de produção no campo, que priorize atender o consumo alimentar brasileiro através de alimentos saudáveis. Para tanto, apontamos neste trabalho, a agroecologia enquanto sistema de produção que possa vir a atender estas premissas, a partir da forma característica de produção camponesa, negando assim a lógica apenas mercantil do agronegócio.

Abordando algumas definições

Definição de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

A definição de segurança alimentar e nutricional atualmente aceita no Brasil está na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei 11.346/2006, em seu Artigo 3º, e que levanta que:

“A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem



comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.”

Conceito este que não aborda somente o combate a fome ou a qualidade sanitária dos alimentos, diz respeito também a inúmeras dimensões relacionadas à produção, ao acesso, à comercialização e ao consumo de alimentos, levando em consideração fatores que influenciam na disponibilidade e qualidade dos alimentos, incluindo também os problemas mais recentes como a obesidade. Definição esta, que referenda-se nos marcos da FAO¹.

Surgimento e significado da definição de Soberania Alimentar

A definição de soberania alimentar surge em 1996, a partir de debates da Via Campesina², no contexto da Cúpula Mundial sobre a Alimentação realizada em Roma pela FAO. Onde, basicamente, a soberania alimentar é:

“o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuário, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental.”

Desta maneira, o conceito de soberania alimentar postulado pela Via Campesina, leva em consideração o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, assim como o direito dos camponeses em decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo. Com isso protegendo e regulando a produção agrícola doméstica e o comércio, objetivando o desenvolvimento sustentável e satisfazendo as necessidades dos mercados locais e nacionais.

O paradigma da produção de alimentos

O Agronegócio empresarial

¹ Organização das Nações Unidas especializada em assuntos como agricultura e alimentação.

² Articulação internacional de organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, fundada em 1992, e que reúne mais de 100 milhões de camponeses e camponesas em 148 organizações de 68 países.



O agronegócio é reflexo das políticas de expansão do capital no campo brasileiro, onde as atividades agropecuárias e florestais crescentemente são controladas por conglomerados econômicos internacionais, orientados pelo mercado externo para a produção de monocultivos em larga escala regulados e vendidos através de trocas comerciais no mercado internacional (as *commodities*).

Há nos últimos anos avanços significativos do agronegócio no Brasil, indicados pelo aumento da produção de grãos, que chegou a uma colheita de 149 milhões de toneladas na safra de grãos de 2009/2010, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), assim como o crescimento de sua participação no PIB nacional. Mas para o que queremos aqui abordar, Costa e Costa (2007) afirma: “que o avanço do agronegócio não ocorre de maneira harmônica. Seu desenvolvimento é marcado por muitos paradoxos, entre os quais o aumento da insegurança alimentar e da desigualdade social, dos conflitos no campo e da destruição ambiental.”

O que com os dados do CONSEA, sobre a insegurança alimentar no país já apresentados aqui, com grande concentração fundiária - colocando o país como o segundo com maior concentração de terras no mundo - e com a liderança no uso de agrotóxicos em todo o mundo, comprovamos a insustentabilidade deste modelo de produção no campo que o Brasil adotou.

E que não traz uma perspectiva de segurança e soberania alimentar e sim uma “crise de alimentos”, como aborda (Almeida, 2009):

“A chamada ‘crise alimentar’ aparece, assim, formulada sobre duas contradições principais: (a) oposição entre mercado de *commodities* e mercado segmentado, expressa pelos conflitos que envolvem grandes empreendimentos monocultores, que buscam usurpar os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, apossando-se de suas terras; (b) oposição entre a produção de biocombustível e a produção de alimentos.”

O Campesinato e a Agroecologia

Partindo do pressuposto levantado por Melo Júnior, Silva e Cruz (2010) em que os camponeses e as camponesas apresentam:

“modos próprios de viver e características históricas tradicionais, que perpassam pela cultura, hábitos e, também, pela sua forte relação com a natureza, expressa na produção agrícola, que ressalta os laços de produção social familiar (...), para o autoconsumo, o abastecimento dos mercados locais a base da segurança de seus alimentos e visando a soberania alimentar.”



E tomando aqui a agroecologia enquanto forma de produção agrícola que não tem fim em si mesma, ou seja, que não visa apenas a questão econômica através da produção, mas que agrega também dimensões de natureza cultural, ética, política, social e ambiental em toda sua profundidade e extensão, devido esta ser mais que somente práticas resultantes dos saberes agronômicos, ecológicos e dos conhecimentos acumulado pelos agricultores e comunidades tradicionais ao longo dos tempos.

Enxergamos assim, o quão a produção agroecológica, potencializada pelos camponeses e camponesas, é essencial para a garantia do direito dos povos a alimentos disponibilizados com qualidade e sustentabilidade, produzidos a partir de sistemas alimentares e produtivos com diversidade cultural, oriundos da pequena e média produção, satisfazendo as necessidades dos mercados locais e nacionais, assim como protegendo e regulando a produção agrícola doméstica e o comércio.

Considerações finais

O debate sobre soberania e segurança alimentar, antes de qualquer coisa deve levar em consideração os atores sociais que umbilicalmente pela agricultura estão ligados ao campo protagonizando a produção de alimentos saudáveis, assim como a adoção de uma matriz tecnológica e produtiva diferenciada e que negue a convencional - que transforma produtos agrícolas em *commodities* regulados pelo mercado externo em detrimento do abastecimento e diversidade de alimentos. Para assim, desta maneira, o campesinato através da produção agroecológica, garantir aos povos alimentos de qualidade, produzidos sem comprometer a natureza e o ser humano, de modo a atender os mercados internos e nacionais.

Não é a toa que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) assume que agricultura familiar camponesa cumpre com uma grande parcela para a segurança e soberania alimentar, sendo a grande responsável pela alimentação da população brasileira, ao garantir cerca de 70% do que é consumido no Brasil. Reiterado por Laudemir Muller, Secretário Nacional de Agricultura Familiar do MDA:

"É a agricultura familiar que produz feijão, arroz, leite, verdura, é a produção diversificada que consumimos todos os dias. Tem uma importância muito forte para a segurança alimentar e também para a soberania alimentar. É a agricultura familiar que preserva as tradições, que tem uma produção diversificada, que mantém a tradição das sementes. Então, na escolha do que nós comemos, a agricultura familiar é o grande bastião dessa diversidade, seja dos povos da floresta, do cerrado, dos grupos de mulheres." (em entrevista a Raquel Júnia da EPSJV/Fiocruz)



Por isso, para o avanço da conquista destas premissas, de busca pela soberania e segurança alimentar, deve-se contar também com a luta por políticas públicas que venham cada vez mais fortalecer a produção camponesa e a agroecologia, mas, sobretudo da articulação e fortalecimento das organizações camponesas para a construção de outro projeto de campo brasileiro e mundial.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Agroestratégias e Desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios.** In: O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica, p. 57-105.

CAMPOS, C. S. S. & CAMPOS, R. S. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. 11, n. 245, ago. 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24568.htm> . Acesso em: 10 jan. 2012.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil - Indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais.** Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea>. Acesso em: 08/01/2012.

MELO JÚNIOR, J. G.; SILVA, V. C. S.; CRUZ, D. C. **As experiências de produção agroecológica em Assentamentos de Reforma Agrária no Estado do Pará, uma identidade da agricultura camponesa impulsionada pelos Movimentos Sociais.** In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8, 2010, Porto de Galinhas. ANAIS DO VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 2010.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Agronegócio não garante segurança alimentar. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/11477>. Acesso em 08 janeiro de 2012.

Presidência da República. **LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 08/01/2012.



Revista Globo Rural. **Safra de grãos 2009/2010 chega ao recorde de 149 milhões de toneladas.** Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com>. Acesso em: 08/01/2012.

SANTOS, F.; TONEZER, C.; RAMBO, A. **Agroecologia e agricultura familiar: um caminho para a soberania alimentar?** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47, 2009, Porto Alegre. ANAIS DO 47º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2009.

Via Campesina. 7ª Jornada de Agroecologia. **Soberania alimentar: a agroecologia como instrumento de luta e resistência.** In Textos de estudo sobre agricultura: Cuidando da Terra, Cultivando Biodiversidade, Colhendo Soberania Popular. Cascavel, julho/2008. 14 p.



GT 12 - Soberania e segurança alimentar e nutricional: práticas e projetos como estratégias de fortalecimento do campesinato brasileiro.

Etnoecologia e Segurança Alimentar em quintais agroflorestais da agricultura familiar

Cleomara Nunes do Amaral¹

Gabriela Coelho-de-Souza²

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PGDR/UFRGS. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN/UFRGS). E-mail: cleomara_15@hotmail.com

² Profa. do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN/UFRGS). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA/UFRGS). E-mail: gabrielacoelhodesouza2011@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar, a partir do referencial da etnoecologia e da abordagem da multifuncionalidade, a importância de quintais agroflorestais na promoção da segurança alimentar na agricultura familiar, especialmente no caso da Baixada Cuiabana. Esta região está inserida nos biomas amazônia, cerrado e pantanal, nos quais a conservação da biodiversidade e agrobiodiversidade é favorecida pelo manejo sustentável dos quintais. A etnoecologia pode ser definida como campo científico na interface entre a Antropologia e Ecologia, representando o conhecimento científico, o qual é perpassado pelo conhecimento tradicional, ela se ocupa em estudar e compreender as relações entre o homem e o ambiente. A etnoecologia aliada ao enfoque da multifuncionalidade da agricultura familiar amplia a visão do espaço de trabalho familiar para além da produção, considerando aspectos de reprodução sociocultural, sobrevivência, comportamentos e valores. Atualmente entre as funções que a agricultura familiar exerce, a promoção da segurança alimentar é vista como o principal papel da agricultura para a sociedade, considerada um bem público, junto com a biodiversidade, paisagem natural e herança cultural, merecendo, portanto, destaque e atenção da academia.

Palavras-Chave: Agricultura familiar, Multifuncionalidade, Etnoecologia, Quintais, Segurança alimentar e nutricional.



Introdução

O cenário de modernização da agricultura adotado pelo modelo de desenvolvimento capitalista na década de 1960 levou a um processo de desvalorização dos espaços rurais, da produção agrícola tradicional, dos agricultores familiares, e comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo, o ritmo acelerado de degradação dos ecossistemas e recursos naturais, levou à emergência de movimentos ambientalistas, reuniões e encontros globais, como a Conferência de Estocolmo em 1972, o Relatório Brundtland em 1987, a Convenção das Mudanças Climáticas e a Eco 92, que incorporaram à visão de desenvolvimento a noção de sustentabilidade e a necessidade de se considerar as questões ambientais, ecológicas, culturais e sociais.

No mesmo período, surge o conceito e debates em torno da Segurança Alimentar e Nutricional. Na época acreditava-se que a Revolução verde e seu pacote tecnológico seria capaz de garantir a segurança alimentar mundial através de sua capacidade de suprimento alimentar (SILVA, et al. 2011). No entanto, esta concepção foi suplantada a partir de discussões organizadas pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO (1996), a partir de então passou a se considerar que a segurança alimentar existe quando toda pessoa, em todo momento, tem acesso físico e econômico a alimentos suficientes, inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares e preferências quanto aos alimentos, a fim de levar uma vida saudável e ativa. No Brasil atualmente, o conceito mais utilizado e completo é o proposto pela LOSAN (2006) que define:

Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Para Soares (2001) a FAO tem uma importante participação nas reflexões a respeito da evolução da agricultura e sua relação com a segurança alimentar, produtividade e sustentabilidade. Segundo o autor o próprio conceito de Multifuncionalidade viria a ampliar a abordagem proposta pela FAO de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS): um desenvolvimento sustentável que conserva os recursos naturais, não degrada o meio ambiente, é tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável.



Seguindo o enfoque da Multifuncionalidade da agricultura, Candiotto (2009) identifica quatro funções principais: a) de promoção da segurança alimentar; b) econômica; c) social e, d) ambiental, que está relacionada à conservação dos recursos naturais. Ao adotar este enfoque é necessária a diferenciação da agricultura praticada, se esta é caracterizada como agricultura patronal ou agricultura composta de pequenos produtores, isto porque os diferentes setores da agricultura desempenham cada uma destas funções de uma maneira distinta. É neste cenário que desponta a agricultura familiar, reivindicando o reconhecimento do seu papel e contribuição na questão da multifuncionalidade, especialmente no que se refere à promoção da agrobiodiversidade e à segurança alimentar. Desta forma, a multifuncionalidade da agricultura passa a ser considerada não mais em seu sentido geral, mas a partir da ótica da agricultura familiar, a unidade de observação passa a ser a família rural considerada uma unidade social e não apenas unidade produtiva.

A abordagem da Etnoecologia permite compreender como diferentes populações se relacionam, utilizam os recursos e interagem com o ambiente em que vivem. A etnoecologia aliada ao enfoque da multifuncionalidade da agricultura amplia a visão do espaço de trabalho familiar para além da produção, considerando aspectos de reprodução sociocultural, sobrevivência, comportamentos e valores. Neste sentido, os quintais, importante parte do sistema de produção na agricultura familiar, serão tratados como os espaços privilegiados de análise, onde a multifuncionalidade da agricultura se expressa, e acontecem as relações homem-natureza, local de vivência e manifestação do saber acumulado e transformado através de gerações. Um espaço social, laboral, cultural, de lazer, de manutenção da agrobiodiversidade e de aproximação com a natureza.

Os quintais agroflorestais podem ser considerados multifuncionais quando possuem uma ou várias funções adicionadas ao seu papel primário de produção de alimentos. Com isso, apresentam-se as principais funções dos quintais: preservação e conservação ambiental; reprodução sócio-econômica das famílias rurais e a de promoção da segurança alimentar, dimensão que merece especial atenção neste trabalho.

Neste contexto, este trabalho tem por objetivo analisar, a partir do referencial da etnoecologia e da abordagem da multifuncionalidade, a importância de quintais



agroflorestais na promoção da segurança alimentar na agricultura familiar na Baixada Cuiabana. Esta região está inserida nos biomas amazônia, cerrado e pantanal, nos quais a conservação da biodiversidade e agrobiodiversidade é favorecida pelo manejo sustentável dos quintais. O presente trabalho está organizado em três partes, sendo que a primeira trata desta introdução. A segunda apresenta as abordagens teóricas utilizadas: a etnoecologia de quintais e a multifuncionalidade da agricultura familiar, bem como apresenta, a partir de estudos realizados na região, informações que refletem a atual situação dos quintais da Baixada Cuiabana. A terceira discute a dimensão da segurança alimentar e a importância da produção de autoconsumo nos quintais de agricultores familiares.

Etnoecologia e Multifuncionalidade em Quintais Agroflorestais da Baixada Cuiabana

A Etnoecologia pode ser definida como um campo de conhecimento, na interface entre a antropologia e a ecologia, perpassado pelo conhecimento tradicional (Coelho-de-Souza et al., 2009). A Etnoecologia enquanto campo científico faz referência a estudos que se preocupam em entender as relações entre as sociedades humanas e a natureza. De acordo com Toledo (1992) constitui-se de pesquisas com enfoque multidisciplinar, que se ocupa em estudar as concepções, percepções e conhecimentos que permitem às comunidades rurais produzir e reproduzir as condições para sua existência, através de um manejo em geral adequado dos recursos naturais e dos ecossistemas.

O estudo de quintais representa hoje um importante campo de interesse da etnoecologia, pois é percebido como espaços destinados às práticas, usos, manutenção dos elementos naturais e dos conhecimentos tradicionais associados. De acordo Brito e Coelho (2000) o termo quintal é amplo, mas costuma ser utilizado para se referir à porção de terra próxima à residência, de fácil acesso, na qual se cultivam ou se mantêm múltiplas espécies que fornecem parte das necessidades nutricionais da família, bem como outros produtos, como lenha e plantas medicinais.

Segundo Altieri (2002) os quintais domésticos localizados na região dos trópicos são típicos representantes de Sistema Agroflorestal (SAF). Um sistema sustentável de



manejo de solo e plantas que procura aumentar a produção de forma contínua, combinando a produção de árvores frutíferas com espécies agrícolas e animais, simultaneamente ou seqüencialmente, utilizando práticas de manejo compatíveis com a cultura da população local. Os quintais são espaços multifuncionais com grande diversidade de espécies, possuem manejo intenso e assumem enorme importância tanto para a produção de alimentos e remédios, quanto para a conservação e promoção da agrobiodiversidade, são muito mais do que unidades produtivas, representam espaços sociais que assumem um papel na dinâmica dos modos de vida das comunidades locais (PEREIRA et al., 2007).

De acordo com Ninez (1984) consistem em uma das formas mais antigas de se praticar a agricultura, e para muitas famílias de agricultores familiares, os quintais representam uma parte importante na economia doméstica. Taqueda (2009) demonstra que pequenos produtores rurais organizam suas propriedades agrícolas como sistemas complexos compostos por diversos outros subsistemas. Estas unidades são formadas por um mosaico de paisagens que reúne, entre outros, sistemas silviculturais, hortas, roças, jardins e quintais. Segundo a autora o cultivo de espécies em áreas cada vez mais próximas da residência constitui uma estratégia adaptativa de populações camponesas frente ao quadro de mudanças sociais, econômicas e políticas que enfrentam.

A abordagem aqui utilizada sobre a multifuncionalidade dos quintais da agricultura familiar parte do debate sobre multifuncionalidade da agricultura. O tema ganhou destaque mundial a partir da Conferência Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, onde os governos reconheceram o “aspecto multifuncional da agricultura, particularmente com respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável” (Soares, 2001). De acordo com Sabourin (2008), a partir da Eco 92, a multifuncionalidade foi caracterizada como o reconhecimento pela sociedade do interesse público de funções associadas à atividade agrícola, não diretamente produtivas ou não mercantis: possuindo funções sociais, ambientais, econômicas ou culturais. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (1998), organização que reúne os países desenvolvidos, declarou que:

além de sua função primária de produção de fibras e alimentos, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais tais como conservação dos solos, gestão sustentável dos



recursos naturais renováveis e preservação da biodiversidade e contribuir para a viabilidade socioeconômica em várias áreas rurais... Agricultura é multifuncional quando tem uma ou várias funções adicionadas ao seu papel primário de produção de fibras e alimentos (OCDE *apud* Soares, 2001).

Segundo Soares (2001) ao se discutir o conceito de multifuncionalidade é possível identificar as seguintes funções-chave da agricultura: uma função de contribuição à segurança alimentar; função ambiental; função econômica e função social. No presente estudo, por considerar a dificuldade em separar função econômica da função social, quer seja no espaço rural ou no urbano, uma vez que as mesmas estão intimamente relacionadas, estas funções serão analisadas conjuntamente.

Além do relevante papel que a agricultura familiar pode representar na conservação do meio ambiente e dos recursos naturais, Maluf (2003) destaca a importante contribuição no que se refere à manutenção do tecido social e cultural do espaço rural. Essa contribuição é decorrente do papel da agricultura na reprodução socioeconômica das famílias e na segurança alimentar, assim como a fatores ligados à identidade social e às formas de sociabilidade.

Entre as funções mencionadas, atualmente a promoção da segurança alimentar é vista como o principal papel da agricultura para a sociedade, considerada um bem público, junto com a biodiversidade, a paisagem natural e herança cultural. Para Maluf (2003), a partir do enfoque na multifuncionalidade, garantir e incentivar o autoconsumo das famílias rurais é crucial para a dinamização social e econômica do espaço rural brasileiro.

Assim, dentro dos diferentes espaços agrícolas manuseados pelos agricultores em sua propriedade, o quintal representa um importante local de produção, mas também apresenta outras funções. Possui uma ampla variedade de espécies (agrobiodiversidade), vegetais e algumas vezes animais. Grande parte da produção aí encontrada, senão a maioria, é destinada ao autoconsumo da família, representando uma alternativa que muitas populações locais desenvolveram para reduzir a dependência de insumos externos, auxiliar na renda doméstica e garantir alimentação saudável e a saúde da família. Além disso, nestes espaços se expressam as mais variadas formas de relação



homem-natureza, locais de vivência e manifestação do saber acumulado e transformado através de gerações (AMARAL & GUARIM NETO, 2008).

O Estado de Mato Grosso está localizado na região centro-oeste do Brasil, é caracterizado por formações biogeográficas do cerrado, pantanal, e floresta amazônica. A diversidade de formações propicia uma flora diversificada, sendo as espécies vegetais utilizadas tradicional e contemporaneamente sob as mais diferenciadas formas por populações humanas que habitam a região (GUARIM NETO & CARNIELLO, 2004).

Nas últimas décadas, as zonas rurais do estado têm sofrido grandes transformações, a urbanização e o avanço da agricultura moderna sobre áreas historicamente ocupadas por populações tradicionais, tem levado à perda ou abandono da agrobiodiversidade criada e mantida por agricultores locais durante várias gerações (AMOROZO, 2008). Apesar do avanço agrícola, especialmente da monocultura, sobre as áreas de mata original, a agricultura de subsistência ainda resiste e configura-se como importante fonte de renda para muitas famílias rurais.

Gutberlet (1994) revela em informações levantadas na região da Baixada Cuiabana, que populações locais utilizam com frequência, além de espécies frutíferas cultivadas nos quintais, recursos naturais oriundos do cerrado e das matas ciliares, aumentando, assim, seus meios de subsistência. De acordo com Amorozo (2008) em regiões economicamente desenvolvidas e com predomínio da monocultura, como é o caso de Mato Grosso, os quintais podem representar o último reduto da agrobiodiversidade, a diversidade existente em sistemas agrícolas.

Pesquisas em Mato Grosso demonstram a importância e multifuncionalidade do quintal na vida das populações locais. Carniello et al (2010) em estudo realizado na região noroeste do pantanal de Mato Grosso, município de Mirassol do Oeste, encontrou 397 plantas cultivadas em quintais urbanos com as categorias principais de uso relacionadas à ornamentação e alimentação, seguida do uso medicinal. No distrito de Clarinópolis, município de Cáceres região de Pantanal Matogrossense, Carniello e Pedraga (2008) identificaram 179 espécies classificadas em três categorias de uso principais: ornamental, medicinal e alimentar. Analisando minuciosamente os quintais urbanos da cidade de Cáceres Cabral e Carniello (2008) identificaram 48 espécies vegetais nativas da região, as espécies foram classificadas de acordo com os usos



mencionados por seus moradores como medicinais, alimentares e ornamentais, apresentando esta ordem de importância.

Na região amazônica, Fracaro e Guarim (2008) realizaram estudo em um bairro da zona suburbana da cidade de Juína e identificaram 147 espécies vegetais utilizadas especialmente para alimentação, medicina e ornamentação. Santos & Guarim Neto (2008) estudando os quintais de Alta Floresta, no norte do estado, revelou 322 espécies, com destaque para as mesmas categorias de uso principais: ornamental, medicinal e alimentar. Guarim Neto e Novais (2008) estudando quintais de Castanheira, também na região, encontraram 248 espécies vegetais utilizadas especialmente na alimentação, ornamentação e medicina popular.

Na região da Baixada Cuiabana, Amaral (2008) identificou 243 espécies vegetais em quintais urbanos da cidade de Rosário Oeste utilizados especialmente na alimentação, medicinal e ornamentação. Moreira e Guarim Neto (2009) também em Rosário Oeste, estudando a comunidade rural Sítio Pindura identificaram 142 espécies vegetais utilizadas pela população especialmente para a finalidade alimentar, medicinal e uso da madeira para lenha. Pasa *et al.* (2005) destacou em quintais rurais da comunidade de Conceição-Açú, em Cuiabá-MT, a utilização alimentar como principal seguida da medicinal. Estudando quintais de um bairro tradicional de Cuiabá, um dos mais antigos da região, Silva *et al.* (2008) registraram 36 espécies utilizadas especialmente por seus moradores na ornamentação, alimentação e medicina popular. É possível perceber, que em geral, o uso ornamental ocupa as primeiras posições quando se trata de quintais urbanos, enquanto que em comunidades rurais apresentam menor importância quando comparado ao uso alimentar e medicinal.

De uma forma geral, as pesquisas matogrossenses sobre quintais demonstram um consenso quanto à utilização das plantas em três categorias principais: alimentação, medicina popular e ornamentação. O uso das plantas na alimentação e na medicina caseira demonstra particular importância dos quintais para a segurança alimentar da família e pessoas envolvidas. É possível perceber, que os quintais das famílias agricultoras são espaços multifuncionais, e podem apresentar uma função social, de lazer, cultural, ambiental, econômica, desempenhadas em maior ou menor grau de importância, dependendo das características de cada família e de cada localidade. No entanto, é notável que muitas destas funções estão intimamente relacionadas, sendo



difícil definir os limites onde uma começa e a outra termina, se é que tais limites existem.

Considerando a complexidade da relação homem-natureza, partindo de um olhar da etnoecologia e realizando uma aproximação com a abordagem da multifuncionalidade com recorte da agricultura familiar, a seguir será destacada a função dos quintais na promoção da segurança alimentar para as famílias rurais e consequentemente para toda a sociedade.

Segurança alimentar - a produção para autoconsumo

A função dos quintais na promoção da segurança alimentar para famílias de agricultores familiares abrange especialmente a produção para o autoconsumo, mais especificamente a produção de plantas alimentícias, da horta, e plantas medicinais que podem ser usadas no cuidado da saúde da família, comunidade e/ou entorno. Nascimento (2003) destaca a importância dos quintais domésticos e da agrobiodiversidade em relação à alimentação e renda familiar, ressaltando sua relevância para a diversificação dos alimentos presentes no consumo diário.

A ausência do quintal pode ser um fator de restrição da dieta de alimentos que são fonte de vitaminas, minerais e fibras, como as hortaliças e frutas. Segundo Nascimento, estudos apontam que crianças pertencentes às famílias de agricultores possuem diferencial nutricional superior às outras de famílias pobres não-produtoras, garantindo a quantidade de consumo e frescor dos alimentos, fortalecendo a segurança alimentar.

Para Pasa (2004), a produção nos quintais permite à população manter uma alimentação saudável, baixa dependência de produtos adquiridos externamente, ocasiona impactos mínimos sobre o ambiente, conserva os recursos vegetais e a riqueza cultural, fundamentada no saber e na cultura dos moradores locais. Considerando o aspecto cultural, mais especialmente a relação de gênero, é possível notar que a divisão de trabalho está muito presente nos espaços rurais, especialmente nos espaços destinados para provisão do autoconsumo da família, sendo este de responsabilidade predominantemente feminina (MENASHE et al. 2008). De acordo com Wedig (2009), as atividades desempenhadas pelas mulheres são geralmente voltadas a atender o consumo das famílias. A maior parte deste trabalho é



desempenhada em áreas próximas à residência, como o quintal, que é destinado ao trato de animais de pequeno porte, como porcos e galinhas, o cultivo de frutas, verduras, legumes e manutenção de outras plantas voltadas especialmente para o consumo familiar. Zanetti e Menashe (2007) demonstram que tais alimentos são considerados “miudezas”, enquanto que aqueles produzidos pelos homens nas roças, lavouras ou outros espaços são considerados de maior valor, isto porque são aqueles destinados ao comércio.

Zanetti e Menashe (2007) afirmam que a produção de alimentos voltada para consumo das famílias rurais desempenha importante papel como estratégia de reprodução social. No entanto, como se apresenta à margem das relações de mercado, e é realizada principalmente por mulheres, a produção para autoconsumo é pouco valorizada. As mulheres são responsáveis pela saúde da família, são as guardiãs dos saberes locais, conhecimentos úteis para a lida na roça, cozinha, criações, e horta que vincula a culinária à agricultura (RAMOS, 2007). Na horta, junto aos vegetais utilizados na salada, condimentos e temperos, as mulheres mantêm com frequência algumas ervas para a preparação de chás e sucos, utilizados em casos de necessidade de pessoas da família ou próximas. Vale lembrar, que na maioria dos casos, estas comunidades estão situadas muito distantes da cidade e de postos médicos, utilizando os remédios naturais produzidos em seus quintais ou em outros espaços próximos, matas do entorno e terrenos vazios, como primeira alternativa.

Um dado importante trazido por Ramos (2007), diz respeito às transformações nos hábitos alimentares e preferências que refletem na produção e na mesa dos agricultores. Alguns produtos antes amplamente cultivados nos quintais vêm atualmente perdendo espaço na mesa de agricultores tradicionais, como exemplo os tubérculos e raízes. A importância deste tipo de alimento, especialmente a mandioca, pode ser constada em estudos na região da Baixada Cuiabana assim como em comunidades rurais do Rio Grande do Sul como o apresentado por Ramos (2007). Segundo a autora tubérculos e raízes são alimentos bastante apreciados, podendo ser consumidos assados ou cozidos, usados antigamente na preparação de massas; pão com aipim, batata-doce, cará, inhame, o que propiciava um enriquecimento nutricional do pão consumido. Hoje em dia, muitos destes produtos caseiros como pães e massas são substituídos por industrializados. Em regiões do norte e centro-oeste do país a mandioca é ainda um dos



cultivares mais consumidos e utilizados no preparo de alimentos. Pode ser consumido cozido com leite, acompanhando outras iguarias, assada, usada no preparo da farinha, do polvilho, de bolos e do beiju¹.

Assim, podemos perceber que a agrobiodiversidade mantida em espaços próximos às residências, como os quintais, constitui, apesar das transformações ocorridas ao longo dos últimos anos, valiosa fonte de nutrientes para as famílias rurais, uma alternativa econômica encontrada por seus moradores para o consumo de alimentos necessários e saudáveis, proporcionando às famílias segurança alimentar e melhor qualidade de vida (AMARAL & GUARIM NETO, 2008).

É interessante ressaltar que a questão da multifuncionalidade dos quintais agroflorestais aqui apresentada está estreitamente relacionada a um determinado tipo de agricultura familiar. Uma agricultura que apresenta uma tendência maior de incorporar práticas sustentáveis, no sentido de manutenção do ecossistema, e ecológicas na atividade agrícola (ANDRIOLLI, 2008). Agricultores que primam pela manutenção do modo de vida tradicional, dos vínculos sociais estabelecidos localmente (ZANETTI & MENASHE, 2007), que contemplam em seus diversificados sistemas de produção uma variedade de espécies, práticas e saberes.

Esta distinção se faz necessária, assim como frisa Candiotto (2009), para o qual a aplicabilidade da multifuncionalidade no caso brasileiro deve ser muito bem analisada, de forma que a adoção de tal abordagem não tome ares de protecionismo disfarçado e tampouco justifique a expansão de interesses capitalistas no campo. Cabe mais uma vez salientar que a promoção da agricultura multifuncional e do reconhecimento dos espaços dos quintais como multifuncionais está estreitamente relacionado ao tema da segurança alimentar, estratégia importante em ações de combate à fome e pobreza.

Além do mais, considerar os espaços agrícolas dos quintais como multifuncionais implica também em reconhecê-los como sistemas dinâmicos, transformados e construídos pelas pessoas a partir de suas experiências, práticas e

¹ Iguaria de origem indígena, muito consumida antigamente em comunidades rurais, especialmente na região norte do país. Consiste de um bolo feito a partir da massa de mandioca, de espessura fina, enrolada em forma cilíndrica. Atualmente, com a introdução do mercado e de produtos industrializados o beiju é pouco produzido nas comunidades rurais, mas nas cidades ganhou o gosto popular.



observações, ou seja, dos saberes locais. Assim como propõe a etnoecologia de Toledo e Barrera-Bassols (2009) para os quais estes saberes estão relacionados a um sistema complexo que envolve Kosmus, Conhecimento e Prática. A partir desta análise, é preciso entender o homem e/ou sociedade como parte integrante da natureza, que se concebe, valoriza e é representada através de seus domínios visíveis e invisíveis. Os saberes tradicionais baseiam-se nas experiências que se têm sobre o mundo, seus feitos e significados, e sua valorização de acordo com o contexto natural e cultural onde se desdobram.

Os quintais representam espaços de vivência, de construção do saber, tal como propõe a abordagem da etnoecologia. Locais onde vínculos e relações sociais são estabelecidos, desempenhando uma importante função de repercussão social e manutenção de diversas características de um determinado grupo social. Além da função produtiva que os quintais apresentam para as famílias de agricultores, constituindo importante papel para a economia doméstica e estratégia de reprodução sócio-econômica do grupo familiar, soma-se a capacidade de promover a segurança alimentar, a conservação da agrobiodiversidade e manutenção do tecido social local, que figuram como importantes funções de interesse público, e, portanto deveriam ser reconhecidas como tal por toda a sociedade.

Referências

- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- AMARAL, C.N. *Recursos Vegetais dos Tradicionais Quintais de Rosário Oeste - Mato Grosso*. PPG/IB/UFMT (Dissertação de Mestrado). Cuiabá, 2008.
- AMARAL, C. N. & GUARIM NETO, G. Os quintais como espaços de conservação e cultivo de alimentos: um estudo na cidade de Rosário Oeste (Mato Grosso, Brasil). *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas. Belém, v. 3, n. 3, 329-341, 2008.
- AMOROZO, M.C.M. *Os quintas – funções, importância e futuro*. In: Quintais Mato-grossenses: espaços de conservação e reprodução de saberes. Guarim Neto & Carniello Cáceres-MT: Editora Unemat, 2008.
- ANDRIOLLI, A.I. Agricultura Familiar e Sustentabilidade Ambiental. Revista *Espaço Acadêmico*. Nº. 89, 2008. Disponível: <http://www.espacoacademico.com.br/089/89andrioli.htm>
- BRITO, M.M. & COELHO, M.F. Os Quintais Agroflorestais em Regiões Tropicais – Unidades Auto-Sustentáveis. Revista *Agricultura Tropical*, v. 4, n. 1. Cuiabá, 2000.
- CABRAL, C.D.O.; CARNIELLO, M.A. *Quintais de Cáceres: ocorrência e utilização da vegetação remanescentes em quintais urbanos*. In: GUARIM NETO, G.; CARNIELLO, M. A. (orgs). Quintais



mato-grossenses: espaços de conservação e reprodução de saberes. 1.ed. Cáceres: EdUNEMAT, 2008. v. 1. p. 172-183.

CANDIOTTO, L.Z. Aspectos Históricos e Conceituais da Multifuncionalidade da Agricultura. In: *XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária*, São Paulo, 2009, pp. 1-16. Disponível em: http://www.geografia.flch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Candiotto_L_ZP.pdf

CARNIELLO, M.A.; SILVA, R.S.; CRUZ, M.A.B. GUARIM NETO, G. Quintais urbanos de Mirassol D'Oeste-MT, Brasil: uma abordagem etnobotânica. *Acta Amazonica*. Vol. 40(3) 2010: 451 - 470

CARNIELLO, M.A.; PEDROGA, J.A. *Quintais na fronteira Brasil-Bolívia, comunidade de Clarinópolis, Cáceres*. In: GUARIM NETO, G.; CARNIELLO, M. A. (orgs). Quintais mato-grossenses: espaços de conservação e reprodução de saberes. 1.ed. Cáceres: EdUNEMAT, 2008. v. 1. p.45-62.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. *Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa*. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org.). *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

COELHO-DE-SOUZA, G., TAVARES, F.B., RAMOS, M.O., ADOMILLI, G., PIEVE S.M.N., MELLO, R.S.P.; KUBO, R. Etnobiologia, multidisciplinaridade e extensão: conflitos de uso dos recursos naturais e a etnoconservação. In: Araújo, T.A.S., Albuquerque, U.P. (org.). *Encontros e desencontros na pesquisa etnobiológica e etnoecológica: os desafios do trabalho de campo*. 1a ed. Recife: NUPEEA - Núcleo de Publicações em Etnoecologia e Etnobotânica Aplicada, p. 45-74p., 2009.

FRACARO, F.A.; GUARIM, V.L.M.S. *Uso da biodiversidade em quintais do município de Juína*. In: GUARIM NETO, G.; CARNIELLO, M. A. (orgs). Quintais mato-grossenses: espaços de conservação e reprodução de saberes. 1.ed. Cáceres: EdUNEMAT, 2008. v. 1. p.63-78.

GUARIM NETO, G. & CARNIELLO, M. A. Etnoconhecimento e saber local: um olhar sobre populações humanas e os recursos vegetais. 1º. *Congresso de Formação de Professores*. Cáceres (MT). DILIPA/UNEMAT. 5p. 2004.

GUARIM NETO, G.; NOVAIS, A. M. *Composição florística dos quintais de Casanheira*. In: GUARIM NETO, G.; CARNIELLO, M. A. (orgs). Quintais mato-grossenses: espaços de conservação e reprodução de saberes. 1.ed. Cáceres: EdUNEMAT, 2008. v. 1. p.27-44.

GUTBERLET, J. Pequena produção nos cerrados e transformações sócio-ambientais. O caso do Município de Acorizal na baixada Cuiabana. *Cadernos do NERU*, 03. Cuiabá: EdUFMT, ICHS, UFMT, 1994. .

MALUF, R. S. *A multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira*. In: Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Maluf, R.S. (Org). Rio de Janeiro, Ed. Mauad, 2003.

MENASCHE, R.; MARQUES, F..C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. *Rev. Nutrição*, Campinas, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732008000700013&script=sci_arttext

MOREIRA, D.L.; GUARIM NETO, G. Usos Múltiplos de Plantas do Cerrado: Um Estudo Etnobotânico na Comunidade Sítio Pindura, Rosário Oeste, Mato Grosso, Brasil. *Polibotânica*, Núm. 27, abril, 2009, pp. 159-190

NASCIMENTO, A.P.B. *A migração como estratégia adaptativa em populações humanas rurais de Novo Cruzeiro*. SP. Dissertação (Mestrado) – Piracicaba-SP, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2003. 89p.

NIÑEZ, V.K. 1984. Household Gardens: Theoretical considerations on a old survival strategy. Research series. *Potatoes in food systems*. Vol.1. p1- 41



- PASA, M. C. *Etnobiologia de uma comunidade ribeirinha no alto da bacia do rio Aricá-Açú, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil*. 174f. Tese (Doutorado em Ciências) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, 2004.
- PASA, M. C.; SOARES, J.J. & GUARIM NETO, G., 2005. Estudo etnobotânico na comunidade de Conceição-Açu (alto da bacia do rio Aricá-Açu, MT, Brasil). *Acta bot. Bras.*, **19**(2): 195-207.
- PEREIRA, K.J.C.; REIS, R.S.; VEASEY, V.A. Saber Tradicional e Manejo de Paisagens Agroflorestais: o Caso dos Quintais de Terra-Firme da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas. *Revista Brasileira Agroecologia*, Brasília, v.2, n.1, 2007.
- RAMOS, M.O. “A comida da roça” ontem e hoje: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares dos agricultores de Maquiné (RS). 2007. 175f. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - UFRGS, 2007.
- SABOURIN, E. 2008. Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro. *Tempo da Ciência* (15) 29 : 9-27. 2008. Disponível em: <http://200.201.8.27/index.php/tempodaciencia/article/view/1967/1553>
- SANTILLI, J. *Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores*. São Paulo: Peirópolis, 2009. SILVA, L.D.A. et al. *Agricultura Familiar na Comunidade Planalto Rural*. Montes Claros-MG, 2011. 5° FEPEG – Fórum de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Uma Abordagem sobre a Segurança Alimentar. Disponível em: <<http://www.fepeg.unimontes.br/index.php/eventos/forum2011/paper/view/1546/982>>
- SANTOS, S.; GUARIM NETO, G. *Etnoecologia de quintais: estrutura e diversidade de usos de recursos vegetais em Alta floresta*. In: GUARIM NETO, G.; CARNIELLO, M. A. (orgs). *Quintais matogrossenses: espaços de conservação e reprodução de saberes*. 1.ed. Cáceres: EdUNEMAT, 2008. v. 1. p.79-108.
- SILVA, S.M.; GUARIM, V.L.M.S.; GUARIM NETO, G. *Composição da vegetação em quintais no bairro do Porto em Cuiabá*. In: GUARIM NETO, G.; CARNIELLO, M. A. (orgs). *Quintais matogrossenses: espaços de conservação e reprodução de saberes*. 1.ed. Cáceres: EdUNEMAT, 2008. v. 1. p.155-171.
- SOARES, A.C. *Multifuncionalidade da agricultura familiar*. In: Comércio internacional, segurança alimentar e agricultura familiar. ActionAid Brasil (org.). Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: http://www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/comercio%20internacional_agricultura%20familiar.pdf
- TAQUEDA, C.S. *A etnoecologia dos jardins-quintal e seu papel no sistema agrícola de populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo*. Dissertação. Mestrado em Ciências da Universidade de São Paulo –SP . 2009.
- TOLEDO, V. M. 1992. What is Ethnoecology? Origins, scope and implications of a rising discipline. *Etnoecológica* 1 (1): 5-21.
- TOLEDO, V.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba: UFPR. n. 20, p. 31-45, 2009.
- ZANNETI, C.; MENASHE, R. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: Menashe, R. *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale Taquari*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2007.
- WEDIG, J.C. *Agricultoras e agricultores à mesa: um estudo sobre campesinato e gênero a partir da antropologia da alimentação*. 2009. 167f. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.



GT 12 – Segurança Alimentar e Nutricional

O Conselho e o Exercício da Participação Social na Gestão do Sistema e da Política Social Pública de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN em Pernambuco

Maria José da Silva¹

¹Assistente Social, Estudante do Curso de Especialização Convivência com o Semiárido na Perspectiva da Segurança e Soberania Alimentar e da Agroecologia, UFRPE, Recife, E-mail: marya1@bol.com.br

Resumo

O artigo trata da participação social democrática descentralizada no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA-PE, na perspectiva da gestão da Política e do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Tem-se como referência a Constituição de 1988 que instituiu os Conselhos para fins do controle social da gestão das políticas públicas. A abordagem resultou da observação da participação dos conselheiros nas reuniões ordinárias e extraordinárias, câmaras técnicas, conferências, representações externas, depoimentos. Revelou ou constatou, de um lado, a participação efetiva de conselheiros investidos do entendimento do papel político do Conselho, reivindicando tomadas de decisões, compreendendo a dimensão da Política, do SESAN, os limites e possibilidades da participação para promover mudanças. De outro, o contraditório, ou seja, participação com pouca dedicação, pouca sintonia entre organizações e Conselho. Revelou dificuldades resultantes da falta de estrutura que acomete o Conselho para promover a participação e o cumprimento de suas atribuições. Entretanto, mesmo considerando a relação nem sempre harmônica entre Estado e sociedade civil, haja vista, defenderem interesses divergentes, o Conselho ocupou espaço e assumiu uma responsabilidade pública.

Palavras-Chave: Participação social, Conselho, Políticas sociais, Política de Segurança Alimentar e Nutricional, Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.



O Conselho e o Exercício da Participação Social na Gestão do Sistema e da Política Social Pública de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN em Pernambuco

O objetivo desse artigo é discutir o exercício da participação social na gestão do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, que é o Sistema da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Para fins de delimitação da observação o foco é o exercício da participação no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA-PE, na gestão dessa política no contexto de Pernambuco. O SISAN e os Conselhos são partes integrantes dessa política social pública e estão previstos no seu marco legal para as três esferas de gestão.

A construção dessa argumentação foi inspirada no que preconiza a Constituição de 1988 ao instituir os Conselhos gestores de políticas públicas. Partiu-se da concepção que os conselhos são espaços públicos descentralizados e como pressuposto que no interior dos mesmos se desenvolve o exercício da gestão democrática das políticas sociais. De acordo com Raquel Raichelis (2000),

“Pela sua composição paritária entre representantes da sociedade civil e do governo, pela natureza deliberativa de suas funções e como mecanismo de controle social sobre as ações estatais, pode-se considerar que os Conselhos aparecem como um *constructo* institucional que se opõe à histórica tendência clientelista, patrimonialista e autoritária do Estado brasileiro”(p.6).

Ou seja, os conselhos são espaços de participação da representação de diferentes segmentos sociais das organizações não-governamentais inclusive governamentais, reivindicando que sejam tomadas decisões, exercitando controle social, avaliando ações públicas estatais, práticas sociais que se requerem legítimas.

Iniciou-se a argumentação pelo SISAN para fins de oportunizar melhor entendimento da Política de SAN. É o arcabouço institucional da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, em construção. A sua estruturação está condicionada a adesão pelos Estados (no momento apenas cinco Estados ainda não assinaram sua adesão ao Sistema, embora esteja prevista) e pelos municípios, cuja



adesão ainda não aconteceu na sua maioria, prevista para ocorrer a partir da adesão dos Estados que é muito recente.

O referido sistema está previsto na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN – Lei nº 11.346, de 15 de dezembro de 2006, que instituiu a Política Nacional. Segundo a Coordenação Geral de Apoio à Implantação do SISAN – CGSISAN (2010).

“é um sistema em construção para promover, em todo o território nacional o direito humano à alimentação adequada [...] sistema público integrado por uma série de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, afetos à Segurança Alimentar e Nutricional – SAN” (p.6).

A referida integração remete ao desenvolvimento de um processo colegiado, intersetores, que requer,

“gestão intersetorial e participativa e a articulação entre os entes federados para a implementação das políticas promotoras da segurança alimentar e nutricional, numa perspectiva de complementaridade e otimização das potencialidades de cada setor” (CGSISAN,2010, p.6).

A intersetorialidade na política de SAN está prevista como elemento fundamental pela complexidade do objeto de que trata, ou seja, promover o acesso a alimento em quantidade e qualidade sem prejuízos dos demais direitos e garantir o direito humano a alimentação adequada.

O SISAN “tem por objetivos formular e implementar políticas e planos, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, promover o acompanhamento, monitoramento e a avaliação da SAN no país” (CGSISAN, 2010, p.6).

Os componentes do SISAN são a Conferência, o Conselho, Orgãos, Entidades e Instituições Privadas, Câmara Interministerial. Estão previstos na lei seus correlatos nos Estados e Municípios.

As Conferências indicam aos CONSEAs e governos, as diretrizes e prioridades da Política, do Sistema e Plano Nacional de SAN regulamentados pelo governo federal em agosto de 2010, através do Decreto 7.272/10. As Conferências se dão no nível nacional, estadual, distrital e municipal e são realizadas em intervalos não superior a quatro anos para fins de avaliar os avanços, limites e desafios da política e do SISAN em construção.

O Brasil realizou até o momento quatro Conferências Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que teve como objetivo propor diretrizes para o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para os anos de 2004 a 2007, foi realizada em março de 2004, em Pernambuco - Olinda. A IV Conferência Nacional foi realizada em novembro de 2010 em Salvador – BA. O Estado de Pernambuco, representado pelo Consea-PE, participou de todas e realizou também as Conferências Estadual.

O CONSEA Nacional é o instrumento de articulação entre o governo e a sociedade civil. Tem caráter consultivo e assessoria o Presidente da República na formulação de políticas e nas orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação adequada.

Parte integrante do marco legal da política de gestão democrática, o Conselho de SAN nos três níveis é formado com a participação de 2/3 da sociedade civil, tem como atribuições fazer proposições, reivindicar tomadas de decisões, realizar controle social, promover sensibilização da sociedade civil para participar do debate a fim de constituir massa crítica para exigir a garantia do direito e do acesso à alimentação adequada e saudável, ou seja, enfim, exigir a implementação da política de SAN.

A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN tem como missão transformar em programas de governo as proposições do CONSEA vindas das conferências. Os componentes são representações dos ministérios.

Integram o sistema todos que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN. Segundo a CGSISAN (2010), “O SISAN é integrado por uma série de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios afetos à Segurança Alimentar e Nutricional- SAN” (p.6). Todos os componentes do SISAN e suas competências devem estar previstos nas LOSANs das respectivas esferas estaduais e municipais.

O referido Decreto nº 7.272/10 define os requisitos para o Termo de Adesão ao SISAN. Nesse sentido os Estados e municípios devem: I-Instituir conselho estadual, distrital ou municipal de segurança alimentar e nutricional, composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais; II-Instituir instância governamental de gestão intersetorial de segurança alimentar e

nutricional; III- Apresentar o plano estadual, distrital ou municipal de segurança alimentar e nutricional contendo o plano de governo, no prazo de até um ano a partir da assinatura do referido Termo de Adesão.

Na gestão da política e estruturação do SISAN Nacional, todos os Estados através de suas instâncias governamentais e demais instâncias integrantes do Sistema tem entre outras atribuições juntos com a esfera federal, apoiar os municípios na implantação do SISAN na esfera municipal.

Sobre as atribuições para as instâncias de gestão, no artigo 7º, inciso III do Decreto nº7.272/10 encontra-se definido para a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outras atribuições,

“instituição e coordenação de fóruns tripartites para a interlocução e pactuação, com representantes das câmaras governamentais intersetoriais de segurança alimentar e nutricional estaduais, municipais e do Distrito Federal, das respectivas políticas e planos de segurança alimentar e nutricional”(p.125).

Vê-se que as atribuições referidas extrapolam a esfera federal e são imputadas também às instâncias estaduais (Governo-Estado), municipais (Prefeitos) e distrito federal para promoverem a inter-setorialidade necessária e constituir o processo de pactuação federativo, para fins de implantar/implementar a Política e o Sistema de SAN em todo território nacional.

Emergência da Gestão Democrática das Políticas Sociais e dos Conselhos de Direitos

A Constituição de 1988 em resposta a pressão dos movimentos sociais organizados instituiu a participação e o controle social, através de conselhos gestores de políticas públicas. Assim os conselhos são definidos como espaços públicos de gestão democrática das políticas sociais, nos quais estão em relação o Estado e a sociedade civil. Relações nem sempre harmônica, mais também tensas e conflituosas.

Para Raichelis (2000) vem ocorrendo que,

“nas últimas décadas ampliou-se o debate sobre as políticas sociais, no contexto das lutas pela democratização do Estado e da sociedade no Brasil. Desde os anos 80 é possível observar mudanças decorrentes da atuação de novos interlocutores no campo das políticas sociais. O cenário político da década de 90 introduz inflexões importantes nesse movimento, relacionadas à

participação de segmentos organizados da sociedade civil na formulação, gestão e controle social das políticas públicas. Vai ganhando força a idéia de constituição de espaços públicos que possibilitem a participação de novos sujeitos sociais” (p.1).

Observando-se a emergência da participação na gestão das políticas públicas exercida pelos conselhos, inclusive pelo CONSEA – PE tem-se que não se deu ou se dá por acaso, ao se considerar os interesses antagônicos entre o Estado e a sociedade civil, mas que é produto de momento histórico determinado em que há equilíbrio na correlação de forças e confluência de interesses.

Nesse sentido convém destacar,

Uma característica importante do processo de construção das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no Brasil é a participação social, tanto na formulação quanto no controle social das diversas iniciativas, o que tem se dado por meio das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e conselhos estaduais e municipais. As diretrizes e principais estratégias que orientam as políticas de SAN vem sendo amplamente debatidas com a sociedade civil por meio destes espaços de participação. O CONSEA e os conselhos estaduais e municipais de SAN também estão buscando estratégias para o fortalecimento dos mecanismos para a população exigir a realização do seu direito à alimentação adequada e saudável (CGSISAN,2010, p.8).

Por conseguinte, os conselhos são instrumentos de articulação entre a sociedade civil e o governo para enfrentamento da *Questão Social* e das respostas daí decorrentes, no caso, às relacionadas à política de SAN em cada âmbito de gestão.

Recorre-se a Raichelis (2000) para esclarecer o significado de Questão Social:

“a questão social está na base dos movimentos sociais da sociedade brasileira, como produto e condição da ordem burguesa. Nesses termos, diz respeito à sociedade de classes e é, portanto, expressão das lutas dos trabalhadores urbanos e rurais pela apropriação da riqueza socialmente produzida, articulando suas demandas ao Estado e patronato que, no enfrentamento da questão social constituem políticas sociais” (p.3).

Noutras palavras, significa que grupos organizados da sociedade civil ou os conselheiros expressam a luta dos trabalhadores urbanos e rurais reivindicando e exigindo do Estado respostas para sanar as necessidades exigindo a responsabilidade deste para assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Ou seja, as políticas sociais públicas são respostas do Estado burguês às iniquidades geradas pelo modo de produção que produziu e reproduziu a questão social, dos tempos do Brasil Colônia ao Brasil Neoliberal. São respostas às pressões de

segmentos sociais organizados que exigem o atendimento de suas necessidades e não é diferente com a política de segurança alimentar e nutricional. Mas não somente isso, as políticas sociais como resposta do Estado burguês, neoliberal são também estratégias de proteção do desenvolvimento do sistema capitalista, do aperfeiçoamento do mercado, do lucro dos capitalistas.

As políticas sociais são produtos de uma realidade específica retratada nas palavras de Raichelis (2000),

“As conseqüências da incorporação do ideário neoliberal nas sociedades, que como a brasileira, vivem os impasses da consolidação democrática, do frágil enraizamento da cidadania e das dificuldades históricas de sua universalização, expressam-se pelo acirramento das desigualdades sociais, encolhimento dos direitos sociais e trabalhistas, aprofundamento dos níveis de pobreza e exclusão social, aumento da violência urbana e da criminalidade, agravamento sem precedentes da crise social que, iniciada nos anos 80, aprofunda-se continuamente na primeira década do século XXI. Em tal contexto, o debate sobre as políticas sociais ganha relevância pelo seu caráter de mediação entre as demandas sociais e as respostas organizadas pelo aparato governamental para implementá-las”(p.4).

A análise acima nos leva a refletir e nos remete ao período em que o Brasil ainda vivenciava a ditadura e a impopularidade do governo militar, mas fora do país já se defendia e praticava o neoliberalismo, o Estado mínimo, a defesa ao mercado como solução para tudo. E na seqüência, o Brasil na sua adesão tardia ao neoliberalismo conformando o processo de abertura para a redemocratização, imprime um modelo capitalista diferenciado dos outros países, entre outros, de exploração, concentração de riquezas nas mãos de poucos e desigualdades sociais exacerbadas.

Leva-nos a refletir ainda, que os anos 1980 conhecidos como a década perdida, foram marcados por crises, econômica, política e social, embora tenha sido a década de conquistas de direitos inseridos na Constituição de 1988, resultantes das lutas sociais. Contabilizou-se tanto conquistas como derrotas, imprimidas pelos setores conservadores, resultando em contradições como universalização e seletividade, a inserção do setor privado enquanto setor complementar prestador de serviços ao Estado, embora lhe esteja posto o dever e a responsabilidade para com os direitos sociais.

Segundo Behring e Boschetti (2008), “os anos 1990 até os dias de hoje tem sido de contra-reforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988 [...]”(p.147). Infere-se das palavras das autoras, em que pese às conquistas

constitucionais, muitos problemas que conformam a questão social permanecem postergados historicamente juntamente com os direitos da população que são negligenciados ou ignorados, pois as políticas públicas existentes são de cunho seletivo, focalista e de orçamento restrito.

O discurso neoliberal reformista privatizante dizia que o problema estava no Estado e era necessário reformá-lo e reduzir custos, enquanto isso a política econômica acarretava ao país altas dívidas interna e externa. Com tudo isso e mais, a reforma ocasionou desresponsabilização do Estado com as políticas públicas. Em consequência, “coloca-se um quadro de grande complexidade, aridez e hostilidade, para a implementação dos direitos sociais, conforme o estabelecido no artigo 6º da Constituição Federal” (Fleury, 2004 et al, apud Behring e Boschetti, (2008, p.156).

Não obstante, o movimento nacional pela segurança alimentar e nutricional retomado no país a partir de 2003, obteve conquistas e em 2010 a aprovação no Congresso Nacional da inserção no artigo 6º da Constituição da alimentação como direito constitucional. Contudo, o direito humano a alimentação adequada carece ainda, tanto da definição de mecanismos de exigibilidade como da definição de recursos próprios para sua efetividade.

Os recursos para as políticas públicas estão submetidos à política fiscal e estão,

“concentrados na União e nos serviços da dívida pública com destinação sempre maior que todo o recurso da seguridade social e para as políticas sociais que são financiadas pelo orçamento fiscal, a exemplo da educação, reforma agrária e outras, [*como a política de segurança alimentar e nutricional*], as quais não estão contempladas no conceito constitucional restrito de seguridade social do Brasil”. (FBO, apud Behring e Boschetti, 2008, p.165).

Sobre segurança alimentar e nutricional encontra-se na Lei Nacional 11.346, de 15.09.2006, a seguinte definição:

“A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (Art. 3º).

E sobre os recursos orçamentários disponíveis, observa-se, em que pese à existência do fundo para financiamento público, este é disputado pelos diferentes setores que formam a sociedade e os acessos se dão de acordo com o peso da correlação

de forças em disputa é o que se infere da análise de Oliveira “ [...] o fundo público reflete as disputas existentes na sociedade [...]” (Oliveira,1998, apud Behring e Boschetti, 2008, p.174).

Para o enfrentamento da exclusão social, da fome e promoção do direito humano à alimentação adequada vem sendo reivindicados pelos segmentos sociais que se debruçam sobre o tema, uma política social com recursos orçamentários disponíveis, para garantir a efetividade da política para atender as necessidades da população e minimizar os altos índices de insegurança alimentar e nutricional que assola o país e o Estado de Pernambuco.

A Participação Social no CONSEA-PE na Gestão do Sistema e da Política de Segurança Alimentar e Nutricional

O SISAN é o arcabouço jurídico da Política de Segurança Alimentar e Nutricional previsto para as três esferas de poder. É composto pelas Conferências, Conselhos, Órgãos, Entidades e Instituições Privadas, Câmara Interministerial e estruturas equivalentes nos Estados e também nos Municípios, com as mesmas atribuições da esfera federal.

O SISAN-Pe foi instituído pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN-PE nº 13.494/08 de 02.07.2008. O Consea-PE já existia de fato mas só foi legalmente instituído pelo Decreto nº 30.195, de 07/02/2007 e alterado pelo Decreto nº 35.101, de 07/06/2010.

Compõe o SISAN-PE, além do Consea, a Conferência Estadual Sustentável, Órgãos e Entidades de promoção da SAN sustentável do Estado e dos Municípios, Instituições privadas com ou sem fins lucrativos, Instituições de pesquisa ensino e extensão e o Comitê Integrado de Gestores Executores das Ações de SAN que passou a ser designado de Câmara Integrada de Gestores Executores da Política de SAN.

O Comitê Integrado de Gestores Executores das Ações de SAN, criado pelo Decreto nº 32.311, de 12/09/08 foi alterado pelo Decreto nº 36.515 de 12/05/2011 e passou a ser designado de Câmara Integrada de Gestores Executores da Política de SAN – CAISAN- PE e está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos

Humanos. A CAISAN é formada por 13 Secretarias de Estados. Em parceria com o CONSEA, constituem, a intersetorialidade requerida para a implementação da política.

A institucionalidade do CONSEA-PE está prevista na LOSAN-PE requerido como componente imprescindível para a formalização do sistema estadual de segurança alimentar.

Na Lei e no Decreto encontra-se a composição do Conselho, 1/3 de representantes governamental e 2/3 da sociedade civil. São 14 conselheiros titulares representantes da sociedade civil e 07 conselheiros titulares da representação governamental e os respectivos suplentes. E também observadores como convidados permanentes.

Viu-se que no universo dos conselhos de políticas públicas encontra-se o CONSEA – PE, participando do movimento da sociedade em defesa dos direitos humanos e sociais e garantia da alimentação adequada como um direito humano natural e de garantia da vida. Concordando com o posicionamento de Raichelis, adotamos aqui a concepção de política pública definida por Potyara Pereira (1996:130) "linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei" (Pereira,1996 p.130, apud Raichelis, 2000, p.2).

No Decreto N° 30.195 de fevereiro de 2007, do Governo do Estado, em seu artigo 1º, regulamenta que o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/PE, é órgão de assessoramento imediato ao Governador do Estado de caráter consultivo e deliberativo, tem como objetivo propor as diretrizes gerais da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do poder Executivo” (p.1).

Observando-se o caráter deliberativo imputado ao Consea-PE recorremos a Raichelis (2000) para se fazer a reflexão a seguir:

“É preciso esclarecer que, embora os conselhos sejam concebidos como um dos instrumentos de concretização do controle social sobre as ações do Estado, nem todos assumem um caráter deliberativo, ou seja, têm garantido, inclusive do ponto de vista legal, o direito de interferir efetivamente nos processos decisórios em relação aos atos governamentais no campo das políticas públicas”(p.6).

A respeito do caráter deliberativo previsto no marco legal observou-se que não há um único entendimento entre os conselheiros do CONSEA-PE. Para uns, as proposições resultantes do exercício da participação nas reuniões ordinárias e

extraordinárias, câmaras técnicas, conferências, representações externas, são deliberações que significam *decisões* do Conselho postas para serem acatadas pela instância governamental. Para outros são proposições que podem ser acatadas ou não. Não existe consenso sobre esse aspecto.

Tendo como referência o período de 2007 a 2011, observou-se nos encontros do Consea-PE a participação de conselheiros investidos do entendimento do papel político do Conselho, reivindicando tomadas de decisões, compreendendo a dimensão da Política e do Sistema Estadual de SAN (SESAN), os limites e possibilidades da participação como sendo capaz de intervir e modificar a realidade da população. De outro, observou-se descomprometimento, exercício da participação sem sintonia com o fazer das organizações que representam. Observou-se ainda que esse Conselho fez a discussão, posicionou-se politicamente e propôs a base de sua legalização. Elaborou seu Regimento Interno, organizou em 2007, o Encontro Regional Preparatório para a participação do Consea-PE na III Conferência Nacional de SAN. Discutiu e participou da elaboração da Losan Estadual. Participou das etapas de discussões no Estado, em Salvador e Brasília para avaliação da III Conferência Nacional de SAN +2.

Com o apoio do Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome – MDS, realizou encontros regionais de capacitação de agentes públicos e sociais para formação do Sistema de SAN, recebeu e averiguou denúncias sobre o funcionamento de Programas como o do Leite, solicitou ao governo estadual que convocasse a IV Conferência Estadual de SAN, organizou-a e executou-a, a qual foi realizada em Pesqueira, em setembro de 2011. Organizou a participação da delegação do Estado na IV Conferência Nacional de SAN, realizada em Salvador, em novembro de 2011.

Encontrou-se também que o Consea-PE tem muitas dificuldades, entre outras, em participar da Comissão Nacional de Presidentes de Conselhos Estaduais que ocorre em Brasília a cada dois meses, de averiguar a maioria das denúncias que recebe e que dizem respeito às atribuições de controle social, dificuldades em ser mais propositivo junto ao Governo do Estado. Verificou-se esvaziamento da participação de conselheiros nas reuniões ordinárias e câmaras técnicas, como também pouco ou nenhum apoio de organizações participantes com as atribuições do Consea.

Entre outras dificuldades, o Consea-PE não tem estrutura financeira própria para custear suas despesas, não tem estrutura física adequada para o funcionamento das suas atividades e se posiciona que não tem equipe técnica para dá conta das suas atribuições. Justificam os conselheiros não terem tempo suficiente para realizar as inúmeras ações que advém das assembléias deliberativas. Durante o período de tempo delimitado nesse texto, o Consea-PE não teve condições de reverter esse histórico de dificuldades. Inclusive, não conseguiu ainda que fosse instituído o Fundo de SAN.

Infere-se que as dificuldades vivenciadas pelo Consea-PE, não são dificuldades isoladas de um conselho específico mas uma realidade vivenciada por muitos na perspectiva da efetivação do controle democrático.

Para refletir essa realidade recorreremos à análise de Behring e Boschetti,

“observamos que se os conselhos têm grandes potencialidades como arenas de negociação de propostas e ações que podem beneficiar milhares, milhões de pessoas, e de aprofundamento da democracia, há também dificuldades para a realização dos sentidos da participação e pleno desenvolvimento na direção acima apontada. [...] Na saúde e na assistência social [...] quase todos os municípios possuem conselhos em funcionamento.[...]. No entanto, cabe uma análise [...]observando *se, como, e para quem* está sendo efetivamente viabilizado o controle da política pública, a partir dos princípios constitucionais e das legislações complementares, que apontam para o caráter universal do acesso dos direitos de cidadania” (p.179).

Vê-se que as autoras destacam potencialidades e dificuldades no exercício do controle social, do controle democrático e nesse sentido se pode dizer que é recorrente a afirmação que em muitos casos, os conselhos existem, mas não funcionam; um mesmo conselheiro participa de vários Conselhos; a maioria dos conselheiros não dispõe das informações necessárias para a avaliação e subsídio a tomada de decisão; as decisões muitas vezes vão de encontros ao direito de cidadania, como a aprovação de cortes com gastos sociais, entre outros. Tendo como consequência, muitas vezes, um processo, um controle social esvaziado e desqualificado.

Considerações Finais

A guisa de proceder as considerações finais recorreremos à análise de Abramovay(2003) a respeito de conselhos gestores de políticas públicas:

“A profusão de conselhos gestores é a mais importante inovação institucional das políticas públicas do Brasil democrático. Não há estudo sobre o tema que não enfatize a precariedade da participação social nestas novas organizações e sua tão freqüente submissão a poderes locais dominantes. Mas é praticamente unânime o reconhecimento do potencial de transformação política que os conselhos encerram. Se eles tendem

muitas vezes a reproduzir um ambiente social avesso à ampla discussão dos assuntos públicos, não é menos certo que sua simples existência abre caminho para a entrada na vida dos indivíduos e dos grupos organizados de temas até então ausentes” (Abramovay, 2003).

Relacionando-se a afirmação final do autor com a realidade do Consea-PE, essa reflexão nos permite dizer que mesmo com as dificuldades vivenciadas que dificulta o exercício do protagonismo, o Conselho ocupou um espaço e assumiu uma responsabilidade pública na sociedade pernambucana.

Tendo por base o exercício da participação social do Conselho-PE no período delimitado, observou-se que promoveu escuta da população em relação a alguns programas e ações públicas, promoveu o chamado e sensibilização a determinados grupos da população historicamente excluídos e parte da sociedade „organizada” para buscar soluções e fazer os encaminhamentos necessários, discutir a temática de SAN. Promoveu participação social, debates para fins de formar massa crítica a respeito da política a fim de que se possa exigir a garantia do direito e o acesso à alimentação adequada e saudável. Ou seja, para que a população venha intensificar sua exigência sobre a implementação da política de SAN.

Pode-se inferir do observado, que estaria comprometida a implementação do Sistema de SAN, tanto na instância nacional como na estadual, sem a participação social exercida no Consea-PE. E que mesmo com as dificuldades referidas, o Conselho tem dado contribuições e as vem alargando, a exemplo da elaboração em andamento de proposições à instância governamental, CAISAN-Estadual, para o Plano Estadual de SAN a partir de subsídios oriundos principalmente da IV Conferência Estadual e Nacional, com o desenvolvimento do processo de sensibilização dos agentes públicos e sociais municipais, com o processo de pactuação da gestão da política a ser iniciado.

Tudo isso leva a inferir ainda, que o Consea-PE exerceu uma participação social profícua e ocupou seu espaço legítimo na implantação/implementação do SISAN e SESAN, contribuindo assim para o fortalecimento da Política Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e para com a construção do conhecimento da participação social democrática na gestão de políticas públicas.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. O futuro das regiões rurais, Série Estudos Rurais, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. In: OLIVAL, A.A. SPEXOTO, A.A. RODRIGUES, J.A. Participação e cultura política: os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável no território Portal da Amazônia. Rev. Econ.Sociol.Rural vol.45 nº4 Brasília Out./Dec. 2007.http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010320032007000400009&script=sci_arttext, acessado em 19.01.2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. Boschetti, Ivanetti. Política social: fundamentos e história. São Paulo, Ed. Cortez, 2008.

BRASIL, MDS. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN: Diagnóstico de Implantação no Âmbito Estadual. Coordenação Geral de Apoio à Implantação do SISAN – CGSISAN, Brasília, outubro, 2010.

BRASIL. Constituição Brasileira de 1988, de 05.10.1988.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 179, 18 de setembro de 2006, seção 1, p. 1-2.

_____. Coordenação Geral de Apoio à Implantação do SISAN (CGSISAN). Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2010.

_____. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 164, 26 de agosto de 2010, seção 1, p. 6-8.

ESTADO DE PERNAMBUCO. Decreto nº 30.195, de 07 de fevereiro de 2007. Regulamenta o funcionamento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/PE, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Recife, PE.

_____. Lei nº 13.494, de 02 de julho de 2008. Cria o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – SESANS, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Recife, PE.

_____. Decreto nº 32.311, de 12 de setembro de 2008. Cria o Comitê Integrado de Gestores Executores das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – SESANS, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Recife, PE.

_____. Decreto nº 32.804, de 05 de dezembro de 2008. Altera o Decreto nº 32.311, de 12 de setembro de 2008. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Recife, PE, 06 de dezembro de 2008.

_____. Decreto nº 35.101, de 07 de junho de 2010. Regulamenta o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA-PE, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Recife, PE, 07 de junho de 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. A Assistência na Perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996. In: RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. - Versão revista e ampliada. Módulo 03. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, CFESS, ABEPSS, CEAD/NED-UNB, 2000.

RAICHELIS, Raquel - Articulação entre os conselhos de políticas públicas – uma pauta a ser enfrentada pela sociedade civil. ABONG. Brasília, novembro de 2005 (p. 55-59).

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. Módulo 03. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, CFESS, ABEPSS, CEAD/NED/UNB, 2000. Acessado em http://www.fnepas.org.br/pdf/serviço_social_saude/texto1-4.pdf

RAICHELIS, R. Democratizar a Gestão das Políticas Sociais – Um desafio a ser enfrentado pela Sociedade Civil. In: MOTA, M.E. (et al) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Cortez, 2006



GT 12 - Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: práticas e projetos como estratégias de fortalecimento do campesinato brasileiro

Projeto Agroecológico e soberania alimentar: o caso do assentamento José Unaldo de Oliveira - SE

Maria Lúcia da Silva Sodré ¹

Auceia Matos Dourado ²

Erlânia Cristine Sampaio dos Santos ³

France Mario Costa ⁴

¹ Doutora em Sociologia - UFPE/Professora Adjunta 2/Universidade Federal de Sergipe/ E-mail: mlsodre@yahoo.com.br

² Doutoranda em Geografia UFS/Professora Substituta / Universidade Federal de Sergipe/ E-mail: auceiam@hotmail.com

³ Graduanda em Engenharia Agrônoma / Bolsista de Iniciação Científica - PIBIC / UFS; E-mail: nanesampaio@globo.com

⁴ Graduando em Engenharia Agrônoma / Bolsista do Programa Especial de Inclusão em Iniciação Científica – PIIC/ UFS; E-mail: france.mario@hotmail.com

Resumo

Estudos apresentam que o Brasil possui uma elevada concentração fundiária, este fato aponta uma grande quantidade de terras ociosas, e, neste sentido, aptas para fins de reforma agrária possibilitando a formação de assentamentos rurais, que em consórcio com outras políticas públicas pode proporcionar a manutenção de agricultores familiares assentados em lotes e a produção de alimentos que tem como destino final o consumo direto e a venda para o mercado. Cabe destacar que, alguns agricultores familiares estão acompanhando as alterações mundiais para uma agricultura agroecológica e, portanto, mais sustentável consequentemente com práticas que devaste menos o meio ambiente, que possibilita produzir alimentos orgânicos, oferecendo ao mercado produtos “mais limpos”, utilizando processo produtivo sem uso de agrotóxico, garantindo, por um lado, a soberania alimentar, e por outro, trabalho e renda no campo. Neste sentido, o trabalho aqui destacado tem como objetivo apresentar o Assentamento José Unaldo localizado no Alto Sertão Sergipano identificando as potencialidades, os limites e a configuração de sua identidade.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Assentamentos Rurais, Segurança Alimentar e Nutricional.



Introdução

A formação dos assentamentos rurais no Brasil revela uma diversidade de processos sociais e de sujeitos envolvidos na trajetória de constituição desses espaços. Para além de representar a etapa final de uma longa jornada pela conquista da terra, a presença dos assentamentos significa a abertura de novos horizontes de vida e de trabalho para milhares de trabalhadores, privados das suas condições de sobrevivência. Nesse sentido, homens e mulheres na sua nova condição de assentados – e a partir de suas histórias de vida – retomam trajetórias interrompidas e laços familiares e estabelecem novos espaços de sociabilidade comunitária e novas situações de inserção econômica, política e social (LEITE et al., 2009).

Sem dúvidas o debate que envolve estudos sobre o meio rural, de modo especial, sobre a implantação de assentamentos de reforma agrária, vem ocupando cada vez mais espaços no Brasil e tem despontado com expressividade nos debates da política governamental e na academia.

Desta forma, impõe-se uma reflexão sobre as formas de uso das terras, sobre as relações sociais que permeiam este ambiente, sobre as estratégias de produção e reprodução social, sobre as formas de organização interna e também sobre os principais problemas enfrentados pelos agricultores familiares na luta pela sobrevivência e sustentabilidade no projeto de reforma agrária. Destaca-se ainda neste cenário que a identidade tem um papel fundamental nas ações desenvolvidas no assentamento visando o seu desenvolvimento, pois a construção e a reconstrução da identidade relacionam-se ao processo de significação, pois são construídas e reconstruídas a partir de representações que posicionam os sujeitos dentro de um grupo, dando sentido àquilo que são e o que podem ser.

A identidade, nestes termos, reafirma o sentido de pertencer a algo a qual no qual o sujeito está inserido e cria condições para a continuidade de uma trajetória. O assentamento nesse sentido é representativo dessa identidade, o sentido de pertencer e dar continuidade a uma trajetória que se inicia com o desejo de possuir um *lugar e vida e de trabalho* e se materializa com a conquista da terra.

Assim, a questão se instaura entre compreender como frente aos problemas enfrentados pelas famílias para a sua reprodução produtiva e social - em um espaço de vida e trabalho estruturado e reestruturado a partir de um projeto de assentamento de



reforma agrária, se estabelecem as estratégias de reprodução social e produtiva e a conformação da identidade dos assentados.

Acredita-se que a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas pode ser viabilizada através de um processo de planejamento, gestão e exploração da propriedade agrícola embasado em princípios de novas formas de organizações produtivas, visando criar mecanismos que favoreçam a geração de renda e melhoria nas condições de vida, contribuindo duplamente para o fortalecimento da cidadania e da participação dos assentados e para o desenvolvimento rural sustentável, mas que considere as características formadoras de sua identidade social construída na resistência e nas dimensões da luta pela terra.

Estudos têm apresentados que não é apenas a distribuição de terras o principal problema da questão agrária no país, mas essencialmente a elaboração de projetos que venham contemplar as necessidades, os sonhos e expectativas desse novo grupo de produtores rurais. E neste contexto, dentre outras questões, a problemática da assistência técnica se apresenta com uma relevância fundamental.

Por outro lado, não podemos deixar de salientar que os assentamentos rurais se apresentam no contexto da agricultura familiar, como uma alternativa política que tem a possibilidade de incluir inúmeros homens, mulheres e crianças sem-terra, excluídos do mercado de trabalho e até mesmo de uma referência identitária. No entanto, as condições precárias que se apresentam inúmeros assentamentos de reforma agrária deixam claro que a luta pela terra não termina com a conquista da terra, mas é um novo começo de luta para permanecer na terra conquistada.

No entanto, cabe ressaltar ainda que, embora os assentados disponham de poucos recursos internos disponíveis para sobrevivência da unidade familiar, inúmeros estudos empíricos (SODRE, 2002, 2008; WANDERLEY, 2004) têm mostrado que, tentam realizar a partir das condições e adversidades que lhes são apresentadas, desenvolvendo a sua capacidade de adaptação às circunstâncias dadas criando condições para sua permanência e para seu desenvolvimento no local.

O objeto de reflexão deste trabalho são 17 unidades de agricultores familiares no assentamento de reforma agrária José Unaldo de Oliveira, localizado no município de Porto da Folha no alto sertão sergipano às margens do Rio São Francisco. Este assentamento é composto por agricultores familiares que atualmente desenvolvem atividades produtivas com culturas anuais para o consumo direto; como o milho, feijão,



mandioca; a criação de pequenos animais; árvores frutíferas; atividade de apicultura, e a pesca – dada sua localização, às margens do Rio São Francisco. No assentamento, existem ainda 5 Projetos Agroecológico de Integração Sustentável - PAIS. Esta atividade tem possibilitado a participação de 5 famílias, que além de garantir alimentação limpa para o consumo direto, participa da Feira Agroecológica com a comercialização de hortaliças, feira esta realizada pelo programa Dom Helder Câmara (PDHC), que sinaliza um avanço para o assentamento.

Cabe observar também que 04 destas famílias já possuem a OCS, que é a autorização para vender em feiras livres. No entanto, foi observado também que no assentamento, além de identificar estas potencialidades, foi possível observar também alguns limites, ou problemas, dentre eles, alguns conflitos; falta de organização social; falta políticas públicas; problemas de relações interpessoais e problemas climáticos, como a falta de chuvas regulares.

A importância deste estudo reside no fato de ser uma avaliação acadêmica sistematizada a respeito de uma dada realidade tornando evidentes as dificuldades locais da reforma agrária de caráter nacional. Sergipe apesar de ser o menor Estado da Federação, não fica atrás na questão reforma agrária em relação ao país, dados apontam que atualmente existem 2.012 assentamentos e 9.546 famílias assentadas em todo o estado, sendo a maioria na região do Alto Sertão Sergipano. Outro dado importante é que já existem no estado aproximadamente 150 Planos de Assentamento (PA's) criados. Porém, mesmo com este número de famílias assentadas em todo Sergipe, o estado apresenta ainda em torno de 9.500 famílias acampadas a espera de terra, e por consequência uma melhora da qualidade de vida. Outro dado a ser destacado é que, a grande maioria dos assentamentos no estado, ainda necessita de grandes investimentos, principalmente em infra-estrutura social e produtiva. Foi neste contexto que se inseriu a proposta deste trabalho.

Esta análise traz à luz uma realidade do semi-árido sergipano, que mesmo possuindo uma realidade marcada pelas adversidades climáticas, tem conseguindo se desenvolver graças ao esforço coletivo e capacidade organizativa e a inserção/ação de mediadores externo que tem fomentado o desenvolvimento do território e como consequência melhorias das condições de vida e de trabalho para pequenos trabalhadores rurais.



Cabe ressaltar que o município Porto da Folha também vem sofrendo ao longo dos anos carência de políticas de convivência com a realidade de seu território. Porém, cabe destacar que o semi-árido trás em si grande potencial natural, cultural e humano capaz de tornar a região desenvolvida e sustentável.

Nos últimos anos, diversas ações vêm sendo desenvolvidas em algumas comunidades do município, no sentido de fortalecer e capacitar agricultores familiares, através de ONG's como o Centro Dom José Brandão de Castro - CDJBC que ao longo de mais de 15 anos atua no município, contribuindo para o fortalecimento das formas de organização social e produtiva e na qualificação dos trabalhadores rurais sergipanos na luta continua pela superação da exclusão social. Destaca-se também, mais especificamente no último ano, as ações do projeto de extensão desenvolvido por alunos do curso de Engenharia Agrônômica (DEA/UFS) para compreensão dos limites e potencialidades dessa convivência com o meio, numa relação interdisciplinar através de um processo que envolveu o tripé ensino-pesquisa-extensão, com base nos princípios da agroecologia com vias a um desenvolvimento sustentável no campo.

E neste contexto, a agricultura familiar procurando atender a demanda mundial de proteção e utilização de forma correta do meio ambiente, através de práticas de manejo e técnicas que evitem ao máximo a degradação do solo e dos sistemas envolvidos, tem mostrado para o mundo que a produção de alimentos pode ser realizada de forma sustentável com a diminuição da degradação dos ecossistemas da terra oferecendo ao mercado produtos “mais limpos”, ou seja, utilizando processos produtivos sem o uso de agrotóxico, que de forma ecológica permite a produção de alimentos, garanta a soberania alimentar, com retorno direto e indireto para os agricultores e para a sociedade em geral.

A Via Campesina na Declaração Final do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar (2001, p (120) realizado em Cuba declara que:

A soberania alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando as próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura



com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras vinculadas ao território; prioritariamente orientada à satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais.

Assim, a segurança alimentar reconhece o direito de cada localidade na escolha de suas formas de produzir, o que produzir para alimentar e garantir a sobrevivência do seu povo respeitando sua cultura, necessidades, crenças e sua reprodução social que nada mais é que permitir uma melhora na vida do produtor e da sociedade de modo geral.

Cabe destacar que, uma parte dos alimentos que garante a segurança alimentar do assentamento em estudo, tem origem do Projeto Agroecológico de Integração Sustentável - PAIS que consiste em produzir diversos produtos em uma área concentrada, geralmente frutas, legumes e verduras - produção vegetal em consórcio com um galinheiro - produção animal, que irá produzir matéria orgânica para adubação do plantio, e como não há concentração de uma cultura isso reduz o ataque de insetos às plantas fazendo com o que não seja necessária a utilização de agrotóxico.

O PAIS é uma estratégia de produção que procura preservar o meio ambiente e agregar técnicas que tenham como objetivo o desenvolvimento da produção com pouca utilização de insumos externos à propriedade, e assim garantir a sustentabilidade de pequenas propriedades familiares como é o caso dos assentamentos rurais. Outros fatores importantes a destacar é que o PAIS é definido como integrado, pois na sua concepção associa a criação de animais com produção vegetal e utiliza o uso de insumos interno em todo processo produtivo, e finalmente, o PAIS é agroecológico pois não se utiliza de insumos e práticas que venham trazer danos aos meio ambiente como uso de agrotóxicos, queimadas e desmatamentos.

De acordo com Jesus (1998, p. 35), a agroecologia pode ser definida de diferentes maneiras:

No stricto sensu, poderíamos defini-la como a aplicação de conhecimentos Ecológicos no manejo dos Agroecossistemas; No lato sensu poderíamos defini-la como sendo um novo paradigma, ainda em construção, o qual propõe a abordagem sistêmica aos problemas da agricultura, tendo como base filosófica o Holismo; suas preocupações abarcam os problemas sociais, econômicos, culturais e antropológicos, que afetam a agricultura dando ainda especial ênfase ao equilíbrio no manejo do ambiente. Um dos pontos fundamentais da Agroecologia é o princípio da participação e da democracia.



E neste sentido, a realidade dos produtos agroecológicos fez crescer um mercado que até então não tinha destaque, os produtos orgânicos, estes vêm mostrando seu valor e provando que pode ser rentável para produção, consumo e venda, tanto é que em Sergipe já existem algumas feiras dos produtos orgânicos como em Itabaiana, Aracaju e outras localidades do estado.

2. METODOLOGIA

Para desenvolvimento deste estudo, metodologicamente foram feitas visitas exploratórias ao assentamento José Unaldo de Oliveira, com o objetivo inicialmente de conhecer o assentamento e o perfil das famílias assentadas, os limites e as potencialidades locais, para em etapa seguinte dar suporte para confeccionar o instrumental teórico com base na resposta aos objetivos, respaldada na teoria e da impressão pessoal e do grupo do campo.

O método empregado para compreensão dos objetivos nessa primeira etapa do relatório foram procedimentos qualitativos, onde se baseou em observações participantes e em conversas informais com os assentados. Um caderno - Diário de campo – também deu suporte para registrar os fatos e os diálogos observados e também as impressões pessoais e reflexões sobre o observado.

O método empregado para compreensão da proposta aqui apresentada e dos resultados é o método de estudo de caso que permitiu compreender a realidade estudada de uma forma aprofundada, uma vez que permite o uso de vários procedimentos, qualitativos e quantitativos, de modo a captar as particularidades inerentes ao objeto de estudo, compreendendo não apenas as ações objetivas, mas também aquelas ações que estão ocultas ou envolvidas no vasto universo de significados e valores das famílias.

A câmera fotográfica também foi uma contribuição importante à pesquisa, uma vez que permite captar visualmente a paisagem de cada unidade familiar, identificando limites e potencialidades. Os depoimentos e as experiências empíricas das famílias serão um dos principais instrumentos metodológicos utilizados na construção desta pesquisa.

A segunda fase do trabalho de campo, que foi parcialmente realizada foi a aplicação de entrevistas semi-estruturadas a uma amostra de 17 unidades familiares assentadas e questões estruturadas a partir do questionário. Estes foram enriquecidos



pelo uso do gravador, com o objetivo de deixar o entrevistador mais livre, direcionando a sua atenção ao entrevistado. Os dados obtidos serão compilados na planilha Excel. Cabe ressaltar que a elaboração dos questionários exigiu um trabalho cuidadoso, pois teve como objetivo transformá-lo em um caminho metodológico a seguir, que efetivamente está fundamentado na problemática teórica aqui levantada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados aqui apresentados são parciais, em relação ao estudo do assentamento José Unaldo de Oliveira (Fig 1). No entanto, cabe destacar que algumas questões foram observadas, dentre elas que é notória a necessidade de uma melhoria nas condições de qualidade de vida das famílias assentadas, da necessidade de programas que favoreçam o acesso a linhas de créditos, da desigualdade no reconhecimento do trabalho das mulheres em relação aos homens, onde muitas vezes é visto como simplesmente uma ajuda, dentre outras.

Figura 1: Assentamentos José Unaldo de Oliveira



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011

O assentamento é relativamente pequeno, mas os agricultores têm sua renda quase que totalmente retirada da venda dos produtos da horta (Fig. 2), essa horta é totalmente cultivada de forma orgânica.



Figura 2: Horta - Produção agroecológica no assentamento José Unaldo de Oliveira



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011

Os produtos da horta são de grande qualidade. Parte garante a segurança alimentar das famílias pelo uso para o consumo direto e tem destino certo para a comercialização nas feiras agroecológicas e feirinhas locais. Algumas famílias retira sua produção do PAIS (Fig. 3). Cada agricultor vende seu produto de forma individual, no entanto, essas vendas poderiam ser melhoradas se eles formassem cooperativas, com isso eles poderiam aumentar as margens de lucro das vendas, através da diminuição dos custos.

Figura 3: Projeto PAIS - Assentamento Nova Esperança



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011



Por ser uma população ribeirinha, os assentados não tem grandes dificuldades quanto à questão da água, pois bombeiam água do Rio São Francisco e irrigam suas terras, no entanto a questão climática com chuvas irregulares constitui em um problema apontado por algumas famílias.

As observações feita na área deixam claro a grande necessidade de assistência técnica continuada, pois os assentados ainda não têm noção de algumas práticas agrícolas alternativas que podem proporcionar ao grupo grandes melhorias não só produtiva e econômica como também na questão social, cultural e ambiental, aspectos que podem ser vislumbrados através das práticas agrícolas de produção que privilegiem princípios de base agroecológica.

A partir das viagens feitas ao Assentamento José Unaldo de Oliveira foi possível se conhece um pouco da realidade dos assentados como também algumas técnicas e produtos que eles utilizam na sua produção, adquirindo assim alguns conhecimentos no que se refere a mudança de vida dos produtores que passaram a ter maiores garantias e também acesso ao mercado consumidor específico.

Nas primeiras observações no campo foi possível observar, que uma parte da produção dos assentados está voltada para feira de produtos orgânicos, produtos provindos da horta. Para produzir estes alimentos eles utilizam de técnicas agroecológica e insumos obtidos com recursos produzidos na propriedade como o minhocário (Fig 4), o sobrite, o biogel e o bioinseticida.

Figura 4: Minhocario no José Unaldo de Oliveira



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011



Esta ação tem proporcionando uma melhoria na vida dos assentados, sobretudo, pela garantia do consumo direto e por não se tornarem dependentes de grandes empresas fornecedoras de insumos. Esta ação também procura preservar a saúde e o meio ambiente e mantém uma produção satisfatória, obtida por suas técnicas e produtos que são gerados em suas propriedades principalmente aqueles que atendem aos princípios agroecológicos.

Em campo foi possível saber ainda que existem ações e programas do governo que atendem aos assentados, como criação de cisternas, escolas nos assentamentos, postos de saúde, linha de crédito específico destacando o Programa Nacional de Crédito a Agricultura Familiar (PRONAF), e como cerca de 30% da merenda escolar deve ter origem de produtores familiares, esta política pública abre prerrogativa para destino certo da produção interna.

A visita ao assentamento José Unaldo de Oliveira mostrou a realidade dos produtores evidenciando as potencialidades como a localização próxima à margem do Rio São Francisco permitindo assim utilização de água para irrigação da propriedade e a pesca. Outra potencialidade observada refere-se ao acesso a assistência técnica do CDJBC, em parceria com o projeto de extensão da Universidade Federal de Sergipe.

Deve ser ressaltado ainda que mesmo enfrentando dificuldades e apesar da falta de recursos e adversidades enfrentadas, os assentados demonstram felicidade de estarem assentadas em um programa de reforma agrária, batalhando dia após dia tentando melhorar sua vida e de sua família, o principal motivo apontado é o fato de que hoje eles são donos seus próprios patrões, onde a escolha de o que produzir, quanto e como é definido pela família. E por está localizado às margens do Rio, a identidade destes assentados também tem relação direta com o Rio São Francisco, resultados também encontrado nos estudo de Sodré, (2008).

4.CONCLUSÃO

Todo este resultado leva a compreendermos que os projetos de reforma agrária devem ser planejados em função das suas características específicas, que venham contemplar as necessidades de cada um em especial. E neste sentido, cabe ressaltar a localização dos assentamentos, as característica climáticas, as atividades produtivas, os costumes locais das famílias, as suas crenças, e sua identidade construída na sua reação



com a luta pela terra, ou seja, o modo de viver, de produzir e de se relacionar com as pessoas e com a terra conquistada, devem ser consideradas.

Esses conhecimentos possibilitará ações de planejamento em relação ao apoio técnico, de infra-estrutura social e produtiva através da ação da Extensão Rural e pesquisa que permitam o desenvolvimento sustentado do assentamento e à melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas, dando sentido a própria política agrária.

Percebe-se que o Brasil durante grande parte de sua história teve uma característica de concentração de terras. Este fato não alterou, de forma significativa, ao longo da história, embora dados apresentem um número considerado de famílias atualmente assentadas em projetos de reforma agrária em todo o país, através da implantação de assentamentos rurais, que atuam enquanto ‘sementeiras’ de agricultores familiares. Vimos que embora a agricultura familiar, apresente diversos limites e problemas, ela ainda se apresenta como alternativa de melhores condições de vida para o homem do campo. Atualmente, frente a diversas demandas mundial, de preservação do homem e do ambiente, técnicas e tecnologias passam a ser fomentadas e desenvolvidas com o objetivo de atender ao campo procurando minorar os impactos ao meio ambiente. Vimos que tecnologias sociais alternativas, como o PAIS, se apresentam como uma possibilidade viável de produção para o agricultor familiar, como desenvolvida no assentamentos José Unaldo.

Vimos que esta tecnologia é desenvolvida no Assentamento, de forma endógena, questionando projetos que são elaborados por técnicos e pesquisadores que não conhecem as realidades e demanda dos produtores, e por isso, elaboram projetos únicos para serem implantados em todo o território nacional.

O Projeto Agroecológico de Integração Sustentável, como vimos, atende a uma demanda mundial utilizando processo produtivo sem uso de agrotóxico na produção de alimentos orgânicos, e utilização dos recursos de forma sustentável não degradando o solo nem o meio ambiente e oferecendo ao mercado produtos “mais limpos”, que venha garantir, por um lado, a soberania alimentar, e por outro, trabalho e renda no campo. Concluindo, cabe destacar que no Assentamento José Unaldo, a pesquisa de campo ainda foi exploratória, e os dados ainda são parciais, no entanto, nessa primeira etapa do trabalho foi possível compreender e entender as principais estratégias de sobrevivências o modo de vida desses assentados. Eles sobrevivem basicamente do trabalho da terra, o



que plantam é para suprir as necessidades da família e o excedente eles vendem. Esses assentados, como ocupam uma área às margens do Rio São Francisco, têm o perfil de ribeirinho, e, portanto uma relação intrínseca com a região, e este fator é de fundamental importância na permanência do assentado na área, dificultando uma posterior saída.

Foi possível compreender ainda a importância da Reforma Agrária para Sergipe, e, portanto, para as 9.546 famílias assentadas nos mais de 2000 assentamentos rurais em todo o estado. E foi possível compreender também que apesar das barreiras enfrentadas os assentados reconhecem a importância da terra e o significado dela em suas vidas, pois é a partir dela que eles conseguem gerar trabalho e renda, garantir a segurança alimentar, e agregar a sua família no campo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Jucicléa Medeiros de. **Culinário do Seridó**: um elemento da identidade territorial. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2011.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

CASTELLS, Manoel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris, Revista do Centro de Estudos Rurais**. IFCH/UNICAMP, 1, 1, 2007.

CARMO, M. S. do. A produção familiar como lócus ideal da agricultura sustentável. In:_____. FERREIRA, A. D. D; BRANDENBURG, A. (Org.) **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: ETGES, Virgínia Elisabeta (Org.). **Desenvolvimento rural**: potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001; p.19-52.

Censo Agropecuário 2006: IBGE revela retrato do Brasil agrário. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2009/10/01/censo-agropecuario-2006-ibge-revela-retrato-do-Brasil-agrario/>> Acesso em: 03/3/2011.



- CURADO, F. et al. **Do plural ao singular: dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe**. Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008.
- FAO/INCRA Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.
- HAGUETTE. M. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- INCRA/SE. **Diagnóstico e proposições no contexto do Desenvolvimento Agrário**. Set/2011.
- JESUS, E. L. Formação do profissional de ciências agrárias no limiar do século XXI: desafios e perspectivas. In: **Revista Educação Agrícola Superior**. Vol. 16, nº 1, 1998.
- LOPES, E. S. A história dos movimentos sociais no campo em Sergipe: uma abordagem preliminar. **Revista Candeeiro**. Ano VI, V.9 e 10 Out/2003. p.63-75.
- LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Um balanço da luta pela terra em Sergipe - 1985/2005**.
- MEDEIROS, L. S. de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.
- MEDEIROS, L.S; LEITE, S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas**. 2ª ed.- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p 161-187.
- MONTEIRO, A. As novas formas de ação coletiva e de recomposição dos laços sociais. In: _____. **Associativismo e novos laços sociais**. Coimbra: Quarteto. 2004. p.116-145.
- PERICO. Rafael Echeverri. **Identidades e territórios do Brasil**. Tradução de Maria Verônica Moraes Souto. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2009.
- SANTOS, F. **Perspectiva para a Soberania Alimentar brasileira**. Editora UFRGS, 2009, p 117-134.
- SILVA, G. da S. **O que é questão agrária**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007. (p. 7 a 22) (Coleção primeiros passos).
- SILVA, R. M. da, LOPES, E. S. A. **Conflitos de terra e Reforma Agrária em Sergipe**. Sergipe. EDUFS, 1996.



SODRÉ, M. L. da S. **Reforma agrária e qualidade de vida:** o caso do projeto de assentamento Nova Palmares. 139 f. Dissertação – (Mestrado em Ciências Agrárias – Desenvolvimento Rural) – Escola de Agronomia. Universidade Federal da Bahia, Cruz das Almas, 2002.

SODRÉ, M. L. da S. **Às margens do Velho Chico:** o projeto inconcluso do Incri e as conseqüências para o modo de vida das famílias ribeirinhas assentadas no PAE-SF. 312 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Centro de Filosofia E Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003a.

_____. Identidade social e espaço de vida. In: _____ (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável:** dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro. São Paulo: Polis; Campinas- SP: CERES - Unicamp, 2004.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.2, p.29-37, jul./dez. 2000a.



GT 12 – Soberania e segurança alimentar e nutricional: práticas e projetos como estratégias de fortalecimento do campesinato brasileiro

Quebra de dormência de *Bauhinia forficata* Link e sua utilização na recuperação de áreas degradadas

Mônica Umbelina Albarello¹

Cláudia Fernanda Sari Kurek²

Cássia Regina Sari Kurek³

Carine Dalla Valle⁴

¹ Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/URI. E-mail: monicaalbarello@hotmail.com

² Acadêmica do curso de Química Industrial pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/URI. E-mail: claudinhakurek@hotmail.com

³ Acadêmica do curso de Especialização em Agricultura Familiar pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/URI, Tecnóloga em Agropecuária: Agroindústria pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/UERGS. E-mail: cassiakurek@hotmail.com

⁴ Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/URI. E-mail: carine-adm@hotmail.com

Resumo

Alternativas de recuperação de áreas degradadas vêm sendo realizadas em todo país para que de alguma forma essas áreas possam restabelecer suas condições naturais, vindo a atingir o equilíbrio e a sustentabilidade necessária. No entanto, a tentativa de recuperação de uma área degradada consiste numa atividade criteriosa, na qual deve-se considerar alguns fatores determinantes ao seu sucesso, entre eles, a escolha das espécies. Neste contexto, espécies nativas são as mais recomendadas por tenderem a se adaptar melhor ao meio natural, além de contribuírem para conservação da biodiversidade local e regional. A *Bauhinia forficata* Link, conhecida como pata-de-vaca é um arbusto ou uma árvore decidual pioneira de médio porte. Suas sementes, embora em condições consideradas adequadas deixam de germinar, por apresentar impermeabilidade do tegumento, precisando assim, de tratamentos especiais. Este trabalho teve o objetivo de avaliar o melhor método para a quebra da dormência de sementes de pata-de-vaca, o tempo necessário de germinação e sua utilização na recuperação de áreas degradadas.

Palavras-chave: Dormência, *Bauhinia forficata*, recuperação, áreas degradadas.



Introdução

Um conceito bem genérico de degradação ambiental refere-se às modificações impostas pela sociedade aos ecossistemas naturais, alterando as suas características físicas, químicas e biológicas, comprometendo assim, a qualidade de vida dos seres humanos (NOFFS *et al.*, 2000).

Desta forma, o conceito para área degradada deve estar relacionado à redução de produtividade, devido a manejos agrícolas inadequados, a remoção da cobertura vegetal, o uso excessivo de fertilizantes e agrotóxicos, a poluição e a perda dos horizontes superficiais do solo por causa da erosão ou da mineração. Sendo assim, quando o ambiente não se recupera sozinho diz-se que o mesmo está degradado e necessita da intervenção humana. Mas, se o ambiente mantém a sua capacidade de regeneração (resiliência), diz-se que o mesmo está perturbado e a intervenção humana poderá acelerar o processo de recuperação (CORRÊA, 2005).

A depender da intensidade do distúrbio, alguns fatores essenciais como, banco de plântulas e de sementes no solo, capacidade de rebrota das espécies, chuva de sementes, dentre outros, poderão ser perdidos, dificultando o processo de regeneração natural ou tornando-o extremamente lento (MARTINS, 2007).

Pretendendo nortear os Planos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD’S a Lei Federal nº 9.985/00, que instituiu o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação traz em seu artigo 2º a definição de recuperação e restauração dos ecossistemas degradados (BRASIL, 2000):

“... XIII – **recuperação:** restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original.

XIV – **restauração:** restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo da sua condição”.

A *Bauhinia forficata* Link, (pata-de-vaca), é um arbusto ou uma árvore decidual pioneira de médio porte, de até 15 m de altura, sendo uma leguminosa que



pertence à família Fabaceae e subfamília Cercidae. É uma espécie nativa do Brasil, originária da Ásia que ocorre de forma natural nos estados do Brasil. A espécie, é muito utilizada como ornamental e produz madeira macia, de baixa durabilidade natural. Suas folhas são utilizadas em chás, indicados pelo efeito diurético e para tratamento do diabetes. As folhas, alternas, dísticas, glabras e brilhantes, apresentam limbo bilobado, de base truncada ou cordada e ápice fendido até mais da metade de seu comprimento, tendo uma arístula no seno. A casca é castanha e fissurada.

As flores, solitárias são axilares e muito vistosas, devido a grandes pétalas brancas. Os legumes, pendentes, sublenhosos e estipitados, medem de 10 a 20cm de comprimento, tendo sementes achatadas, ovais de cor escura e cerca de 1 cm de diâmetro. A floração ocorre nos meses de verão, principalmente nos meses de janeiro e fevereiro.

A exploração de plantas nativas na medicina popular vem sendo largamente difundida no país, sendo que a maioria das espécies tem sido usada de forma extrativista. No entanto, o crescimento da população humana e da ocupação de áreas naturais aumenta a pressão destrutiva desta forma (ROSA & FERREIRA, 2001).

A disponibilização de informações sobre a propagação de espécies medicinais como a *Bauhinia forficata*, vai proporcionar maior facilidade para o cultivo destas plantas, favorecendo o mercado informal de laboratórios farmacêuticos dedicados à produção de medicamentos de origem vegetal.

Muitas espécies como a pata-de-vaca possuem sementes que, embora sendo viáveis e tendo todas as condições normalmente consideradas adequadas, deixam de germinar; tais sementes são denominadas dormentes e precisam de tratamentos especiais para germinar. A dormência pode ser devida a vários fatores como impermeabilidade do tegumento à água e aos gases, embriões imaturos ou rudimentares, exigências especiais de luz ou de temperatura, presença de substâncias produtoras ou inibidoras do crescimento, entre outras (TORRES & SANTOS 1994; CARVALHO & NAKAGAWA 2000).

No gênero *Bauhinia* já foi demonstrado que as sementes apresentam dormência tegumentar (ALVES *et al.* 2000). Conforme revisão de Reis & Martins (1989), essa característica é de ocorrência comum em muitas espécies de leguminosas e constituem um dos fatores de importância fundamental para a permanência da espécie



em campo, sob condições de adversidade climática. A semente com tegumento impermeável à água, comumente denominada sementes duras, podem permanecer viáveis no solo durante longo período de tempo, constituindo o banco de sementes, algumas destas sementes mantidas no solo podem, em determinadas situações, embeberem água e germinarem em intervalos sucessivos, quando as condições ambientais passarem a favoráveis. Há casos em que as sementes, se coletadas com frutos novos, podem não apresentar dormência como foi verificado em *Bauhinia forficata* Link (ROSA & FERREIRA 2001).

Justifica-se, pelo fato da *Bauhinia forficata* Link, ser uma árvore decidual ou semidecidual pioneira polinizada por morcegos, sendo considerada de grande importância como componente de vegetação secundária, usada em conservação de solos em áreas degradadas, em paisagismo como ornamentação, empregada popularmente no uso medicinal contra diarreia, diabetes e como diurética e antiséptica, além de ser utilizada como carvão, celulose, ornamentação. Por toda sua importância, este projeto se torna viável, proporcionando um retorno à sociedade pelo fato de que foi pouco pesquisado sobre o assunto, além de testar a eficiência dos tratamentos de quebra de dormência de *Bauhinia forficata* para testes de germinação, além do tempo necessário para que esta ocorra (AMARAL, 2010).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A velocidade atingida pela exploração florestal em nosso país devido à expansão agrícola tem causado grandes preocupações, uma vez que tal expansão vem ocorrendo sem o uso e manejo adequado do solo. Uma das conseqüências mais importantes é o aumento de áreas degradadas ou em processo de degradação em todo o território brasileiro (AMARAL, 2010).

Alternativas de recuperação de áreas degradadas vêm sendo realizadas em todo país para que de alguma forma essas áreas possam restabelecer suas condições naturais, vindo a atingir o equilíbrio e a sustentabilidade necessária. No entanto, a tentativa de recuperação de uma área degradada consiste numa atividade criteriosa, na qual deve-se considerar alguns fatores determinantes ao seu sucesso, entre eles, a escolha das espécies. Neste contexto, espécies nativas são as mais recomendadas por tenderem a se adaptar melhor ao meio natural, além de contribuírem para conservação da biodiversidade local e regional (AMARAL, 2010).



A técnica mais utilizada para o estabelecimento de um povoamento florestal é o plantio de mudas. No entanto, tal prática, na maioria das vezes, torna-se onerosa para os pequenos proprietários inviabilizando qualquer ação dos mesmos. Com isso, surge um espaço para as técnicas que visam à redução dos custos de implantação sem comprometer a qualidade dos ecossistemas formados (AMARAL, 2010).

A semeadura direta se destaca como uma das técnicas promissoras de recuperação de áreas degradadas, pois possui baixo custo, por não fazer uso de ferramentas sofisticadas nem mão-de-obra especializada, já que pode ser realizada de maneira simples, a lanço ou em covas. Em todo o país, muitos trabalhos são realizados com o intuito de aprofundar e aprimorar essa técnica que pode trazer altos rendimentos para os pequenos proprietários e, principalmente, para o meio ambiente (AMARAL, 2010).

De maneira geral as sementes de espécies florestais germinam naturalmente em condições apropriadas de umidade, temperatura e oxigênio. Contudo para determinadas sementes somente as referidas condições não são suficientes para que as mesmas germinem, visto que se encontram dormentes. Para tanto se faz necessária à adoção de determinadas técnicas de quebra de dormência a fim de agilizar e uniformizar a germinação destas sementes, e por conseqüência o crescimento das mudas no viveiro florestal (AMARAL, 2010).

A germinação é um fenômeno biológico que pode ser considerado botanicamente como a retomada do crescimento do embrião, com o conseqüente rompimento do tegumento pela radícula. Durante o processo de germinação, ocorrem alterações na composição química da semente e no consumo de substâncias de reservas, tais como carboidratos, lipídios e proteínas, os quais fornecem energia e material plástico para o desenvolvimento do embrião (BORGES & RENA, 1993).

Segundo Oliveira *et al.* (2003), um dos principais problemas para a produção de mudas de espécies florestais nativas é a dormência das sementes, principalmente das espécies leguminosas.

A Pata de vaca (*Bauhinia forficata*) é uma espécie da família Leguminosae Caesalpinoideae, decídua ou semidecídua, heliófita, característica da floresta pluvial Atlântica. Encontra-se presente, preferencialmente, em planícies aluviais úmidas ou início de encostas, geralmente em capoeiras e capoeirões (LORENZI, 1998). Ocorre em quase todos os tipos de solo, porém prefere os profundos, permeáveis e de boa



fertilidade química. Apresenta crescimento satisfatório nos plantios em solos com propriedades físicas adequadas. Suporta períodos de alagamento.

A dormência em sementes é causada, de forma conjunta ou isoladamente, pelos seguintes fatores: presença de embriões imaturos; presença de tegumentos impermeáveis à água e/ou ao oxigênio e a presença de substâncias inibidoras da germinação (BEWLEY & BLACK, 1994).

Para Oliveira *et al.* (2003), a escarificação mecânica e química e a imersão das sementes em água quente são métodos de quebra de dormência eficientes para a superação da dormência tegumentar de espécies florestais.

A escarificação mecânica é um dos métodos utilizados para quebrar a dormência em sementes que apresentam tegumento duro e impermeável à água. O tratamento consiste em atritar as sementes em uma superfície abrasiva sem, contudo danificar o embrião. Isto permite a entrada de água na semente e facilita as trocas gasosas.

Outro método utilizado para quebrar a dormência de sementes de tegumento duro é imergir as mesmas em água quente a uma temperatura de 80 - 100° C. Segundo Nogueira (2002), a quantidade de água deve ser 5 vezes maior que o volume ocupado pela semente no recipiente. O tempo de imersão varia de 5 minutos a 24 horas conforme a grossura do tegumento.

Estes dois métodos são freqüentemente utilizados por pequenos viveiristas por se caracterizarem de fácil, seguro e prática aplicação para a quebra da dormência tegumentar de sementes florestais.

Contudo, na literatura não há uma definição quanto ao melhor método de quebra de dormência de sementes de pata de vaca. Com este intuito, o presente trabalho teve por objetivo avaliar a eficiência de diferentes métodos de quebra de dormência para a produção de mudas de pata de vaca (*Bauhinia forficata*).

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no primeiro semestre do ano de 2008, no Viveiro Florestal do Centro de Educação Superior Norte do Rio Grande do Sul (CESNORS – UFSM). As sementes de pata-de-vaca foram coletadas no dia vinte de agosto de 2007, em Herval D'Oeste/SC, sendo beneficiadas e armazenadas no Laboratório de



Silvicultura da UFSM/Santa Maria. Este laboratório forneceu as sementes para realização deste experimento.

O experimento foi conduzido de uma forma seqüencial, primeiro efetuou-se a seleção prévia de tratamentos para quebra de dormência de sementes de pata-de-vaca, em um segundo passo iniciou-se os métodos por onde as sementes foram submetidas aos seguintes tratamentos de quebra de dormência:

T₁ - Imersão em água a temperatura ambiente por 24 horas proporcionando uma melhor absorção de água pela semente.

T₂. Desponte, pequeno corte no lado oposto ao embrião da semente.

T₃. Escarificação Mecânica com lixa nº 80, método que consiste em raspar a semente na região oposta ao eixo embrionário em uma superfície áspera, no caso lixa.

T₄ - Testemunha: sementes foram mantidas sem nenhum tratamento de quebra de dormência.

Após serem submetidas aos tratamentos, foram semeadas em bandejas plásticas onde cada uma dispõe 54 tubetes, os quais continham um substrato tendo em sua composição, 20% de areia, 30% esterco de Peru e 50% de solo (Latosolo vermelho). Ao término do plantio as sementes foram cobertas com vermiculita.

Foram avaliados os seguintes parâmetros: a emergência onde foram utilizadas 54 sementes por tratamento. As contagens do número de sementes germinadas iniciaram-se ao 5º dia e estenderam-se até o 35º dia após a semeadura. O comprimento e o diâmetro de plântulas foram avaliados no final do teste de germinação, as plântulas de cada repetição foram medidas com auxílio de um paquímetro digital expresso em milímetros. Considerou-se a emergência dos cotilédones como semente germinada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dormência das sementes é geralmente, característica indesejável na produção de sementes, onde a rápida germinação e crescimento são requeridos. No entanto, algum grau de dormência é vantajoso pelo menos durante o desenvolvimento de sementes.

Os dados referentes à percentagem de germinação de sementes encontram-se na Fig.1.

Verificou-se que os maiores valores percentuais de emergência ocorreram no tratamento T3 (escarificação com lixa número 80), seguido pelos tratamentos T1



(imersão em água temperatura ambiente por 24 horas), e T4 (testemunha), com percentuais muito próximos, sendo que T2 (desponte) não obteve resultados significativos. Ao contrário dos resultados obtidos por Borges *et al.* (1980), quando utilizou desponte na extremidade oposta ao embrião de sementes de *Enterolobium contortisiliquum* e obteve elevados percentuais de germinação. Já em sementes de *Bauhinia monandra*, Alves *et al.* (2000) obtiveram os maiores percentuais de germinação quando utilizaram o tratamento de escarificação do tegumento com lixa d'água nº15.



Figura 1 - Emergência de sementes de *Bauhinia forficata*, submetidas a diferentes tratamentos pré-germinativos realizado em Frederico Westphalen. T1 – imersão em água à temperatura ambiente; T2 – desponte; T3 – escarificação com lixa nº 80; T4 – testemunha.

Ficou evidente nesta espécie, que a dormência das suas sementes está relacionada á testa das mesmas e que a escarificação mecânica, foi um método muito eficiente na superação da dormência, tendo os outros tratamentos resultados insignificantes. No entanto não se pode afirmar as causas fisiológicas da existência da dormência nas sementes desta espécie, assim como na maioria das leguminosas. Em vários trabalhos, a escarificação mecânica foi empregada, com sucesso, na recuperação da dormência das sementes de *Bauhinia unguolata* (ALVES *et al.* 2000) e *Tetrapleura tetraptera* Schum & Thonn.

Quanto ao tratamento T1 (imersão em água em temperatura ambiente por 24 hs), foi responsável por percentuais baixos de emergência, semelhante ao tratamento T2 (desponte) e T4 (testemunha), os quais manifestaram os piores desempenhos (Fig.1).



Na Fig 2. encontram-se os dados referentes ao comprimento das plântulas. Observa-se que o comprimento não foi uma característica muito afetada pelos tratamentos utilizados onde os maiores valores foram obtidos com as plântulas oriundas do tratamento T3 (escarificação lixa nº 80), seguido pelo tratamento T2 (desponte), e os tratamentos T1 (imersão em água por 24 hs) e T4 (testemunha) que não obtiveram resultados expressivos.

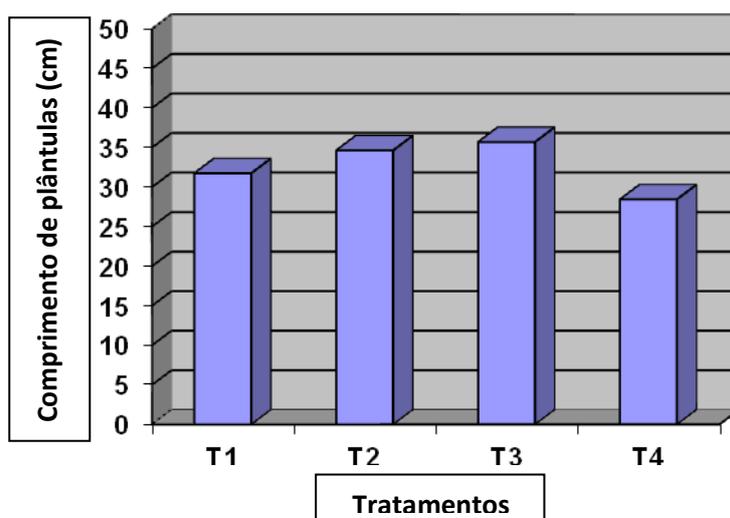


Figura 2 - Comprimento das plântulas de *Bauhinia forficata*, submetidas a diferentes tratamentos germinativos realizado em Frederico Westphalen. T1 - imersão em água à temperatura ambiente; T2 – desponte; T3 - escarificação com lixa nº 80; T4 - testemunha.

Na Fig 3. encontram-se os dados referentes ao diâmetro das plântulas de *Bauhinia forficata*. Verifica-se que os maiores valores foram obtidos com sementes submetidas ao tratamento T2 (desponte), seguido pelo tratamento T1 (imersão em água em temperatura ambiente por 24 hs) e pelo tratamento T 3 (escarificação mecânica com lixa d'água nº 80) já o tratamento T4 (testemunha) obteve índices insignificantes.

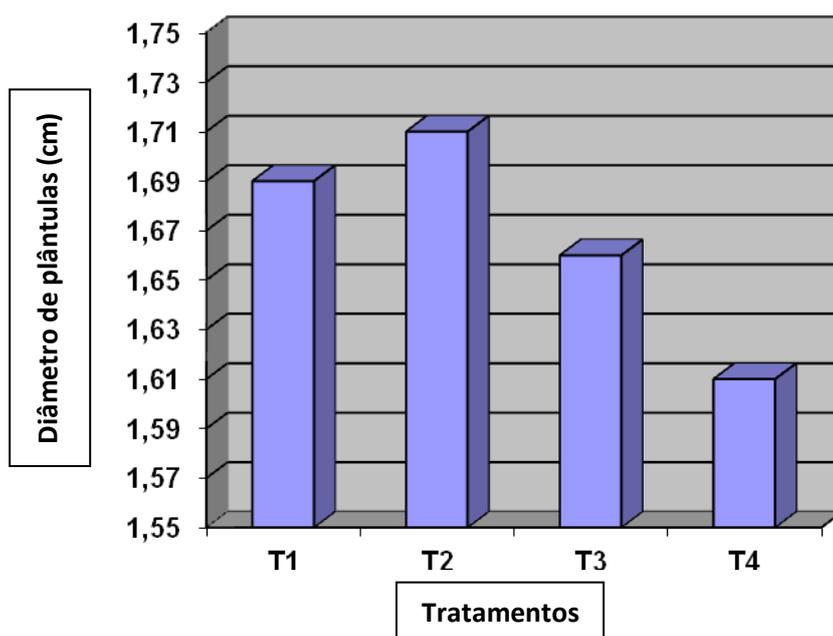


Fig 3 - Diâmetro de plântulas de *Bauhinia forficata*, submetidas a diferentes tratamentos germinativos. T1 - imersão em água à temperatura ambiente; T2 - desponte; T3 - esscarificação com lixa nº 80; T4 - testemunha.

A distribuição de emergência de sementes deu-se de forma diferente, nos tratamentos utilizados, como pode ser observado no quadro 1:

Germinação	T1(24h em água)	T2 (desponte)	T3 (lixa)	T4 (testemunha)
0-5	0	0	0	0
5-10	0	0	0	0
10-15	0	2	11	0
15-20	6	5	26	1
20-25	7	5	27	2
25-30	8	5	27	2
30-35	8	5	26	3

Quadro 1 - Seqüência de avaliações da germinação.

Total de germinação: 43 sementes germinaram de 216 sementes tratadas.



Na figura 4 encontra-se os dados referentes às seqüências das avaliações germinativas no decorrer dos 35 dias avaliados.

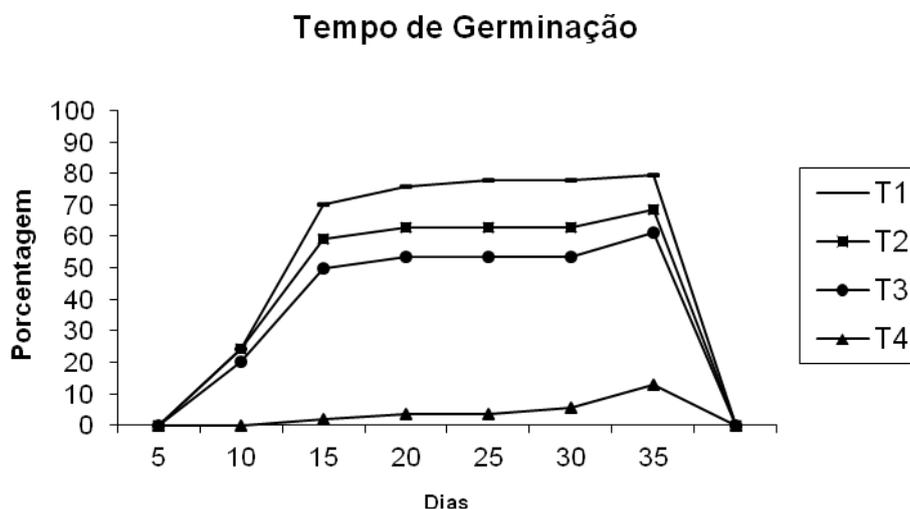


Figura 4: Seqüência das avaliações germinativas de *Bauhinia forficata*, submetidas a diferentes tratamentos pré-germinativos realizado em Frederico Westphalen. T1 - imersão em água à temperatura ambiente; T2 – desponte; T3 - escarificação com lixa nº 80; T4 - testemunha.

CONCLUSÃO

Evidencia-se assim que devido à impermeabilidade do tegumento o tratamento T4 (testemunha), plantas intactas, foi o que obteve menor índice germinativo, ou seja, pela dificuldade imposta pelo tegumento à entrada de água. Sendo assim, observa-se que no tratamento T3 (escarificação mecânica com lixa nº80), foi o que obteve melhores índices germinativos, devido à superação da resistência imposta pelo tegumento, quando submetido à raspagem com a lixa d'água nº80, proporcionando assim, a permeabilidade do tegumento e facilitando à entrada de água.

Quanto ao período de germinação, este começa no 5º dia após a sementeira e se estende até o 35º.

Deve-se observar que o índice de germinação foi afetado pelo ataque de larvas de Diptera, larvas estas oriundas do esterco de peru utilizado no preparo do substrato.

Observa-se no quadro 1 que a partir do 30º dia houve a morte das plântulas já germinadas, devido ao ataque de outro patógeno, (cochonilha), caracterizando redução no número de plântulas.



Assim, observa-se que a quebra de dormência das sementes de *Bauhinia forficata*, dentre os tratamentos realizados, a escarificação é o melhor método a ser utilizado, isto, devido à quebra da resistência do tegumento e a conseqüente facilidade na entrada de água, favorecendo assim, a rápida germinação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. C. S.; Medeiros-filho, S.; Andrade-neto, M. & Teófilo, E. M. 2000. Superação da dormência em sementes de *Bauhinia monandra* Britt e *Bauhinia unguolata* L.- Caesalpinoideae. **Revista Brasileira de Sementes**. p 139-144.

AMARAL, L. A. **Recuperação de áreas degradadas via semeadura direta de espécies florestais nativas**. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal). Núcleo de Engenharia Florestal, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

BEWLEY, J. D.; BLACK, M. **Seeds: physiology of development and germination**. New York: Plenum Press, 1994, 445p.

BORGES, E. E. L.; Borges, R.C.G. & Teles, F. F. F. 1980. Avaliação da maturação e Dormência de Sementes de orelha-de-negro. **Revista Brasileira de Sementes**. p 29-32

BORGES, E. E. L.; RENA, A. B. Germinação de Sementes. In: AGUIAR, I. B.; PIÑA RODRIGUES, F. C. M.; FIGLIOLIA, M. B. (Org.). **Sementes Florestais Tropicais**. Brasília: Associação Brasileira de Tecnologia de Sementes, p. 83136, 1993.

BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. **Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 15 de mar. 2010.

CARVALHO, N. M. & Nakagawa, J. 2000. **Sementes: Ciências, tecnologia e Produção**. 4.ed. Jaboticabal, FUNEP.



CORRÊA, R. S. **Recuperação de Áreas Degradadas no Cerrado**: diretrizes para Revegetação. Brasília: GDF/SEMARH, 2005, 151 p.

LORENZI, H. **Árvores Brasileiras. Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas do Brasil**. São Paulo: Ed. Plantarum, v.1, 1998, 352p.

MARTINS, S.V. **Recuperação de matas ciliares**. 2. ed. Viçosa: CPT, 2007. 255p.

NOFFS, P. S.; GALLI, L. F.; GONÇALVES, J. C. **Recuperação de áreas degradadas da Mata Atlântica**. 2.ed. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000. Caderno nº. 3. 48p.

OLIVEIRA, L. M.; DAVIDE, A. C.; CARVALHO, M. L. M. **Avaliação de métodos para quebra de dormência e para a desinfestação de sementes de canafístula (*Peltophorum dubium* (Sprengel) Taubert)**. Revista *Árvore*, Viçosa, v.27, n.5, p. 597-603, 2003.

REIS, M.S & Martins, P. S. 1989. **Avaliação do grau de dormência de sementes da espécie de *Stylosanthes Sw.*** Revista *Ceres* 36. p 357-364.

ROSA, S. G. T. & Ferreira. A. G. 2001. **Germinação de Sementes Medicinais Lenhosas**. Acta Botanica Brasílica 15. p 147-154.

TORRES, S. B. SANTOS, D. S. B. 1994. **Superação de Dormência em sementes de *Acácia Senegal L. Willd.* e *Parkinsonia aculiata L.*** Revista Brasileira de Sementes 16. p 54-57.



GT12 – Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: práticas e projetos como estratégia de fortalecimento do campesinato brasileiro

Reconfigurando cenários no semiárido nordestino brasileiro: mulheres e novas tecnologias

Aracélia Azevedo Pinheiro¹, Ângela Maria Cavalcanti Ramalho², João Paulo de Oliveira Silva³, José Ranieri Santos Ferreira⁴

¹ Aluna do curso superior de Tecnologia em Agroecologia/bolsista do Núcleo de Estudos em Agroecologia/ IFPB, E-mail: araceliaazevedo@gmail.com

² Doutora em Recursos Naturais/professora/UEPB- DFCS, E-mail: angelaramalho@oi.com.br

³ Aluno do curso superior de Tecnologia em Agroecologia/bolsista do Núcleo de Estudos em Agroecologia/ IFPB, E-mail: joaopaulojp2009@gmail.com

⁴ Aluno do curso superior de Tecnologia em Agroecologia/IFPB, E-mail: joseranieri@gmail.com

Resumo

O cenário do semiárido nordestino brasileiro em função em função das dificuldades climáticas que resulta em longos períodos de estiagem é marcado por vulnerabilidades de ordem econômica, social e ambiental, pois as famílias rurais habitam o chamado *polígono da seca* sofrem com a escassez de água e a falta de políticas públicas capazes de promover a cidadania e distribuição de renda proporcionando uma melhor qualidade de vida aos atores sociais na região. Contudo, este cenário de vulnerabilidades começa a se reconfigurar a partir da década de 90 com a implementação de tecnologias inovadoras de acesso à água, que através de mobilização da sociedade civil organizada em parceria com os movimentos sociais, deslocaram um novo olhar para as potencialidades do semiárido, promovendo mudanças sociais através da implantação de novas tecnologias sociais na busca da construção de uma nova realidade socioambiental dos atores sociais. Desse modo, o presente trabalho teve como foco principal analisar a vulnerabilidade social das mulheres apanhadeiras de água nos açudes, riachos e poços da Comunidade Massapê, Picuí, PB, antes e depois da construção das cisternas de placas. Através de um resgate da história de vida das mulheres agricultoras, da família e das crianças, apresentando uma trajetória de sofrimento vivenciado pelas mulheres, que por não terem reservatórios capazes de armazenar água de qualidade próximo das suas casas, tinham que se deslocarem muitos quilômetros como objetivo de buscar água destinada a suprir as necessidades básicas diárias da família. Contudo, a partir do projeto de construção das cisternas de placa, implantado pelo Programa um Milhão de Cisternas – P1MC, a comunidade se mobilizou em mutirões para construir as cisternas, e as mulheres tiveram condições de armazenar a água de chuva, não mais necessitando fazer árduas caminhadas diárias. Nesse sentido, evidencia-se que é possível a configuração de uma nova realidade social, econômica e ambiental no semiárido nordestino a partir da articulação dos atores sociais com as diversas entidades no sentido de ampliar as ações de convivência do homem com o semiárido, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida e a igualdade de gênero.

Palavras-chave: Mulheres, Novas Tecnologias, Cisternas, Água



O cenário do semiárido nordestino brasileiro em função em função das dificuldades climáticas que resulta em longos períodos de estiagem é marcado por vulnerabilidades de ordem econômica, social e ambiental, pois as famílias rurais habitam o chamado *polígono da seca* sofrem com a escassez de água e a falta de políticas públicas capazes de promover a cidadania e distribuição de renda proporcionando uma melhor qualidade de vida aos atores sociais na região.

Contudo, este cenário de vulnerabilidades começa a se reconfigurar a partir da década de 90 com a implementação de tecnologias inovadoras de acesso à água, que através mobilização da sociedade civil organizada em parceria com os movimentos sociais, deslocaram um novo olhar para as potencialidades do semiárido, promovendo mudanças sociais através da implantação de novas tecnologias sociais na busca da construção de uma nova realidade socioambiental dos atores sociais.

Desse modo, o presente trabalho teve como foco principal avaliar a vulnerabilidade social das mulheres apanhadeiras de água nos açudes, riachos e poços residentes na Comunidade Massapê, localizada no Município de Picuí na Paraíba, antes e depois da construção das cisternas de placas. Através de um resgate da história de vida a comunidade apresentou a trajetória de sofrimento vivenciado pelas mulheres agricultoras, que por não terem reservatório capaz de armazenar água de qualidade perto de suas casas, tinham que se deslocarem muitos quilômetros como objetivo de apanharem água, destinada a suprir as necessidades básicas diárias da família e também da criação de animais domésticos.

Contudo, a partir da construção das cisternas de placa, proposta implantada pelo Programa um Milhão de Cisternas – P1MC, a Comunidade se mobilizou em mutirões para construir as cisternas, e as mulheres tiveram condições de armazenar água de chuva próximo das suas residências e, portanto, não mais precisando fazer as árduas caminhadas diárias.



Desse modo, o estudo permitiu a sistematização de um resgate histórico através do tempo, fazendo ver, ouvir e sentir como vivem as mulheres apanhadeiras de água da comunidade Massapê, criando uma nova referência no que diz respeito à realidade do semiárido nordestino. Instigando novos questionamentos, fazendo perguntas, trazendo respostas, além de dialogar com novas idéias e perspectivas que possam contribuir para a compreensão e conhecimento dos problemas sociais envolvidos, bem como o estudo de possíveis soluções que priorizem a melhoria de qualidade de vida das mulheres na comunidade através da geração de renda a partir das potencialidades locais.

Evidencia-se que a mulher como um ser social é capaz de articular-se com o fato social que ela faz parte integrante e pode gerar novas idéias e posturas que nascem das dificuldades e principalmente dos seus sonhos

2. Referencial Teórico

A água é o elemento mais importante para a sobrevivência da espécie humana, bem como de toda a vida na terra. Portanto, a água é um recurso natural essencial para todos os seres vivos, tanto como meio de vida, como elemento que representa valores sociais e culturais. Assim, o acesso democrático à água representa vida, cidadania, soberania alimentar e equidade de relações no campo e na cidade.

Contudo, a falta da água acarreta muitos problemas de ordem social, dentre eles podemos citar o êxodo rural, falta de recursos econômicos, gerando fome e miséria o que tem sido recorrente no nordeste brasileiro resultante da escassez de água.

Diversas políticas sociais têm sido implementadas para o enfrentamento da seca. De acordo com a Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA (ASA, 2008) tem sido implementadas no nordeste brasileiro várias Políticas de Recursos Hídricos, na perspectiva do combate à seca, desde a época do regime militar pelo Departamento Nacional de Obras. Contra as Secas – DNOCS, basearam-se na construção de grandes obras de armazenamento de água (açudes, barragens e adutoras). No entanto, elas não foram suficientes para distribuir a água de forma igualitária e promover o desenvolvimento das comunidades e famílias difusas em toda a extensão do semiárido brasileiro, apesar de sua inegável importância para o abastecimento de cidades através de perímetros de irrigação. Estes perímetros foram construídos dentro de grandes propriedades privadas, portanto essas obras concentraram água e poder, contribuindo para o fortalecimento do clientelismo político e a “indústria da seca no nordeste”.



Assim, diante das injustiças sociais e as lições de exclusão e sofrimentos vivenciados ao longo do tempo os agricultores e agricultoras se organizarem em movimentos populares e desenvolverem estratégias contextualizadas com uma nova compreensão de convivência com a seca. Neste sentido, as cisternas de placas configuram-se como uma tecnologia sustentável de acesso à água de qualidade para o consumo humano das famílias rurais, na medida em que possibilitam a captação de água da chuva através dos telhados das residências, evitando assim o problema da evaporação ocorrido durante seu manejo, trazendo o aumento do conforto e o alívio do trabalho feminino (BARBOSA, 2008).

Desse modo, em meio a um cenário de vulnerabilidade social no semiárido nordestino sobre o qual se debruça o estudo, configurando um cenário com uma população de crianças e mulheres famintas, perdura tradições e costumes. Ali se gestou uma sociedade paternalista, bastante estratificada entre mulheres e homens. Passando a mulher para garantir o seu sustento a assumir diversas profissões como: costureiras, rendeiras, lavadeiras, apanhadeiras de água e roceiras – estas últimas, com a enxada na mão fazem todo o trabalho considerado masculino, em uma relação de submissão muitas vezes restrita ao espaço privado não sendo muitas vezes considerada cidadã.

No sistema de relações que configuram o ambiente local, a dimensão cognitiva dos atores expressa em sua capacidade de tomar decisões estratégicas e em seu potencial de aprendizado e inovação – é determinante de sua capacidade de capitanear os processos de crescimento e mudança, ou seja, de desenvolvimento local.

Algumas destas esperanças possuem horizontes temporais visíveis, alcançáveis, outras residem e permanecem no plano da imaginação porque nem sempre o que se espera acontece de fato, se concretiza, se realiza. Por isso que determinados pesquisadores principalmente aqueles ligados às alas mais críticas das ciências falam da possibilidade do desenvolvimento local “criar *locus* interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum” (OLIVEIRA, 2001, p.14).

É possível que o processo que mais ameaçou as esperanças locais ao mesmo tempo serviu para despertar os interesses destas mesmas comunidades por colocarem-nas sob condições de submissão a um sistema emergente, totalitário e dominador foi certamente a globalização. A partir do momento em que as distancias espaciais diminuíram, as relações comerciais se fortaleceram e o indivíduo, o cidadão comum, muitas vezes já esquecido pelos modelos desenvolvimentistas tradicionais e



antidemocráticos se viu ainda mais excluído, distante deste processo, fora das tomadas de decisões.

Portanto, é possível entender as apreensões por que passam essas mulheres quando não puderam exprimir-se por escrito e tiveram de depender de outros para lutar e negociar por seus direitos e liberdade, diante dos inúmeros desafios cotidianos impostos.

Para Malvezzi (2007, p.67) no mundo inteiro

abastecer os lares com água é tarefa das mulheres de todas as idades, inclusive crianças. Há uma relação íntima entre a água e o feminino. No Semiárido, a relação não é diferente. Ela revela a divisão de papéis familiares e de trabalho entre os sexos.

Entretanto, ao passo que as mulheres se livram do sofrimento provocado pela falta d'água decorrente da seca, elas buscam estratégias coletivas capazes de vencer a subordinação feminina, que segundo Engels (1963) pode ser enfrentado com ações que possam viabilizar a qualidade de vida da família e a participação feminina na agricultura familiar, com o objetivo de construir projetos de vida com ênfase no trabalho solidário, que se apresentam como atividade geradora de renda e conseqüentemente impulsionadora da independência feminina.

Assim, constatamos que nem todas as mulheres se submete facilmente às tentativas de enquadramento e normatização de seus comportamentos por parte dos homens. Muitas delas transformam, em seu benefício, práticas e discursos de controle de suas vidas. Através da participação em movimentos, associações e cooperativas para a geração de emprego e renda.

De acordo com o contexto elucidado, evidencia-se que a implementação de políticas adequadas à realidade local são capazes de suscitar experiências inovadoras de produção de alimentos diversificada, uso racional dos recursos naturais e segurança alimentar. Todas elas alicerçadas no resgate da cultura camponesa e valorização da mulher como sujeito ativo na agricultura familiar sustentável em comunidades rurais do Semiárido.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para a estruturação do trabalho foi realizada uma oficina com 20 mulheres agricultoras da comunidade Massapê, localizada na zona rural da Cidade de Picuí.



Objetivado fazer um resgate histórico das mulheres no que diz respeito à vulnerabilidade social resultante da escassez de água na região e as fragilidades que foram submetidas na tarefa de apanhadeiras de água para suprir as necessidades da família.

A metodologia adotada relacionou os procedimentos de abordagem participativa com relatos de experiência e análise de discursos. À luz dos métodos orientados por Freire (1970), de valorização dos conhecimentos e da fala de todos os participantes. E para o desenvolvimento da oficina foram adotados procedimentos de interiorização, apresentação individual, contextualização da oficina, visita exploratória e debates.

- a) **Interiorização** - A interiorização foi iniciada em círculo com uma mística de reflexão. Foram utilizados os elementos água, terra e sementes como símbolos centrais pelos quais as agricultoras partilharam sobre a importância de cada um nas suas vidas;
- b) **Apresentação individual** - No momento seguinte uma dinâmica de apresentação dos participantes possibilitou um espaço de descontração entre o grupo, com cada uma falando o seu nome e qual atividade diária lhe proporcionava mais satisfação.
- c) **Contextualização da oficina** - Foi provocada uma conversa para contextualizar o objetivo da oficina. A discussão se deu através dos temas a presença da água em nossa vida; recursos hídricos no Nordeste; e a importância da mulher na agricultura familiar. Esses temas desencadearam uma partilha acerca da problemática hídrica e social do semiárido nordestino, bem como o despertar para a importância das pequenas iniciativas componentes da vida no campo, até então desvalorizadas. Todas as falas eram escritas e fixadas em tarjetas na parede da sala para depois serem lidas e debatidas pelo grupo.
- d) **Visita Exploratória** - Com o objetivo de contextualizar na prática a oficina, foi feita uma visita à residência de um agricultora, onde foram apresentadas as várias formas de gerenciamento das águas.
- e) **Debates** - De volta à sala foi realizado um ciclo de debates sobre os cuidados com a cisterna, com enfoque nas estratégias de aproveitamento da água para utilização nas atividades diárias, e a diversificação de cultivos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

- a) **Interiorização** - A mística é essencial para a interiorização dos objetivos de uma atividade coletiva de construção do conhecimento. Ao colocarem-se diante dos elementos água, terra e sementes, as participantes aproximam-se da realidade diária de



agricultora que precisa da água, da terra e das sementes como subsídio principal de sobrevivência.

b) **Apresentação Individual** - O método da apresentação individual tem um papel fundamental para o exercício da fala, quando ao dizer o nome, a pessoa diz também onde mora e o que faz no dia-dia, dessa forma, podem tomar entendimento do seu valor na construção das políticas.

c) **Contextualização da Oficina** - O método de tarjetas fixadas se configura como procedimento essencial na descoberta dos saberes empíricos. Ao ver seu pensamento sistematizado o grupo sente-se estimulado a dialogar sobre a realidade meditada. Por exemplo, no dia-dia, a criação de galinhas pode ser vista como desafio para o manejo de hortaliças; entretanto, numa reflexão coletiva as galinhas passam a serem compreendidas como um importante elemento na agricultura familiar diversificada.

d) **Visita Exploratória** - A visita à casa da agricultora Baica possibilitou um aprendizado coletivo, na medida em que intercambiaram-se conhecimentos práticos e surgiram lições de como é possível implementar tanto o cultivo de flores no entorno da casa, quanto o cultivo de hortaliças e leguminosas no roçado. Essa lógica produtiva essencial à agricultura familiar tem espaço para todos os integrantes da família, onde não são levados em conta somente os cultivos de valor econômico, mas, todos os elementos que complementam o sentido da vida rural.

e) **Debates** - Os debates levantaram as potencialidades e desafios existentes na comunidade, e demonstram a capacidade crítica de abordagem das políticas públicas presentes na região. Para os agricultores, no passado as políticas foram implantadas sem consulta a comunidade, de modo que ao serem postas, a mesma não se apropriavam dos benefícios. Nos últimos anos as instituições da sociedade civil têm acessado recursos públicos com o objetivo de adotar um modelo alternativo de desenvolvimento.

Os projetos elaborados asseguram a mobilização e capacitação do público envolvido, bem como o planejamento coletivo das ações com base em princípios de sustentabilidade ambiental, inclusão social e igualdade de gênero. O exercício da participação ativa nos projetos comunitários desperta as famílias para uma nova relação com o poder público. A oficina foi finalizada com uma oração ecumênica, seguida de uma avaliação e agradecimentos.

As oficinas possibilitaram além de um exercício de reflexão e análise sobre os cenários que as mulheres estão inseridas, como também uma de troca de conhecimentos



e aprendizado sobre a vida das mulheres no campo, em meio à contradição e dificuldades e sonhos por uma inserção na sociedade de forma igualitária e cidadã.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos objetivos propostos para sistematização do trabalho, evidencia-se que houve avanço significativo na mobilização e organização da comunidade tendo como marco a implantação das cisternas. Elas possibilitaram mais igualdade nas relações de gênero e melhoria da qualidade de vida das famílias residentes, na medida em que passaram a otimizar o tempo gasto antes da cisterna com as caminhadas em busca de água no trabalho produtivo.

A partir da história de vida das mulheres foi possível evidenciar os impactos causados pela construção das cisternas de placas, enquanto tecnologia social incluída no âmbito das novas políticas de recursos hídricos e convivência com a seca no semiárido.

No entanto, constatam-se que se faz necessário outras ações sociais que são demandas, essenciais à continuidade do desenvolvimento das iniciativas geradoras de condições favoráveis à convivência harmoniosa com a realidade semiárida, como a melhoria das estradas, educação e projetos capazes de acolher os jovens dentro de suas especificidades e anseios.

A despeito da mudança na vida das mulheres com o surgimento dessas políticas sociais, elas mesmas relatam de que ainda são os homens que guardam a chave do cadeado das cisternas, ou, reclamam constantemente dos gastos excessivos de água na casa. Estas práticas colocam como desafio a quebra do patriarcalismo - limitador de relações justas entre homens e mulheres, só assim chegaremos a um horizonte em que a agricultura familiar seja vista em forma de parceria e sem preconceitos.

Assim, a partir das histórias relatadas pelas mulheres das mais variadas realidades a elas foram impostas certos comportamentos, posturas, atitudes e até pensamento. Contudo, viveram o seu tempo e o carregaram dentro delas, buscando superar as barreiras como apanhadeiras de água nos açudes e riachos. Escreveram ou falaram dos anseios, medos e angústias do cotidiano de trabalho, de luta para sobreviver, de sonharem para poder ser feliz.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASA - Articulação no Semiárido Brasileiro. **Caminhos para convivência com o semiárido.** In: Cartilha da ASA, Brasil. 2008.



BARBOSA, F.C. **Análise de Tese: Sensoriamento remoto da dinâmica da circulação da água do sistema planície de Curuai/ Rio Amazonas**. São José dos Campo: INPE, 2008.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. In Obras Escolhidas Marx e Engels, snt.1963.

FISCHER, I. R. **A família rural da seca**. Recife: FUNDAJ, 1998.

FREIRE, P. **Educação como prática para a liberdade**. 26 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECNONOMICA APLICADA – IPEA. **Brasil em Desenvolvimento, Estado, Planejamento e Políticas Públicas**. 2009. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 11 out 2010.

MALVEZZI, R. **Semi-Árido - Uma Visão Holística**. Brasília: Confea, 2007.

PETERSEN, P. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Paulo Petersen(org) – Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PRIORE, Mary Del(Org.). **História das mulheres no Brasil**.7.ed. São Paulo: Contexto, 2004.



GT 12: Soberania e segurança alimentar e nutricional: práticas e projetos como estratégias de fortalecimento do campesinato brasileiro.

Rede de Políticas Públicas de Segurança Alimentar no município de Araraquara-SP: continuidades e discontinuidades.

Thauana Paiva de Souza Gomes¹

Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida ²

¹Mestre em Educação Escolar - Pesquisadora/ NUPEDOR/UNIARA. thauanap@gmail.com.br

²Professor Dr. do Mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional/ Pesquisador/ NUPEDOR/UNIARA.

Resumo

Este trabalho apresenta um caso concreto de formação de uma rede de forte coesão social em torno de programas de segurança alimentar local em Araraquara-SP, município da região central do interior do estado de São Paulo e um dos pioneiros no lançamento de políticas públicas nessa dimensão. Mostram-se as principais eficácias e os entraves institucionais e organizacionais encontrados na rede principal que se formou no referido município no período de 2003-2008. Um dos principais resultados é que nesse município paulista de médio porte e de relevante geração de riqueza para o estado de São Paulo, existem pequenos agricultores familiares locais compondo uma rede de políticas de segurança alimentar que tem como instrumento dinamizador o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) do governo federal), tendo como principais articulações ou elos o programa de alimentação escolar local e o banco de alimentos, além de outros programas de desenvolvimento agrícola do município.

Palavras-Chave: Segurança Alimentar, entraves, continuidades, políticas públicas



Introdução:

A região central do Estado caracteriza-se pelo alto desenvolvimento e dinamismo do agronegócio com empresas sucroalcooleiras e madeireiras. Por cobrir uma vasta extensão territorial, é possível subdividi-la em microrregiões, de forma a melhor compreender a área rural, perfil econômico e potencialidades.

No caso do município de Araraquara, podemos construir a paisagem agrícola como tomada pelas grandes extensões de terras ocupadas por culturas de exportação, fundamentalmente pela cana-de-açúcar e a laranja. A área total ocupada pela cana-de-açúcar, segundo dados do LUPA (Levantamento de Unidades Produtivas Agrícolas) de 2008, chega a cerca de 49 mil ha e 6 mil ha para a laranja, dentro de uma área agrícola de cerca de 90 mil ha. A significativa presença de culturas típicas ligadas ao agronegócio caracteriza a estrutura fundiária da região da alta Mogiana como sendo bastante concentrado, o que se confronta com o universo das pequenas propriedades no município de Araraquara.

Estão dentro deste recorte das pequenas propriedades, produtores localizados nos bairros rurais e nos assentamentos, destacando o segundo grupo que tem um papel importantíssimo nas estratégias de fornecimento de produtos naturais e diversificados para o município e programas de segurança alimentar. A produção agrícola familiar que abastece maior parte de Araraquara provém, portanto, principalmente, dos agricultores familiares assentados, em sua maioria, altamente descapitalizados e carentes de apoio institucional.

Além da relevância política e social dos assentamentos, é preciso destacar a ocorrência de pequenos produtores rurais que permanecem as beiras dos centros urbanos e/ou dos assentamentos que enfrentam igualmente ou de forma mais arrasadora os problemas de disputa de forças com as agroindústrias locais. Vale salientar que estes produtores permanecem à sombra dos assentados, muitos por não serem assistidos por linhas de créditos e fomentos que são destinados aos assentamentos rurais.

Neste sentido ao pensarmos em desenvolvimento regional como uma concepção fundamentada em território enquanto trama de tensões e conflitos é preciso entender que o mesmo se estabelece nas lutas que são travadas em torno desse ambiente construído socialmente. Trata-se, portanto, de uma concepção de região que vai além do espaço geográfico mais próximo e envolve uma nova forma de organização, perceptível a partir da atuação de atores locais.



Por este motivo ao pensar na região na qual Araraquara está inserida é necessário pensar que o espaço, visto como território deve ser analisado como um adensamento de forças sociais e políticas.

Assim, ao trabalharmos com as políticas de desenvolvimento, apoio à distribuição de renda e as públicas de segurança alimentar por meio dos programas da CONAB como o Programa de Aquisição de Alimentos PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE é preciso esclarecer o papel fundamental das mesmas para o desenvolvimento principalmente nas áreas rurais.

Na região de Araraquara em especial, por predominar o complexo canavieiro, que exerce forte pressão sobre os assentamentos rurais, estes programas estão tornando-se um forte vetor do desenvolvimento regional. Desta forma, as práticas agroecológicas e a diversificação agrícola aparecem relacionadas como contrapontos às estratégias de produção a partir de uma matriz tecnológica convencional com forte propensão às culturas altamente dependentes de recursos e insumos químicos, mecânicos e genéticos.

O que resulta em uma articulação entre as dimensões territorial / local e a segurança alimentar, justamente porque o desenho e a implantação de programas de desenvolvimento no Brasil e em outros países da América Latina voltados a diluição da pobreza têm levado em conta a questão da alimentação como eixo condutor das ações governamentais.

A ação dos programas municipais de segurança alimentar de Araraquara é interessante porque apresenta um conjunto de iniciativas que estão avançando e sendo defendidas no Brasil como alternativas de êxito para o avanço da segurança alimentar local. No caso específico deste município, há um conjunto de programas de segurança alimentar iniciados em 2003 que interagem e, ao mesmo tempo, se complementam, formando uma rede de conexões primárias e secundárias.

1. Entraves e Eficácias dos Programas de Segurança Alimentar do Município de Araraquara-SP – 2003-2008

O universo das pequenas propriedades¹, até 50 ha, compreende 904 UPAs no município de Araraquara. Estão dentro deste recorte produtores localizados nos bairros rurais e nos assentamentos rurais, sendo este último grupo o mais numeroso. A produção agrícola familiar no município de Araraquara provém, portanto,

¹ : Pequena Propriedade é considerada o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais (Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993). O módulo fiscal em Araraquara equivale a 12 ha (INCRA, 2008), portanto, tomou-se os dados do extrato até 50 ha como base.



principalmente, dos agricultores familiares assentados, em sua maioria, pouquíssimos capitalizados e carentes de apoio institucional.

Nesse município, como uma forma de contemplar a agricultura familiar de assentados e pequenos produtores rurais na agenda municipal, a prefeitura desenvolveu parceria com o Governo Federal com dois objetivos: 1) venda direta dos produtores aos consumidores locais (Programas de Feira do Produtor, Direto do Campo, Programa de Aquisição de Alimentos Locais do Governo Federal); 2) integração das produções de alimentos da agricultura familiar em projetos de mercado institucional (como a alimentação escolar, o restaurante popular e o banco de alimentos). As análises dos resultados dessas ações podem ajudar a responder sobre o êxito propalado por muitos especialistas sobre essas alternativas de políticas públicas, que podem levar os agricultores familiares à inclusão social por meio de uma agenda política de segurança alimentar local.

Os programas de segurança alimentar do município de Araraquara funcionam sob uma rede de política ou de coordenação que é bem centralizada por um órgão da prefeitura municipal. A Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar surgiu com a proposta da prefeitura do município de centralizar os programas e/ou políticas ligadas a todas as questões da segurança alimentar local. Esta se tornou pertinente em um contexto em que a cidade de Araraquara passa a se inscrever em vários editais do MDS – Ministério de Desenvolvimento Social com a finalidade de obter financiamento para um conjunto de iniciativas que visam à inclusão de pessoas produtivas (da agricultura familiar até as hortas urbanas) para a geração de alimentos que possam atingir pessoas em estado de insegurança alimentar e também em estados de segurança alimentar.

A Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar está submetida à Secretaria de Desenvolvimento do município. Da mesma forma, estão submetidas à Coordenadoria três gerências: Agricultura, Merenda Escolar e Abastecimento e, por último, a de Abastecimento Institucional Geral, cada uma responsável por um conjunto de programas.

É importante salientar que a centralização dos programas permite a facilidade do uso comum da infraestrutura, o intercâmbio dos programas, dos funcionários, dos veículos e de pessoas envolvidas neste processo. Ou seja, muitos deles acabam transitando pelas três gerências ajudando a garantir a diversificação na formação do quadro técnico da coordenadoria.



No caso específico do município de Araraquara há um conjunto de políticas de segurança alimentar que interagem e, ao mesmo tempo, se complementam, formando uma rede de conexões primárias e secundárias. A proposta de gestão centralizada dos programas permite uma maior dinâmica em relação aos produtos recebidos pelo PAA e o destino dos mesmos. Os produtos do PAA são destinados ao Banco de Alimentos e posteriormente entidades e escolas municipais. Alguns produtos recebem um pré-processamento ou um preparo final nos programas da gerência de abastecimento geral, antes de serem enviados aos destinos finais (escolas, entidades e Restaurante Popular). Também existem, o Programa Direto no Campo e outras iniciativas isoladas da rede primária, mas que apresentam resultados significativos de inclusão social e desenvolvimento regional.

Há, portanto, uma rede de segurança alimentar ampla construída com o fornecimento de produtos regionais para a merenda escolar através do programa PAA. Envolveu-se nos últimos cinco anos uma média de 65 produtores do município o que resultou em repasses de verbas anuais (na forma de produtos agrícolas) em torno de 180 mil reais. Não houve outra forma de compra dos produtores familiares para a merenda por falta de habilidade de utilização da compra direta no processo licitatório. Isto poderia ter sido realizado se utilizasse até 8.000 mil reais por produto sem licitação ou 80 mil reais por um grupo de produtos similares via tomada de preços. Esses processos fogem da concorrência via preços tradicionais. Não foi articulada uma forma de organização dos produtores para facilitar a compra institucional.

A articulação do PAA com a merenda escolar necessitou de uma estrutura logística específica que envolveu o cadastramento dos produtores aptos a esse programa, a conscientização e capacitação para preenchimento do cadastro, o conhecimento de seus produtos e tecnologias de produção, volume, época e local de entrega, sua triagem na central de recebimento, a preparação centralizada dos cardápios para aproveitamento dos mesmos e suas destinações finais nas escolas municipais. Produtos não possíveis para utilização na merenda foram destinados ao banco de alimentos do município e posteriormente entregues as entidades carentes do município. Portanto, o único programa contínuo de fornecimento da agricultura familiar foi o PAA, que é verba do governo federal, mas que precisa de uma adaptabilidade árdua para aplicabilidade utilização no município e isso se resultou eficaz em Araraquara-SP.

No módulo de informações gerais do programa salienta-se a forma de gestão centralizadora a coordenadoria de segurança alimentar na questão de aquisição dos



produtos. As verbas para merenda escolar foram alocadas especificamente para essa coordenadoria saindo da esfera da secretaria de educação. A preparação dos cardápios e o controle de estoques e entregas também são de responsabilidades de profissionais ligados a essa coordenadoria. Os produtos são entregues com frequência diferenciada nas escolas, onde são preparadas por merendeiras concursadas, portanto não terceirizadas. A qualidade dos produtos finais é controlada por um conjunto de atores que envolvem professores, diretores, pais de alunos, funcionários, coordenados pelas nutricionistas do programa. São atendidas um total 79 unidades, portanto o número de merendeiras é satisfatório (4 merendeiras em média por unidade). Encontrou-se um gargalo na questão do número de nutricionistas exclusivas para a merenda escolar. Elas não percorrem com frequência as unidades e há dificuldade no controle da qualidade dos produtos finais, estoque e recebimento e fornecimento de produtos. Encontraram-se escolas que não respeitaram os cardápios e chegaram a fornecer macarrão em 3 dias numa semana.

Em relação aos indicadores referentes ao módulo do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE destacam-se positivamente os valores superiores aos exigidos dos aportes calóricos (30%) e protéicos médios (40%) oferecidos diariamente aos alunos. Isso não se refletiu em um maior custo médio dia do aluno, pois ficou em torno de R\$ 1,20, enquanto em Catanduva-SP esse valor foi de R\$ 2,20 reais, com valores nutricionais semelhantes². Houve complemento de produtos como suco de laranja em 2 dias da semana, sendo esse doado por uma empresa da cidade.

No módulo de avaliação do CAE, o número de reuniões realizadas seguiu o padrão normal nacional de uma reunião mensal. O que há a salientar é o poder de representação da sociedade civil na composição do conselho e o poder de aglutinação às reuniões. O conselho local tem uma composição heterogênea e a frequência nas reuniões foi superior a 75% em 2007. O aspecto negativo da sua se restringiu a aprovação de contas.

Finalmente, destacam-se positivamente os cursos oferecidos às merendeiras e de educação alimentar aos alunos (abrangência ainda pequena), bem como a estrutura dos refeitórios e cozinhas. Entre os aspectos negativos está o baixo índice de outros programas articulados a merenda escolar, como as hortas escolares, atividades de

² Catanduva-SP foi objeto de estudo comparativo de avaliação das eficácias e dos entraves dos programas de segurança alimentar em municípios de diferentes portes nos projetos de pós-doutorado financiado pela FAPESP de Almeida (2007) e de Produtividade em Pesquisa financiado pelo CNPq de Paulillo (2006).



capacitação utilizando o banco de alimentos municipal e a cozinha central e a falta de uma padaria municipal.

O banco de alimentos de Araraquara surgiu em consequência da centralização dos programas de Segurança Alimentar e por haver adequação ao edital. A proposta de enviar o projeto para o Governo Federal foi uma iniciativa dos próprios gestores desta coordenadoria que apenas institucionalizaram o que era muito comum na cidade. Havia uma tradição na cidade da atuação de ONGs e Comitês de Cidadania, que promoviam a arrecadação de alimentos em eventos tanto esportivos quanto comerciais específicos. Para distribuir estes produtos havia dificuldade, já que este grupo não contava com nenhum espaço institucionalizado para separar e guardar os alimentos até a distribuição. Desta maneira o Banco também surge como uma demanda tanto para a população como suporte para outras entidades.

O projeto do banco se iniciou em 2003 e tem como prioridade os atendimentos de instituições cadastradas no programa Fome Zero, que hoje são 46 entidades e 30 outras que recebem regularmente os produtos, quando ocorrem ações em conjunto com o Comitê de Cidadania e ONGs esse número de arrecadação é muito grande e eles passam atender também outras instituições, em torno de 140 cadastradas. A distribuição de alimentos tem periodicidade semanal.

É importante salientar que uma característica predominante deste banco de alimentos é que ele tem servido como base operacional para o PAA. Melhor explicado, a tradição dos varejões populares e a constituição do PAA permitiram que o Banco fosse uma forma de escoamento para os produtos adquiridos dos pequenos produtores.

Outra questão interessante é em relação aos produtos recebidos pelo Banco, que caracterizam historicamente a economia regional. Em termos de produtos perecíveis destacam-se legumes e frutas por conta do número de agricultores assentados e não assentados que se encontram no entorno da cidade. Em relação aos produtos não perecíveis o que predomina é o açúcar, sobretudo pela quantidade de usinas que existem na região. Segundo dados do Gestor responsável pelo Banco a proporção - com base no mês de setembro do ano passado - havia sido de 70% para produtos perecíveis e 30% para não perecíveis. O que resgata afirmação anterior de que o PAA é o grande responsável por esta proporcionalidade. A taxa de perda média dos alimentos manipulados nos diferentes processos no banco é de aproximadamente 30%³.

³ Esse dado foi auferido através do sistema de controle de fichas individuais de entrada e de saída de produtos, ferramenta de gestão incorporada no banco de alimentos do município.



O Banco tem todos os equipamentos e veículos necessários para a manipulação, coleta e distribuição de alimentos, suas instalações atendem todas as normas sanitárias e oferece espaços suficientes para estoques de perecíveis e não perecíveis e para realização de cursos de capacitação⁴. Os funcionários são de quantidade suficiente, têm boa qualificação para as funções realizadas e recebem capacitação periódica.

Os principais entraves que detectamos neste programa estão ligados às questões de gerenciamento, no que diz respeito à divulgação e ampliação de fornecedores. Um dos principais problemas de arrecadação de alimentos e aumento de fornecedores se faz por conta da falta de informação sobre o programa e o destino dos produtos doados. Muitas instituições e empresas por não conhecerem o programa e não reconhecer a idoneidade das pessoas envolvidas deixa de fazer as doações. Muitas empresas ainda acreditam que a doação de produtos perto do vencimento pode render a eles algum ônus ou mesmo responsabilidade jurídica e por este motivo se recusam a fazer as doações.

A iniciativa do restaurante popular no município de Araraquara esteve ligada à trajetória do refeitório dos funcionários públicos municipais que faziam suas refeições no local onde depois se tornaria o restaurante. Hoje um dos principais integrantes do público alvo são os próprios funcionários que fazem suas refeições no local. O funcionamento para estes trabalhadores públicos acontece da seguinte forma, os que optarem em fazer as refeições no Restaurante Popular terá desconto em folha pagamento na base de 2% do salário, esta porcentagem equivale a um mês de almoço. A outra população que mais frequenta o local é idosa, população dos bairros próximos e pessoas cadastradas no programa Fome Zero.

De acordo com as pesquisas desenvolvidas com gestores do restaurante e com a população que frequenta o restaurante detectaram-se alguns entraves, sendo o maior deles a localização do restaurante. Como o espaço do refeitório dos funcionários públicos ficava em frente ao Centralizado, local onde tem a garagem dos carros da prefeitura, central de obras, o espaço foi reformado e utilizado para se instalar o Restaurante. No entanto, esse bairro não contempla a área mais pobre da cidade. De certa forma está localizado perto de bairros de classe média o que dificulta o acesso da população mais pobre, pois para chegar ao local é preciso tomar dois ônibus, o que

⁴ De acordo com as normas da cartilha elaborada pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) que normaliza as instalações de banco de alimentos no Brasil, inclusive utilizada para elaboração dos editais para implementações desse programa nos municípios.



equivale a R\$ 4,20 só de custo de locomoção. Logo, o que se pode perceber é que de fato a população que frequenta não é a mais carente da cidade.

Outro entrave levantado pela gestora do programa é que a compra para o restaurante segue o padrão dos outros programas, o sistema de pregões. Este processo por sua vez é muito demorado já que são 37 itens na lista de compra e para cada item são dois dias de análise. Nos pregões eles escolhem os 5 primeiros itens tendo como critério o que melhor tem aceitação dos consumidores. Parcela dos produtos advém do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar que reduz o valor do subsídio do município, diversifica o cardápio com alimentos frescos e reduz a incerteza da falta de produtos provenientes da compra de fornecedores. O entrave é a frequência do fornecimento já que essa integração de programas é secundária, pois a rede principal dos produtos do programa PAA passa pela seleção de qualidade do Banco de Alimentos e tem como destino as entidades cadastradas do programa Fome Zero e a merenda escolar do município.

No que diz respeito ao ponto de vista dos beneficiários, as críticas maiores são por parte dos funcionários em relação à falta de bebida adequada. Para eles um copo de 200 ml de suco é muito pouco. Segundo as críticas a bebida deveria ser à vontade ou comprada. O aumento da quantidade de suco geraria uma elevação do preço das refeições, o que seria problemático da perspectiva da população consumidora do restaurante e dos subsídios necessários a sua manutenção.

Já por parte do grupo de idosos e cadastrados pela Fome Zero, as avaliações foram bastante favoráveis, elogiavam a limpeza do local, a qualidade e a diversificação das refeições. Para os que moram distante do local a principal crítica foi em relação ao gasto com transporte. Como já destacado anteriormente, o maior entrave para acesso da população mais carente ao restaurante.

Finalmente, constatou-se uma infra-estrutura de instalações do prédio e dos equipamentos adequada para atender ao volume diário dos beneficiários e a higiene de acordo com as normas da vigilância sanitária.

Já no caso do PAA (Programa de Aquisições de Alimentos do Governo Federal) no município, a modalidade de Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF) sempre foi o mecanismo institucional norteador. O convênio entre prefeitura e governo federal começou em janeiro de 2004, colocando Araraquara como um dos municípios precursores do PAA em nível federal.



A forma de gestão centralizada do programa conta com uma equipe bastante diversificada de funcionários como nutricionistas, engenheiro agrônomo, engenheiro de alimentos, técnico agropecuário e sociólogo. As tomadas de decisões são dos gestores, mas em muitas situações, o processo passa por entraves institucionais por conta da rigidez do edital federal. O PAA ainda possui um conselho – COMSAN – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, cujas reuniões acontecem mensalmente e possui autonomia para tomar decisões desde que não seja infringido o estatuto do programa.

É dentro deste contexto, onde já se conhece o potencial de produção dos agricultores familiares que participavam do Programa Direto do Campo, que os gestores locais se conectam com agilidade ao PAA. Este convênio abre outra possibilidade de escoamento para esta população de produtores.

No período de 2004 a 2008, o PAA de Araraquara-SP teve a participação de 175 produtores familiares da região numa média de 65 produtores por ano. Em relação à frequência no programa, constatou-se que 45% participaram um único ano e apenas 11% todos os anos.

Outro ponto importante de análise é a distribuição das entregas ao longo do ano. Quase 70% dos agricultores realizam suas entregas em até três meses. Nestes casos, a renda oriunda do PAA esteve presente na renda destes agricultores apenas durante um período curto do ano.

A distribuição dos produtos comercializados via PAA segue, com poucas variações ano a ano. As hortaliças, se destacam, representando mais da metade dos produtos comercializados via PAA no município. No entanto, a representatividade deste volume, no total comercializado pela prefeitura – incluindo produtos destinados à Alimentação Escolar e ao Restaurante Popular – ainda é baixa, em torno de 10%. A entrada em vigor, em 2009, da modalidade do PAA, “Alimentação Escolar”, visa abrir mais espaço para a participação destes pequenos agricultores.

Explorando o uso da cota do programa pelos agricultores, verificou-se que, apesar da solicitação, pela grande maioria dos agricultores, de que a cota seja aumentada, grande parte deste grupo não utilizou a totalidade da cota. No ano de 2006, por exemplo, apenas cerca de um quarto dos agricultores entregou mais de 90% de suas cotas.

A entrada em vigor, em 2009, da modalidade do PAA, “Alimentação Escolar”, visa abrir mais espaço para a participação destes pequenos agricultores na aquisição de



alimentos para o mercado institucional do município. Os quadros seguintes sintetizam os principais entraves institucionais e organizacionais e as conseqüências para os agricultores familiares do município.

2. Rede de políticas públicas de segurança alimentar de Araraquara

Araraquara é um caso de rede de política de SAN construída como alternativa institucional para incluir agricultores familiares locais (assentados ou dos complexos agroindustriais tradicionais). Nesse município participam cerca de oitenta pequenos agricultores familiares (entre produtores assentados e integrados aos complexos agroindustriais tradicionais). A rede construída tem como pólo dinâmico o Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal (PAA), tendo como principais articulações ou elos o programa de alimentação escolar local e o banco de alimentos, além de outros programas de desenvolvimento agrícola do município.

Nesse município, como uma forma de contemplar a agricultura familiar de assentados e pequenos produtores rurais na agenda municipal, a prefeitura local desenvolveu parcerias com o Governo Federal para cumprir dois objetivos: 1) venda direta de produtores rurais aos consumidores locais (com os Programas de Feira do Produtor, Direto do Campo, Programa de Aquisição de Alimentos Locais do Governo Federal) e 2) integração das produções de alimentos da agricultura familiar em projetos de âmbito local (como a alimentação escolar, o restaurante popular e o banco de alimentos).

As políticas de segurança alimentar do município de Araraquara funcionam sob uma rede de coordenação que é bem centralizada por um órgão da prefeitura municipal, mas conta com três gerências com relativa autonomia, o que confere agilidade considerável quando comparada à rede de Catanduva. A Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar surgiu com a proposta da prefeitura do município de centralizar os programas e/ou políticas ligadas a todas as questões da segurança alimentar local. Esta se tornou pertinente em um contexto em que o município de Araraquara passou a se inscrever em vários editais do Ministério de Desenvolvimento Social, com a finalidade de obter financiamento para um conjunto de iniciativas que visam à inclusão de pessoas produtivas (da agricultura familiar até as hortas urbanas). O princípio desse processo de inclusão é a destinação de alimentos a pessoas em estado de insegurança alimentar e também em estados de segurança alimentar.

A Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar está submetida à Secretaria de Desenvolvimento do município. As três gerências criadas pela



coordenadoria de agroindústria e segurança alimentar são as seguintes: da Agricultura; da Merenda Escolar e Abastecimento e, por último, a de Abastecimento Institucional Geral, cada uma responsável por um conjunto de programas.

Diferentemente da rede de políticas de SAN de Campinas, a de Araraquara é descentralizada em três agências que são muito autônomas e ativas. A Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar é o ator que apresenta o maior número de ligações entre os participantes da rede de programas locais de SAN porque ela conecta as três gerências coordenadoras. Entre as gerências, a de agricultura é que possui mais conexões, justamente porque ela é responsável pelo maior número de programas de SAN de Araraquara (quatro, que são o PAA, o direto do campo, o varejão popular e o programa de hortas). Mas é seguida bem de perto pelas outras duas gerências (de abastecimento geral e institucional), que possuem, respectivamente, três conexões. Os demais atores da rede não possuem mais que duas conexões permanentes e que influenciam a dinâmica dessa rede de política de segurança alimentar.

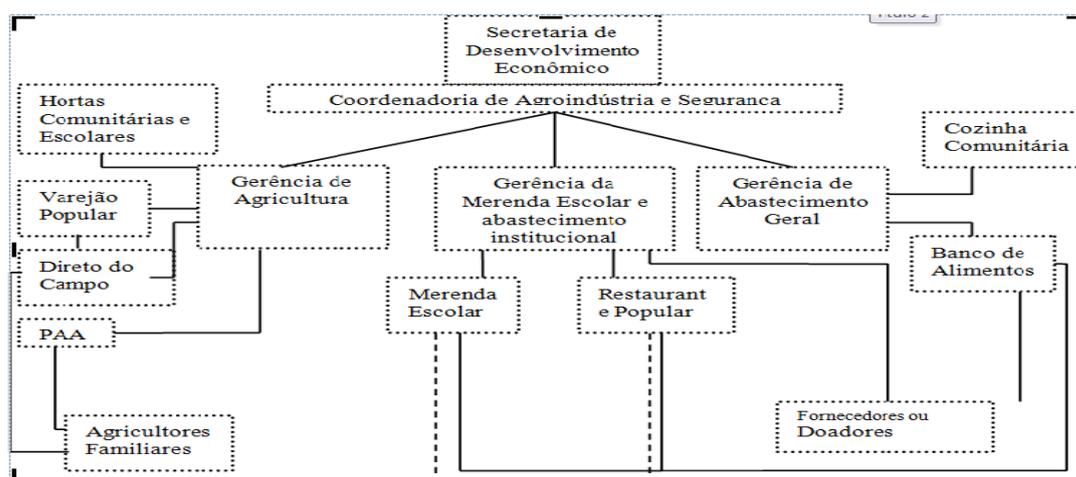


Figura 3.10. - Rede Política de Segurança Alimentar no Município de Araraquara-SP – 2011. Fonte: Paulillo e Almeida (2011).

O grau de centralidade já é um primeiro indicador de que a coordenadoria de SAN e suas três agências coordenam totalmente a rede de SAN de Araraquara. O banco de alimentos e o restaurante popular são atores que apresentam três conexões cada e que, assim, são os que possuem uma influência secundária na dinâmica da rede. São conexões do ISA visam manter a coordenação do fluxo alimentar para dois públicos (agricultores familiares e população urbana carente) e não exclusivamente aos agricultores (como são os casos do direto do campo, PAA, varejão popular – todos com duas conexões cada).



Quando se considera o controle e a qualidade dos vínculos isso fica mais claro. A coordenadoria local de SAN (que recebeu legitimidade do poder local, a designação da prefeitura municipal) é o ator que possui os maiores recursos de controle da rede. Entre os principais recursos estão: sistema de suprimento aos programas, coordenação da licitação para a merenda escolar, centralização do fluxo logístico, coordenações das reuniões dos programas de alimentação escolar, prato cheio e hortas nas escolas e comunitárias, etc. As acumulações dessas funções facilitam o desenvolvimento de sua reputação como ator principal, desde que este execute as regras e normas combinadas. Como isso vem acontecendo, a reputação de ator coordenador para a Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar de Araraquara vem se mantendo entre os atores participantes dos programas de SAN do município por causa dos trabalhos eficazes das três gerências (abastecimento geral, agricultura, merenda escolar e abastecimento institucional), centralizadoras e bem próximas dos atores participantes cada programas local de SAN. E a densidade estrutural (número de vínculos existentes em relação aos possíveis) da rede existe e pesa na dinâmica dessa rede por causa da coordenadoria de agroindústria e de segurança alimentar. Este indicador importa bastante para compreender a estrutura e operação da rede de Araraquara. Ela é a rede de SAN mais densa das três analisadas neste trabalho, com 0,24 (24% das ligações possíveis e ativas). Pode estar longe do 100% (ou 1), mas para o campo de atuação de políticas de segurança alimentar no Brasil (muito recente e pouco conceituado entre os agentes públicos locais) é, na atualidade, significativo.

3. Continuidades e Descontinuidades das Políticas de Segurança Alimentar em Araraquara

O trabalho de verificação das continuidades e descontinuidades das redes das políticas de segurança alimentar iniciou após três da nova gestão. Através de entrevistas com gestores e questionários com os beneficiários chegamos ao um novo desenho da rede de segurança alimentar.

No caso específico a coordenadoria de agroindústria e segurança alimentar foi transformada em Secretaria de Agricultura. Um avanço segundo nossa concepção já que ao ser transformada de coordenadoria para secretaria, o órgão ficou menos burocrático e dependente de decisões de outras instituições. O que facilitou o trabalho dos funcionários e o encaminhamento dos programas.

O novo desenho da gestão dos programas se estabeleceu em três níveis, o primeiro da Secretaria de Agricultura, o segundo das coordenadorias de Segurança



Alimentar, Agricultura e Agroindústria, no terceiro e último nível têm sete gerências. Sendo a de Abastecimento, de Agronomia e Agricultura pertencentes a Coordenadoria de Agricultura e Agroindústria, as Gerências de Abastecimento e Nutricional da Coordenadoria de Segurança Alimentar. Finalmente as duas últimas: a Gerência Administrativa e a Gerência de Compras, Licitações e Contratos estão submetidas diretamente a Secretaria de Agricultura. Conforme o desenho estruturado na figura abaixo:



Figura 3.11: Desenho atual da gestão de programas de segurança alimentar –2009-2011.

É importante salientar que a criação desta nova Secretaria de Agricultura foi uma decisão passada pela Câmara de vereadores de Araraquara e, portanto, é uma decisão que não será mais revogada. Como salientado anteriormente, um ponto positivo para o andamento dos programas de segurança alimentar submetidos a esta secretaria, pois há um ganho em agilidade dos processos com menos burocracia e mais autonomia no uso dos recursos.

Nenhum dos programas estabelecidos na gestão anterior foi alterado ou retirado da secretaria, a vantagem principal do desmembramento da Secretaria de Desenvolvimento e criação da Secretaria de Agricultura é que ela passou a receber mais recursos para contratação de funcionários, que na pesquisa anterior foi considerado com um dos entraves ao bom funcionamento dos projetos.

No caso específico da Coordenadoria de Segurança Alimentar o programa da Criança na Balança acontecia apenas nas unidades de Educação Infantil. Atualmente, segundo o coordenador o programa ampliou o atendimento para todas as escolas de ensino fundamental, justamente pelo aumento da contratação de funcionários. Antes o quadro de funcionários estava fechado em 1 nutricionista e 2 técnicas de nutrição. Hoje o número de funcionárias totalizam 3 nutricionistas e 4 técnicas.



Quanto ao PAA, antes possuía apenas uma agrônoma que acabava assumindo o trabalho administrativo por falta de funcionários. Hoje as funções da agrônoma e de outros funcionários estão mais associadas a sua área de formação, no sentido de não serem desviados da função que foram contratados inicialmente. No que tange ainda a atuação desta equipe da agrônoma, está sendo mais efetiva no programa que, segundo o gestor da coordenadoria de segurança alimentar, é chamado de Patrulha Agrícola, com o objetivo de dar apoio e sustentabilidade aos produtores agrícolas. Esta assistência está, sobretudo, no auxílio ao preparo do solo e nos empréstimos e acompanhamento do trabalho dos dois tratores da Prefeitura nas áreas rurais em especial nos assentamentos.

Foram contratados, ainda, três funcionários para gerir projetos e também um funcionário para auxiliar na administração dos projetos de segurança alimentar da Secretaria.

Quanto ao quadro de infraestrutura geral da Secretaria, que antes contava apenas com um carro, um caminhão e uma picape baú, hoje possui duas picapes, dois caminhões para área rural e dois carros.

a) Programa Direto do Campo:

Com a nova Secretaria houve algumas mudanças para os produtores que participavam deste programa, no que tange ao acompanhamento por parte da gestão. Pelo fato dos agrônomos estarem mais no campo, há um auxílio (mesmo que incipiente) a estes assentados e pequenos produtores através da Patrulha agrícola.

Devido às discontinuidades e às burocracias estabelecidas neste programa, muitos assentados haviam desistido de continuar fornecendo alimentos, então, foi necessário um grande número de visitas nos assentamentos para sensibilizar os assentados a voltarem a entregar produtos para o programa. Nesta sensibilização, o número de produtores aumentou de 60 para 178 produtores. Mas não significa que este número esteja efetivamente entregando produtos.

No entanto, um problema que permanece é a forma de renovação do programa, que exige a prestação de contas, além de uma infinidade de documentações que geram morosidade e muitas vezes a não renovação do projeto. Justamente o que aconteceu em 2009, quando o projeto de renovação do PAA não foi aceito, muitos produtores por sua vez, procuraram alternativas de escoamento, descobrindo em outras cidades como São Carlos uma nova possibilidade de entrada para o PAA.

b) PAA e Banco de Alimentos:



O PAA ainda se coloca com principal fornecedor de alimentos para o Banco de Alimentos. Além da parceria com a CONAB e com algumas instituições que promovem alguns eventos que arrecadam alimentos e destinam para o banco.

O número de instituições cadastradas no banco aumentou de 25 para 44. Mas o entrave apontado anteriormente, no acompanhamento da gestão de 2005 ainda permanece, ou seja, o número de fornecedores é pequeno. A mobilização com empresas alimentícias e outras instituições não ocorreu e o PAA continua destinando e sendo o coração do banco de alimentos.

C) Restaurante Popular:

No projeto do restaurante popular houve implementação de uma nova área de estoque e equipamentos. Continua produzindo 1500 refeições para as frentes de trabalho, casas transitórias, para a população carente e funcionários da prefeitura.

Mas há uma nova proposta da construção de um novo restaurante na região do 8º Distrito de Araraquara, área de concentração de indústrias. Além desse, ainda há um projeto de construir um refeitório para funcionários da prefeitura ao lado do restaurante para atender mais 150 funcionários.

No entanto, esta proposta ainda não se efetivou, porque segundo o coordenador de segurança alimentar, o projeto do restaurante ainda está na fase de prestação de contas, e as novas propostas só acontecerão na medida em que não houver pendências em projetos anteriores.

Um momento muito delicado em prefeituras que tem estes programas, já que não existem funcionários capacitados para gerir e fazer a prestação de contas exatamente no tempo e na forma correta.

d) Programa Nacional de Alimentação Escolar:

Este programa que tem na lei n° 11947 a obrigatoriedade na aquisição dos alimentos em pelo menos 30% dos produtos adquiridos para os estudantes com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) originados da agricultura familiar. O que significa dizer que com esta lei, o orçamento para alimentação escolar foi ampliado em R\$ 400 milhões, totalizando R\$ 2,1 bilhões, sendo que 30% deverão ser aplicados na aquisição de produtos da agricultura familiar.

A compra também fica dispensada de licitação, desde que os preços sejam compatíveis com os do mercado local e os produtos atendam normas de qualidade. Uma alternativa para isentar as prefeituras de fiscalização direta dos produtores locais. Segundo o coordenador de Araraquara não é uma boa alternativa, já que ao abrir uma



licitação a concorrência deixa de ser local e regional e passa a ser nacional. Isto de um lado fortalece de qualquer forma a agricultura familiar, mas por outro, no caso específico os produtores regionais podem não conseguir entrar nesta concorrência e deixar de escoar seus produtos.

Este é o caso de Araraquara, não há associações de pequenos produtores com a DAP jurídica, e por isso os mesmos não podem concorrer às licitações nem tão pouco vender para a merenda.

Esta dificuldade se coloca como um novo entrave, já que esbarra novamente na burocracia. A não existência de grupos formais impede a compra direta, e a verba advinda da merenda não pode ser repassada o que resulta em um impasse.

Uma proposta do coordenador da Segurança Alimentar era fazer uma mobilização regional, incentivando através de reuniões nos assentamentos para esclarecimentos aos produtores locais de como funciona a lei e como os produtores devem se associar e se organizar para conseguirem a DAP Jurídica. A preocupação é que a verba da merenda seja revertida para os produtores locais. Mas pouco foi realizado a respeito.

Após a transferência de gestão e estabelecimento de mudanças norteadoras nesta nova gestão (2009-2012) realizada pela Prefeitura de Araraquara foi possível delinear alguns entraves e avanços nas políticas de segurança alimentar, lembrando que o detalhamento de todos os problemas será visualizado ao final da atual gestão e na renovação e efetividades dos projetos.

Mas é possível indicar alguns entraves que foram superados e elencar alguns os que ainda permaneceram, mesmo diante de algumas mudanças.

Finalmente, é possível salientar que mesmo diante da superação de alguns entraves, há outros maiores que se colocam não apenas em níveis municipais, mas em níveis regionais e nacionais que são considerados como as discontinuidades dos programas pela burocracia, pela falta de sistematização na organização dos processos de prestação de contas, nos prazos, bem como na clareza e falta de rigorosidade de algumas gestões públicas tanto estaduais quanto municipais. A fim de que, os avanços aconteçam e que as políticas de segurança alimentar sejam cada vez mais indispensáveis, no sentido de garantir boa alimentação e distribuição de renda aos pequenos agricultores, há que se garantir a superação destes gargalos que impedem a continuidade dos trabalhos já realizados e melhora das políticas de segurança alimentar.



Bibliografia:

ALMEIDA, L. M. M. C. Estrutura de Governança e Gestão das Redes e Programas de Segurança Alimentar: Análise Comparativa entre Municípios Paulistas. Campinas, SP: UNICAMP/ Faculdade de Engenharia Agrícola, 2009. 220 p. **Relatório Técnico - Científico de Bolsa de Pós-Doutorado no país da FAPESP.**

ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo, et al. Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: um balanço de um experiência municipal recente. **Retratos de Assentamentos**, v. 1, p. 157-194, 2008.

BELIK, W.; MALUF, R. (orgs.) **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas; IE/UNICAMP, 2000. 234 p.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

_____. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Lei Complementar nº. 101, 4 de maio de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 de maio de 2000.

PAULILLO, L. F. ALMEIDA, L.M.. Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: a merenda escolar como instrumento de desenvolvimento local. **Cadernos de Debate**, Campinas-SP: v. XI, n. 1, p. 45-67, 2006.

PAULILLO, L. F.; ALMEIDA, L. M.; SILVA, V. et. alii. Eficácia e Coesão Social do Projeto “Viva Leite” do Governo do Estado de São Paulo. **Relatório de pesquisa científica**, UFSCar/IEA/Codeagro, Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, 2008.

PAULILLO, L.F. Entraves para políticas de segurança alimentar: uma análise comparativa da eficácia e aplicabilidade dos programas e redes de inclusão criadas em municípios paulistas. **Relatório de Projeto apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq**, Bolsa Produtividade em Pesquisa. São Carlos, 2010.



GT 12: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: práticas e projetos como estratégias de fortalecimento do campesinato brasileiro

Rede Institucional na Política de Alimentação Escolar em Goiânia-GO: embrião para eficácia dos programas e efetividade social para os agricultores familiares?

Natália Ferreira Barbosa¹

Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida²

¹Mestranda em Agronegócio/Universidade Federal de Goiás. Agente PNAE do Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás e Região Centro Oeste E-mail: nataliaagronegocio@gmail.com

² Pós-doutor na área de Políticas e Desenvolvimento Rural, Professor Adjunto da Faculdade de Agronomia e Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Goiás. E-mail: Mamoel77@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo pauta a análise da eficácia da gestão e a efetividade social para os agricultores familiares do Programa Nacional de Alimentação Escolar do município de Goiânia-GO a partir do mercado institucional da Lei 11.947/2009 que determina a utilização de no mínimo de 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar, na compra de produtos, da agricultura familiar e mostra o modo de implementação e os atores da rede institucional de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Goiânia a partir da efetivação do novo mercado institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e identifica os espaços criados e compreende os efeitos trazidos pelo programa aos produtores familiares.

Palavras chave: Alimentação Escolar, Agricultura familiar, Rede.



Introdução

Os programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no município de Goiânia-GO ganharam destaque a partir de 2003 sob gestão descentralizada, não ocorrendo entre eles uma conexão estrutural, propiciando um conjunto de ineficácias, e fundamentalmente, a não inserção dos agricultores familiares tradicionais e de programas de reforma agrária nos mercados institucionais.

No ano de 2010, a partir da nova institucionalidade imposta a partir da Lei 11.947/2009 que determina a utilização de no mínimo de 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar, na compra de produtos, da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, foi criada no município uma rede institucional de atores coletivos para efetivar a participação dos agricultores no programa de alimentação escolar e de outras iniciativas de segurança alimentar local.

Nesse sentido, o trabalho analisa a eficácia da gestão e a efetividade social para os agricultores familiares do Programa Nacional de Alimentação Escolar do município de Goiânia-GO e mostra o modo de implementação e os atores da rede institucional de segurança alimentar no município de Goiânia a partir da efetivação da nova institucionalidade do PNAE e identifica os espaços criados e compreende os efeitos trazidos pelo programa aos produtores familiares. Avança na avaliação da eficácia da gestão do PNAE no município e, finalmente, aponta elementos para compreender o processo de inclusão e exclusão desses produtores na rede local de SAN, a fim de sugerir caminhos quais possam funcionar com maior efetividade social para esse ator produtivo.

1. A Gestão Integrada da Alimentação Escolar em Goiânia

O programa de alimentação escolar em Goiânia ganha uma nova dimensão em 2009 com a sanção da lei 11.947/2009, que proporcionou novas diretrizes, tendo como destaque o atendimento universal aos alunos matriculados na rede pública de ensino, o direito humano a alimentação adequada e a criação de um mercado governamental com



a inserção de gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar no cardápio da Alimentação escolar.

A secretaria municipal de educação possui um departamento responsável pela gestão e controle da alimentação escolar, o DALE – Departamento de Alimentação e Educação, que funciona como um Centro de Distribuição (CD), responsável pela distribuição dos gêneros alimentícios as unidades escolares sendo de sua responsabilidade a gestão dos recursos financeiros tanto aqueles destinados pelo FNDE quanto a complementação municipal.

O DALE tem por objetivo ofertar alimentos saudáveis aos alunos buscando proporcionar prazer aos mesmos ao realizarem as refeições nas escolas. São atribuições do departamento, executar as atividades de planejamento orçamentário, planejamento do cardápio, aquisição de gêneros alimentícios, armazenamento e distribuição, supervisão e avaliação da alimentação escolar.

São atendidas no programa todas as escolas municipais, CEMI's e escolas conveniadas conforme tabela 01.

TABELA 01: Número de escolas que são atendidas pelo DALE.

Escolas	2009	2010
Municipais/parcial	135	116
Municipal/integral	15	39
Conveniadas	16	16
CEMEI's	107	112

Fonte: dados da pesquisa/DALE, 2011.

Nas unidades escolares pode-se observar o número de alunos conforme tabela 02.

TABELA 02: Número de alunos matriculados.

Escolas	2009	2010
Municipais/parcial	84.742	74.160
Municipal/integral	3.829	13.531



Conveniadas	4.965	5.225
CEMEI's	8.950	10.133

Fonte: dados da pesquisa/DALE, 2011.

A estes alunos em 2009 foi servido um total de 1.687.620 refeições mensais a um custo médio de R\$0,59 em 2010 o número de refeições servidas é de 1.692.516 a um custo médio de R\$ 0,62. O aporte protéico médio das refeições está em torno de 15%.

A educação alimentar e a promoção de boas práticas alimentares aos escolares são desenvolvidas por meio de uma parceria entre o DALE e as Faculdades de Nutrição para estágios curriculares supervisionados.

No sentido de complementação e educação alimentar existe no município o projeto horta escolar que pode se destacar como uma oportunidade de abordar a forma interdisciplinar do alimento. O projeto foi implantado em 2001 com 35 unidades atendidas em 2009 este número subiu para 120 hortas que atendem CEMEI's e escolas.

Após traçar o perfil da alimentação escolar em Goiânia tem se a necessidade de analisar a efetividade do programa com base no art. 14 da lei 11947/2009

O município vem se empenhando para desenvolver todas as suas atividades conforme reza a lei, os entraves são inúmeros e podem ser classificados pela: capacitação dos manipuladores de alimentos, adequar o espaço físico (refeitórios, depósitos), adequar cardápios, gestão dos recursos financeiros em especial aos 30% destinados a compra de produtos da agricultura familiar.

1.2. A Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar pelo Departamento de Alimentação e Educação.

Antes de adentrar as especificidades das compras do DALE via agricultura familiar por meio da lei 11.947/2009 é importante ressaltar que o município não realiza compras da agricultura familiar e nem adota nenhuma modalidade do Programa de Aquisição de alimentos (PAA), foi relatado pela equipe gestora que a unidade já utilizou o PAA em outra gestão, no entanto o gestor atual não sabe esclarecer o porquê desta compra não ter se consolidado e nem o montante adquirido. Por não realizar compras via PAA à gestão da Alimentação Escolar não possui experiência com compras



da agricultura familiar o que faz necessário que a mesma se estruture e busque conhecimento específico para este mercado.

Nesta perspectiva em 2009 criou-se uma comissão de estudo e planejamento dos assuntos referentes à aquisição de gêneros alimentos da agricultura familiar pelo DALE. As primeiras ações desta comissão foram de entender como os agricultores familiares se organizavam as características e a disponibilidade de sua produção.

Durante o segundo semestre de 2009 o DALE, entidades representativas da agricultura familiar, entidades articuladoras, universidades, sindicatos, cooperativas da agricultura familiar e agricultores familiares se organizavam para atender o novo mercado para que em 2010 fosse possível inserir os gêneros alimentícios da agricultura familiar na alimentação escolar.

Para o primeiro semestre de 2010 não foi possível realizar chamadas publicas uma vez que o DALE elabora os pedidos de compra para o ano letivo com antecedência de pelo menos seis meses e neste período os atores envolvidos no processo se organizavam para atender o novo mercado institucional.

Em 2010 o DALE realizou contatos com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE), Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DFDA-MDA) e a Central de Cooperativas da Agricultura Familiar (CECAF) para realizar estudos dos produtos que poderiam ser adquiridos pelo departamento no ano letivo de 2010. Com a parceria destes atores em 2010 o DALE identificou que as compras deveriam ser realizadas pela aquisição de gêneros alimentícios das cooperativas da agricultura familiar considerando que os agricultores familiares não estavam organizados para atender o mercado da alimentação escolar.

O DALE adota a gestão mista e nesta forma de gestão a compra dos gêneros alimentícios menos perecíveis são realizadas pelo departamento e logo em seguida são distribuídas as unidades escolares conforme demanda dos cardápios, e os alimentos menos perecíveis são entregues diretamente nas unidades escolares. Este tipo de gestão dificulta o processo de compra direta do agricultor uma vez que o DALE lança as chamadas publicas para a aquisição de uma grande quantidade de alimentos, fazendo com que o agricultor que não se organiza em cooperativas ou grupos informais encontre entraves para participar das chamadas publicas do DALE.



Neste sentido foram listados os entraves encontrados pelo DALE em realizar a compra direta dos agricultores e dos agricultores em atender a demanda do DALE.

Dentre os entraves encontrados pelo DALE pode se destacar: Reunir os agricultores familiares que atendam a demanda das chamadas publicas; Baixa variedade da produção; Lançamento de diversas chamadas publicas para atender a demanda; A sazonalidade da produção que dificulta a elaboração dos cardápios; Os produtos processados em sua maior parte não condizem com as diretrizes da legislação sanitária; Logística não atende os critérios do DALE; O baixo valor da DAP (atualmente nove mil DAP/ano.); Adequar os cardápios a disponibilidade de alimentos dos agricultores familiares; Baixa oferta de produtos processados; Adequar às cozinhas e depósitos das unidades escolares para atender as especificidades dos produtos comprados diretamente do agricultor familiar.

Dentre os principais entraves encontrados pelos agricultores em ofertar alimentos pode se destacar: A dificuldade em adaptar a produção a demanda do DALE; Dificuldade em se organizar informalmente; Regularidade da produção; Logística (escoamento da produção, armazenamento); Práticas sanitárias adequadas em alimentos que recebem algum tipo de processamento; Barreiras sanitárias (Obter a licença sanitária para comercializar produtos processados e semi-processados); Precária assistência técnica; Alto custo de emissão da nota fiscal avulsa do produtor (atualmente no valor de R\$ 8,00/ por nota emitida); Sazonalidade da produção (produzir alimentos conforme demanda do DALE);

É importante descrever que embora levantados os entraves não foi possível observar nenhuma ação do DALE em realizar a compra direta de agricultores familiares, o mesmo considerou o processo de compra direta inviável e vem desenvolvendo ações para adquirir produtos das cooperativas, embora a lei aborde que nas compras acima de cem mil reais seja realizada via grupos formais a compra direta do agricultor familiar organizado informalmente ou individual pode ser realizada desde que a entidade executora tenha por objetivo a inclusão social dos agricultores podendo adotar a compra direta dos agricultores na modalidade descentralizada de distribuição de gêneros alimentícios as unidades escolares.

Um entrave encontrado quanto à aquisição de gêneros alimentícios pelas cooperativas é que os agricultores familiares que não conseguem se organizar é excluído do mercado da alimentação escolar principalmente pelas características de gestão do



município se embasar na gestão centralizada. Uma alternativa viável tanto para os agricultores quanto para o DALE seria o mesmo identificar os agricultores da região metropolitana e buscar estratégias para adquirir destes agricultores hortaliças considerando que estes produtos podem ser entregues em unidades escolares específicas enriquecendo o cardápio e integrando o agricultor que não está organizado em grupos formais e informais no mercado da alimentação escolar.

Em Goiânia conforme informações obtidas no banco de dados do MDA existem aproximadamente 197¹ Agricultores Familiares com a DAP – declaração de aptidão do PRONAF (que é exigida para que o agricultor tenha acesso ao mercado da merenda escolar). O MDA afirma que no município de Goiânia são necessários 276 Agricultores Familiares para atender a demanda dos 30% no ano 2011.

Ações de divulgação e esclarecimento dos procedimentos necessários para a compra da agricultura familiar por meio do DALE, das entidades representativas da agricultura familiar e demais atores envolvidos no processo podem atrair estes agricultores e realizar a aquisição dos mesmos visando à inclusão social destes e a oferta alimentos saudáveis e frescos aos alunos.

Diante as dificuldades do DALE em realizar a compra direta dos agricultores familiares as cooperativas é à alternativa encontrada pelo departamento em realizar a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar considerando que elas são capazes de ofertarem em grande quantidade produtos industrializados ou semi industrializados ao DALE, o que facilita a logística o armazenamento e a manipulação dos alimentos na unidade escolar.

Em 2010 foram realizadas chamadas publicas direcionadas a cooperativas da agricultura familiar para aquisição dos seguintes alimentos: rapadura; açafrão; proteína de soja texturizada; óleo de soja; leite em pó; queijo mussarela; requeijão cremoso; abacaxi; banana; mamão; poupa de fruta; bebida láctea fermentada com poupa de fruta.

As chamadas publicas não foram finalizadas no ano de 2010 considerando os entraves burocráticos e o período de adaptação e conhecimento que permeou os primeiros passos do DALE e das cooperativas no processo de compra e venda.

¹ Neste levantamento os agricultores que no ato da consulta possuíam a DAP desativada não foram excluídos da contagem, considerando que as mesmas poderiam estar vencidas, podendo a sua atualização ser realizada a qualquer instante.



Em 2010 não foram realizadas compras de gêneros alimentícios da agricultura familiar conforme prevê a legislação, no relatório anual de gestão consta que os recursos não utilizados no exercício foram aplicados no mercado financeiro. Na tabela abaixo pode ser identificado o valor repassado pelo FNDE ao município para aquisição de gêneros alimentícios nos anos de 2009, 2010 e 2011 e o percentual a ser utilizado para aquisição de gêneros alimentícios da AF.

Tabela 05: Valor de recursos repassados pelo FNDE e % destinado a compras da AF.

Ano	Valor do Repasse do FNDE	30% do repasse do FNDE
2009	4.656.080,00	1.396.824,00
2010	7.503.780,00	2.251.134,00
2011	8.270.340,00	2.481.102,00

Fonte: MDA/SAF 2011.

Em 2011 o município está adquirindo gêneros alimentícios das Cooperativas da agricultura familiar, a expectativa da gestão é ultrapassar a margem dos 30% previstos em lei.

Adquirir alimentos das cooperativas é uma alternativa viável para o DALE por sua gestão ser centralizada. A aquisição de produtos da agricultura familiar via cooperativas pode apresentar as seguintes vantagens: Aquisição de produtos industrializados; Facilidade da logística; Os produtos adquiridos podem ser armazenados no depósito central ou distribuídos as unidades escolares conforme padrões já estabelecidos; Facilidade no processo de chamada pública; Facilidade em adequar os cardápios com a disponibilidade de produtos das cooperativas; Diversidades dos produtos; Adquirir grande quantidade de gêneros alimentícios;

A efetividade na aquisição de produtos da agricultura familiar via cooperativas e positiva sendo possível observar que os padrões financeiros e de logística já utilizados pelo DALE não sofreram grandes mudanças o entrave a ser encontrado pelo DALE e adequar os cardápios a diversidade e a sazonalidade dos produtos da agricultura familiar.

Já as cooperativas vêm enfrentando diversos entraves em atender o mercado da alimentação escolar sendo possível classificá-los em: Alto custo dos impostos



(destacando o ICMS sobre a cadeia de distribuição industrialização, transporte e comercialização); Dificuldade em ter a liberação sanitária para comercialização dos produtos dada à deficiência das instalações de processamento dos alimentos; O valor dos produtos a serem entregues as cooperativas pelos agricultores ser inferior ao adotado no mercado local uma vez que o baixo custo pode ser compensado com a agregação de valor aos produtos (preparação de poupas, farinha de mandioca, polvilho, rapadurinha, laticínios em geral, dentre outros); Precária estrutura física das agroindústrias fazendo com que o processamento dos gêneros alimentícios em sua maioria seja realizado em cooperativas já consolidadas em que o seu capital social e composto por agricultores patronais, reduzindo assim a margem de lucro das cooperativas e dos agricultores familiares.

Em 2011 o desempenho do DALE e dos atores envolvidos no processo de aquisição de gêneros da agricultura familiar foram aprovadas as seguintes chamadas publicas com seus respectivos valores e descrição dos produtos.

Quadro 01: Relação das chamadas publicas lançadas e aprovadas pelo DALE

Chamada Pública	Descrição do Produto	Valor
01/2010 ²	Bebida láctea e mussarela	R\$ 689. 250,00
02/2010 ⁵	Rapadura, proteína de soja, açafraão	R\$ 239. 880,00
01/2011	Óleo de soja, leite em pó e manteiga de leite	R\$ 706.800,00
02/2011	Mussarela, requeijão, bebida láctea, abacaxi, mamão e polpa de abacaxi	R\$ 1.672.411,80
03/2011	Cookie de baru, mel e gergelim	R\$ 882.000,00

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

² Cabe ressaltar que os produtos das CP 01 e 02/2010 foram consumidos em 2011.



A compra de produtos da agricultura familiar pelo DALE só foi possível porque houve empenho, motivação e força de vontade do departamento em adquirir alimentos da agricultura familiar à busca de parcerias foi essencial para consolidar as compras realizadas em 2011 a garra dos gestores atribuída à articulação com as cooperativas e os parceiros envolvidos indiretamente nos processos de compra e venda fez com que a rede municipal de ensino de Goiânia alavancasse frente a rede estadual de ensino do município e ao município vizinho Aparecida de Goiânia.

O DALE possui um longo caminho a trilhar os primeiros passos foram dados, a aquisição de alimentos da agricultura familiar já supera o exigido por lei, no entanto o departamento tem um grande e desafiante entrave a superar que é inserir os agricultores no mercado de alimentação escolar de forma social respeitando o meio ambiente, incluindo aqueles agricultores menos capitalizados dando aos mesmo oportunidade de terem um mercado seguro e duradouro.

2. A formação de um rede institucional para dinamizar a participação da Agricultura Familiar no mercado agroalimentar da Alimentação Escolar em Goiânia.

Os esforços para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar das entidades articuladoras, entidade executora, sociedade civil, instituições governamentais e não governamentais envolvidas direta ou indiretamente com a agricultura familiar e/ou alimentação escolar decorre no nascimento do Comitê de Apoio a Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Estado de Goiás que possui independência própria sem vinculação formal com nenhum órgão e/ou instituição publica ou privada sob coordenação do CECANE/RCO.

O comitê consiste na construção social e política de organizações distintas que possuem valores como legitimidade, comprometimento com a sociedade e cooperação suas ações se direcionam a beneficiar os agricultores familiares e as entidades executoras no cumprimento do Art. 14 da lei 11.947/2009.

O Comitê é composto pelos seguintes atores: Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária do Estado de Goiás (EMATER-GO), Central de Cooperativas da Agricultura Familiar (CECAF), Centro Colaborador em

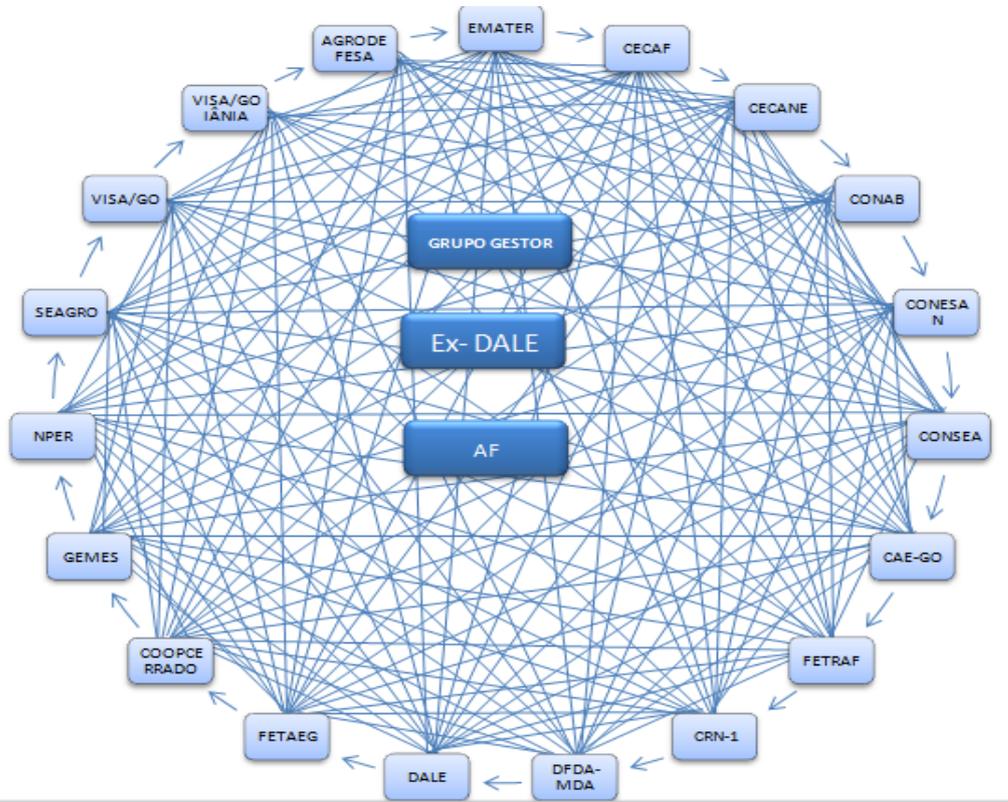


Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás (CECANE-UFG), Companhia Nacional de Abastecimento – Superintendência Regional em Goiás (CONAB), Conselho Estadual de Alimentação Escolar – (CAE/Goiás), Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONESAN), Conselho Municipal de Alimentação Escolar – Goiânia, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Conselho Regional de Nutrição (CRN-1), Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário em Goiás (DFDA-MDA), Departamento de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação – Goiânia (DALE-SME Goiânia), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), Empório do Cerrado - Rede de Comercialização Solidária dos Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado (COOPCERRADO), Gerência da Merenda Escolar da Secretaria Estadual da Educação (GEMES-SEDUC), Núcleo de Pesquisa em Empreendedorismo Rural da Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás (NPER/EA/UFG), Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEAGRO), Vigilância Sanitária da Secretaria Estadual de Saúde de Goiás (VISA/SES-GO), Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia (VISA/SMS-Goiânia), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – GO (FETRAF-GO), Agência Goiânia de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA), Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos (EAEA/UFG), Movimento Camponês Popular (MCP), Secretaria da Agricultura familiar (SAF/MDA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Arroz e Feijão), Ministério Público (MP/GO), Empresa de Consultoria Biolagro, Grupo de Estudo e Pesquisa na área da Agricultura Familiar (GEPAF/UFG), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizado Rural de Goiás (SENAR), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF-GO), Associação de Pescadores de Itumbiara (API).

Na figura 03 pode se observar que os agentes trocam informações e alimentam toda a estrutura da alimentação escolar desde os gestores federais aos locais, agricultores familiares, cooperativas, sindicatos e movimentos sociais na implementação da referida lei.



Figura 01: Rede dos atores envolvidos na política de alimentação escolar e Agricultura familiar em Goiânia.



Fonte: pesquisa de campo, 2011.

Estes atores na busca da melhor alternativa para o cumprimento da legislação e dinamização da política de Segurança Alimentar e Nutricional no município formam uma rede que é conectada por relações de parceria com a influência de fatores sociais, econômicos e políticos. As ações da rede são definidas em forma de governança desenvolvidas estrategicamente para atender a demanda do grupo.

São realizadas reuniões regulares que é resultado da cooperação dos atores que se conhecem e reconhecem a sua importância na contribuição da eficácia do programa, trocando informações, negociando e compartilhando normas e interesses em comum, com uma alta densidade de comunicação e de relacionamento tendo como objetivo promover uma alimentação saudável aos escolares e a inclusão social dos agricultores familiares.

As ações da Rede estão direcionadas em minimizar os desafios e entraves encontrados na demanda e oferta da agricultura familiar e a alimentação escolar, os



atores acreditam que solucionada esta questão a aplicabilidade da lei pode vir a beneficiar tanto os agricultores quanto o DALE desencadeando em uma efetividade social positiva para todos os atores envolvidos em especial dos agricultores familiares.

Os esforços da Rede se direcionam também para mobilizar o poder público (secretários estaduais/municipais da fazenda, agricultura, saúde e educação) para que os mesmos se interessem das ações da rede e se integrem as ações de forma independente sem compromisso político partidário, com o objetivo de vir a facilitar e fortalecer a aplicabilidade da lei possibilitando que os entraves e desafios pertinentes a estes segmentos tenham o apoio do gestor responsável para facilitar politicamente e economicamente a inserção dos agricultores no mercado da Alimentação escolar.

Percebe-se que a atuação da rede não está totalmente ligada aos beneficiários no que se refere à segurança alimentar e a inclusão social destes, embora este seja o objetivo do comitê os atores acreditam que solucionados os problemas referentes à demanda e oferta este processo de inclusão social venha a se dar simultaneamente.

Os atores que participam das ações da rede possuem suas particularidade e limitações, muitos apresentam grande disposição em contribuir para as ações da rede mas em sua maioria por serem entidades públicas dependem da aprovação dos gestores o que proporciona efeitos negativos na efetividade do programa.

O DALE, entidade executora que é responsável pela gestão da alimentação escolar em Goiânia, expõe a rede os desafios da gestão que dificulta a eficácia do programa com o objetivo dos atores contribuírem com as relações de parcerias em minimizar os desafios transformando os em possibilidades e propondo estratégias de desenvolvimento. As ações de articulação e parceria da rede contribuíram para que o DALE realizasse as compras da agricultura familiar, embora as compras já tenha se efetivado o DALE e os atores da rede possui uma grande e desafiante missão que é a inserção de agricultores familiares marginalizados na linha da pobreza no mercado da alimentação escolar.

A rede é um campo de interação do DALE com os representantes da agricultura familiar o que possibilita que o mesmo possa vir a conhecer e aprender a lidar com este novo mercado e a conhecer as potencialidades e os desafios encontrados pela agricultura familiar, analisando em que ponto o mesmo pode vir a contribuir para minimizar os desafios encontrados pelos agricultores, na busca dos mesmos fornecer alimentos diversificados, saudáveis e atender a demanda exigida pelo DALE.



O DALE como já mencionado anteriormente não possui histórico de compras via PAA o que vêm dificultando o processo de inserção dos produtos da agricultura familiar fazendo com que o mesmo encontre na rede as parcerias necessárias para compreender e entender a dinâmica do processo de comercialização da agricultura familiar e a adaptação das estruturas físicas para o recebimento de tais produtos, dos manipuladores no preparo dos alimentos, da equipe envolvida na gestão que deve buscar constantemente estratégias para dinamizar e envolver toda a comunidade escolar no processo de inclusão dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar.

3. Considerações Finais

A eficácia da gestão da alimentação escolar em Goiânia é positiva o que desencadeou na articulação estratégica com a rede formada no município quanto o processo de compra dos gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Na rede o DALE encontrou parcerias que proporcionou à efetivação da política nos aspectos direcionados a compra dos produtos, no entanto quanto à inclusão de agricultores familiares tradicionais ou de programas de reforma agrária é um grande desafio a ser enfrentado pelo DALE e pela rede.

Vencer o desafio de incluir os agricultores no mercado da alimentação escolar no município demanda de estratégias que envolvem a mudança da gestão do DALE e o envolvimento dos atores na rede que pode ser positivo desde que a mobilização desta inclusão envolva uma forte relação de parcerias entre os atores que pode desencadear na inclusão destes agricultores.

No entanto cabe finalizar este artigo com a indagação se a rede é um embrião para a efetividade social dos agricultores familiares e se a mesma pode vir a se tornar ou incentivar a formação de uma nova rede que envolva a articulação de todos os programas de Segurança Alimentar e Nutricional do município.



GT 12: Soberania e segurança alimentar e nutricional: práticas e projetos como estratégias de fortalecimento do campesinato brasileiro.

Repensando o papel da agricultura e dos agricultores familiares em cenário de aquecimento global e degradação do meio ambiente

Juliana Speranza¹

¹ Doutoranda em Economia das Instituições e do Desenvolvimento (FEA/USP). Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Integrante do Núcleo de Economia Socioambiental (NESA/USP) e do Núcleo de Modelos Espaciais Sistêmicos (NEMESIS). E-mail: jsimoessperanza@yahoo.com.br

Resumo

Atualmente há em curso um debate sobre os limites da Revolução Verde como resposta à necessidade de manutenção da produtividade agrícola, especialmente em um cenário de aquecimento global e degradação do meio ambiente. O presente artigo investiga do ponto de vista teórico e também analítico as implicações e possibilidades dessa afirmação ser verdadeira. Simultaneamente, partindo de evidências empíricas brasileiras, discute respostas técnicas que têm sido dadas pelo próprio governo e movimentos sociais, que apontam para uma mudança de paradigma no interior dos sistemas agrários, em direção ao desenvolvimento de uma atividade agrícola mais sustentável, com maior comprometimento com o direito humano à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional. Nesta mudança tanto o papel da agricultura como dos agricultores familiares é ressignificado e, portanto, é também investigado neste artigo qual o seu sentido nos dias atuais.

Palavras-chave: Agricultura Inteligente, Segurança Alimentar, Aquecimento Global



Introdução

Nos dias atuais, o cenário do aquecimento global e da degradação do meio ambiente tem lançado novos desafios, mas também oportunidades, em termos de promoção do direito humano à alimentação adequada.

Por um lado, cada vez mais o progresso em desenvolvimento é interrompido pelas alterações climáticas. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano, o mundo é um lugar heterogêneo: as pessoas têm diferentes níveis de rendimentos e riqueza e as alterações climáticas irão diferenciar as regiões afetadas.

Por exemplo, para minimizar os riscos, os produtores que vivem em áreas sujeitas a secas renunciam muitas vezes a produções agrícolas que poderiam resultar num aumento dos rendimentos, preferindo colheitas com retornos econômicos mais baixos, porém resistentes a ausência de chuvas. Quando os desastres climáticos ocorrem, os mais pobres são muitas vezes forçados a vender bens produtivos, que teriam implicações certas de retorno, de modo a proteger o consumo, por exemplo, o gado. E quando isso não é suficiente, as famílias lidam com a situação de outros modos: reduzem as refeições, gastam menos em saúde e tiram os filhos da escola. Estas seriam medidas desesperadas que podem criar ciclos de vida com desvantagens, relegando as famílias pobres para armadilhas de baixo desenvolvimento humano (Watkins, 2007, pág. 8).

De forma semelhante, apesar do bem-estar de todas as pessoas depender dos serviços ecossistêmicos, o impacto da degradação ambiental é sentido mais diretamente pelas populações mais carentes e mais vulneráveis do mundo, ainda que estas tenham sido aquelas que menos contribuíram para tal degradação. Sem acesso a água limpa, terras e alimentos, combustíveis e materiais adequados, as populações vulneráveis são incapazes de se libertar do ciclo de pobreza e prosperar (Relatório WWF, 2010; Leroy, 2009).

Por outro lado, simultaneamente, o próprio acúmulo progressivo de conhecimento científico e de evidências empíricas que denunciam os efeitos negativos severos do aquecimento global e da degradação dos recursos naturais, tem estimulado a busca de alternativas e da afirmação de movimentos de contra-resistência.

No mundo rural, a busca de alternativas e movimentos de resistência resumem-se ao desenvolvimento de formas de produção e consumo que agridam menos o meio ambiente, valorizem a biodiversidade e não sejam adversárias dos objetivos de



erradicação da fome e pobreza no mundo. Em outras palavras, são movimentos em direção a uma agricultura mais inteligente, capaz de assegurar o modus de vida do homem do campo e a preservação dos recursos naturais para a segurança alimentar e o desenvolvimento.

Este artigo é um ensaio que tem por objetivo explorar as controvérsias, limites e possibilidades para a instauração de uma *agricultura inteligente*, especialmente pelo Brasil². Encontra-se organizado em três seções principais, para além desta introdução. A primeira resume, em termos de diagnóstico, a situação acerca dos efeitos negativos das mudanças climáticas globais e da degradação do meio ambiente sobre as estratégias de reprodução socioeconômica das famílias rurais brasileiras. A segunda, composta por vários subitens, discute alguns aspectos que compõem uma agenda de trabalho (em construção) nos campos teórico, científico, tecnológico, econômico, político e cultural, para a instauração desse novo paradigma da agricultura inteligente. A última seção recupera alguns pontos principais da anterior, com foco nas implicações de políticas públicas.

Como pano de fundo da reflexão, o artigo se propõe a pensar como a agricultura inteligente pode ser um caminho para ampliar o acesso da população ao direito humano à alimentação adequada. Também como será visto mais adiante, no bojo desse novo paradigma, a agricultura recupera o seu papel de contribuir para o fim da fome e pobreza no mundo – aumentando a sustentabilidade produtiva e econômica – e os agricultores familiares ganham papel de destaque – conservando a biodiversidade e promovendo a sustentabilidade do planeta.

Este artigo não tem a pretensão de fornecer grandes soluções e respostas para a fome e pobreza planetárias. Na realidade busca apenas estimular o debate acerca da promoção da segurança alimentar e nutricional, ao complexificá-lo. Defende que novas nuances precisam ser incorporadas ao debate, introduzindo as temáticas do aquecimento global e da conservação da biodiversidade.

2. Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural no Brasil

As pesquisas reunidas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) afirmam: onze dos últimos doze anos (1995 a 2006) estão entre os 12 anos mais

² Termo cunhado recentemente pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).



quentes do registro instrumental da temperatura da superfície global. O Quarto Relatório do IPCC projeta um aquecimento global em torno de 0,2°C por década. Mesmo que as concentrações de todos os gases de efeito estufa e aerossóis se mantivessem constantes nos níveis do ano 2000, seria esperado um aquecimento adicional em torno de 0,1°C por década (Solomon, 2007)³.

Com essa projeção climática e sem medidas adaptativas e de mitigação, as conseqüências do aquecimento global seriam enormes e diversificadas. O setor agrícola é um dos setores econômicos que poderá ser mais afetado pelas mudanças climáticas globais porque depende diretamente das condições climáticas. A população rural, especialmente da América Latina, poderá sofrer severamente com os efeitos negativos do aquecimento global.

As áreas de clima tropical são as quais a tolerância das plantas a aumentos de temperatura já se encontra no limite. Entre 30% a 40% da população empregada na América Latina encontra-se no setor agrícola. No Brasil essa porcentagem é de 17,0%, podendo a chegar a 29,6% na região Nordeste. Um fator agravante é que a maior parte dos efeitos do aquecimento global na região recai sobre as condições de vida e subsistência dos agricultores e pastores, a maior fatia da população das planícies andinas e das áreas de floresta tropical e subtropical, que possuem em geral pouca capacidade adaptativa (Simms, 2006; DIEESE/MDA, 2011).

De forma resumida, as principais projeções sobre os efeitos do aquecimento global que se relacionam com o setor agrícola latino-americano são: (a) mudanças no padrão das chuvas, somadas ao desaparecimento dos glaciares, podem afetar a disponibilidade de água para a agricultura, o consumo humano e a geração de energia; (b) nas áreas já secas há chances de salinização e desertificação de propriedades agrícolas; (c) queda grande da produtividade agrícola e da pecuária com risco de insegurança alimentar; (d) possibilidade de substituição da vegetação semi-árida por árida; (e) chances de perda significativa da biodiversidade em muitas áreas tropicais (Parry et al, 2007). Tais efeitos tornam-se mais severos conforme o mundo for aquecendo ainda mais.

A partir dos anos recentes os pesquisadores brasileiros passaram a dedicar maior atenção à investigação dos efeitos socioeconômicos das mudanças climáticas globais e

³ Lembra-se que estas são previsões de médias globais, que podem ser mais extremas em determinadas localidades e ainda piores, quando se considera a probabilidade de ocorrência de eventos extremos.



atualmente há alguns estudos que fornecem previsões de cenários para o país. No contexto brasileiro, é projetado até 2100 um aquecimento em todo o território, especialmente na região tropical, com aumentos médios de temperatura que atingem entre 3^oC a 4^oC, nos cenários A2 e B2 de emissões de gases de efeito estufa (GEE), comparativamente à temperatura observada no período 1961-1990. Todavia, a elevação da temperatura pode ser ainda maior em algumas regiões do país: para o período 2070-2100 é esperado um aquecimento de até 8^oC na região que vai do Leste da Amazônia até o Piauí, conforme o cenário A2. Em termos de variações pluviométricas, os padrões mais importantes esperados são as reduções de chuva no Leste da Amazônia e no Nordeste, e aumento no Sul, Centro-Oeste e Oeste da Amazônia (Marengo et al, 2011)⁴.

No Brasil, o estudo *“Economia da Mudança do Clima no Brasil: Custos e Oportunidades”* investigou os efeitos esperados do aquecimento global sobre variados grupos temáticos: recursos hídricos, produção agrícola, energia, padrão de uso da terra, biodiversidade, zona costeira. Estes grupos de pesquisa geraram informações que combinadas, através de um Modelo de Equilíbrio Geral Computável, projetaram a perda econômica brasileira prevista em virtude do aquecimento global.

Estima-se que em 2050 o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro seja até R\$3.655 bilhões inferior ao montante verificado em 2008. O PIB *per capita* poderá ser menor em até 1.603 reais. O valor presente (2005) das reduções no consumo dos brasileiros acumuladas até 2050 ficaria entre R\$ 6 mil e R\$ 18 mil, representando de 60% a 180% do consumo *per capita* anual. Tais resultados são projeções nacionais, mas os efeitos regionalizados poderão ser mais severos para as regiões da Amazônia e do Nordeste; as mais vulneráveis às mudanças climáticas globais (Margulis et al, 2011).

Em relação ao setor agrícola prevê-se que o aquecimento global pode comprometer a produção de alimentos, levando a perdas estimadas de até R\$ 7,4 bilhões em 2020, podendo atingir R\$ 14 bilhões em 2070. Culturas como: milho, arroz, feijão, algodão e

⁴ Os cenários A2 e B2 referenciam algumas características projetadas que determinam o padrão de emissões de GEE. O cenário A2 assume as seguintes características: um mundo com uma população e um padrão de emissões de GEE continuamente crescente; com novas tecnologias implantadas em ritmo lento e de forma generalizada, sem uma alteração do padrão mundial; o jeito de fazer os negócios continua do mesmo modo que vem sendo realizado. É o cenário mais pessimista também conhecido como “business-as-usual”. O cenário B2 descreve um mundo que enfatiza as soluções locais para a sustentabilidade econômica, social e ambiental. É um mundo em que a população global aumenta, a uma taxa inferior à do A2, com níveis intermediários de desenvolvimento econômico e uma mudança tecnológica menos rápida e mais diversa do que em outros contextos. Este cenário também está orientado para a proteção ambiental e a equidade social, mas seu foco são a escala local e a regional.



girassol, podem vir a sofrer forte redução da área de menor risco ao aquecimento global, especialmente no Nordeste, com perda significativa da produção. O café do tipo arábico deve perder até 33% da área de baixo risco em São Paulo e Minas Gerais, apesar de poder ter um aumento de produção no Sul do país. A soja deve ser a cultura mais afetada. No pior cenário as perdas podem chegar a 40% em 2070, levando a um prejuízo de até R\$ 7,6 bilhões (Embrapa, Unicamp, 2008).

O breve diagnóstico acima confirma o quê o estudo da Embrapa/Unicamp chamou de *Nova Geografia da Produção Agrícola no Brasil*: o aumento da temperatura pode alterar profundamente a distribuição da produção agrícola no Brasil, se nada for feito para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e adaptar as culturas para a nova situação. O estudo prevê uma migração de plantas para regiões que hoje não são de sua ocorrência, em busca de condições climáticas melhores. Ao mesmo tempo, áreas que atualmente são as maiores produtoras de grãos podem não estar mais aptas ao plantio bem antes do final do século.

Um segundo estudo de Feres, Eustáquio & Speranza (2010) prevê perda severa da lucratividade agrícola nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, respectivamente de 161,8%, 124,6%, 51,8%, para o período 2070, segundo o cenário A2 de emissões de GEE.

Outro trabalho de Feres et al (2011), ao investigar as variações nos usos da terra decorrentes das mudanças climáticas globais – terras agricultáveis, pastagem e floresta – previu que há uma tendência de redução significativa das áreas de florestas e matas nos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Poderá ocorrer uma perda entre 15% e 20% das áreas florestais do Brasil, conforme o cenário (A2 e B2) e o horizonte temporal (2010-2040, 2041-2070, 2071-2100) escolhido. A conversão das áreas florestais poderá ocorrer, sobretudo, para o uso na pecuária. Estimam-se aumentos das áreas de pastagem entre 6% a 11%, conforme o cenário e o horizonte temporal. Nacionalmente, o impacto das mudanças climáticas sobre as áreas de lavoura não é muito significativo no cenário B2 e para o cenário A2 só passa a ser importante a partir de 2050, quando é projetada expansão das áreas de lavouras, porém fortemente influenciada pelo aumento das áreas na região Sul. Isto porque a produção agrícola da região Sul que atualmente sofre com o clima frio e as geadas poderá se beneficiar do aquecimento global. Em todos os casos



são esperados efeitos bastante diferenciados ao longo do território brasileiro em termos de variações nos usos do solo decorrentes das alterações climáticas.

Outros efeitos decorrentes das mudanças climáticas globais que podem prejudicar a produção agrícola dizem respeito a estimativas de aumento do estresse hídrico e da perda da biodiversidade. Salati et al (2011) prevê que os impactos da mudança do clima para as diferentes regiões brasileiras seriam alarmantes em algumas bacias hidrográficas, principalmente na região Nordeste, com uma diminuição brusca das vazões até 2100 e, também mais moderadamente na região Norte. Tal resultado traz implicações imediatas para a perda de confiabilidade no sistema de geração de energia hidrelétrica, com redução de 31,5% a 29,3% da energia firme, mas também tem conseqüências diretas para a aptidão das áreas atualmente aráveis, destinadas a atividade agropecuária.

No que se refere à diminuição da biodiversidade, a perda de *habitat*, decorrente de mudanças nos biomas, é a forma mais direta de impacto das mudanças climáticas sobre as espécies. O nicho de cada espécie é limitado por condições climáticas e ambientais que, quando alteradas, podem reduzir drasticamente o *habitat* disponível para cada espécie, até o ponto de inviabilizar sua existência (Neves et al, 2011; Lovejoy & Hannah, 2005).

Estudo de Neves et al, 2011, estimou os impactos das mudanças climáticas globais sobre: (i) a distribuição da cobertura vegetal dos biomas brasileiros, (ii) o número de espécies da Floresta Amazônica e (iii) o valor dos serviços ecossistêmicos amazônicos.

Em termos de substituição da cobertura vegetal, o resultado mais marcante se verifica na região Sul-Sudeste-Leste da Amazônia, que poderá ser substituída por savana. Para o período 2100, segundo o cenário A2 de GEE, poderá ocorrer uma redução de 40% da cobertura florestal da Amazônia. Em termos gerais, as perdas expressivas de cobertura florestal são verificadas nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Pará.

Em termos de número de espécies, a região da Amazônia, que abriga a maior quantidade de espécies do planeta, poderá sofrer em 2100, segundo o cenário A2, o desaparecimento de 12% do total de espécies que hoje em dia lá habitam. Mas os autores chamam atenção para o impacto combinado (maior) que os efeitos das mudanças climáticas associados aos do desmatamento podem provocar: perda provável de até 30% das espécies desse bioma.



Em termos do impacto das mudanças climáticas globais sobre os serviços ecossistêmicos da Amazônia, a projeção final é de que até o final do século, em 2100, chegue a US\$ 14-26 bilhões por ano, segundo o cenário A2.

É importante ressaltar que a manutenção da fauna e flora da Amazônia, guarda estreita relação com a aptidão agrícola de todo o restante do território rural brasileiro. Primeiro, o serviço de regulação do clima que a floresta promove tem impacto global, contribuindo ou não para a elevação da temperatura do planeta e também das temperaturas regionais. O próprio desmatamento promove um efeito feedback negativo, pois gera maior emissão de CO₂, um dos gases causadores do efeito estufa e da elevação da temperatura. O bioma Amazônico também promove o serviço de regulação hídrico, que tem grande impacto em outras regiões. Outro elemento importante é a manutenção do habitat das abelhas, que fornecem um serviço ecossistêmico indireto, enquanto polinizadoras e migram para outras partes do Brasil.

A saber, em relação aos efeitos das mudanças climáticas globais sobre a atividade pecuária do Brasil ainda não existem estudos específicos. Todavia, estudo realizado por Seo & Mendelsohn (2006a, 2006b) em região da África, de condições climáticas próximas a brasileira, revelou que os criadores poderão modificar seu comportamento em resposta às mudanças climáticas globais. Dentre um conjunto de criações – gado de corte, gado leiteiro, caprinos, carneiros, aves – os criadores tendem a substituir os animais por aqueles mais resistentes à seca e à elevação da temperatura, por conta da queda da lucratividade. A previsão é de que a lucratividade líquida da criação de todos os animais irá diminuir em decorrência das mudanças climáticas, principalmente do gado de corte.

Em suma, o aquecimento da Terra ocasionado pelo homem, com seu padrão de desenvolvimento insustentável em termos de depredação dos recursos naturais, tem se revelado incompatível com a capacidade de carga do planeta, especialmente de gases causadores do efeito estufa. Ainda que não se tenham medidas para o Brasil, ao nível global, estima-se que se este padrão for mantido, a humanidade precisará da capacidade de dois planetas Terra para absorver os resíduos de CO₂ e manter o consumo de recursos naturais (Relatório WWF, 2010)⁵.

⁵ A Pegada Ecológica mostra que as demandas da humanidade por recursos naturais dobraram desde a década de 1960, enquanto que o Índice Planeta Vivo sofreu uma queda de 30%. A Pegada Hidrológica da Produção



De forma sintética, o breve diagnóstico acima revela que se nada for feito em termos de medidas de adaptação e mitigação, o setor agropecuário brasileiro poderá ser fortemente prejudicado pelo aquecimento global, com impactos negativos sobre as estratégias de reprodução socioeconômica das famílias rurais do país. Isto porque a atividade agropecuária é importante fonte de geração de trabalho e renda e de alimentos para autoconsumo das famílias que vivem hoje no campo no Brasil, especialmente as mais pobres.

Introduzir a temática do aquecimento global e da degradação do meio ambiente é estratégico para o desafio de erradicação da fome e pobreza brasileiras. Num momento em que o país avança neste objetivo e concentra esforços nesta direção, torna-se urgente passar a incorporar estas duas novas nuances nos estudos sobre promoção da segurança alimentar e nutricional, evitando retrocessos importantes, conquistados recentemente.

Dessa forma, a seção a seguir, busca levantar algumas questões que passariam a estar presentes junto ao arcabouço analítico para a promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN), quando os temas do aquecimento global e degradação do meio ambiente são incorporados.

Em todas as questões, sempre se tem como foco o fato de que elevados índices de pobreza e baixos níveis de desenvolvimento humano limitam a capacidade das famílias pobres de gerenciarem os riscos climáticos. Com acessos limitados a seguro formal, baixos rendimentos e escassos bens, os lares pobres têm de lidar com os choques climáticos sob condições restritivas. Enquanto que os ricos podem enfrentar os choques através de seguros privados, venda de bens ou do recurso às suas poupanças. Essa situação reforça o ciclo vicioso e perverso da pobreza.

3. Implicações da incorporação das temáticas do aquecimento global e degradação ambiental no arcabouço analítico da promoção da SAN

3.1. Vulnerabilidade ao risco climático e responsabilização: do ponto de vista teórico e analítico, faz-se importante recuperar as críticas formuladas por Cardona (2003). Para este autor, a abordagem das ciências naturais tem oferecido uma visão parcial que contribuiu para o conhecimento de um componente principal do risco: o dano. Todavia,

revela que atualmente 71 países estão sofrendo algum déficit em recursos hídricos de fontes de água azul, com quase dois terços destes sofrendo déficit dos tipos moderado e grave.



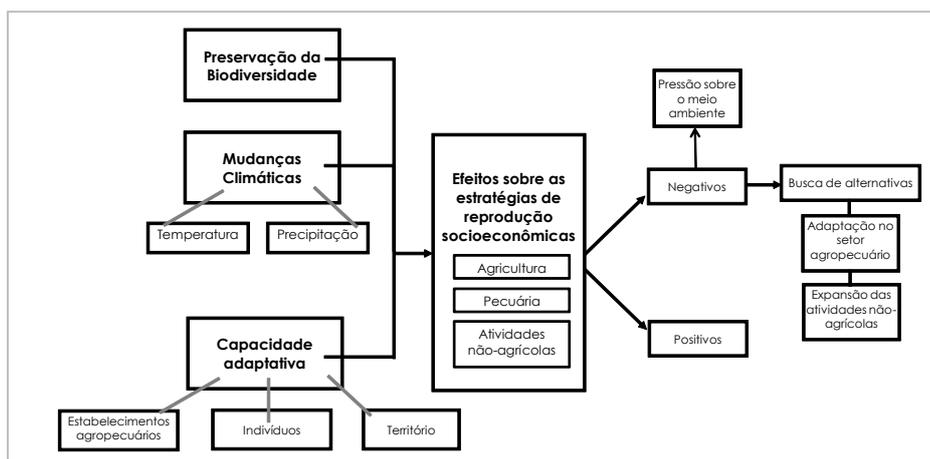
um evento natural intenso não deve ser sinônimo de desastre e, portanto, risco não pode ser entendido exclusivamente como a possível ocorrência de catástrofes naturais. Na visão de Cardona, este tipo de concepção errônea tem favorecido à interpretação de um imaginário falso de risco e catástrofe – que estaria sendo usado com bons resultados por parte das autoridades políticas, a fim de evitar a sua culpa e responsabilização.

Dessa forma, a vulnerabilidade não deve ser considerada unicamente como a possibilidade de danos físicos. Pelo contrário, deve ser estabelecida de acordo com as condições políticas, sociais e econômicas da população. Um desastre só ocorre quando os efeitos impedem uma fácil recuperação. Em outras palavras, a vulnerabilidade não pode ser definida ou medida sem referência à capacidade de uma população de absorver, responder e se recuperar do impacto do evento (resiliência).

3.2. Por uma visão mais holística e pela necessidade de construção de abordagens mais sistêmicas: respondendo as críticas realizadas por Cardona (2003), as ciências naturais e humanas, num esforço conjunto de produção científica, deveriam reunir ações para construção de sistemas de avaliação mais sistêmicos acerca dos impactos do aquecimento global. Até hoje, em geral, o que os estudos têm produzido são diagnósticos dos efeitos do aquecimento global considerando apenas as variáveis climáticas e, negligenciando que a capacidade adaptativa e de resiliência da população alteram a direção (perdas ou ganhos) e a magnitude dos efeitos produzidos pelas mudanças climáticas globais. De forma preliminar, para os estudos dos efeitos do aquecimento global sobre as estratégias de reprodução socioeconômica das famílias rurais e sobre a promoção da segurança alimentar no Brasil, sugere-se o arcabouço analítico a seguir sintetizado pela Figura 1.

Figura 1: Arcabouço analítico para investigação dos efeitos socioeconômicos das mudanças

**ças
climáticas
globais
sobre o
meio
rural**





Elaboração própria.

Tal proposta de arcabouço analítico possui alguns desafios metodológicos. O primeiro reside em analisar de forma agregada os efeitos socioeconômicos das mudanças climáticas globais sobre a agricultura e a pecuária, levando em consideração também as atividades não-agrícolas praticadas pelos produtores rurais. Entende-se que as estratégias de reprodução socioeconômica da população rural são baseadas no emprego de atividades no setor agropecuário e também nos demais setores, inclusive simultaneamente. Os estudos realizados até o momento, em geral, focam a análise em apenas um grupo de atividade e não atentam para a pluriatividade da agricultura.

Em segundo lugar, a vulnerabilidade do meio rural às mudanças climáticas globais terá de ser compreendida não se restringindo apenas ao estudo dos efeitos sob a ótica da ocupação econômica, mas articulada a outras temáticas como: gênero, idade, proteção social, dentre outras. O reconhecimento da interconexão entre diferentes temáticas é essencial para a construção de uma abordagem sistêmica, que privilegie a identificação de diferentes níveis de vulnerabilidade, conforme diverge o diversificado contexto social, econômico e cultural de adaptação das famílias.

Sobre a incorporação da categoria biodiversidade, esta pode ser explorada de duas maneiras. A conservação da biodiversidade colabora para a manutenção da produtividade agrícola, ainda que num cenário de aquecimento global. Por outro lado, na ausência de medidas de adaptação, os agricultores podem optar por estratégias de produção que extraiam alguma lucratividade em um contexto de elevação da temperatura e variações pluviométricas, todavia, incompatíveis com a preservação dos recursos naturais, comprometendo inclusive a sustentabilidade econômica e ambiental da atividade agropecuária no futuro.

3.3. Limites e possibilidades das ações de adaptação e mitigação do setor agropecuário em curso no Brasil: ainda que existam apenas em pequena e média



escala, é importante debater as ações de adaptação e mitigação que têm sido promovidas pelo governo brasileiro, e, por conseqüência indagar seus limites e possibilidades. A Embrapa, por exemplo, tem trabalho com quatro linhas de atuação: (i) integração entre a pecuária e a lavoura, (ii) utilização de sistemas agroflorestais, (iii) incentivo ao plantio direto e (iv) estratégias de convivência com a seca. Recentemente, uma ação conjunta do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Casa Civil, gerou o lançamento do Plano para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC. O Plano ABC é integrante do conjunto de planos setoriais do país que assim como as demais ações do MMA visam obter a compatibilização do desenvolvimento econômico-social brasileiro com a proteção do sistema climático, em adequação ao compromisso voluntário de redução das emissões de GEE entre 36,1% até 38,9% até 2020, assumido pelo Brasil. Foi criado no final de 2011 e busca incentivar por meio de apoio financeiro e institucional a expansão de uma agricultura menos emissora de GEE e sem o uso da prática do desmatamento e queimada.

Tanto nas ações da Embrapa como no Plano ABC algumas questões são lançadas. Primeiramente, é preciso haver um controle social dessas políticas públicas, a fim de acompanhar em que medida tais ações têm sido oferecidas de forma não discriminada, a todos os tipos de agricultores, ou seja, tanto para os pequenos agricultores como os grandes, tanto para os agricultores mais capitalizados como para os menos capitalizados. O objetivo é evitar que diferentemente do que aconteceu no passado, na História das políticas agrícolas brasileiras, a difusão da Agricultura de Baixo Carbono não fique limitada ao acesso de poucos e privilegiados agricultores. Recentemente, mesmo quando o foco da política foi garantir o acesso dos agricultores familiares, visando promover a melhoria da sua qualidade de vida e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento sustentável – como foi no caso da expansão dos biocombustíveis – o que se observou foi que os agricultores que mais se beneficiaram dos incentivos oferecidos foram os grandes produtores de soja. Vide o trabalho de Kawamura et al (2008).

Em outras palavras, o questionamento acima nos sugere que uma avaliação dos efeitos do aquecimento global sobre o meio rural brasileiro e a busca de soluções de adaptação e mitigação não pode ser dissociada da dimensão política e econômica que o tema



envolve. A dimensão da desigualdade social e econômica se faz fortemente presente. Seja em termos de resultados, que são diferenciados no espaço, reconfigurando o cenário dos agricultores brasileiros beneficiados e prejudicados pelas mudanças climáticas globais. Seja porque a tradição das políticas públicas do país aponta para o risco de que o acesso aos recursos e instrumentos para a adaptação e mitigação não se dê de forma igualitária. Por ambas as razões, a dimensão da desigualdade não pode deixar de receber enorme atenção e acompanhamento.

Em segundo lugar, mas não menos importante, as ações de mitigação e adaptação ao aquecimento global no meio rural brasileiro abrem uma agenda de pesquisa e de investigação que é entender por que os agricultores de um mesmo território, diante de condições iguais oferecidas para o acesso aos recursos e instrumentos, respondem de forma diferenciada. Ou seja, é interessante estudar como os agricultores reagem aos incentivos oferecidos para mudarem o padrão de produção agrícola atual para um mais sustentável e melhor adaptado aos efeitos do aquecimento global⁶.

3.4. Repensando o papel da agricultura e dos agricultores familiares em cenário de aquecimento global e degradação do meio ambiente: está em debate nos dias atuais o limite e esgotamento que a Revolução Verde apresenta como resposta à necessidade de manutenção da produtividade agrícola. Uma das razões, conforme destacam Mazoyer & Roudart (2010), é que abusos de utilização do pacote tecnológico da Revolução Verde foram cometidos em muitas localidades, que levaram a inconvenientes e até mesmo inversões de ordem ecológica, sanitária ou social. Ocorreram diversos tipos de poluições, prejuízos à qualidade e à segurança sanitária dos alimentos, concentração excessiva das produções, com o simultâneo abandono de regiões inteiras e degradação dos ecossistemas. É no bojo desse processo que concepções como da Agricultura Inteligente, Agroecologia, Bioagricultura, dentre outras, têm ganhado espaço nas orientações sobre qual modelo de agricultura deve ser seguido.

⁶ Neste ponto, faz-se útil as contribuições de Eli da Veiga (2008) e Veyret (2007). O autor chama atenção que qualquer tomada de posição sobre se o mundo está realmente se aquecendo ou não passa necessariamente pelo entendimento dos processos de formação mental da percepção do risco, que resultaria de visões de natureza e da condição humana. Veyret (2007) expõe um exemplo elucidativo sobre este tema a partir do Japão. Como construir a percepção de risco natural num país cujo vocábulo não existe, não tem ao menos equivalente estrito no ideograma japonês? E o mínimo de significado que pode ser remetido à expressão é influenciado por uma concepção de natureza budista ou xintoísta em que as catástrofes naturais são previsíveis, esperadas, normais, porque fazem parte de uma percepção de tempo cíclico, onde tudo é um eterno recomeço.



Apesar das diferentes terminologias que podem ser escolhidas, há algumas características que se apresentam como comuns, norteando aquilo que é defendido atualmente como modelo ideal para a atividade agropecuária: (a) produção com baixo conteúdo de carbono; (b) relação de empatia e responsabilidade para com a natureza; (c) uso de tecnologias precisas; (d) mão-de-obra criativa; (e) adoção de variados cultivos conectados por meio de redes; (f) tem como contexto a economia do conhecimento e Bioeconomia; (g) os negócios agrícolas têm como características a responsabilidade, flexibilidade e adaptabilidade; (h) no lugar das commodities defende-se a diversificação produtiva; (i) a atividade é orientada para múltiplos objetivos: oferta de alimentos e ingredientes funcionais, serviços ambientais e também produtos não-agrícolas; dentre outras características (Barrera, 2011).

Logo, se observa que neste novo paradigma os agricultores familiares ganham papel de destaque. Seja porque o seu modo de produção é valorizado por razões socioambientais e técnico-produtivas. Seja porque, até como consequência da primeira razão, os agricultores familiares passam a ser importante foco das políticas públicas (beneficiários). Somente eles dariam conta de atender às características mencionadas acima.

No tocante à agricultura, o mundo passa por transformações significativas que demandam novos papéis e funções da mesma. Somos atualmente 7 bilhões de bocas para alimentar. A humanidade vivencia na China o maior êxodo rural da sua História. O planeta torna-se cada vez mais urbanizado com o crescimento das cidades. Há avanços científicos e tecnológicos importantes, mas, contraditoriamente, estamos atingindo o ápice da degradação da natureza. Diante destas evidências, é imperativo o papel estratégico que a agricultura passa a assumir para a recuperação dos ecossistemas e conservação da biodiversidade e para o abastecimento alimentar. Torna-se necessário aumentar ainda mais a produtividade por hectare, mas de forma sustentável, a fim de dar conta dos desafios de combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional que perpassa os períodos e continua mantido neste novo paradigma.

4. Implicações de política

Os desafios atuais que os sistemas agrários têm de enfrentar decorrentes dos efeitos adversos do aquecimento global e da degradação ambiental não devem ser percebidos



como crise, mas como oportunidades que se abrem para a transição a um modelo de produção agrícola mais sustentável, eficiente e capaz de atender ao objetivo da promoção da segurança alimentar e nutricional.

Seja qual for o tipo de política escolhida, de mitigação, adaptação, ou valorização da biodiversidade, está lançado para o governo brasileiro o desafio de promover ações que possam beneficiar a todos, sem distinção e, principalmente, garantindo aos grupos mais vulneráveis o acesso a tecnologias, bens e serviços, que minimizem os efeitos adversos do aquecimento global e da degradação ambiental: crédito para aquisição de sistemas de irrigação, seguro agrícola contra risco climático, assistência técnica, qualificação profissional, etc.

É importante não perder de vista que a promoção em larga escala de uma agricultura mais inteligente não é apenas uma questão de escolha técnico-produtiva, mas de enfrentar a temática da desigualdade e justiça ambiental, mas principalmente da modificação de relações de poder díspares que perpassam atualmente os ministérios do Desenvolvimento Agrário e o da Agricultura.

Num momento histórico no qual o Brasil tem se destacado como referência mundial no combate à fome, a introdução do tema do aquecimento global e da degradação do meio ambiente no arcabouço analítico das políticas de promoção da segurança alimentar e nutricional apresenta-se como aprimoramento técnico-científico indispensável para evitar que retrocessos ocorram junto aos avanços que foram recentemente empreendidos.

O artigo terceiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que “todos têm direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Assim, a inação relativamente à ameaça das alterações climáticas e da perda da biodiversidade representaria uma violação imediata deste direito universal.

Referências Bibliográficas

Barrera, A. New realities, new paradigms: the new agriculture revolution. *COMUNICA*, January - July 2011.

Cardona, O. “The Need for Rethinking the Concepts of Vulnerability and Risk from a Holistic Perspective: A Necessary Review and Criticism for Effective Risk Management”. In G. Bankoff, G. Frerks, D. Hilhorst (Ed). “*Mapping Vulnerability: Disasters, Development and People*”. London: Earthscan Publishers, 2003.



DIEESE. NEAD. *Estatísticas do Meio Rural 2010-2011*. Brasília: MDA: DIEESE, 2011.

Eli da Veiga, J. Introdução in Eli da Veiga. *Aquecimento global: frias contendas científicas*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

Embrapa.Unicamp. *Aquecimento Global e a Nova Geografia da Produção Agrícola no Brasil*. Agosto de 2008.

Feres, J., Reis, E., Speranza, J. O impacto das mudanças climáticas na lucratividade das atividades agrícolas no Brasil. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* nº 4, julho de 2010, IPEA.

Feres, J., Speranza, J.; Antônio Viana, P.; Barcellos, T.; Braga, Y. Padrão de Uso da Terra. in Margulis, S., Dubeux, C., Marchovitch, J. *Economia da Mudança do Clima no Brasil: Custos e Oportunidades*. São Paulo: IBEP Gráfica, 2011.

Kawamura, Y; Fabio Diniz, J; Favareto, A. *Para uma socioeconomia dos biocombustíveis: três controvérsias internacionais e uma avaliação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel*. 32^o Encontro Anual da ANPOCS. GT 35: Ruralidade, Território e Meio Ambiente.

Leroy, J. P, Justiça Climática, um direito humano negado. *Revista Democracia Viva* nº 43, edição especial, setembro de 2009, IBASE. *Mudanças Climáticas: Marcas de um novo tempo?*

Lovejoy, T.E.; Hannah, L. *Climate Change and Biodiversity*. United States: Yale University, 2005.

Marengo et al. Cenários futuros sobre clima no Brasil. In Margulis, S., Dubeux, C., Marchovitch, J. *Economia da Mudança do Clima no Brasil: Custos e Oportunidades*. São Paulo: IBEP Gráfica, 2011.

Margulis, S., Dubeux, C., Marchovitch, J. *Economia da Mudança do Clima no Brasil: Custos e Oportunidades*. São Paulo: IBEP Gráfica, 2011.

MAZOYER, Marcel e ROUDART, Laurence (2010) - *História das Agriculturas no Mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

Neves et al. Impactos sobre a biodiversidade, os ecossistemas e seus serviços. In Margulis, S., Dubeux, C., Marchovitch, J. *Economia da Mudança do Clima no Brasil: Custos e Oportunidades*. São Paulo: IBEP Gráfica, 2011.

Parry, M.L. O.F. Canziani, J.P. Palutikof, P.J. van der Linden and C.E. Hanson. *Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, 2007*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Salati et al. Recursos Hídricos. In Margulis, S., Dubeux, C., Marchovitch, J. *Economia da Mudança do Clima no Brasil: Custos e Oportunidades*. São Paulo: IBEP Gráfica, 2011.

Seo, S. N. and R. Mendelsohn, 2006a. Climate change adaptation in Africa: a microeconomic analysis of livestock choice. *CEEPA Discussion Paper No. 19*, Centre for Environmental Economics and Policy in Africa, University of Pretoria.



_____, 2006b. The impact of climate change on livestock management in Africa: a structural Ricardian analysis. *CEEPA Discussion Paper No. 23*, Centre for Environmental Economics and Policy in Africa, University of Pretoria.

Simms, A. y. H. R. *¿Con el agua hasta el cuello? América Latina y el Caribe La amenaza del cambio climático sobre el medio ambiente y el desarrollo humano*. Colombia. Grupo de Trabajo sobre el Cambio Climático y el Desarrollo; ago. 2006.

Solomon, S., D. Qin, M. Manning, Z. Chen, M. Marquis, K.B. Averyt, M. Tignor and H.L. Miller. *Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, 2007*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Watkins, K. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008. Combater as alterações climáticas: Solidariedade Humana num mundo dividido*. Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2007.

WWF. *Planeta Vivo. Relatório 2010*. Biodiversidade, biocapacidade e desenvolvimento.

Veyret, Y. *Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2007.



GT 12: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: práticas e projetos como estratégias de fortalecimento do campesinato brasileiro

Segurança Alimentar e Nutricional na Chapada dos Veadeiros

Livia Penna Firme Rodrigues¹

Gabriela Bielefeld Nardoto²

Vânia Ferreira Roque-Specht³

¹Nutricionista, Dra. em Ciências da Saúde, Profa Adjunta 2, Faculdade de Planaltina, Universidade de Brasília; E-mail: liviapenna@unb.br

²Bióloga, Dra. em Ecologia Aplicada, Profa Adjunta 1, Faculdade de Planaltina, Universidade de Brasília; E-mail: gbnardoto@unb.br

³Engenheira de Alimentos, Dra. em Gerenciamento de Riscos Microbiológicos. Profa Adjunta 1, Faculdade de Planaltina, Universidade de Brasília; E-mail: vaniars@unb.br

Resumo

Este projeto de pesquisa tem como objetivo analisar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na Chapada dos Veadeiros, Goiás, nos seus cinco municípios, sendo o primeiro, Alto Paraíso de Goiás. As diferentes dimensões da SAN estão sendo avaliadas, a partir da análise da qualidade e quantidade dos recursos alimentares disponíveis no município e nos domicílios da população rural e urbana, as condições nutricionais das famílias, o grau de Insegurança Alimentar, a produção, distribuição e consumo de alimentos regionais, produzidos e manufaturados na região e as condições sanitárias no preparo de alimentos nas residências das famílias envolvidas. A metodologia utilizada, de caráter quantitativo e qualitativo, consta de aplicação de questionários, coleta de unhas, levantamento de recursos alimentares e visitas aos domicílios, nas famílias dos adolescentes e adultos jovens matriculados no Curso de Formação do Centro de Estudos da Chapada dos Veadeiros (Centro UnB Cerrado) um novo espaço da Universidade de Brasília, localizado em Alto Paraíso, Goiás. Os resultados preliminares da pesquisa mostram que o consumo alimentar proteico está baseado na carne de frango congelado e que, embora haja disponibilidade de alimentos locais in natura e manufaturados, há uma preferência pelos industrializados, como açúcar refinado, refrigerantes, entre outros. Os alimentos manufaturados na região, de bom valor nutricional como açúcar mascavo, óleo de gergelim, mel, frutas secas, queijo de soja, glúten, pães integrais, entre outros, são consumidos, preferencialmente, pelos turistas e habitantes provenientes de outros estados e países, residentes na região.

Palavras-chaves: Segurança Alimentar e Nutricional, Alimentos industrializados, Chapada dos Veadeiros.



Introdução

O Centro UnB Cerrado é destinado à realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, integrando universidade e comunidades locais na busca do desenvolvimento regional sustentável. Alto Paraíso de Goiás é um município pequeno, com cerca de 7.000 habitantes, de modesta economia e não oferece opções de emprego e renda a maior parte de sua população. Os baixos salários contribuem para rendas familiares insatisfatórias e predomina o trabalho informal. A educação oferecida é de qualidade inferior, pois faltam professores qualificados e infra-estrutura nas escolas. Esses aspectos contribuem para que a SAN esteja prejudicada, sendo esse o foco principal desta pesquisa, prevista para o período de agosto de 2011 a agosto de 2013.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) considera a segurança alimentar e nutricional como requisito básico para o pleno desenvolvimento físico, mental e social dos cidadãos brasileiros e tem o propósito de garantir *“a qualidade dos alimentos colocados para o consumo no país, a promoção de práticas alimentares saudáveis e a prevenção e o controle dos distúrbios nutricionais, bem como o estímulo às ações intersetoriais que propiciem o acesso universal dos alimentos”* (BRASIL, 2000). Esse acesso, principalmente pelas populações urbanas, a uma imensa variedade de produtos alimentícios, quase sempre transformados industrialmente, é conhecido como “era dos supermercados” (POPKIN, 2006; NARDOTO et al., 2006). Neste contexto, a pluralidade de opções disponíveis no mercado torna-se responsável pela diversidade dos comportamentos em relação à alimentação, um dos fatores responsáveis pela alta incidência das doenças crônicas não transmissíveis na população brasileira.

Em uma de suas diretrizes, intitulada “promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis”, a PNAN prevê o desenvolvimento de um processo educativo permanente, tendo como foco principal a alimentação saudável em todas as fases da vida e a prevenção dessas doenças, com prioridade para o resgate de hábitos e práticas alimentares regionais e a diminuição do consumo de alimentos industrializados.

Objetivos

Com o objetivo de analisar as diferentes dimensões da SAN no município, primeiramente optou-se por trabalhar com sessenta jovens e suas famílias, participantes do Curso de Formação de Jovens, realizado de maio a dezembro de 2011 pelo Centro



UnB Cerrado, no sentido de verificar se estão ou não sujeitas à insegurança alimentar. Para comparação com a população urbana do município, serão avaliadas ao longo do primeiro semestre de 2012 em três comunidades rurais no município.

Metodologia

A metodologia consta de diferentes etapas, sendo que a primeira, parcialmente concluída, se refere ao levantamento dos recursos alimentares disponíveis no município (plantados, manufaturados e provenientes de extrativismo) a partir de entrevista semi estruturada com produtores locais, pequenos empresários e integrantes da Feira de Pequenos Produtores Rurais de Alto Paraíso; a aplicação da Escala Brasileira de Segurança Alimentar nos domicílios do grupo de estudantes, conforme metodologia desenvolvida por Correa (2007) e aplicação de questionário de frequência alimentar e método recordatório de 24 horas nos domicílios dos estudantes. As outras duas etapas, a serem desenvolvidas, se referem à análise do consumo alimentar por meio da análise de unhas dos participantes das entrevistas, que permitirão a comparação com os padrões alimentares já identificados em populações rurais e urbanas no Brasil (NARDOTO et al. 2006; NARDOTO et al. 2011), através das análises isotópicas de carbono e nitrogênio (NARDOTO et al. 2006). Como a composição isotópica de tecidos animais (como as unhas) representa uma condição de equilíbrio dinâmico entre a entrada de alimentos e sua saída, esta é a base para se usar a composição de tecidos para se inferir padrões de alimentação (SCHWARCZ & SCHOENINGER 1991). Desta forma é possível identificar as fontes alimentares que se diferenciam à medida que o acesso à economia de mercado e a urbanização aumenta. No Brasil, de uma forma geral, há uma mudança brusca na dieta baseada em plantas C3 (arroz, feijões, legumes e verduras) para uma dieta baseada em plantas C4 (como as pastagens que alimentam o gado, milho que alimenta o frango e o açúcar oriundo da cana de açúcar) (NARDOTO et al. 2006; NARDOTO et al. 2011). A comparação com os padrões alimentares identificados através das análises isotópicas permitirá a busca de possíveis implicações nutricionais e adaptativas e a análise das condições sanitárias de preparo de alimentos nas residências. Simultaneamente estão sendo realizadas oficinas de promoção de alimentação saudável



para as famílias e grupo de estudantes, seguindo-se as recomendações contidas no Dez Passos da Alimentação Saudável, que incluem as principais orientações nutricionais para a população brasileira (BRASIL 2005) e fornecendo opções alimentares regionais, diferentes dos hábitos alimentares usuais.

Resultados

Os resultados parciais obtidos dos questionários de frequência alimentar mostram a preferência da população pelo consumo de alimentos industrializados, ricos em açúcar refinado, farinha de trigo e carne de frango congelada, embora haja no município uma oferta abundante de alimentos regionais, manufaturados e in natura. A Feira dos Produtores Rurais, realizada duas vezes por semana, oferece arroz integral, feijão, mandioca, hortaliças e frutas da época, produzidos na região. Há, também, oferta de açúcar mascavo, queijos, leite in natura, mel, pães e bolos integrais e convencionais, preparações com milho (pamonha, curau), queijo de soja, glúten, temperos prontos, preparados, preferencialmente com ingredientes locais, de forma artesanal e com um custo mais alto que os industrializados fornecidos no comércio local. A Feira é um ponto de encontro dos moradores do município oriundos de outras regiões do Brasil e mesmo de outros países e de turistas, tendo uma baixa frequência da população chamada de “nativa”. Grande parte da população urbana de Alto Paraíso faz suas compras nos mercados da cidade, cujas hortaliças e frutas são provenientes de Brasília. Percebe-se uma desvalorização e um não conhecimento da produção de alimentos regional.

Recomendações Finais

O Centro de Estudos UnB Cerrado, pretende em sua trajetória de busca da sustentabilidade local, realizar ações para que esses produtos sejam conhecidos e valorizados pela população. Foi realizada em dezembro de 2011, a I Feira de Produtos do Cerrado que convidou e colocou em contato as diversas associações de produtores familiares e artesãos dos cinco municípios da Chapada dos Veadeiros (São João da Aliança, Alto Paraíso de Goiás, Teresina, Cavalcante e Colinas), com o objetivo de



estimular e fortalecer as possíveis parcerias, mostrar para a população a riqueza e abundância da produção local e estimular o consumo dos alimentos regionais.

A continuidade desta pesquisa vai oferecer subsídio ao Centro UnB Cerrado para que ocorram outras ações que venham a contribuir para a melhoria da SAN em Alto Paraíso de Goiás e demais municípios da Chapada dos Veadeiros.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Guia Alimentar Para a População Brasileira: Promovendo a Alimentação Saudável. Brasília, 2005.

CORREA, A.M.S. Insegurança Alimentar medida a partir da percepção das pessoas. Estudos Avançados 21 (60), 2007, p.143-154.

NARDOTO, G.B.; SILVA, S.; KENDALL, C.; EHLERINGER, J.R.; CHESSON, L.A.; FERRAZ, E.S.B.; MOREIRA, M.Z.; OMETTO, J.P.H.B.; MARTINELLI, L.A. 2006a. Documenting Geographical Patterns of Human Diet Through Stable Isotope Analysis of Fingernails. American Journal of Physical Anthropology 131:137-146.

NARDOTO, G.B.; MURRIETA, R.S.S.; PRATES, L.E.G.; ADAMS, C.GARAVELLO, M.E.P.E.; SCHOR, T.; DE MORAES, A.; RINALDI, F.D.; GRAGNANI, J.G.; MOURA, E.A.F.; DUARTE-NETO, P.J.; MARTINELLI, L.A. 2011. Frozen chicken for wild fish: nutritional transition in the Amazon region determined by stable isotopes. American Journal of Human Biology 23: 642-650.

POPKIN, B.M. 2006. Global nutrition dynamics: the world is shifting rapidly toward a diet linked with non-communicable diseases. Am J Clin Nutr 84:289-98.



Schwarcz, H.P.; Schoeninger, M.J. 1991. Stable Isotope Analyses in Human Nutritional Ecology, Yearbook of Physical Anthropology 34:283-321.



GT 12 - Soberania e segurança alimentar e nutricional: práticas e projetos como estratégias de fortalecimento do campesinato brasileiro.

Segurança alimentar e sustentabilidade no contexto da multifuncionalidade da agricultura.

Arilde Franco Alves¹

¹ Dr. em Ciências Sociais / Prof. do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB / e-mail: francalves11@gmail.com.

Resumo

A dimensão teórica e analítica da multifuncionalidade da agricultura (MFA) tem apontado entre as funções sociais, ambientais e territoriais, funções econômicas relacionadas à importância da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável, que na França sempre esteve associado a um potencial produtivo. No entanto, nossa pesquisa, nas duras condições de semi-aridez do *Curimataú Ocidental* paraibano, nos apontou que a função – produção de “*alimentos de qualidade voltados à segurança alimentar*” – tem esbarrado no modelo produtivista da agricultura, levando-nos um “*repensar os processos de modernização*”. A priori, ponderou-se que a segurança alimentar, consideradas as condições do local escolhido para o aprofundamento desse debate, deveriam estar pautadas na busca de autonomia do camponês, que têm desenvolvido uma cultura material – suas tecnologias – que apontam, “*não no sentido da transformação da natureza ou na criação de uma ‘outra natureza’, como costumam dizer alguns economistas rurais, mas justamente na busca de uma adaptação ao ecossistema em que se trabalha e se vive*”. Percebemos, ainda, que essa produção [agrícola] histórica e socialmente determinada não poderá cumprir plenamente sua função de segurança alimentar, enquanto estiver determinada pelo modo de produção sob a égide do capital. Porém, a agricultura camponesa cumpre uma segurança alimentar, apenas quando reúne condições para isso, e pode atender tanto sua demanda de autoconsumo como também, eventualmente a produção e comercialização de excedentes, podendo assim, animar esse debate da MFA, desde que acompanhada de políticas públicas sócio-produtivas [territoriais] diferenciadas, que reconheçam os potenciais deste segmento, demonstrando que a mesma é ‘produtora’ de vida social.

Palavras-chave: Multifuncionalidade; Agricultura familiar; Segurança alimentar; Autonomia camponesa.



Introdução

A *agricultura familiar camponesa* tem sido, desde o surgimento das ciências sociais, objeto de interesse dos sociólogos. Chamava-lhes a atenção, de um lado, a particularidade e a diversidade das “sociedades camponesas” num mundo industrializado; de outro, formas genuínas de sociabilidade, que não apenas resistiam a formas societais impostas pelo sistema sócio-econômico – o capitalismo – em expansão, mas também compunham relações alternativas ao sistema capitalista, através da produção voltada à segurança alimentar e a subsistência sócio econômica das famílias.

No Brasil, particularmente, no Centro-Sul e no Nordeste, desenvolveu-se um proto-campesinato, seja nos interstícios das grandes propriedades rurais, como fornecedora de alimentos, seja na sua periferia, ou mesmo no seu interior, como alternativa de reserva de mão-de-obra ou como produtores de produtos de subsistência. Em especial na região semiárida, o modo de exploração *agrícola familiar* tem dado uma significativa contribuição à economia rural, pois este segmento representa 88,3% dos estabelecimentos rurais do Nordeste (DINIZ & DUQUÉ, 2002). Nesse sentido, estudos de Andrade (1998) dão conta de que a *agricultura familiar* é responsável pela produção da maioria dos alimentos. Porém, tem sido vista de um modo muito restrito, pois, na maioria das abordagens, é tratada apenas como um modo familiar de exploração, produtora de bens agropecuários. Contrário a esse viés, é apontada sua viabilidade e a sustentabilidade, incorporando aos objetivos produtivos, elementos como a dignidade e a qualidade de vida dos camponeses (DINIZ, MALAGODI & DUQUÉ, 2000).

A vida do homem no Nordeste, particularmente nas duras condições semiáridas do *Curimataú* paraibano, pressupõe um conjunto amplo de atividades que compõe um *continuum* de características essenciais à existência humana, relacionadas com o meio físico – a terra – e seus recursos naturais: hídricos, flora e fauna. Para isso, o homem criou seus sistemas agropastoris, os quais lhe permite a reprodução da família e de sua cultura material e imaterial, a produção de parte de seus instrumentos de trabalho e *meios de produção*. Além do mais, nesses espaços em que se tem podido desenvolver, em busca da autonomia, uma cultura material – sua tecnologia – que aponta, não no sentido da transformação radical da natureza ou na criação de uma “outra natureza”, como costumam dizer alguns economistas rurais, mas justamente na busca de uma adaptação ao ecossistema em que se trabalha e se vive (ALVES & MALAGODI, 2007).



Nesse entendimento, as funções econômica e social, respectivamente, representadas pela produção de alimentos e pela geração de empregos, ambas remuneradas pelo mercado e reguladas pelas políticas públicas tradicionais, podem ser acrescidas, numa visão multifuncional da agricultura, pelas funções sociocultural, ambiental e territorial, marcadas respectivamente, de um lado pelos “subprodutos” sociais e culturais da família camponesa: a educação profissional dos filhos, a transmissão da cultura popular; de outro, a preservação dos recursos naturais e desenvolvimento local, que implicam ocupação territorial, de forma integrada à economia local, independentemente de suas relações com o mercado.

Com isso o presente artigo analisa criticamente, dentre as funções da agricultura – a de *segurança alimentar* – função econômica relacionada à produção de alimentos, que só pode ser compreendida, quando encarnar o modo familiar camponês de produção. Para tal, a pesquisa desenvolvida no semiárido paraibano¹ pautou-se num comparativo empírico ao modo de produção desenvolvido na Europa, marco de toda essa discussão. Para melhor compreensão, dividimos este documento em três partes. Primeiro um breve apanhado sobre as concepções teóricas da MFA. Na seqüência, uma análise crítica daquilo que se entende como possível *segurança alimentar* em termos de função da agricultura. Por fim, uma crítica aos estudos da MFA no Brasil, pela falta de ousadia em apontar a verdadeira condição dessa *segurança alimentar* propiciada pela agricultura.

2- Algumas concepções da MFA no aspecto da segurança alimentar

O tema da *multifuncionalidade*, que a agricultura é levada a cumprir no cenário contemporâneo mundial, tem envolvido grande número de pesquisadores das ciências sociais e agrárias. Disso resultaram, ao longo de pouco mais de uma década, inúmeros trabalhos de pesquisa e estudos no sentido de conformar as *funções* da agricultura, muito além daquelas costumeiramente apregoadas pela lógica capitalista vigente – a produção de gêneros alimentícios e matérias-primas e a geração de riquezas. A principal experiência desse debate vem da Europa, notadamente da França².

De fato, as preocupações que levaram as discussões em torno dessa teoria sócio-econômica voltada para a agricultura não é tão recente. Logo após o fim da 2^a Guerra Mundial, dada à precariedade em que se encontrava o setor produtivo agrário, de

¹ ALVES, A. F. *As múltiplas funções da agricultura familiar camponesa: práticas sócio-culturais e ambientais de ...*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campina Grande: PPGCS/UFCG, 2009. 314 p.

² Onde o autor do presente artigo, também, buscou aprofundamento teórico, através um Estágio Doutoral “sandwich”, apoiado pela CAPES, junto ao LADYSS, na *Université Paris Ouate Nanterre – La défense*.



imediatamente se designou à agricultura, um incremento produtivo, seguido de um processo de modernização, a fim de assegurar a reconstrução socioeconômica dos países que haviam se envolvido no conflito. Em 1947 é fixado um mínimo de reservas alimentares de determinados produtos, garantindo preços e mercado para a produção agrícola. Em 1957, através do Tratado de Roma, foram levantados alguns pressupostos sobre o Desenvolvimento Rural (DR), culminando em 1962 com a proposta de uma “Europa Verde”, dando origem à Política Agrícola Comum (PAC). Uma política continental, que tinha como linha de conduta a produção de bens agrícolas. Portanto, uma política baseada, na tese da segurança alimentar.

É importante resgatar que, dentre as ações públicas postas em prática pela União Européia, a política dos subsídios resultou, no início nos anos 1980, num excedente agrícola com elevados custos e visíveis ônus ambientais. Mais recentemente, ao analisar a questão dos subsídios, no âmbito das discussões da MFA, Abramovay (2002, p. 1), diz que essa política adotada exprimia “*a crise de certo modo de crescimento e, sobretudo, da representação social da agricultura*”, fazendo com que o espaço rural passasse a assumir um caráter de bem público ligado a valores que vão muito além da produção de alimentos, fibras e energia; noutras palavras, um espaço com sua ‘dimensão ampliada’, diretamente relacionada a seus modos de uso. Desse modo, a discussão da MFA extrapola a simples manobra protecionista embutida nos subsídios setoriais.

Dentro do marco teórico em questão, diria, então, que o conceito de MFA, refere-se ao conjunto de amenidades (econômicas, sociais, ambientais e territoriais), caracterizadas como bens públicos não-mercantis, que a agricultura e demais atividades que dela se estendem, podem oferecer ao conjunto da sociedade. No aspecto teórico-metodológico, diria que se trata de um conjunto de atribuições da agricultura, que tanto podem servir de parâmetro às políticas públicas (de segurança alimentar, de qualidade nos produtos, de geração de postos de trabalho, de proteção dos recursos naturais, de desenvolvimento da economia local e de inserção social) voltadas a dinamizar os espaços rurais, como instrumento de análise das políticas públicas.

De um modo geral, essas impressões viram nessa noção alternativas perfeitamente adaptáveis à realidade agrária brasileira. Foi o caso de Cazella & Mattei (2002) que salientaram, na MFA, a forma de legitimar as formas “alternativas” de agricultura que não se enquadravam no modelo de desenvolvimento agrícola dominante. Sabourin *et alii*. (2003) também reconhecem a importância de se valorizar as múltiplas funções da *agricultura camponesa*, especialmente as não mercantis, através de uma dinâmica



institucional que aloque recursos, para regiões como o semiárido, contemplando assim, na melhor forma, a MFA. No entanto, Maluf (2003) observou que não se poderia transferir a temática da MFA para o Brasil, nos mesmos termos adotados na Europa. Há que se observar, preliminarmente, a complexidade do sistema agroalimentar nacional e considerar a heterogeneidade e desigualdade social do mundo rural brasileiro.

Por fim, olhando para esse exemplo anterior é importante distinguir no *Curimataú Ocidental*, locus de nossa pesquisa de tese, distintas lógicas de reprodução social da agricultura. Uma delas pautada no “desenvolvimento” de uma agricultura produtivista, que se pode chamar de patronal e de outra parte, em sua maioria, de uma agricultura camponesa, pautada na reprodução de outros valores que ultrapassam a esfera econômica. E é exatamente dessa questão que a seção seguinte estará tratando.

3-A grande questão: a relação da agricultura ‘moderna’ com a MFA

3.1 – Alguns pressupostos

Vários são os pressupostos da discussão da temática da MFA. Talvez, o ponto de partida e principal ingrediente seja a crise da agricultura produtivista, juntamente com todas as suas interfaces que afetaram, de forma substancial, o modo de vida rural, como já havia acontecido com a vida urbana inglesa logo após intensificação da Revolução Industrial na primeira metade do Século XIX. Nesse aspecto, para Abramovay (2002) a gestão da agricultura, na Europa, que – desde o início da PAC ao final dos anos de 1950 – foi tema exclusivo dos agricultores e do Estado, passa a mobilizar um conjunto, cada vez mais variado de atores, que questionavam o destino puramente focado no produto agropecuário de grande parte das subvenções estatais.

Carneiro (1998) sustenta que a política de modernização agrícola na Europa, exemplificada em sua pesquisa realizada na França, mostra que o meio rural não conseguiu acompanhar esse processo modernizante. Salienta ainda que, nas zonas rurais mais desfavorecidas, a “modernização” levada a termo, no começo dos anos de 1950, fez surgir, nesse espaço, vários tipos de atores. Fato é que, por volta do início dos anos 1980, a capacidade produtiva dos países europeus, especialmente, dos com maior potencial agrícola, atingiram o seu ponto máximo de produção, chegando a conseguir uma reserva alimentar muito além do consumo. Junto a isso se agravam os problemas sociais, especialmente, o êxodo rural, fruto também dessa política modernizadora da agricultura, que substituiu, rapidamente, em grande escala, a mão-de-obra por uma intensa maquinização das atividades, até então manuais e geradoras de emprego.



Diria então, que o uso da noção de MFA surge num momento em que se busca resgatar o conjunto de atribuições da agricultura para a dinâmica sócio-econômica dos territórios rurais ou, na compreensão de Carneiro (2002a), o debate resgata atribuições que já faziam parte da prática camponesa e que foram inibidas pela agricultura produtivista, voltada eminentemente ao atendimento de mercados. Ou seja, essa discussão, na visão da autora, possibilita-nos, dentre outras alternativas,

“(…) perceber a agricultura na sua relação com as outras esferas do social. Ao direcionar a atenção para o que se nomeou de “funções não diretamente produtivas da agricultura”, ela promove um recorte analítico que favorece uma percepção holística (e não setorial) da sociedade, revelando a importância e buscando significados de atividades e relações sociais que, até então, estavam à margem das análises econômicas e das lentes dos formuladores de políticas públicas” (CARNEIRO, 2002a, p. 18).

A disseminação do modelo produtivista de modernização da agricultura preconizado nos países desenvolvidos, mesmo tendo garantido a segurança alimentar, manteve sua centralidade na produção voltada ao mercado internacional. Nesse sentido, para Wanderley (2003a) tal modelo provocou, além da superprodução, problemas sociais e ambientais, levando a necessidade de se “*repensar os processos de modernização, num momento em que as pressões internacionais exigiam a eliminação dos subsídios vinculados aos preços e à qualidade dos produtos, (...), repercutindo num campo social particularmente fértil*” (WANDERLEY, 2003a, p. 12).

Dito isso, fazem-se as necessárias correlações para a situação agrária brasileira, que, diga-se de passagem, tem suas especificidades históricas e socioeconômicas e, atualmente, forte engajamento na modernização da agricultura. Pondera-se, então, mesmo para os maiores conhecedores da realidade rural brasileira, a necessária consideração das várias interfaces que o tema precisa ser delineado. Ou seja, nortear a discussão, em torno dos múltiplos papéis que a agricultura é capaz de cumprir, num país com sérios problemas agrários e de agressão ao meio ambiente. É com base nesse cenário que Maluf (2002) faz sérias críticas à política brasileira do fim dos anos de 1990, que mesmo com dois ministérios ligados ao setor produtivo rural, não tinha, até então, uma política de desenvolvimento sustentável, não isentando também a

“... dicotomia e conflito no discurso e nas práticas governamentais quanto ao padrão de ocupação social do espaço agrário. A expansão do segmento exportador, promovida pelo MAPA, não se faz sem repercussões negativas em termos sociais e ambientais sobre os pequenos agricultores – eixo da intervenção do MDA (...)” (MALUF, 2002, p. 306).

3.2 – A verdadeira relação...



A recepção de alguns autores que têm trabalhado a temática da MFA apontou que estes têm conseguido, ainda que num viés bastante crítico, apenas, nivelar o debate às atuais e contundentes críticas que outros seguimentos (da economia, da ecologia, etc.) têm feito em relação aos limites da agricultura ‘moderna’ ou produtivista. Em que pese à centralidade do debate nessa “*relação entre agricultura ‘moderna’ e multifuncional*”, primeiro é importante dizer que não se pode arquitetar um conjunto de funções, de forma determinada, externa às atividades agrícolas, como “coisa” dada e natural exercida pelos indivíduos; segundo, porque se enunciou à construção de uma discussão diferenciada da multifuncionalidade, distinta do que até então se tem dado no círculo acadêmico, ou seja, argumentos suficientemente coerentes, de como é possível se desvencilhar dessa abordagem economicista que acaba sempre convergindo, quando arrolam justificativas-chaves como: agregação de renda, melhoria das condições estruturais do estabelecimento, etc., tratando da mesma maneira os diferentes tipos de agriculturas (“moderna” ou empresarial, familiar camponesa, etc.).

Mas como fazer isso? Como determinar esse conjunto de outras [múltiplas] funções? Objetivamente, respondendo as duas questões: seria apostando no desmonte dessa idéia unidimensional e natural da agricultura, como “coisa” ou como atividade que sempre existiu inserida numa representação da própria natureza humana. Porém, a desconstrução desse ideário somente seria possível se partíssemos do princípio que o homem, também, sendo um *zoon politikon*³, é capaz de “produzir” indivíduos sociais, a partir de determinado grau de desenvolvimento social. Para tal, é necessário conceber que a união entre o *sujeito* – a humanidade – e o *objeto* – a natureza, não estiveram sempre em eterna harmonia nas *relações sociais*, ou seja, de que a *produção* é resultado do desenvolvimento histórico da sociedade, da qual o indivíduo faz parte e se apropria determinadamente da natureza. Por isso, Marx [1857/58]⁴ dizia que não poderia haver “produção” sem um instrumento de produção, mesmo que fosse a simples mão humana. Que essa produção só seria possível com trabalho passado, acumulado e objetivado, exercido por determinado corpo social, sujeito social, numa maior ou menor totalidade de ramos de produção. Mas tudo isso só é possível se considerarmos como resultado [produto] histórico, do qual o indivíduo é fruto e também “produtor”, ampliando o conjunto de *relações sociais* a que pertence (contrário àquilo que os economistas

³ *Zoon politikon* (ser natural, animal social). ARISTÓTELES. *De República*. Livro Primeiro. Cap. 2.

⁴ Em seus apontamentos econômicos, com o título de “*Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*”, traduzido para o português como “*Introdução à Crítica da Economia Política*”. pp. 03-21. In: MARX, K. **Para a crítica da economia política (...)**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).



diziam, de que o indivíduo é ‘produto’ da decomposição de formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças de produção que se ampliaram a partir do século XVI).

E é nesse contexto que se tem dado, no geral, a agricultura, em que as relações de produção interferem nessa “função” econômica, a exemplo da produção de “*alimentos (...) voltados à segurança alimentar*”. Por isso, é preciso esclarecer, primeiro, em que condições não naturalizadas, mas historicamente determinadas, tais atividades humanas [agrícolas] são exercidas. Somente depois poderíamos pensar em elencar “outras funções” à agricultura. Metodologicamente, o discernimento dessa produção, como fez Marx, encontra-se na sociedade civil, na qual se encerram todas as relações materiais da vida. Assim é no campo da economia política, em que a produção é sempre social e resultado de um desenvolvimento histórico. Assim, na discussão específica dessa produção [agrícola] material, carregada de possíveis *funções*, como apontou o debate da MFA, urge determinar, claramente, como e em que condições essa produção realiza sua função econômica. Isso deve ser feito a partir da comparação entre as duas visões de agricultura (produtivista e multifuncional), explicitando suas reais finalidades, seus reais objetivos (mercantis ou autoconsumo [segurança alimentar]).

Para tal esclarecimento, de igual modo usamos as referências de Marx (*op. cit.*), que explica de maneira irrefutável a teoria da produção. Isto é, somente através da *teoria da produção material*, aqui relacionada à agricultura. Desse modo, a produção [agrícola] é histórica e socialmente determinada pelo *modo de produção*, que domina a sociedade e a *forma* como esse modo de produção atua sobre os *instrumentos de trabalho* da agricultura, que são justamente os *meios de produção*: a terra, insumos e força-de-trabalho, elementos básicos acionados pelo *capital*. Esse conjunto foi denominado por Karl Marx de *forças produtivas*. O resultado disso é a produção de *mercadoria*, que se completa quando ‘carrega’ consigo a mais-valia, representada pelo valor excedente produzido pelo *processo de trabalho*.

A comparação entre a agricultura *produtivista* e *multifuncional* é possível a partir dessa dissertação marxiana, que esclarece a diferença e, a partir dela, as funções de cada sistema agrícola. Desse modo, a agricultura histórica e socialmente determinada, aquela que abstraiu o viés das leis da economia, substancialmente no período pós-guerra, da qual já nos referimos e que serviu de justificativas ao debate da MFA, não cumprirá essas “outras funções”, entre outras, a econômica como a “produção” de alimentos, que atenda os quesitos de segurança alimentar; produzirá sim mercadorias dotadas de um valor monetário, objetivando a obtenção do lucro. Até porque, também, produz aquelas



mercadorias que não são alimentos (algodão, combustíveis, tabaco, etc.), desde que sejam lucrativas. Portanto, a produção (eventualmente) é um subproduto, uma eventualidade. Nessas circunstâncias é que a segurança alimentar aparece como algo alheio e diferente de seu objetivo maior. Além disso, compreendemos que o acesso a esses alimentos esbarra na lógica do sistema de produção capitalista. Ou seja, quando a mais-valia é capitalizada e o lucro é pago. Por isso, somente terá segurança alimentar aquele que tiver dinheiro para adquirir esse alimento. Nessa medida, a segurança alimentar não é uma “outra função” ou “produto” da agricultura, mas a capacidade de compra mediante salário do consumidor.

Já na agricultura de modo familiar camponesa, na qual os agricultores produzem seus próprios alimentos e vendem o excedente, é notória a existência de “*outras [múltiplas] funções*”, também econômicas (segurança alimentar, produtos de qualidade, etc.), sociais (ocupação, pluriatividade, etc.), territoriais (ocupação, inserção social, etc.). Segundo Malagodi (1999) este é, portanto o papel cumprido pela agricultura camponesa, cuja produção é simultaneamente voltada à produção do autoconsumo e da produção de mercadorias (neste caso mercadorias sem mais-valia; são produtos, portanto, que no mercado realizam o trabalho cristalizado nos próprios agricultores e, como mercadorias, viabilizam a monetarização do resultado do trabalho do produtor). Nesse sentido, essa discussão da MFA precisa ser contextualizada, historicamente, para que se possa saber como se coloca este fato dentro da teoria econômica? Além disso, o problema não é simplesmente dizer como a agricultura serve para segurança alimentar, mas como a segurança alimentar pode coexistir numa lógica dominada pelo sistema capitalista? Aí vem uma terceira questão: Como, então, esse debate [da MFA] emergiu e demonstrou significativos resultados na Europa, especialmente na França, quando se sabe que a partir da 2^a metade do Século XX, os preceitos capitalistas se fizeram valer na agricultura? Isso foi possível, porque lá a agricultura existente é fruto majoritário de uma organização familiar, por vezes oriunda de uma forte tradição camponesa.

Um dos pioneiros nessa discussão das diferentes formas de agricultura, no contexto do desenvolvimento sustentável, na qual se insere a noção da MFA foi Marcel Jollivet. Assim, para Jollivet (2001), ao resgatar a trajetória da questão agrária ao rural pós-industrial ocorrida na Europa, bem como comparação entre as diferentes etapas da agricultura francesa, esse processo pautou-se naquilo que se chama de “progresso técnico da agricultura”, acarretando no desaparecimento de milhares de pequenos



agricultores⁵. Isso veio corroborar na construção teórico-metodológica da noção da MFA na França, porém carregando consigo um fasto de concepções inseridas na idéia ‘modernizadora’ da agricultura⁶, ou melhor, carregando as contradições do modo de produção capitalista adotadas pela agricultura, a partir dos anos de 1950, que a maioria desses estabelecimentos familiares haviam rapidamente incorporado. Assim, esse novo debate da MFA, que se havia pautado no “questionamento do produtivismo da agricultura” em nome do meio ambiente e da qualidade dos alimentos, pouco tempo depois perde seu fôlego. Como consequência o processo de legitimação da MFA foi logo posto em xeque, pelo simples fato de sua sustentação teórica ter se concentrado grande parte de seus embates no âmbito da conservação ambiental.

Para Remy (2009), essa “separação” de funções induziu a agricultura a perder seu caráter multifuncional (simultâneo espaço produtivo e de conservação), assumindo uma função mais especializada (paisagística), levando, por vez, a agricultura “moderna” a ficar dispensada dessas outras funções em nome da eficácia e dos custos de produção. Nesse cenário compreende esse pesquisador que o “naufrágio” do uso da noção de MFA, entre aqueles que fazem à agricultura [na França], mesmo que ela [a MFA] tenha tido sucesso entre pesquisadores e Estado, entre os anos de 2002-2006. Isso se deveu à formatação que foi dada, ao que chama de “o aparelho de enquadramento da agricultura”. Essa avaliação se prende ao fato de essa agricultura encontrar-se ameaçada por questões *comerciais* e *ambientais*. Assim, para essa segunda questão foi usado um discurso análogo ao discurso do desenvolvimento agrícola dominante na defesa de um desenvolvimento sustentável. Conclui, ainda, esse pesquisador, que a MFA, mesmo não sendo diluída no desenvolvimento sustentável, pode até sucumbir-se nele, por conta desse contraditório discurso do rol de *outras funções* da agricultura na lógica capitalista.

E aqui no Brasil como seria discutida a MFA? Seria possível utilizar a mesma lógica? Com estas duas últimas questões e, a partir das considerações até aqui vistas à situação europeia sobre a MFA, na seção seguinte dar-se-á a continuidade nessa análise, discorrendo-se algumas situações e respostas, para o caso brasileiro.

4- E a MFA no Brasil? A agricultura familiar camponesa legitimando esse debate...

4.1- Primeiras impressões

⁵ Na França, Entre 1945 e 1979, o número de estabelecimentos agrícolas efetivamente diminuiu para perto da metade. Quanto à população ativa agrícola, houve uma diminuição de mais de 60% no mesmo período, passando de 27% da população ativa total a 8% (JOLLIVET, 2001, p. 33).

⁶ Fazendo referência a maquinização, ao uso de sementes melhoradas, ao uso de insumos químicos e a intensificação do uso dos recursos naturais.



Sabe-se que a agricultura familiar está alicerçada em fortes bases relacionadas à *propriedade*, através do processo de transmissão do patrimônio e ao *trabalho familiar*, pelo modo de exploração e gestão da unidade, na qual a renda é fator determinante no fenômeno de reprodução do grupo familiar. Tendo isso como pressuposto, pode-se inferir que a mesma reúne as condições para realização das *múltiplas funções* que a agricultura está sendo chamada a cumprir, dentro de um novo contexto e concepção de DR. Esta possibilidade deve-se ao amplo espectro focado pela noção de MFA, abrangendo as dimensões econômicas, sociais, culturais e territoriais, às quais a agricultura familiar está intimamente inserida. Por isso, a discussão sobre a MFA incorpora, portanto, o debate do *desenvolvimento agrícola e rural sustentável*.

Além disso, dentro da perspectiva da MFA, a agricultura familiar pode corresponder, econômica e socialmente, aos potenciais existentes no espaço agrário. Nesse aspecto, estaria externando os verdadeiros preceitos de uma política de segurança alimentar, através da oferta diversificada de alimentos, de maior racionalização do processo produtivo, minimizando os impactos sobre o meio ambiente e de geração de novas oportunidades de renda. Nesse sentido, Wanderley afirma que:

“É preciso ter consciência de que este debate sobre a MFA toma força num momento em que os agricultores familiares, finalmente, conseguem conquistar, mesmo que ainda de forma insuficiente e parcial, o reconhecimento da própria condição de produtor agrícola com uma contribuição significativa para o mercado. Não se trata, portanto, da substituição da produção de riquezas materiais pela de riqueza imaterial, mas da afirmação da simultaneidade desta dupla dimensão, inerente ao ato de produzir e de viver em sociedade (...)” (WANDERLEY, 2003, p. 15).

Sendo assim, as vinculações entre o grupo familiar e o território são peças importantes. Diz-se isto, já que possibilitam o fortalecimento e a valorização das formas existentes de ocupação desses espaços rurais, possibilitando a valorização de tradições e culturas, além da chance de reintegração de membros familiares, especialmente, os jovens, que se encontram, na maioria das vezes, fora das atividades agrícolas do estabelecimento agrícola familiar.

Nas comunidades rurais francesas, diversos projetos de reintegração de jovens agricultores possibilitaram inúmeras atividades como: agricultura artesanal, com venda direta em feiras; agricultura orgânica, integrando a natureza como o desenvolvimento local; valorização do patrimônio cultural, através do turismo; etc. No Brasil, é perfeitamente cabível propostas de DR, baseadas nas inúmeras funções exercidas pela agricultura familiar camponesa. No caso específico da região semiárida, onde os



sistemas produtivos da agricultura familiar estão sendo ameaçados pela viabilidade climática e econômica, há inovações institucionais, dos próprios agricultores, destinadas a criar ou a manejar coletivamente recursos comuns (SABOURIN, 2005).

4.2- Legitimando esse debate

Sem desconsiderar as ponderações até aqui feitas em relação à importância da MFA, enquanto ferramenta de legitimação da agricultura familiar é preciso dizer, a princípio, que não se trata de discuti-la somente a partir de parâmetros técnicos (agrícolas, ambientais, etc.) como se fez na França; além disso, a legitimação do debate teórico da MFA e de todo seu aparato institucionalizado de políticas públicas, que perpassa pela existência de uma lógica dominante, precisa estar pautada, muito além do fazer modelos. Isto é, a noção de MFA precisa enfrentar o verdadeiro e necessário debate, de que há elementos na estrutura do capital que impedem o reconhecimento de outras formas de agricultura, logo *outras funções*, que não aquelas devidamente enquadradas no modo de produção capitalista. Essa atitude evidentemente exige outro tipo de lógica teórica, ainda não internalizada; ou seja, impor uma enorme discussão entre os formuladores da política e dos conceitos da multifuncionalidade e de território no âmbito da economia política, que trata das relações [sociais] de produção da vida material resultante de um desenvolvimento histórico nas diferentes sociedades.

Antes, porém, é preciso lembrar que no Brasil, desde seu descobrimento, a sociedade, a economia e as estruturas de poder são profundamente marcadas pela ótica do valor da terra, sem ter havido uma ruptura dessa concepção. No período colonial [1500-1822] a estrutura das oligarquias de terras e assimetrias das relações de trabalho na agricultura, notadamente, no Nordeste, em torno da produção açucareira. No período imperial [1822-1889] a construção de uma identidade nacional perante o mundo e das primeiras ações de ordenamento do território, porém sem modificar as velhas estruturas de produção e poder. No período inicial da república [1889-1930], reforça-se o poder das elites de terras e o surgimento de uma burguesia industrial (do Sul e Sudeste). Por último [1930-1980] essa indústria se alia à oligarquia rural, em nome de uma produção agrícola voltada à exportação, com a chancela do Estado, prevalecendo às políticas macroeconômicas sobre as políticas setoriais, no caso a agrícola. E no Nordeste, marcado pela perversa forma de ocupação e exploração dos recursos naturais, as intervenções públicas não foram capazes de modificar essa estrutura, que obrigatoriamente deve ser levada em conta no debate da MFA.



É preciso, também, evidenciar em quais bases se deu a formação da agricultura familiar, especialmente, no Nordeste. Nesse aspecto, cabe lembrar as observações de Sabourin (2007), que ratifica a história de formação da agricultura camponesa na região, incluindo a parte semiárida, dada inicialmente em torno do domínio de terras no período da colonização, que precisava realizar grande aprisionamento de alimentos para Portugal que vivia em crise. Assim, na parte litorânea a grande lavoura canavieira e na semiárida a pecuária extensiva. Portanto, essa agricultura camponesa advém de três origens sociais e técnicas: da agricultura indígena, dos trabalhadores da agricultura colonial (através da força escrava) e dos trabalhadores ou pequenos colonos livres, que somados desenvolveram uma agricultura marginal nos espaços deixados pela grande lavoura ou criação de gado. Isso leva-nos a perceber a ocorrência da passagem direta de uma *agricultura primitiva* (na Europa feudal) ou baseada na escravidão, para uma *agricultura assalariada* (PRADO JR., 1942), originando camponeses excluídos do pacto político (MARTINS, 1981). Isso confere a existência, de fato, de um camponês como uma categoria política, bastante diferente daquilo que teorizou Eric Wolf e Henri Mendras, a respeito do camponês. Posteriormente, com a “modernização” da agricultura, dada a partir dos anos de 1950/60 essa agricultura camponesa continuou em segundo plano. Essa trajetória serviu inclusive de argumentos a alguns tecnocratas, baseado nas teorias kautskyana e leniniana, explicitarem a tese *do fim* ou *inexistência* de uma agricultura camponesa.

Diante disso, mesmo existindo um conflito de idéias e concepções, o debate ainda não foi capaz de ocorrer. Para isso, poder-se-ia dizer o seguinte: Existe um modelo ou metodologia – o da multifuncionalidade – anteriormente discutido dentro dos parâmetros europeus, posteriormente ensaiados no Brasil. No entanto, é preciso ver como ele ocorre, dentro de uma realidade agrária que está dominada pelo modo capitalista de produção. Não considerando isso, torna-se perfeitamente factível adequar ao Brasil essa concepção de MFA desenvolvida na França, através de cooperações acadêmicas, que propiciaram, por exemplo, formalizar o uso dessa noção nas atuais políticas públicas veiculadas pelo MDA. Nem mesmo os debatedores brasileiros, que alertaram para o risco desse uso direto sem as devidas adequações à realidade brasileira, não foram audazes em travar esse debate. Isto é, o de que a agricultura camponesa pode abrigar outras funções, porque possui outra forma de relação no processo de reprodução social, não enquadrável no modo de produção capitalista. Diz-se isso porque as pesquisas brasileiras, sobre a temática da MFA, têm revelado que: as aposentadorias



rurais, trabalhos assalariados rurais (no corte da cana, por exemplo), etc., são utilizados como mecanismo para financiar a *produção* via agricultura familiar. Por isso reafirmamos as observações de Machado (2009), que aponta em direção ao necessário reconhecimento da importância da agricultura camponesa por parte do Estado, sem o qual não haverá qualquer tipo de desenvolvimento.

Portanto, a MFA como instrumento de análise e/ou conceito crítico da agricultura produtivista e mercantil, pode então servir sim para problematizar a realidade existente. Ou seja, analisar criticamente essa agricultura patronal, que não tem interesse nessas outras “externalidades” demandadas pela agricultura, mas que as mesmas podem ser defendidas por políticas públicas diferenciadas. Para isso é preciso fazer o discernimento entre essa agricultura mercantilista e a agricultura familiar camponesa, mostrando que as mesmas têm maneiras diferenciadas de reagir às “externalidades” do sistema capitalista vigente. Enquanto a primeira pauta-se substancialmente no lucro, na acumulação do capital, na exploração da mais-valia, sem se preocupar verdadeiramente com as condições ambientais, a segunda pode produzir excedentes, porém primeiro, a segurança alimentar como mais outra função econômica, através da produção de alimentos. Além disso, a familiar camponesa pode gerar segurança social, através da ocupação, pois não desemprega e, ainda, ao mesmo tempo, luta para preservar a propriedade da terra como meio de sobrevivência, de trabalho e de preservação da cultura e da memória. Pode ainda frear o avanço dos problemas ambientais deixados pela agricultura “moderna”, pois mesmo desmatando e queimando, o faz numa escala compatível com sua necessidade de sobrevivência.

5- Considerações finais

Cabe considerar que esta análise propiciou refletir a cerca desse debate mais social e menos economicista a que me propus fazer, principalmente, considerando as peculiaridades socioeconômicas e ambientais, nas quais se deu o trabalho de campo. A primeira ponderação vai a direção da importância da questão ambiental, por ter sido esta uma das questões-chave para o uso dessa ferramenta teórica (a MFA) na internalização de dinâmicas de reprodução social, de ruralidades contemporâneas, na Europa, que no Brasil, ainda, se soma a outros ingredientes mal resolvidos, dentre eles a problemática fundiária. A segunda, em relação ao modelo de política pública adotada pela *PAC* na União Européia (primeiro através do CTE, depois pelo CAD, na França). Desse modo,



essa experiência permite-nos pensar uma melhor forma de apoio público a agricultura familiar camponesa no Brasil, predominantemente presente no local estudado.

Em que pese à importância dessas duas questões anteriores (ambiental e das políticas públicas), duas outras, também, foram destaques, para a situação brasileira. Ou seja, a discussão das diferentes agriculturas familiares e a política de territorialização que, do ponto de vista teórico, se encontram no centro do debate de uso da noção de MFA. Na primeira, a retomada da discussão sobre os diferentes papéis da agricultura para a sociedade, introduzindo nele o da importância da agricultura camponesa, voltada a produzir para o autoconsumo. No entanto, essa questão para a situação estudada singulariza-se na maneira como até então vem sendo debatida MFA no Brasil, pelo fato de compreendermos que só haverá segurança alimentar se for desconsiderada a lógica do sistema capitalista refere às relações de produção. Na segunda, a introdução da abordagem territorial, amplamente debatida na Europa, no Brasil abre novas perspectivas de gestão das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, quiçá dirimindo, outra pendência dicotômica, a *“do setorial debate da agricultura, que permanece na contemporaneidade da sociologia rural brasileira”* (SABOURIN, 2007).

E é a partir do entendimento, de que a agricultura familiar, sobretudo, a camponesa, possa ‘produzir’ amenidades rurais caracterizadas como bens públicos, que não concretizem mercadorias ou serviços diretamente remunerados. Neste sentido, é que podemos incluir nesse rol de outras funções, como aquelas que estão ligadas à herança cultural, à conservação do território e da paisagem agrícola, à diversidade agrobiológica, à saúde relacionada a práticas agrícolas mais limpas e à segurança alimentar. E é esta última função que talvez seja ainda o centro dos mais acirrados debates, girando em torno de uma melhor visão dos papéis que a agricultura pode abraçar.

No Brasil, esta questão pode viabilizar o segmento da pequena produção agroalimentar. Oxalá se consiga romper algumas visões bastante hegemônicas, de que a agricultura tem somente, ou principalmente, a função econômica. Na prática, a questão sobre a segurança alimentar, que na Europa teve uma clara determinação, pautando como deveria, na prática, ser desenvolvida a agricultura, passa a ser, dentro da visão multifuncional, vista de forma diferenciada. Ou seja, vista como além de um sistema de proteção aos atores rurais, mas como forma palpável de manter a integridade territorial, tanto no seu aspecto econômico, englobando os aspectos sociais e ambientais.

6- Referências



ABRAMOVAY, R. **Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola européia.** Revista SOBER. v. 40, n° 2, abr./jul. 2002. pp. 235–64.

ALVES, A. F; MALAGODI, E. *Les diverses fonctions de l'agriculture paysanne au Brésil: les cas du Nordeste semi-aride.* In: XLIII^e Colloque de l'ASRDLF "**Les dynamiques territoriales: débats et enjeux les différentes approches disciplinaires**". Grenoble et Chambéry, France: 11-13 jui 2007. 12 p.

ALVES, A. F. **As múltiplas funções da agricultura familiar camponesa: práticas sócio-culturais e ambientais de convivência com o semi-árido.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campina Grande: PPGCS/UFCG, 2009. 314 p.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.** 6^a ed. Recife: Editora da UFPE, 1998.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade.** Rio de Janeiro: Conta Capa, 1998.

_____. *Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa.* In: MOREIRA, R; COSTA, L. (orgs.). **Mundo rural e cultura.** Rio de Janeiro: Mauad-Pronex, 2002a.

CAZELLA, A; MATTEI, L. *Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias de agricultores: novas bases interpretativas para repensar o desenvolvimento rural.* In: **SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO AGROPECUÁRIA, 5^o, 2002. Anais...** Florianópolis: Agroecossistemas, agricultura familiar e agricultura orgânica, 2002.

DINIZ, P. C; MALAGODI, E; DUQUÉ, G. *Enfrentando os limites da agricultura familiar no Brejo Paraibano: Trajetórias de desenvolvimento local e inovação.* In: **CONGRESSO IRSA.** Rio de Janeiro: IRSA, CD Rom, texto 712, 2000.

DINIZ, P. C; DUQUÉ, G. *Notas acerca de uma agricultura sustentável: os bancos de sementes comunitários no Agreste da Paraíba.* In: DUQUE, G. (org.). **Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisas em sociologia rural.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. pp.103-120.

JOLLIVET, M. *Pour une science sociale à travers champs. Paysannerie, ruralité, capitalisme (France XX^e Siècle).* Paris : Éditions Arguments, 2001.

MACHADO, G. *Multifonctionnalité de l'agriculture familiale et diversification des activités dans le sertão semi-aride de l'État de Bahia (Brésil).* Thèse (Doctorat Agro-Economie). Paris: UFR Agriculture Comparée et Développement Agricole, 2009, 306 p.

MALAGODI, E. **Propriedade fundiária e campesinato. Uma leitura de Smith, Ricardo e Marx.** João Pessoa: Editora Universitária, 1999. 400 p.

MALUF, R. *O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa.* In: LIMA, D. M. de A; WILKINSON, J. (orgs.). **Inovações nas tradições da agricultura familiar.** Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. pp. 301–328.

_____. *A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira.* In: CARNEIRO, M; MALUF, S. (orgs.). **Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. pp. 135–152.

MARTINS, J. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.



MARX, K. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar.** [Introdução de J. Gorender]; [Trad. E. Malagodi *et ali.*]. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1942.

REMY, J. “*Prefácio*”. In: CAZELLA, A; BONNAL, Ph; MALUF, R. (orgs.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. pp. 11-16.

SABOURIN, E; DJAMA, M. *Approche de la multifonctionnalité de l’agriculture à travers deux exemples non européennes: Nordeste brésilien et Nouvelle-Calédonie.* In: **COLLOQUE INTERNATIONAL DE LA SFER**, 2002, Paris. **Actes...** Dijon: Educagri Éditions; Paris: SFER/Cirad, 2003. pp. 291-310.

SABOURIN, E. *Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura.* In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 29, 2005, Caxambú, MG. **Anais...** Caxambu, MG: ANPOCS, 2005.

_____. *Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?* In: **Revista Sociedade e Estado.** Brasília, v. 22, n° 3, pp. 715-51, set./dez., 2007.

WANDERLEY, M. N. “*Prefácio*”. In: CARNEIRO, M. J; MALUF, R. (orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro: Mauad, 2003a. p. 15

_____. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades.* **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, n. 21, pp. 42-61, out. 2003.



GT 12 - Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: práticas e projetos como estratégias de fortalecimento do campesinato brasileiro

Segurança alimentar em assentamentos de reforma agrária: a busca pela reconstrução das práticas alimentares¹

Tanise Pedron da Silva², Fernanda Ventrini³, Paulo Roberto Cardoso da Silveira⁴,
Wilson Flores dos Santos⁵, Anderson Valau⁶

² Eng. Agrônoma, Mestranda do PPGExR, UFSM, E-mail: tani_agronomia@yahoo.com.br

³ Tecnóloga em Agroindústria, Mestranda do PPGExR, UFSM, E-mail: nanda.agroindustria@gmail.com

⁴ Dr. Ciências Humanas, Professor DEAER, UFSM, E-mail: prcs1064@yahoo.com.br

⁵ Historiador, Doutorando do PPGExR, UFSM, E-mail: wilsonflores@yahoo.com.br

⁶ Estudante de agronomia, UFSM, E-mail: anderson.valau@yahoo.com.br

Resumo

A alimentação no âmbito rural tem enfrentado um processo de erosão cultural alimentar caracterizado pela simplificação da dieta cotidiana com a diminuição da diversidade de alimentos em sua composição e a urbanização das práticas alimentares. Neste contexto, está sendo realizado o projeto intitulado *O desafio da erosão cultural alimentar: ações de aprendizagem social nas escolas urbanas e rurais do RS*, envolvendo professores, acadêmicos de graduação e pós-graduação do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Alimentação e Sociedade (NEPALS/UFSM). Iniciou-se com o levantamento junto aos grupos de mulheres de quatro assentamentos de reforma agrária do município de Capão do Cipó-RS (envolvendo 50 mulheres agricultoras), sobre as motivações dos agricultores que os levaram a precarizar a segurança alimentar da família, ao abandonarem as práticas alimentares baseadas na disponibilidade e diversidade de alimentos produzidos para auto-consumo. Buscou-se identificar as práticas alimentares adotadas e a composição da dieta cotidiana, através de oficinas junto aos grupos de mulheres e da comunidade escolar (toma-se como espaço de interlocução as duas escolas estaduais existentes nos assentamentos em foco, envolvendo 200 pessoas, entre discentes, docentes e pais). Os agricultores adotam cada vez mais a forma de produtor de alimentos para o mercado, distanciando-se das práticas alimentares baseadas no saber fazer utilizado no processamento de alimentos. Desenvolvem-se ações de apoio na produção de alimentos nos lotes e oficinas nas escolas sobre a qualidade da alimentação, junto a alunos, professores e comunidade escolar, permitindo-se uma reflexão crítica sobre a situação vivenciada e estimulando a produção de alimentos na própria escola e o resgate de práticas alimentares do passado, debatendo suas implicações para a segurança alimentar.

Palavras-chave: Segurança alimentar. Assentamentos rurais. Erosão cultural alimentar.

¹ Este trabalho está vinculado a dissertação de mestrado da primeira autora.



Introdução

Durante muito tempo, o estudo a respeito da temática da alimentação permaneceu, em grande parte, limitado à determinados campo do conhecimento, como por exemplo a área da saúde. Entretanto, esse tema tem ganhado relevância no contexto brasileiro das últimas décadas, entre outros fatores pela contradição que coloca de um lado os elevados índices produtivos e de outro a carência alimentar de muitos grupos sociais, incluindo os agricultores.

Dessa forma, trabalhos de pesquisa e extensão assumem importância, em especial no meio rural, onde os alimentos industrializados passam a ganhar um destaque, modificando as práticas alimentares e impactando na saúde e no modo de vida das comunidades.

Cada vez mais os pesquisadores das ciências sociais têm abordado esta temática da alimentação, buscando compreender as transformações nas práticas e nos hábitos alimentares que caracterizam a comensalidade contemporânea. A hegemonia da indústria alimentar em propor e difundir conceitos sobre alimentação, ancoradas em um discurso médico-dietético que busca orientar a dieta dos cidadãos, tem provocado uma simplificação nas práticas e hábitos alimentares (POULAIN, 2004; POLLAN, 2008). Tal processo tem instituído um padrão alimentar denominado por alguns autores de estilo Fast-Food (FISCHLER, 1996), onde a funcionalidade da alimentação rápida é a consequência da falta de tempo para preparo dos alimentos no cotidiano da vida moderna (OLIVEIRA e THÉBAUD-MONY, 1997; PAULILLO e PESSANHA, 2002).

Tais abordagens cada vez mais são frequentes na área da antropologia² e sociologia do consumo³. Neste sentido, que nosso trabalho se insere, aproximando a Universidade dos profissionais da extensão rural, buscando colaborar no sentido de patrocinar a investigação\ação sobre a (in)segurança alimentar no meio rural, buscando identificar não somente suas causas, mas construindo ações no sentido de revitalizar a dimensão da produção de alimentos para o consumo familiar que está intrinsecamente ligada ao mundo dos sujeitos rurais. Destaca-se.

² Destaca-se a coletânea de CANESQUI, Ana M. e GARCIA, Rosa W.D. (orgs).

³ Destacam-se aqui os trabalhos: BARBOZA, L. (2006) e BARBOZA, L.(2007).



No âmbito rural, as transformações ocorridas na alimentação, no que tange a passagem do consumo *in natura* para o consumo de alimentos processados industrialmente, demonstram esta realidade, caracterizando a fragilidade na autonomia produção-consumo de alimentos. É válido destacar que essa transição de um sistema alimentar para outro, no caso do meio rural, tem como determinantes o modelo de agricultura adotado no Brasil e a proximidade com o urbano, propiciada pelos modernos meios de transporte e comunicação, o que tem contribuído decisivamente para os agricultores abandonarem antigas práticas tradicionais que garantiam a alimentação farta e diversa (BALEM & SILVEIRA, 2005).

Nesta perspectiva, este trabalho é elaborado a partir do projeto intitulado *O desafio da erosão cultural alimentar: ações de aprendizagem social nas escolas urbanas e rurais na região central do RS*, que está sendo realizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Extensão e Pesquisa sobre Alimentação e Sociedade (NEPALS), vinculado ao Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O objetivo do projeto é sensibilizar através de oficinas junto a comunidade escolar para a análise crítica da erosão cultural alimentar⁴, processo que tem provocado o empobrecimento da dieta alimentar, buscando, a partir disso, qualificar as práticas alimentares através do resgate da cultura alimentar da comunidade. Como principal ferramenta metodológica tem sido utilizada as oficinas de resgate da cultura alimentar, as quais estão ocorrendo periodicamente na escola Chico Mendes do assentamento Sepé Tiarajú, no município de Capão do Cipó/RS, tendo como público-alvo os pais (representado pelo grupo de mulheres), os estudantes de ensino fundamental e as professoras da escola. É importante destacar que até o momento a oficina-piloto foi aplicada com as crianças e com as professoras da escola, sendo realizada uma avaliação posterior com fins de construir as próximas atividades em conjunto com o público-alvo. Paralelo a isso, busca-se também gerar um conjunto de materiais didáticos para serem disponibilizados às escolas, tais como vídeos, jogos que abordem a temática da cultura alimentar (tendo como foco as crianças) e além do Roteiro da Alimentação, em que se busca reunir uma grande diversidade de receitas de forma a resgatar e registrar a cultura alimentar das famílias

⁴ Balen e Silveira (2005) definem a erosão cultural alimentar como um processo de abandono crescente de práticas alimentares, componentes de um patrimônio cultural, historicamente construído e transmitido inter-geracionalmente, tendo como consequência o empobrecimento da dieta dos agricultores, relacionada com a redução da diversidade dos alimentos disponíveis e dependência, cada vez maior, da aquisição de alimentos no meio urbano para sua subsistência.



assentadas. Cultura esta marcada pela diversidade, visto que as famílias assentadas são provenientes de inúmeras regiões do estado e condicionada pelas possibilidades estruturais e agroecossistêmicas.

2. A agricultura e a industrialização de alimentos: uma nova dinâmica às práticas alimentares do rural

As sociedades humanas durante milênios supriram as necessidades alimentares através da prática da agricultura, dispondo, apenas, do potencial edafoclimático dos agroecossistemas onde estavam inseridos e do conhecimento gerado ao trabalhar a terra, a agri-cultura (Balem e Silveira, 2002).

A forma de se obter alimentos através da prática da agricultura no âmbito de uma comunidade rural sempre se configurou como a forma mais viável de se relacionar com a natureza, extraindo dela a quantidade e a diversidade necessária para a manutenção dos grupos humanos. Neste modelo de organização da produção-consumo, busca-se manter as inter-relações que caracterizam o agricultor com a produção de alimentos. Neste contexto, Balem e Silveira (2005) diferenciam agricultor de produtor: enquanto este último é fruto de um padrão definido pela indústria que tem a função de tornar o processo produtivo homogêneo, desvinculando-se dos processos naturais, o primeiro, é fruto de uma construção social, em que suas construções históricas estão relacionadas com sua relação com a natureza e com os processos culturais e sociais locais.

A transformação ocorrida na agricultura, a partir do século XIX, modificou os processos produtivos e transformou as condições sociais, econômicas e culturais dos agricultores. Mazoyer & Roudart (2010, p. 420) associam essas transformações ao desenvolvimento de novos meios de produção: “a motorização (motores a explosão ou elétricos), a grande mecanização (máquinas cada vez mais complexas) e a quimificação (adubos minerais e produtos de tratamento), além da seleção de variedades adaptadas” à essas tecnologias. Os autores analisam que ao se liberarem do auto-fornecimento de bens de consumo e de produção, tais como adubos, sementes, utensílios, os estabelecimentos agrícolas especializaram-se, abandonando, desta forma, a multiprodução vegetal e animal em função de dedicarem-se às produções destinadas à comercialização (MAZOYER & ROUDART, 2010).



Esta análise toma importância, aqui neste trabalho, na perspectiva de que os ganhos de produtividade realizados com as transformações proporcionadas com a utilização de insumos industriais na agricultura estão conectados com o processo de produção em massa de alimentos também industrializados. Pois, este é o modo encontrado pelas cadeias agroalimentares de rebaixar os preços destes alimentos, aumentando a escala de produção, com vistas a vender os alimentos sempre a baixos preços.

Neste aspecto do monopólio da produção de alimentos industrializados, Ploeg (2008) afirma que os mercados alimentares são integrados e alinhados com os demais processos globais de acumulação e a artificialização é necessária para que o regime imperial de produção, processamento e distribuição de alimentos esteja sempre se reestruturando na máquina global de fluxo de caixa que correspondam aos níveis cada vez mais elevados de lucratividade esperada. Entretanto, é importante ressaltar que o grande gargalo destas indústrias é justamente o fato da produção de alimentos, a qual se mantém na maior parte dos casos, ligada aos processos naturais constituintes de um agroecossistema, apesar de conhecidas tentativas de substituição de alimentos naturais por matérias-primas sintéticas (PLOEG, 2008). É exatamente nesse gargalo que os agricultores se mantêm como agente essencial na produção-distribuição de alimentos, pois persistem com um vínculo direto com a natureza, sabendo nela trabalhar e conseguindo extrair alimentos em sintonia não só com o meio natural como também com a cultura local.

No entanto, hoje a alimentação contemporânea ocidental está fortemente alicerçada no consumo de milho, sendo encontrado nos mais diversos tipos de alimentos, como: na cerveja, no refrigerante (na forma de xarope de milho que serve como adoçante), no iogurte, nas frutas em lata, no ketchup, nos doces, nas misturas para bolo, nos congelados, nos molhos, a maionese, na mostarda, na margarina; até mesmo nos legumes e verduras será encontrado milho já que estes são cobertos por uma fina cera vegetal que dão brilho a estes alimentos (POLLAN, 2007). Estudar as práticas alimentares das famílias rurais constitui um caminho interessante para a compreensão do rural, bem como do modo como suas vidas têm sido afetadas pelas recentes mudanças nele ocorridas (MENASCHE et al., 2008).

Diferentemente da imagem de alimentação diversa que o meio rural apresentava no passado, hoje os estabelecimentos rurais se configuram quase inteiramente



especializados num pequeno número de cultivos, os quais abastecem as cadeias agroalimentares com as matérias-primas essenciais à alimentação industrial contemporânea. Sobre este aspecto, Menasche et al.(2008) diz que a produção voltada ao consumo familiar, antigamente, representava fartura e diversidade, onde produzir alimentos em quantidade suficiente, além de manter a família alimentada, provocava o reconhecimento social da prática de produzir alimentos.

Assim, o processamento industrial avançou sobre as formas tradicionais de produção de alimentos também para consumo dos agricultores, trazendo uma instabilidade a muitos pequenos agricultores e assentados de reforma agrária. E a necessidade de trabalhos que resgatem a cultura alimentar no meio rural, se faz necessária para que as famílias resgatem também todas as dimensões inerentes à dimensão alimentar, tal como sua autonomia e a manutenção de suas especificidades e diversidades locais. Sob este aspecto “[...] a melhor maneira de combater a comida industrial é simplesmente fazer com que as pessoas se lembrem dos prazeres infinitamente superiores proporcionados pelas comidas tradicionais saboreadas de uma maneira comunal” (POLLAN, 2007, p. 278).

Ou seja, difunde-se um padrão alimentar, reforçado por um discurso médico dietético, o qual busca orientar os hábitos alimentares, uniformizando-os cada vez mais em torno de produtos industrializados e do estilo fast-food, implicando em uma simplificação da dieta (Silveira, 2010). Mais de que uma questão nutricional ou de segurança alimentar, temos um processo de erosão do patrimônio cultural gastronômico dos diferentes grupos sociais (Hernandez, 2005). Entretanto, mesmo com a industrialização ocorrida na dimensão alimentar tanto do meio urbano, como do meio rural, Poulain (2004) afirma que os “particularismos” regionais não desaparecem com tanta facilidade, e como exemplo, pode-se refletir sobre a anunciação de Silveira (2010, p. 87) em que “o tradicional feijão, arroz, carne e salada, continuam incólumes em cenário de tantos discursos sobre a transformação alimentar.”

Assim, é válida a preocupação com o processo de artificialização alimentar que o mundo rural vem passando. Os agricultores continuarão a perpetuar seu saber de forma a garantir alimentos para as populações, e garantindo seu modo de vida, o qual está intimamente ligado com a natureza e produção de alimentos, ou eles irão mergulhar cada vez mais nesta artificialização, “alimentando” as cadeias agroalimentares.

Essa questão vale ser enfatizada pelo fato dos agricultores constituírem uma categoria social que tem sua dignificação na prática de *fazer agricultura*, mas que as



relações que envolvem a produção e consumo de alimentos está também relacionada com o mundo exterior ao rural. E a decisão dos agricultores sobre como *fazer agricultura*, implica diretamente na alimentação urbana. Assim, a produção agrícola, não deve ser caracterizada exclusivamente pela sua dimensão econômica, mas deve ser também caracterizada pelo seu papel social de produtora de alimentos, tanto para a unidade agrícola, como para o exterior dela.

Neste contexto, os assentamentos de reforma agrária assumem uma nova dinâmica, surgindo como novos espaços e redes de sociabilidade, estabelecendo-se uma nova dinâmica “para fora” do assentamento, na interação com as cidades e com o poder público municipal (Leite *et al*, 2004). A dinâmica social e cultural, esta última em grande diversidade nos espaço dos assentamentos de reforma agrária, demarca unidades familiares com estratégias de reprodução diferente de qualquer outra comunidade de agricultores ou camponeses.

Na obra intitulada *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*, publicado em 2004, os autores enfatizam que os assentamentos de reforma agrária tem como “uma das principais evidências o crescimento das feiras e do movimento do comércio” (LEITE *et al*, 2004, p. 134)⁵, que serviu para aumentar a oferta e a frequência da disponibilidade de produtos diversificados, além da queda dos preços nos gêneros alimentícios. Dentre os alimentos identificados no trabalho de campo, destaca-se: mandioca, milho, feijão, abóbora, batata-doce, melancia, banana, abacaxi, inhame, leite, queijo, requeijão, manteiga, mel, ovos e frango, sendo que alguns ganham duplo destino, tanto para a alimentação como para a comercialização (LEITE *et al*, 2004). Essa questão toma importância, tanto pela diversificação de alimentos no lote onde a família está assentada, como na região de inserção do assentamento, que através de redes informais, como as feiras, comercializam alimentos excedentes, tais como queijos, pães e doces.

Esta realidade de diversificação da produção de alimentos nos espaços de assentamentos de reforma agrária já foi amplamente estudada por diversos pesquisadores, entretanto, já existem estudos onde comprova-se que estes espaços têm passado por um processo de carência de alimentos, o que tem chamado atenção de alguns grupos de pesquisa que se dedicam a investigar estes espaços.

⁵ É importante destacar que os autores concluem essa obra com vários impactos de dimensão social nos locais onde os assentamentos de reforma agrária estão inseridos. Entretanto, utilizou-se aqui a dimensão do impacto na produção e distribuição de alimentos, que compõe a análise deste trabalho.



Ordóñez Guerrero (2009), investigando os entraves e as potencialidades para atingir a segurança alimentar em assentamentos de reforma agrária, tomando o caso do assentamento Horto Vergel no interior paulista, obteve como resultado para potencialidades: a produção vegetal, o processamento de alimentos e as práticas micro-empresariais, tais como bordados e artesanato, bem como o desenvolvimento industrial das cidades vizinhas o que poderá possibilitar a geração de ganhos. Já como entraves, a autora identificou os baixos níveis de renda, a má saúde, a má qualidade dos alimentos na sua maioria com elevado teor energético, o elevado número de integrantes por família e a produção vegetal pouco diversificada nos casos das famílias com insegurança alimentar grave (ORDÓÑEZ GUERRERO, 2009).

Em outro trabalho no contexto dos assentamentos de reforma agrária, cita-se o de Silva (2009) em que a autora associa a fragilidade da simplificação da dieta ao fato dos assentados negligenciarem as estratégias de produção para autoconsumo e tornar corriqueira a prática de compra de alimentos nas redes de supermercado, passando a consumir uma reduzida variedade de alimentos, os quais, além de não terem ligação com a cultura e o agroecossistema local, são processados industrialmente.

Neste contexto de perda da prática histórica dos camponeses em produzir alimentos, Balem & Silveira (2005) argumentam que a perda da cultura para subsistência, processo que denominam de erosão cultural alimentar, se deve a dois fenômenos: *a urbanização do rural*, ocasionada pela assimilação dos hábitos urbanos pelo maior contato e com maior frequência deste universo, e ainda, *ao modelo de agricultura adotado*, o qual caracteriza-se por uma agricultura subordinada às cadeias agroalimentares.

Esse conceito discutido pelos autores toma fôlego quando é analisado a questão do avanço da especialização agrícola na organização do espaço produtivo, em que se abandona antigas estratégias que garantiam a segurança alimentar do grupo familiar. “A orientação para subsistência tem sido negligenciada pelos agricultores e pelos agentes que trabalham no rural em função da necessidade permanente do agricultor de ter uma renda que garanta minimamente a sobrevivência de sua família” [...], (BALEM & SILVEIRA, 2005, p. 02), orientação esta predominante na agricultura familiar e nos assentamentos de reforma agrária.

Nesse universo que se caracterizou pela fartura e diversidade alimentar verifica-se, entretanto, um contexto de carência alimentar que é representada pela simplificação



cada vez maior da dieta (empobrecimento nutricional e menor disponibilidade de alimentos), o que configura uma contradição para os habitantes do rural.

Dessa forma, estudos no sentido de resgatar essa antiga tradição camponesa de produzir seus próprios alimentos se tornam essenciais pela sua capacidade de re-vincular seu modo de vida às práticas que garantem a alimentação da família, de modo a garantir sua reprodução social. E neste contexto, a unidade escolar dos assentamentos de reforma agrária podem contribuir como verdadeiros multiplicadores da re-valorização das práticas tradicionais de segurança alimentar das unidades familiares.

3. O resgate da cultura alimentar: o caso da escola Chico Mendes, do assentamento Sepé Tiaraju, em Capão do Cipó/RS

Para começar a discutir o caso do trabalho que vêm sendo desenvolvido em relação ao resgate da cultura alimentar neste assentamento, é importante frisar que ele não é a primeira pesquisa/ação que vem sendo trabalhada. O primeiro trabalho começou a ser realizado em 2008, com a proposta de qualificar as práticas alimentares das famílias através de espaços formativos, através do grupo de mulheres já existente e organizado. Assim, através da discussão sobre as deficiências na dimensão alimentar nestes espaços, optou-se por construir um trabalho maior abrangendo vários assentamentos do estado, pois se percebeu ser essa uma carência que extrapola a realidade de Capão de Cipó. Há também o projeto de construção de um viveiro florestal⁶, que ficará num primeiro momento sob gestão de grupo formado por assentados, assistência técnica e universidade. Outro trabalho que vem sendo desenvolvido, pela universidade, neste assentamento é o Projeto Agrossilvipastoril, que tem propósito de superar a convencional produção de pastagem para manutenção do gado de leite, visando melhorar as condições naturais de produção, e dessa forma dar sustentabilidade à atividade agropecuária, ao mesmo tempo que qualifica a relação homem-natureza.

Com a realização das oficinas-piloto, as quais buscam expressar a realidade alimentar da comunidade escolar (estudantes e professores), pretendia-se entender qual

⁶ A respeito do viveiro florestal, é válido destacar que a ideia de sua construção se deve ao enorme passivo ambiental existe nestes assentamentos. No assentamento vizinho ao Sepé Tiarajú, o Santa Rita, há um moinho colonial destinado à fabricação de farinhas de milho e trigo, entretanto estava sem a Licença de Operação em virtude do passivo ambiental. Assim, a FEPAM condicionou a Licença de Operação do moinho à elaboração de um Plano de Compensação Ambiental, visando à regularização do assentamento em relação à problemática ambiental. .



o grau de erosão cultural alimentar que se encontrava este público, tendo em vista que é a partir dessa realidade que se balizará as demais oficinas. É importante frisar que no referido projeto está previsto uma série de oficinas com os mais diversos temas, os quais serão definidos junto às comunidades escolares e grupo de mulheres assentadas.⁷. Quanto à participação da comunidade escolar, esta é fundamental por dois motivos básicos: primeiramente, pelo fato do projeto trabalhar com crianças e adolescentes com os quais se entende obter resultados mais satisfatórios no redirecionamento de suas práticas e hábitos alimentares, afastando-os de um modelo hegemônico de alimentos industrializados e desvalorização do alimento local, contribuindo para reverter um processo que já está em curso de erosão cultural alimentar. Através destes estudantes envolvidos neste trabalho, pensa-se estimular um processo de retomada das antigas estratégias de segurança alimentar no passado praticadas pelos antepassados, tais como hortas e processamento caseiro.

A escola, que representa um núcleo de transformação do indivíduo, pode neste sentido ter um papel de disseminar a importância do jovem agricultor e da sua autonomia através da produção de grande parte dos alimentos no próprio lote. O segundo motivo se deve ao fato da escola conhecer em grande parte as debilidades na dimensão alimentar das crianças e, dessa forma, as professoras representam um papel de informantes-chaves sobre os processos que estão ocorrendo na comunidade e as transformações a partir deste trabalho realizado. Importante destacar que as professoras da escola Chico Mendes não terão um papel de expectadoras do processo e sim de facilitadoras e de agentes de transformação, uma vez que a temática da cultura alimentar deverá ser incluída no currículo escolar, adequando-se às especificidades de cada disciplina. Neste sentido, as professoras terão um papel central na re-construção da segurança alimentar e do valor do “ser agricultor”.

Os primeiros resultados mostraram que as discussões sobre a insegurança alimentar no assentamento procedem no sentido que as famílias estão passando pelo processo de erosão cultural alimentar, dado o abandono de estratégias importantes que representavam a independência alimentar.

⁷ Em Seminário de Avaliação das oficinas-pilotos, que ocorreu na UFSM com a participação de representantes das comunidades escolar e também de gestores públicos, foram definidos alguns eixos temáticos a serem trabalhados em 2012. Esses temas foram definidos de acordo com a realidade de cada município. No caso de Capão do Cipó/RS, o eixo temático definido foi a questão da “identidade de ser colono”. Pois, identificou-se que nessa região existe entre as crianças e poucos jovens da comunidade, o constrangimento de “ser agricultor”. Havendo dessa forma uma séria necessidade de discutir o papel social dos agricultores como forma de re-valorização deste agente.



A experiência da oficina-piloto com as crianças da escola Chico Mendes mostrou que a dieta está balizada por alimentos ricos em carboidratos com baixa complexidade nutricional, baseada em alimentos comprados em redes de supermercados “da cidade”. Assim, a proposta metodológica de trabalhar com uma série de oficinas planejadas de acordo com a realidade dessas famílias, contribuirão para a re-construção de cultura alimentar, até então ferida pelo processo de erosão, sendo uma nova forma de trabalhar no meio rural, pretendendo-se uma ação continuada.

Através de uma dinâmica de grupo foi possível fazer um levantamento preliminar da realidade alimentar das crianças, onde aparecem alimentos como: pão branco, café puro, mortadela, queijo, polenta e ovos no café da manhã. O queijo não aparece com consumo freqüente e parte das crianças afirmou que este alimento é obtido por compra nos vizinhos, ou seja, hoje a matriz produtiva leiteira não significa necessariamente o processamento de seus derivados para incrementar a dieta. Sobre a produção de leite neste assentamento, Silva (2012)⁸ destaca que este sistema permitiu no passado a criação de uma estratégia de segurança alimentar significativa, a qual diz respeito ao processamento de alimentos, tais como doce de leite, queijo, iogurte e requeijão, e que, inclusive, parte desses produtos era comercializado na região. Porém, hoje as mulheres assentadas relatam que o processamento desses alimentos cessou com o passar do tempo. As mulheres caracterizam esta prática como “um trabalho a mais”, que não vale a pena ser feito, uma vez que falta mão-de-obra, pois os filhos estão longe e a idade avançada dos assentados não permite o incremento de trabalho, agravado ainda por “não ter onde vender” (SILVA, 2012).

Já como uma permanência da cultura alimentar, encontra-se o arroz e o feijão e alguns tipos de saladas (em especial alface e tomate) como a base alimentar, sendo citada por *todas* as crianças. Carne vermelha, batata-doce, mandioca, e pepino aparecem logo em seguida. O elevado consumo de refrigerantes aparece como o alimento industrializado que acompanha o almoço.

Já no lanche escolar, preparados pelas funcionárias da escola, as pizzas e as sopas aparecem como alimentos predominantes e saudáveis. Entretanto, o lanche do *bar da escola*, aparece como o vilão alimentar. Nele há guloseimas tais como balas, pirulitos, chicletes, bolachas e salgadinhos industrializados que tem alto consumo pelas crianças.

⁸ Esta informação compõe o trabalho de campo realizado pela primeira autora, em sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação e Extensão Rural (PPGExR/UFMS), que tem como previsão de defesa para fevereiro de 2012. Essa questão do processamento de alimentos a partir do leite é melhor aprofundada na dissertação.



Ou seja, o maior consumo de doces aparece justamente na escola, sendo que este espaço que poderia servir para correção das práticas alimentares, tem dado uma contribuição para aproximar as crianças do universo alimentar industrial.

É importante destacar que se identificou, também, a apelação da mídia no discurso das crianças através de expressões do tipo, “adoro batata frita”, “gosto de pizza”, “eu sempre tomo coca cola”. Tais manifestações denotam a preocupação das crianças em homogeneizar os paladares em torno de algo que elas entendem como bom ou bonito e a sociedade chancela como normal.

Ainda nesta dinâmica foi realizada a distinção, a partir de alimentos citados, entre o que “vem de casa” (cultivo da família) e os que “vem de fora de casa” (comprados, em especial nos supermercados da cidade). Grande parte dos alimentos citados foram referenciados como comprados, com exceção da mandioca, da batata-doce, temperos e alface, que são alimentos produzidos em casa. Tal fato encontra-se em sintonia com as idéias propostas por Balem & Silveira (2005) sobre a erosão cultural alimentar. Percebe-se que alimentos processados a partir do leite que poderiam ser uma estratégia de segurança alimentar da família, ao lado de compotas, schimias, mel, frango, não aparecem no cotidiano das práticas alimentares. A diversidade de legumes, verduras e frutas oriundas do quintal, geralmente sob o domínio da mulher, também não apareceram nas dinâmicas de grupo.

É de extrema relevância dizer que a praticidade em comprar os alimentos foi um discurso comum entre as mulheres assentadas, pois “com o preço que o frango tá no mercado, vou produzir pra quê”? Outro ponto observado durante a permanência do grupo de pesquisa no assentamento foi o fato de comerciantes de fora da região irem até o assentamento vender pães, bolachas e verduras. Ou seja, temos um processo inverso: o natural seria observarmos uma agricultura com mão-de-obra familiar com uma grande diversidade de alimentos, em muitos casos vendendo o que excede, entretanto, o que se viu foram estes agricultores comprando alimentos que vem de fora do assentamento.

No espaço realizado com as professoras, também através de uma dinâmica de grupo, muito mais com objetivo de incluir as professoras no trabalho extensionista, observou-se a simplificação da dieta alimentar presente no seu cotidiano. Importante ressaltar que as professoras apesar de trabalharem no meio rural têm sua residência fixada no urbano, por isso a discussão se deu muito mais no âmbito de mudanças alimentares da sociedade. Percebeu-se que alimentos básicos como arroz, feijão, batata,



abóbora e ovos foram citados como básicos, ao lado de bolachas, sucos, iogurte, carne vermelha como a proteína animal predominante, e cereais industrializados.

É importante destacar que *todas* as professoras presentes na oficina relatam sobre as antigas receitas que as mães produziam e que hoje foram abandonadas pela “falta de tempo”. Segundo elas, “a vida moderna não permite uma alimentação saudável, e acabamos comendo qualquer coisa”, é o que Pollan (2007) chama de “substâncias comestíveis com aparência de comida”. Assim, foi possível proporcionar que as professoras fizessem uma autoanálise do histórico seu comportamento alimentar, observando permanências e transformações, através da problematização com a pirâmide alimentar.

É importante destacar, que os momentos de discussão ao redor da temática de segurança alimentar, de diversificação de estratégias para a alimentação da família, de erosão cultural alimentar, foram marcados por uma série de intervenções, em que as professoras relatavam a diferença da alimentação na *época de criança*, e das transformações que vivenciaram.

Para dar continuidade nas oficinas de segurança alimentar na escola, propõe-se começar envolvendo as crianças e as professoras no conhecimento sobre sua cultura, sobre seu mitos e lendas, através de uma pesquisa que elas deverão desempenhar, onde deverão constar as comidas típicas da sua região, bem como as frutas nativas, e ainda alguma curiosidade da localidade, que poderá contribuir na (re)construção da cultura alimentar. Ou seja, compreender a história da região, incluindo a região de origem dessas famílias, irá proporcionar uma base para as construções das próximas ações.

Neste sentido, é desafiante o trabalho de resgate da cultura dentro do processo de erosão cultural alimentar, onde a indústria está preparada para induzir desejos e prazeres momentâneos em nossa alimentação. O desafio situa-se, no caso das professoras e do grupo de mulheres assentadas, em despertar a memória alimentar resgatando práticas e hábitos que envolvem alimentação e, no caso das crianças, em apresentar o que se perdeu, mas que se busca recuperar.

4. Considerações Finais

Com a generalização da produção e dos esforços voltados a atender o mercado, os assentamentos de reforma agrária passaram a enfrentar um novo desafio: a de garantir sua autonomia alimentar, referenciado nas tradições e estratégias apreendidas



ao longo do tempo com as gerações anteriores, frente à intensidade que a integração com as condições que as cadeias agroalimentares lhes impõem.

Com tais resultados obtidos foi possível iniciar uma discussão com a comunidade escolar sobre como os hábitos e os costumes alimentares urbano-industriais, que estão envolvendo também os espaços dos assentamentos de reforma agrária, configurando numa contradição ao modo de vida típico desses sujeitos que têm em sua realidade o domínio das estratégias de segurança alimentar.

Frente a esse novo desafio que o mundo rural apresenta, a extensão rural pode contribuir no sentido de levar as famílias assentadas a refletir e recordar sobre a perda da cultura alimentar que propicia a segurança alimentar, num espaço onde há todas as condições de produção de alimentos. E, a partir disso, criar ações que motivem o público dos assentamentos a re-conquistar o prazer e orgulho em produzir seus próprios alimentos com referência no sabor dos alimentos consumidos no passado, e nas especificidades e diversidades locais. É um desafio grandioso que se coloca aos extensionistas rurais.

Dessa forma, as oficinas de resgate da cultura alimentar vêm neste sentido contribuir para que as famílias assentadas superem esse desafio da carência alimentar, representada pelo abandono de estratégias de segurança alimentar utilizadas pelas gerações passadas. E, ainda, proporcionar aos participantes do projeto, alunos de graduação e pós-graduação, um contato com a realidade que muitos assentamentos de reforma agrária apresentam hoje. Pois, em muitos casos, o meio acadêmico prefere *fechar aos olhos* perante a uma série de problemas que o rural brasileiro passa na atualidade, permanecendo preso na análise dos desafios de manter os altos níveis de produção de *comodities*.



6. Bibliografia

BALEM, T. e SILVEIRA, P.R. da. Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública. **V Simpósio Latino-Americano de Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários-IESA**. Florianópolis, EPAGRI, 2002, anais em CD.

BALEM, T. e SILVEIRA, P.R.C. da. A Erosão Cultural Alimentar: processo de insegurança alimentar na agricultura familiar. In: Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, **Anais**. 2005. Disponível em: <www.ufsm.br/desenvolvimentorural>, Acesso em: 20 de out. de 2009.

BARBOZA, L. O estudo do consumo nas Ciências Sociais contemporâneas. In: BARBOZA, L. e CAMPBELL, C. **Cultura, Consumo e Identidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BARBOZA, L. O Feijão com Arroz e Arroz com Feijão: o Brasil no Prato dos Brasileiros. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p.87-116, jul-dez de 2007.

CANESQUI, Ana M. e GARCIA, Rosa W.D. (orgs). **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005

FISCHLER, C. El modelo alimentario mediterráneo: mito y/o realidad. In: MEDINA, X. (editor). **La Alimentación mediterránea: historia, cultura, nutrición**. Barcelona: Icaria, Antrazit, 1996.

HERNÁNDEZ, Jesús Contreras. Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares. In: CANESQUI, Ana Maria. (Org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 129- 145.

LEITE, Sérgio. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: UNESP/NEAD, 2004. p.111-142.

MAZOYER, M. e ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de Cláucia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 566p.

MENASCHE, R. Frankfoods e Representações Sociais: Percepções Contemporâneas sobre Biotecnologia, Natureza e Alimentação. **Revista Theomai**, Quilmes, Argentina, 2003.

MENASCHE, R.; MARQUES, F.C.; ZANETTI, C. **Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação**. Revista Nutrição. Campinas, p. 145-158, 2008.

ORDÓÑEZ GUERRERO, Iris Cecília. **(In)segurança alimentar no assentamento rural Horto Vergel - Mogi Mirim/SP**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. 2009.



PAULILLO, L.F. e PESSANHA, L. Segurança Alimentar e Políticas Públicas: Conexões, Implicações e Regionalização. In: PAULILLO, L.F. e ALVES, F. (Org.). **Reestruturação Industrial: Políticas Públicas e Segurança Alimentar Regional**. São Carlos, SP: Edufscar, 2002.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução: Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, 372p.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da alimentação**: os comedores e o espaço social alimentar. Tradução: Rossana Pacheco da Costa Proença. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004. Cap. 1.

POLLAN, Michael. **O dilema do onívoro**: um história natural de quatro refeições. Tradução: Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007, 479p.

SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da. **Alimentos e bebidas orgânicas na comensalidade contemporânea**: um estudo a partir dos processos orgânicos do Rio Grande do Sul. Florianópolis, 2010. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, Tanise Pedron da. **Transformação da agricultura e do espaço rural**: a (in)segurança alimentar dos assentamentos de Capão do Cipó/RS. (Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Agronomia). Universidade Federal de Santa Maria. 2009



Encontro da Rede de Estudos **RURAIS**

DESENVOLVIMENTO, RURALIDADES E
AMBIENTALIZAÇÃO: PARADIGMAS E ATORES EM CONFLITO

03 a 06 de junho de 2012.

GT13

TRABALHO AGRÍCOLA, MIGRAÇÃO SAZONAL E MUDANÇAS TECNOLÓGICAS NA AGRICULTURA

COORDENAÇÃO

REGINA APARECIDA LEITE DE CAMARGO – UNESP

MARIA DIONE CARVALHO DE MORAIS - UFPI

MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA - UFSCAR



GT 13 – Trabalho agrícola, migração sazonal e mudança tecnológica na agricultura

A educação popular e a educação do campo no contexto brasileiro: breves considerações

Patrícia Bierhals¹...
Isaura Isabel Conte²
Leonir Boff³

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação. Orientação da Dr. Jaime José Zitkoski. Bolsista CNPq. Militante do Movimento de Mulheres Camponesas. patriciabierhals@yahoo.com.br

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação. Orientação da Dra. Marlene Ribeiro. Bolsista CNPq. Militante do Movimento de Mulheres Camponesas. isauraconte@yahoo.com.br.

³ Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).
leonirboff@gmail.com

Resumo:

Este texto faz considerações preliminares da educação popular no encontro com a educação do campo, destacando que teoricamente os estudos ainda são iniciais. A educação popular ainda é marginal, tida como coisa de pobre, ou massificação de educação para os pobres, encontrando-se em poucos lugares na educação pública, enquanto concepção de educação. Em Universidades, a Educação Popular tem espaço restrito e restringido em arestas de algumas poucas linhas de pesquisa, em raros Programas de Graduação e Pós-Graduação. A Educação do Campo é bastante recente e nasce das lutas dos Movimentos Sociais Populares em contraponto à educação rural. O desafio que situamos na educação pública, ao menos, é o encontro e a abertura de espaço para educação popular e do campo, como possibilidades de educação contra hegemônica.

Palavras-chave: educação popular; educação do campo; escola pública.



Este ensaio tem como objetivo abordar a educação popular e a educação do campo no contexto brasileiro, dando visibilidade ao processo histórico que cria e recria nos movimentos da vida cotidiana e nos Movimentos Sociais, uma história de buscas e perspectivas de construção e atendimentos às especificidades das classes populares. Dará ênfase a elementos políticos, históricos e sociais relevantes para o estudo proposto, ainda que em fase exploratória e devido os poucos referências teóricas que permitem aproximação entre educação popular e educação do campo.

Salientamos, no entanto, que esta última é bastante recente enquanto proposta de educação, forjada, inclusive no interior de Movimentos sociais populares, tendo como um importante destaque o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ela surge basicamente das necessidades de contraposição ao modelo de educação chamado de educação rural, que segundo Ribeiro (2010), nada mais era e é do que educação urbana para o rural.

Logo, uma primeira aproximação entre ambas as temáticas propostas neste ensaio se dá pelo fato de que, tanto a educação popular quanto a educação do campo, surgem de uma negação histórica dos sujeitos, seja: do direito à escolarização e, do reconhecimento das pessoas como sujeitos em um contexto que não o urbano.

De acordo com Brandão, (2006, p.39) “a partir de 1920⁴ acontece (...) uma ampla luta em favor da primeira educação popular”, tendo em vista o processo de industrialização, “a luta pela educação é então dirigida ao combate ao analfabetismo e a expansão imediata da rede escolar”. Neste aspecto consideramos que o popular era confundido com o massivo enquanto amplitude. De outro modo, no exemplo de Brandão é possível reconhecer o caráter também contestatório desta educação, feita ao revés da negação e com conteúdo político bem demarcado.

Contudo, o mesmo autor, nomeia como primeira educação popular, aquela dos indígenas (p.24), em que não havia a divisão social do saber, ou seja: os saberes eram circulares e estavam com a comunidade. Em se tratando do período mais recente, Brandão (2002) apresenta em três momentos a educação popular no Brasil, sendo o primeiro das escolas anarquistas e comunistas para trabalhadores(as) operários(as) e

⁴ Em algum momento entre fins do século XIX e começo do século XX, surgiram em bairros operários de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, projetos de educação realizados através de pequenas escolas de trabalhadores destinadas a operários adultos e a filhos de operários. Escolas de vocação anarquista e, em menor escala comunista. (Brandão, 2002, p.143).



seus filhos(as). O segundo momento, implica na luta pela escola pública laica e gratuita, ligado ao movimento de educadores(as) da década de 1920 e 1930 com o Manifesto dos Pioneiros de 1932. Por fim, a educação popular ligada aos movimentos de cultura popular, contando com a participação de Paulo Freire, que convergiu com propostas da educação pública advinda das administrações populares municipais e estaduais.

Com relação à Educação Popular, Fávero, (1983) descreve que foram fundadas bibliotecas populares e surgiram escolas operárias anteriores à Proclamação da República, mantidas por entidades operárias e também, uma parte, por recursos públicos. A partir da década de 1950-1960, com a consolidação de movimentos populares como os Movimentos de Cultura Popular (MCP), do qual participou Paulo Freire, o Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e os Centros Populares da Cultura (CPC), criados pela União Nacional dos Estudantes (UNE) houve grande impulso da Educação Popular no Brasil.

É especialmente no final da década de 50 e na década de 1960 que Paulo Freire e muitos educadores e educadoras propõem uma educação inovadora e libertadora, impulsionando a Educação Popular, e, portanto, contribuindo com reflexões e ações rumo a uma nova proposta metodológica e político pedagógica. Pode-se mencionar tanto na sua obra como na prática, a sua defesa frente a uma educação como prática da liberdade. Noção esta que, de acordo com Ele, “é matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos” (FREIRE, 2006,p.13). Para Freire,

Educação Popular é sobretudo o processo permanente de refletir a militância. Refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios. [...] Nesse sentido, a Educação Popular de corte progressista, democrático, superando o que chamei, na Pedagogia do Oprimido, educação bancária. (2001, p.16)

O conflito ocorre justamente porque a educação popular formula em sua concepção e ação a ruptura com os modelos hegemônicos, de sociedade, de economia, de política e de cultura, fundados em uma desigualdade desumanizadora. Ao mesmo tempo, rompe com uma perspectiva educacional formalizada, também hegemônica,



orientada ideologicamente numa pseudo neutralidade, que negava os saberes, os interesses políticos, econômicos e culturais, legítimos, oriundos dos meios populares.

Assim, destacamos que desde o surgimento da Educação Popular, inclusive no período de maior efervescência, ela não acontece de forma tranquila ou pacífica na América Latina, inclusive, devido ao contexto de ditadura militar, e neste sentido, Gadotti (1999, p. 06) afirma que,

A educação popular, como prática pedagógica e educacional pode ser encontrada em todos os continentes, manifestadas em concepções e práticas muito diferentes e até antagônicas. A educação popular passou por diversos momentos epistemológicos – educacionais e organizativas, desde a busca pela conscientização, nos anos 50 e 60, e a defesa da escola pública popular comunitária, nos anos 70 e 80, até a escola cidadã, nos últimos anos, num mosaico de interpretações, convergências e divergências.

De acordo com Paludo, 2001, foi nas décadas de 1970/80, que as conexões entre intelectuais orgânicos e as classes populares também tornaram viável a afirmação no interior do Campo Democrático e Popular, de uma nova concepção e práticas de educação ou “qualificação humana” na perspectiva popular, que formou-se a partir de novas orientações político-pedagógicas, ocorrendo num movimento de prática/reflexão, sintetizando essas concepções em Educação Popular.

Fica subentendido entre os estudiosos da educação brasileira que se orientam numa perspectiva crítica que a Educação Popular tem seu início com o projeto de modernidade brasileiro e latino-americano. Desta forma, ainda de acordo com Paludo (2001), a Educação Popular tem sua história enraizada na organização dos trabalhadores, e nos anos 1980 intensifica-se a realização de estudos e debates acerca dos princípios da Educação Popular, ainda que o período de efervescência desta literatura surja nos anos 1960/70. Compreende a referida autora que:

(...) a leitura do processo histórico brasileiro que interpreta a *educação do popular* como toda a educação que se realiza junto a estes setores, e a concepção de *Educação Popular* como uma prática educativa que se propõe a ser diferenciada, isto é, compromissada com os interesses e a emancipação das classes subalternas (2001, p.82. Grifos da autora).

Desta forma, a educação popular articulada com os movimentos sociais, busca a possibilidade da transformação através de uma educação libertadora e inovadora que



permita o processo de conscientização a emancipação dos sujeitos. Por meio dela visa transformar a realidade dos oprimidos, das classes subalternas, historicamente deixadas à margem pelas políticas públicas de acesso a educação, do desenvolvimento social e econômico, que permita a todas e todos serem tratados como iguais. Assim, não poderíamos deixar de pontuar as resistências e estratégias do povo que, de algum modo, sempre se organizou para resistir e superar tal modelo de desenvolvimento, inclusive para combater a ditadura militar, e, ao mesmo tempo, fazia experiências do novo que estava em construção e que contribuía direta ou indiretamente com a Educação popular, destacando o auxílio da teologia da libertação, os círculos de cultura e alfabetização de adultos.

Para Ribeiro (p.46, 2010), fica evidente que “o movimento social popular é educador, enquanto capaz de forjar uma identidade de classe”. Sendo o “corte de classe”, o primeiro e fundamental aspecto da educação popular, pois não se aplica “às classes que detém o poder econômico”. Logicamente, por causa do caráter de classe da educação popular, ela é conflituosa com os interesses das elites do país. Por isso, uma primeira forma de educação da população empobrecida do país, foi justamente a negação desta, para que não soubessem ler e muito menos ler para entender e poder questionar com maior propriedade aquilo que lhes era imposto.

Aliás, para as classes que detém o poder econômico, a educação popular traz empecilhos para o desenvolvimento desenfreado de seus interesses corporativos. Tão logo, seria ingenuidade acreditarmos que a educação popular é capaz de fazer o processo de transformação social imediatamente, bem como cremos em sua perfeição. Ela vem sendo criada e recriada num movimento histórico pelos sujeitos que nele estão envolvidos, movidos e envolvidos em contradições permanentes.

Ao mesmo tempo, consideramos que seria ingenuidade acreditar que pela superação da desigualdade de classes, fundada no modo de produção capitalista, seria capaz de resolver os problemas e questões relativas às desigualdades de forma mais plena. Outras questões como gênero, raça, etnia e origem social e cultural, precisam ser problematizadas e aprofundadas, se pretendermos a conquista de uma sociedade mais igualitária. Apple (2002, p. 20-21), pensador norteamericano, oriundo dos meios populares e de família trabalhadora, nos ajuda a pensar isso:



A crise, embora claramente relacionada a processos de acumulação de capital, não é somente econômica. Ela é também política e cultural/ideológica. Na verdade, é na intersecção dessas três esferas da vida social, na forma como elas interagem, na forma como cada uma delas sustenta e contradiz as outras, que podemos vê-la em sua plena forma. (...).

(...) Embora as mulheres tenham lutado ao longo dos anos para obter uma condição mais igualitária, dados recente mostram quanto isso continua a ser difícil. (...).

(...) As populações negras e hispânicas dos Estados Unidos têm taxas muito mais altas de desemprego que as outras, taxas que aumentarão significativamente no futuro próximo. (...) Tal como as mulheres, eles sofrem uma dupla opressão: Pois a formação social não é iníqua apenas com relação à classe – uma iniquidade demonstrada, por exemplo, pelas diferenças significativas entre as classes nos retornos salariais devidos ao nível educacional – mas acrescentam-se a isso também as poderosas forças da reprodução de raça e de gênero. Cada uma dessas forças afeta as outras.

Diante desses aspectos, destacamos como importante a contribuição de Marco Raúl Mejía Jiménez e Miriam Inês Awad, que recomendam, para quem se dispõe a acompanhar o desenvolvimento da educação popular na América latina, a abandonar:

a) a pretensão de pensarmos a educação popular em uma perspectiva messiânica de transformar o mundo; b) a visão maniqueísta sobre a educação, que nos faz categorizar a educação popular como a única verdadeira e as demais como falsas e equivocadas, porque, com isso, não construímos pontes entre o conhecimento e os saberes, entre as culturas populares e a cultura universal; c) a escola formal como um lugar em que só ocorre a reprodução social, e não “como campo de conflito em que diferentes interesses pugnam pela sua reconstrução”. ”(JIMÉNEZ; AWAD, 2004, p.20 in RIBEIRO, 2010, p.54-55).

Os (as) trabalhadores (as) do campo, percebendo a necessidade da escolarização e do acesso à educação se mobilizam na luta por uma educação que contemple seus saberes e atenda suas necessidades do viver e conviver no campo e, conforme Baptista (2003), ainda que com limitações, passam “acreditar que o papel exercido pela escola até agora pode ser revertido”(p.19). “Não se trata de uma ingenuidade pedagógica de esperar da escola o que ela não pode dar, mas de redesenhar um outro papel para as sociedades que querem optar por um outro modelo de desenvolvimento” (Baptista,2003,



p.19, in Ribeiro;2010). Surge então, pela mobilização de grupos sociais que se empenham em rever a educação que seus filhos e filhas, tanto dentro como fora das escolas vem tendo acesso, a reivindicação por uma educação que seja Popular e do Campo.

Ao observar o processo, como numa linha de tempo da Educação oferecida às populações no Campo, percebemos a educação num contexto profundamente marcado por desigualdades e exclusão, servindo para atender as elites e, no entanto tornando-se inacessível para grande parte da população do campo.

Os primeiros indicativos de uma Educação voltada para o campo, conforme mencionado anteriormente, surgem a partir de 1930, pois inicia-se um modelo de educação com vistas à "modernização do campo". No entanto, percebe-se que o Estado demonstra interesse por oferecer uma escolarização limitada para esta parcela da população, como diria Paludo (2001), para o ensino das primeiras letras e a contagem de números: para ler rótulos de venenos e também o catecismo.

A Educação no Campo, chamada de Educação Rural, se dá a partir de 1930 em que os programas de escolarização do meio rural tem seu início, devido ao forte movimento rural migratório ocorrido no Brasil no período de 1910/1920 exigindo um olhar mais atento para a educação desta parcela da população brasileira, segundo Ribeiro, (2010). Percebe-se que isto não acontece por acaso, pois o atual sistema socioeconômico necessita desta disfunção, para que ele possa manter sua lógica de exploração se reafirmando constantemente.

A partir das concepções da autora, os movimentos sociais ao se perceberem em situação de abandono com relação às políticas públicas, e ao mesmo tempo, percebendo que as políticas públicas educacionais apresentavam-se de forma oposta aos seus interesses, provocam o debate político no país tendo como bandeira de luta a emancipação. As demandas do campo, pela democratização das terras e das políticas agrícolas, bem como por uma educação própria e apropriada às populações do campo, passam a ser objeto de luta, e nesse sentido, os Movimentos sociais observando que parte da disputa de projetos de desenvolvimento pertence a um contexto de claro domínio do projeto do capital, volta-se para um projeto contra hegemônico. Neste projeto, situa-se o processo de construção de um outro paradigma de educação, a



educação do campo, que segundo Caldart, (2008, p. 69-70), decorrente de acúmulos de práticas, debates e abstrações, ainda em processo de construção.

Mas uma primeira construção necessária para nós é de que se o conceito de Educação do Campo, como parte da construção de um paradigma teórico e político, não é fixo, fechado, também não pode ser aleatório, arbitrário: qualquer um inventado por alguém, por um grupo, por alguma instituição, por um governo, por um movimento ou organização social. Pelo nosso referencial teórico, o conceito de Educação do Campo tem raiz na sua materialidade de origem e no movimento histórico da realidade a que se refere. Essa é a base concreta para discutirmos o que é ou não é a Educação do Campo.

Conforme é possível observar, a escola vem sendo um lugar notado como espaço de disputa de interesses, também das classes populares, descontentes com a educação que lhes vem sendo oferecida. No Brasil, os movimentos populares rurais/do campo, nos anos 1990, de acordo com Ribeiro (2010), incluem a educação como uma de suas principais demandas, liderados pelo MST.

Contrapondo-se ao rural como negação histórica dos sujeitos que vivem do trabalho da/com a terra, esses movimentos ressignificam a si mesmos, enquanto sujeitos políticos coletivos, e à sua educação, negando o rural e assumindo o campo como espaço histórico da disputa pela terra e pela educação. Campo, portanto, não quer significar o perfil do solo em que o agricultor trabalha, mas o projeto histórico de sociedade e de educação que vem sendo forjado nos e pelos movimentos camponeses (FERNANDES; MOLINA, 2004 in RIBEIRO, 2010, p.41).

Neste sentido, mesmo que recentemente⁵, os movimentos sociais ao se perceberem à margem das políticas públicas, também educacionais reivindicam uma educação que atenda as suas especificidades e, que contemple seus saberes e atenda suas necessidades no campo. Surge então, pela mobilização a reivindicação por uma educação que seja Popular do Campo, em detrimento à educação simplesmente no e para o campo como fora a chamada a educação rural até então.

⁵Referimos-nos à criação da Educação do Campo “oficialmente” em 1998, mas não negamos, ou não poderíamos esquecer que sempre houve lutas populares, desde a invasão colonial no Brasil, com maior ou menor consistência e evidência, dependendo do período e da repressão sofrida.



Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade do movimento por uma Educação do Campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2002, p 10).

Neste aspecto, a mesma autora destaca que esse movimento acredita que políticas públicas voltadas para a educação no/do campo até pode se reeditar, mas não deve admitir que o Estado assuma sozinho a construção efetiva de um sistema público de Educação do Campo. O Estado com o poder absoluto não daria conta dos elementos presentes nas realidades destes camponeses, assim:

(...) podemos dizer que no contexto originário da Educação do Campo há como elementos principais: o campo e a situação social objetiva das famílias trabalhadoras nessa época: o aumento da pobreza, a degradação da qualidade de vida, o aumento da desigualdade social, da exclusão; a barbárie provocada pela implantação violenta do modelo capitalista de agricultura; neste mesmo contexto a situação em relação à educação: ausência de políticas públicas que garantam o direito à educação e à escola para os camponeses/trabalhadores do campo; ao mesmo tempo a emergência de lutas e de sujeitos coletivos reagindo a esta situação social; especialmente as lutas camponesas, e entre elas, a luta pela terra e pela Reforma Agrária; também o debate de uma outra concepção de campo e de projeto de desenvolvimento que sustente uma nova qualidade de vida para a população que vive e trabalha no campo; vinculadas ou não a estas lutas sociais, a presença significativa de experiências educativas que expressam a resistência cultural e política do povo camponês frente às diferentes tentativas de sua destruição (CALDART, 2004, p.3).

Conforme Sanfelice, citado por Souza (2008, p. 1092), “o Estado ou o que é estatal não é público ou do interesse público, mas tende ao favorecimento do interesse privado ou aos interesses do próprio Estado, com a sua autonomia relativa” (p. 91). Portanto, tanto para Caldart (2004) quanto para Souza (2008), a educação pública é construída nas relações contraditórias, sendo assim, expressas as contradições na relação da Escola Pública e os interesses do Estado na construção de uma política pública de Educação Popular do Campo.

Nota-se que a realidade camponesa tem suas especificidades percebidas e discutidas com o intento de uma educação que as contemple, por parte de sujeitos coletivos em luta, que se percebem oprimidos e explorados. Dessa forma, temos como fruto da luta dos camponeses a Educação do Campo, a qual de acordo com Caldart,



faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo e, mais amplamente, com a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele (2004, p. 17-18).

Acontece um processo de transformação decorrente das históricas lutas da população, que organizada em movimentos foi capaz de pensar e reivindicar a Educação Popular do Campo. Mas, ainda se tem muito a discutir e avançar para que se efetive esta educação em vista de permanecer neste lugar, com dignidade, respeito, qualidade de vida, geração de renda, acesso às tecnologias adequadas para que o trabalho não seja tão penoso. É possível perceber a partir do explicitado por Caldart, que, justamente a educação não é qualquer educação, como se as pessoas do campo fossem também quaisquer.

Diante da histórica luta dos movimentos camponeses, há conquistas de políticas públicas direcionadas ao campo, como o artigo 28 da LDB 9394/96, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo: Parecer CNE/CEB nº 36/2001 e Resolução CNE/CEB nº 01 de 2002, e diversas outras resoluções e pareceres posteriores. Conquistas estas que não garantem, como processo mecânico, a implementação das mesmas nas escolas públicas. Afinal, temos dez anos de existência das diretrizes operacionais para a educação básica do campo e, as mesmas, pouco ocupam os espaços escolares em geral, permanecendo como motivo de luta a sua implementação para todos e todas que acreditam na sua necessária e urgente implementação.

Paludo salienta que a “tarefa da escola, nesta perspectiva é colocada como sendo a de realizar a formação humana, levando em consideração o conjunto de dimensões do ser humano, (...) e formando sujeitos com consciência de que são seres de direitos” (2010; p. 259).

Conforme já pontuava Paludo (2001) em meio à sociedade capitalista é imprescindível à superação da ideia de que a educação cumpre com seu papel de democratização e transformação da sociedade, mas deve ser vista como legitimadora,



mantendo e colaborando com a divisão de classes⁶, com os privilégios sociais, com as necessidades do capital, pois, a direção que assume a relação trabalho e educação nos processos formativos não é inocente. Traz a marca dos embates que se efetivam no âmbito do conjunto das relações sociais.

Trata-se de uma relação que é parte da luta hegemônica entre capital e trabalho, reproduzindo formas de pensar e até mesmo os próprios indivíduos, atendendo as potencialidades do sistema de produção dominante. Além disso, fora do trabalho, todo ser humano desenvolve alguma atividade intelectual. Ele partilha uma concepção de mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, e portando contribui para manter ou mudar a concepção do mundo, isto é, para estimular novas formas de pensamento.

Nas práticas pedagógicas, aqui mais especificamente fazemos referência aos espaços escolares, o estímulo às novas formas de pensamento implica em uma prática social, que primeiramente reconheça e discuta os limites pertinentes às práticas pedagógicas. Pois, “é necessário que tomemos consciência das condições que são adversas a uma prática de educação popular para que possamos ultrapassá-los. (VALE, 2001, p.66). Para complementar, na compreensão de Freire (1997, p. 35) sublinha-se que a educação ocupa função importante como uma das alavancas da transformação radical da sociedade.

Em sua maioria as escolas que se fundamentam por uma linha teórica não democrática, possuem uma administração escolar com normas que são impostas por mecanismos burocráticos. Esta forma de organização administrativa é limitadora de um processo de transformação. Ao lado destas limitações existentes na estrutura de algumas escolas, aparecem outros limites de ordem social, econômica e política (os limites infra estruturais da sociedade) que ferem o homem na sua dignidade.

Outra questão limitadora está no que concerne à formação do educador, sua prática educativa e sua prática política ainda encontram-se separadas da sua totalidade. Por outro lado, as possibilidades aparecem dentro dos limites, no sentido que tendo

⁶ Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos dispares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (THOMPSON, 1987, p.9)



clareza política e convicção da realidade surgem condições para uma práxis revolucionária⁷.

A escola enquanto instituição está inserida neste contexto não fugindo da influência direta e indireta da ideologia⁸, da globalização e do sistema capitalista, estando dentro deste contexto é afetada enquanto instituição e da mesma forma afeta individualmente cada ser humano que nela atua e quem a frequenta.

Somos seres históricos influenciados pelo processo de homogeneização e dominação do capital, no entanto, ao sabermos que a realidade se constitui num processo histórico é fundamental a clareza de que esta realidade, conforme Freire, (1996, p.83) “não é inexoravelmente esta. Está sendo esta como poderia ser outra.”

Sendo assim, há as possibilidades de transformação das limitações vivenciadas na realidade, sob a compreensão do movimento que se estabelece entre as relações humanas e as possibilidades de superação das contradições a partir do fortalecimento coletivo. Processo que ratifica a importância de levarmos em consideração a constituição histórica da realidade de trabalho.

Conforme é possível perceber os movimentos sociais do campo lutam pelo acesso à educação pública, uma educação na escola pública que respeite a cultura da comunidade escolar, suas especificidades quanto a organização social em seus espaços/tempos e vidas. Luta esta, por uma educação pública de qualidade, de acordo com os princípios da Educação Popular do Campo.

As conexões que culminavam no avanço de consciência crítica, seja nos processos de educação popular, na teologia da libertação, nos processos formativos sindicais combativos, acontecia uma mística própria, apresentada nas músicas, poesias, literatura de cordel, em um jeito diferente das pessoas serem e se manifestarem. Tudo isso, ficou como acúmulo que continua sendo recriado em espaços em que acontece educação popular, seja no que é assumido como política de educação do campo, seja em espaços da escolarização pública em que é possível acontecer educação popular.

Podemos dizer em última instância, que educação popular e educação do campo têm origens comuns, mesmo que sejam de lugares específicos distintos, e que às vezes

⁷ Zitkoski (2010) traz o termo de práxis emancipatória como possibilidade revolucionária.

⁸De acordo com Pedrinho Guareschi, (2003, p 23) “a ideologia está presente na superestrutura, que são as instituições políticas, jurídicas, morais. Já no plano psicológico individual, as ideologias se reproduzem em função da história da vida e da inserção específica de cada pessoa”.



se mesclam, os meios populares do campo e da cidade, têm interesses comuns, uma educação emancipadora/libertadora, construída com pertinência democrática pelos e com seus sujeitos de origem, e com finalidade comum, uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais libertária, democrática e mais feliz.

REFERENCIAS

APPLE, Michael W. Educação e Poder. Trad. de Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. Segunda Reimpressão, 2002.

ARROYO, Miguel Gonzáles, CALDART, Roseli Salete, MOLINA, Mônica Castagna (organizadores). *Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRANDÃO Carlos Rodrigues. *A educação popular na escola cidadã*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CALDART, Roseli Salete. *Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo*. In: MOLINA, Mônica Castagna. JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (org.). Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", n. 5, 2004.

CALDART, Roseli Salete; KOLLING, Edgar Jorge; CEROLI, Paulo Ricardo. *Educação do Campo: identidade e políticas públicas*. (Orgs.). Brasília; DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº4.

CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (orga.). *educação do campo: campo – políticas públicas – educação*. Brasília: INCRA; MDA, 2008. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº7.

FÁVERO, Osmar. "Referências sobre materiais didáticos para a educação popular". In: PAIVA, Vanilda. *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 283- 304.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *A educação na cidade*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.



_____. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GADOTTI, Moacir. *Caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos*. Cadernos de EJA V 06. São Paulo: IPF, 1999.

GUARESCHI, Pedrinho. A. *Sociologia Crítica: alternativas e mudanças*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

PALUDO, Conceição. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PALUDO, Conceição; *Educação Popular e Educação (Popular)doCampo*. In: MIRANDA, Sônia Guariza; SCHWENDDLER, Sônia Fátima (Orgs.). *Educação do campo em movimento: teoria e prática cotidiana: volume I.- Curitiba : ed.. UFPR, 2010.*

RIBEIRO, Marlene. *Movimento Camponês Trabalho e Educação*. Editora Popular, 2010.

SOUZA, Maria Antônia de. *Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

THOMPSON, Eduard P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Trad. Denise Bottmann (vols. I e III); Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida (vol. II). São Paulo, Paz e Terra, 1987.

VALE, Ana Maria. *Educação Popular na Escola Pública*. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.

ZITKOSKI, Jaime José. In *Dicionário Paulo Freire*, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.



GT 13 – Trabalho agrícola, migrações e tecnologia.

A mecanização do corte de cana e as transformações das relações de trabalho

Marilda Aparecida de Menezes¹

Marcelo Saturnino da Silva²

Maciel Cover³

¹ PhD em Sociologia/Professora/UFCG/ E-mail: menezesmarilda@gmail.com

²Dr em Ciências Sociais/Professor /FIS/E-mail: marcelo_saturnino@gmail.com

³Doutorando em Ciências Sociais/PPGCS – UFCG/ E-mail: macielcover@gmail.com

Resumo

Temos assistido nos últimos anos um movimento realizado pelas empresas canavieiras em duas estratégias principais e inter-relacionadas: o fim da queima da cana e do corte manual. Com o fim da queima da cana, busca-se resolver os problemas causados pelas queimadas que afetam a fauna e flora local e a saúde dos trabalhadores e da população que residem nas proximidades das usinas. O fim das queimadas significaria, também, o fim do corte manual, já que sem a queima da planta torna-se impossível manter os atuais níveis de produtividade. Ambas as estratégias deverão ser realizadas via mecanização da colheita da cana-de-açúcar. Esse artigo se propõe a analisar o processo de mecanização em curso em usinas do Estado de São Paulo e a conseqüente transformação nas relações de trabalho que envolve os trabalhadores migrantes. Fundamenta-se em pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto: Trabalho, migrações e agronegócio, coordenados por Marilda A.Menezes. Realizamos pesquisa empírica nas microrregiões do Sertão de Cajazeiras e Princesa Isabel, Estado da Paraíba e na região de Piracicaba, Campinas e Novo Horizonte, no Estado de São Paulo.

Palavras Chaves: Mecanização – Agronegócio Canavieiro - Trabalhadores Migrantes – Relações de trabalho.



Introdução.

Temos assistido nos últimos anos um movimento realizado pelas empresas canavieiras em duas estratégias principais e inter-relacionadas: o fim da queima da cana e do corte manual. Com o fim da queima da cana, busca-se resolver os problemas causados pelas queimadas que afetam a fauna e flora local e a saúde dos trabalhadores e da população que residem nas proximidades das usinas. O fim das queimadas significaria, também, o fim do corte manual, já que sem a queima da planta torna-se impossível manter os atuais níveis de produtividade. Ambas as estratégias deverão ser realizadas via mecanização da colheita da cana-de-açúcar. Esse artigo se propõe a analisar o processo de mecanização em curso em usinas do Estado de São Paulo e a conseqüente transformação nas relações de trabalho que envolve os trabalhadores migrantes. Fundamenta-se em pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto: Trabalho, migrações e agronegócio¹, coordenada por Marilda A.Menezes. Realizamos pesquisa empírica nas microrregiões do Sertão de Cajazeiras e Princesa Isabel, Estado da Paraíba e na região de Piracicaba, Campinas e Novo Horizonte, no Estado de São Paulo.

1. O Contexto da Mecanização.

Alves (2009) analisa que a discussão sobre a mecanização do corte de cana é corrente em duas situações atuais. Em primeiro lugar há uma fase expansiva no setor sucroalcooleiro, e a mecanização aparece como uma forma de aprimorar o processo de colheita da cana. Em segundo lugar há uma exigência da sociedade (local e internacional) que pressiona o setor a minimizar os danos sociais e ambientais causados pelo método atual do corte de cana, que envolve queimadas, que ocasionam danos ambientais e, também, condições precárias de trabalho, com as recentes denúncias de trabalho análogo a escravidão.

Fruto destas situações é que a mecanização do corte de cana vem sendo implementada a passos largos. O último acordo celebrado entre usineiros, estado e sindicatos prevê que até 2014 sejam eliminadas as queimadas em áreas onde é possível a mecanização; e até 2020 serão eliminadas as queimadas em todas as áreas de cana. Se isso

¹ Pesquisa coordenada por Marilda A. Menezes, financiada pelo Edital MCT/CNPq/CT-Infra/CT-Petro/Ação Transversal IV no. 16/2008-0.



ocorrer de forma plena, estima-se que haverá uma redução em 90% dos atuais postos de trabalho.

Independente do cumprimento ou não da legislação e das previsões da eliminação destes postos de trabalho, observa-se uma constante ampliação na fabricação de colheitadeiras de cana, acoplada à redução de postos de trabalho.

De acordo com Baccarin & Borges Junior (2010), no estado de São Paulo, em 2007 o número de trabalhadores ocupados no corte de cana eram de 178.510; já em 2008, número caiu para 171.228, e em 2009 para 154.274. Ou seja, em 2008 foram eliminados 7.282 postos de trabalho. Já em 2009, foram eliminados 16.954 postos de trabalho. A queda de 2007 para 2008 foi de 4 % e de 2008 para 2009 foi de 9,9%.

Tabela 1: Evolução da demanda de trabalhadores para a colheita manual de cana-de-açúcar (SP).

Ano	2007	2008	2009
Postos de Trabalho.	178.510	171.228	154.274
Postos Eliminados.	-	7.282	16.954

Fonte: CAGEP/Ministério do Trabalho e Emprego.

O constante aprimoramento tecnológico nas colheitadeiras permite a cada ano o avanço da mecanização no corte de cana, visto que a pesquisa no setor mecânico tem desenvolvido máquinas que reduzem os problemas de impacto dos solos, destruição da soca da cana, colheita em áreas de declive. Uma colheitadeira substitui 80 homens. No ano de 2009, foram vendidas 970 novas colheitadeiras. A expectativa é que para 2010, o numero de vendas varie entre 1200 a 1500 unidades², o que implicaria na eliminação de mais de 80 mil postos de trabalho.

Entendemos que a mecanização do corte de cana-de-açúcar, também, pode ser interpretada como uma resposta do patronato do setor canavieiro às exigências da sociedade civil e dos trabalhadores, bem como do ministério público quanto a observância da legislação trabalhista por parte do patronato do setor canavieiro. A visão do Presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Novo Horizonte – SP, Senhor Fioravanti Mazzo expressa bem essa questão:

os trabalhadores vão dando trabalho, as leis vão ficando mais exigentes, as empresas optam pelas máquinas... Os trabalhadores não são mais moderados,

² Fontes: Valor Econômico (27/04/2010). *Demanda aquecida por colheitadeiras de cana no país*. Disponível via internet em <http://www.agrocim.com.br/noticia/Demanda-aquecida-por-colheitadeiras-para-cana-no-pais.html> e Folha de São Paulo(07/09/2010). *Venda de colhedora de cana cresce 60% ao ano*. Disponível via internet em <http://www.agromundo.com.br/?p=13360>. Páginas acessadas no dia 30 de janeiro de 2012.



eles são bem mais expertos, estão mais escolarizados, ele então cobram mais, atuam mais, tudo isso encarece a empresa, que passa a preferir as máquinas.

É crescente o número de ações que os trabalhadores do setor canavieiro têm levado à justiça do trabalho, visando cobrar os direitos supostamente desrespeitados durante o período da safra. Em trabalho recente, Silva e Ribeiro (2010: p. 24) fazem referência “ao grande número de processos trabalhistas movidos contra as empresas, visando ao respeito do cumprimento das normas trabalhistas”. Esses mesmos autores chamam atenção para o fato de que as audiências públicas e “as inúmeras fiscalizações feitas pelo Ministério Público nos canaviais, são indicadores do aumento do poder dos trabalhadores”, concluindo que “à medida que aumenta a força dos trabalhadores no campo social e a dos agentes do campo jurídico que defendem seus interesses (promotores e juízes), impõem-se novas barreiras à força voraz dos capitais do chamado agro-negócio do açúcar e do álcool”.

Assim, sugerimos que a orquestração desses fatores – legislação ambiental, ações trabalhistas e modernização dos processos produtivos - têm favorecido a intensificação da mecanização da colheita de cana-de-açúcar, trazendo para a pauta das discussões os impactos desse processo sobre o destino de importante parcela de trabalhadores migrantes que têm encontrado no trabalho de cortar cana uma estratégia de reprodução de seu grupo familiar e de concretização de seus projetos pessoais.

O debate sobre o impacto da mecanização da colheita de cana no cotidiano dos trabalhadores rurais assalariados do setor tem recebido ênfases diversas. Assim, alguns observadores e pesquisadores têm realçado que a mecanização, não obstante seu impacto negativo traz também a possibilidade de humanização do trabalho. Teses como essas são ilustradas com exemplos de ex-trabalhadores manuais que “migraram” para a função de operadores de máquinas colheitadeiras e para os quais tal mudança representou mais qualidade de vida. São casos como o de dona Isaura, apresentado por Fernanda Yoneya, no site “Estadão.com.br”,

Vaidosa, a ex-cortadora de cana Isaura de Freitas Souza resume bem o que mudou desde que deixou o corte no canavial para se tornar operadora de colhedora de cana-de-açúcar. "Engordei 13 quilos em cinco meses. O trabalho no corte era uma academia; hoje, subo só a escadinha da máquina", compara, rindo. Isaura, que cortou cana por 21 anos, foi uma das primeiras operadoras, vindas do corte, na Usina Costa Pinto, do Grupo Cosan, em Piracicaba (SP). Para chegar à atual função, Isaura fez 440 horas de curso. Teve aulas sobre colheita de



qualidade, segurança no trabalho, mecânica e até preservação ambiental e acompanhou a colheita da safra³.

Ao operar a máquina, o trabalhador estaria mecanicamente “liberto” de todas as mazelas do corte manual. Seu trabalho já não se realizaria a céu aberto e em contato direto com o sol forte, cana queimada e fuligem, o que lhe propiciaria um ambiente de trabalho salubre. Além disso, ao livrar-se do facão, o trabalhador se livraria, igualmente, dos movimentos contínuos e acelerados que o corte manual demanda, evitando, assim, a exaustão e o desgaste físico, transferido para o desgaste do maquinário. Do mesmo modo, haveria também uma diminuição do envelhecimento precoce e as várias formas de doenças (dores de coluna, acidentes de trabalho causado pelo uso do facão etc.).

A pesquisa realizada pela enfermeira Fernanda Ludmilla Rossi Rocha (2007) na região de Ribeirão Preto, revela que permanecendo “a maior parte do tempo dentro das cabines das máquinas, os operadores estão menos susceptíveis aos riscos ocupacionais decorrente da exposição à radiação solar, calor, poeira, fuligem e resíduos agrotóxicos” (Rocha, 2007: p. 110). Neste sentido, tais trabalhadores correm menos riscos de “serem acometidos por doenças respiratórias e cutâneas relacionadas ao corte manual da cana” (Rocha, 2007: p. 110). No entanto, continua a autora,

O conjunto de movimentos realizados no comando das colhedeadas e o fato de permanecerem sentados durante toda a jornada de trabalho, não realizarem pausas regulares e estarem impossibilitados de realizar atividades de alongamentos ou extensão dos membros e tronco com frequência devido às reduzidas medidas das cabines das colhedeadas, expõem os operadores ao risco de serem acometidos principalmente por lombalgias e cervicalgias (Rocha, 2007: 110-111)

A autora chama atenção, ainda, para outros riscos aos quais os operadores das colhedeadas estariam expostos: “acidentes envolvendo animais peçonhentos no momento em que saem da cabine para realizar a manutenção das máquinas ou outras atividades” (p. 111); incêndios provocados pelo superaquecimento do motor das colhedeadas etc. No entanto, a maior incidência de adoecimentos, por parte dos operadores das colhedeadas, está relacionada, ainda segundo Rocha, “as cargas psíquicas decorrentes do trabalho, já que sua atividade exige demasiado esforço mental” (2007: p. 111), sobretudo, devido ao alto grau de atenção e concentração constante que o trabalho exige e que predispõe os operadores à distúrbios psicológicos, além de contribuir para acidentes de trabalho, a exemplo de

³ YONEYA, Fernanda. Em vez do facão , palm top e computador. Disponível in: <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,em-vez-do-facao-palm-top-e-computador,447114,0.htm>
Acesso em 30 de janeiro de 2012.



tombamentos, ocasionados em razão da diminuição da atenção e concentração do trabalhador (Rocha, 2007).

Além disso, os operadores estudados pela pesquisadora em destaque alternavam os turnos de trabalho, trabalhando metade da safra no turno diurno e a outra metade no turno noturno. Para Rocha, esta alternância de turnos predisporia os trabalhadores “a apresentarem alterações no ritmo cardíaco e fadiga mental, aumentando os riscos de ocorrência de estresses, sofrimento psíquico, envelhecimento precoce, distúrbios no padrão do sono e problemas cardiovasculares e gastrintestinais” (2007: 112).

Outro fator considerado por Rocha é a exposição dos operadores das colhedadeiras “a ruídos e vibrações ininterruptas, provenientes do movimento e funcionamento das máquinas”, sem a presença de protetores auriculares, o que, segundo ela, potencializaria “os efeitos psicológicos negativos do corte mecanizado” (2007: p. 112).

Embora nossas pesquisas tenham como foco o trabalho manual, por ocasião das visitas de campo aos canaviais paulistas, muitas vezes entramos em contato com operadores de máquinas colheitadeiras cujos relatos atestam o que Rocha vem colocando. Assim é que no ano de 2007, encontramos com Aparecida, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Novo Horizonte. Não conseguimos saber sua idade, dadas as condições de nosso encontro. Ela estava esperando uma audiência para assinar a rescisão do contrato, com a empresa na qual trabalhava. Tivemos a oportunidade de trocar poucas palavras, pois logo que iniciamos a conversa, a audiência teve início e a trabalhadora precisou adentrar na sala onde a mesma ocorreria. No entanto, embora breve, a conversa foi reveladora. Segundo Aparecida, há três anos que ela trabalhava como operadora de colhedeira numa das usinas do município. Disse-nos que não estava mais suportando e frisou várias vezes que a atividade era muito, muito estressante. Falou-nos da necessidade de atenção que a operação da máquina exige, realçando que qualquer descuido poderia ser causa de acidentes.

Se a utilização da colhedeira não implica em humanização do trabalho para os seus operadores, também não tem contribuído para amenização do trabalho para os trabalhadores que atuam no corte manual, conforme explica Novaes, para quem o processo de modernização das usinas de cana-de-açúcar, não gerou benefícios para os trabalhadores, uma vez que,

Tendo essa tecnologia, as usinas passam a exigir desse trabalhador uma alta produtividade em seu trabalho. Os departamentos de relações



humanas começam a trabalhar novas formas de gestão, organização do trabalho na perspectiva de aumentar a produtividade desse trabalho. Os resultados são fantásticos nesse sentido. Há dez, ou quinze anos, a média de cana cortada era de seis ou sete toneladas por trabalhador por dia. Hoje se contratam trabalhadores que cortam, no mínimo, dez toneladas de cana por dia. Intensificou-se o ritmo, a jornada de trabalho, então para que o trabalhador seja competitivo com a máquina, a referência dele passou a ser a máquina. Ele tem que cortar tão eficientemente quanto a máquina, e por um salário cada vez menor. Aí temos um processo contraditório, no qual aparece a inovação tecnológica e, ao mesmo tempo, a piora nas condições de trabalho⁴.

Ainda em 2008, convivendo com um grupo de migrantes paraibanos que cortavam cana no interior do Estado de São Paulo, pudemos presenciar a agonia e o desespero dos trabalhadores. Não raramente, ao retornarem do eito, eles chegavam irritados com o fato de terem passado o dia trabalhando na diária, cortando cana crua [na palha], como eles diziam, “para as máquinas”. Tratava-se de cortar cana nos locais declinados, onde as máquinas não alcançavam e/ou de abrir caminho, corredores, para a passagem das máquinas. Trabalhando “na diária”, os trabalhadores percebiam dezenove reais (R\$ 19,00) por dia, muito aquém do que poderiam conseguir se trabalhassem por produção, cortando cana queimada. Havia também o fato de que cortando cana crua, na palha, eles estavam se expondo bem mais aos riscos decorrentes de acidentes com animais peçonhentos.

Dessa forma, com a introdução das máquinas e considerando a diversidade dos terrenos de uma mesma empresa, os terrenos mais declinados, são deixados para os trabalhadores manuais, enquanto os mais planos ficam para as máquinas. Mas não são apenas os terrenos, nos relatos dos trabalhadores manuais são constantes as reclamações de que, com as máquinas, além dos piores terrenos, os trabalhadores têm ficado com as piores variedades de cana., como relata Claudionor (Paraibano, cortador de cana): *Pra você ver, nós só corta cana caída, e a máquina cana em pé, porque se cortar cana em pé o pião vai produzir muito, tira a cana boa, que fica para a máquina e a cana ruim fica para mão de obra humana.* [entrevista realizada em 16 de Julho de 2008, por Marcelo Saturnino e transcrita pelo mesmo] Sentimento este também partilhado por Honda (Paraibano, cortador de cana): *“Em São Paulo a cana é mais dura e mais pesada, a cana boa eles deixam para as máquinas. Cana em pé, só quem corta é a máquina”.* [entrevista realizada em 16 de Julho de 2008, por Marcelo Saturnino e transcrita pelo mesmo]

⁴ Entrevista concedida ao site. “[IHU Online](http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158344143.77pdf.pdf)” Disponível in: <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158344143.77pdf.pdf>



O trabalhador fica com a cana pior, tendo que trabalhar na cana na palha, o que não rende muito. (Leonildo, paraibano, cortador de cana); [entrevista realizada em 19 de Julho de 2008, por Marcelo Saturnino e transcrita pelo mesmo]

É necessário considerar, conforme já ressaltado, que o corte mecanizado não é possível em terrenos que apresenta altos declives, o que contribui para a necessidade contínua de trabalho manual, como nos informa Adilson, encarregado pela frente do corte da cana-de-açúcar de uma Usina localizada no município de Santa Bárbara D'Oeste – São Paulo: *“os gerentes da usina querem aumentar o corte mecanizado todos os anos, mas os terrenos não ajudam, têm que entender que uns 40% das terras do grupo é terreno ruim, que máquina não entra, e ali vão precisar de gente do norte para cortar”* (Adilson, cearense, encarregado – entrevista realizada por Maciel Cover, em outubro de 2010).

Dessa forma, mesmo considerando a mecanização atual da colheita de cana-de-açúcar, ainda assim, as empresas terão necessidade do trabalho manual mesmo que sua função seja reduzida à abertura de caminhos para as máquinas, como nos revela o senhor Agemiro, responsável pelo setor de Recursos Humanos de uma usina localizada na região de Catanduva.

Pesquisador: A tendência com a máquina é diminuir o número de trabalhadores?
Agemiro: Com a máquina vai diminuir um pouco, mas também tem o problema da expansão da usina de... , que a usina de... já foi projetada pra ser aumentada. Só que é o negócio, também se não tivesse a mecanização, não tinha hoje o pessoal suficiente para cortar cana, se não tiver mecanização, o número de trabalhadores disponível não dão conta de cortar manual... Eu acho que ainda vai demorar e ainda vai precisar de muita gente, porque mesmo onde as máquinas cortam, nós ainda usaremos turmas para cortar as curvas. Não chega a 100% de mecanização e mesmo quando chega, a gente ainda vai usar o trabalhador.. [entrevista realizada por Marcelo Saturnino, em Janeiro de 2010 e transcrita pelo mesmo]

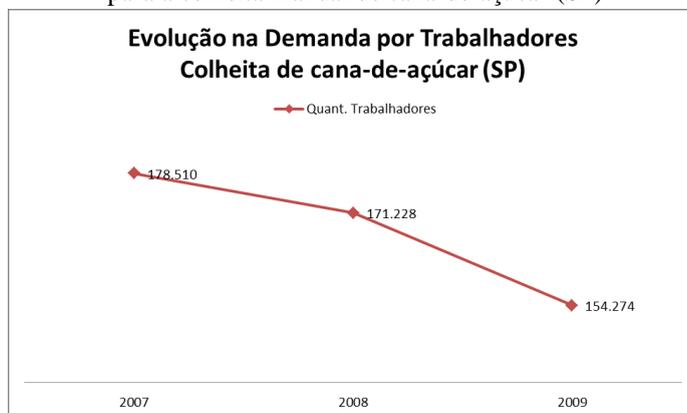
A segunda observação é sobre o processo de expansão atualmente vivido pelas unidades produtivas que tem contribuído para amenizar a tendência de queda na demanda por trabalhadores para o corte manual, isto é, não fosse a expansão das atuais unidades produtivas e o surgimento de novas unidades, concomitantemente a manutenção do atual nível de mecanização, a demanda por trabalhadores para o corte manual estaria sujeita a uma queda ainda mais drástica.

Mas o maior impacto do trabalho morto [as máquinas] sobre o trabalho vivo, está relacionado à possibilidade de extinção ou no mínimo de extrema diminuição do corte manual de cana-de-açúcar. Dessa forma, a colheita manual de cana-de-açúcar viveria



atualmente uma morte anunciada pela evolução decrescente da demanda de trabalhadores para o corte, por parte das empresas canavieiras, conforme sinaliza o gráfico 01.

Gráfico 01 – Evolução da demanda de trabalhadores para a colheita manual de cana-de-açúcar (SP)



Dados: M.T.E(Ministério do Trabalho e Emprego)

Como podemos perceber a curva do gráfico 01 é inversamente proporcional a do gráfico 01, o que é lógico, pois quanto mais elevada à mecanização da colheita de cana-de-açúcar, menos trabalhadores as empresas demandarão para o corte manual. Assim é que, na safra atual (2011) a Usina Peperoni está colhendo 18 mil hectares de cana. Metade desta colheita é realizada de forma mecanizada e, a outra metade, é manual. Em 2010 a Usina colheu 16 mil hectares de cana. Houve, assim, uma expansão na área plantada e, concomitantemente, um decréscimo no numero de trabalhadores contratados para o corte.

Tabela 2: Número de Colhedeiras x Número de Cortadores Manuais.

Ano	Colhedeiras	Cortadores Manuais
2005	2	380
2006	3	-
2007	4	380
2008	5	-
2009	5	340
2010	8	340
2011	8	340

Fonte: Usina Peperoni/Unidade Santa Bárbara d'Oeste.

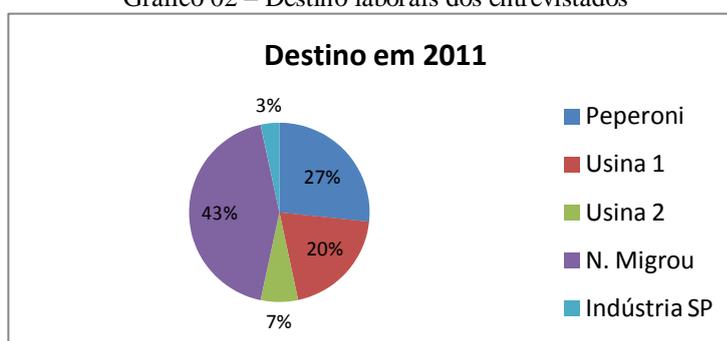
É possível ver pelo quadro que, como esperado, a inserção das máquinas colhedeiras, diminui o numero de cortadores manuais, mesmo num contexto de aumento da área plantada. No entanto, pelo menos no caso considerado, a diminuição dos cortadores manuais não é tão acentuada quanto os cálculos que se faz (uma máquina elimina 100 postos de trabalho), sobretudo, em razão do processo de adaptação que as usinas estão inseridas. Os terrenos da usina Peperoni permitem uma mecanização de apenas 70%, por que 30% são muito declivados.



2. As trajetórias dos trabalhadores migrantes frente à mecanização.

Além das conseqüências da mecanização sobre o número de emprego, entendemos que é também relevante analisar as alternativas de trabalho e trajetórias dos trabalhadores. Para isso nos apoiamos em pesquisa etnográfica realizada no ano de 2010 em um alojamento de trabalhadores migrantes na Usina Peperoni no município de Santa Barbara d'Oeste, região de Piracicaba/SP. Selecionamos 30 trabalhadores que estiveram na safra de 2010 trabalhando nesta usina, a fim de ver que destinos tiveram na safra de 2011. Tivemos os seguintes resultados.

Gráfico 02 – Destino laborais dos entrevistados



Fonte: Pesquisa dos autores

Dos 30 trabalhadores, 14 não retornaram para o corte de cana em 2011, sendo que 13 ficaram nas áreas rurais de origem e um foi trabalhar numa metalúrgica em Sorocaba/SP. Retornaram para os canaviais os demais 16. Destes, 8 retornaram para a mesma usina. Os outros 08 foram para outras usinas. Os motivos apresentados pelos que não vieram foram os seguintes:

Gráfico 03 – Motivos apresentados para migrarem (Safra 2011)



Fonte: Pesquisa dos autores

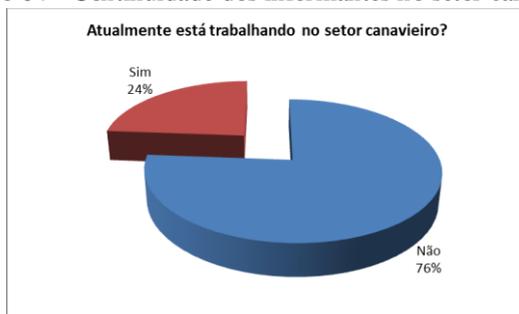
Em 2010, um trabalhador contraiu uma doença chamada de febre maculosa, oriunda de uma infestação de carrapatos nos canaviais. Devido a esta doença, este trabalhador perdeu parte das funções do cérebro, não podendo mais caminhar. Por este motivo é que um trabalhador não voltou ao alojamento em 2011. Dois trabalhadores foram incluídos na lista dos indisciplinados. Um por uma tentativa de homicídio a outro



trabalhador e o segundo por comercializar produtos alimentícios sem autorização da usina no alojamento.

Ainda neste ano de 2011, entrevistamos aleatoriamente, vinte e um (21) trabalhadores com os quais tivemos contato no período de 2006-2009, período no qual os mesmos trabalhavam foram cortadores de cana-de-açúcar em usinas/fornecedores do Estado de São Paulo. Buscamos identificar se os mesmos ainda estavam trabalhando no setor canavieiro. O gráfico abaixo sintetiza o resultado da resposta dos entrevistados:

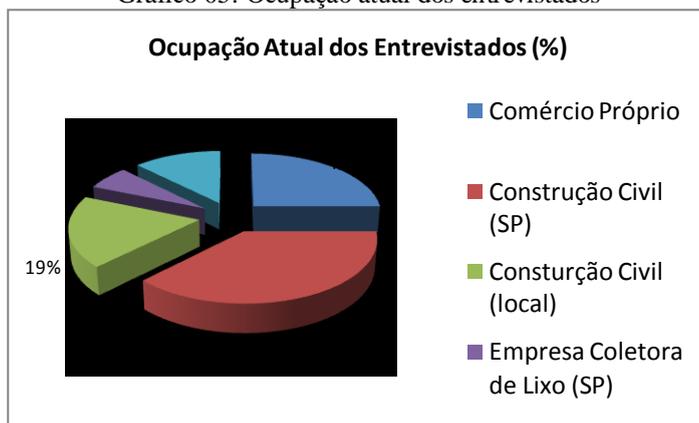
Gráfico 04 - Continuidade dos informantes no setor canavieiro



Fonte: Pesquisa dos autores

O gráfico abaixo apresenta as principais ocupações exercidas pelos dezessete (17) entrevistados dos municípios de Tavares, Princesa Isabel e Juru que não mais migraram com destino para os canaviais.

Gráfico 05: Ocupação atual dos entrevistados



Fonte: Pesquisa dos autores

Como os dados do gráfico sinalizam os trabalhadores excluídos dos canaviais em decorrência do processo de mecanização então em curso, têm sido captados pelo setor de construção civil, o qual se encontra em expansão demandando trabalhadores com baixa escolaridade, para assumirem a função de pedreiro e serventes (auxiliares de pedreiros) e outras funções menos especializadas.



Em 2010, o portal “Repórter Brasil”, trazia os seguintes dados sobre o setor e construção civil:

Em julho de 2010, a somatória de trabalhadores formais na construção civil foi recorde, de acordo com pesquisa mensal do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O levantamento registrou 2,7 milhões de pessoas no setor. Em 2010, são mais de 314 mil novos postos. O índice é 12,79% maior que a quantidade de empregos dos sete primeiros meses de 2009. Os dados acumulados dos últimos 12 meses mostram um aumento de 16,67%⁵.

Por sua vez, reportagem divulgada no portal “O Estadão” registra que cerca de 25% dos trabalhadores do setor são oriundos do setor canavieiro onde atuavam como cortadores de cana, conforme especifica este trecho da reportagem:

Os ex-cortadores de cana representam cerca de 25% dos trabalhadores contratados diretamente pela construtora. "Se nós não tivéssemos essa oferta de ex-cortadores de cana, o déficit de mão de obra na construção seria maior", calcula o encarregado. O quadro é semelhante na construtora Pereira Alvim, também de Ribeirão Preto. Francisco Galli, técnico de segurança do trabalho da empresa, conta que 10% dos trabalhadores contratados pelas empreiteiras que prestam serviço à construtora são egressos do corte da cana. "Muitas usinas já mecanizaram o corte da cana e esse contingente fica sem trabalho"⁶.

Se por um lado, os dados acima apontam para uma inserção dos cortadores de cana, por outros setores da economia, por outro lado, são preocupantes quando consideramos que as condições e relações de trabalho no setor da construção civil são tão ou mais degradantes que o trabalho na colheita de cana, não representando, assim, uma melhoria na qualidade de vida e de saúde desses sujeitos. Além da informalidade que ainda grassa no setor, os trabalhadores estão expostos à intensas cargas de trabalho [o que representa altos desgastes de energia] e a possibilidade sempre presente de acidentes. Com efeito, ainda segundo a reportagem divulgada no portal “Reporter Brasil”,

O diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo (Sintracon), João Rodrigues, destaca outro fator relacionado ao problema: a intensificação do trabalho no canteiro de obras. "Falta mão de obra qualificada, aumenta-se, então, a carga horária e/ou a exigência por prazos. Desse jeito, o cansaço facilita a ocorrência de acidentes".

"O ritmo muito intenso traz novos problemas para a saúde do trabalhador como LER [Lesão por Esforço Repetitivo], Dort [Distúrbios Osteo-musculares Relacionados ao Trabalho] e hérnia. Alguns chegam a trabalhar de segunda a segunda. Isso aumenta o risco", adiciona Luiz, da Conticom, condeferação ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

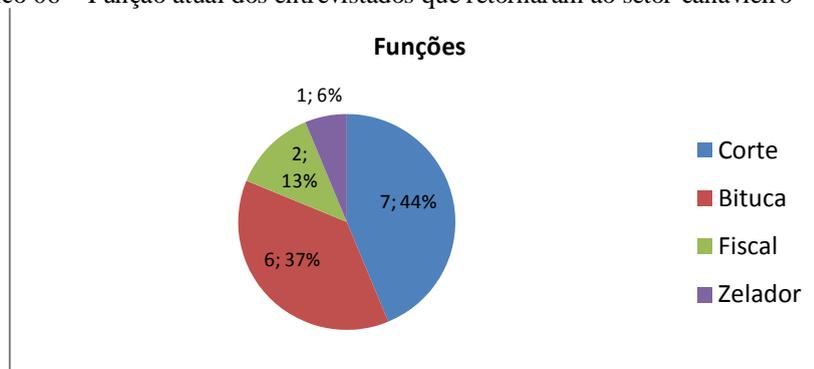
⁵ In: <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1794> Acesso em 19 de Agosto de 2011.

⁶ In: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,construcao-civil-recruta-cortador-de-cana,608643,0.htm> Acesso em 19 de Agosto de 2011.



Ainda tomando como referência os trabalhadores da usina Peperoni, com quem convivemos em 2010, podemos perceber que alguns trabalhadores do corte de cana foram redirecionados para outras funções no interior da própria empresa, visto que a Usina Peperoni não fechou postos de trabalho no setor de corte de cana manual em 2011, pelo fato de ter aumentando a área plantada. O que acontece é um remanejamento da turma ocasionado por diversos fatores, entre eles o próprio processo de mecanização das lavouras. Assim é que, os dezesseis (16) trabalhadores, com quem convivemos em 2010 e que retornaram para a usina em foco, no ano de 2011, estão assumindo as seguintes funções:

Gráfico 06 – Função atual dos entrevistados que retornaram ao setor canavieiro



Fonte: Pesquisa dos autores

Dos 16 trabalhadores que voltaram aos canaviais, há algumas mudanças que são pertinentes de serem analisadas. Em 2010, 15 destes trabalhadores eram cortadores manuais e um era fiscal de turma. Em 2011 o quadro tem alterações. Dois trabalhadores são fiscais; um passa a ser zelador; sete permanecem na função de cortadores manuais de cana e seis vão trabalhar em outra usina na função de bituqueiro. Bituqueiro é o trabalhador responsável para recolher as canas que as máquinas derrubam no momento do carregamento. Outra função do bituqueiro está a de preparar a entrada das máquinas colhedeiras no canavial. Em 2011, um turmeiro da região de São José de Piranhas/PB organizou, por demanda de uma usina de São Paulo, três turmas de 50 homens para trabalharem na bituca. Foi por isso que seis cortadores de cana que no ano passado trabalharam na Usina Peperoni aderiram a este novo trabalho.

A tendência é de aumentar o número de trabalhadores nestas funções manuais que permanecem mesmo com a mecanização do corte da cana. No contato que tivemos com



estes trabalhadores que migraram para trabalhar na bituca, eles alegam que o trabalho é menos pesado do que o corte de cana.

Mesmo considerando que, por um lado, a introdução da mecanização acaba com algumas funções, mas cria novos postos de trabalho, por outro, não podemos perder de vista o fato que dificilmente o número dos novos postos de trabalho será suficiente para alocação dos novos desempregados, como bem sinaliza Pedro Ramos, para quem:

Os empregos diretos, mantidos e/ou gerados por essa ocupação qualificada na lavoura, mais os que estão sendo criados pela constituição de novas usinas e destilarias, dificilmente serão suficientes para compensar a menor utilização de trabalho na lavoura canavieira em decorrência daquela mecanização, mesmo em face dos ritmos estimados de crescimentos das produções envolvidas (cana, açúcar e álcool). (Ramos, 2008: p. 323)

Há que considerar também que a alocação dos trabalhadores manuais em novos postos de trabalho demandará novos níveis de escolaridade. Nesse sentido, são pertinentes as palavras de Abreu *et. al.* (2009: p. 10), para quem:

É difícil se prever como será realocada toda a Mao de obra – se dentro do próprio setor sucroalcooleiro, em outras atividades agropecuárias ou em outros setores econômicos. **Presume-se que uma parcela não seja realocada no setor sucroalcooleiro e mesmo em outros setores, em razão do baixo nível de instrução dessa classe trabalhadora, com o conseqüente aumento do desemprego.** Especialistas do IEA vêem também essa dificuldade de retorno ao mercado de trabalho dos cortadores de cana. Segundo os pesquisadores, antes da reinserção, é necessário que os trabalhadores passem por três fases importantes: motivação do indivíduo para que entenda seu papel no contexto da economia brasileira e a importância de mudar de emprego; requalificação desse trabalhador: muitos devem até mesmo ser alfabetizados; e, por último, o acesso a cursos profissionalizantes para que possam exercer novas funções. **(grifos colocados)**

Durante o ano de 2007, quando residimos com um grupo de migrantes cortadores de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, tomamos conhecimento de vários cursos oferecidos em vários municípios de destino desta força de trabalho, por iniciativa de sindicatos, usinas e do SENAR, no entanto, além da exigência de escolaridade, havia outros empecilhos para a participação dos migrantes: os cursos eram realizados durante o período da safra, alguns mesmo durante o horário de trabalho. Mesmo considerando a possibilidade de um curso noturno, grande parte dos cortadores de cana não se sente motivada a participar de alguma atividade formativa após um dia de trabalho exaustivo no corte de cana. Isso nos faz colocar a hipótese de que tais cursos e, conseqüentemente, essas oportunidades de trabalho terminam sendo apropriadas, em sua maior parte, pelos trabalhadores residentes na área canavieira.



Numa conversa informal com quatro jovens trabalhadores migrantes, cortadores de cana, no município de Novo Horizonte, o tema das máquinas surgiu espontaneamente:

Pesquisador – Por que você acha que o corte de cana, só vai existir até 2014?

Jovem 4 – Porque depois só dá máquina aí...

Pesquisador – E aí, vocês vão fazer o quê?

Jovem 3 – Ai a gente tem que procurar outros meio né.

Pesquisador – Quais são os outros meio que vocês tem?

Jovem – Procurar outro emprego lá [referência a região de origem]

Pesquisador – Lá tem o que, qual opção que tem lá pra vocês?

Jovem – É plantar roça, plantar feijão e milho. (risos) só isso mesmo tem lá.

Jovem 1 - Agricultura familiar.

Jovem 2 – Se Deus der um inverno tudo bem...[Entrevista realizada por Marcelo Saturnino em 19 de Julho de 2010 e transcrita pelo mesmo].

A volta ao lugar de origem, para muitos, revela a falta de opção, de outros horizontes possíveis não vislumbrados. Aí, na origem, as opções continuam as mesmas: a agricultura familiar alternada com outros trabalhos informais: ajudante de pedreiro, descarregador, como a fala deste trabalhador deixa transparecer:

Oxe, viver a gente vive, se fosse assim, gato não vivia, não dá um prego e vive mais bem que o cabra, não paga aluguel, não paga nada, e vive mais bem que o cabra... O cabra muda pra outro serviço, mas pra quem é acostumado a só cortar cana, vai sofrer muito, pra quem ta na usina tá bom, e pra quem não ta... Se eu não cortar cana, vou trabalhar em Domingo [comerciante], descarregando cimento, milho, tá bom demais, eu não nasci cortando cana. Agora ruim é para os fiscais que não sabem fazer outra coisa, eu não, eu já fiz de tudo nesta vida.... (Hermínio, 24 anos, migrante paraibano, cortador de cana). [Entrevista realizada por Marcelo Saturnino, em 18 de Julho de 2010 e transcrita pelo mesmo].

O processo de mecanização está causando não apenas diminuição do emprego no corte de cana, mas está transformando as relações de trabalho com o surgimento e expansão de novos empregos relacionados ao processo mecanizado como tratoristas, mecânicos, etc., bem como uma deterioração das condições de trabalho dos cortadores de cana, com a expansão dos bituqueiros, atividade que, embora seja considerada “mais leve”, permite uma remuneração bem menor do que o corte de cana.

3. Considerações Finais:

Não podemos fugir do fato de que a mecanização da colheita de cana, dado o contexto atual, é um processo irreversível, muito menos fazermos qualquer tipo de apologia ao corte manual, pois ele representa desgaste intenso e afronta à dignidade da força de trabalho. É mesmo bom que as máquinas “libertem” o trabalho vivo de um



trabalho tão degradante. Por outro lado, faz-se necessário colocar a questão sobre os rumos deste contingente de trabalhadores que atualmente tem encontrado na colheita de cana uma estratégia de reprodução de seu grupo familiar e de concretização de seus projetos pessoais de autonomia. Com a mecanização, para onde vai este exército de trabalhadores? Que opções se delineiam em seus horizontes?

Pelo exposto, podemos perceber que com a intensificação da mecanização há uma tendência de aumento da informalidade, tanto na região canavieira quanto nos municípios de origem dos migrantes. Alguns trabalhadores, especialmente os jovens com maiores níveis de escolaridade poderão ser alocados tanto no próprio setor, quanto em outros setores da economia, inclusive, no mercado de trabalho urbano na cidade de São Paulo, Sorocaba e outros locais de destino; uma pequena parcela continuará cortando cana-de-açúcar, recebendo menores salários, já que a tendência é que o pagamento seja na diária; e se expondo a riscos de acidentes de trabalho, especificamente, os relacionados a picadas de animais peçonhentos.

Os impactos não serão sentidos, apenas, pelos trabalhadores migrantes, mas deverão atingir, também, a dinâmica de seus municípios de origem. Neste sentido é urgente que grupos e organizações, além da sociedade civil e da esfera governamental, dessas localidades comecem a pensar em como se organizarão para receber de volta esta parcela de sua população, o que equivale a pensar as políticas públicas de emprego e renda a nível local.

Uma das possíveis saídas para que os trabalhadores sejam inseridos nas economias das localidades de origem é resolver a questão agrária, que inclusive é um dos vetores que ocasiona os processos de migração sazonal. É necessário que a reforma agrária volte à pauta atual. É de longa data a constatação de que a migração sazonal é uma saída econômica das famílias camponesas do nordeste, devido a alta concentração fundiária e, portanto, não acesso dos agricultores à terra.

Alves (2009) elenca propostas de políticas que compensem a eliminação de postos de trabalho ocasionados pela mecanização no estado de São Paulo. A proposta do autor passa fundamentalmente por uma política de reforma agrária nas áreas de cana onde não será possível adentrar com as máquinas, devido à declividade; associadas a políticas de capacitação e estímulo a produção familiar de alimentos.



Em relação às áreas de origem dos trabalhadores migrantes, cremos que esta proposta seja viável. Políticas de distribuição de terras, associadas ao apoio a agricultura familiar são questões fundamentais para gerar oportunidades de trabalho e renda para as famílias que necessitam destes postos de trabalho, agora eliminados pela mecanização.

Cabe destacar que o mesmo estado brasileiro que investe polpidos recursos no agronegócio canavieiro, estimulando inclusive a mecanização e conseqüentemente a eliminação dos postos de trabalho, tem a responsabilidade de arcar com as conseqüências dessa mecanização para com os trabalhadores migrantes.

No que tange a políticas publicas para o fortalecimento da agricultura familiar, é necessário que os órgãos públicos repensem a maneira de como distribuir os recursos, visto que boa parte dos recursos do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) são distribuídos nos três estados do Sul. (BIONDI, 2008).

Mas o estado brasileiro não é único responsável por estes trabalhadores que estão sendo afetados pela eliminação de seus postos de trabalho. Como prevê a Constituição Federal, em seu Artigo 7º, Inciso XXVII – é direito dos trabalhadores terem proteção em face da automação, na forma da lei. Os donos das usinas, beneficiários em alto grau da mecanização das lavouras, também, têm responsabilidade pela eliminação dos postos de trabalho, e, portanto, seria muito proveitoso se parte dos lucros dessas usinas fossem para um fundo que auxiliasse os trabalhadores até arranjam um novo trabalho.

Referências:

ABREU, Dirce de; MORAEIS, Luiz Antônio; NASCIMENTO, Ednalva Neves; OLIVEIRA, Rita Aparecida de. Impacto social da mecanização da colheita de cana-de-açúcar. *Rev Bras Med Trab.* São Paulo • Vols. 4, 5 e 6 • Número Especial • Julho de 2009, Disponível in: http://www.sucreethique.org/IMG/pdf/Impacto_social_da_mecanizacao_da_colheita_de_cana-de-acucar.pdf

ALVES, Francisco. Políticas Públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua: indo direto ao ponto. *RURIS*, Volume 3, nº1. Campinas/SP, 2009.

_____. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. In: *Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial canavieiro* (os heróis do agronegócio brasileiro). J.R. Novaes e F. Alves (orgs.) São Carlos EdUFSCAR, 2007,

BACCARIN, José Giacomo e GEBARA, José Jorge. **Intensificação do Ritmo e Redução de Postos de Trabalho dos Trabalhadores Canavieiros no Estado de São Paulo, Brasil.** Disponível in: www.fcav.unesp.br/baccarin/Artigo%2012%20ALAST.doc. Acesso em 14 de Novembro de 2010

BIONDI, Antonio. *RS, PR e SC recebem 43% dos R\$ 13 bi para produção familiar.* Disponível via internet em <http://www.reporterbrasil.org.br/agrocombustiveis/exibe.php?id=23> Acesso dia 15 de dezembro de 2010.

BRASIL, Constituição Federal do Brasil. Disponível via internet em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm Acesso dia 14 de dezembro de 2010.



COVER, M. E MENEZES, M.A. As formas de sociabilidades, dominação e resistência em alojamentos de trabalhadores migrantes nos canaviais paulista. In: **In: Menezes, M.A. e Godói, E.P. Mobilidades, redes sociais e trabalho. São Paulo, Ed. Annablume, 2011.**

MENEZES, Marilda Aparecida de & SILVA, Marcelo Saturnino da. A cana judia de nós! Impactos da migração e da atividade de cortar cana sobre a saúde dos trabalhadores migrantes nordestinos. Texto apresentado no VIII Congresso da ALASRU, Porto de Galinhas, 2010. (mimeo).

MENEZES, M.A. Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: *um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPA, 2002.

_____. O paradoxo no mundo do trabalho. IHU On line. Disponível in: <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158344143.77pdf.pdf>

RAMOS, Pedro. O trabalho na lavoura canavieira paulista: evolução recente, situação atual e perspectivas. In: BUAINAIN, Antônio Márcio e DEDECCA, Cláudio Salvador (Coordenadores) MIRANDA, Carlos e TIBÚRCIO, Breno (Organizadores da Série). Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira. Brasília: IICA, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.9), Disponível in: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/32/Serie%20DRS%20vol%209%20-%20Emprego%20e%20Trabalho%20na%20Agricultura%20Brasileira.pdf>

ROCHA, Fernanda Ludmila. A análise dos fatores de risco do corte manual e mecanizado da cana-de-açúcar no Brasil segundo referencial da Promoção da Saúde. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2007. (Tese de Doutorado) (mimeo).

SILVA, Maria Aparecida de Moraes & RIBEIRO, Jadir Damião. Violação dos direitos e formas de resistência nos canaviais paulistas. Texto apresentado no VIII Congresso da ALASRU, Porto de Galinhas, 2010. (mimeo).



GT 13: Trabalho agrícola, migrações e tecnologia

Agricultores ou assalariados? Os trabalhadores diaristas da agricultura familiar

Jonas Anderson Simões das Neves¹

¹ Doutorando em Sociologia – UFRGS. E-mail: jonasanderson@ig.com.br

Resumo

O presente artigo destina-se a discutir à situação dos trabalhadores diaristas da agricultura familiar no município de São Lourenço do Sul – RS. Este trabalho tem como base de dados um total de treze entrevistas, de tipo semi-estruturadas, dez das quais com diaristas e outras três com informantes-chave. A partir da distinção em três estratos sociais da agricultura brasileira proposta por Sorj (2008), propõe-se trabalhar com os diaristas como componentes da categoria que o autor denominou de produção familiar marginalizada. As informações coletadas durante a pesquisa permitem verificar que o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores diaristas é bastante precário, sendo marcado por sua total desregulamentação e por uma estratificação por cor e sexo que privilegia os brancos e os homens. Em termos de considerações finais, destaca-se a necessidade de que estes trabalhadores possuam algum tipo de representatividade – talvez sindicalizando-se – que permita aos mesmos acesso à proteção social e perspectivas de um futuro afastado da pobreza.

Palavras-Chave: Diaristas; Agricultura Familiar; Trabalho Precário.



Introdução:

Em seu clássico estudo acerca do estado e das classes sociais² na agricultura brasileira, Sorj (2008, p.6) identifica três estratos distintos: a empresa capitalista; a produção familiar capitalizada e a produção familiar marginalizada. De acordo com o autor, a primeira categoria corresponderia a um setor de empresas fundadas nas relações de produção capitalistas e tecnologia moderna; a segunda a empresas familiares altamente capitalizadas, trabalhadas por mão-de-obra familiar e com restrita utilização de trabalho assalariado; e a última, corresponderia um setor de produção tradicional, fundado na pequena propriedade familiar, arrendamento ou parceria tradicional e na pecuária extensiva (SORJ, 2008, p. 101).

Considerando estas três classes sociais identificadas no rural brasileiro por Sorj (2008), pretende-se, neste artigo, abordar apenas a terceira, correspondente à produção familiar marginalizada. Todavia, apesar da pertinência da tipologia estabelecida pelo autor, acredita-se que a mesma, por sua amplitude, não seja capaz de, por si só, dar conta da diversidade de situações contida em tal classe de agricultores. Desta forma, propõe-se trabalhar com uma categoria específica do conjunto de trabalhadores envolvidos neste estrato social, os diaristas.

Apesar desta categoria de trabalhadores não constar de maneira explícita na tipificação dos estratos sociais da agricultura brasileira proposta por Sorj (2008), acredita-se, tal como sugere Costa Neto (2010, p.1), que os trabalhadores diaristas estejam contemplados no conceito de camponeses – categoria abrangida pela denominação de agricultura familiar marginalizada -, os quais não são apenas aqueles que possuem a propriedade jurídica da terra, mas também ”trabalhadores sem-terra, que produzem para si mesmos, em regime de subsistência e para os donos legais de terras, na condição de meeiros, sob contrato de parceria, ou através da venda pura e simples da força de trabalho, sob a designação de diarista” (COSTA NETO, 2010, p. 1).

Ao analisar a situação dos trabalhadores alugados (diaristas) no estado do Ceará, Alves (2002, p. 9-10) também os trata enquanto camponeses, que vendem sua força de trabalho a terceiros mediante pagamento em dinheiro como estratégia de sobrevivência,

² Os estudos acerca de classes sociais no Brasil pautam-se, fundamentalmente, por duas vertentes distintas. Uma de cunho marxista, segundo a qual as classes sociais são definidas pela posse dos meios de produção, de modo que haveriam duas classes fundamentais, os detentores dos meios-de-produção e os não detentores (SANTOS, 2002). Já na outra vertente, dita neoweberiana, as classes sociais definem-se pela posição ocupacional dos indivíduos nas unidades produtivas e no mercado de trabalho (RIBEIRO, 2007). Entende-se que a estratificação desenhada por SORJ (2008), filie-se a segunda vertente descrita.



especialmente daqueles com maior dificuldade de acesso à terra e/ou com rendimentos agrícolas insuficientes para a manutenção da família.

Como é possível perceber, enquanto Sorj (2008) trabalha com a categoria de produção familiar marginalizada, na qual considera-se inclusos os trabalhadores diaristas, Costa Neto (2010) opta pelo conceito de camponeses a fim de analisar este mesmo estrato social de trabalhadores rurais. Todavia, apesar da aparente contradição entre ambas, as duas abordagens estão, em verdade, imbricadas entre si (WANDERLEY, 2009, p. 188).

A concepção de que em todo agricultor familiar há um camponês adormecido, inspirada em Marcel Jollivet, não é nova no pensamento de Wanderley (2009) e foi atualizada em recente publicação. De acordo com ela, a categoria de agricultor familiar, por seu caráter mais amplo, é capaz de guardar em si as diferentes implicações contidas no termo campesinato (WANDERLEY, 2009, p. 16). De acordo com a autora (2009, p. 189), há uma continuidade entre o agricultor e o camponês, visto que apesar das constantes adaptações à sociedade englobante, os agricultores familiares preservam suas características camponesas.

Desta forma, entende-se que a opção em trabalhar para terceiros constitui-se de uma estratégia dos diaristas, como um dos últimos recursos disponíveis, a fim de manter sua família no campo, a qual, apesar de os colocar no limite entre o assalariamento e sua condição camponesa, preserva esta última como identidade fundamental.

O estudo foi realizado no município de São Lourenço do Sul, localizado ao Sul do estado do Rio Grande do Sul, as margens da Lagoa dos Patos e distante 191 Km da capital Porto Alegre. São Lourenço do Sul possui colonização predominantemente germânica³, mas abriga em seu interior cinco comunidades quilombolas já reconhecidas. Segundo dados do Censo 2010, realizado pelo IBGE, a população total é de 43.111 pessoas, dos quais 56,2% residem no espaço urbano e 43,8% no rural.

Parte significativa do PIB municipal advém das atividades agropecuárias⁴, destacando-se, além das atividades patronais de pecuária de corte e orizicultura, as culturas do tabaco, da batata, do milho e do feijão, a produção de ovos e a pecuária

³ 89% da população é branca; 6,7% é negra; 4% é parda; 0,3% é amarela e 0,01% são indígenas. (Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010. Disponível em www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow/htw?1)

⁴ Fonte: IBGE, em parceria com os órgãos estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA – informações referentes ao ano de 2008, disponível em www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow/htw?1



leiteira⁵, desenvolvidas pela agricultura familiar. Os dados do censo agropecuário de 2006 indicam a predominância, no município, de pequenas propriedades, cultivadas em sua maioria por produtores na condição de proprietários⁶.

Os assalariados da agricultura familiar

Uma investigação sobre os trabalhadores assalariados da agricultura familiar requer, em primeiro lugar, detectar sua existência para, em segundo lugar, retirá-los da invisibilidade em que se encontram. A percepção da existência desses trabalhadores é dificultada, por um lado, pela dispersão do seu trabalho entre vários estabelecimentos agropecuários, tanto da agricultura empresarial como da agricultura familiar; e por outro, pela falta de reconhecimento da natureza de sua atividade ocupacional e, como resultado, falta de organização profissional. Ao mesmo tempo, sua inclusão na categoria de “camponeses” apresenta vantagens (como os direitos à aposentadoria e seguridade social como produtores familiares) e desvantagens (como a inexistência de direitos e garantias como trabalhadores, durante as negociações por remuneração e direitos trabalhistas, que incluem, entre outros, descanso e férias remuneradas, seguro-desemprego e seguro-acidentes de trabalho).

Ao avaliarem esta ambiguidade na posição dos trabalhadores diaristas da agricultura familiar, Aparício e Aguilera (2009, p.3) constata a “‘identidad dual’ del trabajador rural semiproletarizado, derivada de su doble condición de campesino y asalariado”, a qual dificulta a opção do trabalhador para sua inclusão definitiva numa ou noutra categoria, ou ainda, como componentes de um grupo específico.

Em trabalho no qual analisam a situação dos trabalhadores migrantes que trabalham como diaristas, Silva e Menezes (2006, p. 6) tratam os mesmos a partir de suas especificidades, entendendo-os enquanto seres híbridos, caracterizados pela mistura entre as duas condições sociais que vivenciam, a saber, entre o ser camponês e o ser assalariado.

As autoras acima referidas consideram apenas os trabalhadores assalariados agrícolas, que são também camponeses (isto é, agricultores que produzem produtos de subsistência). Desconsi (2011, p. 68), por outro lado, procura identificar os

⁵ Fonte: IBGE – Censo agropecuário 2006. Disponível em www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow/htw?1

⁶ Fonte: IBGE – Censo agropecuário 2006. Disponível em www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow/htw?1



trabalhadores diaristas envolvidos em atividades agropecuárias no Brasil, definindo a categoria dos peões como empregados que trabalham no que é dos outros, na medida em que nunca tiveram acesso à terra, ou ainda como descendentes de famílias que não conseguiram acumular recursos suficientes para garantir a reprodução de suas unidades produtivas.

A partir desta definição, Desconsi (2011, p. 68-69) identifica quatro categorias distintas de peões: a) peões permanentes: são aqueles que possuem uma ocupação fixa, recebendo remuneração mensal e, por vezes, alguma bonificação ao final da safra anual; b) peões safristas: são aqueles contratados por um determinado período do ciclo agrícola, os quais podem receber salários durante os períodos em que estão empregados, ou ainda receber seu pagamento mediante porcentagem do produto colhido; c) peão de empreitada ou diarista: são trabalhadores sazonais associados a práticas agrícolas, remunerados ao final da atividade desenvolvida; d) peões prestadores de serviço: são aqueles que prestam serviços específicos, recebendo por empreitada ou por dia. Cumpre destacar que, neste artigo, os peões de que se está falando são aqueles considerados nas duas últimas categorias definidas pelo pesquisador supracitado.

Cabe chamar à atenção ao fato de que as pesquisas acerca de trabalhadores diaristas na agricultura comumente estão associadas ao estudo de processos migratórios, seja no caso de migrantes da região norte e nordeste do Brasil em direção ao sul na busca de trabalho (SILVA e MENEZES, 2006); de migrantes do sul em direção ao sudeste brasileiro (DESCONSI, 2011); ou ainda em países vizinhos como a Argentina, onde estes trabalhadores comumente provêm de regiões empobrecidas da própria Argentina ou de países vizinhos (BENDINI et al, 2010).

De acordo com o estudo de Del Grossi et al (2001, p. 6-7) os trabalhadores rurais são os mais numerosos no Brasil, todavia também estão entre os que possuem as menores rendas. Os autores destacam ainda que, mesmo uma diarista urbana – profissional que, em tese, possui o trabalho de pior qualidade – ainda estaria exercendo uma ocupação mais qualificada do que um trabalhador “volante” da agricultura.

Sobre a precarização das relações de trabalho na agricultura, Cavalcanti e Mota (2002, p. 165) destacam que a mesma é comum no mercado de trabalho brasileiro, tanto pela ausência de organizações sindicais em defesa destas categorias específicas, quanto em função da pressão por vagas que favorece os empregadores, permitindo a eles impor



condições que lhes sejam mais lucrativas, mesmo que à custa da desregulamentação do trabalho e da precariedade das remunerações.

Com base em dados referentes à década de 90, Del Gossi et al (2001, p.4) destacam que os diaristas da agricultura são os trabalhadores mais pobres e também aqueles que menos acessam à previdência social, situação que não se modificou ao longo dos anos, pois, segundo Basaldi (2011, s/pg) em 2005 apenas 4,6% dos trabalhadores temporários rurais possuíam carteira de trabalho assinada. Este pesquisador destaca ainda que

Em 2005, 25,1% e 35,3%, respectivamente, dos empregados temporários com residência rural e urbana recebiam mais de um salário mínimo mensalmente, contra 53% e 59,9% respectivamente, dos permanentes rurais e urbanos. Ainda em relação aos rendimentos, em números de Brasil, os temporários rurais recebiam 72,3%, 55,8% e 45,4% do que recebiam, respectivamente, os temporários urbanos, os permanentes rurais e os permanentes urbanos. Os rendimentos, em valores reais de dezembro de 2005, registrados para estas categorias foram, respectivamente: R\$ 214,34; R\$296,55; R\$384,28; R\$427,37. Por isso, acredito que uma atenção especial deveria ser dada para melhorar as condições de trabalho dos empregados temporários agrícolas, de modo a se reduzir as desigualdades nas relações trabalhistas. (BASALDI, 2011, s/pg).

Como se pode perceber através das informações contidas no excerto acima, os rendimentos dos trabalhadores temporários estão entre os menores, acentuando-se às desigualdades quando se tratam de temporários envolvidos em atividades agrícolas. Considerando-se que no ano de 2005 o salário mínimo era de R\$ 300,00, percebe-se que tanto diaristas rurais quanto urbanos possuem rendimentos inferiores a este valor mínimo estipulado, sendo menor para os que exercem ocupação rural.

Sintetizando a situação dos trabalhadores da agricultura no Brasil, Cavalcanti e Mota (2002, p.166) concluem que estes trabalhadores são os que têm o pior acesso a serviços, os que trabalham mais horas e aqueles com os maiores níveis de informalidade nas relações de trabalho.

Cabe notar que apesar de Del Grossi et al (2001) e Basaldi (2011) apresentarem dados que comprovam à precariedade dos trabalhadores temporários agrícolas, o último autor ressalva, no mesmo texto, que os trabalhadores da cana – uma das principais categorias de trabalhadores migrantes brasileiros – ainda são os que possuem as melhores condições de trabalho, dado seu histórico de lutas através de um sindicato específico. Por outro lado, analisando a morte de alguns trabalhadores envolvidos no



corte da cana em São Paulo, Alves (2006) conclui que os mesmos morreram em virtude do excesso de trabalho oriundo do pagamento por produção imposto a esta cultura, ou seja, mesmo na atividade agrícola temporária de melhor qualidade verifica-se a morte de trabalhadores por força do excesso de trabalho que se veem obrigados a realizar diariamente para proverem à subsistência familiar anual. (ALVES, 2006, p. 94).

Em termos gerais é possível observar que a situação dos trabalhadores diaristas de São Lourenço do Sul não é muito diferente daquela encontrada pelos demais trabalhadores do Brasil e da América Latina, ressaltando-se algumas peculiaridades, como a situação dos diaristas quilombolas.

Os diaristas lourencianos

O contingente de trabalhadores diaristas do município de São Lourenço do Sul é composto, fundamentalmente, por moradores de terras com área insuficiente para prover sua subsistência e por moradores de comunidades quilombolas, os quais, apesar de viverem em comunidades reconhecidas desde 2010 (BUCHWEITZ et al, 2010), não possuem ainda a propriedade formal da terra em que habitam, não podendo por isso encaminhar a emissão do bloco de produtor rural⁷.

É característica comum entre os assalariados da agricultura familiar descenderem de pais que também exerceram tal atividade, situação que se repete no caso do município gaúcho analisado, no qual, de uma maneira geral, os pais e avós dos entrevistados também trabalhavam como empregados em atividades agrícolas, alguns na condição de assalariados permanentes e outros como diaristas. Outro aspecto comum às trajetórias familiares dos trabalhadores entrevistados é o fato de que, apesar de atualmente desenvolverem a agricultura apenas como subsistência, em algum momento já tiveram esta atividade como fonte de renda adicional, com exceção de uma família quilombola em que as gerações anteriores nunca possuíram terras. Nos casos estudados, a agricultura foi abandonada a partir da constatação de que os rendimentos da mesma

⁷ Conforme Daniela, técnica do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, o reconhecimento legal das comunidades restringiu-se apenas aos locais em que habitam os quilombolas, não incluindo as terras que, em tese, também fariam parte da área do quilombo, de modo que esses trabalhadores não dispõem ainda de áreas suficientes para viverem da agricultura. Para resolver a questão já foi encomendado ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) um estudo que pode permitir a inclusão de novas áreas de terra aos quilombos já reconhecidos, todavia tal estudo tem previsão de conclusão de cerca de 20 anos. Igualmente, o reconhecimento da comunidade, por si só, não permite ainda que os quilombolas possam providenciar a emissão de um bloco de produtor rural, situação que tem sua solução já encaminhada, pois já foi solicitado ao INCRA o documento que permite a emissão do bloco de produtor rural a partir da apresentação do documento de reconhecimento do quilombo.



tornaram-se inferiores àqueles que poderiam ser auferidos direcionando-se a mão-de-obra disponível apenas para o trabalho como empregados. Em todos esses casos as terras disponíveis para a agricultura são bastante restritas.

Há também dois casos em que a atividade de diarista ainda é associada ao desenvolvimento da agricultura, não por acaso, em propriedades nas quais as áreas disponíveis a esta atividade são maiores, possuindo, num caso 20 hectares e noutro 35 hectares. Em ambos os casos, os entrevistados, além de trabalharem em casa, empregam-se esporadicamente como diaristas a fim de obterem rendimentos autônomos. No caso de Roberto, com 18 anos, a renda do trabalho como diarista soma-se às atividades autônomas que desenvolve na propriedade; já no caso de Latoya, com 17 anos, esta é sua única fonte de rendimentos individuais.

Observando-se a trajetória dos componentes das famílias dos diaristas que migraram para a cidade, observa-se que aqueles com escolaridade baixa estão inseridos no mercado de trabalho como empregadas domésticas, garçonetes, faxineiras, pedreiros e mecânicos. Já os parentes que concluíram o ensino médio e/ou cursos profissionalizantes empregaram-se em uma metalúrgica, em uma farmácia e como vendedor de tratores. Verifica-se, nestes casos, que a inserção urbana dos familiares de diaristas, assim como no rural, é restrita à prestação de serviços. Como atestam Del Grossi et al (2001, p.7), estas atividades urbanas são superiores em termos de qualidade a dos diaristas agrícolas, todavia não são representativas de uma ascensão social significativa, mesmo nos casos em que a escolaridade foi mais avançada.

Apesar do consenso entre os entrevistados de que a escolaridade é condição indispensável para uma inserção no mercado de trabalho urbano, considerando-se minimamente a conclusão de ensino técnico ou superior, em nenhuma das trajetórias familiares dos diaristas entrevistados há casos de algum parente que tenha conseguido concluir tal escolaridade. Considerando-se que as famílias dos diaristas não ignoram a importância da escolaridade, mas que mesmo assim seus familiares não estudam, conclui-se que suas oportunidades de escolarização são pequenas.

A partir dos depoimentos recolhidos é possível observar que o principal empecilho aos diaristas que querem continuar os estudos refere-se a limitações econômicas, pois entre os sete que manifestaram tal aspiração, apenas Latoya, com 17 anos e pertencente a uma família de agricultores com 35 hectares, não manifesta a



necessidade de primeiramente buscar um emprego urbano para só depois ingressar num curso técnico ou superior.

Esta moça pretende morar na casa de parentes em Rio Grande ou Pelotas⁸, dependendo do curso que ela escolher. Aliás, possuir parentes morando em cidades que ofereçam oportunidades educacionais é o principal ativo apresentado pelos trabalhadores que gostariam de continuar os estudos, mesmo nos casos em que há a necessidade de trabalhar para se sustentar fora da cidade natal.

Acredita-se que o fato de colocar o acesso a um emprego urbano, na cidade destino, como condição para a continuidade dos estudos não significa, necessariamente, um entrave à concretização deste objetivo, todavia deve-se considerar que é preciso encontrar um trabalho que ofereça uma remuneração capaz de suprir às necessidades de alimentação e moradia - nos casos em que não haja um familiar que disponibilize sua casa - e, mais do que isso, que permita compatibilizar a ocupação profissional com a educacional. Sem esquecer, ainda, que este jovem irá para a cidade possuindo apenas o ensino médio e nenhuma experiência em atividades urbanas.

Dos casos analisados, apenas Jenifer, com 15 anos, possui cursos profissionalizantes capazes de facilitar seu ingresso no mercado de trabalho urbano. Todavia, seu caso é singular e não serve como referência aos trabalhadores diaristas de uma maneira geral, visto que foi por sorte, com uma boa dose de esforço pessoal, que ela conseguiu tal qualificação. Esta moça, beneficiária do Programa Bolsa Escola, do governo federal, ganhou num sorteio, realizado na escola, um curso gratuito de secretariado e, após a conclusão do mesmo, ganhou, como prêmio por seu desempenho, um curso de operadora de microdesigner que está realizando. A moça pretende, a partir destes cursos, conseguir um emprego na cidade para cursar medicina. É importante ressaltar ainda que ela utiliza integralmente o recurso recebido do Bolsa Escola para viajar duas vezes por semana ao centro da cidade a fim de assistir às aulas.

Mas se o caso acima relatado é representativo de como o esforço individual aliado à sorte pode alavancar uma trajetória individual, o que será relatado a seguir é demonstrativo de como as tradições machistas que se fazem presentes na sociedade podem breçar uma possível trajetória bem sucedida. Vânia tem 23 anos e completou apenas o ensino fundamental. Esta jovem, casada, vive em condições precárias no meio rural, com uma renda mensal de R\$ 300,00, advinda das atividades de diarista do

⁸ Estas cidades são relativamente próximas a São Lourenço do Sul, e oferecem cursos técnicos e superiores.



marido que recentemente havia sido demitido da mecânica em que trabalhava. Ela já trabalhou como diarista da agricultura, na cultura do fumo, mas teve que abandonar à atividade em virtude de problemas de saúde. Vânia, que gostaria de trabalhar na cidade, afirma que para conseguir tal inserção ocupacional são fundamentais “*cursos e diplomas*”, todavia ela não estudou, primeiramente porque os pais não deixaram e, atualmente, porque o marido não deixa.

Entre os dez jovens diaristas que compõe a amostra analisada neste artigo, sete tem pretensões de abandonar a atividade agrícola e três pretendem permanecer na mesma. Tal diferença, por si só, já seria demonstrativa da pouca atratividade que a ocupação como diaristas possui para os trabalhadores lourencianos. Todavia, além disso, outra constatação chama à atenção, seja ela, o fato de que entre os três que pretendem permanecer na agricultura, apenas Roberto, de uma família que possui 20 hectares, é que desenvolve atividades como diarista do fumo⁹; já entre os sete com projetos de migrar para a cidade, seis desenvolvem atividades na cultura do fumo, e a moça que ainda não trabalha teve sua mãe ocupada nesta cultura por muito tempo. Tal constatação é importante porque a produção de tabaco é a principal cultura em termos de contratação de trabalhadores diaristas no município de São Lourenço do Sul.

Ao analisar a remuneração dos diaristas entrevistados é possível perceber uma estratificação por etnia e sexo, a qual, aliás, é representativa da realidade brasileira. As duas extensionistas entrevistadas relataram que os diaristas de origem negra recebem valores menores do que aqueles de origem germânica, fato que foi constatado pelos depoimentos colhidos, dado que enquanto a maior remuneração por dia de trabalho foi a de Roberto, loiro de olhos azuis, que chegou a receber R\$ 50,00/dia, a menor foi a de Paola, negra, que recebeu R\$ 20,00/dia por seu trabalho. Note-se que a maior remuneração foi a de um rapaz de origem germânica, já entre os negros a maior remuneração foi a de Gabriel, que recebeu, de seu tio, para ajudar, R\$ 35,00/dia. Ou seja, há o indício¹⁰ de que os rapazes brancos possuam as maiores remunerações e as mulheres negras às menores. No caso de Gabriel, o indício de discriminação é relativo, pois ele foi empregado pelo tio, que também deve ser negro.

⁹ Este rapaz também é o único entrevistado a possuir atividades autônomas na propriedade – cultiva feijão - e ainda recebe cerca de R\$ 1000,00 anuais por seu trabalho na propriedade.

¹⁰ Coloca-se tal constatação como indício pelo caráter qualitativo desta pesquisa. Acredita-se que apenas mediante uma pesquisa de tipo quantitativa seria possível fazer tal afirmação de maneira definitiva.



As informações obtidas através da pesquisa também permitem concluir que a grande maioria dos diaristas agrícolas de São Lourenço do Sul trabalha na produção de tabaco, envolvendo-se especialmente na etapa da colheita. Caso semelhante foi investigado por Aparício e Aguilera (2009, p. 10) na Argentina, onde os trabalhadores envolvidos neste tipo de trabalho são filhos de outros diaristas rurais, não possuem terras suficientes para prover seu sustento e plantam apenas para o próprio consumo. Outra característica que aproxima os diaristas do tabaco argentinos, da Província de Jujuy, e os lourencianos é o fato de a maioria morar próxima ao local de trabalho e de não migrar periodicamente em busca de outras ocupações.

Mas se nestes aspectos há uma semelhança marcante entre os diaristas de Jujuy e os de São Lourenço do Sul, alguns outros aspectos parecem ser especificidades do município brasileiro, como a negociação individual de valores. Cavalcanti e Mota (2002, p.165) já haviam ressaltado esta característica das relações de trabalho na agricultura brasileira, revelando ainda que tal situação dificulta à organização dos trabalhadores. As autoras também apresentam um refinamento desta análise, relativo ao fato de os diaristas e seus empregadores dividirem os mesmos espaços de lazer e de vida, partilhando sociabilidades que contribuem para uma maior flexibilização das relações de trabalho, especialmente por parte daqueles que são contratados (CAVALCANTI e MOTA, 2002, p.163-164).

Mas, além de desprotegidos socialmente, pela total informalidade das relações de trabalho, os diaristas do fumo também estão fisicamente desprotegidos, pois nunca utilizam o equipamento de proteção individual (EPI). É bem verdade que os próprios agricultores, que contratam os diaristas na época da colheita, também não utilizam os equipamentos, alegando que os mesmos são muito quentes, sendo seu uso inviável no verão, época em que as folhas são colhidas. Todavia, cabe chamar à atenção, em relação aos diaristas que, como este equipamento é pago pelos produtores, não há sequer a disponibilidade do mesmo para que o trabalhador contratado o utilize, de modo que o não uso, entre os diaristas do fumo, mais do que uma escolha é uma imposição. De acordo com Regina, técnica da EMATER que trabalhou no atendimento aos diaristas, eles usam apenas um boné e uma camisa de manga comprida, fato que é preocupante, visto que o tabaco, além dos agrotóxicos utilizados, possui altos níveis de nicotina, os quais são absorvidos pela pele quando a folha é colhida úmida, fato muito comum, dado



que em virtude do calor na época da colheita, os trabalhos iniciam-se muito cedo, quando o orvalho ainda cobre as folhas.

Outra constatação da precariedade do trabalho dos diaristas, mais especificamente daqueles residentes nas comunidades quilombolas, é relatada pela técnica da Emater, segundo a qual em alguns casos os trabalhadores não são remunerados em dinheiro, mas em produtos como carne e leite. De acordo com ela, os trabalhadores aceitam tal situação por sua condição de fragilidade, pois dependem destes recursos para viver, de modo que não estão em condições de negociar. Ao analisar uma comunidade quilombola no município de Viamão – RS, situado na região metropolitana de Porto Alegre, Silva (2005, p. 292) relata caso semelhante a este, quando em troca de remédios, transporte ou pagamento de pequenas dívidas, os proprietários de terras vizinhas tomavam parte de áreas que pertenciam aos quilombolas como pagamento.

Ainda no que se refere aos quilombolas, que constituem boa parte dos diaristas presentes no município, estes formam o que o Secretário de Assistência Social de São Lourenço do Sul considera o cinturão de pobreza do município, constituindo por isso o público predominante dos assistidos pelo programa Bolsa família do Governo Federal. Cabe lembrar que tal inclusão no programa social só foi possível a partir do reconhecimento das comunidades, o que ocorreu apenas no ano de 2010. De acordo com Daniela e Regina, técnicas do CAPA e da EMATER, respectivamente, o reconhecimento das comunidades foi um grande avanço para os moradores das mesmas, que antes desta data não possuíam sequer o acesso à água e a luz elétrica.

A pobreza, aliás, é condição presente para boa parte das famílias dos diaristas, como atesta o fato de que, num universo de dez trabalhadores entrevistados, em seis casos as famílias estão ou já estiveram vinculadas a programas sociais do governo federal (Bolsa Família, Bolsa Escola, Programa Brasil Quilombola).

Ao se fazer uma síntese das condições de trabalho dos diaristas ocupados no município de São Lourenço do Sul é possível fazer as seguintes afirmações: a) as relações de trabalho são precárias, baseadas apenas num acordo verbal entre contratante e contratado; b) o valor recebido pelo diarista também é acordado verbalmente, havendo significativa variação no que recebem os trabalhadores pela execução de uma mesma atividade; c) a oferta de trabalho é bastante irregular, de modo que os trabalhadores permanecem sem trabalho por longos períodos; d) Por ser uma relação de trabalho



totalmente informal, mediada apenas por acordo verbal, os diaristas não possuem acesso a qualquer tipo de proteção social; e) enquanto para alguns trabalhadores está é uma atividade que gera receitas complementares à atividade agrícola, para outros significa a única fonte de receitas pecuniárias recebidas ao longo do ano; f) não são disponibilizados aos trabalhadores os equipamentos de segurança necessários à execução das tarefas solicitadas.

Todavia, quando se analisam estas condições de trabalho, referentes aos trabalhadores assalariados de São Lourenço do Sul, quilombolas e não-quilombolas, pode-se perceber que não diferem muito das enfrentadas pelos trabalhadores assalariados migrantes do restante do país e também da América Latina (SILVA e MENEZES, 2006; FLORES, 2009).

Mas, antes de passar às considerações finais deste artigo, é importante fazer referência às constatações de Basaldi (2011, s/pg) e Alves (2006, p. 94-95) no que se refere à importância das lutas empreendidas pelo sindicato dos trabalhadores da cana, único grupo de trabalhadores temporários que possui tal tipo de organização; de Cavalcanti e Mota (2002, p. 165) que atribuem à precarização do mercado de trabalho brasileiro a ausência de uma organização sindical que defenda suas categorias específicas e de Trpin (2007, p.136) que destaca o fortalecimento dos trabalhadores rurais argentinos a partir da consolidação do UATRE (Unión de Trabajadores Rurales y Estibadores) como seu representante legítimo.

A partir de tais referências é possível inferir que o caminho da sindicalização pode se constituir numa importante ferramenta dos trabalhadores diaristas a fim de regulamentarem sua ocupação, o que permitiria a eles uma maior capacidade de negociação - na relação com os patrões - em termos de condições de trabalho, remuneração e, especialmente, acesso a algum tipo de proteção social. Ao mesmo tempo, enquanto camponeses e/ou quilombolas, a sindicalização como trabalhadores assalariados temporários pode resultar na perda de outros direitos atribuídos àquelas categorias sociais.

Considerações Finais

Considerando o propósito primeiro deste artigo, de analisar a situação dos trabalhadores diaristas da agricultura familiar no município de São Lourenço do Sul, é possível afirmar que estes trabalhadores estão inseridos de maneira precária num



mercado de trabalho altamente desregulamentado e sujeito a situações em que o pagamento pelos dias de trabalho pode variar conforme a cor e/ou sexo do trabalhador ou ainda ser na forma de produtos básicos de consumo.

As informações coletadas também permitem visualizar que os trabalhadores, além de desprotegidos socialmente, também estão fisicamente expostos aos riscos à saúde oferecidos pela cultura do tabaco, dado que não usam os equipamentos de proteção individual, o qual sequer lhes é disponibilizado.

Também chama a atenção o fato de que entre os trabalhadores diaristas que pretendem permanecer exercendo atividades agrícolas, apenas aquele que tem acesso à terra é que trabalha no fumo; mas, por outro lado, entre os que pretendem abandonar as ocupações rurais todos estão vinculados à cultura deste produto, que, desta forma, pode ser considerado um importante motivador para que os jovens busquem opções de trabalho não agrícolas.

Ao se analisar a busca de opções não agrícolas por parte dos trabalhadores consultados coloca-se, simultaneamente, a valorização da educação como ferramenta para inserção num trabalho urbano e as dificuldades, especialmente de cunho econômico, para conseguir viabilizá-la. Neste sentido, percebe-se ainda que a lógica machista presente na sociedade pode ser limitadora de trajetórias bem sucedidas, as quais, para se concretizarem, requerem altas doses de dedicação pessoal.

Por outro lado, fica latente o fato de que a posse de terras suficientes para o desenvolvimento da agricultura é condição indispensável para que os diaristas fiquem menos dependentes do trabalho para terceiros e para que possam construir trajetórias mais afastadas da pobreza. Mas, mais uma vez, a limitação econômica se impõe, dado que trabalhadores que mal tem condições de prover seu sustento diário não podem sequer cogitar a possibilidade de adquirir terras

Por fim, destaca-se a importância de se pensar acerca das implicações, positivas e negativas, de uma possível sindicalização destes trabalhadores, ressaltando-se que o mais importante e urgente é possibilitar aos mesmos que possam acessar algum tipo de proteção social, ter sua atividade regulamentada e, fundamentalmente, adquirir maior poder de barganha no trato com os empregadores, podendo, desta forma, receber um valor justo por seu trabalho e, assim, ter possibilidades de viabilizar a construção de um futuro melhor para si e seus familiares.



Referências:

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? **Revista Saúde e Sociedade**, v.15, nº3, p.90-98, Set-Dez 2006.

ALVES, Maria Odete. Pluriatividade no sertão nordestino: uma estratégia de sobrevivência. O caso do município de Tejuçuoca, estado do Ceará in **Revista Raízes**, v.21, n.1, jan-jun/2002.

APARÍCIO, Susana e AGUILERA, María Eugenia. Trabajo transitorio y trabajadores migrantes en el agro argentino In **Talles Migraciones y Cálida Del Empleo Agrícola**. Neuquén – Argentina, 2009.

BASALDI, Otávio Valentim. O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira in **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. Nº 384, ano XI, 2011, Edição On line, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/imprensa/>

BENDINI, Mónica et al. Mundos migratorios. Periplos en los ciclos de vida y de trabajo in **VIII Congreso Latino Americano de Sociologia Rural**. Porto de Galinhas - PE, 2010.

BUCHWEITZ, Suzanne et al. **Revelando Quilombos no Sul**. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA, 2010

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa e MOTA, Dalva Maria da. Trabalhadores rurais no Brasil no fim do milênio. Recife: **Caderno de Estudos Sociais**. Vol.18, nº 2, Jul-Dez, 2002, p. 155-169.

COSTA NETO, Canrobert. Territórios camponeses em questão: proprietários, parceiros e diaristas na agricultura familiar da zona da mata de Minas Gerais, Brasil in **VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**. Porto de Galinhas - PE, 2010.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo et al. Diferencial de renda entre ocupações no meio rural brasileiro in **XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Recife-PE, 2001.

DESCONSI, Cristiano. Estratégias de inserção produtiva dos migrantes do sul do Brasil no Mato Grosso no período pós-90. **Travessia – Revista do Migrante** – nº 68 – Janeiro-Junho/2011, p. 63-74.

FLORES, Sara María Lara. Geografía de las migraciones em America Latina: una revisión de los principales enfoques analíticos in **Talles Migraciones y Cálida Del Empleo Agrícola**. Neuquén – Argentina, 2009.

IBGE. **IBGE Cidades@**. Disponível em www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow/htw?1



- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil.** Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Estrutura de Posições de Classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda.** Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes e MENEZES, Marilda. Migrações rurais: velhas e novas questões. Brasília: Núcleo de estudos agrários, 2006. disponível em: www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/migracoes_rurais_no_brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf.
- SILVA, Vera Regina Rodrigues. Barragem: etnicidade, pobreza e trabalho. Porto Alegre: **Revista de Ciências Humanas: Cidadania, Democracia e Políticas Públicas.** V. 26/27, nº 1/2, 2004/2005, p. 289-312
- SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Edição on line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, disponível em www.centroedelstein.or.br
- TRPIN, Verônica. **“¡Pero siempre estuvo así, es por los compradores del exterior!” Producción, trabajo y sindicato en la fruticultura del Alto Valle de Río Negro.** Posadas – Argentina: Tesis de Doctorado – Universidad Nacional de Misiones, 2007.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Wanderley. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.



GT 13- Trabalho Agrícola, Migração Sazonal e Mudanças Tecnológicas.

As migrações sazonais de nordestinos para a lavoura canavieira no sudeste brasileiro: Resultado de uma má distribuição da terra e de um mercado de trabalho restrito?

Karlene Carvalho Marinho¹

1-Mestre em Ciências Sociais / Professora Ensino Básico Técnico e Tecnológico
IFMA./ karlenecarvalho@hotmail.com.

Resumo:

Esta apresentação busca levantar questões sobre como as migrações tem se tornado uma opção para milhares de trabalhadores nordestinos, que por não disporem de recursos em sua terra, acabam optando por migrar para as lavouras de cana no sudeste brasileiro. Tomando como ponto de partida o município de Timbiras localizado no Estado do Maranhão, que é considerado um grande exportador de mão de obra barata para as lavouras de cana de açúcar no sudeste brasileiro, é que buscamos analisar como o processo de má distribuição da terra, ligado ainda a um mercado de trabalho local que não atende as necessidades daqueles que lá residem, podem se tornar fatores determinantes na hora de migrar.

Palavras-Chave: Migrações sazonais, Lavoura canavieira, Trabalhadores migrantes.



As migrações sazonais de nordestinos para a lavoura canavieira no sudeste brasileiro.

As migrações tem se tornado opção atualmente para várias famílias nordestinas. Em alguns municípios maranhenses essa realidade é cada vez mais intensa, como é o caso do município de Timbiras, localizado a 316 km da capital São Luís.

Subjacente aos estudos da migração está a discussão sobre as possíveis causas que contribuem para que a mesma aconteça. Não se trata de uma única razão, mas de um conjunto de fatores que são peculiares ao momento histórico, social, e principalmente econômico, que articulados ajudam a construir os mecanismos de expulsão que marcam os processos migratórios em geral e os casos de migração temporária.

Neste trabalho buscaremos apontar algumas problemáticas relacionadas principalmente a posse da terra, que articuladas com um mercado de trabalho restrito impulsionam a saída constante de trabalhadores. Entretanto obedecendo a uma questão metodológica faz-se necessário pontuar o que entendemos pela categoria migração.

Quando discutem a respeito da genealogia da categoria migração Moacyr Palmeira e Alfredo Wagner (1977) destacam que a análise envolve diferentes aspectos e configurações. Sendo assim, deve ser tratada com relevância pelo pesquisador as variações na forma como os atores percebem as dinâmicas que estão a ela relacionadas. Sobretudo, demonstrando que há uma diferenciação da forma de pensá-la. Como mostra o trecho abaixo:

Os indivíduos ou grupos sociais com quem entrávamos em contato dissociavam por completo as “migrações sazonais” [...] das “migrações definitivas” para o sul do país de alguns dos filhos, da “migração” que teria sido definitiva mas não foi [...] ao mesmo tempo que vinculavam esses movimentos a outros movimentos tendo ou não uma expressão espacial própria: [...] (PALMEIRA, WAGNER, 1977).



A categoria migração aparece como uma espécie de termo neutro que incorpora imigração e emigração. Um aspecto relevante trazido nessa discussão é a possibilidade de pensar as migrações, não apenas como um deslocamento geográfico caracterizado por um ponto de partida e chegada, pensado a partir de um ponto a e b, como nas formas pré-fixadas imigração/emigração, mas pensá-la como um processo total, devido a sua dinamicidade.

Os pontos de partida e de chegada são relevantes, pois é de onde e para onde se dá a migração, que particulariza os pontos entre os quais ocorrem os movimentos e permite identificar a sua natureza. Faz da questão ponto de partida, de chegada e da direção da migração a primeira das questões que se deve pensar.

Outro desafio seria entender as causas e consequências da migração, e sobre a integração ou não do migrante rural em meio urbano (MENEZES, 2002). Taylor (2002), por exemplo, evidenciou uma conexão entre os temas da migração e da pobreza. No entanto, o autor deixa claro que pobreza não é sinônimo de saída de migrantes.

Acrescenta ainda que a falta de recursos e investimentos nas áreas de saída é um dos elementos que explicam a necessidade de deslocamento de trabalhadores rurais. Nesse sentido, a zona rural se torna o local onde a maior parte dos movimentos migratórios ocorre.

Ainda segundo esse autor, é possível olhar a migração sob uma perspectiva otimista, ressaltando o fato de que a migração diminui a pobreza, na medida em que há transferência monetária para o local de origem, contribuindo para articular a economia local. Logo, as remessas de dinheiro podem influenciar diretamente na redução da pobreza nas regiões de origem dos migrantes¹.

Ressalta também que as pessoas que migram não cortam os laços com o local de origem e os familiares que ficam tendem a organizar suas atividades econômicas ajustando-se a perda de mão-de-obra.

¹ Taylor (2002) argumenta em seu trabalho que as pessoas que migram não cortam os laços com o local de origem e os familiares que ficam tendem a organizar suas atividades econômicas ajustando-se a perda de mão-de-obra.



Contudo, esse autor destaca que a migração pode contribuir para uma diminuição de mão-de-obra disponível no local de partida devido à dificuldade de encontrar substitutos, provocando um impacto negativo na região de origem. Sendo assim, o impacto na economia torna-se direto e imediato.

Na visão de Arango (2000), as pessoas migram com o objetivo de melhorar de vida através do trabalho, na tentativa de obter um rendimento maior. Há um cálculo de rentabilidade feito sobre o processo migratório no qual os benefícios obtidos devem ser superiores ao conseguido no local de origem.

Singer (1973) acrescenta que além da necessidade no local de origem há também a atração que o destino exerce, e que ambos os fatores agem simultaneamente, embora com intensidades diferentes.

No entendimento de Menezes (2002), como o trabalho assalariado, em geral, é encontrado com mais frequência em locais distantes das comunidades, os camponeses são estimulados ao deslocamento, envolvendo-se em diferentes tipos de migração ao longo de suas vidas. As migrações temporárias acabam tornando-se alternativa para a reprodução social do campesinato.

Durante a pesquisa de campo, quando os trabalhadores foram questionados a respeito da motivação para migrar, suas respostas refletiram principalmente a ausência de condição econômica no município para a reprodução familiar; revelando a ausência de oportunidades no setor econômico, e tornando a migração temporária como alternativa para garantir a reprodução social.

2. O maranhão exportador de mão de obra: “os maranhenses trabalham mais.”

Segundo Cunha e Baeninger (2005), as migrações internas no Brasil assumem maior complexidade a partir da década de 1980, quando há a intensificação dos deslocamentos do tipo urbano-urbano.

Comparando-se os volumes da migração interestadual, o País registrou na década de 1970 em torno de 9,5 milhões de pessoas que declararam ter mudado de estado pelo menos uma vez na década. Esse volume se elevou para 10,6 milhões entre



1981-1991, alcançando 12,5 milhões na década de 1990, sendo que, os estados da Bahia, Maranhão e Piauí apresentaram entre os períodos de 1990-2000 um incremento da emigração, ou seja, saída de pessoas, enquanto São Paulo e Rio de Janeiro registraram um aumento no volume de imigrantes.

Parte do deslocamento de migrantes do Maranhão e Piauí para o Estado de São Paulo pode ser explicado pelo forte crescimento da atividade canavieira nesse estado, que, a grosso modo, guarda semelhanças com a fase áurea do Proálcool, das décadas de 1970 e 1980. Tal semelhança se deve a dois motivos: tanto na década de 1970 quanto agora, o produto principal do processo de expansão do complexo Agroindustrial Canavieiro é o aumento da demanda pelo Álcool.

A segunda semelhança diz respeito a necessidade de trabalhadores migrantes para o desenvolvimento dessa expansão, que necessita da imigração de trabalhadores vindos de regiões como Maranhão, Piauí e outros estados do nordeste (ALVES, 2007).

Na década de 1980, a região canavieira de São Paulo era território de mineiros e baianos e, a partir de 2001, esse território passou a ser dividido com piauienses e maranhenses. Uma parte dos mineiros e baianos, migrantes temporários, passou a ser morador da região, e os maranhenses e piauienses começam a desempenhar esse papel pendular (ALVES, 2007).

Segundo dados apresentados na grande imprensa e por alguns estudiosos (ALVES, 2005), os trabalhadores maranhenses e piauienses são considerados mais produtivos que a força de trabalho até então empregada. O que garantiria a esses migrantes trabalhadores o posto de trabalho.

Nas três últimas décadas, o pólo atrativo da mão-de-obra migrante é, sobretudo, a indústria de açúcar e álcool, tendo a região nordeste como principal fornecedora dessa mão-de-obra. Contando com o Estado do Piauí ao lado do Maranhão como principais exportadores dessa mão-de-obra.



3. Má distribuição da terra e um mercado de trabalho restrito. Causas da Migração?

Através da pesquisa que fizemos pudemos observar claramente através das entrevistas e conversas com trabalhadores retornados e com aqueles que ainda se preparavam para viajar, que o elemento principal que impulsionava a saída desses homens e mulheres para o corte de cana, era a situação vivenciada por suas famílias no local de origem. Marcada pela inacessibilidade aos recursos produtivos de que dispõe o município e ainda pela carência de equipamentos públicos de saúde e da educação.

Essa inacessibilidade aos recursos do município fica explícito quando observamos a situação de monopólio da propriedade da terra por parte de uma minoria (Quadro 1) e ainda da existência do arrendamento como mecanismo de acesso a terra.

Estrato de área	Estabelecimento em N°	Estabelecimento em %	Área em número	Em %
Menos de 10 hectares	3.307	90,87	3.717,13	5,09
10 a 50 hectares	44	1,21	1.252,05	1,71
50 a 100 hectares	96	2,64	6.221,70	8,51
100 a 500 hectares	140	3,84	29.165,70	39,90
500 a 1.000 hectares	14	0,38	9.148,12	12,52
Mais de 1.000 hectares	12	0,33	23.586,00	32,27
Sem declaração	26	0,71	-----	-----
Total	3.639	100,00	73.090,142	100,00

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário, 1996).

QUADRO 1 - Área e número dos estabelecimentos por grupos de área total.

Percebe-se que os estabelecimentos de quinhentos hectares ou mais, apenas vinte e seis (26), ocupam quase 45% da área total, enquanto os de dez hectares, que



representam a maior parte das unidades agropecuárias do município, correspondem por cerca de 5,0 % da área total.

Os dados do Censo Agropecuário mostram e, nesse ponto coincidem com a pesquisa, que o componente mais relevante da estrutura fundiária de Timbiras é o predomínio da grande propriedade baseada principalmente na exploração de trabalhadores através da instituição do arrendamento.

Entretanto, vale ressaltar que seria um erro pensar que o movimento migratório se fundamenta apenas na injusta estrutura fundiária, pois verificamos que ela também se alimenta dos recursos oriundos do corte da cana. Principalmente da possibilidade de acumular recursos para investir na aquisição e bens.

Dessa forma, pensar em alternativas para minimizar a saída desses trabalhadores, passa pela intervenção do estado através de uma política de redistribuição de terras, desapropriação e ainda estabelecimento de projetos de assentamento, entretanto essas políticas devem ser acompanhadas de apoio a iniciativas econômicas possibilitadas pela redistribuição dos ativos econômicos adquiridos durante o trabalho na lavoura de cana.

Referências Bibliográficas

ALVES, Francisco. "Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. IN: NOVAES, José Roberto, Alves Francisco. (orgs). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: Edusfscar, 2007.

ALVES, F.A. A produtividade do trabalho e a expansão para o Sudeste do complexo Agroindustrial Canavieiro. In: **Cd. Anais do IX Encontro Nacional da ABET (Associação Nacional de Estudos sobre o Trabalho)**, 10 a 14 de Novembro de 1995, Recife, PE.

ARANGO, Joaquín. **Enfoques conceptuales y teóricos para explicar la migración**. 2000.

CUNHA, J. M. P; BAENINGER, R.A. **Cenários da Migração no Brasil nos anos 90**. Cadernos do CRH, Salvador, v 18, n. 43, p 87-101.

CARNEIRO, Marcelo. **Deslocamento temporário e superexploração dos trabalhadores de Timbiras em empresas do complexo sucroalcooleiro do Estado de São Paulo**. Conferência realizada no Fórum Estadual de combate ao Trabalho Escravo, no dia 19 agosto de 2005, na cidade de Codó/MA.



CARNEIRO, M.; SOUSA, A.; MARINHO, K. **Migrações, estrutura agrária e redes sociais: uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura de cana em São Paulo.** Universidade Federal do Maranhão (UFMA); São Luis, 2006.

MARINHO, Karlene C. “**Viagem toda sexta**”: Análise do processo de intermediação do deslocamento de trabalhadores migrantes de Timbiras-MA para a lavoura canavieira do sudeste brasileiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Maranhão, 2010.

MARINHO, Karlene C. “**Quintal da Usina**”: Recrutamento de trabalhadores em Timbiras-MA para o trabalho na lavoura de cana em São Paulo. São Luís, 2007. Monografia (Curso de Ciências Sociais).

MENEZES, Marilda A. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes:** um estudo de famílias de camponeses-migrantes. ED: Relume Dumará. Paraíba; 2002.

PALMEIRA, M. e ALMEIDA, A. W. B. *A invenção da migração.* Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ -1977.

SINGER, Paul. **Economia política da Urbanização.** São Paulo: Brailiense. 1973

TAYLOR, Edward J. migrations: Nouvelles dimensions et caracteristiques: causes, consequences et répercussions em termes de pauvreté rurale.In:Stamoulis, Kostas G.(dir) **Alimentation, agriculture et developpement rural.** Roma: (2002)FAO p. 195-236.



GT 13 – Trabalho agrícola, migração sazonal e mudança tecnológica na agricultura

Campesinato: Visões de *muito trabalho* e formação humana

Maria Ivonete de Souza¹

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação. Orientação da Dra. Marlene Ribeiro. Docente da Unemat. E-mail: mariaivonetede@gmail.com.

Resumo

Este ensaio se propõe a evidenciar a trajetória na qual se constitui o campesinato bem como os sujeitos que o fazem e o refazem ao longo dos tempos. De um lado, teorias consideram este modo de vida e cultura como atraso vitimizado, com menosprezo e insignificância; de outro, leituras mais progressistas dos últimos períodos, o colocam no lugar de possibilidades, devido à politização de mulheres e homens do campo que estão se movendo em lutas nos diversos movimentos sociais.

Palavras-chave: campesinato; sujeitos; trabalho; formação humana.



Chegamos ao início deste milênio carregando o fardo de um modo de vida construído sob os desígnios da acumulação e exploração capitalista. Estarrecidos, muitas vezes, analisamos os números sínteses dessas determinações deveras incompreensíveis, dado ao sofrimento e a destruição dali gerados. Mesmo assim os assustadores dados estatísticos, cientificamente calculados, amarrados em suas teorias, jamais darão conta de ao menos retratar o peso do clamor amordaçado; da pele seca em brasa marcada; dos estômagos em buracos vazios; da areia escaldante, desertos abertos na lambida do fogo na seca amazônica; da dor do câncer despertado no tóxico, sem cura.

Vivemos o tempo da vida incerta, no limite da existência humana e planetária. Não que tenha sido simples ou fácil outras “eras”, pois, desgraçadamente, a dominação constitui-se parte da luta pela vida humana já no nascedouro da sua organização em sociedade.

Pautados em nossa *necessidade natural*, como seres vivos dependentes do oxigênio, cria-se todo um aparato material, científico-tecnológico, financeiro, para nos salvar desse mal, o aquecimento global – uma ameaça não desprezível, é certo. Entretanto, sem tocar no fundamento da questão que é a própria produção de mercadorias excedentes e supérfluos, apenas objetivando a permanência da lucratividade, a ponta de lança a nos ameaçar levando ao esgotamento total dos elementos vitais à vida terrestre. Para Mészáros (2007):

No curso do desenvolvimento da humanidade, a *necessidade natural* progressivamente dá lugar à *necessidade historicamente criada*, enquanto, no devido tempo, a própria *necessidade histórica* se torna *necessidade potencialmente desnecessária*, com a vasta expansão da capacidade produtiva e da riqueza real da sociedade. (p.52) [grifos do autor]

Vivemos, portanto, um intenso movimento de *desenvolvimento* capitalista com produção acelerada corroborada pelo avanço tecnológico (diga-se de passagem, tecnologias criadas por braços e mentes trabalhadoras); por ampla e dilatada invenção de necessidades *transitórias* e total ataque às fontes mais elementares da natureza. Esse movimento exclui parcelas significativas do mercado de trabalho com fechamento dos postos de compra dessa *mercadoria*, outrora disputada, hoje também descartável.



Segundo Ribeiro (1999; p. 6):

Invenções científico-tecnológicas produzem uma reconfiguração nos processos produtivos, fazendo com que o trabalho morto, encarnado em máquinas, defronte-se e expulse o trabalho vivo na forma humana de homens e mulheres condenados ao não-trabalho. No mesmo ritmo em que cresce o número dos “não-qualificados”, descartados e à procura de novas formas de sobrevivência, diminui o contingente daqueles que permanecem agarrados aos seus postos, calados, sob a constante ameaça de engrossar as filas, sempre crescentes, em busca de vagas.

O trabalhador proletário, livre, radicalmente afastado de qualquer meio de produção, alienado, vê voltar contra si e tirar-lhe a vida sua própria criação ao lhe ser negada até o reconhecimento como ser vivo minimamente merecedor dos meios básicos para sua subsistência.

Neste estado de coisas, contraditoriamente, o sistema capitalista acaba por produzir e/ou reavivar outras formas de reproduzir a vida inexoravelmente criativa e criadora, humana. Exemplo dessa contrariedade é a emergência do labor camponês, um trabalho centenário subsumido (sob clamores contra sua extinção) desde o advento da modernidade e que hoje abarca mais de um bilhão e duzentos milhões de pessoas no planeta arrancando suas vidas no trabalho direto com o solo, subsolo e superfície!

Amparando-nos numa pequena frase do seu Almerindo Trevisan, um camponês morador há treze anos no Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão, Rio Grande do Sul: “Temos uma visão de futuro e ela é de muito trabalho. Passamos por uma perseguição e tivemos uma briga feia na disputa de projetos. Agora, o caminho é continuar vivendo da terra e produzindo”, perscrutamos no interior da classe que vive do trabalho sobre a possibilidade de não somente resistir, mas sim, de redimensionar outras formas de pensar, organizar e materializar a sobrevivência humana e não-humana. Que trabalho é esse do qual seu Almerindo fala livre da profecia terminal prevista por cientistas e políticos na assessoria do agonizante capitalismo? Quais projetos estão em disputa para que a vida a partir da natureza humana e não humana *continue*?

Tendo como referência o debate sobre o esgotamento do regime societal vigente dado o aprofundamento de suas contradições estruturais e o esgotamento dos elementos naturais que ameaçam a própria existência da vida planetária, vários enfoques são



delineados como um período de reestruturação ou de *transição* (WALLERSTEIN, 1998)² seguimos, interessados neste grupo social aglutinado no campesinato.

Trabalho Camponês: vias de extinção e/(ou ?) expansão

Falar em trabalho camponês nos dias atuais não é tarefa tão simples como de primeira mão parece. Para Shanin (2005, p. 18), “termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo” havendo diferenças nas relações inter e intra societais. “O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses.” (idem)

Nas palavras de Paludo (et all, 2010; p. 85):

As relações subjetivas, no conjunto da vida camponesa, representam a objetivação das relações materiais, que são base de afirmação e reprodução enquanto camponeses(as). *O trabalho é o princípio da identidade* dessas pessoas que expressa essa dimensão de suas relações produtivas e sociais. [grifo nosso]

Camponês/campesinato são termos que nomeiam uma categoria atravessada pelas contradições da sociedade; “(...) é um sujeito coletivo e social que possui modos de ser e de viver que lhes são peculiares” (84-85; idem). Isto é, constitui uma racionalidade específica assentada no *bem viver*³ e não em produção de excedentes voltados para produção de lucros advindos da exploração. Esse desejo de *bem viver* é uma intersecção onde se funde a busca de melhor qualidade de vida para a família

² Immanuel Wallerstein considera que período atual é marcado pela “desintegração e de transição massiva para algum outro sistema (ou sistemas) novo (s). (...) As perturbações crescem em todas direções. Estão fora do controle. Tudo parece caótico. Não podemos, nada pode, prever o que resultará. Mas não quer dizer que não possamos ter um efeito no tipo da nova ordem que será construída. Ao contrário. Numa situação de bifurcação sistêmica toca ação pequena tem conseqüências enormes. O todo se constrói de coisas infinitesimais”.

³ Sobre isto ver interessante matéria sobre a luta dos povos indígenas em defesa do Bem Viver como reencontro do homem e natureza condição à continuidade da vida no planeta. Inunda Abya Yala com a inspiração e raiz milenar de um novo modelo de vida e sociedade. Sumak Kawsay – o Bem Viver não é apenas uma utopia, é a reconstrução da harmonia e reciprocidade entre a Pacha Mama – Mãe Terra, os seres humanos e todas as formas de vida. É um projeto de futuro que exige mudanças radicais, rupturas com o atual modelo neoliberal e neocolonizador. Disponível http://www.biodiversidadla.org/Menu_Derecha/Prensa/Brasil_o_Bem_Viver_uma_nova_sociedade



através de um, também melhor, trabalho em que a posse dos elementos da natureza – água/terra – é suporte dessa condição. A partir desse modo de compreender, debruçam sobre a natureza e o trabalho para arrancar através deles, e com eles, a vida própria e dos entes familiares.

Maria Wanderley (2003; p. 46) observa que

É possível entender o campesinato em duas dimensões distintas, porém complementares. [...] Em primeiro lugar, o campesinato se constitui historicamente como uma civilização ou como uma cultura. Em segundo lugar, o campesinato pode ser visto de uma maneira mais restrita, como uma forma social particular de organização da produção. Fala-se, neste caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. [...] Evidentemente, essas duas abordagens não são antagônicas, uma estando imbricada na outra.

Atualmente padece de forte tentativa à sujeição, à invisibilidade, mesmo que um quinto da população mundial se mantenha nessa modalidade de trabalho produzindo e reproduzindo suas próprias vidas, e, também, colocando à nossa mesa – homens e mulheres que se nutrem sem nada plantar – mais de 70% da alimentação básica ou mesmo que na agricultura camponesa absorva 80% da força de trabalho que atua no campo, em atividades ditas rurais.

Essa insistência segregadora construída historicamente produziu o camponês como um ser indesejado, uma atividade a ser superada para a prosperidade humana. Remonta essa forma de pensar ao Mundo Antigo. Neste sentido, Ploeg (2008; p. 2) nos informa que, embora na cultura grega, o camponês era um homem sublime e livre, “que praticava a agricultura de forma orgulhosa e independente”, entretanto, na tradição romana, os camponeses eram subordinados e considerados “maus, feios e incapazes de controlar o seu próprio destino”.

A forma “romana” de pensar manteve-se e, nos dois últimos séculos, foi realimentada pelos conflitos gerados no levante revolucionário contra o modo de produção capitalista na emergência da Revolução Industrial e, também, na vitória da Revolução Russa em 1918.

O processo crescente de industrialização a partir de meados dos oitocentos impressionava, pois significava o fim da servidão, possibilitava o aumento da



produtividade e a produção do trabalho coletivizado fora uma inovação geradora de boas expectativas de progresso. Nesta perspectiva, a atividade camponesa deveria sucumbir para a efetivação das novas formas de produção no processo de acumulação primitiva e exploração capitalista.

Todavia, isto não ocorreu de fato, sequer na experiência da Revolução Russa os camponeses se negaram a entrega de suas terras ao processo de nacionalização e, e dessa forma fortaleceram, mesmo que indiretamente, a propriedade privada do latifúndio Russo ao mesmo tempo em que se mantém “fora da onda modernizadora” fomentada pelo desenvolvimento do capital. É importante lembrar o fato de que o capitalismo na Rússia, neste período, estava menos desenvolvido do que o do oeste europeu, com isto, a baixa produtividade ampliava os conflitos entre campo-cidade, classe operária e camponesa. Estes últimos, ao fim e ao cabo, detentores dos alimentos cujos preços também ditavam.

Segundo Ribeiro (2010; p. 93): “Isso faz com que Marx, na obra *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*, afirme: ‘Sem nenhuma dúvida, a história dos últimos três anos tem demonstrado até a saciedade que essa classe da população é absolutamente incapaz de alguma iniciativa revolucionária’”. Embora, segundo a autora, “no final de sua vida, Marx parecia apresentar dúvidas a respeito do lugar do camponês no processo de transformação social, que pensava estar subordinado à direção operária”.

Para Kautsky (in GINARDI, 2010; p. 2), na efervescência do debate no interior do partido social-democrata alemão, em 1899, e em busca de apoio do campesinato a esse partido, registra em *A questão Agrária* sua constatação da condição não capitalista do camponês, “um produtor de mercadorias” *que* necessita da terra como meio de transformar o seu trabalho em garantia de sua existência e não para a obtenção de lucro ou renda fundiária. Posto que o resultado de sua produção lhe reembolse as despesas e também lhe pague o trabalho investido, ele terá a sua condição de existência garantida.

Constata também, fato ainda hoje relevante às análises sobre a questão, o caráter contraditório de *expropriação e recriação* do capital em relação ao campesinato. Ao expropriar as terras e delas retirar os camponeses, o capital também excluía de um determinado território a condição de sua expansão: a força de trabalho. Isso o obrigava a recolocar os trabalhadores na terra novamente, seja através de arrendamento, seja



oferecendo-lhes pequenos espaços para reproduzirem-se ao instante que se submetiam ao assalariamento constituindo assim em uma das condições da perpetuação camponesa até nossos dias.

A possível convivência de formas não capitalistas no interior do capitalismo fora constatada pelos estudos de Marx, Luxemburgo, Martins, dentre outros - tratam desse assunto e forneceram aporte teórico às teses, tanto no campo político e quanto acadêmico, que irão sustentar, mesmo na ótica anti-capitalista, uma tensão ainda insolúvel “o camponês como um obstáculo à mudança”, uma figura social que deveria desaparecer ou ser progressivamente removida ou um sujeito histórico resistente.

Contudo, a subordinação e a busca de autonomia-liberdade são faces de um mesmo movimento. Thomaz (2008) cita importante afirmativa de Fabrini (2002): “o capitalismo que insiste na expropriação e desaparecimento dos camponeses é traído em suas leis pela luta dos trabalhadores do campo. Este é o caso da luta nos assentamentos, ou seja, camponeses que têm sua existência garantida pela luta de resistência”. São contradições das relações capitalistas geradoras do encontro de modos de vida em que o campesinato se faz presente.

Ainda segundo Thomaz (2008; p. 279),

é por meio das contradições imanentes ao metabolismo do capital que devemos entender a existência camponesa. (...) As mobilizações de massa na América Latina, com amplo ascenso camponês e indígena, que do México à Guatemala, ao Equador, à Colômbia, ao Paraguai, se destaca em nível internacional. Essas são *sinalizações importantes*, apesar de insuficientes, para o fortalecimento de ações anticapital e de destaque dos trabalhadores camponeses na cena política, o que já não se via com frequência nos últimos tempos. [grifo nosso]

No Brasil, desde o período escravista até nossos dias, os quilombos tem sido um desses territórios criativos de resistência camponesa onde o trabalho solidário confunde-se com o coletivo; a diversidade das atividades produz a autosustentação fora das leis capitalistas. Para maior aprofundamento sobre esta questão ver a obra de Adelmir Fiabani - *Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*, 2005.

Também os roçados comuns criados pelos povos indígenas podem ser nomeados como sinais de *cunhas* a abrir o sistema capitalista, contrapondo-o. Grandes exemplos



de experiências nesse sentido não faltam. Destacamos os Enawene Nawê, que vivem às margens do Rio Iquê, afluente do Juruena, no noroeste de Mato Grosso. Produzem alimentos para o sustento da pequena família, bem como do grande grupo, de forma coletiva, autosustentável, totalmente desgarrada do mercado capitalista. Ainda sobre populações indígenas, Souza (2002; p. 217) em seu trabalho: *O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais*, na bacia platina, chama-nos a atenção para o fato de considerarmos equivocadamente a produção agrícola indígena, tal como fazemos em relação ao campesinato fora das aldeias, como uma agricultura de subsistência.

Na verdade, a noção de economia de subsistência é uma projeção que os economistas clássicos fizeram e ainda fazem sobre as sociedades primitivas. Os índios não existem plenamente, eles subsistem. Desprezando completamente as informações trazidas pelas pesquisas etnográficas, esses teóricos inventaram o mito de um homem selvagem subordinado à condição de animal, como se fosse incapaz de explorar eficazmente o meio ambiente e como se vivesse em regime de eterna penúria.

Essa forma de pensar mistificada impede-nos, submetidos aos modelos sociais considerados complexos, de pensar a produção de alimentos como prazer; relação afetiva com a terra e os elementos que a compõem (solo, água, animais, energia...); espaço lúdico-criativo, de humanização; como entendiam nossa ancestralidade ameríndia e, inclusive, refletia nas próprias relações de trabalho.

Sendo uma economia comunitária do tipo cooperativista, o indivíduo não era reconhecido como sujeito econômico, nem havia o padrão da competição interna. O espírito religioso e o pensamento finalista dos Guarani refreavam o desenvolvimento de uma ética econômica baseada na noção de lucro privado, o que não foi compreendido pelo racionalismo utilitarista dos missionários no período colonial (idem; p. 250).

Sobre essa perspectiva de vida pautada no bem comum Ribeiro (2010; p.74) nos traz a caracterização do campesinato brasileiro anunciada por Vendramini:

No Brasil as formas de organização dos trabalhadores da terra, de acordo com Célia Vendramini, são históricas e influenciadas pelas origens africanas e indígenas, além da presença dos brancos trazidos pela colonização européia; tais formas são marcadas pela tradição do trabalho cooperativo ou de ajuda mútua. Constituem-se como trabalhadores da terra ou rurais ou do campo, os ‘assalariados temporários e permanentes, arrendatários, meeiros,



produtos integrados às agroindústrias e produtores familiares que possuem alguns meios de produção, porém não suficientes para prover a sua subsistência, ao lado de produtores tecnificados...?

Márcia Motta e Paulo Zarth, organizadores de dois livros da coleção *História Social do Campesinato no Brasil*, detalham ainda mais a diversidade da condição camponesa: “proprietários e posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem dos recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros. Os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terras por cessão; os quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária”.

É nesse contexto em que a população negra no campo em seus quilombos; população indígena taxada como selvagem, e; movimento contestatório do capital voltado prioritariamente às causas proletárias, isolando o campesinato como sujeito histórico revolucionário, que a famigerada “Revolução Verde” chega ao Brasil, nos anos 60: um terreno fértil ao seu enraizamento e expansão. Em poucas décadas assume a características e tamanho jamais imaginável.

Dos anos 90 aos dias atuais, o avanço da visão neoliberal tem colaborado para solapar e colocar em risco a sustentabilidade dos ecossistemas ameaçando a biodiversidade e a vida de maneira geral. Aprofunda-se também a expropriação, a exploração, arrancando trabalhadores de suas terras, elevando os marcos da produtividade e, nesse movimento, elevando as taxas de desemprego, subemprego, e, até mesmo, fazendo desaparecer postos de trabalho, o “campo”.

Paradoxalmente, o campo torna-se, novamente, local de visível combate onde se acirra o conflito entre capital e trabalho. Inexoravelmente, território onde trabalhadores - do campo, no campo ou remetidos ao campo - buscam organizar suas vidas num



movimento análogo às sementes (de lótus talvez?⁴) pocam de sua dormência e nutrem-se mesmo que ainda frágeis caulículos de uma energia aparentemente quase finda.

Pensamos, assim, que nesse momento histórico faz muito sentido a reflexão sobre a necessidade definirmos a pertinência do termo “camponês” trazida por Shanin (2005; p. 19):

Sem dúvida, pode-se exagerar as preocupações com terminologias, desviando-se para um discurso fastidioso, em que longas palavras são usadas para tecer mais palavras, ainda mais longas, sem jamais retornar ao mundo dos vivos. Para evitá-lo, o pensamento dos cientistas sociais deve sempre mergulhar diretamente nas realidades e nos problemas sociais e políticos. [...]

Devemos acrescentar, aqui, o compromisso, dentro da tradição socialista, de definir as dimensões da opressão do homem pelo homem e os caminhos da luta para combatê-las. Excetuando sua mistificação e sua utilização ideológica, o conceito de campesinato cumpriu, muitas vezes, todos esses serviços. Esta capacidade ainda não se esgotou.

Neste sentido, considerando a “heterogeneidade dos camponeses” como “indubitável” e a pertinência do reconhecimento social dessas mulheres e homens que arrancam sua existência arredada ao sistema capitalista e, conseqüentemente, a complexidade teórica em tentativas de definir o termo, colocamos-nos a pensar na possível especificidade da Educação dos Camponeses. Como pensar a formação humana para, na diversidade camponesa, soerguer valores do trabalho camponês e, ao mesmo tempo, torna-los amplamente sustentáveis seja na sua condição de educação humana, seja na relação ser humano-socio-biodiversidade, como elemento constituinte de sua perpetuação?

A formação camponesa como potência do aprender ao ensinar⁵

Trazermos as perspectivas do ser *camponês* construídas nos movimentos sociais populares organizados na Via Campesina por considerarmos que esta sintetiza de forma

⁴ Planta considerada sagrada na Ásia. Conta a lenda que nela congrega os quatro elementos da natureza: terra, fogo, água e ar em equilíbrio e expansão. Interessante também no aspecto biológico para a analogia aqui proposta pela suas potencialidades medicinais mas, principalmente, pela longevidade de sua semente: mais de mil anos e ainda continua viva!

⁵ Em Pedagogia da Autonomia Paulo Freire (1996) enfatiza a relação entre o ensinar e o aprender, da “docência estudante” como condição de formar para a transformação.



mais ampla as aspirações desse grupo social, como sujeito histórico, ativador das lutas sociais no Brasil e, também, na América Latina.

O modelo camponês defendido pela Via Campesina não propõe a rejeição da modernidade, tecnologia ou comércio acompanhada por um retorno romantizado a um passado arcaico baseado em tradições rústicas. Diferentemente, a Via Campesina insiste que um modelo alternativo deve ser baseado em certos valores em que a cultura e justiça social pesem e mecanismos concretos sejam estabelecidos para assegurar um futuro sem fome. *O modelo alternativo da Via Campesina busca resgatar aspectos tradicionais, locais e conhecimento dos agricultores e, quando e onde for apropriado, combinar esse conhecimento com novas tecnologias.* (DESMARAIS, 2007; in GIRARDI,). [grifos nosso]

Historicamente a condição camponesa tem forjado a busca dos trabalhadores pelas frinchas do modo de produção hegemônico como forma de sua subsistência. A *alternatividade* neste caso é o locus do exercício da existência criativa humana o que tem mantido-os apesar de toda gama de adversidade, secularmente. No caso atual, o capitalismo, ao produzir-se produz também outras formas de relações econômicas com as quais é obrigado coexistir não por uma dádiva deste, mas pela luta de homens e mulheres que *sabem* fazer brotar vida nos fundos de pasto, grotões, terrenos baldios, florestas, capoeiras, charco, etc.; sabem cuidar do broto para que dê “flores e frutos”; *sabem* tecer vestimentas, telhados, paredes, adornos e redes; sabem das dores e das curas; *sabem* das formas de vida humana porque o subumano está no seu domínio. Desgraçadamente, para os senhores do tempo presente, como insistentes orquídeas nativas, eles vivem e, em cada cria, revivem!

Como então pensar a educação com esse arcabouço de saberes forjados na luta e na criativa existência e seus criadores? Organizados no Movimento Social Camponês Popular, trabalhadores do campo se fazem ouvir por inúmeros intelectuais e instituições comprometidas com a transformação social e vem plantando sementes fecundas neste “campo”, delineando conceitos, enfim, fundamentando projetos que salvaguardem as especificidades dessa população em vias de crescimento não somente pela lógica da contradição capitalista em produzir seu oposto, mas, principalmente, fruto da incessante luta pela terra.

Para Bernardo Mançano Fernandes (2008; p. 64):



O agronegócio está, ao mesmo tempo, avançando e agonizando. Seu modelo de desenvolvimento com base na grande escala, no envenenamento dos territórios, na produção de alimentos conservados e ruins para serem vendidos em todo o mundo tem se tornando uma opção para a vida moderna. Mas, a vida moderna também está fazendo outra opção, que é por alimentos saudáveis. E alimentos saudáveis são alimentos produzidos sem veneno, em pequena escala e vendidos em mercados locais e regionais. É desse campo que estamos falando, quando pensamos em educação do campo. Embora o agronegócio esteja se apropriando do termo Educação do Campo, ele jamais vai se apropriar do conceito, porque esse campo está definido por relações sociais não-capitalistas. São relações sociais camponesas, familiares, que estão retomando os rumos do desenvolvimento territorial rural, o rumo da vida digna no campo e na cidade. E para esta vida, é preciso um projeto de educação, de Educação do Campo.

Nessa mesma perspectiva, Caldart (2008; p. 74) nos ajuda a compreender a amplitude da proposta emancipatória desta Educação do Campo referida.

... o campo não é qualquer particularidade, nem uma particularidade menor. Ela diz respeito a uma boa parte da população do país; se refere a processos produtivos que são a base de sustentação da vida humana, em qualquer país. Não é possível pensar um projeto de país, de nação, sem pensar um projeto de campo, um lugar social para seus sujeitos concretos, para seus processos produtivos, de trabalho, de cultura, de educação.

Uma condição *sine qua non* para constituição de um projeto de país que preze pela sustentação da vida é a sua produção de alimentos saudáveis, a sua soberania e segurança alimentar. Uma condição tão elementar, prioritária necessidade natural, tem sido subjugada de forma mais veemente a partir da famigerada Revolução Verde que ainda hoje fundamenta as políticas voltadas à produção de alimentos sob os ditames da produção em larga escala de excedentes com fins de expandir lucratividade cada vez mais alta mesmo que para isto haja também elevada taxa de toxicidade nas mercadorias produzidas.

Ironicamente, o setor de produção de *comodities* mesmo auferindo altas taxas de lucro e os governos cada vez mais submissos a esse setor tem, coniventemente, deixado de orientar a população sobre os riscos de tais alimentos ficando esta tarefa para o Movimento Camponês e Ambiental Popular. Exemplo disto são as campanhas contra o uso de agrotóxicos em debate no País – *AGROTÓXICO MATA*⁶ - que tem partido

⁶ Sobre isto ver material disponível em <http://www.mst.org.br/Campanha-contra-o-uso-de-agrotoxicos>.



exatamente desses movimentos sociais populares originários da luta pela terra, à luta camponesa.

É histórico o capital tentar desvincular os saberes - tradicionais, recentes ou *inovadores* - da materialidade da vida das pessoas. No campo uma forma de aplicação dessa premissa é a desconsideração total dos saberes camponeses, vistos como atrasados, como já foi dito. Anula-se com isto sua experiência secular na lida com a terra, na vida em comunidades, na construção de valores pautados na solidariedade, na auto-organização, no controle do produto de seu trabalho.

Neste sentido, o Movimento Camponês Popular ao resistir à forma capitalista e doentia da produção de alimentos faz não somente a luta por alimentos saudáveis, mas também, emerge dali prova cabal da necessária preocupação com o outro, outro humano e não-humano, considerando que, por ser uma ética de vida, cuida-se dos iguais e da natureza como um todo. Pensar no outro em sob a égide de um modelo que se mantém através do individualismo exacerbado não é qualquer coisa, é pista e materialização do potencial transformador aí presente.

Uma educação camponesa, Educação do Campo, necessita amalgamar a criatividade forjada na existência à realidade posta para, como sujeitos autônomos, possam deliberar sobre e construir emancipações de, não somente a vida no campo, mas, além disto, construir processos emancipatórios em que se fortaleça um novo modelo societal em que o *Bem Viver* seja seu elemento fundante.

Ribeiro (2010), ao realizar estudos sobre diversas experiências voltadas para as populações do campo – a saber: CFRs, EFAs, Fundep; Iterra e ENFF⁷ – afirma que há uma retomada de experiências históricas de educação popular fruto da inventividade da classe trabalhadora cuja sistematização-problematização são encontradas nas obras de Pistrak, Makarenko, Krupskaya e Paulo Freire. No nosso ver, obras conhecidas, mas ultimamente, pouco presente nas concepções pedagógicas ditas inovadoras.

⁷ As EFAs (Escolas Família Agrícola) e CFRs (Casas Familiares Rurais) surgem na França, nos anos trinta, e chega ao Brasil no final dos anos sessenta como resposta às demandas das populações do campo por educação; o Fundep (Fundação de Ensino e Pesquisa da Região Ceileiro), o Iterra (Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária) e a ENFF (Escola de Formação Florestan Fernandes), os dos primeiros situados no Rio Grande do Sul e a terceira em São Paulo são instituições projetadas e implantadas no contexto da luta camponesa reascendida a partir dos anos oitenta e tem ativado a formação voltada para a transformação social de integrantes dos movimentos sociais camponeses de todo País.



De acordo com a autora essa educação popular sustentada pelos movimentos sociais populares, no caso, o movimento camponês, assume esse caráter emancipante com potencial de alavancar rupturas.

Esboços de um projeto de *educação integral* integram o projeto social dos movimentos sociais populares, sinalizando para uma sociedade em que as classes populares possam exercer a *liberdade*, ter autonomia em seus processos organizativos e conquistar a *emancipação* verdadeiramente humana. Isso é o que podemos captar nas experiências pedagógicas de trabalho agrícola e educação escolar, assentadas sobre a cooperação e na sua dimensão social, do movimento camponês, apesar das contradições que lhes são próprias enquanto integradas em uma sociedade capitalista. (p. 418)

Experiências prático-pedagógicas pautadas em demandas dessa natureza têm se realizado em várias regiões do País com o envolvimento de intelectuais organicamente comprometidos com as lutas dos Movimentos Sociais Populares. Há um tatear em construções de espaços institucionalizados cujo impulso parte sempre da pressão destes movimentos que vem captando olhares pela própria força da causa em questão: ensinar e aprender consolidar o *Bem Viver* no planeta como conteúdo, forma e projeto de humanidade.

Aqui não podíamos concluir sem antes se lembrar do choro incontido de indígenas no dia 31 de maio de 2010 ao ser comunicado da liberação para construção da barragem Belo Monte, no Pará, pelo governo brasileiro entregue e a serviço do grande capital movediço e destrutivo, e; também, da morte da camponesa estudante do PRONERA⁸-PA, Maria do Espírito Santo, assassinada, também no último maio, juntamente com seu companheiro José Cláudio, por construir uma sua vida, neste tempo, naquele lugar – Nova Ipixuna/PA - transcendentemente universal e infinita para com as vidas humanas e não-humanas que há e haverão de existir por milhares de anos.

Quanto temos a aprender nessa escola que nos produzimos como *ensinadores* de Almerindos, Raunis e Marias do Espírito Santo para que as lágrimas e o sangue no chão batidos despertem/aprofundem em nossos ensinamentos, em nosso trabalho, seus vitais sentidos? (Quebra da dormência da semente de lótus! Talvez...)

⁸ Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária, uma conquista dos movimentos sociais do campo, em 1998, ligado ao MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (RIBEIRO, 2010; p. 174).



REFERÊNCIAS

BARRETO, Nanda, (2011). Assentamento Filhos de Sepé comemora 13 anos de produção sem agrotóxicos no RS. <http://www.soltec.ufrj.br/mstrio/assentamento-filhos-de-sepe-comemora-13-anos-de-producao-sem-agrotoxicos-no-rs/>.

ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma educação do campo*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FABIANI, Aldemir. *Mato, Palhoça e Pilão – o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 – 2004)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In: ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma Educação do Campo: políticas públicas e educação*. Brasília: INCRA; MDA, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Edição especial MST. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIRARDI, Eduardo Paulon. 2010. Atlas da Questão Agrária Brasileira. <http://www4.fct.unesp.br/>. Acessado em 16-06-2011.

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo. (Orgs). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência de justiça nos Brasis*. São Paulo: UNESP/NEAD, 2008..

PALUDO, Conceição et all. Relações Camponesas: Assentamento Remansão/TO e Comunidade Alto União/RS. In: PALUDO, Conceição; THIES, Vanderlei (Orgs.) *Desenvolvimento do Campo em Construção: experiências em assentamentos e comunidades camponesas*. São Leopoldo: CEBI, 2010.

PLOEG, Jan Douve van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SOUZA, José Otávio Catafesto, (2002). O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000200010. Acessado em: 18/06/2011



RIBEIRO, Marlene. É possível vincular educação e trabalho em uma sociedade “sem trabalho”? *Revista da UCPel*. Pelotas, 8(1): 5-27 jan-jun, 1999.

_____. Movimento Camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SHANIN, Teodor, A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista NERA*. Presidente Prudente Ano 8, n. 7 pp. 1-21 Jul./Dez, 2005.

THOMAZ JR, Antonio. A classe trabalhadora no Brasil e os Limites da Teoria: qual o lugar do campesinato e do proletariado? In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel, A reestruturação capitalista e o sistema mundial. São Paulo: *Revista Perspectivas*, 20/21: 249-267, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003.

Sites consultados:

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/enawene-nawe>
Acessado em 21/06/2011.



GT13 - Trabalho agrícola, migrações e tecnologia

Camponeses e canavieiros: razões e significados da migração do semiárido para a Zona da Mata Alagoana

Cícero Ferreira de Albuquerque¹
Márcio de Matos Caniello²
Edson da Silva³

¹ Cícero Ferreira de Albuquerque – graduado em História pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC); mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); docente da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); membro do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capitalismo Contemporâneo e do Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano (NESAL). E-mail: ciceroalbuquerque@hotmail.com

² Márcio de Matos Caniello - Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (1984), Mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993) e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Desde 1986 é Professor Associado de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atualmente é Diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (UFCG/Campus de Sumé) e Coordenador do Projeto Universidade Camponesa (UNICAMPO). Email: marciocaniello@gmail.com

³ Edson da Silva - graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca/Unidade Palmeira dos Índios; membro do Grupo de Pet/Conexões de Saberes e do Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano (NESAL). E-mail: edson.slv.edson@gmail.com

Resumo

O fenômeno em tela é o da migração, cíclica. A migração no Nordeste brasileiro já dura décadas e atravessa várias gerações de camponeses que migram do Agreste e do Sertão para a Zona da Mata alagoana ou para outras regiões do Estado e do país como forma de sobrevivência, permanência e/ou ampliação da sua condição camponesa. A vida em pequenas e médias propriedades exige a migração. Ela é uma estratégia de pecúlio das famílias camponesas e serve ao seu projeto de reprodução. Mesmo enfrentando, durante o período migrado, condições adversas de existência e de trabalho sob um regime de produção típico de assalariamento, sua condição camponesa não é negada, o camponês não é reduzido à condição de proletário. Fatores macroeconômicos são decisivos para que a migração aconteça, mas também não podem ser negligenciados eventos conjunturais como a seca, por exemplo, ou mesmo acontecimentos culturais como a tradição de migrar constituída no seio das famílias camponesas.

Palavras-Chave: camponês, canavieiro, sertanejo, migração, Alagoas.



Introdução

O processo de migração temporária não é um fenômeno recente no Nordeste brasileiro, conforme Suarez (1977, p. 35), remonta ao fim do século XIX e começo do século XX. Anualmente muitos camponeses deixam as suas famílias no Semiárido e migram para a Zona da Mata. A migração dura cerca de cinco ou seis meses do ano, tempo médio da safra canavieira.

Há situações que o movimento migratório garante a sobrevivência de muitas famílias camponesas durante uma parte do ano, é fonte regular de renda que funciona como fator de estabilidade e de redução de riscos (CARON, 2003. p. 93). Noutros casos, ela ganha contornos menos dramáticos, corresponde a uma atitude estratégica de fortalecimento das unidades produtivas. Assim constituída, a migração temporária representa não apenas um meio de sobrevivência, é uma estratégia para garantir e aprimorar a sua existência na terra de diversas famílias camponesas. De qualquer forma, ainda que seja uma necessidade, a migração não representa a incapacidade da agricultura camponesa de produzir os meios de sua reprodução, é um indicador de sua insuficiência, fato comum numa realidade que, conforme dados do IBGE (2010), 80% das propriedades rurais são minifúndios. Por outro lado, conforme Mazoyer e Roudart (2010, p. 512), a migração forçada pode enfraquecer ainda mais a capacidade de produção campesina e “se as rendas externas não bastarem para garantir a sobrevivência da família, esta não tem outra saída a não ser o êxodo para as periferias da cidade”.

A região sertaneja alagoana é composta por 26 municípios e nela moram cerca de 500 mil habitantes. O clima quente na maior parte do ano, em média 25° C, desde os tempos coloniais, impacta a vida do sertanejo. Já o Agreste alagoano é formado por 23 municípios e tem uma população de aproximadamente 475 mil habitantes.

Dois grupos principais migram: 1 – Os desempregados do campo e da cidade – maioria dos migrantes. São trabalhadores rurais, ex-camponeses ou não, com vida no campo ou na cidade. Esse grupo, quando tem oportunidade, sobrevive do trabalho que realiza nas médias e grandes propriedades da região. No verão, migram em busca de trabalho e de melhores rendimentos. São os vínculos familiares e a identidade que têm com a região que os trás de volta. Os rendimentos obtidos no corte da cana são, muitas vezes, a única renda que têm durante o ano e, quando somadas duas safras, adquirem o



direito ao seguro desemprego, ou seja, a cada dois anos, garantem um ano inteiro com salário. 2 – Os camponeses com pouca terra. Sem ou com pouca tecnologia e assistência técnica, produzem para a reprodução da unidade familiar e destinam pequena margem da produção para o mercado. Atuam no limite das suas possibilidades objetivas. Têm profunda relação com a terra e forte identidade com a região. Nessas condições, a migração temporária é uma exigência de sobrevivência e uma estratégia de melhoramento da sua “condição camponesa”.

2- Alguns significados do processo migratório

Diversos são os significados desse fenômeno. No âmbito do lugar de moradia do migrante, determinado por condições sócio-históricas que o empurram para fora de sua unidade produtiva, a família camponesa, *locus* privilegiado de análise, é impactada e sofre com a migração de um ou mais dos seus membros (WOORTMANN, 2009). Entre outras coisas, os papéis cumpridos pelos membros da família que ficam são redefinidos e as afetividades de mulheres, jovens e crianças são atingidas. Conforme Menezes (2002, p. 20), “A migração masculina é parte da organização familiar e indissociável do trabalho da mulher na terra e sua responsabilidade pelo trabalho doméstico, socialização de crianças e reprodução dos novos trabalhadores”.

No contexto de existência como migrado, no universo canavieiro, o migrante se depara com condições de existência extremamente adversas e com relações de produção típicas de um modelo de assalariamento, destacam-se também as crescentes contradições de classe que envolvem o mundo do trabalho, assim como são constituídas as relações de tensão com as populações locais (ALBUQUERQUE, 2009; WANDERLEY, 1979; ANDRADE, 1994).

O vai-e-vem de trabalhadores entre o Semiárido e a Zona da Mata expressa um processo histórico marcado por causas estruturais mantidas quase que intactas ao longo dos tempos. Estamos diante de uma realidade que o capital hegemônico historicamente configura as regiões e estabelece, conforme os seus interesses, o papel de cada uma no panorama de acumulação e expropriação da natureza e do trabalho humano (OLIVEIRA, 1981, p. 25).

No universo canavieiro alagoano, de forma genérica, todo migrante do Semiárido é chamado de “sertanejo” pelos “da rua” e pelos donos do capital agroindustrial sucroalcooleiro. Os ‘sertanejos’, por sua vez, chamam os canavieiros da



Zona da Mata de os “da rua” (PLANCHEREL; ALBUQUERQUE; VERÇOSA, 2009). Quando os “da rua” caracterizam os migrantes do Semiárido de ‘sertanejos’, demonstram não uma incapacidade de distinguir quem é do Sertão e quem é do Agreste. Na verdade, estão demonstrando a sua rejeição contra aqueles que chegam e ameaçam os seus empregos, contra aqueles que, conforme expressam, ‘aceitam’ os extremos rigores e os abusos das usinas. “Eles são considerados passivos, submissos e inconscientes e, portanto, constituem-se como categoria avessa à organização de classe” (MENEZES, 2002, p. 18).

Os capitalistas e os que formam a cadeia de dirigentes por eles comandada, consideram os ‘sertanejos’ como aqueles que são mais resistentes e disciplinados no trabalho, os que produzem mais. Por isso, ano após ano, são chamados para o trabalho duro do corte da cana.

Compreendemos que o processo migratório é determinado por causas macroeconômicas, o que não anula o papel de indivíduos e grupos na elaboração de seus projetos migratórios. É o que fazem milhares de camponeses todos os anos: confrontam o caráter totalizante do capital, constroem e reconstroem as suas estratégias de reprodução. É a compreensão do caráter dinâmico e dialético dessa realidade que nos motiva a procurar entender a presença não residual ou marginal do campesinato. A resistência do campesinato e a constituição de um modo particular de vida, mesmo que se relacionando com o mercado, aparece como uma categoria importante para negar a pretensão de ser absoluto do capitalismo ao mesmo tempo que afronta as concepções de desintegração fatal do campesinato.

Não estamos advogando que o campesinato representa uma classe particular dentro da ordem capitalista, nem que espontaneamente constitui-se em “classe para si”, apenas identificamos no *ethos* campesino códigos de produção e de convivência social que contrariam as lógicas gerais do capital. Também não estamos falando de uma sociedade autárquica (GARCIA JR; HEREDIA, 2009).

3- Uma breve caracterização da realidade do migrante

Durante muito tempo a imagem predominante do Nordeste foi da terra seca e das carcaças de animais mortos. Em grande medida, essa foi a imagem descrita por Euclides da Cunha em seus “*Os Sertões*”. Desfigurado, o Nordeste aparece para a cena nacional como a região que tem como característica primeira e fundamental o castigo da seca.



De perto, a realidade é mais complexa. Além de tudo que à distância tem grande realce, na parte rural do Semiárido nordestino, de cuja realidade nos parece mais próximos os ditos e os entendimentos destacados, vamos notar a presença de uma gente que vive do árduo trabalho na terra, produzindo em pequenas e médias propriedades e resistindo às intempéries naturais e sociais. Falamos de milhares de agricultores cujas existências estão bem traçadas em nossos romances regionais, mas que estiveram historicamente esquecidos pelos poderes constituídos ou são alcançados precariamente pelas políticas públicas (ANDRADE 1988; SABOURIN e TRIER, 2003).

O povoamento do Nordeste sertanejo e agrestino teve na atividade pecuária sua razão principal. O gado, ocupando áreas em geral extensas de terra, “[...] foi o motor da descoberta do Sertão e do crescimento econômico” da região (CARON e HUBERT, 2003, p. 103). Os pequenos proprietários surgiram no século XVIII (PALACIOS, 2009).

O Semiárido alagoano ocupa o menor percentual de área inclusa no chamado ‘Polígono das Secas’, 43,7%, do seu território. Por dispor de características climáticas mais favoráveis à agricultura do que as áreas semiáridas dos outros Estados nordestinos, Alagoas é “cognominado vulgarmente de ‘o filé do Nordeste’” (ANDRADE, 1998, p. 33).

No contexto do Semiárido, os camponeses com terra possuem pequenos pedaços de terra (uma ou duas tarefas, em média), plantam milho, feijão, batata doce e criam galinhas, cabras e, quando têm, algumas cabeças de gado. Os movimentos migratórios acontecem na direção da Zona da Mata, mas também para capitais e até para outras regiões do País (DURHAM, 1984). Migram os pobres e, destacadamente, os mais jovens (ANDRADE, 1988; CARON, 2003; SILVA, 2006; WOORTMANN, 2009). Os proprietários e filhos de proprietários rurais de unidades produtivas de pequeno e médio porte formam a massa migrante. Os grandes proprietários são beneficiados por esse processo. Nas justas palavras de Silva (1999, p. 237) “[...] a migração, quer seja definitiva ou sazonal, produz a passagem de uma estrutura de dominação para outra. [...] a migração não liberta o camponês das amarras do poder dos grandes proprietários”.

A migração permanente ou temporária verificada na região, não tem na seca a sua causa principal. O tamanho limitado da maioria das propriedades é a razão maior. Godoi (1999, p. 70), analisando a migração de comunidades rurais do Sertão do Piauí constata que



A migração tem um caráter claro: garantir a reprodução simples da unidade camponesa, mantendo um vínculo estável com a terra, e, assim, evitar a ‘reprodução negativa’[...] ou seja, menos terra para mais gente, forçando a minifundização a limites que comprometeriam a reprodução camponesa da área.

No contexto alagoano, esse fenômeno, circunscrito no âmbito da pluriatividade (CARNEIRO, 1998), transforma o trabalhador num sujeito de dupla atividade: uma camponesa, agricultora e outra canavieira, agricultora e assalariada. Como camponês, o trabalhador é dono de um pedaço de terra, dos instrumentos de produção e dos bens produzidos por ele e por seus familiares. Essa atividade atende às suas necessidades de reprodução e é – quando é – destinada ao mercado local e regional. Enquanto canavieiro, ele é proletarizado pela moderna indústria açucareira, produz para um mercado distante e, muitas vezes, nem sabe quem é o dono da empresa para a qual trabalha.

Essa dupla condição, dada a sua regularidade e a sua ocorrência por diversos anos e por várias gerações, nos diz que tal migrante não é apenas camponês, é também canavieiro. Entretanto, apesar de ser proletarizado durante um período do ano e uma parte da sua vida, ele não é um proletário, é um camponês. O sujeito que migra é um camponês e é em função dessa condição que ele migra. O trabalho no canavial visa garantir e fortalecer a sua “condição camponesa”, categoria desenvolvida por Van der Ploeg, cujas características inclui “um projeto de sobrevivência e resistência ligado à reprodução familiar” e a “pluriatividade” (SABOURIN, 2009, p. 32). Nesses termos, hipoteticamente, ainda que a atividade canavieira represente a principal fonte de renda da família de algum migrante camponês no período de um ano, o trabalho como canavieiro tem apenas caráter complementar. Assim, a migração é uma estratégia utilizada por membros de “[...] famílias de grande porte, frequentemente polinucleares, quando o trabalho agrícola não é capaz de ocupar todos os membros de maneira contínua nem de suprir as necessidades de consumo de todos” (CARON, 2003, p. 93). Ou como nos diz Wanderley (2009, p. 14), “O que está em jogo é a sobrevivência da família pela construção/reprodução do patrimônio possível, no presente e no futuro, e da própria comunidade camponesa”.

É também papel fundamental da migração capitalizar as famílias camponesas para enfrentar dificuldades financeiras momentâneas e para formar poupança para



investimentos futuros que fortaleçam a unidade produtiva, inclusive para adquirir bens para a propriedade ou mesmo novas terras. A migração não é um fenômeno de relevo apenas econômico (WOORTMAN, 2009, p. 226), ela fortalece a pequena propriedade, implementa a agricultura camponesa e previne o avanço do latifúndio, afirma o campesinato como ator coletivo capaz de resistir aos modelos hegemônicos presididos pelo grande capital.

Para definir esse processo não nos parece suficientes a categoria “camponeses-trabalhadores”, seja na concepção de Shanin – por este autor entender o campesinato como uma categoria marginal –, seja na concepção de Sozan, que aborda o campesinato como um proletário cuja a renda principal decorre do emprego não agrícola. A categoria “migrantes do trabalho”, desenvolvida por Breman, nos parece adequada até o momento que diz de trabalhadores que se deslocam, mas mantém os vínculos com os seus locais de origem (MENEZES, 2002, p. 42-3). Diferente de Breman, entendemos que a migração temporária não transforma o camponês em proletário e nem ratifica o modo de produção capitalista, apesar de acontecer dentro dele e sob a égide de suas relações.

4- Conflitos e contradições do processo migratório

Um dos significados mais relevantes da migração é o impacto que ela gera em outras regiões. A região canavieira, por exemplo, há várias décadas vem recebendo migrantes no período de safra. No ensaio *Cassacos e Corumbas*, realizado no contexto da Zona da Mata pernambucana, Maria Teresa S. de Melo Suarez aborda a migração como parte de um processo social determinado por causas estruturais e dinâmicas produtivas diferentes. Para a autora tal relação se configura como “[...] uma forma especial de inter-relação entre a grande e a pequena propriedade (o chamado ‘complexo latifúndio-minifúndio’), através da migração espacial dos trabalhadores rurais” (SUAREZ, 1977, p. 96).

Esse movimento sempre foi povoado de conflitos e tensões. Nos últimos anos as tensões têm se renovado e assumido novos contornos. O fato é que a região canavieira vive uma reestruturação profunda nas últimas décadas. As relações entre capital e trabalho, especialmente, foram alteradas. Novos modelos de gestão e de controle do trabalho foram implementados, gerando dor e sofrimento para os trabalhadores canavieiros e taxas de mais-valia ainda mais agressivas (ALBUQUERQUE, 2009; CARVALHO, 2000; SILVA, 1999). Tais alterações acirraram as lutas de classes no



universo canavieiro, fato que fica evidenciado com as recentes greves e protestos no universo canavieiro alagoano (CÂNDIDO; MALAGODI, 2007) e fortaleceram o interesse dos empregadores de ter a mão de obra dos migrantes ‘sertanejos’. Eles são buscados cada vez em menor número, haja vista que, como todo processo produtivo recente, o corte da cana adota princípios de racionalidade produtiva típicos da administração moderna, o que significa, entre outras coisas, em redução de mão de obra e aumento de produtividade. Entretanto, o tradicional sentido estratégico utilizado pelo capital açucareiro para buscar o trabalho migrante, garantir a plena ocupação das vagas de trabalho no período da safra, está mantido.

A fama de bom trabalhador representa a grande vantagem dos ‘sertanejos’ em relação aos ‘da rua’. Some-se a isto, o fato de que ele busca no corte da cana auferir alguma renda suplementar, fazer uma poupança que servirá como seguro a ser investido na melhoria de sua reprodução. Estima-se que a safra de 2011 será de mais de 30 milhões de toneladas de cana e que empregará aproximadamente 70 mil canavieiros. Não sabemos quantos destes são migrantes do Semiárido, mas é possível afirmar que eles estarão presentes, principalmente na parte sul da Zona da Mata.

O migrante é um corpo estranho na realidade que o recebe. Embora Hasse (2007, p.77), sentencie que “[...] para se fixar num território novo, ainda que temporariamente, o migrante precisa manter uma boa relação com o meio ambiente, nele incluídos os humanos já estabelecidos”, não é isso o que tem acontecido. As relações de convivência são difíceis. Na raiz das tensões está o fato de que a presença do migrante “quebra o *status quo* do lugar onde se insere” (Ibidem, 78).

O ‘sertanejo’, como um de ‘fora’, como um estranho nas terras dos outros, sente o olhar de preconceito e de discriminação contra si contra a sua região, ressentido-se principalmente porque sabe que é visto como um desgarrado da sua região, da sua gente e da sua família, mas, é principalmente a sua condição de concorrente no mundo do trabalho, que faz com que seja visto como um intruso, uma ameaça, despertando o olhar hostil dos demais trabalhadores canavieiros.

As representações produzidas pelos trabalhadores “da rua” e pelos patrões constituem identidades distorcidas do ‘sertanejo’. Ser ‘sertanejo’ é a sua “imperfeição original”, em seguida lhes são imputados imperfeições e atributos que o descaracteriza como ser humano comum, diverso, dinâmico. Ser ‘sertanejo’ ganha fortes contornos negativos, configurando-se como um estigma (GOFFMAN, 2008, p. 15) e confirmando



a tese de que “ninguém migra impunemente” (HASSE, 2007, p. 84). De um lado, ele aparece como desprovido de autoestima e de consciência de classe, segundo a tese de que tolera os abusos extremos dos patrões; do outro, ele é máquina, dócil, pois além de cumprir as rigorosas metas de produção, convive com condições que lhes são hostis.

Por sua vez, o ‘sertanejo’ camponês que migra para a região canavieira tem uma condição que os ‘da rua’ não conhecem. Ele tem uma atividade de auto-reprodução, o que inclui um pedaço de terra, uma casa própria e algum gado, por isso, não raro, lançam um olhar superior, enxergam os ‘da rua’ como trabalhadores em condições de inferioridade financeira e patrimonial. Os ‘da rua’, muitas vezes, sequer têm um lugar próprio para morar, vivem de aluguel nos povoados, vilas ou mesmo nas periferias da cidade. Enquanto isso, o camponês move-se em função de um projeto de manutenção e/ou de aprimoramento do patrimônio que possui, o que o faz, conseqüentemente, um sujeito com mais autonomia (CASTORIADIS, 1982; SADER, 1988).

Uma das razões dos conflitos entre os ‘da rua’ e os ‘sertanejos’ nos últimos anos tem sido a não adesão dos mesmos nos movimentos grevistas ocorridos na região. Só em 2010 foram registradas 14 greves de canavieiros em Alagoas. O motivo principal foi a adoção do contrato safrista, expediente implementado por 17 das 24 usinas. O contrato safrista, diferentemente do contrato por tempo indeterminado, isenta a usina da multa rescisória de 40% ao final da safra. Apesar de ter amparo legal, o contrato foi repudiado pelos trabalhadores que são por ele impedidos de, após duas safras, terem direito ao seguro desemprego.

Diante da pressão, a expectativa é que na próxima safra as usinas recuem na utilização do contrato safrista. Apenas a Usina Coruripe, localizada no município de mesmo nome, deve mantê-lo. A mesma, para incentivar o trabalho dos ‘sertanejos’, costuma bonificá-los no final da safra com uma indenização diferenciada. No contrato safrista o trabalhador tem direito apenas a FGTS, 13º e férias proporcionais, enquanto no contrato por tempo indeterminado, estão incluídos também o seguro desemprego, 40% sobre o FGTS e aviso prévio.

Reiteradamente os ‘sertanejos’ foram indiferentes às lutas por melhores salários e por melhores condições de trabalho na atividade canavieira. Este ano, excepcionalmente, na usina Guaxuma, localizada no município de Coruripe, eclodiu uma greve de ‘sertanejos’-canavieiros. Em defesa da validade da migração como estratégia de reprodução da sua condição campesina, os ‘sertanejos’ rebelaram-se:



enfrentaram o contrato safrista. Esta não foi, como já vimos, a única greve contra o contrato, os 'da rua' já vinham enfrentando tal imposição das usinas, mas, por ter sido desencadeada, liderada e conduzida unicamente por 'sertanejos' – os 'da rua' foram indiferentes a esta greve -, ela tem significados particulares. Buscar conhecê-los melhor é um das nossas propostas futuras.

5 Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Cana, casa e poder**. Maceió: Edufal, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canvieira e seu impacto ecológico**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1994.

_____. **A Terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

CÂNDIDO, Paulo e MALAGODI, Edgard. **Mobilização de trabalhadores canvieiros e ação estatal no setor sucroalcooleiro do Nordeste**. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas (Nepaad). Departamento de Ciências Sociais (DCSA). Universidade Estadual da Bahia (UESB). Ano VII, nº 08, jul./dez. 2009. Vitória da Conquista: edições da UESB, 2009.

CARON, Patrick; SABOURIN, Eric. **Camponeses do Sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

_____. **Diversidades e trajetórias de evolução das unidades produtivas**. In: CARON, PATRICK; SABOURIN, Eric. **Camponeses do Sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

CARON, Patrick; HUBERT, Bernard. Dinâmicas do Sistema de Pecuária. In: CARON, Patrick; SABOURIN, Eric. **Camponeses do Sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

CARVALHO. Cícero Péricles de. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria .sucro-alcooleira alagoana**. Maceió: Edufal, 2000.



GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no Sertão do Piauí. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

GOLFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GARCIA JR, Afrânio; HEREDIA, Beatriz Alasia de. Reversões identitárias, mobilidade e campesinato. In: GODOI, Emília Pietrafesa, MENEZES, Maria Aparecida de, MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009

HASSE, Geraldo. “Meus caros pais”: uma trajetória migrante. In. CUNHA, Maria Jandira Cavalcanti... [et al.]. **Migração e identidade**: olhares sobre o tema. São Paulo: Centauro, 2007.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. **Formas de dominação e espaço social**: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: MCT/CNPq/Marco Zero, 1988.

IBGE. Censo Demográfico – 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo, Editora da UNESP; Brasília, NEAD, 2010.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2002.

OLIVEIRA, Chico. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil. In: WELCH, Clifford A., MALAGODI, Edgard, CAVALCANTI, Josefa S.B., WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PLANCHEREL, Alice Anabuki, ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de; VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. *Os sertanejos e “os da rua”*: Idas e vindas do trabalho nos



canaviais alagoanos. In: Anais do I Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente, São Carlos (UFSCar), 2011.

SABOURIN, Eric.; TRIER, Rémi. Manejo de água em sistema pluvial sequeiro. In: CARON, Patrick; SABOURIN, Eric. **Camponeses do Sertão**: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes – **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 1999.

_____. **A morte ronda os canaviais paulistas**. Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, São Paulo, v. 33, nº 2, p. 111-142, 2006.

SUAREZ, Maria Teresa Sales de Melo. **Cassacos e corumbas**. São Paulo, Ática, 1977.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Prefácio à edição brasileira. In: SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford A., MALAGODI, Edgard, CAVALCANTI, Josefa S.B., WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.



GT 13 – Trabalho agrícola, migrações e tecnologia

Corpos em transição (Campesinato, trabalho assalariado, meio ambiente de trabalho, disciplinamento e resistência, em empresas agropecuárias nos cerrados piauienses)

Maria Dione Carvalho de Moraes¹
Thais Barbosa Reis²

¹Doutora em Ciências Sociais; Professora Titular Universidade Federal do Piauí; Departamento de Ciências Sociais/Centro de Ciências Humanas e Letras; Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas; Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia/ Programa de Pós-Graduação em sociologia. *E-mail:* mdione@superig.com.br

²Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente; Professora Titular FACID-PI. *E-mail:* thais_r@hotmail.com

Resumo

Mudanças no mundo do trabalho agrícola no contexto da incorporação dos cerrados do Piauí à agricultura moderna, nas últimas duas décadas, interpelam a pesquisa. Esta flagra um momento de transição de povos, cujo modo de vida orientado pela campesinidade vê-se interpelado por novos modos de viver, sobretudo, de trabalhar, agora, em modernas empresas agropecuárias vinculadas ao complexo carnes/grãos. Questões e dilemas de populações camponesas e trabalhadore/as rurais de décadas passadas ganham corpo no Piauí a partir do final dos anos 1990, seja guardando semelhanças com outros contextos, seja com particularidades espaço-temporais no que tange às relações de produção e meio ambiente de trabalho. Assim, o velho tema das relações de trabalho no campo ganha novas configurações em um estado que vive um processo de modernização agrícola tardia, em uma geografia, uma história e uma economia periféricas à nacional. O município de Uruçuí, com papel histórico na trajetória de incorporação dos cerrados do sudoeste piauiense, é a base empírica das pesquisas que deram origem a este artigo onde abordamos, sobretudo, situações vividas por trabalhadore/as agrícolas no processo de disciplinamento orientado pela racionalidade empresarial da produtividade e do lucro, os mecanismos de controle e formas de resistência.

Palavras-chave: Campesinato – trabalho assalariado - meio ambiente de trabalho - disciplinamento e resistência – cerrados/Piauí



1-Introdução: situando o tema e o objeto

A segunda metade do século XX foi marcada pela consolidação de amplos desdobramentos do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, no Brasil. Ciência e tecnologia tornaram-se definitivamente incorporadas aos sistemas de produção agropecuários, com a decorrente ampliação das fontes de energia, aumento da produtividade do trabalho, novas tecnologias e novos materiais. Tais mudanças promovem uso intensivo do meio ambiente natural e do meio ambiente de trabalho¹, com profundas repercussões na vida de trabalhadore/as agrícolas.

O processo de modernização agrícola brasileiro costuma ser situado nos anos 1950 com importações de máquinas e equipamentos para a produção agrícola. Nos anos 1960, com a política de industrialização do país, sobrevêm transformações na base tecnológica e no processo de trabalho que produziram/aprofundaram diferenças interregionais e a sobreposição de produtos no âmbito do mercado, na lógica da acumulação capitalista. A partir dos anos 1970, o Brasil insere-se no mercado internacional do complexo carnes/grãos. Aí, destacam-se três fatores axiais para a compreensão da situação aqui analisada: 1/produção de soja para exportação; 2/construção do solo agrícola dos cerrados para este fim; 3/definição de um tipo de trabalhador agrícola para esta atividade².

Na modernização não universalizante nem linear da agricultura brasileira a incorporação dos cerrados irradia-se do centro-sul, a partir dos anos 1970, para o Nordeste, chegando-se nos anos 1990 ao chamado “novo” Nordeste dos cerrados (COSTA, 1995, MORAES, 2000): oeste baiano, sul do Maranhão; sudoeste e sul piauiense (anexo 1). Neste “novo” Nordeste, a produção da soja deu-se em momentos diferenciados, iniciando-se no oeste baiano e no sul do Maranhão nos anos 1980 e no sudoeste piauiense nos anos 1990. No Piauí, antecedentes como a instituição de um mercado de terras, com apoio do FINOR-agropecuário e do Fiset, ainda nos anos 1980, apontam para uma situação de existência de grandes áreas de terras devolutas (MONTEIRO, 1993; MORAES, 2000) como um dos atrativos para investidores.

¹ Reis e Moraes (2011) lembram que a literatura sobre meio ambiente de trabalho (PADILHA, 2002; MELO, 2008; FIGUEIREDO, 2007; ANTUNES, 2005), tematiza a relação entre direito ambiental e direito do trabalho (POGORELSKY, 2008), ampliando o debate ambiental e trabalhista.

² Foge aos limites deste texto discorrer sobre este processo. Remetemos o/a leitor/a para, dentre outro/as, Moraes (2000), lembrando que cerrados predominam no plano central do Brasil, como segunda maior formação vegetal – cerca de dois milhões de Km² ou 22% do território nacional – depois da Floresta amazônica. Ocupa a totalidade do Distrito Federal, mais da metade de Goiás (97%), do Maranhão (65%), do Mato Grosso do Sul (61%), de Minas Gerais (57%) e do Tocantins (91%), além da presença em outras unidades federativas. No Piauí, distribui-se pelas regiões sudoeste, centro e norte (MMA, 2005) ocupando 46% da área do estado.



A incorporação dos cerrados do Piauí à agricultura moderna, comparada a outras regiões do Brasil, é uma modernização tardia. Questões e dilemas de populações camponesas e trabalhadore/as rurais em décadas passadas, alhures, ganham corpo no Piauí a partir do final dos anos 1990, alguns guardando semelhanças com outros contextos, outras com particularidades espaço-temporais, em termos de relações de produção e de meio ambiente de trabalho. Neste cenário, o velho tema das relações de trabalho no campo remete a novas configurações, no sentido de pensar metaforicamente, com Clifford Geertz “países novos” (GEERTZ, 2001), no caso, um estado, uma geografia, uma história e uma economia periféricas à nacional. O município de Uruçuí³, no sudoeste piauiense, com papel histórico na trajetória de incorporação dos cerrados piauienses, é a base empírica das pesquisas (MORAES, 2000; MORAES e VILELA, 2003a; MORAES e VILELA, 2003b; REIS, 2010) que deram origem a este artigo.

2-Cerrados piauienses: de “vazio” a “celeiro do mundo”

A incorporação dos cerrados piauienses é tardia, mesmo no território do “novo” Nordeste dos cerrados, por contingências políticas e econômicas de cunho interno e externo ao próprio estado (MORAES 2000). Uma história desta incorporação pode ser contada a partir da constituição do mercado de terras, na chamada “era dos projeteiros” (MORAES, 2000, p. 275), passando pela chegada, ainda, nos anos 1980, de forma tímida, dos primeiros dos que iriam configurar a chamada “era dos gaúchos”⁴ (MORAES, 2000, p. 276). Na segunda metade dos anos 1990, esse processo se intensificaria com a instalação de grandes projetos agropecuários por diversas empresas e investidores individuais de outros estados como Rio Grande do Sul, Pernambuco, São Paulo e Mato Grosso⁵.

De “vazio” demográfico e econômico, estes cerrados ascendem ao status de “celeiro do mundo”, “última fronteira agrícola do Brasil” (MORAES, 2000) na retórica governamental. A pesquisa científica embasou informações sobre condições edafo-climáticas favoráveis ao plantio de culturas comerciais em larga escala e à mecanização; governantes apregoaram vantagens locais da região: terra e mão-de-obra a baixo custo;

³ Município-sede dos primeiros experimentos de pesquisa científica sobre soja adaptada, em 1978, lançada em 1980 pela Embrapa-UEPAE-Teresina. Um dos municípios-base, nos anos 1990, do Pólo de Desenvolvimento Integrado Uruçuí-Gurguéia (MORAES, 2000). No Programa Estadual de Desenvolvimento Territorial, localiza-se no Território Tabuleiros do Alto Parnaíba-PI.

⁴ Para melhor compreensão da oposição Norte/Sul no imaginário social brasileiro, ver Albuquerque (1999) Sobre a oposição gaúchos/populações locais nos cerrados piauienses, ver Moraes (2000).

⁵ No sudoeste, nas chapadas de Sebastião Leal, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro, Antônio Almeida, Santa Filomena, Bom Jesus, milhares de hectares são anualmente incorporadas pelo *agribusiness*, sobretudo, da soja.



insumos básicos (jazidas de calcário e fosfato), crédito agroindustrial em bancos oficiais (Banco do Brasil e Banco do Nordeste); proximidade portuária, dentre outras.

Nos anos 1970 e 1980 o foco das primeiras investidas, com recursos da SUDENE e FINOR-agropecuário, eram cultivos de caju, pecuária de corte, e reflorestamento. A partir dos anos 1990, predomina a produção de grãos (arroz de sequeiro de terras altas, milho e, sobretudo, soja), com altos índices de produtividade e elevada lucratividade (MORAES, 2000, OLIMPIO, 2005). Instalam-se empresas com tecnologias de ponta: informatização, análise de mercado, maquinários, adubos, agrotóxicos, sementes modificadas geneticamente, armazenagem da produção. O desenrolar do processo pode ser vislumbrado pela trajetória da produção de soja a partir de 1990, no gráfico abaixo (Fig. 1).

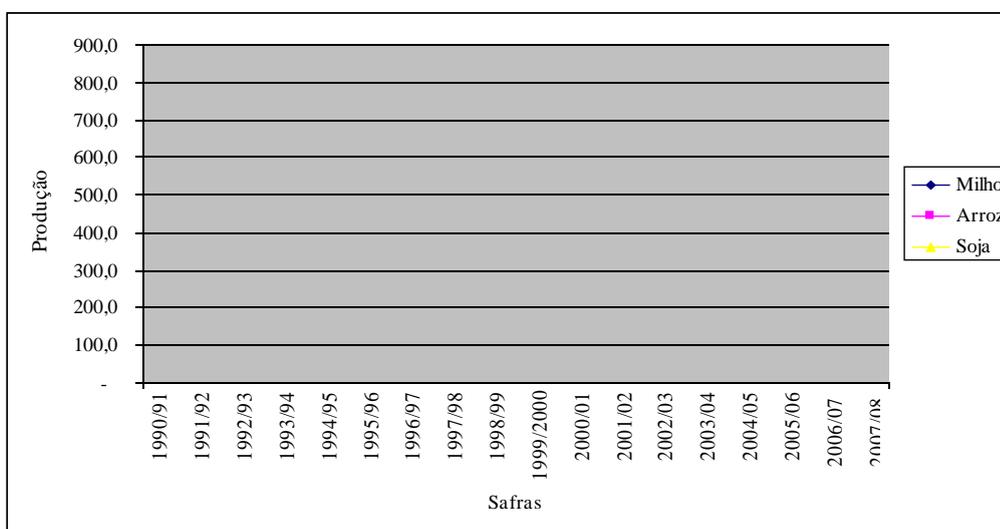


Figura 1: gráfico de evolução da produção de soja (1990-2008) no Estado do Piauí. Fonte: Dantas, 2009.

Neste contexto, como se configura a mão-de-obra agrícola nestas empresas? Quem são esse/as trabalhadore/as? Qual sua origem? Como se caracteriza seu meio ambiente de trabalho⁶? Como agem e reagem no processo de racionalização do trabalho? É do que intentamos tratar, ao menos parcialmente, a seguir.

3- De camponeses a trabalhadores rurais assalariados: meio ambiente de trabalho, disciplinamento e resistência

A construção social do trabalho assalariado, tema clássico nas ciências sociais, (MARX, 1983, 2004, 2006; THOMPSON, 1984; HOBBSAWN, 1981), aponta para

⁶ O meio ambiente de trabalho é um espaço onde todos os elementos, inter-relações e condições que influenciam trabalhadore/as em sua saúde física e mental, comportamento e valores, estão reunidos, considerando-se o meio ambiente *lato sensu*, e o pensamento social (STROH, 2003) dos grupos de trabalhadore/as. Sua característica fundamental é a ação antrópica delimitadora e transformadora do espaço físico, através do labor (REIS e MORAES, 2011).



proletarização, trabalho alienado, formas de extração de mais-valia, nova organização do tempo. Sem nos determos, aqui na revisão da vasta literatura a respeito, focalizamos o tema das mudanças no meio ambiente de trabalho rural no processo de inovação na produção agrícola. Tais mudanças incidem, diretamente, na vida de trabalhador/as, em grande parte, de origem camponesa em um processo de transição para trabalhador/as assalariado/a na agroindústria do complexo carnes/grãos⁷.

Pesquisas pioneiras de Moraes (2000) e Moraes e Vilela (2003a; 2003b) flagraram a condição camponesa entre “baixões” e “chapadas”⁸ no processo de modernização dos cerrados piauienses, buscando apreender o lugar destas populações e como estas significavam a situação e sua condição. Esse campesinato, na passagem dos anos 1990 para 2000, vivia um movimento de desterritorialização/reterritorialização liminarmente situado no “negócio do cerrado” no qual desejavam um lugar fosse ocupando áreas abandonadas por “projeteiros”, para cultivo do arroz na chapada, em grupo, juntando valores do crédito individual do Pronaf; procurando trabalho para filho/as, nas novas oportunidades surgidas na região; tendo uma segunda residência na periferia das cidades, para facilitar o estudo de filho/as e o agenciamento do sítio e do cultivo de arroz na chapada; abrindo pequenos negócios; como “peões da chapada” (MORAES, 1999 p. 1).

Moraes (2000, 2003) refere um campesinato “encurralado” nos baixões, expulso das chapadas e desprotegido – pelo frágil tecido institucional – seja em questões relativas ao acesso à terra, seja em assessoria técnica para produção, armazenamento e comercialização. Assim este campesinato agia e reagia através de suas próprias entidades: Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Cooperativa de Pequenos Produtores. Ao final da década, a região estava transformada com a presença de empresas agropecuárias e agroindustriais de grande porte nas quais parte deste campesinato e seus filho/as, 90% na faixa etária dos 20 aos 40 anos, constituem a mão-de-obra agrícola.

Neste momento e neste lugar, o trabalho também pioneiro de Reis (2010) flagra esse/as trabalhador/as⁹, no âmbito de uma nova racionalidade produtiva, desafiados por uma racionalidade estranha à sua experiência (THOMPSON, 1981) e modo de vida anteriores, às voltas com mecanismos disciplinadores utilizados na construção de um/a

⁷ Experiência não de todo estranha a essas populações que convivem com o fenômeno da migração temporária para o trabalho de corte de cana na agroindústria canavieira em outros estados, sobretudo, São Paulo. A propósito, ver Moraes, Frazão Filho e Rogério Jr. (2006).

⁸ Sobre os espaços fisiográficos e simbólicos dos “baixões” e “chapadas”, ver Moraes (2000, 2009).

⁹ A presença de mulheres se dá mais no escritório, na cozinha e na higienização dos ambientes da casa e alojamentos das fazendas, embora essas tarefas também sejam desempenhadas, ali, por homens.



novo/a tipo de trabalhador/a, entre heranças culturais marcadas pela campesinidade¹⁰ e a cultura empresarial moderna. A análise de Reis (2010) das condições ambientais do trabalho em seis empresas agropecuárias no município de Uruçui-PI, flagra esta transição do corpo camponês¹¹ ao de trabalhadores/as assalariados, dentro de uma hierarquia de funções, atividades e remuneração (quadro 1).

Função	Atividades	Remuneração (R\$)
Cozinheiras	Cuidam do preparo das refeições; da higienização dos ambientes de cozinha e refeitório.	508,00*
Serviços gerais	Realizam serviços tidos como básicos: carpir, roçar, auxiliar o plantio e a colheita, sem exigência de escolaridade ou especialidade em cursos profissionalizante ou treinamentos.	508,00
Operadores de máquinas	Operam tratores, máquinas e implementos na preparação da terra (gradear, adubar, etc.), no plantio, na colheita, na pulverização terrestre. Escolaridade ensino fundamental, primeiro grau completo. Treinamentos/cursos para operar máquinas e equipamentos.	728,00
Motoristas	Dirigem os veículos das fazendas e são responsáveis pelo transporte de pessoas, alimentos, documentos, etc.	728,00
Chefes de Campo	Lideram as equipes de campo. Escolaridade de nível médio ou superior (técnicos agrícolas, agrônomos, a maioria de origem sulista).	Não informado
Gerentes	Cuidam da gestão da empresa. Setores: financeiro, recursos humanos, compras, etc. Escolaridade de nível superior (administradores de empresas, contabilistas, agrônomos). A maioria de origem sulista.	Não informado

Quadro 1: funções, atividades e remuneração de trabalhadores/as. Fonte: Reis, 2010.

*Valor correspondente ao salário mínimo vigente à época da pesquisa

Neste novo cenário, esta população encontra-se a meio caminho entre a experiência da sociabilidade calcada em princípios da campesinidade e os desafios das inovações e das mudanças laborais as quais exigem um disciplinamento no sentido de criar, segundo Michel Foucault, “corpos dóceis” (FOUCAULT, 1999, p. 119). Pessoas socializadas, tradicionalmente, em modos de vida camponeses, em uma agricultura de sequeiro, de provisionamento (SAHLINS, 1983, GODOI, 1999, MORAES, 2000) no sistema de roça-de-toco (MORAES, 2000), vêem-se desafiadas pelas práticas da moderna agricultura do complexo carnes/grãos. São mudanças significativas: ecótipo (WOLF, 1976), lugar dos sujeitos no processo produtivo, disciplinamento requerido por uma racionalidade voltada para a produtividade e o lucro, sustentada em um conjunto de tecnologias agropecuárias, de gestão do tempo, das condutas, e dos riscos inerentes à própria natureza do trabalho.

Tal racionalidade origina-se da Revolução Industrial: um conjunto e mudanças tecnológicas com profundo impacto no processo produtivo nos níveis econômico e

¹⁰ Campesinidade é um conceito trabalhado por Woortmann (1990) na reflexão sobre campesinato como ordem moral, em graus diversos de articulação ambígua com a modernidade.

¹¹ A idéia de corpo é socialmente constituída e interfere em vários domínios do pensamento. Na atualidade, questiona-se a concepção cartesiana do ser vivo como máquina, para pensá-lo holisticamente não como senhor e possuidor da natureza não-humana, mas como parte de um sistema aberto (ALMEIDA Jr., 2003).



sociocultural, impondo a adaptação de trabalhadore/as a um novo ritmo laboral e a uma nova forma de organização do tempo (THOMPSON, 1984, HOBBSAWN, 1981). Tal racionalidade visava não só o mundo do trabalho, mas se punha como processo civilizatório contra o vício, o ócio, a vadiagem, ambientes “sujos” e “promíscuos”, e a favor de novos hábitos de higiene, novas formas de organização de lazer e de orientação religiosa, etc, recorrendo, para tanto, a mecanismos de vigilância e sanção. No Brasil, sua implantação, nas principais capitais, data do final do século XIX. (MELO e BONI, 2008).

Como dito por Foucault (1990), a implantação da disciplina tornou necessário estabelecer presenças e ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis e interromper as outras; poder a cada instante vigiar comportamentos de cada um, apreciá-los, sancioná-los, medir-lhes as qualidade/méritos e defeitos. Com procedimentos para conhecer, dominar e utilizar, cria-se um espaço analítico o que, na implantação do capitalismo industrial, foi fator principal da criação de corpos dóceis e obedientes, no controle das atividades e técnicas corporais¹². Indivíduos são normalizados pela distribuição no espaço, pela supervisão das atividades, pela extração e acumulação do tempo e pela composição das forças para obter um aparelho eficiente, utilizando-se da vigilância, da norma e do exame. Como diz Boni (1998), instituindo normas de ensino e sanitárias, com base científica, reguladoras, a vigilância favorece o processo produtivo e pedagógico. Pelo exame combinam-se vigilância e normalização, definição e extração de padrões, cálculos e medidas instituindo um saber e o conseqüente poder sobre o indivíduo.

Como se apresenta esta racionalização no meio ambiente de trabalho rural, nos cerrados piauienses, envolvendo trabalhadores/as de origem camponesa não-socializado/as no ritmo empresarial de cumprimento de horários e cobrança de produtividade, que passam a atuar em empresas agropecuárias cujo ritmo de trabalho difere do costumeiro¹³? As dificuldades desse/as trabalhadore/as em lidar com estas diferenças são, muitas vezes – do ponto de vista de empregadores de origem “sulista”, os chamados “gaúchos” – vistas como diferenças “naturais” entre nordestinos e sulistas:

Eu vejo mais é o estilo de trabalho do nordestino é diferente do estilo de trabalho do sulista. O sulista acorda cinco horas da manhã, levanta, trabalha, ele tem uma rotina de trabalho diferente. As pessoas daqui elas são mais do sistema de emprego paternalista. Em todos os setores que a gente vê aqui, setor da agricultura, órgãos estaduais, federais, e isso infelizmente reflete no campo. Você tem um trabalhador, lá, que toda hora você tem que estar cutucando para a pessoa ir trabalhar, apesar de você.... (...). Mas a gente percebe que não há uma maldade nesse comodismo, é uma coisa que eles nasceram assim. O trabalhador daqui anda a vinte por hora, e o trabalhador do sul anda a sessenta,

¹² Sobre técnicas corporais ver Mauss (1974).

¹³ A propósito do ritmo de trabalho camponês, ver Woortmann (1990).



setenta por hora, normal. Isso é normal, aí, você quer fazer ele de vinte chegar a cinquenta, é difícil, e é a realidade, sem ofender o trabalhador daqui (Empresário rural. Comunicação oral)¹⁴

Tal naturalização das diferenças impede compreender que a transição de uma agricultura camponesa para uma força de trabalho assalariada na agricultura traz dificuldades seja de adaptação das pessoas às novas regras, seja de lidar com os novos riscos do meio ambiente de trabalho que, como tal, necessita de preservação, garantindo a dignidade da pessoa, protegida, no ordenamento jurídico brasileiro, pela Constituição Federal de 1988¹⁵. Mas se, por um lado, fica evidenciado o direito constitucional de proteção ao meio ambiente de trabalho e aos direitos do/as trabalhadore/as, por outro, na prática, parece haver certa inversão de valores quando a proteção se transfigura em disciplinamento com mecanismos que não se resumem a aprendizados para lidar com os riscos. Assim, a reordenação do tempo de trabalho, o uso de máquinas e equipamentos agrícolas, as novas formas de habitar (alojamentos), alimentar (refeitórios, cardápios) e higienizar-se (instalações sanitárias, regras de limpeza do corpo e do ambiente) são contaminados por esta visão naturalizante das diferenças, o que gera uma hierarquia de valores em cujo âmbito saberes sujeitos e locais são depreciados.

Treinamentos, suspensão do exercício das atividades, aplicação de advertências para quem não usa Equipamentos de Proteção Individual - EPI, cobrança de taxas de quem não observa normas de higiene previstas nos ambientes da fazenda, e até controle da liberdade de ir e vir, através da proibição de ir para a cidade em dia que não o de folga, assédio moral, constituem os principais mecanismos que podem ser agrupados em 6 tipos nem todos encontrados, juntos, em todas as 6 fazendas que serviram de base ao estudo.

Um primeiro é o controle da mobilidade do/a trabalhador/a, medida de difícil aceitação por limitar a liberdade de ir e vir, sobretudo, a proibição de ir à cidade em dia que não o de folga, mesmo que após o horário de trabalho. A medida implica em advertência formal a quem desobedecer.

É, ficava alojado e só vinha final de semana. Aí, escolhia de quinze em quinze dias para a gente ficar lá. Só vinha de quinze em quinze dias. [O contrário], não, não. Só se chegasse a adoecer uma pessoa. Ai eles traziam [para a cidade]. (Operador de máquinas, 36 anos. Comunicação oral).

¹⁴ A eliminação das perguntas e a não-identificação de entrevistado/as, pelos nomes, longe de uma retórica objetivista, devem-se a: 1/ espaço reduzido; 2/ garantir o anonimato por razões de segurança das pessoas em relação ao emprego. Decidimos padronizar o recurso para todo/as.

¹⁵ O artigo 7º dispõe sobre direitos de trabalhadores/as urbano/as e rurais que visam à melhoria de sua condição social: redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (inciso XXII), adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres e perigosas, na forma da lei (inciso XXIII), e seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador e indenização a que este se vê obrigado, se incorrer em dolo ou culpa (inciso XXVIII) (REIS, 2010, REIS e MORAES, 2011).



Antes tinha, se quisesse descer [ir à cidade]. Mas passou uns dias, lá, e agora é proibido descer. Se você descesse já incomodava e [este] foi o problema porque eu saí [demitiu-se] de lá. Eu cheguei a falar com o dono, com o gerente. O gerente não concordava porque o gerente não gostava de sair, ele tinha família em Florianópolis¹⁶, não gostava de sair. Eu mesmo não descia [à cidade], não gostava de descer. Mas um dia se, precisasse vir em casa... Você sabe, quem tem família sente saudades da família, né? Você passar quinze dias, para mim, é muito. Mas eu tolerava quinze dias só que eu tinha que ficar [procurando] alguém que morava perto [para mandar recado à família] dizendo que eu não podia descer. Porque eles [empresa] não privavam descer [se chegasse] na portaria, abria, mas o nome ficava lá. (...) Ficava. Só que o meu não pegou [o nome] porque eu não descia, mas os outros que desceram foi pegado. Foi... (...) (Operador de máquinas, 27 anos. Comunicação oral).

De fato, embora vários já tenham trabalhado por assalariamento, a exemplo dos citados migrantes temporários para o trabalho do corte-de-cana na lavoura canavieira, a memória aciona a experiência do trabalho camponês familiar onde se vêem como dono/as do seu tempo para fazer frente ao processo de disciplinamento atual. E a proibição de ir à cidade durante a semana – a liberação é semanal ou quinzenal – ainda foi agravada segundo o/as próprio/as trabalhadore/as, por alguns terem burlado a norma e voltado ao trabalho, no dia seguinte, com sono. Em uma dessas ocasiões, ocorreu um acidente com uma máquina devido a um cochilo do operador.

Parece que vinte e duas pessoas, um dia, ameaçaram de assinar advertência porque saíram, porque a norma da fazenda é daquele jeito, que não podia sair. (...) Isso. Só que por causa de um todos pagam. Teve uma vez que descia, aí, vinha com sono pra trabalhar e deu um acidente na máquina. Aí, eles quiseram cortar geral pra ninguém descer. (...) É, com sono, três horas da manhã. Por causa de dois operadores os outros complicaram. Então, isso é geral pra não descer. (...) (Operador de máquinas, 27 anos. Comunicação oral).

Um segundo tipo de medidas restritivas diz respeito à reordenação do tempo de trabalho, seja a própria jornada agora definida pelo relógio, além da ampliação da jornada e intensificação do trabalho em certos períodos do ciclo agrícola.

(...). No dia da folga, eles combinavam pra sábado meio dia. Todo sábado meio dia, descia. Quando começou o plantio, aí, podia ser no sábado, na segunda, aí, só quando chovia! Se chovesse amanhã de novo nós não ia. (Operador de máquinas, 27 anos. Comunicação oral).

Por quê o estranhamento da ampliação da jornada e da intensificação do trabalho nas épocas de pico, como no plantio, se nos marcos da agricultura camponesa, a intensidade do ritmo de trabalho também se diferenciava orientada pela relação inverno/verão¹⁷? Pela diferença substantiva em relação à atual condição de trabalho assalariado: ausência do controle do uso do próprio tempo. Para trabalhar nas fazendas, muito/as deixam esposo/as e filho/as na cidade e, quando têm oportunidade, querem ir ter com a família. A sensação de

¹⁶ Município piauiense distante 240 km de Uruçuí

¹⁷ Sobre o sistema de cultivo camponês na região, com base na relação “inverno” ou estação das águas – novembro a março, podendo iniciar-se em outubro, indo até abril, em anos “bons de chuva” –; e “verão” ou estação seca – abril a outubro, ver Moraes (2000).



aprisionamento gera desânimo e desestímulo para permanecerem no emprego, o que se traduz pelos verbos “enjoar” e/ou “abusar” que estão na base da rotatividade de trabalhadores alegada pelas empresas. Voltaremos ao tema.

Um terceiro conjunto de dispositivos disciplinadores pode ser definido como novas formas de habitar; higienizar, alimentar. Agora, trabalhadore/as habitam alojamentos durante a semana ou a quinzena e não mais as suas próprias casas. A reboque, medidas de condicionamento ao novo ambiente de residência coletiva. Por seu turno, o cardápio fere tabus alimentares: a alimentação fornecida pelas empresas, dizem os/as trabalhadores/as, satisfazem em termos de qualidade mas não quanto à composição do cardápio. Uma das reclamações recorrentes é o uso de carne suína – “carne de porco”, na linguagem local – cujo consumo é regionalmente cercado por certas interdições¹⁸, além do estranhamento de horários, o que requer adaptações nos planos biológico e cultural.

A comida, lá, é o seguinte: lá, eles não ligam muito pra isso, não. Eu mesmo estou com mais de três meses passando apertado. Quando vai comida sem ser carne de porco eu como, mas quando não vai [com carne suína] eu não como, não! Eu estou tomando um remédio, aí, porque eu estou com umas manchas no corpo e, aí, eu não posso comer carne de porco, comida carregada¹⁹. (...) [A gente] fica sem comer, porque eles não tem outra comida, aí, fica sem comer [carne], mesmo. (Trabalhador rural, 28 anos. Comunicação oral).

E os empregados reclamam da comida chegar tarde. Aí, eu fico com a cabeça agoniada, dá vontade de vir embora. Tem vez quando eu vou chegar na última pessoa, lá, do trecho que está trabalhando, tem vez que é uma hora [13:00], e é a hora que eu vou almoçar também. Se fosse pra pegar reto não, você entregaria mais rápido. O negócio é que tem gente pra tudo quanto é lado! (Motoriata, 41 anos. Comunicação oral).

Sob alegação de que trabalhadore/as locais “não possuem hábitos de higiene” nos alojamentos, instalações sanitárias e refeitórios, são afixados avisos do tipo: “dar descarga no vaso sanitário”, “manter o ambiente limpo e organizado”, “não sujar as paredes”, “não entrar no ambiente com botas”. A vigilância gera situações esdrúxulas: um gerente de recursos humanos proibiu trabalhadores de adentrarem o refeitório com camiseta sem mangas, visando ao cultivo de “hábitos de boas maneiras, educação e higiene”. Mas o controle pode ir além: cobrança de multa pecuniária, no valor de cinco reais (R\$ 5,00) por infração, a trabalhadore/as que “sujam camas e ambientes, e deixam a farda, sem lavar”.

Um quarto tipo de medidas reuniria a exigência de novos saberes, como lidar com máquinas e outros equipamentos. Empregadores alegam ausência ou precariedade de educação escolar de trabalhadores/as locais, o que impõe a necessidade de disciplinamento desses corpos indóceis, desta mão de obra local tida como extremamente desqualificada.

¹⁸ Sobre interdições alimentares relativas à carne suína ver Silva (2007) e Dantas (2004). Para uma etnologia de interdições alimentares ver Lévi-Strauss (2004); Sahlins (2003).

¹⁹ O mesmo que comida reimosa. Para detalhes, ver Silva (2007) e Dantas (2004).



Você não daria o seu carro de vinte mil reais [R\$ 20.000,00] para um cara desses, sem instrução, sem carta de motorista dirigir. Mas nós somos obrigados a entregar nas mãos deles máquinas de oitocentos mil reais [R\$ 800.000,00] porque nós não temos opção. (Gerente de campo. Comunicação oral).

A gente tenta priorizar o pessoal daqui até por um certo prejuízo da gente. Porque a mão de obra daqui é muito desqualificada. A gente é que tem que qualificar. Então, às vezes, a gente tem um custo caro pra qualificar! (...) (Empresário rural. Comunicação oral).

Nesta perspectiva, a produção de novos conhecimentos técnicos parece não dialogar com experiências anteriores e com saberes e qualificações advindos destas experiências.

Um quinto tipo pode ser visto no conjunto de mecanismos com vistas à definição/controlado dos riscos e uso de EPI. As dificuldades neste campo se relacionam, inclusive, à definição de risco. De fato, tal definição deve ser vista como uma construção social para a qual concorrem tanto disciplinas científicas quanto as percepções (RAMALHO, 1999; BECK, 1997, GIDDENS, 1997, GUIVANT, 2001) de grupos e classes. Tais percepções são sempre mediadas por valores socioculturais, portanto, apresentam atributos ambíguos e indeterminados, virtualidades e liminaridades. Antes de tudo, risco refere estado de incerteza de uma situação, encontrando-se presente entre dois pólos nos processos de vida de indivíduos ou grupos. A sua concepção encerra poder e saber no cerne de relações de natureza política, ideológica e mágico-religiosa que conformam práticas e representações distintas (RANGEL, 2009), não podendo ser definida verticalmente, por critérios de autoridade científica.

Não. Eu não gosto de trabalhar com veneno, não (...) Porque veneno, ele, é perigoso, e eu acho que não dá certo. Tem vez que eu trabalhei com veneno de matar formiga, lagarta. Aquele, lá, eu trabalhei porque só mata bicho que não tem osso. Agora os outros eu não trabalho, não (...). O que mata bicho que tem osso, não! (Serviços gerais, 28 anos. Comunicação oral).

Eu não sei para que tem que trabalhar com aquele capacete, só mesmo se cair alguma coisa do céu na cabeça. Porque não tem por que trabalhar de capacete? (Comunicação oral).

O que era pior usar era, sabe, aquele bichinho velho que aperta o ouvido da gente? Ave!, Chega dói, assim, do lado! (Serviços gerais, 21. Comunicação oral).

Ah, isso, aí, acontece muito, no curso que a gente teve [sobre usos de EPI] um rapaz que falou: “-olha, é quente, é tudo, mas é bom pra vocês!” E é desconfortável mesmo, não tem jeito! (Operador de máquinas, 31 anos. Comunicação oral)

Como seve, a idéia de risco²⁰, para ser aceita e incorporada necessita fazer sentido para o/as envolvido/as na situação, sentido, este, posto em diálogo com as concepções técnico-científicas, configurando o que Santos (1989) denomina “segunda ruptura epistemológica”, no diálogo entre ciência e senso comum.

²⁰ Acidentes laborais decorrentes de manuseio de ferramentas manuais, máquinas e implementos; contatos com animais peçonhentos; exposição a agentes químicos, infecciosos e parasitários endêmicos; a radiações solares por longos períodos; a ruído e vibração excessivos; a partículas de grãos armazenados, a fertilizantes e agrotóxicos, a jornadas laborais extensas (SILVA, 2005).



Um sexto tipo de medidas caracteriza assédio moral²¹. De fato, dentre os mecanismos disciplinadores, alguns extrapolam os limites legais, embora não tenha havido relato de violência física seja entre trabalhadores/as, seja entre esses/as com gerentes ou patrões. Porém, medidas como o denominado “muro das cagadas”, e o uso do rádio para veicular críticas a trabalhadore/as são, no mínimo irresponsáveis. No caso do muro, quando alguém comete um erro em serviço, escreve-se, ali, o nome da pessoa, o erro cometido e um comentário “humilhante” no dizer de trabalhadore/as segundo os quais o próprio nome do proprietário já esteve no muro, devido a um erro na compra de adubo. Legitimação do expediente? No caso do rádio: quando um trabalhador comete um erro ele é criticado por superiores, verbalmente, pelo rádio de comunicação interna presente em todas as máquinas. Todos os operadores ouvem as críticas.

Quando você está com o nome no “muro das cagadas” ou quando o patrão chama a sua atenção no rádio, para encarar os colegas no alojamento é muito difícil. (Trabalhador rural, 21 anos, serviços gerais. Comunicação oral).

As consequências da exposição de trabalhadores/as a práticas de assédio moral, podem ser desastrosas e acarretar transtornos psicológicos (depressão, isolamento e outros desequilíbrios da saúde). Para a empresa também não é interessante, pois, funcionário/as assediado/as moralmente apresentam queda no rendimento (HIRIGOYEN, 2002).

Estes seis grupos de mecanismos disciplinadores não se impõem facilmente. A resistência (SCOTT, 1976) de trabalhadore/as se traduz em diversas formas, mesmo não abertamente deflagrados. Destas faz parte burlar proibições, como a de uso de bebidas alcoólicas nas fazendas: todos negam que levam bebidas alcoólicas para o local de trabalho, embora afirmem saber de colegas, do gênero masculino, que o fazem.

(...) Rapaz, eu mesmo não. Mas eles [outros] levavam para levar para o campo à noite, e eles levavam escondido de nós, que tinham medo de nós dizer. (Trabalhador serviços gerais, 21 anos. Comunicação oral).

(...)Alguns levavam. Eles [empresa] proibiram. Mesmo assim tinha uns lá que levavam debaixo dos panos, lá. (Operador de máquinas, 40 anos. Comunicação oral).

(...). Era proibido, eles levavam, mas era proibido. (...) O pessoal levava escondido, muito escondido mesmo porque, se pegassem, mandava embora. (...) É, tinham vezes que eles botavam gente para olhar [fiscalizar] (Trabalhador serviços gerais, 22 anos. Comunicação oral).

O consumo de bebida alcoólica, às escondidas, talvez seja como válvula de escape por trabalhadores em sua experiência de deslocamento, interditados na liberdade de ir e vir,

²¹Toda e qualquer conduta abusiva que se manifesta, sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos ou escritos, que possam causar danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em risco o seu emprego, ou degradar o meio ambiente de trabalho (HIRIGOYEN, 2002).



experimentando jornadas novas, e novas modalidades de atuação no mundo do trabalho, desafiadoras, submetidos a mecanismos de controle, inclusive, a assédio moral.

Observa-se, ainda, a não-permanência de trabalhadore/as, por longo tempo, em uma mesma fazenda. Desestimulado/as e desmotivado/as, é comum que peçam as contas porque já “abusaram”, como dizem. O que significa este abuso?

(...) Às vezes a gente quer... Né? É muito serviço para a gente ... A gente quer um salário mais ou menos e eles não dão, só dão serviço. É fim de semana, é serviço! Aí, a pessoa vai e abusa, cansa! (Cozinheira, 35 anos. Comunicação oral).

(...) Sempre tem isso, né? Inclusive até eu, também, estava com outros planos, eu até tinha falado de sair também. Acontece mesmo aquela rotina velha, direto, às vezes sempre abusa dos encarregados. (Motorista, 41 anos. Comunicação oral).

Várias são as causas apontadas para o “abuso”: excesso de trabalho, jornadas extensas, ritmo acelerado, interdições à mobilidade; distância da família, assédio moral, dentre outros. Some-se a isto a precariedade do atendimento em situações de problemas na saúde (REIS, 2010).

Lá [na fazenda], a gente adoecia. Eu fui com meu marido, lá, para Sebastião Leal [município vizinho] atrás de um médico pra mim porque, se a gente adoecia, eles diziam que a gente não estava doente, não; [que] era [desculpa] para ir embora para casa. Isso aconteceu muito, lá. A gente adoecia e se você não comprasse o remédio com o seu dinheiro e levar, você até morria, lá, porque a fazenda não dava nada disso, nada! Não dava um remédio para a gente! A gente nunca teve chance de sair para fazer uma consulta! (Cozinheira, 35 anos. Comunicação oral).

O rodízio de trabalhadores/as é intenso e é referido também por empregadores. Os primeiros, como exposto acima; os segundos no sentido de justificar o desinteresse da empresa em proporcionar treinamentos, qualificação. No cálculo empresarial da relação custo-benefício, não compensa capacitar trabalhadores que depois “pedem a conta”.

(...) E quando você qualifica o pessoal, a primeira coisa que eles fazem é trocar de fazenda, ir pra outra! Então é um ônus muito caro que a gente paga aqui na região. Porque a mão de obra, aqui, ela não tem qualificação (Empresário rural. Comunicação oral).

Nesse contexto, pessoas despedidas do emprego contam com o recurso do seguro desemprego, ao final do qual voltam a procurar trabalho, o que não é difícil na região que aliás, tem escassez de mão de obra. Trabalhadore/as não temem o desemprego. Acontece até que alguém demitido/a, mesmo por justa causa, seja contratado/a por outra empresa.

4-Considerações finais

O conjunto de transformações ocorridas nas últimas décadas nos cerrados do sudoeste piauiense trouxe avanços no trabalho agrícola como a diminuição, em muitos casos, da



penosidade laboral, em diversas tarefas, utilização (in)devida de tecnologias modernas, jornada de trabalho excessiva, certa inobservância das leis de proteção à saúde e segurança do/a trabalhador/a. Isto somado à precariedade do tecido institucional de proteção ao trabalho, na região, causam a degradação tanto do meio ambiente, mais amplamente pensado (uso de agrotóxicos, contaminação de fontes hídricas, desmatamentos, erosão, etc), quanto do meio ambiente de trabalho rural.

Embora empresas agropecuárias dos cerrados piauienses venham se adequando às normas ambientais laborais, destacando-se a NR 31, ainda há problemas importantes. A visão de trabalhador/as sobre o meio ambiente laboral é a de um ambiente perigoso, desprotegido, exaustivo, o que é exacerbado pela diferença cultural entre trabalhadores/as e empresários. Assim, trabalhadores/as, para se inserirem no trabalho da agricultura moderna, passam por um disciplinamento dos seus corpos para se adequarem aos novos padrões impostos, o que gera mecanismos de resistência.

Referências

- ALBUQUERQUE, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN/Massagana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ALMEIDA JÚNIOR, A. R. A idéia de corpo: suas relações com a natureza e os assuntos humanos. In: CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 139-152.
- ANTUNES, P. B. **Direito ambiental**. Curitiba: Juruá, 2005.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A. **Modernização reflexiva**. Política, tradição e estética na ordem social moderna, São Paulo: UNESP, 1997, pp. 11-71.
- BONI, M. I. M. **O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba, 1890/1920**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- COSTA, R. H. **“Gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade**. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 1995
- DANTAS, K. P. **Valoração econômica dos efeitos internos da erosão na produção de soja no cerrado piauiense**. 2009. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.
- FIGUEIREDO, G. J. P. **Direito ambiental e a saúde do trabalhador**. São Paulo: LTR, 2007.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- GEERTZ, C. O pensamento como ato moral: In: **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001, pp. 30-46.
- GIDDENS, A. Risco, confiança, reflexividade. In: GIDDENS, A.. BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva**. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: EdUnESP, 1997, pp. 219- 234
- GODOI, E. P. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: UNICAMP, 1999.
- HIRIGOYEN, M-F. **Mal estar no trabalho - redefinindo o assédio moral**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.



- HOBSBAWN, E. J. **Os trabalhadores**: estudo sobre a história do proletariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- LÉVI-STRAUSS, C. O cru e o cozido: Mitológicas 1. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Vol.1. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, K. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MAUSS, M. As Técnicas Corporais. In: **Sociologia e Antropologia**, vol. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- MELO, G. S., BONI, M. I. M. **Ao som do apito**: vila oficinas, controle e disciplinarização do ferroviário (Curitiba 1945-1960). Monografias Universidade Tuiuti do Paraná, 2008.
- MELO, R. S. **Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador**: responsabilidades legais, dano material, dano moral, dano estético, indenização pela perda de uma chance, prescrição. São Paulo: LTR, 2008.
- MMA. Programa Nacional de Uso e conservação do Bioma cerrado. **Programa cerrado sustentável**. Ministério do Meio Ambiente, de Biodiversidades e florestas e núcleo de biomas cerrado e pantanal, 2005.
- MONTEIRO, M. S. L. Grandes propriedades financiadas pelo FINOR – Agropecuário no Piauí: análise dos impactos sócio-econômicos. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Campina Grande: UFPB, 1993.
- MORAES, M. D. C. Peões da chapada (contingências da agricultura familiar camponesa nos cerrados piauienses). Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 37, Foz do Iguaçu – PR, **Anais...** (CD Rom), Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.
- MORAES, M. D. C. **Do destino pastoril à vocação agrícola dos cerrados e inflexões discursivas nas narrativas mestras do Piauí**. Capítulo de livro sobre agricultura científica no Nordeste, 2005.
- MORAES, M. D. C. **Memórias de um sertão desencantado**: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense. Campinas: SP, 2000, disponível em <http://libidigi.unicamp.br>, acesso em 20/06/2008.
- MORAES, M. D. C. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas (modo de vida e crise ecológica de camponeses/as nos cerrados do sudoeste piauiense). In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARINA, R. A. (orgs.) **Diversidades de campesinatos: expressões e categorias**. Vol II. Estratégias de reprodução social. São Paulo: Unesp/Brasília: NEAD, 2009, pp. 131-16.
- MORAES, M. D. C., VILELA, S. L. O. **Relatório final** - Agricultura familiar nos cerrados do sudoeste piauiense: impactos da fronteira de grãos e desafios para a sustentabilidade. Teresina: Projeto CNPq/Coagr 520-745/01-9, 2003a. 69 p.
- MORAES, M. D. C.; VILELA, S. **Multifuncionalidade e agricultura camponesa nos cerrados piauienses**: desafio para sustentabilidade. In: Para além da produção: multifuncionalidade e a agricultura familiar. CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. (org). Rio de Janeiro: MAUAD, 2003b.
- MORAES, M. D. C.; FRAZÃO FILHO, F. A.; ROGÉRIO JR, T. Andando Pelo Mundo: significados da migração temporária do Piauí para a agroindústria canavieira paulista. In: NOVAES, J. R. P.; ALVES, F. (orgs.). **Migrantes**: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos-SP: EDUFSCar, 2007, pp. 257-296.
- OLIMPIO, J. A. **Impactos da moderna agricultura sobre o solo e a biodiversidade no cerrado dos municípios de Palmeira do Piauí e Currais, Piauí, Brasil**. Disponível em www.ebape.fgv.br/radma/doc/sma/sma-072.pdf. Acesso em 03/03/2008.



PADILHA, N. S. **Do meio ambiente do trabalho equilibrado**. São Paulo: LTR, 2002.

POGORELSKY, F. G. O trabalho humano e a proteção do meio ambiente num horizonte ampliado pela ética ambiental. **Seminário Sustentabilidade**. 2008, 12 p. Disponível em: http://www.fae.edu/seminario_sustentabilidade/etica_meioambiente/Fernanda%20Pogorelsky.pdf. Acesso em 20/12/2008.

RAMALHO, D. Degradação ambiental urbana e pobreza: a percepção dos riscos. In: **Raízes** – revista de Ciências Sociais e Econômicas, ano XVIII, n. 19, maio/99. Campina Grande: UFPB, pp. 16-30

RANGEL, L. Risco, Cultura e Trabalho. Desafios da Comunicação. Curso de Especialização em Saúde do Trabalhador. **Seminários Especiais**, Botucatu, março de 2009. www.moodle.fmb.unesp.br/mod/resource/view.php?inpopup. Acesso: 15/02/ 2010.

REIS, T. B. **Meio ambiente de trabalho rural** (condições ambientais de trabalho agrícola nos cerrados piauienses) (2010). Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente- Rede PRODEMA-UFPI. Teresina: UFPI.

REIS, T. B.; MORAES, M. D. C. **Meio ambiente de trabalho em empresas agropecuárias nos cerrados piauienses**: disciplinamento do corpo e resistência de trabalhadores/as rurais. In: revista jurídica da presidência, V. 13 n°99, Fev/Mai 2011, pp. 111 a 131. Disponível em <[HTTP://www.presidência.gov.br/revistajuridica](http://www.presidência.gov.br/revistajuridica)> ROCHA, J. C. de S. **Direito ambiental do trabalho**. São Paulo, LTR 2002, 340 p. SAHLINS, M. La pensée bourgeoise. A sociedade ocidental enquanto cultura. In: **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003 pp. 166-203

SAHLINS, M. **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, 148 p.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989

SANTOS, D. M. M. **A revolução verde**, 2006. Disponível em <http://www.fcav.unesp.br/download/deptos/biologia/durvalina/TEXTO-86.pdf>. Acesso em 25/06/2009.

SCOTT, J. **The moral economy of peasants**: rebellions and subsistence in the southeast Asia. New Haven, Conn: Yale University Press, 1976, 246 p.

SILVA, A. L. Comida de gente: preferências e tabus alimentares entre os ribeirinhos do Médio Rio Negro. **Rev. Antropologia**. v.50 n.1 São Paulo Jan./Jun. 2007 .

SILVA, J. M. et al. Agrotóxicos e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. In: **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, out./dez., ano/v. 10, número 4. Rio de Janeiro, 2005, pp. 891-903.

STROH, P. Y. As ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável, São Paulo: Cortez, 2003, pp. 276-292

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

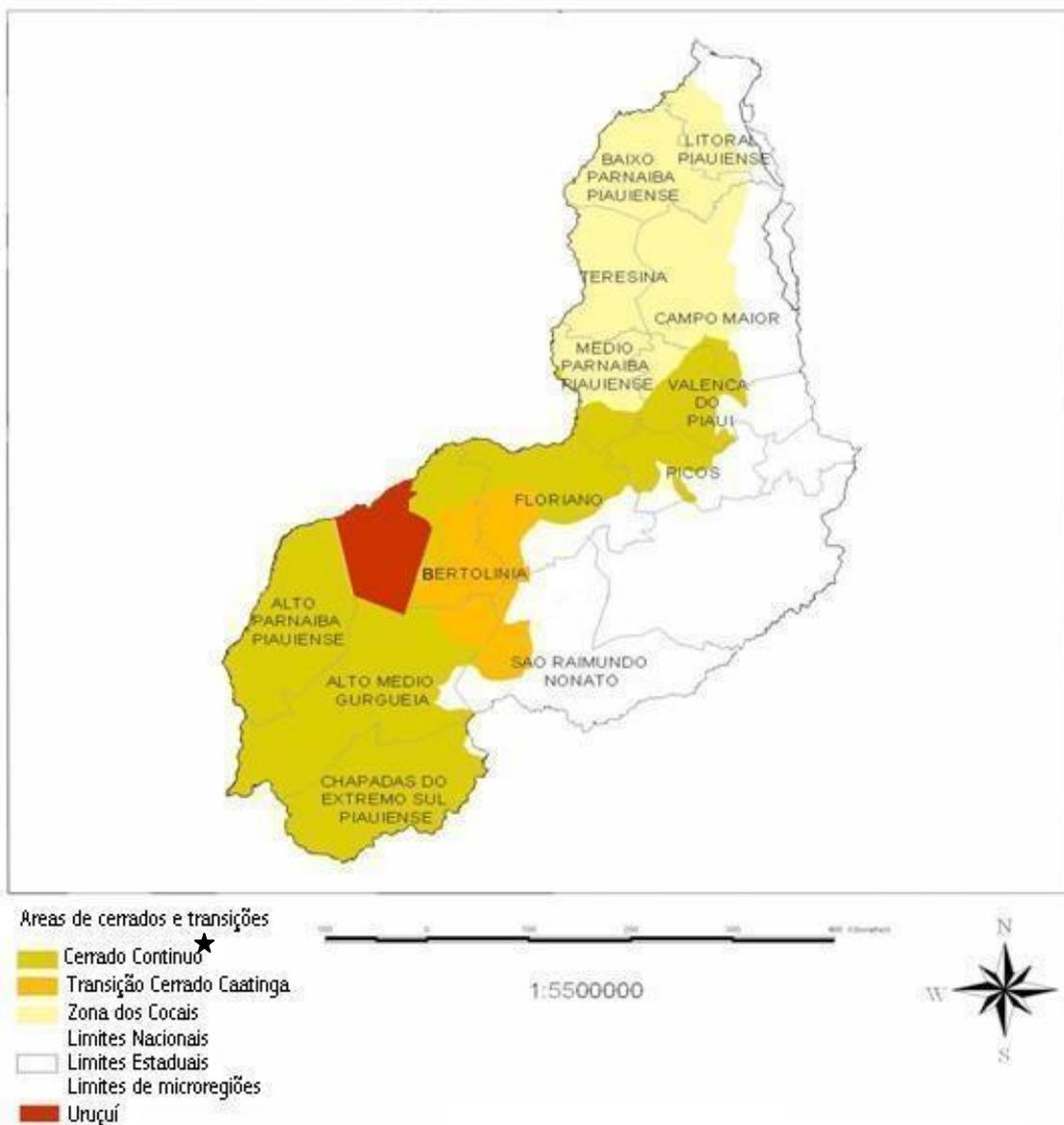
THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Critica, 1984.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, 150 p.

WOORTMANN, E. F. O sítio camponês. In: **Anuário antropológico/81**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.



ANEXO 1



★Corresponde em larga medida à região de cerrados do sudoeste piauiense que compreende na íntegra ou parcialmente às seguintes Micro-Regiões: Floriano, Uruçuí, Bertolândia, Alto Parnaíba Piauiense, Alto Médio Gurgueia.

Anexo 1: Mapa - distribuição geográfica dos cerrados no Piauí, destacando Uruçuí e indicando a região de cerrados do sudoeste piauiense. Fonte: IBGE (2009), com adaptações para este artigo.



GT (13) – Trabalho Agrícola, Migrações e Tecnologias

Desenvolvimento rural trabalho agrícola e natureza das ocupações dos rurais do Ceará

Evânio Mascarenhas Paulo¹
Christiane Luci Bezerra Alves²
Anderson Alcantara Medeiros³

1 Especialista/Professor/ URCA, evanio_paulo@hotmail.com

2 Mestre /Professora / URCA, chrisluci@hotmail.com

3 Graduando/ Estudante / URCA, andersonalcantaramedeiros@hotmail.com

Resumo:

Elabora-se, inicialmente, um quadro referente ao rendimento e ao padrão de concentração da renda agrícola nos espaços rurais, focando os reflexos do desenvolvimento de ocupações não agrícolas nesse meio, seguido de uma síntese analítica da qualidade do emprego rural. Os dados utilizados provêm da PNAD, para os anos de 2004 e 2008. A pesquisa aponta indícios de um processo de entrelaçamento dos espaços urbanos e rurais, que trás grandes alterações nas relações campo-cidade. Essas alterações refletem-se nas relações de trabalho, dando aos trabalhadores rurais novas formas de obtenção de renda e uma nova via de inserção na divisão social do trabalho. A respeito da qualidade do emprego, denota-se que a mesma é significativamente inferior para os ocupados agrícolas em relação ao proletário não agrícola urbano.

Palavras-chave: Trabalho agrícola, Agricultura, Qualidade das ocupações agrícolas.

1. Introdução



Os anos 1970 na economia nacional são marcados por diversas transformações na estrutura produtiva, que envolvem desde a consolidação da matriz industrial brasileira, com os fortes investimentos na indústria de bens intermediários e de capital, até o cenário de choques externos e de esgotamento do Processo de Substituição de Importações (PSI), do final da década. O modelo de desenvolvimento do período, apoiado numa estratégia de crescimento com “inflação e endividamento”, promove alterações na base produtiva que passam a contemplar também fortes modificações na base agrícola, no processo conhecido como “modernização conservadora”, envolvendo modificações na base técnica e nas relações sociais de produção. O setor primário assume então uma estrutura diversificada e heterogênea, complexa e multideterminada, constituída por diferentes complexos agroindustriais (CAIs) (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

As inovações tecnológicas, características dessa fase, trazem consigo um conjunto de transformações que vão além da mecanização, através da incorporação de inovações biológicas que favorecem o desenvolvimento genético de novas variedades de culturas agrícolas. Essas transformações vão se refletir nos significativos ganhos de produtividade da cadeia agroindustrial (ORTEGA; GARLIPP; JESUS, 2004). Assim, a intensificação da mecanização impõe fortes ajustes no mercado de trabalho, a partir de significativa ampliação do desemprego agrícola. Os impactos negativos sobre o emprego são em parte atenuados pela expansão do emprego industrial, com a consolidação das etapas superiores do PSI.

Nos anos 1980, a crise fiscal do Estado, refletida na incapacidade do mesmo de formular políticas de desenvolvimento e, conseqüentemente, políticas setoriais, terá rebatimentos no ajuste estrutural experimentado pelo setor industrial, que perde a capacidade tradicional de absorção de mão-de-obra liberada pelo setor agrícola. Os ajustes sofridos no mercado de trabalho são sentidos de forma mais intensa a partir da reestruturação industrial brasileira dos anos 1990, como resposta às mudanças institucionais fruto da implementação do receituário de orientação neoliberal (desregulamentação dos mercados, privatizações, liberalização comercial e financeira). As acomodações no emprego incorporam também as mudanças no perfil do emprego urbano, com as exigências de maior qualificação, limitando as possibilidades de



absorção da mão-de-obra do campo (NASCIMENTO; SOUTO; OLIVEIRA; MENDES, 2007).

Os produtores rurais são particularmente afetados pelas políticas macroeconômicas da década, que impõem fortes restrições ao crédito agrícola, e combinadas à política de juros do governo limitam as possibilidades de investimentos necessárias ao ganho de competitividade do setor. A abertura comercial influencia, ainda, na queda generalizada no preço das *commodities* agrícolas.

Nesse cenário de alterações estruturais, o desenvolvimento da “atividade agropecuária tem ocorrido a partir de três eixos principais: incorporação do progresso técnico, mudanças na gestão da força de trabalho e articulação com outros segmentos” (MOREIRA, 2003, p.4), sendo, portanto, significativas as transformações no padrão de acumulação e organização do espaço rural. Na esteira dessas modificações, o aumento da complexidade do mundo rural aparece como um fenômeno econômico consolidado, deixando o campo de ser espaço exclusivo do trabalho agropecuário. A consolidação dos CAIs permite um estreitamento da relação campo-cidade, aumentando a complexidade da interação de atividades agrícolas, industriais e de serviços e os espaços rurais passam a acomodar uma diversidade de atividades não agrícolas.

É importante enfatizar que tanto os desdobramentos do processo de modernização agrícola (nas décadas de 1980 e 1990), como a melhor capacidade de adaptação dos grandes empreendimentos às transformações estruturais dos anos 1990, “ampliam as diferenças entre o grande estabelecimento e a pequena propriedade” (PRONI, 2010, p. 137). Porém, na nova teia de relações ditada pela própria dinâmica capitalista, como destaca Moreira (2003), a pequena produção rural persiste, sendo “recriada” através de novas articulações com as atividades industriais.

Nos anos 2000, fatores como a reversão nas condições restritivas do crédito rural e o aumento ininterrupto do preço das *commodities* no mercado mundial, refletem-se num padrão mais diversificado e em expressivas taxas de expansão do valor bruto da produção agropecuária; vale ressaltar, ainda, a melhora em termos de qualificação da mão de obra e o aumento considerável da produtividade (PRONI, 2010, p.138-139).

Dada a multiplicidade das novas determinações observadas no espaço agrário, que se reflete em mudanças na estrutura ocupacional e de modo geral, nas formas de inserção no mercado de trabalho rural, este artigo objetiva a descrição das características e fenômenos da economia rural cearense, em especial do mercado de trabalho rural.



Há que se destacar o cenário que caracteriza a economia local, marcada, há pelo menos duas décadas por uma estratégia de crescimento econômico baseada no uso intensivo de incentivos fiscais e financeiros para atração de investimentos industriais e programas modestos de promoção do desenvolvimento do meio rural, que garantiram uma dinâmica consistente de crescimento do produto e emprego industrial. Para o setor agrícola estadual, os programas implementados tinham como objetivo a ênfase na consolidação de agropólos e agronegócios, como forma de propiciar o aumento da renda, produtividade e competitividade no meio rural.

A despeito das prioridades oferecidas à política industrial, estudos mostram que no ano de 2008 “cerca de um terço da economia estadual depende do setor agropecuário e de suas conexões” (GUILHOTO, AZZONI, ICHIHARA, 2009, p. 19). Nessa economia, “o complexo formado pela agricultura familiar, que inclui a produção das lavouras e criações administradas pela gerência familiar e dos setores que se relacionam com essas atividades rurais, representa cerca de 12% da economia do Ceará, tendo chegado ao percentual de 15% em 2003” (GUILHOTO, AZZONI, ICHIHARA, 2009, p. 24).

2. Procedimentos Metodológicos

Os dados utilizados no estudo provêm da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – microdados, fornecidos em meio digital - referentes ao ano de 2004 e 2008, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A amostra foi expandida utilizando como fator de expansão o peso relativo da pessoa, fornecido pela PNAD, que investiga diversas características socioeconômicas da sociedade como educação, trabalho, rendimento, dentre outras, além de ser uma amostra dos domicílios brasileiros feita em todas as regiões do país, incluindo áreas rurais.

Para Nascimento *et al* (2007), o conceito de qualidade do emprego pode variar segundo diversos aspectos. No entanto, o que se pretende nessa pesquisa é, a partir das variáveis sobre o mercado de trabalho rural, medir os efeitos de alguns itens, que para os autores, são relevantes na determinação da qualidade do emprego, como a inexistência de trabalho infantil, a jornada semanal regular sem a presença do sobretrabalho, a carteira assinada, a contribuição para institutos previdenciários públicos e/ou privados, o rendimento e o recebimento de auxílios.



Baseados nesses indicadores são construídos três índices parciais, a partir das médias aritméticas dos indicadores originais. Nesse sentido, três segmentos são considerados para o cálculo do índice de emprego: formalidade, rendimento e recebimento de auxílios. Cada um desses indicadores parciais identifica elementos sobre a presença ou não de trabalho formal, dos níveis de rendimento dos trabalhadores, além do papel que as transferências e auxílios desempenham na composição do padrão de qualidade do emprego rural no Ceará.

Segundo Nascimento *et al* (2007), obtém-se o Indicador de Qualidade do Emprego (IQE) a partir da média ponderada de indicadores parciais. Ainda segundo o autor, o peso de cada indicador parcial (descrito a seguir) para a composição do IQE refletiu as contribuições relativas e foram construídos pelo sistema convencional de pesos, isto é, pelo próprio proponente do índice, a partir de um sistema de prioridades. Por isso, a ponderação pode gerar controvérsias, porque sempre envolve certo grau de arbitrariedade dos autores, dada a importância atribuída para cada indicador parcial. Para atenuar esse problema, foram feitas três ponderações diferentes. A primeira, com o mesmo peso para os indicadores parciais, e a segunda e terceira, com pesos diferentes, aumentando-se o peso do indicador parcial de rendimento (considerando que esse desempenha papel preponderante sobre a qualidade de emprego), como descrito no quadro 1.

Quadro 1
Metodologia de Construção do Índice de Qualidade do Emprego (IQE)

VARIÁVEIS (Porcentagem da População)		INDICADORES PARCIAIS	ÍNDICE DE QUALIDADE DO EMPREGO (IQE) (diferentes ponderações)
A	Com idade acima de 15 anos;	FOR	IQE ¹ 1/3*FOR + 1/3*REND + 1/3*AUX
B	Com jornada semanal de até 44 horas;	$\frac{(A + B + C + D)}{4}$	
C	Com carteira assinada;		
D	Contribuintes da Previdência social;		
E	Rendimento médio mensal no trabalho principal (padronizado);	REND	IQE ² 0,4*FOR + 0,4*REND + 0,2*AUX
F	Com remuneração mínima acima de 1 S.M.;	$\frac{(E + F)}{2}$	
		(Rendimento)	
G	Que recebam auxílio moradia;	AUX	IQE ³ 0,3*FOR + 0,5*REND + 0,2*AUX
H	Que recebam auxílio transporte;	$\frac{(G + H + I + J)}{4}$	
I	Que recebam auxílio educação;		
J	Que recebam auxílio saúde.		
		(Auxílio)	



Fonte: Elaboração Própria baseado em Balsadi (2007, p. 409 – 444).

Além do Índice de Qualidade do Emprego, usa-se ainda, na descrição das condições qualitativas do mercado de trabalho rural no Ceará, o coeficiente de Gini para medir o padrão de assimetria da renda agrícola e não agrícola, conforme metodologia descrita em Hoffmann (1998) segundo fórmula¹ a seguir:

$$(G) = [1 - \sum_{k=1}^{k=n-1} (X_{k+1} - X_k)(Y_{k+1} - Y_k)]$$

Outro componente a ser considerado nas condições de trabalho do emprego rural cearense é o rendimento médio que é dado pela relação entre o total da renda agrícola e não agrícola e a população desses respectivos seguimentos.

3. Resultados e Discussão

Nos últimos 30 anos houve uma profunda mudança no meio rural brasileiro. As alterações envolvem o aumento da produção, deslocamento espacial e ampliação de determinadas culturas e crescimento da produtividade. No entanto, é o aumento das atividades não-agrícolas entre os trabalhadores de domicílios rurais que mais chama a atenção dos pesquisadores devido aos elementos incorporados nessa mudança que dão novos significados às relações campo-cidade.

Um leque de teóricos tem promovido esforços na tentativa de desfazer essa segmentação entre o campo e a cidade, com o argumento de que as necessidades hoje impostas em termos de desenvolvimento humano não têm sido alcançadas pelos projetos concebidos a partir dessa dicotomia, como mostram Cordeiro Neto e Alves (2009). Tais autores recorrem a elementos do mercado de trabalho para explicar tal necessidade, visto que o mesmo se tornou uma espécie de espelho das transformações que ocorreram no meio rural, a partir da introdução de novas tecnologias poupadoras de mão de obra, sobre a perspectiva de redução dos custos e aumento da produtividade.

¹ G é o coeficiente de Gini; Y é a proporção acumulada da variável "renda" e X é a proporção acumulada da variável "população ou grupo".



Seguindo os ciclos de transformações da agricultura, chega-se a diversos componentes que traduzem as mudanças nas atividades agrícolas e no meio rural como um todo. A análise além da ótica da produtividade aponta que as transformações da agricultura foram socialmente excludentes, provocaram a diminuição abrupta das populações rurais, foram ambientalmente prejudiciais aos ecossistemas naturais e que, apesar da elevação da produção, parte considerável da população mundial, inclusive nos países onde a modernização tecnológica foi mais intensa, não conseguem sequer atingir os limites alimentares mínimos (SCHNEIDER; NAVARRO, 2006, p. 1).

No entanto, um dos aspectos mais importantes das transformações nas atividades agrícolas e do meio rural, certamente se refere às mudanças nas formas de ocupação e de emprego. Nesse sentido, diversos estudos apontam para o crescimento de atividades não agrícolas no ambiente rural, contribuindo com a noção de que o campo deixou de ser espaço exclusivo do trabalho agropecuário.

Desse modo, e considerado o fato das ocupações agrícolas diminuírem nos ambientes urbanos e o aumento de ocupações não agrícolas, até mesmo no meio rural, percebe-se um claro processo de uma urbanização para além dos limites das cidades. Monte-Mór (2006, apud CORDEIRO NETO, ALVES, 2009 p. 328) defende

[...] a tese de urbanização extensiva, caso brasileiro que trata de uma “urbanização que ocorreu para além das cidades e áreas urbanizadas, e que carregou com ela as condições urbano-industriais de produção (e reprodução) como também a práxis urbana e o sentido de modernidade e cidadania”. Assim, o urbano no mundo contemporâneo seria “uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, a manifestação material e sócio-espacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendida, virtualmente, por todo o espaço social”.

Os dados apresentados a seguir, ilustram o caso cearense, em que se denota a expansão das ocupações não agrícolas, tanto entre as populações urbanas como rurais do estado (20,7% e 9%, respectivamente) e que o emprego não agrícola cresce de maneira mais acentuada, inclusive no meio rural, do que as ocupações agrícolas (no meio urbano, crescimento de 20,7% da ocupação não agrícola, contra retração de 13,5% das ocupações agrícolas; no meio rural, 9% contra 4%, respectivamente).

Isso mostra que no estado do Ceará, há sensível transformação no padrão de organização do espaço rural, potencializada por programas de desenvolvimento industriais, pois embora boa parte da população permaneça morando em áreas rurais, sua ocupação principal não está diretamente relacionada à agricultura. Isso por que a



expansão da oferta de emprego, especialmente industrial, induzida pelas políticas públicas estaduais, e suas conexões com um novo e dinâmico setor de serviços, ampliam as possibilidades de trabalhadores rurais exercerem atividades em segmentos da economia que antes eram considerados exclusivamente como urbanos. Desse modo, a migração industrial para o Ceará, um dos principais receptores de indústrias intensivas em trabalho, bem como a constituição de pólos industriais, reforçando elos de arranjos produtivos locais em diversos segmentos, continua contribuindo para potencializar as transformações no padrão de organização dos espaços urbanos e rurais do estado.

De forma geral, considerando a redução de 2% no emprego agrícola total e o crescimento de 20% nas ocupações não agrícolas totais, 72% das pessoas ocupadas no estado em 2008, exerciam atividades não agrícolas, número 4% maior que em 2004. Esse fato ressalta as transformações não só no espaço rural, mas em toda a economia do estado e que não há coincidência entre o ambiente rural e ocupação nas atividades primárias, permitindo abstrair duas importantes constatações sobre a organização da dinâmica rural do Ceará: a) que a expulsão dos trabalhadores rurais do campo em décadas anteriores não significou sua desvinculação das atividades agrícolas, já que, mesmo com uma redução de 13,5%, ainda é alto o número de ocupados agrícolas em domicílios urbanos (388.517 em 2008), e b) que o desenvolvimento de novos segmentos da economia absorve mão de obra do campo, sem, no entanto, obrigá-la a migrar para as cidades, conforme Tabela 1.

Tabela 1
População Ocupada Segundo Condição de Moradia e Atividade – Ceará

Zona	Pessoas		Taxa crescimento (%)
	2004	2008	
URBANA			
Ocupados	2 930 165	3 381 989	15,4
Agricultoras	449 253	388 517	-13,5
Não Agricultoras	2 480 912	2 993 472	20,7
RURAL			
Ocupados	1 091 942	1 148 227	5,2
Agricultoras	838 816	872 355	4,0
Não Agricultoras	253 126	275 872	9,0
TOTAL DE OCUPADOS	4 022 107	4 530 216	

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Conforme a Tabela 1, houve uma redução na população ocupada em atividades essencialmente agrícolas. Isso releva o quadro preocupante para a agropecuária cearense, pois, conforme Proni (2010, p. 148), o processo de modernização tecnológica



concentrou-se nas áreas mais capitalizadas do campo brasileiro, sendo assim, as ocupações agrícolas não se modificaram muito nas áreas mais pobres. Mesmo assim, se denota uma liberalização de mão de obra rural no Ceará, colocando a agropecuária como um reservatório de mão de obra.

Para Schneider e Navarro (2006), as mudanças atualmente em curso parecem indicar que o desenvolvimento social e econômico do mundo rural está passando por redefinições que apontam não apenas para a emergência de novas formas de obtenção de rendas para os agricultores e os habitantes do espaço rural, mas talvez, até mesmo uma nova via para sua inserção na divisão social do trabalho.

Del Grossi (2001) identifica três elementos capazes de explicar esse novo padrão de organização do meio rural: a) com a modernização da agricultura e o consequente aumento da produtividade do trabalho no campo, houve uma redução acentuada da mão-de-obra ocupada nas atividades agrícolas. Além disso, o próprio responsável pela atividade agropecuária também passou a ter tempo ocioso, aproveitando-o para se dedicar a outras atividades (agrícolas e/ou não-agrícolas) fora da propriedade, em tempo parcial ou naqueles períodos do ano em que as atividades agrícolas na propriedade são menos intensas; b) Os preços dos produtos agrícolas vêm caindo nas últimas três décadas, o que tem obrigado membros das famílias rurais a procurarem atividades alternativas como forma de manterem o nível de renda familiar e c) A oferta crescente de oportunidades de ocupações não agrícolas à população rural, que geralmente remuneram mais que a agricultura, e, portanto, exercem uma atratividade às pessoas que buscam melhorar o seu padrão de vida.

Essa nova e inusitada configuração do espaço rural, onde cresce o número de pessoas morando no campo, mas exercendo atividades que antes eram sinônimos de urbano, tem reflexos diretos sobre várias características dos trabalhadores rurais como sua remuneração, escolaridade dentre outras.

Os dados apresentados a seguir mostram alguns dos componentes do mercado de trabalho no Ceará, como o crescimento da população ocupada residente em áreas rurais com carteira assinada, número que mais que dobrou nos quatro anos de intervalo da pesquisa. Num indício que a nova configuração do ambiente rural tende a contratar sua mão de obra de forma mais formalizada, seja em ocupações agrícolas ou não agrícolas. A formalização das relações de trabalho da mão de obra rural é uma das mais notáveis melhorias identificadas nos últimos anos. Esse processo de formalização está associado



ao fenômeno de desenvolvimento das atividades não agrícolas no meio rural, pois as ocupações não agrícolas tendem a contratar de maneira mais formalizada, contribuindo para melhorar o nível de bem-estar dos trabalhadores no ambiente rural. É importante notar que a realidade da formalização das relações contratuais da mão de obra no campo ainda está muito aquém daquelas que seriam consideradas ideais.

É notável o crescimento da população ocupada em áreas urbanas em relação à expansão das ocupações rurais, o que demonstra que mesmo com a possibilidade de inserção das populações rurais em atividades não agrícolas, a dinâmica do mercado de trabalho urbano é mais intensa que a do mercado rural.

Como destaca Proni (2010, p.151), embora tenha havido um aumento na formalização do emprego rural, há um aspecto negativo nesse quadro, a presença do desemprego aberto, que embora não seja relativamente elevada, quando comparada com as áreas urbanas (6,2% no Ceará em 2008), essa taxa indica a presença de uma parcela de trabalhadores rurais que não conseguiram encontrar sequer um trabalho temporário e não estavam acomodados em atividades não remuneradas ou de subsistência.

Desse modo, e considerando as conclusões acerca dos dados da tabela 1, denota-se que os trabalhadores rurais encontraram novas formas de se relacionarem com o ambiente econômico, através de suas ocupações. Isso confere ao campo uma pluriatividade, que conforme as palavras de Schneider e Navarro (2006, p. 103)

Implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que essa atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte a atividade doméstica, ou ainda serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura.

Assim, a inclusão da pluriatividade encontra-se ligada diretamente à incorporação de atividades não agrícolas dentro de ambientes que antes eram compreendidos exclusivamente como rurais e agrícolas.

Na análise dos resultados das condições de trabalho da população ocupada, em primeiro lugar, observamos o rendimento médio mensal, para 2004 e 2008. Destaca-se a desigualdade de rendimento entre o trabalho agrícola e não agrícola, principalmente nas áreas urbanas, onde o rendimento médio dos trabalhadores do primeiro grupo corresponde a 34% do rendimento dos trabalhadores do segundo, no ano de 2008. Denota-se, também, o crescimento da remuneração média dos ocupados em todos os grupos, com destaque para a expansão do rendimento agrícola urbano (77,4%) e do não



agrícola rural (90,4%). Essa forte expansão tem como explicação o crescimento real dos salários entre 2004 e 2008, que dada a pequena dimensão da remuneração média desses grupos, causou um forte aumento relativo, como demonstrado na tabela 2.

Conforme Tabela a seguir, percebe-se que em 2008 houve um significativo distanciamento entre o rendimento médio dos ocupados agrícolas e não agrícolas no meio rural; conseqüentemente, o desenvolvimento das atividades não agrícolas em regiões rurais tornou-se mais atrativa e contribuiu para que as populações dessas áreas aumentassem seu rendimento e, por conseguinte, seu bem-estar a partir das melhores condições do rendimento do trabalho não agrícola. No meio urbano, o menor rendimento da atividade agrícola torna a mesma menos atraente para as populações urbanas, muito embora essa diferença tenha se reduzido fortemente nos anos em estudo. Essas constatações abrem margem para a continuidade de antigos dilemas do meio rural, como a êxodo campo-cidade e para novos desafios com o êxodo agrícola-não agrícola.

Com o propósito de medir o padrão de assimetria da renda agrícola e não agrícola, ou seja, verificar a desigualdade da distribuição de rendimentos entre a população ocupada segundo condição de moradia e atividade, utiliza-se o coeficiente de Gini, para os anos de 2004 e 2008. Com base nesse indicador, verifica-se a elevada concentração da renda agrícola, seja no meio rural ou urbano (Tabela 2) refletindo as condições da estrutura agropecuária, onde as possibilidades de acesso aos meios de produção, sobretudo a terra, são relativamente menores, contribuindo para níveis de distribuição de renda mais desiguais, permitindo a existência de mercados de trabalho com estruturas ocupacionais muito heterogêneas e elevados diferenciais de salários.

Tabela 2
Rendimento médio mensal e Coeficiente de Gini da População Ocupada Segundo
Condição de Moradia e Atividade - Ceará

Zona	Rendimento Médio Mensal		Taxa	Coeficiente de Gini		Taxa
	2004	2008	crescimento (%)	2004	2008	crescimento (%)
URBANA						
Agrícolas	R\$ 163,54	R\$ 290,07	77,4	0,482	0,538	11,68
Não Agrícolas	R\$ 478,37	R\$ 521,44	9,00	0,101	0,12	18,17
RURAL						
Agrícolas	R\$ 164,58	R\$ 212,24	29,0	0,569	0,555	-2,41
Não Agrícolas	R\$ 170,90	R\$ 325,32	90,4	0,315	0,286	-9,26

Fonte: PNAD 2004 e 2008 (Microdados), elaboração própria.



As atividades não agrícolas possuem um padrão de rendimento relativamente melhor distribuído, num indicativo que os níveis de salários e rendimentos não agrícolas são particularmente homogêneos nesses segmentos. No entanto, a partilha da renda no meio urbano está se tornando mais desigual, com o crescimento de 11,68% e 18,17% no coeficiente de Gini para as atividades agrícolas e não agrícolas, respectivamente. Um processo apostado ocorre nas áreas rurais, onde registra-se expressiva redução do coeficiente de Gini, principalmente na renda rural não agrícola, apresentado um padrão de distribuição mais equilibrado em relação à renda rural agrícola (num indicativo que o ambiente rural encontra-se em meio a um processo redistributivo de renda). Isso mostra que os trabalhadores rurais que conseguem se engajar em atividades ligadas a outros setores, que não à agropecuária, possuem uma realidade bem diferente em relação aos demais trabalhadores rurais, porém ocupados em atividades primárias.

A pesquisa também considerou o Índice de Qualidade do Emprego (IQE) para poder traçar um perfil mais qualitativo dos ocupados agrícolas e não agrícolas, segundo condição de moradia, conforme tabela 3

A compreensão desse indicador envolve três métodos de cálculo (IQE¹, IQE² e IQE³). No primeiro, atribui-se igual importância para todos os elementos considerados (formalidade, rendimento e auxílio). Observa-se que a população rural agrícola, em 2008, era a que apresentava maior risco de vulnerabilidade econômico-social, devido ao fato de seu indicador ser muito inferior quando comparado aos correspondentes índices das atividades não agrícolas.

Comparativamente a 2004, os níveis de precarização do trabalho agrícola tornaram-se mais brandos, com melhoras em todos os componentes do Índice de Qualidade do Emprego, com destaque para a contribuição para institutos de previdência, formalização da mão de obra agrícola (Carteira Assinada) e redução do trabalho infanto-juvenil. No entanto, a melhora na qualidade do emprego agrícola foi mais intensa para os ocupados urbanos, já que o IQE¹ para esse grupo passou de 16,88, em 2004, para 19,61 pontos, em 2008, resultado melhor que o observado pelo agrícola rural. Não obstante à evolução da qualidade do emprego agrícola, essa ainda é expressivamente distante da verificada para as atividades não agrícolas, que apresentam IQE's bem superiores.

O IQE¹ também expressa as diferenças entre os trabalhadores rurais, já que os mesmos apresentam grandes assimetrias em relação a qualidade do emprego,



considerando que o trabalho não agrícola rural apresenta um IQE¹ 28% maior que o agrícola rural.

A segunda metodologia de cálculo do Índice de Qualidade do Emprego (IQE²), que atribui maior importância aos elementos referentes à formalidade e ao rendimento (porém com ponderações idênticas para os mesmos) comparativamente ao componente auxílio, mostra que a qualidade do emprego é maior em relação ao IQE¹. Denota-se, também, o aprofundamento das assimetrias na qualidade do emprego, considerando a situação domiciliar dos ocupados, um indício que os elementos priorizados no cálculo do segundo índice (formalidade e rendimento) são os principais responsáveis pelas desigualdades no padrão de bem estar dos trabalhadores segundo condição domiciliar, em favor do proletário urbano.

Novamente o trabalho não agrícola urbano apresenta melhores indicadores que as demais categorias e o pior índice é apresentado pelo segmento agrícola rural, revelando a precariedade desta ocupação. Desse modo, tanto o urbano como o não agrícola mostram-se mais atraentes para a transformação das condições de vida das demais populações.

Em comparação com 2004, todos os IQE² apresentaram grandes variações positivas, com exceção do trabalho não agrícola urbano, que apresentou um crescimento mais modesto (1,5%), abrindo margem para a redução dos diferenciais de qualidade do emprego não agrícola urbano em relação aos outros grupos.

Tabela 3
Índice de Qualidade do Emprego para População Ocupada Segundo Condição de Moradia e Atividade – Ceará

		Índice de Qualidade do Emprego (IQE)			
		Agrícola (Urbano)	Agrícola (Rural)	Não agrícola (Urbano)	Não agrícola (Rural)
2004	IQE ¹	16,88	17,45	30,70	22,30
	IQE ²	19,60	19,77	34,59	25,49
	IQE ³	15,60	15,79	31,11	21,16
2008	IQE ¹	19,61	19,43	31,11	24,87
	IQE ²	22,23	22,07	35,12	28,78
	IQE ³	18,26	18,39	31,34	24,47

Fonte: PNAD 2004 e 2008 (Microdados), elaboração própria.

O terceiro método de cálculo (IQE³), que atribui maior importância ao rendimento e à formalidade, porém em proporções diferentes (0,5 e 0,3 respectivamente), coloca o trabalho não agrícola como o que apresenta o melhor



desempenho, segundo a qualidade das ocupações, e o trabalho agrícola rural na posição oposta.

Denotam-se, também, importantes diferenças entre os métodos de cálculo, visto que as prioridades dadas nas ponderações dos respectivos índices são importantes na determinação dos diferenciais de qualidades entre os grupos pesquisados. Os elementos mais significativos nesses diferenciais estão na remuneração, contribuição para os institutos previdenciários e o número de trabalhadores com carteira assinada, índices que se apresentam bastantes baixos entre os ocupados agrícolas e rurais.

Não obstante a um processo contínuo de aumento da qualidade do emprego para os grupos pesquisados, principalmente os mais precários com o agrícola rural, os tradicionais indicativos de precarização do mercado de trabalho cearense ainda persistem em níveis elevados, potencializados para o mercado de trabalho agrícola rural, contribuindo para que a realidade vivida pelos ocupados rurais do Ceará encontre-se bastante distante de uma realidade que poderia ser considerada ideal.

4. Conclusões

O estudo mostra que as atividades não agrícolas ganham cada vez mais espaço em áreas que antes eram compreendidas como sinônimo de essencialmente agrícolas, conferindo uma nova dinâmica às relações campo-cidade. No entanto, é importante notar que isso não significa o desaparecimento das atividades agrícolas ou a perda da identidade rural, pois mesmo com um processo de urbanização extensiva em curso, as atividades agrícolas ainda apresentam uma notável dinâmica nos espaços rurais, com o crescimento do emprego agrícola nos mesmos.

O processo de expansão das ocupações, antes ditas exclusivamente urbanas, sobre os espaços rurais do Ceará, significa uma possibilidade para os trabalhadores residentes no campo de auferirem novas formas, principais ou complementares, de obtenção de renda essencialmente não agrícolas, conferindo às áreas rurais do Ceará um caráter de pluriatividade. Nesse quadro, os setores de prestação de serviços e a indústria aparecem como os que mais absorvem mão de obra rural, em postos que exigem pouca qualificação profissional.

No entanto, a persistência de grandes diferenciações na qualidade das ocupações não agrícolas sobre as atividades primárias, demonstra que tradicionais problemas,



como o indícios de precarização do mercado de trabalho rural, ainda encontram lugar no ambiente não urbano do Ceará e, portanto, ainda precisam ser superados.

5. Referências Bibliográficas

BALSADI, O. V. Qualidade do emprego na agricultura brasileira no período 2001-2004 e suas diferenciações por culturas. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 409-444, abr/jun 2007.

CORDEIRO NETO, José Raimundo; ALVES, Christiane Luci Bezerra. Ruralidade no vale do submédio São Francisco: observações a partir da evolução econômica do pólo Juazeiro-BA - Petrolina-PE. **Revista Ideas. Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.324-361, jul/dez, 2009

DEL GROSSI, M.E. **A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1991-1995**. Campinas - SP: IE/Unicamp,1999. (Tese de Doutorado).

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

GUILHOTO, Joaquim José M.; AZZONI, Carlos Roberto; ICHIHARA, Sílvia Massaru. **A participação da agricultura familiar no PIB do Ceará**. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2009).

HOFFMANN, Rodolfo (1998). Distribuição da renda: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Edusp.

MOREIRA, Ivan Targino. Emprego e remuneração na agricultura paraibana: uma visão do censo demográfico de 2000. **1º Workshop ESTUDOS EM TRABALHO**. João Pessoa: UFPB, 2003.

NASCIMENTO, Carlos A. do; SOUTO, Irlene José G.; OLIVEIRA, Régis B.; MENDES, Samantha R. A qualidade do emprego rural no estado de Minas Gerais nos anos recentes, 2002 e 2004. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007.

ORTEGA, Antônio César; GARLIPP, Ana Alice D.; JESUS, Clésio M. de. Terceirização e emprego rural na agricultura do cerrado mineiro: os casos da mecanização no café e na cana de açúcar. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA

SILVA, José (orgs). **O novo rural brasileiro**. Novas atividades rurais. Vol. 6. Brasília/DF: Embrapa, 2004.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Mapeamento do trabalho agrícola no Brasil. In: MORETTO, A.; KREIN, José D.; POCHMANN, Márcio.; JÚNIOR MACAMBIRA (orgs). **Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT/ Banco do



SCHNEIDER, Sergio; NAVARRO, Zander. Agricultura e Novas Formas de Ocupação na Meio Rural: um estudo sobre as tendências recentes. **Parcerias Estratégias**, Brasília, CGEE, n. 22, junho de 2006.



Dimensões societárias da modernização da agricultura: estratégias de trabalhadores rurais frente à mecanização do corte da cana em Barrinha - SP

Thaís Mesquita Favoretto¹

¹Mestranda em Sociologia/ UNICAMP/ thaisfavoretto@gmail.com

Resumo

O complexo agroindustrial canavieiro paulista, nesse início do século XXI, tem avançado intensamente na implementação do corte mecanizado da cana-de-açúcar diante, dentre outros fatores, da legislação referente à proibição da queima de sua palha. Esse avanço é responsável por profundas transformações no processo produtivo e implica na dispensa de milhares de trabalhadores em relação ao corte manual da cana. Alguns destes conseguem se realocar em novos cargos criados a partir da mecanização, no entanto, grande parte tem de vender sua força de trabalho em outras atividades e setores. Partindo do entendimento de que esses trabalhadores não são passivos nesse processo, mas se colocam também enquanto sujeitos de suas histórias, entender quais são as estratégias laborais desses trabalhadores dispensados pela mecanização do corte da cana, dentro ou fora do complexo agroindustrial canavieiro, é o objetivo dessa pesquisa em andamento. A cidade de Barrinha – SP foi escolhida para o desenvolvimento da pesquisa uma vez que expressiva parte de sua população trabalha em atividades relacionadas ao complexo, principalmente no corte manual da cana.

Palavras-chave: Modernização da Agricultura; Complexo Agroindustrial Canavieiro; Trabalhadores Rurais; Estratégias de Reprodução Social.



Mecanização do corte no complexo agroindustrial canavieiro paulista

O complexo agroindustrial (CAI) canavieiro paulista é fruto do processo de modernização da agricultura levado a cabo pelo Estado a partir da década de 1960. Diversos autores apontam o caráter excludente desse processo, que se fundamenta ao mesmo tempo no progresso técnico das forças produtivas e em formas arcaicas de dominação-exploração (Silva, 1999). Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se verifica processos expropriatórios em diversas regiões, precarizando o acesso à terra por parte de colonos, posseiros, camponeses e pequenos proprietários, verifica-se também expressivo desenvolvimento das tecnologias para a produção agrícola, com crescente integração entre agricultura e indústria.

Quanto ao CAI canavieiro paulista, os diversos incentivos financeiros e fiscais do Estado direcionados aos grandes proprietários foram fundamentais para viabilizar a internalização da agricultura aos setores industriais a montante e a jusante a partir da utilização de práticas impostas pelo pacote tecnológico do Estado (Thomaz Jr, 2002). Desde os anos 1980 foram introduzidas uma série de inovações técnicas na produção do CAI canavieiro, entre elas a mecanização de etapas do processo produtivo, dispensando trabalhadores manuais (Alves, 1991). No entanto, o mais recente desses avanços, a mecanização do corte da cana, se descata frente a outras etapas: o corte manual da cana é a atividade que mais emprega trabalhadores no setor, de modo que a intensificação recente desse processo tem gerado, além da exigência de maior produtividade do corte manual – que dobrou nas últimas décadas¹ – a dispensa de milhares de trabalhadores.

O processo de mecanização do corte da cana, cuja intensificação é recente, deve ser compreendido no contexto das relações contraditórias entre trabalho e capital no interior do CAI canavieiro. Alves, em sua tese², fornece subsídios fundamentais para essa análise. Segundo o autor, a mecanização do corte da cana em São Paulo tem início na década de 1970, com a utilização das colheitadeiras em escala comercial, sendo que

¹ Ver: ALVES, Francisco. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. *Ruris*. V. 3 n. 1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2009.

² Ver: ALVES, Francisco. **Modernização da agricultura e sindicalismo: as lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto**. Tese de doutoramento, IE/UNICAMP, Campinas, 270 p. 1991. ALVES, Francisco. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte da cana crua: indo direto ao ponto. *Ruris*. v. 3 n. 1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2009.



seu avanço esteve relacionado à falta ou abundância de trabalhadores nos canaviais, assim como à organização política destes.

Nos anos 1970, as colheitadeiras eram utilizadas apenas no início da safra como forma de ameaça ao emprego, para que os trabalhadores aceitassem menores salários³. Na década seguinte, se verifica a viabilidade econômica do corte mecanizado, sendo que seu avanço significava uma *resposta patronal às greves*, realizadas pelos trabalhadores do corte em resistência à imposição de mudanças no processo produtivo. Já nos anos 1990, a mecanização se coloca como prioridade diante não apenas da nova dinâmica do complexo agroindustrial canavieiro como também da reivindicação pelo *fim da queima da palha da cana*⁴.

Na última década, essa reivindicação se concretizou em medidas legais. Em 19 de setembro de 2002 foi promulgada a Lei nº 11.241, que dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana no estado de São Paulo. Segundo esta, o prazo para eliminação total da queima nas áreas mecanizáveis vai até 2021 e nas ditas não mecanizáveis até 2031. No entanto, em julho de 2007 foi assinado o Protocolo Agroambiental por representantes de produtores de cana e usineiros, estabelecendo o compromisso com o governo do estado de São Paulo de antecipar o fim da queima da palha da cana para 2014, em áreas mecanizáveis e 2017, em áreas não mecanizáveis.

Esses prazos fazem avançar a mecanização dessa atividade, uma vez que o corte manual da cana crua é muito menos rentável aos produtores, sendo vantajoso substituir os trabalhadores por máquinas⁵. Além da reivindicação pelo fim da queima da palha da cana, os países potenciais importadores de álcool brasileiro estão condicionando suas compras a que o complexo agroindustrial canavieiro demonstre a realização de boas práticas não apenas ambientais, como também sociais e trabalhistas (Alves, 2009). A mecanização do corte se torna desejável, então, ao resolver essas três questões de uma

³ São as chamadas “máquinas de vitrine” (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

⁴ Ver: GONÇALVES, Daniel Bertoli. **A regulamentação das queimadas e a mudança nos canaviais paulistas**. Dissertação de Mestrado. IE/UNICAMP. Campinas: 2001. RIBEIRO, Helena e FICARELLI, Thomas Ribeiro de Aquino. Queimadas nos Canaviais e Perspectivas dos Cortadores de Cana-de-açúcar em Macatuba, São Paulo. **Saúde Soc.** São Paulo, v.19, n.1, p.48-63, 2010.

⁵ RAMOS, Pedro. O futuro da ocupação da agroindústria canavieira do Brasil: uma discussão dos trabalhos disponíveis e um exercício de estimacão. *Informações Econômicas*, SP, v.37, n.11, nov. 2007.



só vez. Sem a necessidade de queimadas, mitiga os prejuízos ao meio ambiente e, com a eliminação do corte manual, “resolve” a questão social e trabalhista.

Nesse contexto, verifica-se o avanço considerável da mecanização em São Paulo, alcançando 70% das usinas e 20% dos fornecedores do Estado na safra 2010/11, segundo balanço da Secretaria de Meio Ambiente. Isso representa uma área de 2,62 milhões de hectares mecanizados - ou 55,6% da cana plantada no Estado. Essa intensificação da mecanização resulta em uma dispensa massiva de trabalhadores do corte manual da cana: os estudos de José Giacomo Baccarin⁶ revelam a *redução de 40 mil postos de trabalho no corte manual da cana em São Paulo nos últimos quatro anos*.

Esses dados sobre a ocupação de trabalhadores no corte da cana geram controvérsias entre pesquisadores quanto à possibilidade da mecanização total do corte, com a extinção do corte manual nas áreas mecanizáveis. Ramos (2007) prevê para 2015 a possibilidade de uma redução drástica de postos de trabalho no corte manual da cana. Afirma o autor: “é muito provável que no futuro próximo a maior parte, se não a totalidade, da penosa e danosa tarefa de cortar cana queimada seja extinta” (p. 70).

Novaes (2009), de outro modo, afirma que não haverá extinção do trabalho manual no corte enquanto este, por meio de intensa exploração, for uma possibilidade rentável. Além disso, a produtividade crescente do trabalho manual em função do avanço da mecanização também é responsável pela redução de postos de trabalho no corte da cana. O autor argumenta que a convivência entre o corte mecanizado e o corte manual acaba por impor uma redução dos postos de trabalho em virtude das novas formas de seleção, gestão, organização e controle do trabalho manual.

Apesar das divergências em relação à intensidade do processo e dos impactos da mecanização do corte da cana, a eliminação de milhares de cargos no corte manual da cana em função da mecanização se apresenta como fato irreversível, motivo pelo qual tem sido tema de reflexão de diversos autores, inclusive na proposição de políticas públicas⁷. Na presente pesquisa, nossa preocupação específica é compreender de que forma a mecanização vem transformando as condições de vida e trabalho de milhares de

⁶ O autor se baseia em dados da RAIS, CAGED e MTE. Ver: BACCARIN et al. **Boletim – ocupação formal sucroalcooleira em São Paulo**. Joticabal (SP), Número 10, março de 2010. Ver: <http://www.fcav.unesp.br/baccarin/>

⁷ Ver, por exemplo: ALVES, Francisco. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte da cana crua: indo direto ao ponto. **Ruris**. v. 3 n. 1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2009.



trabalhadores rurais que se empregavam no corte manual da cana. O recorte espacial escolhido foi a cidade de Barrinha, na região de Ribeirão Preto – SP, principal pólo sucroalcooleiro do país (Baeninger, 2010).

Trabalhadores do corte da cana

Os trabalhadores cortadores de cana na região de Ribeirão Preto – SP enfrentam condições precárias de moradia, alimentação e transporte, vivendo até mesmo em condições análogas à escravidão (Novaes, 2007). Essas condições melhoraram relativamente nos últimos anos⁸, principalmente mediante a organização dos trabalhadores, denúncias e à ação da Justiça. No entanto, diversos autores relatam o expressivo aumento da produtividade exigida nos últimos anos, baseada no pagamento por produção⁹. A exploração decorrente dessa produtividade é responsável por sérios danos à saúde dos trabalhadores, podendo inclusive levá-los à morte.

A maioria dos cortadores de cana são trabalhadores rurais migrantes, vindos principalmente da região do Vale do Jequitinhonha e do interior de estados do Nordeste. O que os faz enfrentar essas duras condições de vida e trabalho nos canaviais paulistas por cerca de nove meses ao ano – duração da safra – são as restritas possibilidades de venda da força de trabalho somadas à insuficiência da cultura de subsistência para o sustento de suas famílias nessas regiões. Essa insuficiência é agravada por processos expropriatórios impulsionados pelo Estado, sendo essa outra face da modernização da agricultura¹⁰.

Em Minas Gerais, principalmente na região do Vale do Jequitinhonha, ocorre a partir dos anos 1960 um movimento expropriatório marcado pelo uso da lei enquanto

⁸ Ver: Basaldi, Otavio Valentim. Mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no período 1992-2006. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 91-110, jan./jun. 2010.

⁹ Ver: ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana. **Saúde e Sociedade**, v. 15, nº 3, set.-dez. 2006. NOVAES, José Roberto Pereira. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. **Estudos Avançados** [online]. 2007, vol.21, n.59, pp. 167-177 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a12v2159.pdf>

¹⁰ Esse processo é marcado pela desarticulação das relações tradicionais e expropriação dos trabalhadores da cultura de subsistência. Ver, por exemplo: MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.



forma de efetuar o roubo velado das terras comuns e camponesas (Ribeiro, 1995; Silva, 1999). A desarticulação da *morada* nos anos 1970, relação tradicional do meio rural em estados como Pernambuco e Paraíba, é exemplo desse movimento de modernização na região Nordeste (Sigaud, 1979; Garcia Jr., 1998). Mais recente é o processo de expropriação vivenciado pelos trabalhadores dos estados do Maranhão e Piauí, no qual as terras começam a ser cercadas pelas propriedades privadas e as florestas de babaçu são destruídas (Silva, 2008).

Diante desses processos, verifica-se a intensificação da migração temporária de trabalhadores rurais aos canaviais paulistas. A maior parte desses trabalhadores migrantes são jovens e pertencentes ao sexo masculino¹¹. A inserção desses sujeitos em consolidadas redes sociais¹², envolvendo amigos, parentes, agenciadores de mão de obra e inclusive representantes da agroindústria canavieira paulista são fundamentais para a realização da migração. Popularmente conhecidos como “gatos” ou “turmeiros”, os agenciadores são responsáveis pela mediação entre trabalhadores e representantes da agroindústria canavieira, efetuando a terceirização das relações de trabalho (Silva, 1999).

A contratação desses trabalhadores para o corte da cana mostra-se vantajosa aos usineiros e empresários do CAI, uma vez que possibilita maior exploração, com o pagamento de salários mais baixos que aos trabalhadores locais (Martins, 1986). É nesse contexto que a migração temporária se constitui não apenas enquanto estratégia dos trabalhadores rurais, em busca de sobrevivência e reprodução social, como também dos usineiros e empresários do CAI canavieiro, visando à manutenção de baixos salários na atividade.

Apesar dessas condições objetivas, é importante observar que a migração aos canaviais é acompanhada por aspectos subjetivos, permeada por simbolismos e expectativas, como em todo processo migratório¹³. Segundo Silva e Menezes (2006), é

¹¹ NOVAES, José Roberto. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. **Ruris**. v. 3 n. 1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2009.

¹² MENEZES, Maria Aparecida. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses – migrantes**. RJ: Relume Dumará, JP: Ed. UFPB, 2002.

¹³ Para a demonstração da importância desses aspectos subjetivos no processo migratório internacional, ver: SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização** (trad. Ronaldo Cataldo Costa).



necessário interpretar a migração como um *processo social*¹⁴, compreendendo-a não apenas a partir da diferença econômica entre as regiões como também das representações e estratégias dos próprios migrantes, enquanto agentes desse processo.

Assim sendo, além da busca pela sobrevivência, essa migração pode constituir-se em estratégia dos trabalhadores para a reprodução de um modo de vida camponês (Garcia Jr, 1989; Woortman, 1990) ou ainda uma forma de adquirir reconhecimento e diferenciação no local de origem (Silva, 2008). Além disso, deve-se considerar a importância das redes sociais constituídas nesse processo para a realização de estratégias familiares e construção e recriação de elementos de identidade e resistência¹⁵ entre os migrantes (Menezes, 2002; Fontes, 2008). É importante retomar essa perspectiva teórica para compreender de que modo a progressiva redução de postos de trabalho no corte da cana, em função da mecanização dessa atividade, vem alterando as condições de vida e trabalho dos migrantes na região de destino.

Estratégias dos trabalhadores frente à mecanização do corte da cana

O objetivo dessa pesquisa é analisar as estratégias dos trabalhadores rurais de Barrinha – SP frente ao processo de mecanização do corte e eliminação de milhares de postos no corte manual da cana no CAI canavieiro paulista, partindo do entendimento de que os trabalhadores migrantes, frente às condições objetivas postas, possuem papel ativo na construção de suas histórias¹⁶. Para tanto, retomamos o conceito de estratégia enquanto mediação entre escolha e constrangimentos, presente em Bourdieu:

A noção de estratégia é o instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe (recorrendo, por exemplo, à noção de inconsciente). Mas pode-se recusar a ver a estratégia como o produto de um programa inconsciente, sem fazer dela o produto de um cálculo consciente e racional” (BOURDIEU, 1990, p. 81)

¹⁴ “O principal eixo das preocupações gira em torno da análise a partir da ótica dos sujeitos envolvidos nos processos migratórios. Partimos da idéia de Marx, segundo a qual, os sujeitos fazem a história, porém em condições determinadas” (SILVA, 2008, p. 4)

¹⁵ Uma das principais referências para a compreensão desses aspectos é: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum** (trad. Rosaura Eichenberg). São Paulo : Companhia da Letras, 1998.

¹⁶ Uma referência exemplar é o estudo: FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Paulista (1945-66)**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2008.



A hipótese principal que norteia essa pesquisa é a de que a participação dos trabalhadores em consolidadas redes sociais, durante todo o processo migratório, permitiria a estes a inserção em outras atividades no local de destino¹⁷. Em um primeiro momento, a participação dos trabalhadores rurais em redes sociais torna possível a migração aos canaviais. Diante da mecanização do corte da cana, esse mesmo contato com familiares, colegas e agenciadores de força de trabalho permitiria a mobilidade ocupacional desses trabalhadores na região de destino, empregando-se de forma temporária ou permanente em outras atividades.

A região de Ribeirão Preto, além de destacar-se em relação à atividade sucroalcooleira, apresenta diversas possibilidades de venda da força de trabalho, no meio rural ou urbano, por ser uma região economicamente desenvolvida (Baeninger, 2010). Sendo assim, seria possível aos trabalhadores migrantes, ex-cortadores de cana, a inserção em atividades como o trabalho em outras lavouras, em cargos criados pela mecanização no CAI canavieiro¹⁸, e principalmente na construção civil, que vem apresentando expressivo crescimento na região¹⁹. Quanto às duas últimas possibilidades, poderia-se verificar o movimento analisado por Graziano (1999) de migração ocupacional desses trabalhadores para atividades rurais não-agrícolas.

A presente pesquisa se encontra em desenvolvimento, portanto, o objetivo desse texto foi apresentar o debate teórico sobre o qual ela está ancorada. A coleta inicial de dados e entrevistas, conforme os procedimentos da história oral, apontam no sentido da confirmação de nossas hipóteses. No entanto, são ainda muito preliminares para apresentação no presente texto. Até o 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais

¹⁷ Esta hipótese, além da bibliografia apresentada, está baseada na pesquisa de iniciação científica financiada pela PIBIC/CNPq realizada por nós junto a um grupo de pesquisadores entre 2010 e 2011, intitulada: **Trajetórias sociais dos trabalhadores rurais migrantes na agroindústria paulista**, orientada pelo Prof. Dr. Fernando Lourenço.

¹⁸ Sobre a criação de novos cargos em função da mecanização ver: MORAES, Márcia. Indicadores do Mercado de Trabalho do Sistema Agroindustrial da Cana-de-Açúcar do Brasil. **Est. econ.**, São Paulo, 37(4): 875-902, out-dez 2007. RAMOS, Pedro. O futuro da ocupação da agroindústria canavieira do Brasil: uma discussão dos trabalhos disponíveis e um exercício de estimação. **Informações Econômicas**, SP, v.37, n.11, nov. 2007.

¹⁹ Ver: Governo do Estado de São Paulo. Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo. Região Administrativa de Ribeirão Preto. **Foco**, 2010. E o artigo: **Construção civil recruta cortador de cana**. In: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100912/not_imp608643,0.php



pretendemos colher mais dados e sistematizá-los para apresentação, com o objetivo de levantar novos elementos para o debate.

Referências bibliográficas

ALVES, Francisco. **Modernização da agricultura e sindicalismo: as lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto**. Tese de doutoramento, IE/UNICAMP, Campinas, 1991.

_____. Por que morrem os cortadores de cana. **Saúde e Sociedade**, v. 15, nº 3, set.-dez. 2006.

_____. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte da cana crua: indo direto ao ponto. **Ruris**. v. 3 n. 1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2009.

BACCARIN et al. **Ocupação formal sucroalcooleira em São Paulo**. Jaboticabal: FCAV/UNESP, mar. 2010 (Boletim n. 10). Disponível em: <http://www.fcav.unesp.br/baccarin/>

BASALDI, Otavio Valentim. Mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no período 1992-2006. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 91-110, jan./jun. 2010.

BEAUD, Stéphane e WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BAENINGER, Rosana. [et al.]. **Polos regionais – São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto** Campinas: Núcleo de Estudos de População/Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/Instituto de Economia-Unicamp, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Das regras às estratégias. In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Paulista (1945-66)**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2008.

GARCIA JR., Afrânio. **O Sul - caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, Brasília DF: Editora da UnB, MCT-CNPq, 1989.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. **A regulamentação das queimadas e a mudança nos canaviais paulistas**. Dissertação de Mestrado. IE/UNICAMP. Campinas: 2001.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo. Região Administrativa de Ribeirão Preto. **Foco**, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O Novo Rural Brasileiro*, Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Não há terra para plantar nesse verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

McKNIGHT, Abigail. Mobilidade dos indivíduos de baixa renda: uma perspectiva de trajetória de vida ocupacional. **Mercados de trabalho e oportunidades: reestruturação econômica, mudança ocupacional e desigualdade na Inglaterra e Brasil**. Nadya Araujo Guimarães, Adalberto Cardoso, Peter Elias, Kate Purcell (orgs.). Rio de Janeiro : Editora FGV, 2008, p. 231-273.



- MENEZES, Maria Aparecida. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses – migrantes.** RJ: Relume Dumará, JP: Ed. UFPB, 2002.
- MINTZ, Sidney W. Encontrando Taso, me descobrindo. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol. 27, n. 1, 1984, p. 45-58.
- MORAES, Márcia. Indicadores do Mercado de Trabalho do Sistema Agroindustrial da Cana-de-Açúcar do Brasil. **Est. econ.**, São Paulo, 37(4): 875-902 out-dez 2007.
- MORAES, Márcia. Migração de trabalhadores na lavoura canavieira paulista: uma investigação dos impactos sócio-econômicos nas cidades de Pedra Branca, Estado do Ceará, e de Leme, Estado de São Paulo. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 21-35, jul./dez. 2009.
- NICOLLINI, F. **Estratégias de sobrevivência e renda dos cortadores de cana de Barrinha – SP diante do crescente processo de mecanização do corte.** Dissertação de Mestrado, Unesp: 2007.
- NOVAES, José Roberto e ALVES, Francisco. Orgs. **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro).** São Carlos: EdUFSCAR, 2007.
- _____. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. **Estudos Avançados** [online]. 2007, vol.21, n.59, pp. 167-177 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a12v2159.pdf>
- _____. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. **Ruris**. v. 3 n. 1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2009.
- RAMOS, Pedro. O futuro da ocupação da agroindústria canavieira do Brasil: uma discussão dos trabalhos disponíveis e um exercício de estimação. **Informações Econômicas**, SP, v.37, n.11, nov. 2007.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães. “As histórias da terra do Jequitinhonha e Mucuri”. Em: **Lembranças da terra: Histórias do Mucuri e Jequitinhonha.** Contagem: CEGRAC, 1995.
- RIBEIRO, Helena e FICARELLI, Thomas Ribeiro de Aquino. Queimadas nos Canaviais e Perspectivas dos Cortadores de Cana-de-açúcar em Macatuba, São Paulo. **Saúde Soc.** São Paulo, v.19, n.1, p.48-63, 2010.
- SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização** (trad. Ronaldo Cataldo Costa). Porto Alegre: Artmed, 2010.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade** (trad. Cristina Muracho). São Paulo : Edusp, 1998
- SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco.** São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- _____. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. **Cadernos CERU** [online]. 2008, vol. 19, no. 1, p. 165-180. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/ceru/v19n1/12.pdf>
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes e MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. **NEAD**, 2006.
- STOLCKE, Verena. **Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850-1980).** São Paulo: Brasiliense, 1986.



SZMERECSÁNYI, Tamás et. al. **Dimensões, riscos e desafios da atual expansão canavieira**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008 (Texto para Discussão, 32). Disponível em http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/noticias/Texto-32_19-11-08.pdf

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum** (trad. Rosaura Eichemberg). São Paulo : Companhia da Letras, 1998.

VEIGA FILHO, Alceu. **Mecanização da colheita da cana-de-açúcar no estado de São Paulo: uma fronteira da modernização tecnológica na lavoura**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas, 1998.

VEIGA FILHO, Alceu, SANTOS, Zuleima, VEIGA, José Eduardo, OTANI, Marimília, YOSHII, Regina. Análise da mecanização do corte da cana-de-açúcar em São Paulo. **Informações Econômicas**, SP, v.24, n.10, out. 1994.

WOORTMAN, K. **Migração, família e campesinato**. Revista Brasileira de Estudos de População, January-June 1990, p. 35-51, 1990.



GT 13 - Trabalho agrícola, migração sazonal e mudanças tecnológicas na agricultura

Espaços e tempos cruzados – trajetórias de trabalhadoras no interior paulista

Juliana Dourado Bueno¹

Maria Aparecida de Moraes Silva²

1 – Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, julidourado@uol.com.br

2 – Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, maria_moraes@terra.com.br

Resumo

Buscamos apresentar uma discussão sobre o entrecruzamento de tempos e espaços sociais tendo como ponto de partida as trajetórias de mulheres empregadas em diferentes setores rurais no interior de São Paulo. Nessas trajetórias, algumas experiências se mostram comuns no caminho percorrido por elas, dentre elas estão o início da vida como camponesas, o processo migratório, o assalariamento rural (trabalho na colheita da cana e laranja) e o assalariamento em um abatedouro de frangos no município de São Carlos. Para realizar esse estudo voltamos o olhar para um referencial teórico dos estudos de assalariamento rural e relações de gênero. O emprego da metodologia da história oral foi de fundamental relevância para apreender a multiplicidade das vivências femininas. Foi realizada pesquisa de campo no município de Ibaté, no interior do Estado de São Paulo, aplicados questionários biográficos e realizadas entrevistas com as mulheres trabalhadoras.

Palavras-chave: assalariamento rural, agroindústria da cana-de-açúcar, trajetórias femininas, agroindústria de frango.



Introdução

O entrecruzamento de tempos e espaços sociais que se apresentam no contexto social do *campesinato*, do *assalariamento rural* e de *movimentos migratórios* será elucidado nesse texto a partir de trajetórias de trabalhadoras rurais empregadas no corte de cana-de-açúcar do interior paulista. Tal entrelaçamento tem o intuito de demonstrar contextos sociais mais amplos, dentre os quais estão o processo de modernização da agricultura, a mecanização da agroindústria canavieira e a exploração do trabalho das mulheres.

Dentre muitos momentos de encontro das trajetórias femininas, podem ser destacados os seguintes marcos: o início da vida residindo e trabalhando no campo, a experiência migratória, a mudança para o município de Ibaté/SP, o assalariamento rural e o assalariamento urbano. Buscamos, nessa discussão, percorrer parte desse caminho apresentando os fatores que unem as diferentes trajetórias e aqueles que as marcam, tais como a experiência da exploração do trabalho, tendo como característica a submissão dos corpos a condições degradantes em diferentes períodos e espaços da vida social.

Cada marco dessas trajetórias será detalhado nos tópicos que seguem, assim como os tempos e os espaços sociais aí envolvidos.

Início das trajetórias nas colônias e nos sítios

As trajetórias das mulheres¹ que se cruzam em muitos momentos se iniciam no mesmo ponto: os primeiros anos da vida passados no campo.

Pequenos roçados e sítios nos Estados da Bahia, Pernambuco e Maranhão ou fazendas de café nos municípios de Araraquara/SP e São Carlos/SP: para além das diferenças geográficas pertinentes a cada local, o que marca o início das trajetórias é o modo de vida das áreas rurais. O trabalho coletivo e a valorização da terra enquanto provedora da subsistência do grupo doméstico são características que evidenciam para além das práticas, uma forma de viver rememorada por meio das narrativas.

No Estado de São Paulo, o sistema de colonato como regime de trabalho se iniciou no século XIX, permanecendo até o início da década de 1960 nas grandes fazendas de café e cana-de-açúcar do interior do Estado. A implantação do colonato foi

¹ A discussão aqui apresentada é parte integrante da pesquisa de Mestrado desenvolvida para a elaboração da Dissertação intitulada “De camponesas a operárias: experiências do transitar feminino”, de Juliana Dourado Bueno, sob orientação da Professora Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva. Apoio financeiro: FAPESP.



“fundamental para a formação de uma força de trabalho livre e assalariada” (CAÍRES, 2008, p. 163).

Os colonos trabalhavam nas terras do empregador em atividades na colheita de café ou na realização de tarefas na fazenda, como o preparo da terra, o feitiço de cercados, o cuidado com os animais. Assim, dividiam o tempo entre a *cultura do fazendeiro* e a *cultura do colono*, esta, caracterizada pelo cultivo da lavoura de subsistência familiar:

O colono combinava a produção de café com a produção de uma parte substancial dos seus meios de vida. Especialmente nos cafezais novos era-lhe permitido plantar milho e feijão e, em menor escala, arroz, batatas, legumes etc. Essa produção lhe pertencia inteiramente, em grande parte consumida pela família e em parte vendida aos comerciantes ou, até mesmo, ao fazendeiro (MARTINS, 1979, p. 83).

A família de colonos era, portanto, ao mesmo tempo produtora e consumidora, na medida em que cuidava de sua subsistência sem comprometer a produção da fazenda, voltada para o mercado. Reduziam-se, então, os custos para o fazendeiro, que não sentia necessidade de garantir rendas elevadas para os colonos (SILVA, 2004, p. 556).

O seguinte excerto de narrativa demonstra a rotina do período em que as mulheres trabalhadoras viviam nas colônias no interior do Estado de São Paulo:

Nice – Na época, (...) meu pai levantava de madrugada, ia... é... tirar leite do gado. Aí durante o dia cuidava do gado, eu ia para a escola de manhã, na época eu estudava em São Carlos, que o ônibus vinha buscar a gente na fazenda, eu estudava em São Carlos. Eu não trabalhava porque eu era pequena, **meus irmãos trabalhavam, já, tiravam leite junto com meu pai, também trabalhavam na fazenda. Aí minha mãe cuidava da casa, tinha um sítio perto que minha mãe ia apanhar café.** Aí meu pai plantava, meu pai plantava arroz, fazia horta, criava criação na fazenda.

Juliana – Nesse período, por exemplo, que você morava na fazenda, tinha... eles davam algum espaço para sua família plantar alguma coisa?

Nice – Davam. Meu pai plantava arroz, fazia horta. **A gente sempre ia com minha mãe e meu pai, sabe? Ficava lá no meio. Eles levavam a gente, a gente era pequeno, no café.** Minha mãe trabalhava no cafezal. (...) À tarde eu ia levar almoço para minha mãe no cafezal. Ela ficava lá e a gente brincando. Ela trabalhando e a gente brincando. (Risos). Ah, é gostoso. É o tempo que a gente não esquece. O tempo que deixa saudade, era muito bom!

(Nice², em entrevista realizada em junho de 2009, no município de Ibaté/SP)

Os colonos e seus familiares encontravam-se sob uma situação em que se viam favorecidos por alguns privilégios, como o fato de receber a moradia na propriedade em que trabalhavam e de ter um espaço para o plantio de uma roça de subsistência familiar.

² Os nomes das mulheres entrevistadas citadas neste texto são fictícios.



No entanto, visto sob um aspecto mais profundo, essa possibilidade da roça de subsistência familiar era limitada (STOLCKE, 1986), uma vez que o pequeno roçado geralmente era insuficiente para a alimentação de todo o grupo familiar, assim o trabalhador tinha que passar um tempo trabalhando para o senhor no intuito de receber alguma forma de pagamento que o permitisse comprar alimentos ou recebê-los em espécie.

Nas narrativas das trabalhadoras também fica perceptível a valorização do tempo da colônia pelo fato de que o período representava a tranquilidade, diversão e segurança que não encontra no ambiente da cidade, onde vivem atualmente.

Colocadas as memórias do tempo da colônia, cabe agora apresentar o contexto de outro tempo-espaço: a vivência nas áreas rurais de pequenos municípios dos Estados de Pernambuco e Bahia. A principal diferença dos modos de vida dos sítios e roçados na região Nordeste em relação ao regime de colonato está no fato de que aqueles ainda se encontram presentes num espaço físico. Ou seja, muitas mulheres que migraram recentemente para as cidades do interior do Estado de São Paulo ainda têm algum vínculo com as regiões de origem: além dos valores culturais presentes nas formas linguísticas, certos costumes, formas de pensar e agir, as mulheres mantêm ligações com aqueles locais porque em alguns casos os pais, parentes, amigos e até mesmo suas terras e casas ficaram para trás. Assim, o retorno apresenta-se na maioria das vezes como uma possibilidade constante.

Nos seguintes excertos de entrevista, é possível notar a presença de elementos que formam o que Garcia Jr. (1989) caracteriza como o tripé da economia dos agricultores: a criação de animais, *colocar negócio* (feira) e colocar roça.

Juliana – Aí vocês voltaram para Bom Conselho e lá seu pai voltou a trabalhar como rezeiro?

Francisca – Como agricultor, né? Lá deram trabalho para ele...

J – E nessa época sua mãe ajudava ele na terra?

F – Ajuda, todo esse tempo do mês de junho é o *tempo de ir lá colocar roça*.

F – *Dia de sábado é o dia de todo mundo fazer a feira lá*. Todo sábado todo mundo tem que ir comprar alguma coisa, lá é assim. *Não é que nem aqui que tem essas quitandinhas que você compra toda hora*. Lá é dia de sábado. Só que quando for dia de sábado você tem que ter dinheiro.

J – Tem que deixar já o dinheiro guardado para sábado e aí vai lá e faz a compra do mês ou da semana?

F – Da semana.

J – Aí, que produto tem mais lá?

F – Ah, de tudo. (...) Fruta, roupa, calçado, tudo! Tudo o que você imaginar, tem. (Francisca, em entrevista realizada em junho de 2009, no município de Ibaté/SP)



Cleusa – Eu, mesma, eu e minha irmã, a gente vendia verdura na feira. A gente trabalhava na roça do meu pai até numa quinta-feira. Aí na sexta a gente colhia as verduras que a gente... verdura, farinha que fazia, aí a gente levava no sábado para a feira. A gente vendia na feira todo sábado. A gente saía de casa duas horas da manhã.

(Cleusa, em entrevista realizada em junho de 2009, no município de Ibaté/SP)

Além da prática de colocar roça e colocar negócio nas feiras, notam-se as diferenças de temporalidades: o tempo agrícola em comparação ao tempo industrial; e o tempo de realizar as compras (as compras que podem ser realizadas a qualquer momento em razão da proximidade do comércio com as residências na cidade, e o tempo de comprar “tudo o que se possa imaginar” aos sábados na feira).

Apresentado o cenário inicial, voltaremos o olhar agora para o momento de transição quando as mulheres partem para as cidades e buscam trabalhos nos eitos e campos do interior paulista.

A saída do campo e o assalariamento rural

Inserem-se neste tópico as reflexões acerca do processo de expulsão dos trabalhadores das terras, caracterizado tanto pela saída dos moradores colonos das fazendas e também pelo movimento migratório de muitas famílias do interior de Minas Gerais (SILVA, 1999) e dos Estados da região Nordeste. As consequências desse processo passam pela alteração nas formas de moradia e residência, mas principalmente pelas transformações de valores culturais e dos processos de trabalho que envolvem as famílias.

No que diz respeito às colônias na região de São Carlos, a narrativa de Cleusa nos mostra que o processo de expulsão foi marcado pela violência. A despeito de não ter vivido nas colônias, Cleusa acompanhou o período final de expulsão das famílias das terras da fazenda, que começava a arrendar sua área para as plantações de cana-de-açúcar.

Ele [dono da fazenda] chegou a atirar nas casas [dos colonos]. Teve uma época que ele bebia muito, ficava meio louco. (...) Aí teve um dia, ele bebia muito, ele bebia *whisky*, um litro de *whisky*, ele bebia sozinho, aí ficava doidão. Ele tinha um monte de arma. Teve um dia que ele pegou as armas e foi matar a turma que morava na colônia e não queria sair da casa. Eles falavam que mandavam eles embora, mas não pagavam. Aí ele não quis acordo. Ele chegou lá e foi lá atirar. (...) Ele atirou nas casas, o povo tudo correndo. Atirando na televisão, antena, essas coisas, tudo. Detonou a casa dos moradores. (...) Tiveram que correr, senão morriam

(Cleusa, em entrevista realizada em junho de 2009, no município de Ibaté/SP)



É assim que os municípios da região de Ibaté/SP, Araraquara/SP e São Carlos/SP surgem como alternativa de residência para tantas famílias de colonos expulsos das terras.

Silva (1999) mostra que além do processo de expropriação direta dos trabalhadores da terra, existiu ainda o processo de expropriação simbólica que fez com que a terra de trabalho – que apresentava um valor de uso – fosse substituída pela terra de negócio – que apresenta um valor de troca. A autora mostra que o fato assim se deu em razão da aplicação das leis do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), de 1963, que acabou expulsando os pobres do campo por tornar oneroso o gasto com o trabalhador permanente, deixando a maioria dos trabalhadores em condições de volante.

À condição social anterior de moradores, colonos, parceiros, sitiantes, seguiu-se a de desenraizados, desmunidos, libertos das antigas formas de sujeição prevalentes na morada ou na colônia mas sujeitos, agora, aos grandes proprietários, sob as regras do Direito burguês que, ao produzir seus direitos, garantiu aos patrões o não-cumprimento dos mesmos direitos, justificando as expulsões e ‘volantização’ de suas forças de trabalho e de suas vidas (Ibid., p. 240).

Lygia Sigaud (1979), ao analisar a realidade nordestina, também coloca alguns elementos para entendermos esse processo de expulsão dos moradores das colônias, apresentado por ela como um ciclo de saída dos moradores. Em razão da elevação dos custos com o pagamento dos trabalhadores, que adquirem novos “direitos” com o ETR, o proprietário começa a manipular formas de dispensar os trabalhadores, colocando, por exemplo, o colono para exercer diferentes atividades durante a semana, impedindo que ele adquira certa experiência e qualificação efetiva na realização de uma tarefa. Os trabalhadores decidem, aos poucos, sair da colônia, cabendo àqueles que ficam realizar todo o trabalho pesado. Como fazem uma quantidade maior de trabalho extra, eles têm menos tempo para se dedicar ao roçado, característica esta que é vista como o fato que lhe dá sentido enquanto morador. Pelo fato de o trabalhador sentir-se com uma dívida moral por residir na terra do proprietário com a família sem pagar nada diretamente por isso, percebe que é ilegítimo dizer “não” ao trabalho extra, restando, portanto, a alternativa de sair da fazenda.

Uma vez expulsos de suas terras, as famílias se deparam com as seguintes possibilidades: trabalhar nas poucas fazendas que restaram; comprar uma pequena propriedade ou um terreno na cidade com a indenização do processo de expulsão do campo; ingressar no movimento de luta pela terra, participando de ocupações; arrendar um pequeno pedaço de terra para fazer a roça de subsistência da família; e o



assalariamento rural – realizando trabalhos nos períodos de safra da cana-de-açúcar e colheita da laranja, por exemplo.

Muitas famílias e trabalhadoras têm como opção (algumas das quais são forçadas) realizar o movimento migratório – no qual estão inseridos deslocamentos de idas e vindas do campo para a cidade. A migração deve ser entendida como um acontecimento histórico que envolve os que partem e os que ficam. Nele estão inseridos elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos que passam pela organização social de classe, gênero, raça/etnia. Daí a importância em se considerar o migrante a partir de duas óticas, estando envolvido no processo social e histórico mais geral [espaço da determinação] e inserido numa realidade social definida por laços sociais referentes a certo espaço social e cultural. Os migrantes não só são moldados pelos processos sociais que geram os deslocamentos, mas também moldam esses processos (SILVA & MENEZES, 2006).

O rompimento e a reprodução dos padrões impostos pelas construções sociais de gênero constantemente se apresentam como processos sociais que marcam o movimento migratório. Os deslocamentos de mulheres e seus familiares ora reproduzem, ora rompem com os padrões colocados pelas relações de gênero. Para muitas trabalhadoras que decidem migrar para o interior de São Paulo, resta a alternativa de “enfrentar” o canavial e outras atividades de colheita no campo.

Quando deixam os espaços das colônias ou os sítios e roçados nas terras de origem em alguns Estados da Região Nordeste, as mulheres encontram no interior do Estado de São Paulo um novo espaço social, caracterizado pela “civilização da usina” (SILVA, 1999). Esta nova paisagem formada pelos imensos canaviais do Estado de São Paulo é o cenário que esconde as distintas temporalidades e espacialidades representadas pelas experiências de trabalhadoras e trabalhadores responsáveis pelo corte de cana-de-açúcar no Estado responsável por aproximadamente 60% do total de cana produzida no país.

Nesse contexto o trabalhador é despersonalizado e apagado frente ao processo de produção. Entretanto, antes de ser apagado diante do trabalho, o trabalhador tem sua experiência utilizada para o proveito da agroindústria canavieira. Ou seja, muitas vezes a vivência no trabalho agrícola é uma demonstração da possibilidade de suportar as longas e intensas jornadas. Tanto para aqueles que viveram em colônias e trabalharam nas roças de subsistência e colheita de café, como para os sitiantes com experiência no



tratar com a terra: todas essas disposições culturais incorporadas pelos trabalhadores e trabalhadoras são vantajosas economicamente para os empregadores, na medida em que se eliminam os gastos com o treinamento e adaptação às atividades nas áreas rurais (CAÍRES, 2008, p. 169-170).

É válido ressaltar que as mulheres têm sido alijadas do trabalho no corte manual da cana-de-açúcar. Muitas delas estão empregadas em atividades que são ainda mais invisibilizadas que aquelas realizadas pelos homens nos eitos dos canaviais. Esse contexto tem sido apresentado e denominado por Silva (2011) como o “trabalho oculto das mulheres nos canaviais”. Seus estudos demonstram que a mecanização do corte de cana-de-açúcar tem expulsado milhares de trabalhadoras do corte manual da cana. Muitas delas permanecem no setor canavieiro, sendo empregadas como “faxineiras dos canaviais” (SILVA, 2011, p. 28), em atividades como a *bituca*, *abrir eito* e o *recolhimento de pedras* nos canaviais³.

O trabalho das mulheres na bituca e coleta de pedras é justificado pelos empregadores da seguinte maneira – para eles, as mulheres são pessoas mais “caprichosas e atenciosas”, que não deixam a cana espalhada pelo chão, como os homens fazem. Nota-se, a partir desse fato, que construções sociais de gênero são apresentados como fatos naturalizados.

Uma vez alijadas do corte manual da cana-de-açúcar, as mulheres passam a se empregar em outras atividades rurais e urbanas (SILVA, 2011), tais como a colheita da cebola e frutas. Bueno (2011) também aponta que trabalhadoras assalariadas rurais da região de São Carlos/SP transitam pelos espaços do campo e da cidade e se empregam em um abatedouro de frangos, o qual “aproveita” a experiência laboral anterior das mulheres no campo como um verdadeiro treinamento para suportar as jornadas intensas no abatedouro de frangos.

O conhecimento e o “treinamento” do corpo feminino para suportar o trabalho nos canaviais e laranjais são levados para o chão do abatedouro de frangos, onde a

³ Bituqueiras são as trabalhadoras que recolhem, no chão, os restos da cana deixados após o corte manual e o carregamento pelo guincho. As mulheres trabalham em dupla carregando as “bitucas” de cana para a “rua do monte”, de onde serão levadas para a usina. “*Abriu eito* significa cortar as fileiras de cana que estão sobre as curvas de nível – sulcos feitos para a drenagem das águas fluviais – antes da utilização das máquinas, pois estas só cortam as canas em terras planas” (SILVA, 2011, p. 26). As mulheres empregadas na “pedra” também fazem a limpeza do canavial, retirando as pedras do campo para que as máquinas colheitadeiras de cana possam passar pelo terreno sem obstáculos.



exigência pelo emprego da força física e rapidez nas mãos é bastante elevada. Um ponto “positivo” para ser aceita no trabalho de abate é ter exercido atividade no corte da cana e colheita da laranja, pois o trabalho no interior do abatedouro já é apresentado como uma tarefa “muito puxada”.

Juliana – O que precisava ter para entrar lá, você sabe quais eram os critérios para entrar no abatedouro? Precisava ter um nível de escolaridade mínimo?

Cida – Não, não tinha estudo, nada. Eu entrei lá, nem tinha estudo, nada. *A única coisa que eles perguntavam é se a gente trabalhou no corte de cana*, onde que a gente já trabalhou... só isso. Eles preferem mais gente que já trabalhou no corte de cana para trabalhar lá.

J – Ah, é? Por que?

C – Ah, *porque é um serviço puxado, que nem corte de cana*. Tem que trabalhar rápido. Então eles preferiam, na época, inclusive, eles falavam. (Cida, em entrevista realizada em junho de 2009, em Ibaté/SP).

Entendemos que a experiência na atividade de corte de cana é usada em proveito do serviço realizado no interior do abatedouro. As práticas corporais e psíquicas adquiridas nas jornadas estafantes nos eitos dos canaviais são “aproveitadas” para o serviço na linha de produção do abatedouro, que requer tanta rapidez e força como a realização do corte de cana. Recorremos ao conceito de *habitus* proposto por Bourdieu (2007) para elucidar a questão e compreender o modo pelo qual essas práticas vão sendo incorporadas. O autor nos mostra que *habitus* se refere a um

Sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo (p. 191).

Tais práticas se atualizam e entram em jogo quando as mulheres procuram o emprego no abatedouro de frangos. Podemos pensar ainda no esquema de *autocontrole* (ELIAS, 1990) para compreender a interiorização das formas de dominação e exploração das mulheres trabalhadoras nos diferentes ambientes de trabalho. O autor nos mostra que existem em nossa sociedade esquemas de comportamento que são “inculcados no indivíduo desde a infância, como uma espécie de segunda natureza, e (...) nele são mantidos alerta por um poderoso controle social com uma organização cada vez mais estrita” (ELIAS, 1990, p. 259). O autocontrole é estabelecido por meio de um sistema de modelação social pelo qual o indivíduo é habituado a uma constante



contenção. Com isso, forma-se um sistema estável de autocontrole que passa a operar, na maioria das vezes, de forma automática.

Esses conceitos são pertinentes para a reflexão aqui suscitada: os corpos e estrutura psíquica das mulheres trabalhadoras vão sendo moldados socialmente para que suportem a intensidade das tarefas realizadas. O “treinamento” desenvolvido ao desferirem milhares de golpes de facão no eito do canavial é “aproveitado” quando são contratadas pelo abatedouro de frangos e precisam executar a atividade no ritmo intenso das máquinas na linha de produção.

Percebemos, com isso, a dupla passagem que se realiza na trajetória laboral das mulheres: primeiramente, a experiência do trabalho familiar nas colônias, sítios e roçados é aproveitada para a realização do corte de cana; no momento posterior, as práticas e estruturas psíquicas desenvolvidas no corte de cana são utilizadas como um saber para a realização das atividades no interior do abatedouro.

Para adentrar ao espaço do abatedouro de frangos, a qualificação exigida não diz respeito ao nível de escolarização, mas à “aptidão” adquirida nas intensivas jornadas nos canaviais ou laranjais. Assim, do ponto de vista dos empregadores do abatedouro, a experiência das mulheres nas atividades rurais não é vista como uma limitação ou depreciação, mas antes de tudo como uma forma de perceber se as trabalhadoras estão prontas para enfrentar a velocidade da máquina e a intensidade da tarefa realizada no abatedouro.

Experiências de operárias no abatedouro de frangos

Nas narrativas das mulheres, a intensificação do trabalho, o sofrimento e riscos a que estão submetidas no local de trabalho se mostraram bastante presentes. Quando conversamos com as pessoas sobre o abatedouro de São Carlos, muitas diziam que se tratava de um local “doentio” e que aquilo nada mais era do que um “abatedouro de gente”. Evidencia-se, então, a exploração dos trabalhadores para que haja o lucro capitalista e a opressão dessas pessoas no chão da fábrica, que se traduz em sofrimentos prolongados.

Pretendemos, neste tópico, descrever o cenário de descarte e desgaste das mulheres trabalhadoras a partir do trabalho realizado por elas no momento em que estão empregadas no abatedouro. Nos tópicos anteriores, ao percorrer as trajetórias laborais femininas, ficou perceptível que nas vidas das mulheres vão sendo retiradas, de



diferentes maneiras, algumas possibilidades de trabalho, ao mesmo tempo em que elas vão elaborando outras.

Após percorrer uma trajetória por diferentes tempos e espaços sociais, o caminho das mulheres trabalhadoras se cruza novamente no abatedouro. Nesse instante as mulheres, seus corpos, suas mentes, seus entendimentos, já passaram por processos que na maioria das vezes foi imposto ou ainda que tenham deixado marcas físicas e simbólicas, na medida em que se encontram submetidas a diferentes tipos de dominação e processos de exclusão: enquanto migrantes e negras – quando têm seus modos de ser e falar estigmatizados; como mulheres, quando se vêem em condições de exploração física e simbólica no ambiente doméstico; enquanto trabalhadoras, por terem sido expulsas das colônias e, em seguida, alijadas do trabalho realizado no corte de cana.

O trabalho realizado no interior do abatedouro insere-se no contexto da reestruturação produtiva, caracterizado pela maior flexibilização das atividades e pelo afrouxamento dos vínculos dos empregados em relação à empresa.

Nesse contexto de flexibilização das atividades produtivas, a polivalência é uma característica bastante desejável e incentivada no interior das indústrias. Exige-se dos trabalhadores e trabalhadoras, uma capacidade de trocar de tarefas continuamente. Antunes (2005) mostra que a polivalência feminina, já exercida por muito tempo no ambiente doméstico – uma vez que elas são responsáveis por uma variedade de tarefas – é aproveitada pelo capital de forma intensiva, tanto no espaço produtivo, como na esfera reprodutiva.

As mulheres são as mais afetadas pelo processo de transformação na organização do trabalho, sendo submetidas às formas precárias de emprego, tais como o trabalho em tempo parcial, a subcontratação e o trabalho informal (CUNHA, 1998).

No interior do abatedouro de frangos, há uma diferenciação entre as tarefas executadas por homens e mulheres. As qualidades requeridas para as operárias passam pela “habilidade manual, meticulosidade, acuidade visual, submissão ao controle direto dos chefes” (HIRATA, 2002, p. 179). Elas efetuam trabalhos sob forte pressão do tempo e ritmo de trabalho imposto pela linha de montagem e também pela supervisão de chefes. Já os homens executam trabalhos mais pesados, que exigem o maior emprego de força física.

As diferenças são ainda mais reforçadas quando pensamos na dupla jornada de trabalho que as mulheres exercem. O trabalho doméstico não-remunerado é feito por



elas, independente do local onde estejam trabalhando, elas se responsabilizam pelas atividades domésticas, que passam pela limpeza e manutenção da casa e o preparo de alimentos.

No interior do abatedouro de frangos, a precarização marca a atividade realizada pelas mulheres. O trabalho é representado nas narrativas como algo que traz sofrimento às trabalhadoras. Diariamente, elas estão submetidas a riscos no local de trabalho, que variam de acordo com o setor, mas em geral podem ser apresentados os seguintes problemas: chão molhado, que provoca escorregões; manuseio de produtos em temperaturas extremas, queimando a pele e provocando o choque térmico; ruído intenso, gerando dores de cabeça e ouvido; lugares muito quentes ou gelados demais que provocam, diariamente, desmaios; cortes nos dedos e nas mãos pelo uso do facão – o espaço entre um trabalhador e outro é tão pequeno e o ritmo é tão intenso que, muitas vezes, um corta o outro; desmaios provocados por altas temperaturas e suor excessivo; problemas dermatológicos – urticárias e unhas quebradiças – em decorrência do manuseio de produtos químicos. Há ainda as doenças relacionadas ao trabalho, como tendinite e L.E.R. (Lesões por Esforços Repetitivos).

As doenças e os acidentes resultam da superexploração presente no modelo organizacional que dilapida a força de trabalho (CUNHA, 1998, p. 265). No caso do abatedouro, o processo de dilapidação fica evidente quando nos deparamos com o grande número de afastamentos em função das doenças ocupacionais e também os graves acidentes ocorridos no interior do abatedouro. Em janeiro de 2009 uma funcionária do abatedouro teve o braço decepado por uma máquina. Quatro meses antes, outras duas pessoas tiveram o braço e o dedo decepados no interior da empresa.

Para além das condições de organização do trabalho e os riscos diretos para o corpo, a hierarquia apresentada no interior do abatedouro com sua vigilância ao trabalhador geram neste uma pressão para manter o ritmo da produção. As trabalhadoras afirmam que a realização de suas tarefas está sob vigilância do “pessoal do controle”, que são os líderes e encarregados de cada setor. Eles observam o trabalho, realizam algumas atividades quando o trabalhador tem que deixar a linha, trocam os trabalhadores de posição, tirando de uma atividade para outra e autorizam a ida dos trabalhadores ao banheiro ou a saída para beber água. No entanto, em boa parte das vezes, a abordagem do “pessoal do controle” para com os trabalhadores é feita de forma hostil e com excessivo rigor, causando uma situação de assédio moral. Nota-se, ainda,



que a hierarquia reproduz a dominação das mulheres pelos homens. Embora grande parte de empregados do abatedouro seja constituída por mulheres, os responsáveis pela fiscalização e controle são homens.

Todas as mulheres com quem conversamos usaram termos como “cansativo”, “puxado” e “sofrido” para representar o trabalho realizado nas linhas de produção. Para além dos significados imediatos dos termos apresentados por elas, as narrativas evidenciaram também conflitos, formas de sociabilidade, enfrentamentos, dores advindas da tarefa e comparações com as demais atividades realizadas em sua trajetória laboral.

Apesar de serem destinadas a um setor, durante a jornada de trabalho no abatedouro de frangos, as operárias do abatedouro estão suscetíveis a mudar de tarefa, de acordo com a necessidade da equipe, como no caso em que uma trabalhadora precisa se ausentar – por falta ou outro tipo de afastamento. Quem escolhe a pessoa que trocará de atividade e em qual momento essa alteração será realizada é a líder/ o líder da equipe. Tal situação é o motivo de muito constrangimento para aquelas que fazem a troca, pois interfere nas formas de sociabilidade e nas possibilidades de se aprimorar na tarefa executada.

O esgotamento físico e o cansaço não se limitam ao ambiente de trabalho, a ocorrência de doenças ocasionadas pelo trabalho provoca nas mulheres uma sensação de invalidez, “na medida em que passam a se perceber como seres incompletos, porquanto incapazes de desenvolver seu trabalho doméstico ou de cuidar delas próprias” (CUNHA, 1998, p. 273). As representações das relações de gênero no tocante à divisão de atividades no interior do lar marcam também a forma como a doença e a dor é vivenciada. Dejours (1987) mostra as consequências nos corpos e mentes das intensas jornadas de trabalho que caracterizam uma situação de violência:

Quando se é mulher não se pode permitir estar doente, por causa dos filhos. (...) não se trata de evitar a doença, o problema é domesticá-la, contê-la, controlá-la, viver com ela. As mulheres, dizem, são todas doentes, mas essas doenças são, de alguma maneira, mantidas à distância pelo desprezo. Somente são reconhecidas aquelas que se exprimem por sintomas muito evidentes para serem escondidos (p. 30).

É justamente o que ocorre no abatedouro: há um grande número de trabalhadores e trabalhadoras que sofrem as consequências da intensidade das tarefas realizadas cotidianamente. No entanto, as dores e reclamações advindas desse



sofrimento, quando chegam aos ouvidos do “pessoal do controle” e encarregados dos setores, é compreendida como “moleza” e “corpo mole”. O impacto da estrutura do trabalho só é reconhecida quando ocorrem graves acidentes:

Juliana – Teve alguém lá no abatedouro que você conhece que se machucou?

Francisca – Que eu conheço, não. Só os outros, né? Eu não sei se você já viu que uma perdeu um braço...

Juliana – Vi.

Francisca – É, foram duas que perderam o braço. (...) Nesse dia eu faltei, eu nem vi. Eu não sei, uns falam que é porque ela foi pegar uma tampa de caneta lá na... na onde colocam as caixas... na esteira. Aí foi abrir um negócio que tinha assim para pegar a tampa da caneta, aí a coisa puxou a mão dela. (...) Por uma tampa de caneta! Eu, hein! Eu deixava para lá! Se for isso que disseram. Deus me livre eu perder minha mão por causa de uma tampa de caneta! Ela foi pegar – dizem que foi. Eu não sei... *Eu sei que depois disso muita gente ficou com medo*. Saiu umas pessoas, logo no sindicato, isso foi no tempo do sindicato... estavam fazendo acordo, *aí teve gente que saiu porque viram e ficaram que nem traumatizados*. Eu nem vi, nesse dia eu estava de atestado, hein!? Eu não vi, não (*Francisca, em entrevista realizada em junho de 2009, em Ibaté/SP*).

São estes os resultados de um modelo de exploração de trabalhadores e trabalhadoras que se define pela intensificação de jornadas para que haja o lucro capitalista e pela opressão no local de trabalho que se traduz em sofrimentos prolongados (WEIL, 1979), já que, como demonstramos acima, as mulheres carregam consigo os desgastes oriundos da realização de tarefas ao longo de suas trajetórias laborais.

Considerações Finais

Procuramos mostrar nessa discussão que algumas trajetórias femininas simbolizam as transformações ocorridas no espaço rural, considerando não só as alterações no espaço físico, mas aquelas referentes ao espaço social. Para além das mudanças no contexto social, no que diz respeito especificamente à vivência no ambiente de trabalho, demonstramos a existência de um verdadeiro adestramento do corpo na execução das tarefas no campo e na cidade.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. Org. Sérgio Miceli. São Paulo, Perspectiva. 2007.



BUENO, Juliana Dourado. *De camponesas a operárias: Experiências do transitar feminino*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

CAÍRES, Ângela Cristina Ribeiro. O colonato na Usina Tamoio. In: NEVES, Delma Pessanha & SILVA, Maria Ap. de Moraes (orgs.) *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, volume 1: formas tuteladas de condição camponesa*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.

CUNHA, Maria Amália de A. No brilho do verniz, a corrosão das operárias. *Cadernos PAGU* (10). 1998, pp. 257-280.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez-Oboré, 1987.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizacional – Investigações sociogenéticas e psicogenéticas*. Tradução de Lídia Campos Rodrigues. 2º Volume. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

GARCIA JR., Afrânio. *O Sul – caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo, Marco Zero, Brasília DF, Editora da UnB, MCT-CNPq, 1989.

HIRATA, Helena. *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002. P. 173-194.

MARTINS, José de Souza. “A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção: o regime de colonato nas fazendas de café”. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1979. p. 7-93.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. “De colona a bóia-fria”. In: *História das mulheres no Brasil*/Mary Del Priore (org.); 7. ed. – São Paulo, Contexto, 2004, p. 554-577.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. Texto elaborado para apresentação no XV Congresso Brasileiro de Sociologia. SBS. Curitiba, 2011. P. 1-37.

_____. *Errantes do fim do século*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999.



SILVA, Maria Aparecida de Moraes e MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. *NEAD*, 2006. Disponível em: http://www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes_Rurais_no_Brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf. Acessado em 22 de abril de 2009.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

WEIL, Simone. “A racionalização” In: *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. pp. 11-127.



GT 13- Trabalho agrícola, migração sazonal e mudanças tecnológicas na agricultura

**Mecanização do corte da cana e municípios canavieiros paulistas: efeitos sobre
ocupação e ações públicas**

José Giacomo Baccarin¹

Regina Aparecida Leite de Camargo²

¹ Doutor/ Professor/ UNESP/Jaboticabal

² Doutora/Professora/ UNESP/Jaboticabal

Resumo

A mecanização da colheita da cana no estado de São Paulo vem reduzindo significativamente o número de trabalhadores não qualificados empregados nas atividades agrícolas da produção sucroalcooleira. O artigo examina a escala em que esse processo ocorreu entre os anos de 2007 a 2010 e as medidas adotadas pelas prefeituras dos municípios canavieiros para mitigar o efeito social e econômico dessa mudança tecnológica. O artigo analisa ainda as consequências para o comércio local de gêneros alimentícios, vestuário e eletrodomésticos da redução ou mesmo total eliminação do emprego de migrantes de outras regiões do país no corte da cana paulista. Para tanto foi realizada pesquisa de campo e analisados os dados secundários em 23 dos 387 municípios canavieiros do estado. Também foram usados dados de ocupação formal disponíveis em arquivos do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

Palavras-Chave: produção de açúcar e álcool, mudanças tecnológicas, trabalho agrícola, políticas públicas.

Abstract:

The mechanization of sugar cane harvest in State of São Paulo is significantly reducing the number of non qualified workers employed in the agricultural activities of sugar/alcohol production. This article examines the scale of this process between the years of 2007 and 2010 and the measures adopted by the council administration in sugar cane areas to mitigate the social and economic effects of this technological change. The article also analyses the consequences for the local commerce of food, clothing and electronics of the reduction or even total elimination in the employment of migrants from other regions of the country in São Paulo's sugar cane plantations. The article is



based on field research and analyses of secondary data for 23 of the 387 sugar cane growing municipalities of São Paulo State. It was also used data on formal occupation available in the archives of the Dissemination Program of Statistics on Work from the Work and Employment Ministry

Key words: Sugar/alcohol production, technological changes, agricultural employment, public policies.

Introdução

Grande parte do estado de São Paulo pode ser caracterizada com as palavras proferidas pelo então Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues quando sobrevoava a região noroeste do estado em 2004. Trata-se de um “mar de cana” que produz um “rio de álcool” todos os dias. (SILVA, 2005). De fato, a produção paulista na safra de 2008/09 foi de 345,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, correspondente a 61,3% da produção nacional (MAPA, 2009). Informações do Projeto CANASAT indicam que o total cultivado com cana-de-açúcar em São Paulo passou de 3.002.676 ha em 2003/04, para 5.303.342 ha, em 2010/11, crescimento de 76,6% (INPE, 2011). Mas em contrapartida, o número de postos de trabalho não qualificado gerado pelo setor sucroalcooleiro sofreu uma redução da ordem de 19% no período de 2007 a 2010 em consequência do aumento da mecanização do corte e, em menor proporção, do plantio da cana.

No entanto, essa redução não incide sobre o total de pessoas ocupadas nos municípios canavieiros, como veremos a seguir, estando concentrada, sobretudo, na população migrante, originária de outras regiões do país.

A cana-de-açúcar começou a ser plantada no estado de São Paulo já em 1532, na Serra do Mar. Com o declínio do café a cultura ganhou novo fôlego e, em 1933, foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) para controlar a produção e manter os preços. Mesmo assim, o setor sofreu com a dispersão da produção do açúcar pelo mundo e a ineficácia de medidas para assegurar uma melhor competitividade para a produção brasileira. Mas, a crise do petróleo da década de 1970 impulsionou a produção de veículos movidos a etanol abrindo um novo mercado para a atividade canavieira. No entanto, a crise de abastecimento no final dos anos 1980 provocou uma queda vertiginosa no número de veículos movidos a etanol, que somente seria compensada com o lançamento do carro Flex-Fuel em 2003.



A preocupação com o esgotamento das reservas planetárias de combustíveis fósseis, a necessidade de diminuir a emissão de gases poluentes, o preço competitivo do etanol brasileiro, associado aos incentivos financeiros de que sempre gozou o setor sucroalcooleiro no país, fazem da atividade canavieira atual um negócio altamente atrativo tanto para empresários nacionais como para investidores internacionais. Em nível nacional, a área plantada com cana-de-açúcar praticamente dobrou num período de oito anos, pulando de 4,8 milhões de hectares na safra de 2000/01, para 8,9 milhões de hectares em 2008/09. Em regiões já consolidadas com a cultura, essa expansão se deu pela incorporação, muitas vezes através de contratos de arrendamento, de pequenas, médias e até mesmo grandes propriedades que antes se dedicavam à criação animal e cultivos diversos. Mas a fronteira da cana também vem ocupando, com apetite voraz, biomas delicados e com grande importância ambiental como o pantanal mato-grossense e o cerrado. Essa expansão vertiginosa renova questionamentos historicamente associados ao setor, como o impacto ambiental da ocupação intensiva e extensiva de área agrícola com um monocultivo destinado prioritariamente à produção de combustível, a competição com a produção de alimentos diante da necessidade de alimentar uma população mundial que deve atingir nove bilhões de habitantes em 2050 e as condições degradantes do trabalho manual no plantio e no corte da cana.

O corte da cana, em particular, realizado em quase sua totalidade por trabalhadores migrantes, é alvo de um debate que pende entre o caráter desumano e degradante desse trabalho e as conseqüências econômicas e sociais do desemprego resultante da mecanização.

Estimativas apresentadas por Paes (2007) apontam que a área colhida com colhedoras no Estado de São Paulo era de apenas 18% da área total com cana, em 1997. Em termos da gestão empresarial, pode-se especular que este nível baixo de mecanização estava associado às dificuldades financeiras e de investimento de grande parte das empresas sucroalcooleiras na década de 1990; os custos ainda relativamente mais baixos da colheita manual; a falta de adaptação dos canaviais e das cultivares para emprego mais eficiente das colhedoras mecânicas, bem como ao insuficiente desenvolvimento tecnológico dessas máquinas. Ainda segundo Paes (2007), 79% da área colhida com colhedora, em 1997, era previamente queimada, deixando, portanto, de amenizar os impactos ambientais da cultura.



A partir dessas informações e supondo que o corte manual de cana sem queimar era residual, pode se estabelecer que, em 1997, o sistema de corte manual de cana queimada representava 82%; o de corte mecânico de cana queimada 14%, e o de corte mecânico de cana sem queimar tão somente 4% da área colhida de cana-de-açúcar em São Paulo. Ou seja, continuava amplamente predominante o corte manual de cana queimada e o pouco de mecanização que se adotava tinha efeito muito reduzido na diminuição dos problemas ambientais associados à queimada.

Mas, desde 2006 observa-se que as empresas sucroalcooleiras no Estado de São Paulo intensificaram a mecanização da colheita de cana-de-açúcar, alcançando 55,7% do total da área colhida em 2009/10, na quase totalidade sem emprego da queimada.

A diminuição das queimadas deve-se também às mobilizações sociais e às ações do Ministério Público contrárias a tal prática que se intensificaram a partir do final da década de 1980. Nessa direção, foram editadas novas normas públicas, federal e paulista, estipulando a eliminação gradativa da queima dos canaviais. Em São Paulo, após várias tentativas de normatização mais rígida, foi editada a Lei 11.242, de 19/09/2002 que estabelece que a extinção da queima dos canaviais deve ocorrer até 2031, em áreas não mecanizáveis (declividade acima de 12%), e até 2021, em áreas mecanizáveis (declividade abaixo de 12%). Por sua vez, o Decreto Federal n. 2.661, de 8/7/1998, trata apenas das áreas mecanizáveis e estabelece o ano de 2018, como prazo para extinção completa da queima dos canaviais (PAES, 2007).

Antecipando-se à legislação paulista, a UNICA (União da Indústria de Cana-de-açúcar) e as Secretarias Estaduais de São Paulo do Meio Ambiente e da Agricultura e Abastecimento assinaram, em 2007, o Protocolo Agroambiental, que prevê o final das queimadas da cana-de-açúcar no Estado para 2014, em áreas mecanizáveis, e para 2017, em áreas não mecanizáveis.

Além das mudanças relacionadas com o corte da cana, também o sistema de plantio vem sofrendo modificações, com a adoção gradual do plantio mecanizado e com sua realização, em determinada área, a cada seis ou sete anos contra quatro anos das décadas de 1970 e 1980.

A pesquisa de campo que norteou esse trabalho, e cujos resultados apresentamos em seguida, buscou averiguar, nos 23 municípios pesquisados, em que medida as transformações tecnológicas no corte e no plantio da cana afetam a oferta local de emprego e a vinda de trabalhadores migrantes. Complementarmente, comprovada a



redução de postos de trabalho, levantou-se as medidas conduzidas pela administração pública ou empresas privadas para requalificar e recolocar os trabalhadores dispensados das atividades agrícolas do setor sucroalcooleiro.

METODOLOGIA

Os dados sobre ocupação vieram dos arquivos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Governo Federal do Brasil, que registram informações sobre ocupação formal (com carteira de trabalho assinada) prestadas pelas próprias empresas empregadoras. É importante ressaltar que nas condições prevalecentes no Estado de São Paulo, Moraes (2004) estimava que a ocupação formal representasse, aproximadamente, 90% da ocupação sucroalcooleira. Como de lá para cá a formalidade de trabalho tendeu a aumentar no Brasil como um todo, entende-se que algo semelhante deve ter acontecido no setor aqui analisado, aumentando ainda mais a já alta representatividade dos dados analisados nesse trabalho.

As empresas enviam dois tipos de relatório ao MTE, um com dados de ocupação em 31 de dezembro de cada ano, chamado de Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). O outro são relatórios que registram, para cada mês do ano, a movimentação (admissão e demissão) das pessoas ocupadas, chamado de Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). A partir das informações da RAIS do ano precedente, pode-se obter uma estimativa do número de pessoas ocupadas em determinado mês do ano seguinte, agregando-se o número de admissões e demissões registrado até então pelo CAGED.

Para as empresas sucroalcooleiras é necessário que não se atenha apenas aos dados registrados na RAIS, cujas informações coincidem, em anos normais, com a entressafra do setor, quando as agroindústrias não estão mais processando a cana-de-açúcar e as atividades agrícolas são menores. É imprescindível usar conjuntamente os dados do CAGED, que permitem obter informações dos meses da safra sucroalcooleira, cujo ápice ocorre entre maio e julho.

Para o levantamento da importância do setor sucroalcooleiro nos municípios pesquisados, as fontes predominantes de trabalho e a presença de ações de recolocação e requalificação foram realizadas entrevistas com prefeitos ou representantes do poder



municipal, Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação Comercial e alguns estabelecimentos comerciais.

MECANIZAÇÃO E REDUÇÃO DO TRABALHO NÃO QUALIFICADO

O trabalho intensivo requerido pela cultura canavieira, particularmente nas fases de plantio e colheita, sempre demandou uma abundância de braços ao menor custo possível, gerou e alimentou conflitos no campo e deu origem a movimentos sociais como as Ligas Camponesas na década de 1950.

A crescente expansão da cultura no estado de São Paulo só foi possível pela abundante oferta de mão-de-obra não qualificada oriunda dos rincões mais pobres do país. A análise do desenvolvimento recente de algumas dessas regiões demonstra que essa oferta de força de trabalho decorre, em grande medida, do avanço do agronegócio e da indústria siderúrgica para áreas onde antes predominava a agricultura familiar e o extrativismo. (PONTES, 2011)

Paradoxalmente, o avanço da mecanização veio acompanhado do acirramento das duras condições de trabalho nos canaviais e da elevação da produtividade do corte manual de cana-de-açúcar nas áreas ainda não mecanizadas. Dados coletados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo mostram que, em 1989, o trabalhador canavieiro cortava, em média, 6,09 toneladas de cana por dia, passando para 7,00 toneladas, em 1995, 7,69 toneladas, em 2000, até alcançar, em 2007, 8,74 toneladas (IEA, 2008). Ou seja, em um prazo de 18 anos, a produtividade média do canavieiro no corte de cana em São Paulo aumentou em 43,5%. Esse aumento decorre, em grande medida, da pressão das usinas que eliminam o cortador que não alcança, pelo menos, a média de 8,74 t/dia.

A mecanização, e em menor medida o aumento da produtividade, têm contribuído para redução do número de trabalhadores empregados no corte da cana-de-açúcar. Ramos (2007) estima que 80% da área de cana-de-açúcar será colhida mecanicamente no Centro-Sul do Brasil, em 2015. Com isso, embora esteja prevista uma ampliação de 69,5% na área colhida e de 77,6% na produção de cana-de-açúcar, o emprego de canavieiros cairá em 63,9%, entre 2006 e 2015, nessa região (BACCARIN, 2011). Vale mencionar que uma colheitadeira substitui o trabalho de 80 a 100 homens/dia.



A figura 1 apresenta a variação do número de trabalhadores não qualificados na safra e na entressafra canavieira, entre 2006 e 2010. Enquanto o período de entressafra apresentou pouca variação; sobretudo em função do plantio da cana, atividade predominante nesses meses, ainda se encontrar pouco mecanizado; durante a safra houve significativa redução do número de trabalhadores.

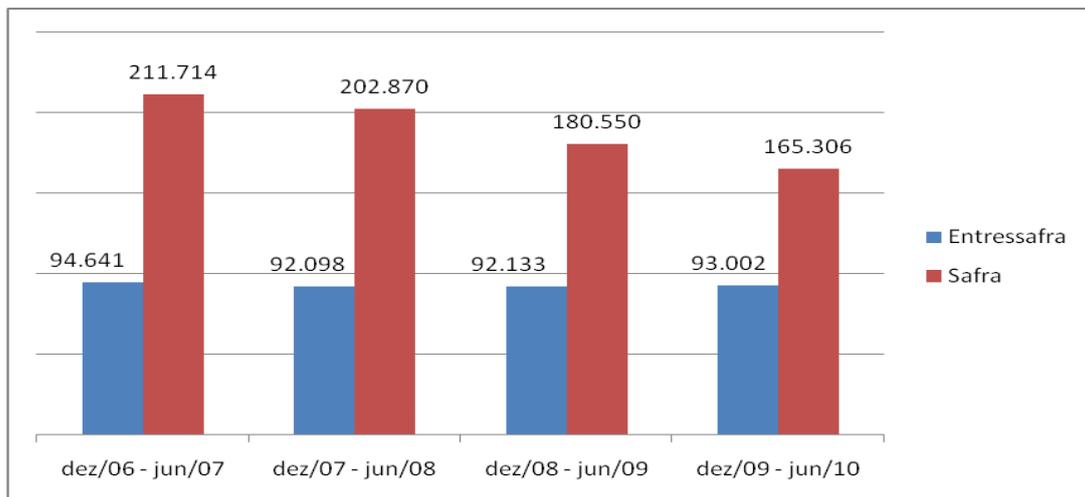


Figura1 - Número de Trabalhadores Canavieiros não Qualificados na safra e entressafra canavieira, Estado de São Paulo, dezembro de 2006 a junho de 2010
Fonte: MTE, 2011.

Nos 23 municípios pesquisados, conforme revela a Tabela 1, constatou-se diminuição semelhante de postos de trabalho não qualificado tanto no mês de julho, em plena safra, como no mês de dezembro, na entressafra, com exceção do ano de 2008 quando o período de colheita da cana estendeu-se até dezembro. Nesses municípios, contudo, ocorreu acréscimo no total de pessoas ocupadas, indicando um aumento na oferta de postos de trabalho em outros setores da economia ou em atividades não agrícolas no próprio setor sucroalcooleiro.

Embora todos os municípios pesquisados possam ser considerados canavieiros, a importância do setor sucroalcooleiro varia consideravelmente entre eles. Outras atividades agrícolas e não agrícolas empregam e atenuam o impacto, nos municípios paulistas, da diminuição de postos de trabalho não qualificado na cultura da cana-de-açúcar.



Tabela 1 – Trabalhadores Canavieiros Não-Qualificados e Total de Pessoas Ocupadas nos municípios pesquisados

MUNICÍPIOS	TRABALHADORES CANAVIEIROS NÃO QUALIFICADOS								TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS NO MUNICÍPIO							
	JUNHO				DEZEMBRO				JUNHO				DEZEMBRO			
	2007	2008	2009	2010	2006	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2010	2006	2007	2008	2009
Barretos	324	280	292	258	134	86	113	131	26089	27192	29212	29311	25227	26177	27489	27879
Barrinha	2	0	10	12	15	13	11	13	2827	3198	2857	2524	2621	2858	2636	2056
Bebedouro	111	113	110	109	114	124	105	113	22931	23204	19256	25855	22705	21994	23993	24340
Colina	1395	1175	1462	1275	247	398	548	436	5541	5166	5890	6254	3798	4161	4588	5312
Dobrada	4	2	3	3	589	649	633	622	587	617	719	720	3	4	3	2
Dumont	21	22	21	19	21	18	19	17	1205	1371	1362	1519	1130	1293	1377	1366
Guariba	2893	2628	2177	2039	1001	973	921	1009	9544	9178	8601	9228	6715	7021	6741	7316
Jaborandi	76	92	81	130	78	75	122	133	781	791	765	870	772	732	763	837
Monte Alto	3	13	17	13	11	13	17	15	11288	12848	12286	13464	10744	12226	12523	12760
Monte Azul	113	39	35	34	13	35	34	48	7021	5409	5607	6209	6730	6045	6666	6441
Morro Agudo	2305	2136	3824	2586	621	669	1904	1613	6646	6695	10563	9196	4424	4853	8265	7346
Motuca	754	133	86	94	405	28	6	11	2384	727	629	721	1674	597	446	607
Pirangi	12	524	514	220	11	14	258	146	1662	2719	2865	2726	1542	1942	2506	2501
Pontal	6882	6360	5542	4980	478	495	460	591	14847	14592	14185	14806	6061	6360	6577	7861
Pradópolis	1955	2126	2075	1979	1897	1887	1959	1940	5742	6493	6566	6719	5196	5677	5887	6278
Santa Ernestina	117	16	12	5	18	17	13	5	494	425	450	547	415	368	405	421
Sertãozinho	6774	6867	5325	4070	3782	3784	3721	2688	43344	50162	44836	44639	35421	42902	43725	40125
Taiacú	12	7	7	6	12	6	6	29	627	689	655	711	587	606	677	764
Taiúva	10	21	32	28	8	20	37	28	774	699	672	735	622	665	717	677
Taquaritinga	110	151	196	195	57	58	91	88	9818	10824	9549	11180	9394	9951	10049	10601
Taquaral	2	2	5	3	2	2	4	3	239	402	433	445	258	424	410	409
Viradouro	52	26	16	19	19	28	15	19	2613	2645	2712	2872	2434	2427	2552	2699
Vista Alegre	1120	3355	2879	3036	442	183	167	202	3782	6462	6086	6504	2530	2366	2404	2663
Total municípios	25047	26088	24721	21113	9975	9575	11164	9900	180786	192508	186756	197755	151003	161649	171399	171261
Índice Municípios	100,0	104,2	98,7	84,3	100,0	96,0	111,9	99,2	100,0	106,5	103,3	109,4	100,0	107,1	113,5	113,4
Total São Paulo	211714	202870	180550	165306	94641	92098	92113	93002	7372390	7921318	8086225	8562892	7106971	7637920	8094175	8339960

Fonte: MTE, 2011.



SETOR SUCROALCOOLEIRO E OUTRAS ATIVIDADES

Os dados a seguir demonstram que apesar da predominância da atividade canavieira no noroeste paulista, outras atividades ainda encontram algum espaço e são responsáveis pelas variações entre os municípios pesquisados.

Na figura 2 podemos observar que embora o setor sucroalcooleiro apresente grande importância para 56,5 % dos municípios pesquisados, com igualmente grande variação de emprego entre safra e entressafra, a desocupação provocada pela mecanização do corte e plantio da cana mostrou-se pouco impactante para a mesma porcentagem de municípios tanto no que se refere a sua organização sócio-econômica como um todo como para o comércio local.

Considerando-se que o setor sucroalcooleiro foi apontado como a principal, ou uma das principais, fontes de trabalho em 91,3 % dos municípios, conforme ilustrado no figura 2, é de se estranhar que a redução de postos de trabalho não qualificado no corte da cana, que atingiu a maioria dos municípios no mês de junho entre 2007 e 2010 (Tabela 1), não tenha impactado de forma mais significativa a economia desses municípios. Uma hipótese que se pode inferir desses dados é que o corte da cana é realizado majoritariamente por migrantes sazonais, conforme já comprovado por outros pesquisadores (PONTES, 2011, SILVA, 2005).

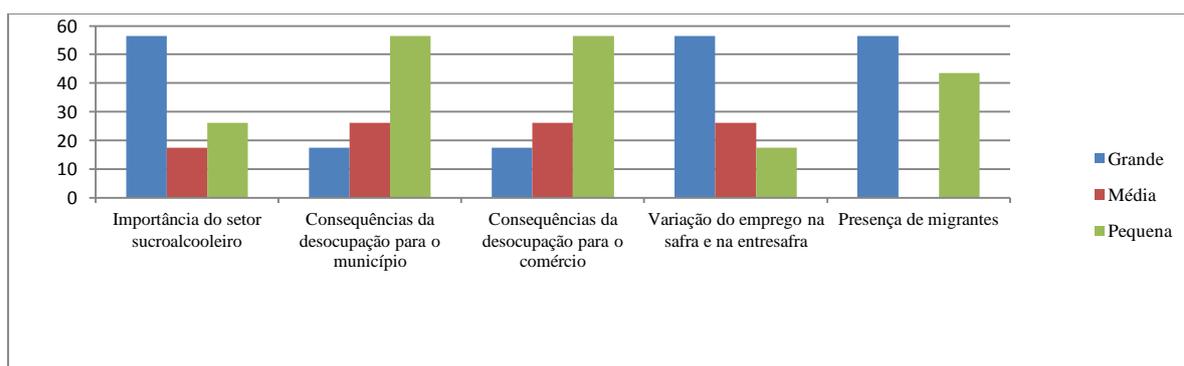


Figura 2: Importância do setor sucroalcooleiro, conseqüências da desocupação provocada pela mecanização para o município e para o comércio local e variação do emprego na safra e na entressafra canavieira nos municípios pesquisados.

Fonte: Pesquisa de campo, 2011



A figura 3 parece apoiar essa hipótese ao demonstrar que a diminuição da migração sazonal acompanha a mesma estimativa de diminuição do número de cortadores de cana feita pelos entrevistados.

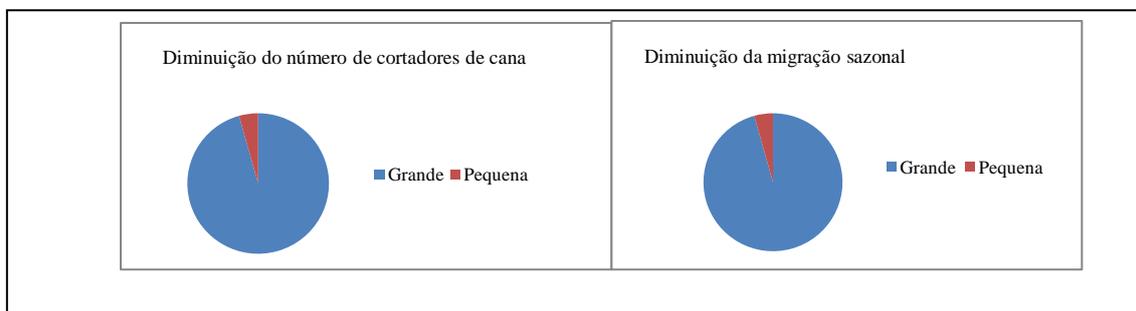


Figura 3: Estimativa de diminuição do número de cortadores de cana e de migração sazonal pelos entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Quanto à origem dos trabalhadores que ainda aportam sazonalmente na região pesquisada, parece predominar, atualmente, o estado do Maranhão, comprovando resultado do estudo de Pontes, 2011. Mas igualmente importantes aparecem o norte do estado de Minas Gerais, o estado do Piauí, de Alagoas e do Ceará.

Outro fator compensatório da redução do trabalho não qualificado na cana é o aumento da procura de trabalhadores em outras lavouras, predominantemente a laranja e outras frutíferas, em indústrias de produção de gêneros alimentícios e têxtil, na construção civil e nos serviços domésticos, refletindo o bom momento que vive a economia da região (Figura 4). As três últimas fontes de emprego são particularmente importantes para os municípios situados no entorno da cidade de Ribeirão Preto. Já o emprego em outras lavouras aparece em municípios com maior número de produtores familiares e onde a topografia dificulta a mecanização da cana, como é o caso de Monte Alto e Monte Azul.

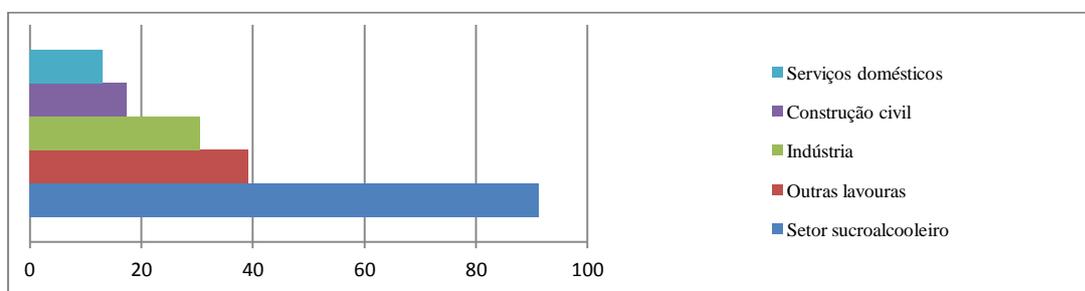


Figura 4: Fontes de trabalho importantes para os municípios pesquisados

Fonte: Pesquisa de campo, 2011



Embora a construção civil tenha sido apontada como fonte importante de emprego no município em apenas 17,4% das entrevistas, quando questionados sobre as fontes de trabalho para os demitidos da cana, 65,2 % dos informantes mencionou a construção civil, seja no próprio município ou em município vizinho.

Em 73,9 % dos casos, os entrevistados responderam existir no município algum órgão responsável pelo atendimento aos desempregados, sendo que os Postos de Atendimento ao Trabalhador apareceram em 70,6 % desses casos.

Quanto à existência de serviços de recolocação e requalificação profissional no município, a Figura 5 aponta para uma predominância dos serviços de requalificação.

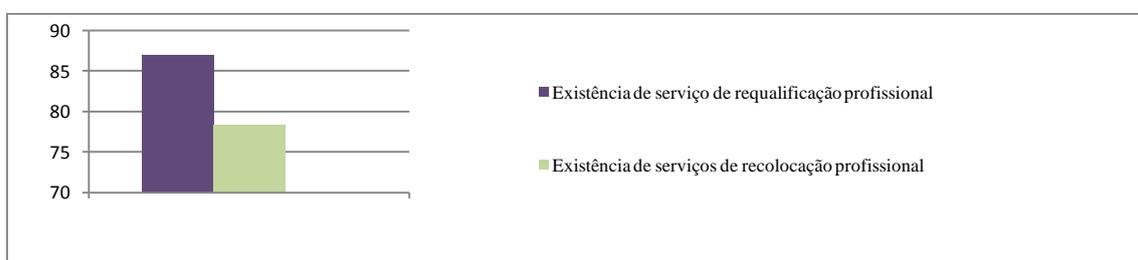


Figura 5: Existência de serviço de requalificação e recolocação profissional no município

Fonte: Pesquisa de campo

As ações públicas para mitigar os efeitos negativos do desemprego nos municípios estudados estão centradas no oferecimento de cursos de capacitação profissionalizante que podem ser divididos nas seguintes categorias: qualificação do trabalhador para exercer outras funções dentro da própria usina; preparo para emprego em outras indústrias, como por exemplo, a indústria têxtil; qualificação para outros tipos de trabalho agrícola, como por exemplo, jardinagem e horticultura, e capacitação para o exercício de atividade autônoma.

Na maioria das vezes os cursos são parcerias entre a prefeitura, as usinas e indústrias da região, entidades como o SENAI e SENAC e o Programa Emprega São Paulo. Apesar da importância dessas iniciativas, não foi possível detectar nos municípios estudados ações direcionadas especificamente aos trabalhadores canavieiros, sobretudo aqueles com menor nível de escolaridade.

Pela pesquisa de campo realizada é possível dizer que há um reconhecimento geral, por parte das autoridades municipais, de que a mecanização do corte da cana está diminuindo a possibilidade de realização de trabalho não qualificado na lavoura canavieira. Mas essa redução não aparenta afetar significativamente o emprego local já que aumentou a demanda por mão-de-obra em outros setores da economia.



CONCLUSÃO

Os dados do CAGED/RAIS confirmam os resultados aferidos na pesquisa de campo de que vem caindo o número de pessoas ocupadas em trabalho agrícola não qualificado durante o período da safra canavieira, diminuindo, portanto, a sazonalidade no setor sucroalcooleiro. Paralelamente, vem aumentando o total de pessoas ocupadas nos municípios pesquisados, tanto no período da safra como da entressafra, em decorrência do desenvolvimento de outros setores da economia local, como a indústria têxtil e alimentícia e a construção civil.

Como a grande maioria dos entrevistados informou uma redução significativa na vinda de migrantes de outros estados para o corte da cana, é de se indagar sobre os efeitos, no local de origem desses trabalhadores, do avanço tecnológico e fechamento de postos de trabalho em canaviais de São Paulo.

Inúmeros trabalhos (MORAES et al, 2008, MENEZES & SILVA, 2010, PONTES, 2011), atestam que em suas regiões de origem, a maioria dos migrantes sazonais é agricultor familiar, no mais das vezes, dedicado à produção de subsistência, em período coincidente com a entressafra canavieira. Desta forma, é possível que membros das famílias dos agricultores de Minas e estados do Nordeste conciliem a execução do grosso das atividades laborais, particularmente em lavouras temporárias, em seus pequenos estabelecimentos agrícolas, de novembro a março, com o trabalho no corte da cana-de-açúcar, no restante do ano. Enquanto predomina a vinda dos homens para o corte de cana em São Paulo, a maioria das mulheres permanece na região de origem, dedicando-se às atividades que ainda restam na agricultura e no cuidado com as criações.

Comprovando-se que a mecanização da colheita provoca diminuição do número de migrantes sazonais na região de cana-de-açúcar em São Paulo, acompanhando a redução do número de Trabalhadores Canavieiros não Qualificados, é de se indagar sobre as consequências desse processo nos locais de origem desses trabalhadores. A agenda de pesquisa futura dos pesquisadores envolvidos no presente estudo contempla a análise de como o avanço tecnológico do setor sucroalcooleiro paulista influencia uma tradição consolidada para muitos agricultores familiares da região nordeste – a de conciliar o trabalho assalariado na cana com a atividade agrícola em suas pequenas



propriedades como parte de uma estratégia de manutenção e reprodução da condição de agricultor familiar.

Importante também será averiguar se o canavial paulista está sendo substituído por canaviais em outras regiões, dentre elas as áreas para onde a cana está expandindo, notadamente nos estados do Centro-Oeste. Ou ainda se está havendo um aumento na renda obtida na região de origem, seja a partir da exploração mais intensa dos estabelecimentos agropecuários, de outras atividades econômicas locais ou, mesmo, via programas de assistência social.

No campo da política pública, seria importante verificar até que ponto os migrantes sazonais estão sendo contemplados com programas específicos para agricultores familiares, especialmente de crédito e de comercialização, bem como políticas de previdência social e de suplementação de renda.

BIBLIOGRAFIA

BACCARIN, J. G., GEBARA, J. J., BORGES JR., J. C. & BARA, J. G. Avanço da mecanização da colheita de cana-de-açúcar e alteração na composição da ocupação sucroalcooleira no estado de São Paulo, entre 2007 e 2010. 2011. 49º. Congresso da SOBER. Anais Belo Horizonte: UFMG, 2011..

BACCARIN, J. G., GEBARA, J. J., BARA, J. G. & FURLANETO, T. K. Redução dos Trabalhadores Canavieiros não Qualificados no estado de São Paulo: situação nos municípios, caracterização social dos trabalhadores e políticas públicas adotadas. 2011. 49º. Congresso da SOBER. Anais Belo Horizonte: UFMG, 2011^a.

IEA (Instituto de Economia Agrícola). *Informações estatísticas da agricultura*. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br>. Acesso em março de 2008.

IEA. *Informações estatísticas da agricultura*. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br>. Acesso em novembro de 2009.

INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Projeto CANASAT - mapeamento da cana via imagens de satélite de observação da terra. Disponível em <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/>. Aceso em março de 2011.



MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil). *Anuário estatístico da agroenergia*. Brasília: MAPA/ACS, 2009.

MENEZES, M. A. & SILVA, M. A. M. Migrantes temporales: resignificación de las narrativas. *História, Voce y Memoria*, v. 3, p. 60-86, 2010.

MORAES, M. A. F. D. Mercado de trabalho do setor de açúcar e álcool: desafios atuais e perspectivas futuras. 2004. Workshop Mercado de Trabalho do Setor Sucroalcooleiro – desafios e perspectivas futuras. *Anais...* Piracicaba: ESALQ, 2004.

MORAES, M. A. D. F.; FIGUEIREDO, M. G.; OLIVEIRA, F. C. R. & DETOMINI, E. R. Migração espontânea de trabalhadores no setor sucroalcooleiro. 2008. 46º. Congresso da SOBER. Anais Rio Branco: UFAC, 2008

MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) *Classificação brasileira de ocupações*. Disponível em www.mteco.gov.br. Acesso em novembro de 2009.

MTE. *Programa de disseminação de estatísticas do trabalho*. Disponível em www.mte.gov.br. Acesso em fevereiro de 2011.

PAES, L. A. D. Áreas de expansão do cultivo da cana. In: MACEDO, I. de C. (Org.). *A energia da cana-de-açúcar – doze estudos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar no Brasil e sua sustentabilidade*. São Paulo: UNICA, 2007. p. 125-133. (2ª. Edição).

PONTES, S. K. Migrações de trabalhadores maranhenses para o corte da cana-de-açúcar no interior do Estado de São Paulo: o percurso da “precisão”. Tese de Doutorado, UFSCAR, São Carlos (SP), 2011.

RAMOS, P. O futuro da ocupação na agroindústria canavieira do Brasil: uma discussão dos trabalhos disponíveis e um exercício de estimação. *Informações Econômicas*, São Paulo, 37 (11): 69-75, 2007.

SILVA, M. A. M. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. *AGRÁRIA*, São Paulo, Nº 2, pp. 2-39, 2005



GT 13 – Trabalho Agrícola, Migrações, Tecnologia

O avanço da soja no Araguaia: impactos sócio-ambientais

João Carlos Barrozo¹

¹ Dr. em Sociologia, professor do Mestrado em Historia da UFMT, e membro do NERU (Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Resumo

O espaço delimitado pelos rios Xingu e Araguaia, no nordeste do Estado de Mato Grosso, é ocupado por grandes agropecuárias, povos indígenas, moradores tradicionais, posseiros e assentados em projetos do INCRA. Os posseiros e assentados produzem principalmente alimentos básicos (arroz, mandioca e milho) e criam pequenos rebanhos. Nos últimos anos alguns empresários introduziram a soja na região, que está se expandindo em vários municípios. Considerando o alto grau de tecnologia utilizado por esta cultura, e a necessidade de grandes áreas para produzi-la, sua expansão no Araguaia produzirá consequências negativas no campo sócio ambiental, como ocorreu em outras regiões de Mato Grosso. Os principais problemas serão: concentração fundiária, expropriação, empobrecimento, migração rural-urbana, exclusão social, impactos ambientais (desmatamento, assoreamento dos rios, contaminação com defensivos agrícolas).

Palavras chave: impactos sócio-ambientais, concentração fundiária, migração, exclusão social.



Introdução

O território do Araguaia² situado entre os rios Araguaia e o Xingu, no estado de Mato Grosso, caracteriza-se pela diversidade natural e populacional. Os vales destes dois rios é o território ancestral dos povos indígenas Karajá, Tapirapé, Xavante e Kayapó. Entre os não indígenas predominam os paraenses, maranhenses, mineiros, goianos, e sulistas.

Os povos indígenas que habitavam o vale do Araguaia³ começaram a perder os seus territórios com a chegada de seringueiros, agricultores e criadores de gado que vieram do Maranhão e Pará nas primeiras décadas do século XX. Estes migrantes subiram o rio Araguaia em batelões, movidos a remo e zinga. Embora o destino de muitos fossem os garimpos de Baliza e do rio Garças, contudo muitos se fixaram nas várzeas do Araguaia no trecho compreendido entre Baliza e Furo de Pedra, na divisa com o Pará. Entre as décadas de 1920 e 1960 houve intensa exploração de diamantes, nos garimpos de Baliza, Caçununga, Guiratinga, Poxoréu, rios situados nas bacias do rio Garças e Araguaia.

Os novos ocupantes das várzeas do rio Araguaia, fundaram os povoados de Furo de Pedra, Mato Verde⁴ e São Félix do Araguaia, praticando o extrativismo do látex, a

² Os municípios da região em estudo são: Ribeirão Cascalheira, Alto da Boa Vista, Santo Antônio do Rio das Mortes, São Félix do Xingu, Luciara, Santa Terezinha, Vila Rica, Confresa, Porto Alegre do Norte, Canabrava, São José do Xingu, Santa Cruz do Xingu. A pesquisa de campo foi feita em oito destes municípios.

³ Os Tapirapé, Karajá, Xavante e Kayapó.

⁴ O povoado de Mato Verde é a atual cidade de Luciara; Furo de Pedra se transformou em Santa Terezinha. Ver Luis A. Soares: Trilhas e Caminhos: Povoamento não indígena no Vale do Araguaia – nordeste de Mato Grosso, na primeira metade do século XX. Cuiabá, UFMT, PPGHistória, dissertação de mestrado, 2004.



pesca, a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva. (Soares: 2004). Alguns criadores de gado, do sul do Pará transportaram seus rebanhos abrindo trilhas nas margens do rio Araguaia. Lúcio da Luz, o maior criador de gado da região até a década de 60, trouxe seu rebanho viajando durante meses por trilhas margeando o rio Araguaia, até chegar a Mato Verde, onde se estabeleceu.

Na década de 1940, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, a “Marcha para o Oeste” se fez presente no Araguaia através da Fundação Brasil Central, e da Expedição Roncador-Xingu, que marcaram sua passagem por Aragarças (GO), Xavantina (MT), e pelo Xingu.

Neste período houve uma pequena migração para a região, foi construída a estrada até Xavantina, e foi feito o reconhecimento da região do Xingu até a serra do Cachimbo. Segundo Lenharo (1986) a Marcha para o Oeste atuou mais no plano do discurso do que em realizações. A tímida presença do poder público naquela região, não incentivou a ocupação produtiva do médio e baixo Araguaia.

Administrativamente o município de Barra do Garças ocupava um território com mais de 200 mil quilômetros quadrados, limitando-se ao norte com o Estado do Pará. Neste imenso território havia apenas alguns pequenos povoados: Xavantina, no rio das Mortes, base da F.B.C. e os povoados de São Félix do Araguaia, Luciara e Santa Terezinha, todos situados às margens do rio Araguaia.

No final da década de 1960, as terras desta região começaram a ser apropriadas privadamente por grandes grupos empresariais, sobretudo de São Paulo, estimulados pelos incentivos fiscais da SUDAM e pelo crédito subsidiado oferecido aos empresários para a implantação de projetos agropecuários (madeireiros, mineração, colonização) na Amazônia. Atraídos por esta política de estímulos do governo federal, grandes grupos empresariais se apropriaram de grandes áreas de terra para criação de gado de corte no antigo município de Barra do Garças.



Além das agropecuárias, foram implantados na região projetos de colonização privados⁵ com o objetivo de vender seus lotes para “colonos” minifundiários do sul do Brasil (Ribeiro: 1987; Schwantes:1989).

No mesmo período, deslocaram-se para o Vale do Araguaia migrantes originários dos estados de Goiás, Maranhão e Pará. Os novos ocupantes eram agricultores pobres, atraídos pela expectativa de ocupar um lote de terra no vale do Araguaia (Soares: 2004). Ao longo da década de 1970 estes migrantes foram ocupando posses em áreas ainda não apropriadas pelas grandes agropecuárias e colonizadoras, na Ilha do Bananal e nos “varjões”, situados nas várzeas alagadiças do rio Araguaia.

Apesar da concentração fundiária no vale do Araguaia, onde grandes áreas foram apropriadas por grandes grupos econômicos do sul/sudeste, contudo os agricultores pobres continuaram se apossando das áreas não utilizadas produtivamente, desenvolvendo uma agricultura familiar, destinada à reprodução dos ocupantes.

Em consequência desta ocupação, de um lado por grandes empresários atraídos pelos benefícios fiscais e financeiros oferecidas pela SUDAM e bancos oficiais (BB e BASA), e de outro por agricultores familiares, que estavam à procura de terra para se reproduzirem como camponeses, houve vários conflitos pela posse da terra ao longo dos anos 70 e 80.

Estes conflitos resultaram do confronto de duas concepções diferentes que disputavam o mesmo espaço. De um lado os empresários que se apropriaram da terra com fins especulativos, mantendo grandes áreas como reserva de valor.⁶ Na concepção destes empresários a terra é apenas uma mercadoria, uma “terra de negócio”. (Garcia: 1975).

⁵ Os projetos de colonização de Canarana e Água Boa, executados pelo pastor Norberto Schwantes, foram ocupados por agricultores vindos de Tenente Portela e do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul. A colonizadora de Vila Rica também vendeu lotes para agricultores no sul do Brasil.

⁶ Apenas dois grandes estabelecimentos situados no Araguaia, a Agropecuária SUIÁ-MISSÚ e a CODEARA eram proprietárias de uma área total de 885.000 hectares, os quais foram mantidos por mais de 20 anos, utilizando produtivamente apenas uma pequena fração da área. As empresas colonizadoras também se apropriaram de grandes áreas de terras. (Relatório da SUDAM, 1988).



De outro lado os produtores familiares (posseiros) para os quais a terra é um meio de reprodução da agricultura camponesa, para os quais a terra é para viver e trabalhar, ou “terra de trabalho”. (Idem).⁷

Nos últimos anos, milhares de agricultores (posseiros, assentados, agricultores tradicionais, agricultores familiares) do Araguaia começam a enfrentar um novo adversário, a soja, que desde o início da década de 2000 está se expandindo nesta região.⁸

Considerando que a soja é cultivada em áreas médias e grandes, a médio e longo prazo haverá um processo de expansão sobre as áreas de agricultura familiar, com um conseqüente processo de expropriação, expulsão e concentração fundiária na região, em prejuízo dos agricultores familiares. Como a cultura da soja, exige um alto grau de tecnificação, os agricultores familiares, posseiros e ocupantes de lotes nos assentamentos, serão expropriados e expulsos da região, uma vez que não há mercado de trabalho para eles neste modelo de agricultura.

Os estudos clássicos sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo na Inglaterra nos países germânicos⁹ nos possibilitam compreender, por analogia, as conseqüências do processo de expansão da empresa capitalista em áreas de agricultura camponesa.

No Brasil os estudos de Ianni (1979), Cardoso e Müller (1978), Martins (1980), Santos (1990), Becker (1988) e outros estudos sobre o processo de expansão recente da grande empresa na Amazônia, contribuem para a compreensão do significado deste modelo de desenvolvimento para os agricultores familiares, indígenas, extrativistas,

⁷ Sobre o conflito entre posseiros e empresas agropecuárias ver: Esterci: 1987; Souza: 2002; Casaldáliga (denúncias publicadas no jornal Alvorada nas décadas de 70, 80, 90).

⁸ Os dados do IBGE mostram o crescimento da cultura da soja no Araguaia. Constatamos empiricamente esta expansão em viagem de pesquisa em vários municípios da região (setembro/outubro de 2004 e julho de 2007). Percorremos 3.500 km de estradas de terra visitando assentamentos e estabelecimentos rurais de oito municípios, constatando a abertura de grandes áreas para o plantio de soja nos municípios de Santa Terezinha, Vila Rica, São José do Xingu. O uso do fogo após a derrubada da mata é generalizado na região. Em Querência visitamos uma fazenda, propriedade de um grande produtor de soja de MT, que transformou 40 mil hectares de pastagem em lavoura de soja.

⁹ Ver Marx (O Capital, 1978) e Kautsky (A Questão Agrária, 1980).



populações tradicionais. A expansão da soja no sul do Brasil nas últimas décadas provocou impactos sociais e ambientais avassaladores.

Os novos ocupantes do Araguaia.

Até meados do século XX, o espaço situado entre o rio Araguaia a leste, o rio Xingu a oeste era território dos povos Karajá, Xavante, Tapirapé e Kayapó. O parque do Xingu é o território de vários povos indígenas, originais daquele território, ou trazidos de outras regiões após a criação do Parque Indígena.

No início do século XX, grupos familiares de maranhenses e paraenses subiram o rio Araguaia em direção aos garimpos de Baliza e do rio das Garças. Outros se fixaram nas várzeas, atraídos pelas pastagens naturais apropriadas para criar gado, pelas terras sem fim, e pela abundância de peixes.

Estes migrantes foram se fixando em grupos, às margens do rio Araguaia, formando os povoados de Santa Terezinha, Luciara e São Félix do Araguaia. (Soares, op.cit.)

Os moradores destes povoados são agricultores, pequenos criadores de gado, exercendo a pesca como atividade complementar. As terras utilizadas para criação de gado estão localizadas nos “varjões”, áreas alagadiças situadas próximas do rio Araguaia. Nestas áreas a terra é de uso comum. A população tradicional destes três municípios produz principalmente arroz, milho e mandioca em pequenas roças de subsistência.

Entre as décadas de 1950 a 1970, muitas famílias de agricultores goianos, mineiros, e maranhenses, ocuparam a ilha do Bananal, território imemorial do povo Karajá, para criar gado e fazer roças de subsistência. Na década de 80 o governo federal retirou a população não indígena da Ilha, transformada em parque nacional e reserva do povo Karajá. Grande parte dos migrantes que habitavam a Ilha atravessou o rio Araguaia, ocupando terras devolutas nos municípios de São Félix do Araguaia e Luciara, onde continuaram a praticar a agricultura de subsistência, e pequenas criações.



Nas décadas de 1970 e início de 1980 uma terceira leva de migrantes, constituída de agricultores do sul do Brasil chegou ao Araguaia, onde compraram terras de empresas de colonização privada, no município de Barra do Garças. Os núcleos destas colonizadoras cresceram e, em poucos anos transformaram-se em distritos e municípios.¹⁰ Os municípios de Vila Rica, Canarana, Água Boa, Confresa e Querência originaram-se destes núcleos de colonização.

Por fim chegaram ao Araguaia, a partir de 1968, os grandes empresários, atraídos pelos incentivos fiscais da SUDAM. Estes empresários, originários principalmente de São Paulo, se apossaram de grandes áreas de terra no então município de Barra do Garças,¹¹ para instalar projetos agro-pecuários. A migração e instalação de grandes projetos agropecuários fizeram surgir povoações e vilas onde se instalou o comércio e a prestação de serviços. Entre os núcleos populacionais deste período que se transformaram em novos municípios estão Luciara, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Porto Alegre do Norte, Alto da Boa Vista.

As empresas agropecuárias abriram grandes áreas de cerrado e de floresta, para o plantio de pastagens. A maior parte das empresas plantou pasto para criar gado de corte, com incentivos da SUDAM. Outras empresas deixaram suas terras incultas, totalmente, ou em parte, à espera de valorização. Ao longo das décadas de 80 e 90, com a redução e extinção gradativa dos incentivos e subsídios fiscais da SUDAM, muitas empresas agropecuárias reduziram suas atividades na região, e algumas venderam suas propriedades.

A afluência de grandes empresas e de migrantes pobres para o território do Araguaia, ocupando terras onde havia populações indígenas e populações tradicionais, não indígenas, provocou disputas e conflitos pela posse e uso da terra, assim como conflitos resultantes da exploração de “trabalho escravo”.¹²

¹⁰ O pastor Norberto Schwantes, de Tenente Portela desenvolveu um grande projeto de colonização em Canarana e Água Boa, para onde transferiu algumas centenas de famílias de minifundiários de Tenente Portela, e de outros municípios do Noroeste do Rio Grande do Sul (Alto Uruguai).

¹¹ Até 1960 o município de Barra do Garças ocupava todo o território compreendido entre os rios Araguaia e Xingu, até a divisa com o Pará, com uma área em torno de 220 mil Km², mais de duas vezes a área do Estado de Santa Catarina.

¹² Ver Casaldáliga, Carta Pastoral, 1972; Esterci, Neide (1987).



A expansão da agricultura mecanizada no Araguaia

Na década de 1980, os agricultores do sul introduziram a cultura mecanizada do arroz, financiada pelo Banco do Brasil, em Canarana e Água Boa. A queda nos preços do arroz, na década de 80, levou a um endividamento e falência de grande parte destes agricultores. Depois da crise a rizicultura foi substituída pela pecuária.

No município de Confresa no ano de 2003, foi introduzida a cultura da cana de açúcar e instalada uma usina de açúcar e álcool, ocupando uma área de 4.492 hectares, com uma produção de 282.996 toneladas de cana. (IBGE, 2003).

Em Santa Terezinha a empresa Codeara, uma das primeiras empresas a ter um projeto agropecuário aprovado pela SUDAM no estado de Mato Grosso, implantou a cultura da seringueira, nas décadas de 1970 e 1980, desmatando vários mil hectares de terra, e empregando milhares de peões contratados por gatos.

Até recentemente, a agricultura mecanizada, com produção em grande escala, era pouco significativa no Araguaia. A maior parte dos grandes projetos subsidiados pela SUDAM desenvolveu quase que exclusivamente a pecuária extensiva.

Os agricultores familiares no Araguaia

Na segunda metade da década de 1980 cresceu o número de agricultores pobres que ocuparam posses na região. Para amenizar os conflitos, o INCRA começou a regularizar as áreas de ocupação, sobretudo em locais onde havia disputas e conflitos. Os posseiros, quase sempre, ocupam a terra delimitando seus lotes, e abrindo picadas, seguindo o padrão do INCRA. Nestes casos cabe ao INCRA fazer apenas a regularização fundiária, legalizando uma área com ocupação efetiva. No município de Confresa, em torno de 90% da população está em assentamentos rurais regularizados nos últimos anos.¹³

¹³ No município de Confresa há 13 assentamentos com um total de 6.000 famílias, que correspondem a mais ou menos 22 a 24 mil pessoas. (Fonte: INCRA MT, e Prefeitura Municipal de Confresa).



Em quase todos os assentamentos do Araguaia onde pesquisamos,¹⁴ a principal atividade econômica do lote é a criação de gado bovino de corte. Como a venda de gado não é suficiente para suprir as necessidades familiares, os assentados precisam vender sua força de trabalho fora, para complementar a renda familiar.

Segundo alguns depoentes,¹⁵ o PRONAF induziu os assentados a criar gado leiteiro. Como os assentamentos não têm uma estrutura que possibilita o transporte, processamento e comercialização do leite, eles criam garrotes para vender para os grandes criadores. A especialização na criação de gado de corte nos assentamentos levou a distorções, como a compra de arroz e outros alimentos básicos no comércio urbano por parte dos assentados. Em muitos lotes não há fruteiras, horta, ou produção de qualquer alimento. Os mercados das cidades são abastecidos com produtos horti-fruti-granjeiros levados de Goiânia ou do Ceasa de São Paulo. Nos municípios onde não há assentamentos, como Luciara e Santa Terezinha, há uma produção maior de alimentos básicos, complementados pela criação de bovinos e a pesca. Nestes municípios predomina, em número de unidades, a agricultura familiar. As culturas predominantes são: arroz, milho e mandioca. A partir de informações do IBGE,¹⁶ veremos as principais culturas nos municípios pesquisados.

Até o final da década de 1960, predominava no vale do Araguaia a agricultura familiar, utilizando técnicas e ferramentas tradicionais, e criação de pequenos animais, pequenas criações de gado bovino, criados extensivamente. Para complementar a renda familiar, os homens vendem sua força de trabalho temporariamente nas grandes agropecuárias, sobretudo no desmatamento, na feitura de cercas, e no plantio de pasto.

Cultura do Arroz. A área colhida na região em estudo é de 94.416 hectares (IBGE/SIDRA, 2010). No município de Querência, maior produtor de arroz da região, onde há um grande percentual de agricultores originários do Rio Grande do Sul, a cultura do arroz é mecanizada. Neste município a área colhida é de 13.500 hectares,

¹⁴ Nos municípios de Santa Terezinha, Vila Rica, São José e Santa Cruz do Xingu, Confresa, Porto Alegre, Canabrava, São Félix do Araguaia.

¹⁵ Um dos depoentes foi o pároco de Santa Terezinha, Padre Félix.

¹⁶ IBGE / SIDRA, PAM (Pesquisa Agrícola Municipal), 2010.



com produção de 40.500 toneladas. Em Luciara a área colhida é de 350 hectares com produção de 840 toneladas.¹⁷

Cultura da Mandioca. A quantidade produzida (ton.) é de 76.280 toneladas nos municípios estudados. Confresa é o maior produtor da região com área colhida de 5.000 hectares e produção de 40.000 toneladas. Luciara, com área colhida de 50 hectares e produção de 500 toneladas.

Cultura do Milho. Como a mandioca e o arroz, o milho é cultivado em todos os municípios pesquisados. A área colhida é de 46.583 hectares (IBGE / SIDRA, 2010) Em Canarana a área colhida é de 19.000 hectares, com produção de 59.400 toneladas. No município de Luciara a área colhida é de 35 hectares e produção de 77 toneladas.

Cultura da Soja. Área total plantada de 385.029 hectares nos municípios pesquisados (IBGE / SIDRA, 2010).

O maior produtor da região é Querência, com uma área colhida de 215.000 hectares e produção de 709.500 toneladas. Em Santa Cruz do Xingu a área colhida é de 350 hectares e produção de 945 toneladas.

Por ser uma cultura recente na região, a soja ainda não é cultivada em todos os municípios. Os municípios de Querência e Canarana têm mais da metade da área cultivada, e da produção de soja da região em estudo.

As culturas com maior área plantada no Araguaia são a Soja (385.029 hectares), o arroz (34.870 hectares) e o milho (46.583 hectares). As culturas de arroz, mandioca e milho, características da agricultura familiar encontram-se em todos os municípios estudados. A cultura do arroz, generalizada nos municípios estudados, é uma cultura predominantemente de subsistência, com exceção do município de Querência, onde são utilizadas a mecanização e técnicas modernas nesta cultura.

Apesar de ainda ser relativamente pequena a área cultivada com soja no Araguaia, assim como a quantidade produzida, contudo deve-se lembrar que esta cultura entrou na região do Araguaia há poucos anos. Os dados relativos à expansão da área

¹⁷ A cultura do arroz em Querência é mecanizada, destinada ao mercado. Em Luciara, onde a população do município é de 2.224 habitantes, o arroz é cultivado em pequenas unidades, destinado ao auto-consumo, utilizando técnicas tradicionais. Neste município a produção de arroz é de 840 toneladas. Dividindo esta produção pela população do município, cada habitante receberia 377,7 kg. de arroz por ano, ou 1,03 kg. por dia. Apesar de ser a menor produção de arroz da região, contudo produz arroz suficiente para alimentar sua população.



plantada, e da quantidade produzida, mostram que a cultura da soja está se expandindo rapidamente naquela região.

Em 2001 o município de Querência produziu 63.812 toneladas de soja. Em 2010 produziu 709.500 toneladas. O conjunto dos municípios do Araguaia aqui estudados, em 2001, produziu 65.012 toneladas. Em 2010 estes municípios produziram 1.219.482 toneladas de soja. (IBGE/SIDRA/PAM, 2002 e 2011).

Por outro lado os dados do IBGE mostram o decréscimo gradual da produção de arroz, milho e mandioca nos municípios onde predomina a agricultura familiar.

Impactos Sociais e Ambientais da Expansão da soja

A região do Araguaia, no Estado de Mato Grosso, tem uma estrutura agrária com predominância, em número, de pequenas áreas, e um percentual pequeno de grandes estabelecimentos, que detêm a maior parte da área apropriada na região. Nos últimos anos a cultura da soja está se expandindo na região, ocupando novas áreas, e transformando áreas de pasto em cultura de soja.

Segundo relatório da WWF (2003, pg. 62) a expansão da soja provoca impactos ambientais diversos. Quando a expansão se dá em áreas já ocupadas com atividades agropecuárias, “que já sofreram o processo de conversão florestal”, os impactos são causados principalmente por práticas intensivas adotadas para a recuperação dos solos, em geral através do uso de insumos químicos e de tecnologias intensivas. Quando a expansão se dá em áreas novas, “de expansão agrícola nas zonas de fronteira do desmatamento, envolvendo remoção da vegetação nativa e sua substituição pela monocultura. Neste caso os impactos sobre a biodiversidade, o solo e a água são dramáticos e acontecem em curtíssimo espaço de tempo”. (WWF, idem, p. 62)

A expansão da soja provoca impactos sociais negativos e positivos. Os positivos estão associados com a comercialização da soja, causados pelo incremento da cadeia produtiva, aumentando a renda e as oportunidades de emprego para um pequeno grupo. A produção de soja consome grandes volumes de materiais e serviços, possibilitando investimentos significativos nas indústrias de processamento da soja. (WWF, op.cit., p. 76).



Os impactos negativos “[...] estão associados aos deslocamentos sociais ou migrações, provocadas pela expansão do setor, como impactos na desestabilização de comunidades tradicionais, a diminuição das oportunidades de emprego, e os possíveis impactos negativos na distribuição de renda.” (Idem, p. 76)

Considerando-se que a expansão da soja no Araguaia se dará em áreas ocupadas por pequenos produtores, ocupantes de posses, lotes privados, e em assentamentos rurais, presume-se que haverá um processo de deslocamento destes agricultores familiares para as áreas urbanas ou para fora da região.

Deve-se considerar que a cultura da soja exige grandes áreas de terras, capital e tecnologia, ao mesmo tempo em que utiliza pouca mão de obra.

Considerações finais.

A produção agropecuária de Mato Grosso cresceu significativamente nos últimos anos, se tornando um celeiro de grãos para exportação.¹⁸ Continuando a atual tendência de expansão das culturas de soja e algodão, a pergunta que fazemos é para onde irão os milhares de agricultores familiares, sem capital, sem escolarização e sem qualificação técnica/profissional que hoje ainda permanecem no campo?

Nos municípios onde há uma predominância da agricultura de grãos e algodão, a oferta de trabalho no campo é muito reduzida, e as empresas muitas vezes não cumprem a Legislação Trabalhista. Segundo o Ministério do Trabalho e Organização Internacional do Trabalho (OIT), várias fazendas em Mato Grosso contratam trabalhadores através de gatos, desrespeitando a legislação trabalhista. Não raro, os fiscais do Ministério do Trabalho autuam empresários rurais que utilizam moderna tecnologia agrícola e ao mesmo tempo adotam práticas classificadas como trabalho escravo.

Nos municípios onde a soja é a cultura agrícola principal, ao longo da Rodovia Cuiabá – Santarém, a contradição se explicita. De um lado a riqueza e do outro lado a pobreza. Nestes municípios, é ostentada a riqueza de alguns, e escondida a pobreza de muitos, em vilas populares, longe do centro. Em alguns Municípios assistentes sociais

¹⁸ O estado de Mato Grosso é atualmente o maior produtor de soja, de algodão, e tem o maior rebanho bovino do Brasil. (IBGE / SIDRA, 2010)



classificam quem pode e quem não pode ficar na cidade, devolvendo para outras cidades aqueles que são classificados como indesejáveis.

O que está em discussão é o modelo adotado para a produção de grãos, o qual produz uma grande concentração de capital e de meios de produção, com impactos sócio-ambientais negativos.

Sugerimos discutir um modelo que assegure aos agricultores familiares a possibilidade de produzirem alimentos, sem a ameaça da expropriação, e que respeite as populações tradicionais, indígenas e não indígenas, e o meio ambiente.

Referências bibliográficas

BECKER, Bertha. Significância Contemporânea da Fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. Apud Aubertin, C. (org.) Fronteiras, Brasília, Editora da UnB, 1988.

CARDOSO, F. H. e MÜLLER, G. Amazônia: expansão do capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1977.

CASALDÁLIGA, Pedro. Carta Pastoral, “Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. São Félix do Araguaia, 1972. Impresso.

ESTERCI, Neide. Conflito no Araguaia: Peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis, Ed. Vozes, 1987.

GARCIA, Afrânio. Terra de Trabalho. Tese de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975.

IANNI, Octávio. Colonização e Contra Reforma Agrária. Petrópolis, Editora Vozes, 1979.

_____. A Luta pela Terra. Petrópolis, Editora Vozes, 1979.

IBGE. Censo 2000, SIDRA, P.A.M., Rio de Janeiro, 2001 e 2011.

KAUTSKY, Karl. La Cuestión Agraria. México, Siglo Veintiuno Editores s.a., 1980.



LENHARO, Alcir. Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986.

MARTINS, José de S. Expropriação e Violência. A questão política no campo. São Paulo, Editora Hucitec, 1980.

MARX, Karl. El Capital. Critica de la economia política. México, Fondo de Cultura Económica, 1978.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Amazônia, Monopólio, Expropriação e Conflitos. São Paulo, Papirus, 1990.

RIBEIRO, Iselda Correa. Pioneiros Gaúchos: a colonização do norte matogrossense. Porto Alegre, Tchê Editora, 1987.

SCHWANTES, Norberto. Uma Cruz em Terra Nova. São Paulo, Scritta Oficina, 1989.

SOARES, Luiz Antônio B. Trilhas e Caminhos: Povoamento não indígena no Vale do Araguaia – nordeste de Mato Grosso, na primeira metade do século XX. Cuiabá, UFMT, dissertação de mestrado, 2004.

SOUZA, Maria A. M. A Luta pela permanência na terra. A resistência dos posseiros de Santa Terezinha. Apud Barrozo, J.C. (org.) Mato Grosso: A (Re) ocupação da terra na fronteira Amazônica (século XX). Cuiabá EdUFMT, São Leopoldo Ed. UNISINOS e OIKOS, 2010.

WWF. Avaliação de Sustentabilidade do Crescimento do Cultivo da Soja para Exportação no Brasil. CD - WWF – Brasil, 2003.

ANEXO I.

Expansão da cultura da soja em municípios do Araguaia – MT

Tabela 1612 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária

Variável = Área plantada (Hectares)



Lavoura temporária = Soja (em grão)

Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município	Ano			
	2007	2008	2009	2010
Brasil	20.571.393	21.252.721	21.761.782	23.339.094
Centro-Oeste	9.014.957	9.620.463	9.913.707	10.460.538
Mato Grosso	5.075.079	5.659.149	5.831.468	6.227.044
Canarana – MT	80.000	81.050	90.230	113.275
Confresa – MT	-	-	-	810
Luciara – MT	-	-	-	-
Porto Alegre do Norte – MT	3.900	4.100	5.760	6.370
Querência – MT	145.000	168.000	180.600	215.000
São José do Xingu – MT	6.000	11.500	18.000	18.000
Santa Cruz do Xingu – MT	3.200	3.390	-	350
Santa Terezinha – MT	2.500	1.200	1.700	-
São Félix do Araguaia – MT	10.500	13.730	22.935	26.224
Vila Rica – MT	2.520	3.000	4.500	5.000

Fonte: IBGE / SIDRA/ P.A.M., 2010



GT13 – Trabalho agrícola, migrações e tecnologia

O avanço do agronegócio da cana-de-açúcar e a fragmentação do trabalho e da luta pela terra no Nordeste brasileiro

Edvaldo Carlos de Lima 1

María Franco García 2

1 Doutor em Geografia/Professor/UEPB, E-mail: edvaldo.edvlima@gmail.com

2 Doutora em Geografia/Professor/UFPB, E-mail: mmartillo@gmail.com

Resumo

A aliança latifundiários/usineiros/grandes grupos empresariais do agronegócio canavieiro, instigados pelo mercado internacional e os incentivos do Estado, conquistou na segunda metade da década de 2000, altos índices de produtividade e desempenho na produção, principalmente, de etanol. A geografia da cana-de-açúcar mudou, territorializando-se em novas áreas e monopolizando territórios que escapavam à sua lógica em regiões tradicionais do seu cultivo, como no caso dos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, recorte territorial da discussão apresentada neste artigo. Todavia, essa dinâmica se concretizou a custo de uma crescente degradação da natureza e de, cada vez, maior controle, intensificação e exploração do trabalho. Contudo, no conflito entre as classes, além da mobilização e solidariedade, surgem também as desavenças dentro da classe, que fragmentam tanto o trabalho quanto a própria luta pela terra e pela Reforma Agrária.

Palavras-Chave: Fragmentação. Território. Capital sucroalcooleiro. Trabalho. Nordeste.



Na Zona da Cana das Alagoas, Pernambuco e Paraíba

A rodovia federal BR -101 “Governador Mário Covas”, também conhecida como a Translitorânea, cruza longitudinalmente o Brasil. Desde Touros, no Rio Grande do Norte, até o Arroio do rio Chuí, no Rio Grande do Sul, se estende por praticamente todo o litoral brasileiro, sentido N–S. Realizamos o trajeto que percorre a Zona da Mata Paraibana a Mata Meridional, Mata Setentrional e Vitória de Santo Antão em Pernambuco e o Leste Alagoano¹, em diferentes momentos durante os quatro anos de pesquisa que durou a construção da nossa tese de doutorado². Nessas idas e vindas na BR, da Paraíba para “as Alagoas”, das Alagoas para “o Pernambuco” tivemos oportunidade de conhecer diferentes expressões do mundo do trabalho e as suas territorialidades, sejam áreas de produção de cana-de-açúcar, plantas industriais de usinas e destilarias, acampamentos de trabalhadores sem terra, assentamentos de Reforma Agrária, comunidades de trabalhadores no “corte”, terras de pretos³, aldeias indígenas e cidades do agronegócio.

Nesse recorte do Nordeste, a paisagem e o cheiro da cana tomaram conta das nossas viagens. A Mata Atlântica que outrora caracterizava a biogeografia dessa região hoje não podemos dizer que foi extinta, contudo virou raridade a ser preservada. A cana é hegemônica na paisagem e homogenizadora do espaço na aparência. *Zona da Cana* é, pois, como designamos o recorte territorial que escolhemos para embasar a nossa discussão sobre a complexa trama social que existe hoje na luta e fragmentação dos movimentos sociais no campo, já que a mata foi mesmo substituída. Observamos, portanto, o Nordeste canavieiro e dos *sem terra* a partir desse recorte.

Na obra *Nordeste: aspecto da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil* publicada em 1937, Gilberto Freyre chamava a atenção para a forma como a sociedade nordestina se construiu sob a influência da cultura da cana:

A cultura da cana, no nordeste, aristocratizou o branco em senhor e degradou o índio e principalmente o negro, primeiro em escravo, depois em pária. Aristocratizou a casa de pedra-e-cal em casa-grande e degradou a choça de palha em mucambo. Valorizou o canavial e tornou desprezível a mata. (1967, p. 65).

A destruição da mata foi feita de forma contínua e sistemática. Segundo Andrade (1980), os colonizadores iniciaram a destruição com a derrubada do pau brasil, em seguida com a coivara para queimar a vegetação rasteira e transformar o espaço ocupado com a cana-de-açúcar. Para este autor, embora a cana como gramínea desse uma maior proteção ao solo do que o milho e o algodão, quando cultivada em encostas de maior declive, acelerava a degradação e o transporte dos solos das encostas. O recuo da mata deixou grandes extensões à intempérie com consequências funestas, como:

¹ Mesorregiões IBGE (2010)

² LIMAS, E.C. de. Dissidências e Fragmentação da luta pela terra na “Zona da Cana” nordestina: o estado da questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco. UFPE, Recife, 2011. (Tese de Doutorado).

³ Apropriamos do termo usado por Maria Ester Ferreira da Silva na sua tese de doutorado, titulada: Território, poder e as múltiplas territorialidades nas terras indígenas e de pretos: narrativa e memória como mediação na construção de territórios dos povos tradicionais, UFS, 2010



nos solos argilosos, observou-se a intensificação do escorregamento das vertentes com forte impacto sobre as cidades; provocou a migração de animais silvestres (...); o assoreamento das várzeas dos rios e das lagoas que cada vez mais se tornaram maiores e de maior profundidade; a difusão de insetos transmissores de moléstias que atacam tanto os animais como o homem e uma série de outras conseqüências danosas (p.23).

Os problemas provocados pelo desmatamento foram denunciados também por Gilberto Freyre, quem apontou nas suas obras os usineiros do açúcar como os maiores responsáveis por essa política. Segundo este autor, a maioria deles era despreocupada com as conseqüências sociais da ação que desenvolviam. Todavia, o autor defende a idéia de que a mata no Nordeste, antes da monocultura da cana, era composta por uma enorme variedade vegetal e animal, mas a cana *desvirginou* todo esse mato grosso por meio das queimadas que: “A fogo é que foram se abrindo no mato virgem os claros por onde se estendeu o canavial civilizador, mas ao mesmo tempo devastador”. (1967, p. 45).

Em conseqüência desse processo devastador que se estende até o momento, seria ironia chamar essa sub-região nordestina de “Zona da Mata”, pois se trata de uma substituição drástica da “paisagem mata atlântica” pela “paisagem canavieira”, construída historicamente pelo modelo agroexportador do açúcar e, principalmente hoje, de etanol. A *Zona da Cana* de Alagoas, Pernambuco e Paraíba se configura hoje como a principal região canavieira do NE. Essa atividade desenvolveu um papel central no processo histórico de formação socioeconômica de toda a região, desde o século XVI, quando o monocultivo de cana-de-açúcar se iniciou. A organização social e política que se estabeleceu pautada nos grandes latifúndios, no trabalho escravo e no poder exacerbado dos coronéis se reflete ainda na atualidade, na concentração de poder e capital nas mãos de alguns grupos tradicionais, especialmente, nos principais estados produtores (SOARES, 2010). Os agentes da territorialização do agronegócio canavieiro nos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba aparecem na Tabela 01 (próxima página).

Em Alagoas, o grupo **Tércio Wanderley** é proprietário de uma das maiores usinas do estado, a **Coruripe**. Trata-se de um império familiar onde cada membro administra uma das suas unidades, seja no Nordeste seja no Triângulo Mineiro, onde a sua estratégia é a de conseguir o maior controle possível das terras da região, comprando-as e/ou arrendando-as. **Carlos Lyra** é proprietário das usinas **Caete** em Maceió, Igreja Nova e São Miguel dos Campos.

O grupo **Toledo** tem as usinas **Capricho** em Cajueiro, **Paísa** e, Penedo e **Sumauma** em Marechal Deodoro. **Andrade Bezerra** tem uma unidade em São José da Lage. O grupo **João Lyra** tem duas usinas em Coruripe a **Laginha/Guaxuma** e a **Laginha/Uruba** e a usina **Laguinha/Matriz** em União dos Palmares. **Olival Tenório** tem a unidade de Colônia Leopoldina, **Porto Alegre**, e a unidade de Campo Alegre, **Porto Rico**. O **Grupo Santo Antonio** tem a usina **Santo Antônio/Camaragibe** em Camaragibe a **Santo Antônio/ Santo Antônio** em São Luiz do Quitunde. Já o proprietário **Teotônio Vilela** tem a usina **Seresta** no município com seu próprio nome e o grupo **Sinimbu** está implantado em Jequiá da Praia.



TABELA 01 – GRUPOS EMPRESARIAIS DO AGRONEGOCIO CANAVIEIRO EM ALAGOAS, PERNAMBUCO E PARAÍBA, 2010

ALAGOAS	PARAÍBA	PERNAMBUCO
Andrade Bezerra	Grupo Japungu	Andrade Bezerra
Carlos Lyra	Louis Dreyfus Commodites	Bertin
Tércio Wnaderley	UMA	Cruangi
João Lyra	João Lyra	EQM
Olival Tenorio		JB
Grupo Santo Antonio		João Santos
Sinimbu		Olho d'Água
Grupo Toledo		Petribú
		UNA
		Grupo Farias

Fonte: Guia Oficial de Compras do Setor Sucroalcooleiro, Ano IV, 2009/2010
Org.: Edvaldo C. de Lima.

O grupo **João Tenório** tem a usina **Triunfo** em Boca da Mata. Além dos grupos e usinas levantadas existem no estado de Alagoas unidades produtoras que não conseguimos, durante o levantamento de dados e os trabalhos de campo, verificar sua razão social. São elas: usina **Leão** em Rio Largo; usina **Pindorama** em Coruripe; usina **Rocadinho** em São Miguel dos Campos; usina **Santa Clotilde** em Rio Largo; usina **Santa Maria** em porto Calvo e usina **Taquara** em Colônia Leopoldina³⁶. No estado de Pernambuco o grupo **Andrade Bezerra** é proprietário da usina

Trapiche no município de Sirinahém. Esta usina foi fundada no século XIX e hoje mais de 11.000 hectares do seu cultivo é efetuada sem licença ambiental. Ela ocupa os topos e as encostas dos morros que constituem as Áreas de Preservação Permanente, além de avançar sobre as ilhas e manguezais (Soares, 2010). O grupo **Bertin** tem a unidade **Bertin Vitória** em Palmares. O grupo **CRUANGI** tem duas unidades no estado, uma em Goiana, **Maravilhas**, e outra em Timbaúba, **Cruangi/Timbaúba**. O grupo **EQM** tem a unidade de **EQM-Cucaú** em Rio Formoso. O grupo **JB** tem a usina **JB-JB** em Vitória de Santo Antão. O grupo **João Santos** tem a sua unidade no município de Goiana, usina **Santa Teresa**. O grupo **Olho d'Água** tem a **Olho d'Água Usicoda** em Camutanga. O grupo **Petribú** tem a usina **Petribú** em Lagoa do Itaenga. O grupo **UMA** tem duas unidades, uma em Tamandaré, usina **UMA-Açúcar** e outra em Maraial, usina **UMA-Álcool (São Luiz)**. O **Grupo Farias** tem a **Vale-Verde – Pedruza** em Cortês. Da mesma forma que no estado de Alagoas, em Pernambuco não conseguimos, até o momento da redação final da pesquisa, identificar a que grupo agroindustrial ou proprietário individual respondem as seguintes usinas: **Bom Jesus** no município de Cabo de Santo Agostinho; **Bulhões** em Jaboatão dos Guararapes; **Cachool** em Escada; **Campo Belo** em Amaraji; usina **Catende** em Catende; **Colônia** em Jaqueira; **Laranjeira** em Vicença; **PAL** em Nazaré da Mata; **Pumaty** em Joaquim Nabuco; **Salgado** em Ipojuca; **São José** em Iguarassu e **União e Indústria** em Primavera³⁷.

Na Paraíba o **Grupo Japungu** é proprietário da destilaria **Japungu** em Santa Rita e da usina **Agroval** em Mamanguape. Em nenhuma das suas unidades o grupo realiza³⁶ colheita mecanizada, ela é realizada 100% por trabalhadores rurais. O grupo **Louis Dreyfus Commodities** é proprietário da unidade **LDC/Pedras de Fogo** no município de Pedras de Fogo, antiga destilaria Giasa. Trata-se de um grupo francês que atua em mais de 50 países na comercialização de commodities agrícolas e energéticas, além de



ser um dos maiores processadores mundiais de soja e laranja. Está nas suas metas processar em torno de 40 milhões de toneladas de cana-de-açúcar no Brasil, adquirindo unidades tanto no Norte-Nordeste como no Centro – Centro Sul (Soares, 2010). O grupo **UMA** tem a sua unidade **UMA/Sapé** no município de Sapé, no litoral norte do estado, território histórico das lutas dos trabalhadores e das Ligas Camponesas. O grupo **Carlos Lyra** é proprietário da usina **Miriri** no município de Santa Rita. O grupo **Fernandes de Lima** tem a usina **Monte Alegre** no município de Mamanguape. Da mesma forma, não conseguimos identificar a propriedade das usinas: **Pemel** em Rio Tinto, **São João** em Santa Rita, e **Tabu** em Caaporã. Por último, a destilaria **Macaíba** em funcionamento desde a safra 2009/2010 pertence ao **Grupo Macaíba** e está localizada no município de Alagoa Nova³⁸. Ao definir estes grupos empresariais como os agentes do agronegócio canavieiro presentes na *Zona da Cana* dos três estados em análise, nos apropriamos do termo agronegócio para nos referirmos não apenas ao entendimento de uma determinada forma do modelo de desenvolvimento econômico agroindustrial, mas especialmente à forte carga ideológica desse modelo que procura, a partir dessa terminologia, ofuscar a imagem da agricultura capitalista, historicamente concentradora de terra, renda e capital e exploradora do trabalho do homem, à medida que se apresenta como vetor de desenvolvimento econômico e social, gerador de empregos onde se territorializa. Contudo, como veremos, é apenas seu apelo ideológico. Para o negócio agroindustrial canavieiro as principais regiões produtoras do Brasil na atualidade são: a região Norte – Nordeste e a região Centro Sul³⁹. Os grandes grupos empresariais se expandem em ambas. As unidades de processamento de cana-de-açúcar (moagem) presentes na região Nordeste são apresentadas na Tabela 02:

TABELA 02 – UNIDADES PRODUTORAS DE AÇÚCAR E ETANOL NO NORDESTE, 2010

	UNIDADES PRODUTORAS NORDESTE*	NOVAS UNIDADES PRODUTORAS**	TOTAL DE UNIDADES PRODUTORAS
MARANHÃO	5	0	5
PIAUI	1	0	1
CEARÁ	3	2	5
R. G. NORTE	4	0	4
PARAÍBA	9	1	10
PERNAMBUCO	26	0	26
ALAGOAS	24	0	24
SERGIPE	6	0	6
BAHIA	5	2	7
TOTAL	83	5	88

* Refere-se às unidades produtoras na safra 2008/2009 **Safra 2009/2010
Fonte: Guia Oficial de Compras do Setor Sucoalcooleiro, Ano IV, 2009/2010
Org.: Edvaldo C. de Lima.

Nesta tabela podemos observar que os estados da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas ocupam um lugar de destaque na territorialização do capital canavieiro, já que apenas eles três concentram 60 das 88 unidades existentes na atualidade na região. Isso significa 68% das usinas e destilarias do NE, sendo Pernambuco o estado com o maior número de unidades (26).

Contudo, a Tabela 02 também nos mostra a dinâmica mais recente do processo de territorialização do capital canavieiro a partir das suas novas unidades na região, como é



o caso do estado da Paraíba, com a Destalilaria Macaíba na Fazenda Macaíba em Alagoa Nova; do Ceará, com a territorialização do Grupo ACINBEL no Crato e a destilaria Santa Inês em Ubajara; e da Bahia, com a destilaria de álcool do grupo DECAL em Mucuri e o

grupo MULTIGRAIN na Cidade de São Desidério. A implantação de novas unidades processadoras é fruto da necessidade de auto-expansão do próprio capital, que busca por meio da racionalização da produção e do processo de trabalho novos patamares de acumulação. As mudanças desencadeadas a partir dos anos 1980 e fundamentalmente nos anos 1990, com a efetivação de políticas neoliberais, desregulamentação e reestruturação produtiva (Alves, 2000), tem contribuído para que o capital canavieiro apresente essa dinâmica. Todavia, como afirma Soares (2010):

a partir dos anos 2000, a mobilidade territorial do capital em direção a vários estados do Centro-Sul, como os estados de Minas Gerais especialmente o Triângulo Mineiro (com forte presença de usineiros nordestinos), São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, norte/noroeste do Paraná e norte do Espírito Santo não só tem sido expressiva, como também tem se intensificado. Esse movimento tem alterado profundamente a geografia do campo (p. 92).

Para esta autora, essa nova configuração geográfica está associada, em primeira instância, a grupos mais tradicionais e capitalizados do Nordeste decidiram direcionar parte do capital acumulado para outras regiões, sobretudo do Centro-Sul. Esse processo ocorre por meio da compra de terras e implantação de novas unidades, da compra de unidades já implantadas ou da transferência de unidades da propriedade dos mesmos grupos nos estados de origem. Neste último caso, destaca-se o Grupo Tércio Wanderley que desativou a Usina Camaraçã em Alagoas e utilizou os equipamentos na implantação de outras unidades no Triângulo Mineiro. Já na região Nordeste, é importante lembrar que a atividade canavieira passou por um longo período de retração, ganhando fôlego nos anos 1970 com a implantação do PROÁLCOOL e a política de concessão de créditos subsidiados. Ambos os programas beneficiaram sobremaneira os proprietários de usinas e grupos empresariais atuantes no setor. Para Soares (2010), o recuo dos investimentos públicos nos anos 1990, somado as mudanças econômicas na escala mundial e ao elevado volume de dívidas, fez com que os proprietários e grandes grupos empresariais nordestinos entrassem em um estágio de profunda crise. Várias unidades fecharam como a Santa Rita, Santa Helena e Santana na Paraíba; Aliança e Catende em Pernambuco; Ouricuri, Agrisa, Peixe e Porto Alegre em Alagoas. Os motivos, segundo esta autora, foram tanto a descapitalização dos grupos controladores como a transferência dos investimentos para a região Centro-Sul, especialmente para os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Todavia, durante esse processo, os grandes grupos familiares no NE passaram a controlar grandes extensões de terras (antigos engenhos⁴⁰), expropriando famílias camponesas das suas terras, estabelecendo-se um modelo de organização pautado na manutenção do controle sobre os camponeses como agregados e ou assalariados nas usinas e ou nas (agro)vilas. Esta situação agravou-se durante o período do PROÁLCOOL, face ao aumento do domínio desses grupos sobre maior quantidade de terras, ao aumento da expansão do monocultivo de cana-de-açúcar e à intensificação do trabalho assalariado. Porém, a crise dos anos 1990 teve como um dos seus desdobramentos a demissão de milhares de trabalhadores na região. A pressão dos



grandes proprietários e grupos empresariais nesse momento foi para que os desempregados rurais abandonassem os engenhos e as moradias nas (agro)vilas. De acordo com Soares (2010), devido a falência e desativação de unidades processadoras e das enormes dívidas trabalhistas, os trabalhadores começaram a reivindicar seus direitos exigindo como pagamento a posse e a permanência nas terras dos engenhos e moradias nas vilas, acentuando o conflito capital-trabalho e estimulando a atuação de movimentos sociais de luta pela terra. A partir de 1990, o grande contingente de trabalhadores desempregados e sem terra, integrados ou não a esses movimentos, passou a focar as terras ociosas das empresas, especialmente os inúmeros engenhos das unidades desativadas e/ou com falência decretada. Sendo assim, observa-se que:

nesse contexto, as terras de empresas como a Usina Aliança/PE, Usina Catende/PE, Usina Estreliana/PE, Usina Santa Helena/PB, entre outras que decretaram falência ou apresentaram estado falimentar com desemprego em massa e inatividade produtiva, foram palco de inúmeros confrontos entre trabalhadores. Assim, ao mesmo tempo em que os trabalhadores reivindicavam seus direitos, entre os quais a permanência na terra ou a obtenção dela como forma de pagamento, as empresas procuravam por todas as vias, inclusive fazendo uso de violência e de todo tipo de coação, manter o controle sobre as terras (2010, p. 184)

A resposta do Estado, por meio do INCRA, foi a criação de assentamentos, predominantemente, nas propriedades das empresas agroindustriais falidas. Porém, tanto os representantes do poder judiciário como a classe política próxima à tradicional oligarquia canavieira, defendeu os interesses dos seus aliados de classe, os grandes grupos empresariais do agronegócio da cana, dificultando e impedindo o andamento do processo de desapropriação de terras. Todavia, para Soares (2010), o agronegócio canavieiro nordestino apesar de se constituir um dos segmentos produtivos mais endividados do país, a partir dos anos 2000, com a renegociação de dívidas pelo Estado e o impulso na produção de etanol se fortaleceu a disputa dessas empresas para reaver as terras, incluindo as que já foram desapropriadas e as que se tornaram assentamentos de Reforma Agrária, como é caso da Usina Aliança em Pernambuco⁴¹. Constatamos que a territorialização do capital na região continua avançando por meio de novas unidades produtoras, como mostrou a Tabela 02, e que as disputas judiciais por terras de engenhos, envolvendo os trabalhadores e as unidades agroindustriais canavieiras falidas têm desencadeado nos últimos anos o acirramento dos conflitos agrários na região e, sobretudo no estado de Pernambuco.

Contudo, é importante destacar, que, de acordo com a análise de Soares (2010), os desmandos do capital não se expressam apenas na coação e na violência praticada contra os trabalhadores na *Zona da Cana*, que moram em terras ou vilas construídas pelo agronegócio canavieiro. Ela se manifesta também na manutenção de trabalho análogo ao escravo, na superexploração do trabalho assalariado e no descaso com o meio ambiente. Formas de violência que foram constatadas junto aos trabalhadores rurais no decorrer da nossa pesquisa.

O trabalho no eito

A condição de vida do trabalhador rural brasileiro, historicamente, tem sido extremamente precária. Partimos da idéia de que as condições de vida, incluindo a sua



saúde, são fortemente influenciadas pela forma de organização da produção agrícola e em consequência, do espaço agrário. Quando focamos para o trabalho e a vida no espaço agroindustrial da cana-de-açúcar, desde a perspectiva do trabalhador no corte da cana, a precariedade das condições de existência chegam a limites desumanos. Para Moreira; Leno *et alli* (1999), a modernização tecnológica da agricultura brasileira realizada no bojo do processo de subordinação real da agricultura ao capital, tem contribuído para:

(...) agravar as condições de vida da classe trabalhadora, como para multiplicar as situações de risco à saúde. Isto, seja através das novas situações criadas pelas mudanças levadas a efeito na organização e no processo de trabalho, seja pelos impactos promovidos sobre o meio ambiente que rebatem sobre a saúde do trabalhador (p. 3).

Na escala internacional, o debate sobre os impactos do monocultivo de cana-de-açúcar e/ou oleaginosas destinadas à produção de combustíveis, sobre o meio ambiente é uma constante. Na busca permanente de energia renovável, a comunidade internacional não omite denunciar situações, nos mais diversos lugares, de descumprimento de leis ambientais que afetam a humanidade como um todo. No caso brasileiro, a comunidade internacional colocou restrições comerciais aos seus agrocombustíveis caso estes fossem procedentes do uso irracional da terra, principalmente se atentasse para áreas de grande biodiversidade. Deputados europeus chegaram a denunciar no seu Parlamento que, devido à produção de etanol na região Nordeste do Brasil, escasseia a terra para produzir alimentos, o que levava aos agricultores a migrar e desmatar a Amazonas. O que queremos destacar com isso é que a degradação ambiental, que afeta à vida de trabalhadores e não trabalhadores acaba ocupando um papel importante no combate ao modelo de desenvolvimento agrário pautado nas monoculturas, porém a exploração do trabalhador e a precarização das relações cada vez mais perversas acostumam a ser entendidas como “mazelas” próprias do *desenvolvimento*. No Brasil, a Norma Reguladora do Trabalho no Campo (NR 31) agrega em seu conteúdo jurídico: as relações de trabalho no processo de assalariamento e saúde do trabalhador rural; a democratização do acesso à terra aos trabalhadores rurais; e a autonomia e fiscalização no processo de produção no corte da cana (principalmente no momento da pesagem); entre outros pontos. Teoricamente, a segurança na atividade laboral dos trabalhadores no campo é responsabilidade dos empregadores, no caso da cana-de-açúcar dos usineiros, todavia isso não acontece. O descaso da Usina com os seus trabalhadores é evidente. Cabe destacar que, em muitas ocasiões, são as usinas que descumprem a NR 31, não fornecendo os materiais e equipamentos de trabalho adequados para que seus funcionários possam desenvolver suas atividades com segurança, preservando a saúde no ambiente de trabalho. Os principais riscos que um cortador de cana corre no eito são os decorrentes da presença de animais peçonhentos, do manuseio de instrumentos de trabalho cortantes e do trato com agrotóxicos. Outro risco presente no dia a dia é a insegurança e improvisação dos transportes utilizados nos seus deslocamentos. Durante as entrevistas realizadas nos nossos trabalhos de campo, tanto com os representantes das unidades produtoras, como com os próprios trabalhadores, constatamos que ambas as partes conhecem a legislação, mas no caso dos trabalhadores, por falta de equipamentos adequados, submetem-se à precarização e arriscam o seu corpo cortando a cana sem luvas, caneleiras e máscaras específicas após as queimadas. Segundo a legislação é competência dos empregadores (usineiros) do campo garantir as condições de trabalho



adequadas, a higiene e o conforto para todos trabalhadores do campo e da base industrial da usina, sendo garantias específicas para cada atividade e cada setor da empresa. Além disso, é obrigado por lei que a própria empresa realize avaliações permanentes de riscos para a segurança dos trabalhadores nas suas instalações. Caso seja necessário, a empresa deve tomar as medidas de prevenção e proteção cabíveis para garantir que todas as atividades, lugares de trabalho, máquinas, equipamentos, ferramentas e processos produtivos sejam seguros e estejam em conformidade com as normas de segurança e saúde. Dentro desse conjunto, subentende-se o uso de vestimentas e equipamentos de proteção pessoal, com a garantia de isenção de ônus para os trabalhadores. Entretanto, segundo depoimentos dos trabalhadores entrevistados, durante os nossos trabalhos de campo, as usinas e destilarias, de maneira geral, fornecem o primeiro facão. Caso este venha a se extraviar ou a se estragar pelo uso, a usina cobra o valor de R\$ 15,00 reais por um novo, que é descontado na “folha de pagamento”. Também é comum que cada trabalhador receba uma garrafa térmica de 5 a 9 litros para armazenar água, da mesma forma que o segundo facão esta garrafa é descontada do salário. O salário é quinzenal e depende da produção individual da cada trabalhador, no contra-cheque especifica-se o valor produzido cada dia. De acordo com a pesquisa de campo, constatamos que os trabalhadores contratados pelas usinas da região têm suas carteiras assinadas apenas durante o período da safra, o que significa que tem um contrato de seis meses. Nas Usinas de São João e Miriri na Paraíba, o trabalho é realizado no regime de “5 por 1”, ou seja, trabalhase cinco dias seguidos e se folga 1, de modo que o dia de folga varia a cada 5 dias. É comum que os trabalhadores no corte sejam arrematados pelos chamados recrutadores, todavia o contrato e o pagamento são feitos diretamente na usina. O salário do trabalhador possui um valor fixado por produção. De maneira geral, para receber um salário mínimo (R\$ 380,00) os trabalhadores têm que cortar 2,5 toneladas de cana por dia. Todavia, na mesma usina nos deflagramos com cortadores no eito sem cumprir as normas básicas de segurança no trabalho, a Usina São João, a meta diária estabelecida pelos empregadores, no período de realização desta pesquisa, era de 8 toneladas ao dia. Já no mesmo município, na Usina Japungu, a meta diária é de 6 toneladas. O que ficou claro nas entrevistas com os representantes das usinas foi que não estão interessados em trabalhadores que cortem menos cana do que a meta estipulada, independente e o limite assegurado ser de 2,5 toneladas. Nessas usinas o pagamento dos trabalhadores é feito a partir da quantidade de cana cortada por dia de trabalho, portanto, é um pagamento por produção. Esta é uma das formas de trabalho, já denunciada por Marx no século XIX, mais desumanas e perversas, pois o trabalhador tem o seu ganho atrelado à força de trabalho despendida por ele por dia. Todavia, no corte da cana a perversidade e desumanidade são mais intensas, pois, o trabalhador não controla o seu processo de trabalho e, ao final do dia, não tem conhecimento do valor ganho, ou seja, desconhece o valor do trabalho executado. O valor do preço da cana cortada varia com o grau de dificuldade no corte a depender do tipo de cana e do terreno, assim como outras variáveis como a fertilidade do solo, o sombreamento etc. No entanto, nas usinas visitadas em trabalho de campo em Alagoas, usina Seresta no município de Teotônio Vilela (Mata Sul do Estado); usina São João, localizada no município de Santa Rita na Paraíba (Mata Central do Estado); e usina Maravilhas, localizada em Goiana em Pernambuco (Mata Norte do Estado), no período da nossa pesquisa, não se considerava a qualidade da cana que o trabalhador cortava, assim como também não se permitia que este cortador de cana acompanhasse e fiscalizasse o seu processo de trabalho completo, desde o corte até a pesagem da cana cortada. Esses trabalhadores, portanto, só sabem quantos metros de cana cortaram num dia, mas não sabem, *a priori*, o valor do metro de cana para aquele eito cortado. O



desconhecimento se deve ao valor do metro de cana do eito que depende do peso da cana e varia em função da qualidade da cana, dependendo, pois, das variáveis já mencionadas. Nestas condições, as usinas pesam a cana cortada pelos trabalhadores e atribuem o valor do metro, através da relação entre peso da cana, valor da cana e metros que foram cortados. Tudo isto é feito nas usinas, onde estão localizadas as balanças, sem controle o controle dos trabalhadores. Mesmo cortando muitos metros, os trabalhadores podem ter um ganho pequeno, já que o valor do metro depende da conversão (peso da cana x valor da cana) que não é controlada por eles e sim pelos usineiros e os seus departamentos técnicos nas bases industriais. Diante disto, podemos afirmar que, sem dúvidas, o pagamento por produção presente no século XXI no mundo do trabalho na cana, além de ser uma forma de salário perversa, desgasta os trabalhadores até a exaustão, já que a sua produção e salário dependem diretamente do seu esforço físico e destreza. Entretanto, se os trabalhadores adquirissem o controle do processo de trabalho e o controle do seu pagamento, as usinas perderiam o principal meio de pressão de que as empresas dispõem para aumentar a produtividade do trabalho. Isto porque o processo de trabalho no corte de cana depende única e exclusivamente da destreza do trabalhador, como colocamos. Depende de um conjunto de atividades manuais, exercido pelos trabalhadores, independente da administração do processo.

Na *Zona da Cana* dos estados visitados, o corte manual da cana é o majoritário nas usinas, e ele é um trabalho duro. Todavia, no corte manual, os trabalhadores têm o controle da atividade. Eles recebem o eito de cana definido pelo supervisor da turma e realizam as atividades exigidas: começam a cortar pela linha central, a linha na que será depositada a cana. Tem seguida, cortam as duas linhas laterais à central, de forma que todas as linhas do eito sejam cortadas simultaneamente, sem deixar linhas sem cortar. O corte é feito no nível do chão, as folhas verdes do topo são atiradas e depois os talos são amontoados. O procedimento no corte deve seguir algumas indicações: a cana deve ser cortada ao nível do solo sem deixar pedaços e a ponta da cana deve ser cortada tão próxima do ponto natural de quebra quanto possível. Isto porque é no pé da cana que se concentra a sacarose, mas corte rente ao chão não pode atingir a raiz para não prejudicar a rebrota. Dependendo da usina, o trabalhador pode amontoar as canas em feixes na fileira central, distando os montes um metro um do outro, ou pode fazer uma esteira de canas amontoadas sem necessidade dos montes. Esse procedimento evidencia, já no eito, que a quantidade de cana cortada por dia por trabalhador depende, para ganhar mais, da sua resistência física diante de uma atividade repetitiva, extenuante, realizada a céu aberto sob o sol, na presença de fuligem, poeira e fumaça e num período de trabalho que varia de 8 a 12 horas/dia. Resistência esta que leva a consequências dramáticas como as denunciadas no município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, nos anos de 2004 a 2008 quando faleceram por exaustão 21 trabalhadores rurais no corte da cana. De acordo com pesquisas realizadas junto ao Ministério Público Federal “a vida útil de um cortador de cana é em média de 15 anos. Depois desse período, se ele estiver vivo, torna-se inválido nas suas atividades físicas” (2008, s/p). É importante lembrar que, no espaço canavieiro, o processo de precarização e exploração do trabalho fundamenta-se nos baixos salários e no voraz processo de corrupção na contagem da produção do trabalhador. Contudo, as ações promovidas pelo Estado para proibir aos usineiros continuar pagando aos seus trabalhadores por produção, inexistem. Em princípio, para os Sindicatos de Canavieiros (trabalhadores) e do Ministério Público Federal do Trabalho, o que está posto é a intensificação da fiscalização do trabalho no corte e na pesagem da cana. Porém, para que isso se leve a efeito seria necessário o aumento significativo tanto do contingente efetivo dos Sindicatos Rurais como do MPFT. Um



grande aliado à *naturalização* desta forma de barbárie é a grande mídia. Concordamos com Gadotti (2003), quando afirma que ela é:

(...) hoje uma grande indústria de vendas associadas ao capital monopolista. Ao lado dessa função principal que é uma função econômica, a grande mídia por ser também uma indústria cultural, exerce a função de difundir, reproduzir e legitimar as idéias da cultura dominante. (...) É nessa ordem de coisas que é programada a educação, a cultura e o lazer para a classe trabalhadora. É por essa razão que o controle político da grande mídia é muito mais ostensivo do que o controle da escola. (...) A mídia ganha em atualidade e extensão geográfica (*principalmente a televisão*) e em quantidade de indivíduos atingidos ao mesmo tempo. (GADOTTI, 2003, p.140, grifo nosso).

Gadotti nos chama a atenção para a influência da televisão e da mídia impressa na formação política da classe trabalhadora. Nas pesquisas realizadas nos principais jornais dos estados analisados⁴⁷, pudemos observar a divulgação e propaganda do aumento da produção canavieira na região Nordeste e no Brasil. As notícias sobre geração de emprego nos estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas, a criação de cooperativas para o processamento de cana-de-açúcar; o aumento da produtividade nas áreas canavieiras nos estados em questão e a mais nova proposta de produzir diesel com o caldo da cana, ofuscam as denúncias que movimentos sociais e comissões pastorais (da terra, do migrante) fazem cotidianamente das condições de trabalho que essas “benfeitorias” provocam. Os Jornais e a televisão têm divulgado massivamente as metas que deverão ser atingidas pela indústria sucroalcooleira para o Brasil até 2012 com o montante de 1 bilhão de litros durante esse período⁴⁹. No caso do estado de Pernambuco é público para a sociedade que os programas relacionados ao processamento de bicompostíveis têm inclusive *ressuscitado* várias usinas e engenhos que foram à falência nas décadas de 1980 e 1990 com a crise do Pro-Álcool. De maneira geral, o conteúdo midiático constrói a visão de grande parte da sociedade, até mesmo da classe trabalhadora, sobre as vantagens da produção exponencial de cana-de-açúcar no Brasil, apontando positivamente o papel das usinas nos estados do Nordeste onde os índices de desenvolvimento humano (IDH) são os mais baixos do país. Todavia, como mostramos, pouco tem a ver os *rankings* de produção e exportação de produtos da cana-de-açúcar com a redução da miséria e o aumento da qualidade de vida dos trabalhadores na cana. Conforme Soares (2010), a mídia reforça a importância do agronegócio: “pois ao divulgar os resultados das safras anuais, credita-os a este modelo” (p.54). O discurso frequente nas matérias sobre esse segmento produtivo, que são veiculadas na mídia televisiva, na mídia impressa ou em *sites* especializados, é sempre de valorização desse modelo: o agronegócio brasileiro é responsável por cerca de 1/3 de tudo que é produzido no país; o agronegócio é o setor mais importante da economia brasileira, e assim pela frente. Estrategicamente, o agronegócio se apropria dos resultados da agropecuária, como se o mérito da produção neste país fosse só seu, relegando à agricultura camponesa, que é responsável por grande parte da produção de alimentos básicos, o segundo plano. É importante dizer nesse sentido, que as lavouras temporárias (nas quais se inclui as de produção de alimentos básicos) apresentam maior volume de produção entre as pequenas e médias propriedades do que entre as grandes (CENSO Agropecuário, 2006). Santa Rita na Paraíba, a “Rainha dos Canaviais” é o terceiro Pólo



Industrial do estado da Paraíba. A vegetação do município é caracterizada (ironicamente) pelo IBGE como floresta sub-perenifolia (floresta tropical) com partes de florestas sub-caducifolia e vegetação própria do cerrado. O município domina, há muito tempo, o cultivo de cana-de-açúcar, tendo inclusive três usinas – São João, Japungú, Miriri - que produzem açúcar e etanol para exportação, como foi apresentado. Durante os nossos trabalhos de campo neste município, e ao longo do baixo curso do rio Paraíba, constatamos que a vegetação que um dia foi uma floresta tropical característica da “Zona da Mata Atlântica” e que protegia o rio Paraíba ao longo das suas margens no município estudado, não existe mais. A cana-de-açúcar tomou conta de todas as áreas mais próximas ao rio, desmatando a vegetação/mata ciliar, descumprindo a legislação ambiental, como mostra a Figura 01:



Figura 01: Trecho do Rio Paraíba nas proximidades do limite administrativo dos municípios de Santa Rita e Cruz do Espírito Santo, no estado da Paraíba. Como podemos observar, a mata ciliar que protegia as encostas do rio foi substituída pelo cultivo de cana-de-açúcar. Não é raro encontrar pés de cana arrastados pelas águas quando estas erodem as encostas. Também é facilmente observável o assoreamento do leito.

Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Analisando esta imagem observamos que o monocultivo da cana na área de plantio da Usina São João se beneficia não apenas das margens do rio, senão até do interior do seu leito. Muito longe de cumprir com a legislação ambiental a Usina São João segue em seu ritmo avassalador com um montante na produção de açúcar de 58.688 toneladas só em 2010, 388.005 toneladas de moagem de cana e 12.295 metros cúbicos de etanol, usufruindo das águas do rio Paraíba para a produção da cana irrigada. Durante a pesquisa pudemos constatar tanto a degradação do trabalho e da vida dos cortadores de cana, como a degradação da natureza em nome da produção ampliada de açúcar e etanol, objetivando sustentar o mercado e o comércio internacional destes produtos. Todavia, os lucros desse comércio serão apenas revertidos em capital, controlados pela classe de proprietários agroindustriais do setor que reforçarão o sistema econômico e financeiro. Temos, então algumas questões que apontam contradições abrangentes no tocante ao desenvolvimento social promovido pelo agronegócio a partir desta realidade



local: o que se está desenvolvendo? Onde está a mata da Zona da Mata? Por que um município tão rico em produção de açúcar e etanol apresenta índices de pobreza que atingem mais do 65% da sua população? Por que essa riqueza não retorna para quem a produziu e para o próprio município? Por que se mantêm taxas de analfabetismo jovem e adulto que supera o 30%? Por que o 77,1% dos adultos trabalhadores no corte da cana tem menos de 8 anos de estudo? As contradições apontadas nos levam a questionar as contradições existentes entre as relações de produção, as relações entre as classes, e as forças produtivas que configuram o mesmo espaço: da riqueza do Agronegócio Sucroalcooleiro e da miséria dos seus trabalhadores. As imagens e dados confirmam que não estamos diante de um “modelo” de desenvolvimento para todos, e sim, de um modelo de crescimento econômico de uma classe, que detém o capital, no caso o capital sucroalcooleiro. Além do mais, esse modelo submete a natureza às determinações das necessidades da sua ampliação continuada. Essa perspectiva analítica nos leva a indagar de forma mais aprofundada os desdobramentos do modelo de desenvolvimento do capitalismo monocultor para a classe trabalhadora, especificamente para os trabalhadores rurais em luta por terra e acampados na *Zona da Cana*, que ao tempo são explorados e precarizados no trabalho do corte da cana nas usinas de açúcar e etanol. Os acampamentos de trabalhadores sem terra localizados às margens das rodovias mostram a pluralidade de movimentos que organizam e mobilizam a classe trabalhadora hoje no campo. Destacamos na nossa pesquisa, os acampamentos rurais de trabalhadores sem terra e as comunidades de trabalhadores, quilombolas e indígenas, localizadas nos seguintes municípios da *Zona da Cana*: Santa Rita e Cruz do Espírito Santo em Paraíba; Goiana, São Lourenço da Mata e Amaraji, em Pernambuco, e Atalaia e Teotônio Vilela em Alagoas.

Apenas lembrando os dados Alagoas, Pernambuco e Paraíba produziram conjuntamente na safra de 2008/2009 um montante de 50.777.014 de oneladas de cana moída para um total de 3.898.176 toneladas de açúcar e 1.784.749 m³ de etanol. Esse montante foi produzido nos municípios onde se localizam o maior número de acampamentos de trabalhadores do campo desempregados e sem terra. Trata-se de trabalhadores que conciliam a resistência e luta pela terra nos barracos dos acampamentos com o trabalho temporário nas usinas e destilarias. Diante do exposto, concordamos com a tese que defende que hoje o Estado brasileiro, representado pelo Governo Federal, sustenta a consolidação do agronegócio em escala nacional, e especificamente o canavieiro. Propiciando, assim, a acumulação de capitais para um pequeno grupo de usineiros, vistos como “heróis” nacionais; obstaculizando a realização de um plano de Reforma Agrária Estrutural e propiciando a fragmentação do trabalho e da luta dos movimentos sociais no campo.

Apontamentos finais

No decorrer da pesquisa, podemos afirmar que nossa preocupação inicial foi aos poucos se mitigando, por meio das leituras que dão fundamento ao pensamento social sobre a questão agrária brasileira e seus desdobramentos no Nordeste, principalmente naquilo que se refere à formação de movimentos sociais no campo. Mas, o contato com as famílias trabalhadoras nos acampamentos rurais e assentamentos de Reforma Agrária e com as lideranças dos movimentos de luta pela terra com quem tivemos a oportunidade de conversar, no decorrer dos quatro anos de trabalho de tese, foi essencial para poder construir as respostas que apresentamos no desenvolvimento desta tese, à complexa trama que se apresentava diante dos nossos olhos: a expansão da produção do agronegócio sucroalcooleiro na região e o desenvolvimento de novas estratégias de



territorialização do capital e monopolização do território concomitantes à territorialização da luta da classe trabalhadora, especialmente canavieira, fragmentada em múltiplas frentes e bandeiras.

Constatamos que as ocupações de terras improdutivas e devolutas na forma de acampamentos sem terra, estabelecem, caracterizam e até viabilizam a territorialização da luta da classe trabalhadora no campo, evidenciando o conflito de classe e a contradição posta na produção do espaço agrário brasileiro. Também observamos que o controle hegemônico da terra e do trabalho pelo capital sucroalcooleiro na região é responsável pela manutenção de índices de pobreza sub-humanos e extremamente degradantes para a classe trabalhadora, sobre-explorada e precarizada nos canaviais. Ademais percebemos que os desdobramentos do domínio do capital canavieiro sobre a natureza propiciaram a extinção quase plena do bioma da Mata Atlântica na região, configurando hoje apenas um *continuum* de cana que homogeneiza a paisagem e que esconde danos ambientais irreversíveis. Ainda pudemos observar que o domínio do capital canavieiro na região ultrapassa a esfera produtiva, subjugando a esfera reprodutiva ao seu controle, com desdobramentos diretos sobre a subjetividade do trabalho e das suas formas de mobilização e organização, como são os movimentos sociais. Diante disso, conseguimos apreender que a sintonia entre a propriedade privada dos meios de produção e a supremacia histórica do capital sucroalcooleiro sobre o processo de produção e de trabalho na região conduz a uma parcela significativa de trabalhadores sem terra, a se assalariar no corte de cana temporariamente durante as safras. Essa relação de trabalho torna sazonalmente estes trabalhadores em desempregados rurais, além de provocar sérios riscos para a saúde em decorrência da insalubridade e insegurança no ambiente de trabalho e da sobre-humana exploração da sua força. O trabalho no eito reduz a “vida útil” dos trabalhadores, pois ao receber o salário por produção, as condições físicas e a habilidade no corte são minimizadas. As metas de produção, as ameaças de perda do emprego e a falta de definição prévia do preço da cana dos usineiros junto aos trabalhadores formam parte do cotidiano dessa labuta. Todavia, muitos desses trabalhadores, contraditoriamente, lutam junto às suas famílias contra o domínio da terra pelo grande capital monocultor, se organizando em movimentos sociais que pressionam o Estado para a resolução dos conflitos fundiários na região e a efetivação de Assentamentos rurais de Reforma Agrária. Ou seja, ao mesmo tempo que esses trabalhadores, para garantir a uma reprodução material e das suas famílias se submetem à exploração do seu trabalho pelo capital canavieiro, se organizam e lutam contra ele em movimentos sociais. Entendemos que esse processo, a fragmentação do trabalho, acentuada pela reestruturação produtiva do capital, e incentivada pelo Estado, tem incidências sobre a luta por terra, fragmentando-a. A dinâmica geográfica de surgimento e declínio de diversos movimentos sociais no campo é expressão dessa fragmentação, que provoca dissidências internas e fendas no Movimento de Luta e sua territorialização. Esse dinamismo geográfico exprime, contudo, o movimento articulado dialético e contraditório do desenvolvimento atual do capitalismo no campo, evidenciando a luta de classes a ele inerente. Estas proposições nos levam a afirmar que o processo de dissidência e fragmentação da luta pela terra observado, interfere negativamente no *front* da luta pela efetivação de uma política de Reforma Agrária de caráter estrutural no país, já que a bandeira de luta pela transformação social a partir da Reforma Agrária, ou seja, o projeto de superação da desigualdade da sociedade do capital se esfarela em objetivos funcionalistas de conquista de terra para nela produzir. Perdendo a dimensão do embate contra o modelo de desenvolvimento produtivo *da ordem*, as dissidências fragilizam a luta, pois os embates se diversificam e perdem o foco. Todavia, o capital continua se reproduzindo e



abrindo frestas para fragmentar o poder da classe trabalhadora, ou seja, a sua união em termos de confluência de embates, seja sob a forma que for se movimentos, se comunidades, se sindicatos e/ou partidos contra a subsunção do processo de trabalho pelo capital e a favor da recriação de formas não capitalistas de produção. Todavia, a pesquisa nos revelou que a presença da pluralidade de movimentos sociais no campo, configurando novas e “velhas” bandeiras, torna pública e notória a necessidade da Reforma Agrária no país, portanto, nega a tese que entende que hoje no Brasil essa política territorial não seria mais necessária. Durante a pesquisa não nos valem apenas da análise do processo de territorialização da luta dos trabalhadores sem terra no espaço do capital canavieiro, para defender a nossa tese. Recorremos à reflexão da fragmentação do trabalho, a partir da expressão que esse processo assume atrelado aos conflitos étnico-territoriais. A partir das experiências de luta das comunidades quilombolas e indígenas para conquistar a demarcação e posse definitiva das terras onde há gerações habitam, constatamos como o Estado tem um papel central na fragmentação do trabalho na luta pela terra. Já que este, diante das diferentes identidades culturais presentes no campo brasileiro, que possuem uma forte dimensão territorial por se tratarem de comunidades camponesas e/ou extrativistas, ao privilegiar a diferença cultural por cima da desigualdade de classe, pulveriza o conflito fundiário em disputas localizadas, facilmente controláveis pelos interesses do Estado ao serviço do capital. Essa complexa trama territorial, portanto social, da fragmentação do trabalho e da luta pela terra nos obriga a realizar a leitura geográfica do conflito entre as classes sociais metamorfoseadas pelas demandas da sociedade do capital na sua configuração atual. Assim, por um lado, podemos sinalizar que a processualidade (*plasticidade*) em curso premia os interesses do capital, subsumindo o conjunto e a força da sociabilidade dos trabalhadores rurais no sentido da sua luta. Contudo, por outro lado, as experiências de resignificação dos territórios, como a transformação em Assentamento Rural do Engenho São João em São Lourenço da Mata, Pernambuco – assim como outras conquistas da classe trabalhadora no campo apresentadas nos mapas da territorialização da luta nos estados de Paraíba, Pernambuco e Alagoas no Capítulo III – são mostras concretas da existência de alternativas à produção capitalista do espaço agrário. Esta tese foi construída acreditando na responsabilidade social que a Universidade Pública tem de criar, desde a Geografia, pensamento crítico que venha a se constituir como subsídio teórico para o processo revolucionário da transformação da sociedade do capital.

Referencias bibliográficas

- ALVES, Giovani. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2000
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no nordeste**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980
- _____, **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo, Ática, 1986
- CENSO Agropecuário 2006
- GADOTTI, Moacyr. **Concepção dialética da educação**. São Paulo, Cortez, 2003
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. Recife, fundação do Patrimônio Histórico de Pernambuco, 1967
- GUIA OFICIAL DE COMPRAS DO SETOR SUCRO-ALCOOLEIROM, Ano IV, 2009/2010
- MOREIRA, Emilia de Rodat; TARGINO, Ivan. **A produção de cana-de-açúcar em áreas de Reforma Agrária na Paraíba**. Anais do IV SINGA, UFF, Niterói, 2009



SOARES, Ana Maria. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio no Brasil e os desdobramentos para o trabalho.** FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2010 (Tese de Doutorado).

THOMAZ Jr, Antonio. **Por trás dos canaviais, os Nós da cana.** USP, São Paulo, 1996 (Tese de Doutorado)



GT13 - Trabalho agrícola, migrações e tecnologia

Precarização do trabalho em área de fruticultura irrigada: *Os trabalhadores rurais do Projeto Baixo-Açu (RN/Brasil)*

Sabrina Ângela FRANÇA Silva¹

¹Graduada em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFRN). Prof^a. Da Universidade Federal de Alagoas

Resumo

Este trabalho tem por objetivo estudar a existência de trabalho precário agrícola numa área dinâmica com elevado nível tecnológico. A hipótese central é que a busca por produzir produtos de qualidade com a máxima rentabilidade, tem levado as empresas agrícolas na área estudada a se utilizarem da imposição de condições de trabalho que lhes sejam mais lucrativas, uma vez que estas têm disponível uma mão-obra extremamente vulnerável socialmente que por sua vez acaba por estimular o uso do trabalho precário. Os pressupostos do estudo são que a relação entre modernização/precarização existente na área do perímetro irrigado, como é o caso do Projeto Baixo-Açu, não pode ser explicada apenas por fatores macro-sociais, como a dinâmica interna das cadeias agroalimentares, mas também devem ser consideradas questões micro-sociais locais, uma vez que a reestruturação agroalimentar assume desenvolvimentos diversos e complexos em nível de escala e em diferentes territórios. O referencial teórico foi construído a partir da utilização dos pressupostos da sociologia rural, sociologia da agricultura e dos alimentos e da sociologia do trabalho. A parte empírica constou de uma pesquisa em que foram aplicados questionários com 87 trabalhadores rurais do Projeto Baixo-Açu, no município de Alto do Rodrigues no estado do Rio Grande do Norte. Na área de estudo, também foram realizadas entrevistas com irrigantes, instituições locais no perímetro e com os próprios trabalhadores da agricultura irrigada, bem como, com o sindicato local. Os resultados da pesquisa ratificaram a hipótese do trabalho, haja vista que a imposição de condições de trabalho precário é estimulada pela disponibilidade de uma mão-de-obra que se encontra em situação de extrema vulnerabilidade social.

Palavras-Chave: Trabalho precário. Trabalhadores Rurais, Agricultura irrigada.



Introdução

A temática deste estudo encontra-se circunscrita nas *relações precárias de trabalho agrícola em áreas tecnologicamente avançadas*. Sabe-se que o avanço tecnológico trazido pelo progresso técnico experimentado na agricultura não transformou por completo as relações de trabalho no meio rural. De fato, como apresenta Lara Flores, a combinação de situações nas quais o trabalhador rural encontra-se com flexibilização produtiva e uso do trabalho precário caracterizam uma agricultura flexível, nas palavras dessa autora: “*tal el caso de las empresas del sector agroexportador fruti-hortícola que se reestructuraron, combinando el uso de tecnologias sumamente sofisticadas com el uso de una abundante mano de obra migrante temporal y precária*” (FLORES, 1998 *apud* BENDINI, 2007; p. 5).

No caso brasileiro, o convívio de modernização tecnológica e precarização do trabalho aparecem em vários trabalhos os quais apontam que ainda permanece discutível o retorno social que as inovações tecnológicas têm trazido para as regiões onde têm sido implantadas, bem como para os trabalhadores rurais envolvidos no processo produtivo.

A fruticultura irrigada do Baixo-Açu, mesmo com as bases técnicas adequadas à plena expansão do capital na agricultura, ainda apresenta elevada exploração da força de trabalho, sobretudo pela jornada de trabalho e pelos baixos salários, sendo característica marcante a submissão de trabalhadores rurais a condições de trabalho extremamente precárias. Nesse sentido, a questão fundamental deste trabalho é investigar: *Por que mesmo com elevado nível tecnológico, existem no perímetro irrigado do Baixo-Açu relações de trabalho extremamente precárias?*

Tem-se como hipótese de pesquisa que a busca de produzir com qualidade e máxima rentabilidade tem levado as empresas agrícolas na área estudada a se utilizarem da imposição de condições de trabalho que lhes sejam mais lucrativas, uma vez que estas têm disponível uma mão-de-obra extremamente vulnerável socialmente, que por sua vez acaba por estimular o uso do trabalho precário.

A metodologia para a efetivação deste estudo teve como base as próprias especificidades apresentadas nos primeiros contatos com o campo empírico. Optamos por definir uma amostra aleatória não probabilista de trabalhadores rurais que desenvolvem atividades de campo dentro do Projeto Baixo-Açu. Dessa forma, o campo empírico desta pesquisa compreende o próprio Perímetro Irrigado do Baixo-Açu², que se situa na região centro-oeste do Estado do Rio Grande do Norte (RN), mais precisamente nos municípios de Ipanguaçu, Afonso Bezerra e Alto do Rodrigues, com área total irrigável de 5.549,90 ha.

Segundo dados disponibilizados pela própria associação do perímetro irrigado, o mesmo possui como mão-de-obra assalariada, em média, 861 pessoas por ano, entre fixos e rotativos. Nesse sentido, optamos por eleger 10% desse universo como amostra dessa pesquisa, dada a disponibilidade de tempo e de recursos, temos uma amostragem estratificada proporcional, não probabilística³.

O presente artigo apresenta, inicialmente, a modernização tecnológica da área pesquisada, em seguida pontua alguns aspectos ligados a precarização do trabalho nas áreas agrícolas, assim como destaca os elementos que serão usados para a categorização do trabalho precário. Num terceiro momento apresenta os dados de pesquisa e finalizando o artigo tem-se as considerações finais.



1. A Modernização Tecnológica no perímetro Irrigado Baixo-Açu

No que diz respeito à área pesquisada na região nordestina, Baixo-Açu, no estado do Rio Grande do Norte, a modernização da agricultura, nos anos de 1970, contou com intensa participação do setor público, cuja *“presença foi fator fundamental para explicar a intensidade e os rumos do crescimento econômico ocorrido”* (ARAÚJO, 1997, p. 12).

Os estudos e esforços empreendidos desde o final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, através do diagnóstico/planejamento realizado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)⁴, deixava patente que o caráter de subdesenvolvimento da região nordestina do Brasil não se limitava a perspectivas meramente climáticas⁵, perpassando por outras variáveis. Havia, então, a necessidade de o Estado interferir de modo planejado, possibilitando a diminuição dos conflitos sociais, na medida em que fosse transformando a realidade econômica.

A elevação da estrutura econômica de algumas áreas a “pólos de modernidade”, áreas de modernização intensa de caráter industrial ou agro industrial (CARVALHO, p. 29; 2001) representou o processo de penetração de acumulação de capital privado na região Nordeste, tendo apoio fundamental das políticas públicas do Estado brasileiro, subsidiando e disponibilizando recursos na construção do suporte técnico-financeiro, como também no provimento da infra-estrutura necessária para a chamada desconcentração produtiva pela qual passou a região.

Em meados dos anos 90, a região noroeste, semi-árida, do estado do Rio Grande do Norte, passa a ser denominada pelo Banco do Nordeste (BNB) de “Pólo de Desenvolvimento Integrado Açu/Mossoró”, dividido em duas subzonas, Mossoró e Açu, segundo as concepções do Pólo⁶, as duas subzonas deveriam ser integradas. Nas duas subzonas, as políticas governamentais tiveram um papel decisivo na consolidação da agricultura irrigada, seja pela isenção de impostos, pela interferência direta no mercado de terras, favorecendo empresas de maior porte, seja pela infra-estrutura implementada (estradas, energia elétrica, perfurando poços), (GOMES DA SILVA, 1999, ARAÚJO, 1999 e CARVALHO, 2001).

Gomes da Silva (1999), em estudo sobre a região, diz que a produção deste pólo representa o grande avanço tecnológico e de organização da produção agrícola norte-riograndense. *“Os produtos oriundos dessa inquestionada ação modernizadora, enquanto atividade produtiva, têm extrapolado os limites geográficos da região e conquistado espaços geográficos extra nação”*, incorporando-se ao seletivo cenário mundial da produção capitalista globalizada. Entendida como esforço revitalizado da economia do Estado e alçada à condição de “Pólo de Dinamismo” da atividade agropecuária do Nordeste, em geral, e do Rio Grande do Norte, em particular, para o autor *“o que permanece discutível, ainda hoje, é a dimensão do retorno social, ou os reflexos socioeconômicos, deste revolucionário esforço no campo da produção agrícola e agroindustrial para a região”* (GOMES DA SILVA, 1999, p. 319). O estudo desenvolvido pelo presente trabalho está localizado no Pólo de fruticultura da subzona Açu, o Baixo - Açu, e persegue essa questão de investigação do retorno social para parcela dos trabalhadores rurais que a ele ficaram inseridos.

2. Precarização do Trabalho em Áreas Agrícolas

Cavalcanti e Marsden (2001) demonstram que no cenário global do setor agroalimentar a agricultura é social e culturalmente construída e, nesse sentido Mota (2003) acrescenta que se apresenta como meio não somente agrícola, mas de múltiplas



atividades, formas de organização da produção, do uso do trabalho e da tecnologia. De fato, a configuração da agricultura em determinado território dependerá de um misto de situações em nível local e global; as novas formas de organização da agricultura redefinem posições produtivas de trabalhadores, produtores e empresários, por um lado, segundo tendências mundiais da reestruturação produtiva e da inserção flexível, e por outro responde a especificidades regionais e a redes locais de atores (Bendini, 2001).

Os estudos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos Sociais Agrários (GESA)⁷ apontam que o setor de frutas frescas na América Latina configura-se pela forte assimetria entre empresas e por vários processos de mobilização e precarização da mão-de-obra, *“uma vez que a lógica que permeia este setor se manifesta pela busca de uma inserção competitiva com redução de custos e com fortes conseqüências sociais nas questões relativas ao trabalho e ao emprego”* (ABRAMO, 1996 *Apud* BENDINI, 2006, p. 45).

Estudos de Lara & C. de Grammont (2000) *apud* Bendini *et al* (2007a) configuram os mercados de trabalho rurais como espaços onde confluem oferta e demanda, mediados por contextos políticos, sociais e culturais. A definição do comportamento destes mercados, por sua vez, é o resultado de situações combinadas de processos de flexibilização do trabalho: como flexibilização interna ou tecnológica e flexibilização externa ou contratual.

O conjunto de situações, bem como as possíveis relações que se estabelecem nos mercados de trabalho agrícolas, para Tsakoumagkos e Bendini (2002), produzem diversas conexões entre *„modernização-flexibilização“* as quais são expressas localmente por diferentes condições de emprego e salários. Nesse sentido, formas mistas no mercado de trabalho agrícola de flexibilização tecnológica e contratual seriam, nas palavras de Bendini, a *“característica peculiar do emprego em regiões agrícolas periféricas”* (BENDINI *et al*, 2007a; p. 80).

Nos países menos desenvolvidos, Bendini (2007) chama atenção para o fato de que as empresas, além de incorporarem tecnologias de ponta para obter inserção competitiva, buscam uma combinação de fatores que lhes permite uma maior flexibilidade produtiva. Combinam distintos tipos de tecnologias com trabalho manual e formas diversas de organização do trabalho: *“las empresas em los países latinoamericanos no arriesgan únicamente a la incorporación de tecnologías cara y avanzadas sino también al uso flexible de la fuerza de trabajo”* (BENDINI *et al*, 2007a; p. 81).

Nessa mesma linha de pensamento, Lara Flores (1998) ao referir-se às mudanças no emprego e no trabalho implementadas pelas empresas agroindustriais, dentro de sua organização produtiva, define o processo como *“complejo y contradictorio porque no supone una ruptura con los antiguos métodos de producción, ni con las formas tradicionales de utilización del trabajo”*, para a autora estaria ocorrendo *“un proceso de flexibilización productiva que combina lo antiguo y lo nuevo, lo moderno y lo caduco tanto en la posibilidad de combinar diferentes tipos de tecnologías con diferentes formas de organización del trabajo”* (FLORES, 1998; p. 3).

De fato, os estudos acerca do mercado de trabalho agrícola em áreas dinâmicas aponta que a flexibilização adota uma modalidade combinada de situações em torno dos fatores tecnológicos e contratuais.

Sob tal perspectiva, Neimam & Quaranta (2000) afirmam que

la flexilización del trabajo se manifiesta como un comportamiento empresario tendiente a exteriorizar sus necesidades de adaptación



para de esta manera, hacer más eficiente su inserción económica; a ésto se le podría agregar que se modifican sustancialmente el escenario y las posibilidades de conflictividad social (NEIMAM & QUARANTA, 2000; p. 64).

Além dos trabalhos de Bendini et al (2007) e Neimam & Quaranta (2000), o estudo desenvolvido pela pesquisadora Dalva Mota (2003) chama atenção para o fato de que, para as empresas, as estratégias de flexibilização constituem-se em respostas às pressões exercidas pelos mercados sobre os produtores, como também se mostra como oportunidade para ampliar ganhos em face da grande demanda por vagas. Acrescenta ainda que, historicamente, a desregulamentação das relações de trabalho é a situação mais frequente no mercado de trabalho rural brasileiro, que permanentemente sofre pressões pela redução do número de vagas e pelo desemprego estrutural. Tal realidade favorece os empregadores na imposição de condições que lhes sejam mais lucrativas, marcadas pela *“precariedade da remuneração, desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas, e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais”* (MOTA, 2003, p. 74).

Os deslocamentos múltiplos de capital e mão-de-obra é a realidade das áreas agrícolas dinâmicas, principalmente aquelas ligadas à fruticultura irrigada (CAVALCANTI *et al*, 2004), na qual a síntese do processo de flexibilização em curso é legitimada por *“producir más con lo mismo e lo mismo con menos”* (CARRILLO & UNANUE, 2002; p. 212). Nesse sentido, tais deslocamentos reproduziram desigualdades sociais e a persistência de vulnerabilidades com novas características: incremento da mobilidade territorial pelo aumento de deslocamentos múltiplos de trabalhadores (LARA & C. DE GRAMMONT (2003), superexploração e diversas mobilidades de trabalho “escravo” (MORAIS SILVA, 2005).

A respeito dos estudos sobre a precariedade em áreas agrícolas, Bendini & Tsakoumagkos (2003) são referências; segundo seus estudos, as tendências gerais nos complexos agroindustriais seguem não só a redução dos requerimentos de mão-de-obra via incorporação tecnológica, como também há um aprofundamento da precariedade laboral via proliferação do trabalho temporário, subcontratado e em tempo parcial. Baseando-se nesta idéia, o artigo de Cavalcanti *et al* (2004) sobre “Regiões agrícolas, Mercado de Trabalho e Migrações” concebe a precariedade nessas regiões como sendo: *“uma débil inserção do trabalhador na produção social de bens e serviços, pela informalização do vínculo contratual e/ou por uma descontinuidade temporal na atividade laboral”* (CAVALCANTI *et al*, 2004, p. 8).

Segundo Lara Flores (1998), a combinação entre flexibilidade produtiva e uso do trabalho precário dão marca a uma *“agricultura flexível”*, que combina o uso de tecnologias sumamente sofisticadas com o uso de uma abundante mão-de-obra migrante, temporal e precária, a fim de obter produtos de qualidade com a máxima rentabilidade. Na percepção da autora, *“estamos em presencia de una agricultura flexible que ha logrado competitividad combinando nuevos y viejos procesos de trabajo, tecnologías y formas de uso de la fuerza de trabajo que tornan al empleo más intermitente e intinerante”* (LARA FLORES, 2006, apud BENDINI, 2007, p. 9).

Bendini (2007) afirma que *“purde dedurcise que se debe a que el capital se encuentra con limites para su expansión pero también a que esas formas no modernas pueden integrarse a los propios senderos de acumulación”* (BENDINI, 2007, p. 9).



Partindo da premissa de que a flexibilização do trabalho em si é uma estratégia empresarial de acumulação nas áreas agrícolas (NAIMAM & QUARANTA, 2000), bem como de que formas *não modernas de trabalho precário* integram-se à lógica de expansão do capital nessas áreas (BENDINI (2007a); MORAES (2005); LARA & GRAMMONT (2003); BENDINI & TSAKOUMAGKOS (2003) e MOTA (2003), pode-se dizer que, em tal contexto, “*la precariedad se convierte en norma, condiciones de trabajo consideradas “em negras”, se transforman así em legales*” (MURMIS, 1994 *apud* CAVALCANTI *et al*, 2004, p. 19).

A fim de operacionalizar o tema de estudo deste trabalho, buscamos, de posse das noções apresentados em torno do conceito de precarização do trabalho pelos estudos específicos da sociologia do trabalho, bem como pela própria sociologia rural, identificar/destacar indicadores que caracterizem o *status* de trabalho precário, a exemplo de outras pesquisas (SIQUEIRA GÊ, 2001/2003). Dessa forma, elegemos uma série de variáveis em torno das condições de trabalho existentes nas áreas agrícolas, com o fim de assinalar a existência ou não do fenômeno pesquisado no perímetro estudado. Identificadas as variáveis em torno da precariedade do trabalho, é objetivo desta dissertação compreender porque tais relações de trabalho permanecem na área estudo.

Diante do proposto, elegemos como categorias/indicadores de precarização do trabalho nas áreas agrícolas os seguintes elementos:

Questões relacionadas à remuneração: se recebe salário, condição de pagamento, se tem dia fixo para pagamento, se há transparência quanto ao valor recebido e/ou descontado, forma de pagamento.

Tipos de contrato (vínculo) de trabalho: regulamentado ou não; temporário, prestação de serviços, carteira assinada, informal (de boca), diarista ou empreitada, subcontratação;

Condições de trabalho em relação às normas legais (vigentes ou acordadas e a consequente regressão dos direitos sociais): transporte ao local de trabalho, jornada de trabalho de 8 horas, tipos de tarefas desempenhadas, incorporação de domingos/feriados como dias de trabalho; equipamento de segurança, instalações sanitárias adequadas, entre outros direitos assegurados via CLT;

Situações de risco vinculadas ao trabalho: eminência de demissão, expressa abertamente ou subentendida, condições de alojamento, transporte, equipamentos de segurança; assistência a saúde.

3. Os Trabalhadores e o Trabalho no Baixo-Açu

3.1 Perfil dos trabalhadores do Perímetro Irrigado

A pesquisa realizada com 87 trabalhadores evidenciou que a força de trabalho desse universo amostral é, na sua maioria, composta por jovens. A faixa etária destes sujeitos segue a seguinte composição: mais 11% da amostra possui até 20 anos de idade, quase 50% dos trabalhadores entrevistados possuem de 21 a 30 anos de idade, somando os percentuais da faixa de 15 até 30 anos de idade temos 58,5% dos entrevistados. Porém, um número não desprezível de 21,8%, precisamente 19 (dezenove) entrevistados, responderam ter mais de quarenta anos, e destes apenas 6 (seis) possuem mais de cinquenta anos de idade.

Quase 90% dos entrevistados são do sexo masculino, 26 destes trabalham em lotes empresariais e 52 nos lotes familiares. A presença feminina corresponde a 10,3%



do universo pesquisado, são mulheres que desenvolvem atividades apenas em lotes familiares, principalmente ligados ao plantio da cana-de-açúcar.

Quanto à origem destes trabalhadores e trabalhadoras, a grande maioria não provém do município de Alto do Rodrigues ou de comunidades próximas ao perímetro irrigado. Cerca de 93,1% dos entrevistados originam-se de outros municípios do Rio Grande do Norte (RN) e de outros estados nordestinos, respectivamente 65,5% e 27,6%. Destes que provêm de outros municípios do RN, a grande maioria advém dos municípios de Jucurutu, Açú e Santa Cruz. Quanto aos trabalhadores provenientes de outros estados, os mesmos advêm dos estados vizinhos ao RN, basicamente da Paraíba e de Pernambuco.

Apesar de a maioria dos trabalhadores, principalmente os norteriograndenses, encontrarem-se sem retornar ao seu local de origem pelo período de até um mês, cerca de 40,2% da amostra, um número significativo de trabalhadores não retornam ao seu lugar de origem por mais de um ano, cerca de 28,6%,). Dentre esse percentual, mais de 10% não retornam ao seu município de origem há mais de 4 anos. Estes são quase na sua totalidade trabalhadores provenientes dos estados de Pernambuco e da Paraíba, que em geral também são os mais “velhos” no projeto no Baixo-Açu.

É claro que a própria distância das cidades destes sujeitos em relação ao Baixo-Açu deve contribuir para que os mesmos não retornem ao seu local de origem com tanta frequência, porém, este não é em si mesmo um fator determinante para o seu não retorno. Chama atenção a observação do trabalhador rural (J. B. L, 51 anos, amasiado, natural de Natal/RN, LF), que trabalha com cultura de banana, quando perguntado sobre quanto tempo não retorna a sua cidade, *“Poucos anos, a gente fica trabalhando assim e num pode sair não. Se sair é arriscado perder o canto e do jeito que é difícil trabalho...”*. No tocante a isto, apesar de os Pólos de Irrigação não atingirem os patamares desejáveis de empregabilidade, eles ainda se configuram como local de atração de mão-de-obra (Mota, 2003).

As palavras do trabalhador rural do Baixo-Açu, transcritas abaixo, explicita o que está sendo apontado por Mota (2003) e demonstram também que, se por um lado o Baixo-Açu é um lugar de „atração“ para um tipo específico de trabalhador, por outro, o local de origem destes sujeitos é um lugar de „repulsão“ : *“Estou por aqui faz 5 anos, e sempre continua vindo gente pra cá..., É porque lá tem pouco emprego, o serviço é pouco. Nós sai com o emprego em vista... a pessoa arruma e, depois é que vem”* (J., 26 anos, casado, natural de Bouqueirão/PB, LF).

Dos 87 pesquisados, 88,5% não chegaram a concluir o primeiro grau. Destes, 25,3% são analfabetos totais, ou seja, nunca frequentaram a escola e apenas assinam o próprio nome, outros 10,3% são analfabetos “parciais”, sabem ler e escrever o nome, e/ou ainda sabem escrever o nome e contam, caracterizando, dessa forma, diferentes níveis de analfabetismo no Baixo-Açu.

Com o primeiro grau incompleto estavam 52,9% da amostra, enquanto apenas 3,4% dos 87 trabalhadores pesquisados cursaram o primeiro grau completo. Somente 07 (sete) pessoas dentre os pesquisados chegaram a cursar o segundo grau, porém dentre estes apenas 01 (um) chegou a concluir os estudos. É lamentável ver que a pobreza no mundo rural persiste e, com ela, outras questões sociais arrastam-se, como é o caso da educação.

No que se refere ao trabalho no Baixo-Açu, a qualificação e/ou especialização não tem sido um obstáculo para o trabalho na agricultura irrigada. Apesar do grau de escolaridade baixo estes trabalhadores, se inserem em atividades que se utilizam de tecnologia de ponta, como é o caso perímetro irrigado. O que ocorre, a exemplo do que



já foi observado em outros projetos de irrigação⁹, é que rápidos treinamentos são dados quanto às atividades a serem desenvolvidas, sobretudo quanto à irrigação.

3.2 O Trabalho no Distrito Irrigado do Baixo-Açu

Compreender as motivações reais e os meios que levam trabalhadores a migrarem de suas localidades para o trabalho na agricultura irrigada é o ponto de partida desde subitem. A motivação mais recorrente para o trabalho no Baixo-Açu foi apontada por 62,0% dos pesquisados como sendo a **“falta de serviço na agricultura em seu local de origem”**. Motivo semelhante a esse, porém mais abrangente foi apontado por 9,2% dos entrevistados, os quais afirmaram **“falta de “opção” de serviço/trabalho”**, no sentido genérico da palavra. Outros 12,6%, precisamente 11 (onze) trabalhadores do Baixo-Açu, afirmaram ter vindo trabalhar na agricultura irrigada devido ao **“ganho oferecido”** pelo trabalho. 2,3% alegaram terem vindo trabalhar no Baixo-Açu devido ao fato de terem sido **“despedidos de sua atividade anterior”**, há também os que vieram trabalhar na agricultura irrigada por ter **“perdido a terra”** que possuíam ou por terem tido **“dificuldade de produzir”** nela, e estes juntos somam 2,2% da amostra.

Não se deve perder de vista o fato de que a precarização do trabalho no Baixo-Açu não está desassociada do elevado nível de vulnerabilidade social em que estes indivíduos se encontram, “sem opção” de trabalho no seu local de origem, sem terra para produzir, com baixo nível de qualificação para galgar melhores ocupações/empregos, entre outros aspectos. Ora, não seria a condição de vulnerabilidade social, as carências materiais imediatas pelo alimento, o grau de pobreza e marginalização extrema destes indivíduos corroborantes para a aceitação de condições de trabalho precárias e, por vezes, até degradantes?

Acredita-se que a existência de uma mão-de-obra tão vulnerável seria um fator estimulante para que as empresas agrícolas no Baixo-Açu dela se utilizassem via baixa remuneração, desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas vigentes ou acordadas e, portanto, ofertasse trabalho sob imposição de condições que lhes fossem mais lucrativas. De forma dialética, a relação entre trabalho e capital assim se desenvolve na área dinâmica estudada, se por um lado as empresas agrícolas têm uma lógica de inserção competitiva com redução de custos, por outro lado há uma mão-de-obra vulnerável, sujeita a uma situação de permanente insegurança, que acaba por se submeter à aceitação da exploração.

A esse despeito, não é por demais lembrar o próprio sentido etimológico da palavra precário, *precarius* “o que é obtido pela prece”, “aquele que se subordina à vontade e ao poder de outro implorando obter algo desse todo-poderoso”. Por encontrar-se em uma situação extrema, o trabalhador do Baixo do Açu estaria se subordinando à aceitação de condições opressivas, incorporadas pela grande variedade de relações sociais no âmbito da vida familiar e do trabalho.

3.3. Alguns Aspectos pontuais sobre a precariedade no Baixo-Açu

a) Questões relacionadas à remuneração

No que se refere aos rendimentos advindos da atividade agrícola, tem-se que a maioria dos trabalhadores no Baixo-Açu encontra-se ganhando até um salário mínimo, cerca de 77% dos entrevistados, dentro deste percentual, 73% são trabalhadores de lotes familiares e 27% de lotes empresariais. Um percentual de 18,4% dos entrevistados recebe mais de um salário mínimo, estes indivíduos, geralmente, além do trabalho de



campo, como os demais, também realiza outros serviços de maior confiança, moram nos lotes e/ou realizam a comercialização de produtos. O percentual daqueles que recebem menos de um salário mínimo corresponde a 32,2% de todos os entrevistados, estes sujeitos na sua grande maioria são diaristas, ou trabalham por empreitadas pagas semanalmente ou quinzenalmente.

As diárias no perímetro irrigado variam conforme diferentes situações: cultura trabalhada, serviço prestado, situação de gênero, entre outras. O valor da mão-de-obra dos trabalhadores na produção da banana é, entre as culturas encontradas no Baixo-Açu, a que possui o menor valor, variando de R\$ 15,00 a R\$ 17,00 reais, sendo este fato ligado à questão da especialização, pois o corte da banana exige apenas que o trabalhador tenha destreza com o facão e força física para o carregamento de seus cachos, diferentemente de outras culturas, como a manga e a atemóia, as quais necessitam de um trabalhador mais “jeitoso”, “delicado” com as frutas a serem colhidas, sendo, portanto, a sua força de trabalho mais elevada, variando entre R\$ 20,00 a R\$ 25,00 reais. Quanto à situação de gênero, observamos que as mulheres ganham menos do que os homens. Enquanto um trabalhador do sexo masculino ganha no mínimo R\$ 15,00 reais na fruticultura, as mulheres nessa mesma atividade chegam a receber diárias no valor de R\$ 12,00 reais, mesmo estando essas desenvolvendo os mesmos serviços que os demais.

Não é sem razão que a proporção dos que possuem os menores rendimentos localiza-se entre os trabalhadores de outros estados. Nesse sentido, algumas falas chamam atenção para isso: *“Tem cabra de fora que fica devendo o patrão aqui, não sei como é isso....?! A maioria dos patrões aqui trazem gente de fora... o valor da diária desses é diferente, é mais pouco..., tem gente aqui que trabalha por um prato de comida”* (E.B, 20 anos, solteiro, natural de Jucurutu, trabalhador de LF). *“Meu vizinho aí é empresário de Pernambuco.... aí ele já conhecem o pessoal de lá, pagam do jeito que querem, né...,”* (S. F.R, 70 anos, natural de Patu, irrigante LF).

É importante considerar que a realidade pesquisada traz um misto de situações. Com um valor tão baixo da sua hora de trabalho, que é de R\$2,90 (dois reais e noventa centavos), a maneira que estes sujeitos possuem para fazer pouco mais de um salário mínimo por mês é através da empreitada. Neste caso, estes se submetem a trabalhar até duas empreitadas no mesmo dia, o que corresponde ao esforço de dois dias inteiros de trabalho, para ganhar de R\$ 10,00 (dez reais) até R\$ 15,00 (quinze reais), “por fora” do salário. Toda a variedade de situações evidencia que a área estudada, o Distrito Irrigado Baixo-Açu, tem como referência um processo de flexibilização no qual *“se legitima produzir más com lo mismo e lo mismo com menos”* (Carrillo & Unanue, 2002, p. 212).

Outro aspecto com respeito à precarização da remuneração desses trabalhadores diz respeito a ter ou não um dia certo de pagamento do seu salário. 58,6% dos trabalhadores entrevistados respondeu que “Sim”, possuem um dia certo para receber o seu pagamento. Contudo, um número bastante expressivo entre esses sujeitos, 37,9%, respondeu não ter um dia certo para o recebimento de seu rendimento. E ainda existe o pagamento parcelado: *“Também é contado nos dedos os que pagam no dia, é comum pagar atrasado, ficar 400, 300 reais dentro...”* (S.S, 22 anos, casado, natural de Macaparana/PE, LF). Este dinheiro “dentro” que é ressaltado pela fala de um dos trabalhadores nada mais é do que o pagamento não efetuado em sua integralidade, ficando “pedaços” a serem pagos posteriormente.

Essa questão de *incerteza* quanto ao dia do pagamento expõe estes sujeitos a uma gama de situações, haja vista que o ganho com a atividade agrícola não representa efetivamente a cobertura de suas necessidades de reprodução, e se estes trabalhadores,



além disso, não possuem a certeza de quando o seu provento efetivar-se-á, a sua situação de precariedade e de vulnerabilidade amplia-se.

b) Tipos de contrato (vínculo de trabalho)

O trabalho no Baixo-Açu é, na sua grande maioria, informal. Os trabalhadores, em geral, trabalham como eles dizem, “de boca”, sem nenhum tipo de formalidade, documento ou papel assinado. A falta de um vínculo formal destes indivíduos com o trabalho na agricultura irrigada leva-os a se autodenominarem de trabalhadores “soltos” ou ainda “clandestinos” em oposição a “fichado”. De fato, a percepção destes sujeitos, ao falarem de si como trabalhadores “soltos”, evidencia o que Castel (1998) já apontou como “a grande questão social”, resultante das práticas flexíveis de trabalho, a qual se fundamenta na deteriorização da própria coesão social, na “*destabilização dos estáveis*” e na “*instalação destes na precariedade*”. Com efeito, a percepção dos sujeitos nesse processo de precarização os conduz a se verem como “*desfiliados*”, ou seja, o sujeito da precariedade vê-se sem um vínculo forte dentro do processo produtivo de trabalho, uma vez que sua inserção instável acaba por conduzi-lo a uma permanente condição de incerteza, tanto no plano objetivo como também subjetivo (DRUCK, 2007).

Quando perguntado aos 87 entrevistados se preferem trabalhar com carteira assinada, a resposta dada por 77% deles foi que “sim”, e os motivos mais recorrentes foram: “*Prefiro, porque o cara tem segurança*”, “*Tem os direitos,*” “*O trabalhador só tem direito quando é fichado, se não for fichado não tem direito*”, “*O cara tem dinheiro, fundo de garantia, férias... solto é mais difícil*”, “*Fica tudo mais fácil*”, “*Garante direitos*”, “*Tá mais seguro no caso de acidente de trabalho*”, “*Porque quando se está doente tem assistência*”, “*Segurança*”, “*Por ter alguma garantia, ter um salário certo, solto não presta*”. É interessante notar que as respostas dadas possuem em comum uma contraposição de duas esferas *certeza-incerteza*, para os trabalhadores é como eles pudessem transitar entre estas duas situações, ter a carteira de trabalho lhes dá uma certeza quanto ao futuro, sabem que podem contar com algo se de repente forem dispensados do trabalho e/ou sofrerem algum acidente.

Nesse sentido, o trabalho precário caracterizado pela débil inserção do trabalhador na produção social de bens pela informalização do vínculo contratual nada mais é do que a ampliação da institucionalização da „instabilidade” e da „insegurança” (DRUCK, 2007). Nesse cenário, a premissa da estabilidade é enfraquecida, nas palavras já apontadas por Mattoso: “*a expansão da insegurança se daria em vários níveis [...] insegurança no emprego, insegurança na renda, insegurança na contratação e na representação do trabalho*” (1995; p. 77).

Entre os trabalhadores pesquisados há um percentual de 21,9% que prefere trabalhar sem ter a carteira assinada. Para esses, ter a carteira assinada representa ficar preso a uma condição de assalariado, sem poder ficar “livre” para fazer bicos por fora e, portanto, sem ter a oportunidade de ganhar maiores rendimentos. Sem a carteira, este indivíduo pode ter a liberdade para ir aonde aparecer serviço, podendo, assim, acumular ganhos imediatos, a fim de lhes prover maiores rendimentos com vista a sua reprodução. Os motivos para não assinar a carteira aparecem nas falas: “*O ganho é pouco e não dá para tirar por fora*”, “*Não vale a pena o trabalho*”, “*Se sente mais livre*”, “*Porque sempre trabalha por fora, faz bico*”, “*Eu fico mais livre, porque no dia em que eu vou pra um canto que não posso vir no mesmo dia ele não reclama*”, “*O ganho é pouco e não dá para tirar por fora*”, “*porque posso ganhar mais sem a carteira*”. O fato é que muitas empresas possuem como prática assinar a carteira de trabalho por apenas 3 (três) meses¹⁰. Então, a cada três meses, estes sujeitos enviam



novamente suas carteiras, nas quais é dada baixa, para que novamente sejam assinadas. Nesta situação, o trabalhador, caso venha a perder este trabalho, não tem direito perante a previdência social de receber o seguro desemprego, haja vista que o benefício só é possível após a comprovação de 06 (seis) meses de vínculo de trabalho. Sem querer se submeter a isso, muitos se recusam a ter suas carteiras assinadas, uma vez que 03 (três) meses não geram vínculo empregatício, podendo esta pessoa ser dispensada após este curto período. Dessa forma, estes são apenas temporariamente “seguros”.

Além das problemáticas existentes no trabalho agrícola do Baixo-Açu, outra questão ganha destaque, a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Alto do Rodrigues, o qual apontou em entrevista, que a grande dificuldade de atuação no Baixo-Açu é devido à própria falta de conhecimento que existe entre os trabalhadores dessa região sobre o que é a entidade do sindicato. Se por um lado o trabalhador não possui o interesse de querer saber sobre a própria atuação do STR na região, o qual foi evidenciado pela fala dos trabalhadores pesquisados; por outro, o sindicato aponta que tornar-se difícil a ação dessa entidade na área estudada pela própria origem desses trabalhadores, a qual proporciona que a distância entre o STR e os trabalhadores do Baixo-Açu se torne ainda maior.

c) *Condições e situações de trabalho em relação às normas legais*

Um percentual de 27,6% dos entrevistados disse residir dentro do próprio local de trabalho, fato que se mostrou em alguns casos como uma condição para o trabalho na agricultura irrigada. 50,6% dos trabalhadores entrevistados disse que “Não” havia preferência por parte do empregador para que os mesmos fixassem residência dentro do lote em que trabalham, porém 44,8% da amostra afirmaram que “Sim”. As justificativas mais recorrentes para esses foram: “*O patrão quer pra adiantar o serviço*”, “*Pra ficar próximo do serviço*”, “*Pra amanhecer já dentro do serviço*”, “*Mais próximo do trabalho dificulta o roubo que aparece por lá*”, “*água chega cedo, tem que estar próximo*”, “*É mais fácil lutando no lote*”, entre outras. A lista com todas as respostas dadas encontra-se em anexo.

A imposição dessa condição chama atenção, pois a realidade dos lotes no Baixo-Açu evidencia a pouca infra-estrutura disponibilizada para que estes trabalhadores residam nos “barracões/casas” encontrados durante a pesquisa realizada. De forma semelhante às condições de moradia encontradas nos lotes familiares, as instalações sanitárias presentes no perímetro irrigado também se encontram longe das normas legais, assim como também do parâmetro do que é uma infra-estrutura digna de trabalho.

Quanto às instalações sanitárias existentes no Baixo-Açu, temos que mais de 20% é composta também por trabalhadores dos lotes empresariais, cerca de 07 (sete) pessoas, as quais desenvolvem suas atividades em áreas que medem em torno de 76,6 a 100 hectares, portanto, áreas bastante amplas que não possuem sequer 01 instalação sanitária.

Quanto aos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), 32,2% afirmaram que não recebem nenhum tipo de equipamento, ou seja, trabalham sem botas, luvas ou máscaras, entre outros equipamentos essenciais para a proteção à saúde. As condições de trabalho na agricultura do Baixo-Açu corrobora com a expressão de Murmis (1994), citada por Cavalcanti (2001, p.19): “*La precariedad se convierte en norma, condiciones de trabajo consideradas “em negras”, se transforman así em legales*”.

A observação feita no campo sobre a exposição que estes indivíduos possuem em virtude da falta de equipamentos também foi apontada pelas representantes das



instituições Emater e Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca, locados no DIBA, em entrevista gravada durante a pesquisa de campo:

“Assim, a carga e a jornada de trabalho muito maior do que a que eles devem ter, assim, eles trabalham muito com defensivos agrícolas, muitas vezes tem trabalhador que não quer usar, mas a maioria talvez é porque não tem disponível. Os equipamentos de proteção individual, então eles estão ali expostos ao veneno, às vezes estão com a mão livre mesmo, sem sandália, sem camisa, então assim, em condição desumana.”

A combinação entre a flexibilidade produtiva e o uso do trabalho precário dá marca a uma “agricultura flexível”, que combina o uso de tecnologias sumamente sofisticadas com o uso de uma abundante mão-de-obra migrante, temporária e precária, tendo em vista a obtenção de produtos de qualidade com a máxima rentabilidade. Sobre este aspecto, Lara Flores (2006) coloca que a agricultura atual tem obtido um grau de competitividade baseada na combinação de novos e velhos processos de trabalho, tecnologias e formas de uso da força de trabalho que tornam o emprego cada vez mais itinerante (Lara Flores 2006 *apud* Bendini, 2007, p. 09).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho três aspectos foram considerados como parâmetros para a descrição do trabalho precário na área pesquisada, a saber: *Questões relacionadas à remuneração, Tipos de contrato (vínculo) de trabalho e Condições e situações de trabalho em relação às normas legais.*

A precarização do trabalho no Baixo-Açu aparece com uma estratégia de flexibilização do trabalho, uma vez que o vínculo de trabalho não é formal, na maioria dos casos pesquisados, levando estes sujeitos a se autodenominarem de “soltos” ou “clandestinos”, em contraposição à idéia de “fichados”. O vínculo frágil com o trabalho agrícola acaba por oferecer as mais baixas remunerações. Esses trabalhadores que, por sua vez, ficam expostos a uma variedade de incertezas quanto ao ganho a ser recebido, tendem a se submeter a exaustivas cargas de trabalho, via empreitadas. Tal realidade traz aos trabalhadores do Baixo-Açu uma série de complicações na saúde, pois os mesmos ficam subjulgados pelas condições de trabalho impostas.

Sob tal aspecto, chamam atenção as instalações de moradia e sanitárias oferecidas a estes trabalhadores, nas quais a própria dignidade humana é comprometida, pois os empreendimentos agrícolas do Baixo-Açu não seguem as mínimas exigências necessárias de infra-estrutura nas suas edificações para os trabalhadores do perímetro irrigado. Além disso, as empresas não disponibilizam o material de proteção individual adequado para cada trabalhador, uma vez que a distribuição de equipamentos resume-se à repartição de botas de borracha, comprometendo, dessa forma, a integridade física destes trabalhadores, haja vista que os expõe a uma variedade de riscos no local de trabalho.

A complexidade estudada traz à luz o fato de que a precariedade do trabalho ocorre de forma “multidimensional”, aparece sob várias formas que, na realidade, mostram-se associadas. A despeito disso, o Baixo-Açu traz situações atípicas: são trabalhadores e lotes abandonados pelos irrigantes, são famílias inteiras trabalhando nos



lotes ao preço de uma diária apenas, são indivíduos que perdem o lugar de moradia juntamente com o seu trabalho, são sujeitos que ficam inválidos para o trabalho na agricultura em plena idade ativa devido ao esforço realizado com a atividade agrícola, entre outras situações que os deixam em um patamar de elevada vulnerabilidade.

A desorganização desses sujeitos enquanto categoria trabalhadora e merecedora de ter direitos reconhecidos nesse contexto amplia ainda mais a situação de precariedade desses indivíduos, uma vez que, desorganizados, ficam mais vulneráveis às imposições de condições mais lucrativas às empresas agrícolas.

Diante de toda a realidade estudada, fica evidente que o trabalho precário não aparece nessa área dinâmica como sendo “um corpo estranho” a ela, pelo contrário, a busca por inserção nos mercados leva os empreendimentos agrícolas a “aproveitarem” as situações em que pode produzir produtos com qualidade com o máximo possível de rentabilidade. Nesse sentido, o trabalho precário reveste-se de estratégia, uma vez que a flexibilização do uso da força de trabalho, a imposição de condições de trabalho degradantes, com baixos salários e elevada carga de trabalho, são fomentados pela existência de um grupo social que se encontra à margem das mínimas condições de sobrevivência e, portanto, aparece nesse contexto como disponível, razoável e útil para ser manipulado, acrescentando-se a isso o fato de não ser articulado em si mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. *In: USP-Estudos Avançados. Instituto de Estudos Avançados*. Vol.1, nº 1 - São Paulo: IEA, 1997. p. 7-36.

ARAÚJO, Joaquim P et alli. **Agroindústria e identidade de classe no Pólo da fruticultura irrigada do Rio Grande do Norte**. Brasília: SOBER,1999.

BENDINI, Mônica, **El agro regional e los estudios sociales. Temáticas e reflexiones**. *In: Mónica Bendini, Salete Cavalcanti, Miguel Murmis e Pedro Tsakoumagkos (compiladores), El campo en la sociología actual. Una perspectiva latinoamericana*. Editorial la Colmena. Buenos Aires, 2007.

_____. Uma mirada sobre el campo de La sociologia rural em America Latina. México: UAM-Iz./Anthropos. 2006.

BENDINI, Mónica; Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa e Steimbregger, Norma. (2002). **“Cambios en la estructura productiva e grupos vulnerables: migrantes e mujeres en regiones frutícolas de exportación: Alto Valle de Argentina e Vale de Sao Francisco en Brasil”**. *Proyecto CONICET-CNPq*. UFPe (Brasil) e UNCo (Argentina). Inédito, 2002.

BENDINI, Mónica ; TSAKOU MAGKOS, Pedro. (2003). “El agro regional e los estudios sociales. Temáticas e reflexiones”. *En Mónica Bendini, Salete Cavalcanti, Miguel Murmis e Pedro Tsakoumagkos (compiladores), El campo en la sociología actual. Una perspectiva latinoamericana*. Editorial la Colmena. Buenos Aires.

CARVALHO, A. C. A. **A centralização de capital e espaço local: a produção de bananas no pólo de fruticultura potiguar**. Natal, 2001. (Tese de dissertação).

CASTEL, R. *As metamorphoses da questão social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.



CAVALCANTI, J.S.B, MARSDEN, Terry K. **Globalisation, sustainability and the new agrarian regions: food, labour and environmental values.** Cadernos de Ciência & Tecnologia. 2001.

CAVALCANTI, J. S. B. (2004). **New challenges for the players in global agriculture and food.** International Journal of Sociology of Agriculture and Food, v. 12, n. 1, p. 29-36, 2004.

DRUCK, G *Flexibilização e Precarização do Trabalho – um estudo comparativo França-Brasil*, Plano de estudo – Pós-doutorado – Capes, Paris XIII, Brasil , França. 2007.

GOMES DA SILVA, Aldenôr. **O emprego parcial na Agricultura: a pluriatividade no pólo fruticultor do Rio Grande do norte.** São Paulo: FEA/USP, 1999 (Relatório de pesquisa de pós-doutoramento).

LARA FLORES, S. **Agricultura flexible y transformaciones em el mercado de trabajo rural em América Latina.** Washington: XXI International Congress Latin America Studies Association. 1998.

MORAES, Maria Aparecida de S. **A superexploração no trabalho rural.** In: _____ HU ONLINE www.unisinos.br/ihu. 2005.

MOTA, M.D. **Trabalho e Sociabilidade em Espaços Rurais:** Os trabalhadores da Fruticultura do Platô de Neópolis. Recife: UFPE, 2003. (Tese de doutorado).

SIQUEIRA GÊ, A. **A precarização do trabalho.** UFRN/CCHLA. [2001/2003?]. (Dissertação de mestrado).



GT 13 – Trabalho agrícola, migração sazonal e mudanças tecnológicas na agricultura

Relação entre disponibilidade e necessidade do fator trabalho em unidades de produção familiar na região do Médio Alto Uruguai

Carine Dalla Valle¹, Leandro Fritzen², Luis Pedro Hillesheim³

¹ Graduada em Administração pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/URI – Campus de Frederico Westphalen/RS, e acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da URI, Bolsista PIIC/URI, carine-adm@hotmail.com

² Graduado em Filosofia Licenciatura e acadêmico do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/URI - Campus de Frederico Westphalen, dir21153@uri.edu.br.

³ Mestre em Sociais Aplicadas, professor e coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/ URI – Campus de Frederico Westphalen: luispedro@fw.edu.br.

Resumo:

O estudo Agricultura Familiar: relação entre disponibilidade e necessidade do fator trabalho na Região do Médio Alto Uruguai, foi possível conhecer e discutir as formas do fator trabalho nas unidades de produção. O fator trabalho apresenta-se hoje, como um dos grandes elementos em discussão na agricultura familiar, em que uma unidade de produção familiar necessita de organização nas atividades que são desempenhadas e possibilitando uma melhor distribuição da renda, do capital e do trabalho. Desse modo debateu-se a racionalização dos fatores de produção e a incorporação das tecnologias onde o agricultor visualizou melhor a sua propriedade, podendo assim fazer uma reflexão apropriada e, conseqüentemente, uma projeção de um sistema eficaz de administração rural. A base da proposta foi de identificar a relação entre disponibilidade e necessidade do fator trabalho nas unidades de produção familiar, as causas da variação do fator trabalho e identificar as tendências da utilização do fator trabalho nas unidades de produção familiar. Para tanto, utilizou-se a dinâmica de visitas às propriedades, observação sistemática não participativa e entrevistas com as famílias. Esse levantamento foi feito, com auxílio da Pedagogia da alternância que é desenvolvida em visitas nas unidades de produção. A primeira fase desse estudo foi uma revisão bibliográfica para se ter argumentos e uma base sólida para a construção do questionário, que contempla entre outras, as seguintes questões: a) Disponibilidade do fator trabalho na Unidade de Produção familiar. b) Número de horas por mês ou dias mês. c) Quais as atividades exploradas na propriedade. d) Qual a necessidade em cada atividade no ano agrícola. e) Quais atividades exigem mais esforço físico. f) Quais poderiam ser substituídas por tecnologias. Desse modo foram identificadas algumas questões as quais são: a grande dificuldade na organização e sistematização do fator trabalho, a escassez do fator trabalho, o grande êxodo rural, regiões ingrimes, dificuldade em se ter tecnologia adequada na propriedade e de baixo custo, em conseqüência de tudo isso a desintegração do sistema produtivo leva a uma dificuldade ainda mais da organização do fator trabalho. É necessário melhorias no sistema de produção e principalmente de gestão das Unidades de Produção Familiar que representam um importante papel para o desenvolvimento e crescimento da Região do Médio e Alto Uruguai.

Palavras-chaves: Fator trabalho, Tecnologia, Agricultura Familiar.



Introdução

A Região do Médio Alto Uruguai é composta em sua maior parte, por propriedades agrícolas com pequenas quantidades territoriais, onde a família é quem administra e realiza as tarefas da propriedade, caracterizando assim a Agricultura Familiar. Esta estrutura organizada culturalmente e tradicionalmente, é passada de geração para geração, ainda, que seja observada a constante busca de inclusão no agronegócio, que é um segmento econômico de maior amplitude comercial e num nível mundial, e que na região é caracterizado pelo segmento da agricultura familiar, porem personalizado.

A Agricultura Familiar tem sua importância consolidada na capacidade de gerar ocupação e renda no campo, se tornando um meio eficiente de reduzir a migração do campo para a cidade. Além disso, existe a importância de buscar um desenvolvimento sustentável, com segurança alimentar e à preservação ambiental.

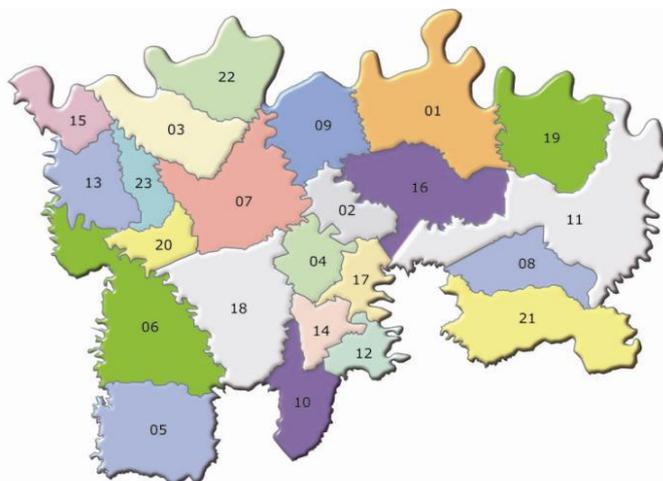
Esse tema está inserido no contexto regional, caracterizado por pequenas propriedades, onde em muitas dessas, o fator trabalho é distribuído de forma inadequada nas atividades diárias. Assim os objetivos desse estudo implicaram em avaliar as causas da variação do fator trabalho, indicando as tendências da utilização deste fator nas unidades de produção familiar, sendo analisada a relação entre a gestão e o fator trabalho nas unidades de produção, e assim observando se a qualificação do trabalho familiar tem influência no desenvolvimento da agricultura familiar na região.

A partir da base proposta através dos objetivos acima citados, foi realizado o mapeamento das propriedades das famílias dos jovens que estudam na Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural - EEMCFR, localizada na Linha Faguense, município de Frederico Westphalen/RS, e que abrange municípios da região do Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai - CODEMAU conforme mapa abaixo:



Municípios do CODEMAU

- 01 - Alpestre
- 02 - Ametista do Sul
- 03 - Caiçara
- 04 - Cristal do Sul
- 05 - Dois Irmãos das Missões
- 06 - Erval Seco
- 07 - Frederico Westphalen
- 08 - Gramado dos Loureiros
- 09 - Iraí
- 10 - Jaboticaba
- 11 - Nonoai
- 12 - Novo Tiradentes
- 13 - Palmitinho
- 14 - Pinhal
- 15 - Pinheirinho do Vale
- 16 - Planalto
- 17 - Rodeio Bonito
- 18 - Seberí
- 19 - Rio dos Índios
- 20 - Taquaruçu do Sul
- 21 - Trindade do Sul
- 22 - Vicente Dutra
- 23 - Vista Alegre



Cabe então salientar que se buscou identificar se o fator trabalho nas atividades agrícolas e não agrícolas na região estão diretamente ligados ao processo de produção e qual a devida relação com o esgotamento das forças de trabalho, abandono, e por vez o rompimento do processo de sucessão familiar, sendo fundamental tal estudo para a região e este segmento de agricultura que corresponde pela maior parte da produção e equidade social.

REVISÃO DA LITERATURA E FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A agricultura familiar representa aproximadamente 85% do total das propriedades rurais do país. De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar são 13,8 milhões de pessoas em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura.

A região do Médio Alto Uruguai, possui uma população de 183.884 habitantes, sendo 43,85 % residentes no meio urbano e 56,15% no meio rural. A região possui 26.072 estabelecimentos rurais, sendo que as unidades de produção familiar apresentam um tamanho médio de 18,7 hectares.

A racionalização do fator trabalho proporcionará incorporação de tecnologias apropriadas, no intuito de melhorar a tomada de decisão e a projeção de um sistema eficaz de produção nas propriedades familiares. As unidades de produção familiar possuem fator trabalho disponíveis de forma adequada para atender as necessidades das atividades produtivas, sendo que as mesmas estão presentes de acordo com os sistemas sejam eles diversificado ou monocultivo. São questões instigantes na busca de respostas no contexto sobre Agricultura Familiar, que hoje, nos trás discussões a cerca de como as unidades de



produção familiar organizam suas atividades durante o ano, e de que forma o fator trabalho implica na realização adequadas das atividades.

A tecnologia vem modificando de forma acentuada as características da agricultura familiar no Brasil, sendo que a região do Médio Alto Uruguai, possui uma característica peculiar, própria da agricultura familiar, e que precisa, urgentemente, ser pesquisada podendo contribuir para o desenvolvimento, não só da região, mas da agricultura como um todo. Identificando as causas da variação do fator trabalho nas unidades de produção familiar, o estudo apontou tendências nas ocupações rurais da região e que é o grande aporte na elaboração de políticas públicas regionais, bem como, a ação das instituições para o desenvolvimento rural/urbano desta região.

Primeiramente é necessário entender o significado e as diferenças existentes entre trabalho e mão-de-obra. Trabalho: Atividade profissional, remunerada ou não, atividade produtiva ou criativa, exercida para determinado fim, esforço, lida. (HOUAISS, 2004, p.726); Mão-de-obra: Ação do trabalhador na realização de algo; serviço, custo deste trabalho, conjunto de assalariado, espaço dos trabalhadores manuais, tarefa ou trabalho complicado, que requer intenso esforço. (HOUAISS, 2004, p.479).

A partir de dados colhidos fez-se a distribuição e a divisão os quais usamos o guia metodológico segundo (FILHO, 1999, p. 25).

[...] Não há tipologia padrão, válida para qualquer situação. É a realidade estudada que diz quais são os critérios mais pertinentes para agrupar os agricultores. Tampouco existe uma fronteira rígida entre cada tipo de produtor. Na realidade, os produtores estão sempre em evolução e podem mudar seus sistemas de produção ou passar de uma categoria social a outra, caso apresentem uma trajetória de acumulação de capital ou, ao contrário, descapitalização. É importante que a tipologia revele essa dinâmica.

A definição de agricultura familiar assume grande importância na atualidade, para defini-la, deve-se observar alguns requisitos básicos envolvido na caracterização.

Segundo Lima citado por Tedesco (2001, p.63).

[...] Descrevem unidades de produção familiares como “unidades essencialmente distintas da empresa capitalista típica. Pois, a partir de uma base material e social específica e da forma como se inserem no meio físico e socioeconômico, buscam se reproduzir social e economicamente, organizado e realizando a produção basicamente através da força de trabalho familiar”.

Entende-se aqui por agricultura familiar aquele em que os trabalhos são realizados predominantemente pelo produtor e sua família, que tem a iniciativa, o domínio e o controle do que e do como produzir (domínio tecnológico) e a família constitui-se ao mesmo tempo, uma unidade de patrimônio, de produção, de renda e de consumo. (ALTMANN, 1997. p.9).



O desenvolvimento rural, particularmente em regiões de agricultura familiar constitui-se um tema apaixonante sobre o qual hoje se tem muito escrito sobre essa área de conhecimento, pois isso demonstra que está se pensando fortemente na agricultura familiar que é rica em biodiversidades e uma fonte que produz mais de 70% do alimento produzido e consumido na mesa do brasileiro diariamente. Como afirma Malassis, (1958, p.6).

[...] A exploração agrícola é uma forma de produção pela qual, no seio de um patrimônio familiar, combinam-se os preços dos fatores de produção fornecidos por agentes econômicos externos à família, com vistas a vender no mercado certa quantidade de produtos para obter uma certa quantidade de dinheiro e para satisfazer diretamente certas necessidades do pessoal que vive na propriedade. Lima (2005).

A Administração da Unidade de Produção Familiar, Modalidades de Trabalho com os Agricultores, aborda a problemática do apoio à atividade administrativa nas pequenas propriedades dos agricultores familiares, reconhecendo e analisando as particularidades organizacionais das unidades de produção familiares na agricultura e a racionalidade administrativa na propriedade do agricultor. Analisa também, a problemática, a necessidade e a expectativa desses agricultores em termos administrativos, identificando o aconselhamento técnico-gerencial e a formação administrativa como as mais importantes modalidades de apoio à atividade administrativa.

A questão do trabalho na agricultura familiar implica, numa mistura de gestão, mão-de-obra na execução de atividades técnicas, subsistência da família, ocupação dos espaços rurais, é processo, e que nos leva a pensar sobre a sucessão deste segmento de agricultura. Se o trabalho na agricultura familiar envolve um conjunto de técnicas, os filhos, futuros sucessores, devem conhecer esta relação entre a disponibilidade e necessidade do fator trabalho, pois são elementos fundamentais para emancipação e qualidade de vida no campo.

MATERIAL E MÉTODOS

A Região do Médio Alto Uruguai é composta, em sua maioria, por pequenas propriedades rurais onde a família é quem administra a propriedade e quem executa o trabalho, caracterizando assim a Agricultura Familiar.

Na primeira fase da pesquisa analisamos os dados, no qual identificamos nas 59 unidades de produção familiar, 10 tipologias de agricultura, organizadas em subsistemas de produção familiar. A partir desses dados fez-se a distribuição e a divisão os quais usamos o guia metodológico segundo (FILHO, 1999, p. 25).

[...] Não há tipologia padrão, válida para qualquer situação. É a realidade estudada que diz quais são os critérios mais pertinentes para agrupar os agricultores. Tampouco existe uma fronteira rígida entre cada tipo de produtor. Na realidade, os



produtores estão sempre em evolução e podem mudar seus sistemas de produção ou passar de uma categoria social a outra, caso apresentem uma trajetória de acumulação de capital ou, ao contrário, descapitalização. É importante que a tipologia revele essa dinâmica.

Observando as diferentes tipologias de agricultura existentes na área da pesquisa, promoveu-se uma discussão com dois subsistemas que foram apontados na primeira fase da pesquisa, sendo estes escolhidos por apresentarem grande diferença na organização e planejamento de suas atividades buscando realizar um diagnóstico completo e mais aprofundando onde foi analisado onde está distribuída a força de trabalho nas unidades de produção familiar, pois visivelmente notou-se desperdício deste fator de produção.

A revisão bibliográfica auxiliou na construção do questionário, proporcionando uma base sólida que contempla entre outras, as questões: a) Número de horas por mês ou dias mês; b) Quais as atividades exploradas na propriedade; c) Qual a necessidade em cada atividade no ano agrícola. Desse modo já foram identificadas algumas hipóteses as quais são: a grande dificuldade na organização e sistematização do fator trabalho, bem como sua falta, o grande êxodo rural, terras de relevo acidentado, dificuldade em se ter tecnologia de ponta a um baixo custo na propriedade, em conseqüência, isso leva, a uma grande disparidade desse fator na unidade de produção.

Na segunda fase da pesquisa foram extraídos das dez (10) tipologias de agricultura, 02 Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) sendo que a primeira, UPA 01, compõe as atividades de Gado Leiteiro, Suínos, Fumo e Grãos, e a segunda, UPA 02, compõe as atividades de Fumo e Grãos, além das atividades de manutenção familiar de cada subsistema.

Foram realizados debates com discussões práticas na aplicação dos questionários, onde se buscou visualizar as dificuldades que os subsistemas possuem na realização das atividades, e como podem organizar melhor as mesmas, de maneira correta e planejada. Por fim foram coletados os questionários e realizada análise dos dados, no qual percebemos grande diferença na utilização de Fator Trabalho ao longo do ciclo produtivo das atividades desempenhas pelos agricultores e que podem colocar em risco a sucessão da Unidade de Produção Familiar.

Na metodologia do projeto foi utilizado como referência o livro de Lima (2005), que explica a distribuição da modalidade de trabalho da unidade de produção, o método descreve o seguinte: que numa unidade de produção são trabalhados 300 dias por ano, que são divididos por 12 meses o qual o Agricultor trabalha em Média por mês na unidade de



produção 25 dias que são divididos por 8 horas diárias o qual contempla 200 horas mês por pessoa.

Com isso a metodologia utilizada na coleta de dados foi dinâmica de visitas às propriedades, observação sistemática não participativa e entrevistas com as famílias dos alunos aplicando um questionário com perguntas próprias para cada atividade, analisando onde o fator trabalho está em falta e onde está em excesso. É importante observar como ocorre a distribuição do trabalho entre as diferentes produções durante o ano, para verificar em que medida esse fator é limitativo no desempenho das diferentes atividades.

Ainda em suas referências, o autor cita a análise e o diagnóstico de unidades de produção tipicamente familiares, baseada na teoria sistêmica e na economia da produção familiar. Com base nisso, apresenta um guia metodológico detalhado para a análise-diagnóstico global de uma unidade de produção o qual estamos analisando o fator trabalho nas unidades de produção entre a disponibilidade à necessidade na propriedade.

RESULTADOS

O fator trabalho apresenta-se como um dos grandes elementos em discussão na agricultura familiar, pois uma unidade de produção familiar necessita de organização nas atividades que são desempenhadas e que possibilitarão uma melhor distribuição da renda, do capital e do trabalho. Dessa forma, foi analisado o fator trabalho nas unidades de produção familiar para que possa organizar melhor a tomada de decisões dos processos produtivos. A pesquisa analisou as 02 UPAs no qual apresentam as seguintes atividades:

a) Cultura do milho: Área utilizada, horas trabalhadas no manejo e cobertura do solo, semeadura, controle de pragas e doenças, colheita mecanizada, ou não mecanizada, transporte e outros fatores os quais os agricultores preencherão se for necessário.

b) Cultura da Soja: Área utilizada, horas trabalhadas no manejo e cobertura do solo, Semeadura, controle de pragas e doenças, colheita mecanizada, ou não mecanizada, transporte e outros, os quais os agricultores preencherão se for necessário.

c) Bovinocultura de leite: Área utilizada, horas trabalhadas no manejo Alimentar, Manejo do solo, Manejo sanitário, vacinação, transporte e outros, os quais os agricultores preencherão se for necessário.

d) Manutenção Familiar – Produção de Alimentos: englobando a Cultura do feijão, Cultura do Arroz, Cultura da batata doce, Cultura do amendoim, Cultura da mandioca, cultura



do pomar, cultura da horta, sendo que consta a Área utilizada para o plantio dessas culturas de Subsistência e outros, onde que o agricultor vai responder se for necessário.

e) Cultura do Fumo: Área utilizada, horas trabalhadas na preparação do canteiro, semeadura, plantio, cuidado com as doenças, colheita, sortimento, transporte e outros os quais os agricultores responderão se for necessário.

f) Suinocultura: Área utilizada, horas trabalhadas na alimentação, na limpeza e Higiene, vacinação, tratamento da Água, castração, Transporte e outros os quais os agricultores responderão complementar se necessário.

Para tanto também foi montado outra tabela com Manutenção Familiar – Atividades e Serviços: que englobam um geral dos afazeres da Unidade de Produção Familiar. Assim constituída no grupo familiar, Reunião na comunidade/sindicato, Tempo de lazer, Momentos espirituais, Afazeres Domésticos, Limpeza do pátio, Fazer negócios, e outros os quais se não está na tabela. Também utilizamos um quadro para analisarmos o grupo familiar que existe na Unidade de Produção Familiar, para ver como que é composta a família que está lá na propriedade trabalhando dia-a-dia, sua escolaridade e cursos de aperfeiçoamento para identificar se a qualificação interfere ou não na produtividade da propriedade.

Após revisão bibliográfica, discussão de métodos para aplicação, coleta e análise dos dados dos questionários nos 02 subsistemas, de acordo com o ano agrícola 2009/2010 está ilustrado a seguir através de gráficos a análise dos dados nas unidades de produção familiar.

Unidade de Produção Agropecuária (UPA) 01 – Gado Leiteiro, Suínos e Grãos

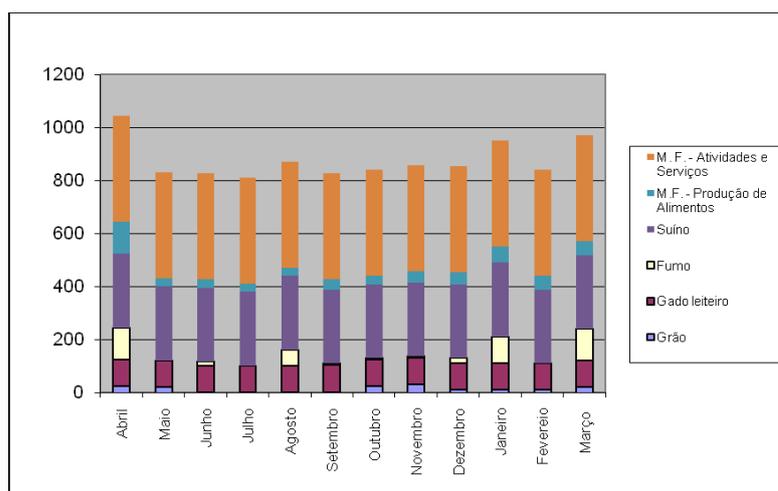


FIGURA 01 - Unidade de Produção Agropecuária (UPA) 01 - Subsistemas: Atividade não monetária, subsistência, suíno, fumo, gado leiteiro e grão.

Na UPA 01, analisando a figura 01 nota-se um equilíbrio nas atividades produzidas, onde a propriedade possui 06 UTH – Unidade de Trabalho Homem, ou seja, estão disponíveis



1200 horas/mês para a execução das tarefas. Porém analisando todas as atividades desempenhadas na propriedade visualiza-se que nos meses de abril, agosto, janeiro e março necessitam de maior fator trabalho, contudo eles conseguem manter uma estabilidade na organização e planejamento das atividades, não necessitando de contratação de mão de obra nos meses acima citados.

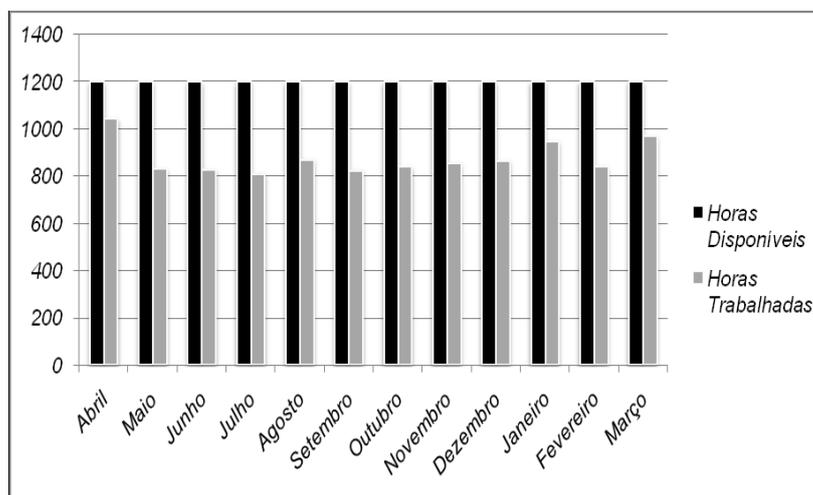


FIGURA 02 - Unidade de Produção Agropecuária (UPA) 02 – Horas Disponíveis (HD) e Horas Trabalhadas (HT).

A partir da figura 02, visualiza-se que há uma margem disponibilidade de fator trabalho na propriedade, sendo que a mesma organiza suas atividades de acordo com a necessidade de trabalho, ocupando suas horas a partir das atividades produzidas na unidade de produção, tendo poucas horas disponíveis que possam acrescentar na melhoria da propriedade.

Unidade de Produção Agropecuária (UPA) 02 – Fumo e Grãos.

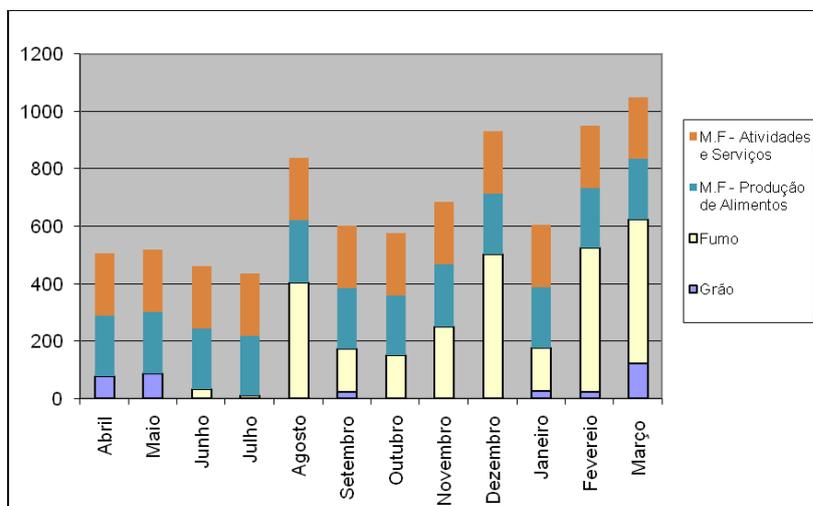


FIGURA 01 - Unidade de Produção Agropecuária (UPA) 02 - Subsistemas: Atividade não monetária, subsistência, fumo e grão.



Na UPA 02, de acordo com a figura 01 observamos que nessa unidade de produção existe uma instabilidade nas atividades produzidas, onde que se possui 03 UTH – Unidade de Trabalho Homem, ou seja, tem disponível em todos os meses 600 horas para a execução das atividades, sendo que a propriedade não possui uma renda estável durante todos os meses do ano, havendo uma necessidade de organização e implantação de outras culturas que possam suprir a demanda de renda para o sustento da unidade de produção. Notamos ainda nesse subsistema que quando se trabalha com a produção de fumo, necessitam de fator trabalho, contudo no mês de janeiro, essa produção tem declínio, pois neste mês se espera a secagem do fumo.

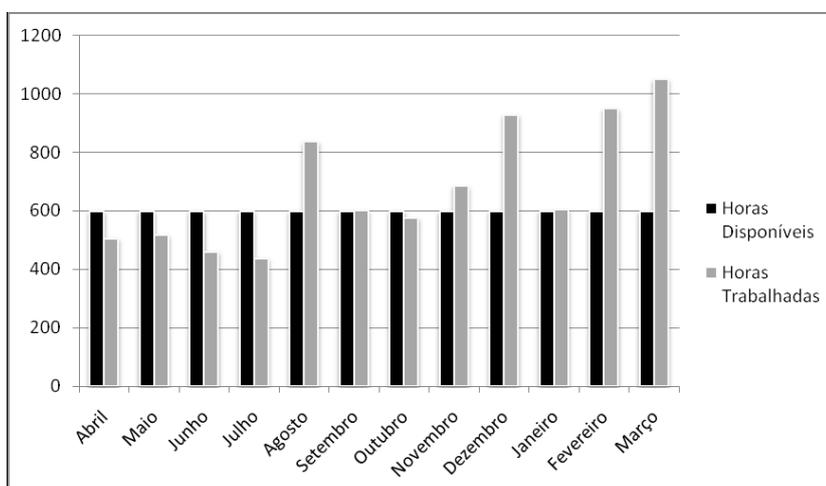


FIGURA 02 - Unidade de Produção Agropecuária (UPA) 02 – Horas Disponíveis (HD) e Horas Trabalhadas (HT).

A partir da figura 02, visualiza-se que há muita necessidade de fator trabalho mesmo que em alguns meses tenha disponibilidade, tendo em vista que na propriedade não há mecanização na realização das atividades, possuindo ainda o trabalho braçal, ou tendo que terceirizar seus serviços. Portanto nota-se que necessita de fator trabalho na propriedade.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com perspectiva de se entender melhor e estudar o fator trabalho nas unidades de produção familiar, foi desenvolvido o projeto Agricultura Familiar: relação entre disponibilidade e necessidade do fator trabalho na Região do Médio Alto Uruguai, sendo analisados os objetivos propostos inicialmente:

- Identificar as causas da variação do fator trabalho nas unidades de produção familiar: pelos dados colhidos de questionários que foram aplicados há um envolvimento na racionalização do fator trabalho, percebeu-se dificuldade na organização e sistematização do



mesmo, a partir da análise das UPAs pode-se observar que a falta de mecanização/tecnologia no desempenho das atividades, o desperdício e dificuldade de qualificar-se, leva os agricultores a um esgotamento das forças e dificuldade de permanecer no campo.

- Indicar as tendências da utilização do fator trabalho nas unidades de produção familiar: fazendo um parâmetro pode-se perceber que nas unidades de produção há uma grande disparidade de mês para mês durante as atividades produzidas. Esse levantamento mostrou-nos a grande dificuldade que o agricultor tem de organizar a propriedade que possa ter trabalho o ano todo e de uma forma organizada e planejada. Devido à baixa renda e a dificuldade de adquirir tecnologias, o agricultor necessita buscar mecanismos mais adequados para realizar suas atividades, tendo que terceirizar as mesmas, buscando ter renda fixa todos os meses do ano.

- Analisar a relação entre a gestão e o fator trabalho nas unidades de produção familiar: existem muitos fatores limitantes no gerenciamento de propriedades rurais e um dos principais é a ausência de um planejamento das atividades a serem desenvolvidas. Sendo que numa UPA observou-se a instabilidade do fator trabalho apresenta influência na gestão da propriedade, com isso há maior desperdício das horas trabalhadas, entretanto em outra UPA há uma maior estabilidade do fator trabalho, maior planejamento no desempenho das atividades, a renda e o trabalho estão equilibrados. Portanto nota-se que a relação entre a gestão de uma propriedade e o trabalho executado nas unidades de produção familiar sofre grande influência no crescimento e sustentabilidade das mesmas, sendo que a gestão engloba fatores que auxiliam na busca de novas tecnologias, conhecimentos, técnicas e novas culturas fazendo com que a propriedade diversifique seus produtos e valorize mais sua venda.

- Observar se a qualificação do trabalho familiar tem influência no desenvolvimento da agricultura familiar na região: identificamos que a busca pelo conhecimento e novas alternativas de produção nas unidades de produção familiar possui grande espaço de acordo com sua qualificação. De acordo com as questões analisadas, a UPA 01 o produtor mencionou que a formação profissional dos filhos e deles mesmos contribui para a sustentabilidade da atividade. Os resultados aperfeiçoados dão apresentação que é viável explorar eficientemente a diversificação de produtos, embora os mesmos tenham altos e baixos no mercado. Ainda assim, segundo a percepção da família, os ganhos são satisfatórios, o que os estimula a permanecerem em sua propriedade ao invés de migrar para a cidade. Porém na UPA 02, o produtor comentou que é difícil a participação em cursos e palestras que possam trazer novos conhecimentos e tecnologias voltadas na melhoria do desempenho das atividades, por ser



longe da cidade e irem poucas vezes a mesma acabam por perder as oportunidades. Sendo que a influencia de qualificação, nesse caso, é bastante notável visto que a propriedade está num desenvolvimento precário, tendo que trabalhar de forma braçal ou terceirizando, o que acaba por não ser viável, mas é a única alternativa que o agricultor e sua família encontram. Assim se propôs plantar qualificação para colher crescimento, para futuramente ter qualidade no campo de forma correta.

A questão do trabalho na agricultura familiar implica, numa mistura de gestão, mão-de-obra na execução de atividades técnicas, subsistência da família, ocupação dos espaços rurais, é processo, e que nos leva a pensar sobre a sucessão deste segmento de agricultura. Se o trabalho na agricultura familiar envolve um conjunto de técnicas, os filhos, futuros sucessores, devem conhecer esta relação entre a disponibilidade e necessidade do fator trabalho, pois são elementos fundamentais para emancipação e qualidade de vida no campo.

CONCLUSÃO

A construção do referencial teórico deste plano de trabalho, “Agricultura Familiar: relação entre disponibilidade e necessidade do fator trabalho na Região do Médio Alto Uruguai, teve como objetivo identificar na agricultura familiar do Médio Alto Uruguai a relação entre disponibilidade e necessidade do fator trabalho no desenvolvimento das unidades de produção familiar. Podemos assim afirmar que, a análise feita por meio da UPA 01 há diversificação de culturas produtivas, constante busca pelo crescimento, sustentabilidade e agregação de valor dos produtos estando sempre abertos a novas oportunidades, entretanto, a monocultura encontrada na UPA 02 dificulta o equilíbrio do fator trabalho e a renda durante o ano, ficando nítido a necessidade de um novo sistema de produção.

Contudo pode-se observar que fatores como a masculinização e o envelhecimento no campo, o intenso processo migratório, as maiores possibilidades de escolarização, maior integração cidade-campo, a insatisfação com o ganho obtido na agricultura, e a imagem negativa do trabalho agrícola, têm gerado o esvaziamento do meio rural, buscou-se propor iniciativas que possam auxiliar na valorização do trabalho na unidade de produção familiar, trazendo informações que instigam a busca pelo crescimento através de fontes de renda e melhor qualidade de vida do agricultor.

O estudo realizado demonstrou que o uso de tecnologias representa efetivamente um diferencial na geração de resultados ao pequeno produtor rural. A base para a atualização



desse campo é a capacitação e o acesso a informações, que permitam ao agricultor tomar decisões de produção com menores riscos. Em geral os agricultores não contam com essas condições tecnológicas, sendo que muitos trabalham com soluções ultrapassadas em equipamentos, culturas inadequadas e dificuldades de acesso a serviços de extensão rural ou cursos de capacitação.

Por isso, que se faz importante à identificação da realidade e das dificuldades dos agricultores. Através deste conhecimento é possível buscar alternativas de melhorias dos pontos fracos das unidades de produção, para que os agricultores tenham condições de permanecer na agricultura, com qualidade de vida, proporcionando desta forma, o fortalecimento da agricultura familiar.

Com esse objetivo estamos caminhando para uma contribuição da pesquisa na organização e melhorias no sistema de produção e gestão das Unidades de Produção Familiar que representam um importante papel para o desenvolvimento e crescimento da Região do Médio e Alto Uruguai.

Referências bibliográficas

- ALTMANN, Rubens. **A Agricultura familiar e os contatos**. Florianópolis, 1997.
- FILHO, P. G. **Diagnóstico de Sistemas Agrários** – Guia Metodológico. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO (UTF/BRA/051/BRA). Brasília – DF, 1999.
- HOUAISS. **Dicionário**. Ed. 3.2004.
- LIMA, Arlindo Prestes et al. **Administração da unidade de produção Familiar: modalidade de trabalho com agricultores**. 3.ed. Ijuí; ed. Unijuí, 2005.
- MALASSIS, L. **Économie des exploitations agricoles**, lib. Armand Colin, Paris, 1958.
- SILVA, Roni Antônio Garcia da. **Administração rural: teoria e prática**. Guarapuava: ED. Unicentro, 2003.
- TEDESCO, Carlos João. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001.
- _____ **Projeto renda rural**. EMATER/ PR, 1995.



GT 13 – Trabalho agrícola, migração sazonal e mudanças tecnológicas na agricultura

Trabalho infantil no campo: do problema social ao objeto sociológico

Valmir Luiz Stropasolas¹

¹Doutor em Ciências Humanas/UFSC, Professor Adjunto 3/UFSC, valmir@cca.ufsc.br

Resumo:

Nos contextos urbanos das cidades brasileiras, as crianças vêm adquirindo uma importância relativa nos estudos, nos programas e nas intervenções de instituições oficiais, no entanto para os espaços sociais rurais ainda se verifica a invisibilidade da infância. O artigo inscreve-se na inadiável tarefa de se buscar a sociologização do conceito de trabalho infantil, procurando enfrentar os desafios, superar as dicotomias e buscar compreender os significados e as singularidades presentes nesse fenômeno social. Discute as diversas interpretações em torno do sentido do trabalho infantil, com suas especificidades nos contextos rurais, a partir da análise das práticas e relações sociais em que se inscreve o trabalho das crianças nos processos produtivos rurais, particularmente a lógica camponesa e a inserção das crianças no trabalho agrícola familiar.

Palavras-chave: trabalho infantil, lógica camponesa, agricultura familiar, rural.



Introdução à problemática de investigação

Uma problematização sociológica do trabalho infantil é muito recente entre nós, razão por que tem pouco eco ainda o debate que no plano académico, político e social se tem realizado em todo o mundo, o qual coloca a questão do trabalho das crianças entre, por um lado, as formas mais perversas da exploração na sociedade capitalista e, por outro, a ideia da legitimação do trabalho precisamente como modo de resistência à exclusão, em que se inserem algumas camadas populares mais desprotegidas. Na verdade, segmento expressivo das crianças trabalham e a questão está em distinguir as formas de trabalho legítimas – por exemplo, o trabalho escolar de aprendizagem, certas formas de ajuda familiar, algumas atividades econômicas protegidas e reguladas – de outras formas inaceitáveis, restritivas de direitos e associadas à exploração (Sarmiento, 2009, p. 2).

Embora se verifique a proliferação de estudos conduzidos por instituições oficiais e com abordagens sistemáticas sobre a temática do trabalho infantil, muitas destas iniciativas ainda não têm reconhecido suficientemente as crianças como sujeitos, como também pouco tem valorizado a voz das crianças, subestimando a sua capacidade de elaborar e dar sentido às suas práticas sociais, às representações que formulam em torno dos contextos em que vivem, que são permeados de heterogeneidades e singularidades. Nesse sentido, o entendimento do modo de vida das crianças, a interpretação das culturas infantis, a compreensão dos sentidos do trabalho das crianças, não podem ser realizados no vazio social e cultural, necessitando se sustentar nas análises das condições sociais em que as crianças vivem, interagem e dão sentido ao que fazem (Sarmiento e Pinto, 1997, ps. 20- 22). Ou seja, ainda se verificam lacunas importantes na compreensão das maneiras em que as crianças interagem social e culturalmente no cotidiano dos espaços sociais, sobretudo nas comunidades rurais. A negligência teórica-metodológica acaba reproduzindo a exclusão da fala e das próprias crianças na construção dos pressupostos e objetivos das investigações.

As concepções teóricas clássicas na sociologia, particularmente os métodos e técnicas quantitativas de investigação, não instrumentalizam suficientemente os pesquisadores para abordar os espaços específicos do mundo das crianças, suas culturas, visões de mundo e expectativas. Verifica-se uma certa incompatibilidade entre esse público, que demonstra pouca disposição e interesse em responder a questionários



fechados, assim como estudos baseados nos cálculos estatísticos dificilmente captam as representações, a sociabilidade e as culturas heterogêneas que compõem os universos infantis. Cabe ressaltar, no entanto, que as técnicas quantitativas, como o questionário, não deixam de ser importantes para abordar variáveis em que se necessita garantir a representatividade do público investigado. Para colocar em relevo os significados atribuídos pelas crianças ao que fazem, pensam e analisam dos diversos elementos componentes do seu cotidiano, torna-se muito importante ajustar as ferramentas metodológicas supostamente aplicáveis a sujeitos tão peculiares. Focalizar na vida cotidiana, adotar a prática do “olhar distanciado” proposta por Claude Levi-Strauss, a empatia, a aceitação e a disposição em compreender a “alma de criança”, combinam-se nessa complexa interação entre os sujeitos envolvidos na investigação, seja na abordagem do cotidiano das crianças na família, na escola, no trabalho, na comunidade em que vivem, nos espaços em que se manifestam os jogos e as brincadeiras, nos ambientes em que se realizam as práticas, os ritos e os saberes vinculados especificamente às unidades familiares de produção agrícola, etc.

Há uma outra perspectiva de análise e abordagem da infância, sobretudo quando nos referimos às crianças rurais e sua interação no mundo do trabalho. O que se preconiza aqui é uma mudança de perspectiva no campo interdisciplinar dos estudos da criança, em especial no campo sociológico. Mais precisamente: a investigação das crianças com base na infância como categoria geracional própria, o reconhecimento crítico da alteridade da infância com o devido esclarecimento dos diversos sentidos em que essa alteridade se exprime, considerando a variedade de condições sociais, bem como o balanço crítico das perspectivas teóricas que construíram o objeto infância (sobretudo aquelas que fazem a projeção da criança como o adulto em miniatura ou como o adulto imperfeito em devir). Salienta-se aqui o esforço simultaneamente desconstrucionista de construtos teóricos pré-fixados e de investigação empírica. Esta mudança de perspectiva – ou, se preferirmos esta “mudança paradigmática” – constitui o esforço teórico principal da sociologia da infância (Sarmiento, 2005). Entendemos que esse desafio de redefinir o nosso olhar interpretativo em torno da infância, no nosso caso das crianças rurais, deve ser compartilhado por outras ciências sociais, nomeadamente a antropologia, as ciências da educação e mesmo a psicologia, que vem aos poucos reformulando suas interpretações e abordagens sobre a infância, por sua importância nas temáticas que envolvem a infância no campo.



Se, nos contextos urbanos, as crianças adquirem uma importância relativa nos estudos, políticas, intervenções de instituições oficiais, entre outros, o que se verifica, antes de tudo, na constituição de um mercado global de produtos para a infância de importância econômica estratégica ou mesmo porque elas mobilizam atualmente um número crescente de adultos que trabalham com crianças, entre os quais professores, funcionários públicos, etc (Sarmiento, 2008), para os territórios rurais ainda se verifica um conjunto de fatores que envolve e determina a exclusão e a invisibilidade da infância rural, seja na academia, nas políticas públicas ou mesmo nos espaços públicos, fato que não deixa de contribuir decisivamente para o aumento da importância singular dessas crianças na sociedade contemporânea. Finalmente, é importante destacar que as crianças rurais são percentualmente cada vez menos na sociedade contemporânea e a significativa redução do número dessas crianças na sociedade, por comparação com outros grupos etários, torna particularmente sensível a sua presença/ausência, nos equilíbrios demográficos, nas relações de afeto, na sociabilidade comunitária, na aprendizagem e sucessão patrimonial entre as gerações, na divisão social do trabalho agrícola familiar e até na própria formação de rendimentos da família. Que as crianças se tornem cada vez mais importantes à medida que são cada vez menos, esse é apenas um dos muitos paradoxos da infância (Qvortrup, 1991).

O artigo coloca em relevo a inadiável tarefa de se buscar a sociologização do conceito de trabalho infantil, procurando enfrentar os desafios, superar as dicotomias e buscar compreender os significados e as singularidades presentes nesse fenômeno social. Discute as diversas interpretações em torno do sentido do trabalho infantil, com suas especificidades nos contextos rurais, a partir da análise das práticas e relações sociais em que se inscreve o trabalho das crianças nos processos produtivos rurais, particularmente a lógica camponesa e a inserção das crianças no trabalho agrícola familiar.

O que mostram os números sobre o trabalho infantil...

Segundo o relatório da OIT, 2006, diminuiu em 11% o número de crianças trabalhadoras em nível mundial, no intervalo de tempo de 2000 a 2004, mais precisamente baixou de 246 para 218 milhões o número de crianças envolvidas no trabalho infantil. Um dado em especial foi a redução de 26% no número de casos de crianças e jovens, com idades entre os 5 e 17 anos, envolvidas em trabalhos



considerados perigosos, ou seja de 171 para 126 milhões, nesse mesmo período. De acordo com os interlocutores dessa organização, essa diminuição no contingente de crianças trabalhadoras deve-se a ações concretas em nível mundial associadas à redução da pobreza e à educação de massas. Cabe salientar que no caso brasileiro, políticas sociais implementadas pelo Estado, nesses últimos anos, com envolvimento da sociedade civil são ilustrativas desse fato. De acordo com o Relatório da OIT, foi na América Latina e no Caribe onde se verificaram os maiores alcances na redução do trabalho infantil. Na Ásia verificou-se uma diminuição absoluta no número de crianças trabalhadoras, no entanto no continente africano, embora tenha se verificado uma menor incidência do trabalho infantil, mais precisamente na África ao Sul do Saara, é onde encontramos em nível mundial a mais elevada proporção de crianças envolvidas em atividades econômicas, aproximadamente 50 milhões de crianças trabalhadoras.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), divulgados em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a incidência de crianças trabalhadoras no Brasil, na faixa etária de 5 a 13 anos, caiu de 4,5% da população desta faixa etária em 2006 para 4% em 2007. Embora tenha ocorrido uma queda percentual, ainda existem em torno de 1,2 milhão de crianças afetadas e/ou exploradas, nos mais diversos níveis, pelo trabalho infantil nas diferentes regiões brasileiras. De acordo com esse levantamento, mais da metade desse público morava no campo, mais precisamente 60,7% das crianças trabalhavam em atividades agrícolas. Por outro lado, considerando-se a faixa etária acima de 14 anos, reduz-se para 32% o número de pessoas envolvidas com o trabalho no campo. Cabe salientar que é justamente nesse espaço societário e, especificamente, entre as crianças mais novas que se constata a realização de trabalho não remunerado. Ou seja, a presença no trabalho, sem qualquer espécie de contrapartida, é mais acentuada nas atividades agrícolas (83,6%) que nas atividades não agrícolas (18,7%). Como veremos posteriormente, as razões meramente econômicas não são suficientes para explicar esse fenômeno, tendo em vista a manifestação de outras dimensões de cunho social e cultural inerentes às explorações agrícolas familiares.

A maior parte das crianças que trabalham são do sexo masculino, mas as meninas estão em maioria, quando se observa o trabalho doméstico. O fato de os rapazes aparecerem com maior frequência a desempenhar trabalhos na agricultura, sobretudo aquelas consideradas perigosas e mais pesadas, não significa dizer que



trabalhem mais que as meninas e as adolescentes. As moças apresentam ritmos de trabalho mais regulares ao longo da semana e ao longo do ano. Os seus horários de trabalho mantêm-se muito extensos e preenchidos, mercê da sua constante intervenção nas rotinas inerentes à manutenção da casa e da família. Concentrando as suas atividades no domínio agrícola, os rapazes são mais influenciados pela sazonalidade desse trabalho. Por isso, embora possam apresentar índices de participação no trabalho mais elevados nos momentos críticos da atividade agrícola, têm na época de baixa atividade horários e conteúdos laborais muito mais suavizados que elas. O que proporciona ao público masculino infantil e juvenil mais tempo para o lazer e uma maior flexibilidade e autonomia para participar das atividades vinculadas ao espaço público.

Dentre os fatores envolvidos na problemática do trabalho infantil, que contribuem para a complexidade desse fenômeno, a temática da educação se reveste de grande importância, tendo em vista as redefinições ocorridas recentemente no papel e lugar ocupado pela instituição escola ou mesmo pela valorização do estudo verificada entre as famílias de agricultores. Novamente, os dados da PNAD são reveladores desse fato, na medida em que a jornada de trabalho das crianças, muitas vezes acentuada (segundo o PNAD, 6,6% delas tinham uma jornada de 40 horas semanais), não as impediram de estudar, pois 94,7% delas além de trabalharem (em diferentes intensidades) também foram à escola. Cifra esta muito semelhante às crianças que não trabalhavam, isto é 95,7%. No entanto, longe de se afirmar que a educação no meio rural seja de qualidade, pelo contrário, o que se verifica normalmente é que justamente nos contextos rurais em que predomina o trabalho infantil que teremos os mais baixos indicadores de desenvolvimento da educação básica.

Os indicadores numéricos divulgados por instituições de pesquisa, como é o caso dos dados da PNAD, são de grande valia para mostrar a presença e a dimensão do trabalho infantil no Brasil, entretanto é necessário fazer a ressalva de os dados isolados dos seus contextos não são suficientes para se analisar a complexidade do problema, sobretudo no que diz respeito aos contextos rurais, havendo particularidades que não são contempladas nesses estudos. Ao se abordar a inserção de crianças e adolescentes nas atividades agrícolas é fundamental que se diferencie as atividades inerentes à agricultura familiar daquelas restritas ao trabalho assalariado, que possui outras implicações e significados. Como veremos posteriormente, ao se explicitar a lógica de inserção das



crianças no trabalho agrícola familiar, é ressaltado pelos autores o sentido de aprendizagem e socialização das crianças, além da sucessão geracional como elementos que explicam o envolvimento das crianças com o trabalho familiar. Para os objetivos desse artigo, optamos por focar a análise do trabalho infantil, sobretudo, no âmbito da agricultura familiar.

A inserção das crianças nos processos produtivos rurais e suas implicações no debate sobre o trabalho infantil

O estudo no Brasil que possivelmente mais colocou em relevo as profundas contradições e desigualdades de condições sociais vivenciadas pelas crianças no Brasil foi feito por Martins (1993), que valoriza no seu trabalho as representações e a voz das crianças pesquisadas nas regiões de fronteira entre o Centro-Oeste e o Norte do Brasil. Além de explicitar a profunda precariedade vivida por essas crianças de origem rural na sua (não) infância, explicita os problemas estruturais de uma realidade social afetada pelas políticas macroeconômicas nacionais e internacionais que, a longo tempo, tem gerado exclusão social, empobrecimento e condições desiguais de desenvolvimento entre as regiões. Cabe salientar que, de forma precursora nos estudos rurais, o autor considera as crianças como portas de entrada para analisar o contexto em que vivem ao mesmo tempo como portadoras da crítica social na atualidade. Constata, enfim, que no cotidiano das crianças o tempo dedicado ao trabalho aparece em primeiro lugar, aparecendo posteriormente e com uma série de dificuldades o período da escola e, de forma circunstancial, como uma exceção, as brincadeiras; enfim uma fragmentação da sociabilidade na infância dessas crianças.

Como se refere Quinteiro (2003), o alerta desse sociólogo adquire na atualidade maior relevância diante de diagnósticos que apontam as precárias condições sociais da criança e de suas famílias e, ainda, a ausência de trabalhos que enfoquem tais problemas como um fenômeno sociológico. O estudo sociológico feito por Delma Pessanha em 1999 no nordeste brasileiro, que analisa as lógicas sociais em torno da exploração do trabalho infantil e as alternativas de prevenção, é uma exceção importante e uma referência na literatura que aborda a infância no espaço rural. A ausência de instituições que ofereçam apoio aos pais na tarefa de socialização dos filhos facilita a dependência do trabalho e a aceitação de condições adversas, por isso mais facilmente impostas (Neves, 2001). O trabalho aparece então como recurso de enquadramento moral dos



pobres e os empregadores como os agentes mais próximos e viabilizadores da sobrevivência, do crédito e do apoio diante do inesperado.

Segundo Marin (2010), os empresários das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro inseriram, nesses últimos anos, cláusulas sociais em seus contratos comerciais, bem como assinaram pactos de erradicação do trabalho infantil e aderiram aos propósitos dos selos sociais, em virtude do crescimento da pressão internacional, expresso através das contínuas ameaças de boicotes às mercadorias produzidas com exploração do trabalho de crianças e adolescentes. Segundo o autor, essas iniciativas conferem legitimidade às empresas ligado ao agronegócio nos mercados globalizados, além de constituírem-se em valiosos investimentos em marketing social.

As crianças rurais não formam um grupo social homogêneo, assim como são diferenciados as realidades e os contextos sociais, econômicos e culturais em que se inserem as crianças. Nessa mesma lógica se inscreve a problemática do trabalho infantil que possui variações e diferentes manifestações, condicionantes e razões para explicar a sua existência. No caso brasileiro e, especificamente, nas regiões estudadas pelos autores referidos acima, há uma presença marcante do agronegócio exportador de alimentos e matérias-primas e do trabalho assalariado no campo, demandando análises diferenciadas ao se focar o conceito de trabalho infantil, considerando a ocorrência nesse contexto de formas mais agudas de exploração do trabalho das crianças. Já para regiões de agricultura familiar no Brasil, sobretudo no Nordeste brasileiro e nas regiões coloniais do Sul do Brasil, verificam-se outras formas e razões de inserção das crianças no trabalho agrícola familiar, que serão explicitadas em seguida, o que exige incorporação de outras dimensões analíticas na abordagem do conceito de trabalho infantil.

Outro aspecto que deve ser considerado quando se pretende dar conta da complexidade embutida na problemática do trabalho infantil diz respeito às modificações recentes nos sistemas produtivos agrícolas e pecuários vigentes nos territórios rurais. Com a modernização dos processos produtivos constituintes dos sistemas agro-industriais, decorrentes da inserção das empresas produtoras e exportadoras de alimentos e matérias-primas, como é o caso de grandes conglomerados agro-industriais no Sul do Brasil, acentuam-se as exigências (decorrentes dos mercados globalizados) de aumento na escala, na produtividade e na qualidade das mercadorias



produzidas em série nessas cadeias produtivas, entre as quais podemos citar a avicultura, a suinocultura, a fumicultura, a fruticultura, entre outros.

Como consequência desse processo, renovam-se as regras e as exigências dessas empresas com as famílias de agricultores integrados e/ou parceiros dessa relação contratual, acarretando cada vez mais a difusão e a exigência de adoção de novas tecnologias, maquinários e equipamentos nas propriedades dos agricultores que, para manterem-se nesses circuitos produtivos e no mercado, devem necessariamente adequarem-se às exigências impostas por tais segmentos produtivos. Percebe-se, assim, uma sobrecarga das pessoas que permanecem nas unidades produtivas familiares, inclusive entre os mais novos, tendo em vista a redução da mão-de-obra na família com a diminuição da taxa de natalidade e a migração acentuada dos filhos(as), sobretudo a partir dos 15 anos de idade.

Nesse sentido, embora as condições sociais de pobreza das famílias que permanecem no campo se constituam no principal fator explicativo da inserção precoce das crianças no trabalho agrícola, nas situações em que as famílias possuem um patrimônio material (máquinas e equipamentos), fundiário e financeiro mais elevado, constata-se, também, a exigência de mobilização da mão-de-obra de todos os integrantes do grupo doméstico que permanecem na propriedade, com influências no trabalho infantil (em muitos casos demandando o trabalho das crianças mais novas) ou mesmo em outras dimensões do processo de socialização dessas crianças, considerando a excessiva jornada cotidiana de trabalho (muitas vezes sem descanso semanal) dos adultos e dos filhos(as) maiores residentes nesses estabelecimentos.

Para Neves (2001), a inserção laborativa prematura dos filhos exprime a divisão familiar do trabalho e o sistema de valores morais que organiza a interdependência de seus membros. Ao analisar os efeitos intergeracionais do trabalho infantil entre trabalhadores rurais da agroindústria sucro-alcooleira no nordeste brasileiro, a autora constata que todos os membros da família, desde cedo, assumem responsabilidades na constituição dos bens fundamentais ao consumo. A ética expressa na aceitação do sacrifício é assim constitutiva do ethos desta categoria de trabalhadores, também sintetizadora de diversos valores de referência comportamental.

A lógica camponesa e a inserção das crianças no trabalho agrícola familiar



A utilização nos estudos rurais, no Brasil, dos conceitos de camponês e, mais recentemente, de agricultura familiar nunca foi consensual nem mesma harmônica entre os diversos interlocutores, pelo contrário sempre foi marcada por divergências de cunho teórico, ambiguidades e polêmicas entre os que adotam estas noções. Camponeses ou agricultores familiares, adotamos estes termos para designar as famílias de agricultores que – mais ou menos modernizados ou tecnificados - empregam nos seus processos produtivos mão-de-obra predominantemente familiar, dependendo principalmente da renda de seu próprio estabelecimento para o sustento dos membros do grupo doméstico. Partimos do pressuposto de que estas categorias sociais são diversas e heterogêneas social, econômica e culturalmente, com interesses, projetos de vida e visões de mundo muitas vezes diferentes entre os integrantes do próprio grupo familiar, ilustrado nas hierarquias de poderes, desigualdades e conflitos de gênero e geração encontrados, em muitos casos, no seio das unidades produtivas familiares. Estas características peculiares verificadas nessa categoria social, marcada por singularidades na organização da produção, do consumo e da vida social, não deixam de influenciar e condicionar os processos de socialização, as representações, os valores e a trajetória social das crianças rurais.

Nas propriedades familiares rurais não é nada simples separar o que é trabalho doméstico do que seria trabalho produtivo, ou mesmo trabalho produtivo de trabalho reprodutivo, tendo em vista a complexidade que se estabelece nessa forma social. Muitas vezes, esta unidade familiar é vista como um trabalhador coletivo, em que todos(as) colaboram para o conjunto do empreendimento. Obviamente, que esta visão pode acarretar vieses de gênero e geração. Paulilo (2004), ao estudar o trabalho das mulheres rurais em cinco regiões diferentes do Brasil, em épocas diferentes, percebe que a distinção entre trabalho “pesado” feito pelos homens e trabalho “leve” feito pelas mulheres não se devia a uma qualidade do próprio esforço despendido mas ao sexo de quem o executava, de tal modo que qualquer trabalho era considerado leve se feito por mulheres, por mais exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde que fosse. A autora vê o mesmo fenômeno se repetir quando da divisão entre trabalho doméstico e trabalho produtivo. Embora com especificidades, a denominação de “ajuda” aos esforços realizados por crianças, sobretudo meninas, no trabalho agrícola familiar traz implicitamente esta conotação ideológica que reproduz desigualdades e descontentamentos entre os integrantes dos estabelecimentos familiares.



O trabalho é uma categoria polissêmica construída socialmente e (re)produzida historicamente pelos descendentes de imigrantes europeus, que colonizaram o Sul do Brasil nos séculos XIX e XX, como um elemento fundamental do ethos desses camponeses, um referencial simbólico de uma identidade étnica, cujas “virtudes” e particularidades procuram ser repassadas através de um processo de aprendizagem no próprio grupo doméstico, em que a geração ascendente transmite os valores e saberes práticos às gerações subsequentes, num processo que nem sempre é homogêneo, muito menos harmônico. Renk (2000) entende ser necessário relativizar a assertiva de Mendras (1984), pela qual o indivíduo nasce camponês e não se torna camponês. Para a autora, o indivíduo nasce na condição camponesa, no entanto, este fato não prescinde da construção social dessa condição; ou seja, a necessidade de produção social do que significa “ser agricultor(a)”, visando a sua reprodução enquanto tal. Aqui se insere o papel desempenhado pela transmissão do saber agrário, agrônômico, telúrico, do saber prático, transmitido de pai para filho, como prática pura sem teoria (Bourdieu, 1989, p. 22).

Nas comunidades rurais e, sobretudo, na agricultura familiar, as crianças aprendem a conviver desde cedo com a realidade das atividades produtivas realizadas pelos membros do grupo doméstico, num cotidiano que associa a sua participação e o aprendizado na divisão social do trabalho, nas relações de sociabilidade, manifestações lúdicas e a vida escolar. São estimuladas a incorporar uma ética em que o trabalho tem um valor relevante como base da subsistência, como meio privilegiado de ganhar a vida e de honrar seus compromissos. As crianças e os adolescentes, em geral, aprendem desde muito cedo um conjunto diferenciado - por gênero e geração – de papéis sociais nos espaços público e privado, em que se conformam regras, hierarquias e poderes expressos na divisão social do trabalho agrícola familiar e implicados na reprodução do patrimônio fundiário entre as gerações.

Nessa forma singular de divisão social do trabalho familiar a organização do processo de aprendizagem não se realiza separadamente das atividades produtivas, nem ocorre em lugares diferenciados do ambiente cotidiano de trabalho que seja destinado exclusivamente aos aprendizes, particularmente às crianças. Aprender e ensinar fazem parte do mesmo contexto social de ação onde ocorrem as atividades da vida cotidiana da comunidade e da unidade produtiva familiar, e no qual os sujeitos se inserem de forma



diferenciada em função das suas possibilidades de participação e dos seus objetivos, De acordo com Gomes (2008), nesse tipo peculiar de organização social, são as próprias crianças que muitas vezes se propõe a participar de alguma atividade e são acolhidas na sua tentativa. Tais formas de participação funcionam como situações de aprendizagem in loco. Mesmo que seja somente para uma atenta observação, a criança toma parte da situação, sendo que seu grau de participação vai depender em grande parte da sua direta solicitação. Já segundo Brandão,

As situações, redes e processos através dos quais o saber flui de uma geração a outra não são tão espontâneos e não tão impessoalmente dissolvidos em outras práticas sociais como parece. Na verdade, se no interior da cultura primitiva ou camponesa não existem nem escolas nem momentos especialmente dedicados a ensinar-e-aprender, há, em meio a uma pequena infinidade de tramas de relações entre parentes, entre “mais velhos” e “mais moços”, ou entre companheiros de trabalho ou prática ritual, cuidados e atenções especialmente dirigidos à efetivação da aprendizagem. [...] Isto significa que por debaixo de uma simples atividade produtiva em que a criança e o adolescente aprendem por “imitação”, como a antropologia insiste em reafirmar, há regras, princípios e iniciativas cuidadosamente dirigidos a que a situação ritual ou de trabalho seja, também, intencional e sistematicamente pedagógica (Brandão, 1986:128).

É interessante ressaltar que, do ponto de vista dos adultos (ou dos maiores), este convívio continuado com as crianças requer habilidades, pois ele pressupõe que não se interrompa as atividades – que frequentemente não devem e nem podem ser interrompidas – mas que se possa levar em conta a presença das crianças. Em outras palavras, reitera Gomes (2008), a presença de “potenciais aprendizes” não implica na suspensão da ação de quem executa alguma tarefa ou atividade, que continua seu curso, permitindo porém níveis diferenciados de interação. Tais habilidades de convívio são aprendidas e desenvolvidas; assim como podem ser “desaprendidas” quando não se faz nenhum uso delas.

A intensidade e as características que configuravam/configuram o ambiente de trabalho na infância e adolescência, no espaço rural, dependem das condições objetivas e subjetivas de cada família, que se apresentam bastante diversificada nas regiões. Embora a ausência das crianças no ambiente do trabalho não seja a regra no conjunto das famílias de agricultores, a frequência e a intensidade de sua participação oscilam, dependendo do caso considerado, aflorando aqui algumas variações no seio desta



categoria social, sendo as condições econômicas e produtivas, a disponibilidade de terra e de mão-de-obra alguns fatores determinantes desta variação. Importa salientar, também, que estes “afazeres” realizados na infância aparecem internalizados nas representações dos pais e das próprias crianças como “ajuda” e não como trabalho em si.

Percebe-se, a influência de uma norma cultural perpassando as condutas do grupo doméstico, pois são estimulados, na prática, a compreender a importância do envolvimento de todos no trabalho agrícola familiar, assumindo algumas tarefas desde pequenos, como forma de assumir os compromissos e a responsabilidade de quem é treinado para executar atividades que, por envolverem uma quantia significativa de recursos financeiros (cujo mau gerenciamento, muitas vezes, pode comprometer o patrimônio da propriedade), bem como riscos e incertezas muito grandes, não se pode falhar. Assim, nesta economia peculiar, característica da agricultura familiar, em que os mesmos agentes que planejam são os que decidem e executam, a transmissão do conhecimento e das atribuições é feita, para as crianças, no âmbito do trabalho.

Considerações finais

As ações que visam a eliminação das piores formas de trabalho infantil serão infrutíferas se não tocarem nos efeitos perversos do mercado de trabalho, sobretudo nos diversos elos que integram as cadeias produtivas vinculadas a determinados setores do agronegócio, em que se reproduzem ainda níveis inaceitáveis de exploração das condições de trabalho, com baixos salários, controle e dependência dos trabalhadores(as) aos patrões, subjugando nas mais diversas formas os membros das famílias de agricultores, e afetando diretamente as crianças, que em muitos casos são incorporadas precocemente ao trabalho. Nesse sentido, se a solução do problema da exploração do trabalho infantil deve obrigatoriamente colocar as necessidades e as demandas desse público em primeiro plano, o conjunto de medidas não deve se restringir exclusivamente às crianças, pois elas integram grupos domésticos (assalariados rurais ou agricultores familiares) que são cotidianamente prejudicados e afetados pelos mecanismos excludentes de mercado, por condições precárias de trabalho, renda e salário, pela migração de jovens, pelo abandono institucional, isolamento social e precariedade de acesso às políticas públicas.



Diversas iniciativas e ações concretas orientadas à eliminação do trabalho infantil vêm sendo implementadas em nível de sociedade, Estado, organizações internacionais, ONGs, etc, fundamentadas no aparato legal de proibição do trabalho de crianças, e no alicerce simbólico e valorativo construído por instituições internacionais (OIT, ONU, etc), com o apoio dos governos, que deslegitima a sua prática social. Em decorrência, as avaliações de programas e projetos públicos ou privados vêm indicando a redução significativa das piores formas de trabalho infantil. Contudo, análises mais qualitativas indicam, também, uma tendência de estabilização nos índices dos resultados alcançados, sobretudo para a realidade brasileira, com indicadores ainda preocupantes desse fenômeno social. Enfim, um certo esgotamento das estratégias e medidas realizadas para a solução desse problema, que se reveste de difícil solução, de grande complexidade e multi-dimensionalidade.

Problemas estruturais ainda não resolvidos nas sociedades “semi-periféricas” ou “emergentes” - vinculados ao acesso desigual e/ou aos mecanismos excludentes dos mercados, empregos, serviços sociais, bem como à concentração da propriedade da terra, à exclusão social e à desigualdade de renda e de oportunidades – acabam afetando sobremaneira a condição social das crianças rurais, com implicações na sua inserção precoce no trabalho (assalariado ou familiar), na reprodução da exploração do trabalho infantil em determinados setores produtivos agropecuários e, especificamente, na inserção das crianças na divisão social do trabalho agrícola familiar. Entretanto, como visto anteriormente, esta última forma de trabalho das crianças não se explica apenas por variáveis econômicas, devendo-se inserir outras dimensões de ordem social e cultural na análise.

Em suma, antes ainda de se constituir como problemática sociológica, o trabalho infantil caracterizou-se por ser um problema social com assinalável visibilidade e repercussão pública (Sarmiento, 2009, p.1). Não é de estranhar, por consequência, que a noção de “trabalho infantil” tenha sido normalmente apresentada de forma a-problemática, isto é, como um conceito “plano”, sem complexidade nem ambiguidade: uma atividade ilegal das crianças, praticada clandestinamente e socialmente condenável. No entanto, esta conceitualização é colocada em questionamento, de forma recorrente, por uma opinião pública muitas vezes orientada para a aceitação da atividade econômica das crianças em nome da socialização, contra a “ociosidade”, e dos valores educativos



do “trabalho”. Seja a visão a-problemática do “trabalho infantil” como “mal social”, seja a visão conservadora do trabalho das crianças como uma estratégia educativa, o que prevalece na noção de “trabalho infantil” é uma concepção não sociológica deste fenómeno social. A sociologização do conceito de trabalho infantil – isto é, a análise da atividade económica e social das crianças no quadro das relações sociais em que ela ocorre e na relação entre a estrutura e a ação social – constitui-se, por consequência, como uma tarefa de indispensável concretização e urgência.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BRANDÃO, Carlos R. A criança que cria: conhecer o seu mundo. In: a educação como cultura. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GOMES, A. M. Rabelo. Outras crianças, outras infâncias? In: Estudos da Infância: Educação e Práticas Sociais. Editora Vozes, Petrópolis, 2008.
- IBGE, 2006. Disponível em www.ibge.gov.br - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acessado em 20/06/11.
- MARIN, Joel Orlando B. O agronegócio e o problema do trabalho infantil. Revista de sociologia e política, vol. 18 número 35, Curitiba-PR, fevereiro, 2010.
- MARTINS, José de Souza (org.). O Massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil. São Paulo : Hucitec, 1993.
- MENDRAS, H. La fin des paysans; suivi d'une réflexion sur la fin des paysans vingt ans après. Paris, Actes Sud, 1984, 437 p.
- NEVES, Delma Pessanha. A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção. Niterói: Intertexto, 1999.
- NEVES, Delma Pessanha. A Pobreza como legado. Revista de História Regional, v. 6 (2): p. 149-173, Ponta Grossa-PR, 2001.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira Paulilo. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, 2004.
- QUINTEIRO, Jucirema. A emergência de uma sociologia da infância no Brasil. In: Anais da vigésima sexta Reunião Anual da ANPED. GT Educação da Criança de 0 a 6 anos. Poços de Caldas, 2003.
- QVORTRUP, J. Childhood as a social phenomenon: na introduction to a series of national reports. Vienne: European Centre, 1991.
- RENK, Arlene A. Sociodicéia às avessas. Chapecó: Grifos, 2000. v. 01. 438 p.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. “O Trabalho Infantil em Portugal – da realidade social ao objecto sociológico” in M. Lisboa (Coord.), *Infância Interrompida. Caracterização*



das Actividades Desenvolvidas por Crianças e Jovens em Portugal. Lisboa. Colibri (13-32), 2009.

SARMENTO, Manuel J. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: Estudos da Infância. Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 2008.

SARMENTO, Manuel J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. In: Sociologia da Infância: Pesquisas com crianças. Educação & Sociedade. Revista de Ciência da Educação, Volume 26, mai/ago, 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto & PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. As crianças, contextos e identidades. Braga, Portugal, Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança, Ed. Bezerra, 1997.

REALIZAÇÃO:



APOIO:

